FICHA DE META DADOS – CEDIM 2016/2	
Nome da Pasta	19. Pastoral Operária
Autor/Instituição	Mitra Diocesana de Nova Iguaçu
Número de Documentos	2058
Quantidade e tipo de documentação	Cartas, textos, boletins informativos, fichas de inscrição de membros, panfletos, relatórios, matérias de jornais, revistas sobre o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, o Centro sociopolítico (Pastorais Sociais) e sobre a violência na Baixada.
Dia/ Mês/Ano	1982-2010
Formato	A3/A4
Resumo	O arquivo reúne documentos sobre o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, uma série de documentos relativos a políticas socioeconômicas e alguns cursos organizados pela Diocese de Nova Iguaçu, bem como recortes dos jornais O Dia, O Globo e Jornal Hoje sobre violência na Baixada Fluminense e em outras localidades do estado do Rio de Janeiro.
Palavras-Chave	Direitos Humanos, Encontro Nacional de Direitos Humanos, Conferência do Episcopado Católico, AGEN (Agência Ecumênica de Notícias), Diocese de Nova Iguaçu, Pastoral da Terra, Socioeconomia Solidaria, assassinato, grupos de extermínio, violência.
Notas explicativas	A documentação está em bom estado de conservação e foi cedida pela Cúria Diocesana para compor o acervo do Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar. (CEDIM).

1ª ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA

DA

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - RJ



E DEUS SE FEZ POVO
E ACAMPOU ENTRE NÓS
cf JOÃO 1,14

NOVA IGUAÇU - 20 À 23 DE MARÇO DE 1997

01 -CANÇÃO DE CHEGADA

Estamos aqui, senhor
Viemos de todo lugar.
Trazendo um pouco do que somos,
Prá nossa fé partilhar

/:Trazendo o nosso louvor,
Um canto de alegria.
Trazendo a nossa vontade
de ver raiar um novo dia.:/

Estamos aqui, Senhor,
Cercando esta mesa comum.
Trazendo idéias diferentes,
Mas em cristo somos um

E quando sairmos daqui,
Nós vamos para voltar,
Na força da esperança,
E na coragem de lutar.

02 - ABRE A JANELA MEU BEM

/: Abre a janela meu bem
vem ver o dia que vem.
Deixa o sol entrar e o vento falar
Que eu te quero bem. :/

Deixa a brisa da manhã te abraçar
ver a rosa no canteiro a te sorrir
Vou pedir galo-caipira prá cantar
Vou mandar te dar bom dia o bem-te-vi.

Essa vida só é vida com amor
Acordado é melhor jeito de sonhar
Que o carinho seja sempre o bom sabor
E a razão pra toda hora começar.

Se a saudade ou o cansaço te bater
Busque a força no segredo da paixão
Não me esqueça, que eu não vou te esquecer
somos um neste país que é o coração.

03 -GUARANIS

Ah! quero ouvir a serenata
Ver crescer as nossas matas
e tocar um violão.
Ah! meu amigo vem cantar
pois o dia vai raiar
e morar nesta canção

Ah! que saudade do poeta
Do artista , do profeta
Que o tempo eternizou.
Ah! como eu falei das flores
Liberdade, beija-flôres
Que meu coração sonhou.

Ah! ver crianças pelas praças
Paz e pipa pão de graça
Como cheiro de hortelã.
Ah! água pura ali na fonte
E a gente olhar os montes
sem ter medo do amanhã

Ah! o meu lindo continente
Que fez o sangue a semente
para ver o sol nascer.
Ah! nossas matas tão bonitas
Verdes mares, canto a vida
Quando o dia amanhecer.

Ah! quanta luta na fronteira
tanta dor na cordilheira
Que o condor não voou.
Ah! dança e terra guaranis
de uma raça tão feliz
Que o homem dizimou.

\: Ah! vou nos passos de um menino, !
no meu coração latino,
a esperança tem lugar.
Ah! quando bate a saudade,
Abre as asas liberdade
Que não pára de cantar. :\

04- IÊBABELÓ (TERRA AVO)

Treze mil anos de história
Muita lenda, muita glória
Nessa terra foi plantada
Chegaram as embarcações
trazendo santos ladrões
Nos tomaram de emboscada
Trouxeram histórias bonitas
Muitos presentes e fitas
Até um Deus nos ofertaram
Outra alma e outra crença
Um punhado de doenças
e as nossas terras roubaram.

\: Iêbabeló cadê Kunhãtaí?
Cadê a terra e os rios
criados por ti? :\

Essa terra tinha dono
Tinha uma grande nação
Descoberta para os brancos
Pro nosso povo, invasão
Aqui não tinha divisa
Não tinha cerca ou picada
Nossa riqueza, a partilha
Não se acumulava nada
Aqui não tinha manhã
Hoje , tudo garantia
Quem pratica a igualdade
Não precisa de utopia.

Quinhentos anos de saques
Muitos golpes e massacres
contra os povos da floresta
Missionários, navegantes
assassinos, bandeirantes
Vão ser lembrados com festas
a história verdadeira
Os europeus não contaram
Seu progresso imperialista
muitas nações dizimaram
Mataram nossa cultura
Nosso povo e a floresta
Garimpeiros, fazendeiros
Correndo atrás do dinheiro
Vão matar o que ainda resta
Vão matar o que ainda resta.

05 -LIBERDADE

Liberdade vem e canta,
e saúda este novo sol que vem.
Canta com alegria
O escondido amor que no peito tem.
\: Mira o céu azul,
Espaço aberto para te acolher.:\

Liberdade vem e pisa
este firme chão de verde e ramagem.
Canta louvando as flôres.
que ao bailar ao vento,
Fazem sua mensagem.
\: Mira essas flôres
Abraço aberto pra te acolher. :\

Liberdade vem e pousa
Nesta dura América triste e vendida.
Canta com os seu gritos
Nossos filhos mortos e paz ferida.
\:Mira este lugar
Desejo aberto prá te acolher. :\

liberdade, liberdade,
És o desejo que nos faz viver.
És o grande sentido
De uma vida pronta para morrer.
Mira o nosso chão
Banhado em sangue pra reviver.
Mira a nossa América
Banhada em morte pra renascer.

06 - CÂNTICOS DAS CRIATURAS

\:Onipotente e bom Senhor
A ti a honra, glória re louvor
Todas as bênçãs de ti nos vem
E todo o povo te diz amém.:\

Louvado seja as criaturas
primeiro o sol lá nas alturas
Clareia o dia, grande esplendor
radiante imagem de ti, Senhor.

Louvado sejas, pela irmã lua
no céu criaste, é obra tua
pelas estrelas, claras e belas
Tu és a fonte do brilho delas.

Louvado sejas pelo irmão vento
E pelas nuvens, o ar e o tempo
E pela chuva que cai no chão
Nos dás sustento, Deus da criação.

Louvado sejas, meu bom senhor
pela irmã água e seu valor
Preciosa e casta, humilde e boa
Se corre, um canto, a ti entoa.

Louvado sejas, ó meu senhor
pelo irmão fogo e seu calor
Clareia a noite, robusto e forte
Belo e alegre, bendita sorte.

Sejas louvado, pela irmã terra
Mãe que sustenta e nos governa
Produz os frutos, nos dá o pão
Com flores e ervas sorri o chão.

Louvado sejas, ó meu Senhor
Pelas pessoas que em teu amor
Perdoam, sofrem tribulação
Felicidade em ti encontrarão.

Louvado sejas, pela irmã morte
Que vem a todos, ao fraco e ao forte
Feliz aquele que em ti amar
A morte eterna não matará.

Bem aventurado quem guarda a paz
Pois o altíssimo satisfaz
Vamos louvar e agradecer
Com humildade ao senhor bendizer.

07 - CRISTO TRABALHADOR

Tu éds o Deus dos pequenos
O Deus humano e sofrido.
O Deus de mãos calejadas
O Deus de rosto curtido.
Por isso te falo eu
Como te fala meu povo.
/: Porque és o Deus roceiro
O Cristo trabalhador:/

Tu vais de mãos dadas com minha gente
pelas estradas e pelos roçados.
E fazendo fila aos pés dos grandes
para que te paguem alguns trocados.

Tu comes na feira catando lixo
com Zé, João, Chico ou Maria.
E reclamas contra a miséria
que mata seu povo dia-a-dia

Eu te vi brocando, fazendo cerca,
engordando gado e sem feijão.
E na rua, com os companheiros
exigindo terra e ganha pão

Te vi no alugado, lá no campo
o dia inteiro sem parar.
e no Sindicato com os companheiros
prá ver a justiça triunfar.

08- PÃO DA IGUALDADE

Se calarem a voz dos profetas
As pedras falarão
Se fecharem uns poucos caminhos
mil trilhas nasceram
muito tempo não dura a verdade
Nestas margens estreitas demais
Deus criou o infinito
Pra vida ser sempre mais

E Jesus esse pão de igualdade
viemos pra comungar
com a luta sofrida do povo
que quer ter voz, ter vez, lugar
Comungar é tornar-se um perigo
Viemos pra incomodar
Com a fé e a união
nossos passos um dia vão chegar

O espírito é vento incessante
que nada há de prender.
Ele sopra até no absurdo
que a gente não quer ver.
Muito tempo não dura a verdade
nestas margens estreitas demais
Deus criou o infinito
pra vida ser sempre mais.

No banquete da festa de uns poucos
Só rico se sentou
Nosso Deus fica ao lado dos pobres
Colhendo o que sobrou.
Muito tempo não dura a verdade
nestas margens estreitas demais.
deus criou o infinito
pra vida ser sempre mais

O poder tem raízes na areia
o tempo a faz cair
a união é a rocha que o povo
usou pra construir.
muito tempo não dura a verdade
nestas margens estreitas demais
Deus criou o infinito
pra vida ser sempre mais.

09 -COMPANHEIRA

Ah! companheira me dá as suas mãos
Eu necessito do amor que tu me dás
Tua presença me anima a lutar
O teu abraço refresca o calor
Dessa jornada em busca de um lugar
onde seremos uma só nação

ÃÃÃ ÃÃÃ ÃÃÃ LAIA LAIA LAIA
LAIA LAIA LAIA

Ah! companheiro eu te dou as minhas mãos
Te dou meu peito em mim vem repousar
Vem ser a chama que acende o coração
O meu desejo a vida que virá
felicidade enfim, vai florescer
E amaremos sobre o nosso chão

ÃÃÃ ÃÃÃ ÃÃÃ LAIA LAIA LAIA
LAIA LAIA LAIA

Que venham as lutas, a dor e solidão
Os passos lentos do povo a caminhar
o nosso amor é fonte no jardim
Prá saciar a sede de quem vem
Prá perfumar a estrada de quem vai
Prá festejar o dia do amor.

ÔÔÔ ÔÔÔ ÔÔÔ LAIA LAIA LAIA
LAIA LAIA LAIA



CULTURA POPULAR

10 O MENINO DA PORTEIRA

Toda vez que eu viajava pela estrada de Ouro Fino,
de longe eu avistava a figura de um menino, que corria abria a porteira,
depois vinha me pedindo
"toque o berrante , seu moço, que é prá eu ficar ouvindo"

Quando a boiada passava e a poeira ia baixando,
eu jogava uma moeda e ele saia pulando
"Obrigado, boiadeiro, que Deus vai lhe acompanhando"
Prá aquele sertão afora, meu berrante ia tocando
No caminho desta vida, muito espinho eu encontrei
Mas nem calo mais fundo do que isto que eu passei
Na minha viagem de volta, qualquer coisa eu cismei
Vendo a porteira fechada, o menino não avistei
Apeei do meu cavalo no ranchinho à beira chão.
Vi um muié chorando quis sabê qual a razão

"Boiadeiro, veio tarde, veja a cruz no estradão
Quem matou o meu filhinho, foi um boi sem coração"
Lá prás bandas de Ouro Fino, levando o gado selvagem, quando eu passo na porteira, até vejo a sua imagem
o seu rangido tão triste mais parece unla mensagem daquele rosto trigueiro, desejando-me boa viagem
A cruzinha do estradão, do pensamento não sai
Eu já fiz um juramento que não esqueço jamais
Nem que meu gado estoure, que eu precise ir atrás, neste pedaço de chão berrante eu não toco mais!

11 XOTE ECOLÓGICO

Não posso respirar
Não posso mais nadar
A terra está morrendo
Não dá mais pra plantar

E se plantar não nasce
E se nascer não dá
Até pinga da boa
Tá difícil de encontrar (bis)

Cadê a flor daqui
Poluição comeu
O peixe lá do mar?
Poluição comeu
O verde lá da mata?
Poluição comeu
E nem o Chico Mendes sobreviveu

12 A VIDA DO VIAJANTE
Luiz Gonzaga

Minha vida é andar por esse pais
prá ver se um dia descanso feliz.
Guardando as recordações
das terras onde passei,
andando pelos sertões
e dos amigos que lá deixei

Chuza, sol, poeira e carvão,
longe de casa sigo o roteiro,
mais uma estação
Laiá, laiá,laiá,laiá,
e a saudade no coração.
Auê, Auê, Auê, Auê,
Auê, Auê, Auê, Auê



13 OBRAS DO POETA
(OS PASSARINHOS)

Os passarinhos enfeitam
Os jardins e a florestas
São iguais às melodias
Vivem n'alma dos poetas
Qualquer tipo de canção
Sertaneja ou popular
Serve de inspiração
Como o tema pra rimar
O construtor da floresta
Faz seu prédio na paineira
E o maestro sabiá
Faz seu show na laranjeira
Na copada de um pinheiro
Canta alegre o bem-te-vi à tarde na cachoeira

Canta triste a juriti
Quando ouço o disparo
De espingarda tenho dó
Por saber que na palhada
Está morrendo o xororó
Quando um gavião malvado
Vem chegando de mansinho
Abafando sem piedade
Deixa de luto o canarinho
No pomar a vida passa,
As mais variadas flores
Num constante vaivém
Dos pequenos Beija-flores
No moinho o Tico-tico
Enche o papo de fubá
E a pmbinha mensageira
Foi pra nunca mais voltar

14 TERRA TOMBADA
Chitãozinho e Xororó

É calor do mês de agosto
É meados de estação
Lavrador tombando terra
Dá de longe a impressão
De losangos cor de sangue
Desenhados pelo chão
Terra tombada é promessa
De um futuro que se espalha
No quarto verde dos campos
A grande cama vermelha
Onde o parto das sementes
Faz brotar de suas covas
Ofruto da natureza
Cheirando a criança nova

TERRA TOMBADA, SOLO ARADO
CHÃO QUENTE
ESPERANDO QUE A SEMENTE
VENHA LHE COBRIR DE FLOR
TAMBÉM MINH'ALMA
ANSIOSA ESPERA CONFIANTE
QUE EM MEU PEITO
VOCÊ PLANTE
A SEMENTE DO AMOR



15 CHICO MINEIRO
Tonico/ Francisco ribeiro

Fizemos a última viagem
Foi lá pro sertão de Goiás
Fui eu e o Chico Mineiro
Também foi o capataz
Viajamos muitos dias
Pra chegar em Ouro Fino
Aonde passamos a noite
Numa festa do Divino

A festa estava tão boa
Mas antes não tivesse ido
O Chico foi baleado
Por um homem desconhecido
Larguei de comprar boiada
Mataram meu companheiro
Acabou o som da viola
Acabou-se o Chico Mineiro

Depois daquela tragédia
Fiquei mais aborrecido
Não sabia da nossa amizade
Por que a gente era unido
Quando eu seu documento
Me cortou o coração
Vim saber que o Chico Mineiro
Era meu legítimo irmão

16 É BONITA DEMAIS

É bonita demais, é bonita demais , a mão de quem conduz a bandeira da paz.
É a paz verdadeira que vem da justiça irmão.
É a paz da esperança que nasce do coração!

É a paz da verdade,
da pura irmandade do amor.
Paz da comunidade que busca igualdade.
ô, ô, ô!

Paz é a graça e presente,
na vida da gente de fé.
Paz do onipotente Deus da nossa frente JAVÉ!
Paz é a graça e presente,
na vida da gente de fé.
Paz do onipotente Deus da nossa frente AXÉ!



"Nós convidamos essa massa aí
Prá de uma vez tomar o seu lugar



17 OH COMPANHEIRO POR QUE ESTÁS TÃO TRISTE

1- Oh companheiro por que estás tão triste?
Mas o que foi que aconteceu?
Não tenho terra prá plantar a roça
E a terra é nossa, foi Deus quem nos deu.

2- Vem companheiro/ vem meu irmão!
Não fique triste/ que esta terra é toda tua
Vamos ter Reforma Agrária
E a luta continua.

3- Oh companheiro, já estou na justiça,
O invasor foi quem me entregou.
Querendo a terra e a terra é minha,
Foi Deus quem me deu e a outro eu não dou.

18 O QUE VALE É O AMOR

/: Se é prá ir prá luta eu vou
Se é prá tá presente eu tou
Pois na vida da gente
O que vale é o amor. :/

É que a gente junto vai,
Reacender estrelas, vai
Replantar nosso sonho
Em cada coração.
Enquanto não chega o dia
Enquanto persistir a agonia
A gente ensaia o baião!
/: Lauê, lauê, lauê, lauê... :/

É que a gente junto vai
Reabrindo caminhos, vai
Alargando a avenida
prá festa geral.
Enquanto não chega a vitória
A gente refaz a história
Prá o que há de ser, afinal!
/: Lauê, lauê, lauê, lauê... :/

É que a gente junto vai
Vai prá rua de novo, vai
Lenvantar a bandeira
do sonho maior.
Enquanto deles mandam, não importa
A gente vai abrindo a porta.
Quem vai rir depois, ri melhor!
/: Lauê, lauê, lauê, lauê... :/

Esse amor tão bonito vai
Vai gerar nova vida, vai
Cicatrizar feridas, fecundar a paz.
Enquanto governa a maldade
A gente canta a liberdade
O amor não se rende jamais!
/: Lauê, lauê, lauê, lauê... :/

19 - MISTÉRIOS

/: Todas as coisas são mistérios
Todas as coisas são mistérios

O que me faz viver
O que me faz te amar
Nem sequer porque penso em voce
Não consigo explicar
O vento que sopra na rosa
A luz que brilha em teu olhar
O que fere aqui dentro do peito
Ao te beijar

Por que tanta dor pela rua
Por que tanta morte no ar
por que os homens promovem a guerra
em nome da paz
por que o cientista não mostra
um jeito bem feito afinal
Que seja a vacina do amor
Contra o virus do mal

Aquele encontro surpreso
Aquele emoção ao te ver
Não me peça qualquer explicação
Eu não posso dizer
O que há de segredo amanhã
O que vai ser do meu coração
Te procuro amor,
Neste instante o que vale é a canção.



20 - **PAI NOSSO GRITAMOS**

Pai nosso gritamos o teu nome
Pai nosso teu povo passa fome!

/: Trabalha na terra prá jogar
uma semente :/
/: espera a chuva e a chuva não cai:/
/: A terra é seca, não tem água,
o sol é quente. :/
/: Espera açude , açude não sai. :/

O gado morre, não tem nada para comer,
a gente fica de teimoso até morrer,
e se a fome não mata,
/: machuca demais, machuca demais :/

/: Quando não chove a gente muda
prá cidade. :/
/: Procura emprego, emprego não tem /
/: A filharada passa fome de verdade :/
/: Não tem dinheiro, dinheiro não vem.

A gente vive de saber sobreviver,
a gente vive de teimoso até morrer
e se a fome não mata
/: Machuca demais, machuca demais :/

/: A gente esconde então numa periferia :/
/: E pede juntiça, mas ela não vem:/
/: A gente cansa de esperar um novo dia :
/: Persegue a chance e se sente ninguém.

A gente não tem nada pra fazer
a criançada não tem nada pra comer
se esta vida não mata
/: machuca demais, machuca demais :/

Pai nosso, gritamos o teu nome
Pai nosso, teu povo passa fome!

21 - **GUANTANAMERA**

Yo soy un hombre sincero
de donde crece la palma
y antes de morirme quiero
echar mis versos del alma.

Con los pobres de mi tierra
quiero yo mi suerte echar
el arroyo de la sierra
me complace más que el mar.

No me pongan en lo oscuro
a morir como un traidor
yo soy bueno y como bueno
moriré de cara al sol.

Tiene el leopardo un abrigo
en su monte seco y pardo
yo tengo más que el leopardo
porque tengo un buen amigo.

Mi verso es de un verde claro,
y de un carmim encendido,
mi verso es un ciervo herido
que busca en el monte amparo.



22 - TOCANDO EM FRENTE

Ando devagar porque já tive pressa
e levo este sorriso porque já chorei demais
Hoje me sinto mais forte, mais feliz, quem sabe

eu levo a certeza de que muito pouco
eu sei, e nada sei.

Conhecer as manhas e as manhãs.
O sabor das massas e das maçãs.
É preciso amor pra poder pulsar
é preciso paz pra poder sorrir
é preciso chuva para florir.

Penso que cumprir a vida,
seja simplesmente conhecer as marchas
e, ir tocando em frente,
como um velho boiadeiro, levando a boiada
e vou tocando os dias,
pela longa estrada eu sou, estrada eu vou.
Todo mundo ama um dia, todo mundo chora.
Um dia a gente chega, o outro vai embora
cada um de nós constrói a sua história
e cada ser em si, carrega o dom de ser capaz
e ser feliz.

Ando devagar porque ja tive pressa
e levo este sorriso porque já chorei demais.
Cada um de nós compõe a sua história e,
cada ser em si, carrega o dom de ser capaz
e ser feliz.

23 - UIRAPURU

Uirapuru, Uirapuru
Seresteiro, cantador do meu sertão.
Uirapuru, Uirapuru
Tens no canto
As mágoas do meu coração.

A mata inteira fica muda a teu cantar
tudo se cala para ouvir tua canção.
Que vai a Deus numa sentida melodia
vai a Deus em forma triste de coração

Se Deus ouvisse o que vai no coração
entenderias que é de dor tua canção
e dos seus olhos tanto pranto rolaria
que daria para salvar o meu sertão.

24 - CIO DA TERRA

Debulhar o trigo.
Recolher cada bago do trigo,
Forjar do trigo o milagre do pão
E se farta de pão.

Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel.

Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra propicio à estação
E fecundar o chão.

25 QUERO TE DAR A PAZ

Quero te dar a paz,
do meu Senhor,
com muito amor (bis)

Na flor vejo manifestar o poder da criação
Nos teus lábios eu vejo estar
um sorriso de um irmão
Toda vez que eu te abraço
e aperto a sua mão
sinto forte o poder do amor
dentro do meu coração

Quero te dar a paz,
do meu Senhor,
com muito amor (bis)

Deus é pai e nos protege
Cristo é filho e salvação
Santo espírito consolador
na trindade somos irmãos
Toda vez que eu te abraço
e aperto a sua mão
sinto forte o poder do amor
dentro do meu coração.

REFRÕES

1- EU ACREDITO QUE O MUNDO
QUANDO O MENOR QUE PADECE
ACREDITAR NO MENOR

2- OUVI O GRITO QUE SAI DO CHÃO
DOS EXCLUIDOS EM ORAÇÃO.

3- DEUS TE PROTEJA
DEUS TE ABENÇOA
DEUS TE DÊ A PAZ
DEUS TE DÊ A PAZ.

26 TERRA PARA TODOS

/: Terra
Terra para todo cidadão
o homem bem alimentado
fortalece uma nação :/ bis

O sentimento dos injustos
despertou a ambição
por medidas moeda dividiram este torrão
do que não foi comprado
começou a divisão
a cobiça sem limites
espalhou a maldição

Terra, terra para todo cidadão
queremos terra, justiça e amor
Esperança e nobreza do homem trabalhador
Se cada um tivesse seu pedaço de chão
fixando moradias
produzindo o seu pão
Espantava a fome negra da mesa do povão

4- PÕE A SEMENTE NA TERRA
NÃO SERÁ EM VÃO,
NÃO TE PREOCUPE
A COLHEITA PLANTAS PARA
O IRMÃO.

5- VIVA, VIVA A MULHER DESTA NAÇÃO,
QUE VAI GERANDO NO VENTRE
A NOVA SEMENTE DA LIBERTAÇÃO,
E VEM TRAZENDO NO SANGUE

A SEMENTE NOVA DA REVOLUÇÃO.

6-UM CLAMOR DE JUSTIÇA
ESTÁ NO AR.
UM CLAMOR DE JUSTIÇA ESTÁ NO AR.

CEDIM

50 anos

CÁRITAS BRASILEIRA

Solidariedade pela vida



3º Congresso Nacional da Cáritas Brasileira

Aracaju-SE
8 a 12 de novembro de 2006

Subsídio de preparação

Cáritas Brasileira
Secretariado Nacional



CÁRITAS BRASILEIRA

Solidariedade pela vida

Subsídio de preparação

Julho de 2006

CEDIM

Diretoria Nacional

Presidente
Dom Demétrio Valentini

Vice-presidente
Odair Firmino

Diretora-Secretária
Cristina França

Diretor-Tesoureiro
Luis Costella

Secretariado Nacional

Coordenação Colegiada

Diretor-Executivo Nacional
José Magalhães de Sousa

Coordenadora Administrativa
Anadete Gonçalves Reis

Coordenadora Político-Pedagógica
Maria Cristina dos Anjos

Subsídio de preparação para o
3º Congresso Nacional da Cáritas Brasileira
Secretariado Nacional – Julho de 2006

Coordenação do subsídio

Comissão de Preparação do III Congresso
Cátia Cardoso, Carlos Humberto Campos, Dalila Pedrini, Maria Cristina dos Anjos, Roberto Marinho Alves da Silva (assessor externo) e Vanda Fernandes

Organização e texto final
Roberto Marinho Alves da Silva

Coordenação editorial
Assessoria de Comunicação do Secretariado Nacional

Diagramação
Xico Só – (61) 9275-7700

CEDIM

Sumário

Apresentação 5

I – O JUBILEU DA CÁRITAS BRASILEIRA

1.1 – Sentido bíblico 7
1.2 – Memória da caminhada 8
Momentos marcantes dos 50 Anos 9
Dica 1 – Resgatando a memória local da Cáritas 12
1.3 – Celebração dos 50 anos 13
Dica 2 – Resgatando e aprofundando a mística e a espiritualidade da Cáritas 15
1.4 – Construção do futuro 16
Dica 3 – Debatendo o futuro da Cáritas Brasileira 19

II - A CELEBRAÇÃO DO JUBILEU: A PREPARAÇÃO NAS DIOCESES E REGIONAIS E O 3º CONGRESSO NACIONAL DA CÁRITAS BRASILEIRA

2.1 – Congressos preparatórios diocesanos 20
2.2 – Congressos preparatórios regionais 21
2.3 – Programação do 3º Congresso Nacional 21
Dica 4 – Memória da Caminhada: O Brasil e a Cáritas em 50 anos 23
Dica 5 – Feira de Economia Popular Solidária 25
Dica 6 – Festival Cultural da Cáritas 27
Dica 7 – Romaria e Celebração dos 50 Anos da Cáritas Brasileira 28

III - O LOCAL DO 3º CONGRESSO: ONDE VAMOS CELEBRAR O JUBILEU DA CÁRITAS BRASILEIRA?

3.1 – Informações históricas sobre Sergipe 29
3.2 – Informações sobre Aracaju 30
3.3 – Informações sobre a Foz do Rio São Francisco 30

IV - SUGESTÃO DE LEITURAS

Sugestão de leituras 32

Apresentação

Em novembro de 2006, a Cáritas Brasileira completará seu cinqüentenário. São 50 anos de dedicação e serviço às pessoas empobrecidas e excluídas socialmente. Desde o começo, a Cáritas tem trilhado diversos caminhos. Agora é chegado o momento de celebrar essa caminhada com as pessoas a quem servimos e para as quais existimos. É também no contexto do Jubileu que queremos discutir e implementar novas estratégias para a sustentabilidade das ações da Cáritas no Brasil.

Criada em 12 de novembro de 1956, a Cáritas Brasileira integrao conjunto de pastorais sociais e organismos que faz parte da Comissão para a Caridade, a Justiça e a Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – (CNBB). Também está inserida como entidade membrona rede Cáritas Internationalis e vem afirmando a sua vocação e o seu compromisso com as causas dos excluídos e excluídas. Animada pela fé na construção do Reino de Deus, aqui e agora, a Cáritas tem tido presença ativa nas mobilizações da sociedade brasileira para superação da pobreza e da miséria e sua missão institucional tem orientado seus agentes a participar do grande mutirão nacional para o fortalecimento das iniciativas de enfrentamento das problemáticas sociais no Brasil.

50 anos
CÁRITAS BRASILEIRA
Solidariedade pela vida

O jubileu foi lançado em novembro de 2005 e vai culminar com a realização do 3º Congresso Nacional, em 2006, marcado para acontecer na cidade de Aracaju (SE), no Nordeste, uma das Regiões onde a Cáritas deixou sua marca registrada nestes cinqüenta anos.

Ao longo do ano, têm acontecido diversas manifestações, e muitas outras ainda acontecerão envolvendo diretamente as 170 entidades membros da Cáritas Brasileira, que são as Cáritas Diocesanas ou entidades afins ligadas à sua atuação nas dioceses.

CEDIM

Apresentação

Mais recentemente, tivemos diversas experiências de jubileus celebrados com intensidade e colocados a serviço da reflexão histórica e da renovação das motivações. Essas experiências têm mostrado como é possível aproveitar o jubileu para retomar a inspiração inicial e para abraçar com mais motivação a missão própria da entidade. É o que a Cáritas espera fazer, criando um espaço mais amplo de reflexão sobre a memória histórica do Brasil e a caminhada da Cáritas nestes 50 anos. Esperamos também refletir e vivenciar a prática da Cáritas inspirada em Jesus Cristo durante este percurso.

Um momento especial do jubileu foi a celebração em plena Assembléia Geral da CNBB, em maio de 2006, ressaltando a vinculação histórica da Cáritas Brasileira com a CNBB e seus vários feitos ao longo desse meio século.

Quando a Cáritas Brasileira foi fundada, D. Hélder Câmara era Secretário Geral da CNBB. A partir daí, foram muitos os momentos de plantio e colheita. É isso que nós queremos lembrar com as diversas celebrações jubilares. E assim consolidar a nossa missão, promovendo e animando a solidariedade libertadora rumo a uma nova sociedade. O papel de cada Regional e Entidade Membro é fundamental.

50 anos

CÁRITAS BRASILEIRA
Solidariedade pela vida

Vamos Celebrar!

I O Jubileu da Cáritas Brasileira

A Cáritas Brasileira, desde sua criação, em 12 de novembro de 1956, como um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e membro da rede Cáritas Internationalis, assumiu a missão da prática da caridade junto às populações mais pobres e marginalizadas. O longo aprendizado de meio século fortaleceu o testemunho e o compromisso com a causa de Jesus Cristo, tendo por orientação principal a opção pelas pessoas mais pobres. Hoje a Cáritas assume como missão testemunhar e anunciar o Evangelho de Jesus Cristo, defendendo a vida, promovendo e animando a solidariedade libertadora, participando da construção de uma nova sociedade com as pessoas em situação de exclusão social, a caminho do Reino de Deus.

Esse é um período muito especial para todas as pessoas e entidades que construíram e constróem a Cáritas no Brasil. O ano de 2006 está sendo considerado como um tempo de graça, de agradecer e celebrar o Jubileu de uma entidade que vem sendo uma presença viva e atuante da caridade cristã libertadora entre as pessoas mais pobres e marginalizadas.

1.1 – O Sentido Bíblico

O Jubileu era celebrado a cada 50 anos pelo Povo de Deus como um momento forte de conversão, de mudança de vida da sociedade que deveria se reencontrar com suas origens, com o Deus da Vida e da Justiça. No Antigo Testamento, encontramos os relatos sobre as origens e significados do Jubileu: os capítulos 21 a 23 do Êxodo, o capítulo 25 de Levíticos e o capítulo 15 de Deuteronômio descrevem as celebrações dos anos sabáticos e do Jubileu.

De sete em sete anos o Povo de Deus celebrava o ano sabático, como um período de repouso para as pessoas e para a terra, durante o qual não se podia semear, nem colher. Ao completar sete vezes sete anos, dava-se início ao jubileu. A festa era maior e a celebração mais intensa, com significado profundo de reencontro com Deus e com o seu projeto de vida para a humanidade: "Santificareis o qüinquagésimo ano e publicareis a liberdade na terra para todos os seus habitantes" (Levítico 25, 10).

A celebração do Jubileu era uma oportunidade especial de relembrar que a terra é de Deus

Era um tempo de cancelamento de dívidas, de perdão mútuo, de descanso da terra, de libertação para os escravos, de socorro e alívio para as pessoas pobres. Nesse ano sagrado de libertação, as terras que tinham sido vendidas por necessidades econômicas eram restituídas aos antigos proprietários. A celebração do Jubileu era uma oportunidade especial de relembrar que a terra é de Deus: "A terra não se venderá para sempre, porque a terra é minha e vós estais em minha casa como estrangeiros ou hóspedes. Portanto, em todo o

território de vossa propriedade, concedereis o direito de resgatar a terra" (Levítico 25, 23-24).

Além de promover um forte sentido de desapego aos bens materiais e de incentivar a prática da justiça, o Jubileu era também um período de garantia do descanso da terra, de tomada da consciência que ela tem que ser tratada com respeito e responsabilidade. No ano sabático, como no jubileu, o trabalho na terra era interrompido. Com sua própria força ela produzia alimento para todos. Era Deus chamando o homem a romper com a lógica da acumulação e da ganância. O mais importante é que durante o Jubileu, o Povo de Deus devera celebrar a memória da caminhada, redescobrir suas origens, revigorar suas forças e valores, reduzindo as desigualdades que separavam os Filhos de Israel em ricos e miseráveis, livres e escravos, pois foi Deus quem tirou todas as pessoas da servidão (Levítico 25,38).

Jesus Cristo proclamou um novo tempo de graça e de libertação. Ao revelar sua missão (Lc 4, 16-22), proclama o início de um novo tempo de justiça e de reconciliação da humanidade com o projeto de Deus. É a proclamação de um novo Jubileu, que não ocorre apenas com as práticas realizadas a cada cinqüenta anos, mas que deve ser, pelos seus significados, uma orientação permanente para a humanidade.

A Cáritas também é fruto desse anúncio da Boa Nova. Ao celebrar seus cinqüenta anos de existência, conclama os seus e suas agentes para recuperar a memória da caminhada e celebrar um ano jubilar.

1.2 – A Memória da Caminhada

Celebrar o Jubileu é fazer a memória da caminhada, resgatar a história para compreender o presente e ajudar a construir os passos futuros. Por isso, é importante e necessário retomar a história da Cáritas no contexto mais amplo da caminhada do povo brasileiro, das suas lutas, clamores, desafios e conquistas. É assim que a Cáritas Brasileira vai celebrar seu Jubileu: um grande mutirão nacional de resgate da memória da sua presença na caminhada do povo brasileiro

Recuperar e contar a história é uma estratégia utilizada por muitos povos para manter viva a memória da caminhada, desde a constituição até os dias atuais, relembrando os seus valores e costumes. Ou seja, manter a memória é a principal forma de reafirmar e fortalecer as identidades culturais. Foi assim também com a história do Povo de Deus, no longo período de escravidão no Egito, na longa travessia do deserto, na reconquista da terra dos antepassados. A história mantinha o povo unido. Quando se perdia ou se esquecia a história, as tradições, os valores, havia também uma desagregação da nação e, quase sempre, aumentava a dominação por outros povos. Nas primeiras comunidades cristãs também era assim. Celebrar a memória reunia os seguidores de Cristo que, inspirados no testemunho de vida do Mestre e dos primeiros mártires da Igreja, convertiam-se e assumiam a missão de levar adiante o projeto de anúncio da Boa Nova e de construção do Reino de Deus entre nós.

Manter a memória é a principal forma de reafirmar e fortalecer as identidades culturais

A Cáritas faz parte dessa caminhada maior, do Povo de Deus no mundo. Mas ela também tem sua própria história em cada um dos países onde atua. Enquanto uma organização social viva e atuante ela também é influenciada pelos acontecimentos históricos e vive processos internos de transformação e de afirmação. É nesse contexto que vai construindo e consolidando sua

identidade, fortalecendo seus valores originários, atualizando e reafirmando a sua missão. São quase que inevitáveis as mudanças de percepções sobre a realidade e sobre si mesma, as formas de organização que assume em cada momento e as distintas formas de ação que vão sendo experimentadas. Nessa trajetória, é preciso muito cuidado para não perder os referenciais principais, os fundamentos ou razões de sua existência. É por isso que a memória da caminhada ajuda no processo de definição da identidade institucional. Resgatar esses fundamentos ajuda tanto a evitar as atitudes conservadoras exageradas, as tentativas de cristalizar as formas de ser e agir em cada período da história, quanto as atitudes inovadoras exageradas que desconhecem a história e levam à perda dos referenciais e valores fundamentais de uma instituição.

Momentos marcantes dos 50 anos

Em 1956, a CNBB, presidida por Dom Hélder Câmara, criou a Cáritas Brasileira no dia 12 de novembro, durante a sua 3ª Assembléia em Serra Negra (SP).

- *De 1956 a 1963, a ação da Cáritas é marcada pela ênfase assistencial, na distribuição de alimentos vindos dos Estados Unidos e na articulação de obras sociais católicas. Nesse mesmo período, alguns ventos de mudança já surgem: no Brasil, as primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são criadas. Em Roma, o Concílio Vaticano II, iniciado em 1962, possibilita a criação de uma pastoral social enraizada nas realidades da América Latina, de uma Igreja mais próxima dos pobres, mais ecumênica, promotora da paz e da cooperação internacional.*
- *De 1964 a 1969, começa a fase da chamada promoção humana, com a criação de cursos como pintura, costura, higiene, cozinha, entre outros. Por parte de vários e várias agentes e profissionais ligados/as à Cáritas, crescem os questionamentos em relação ao modelo da prática de distribuição de alimentos. Aos poucos, o trabalho da instituição vai além do assistencialismo, assim como várias outras iniciativas na Igreja, entre elas, a Campanha da Fraternidade (CF), realizada, pela primeira vez,*

em nível nacional, em 1964, sob inspiração do Concílio Vaticano II. A CF firma-se como um meio de desenvolver o espírito de renovação na Quaresma, a partir da realização de ações comunitárias concretas em preparação à Páscoa. Em 1968, Dom Hélder Câmara exerce grande liderança na Conferência de Medellín, na Colômbia, na qual as Igrejas latino-americanas inspiram tanto a pastoral como a educação libertadora, abrindo os horizontes para as CEBs. Porém, a vida política do país passa por momentos difíceis: o golpe militar de 1964 e o Ato Institucional nº 5 (AI 5) em 1968.

- De 1970 a 1981, ocorrem mudanças com o planejamento articulado com as outras pastorais buscando uma "pastoral de conjunto" na Igreja. A Cáritas busca uma maior interação com as CEBs, que realizam seu primeiro encontro nacional em 1975. É um período marcado pela organização de equipes paroquiais do serviço da caridade. Continuam os governos militares, mas o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) é fundado em 1973 e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. No final dos anos 70, surge a Campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita dos presos políticos, primeiro movimento nacional e unificado contra a ditadura militar, que representa uma grande frente política de caráter progressista da história brasileira. Em 1979, a Conferência de Puebla, no México, acentua ainda mais a dimensão social da fé e da vivência cristã, a fim de superar a situação de marginalização, opressão e exclusão em que vive a maioria do povo. Nesse mesmo ano, a sede da Cáritas Brasileira é transferida do Rio de Janeiro para Brasília.



Cáritas Diocesanas se reúnem em 1978 e planejam interação com as CEBs

- Os anos de 1982 a 1991 são marcados pela organização comunitária, formação de grupos e articulação com outros setores da sociedade, em vista de processos educativos e busca de uma nova metodologia libertadora. Essa proposta, baseada no método de educação popular de Paulo Freire, é designada de Caridade Libertadora. Seguindo essas trilhas, em 1982 é criado o Conselho Nacional de Igrejas (Conic), propiciando maior aproximação entre algumas igrejas cristãs. Em 1984, o Brasil vive o clima da Campanha "Diretas Já", na qual o povo defende o voto direto para presidente.
- De 1992 a 1999, ocorre a ênfase no modelo libertador que busca integrar práticas assistenciais, promocionais, organizativas e de luta por políticas públicas numa perspectiva de formação para a cidadania e da transformação social. Reforçam-se as parcerias com pastorais sociais, movimentos e entidades da sociedade civil e do poder público. Dá-se o envolvimento crescente na construção de políticas públicas por meio dos conselhos paritários e da participação na formação política. Internamente, a mudança da estrutura institucional, com adoção da colegialidade, foi outro marco irradiador de uma prática participativa e democrática. Nesse clima de cidadania, foi realizado, em 1999, seu 1º Congresso Nacional, em Fortaleza (CE).



A Cáritas tem participado de grandes mobilizações brasileiras, como o Grito dos Excluídos, a Campanha Nacional contra a Alca e outras

- De 2000 até hoje, a Cáritas Brasileira continuou seu percurso com a missão de promover e animar a solidariedade libertadora a partir e com as pessoas excluídas socialmente. Com isso, reforçou sua participação em grandes mobilizações, como o Plebiscito sobre a Dívida Externa e a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o Grito dos Excluídos, os Fóruns Sociais Mundiais, entre outros. Em 2003, a Cáritas Brasileira realizou seu 2º Congresso Nacional, em Belo Horizonte (MG), no qual estruturou missão e novas linhas de ação, prosseguindo seu caminho com o fortalecimento da sua ação na base em muitos lugares do Brasil. Atualmente, a Cáritas possui 10 secretariados regionais e três em construção, um secretariado nacional e 170 entidades membros. Faz parte também da Rede Cáritas Internationalis, composta por cerca de 160 organizações, com presença em 200 países. A trajetória da Cáritas Brasileira ao longo dos anos é ilustrada por algumas fases.

Preparação para Dioceses e Regionais

Além desse resgate histórico nacional, é muito importante também resgatar a trajetória da Cáritas em cada local, nas paróquias, dioceses, regionais. Essa memória local vai enriquecer ainda mais a compreensão da trajetória da Cáritas no Brasil, verificando inclusive as contradições, diferenças e semelhanças na caminhada em cada período. O resgate histórico local também tem uma função pedagógica ao possibilitar que todos os/as agentes da cáritas nas bases participem ativamente desse processo de celebração do Jubileu e se preparem para participar do 3º Congresso Nacional, em novembro de 2006. Para isso vai valer a criatividade.

Dica 1 Resgatando a memória local da Cáritas

a) Perguntas que orientam os resgates históricos e os debates:

- Como e quando ocorreu a criação da Cáritas?
- Quais as motivações ou intenções para criação da Cáritas na diocese ou regional?
- Qual era o contexto histórico local (na região, Estado e diocese) e nacional nesse período de criação da Cáritas?
- Quais as ações que foram desenvolvidas no início da Cáritas?
- Ocorreram mudanças na ação da Cáritas? Quais?
- Ocorreram mudanças nas formas de organização da Cáritas? Quais?

b) Algumas dicas para realizar o resgate histórico da Cáritas nas dioceses e regionais:

- Estudos documentais em arquivos das dioceses e paróquias, em arquivos de notícias, em arquivos fotográficos etc. Esse material pode ser sistematizado e compor um relatório ou uma exposição fotográfica e de documentos históricos explicitando a história da Cáritas local até os dias de hoje.
- Entrevistas ou painéis de discussão com pessoas que participaram da Cáritas nos vários momentos, desde a sua criação até os dias atuais. Se as entrevistas forem coletivas, na forma de um painel de debates, melhor ainda. Será um momento de (re)encontro dos/as agentes da Cáritas nesse ano que é especial e fortalecer os laços e compromissos. As entrevistas ou painéis podem ser sistematizados na forma de relatórios e subsidiar os Congressos Diocesanos e Regionais em preparação ao III Congresso Nacional da CB.
- Painéis de debates sobre o contexto histórico da trajetória da Cáritas, a conjuntura atual e os desafios que se colocam para o futuro. Nesses momentos, podem ser convidadas lideranças de movimentos sociais, pesquisadores/as das áreas sociais, estudiosos/as da história da Igreja etc. É uma oportunidade para abrir os debates, perceber a história por outros olhares, compreender os desafios presentes e pensar sobre as perspectivas futuras da Cáritas no Brasil.

1.3 – Celebração dos 50 anos

A celebração do Jubileu é um momento forte de volta às origens, de retomada da inspiração original da Cáritas Brasileira: o serviço da caridade libertadora, como sinal e presença do Projeto de Jesus Cristo para a humanidade. A espiritualidade que alimenta e sustenta a mística da caridade libertadora tem sua fonte na centralidade do Reino de Deus, construído a partir dos excluídos e excluídas da sociedade.

A Cáritas está permanentemente atenta à realidade das populações excluídas

A preparação e realização do 3º Congresso da Cáritas Brasileira serão momentos especiais de reflexão e aprofundamento sobre a mística e espiritualidade que anima e orienta a caminhada. Entre 2001 e 2003, a Cáritas realizou um grande mutirão nacional de reflexão e vivência da sua mística e espiritualidade. Esse mutirão continua buscando as riquezas do espírito presentes na caminhada, na vida cotidiana dos/as agentes e nas ações da Cáritas. Foram identificados alguns elementos que constituem e caracterizam a espiritualidade na Cáritas.

- Espiritualidade encarnada na realidade: a Cáritas é caridade e por isso busca um amor que liberte e que seja sinal da presença de Deus na realidade. A sua espiritualidade é encarnada, estando permanentemente atenta aos sinais de valorização e de destruição da vida. As celebrações e as outras formas de expressão da espiritualidade na Cáritas são orientadas pela reflexão sobre a vivência do evangelho de Jesus Cristo na realidade do dia-a-dia. Dessa forma, é a Palavra de Deus que ilumina a realidade e orienta a prática da caridade libertadora. Ao mesmo tempo, a Boa Nova trazida por Jesus Cristo é atualizada, repercutindo nos corações e mentes das pessoas, ao transmitir sinais de esperança diante das problemáticas atuais da humanidade. A espiritualidade da Cáritas também tem uma forte ligação com as formas e expressão religiosa. É uma espiritualidade enraizada na religiosidade popular de cada local onde está presente.

- Espiritualidade comprometida com os excluídos e excluídas: a Cáritas está permanentemente atenta à realidade das populações excluídas, com quem manifesta um profundo amor, ternura, compaixão e parceria nas lutas pela libertação. A caridade libertadora reconhece que todas as pessoas e, especialmente, as mais excluídas, são portadoras da dignidade de filhos e filhas de Deus. Reconhece também que essas pessoas têm o direito de participar das ações de superação de todas as formas de dominação e de exploração. A caridade libertadora orienta a promoção do protagonismo político das pessoas excluídas na formulação e na conquista de políticas públicas, fortalecendo os movimentos sociais e as organizações populares.

- Espiritualidade militante: a caridade libertadora se expressa nas diversas formas de ação da Cáritas contra tudo o que é injusto e desumano. A ação, a prática, a luta expressam o modo de ser da Cáritas. São ações que despertam ou reforçam a capacidade de agir das pessoas, grupos ou coletividades que têm como objetivo modificar ou transformar essa realidade, superando as diversas formas de exclusão. A espiritualidade reflete a postura de indignação e intolerância contra todas as formas de destruição de vida, iluminando e orientando uma postura profética numa realidade de conflito. Além do testemunho profético, a ação transfor-

madora expressa o seguimento da prática da caridade na vida de Jesus Cristo. Os/as agentes têm valorizado momentos ricos de aprofundamento sobre as relações entre a prática da caridade na Cáritas e o projeto de Jesus Cristo.

- **Espiritualidade ecumênica:** no contato permanente com a realidade, a Cáritas se relaciona com diversas raízes culturais, étnicas e religiosas. Os/as próprios/as agentes Cáritas trazem raízes culturais e religiosas de diversas origens, carregadas de valores que fortalecem a caminhada. Nos mais diversos espaços do país e na relação com os diversos povos e culturas, a Cáritas convive com a diversidade de expressões religiosas dos povos indígenas e de afro-descendentes, entre outros. Por isso, a Cáritas valoriza o diálogo entre as religiões e suas espiritualidades. A aceitação e o respeito à diversidade étnica, cultural e religiosa são a base de um macro-ecumenismo que vai além das igrejas de origem cristã, evidenciando a diversidade das expressões religiosas com as quais a Cáritas convive nas bases. Os valores e práticas dessas diferentes culturas e religiosidades enriquecem e iluminam a ação transformadora da Cáritas, tornando possível um futuro de harmonia e de convivência entre os povos da Terra.

- **Espiritualidade que se expressa no contato e no amor à natureza:** a espiritualidade da Cáritas expressa o respeito, o amor e o carinho com as obras da criação divina, especialmente, com todas as formas de vida que existem na natureza. Da mesma forma que o Povo de Deus expressava esse cuidado e respeito com a terra durante as celebrações dos anos sabáticos e do jubileu, a espiritualidade da Cáritas também valoriza e cultiva uma solidariedade universal que vai além da humanidade e se estende a toda a natureza. Denuncia a exploração desordenada dos recursos naturais e a acumulação das riquezas que têm como conseqüências a perda do equilíbrio ambiental com o esgotamento de recursos naturais no presente, colocando em risco o futuro da vida na terra e a crescente exclusão social de bilhões de pessoas. Rompe com a visão utilitarista do meio ambiente, reconhecendo os laços de solidariedade entre as diferentes formas de vida, da percepção do ser humano como parte da natureza. Gera uma nova consciência de reciprocidade como sentimento, crença e valor em todas as ações humanas, no cuidado com a vida e com o planeta. A caridade libertadora assume uma nova expressão como um compromisso político e ético com a origem e o destino comum que une a vida no planeta Terra. A espiritualidade da Cáritas cultiva uma solidariedade planetária, reconhecendo a criação do universo como obra de Deus, o laço natural que conecta todos os seres, vivos e não-vivos, os presentes existentes e os futuros seres que virão.

> *A caridade libertadora assume uma nova expressão como um compromisso político e ético*

- **Espiritualidade numa perspectiva de gênero:** a Cáritas Brasileira está atenta também à dimensão das relações de gênero que se expressam na sua mística e espiritualidade. As expressões religiosas (seus conteúdos e práticas) também são espaços de desigualdades de gênero, sobretudo no que se refere à desvalorização do feminino e de discriminação das mulheres nas funções e celebrações religiosas. A Cáritas procura estar permanentemente atenta a essas desigualdades e busca superar todas as formas de discriminação de gênero, inclusive na sua mística e espiritualidade.

Preparação para Dioceses e Regionais

Essas características podem estar presentes de diferentes formas e intensidade em cada uma das cáritas diocesanas e mesmo nos regionais. Em preparação ao 3º Congresso Nacional da Cáritas Brasileira, podem ser realizadas atividades celebrativas do Jubileu da Cáritas nas dioceses e regionais. A sistematização (relatórios) dessas reflexões pode ser enviada aos Congressos Regionais e como contribuição ao Congresso Nacional da Cáritas.

Dica 2 Resgatando e aprofundando a mística e a espiritualidade da Cáritas

a) Questões que ajudam na reflexão:

- Quais as motivações evangélicas para a existência da Cáritas?
- O que caracteriza a prática da caridade na Cáritas? Existem diferenças a prática de caridade da Cáritas e outras compreensões e práticas de caridade?
- O que significa uma espiritualidade encarnada na realidade?
- Que modo de ser da Igreja está presente na ação Cáritas?
- Como se vivenciam na mística e espiritualidade da Cáritas as seguintes características: o ecumenismo, a atenção às relações de gênero, o cuidado com a natureza, a opção pelos pobres, o protagonismo dos excluídos e excluídas etc.?
- Como as equipes da Cáritas cultivam a mística e espiritualidade em meio às correrias e conflitos da militância?

b) Atividades que podem contribuir na preparação aos congressos diocesanos, regionais e ao 3º Congresso Nacional:

- Realização de celebrações populares nas comunidades e grupos onde a Cáritas atua, nas paróquias e dioceses. Podem ser momentos de reflexão, sensibilização e adesão das pessoas à prática da caridade libertadora, fortalecendo as ações e a organização da Cáritas nos locais. Também ajudam na preparação dos grupos populares e dos/as agentes pastorais que irão participar do 3º Congresso Nacional.
- Promoção de retiros e encontros de espiritualidade, nas dioceses e regionais, envolvendo os/as agentes da Cáritas em processos de reflexão, interiorização e celebração. Nesses momentos, podem ser aprofundadas as características da mística e espiritualidade da Cáritas.
- Incentivar a realização de Tríduo Celebrativo do Jubileu, nos dias 10 a 12 de novembro, nas dioceses onde a Cáritas está presente. Esta celebração propicia uma corrente de orações e reflexão de agentes da Cáritas em todo o país, entrando em comunhão com os/as congressistas que estarão reunidos/as em Aracaju (SE), no mesmo período.

1.4 – Construção do futuro

A celebração do Jubileu é também um momento para celebrar a aliança e reafirmar os compromissos com o projeto do Deus libertador. A celebração da memória e o resgate e aprofundamento das suas inspirações originais devem iluminar e motivar a continuidade da caminhada da Cáritas no Brasil.

Para reafirmar os seus compromissos, além das motivações da história e das inspirações evangélicas, a Cáritas precisa refletir sobre o contexto atual do Brasil e do mundo, interpretando os clamores da população excluída, identificando os avanços alcançados e os desafios que permanecem nessa realidade e formulando alternativas para superação das diversas formas de exclusão.

Quatro compromissos a serem aprofundadas no 3º Congresso Nacional:

- o compromisso ético-político que a Cáritas assume com as causas e lutas das populações mais pobres. Esse compromisso está explícito nas suas prioridades de ação (Linhas de Ação) e nos programas e projetos que orientam e concretizam essas prioridades;

- o compromisso com a caminhada da Igreja no Brasil e na América Latina, sobretudo com a organização e a articulação das pastorais sociais e populares;

- o compromisso com a sustentabilidade institucional para garantir a continuidade de suas ações. O sustentável é entendido como "o que tem continuidade em longo prazo", ou seja, a continuidade da realização da missão da Cáritas é o indicador e a justificativa da busca da sustentabilidade institucional. A existência depende de suas ações junto aos/às excluídos/as, da comunicação das suas ações que, por sua vez, dependem da gestão institucional na captação e administração dos recursos;

- o compromisso com a articulação da Rede Cáritas no Brasil e no mundo. Essa dimensão implica em assumir compromissos com o fortalecimento da sustentabilidade institucional para viabilizar a organização e a ação da Cáritas nas dioceses, regionais e nas instâncias nacionais. Implica também no fortalecimento das articulações com a Rede Cáritas Internacional, comungando com os esforços de mundialização da solidariedade.

a Cáritas precisa refletir sobre o contexto atual do Brasil e do mundo

Missão, eixos e linhas de ação (2004 a 2007)

Para contribuir nas reflexões sobre os compromissos da Cáritas no Futuro, são apresentadas a seguir a missão e as linhas de ação que foram definidas e aprovadas no 2º Congresso Nacional e 14ª Assembléia Nacional da Cáritas Brasileira, em Belo Horizonte, em 2003. A Cáritas reafirmou seus compromissos, definindo prioridades para intervir na realidade no período de 2004 a 2007, concretizando sua missão institucional na superação de todas as formas de exclusão social.

Missão institucional

A Cáritas Brasileira testemunha e anuncia o evangelho de Jesus Cristo, defendendo a vida, promovendo e animando a solidariedade libertadora participando da construção de uma nova sociedade com as pessoas em situação de exclusão social, a caminho do reino de Deus.

Eixos orientadores da Ação da Cáritas

São valores e princípios que emanam da missão e que estão presentes, de forma transversal, nas Linhas de Ação e Programas Nacionais, qualificando sua presença e atuação. Os eixos também fortalecem a identidade institucional, distinguindo o modo de ser e de agir da Cáritas Brasileira.

O compromisso com a defesa e promoção da vida leva a Cáritas a assumir a luta contra a miséria

- Defesa e promoção da vida: sociobiodiversidade: trata-se da defesa e promoção vida humana de forma solidária, integrada com todos os seres. O que hoje se denomina sociobiodiversidade assume a defesa da vida na perspectiva ampla: a manutenção das espécies, de materiais genéticos e de ecossistemas; o uso sustentável de recursos naturais; o reconhecimento de cada país sobre sua própria biodiversidade; a repartição eqüitativa dos benefícios econômicos e sociais etc. O compromisso com a defesa e promoção da vida leva a Cáritas a assumir a luta contra a miséria que tem raiz na injustiça institucionalizada.

- Mística e espiritualidade ecumênica e libertadora: a mística e a espiritualidade ecumênica e libertadora se constitui no cerne da identidade da Cáritas. A espiritualidade que alimenta e sustenta nossa mística tem sua fonte na centralidade do Reino de Deus, construído a partir dos/as excluídos/as da sociedade.

- Cultura de solidariedade: pouco adianta mudar estruturas externas sem mudar as estruturas culturais arraigadas nos corpos, mentes e corações. A estratégia da Cáritas no trabalho com grupos, nas mobilizações sociais e nas campanhas é fazer crescer a cultura da solidariedade, superando a cultura do individualismo que está na base das injustiças sociais.

- Relações igualitárias de gênero, raça, etnia e geração: todas as formas de relação de dominação e de preconceito são frutos da construção social das desigualdades. O caminho para uma autêntica democracia exige a superação de todas as formas de discriminação e dominação de classe, de raça e de gênero. Para a Cáritas, trabalhar as relações de gênero, raça, etnia e geração, significa reconhecer as diferenças e assumir a perspectiva da complementaridade solidária.

- Protagonismo dos(as) excluídos(as): na proposta metodológica da Cáritas, os excluídos e as excluídas devem ser sujeitos da transformação da realidade que os e as tornou descartados/as pelo mercado capitalista, na luta pelos seus direitos, tornam-se referência ética, lugar de gestação de novas relações solidárias. O objetivo é fortalecer a autonomia, revitalizando o trabalho de base, favorecendo seu envolvimento na organização e participação nas lutas populares.

- Projeto alternativo de sociedade solidária e sustentável: a Cáritas se propõe a contribuir na construção de um novo projeto societário dotado de sustentabilidade e solidariedade. A

Cáritas, em conjunto com outras forças sociais, assume com esperança o desafio de reverter a lógica da exclusão, em vista de consolidar gradativamente um modelo alternativo de sociedade. Com isso, participa de todos os esforços legítimos para inverter as prioridades nacionais e construir coletivamente um novo modelo de desenvolvimento integral, solidário, ético e sustentável. Essa transformação macro não se viabiliza se não consolidarmos sociedades solidárias e sustentáveis no nível local. A globalização solidária passa pela autogestão de processos locais, das comunidades, de grupos humanos que se constituem com sua cultura, espiritualidade e formas de se relacionar com o meio.

Linhas de ação da Cáritas Brasileira

- Linha 1: Defesa e Promoção de Direitos da População em situação de Exclusão Social: a Cáritas sempre atuou na perspectiva dos direitos sob a ótica da solidariedade libertadora, isto é, da organização dos segmentos mais excluídos entre os/as excluídos/as. Nos últimos anos, a própria concepção de emergência antes tratada como emergências naturais e sociais, foi acrescida da explicitação de "segmentos de excluídos e excluídas em situação de emergência permanente": crianças e adolescentes, sem terra, população de rua, moradores de áreas de risco, etc. Outras situações de emergência não previstas, como as catástrofes, passaram também por essa compreensão de que incidem mais fortemente sobre grupos de excluídos/as, permanentemente.

- Linha 2: Mobilizações Cidadãs e Conquista de Relações Democráticas: a proposta da Cáritas é dar continuidade e ampliar suas ações nas políticas públicas, considerando a importância do apoio e participação nas mobilizações populares e nos processos de controle social. O apoio a esses processos mobilizatórios é fundamental para a afirmação da cidadania em torno das grandes questões nacionais e da conquista de políticas públicas para superação da exclusão social. A Cáritas também reconhece a importância dos espaços de articulação das organizações da sociedade civil para uma intervenção qualificada e unificada da sociedade civil organizada nos processos de formulação e acesso às políticas públicas.

- Linha 3: Desenvolvimento Solidário e Sustentável: a construção de alternativas de desenvolvimento sustentável e solidário vem sendo abordada e experimentada pela Cáritas a partir das práticas de Convivência com o semi-árido, da Economia Popular Solidária, da atuação com catadores e catadoras de materiais recicláveis, nas edições das Semanas Sociais Brasileiras e dos Fóruns Sociais Mundiais. Dessa forma, a Cáritas, em conjunto com outras forças sociais, busca articular as ações locais e regionais com o desafio de reverter no plano nacional e global a lógica da exclusão, em vista de consolidar gradativamente um modelo alternativo de desenvolvimento integral, solidário, ético e sustentável.

- Linha 4: Sustentabilidade, Fortalecimento e Organização da Cáritas: a ação da Cáritas necessita de bases sólidas de sustentação, seja na manutenção das equipes e dos seus instrumentos de trabalho, na capacitação sistemática dos/as agentes e no fortalecimento da visibilidade e da identidade institucional. Essa linha, por sua característica é a que dá Sustentabilidade para as demais.

Preparação para Dioceses e Regionais

Em preparação ao 3º Congresso Nacional da Cáritas Brasileira, podem e devem ser realizados alguns aprofundamentos sobre o futuro da Cáritas que está presente nas dioceses e nos regionais. A sistematização (relatórios) dessas reflexões pode ser enviada aos Congressos Regionais e como contribuição ao Congresso Nacional da Cáritas.

Dica 3 Debatendo sobre o futuro da Cáritas Brasileira

a) Questões motivadoras e para orientar o debate:

- Quais são as prioridades de ação da Cáritas na Diocese e/ou regional? O que justifica essas prioridades?
- Como essas prioridades e ações diocesanas e regionais dialogam com a Missão da Cáritas Brasileira? Quais as relações com as prioridades (Linhas de Ação) nacionais?
- Quais os elementos presentes na atual realidade (contexto) local (diocesana, regional, nacional) que desafiam a Cáritas hoje?
- Quais compromissos éticos e políticos devem ser assumidos hoje pela Cáritas Brasileira? Com quais lutas a Cáritas deve se comprometer? Com quais povos?
- Quais os compromissos que a Cáritas deve assumir em relação à Igreja, principalmente, em relação ao fortalecimento da articulação das pastorais sociais?
- Quais os grandes desafios para a Cáritas em relação à sustentabilidade institucional, para manter e apoiar suas ações e organização?
- Quais as medidas necessárias para fortalecer a articulação da Rede Cáritas no Brasil?

b) Algumas atividades que podem ser realizadas em preparação aos Congressos Diocesanos, Regionais e ao 3º Congresso Nacional da Cáritas Brasileira:

- Reuniões das equipes e diretoria das Cáritas diocesanas e com as outras pastorais sociais para refletir sobre os compromissos da Cáritas;
- Reuniões com outras entidades parceiras locais, com representantes das comunidades, dos movimentos sociais etc.

A Celebração do II Jubileu

Preparação nas Dioceses e Regionais e o 3º Congresso Nacional da Cáritas Brasileira

Não é todo dia que se comemora o aniversário de 50 anos, um jubileu. Por isso, o 3º Congresso Nacional da Cáritas Brasileira deverá ser um momento de encontro, congraçamento e celebração com a participação de todas as instâncias diocesanas, regionais e nacionais da Cáritas. A preparação para esse momento é fundamental para garantir o maior envolvimento possível de todos/as os/as agentes da Cáritas e as comunidades ou grupos com os quais a Cáritas atua.

A Comissão Organizadora Nacional do 3º Congresso da CB sugere que sejam realizados, na medida do possível, congressos preparatórios nas dioceses e nos regionais, conforme as orientações a seguir. Também será fundamental a preparação e a realização de tarefas pelas pessoas e equipes das dioceses e regionais que irão participar da etapa nacional do Congresso dos 50 anos da Cáritas.

a preparação é fundamental para garantir mais envolvimento dos/as agentes

2.1 - Congressos Preparatórios Diocesanos

Os Congressos Diocesanos devem ser realizados antes dos Congressos Regionais, mobilizando todos/as os/as agentes que atuaram e atuam na Cáritas, representantes das comunidades e grupos com os quais a Cáritas Diocesana atua ou atuou, além das entidades parceiras (pastorais sociais, movimentos sociais, organizações populares, órgãos de governo etc). As equipes dos Secretariados Regionais da Cáritas Brasileira poderão orientar e acompanhar a realização dos Congressos Diocesanos.

O Congresso deverá ser realizado em pelo menos um dia, com momentos de celebração e reflexão sobre a Cáritas Brasileira. Os objetivos do Congresso Diocesano são:

- Celebrar o Jubileu da Cáritas Brasileira, contextualizando sua presença e atuação em cada uma das dioceses;
- Incentivar reflexões, debates e estudos sobre a trajetória da Cáritas Diocesana e da Cáritas Brasileira, considerando o contexto socioeconômico, político e cultural local e nacional. Essa reflexão deverá compreender o período de criação da Cáritas local até os dias atuais (ver as dicas I para as dioceses e regionais);
- Aprofundar suas inspirações originais e as características da mística e espiritualidade dos/as agentes da Cáritas Diocesana (ver as dicas II);

- Refletir e debater sobre as suas ações, considerando a missão, eixos estruturadores e prioridades de ação da Cáritas Brasileira (ver as dicas III);
- Refletir sobre os desafios atuais e os compromissos para o futuro da CB (ver as dicas III);
- Debater e orientar sobre a participação da Cáritas Diocesana no Congresso Regional e no 3º Congresso Nacional;

Os resultados das reflexões dos congressos diocesanos devem ser registrados em relatórios, incluindo depoimentos sobre a trajetória histórica, e remetidos para sistematização dos regionais.

2.2 – Congressos Preparatórios Regionais

Os Congressos Regionais da Cáritas são momentos celebrativos e de construção de sínteses de cada regional da Cáritas em relação às temáticas que serão debatidas no 3º Congresso Nacional. Como momento de confluência das etapas preparatórias anteriores, os congressos regionais deverão recolher todas as contribuições enviadas pelas Cáritas Diocesanas, subsidiando os debates em âmbito regional. Os objetivos são os mesmos dos Congressos das Cáritas Diocesanas, com os devidos ajustes para a instância regional.

Esses congressos preparatórios serão realizados necessariamente nos dez regionais que compõem a Cáritas Brasileira e mais naqueles regionais que estão em processo de estruturação. Participam os membros do Conselho Regional, a equipe do Secretariado Regional, os/as representantes das Cáritas Diocesanas, das entidades parceiras regionais etc. Haverá um/uma representante da diretoria nacional ou do Secretariado Nacional nesses eventos regionais. Os debates e conclusões dos eventos regionais deverão ser sistematizados e enviados à Comissão Nacional responsável pela organização do 3º Congresso da CB.

Os Congressos Regionais são momentos celebrativos e de construção de sínteses

2.3 – Programação do 3º Congresso Nacional da Cáritas Brasileira

A programação do Congresso é aqui apresentada com a finalidade de orientar a preparação das delegações diocesanas e regionais na organização prévia de algumas tarefas.

Programação do 3º Congresso Nacional da Cáritas Brasileira

Dia 8 de Novembro de 2006

Manhã	Tarde	Noite
Chegada das Delegações em Aracaju, acolhida e credenciamento.	Organização e ornamentação dos espaços e cenários das delegações regionais para a atividade do dia seguinte (ver DICAS DE PREPARAÇÃO 4).	Abertura do Congresso com apresentação cultural, celebração, solenidade de abertura, orientações sobre objetivos e programação.

Dia 9 de Novembro de 2006

Manhã	Tarde	Noite
Memória da Caminhada: "O Brasil e a Cáritas em 50 anos". Partilha simbólica e cultural que reflita cada um dos períodos (ver DICAS DE PREPARAÇÃO 1 e 4).	Continuidade da Memória da Caminhada Análise de Conjuntura	Feira de Economia Popular Solidária e Festival Cultural da Cáritas (ver DICAS DE PREPARAÇÃO 5 E 6).

Dia 10 de Novembro de 2006

Manhã	Tarde	Noite
Mini-assembléias de vivência e reflexão da mística e espiritualidade. Tema "A prática da Caridade na Vida de Jesus Cristo e na Vida da Cáritas Brasileira" (Ver DICAS DE PREPARAÇÃO 2)	Continuidade: Vivência e Reflexão da Mística e Espiritualidade Assembléia Nacional da Cáritas Brasileira	Feira de Economia Popular Solidária e Festival Cultural da Cáritas (continuação).

Dia 11 de Novembro de 2006

Manhã	Tarde	Noite
Painel - Tema "O futuro da Cáritas e a Cáritas do futuro". Reflexão sobre os desafios, motivações e perspectivas para o futuro da caminhada da CB. (ver DICAS DE PREPARAÇÃO 3) Mini-plenárias: • Compromisso ético-político; • Compromisso com o Evangelho e a Igreja; • Sustentabilidade Institucional; • Compromisso com a Rede Cáritas	Plenária de apresentação das sínteses das mini-plenárias. Motivação para a Romaria e Celebração dos 50 anos da CB	Festa de Confraternização dos 50 anos da CB

Dia 12 de Novembro de 2006

Manhã	Tarde
Deslocamento de Aracaju para Diocese de Propriá Celebração de acolhida Romaria: Caminhada nas margens do rio São Francisco com Celebração dos 50 anos da CB (ver DICAS DE PREPARAÇÃO 7) Almoço Coletivo e Envio	Retorno das Delegações

Preparação para Dioceses e Regionais

Será feita uma retomada histórica da caminhada da Cáritas com o povo. Os regionais assumirão a responsabilidade pelos períodos, ligando à compressão histórica do Brasil (contexto), a caminhada da Igreja no Brasil e América Latina e a caminhada da Cáritas.

Dica 4 Memória da Caminhada: O Brasil e a Cáritas em 50 anos

Período I: de 1956 até o início dos anos 1970

- Contexto socioeconômico: desenvolvimentismo, lutas pelas reformas de base e a ditadura militar.
- Contexto eclesial: Concílio Vaticano II, atuação da CNBB, Conferência de Medellín.
- A Cáritas: Porque a CB surge nesse período? Como atuou durante esse período?
- Regionais responsáveis: RS, SC, SP e RJ (em constituição).

Período II: década de 1970 até 1985

- Contexto socioeconômico e político: ditadura, perseguição aos movimentos sociais, resistência e luta pela terra. O milagre brasileiro e a concentração da renda, o endividamento externo e a crise dos anos 1980. A retomada dos movimentos sociais. Novos personagens entraram em cena: negros, índios, mulheres que voltam do exílio.
- Contexto eclesial: Puebla, CEBS, CPT, CIMI.
- A Cáritas: a crise da Cáritas, resistência e retomada. Os elementos de transição. A cáritas muda para Brasília.
- Regionais responsáveis: MA, PA e AM (em constituição).

Período III: de 1985 até 1998

- Contexto socioeconômico e político: luta pela redemocratização, as duas décadas perdidas, a hegemonia neoliberal, avanços e retrocessos dos movimentos sociais.
- Contexto eclesial: Santo Domingo, a Igreja recua, resistência das CEB's e das pastorais sociais, as Semanas Sociais Brasileiras.
- A Cáritas: Fortalecimento e ampliação da CB nos Regionais, a presença e fortalecimento dos movimentos sociais, as relações com a cooperação internacional e com o Estado.
- Regionais responsáveis: CE, PI e NE II.

Período IV: de 1999 a 2006

- Contexto socioeconômico e político: ainda neoliberal, sinais de esperança em 2002, crise política e frustrações; os novos tempos na América Latina; para onde caminha a sociedade?

- **Contexto eclesial**: Semanas sociais e a articulação com os movimentos populares;
- **A Cáritas**: o 1º Congresso (1999) e as novas Linhas de Ação; expansão e fortalecimento dos regionais e das instâncias nacionais; a gestão participativa; os debates sobre um novo Projeto de Sociedade e sobre a identidade da CB; o 2º Congresso Nacional (2003) e a consolidação da missão e Linhas de ação da CB; uma crise se avizinha; a preocupação com a sustentabilidade.
  - **Regionais responsáveis**: MG, NE III e ES (em constituição).



Relações Internacionais: "Olhar as relações internacionais A.L e mundial nos 50 anos".

- **Enfatizar**: América Latina e países Lusófonos. Deve ser concomitante a cada um dos períodos acima destacados.
- **Responsável**: Secretariado Nacional da CB.

Preparação para Dioceses e Regionais

Para a realização da Feira Popular Solidária, é importante que as Dioceses e Regionais identifiquem as experiências significativas de EPS, mobilizem agentes e representantes de empreendimentos econômicos solidários, discutam em seus mini-congressos a importância da ação de EPS na construção de uma sociedade justa e solidária e o papel da ação da Cáritas nessa construção. É importante se preparar para a organização da Feira nacional, podendo também fazer feiras locais.

Dica 5 Feira de Economia Popular Solidária

Objetivos:

- Celebrar dentro dos 50 anos de Cáritas Brasileira os 25 anos de Economia Popular Solidária.
- Viabilizar a participação de protagonistas da EPS no 3º Congresso (grupos, redes, feiras de amostra, comercialização, troca de saberes).
- Propiciar o diálogo com outros atores da Economia Popular Solidária.

Organização dos regionais e dioceses para participação na Feira:

- Os regionais deverão identificar experiências significativas de Economia Popular Solidária e deverão organizar a participação dos/as agentes e representantes de empreendimentos econômicos solidários na Feira Nacional de EPS.
- Os/as representantes que serão indicados/as pelos regionais para participar da Feira deverão mobilizar e organizar os produtos da economia popular solidária de vários empreendimentos acompanhados pela Cáritas nas dioceses ou regionais, ou seja, não será um espaço individual para alguns empreendimentos. Os espaços na feira são coletivos para cada regional apresentar ou expor o máximo de produtos dos empreendimentos de EPS.



- A Equipe Nacional responsável pela Feira de EPS indicará aos regionais a quantidade de participantes. Há a possibilidade dos regionais mais próximos indicarem um maior número de participantes para dinamizar a Feira. Para estes/as participantes a mais, é preciso garantir hospedagem e alimentação solidária.
- Haverá possibilidade de um momento de troca de sementes entre os/as participantes.
- Deve-se considerar que a Feira de EPS é um espaço de comercialização, de trocas de saberes, de trocas de produtos e serviços, de visibilidade da EPS, de contato direto entre produtor e consumidor e, fundamentalmente, um espaço de organização. Deve-se valorizar sobretudo o contato que se estabelece e as articulações que surgem entre os empreendimentos.

CEDI

Organização do Espaço de Troca de Saberes:

- O Grupo Gestor do Programa de Economia Popular Solidária deverá definir temas para a troca de saberes: Segurança Alimentar; Agroecologia; Finanças Solidárias e Fundos Rotativos.
- O Grupo Gestor Nacional e os Regionais poderão indicar outros atores, além dos membros da Cáritas, para partilhas em relação aos temas definidos.

Organização do Túnel do Tempo dos 25 anos de Economia Popular Solidária:



- A proposta é construir um túnel do tempo com os 25 anos de Economia Popular Solidária.
- As equipes regionais e diocesanas deverão trazer materiais para o túnel (símbolos de EPS da região; cartazes de eventos ligados a EPS; notícias em recortes de jornais e revistas; publicações; cópias de fotografias etc.).

Programação da Feira de Economia Popular Solidária:

- Dia 08/11 - Montagem da Feira e do Túnel do Tempo (processo coletivo, autogestionário e educativo).
- Dias 09 e 10/11 (noite) – Funcionamento da Feira (espaço de trocas e comercialização) e realização de oficinas de troca de saberes.
- Dia 11/11 – Desmontando a Feira.

Comissão organizadora da Feira de EPS (para contatos):

- José Carlos, Carla e Ana Carla (Regional NE III)
- Marcos, Ari e Jailson (Regional NE II)
- Glória (Regional Ceará)
- Ademar Bertucci e Rodrigo (Secretariado Nacional).

Preparação para Dioceses e Regionais

O festival cultural será pontuado por momentos de reconhecimento e valorização da identidade da Cáritas Brasileira e de integração dos seus e de suas agentes. Para isso, é fundamental que as Dioceses e Regionais identifiquem as expressões culturais significativas que dialogam com a identidade da Cáritas em cada região, em cada bioma, e preparem suas apresentações articuladas com as demais do bioma a que pertencem. É fundamental dar asas à imaginação e deixar a capacidade de criação fluir!

Dica 6 Festival Cultural da Cáritas



Inscrições:

Para o Festival Cultural da Cáritas, as delegações dos regionais poderão preparar e inscrever antecipadamente as seguintes atividades:

- Apresentações culturais populares típicas das regiões e de países convidados;
- Apresentações artísticas (artistas da caminhada, etc);
- Lançamento de livros da Cáritas e de entidades parceiras que estejam no Congresso;
- Projeção de Filmes.
- As inscrições de apresentações deverão ser feitas até o dia 15 de setembro de 2006 para seleção e organização da apresentação.

Apresentações:

A proposta é que as apresentações culturais sejam organizadas por BIOMAS brasileiros: Amazônia, Cerrado, Pantanal, Semi-árido/Caatinga, Mata Atlântica, Campos Sulinos e Zona Costeira e Marinha.

CEDIM

Preparação para Dioceses e Regionais

A romaria será momento de celebração, integração e fortalecimento da missão da Cáritas. Para garantir vitalidade a esses e outros significados desse ponto alto do congresso, é recomendável que as Dioceses e Regionais se preparem para esse momento, discutindo o sentindo da romaria em seus mini-congressos, procurando compreender a realidade que será visitada para dar vida intensa articulada com a missão da Cáritas.

Dica 7 Romaria e Celebração dos 50 Anos da Cáritas Brasileira

- A Romaria da Cáritas acontecerá na Diocese de Própria, em Sergipe, ao longo das margens do Rio São Francisco. (ver informações sobre o local do Congresso).
- O translado entre Aracaju e Propriá será feito de ônibus, de preferência os mesmos que trouxerem as delegações dos regionais para Aracaju. Será definido um horário para a saída dos ônibus dos locais de hospedagem dos congressistas.
- Os/as romeiros/as deverão levar para a caminhada: roupas leves, tênis, bonés ou chapéu de proteção, um cantil com água potável para consumir na caminhada.
- Levar uma pequena vasilha para recolher água do Rio São Francisco e levar de lembrança para a diocese ou regional de origem. Cada participante recolherá um pouco da água com o compromisso simbólico de cuidar, preservar a natureza.
- Levar também a dimensão do prazer do encontro com Deus para a romaria e deixar de lado a dimensão do sacrifício, da penitência. O símbolo maior vai ser o próprio rio São Francisco.
- Participarão outros/as romeiros/as da Diocese de Própria. Por isso, a Romaria é também um momento de imersão na realidade da população ribeirinha do São Francisco.
- A Celebração dos 50 anos da Cáritas Brasileira ocorrerá durante a Romaria, com os seguintes momentos:
  - Acolhida no início da caminhada – feita pela Diocese de Própria
  - Ato penitencial – primeira parada
  - Ato de Louvor – segunda parada
  - Anúncio da palavra – terceira parada
  - Eucaristia – local de chegada da Romaria
  - Envio – encerramento.
- O almoço coletivo ocorrerá após a Romaria.
- Após o encerramento da Romaria, as delegações poderão retornar a Aracaju e/ou aos seus respectivos regionais.

III O local do 3º Congresso: onde vamos celebrar o Jubileu da Cáritas Brasileira

O 3º Congresso Nacional da Cáritas Brasileira será realizado em Aracaju, no Estado de Sergipe. O Encerramento do Congresso ocorrerá no dia 12 de novembro, na Foz do Rio São Francisco, onde o rio se encontra com o mar. Todos esses locais são portadores de sentidos e significados para a Cáritas. Estar no Nordeste, bem próximo do semi-árido, bem próximo do litoral e na foz do Rio São Francisco. Por isso é importante conhecer um pouco mais sobre esse local onde ocorrerá a etapa nacional do Jubileu da Cáritas Brasileira.

3.1 - Informações históricas sobre Sergipe:

- O nome Sergipe origina-se do tupi si´ri ũ pe, que significa "curso do rio dos siris", ou simplesmente "rio dos siris". Na linguagem do colonizador, Siri-i-pe transformou-se em Sergipe.

- As terras sergipanas, na época do descobrimento, eram habitadas por várias tribos indígenas. Além dos Tupinambás - tribo predominante no litoral -, havia Kiriri, Boimé, Karapató, Aramuru, Natu e Xocó. A única tribo sobrevivente, que se encontra, atualmente, no município de Porto da Folha, é a dos Xocós. A primeira tentativa de colonização aconteceu em 1575, com os jesuítas, que encontraram forte resistência dos índios. A conquista definitiva aconteceu em 1590, após violentos combates pela posse da terra, resultando no domínio dos índios por parte das tropas portuguesas.

- Com o crescente povoamento de Sergipe, inicia-se a criação de gado e o plantio de cana-de-açúcar. O gado serviu de base para a economia, mas foi superado pela cana-de-açúcar, cultivada, principalmente, no Vale do Cotinguiba. O cultivo da cana trouxe os primeiros escravos da África para trabalhar na lavoura.

Sergipe significa "rio dos siris" e foi uma das primeiras cidades planejadas do Brasil

- Entre 1637 e 1645, Sergipe esteve sob domínio dos holandeses. Após restituir o domínio português, o cultivo da cana-de-açúcar começa a se desenvolver no Vale de Cotinguiba, superando o comércio de gado. A prosperidade com a produção e exportação de açúcar levam à transferência, em 1855, da capital São Cristóvão para o povoado de Santo Antônio de Aracaju. A nova capital é uma das primeiras cidades planejadas do Brasil, com seu traçado geométrico de ruas direcionadas às margens do rio Sergipe.

- Sergipe também ficou conhecida por acontecimentos históricos ligados ao cangaço no Nordeste. O bando chefiado por Virgolino Ferreira, o Lampião, percorreu Sergipe e mais seis estados nordestinos até 1938, ano em que foi surpreendido pela volante e morto junto com Maria Bonita e mais nove companheiros em seu esconderijo em Angico, no município de Poço Redondo, no vale do Rio São Francisco.

- Durante a Segunda Guerra Mundial, em 1942, Sergipe virou notícia nacional com a divulgação que, próximo ao litoral sergipano (hoje Praia dos Náufragos), submarinos alemães afundaram os navios mercantes brasileiros. Poucos dias depois do naufrágio foi anunciada a participação do Brasil na II Guerra.

3.2 - Informações sobre Aracaju

- Nome de origem tupi, junção das palavras arara e cajueiro. Com uma orla de 30 quilômetros, de belíssimas praias, a capital sergipana tem uma temperatura média anual de 27 graus centígrados.

- A capital sergipana nasceu em 1855, já com planejamento urbano, para abrigar a capital da Província, mais próxima da área de produção de açúcar no Vale do Cotinguiba. Sua construção, na época, foi um desafio à engenharia, face à localização numa área dominada por pântanos e charcos. Aracaju foi uma das primeiras cidades no Brasil a ter uma tendência geométrica no seu traçado: todas as ruas foram arrumadas geometricamente, como um tabuleiro de xadrez, todas direcionadas às margens do rio Sergipe.

- A população atual de Aracaju é de cerca de 500 mil habitantes.

3.3 - Informações sobre a foz do rio São Francisco

- Nascido na Serra da Canastra, em Minas Gerais, após percorrer mais de três mil quilômetros em território brasileiro, o rio São Francisco encontra o mar. Antes de chegar à sua foz, o rio percorre 236 km em terras sergipanas, servindo ao longo desse trecho como divisa entre os Estados de Sergipe e Alagoas. No local conhecido como Cabeço de Sergipe, é possível apreciar e participar da grandiosidade do encontro do Velho Chico com o Oceano Atlântico, no município de Brejo Grande/SE.

O rio São Francisco nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais, e percorre 236 km em terras sergipanas

- Entre os municípios de Canindé do São Francisco (SE) e Piranhas (AL) é localizada a Usina Hidrelétrica do Xingó, a terceira maior e mais moderna do Brasil. Com a implantação da Usina e a "regularização" do curso da água, ocorreram algumas mudanças ambientais na região da foz do rio São Francisco: com a queda significativa na vazão na foz do rio há uma invasão das águas do mar no rio causando problemas aos ribeirinhos, principalmente, pescadores, e alterações nos ecossistemas locais.

- Propriá/SE, um dos municípios próximo à foz do Rio e distante 98 quilômetros da Capital sergipana, teve sua origem numa missão para catequese dos índios, fundada no início do século XVII. A privilegiada localização às margens do rio São Francisco e nas proximidades das várzeas férteis propiciava um rápido progresso da povoação.

- Da ponte que liga Sergipe a Alagoas, inaugurada em 1972, há uma bela vista panorâmica da cidade e do rio.

- As várzeas às margens do Baixo São Francisco (parte mais próxima à foz) são utilizadas para o cultivo de arroz. A bacia do rio São Francisco é aproveitada para projetos de irrigação e pesca, servindo também a várias cidades e povoados através de sistema de adutoras que capta suas águas.

A bacia do rio São Francisco é aproveitada para projetos de irrigação e pesca

IV Sugestão de leituras

Sugerimos algumas leituras em preparação ao 3º Congresso Nacional da Cáritas Brasileira:

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos no Brasil.
Cáritas Brasileira: 50 anos promovendo solidariedade.
Série: Estudos da CNBB, n. 92. São Paulo: Paulus, 2006.

BERTUCCI, Ademar e SILVA, Roberto Marinho Alves.
Vinte Anos de Economia Popular Solidária. Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS.
Brasília (DF): Cáritas Brasileira, 2003.

POLETTO, Ivo (Org.).
Mística e Espiritualidade da Cáritas Brasileira.
Série Cadernos Cáritas n. 4. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

POLETTO, Ivo e ADAMS, Telmo (Orgs.).
Cáritas na promoção da solidariedade: como organizar a ação Cáritas.
Série Cartilha, n. 1, 2ª ed. Brasília: Cáritas Brasileira, 2006.

REDE JUBILEU SUL BRASIL.
O Brasil que queremos: assembléia popular mutirão por um novo Brasil.
São Paulo: Expressão Popular, 2006.

50 anos

CÁRITAS BRASILEIRA
Solidariedade pela vida

CÁRITAS BRASILEIRA SECRETARIADO NACIONAL
SDS – n.º 36 – Bloco P – Edifício Venâncio III
Salas 410/414 – 70393-902 – BRASÍLIA/DF
Fone: (61) 3325-7473
Fax: (61) 3226-0701
caritas@caritasbrasileira.org
www.cantasbrasileira.org

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL NORDESTE III
Rua Emília Couto, 270 – Brotas
40.285-030 – SALVADOR/BA
Fone: (71) 3357-1667
Telefax: (71) 3356-8013
caritasne3@caritasbrasileira.org

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL NE II
Rua Monte Castelo, 176 – Boa Vista
50050-310 – RECIFE/PE
Fone: (81) 3231-4923/3435/3532
Fax: (81) 3231-5272
caritasne2@caritasne2.org.br

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL CEARÁ
Rua Rufino de Alencar, 80 – Centro
60060-620 – FORTALEZA/CE
Fone: (85) 3253-6998/3231-6760
Telefax: (85) 3231-4783
caritace@fortalnet.com.br

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL SÃO PAULO
Av. Thomaz Edison, 355 – Barra Funda
01140-000 – SÃO PAULO/SP
Fone: (11)3392-5911
Fax: (11) 3392-4282
cantasbsp@caritas.org.br

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL RIO GRANDE DO SUL
Rua André Belo 452 – 3º piso – Menino Deus
90110-020 – PORTO ALEGRE/RS
Fone: (51)3286-1388/1588
Telefax: (51) 3286-1787
caritasrs@caritasrs.org.br

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MARANHÃO
Rua do Alecrim, 343 – Centro
65010-040 – SÃO LUÍS/MA
Fone: (98) 3221-2216/3254-0769
Fax: (98) 3231-2700
caritas@elo.com.br

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS
Rua Fornaciari, 129 – Caiçara
30770-010 – BELO HORIZONTE/MG
Telefax: (31) 3412-8743/3413-0885/0425
caritasmg@caritasbrasileira.org

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL NORTE II
Travessa Barão do Triunfo, 3151
66093-050 – BELÉM/PA
Fone: (91) 3246-1306
Fax: (91) 3226-2420
caritasn2@conectus.com.br

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL PIAUÍ
Rua Agnelo Pereira da Silva, 3135 – São João
64045-260 – TERESINA/PI
Telefax: (86)3233-6302/ 3233-7282
caritas.pi@uol.com.br

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL SANTA CATARINA
Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 1524 – Pantanal
88040-001 – FLORIANÓPOLIS/SC
Fone: (48) 3234-7033
Fax: (48) 3234-7230
caritassc@caritasbrasileira.org

REGIONAIS EM PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL NORTE I
Av. Joaquim Nabuco, 1023 – Centro
69090-090 – MANAUS/AM
Fone: (92)3234-9465/9437
Fax: (92)3234.9465
caritas@arquimanaus.org.br

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL ESPÍRITO SANTO
Rua Abílio dos Santos, 47 – Centro
29015-620 – VITÓRIA/ES
Fone: (27) 3223-4977
Fax: 3322-0608
caritases@terra.com.br

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
Av. Presidente Quenedy, 1861 – Centro
25010-001 – Duque de Caxias/RJ
Fone: (21) 2652-1518/3658-3186
Fax: (21) 2262-8094
aspasexecutiva@veloxmail.com

CEDIM



CÁRITAS BRASILEIRA
Solidariedade pela vida

www.caritasbrasileira.org

3ª Semana Social Brasileira

RESGATE DAS DÍVIDAS SOCIAIS: *Justiça e Solidariedade na Construção de uma Sociedade Democrática*

Número 7 - Abril de 1998

EDITORIAL

Na maratona rumo ao novo milênio, a 3ª Semana Social Brasileira está atingindo os três dígitos! Estamos quase chegando a 100 dioceses/localidades com iniciativas realizadas ou em realização, resultado que nos parece muito positivo. Ainda mais se considerarmos a exiguidade de recursos e as dificuldades de comunicação em nosso país - continente. A marca já é ótima, mas poderemos ainda ultrapassar nosso próprio recorde! Desculpamo-nos muito pelo atraso do jornal. Faz parte das dificuldades já lembradas. Contamos com a compreensão de vocês. Muitas notícias se referem ainda ao final de 1997, algumas deste ano já estão sendo apresentadas, e outras encontram-se na fila para o próximo número, que sairá em maio, se Deus quiser!

Na última reunião da Coordenação, ao discutir o **Momento Nacional,** pareceu melhor antecipá-lo de um dia: será de **4** a **8** de agosto, em Itaici- SP. Já enviamos correspondência às pessoas de referência das dioceses e aos(às) articuladores(as) regionais, com maiores detalhes. Aguardem o **instrumento de trabalho** ainda para o mês de maio.

O Simpósio "**Dívida Externa: Implicações e Perspectivas**" foi confirmado para 21-23 de julho, em Brasília. O cartaz já está na praça, e o evento receberá atenção máxima na próxima edição do jornal da 3ª SSB.

Começamos a debater a respeito das comemorações dos **500 anos de Brasil**. Do ponto de vista das dívidas sociais, há muito o que dizer... E também no que se refere às lutas populares, ações de resgate da cidadania que vêm sendo promovidas, com coragem e sem descanso, há 500 anos... Voltaremos ao assunto, e incentivamos vocês a começarem ou a prosseguirem essa discussão.

Em 1° de maio, D. Demétrio Valentini vai lançar a Análise de Conjuntura anual do Setor Pastoral Social: *"Contra a ditadura do dinheiro, radicalizar a democracia"*. Apresentará ainda uma edição simplificada do texto *"Para uma melhor distribuição de terra - o desafio da reforma agrária"*, do Pontifício Conselho Justiça e Paz, a ser publicado pelas Paulinas. Mais do que oportuno...

O cartaz e o 1° tablóide do Grito dos Excluídos/98 já estão prontos, com o lema: *"Aqui é o meu país"* . Procurem informar-se para preparar a tempo o nosso 7 de setembro, sempre articulado com o resgate das dívidas sociais - justiça e solidariedade na construção de uma sociedade democrática!

Pescadores buscam saída para uma vida melhor

O Conselho Pastoral dos Pescadores, uma das Pastorais Sociais vinculada ao Setor Pastoral Social da CNBB, fez um levantamento nas regiões Norte e Nordeste da situação enfrentada pelos pescadores artesanais, a partir de relatos dos homens e mulheres envolvidos com esta atividade. Os depoimentos mostram as dívidas que a sociedade ao longo dos séculos vem contraindo com este segmento social, tão esquecido.

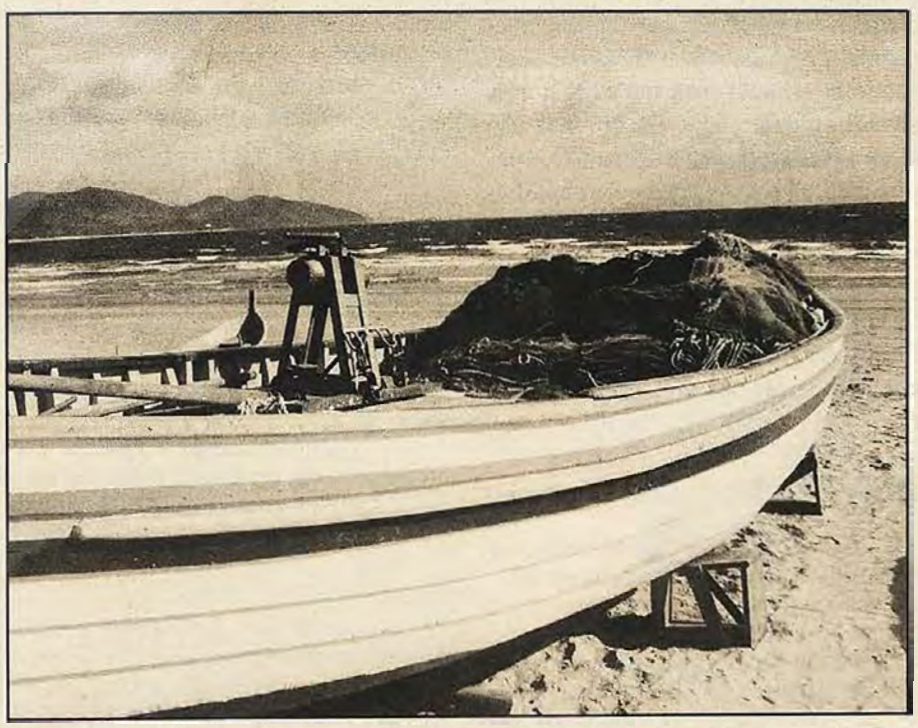
Cerca de 140 pessoas foram ouvidas, segundo o secretário nacional da CPP, Bernardo Siry. As queixas dos pescadores sem repetiram. Há uma grande preocupação com a falta de apoio do Estado para a comercialização dos produtos. Falta armazenamento e o intermediário explora. "Pescador nunca recebe uma linha de crédito. É uma profissão esquecida pelo governo", assinala uma das conclusões tiradas entre pescadores da barragem de Sobradinho.

Em Pernambuco, as agressões ao meio ambiente se refletem na pesca. Está faltando o que pescar por causa da depredação dos rios e manguezais, constatam os pescadores. Eles também se queixam que de "hoje são muitos a vender e poucos a comprar".

No Ceará, os pescadores reconhecem que hoje eles estão mais conscientizados, mas constatam que no passado a atividade dava mais dinheiro. Uma comunidadé respondeu que antes, "tinha mais peixe, mas não tinha onde vender. Hoje tem onde vender, mas o peixe está acabando". No Pará os pescadores se queixaram do abandono, da desorganização e da diminuição do pescado.

Mesmo com as dificuldades, os pescadores disseram que se orgulham da profissão, e responderam que vivem uma situação semelhante à dos pequenos agricultores. Para melhorar o quadro que enfrentam, os pescadores citaram a criação de cooperativas, uma políticapesqueirano país, linha de crédito subsidiada, campanha de preservação da natureza e a combinação do cultivo da terra com a pesca.

Os depoimentos também permitiram apontar para os grandes devedores: o Estado, a indústria do turismo com sua especulação imobiliária, a indústria pesqueira e outros predadores dos rios e dos mares, como as indústrias e o setor hidrelétrico.



OS PESCADORES SE QUEIXAM DO ABANDONO, DA DESORGANIZAÇÃO E DA DIMINUIÇÃO DO PESCADO.

Debates mobilizam o Rio Grande do Sul

O Regional Sul 3 da CNBB, marcou para 18 e 19 de abril o seminário *Resgate das Dívidas Sociais nas Leis Orgânicas*. As pastorais sociais regionais e a coordenação da 3ª Semana Social do Brasil optaram pela discussão de algumas leis voltadas para os direitos sociais: saúde, assistência social, criança e adolescente. Com o debate, será possível avaliar os direitos sociais conquistados através das leis orgânicas de saúde, de assistência social e do Estatuto da Criança e do Adolescente. O seminário possibilitará, ainda, compreender as interfaces destas leis e indicar os instrumentos para a sua implementação.

A publicação "*Resgate das Dívidas Sociais no Mundo do Trabalho*", de Flávio Guerra, é uma boa oportunidade para quem deseja mergulhar neste tema a partir da visão do ensino social da Igreja. Dividido em três itens, A Realidade do Trabalho, a Visão Cristã do Trabalho, Diretrizes de Ação e conclusão, o livro pode ser adquirido por R$ 1 real na Regional Sul 3 da CNBB.

PASSO FUNDO

Em **Passo Fundo**, no Rio Grande do Sul, a diocese realizou no ano passado o seminário de lançamento da 3ª Semana Social, que contou com a presença de várias entidades e representantes de 15 paróquias. Neste primeiro semestre, a Regional Sul 3 estará desenvolvendo uma pesquisa no estado para levantar os dados da exclusão social no Rio Grande do Sul. O trabalho será assessorado pelo pesquisador e professor da Unisinos, Paulo P. Albuquerque.

SANTO ÂNGELO

As atividades desenvolvidas, desde maio do ano passado, pela diocese de **Santo Ângelo** (RS) deverão prosseguir este ano com seminários e fóruns de discussão. Uma publicação da diocese cita a frase de uma senhora que resume bem o objetivo a ser alcançado com a avaliação das dívidas sociais. "Estamos acordando as pessoas para que vejam uma situação que até hoje viviam, mas não viam". A diocese também chama a atenção para o diálogo ecumênico entre as várias Igrejas, além do diálogo da Igreja Católica com entidades de organização popular e universidades, e o diálogo interno, com lideranças que provêm da Igreja, Católica, mas no dia a dia encontram-se fora da vida de comunidades.

PELOTAS

A diocese de **Pelotas** assumiu, como atividade mais importante para 97, as missões populares, e para este ano, a Semana Social Diocesana. Com o tema: Resgate das Dívidas Sociais no serviço aos mais pobres, foi encaminhado, em 97, um levantamento de dados nas comunidades e paróquias. As informações serão partilhadas nos Seminários Municipais, juntamente com dados científicos do Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria. Em 98, a Semana Social Diocesana, marcada para os dias 29 e 30 de agosto, já está sendo preparada. A diocese tem como meta criar durante o período de preparação "um pensamento comum em torno das questões sociais, com particular atenção para os mais pobres".

VACARIA

Na diocese de **Vacaria**, a preocupação com o agravamento dos problemas sociais em conseqüência do modelo de economia de mercado que o governo vem adotando, foi levantado pelos participantes do Seminário da 3ª Semana Social, realizado no dia 28 de março.

O seminário reuniu cerca de 280 pessoas da maioria dos municípios da diocese, entre políticos, professores, estudantes, sindicalistas, agentes de pastorais e representantes de movimentos e organizações populares.

O encontro permitiu identificar as maiores dívidas sociais em relação à população: a política agrícola e o atendimento à agricultura familiar, saúde pública e educação. Também foram ressaltados os problemas enfrentados pelos colonos que tiveram suas terras desapropriadas nas áreas indígenas, a falta de solução para as populações atingidas pelas barragens do Machadinho e Barra Grande, a falta de moradia e de trabalho estável.

"Enquanto se impõe a maioria das obrigações em relação à saúde, educação e segurança, são diminuídos os recursos já escassos previstos no orçamento", afirma o coordenador de pastoral, padre Edson José Priamo.

A exemplo do que vem ocorrendo em outros municípios, os participantes do debate consideram importante a multiplicação desse tipo de debate, para ajudar a população a refletir sobre os seus problemas e apontar soluções

Promessas de campanha são cobradas

O encontro da 3ª Semana Social Brasileira de **Hortolândia**, São Paulo, aprovou um convite para que o prefeito da cidade e o seu secretariado participem de uma reunião com representantes dos vários segmentos da sociedade, onde será exibida uma fita gravada na época da campanha eleitoral. O objetivo é cobrar dos governantes as promessas de campanha.

A partir de debates e reflexões, também foi aprovada uma ação conjunta entre a população, empresários e governo, o quanto antes, e ainda que o povo se organize para exigir que o poder público cumpra com o seu dever.

Foram três meses de preparativos para o encontro, a partir de novembro do ano passado, quando formou-se uma equipe com representantes das três paróquias: Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora Aparecida e Santa Luzia.

No encontro, realizado no dia 1° de fevereiro, foram apresentadas as principais dívidas sociais da cidade, selecionadas a partir de questionários. A saúde, o desemprego, a educação, habitação, segurança apareceram entre os principais problemas. E como devedores dessas dívidas sociais foram enumerados os governantes, empresários, a sociedade em geral, sonegadores e instituições religiosas.

Como alternativa para enfrentar este quadro, foi proposto um projeto social, reunindo as organizações civis, com a formação de conselhos municipais fortes e atuantes. Os participantes do encontro alertaram para a necessidade de uma fiscalização rígida e punição dos culpados pelas dívidas sociais.

Analfabetismo assusta



O Seminário Estadual sobre a 3ª Semana Social em **Tocantins** debateu os problemas graves enfrentados pelo estado, onde o analfabetismo ainda apresenta um índice altíssimo. A maior parte da população de Palmas, até 29 anos, e a metade não estuda. Falta moradia e comunicação entre os movimentos interessados.

Os representantes das dioceses no estado apresentaram uma série de sugestões para o resgate da dívida social e concluíram pela necessidade de criação de um fórum das pastorais em nível de estado, para que elas possam se organizar melhor.

A cidade modelo revela contradições

A 3ª Semana Social Brasileira, realizada pela arquidiocese de **Campinas** durante o ano passado, revelou os principais problemas enfrentados pelos municípios e alternativas para o resgate das dívidas sociais. A programação, ao longo do ano, teve início com a Semana da Cidadania, de 03 a 06 de junho de 97, seguido do Grito dos Excluídos e da Comissão de Anúncio do Projeto Rumo ao Novo Milênio, que reuniu 150 pessoas para refletir sobre as questões propostas para a 3ª Semana Social.

As conclusões tiradas dos encontros apontaram para o quadro de contrastes em Campinas: ao mesmo tempo que a cidade é considerada a segunda melhor do Brasil para investir, é a terceira do estado de São Paulo em miséria. Os mesmos atrativos que deveriam favorecer o seu desenvolvimento global, como ser um eixo industrial e sua proximidade com São Paulo, acabam atraindo um número crescente de migrantes sem qualificação profissional que procuram emprego, não têm rendas e nem condições de moradia. O desemprego gritante acaba gerando toda a sorte de dívidas sociais.

Numa análise aprofundada, a 3ª Semana Social permitiu identificar as principais dívidas sociais, como moradia, desemprego, a situação da criança e do adolescente, violência, saúde, educação, idosos, dependência química, moradores de rua, cultura da raça negra, relação de gênero, orientação sexual e juventude. O relatório final mostra que a partir da radiografia da situação, inicia-se a articulação da sociedade para o resga-



Desinteresse dos Políticos

Em **Tianguá**, no Ceará, a diocese realizou em outubro do ano passado a 1ª Semana Social, de 20 a 25 de outubro. Os problemas apontados refletem as mesmas preocupações de outras dioceses. Quanto à política, foram criticados "os políticos despreocupados com o social, a total alienação do sistema político atual e o desnível do eleitorado. Os conselhos municipais, segundo as conclusões do encontro, "só funcionam no papel, e a área de saúde é tratada com descaso.

Na área de educação os professores são mal preparados e o material pedagógico e a merenda escolar são insuficientes. O desemprego é grave, e os governantes não estão interessados em gerar emprego e renda. Os jovens são atingidos pela droga, estão ociosos com a falta de emprego e iniciam sua vida sexual muito cedo. Entre as medidas sugeridas estão o fortalecimento do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, a animação e articulação das Comunidades Eclesiais de Base, a qualificação de professores, estímulo a participação nas reuniões das Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas.

Paróquia inova com pesquisa de opinião

Uma pesquisa coordenada pela paróquia de São Pedro de Alcântara, em **São Gonçalo**, Rio de Janeiro, revelou que a maior preocupação da população é a falta de saneamento básico. O trabalho, feito dentro das atividades ligadas à 3ª Semana Social, envolveu 22 comunidades em todo o município, onde 1460 pessoas foram ouvidas.

A preocupação com o saneamento foi apontada por 65,5% dos entrevistados, seguida do abastecimento e qualidade da água (32%) e deficiências do atendimento de saúde (29,3%)

O padre Agostinho Van Den Broek, responsável pela paróquia, disse que os resultados da pesquisa servirão para pressionar o governo municipal a dar mais espaço para iniciativas populares. "Vamos dar ênfase, por exemplo, ao Orçamento Participativo", explicou.

Padre Agostinho se queixa da posição do prefeito, que está adiando a discussão do orçamento com a comunidade afirmando que ela ainda não está preparada. "Existem formas alternativas de se promover o bem estar social. Um projeto educativo para o lixo é um exemplo", cita o pároco.

O trabalho educativo da paróquia, dentro da programação da 3ª Semana Social, envolve outras formas de mobilização da população. Um desses instrumentos é uma publicação ilustrada, em que as pessoas são levadas a questionar o que vem a ser o programa. "Semana social, o que é isso", questiona um menino. Mas adiante ele, acaba descobrindo os objetivos, e também a forma como poderá ajudar a melhorar a vida em sua comunidade.

As atividades da 3ª Semana Social em São Pedro de Alcântara culminaram com uma celebração, no dia 30 de novembro, "Vamos Juntos à Belém".

NOTÍCIAS BREVES

◉ A conscientização do eleitor apareceu como um dos principais compromissos firmados durante o seminário da 3ª Semana Social Brasileira, realizado na diocese de **São João Del Rei**, Minas Gerais. Organizado pela Paróquia Sant'Ana de Lavras, o seminário abriu a discussão sobre as dívidas sociais levantadas pelas paróquias, apontando entre as mais graves, a desvalorização do homem e da mulher que trabalham no campo, saneamento básico, educação, saúde, transporte e consciência ecológica.

◉ Nos dias 19 e 20 de março foi realizada a Semana Social Diocesana, na diocese Nossa Senhora de Fátima, em **Paulo Afonso**, Bahia. O bispo diocesano, dom Mário Zanetta, abriu o encontro, falando sobre a Semana Social e seus Objetivos. O deputado Alcides Modesto (PT-BA) abordou o problema da Concentração da Renda e a Exclusão Social e o padre Luiz Bassegio, do Setor Pastoral da CNBB falou sobre A Doutrina Social da Igreja. Dom Zanetta chamou a atenção para as crises enfrentadas na região, destacando "a seca que penaliza o homem do campo, o desemprego que castiga a cidade e a falta de perspectiva e de esperança que desestruturam a juventude".

◉ A diocese de **São Luiz de Montes Belos**, em Goiás, realizou o seu 1° Seminário em Preparação a Terceira Semana Social nos dias 15 e 16 de novembro do ano passado. Com a participação de 14 paróquias, foram levantadas como principais dívidas sociais a saúde, educação, desemprego, reforma agrária e moradia. Os participantes se comprometeram a atuar nas reuniões da Câmara Municipal dos Vereadores, na conscientização das comunidades, na reivindicação dos direitos e no alerta para as eleições de outubro, entre outras diretrizes aprovadas. A diocese, agora, está se preparando para participar do Segundo Seminário Social em Goiânia, no dia 30 de maio.

◉ A 1ª Semana Social do **Vale do Cotinguiba**, Sergipe, foi realizado de 2 a 29 de março no Centro de Pastoral Santo Amaro das Brotas. Os participantes discutiram a situação das dívidas sociais e o que está sendo feito para resgatá-las. As questões principais levantadas foram: Emprego e Renda _ Direito à sobrevivência e realização pessoal; Terra _ dom de Deus; Saúde e Educação_ defender e promover a vida; Marginalização e Violência _ desfiguração da pessoa humana.

◉ A 3ª Semana Social Brasileira foi marcada na diocese de **Guajará_Mirim**-RO pela realização de um seminário, no dia 1 de outubro do ano passado, que permitiu levantar a situação econômica e social do município. A pedido do bispo dom Geraldo Verdier, a representante da Pastoral Social, Rosinéia Lima realizou uma pesquisa junto aos jovens do município, que apontou sérios problemas para os que sonham em ingressar no mercado de trabalho. Os jovens acham que a economia da cidade "vai de mal a pior", e o que está mantendo a cidade é o narcotráfico. A pesquisa mostrou que 543% dos jovens trabalham, sendo que mais da metade ganha apenas um salário mínimo. O êxodo rural no município é constante, em função da falta de uma política agrícola.

◉ As dioceses ligadas ao Regional Nordeste V da CNBB estão desenvolvendo uma série de atividades voltadas para a Semana Social Brasileira. Em São Luiz, Maranhão, foi realizado de 4 a 6 de fevereiro um seminário que contou com a participação de mais de 100 pessoas. A 2ª Semana Social Brasileira na Arquidiocese de **São Luiz** se realizou no dia 25 de março. Na diocese de **Caxias**, a Semana Social, de 23 a 26 de março foi marcada por discussões sobre a situação da educação, de saúde e de segurança no município. Na diocese de **Balsas**, a 3ª Semana Social, de 30 de março a 5 de abril, a questão dos direitos humanos foi debatida em vários municípios. Em **Coroatá**, a 1ª Semana Social se deu de 23 a 26 de outubro do ano passado. Os temas escolhidos foram: dívida externa e globalização, políticas públicas e participação popular, novas relações humanas: homem e mulher, coronelismo, relacionamento com o outro e as diferentes expressões culturais e o sonho de muitos, que é a reforma agrária.

3ª SSB na Universidade

O Setor de Pastoral Universitária da CNBB preparou um folheto dirigido às universidades, mostrando como estas instituições poderão colaborar com a Semana Social Brasileira. Pela sua própria natureza, a universidade ocupa-se com as dívidas sociais e pode apresentar os trabalhos de pesquisa e extensão que possuem neste campo. Ao mesmo tempo, o documento alerta que a universidade também tem dívidas a receber. A falta de autonomia é um dos pontos levantados.



Dificuldades e alternativas para enfrentar a dívida social

As iniciativas que estão sendo tomadas pelas dioceses e paróquias em todo o país, com a Semana Social Brasileira, estão ajudando a revelar o verdadeiro retrato da sociedade brasileira, mostrando as imensas dívidas para com a população, especialmente os excluídos. Algumas dioceses avançaram mais nesse trabalho, após discussões em seminários em que foram apontadas alternativas para enfrentar a questão social. Outras ainda engantinham, mas seguem o mesmo rumo que leva à uma maior participação da sociedade na luta por seus direitos.

Trabalhos, como o que foi realizado durante a 1ª Semana Social de **Coari**, no Amazonas, reforçam que "é possível construir um outro Brasil diferente do que é pensado pelas elites". A partir dessa premissa, o encontro serviu para questionar os principais problemas da região e do estado. Uma das questões mais graves envolve a prostituição infantil, a migração crescente, a baixa oferta de produtos e o tráfego de drogas.

Todos os pontos debatidos, na área de saúde, educação, direitos humanos foram objeto de discussões e de propostas concretas para enfrentar os desafios. Na área de saúde, por exemplo, foi apontada a necessidade de um Plano Diretor de Saúde para o município, a descentralização do atendimento médico e a capacitação de pessoal em relações humanas. Os painéis contaram com a participação de pessoas ligadas à CNBB, à Petrobrás, que atua na área, da Universidade do Amazonas, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), da secretária de Educação e do diretor do hospital local.

Em **Bauru**, São Paulo, a terceira etapa da Semana Social começou em março, depois de um amplo trabalho, em que foram levantadas sugestões de áreas onde as dívidas sociais apareceriam. Foram escolhidas quatro: saúde, habitação, trabalho e desemprego e educação. Cada grupo de trabalho esteve envolvido que os quatro temas. Na segunda etapa do programa, foram apresentadas as causas e sugestões de resgate das dívidas.

Após um levantamento minucioso, a área de saúde concluiu que embora existam aspectos positivos, a falta de atendimento de emergência adequado à gestante "é um problema de calamidade pública". Quanto a habitação, o relatório apontou um déficit de 15 mil casas para as classes de baixa e baixíssima. O desemprego na cidade tem sofrido os reflexos da política econômica do governo: o emprego foi reduzido em 9% em 96: foram 23.773 admissões, contra 25.330 demissões.

Diante desse quadro o grupo optou por realizar uma pesquisa junto às principais categorias. Os dados são preocupantes: foram 150 demissões, entre os 4.000 empregados em estabelecimentos bancários e financeiros. O quadro é semelhante em outras categorias profissionais.

A educação apresenta os mesmos problemas identificados no restante do país: falta de escolas próximo à residência, falta de salas de aula na escolas, falta de transporte e falta de condição financeira para pagar transportes, material, roupa, calçados, etc.. A baixa qualidade do ensino também preocupa, ao lado da elitização do ensino.

Pesquisas também marcaram o trabalho da 3ª Semana Social na Arquidiocese de **Cuiabá**-MT, em novembro do ano passado. Salário, trabalho, educação, saúde, mulher, segurança e moradia foram os temas pesquisados. Junto com as pesquisas diversas atividades foram desenvolvidas, com o objetivo de esclarecer e mobilizar a população para as questões sociais.

O debate comprovou que as causas de tantas dívidas sociais estão ligadas à política neoliberal. Com esta política, o governo a cada ano reduz mais investimentos em áreas estratégicas, como saúde. Poucas pessoas têm acesso à terra e o índice de desemprego aumenta.

A diocese de **Goiás**-GO também realizou um seminário diocesano da 3ª Semana Social Brasileira. Os participantes refletiram sobre a questão da terra , s saúde, educação e trabalho. O papel dos movimentos sociais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Sem Terra (MST) foi lembrado como fundamental para pressionar pela função social da terra. Mesmo com os avanços obtidos, os problemas continuam, com as reações de entidades como a União Democrática Ruralista (UDR).

Nas barrancas do velho Chico

Através de oficinas de discussão, a diocese de **Juazeiro**, Bahia, realizou em março um amplo debate sobre a questão do negro, da mulher, educação, os problemas da água, as questões que envolvem a terra. A partir desses elementos da natureza e para com os grupos da sociedade, foram identificados os devedores dessas dívidas, e o que pode ser feito para resgatá-las.



Como devedores, aparecem no Vale do Rio São Francisco, a Chesf, a Codevasf e os bancos oficiais. "São devedores o partidos e a classe política, prontos para ganhar votos o inúteis para resolver os problemas", ressalta a Carta da Semana Social. A mesma carta, lembra que a Igreja, também tem a sua dívida, "e a única penitência que nos cabe é nos comprometermos de forma definitiva com o resgate dessas dívidas".

Dívida externa, nosso próximo tema

A próxima edição do nosso jornal dará ênfase a um dos pontos mais críticos no econômico do país: a questão da dívida externa. O livreto n°2 da coleção Resgatando Dívidas, "Dívida Externa - dimensão ética e teológica - iniciativas internacionais" pode ser encomendado na secretaria da 3ª SSB, por R$ 1,50 o exemplar.

Expediente

Este boletim informativo é uma publicação da Secretaria da 3ª Semana Social Brasileira

Assessoria Geral: Maria Soares Camargo e Padre Luís Bassegio
Jornalista Responsável: Edla Moreira (Mtb 1667)

Endereço para contato:
Secretaria Geral: SE Sul Quadra 801 Conjunto B 70401-900, Brasília-DF
Serviço de Apoio: (CNBB)
e-mail: psocial@cnbb.org.br
Caixa Postal 02067 70259970, Brasília - DF -Tel.: (061) 225-2955
Fax: (061) 225-4361
Composição, diagramação e impressão: *FUMARC - (031) 442-5669 - Belo Horizonte*

A IDOLATRIA DO MERCADO
A TRINDADE NEO-LIBERAL

ROGÉRIO I. DE ALMEIDA CUNHA

"CEBs, lugar onde a vida nasce, acontece, resiste e se multiplica"

Nas CEBs a Evangelização acontece a partir dos problemas da vida. As pessoas aprendem a ver e mostrar que Deus é um Deus libertador, que está do lado de quem que luta e confia nele. Este Deus está nas lutas do dia a dia.

Dentro das CEBs e entre elas, há sinais da presença concreta de realidades muito maiores do que todas elas. Destas grandes realidades resultam muitos desafios que as pessoas não conseguem enxergar, ou não compreendem. Que tem a ver a nossa vida com as decisões do governo e com as leis aprovadas ou rejeitadas pelos Deputados: as medidas provisórias, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT -, a reforma tributária? Que tem a ver com a nossa vida quotidiana uma guerra que acontece lá do outro lado do mudo, em Israel, no Afeganistão? Por que a gente vê mais a guerra entre palestinos e judeus que a "guerra não declarada" que temos no Brasil? Que têm a ver com a vida aqui onde vivemos, o comércio mundial e a grande indústria: a ALCA, o MERCOSUL? O que é que o Neo-liberalismo, com a dívida externa e o FMI, tem a ver com nossas questões do dia a dia? É um montão de letras que a gente não entende.

Os desafios que as grandes questões colocam para as CEBs, tanto nas pequenas realidades do dia-a-dia, quanto nas lutas de longo prazo, exigem às vezes respostas imediatas, mas duradouras, às vezes exigem aceitação e compromisso. Quem vive numa pequena comunidade fica perdido no meio de questões que não sabe como resolver. Como enxergar Deus também frente às grandes questões que abafam a vida e ameaçam destrui-la? O que é que liga os grandes acontecimentos com os pequenos passos de nossa vida? O que é que está por trás daquilo que vemos todos os dias?

Quando a gente consegue enxergar, dentro dos pequenos problemas do todo-dia, os sinais da presença dos grandes acontecimentos, descobre também como responder aos apelos e aos desafios que eles contêm. A questão é conseguir ligar os pequenos acontecimentos da vida quotidiana com o conjunto amplo e universal. Isto pode acontecer se tornamos visível, dentro da Comunidade, aquilo que se apresenta camuflado, escondido debaixo de uma realidade atraente. "É preciso pensar globalmente e agir localmente".

Em Porto Alegre aconteceu em 2001 e 2002 - e continuará nos anos vindouros - o "Fórum Social Mundial". Nele, tornou-se mais conhecido um processo em que o povo sofrido e lutador descobre e mostra soluções novas que já estão sendo praticadas no mundo inteiro. Apareceu um aspecto novo: nas grandes questões nascem as ameaças, que desafiam a vida, mas se formam também as condições de que podemos nos aproveitar para preservar, promover, reconstituir a vida, e torná-la abundante para todos. Ainda não é a solução, mas é impulso para muitos pequenos passos de esperança que já se realizam em muitos pequenos lugares pelo mundo inteiro. Muitas pessoas pequenas, em muitos lugares pequenos, dando passos pequenos podem mudar a face da terra.

Não lutamos como quem dá socos no vento (v 1Cor 9,26). Nossa luta tem endereço certo e objetivo concreto. Não combatemos "contra o sangue nem contra a carne" (Ef 6, 12), porque não estamos fazendo uma "caça às bruxas", como diz o povo. A luta das CEBs não é contra pessoas. Quem luta contra pessoas, fica agressivo, violento e opressor. Usando a linguagem de Paulo, nossa luta é "contra os Principados e as Potestades, contra os Dominadores deste mundo de trevas", (Ef 6,12), contra o "Príncipe do poder do ar" (Ef 2,2). O que os antigos, no tempo de Paulo, chamavam de "Príncipe do poder do ar", era toda força que provocava o mal e a opressão. Eles acreditavam que esta força estava "no ar", e era mais ou menos como anjos. Hoje, podemos ver que estas forças, "potestades", "principados", "dominadores", não estão "no ar", mas estão nas forças sociais, políticas e econômicas que esmagam o povo, atrapalham suas organizações, desorganizam toda sua vida. Nossa luta é contra elas. Nas CEBs aprendemos a enxergá-las, porque elas são invisíveis para quem não se incomoda com as lutas sociais. Quem luta contra elas tem que ser consciente, corajoso, forte e até mesmo "atrevido", como o eram os

Apóstolos e os primeiros cristãos, que enfrentavam sem medo as autoridades, como nos contam os Atos dos Apóstolos (p. ex. At 4,13.29.31; 26,26).

As comunidades manifestam de muitas maneiras a lembrança histórica de suas lutas concretas. Quem, hoje esmaga o povo e atrapalha sua luta é aquilo que se chama "o sistema" político, econômico e social. Vamos ligar a lembrança das comunidades com uma análise da realidade de hoje, na sua estrutura permanente e na conjuntura atual. O sistema opressor se apresenta de um jeito muito parecido com a religião. Como a Besta do Apocalipse, ele procura tomar formas religiosas, para o povo pensar que ele é um deus, invencível como Deus, poderoso e infinitamente sábio. Nós lutamos contra a **"Idolatria do Mercado"**.

Vamos desmascarar esta imagem divina que o "sistema" faz de si próprio. Ele é uma verdadeira "**TRINDADE**" que tem sete cabeças como a besta de que fala o livro do Apocalipse. Sete, na simbologia da Bíblia, indica perfeição. Sete cabeças quer dizer que este poder é perfeito, e não erra. Falamos de "Trindade" porque este sistema quer se colocar no lugar de nosso Deus, Pai/Mãe, Filho e Espírito Santo. No começo do cristianismo, falar das **"SETE CABEÇAS da BESTA"** era uma alusão às sete colinas da cidade de Roma: "Aqui é necessário a inteligência que tem discernimento: as sete cabeças são sete montes sobre os quais a mulher está sentada" (Apoc 17,9). Mais ainda, a Besta tem dez chifres, porque o poder dela vai além dos limites de onde ela está presente. Dez, na simbologia bíblica, significa a totalidade. A Besta ostenta um poder é maior que ela mesma, um poder sobre todas as coisas. E quando se corta uma cabeça, surge outra: o Mercado sabe fingir que "ressuscita", como Cristo, e arranja sempre outro mecanismo que substitui aquilo que decai e morre. O poder deste mercado que obriga o povo a adorá-lo, se apresenta como quem tem uma força maior que ele mesmo! Podemos dizer que as sete cabeças são o Desmonte dos grupos populares, a Devastação ecológica, a Opressão da Cultura, o Patriarcalismo, o Racismo, o Fundamentalismo, o Neo-Liberalismo religioso. Cada comunidade é que pode descobrir os chifres com que estas cabeças ameaçam a sua vida quotidiana. Por isto, vamos tratar aqui apenas do bicho inteiro, a própria Besta que se faz adorar como uma trindade divina.

A trindade é formada pelo "MERCADO", a "MÁQUINA DE MOER VIDA", e o "IMPÉRIO". Nesta Idolatria, "o mercado" é a origem e o criador de tudo. A "máquina de moer vida" é aquele que vem a este mundo cumprir a missão do mercado, o sistema econômico de produção, comércio e serviços. O "Império", é o espírito que está em todas as coisas e impele a realizar a missão, a ideologia do mercado. Vamos ver, de cada um destes elementos da Trindade, qual é a verdade escondida debaixo das aparências, como é que ele funciona, onde é que ele semeia confusão. Esta trindade exige também uma atitude de espírito, uma "Espiritualidade", ou melhor, uma anti-espiritualidade. Temos que ver como é esta atitude de espírito que ela exige, e como é que as CEBs a podem enfrentar, descobrindo e fazendo valer a presença do Deus que faz a vida nascer, acontecer, resistir e multiplicar-se.

O MERCADO

"Eu vim para que todos tenham vida em abundância" (Jo 10,10)

a) lado avesso

Quem vive nas cidades, no centro ou na periferia, conhece a beleza destas grandes lojas, chamadas de "Shoping Center", ou simplesmente Supermercados, ou Hipermercados. Eles são criados de preferência nas cidades com mais de 200 mil habitantes, e o povo de cidades menores e da roça, acaba se deslocando até lá para comprar. Há muita luz, muitas cores. O mundo inteiro está lá dentro, arrumadinho, à disposição de "quem quiser". A propaganda, na televisão ou nos "out-doors" - aqueles cartazes grandes, colocados nas praças e ao longo das estradas - , coloca esta beleza dentro do coração das pessoas. O resto da cidade acaba virando uma espécie de super-mercado. Quem está sentadinho em casa, vendo na TV um programa qualquer, ou passa pela rua, apressado ou tranqüilo, vê aquela beleza. E o sorriso da moça bonita faz a gente desejar a roupa, o sapato, o carro, a casa, a bebida que ela mostra. A gente até acha que vai ficar bonito também, se usar o mesmo telefone da atriz, ou a roupa e o sabão em pó.

Todos nós precisamos de alimento, moradia, trabalho, roupa e tranqüilidade. A propaganda se aproveita desta necessidade, e nos faz desejar uma porção de outras coisas: roupa

especial, comida diferente, equipamento poderoso. A gente nem consegue distinguir entre o que é a necessidade real e o desejo de uma coisa a mais, além da necessidade. A propaganda faz até nascerem novas necessidades, que antes nem existiam. O melhor exemplo, hoje, é a do telefone celular, que ninguém conhecia há dez anos, e hoje passou a ser uma loucura. Hoje, mais que em todos os tempos, "a propaganda é a alma do negócio".

O deus que esta alma adora é lindo, cheio de luzes, cores, cheiros, formas bonitas. Ele está presente em tudo o que as pessoas precisam, usam e desejam. Ele é um deus exigente. Quem não tem na mão e na fronte os seus números, passa a ser um condenado. O número da besta se chama 'dinheiro', e o deus que ele representa é o Mercado. E para ter este número, para recebê-lo, a pessoa tem que dar tudo, toda a sua vida, todo o seu tempo. Para ferrar este número no coração das pessoas, o Neo-liberalismo usa do trabalho, e o transforma em atividade escravizante, máquina de moer gente. O Neo-Liberalismo usa do trabalho como usa do coração da gente. Depois de ferrado, este número é enfeitado pela propaganda com palavras bonitas, como liberdade e participação, daí para a frente, ter dinheiro é liberdade, usar o dinheiro comprando muitas coisas é participação.

Principalmente nas grandes lojas - supermercados e shoppings - este ídolo celebra o sacrifício de todo o mundo. Ele suga a vida das pessoas, em cujo coração a propaganda faz nascer o desejo daquilo que ele quer. Nós conhecemos um Deus que nos dá a vida e deu sua vida por nós. O deus mercado suga a nossa vida, e exige que demos a vida por ele. Ele esconde o que o sistema faz da gente, com a pergunta tão bonita: "O que você pode fazer pelo sistema"? O Deus Mercado transforma a vida toda em mercadoria. Mercadoria é qualquer coisa que pode ser vendida, trocada por dinheiro: sapato, batata, coca-cola, boas idéias, saúde, ginástica, educação, festa, carro, casa, sorriso, religião. Dentro de um supermercado, tudo acontece como uma verdadeira liturgia, uma celebração em que a vida do povo passa a ser a vida do deus Mercado: o jeito de as pessoas caminharem por entre as mercadorias, a maneira como elas são dispostas e oferecidas, o comportamento dos vendedores. Tudo acontece como uma procissão, uma liturgia solene. Em vez de se oferecer para nos dar a vida, ele nos sacrifica para ter toda a vida. Nos países empobrecidos, mais de 800 milhões de pessoas sofrem de desnutrição crônica, pois não conseguem ter o que comer, e morrem de fome por causa da. má distribuição da renda. Toda esta gente é sacrificada no altar do deus Mercado em nome da concentração de riqueza.

b) Como funciona este deus 'mercado'?

A liturgia do mercado funciona de maneira sempre mais visível. A propaganda, através dos meios de comunicação, manipula as necessidades do povo, e faz nascer toda espécie de desejos. Em seguida, faz acreditar que a gente satisfaz estes desejos comprando as coisas. Comprar é a grande salvação: comprar coisas bonitas, comprar a saúde, comprar a felicidade. Quem não compra, está perdido. No mercado, as pessoas não são cidadãs, nem 'gente', capaz de amar e pensar. Todos são consumidores. O primeiro respiro é a comunicação reduzida a propaganda, o segundo passo é comprar. O 'MERCADO' se apresenta como sendo a totalidade do que existe na sociedade. Ele diz que é tudo. Ele só deixa viver e existir o que está nele.

No mundo compreendido como mercado, o principal lugar público, onde todo o mundo encontra todo o mundo, são as grande lojas, centros de compra "Shopping Centers". Isto é o que mais serve para excluir as pessoas que vivem 'na roça'. O encontro das pessoas é realizado pelas atividades ligadas à compra de coisas, necessárias ou não, mas sempre desejadas. Estes conjuntos de lojas substituem sempre mais as Igrejas, as Praças, os lugares de lazer em que o povo pode se encontrar. É neles que o deus Mercado faz de nós o seu rebanho.

Foi inventado até mesmo um jeito novo de existir: a realidade virtual. Eles chamam de realidade 'virtual' uma realidade que existe certamente nalgum lugar, e nalgum momento, mas entra na vida da gente num outro lugar, em qualquer lugar do mundo inteiro, e em momentos totalmente diferentes. Quando você assiste a uma novela ou reportagem, ou a uma propaganda, de carro, bebida, roupa ou alimentação, você entra em contato com a realidade virtual das coisas que lá estão representadas. Acontecimento ou carro, cerveja, tênis, existem lá num depósito, ou existiam lá quando aconteceram e foram filmadas. Como filme, na TV, figura na revista, ou imagem no computador, elas não têm lugar nem hora, mas entram na sua vida, dentro de sua casa e de seu coração, e passam a fazer parte do seu "aqui e agora". Elas roubam o seu tempo e

tomam seu lugar. A TV nos coloca dentro deste mundo, e procura nos envolver "com muitas palavras e de uma porção de maneiras" (v Hebr 1,1). Ela penetra na profunda intimidade dos lares. Podemos entrar achando gostoso, e curtindo. Podemos nos deixar levar, mas de olhos abertos, respirando as belezas e descobrindo as garras lindas da fera. Podemos construir nosso caminho dentro desta "torre de Babel".

Pela "internet" ou pelos programas "interativos" de rádio e TV, nós podemos entrar ativamente neste mundo de realidades virtuais. Podemos agir como seus fiéis servidores, mas podemos também dizer o que queremos, até mesmo se quisermos dizer coisas de que o deus mercado não gosta!

A realidade virtual enrola as pessoas de tal modo, que quem "assiste" a um 'video tape' acaba se sentindo parte dele. Para isto são feitas as novelas e programas "de realidade", tipo "no limite", "casa dos artistas" ou "big brother". A vida da gente passa a fazer parte da realidade 'virtual', e a realidade 'virtual' passa a ser a vida da gente. Quem assiste a estes programas é levado a entrar no programa para 'matar' alguém. Nestes programas a gente acaba 'fazendo' coisas que nunca pensaria em fazer na 'vida real', e "faz tudo por dinheiro", para ser abençoado e marcado pelo deus Mercado. Eles é que vivem, a gente só assiste a realidade acontecer, e depois compra o sapato da Xuxa, o brinco da Jade, o tênis do Supla...

c) É muita confusão!

Enquanto isto, as questões que mais atingem o povo são apresentadas como coisas longínquas, que acontecem noutros países, não aqui. As autoridades e os noticiários de TV, Rádio e Jornais vivem dizendo que a guerra acontece no Afganistão e Israel, a crise é da Argentina, a violência é na Colômbia, a desordem política acontece na Venezuela. Aqui não tem disto.

Eles mostram o avesso, e dizem que é o lado direito. Eles dizem ao povo que a violência é causada pelos Talibãs islamitas, não pelos cristãos que vivem aqui; guerra entre cristãos só existe na Irlanda. Dizem que o terrorismo é uma desordem que acontece pelo mundo afora, mas aqui são apenas alguns baderneiros, de que a polícia dá conta e o Governo vai cuidar. "Êles" são fundamentalistas, "nós" somos os bons. A bagunça na economia é culpa do mercado internacional, a nossa economia é ótima e perfeita. Mas para ser ótima, nossa economia tem que ser capacho da economia internacional! E os noticiários nos chegam totalmente misturados com as propagandas. Em menos de um minuto a gente assiste uma bomba estraçalhando quinze pessoas e uma moça bonita tomando banho.A vida vira 'realidade virtual'. Viver é consumir, alimentar-se é comprar. Não importa se você compra coisa boa ou semente transgênica. O importante é comprar, consumir.

O que parece ser vida privada, dentro de casa e até dentro do banheiro, é colocado na Televisão como espetáculo público para todo o mundo ver. O que é espaço público, de responsabilidade do governo, é apresentado como questão pessoal e familiar de um líder político. As festas e tradições religiosas são tratadas como 'cultura local', 'folclore', e vendidas como mercadoria no mercado turístico, ao lado das belezas naturais, comidas típicas e danças exóticas.

A vida não é mais produzida na Família, e a Família não é mais ´uma´ realidade geradora de vida – nascem indivíduos fora de toda estrutura, as estruturas não geram vida digna, há um número crescente de modelos de vida conjugal, com ou sem filhos. Há uma diversificação grande de comportamentos sexuais. O encontro amoroso genital toma os nomes mais diferentes e esvaziados: de 'fazer amor' passa a ser 'tranzar', 'ficar com' ou 'rolar um clima', e o que era intimidade se torna espetáculo, liturgia de adoração do corpo, mercadoria privilegiada no supermercado de sensações.

Hoje em dia é difícil encontrar uma família composta de avós, filhos, genros, noras e netos, sem nenhuma quebra das estruturas ainda consideradas normais. Há uma estrutura de que ainda falamos, mas que já não existe, feita de casamento monogâmico, fiel e indissolúvel, para a procriação e primeira educação dos filhos.

A crise do IMPÉRIO, gerada pela imposição do Neo-Liberalismo, vai muito além desta incerteza. A possibilidade de produzir clones confunde os conceitos de paternidade, maternidade e geração. É a abertura de um campo totalmente novo de comércio. Enquanto isto, o

comportamento de pessoas que não cabem nas estruturas tradicionais aprofunda esta confusão, como o da cantora que tinha um filho, mas vivia maritalmente com uma mulher e tinha, no casal, o papel de pai, não de mãe. E morreu por excesso do consumo de drogas, sem que a crise fatal tenha sido produzida por dose excessiva. A camisinha é apresentada comercialmente como único preservativo contra a AIDS, e o tipo de propaganda que dela se faz cria novos critérios de intimidade e comportamento sexual. A prevenção da AIDS vira mercadoria. A propaganda da camisinha estraçalha a sexualidade humana. De um lado, o povo é proibido de usar qualquer preservativo. De outro, a propaganda e o comportamento de muita gente fazem uma pressão insuportável. É um desafio à consciência de cada um...

As estruturas da convivência social e familiar são freqüentemente desmontadas pelas imposições do mercado de trabalho. Muitos pais, principalmente do interior, têm que trabalhar longe de casa, e voltam só de vez em quando ao lar. As pessoas têwm quye ter dois e até três empregos para sobreviver, e sujeitar todo o resto da vida ao emprego. O desemprego crescente destroi a vida e a dignidade.

Muitas famílias são desorganizadas através dos meios de comunicação, nos programas de lazer, na maneira de organizar os programas de informação. Cada um quer ver um programa diferente, numa hora diferente, e os programas apresentam modelos de vida, comportamento e estrutura familiar que são muitos e totalmente diferentes da vida do povo. Fora da casa de família, a automatização da vida impede a humanização das relações entre as pessoas. Dentro da casa, a humanização é violentada quando a TV faz de tudo um espetáculo, mercadoria no mercado da comunicação.

Mesmo assim, quanta gente vive uma vida inteira em função de um filho, de um idoso, de um parente ou amigo que tem necessidade de cuidados especiais. Muita gente adota filhos, além dos próprios, no mais puro impulso de solidariedade humana. O centro mais forte de resistência do povo está na família, no amor indestrutível com que pais e mães, filhas e filhos se amam, se unem, resistem à besta.

d) A Espiritualidade imposta pelo mercado, e a resposta das CEBs.

O Neo-liberalismo cria o Mercado e faz dele o deus, a quem todos, absolutamente todos devem adorar em todos os atos e momentos da vida. A espiritualidade da Idolatria do Mercado é regida pelos meios de comunicação, principalmente a Televisão. Durante o governo Collor, começou a desmontar a máquina chamada Estado. Havia filmes em que um elefante entrava dentro de um escritório, e a coisa só funcionava quando ele era botado para fora. O elefante que "amolava muita gente" era símbolo do Estado, apresentado como uma máquina pesada e inútil. Na Antigüidade os Imperadores do Egito e de Roma se faziam adorar como deuses: "dominavam sobre os povos e se faziam chamar de benfeitores" (cf. Lc 22,25). Já no século 18, um Rei da França, chamado Luiz 14, dizia: "Eu sou o Estado". E as pessoas adoravam o Estado. Agora o deus não é uma pessoa física, a do Imperador, nem o Estado, mas o Mercado. O Neo-liberalismo faz tudo para destruir o Estado. Ele não é mais um deus, e está perdendo sempre mais a força organizativa da vida política. Só um Estado pode ter o privilégio de sobreviver para impor aos outros, o país chamado "Estados Unidos da América".

O ato máximo de adoração do Mercado é comprar e consumir. Esta é a sua espiritualidade. Seu templo sagrado são os "Shopping Centers", em que o povo consumidor faz suas procissões, adora as mercadorias. Quando compra, o fiel, transformado em consumidor, oferece ao deus Mercado aquilo que conseguiu com o duro trabalho. O Mercado Capitalista aceita o trabalho através do contrato que é o salário. Com isto, o Mercado reduz toda a vida de trabalho da pessoa a um punhado de dinheiro. Quando devolve seu dinheiro ao Mercado, a pessoa entrega também - mesmo se não o quer - a própria vida. Ela sacrifica ao ídolo do Mercado a vida que o contrato salarial reduziu a dinheiro.

A "palavra" do deus Mercado é a palavra dos meios de comunicação e seu Evangelho é a propaganda, chamada de "Marketing". Márketing é uma palavra inglesa, que significa todos os truques usados para colocar um produto no mercado e fazer um certo tipo de pessoas comprarem. Nos Meios de Comunicação, a palavra transforma a vida das pessoas em sangue oferecido ao Mercado - uma verdadeira 'transsubstanciação', do corpo sofrido dos trabalhadores em vítima oferecida pela vida do Império.

A resposta a este desafio não pode ser negativista, de dizer que tudo é do demônio e tem que ser destruido, exorcizado. Nem pode ser resposta de avestruz, que esconde a cabeça na areia e mostra o trazeiro. Ao dialogar com o tentador, Jesus, à beira do deserto, no cume do morro ou no alto da cúpula do templo, não negou o que estava sendo mostrado, nem fingiu que era bom (Lc 4,1-13). O desafio não é de negar, nem de aceitar passivamente. Não adianta sair, nem tem como sair. O desafio é mudar nossa atitude dentro deste contexto, enxergar e andar de maneira a criar um mundo diferente. Isto é possível, porque as CEBs são lugar em que a vida nasce, acontece, resiste e se multiplica. O grande instrumento do Mercado está nas mãos do trabalhador: a atividade pela qual o ser humano se torna presente no mundo e cria com ele os bens e as condições de vida, convivência e convivialidade amorosa. O capitalismo falsifica o trabalho e faz dele máquina de moer vida. O povo pode redimir o conceito vivo e a realidade criadora do trabalho-na-natureza. Desmascarar o deus Mercado e arrancar dele os instrumentos que ele usa - o trabalho e a comunicação - fazendo do mundo o lugar onde Deus se realiza e se manifesta como o Criador e Libertador.

A resposta é a espiritualidade da "cidadania". Não a cidadania que acorrenta de novo o trabalhador ao emprego, ao trabalho falsificado, mas a capacidade criadora e amorosa de fazer de nós mesmos, os humanos, irmãos e irmãs responsáveis de toda a natureza, em que brota e germina a vida em abundância para tudo e para todos (v. Jo 10,10).

A MÁQUINA DE MOER VIDA

"Este é o meu corpo, entregue por vocês" (v Lc 22,19)

a) As garras dentro da luva

Uma CEB publicou um dia um convite com o título: "Aposte neste sonho". O sonho era:

«Acordar sem susto, debaixo de um teto firme, na paz de Deus. Ligar o chuveiro e deixar correr a água para espantar o sono. Tomar café com leite, pão e manteiga. Caminhar umas poucas quadras, sem atolar no barro nem sujar de poeira, sem ter que saltar sobre valas de esgoto nem tropeçar no lixo. Deixar a menorzinha na creche e as outras crianças na escola. Pegar o ônibus e fazer uma viagem tranqüila e curta, sem empurrões nem cotoveladas nem correrias desvairadas nem freadas bruscas. Descer perto do serviço e caminhar junto ao riacho de água limpinha respirando um ar gostoso. Trabalhar com prazer e entre amigos. Na volta, passar no posto de saúde e marcar uma hora para depois de amanhã. Dar uma olhadinha nas lojas e ir na manicure ver as fofocas da semana. Dar uma paradinha no bar da esquina, tomar uma cervejinha bem gelada e combinar com a turma uma partida de futebol no sábado à noite. Passar no orelhão e ligar para a associação, confirmando a reunião de amanhã. Chegar em casa são e salvo, com a carteira no bolso, o relógio no pulso e Deus no coração». Dar comida p`ra criação e cuidar das plantas, antes de ir dormir. E no domingo participar da celebração na Comunidade para alimentar a fé e a esperança.

Acreditamos neste sonho porque vivemos vários pedaços dele, ora um, ora outro. É com estes pedaços de Deus na nossa vida que enfrentamos a dura realidade: Vivemos uma verdadeira guerra civil não declarada.

A lembrança das CEBs é cheia de momentos bem característicos desta guerra escondida. A cada ano morrem no Brasil cerca de 50.000 pessoas, de violência assassina ou desastres de trânsito. No campo, muitas famílias são expulsas da terra, para a construção de barragens e hidrelétricas, ou a expansão de latifúndios. Nas cidades a resistência leva à ocupação de prédios ociosos abandonados. Uma comunidade descreve o local onde morava: "a maioria das casas era de lata aberta ou de retalho de madeira. Bóias-frias, poucos pedreiros, serventes. As mulheres quase não trabalhavam fora do lar. Famílias numerosas. As crianças doentes, brincavam com cachorro, gato, porco solto... Esgoto corria solto. A mesma cisterna e fossa próximas serviam para quatro ou cinco famílias." Mesmo onde existe uma "urbanização", é necessária a resistência contra a péssima qualidade de via imposta aos moradores: lutas por água, esgoto, asfalto, luz, postos de saúde, coleta de lixo, escolas, violência do crime organizado e das políticas desorganizadas.

A luta das CEBs começou na época militar da ditadura. "Após as greves de 78 ficou muito forte a perseguição a todos que atuavam junto ao povo. O clima geral da ditadura militar

contribuiu para tornar mais chocante ainda o impacto das CEBs. As injustiças eram muito grandes e ainda se encontravam recentes na memória fatos violentos. Muita gente ainda acha que só havia ditadura no tempo dos governos militares, mas as questões continuam, com algumas agravantes. Um Sem Terra nos alerta: "Conseguimos derrotar a ditadura militar brasileira que assassinou 17.000 companheiros nossos, mas nos impuseram agora uma ditadura econômica, com esta história de neo-liberalismo. Esta ditadura econômica do neo-liberalismo é muito pior que a ditadura militar, pois está assassinando milhões de companheiros nossos. De democracia isso só tem a cara. É ditadura disfarçada de democracia."

Hoje vemos que a época militar foi apenas uma modalidade de ditadura. Hoje vivemos a ditadura debaixo de outras aparências, e de uma outra maneira, mas colocando o povo em condições piores ainda. O povo não é mais somente empobrecido e marginalizado, mas excluído. E as reações à ditadura pioraram: aumentou a violência, a necessidade de competir pela vida quase como animais que disputam a mesma caça. Todos os dias há notícias de rebelião em cadeias, por causa de superlotação e desrespeito aos direitos humanos. Todos os dias há notícias de assassinatos, chacinas e roubo. Vivemos uma paz aparente em que morre mais gente do que em tempo de guerra. Antigamente era a "PAZ ROMANA", hoje é a paz "AMERICANA".

As armas da matança são diversificadas. Muita gente ainda justifica o uso de armas de fogo. Os traficantes de drogas já usam o que bem entendem. Muitas mortes são produzidas pelo trânsito desordenado, outras pelo tráfico de drogas, outras ainda pela perseguição a determinadas pessoas, especialmente homossexuais. Nos últimos anos têm reaparecido doenças causadas por questões que pareciam resolvidas, como a dengue, a leptospirose, a febre amarela, doenças provocadas por falta de tratamento da água, falta de esgoto, falta de condições habitacionais e falta de equilíbrio ecológico.

Numa guerra declarada, a gente sabe quem é o inimigo. Como o que existe agora não é guerra declarada, o povo fica sem saber contra quem lutar. O governo dos Estados Unidos aproveita-se dos atentados de 11 de setembro de 2001, e inventa a guerra contra o que ele chama de terrorismo. Com isto acelera a produção de armas para matar, destrói e desorganiza uma nação em que não consegue entrar pela via comercial, e procura desunir e dominar os países produtores de petróleo. Com a desculpa do narcotráfico na Colômbia, intensifica a intervenção no continente latino-americano, para se apoderar da Amazônia. Tudo isto entra dentro da intimidade de nossas casas através dos Meios de Comunicação, especialmente a TV. Eles querem que todo o mundo seja espião de todo o mundo.

E, com os noticiários controlados, eles misturam um montão de coisas que acabam a tarefa moedora. Eles transmitem sensualidade em exagero, culto ao corpo em detrimento da afetividade. O corpo é apresentado como objeto de consumo, feito de força muscular, de beleza exuberante e de sexualidade absolutizada. Futebol vira máquina de fabricar espetáculos e vender ídolos. Semeiam gota a gota, desejos e ideais impossíveis de atingir e realizar. E excluem da convivência na sociedade os que não chegam lá.

b) Como funciona a máquina de moer vida?

A tecnologia de organização da economia, de arrumação das cidades e de propaganda do Neo-liberalismo mói de muitas maneiras a vida das pessoas. O grande desafio da Democracia é PRODUZIR VIDA PARA TODOS, no contexto que produz morte e exclusão. Dados das Nações Unidas mostram que em 1960 os 20% mais ricos do mundo possuíam o equivalente a trinta vezes o quinhão dos 20% mais pobres. A diferença dobrou: hoje é de 61 vezes. Vivemos num mundo em que 15% da população detêm 80% do produto interno bruto (PIB) mundial. O objetivo do Neo-Liberalismo é aumentar sempre mais a riqueza e concentrar sempre mais a posse de riqueza e o acesso a serviços.

O Neo-Liberalismo tem estratégias muito concretas de imposição de seus ditados: prorrogação da CPMF, reforma da CLT, destruição de direitos sociais, contribuição dos aposentados à previdência, retardamento da reforma agrária, redução da possibilidade de emprego. Na reforma da CLT, os direitos já conquistados pelo trabalhador ficam sujeitos à negociação entre os patrões e os sindicatos. Na hora de regulamentar concretamente os direitos já garantidos em Constituição, eles podem ser confundidos e destruídos nesta negociação. Antes de propor esta medida, o governo atual passou sete anos destruindo e diminuindo o quanto podia

a força e o poder de negociação dos sindicatos. O que eles chamam de "livre" negociação é o confronto entre os sindicatos enfraquecidos e as organizações patronais fortalecidas pela política neo-liberal.

O trabalho ainda é visto como a atividade do ser humano que tenta dominar a natureza, utilizando conhecimentos científicos para manejar os dinamismos naturais em proveito próprio e em prejuízo do equilibrio da vida global. A clonagem e outras técnicas de engenharia genética levam esta dominação e mercantilização até o coração da vida. O trabalho produz bens, realiza serviços e organiza a sociedade. O Neo-Liberalismo levou este conceito a um exagero tal, que no mundo produtivo de bens e serviços já não há lugar para mais da metade dos trabalhadores. Ele impõe regras novas, que forçam toda a realidade do trabalho a se manter dentro das estruturas sociais de um contrato, o contrato de 'emprego', fixado na carteira de trabalho. Trabalho é reduzido a contrato de trabalho, emprego. Já são 60% das pessoas que mal e mal sobrevivem, porque é sempre mais difícil ter emprego dentro da estrutura. O Neo-Liberalismo leva ao extremo a estratégia de fazer do trabalho uma máquina de moer vidas e estraçalhar a dignidade da pessoa humana.

Pioram os preços de produtos agrícolas. Pioram regras do contrato de trabalho, piora o salário, pioram as condições da jornada de trabalho, piora a segurança no trabalho e a estabilidade de emprego. Assim, o trabalho de produzir coisas para vida, vira instrumento de moer a vida. O que nós chamávamos "desemprego" e "rotatividade" da mão de obra, vira "flexibilidade", e começa a parecer necessária como condição de emprego. Os direitos do trabalhador viram "*custo brasil*", que tem que ser eliminado. O emprego é reduzido sempre mais. Já se fala em 'fim do emprego'. Quem não tem emprego, não cabe na organização social neo-liberal.

A produção preferida é a indústria de carros. Quanto mais carros, maior a poluição ambiental. O maior número de mortos é por acidentes de trânsito, as condições de vida na cidade têm como critério a circulação de mercadorias, não a vida e convivência do povo. Assim, a primeira causa do grande número de acidentes é a falta de cuidado com as estradas. Nas cidades, cuida-se quase exclusivamente dos corredores por onde passa a mercadoria e transitam os veículos, deixando em estado miserável os passeios por onde a população passa a pé.

Aos poucos, e para "melhorar" a prestação de serviços, são criadas máquinas que substituem as pessoas que prestavam estes serviços: roletas eletrônicas, caixas automáticas. A experiência mais concreta para todos nós é a experiência de serviços bancários. De um lado, todo o mundo acaba sendo forçado a usar o serviço dos bancos, para ter acesso ao dinheiro que tem. Todo o mundo tem que ter um CPF, sem o qual não tem acesso aos serviços sociais de que necessita. Além disto, as máquinas automáticas forçam as pessoas a usarem uma porção de números e de cartões magnéticos. Sem os números e os cartões as pessoas não conseguem mais exercer sequer o direito de usar o próprio dinheiro. No antigo Egito havia as estátuas chamas "esfinges", em que estava escrito: "decifra-me, ou eu te devoro". Hoje a tecnologia nos diz: "vira número, ou eu te vomito". Quem se submete aos números, corre o risco de ser devorado pela tecnologia. Quem não aceita ser engolido pelos números, corre o risco de ser excluído da sociedade.

Esta voracidade da tecnologia é o principal instrumento de dominação do Mercado Neo-Liberal. As luvas que escondem as garras desta fera voraz e faminta são, na mão direita, as compras a prazo. Na mão esquerda as "promoções" comerciais do "Marketing", e a manipulação dos desejos das pessoas. O "Marketing" é uma técnica de atrair a pessoa através de promoções, criando nela o desejo de possuir uma determinada coisa. Ele acaba convencendo a pessoa de que ela "tem necessidade" daquilo que está sendo oferecido. E a pessoa acredita que pode comprar e fica toda vaidosa, mesmo se não tem dinheiro, porque "está em promoção", e "você foi selecionado". De promoção em promoção, o "Marketing" acaba dominando todo o comportamento das pessoas. O dinheiro da prestação acaba antes do prazo, e a pessoa fica presa na dívida. Fica presa dos dois lados de um lado não tem aquilo que ficou desejando, de outro lado, fica devendo cada dia um pouco mais. Às vezes perde o dinheiro e o produto que comprou. Todo o mundo quer ser feliz. Esta felicidade é identificada com dinheiro, com a posse de uma

moradia particular, com a posse de um carro, ou simplesmente com o ato de comprar uma dúzia de bananas a um preço menor que no concorrente.

c) A confusão provocada pelo Neo-liberalismo

O Neo-Liberalismo desorganiza o conceito de trabalho. Reduz o trabalho humano a emprego. Reduz o número e a possibilidade de emprego. Realiza sempre mais produção e serviços com o uso de tecnologia. Reduz o trabalhador a servidor de uma máquina. Faz acreditar que a máquina produz sem o concurso humano. Não considera trabalho o que é feito fora das regras impostas pelo 'trabalho formal'. De um lado são as pequenas unidades produtoras que fazem chegar à nossa mesa a maioria dos alimentos. De outro lado, há muito mais trabalho de produção de vida e prestação de serviços fora da formalidade capitalista neo-liberal, que dentro das regras que ele impõe: nas cozinhas e lavanderias, nas hortas comunitárias, bancas de camelôs e - para bem ou para mal, na produção agrícola de que se valem os traficantes de drogas e o contrabando.

Cada um dos elementos da natureza tem um papel exclusivo e específico, a ser reconhecido e respeitado. O equilíbrio de todos é feito da contribuição de cada um. O ser humano, é o único que, intencionalmente, interfere no equilíbrio de todos os outros seres. Como cada um dos outros seres, o ser humano tem um papel específico e exclusivo. Mas este seu papel que foi até agora exercido e interpretado como domínio. E a lição bíblica foi lida também dentro desta ótica. O ser humano foi visto como o "rei da criação". Esta espiritualidade ameaça de extinção a vida existente na Natureza e no próprio ser humano. Entretanto, não há sobrevida "ecológica" possível para o universo, sem a intervenção explícita e consciente do ser humano. Esta intervenção é o trabalho.

Mas, na confusão criada pelo Neo-Liberalismo, o trabalho vira máquina de moer vida em três níveis: primeiro, acaba com a saúde do trabalhador e destroi a personalidade e individualidade dos que ainda trabalham dentro das regras impostas, quando impõe um ritmo sempre maior e exige diversidade de qualificações - e destrói também a personalidade e dignidade dos excluídos e impedidos de ter emprego; segundo torna totalmente inseguras as relações entre os diferentes agentes produtivos, tanto os que possuem e planejam, quanto os que não possuem, mas executam, quando mexe continuadamente nas relações de emprego e nos direitos sociais do trabalhador, para criar facilidades para o mercado financeiro; finalmente, mói o que resta de vida, jogando no desemprego um número crescente de pessoas, e diminuindo sempre mais velozmente as possibilidades de encontrar um emprego. Reduz o trabalho a emprego, torna o emprego sempre mais complicado e exigente, e aniquila o emprego como realidade produtiva de bens e serviços.

d) O Espírito neo-liberal e a Espiritualidade do povo.

Frente à exploração, demolição e exclusão feitas pela máquina de moer vidas, o refúgio do trabalhador são as coisas da "cultura popular", com que enfrenta, em casa e no bairro, a demolição que acontece na fábrica e nas ruas da cidade que está ao redor do bairro popular. Sem discutir aqui as práticas consideradas violentas, podemos dizer que as ocupações de terrenos e prédios vazios é uma verdadeira reforma agrária e urbana alternativa. Nelas nasce um sistema social, escolar educativo, de assistência à saúde, que a sociedade, os meios de comunicação, teimam em desconhecer. No dia-a-dia de acampamentos e assentamentos nascem novas relações entre as pessoas, novas relações de vida comum com a natureza, novas relações de gênero e novas relações ecológicas. O ser humano é um dos ramos, um dos frutos da mãe natureza, e nela, é considerada poder a prática de servir e conviver, não a prática de dominar e explorar.

A voracidade da tecnologia abafa a humanização das relações entre as pessoas. O bancário não presta mais às pessoas o serviço de manejarem o próprio dinheiro, mas as ajuda a se utilizarem da máquina e se submeterem ao que ela exige. As relações entre as pessoas são mediadas por máquinas que funcionam na base de números. Mas o que a máquina faz ou exige foi colocado dentro dela por alguém que a "programou". Ajoelhando-se perante a máquina, a pessoa está se ajoelhando perante quem planejou este tipo de "programação". Não é à-toa que uma das profissões mais procuradas hoje é a de técnicos em computação. Eles são os novos sacerdotes do deus Mercado, seus catequistas e sacristães. Eles celebram a liturgia do

compudaro, ensinam como dobrar os joelhos e rezar para estes santos ídolos. Acendem e apagam as velas da liturgia tecnológica, fazem a manutenção da máquina de comunicar.

Entretanto, ao bagunçar as relações de trabalho, o Neo-liberalismo abre uma brecha, por onde o trabalhador pode compreender melhor e transformar a realidade do trabalho. A tecnologia não é máquina de produzir morte. O que a torna mortífera é o contexto neo-liberal de seu uso por parte de uma pequena parcela da população humana. O capitalismo gerou os trabalhadores à imagem e semelhança das relações de trabalho. Em sua fase neo-liberal, o mesmo capitalismo esmaga mas, sem querer liberta o trabalhador destas relações. Há que construir novas relações de trabalho, matriz de novos modelos culturais. A eletronização torna a organização possível e gera gratuitamente muito saber. Ela é um instrumento, não uma fonte autônoma, com vida própria. A eletronização cria novas dimensões e novos dinamismos de comunicação em todos os sentidos da palavra. As organizações populares podem ter acesso, sempre mais, aos instrumentos da comunicação. Os técnicos em informática podem, sempre mais, esclarecer o povo, e ajudá-lo a vencer a barreira da computação. A Televisão pode ser usada de maneira muito gostosa e enriquecerdora.

Os novos 'sacerdotes e catequistas' podem ser como os dois profetas do tempo do Exílio, Ezequiel e Jeremias. Ezequiel foi o profeta sacerdote que acompanhou o povo e recebeu do rei Nabucodonosor a função de amansar o povo com a religião. Em vez disto, ele ajudou o povo a organizar a memória histórica, e neste esforço começou a organização dos escritos bíblicos editados com o nome de "Bíblia Hebraica", principalmente os cinco primeiros livros da Bíblia, o Pentateuco, que contém as histórias da criação do mundo, da libertação, da posse da terra e da organização do povo. Enquanto Ezequiel acompanhava os exilados, Jeremias, na Palestina animava os excluídos, os que o rei deixara para trás porque eram ignorantes, incapazes de produzir, sem experiência administrativa.

Assim, pela comunicação, nasce dentro do Império uma nova democracia universal ´alternativa´. Sua expressão política pode resultar da união de alguns grandes países dentre os empobrecidos: China, Índia, Paquistão, África do Sul, Indonésia, México, Brasil. O esforço de destruir o Afganistão e o Iraque mostram a fúria com que os senhores do "Império" reagem contra quem não se submete. Na base, entre as comunidades de vida ameaçadas de extinção, as CEBs - em toda a América Latina, mas também em muitos países Europeus - têm seu espaço próprio e geraram lideranças nos movimentos de resistência. Estas lideranças não são só católicas, espíritas, do condomblé, ou de outra religião, mas circulam livremente pelas várias instituições "tranqüilas e felizes", e vivem uma espiritualidade intensa, de comunicação e convivência.

Na espiritualidade das comunidades de vida, o Trabalho é uma cumplicidade, um ato de amor entre o ser humano e a Natureza. Trabalho pode ser realizado como atividade criadora, em que se expressa uma relação profunda e constitutiva, entre o ser humano e a natureza. Ele não tira da natureza os elementos de que precisa para viver, mas mergulha na vida produzida pela Natureza. Cada ser é feito de todos os outros, e também o ser humano. No trabalho, a espiritualidade do ser humano é o exercício de um ato de comunicação global da vida. Sem esta intervenção do ser humano na Natureza não é mais possível reconstituir o que foi até agora destruído, nem promover e chegar a uma abundância de vida para todos. Assim, o trabalho é também repartir o próprio corpo para alimento de todos, como Jesus fez na última ceia. O chão que pisamos são os corpos repartidos e distribuídos, dos pedreiros que o construíram. Nos alimentos e as refeições, nos serviços que nos são prestados estão os corpos dos trabalhadores que tornam possível a vida e a convivência. Eles nos gritam a cada momento: "tomai e comei", "tomai e bebei", isto é o meu corpo-repartido-por vós, é a nova aliança entre os trabalhadores e o próprio Deus, entre os seres humanos e a natureza que os gera e alimenta, enquanto é por eles alimentada e regenerada.

Na Espiritualidade da Ecologia o Trabalho não é adoração da Natureza, e deixou de ser redução da Natureza a servidora da vida humana. O ser humano é irmão e irmã da Natureza: o irmão que colabora, a irmã que presta até mesmo uma certa cumplicidade com as energias do universo. O ser humano é Pai e Filho da Natureza, esposo e esposa. É gerado e gerador,

fecundador e fecundado. A Natureza é o útero em que o ser se torna humano, e no ser humano toda a Natureza se torna consciência, amor, abertura ao infinito.

O conceito de sacerdócio antes do cristianismo ou fora das religiões nascidas do javismo (judaismo e cristianismo) é centralizado no sacrifício. Mata-se uma criatura viva para reconhecer que Deus é o Senhor da vida, e fazer um ato de louvor. O Neo-Liberalismo tem seus teólogos, que justificam, com uma teoria do sacrifício, a morte dos que são sacrificados em nome do progresso.

O sacerdócio vivido e instituído por Jesus, na última Ceia, se concentra na comunicação de vida: "Este é o meu corpo entregue a vocês", este é "o meu sangue-derramado para a vida de muitos". Isto não é sacrifício, mas partilha, como a do "pão descido do céu", que alimentou o povo no deserto (Ex 16). Melhor que o pão farto da escravidão é o pão partilhado na caminhada. Sacerdotes são então os que comunicam a vida por força do batismo, no qual o Espírito é derramado. O deus Mercado é sacrificador, e concentrador da vida. O Deus que caminha com o povo IHWH/Adonai, a quem Jesus chamou de "Abbá", Papai, não quer sacrifícios, mas comunicação, vida em abundância para todos.

O IMPÉRIO

"Contem a seus filhos tudo isto"(Jl 1, 3)

a) O veneno misturado no açúcar

Todos os dias entra um ventinho e a luz, pela nossa janela, pelas portas. No verão é quente, e às vezes tem chuva. A gente tem goteira no teto, e a água pinga. No inverno é frio. De noite, só a lua espia lá de longe, ou um montão de estrelas passeiam no céu escuro. Por onde entra a luz, entra o vento, entra a chuva, entra o frio e o calor, a poeira e a fumaça, o barulho do vizinho e o canto do sabiá. Onde não chove, entra poeira, nas cidades entra uma fumacinha que a gente nem vê. Não chega a estragar a felicidade. Por onde entra o dia, entra a noite, pelas portas, as janelas, pelas gretas e os buracos da parede, entre as telhas e frestas da porta.

Por aí entram também o apagão, a crise de água, o mosquito da dengue, o desemprego, a aids, a violência, a droga. O APAGÃO foi gerado pela distorção administrativa: em vez de usar o dinheiro das privatizações em investimentos para gerar energia, o governo o jogou no pagamento da dívida externa, em humilde obediência ao FMI. A crise da ÁGUA brota do desprezo pelo equilíbrio ecológico na produção industrial e no avanço da urbanização. O mosquito da DENGUE é que se aproveita. As matas estão sendo destruídas, e ele foge para a cidade, onde não há passarinhos que o venham comer, nem condições de higiene ou prevenção que impeçam sua multiplicação, nem plano de saúde eficaz para os atingidos. O DESEMPREGO é resultado de usar tecnologia, em vez de empregar gente, e das mudanças nas relações de trabalho. A relação de trabalho chamada "emprego", não funciona mais a contento, e tem que ser mudada. A AIDS é sempre mais um perigo, ligado ora ao sexo, ora à saúde pública. O MEDO encharca qualquer um que saia aí pelas ruas, perseguido pelo bandido vestido de gente ou de polícia, mas topa com a violência até mesmo dentro de casa, contra as mulheres, as crianças, os idosos, a natureza. E a DROGA é tentativa de saída para uns, rebeldia para outros, muito dinheiro para as máfias.

Na escola, nos noticiários, nos livros de formação política, aprendemos que a DEMOCRARIA é o poder nas mãos do povo. A DEMOCRACIA é organizada em três poderes, o executivo, o legislativo, o judiciário. Para fazer executar as leis e manter a ordem estabelecida legalmente, o Governo tem o direito de usar a força através da Polícia, e para defender o País de ataques externos, existe o Exército, que assume muitas vezes também funções de levar desenvolvimento onde for necessário 'desbravar' a natureza. O respiro, o espírito da Democracia é a informação: os que têm em mãos os instrumentos de legislação, execução das leis e julgamento, têm que saber o que o povo precisa. O povo precisa do conhecimento das leis e das políticas. A palavra política, aqui, é usada para indicar um jeito constante e planejado de organizar os acontecimentos. A informação que vai e que volta entre o povo e os governantes é a comunicação. Para fazer chegar até os governantes as próprias condições e necessidades, o povo tem muitas organizações, desde pequenos clubes e grupos de lazer ou trabalho e estudo, até grandes aparelhos, como Escolas, Universidades, passando pelas Igrejas, Associações de moradores, sindicatos e, principalmente, partidos. A DEMOCRACIA é uma casa muito bonita, e tudo nela ou é bem previsto e desenhado, ou pode ser reformulado, consertado, refeito.

Ela tem muitas pontas. Não é errado de todo, dizer que DEMOCRACIA começa em casa, porque dentro de casa tem uma ponta destas, nas relações entre marido e esposa, pais e filhos, adultos e crianças, homens e mulheres, adolescentes e todo o mundo. Educação começa na família e é passada de geração em geração. Muitas vezes é dentro da família que começa a resistência, a dignidade. Mas mesmo lá dentro do lar é necessário ter uma análise de conjuntura nacional educacional e politica. O que "entra" dentro de casa e lá está desde sempre, não começa lá. A Democracia nasce noutros lugares. Onde estão as outras pontas da DEMOCRACIA?

Se você reparou, na descrição acima, do ideal de democracia, a gente pode fazer três perguntinhas muito inocentes: quem é este *'povo'*, que tem nas mãos o poder? Quem controla este *"respiro"*, que é a comunicação, por onde tudo passa? E quem consegue, realmente, usar os *"aparelhos"* do povo, pequenos ou grandes, para convencer o povo do caminho a seguir ou os governantes das medidas a tomar? Aí é que estão as portas e frestas, as janelas e goteiras, e misturado com o ventinho e a luz da democracia, entra o bafo fumacento, doce e embriagante, venenoso e irresistível, pegajoso e envolvente do IMPÉRIO.

b) como funciona esta invasão.

A luz que entra em nossa janela vem do espaço. O vento vem de muito longe, a fumaça, da rua alí em cima, ou da fábrica atrás do morro, o barulho é do vizinho, o canto do bem-te-vi vem da goiabeira, e do quarto ao lado, vem o som do adolescente, a voz da mulher que costura, lava a roupa, cozinha ou telefona, da criança que chora, do menino que estuda e soletra meio gaguejando, o texto da escola.

De igualmente longe e de muito mais perto vem o IMPÉRIO. Ele usa um instrumento de penetração invisível como ferramenta, mas presente em todo o lugar: a GLOBALIZAÇÃO. Ela coloca dentro de nossa casa, colados no nosso corpo, palavras esquisitas, nomes estrangeiros de roupas, calçados, alimentos, bagulhos e aparelhos domésticos, fabricados ou montados em Taiwan, comercializados no Paraguay, escapados de assaltantes com sotaque espanhol, inglês, árabe, ou nordestino e mineiro mesmo.

Não se pode mais falar, propriamente, de Imperialismo. Imperialismo é o que acontece quando um País resolve se espalhar, alargar suas fronteiras dominando outros povos e impondo seu comércio, sua política e sua cultura, com religiões, costumes, ideologias. Para haver Imperialismo, é necessário que haja limites claros entre nações e culturas, que haja um lado de 'dentro' do Império, e um lado de 'fora' do Império, onde ele manda seus exércitos ocupar e impor. No dia 11 de Setembro de 2001 vimos e vivemos que fronteiras assim ou não existem ou não valem mais nada. A intervenção militar no Afeganistão não é conquista imperial, nem é resposta contra uma nação agressora. A ação armada no centro da Ásia é intervenção policial do Império, para manter a ordem interna. A luta contra as drogas vira desculpa para "internacionalizar" a Amazônia. O país que se intitula "Estados Unidos da America", pretende ser o dono de tudo, cuidar dos outros como se todos fossem partes subalternas dele. Rouba o nosso nome, como se não fôssemos "americanos fingem que na América do Norte existem só eles, como se não existissem o Canadá e o México, a quem tratam com especial carinho através da NAFTA. Este país quer ser "O Império".

Tudo está "dentro" do Império, e o que lhe dá dor de barriga é triturado com três dentes: não há neutralidade, não há critérios fora dos interesses do Império, não há nenhum meio que não possa ser usado por ele. Ou estamos contra o 'terrorismo' ou contra o Império; ou o Império pode fazer o que lhe parecer bem para 'prevenir' os ataques a ele, ou perecemos todos; finalmente, ele tem que poder usar todos os meios para impor a 'tranqüilidade da ordem'. É o que Bush e todos os Bushinhos fantasiados de comunicadores e governantes nossos e de outros países, dizem dia a dia nos discursos, nos noticiários, nas novelas, nas propagandas de camisinha e cigarro, nos números de senha para uso bancário, nos preços da energia - que não é racionada, mas ficou mais cara - na falta de água, no silêncio do "aedes aegypti", que pica de manhã, rasteiro, sem coçar e sem zumbir.

O que vivemos é DITADURA ECONÔMICA que parece DEMOCRACIA. Nenhum país tem a força suficiente de ser o 'sujeito' desta ditadura. É mais que ditadura, é um Império absoluto. O Imperador são as Empresas Trans-Nacionais - chamadas de ETNs. Muitas delas são economicamente maiores e mais fortes do que numerosos países. Um punhado de acionistas

pode ter mais ingressos financeiros que a população de um país inteiro ou mesmo vários países. Das 100 maiores empresas do mundo, 99 têm origem em países industrializados. Muitas delas movimentam mais dinheiro que alguns dos maiores países do mundo. A Shell, por exemplo, é financeiramente maior que a Venezuela, um grande produtor de petróleo. Nova Zelândia, Hungria e Irlanda equivalem-se à General Motors.

O país que se chama "Estados Unidos da América" é o mais forte do mundo hoje. E por isto seu presidente é o primeiro porta-voz Imperial. Mesmo assim, o "Império" não é "Americano", ou "Estado-Unidense", mas "Global". Eles têm o interesse de que ninguém veja que eles estão por trás da fachada do "Império global", mas também não conseguem manipular tudo sozinhos. Bush não pode fazer sozinho a guerra do Afganistão, e teve que recorrer aos outros países, sendo que noutras ocasiões despreza a colaboração de todos eles, principalmente da Rússia. As forças armadas e comerciais prestaram sim, o melhor serviço ao nascimento do Império: engoliram a América Latina, marginalizam a África, dominam o Oriente Médio, e derrotaram a ex-União Soviética. Estão engasgados com o jeitão "exótico" da Ásia, e cada dia sabem menos o que fazer do Afeganistão, e do Iraque, contra quem preparam outra invasão.

Mesmo neste país, quem manda são as grandes ETNs. Os países que conhecemos hoje têm uma organização social e política que se formou durante o século 18, quando as forças democráticas do povo acabaram com as Monarquias. Antes o Estado era monárquico, e havia reis e rainhas. Depois o Estado se tornou democrático, e existem Presidentes e Deputados que são eleitos para representarem o povo. A ditadura militar manteve estes poderes como cortina, e escondeu atrás deles uma estrutura diferente. Eles falavam de quatro poderes: econômico, político, militar e ideológico. Eles mesmos humilharam os políticos e invadiram as Universidades e Igrejas, onde estava o poder Ideológico. Dos quatro só sobrou o econômico, e os outros a seu serviço. Hoje a força política das ETNs é maior que a força do Estado e dos representantes do povo. A força política do poder econômico mundial é maior que a dos Estados. Neste contexto quem pode representar uma via jurídica de saída seria o organismo chamado "Organização das Nações Unidas", mas o que existe ainda é uma tentativa muito destorcida pelos países mais fortes. As Empresas Transnacionais conseguem fazer o povo "eleger" quem representa os interesses delas, em vez de representarem os interesses do povo.

O tamanho destas ETNs é inversamente proporcional ao respeito aos direitos trabalhistas. Em algumas das famosas maquiladoras do Norte do México as jornadas de trabalho podem superar 70 horas semanais, além de condições totalmente insalubres. Estas são empresas transnacionais que usam mão-de-obra barata de terceiro mundo, pagando baixíssimos salários e chegam ao extremo de não dar nenhum tipo de equipamento de proteção para quem trabalha em lugares perigosos. Finalmente, as ETNs não têm instrumentos apropriados para substituir os Estados. O Império obriga os Estados fracos a privatizarem as empresas com que sustentavam a força e a legitimidade do seu poder. Com o enfraquecimento dos Estados, as organizações de tráfico de drogas e de armas ocupam o espaço e criam o risco de se transformarem num Estado dentro do Estado. E o Império gosta disto, porque assim tem um pretexto a mais para enviarem suas tropas ao Afganistão, ao Iraque, à Colômbia, à Bolívia. Quem sabe também à Amazônia brasileira, à Argentina...

c) O império traz muita confusão.

Isto tudo vive dentro de casa, lá onde parece que a democracia nasce. O autoritarismo dos pais engasga frente ao filho ou à filha que trabalha e sustenta os pais desempregados. A educação fica entupida pelo excesso de informações desordenadas e a desestruturação dos valores. Os filhos sabem mais que os pais. As gerações mais idosas já não têm mais conhecimentos que as jovens, e o que os jovens sabem não desbanca nem assimila a "sabedoria" de quem já viveu outros apertos.

Nosso jeito de pensar e fazer as coisas nasce de duas raízes fortes e profundas, a filosofia grega e a colonização. Foi o povo grego, os gregos da filosofia, que inventaram a palavra "DEMOCRACIA". Aliás, inventaram a própria democracia, na cidade de Atenas, onde o 'povo' eram as famílias consideradas 'livres' porque não eram escravas, nem tinham que pegar na enxada nem na pá de pedreiro, nem na vassoura, nem nas penas de escrever nem no quadro-negro de ensinar. Tinham escravos, comida, casa, filhos que estudavam, e a maioria dos

professores eram escravos 'pedagogos'. Foram estes mesmos gregos que inventaram o 'modo de produção escravagista', fazendo comércio de escravos. Eram o povo. Pois bem, o jeito de pensar dos gregos passou para nós: existem coisas boas, e coisas más, coisas bonitas e coisas feitas, o lado de cima é o contrário do lado de baixo, o de dentro não é o de fora, o espírito não é corpo e o corpo é o contrário de espírito, o que vale é o contrário do que não-vale, a honestidade é o contrário da ladroagem. Pensamos tudo dois a dois, um o contrário do outro, os chamados "dualismos". Por isto aprendemos a excluir: há pessoas que são, pessoas que não são.

A outra raiz nos ensinou que o colonizador tem todos os direitos, os colonizados não têm. O que podem e querem os patrões, portugueses, espanhóis, e depois alemães, franceses, ingleses e americanos, não podem nem devem os índios, os negros, os trabalhadores, as mulheres, as crianças. Povo são os da "metrópole", os da colônia não são. Bom e legítimo, bonito e válido é o branco, adulto, macho, rico, vindo lá de onde está o poder. Mulher vale só um pouco, criança vale a metade, negro não vale nada, índio já acabou. A natureza é manga chupada, só ficou caroço e fiapo seco.

O Imperialismo chegou até onde podia, a colonização não tem mais o que colonizar. O globo terrestre já está todo ocupado. Em português, nós o chamamos de 'mundo'. Em Inglês o Império o chama de "the globe". Não existe mais lado de fora. Tudo está dentro do 'globo'. Então não existem mais critérios claros para as coisas. Na mentalidade imposta pelo Império o que mais vale e comanda tudo é o dinheiro, o sangue do mercado, "que tem poder" porque "o dragão lhe entregou seu poder, seu trono e uma grande autoridade" (v Apoc 13, 2).

E roubar é crime, mas quem rouba, tem mais dinheiro do que quem trabalha. E prostituição é crime, mas quem se prostitui ganha melhor, e quem tem mais dinheiro prostitui mais. E droga é crime, mas quem comercia droga tem mais dinheiro. E corrupção é crime, mas quem corrompe tem mais poder, quem tem mais poder corrompe mais e tem mais dinheiro, e tudo começa no fim, e acaba pelo meio do caminho. E trabalhar é um dever, e é bom, e é o correto, mas quem trabalha é chupado do que tem, tem na boca um freio, no pescoço um montão de rédeas, e nas mãos os cravos que o pregam a uma cruz.

O Império destrói os dualismos e desorganiza a relação colonial. Com isto, ele nos obriga a ver que há muitas possibilidades entre o bom e o máu, entre o bonito e o feio, entre o verdadeiro e o falso. Há muita humanidade em maneiras de pensar e viver diferentes da nossa, há muita verdade dentro e além das nossas mentiras, há muito amor fora das chantagens afetivas. A verdade, neste mundo, tem que ser construída, assim como o belo é resultado do amor, e o amor nasce na doação. A realidade não tem um centro apenas, mas muitas referências, e por isto existem muitas culturas, muitas maneiras de compreender e realizar o existir humano. O próprio Deus 'único' não é um só, mas Trindade feita de amor, abertura, reciproca doação.

O quer o Império destroi é a cultura dominante, a que nos veio na cabeça dos portuguêses e e de todos os Europeus que nos ensinaram a ver neles o nosso modelo. Mas agora despertam os descendentes de africanos, e acordam os índios, e os nossos olhos se abrem. Talvez sem querer, o Império nos presta um bom serviço... Quem se sente tonto, desorientado, e não consegue compreender nada é que entendeu tudo e "sentiu o drama".

d) A Espiritualidade

O profeta Joel descreve a destruição com que os Assírios arrasaram Israel.

"O que o louva-a-deus deixou, o gafanhoto comeu, o que o gafanhoto deixou, o grilo comeu, o que o grilo deixou, a broca comeu. Acordem, bêbados, e chorem. Gemam, beberrões, porque lhes tiraram da boca a garrafa de bebida" (v Joel 1,4). O que aconteceu naquele cantinho do Império Assírio, um dos primeiros e mais primitivos da nossa história, o IMPÉRIO globalizado faz hoje indiscriminadamente por todo este nosso mundo. O que os índios deixaram, os europeus comeram; o que a Europa deixou, o capitalismo industrial comeu; o que o capitalismo deixou, o Neo-liberalismo comeu.

Joel continua: Como o crepúsculo da madrugada, "estende-se sobre os montes um povo numeroso e forte; nunca houve povo igual a esse e nunca mais haverá por muitas gerações. Diante dele vai um fogo que devora; atrás dele uma chama que incendeia. Diante dele a terra é um jardim de paraíso; atrás dele é um deserto arrasado. Nada se salva! Seu aspecto é como de cavalos e como cavaleiros que correm. Seu ruído é como de carros que vêm saltando pelos

cumes dos montes, estalando como chama que devora a palha, como poderoso exército em ordem de batalha. Os povos se assustam na presença dele, ficam todos pálidos de medo. Avançam como soldados valentes, como guerreiros escalam a muralha; cada um vai no seu caminho, sem se desviar da fileira. Uns não estorvam os outros: cada um segue o seu rumo, mesmo que as lanças caiam a seu lado, eles não se detêm no caminho. Invadem a cidade, escalam a muralha, sobrem nas casas, entram pelas janelas como ladrão. Diante deles, a terra treme e o céu se abala; o sol e a lua escurecem, e as estrelas perdem o brilho." (Joel 2, 2^{b}-10). O Império entra pelas portas e janelas, pelas goteiras e rachaduras, pelo radinho de pilha, a tv, as revistinhas, o clube... invade e devora pelo comércio, a propaganda, o assalto, o esporte, o tráfico de drogas, o sermão do padre e do pastor, o discurso dos políticos...

Mas o que o profeta faz não é choradeira. Ele dá a dica: "Contem a seus filhos tudo isto; depois eles contarão para os filhos deles, e estes irão contar para a geração seguinte" (Joel 1,3). Quem disse que não podemos ser "o povo", em cujas mãos está o poder da Democracia? Se eles podem se organizar tanto, porque é que não o podemos também, para produzir jardins onde eles criaram desertos arrasados? E já temos nossas organizações, grupos de reflexão, de atividade social e política, até mesmo de atividade cultural e de lazer. Não deixemos os louva-a-deus, gafanhotos, grilos e brocas do IMPÉRIO roerem nossa memória, nossa capacidade de compreender e analisar a situação, resistir e construir, antes que ele arrase e engula tudo.

Joel continua: "Toquem a trombeta em Sião, dêem o alarme no meu santo monte. Tremam todos os moradores do país. Javé faz ouvir a sua voz à frente do seu exército. Seus batalhões são os mais numerosos, são valentes os encarregados de executar a ordem de Deus. Grandioso e terrível é o Dia de Javé! Quem poderá suportá-lo?" (Joel 2,1.11) Quem diz que nós, o povo que se levanta, não temos em mãos instrumentos válidos, um verdadeiro exército, de comunicação, de fazer valer a voz de Javé?

"Reúnam o povo, organizem a comunidade, chamem os velhos, reúnam os jovens e crianças de peito. O jovem esposo saia do quarto, a jovem esposa deixe seu leito" (Joel 2,15-16). Se fechamos as portas, para a fumaça não entrar, falta o ar. Não adianta xingar a televisão, nem as diversões, ou tentar fechar-nos em casa. "Quebrar o galho", da gente mesmo ou dos outros, não cria solução. Quem disse que também não podemos usar todos os instrumentos que há à nossa disposição? Podemos multiplicar os instrumentos, as trombetas, as assembléias, os exércitos de Javé. Porque ainda temos adoração pelas soluções individuais, e medo da política, das soluções a longo prazo e de largo alcance social? O povo já conhece muitas formas de sobreviver que não se dobram nem se afinam com a vontade do Império. O Império consegue desmontar as Associações de Bairro ou sindicais. Ao contrário, é frutuosa a criação de grupos de 3ª. idade, de 'pastoral da criança', ou da saúde, os grupos de voluntariado, de medicina alternativa, de cultura negra e índia, de luta pela dignidade de toda pessoa humana, contra a corrupção eleitoral e política. Porque é que o Neo-Liberalismo vai dominar e manipular também o "voluntariado", o "terceiro setor"...? No exercício de mandatos eletivos, já existem políticos que renunciam a toda e qualquer verba a mais que o devido salário, que fazem política sem assistencialismo - nem mesmo assistencialismo às organizações populares - e levam a política para as ruas, não para os gabinetes.

Conta uma historinha popular que um elefante morava perto de uma árvore, e vinha dormir encostado em seu tronco. Bem no pé da árvore havia um formigueiro. E o elefante dormia com a pata tampando a boca do formigueiro. Um dia, as formigas subiram pelo elefante, e o cobriram todinho. Parecia que o tinham vencido. Mas ele deu uma sacudidela e elas voaram longe... Só uma ficou agarradinha ao pescoço. As outras, de longe gritavam: "Aí, Chiquinha! Esgana ele". Mas ela não conseguiu. Quando ela desceu, veio conversar com as outras. Fizeram uma assembléia e decidiram: iam entrar em todos os buracos do elefante. Só na cabeça havia sete: dois de olhar, dois de cheirar, dois de ouvir e um de comer e berrar. E mais outros pelo corpo afora. Entraram por onde puderam, e tacaram ferroada. Não tentaram chegar ao coração, nem cortar a respiração ou o alimento. Só fizeram o que sabiam, ferroaram. Ferroaram tanto, que o elefante... se ferrou e se mandou. Nunca mais voltou !

Contagem, 8 de julho de 2002

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
35ª Assembléia Geral
Itaici, Indaiatuba-SP, 09 a 18 de abril de 1997

35/35ªAG(Sub)

ANÁLISE DA CONJUNTURA SÓCIO-ECONÔMICO-POLÍTICA BRASILEIRA

Centro João XXIII-IBRADES[1]

Março de 1997

Introdução: a conjuntura internacional

1. O mundo vive hoje em condições totalmente diferentes das que prevaleciam até poucos anos atrás. Estamos vivendo atualmente o que alguns chamam de "terceira revolução industrial". A *informação* assume o papel que um dia foi da *terra* e mais tarde do *equipamento industrial*: a informação tornou-se o fator dinâmico de produção. De um lado, a posse da informação (sobre como produzir, como usar a ciência e a técnica, etc.). De outro lado, a veiculação da informação, a comunicação. Quem controla a informação nos dois sentidos, detém efetivo poder econômico. Este poder vai convergindo hoje em dia nas mãos do grande capital financeiro internacional, ou de uma tecnoburocracia administrativa que de fato se torna, em última instância, financeira. No nível político, a queda do "socialismo real" (1989-1991) acabou com a divisão em dois blocos, vigente durante mais de 70 anos. A nova situação fortaleceu em nível mundial a corrente neoliberal, que afirma a primazia absoluta do mercado e propõe a redução do Estado ao mínimo. Para seus defensores, todas as atividades econômicas devem deixar de ser reguladas pelo Estado; todas as empresas estatais devem ser privatizadas; para reduzir o déficit público, o Estado deve restringir o investimento em políticas sociais (saúde, educação, moradia, transporte, emprego) e a própria área social se deve parcialmente privatizar. É preciso diminuir as regras que controlam os investimentos de capital (desregulamentação), reduzir as barreiras comerciais entre os países (abertura dos mercados), de modo que o capital e os produtos possam circular livremente.

2. As medidas visando a desregulamentação vêm sendo adotadas por países economicamente desenvolvidos desde o início dos anos 70. A colocação em prática das políticas neoliberais se intensificou a partir do governo de Margareth Thatcher, na Inglaterra (1979) e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos (1980). Instituições financeiras internacionais - o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD) - levam à frente tais propostas. O grupo dos sete países mais ricos do mundo (o G-7) tem apoiado estas medidas. O processo desencadeado desde então tem sido chamado de "globalização" e apresentado como evolução natural da economia. Parece como se a economia, antes represada por barreiras nacionais e por um grande número de regras, tivesse finalmente se tornado mundial, atingindo a todos os países, como se o mundo fosse enfim uma grande "aldeia global".

3. A realidade está longe desta aparência. Naquele países que embarcaram na rota neoliberal, a quebra de inúmeras barreiras e a desregulamentação em curso reduziram o poder dos Estados nacionais de controlar os fluxos de capital que entram e saem de seus países. É uma situação que vem sendo buscada ativamente pelas grandes empresas multinacionais, pelas empresas financeiras e pelos países mais ricos[2]. A "globalização" do capital é o contrário do que o seu nome diz: o comércio mundial está se restringindo cada vez mais a três regiões integradas pelos países que detêm a produção industrial mais desenvolvida e a tecnologia mais avançada: América do Norte, Europa Ocidental e Japão (incluindo aqui os "tigres asiáticos" - Coréia do Sul, Taiwan, Hong-Kong e Cingapura). Um segundo grupo de países só participa de forma subordinada. E, finalmente, há um terceiro grupo: países

---

1. O presente texto é resultado de um trabalho coletivo de reflexão da equipe do Centro João XXIII-IBRADES. Os redatores foram Ivo Lesbaupin e Antonio Abreu.

2. "O que afinal constatamos é uma situação em que, nas palavras de R. Petrella (1994), "a mundialização da economia de mercado, privatizada, desregulamentada e liberalizada, está 'liberando' o capitalismo das regras, procedimentos e instituições que haviam permitido, em escala nacional, construir o 'contrato social' - o Estado previdenciário ou Welfare State" (François Chesnais, **A Mundialização do capital**, 1996).

que não têm lugar nesta economia "globalizada" - é o caso de boa parte dos países africanos e da América Latina. A "globalização" do capital tem provocado a exclusão de inteiras regiões, de países e, dentro destes, de amplos contingentes populacionais.

4. Neste cenário, a competitividade das empresas é a condição número um da sobrevivência. Só permanecem as empresas capazes de enfrentar a concorrência das demais, inclusive das empresas internacionais com tecnologia de ponta. Para se tornarem competitivas, as empresas "enxugam" seus quadros: reduzem o número de seus operários, substituem os trabalhadores por robôs e automatizam sua produção. Com isso, reduzem seus custos com salários. O resultado é um forte aumento do desemprego, sentido em todos os países que têm seguido tais políticas. Os 15 países da União Européia estão com 18,1 milhões de desempregados, o que corresponde a 10,8% de sua população economicamente ativa[3]. A entrada de multinacionais experimentadas nos países menos desenvolvidos tem provocado falência de inúmeras empresas mais frágeis, com menos recursos ou menos capacitadas. Resultado: mais desemprego.

5. Para reduzir seus custos, as empresas abrem filiais em países onde a mão-de-obra é mais barata e reduzem o número de unidades em seus países de origem. Os governos alinhados com esta corrente neoliberal procuram mudar a legislação trabalhista para diminuir as exigências relativas à contratação e à demissão dos trabalhadores, com o objetivo de diminuir os custos das empresas. Isto força para baixo os salários dos trabalhadores nestes países, fazendo com que os salários-modelo sejam os mais baixos e não os mais dignos. Os contratos de trabalho são modificados para atender às necessidades das empresas: o trabalho em tempo integral (40 horas semanais, por exemplo) deixa de ser a regra, aparecendo em cena o trabalho em tempo parcial (com salário também parcial) o trabalho temporário (alguns meses por ano - com salário também temporário) e até o trabalho a domicílio (prestadores de serviço para as empresas, que fazem o trabalho em casa)[4]. A isso se chama "flexibilização" dos contratos de trabalho. Os desempregados buscam alternativas de sobrevivência e é isto que explica o forte crescimento do trabalho no setor informal da economia (sem as garantias e proteções legais): ambulantes, camelôs, vendedores de todos os tipos. Para se perceber melhor o resultado das políticas neoliberais, basta examinar o caso da Espanha. Depois de doze anos de aplicação destas políticas, o resultado foi o seguinte: a participação salarial no PIB caiu de 51,2% (1980) para 46,1% (1991); a taxa de desemprego que era de 6% passou para 24% da população economicamente ativa e chegou a 37,9% entre os jovens com menos de 25 anos de idade[5].

6. Se a empresa é a grande beneficiária deste processo, o grande prejudicado é o trabalhador. Registra-se cada vez mais, nos países que têm adotado as políticas neoliberais - inclusive nos países ricos -, o aumento do desemprego e/ou do subemprego, a queda da massa salarial ao lado do crescimento da riqueza nacional. Isto significa aumento da desigualdade social (concentração da riqueza nas mãos da camada mais rica e diminuição da renda dos segmentos mais pobres). Na Inglaterra, por exemplo, a desigualdade social, que havia diminuído entre os anos 1949 e 1979, voltou a crescer: entre 1979 e 1986, os 10% mais ricos, que detinham 22,6% da renda nacional, passaram a deter 26%, enquanto os 50% mais pobres tiveram uma queda de 27,6% para 24,9%[6].

---

3. **Folha de São Paulo**, 17/11/1996.

4. Na Inglaterra, entre 1981 e 1985, os "trabalhadores flexíveis" (isto é, não em tempo integral) aumentaram em 16% enquanto os empregos permanentes caíram em 6%. Mais ou menos no mesmo período, cerca de um terço dos dez milhões de novos empregos criados nos EUA estavam na categoria "temporário" (Harvey, 1993: 144). Segundo Standing, na Inglaterra, em 1991, 40% do emprego seria composto por empregos não-regulares (apud Mattoso, 1995: 93). Na França, já em 1988, entre os homens de 30 a 49 anos, mais da metade dos novos contratos de trabalho eram contratos "a-típicos" e, desde então, este número vem crescendo (cf. Castel, 1995: 401).

5. Fiori, 1995: 243.

6. DIEESE, 1995: 30. O mesmo está ocorrendo, com repercussões mais graves, nos países em desenvolvimento. Reportagem publicada no Jornal do Brasil de 17/03/1997 mostra que a concentração de renda cresceu na Argentina nos últimos anos: "Na Argentina, os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres, cada vez mais pobres. Esta é a conclusão de um estudo com base em dados coletados pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INEC) e

7. Este é o motivo pelo qual a "questão social" - característica do século XIX -, que parecia ter sido resolvida nos países desenvolvidos, está se recolocando na ordem do dia, voltando a ocorrer situações que antes eram típicas e exclusivas de países pobres: crescimento da população de rua, da mendicância e do trabalho informal[7]. Os países do Primeiro Mundo, apesar de tudo, ainda têm forte legislação de proteção social. Nos países do Terceiro Mundo, porém, uma grande parte de sua população já se encontrava na pobreza ou na miséria. A esta velha exclusão se está agora acrescentando uma nova, aquela gerada pela impossibilidade de trabalhar. Não há emprego suficiente para todos e o emprego que se oferece não é suficiente para sustentar uma pessoa. O Estado, por sua vez, que antes pretendia assegurar os direitos de todos, agora não se considera mais responsável por esta garantia.

A questão social no Brasil

8. O Brasil está chegando ao final do segundo milênio com uma população de 152 milhões de habitantes[8], dos quais mais de um terço está excluído do direito a uma vida digna e outro terço sobrevive em condições difíceis. Segundo o **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano** de 1996 da ONU, o Brasil é hoje o país de maior desigualdade social do planeta: a diferença entre a renda dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres é muito maior do que aquela que existe nos países desenvolvidos. Mesmo entre os países do Terceiro Mundo, o Brasil está pior que os demais, deixando atrás de si Panamá, Peru, Botsuana, Quênia, para citar apenas alguns (ver tabela 1)[9]. Isto não quer dizer que a renda nacional não tenha crescido: cresceu, e muito. Mas seu crescimento se dirigiu para as camadas já aquinhoadas, não para os pobres. A linha de crescimento do PIB nacional é ascendente, enquanto a do salário mínimo é descendente, o que significa que a riqueza aumentou mas não foi distribuída: ficou nas mãos dos mais ricos (cf. gráfico 1). Entre 1960 e 1990, a renda apropriada pelos 20% mais ricos aumentou 11 pontos percentuais (de 54 para 65%), enquanto a dos 50% mais pobres diminuiu 6 pontos (de 18% para 12%)[10]. "Dados sobre a renda familiar (...) indicam que a relação entre a parcela de renda dos 10% mais ricos sobre a renda dos 40% mais pobres cresceu de 4,8 em 1986 para 6,1 em 1990, foi para 6,5 em 1993, atingiu 7,2 em 1994, caiu para 6,4 em 1995 e voltou a subir para 6,5 em 1996"[11]. O salário mínimo de hoje em dia é o mais baixo da história do Brasil e um dos mais baixos do mundo: vem caindo desde 1983. Se considerarmos o valor do salário mínimo de 1940 igual a 100, o de 1994 valia 22,68, em 1995 caiu para 20,11 e em 1996 para 19,38 - menos de 20% do que valia quando

---

publicado ontem pelo jornal Clarín. (...) O desemprego passou de 7% para 17,3% da população economicamente ativa".

7. David Harvey, analisando o processo que está ocorrendo com o capitalismo do final do século, afirma: "O rápido crescimento de economias "negras", "informais" ou "subterrâneas" também tem sido documentado em todo o mundo capitalista avançado, levando alguns a detectar uma crescente convergência entre sistemas de trabalho "terceiro-mundistas" e capitalistas avançados. (...) Em sistemas de acumulação flexível, parece que sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles" (Harvey, 1993: 145, 175).

8. Dados da PNAD de 1995, publicados no **Anuário dos Trabalhadores** 1996/97.

9. **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano**, p. 17.

10. Id., ibid., p. 20.

11. Álvaro Antônio Zini Jr. "Desigualdade de renda no Brasil". **Folha de São Paulo**, 02/03/1997. O artigo resume o estudo feito pelos economistas do IPEA Ricardo Paes de Barros, Rosana Mendonça e Marcelo Neri e publicado no jornal **Gazeta Mercantil** de 24/02/1997. Na opinião destes economistas, "o fim do imposto inflacionário e da indexação, que reduziam o poder de consumo dos mais pobres relativamente aos mais ricos, é claramente insuficiente para reverter a gritante desigualdade da sociedade brasileira" (**Gazeta Mercantil**, 24/02/1997). "Em suma, o governo comporta-se como se a estabilização monetária já fosse um avanço suficiente em termos sociais - o que não é verdade. (...) O governo limitou-se a fazer a estabilização monetária: não fez nada de importante em termos de políticas distributivas em outras áreas. (...) O sistema tributário no Brasil é um sistema regressivo: ele onera proporcionalmente mais os setores de baixa renda." (economista Paulo Nogueira Batista Junior, entrevista em **O Estado de São Paulo**, 09/03/1997).

instituído. Isto quer dizer que um trabalhador pode comprar hoje, com o salário mínimo, menos de um quinto do que podia comprar em 1940 (cf. tabela 2).

Desemprego e emprego precário

9. O problema maior enfrentado pelos pobres hoje em dia é o desemprego. Segundo dados do DIEESE, a taxa de desemprego total na Grande São Paulo em janeiro de 1997 foi de 13,9%. Segundo dados do Ministério do Trabalho, o Brasil já perdeu 755.379 empregos formais desde a implantação do Plano Real (01/07/1994). Nos anos 90, se estima que se suprimiram 2.348.163 vagas[12]. As novas tecnologias, aliadas à reorganização do processo produtivo e à política trabalhista, estão reduzindo a oferta de emprego. As empresas ficam apenas com os operários essenciais; para os demais trabalhos, contratam serviços externos ("terceirização"). O governo, por seu lado, vem procurando reduzir a regulamentação que estabelece limites e exigências para contratação e para demissão[13]. O governo tem argumentado que as medidas em favor de novas formas de contratação, assim como a redução dos custos sociais das empresas e dos custos de demissão visam favorecer o emprego. No entanto, em termos internacionais, tais medidas sempre favoreceram as empresas e não conseguiram reduzir o desemprego: na verdade, surgem novos subempregos - empregos incapazes de sustentar dignamente uma pessoa[14].

10. Estamos assistindo a um cenário de crescimento do desemprego e do emprego precário. O salário nestes tipos de trabalho (parcial, temporário, terceirizado) é, via de regra, mais baixo do que o do trabalho em tempo integral no setor formal. Uma empresa terceirizada pode até, às vezes, pagar melhor que uma outra; mas geralmente é menos controlada, tem maior rotatividade de mão-de-obra e paga salários mais baixos[15]. Segundo dados de fevereiro de 1997, os rendimentos reais médios de ocupados e assalariados caíram, respectivamente, 0,6% e 2,8% em dezembro de 1996, contra novembro do mesmo ano[16]. Houve queda de 7,4% da massa salarial paga pela indústria em 1996, em relação a 1995[17]. Cresce a insegurança do trabalhador, que já não sabe até quando estará empregado. E, evidentemente, em conseqüência desta situação, crescem as formas ilegais de emprego, assim como as atividades criminosas, que se utilizam da violência. A exclusão social se amplia: sem condições de se sustentar, parte dos setores mais pobres perde a moradia; a população de rua vem crescendo ininterruptamente. Para citar um único dado: segundo levantamento feito pela Secretaria Municipal da Família e do Bem-Estar de São Paulo (gestão Paulo Maluf), a população de rua da cidade cresceu

---

12. Folha de São Paulo, 28/02/1997. Os dados se referem a informações provenientes de 82% das empresas formalmente constituídas no país.

13. Recentemente, o Ministério do Trabalho anunciou que as multas por demissão de trabalhadores poderiam ser inferiores aos valores atuais, rompendo assim com a adesão do Brasil à Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) (**Folha de São Paulo**, 14/11/96, pág. 2-1). O contrato de trabalho temporário, em projeto do governo, já foi aprovado pela Câmara (**Jornal do Brasil**, 05/12/96, p.19).

14. Cf. a reportagem "Salve-se quem puder: projetos que reduzem direitos trabalhistas e facilitam demissões se disseminam em todo o mundo, mas efeitos são duvidosos" (**Jornal do Brasil**, 12/01/97, p.18). O jornal francês **La Croix** publicou recentemente (21/01/97) um dossiê sobre a "flexibilização" no mundo, onde mostra que ela não reduziu o desemprego. Alguns países têm apresentado baixas taxas de desemprego, como os EUA e a Inglaterra. Na verdade, suas estatísticas têm considerado "emprego" qualquer tipo de ocupação, seja em tempo integral, seja em tempo parcial, seja temporário. Assim, uma pessoa que trabalhe 2 dias por semana é considerada empregada, mesmo que seu emprego não lhe renda um salário suficiente para viver.

15. Cf. as reportagens: "Ganho real nos salários vira exceção" (**Folha de São Paulo**, 01/01/97); "Produtividade não chega aos salários" (**Folha de São Paulo**, 09/10/96, p. 2-1); "Pulverização breca aumento salarial" (**Folha de São Paulo**, 29/10/95, p. 2-6). Isto não é uma situação exclusiva ao Brasil: o cientista político norte-americano Edward N. Luttwak mostra que, nos EUA, o salário real dos trabalhadores vem caindo desde 1978, justamente em conseqüência das medidas neoliberais (Luttwak, 1995: 258).

16. Folha de São Paulo, 26/02/1997, p. 2-5.

17. Folha de São Paulo, 14/03/1997, p. 2-5.

32,45% nos últimos cinco anos (1991-1996) e 17,26% nos últimos dois anos (1994-1996), mais do que havia sido registrado nos três anos anteriores (1991-1994): 12,96%[18].

Os direitos humanos em questão: a supressão dos direitos sociais

11. O governo atual foi eleito defendendo um programa social: os cinco dedos da mão representavam a educação, a saúde, o emprego, a agricultura, a segurança. São exatamente estas as áreas onde o Estado menos tem investido nos dois últimos anos. Já vimos o que se está passando no setor do emprego; sabemos a situação do atendimento à saúde da população mais pobre; a educação, apesar da imensa propaganda feita, não está melhor[19]. No que diz respeito particularmente às universidades públicas, as verbas destinadas a elas se estão reduzindo a cada ano, com o objetivo de as tornar insustentáveis e privatizá-las[20]. Quanto à agricultura, temos acompanhado as sucessivas renegociações das dívidas de grandes proprietários de terras (de pelo menos 5,5 bilhões de reais), em troca dos votos dos parlamentares "ruralistas"[21]. Mas os pequenos proprietários, os camponeses pobres, os sem-terra, estes não têm plena atenção a não ser da repressão policial e judicial. Só começaram a surgir medidas com relação à questão agrária depois de dois massacres de trabalhadores sem-terra.

12. Em outras palavras, assiste-se hoje em dia a um verdadeiro desmonte do social[22]. O investimento no social deixou de ser prioridade para dar lugar à única prioridade que é a política econômica (a própria emenda da reeleição visa garantir a certeza de continuidade para a atual política econômica). Até os meios de comunicação, em geral favoráveis ao governo, concordam em que, até agora, nada foi feito pelo social. As políticas sociais de caráter universal (para todos) vêm sendo substituídas por políticas sociais "focalizadas" e seletivas, que visam atingir apenas os setores mais vulneráveis. Um sintoma deste desprezo pelo social é o tratamento dispensado pelo governo aos trabalhadores. Os únicos setores sociais que contam hoje são os empresários, os banqueiros, os grandes proprietários de terras e os políticos passíveis de votar favoravelmente ao governo. Até políticos de passado pouco recomendável são tratados com extrema deferência. É suficiente examinar o espaço dedicado pela mídia a estes mesmos setores, às suas opiniões e às suas relações com o governo. Em compensação, os trabalhadores são tratados sempre como possíveis empecilhos ao plano de estabilização: desde a reivindicação de aumento salarial até a defesa dos direitos trabalhistas são mal vistos.

---

18. **Folha de São Paulo**, 13/12/1996, p. 3-3.

19. "Uma simples vista d'olhos na tabela nacional dos salários dos professores primários acende uma luz no labirinto do fracasso escolar brasileiro. (...) O nosso professor primário é remunerado como se fosse um operário não-qualificado" (Alfredo Bosi, "O ponto cego do ensino público", **Folha de São Paulo**, 09/03/1997).

20. Desde o início do governo Collor e tendo continuidade no governo Fernando Henrique Cardoso, milhares de professores se aposentaram com receio de perder os direitos legais - receio baseado nas propostas de reforma neoliberal sugeridas pelos respectivos governos. Entre janeiro de 1994 e setembro de 1996 aposentaram-se quase cinco mil professores (exatamente 4867) de universidades públicas, justamente os mais velhos, com maior experiência, maior tempo de formação. As medidas sucessivas tomadas por estes governos só têm feito confirmar as suspeitas de perda de direitos. A remuneração dos professores - como a de todos os funcionários públicos - não tem reajuste há dois anos e quatro meses, desde janeiro de 1995 (Fonte: ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, quadro de 21/11/1996)..

21. Trata-se da securitização das dívidas referentes a financiamentos agrícolas.

22. "Os postulados neoliberais na área social são, básica e sinteticamente, os seguintes: o bem-estar social pertence ao âmbito do privado (...). Dessa forma, o Estado só deve intervir quando se coloca a necessidade de aliviar a pobreza absoluta e de produzir aqueles serviços que o setor privado não pode ou não quer fazer. Coloca-se, portanto, um Estado de Beneficência Pública ou Assistencialista, no lugar de um Estado de Bem-Estar Social. Os direitos sociais e a obrigação de garantí-los por meio da ação estatal, bem como a universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços sociais, são abolidos no ideário neoliberal" (Tavares, 1995: 16).

13. O governo atual quer acabar com a "herança de Vargas": além da "flexibilização" dos contratos de trabalho, está em marcha a "desregulamentação" da legislação trabalhista ou, em outras palavras, a redução dos direitos trabalhistas. As leis que protegem os trabalhadores têm sido sistematicamente denunciadas pelos neoliberais como demasiadas e rígidas, como causadoras de dificuldades para as empresas: o governo vem tomando uma série de medidas para reduzi-las ou simplificá-las. Do ponto de vista dos trabalhadores, tais medidas (introdução do contrato temporário, redução dos custos legais da demissão de trabalhadores e outras) significam menos proteção.

14. Não apenas os direitos trabalhistas estão sendo questionados e restringidos: o conjunto dos chamados **direitos sociais** vem sofrendo sérias restrições. Trata-se do direito à educação, à saúde, à moradia, ao transporte, ao emprego, à organização dos trabalhadores. Desde o primeiro ano do governo Collor (1990)[23], com continuidade no atual governo, o Estado vem progressivamente diminuindo o investimento nestas áreas. O caso da saúde é o mais alarmante. Conforme revelam os dados do próprio Ministério da Saúde, os gastos per capita em saúde caíram 7,6% em 1996[24]. Ao mesmo tempo, uma série de tragédias denuncia a precariedade dos serviços de saúde no país: as mortes dos doentes submetidos a hemodiálise em Caruaru, dos idosos em clínica geriátrica no Rio de Janeiro, de bebês (inúmeras) em hospitais de Roraima, Rondônia e Campinas.

15. Cabe lembrar aqui que, no conjunto dos direitos humanos, os direitos sociais são uma conquista tardia: enquanto os direitos civis datam das primeiras grandes declarações de direitos (1776 e 1789), os direitos políticos são conquistados no decorrer da segunda metade do século XIX e os direitos sociais praticamente só vão ser incorporados no século XX, depois de um processo longo e demorado de lutas, em que os trabalhadores procuravam obter o reconhecimento de sua cidadania. O que caracteriza os direitos sociais, quando comparados aos demais, é que se trata de direitos que, para se efetivarem, exigem a intervenção do Estado. A educação, para ser estendida a todos, precisa do investimento do Estado; a saúde, para ser universalizada, igualmente; e assim por diante. A Doutrina Social da Igreja não só afirma estes direitos, mas atribui ao Estado papel importante em estabelecê-los e assegurá-los[25]. Hoje, o pensamento neoliberal dominante considera que o Estado não é mais responsável pelo bem-estar de toda a sociedade: a saúde, a educação, a moradia, o emprego devem ser buscados através do mercado, de forma privada e por iniciativa individual. O argumento fundamental tem sido o de que o Estado não tem condições de garantir estes bens para todos. Ora, negar a responsabilidade do Estado neste particular significa, na prática, negar os direitos sociais. Em outros termos, o que se vem fazendo é amputar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU em 1948[26].

16. Na verdade, eliminar estes direitos é esvaziar as conquistas sociais dos últimos cem anos, é voltar à situação vigente no século passado, ao "capitalismo selvagem". Na primeira metade do século XIX, o Estado não intervinha na economia, não regulava o mercado, não havia salário mínimo obrigatório, já que todo salário era determinado pelo mercado; não havia sindicatos, pois não havia o direito de organização sindical. O capitalismo só deixou de ser "selvagem" quando se garantiu o direito de vida para os trabalhadores, o direito ao trabalho e o direito a um salário justo, o direito à educação, o direito à saúde, o direito à moradia. Os princípios econômicos neoliberais, que são apresentados como "o caminho da modernidade", são, na verdade, uma volta atrás em termos de direitos humanos, um retorno ao passado em termos de economia, a uma época cujos resultados sociais conhecemos bem: o

---

23. Segundo o **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano**, os gastos federais com a saúde declinam no início da década de 90 (p. 49).

24. **Folha de São Paulo**, 06/01/997, pág. 3-8.

25 Leão XIII, **Rerum Novarum**, nº. 49; Pio XI, **Quadragesimo Anno**, nº 28; João Paulo II, **Laborem Exercens** nº 16; **Centesimus Annus** nos 7-8. Temos aí não só um critério de leitura e avaliação da ação pastoral, como as referências maiores dos projetos apostólicos para esta vertente de milênio.

26. Foi sumamente oportuna a escolha dos direitos humanos (civis, sociais e políticos) na linha do Serviço do Projeto "Rumo ao Novo Milênio", da CNBB.

pauperismo[27]. Segundo estes princípios, a regra de convivência social passaria a ser a "lei da selva", onde sobrevivem apenas os mais fortes.

Os riscos para a democracia

17. Os procedimentos colocados em prática para implementar a política neoliberal têm implicações sérias para nossa democracia. Em primeiro lugar, no que se refere à separação e à independência dos poderes da República: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Assistimos, nos últimos tempos, a uma evidente hipertrofia do Poder Executivo. Este tem governado fundamentalmente através de "medidas provisórias". As "medidas provisórias" são instrumento estabelecido pela Constituição de 1988, de uso, em princípio, excepcional. Se usadas como forma ordinária de governo, ferem a democracia, por serem leis emanadas do Poder Executivo, que se apropria neste caso do poder legislativo. O Congresso, constituído pelos representantes eleitos pelo povo precisamente para legislar, deixa de discutir e aperfeiçoar estas matérias. Basta que o Congresso deixe de examinar uma "medida provisória" para que ela possa continuar em vigor e ser reeditada pelo governo quantas vezes este quiser. Assim, há atualmente "medidas provisórias" reeditadas por mais de três anos sem que a sociedade se possa manifestar. Foi assim também que os militares governaram, no período 1964-1985, com os então chamados "decretos-leis". Para se ter idéia do volume crescente das "medidas provisórias" neste governo, basta lembrar que o governo Sarney, em dois anos (1988-1989) editou 148 (edições + reedições); o governo Collor, em três anos (1990-1992), 160; o governo Itamar (1993-1994) 505; e o presente governo, até o mês de fevereiro de 1997, em 2 anos e 2 meses de administração, promulgou 1202 medidas provisórias - muito mais do que os três últimos juntos, em 6 anos[28].

18. Em segundo lugar, a independência do Poder Legislativo está se reduzindo severamente nos últimos tempos. Fazendo um balanço da atuação do Congresso nos dois primeiros anos do governo Fernando Henrique Cardoso, o DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) comenta: "(...) Nunca, na história recente do País, um presidente da República teve um Congresso tão dócil e favorável às propostas governamentais como este (...)"[29]. Esta docilidade não tem sido conseguida apenas em razão de o governo ter maioria parlamentar. O governo tem investido sem escrúpulos para obter os votos dos congressistas nos projetos que lhe interessam. O recente episódio da votação da emenda da reeleição foi amostra clara dos procedimentos utilizados: há uma verdadeira "compra de votos" de parlamentares, através de oferta de cargos, de favores, de obras públicas, de isenções fiscais, anistias de dívidas e socorro a instituições financeiras. Trata-se de uma prática evidente de "corrupção ativa" por parte do governo, que oferece bens em troca de votos. Os parlamentares que votam assim não votam com independência, nem "pensando nos interesses do país": são corrompidos.

19. Por seu lado, o Poder Judiciário também tem sido fortemente pressionado. Alguns tribunais simplesmente se submeteram e votam, não de acordo com as leis, mas seguindo os interesses da política econômica governamental. É o caso do Tribunal Superior do Trabalho que, desde o governo Collor, tem decidido contra os interesses dos trabalhadores em inúmeros processos[30]. Mas, quando o mesmo Poder Judiciário vota de forma independente, e contraria algum projeto do governo, a reação é imediata. O recente conflito entre o Executivo e o Supremo Tribunal Federal (STF) - quando este votou pela incorporação aos salários do funcionalismo civil de um aumento que o governo já havia dado aos funcionários militares - é um exemplo cabal. O governo pretende que o Judiciário vote de acordo com

---

27. Cf. Castel, 1995: 217-245.

28. O governo Fernando Henrique Cardoso editou 83 medidas e reeditou 36 do governo Itamar. As demais são sucessivas reedições de várias destas medidas provisórias. Em muitas destas reedições, o governo tomou a liberdade de introduzir modificações, o que fazia da reedição praticamente uma nova medida provisória. Dessas 119 medidas, apenas 61 foram discutidas e aprovadas pelo Congresso. Cf. **Boletim do DIAP**, janeiro/97, p. 7.

29. **Boletim do DIAP**, janeiro/97, p. 12.

30. Cf. Mendes, 1996: 16.

os interesses do Executivo e os de sua política econômica; pressiona abertamente o Judiciário para que se submeta[31].

20. Os meios de comunicação têm sido fortes aliados do governo, em sua política "modernizante". No último episódio citado, o posicionamento unânime da mídia contra o Judiciário foi fato notório. Não há espaço adequado para posições diferentes ou divergentes na imprensa escrita, falada e televisada. Praticamente, há quase uma única versão, a versão oficial. Isto transparece não apenas nos editoriais, mas também no próprio noticiário: notícias que possam ser prejudiciais ao governo são omitidas pela imprensa ou recebem espaço diminuto[32]. Os fatos, pronunciamentos, posições, opiniões de membros do governo, especialmente do presidente da República, recebem ampla cobertura jornalística de apoio. Os projetos alternativos elaborados por partidos ou parlamentares da oposição são ou ignorados ou atacados pela mídia e, num segundo momento, "esquecidos", de tal modo que parece haver um único projeto em discussão no Congresso - o projeto do governo. As reformas constitucionais tão alardeadas como indispensáveis ao plano de estabilização parecem ter apenas uma versão, aquela apresentada pelo Executivo. Existem inúmeras possibilidades de reforma administrativa, de reforma agrária, de reforma tributária, de reforma eleitoral e, no entanto, a mídia trata como se a única reforma possível fosse aquela apresentada pelo governo. A imprensa escrita permite artigos com posições diferentes, mas o conjunto das notícias tende a divulgar um "pensamento único"[33]. É impossível afirmar que há liberdade de opinião e de expressão se as opiniões divergentes não podem vir a público ou se só vêm a público sob forma reduzida ou depreciativa[34].

A ética na política

21. Em 1992, em seguida às denúncias de corrupção no governo Collor, instalou-se uma CPI - a CPI do PC - que estabeleceu claramente a existência de corrupção nas altas esferas governamentais. Criou-se um movimento na opinião pública que exigiu "ética na política" e a mobilização nas ruas contribuiu para que o Congresso votasse pelo *impeachment* do presidente. Em 1993, em seguida às denúncias sobre corrupção na Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, formou-se uma CPI do Orçamento e o mesmo movimento no seio do povo ajudou a que o Congresso aprovasse a cassação do mandato de deputados cuja corrupção ficou comprovada. Esta consciência pública se difundiu de tal modo que parecia que se conseguiria finalmente limpar a atividade política da mancha da corrupção.

---

31. A atitude do Executivo provocou uma carta dos 27 presidentes de Tribunais de Justiça reunidos em Macapá: "A concentração de poder já se vai fazendo ameaçadora à normalidade institucional e à supremacia da lei" (**Jornal do Brasil**, 24/02/1997).

32. Exemplo evidente desta "censura" foi o documento da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB de 29 de fevereiro de 1996: o texto saiu em apenas um jornal da grande imprensa. Outro exemplo: uma manifestação ocorrida em fevereiro de 1997 reunindo cinco mil pessoas e com a presença de inúmeras personalidades nacionais, contra a privatização da *Companhia Vale do Rio Doce*, mereceu pouquíssimas linhas nos jornais.

33. Referindo-se à pouca divulgação do documento de juristas sobre a concentração de poderes no Executivo, afirma Celso Antônio Bandeira de Mello: "Existe um verdadeiro manto de silêncio, ou melhor, de "sussurro", estendido pelos meios de comunicação, recobrindo uma seqüência de atos reveladores de um personalismo exacerbado, cujos rumos já seriam claramente perceptíveis, não fora pela maneira discreta e condescendente, até o limite do impossível, com que a imprensa os vem tratando" (**Folha de São Paulo**, 20/03/1997, p. 1-3).

34. Não é sem razão que, desde o primeiro ano do governo, a tendência autoritária do governo tem sido objeto constante de preocupação de diversos autores. Por exemplo: José Luís Fiori, "Em busca do dissenso perdido" (**Folha de São Paulo**, Caderno Mais, 1o./10/1995); Renato Janine Ribeiro, "Um adeus à democracia. Retórica neoliberal ameaça acabar com a política" (**Folha de São Paulo**, Caderno Mais, 15/10/1995); Ives Gandra da Silva Martins, "Fujimorização à moda tucana" (**Folha de São Paulo**, 31/10/1995); Emir Sader, "Déficit democrático" (**Jornal do Brasil**, 26/02/1996); Aloysio Biondi, "O governo iluminado de FHC" (**Folha de São Paulo**, 13/11/1995); Maria Sylvia de Carvalho Franco, "Intelectuais e poder" (**Folha de São Paulo**, 03/03/96); Maria da Conceição Tavares, "A democracia em questão" (**Folha de São Paulo**, 17/11/1996); entrevista de José Arthur Gianotti ao **Jornal do Brasil** de 17/02/1997; Carlos Heitor Cony, "E por falar em democracia" (**Folha de São Paulo**, 27/02/1997); Celso Antônio Bandeira de Mello, "A democracia vale a pena" (**Folha de São Paulo**, 20/03/1997).

22. No entanto, a preocupação do atual governo de implementar a qualquer custo seu projeto "modernizador" tem levado a uma relativização da importância da "ética na política". A ética na política foi substituída pelo princípio da eficácia: "os fins justificam os meios". Este tem sido o argumento utilizado por seus defensores para justificar a "compra de votos", as alianças com políticos suspeitos de corrupção: o de que o fim visado é a modernização do país e que o único meio para conseguir isto é fazer o jogo da política suja. Considera-se, em outras palavras, que é justo procurar um fim bom utilizando um meio imoral. A falta de transparência da atuação do governo tem sido uma constante. O caso do projeto SIVAM (sistema de radares para a Amazônia) é um dos mais conhecidos. As tentativas da oposição de fazer conhecer o que está efetivamente se passando no sistema financeiro foram sistematicamente boicotadas: esta a razão pela qual até hoje não se instalou uma CPI dos Bancos - solicitada à época em que se criou o PROER (programa de ajuda aos bancos privados em dificuldades)[35].

23. Não se trata apenas de falta de ética na política. Trata-se de um verdadeiro desvio quanto ao objetivo primeiro do exercício do poder político: o governo existe a serviço da sociedade, do bem comum. O fundamental é a pessoa humana, é a sociedade. A economia está a serviço da sociedade e não a sociedade a serviço da economia. E a Doutrina Social da Igreja, já antes mesmo de Medellín e Puebla, insistia em que a verdadeira justiça implica particular atenção pelo pobre ou pequenino. Leão XIII, quando o afirma[36], se inspira nos Santos Padres e em Santo Tomás - e serve de fonte para a evolução posterior do ensino e da prática da Igreja. Ora, o que se está vendo hoje é a relativização da pessoa e a absolutização do mercado, a relativização do social e a primazia do econômico: uma política econômica que beneficia a todos no que se refere ao controle da inflação, mas que privilegia as camadas mais ricas nas demais medidas e que produz exclusão social em grau maior do que aquela que o Brasil já conhecia - através do desemprego, da precarização do trabalho e do desinvestimento em políticas sociais.

24. Por meio de várias iniciativas e instrumentos - estudos, debates, seminários, Campanha da Fraternidade, documentos, Semanas Sociais; assim como pelo apoio e incentivo a movimentos populares - a Igreja tem, direta ou indiretamente fomentado a ética na política e a participação democrática. Com declarações oportunas, individuais, setoriais ou coletivas, o episcopado se tem posicionado em casos concretos. Há também uma solicitude eclesial pela formação da consciência crítica e da participação cívica dos leigos. Embora incipiente, esta tendência aponta para uma avaliação responsável das políticas públicas. Há um crescente reconhecimento, pela sociedade e pela própria Igreja, de que são radicalmente evangélicas muitas das exigências humanas fundamentais urgidas hoje, como a dignidade e o primado da pessoa humana, a liberdade, a justiça, a igualdade, a probidade, a transparência e a confiabilidade na gestão da coisa pública. Nesta perspectiva, tanto os bispos e sacerdotes, como sobretudo os leigos cristãos têm um respaldo teológico significativo para serem atores na transformação da realidade social e cultural brasileira, base de sua evolução política e de muitos de seus critérios ou princípios econômicos.

25. É preciso rejeitar o argumento que diz que "a globalização é um processo inevitável", que os rumos atuais da economia mundial são inexoráveis: só resta ao homem se submeter. Em primeiro lugar porque cada país tem reagido frente à situação econômica de maneira própria. O Chile, por exemplo, jamais cogitou de entregar sua principal riqueza mineral, o cobre, à privatização. A Alemanha mantém ainda uma ampla legislação de proteção social. Alguns dos mais dinâmicos participantes da nova era tecnológica nos seus setores de ponta (informática, telecomunicações) - o Japão e os chamados "tigres asiáticos" - são tudo, menos o descrito pelas receitas neoliberais.[37] São economias nacionais em que o Estado desempenha papel decisivo na coordenação e planejamento dos passos dum

---

35. A CPI dos Precatórios evidenciou mais uma vez a existência de sérios problemas no conjunto do sistema financeiro brasileiro.

36. RN, nº. 54

37. A este efeito, ver René Dreifuss (1996), **A Época das perplexidades. Mundialização, globalização, planetarização - novos desafios**, p. 69-75.

projeto nacional. O Japão continua a apoiar ostensivamente suas próprias empresas privadas e não abre indiscriminadamente o seu mercado às empresas estrangeiras. Os EUA continuam a exercer o protecionismo contra a concorrência de alguns produtos estrangeiros. Em suma, não há uma só regra sendo aplicada por todos os países, apesar da pressão de instituições financeiras internacionais pela adoção das políticas neoliberais.

26. Em segundo lugar - e, certamente, mais importante - por uma razão ética e filosófica. Se não há alternativa, não há liberdade: se ao ser humano não resta senão se submeter, significa que o ser humano não é construtor do mundo, não é artífice da história, é apenas objeto do determinismo econômico. Ora, homens e mulheres são livres, são construtores do mundo, são artífices da história, são capazes de fazer opções frente a situações específicas que o mundo lhes coloca e direcionar a sua ação social e política a serviço de objetivos mais altos: o bem comum, a solidariedade, a comunhão.

O plano de estabilização

27. O atual governo tem justificado praticamente todas as suas atitudes a partir da absoluta necessidade de se garantir a estabilidade da moeda. O Plano Real foi efetivamente a principal realização deste governo até o presente momento e teve conseqüências muito benéficas para a população, especialmente os mais pobres: reduziu drasticamente a inflação, de sorte que os trabalhadores não perdem mais o valor do seu salário entre o início e o fim do mês. No primeiro ano de vigência do Real, a renda dos trabalhadores teve efetivamente um aumento. Porém, a partir de janeiro de 1996, quando o salário mínimo foi reajustado abaixo da inflação ocorrida, não houve mais aumento de renda dos mais pobres: apenas se manteve o controle da inflação[38]. O que é, evidentemente, um bem. Mas não significa, de per si, distribuição de renda. A renda, ao contrário do que se tem divulgado, não foi redistribuída para os 50% mais pobres da população. Dentro da concepção que norteia a política econômica do governo, isto se explica perfeitamente, porque um dos meios utilizados para controlar a inflação é manter baixo o consumo da maioria, o que é conseguido com a manutenção dos salários num patamar baixo.

A privatização das empresas estatais e a soberania nacional

28. O dilema privatização ou estatização não se resolve pela eliminação de um dos pólos. Na verdade, por razões históricas, tanto econômicas como sociais, todo Estado nacional assumiu, em um certo momento, tarefas que o capital privado não era capaz, na época, de assumir: mineração, siderurgia, petróleo, comunicação, transportes, etc. No correr do tempo, percebeu-se que algumas destas tarefas tornavam o Estado pesado demais e poderiam ser melhor desenvolvidas pelo setor privado. Outras, no entanto, foram bem desempenhadas pelas empresas estatais que, não só produziram muito, mas desenvolveram tecnologia própria, tornando o país independente neste setor e até exportador de tecnologia. Este é, por exemplo, o caso do petróleo[39] e da mineração no Brasil. O Estado deve manter empresas próprias naqueles setores considerados estratégicos para o desenvolvimento autônomo do país e nos setores que têm efeitos sociais importantes. Países que venderam suas empresas públicas estratégicas ao setor privado passaram a depender mais ainda dos grandes grupos multinacionais.

29. Um dos elementos do processo de globalização da economia, e um dos dogmas do neoliberalismo, é a retirada de toda e qualquer atividade econômica do âmbito estatal para entregá-la ao

---

38. É bom observar que a estabilidade da moeda não foi conseguida apenas pelo Brasil. Nos últimos anos, outros países que seguiram os preceitos neoliberais, reduziram ou acabaram com a inflação existente: foi o caso do Chile, do México, da Bolívia, da Argentina, do Peru, do Uruguai, para citar apenas alguns países latino-americanos. A estabilidade da moeda é considerada pelos neoliberais um primeiro momento das mudanças econômicas que devem ser realizadas; o segundo momento são as reformas estruturais (no caso brasileiro, as reformas constitucionais), para desregulamentar a economia, privatizar as estatais e abrir o mercado à concorrência estrangeira.

39. A Petrobrás ocupa o primeiro lugar em tecnologia de exploração do petróleo submarino.

mercado. Num primeiro momento do processo de privatização das empresas estatais no Brasil, o argumento utilizado era de que as empresas estatais eram ineficientes e deficitárias. Assim se privatizaram algumas empresas do Estado. Num segundo momento, para poder privatizar empresas rentáveis e eficientes, o argumento passou a ser de que elas eram lucrativas, mas seriam muito mais se fossem privadas. Ao mesmo tempo, fez-se intensa propaganda de que seus operários eram privilegiados. E, então passou-se a privatizar outras empresas estatais.

30. O processo está agora atingindo seu auge, quando o governo, além de privatizar as ineficientes e, em seguida, as eficientes e lucrativas, quer privatizar as que se ocupam da riqueza mineral e que têm um evidente significado estratégico para o país. Até o presente momento, nenhum argumento utilizado pelo governo conseguiu demonstrar que a privatização da *Companhia Vale do Rio Doce* (CVRD) será benéfica para o povo brasileiro. Até porque, até hoje, nenhum país desenvolvido entregou sua riqueza mineral para ser explorada por empresas estrangeiras: nem os EUA, nem o Japão, nem a Alemanha, nem a França. O preço proposto para a venda da CVRD é de 10,3 bilhões de dólares. Ora, calcula-se que os minérios explorados pela CVRD ainda possam ser explorados por mais quatro séculos! A exportação de minério de ferro se aproxima dos 2 bilhões de dólares por ano. A *Vale do Rio Doce* a maior produtora e exportadora de minério de ferro do mundo; é a maior produtora de ouro e de alumínio da América Latina; é a principal empresa exportadora do Brasil. Sua taxa média de crescimento é de 13,6% ao ano desde 1970; gera hoje uma receita bruta de 5,5 bilhões de dólares e um lucro de 500 milhões por ano. As reservas se elevam a 41 bilhões de toneladas de minério de ferro; a 994 milhões de toneladas de minério de cobre; 678 milhões de toneladas de bauxita; 67 milhões de toneladas de caulim; 72 milhões de toneladas de manganês; 70 milhões de toneladas de níquel; 122 milhões de toneladas de potássio; 9 milhões de toneladas de zinco; 1,8 milhão de toneladas de urânio; 1 milhão de toneladas de titânio; 510 mil toneladas de tungstênio; 60 mil toneladas de nióbio e 563 toneladas de ouro (com fortes indícios de que haja mais reservas)[40]. Num mundo em que a informação é o recurso mais estratégico, nem se fala da informação mesma sobre nosso subsolo, informação que a *Vale* foi construindo ao longo de 54 anos; nem sobre o que ela criou de tecnologia na área dos não ferrosos; ou no papel pedagógico que tem, de formar técnicos brasileiros. Quem vai lucrar com a venda da *Companhia Vale do Rio Doce* evidentemente não será o povo brasileiro, mas as empresas privadas (certamente estrangeiras) que vão comprá-la a um preço irrisório.

31. O argumento utilizado é que a venda desta empresa servirá para cobrir parte do déficit público. Em primeiro lugar, se a superação do déficit fosse prioridade absoluta, não faria sentido o PROER, que já investiu 20 bilhões para salvar bancos privados (o dobro do que a venda da CVRD pode render)[41]. Em segundo lugar, não se pode diminuir o déficit público esvaziando o patrimônio nacional e comprometendo o futuro da sociedade brasileira: qualquer país inteligente preferirá vender produtos e não a produtora - que sempre poderá gerar novos produtos. Os 10,3 bilhões da venda vão ser rapidamente consumidos[42], enquanto a *Vale* pode produzir ainda durante séculos e render cem vezes, mil vezes mais. Em terceiro lugar, a CVRD, para chegar ao que é hoje, empregou nos primeiros tempos uma quantia imensa de dinheiro público, isto é, dinheiro proveniente da população, dos contribuintes. Tem sido fonte para o setor público, de recursos e de investimento, por meio de suas exportações, dos impostos que paga e gera, dos serviços sociais que presta nas regiões carentes onde atua - e que complementam ou acrescem o dinheiro público. A sua venda vai alienar o que é público e entregá-lo ao privado, que já encontrará uma empresa montada e altamente eficiente - com reservas minerais, portos, ferrovias, empresas de navegação, centros de pesquisa geológicas e minerais, parcerias com empresas particulares (o setor privado estrangeiro já participa atualmente da CVRD, em alguns

---

40. César Benjamin e Ricardo Bueno (1997). "Companhia Vale do Rio Doce: o negócio do século". Revista **Atenção**, março.

41. Cf. Eleonora de Lucena, "Números", **Folha de São Paulo**, 01/04/1997.

42. Correspondem a menos de dois meses de pagamento de juros da dívida interna brasileira, estimada hoje em 180 bilhões de dólares (id., ibid.).

casos detendo 49%)[43]. E, sobretudo, vai privar o país de um importante instrumento de inserção no cenário internacional de forma não-dependente, colocando em evidente risco a soberania nacional.

A questão agrária

32. O Brasil é no mundo um dos países onde é mais concentrada a propriedade da terra. Dados do INCRA, no **Atlas fundiário brasileiro**, revelam que 2,8% dos imóveis rurais ocupam mais da metade da terra no Brasil: 56,7%[44]. E a maior parte da terra nestes latifúndios (62,4%), é improdutiva, segundo o mesmo **Atlas.** A situação do trabalhador rural é extremamente grave. Em razão das várias políticas agrárias dos últimos 30 anos, aumentou a concentração da propriedade e diminuiu o emprego no campo. É preciso dizer que, durante o regime militar, os governos transferiram parte importante do patrimônio fundiário a particulares: 31 milhões de hectares foram alienados da União para particulares, em caráter definitivo, sob a forma de propriedades rurais[45]. Cresceu o êxodo rural, e os que não se tornaram trabalhadores urbanos, tiveram que ser bóias-frias nas periferias das cidades ou simplesmente trabalhadores sem-terra. Entre 1940 e 1980, as proporções de população urbana e de população rural se inverteram: a população rural, de 70% do total, passou a 30%. Segundo os dados do Censo de 1991, a população urbana é 75,6%[46].

33. Deve-se acrescentar a gravidade dos conflitos no campo, que se pode acompanhar pela publicação anual da CPT. Por aí, temos notícia do aumento da prática do "trabalho escravo": contabilizaram-se 26.047 vítimas desta forma de trabalho em 1995. E também da continuidade dos assassinatos de trabalhadores rurais: em 1995, foram 41. Dentre estes, 9 resultaram do massacre de sem-terra em Corumbiara, no mês de agosto[47]. Em abril de 1996, novo massacre, em Eldorado de Carajás: desta vez, 19 mortos (dados oficiais; levantamento da Igreja mostra que as vítimas foram em maior número)[48].

34. A repercussão dos dois massacres, sobretudo o de Eldorado de Carajás, assim como a pressão dos movimentos de trabalhadores rurais, especialmente do MST, em favor da melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais tornaram a reforma agrária reivindicação nacional: em pesquisas recentes, ampla maioria da opinião pública nas cidades se manifestou favorável a esta reforma[49].

35. Os dois massacres obrigaram o governo a tomar uma atitude, com a criação de um Ministério Extraordinário da Política Fundiária. Embora não disponhamos de dados precisos, parece estar havendo um esforço do governo no sentido de assentar famílias: assentaram-se mais famílias que nos três governos anteriores. Por outro lado, foram propostos e aprovados uma lei de Imposto Territorial Rural (ITR) mais exigente e o rito sumário de desapropriação. No entanto, é notória a discriminação, no tratamento diverso dado a latifundiários, de um lado, e a trabalhadores rurais e movimentos sociais, de outro. Os primeiros têm parte de sua dívida perdoada e os segundos são

---

43. Cf. "Relatório da Comissão Externa sobre os termos e as condições gerais do processo de desestatização da Companhia Vale do Rio Doce". Março de 1997.

44. Apud DIEESE, **Anuário dos trabalhadores** 1996/97.

45. Fonte: **Dados gerais sobre a atividade fundiária até 1985**. INCRA-DF-DFT, março de 1986.

46. Vários dos dados sobre a questão agrária nos foram cedidos por Sérgio Leite, economista, professor do CPDA/UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).

47. CPT. **Conflitos no campo 1995**.

48. Pastoral da Terra. **Boletim da Comissão Pastoral da Terra**. XX (138), dezembro/1996. Pesquisa feita por membros da Igreja na região indicam que outras 13 pessoas desaparecidas foram vítimas do massacre (**Jornal do Brasil**, 22/09/97).

49. Cf., por exemplo, **O Globo** de 21/03/1997.

tratados com dureza. Também é pouco visível o empenho do governo em evitar conflitos, como no caso do Pontal do Paranapanema.

36. A Igreja tem se empenhado, de inúmeras formas, em apoiar os pequenos, os trabalhadores, os pobres, os injustiçados. Os próprios temas das Campanhas da Fraternidade o revelam: os encarcerados (1997), os excluídos (1996), fraternidade e política (1995), a família (1994), a moradia (1993), a juventude (1992), o mundo do trabalho (1991), a mulher (1990) e assim por diante. Em muitos documentos, tem chamado a atenção para a situação social da maioria, tem exercido um dever ético e profético de se colocar do lado dos injustiçados e de denunciar a injustiça. Em particular no caso dos trabalhadores rurais, dada a gravidade de sua situação, a Igreja tem se manifestado em diversas ocasiões, mesmo correndo o risco de ser mal compreendida por alguns. Tal apoio tem sido valioso para os trabalhadores enfrentarem os poderosos interesses que se movem na questão da terra no Brasil e que impedem a realização da reforma agrária[50].

37. A reforma agrária permitiria corrigir a grave desigualdade na propriedade de terras, tornando a terra acessível a quem dela precisa para trabalhar e viver. Apoiada numa política agrícola diferenciada, contribuiria para a inclusão de amplos setores populares (sem-terra, bóias-frias, pequenos proprietários em dificuldades, trabalhadores rurais pobres, empregados precários do campo e outros), para a geração de empregos (inclusive para segmentos urbanos), para o abastecimento interno de alimentos e o enfrentamento da fome.

Em ?

Sinais de esperança

38. Frente à onda neoliberal e ao processo de globalização do capital, os prejudicados - a maioria da população em cada país - estão começando a reagir. Em dezembro de 1995, durante três semanas, trabalhadores franceses mantiveram uma greve contra a reforma da previdência proposta pelo governo daquele país, que traria a redução de vários direitos adquiridos. A greve, segundo pesquisas de opinião pública, foi apoiada por 65% da população. O governo foi obrigado a recuar[51]. Em outubro de 1996, milhares de pessoas foram às ruas na Argentina para protestar contra o desemprego e a piora das condições de vida. No mesmo mês, os caminhoneiros franceses entraram em greve por melhores salários e condições de trabalho. A greve durou 12 dias e foi apoiada também pela maioria da população. Tal apoio se deve à impopularidade das medidas econômicas sendo tomadas pelos países europeus para se adaptar às exigências da União Européia, em vista da unificação - prevista para 1999 - da moeda. São medidas dentro da orientação neoliberal, que atingem a previdência social, a aposentadoria e, especialmente, o emprego. Em janeiro e fevereiro de 1996, foi a vez do Equador, com protestos nas ruas contra a política econômica do governo. Em fins de dezembro de 1996 e janeiro de 1997, os trabalhadores da Coréia do Sul entraram em greve e fizeram amplas manifestações de rua contra o projeto - aprovado pelo Parlamento daquele país - que facilitava a demissão de trabalhadores ("desregulamentação")[52]. Há poucas semanas, em março, houve manifestações de trabalhadores na Alemanha contra várias medidas que estavam provocando desemprego - o governo teve de recuar[53]. Houve também protestos de trabalhadores belgas e franceses[54]. Manifestações semelhantes foram feitas

---

50. É preciso se referir aqui às experiências de assentamentos rurais que, embora diferenciadas, têm mostrado efeitos positivos em inúmeros aspectos, como na geração de emprego, no aumento do nível de renda, na promoção do desenvolvimento rural e da economia local, na fixação do homem no campo (cf. Leite, 1994).

51. Cf. o dossiê preparado por **Le Monde Diplomatique** de janeiro de 1996, p. 8-15: "La grande révolte française contre l'Europe libérale".

52. O projeto foi aprovado numa sessão secreta realizada de madrugada, para a qual só foram convocados os parlamentares favoráveis ao governo - que tem a maioria no Parlamento (cf. **Le Monde**, 23/01/97).

53. Ver a reportagem "Vírus francês contagia trabalhadores alemães: protestos de rua em Bonn e Berlim obrigam governo a recuar" (**Jornal do Brasil**, 16/03/1997).

54. **Jornal do Brasil**, 13/03/1997

É do ensaio do neoliberalismo

pelos operários metalúrgicos do ABC paulista contra os projetos governamentais de reforma da previdência e de flexibilização dos contratos de trabalho[55].

39. Por outro lado, os trabalhadores rurais também não estão parados: podemos citar, entre outros, o MST, a CONTAG, a CUT-Rural, o Movimento de Atingidos por Barragens, o Conselho Nacional Seringueiro, os sindicatos e associações de trabalhadores rurais. Particularmente, o Movimento dos trabalhadores Sem-Terra (MST) tem se manifestado intensamente para exigir uma política de reforma agrária. Apesar do desprezo com que tem sido tratado pelas autoridades, o movimento não esmorece e é, certamente, o movimento social que melhor tem representado o protesto contra a política oficial.

40. Estes são movimentos vindos de baixo, da base da sociedade, dos que estão sofrendo as conseqüências do processo de globalização, das medidas de desregulamentação e de flexibilização. São movimentos que visam garantir direitos já adquiridos, conquistar novos direitos, para aqueles setores sociais que não são chamados às negociações, às conversações, que não fazem parte dos "lobbies" assíduos no Congresso Nacional. Movimentos que querem assegurar que a política se volte em primeiro lugar para as necessidades da maioria pobre e trabalhadora, que seja feita em função do bem comum e não dos interesses dos mercados financeiros. A estes movimentos se aliam atitudes e declarações de intelectuais, artistas, cientistas, outros criadores de opinião. De forma especial, de colegiados em diversas instâncias e níveis da vida eclesial católica, cristã em geral, ecumênica; religiosa, numa palavra.

41. Há igualmente um início de política alternativa à política neoliberal. Nos últimos anos, temos acompanhado em várias localidades o investimento por parte de governos municipais na área social, promovendo uma ampla melhoria das condições de vida dos setores populares. Para citar alguns exemplos: em Diadema (São Paulo), em dez anos, entre 1985 e 1994, a taxa de mortalidade infantil caiu de 90/1000 para menos de um terço: 23/1000. Em Janduís (Rio Grande do Norte), em cinco anos, a taxa de mortalidade caiu de 161/1000 (1986) para 41/1000 (1991) - menos de um quarto[56]. Londrina (Paraná) baixou a taxa de 35/1000 (1994) para 3/1000 (1995), em dois anos, com a experiência do programa "Médico de Família"[57]. Em várias destas experiências de queda da taxa de mortalidade infantil, a Pastoral da Criança teve seu papel destacado ao divulgar métodos muito simples e eficazes - e motivar para seu uso. Campinas iniciou o Programa de Renda Mínima, pelo qual as famílias de baixa renda com filhos em idade escolar recebem uma complementação salarial. Brasília tem um programa semelhante. Outras prefeituras têm desenvolvido o orçamento participativo, permitindo ampla iniciativa e resposta da população na destinação das verbas do município, com evidentes melhorias nos bairros mais pobres. São experiências vinculadas a diferentes partidos, mas que têm uma opção comum.

42. Tais iniciativas demonstram a possibilidade de seguir um caminho diferente daquele defendido pela corrente neoliberal: uma política centrada na justiça social, na inclusão das classes populares, na participação democrática, na transparência. Em várias destas experiências, foram contratados novos funcionários públicos, especialmente nas áreas de educação e saúde. E a remuneração de professores, médicos, enfermeiras, agentes de saúde foi melhorada, o que resultou num melhor serviço à população. Como foi possível isto? Elegendo como prioridade o atendimento à população, em lugar da prioridade aos mercados financeiros. Cobrando mais impostos de quem tem mais. Estabelecendo processos transparentes de licitação para obras públicas, o que permite contratar empresas que oferecem material de melhor qualidade e preços mais baixos, isto é, empresas mais competentes.

43. Isto não é possível apenas em nível municipal, é perfeitamente possível em nível estadual, é igualmente realizável em nível nacional. É questão de opção.

---

55. **Folha de São Paulo**, 15/03/1997.

56. Cf. Marco Antonio de Almeida (1993). Estudos de gestão: Icapuí e Janduís. S.P., **Publicações Pólis**, n. 11.

57. **Jornal do Brasil**, 22/09/1996, p.20.

Conclusão

44. Pode parecer que alguns valores são, em certos momentos, secundários, relativos, conjunturais. Mas não o são: a ética na política não é um valor relativo.

45. Pode parecer que, na situação atual, existam outras prioridades. Mas a dignidade da pessoa humana estará sempre em primeiro lugar, a justiça social será sempre a prioridade de qualquer política. A economia está a serviço da pessoa, da sociedade, do bem comum e não o contrário.

46. Pode parecer que um determinado projeto de sociedade é o único, o melhor, o mais adequado e que todos se deveriam submeter a ele. Mas as experiências históricas deste século, algumas delas recentes, nos imunizaram contra as tendências ou tentações totalitárias ou autoritárias. O melhor projeto social é aquele que é construído coletivamente, democraticamente, com a participação de todos, com liberdade de opinião, de expressão, de manifestação. Com direito de oposição, de crítica, de contestação. A democracia pode não ser o regime político perfeito, mas é certamente aquele que mais favorece a realização pessoal e coletiva do ser humano, que mais apóia o direito da maioria e mais respeita os direitos das minorias.

47. Ao findar a Segunda Guerra Mundial, o conjunto das nações, numa tentativa de afastar de uma vez por todas os principais perigos da humanidade, aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). É preciso defender a integralidade destes direitos - os direitos civis, os direitos políticos, os direitos sociais - num momento em que, em nome da primazia do capital, em nome da primazia da competitividade, as conquistas sociais dos últimos cem anos correm o risco de serem negadas.

48. Não há determinismo econômico frente ao qual o ser humano deva se submeter como objeto. A liberdade é característica inerente ao ser humano, dom de Deus. O destino da humanidade não é a desigualdade social, o bem de alguns e a exclusão dos demais. O ser humano sempre poderá, diante das inúmeras situações que a vida social, econômica e política lhe oferece, fazer opções, no sentido de construir uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais solidária.

CEDIM

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo (1995). **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez; Campinas, UNICAMP.

BENJAMIN, César e BUENO, Ricardo (1997). "Companhia Vale do Rio Doce: o negócio do século". Revista **Atenção**, São Paulo, março.

BURROWS, Roger and LOADER, Brian (eds.) (1994). **Towards a post-fordist Welfare State?** London and New York, Routledge.

CASTEL, Robert (1995). **Les Métamorphoses de la question sociale**. Paris, Fayard.

CHESNAIS, François (1996). **A Mundialização do capital**. São Paulo, Xamã.

CNBB (1996). **Rumo ao novo milênio**. Projeto de evangelização da Igreja no Brasil em preparação ao grande jubileu do ano 2000. São Paulo, Paulinas.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (1996). **Conflitos no campo Brasil 95.** Goiânia, CPT.

DIAP (1997). **Boletim do DIAP**. Janeiro. (Edição especial).

DIEESE (1995). **Desigualdade e concentração de renda no Brasil**. Pesquisa DIEESE n. 11. São Paulo, DIEESE.

DIEESE (1997). **Anuário dos trabalhadores 1996/1997**. São Paulo, DIEESE.

DREIFUSS, René Armand (1996). **A Época das perplexidades. Mundialização, Globalização, Planetarização - novos desafios**. Petrópolis, Vozes.

FIORI, José Luís (1995). **Em busca do dissenso perdido**. Ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro, Insight.

GEORGE, Vic and TAYLOR-GOOBY, Peter (eds.) (1996). **European Welfare Policy**. London, Macmillan Press.

HARVEY, David (1993). A Transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX. In: Id. **A Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola.

JOÃO PAULO II (1982). **Laborem Exercens**. Petrópolis, Vozes, 1982 (Coleção Documentos Pontifícios nº 196).

_____ (1991). **Centesimus Annus**. Petrópolis, Vozes (Col. Doc. Pont. nº 241).

LEÃO XIII (1950). **Rerum Novarum**. Petrópolis, Vozes (Col. Documentos Pontifícios nº 2).

LEITE, Sérgio (1994). O estudo dos assentamentos rurais e os parâmetros da ciência econômica. In: ROMEIRO, A. et alii (orgs.). **Reforma agrária, produção, emprego e renda**. Petrópolis, Vozes.

LUTTWAK, Edward N. (1995). **Le Rêve américain en danger**. Paris, Odile Jacob.

MATTOSO, Jorge (1995). **A Desordem do trabalho**. São Paulo, Scritta.

MENDES, Raimundo Teixeira (1996). O ex-direito do trabalho, ou o direito do capital. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, 18 (290): 14-16.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (1994). Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. **Cadernos do CRH**, Salvador, (21): 29-47, jul.-dez.

PIO XI (1951). **Quadragesimo Anno**. Petrópolis, Vozes (Col. Doc. Pont. nº 3).

PNUD/IPEA (1996). **Relatório sobre o desenvolvimento humano**. Brasília, PNUD; Rio de Janeiro, IPEA.

STANDING, G. (1991). "Labour insecurity through market regulation: legacy of the 80's". Genebra, OIT. Mimeo. (apud MATTOSO, op.cit.).

TAVARES, Laura (1995). "Política social e pobreza: o Brasil no contexto latino-americano". Seminário *Política Social e Pobreza*. IUPERJ / URBANDATA / Universidade de Toronto. 52 págs. Mimeo.

ANEXOS

Tabela 1

Desigualdade no mundo*

em ordem crescente

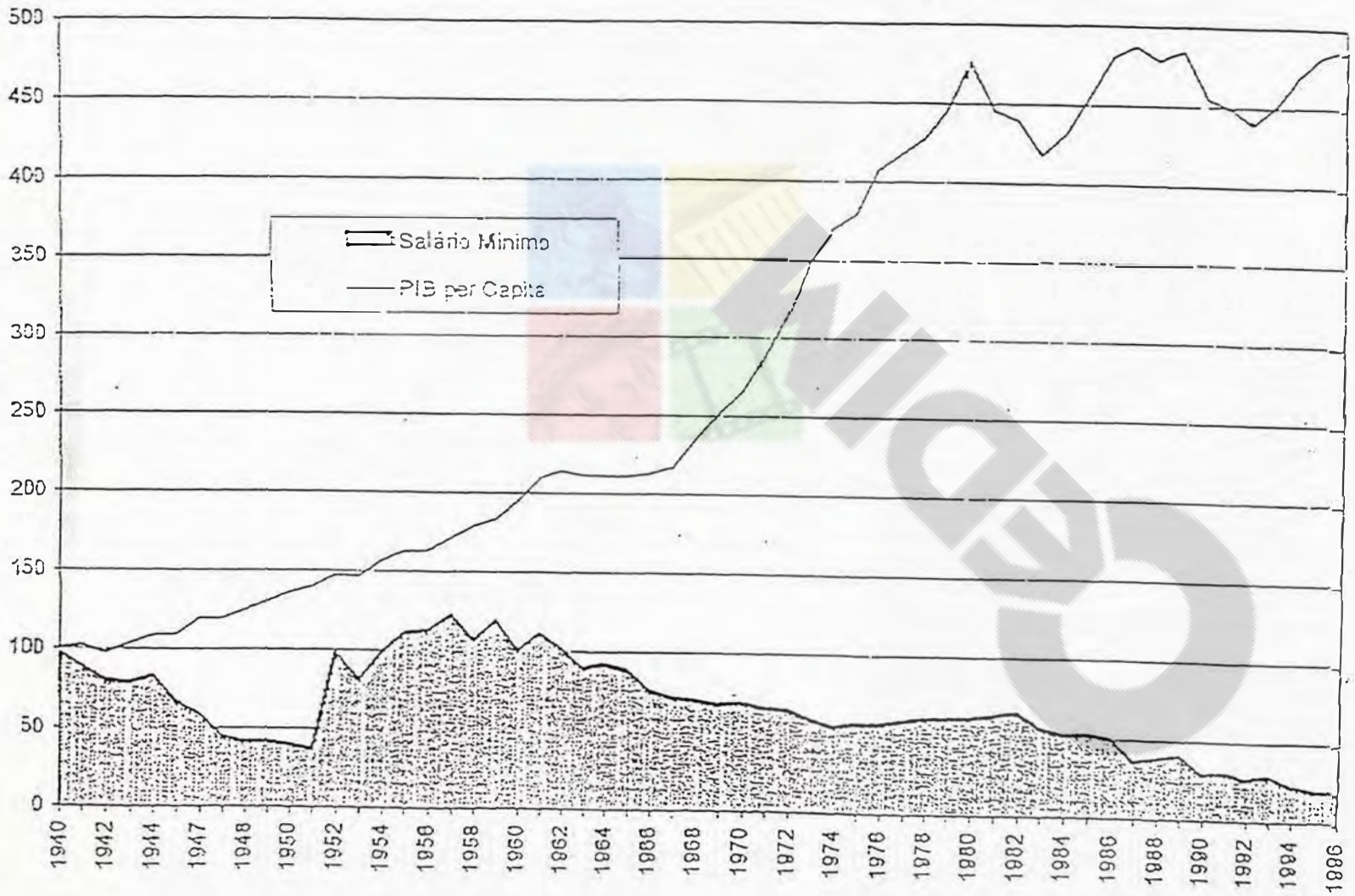
País	40-	10+	10+/40-
Holanda	22,4	21,5	1,0
Bélgica	21,6	21,5	1,0
Hungria	20,5	20,5	1,0
Japão	21,9	22,4	1,0
Alemanha	20,4	24,0	1,2
Suíça	20,1	23,7	1,2
Finlândia	18,4	21,7	1,2
Noruega	18,9	22,0	1,2
Iugoslávia	18,7	22,9	1,2
Irlanda	20,3	25,1	1,2
Israel	18,0	22,6	1,3
Espanha	19,4	24,5	1,3
Reino Unido	18,5	23,4	1,3
Dinamarca	17,4	22,3	1,3
Paquistão	20,6	26,0	1,3
Estados Unidos	17,2	23,3	1,4
Suécia	20,5	28,1	1,4
Canadá	17,1	23,8	1,4
França	17,0	26,4	1,6
Barbados	18,6	29,3	1,6
Itália	17,5	28,1	1,6
Coréia do Sul	16,9	27,5	1,6
Bangladesh	17,3	29,5	1,7
Nova Zelândia	15,9	28,7	1,8
Uganda	16,6	30,7	1,8
El Salvador	16,5	29,5	1,9
Hong Kong	16,2	31,3	1,9
Austrália	15,4	30,5	2,0
Egito	16,5	33,2	2,0
Índia	16,2	33,6	2,1
Sri Lanka	15,9	34,7	2,2
Portugal	15,2	33,4	2,2
Tailândia	15,2	34,1	2,2
Indonésia	14,4	34,0	2,4
Trinidad e Tobago	13,3	31,0	2,4
Argentina	14,1	35,2	2,5
Rep. Dominicana	14,5	37,9	2,6
Filipinas	14,1	37,0	2,6
Bahamas	12,2	32,9	2,7
Fiji	12,5	37,0	3,0
Costa Rica	12,0	39,5	3,3
Venezuela	10,3	35,7	3,5
Turquia	11,5	40,7	3,5
Nepal	12,6	46,5	3,7
Malásia	10,2	39,8	3,9
Colômbia	11,2	44,1	3,9
Maurício	11,5	46,7	4,1
México	9,9	40,6	4,1
Zâmbia	10,8	46,4	4,3
Costa do Marfim	8,6	43,7	5,1
Quênia	8,9	45,0	5,1
Botsuana	7,6	42,1	5,5
Peru	7,0	42,9	6,1
Panamá	7,2	44,2	6,1
BRASIL	7,0	50,6	7,2

Fonte: Psacharopoulos (1991)
Nota: Distribuição das famílias segundo a renda familiar
* Razão entre a proporção da renda apropriada pelos 10% mais ricos e a proporção da renda apropriada pelos 40% mais pobres

(Publicado na Gazeta Mercantil de 24/02/1997)

Gráfico 1

Evolução do Salário Mínimo e do PIB per capita



Fonte: DIEESE

SALARIO MINIMO REAL
MUNICIPIO DE SAO PAULO (JUL/40 = 100)

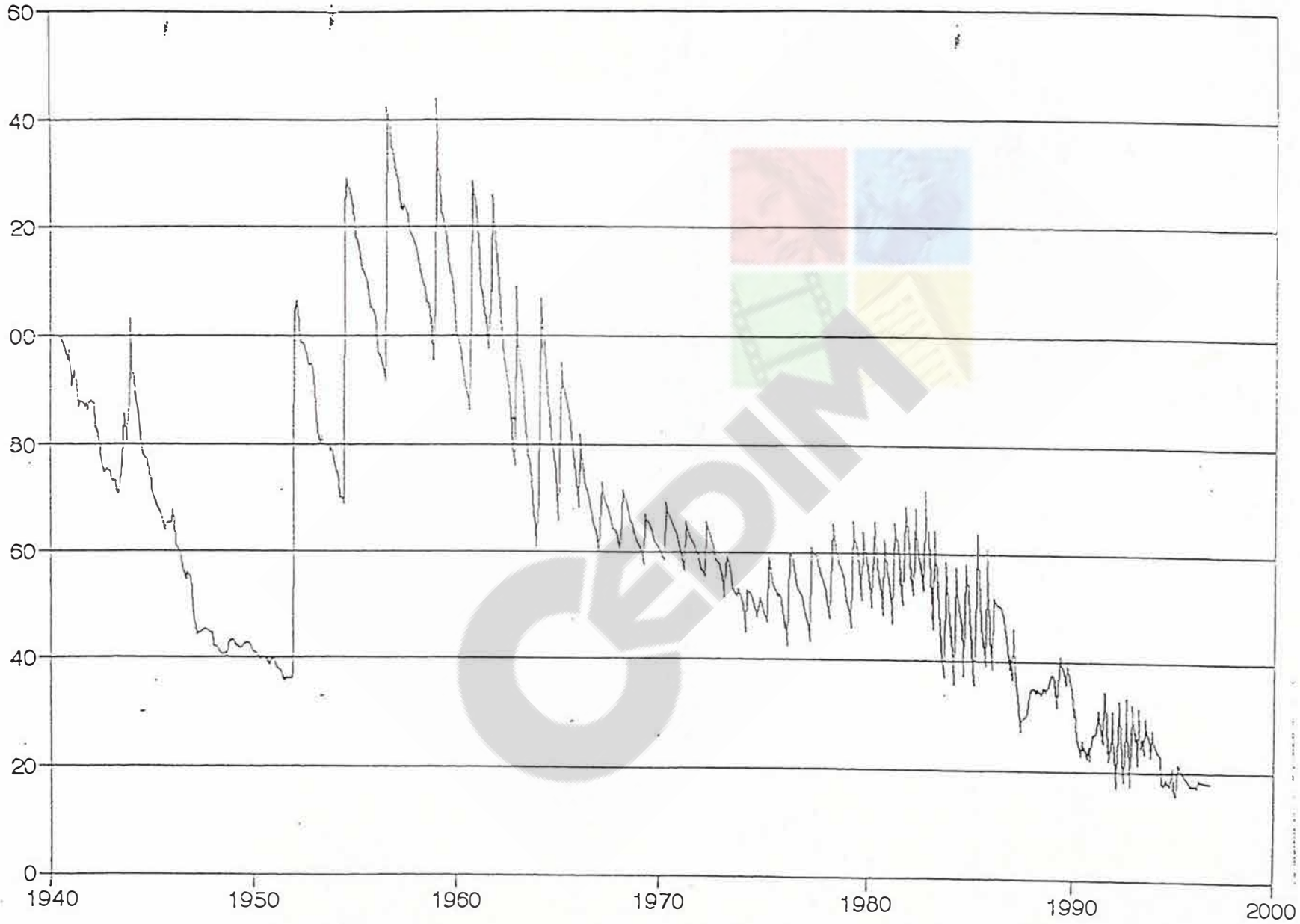


Gráfico 2

Fonte: DIEESE

Tabela 2

Evolução do Salário-Mínimo Real, gasto com a ração essencial no município de São Paulo e PIB per capita - Brasil

Ano	PIB per Capita	Salário-Mínimo Real
1940	100,00	98,02
1950	135,69	39,84
1960	195,19	100,30
1970	264,83	68,93
1980	476,12	61,78
1990	455,61	29,09
1991	449,35	30,38
1992	439,03	26,07
1993	450,44	28,60
1994	469,06	22,68
1995	482,08	20,11
1996	486,91	19,38

Fonte: PIB per capita - FGV/IBGE
Salário-Mínimo: Decretos do Governo.
Nota: Salário-Mínimo referente à capital paulista. Base Julho/40 = 100
Elaboração: DIEESE.

Tabela 3

Distribuição de Renda (do trabalho)

	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995
1% + ricos	12,1	12,1	13,0	13,3	14,0	13,5	14,2	15,9	13,9	13,1	15,5	13,4
5% + ricos	31,9	33,1	33,3	33,9	33,9	33,3	35,8	37,7	34,4	32,1	35,8	33,6
10% + ricos	44,9	46,7	46,8	47,6	47,3	46,9	49,7	51,5	48,1	45,1	49,0	47,1
50% + pobres	14,5	13,4	13,4	12,8	13,5	13,0	12,0	11,2	12,0	14,0	12,9	13,3
20% + pobres	2,9	2,8	2,7	2,5	3,1	2,7	2,2	2,3	2,6	2,6	2,4	3,1
10% + pobres	0,9	1,0	0,9	0,8	1,0	0,8	0,6	0,7	0,8	0,8	0,7	1,0

Fonte: IBGE, PNAD 1995. Elaboração: DIEESE.
Notas: Rendimento mensal do trabalho de todos os ocupados. Não há dados disponíveis para alguns anos, em outros não houve a pesquisa. Até 1993 os dados não incluem a área rural da Região Norte.

Tabela 4

Dívida externa - em US$ bilhões

	Total	Serviço
1980	64,2	14,1
1985	105,2	12,8
1990	123,4	8,1
1991	123,9	12,0
1992	135,9	12,4
1993	145,7	16,3
1994	148,3 (1)	16,9
1995	159,2 (1)	21,4

Fonte: Banco Central do Brasil. Relatório Anual.
1) Resultados preliminares.

Tabela 5

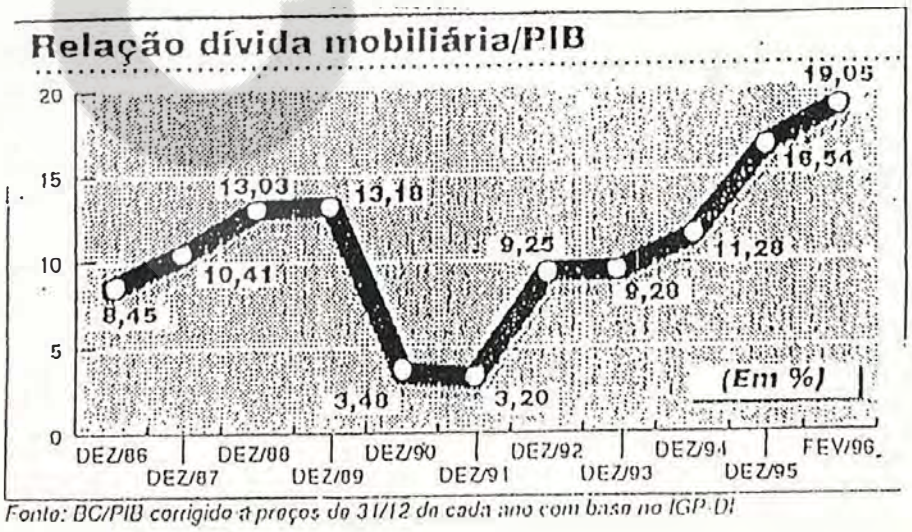
Evolução da dívida pública interna federal e do montante de juros pagos

(em valores reais constantes: bilhões de reais de dezembro de 1995; deflator: IGP-DI centrado no último dia do mês)

Ano	Total	Juros
1991	19,3	-4,3 (1)
1992	55,6	17,8
1993	57,3	7,1
1994	70,5	28,0
1995	108,4	24,3
1996	168,3	19,7

Fonte: BACEN. Elaboração da FUNDAP/IESP.
Nota: (1) juros líquidos negativos: o montante recebido pelo governo federal e Banco Central foi maior que aquele pago.

Gráfico 3



Fonte: BC/PIB corrigido a preços de 31/12 de cada ano com base no IGP-DI

APRESENTAÇÃO

Resgatando Dívidas - I começa uma série, com a intenção de suscitar outros subsídios sobre um tema central no projeto do Jubileu: **a questão das dívidas.**

À luz das intenções originais do Jubileu bíblico, aparece melhor o alcance das dívidas, como fator de desequilíbrio da justiça social. Daí a necessidade de providências periódicas, regeneradoras das condições mínimas para o funcionamento da sociedade a serviço da vida de todos. Esta é a intuição central da proposta do Jubileu.

Por isto, as dívidas se apresentam como uma chance de compreensão da dinâmica social, e a supressão das dívidas como uma chave de intervenção na sociedade.

A terceira Semana Social assumiu este tema e o colocou no seu objetivo em forma de resgate das dívidas.

Os debates iniciais, que esta publicação quer incentivar, já suscitaram diversos aspectos, muito dinâmicos e práticos:

- identificar quem são os devedores e quem são os credores de dívidas sociais;
- ampliar o conceito de "perdão", para perceber a necessidade do "resgate" das dívidas sociais, a ser feito pelos próprios credores e grupos a eles solidários;
- a indispensável participação dos sujeitos sociais, seja para identificar quem são os devedores e quais são as dívidas, e encaminhar lutas comuns para efetivar o seu resgate.

A Terceira Semana Social quer incentivar este processo de identificação e de resgate das dívidas sociais. Este subsídio se coloca dentro desta intenção. A Coordenação da Semana gostaria de receber complementações aos assuntos aqui tratados, bem como outras reflexões no mesmo sentido, sejam referentes ao resgate de dívidas de segmentos determinados (mulheres, negros, portadores de deficiências ou outros) ou a questões regionais específicas.

É o começo do diálogo em torno deste tema que pode levar a tantos desdobramentos, e que esperamos seja refletido em sua dimensão nacional, latino-americana e mundial, como é a proposta do Projeto Rumo ao Novo Milênio.

D. Demétrio Valentini
Bispo de Jales e Responsável pelo
Setor Pastoral Social da CNBB

DÍVIDAS SOCIAIS

A reflexão sobre dívidas sociais representa um esforço para suscitar debates sobre as conseqüências do atual projeto de desenvolvimento econômico e social para a maioria da população brasileira e para gerar mobilizações em torno de suas possíveis soluções. É uma forma de resgatar a dívida que a sociedade brasileira tem para consigo mesma.

Em 1983, Teotônio Vilela ressalta, na introdução de seu livro *Projeto Emergência*, de surpreendente atualidade, que: " *O Brasil vive uma crise social, econômica e política de enormes proporções. O governo que implantou durante quase duas décadas uma política de desnacionalização de nossa economia, está distante da Nação. Por isso mesmo, sua ação tem gerado problemas e não soluções para a Sociedade brasileira. É hora de todas as forças vivas da Nação se mobilizarem organizadamente na busca de soluções urgentes.*"[1] As mudanças que conduzirão à superação da crise acima descrita exigem respostas de natureza política, em que devem ser preservados e ampliados princípios como:

1° - **A soberania da nação**, ou seja, um Estado atuante e uma sociedade organizada que sejam capazes de decidir seus próprios caminhos e seus destinos;

2° - **A dignidade do ser humano**, que compreende o direito aos bens essenciais: ao emprego, à saúde, à educação, à moradia e à vigência plena da cidadania num Estado de direito.

Por isso, a sociedade brasileira está diante de dívidas, que deverão ser enfrentadas em conjunto:

- a dívida externa

[1] Vilela, Teotônio. *Projeto Emergência*. Editora Codecri, R. de Janeiro, p. 05.

- a dívida interna
- a dívida social
- a dívida política
- a dívida cultural

Existe um descompasso entre o Brasil do Presidente e o Brasil da maioria da população, constituída por desempregados, subempregados, empobrecidos da cidade e do campo. Este "povão" vive a degradação do nível de vida, e a sociedade tem enormes dívidas para com ele. Todos têm direito a um emprego estável, a um salário justo, a assistência à saúde, ao acesso à terra, à produção e à educação. Merece desfrutar de um sistema previdenciário e de um sistema habitacional adequados às suas necessidades reais.

Se não é difícil identificar os credores, dá muito trabalho fazer as nossas elites econômicas, políticas e financeiras assumirem que são as grandes devedoras. São responsáveis pela dominação secular que limita ou até impede a prática da cidadania de muitos brasileiros.

No campo político, a democracia e a participação são questões ainda não resolvidas ou resgatadas. Faltam respostas concretas. De um lado, as próprias elites políticas preservam a dominação, ainda que tenham um discurso democrático: *O Brasil está maduro! O Brasil mudou!* De outro, nas lutas sociais e políticas, cabe às classes populares libertarem-se desta dominação, tornando-se protagonistas desse resgate.

O resgate das dívidas sociais não se faz nem se fará por pura compaixão e assistencialismo. Compaixão e assistencialismo não são conceitos econômicos, nem práticas políticas. O resgate das dívidas se fará com o crescimento da cidadania em todos os setores da sociedade, principalmente nas massas dos excluídos.

Uma cidadania plena vai além da eleição ou reeleição presidencial. Não basta votar para exercer a cidadania. Votar não é abdicar dos direitos de cidadão, deixando nas mãos de um despotismo que se considera *esclarecido* o destino da Nação.

Resgatar a dívida política é eliminar ou superar o elitismo que marginaliza a população, é saber questionar a representatividade dos nossos congressistas.

A maior dívida que o Estado e a Sociedade têm com a sua população é, provavelmente, o grave e injustificável déficit educacional, acoplado com o não acesso à informação. Abandonada ao jogo dos interesses dos investimentos privados, a educação vai se reduzindo a um bem somente adquirido por quem dispõe de recursos. Já não é um direito, um bem e um serviço público, universal, promovido e garantido por uma política pública. E os meios de comunicação social refletem o elitismo dos seus donos. A informação não é um bem público como deveria ser. O cidadão não recebe a informação diversificada dos fatos a que tem direito, e não tem acesso aos meios para transmitir aos outros a sua comunicação.

1 - Quais são as dívidas sociais?

Vilela define a dívida social como o débito contraído pelo Estado para com todos aqueles que não desfrutam das condições necessárias à sua sobrevivência e dignidade como seres humanos. [2]

As dívidas externa e interna assinalam que o Estado serve ao capital nacional e internacional. O Estado, hoje, administra suas dívidas às custas do povo, através do Fundo Social de Emergência, atualmente denominado, de modo mais realístico, Fundo de Emergência Fiscal. Através dele, o governo pode remanejar recursos do Orçamento para manter o equilíbrio dos gastos públicos. Na prática, até o momento isto significou exclusivamente corte de recursos destinados às áreas sociais, como a educação, a saúde, a previdência etc. Para as nossas elites políticas, econômicas e financeiras, o emprego, a moradia, a alimentação, a assistência

[2] Ibidem, pág. 31.

médico-hospitalar e a educação não são necessidades básicas que merecem soluções apropriadas e definitivas.

As dívidas sociais não são somente responsabilidade do Estado. São realmente responsabilidade da Sociedade. O Estado é parte dela, competindo a ele tarefas políticas por ela determinadas. Na realidade brasileira, contudo, o Estado nasceu separado da Sociedade, gerado por uma pequena elite. Ele tem sido, por isso, utilizado por elas de forma privada, como um instrumento destinado a manter e ampliar seus privilégios e poderes. Isto se aprofundou de tal modo que se tornou uma visão tradicional da política. Esta é a história que nos ajuda a entender porque não foi possível, até hoje, separar as oligarquias e a administração do patrimônio público.

A dívida externa é um compromisso de interesses entre as elites econômicas e políticas brasileiras e os banqueiros internacionais. A dívida interna é um compromisso do Estado com os interesses do capital financeiro nacional, que aumenta em função do peso dos compromissos da dívida externa. As dívidas sociais têm sua origem em tudo que a nossa sociedade e o Estado, dominados pela oligarquia, deixam de fazer, ou impedem que o próprio povo faça, para que todos os cidadãos tenham vida digna e feliz. São dívidas da sociedade com o povo.

As dívidas sociais têm uma longa história. Nasceram, antes de tudo, pelo preconceito e pela violência dos colonizadores em relação aos povos indígenas. Aumentaram através da prática do sistema de escravidão, negando a própria humanidade dos negros. Pela ocupação imperial do território brasileiro, foi criada uma escassez artificial de terra, numa colônia e, depois, num país de terras abundantes. A propriedade latifundiária da terra foi e continua sendo um entrave básico para o resgate da dignidade e da vida das classes populares. É "*uma orientação social e política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do País.*" [3]

Com a aliança entre o capital e a propriedade da terra, promovida pela ditadura militar, houve uma aceleração do processo da concentração da propriedade agrícola. Junto com esse processo, e em parte causado por ele, verificou-se no Brasil uma crescente urbanização da população. Fruto de um êxodo forçado e violento, as cidades cresceram de forma desorganizada e como fruto do próprio trabalho dos deserdados da terra. A concentração da terra, acoplada ao capital industrial e financeiro, sacramentou uma realidade característica do Brasil: a concentração da renda, a convivência, agora mais próxima, da miséria extrema com a riqueza exagerada.

De 1960 a 1980, os 5% mais ricos da população economicamente ativa ocupada (PEA) elevaram sua parte na renda nacional de 28,3% para 34,9%. De 1980 a 1995, não houve mudança significativa: os 5% mais ricos ficando com 33,6%.

Já os 50% mais pobres, quer dizer, a maioria da população brasileira, os "credores", viram a sua parcela da renda diminuir relativamente de 17,4% em 1960, para 14,1% em 1980. Em 1995, os 50% mais pobres ficaram apenas com 13,3% da renda nacional. Menos que os privilegiados 1% mais ricos, que ficaram com mais de 14%!

Em 1982, segundo uma estimativa que consiste em somar os desempregados e subempregados, que ganham até um salário mínimo, e os "sem rendimento", chegou-se a conclusão que 50% da população econômica ativa era mal remunerada. Tomando os mesmos critérios para 1995, 43,3% da população economicamente ativa encontra-se nesta situação. Apesar desta pequena melhoria, a taxa de desemprego vem aumentando de 1977 (fim do crescimento acelerado da economia) a 1980 (início da "década perdida"). Neste

[3] Ibidem, pág. 32.

intervalo de quatro anos, a taxa de desemprego passou de 2,3% para 6,5%, e vem se consolidando em 6,1%, até hoje.[4]

Os problemas sociais que afligem a população brasileira fazem parte de um quadro mais global. As questões críticas da saúde e da educação merecem mais que soluções setoriais. Elas devem ser inseridas no quadro maior das condições de trabalho e emprego, que exigem uma política social mais ampla. "Esse quadro de subdesenvolvimento econômico e social nos remete à necessidade de repensar a Educação em termos da formação da cidadania, na compreensão do projeto de Sociedade da qual se participa". [5]

O que caracteriza o Brasil são as barreiras criadas pelas elites para impedir o avanço e a consolidação de uma efetiva democracia. Para não ser mais um gigante de pés de barro, é imprescindível promover uma transformação das estruturas sociais. A questão básica não é tanto de retomar o crescimento econômico, mas de **modificar o rumo** deste, colocando a economia a serviço da vida social. "Trata-se de encontrar novas bases de apoio para um movimento de solidariedade nacional que deve partir da identificação das carências e das necessidades fundamentais do povo a serem satisfeitas." [6]

É verdade que quase nada foi feito na nossa história para reduzir as disparidades sociais e regionais. Mais do que nunca, fica evidente que o país precisa aprimorar o exercício da democracia. "O resgate da dívida social deve orientar-se prioritariamente na

[4] É bom lembrar que devido à metodologia usada pelo levantamento do número dos desempregados, um bom número da população inativa, não entra no numerador da taxa, escapando ao levantamento do IBGE. A metodologia não permite levantar o tamanho do desemprego estrutural.

[5] MARTINS, José de Souza. - *O Poder do Atraso - Ensaio de Sociologia de História Lenta*, Editora HUCITEC, S. Paulo, 1994, p. 12

[6] VILELA, Teotônio, ob. cit., p. 37.

devolução à toda população brasileira dos seus direitos de cidadania, desde as formas mais elementares e imediatas." [7]

2 - A lei e as dívidas sociais

A dívida social em relação à maioria dos brasileiros tem um sentido, inicialmente, legal. Trata-se de aplicar o que as leis determinam. É verdade que Constituição e as leis têm as contradições peculiares de uma sociedade onde os detentores de capital, pela livre iniciativa, anunciam a democracia social, cultural e política, porém, comprometem-se com a defesa de seus próprios interesses. A garantia da vida, da liberdade e da integridade, mesmo sendo os pilares de toda a lei constituinte, continua derrotada pela defesa de interesses particulares da minoria privilegiada. Diante disso, a sociedade como um todo é chamada a assumir o compromisso histórico de resgatar todos os direitos mutilados ou proibidos, valores essenciais e constitutivos da cidadania

Esta dimensão legal do resgate das dívidas é, de certa forma, tema recorrente em nossa imprensa. Para cumprir os direitos universais previstos na Carta Magna, o Poder Judiciário tem que interpretar, por exemplo, a questão da reforma agrária à luz dos direitos fundamentais da vida e da cidadania. Caso contrário, a Constituição continuará prisioneira dos interesses das oligarquias, dos grandes proprietários, do caráter *"sagrado"* do direito de propriedade. A vida tem mais valor do que a propriedade e a economia.

É evidente que o resgate da dívida social tem um sentido político. Os que se mobilizam para conquistá-lo estão construindo sua cidadania e aprofundando a democracia. Os que são devedores, se reconhecerem suas responsabilidades sociais e aceitarem a

[7] Entrevista de Celso Furtado para a Revista *Proposta*, outubro/novembro de 1996.

superação do que impede a vida de tantos cidadãos, também crescerão em sua cidadania. Até mesmo o uso de pressões populares exercidas no limiar da legalidade e da ilegalidade, como é o caso das ocupações de terra, tornam-se legítimas no enfrentamento de instituições geradoras de privilégios, como os da grande propriedade. Na verdade, o resgate das dívidas sociais provoca um processo de democratização da sociedade e do Estado.

3 - A ética e a religião frente as dívidas sociais

Assegurar a prioridade do social sobre as formas legais significa não mais exigir das massas um respeito às leis que não atendem às necessidades vitais da população. Para acelerar a reforma agrária que o país precisa, por exemplo, "*a pergunta deve ser como ajustar o sistema legal às necessidades éticas da reforma agrária... Para libertar os escravos tivemos de mudar a lei*".[8]

O resgate da dívida social significa estabelecer uma verdadeira ordem: não a das elites sobre a maioria dos excluídos; não a de um Estado, que nasceu privatizado a serviço das elites, sobre o povo; mas, sim, a ordem da igualdade, da justiça, da legitimidade baseada na participação, da soberania popular constituindo o Estado e a Nação.

Trata-se do resgate de uma dominação secular que pesa muito sobre os ombros do povo brasileiro. A questão da terra é a raiz da questão social no Brasil. Não é um problema residual, que será facilmente resolvido pelo fato de que a maioria da população já vive nas cidades. Na verdade, o monopólio capitalista da terra impede qualquer possibilidade de transformação social do país.

Como se pode perceber, há um sentido ético no resgate das dívidas sociais. Se existem leis, práticas políticas, procedimentos judiciais e práticas sociais que impossibilitam a vida, as pessoas,

[8] Buarque, Cristóvam. *Folha de São Paulo*. 03/03/97, p 1-3

individualmente, e a sociedade como um todo, não podem aceitá-los passivamente. Em caso algum a manutenção dos privilégios de uma minoria pode prejudicar as necessidades das maiorias. A construção da dignidade e da cidadania, individual e coletiva, está condicionada a práticas sociais e políticas que contribuam na conquista, na promoção e na defesa do direito universal a uma vida digna.

A dignidade da pessoa humana e da própria sociedade não podem ser reduzidas a *condições mínimas*. O que se busca como vida digna é a felidade, o bem-estar, a convivência humana e social, em harmonia com a natureza e a vida, sob o olhar bondoso de Deus. Estes são ideais de dignidade possíveis, uma vez democratizadas as conquistas tecnológicas, econômicas, políticas e midiáticas realizadas pela humanidade e disponíveis neste final de milênio.

O resgate da dívida social tem também sentido religioso. A felicidade humana é a glória de Deus, segundo o núcleo central da fé cristã. A prática do serviço gratuito e amoroso em relação aos mais excluídos é o caminho para a salvação. Nada é mais desprezado por Deus do que a indiferença, a insensibilidade, a falta de misericórdia, tanto na dimensão interpessoal como no exercício coletivo da solidariedade. Deus anuncia e está empenhado na concretização de um plano de realização plena de toda a humanidade. Ele convida a todos para construírem com Ele uma sociedade em que não haja dominação, em que todos repartam tudo o que têm, em que cada um reconheça os valores presentes nos outros, em que se saiba perdoar e ser perdoado, e em que se viva a alegria de estimular a superação dos erros e pecados.

A Igreja Católica, face às diferentes dívidas sociais tem estimulado a criação de *pastorais sociais*, que organizam serviços de apoio e mobilizam os cidadãos em favor do resgate:

- da terra, com reforma agrária e agrícola;
- do trabalho, com emprego e salários mais justos;
- da saúde para todos;

- das condições de vida das crianças e adolescentes;
- da moradia e condições dignas de vida para os migrantes, no campo e nas cidades, no país ou fora de seu território;
- da vida e da saúde das crianças nos primeiros anos de vida, juntamente com a saúde de suas mães;
- das culturas e religiões dos Povos Indígenas, com a garantia da demarcação e da defesa de seus territórios;
- das culturas e das formas de vida dos Povos Ciganos;
- das formas de trabalho e da cultura dos pescadores e ribeirinhos, dos rios e do mar;
- da dignidade das mulheres marginalizadas na prostituição, abrindo condições alternativas de vida;
- da dignidade, dos direitos e de novas oportunidades para os encarcerados;
- da cultura e das condições de vida dos negros;
- da valorização dos excluídos e dos que vivem em situações de emergências sociais, com a geração de alternativas que possibilitem melhoria das suas condições de vida

Como a Igreja Católica, Igrejas cristãs e outras religiões também têm desenvolvido ações pastorais e sociais em direção a esse resgate. A dívida social é um desafio comum para todas as pessoas, entidades e organizações que pautam sua existência e sua prática na busca de felicidade e bem-estar para todos. Contudo, para todas, além da urgente necessidade de superar possíveis isolamentos de suas práticas, apresenta-se, hoje, o desafio de aprofundar sua metodologia de trabalho.

A *3ª Semana Social Brasileira* quer ser um espaço para a produção de novos conhecimentos sobre o que é a dívida social, e pretende contribuir para sua superação reforçando e suscitando compromissos e mobilizações. O engajamento das pessoas e das

organizações religiosas em favor de rápidas e profundas transformações da sociedade brasileira é uma exigência de fidelidade e louvor verdadeiro a Deus e condição de credibilidade de suas mensagens para a humanidade. O *Grito dos Excluídos* vem dando visibilidade às lutas pelo resgate das dívidas sociais e proporcionando oportunidade de expressão dos próprios excluídos.

O resgate das dívidas sociais é um processo de retomada do desenvolvimento auto-sustentado que, atingindo objetivos econômicos, visa o desenvolvimento sócio-político e sócio-cultural. É um processo democrático, participativo e solidário na construção de uma sociedade justa, na qual todos e todas possam conseguir os bens básicos necessários para se realizarem como pessoas: trabalho, educação, alimentação, saúde, moradia e segurança.

Resgatar a dignidade do povo brasileiro é a nossa tarefa. "*Queremos ajudar a construir uma realidade mais próxima do Reino de Justiça, Solidariedade e Fraternidade, anunciado por Jesus no Evangelho: uma realidade social na qual todos os homens e mulheres possam viver com dignidade.*" [9]

Resgatar os excluídos não consiste em incluí-los nos sistemas econômicos políticos vigentes, excludentes por natureza. A tarefa e o desafio é criar uma sociedade solidária, que ainda não existe, mas que se anuncia em muitas iniciativas sociais e na esperança presente nas dores de parto da Humanidade e da Terra.

Autoria: Núcleo de Assessoria do Setor Pastoral Social-CNBB
Redação: Andrea Damascena Martins e Pe. Thierry Linard de Gueterchin
CNBB - SE/Sul - Q.801 - Conj. B Cep: 70401-900 Brasília-DF

[9] Carta dos Superiores Provinciais da Companhia de Jesus na América Latina: *O Neoliberalismo na América Latina*. Edições Loyola, 1946. S. Paulo, p. 13.

\diocese\projetos\forsoc95\95-11-21

REUNIÃO DA EQUIPE COM DA. IRENE, CANDIDATA À SECRETARIA

1. Como será o ritmo de trabalho da Secretária "Geral"?

- Estamos em fase de articulação e planejamento. Haverá momentos mais densos e momentos mais calmos. A secretária não estará obrigatoriamente presente todos os dias.
- Temos ainda a fazer: * Levantamento dos temas e nomes. * Convite e articulação dos sujeitos agentes do projeto e dos cursos * planejamento dos cursos * realização dos cursos e seminários.
- A Secretária, como membro da "Comissão do Projeto" será senhora do ritmo de seu próprio trabalho. Temos, entretanto, que fazer uma estimativa do que lhe propomos. Haverá uma secretaria central, na Cáritas, com sala e equipamento próprio, em que poderá haver plantão, prestado por várias pessoas, especialmente os membros da Comissão.
- O "uso de computador" não se refere a dominio especializado deste instrumento (qualificação em informática), mas: serviço de digitação, organização e manutenção de Banco de dados sobre alunos, docentes, subsidios, documentos burocráticos, planilha

- ☞ Entrar em contacto com o pessoal do *projeto de democratização da informática*, para planejar o uso da informática e sua introdução no curso, seja como instrumento de planejamento e administração, seja como matéria do curso e oferta de subsidio às comunidades.
  * As NT são irremediavelmente desempregadoras, e a única maneira de fazer frente a esta situação é democratizar seu uso, a fim de que as comunidades possam desenvolver **novas formas de resistência e sobrevivência** autônomas e eficientes.
  * Além disto, ao menos apos a atual novela "Explode coração", a informática e o acesso à informática já estarão no imaginário popular.

- ☞ trata-se, então do "uso de Computador": como conteúdo do curso e objetivo do projeto, como uso da informática no planejamento e na administração geral do projeto e dos cursos; como instrumento na execução de tarefas imediatas e elaboração de subsidios por parte da secretaria geral, dos docentes, dos participantes.
- A SECRETARIA GERAL SERÁ MEMBRO DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO PROJETO.
- A Comissão elaborará logo uma proposta minima do trabalho, para que a Secretária a estude e modifique como desejar. Neste diálogo poderá ser elaborado o calendário de atividades do projeto e de atividades da Secretaria Geral.

2. Temos, pois a elaborar: * Definir os locais de "Centros". * Calendário do curso * Lista de nomes dos Coordenadores de "Centros" * Definição das categorias e dos convites * Elaboração dos conteúdos programáticos (pesquisa)

3. L O C A I S

NOSSO LAR: * Bom para pernoite * Não tem condução para acesso (podemos alugar veículos: combi, ônibus) * É incômodo em caso de chuva.

SEMINÁRIO: Oferece boas condições, mas não saímos do centro da Diocese.

PARACAMBI: Está numa ponta da Diocese, sem condução.

PRATA: Casa da Juventude * Possibilidade de Pernoite, embora incômodo. * Apertado para 60 pessoas.

CATEDRAL: É Central, mas de fácil acesso a toda a Diocese (ônibus e trem) * Tem local bom para as atividades * Seria bom para agentes, pessoas ligadas a atividades de Igreja * Pernoite em colchonetes.

4. Quanto ao planejamento dos cursos:

Tendo em vista o trabalho da Secretária:

- Sendo os cursos em fins-de-semana, ela terá no máximo 22 hs. de trabalho por semana. Mas não podemos exigir a presença em *todos* os fins-de-semana, por causa da familia. - O que esperamos em termos de quantidade de atividades, nestes fins-de-semana?
- - Que outras atividades haveremos de propor, ate o teto de 22 hs/semana - 99 hs/mês?
- A secretária administra **o quê**? Os Coordenadores elaboram a programação e "coordenam" o trabalho de cada dia. A Secretária materializa a programação.

  ☞ Temos que laborar um "manual das atribuições" da secretária, em que suas atividades sejam pensadas no conjunto das atribuições da Comissão, dos Coordenadores e das atividades locais.

Podemos "deixar livre" a secretária nos fins-de-semana, desde que cada coordenador dá presença no próprio curso. Os três se reúnem com ela durante a semana.

CONTRATO

Instrumento particular de contrato de prestação de serviços que fazem entre si a firma ***LORRANY Comércio e Serviços Ltda,*** *situada à Av. Mirandela, 70 - Cep.: 26.520-330 / RJ - C.G.C. (MF) 00.187.691/0001-84 / Inscr. Est. 85.038.109 e a instituição* _____ *situada à rua* _____; *número :* _____, *complemento :* _____, *bairro :* _____, *cidade :* _____, *Telefone :* _____, *Cep. :* _____; *de acordo com as cláusulas que se seguem.*

§ 1.- Fica perante este a instituição descrita acima denominada IGREJA e a firma ***LORRANY Com. e Serviços Ltda*** *denominada simplesmente de FIRMA .*

§ 2.- A FIRMA indica a Dra.Andréia Freitas de Souza, C.R.O. número 31593 RJ, CPF 026385607-96 como sendo a responsável pela orientação técnica da equipe que fará a aplicação do fluor nos alunos da IGREJA

§ 3.- A FIRMA se obriga a aplicar fluor em todos os membros autorizados pela igreja.

§ 4.- A IGREJA dará autorização individual ao membro que fizer o pagamento antecipado do valor da aplicação de fluor.

§ 5.- O valor correspondente a cada aplicação de fluor será de R$ _____ (_____).

§ 6.- A IGREJA se obriga a recolher o dinheiro correspondente ao valor da fluoretação e informar à FIRMA quantos membros farão a aplicação do fluor, só então será marcada a data em que será realizado a fluoretação. A IGREJA só fará o pagamento da FIRMA após o término do serviço.

§ 7.- O valor correspondente ao pagamento da FIRMA será de 80% (oitenta por cento) do valor total apurado com a aplicação do fluor e o valor correspondente à IGREJA será de 20% (vinte por cento).

§ 8.- Todo equipamento necessário para a aplicação do fluor será fornecido pela FIRMA (espelho, sonda, pinça, etc.) bem como todo o material de consumo (algodão, fluor, germikil, moldeira, etc.).

§ 9.- A FIRMA se obriga a iniciar o trabalho de fluoretação dentro de um prazo de sete dias a contar da data previamente acertada pela IGREJA e a FIRMA.

§10.- A IGREJA deverá orientar os membros de modo a facilitar o trabalho da equipe que fará a aplicação do fluor.

§11.- Ficam assim, justos e contratados e assinando este contrato em duas vias de mesmo valor e igual teor.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 1995.

Vanda
e
Paulo. 1a 5

DE ACORDO:

_____
INSTITUIÇÃO
DIRETOR (A)

_____
LORRANY COMÉRCIO E SEVIÇOS LTDA

• 79172 65

• Paulo
Recado.

Anexo 2

aprovado

Acordo específico

concluído entre a Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe e.V. e a entidade jurídica responsável pelo projeto (ver Aviso de Aprovação) sobre uma doação a favor do
Projeto nº 233-148/64 G ZG 917
Programa intensivo para a formação de lideranças em comunidades de base em Nova Iguaçu

1. **Objetivo**

O presente projeto visa capacitar lideranças das comunidades de base e associações de moradores já existentes para assumir os seus direitos de cidadãos, para participar ativamente nos Conselhos Municipais bem como para planejar e executar medidas alternativas nas áreas da produção e habitação. Para além disso, pretende-se melhorar o intercâmbio das experiências e a articulação entre os grupos.

2. **Medidas**

Para o alcance do objetivo a.m. serão realizadas as seguintes medidas:
- formação de uma equipe de coordenadores capazes de ministrar cursos sistemáticos de aperfeiçoamento e assessoria;
- realização de um levantamento com as pessoas que já exercem atividades de militância e liderança nas comunidades na perspectiva de definir, de forma mais clara, os desafios, os conteúdos, a metodologia e a organização de tais cursos;
- Prevê-se a realização de cursos sistemáticos com uma duração de dois anos, entremeados de 10 seminários ou painéis para debate de temas especificados ao longo dos cursos. Os cursos se distribuirão por 4 módulos, abrangendo cada módulo 60 horas de atividades formativas.
  As sete Regiões Pastorais da Diocese serão agrupadas em três setores com respetivamente 30 comunidades de base, podendo cada uma destas comunidades designar dois representantes para participar nos cursos (i.é.: ao todo 180 participantes).
  Os módulos são:
  * Antropologia: identidade cultural, segurança social, questões de alimentação e saúde, habitação, etc.; dinâmicas de grupo, enfrentamento de conflitos pessoais;
  * Sociologia: questões jurídicas, regimentos internos e estatutos de organizações populares, gerenciamento e acompanhamento de unidades alternativas de produção (mutirões);
  * Política: política municipal, negociações com os poderes e participação popular na Administração, Conselhos Municipais da criança e dos adolescentes, saúde, infra-estrutura, etc.;
  * Pastoral: papel, concepções e cooperação das várias Pastorais.

- Os participantes dos cursos serão acompanhados de forma intensiva pelos coordenadores no repasse dos conhecimentos transmitido nos cursos. Serão realizados 12 seminários e Painéis de aprofundamento para complementar os módulos, fazer a ligação entre os vários aspectos e ensaiar maneiras de concretizar o nível de acompanhamento das lideranças.
- Além disso, os coordenadores estarão à disposição para serviços de assessoria aos comunidades de base.

3. O presente projeto financiará os custos de pessoal (1 coordenador geral, 3 coordenadores regionais), os honorários para assessoria externa bem como os custos correntes com cursos, seminários, transporte e administração.

4. Orçamento (calculado para três anos)

I. Custos de pessoal		DM 197.000,--
1. salários para 1 coordenador geral e 3 coord. reg. (incl. enc. soc.)	DM 145.000,--	
2. honorários p/ass. externa	DM 52.000,--	
II. Outros custos correntes		DM 232.000,--
1. cursos e seminários (incl. transporte, diárias)	DM 150.000,--	
2. material didático	DM 35.000,--	
3. administração geral	DM 35.000,--	
4. custos do auditor; desp. bancárias	DM 12.000,--	
III. Reserva		
- para gastos adicionais aprovados previamente e por escrito pela KZE		DM 16.000,--
TOTAL		**DM 445.000,--**

5. Plano de Financiamento *

I. Contribuição de Misereor (proj.nº 233-148/64 HY) (25,17%) até o valor de	DM 112.000,-- *solicitada
II. Doação da Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe e.V. (74,83%) até o valor de	DM 333.000,--
TOTAL	**DM 445.000,--**

6. Observações
   - A Diocese de Nova Iguaçu, como entidade jurídica responsável pelo projeto, compromete-se a financiar todos os eventuais custos adicionais por conta própria ou com a ajuda de terceiros.
   - A Misereor entende este projeto como etapa concluída em si. Uma continuação só poderá ser considerada na base de uma auto-avaliação que demonstre os efeitos da formação em termos quantitativos e qualitativos. Tal auto-avaliação deveria ser efetuada a partir de indicadores preestabelecidos capazes de medir os impactos do projeto. Pedimos que nos informem o mais breve possível dos indicadores estabelecidos.
   - A Misereor não pretente institucionalizar uma "Escola de Lideranças" através do presente projeto.
   - Os conteúdos dos cursos deveriam priorizar sobretudo assuntos e temas que se relacionem diretamente com o cotidiano dos participantes, reduzindo a um mínimo questões como a "História de trabalho humano e sua evolução", "Visão latino-americana da realidade", etc.

Para a realização do projeto a.m., ambas as partes contratantes acordam cooperar solidariamente. Os detalhes desta cooperação regular-se-ão pelo:

- acordo geral
- acordo específico anexo

\diocese\projetos\forsoc95\95-10-24 - MEMÓRIA DE REUNIÃO DA EQUIPE DO PROJETO

1. Que categorias sociais vamos privilegiar?
- a escolha de local não prejudica a escolha de "categorias".
- são três "locais", com freqüência de 60 pessoas: temos que começar com mais, por causa da desistência.
- um local tem que ser no centro.
- em vista dos trabalhadores, outro teria que ser na região de Paracambi, Japeri, etc...
- ou em outro local apropriado a quem quer se dedicar aos excluidos.
- Outro local teria que atender a faixa de agentes leigos, pessoal já envolvido em Fé e Politica.
  O projeto já prevê uma certa formação e experiência...

2. Quais podem ser os critérios de seleção ? campo - agentes - excluidos...
   como evitar os "profissionais de cursos"?
- Um critério é certo: queremos gente que trabalha nas comunidades com vistas a abrir as comunidades e fazê-las crescer.
- Há uma onda de desengajamento social forte.
  Há o risco de pegarmos só gente ativa no social, mas já desligada das Comunidades.
  Além disto, o pessoal das comunidades será atropelado pelos politicos no ano que vem, que é eleitoral.

Gente ligada a um trabalho comunitário

3. Como oferecer conteúdos, de maneira a empolgar ? [conteúdos interessantes, método motivador]
- podemos oferecer no final um "diploma"
- os Vigários têm que ser desafiados, de maneira que haja ao menos 1 ou 2 de cada paróquia.
- Arquitetar algum tipo de seleção prévia

4. Há grupos de pessoas que podem nos ajudar na seleção
   grupo de mulheres de Queimados
   Grupo "Fé e Politica"
   Professores: Cátia
   Creches
   Associações de ocupações de terra
   Ministros - Animadores de comunidades
   Comissões Diocesanas
- Fazer seleção através de uma pesquisa de temas que já interessem as pessoas.
- ... assim, quem responde, já preenche uma ficha de inscrição.

5. Quem pode ser "secretário" do Projeto?
- tarefas burocráticas: controlar freqüência, pagamento, horário, contactos
- Problemas do quotidiano
- Percorrer os três centros
- Conhecer a concepção e ter visão global do projeto.
- Manejo de computador
- Administração de subsidios
- Acompanhar a Comissão do Projeto.
- Aplicar nesta pessoa o salário previsto para o Coordenador Geral.
  Se são 5 fins de semana por ano, o trabalho dos coordenadores regionais é que concentrado nestas datas, enquanto a "secretaria geral" tem que se amarrar no dia-a-dia.
  - Piaia tomará contacto com possivel candidata.

6. Atribuições:

COORDENAÇÃO GERAL (Comissão do Projeto)
SECRETARIA GERAL
papel global: visão, concepção, articulação, administração
* percorrer os centros
tarefas burocráticas: manejo de computador, controle de subsidios, organização de serviços: diários, fichários, arquivos, boletins

- quantos salários oferecer...? (v. acima) - Contratar uma pessoa pelos 3 anos, com 3 salários iniciais

7. Locais: 60 horas por ano X 5 fins de semana (12 horas por vez), com possibilidade de pernoites
   Centro de formação - Nosso Lar - Marapicu, Queimados ou Paracambi - Nilópolis...
   Eventualmente, realizar dois cursos no Centro de Formação
8. Como agrupar as regiões - Que Párocos podem se interessar ?
   Convidar Renato Chiera para a Coordenação - Conversar com os coordenadores de Regiões.

• conta para dirigir a reposta - dia 16/10/95 -

ESTUDO DA GRADE HORÁRIA

DISTRIBUIR: para cada um uma folha da grade, um calendário vazio, um exemplar deste roteiro de "estudo".

1. * Cursos de 60 hs. no total, por dois anos ou quatro semestres, de quatro módulos ou matérias, em três centros. Uma "aula" = uma hora de trabalho.
   * 10 Seminários no total, distribuídos a 2 de 10 horas por semestre, totalizando 80 horas nos dois anos. Uma sessão de seminário = 8 horas de trabalho.
   * Os cursos são distribuídos em 3 Centros diferentes, e os seminários são realizados num único centro.

2. A "grade" horária foi feita na hipótese de os cursos se realizarem em fins de semana diferentes, por centro. Exige compromisso de prioridade, pois passa por cima de datas celebrativas de "feriadão": dia da Bandeira (15/11/96: qual vai ser o dia das "eleições" municipais?), dia do Trabalho (1\05\97, quinta-feira - a alternativa seria cobrir o fim de semana anterior a Tiradentes, 21\04); na mesma situação está "Corpus Christi", a 29/05/97) Pentecostes (18\05\97). 7 de Setembro, N. Sra. Aparecida e Finados ficam como pausa...
   * Os seminários se realizam em conjunto após 3 fins-de-semana em cada Centro, e no final do semestre.

3. A D E C I D I R:
   * Confirmação ou modificação da grade horária, com redução da carga horária - para a metade;
   * Definição das matérias/módulos na grade: Cada semestre um módulo: 60 horas continuas de 1 assunto
     Cada semestre dois módulos: 30 hs + 30 hs. (um fica dividido)
     ou: cada vez "2 matérias".
     Cada semestre três/quatro módulos: 20 + 20 + 20 / 15 + 15 + 15 + 15
     - Cada fim de semana é calculado como tendo 12 horas de trabalho: 1 na sexta-feira, 7 no sábado, 4 no Domingo - Com variações possíveis segundo a disposição dos grupos.
     - A duração e limitação horária dos módulos não pode ser rígida, desde que se prevê interpenetração entre eles e interdisciplinariedade na condução dos trabalhos. Importante é o total global.
     - Após o primeiro semestre de experiência, poderemos prever mais algum "seminário" de nível mais exigente para "acompanhamento de lideranças" que não estejam acompanhando os cursos. Dentro do acordo específico, esta possibilidade é aberta quando se fala de 12 seminários de aprofundamento.
   * Definição dos Centros em que se realizarão os cursos e os seminários e dos respectivos Coordenadores
   * Definição da lista de pessoas a serem convidadas para se responsabilizarem pelos módulos (assessores, professores, coordenadores de módulo ou de área...)
   * Proposta mínima de "programa", para orientar a pesquisa de temas:
   * Atividades a serem propostas às pessoas contratadas: secretária, assessores/professores/coordenadores...

4. Os módulos previstos no projeto são:
   Antropologia - Sociologia - Política - Pastoral - Conferir item 6.2 do Projeto, e observações do "acordo específico". Nosso compromisso é com o nosso projeto. O Acordo específico dá critérios de entendimento com as financiadoras.

@ 5. Atividades da Secretária Geral
   * Participar das reuniões da Comissão do Projeto
   * Organizar o Arquivo do Projeto
   * Conduzir a Correspondência do Projeto: cartas, fax, telefone, plantão regular em rodízio com a Comissão.
   * Manter e realizar os contactos necessários com colaboradores do Projeto ou com terceiros
   * Controlar a documentação dos colaboradores do Projeto, como dos participantes dos cursos.
   * Reunir-se com os Coordenadores de Centro e os responsáveis pelos Cursos (cada semana) para coordenação dos trabalhos.
   * Organizar e manter o acervo de Subsídios a serem produzidos pelos diversos responsáveis.
   * Orientar o trabalho de auxiliares, digitadores, prestadores de serviços específicos (os serviços "gerais", como arrumação, limpeza, alimentação, controle de chegada e saída, de freqüência e outros, são atribuição dos Coordenadores de Centro em entendimentos com a turma de participantes)
   # No primeiro semestre, de "pesquisa" de temas, seu trabalho será mais esparso, mas durante os quatro semestres, serão necessárias ao menos 4 hs. de trabalho diário (meio-expediente) durante a semana. Segundo necessidades e entendimentos, poderá ser conveniente a prestação de presença nos fins-de-semana.

(1) * Fecho de programas -
Atividades dos Coordenadores de Centro:
   * Estudar e acompanhar o andamento do Projeto, propondo desenvolvimentos e perspectivas
   * Manter contactos com a Comissão especialmente através dos Plantões semanais
   * Estabelecer e Manter os contactos necessários à realização dos Cursos no Centro confiado a cada um
   * Reunir-se periodicamente em conjunto com a Secretária Geral avaliação, planejamento, coordenação entre os Centros
   * Acompanhar e Coordenar o trabalho dos Assessores/Profesores,/Coordenadores de área... - no próprio Centro
   * Planejar atividades específicas, sejam as regulares, sejam atividades extraordinárias, necessárias ao andamento e progresso dos cursos.
   * Organizar o controle da freqüência, aproveitamento e nível de motivação dos participantes
   * Prestar assistência aos participantes, no curso e na realização das atividades propostas pelos cursos

5. Quanto ao CALENDÁRIO

Praticamente teremos um mês de curso (x 3) e um mês para seminário (um para os três) Começaremos em Julho de 1996:

Cursos: Julho - Setembro - Novembro - Março - Maio

Seminários: Agosto - Outubro - Dezembro - Abril - Junho

Acontece que planejamos 4 "módulos", cada qual com 60 horas anuais, o que multiplica tudo por 4!

Não são 60 horas por ano, mas 120 (dois módulos por ano), e portanto 60 horas semestrais mais os seminários, propostos no número de 10, de 8 horas cada, acrescentando 80 horas.

- Temos três tipos possíveis de calendários - fora combinações:
- 5 fins de semana por semestre, com 12 horas por sessão de f-d-s. (5 x 12)
  3 horas de aula em um dia por semana, uma semana em cada mês do semestre (3 x 5 x 20)
  1 semana inteira de 3 hs/dia, em cada mês (3 x 5 x 4)
- Nos dois últimos casos, há várias paróquias em que podem ser realizados os cursos durante a semana:

Belford Roxo/S. Sebastião...

Para fins de cálculo: Cada ano tem 56 semanas, ou seja, 28 por semestre. Descontados dois meses (9 semanas por ano), temos respectivamente 45 e 22.

Talvez seja melhor optar por fins-de-semana....

5. Para Coordenar os Centros"

Cátia Cristina, Cássia, Ana Luisa (Nova Aurora), Luiz Menezes e Fátima, Antônio Sérgio e Joana, Percival, Quico Orofino.

6. A PESQUISA tem que exigir ***opção*** das pessoas e prioridade absoluta pela formação durante dois anos.

CEDIM

\diocese\ocasion\projetos\pformseq\95-09-15

1. **Seminários**: * ainda teremos que definir o número dos seminários, dentro do orçamento.
* 10 nos dois anos de realização, a 5 por ano, reunindo os participandes das tres regiões, para revisão, intercomunicação e planejamento.
* 12 Seminários, sendo 3 seminários por 4 módulos: quem são os interlocutores?
ou: (v 8.2) "3 sessões" e "9 seminários" - são os seminários e painéis "ocasionais" previstos para o 3º nível.
Objetivos de tais seminários são articular entre si as lideranças atuantes e articulá-los com os iniciantes, aproveitando sua experiência.

2. Objetivos do Projeto são: (ver, no projeto, os itens 3 e 4)
Aproveitar os centros sociais existentes (300)
Formar lideranças iniciantes
Assistir lideranças já atuantes e experimentadas, que pediram a realização de cursos
Estabilizar um processo de formação permanente
Evitar hiper-aperfeiçoamento de alguns sem sensibilização de novas lideranças
Estabelecer um processo de comunicar e receber novas iniciativas entre as comunidades e os participantes de cursos
O acompanhamento de "3º nível" (15 a 20 pessoas) é permanente, mas ainda não sistemático. No andamento poderemos definir os programas. Mas podemos ter uma proposta a ser discutida com eles. Para que eles se aperfeiçoem e acompanhem o trabalho dos outros, intermédios e base. O que acontece no 2º nível é objeto de aprofundamento e reflexão do 3º nivel, também para re-alimentar os projetos e planos de continuação. O 3º nivel são os "integradores"e "interlocutores" de alto nível: o clero, os responsáveis pelos organismos, as lideranças.
* Quem são os sujeitos do Projeto? ver tipos e niveis de pessoas a serem convidadas (Samuca, Maria José, Luis da PO)

3. Dados para a redação da carta à Misereor, solicitando a primeira quota.:
a) Programação do primeiro momento do projeto
b) O Projeto está sob a responsabilidade da Coordenação Geral
c) Indicadores para a avaliação do curso e do Projeto.

4. Chegado o Dinheiro:
4.1. Seminario de Instauração:
a) convites ao 3º nivel
b) apresentação definida do Projeto
c) discussão da concepção fundamental
d) planejamendo do curso
e) planejamento das pesquisas de temas "geradores"
f) planejamento do convitge às comunidades

4.2. 2º Seminário, ao fim do semestre introdutório:
a) apresentar o resultado das pesquisas
b) articular os programas
c) fechar os encaminhamentos

* Entre os dois: coleta dos questionários de tema, para elaboração dos programas

5. Indicadores: a questão é definir o metodode planejamento. Formular indicadores de avaliação imediata: dos cursistas, do projeto, no impacto na Comunidade e na Diocese. Um método aponta dois tipos, baseado nas questões : Como resolver problemas - como aproveitar ocasiões.
Temos que distinguir: Indicadores comprováveis - fontes de comprovação
Estudar o ZOPP - método de planejamento de projetos, orientado pelos objetivos. (**Zielorientierte Projektplanung**)
a) o Curriculum vitae de cada participante, elaborado logo ao inicio do curso. Este Curriculum será analisado no final do curso, pelo próprio cursando. ***Fonte***: cursistas
b) grau de participação no curso em geral . ***Fontes***: os mapas de freqüência. Taxa global e de cada cursando.
c) Avaliação:
dos cursistas: aproveitamento de cada um - ***Fonte***: "prova" de avaliação elaborada pelo "professor".
quantidade e natureza de iniciativas do cursando - ***Fonte***: informações do curriculum vitae inicial e final
quantidade e natureza do compromisso - ***Fontes***: curriculum vitae inicial e final.
d) O Impacto do projeto das comunidades e na Diocese é de difícil avaiação a curto prazo, e só possível após alguns anos.
Impacto sobre a Diocese: nos centros, nas atividades, nas onquistas sociais, na camin hada dos Bairros, nos cursos: quantos cursos, quantos participantes, que conteúdos, qual a avaliação dos cursistas. ***Fonte***: levantamento e testemunho das Comunidades.
e) Avanço na articulação das Pastorais Sociais. - ***Fonte***: Coordenação das Pastorais Sociais

7. Nossa questão é a falta de instrumentos eficazes.
"Formular os objetivos" em questões polêmicas pode levar a propostas divergentes, irreconciliáveis. Partir da formulação de problemas chama a atenção à realidade comum.
* Podemos estudar o método de planejamento orientado pelos objetivos, elaborado na Alemanha, para captar uma lógica de planejamento. Só que é diferente planejar um projeto ou planejar um curso.
8. Tirar de 3.1-2 e de 4. 1-6 os tipos de indicadores.

próxima reunião a 26/Setembro 1995, na cáritas.

7. Alguns dados de saúde no Brasil (ministério da saúde)

Recente publicação do próprio *Ministério da Saúde* intitulada **A Saúde no Brasil** (março-1997) constata que a realidade sócio-econômica divide a população brasileira em três grupos: o *Brasil dos que têm plano de saúde*, o *Brasil dos que - bem ou mal - são atendidos pela rede pública*, e o *Brasil dos que, na prática, não têm acesso a nenhum tipo de socorro médico* e padecem das doenças da miséria e da desinformação.

No *primeiro grupo* estão os pacientes que têm como pagar as grandes cirurgias, a tomografia, a ultrassonografia, os exames caros. Contam com os convênios, seguros e pelos que bancam parte da conta, ficando o restante para a rede pública. São em torno de 38 milhões de brasileiros. Compõem o *segundo grupo* aqueles pacientes do Brasil que enfrenta as filas dos hospitais públicos. Sabe-se que 80% deles não precisariam estar ali, pois constituem casos que se resolvem em casa, com vacina, saneamento, orientação correta e cuidados Ambulatoriais. Já os *pacientes do Brasil miserável (10 milhões)*, correspondente ao *terceiro grupo* que não podem contar nem com o socorro improvisado nas macas dos corredores, são aqueles que precisam aprender a beber água filtrada ou, na inexistência de filtro, a ferver a água antes de beber. Na quase totalidade, esses brasileiros desinformados sobrevivem na periferia das metrópoles e em cerca de 1000 municipios onde tudo é mais precário. Nem sabem que têm direito de ser beneficiados pela universalização do atendimento, assegurada na Constituição.

Entre as doenças que **mais matam** (Brasil - 1994): 1. Infarto agudo do miocárdio; 2. Derrame/Isquemia Cecebral; 3. Insuficiência cardiaca; 4. Diabetes melito; 5. Pneumonias; 6 Armas de fogo ou explosivos; 7. Acidentes de trânsito veiculo a motor; 8. Doença pulmonar obstrutiva crônica; 9. Doença crônica do figado (inclusive cirrose); 10. Infecções intestinais 11. Transtornos imunitários (inclusive AIDS); 12. Neoplasia maligna do aparelho respiratório.

Doenças que **mais incapacitam** (Global considerando prevalência): 1. Depressão, 2. Anemia ferropriva; 3. Quedas, 4; Alcoolismo; 5. Doença pulmonar obstrutiva crônica; 6. Psicoses esquizofrênicas e outras; 7. Anomalias congênitas; 8. Osteoartrite; 9. Diabetes melito, 10. Desnutrição proteico-calórica; 11. Acidentes de trânsito; 12. Derrame/Isquemia cerebral.

Doenças que **mais internam** (Brasil - SUS 1996): 1. Pneumonias; 2. Infecções intestinais, 3. Complicações do trabalho de parto; 4. Insuficiência cardiaca; 5 Psicoses esquizofrênicas e outras; 6. Asma; 7. Hérnia inguinal; 8. Doença pulmonar obstrutiva crônica; 10. hipertensão arterial; 11. Infecções do rim; 12. Diabetes melito.

A partir desta realidade profundamente complexa e preocupante vejamos a seguir ainda que de forma rápida o SUS na sua concepção filosófica a nivel de princípios e diretrizes para então fazermos uma análise critica oportunamente.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

(Este texto encontra-se publicado: Edições Loyola, São Paulo, Brasil 2000)

E-mail: loyola@ibm.net

Brasil - 500 anos: Início de uma Nova Caminhada?
Subsídio à 38ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB-
Porto Seguro, BA, 26 de abril a 3 de maio de 2000

APRESENTAÇÃO

"É *necessário traduzir a parábola do rico epulão e do pobre Lázaro (Lc 16, 19-31) em termos econômicos e políticos, em termos de direitos humanos e de relações entre o primeiro, o segundo e o terceiro mundos*". (Papa João Paulo II, discurso na Organização das Nações Unidas – ONU - , em 2 de outubro de 1979)

APELO A LÁZARO

Pelo Amor que tenho aos ricos
– a quem não devo julgar
a quem não posso julgar
e que custaram
o sangue de Cristo –
eu te peço, Lázaro,
não fiques nas escadas
e não te deixes enxotar...
Irrompe banquete adentro,
Vai provocar náuseas
nos saciados convivas.
Vai levar-lhes
a face desfigurada de Cristo
de que tanto precisam
sem saber e sem crer...

(Dom Helder Câmara)

A nossa homenagem a dois grandes testemunhas da nossa história presente neste alvorecer de uma nova caminhada para Igreja no Brasil.

Brasília, 19 de abril de 2000

A equipe de redação

Redação feita por uma equipe coordenada pelo Pe. Virgílio Leite Uchôa. Membros da equipe: Pe. Marcello Azevedo S.J., Pe.Thierry Linard de Guertechin, S.J., Pe. Bernard Lestienne, S.J., Pe. Antônio Abreu, S.J., todos do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES); Pe. Alfredo José Gonçalves, Pastoral Social da CNBB; Pe. Manoel Godoy, Secretário Executivo do Projeto Rumo ao Novo Milênio da CNBB; Pedro Ribeiro de Oliveira, Assessor das Comunidades Eclesiais de Base da CNBB e do Curso de Pós-Graduação da Universidade Católica de Brasília; Guilherme Delgado e Francisco Whitaker Ferreira, da Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP); Pe. José Ernanne Pinheiro, Diretor do Centro Cultural Missionário; Dr. Marcos Lins e Dr. Gerson Gomes, assessores especiais. Revisão ortográfica e gramatical de José Silvio de Lana Marques.

I – Introdução

As Análises de Conjuntura apresentadas todos os anos na Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) são, como busca de conhecimento da realidade, um instrumento essencial para planejar a ação pastoral, no esforço evangelizador da Igreja católica.

A política econômica e a ação política precisam passar pelo crivo ético e democrático da sociedade organizada, alertou-nos a análise de 1997[1]. Na de 1998[2], a questão central do desemprego chamou-nos a atenção para as contradições, cada vez mais presentes, entre estabilidade financeira, crescimento econômico e emprego. Em 1999[3] viu-se que o Brasil, cada vez mais inserido numa globalização econômica cheia de equívocos, não está tendo a contrapartida de ganhos sociais que alcancem toda a sua população.

O simbolismo do ano 2000 e os 500 anos do Brasil, que coincidem com igual tempo de evangelização, marcam agora as leituras da realidade e a identificação dos desafios da hora atual.

Mas as celebrações desses eventos, mesmo ao privilegiar seu lado festivo e glorioso, não podem impedir-nos de enxergar tudo que existe de sombras em nossa sociedade, para que não caia no vazio a grande utopia do novo milênio sem exclusões, lema da Campanha da Fraternidade do ano 2000.

A celebração dos 500 anos é um momento muito oportuno para uma reflexão sobre o país e, ao mesmo tempo, para um exame de consciência: por que nele perduram tantas desigualdades e contrastes?

Os 500 anos de Brasil aguçam as preocupações em se procurar as causas da persistência das desigualdades. As ambigüidades têm sólidas raízes culturais, resultado do processo de formação da nação brasileira desde o seu descobrimento.

Os nativos do país e os negros que para aqui foram trazidos com o objetivo de ajudar o desenvolvimento econômico foram as principais vítimas do processo colonizador. De longa data se formou entre nós o conflito entre o colonizador e o colonizado, entre a elite e o povo, entre a "casa grande" dos senhores e a "senzala" dos escravos.

É evidente que a Igreja esteve presente e participou desse processo de luzes e sombras. Sobram-lhe razões, neste ano jubilar, avaliar sua responsabilidade. Sem reduzi-la aos seus limites institucionais de instância de poder, *"interroguemo-nos sobre a abrangência e a consciência que a Igreja tem dos seus pecados". "Qual a sua real disposição e efetiva capacidade de celebrar o perdão e a reconciliação?"*[4].

Um balanço da realidade brasileira se faz ainda mais necessário porque se agravam as perdas sociais para as classes mais pobres.

É fundamental e urgente resgatar a dignidade do índio e de suas nações como legítimos primeiros ocupantes do país. Nesse sentido, é significativo o recente episódio ocorrido na área da nação indígena pataxó de Coroa Vermelha, às vésperas das festividades dos 500 anos. A invasão das terras e a destruição do monumento em construção para lembrar os povos indígenas massacrados revivem em tempos atuais, mediante a força policial do governo do Estado da Bahia, a mesma maneira de agir das tropas colonizadoras.

É igualmente fundamental e urgente resgatar a dignidade do negro como vítima da escravidão e discriminações, assim como a dignidade das mulheres e crianças e de todos que continuam sem terra, sem teto, sem trabalho, na pobreza, vivendo miseravelmente nas ruas, ou seja, sem as garantias dos mínimos sociais inerentes à condição humana, com toda a dignidade de que é portadora.

Mas resgatar as exclusões, na hora atual, não será apenas obra da Igreja católica. Por mais que se celebre os 500 anos da Primeira Missa, a tarefa de serviço do Evangelho, da dignida-

---

[1] "Análise da conjuntura sócio-econômico-política brasileira", Centro João XXIII-IBRADES, 1997.
[2] "Brasil – Desafio e esperança -, Edições Loyola, 1998.
[3] "Brasil - A globalização equivocada –", Edições Loyola, 1999, Pág. 9-10.
[4] Dom Mauro Morelli, "Três questões sobre o catolicismo", Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 2/4/00, pág. 3

de humana e da cidadania, da justiça e da paz requer um ecumenismo capaz de aglutinar as forças religiosas e reservas morais de humanidade existentes no país. Este é na verdade o grande sentido da Campanha da Fraternidade do ano 2000 e a grande tarefa histórica dos 500 anos que começam neste novo milênio.

Esta Campanha nos chama a atenção para os bastidores das decisões políticas que agravam as exclusões. Está em jogo a *"globalização da solidariedade"*, respeitando raças, culturas e diversidade nacionais. Fica cada vez mais claro que desenvolvimento social não é só crescimento econômico. É também garantia de transparência na construção da justiça e da paz, base de uma sociedade sem excluídos.

Importa, agora, verificar porque já não há um projeto de nação brasileira, livre e independente, mas sim a submissão do país a uma dinâmica econômica desligada dos interesses das classes populares. Antes de tudo *"o que realmente está em jogo é a questão da identidade nacional"*[5].

Impõe-se, portanto, um balanço das últimas décadas não só a respeito das configurações de um projeto nacional, aberto ao mundo e a um verdadeiro humanismo solidário, livre de conflitos e exclusões, mas também a respeito de nossa responsabilidade como Igreja a serviço do povo e do Evangelho.

II – As Fronteiras Virtuais da Globalização e Balanço de Expectativas Frustradas

O que se passa hoje no Brasil é mais facilmente entendido se levarmos em consideração o que está acontecendo como tendência mundial e latino-americana. A globalização, fruto de imenso progresso tecnológico, traz melhoria tanto na vida econômica e social como na vida política e cultural. O problema é que até agora a conhecemos mais mediante a liberalização geral da economia, também chamada de neoliberalismo, que pretende resolver os problemas mundiais pela extensão da mão invisível do mercado generalizado. Este penetra todas as dimensões da vida individual e coletiva. As grandes mudanças mostram que há modelos onde o progresso técnico tornou possível, com competência e rapidez, o acesso de todos ao mínimo necessário à sobrevivência, equilibrando, de maneira racional o uso dos benefícios.

As decisões, porém, passam cada vez menos pelo crivo democrático da vontade majoritária. A hegemonia da globalização financeira - intensificada nesses últimos anos e associada ao fluxo especulativo do dinheiro sem fronteiras - reduziu o papel dos estados nacionais e o controle social e democrático sobre o rumo das políticas públicas exercido pelos cidadãos e a sociedade civil organizada.

Havia muita expectativa, no início da década de 90, em torno de utopias de bem-estar que, infelizmente, foram dando lugar ao realismo de medidas que visaram a reforçar a hegemonia do dinheiro e do consumo, a enfraquecer os estados nacionais e a favorecer as grandes fusões empresariais.

Há na origem de todas as expectativas frustradas um forte componente cultural e político. Esperava-se uma década de distribuição da riqueza, de satisfação das necessidades básicas, de grande desenvolvimento social e progresso tecnológico a serviço de respostas positivas ao bem-estar das pessoas e da sociedades.

As grandes conferências mundiais da ONU, realizadas após a queda do muro de Berlim, expressaram algumas dessas expectativas. As principais foram: "direitos das crianças" (Nova York, 1990); o "meio ambiente" (Rio de Janeiro, 1992); "os direitos humanos" (Viena, 1993); "o crescimento demográfico" (Cairo, 1994); "o desenvolvimento social" (Copenhague, 1996); "os direitos das mulheres" (Pequim, 1995); "o habitat humano" (Istambul, 1996); "a alimentação" (Roma, 1996); "as mudanças climáticas" (Kyoto, 1997).

O ciclo de grandes crises globais que afetam a economia mundial desde 1987 - e que têm se manifestado cada vez mais virulentas e freqüentes (1987, 1994, 1997 e 1998) - parece re-

[5]Milton Santos, "Brasil na encruzilhada – Entre a submissão ao pensamento único e um autêntico projeto nacional", Carta Capital, 12/4/00, pág. 23-28.

tomar seu curso neste mês de abril de 2000 com uma nova catástrofe[6], aliás já prevista e anunciada pelos próprios magos[7] e conhecedores do sistema financeiro.

Analises recentes já mostravam como a supervalorização das ações poderia ocasionar uma mudança patrimonial brusca, quando ressaltavam que a economia norte-americana vive fortemente uma realidade muito mais virtual[8] do que efetivamente real. Essa sobrevalorização da chamada "Nova Economia"[9] é hoje particularmente criada pelas empresas ligadas à Internet. O preço das ações é ditado pelo endereço eletrônico que cria a virtualidade [10]do mercado.

As quedas[11] recentes das bolsas nos Estados Unidos, algumas noticias[12] a respeito do déficit comercial norte-americano e a crescente interferência *"da economia financeira na economia real"*[13], *"a existência de graves assimetrias na 'livre' movimentação de capitais entre países"*[14], apontada pelo Banco Mundial em seu último relatório[15], tudo isso deixa todos os mercados mundiais apreensivos e inquietos.

---

[6] Gretchen Morgenson, "US$ 2 Trilhões 'evaporam' das bolsas, Folha de São Paulo, 16/4/00, pág. 2-3; ág. 2-3; Ricardo Grimbaum "Mercado complica cenário do FMI", Folha de São Paulo, 16/4/00, pág. 2-3.

[7] *"Em 5 de dezembro de 1996, Alan Greenspan manifestava sua inquietação a respeito 'da exuberância irracional dos mercados'. Menos sibilina que de costume, as afirmação do presidente do Banco Central americano (FED) provocaram um pequeno pânico. Depois dessa declaração, o índice Dow Jones dos valores industriais aumentou mais de 70%"*. Cf. Ibrahim Warde, "Dow Jones, mais dura será a queda", Le monde diplomatique, outubro de 1999, pág. 28.

[8] Há uma longa série de explicações, dadas pelos economistas para explicar e justificar essa "nova economia", temida por Greenspau. Alguns como M. Wayne Angell, antigo governador do Banco Central americano (FED) diz que *"não existe uma bolha: simplesmente chegamos à economia da nova era, aquela onde as tecnologias de informação uma política monetária sadia alimentam a longo prazo um crescimento não inflacionario"*. Segundo essa lógica as bolsas ainda estariam sub-valorizadas... Cf. Ibrahim Warde, "Dow Jones, Mais Dura Será a Queda", Le Monde Diplomatique, outubro de 1999 pág. 28, citando Wayne D. Angell, "The bubble won't burst", The Wall Street Journal, New York, 3 de fevereiro de 1999.

[9] *"A prosperidade da nova economia parece tão frágil que ela faz pensar no 'boom' econômico dos anos 20, a ponto de alguns ousarem falar em 'risco de falência' e deixam transparecer o espetro de 29..."*. Ignacio Ramonet, "Nouvelle economie", Le monde diplomatique, abril de 2000, pág.1.

[10] *"As jovens sociedades da Internet aproveitam de valorizações fantásticas das bolsas para efetuar grandes aquisições"*. O autor Ibrahim Warde cita o caso recente da Yahoo! *"cujo valor das ações foi multiplicado por 250 em um ano"*, mediante uma tipica transação virtual caracterizada como *"uma transação sobre o papel representante do valor virtual para uma industria virtual"*. Comentário feito pelo Financial Times, 8 de abril de 1999, citado por Ibrahim Warde, "Dow Jones, mais dura será a queda", Le monde diplomatique, outubro de 1999, pág. 28.

[11] "Inflação e Greenspan derrubam N.Y." Folha de São Paulo, 16/10/1999, pág. 2-1. Cf. ainda Mauro Teixeira, "Mercado vê mais turbulência em NY", Folha de São Paulo, 17/10/99, pág. 2-1. Cf. também " Temor de juros derruba Wall Street", Folha de São Paulo, 13/10/99, pág. 2-1. E ainda Oscar Pilagallo, "Pressão salarial nos EUA preocupa mercado", Folha de São Paulo, 13/10/99, pág. 2-1.

[12] *"Com discrição, duas informações suscetíveis de esclarecer a estrutura do 'milagre americano' acabam de ser comunicadas pelas grandes mídias ocidentais. De um lado, na contra-corrente da tendência mundial, a jornada de trabalho aumentou 4% nos Estados Unidos entre 1980 e 1997. De outro lado, a defasagem das rendas entre o operário da fábrica e o patrão da empresa, que já era de 1 a 42 em 1980, atualmente varia de 1 a 149. Contudo, mesmo que o déficit comercial americano se amplie, o crescimento econômico continua exuberante, e setenta anos depois da crise de 1929, Wall Street bate todos os seus recordes."* Cf. Ibrahim Warde, "Dow Jones, mais dura será a queda", Le monde diplomatique, outubro de 1999, pág. 28.

[13] *"O elemento o mais inquietante permanece, contudo, a parte crescente da economia financeira na economia real. A capitalização das bolsas constituía 50% do produto interno bruto americano em 1988, no momento ela constitui mais de 150%. O portafólio da bolsa representa 25% dos ativos dos Americanos- 8% apenas em 1984 (The Yall Street Journal, 30 de março de 1999). Em 1997, 43% dos Americanos adultos investiam na Bolsa (contra 21% em 1990)*. Cf. Ibrahim Warde, "Dow Jones, mais dura será a queda", Le monde diplomatique, outubro de 1999, pág. 28.

[14] *"Há fortes evidências de que eles não estavam inocentes na deflagração e difusão internacional do crash de 1929 e da crise financeira do inicio dos anos 30. Setenta anos depois o perigo persiste."* Cf. Luiz Gonzaga Belluzzo, "De olho nos capitais livres", Carta Capital, 29/9/99, pág. 43.

[15] Cf. a esse respeito comentário de Paulo Nogueira Batista Jr., "Idéias fixas e capitais voláteis", Folha de São Paulo, 30/9/99, pág. 2-2.

Cada uma dessas crises financeiras tem sido acompanhada de conseqüências desastrosas do ponto de vista social[16]. Provoca desemprego, miséria e violência. As verdadeiras causas dessa instabilidade, no entanto, nunca são efetivamente atacadas pela ordem econômica mundial. Esta, ao contrário, fortalece aquela mesma instabilidade mediante a intocável estratégia de liberalização financeira.

É sintomática a recente entrevista[17] de Joseph Stiglitz, economista-chefe e vice-presidente do Banco Mundial entre 1994 e 1999, que critica fortemente a gestão da crise financeira asiática e latino-americana, realizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) no período de 1997 a 1999, classificando-a de desumana, calculista e tecnicamente incompetente. Conclui sua análise com uma pergunta no mínimo inusitada, vinda do interior do próprio ambiente financeiro global: *"A gestão financeira feita pelo FMI busca equilibrar a situação das economias dos países afetados ou busca aumentar o poderio financeiro dos países centrais, particularmente dos Estados Unidos?"*.

O Desmonte do estado do bem-estar social

O desmonte do estado do bem-estar social tem sido uma conseqüência imediata dessa nova ótica internacional. Estamos assistindo, pouco a pouco, à passagem para a iniciativa privada da grande massa de recursos financeiros e produtivos. A eficiência e produtividade são as leis fundamentais, provocando grandes fusões de empresas. O que antes era serviço público essencial como educação, saúde, transporte, segurança, acesso à terra, à moradia e outros, passa a ser explorado como atividade comercial, regulamentada e controlada por essa nova ordem, e não como garantia dos direitos mínimos sociais.

A idéia de um estado nacional estava presente nas conquistas dos direitos universais e do bem-estar social, que deveriam ser garantidos a todos. Isso já não acontece diante das novas exigências do atual ciclo histórico do capitalismo, em que prevalecem as leis absolutas do mercado financeiro.

Cresce a pobreza e concentra-se a riqueza

Embora muitos a recusem, vendo nela um mecanismo gerador de pobreza, o mundo vive sob o império da globalização econômica. O projeto neoliberal já há longo tempo comanda a economia, sem alternativas, após a queda do socialismo real. A tendência dos defensores desse tipo de nova ordem é mostrar que a pobreza cresce onde os países não se prepararam para a nova situação do mundo. Explicam que as desigualdades perduram onde permanecem as estruturas onerosas do Estado, com o déficit fiscal crônico, onde não se fizeram as reformas adequadas. Segundo eles, muitos países ficam no meio do caminho nas reformas que preparariam o advento dessa nova ordem.

---

[16] *"A estabilização da moeda se tornara o ponto focal no pensamento político dos povos e governos; a restauração do padrão-ouro era o objetivo supremo de todo o esforço organizado da área econômica. O pagamento dos empréstimos externos e o retorno às moedas estáveis eram reconhecidos como as pedras de toque da racionalidade política. Nenhum sofrimento particular, nenhuma violação de soberania era considerada um sacrifício demasiado grande para a recuperação da integridade monetária. As provações dos desempregados, sem emprego devido à deflação, a demissão de funcionários públicos, afastados sem uma pensão, até mesmo o abandono dos direitos nacionais e a perda das liberdades constitucionais eram considerados um preço justo a pagar pelo cumprimento da exigência de orçamentos estáveis e moedas sólidas, estes* a priori *do liberalismo econômico."* Karl Polany – "A grande transformação: as origens de nossa época." Rio de Janeiro, Campus, pág. 147 (a obra foi publicada originalmente em 1944). Cf. "Sessão Reprise", LAFIS – Pesquisa e Investimento em Ações na América Latina, Carta Capital, 13/10/99, pág. 66 – 70. Vale a pena ler toda a matéria. Eis alguns trechos principais. *"A semelhança entre 20 e 90 faz com que o trabalho de Polany, publicado em 1944, caia como uma luva à atual situação. ... "Após o crash de 29, os EUA elevaram os juros e derrubaram o dólar, devastando os mercados emergentes da Europa Central e América Latina. ... Polany convergou bem melhor que os marxistas os efeitos terríveis do progresso e do mercado sobre as culturas tradicionais e o meio ambiente."*

Cf ainda a este respeito Rubens Ricupero, "Mudança de discurso", Folha de São Paulo, 3/10/99, pág.2-2: *"Alguns meses após a queda do muro de Berlim, a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) predizia que a década de 90 iria se caracterizar pela freqüência, a intensidade e o poder destrutivo das crises monetárias e financeiras."*

[17] Joseph Stiglitz, "O que aprendi com a crise mundial", Folha de São Paulo, 15/4/00, pág. 2-7.

Tudo isso até pode ter pedaços de verdade. Mas, mesmo superadas as crises, permanece inquestionável o fato de que o modelo[18] imposto como hegemônico é profundamente concentrador da riqueza e, conseqüentemente, provoca o aumento da pobreza.

As economias nacionais, principalmente as dos países chamados emergentes, são hoje presas fáceis dos capitais que se concentram nas mãos de especuladores de mercado, em que o lucro é o resultado mais importante, sendo raramente aplicado em função da produção e distribuição da riqueza.

Há assim uma lógica perversa, sob o império da falta de ética, que corta os investimentos sociais, flexibiliza os direitos trabalhistas, causa a destruição da assistência social como garantia de direitos universais; enfim, que não prioriza a pessoa humana e suas necessidades fundamentais: habitação, saúde, saneamento, educação, segurança, trabalho.

É a partir dessa lógica que se deve procurar a causa principal do crescimento da pobreza no mundo. As leis absolutas de mercado na verdade perpetuam as causas do crescimento da pobreza e das desigualdades na distribuição das riquezas. *"A tirania do dinheiro e da informação está na base do atual desarranjo do capitalismo global"*[19].

E isso já preocupa entidades como a Conferência das Nações Unidas para o Comércio (UNCTAD), ao divulgar recentemente o seu relatório anual onde defende *"uma operação gigante de injeção de recursos públicos nas economias mais pobres e endividadas"*[20].

O presidente do Banco Mundial (BIRD), James D. Wolfensohn, em seu discurso[21] perante a junta de governadores do banco em Washington no final de setembro de 1999, chamou atenção, para o grave problema da crescente pauperização mundial. No período de 1988 a 1998, dados levantados pelo próprio relatório[22] do Banco Mundial mostram que aumentou em 100 milhões o número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, ou seja, com renda de US$ 2 por pessoa, por dia.

É sintomático e relevante que instituições como Banco Mundial e outras do mesmo ramo, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), tenham falado sobre a pobreza. O tom do reconhecimento de que é preciso *"erradicar a pobreza e humanizar a globalização"*[23] é quase penitencial. Foi esse o nível do discurso na reunião anual do FMI em 1999. O presidente daquela entidade anunciou, ainda, *"a criação de um estudo conjunto com o BIRD (Banco Mundial) para ligar as metas financeiras de seus programas de estabilização às condições sociais dos países onde eles são implementados"*[24].

É importante, contudo, ressaltar a importância desse novo discurso, pois *"o grande mérito dos relatórios do BIRD e do FMI é o de revelar o que todas as pessoas com um mínimo*

---

[18] Isabel Clemente, "Crise eleva desigualdade no mundo", Folha de São Paulo, 21/9/99, pág. 2-1.

[19] Milton Santos, "A normalidade da crise", Folha de São Paulo, 26/9/1999, Cad. Mais!, pág. 5-3.

[20] Gilson Schwartz, "Unctad quer dar liquidez aos países do terceiro mundo", Folha de São Paulo, 21/9/99, pág. 2-2. *"A proposta parte do pressuposto de que o cenário econômico mundial nos próximos anos será marcado pela fragilidade e novos riscos, principalmente para os mercados emergentes. É talvez o diagnóstico mais pessimista da economia mundial na atual safra de relatórios de organismos multilaterais."*

[21] "Coalizões para a mudança", em 28/9/99, pág. 3.

[22] *"... o Banco Mundial (BIRD) divulgou um relatório que provocou grande alvoroço. Segundo os técnicos do banco, entre 1987 e o final deste ano o número de pobres no mundo terá crescido, em proporção, ligeiramente mais do que a população do planeta. Chegaremos ao ano 2000 com 1,5 bilhão de pessoas sobrevivendo com o equivalente a menos de 1 dólar por dia."*. Eliana Somonetti, "As raízes da pobreza são antigas", Veja, 22/9/99, pág. 124. Cf. também Gilson Schwartz, "Abertura não reduz pobreza, diz Bird", Folha de São Paulo, 16/9/99, pág. 2-1.

[23] Márcio Aith, "FMI propõe humanizar a globalização", Folha de São Paulo, 29/9/99, pág. 2-5. *"Foi um discurso inédito, nunca feito por Camdessus nem por qualquer outro diretor do Fundo. O FMI nunca abordou questões sociais, argumentando que seu propósito básico é estabilizar as contas externas dos países. A mudança de atitude resulta de uma reavaliação interna da instituição, embasada nos resultados apresentados por uma empresa de consultoria, segundo os quais o Fundo estava perdendo a batalha da opinião pública."* Cf. também "A face humana" do FMI", Editorial, Folha de São Paulo, 29/9/99, pág. 1-2. Cf. também "FMI lança cartilha contra pobreza", O Globo, 29/9/99, pág. 21.

[24] Márcio Aith, "FMI propõe humanizar a globalização", Folha de São Paulo, 29/9/99, pág. 2-5.

de informação e bom senso já haviam de há muito constatado: a imensa pauperização do mundo, coetânea à liberalização do capital e da mercadoria"[25].

Duas advertências de alguém como Rubens Ricupero servem de alerta. *"Não se deve exagerar o alcance prático da mudança, pois a esta altura o que mudou foi o discurso, não a substância das políticas, e estas dependem não só do processo socrático de busca da verdade, mas dos interesses concretos dos poderosos. ... A pobreza e o subdesenvolvimento só serão superados com os esforços e as políticas corretas dos países vítimas de tais males".*[26]

Será que o novo tom do discurso do FMI levará as autoridades financeiras mundiais a uma radical conversão e a uma nova política de ação em favor dos pobres?
Ou será apenas um discurso tático de quem está perdendo a batalha na opinião pública?

É a partir também da lógica perversa da globalização financeira que se explica a generalizada corrupção que invade inclusive as estruturas políticas, colocando em questão os padrões éticos no trato da coisa pública. Mas os novos padrões das instituições internacionais, contrárias à corrupção e a favor do combate à pobreza, continuam exaltando as leis absolutas do mercado que geram a destruição do bem-estar social e causam essa nova desordem universal.

Neste sentido tornam-se contraproducentes, quando não hipócritas, as suas receitas anticorrupção, pois o próprio mecanismo de fluxo incontrolado de capitais cria os seus espaços de macrocorrupção – como os ocultos paraísos fiscais - enquanto as suas receitas atingem apenas os efeitos menores da corrosão ética

A Globalização econômica em questão

Os acontecimentos ocorridos à margem da 3ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) - realizada em outubro de 1999 em Seattle, EUA, em preparação imediata à Rodada do Milênio - permitem avaliar o nível de questões e a importância do evento. O comércio mundial vive uma hora crucial e crítica. Os *"grandes atores do comércio mundial, Estados Unidos e União Européia, não conseguiram chegar a uma posição comum às vésperas de Seattle..."*[27].

As reações das Organizações Não Governamentais – ONGs - e a denúncia da ordem financeira mundial que favorece os países ricos farão que daqui para frente a globalização financeira e a hegemonia daqueles países sejam diferentes.

A questão das barreiras protecionistas não funciona como uma via de mão dupla nem como um instrumento de justiça. A hegemonia dos países ricos faz com que as discussões se desenrolem num plano desigual. As barreiras protecionistas dos países ricos aos seus produtos, particularmente os agrícolas, são imensas. Os países pouco desenvolvidos temem, ainda, que os países ricos tomem de assalto os seus mercados.

---

[25] Guilherme C Delgado, "O debate da pobreza e pobreza do debate", Boletim da Rede, Petrópolis, outubro de 1999.

[26] Rubens Ricupero, "Mudança do discurso", Folha de São Paulo, 3/10/99, pág. 2-2.

[27] El Mundo, 2/11/99 e Internacional Herald Tribune, 3/11/99, Edições via Internet. Os representantes dos Estados Unidos deram destaque às chamadas *"cláusulas sociais"* que estabelecem vínculos entre o comércio e padrões trabalhistas fundamentais. Ao defender tais cláusulas, insistiam no bloqueio a produtos oriundos de países onde se utiliza a mão-de-obra escrava e a infantil. Com isso, a atenção se deslocou do eixo principal da discussão que era a supressão das barreiras protecionistas, capazes de abrir portas aos produtos dos países pobres.

Outra questão chave foi o tema *"subsídios agrícolas"*, em cuja defesa se escuda particularmente a Comunidade Européia e os Estados Unidos. Com tais subsídios esses países garantem preços baixos para os seus produtos agrícolas e, na prática, fecham as portas à grande força de exportação dos países em desenvolvimento.

Outro tema protecionista foi a chamada *"multifuncionalidade da agricultura"*. Este tema, defendido pela Suíça, Japão, Coréia do Sul e Noruega, típico de regiões mais desenvolvidas, trata de mostrar que a questão não é só produzir, mas fazê-lo com qualidade, levando-se em conta a proteção ao meio ambiente, segurança dos alimentos, entre outros. A insistência naquela multifuncionalidade, evidentemente algo de positivo em si, torna-se, no contexto das discussão entre países ricos e pobres, um componente protecionista pela incapacidade de competição imediata com o elevado nível de sofisticação dos ricos.

Não bastassem os conflitos internos que antecederam a reunião várias as organizações e manifestantes de diversas origens fizeram-se presentes. O objetivo era fazer uma crítica pública à política econômica conduzida pela OMC. Assim grupos liberais, ecologistas, sindicais e outros se uniram para protestar contra a atual organização mundial do comércio e, como se pode constatar pelos noticiários, todos foram violentamente reprimidos. Até certo ponto conseguiram bloquear decisões e chamar a atenção para o drama dos países pobres diante da hegemonia comercial dos mais poderosos. A mídia, ao dar publicidade às manifestações, muito colaborou para mostrar que algo novo pode estar acontecendo, daqui para frente, com o comércio internacional na era da globalização econômica.

A reunião terminou melancólica[28] e sem acordos substanciais o que, evidentemente, reacenderia esperanças de mudanças. As reações[29] de rua e as manifestações descontentes de diplomatas dos países pobres, como foi o caso do nosso ministro[30] das Relações Exteriores, podem ter plantado algumas sementes de mudanças futuras.

É bom recordar o que já foi abordado em outras análises de conjuntura[31]. As iniciativas contrárias[32] à atual maneira de conduzir o comércio mundial têm se fortalecido desde as primeiras manifestações que fizeram abortar as negociações do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI). Elas tendem a crescer, não só como iniciativas para coibir o fluxo incontrolado da especulação financeira, mas também como manifestações contra o iníquo sistema do comércio mundial, exclusivamente atrelado aos interesses das grandes potências.

---

[28] *"A conferência de Seattle sobre a Rodada do Milênio da Organização Mundial do Comércio terminou num fiasco. Os manifestantes americanos contra as discriminações das exportações dos países pobres, que se tramam nos Estados Unidos e na Europa, foram fundamentais para o fracasso, como há 20 anos, para o fim da guerra do Vietnã. Nós, interessados diretos, nos mobilizamos menos"*. Cf. Márcio Moreira Alves, "Lágrimas de lobo", O Globo, 07/12/99, pág. 4.

[29] *"A última e mais profunda das camadas é a verdadeira insurreição das massas, as que saíram às ruas para mostrar pela ação que até no país mais rico do mundo há quem não se resigna à suposta inevitabilidade dos aspectos mais perversos da globalização. Essa gente não conseguiu impedir que os poderosos tentassem novamente reproduzir o processo viciado de ocasiões anteriores, mas criou com o protesto a atmosfera que denunciou a falta de legitimidade do processo. Fica difícil, com efeito, esbulhar os países mais pobres dentro da sala de convenções e, ao mesmo tempo, desafiar milhares de pessoas que se manifestam às suas portas. ... As ruas querem desesperadamente enviar a sua mensagem. Seria perigoso teimar em não lhes dar ouvidos."* Cf. análise feita por Rubens Ricupero, "No Fragor da batalha", Folha de São Paulo, 12/12/99, pág. 2-2, onde o autor distingue e aprofunda as causas do fracasso de Seattle. *"As manifestações de Seattle são grito mais forte de protesto dos pobres dos países ricos"*. Cf. Luiz Gonzaga Belluzzo, "Seattle: Os pobres dos ricos", Folha de São Paulo, 12/12/99, pág. 2-2.

[30] *"Não é mais aceitável que certos países, justamente alguns dos mais ricos do mundo, sejam autorizados a bloquear o acesso a seus mercados agrícolas internos, ao mesmo tempo em que demandam abertura ainda maior para os produtos nos quais podem competir sem risco." ..."O Brasil quer para os produtos que exporta os mesmos níveis de acesso a mercado e as mesmas disciplinas que os países desenvolvidos se habituaram a esperar em suas exportações para o mercado."* Cf. Márcio Moreira Alves, "Lágrimas de lobo", O Globo, 7/12/99, pág. 4. As citações são trechos do discurso do ministro Luiz Felipe Lampreia. A posição do ministro não deixa de ser um reconhecimento, ainda que tardio, de que está na hora de o Brasil impor limites à excessiva abertura do seu mercado, sem a possibilidade de contrapartida equilibrada. A esse respeito, cf. também o comentário de Rubens Ricupero, "Bestificados em Seattle", Folha de São Paulo, 5/12/99, pág. 2-2: *"...a voz autorizada do ministro Lampreia fez pronunciamento firme, sereno, desmistificador desses abusos e desequilíbrios, dos melhores que eu ouvi... infelizmente acumulavam-se os sinais de um novo esbulho dos países em desenvolvimento, não obstante os piedosos e melosos discursos proclamando a necessidade de fazer algo pelos pobres."*

[31] "Brasil, desafio e esperança – Análise de Conjuntura", pág. 31-33, Edições Loyola, 1998.

[32] *"Podemos até mesmo levar o otimismo ao ponto de pensarmos que a reunião da OMC (Organização Mundial do Comércio) em Seattle começa num clima mais de dúvida do que de triunfo, já que não foi proposta aos participantes nenhuma pauta de discussões, fato que evidencia a ausência ou o enfraquecimento de uma vontade hegemônica. ... O tempo das grandes missas ultraliberais já acabou, e a oposição não mais acredita que a competitividade internacional das economias seja incompatível com a manutenção da proteção social e a luta contra as desigualdades. Pouco a pouco as preocupações sociais vão se fazendo ouvir melhor, e os governos são chamados a priorizá-las, à medida que perdem terreno os antigos corporativismos. ... Mas evidentemente se trata do fortalecimento da reivindicação e das contestações sociais, o despertar da chamada sociedade civil, que apenas uma política de centro-esquerda poderia deixar nascer..."* Cf. Alain Touraine, "O fim das missas ultraliberais", Folha de São Paulo, 12/12/99, Cad. Mais!, pág. 12.

As reações à globalização financeira começam a tomar corpo, seja como as que ocorreram em Seattle, seja na 10ª Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento - Unctad 10 -, esta realizada em Bangcoc, na Tailândia, entre 12 e 19 de fevereiro de 2000, seja em reuniões como a do chamado Grupo dos 77, que tiveram lugar recentemente em Havana, Cuba.

Como se sabe, em Davos, na Suíça, reúne-se anualmente a fina flor da globalização financeira. Na reunião deste ano, alguns dias antes da Conferência de Bangcoc, o clima era de que o pior já teria passado para os países emergentes que tiveram suas crises, seu patrimônio dilapidado, mas continuaram firmemente adeptos da irrestrita força mágica do mercado financeiro, exuberante como nunca. O pensamento hegemônico dos economistas ali presentes não hesitou em repetir o cansativo e monótono discurso do otimismo oficial.

A Unctad 10 foi uma espécie de Davos dos pobres. Sob a batuta de Rubens Ricupero, discutiram-se os efeitos da globalização e pretendeu-se buscar um novo paradigma econômico[33] – o Paradigma 2000. Davos e Bangcoc caminharam em estradas diferentes. Em Davos as receitas liberais eram certezas, enquanto que em Bangcoc essas mesmas certezas foram postas em dúvida.

Outro enfoque diferente foi a questão da distribuição da renda, esquecida em Davos e analisada em Bangcoc como uma questão ética e também de eficiência econômica, pois *"a distribuição mais igualitária da renda é desejável tanto para a eqüidade como para promover o crescimento (econômico)"*[34].

Será que os protestos generalizados contra a economia global, como os que aconteceram em Seattle, Davos, Bangcoc e agora em Washington, nos alertam[35] a respeito dos impasses a que estarão sujeitos todos os países, daqui para a frente, principalmente os chamados emergentes que adotaram sem mais o receituário neoliberal, como é o caso do Brasil, na hipótese de não se adotar uma política adequada de desenvolvimento social, diminuição da pobreza e melhor distribuição da riqueza?

A recolonização latino-americana

O processo de globalização, na sua vertente política e neoliberal, não atinge da mesma forma os países centrais e os países periféricos, como os da América Latina: os *"países cen-*

---

[33] Clóvis Rossi, "ONU busca novo paradigma da economia", Folha de São Paulo, 12/2/00, pág. 1-6. Paradigma 2000: *"Segundo o Secretário-Geral Rubens Ricupero, pode ser definido em dois pontos: voltar a algum tipo de regulamentação das economias, em especial controles sobre o fluxo financeiro de curto prazo, e decidir como tratar comércio e investimentos de tal forma que permitam a inserção dos países em desenvolvimento no mercado internacional"*. Cf. Rubens Ricupero, "Bangcoc, Ano Zero", Folha de São Paulo, 13/2/00, pág. 2-2. "Em busca do equilíbrio comercial", Correio Braziliense, 12/2/00, pág. 24. O artigo ressalta ainda a opinião de Ricupero, pois o Paradigma 2000 *"é a única forma de responder à crescente angústia da sociedade civil com a globalização e de forjar um sistema comercial mais equilibrado"*. Para Ricupero *"o receituário do Consenso de Washington, que inclui liberalização, privatização e desregulamentação, mostrou-se inadequado ou pelo menos insuficiente para garantir o crescimento dos países em desenvolvimento"*. Esse paradigma se inspira em recentes e insuspeitas afirmações *"de Gordon Brown, ministro britânico das Finanças e, como tal, um dos responsáveis pela Terceira Via"*, *"O foco da conferência, como é tradicional na Unctad, são os países mais pobres, notoriamente incapazes de ganhar com o processo de globalização,"* Clóvis Rossi, "Adoração e interesses", Folha de São Paulo, 12/2/00, pág. 1-2. Cf., ainda, textualmente a posição de Brown: *"assumir que, pela liberalização, desregulamentação, privatização e preços corretos, os mercados privados alocariam os recursos eficientemente (...) mostrou-se inadequado para as inseguranças e desafios da globalização"*. Clóvis Rossi, "Annan Propõe 'new deal' de Comércio", Folha de São Paulo, 13/2/00, pág. 1-10.

[34] Clóvis Rossi, "Davos e Bangcoc", Folha de São Paulo, 13/2/00, pág. 1-2. A citação é uma referência à posição de Frances Stewart da Universidade britânica de Oxford. O articulista conclui que *"redistribuição de renda não é apenas uma questão ética, mas também de eficiência econômica. É óbvio. Pena que o óbvio tenha pouca penetração na cabeça dos governantes."*

[35] Rubens Ricupero, "Três toneladas de fome", Folha de São Paulo, 20/2/00, pág. 2-2. Ao final da Unctad 10 ele propõe a urgência *"em devolver à economia mundial o que ela perdeu com a globalização: o conceito de interdependência"*. *"Isto é o elemento de mutualidade de interesses. Estamos todos unidos por esse vínculo, a empresa a seus trabalhadores e à comunidade, os produtores aos consumidores, dentro de cada país."*

trais, propulsores do modelo, são os mais reticentes em aceitá-lo por inteiro, enquanto que a América Latina mostrou-se mais uma vez um continente aberto"[36].

Hoje se busca descobrir as razões que levam países, com maior ou menor grau de dificuldades econômicas, como o Equador, Chile, Paraguai, Bolívia e outros a enfrentar mobilizações populares e questionamentos. Outros vêem as suas instituições desmoronar, como é o caso da Colômbia. A Venezuela busca um novo caminho, com forte apoio popular, mas ainda é uma incógnita, tendo à frente Chávez tentando encarnar misticamente os ideais de Simon Bolívar.

A Argentina, o Uruguai e o Chile tiveram recentemente novas eleições presidenciais que despertaram muito interesse popular e da opinião pública internacional. Os analistas[37] dizem que o fato explica-se pela insatisfação crescente com as políticas neoliberais que geram desemprego. O voto tem sido a alternativa para sinalizar a insatisfação crescente da população. Foi o que já aconteceu na Venezuela e agora se repete, em outro estilo e contexto, no Uruguai, na Argentina e no Chile com a eleição de Lagos.

A mudança na Argentina com a eleição de De la Rúa não é tão evidente. Termina a década de Menem, cheia de contradições e marcada por acusações de uma monumental corrupção, mas da qual *"o grande capital e os organismos financeiros internacionais, ao contrário, não têm do que se queixar"*[38].

A guerrilha sempre ressurge no Peru, apesar do regime forte de Fujimori, buscando o seu terceiro mandato que só não se concretizou no primeiro turno das eleições - marcadas por inúmeras acusações de fraude - por forte pressão internacional, sobretudo dos Estados Unidos[39].

Tudo indica que o modelo implantado na América Latina inviabiliza projetos nacionais autônomos e socialmente avançados. As grandes revoluções acontecidas na Europa - desde a Revolução Francesa, passando pelo Iluminismo e a Revolução Industrial - aqui chegaram tardiamente ou não chegaram. As mudanças provocadas pelas revoluções colocaram as bases para a existência dos estados nacionais no velho continente.

Na América Latina nós não tivemos a oportunidade de realizar este projeto nacional, e o atual processo histórico, que impõe uma nova forma de organização da sociedade, impede ainda mais que se organize a identidade nacional.

Nossos países sempre estiveram na periferia do processo de conquista das nações e o atual momento se caracteriza por uma reengenharia do centro em relação às periferias, em função de uma nova lógica da globalização transnacional.

Todo esse processo é planejado e algumas camadas da sociedade, como a dos operários e a dos camponeses, estão pagando um alto preço em decorrência dessa nova conjuntura. O desemprego e os salários baixos tornam ainda mais difíceis as condições de vida das classes menos favorecidas.

Essa situação atinge agora a classe média urbana e certos setores de pequenos empresários, em particular os pequenos produtores rurais.

---

[36] Milton Santos, "Brasil na encruzilhada – Entre a submissão ao pensamento único e um autêntico projeto nacional", Carta Capital, 12/4/00, pág. 25, n.º 4.

[37] "O que se passa no Uruguai é consenso entre os correspondentes estrangeiros inscreve-se num quadro que vai cobrindo a geografia latino-americana. Insatisfações com políticas chamadas neoliberais, tidas como matrizes de mais desemprego (11,4% na banda oriental) e mais desigualdades sociais, e o uso do voto contra isso." Cf. Newton Carlos, "Novidades Uruguaias", Correio da Cidadania, 4 a 11 de dezembro de 1999, pág.4.

[38] Osvaldo Coggiola, "Argentina: Novo Governo, Velho Poder", Correio da Cidadania, 4 a 11 de dezembro, pág. 5.

[39] *"Um inédito avanço democrático passou despercebido na semana passada. Pelo menos não li comentários, nem aqui nem na imprensa de Lima. Pela primeira vez na América Latina um vasto processo de fraude eleitoral foi paralisado em virtude da pressão internacional contra ele exercida. Não houvesse essa pressão, o presidente Fujimori daria de ombros e ficaria tudo por isso mesmo, mais cinco anos."* Márcio Moreira Alves, "Fraudes e pesquisas", O Globo, 13/4/00, pág. 4.

As mobilizações populares no Brasil, no Chile, no Equador mostram esta nova etapa do processo em que, dentro do modelo econômico dominante, os projetos nacionais só serão viáveis com ampla base social e decisão popular.

O Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), neste contexto de pressão dos países centrais, é já uma esperança ameaçada. Já em 1951, Juan Domingos Perón buscou, sem êxito, estimular uma união entre os países latino-americanos.[40] Perón, em discurso[41] pronunciado a 20 de novembro de 1951, já antecipava e via as dificuldades dessa união.

A ambigüidade de interesses está presente desde os inícios do MERCOSUL, quer pela presença das multinacionais vinculadas à globalização da economia e à força das leis de mercado, quer pelos interesses dos Estados Unidos.

Dois instrumentos desvirtuaram aquilo que seria um marco de solidariedade latino-americana. As elites dos países do Mercosul deixaram-se envolver pela sedução do dinheiro. O tratado de Assunção previa uma Zona de Livre Comércio, livre de impostos entre os países.

Instituiu-se a Tarifa Externa Comum (TEC) que, na prática, tornou-se contraproducente. Seus efeitos foram contrários aos esperados. É uma taxação, comum a todos os sócios, imposta a produtos de fora do bloco. Só que a alíquota fixada, na suposição do controle das leis do livre mercado, foi baixa: 14% em vez de 100% como vigorava anteriormente, para a maioria de produtos. Há casos em que alíquota é zero.

Em outras palavras, numa situação dessas os efeitos positivos da área de livre comércio se diluem. É o preço pago pela aceitação, no âmbito do Mercosul, da globalização selvagem.

Há visivelmente um processo de recolonização no continente inteiro, que também implica num reordenamento do controle das reservas naturais, em função do esgotamento dos recursos não-renováveis. A Amazônia tem a maior reserva de água e biodiversidade do planeta, o que é fundamental para o mundo futuro.

Ora, a unidade territorial dos nossos países está ameaçada caso as transnacionais tomem conta de tais reservas. Estas têm para o futuro o mesmo grau de importância, para as perspectivas do futuro, que tinha o petróleo - que vai acabar - para a o início da revolução industrial.

Tudo isso se liga a uma estratégia de ocupação dos espaços vazios dos continentes. As forças armadas das grandes potências, depois da operação em Kosovo desencadeada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), procuram reordenar o equilíbrio político em função dessa nova ordem econômica das empresas transnacionais.

---

[40] Colabora com essas informações o Prof. Nielsen de Paula Pires do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

[41] *"Vários estudiosos do século XXI já haviam previsto que, depois do século da formação das nacionalidades, se caminha em direção às confederações continentais... Europa e Ásia, diante do perigo mútuo, foram impelidas, pela necessidade de se defenderem, a agrupar-se sob a proteção do dólar e da foice e do martelo, respectivamente, formando verdadeiras confederações imperialistas."*

"Os Estados Unidos unificam em torno de si, diante dos mesmos perigos, todos os povos americanos de seu continente do Norte, ligando-os ao destino comum de seu hemisfério, tendo em vista uma ação que envolva também a Europa."

"Faz muitos anos, um brasileiro ilustre, que veio de longe, lançou a idéia do ABC (Argentina, Brasil, Chile) pacto político regional destinado a ter projeções históricas."

"América do Sul, moderno continente latino, está e estará, cada vez mais, em perigo. Porém, nem mesmo ainda pronunciou a sua palavra de ordem para unir-se..."

"O ABC sucumbiu abatido pelos trabalhos subterrâneos do imperialismo, empenhado em dividir qualquer união projetada ou realizada pelos 'nativos' desses países 'pouco desenvolvidos', que pretende governar e anexar como 'fazendas' de 'negros e mestiços'... O sinal do Cruzeiro do Sul pode ser a insígnia do triunfo dos domésticos da América do hemisfério sul. Nem Argentina, nem Brasil, nem Chile isolados podem sonhar com a unidade econômica indispensável para enfrentar um destino de grandeza."

"Unidos formam, certamente, a mais formidável unidade montada sobre os dois oceanos da civilização moderna. Assim poderiam construir, com essa plataforma comum, a unidade latino-americana com uma base operativa polifacetada com impulso inicial que por nada pode ser impedido". Cf. "Unidos o dominados". Ediciones de la Patria Grande, Casa Argentina de Cultura, México, 1990, pág. 43.

A Amazônia, como grande espaço vazio no continente latino-americano, é evidentemente alvo privilegiado de interesses dessa nova ordem. Pode até ser, um dia, moeda de troca da volumosa dívida externa brasileira.

Somos um grande continente, mas nunca tivemos presença estrangeira fixa em nossas terras. A pretexto da luta contra o narcotráfico, recentemente circulou um general norte-americano pelo nosso país propondo uma força interamericana de reordenação do equilíbrio político da região.

É bom não esquecer que o aparelho do Estado está completamente inadequado para ir a fundo na questão do narcotráfico. O crime organizado tem cada vez mais o seu território próprio. Não é preciso ir longe par enxergar aonde poderemos chegar nesta territorialização do crime. A Colômbia é hoje uma triste e preocupante demonstração disso.

Preste-se bem a atenção, pois as coisas não acontecem por acaso. Já existe em implantação o controle aéreo (Sivam), há o pretexto das guerrilhas e há o grande vazio populacional da Amazônia. As grandes potências têm interesse em ocupar esses espaços.

É chegada a hora de discutir os objetivos do nosso continente, objetivos que respondam às grandes aspirações populares, diante da ameaça permanente de permanecermos na periferia dos avanços sociais.

Como superar a submissão das elites latino-americanas ao modelo neoliberal e socialmente desestabilizador, agora hegemônico, de tal maneira que nossos países não se transformem em meros apêndices das multinacionais?

Como fazer compreender às lideranças sensíveis à causa dos excluídos que "o problema é social, é político, é de poder"?

Como é que essas lideranças se unirão "em defesa de todas as reivindicações populares", numa alternativa política realmente democrática e comprometida com os explorados?

E o Brasil?

Em primeiro lugar é triste constatar como as autoridades monetárias brasileiras não se sensibilizam com a questão da pobreza, nem mesmo no nível do que vem ocorrendo com o FMI e o Banco Mundial. E não falta quem lhes chame a atenção, até entre estrangeiros[42].

O mais recente relatório[43] do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) fala explicitamente sobre o caso brasileiro, depois de enfatizar que a pobreza no mundo continua a crescer em virtude da má administração dos recursos públicos. E no mundo inteiro diminuem os recursos destinados ao combate da pobreza. O relatório afirma que no caso brasileiro *"a pobreza se concentra principalmente entre os negros e os moradores do campo"*. Embora destaque que houve uma redução da pobreza de 21% em 1994 para 15% em 1997, observa *"que, em relação aos anos 70 o Brasil avançou tão pouco na redução da miséria porque mantém um sistema de grande desigualdade social"*.

O relatório indica com muita perspicácia que são as más decisões políticas de aplicação das verbas sociais as principais responsáveis pelo crescimento da pobreza. Os recursos sociais têm sido direcionados em benefício da camada mais privilegiada da sociedade brasileira e não para projetos de redução da pobreza.

Pesquisas[44] recentes mostram ainda as crescentes desigualdades econômicas entre as regiões do país. Os desequilíbrios regionais são uma demonstração de que os mercados abertos não trazem necessariamente o desenvolvimento social. É preciso entender, também, que as

---

[42] *"Já no Brasil, como no resto da América Latina, é preciso que personalidades externas fiquem regularmente chamando a atenção das autoridades locais, como acaba de acontecer com James Wolfensohn, presidente do Banco Mundial: 'Interessa-nos que se solucionem os grandes problemas de desigualdade na Argentina e no Brasil', disse anteontem." Cf. Clóvis Rossi, "PPA à britânica", Folha de São Paulo, 23/9/99, pág. 1-2.*

[43] Raul Pilati e Viviar Oswald, "PNUD critica o combate à pobreza no Brasil", O Globo, 5/4/00, pág. 35.

[44] José Roberto de Toledo, "Desigualdade regional cresce 11% até 1997", Folha de São Paulo, 14/6/99, pág. 1-6. O autor comenta trabalho do economista Márcio Pochmann da Universidade de Campinas (Unicamp)

políticas sociais de distribuição da riqueza não são contra a abertura. Tudo é questão de dosagem política, em função de prioridades que rompam o círculo vicioso da pobreza e da concentração da renda nas áreas mais discriminadas.

O Balanço sobre o Brasil real

O Brasil real é assustador pelas suas contradições[45] e pela insensibilidade da burocracia[46] do poder em não se deixar pautar pelas preocupações que dele emergem.

O momento econômico é extremamente favorável ao governo. Inflação controlada, dinheiro à vontade dos investidores estrangeiros, câmbio controlado, gastos sociais à altura das exigências dos acordos internacionais e ganhos políticos junto à atual base de sustentação no Congresso Nacional.

Nosso problema, no entanto, é o custo social[47] desse quadro. Um custo encoberto e continuamente agravado por esse otimismo econômico. As decisões de corte de investimentos sociais e desvios de recursos para o pagamento das dívidas fiscais do governo sempre fortalecem a prioridade absoluta que é dada ao restabelecimento da confiança nos investidores financeiros. Mesmo o projeto que cria o fundo da pobreza veta o uso social de recursos da privatização.

Apesar da estabilidade financeira, que a população reconhece e estima, existem *"novas formas de insegurança, e a população sente que há uma distância entre as prioridades do governo e a sua lista de dificuldades"*[48]. Tudo se passa como se houvesse duas agendas: uma do povo e outra do governo.

O Brasil real continua mal, convivendo com *"um governo que vai bem"*[49], liquidando o conceito de nação e distante dos anseios populares, como nos mostram manchetes e estudos[50] recentes, pois *"os países pobres pagam a conta da globalização"*. Para o Brasil há uma *"volta ao nível dos anos 70: renda do brasileiro cai de 21,6% para 15,5% da média das na-*

---

[45] Leonardo de Souza, "Lucro de bancos estrangeiros sobe 852%", Folha de São Paulo, 23/3/2000, pág. 2-3. Isabel Clemente, "Salários têm maior redução do real", Folha de São Paulo, 23/3/2000, pág. 2-16. Larissa Morais, "Desemprego subiu para 8,2%", O Globo, 24/3/2000, pág. 21. É a maior taxa do Plano Real.

[46] Jânio de Freitas, "Quando um país vai bem", Folha de São Paulo, 26/3/2000, pág. 1-5. Diante do quadro nacional, o autor conclui que *"O Brasil vai bem." "Com o governo que tem."*

[47] "Economia, mostra recuperação... mas desemprego continua dramático", Folha de São Paulo, 16/5/99, pág. 1-1 e 2-1. Fernando Godinho, "Cortes no social sustentam ajuste fiscal", Folha de São Paulo, 3/3/00, pág. 1-9. André Soliani, "Verba 'seqüestrada' paga dívida da União", Folha de São Paulo, 13/2/00, pág. 1-12. Paul Singer, "A dominação financeira", Folha de São Paulo, 5/4/00, pág.2-2. O articulista mostra claramente quais são as prioridades do atual governo do país. *"As políticas do governo FHC exibem uma clara ordem de prioridades: em primeiro lugar vêm as metas inflacionárias, que pautam a política do Banco Central; em segundo, o ajuste fiscal, negociado primeiro com o FMI e só mais tarde com o Congresso; e depois as políticas agrícola, industrial, de comércio externo, de pesquisa científica e tecnológica etc. As políticas de geração de trabalho e renda, de amparo à pequena empresa e à agricultura familiar, de reforma agrária, de educação, de saúde, de habitação popular etc. vêm na rabeira, constituindo variáveis de ajuste para garantir o cumprimento de metas de inflação e ajuste fiscal. De modo que o que este governo fez ao salário mínimo é compreensível e não deveria surpreender. A não ser aos ingênuos, que não têm idéia de quem manda neste país."*
Cf. também Marta Salomon, "Projeto veta uso social de recursos da privatização", Folha de São Paulo, 9/2/00, pág. 1-4.

[48] Élio Gaspari, entrevista com Marcos Coimbra, Folha de São Paulo, pág. 1-12. Nessa entrevista mostra como o governo tem tido dificuldade de se comunicar com a população e, em particular, de vir ao encontro de seus anseios. Diz o entrevistado que *"...isso se passa pelo entendimento de que ela (a opinião pública) convive a contragosto com três fortes fatores de ansiedade: o desemprego, a violência urbana e a má qualidade dos serviços públicos"*.

[49] Tarso Genro, "Um Governo que vai bem", Folha de São Paulo, 10/4/00, pág. 1-3. O autor mostra como o Estado brasileiro é refém da *"extensão subordinada do festim global de caráter financeiro, que está gerando um novo tipo de colonialismo: da pós-modernidade, no qual o conceito de nação sucumbe na periferia e na semiperiferia e cresce nos países do núcleo orgânico do capitalismo, sobre os escombros de países como o nosso"*.

[50] Vicente Nunes e Paulo Silva Pinto, "Estamos mais pobres", Correio Braziliense, 28/3/2000, pág. 16. Os autores mostram estudos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) onde são nítidas as quedas de renda e aumentam as diferenças.

ções reais." Recentes dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram, na verdade, o empobrecimento[51] do país em 1999.

De fato o Brasil real nos obriga a pensar, não é uma ficção. Os pobres do país têm rostos[52] bem definidos.

São as nações indígenas, continuamente ameaçadas na sua sobrevivência, e os negros vivendo discriminadamente como subalternos.

São os sem-terra que clamam e lutam pela legítima reforma agrária num país onde a propriedade da terra sempre foi um símbolo de desigualdade e injustiça.

São os migrantes que circulam pelo país e pelo exterior, sem criar raízes, no desespero da luta pela sobrevivência.

São os desempregados crônicos ou essa categoria nova dos que nunca chegarão a ter um emprego digno.

São os jovens frustrados em seus anseios e impossibilitados de encontrar, no campo e na cidade, o seu espaço próprio, tornando-se presas fáceis da droga e da violência.

São as crianças pobres antes de nascer, escravas em trabalhos precoces, prostituídas, abandonadas e exploradas em nossas cidades, vítimas da injustiça social e desorganização moral da família.

São os idosos e aposentados, tratados como descartáveis.

São as mulheres, vítimas de preconceitos e discriminações.

São os sofredores que perambulam sem teto e sobrevivem nos porões da sociedade, como nos lembra a Campanha da Fraternidade 2000.

A questão central do desemprego

O otimismo[53] oficial também não corresponde ao que ocorre com as mudanças quantitativas e qualitativas do nível de emprego. Analistas[54] mostram como o desemprego cresce mesmo com a recuperação econômica e privilegia aqueles que requerem menos qualificação. Ou seja, caem os empregos na área de produção, crescem os da área menos qualificada e menos remunerada.

Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam[55] em que direção, qualitativa e quantitativa, cresce o número das pessoas desocupadas no país e como, diante do drama da sobrevivência, refugiam-se na economia informal[56]. Parte expressiva da população se desvincula da economia formal. Trata-se de pessoas que são empurradas para o

---

[51] Isabel Clemente, renda média do brasileiro cai 4,9%", Folha de São Paulo, 23/12/99, pág. 2-1. Cf. também Flávia Barbosa, "Trabalhador fica mais pobre", Jornal do Brasil, 23/12/99, pág. 13; cf., ainda, Jurandyr Negrão, "1999 Foi mais um ano de empobrecimento", Correio da Cidadania, 12 a 19 de 2000, pág. 9.

[52] A realidade lembra-nos a descrição já contida nas conclusões da Conferência de Puebla. Cf. "Evangelização no presente e no futuro da América Latina – Conclusões de Puebla, Edições Paulinas, 1979, n.º 20, pág. 34.

[53] "Recuperação mas com desemprego", O Globo, Economia, 7/4/00, pág. 21

[54] Márcio Pochmann, "Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil", monografia inédita do Instituto de Economia e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas, SP, versão preliminar, pág. 26 e 27.

[55] "... três indicadores, que a meu ver são bastante ilustrativos do sentido da economia do trabalho na atualidade: 1- mais de metade da força de trabalho ocupada já não tem carteira de trabalho assinada (esse dado não para de crescer em cada Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD - desde 1993); 2- a população desocupada (no conceito de desemprego aberto do IBGE), situa-se nas Regiões Metropolitanas onde ela é pesquisada mensalmente, nas faixas de 10% a 15% da População Economicamente Ativa (mês de abril de 1999). Esses limites variam do máximo para Salvador (15%), ficando São Paulo em posição intermediária (12%) e outras Regiões (Porto Alegre , Fortaleza etc.) na faixa dos 10 a 11%. 3.- A PNAD DE 1997 (ultima divulgada) mostra que praticamente nas capitais e Regiões Metropolitanas o emprego por conta própria, juntamente com o emprego oferecido pelas microempresas respondem por cerca de 20% de todo o pessoal ocupado (setor urbano metropolitano) No setor rural o equivalente desse indicador estaria muito acima de 50%. Todos esses dados podem ser traduzidos como manifestação de fenômenos nada recentes, mas fortemente incidentes e concentrados na atualidade. Refletem: a) forte onda de informalização das relações de trabalho; b) ressurgimento da economia familiar; c) disseminação de um setor de subsistência na economia urbana e alargamento do setor de subsistência na economia rural." Cf. Guilherme Delgado, Boletim Rede, n.º 78, Petrópolis, junho de 1999.

[56] Flávia Oliveira, "Um em cada 4 trabalhadores é do setor informal", O Globo, 9/6/99, pág. 28.

mundo da vida, dissociadas das conquistas e direitos sociais da luta do trabalhador na fase do pré-capitalismo.

Os dados revelam ainda como a economia familiar é, hoje em dia, talvez mais importante do que o trabalho contratual. Há indícios de que seja necessário preparar a sociedade para outro[57] tipo de economia e de trabalho.

O debate de facções internas do governo ocorrido recentemente trouxe à tona a questão do monetarismo versus desenvolvimentismo[58]. Não há, porém, uma discussão profunda, nem se faz com seriedade um diagnóstico da situação, vinculada à permanente questão do desemprego. As propostas de uma política estável e duradoura para solucionar a grave questão passam evidentemente pela estabilidade financeira.

Alguns analistas[59] acham até que o governo ensaiou, ainda que muito lentamente, uma mudança para privilegiar um maior equilíbrio entre desenvolvimento e conquistas sociais.

Mas a inércia monetarista, as inexoráveis leis de mercado e as disputas de espaços políticos de suas bases de sustentação deixam o governo sem ação. Ministérios e organismos[60] que deveriam se ocupar da pauta social, nem mesmo são convocados.

A grande e importante questão nacional[61], portanto, continua sendo o desemprego[62], crescente e alarmante. O povo quer saber se o governo vai cumprir ou não a promessa de campanha criar oito milhões de empregos sem romper a estabilidade monetária.

Quem quiser, porém, ir a fundo na questão e hastear a bandeira da política do emprego precisará ter como referência o discernimento do atual modelo nacional de inserção na economia neoliberal globalizada. Nessa perspectiva talvez esteja a chave da mobilização política das camadas populares e de superação da sua atual apatia.

III - A Igreja face aos desafios da realidade brasileira

O fato religioso[63] está na ordem do dia. As crises da sociedade moderna despertam os adormecidos interesses para o *"sentido da vida e as exigências de solidariedade"*[64]. O ressurgir religioso pode nos livrar das tragédias e flagelos de hoje.

A miséria de muitos e a riqueza de poucos, porém, são escândalos. Pensávamos estar abolidas as guerras, e elas estão aí. As depressões, as drogas, os ídolos, a violência estão mais vivos do que nunca. O fanatismo nazista e xenófobo mostra a sua face em diferentes países.

---

[57] "O que vai acontecer com o trabalho?", Folha de São Paulo, - Caderno especial – 30/5/99.

[58] Chico Santos e Ricardo Grinbaum, "Desenvolvimentismo é nostalgia, diz Malan", Folha de São Paulo, 18/05/99, pág. 2-10.

[59] Márcio Moreira Alves, "O time de Caim", O Globo, 21/5/99, pág. 4. Em sua análise o autor afirma que *"o processo de tomada de decisões do presidente Fernando Henrique é lento. Há, no entanto, sinais de uma nova opção de política econômica... A vinda do seu líder mais barulhento, Luiz Carlos Mendonça de Barros, para a vice-presidência do PSDB encarregada de assuntos econômicos é o sinal de mudanças que estão por vir."*

[60] *"No Brasil, nada. Os ministérios que deveriam importar, que são o do Trabalho, afinado com a Secretaria do Desenvolvimento Urbano e a Caixa Econômica, instrumentos de geração de emprego na construção civil, e os da Agricultura e da Reforma Agrária, que deveriam estar conjugados ao Banco do Brasil para gerar trabalho no campo, são primos pobres e esquecidos. Não entram em pauta."* Cf. Márcio Moreira Alves, "Questões de pauta", O Globo, 9/6/1999, pág. 4.

[61] *"Todas as pesquisas de opinião indicam, há meses, ser este o grande medo dos brasileiros, medo que assombra um número cada vez maior de pessoas."* Cf. Márcio Moreira Alves, "Questões de pauta", O Globo, 9/6/1999, pág. 4.

[62] "Desemprego atinge 1,7 milhão em SP", Jornal do Brasil, 27/7/99, pág. 1. *"Pelas contas do Dieese/Seade, a taxa chegou a 20,3% da população economicamente ativa, a maior desde que a pesquisa começou a ser feita em 1985."* Cf. Flávia Barbosa, "Desemprego bate recorde – E trabalhadores de várias regiões registram queda substancial no rendimento médio" – Jornal do Brasil, 2/6/99, pág. 14. Cf. Flávia Oliveira, "Crises corroem os salários -- desde outubro de 1997, rendimento médio dos trabalhadores já cai 7,8%, segundo IBGE" -, O Globo, 6/6/99, pág. 29.

[63] Cf. "Busca pela fé", Folha de São Paulo, 26/12/99, Cad. Especial, 16 páginas.

[64] Segundo artigo inédito de amigos italianos do Mosteiro da Anunciação, Goiás, GO. Notas enviadas por Pe. Marcelo Barros.

Trabalhar pela paz e superar os conflitos são tarefas urgentes de todas as religiões e pessoas de boa vontade.

Há ainda uma constatação constrangedora: as grandes religiões se organizaram umas contra as outras. Tudo isso em nome de dogmas absolutos ou atitudes intransigentes, desconhecendo uma rica experiência religiosa do outro.

A verdadeira revolução do diálogo significa semear iniciativas de solidariedade, diante das incertezas e desesperos da vida presente do mundo moderno. Quem espera uma verdade maior que todos nós pode compreender o diálogo. Torna-se assim capaz *"de comunicar aquilo que crê ser belo e justo"*[65].

O contexto[66] dos desafios de hoje é para que as religiões se unam no mútuo entendimento para a construção da paz, pelo respeito aos direitos humanos, pela preservação do meio ambiente e pela qualidade de vida para todos.

Tudo isso, aliado aos recentes gestos[67] de perdão e reconciliação de João Paulo II e ao apelo à consciência de *"responsabilidade por solidariedade"*[68], abre-nos caminhos para tentar enxergar passos novos para Igreja no Brasil ao celebrar 500 anos de evangelização.

Um balanço da presença da Igreja no país

A tarefa de tentar avaliar a identidade da Igreja em relação à sua presença na sociedade brasileira é bastante complexa. As grandes mudanças ocorridas em plano mundial e no país criaram muitos conflitos internos à Igreja, com repercussão na sua maneira de agir diante da sociedade.

Há mudanças culturais significativas em curso. Algumas afetam o relacionamento homem e mulher, outras atingem a estrutura familiar tradicional e ganham espaço as ideologias liberais.

A política se transforma pelos anseios democráticos e de participação cidadã, mesmo que na prática as expectativas atuais estejam frustadas pelo crescimento dos fanatismos ideológicos e pela pouca mobilização efetiva.

A cultura do consumismo abarca quase tudo, favorece a busca do prazer sem limites e responsabilidades, potencializa o consumo das drogas *"alimentado por um comércio criminoso"*[69], favorece uma nova forma de alienação. Além disso gera uma grave questão ecológica, pois as reservas naturais, especialmente não renováveis, podem se esgotar e comprometer o meio ambiente e a sobrevivência das gerações futuras.

A história desses últimos anos mostra onde se situa um dos conflitos internos a prejudicar a ação da Igreja diante das grandes mudanças que ocorrem.

Há, particularmente, um grande conflito em traduzir o compromisso principal da Igreja – o de evangelizar – numa proposta viável de transformação do país, mediante um projeto alternativo capaz de criar uma sociedade mais justa, mais solidária, particularmente voltada para os pobres e os excluídos.

O Concílio Vaticano II trouxe à prática pastoral da Igreja importante referência, marcada por uma forte presença de compromisso histórico com a vida do povo, compromisso que se traduzia pelo exercício da participação mais ativa na vida e nos rumos da sociedade brasileira.

---

[65] Cardeal M. Martini, Arcebispo de Milão, texto inédito.

[66] Dad Squarisi, "Lição do papa", Correio Braziliense, 26/3/00, pág. 31. Cf. também Dom Luciano Mendes de Almeida, "Mensageiro da paz", Folha de São Paulo, 25/3/00, pág. 1-2.

[67] Paulo Daniel Farah, "Papa faz sua viagem mais importante", Folha de São Paulo, 26/3/2000, pág. 1-26. A reportagem é uma entrevista com o arcebispo da Galiléia, Pierre Mouallem. Diz ele num dos trechos da entrevista: *"o papa pisou o solo em que Cristo caminhou. As outra viagens não demandaram tanto empenho. Nesta região, há tantas sensibilidades religiosas, políticas e étnicas. Não era uma tarefa fácil, mas ele sempre repetiu que a Igreja tem de respirar com os dois pulmões (o ocidental e o oriental) para não morrer de asfixia."*

[68] Rubens Ricupero, "A Purificação da memória, Folha de São Paulo, 26/3/2000, pág.. 2-2. A expressão encontra-se no Documento da Comissão Teológica Internacional *"Memória e Reconciliação: a Igreja e as Culpas do Passado"*.

[69] Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil – 1999 – 2002 – Documentos da CNBB, n.º 61, n.º 138, pág. 90-91, Edições Paulinas, 1999.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) têm papel fundamental neste processo. Muitas delas tornam-se espaço de formação da consciência crítica e política das novas lideranças populares, particularmente importante na época da ditadura militar.

Surgem movimentos novos para diferentes situações pastorais, especialmente de leigos e leigas empenhados em repensar e fazer atuar carismas pessoais, com relativa autonomia e sem muita motivação pelo social. Trazem para dentro da Igreja, principalmente para as ações litúrgicas, apelos de renovação espiritual e novas formas de expressão mais emocionais e menos intelectualizadas.

O processo de redemocratização do país, que foi a base de um projeto político e social diferente, em grande parte germinou na luta pelos direitos humanos, na busca da liberdade de expressão e de iniciativas libertadoras das estruturas injustas. E não foram poucos os mártires que, nesse período, tombaram na luta.

O modelo político e social também é questionado quando surgem os serviços pastorais que dão especial atenção aos excluídos em nosso país. Esses serviços contrapõem-se à opressão imposta aos sem-terra, aos desempregados, aos índios e suas nações, às crianças, mulheres, negros, jovens.

O maior mérito dessa caminhada é o de articular todos os protagonistas, com ênfase especial aos leigos - assumindo a sua própria vocação - e aos próprios excluídos. Isso não impede que haja em determinadas circunstâncias uma presença mais forte da própria hierarquia, particularmente a dos bispos, organizados e atuantes, interpretando a voz dos que não têm voz. Tal aconteceu particularmente no tempo da ditadura militar.

Cresce assim a possibilidade de a Igreja ampliar sua presença, como serviço, solidária com os mais pobres e apta para ajudar a construir um projeto de nação mais justa e fraterna.

Alcançada a redemocratização do país, nem por isso se pode dizer que o projeto alternativo começa a consolidar-se mediante o esforço de participação popular. A Igreja e as suas bases populares, articuladas às grandes forças da sociedade civil, criam um novo espaço de cidadania na Constituinte de 1988.

O país inserira-se, aos poucos, na modernidade, na pós-modernidade e na globalização econômica. Estes fenômenos trazem luzes e sombras ao projeto alternativo para construir a sociedade sem exclusão. As grandes forças mundiais, nesse sentido, também mudam após a queda do muro de Berlim.

Torna-se, para a Igreja, ainda mais complexa e desafiadora a tarefa de ajudar a transformar a sociedade. A globalização econômica, aliada à inércia das nossas elites, veio de encontro ao principal núcleo transformador, presente na nova Constituição: as conquistas de direitos sociais dos cidadãos. Estas, ainda que imperfeitas, tornam-se um ponto de referência das mobilizações em busca de alternativas políticas para transformar o país.

O processo despertado pelas Semanas Sociais, realizadas em 1991, 1993-1994 e 1997-1999, trouxe significativa contribuição para o resgate das chamadas dívidas sociais do país. Foram temas importantes em torno do "Mundo do trabalho", "Brasil alternativas e protagonistas" e "Resgate das dívidas sociais", com conseqüências práticas de fortes mobilizações populares e repercussões na opinião pública. Importante momento foi o da realização, em 1998-1999, do Simpósio e Tribunal da Dívida Externa.

No ano de 1999 a Igreja atualizou as suas diretrizes de ação. A base destas diretrizes se sustenta no diagnóstico de que a exclusão cresce no país, os pobres merecem atenção particular e as dívidas sociais precisam ser resgatadas no jubileu do ano 2000, pensando nos 500 anos de sua presença no Brasil, cheia de luzes e de sombras.

A campanha da Fraternidade do ano 2000, a primeira de caráter religioso abrangente e ecumênico, está sendo um novo marco a reforçar a caminhada por um amplo e renovado compromisso de presença da Igreja, juntamente com todas as forças vivas, sociais e religiosas, no serviço ao projeto alternativo para superar as exclusões. Este serviço, para a Igreja, sempre será o sinal decisivo de autenticidade da sua missão.

Tudo isso abre um novo marco de renovação para os conflitos internos da Igreja, hoje bastante visíveis pela forte presença dos apelos do "marketing" da comunicação e da emoção.

Alguns falam até como se estivesse acontecendo o fim da era da teologia da libertação[70]. Outros até acham que esse apelo midiático da Igreja pode ser - o que não está ocorrendo - excelente instrumento de expressão democrática e de crítica da liberdade de pensamento em busca de projetos novos e alternativos para a sociedade brasileira.

Começo de um novo momento?

Há evidente inquietação entre os especialistas em religião e pastoral sobre esses novos fenômenos, entre preferências emocionais ou racionais, entre personalismos e coletividade. Todos, porém, poderiam se perguntar quais são os desafios permanentes da obra final de fixação do compromisso cristão.

Podemos estar enganados, mas não é gratuito o interesse dos grandes conglomerados da mídia nacional em dar ênfase ao espetáculo emocional do novo catolicismo, que nos pode fazer esquecer os grandes problemas nacionais.

Assim o fizeram, em passado recente, pela omissão da imagem do que se passava de novo na igreja nos anos 60 e 70. Naquele momento crítico, o "status quo" era fortemente questionado e a Igreja se empenhava em falar como voz dos sem-voz.

Agora o fazem a fim de exaltar o que lhes convêm para a manutenção do pensamento hegemônico, que prefere adiar mudanças e críticas à nova ordem econômica preconizada pela globalização equivocada, concentradora de riqueza, incrementadora de pobreza e exclusão, e destruidora de valores éticos mais permanentes.

É evidente que o balanço da caminhada coloca a Igreja diante de muitos dilemas e questionamentos. Estes requerem uma análise mais profunda da Igreja na sua estrutura e na sua identidade. Não podemos nos contentar apenas em enxergar o que aparece como sendo a sua presença pública.

A Igreja: estrutura, identidade e interrogações

A razão de ser da Igreja é estar em relação[71]. Ela se define em relação à Trindade, em relação com o mundo, em relação com a missão, em relação com as outras Igrejas cristãs e com as religiões. Esta perspectiva está clara na eclesiologia do Concílio Vaticano II que, segundo o Papa João Paulo II, foi o ***"acontecimento providencial através do qual a Igreja iniciou a preparação próxima para o jubileu do segundo milênio. Trata-se realmente de um Concílio semelhante aos anteriores, e todavia tão diverso; um Concílio concentrado sobre o mistério de Cristo e da sua Igreja e simultaneamente aberto ao mundo"***[72].

A análise feita até aqui mostra claramente que o *"Brasil está na encruzilhada entre a submissão ao pensamento único e um autêntico projeto nacional"*[73].

A Igreja no Brasil de hoje, nessa encruzilhada, precisa fazer a si mesma algumas interrogações para enfrentar os desafios inerentes à sua natureza.

Diante do balanço traçado por esta análise surgem duas perguntas centrais:

---

[70] Cf. Otávio Frias Filho, "Réquiem para a libertação", Folha de São Paulo, 21/10/99, pág. 1-2.

[71] "O Concílio Ecumênico Vaticano II foi, antes de tudo, um **concílio eclesiológico**. Nele, a Igreja procurou responder a três perguntas: ***Quem sou eu? Qual o meu lugar no mundo? Qual a minha missão?*** Pela primeira vez na história, um concílio apresentou uma doutrina completa sobre a Igreja. Ainda mais, o Vaticano II apresentou uma concepção original da Igreja. Não uma Igreja voltada para si mesma e em função unicamente de seus membros, mas uma ***Igreja em relação***. Em relação **com a Trindade**. Em relação **com o mundo**. Em relação **com a missão**. Em relação **com as outras igrejas cristãs e com as religiões**." Cf. "A Perspectiva Eclesiológica do Vaticano II: Perfil da Igreja do III° Milênio", palestra inédita de Pe. Dr. Benedito Beni dos Santos proferida na abertura da Assembléia Diocesana de Taubaté, SP, publicada no "Plano de Evangelização da Diocese de Taubaté, edição revista e ampliada, 1999 ano de Deus Pai".

[72] Tertio Millenio Adveniente, n.° 18, versão em língua portuguesa, Libreria Editrice Vaticana, pág. 25.

[73] Milton Santos, "Brasil na Encruzilhada – Entre a submissão ao pensamento único e um autêntico projeto nacional", Carta Capital, 12/4/00, pág. 23-28.

O que nos falta como Igreja para ajudar a construir um Brasil diferente neste marco do ano 2000 e de 500 anos de história e de evangelização?

Que Brasil alternativo, sem submissões, sem exclusões, sempre solidário com o resto do mundo, pensa a Igreja ajudar a construir, daqui para frente, diante da necessidade de restaurar utopia tão bem expressa no lema da CF2000 (Novo Milênio sem exclusões)?

Fazer-se essas perguntas significa para a Igreja tornar-se flexível e corajosa, numa humilde atitude de conversão e de mudança, criando uma nova maneira de ser como serviço e pedindo perdão de possíveis formas equivocadas de agir nestes 500 anos de presença no país.

É urgente restaurar o espírito de comunhão, de participação, colegialidade e de subsidiariedade[74].

O prefácio do *Novo Código de Direito Canônico* trata das relações intra-eclesiais como unidas e subsidiárias como forma de garantir a descentralização e a autonomia. É interessante observar como o texto explicitamente mostra que em nenhum momento a descentralização e o trabalho conjunto sejam fatores de desagregação ou de risco de fortalecer-se igrejas nacionais, preocupadas apenas com as questões locais. Entende-se exatamente o contrário, ou seja, com a subsidiariedade e a descentralização crescem as oportunidades de melhor servir e exercer o múnus pastoral.

É importante reavivar a consciência e a prática de que os bispos, os presbíteros, todos ministros, ordenados ou não, os leigos e as leigas, os religiosos e as religiosas, têm uma vocação comum como Povo de Deus e, como co-responsáveis, vocações próprias e específicas. É a única forma que temos para fomentar a sadia autonomia e a complementar co-responsabilidade na Igreja[75]. Em vez de ficarmos olhando uns para os outros, numa atitude de competição e de demonstração de poder, urge olhar juntos para os desafios e enfrentá-los numa atitude de serviço.

Nesse sentido também são importantes as articulações de alguns princípios que dão vida e energia ao corpo eclesial: a "*variedade-complementariedade*", para efetivar a comunhão e não a relação de poder entre as diferentes vocações, a "*autonomia*", que valoriza a identidade de cada um e o direito de cultivar o próprio carisma, e a "*subsidiariedade*", que dá às pessoas e às comunidades intermédias a maior autonomia possível.

As recentes viagens de João Paulo II e os seus pedidos de perdão insinuam como é também importante somar esforços com todos os cristãos e as outras confissões religiosas. Tudo isso para imprimir qualidade e dedicação à nossa ação co-responsável e para enfrentar a nossa realidade não evangelizada nessa encruzilhada de nossa história. O papa nos mostra que é urgente concretizar atitudes e práticas pastorais dentro das características do sistema dominante dessa encruzilhada pois, "*por vezes, esse sistema transformou-se numa justificação ideológica de algumas atitudes e modos de agir no campo social e político que provocam a marginalização dos mais fracos*". "*De fato os pobres são sempre mais numerosos, vítimas de determinadas políticas e estruturas frequentemente injustas.*"[76]

A respeito dessa encruzilhada, entre submissão a um pensamento hegemônico e a construção de um projeto nacional que não exclua ninguém e atenda urgentemente os nossos excluídos, vale-nos ainda a advertência de João Paulo II sobre os riscos do neoliberalismo e suas conseqüências, particularmente em relação aos mais fracos: "*Domina cada vez mais, em muitos países americanos, um sistema conhecido como 'neoliberalismo'; sistema que, apoiado numa concepção economicista do homem, considera o lucro e as leis de mercado parâmetros absolutos em detrimento da dignidade e do respeito da pessoa e do povo.*"[77]

---

[74] Prefácio do Novo Código de Direito Canônico, nº s 4 e 5, pág. XXIX. Ed. Loyola, 1983.

[75] "Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil – 1999-2002", nº 303, pág. 176. Edições Paulinas, 1999.

[76] Papa João Paulo II, "Exortação Apostólica Pós-Sinodal 'Ecclesia in America'", Edições Loyola, 1999, n.º 56 pág. 64.

[77] Papa João Paulo II, "Exortação Apostólica Pós-Sinodal 'Ecclesia in America'", Edições Loyola, 1999, n.º 56 pág. 64.

Concluindo

Há muitos motivos de esperança e ânimo para continuar a caminhada, após 500 anos de presença da Igreja no Brasil, apesar das omissões, das sombras e dos tropeços em seguir de perto os ainda excluídos e marginalizados, particularmente as nações indígenas, os negros, os sem-terra, as mulheres, as crianças, idosos e os que vivem nos porões da nossa sociedade.

Cabe a uma Igreja cheia de fé e de esperança, servidora e profética, colegial e participativa, co-responsável e buscando a subsidiariedade, tirar todas as conseqüências práticas do que significa estar presente e enfrentar os desafios dessa encruzilhada brasileira.

Estaremos, nesse momento, unidos e atentos o suficiente para não nos deixar enganar pela emoção, pela estética pura ou pelos números?

Estaremos unidos no discernimento da gravidade do momento brasileiro que estamos vivendo?

Tentará a Igreja exilar-se em si mesma, numa identidade funcional e no sucesso da comunicação estética e emocional, tão a gosto do "marketing" eletrônico?

Tentará, ainda, a Igreja exilar-se afastando-se do povo para falar com as autoridades e o poder sobre os problemas do povo?

Continuará a Igreja fiel, acreditando no Senhor[78] "que manifesta o poder de seu braço", "derruba os poderosos de seus tronos" e "eleva os humildes" de seu povo, na busca de uma grande síntese entre fé e vida, entre a emoção e a ética, abrindo sempre mais espaços de diálogo, de serviço, de anúncio e de compromisso histórico?

Buscará a Igreja, "à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres", junto com o "povo de Deus" e com as forças democráticas, mais críticas e ativas, "participar da construção de uma sociedade justa e solidária a serviço da vida e da esperança nas diferentes culturas, a caminho do Reino Definitivo"[79]?

Brasília, 19 de abril de 2000

[78] Lc. 1, 51-52.

[79] Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, 1999-2000. Documentos da CNBB, n.º 61 Edições Paulinas, n.º 6, pág. 13.

\diocese\pastoral\assemble\question

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
ASSEMBLÉIA DIOCESANA
1 e 8 de Novembro de 1994

QUESTÕES PROPOSTAS
para orientar os participantes da
A S S E M B L É I A D I O C E S A N A
na preparação da avaliação e elaboração de prospectivas.

1. A nossa Assembléia se orienta pelo "**Espírito do Sínodo**", descrito nas quatro características do "rosto da Igreja em Nova Iguaçu": Igreja Aliança de Deus com o Povo, Igreja fraterna, dinamismo Missionário, solidariedade com os Pobres.

A característica Central para nós, hoje, é a "**direção Missionária**". Somos "uma Igreja enraizada na história e cultura do Povo", que procura "marcar este povo da Fé no Deus Libertador". Por isto, esta igreja se dispõe a "sair do seu lugar privilegiado, para ir ao encontro do Povo" e ajudá-lo a "viver a esperança da ressurreição". Esta Igreja, portanto, "evangeliza através de sua própria vida", e se torna "simples, comunicativa" com "qualquer pessoa", porque quer "partilhar sua procura e riqueza" "com outras Igrejas, outras culturas, povos e classes".(36)

Esta Igreja Missionária nos seis Municípios de nossa Diocese, somos nós. A nossa *referência absoluta* é o próprio Jesus Cristo, e a nossa *referência relativa* "é o Povão que se sente esmagado por uma ordem social injusta, que vive à margem do processo social, que vive num estado crônico de violação dos direitos humanos e dos direitos civis."(pg. 37). Como é que estamos realizando nosso rosto de Igreja dentro da realidade humana da Baixada?

A realidade da Baixada se caracteriza por um forte processo de "urbanização", em que a Cidade invade espaços rurais e simplesmente os ocupa, ou os marca com suas exigências e condicionamentos. **O ambiente assim criado, não é cristão**. O Povo não é anti-cristão, e o prova na sua busca ansiosa de várias formas de cristianismo, mas os mecanismos que o oprimem são certamente anti-cristãos, pelo simples fato de serem desumanos, opressores. Por isto mesmo, ressalta o texto Sinodal, citando Paulo VI, na Evangelii Nuntiandi que "a evangelização não seria completa se não tomasse em consideração a interpretação recíproca que se fazem constantemente o evangelho e a vida concreta, pessoal e social, dos homens", "isto quer dizer: a evangelização implica a dimensão social e política."(21).

É neste contexto anti-cristão que realizamos nosso trabalho de Educação da Fé, - na Catequese,- nosso esforço de Formar os responsáveis pela formação cristã do povo - ~~na formação e na Pastoral Vocacional~~ - , e nossa atividade de levar a todos o ensinamento de Cristo, - com a Educação Religiosa.

2. Nossa Assembléia vai se realizar em **dois passos**: um dia dedicado a *avaliar* o que estamos fazendo, em comparação com o que queríamos fazer, e um dia dedicado a *planejar* o que queremos fazer nos próximos anos. O *Planejamento deverá surgir dos resultados da avaliação*, e a avaliação tem que ser resultado de nossa observação do que fizemos e do que estamos fazendo: como é que estamos fazendo o Povo da Baixada sentir que Deus o ama?

As questões propostas a seguir são ***sugestões***, a serem substituídas ou aceitas segundo as conveniências de cada Paróquia.
Os números se referem à numeração do Documento Sinodal. A avaliação se refere ao período entre o segundo semestre de 1992 e o passado mês de Setembro de 1994, e o planejamento se refere ao próximo ano de 1995.

\diocese\pastoral\assemble\segundia

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
ASSEMBLÉIA DIOCESANA
1 e 8 de Novembro de 1994

S E G U N D O D I A

9,00: **ORAÇÃO INICIAL**: 20' - Na Capela
Procissão de Entrada ao som do Canto "Vem, Espírito Santo, vem..."

* **Leitura**: Lucas 14, 28-32

Pe. Bruno saúda os delegados vindos para o dia de Planejamento, relembra os pontos abordados no primeiro dia, e convida todos a alguns minutos de silêncio, seguidos de preces espontâneas, ou sugeridas pela equipe.

* **Canto** - "Antes que te formasse dentro do seio de tua mãe"- em procissão, precedida pela Bíblia e uma cruz, em direção ao salão de trabalho.

9,20: O Coordenador da Assembléia saúda a todos, e lê os números 333, 51, 70, 78 e 82, do Sínodo, relativos ao Planejamento periódico.

* O Planejamento a ser feito nesta reunião refere-se a atividades de nível Diocesano.
* As Paróquias que já tiverem um planejamento para 1995, deverão apresentá-lo previamente, para que não haja interferências desnecessárias.

9,30: Leitura das conclusões da reunião de avaliação, em texto preparado pelos Coordenadores dos grupos.

\+ Neste momento pode haver uma discussão prolongada até o total de uma hora, a respeito das causas de acerto ou equívoco, e a respeito dos principais temas a serem enfocados no planejamento.

10,00: [ou depois do cafezinho]
Discussão em grupos formados a partir do próprio plenário, para identificar três prioridades a serem assumidas pela Diocese no próximo ano.

10,30: **c a f e z i n h o**

11,00: Listagem e discussão das prioridades, por inscrição, e três minutos de intervenção.

12,15: Interrupção do Debate, para oração espontânea, com cantos sugeridos na hora.

12,30: **A L M O Ç O**

Questionário de avaliação

1. Qual o planejamento de 1993/1994, e como foi realizado? Qual a prioridade de cada ano? (70, 355)

2. Como foi encaminhado o planejamento de Catequese sistemática para todos? (215) Que iniciativas e realizações a Catequese concretizou nos seus vários setores e níveis?
   [em geral, Adultos, Família, Infantil, Orgânica, Sacramental, Sistemática]

3. Que papel tem na Catequese a formação *política* ? (281,21, 341- 344)

4. A Liturgia tem papel Catequético muito forte. Como está acontecendo a preparação e a realização das Celebrações e dos Sacramentos? Que subsídios são usados?
   - Como se dá a preparação de cada um dos Sacramentos? (47, 59, 319-330, 331)

5. Que iniciativas forma tomadas para promover as vocações? (92, 104, 229, 249)

6. Que se fez para assumir a formação de lideranças comunitárias, e para criar condições para a formação de agentes de pastoral, e lideranças comunitárias e populares (70, 78, 84). Como está o funcionamento da Escola da Fé? (300)

   . Lex ronde x Lex credendi -

7. Foram formados Círculos Bíblicos, e aproveitados na preparação de Celebração ou formação de pessoal? (169 - 173, 180, 220, 229, 231)

8. Que medidas foram tomadas para encaminhar a "criação de um "Centro de Elaboração Pastoral", "com a finalidade de análise e estudo, com assessores qualificados, modernos meios, recursos humanos e financeiros" ? (352) [Possíveis encargos: 15, 202, 206, 296, 300, 73, 187-189]

9. Que iniciativas houve no sentido de intensificar o **Ensino Religioso**? (196 - 198)

10. Como os **Leigos** estão participando na planificação dos organismos de decisão, nos vários órgãos e níveis? (18, 112, 128)

- Nas respostas, cada delegado procure notar as causas apontadas, e as avaliações que podem dar inspiração a alguma proposta de caminhada.

---

3. Para o **Planejamento**

a) Teremos que estar atentos à avaliação feita no primeiro dia.
b) Podemos, no segundo dia, usar um esquema semelhante ao da avaliação:

Atividade][Objetivo][Destinatários][Assessoria][Recursos][Subsídios
Data e Local][Duração][Equipamento][Alojamento][Alimentação][Responsáveis

OBSERVAÇÃO: Podem ser eliminados os itens que certamente não entram na atividade planejada. Tanto para a avaliação quanto para o planejamento, é bom usar uma folha para cada atividade - e pode ser até que alguma atividade ocupe mais de uma folhas.... Depois de fazer uma folha para cada atividade, a gente faz uma lista numerada de todas, à parte.

- Para a avaliação, temos duas grandes perguntas: O Sínodo nos deixou algumas normas. Nós as estamos cumprindo? - A esta questão nos basta, por ora, responder simplesmente "sim", ou "não", sem mais explicações. A outra questão é mais específica, e a ela queremos dedicar mais atenção: Como se estão realizando na nossa Diocese as diretivas relativas à Catequese, à formação e Pastoral vocacional, e ao Ensino Religioso?

- **Quanto às normas**, basta - por ora - responder sim, ou não, porque nosso objetivo específico é explicitado mais abaixo. Veja no texto Sinodal a íntegra de cada norma

60 - Todas as CEBs criarão seu conselho comunitário, segundo os critérios...
74 - Todas as paróquias criarão seu conselho paroquial, formado e funcionando...
75 - As paróquias, por suas equipes paroquiais e por seu conselho paroquial...
79 - Cada região criará um Conselho Regional, de acordo com os critérios...
87 - A diocese criará normas de administração material e financeira, que valem...
105 - O mandato dos ministros extraordinários do batismo e da comunhão...
106 - cada leigo exerce apenas um ministério supletivo, para que...
116 - As associações religiosas e os movimentos de Igreja aceitos oficialmente...
126 - Todos os Conselhos na Diocese de Nova Iguaçu sejam regidos por seus estatutos:...
127 - seja criado um mecanismo de comunicação que permita divulgar...
128 - a diocese deve reavivar o Conselho Administrativo e introduzir...
199 - Assumir com mais força e clareza o problema do ensino religioso...
200 - cobrar das diretorias das escolas o direito a ensino religioso;
201 - preparar e formar professores católicos... .
202 - oferecer subsídios para alunos e professores...
232 - A preparação do batismo será realizada dentro do espírito deste Sínodo...
233 - Para o batismo de crianças, mantenham-se, como mínimo...
234 - Em princípio, os pais façam a preparação...
235 - Em princípio, não se negará o batismo de nenhuma criança...
236 - Na medida do possível, os padrinhos são convidados a participar...
237 - Por motivos óbvios, não se aceitem, como padrinhos...
238 - Quando à idade do batizando:...
239 - Aos pais que no dia do batizado de seus filhos trazem padrinhos de consagração...
247 - Salvo razões pastorais excepcionais, mantenha-se a idade...
253 - Salvo razões pastorais excepcionais, mantenha-se como limite...
254 - A catequese crismal tenha duração...

- Quanto ao andamento da **Catequese, Formação e Ensino Religioso**, propomos dois roteiros, um mais simples e esquemático, de simples levantamento, e um mais rico, que deve levar a questionar a nossa prática.

- O **esquema de avaliação** é simplesmente um quadro com sete colunas:

atividade][objetivo][destinatários][lugar e data][duração][responsáveis][avaliação imediata

  - Este quadro nos dará a idéia material do que fizemos. A avaliação pode ser expressa simplesmente com ÓTIMO, MUITO BOM, BOM, REGULAR, DEFICIENTE. Sobre cada atividade realizada podem ser acrescentadas observações além deste sete dados.

- O **questionário de avaliação** tem como objetivo encaminhar uma análise mais aprofundada, e se inspira em textos do documento Sinodal.

14,00: Votação das Prioridades Diocesanas
* Devem ser decididas três Prioridades diocesanas e três destaques.
* Votadas as Prioridades e os destaques, pode-se fazer listagem das sugestões resultantes da apresentação feita no dia 1º.

15,00: Inicio do Planejamento, a ser feito segundo a lista proposta.
* Examinar a lista de propostas de atividades para 1995 e modificar segundo as necessidades, indicando os Objetivos, Destinatários, a fonte de Recursos e os responsáveis.
* À equipe designada para cada atividade como "Responsáveis" deve ser deixada a definição dos itens Data e Local, Duração, Assessoria, Alojamento, Alimentação, Subsídios, Equipamento. A Assembléia poderá fazer sugestões e recomendações.

16,00: M e r e n d a

16,15: Apresentação e discussão em plenário, das folhas de planejamento.

17,00: C E L E B R A Ç Ã O F I N A L, a ser planejada a partir dos resultados, pela equipe de Liturgia.

TAREFAS e PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS:

1. Estudar a proposta de Avaliação e Planejamento e de horário de cada dia, e modificá-la no que for conveniente.

2. Escolher, nomear e preparar 15 pessoas que façam o papel de "Coordenadores de grupos".

3. Avaliar o fato de o nome do novo Bispo já ser conhecido, e o papel que isto deve ter na Assembléia.

4. Cogitar a maneira de comunicar à diocese:
   a) o esforço de fazer uma Assembléia frutífera e ágil, ainda que improvisada
   b) a necessidade de ampliar ao máximo a participação da base, ainda que definindo atividades.
   c) O texto e os questionários, a serem conhecidos pelos delegados e estudados com membros ativos das Paróquias.
5. Preparar os delegados: Estudar e fazer um treinamento mínimo no método de avaliação e Planejamento

6. Eventualmente ao menos tentar uma visita a Paróquias-chave, ou que tenham dificuldades em se preparar para a Assembléia. Discutir com representantes das Comissões e dos Conselhos o roteiro das decisões em andamento.

7. Preparar o material da pasta:
   Texto e questionários - Alguns cantos
   Papel em branco para anotações
   Crachá.

8. Planejar o equipamento necessário:
   Computador e impressora, xerox, máquina de escrever, telefone, serviço de som, papel para cartazes, material para confecção de símbolos litúrgicos,

9. Planejar documentação: Fotografia, filmadora, gravador

10. Verificar e controlar as condições de alojamento, alimentação, organização do espaço

Assembléia Interdiocesana do Povo de Deus:
Fórum das Pastorais Sociais
Rio de Janeiro – RJ
31 de Outubro de 1999
Local: Diocese de Nova Iguaçu – RJ

Relatório:

Foi realizada no dia 31 de outubro de 1999 na Diocese de Nova Iguaçu - Rio de Janeiro.

A Assembléia Interdiocesana das Pastorais Sociais, entidades e movimentos sociais com o tema: "O povo de Deus solidário a caminho do novo milênio."

Lema: Um novo céu - Uma nova terra.

Com representatividades das Dioceses de: N. Iguaçu, Caxias, Volta Redonda, Valença, Niterói, Itaguai, Campos com nº 130 participantes.

~~A Assembléia teve a seguinte dinâmica~~:

Foi um processo desenvolvido dentro da dinâmica da 3º Semana Social Brasileira que assumiu o tema resgate das Dividas Sociais e o jubileu do projeto rumo ao novo milênio.

Com o Fórum das Pastorais Sociais permanente todo 4º sábado do mês;

- *Realização de Seminários.*
- *Participação no momento, nacional.*
- *A Assembléia tratou do tema "O povo de Deus a caminho do novo milênio" levando em as consideração as Dividas Sociais, no campo da saúde, do meio ambiente, da economia, da educação.*
- *Desenvolvendo a seguinte dinâmica;*

1º momento (Espiritualidade) –
2º momento (Processos das Semanas Sociais, desdobramentos e analise de conjuntura.
3º Reflexão Teológica.
4º momento (Troca de experiências e apresentação de experiências concretas ~~no combate ao desemprego~~)

Dinâmica do dia:
Oração inicial (tema: O Brasil que a gente quer)
Acolhida Pe. Agostinho em nome do Bispo da Diocese D. Werne acolheu a todos dando boas vindas e palavras de incentivos.

Abertura: O companheiro "Paulo Banana" fez a chamada das Dioceses.
~~Dioceses presentes~~
Apresentou os objetivos da assembléia que se propôs a ser:
Um momento de reflexão do processo da 3º Semana Social;
um momento de Espiritualidade e Celebração do novo milênio;
um momento de análise de conjuntura política;
um momento de aprofundamento teológico e troca de experiência.
Assessores: Pe. Alfredinho (CNBB), Francisco Ourofino

1º Parte –
A Semana Social ~~sem~~ processo
~~se~~ desdobramento
Pe. Alfredinho
Analise da Conjuntura política
Perspectivas e desafios

Processo de caminhada da Semana Social Brasileira
1991-1992-1994-1997-1999
1ª Semana: Desenvolveu o tema:
Sobre o mundo do trabalho
2ª Semana: Desenvolveu o tema:
Do protagonismo e alternativas "O Brasil que a gente quer"
3ª Semana: As Dividas Sociais.

Analise de Conjuntura:

- *O projeto da Elite, o Projeto Popular*
- *O projeto neoliberal implementado*
- *A questão dos discursos, sobre a pobreza*
- *Perceber as contradições*
- *O FMI assumiu o discurso como estratégia de manutenção da Divida Externa*
- *De forma que nada atinja a liberdade do capitalismo*
- *É uma estratégia política*
- *Estamos saindo do semestre das mobilizações*
- *O governo F.H.C. muda de postura, a arrogância dá lugar a pedido de desculpas*
- *A antecipação do calendário político*
- *Modificação nas eleições 2002*

"Na Questão Econômica"

- *A crise se aprofunda*
- *Aumento do desemprego*
- *desemprego atingi pela 1ª vez a classe média*

A violência é preciso DIFERENCIAR violência de atos violentos.
A violência passa pelo Legislativo, Executivo, Judiciário.
Há um agravamento da situação.
Há uma redução de ganhos.
Situação de exploração.
Quantos são os explorados.
Quanto mais aprofunda a Divida Externa, mais se aprofunda a Divida Interna, sobre tudo no Campo Social.

No Campo Eclesial:
Também a uma crise, refletindo em alguns momentos emblemáticos:
O ato no Maracanã
A busca de uma nova Espiritualidade cresce os Movimentos Sociais, há uma volta do Sagrado amplia-se o grito até a América Latina.
O Projeto Popular não nasce em laboratório. Alguns acontecimentos mostram isso:
As marchas
O tribunal da Divida Externa, as coletas de assinaturas contra a corrupção, contra o pagamento da Divida Externa.
Grito Latino Americano.

- *O Plebiscito da Divida Externa*
- *O Projeto Popular contra corrupção*

Desafios:

- *A busca de uma mística libertadora*
- *Diálogo profundo com os valores do povo*
- *Diagnóstico da realidade*

CEDIM

- *Trabalhar todas dimensões da cultura*
- *A Dimensão psico :social*
- *A questão de gênero*
- *Superar o consumismo*
- *Olhar a realiaade urbana que ultrapassa a cidade*
- *Isto requer renúncia*

~~Intervalo~~ o Intervalo

2ª *Dimensão Teológica* ~~(Francisco Carafino)~~ Explicação e questionamento pelo Bispo Auxiliar Frei Orlando.

- *Estamos no momento da partilha*
- *A busca de uma nova espiritualidade*
- *A Assembléia do povo de Deus é quando o povo tem participação com direito a voz, vez, voto.*
- *É o lugar onde o cristão desenvolve a sua cidadania*
- *Deve revelar a cidade perfeita*
- *A sua Fé*
- *Construir pequenas comunidades*
- *Temos que ter sonhos, se não tivermos sonhos não teremos espiritualidade*
- *Igreja é comunhão e participação, misericórdia é estar com quem precisa de nós.*
- *Libertar do demônio, o poder que toma conta de nossa mente.*
- *A cruz é sinal de castigo, imposto pelo poder romano*
- *Subverter a lei é questionar, quem está do lado do crusificado.*

Não confundir o milênio e o jubileu.

Queremos um milênio sem exclusão. Devemos lutar sempre, o ~~grito~~ apoio com dos excluidos ~~cada vez mais~~.

Como mudar ?

Mudando o relacionamento entre pais e filhos, entre irmãos, nem tudo que a lei diz ~~que~~ é legal, é justo; porque não há paz sem haver justiça.

Precisamos construir juntos a paz, a felicidade e a alegria.

3ª liturgia Celebração

~~Almoço~~ Almoço

4ª ~~Retorno~~ *Trabalho de grupo p/ Diocese* 2ª apresentação de Experiências concretas

~~Troca de experiência~~ Visita em grupos pela cidade

Plenária:

Experiências de alternativas de combate ao desemprego:

- *Mobilização par coleta de assinaturas contra pagamento da divida externa*
- *Realização de um Seminário sobre a divida externa*
- *Experiência Comunitária na área da saúde, educação, saneamento básico*
- *Ato contra violência*
- *Curso de formação social*
- *Curso de pré-vestibular para carentes*
- *Alfabetização de adultos*
- *Desenvolvimento das cooperativas de trabalho em parceria com a central de movimentos populares e a igreja*

Fruto do processo da 3ª Semana Social

- *Cooperativa de transporte rodoviário*
- *Cooperativa de artesão*
- *Projeto resgate da paz*
- *Articulação entre movimentos sociais*
- *Movimento de defesa dos deficientes*

- *Cooperativa de costura*
- *Grupo acompanhamento do Legislativo*
- *Tribunal da divida externa*
- *Acompanhamento do acampamento dos sem terra da fazenda do salto*
- *Orçamento participativo*
- *Orçamento participativo Mirins*
- *Luta contra privatização*

Participação nos conselhos comunitários
Cursos de capacitação
Fórum de assistência social
Acompanhamento aos pescadores da região de Mangaratiba
Acompanhamento ao movimento dos sem terra
Conselho nacional dos leigos e leigas
Assembléias de leigos
Trabalho conjunto com as pastorais
Conferencia regional
Conferencia ano 2000
Trabalho com as CEB'S

Fórum de orçamento participativo
Incentivo e participação na coleta de assinaturas
Participação no Tribunal da Divida Externa
Cursos sobre políticas publicas

Rio: Projeto de Humanização em conjunto com as pastorais.
Cursos profissionalizantes
Congresso dos trabalhadores cristãos
Pastoral da criança, Pastoral do menor
Pastoral da Doméstica , Pastoral da operária.

Ass.: Luiz Carlos de Souza
Luiz Carlos de Souza

CEDIM

PARA ENTENDER A ALCA 3

Assembléias Populares
Reinventando a Democracia



CAMPANHA
NACIONAL
CONTRA A ALCA

Campanha Brasileira contra a ALCA e Rede Jubileu Sul/Brasil
Secretaria
Rua Dr. Neto de Araújo, 168 – Vila Mariana
CEP 04111-000 São Paulo/SP
Fone 0xx11 55721518 Fax 0xx11 55738058
E-mail campcontraalca@terra.com.br
Página www.jubileubrasil.org.br

Campanha Continental contra a ALCA
Rua Dr. Neto de Araújo, 168 – Vila Mariana
CEP 04111-000 São Paulo/SP
Fone/Fax 0xx11 55738058
secr-cont@uol.com.br

Rede Jubileu Sul/Américas
Secretaria
Piedras 730 (1070)
Buenos Aires – Argentina
Tele/Fax 55 54 11 43071867
E-mail jubileo@wamani.apc.org
Página www.jubilesouth.org

Redação:
Sandra Quintela e equipe do Instituto de Políticas Alternativas para o Conesul
Paulo Maldos – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae
Pe. Bernardo Lestienne – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Organismo Anexo da CNBB)
João Pedro Stedile – Via Campesina
Rosilene Wansetto – Secretaria da Rede Jubileu Sul/Brasil

Colaboraram na construção desta cartilha:
Vitor Giannotti, Rodrigo Ávila, Plínio Arruda Sampaio Jr, Marcos Arruda, Nalu Faria, Fátima Sandalhel
Comissão Nacional da Campanha Brasileira contra a ALCA, Núcleo Piratininga de Comunicação e Auditoria Cidadã da Dívida.

Correção gramatical e ortográfica: Jorge Pereira Filho e Gisele Silva

Ilustrações: Nilson Azevedo – Belo Horizonte

Diagramação: CCJ - (11)6917.1425 - ccj-sp@uol.com.br

Nós vos pedimos com insistência:
não digam nunca "isso é natural"
diante dos acontecimentos de cada dia,
numa época em que reina a confusão,
em que corre sangue
em que o arbitrário tem a força de lei,
em que a humanidade
se desumaniza,
não digam nunca:
"isso é natural"
para que nada passe
a ser imutável!

Bertolt Brecht



CEDIM

SUMÁRIO

Apresentação 5

I – Histórico 7

II – Os Problemas Fundamentais da Realidade Brasileira 11

III – Alternativas: O que é preciso fazer para mudar o Brasil? 21

IV – O que é uma Assembléia Popular 33

V – Exigências da Participação Popular nos Destinos do País 43

VI – Propostas de Ação e Calendário 45

Anexo – Questionário para o mutirão de trabalho de base "Que Brasil Nós Queremos" 49

CEDIM

APRESENTAÇÃO

No ano de 2002, foi preparada uma cartilha intitulada "Para Entender a ALCA", que foi um instrumento que contribuiu para a compreensão de milhares de pessoas sobre o que é a ALCA e os seus efeitos. Foram mais de 400 mil exemplares. A cartilha nos ajudou a organizar, a fazer o debate preparatório para o Plebiscito sobre a ALCA, quando mais de 150 mil voluntários se envolveram, tanto no processo formativo como também na própria semana de realização do Plebiscito. Mais de 10 milhões de pessoas foram aos locais de votação, voluntariamente, para dar a sua opinião. E mais de 90% dos que votaram no Plebiscito deram sua opinião contrária à implantação da ALCA.

Em 2003, dando continuidade ao processo de formação e informação sobre a ALCA, ampliando o nosso debate e fortalecendo o trabalho que já vinha sendo realizado no âmbito da Dívida Externa, pela Auditoria Cidadã da Dívida, elaboramos mais uma cartilha, "Para Entender a ALCA 2". Nesse período, ampliamos o debate para os eixos da Dívida Externa, dos Tratados de Livre Comércio e da Militarização. Foram mais de 150 mil cartilhas.

Essas duas cartilhas fazem parte de uma história de luta, de mobilização, de construção conjunta. Mas ainda não conseguimos derrotar o Império e, por isso, a nossa luta deve continuar, ainda mais articulada, mais forte. Nessa história – construída aqui no Brasil, mas articulada com nossos/as companheiros/as de toda a América Latina –, tivemos muitas vitórias. A luta não se encerrou com o Plebiscito realizado aqui no Brasil e em inúmeros outros países. Ampliamos a luta para outros eixos, buscando combater os tentáculos utilizados para que a ALCA vá se instalando aos poucos. Assim, reforçamos a luta pela água, pela terra, pela demarcação das terras indígenas e dos quilombolas, as lutas das mulheres do campo e da cidade, da juventude, dos atingidos por barragens,

dos pequenos agricultores, dos sem teto, dos desempregados/as, dos trabalhadores/as urbanos/as etc.

Como parte de toda essa luta, conseguimos mostrar que juntos somos fortes e estamos atentos às negociações dos diferentes tratados de livre comércio, assim como ao conjunto da política externa e comercial, tanto brasileira quanto mundial. E juntos vamos continuar a denunciar a guerra, a violência, a fome, o desemprego e a reforçar ainda mais a nossa luta pela dignidade e pela democracia defendendo sempre que o povo tem o direito de decidir e opinar.

Para darmos continuidade a essa luta e com o objetivo de contribuirmos na construção das Assembléias Populares, elaboramos mais esta cartilha, a de número 3. Ela traz uma reflexão histórica de nossa caminhada, das nossas lutas, nos ajuda a perceber o momento atual que estamos vivendo, procura apontar algumas alternativas e nos auxilia a entender o que são as Assembléias Populares e como realizá-las.

Também estamos propondo mais um instrumento, que faz parte desta cartilha, um questionário para ser multiplicado e discutido nos mais distintos locais: escolas, universidades, no campo, na cidade, nas famílias, nas comunidades, nos sindicatos, nas associações e em outros tantos lugares nos quais nos reunimos para debater, refletir, confraternizar, celebrar e lutar.

Bom trabalho.

COMISSÃO NACIONAL DA CAMPANHA CONTRA A ALCA

MARÇO DE 2005



I

HISTÓRICO

Paz, justiça e solidariedade são sonhos permanentes, inscritos nos nossos corações e nos corações dos povos. Não há como construir essa nova sociedade sem a participação de todas as forças democráticas do país. A democracia se fundamenta nos valores de justiça, igualdade, solidariedade, pluralismo e dignidade de todos e todas. Não é possível haver democracia sem a participação do povo e das forças populares organizadas.

"Reinventar a democracia". Esse projeto deve nos animar e alegrar enquanto cidadãos apaixonados pela justiça, pela dignidade e liberdade. Desde a sua fundação, a Campanha Jubileu contra as Dívidas e contra a ALCA colocou a democracia no coração de sua prática e do seu horizonte. No momento de querer superar os desânimos e "recarregar as baterias", nada mais natural que esse "reinventar a democracia". Projeto grande e bonito! Nada fácil, sabemos, pois as forças opostas são poderosas e violentas, mas para arar profundamente a terra é bom possuir uma boa ferramenta.

Durante anos, a Campanha mobilizou as energias, empolgou milhares de companheiros e companheiras militantes. Ela foi, e ainda é, um riquíssimo processo de participação, de reflexão, debates, de formação, de organização, mobilização e ação. Uma magnífica escola de formação democrática e cidadã. A Campanha foi, nos últimos anos, um dos maiores processos de educação política do povo brasileiro.

Podemos situar nossa luta dentro do processo histórico, cujos antecedentes estão no movimento de organização e expressão do povo brasileiro, desde o final dos anos 70, quando surgiu um novo sindicalismo e greves pipocaram em muitas fábricas. Ao sair da ditadura, as forças populares se orientaram na mobilização para as

"Diretas Já" e, posteriormente, para a elaboração da nova Constituição Federal, de 1988. Aos poucos, os movimentos sociais (camponeses/as, trabalhadores/as urbanos/as, jovens, mulheres, negros, povos indígenas, etc), sindicais, pastorais foram se articulando em níveis crescentes.

De 1997 a 1999, as pastorais sociais, junto com numerosos parceiros partilhando as mesmas visões e valores, organizaram a "Terceira Semana Social Brasileira" sobre o resgate das dívidas sociais da sociedade brasileira. Na raiz de tantas dívidas encontrava-se sempre a dívida externa. Num Simpósio em Brasília sobre a dívida externa, em julho de 1998, analisou-se as suas causas e conseqüências. A Campanha nasceu durante este Simpósio e chamou-se então: Campanha Jubileu 2000 contra a Dívida Externa.

Para ampliar a mobilização, no final do Simpósio, a Campanha decidiu organizar um Tribunal da Dívida Externa durante três dias, em maio de 1999 no Rio de Janeiro. Mais de 2 mil pessoas participaram. O veredicto final ainda é muito atual para entender o processo do endividamento e suas dramáticas conseqüências sociais e políticas. Depois do Tribunal, a Campanha procurou continuar o processo de debates, participação e organização sobre a problemática da dívida externa. Surgiu, então, a proposta audaciosa de organizar um Plebiscito Nacional no ano 2000, durante a Semana da Pátria (1 a 7 de setembro). Durante os meses de preparação, o país todo debateu o tema da dívida externa. Foi uma mobilização de massa. Mais de 6 milhões de cidadãos votaram no Plebiscito.

Em 2001, a Campanha orientou as suas energias para a realização de uma Auditoria da Dívida, para trazer à luz quem promoveu as dívidas e quem se beneficia delas. No entanto, aos poucos, o tema da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) se tornou prioritário e a Campanha organizou um segundo Plebiscito. Foi outra vitória política da sociedade civil organizada. Nas ruas, escolas, fábricas, nos ônibus e nos trens, falou-se da soberania do país ameaçada por este acordo comercial totalmente desigual, que significaria uma neocolonização institucionalizada, do Brasil e de toda América Latina, pelos Estados Unidos. Ocorreram milhares de debates públicos. Mais de 10 milhões de pessoas votaram. Essa iniciativa representou certamente uma das maiores manifestações democráticas na história do país.

Em 2003, a Campanha juntou mais de três milhões de assinaturas num abaixo assinado para que fosse organizado um Plebiscito Oficial sobre a Auditoria Pública da Dívida, prevista pela Constituição, sobre a ALCA e sobre a Base de Alcântara. Essa grande mobilização não foi considerada pelo governo. Hoje, várias entidades, coordenadas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), tentam aprovar um Projeto de Lei na Câmara dos Deputados que reconheça ao povo a autoridade de exigir do Congresso a realização de consultas públicas, plebiscitos e referendos para que os cidadãos possam se expressar sobre temas importantes para o futuro do país.

Em 2003 e 2004, a Campanha contra a ALCA acompanhou de perto as negociações do novo governo, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) – a nova rodada comercial de Doha –, do acordo entre o Mercosul e a União Européia, e da própria ALCA. A mobilização popular crescente, não só no Brasil, mas no conjunto do continente, teve um importante impacto no processo de "congelamento" das negociações.

A Campanha se articulou mais ainda durante as cinco edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre (Brasil) e em Mumbai (Índia). No segundo FSM, em 2002, a Campanha Jubileu Sul organizou, em conjunto com outras entidades, o Tribunal Internacional da Dívida, com a participação de 2,5 mil pessoas e representantes de mais de 30 países. Esses grandes encontros mundiais foram momentos privilegiados para organizar e fortalecer a articulação entre muitos países sobre os temas das dívidas e do 'livre'comércio. Uma contribuição maior desta Campanha foi mostrar a estreita ligação entre dívidas, "livre comércio" e militarização como estratégia plural, mas única, de dominação por parte do Império Estadunidense, principal promotor do neoliberalismo.

Como conseguimos toda essa mobilização? Indicamos duas razões principais:

1. A cultura popular tem sido uma força permanente de criação. A criatividade, a habilidade e a coragem de tantas pessoas, comunidades e movimentos são a energia e a inspiração que alimentam os trabalhos das coordenações, seja de âmbito nacional, estadual ou local. Valores profundos de dedicação, participação, respeito democrático, pluralismo, esperança e trabalho em mutirão têm ajudado a superar as dificuldades para mobilizar as forças políticas da sociedade civil.

2. A metodologia também explica os bons resultados da Campanha Jubileu. Participação, criatividade, iniciativas na base, diversidade e qualidade dos materiais pedagógicos, dimensão política dos debates, unidade de forças civis e partidárias, articulação entre análise, reflexão e prática, etc., a Campanha Jubileu foi e continua sendo um laboratório e uma grande escola de formação para a democracia participativa.

Esperamos que este novo material, "Assembléias Populares: reinventando a democracia", possa fortalecer tanto nossos sonhos como nossas práticas em favor de um mundo sem dívidas, sem repressão militar e com regras comerciais justas e igualitárias.



II

OS PROBLEMAS FUNDAMENTAIS DA REALIDADE BRASILEIRA

O Brasil é um país grande e rico. Dentro dele cabem mais de 15 Françaas! No território brasileiro existe a maior proporção do mundo de água doce, a mais rica biodiversidade e a maior quantidade e diversidade de minérios que se conhece. Ao mesmo tempo, é um país pobre, pois a maioria da sua população é carente de condições dignas de vida. As causas?

Primeiro, nossa história colonial. Antes de os europeus trazerem o "progresso" ao Novo Mundo, os povos indígenas viviam aqui em harmonia com a natureza e não sofriam de pobreza ou fome – o ambiente oferecia o necessário para a vida e a organização social das comunidades e facilitava a distribuição dos bens, segundo as necessidades. Eram 900 povos indígenas, num total de aproximadamente 6 milhões de pessoas em todo o território que é hoje brasileiro. As guerras e massacres, as tentativas de escravização e as doenças reduziram rapidamente essas populações, a ponto de hoje existirem, em todo o Brasil, 236 povos indígenas num total de 734 mil pessoas.

O colonialismo trouxe para o novo mundo a concentração de riqueza (terra, bens da natureza, depois dinheiro, fábricas, bancos), as desigualdades sociais e a destruição sistemática da natureza. O Brasil foi colônia de Portugal de 1500 até 1822. Foram 322 anos de perseguições, de roubo das riquezas naturais, extorsão por meio de tributos, escravidão e genocídio. Mas, depois, o Brasil continuou submetido à Inglaterra, depois aos Estados Unidos da América e, hoje, às empresas e bancos transnacionais.

Segundo, nossa história republicana tem como marca principal a injustiça e as desigualdades sociais. Os senhores coloniais cederam lugar às oligarquias rurais e urbanas. A riqueza sempre mais concentrada na mão de poucos é a principal matriz do empobrecimento. As várias formas de expulsar as famílias rurais das suas

terras têm provocado um êxodo contínuo para os centros urbanos. As cidades, por isso, estão superpovoadas e a falta de infra-estrutura básica para garantir uma vida digna a milhões de pessoas resulta em condições subumanas de vida, violência, atividades ilegais, degradação da dignidade das pessoas.

Terceiro, a modernização moldada nas práticas dos países ricos – cuja opulência resulta da exploração histórica dos recursos humanos e naturais dos países empobrecidos – é outro fator de empobrecimento. Modernizar é o pretexto que justifica a globalização, isto é, a abertura das fronteiras do país para os capitais do exterior. A ganância de controlar mercados, recursos, a ânsia de gerar lucros a todo custo e exportá-los para suas matrizes fazem de muitas empresas e bancos transnacionais verdadeiras aves de rapina dilacerando a carne e bebendo o sangue das camadas trabalhadoras, com a cumplicidade das elites políticas e econômicas nacionais.

Quando se fala em combate à pobreza, portanto, não basta dar comida a quem tem fome. É preciso não só compreender e atuar sobre o fato da pobreza, mas também sobre os fatores que criam a pobreza, isto é, sobre o empobrecimento como processo. Concentração de riqueza e de renda, desemprego, vulnerabilidade externa, carência de serviços básicos, como a educação e a saúde, relações de corrupção entre políticos e grandes empresas, estas são algumas das principais causas do empobrecimento de um país que é rico de recursos e pode ser rico de bem viver e felicidade para tod@s.

Concentração de renda e de riqueza

Existem diversos fatores que geram essa concentração. Entre os mais importantes está a falta de democracia econômica, que é definida como o direito de toda trabalhadora e todo trabalhador possuir, familiar ou coletivamente, os instrumentos de trabalho, o acesso aos recursos produtivos, aos créditos e aos mercados. Outro fator é a política fiscal dos governos, que define como gasto prioritário o pagamento dos juros das dívidas interna e externa aos banqueiros e, para isso, corta todos os outros gastos, em particular os de investimento em infra-estrutura e serviços públicos. Outro ainda é a política tributária, que beneficia os que têm muito e taxa, sobretudo, os consumidores com o argumento de que

taxar mais os ricos (grandes bancos, grandes proprietários) estimula-os a transferir seus capitais para o exterior! A falta de controles sobre as entradas e saídas de capital do país também é, portanto, um fator de concentração de riqueza e renda. Todos esses fatores podem ser superados ou suprimidos quando a população se mobilizar para pressionar o governo a adotar políticas que democratizem a renda e a riqueza!

LUCROS DOS PRINCIPAIS BANCOS EM 2004

Banco	Lucro (R$ bilhões)
Itaú	3,77
Bradesco	3,6
Unibanco	1,2

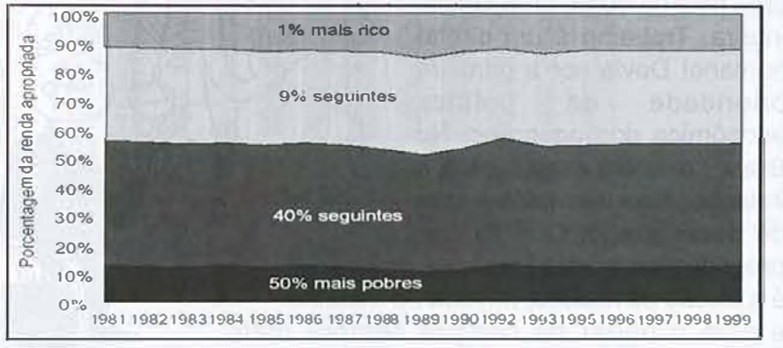
De 1994 a 2003, os 10 maiores bancos aumentaram seus lucros em 1039%
Fonte: ABM Consulting

O lucro líquido dos 27 bancos que já publicaram seus balanços de 2004 aumentou 22,4%, em relação a 2003
Fonte: Consultoria Austin Rating

O grupo Itaú registrou lucro líquido de R$ 3,776 bilhões em 2004, o maior resultado da história do sistema bancário brasileiro
Fonte: Consultoria Economática

O 1% mais rico da população brasileira possui a mesma fatia da renda nacional ganha pelos 50% mais pobres, vejam a tabela abaixo:

Parcelas da Renda Total Apropriada por Diferentes Classes de Renda



Fonte: Elaborado pela Diretoria de Estudos Sociais do IPEA, a partir da PNAD. Retirado do Estudo "Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002", do Ministério da Fazenda.

Nosso país possui a quarta maior concentração de renda do mundo, perdendo apenas para países muito pobres ou em guerra civil. O índice de Gini mede a concentração de renda e varia de zero a 1. Quanto mais próximo de 1, mais concentrada é a renda.

CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO MUNDO

	Países	Coeficiente Gini
1	Serra Leoa	0,629
2	República Centro-Africana	0,613
3	Suazilândia	0,609
4	Brasil	0,607
5	Nicaraguá	0,603

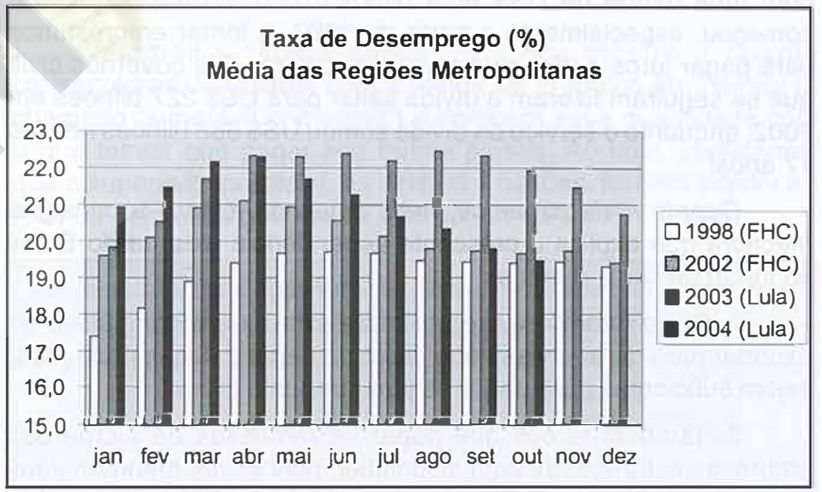
Fonte: ONUN-IDH2002

Desemprego



Imaginem uma população de 65 milhões de pessoas em condições de trabalhar e com um desemprego e subemprego que alcança 12 milhões de pessoas. O desemprego não é um problema de estatística. Ele põe em risco a sobrevivência de uma pessoa ou de uma família inteira. Trabalho é um direito humano! Devia ser a primeira prioridade da política econômica dos governos. No Brasil, existem metas para a inflação, mas não para a taxa de desemprego! Quanto mais progride a economia brasileira, maior é a aflição da maioria, privada de trabalho e com o poder de compra sempre mais comprimido. Mais da metade das pessoas que trabalham está na economia informal. A maior parte são mulheres e jovens que não encontram trabalho no setor formal. Seus trabalhos não têm proteção legal nem segurança. Este é um fator de aprofundamento das desigualdades e de profundo sofrimento humano.

O desemprego no Brasil aumentou muito a partir do Plano Real, implementado em 1994, pois esse Plano abriu o país para os produtos importados. Ou seja, se os brasileiros compram produtos de outros países, as fábricas brasileiras não têm para quem vender, fecham e demitem seus funcionários. Desde então, o desemprego dobrou, e se mantém em níveis altíssimos até hoje. Vemos pelo gráfico seguinte que os níveis de desemprego de outubro/2004 (medidos pelo Dieese) ainda estão acima dos níveis de 1998. A geração de postos de trabalho durante 2004 – segundo o governo, a maior em muitos anos – apenas compensou a grande explosão do desemprego em 2003.



Fonte: DIEESE. Obs: Média das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Distrito Federal, Salvador, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte.

Há outras causas do desemprego:

- as altas taxas de juros que impedem as empresas de investirem e abrirem novos postos de trabalho;

- o pagamento da dívida pública que consome o dinheiro que poderia financiar obras públicas (estradas, escolas, etc), impedindo a geração de postos de trabalho.

Dependência externa

O Brasil sofre de dependência externa. Mas o que é isso? Significa que dependemos do dinheiro que vem de fora do país. E por que dependemos desse dinheiro?

1. Porque temos dívida externa, e temos que pagar as parcelas e os juros desta dívida para os credores internacionais. A dívida externa expressa o grau de dependência de capitais do exterior. No ano do golpe militar, 1964, esta dívida não passava de US$ 3 bilhões. Nos 21 anos de ditadura, o Brasil pagou um total de US$ 162,4 bilhões e quando ela terminou, em 1985, deixou o país com uma dívida de US$ 95,9 bilhões! Isto porque o governo começou, especialmente a partir de 1982, a tomar empréstimos para pagar juros e não para produzir riquezas. Os governos civis que se seguiram fizeram a dívida saltar para US$ 227 bilhões em 2002, enquanto o serviço da dívida somou US$ 588 bilhões nesses 17 anos!

Quanto mais pagamos, mais devemos, esta é a consigna macabra que explica a crescente dependência externa do Brasil ao longo de cinco décadas!

2. Outro fator de vulnerabilidade externa é a compulsão de exportar para gerar divisas que, além de pagar pelas importações, sejam suficientes para pagar os juros daquela dívida.

3. Também temos que pagar as remessas de lucros das empresas estrangeiras aqui instaladas, pois essas mandam seus ganhos para seus países de origem. Mais de 50% da indústria nacional era subsidiária de empresas do exterior no fim de 2003. O avanço do controle dos capitais estrangeiros não se limita às nossas indústrias, mas afeta os produtos que consumimos na nossa vida de cada dia. Até para bebermos uma água mineral, escovarmos os dentes, ou tomarmos uma condução estamos pagando direitos

de propriedade aos capitais estrangeiros.

4. Também temos que pagar por serviços que utilizamos no exterior, como patentes (pela utilização de tecnologia estrangeira), navios estrangeiros (que utilizamos para vender ou comprar produtos do exterior), etc.

Para fazer estes pagamentos, necessitamos de dólares, a moeda norte-americana, única moeda aceita para transações internacionais. E como conseguimos esses dólares?

Uma forma é vendendo produtos para o exterior, cujos compradores nos pagam em dólares. Outra forma é atraindo os investidores estrangeiros, oferecendo-lhes altas taxas de juros, para que nos emprestem dinheiro. Assim, nossa dívida sofre um aumento constante, pois os juros que pagamos são muito altos, e estamos freqüentemente tendo que recorrer a novos empréstimos para pagar os anteriores.

Vejamos a tabela abaixo. Ela nos mostra o quanto conseguimos de dólares com a venda de produtos ao exterior (o chamado "superávit comercial") e compara essa quantidade com o que temos que pagar aos outros países. Ao final, verificamos que o superávit comercial, de US$ 33,7 bilhões, foi bem inferior ao total de despesas que tivemos de pagar: US$ 59,1 bilhões.

Balança de Pagamentos – 2004 – Principais Variáveis

SUPERÁVIT COMERCIAL = US$ 33, 7 BILHÕES

X

DESPESAS = US$ 59,1 BILHÕES

AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA: US$ 33,3 BILHÕES

JUROS DA DÍVIDA EXTERNA: US$ 13,7 BILHÕES

REMESSA DE LUCROS: US$ 7,3 BILHÕES

SERVIÇOS (Transportes, *Royalties*, etc): US$ 4,8 BILHÕES



O QUE SERIA POSSÍVEL FAZER COM O DINHEIRO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO?

- Em 2004, o superávit primário das esferas federal, estadual e municipal FOI de R$ 81 bilhões. Este dinheiro seria suficiente para:
- Construir 16 milhões de casas populares (de alvenaria, com 40 a 50 m2, de acordo com método elaborado pela COPPE/UFRJ, ao custo unitário de R$ 5 mil), o que eliminaria todo o déficit habitacional brasileiro.
- Assentar 2,3 milhões de famílias sem-terra, ou seja, metade de todos os sem-terra do Brasil.
- Gerar 4 milhões de empregos na agricultura (cujo custo médio por emprego gerado é de R$ 20 mil).
- Distribuir um salário mínimo (de R$ 260) mensal por um ano para 26 milhões de brasileiros.

"É indispensável decretar a moratória como forma de abrir um canal para a renegociação [da dívida]. Porém, temos de nos reestruturar para nos adaptarmos à baixa do capital externo, que será um impacto, mas não tão grande como apregoam alguns. Ninguém quer se fechar a negociar com o Brasil, que é um grande cliente."

Celso Furtado

Para pagar nossos compromissos externos, temos de, freqüentemente, recorrer a empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) que, em troca, exige que o Brasil implemente políticas favoráveis aos grandes investidores internacionais. Dentre tais medidas, se destacam:

- a realização do "superávit primário", que significa a reserva de grande parte dos recursos do orçamento público para o pagamento da dívida (ver quadro abaixo);
- a realização de reformas que tiram direitos dos trabalhadores, como a Reforma da Previdência, Trabalhista e a Lei de Falências (que privilegia os bancos, que agora terão maior prioridade no recebimento de créditos das empresas falidas, prejudicando os trabalhadores);
- a "independência do Banco Central", que impedirá o governo brasileiro de poder influir em decisões chave da política econômica, como a determinação das taxas de juros e o controle da movimentação de capitais financeiros;
- a implementação da ALCA que significará o aumento das importações (elevando nossa dependência externa e o desemprego) e a perda de soberania do país.

Educação e Saúde

No exercício do Orçamento da União de 2004, R$ 139,52 bilhões foram gastos com juros e amortização das dívidas públicas internas e externas. Este total equivale a 32% da despesa do ano, que foi de R$ 458,80 bilhões. Deste total, foram autorizados R$ 15 bilhões para a educação, mas apenas R$ 11,1 bilhões foram efetivamente liberados – ou 74% do total autorizado. Esse valor equivale a somente 2,42% do total de gastos públicos em 2004[1]!

Segundo o grande mestre Celso Furtado, ***"forçar um país que ainda não atendeu às necessidades mínimas de grande parte da população a paralisar os setores mais modernos de sua economia,***

[1] Fonte: PACS, a partir da Consultoria de Orçamento e Prodasen – Boletim Orçamento, INESC, ano III, n. 6, dezembro de 2004.

a congelar investimentos em áreas básicas como saúde e educação, para que se cumpram metas de ajustamento da balança de pagamentos impostas por beneficiários de altas taxas de juros é algo que escapa a qualquer racionalidade". E é exatamente nessa ausência de razão em que se baseia o modelo econômico atual.

É necessário e urgente ampliar os níveis de educação e saúde da população. Não é possível manter mecanismos como o superávit primário e as altas taxas de juros em detrimento do investimento em fatores sociais, como educação, saúde, reforma agrária. A educação é um direito humano prioritário e inalienável, por toda a vida. Esse direito é essencial para o acesso aos demais direitos, para a construção de valores solidários, para a emancipação e o exercício da cidadania. As políticas públicas devem assegurar a concretização desses direitos. Os estados têm a obrigação de garantir de forma universal e gratuita, sem discriminação ou exclusão, o pleno direito a uma saúde e educação pública e emancipatória em todos os níveis e modalidades[2].



*"**Não estamos perdidos**. Pelo contrário, venceremos se não tivermos desaprendido a aprender".*

Rosa Luxemburgo

[2] Carta da terceira edição do FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO

III

ALTERNATIVAS: O QUE É PRECISO PARA MUDAR O BRASIL?

1. É preciso distribuir a terra, demarcar os territórios indígenas e de quilombolas.

Um por cento dos proprietários de terras no país controla 48% das terras produtivas do País. Enquanto isso, uma massa de mais de 4,5 milhões de trabalhadores rurais está privada de acesso à terra e às condições produtivas indispensáveis para o sustento das suas famílias. Os povos indígenas e os remanescentes de quilombos, em grande parte, não possuem seus territórios demarcados e não estão livres de invasores – fazendeiros, madeireiros, empresas de mineração, ecoturismo, agronegócio etc.

Ao contrário, o que se deve garantir é que todas as famílias brasileiras que quiserem trabalhar na terra devem ter esse direito. Mas para isso é necessário:

- estabelecer o tamanho máximo da propriedade rural em no máximo 1 mil hectares e desapropriar todas as demais;
- desapropriar todas as fazendas de empresas transnacionais e de todos aqueles envolvidos em corrupção, trabalho escravo e agressão ao meio ambiente;
- distribuir a terra é torná-la fonte de emprego, alimentos e renda. É distribuir dignidade, segurança e cidadania.
- identificar, demarcar e homologar todos os territórios indígenas e de quilombolas existentes no país.

2. É preciso distribuir a riqueza

Em 2002, segundo a revista Forbes, havia no Brasil 75 mil milionários em dólar. Em 2003, numa população de 180 milhões, eles passaram a 80 mil. O patrimônio de todos eles somava 1,750 trilhão de dólares! Esta quantia equivale a duas vezes a renda nacional do mesmo ano de 2003. Mais grave, a riqueza acumulada pelos 80 mil milionários brasileiros equivale ao somatório da dívida externa de todos os países em desenvolvimento de renda média, segundo o Banco Mundial. Enquanto isso, 53 milhões de habitantes do Brasil vivem abaixo da linha de pobreza, com menos de R$ 90 por mês e sofrem de má nutrição. Outros 126 milhões têm rendimento inferior a cinco salários mínimos (R$ 1,3 mil), estimados como o mínimo para uma vida familiar em condições de dignidade. Portanto, a maioria da população do Brasil é pobre ou miserável. É preciso:

- aumentar os salários de forma que ele garanta uma vida digna a todos os trabalhadores e trabalhadoras;
- aumentar o imposto de renda sobre os lucros das empresas e dos bancos. Impor altas taxas de impostos sobre as fortunas.



3. Recuperar nossa soberania e suspender o envio de capital para o exterior

É preciso acabar com a nossa atual dependência externa. Temos de superar o problema da dívida externa, produzir nossa própria tecnologia, e parar de consumir produtos importados caros, que somente servem às classes ricas O governo poderia investir maciçamente na melhoria de serviços como saneamento, habitação popular, saúde, educação... Assim, a renda se desconcentraria, pois muitos empregos seriam gerados, e os mais pobres teriam acesso a serviços e bens básicos à sua sobrevivência.

- romper com o FMI e com o Banco Mundial;
- restaurar a preponderância do poder político na condução da política monetária, revogando a autonomia de fato do Banco Central;
- retirar-se imediatamente das negociações da ALCA e de suas congêneres com a União Européia, além de não permitir a privatização dos serviços públicos, orquestrada pela OMC;
- suspender o pagamento da dívida externa. Utilizar os recursos do não pagamento para programas em benefício de todo o povo, como: reforma agrária, habitação popular, criação de empregos, educação pública, saúde!
- reestruturar a dívida interna e revogar a Lei de Responsabilidade Fiscal (que transforma os investimentos públicos e a política social em variável de ajuste das contas públicas);

4. Controlar os bancos e o capital financeiro

Como foi descrito no item "Dependência Externa", o Brasil precisa pagar altas taxas de juros para nossos credores, para que eles nos emprestem dinheiro. Assim, é muito mais vantajoso aos

bancos emprestarem seu dinheiro ao governo, ao invés de financiarem fábricas, ou qualquer outro tipo de empreendimento, o que impede a geração de novos postos de trabalho. Para que possamos baixar nossas taxas de juros:

- nenhum país conseguiu se desenvolver sem controlar os bancos;
- imediata implantação de mecanismos de controle de entrada e saída de capitais especulativos;
- para o desenvolvimento de um Projeto Popular será necessário controlar os bancos e utilizar os recursos para o desenvolvimento da produção e do emprego;
- a dívida interna do governo já foi paga muitas vezes. A dívida pública com os bancos também deve ser controlada.

5. Moradia com dignidade para todos e todas

São mais de 11 milhões de moradias necessárias para atender as famílias de sem teto que se acumulam nas cidades brasileiras. Basta circular pelas periferias das cidades ou pelas ruas dos centros urbanos para ver em que condição está vivendo a população brasileira. Qual a solução?

- todos os terrenos vazios nas cidades deveriam ser desapropriados e destinados a programas de habitação.
- impor pesados impostos sobre quem explora aluguel. Ninguém tem o direito de viver de renda, explorando a necessidade de moradia do povo.
- fazer um grande programa de habitação popular, que estimularia a indústria da construção civil, gerando assim milhões de empregos e resolvendo o problema dos sem casa.
- todo financiamento público seria apenas para moradia popular.

6. Reorganizar a produção na indústria e na agricultura

É preciso que nossa economia se oriente para a produção de produtos e serviços consumidos pelos mais pobres, que podem ser produzidos aqui mesmo no Brasil, gerando muitos empregos. A chave do problema reside no padrão de desenvolvimento dependente, subordinado aos interesses do capital internacional e baseado na cópia das pautas de consumo das economias centrais. É necessário um estilo de desenvolvimento que coloque em primeiro plano o atendimento das necessidades sociais das camadas desfavorecidas da população. Para isso é necessário:

- reorganizar a indústria para produzir bens com a qualidade que o povo precisa;
- estimular iniciativas de economia solidária como forma de apoiar e reforçar os empreendimentos dos próprios trabalhadores e trabalhadoras;
- não consumir produtos de empresas que financiam guerras, destruição ambiental e maltratam seus trabalhadores.

7. Um Estado a serviço da maioria

Evidentemente, uma política econômica alternativa exigiria uma profunda mudança na correlação de forças. Portanto, as forças populares devem evitar o equívoco de acreditar em "milagres" do governo Lula – ou de qualquer governo – e desperdiçar a rica oportunidade histórica de debater um Novo Projeto para o Brasil.

A abertura de novos horizontes para o povo brasileiro depende da construção de uma correlação de forças que permita a superação dos gigantescos bloqueios que condenam a sociedade brasileira à dependência e ao subdesenvolvimento: o jugo das finanças internacionais sobre a economia brasileira e o mando despótico da burguesia urbana e rural sobre a classe trabalhadora.

CEDIM

8. É preciso democratizar a informação

A maior parte do que vemos, ouvimos, sabemos gostamos ou sentimos, não nasce de nossa experiência direta de vida, nasce do que lemos nos jornais; do que a televisão mostra; do que os rádios dizem. Quem controla os jornais, as televisões e as rádios faz de tudo para controlar as nossas cabeças. No Brasil, apenas seis grandes grupos de empresários e políticos são donos de quase todas as redes de comunicação. Eles decidem o que podemos ver, ouvir e saber. É um controle silencioso, feito aos poucos, todos os dias. Nem sentimos esse controle das nossas mentes, pois nos acostumamos a ele. As televisões apresentam muita vulgaridade e violência para rebaixar o nível do nosso povo. Escondem muito do que poderiam fazer para ajudar a compreender a realidade brasileira.

O que fazer?

- as redes de televisão e rádios devem ser democratizadas, ou seja, reorganizadas na forma de empresas públicas, a serviço da sociedade, para difundir informações verdadeiras, educação de qualidade e diversão saudável;
- a sociedade deveria poder influir, decidir na qualidade de sua programação e utilizar esses meios de comunicação como instrumentos de educação, de cultura de nosso povo, e não de alienação e vulgaridade como agora.
- democratização das verbas públicas publicitárias para os meios de comunicação impressos, de forma que o Estado não contribua na manutenção dos grandes monopólios, concentrando seus anúncios nos grandes veículos, como faz hoje, mas atue garantindo a pluralidade da informação;
- incentivar as rádios comunitárias, como instrumento de comunicação local e regional.



9. É preciso democratizar a saúde, a educação e a cultura

Um povo que não tem acesso à educação e à saúde e que vê sua cultura ser destruída é um povo incapaz de encontrar seus próprios caminhos de superação das desigualdades e injustiças. Para isso é necessário:

- rechaçar qualquer acordo nacional e internacional que promova a mercantilização da saúde e da educação, do conhecimento, da ciência e tecnologia, particularmente o relativo ao comércio e serviços da OMC;
- recusar programas de ajuste estrutural que pressionam os governos a desmantelar os serviços públicos;
- rechaçar a ingerência das empresas nacionais e multinacionais nos sistemas de educação e de saúde públicas;

- exigir a igualdade de gênero no acesso à educação, à saúde e aos espaços de decisão de políticas públicas;
- promover ações contra o racismo e contra as diferenças de classe social;
- apresentar aos governos nacionais uma agenda que priorize programas para a eliminação do analfabetismo, pela inclusão educacional da população mais excluída e contra a exploração do trabalho infantil;
- defender uma forma de educação profissional que recuse a lógica da empregabilidade e inclua as dimensões ética, estética e política.
- garantir o direito e o acesso à cultura, de participação nas atividades culturais que elevem o nível de conhecimento da população.
- garantir o direito a um lazer saudável e digno.

10. Fazer uma auditoria da dívida pública

Frente ao processo de endividamento, precisamos saber como surgiu toda essa dívida pública? Quanto já pagamos e quanto ainda devemos? Realmente devemos? Quem contraiu tantos empréstimos? Onde foram aplicados os recursos? Esse endividamento significou algum benefício para o povo brasileiro? O que foi feito diante de tantas ilegalidades e ilegitimidades desse processo?

Essas são algumas das perguntas que o grupo de estudos da "Auditoria Cidadã da Dívida" – Campanha Jubileu Sul – procura responder. O objetivo da auditoria é dissecar o processo de endividamento do País, revelar a verdadeira natureza da dívida e, a partir daí, promover ações no sentido de reduzir o montante das dívidas interna e externa.

A auditoria da dívida externa está prevista na Constituição Federal do Brasil de 1988, no artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mas até hoje não foi cumprida. No ano 2000, mais de 6 milhões de brasileiros participaram do Plebiscito da Dívida Externa e votaram NÃO à continuidade do pagamento da dívida

sem antes realizar a auditoria prevista na Constituição Federal.

Em novembro de 2004, a OAB decidiu ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF) com ação para obrigar o Congresso Nacional a instalar Comissão para realizar auditoria da dívida externa.

As ilegalidades de nossa Dívida – A origem da dívida atual pode ser explicada a partir da década de 70. Contratos haviam sido assinados pelos governos militares da época admitindo-se juros flutuantes, o que permitiu aos credores aumentarem livremente as taxas de juros, que saltaram de patamares em torno de 5% ao ano para mais de 20% ao ano, provocando a multiplicação do valor da dívida externa. Esse aumento unilateral das taxas de juros é considerado ilegal pelo Direito Internacional.

Assim, o Brasil enviou ao exterior, de 1979 a 2003, a título de juros e amortizações da dívida externa, US$ 170 bilhões a mais do que recebeu de empréstimos, e a dívida se multiplicou por quase cinco, tendo chegado a US$ 235 bilhões em 2003. Caso os credores não tivessem aumentado abusivamente as taxas de juros, a quantia que enviamos para o exterior teria sido suficiente para quitarmos a dívida em 1989, e ainda seríamos credores de US$ 100 bilhões.

Nos anos 90, a sustentação do Plano Real se ancorou na atração de capitais estrangeiros para o financiamento das importações, mas o governo também se endividou em moeda brasileira, emitindo títulos da dívida interna que remuneravam investidores brasileiros e estrangeiros com as taxas de juros mais elevadas do planeta. Assim, a dívida interna também se multiplicou.

Participe da Auditoria Cidadã da Dívida

Um importante objetivo da Auditoria Cidadã da Dívida é a verificação da correta aplicação dos recursos dos empréstimos. Para isso, é fundamental a participação de economistas, advogados, estudantes e membros de comunidades locais na verificação dos projetos financiados, tais como estradas, pontes, projetos de assentamento rural etc, certificando que tais obras realmente foram concluídas. Esse trabalho já tem sido feito em alguns estados e, para participar, contatar a Coordenação da Auditoria Cidadã da Dívida, no tel (61) 218-5276.

11. É preciso uma política que garanta a igualdade para as mulheres

As mulheres são as mais pobres, têm o maior índice de desemprego, não têm sua qualificação reconhecida no mercado de trabalho e, em todas as situações, recebem menos que os homens para os trabalhos equivalentes. A situação de violência doméstica e sexual vivida pelas mulheres é alarmante: a cada 15 segundos uma mulher é agredida. Entre as mulheres, é muito alto o número de mortes evitáveis, principalmente a mortalidade materna, devido a falta de assistência à saúde. Para as mulheres negras, camponesas e indígenas a desigualdade é ainda maior.

Por isso, combater a desigualdade das mulheres exige:

- políticas sociais universais, distribuição de renda, reforma agrária;
- um modelo voltado para o consumo interno das massas, sustentável, com equilíbrio entre produção e reprodução, decidido de forma soberana e democrática;
- políticas concretas que ampliem a autonomia das mulheres, alterem a divisão sexual do trabalho, assegurem o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, combatam todo tipo de violência, em especial a violência doméstica e sexual, e a discriminação, sobretudo, a por orientação sexual.

A história do Brasil ensina que só a pressão social de baixo para cima é capaz de promover os interesses das classes populares. Logo, não pode haver ilusão. O povo brasileiro não deve esperar nenhuma transformação social que ele não possa conquistar com as próprias mãos.



"No Brasil, sempre se seguiu a rotina de privilegiar os privilegiados, sem tentativas frutíferas de intervenção programada na distribuição da renda. Mantêm-se níveis salariais os mais baixos possíveis, como desvalorização brutal do trabalho e intensa exclusão social. Com isso, atribui-se aos pobres os custos de sua reprodução. O trabalhador superexplorado gera outros trabalhadores na mesma condição e o miserável multiplica o número de miseráveis"

Florestan Fernandes

IV

O QUE É UMA *ASSEMBLÉIA POPULAR*

A idéia de uma prática política sistemática com base na "Assembléia Popular" nasce da busca por garantir uma forma democrática de organização da vida social. Já imaginou se em cada bairro, zona administrativa, cidade, comunidade rural, existisse um espaço onde cada cidadão e cidadã pudesse dar sua opinião sobre assuntos como a gestão da saúde, da educação, da política externa do país, das agendas a serem cumpridas pelos governos, etc? Onde as pessoas que participassem com regularidade e pensando com sua própria cabeça fossem os principais sujeitos de definição das políticas públicas? Estabelecendo prioridades e acompanhando o processo de execução, não apenas do ponto de vista do orçamento público, mas sobre a própria natureza dessas políticas públicas? A missão desses espaços de democracia direta é o de tomada de decisões, e não apenas um espaço opinativo.

A palavra democracia muitas vezes não representa a realidade, na qual uns poucos pensam, decidem e mandam em nome de um poder que lhes foi conferido um dia pelo voto. A democracia representativa deveria ser a forma mais legítima de administração dos interesses de todo o povo. Porém, sabemos que a prática é bem diferente da teoria.

Muitas vezes, a democracia, que deveria ser o governo do povo, a serviço do povo, acaba se tornando um governo sem o povo.

Os que têm uma cabeça conservadora dizem que a solução é um governo autoritário. Mas para o povo só interessa um governo onde ele possa opinar, defender os interesses do conjunto e decidir o que achar mais útil para si e para a coletividade. Esse tipo de democracia é chamada de democracia participativa, uma democracia de verdade.

É possível o povo delegar seu poder para alguns como seus representantes. Mas é preciso que sejam cumpridas muitas condições. A primeira é que o povo seja informado com franqueza sobre o que os

eleitos por ele estão fazendo. A segunda é que os mandatos obtidos pelo voto possam ser revogados quando o eleito não cumprir suas obrigações com o eleitor. Há muitas outras condições a serem observadas para se vivenciar uma verdadeira democracia. Uma das formas encontradas para garantir uma democracia efetiva são as Assembléias Populares.

As Assembléias Populares são o espaço onde o povo pode dar sua opinião, sugerir, e, finalmente, aprovar decisões de seu interesse e da comunidade. É ali que a população deve discutir os problemas das suas vidas, do seu bairro, da cidade e do País.

Os que forem eleitos como seus representantes deverão aplicar o que foi decidido de forma coletiva e viabilizar o que representa a vontade do povo. Decisões sobre saúde, educação, serviços públicos, organização da cidade e do Estado devem ser discutidas da forma mais ampla possível.

Esse é o sentido das Assembléias Populares. São reuniões onde o povo, junto com aquelas pessoas que elegeu para representá-lo, discute o destino do seu bairro, o destino da sua cidade e mesmo o destino do nosso País.



O povo sabe o que falar e fazer?

Para poder construir este tipo de Democracia Popular, que combina a democracia direta, nas mãos do povo, com a democracia representativa não é fácil.

Isso exige que o povo se prepare, que estude os problemas coletivos. Exige que o poder público faça um trabalho de informação, de esclarecimento e de formação política do povo. Sem informação não há participação. Há, sim, massa de manobra nas mãos de políticos que querem se aproveitar do povo.

O sentido da política é servir ao povo, aos interesses do povo. Hoje, a gente vê que a maioria dos políticos está nos cargos para os quais foram eleitos sem nenhum contato, diálogo, debate ou prestação de contas com aqueles que os elegeram. As eleições, da forma como costumam acontecer, acabam sendo uma manipulação do voto dos eleitores. Para termos uma verdadeira democracia, é preciso mudarmos completamente as leis e a prática que, hoje, regem a nossa vida política.

E o passo inicial para se fazer esta mudança é devolver a voz ao povo. As Assembléias Populares podem ser esse passo em direção a um novo caminho, numa construção política coletiva que tenha como base ouvir o que o povo pensa e quer.

Para isso, para esse início de caminhada, é necessário propiciar ao povo informações e estimular a participação. A população informada, esclarecida e estimulada a participar vai dizer o que sente, o que precisa, o que quer. Vai estabelecer quais são as prioridades para o seu bairro, para a sua cidade, para o seu estado, para o nosso país. E isso tudo deverá acontecer em reuniões coletivas, com muita gente participando. Estas são as Assembléias Populares.

O Plebiscito sobre a ALCA: um exemplo de democracia.

O cientista político italiano Norberto Bobbio diz que "a democracia não cumpriu as suas promessas e, por isso, necessita ser reinventada".

Experiências desta democracia reinventada foram o Plebiscito sobre a Dívida Externa e o Plebiscito sobre a ALCA, realizados em 2000 e 2002, respectivamente. Foram iniciativas tomadas pela Rede Jubileu Sul, em conjunto com igrejas e movimentos sociais de todo o Brasil, que ouviu a opinião de mais de 6 milhões de votantes, no primeiro Plebiscito, e de mais de 10 milhões, no segundo.

Estes dois Plebiscitos aplicaram o princípio da democracia popular. Com a participação de milhares de militantes e ativistas voluntários, foi organizada uma ampla campanha de esclarecimento e de formação política. Em milhares de pequenas reuniões se discutiu o significado da dívida pública (externa e interna) e do projeto dos EUA de criar a ALCA. Foram vistos os prejuízos que tanto a dívida como a ALCA trazem para o Brasil. No final, foram organizados Plebiscitos livres e não-oficiais, mas que recolheram, nos dois momentos em que foram realizados, a opinião de milhões de cidadãos e cidadãs em todo o país. Foram esforços e exemplos de construção do verdadeiro poder popular. Foram experiências de controle, por parte do povo organizado, sobre as políticas de governo.

Com essas consultas massivas, a Campanha colocou nas ruas assuntos de extrema importância para o povo brasileiro, como a dívida externa e a ALCA. Estabeleceu, assim, uma prática intensa de debates, estudos, produção de materiais didáticos, peças de teatro, músicas, poesias, vídeos etc. Foi um exercício prático de formação e informação dos setores populares.

Com estes Plebiscitos, foi criada uma grande movimentação em torno de temas que dizem respeito diretamente a cada um e cada uma de nós. Esse é o caminho. Sabemos que os meios de comunicação estão a serviço da classe que sempre dominou o nosso país e simplesmente não tratam dos temas de interesse da grande maioria da população. Não querem que o nosso povo se esclareça. Quando tratam de algum tema que diz respeito ao povo escondem a verdade ou a falsificam. No caso da dívida e da ALCA, sempre estão do lado dos que favorecem os interesses de quem se beneficia com a dívida externa ou com a dependência do Brasil às multinacionais e ao Império Estadunidense.

Multiplicar as Assembléias Populares e a organização do povo

O povo precisa se organizar para defender seus interesses fundamentais. Isso exige a participação democrática de todos. Só assim poderemos ter uma organização para discutir, apresentar soluções e alternativas. Poderemos decidir estratégias e táticas para mudar a situação de opressão e exploração na qual vive a grande maioria do povo brasileiro.

Não podemos nos iludir pensando que o sistema capitalista no qual vivemos vai garantir a vontade do povo. Essa é uma ilusão. Não podemos esperar que os vitoriosos nas eleições, da maneira que esses processos ocorrem, automaticamente defendam os interesses do povo. Os vereadores, deputados, senadores e todos os que assumem cargos no Executivo devem estar sempre junto com a população que os escolheu. Eles devem participar das Assembléias Populares e, depois, implementar o que o povo decidir. É uma proposta de inversão da prática política atual.



Como Organizar Uma Assembléia Popular

Para organizar uma Assembléia Popular, é importante cuidar de uma série de aspectos que deverão garantir que ela atinja os seus objetivos. Ela pode ser organizada por área geográfica (bairro, cidade, região, etc) ou pode ser organizada por temas como moradia, reforma agrária, violência urbana, movimento de mulheres, indígenas, movimento negro etc.

Os aspectos mais importantes envolvidos na realização de uma Assembléia Popular são:

1. a preparação;
2. a mobilização;
3. a data e o local;
4. as equipes de trabalho;
5. a organização do dia;
6. a continuidade do processo.

Preparação

É fundamental, para se preparar uma Assembléia Popular, que um grupo se reúna para planejar cada aspecto envolvido na sua realização. Este grupo deverá pensar:

- na melhor data para a Assembléia Popular;
- no local mais apropriado;
- na divulgação do evento;
- na divisão de tarefas entre os membros do grupo;
- na coordenação do dia;
- na preparação de materiais que irão subsidiar os debates;
- no convite aos palestrantes;
- na avaliação e na continuidade do processo.

O que deve perpassar toda a preparação é a busca da maior participação possível da população que pretendemos atingir, fornecendo a ela informações para os debates e uma dinâmica de trabalho que garanta a palavra de cada um/uma, assim como mecanismos democráticos e consensuais de deliberação.

Mobilização

Para a mobilização, é importante ter clareza da população que queremos envolver com a Assembléia Popular, das formas de chegar até ela e como.

É importante se atentar em atingir a população com informações claras sobre a importância política do tema a ser discutido e da sua participação nele.

É importante também definir as estratégias de comunicação: por carta, cartaz, panfleto, rádio comercial, rádio comunitária, televisão, *outdoor*, carro de som, Internet, avisos orais etc.

Neste sentido, é preciso pensar as estratégias de comunicação dentro dos prazos que antecedem a realização da Assembléia Popular, para que as pessoas fiquem informadas, mobilizadas e dispostas a participar com a antecedência necessária.

Data e Local

Para planejar uma Assembléia Popular é importante definir uma data e um local apropriados para o que se pretende realizar. A data deve ser um dia e horário quando houver a maior disponibilidade possível dos potenciais participantes, mulheres, homens, trabalhadores, jovens, idosos, pessoas das mais variadas crenças e religiões, estudantes, desempregados/as etc. O horário é importante na medida em que viabiliza as pessoas participarem e voltarem para suas casas sem transtorno.

O local deve ser central para o conjunto de potenciais participantes, de fácil acesso por transporte público. As dimensões também devem ser condizentes para o público planejado, que

CEDIM

garanta a escuta, a fala e o debate por parte de todos/as. É importante se organizar espaços onde os filhos/as crianças dos participantes possam ficar, em atividades de cunho pedagógico e lúdico.

A ambientação do local também é importante para que as pessoas se sintam acolhidas, confortáveis, sem esquecer de se fazer uma decoração com símbolos das lutas e aspirações populares, dos nossos heróis, mártires, assim como símbolos das organizações populares como bandeiras, cartazes, fotografias etc.

Equipes de Trabalho

É importante que o grupo organizador da Assembléia Popular forme equipes de trabalho para que todos os aspectos organizativos sejam bem cuidados e o próprio evento seja fruto de um esforço coletivo.

Desta forma, é importante se constituir, pelo menos:

- equipe de mobilização;
- equipe de finanças;
- equipe de comunicação;
- equipe de contatos;
- equipe de ambientação;
- equipe de som;
- equipe de animação;
- equipe de subsídios;
- equipe de limpeza;
- equipe de trabalho com as crianças;
- equipe de alimentação;
- equipe de transporte;
- equipe de segurança;
- equipe de saúde;

- equipe de credenciamento;
- equipe de registro e sistematização.

O próprio processo de organização, mobilização e realização da Assembléia Popular por meio de equipes de trabalho deve ser um processo pedagógico, que envolve e traz para a organização mais e mais pessoas dispostas a se engajar com maior profundidade nas lutas sociais. Portanto, as equipes de trabalho devem ser abertas para a participação de pessoas interessadas até no próprio dia da realização do evento.

Organização do Dia

É importante que a Assembléia Popular tenha sua organização bem planejada, em cada detalhe:

- horários;
- dinâmicas;
- coordenadores;
- intervalos;
- místicas;
- subsídios;
- equipamento;
- alimentação.

O bom andamento e a realização dos objetivos de uma Assembléia Popular vai depender do cuidado que se tiver com os seus detalhes organizativos. Falhas nesses detalhes podem comprometer todo o esforço coletivo empenhado e prejudicar os seus resultados.

Continuidade do Processo

É importante que se planeje uma Assembléia Popular e que, desde logo, também se pense a sua continuidade. Para tanto, é fundamental que se marque um momento de avaliação da

CEDIM

Assembléia com todas as pessoas envolvidas na sua preparação e realização.

A partir dessa avaliação é possível se planejar os próximos passos a serem dados, no trabalho de base, no trabalho de formação, nas mobilizações populares, na organização de grupos, na ampliação e melhor estruturação do movimento local como um todo.

Assembléia Popular:
Que Brasil nós queremos?

No final desta cartilha, vocês vão encontrar um questionário para o mutirão de trabalho de base que deverá ser realizado entre os meses de maio e junho nas escolas, residências, sindicatos locais, pequenas reuniões, universidades, ou outras formas de reunir as pessoas e conversar sobre *Que Brasil nós queremos?* No questionário, estará sendo perguntado sobre os principais problemas do país e da cidade do entrevistado, assim como as soluções propostas.

As respostas recolhidas devem ser organizadas e apresentadas durante as Assembléias Populares locais, estaduais e nacional. É uma forma concreta de fazer valer a opinião de um número significativo de pessoas, além, é claro, das que estarão participando das Assembléias.



V

EXIGÊNCIAS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS DESTINOS DO PAÍS

São enormes os desafios para a construção de um Brasil livre, justo, soberano e plenamente democrático. Como vimos, nossos problemas como povo brasileiro são grandes, seculares e estruturais e a classe dominante, embora pequena, é extremamente conservadora e aferrada a seus interesses. Os setores populares, embora amplamente majoritários e organizados num grande número de movimentos, no campo e na cidade, em todas as regiões do país, possuem muitas dificuldades para fazer valer seus direitos.

Nosso sistema político, baseado na chamada "democracia representativa", vem mostrando cada vez mais seus limites. As elites nacionais e internacionais, com seu poder econômico e político, influenciam, controlam ou simplesmente determinam o que devem fazer os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Os critérios da representatividade e da igualdade de direitos caem por terra frente ao poder avassalador dos recursos econômicos, dos *lobbies* empresariais, das leituras dos meios de comunicação de massa sempre de acordo com a classe dominante. Junto com o poder financeiro, o poder ideológico das elites se infiltra nos três poderes da República e faz deles seus instrumentos de dominação de classe.

Portanto, já é hora de começarmos a pensar e praticar alternativas políticas a essa situação, na perspectiva de construção do Brasil que queremos. Um instrumento fundamental para essa nova construção são as Assembléias Populares – nelas, os setores populares poderão exercer livremente seu direito à informação, ao debate e à participação nos assuntos que dizem respeito, tanto à sua vida cotidiana como à vida nacional.

O exercício de participação nas Assembléias Populares irá

potencializar cada vez mais o povo brasileiro na sua capacidade organizativa e na sua formação política. A articulação desta força social organizada com mecanismos de intervenção no interior do nosso sistema de representação política poderá constituir o contrapeso necessário ao poder da burguesia nacional e internacional.

Radicalizar a democracia; defender, garantir e conquistar direitos; construir uma nação de acordo com as necessidades e anseios das maiorias populares em nosso país – tudo isso será possível se inventarmos novas formas de participação popular em todo o Brasil.

Este é o grande desafio colocado diante de nós.



V

PROPOSTAS DE AÇÃO E CALENDÁRIO

Março

08 – Mobilização e luta das Mulheres

19 e 20 – Dia de Mobilização e resistência contra as guerras e pela retirada das tropas militares do Iraque

Mês intensivo para a coleta de assinaturas da Campanha pelo direito ao Plebiscito Popular (Regulamentação do Artigo 14 da Constituição Federal)

Abril

03 a 09 – Missão de solidariedade e denúncia da situação que se encontra o Haiti após a chegada dos militares ao país.

Encontros Estaduais de Formação, plenárias da Campanha Contra a ALCA dentro dos eixos (OMC, ALCA, Livre Comércio, Dívida, Amazônia, e Desmilitarização)

08 a 10 – V Encontro Nacional de Formadores da Campanha Contra a ALCA e o Livre Comércio *(Local descentralizado – São Paulo, Goiânia, Recife e Belém)*

08 a 10 – 7º Encontro Nacional dos Articuladores/as do Grito dos Excluídos – São Paulo

10 a 16 – Semana da Ação Mundial contra o neoliberalismo e as transnacionais (pichações, ações contra as transnacionais, campanha pelo plebiscito, feiras de debate com a sociedade). Intensificar no dia 15 de abril.

15 – Atos nas capitais da Semana de Ação Mundial e lançamento da Marcha da Via Campesina (concentração

conjunta nas capitais)

17 – Ato pela Reforma Agrária em Goiânia

18 – Lançamento da Marcha da Via Campesina e Ato Político pela Reforma Agrária e contra o Neoliberalismo – onde buscaremos intensificar o debate com a sociedade sobre os temas ligados a Reforma Agrária e os eixos da Campanha contra a ALCA, Livre Comércio, Dívida e outros.

26 a 30 – Encontro Hemisférico de luta contra o Livre Comércio/ ALCA/TLC´s em Cuba

Maio

01 – Dia do Trabalhador

Ato na chegada da Marcha da Via Campesina em Brasília

Mutirão de consulta ao povo brasileiro - Questionário "Que Brasil nós queremos"?

Junho

Assembléias populares "Que Brasil nós queremos?" sobre o Modelo Econômico nos Municípios

Julho

Assembléias populares "Que Brasil nós queremos?" sobre o Modelo Econômico nos Municípios

Agosto

Assembléias populares "Que Brasil nós queremos?" sobre o Modelo Econômico nos Estados

Setembro

Atividades preparatórias para o Grito dos Excluídos e também para a Assembléia Popular Nacional

01 a 07 – Semana da Pátria e Grito dos Excluídos

19 a 21 – Assembléia Popular Nacional "Que Brasil nós queremos?" sobre o Modelo Econômico – Brasília

Outubro

12 – Grito dos Excluídos Continental

12 a 17 – Jornada Mundial das Mulheres

20 a 23 – Seminário Nacional da 4ª Semana Social Brasileira – CNBB

Novembro

Cúpula das Américas e Cúpula dos Povos das Américas na Argentina

Dezembro

Ministerial da OMC em Hong Kong

CEDIM

ANEXO

QUESTIONÁRIO PARA O MUTIRÃO DE TRABALHO DE BASE "QUE BRASIL NÓS QUEREMOS"?

CAMPANHA BRASILEIRA CONTRA A ALCA

Nome do grupo / pessoa(s):

_____

Grupo / família de quantas pessoas:

_____

Endereço:

_____

1. Qual é o principal problema daqui da região onde você(s) moram?

1º _____

2º _____

3º _____

4º _____

5º _____

2. E quais são os 5 principais problemas que o povo brasileiro enfrenta hoje?

1º _____

2º _____

3º _____

4º _____

5º _____

CEDIM

3. Por que eles acontecem? Qual a causa?

4. Pelo que você(s) sabe(m) ou ouviram falar, o que o governo tem feito para resolver esses problemas?

5. E se você(s) fosse(m) governo, o que você(s) faria(m) para resolver esses problemas?

6. Pelo que você(s) sabe(m), o que é a ALCA?

7. Na sua opinião, quem vai se beneficiar mais com o livre comércio entre as Américas (*ver alternativas abaixo*):
a) o povo do Brasil ( ) b) o povo dos Estados Unidos ( )
c) as empresas do Brasil ( ) d) as empresas dos Estados Unidos ( )
e) não sabe ( )

8. O que você acha que o governo brasileiro deveria fazer em relação à ALCA?
a) sair das negociações imediatamente ( )
b) seguir negociando ( )
c) assinar o acordo da ALCA com os Estados Unidos ( )

9. A Campanha Brasileira contra a ALCA organizou um plebiscito em 2002, no qual mais de 10 milhões de brasileiros votaram, e 90% votou contra a ALCA. O que você acha que a Campanha contra a ALCA deve fazer de agora em diante?

CEDIM

10. O Brasil envia todos os anos mais de 50 bilhões de dólares para o exterior. Mesmo assim, continuamos devendo 230 bilhões de dólares. Portanto, o povo brasileiro já pagou mais do que devia, e deveria cobrar essa dívida. O que você acha que se deveria fazer em relação à dívida externa?

Metodologia

1. Esse questionário é apenas um guia para ajudar o debate das questões, informar o povo, e elevar o nível de politização.
2. Ele pode ser usado em visitas as famílias, nos bairros, ou ser aplicado em grupos de debate nas paróquias, sindicatos, igrejas, colégios.
3. Podemos também organizar grupos de discussão em assembléias e reuniões de instâncias de movimentos.
4. Ele deve ser aplicado durante todo o mês de maio e junho.
5. Depois de organizado o debate, deve-se ter um grupo por município, para reunir as respostas e sistematizar algumas conclusões, para termos um "termômetro" sobre o que o povo está pensando.
6. Devemos apresentar o resultado colhido nesse debate, de forma resumida, nas Assembléias Populares municipais que vão acontecer em junho e julho.
7. Depois, a soma de cada município deve ser apresentada nas Assembléias Populares estaduais que acontecerão em agosto.
8. Em cada município do estado, a Campanha contra a ALCA deve organizar um grupo de formadores, que vai analisar as respostas.
9. O principal é que o questionário seja reproduzido e aplicado no maior número possível de espaços e movimentos sociais e no maior número possível de municípios e bairros das grandes cidades.
10. Organizar, no município e no estado, um cadastro com nome, endereço e e-mail das pessoas ou grupos que participaram para continuar enviando material sobre a ALCA. Também devemos mantê-los informados sobre as assembléias e mobilizações que ocorrerão nos estados.

CEDIM


TERRA E EMPREGO
NÃO À ALCA SIM À VIDA!
SAÚDE ESCOLA E LAZER!
APOSENTADORIA LEGAL!
SALÁRIO JUSTO!

Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe e.V.

Bischöfliches Hilfswerk MISEREOR e.V.
por ordem da

Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe e.V.
Postfach 14 50, D-5201 5 Aachen

Diocese de Nova Iguaçu
Caixa Postal, 77 285

26.000 Nova Iguaçu - RJ

B R A S I L

POSTFACH 14 50
D-52015 AACHEN

MOZARTSTRASSE 9
D-52064 AACHEN

TELEFON (02 41) 44 2-0
TELEX: 832 370 MISA D
TELEFAX: (02 41) 44 21 88

0049

Wey/Nu - 8. MRZ. 1994

A V I S O D E P A G A M E N T O

Projecto nº: 233-148/64 E Z 6085 (90)
Continuação de um programa social na Diocese de Nova Iguaçu

Prezados Senhores,

Acusamos a recepção da sua solicitação de pagamento para o projecto a.m. Encarregámos o nosso banco de efectuar um pagamento no valor de

DEM 130.000,--

O pagamento será efectuado nos próximos dias por

- transferência bancária à conta nº: 0266 00701-34, Banco Bamarindus do Brasil S.A., agência Nova Iguaçu

Esperamos que o mencionado pagamento chegue pontualmente e agradecemos que a sua recepção nos seja confirmada imediatamente.

Além disso necessitamos receber um comprovante do valor obtido em moeda nacional depois de efectuado o câmbio. Pedimos-lhe que nos envie todos os documentos relativos ao câmbio do nosso pagamento (por ex. comprovantes bancários, extratos de conta, confirmação do auditor, etc.).

Também no caso de o câmbio ser efectuado em parcelas, pedimos que o recebimento do valor em US$ ou DEM seja confirmado de imediato. Os documentos comprovativos do câmbio das parcelas poderão ser apresentados posteriormente.

Fora o pagamento a. m. o projeto dispõe de um valor de DM 80.000,— e uma reserva de DM 50.000,— que só poderá ser liberada em caso justificado.

Agradecemos desde já a sua cooperação!

Atenciosamente

Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe e.V.

Bälz Wyl

Anexo
Formulários para o aviso de recebimento e para a solicitação de pagamento

Bischöfliches Hilfswerk MISEREOR e.V.
por ordem da

Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe e.V.

Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe e.V.
Postfach 14 50, D-52015 Aachen

Diocese de Nova Iguaçu
Cxpostal 77 285
26000 Nova Iguaçu RJ
Brasil

POSTFACH 14 50
D-52015 AACHEN

MOZARTSTRASSE 9
D-52064 AACHEN

TELEFON (02 41) 44 2-0
TELEX: 832 370 MISA D
TELEFAX: (02 41) 44 21 88

Wey/Bel 14 OKT. 1994

A V I S O D E P A G A M E N T O

Projeto nº: 233-148/64 E Z 6085 (90)
Continuação de um programa social na Diocese de Nova Iguaçu

Prezado Pe. Matteo Vivalda,

Acusamos o recebimento da sua solicitação de pagamento para o projeto a.m., datada de 05-08-1994. Podemos comunicar-lhe que encarregámos o nosso banco de efetuar um pagamento no valor de

DEM 75.000,-

O pagamento será efetuado nos próximos dias por

- transferência bancária à conta nº 0266 00701-34, Banco Bamerindus do Brasil S.A. Ag. Nova Iguaçu

Esperamos que recebam o mencionado pagamento a tempo e agradecemos que o seu recebimento nos seja confirmado o mais pronto possível.

Além disso, necessitamos receber um comprovante do valor obtido em moeda nacional depois de efetuado o câmbio. Pedimos-lhe que nos envie todos os documentos relativos ao câmbio do nosso pagamento (por ex. comprovantes bancários, extratos de conta, confirmação do auditor, etc.).

Também no caso de o câmbio ser efetuado em parcelas, pedimos que o recebimento do valor em US$ ou DEM seja confirmado de imediato. Os documentos comprovativos do câmbio das parcelas poderão ser apresentados posteriormente.

Por enquanto não podemos transferir uma soma superior à a.m. Se não for suficiente para as despesas até 31-12-1994 (data de encerramento do projeto), pedimos que nos enviem no devido tempo um resumo financeiro atual, que pode ser provisório, mas tem que provar que o saldo do projeto é insuficiente para enfrentar os gastos.

Agradecemos desde já a sua cooperação!

Atenciosamente

Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe e. V.

Anexo
Formulários para o aviso de recebimento e para a solicitação de pagamento

21

\\fscoit-4

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

NOVA IGUAÇU, 1º de Maio de 1995

À
Bischöfliches Hilfswerk MISEREOR
A A C H E N - Alemanha
Dept.. América Latina/Brasil.

Ref.: Projeto nº 233-148/64 G
Carta de 21-04-1995

Estimado Sr. Henrique Brötz.

Agradecemos de coração sua atenciosa carta, em que faz sugestões de reformulação de nosso projeto, em base ao tero máximo de financiamento oferecido pela MISEREOR.

Tendo presente sua proposta, reformulamos os objetivos e programas, e especificamos algumas questões a respeito da organização interna do Projeto e da avaliação, seja dos cursos, como do Projeto como um todo.

A reformulação mais significativa é a renúncia aos cursos de iniciação previstos para se realizarem nos Centros Comunitários, em favor da realização de cursos de aperfeiçoamento de lideranças, de nivel intermédio e âmbito regional.

Prevemos que a realização do Projeto em todos os niveis esteja a cargo de uma COMISSÃO DO PROJETO SOCIAL, cuja formação ja esta em andamento.

Esperamos ter solucionado de maneira satisfatória as questões colocadas e contamos poder iniciar proximamente a realização do projeto, que se torna sempre mais necessário e atual.

Atenciosa e fraternamente

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

NOVA IGUAÇU, 6 de Março de 1995

A
Bischofliches Hilfswerk MISEREOR
A A C H E N - Alemanha
Dept. América Latina/Brasil.

Ref. Projeto nº 233 148/94 C
Cartas de 10.8 e 9.12/1994

Estimado Sr. Henrique Brotz

Agradecemos de coração suas atenciosas cartas, em que manifestam interesse em apoiar nosso Projeto de formação social, e fazem sugestões de reformulação.

As férias de fim-de-ano, os trabalhos da Assembléia Diocesana e as providências da mudança do nosso Bispo nos impediram de fazer mais rapidamente no projeto as revisões necessárias.

Segundo sua sugestão, reformulamos os programas, e incorporamos ao novo texto a resposta às questões levantadas nas cartas, especialmente a de Agosto/94, mas explicitamos a seguir as medidas que propomos, segundo o número de cada pergunta.

1. Nos itens 3 e 4 do projeto distinguimos o Objetivo Geral (Cidadania) das estratégias pedagógicas [3.2 a) a e)], especificando as "metas" ou etapas do projeto ao longo dos vários ítens da programação (preparação, estruturação e capacitação de equipes, realização dos cursos, avaliação e acompanhamento). Desejamos conseguir mudanças no *comportamento* das pessoas atingidas pelos cursos, no *número* de pessoas ativas na comunidade, no *tipo* de atividades comunitárias, provocando também as mudanças *estruturais* ou *infra-estruturais* das condições locais de vida. Estas últimas dependem de pesquisas especificas, enquanto as mudanças de comportamento e tipo de atividade dependem das avaliações que farão parte rotineira dos cursos, segundo método proposto no "regimento interno" que o projeto prevê como instrumento de auto-regulação. Apenas definido este método, comunicaremos a VV.SS, aceitando a sugestão de elaborar "fichas de acompanhamento" para cada comunidade.

2. As pesquisas e levantamentos serão feitas sob a coordenação de entidades especializadas, já conhecidas da MISEREOR e que já prestaram à Diocese serviços semelhantes, sendo, portanto pertinentemente qualificadas cedo. Estes e outros pormenores serão discutidos com as várias entidades no processo de elaboração dos roteiros e questionários.

3. Ao convocar o Conselho (2.2) a quem caberá a administração do Projeto, a Diocese discutirá com ele os critérios e os nomes das pessoas a serem contratadas nos vários níveis.

6. Os Assessores previstos nos itens serão escolhidos em base à qualificação específica quanto aos temas que se mostrarem necessários, e em diálogo com as entidades já conhecidas, cuja colaboração com a Diocese é comprovadamente eficaz.

7. O número de cursos, seminários e painéis foi explicitado nos itens 6.2, 7.1, 7.2, 9.1 e 9.2.

Esperamos ter solucionado de maneira satisfatória as questões colocadas e contamos poder iniciar proximamente a realização do projeto, que se torna sempre mais necessário e atual.

Atenciosa e fraternalmente

D. Mauro Morelli

6/

doc:\projeto\iscon\iscon-1

À Bischöfliche Aktion
M I S E R E O R
A A C H E N Alemanha

Nova Iguaçu, 19 de Outubro de 1994

Ref.: Projeto nº. 233-148/64
Financiamento de um programa para a qualificação de lideres nas comunidades de base em Nova Iguaçu
Sua carta: FAX de 10.8.94
(cópia xerox recebida pelo correio)

Estimado Sr. Henrique Brötz!
Um abraço, e muita paz !

Recebemos nesta data a carta de 10.8., em que acusa recebimento do nosso Projeto. Nos alegramos de que o projeto tenha sido aceito, e já esteja praticamente em andamento.

Sobre os centros sociais, sua utilização e o pessoal que atingem, fizemos uma rápida pesquisa, de cujos resultados lhe mandamos agora uma síntese.

Quanto ao Projeto, julgamos importante e irrenunciável a realização do *primeiro nivel* dos cursos de formação. É exatamente neste nivel que pretendemos comunicar os conteúdos que sua carta sugere, em seu item 5. Em vez de "sensibilização", passaremos a chamá-lo de "Capacitação inicial", ou imediata, ou de 1º grau, sendo o nivel seguinte de "Aperfeiçoamento", ou "Capacitação" de 2º grau. Segundo o item 8 do nosso projeto, estes cursos serão realizados nos 300 centros Comunitários, com pessoal local, e por isto precisamos de ao menos um semestre para a "estruturação das equipes" locais, e a realização de um "levantamento" que indique quais assuntos são de interesse local. Este levantamento não é propriamente uma pesquisa, e será realizado pela equipe de coordenação do Projeto, juntamente com o pessoal que já atua nos Centros. São estas as pessoas que melhor conhecem as comunidades e seus desejos formativos.

Quanto ao contacto com o MAB, esclarecemos que esta organização é exclusiva do Município de Nova Iguaçu, enquanto o projeto se refere a seis Municípios: Nova Iguaçu, Nilópolis, Paracambi, Belford Roxo, Queimados, Japeri, nos quais nem sempre existe entidade equivalente.

A especificação dos itens que se referem ao segundo e terceiro niveis do Programa, depende em boa parte do que for encaminhado no primeiro nivel, segundo o que sugerem as etapas previstas nos vários itens.

Cordialmente

19-10-94 Especificação de cada um dos itens da carta de Henrique, para uso da equipe do Projeto

+ Primeiro Parágrafo: "Misereor se limitará a uma parte"...:

A proposta de corte revela leitura parcial e incompreensão do projeto. Talvez tenham entendido de maneira equivocada a palavra "sensibilização", compreendendo a primeira parte do projeto como pertencente "às atividades quotidianas". Por isto sugerimos trocar por "Capacitação inicial", ficando a segunda designada como "Aperfeiçoamento".

+ 1) Especifica a incompreensão de que falamos acima. A resposta às perguntas colocadas neste item supõe a realização do levantamento, que não pode ser feito a não ser em equipe. Já isto é índice da autonomia que respeitamos nas comunidades.

Além disto não sabemos a que fichas se referem na ultima parte do item. Talvez sejam as fichas exigidas ou sugeridas pelo Henrique na sua viagem.

+ 2) A esta questão respondemos na carta - corrigindo o conceito de "pesquisa", que dá uma idéia de atividade científica, pela de "levantamento", que se refere a consulta pastoral pedagógica, menos formal e mais baseada na sensibilidade que vem do conhecimento local.

+ 3) Não podemos ainda, antes do andamento do primeiro nível, definir quem serão as pessoas contratadas, entre outras razões pela troca de Bispo.

+ 4) A este item respondemos na carta.

+ 5) Também a este item respondemos na carta. Não tendo compreendido a natureza do primeiro nível, fazem uma sugestão correta, mas no lugar errado.

+ 6) Também a definição dos assessores dependerá do levantamento de temas e da avaliação dos cursos de primeiro nível

+ 7) Pelas mesmas razões, os seminários e painéis só poderão ser definidos após iniciada a série de cursos do segundo nível, uma vez que têm caráter conjuntural, dirigido a necessidades do momento e da região.

+ 8) O Acompanhamento se dirige a pessoas que já estejam em exercício de liderança em cargos Políticos, ou de Associação, Sindicato, Movimento. Isto explica tanto a disponibilidade, quanto a redução do número de pessoas. O nível de acompanhamento supões capacidade institucional e pessoal de multiplicação, advinda do próprio mandato político ou organizativo.

+ 9) Refere-se aos esclarecimentos acima.

CEDI

25

Mscorr-5

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

NOVA IGUAÇU, 21 Setembro de 1995

À
Bischöfliches Hilfswerk MISEREOR
A A C H E N - Alemanha
Dept.. América Latina/Brasil.

Ref.: Projeto nº 233-148/64 G
Carta de _____

Estimado Sr. Henrique Brötz.

Recebemos de VS. os formulários referentes ao Projeto em epígrafe, assim como o "acordo específico" redigido por esta entidade, em que se especificam os pormenores do nosso "Projeto de Formação Social".

Pensado inicialmente para aproveitar concretamente os 300 centros Sociais construídos com ajuda de MISEREOR, através dos "projetões" realizados nos últimos quinze anos, o atual projeto se coloca numa nova linha de atividades e de relações entre esta instituição de apoio e a DIOCESE DE NOVA IGUAÇU.

O Projeto tem como Coordenador Geral o Pe. Matteo Vivalda, que o administrará e levará adiante em trabalho conjunto com a "Comissão do Projeto", composta das pessoas que assinaram o projeto, mais algumas outras, expressamente convidadas por ela. Pensamos distribuir os trabalhos, previstos para três anos em: um semestre de instauração, dois anos de realização dos cursos, mais um semestre final, de avaliação e complementação. Nas reuniões bimensais que vimos realizando desde a redação definitiva do projeto, concretizamos a concepção pedagógica fundamental do projeto, os pormenores dos Cursos e Seminários, os critérios de convite, seleção e inscrição dos colaboradores, assim como dos destinatários do projeto, nossos interlocutores.

Tem significação de destaque o estabelecimento dos indicadores de avaliação, assim como suas fontes. Teremos que avaliar, de um lado, os cursos em que o projeto se realizará: participação e aproveitamento dos cursistas, trabalho dos colaboradores. De outro lado, teremos que avaliar o projeto em seu andamento e impacto sobre as Comunidades e a Diocese como um todo. O objetivo da avaliação é saber se os objetivos gerais e específicos do projeto foram ou não atingidos, em que medida e por força de que fatores. Na própria filosofia do projeto, estes indicadores só poderão ser definitivamente elencados por toda a equipe de professores e assessores, em diálogo com os participantes dos cursos. Entretanto, no estágio atual, já são definidos alguns indicadores mensuráveis, assim como suas fontes:

a) Ao início dos cursos será pedido aos participantes que elaborem um **"curriculum vitae"**, de que constem os dados de sua participação na Comunidade. Este Curriculum Vitae será estudado pelos responsáveis dos cursos, e re-apresentado aos próprios cursistas ao final, para auto-avaliação de cada cursista, assim como pra a avaliação por parte dos responsáveis. A fonte de tais CVs serão os próprios cursandos.

b) Em base aos programas será feita a **avaliação da aprendizagem**, da qual constará o progresso em conhecimentos e em elaboração de reflexões. A fonte deste indício são os "exercícios de avaliação", elaborados pelos responsáveis, em modalidades diversificadas, no decorrer de cada curso.

c) Ao final do curso, os participantes realizarão uma **avaliação imediata**, segundo itens referentes ao conteúdo, organização e andamento do curso.

d) Esta avaliação será complementada pelos dados relativos à **freqüência dos cursistas** e **regularidade do curso**. A fonte de tais dados são os diários e mapas de freqüência.

e) A avaliação do **impacto** sobre as Comunidades e a Diocese deverá abranger o impacto sobre a utilização dos centros em suas atividades, conquistas sociais, caminhada dos Bairros, número, freqüência e avaliação das atividades de formação aí realizadas. Esta avaliação dará uma idéia mais concreta do impacto do Projeto como um todo, mas só poderá ser levada a cabo ao menos dois anos após a realização de todas as atividades do Projeto, e com metodologia adequada ao momento.

Tendo presente a necessidade de encaminhar várias medidas de preparação do projeto, solicitamos a MISEREOR que nos envie inicialmente 30% do montante global, a ser utilizado no primeiro semestre, em medidas de instauração , dividindo o restante em partes iguais correspondentes aos outros cinco semestres.

Atenciosamente

8/

\\escrit-2

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

À
Bischöfliche Aktion
M I S E R E O R
A A C H E N - Alemanha.

Nova Iguaçu, 28 de Outubro de 1994

Ref.: Projeto no 233-148/64
Financiamento de um programa para a qualificação de lideres nas comunidades de base em Nova Iguaçu.
Sua carta: FAX de 10.08.94
(Cópia xerox, recebida pelo Correio)

Estimado Sr
Henrique Brotz
Referent für Lateinamerika/Brasilien

Recebemos a cópia de sua carta enviada por FAX, com data de 10.08.94. O número utilizado do FAX está correto (0055/21/767.8797), porém o Frei Luis, responsável pelo Fax, afirma que não recebeu o envio de 10 de Agosto de 1994. Sua carta, com o texto do Fax, enviada a 29 de Setembro, nos chegou às mãos no dia 18 de Outubro. Devido aos trabalhos de preparação de nossa próxima Assembléia Diocesana, em Novembro, apenas hoje, após contacto com a equipe responsável, podemos responder.

Estamos enviando em anexo a síntese do relatório sobre os Centros Sociais, sua utilização, especialmente em cursos, o pessoal que atingem, as lideranças que mobilizam. O relatório sobre Clubes de Mães foi elaborado pela equipe responsável dos Clubes; o relatório dos Cursos elabora as avaliações, feitas a cada curso, e os dados sobre os centros comunitários foram levantados pela nossa pesquisa.

Quanto ao nosso Projeto de Formação Social, a equipe estima que não é possivel renunciar ao primeiro nivel, segundo sua sugestão. Exatamente neste nivel pretendemos comunicar os conteúdos que sua carta sugere, em seu item 5. Em vez de sensibilização, preferimos chamá-lo então nivel de "conscientização", a fim de evitar equivocos. Trata-se de uma capacitação inicial, levada a cabo por lideranças locais e enfocando temas locais sob supervisão da equipe do Projeto. Também por isto, ela supõe uma etapa de "levantamento" e preparação das lideranças e dos temas de cada uma das 300 comunidades. Este levantamento pedagógico não tem o caráter acadêmico de "pesquisa", e por isto será realizado pela equipe de direção do Projeto, que são exatamente as pessoas que melhor acesso têm aos responsáveis pelos Centros, a quem por vezes conhecem pessoalmente. Por outro lado, tendo presente a lista de conteúdos necessários numa fase inicial como esta, não é possivel determinar previamente as necessidades e os desejos de cada Comunidade, o que reafirma a necessidade de constituir uma equipe e realizar o levantamento.Estas duas atividades se constituem, então em verdadeiras "metas" para o primeiro Semestre de funcionamento do Projeto.

Quanto ao contacto com o MAB, observamos que esta organização é exclusiva do Municipio de Nova Iguaçu, enquanto o projeto se refere a seis Municipios: Nova Iguaçu, Nilópolis, Paracambi, Belford Roxo, Queimados e Japeri, nos quais nem sempre existe entidade equivalente.

A especificação dos itens que se referem ao segundo e terceiro niveis do Programa depende em boa parte do que for encaminhado no primeiro nivel, segundo o que sugerem as etapas previstas nos vários itens.

Agradecidos por sua compreensão e atenção

Cordialmente

Anexos: Síntese dos relatórios de Centos Comunitários e Cursos de Conscientização

Pe Guilherme

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
- COORDENAÇÃO DE PASTORAL -

NOVA IGUAÇU, 30 de Março de 1995

À
Bischöfliches Hilfswerk MISEREOR
A A C H E N - Alemanha
Dept.. América Latina/Brasil.

Estimado Sr.
Henrique Brötz

A pedido do grupo interessado e sob recomendação do Sr. Bispo Diocesano, D. Werner, enviamos a VV.SS. o "Projeto do Clube de Mães", apresentado pelo Pe. Guilherme Stoenhouwer.

Até o ano passado, os projetos deste tipo faziam parte dos "projetões" elaborados e apresentados pelo então Bispo Diocesano, D. Adriano, que se encarregava de encaminhar a cada qual a parte que lhe cabia nos projetos. Dado que o nosso Projeto de nº 233-148/64 G tem outras características, estimamos que o projeto ora encaminhado deva ser distinto do Projeto de Formação Social, mas julgamos importante que o Clube de Mães não seja frustrado em seu pedido de financiamento.

Contando com sua compreensão,

atenciosa e fraternamente

16/

\\Scom-3
DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

NOVA IGUAÇU, 30 de Março de 1995

À
Bischöfliches Hilfswerk MISEREOR
A A C H E N - Alemanha
Dept.. América Latina/Brasil.

Ref.: Projeto nº 233-148/64 G
Cartas de 10.8 e 9.12/1994

Estimado Sr. Henrique Brötz.

Agradecemos de coração suas atenciosas cartas, em que manifesta interesse em apoiar nosso Projeto de formação social, e faz sugestões de reformulação.

As férias de fim-de-ano, os trabalhos da Assembléia Diocesana e as providências da mudança do nosso Bispo nos impediram de fazer mais rapidamente no projeto as revisões necessárias.

Imediatamente após a posse de D. Werner, apresentamos o projeto, mas apenas há poucos dias recebemos dele o projeto com o envelope de sua carta dirigida à Misereor, que enviamos junto à presente.

Segundo sua sugestão, reformulamos os programas, e incorporamos ao novo texto a resposta às questões levantadas nas cartas, especialmente a de Agosto/94, mas explicitamos a seguir as medidas que propomos, segundo o número de cada pergunta.

1. Nos itens 3 e 4 do projeto distinguimos o Objetivo Geral (Cidadania) das estratégias pedagógicas [3.2 a) a e)], especificando as "metas" ou etapas do projeto ao longo dos vários itens da programação (preparação, estruturação e capacitação de equipes, realização dos cursos, avaliação e acompanhamento). Desejamos conseguir mudanças no *comportamento* das pessoas atingidas pelos cursos, no *número* de pessoas ativas na comunidade, no *tipo* de atividades comunitárias, provocando também as mudanças *estruturais* ou *infra-estruturais* das condições locais de vida. Estas últimas dependem de pesquisas específicas, enquanto as mudanças de comportamento e tipo de atividade dependem das avaliações que farão parte rotineira dos cursos, segundo método proposto no "regimento interno" que o projeto prevê como instrumento de auto-regulação. Apenas definido este método, comunicaremos a VV.SS, aceitando a sugestão de elaborar "fichas de acompanhamento" para cada comunidade.

2. As pesquisas e levantamentos serão feitas sob a coordenação de entidades especializadas, já conhecidas da MISEREOR, e que já prestaram à Diocese serviços semelhantes, sendo, portanto perfeitamente qualificadas: CEDAC, CERIS, IBASE. Os pormenores serão discutidos com as várias entidades no processo de elaboração dos roteiros e questionários.

3. Ao convocar o Conselho (2.2) a quem caberá a administração do Projeto, a Diocese discutirá com ele os critérios e os nomes das pessoas a serem contratadas nos vários níveis.

6. Os Assessores previstos nos itens serão escolhidos em base à qualificação específica quanto aos temas que se mostrarem necessários, e em diálogo com as entidades já conhecidas, cuja colaboração com a Diocese é comprovadamente eficaz.

7. O número de cursos, seminários e painéis foi explicitado nos itens 6.2, 7.1, 7.2, 9.1 e 9.2.

Esperamos ter solucionado de maneira satisfatória as questões colocadas e contamos poder iniciar proximamente a realização do projeto, que se torna sempre mais necessário e atual.

Atenciosa e fraternamente

Pe. Matteo Vivalda - Vigário Geral
Pe. Luis Costanzo Bruno - Coordenador da Pastoral
Pe. Agostinho Pretto - Cura da Catedral

Pe. Rogério I. de Almeida Cunha - Assessor

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

NOVA IGUAÇU, 6 de Março de 1995

À
Bischöfliches Hilfswerk MISEREOR
A A C H E N - Alemanha
Dept.. América Latina/Brasil.

Ref.: Projeto nº 233-148/64 G
Cartas de 10.8 e 9.12/1994

Estimado Sr. Henrique Brötz.

Agradecemos de coração suas atenciosas cartas, em que manifestam interesse em apoiar nosso Projeto de formação social, e fazem sugestões de reformulação.

As férias de fim-de-ano, os trabalhos da Assembléia Diocesana e as providências da mudança do nosso Bispo nos impediram de fazer mais rapidamente no projeto as revisões necessárias.

Segundo sua sugestão, reformulamos os programas, e incorporamos ao novo texto a resposta às questões levantadas nas cartas, especialmente a de Agosto/94, mas explicitamos a seguir as medidas que propomos, segundo o número de cada pergunta.

1. Nos itens 3 e 4 do projeto distinguimos o Objetivo Geral (Cidadania) das estratégias pedagógicas [3.2 a) a e)], especificando as "metas" ou etapas do projeto ao longo dos vários itens da programação (preparação, estruturação e capacitação de equipes, realização dos cursos, avaliação e acompanhamento). Desejamos conseguir mudanças no *comportamento* das pessoas atingidas pelos cursos, no *número* de pessoas ativas na comunidade, no *tipo* de atividades comunitárias, provocando também as mudanças *estruturais* ou *infra-estruturais* das condições locais de vida. Estas últimas dependem de pesquisas especificas, enquanto as mudanças de comportamento e tipo de atividade dependem das avaliações que farão parte rotineira dos cursos, segundo método proposto no "regimento interno" que o projeto prevê como instrumento de auto-regulação. Apenas definido este método, comunicaremos a VV.SS, aceitando a sugestão de elaborar "fichas de acompanhamento" para cada comunidade.

2. As pesquisas e levantamentos serão feitas sob a coordenação de entidades especializadas, já conhecidas da MISEREOR, e que já prestaram à Diocese serviços semelhantes, sendo, portanto perfeitamente qualificadas: CEDAC, CERIS, IBASE. Os pormenores serão discutidos com as várias entidades no processo de elaboração dos roteiros e questionários.

3. Ao convocar o Conselho (2.2) a quem caberá a administração do Projeto, a Diocese discutirá com ele os critérios e os nomes das pessoas a serem contratadas nos vários níveis.

6. Os Assessores previstos nos itens serão escolhidos em base à qualificação específica quanto aos temas que se mostrarem necessários, e em diálogo com as entidades já conhecidas, cuja colaboração com a Diocese é comprovadamente eficaz.

7. O número de cursos, seminários e painéis foi explicitado nos itens 6.2, 7.1, 7.2, 9.1 e 9.2.

Esperamos ter solucionado de maneira satisfatória as questões colocadas e contamos poder iniciar proximamente a realização do projeto, que se torna sempre mais necessário e atual.

Atenciosa e fraternamente

BISPO DIOCESANO
Diocese de Nova Iguaçu
Caixa Postal 77285
26000 - Nova Iguaçu - RJ
BRASIL

Nova Iguaçu, 16.08.94

Prezado Sr. Henrique Brotz

MIssereor

Em nome dos Bispos das cinco Dioceses envolvidas no Projeto Social Interdiocesano nº 233-0 /341 Z, venho lhe comunicar que / não foi possivel elaborar o novo Projeto dentro do prazo.

Os Bispos solicitam portanto um prazo maior, isto é, a possibilidade de apresentar o Projeto em meados de 1995 em vista de ser aprovado para 1996.

As razoes que levaram os Bispos a esta posição são / várias, entre elas: a saúde de Dom Waldir, o responsável atual do Projeto, o processo sucessório indefinido de Nova Iguaçu, a reestruturação do fun - cionamento do fundo conforme os resultados do Seminário do ano passado e a elaboração do Projeto de acordo com os critérios e as exigências apresenta das em sua carta-fax do dia 14.06.94.

Agradecendo a longa e valiosa colaboração da Misereor com o Povo das cinco Dioceses, os Bispos esperam compreenção e aguardam uma resposta positiva a esta solicitação.

Com saudaçoes fraternas

_____

Pe. Matteo Vivalda

Pego que a resposta a esta carta seja encaminhada para a Diocese de Barra do Piraí / Volta Redonda FAX nº 055-243 - 465 161

BISCHÖFLICHES HILFSWERK
MISEREOR E.V.

MISEREOR

AKTION GEGEN HUNGER
UND KRANKHEIT
IN DER WELT

Misereor, Postfach 14 50, D-52015 Aachen

POSTFACH 14 50
D-52015 AACHEN

MOZARTSTRASSE 9
D-52064 AACHEN

TELEFON (02 41) 44 2-0
TELEX: 832 370 MISA D
TELEFAX: (02 41) 44 21 88

Diocese de Nova Iguaçú
a/c Pe. Matteo Vivalda
C.P. 77285
26002-000 Nova Iguaçú - RJ
BRASIL

Aachen, 9.12.94
Bz/So

Ref.: Projeto no. 233-148/64 G
Financiamento de um programa para a qualificação de líderes nas comunidades de base em Nova Iguaçú

Estimado Pe. Matteo,

Esperamos que todos estejam bem em Nova Iguaçú. Aproveitamos esta carta para agradecer imensamente toda a atuação de Dom Adriano na Diocese de Nova Iguaçú que nos apreciamos e valorizamos muito e que sempre foi motivo e motor duma cooperação fraterna e rica com a Misereor. Ao mesmo tempo damos as nossas boas vindas a Dom Werner na convicção que a nossa relação com a Diocese de Nova Iguaçú continue frutífera em favor dos pobres e marginalizados.

Agradecemos também pelo envio da síntese do relatório e do levantamento sobre os centros comunitários e os cursos de conscientização como também do relatório das coordenadoras dos Clubes de Mães. As informações permitem a elaboração do relatório final para o governo alemão.

Quanto ao projeto de continuação ainda restam muitas dúvidas. Caso que o nível de conscientização aborde de modo competente e sistemático as questões mencionadas no item 5) da nossa carta do dia 10 de agosto, gostaríamos de limitar o nosso apoio justamente a este nível, o que atende as necessidades mais urgentes da população e pode levar a ações e resultados concretos.

Daí seria preciso uma reformulação do projeto enfocando este nível operacional que corresponde ao item 5) da nossa carta e uma respetiva redimensão do projeto. As perguntas 1), 2), 3), 6) e 7) da correspondência citada deveriam ser respondidas para que tenhamos uma idéia mais detalhada da sua proposta.

"+FAX:00552176787 97"
"+PCXT:C:\PCX\mis_1.PCX"
T E L E F A X

para: Diocese de Nova Iguaçú

Fax-Nº: 0055 21 7678 797

Atenção: Pe. Matteo Vivalda

Esta transmissão contém 2 Página(s)
(inclusive esta)

10.8.94

Ref.: Projeto no. 233-148/64
Financiamento de um programa para a qualificação de líderes nas comunidades de base em Nova Iguaçú

Prezado Pe. Matteo Vivalda,

Esperamos que tudo esteja bem com o senhor !

Acusamos agradecidos o recebimento da sua correspondência de 1 de agosto de 1994.

Como já avisamos por ocasião da visita do Henrique em Nova Iguaçú a Misereor em princípio estaria disposta a continuar a cooperação com a diocese na área de capacitação/formação. O projeto trienal que temos em mãos indica umas pistas interessantes a serem aprofundadas, se bem que tenhamos que comunicar-lhe que o apoio da Misereor se limitará a uma parte do programa ("capacitação e acompanhamento") uma vez que a "sensibilização" pertence às atividades quotidianas dum centro comunitário e - em nossa opinião - não é um trabalho a ser financiado pelo exterior.

Antes de entrar em detalhes, gostaria de relembrar a necessidade de recebermos uma síntese dos centros comunitários construidos com meios do projeto em andamento e sobretudo do uso social e do número de militantes e beneficiários destes centros; também seria importante para justificação dum novo projeto uma análise simples dos efeitos dos cursos de formação.

Restringimos a discussão do "Projeto Formação Social" aos itens 5,6,9,10,11.2 e 11.3 por serem os elementos de programas sociais que a Misereor/Zentralstelle está apoiando nas outras regiões do Brasil :

1) Gostámos do sistema de apresentação do projeto, mas nos parece que foram confundidas metas e atividades. A "estruturação de uma equipe" e a "realização duma pesquisa" são atividades que ainda não revelam muito sobre as metas que pretendem alcançar. O que deve mudar nas comunidades ? Quais as metas operacionais em relação à articulação, participação, grau de autonomia, etc. das comunidades ? Quais os indicadores para medir o impacto do projeto ? Está previsto fazer uma "ficha de acompanhamento" para cada comunidade que se envolverá no projeto; aquelas fichas poderiam ser utilizadas pelos coordenadores para documentar a caminhada da CEB, indicando metas, dificuldades, conquistas e estratégia e servir como ponto de partida para auto-avaliações regulares. Ficariamos gratos, se pudessem concretizar melhor estas questões.

2) Quem vai realizar a pesquisa levantamento quanto ao conteúdo, à metodologia e à organização da formação ? Qual o quadro referencial desta pesquisa e quanto tempo vai levar ? Os pesquisadores têm um amplo conhecimento da vida social e política da Baixada Fluminense e mantém bons contatos com os movimentos sociais existentes ?

3) Para a coordenação dos sub-programas "Capacitação" e "Acompanhamento" se mostra necessário a admissão de quatro pessoas. Pedimo-lhes o envio dos nomes e uma descrição das capacidades que os qualificam para coordenar um tal programa. Quais os conhecimentos técnicos e como é a relação deles com movimentos sociais, associações de moradores, ONG's e pastorais sociais ?

4) A Misereor está em discussão com o MAB, a fim de chegar a um projeto de formação. Em prol de garantir a maior articulação entre os vários atores sociais, assegurar uma coerência política e evitar trabalhos paralelos, achamos indispensável um contato da diocese com a MAB para sintonizar os programas e dividir as tarefas.

5) Os módulos do programa de capacitação deram-nos a impressão duma formação bastante geral e teórica. Sem negar a necessidade de um quadro histórico e teórico, acreditamos que estes modulos não servem tanto para resolver os problemas no bairro. Sugerimos enfocar sobretudo temas como : organização de grupos; métodos de formação; retórica; planejamento de atividades sociais; planejar, gerenciar e acompanhar pequenas iniciativas produtivas; como organizar um mutirão ?; Elaboração de regime interno duma associação, dum grupo de produção; dinámica de grupo; como enfrentar conflitos interpessoais ? Legislação municipal; plano diretor e possibilidades de participação; conselhos municipais; experiências alternativas com habitação, saneamento básico, creches comunitários, etc. em outros municípios; como negociar com orgãos públicos; etc.. Portanto encorajámo-lo repensar os conteúdos dos cursos.

6) Consideramos de suma importância que a Diocese escolha pessoal que possa contribuir algo para os desafios colocados acima. Quem serão os assessores eventuais (item 11.2: 25.000 US $; 11.3 : 10.000,-- US $) que colaborarão com os coordenadores ? Eles sabem responder às questões que movimentam a base ?

7) Não entendemos bem quantos cursos, seminários e paineis queriam oferecer por ano e qual seria o número dos beneficiários (item 9 e 10) ?

8) Quanto ao Programa de Acompanhamento nos preocupa que se pensa em realizar 3 sessões de uma semana, pois não podemos imaginar que as lideranças/comunidades têm a possibilidade de investir tanto tempo num seminário. O programa se dirige a um número reduzido de pessoas; as outras lideranças/comunidades que passam pelo programa de capacitação não têm a chance de serem acompanhados no seu trabalho comunitário ?

9) No que concerne o orçamento já expusemos que poderiamos tentar justificar os itens 11.2 e 11.3 (acrescendo uma taxa de administração) do orçamento, em base duma proposta que toma em consideração as observações feitas nesta carta.

Esperamos que a nossa correspondência não desanime o senhor e os outros companheiros empenhados no trabalho social mas contamos com a sua compreensão para com a necessidade destes esclarecimentos.

Uma vez que tenhamos que encaminhar os projetos maiores logo, é urgente mandar uma resposta até 5 de setembro (se fôr possivel por fax).

Aguardando as suas noticias com interesse, despedimo-nos

cordialmente
Depto. América Latina
p.o.

(Henrique Brötz)
No caso de este fax não conter assinatura, isso significa que o mesmo foi enviado por computador. Pede-se o favor de o considerar igualmente válido.

CEDIN

BISCHÖFLICHES HILFSWERK
MISEREOR E.V.
MISEREOR
AKTION GEGEN HUNGER
UND KRANKHEIT
IN DER WELT

POSTFACH 14 50
D-52015 AACHEN

MOZARTSTRASSE 9
D-52064 AACHEN

TELEFON (02 41) 44 2-0
TELEX: 832 370 MISA D
TELEFAX: (02 41) 44 21 88

T E L E F A X

para: Revmo. Pe. Guilherme Steenhouwer

Fax-N : 0055217680303

Esta transmissão contém 1 Página(s)
(inclusive esta)

7/3/95 Dee/Us

Jubileu de Prata dos Clubes de Mães

Prezado Guilherme,

Em primeiro lugar os nossos parabéns para os **Clube de Mães** na diocese de Nova Iguaçu que festejam o seu Jubileu de Prata.

Hoje se fala muito de desenvolvimento sustentável. Na diocese de Nova Iguaçu houve este tipo de trabalho social durável e consistente, já durante uma geração. Trata-se de um trabalho e uma preocupação social da Igreja com um grupo importantíssimo na sociedade. A mãe no lar, no trabalho, na luta pela vida consideramos como pessoa chave na sociedade. Foi com grande prazer que Misereor ajudou este trabalho. Foi e continua sendo para Misereor um dos melhores projetos no Brasil. Uma ajuda que vem de longe não é suficiente para construir um tecido social, como existe na diocese de Nova Iguaçu. Foram os responsáveis e trabalhadores locais que conseguiram este resultado: Dom Adriano Hypólito, o Padre Guilhermo e a Irmã Verônica, que se dedicaram 25 anos à esta luta. Agradecemos de coração estes e outras pessoas que ajudaram fortalecer a posição da mulher dentro da sociedade e da Igreja.

Com um cordial abraço
Depto. América Latina

(Godofredo Deelen)

No caso de este fax não conter assinatura, isso significa que o mesmo foi enviado por computador. Pede-se o favor de o considerar igualmente válido.

Nova Iguaçu, 18.03.1995

Aos Responsáveis pelo Projeto nº 233.148/64 G

D. Werner
P. Matteo
P. Rogério,

Saúde e Paz no Senhor!

Como responsável pelos CLUBES DE MÃES DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU li o Projeto, a cima mencionado, d.d. 06.03.'95, a ser apresentado à MISEREOR. Li com interesse, pois nos 'Projetões' anteriores os Clubes de Mães occupavam um lugar, até de certo destaque.

Na fase preparatória do novo 'Projetão', agora em exame, os CLUBES DE MÃES apresentaram suas necessidades mais prementes:

1. duas liberadas em tempo parcial com remuneração de um salário mínimo e meio mensal, mais encargos sociais, cada uma.
2. vale transporte para as duas 'semi-liberadas' e uma ajuda para transporte para a'equipe voluntária' e outras mulheres ativas na animação e coordenação dos clubes.
3. uma pequena quantia para papel e tinta e manutenção do mimeôgrafo a serviço dos Clubes.

Após o término do Projetão anterior, em dezembro de 1994, foi entendido que os CLUBES DE MÃES teriam uma coordenação diocesana através de uma equipe de voluntárias não remuneradas, senão com ajuda transporte, e as duas liberadas encarregadas da comunicação e manutenção da união entre os Clubes locais.

Entretanto, lendo o Projeto vejo nas páginas 2 e 3 mencionadas mulheres, junto com jovens, mas apenas como pessoas problemáticas que merecem ser estudadas. Na p. 4 encontro CLUBES DE MÃES, mas apenas como eventuais fornecedores de mão de obra como coordenadores de área.

Todo o Projeto é de cursos sistemáticos com suas temáticas e seminários, mas <u>não há nenhuma mênção às necessidades específicas dos Clubes de Mães.</u> Não duvido que umas tantas mulheres dos Clubes de Mães possam participar dos cursos a serem oferecidos pelo Projeto, mas esquece-se que os Clubes de Mães também tem sua programação própria de formação adaptada às necessidades e possibilidades de tempo e lugar das mulheres pobres dos Clubes. Essa programação e a ajuda necessária para manter os CLUBES DE MÃES como organismo vivo na Diocese não aparece no Projeto.

Hoje tive um contato telefônico com pessoa graduada no Departamento da América Latina da MISEREOR. Foi ventilada a idéia de fazer um projeto especial, fora do 'Projetão Global da Diocese', para os Clubes de Mães. A opinião, entretanto, dessa pessoa da Misereor é, que, sendo Clubes de Mães, já há 25 anos, um organismo importante na Diocese de Nova Iguaçu, em primeiro lugar a solução para as necessidades dos Clubes de Mães deve ser procurada numa inclusão, ou adenda ao Projeto Global da Diocese, como, no início, estava previsto.

O Projeto atual, aparentemente,não oferecendo garantia de poder atender as necessidades específicas dos Clubes de Mães, peço a inclusão do projetinho que acompanha em separata esta carta.

Com cordiais saudações,

Pe. GUILHERME STEENHOUWER
Caixa Postal 77241
26001 - 970 NOVA IGUAÇU RJ
Tel. (021) 7680303

em anexo para melhor entendimento da Comissão:
1. um histórico dos Clubes de Mães (1994)
2. a programação para 1995
3. cópia de um fax da Misereor por ocasião dos 25 anos dos Clubes de Mães (março '95)

CEDIM

nº10, dezembro de 1999

Carta Brasil da Aliança



por um Mundo Responsável e Solidário

POLO LATINO AMERICANO DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA

TEMA: Trocas Solidárias e Moedas Alternativas

EDITORIAL

Cada número da Carta Brasil da Aliança é dedicada a um tema. Neste resolvemos ousar ainda mais e compartilhar com vocês experiências, modos de fazer, visões sobre um tema ainda pouco conhecido no Brasil: **experiências de trocas solidárias utilizando moedas alternativas**.

É isso mesmo, existem já no mundo um número grande de pessoas que usam outros mecanismos de trocas e moedas que não são as convencionais. Constróem mercados cuja lógica é a da solidariedade, da transparência e co-responsabilidade. Usam moedas cujo valor é definido pela quantidade de trabalho utilizada e que não embutem inflação e/ou especulação. Elas não valem se não representam trabalho humano.

Estas experiências carregam em si um grande poder transformador. Num mundo onde cada vez mais o trabalho humano está sendo descartado e a moeda tornou-se meio de pura especulação, faz-se necessário influir e construir a partir da base a nossa moeda, os nossos mercados e a nossa economia.

Só para se ter uma idéia da gravidade do descolamento entre produção e especulação, de todos os capitais financeiros que circulavam no mundo nos anos 70, 90% era capital investido em processos produtivos e os 10% restantes eram utilizados para especulação. Atualmente, 95% dos capitais que giram a cada segundo pelo mundo são especulativos.

Portanto, queremos convidar a tod@s a mergulhar nestes textos com sabor, cheiro e cor de sonhos, utopias, realidades, concretizações de que é possível sim, desde a base da sociedade, organizar outras formas de comprar, vender, trocar o fruto de nosso trabalho, seja serviços, seja produtos.

Desejamos um ótimo mergulho!

Sandra Quintela
Economista do PACS

SUMÁRIO:

Trocas e Moedas 2
Como formar uma primeira rede de trocas pensando na economia global 4
Experiências com dinheiro alternativo revalorização e auto estima solidária 6
Criando a rede de trocas solidárias do rio de janeiro 8
O que acontece no mundo da Aliança 10
Informe da Primeira reunião da Equipe Internacional de Animação da Aliança por um mundo responsável e solidário 11

TROCA E MOEDAS

Altagracia Villareal (Chilo)
Coalisión Rural de México

Revisando a história de nossos povos antigos verificamos que foram eles que começaram o sistema de partilhar os excedentes disponíveis para obter outros produtos que sua terra ou sua região não tinham. Esta forma de comercialização realizava-se a cada 5 dias em lugares preestabelecidos.

Estes locais utilizados para a troca ou intercâmbio de produtos se chamava "tianguis" (mercados ou praças). Em alguns casos, se não logravam trocar os produtos, utilizavam objetos ou produtos da cultura de cada povo, como o cacau e mantas de algodão, para desta forma obter o que necessitavam. A história nos relata que esta era a forma de comercialização que os Nahuatl utilizavam quando os Espanhóis chegaram e que reuniam cerca de 50.000 pessoas para intercambiar seus produtos através da troca.

Os Mayas que habitavam a região que ia do Sul do México até a Nicarágua, passando pela Guatemala, Honduras e El Salvador utilizavam campainhas e cascavéis de cobre, conchas com relevos, pedras preciosas, machados de cobre, discos ou contas de pedra, penas e cacau em canudos.

Na América do Sul, em lugar da troca utilizaram as conchas marinhas raras e preciosas, pedras como a obsidiana, a calcedônia e o cristal de rocha e as machadinhas de cobre. Os Chibchas da Colômbia utilizaram discos de ouro.

Com a conquista da América tratou-se de acabar com toda a organização, cultura, comércio e forma de vida que existia. Implantou-se uma cultura diferente com um sistema econômico também alheio ao que aqui se praticava. Ao serem despojados de suas terras, formas de vida e organização, os primeiros povoadores tiveram que lutar para poder sobreviver. Alguns mantiveram seus costumes, praticando-os às escondidas, e são estes que se conservam. Existem regiões onde se realiza a troca de maneira formal e outras onde ela é realizada informalmente entre as famílias e comunidades.

Em algumas regiões do México, como em Oaxaca, em Michoacan, em Hidalgo, Puebla continuam existindo os "tianguis", praças ou mercados onde as pessoas se reúnem para conviver e compartilhar, onde o dinheiro não é necessário. Com a ajuda mútua resolvem suas necessidades, valorizam os seus produtos e as pessoas que os produzem, trocam os produtos locais, em alguns casos agregando-lhes um valor ao transformá-los. Neles as relações entre as pessoas e comunidades crescem, troca-se experiências, conhecimentos e trabalho. Os intercâmbios são do produtor ao produtor ou do produtor ao consumidor, sem intermediários.

Ao participar dos Tianguis Purepechas del Estado de Michoacan, temos nos aproximado da história viva dos nossos povos, suas formas de resistência, sua organização e forma de vida nos encorajam e nos enchem de esperanças ao comprovar que temos em nossas mãos os elementos necessários para mudar os sistemas econômicos que nos excluem; com esta forma de comércio direto estamos dando uma terra, um espírito, um coração ao nosso ato de comercializar. Realizamos também outras relações econômicas, pois a reciprocidade continua sendo um pilar forte de nossa economia, a "comunitariedade" onde, através do consenso, fazemos acordos de intercâmbio, estabelecemos relações de solidariedade, pois outros grupos não indígenas levam aos Tianguis produtos elaborados na cidade e que escassearam na região. Os dias de Tianguis, em cada lugar onde se realizam, são uma ocasião de celebração, de fazer festas, de conhecer mais pessoas, de conversar sobre todos os problemas e suas possíveis soluções, de compartilhar os alimentos que os anfitriões oferecem aos visitantes. A negociação faz parte de cada intercâmbio, se regateia até se chegar ao acordo. Porém, predomina a generosidade mútua pois o tianguis não é um local para se tirar vantagem do outro, mas é o local em que se reconhece o valor universal e singular de cada participante.

Visitando e compartilhando experiências com promotores de vários países Latino-Americanos do Centro, Sul e do Caribe reunidos no ICI - Instituto Cooperativo Latinoamericano do Panamá chegamos à conclusão de que as formas de resistências de nossos povos continuam vigentes e são nossa força frente à exclusão provocada pela globalização. Voltando nossos olhos para nossos antecessores encontramos muitos valores que devemos resgatar e fortalecer. Os povos indígenas são nosso modelo para dar um novo rosto à Economia. Resgatando formas antigas e novas nos fortaleceremos como uma sociedade mais humana, justa e fraterna.

O DINHEIRO

O dinheiro como o conhecemos na atualidade foi inventado, mais ou menos, a uns 400 anos. Surgiu para superar as limitações da troca, já que não é fácil encontrar uma pessoa que ofereça o que a outra necessita e, ao mesmo tempo, aceite o que o outro lhe oferece. Também porque alguns produtos utilizados na troca eram difíceis de transportar e outros se estragavam muito rapidamente. Portanto, o dinheiro surge das necessidades e não do poder. Atualmente além do papel moeda existem os cheques, os cartões de crédito e as contas eletrônicas em redes de computação. No início este símbolo de valor contava com um respaldo real em depósito ou como garantia. Com o passar do tempo esta condição foi sendo relaxada pas-

Edição/redação: Marcos Arruda, Sandra Quintela e Hermila Figueiredo; *periodicidade:* trimestral; *programação visual/produção gráfica:* Caco Appel (Pigmento Pré-impressão); *endereço para correspondência:* Rua Joaquim Silva, 56, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, Cep.: 20241-110. *Telefone:* 55 21 252-0366 e *fax:* 55 21 232-6306; e-mail: *pacsdph@ax.apc.org*



Algumas breves referências a outras experiências mundiais

Não estamos sós: há processos similares sendo desenvolvidos há muito tempo, mas especialmente ao longo da última década, mais ou menos convergentes, em todo o mundo: no México, Estados Unidos (as " Ithaca hours " e afines) , Canadá ("LETS" – sistemas de troca local — de Michael Linton) e Europa (Inglaterra, Escócia, Noruega, Finlândia, Bélgica, Holanda e França (SELs), para mostrar algumas experiências mais conhecidas por nós. Pelo nosso sítio se pode ter contato com elas.

Talvez valha a pena reconhecer que nosso processo é muito profundo e inovador e, se adapta às necessidades de nossos povos, respeitando nossas diferenças culturais e utilizando-as como potencial, e não enquanto obstáculo, à uma nova noção de progresso e qualidade de vida. Todos os sistemas são bons se o objetivo é melhorar a qualidade de vida dos que não a têm... porque não têm *dinheiro*.

Pelo menos uma vez, parece que o Sul mostra um caminho ao Norte!

Os princípios éticos da Rede Global de Trocas

Não há dúvida de que cada comunidade, instituição ou grupo humano o fará à sua medida e sob sua responsabilidade. Esperamos inteirar-nos de seus êxitos, pessoalmente ou através da Internet, para aproveitar destes e continuar crescendo juntos. A experiência de quase quatro anos de construção de nossa rede, mostrou que o que mais funciona é o RESPEITO PELA DIFERENÇA e a observação dos princípios éticos básicos válidos desde o primeiro momento, apenas atualizados há um ano...

Idéias básicas para formar o primeiro clube, em qualquer contexto: o que se deve e o que NÃO se deve fazer...

Algumas sugestões:

Reunir um grupo de, no mínimo, 20 pessoas, para começar. Ter uns 2-5 líderes que estejam entusiasmados e comprometidos com o processo. Com eles, compartilhar os materiais disponíveis, em umas 2-3 sessões antes de começar a se "trocar" numa feira de lançamento.

Fazer o exercício de " Reinventar o mercado " ou as " 5 colunas " todas as vezes que se reunam, ainda que pareça inútil e repetitivo. Cada dia, uma pessoa pode mostrar um novo aspecto " produtor " ou " consumidor ", inovar em sua própria propaganda, etc. Uma proporção adequada pode ser de 90 minutos para o "exercício" e 60 minutos para a "feira" propriamente dita.

Este exercício consiste em anunciar os seguintes itens:
Nome e telefone:
Atividade principal que desenvolve no mercado formal, tanto na área de produto como na de serviços:
Conhecimentos que pode ensinar aos membros do Nó ou do Clube, sem necessariamente pretender cobrar por isso ou fazê-lo regularmente. Esta atividade contribui enormemente para que as pessoas descubram em que podem ser úteis a outras.
Produtos e serviços que estão recebendo do Nó ou Rede, ao começo inexistentes. (Necessidades satisfeitas hoje na Rede). Este jeito mostra aos novos participantes que outras pessoas trocam seus hábitos de consumo e obtêm da Rede produtos e serviços que "pagavam" com dinheiro no mercado formal, ou não consumiam.
Produtos, serviços ou " raridades " que se quis encontrar e outro não encontrou (Necessidades insatisfeitas hoje): esta é a oportunidade em que outros se dão conta de que são nossos "provedores" potenciais.
Quando os outros membros ouvem os itens 2, 3, 4 e 5, podem levantar a mão (silenciosamente) quando lhes interessa produzir ou consumir tal item. Assim, se inicia uma visualização do novo MERCADO que podem satisfazer-lhes em pouco tempo.

Reunir-se regularmente, todas as semanas, ainda que se tenha pouca gente. Garantir o compromisso de que ninguém desista antes de três meses de experiência para que a pessoa tenha a oportunidade de colocar-se à prova como *prosumidor* (produtor e consumidor).

Não esquecer de incluir alguma atividade recreativa ou mesmo alguma mística referente ao III Milênio, para que o grupo vá aceitando, e em todas as sessões, para não reduzir a atividade a um mero supermercado de reposição.

Adotar, na medida do possível, a coordenação compartilhada da DGE (Dinâmica Grupal Explícita, de W. De Gregori), com tarefas mínimas de *recepcionista* (recebe e instala as pessoas), *cronometrista* (cuida da duração do tempo para que se termine no horário), *secretário* (anota os nomes, telefones e ofertas para que depois se confeccione uma lista dos presentes), *monitor de qualidade e preço, detetor de jogos triádicos, condecorador de solidário, empreendedor e político,* e *animador* (que dá a palavra e conduz a reunião). Quando termina o encontro, o recepcionista se encarrega de que a sala fique em condições, pedindo a colaboração dos presentes e exercendo a função de *responsável* da limpeza (não necessariamente é quem limpa). Se os sócios contribuem desde o primeiro momento com 0,50 C (se são mais de 20 membros) ou 1C (se são menos de 20), todas essas funções são logo retribuídas de

continua ▶

EXPERIÊNCIAS COM DINHEIRO ALTERNATIVO

REVALORIZAÇÃO E AUTOESTIMA SOLIDÁRIA

Humberto Ortiz Roca / Economista/ Coordenador do Grupo de Economía Solidaria, Perú.

No momento atual, de grave especulação financeira, de instabilidade das bolsas de valores no Norte e no Sul, produto de um desmedido fluxo de capitais de curto prazo provocado em boa parte pela própria aplicação dos programas de ajuste estrutural do FMI, volta à agenda econômica e política o tema do dinheiro e uma reflexão sobre o conceito do dinheiro como forma de mudança.

Não faz muito tempo um economista como La Roche propôs, diante da galopante crise financeira e monetária (queda das bolsas, desvalorização das moedas nos países do Sul, especialmente nos casos da Coréia e do Brasil) a volta de mecanismos de troca internacional, inclusive para o comércio. No momento, e graças aos acordos de facilidade ampliada (ESAF) firmados com o FMI em alguns países, estão estacionados momentaneamente os estouros financeiros com empréstimos de curto prazo para os "novos" ajustes estruturais dessas economias. O próprio Fundo Monetário Internacional tem experimentado na "própria carne" a falta de fundos.

No mundo de hoje a moeda mudou o conceito do valor das coisas e dos bens. O valor dos bens é medido em função do seu preço monetário no mercado, também monetário, convencional, e tem perdido o conceito do valor das coisas relacionado com o TRABLHO HUMANO que elas representam.

As propostas de dinheiro alternativo buscam a volta, de práticas mais ou menos sensíveis, dessa revalorização do valor dos bens (vale a redundância) pelo trabalho social que elas representam. Ele está no conceito do que da Rede Global de Trocas denomina de "prosumidor", que é a fusão das palavras "produtor" e "consumidor", unidas na mesma pessoa. A idéia de fundo é que todos e todas somos ao mesmo tempo produtores/as e consumidores/as, isto é, temos algo a oferecer e algo de que precisamos. Atrás da oferta e da demanda está o conceito de valor dos bens pelo trabalho humano que estes representam.

Na América Latina e no Mundo existe toda uma rede de dinheiro alternativo, comunidades tanto no Norte como no Sul[1] que o vêm utilizando.

Uma experiência muito significativa é a da Coalizão Rural, que consiste numa rede de camponeses/as da Costa Atlântica do México e dos Estados Unidos, que começaram inicialmente com experiências de troca em seus países (que vinham de tempos muito antigos). Em seguida os mexicanos criam sua moeda local (Tanguis Tlaloc), posteriormente firmam o **novo** NAFTA, o "Nafta People to People" (de povo para povo) um modelo para promover um comércio solidário nesta rede. Organizam também uma bolsa binacional de produtos.

Nesta mesma linha existem outras expêriencias de moedas locais no Brasil e na Alemanha. Na Argentina, inclui o "intercâmbio de saberes" com gente do mundo acadêmico, sem intermediação do dinheiro convencional.

À medida que em determinadas localidades possam, a partir de uma experiência de economia popular ou economia solidária preexistente, criar um símbolo monetário local, maior a probabilidade de gerar oportunidades de emprego na localidade, de gerar circuitos econômicos de compras-vendas e de vendas-compras na localidade privilegiando seus próprios produtos e da região, maior probabilidade também de revalorizar a

continuação da página anterior

acordo com o total arrecadado e a proporções que cada grupo decidirá. Devemos evitar ao máximo o trabalho voluntário, já que na Rede não faz sentido: temos a "moeda social" de que necessitamos, não a que o Banco Central deixou em circulação. É assim que organizamos as funções de condução e animação do Nó e permitimos que os que não têm produção suficiente possam usar créditos e mover o mercado. *Não cobrar créditos por um trabalho realizado é paralisar o mercado: na Rede, isso é o oposto à solidariedade...*

Insistir na adoção de toda forma de capacitação que possa contribuir para o desenvolvimento de nossos exercícios, a saber:

desenvolver a capacidade de ser solidário : expressa, no mínimo, no consumir o mesmo que se produz (NÃO ECONOMIZAR!)

desenvolver a capacidade de ser empreendedor: aumentar gradualmente a quantidade e qualidade dos produtos e serviços que produzimos e consumimos neste sistema solidário. Procurar formar micro-empreendimentos individuais ou coletivos, com projeção para que se reinsiram no mercado formal.

desenvolver a capacidade de ser socialmente responsável (ou responsáveis pelo outro): assumir, periodicamente, regras de interesse coletivo, como é a difusão do sistema, a negociação de espaços na imprensa, melhores espaços para as feiras, novos sócios com novos produtos, etc.

Algumas sugestões e aspectos que se deve evitar:

Evitar permanecer na função de coordenação quando o grupo já puder coordenar tal função. Para isso, basta adicionar entre nossas responsabilidades (quando somos fundadores), a de formar sucessores... Os últimos dois meses podem ser de condução compartilhada e o período total não deveria exceder, no máximo, os 8-10 meses.

Evitar ocupar-se de TUDO que o grupo necessita e

sando-se a emitir mais e mais dinheiro sem contar com um respaldo, provocando inflação e levando à desvalorização do dinheiro. Em 1900, o que se comprava com uma unidade de papel moeda agora custa 16 vezes mais.

MOEDA LOCAL

Ante a crise econômica em que vivem nossos países, as organizações sociais começaram a buscar alternativas para enfrentá-la. A partir daí surgiu a necessidade de voltar às nossas raízes e aprender como faziam nossos antepassados. A troca realizada em alguns países parece ser uma das saídas. Também são utilizados vales ou cupons chamados 'dinheiro social'. Através deste sistema está sendo construído um grupo. Com o intercâmbio de produtos e serviços podemos compartilhar o que necessitamos.

O sistema de utilizar uma moeda local vem acontecendo em vários países do mundo e, de acordo com a realidade, a cultura e organização de cada povo tem tomado diferentes nomes:

Na Austrália, existe o DINHEIRO VERDE, na Inglaterra, LETS; na França, SEL; nos Estados Unidos, HOURS, onde a moeda é utilizada em mais de 20 Estados. No Canadá, também é chamada HOURS. No México, entre várias experiências, existem o TLALOC e o BOJA. Desta maneira, a experiência tem crescido e em outros países Latino Americanos como na Argentina onde vem crescendo os espaços de utilização da moeda local, com o nome de CRÉDITO.

A moeda local começa sendo utilizada por grupos de pessoas. Em alguns casos começa com um grupo de 10-20 pessoas convertendo-se num mercado social para criar oportunidades de ocupação e intercâmbio, no campo de serviços e produtos, orientando o consumo para uma maior e melhor qualidade de vida.

As moedas locais são valores efetivos respaldados pelo compromisso responsável de todos os seus membros e quanto mais se utiliza as moedas locais, mais rápido se chega a uma economia humana. Em cada grupo se estabelecem as regras necessárias: até onde se concederá crédito, quais são as condições para participar, quais são as responsabilidades de cada um, etc.

Conhecendo algumas destas experiências nos damos conta de que este dinheiro social é verdadeiramente considerado como dinheiro, respaldado por pessoas reais, por tempo real, por habilidades e instrumentos reais. Por outro lado, por exemplo, os dólares são dinheiro caricaturesco, já não respaldado nem pelo ouro nem por produtos reais, senão pelas dívidas nacionais de cada país.

Regularmente os grupos se utilizam de catálogos de ofertas e demandas oferecendo à comunidade habilidades que muitas vezes não são reconhecidas nem oferecidas pelo mercado convencional. Praticamos a fraternidade porque nos vemos mais como irmãos do que como competidores que lutam apenas pelo dinheiro. Estes grupos se reúnem periodicamente para informar, avaliar e tomar decisões. O dinheiro local honra as prendas locais que são mais respeitadas na região como as flores, as cascatas, o artesanato, as granjas, as mulheres, os códigos indígenas, as crianças.

CARACTERÍSTICAS DA MOEDA LOCAL

Poder Aquisitivo : é uma moeda isenta de impostos, qualquer um pode ganhar, velhos, jovens, mulheres. É à prova de inflação, pois uma hora sempre eqüivalerá a uma hora. A retribuição pelo trabalho em termos de poder aquisitivo é justa: uma hora de seu tempo por outra de qualquer pessoa da rede.

Autonomia e Segurança: as moedas locais são em parte uma forma de economizar sem incorrer em gastos em moeda corrente. Parte do benefício de seu uso parece ser seu sentido de recuperar independência, uma forma de solucionar a própria vida à margem do sistema econômico que não leva em conta os excluídos.

Recompensa Agradável: quando alguém faz alguma coisa por outrem, se esse alguém se autodefine como produtor, como alguém que possui algo de que o outro necessita. Nossa moeda local dá uma prova externa do nosso próprio valor e da nossa capacidade de compartilhar.

Capital Social: Ao fazer parte deste sistema de moeda local uma pessoa torna-se parte de uma família extensa e passa a se relacionar com pessoas pouco conhecidas porém, ao mesmo tempo, confiáveis. Vai sendo criado um tecido social que integra as pessoas numa rede segura, que oferece proteção contra as mudanças.

AS MOEDAS LOCAIS SÃO DINHEIRO ECOLÓGICO:

· porque motivam a compra dos produtos locais que não são transportados em veículos que contaminam. Se são produtos comestíveis, são frescos, sem conservantes.

· ao transformar um produto localmente estamos agregando um valor à nossa produção além de utilizarmos recursos locais para produzi-lo;

· cria-se uma relação entre o produtor e o consumidor permitindo-lhes conhecer melhor o que será consumido ou o que é necessário para fazer um serviço. Além disso, as relações entre as pessoas se desenvolvem mais naturalmente.

· o dinheiro é criado, gasto e investido localmente, permitindo-se saber o que acontece com nosso dinheiro, além de poder conhecer o desenvolvimento do meio ambiente, porque o que se busca é obter produtos orgânicos, saudáveis e que conservem o equilíbrio da natureza.

· através deste sistema podemos modificar os modelos econômicos porque estão apoiados em produtos e no tempo de pessoas reais, que participam e decidem como querem viver, o que querem produzir e como querem intercambiar

Algumas pessoas dizem que o dinheiro não tem coração, não tem alma, não tem consciência e não tem pátria. O dinheiro só conhece a ganância. É chegado o tempo de darmos um chão, um espírito, um coração à nossa moeda local.

Como formar uma primeira rede de trocas pensando na economia global

Heloisa Primavera, ***primaver@clacso.edu.ar***

Estamos chegando ao novo milênio, e nos cabe a responsabilidade de começá-lo com idéias novas e planos que signifiquem a possibilidade de vivê-lo com entusiasmo, otimismo, esperança e realismo; o que não é pouca coisa.

Neste contexto, a apresentação da experiência argentina sobre a Rede Global de Trocas, no Equador e na Colômbia, em muito distintos âmbitos, me sugere escrever estas reflexões para ajudar a desencadear um processo dentro das possibilidades de seguimento entre todos os protagonistas que o estão iniciando.

Esclareço: o processo começou nos primeiros dias de janeiro, em Quito, na Cooperativa Maquita Cushunchic. Em Bogotá inaugurou-se o primeiro nó e, da mesma forma, outro em Medellín. Também há experiências na Pereira e em vários grupos na Colômbia. Logo seguirá nossa visita à França e às experiências na Costa Rica, Honduras e Guatemala... É o que vai ficando conhecido, em resposta à *globalização neoliberal* da economia, como iniciativa da cidadania numa Rede *Global de Trocas*...

Como sintetizar em poucas linhas para que estas sirvam de guia e não de resposta? Que fiquem aqui como resultado de suas perguntas, que revelam nossas mais profundas diferenças.

Segue uma tentativa:

Brevíssima história das trocas na Argentina

Os materiais disponíveis no nosso sítio na Internet (http://visitweb.com/trueque) ilustram, abundantemente, como começou tudo em várias versões. Os artigos que apresentamos na Finlândia ("Embaralhar e dar de novo para a construção de um novo jogo social "e" Unicórnios: entre a utopia e a responsabilidade social" podem colaborar a satisfazer distintos níveis de curiosidade). Também podem ler nosso livro com Carlos De Sanzo e Horacio Covas "Reinventando o Mercado: a experiência da Rede Global de Trocas na Argentina". Vamos sintetizá-lo.

O primeiro Clube de Trocas nasceu em Bernal, Província de Buenos Aires, em 1º de maio de 1995. Houve a participação de 20 pessoas trocando, entre elas seus distintos produtos e serviços, tais como: comida, roupa, artesanato, serviços odontológicos, reparações domésticas... Com o tempo, se introduziu o " vale", "bônus" ou mesmo o "crédito," para facilitar as operações entre os vários membros. Através dele existem hoje diferentes classes de vales: locais, zonais e nacionais.

Existem mais de 200 nós ou clubes em todo o país, em 15 províncias, registrados como parte da Rede Global de Trocas. Estima-se a participação de cerca de trinta mil sócios ativos, com um impacto sobre as vidas de umas 120.000 pessoas em todo país.

Os produtos, serviços e conhecimentos que hoje se trocam abrangem desde alimento não-processado, comida preparada, roupa, artesanato, serviços em geral, serviços médicos, turismo, jardinagem, astrologia, leitura de tarô, atendimento clínico, terapias, electricidade, etc. Os "prosumidores" são quase sempre camelôs na Rede: produzem e consomem uma variedade de produtos e serviços, segundo suas necessidades e pelo descobrimento de suas potencialidades.

A primeira *aliança estratégica* se deu com o Governo da Cidade de Buenos Aires, através da Secretaria de Promoção Social. Logo seguiu-se a Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Emprego. Atualmente, a troca foi declarada de interesse municipal em mais de 10 municípios argentinos de distintas províncias. Também a declararam de interesse provincial: Córdoba, Mendoza, Jujuy, entre outras.

Nosso sistema se estendeu à Espanha (País Basco), Uruguai, Brasil, Bolívia e, agora, Equador e Colômbia. A nossa página nos permitiu assessorar países distantes, como Rússia e Finlândia.

Nossa **visão** é que, este ano, – assustados com a criatividade e compromisso dos membros da Rede e seus seguidores em todas as latitudes – veremos a circulação de uma nova **moeda social** em todo o continente, do Canadá à Patagônia! Não estamos simplesmente "remediando" nossa qualidade de vida, como também levando eqüidade e reparação histórica aos setores mais desprotegidos de todas as sociedades que queiram inserir-se neste processo.

Não estamos construindo um **muro** de contenção para nossas economias familiares, mas sim o alicerce e as paredes da grande **catedral**, que o novo milênio nos pede!



O que me dá o direito de receber uma certa quantidade de moeda social antes de trabalhar, produzir ou vender?

— A moeda que vamos criar e distribuir entre nós é diferente das que conhecemos. O valor dela não está nela própria, mas no trabalho que vamos fazer para produzir bens, serviços, saberes e depois trocar com o resultado do trabalho de outros. A moeda enquanto tal não tem valor, até que comecemos a trocar trabalho com trabalho. Aí, então, ela vai servir de mediadora destas trocas. Ela é diferente também porque a ela não está ligada nenhuma taxa de juros. Por isso não interessa a ninguém guardá-la, entesourá-la. Interessa, sim, trocá-la continuamente por bens e serviços que venham responder às nossas necessidades, pessoais, familiares, comunitárias, empresariais, e que venham melhorar nossa qualidade de vida. Esta moeda será sempre um meio, nunca um fim. Não será inflacionária nem jamais poderá ser usada para especulação.

Qual o número mínimo e máximo de pessoas num grupo da Rede?

— A experiência mostra que o número mínimo pode ser 5-6 pessoas, e o máximo em torno de 50. Mais que isto, só temporariamente, como forma de estimular e motivar a criação de um novo grupo.

Sugerimos que vivenciássemos o jogo e buscássemos através dele as respostas a outras perguntas. Enfatizamos o aspecto de alternativa ao mercado capitalista que este jogo representa. E a inovação que significa ganhar controle comunitário sobre nossas finanças. Este caminho – a Rede de Trocas Solidárias usando moeda social – é uma vertente promissora do grande projeto de uma globalização cooperativa e de uma socioeconomia solidária e responsável.

2. O grupo assumiu conjuntamente levar à prática estes princípios e perspectivas, na forma de um acordo verbal coletivo. Comentamos que, na constituição de um grupo da Rede, é importante também um compromisso individual por escrito.

3. Distribuímos cartelas em branco, na forma de 'bilhetes' da mesma cor, 20 por cada participante. Que nome dar ao Grupo? Propostas, discussão, votação, e foi aprovado o nome Mutirão Aquário da Rede de Trocas Solidárias do RJ. O mesmo fizemos em relação à moeda: Vitória. Deixamos, porém, de discutir a equivalência e avaliamos, no final, que este era o momento de fazê-lo. A equivalência acordada foi que uma Vitória seria igual a uma hora de trabalho social (manual ou intelectual), ou a R$ 5,00. Em seguida, decidimos adotar os seguintes valores em bilhetes: 10 de V$1, 5 de V$5 e 5 de V$10.

4. Ainda como parte da preparação para a autogestão, escolhemos coordenador, secretário e recepcionista. Definimos que cada participante pagaria V$ 1 para remunerar essas funções e para gastos administrativos.

5. Para o mapeamento das necessidades e recursos, pedimos a cada participantes para dar seu nome e telefone e apresentar suas necessidades. Eles acrescentaram "e sonhos"! Avaliamos depois que neste momento deveriam também ser apresentadas as ofertas e recursos, pessoais, familiares e grupais. Ao longo do jogo, escolhemos uma segunda secretária para compartilhar a tarefa de anotar, muito cansativa. No momento da exposição das ofertas/recursos, uma primeira revelação: os participantes, mesmo os que melhor se conheciam, descobriram talentos, capacidades e atividades desconhecidas e até surpreendentes uns para os outros. E já no meio da exposição, intervinham dizendo "ah, isto me interessa!", ou "ah, vou precisar de você"!

6. Terminadas as exposições, iniciamos a feira. Alguns compraram banana-passa das companheiras da Kit-Fruta, todos começaram negociações bilaterais. Outra revelação. Como a complementaridade entre os recursos disponíveis no grupo e as necessidades era tão grande, estabeleceu-se espontaneamente uma negociação em dois planos. Um, o do jogo com vitórias, o outro, o da vida, na forma de acordos para depois de concluída a 2ª. Oficina.

7. Na avaliação, iniciamos constatando que foram feitas diversas transações durante o jogo. O entusiasmo com a dinâmica do jogo foi grande. Expressamos o desejo que ele continue na vida real. Vários consolidamos os acordos para depois de terminado o Curso. E afirmamos a necessidade de desenvolver esta Rede no contexto do Fórum de Cooperativismo Popular do RJ. Fui contratado para iniciar um Mutirão numa das cooperativas ali presentes. Constatamos que este sistema pode ser estabelecido também nas escolas infantis, não só com o fim de aprendizagem de socioeconomia, mas também para viabilizar o atendimento das necessidades, o aumento da sociabilidade e do bem-estar, e a redução dos custos entre os próprios alunos.



O QUE ACONTECE NO MUNDO DA ALIANÇA

I Encontro Internacional – A carta da Terra na Perspectiva da Educação

23-26 de Agosto de 1999 – São Paulo – SP – Brasil

Uma Comissão eleita na Plenária final do Encontro está redigindo a Carta da Ecopedagogia que foi o principal tema do encontro e será divulgada amplamente junto com a Carta da Terra, cujas sugestões foram encaminhadas ao Conselho da Terra.

Conselho da Terra

Prosseguem os trabalhos da Comissão da Carta. A segunda versão do Anteprojeto está disponível no sítio da Campanha para a Carta da Terra.

Pierre Calame e André Levesque, divulgaram, completaram e corrigiram um outro projeto da Carta dentro do Canteiro "Carrefours humains" da Aliança. Alguns aliados do Sul da Ásia, da África, dos países árabes, da América Latina estão se reunindo para dar sua contribuição ao projeto e contribuir para a elaboração de um texto que pretende ser um dos textos essenciais a serem discutidos durante a Assembléia dos Cidadãos da Terra no ano 2001.

Os aliados que desejarem contribuir para esta iniciativa podem entrar em contato através do endereço eletrônico: Alliance@echo.org

I ª Reunião da Equipe Internacional de Animação da Aliança

Barcelona 12-16 de setembro de 1999-11-05

No programa, o funcionamento da equipe, visão da Aliança, preparação da Assembléia 2001, perspectivas sobre a comunicação no âmbito da Aliança, discussões sobre a Carta da Terra e outros textos chave, calendário de atividades. O relatório do encontro está encartado nesta edição.

Gestão Integrada dos Territórios:

O boletim do Canteiro "Gestão integrada dos Territórios" está disponível em linha. Se você deseja receber uma versão em papel e a lista dos participantes entre em contato com Paul Makedonski (Instituto de Desarrollo Urbano - CENCA - Peru) cenca@amauta.rpc.net.pe

Encontros:

África : De 25-27 de junho passado realizou-se na África do Sul o **Encontro do CAP** cuja finalidade foi desenvolver a Aliança no continente africano, discutir os valores e princípios que devem ser incluídos na **Carta da Terra para a África;** desenvolver os instrumentos para facilitar o intercâmbio entre os aliados africanos e outros continentes e definir um programa de trabalho até encontro do ano 2001.

Manifesto por uma Ciência cidadã, responsável e solidária.

Em junho 99 teve lugar em Budapeste, sob o patrocínio da Unesco, a Conferência Mundial sobre a Ciência para discutir as relações entre ciência e sociedade. Os aliados dos canteiros " Maîtrise des savoirs e "Carta da Terra" elaboraram um Manifesto para uma ciência cidadã, responsável e solidária. Pierre Calame apresentou o texto "Para um novo contrato entre a ciência e a sociedade". Será criado um fórum eletrônico para discutir o Manifesto e os que desejarem contribuir para o debate podem enviar sua contribuição através do endereço eletrônico da Aliança: alliance@echo.org

REDLASES - RED LATINOAMERICANA DE SOCIOECONOMIA SOLIDARIA

SEMINARIO DE CAPACITACIÓN E INTEGRACIÓN

29.11 - 3.12.1999 Buenos Aires - Argentina

Durante uma semana participantes do interior da Argentina, do Brasil, Chile, Colombia, Honduras, Peru, Estados Unidos, Canadá e Holanda, se reuniram em Buenos Aires para discutir quatro temas considerados críticos para o crescimento e consolidação de um modelo grupal, organizacional e social de economia solidária:

Temas do Seminário: "Teoría y práctica de la cooperación : el juego triádico del poder como interpretación"; "Modelos mentales y cambio social: el lenguaje que "crea" la realidad"; "Individuo, grupo y sociedad: enlaces";"Lecciones de las experiencias presentes"; "Capacidad emprendedora, solidaria y política: nuevo enfoque del liderazgo"; "Transformando problemas en proyectos"; "Proyecto, Sueño y Visión"; e "Qué nuevas acciones son posibles hoy: PROYECTOS FUTUROS" ("Lo oí y lo olvidé. Lo vi y lo recordé. Lo HICE y lo APRENDÍ")

Maiores informações com o PACS, (tel. +55 21 252 03 66; c. eltr: sandrag@alternex.com.br)

importante contribuição econômica dos pobres tão desvalorizados pela economia do mercado monetário do símbolo do dinheiro convencional, e cuja expressão máxima é a moeda convencional

Os bens e serviços dos mais pobres (especialmente do meio rural e urbano marginal) são pouco valorizados pelo mercado monetário convencional que, pelo contrário, os castiga com os menores preços, o qual levam a processos de desvalorização, baixa autoestima que impede aos e às pobres sair da pobreza pois acentua nestes a idéia de que "são inúteis" ou "sobras", "melhor não terem nascido", porém necessita-se que recuperem sua consciência de "proconsumidores" e dar oportunidades para que este se realize na prática.

Gostaria de compartilhar uma experiência pessoal deste ano de 1999 com uma visita a região de Sherbrooke, Québec, Canadá[2]. Existe ali a experiência de "Troc a Tout" (troca de tudo). A experiência consiste em que durante uma semana pessoas previamente inscritas levam diversos produtos elaborados por elas ou oferecem diversos serviços que podem doar (por exemplo utilidades domésticas, de manutenção, etc.). Cada um entrega o que trouxe e combina com o/a coordenador/a da experiência o valor em "unidades" (uma unidade pode ser mais ou menos o equivalente a um dólar canadense) da mercadoria ou do serviço. Posteriormente os negócios se fazem em "unidades", não em dólares.

Em seguida há um dia do "troca tudo" ("troc a tout") em que durante todo esse dia as pessoas que levaram algo vão aí, e pelo valor acumulado de unidades que têm levam outros produtos que outras pessoas produziram ou solicitam um serviço para sua casa ou oficina.

Este mecanismo tem permitido a contratação de muitas pessoas antes marginalizadas ou que outras pessoas se tornem conhecidas.

No fim do dia conversamos com uma senhora mais velha, participante de uma cozinha coletiva[3] que nos confidenciou que para ela o "Troc a tout" foi uma grande descoberta, porque antes ela estava desempregada, tinha muitos filhos e filhas para manter e com freqüência caia em depressão e desespero. Uma amiga a convidou ao "Troc a tout" e ela se animou em levar uns calçados de panos que sabia fazer. Em poucas semanas esses calçados foram muito valorizados pela comunidade que comprou quase todos, o que lhe permitiu descobrir o valor de seu trabalho e aumentar suas vendas. Além disso, outras pessoas do "mercado convencional" a contrataram para que produza esses calçados sob pedido e nesta data (fevereiro 1999) ela vendia tanto no mercado alternativo como no mercado convencional, porém o mais importante para ela havia sido... descobrir seu valor como pessoa.

(*) *Época em que o sol passa pela sua maior declinação boereal ou austral, e durante a qual cessa de afastar-se do equador. No hemisfério sul, a data se denomina solstício de inverno.*

[1]Um resumo destas experiências é apresentado por Heloisa Primavera no artigo "La Moneda Social de la red global del trueque en Argentina: ¿Barajar y dar de nuevo en el juego social? (primaver@clacso.edu.ar) de marzo 1999.

[2]Durante o marco da Campanha da Quaresma de Desenvolvimento e Paz, organização de ajuda ao desenvolvimento criada pelos bispos Católicos do Canadá.

[3]A cozinha coletiva (cuisine collective) é uma organização de mulheres e homens (a maioria mulheres) para cozinhar juntas seus alimentos, com o qual podem reduzir os custos unitários das rações. Se reúnem uma vez por semana a cada quinze dias. Também na cozinha, realizam cursos de educação popular e em outros casos promoção do emprego. Esta experiência foi criada em Québec, principalmente inspirada pela experiência de restaurantes populares autogeastionários dol Perú. Atualmente, há em Quebec o Reagrupamento de cozinhas coletivas de Québec que agrupa cerca de 580 grupos de cozinha. No Perú, a Federación de Comedores Populares autogestionários de Lima e Callao agrupa cerca de 1500 restaurantes autogestionários. Ambas as federações tem uma confraternização norte-sul solidário.

ser um "exemplo" de comportamento. Como o grupo faz suas normas, se pode negociar vários papéis distintos para distintos membros, com rotação mensal ou bimensal.

Evitar, absolutamente, serem confundidos ou identificados com qualquer corporação, por mais ecumênica que seja esta: religião, partido político, instituição, etc. Todos podem colaborar, sem pretender exclusividade na parceria.

Evitar o controle de informação que contenha a idéia de conspiração. Relembrar sempre a idéia de responsabilidade compartilhada. Cada grupo definirá qual é a melhor expressão desta condição.

Evitar a enfermidade infantil da Rede, também conhecida como Nodismo (ou grupismo). Todos os prosumidores são membros desta grande empresa social virtual e, se freqüentamos vários Nós como prática de rotina, estamos evitando esta terrível enfermidade.

Evitar "classificar" os novos: apenas acompanhá-los em seu descobrimento pessoal. Recordá-lo da importância que teve cada processo ou aprendizagem, a partir de resultados não esperados (também conhecidos por "erros")

O espaço da inovação e da responsabilidade compartilhada: bibliografia mínima

A lógica da complexidade do social não pode ser reduzida ao que já sabemos... uma vez que ainda não conseguimos produzir sociedades melhores que as que temos hoje. Para os que ainda acreditam em um mundo newtoniano das causas e efeitos, recomendamos a leitura da obra de Kevin Kelly e dos demais aliados aqui apresentados.

Certamente a lista é bastante mais numerosa e pode ser ampliada pelos leitores, para nosso benefício. Esperamos sua visita ao nosso sítio, *http://visitweb.com/trueque*, ou via nosso endereço eletrônico privado: *primaver@clacso.edu.ar*, *cibercharli@house.com.ar* ou trueque@clacso.edu.ar

vocês a continuarem buscando — juntos, dentro do possível — a forma de construir e gerenciar uma sociedade mais humana, justa, eqüitativa e de usufruto dos recursos de nosso planeta, no qual, como propõe De Gregori, somos **condôminos** e não **inquilinos**.

Criando a rede de trocas solidárias do Rio de janeiro

Marcos Arruda

Aproveitamos a segunda oficina do Curso de Viabilidade Socioeconômica, do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, para fazer um jogo educativo sobre a Rede de Trocas Solidárias usando moeda própria. O objetivo era introduzir para as participantes a teoria e a prática das trocas solidárias, no contexto de uma oficina centrada na Autogestão. (A primeira oficina focalizou a produção cooperativa, e a terceira, a comercialização.)

Passos do jogo:

1. Conversa sobre os objetivos da Rede no contexto da socioeconomia solidária.
2. Acordo/contrato com base em certos princípios.
3. Criação coletiva da moeda comunitária: nome, valores de referência.
4. Escolha da Coordenação, Secretaria, Recepcionista. Definição dos valores a pagar por seu trabalho.
5. Anotação de telefones, fax e correio eletrônico (cel) de contato. Mapa das demandas e ofertas dos participantes.
6. Feira.
7. Avaliação.

1. Iniciamos com uma conversa sobre a lógica e as regras do jogo. Definimos a Rede como uma das vertentes inovadoras da socioeconomia solidária, uma forma de nós, trabalhadoras e trabalhadores, colocarmos nossos recursos, capacidades e potenciais a serviço uns dos outros, e também ganharmos controle sobre o meio simbólico de viabilizar trocas mais complexas – a moeda. Portanto, um fator de empoderamento pessoal e coletivo ao mesmo tempo. Surgiram logo questões que buscavam resolvam, teórica e conceitualmente, dúvidas que tratamos de esclarecer, com base



no que aprendemos de outras experiências: como as da Argentina, Inglaterra e Irlanda.

Que fazer quando temos que comprar equipamentos ou componentes no mercado dos reais? Pagamos com reais ou com moeda social?

— Quem compra um produto ou serviço que envolveu custos em reais poderá pagar esta parte em reais ou na moeda social. O desejável, porém, é que o que vende aceite o pagamento em moeda social, por dois motivos, pelo menos. Um, para estimular as trocas solidárias no interior da Rede. O outro, porque ele poderá compensar a "perda" de reais comprando mais dentro da Rede, inclusive com a renda disponível em reais aumentada pelo fato de já não estar gastando reais para responder a diversas das suas necessidades.



Informe da Primeira reunião da Equipe Internacional de Animação da Aliança por um mundo responsável e solidário

Barcelona (Cataluña-España) de 12 a 16 de Setembro e 1999

Os 25 membros desta equipe se reuniram em Barcelona para compartilhar nossa visão da Aliança e definir nossas atribuições. Durante cinco dias trabalhamos para dinamizar o processo que nos permitirá realizar a Assembléia 2001 da Aliança.

Aqui estão as conclusões principais para que todos possamos começar a planejar e coordenar nossas agendas de trabalho.

1. A função da Equipe é a de facilitar as relções entre os aliados e as iniciativas que estes empreendem para fazer avançar coletivamente esta nova etapa da Aliança.

Esta equiope não pretende ser uma representação equilibrada da diversidade geo-cultural, temática e colegial característica da Aliança. O esforço está sendo concentrado no trabalho em equipe e para isso constituimos quatro comissões. Estas comissões não estão formadas apenas por membros da Equipe Internacional de Animação, sobretudo estão abertas a todos os aliados portadores de experiências e propostas regionais, colegial e temas que precisam ser reforçados. O mandato desta equipe termina em dezembro de 2001.

2. Todos os aliados estão convidados a participar ativamente da Assembsleia da Aliança. Esta **Assembleia será un processo de dois anos** que se desenvolverá de janeiro do ano 2000 a dezembro de 2001 e cujo ponto culminante será a realização simultânea de vários encontros internacionais em cada continente, " inter-conectados " entre si e que terão lugar durante o soltstício de 2001 (21 de junho)*. Cada um destes encontros continentais reunirá participantes locais ou da região, bem como participantes provenientes de outros continentes com o fim de destacar a dimensão intercultural e internacional. Assim mesmo, será necessário prever em cada um destes encontros, uma participação a mais proporcional possível entre as diversas dimensões temáticas e colegiais da Aliança.

Depois dos encontros haverá uma sessão de trabalho que reunirá os delegados de cada assembléia para consolidar os resultados e preparar a nova etapa que se abrirá para a Aliança.

3. Durante os próximos meses é fundamental que os aliados comecem a formular e a debater os valores, as experiências e sobretudo as propostas concretas que serão discutidas durante a Assembléia de 2001 e que poderão servir como pontos de referência para as próximas décadas.

A partilha destes textos permitirá uma ampla participação inter-cultural, inter-temática e inter-colegial e poderá expressar-se em três documentos (os títulos servem apenas de orientação) :

A. Carta Intercultural da Terra (documento proposta sobre valores comuns)

B. Propostas para o século 21 (documento com as diversas propostas)

C. Perspectivas da Aliança para o biênio 2002-2004 (documento sobre a etapa seguinte)

4. Para avançar sobre bases sólidas e dar-nos o tempo necessário para a discussão e o debate de idéias e propostas, é indispensável começar a trabalhar na **redação dos textos preparatórios** para debatê-los durante o ano 2000. Contaremos assim con um leque de documentos enriquecidos progressivamente, elaborados e aprovados coletivamente. Durante a Assembléia de junho de 2001 veremos uma maneira de valorizá-los de forma mais ampla.

5. O documento **Perspectivas da Aliança 2002-2004** poderá ser elaborado durante o primero semestre de 2001 com as contribuições daqueles e daquelas que estiveram implicados no processo da Assembléia. Uma primeira versão será apresentada durante os encontros de junho de 2001 para ser enriquecida e aprovada.

6. Um dos desafios principais dos aliados é o "fazer aliança" com todas as iniciativas, movimentos, propostas e eventos que se constituem as chamadas **"experiências transformadoras"** para um mundo responsável e solidário. Eles serão convidados a participar dos encontros da Assembléia de 2001 com o fim de criar as sinergias enriquecedoras para o futuro. Uma cartografia com as iniciativas dos aliados assim como de outras dinâmicas cidadãs que sãos importantes associar, será realizada pela Equipe Internacional e por todos aqueles que desejem contribuir. Este trabalho mais preciso deve ajudar-nos a construir coletivamente o processo 2000-2001 e implicar novos ato-

res. Desta maneira, o conjunto destas iniciativas se reforçarão mutuamente, ganharão em confiança e em capacidade de proposta e ação.

7. Para que a Assembléia de junho de 2001 seja fecunda, é necessário que os participantes tenham **realmente contribuido para sua preparação**. Para isto, é preciso que tenham se apropriado da história da Aliança, contribuido para a elaboração dos três documentos e participado das diversas iniciativas do ano 2000 e do início de 2001. Assim mesmo, para evitar que os encontros se limitem somente a uma declaração final discutida palavra por palavra, daremos enfase **no intercâmbio criativo** de experiências e propostas, **no acompanhamento à distância** dos outros encontros e na **motivação** para conceber e colocar em prática a etapa seguinte.

8. Para facilitar os trabalhos dos aliados, a Equipe Internacional se organizou em quatro comissões :

A. Assembléia 2001: para facilitar a preparação dos encontros de junho de 2001

B. Temática: para facilitar a redação dos três documentos

C. Comunicação: para facilitar a comunicação interna e externa da Aliança

D. Metodologia: para facilitar os métodos de implantação das diversas tarefas

Ao fim da reunião de Barcelona, concluimos que era necessário criar uma quinta comissão para facilitar a articulação entre as comisões e pôr em prática as decisões da Equipe Internacional. Através de votação secreta cada participante escolheu três nomes. Foram eleitos Martí Olivella, Gustavo Marin e Siddhartha. Este último decidiu deixar seu lugar para a mulher mais votada, Nacéra Aknak Khan.

Os nomes dos membros de cada comissão e do coordenador de cada uma das comissões estão listados no final deste informe.

9. **Cada comissão vai elaborar seu plano de ação e seu orçamento** antes do dia 5 de novembro. A partir destes documentos, a comissão de coordenação elaborará uma proposta geral (objetivos específicos, meios, calendário comum...) que será apresentada aos aliados antes do fim do ano.

10. **A Equipe Internacional de Animação trabalha principalmente à distância** (todos têm correio electrônico) e em três idiomas (espanhol, inglês e francês). Cada comissão está informada do trabalho das outras através de uma pessoa de contato.

11. **A próxima reunião desta equipe será de 19 a 25 de março do ano 2000.** Os participantes das próximas reuniões serão convidados em função dos temas e das questões a serem tratados, considerando que por razões econômicas e práticas não é indispensável que todos os seus membros estejam presentes em todas as reuniões.

Esperando contar com o entusiasmo e as iniciativas de todos e todas para construir juntos esta nova e ambiciosa etapa, cumprimentamos-lhes afetuosamente,

Martí Olivella	marti@troc.es
Gustavo Marín	gustavo@fph.fr
Nacéra Aknak Khan	nacera@nde.vsnl.net.in

Comissão de Coordenação da Equipe Internacional de Animação

Comissões:

Metodología: **Kerry Ann Cochrane** (Montréal), **Louise Yanga** (Douala), **Lydia Nicollet** (París), **Martí Olivella** (Barcelona), **Moema Viezzer** (Toledo/Brasil). Coordinadora: **Lydia:** lydia@echo.org

Temática: **Cécile Sabourin** (Rouyn-Noranda.Québec), **Dieudonné N'Koum** (Douala), **Manola Rauss** (París), **Siddhartha** (Bangalore), **Pierre Calame** (París), **Edith Sizoo** (Países Bajos/Bruselas). Coordenadora: **Manola:** manola@fph.fr

Aseambléia 2001: **Eulalia Flor** (Quito), **Gustavo Marín** (Chile/París), **Juan Ramón Gordo** (Barcelona), **Mounir Bencharif** (Alger), **Nacéra Aknak Khan**, (Argelia/Dehra Dun. India), **Nadia Leila Aissaoui** (Argelia/Barcelona), **Michael Owiso** (Nairobi), **Sarfaraz Khan** (Dehra Dun. India), **Théophile Folly Amouzou**, (Lomé), **Pierre Vuarin** (París). Coordenadora: **Eulalia:** cepsi@ecuanex.net.ec

Comunicação: **Ethan Gelber** (New York), **Hermila Figueiredo** (Rio de Janeiro), **Michael O'chieng** (Nairobi), **Ricardo Gómez**, (Colombia/Ottawa), **Daniel Pimienta** (Santo Domingo), (equipe ampliada com **Philippe Guirlet** (Francia/Barcelona) y **Sarfaraz Khan** para o trabalho artístico). Coordinador: **Ethan:** hub@bikeabout.org

Convidado como co-responsável de «Caravane»: **Philippe Guirlet.**

Não puderam assistir à reunião: **Michel Afram** (Beirut), **Bara Goudiaby** (Dakar), **Moheddine Hadri** (Túnez, que se propôs participar da Comissão *Assembléia 2001*), **Semedeton Koudande** (Adjohoun/Bénin) e **Yu Shuo** (China/París).

Notas

CARTA BRASIL: Está esgotado o número 6 da Carta Brasil da Aliança por um mundo responsável e solidário, sobre "Socioeconomia". Já foram distribuídos 4000 exemplares e preparamos a terceira tiragem da mesma.

ENDEREÇOS DA ALIANÇA
Sítio da Aliance: www.echo.org
Polo de Socioeconomia Solidária:
www.alternex.com.br/~pacs
Gestão do Anuário da Aliançca:
pacsdph@alternex.com.br

Remetente:
Fórum das pastorais Sociais Leste 1
Maria da Conceição F Cabral
Rua J no 377 Jardim Ponte Alta
Volta Redonda -27273-560

D.H.

IMPRESSO



17 MAR 2000

AGOSTINHO PRETO
Av. Mal. Floriano, 2262
Nova Iguaçu – RJ
CEP. 26210

REGISTRADO
RECOMMANDÉ
AR
VALOR DECLARADO/VALEUR DECLARÉE
PESO/POIDS
Kg
ER 3 7 3 8 5 7 0 6 1 BR

FÓRUM DAS PASTORAIS SOCIAIS DO LESTE I
TERCEIRA SEMANA SOCIAL BRASILEIRA
Nova Iguaçu 14 de março de 2000

O Fórum das Pastorais Sociais, se reuniu-se no dia 26 de fevereiro afim de redefinir seus objetivos, dar continuidade aos eventos dos desdobramentos da Terceira Semana Social e programar suas atividades anual.

O Fórum, é aberto a todas as Pastorais e Movimentos sociais, Entidades Etc., que queiram com a sua participação enriquecer a nossas discussões, trocar experiências e levar avante as propostas da 3ª Semana Social Brasileira.

Como desdobramento da 3ª Semana Social Brasileira, aconteceu no ano passado, o Tribunal da Dívida Externa, com participação de 1200 pessoas e vários países. Este ano a 3ª Semana Social Brasileira esta promovendo o Plebiscito Nacional da Dívida Externa. O que é isso?

Plebiscito Nacional será uma consulta popular, para decisão do pagamento ou não a Dívida Externa. Antes disso deverá haver debates por regiões e em todas as Dioceses sobre o assunto, para que a população tome consciência.

O Fórum das Pastorais Sociais programou um seminário para o dia 16 de abril das 8h às 17h no Centro de Formação Moquetá para aprofundar o assunto e orientar os debates – assessor Marcus Arruda.

Organize sua Diocese. Junte o seu grupo e venham participar, enviaremos mais informações no início de abril.

Na Nossa última reunião, ficou combinado Conceição Cabral, Luizinho, e Paulo Banana poderiam representar o Fórum em outras instâncias porem esta representatividade não ficaria fechada somente nos três, cada participante sendo escolhido nas reuniões do mesmo também poderá representa-lo.

Outro ponto discutido foi a possibilidade do fórum estar participando da TV Rede Vida através do programa de educação política apresentado por Marcelo Barros, as 22 horas aos domingos. Achamos que o padre Agostinho poderia falar sobre os trabalhadores do Brasil e a Igreja. Padre Geraldo, ficou de conversar com ele posteriormente. Isso ajudaria muito para a divulgação do Fórum e estaríamos levando aos ouvintes da TV Rede Vida informações preciosas sobre este tema.

Informes

- Romaria da Terra (Tema: **Terra Conquistada Esperança de Vida Nova)** dia 02 de Julho em Cabo Frio. Lema: **Uma História de Resistência Índia, Negra e Popular** (Local: Mutirão Zumbi).
- 11ª Assembléia da JOC – Local e data a confirmar – Comemoração dos 75 anos da JOC
- 22 de março – reunião com entidades para fazer formalizar o Fórum e elaborar o plebiscito no Rio de Janeiro as 18h – Sala 107, 17 Andar – Sindicato dos Engenheiros. ~ Dia Quinta 22?/17ª

Calendário

O Fórum das Pastorais Sociais Leste I se reúne todos os 4° sábados de cada mês na catedral Noa Iguaçu:

25 de março	22 de abril	27 de maio	24 de junho	22 de julho
26 de agosto	23 de setembro	28 de outubro	25 de novembro	Dezembro a marcar.

25-26-27 de março: Assembléia dos Leigos.
16 de abril: Seminário
01 de maio: Dia do Trabalhador
02 de julho: Romaria da Terra
07 de setembro: Romaria do Trabalhador
12 de outubro: Grito dos Excluídos Latino Americano
Outubro: Reunião das Pastorais Sociais (local e data a confirmar)

- Próxima reunião do Fórum 25 de março às 9h na Catedral em Nova Iguaçu. Pauta: preparar o Seminário do Plebiscito Nacional e estabelecer a contribuição dos participantes.

Conceição Cabral

CATEDRAL SANTO ANTONIO DE JACUTINGA, 14 DE AGOSTO DE 1995

CURSO DE FORMAÇÃO PAROQUIAL

CARTA LEMBRETE E CONVITE

Jesus Disse: "Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância".

Na Assembléia Paroquial do fim do ano de 1994, vocês se lembram que nós decidimos assumir como prioridade paroquial a **FORMAÇÃO PERMANENTE** e marcamos os dias 8, 9 e 10 de setembro deste ano um curso de formação na Casa de Oração. Pois bem, é para que acoteça este Curso de Formação que estamos escrevendo esta carta Lembrete e Convite:

Convidamos:

- Membros do Conselho Paroquial
- Membros dos Conselhos Comunitários
- Os Ministros (Comunhão, Batismo, Palavra e Testemunhas Qualificadas do Matrimônio)
- Os Membros das Pastorais: Batismo, crisma, liturgia, jovens, matrimônio, catequese, dízimo, idosos, atendimento aos excluídos, saúde, círculos bíblicos etc.
- Os membros dos Movimentos: Apostolado da Oração, Ordem Terceira, Carismáticos, Vicentinos, Voluntárias, Marianos, Juvenil etc.

TEMA: **PASTORAL NA GRANDE CIDADE**

HORÁRIO: Chegada dia 8 setembro às 20h (jantar)
dia 9 sábado
dia 10 Domingo conclue com almoço

ASSESSORIA: D. Werner
Pe. Rogério

OBSERVAÇÕES:

1. Faça sua inscrição até o dia 30 de agosto
2. Preparação envolvendo toda a Comunidade e a Paróquia Fátima São Jorge
3. Participe do encontro integralmente
4. As despezas são assumidas pela Paróquia
5. Quem não puder dormir no local avise na inscrição
6. Haverá transporte à disposição para os que forem dormir em casa
7. É necessário levar bíblia, caderno, caneta, roupa de cama e objetos pessoais

Pela Comunidade,
Pe. Agostinho Pretto - Pároco

CEDIM

Rio de Janeiro
21 de Maio de 1998

Secretaria
Mitra Diocesana de Nova Iguaçu
Catedral de Santo Antônio
Nova Iguaçu - Rio de Janeiro

Senhor Responsável:

Objetivando dar continuidade a história da familia Monteiro de Barros, solicito à V.Sa., se possível, a emissão da certidão de nascimento do cidadão abaixo:

Assento de nascimento de João Manuel Pereira da Silva, natural de Iguassú, nascido à 30 de agôsto de 1817.

Sua Biografia

Extraída do livro " Genealogia da Família Monteiro de Barros, de Frederico Brotero de Barros, edição de 1951"

" Conselheiro Dr. João Manuel Pereira da Silva, nascido em Iguassú, a 30 de agôsto de 1817, falecido em Paris a 15 de junho/ de 1898, formado em Direito pela Universidade Paris em 1838."

O Conselheiro Pereira da Silva, publicista, escritor e historiador, deixou enorme produção literária catalogada por Sacramento Blake. Dicionário Bibliográfico, vol. 3º, pag. 479. Grande Dignitário da Ordem da Rosa; Comendador da Ordem de Cristo; Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Vila Viçosa; membro do Instituto Histórico Brasileiro; da acadêmia Real de Ciências de Lisboa , da Sociedade Geografica de Lisboa, da Arcádia Romana, do Instituto Histórico da França, da Academia Real de Madri. Candidatou-se a uma cadeira no Senado pela província do Rio de Janeiro, a primeira vez em maio de 1869, na vaga de Euzébio de Queiroz; a segunda vez em 1872, para preencher a vaga deixada pelo Visconde de Itaboraí; a terceira, em setembro de 1884, em Substituição ao Visconde de Niterói; a quarta vez, 1886, para ocupar o lugar do Visc...

cont...

conde de Bom Retiro; a quinta em 1887, na vaga verificada pelo falecimento do Conselheiro A.P. Chichorro da Gama.

Afinal, morreu o Conde de Baependi, a 12 de maio de 1887 , ocorrendo uma vaga no Senado, pela província do Rio de Janeiro.

Apresentaram-se candidatos, o Conselheiro Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, obtendo 6.472 votos; o Dr. Domingos de Andrade Figueira, que alcançou 6.216 votos e o Conselheiro Pereira da Silva, 5836.

Formada, destarte, a lista tríplice subiu ao despacho da Princesa Isabel, em nome do Imperador, ausente, para escolha de um nome.

O Barão de Cotegipe, presidente do Conselho e eminente chefe do partido Conservador, torcia pela vitória do Dr. Andrade Figueira. O Conselheiro Paulino José Soares de Souza e o irmão Conselheiro Belisário, do mesmo partido pela província do Rio, insistiam pela escolha do Conselheiro Alfredo Chaves.

Nesta contingência, a Princesa Isabel evitando o desgaste político e não desejando concorrer para o fracionamento do partido dominante, quebrou a praxe tradicional de escolher o mais votado e resolveu contornar a questão escolhendo um Tertius e assim decidiu por força da Carta Imperial de 9 de janeiro de 1888, nomeando o Conselheiro João Manuel Pereira da Silva. Um Ilustrissímo Iguaçuano.

A certidão pretendida no início deste irá compor a documentação da história do Clã Monteiro de Barros, 1766/1998, inativa desde 1951.

Atenciosamente

Mauricio José Monteiro de Barros
Rua Bias Fortes nº 13, apto 302
Bonsucesso - Rio,de Janeiro
Cep. 21.032-070
tel. 9998.6680

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Rio de Janeiro, 16 de março de 2000

Prezad@s amig@s,

Estamos enviando para apreciação de vocês algumas de nossas produções recentes. Esperamos que desta forma estejamos cumprindo com o que foi determinado em assembléia – manter uma comunicação mais pontual com os sócios e amigos do PACS.

Esperamos que o material seja apreciado por vocês e nos colocamos a disposição para quaisquer informações que por ventura haja.

Sem mais para o momento e agradecendo desde já pela atenção e consideração.

Atenciosamente.

Equipe PACS

ANEXOS:

1 – Artigo de Marcos Arruda "Economia Solidária: uma alternativa ao capitalismo".

2 – Carta Brasil da Aliança nº 10 "Trocas Solidárias e Moedas Alternativas".

3 – Fichas DPH, Marcos Arruda.

4 – Plano Trienal 2001-2003.

Rua Joaquim Silva, 56 – 8º andar • Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil • Cep. 20241-110
Tel.: 55 021 252-0366/9601 • Fax: 55 021 232-6306 • C. Eletrônico: pacsadm@alternex.com.br

CEDIM

\cen-coms
DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

27-10-94
CENTROS COMUNITARIOS - CURSOS de CONSCIENTIZAÇÃO
Sintese de Relatorio e levantamento

1. Foram construidos com a ajuda do Projeto/Misereor um total de 67 Centros Comunitários, que beneficiam diretamente a cerca de 7000 (sete mil pessoas), e indiretamente ao pelo menos 30.000 habitantes de bairros carentes. O número de "militantes" é variavel quanto ao tipo, nivel e intensidade da militância, e rotativo quanto à frequência. O levantamento autoriza estimativa de uma média entre 15 (quinze) e 20 (vinte) por bairro ou comunidade.
2. As atividades de cunho social são de pelo menos 20 (vinte) tipos diferentes, muitas com diferenciacões proprias. Os cursos incluem a alfabetização para adultos e crianças, cursos de conscientização, profissionalizantes, escolas-fábricas de massas e utensilios domésticos. Há Grupos culturais com cursos e atividades proprias, Grupos de Ação social, Associações de Moradores, Clubes de Mães, Grupos de Promoções populares e de Lazer, e Grupos por faixa etária. No campo da saude ha Hortas comunitarias, Medicina alternativa, ambulatórios, Campanhas de Vacinas e Creches Comunitárias. Ligadas à Igreja há organização de campanhas do Quilo, CPT e CEBs.
3. As principais conquistas no campo social são a Participação sócio-politica do povo, Organizações populares, Creches, Associações, Clubes de Mães, Grupos de Saúde, ações e grupos de Reivindicações diversas. Saneamento basico, Agua encanada, Luta contra a Fome, Construção de casas, Posse de terra, diminuição da violência e do tráfico de drogas. Alem disto houve integração das Familias, aumento da Escolaridade, Formação de mais lideranças populares, Mutirões para fins diversos.
4. Segundo os relatorios enviados à Coordenação, a caminhada dos Bairros foi estimulada por vários fatores. Os Bairros carentes ganharam espaço fisico para o povo se encontrar, se organizar e celebrar sua vida. Favoreceu a formação, a organização popular e os movimentos de reivindicação, diversificados segundo as necessidades locais e imediatas (água, esgoto, luz, calçamento, escola, posto médico).
5. A respeito dos CURSOS DE CONSCIENTIZAÇÃO, levantamos os promotores, os destinatarios e os conteúdos.

a) Os cursos foram promovidos por: Centros comunitários, Clubes de Mães, Pastoral da Juventude, Pastoral Operária, Pastoral da Terra, Pastoral da Criança, Pastoral da Familia, Cursilhos de Cristandade, Movimento Familiar Cristão, Departamento de Ensino Religioso da Diocese, Seminário Paulo VI, Escola da Fé, Movimentos Estudantis, Movimentos Populares.

b) Foram realizados 155 Cursos, dos quais participaram cerca de 5.500 pessoas, frequentadoras dos Centros comunitários, e especialmente Lideranças dos Centros Comunitários: Trabalhadores do Campo, Operários Urbanos, Estudantes, Menores, Jovens, Mulheres, Negros.

c) Os cursos tiveram como conteúdo: Organização e Participação Popular, Leis trabalhistas, Sociedade e Politica, Problemática do homem do Campo, a questão da Mulher e do Negro, Familia, Formação de lideranças, Monitores de Creches, Animadores de crianças, Jovens, Operarios, Trabalhadores do Campo e da Cidade.

d) Fazendo uma avaliação global dos Cursos, vemos que o alto número dos Cursinhos realizados (155) revela ja por si o interesse e a sua utilização por parte dos Centros Comunitários e dos Grupos Organizados que trabalham no campo da formação popular. São cursinhos que se realizam nos fins de semana ou à noite durante a semana, possibilitando a participação dos que lutam pela sobrevivência, mas não descartam a sua formação pessoal e revelam vontade de participar ativamente neste processo de mudança da sociedade a partir do povo, da base.

A preocupação de formar os formadores destas lideranças se dá em outro nivel. No entanto é opinião de todos que estão à frente deste trabalho, sejam lideranças leigas, religiosos ou padres, que é necessário dar continuidade a estes cursos, e para isto é necessário um apoio mais sólido, como o projeto da Misereor, que sirva de estimulo e de complementação financeira, dadas as dificuldades dos Centros e dos Grupos organizados.

OS CLUBES DE MÃES DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

Histórico

Os Clubes de Mães foram criados a partir de 1970 sob a luz do Vaticano II que deu novo impulso à Pastoral Social em muitas Dioceses.

Na Diocese de Nova Iguaçu existia, desde fins dos anos '60 o MIC (Movimento de Integração Comunitária), órgão, então responsável pela Pastoral Social. Houve um grande esforço do MIC em criar novas formas de atuação corrrespondessem às necessidades existentes.

Percebeu-se a situação de marginalização da mulher pobre. Vindo dos interiores do Brasil esta mulher vivia na Baixada Fluminense em ambiente desconhecido, no anonimato e sem espaço para se engajar. Começou-se, então, o trabalho dos CLUBES DE MÃES, com a intenção de criar espaço, canais de relacionamento que facilitassem a comunicação entre estas mulheres, estabelecendo novas amizades, para assim encontrar seu papel e responsabilidade na vida da família, no bairro e no mundo do trabalho. Para atingir esses propósitos foi se criando grupos em toda parte, principalmente nas periferias e favelas. Em pouquíssimos anos havia pouquíssimas Comunidades na área da Diocese sem Clube de Mães. Sinal que os Clubes de Mães correspondiam e correspondem ainda a uma necessidade real.

Objetivo

O objetivo próprio dos Clubes de Mães sempre foi e ainda é: ATINGIR AS MULHERES DO MEIO POPULAR. Carecendo, na base, dos recursos financeiros, cresceram os Clubes de Mães na filosofia da auto-ajuda: troca de experiências e valores entre si, amizade e apoio mútuo. Os trabalhos manuais como corte e costura, tricô, etc. sempre foram "isca" para atrair a mulher pobre e um exercício de partilha e corresponsabilidade. Tornou-

se famosa a frase nos clubes: "Não há professora nem aluna.So mos todas iguais. Cada uma dá o que tem, criando assim respon sabilidades variadas repartidas no grupo. Assim os Clubes ten taram promover a mulher, a se tornar alguém e assumir sua vi- da, participar e ocupar seu lugar na sociedade como mulher, mãe, cidadã.

A origem e primeira caminhada dos Clubes de Mães foi incenti- vada e acompanhada por algumas poucas Irmãs. Mais tarde jun- taram-se a ele algumas mulheres e formou-se, então, a Equi- pe Diocesana que acompanha os Clubes até hoje. Mas desde o início foram realizados, mensalmente, encontros com as respon sáveis pelos grupos tratando dos mais variados temas de inte- resse das mulheres. Os Clubes nunca foram apenas " grupinhos de crochê" ou "clubinhos de chá". Sempre foram instrumento de conscientização, formação conforme a situação da época. Não se pode comparar 1970 com 1994.

Atividades

Até agora a EQUIPE DIOCESANA existe como equipe de pessoas li beradas. Termina em dezembro de 1994. Continua equipe voluntá ria.

A equipe se esforça muito para visitar e acompanhar os Clubes locais, e onde for possível, criar novos Clubes. A Equipe aju da os grupos a progredir, favoreçe o intercâmbio. Os sistema de encontros "inter-clubes" (cada dois meses vários clubes mais próximos se juntam para reflexões, formação) contribui muito para o crescimento, a partilha e a manutenção de uma certa linha de ação. Também os quatro retiros anuais sobre o tema Bíblia e Mulher visam fazer surgir e formar pessoas res- ponsáveis pelos grupos locais.

Duas vezes por ano, em 08 de março e em final de novembro,rea liza-se uma Assembléia Geral dos Clubes. Essas assembléias são também poderosos instrumentos para provocar a participação em diversas atividades, junto com outros organismos, de defesa da saúde, educação e... a vida.

Duas vezes por ano também se realiza a chamada FESTA-FEIRA onde os grupos se juntam para solidariedade vender os seus produtos de artesanato e em clima de festa estreitar os laços de amizade.

Responsáveis pelo setor: a Equipe se empenha na formação de coordenação por setores.

Brochuras e material de formação e de notícias. Os Clubes de Maês fizeram vários livrinhos relatando suas atividades e outros para facilitar a formação na forma de material para discussão. A vida dos Clubes é noticiada também no jornal diocesano "Caminhando".

Avanços

Os Clubes de Mães foram criados em tempo de repressão e ditadura. Fora da Igreja não havia espaço pra união e reunião. Naquele tempo os responsáveis pelos Clubes de Mães queriam chamar esta multidão de mulheres de "Movimento de Clubes de Mães",mas foram aconselhados para desistir de "movimento" para não provocar a ira das forças dominantes naquela época. Assim, mesmo nestes tempos difícieis, foram os Clubes de Mães a grande novidade em que a mulher pobre pôde se encontrar e se realizar conforme as exigências do tempo nos diversos níveis como os sociais, econômicos, políticos e religiosos.

Nos Clubes as mulheres descobriram seus valores e habilidades e, após algum tempo, viu-se e vê-se estas mulheres colaborar nos bairros, nas associações, de moradores, grupos bíblicos, e outros.

Fizeram pesquisas e campanhas sobre a posição da mulher em casa, no trabalho, na sociedade, transporte, creches e sobre problemas políticos. E desde o início os Clubes participaram ativamente nas Campanhas de fraternidade da Igreja Católica.

Nos anos '92 e '93, além dos temas da Campanha da Fraternidade os Clubes de Mães esforçaram-se muito na luta comunitária, jun

to às autoridades estabelecidas, quanto aos problemas de saúde e educação.

Os Clubes de Mães foram também a origem de umas tantas pequenas cooperativas de produção e grupos de sobrevivência: fabricação de pão, macarrão, doces, roupas, reclicagem de lixo.

Surgiu ainda o problema que muitas mulheres dos Clubes de Mães foram obrigadas a começar a trabalhar fora como diaristas. Isso foi uma alerta para que surgisse o Sindicato das Domésticas.

As exigências dos tempos mudam. Por isso existem -há muito tempo já- clubes que funcionam aos sábados e à noite, facilitando assim a participação das mulheres que trabalham fora.

Visitas e contatos

A abordagem da mulher que os Clubes querem realizar justamente com aquelas não atingidas por ninguém, que não participam de outros grupos, supõe visitas e contatos repetidos no bairro. É necessário criar amizade que vai motivar estas mulheres e frequentar o Clube.

No Clube tem que haver muito acolhimento, atenção e paciência com aquelas que procuram o Clube. É preciso vencer muitos preconceitos. Com facilidade se diz: " Muitas mulheres vem somente para aprender corte e costura e depois vão embora". Pelo menos de alguma forma foram beneficiadas e torcemos que de alguma forma também tenham aprendido algo de solidariedade e partilha. Há outras mulheres que iniciam uma caminhada 'para fora de si' no Clube de Mães. Despertam para o serviço da comunidade, começam a participar de outros grupos e em seguida não tem mais tempo para frequentar o Clube. Aqui está uma das grandezas dos Clubes de Mães. Não é uma finalidade para si, mas para a mulher, a sociedade, um Brasil mais participativo.

Algumas das mulheres se dedicam aos Clubes para que desabrochem e continuem sua missão. É a esperança de continuidade futura. Mas é sempre preciso cultivar a criatividade, o senso de servi-

ço para não cair na rotina ou na dominação.

Dificuldades

As dificuldades que atualmente encontramos são principalmente animar pessoas para tocar os Clubes para frente: animar os Clubes e assumir-se a si mesmo, pensar, tomar inciativas, criar e se organizar.

Pedagogia

Tem-se dado todo um esforço para progredir e ficar firmes numa pedagogia que vem de baixo para cima. Acreditar nos pequenos. Não queimar etapas. Partir do que as mulheres percebem e querem. Provocar criatividade e novos incentivos.

Propostas

1º. Fundamental é que os Clubes de Mães guardem e aprofundem sempre mais o que os caracteriza: atingir a fazer caminhar as mulheres mais carentes e isoladas. Conscientizá-las dentro de sua mística própria: auto-ajuda, ninguém é professora nem aluna, partilha de dons e capacidades.

Isso situa os Clubes de Mães de modo original dentro da Igreja Católica e sociedade. Uma característica que reclama espírito evangélico e ecumênico.

2º. Procurar a nível de base, setor e diocese um auro-financiamento, garantia de independência e de funcionamento. Isso se refere principalmente aos transportes de ônibus para encontros de formação e manter a união. Será uma tarefa difícil na situação econômica atual e no futuro próximo.

3º. Garantir a formação das sócias dos Clubes de Mães (termo importante e de origem: o membro do Clube é sócia), não por ensino ministrado de cima, mas a partir da realidade, observação, reflexão, ação e avaliação.
As assessorias que os Clubes procuram, frequentemente o CEDAC, devem cuidar de fazer que as sócias sejam participantes ativas na

preparação e realização das atividades. É um processo lento, mas possível, como já se viu com tantas mulheres pobres. Chegavam ao Clube com muito medo e inibição até para falar, mas anos depois sobem nos palanques, pegam o microfone e dão os seus recados.

4º. Continuar o esforço realizado em '92 e '93 nos campos da saúde e educação. Colaboração com entidades que atuam nesses campos.

5º. Respeitar as diversidades das fisionomias dos Clubes. Cada um tem sua especificidade e seu nível de reflexão. Mas é também necessário determinar alguns pontos concretos que marcam a adesão ao conjunto, porque a união dos Clubes dá peso e eficácia ao movimento dos Clubes. Deve haver alguns pontos em comum para manter esta união.

6º. Promover equipes coordenadoras para setores (grupos de clubes próximos) e chegar a uma Coordenação Diocesana composta de mulheres delegadas dos Clubes.

7º. Propor uma Federação regional com os Clubes das Dioceses vizinhas.

A caminhada continua fiel ao seu objetivo específico: "Mulheres do Povo atingindo mulheres mais carentes e isoladas".

Pela Equipe Assessora:
Ir. Verônica Eyng
Ir. Elisabeth Moreaux
Pe. Guilherme Steenhouwer

CEDIM

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - RJ

RELATÓRIO

MARÇO 97

CEDIM

SUMÁRIO

1. Introdução 3

2. Processo anterior 3

3. Resgate do processo de discussões nos últimos dois anos de avaliação da CPT-RJ 4

4. Processo Pós-Colegiado 6

4.1 Atuação 7

4.2 Contatos 8

4.3 Sínteses das conversas 8

5. Levantamento da Realidade agrícola e agrária do RJ 11

5.1 Introdução 11

5.2 Nova Iguaçu 12

5.3 Itaguaí 13

5.4 Petrópolis 14

5.5 Volta Redonda 15

5.6 Niterói 15

5.7 Nova Friburgo 16

5.8 Campos 19

5.9 Conclusão 20

6. Seminário sobre realidade agrícola e agrária do RJ (06 a 08/DEZ/96) ... 21

6.1 Pequena Produção 21

6.2 Assalariados 21

6.3 Assentamentos 22

6.4 Remanescentes de Quilombos 23

6.5 Eixos sintetizados 23

6.6 Parcerias 23

6.7 Sindicato 24

6.8 Globalização 24

7. Conclusão Final 24

"Assim diz o Senhor Javé a esses ossos: Vou infundir um espírito e vocês reviverão. Vou cobrir vocês de nervos, vou fazer com quevocês criem carne e se revistam de pele. Em seguida, infundirei o meu espírito, e vocês reviverão. Então vocês ficarão sabendo que eu Sou Javé" (Ez 37, 5-6).

1-INTRODUÇÃO

" Investir todo nosso esforço na reconstrução de uma CPT/RJ mais plenamente inserida no compromisso com os trabalhadores rurais do estado". Esta é a proposta definida, não sem tensões, pelo conjunto de representantes no **colegiado da CPT/RJ, nos dias 09 e 10/08/96, e que norteou a atuação da Comissão Provisória.**

Decorridos 6 meses desta trajetória, nos propomos, através deste **relatório,** expôr de forma sintética as atividades, encaminhamentos , desdobramentos, questionamentos, impasses e descobertas.

2-PROCESSO ANTERIOR:

Cremos que não é demasiado retomar a memória das motivações e inquietações que nos levaram a optar pelo processo de reconstrução/recomposição da CPT no Estado do Rio de Janeiro. Isto foi resultado de um processo cujas inquietações e questionamentos começaram a se tornar mais explicitos nas avaliações realizadas em 94. A partir dai, o assunto esteve sempre presente - em reuniões do Colegiado, nas assembléias, etc. (ver ponto resgate do processo).

Considerando todo esse processo, podemos resumir assim os principais fatores que confluiram para a decisão que tomamos:

- numa autocritica mais rigorosa da nossa prática, constatamos que o nosso trabalho encontrava-se distante da realidade concreta dos trabalhadores rurais. A *Inserção nas bases* - ponto fundamental da pedagogia da CPT - quase não passava de uma intenção. Em muitas áreas, o que prevalecia era o acompanhamento à diretorias de sindicatos e de associações, e participação nas assembléias.Raras eram as exceções de um trabalho mais efetivamente enraizado nas demandas concretas dos Trabalhadores Rurais. Essas demandas, por sua vez , e o contexto sócio-econômico que as geravam , careciam de um conhecimento mais amplo e de uma análise mais sólida por parte da CPT;

- como decorrência, em grande medida, dessa situação, a CPT-RJ não chegou a elaborar uma *proposta* ou *projeto comum* de trabalho no estado , ou seja, algo que comprometesse a equipe com critérios claros e explicitados por todos para a definição de prioridades e linhas de ação;

Tudo isso interferiu nas motivações e disponibilidades pessoais de uma boa parte da equipe para com o trabalho. Assim, como é compreensivel, outros fatores passaram a

ganhar um peso maior: a necessidade, para alguns, de garantir fontes de sustentação mais estáveis, a opção por novos campos profissionais.

Ao longo de todo esse processo, sobretudo no correr de 1996, foi se tornando claro que a CPT-RJ corria o risco de viver da sua própria inércia, acomodada à rotina e sem iniciativa para buscar soluções aos problemas constatados. Recusamos esse caminho e concluímos que a melhor alternativa seria não tentar "botar remendo novo em pano velho".

Assim, na reunião do **Colegiado do dia 09/08/96** - da qual participaram representantes de todas as áreas de presença da CPT-RJ, um representante do Secretariado Nacional e a Diretora da Grande Região Sudeste - ***decidimos encerrar o curso da trajetória que fizemos até então, e investir todo o nosso esforço na recontrução de uma CPT-RJ mais plenamente inserida no compromisso com os trabalhadores rurais do estado*** - em comunhão e corresponsabilidade com as CPTs dos demais estados do pais.

De modo sucinto, podemos pontuar as avaliações acumuladas num longo processo até o colegiado de agosto/96:

° inexistência de um plano de ação conjunta da CPT/RJ;
° pouca disponibilidade de tempo e inserção dos agentes no meio dos trabalhadores;
° falta de um conhecimento mais amplo da realidade rural do estado;
° não co-responsabilidade nas decisões conjuntas;
° questionamento sobre a forma de atuação das equipes;
° corporativismo e localismo;
° falta de pontualidade conjunta nos encaminhamentos administrativos;
° continuismo de presença em assentamentos.

3-RESGATE DO PROCESSO DE DISCUSSÕES NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS DE AVALIAÇÃO DA CPT-RJ.

A CPT-RJ, em seu processo de avaliação, há muito vem discutindo, refletindo, analisando e encaminhando progressivamente a construção do *novo rosto* e *sua atuação* no estado. Tais discussões atravessaram de forma mais concentrada e interligada (95/96) os momentos de colegiado, encontros, apresentação/reflexão sobre as sistematizações do trabalho nas áreas e por último o Seminário sobre Reforma Agrária.De forma sintética, reunimos em quatro eixos, o processo acima referido:

Nos Colegiados - 17-18/2/95, 7-8/4/95, 25-26/5/95 - entre outros assuntos, discutimos o processo de preparação e participação dos agentes e trabalhadores na assembléia regional ; questionamos sobre as dificuldades mais constantes na prática educacional; acenamos para a elaboração de um projeto trienal único no estado, sem contudo, conseguir concretizá-lo:foram apontadas propostas e critérios para gestão da coordenação, assessoria, colegiado e contratação do secretário; na Assembléia Regional

em 29/6 -2/7/95, avaliação (conquistas/pontos críticos), contribuição da CPT e definição das prioridades.

Os encontros de capacitação e estudo contribuíram para uma avaliação mais aprofundada de nossa atuação e dos desafios colocados pela realidade, nos seguintes aspectos:

• **Metodologia** (15-17/5/95) - concepção e prática da EP; CPT/Agente pastoral enquanto assessoria e militância;e aqui surge a proposta de sistematização da prática.

• **História e Prática das Organizações no Campo** (5-9/7/95) - radiografia das organizações acompanhadas pelas CPTs no estado do Rio; história e tendências das organizações no campo; elaboração de uma síntese conjunta; calendário das sistematizações.

• **Reforma Agrária e Organizações no Campo/90** (15-18/5/96 - algumas informações sobre a agricultura fluminense; as diferentes propostas para agricultura/90; mudança do padrão de acumulação capitalista; proposta de pesquisa nas localidades rurais e de levantamento de informações (entidades e pesquisadores).

• **As sistematizações** do trabalho desenvolvido nas áreas, relatadas e discutidas nos colegiados 25-26/8/95 (Volta Redonda), 6/10/95 (reunião ampliada/Nova Iguaçu),9-10/2/96 (Itaguai), 12-13/4/96 (Conceição/Macaé e Friburgo); Avaliação/Planejamento/96; a reunião ampliada de 19/05/96, onde discutimos as expectativas, motivações e disponibilidades de cada agente. Com isso foi se percebendo que não havia disponibilidade suficiente que pudesse intervir , de forma concreta, nas demandas da luta dos trabalhadores rurais.

A ordenação e análise da situação atual da CPT-RJ - problemas de inserção entre os Trabs., e a inexistência de um projeto CPT-RJ - ao final desta fase de avaliação, evidenciou questionamentos e desafios importantes a serem enfrentados de maneira co-responsável pelo conjunto da CPT-RJ.Trazendo portanto, em seu interior, questões relativas a leitura da realidade atual do movimento dos Trabs., (O que seria inovador para fazer frente à estrutura do capitalismo? Quais as tendências da agricultura no estado do Rio? Reforma Agrária), quanto a proposta (Qual a direção? Onde queremos chegar? O que priorizar?) e a motivação pessoal e coletiva para o trabalho de CPT.

Este processo foi acompanhado e assessorado por Beatriz Costa.

• **O Seminário Regional**, sobre ***Perspectiva para o campo e inserção da CPT*** (7-9/6/96), se inseriu neste sentido, como continuidade do processo acumulado de reflexão, onde sistematizamos e construimos - consequências e desafios colocados pelo neoliberalismo para o campo, traços principais da *inovação* que buscamos, como a CPT pode contribuir, por que e o que se quer com o trabalho nos assentamentos. E no último eixo - o que mudar - os indicativos apontados a partir das sistematizações, questionando, revendo e encaminhando por área, algumas mudanças. Também foram definidos:

° a proposta de coordenação colegiada, composta por mais duas pessoas, de caráter provisório (10/6 - 12/9/96), com o objetivo de ajudar no colegiado de 9-10/8/96, a "definir e redefinir tudo aquilo que se achava importante para enfrentar/mudar essa situação";

° um breve levantamento da realidade dos Trabs., de forma intercambiada entre as equipes e com roteiro prévio (reunião 19/6/96), ocorrido na área de Trajano (3-5/7/96), Nova Iguaçu e V. Redonda (16,17 e 19/7/96);

° reuniões e conversas com os bispos, sinalizando o processo da CPT - D. Valdir de V. Redonda (6/96 E 13/8/96) e ainda com o Conselho Diocesano, D Mauro Moreli de D. Caxias (16/7/96) agendado, mas a conversa só foi possível com Pe. Armando , D. Elias e Pe Argemiro (7/8/96), Pastora Maria da Igreja Metodista (12/6/96);

° contato, troca de informações e documentação com Cida (CPT/MG), reunião Grd Região em 17/6/96 e preparação Seminário Grd Região (22/7/96);

° conversa com Rubem Siqueira (4/7/96) do Sec. Nacional e na reunião do secretariado CPT-RJ (30-31/7/96), onde foram retomados e analisados todos os pontos, os passos e resultados até o momento, para então se chegar a proposta apresentada no Colegiado de 9/8/96 (em Ata).

4-PROCESSO PÓS-COLEGIADO

Colegiado: Com quorum de todas as áreas e presença da diretora da Grande Região (Cida) e representante do Secretariado Nacional (Ruben) , aconteceu o colegiado de 09, 10 de agosto de 1996, no qual foi decidido a paralisação das atividades da CPT/RJ, por um periodo determinado, para que **fosse elaborado um projeto de trabalho.**

Vale registrar que no processo de votação da proposta de paralisação a equipe de CPT da Diocese de Itaguai votou contra, ou seja, não aceitou a idéia de paralisar as atividades. Porém,tendo sido aprovada a proposta, a equipe participou dos demais encaminhamentos, inclusive com a indicação de nomes.

Após ser deflagrado o processo de paralisação, foram tomados os seguintes encaminhamentos:

° Eleição de uma equipe provisória que conduzisse os trabalhos de reestruturação da Entidade. Para o processo de escolha foi utilizado os critérios de capacidade, disponibilidade. A partir desses critérios, encaminhou- se para a indicação de nomes, os quais foram: Sonia Ferreira, Joana D` arc, Andréa Guimarães, Wanderleia Tavares, Joana Lúcia e Rosângela Lage. Ficando composta a Comissão Provisória por Sonia Ferreira, Joana Dárc e Andréa Guimarães e ainda pelos representantes do Secretariado Nacional / Grande Região- Rubens Siqueira e Maria Aparecida.Ficando Rosângela Lage representando a Comissão de Projetos.Algumas pessoas se dispuseram a contribuir com o processo.

Estabeleceu-se também, que a equipe eleita teria um prazo até dezembro/96 para executar os trabalhos.

Os trabalhos a serem executados pela comissão provisória foram de ordem interna e externa. São eles:

INTERNA

° Acerto financeiro com os agentes liberados .

° Os bens da Entidade que se encontravam nas áreas ficariam em responsabilidade

da Comissão Provisória.

° O projeto Financeiro, ficaria sob a guarda do Secretariado Nacional da CPT e da Comissão de Projetos, com o compromisso de repassar ao Rio após a definição de reestruturação da CPT-RJ.

° A comissão Provisória responderia junto a Diretoria da Grande Região e do Secretariado da CPT Nacional .

EXTERNA

° Preparação e execução de um levantamento das áreas onde não havia trabalho de CPT.

° Preparação de um seminário que enfocasse a situação agricóla /agrária do Estado/RJ.

° Contactar pessoas e Igrejas que pudessem vir a contribuir com a CPT.

° Preparação e convocação de uma assembléia para apresentar o projeto constituido.

4.1-ATUAÇÃO:

Ao assumir o processo de reestruturação, logo no inicio dos trabalhos a CP[1], se deparou com com alguns impasses :

Político: Causado pela não aceitação de duas áreas (CPT/Itaguai e CPT/Trajano) da decisão do Colegiado. A CP, tomou conhecimento da posição dessas duas equipes, durante uma reunião com o Bispo da Diocese de Itaguaí D. Vital, quando nos foi entregue por pe. Galdino (na época coordenador da equipe CPT/Itaguai) uma carta, colocando a afirmação da equipe em não reconhecer a decisão do colegiado e consequentemente a CP. Na mesma reunião D. Vital nos informou que Vânia (agente da equipe CPT/Trajano), havia ligado para ele e afirmado que a equipe/Trajano, também não reconhecia a decisão e nem a CP, e que nas outras áreas que compuseram o colegiado não existia trabalho de CPT, portanto não havia representatividade, e que somente havia trabalho de CPT, nas duas áreas que se recusavam a aceitar o processo.

Para dar prosseguimento aos trabalhos a CP, entendendo o processo vivenciado pela CPT - RJ nos últimos anos e principalmente o colegiado que definiu os encaminhamentos como legitimo, procurou atuar nas seguintes direções: encaminhando as propostas que foram elencadas no colegiado (já narradas) e a resolução dos impasses surgidos.

Para a resolução dos impasses surgidos com as equipes de área, Itaguaí e Trajano, procuramos dar os seguintes encaminhamentos: Conversa com a diretora da grande região Maria Aparecida e com Rubens do SN[2] ,reuniões com essas equipes, conversas com o conjunto dos bispos do regional leste zero.

Com a equipe de Itaguai o diálogo se deu com a representação de Miltom e Edilene quando então se mostraram dispostos a participar do processo, inclusive colaborando com o levantamento da realidade nas áreas. Já com Trajano só foi possível a conversa no inicio de novembro/96, dois meses depois

---

[1] COMISSÃO PROVISÓRIA
[2] SECRETARIADO NACIONAL

de iniciado o processo. A partir daí foi possível dar prosseguimento aos encaminhamentos em relação as áreas . Entendemos que a postura de apoio, respaldo e participação efetiva dos representantes grande região/secretariado nacional foi de suma importância para o êxito dos trabalhos.

Na trajetória dos encaminhamento, demos prosseguimento aos trabalhos, executando o levantamento da realidade das áreas (ver ponto levantamento), faltando apenas uma área para ser concluída- diocese Valença. Promovemos o seminário que deu enfoque a questão rural do estado. Participamos de uma reunião com o conjunto dos bispos do leste zero. Demos início a preparação da assembléia.

O Primeiro passo foi iniciar os contatos; com o objetivo de informar sobre o processo e ouvir as considerações e estabelecer apoio para a reestruturação da CPT/RJ.

4.2-CONTATOS:

Igrejas - Católica (Bispos, padres, comunidades, irmãs, conselhos pastorais)
Metodista (Bispo, Pastores, pastora)
Luterana (Pastor)

- MST
- Forum de Entidades (Campo e Cidade)
- Kena (Fase)
- Marcos Arruda (Pacs)[1]
- Prof: Hugo Paiva Cachoeiras de Macacu
- Pesquisadores CPDA[2]

O objetivo desses contatos era de informar sobre o processo, ouvir as considerações, e estabelecer apoio para a reestruturação da CPT.

4.3-SÍNTESE DAS CONVERSAS:

Pe. A gostinho Pretto (diocese Nova Iguaçu)

Fez uma análise conjuntural e também pastoral, colocando que hoje todas as pastorais sociais se encontram dessa forma, mas nem por isso tomaram uma decisão tão radical, mas que realmente é preciso mudar, que na realidade atual não é possivel continuar vivendo de sigla. Colocou-se acolhedor para todo o processo e nos deu orientações para encaminhamentos posteriores.

Pe. Policarpo (ex. CPT)

Colocou que que é preciso tomar uma atitude assim para garantir de fato uma CPT com um rosto mais abrangente e que responda com mais eficácia as exigências dos trabalhadores.

---

[1] INSTITUTO DE POLITICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL
[2] CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA E SOCIEDADE

Pr. Mozart (Igreja Luterana)

Mostrou - se extremamente interessado na proposta , colocando - se disponivel na reflexão e na reconstrução concreta do novo rosto da CPT.

Pe. Vilcilane (diocese Nova Iguaçu)

Fez uma análise de como se encontram hoje as pastorais sociais, os movimentos etc. Que parece não construir nada de novo, que o final do milênio está chegando, e, é preciso dar passos concretos para frear o processo de exclusão que é cada vez maior.

Pe. Arimatéia (diocese Volta Redonda)

Colocou- se disponivel na reestruturação e de maneira mais direta na região de Volta Redonda.

Pastora Maria (Igreja Metodista)

Assustou - se ao receber a noticia da paralisação, mas ao perceber o objetivo, mostrou-se disponivel a contribuir não só como pastora, mas buscando o respaldo da Igreja Metodista.

BISPOS:

D. Waldyr (diocese volta redonda).

Nos questionou sobre o processo dos outros regionais da CPT no Brasil, apoiou a decisão colocando -se disponível para reflexão, levando também para o conjunto dos bispos do regional leste zero.

D. Werner (diocese Nova Iguaçu).

Colocou que vê os assentamentos como uma boa proposta, mas que ele não acompanhava de perto essas questões, mas está interessado em saber mais a respeito. Que é essencial o trabalho com as bases, para que de fato nasça algo novo visando a permanência dos trabalhadores na área rural.

D. Vital (diocese Itaguaí)

Compreendeu a necessidade de reestruturação, colocou que a CPT/Regional nunca foi de muita consistência, nunca conseguiu atingir todas as áreas do Estado. Fez alguns questionamentos e nos deu algumas orientações.

D. Roberto (diocese de Campos)

Nos informou que havia assumido recentemente aquela diocese, antes era páraco em Itaperuna, que não tinha conhecimento do trabalho da Pastoral da Terra, mas gostaria de conhecer, para isso nos solicitou alguns documentos que narrassem um pouco a trajetória da CPT.

D. Alano (diocese Nova Friburgo).

Acolheu muito bem a Comissão e diante do exposto fez alguns questionamentos à CPT. Relembrou o periodo em que foi Bispo em Marabá, onde aconteceu sérios conflitos e ele enquanto Bispo entendeu que a causa dos trabalhadores extrapolava

qualquer divergências. Deu-nos algumas orientações para encaminharmos a proposta da construção do novo.

Bispo Paulo Lockmam (Igreja Metodista)

Ao ser informado de todo processo , ele se posicionou colocando que é interesse da Igreja Metodista/RJ, atuar nesta linha de trabalho, e por ja existir a CPT, a proposta é de somar e trabalhar em conjunto, ele se coloca disponivel a contribuir nos momentos de reflexões/estudo.

ENTIDADES/ PESSOAS/TRABALHADORES:

Marcos Arruda (Pacs). Fez uma análise de como se encontra os movimentos sociais, as pastorais sociais, sindicatos, enfim , toda a sociedade civil organizada, que parecem estar vivendo uma grande apatia diante do neoliberalismo, sem conseguir dar efetivos para construir algo novo, alternativo. Achou a decisão corajosa, e ressaltou que o papel de uma pastoral é muito mais que meramente político, social, cultural, pois isto outros podem fazer, mas o sentido da pastoralidade é pensar toda a integralidade da pessoa humana, por isso é preciso parar e refletir a prática , frisando que "parar", não significa dizer morte, mas o surgimento de algo novo. Colocou - se aberto a refletir conosco a construção desse novo.

Forum de luta Campo - Cidade (presentes: Executiva Cut-RJ/ Dept° Rural da Cut/ MST/Imagens da Terra / Sem Teto/ Sindicato dos Químicos-Madureira/DCE-PUC. Francisco (zona oeste).

No primeiro momento a colocação do processo da CPT, algumas pessoas assustaram-se; fizeram algumas perguntas de esclarecimento. Havia a preocupação, com a parada da CPT, de se ficar um buraco na reflexão do forum. Também foi feita uma rápida análise conjuntural dos movimentos e sindicatos avaliando-se que estão passando por um momento de crise. Entenderam a decisão como um ato de coragem.

Generosa (Imagens da Terra). Fez vários questionamentos no sentido de compreender melhor as decisões que chegamos. Colocou que um dos grandes problemas da CPT era a falta de parceria com outras entidades; é preciso superar isto. Mostrou -se disposta a contribuir na reflexão, porém em momentos pontuais.

Kena (Fase). Por ela já ter acompanhado vários momentos de avaliações da CPT, compreendeu de imediato a decisão tomada, colocou-se disponível em contribuir no que fosse preciso; ressaltou ,porém, que por ser uma decisão importante, é preciso ter claro os passos que serão dados, para que os mesmos possam responder aos indicativos propostos.

MST - A princípio ficaram chocados com a noticia; mas acolheram bem, dizendo que é bom para que os papéis se definam. Colocaram - se disponíveis a pensar juntos caminhos para a construção do novo.

Além desses contatos, conversamos também com: Pe. Luiz - diocese Valênça. Comunidade base - Japeri, Hugo Paiva - Cachoeiras de Macacu, Conselho Pastoral das dioceses de - Volta Redonda e Nova I GUAÇU, I rmãs - Conceição de Macabu.

No sentido de deter maior conhecimento do que está sendo discutido à nível de conjuntura agricóla/agrária/RJ, participamos de um seminário promovido pelo CPDA (agricultura e meio rural no RJ). A nível de discussões de CPT, participamos do seminário da grande região que englobou, MG, ES, RJ, e do seminário da CPT/Nac. onde estiveram presentes todos os regionais, e da reunião do Conselho N acional da CPT.

Esses contatos e conversas com pessoas, entidades e localidades, serviu também para nos fazer entender com mais clareza os processos de impasses da trajetória anterior da CPT no estado, e se tornou viável o restabelecimento dos mesmos a partir da troca de uma nova comunicação.

5-LEVANTAMENTO DA REALIDADE AGRÍCOLA E AGRÁRIA DO RIO DE JANEIRO

5.1-INTRODUÇÃO:

O levantamento da realidade agricola e agrária do RJ teve o intuito de conhecer aquilo que não conheciamos ou conheciamos pouco, ou seja, se apropriar um pouco mais da realidade para elaborar um plano de trabalho visando uma intervenção com eficácia.Fazer essas andanças não foi nada fácil, pois as distâncias eram longas, o número de pessoas envolvidas no levantamento era pequeno, já que fazia-se necessário ficar mais de um dia em cada local, e ai nos deparamos com as indisposições pessoais de cada um. Além disso, existia o fator tempo que foi extremamente apertado (agosto/dezembro/96) para rodar todas as áreas do Rio de Janeiro.

De qualquer forma, mesmo com todas as dificuldades, este levantamento também se transformou num momento em que as pessoas das áreas conseguiram, embora minimamente, se integrar no trabalho, visto um objetivo único que era se apropriar não só da sua realidade ,mas daquilo que apresentava o conjunto do estado do RJ. Nisto ficou evidente que é possivel pensar uma CPT mais integrada, sem os localismos.

Este levantamento também proporcionou contatos com pessoas afins, que se mostraram abertas a contribuir com este trabalho, sendo o primeiro contato que se estabelecia com a CPT.Muitas portas foram abertas; a cada parada conseguiamos acolhida de trabalhadores , religiosas, pessoas afins.

É importante ressaltar que, apesar das dificuldades levantadas acima, este levantamento só foi possivel graças ao empenho das pessoas que compuseram a Comissão Ampliada.

Segue a sintese das visitas às áreas

5.2-NOVA IGUAÇU

Foram levantadas as seguintes áreas: ***ADRIANÓPOLIS, TINGUÁ E SANTO ANTÔNIO.*** Estas áreas, historicamente, se baseavam na pequena produção.

As três áreas encontram-se em total falência na agricultura; os sitios visitados, em sua maioria, servem para lazer e/ou moradia.

Conseguimos encontrar somente um pequeno produtor que ainda resiste; é o Sr. Antônio (morador do lugarejo de St° Antônio), que produz e comercializa sua produção. Mesmo ele se encontra desanimado com a dificil situação, chegando a comercializar o pregado do alface no CEASA a R$ 0,50 (cinquenta centavos). Pensa em vender o sitio e ir embora para Rondônia, tentar a sorte,pois já não está tendo boas perspectivas em relação ao trabalho na terra, frente a atual política agricola que a cada dia engole os pequenos.

ASSENTAMENTOS:

Boa Esperança(Guandu)*,Campo Alegre (Queimados), Mutirão da fé (Queimados), Normandia (Japeri),Paes Leme (Japeri - Miguel Pereira)*, Pedra Lisa (Japeri)*, São Bernardino (Nova Iguaçu) *,Vitória da União (Paracambi) *

Assim como o conjunto dos assentamentos do Estado do Rio de Janeiro, os assentamentos da Baixada se apresentam em condições desfavoráveis à sobrevivência a partir do trabalho na terra. As dificuldades são muitas, e mesmo aqueles que já conseguiram a titulação provisória e, consequentemente, o **PROCERA**[1] , encontram-se desestimulados a produzir, pois não existe mercado para escoar a produção. Soma-se à isso os grandes investimentos que devem ser feitos na terra para que a mesma produza, visto que a terra dos assentamentos, em sua maioria, é de má qualidade.

Diante deste quadro, os assentamentos estão virando lugar somente de moradia. Os assentados são caracterizados , comumente, como "rururbanos".ou seja, moram em área com caracteristicas rurais,mas, devido a grande proximidade com os centros urbanos, a sobrevivência, muitas das vezes ,se dá através do subemprego.

A produção dos assentamentos se dá basicamente para subsistência. O que excede ao consumo é comercializada diretamente na venda aos consumidores, como camelôs.

* todos já receberam **PROCERA**.

[1] PROGRAMA DE CRÉDITO ESPECIAL PARA A REFORMA AGRARIA

5.3-ITAGUAÍ

Áreas levantadas: ***Serra do Piloto (Mangaratiba), Bracuí - Aldeia Indígena (Angra dos Reis), Campinho da Liberdade (Parati), Serraria (Parati).***

A região da diocese de Itaguai é caracterizada pela grande diversidade de atores na área rural.

Na **região da Serra do Piloto,** encontramos um predominio de pequenos produtores, que sobreviviam da produção de banana, mas hoje tornou-se dificil, pois houve uma queda na produção e nos preços.

Por situar-se numa área da Mata Atlântica, o IBAMA[1] impede que se cultive outro tipo de lavoura. Isto está dificultando ainda mais a sobrevivência dos pequenos nesta região.

Em **Bracuí**, encontra-se a Aldeia Indígena,numa área de 2.106 hectares, que hoje já está demarcada, registrada e homologada.

Neste espaço ainda resistem 48 familias indígenas, os "chefes" falam a lingua portuguesa, o restante da comunidade fala somente a lingua indígena (Tupi-Guarani).

Conseguiram plantar 2.500 pés de côco e 400 pés de laranja, numa área não muito boa para plantio, necessitando de investimentos. Com apoio da UFRRJ, foram construídos 7 açudes para produção de peixes que,porém, atualmente estão praticamente desativados, por falta de apoio técnico e financeiro.

A comunidade trabalha basicamente em cima de três eixos: educação, saúde e produção.

- Educação - já existe escola comunitária, onde se ensina a partir dos referenciais pedagógicos indígenas. Querem legalizá-la obedecendo a critérios estabelecidos pela própria comunidade,que mantém assim, a sua autonomia.
- Saúde - existe posto de saúde com agentes preparados pela FUNAI[2]. A manutenção se dá através da prefeitura, que fornece, junto com a FUNAI, o pessoal.
- Produção - preocupam-se em resgatar a qualidade do solo para se conseguir uma melhor produção. Sobrevivem , em geral, do artesanato.

Campinho da Liberdade - região caracterizada como terras de Remanescentes de Quilombo. Encontram-se nesta área 207 famílias originárias do próprio local.

A produção local era basicamente formada pelo cultivo da banana, o que hoje já não mais é possivel, devido a entrada de banana de outro estado, levando a uma enorme queda nos preços, chegando a caixa a ser vendida por R$ 1,50 (um real e cinquenta centavos).

As pessoas mais velhas resistem através do artesanato, mas os jovens procuram trabalho nos centros urbanos, nos condominios próximos à região.

Serraria- região de pequenos produtores que lutam pela desapropriação da Fazenda Barra Grande, que está em processo no INCRA [3].

---

[1] INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
[2] FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
[3] INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

A produção é basicamente de banana, mas por localizar-se numa área da Mata Atlântica (assim como Serra do Piloto), também há grandes problemas com o IBAMA.

ASSENTAMENTOS:

Sol da Manhã (Seropédica) *, Filhos do Sol (Seropédica) , Eldorado (Seropédica) *.

Esses assentamentos não destoam das características apresentadas pelos assentamentos da Baixada Fluminense. A produção é basicamente para subsistência. Em Eldorado podemos encontrar trabalhadores que conseguem produzir e comercializar diretamente com os consumidores ou via atravessador. Mas no conjunto dos assentados, há grande desestimulo , pois a terra é ruim e necessita de investimento, o que é complicado mesmo para os que já receberam PROCERA.

Uma caracteristica peculiar foi o nascimento do assentamento Filhos do Sol , criado a partir do assentamento Sol da Manhã. Filhos do Sol, embora com pouco tempo de vida, e somando 13 familias, consegue produzir bastante e ainda comercializar. Hoje estão se organizando para criar uma associação e continuar o trabalho de forma coletiva.

Hoje o grande desafio é a luta para continuar na terra , produzir e comercializar, visto que grande parte dos assentados passou o sitio para terceiros por encontrar-se sem perspectiva de vida na terra.

* já receberam PROCERA

5.4-PETRÓPOLIS

REGIÃO DE BONFIM - formada por aproximadamente 70 pequenos produtores, que já vivem na área há mais ou menos 40 anos.

A produção é centrada nas hortaliças e no cultivo de flores, e também existe predominância de turismo (pousadas, cachoeiras) , onde é utilizada, muitas das vezes, a mão-de-obra familiar e em alguns casos empregados.

Conseguem comercializar nas feiras da Baixada Fluminense e supermercados (dominado por um pequeno grupo de familias) . Três produtores comercializam com o CCAP[1].

Estão organizados sob a forma de associação, com vistas a criação de uma cooperativa envolvendo produtores de outras regiões.

Possuem escola até 4ª série e posto de saúde onde a equipe de profissionais utiliza a homeopatia e ervas medicinais. Hoje encontra-se em andamento um mini projeto para processamento de remédios alternativos.

Nesta região, os pequenos produtores conseguem sobreviver, em sua maioria, somente com o trabalho na terra.

[1] CENTRO DE COOPERAÇÃO E ATIVIDADES POPULARES

5.5-VOLTA REDONDA

Áreas levantadas: ***Fumaça, Amparo, Porto Real, Santa Rita e Antônio Rocha.***

Nas regiões de **Fumaça e Amparo** predomina a pequena produção leiteira, que é comercializada diretamente nas cooperativas. Os produtores de Fumaça comercializam na cooperativa de Resende e os de Amparo possuem cooperativa própria. A agricultura é de subsistência.

Região de **Porto Real** - dentre as áreas visitadas , esta parecia ser a mais ligada ao centro urbano. Possui pouca plantação: algumas hortaliças, jiló e uma maior produçaão de plantas (samambaia).

Região de **Santa Rita** - grande predominio de hortaliças. Existe no local aproximadamente 86 pequenos produtores, que comercializam diretamente nas feiras livres de Volta Redonda, supermercados de Angra dos Reis, Barra Mansa e Resende. Não existe a figura do atravessador, mas a forma de consignação,onde o pequeno sai no prejuizo.

Existe também grande presença de assalariados, cerca de 20% da população, recrutados na própria comunidade ou proveniente de Minas Gerais. Estes trabalhadores, em sua maioria, recebem em média R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por mês, sem nenhum direito trabalhista . Existe também, exploração do trabalho infantil, as crianças recebendo em média R$ 70,00 (setenta reais) por mês.

A forma de se trabalhar a terra é tradicional, pois devido a topografia do lugar (morros) fica dificil a utilização de máquinas, mas o que preocupa na região é a forte utilização de agrotóxicos.Somente um pequeno produtor arrendatário utiliza biofertilizante.

Apesar das dificuldades encontradas pelos agricultores, de uns anos para cá, na comercialização, mesmo assim ainda vivem somente do trabalho na terra.

5.6-NITERÓI

Áreas visitadas: ***Assentamento Campos Novos (Cabo Frio) e Braçanã (Rio Bonito).***

Campos Novos - situa-se numa região conflituosa devido à sua localização, numa região de turismo, o que atrae grilieiros e favorece a especulação imobiliária . Este assentamento já foi palco de conflitos que resultaram na morte de Sebastião Lan. A área foi desapropriada pelo INCRA para fins de reforma agrária.

Existe um STR[1] local que é um referencial defensor dos trabalhadores e, mantendo firme a posição de não negociar com grileiros, tenta garantir que fique na terra quem de fato produz e vive nela.

O assentamento Campos Novos é dividido em 4 glebas, somando um total de 700 famílias. A maioria das mulheres trabalha em serviços domésticos nos condominios próximos, hotéis e pousadas, recebendo em média R$ 50,00 (cinquenta reais) por

[1] SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

mês. Os homens trabalham na construção civil e na capina. Uma minoria consegue viver da roça; são aqueles que estão investindo na Casa de Farinha, na criação de gado leiteiro e na produção de queijos.

O assentamento possui 3 escolas de 1ª à 4ª série e 1 escola agrícola de 5ª à 8ª série.

A comercialização se dá via atravessador ou nas feiras livres e, assim como na maioria dos outros assentamentos, é um problema . A produção não tem grandes variedades, limitando-se a lavoura branca, banana e pequena pecuária. A qualidade muita vezes está fora do padrão de mercado.

Hoje um grande problema se configura nesta localidade: o prefeito eleito é um grande grileiro da região, e está ameaçando os trabalhadores em algumas de suas conquistas, por exemplo a escola agrícola, isto sem contar o apoio que dá às investidas feita pelos grileiros contra os trabalhadores.

Braçanã- região formada basicamente por antigos posseiros. A grande problemática encontra-se na questão fundiária é irregular, o que vem acarretando conflitos na área.

Há um conflito com Yolanda de Souza Côrrea que move ação de reintegração de posse contra 6 famílias, das quais uma já foi desapossada.

Os processos estão todos nas mãos de advogados particulares, com exceção do Sr. Aurélio Soares, defendido pela Defensoria Pública local (a melhor defesa até então).

A Comissão Provisória procurou a defensoria para saber detalhes sobre os processos. A informação passada pelo defensor deixava claro que houve negligência na defesa do Sr. Arlindo (família desapossada), pois era praticamente impossível perder esta causa, visto que se configurava usucapião. O único caminho que resta a esta família é entrar com ação de indenização de benfeitorias.

A audiência foi marcada para fevereiro de 97, visto que na última audiência (06/11/96) a autora não compareceu, sendo intimada a comparecer na nova data, caso contrário o processo será julgado à revelia.

* Nesta mesma região (Rio Bonito), há alguns anos atrás, houve denúncia de trabalho superexplorado, de fato constatada pela **CPT** e **IMAGENS DA TERRA**, que posteriormente denunciaram ao Ministério Público e setores públicos da cidade de Rio Bonito.

5.7-NOVA FRIBURGO

Áreas levantadas: ***Trajano de Moraes, Barragem, Itapera, Arranchadouro, Gravatá, Vila Martins, Ponte Nova, Maria Mendonça, São Caetano, Serra das Almas, Barra dos Passos, Barra dos Coqueiros, Monte Café.***

Trajano de Moraes - região caracterizada pela diversidade de categorias de Trabalhadores Rurais. São elas: assentados, posseiros ou ocupantes, parceiros (meeiros, terceiros, quartista) e pequenos proprietários. Há tambem muitos fazendeiros.

Não há muita estrutura para o trabalho; 15% dos trabalhadores rurais utilizam força animal ou motorizada nos trabalhos agricolas.

Não existe assistência técnica de origem governamental, apenas para os que tem como pagar um técnico particular. Predomina a utilização de agrotóxicos; o controle das pragas é feito sem equipamentos e cuidados.

Praticamente toda a produção é entrgue a intermediários.Produtos para venda de lavoura permanente - café, caqui, banana e pêssego-, de lavoura temporária - inhame, batata inglesa, batata doce, abóbora, aipim e tomate - e de horticultura - zbobrinha verde, cenoura, couve-flor, feijão-vagem, ervilha, jiló, pimentão, pepino, quiabo e repolho.

Há no municipio investimento, por parte dos fazendeiros e também dos pequenos proprietários, em matas plantadas (eucalipto) ou recria de gado para corte.

Barragem - região caracterizada pela posse (cerca de 11 famílias). A fonte de renda dos trabalhadores é baseada em aposentadorias e na produção comercializada. A produção é, sobretudo, de feijão (para consumo) e de banana (comercializada). A forma de comercializar o produto é via atravessador.

Não existe infra-estrutura. A forma de se trabalhar a terra é tradicional. Não há incentivo algum , nem por parte da EMATER[1] nem da prefeitura.

Tapera - região de pequenos produtores e posseiros. Existe titulação para 300 famílias, restando ainda 60. A associação que no passado conseguia garantir esta luta, hoje encontra-se esvaziada, sem peso para garantir as exigências.

A produção é basicamente de banana e inhame, comercializados via atravessador.

Hoje reivindicam a melhoria das estradas, a viabilidade de posto médico, escola e transporte, e maior incentivo por parte da EMATER.

Arranchadouro, Gravatá, Vila Martins, Ponte Nova, Maria Mendonça - região que possui caracteristicas semelhantes, basicamente formada por pequenos produtores. A produção é de banana, inhame, pecuária, tomate, caqui, pimentão, feijão, milho, jiló e couve-flor. A comercialização é via atravessador. Não há nenhum incentivo; a EMATER não está à serviço dos pequenos.

São Caetano, Barra dos Passos, Barra dos Coqueiros, Serra das Almas e Monte Café - região formada basicamente por colonos, fazendeiros e assalariados.

A produção que excede ao consumo (por parte dos colonos), é comercializada via atravessador.

Grande migração dos jovens para a capital do Rio de Janeiro, Nova Friburgo e Macaé.

ASSENTAMENTOS:

Santo Inácio e São Domingos

O assentamento de **Santo Inácio** localiza-se no municipio de Trajano de Moraes. Nesta área, que teve sua desapropriação decretada em 1987 encontram 51 famílias. De

---

[1] EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

posse da A.P.O.[1] ,conseguiram o PROCERA, adquirindo através deste o caminhão para a associação. Estando sob o controle de somente um membro do assentamento, este caminhão tem gerado bastante críticas por parte de outros associados.

Produtos cultivados no assentamento: banana (predominante), mandioca, feijão, milho e olericolas.

A comercialização é deficiente, apesar do caminhão; a banana é vendida para fábrica em Itaborai por um preço irrisório.

Um outro problema apresentado nesta região é o plantio do eucalipto que vem secando as fontes d'água. Um dos maiores produtores apresenta 80 % de sua propriedade plantada com eucalipto.

A organização deste assentamento é complicada: a associação encontra-se em estado precário; não há assembléias e prestação de contas.

Hoje o assentamento apresenta as seguintes demandas e desafios: gerenciamento da associação, melhoria no esquema de comercialização, aproveitamento da banana (licor, doce, etc), trabalho com mulheres, planejamento de produção de olerícolas e incentivo à diversificação.

Em **São Domingos**, localizado em Conceição de Macabu, 59 famílias estão assentadas, sendo que 17 são oriundos da região e 42 vieram da ocupação ocorrida na Universidade Rural em setembro de 86.

No inicio do assentamento já houve algumas complicações no que diz respeito à organização. Duas associações foram criadas: Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda São Domingos (04/02/87) e Associação dos Trabalhadores Rurais e Amigos da Fazenda São Domingos (28/10/88). No inicio fez-se um clima de rivalidade entre as duas associações, sendo logo depois superado.Hoje a primeira associação responde pelo assentamento.

Os produtos cultivados são : banana, côco, aipim, citrus . Dois ha são para reflorestamento. Toda esta produção foi financiada pelo PROCERA.

A comercialização se dá via CEASA-RIO e CEASA-MACAÉ ou diretamente nas feiras livres e estabelecimentos comerciais ou via atravessador.

ACAMPAMENTOS:

Cantagalo e Capelinha

Cantagalo- localizada em Rio das Ostras, esta área já foi desapropriada,mas ,há mais ou menos de dois anos, encontra-se,ainda, em situação de acampamento.São mais ou menos 80 famílias. Alguns sítios já estão sendo divididos. Há 8 meses, os trabalhadores ocuparam uma outra área da fazenda que servia para pasto.

Hoje este acampamento vive um grande problema: existe luta interna pelo poder entre duas facções ; já houve até mesmo intervenção do MST[2]-nacional a fim de solucionar o problema.

---

[1] AUTORIZAÇÃO PROVISÓRIA DE OCUPAÇÃO
[2] MOVIMENTO DOS SEM TERRA

Capelinha- área localizada no município de Conceição de Macabu; pertencia à uma antiga Usina de cana falida. A maior parte das pessoas que ocuparam a área, no dia 28 de junho, era de antigos assalariados da Usina. Com sua falência, ficaram desempregados e sem nenhuma indenização.

A área já foi desapropriada pelo INCRA, e cerca de 140 famílias estão cadastradas. A produção e a distribuição dos sítios já começou.

Em média 140 famílias estão cadastradas; a distribuição dos sítios já começou.

5.8-CAMPOS

Região caracterizada basicamente por trabalho assalariado nas usinas de cana-de-açúcar. A conjuntura atual é preocupante devido a falência das Usinas. Em 1980, mais de 17 Usinas de açúcar estavam em plena atividade nesta região, hoje apenas 8 estão em pleno funcionamento. Esta situação vem acarretando uma grande saída da população rural para as áreas urbanas, onde são obrigadas a se instalar nas áreas periféricas e favelas. De 1983 à 1991, o número de favelas em Campos cresceu 30%, isto representa 37 favelas em condições de moradia extremamente precárias.

Com a pouca oferta para o corte da cana, os segmentos de baixa renda estão se inserindo no mercado informal. Os números destes subempregos estão representados da seguinte forma: * serventia doméstica - 25,59 %;

* construção civil - 14,53 %;
* corte de cana - 10,75 %.

Estas atividades informais são marcadas pela clandestinidade, pela sazonalidade e pelos péssimos salários.

A população que ainda está na área rural trabalha, em sua maioria (80%), como bóias frias. A agroindústria sucroalcooleira ainda absorve um contingente significativo de trabalhadores no período da safra e da moagem da cana. No período da entresafra (6 à 7 meses), grande parte dos trabalhadores se ocupa com serviços domésticos.

Há um número reduzidisssimo de trabalhadores com carteira assinada, a maior parte é de biscateiro e trabalha por diária, recebendo R$ 7,00 (sete reais) por dia de trabalho.

A perspectiva para os trabalhadores que ainda estão empregados e o grande contingente de trabalhadores desempregados na região de Campos é hoje, um processo de ocupaçoes de áreas de usinas falidas, assim como ocorreu em Conceição de Macabu.

ASSENTAMENTO:

Novo Horizonte - único assentamento da região , localizado dentro de três usinas de cana falidas . Nasceu nos fins dos anos 80, resultante de dividas trabalhistas dos proprietários com os atuais ocupantes. São mais ou menos 300 famílias, numa área de 7 à 14 ha por família.

Dentre as três fazendas ocupadas, 2 (duas) já receberam APO,na terceira ainda falta fazer a demarcação do perímetro.

A produção é formada basicamente por banana, abacaxi, hortaliças, frangos , ovos e, algumas vezes , queijo para comercialização.

Diferentemente dos demais assentamentos , a comercialização se dá através da "Feira da Roça", espaço reservado pela prefeitura em uma praça do centro da cidade, para que os pequenos produtores, assentados e pescadores comercializem seus produtos.

O assentamento já recebeu a 1ª parcela do PROCERA.

Dentro deste assentamento existe um escritório da EMATER, porém não há política de estimulo aos trabalhadores.

Há alguns anos atrás , quando Garotinho (PDT) era prefeito de Campos, algumas lideranças do assentamento foram cooptadas. Hoje esse fantasma volta a sondar o assentamento com o retorno de Garotinho à prefeitura.

5.9-CONCLUSÃO:

Através deste levantamento, ainda que não tão aprofundado como gostariamos, constatamos que há uma diversidade de categorias de trabalhadores rurais no RJ que tentam , apesar de todas as dificuldades, permanecer na terra; mostrou também que existe um novo reordenamento e formas de inserção dos Trabalhadores Rurais na terra, seja no ponto de vista das relações contratuais, seja na possibilidade dos trabalhadores resistirem enquanto posseiros e produção na terra. Frente à isso, ficam evidenciadas questões fundamentais para agricultura do Estado do Rio de Janeiro. São elas:

- o assalariado de Campos, por exemplo, que não se percebe enquanto trabalhador rural, mas como "safrista", e residindo nos aglomerados urbanos, também utiliza diversas alternativas de recursos;
- falência e reordenamento, com modernização de algumas usinas canavieiras, com crescimento de aglomerados urbanos (favelas) em torno das cidades mais desenvlovidas nas regiões do estado do Rio de Janeiro;
- pouco ou nenhum investimento por parte dos órgãos competentes (Governo Municipal, Estadual e Federal) na agricultura familiar (pequenos produtores e assentados), contribuindo para que permaneça o rótulo de Estado sem vocação agrícola e altamente urbanizado . Os investimentos, nos municípios com características rurais, se dão basicamente para a área de lazer e turismo;
- o Rio de Janeiro, embora seja o segundo mercado consumidor do país, não é abastecido pela produção do próprio estado, mas sim por produtos oriundos de outros estados, o que massacra ainda mais os pequenos que ainda conseguem resistir. Os produtos que chegam de fora contribuem para derrubar os preços dos produtos locais, acarretando também a restrição do mercado.
- o Estado do Rio de Janeiro hoje se configura como uma via de mão dupla, pois por mais que os centros urbanos tentem engolir a área rural, há uma crescente entrada de setores da classe média alta nas áreas rurais, com sítios para lazer ou para investimentos numa produção com padrões refinados.Os chamados "neorurais";
- em contrapartida,existe a figura do antigo posseiro que sem possibilidades de investimentos é forçado a vender a posse para pessoas de classe média tornando -se caseiro dela mesma e/ou mantendo trabalho temporário no espaço urbano das proximidades.

De outro lado, há um avanço dos setores mais empobrecidos da sociedade em direção às ocupações promovidas pelo MST. Tanto existe um deslocamento de trabalhadores premidos pela falta de condições e investimentos em busca de alternativa às condições de vida, bem como um número de ex-trabalhadores rurais e urbanos nos processos de ocupação dos assentamentos.

No entanto, enfrentam dificuldades de investimentos e capacitação, mantendo-se com recursos urbano (mercado informal) e rural (produção comercializada) , apesar de existir alguns programas que financiam os investimentos e custeio dos assentados e pequenos produtores. Mas esses programas tornam-se uma "faca de dois gumes",pois ao mesmo tempo que contribuem para o produtor investir em sua produção, acarretam

também um processo de endividamento. Esses fatores , muitas vezes, acabam contribuindo para que os pequenos passem os seus sítios, caracterizando assim, uma rotatividade nos assentamentos.

Assim constatamos , através do levantamento, os clamores que hoje são ouvidos no meio rural do RJ, e diante disso os desafios que estão postos para uma intervenção não só da CPT, mas daqueles que ainda acreditam e lutam por um mundo melhor, mais humano e mais solidário.

DESAFIOS:

Perante a nova realidade da CPT no RJ, salientamos a necessidade de trabalhar os seguintes desafios:

1- ASSALARIADOS RURAIS:

⇒ experiência nova para a CPT-RJ , porém antiga em outros regionais.

⇒ como motivar a organização da categoria levando em conta dificuldades como informalidade, falta de representatividade trabalhista.

⇒ construção da cidadania deste trabalhador (saúde,educação, transporte, moradia,etc).

2- PEQUENA PRODUÇÃO:

⇒ potencialização da agricultura familiar como forma de fixação do homem no campo; valorização da preservação ambiental e da cultura local.

Estas prioridades, tiradas a partir do estudo da realidade rural do Rio de Janeiro, devem ser consideradas a médio e longo prazo, como prioridades de ação.

6-SEMINÁRIO SOBRE REALIDADE AGRÍCOLA E AGRÁRIA DO RIO DE JANEIRO (06 À 08/12/96)

Teve como objetivo socializar e aprofundar os conhecimentos frente a esta realidade e perceber os desafios que ela está apontando.

6.1-PEQUENA PRODUÇÃO:

No que diz respeito a Pequena Produção, nos foi colocado o enfoque nas regiões do Médio Paraíba e Noroeste do Estado.

A produção nestas regiões são: o cultivo do tomate, o plantio do café, a pecuária que compreende a cultura de aves, coelhos e peixes; a produção do leite é dirigida para a cooperativa que está relacionada com o leite Glória e a produção de carvão vegetal.

As propriedades são ,em sua maioria, de 50 ha, embora existam de até 10 ha.

O arrendamento da terra reordena a relação trabalhista de produção.

A contratação se dá de mão-de-obra local para uma cultura determinada no momento do plantio ou da safra.

6.2-ASSALARIADOS:

Esta situação encontra-se agravada na região norte-noroeste do estado, onde predomina a cultura da cana-de-açúcar, atingindo assim, 19 municípios.

O trabalho de fato só existe no período do corte com uma demanda maior do que a oferta, forçando a aceiterem menos de um salário mínimo, que representa a renda de 68 % dos trabalhadores rurais da região.

Em Campos as usinas não são muitas em relação à anos anteriores.

A agroindústria gerava 2/3 dos empregos na região; com a atual crise, as pequenas usinas estão fechando e a cana produzida vai para as usinas maiores.

O petróleo exerce nesta realidade uma influência muito grande, adquirindo mã0-de-obra especializada, sobrando para a agroindústria o excedente.

Dessa mã-de-obra, 10 % são crianças e recebem em média R$ 10,00 por semana, trabalhando 12 horas por dia. Há , mais ou menos, 3.500 crianças trabalhando como assalariados na região de Campos.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais não é um referencial para este público e sim o sindicato das indústrias.

Em Campos 12 à 13 % da população está na área rural, sendo que 20 % desta mão-de-obra são mulheres.

6.3-ASSENTAMENTOS:

Eixos importantes:

- O governo e MST são as duas maiores forças organizadas que discutem hoje a questão da Reforma Agrária com objetivos bem diferenciados.
- Do ponto de vista do IBGE[1] não existe trabalhadores em situação irregular, ou seja, todos são considerados assentados
- Existem dois modelos de assentamentos:
  * anos 50 - ocupar/ produzir/resistir
  * anos 80 - recamperização, a volta a produção depois de muitos anos afastados.

Os trabalhadores estão assentados em áreas improdutivas; os assentamentos são muito pobres e se não se emanciparem não conseguem benefícios sociais.

O financiamento para investimento e custeio é o PROCERA, que investe no individuo e no coletivo, porém, é também um processo de endividamento. Uma das condições para obter este crédito é criar associação.

O baixo grau de organização (financeiro, administrativo, educacional, etc.) agrava ainda mais a situação dos assentamentos.

O tamanho das terras no Rio de Janeiro é de 03 à 10 ha, o que é inviável, visto que muitas destas terras estão subdivididas (filhos - crescimento das famílias).

A saida dos trabalhadores é ser arrendatários, alugar a terra, trabalhar em grupo ou trabalhar na cidade.

Na década de 80, a conjuntura foi favorável as ocupações, e isto desencadeou na Baixada Fluminense um número significativo de ocupações, marcado pela ocupação de Campo Alegre.

Este momento contou com a intervenção populista do governo Leonel Brizola, que impossibilitou um crescimento e amadurecimento das organizações internas.

A mecanização e assessoria técnica são imprescindíveis. A realidade que se tem é que os jovens que tem continuado na terra permanecem não por vontade própria, mas sim pelas condições desfavoráveis que oferecem os centros urbanos.

---

[1] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

O **PRONAF**[1] é um programa de crédito para trabalhadores que tenham algum tipo de documento que comprove sua permanência na terra.

6.4-REMANESCENTES DE QUILOMBOS:

Este fato traz como novidade um novo enfoque da luta dos trabalhadores rurais na conquista da terra.

Seja no aspecto da relação interna e na interelação com as demais áreas rurais, como também no que diz respeito a questão fundiária, onde não se tem claro quem de direito responde juridicamente pelo processo desapropriatório dessas terras.

Neste sentido é colocado o desafio de buscarmos informações e se articular com os grupos que hoje não só discutem este aspecto como apontam encaminhamentos.

6.5-EIXOS SINTETIZADOS:

Assentamento/ Produção/ Comercialização

- As problemáticas dos assentamentos se dá por não haver por parte de poder público uma proposta política frente as questões agrária, agrícola e econômica voltada para os pequenos produtores.Mas, por outro lado, também houve grandes erros na organização dos trabalhadores.
- É necessário avançar nas questões da produção exigindo uma maior qualificação dos agentes para melhor contribuir.
- Os assentamentos são de fato , elementos importantes na elaboração de uma política para a Reforma Agrária.
- É possível unir os assentamentos e pequenos produtores para produzir e comercializar de forma conjunta.
- A crise ocorrida com os fechamentos das usinas apontam para futuras ocupações, traduzidas em assentamentos que trazem como questões, a realidade que não se diferencia das maiorias ocorridas até hoje.
- Tem-se percebido que as organizações acontecem a partir de coisas imediatas.
- As desapropriações, sem entrega de titulação, impossibilita o acesso ao incentivo do governo.

6.6-PARCERIAS:

- Como contribuir para que as entidades possam dar continuidade àquilo que se estabelece em encaminhamentos conjunto, a partir da realidade agrícola e agrária do RJ?
- O que percebe-se é a não valorização do que já existe, pois o FORUM criado para traçar uma ação cojunta frente a esta realidade encontra-se desarticulado. É

[1] PROGRAMA NACIONAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

necessário nos perguntarmos porque não conseguimos garantir e viabilizar as relações de parceria com aqueles que se dispõem em contribuir.

6.7-SINDICATO:

Dado a importância que o sindicato teve na trajetória de luta dos trabalhadores no Rio de Janeiro, nos perguntamos se o sindicato como é organizado, responde hoje, a atual conjuntura rural, levando em conta a diversidade do público existente ?

6.8-GLOBALIZAÇÃO:

A globalização vista pela ótica dos que detém o controle da conjuntura e estrutura mundial é o que determina o aceleramento das mudanças nos diversos aspectos da organização da sociedade.

No que diz respeito a questão agrária e agrícola, nos desperta a atenção para os seguintes aspectos:

- como enfrentar o avanço tecnológico que por um lado contribua para agilidade e eficácia da produção, mas por outro lado, reforça a burocracia e exclui uma maioria que nem sequer conseguiu ter acesso as questões básicas que é a capacitação para melhor administrar o seu dia-a-dia ?
- neste sentido percebemos que a alfabetização de adultos coloca-se como elemento a ser enfrentado com métodos avançados, visando capacitar os trabalhadores para que os mesmos sejam capazes de enfrentar este avanço tecnológico e serem propositivos.
- aprofundar e se inserir nas redes de solidariedade ,para assim repropor uma globalização a partir das iniciativas já existentes na realidade dos movimentos sociais, mas que se encontram desarticulados entre si.

7-CONCLUSÃO FINAL

Paralisar os trabalhos da CPT-RJ tornou-se um limiar entre o amor e o ódio. Não foi uma decisão fácil, pois a própria história da CPT, o peso do seu nome, nos impedia a tomar tal decisão; para alguns a paralisação significava a nossa (conjunto da CPT-RJ) derrota, uma autodestruição; para outros,entretanto, a paralisação significava dar um passo à frente e o rompimento com o continuismo.

O novo sempre traz consigo o medo e a insegurança, mas é necessário ousar para que de fato o trabalho com o povo da terra dê frutos, contribuindo efetivamente com a transformação de sua realidade.

A suspensão do trabalho durante 6 (seis) meses, foi um momento para respirar e refletir sobre nossa ação junto aos trabalhadores rurais. A ânsia por vida nova e digna para os excluídos da terra nos levou a olhar mais de perto e com mais sensibilidade a dura realidade que hoje se impõe a este segmento da sociedade.

A partir das análises feitas dessas constatações, fomos percebendo a necessidade de critérios que possam indicar caminhos de intervenções objetivas e concretas nesta realidade que percebemos cada vez mais dura para esse segmento da sociedade que são os trabalhadores rurais.

Diante disso, os desafios apontados para a reformulação de um trabalho de CPT no estado do Rio de Janeiro, considerando que no momento contamos apenas com uma

pessoa liberada, torna-se urgente trabalharmos no sentido de formarmos uma equipe maior que possa levar adiante os seguintes indicativos:

• necessidade de organizar-se enquanto prioridade de frente de trabalho, e não mais por dioceses e/ou localidades. É importante pensar a CPT-RJ enquanto conjunto;

• a conclusão do levantamento nas áreas apontou para nós a necessidade de uma intervenção em três regiões (norte, serrana e centro-sul fluminense), devido a duas grandes problemáticas: assalariados e pequena produção.

Para se chegar a essas constatações nos baseamos nos seguintes critérios:

• grande concentração de trabalhadores, ou seja, maior demanda de trabalho;
• Ir onde ninguèm vai;
• áreas com fortes caracteristicas agrícolas.

A partir desses indicativos de trabalho foram apontados também critérios para atuação de agentes, que são:

• presença pastoral;
• disponibilidade/afinidade/responsabilidade/solidariedade;
• qualificação/aptidão;
• conhecimento claro e constante da realidade.

Em sintese, hoje atuar junto aos trabalhadores rurais é estar aberto às necessidades mais prementes dos trabalhadores, para que as intervenções nesta realidade sejam de fato, objetivas e concretas.

"...Surdos, escutem; cegos olhem e vejam!
Quem é cego, senão meu servo?
Quem é surdo, senão o mensageiro que eu mandei?
Você viu muitas coisas e nada percebeu; abriu os ouvidos e nada ouviu!
Por causa de sua justiça Javé queria engrandecer e glorificar a lei, mas o seu povo é um povo espoliado e roubado; todos presos em cavernas, trancados em prisões. Era saqueado, e ninguèm o libertava; despojado e ninguèm dizia: "Devolvam isso!"
Quem de vocês vai escutar isso tudo e prestar atenção para ouvir daqui por diante?..." (Isaías 42, 18-23)

COMISSÃO PROVISÓRIA

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

No clamor dos povos da terra, a memória e a resistência em defesa da vida!

III Congresso Nacional da CPT - 18 a 21 de maio de 2010 - Montes Claros - MG



AGENDA 2010

CPT

No clamor dos povos da terra, a memória e a resistência em defesa da vida!

Um Congresso que se anunciou para 2009, para acontecer em plena Amazônia, em Marabá, vai se realizar, por vários condicionantes econômicos, de infraestrutura e de agendas, nos dias 18 a 21 maio de 2010, em Montes Claros, Minas Gerais, em pleno semiárido. Muda o local, altera-se a data, mas o espírito e o empenho são os mesmos, maiores talvez. O mesmo lema: No Clamor dos Povos da Terra, a Memória e a Resistência em Defesa da Vida. A mesma temática – biomas, territórios e diversidade camponesa – vai ser debatida e aprofundada num cenário muito diferente. A exuberância da Floresta Amazônica cede lugar ao Cerrado e à Caatinga. O paraíso das águas é substituído pela aridez e as agruras da região seca do semi-árido. Mas a aparente pobreza em água e vegetação esconde uma riqueza muito pouco conhecida, com uma biodiversidade tão ou mais rica que a da própria Amazônia. O Cerrado, uma floresta de cabeça para baixo, com duas terceiras partes subterrâneas, é um tipo único de vegetação com um complexo sistema de raízes responsável por reter mais de 70% das águas das chuvas, que alimentam o lençol freático e os aqüíferos de onde brotam as nascentes que formam as bacias do São Francisco, Araguaia-Tocantins, Paraná-Prata. A Amazônia conhecida mundialmente como responsável pelo equilíbrio do clima é substituída pelo Cerrado, pouco conhecido e valorizado, submetido a um ritmo mais que violento de destruição, colocando em perigo o equilíbrio da vida no planeta.

Ao lado destes biomas, outros menores em extensão, mas não em importância - Pantanal, Mata Atlântica, Pampa - vão estar presentes no Congresso e neles todos a diversidade de comunidades e povos que os habitam, que com eles convivem buscando uma relação nem sempre tão harmoniosa entre humanos e natureza.

Esta diversidade camponesa busca preservar seus espaços, melhor, resgatar seus territórios, a maior parte deles devorados pela sanha capitalista que tudo busca transformar em mercadoria.

O Congresso deve ajudar a ler e interpretar as diversas formas de vida e de luta que se desenvolvem em cada bioma e como os projetos oficiais e o avanço do agro e hidronegócios impactam e agridem tanto os territórios, quanto a vida das comunidades em suas especificidade e pluralidade.

O clamor dos povos da terra aviva a memória das lutas enfrentadas, da violência sofrida, do sangue derramado, das vitórias duramente conquistadas. São gritos em defesa da vida e das comunidades camponesas, com seus valores e cultura. Mas, mais do que isso, são gritos em defesa da própria natureza e da sua biodiversidade, agredidas, violentadas, depredadas, destruídas.

O III Congresso será o momento privilegiado para se refletir sobre os rumos que a CPT deve seguir para contribuir na proteção, preservação e revitalização da natureza, e para propor um reavivamento da espiritualidade que enxerga e sente a Deus tanto nos estupendos cenários que a criação proporciona, quanto nos pequenos detalhes onde a vida explode. Tudo faz parte da Criação de Deus, casa comum de todos os seres vivos.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
Presidência e CEP (IX) – 27ª Reunião
Brasília-DF, 24 a 26 de março de 1998

ANÁLISE DE CONJUNTURA - MARÇO 1998

1. ONDE ESTAMOS?

MOMENTO INTERNACIONAL

E a crise das bolsas tem os seus desdobramentos

A crise asiática continua a render dividendos e interpretações. É evidente que existe *"um crescente processo de instabilidade e incertezas, cuja causa básica é a própria globalização do sistema financeiro mundial e sua falta de controle por quem quer que seja"*[1]. A dívida externa desses países, particularmente a da Coréia do Sul, vence toda ela em curto prazo e o Governo não tem como pagar. Aí está a principal causa da desconfiança na possibilidade de recuperação dessas economias. Apresentavam tudo para dar certo: alto nível de poupança interna, escolaridade alta da população, invejáveis taxas de produtividade...

Sabe-se que há um novo tipo de instabilidade em andamento. Pouco dela se conhece. Trata-se da distância cada vez maior entre a produtividade e lucro das empresas e a realização de lucros financeiros especulativos.

Sabe-se ainda, *"que a abertura econômico-financeira da globalização deixou os sistemas financeiros locais muito mais expostos aos movimentos especulativos mundiais"*[2].

De positivo pode-se ressaltar a retomada dos blocos regionais[3]. Líderes do sudeste asiático, como o primeiro-ministro da Malásia, acreditam que *"é razoável esperar que nos recuperemos e avancemos novamente, até alcançar um nível de desenvolvimento equivalente ao do Ocidente". "A Área de Livre Comércio da Ásia pode ser reorganizada...". "Se ela era considerada vantajosa nos tempos de prosperidade, por que não pode ser proveitosa - até mais - nestes tempos difíceis?"* É hora de reconhecer os abusos e de planejar em função dos interesses regionais pois *"perdemos a nossa riqueza, em grande parte, porque não entendíamos o que acontecia no mundo exterior." "...Os conceitos e os modos de fazer comércio mudaram... fomos pegos desprevenidos".*

A globalização da economia sem a necessária defesa de interesses locais e regionais, parece indicar que é chegado o momento de as nações se protegerem melhor a si e ao patrimônio público.

É certo, porém, que a crise não acabou apesar da insistência de muitos comentaristas em dizerem o contrário. A economia japonesa está em dificuldades[4], com visíveis sinais de que as estratégias clássicas de anti-recessão já estariam esgotadas.

Comentários[5] a esse respeito chamam a atenção de que *"os sintomas seriam os mesmos que marcaram as depressões no início do século"*, mediante a manifestação de dois fenômenos típicos, presentes hoje na economia japonesa: *"a superprodução e a insolvência das dívidas"*. Tais fenômenos pareciam já afastados.

As outras economias em crise no sudeste asiático, onde atualmente predominam moedas desvalorizadas, dificultam as exportações e o ressarcimento de empréstimos japoneses, feitos para sustentá-las. A insolvência que chega ao Japão, com a falência de grandes corretoras e de grandes

---

[1] Guido Mantega, "Aumento da turbulência", Folha de São Paulo, 28/02/98. Pág. 1 - 3
[2] Idem, nota anterior.
[3] "Recuperação e blocos regionais", Mahathir Mohamed, primeiro-ministro da Malásia, Folha de São Paulo, Tendências/Debates, 28/03/97, pág. 1 – 3.
[4] "O fim do jogo", seção "Finance and economics", - The japonese economy - "The Economist", 14 a 20/03/98.
[5] Antônio Martins, "Resenha da Internet", 17/03/98.

bancos, indicam temores *"que pareciam afastados nas últimas décadas"*. Tudo isso pode estar indicando que a *"contaminação internacional pode ser inevitável"*. Isso significará novas falências, desemprego agudo e consumo em queda.

Se a análise puramente econômica já delineia um quadro sombrio, que pensar das conseqüências políticas e sociais, nem de longe cogitadas pelas interpretações correntes?

Que propostas, éticas e proféticas, podem ser pensadas a partir de uma análise, mais sensível ao político e ao social?

Como mobilizar-se em torno de tais propostas?

Nesse contexto não é nada cômoda a situação brasileira com a divulgação dos resultados das contas públicas do Brasil. *"O resultado das contas públicas em 1997 foi o pior dos últimos anos e superou as expectativas mais pessimistas sobre o déficit"*[6]. O déficit público aumentou em 97 em termos gerais, alcançando uma taxa bem mais alta do que as estimativas (5,89% do PIB – Produto Interno Bruto).

Tal informação virou notícia no jornal britânico "Financial Times". *"Segundo o diário, uma espécie de biblia do empresariado mundial, os números devem reacender entre os investidores preocupações sobre a habilidade do governo em reduzir o alto déficit". "Economistas acreditam que o déficit é a principal causa da vulnerabilidade do Brasil à volatilidade do mercado financeiro, diz o FT"*[7].

O Governo e suas autoridades monetárias levaram um susto ao serem divulgados os resultados das contas públicas. Os dados revelam algumas informações preocupantes. O dinheiro das privatizações, repassado aos governos estaduais, praticamente veio cobrir os déficits operacionais desses governos. O patrimônio, resultado dessas privatizações, não foi reinvestido em bens públicos e os governadores acusam a política federal de juros altos como sendo a principal fonte do déficit estadual.

As declarações oficiais observadas nos periódicos tentaram minimizar o assunto, ora lançando culpa nos governos estaduais, ora apresentando à opinião pública os resultados positivos da recuperação das reservas[8].

Preocupa, em particular, a natureza[9] do crescente[10] déficit fiscal, alicerçado na política de juros altos, na dependência de ingresso de capital externo especulativo e nas medidas governamentais que aceleram *"a nossa globalização financeira subordinada"*.

---

[6] Maria Luiza Abbot, "Déficit ficou pior do que o previsto", O Globo, 27/02/98, pág. 17.

[7] Folha de São Paulo, 28/02/98, pág. 1- 5, "Multimídia", Financial Times de Londres.

[8] Marcelo Aguiar e Flávio Ribeiro de Castro, "Reservas superam US$ 61 bilhões", O Globo, 28/02/98, pág. 23.

[9] *"É bom ter presente, no entanto, que os problemas que enfrentamos não podem simplesmente ser atribuídos aos impactos e desdobramentos da crise asiática; na sua essência, eles refletem as transformações endógenas resultantes do modelo de estabilização e reestruturação produtiva impulsionado pelo atual Governo, que colocou o país numa condição de forte dependência do ingresso de volumes crescentes de capital externo e da estabilidade dos mercados financeiros internacionais."... "A crise asiática demonstrou, porém, que não foram nem o déficit fiscal nem a falta de competitividade nas exportações que provocaram a crise financeira e cambial". ... "Dada a armadilha juros-câmbio (variáveis decisivas que só podem mover-se lentamente), podemos afirmar que os desequilíbrios financeiros interno e externo da economia brasileira já ganharam autopropulsão vis a vis aos resultados primários de natureza fiscal e comercial. Tanto o déficit fiscal (que já atingiu 5% do PIB em termos nominais) quanto o déficit das transações correntes (que já ultrapassou 4% do PIB), estão sendo basicamente financiados com a emissão de dívida interna e externa de curto prazo. Do ponto de vista da rolagem da dívida interna, os valores praticamente dobraram e em fevereiro prevê-se uma rolagem de 30 bilhões de reais em títulos de curto prazo."* Deputada Maria Conceição Tavares, trechos de seu pronunciamento na Câmara dos Deputados em 05/02/98.

[10] *"O mais problemático na dívida pública brasileira não é seu tamanho, mas sim seu ritmo de crescimento nos últimos anos."...*

"Vários fatores explicam a explosão da dívida do Governo FHC. O primeiro deles é a alta de juros promovida em 95 para evitar uma fuga de investidores estrangeiros do país após o colapso da economia mexicana."

"Mas desde então, o Governo com melhoras na arrecadação de impostos, tem falhado sistematicamente em suas promessas de retomar o controle das contas a partir de mais disciplina nos gastos."...

"O Governo engordou sua dívida ao socorrer, além dos Estados, uma série de setores da economia, caso dos bancos públicos, bancos privados e agricultores de todos os portes."

"A dívida federal cresce também em função da acumulação de dólares pelo Banco Central, necessária para manter o Plano Real."

O Acordo Multilateral de Investimentos – AMI - [11]

Um documento que está sendo elaborado pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), guardado como segredo debaixo de sete chaves, vem à luz através da imprensa internacional[12]. Segundo o diretor geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), M. Renato Ruggiero, com este documento *"nós escrevemos a Constituição de uma economia mundial unificada"*.

Sabe-se que esse acordo vem sendo elaborado em Paris, desde 1995 pela OCDE. Trata-se de um entendimento prévio dos 29 países membros da organização, entre os quais estão os mais ricos do mundo. Tal entendimento se dará sob a forma de um documento intitulado "Acordo Multilateral de Investimento (AMI)". Este acordo deve ser apresentado aos membros da OCDE e, posteriormente, aos países em desenvolvimento em abril deste ano.

Sabemos da poderosa força, acima dos governos locais, constituída pelas organizações OMC, OCDE e FMI[13]. O objetivo desse novo instrumento praticamente amplia os poderes de tais instituições e *"estende o programa de desregulamentação sistemática da OMC a alguns setores vitais ainda não previstos: a localização e as condições de investimentos na indústria de serviços, as transações com divisas e outros instrumentos financeiros tais como as ações e obrigações, a propriedade fundiária e os recursos naturais..."*.

Pouca atenção se dá às articulações existentes no mundo dos intercâmbios comerciais. Contudo, as empresas multinacionais e os grandes estabelecimentos financeiros estão atentos a tudo que está acontecendo. Trabalham de maneira paciente e agressiva para consolidar a sua hegemonia e poder sobre os Estados. Legisladores e cidadãos estão totalmente à margem do documento de 190 páginas, 90% concluído, onde direitos e obrigações são tratados diferentemente. Todos os direitos são reservados para as empresas e investidores internacionais e as obrigações são assumidas pelos governos.

O Congresso dos Estados Unidos só teve conhecimento do AMI quando da ofensiva de cidadãos norte-americanos no chamado "fast track"[14], em abril de 1997. Nessa circunstância, o documento começou a ser conhecido, o que ajudou a mobilização da sociedade diante desse novo instrumento de controle, extremamente rígido.

Ademais ele prevê: os Estados que se comprometerem com o AMI se obrigam por vinte anos. Tal obrigação inova em matéria de obrigações contratuais internacionais. Durante cinco anos não podem sequer manifestar o desejo de se retirar. Caso esse desejo seja manifestado, ainda prevalecem 15 anos de obrigatoriedade!

O capítulo central do tratado se intitula "Direitos do investidor", cuja característica fundamental é o **absolutismo.** Os Governos devem garantir a plena possessão do que for acordado. São cláusulas que *"prevêem a indenização dos investidores e empresas no caso de intervenções governamentais suscetíveis de restringir a sua capacidade de lucrar com o investimento"*. Textualmente, diz o acordo: *"...a perda de uma oportunidade de lucro sobre o investimento seria um tipo de prejuízo suficiente para dar direito à indenização do investidor"*.

Mais perigosas ainda são as normas a respeito das *"expropriações e indenização"*. Com tais regras investidores e empresas estrangeiras podem contestar qualquer tipo de política ou de

---

"Mesmo com o pacote fiscal lançado no final do ano passado, é certo que a dívida pública crescerá mais neste ano." Gustavo Patu. "Dívida pública dobra com FHC e chega a R$ 306 bi". Folha de São Paulo, 27/02/98, pág. 1 –4.

[11] Também conhecido como - MAI - Multilateral Agreement on Investiment.

[12] Lori M. Wallach. "Le nouveau manifeste du capitalisme mondial", Le Monde diplomatique, fevereiro de 1998, pág. 22. *"Graças ao movimento de defesa dos consumidores 'Public Citzen', fundado por Ralph Nader: www.citizen.org. Le Monde diplomatique publica, em seu site, a versão do AMI em língua francesa – datada de 08 de outubro de 1997 – no endereço: www.monde-diplomatique.fr/md/dossiers/ami/*

[13] Cf. "Análise de conjuntura", outubro de 1997.

[14] Significava, caso fosse aprovado, que o Congresso norte-americano daria um cheque em branco ao Presidente Clinton. Ele poderia assinar acordos comerciais (naturalmente sob pressão de poderosos "lobbies" de empresas e investidores), sem que , em nenhum momento pudesse ser contestado ou emendado pelo Congresso. Este expediente ele queria usar para acordos dentro de uma zona de livre-comércio entre as Américas, bloqueando experiências regionais como o MERCOSUL. Por falta de maioria, Clinton desistiu, por enquanto, dessa prerrogativa.

ação governamental. Nessa perspectiva, qualquer restrição da política ambiental local, garantia dos direitos de trabalho, de direitos de consumidor, tudo isso é potencialmente uma ameaça para os investidores e se tornam assim passíveis de restrições, conforme o AMI.

As políticas neoliberais globalizantes atualmente praticadas pelos governos já são, por si mesmas, cheias de restrições sociais. Cada vez mais se investe menos em políticas sociais!

Por acaso, não seria agravar esse quadro crescente de injustiça social aceitar tais restrições do AMI e privilegiar investidores e empresas transnacionais?

Outra cláusula do AMI prevê indenização nos casos de perturbações sociais. Esta cláusula praticamente obrigará os governos a coibirem manifestações internas tais como greves, movimentos de protesto, enfim, tudo o que possa causar transtorno à rentabilidade dos investimentos. Os Governos tornam-se responsáveis perante os investidores por *"perturbações civis"*, *"revolução, estado de emergência ou outros acontecimentos semelhantes"*.

Ao contrário não está prevista no AMI nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte dos investidores estrangeiros, que exigem ser tratados em pé de igualdade com os nacionais. O mais importante deste acordo é o valor dado ao impacto da nova política dele resultante. Não são tão importantes as intenções e o sentido literal das leis. Importa que, de fato, sejam abolidas limitações, restrições e tudo aquilo que possa ter *"um efeito discriminatório não intencional sobre o capital estrangeiro"*.

Em síntese[15], concretizado o AMI, significaria *"a absolutização dos direitos dos investidores estrangeiros, a prevalência subjetiva dos critérios dos investidores estrangeiros e a abdicação da poder mesmo do Estado"*[16].

Segundo informações veiculadas[17], o Brasil é forte candidato a assinar o AMI, pois é o *"segundo maior receptor de investimentos estrangeiros direto entre os países emergentes..."*. *"Se até agora os principais atrativos brasileiros são a estabilidade econômica e um grande mercado consumidor interno..., em breve essa lista contará com mais um item: a participação do país, como membro pleno, do Acordo Multilateral de Investimento"*.

O Brasil se manteve cauteloso no início, tendo assumido a posição de observador. Recentemente, porém, o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, confirmou a intenção de passar da condição de observador para a de negociador do acordo[18], pois isso trará vantagens adicionais ao Brasil em termos de credibilidade.

---

[15] Entre *"as cláusulas mais lesivas aos países subdesenvolvidos incluem-se as seguintes:*

- *uma vez assinado o acordo, o país não poderá denunciá-lo antes de cinco anos. Contudo, mesmo após a denúncia, seus efeitos permanecem por quinze anos;*
- *o país que assinar o acordo não poderá promulgar leis ou adotar medidas administrativas que impeçam os investidores estrangeiros de comprar, sem quaisquer restrições, terras nos lugares e nas quantidades que bem entenderem;*
- *nenhuma restrição pode ser colocada aos investidores estrangeiros que queiram comprar recursos naturais (florestas, cachoeiras, fontes de águas termais, areias monaziticas, etc.), serviços públicos (telecomunicações, geração de energias) ou ainda divisas estrangeiras;*
- *as firmas estrangeiras poderão acionar o governo, caso este tome alguma medida que afete a sua lucratividade, e podem escolher um foro estrangeiro ou um juizo arbitral para julgar a ação;*
- *em caso de revolução, estado de sítio, greve geral e outros acontecimentos que provoquem redução de lucros do investidor estrangeiro, este deverá ser indenizado;*
- *ficam terminantemente proibidos dispositivos como os que o Brasil editou, durante todo o período de industrialização, para aumentar o coeficiente de trabalho nacional nos produtos das firmas estrangeiras aqui instaladas - se assinar esse acordo o governo brasileiro não poderá exigir que a firma estrangeira compre componentes fabricados no país, treine profissionais ou reserve para eles um certo número dos postos de trabalho na fábrica;"* CEPAT informa", ano 4, n.º 37, 03/03/98, pág. 8.

[16] Maria da Conceição Tavares, "Acordo de investimentos, privatização e cidadania", Folha de São Paulo, 01/03/98, pág. 2 - 6. Cf. também Boaventura de Sousa Santos, " O acordo multilateral de investimentos", Folha de São Paulo, 15/03/98, pág. 2-2.

[17] Pedro Luiz Rodrigues, O Estado de São Paulo, 13/02/98.

[18] Vale a pena prestar atenção às seguintes observações: *"A adesão ao acordo, no entanto, ampliaria brutalmente as restrições para qualquer tipo de ação em defesa dos interesses coletivos do povo brasileiro e comprimiria ainda mais o já minguado espaço de autonomia para decisões de política de investimento de qualquer natureza. A anunciada abertura ao capital estrangeiro de novas áreas sensíveis – telecomunicações, petróleo, o sistema financeiro público, a previdência e, pasme-se, a água e esgoto – torna essa questão mais crucial"*. Maria da Conceição Tavares, "Acordo de investimentos, privatização e cidadania", Folha de São Paulo, 01/03/98, pág. 2- 6.

Essa mudança da posição brasileira *"parece decorrer do fato de terem os países industrializados abandonado a expectativa original de estabelecer cronogramas acelerados para liberalização do setor"*[19].

O envolvimento das nações mais ricas do mundo com mais essa camisa de força mostra a lógica do capital financeiro, cada vez mais presente na vida das nações. Essa lógica, uma verdadeira ideologia, tráz embutidas sérias questões éticas.

Recentemente, tivemos o Sínodo da América. Podemos nos perguntar:

- ***Não seria oportuna uma ação articulada das Igrejas dos países ricos, para analisar a fundo as conseqüências do AMI para o futuro de uma economia mais humana e solidária?***
- ***Que palavra ética e profética anunciar às consciências do nosso País, diante dos riscos à soberania nacional, alertando para o aumento da exclusão social, para o crescimento do desemprego e da violência, para a diminuição da qualidade de vida dos cidadãos, caso se concretize - ao que tudo indica - a adesão do Brasil ao AMI?***
- ***Que papel poderia ter, nesse anúncio ético e profético, o Pontifício Conselho "Justiça e Paz" e a Comissão Brasileira de Justiça e Paz?***

MOMENTO NACIONAL

Tribunal impede júri popular para os assassinos do índio Galdino

O recurso impetrado pelo Ministério Público Federal solicitava a reformulação da sentença proferida pela juíza Sandra de Santis, em agosto do ano passado, a respeito da morte do índio Galdino. Segundo ela o crime se configura como lesões corporais seguidas de morte. A Promotoria defendia a tese de crime hediondo.

O recurso foi decidido pela 2ª Turma do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Prevaleceu a tese da juíza em vez de crime hediondo, o qual deveria ser julgado por um júri popular. Assim, pela decisão do Tribunal de Justiça, o crime deverá ser julgado por um único juiz, do mesmo Tribunal. A pena, neste caso, pode variar entre 4 a 12 anos. Como são réus primários e já tendo ficado presos por um período, os jovens assassinos podem ser soltos em sete meses.

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) emitiu nota na qual *"repudia com veemência decisões como esta que reforçam a impunidade, em favor de matadores de índios, de trabalhadores rurais e demais excluídos da sociedade. Para o CIMI, este foi um julgamento de classe. Indica que os pobres não têm direito à justiça. O maior receio dos povos indígenas e dos aliados dos índios era de que prevalecesse o corporativismo, já que um dos criminosos é filho de juiz"*.

"O Tribunal cerceou o direito da sociedade julgar um dos crimes mais bárbaros cometidos neste país. Os desembargadores ignoraram a crueldade do ato, concordando com a alegação dos assassinos, segundo os quais estavam apenas fazendo ***uma brincadeira, queriam apenas ver um mendigo correndo"***, afirma a nota do CIMI.

A nota diz ainda que *"a família de Galdino, os povos indígenas e seus aliados continuarão mobilizados pelo julgamento de recurso da Promotoria a ser impetrado, junto ao Superior Tribunal de Justiça, para que a decisão de hoje seja revertida"*.

A decisão soma-se ao quadro de impunidade que assola o País e reacende a discussão sobre o assunto..

Os argumentos do desembargador relator Joazil Gardés foram no sentido de deslocar o eixo dessa discussão. Na verdade, seus argumentos seguiram mais a lógica técnico-jurídica, desvinculada do contexto das razões em que a suposta "brincadeira de atear fogo", fatalmente

---

[19] Pedro Luiz Rodrigues. O Estado de São Paulo, 13/02/98.

levaria o índio Galdino à morte. Fixou-se nos argumentos de que os jovens estariam sendo vítimas da opinião pública, pressionada pela mídia e organismos internacionais. Esqueceu-se de que a questão não é tanto saber se os jovens serão punidos por maior ou menor pena, mas se serão de alguma forma punidos e denunciada a cultura subjacente ao ato deles.

O importante seria colocar em evidência, no âmbito de um julgamento justo e amplo, a cultura que sustenta este tipo de comportamento dos jovens. O que está em jogo são os valores de desprezo pela vida humana. Esse desrespeito está sendo veiculado, seja por um estilo de vida da nossa sociedade, seja pelos meios de comunicação, ou ainda pelo processo educativo.

A convocação extraordinária do Congresso Nacional: sua lógica e resultados

Com um grande estardalhaço, foi feita a convocação extraordinária do Congresso Nacional para aprovar medidas urgentes e de interesse nacional. É preciso, porém, prestar atenção à pauta. O observador menos atento pode até ficar entusiasmado com a aplicação e devotamento dos congressistas. Na verdade, receberam uma boa complementação salarial extra.

E a pauta de assuntos, o que revelou? A convocação teve uma agenda determinada por interesses internacionais. Os pontos fundamentais não correspondem verdadeiramente a uma pauta para a nação. As chamadas medidas urgentes *"cumpriram a função de enviar sinais aos especuladores internacionais de que há no governo a vontade de retirar direitos dos trabalhadores, de abrir espaços para as seguradoras estrangeiras no mercado da previdência privada e mostrar que FHC controla sua base parlamentar."*[20]

Caso se concretizem os acordos previstos no AMI, já vistos na presente análise, abre-se uma imensa porta aos interesses estrangeiros. *"O caso da Previdência, por exemplo, é notável. Em um artigo recente,*[21] *o deputado José Pinotti revela os verdadeiros objetivos da reforma da Previdência – abrir espaço para a privatização do sistema, um negócio que envolveria R$ 1,4 trilhão e sobre o qual, assinala, já estariam em marcha conversações com as seguradoras internacionais"*[22].

Mesmo assim, o carro-chefe da convocação extraordinária, que foi a Reforma da Previdência Social, permanece incompleto, pois falta votar o essencial: os destaques.

O efeito desses destaques é o de retirar do texto base aprovado as matérias mais polêmicas. São nove os destaques a serem votados em separado. Eles requerem, para sua aprovação maioria de 308 votos. São temas tais *"como idade mínima, redutor, acréscimo de tempo de contribuição para os atuais segurados, restrições de fundos de pensão de estatais, entre outros..."*[23].

O Governo terá muita dificuldade para aprovar esses destaques. Mexem diretamente com os interesses de milhões de pessoas no País. Os temas dos destaques são extremamente polêmicos e podem provocar embaraços às aspirações dos congressistas num ano eleitoral. Os destaques devem ser votados a partir deste mês de março.

Pesquisa realizada pelo DIAP[24], em parceria com ANABB[25], mostra claramente a tendência à rejeição aos temas em destaque, no caso da reforma da Previdência Social. Tudo indica que, num ano eleitoral, os congressistas tentarão deixar para depois das eleições, não só os destaques, mas também a regulamentação do que for aprovado.

---

[20] Marcelo Déda, Correio da Cidadania, 28/02 a 07/03/98, pág. 05.
[21] José Pinotti, "Hierarquia de violências", O Globo, 13/02/98.
[22] Maria da Conceição Tavares, "Acordo de investimentos, privatização e cidadania", Folha de São Paulo, 01/03/98, pág. 2- 6.
[23] Ulisses Riedel, Jornal do DIAP, fevereiro de 1998, ano XII, nº 135, pág. 1.
[24] Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Jornal do DIAP, fevereiro de 1998, ano XII, nº 135, encarte especial. A pesquisa adotou metodologia individualizante, cujo objetivo foi aferir a comparação entre o **discurso e a prática** parlamentar. Isso foi feito entre 312 deputados entrevistados, num universo bastante representativo e proporcional, seja em termos partidários, seja em termos de representatividade regional e política.
[25] Associação dos Funcionários do Banco do Brasil.

Não seria falta de ética buscar reeleição, deixando de votar, agora, antes do pleito, aqueles destaques que, forçosamente, indisporiam os candidatos com os eleitores?

Não seria necessário exigir coerência ética por parte de candidatos à reeleição?

Em síntese, a pauta de convocação extraordinária do Congresso obedeceu à lógica da natureza do projeto neoliberal em curso.

As questões efetivamente importantes para o momento nacional, tais como o desemprego, a reforma agrária, a saúde e a educação, nem mesmo chegam à pauta do Plenário. As questões que não interessam às elites morrem nas comissões.

O Executivo, na sua obstinada lógica de inserção subordinada à economia internacional, globalizada e neoliberal, controla de tal forma *"a pauta do Congresso, de modo que esta só inclui os assuntos de interesse das classes dominantes"*[26]. Há um rolo compressor determinado inclusive pela mídia, que assina embaixo, onde *"os projetos apresentados pelos representantes da oposição ou morrem nas comissões técnicas ou vão para o Plenário totalmente desfigurados pelas emendas aprovadas pela maioria"*[27].

Privatizações descontroladas e desregulamentadas

O verão brasileiro foi repleto de catástrofes e acontecimentos. Há muito tempo, o "El Niño" não trazia tanto desequilibro para a natureza.

Mas não tem sido apenas este fenômeno climático a trazer inquietações à vida dos brasileiros. A população do Rio de Janeiro penou e teve prejuízos imensos com as fornecedoras de energia elétrica, a LIGHT e a CERJ, recentemente privatizadas, em nome da eficiência e da rentabilidade. Ao que parece o êxito financeiro não faltou, pois, particularmente a LIGHT, até que deu lucro e distribuiu dividendos aos seus acionistas.

No entanto, a sensação de satisfação da população parece não ter sido do mesmo nível que o das empresas privatizadas. A verdade é que se tem a impressão de que as privatizações, como foram e estão sendo conduzidas, mais parecem dilapidação de patrimônio público.

A falta de órgãos regulamentadores e mantenedores do **caráter público** dos serviços ou a sua inoperância, certamente, ajudará a piorar a qualidade do serviço prestado. Este, nem de longe, parece ser aquele a que o consumidor tem direito.

É evidente que os controladores estrangeiros (inclusive, ao que consta, a nova e maior acionista da LIGHT - pasmem - , é a **estatal** francesa de eletricidade!), além de terem dispensado maior parte da mão de obra qualificada, ainda não fizeram quase nada em investimentos necessários para melhorar a qualidade dos serviços[28].

A privatização da Vale do Rio Doce segue o mesmo caminho. É bem verdade que o caráter público dessa privatização aparece através de um viés diferente das prestadoras de serviço[29]. Dói mais no público, neste caso, não tanto a eliminação do controle sobre a extração de

---

[26] Editorial, Correio da Cidadania, 21/02 a 28/02/98, pág. 02.

[27] Editorial, Correio da Cidadania, 21/02 a 28/02/98, pág. 02.

[28] *"A Light seguiu a lógica financeira: às atuais taxas de juro, distribuir o lucro para o acionista e aplicá-lo em renda fixa gera no curto prazo retorno superior ao proporcionado no reinvestimento. Mas enquanto o acionista fica mais rico, o serviço para a sociedade piora, como mostraram os últimos blecautes no Rio."* Adriana Wilner, Venda de estatais, Carta Capital, 18/02/98, pág.25. Toda a matéria é elucidativa a respeito das irregularidades e privilégios nas vendas das estatais, para fazer caixa do Governo.

[29] Cf. Guilherme Delgado, artigo inédito no "Boletim da rede de cristãos da classe média", "Bolrede", Petrópolis, março de 1998: *"...as privatizações havidas se distinguem em dois grandes grupos de empresas cuja produção é radicalmente diferente quanto aos bens que produz"*. Há *"...um bloco de produção de mercadorias estratégicas..."*, *"...grupo de empresas de siderurgia, mineração e petroquímica..."*. *"De outra natureza e portanto com outras implicações, é o processo de privatização das empresas estatais concessionárias de serviços públicos e das reservas de petróleo."*. *"Serviços públicos estruturais são por definição bens que são usufruídos coletivamente mediante pagamento de tarifa, ... ou mediante acesso universal"*. As privatizações do primeiro grupo *"...afetam o interesse público pela ótica da lisura do processo, ou indiretamente pelas reservas naturais que levam junto (caso da Vale do Rio Doce, por exemplo)"*. *"No caso dos serviços públicos"*, ... *"independentemente da exploração ser estatal, o serviço caracteriza-se como público"*. Nesses casos, ... *"compete ao ente público estabelecer condições de acesso, tarifas, obrigações de investimento e manutenção e, principalmente, universalizar a extensão dessas*

minerais estratégicos, sobre a tecnologia avançada e nacionalmente desenvolvida para a produção, o armazenamento e o transporte de tais minérios, mas o corte que, de fato, está acontecendo nos seus projetos de alcance social.

Basta consultar os municípios e entidades anteriormente favorecidos para verificar o vazio que significa a retirada dos benefícios de caráter social. Essa ausência é uma injustiça, pois, tais projetos sociais eram uma forma de compensação para as áreas de extração de minérios. Nada mais justo que, de alguma forma, os lucros auferidos na destruição da qualidade de vida fossem distribuídos sob a forma de investimento cultural e social.

Mais grave ainda é saber que os resultados das privatizações estão sendo gastos, tanto em área federal, quanto na área estadual, simplesmente para cobrir déficits financeiros.

Até é razoável que o serviço público deixe de **administrar** as empresas estatais. Todavia, **não se justifica a dilapidação do caráter público de serviços essenciais e estratégicos, necessários ao bem comum.**

É a lógica do mercado, do dinheiro e do lucro se sobrepondo aos direitos das pessoas.

Será que não existe uma denúncia, ética e profética, a ser feita ou continuaremos desmobilizados, assistindo a dilapidação do patrimônio público[30]?

Vida politica nacional: esperteza, corrupção, tragédia e insensibilidade.

Alguns fatos recentes mostram que os grandes vilões de tragédias nacionais continuam impunes. O desabamento do edifício Palace II no Rio de Janeiro, no domingo de carnaval, trouxe à luz um estranho personagem: Sérgio Naya. Deputado Federal, não prima, nem pela assiduidade ao Congresso, nem pela lisura de seu comportamento ético, revelado mediante sua incontinência verbal após os tristes episódios.

O fato foi amplamente noticiado e virou clamor nacional. A rapidez deve-se, talvez, ao fato de que não se tratava de excluídos da sociedade, favelados ou gente simples. Quando as catástrofes atingem classe média alta a coisa muda de figura. Há sempre um clamor imediato, muitas vezes ditado pela emoção.

O episódio revela coisas curiosas. Num primeiro momento teve-se a impressão de que os culpados eram os moradores, ou porque simplesmente ali moravam, ou porque fizeram obras complementares, sem atentar para os limites da estrutura do prédio. A evidência da responsabilidade técnica, ninguém queria assumir. Até que surge a figura esperta do deputado, dono da empresa construtora.

A fita gravada, exibida nacionalmente, não deixa dúvidas de que estamos diante de um caso que, certamente, se arrastará até o esquecimento. Sérgio Naya é apenas um detalhe de um sistema, muito mais amplo. É a revelação de como agem e continuarão agindo as nossas elites, caso não lhes aconteça uma profunda mudança de comportamento.

Pode até ser que venha a ser punido exemplarmente pela Câmara, por falta de decoro parlamentar. Pelo que se sabe, há vários casos pendentes, semelhantes ao de Naya, que aos poucos ficam sem julgamento e caem no esquecimento. Tudo isso, evidentemente, fortalece o esquema de favores, corrupção e a insensibilidade social das nossas elites.

Grave no episódio é o desvirtuamento do conceito da imunidade parlamentar, que precisa ser revisto por completo. A verdadeira imunidade é, antes de tudo, um instrumento em defesa da

---

redes aos espaços periféricos das populações mais pobres". "A omissão desse desempenho público conduz o País ao 'apagão', à exclusão social e, com o tempo, à paralisação econômica."

[30] Nesse sentido, é oportuno lembrar algumas considerações da deputada Maria da Conceição Tavares em "Acordo de investimentos, privatização e cidadania", Folha de São Paulo, 01/03/98, pág. 2 – 6: *"É evidente que chegou a hora de montar 'comitês pela cidadania' que levem o debate à sociedade e pressionem pela imprensa e pelas vias judiciais tanto os contratos abusivos que envolvem serviços de utilidade pública, que prejudicam o consumidor, quanto os acordos internacionais pelos quais o governo brasileiro pode comprometer os destinos do país sem uma consulta à cidadania, ampliando assim as lutas suprapartidárias iniciadas por Betinho e Barbosa Lima Sobrinho".*

democracia, no pleno exercício de um mandato identificado com o bem público. O que não é o caso desse episódio.

A possibilidade de ressarcimento antecipado das vítimas do desabamento[31] revela outra questão polêmica. A promessa presidencial, feita aos moradores atingidos, foi a de encontrar uma solução rápida, mediante recursos públicos. A idéia, momentaneamente, foi abandonada. A proposta revela os vícios do Estado acostumado a privatizar a coisa pública, muito mais em função de interesses particulares do que por amplo interesse social. A Reforma Agrária, que se arrasta, revela como é verdade este princípio.

Analisemos a convenção do PMDB. Os fatos, apresentados pela mídia mostraram que era difícil acreditar que se tratava da convenção de um partido político da envergadura e de um passado como os do PMDB[32]. A convenção marca o visível declínio do processo político e democrático do país. Evidencia-se como é urgente a reestruturação dos partidos políticos em função da representatividade e propostas, mais à altura dos desafios e da nação brasileira .

A Convenção não tratou de nenhuma questão de interesse nacional. Foi muito claro este fato: o partido se reuniu apenas para discutir se apoia ou não a reeleição de FHC. Além disso, foi um espetáculo constrangedor ver facções se digladiarem. Foi triste e deprimente assistir humilhações, traições, destempero verbal, omissões, leilão de verbas, mesmo das já previstas em orçamento, visivelmente em troca de apoio dos governadores à única tese emergente: a reeleição de FHC.

O que mais choca é que já não existem nem efetivas mobilizações populares nem a aceitação das legítimas pressões contrárias ao poder, visivelmente hegemônico. A fascinação pela estabilidade econômica, a generalizada acomodação a uma proposta única parecem ter feito esquecer a importância de conjugar esforços para harmonizar o fator econômico positivo com as alarmantes e crescentes questões sociais, particularmente a do desemprego.

Este, além de aumentar, adquire caráter de retrocesso qualitativo, pois, segundo informações estatísticas, *"o desajuste no mercado de trabalho concentrou-se sobre a força de trabalho juvenil, que perdeu um de cada cinco empregos existentes no período recente"*[33].

É urgente recuperar a capacidade de discutir as grandes questões nacionais. As lideranças políticas precisam, de novo, ocupar as tribunas, não só do Congresso Nacional, mas também as das praças e ruas, junto ao povo, numa atitude de sensibilidade e discernimento. Talvez esteja nessa direção a melhor estratégia política da oposição mais consciente e atuante.

Lutar contra toda e qualquer hegemonia vai exigir também a presença atuante do cidadão, ganhando espaços políticos. As eleições majoritárias desse ano serão uma boa ocasião para plantar políticas novas.

Em nome da democracia pluralista, há ainda esperança de se concretizar no País uma oposição consciente?

Será que as lideranças, mais ativas e conscientes, estarão dispostas a superar vaidades e interesses pessoais e enfrentar, objetivamente, os desafios diante de um projeto político, verdadeiramente nacional e de interesse da maioria da população?

---

[31] *Deputados e senadores devem ter direito à imunidade pelo que investigam, falam e votam. Não pelo crime que cometem, pelo mal que fazem aos outros. Imunidade não deveria ser sinônimo de impunidade."* Eliane Catanhede, "Naya e a im(pu)nidade", Folha de São Paulo, 27/02/98, pág. 1-2.

[32] *"Num mundo perfeito, o PMDB teria liderado uma transição à espanhola da ditadura para a democracia no Brasil e nós hoje seríamos diferentes... Há quem diga que a comparação do que houve na Espanha com o que houve no Brasil e na Argentina só leva à conclusão: que falta faz um rei!... Mas mesmo na falta de um rei estabilizador, o PMDB poderia ter bem gerenciado a transição, com o crédito acumulado nos seus anos de resistência aos generais e um mínimo de coerência. Não entendeu o momento e muito menos a si mesmo... grande mistério por que o maior partido do Brasil tem sido, para todos os efeitos que contam, uma irrelevância na política do país, apenas um pano de fundo para ação principal?"* Veríssimo, "Mistério", Jornal do Brasil, 27/02/98, pág. 9.

[33] Marcio Pochman, "O flagelo dos jovens trabalhadores", Folha de São Paulo, 22/02/98, pág. 2 – 2. Ele ainda nos informa, segundo dados do próprio Ministério do Trabalho, que *"entre 1990 e 1995, por exemplo, o país perdeu cerca de 2,1 milhões de empregos formais, sendo 1,4 milhões (67%) referentes a pessoas com menos de 24 anos de idade..."*.

Os grandes interesses nacionais já não sensibilizam as nossas autoridades. A dengue, a malária, a tuberculose e as outras moléstias, supostamente erradicadas, assustam e levam o pânico à população por falta de uma política de saúde pública definida e eficiente.

Já há dois meses que grande parte do Território de Roraima e de reservas indígenas importantes estão sendo consumidas pela seca e pelo fogo sem que nenhuma providência efetiva tenha sido tomada. Só recentemente, quando a situação está praticamente incontrolável e já foi destruído grande parte de patrimônio biológico da região, é que houve a mobilização de equipamentos, de pessoas e recursos para a catástrofe. A essa altura é quase impossível prever resultados positivos.

Mais grave ainda é a insensibilidade para com as possíveis vítimas humanas, quer sejam pequenos agricultores, quer sejam os indígenas, isolados e ameaçados pelo fogo. Segundo informações que não circulam através da mídia essas populações já estão passando necessidades, sem água e sem alimentos. Alguns já perderam até suas habitações e plantações, destruídas pelo fogo.

Os Sem-Terra estão de novo mobilizados ocupando prédios públicos, como forma de fazer pressão. Ao que consta, as ocupações desses prédios, nesses últimos dias, estão sendo feitas por assentados, que não vêem cumpridas as promessas de recursos para trabalhar nas áreas que lhes foram cedidas.

Não faltam argumentos para manter os Sem-Terra longe dos gabinetes dos Ministros: "a ocupação é política", "não se negocia sob pressão", "negociação só após a desocupação dos prédios". Esse linguajar já o vimos em período não muito distante da nossa história, de triste memória, quando imperavam os Atos Institucionais. É bem verdade que temos hoje as Medidas Provisórias! Mudaram os nomes, mas as atitudes continuam as mesmas!

Sempre se ouve falar: "não basta assentar; é preciso abrir crédito e recursos". Todavia a caixa governamental não se abre fácil aos pobres e aos excluídos, sobretudo quando não há vontade política de incrementar a Reforma Agrária. O Governo prefere ajudar com linhas de financiamento rápidas e substanciais aqueles que se disponham a comprar as estatais privatizáveis! Tristeza mesmo é ser pobre num país rico de boas intenções!

Foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado a legalização dos cassinos e de uma loteria, nos moldes do jogo do bicho. Sabe-se que há interesses internacionais[34] por trás da proposta pois *"o serviço de inteligência da Receita detectou a participação do milionário norte-americano Donald Trump no lobby para a legalização do jogo no Brasil"*. O assunto deve ir ainda a outra comissão, antes da votação final em Plenário. Tudo indica que estamos a um passo da legalização final da jogatina generalizada.

A questão é preocupante por causa dos seus aspectos éticos e morais. Reforça a confiança generalizada em criar empregos, mediante o jogo, e não em incrementar a produtividade pelas profundas reformas sociais, capazes de restaurar direitos, estabelecer justiça social e implementar a dignidade das pessoas. Na verdade, a legalização generalizada da jogatina, já tão forte através das loterias, apenas reforça a cultura do ganho fácil, beneficia minorias que controlam tais jogos, sem medir os efeitos dos danos sociais e morais para as pessoas.

1. PRESENÇA PÚBLICA DA IGREJA

Campanha da Fraternidade

É importante essa presença todos os anos, reunindo sob o mesmo objetivo a Igreja e a sociedade. Mantém-se, assim, uma tradição não só de presença da Igreja no social, mas também junto à opinião pública.

[34] "Cacife alto", Folha de São Paulo, Painel, 22/03/98, pág. 1- 4.

O tema a seguir: Educação é extremamente oportuno e incomoda a quem não está disposto a converter-se eficazmente à causa, nem destinar recursos maiores para esse empreendimento, fundamental para a dignidade humana.

O lançamento repercutiu tanto que a reação governamental foi imediata mediante nota emitida pelo MEC[35]. Houve contestação dos dados apresentados pela CNBB, o que certamente contribui, ainda mais, para valorizar a iniciativa.

A escolha do tema foi oportuna, pois a causa da educação, segundo o IBOPE, vem sendo colocada em segundo plano entre as prioridades nacionais. *"Há cinco anos, era de 50% o percentual de brasileiros que consideravam a Educação entre a lista dos problemas mais preocupantes. Hoje, o índice é de 19%."... "O IBOPE não pretende contestar a posição da CNBB, que acusa o Governo de não dar prioridade à Educação. Apenas nota que as pesquisas indicam que o tema tem registrado uma significativa queda naqueles que integram a lista das maiores preocupações do brasileiro."*[36]

Nada mais oportuno, portanto, do que inquietar a consciência nacional com essa questão e, ao mesmo tempo, mobilizar as instituições e a opinião pública em geral em torno de tão fundamental direito das pessoas.

"Nós lembramos: Uma Reflexão sobre o Holocausto"

Ainda é cedo para se avaliar a importância e o significado desse documento da Comissão para as Relações Religiosas com os Judeus.

O fato de ser lançado, agora, dá a entender a necessidade de se avaliar a responsabilidade da Igreja Católica e dos cristãos no episódio chamado Holocausto. É nítida a preocupação em situar este "mea culpa" na perspectiva do novo milênio, *"baseada no perdão dos pecados e na reconciliação com Deus e com o próximo"*[37]. As palavras chaves de interpretação do documento são perdão e reconciliação.

As primeiras reações da imprensa européia[38] e norte-americana[39] refletem um certo desapontamento. Elas dão a entender que se esperava muito mais de um documento *"tão intensamente esperado"*.

Sem negar o heroísmo de muitos cristãos em salvar vidas de judeus, as primeiras manifestações evidenciam que a opinião pública mundial gostaria de obter maiores esclarecimentos históricos, particularmente a respeito de omissão em denunciar a iniquidade do nazismo. Esse desenvolveu-se dentro da cultura anti-semita, tão difundida nos ambientes cristãos da Europa e da Alemanha. Há especial dificuldade em assimilar a controvertida posição do Papa Pio XII[40].

O documento vem em boa hora independentemente da polêmica já levantada. Ele pode ser um instrumento de reflexão para ajudar a superar, efetivamente, as barreiras de todo e qualquer fanatismo de predominância de raça, de nação ou de projeto religioso.

Enfim, o fato de atingirem um estágio de compreensão, maturidade e respeito pela dignidade humana como valor maior acima de toda e qualquer conveniência institucional, seja política, seja religiosa, significa para os cristãos, para os judeus e para todas as pessoas de boa vontade tentar não repetir outro holocausto no futuro.

---

[35] Cf. Folha de São Paulo, 27/02/98, pág. 1 –7.
[36] Dora Kramer, "Coisas da política", Jornal do Brasil, 27/02/98, pág. 2.
[37] Papa João Paulo II, carta de apresentação do documento.
[38] "Vatican paints a Holocaust whitewash", The Independent, Londres, 17/03/98, pág. 14.
[39] "An Act of Repentance", The Washington Post, 19/03/98, pág. A20.
[40] Jean Kahn, "Dits et non-dits du pape", Le Monde, 20/03/98, pág. 16. O autor do artigo é presidente do Consistório central israelita da França.

Tudo isso, evidentemente, é sempre um grande desafio! A história é excelente mestra, infelizmente com poucos alunos dispostos a aprender e a não repetir os erros do passado!

2. PARA ONDE VAMOS?

A vitória da diplomacia, conduzida pelo secretário geral da ONU, Koffi Annan, no episódio iminente de um segunda ação bélica contra o Iraque, além de ter evitado uma possível guerra, trouxe a esperança de como é possível e urgente enfrentar os conflitos mediante a aplicação de normas de bom senso.

Preocupam os caminhos da globalização econômica. As incertezas dos países asiáticos emergentes e a falta de controle do capital financeiro em movimento pelo mundo tornam bastante vulnerável toda a economia mundial. Maiores ainda são as incertezas quanto ao futuro da qualidade de vida das pessoas, da distribuição de riquezas e da justiça social, quando se sabe da existência de acordos em andamento, tal como o AMI.

O momento brasileiro polariza-se em torno da globalização econômica subordinada aos interesses estrangeiros, garantidos pelas reformas constitucionais em andamento.

As eleições majoritárias de outubro próximo começam a dar o tom do debate parlamentar e dos acordos partidários. É preocupante, porém, a perda do sentido ético em fazer política, o que foi revelado na convenção do PMDB, cabendo lembrar, sempre, que *"a ética é também o fundamento lógico da política*[41] ".

É nítida a predominância do pensamento hegemônico do Executivo, centrado hoje, quase que exclusivamente, no projeto de reeleição do Presidente da República.

As oposições perdem espaço e não apontam alternativas viáveis. Elas estão desarticuladas e sem o apoio de mobilizações de grande apelo popular.

Apenas o movimento dos Sem-Terra mantém forte impacto político e apelo popular, uma vez que tem suas ações centradas no seu objetivo de sobrevivência, mediante a resistente ocupação de terras. Com isso, abre-se um caminho importante diante de grave e crescente problema nacional: a crise do emprego.

Haja lucidez e perspicácia de todos nós diante da conjuntura atual, para que no futuro não se repitam holocaustos de cunho social!

Brasília 24 de março de 1998

Pe. Virgílio Leite Uchôa
Assessor Político da CNBB

---

[41] *"O governo do Sr. Fernando Henrique é um governo sem Deus porque é um governo sem ética"...*
" ...Ao perder-se a ética, perde-se a razão da lógica, mesmo da lógica aritmética: a redução dos juros de 43 a 28%é saudada pelo governo como medida sensata. Insensatos devem ser os argentinos que, apesar de Menem e o resto, conseguem captar recursos externos pagando só 7,5% ao ano. Talvez porque não haja, ali, bancos dirigidos por ex-diretores do Banco Central operando na captação de recursos externos pela instrução 63 a 8% ao ano e os repassando ao Tesouro a 20%. Talvez porque não haja,ali, entre outros, bancos como o BBA, do Sr. Bracher, obtendo lucro final, no ano passado, de 28% sobre o seu patrimônio líquido." Mauro Santayana, "As arcas de braúna", Correio Braziliense, 15/03/98, pág. 25.

Volta Redonda, 25 de Abril de 1998.

Aos Companheiros (as):

Saudações solidárias

CONVITE

Às Diocese de Volta Redonda, Nova Iguaçú, Itaguaí, Duque de Caxias e Valença, convidam esta Organização e seus militantes para participarem da grande concentração popular que faremos em volta redonda no dia 25 de Julho do corrente ano, conforme programação anexa.
Chamamos esta caminhada de romaria de Medellim, pois, ao celebrarmos 30 anos da Conferência de Medellim queremos que o legado daquele tão significativo evento para a América Latina e Caribe seja retomado com firmeza e força em face ao novo Milênio.
Com a romaria de Medellim em Volta Redonda, na manhã de 25 de Julho, louvaremos a Deus pelo pastoreio de dom Waldyr e pela fidelidade de sua Igreja de modo especial nos anos de luta pela democratização do País. Entre tantos profetas, pastores e mártires, que entregaram suas vidas pela dignidade e liberdade de indígenas, camponeses e operários, Dom Waldyr e sua Comunidade Eclesial permanecerão na memória da Igreja Latino Americana e Caribenha pelo testemunho de fidelidade aos valores do reino no mundo do trabalho.
Dom Waldyr, na ocasião, celebra 75 anos de vida, 50 anos de sacerdócio e 75 anos de Constituição da Igreja em Barra do Piraí - Volta Redonda.
Este dia festivo de solidariedade e justiça será precedido de uma semana de estudo e comunhão conforme documentos anexos.
Para participar da Romaria vide informações anexas. A Coordenação das celebrações do legado de Medellim para nova Evangelização tem uma Coordenação geral sediada no seminário Paulo VI em Nova Iguaçú. A mesma está à disposição através de telefone, fax, interset.

Junto com a mobilização para a Romaria em Volta Redonda, ~~de nossas Comunidades,~~ gostaríamos, ~~por isso os estamos convidando,~~ que os companheiros entrem nesta caravana para ~~este momento~~ que, olhando o passado, pisando firme o presente, retomamos os caminhos para um futuro de justiça e paz.
Durante a programação da Romaria haverá espaço para as manifestações das instituições e das organizações populares presentes.
Sem mais, estamos ao seu dispor.

Saudações de vida e de esperança.

Pela Comissão de mobilização

Pe. Agostinho Pretto

Pe. Adelar Pedro De David

Curso de Formação de Lideranças
Montagem do Curso

Algumas Reflexões

Nos dias 9 e 10 de fevereiro de 1996 foi realizada uma reunião na Casa de Oração com o objetivo de desenvolver algumas reflexões que auxiliassem na montagem do Curso de Formação de Lideranças.

Estiveram presentes: Agostinho, Antônio, Bruno, Cássia, Irene, Irony, Mateus, Parreiras, Piaia e Rogério.

Foi utilizada uma metodologia de trabalho participativo, com os presentes respondendo às seguintes perguntas:

1- Como você deseja ver a Diocese daqui a dez anos ?

2- Quais os principais problemas que dificultam a concretização desse desejo?

3- O que os leigos devem fazer para ajudar a superar esses problemas?

A pretensão do Encontro foi a de subsidiar a elaboração do curso a partir de uma maior clareza a respeito do que se espera da prática dos leigos, na busca de uma Diocese mais próxima das aspirações dos participantes.

As idéias a seguir apresentadas são fruto dessas reflexões.

CeDI

1. A DIOCESE QUE QUEREMOS DAQUI A DEZ ANOS

Características gerais:

- Religiosos sensíveis às mudanças sociais e pastorais
- A fé como motor de nossa cidadania
- Leigo consciente de sua participação na Igreja de Nova Iguaçu (na Diocese)
- O exercício da cidadania nos seus direitos e deveres, ao alcance de toda a população
- Investimentos sistemáticos no trabalho junto a jovens e mulheres

1) Situação religiosa da população

- Religião como um fator de união do povo, com a aceitação consciente de um ecumenismo amplo
- Comunidades amadurecidas e capazes de celebrar

2) Atividade pastoral da Igreja

- Inserção da Diocese na realidade social
- Liturgia viva: palavra + eucaristia + realidade
- Agentes e lideranças mais bem formadas

3) Estrutura jurídica, administrativa e organizacional da Diocese

- Organização e funcionamento dos Conselhos, nos diversos níveis, com representatividade e possibilidades reais de influência
- Igreja organizada em pequenos grupos (núcleos) que estejam presentes em todas as ruas
- Maior integração e comunicação entre as comunidades/paróquias
- Investimentos nas CEBS como uma nova forma de sermos Igreja
- Grupo de assessoria pastoral

4) Situação sócio-econômica da população

- Infraestrutura básica eficiente
- Melhora geral no sistema de transporte
- Alternativas de empregos e sobrevivência
- Considerável ampliação do sistema de saneamento básico
- Melhoria do sistema educacional e de saúde (cobertura e qualidade)
- Algumas iniciativas de programas de garantia de renda mínima
- Diminuição da violência entre o povo e por parte do Estado

5) Situação política dos municípios

- Fóruns populares de debate e ação política
- Que o poder seja exercido por pessoas com sensibilidade social, ética e competência
- Municípios mais organizados, câmaras e prefeituras mais honestos e povo mais consciente

6) Situação cultural da população

- Alternativas populares à mídia
- Capacidade da Igreja trabalhar os desajustes culturais/existenciais da migração
- Busca de participação popular sistemática nos meios de comunicação (rádios, jornais, TV)
- Maior consciência e capacidade de lidar com a sexualidade e a reprodução
- Auto estima, confiança, expectativas positivas (pessoais e coletivas)
- Valores do povo considerados

2. PROBLEMAS A SEREM ENFRENTADOS:

* De ordem geral:

- *Desânimo dos agentes frente às perspectivas pessimistas para a Baixada*

** No campo religioso:

- Estrutura autoritária da Igreja, voltada mais para si do que para a transmissão da vida
- Insuficiência dos canais de participação e decisão da base na estrutura e funcionamento da Igreja
- Pouco valor do leigo enquanto sujeito na Igreja
- Mentalidade católica (religiosos e leigos) centralizadora, autoritária e resistente às mudanças
- Ato de celebrar preso a normas rígidas, tanto eclesiais como "psicológicas" do povo

- A ausência de um rumo pastoral na Diocese
- Pedagogicamente: querer novo um homem sem análise da realidade
- Pastoral social sem definir relação entre " assistencialismo " e " promoção humana "
- Falta de sintonia entre a linguagem do agente (pastoral) e o povo
- Catequese sem responder aos anseios plenos da pessoa humana: " corpo + espírito + alma "
- Medo da Igreja (religioso e leigos) de "perder a fé" com a inserção na política
- Nosso povo e lideranças com pouca formação, dificultando a reflexão, compreensão e articulação

- A dispersão dos recursos materiais e humanos na Diocese

** No campo social:

O modelo neo-liberal, com consequências nos planos:

a) Econômico:

- As péssimas condições sociais e econômicas que vivemos
- Desarticulação da vida de trabalho: precariedade insegurança, desemprego
- Povo que esgota suas energias na luta pela sobrevivência

b)Cultural:

- Cultura do Neo-Liberalismo que desagrega os valores da cultura popular, promovendo o individualisno e o consumismo como valores
- Desagregação da cultura pela migração e pelo massacre do tráfico e da mídia
- Baixada = local de pobreza sem história, sem costumes, pouca cultura, etc.Prevalece o descartável

- Complexa articulação entre o crime (tráfico, grupos de extermínio) e fontes de "trabalho" (jogo do bicho)
- Os agentes do bem e do mal dividem o mesmo espaço: família e rua, joio x trigo juntos
- A Igreja está perdendo sua função de referencial de valores/ identidade / comportamento, para as pessoas
- Novas tendências religiosas que propõem uma fé sem engajamento na realidade, oferecendo uma segurança " individual "
- Falta interesse do povo em se organizar e participar

c) Político:

- A política dominada por pessoas e grupos buscando seus interesses
- Barreiras colocadas pelos detendores do poder
- A denúncia da corrupção e da violência feita para afastar o povo da ação política
- Descrédito do povo na política

3. O QUE OS LEIGOS DEVEM FAZER PARA AJUDAR A SUPERAR ESSES PROBLEMAS?

em termos de postura de vida:

- Assumir a missão de profetas no mundo
- Ser mensageiros da esperança, liderança positiva
- Descobrir a alegria de viver lutando por uma sociedade mais fraterna
- Ter consciência do seu poder como agentes de transformações
- Utilizar coretamente a força transformadora do Evangelho
- Questionar as estruturas sócios-políticas e eclesiáticas
- Se envolver na busca de alternativas para uma melhora na qualidade de vida

em termos de conhecimento:

- Desenvolver a capacidade de observar a realidade
- Aprender a fazer análise da realidade
- Informar-se dos problemas locais buscando possíveis soluções junto aos órgãos competentes
- Atuar na prática pastoral/social a partir de uma reflexão/inserção na nossa realidade e/ou realidade do excluído
- Que se habitue a trabalhar a partir da realidade do: ver, julgar e agir
- Que se exercite na prática do julgar em busca das causas que produzem os fatos
- Participar de cursos (formação-atualização, etc)
- Buscar formação, consciência crítica
- Buscar uma formação libertadora
- Que se habilite a viver o método ver, julgar e agir

em termos do trabalho religioso:

- Promover a leitura popular da Bíblia como fonte de alimentação da fé
- Buscar autonomia celebrativa e no pensamento teológico
- Participar criticamente nas instâncias atuais de poder e reflexão na Igreja
- Fortalecimento do Conselho de Leigos como instância que recolhe os anseios da base e questionar a instituição Igreja

- Trabalhar articuladamente em todos os níveis
- Cobrar da estrutura um rumo mais definido a nível pastoral (a partir da catequese)
- Envolver vitalmente o clero e os religiosos
- Através da busca de vivência evangélica fiel, tentar converter o " clero " a se tornar um com o povo
- Valorizarmos nossa identidade cultural/social, tendo condições de celebrar a vida

em termos do trabalho social:

- Buscar na ação pastoral ou política, relações que promovam o indivíduo como sujeito de uma coletividade
- Ter uma atuação política inspirada à luz do Evangelho
- A partir de nossa consciência de leigos, atuarmos efetivamente, sem nos " clericalizarmos "
- Formar comunidades abertas, solidárias, centro de transformações
- Fóruns de debates sobre problemas educacionais: afetividade, sexualidade, meios de comunicação
- Criação de centros de cultura popular independentes da Igreja e dos Partidos
- Organizar e animar grupos de reflexão nas comunidades (a nível social-político e religioso)
- Criar grupos de reflexão de fé e política
- Despertar na comunidade a consciência de que política é uma forma de fazer pastoral
- Participar das instâncias de poder político da sociedade à luz da fé, na perspectiva da construção da cidadania
- Ter um trabalho de denúncia das más condições de vida; buscar condições para sua superação
- Ter iniciativa de criar organizações e movimentos; participar organizadamente da vida social e política

CEDIM

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

Curso de Formação Social para Lideranças

FICHA DE INSCRIÇÃO

1. Você está consciente dos compromissos que o curso exige?

   a - duração de dois anos
   b - 7 fins de semana por semestre (de sexta-feira à noite até o meio dia de domingo)
   c - aplicar os novos conhecimentos na Comunidade ou Movimento

   Você assume esse compromisso de participação integral?

   SIM ☐ NÃO ☐

2. Nome .....

3. Sexo: M ☐ F ☐ Data de Nascimento: ...../...../.....

4. Estado Civil: Casado ☐ Solteiro ☐ Viúvo ☐

5. Escolaridade:.....

6. Profissão:.....

7. Endereço:.....

8. Paróquia:.....Comunidade.....

9. Comissão:.....Tel. de contato.....

10. De que Grupo organizado (grupo de Igreja, Pastoral, Movimento religioso, Movimento social, Grupo político, Sindicato, Grupo de reflexão, etc...) você participa hoje? Há quanto tempo?

GRUPO	TEMPO	NÍVEL (Diocese., Paroquial,Comunit.)

11. Exerce algum cargo nesses Grupos? Qual?

GRUPO	TEMPO	NÍVEL (Diocese., Paroquial,Comunit.)

12. De que outros Grupos organizados já participou? Por quanto tempo?

GRUPO	TEMPO	NÍVEL (Diocese., Paroquial,Comunit.)

13. Por que se inscreveu nesse Curso?

.....

.....

.....

14. Como pretende utilizar os novos conhecimentos?

.....

.....

.....

15. Qual local de realização do Curso você prefere freqüentar?

1⁰ - **NOSSO LAR ;** Datas: 19, 20 e 21 de julho; 16, 17e 18 de agosto; 13, 14 e 15 de setembro; 18, 19 e 20 de outubro; 06, 07 e 08 de dezembro.

2⁰- **CATEDRAL :** Datas: 26, 27 e 28 de julho; 23, 24 e 25 de agosto; 20, 21 e 22 de setembro; 25, 26 e 27 de outubro; 22, 23 e 24 de novembro.

3⁰ - **CENTRO DE FORMAÇÃO:** Datas: 02, 03 e 04 de agosto; 30, 31 de agosto e 01 de setembro; 27, 28, 29 de setembro; 08, 09 e 10 de novembro; 29, 30 e 01 de dezembro.

1ª Opção : .....

2ª Opção : .....

3ª Opção : .....

Obs. A Coordenação do Projeto fará o possível para atender a sua 1ª opção; contudo você deve estar preparado para ser matriculado na 2ª ou 3ª opção.

Além das datas acima, haverão 2 Seminários nos dias 4, 5 e 6 de outubro e 13, 14 e 15 de dezembro.

_____

Assinatura do Candidato

_____

Assinatura do Responsável pela indicação

Tel. de contato_____

Compromisso do Responsável pela Indicação:

1. Acompanhar a participação do indicado no Curso.
2. Avaliar com o mesmo a adequação do Curso às expectativas.
3. Auxiliar na resolução de problemas que podem dificultar a participação do indicado.
4. Auxiliar o indicado na aplicação dos novos conhecimentos na Comunidade ou Movimento.

Curso de Formação Social

Algumas Observações e Sugestões

1. Sobre o trabalho dos Coordenadores.

a) Os Coordenadores devem cada vez mais participar das definições do Curso e dos Encontros. Para isso é preciso que se reunam com os assessores para contribuir na definição dos Encontros (no 1º Encontro temático não viabilizamos isto, e no 2º não houve tempo de discutir a proposta do José Cláudio na reunião). Se o trabalho do Domingos for mantido, ele também deve participar para ajudar na definição da proposta de leitura.

b) Penso que deve ser iniciado um mapeamento das características e do gráu de participação, dificuldades, etc... de cada um dos participantes. Com isso poderemos ter uma melhor visão de quem são essas pessoas, pensar as formas de apoiá-los, avaliar quais as regiões /paróquias que estão mais frágeis.

2. Sobre a 'estrutura' do Curso.

Conforme idealizávamos, com as pesquisas, algumas iniciativas e idéias dos participantes, parece estar tomando forma um Curso a ser realizado muito mais nas comunidades/movimentos, numa nova prática das pessoas, do que nos Encontros e Seminários.

Precisamos ver de que forma podemos dar consequência a esse movimento, apoiando o trabalho feito fora e fazendo dos Encontros e Seminários momentos de avaliação e de alimentação, cognitiva e espiritual, desse Curso 'externo'.

Nesse sentido devemos olhar com carinho a proposta surgida no último Encontro, no Centro de Formação, de que os participantes dos três grupos que pertecerem a uma mesma Região se reunam para pensar um plano de trabalho a ser desenvolvido nessa sua Região. Podemos pensar em fazer com que o Curso apoie as regiões na elaboração de seus planos de trabalho, tarefa esta que já poderia estar integrada com a perspectiva de desenvolvimento de habilidades de planejamento, o que, certamente, é um dos desafios que o Curso tem.

3. Os próximos passos.

Para o 1º Seminário penso que ele deve ter, ao nível dos três grupos (N. Lar, Cat. e Cenfor), basicamente o mesmo significado que teve o 1º Encontro ao nível de cada grupo, ou seja, de integração. Além disso, junto com isso, uma reflexão sobre esses primeiros passos dados e sugestões para os próximos.

Para o último Encontro deste semestre, eu e Marcos pensamos uma proposta: como a idéia é recuperar as três temáticas anteriores - Trabalho & Economia, Família & Sociedade, Cultura & Comunicação - buscando reuní-las numa visão de conjunto, sob o eixo da questão **Integração ou Marginalização?** , pensamos que *a responsabilidade por esse Encontro poderá ficar com os próprios participantes*. Para isso eles seriam apoiados pelos assessores e pelos Coordenadores, de uma forma ainda a ser pensada.

Para o 2º Seminário penso que o mesmo deveria consistir numa apresentação das conclusões que cada grupo desenvolveu no último Encontro (Integração x Marginalização), buscando alcançar uma construção coletiva, ao nível do conjunto do Curso. Com isso estariam assentadas as bases para o desenvolvimento dos trabalhos em cada Região no próximo ano, junto com o módulo de Política (em relação ao qual devemos já iniciar o trabalho de definição).

Luiz Eduardo Parreiras

11-09-96

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
CURSO DE FORMAÇÃO SOCIAL
MEMÓRIA DE REUNIÃO: 11/09/96

Pessoas presentes: Pe.Matteo, José Cláudio,Parreiras,Marcos aArruda, Fr.Piaia, Francisco Orofino, Rogério. Antonio Sérgio, Ana Lagôa, Irene.

PAUTA DA REUNIÃO:
- Avaliação do 2° Encontro;
- Reunião dos Coordenadores c/ Domingos Nobre (Leitura);
- Propostas;
- Seminários;

1°) Foi feita a leitura da memória da reunião anterior.
2°) Quanto à avaliação: Apesar de ser de grande importância após cada trabalho, não foi possível, devido à falta de tempo. Só foi feita num local e de forma muito breve, reduzida e simbolizada. Segundo Marcos Arruda ,houve deficiência na área de avaliação.
3°) Procedimentos usados: Apresentação geral e, em seguida, apresentação individual. No Nosso Lar, a apresentação individual praticamente não aconteceu, só nome. Na Catedral, a apresentação foi mais ampla e dinâmica e foi considerada muito rica. Gastou um tempo maior, mas foi muito mais proveitosa. Num 2° momento, a dedicação do trabalho a ser feito, a alguém ou a algum grupo. Momento importante e até emocionante.
4°)Quanto ao trabalho de grupo(resultado da pesquisa): Faltou orientação para que a pesquisa fosse desenvolvida. Tudo foi feito de improviso. A pesquisa precisava ser mais bem trabalhada.

Segundo Marcos Arruda, é necessário pensar dois momentos importantes para o Encontro: 1°)Avaliação por parte do grupo; 2°)Reflexão metodológica.
5°)Quanto à plenária: Preocupação com as dinâmicas. Como apresentar o resultado das pesquisas? Não foi imposta nenhuma técnica especial.
6°)Quanto ao conteúdo e método de pesquisa, por falta de tempo, foi feito apenas comentário.
7°)Quanto ao tema: O assessor apresentou um trabalho de grupo centrado na tema. Percebeu-se pobreza na reflexão do 1° grupo. Houve muita mistura com relação a aspectos do trabalho. Na 2° turma, os assessores direcionaram o trabalho com duas perguntas. Mais centrada na reflexão do grupo, houve um pouco mais de vantagem; foi mais aprofundado o aspecto do trabalho assalariado. Para o tema Globalização, foi feito o uso de transparências.

Marcos acrescenta, ainda, que a linha adotada foi adequada ao nível dos participantes. a reação do grupo às colocações, foi positiva. Para ele, o Curso tem um grande papel a desempenhar. Sente que o PACS tem muito a aprender e colaborar com a Equipe.
8°)Colocações feitas por Francisco, Coordenador do Curso na Catedral: Sentiu que o grupo teve dificuldade quanto à linguagem do Assessor.; o conteúdo do livro precisava ser mais bem trabalhado. Para ele, adequar a linguagem ao nível do público, é muito importante.
9°)Avaliação do Parreiras, assessor do Curso juntamente com Marcos Arruda: Concorda com as colocações do Marcos e acrescenta que por ser um grupo grande, a apresentação em plenário, torna-se muito monótona. Diante disso, procurou diversificar o trabalho com a turma do CENFOR. Foi montado um júri(advogado de defesa e acusação) e funcionou muito bem. Objetivo: evitar repetição grupo após grupo.

Parreiras tem dúvida quanto a longas exposições por parte do assessor. Questiona: o que o grupo consegue assimilar quando há exposições longas? Talvez seja mais importante centrar o tema em alguns pontos e trabalhar poucas questões. Por isso, preocupou-se em passar três ou quatro idéias para o grupo. Percebeu-se em todos os grupos, que as pessoas têm uma grande dificuldade quanto à leitura. Mas apesar disso, o relator sempre relatava bem em plenário. As pessoas estão sedentas de textos que mostrem outra maneira de ver a realidade. Houve um esforço que foi compensado. O tipo de temas vai fazendo com que haja seleção. Parreiras apresentou dois questionamentos para o grupo: 1)O que mais chamou atenção na pesquisa? 2)O que tinha de novo? Resultado: pontos mais abordados: gravidez precoce e mulher chefe de família.

Para Parreiras, o trabalho atingiu o objetivo. Ele tem também uma grande preocupação quanto à pesquisa e acha que a mesma precisa ser repensada.

Tarefa: Toda pesquisa tem um objetivo. Imaginar que objetivos poderiam ser objetivos para essa pesquisa. O grupo foi solicitado a escrever uma carta a D. Adriano, idealizador do curso. O resultado será visto no próximo encontro.

10°)Palavras do Rogério(qto. ao nível do grupo): O pessoal é escolhido, mas tem pouca capacidade de assimilar idéias novas. Também não está habituado a prestar atenção num orador por mais de 15 minutos. Daí a necessidade das dinâmicas para manter o equilíbrio. Elas precisam estar ligadas ao conteúdo. Como pensar as dinâmicas? Rogério sugere, ainda, alguns temas como proposta para o SEMINÁRIO: Avaliação, Metodologia, Linguagem, amarração e Dinâmicas.

11°)Quanto à reunião dos coordenadores com o Domingos Nobre; participaram os coordenadores, Francisco Orofino e Antonio Sérgio. Resultado: chegou-se à conclusão que o trabalho do Domingos, referente à leitura, seria mais válido, se fosse realizado em conjunto com os assessores e não com os coordenadores. Uma vez que estes, estão mais ligados à parte administrativa do Encontro , com pouca participação na metodologia do Curso. Aproveitando essas colocações , a Comissão questionou um pouco o papel do Coordenador. Para o Pe. Matteo, o coordenador é importante principalmente por acompanhar o grupo ao longo dos dois anos propostos. Ele vai criando relações com o grupo. Fr. Piaia propõe que se crie um espaço para os coordenadores dentro de cada Encontro. Parreiras sugere que os Assessores apresentem as propostas com antecedência para os coordenadores. Rogério sugere que os coordenadores façam, em cada Encontro, uma memória e assim funcionem como ponte entre um encontro e outro. Os coordenadores devem participar da reflexão, da metodologia e da avaliação. O papel do coordenador a partir desse semestre, torna-se mais atuante.

12°)Quanto às reuniões do projeto: Há necessidade de se fazer dois tipos de reunião: sendo uma para questões de metodologia, avaliação de Encontros e outra , para questões administrativas do Projeto. Motivo: não há tempo suficiente para se resolver todas as questões.

13°)Apresentação da proposta do José Cláudio para o 3°Encontro

14°)Outros assuntos:

Apresentação da Ana Lagôa , jornalista convidada para desenvolver o tema do 4° Encontro do Curso. Trabalha na área de educação ,projeto cidadania, oficinas de leitura, jornal e revistas pedagógicas. Desenvolve esse trabalho nos grupos onde é convidada. Trabalhará na próxima fase do Curso o Tema:CULTURA E COMUNICAÇÃO.

Foi sugerido que seja preparada uma grade horária de cada local do curso para os assessores dos próximos Encontros;

1° Seminário: Dia 05/10/96 - de 08:00 às 18:00 h -CENFOR

25/09/96

PRÓXIMA REUNIÃO:

(CEPAL).

CEDI

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
CURSO DE FORMAÇÃO SOCIAL

Memória de Reunião
Data: 19.06.96
Pessoas presentes: Pe. Matteo, Agostinho, Bruno, Jacinto, Antônio Sérgio, Parreiras, Rogério, Francisco Orofino, Cássia, Irony e Irene.
Assuntos tratados:

1) Leitura da ata da reunião anterior.

2) Comunicado feito pelo Pe. Matteo sobre a resposta da Alemanha a respeito da compra do computador. Não foi autorizada a compra. Sugeriram que se aluguem os equipamentos necessários.

3) Quanto à resposta do ISER, a respeito do trabalho de assessoria para a 2ª Etapa de Sociologia: Francisco coloca que o grupo não aceita, devido ao pouco tempo para a preparação. Nome sugerido pelo ISER para o desenvolver esse trabalho: JOSÉ CLÁUDIO DE SOUZA ALVES (pessoa ligada a trabalhos c/ questões familiares, desenvolve um trabalho sobre "Violência na Baixada Fluminense", pela PUC de São Paulo).

A Comissão interessou-se e Pe. Agostinho entrará em contato com o Sr. José Cláudio e o convidará para a próxima reunião.

4) Foi sugerido também o nome do Sr. Paiva para o 3° Encontro de Sociologia (Cultura)

5) 1° Seminário→ envolverá os temas do Encontro Introdutório mais Etapa de Sociologia (1°, 2° e 3° Encontro). Pessoas responsáveis: Rogério, Parreiras e Irony.

6) Quanto ao 4° Encontro: Sugestão do Parreiras→tema: Integração Social e Marginalização.

Cássia sente necessidade de um Encontro para sistematizar todas as Etapas da Sociologia (fechamento da etapa de Sociologia).

Para esse encontro, a pessoa responsável precisará estar a par de todos o assunto dos encontros anteriores.

Possivel convite ao Sr. José Cláudio para o 4° Encontro.

7) 2° Seminário - os responsáveis serão os mesmos do 1° Seminário.

Foi sugerido o nome de D. Mauro Morelli para o 2° Seminário (Pe. Agostinho fará o contato com o mesmo).

8) Programa de Política

Foi sugerido que se convide alguém do ISER para ajudar a elaborar o programa.

A responsabilidade do convite ficou a cargo de Francisco, que aproveitará para sondar a disponibilidade dos mesmos para assumirem os Semestres do próximo ano.

9) Quanto ao horário do curso em cada dia: A Comissão analisou e aprovou o horário proposto por Pe. Matteo com algumas alterações. Ex. 6ª feira→ de 19 às 22hs (= 3h) ; Sábado→ de 8 às 22h (= 14h) e domingo→ de 8 às 12h (= 4h).

Total de horas de cada Encontro (= 21hs).

OBS:. Para 97, foi sugerido repensar o horário, ou seja, 4 encontros por semestre.

10) Quanto à leitura no curso:

. Parteiras coloca que o curso deve trabalhar a questão da leitura e apresenta um documento sobre "Estratégia de Leitura", trabalho feito por Domingos Nobre, como sugestão para uso. É importante que se crie um espaço para isso e que ao final do curso, o grupo tenha desenvolvido a questão. Sabe-se que havera dificuldade em aplicar esse trabalho tendo em vista a diversidade de assessores em cada encontro. Devido a isso, sugere-se que esse trabalho fique a cargo de cada coordenador de local. Os mesmos, entrariam em contato com o assessor para indicação dos textos, de acordo com cada tema.

Para maiores esclarecimentos sobre a questão, ficou marcado para o dia 03/07 as 9hs na Catedral, uma reunião de Rogério com o Sr. Domingos Nobre.

11) Quanto ao material didático e de Secretaria:

A lista de material já está pronta e será encaminhada para a compra.

12) Colocações do Rogério:

1ª → Importante documentar todo o trabalho (filmar , fotografar, etc)

2ª → Discutir a questão do uso do computador, colocar isso a nivel popular.

OBS:. Parreira ficou de trazer um material sobre isso nas próximas reuniões.

13) Publicação dos inscritos do Curso no jornal "Caminhando":

A Secretaria está preparando a relação dos nomes que será encaminhada aos responsáveis até o dia 23/06.

Próxima reunião: 04/07/96 - 14:30 h
Local: CEPAL

******* *******

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
CURSO DE FORMAÇÃO SOCIAL
MEMÓRIA DE REUNIÃO DE 22/05/96

Pessoas presentes: Pe.Matteo - Bruno - Piaia - Agostinho - Rogério - Francisco - Antônio Sérgio - Elizabeth Verônica e Irene.

1- Início: Leitura data da reunião anterior.

Foi feita uma observação sobre o módulo PASTORAL citado como preocupação na reunião anterior, por ser o último módulo do curso. Pe. Matteo acrescenta que o mesmo já está inserido nos demais módulos.

Rogério sugere que as pessoas que vão ministrar o curso, atentem para isso. Cada módulo teria um conteúdo específico, mas em todos seriam abordados os vários temas.

2- Quanto as inscrições:

Foi apresentado o total de inscritos ao curso e o nº de candidatos por locais:

Total de inscritos » 186 (até a presente data)

Distribuição: Catedral » 74; CENFOR » 68 e NOSSO LAR » 44 .

Foi feita, pela Comissão, uma análise do envolvimento das Paróquias, Movimentos, Comissões e Entidades em relação ao preenchimento das fichas, devoluções , etc.

Foi sugerido que se fizesse uma comunicação sobre isso na Reunião Pastoral do dia 04/06.

3- Responsabilidade da comissão a nível de locais do curso.

Pe. Bruno coloca a necessidade de se definir essas responsabilidades.Ficando assim distribuído: Catedral » Pe. Agostinho; CENFOR » Fr. Piaia e NOSSO LAR » Pe. Bruno.

4- Material Didático:

Há necessidade de se fazer uma compra de material suficiente para abastecer os três locais.

Francisco Orofino se compromete em preparar a lista de material necessário.

Pe. Agostinho se propõe a tentar conseguir lápis e canetas.

5- Quanto ao uso de Apostilas:

O grupo acha importante que se use, mas a responsabilidade de elaboração da mesma é do. assessor que deverá trazer o original para ser multiplicado pela Comissão.

6- Compra do Computador:

Pe. Matteo comunica, que ainda não recebeu a resposta da Misereor sobre a compra do Computador.

7- Montagem do Curso:

Foram apresentadas duas propostas para o curso, elaboradas por Antônio Sérgio e por Rogério.

1º) Proposta de Antônio Sérgio: (Sugestões de Atividades) Foi feita apresentação da mesma e a Comissão aprovou.

2º) Proposta do Rogério: Foi apresentada, abordando noções gerais do curso : objetivos, datas e locais, conteúdos observações gerais, etc.

- Trabalho desenvolvido por uma Equipe: Rogério (membro da Comissão); Rosa (P.O.- Minas Gerais); Roseli (C.P.T.); Aninha (Assistente Social)
- São pessoas com experiência de 10 a 15 anos nesse tipo de trabalho (Cursos na Área Social).

Rogério reforça a idéia de que o Curso precisa deixar claro, que não será dado unicamente por uma pessoa,mas sim por uma EQUIPE.

Rogério, alerta ainda, para a necessidade de se pensar num cabeçalho para denominar todos os documentos relativos ao curso.

Ex. DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
CURSO DE FORMAÇÃO SOCIAL

3º) Programa da Etapa de Sociologia: Rogério apresentou ainda o programa da Etapa de Sociologia; elaboração dos objetivos, escolha dos conteúdos e articulação da metodologia.

8- Formação de Equipes Locais:

Que equipes formar dentro de cada local ?

- Eq. Animação
- Eq. Liturgia (equipe celebrativa)

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
CURSO DE FORMAÇÃO SOCIAL
MEMÓRIA DA REUNIÃO DE 24/ 05/ 96.

Pessoas presentes:

Pe. Matteo, Agostinho, Bruno, Piaia, Rogério, Francisco, Parreiras, Marcos Arruda, Cássia e Irene.

1- Início: Apresentação ao Parreiras das propostas do curso elaboradas por Antônio e Rogério, com explicação das mesmas feita pelo Rogério.

Foi feita análise de todos os itens da proposta elaborada pelo Rogério focalizando alguns pontos principais. Qto. aos objetivos, metodologia e conteúdos.

2- Qto. ao 1º Encontro do 2º Semestre/96:

Rogério justifica sua aceitação em assumir, devido à impossibilidade do Parreiras, o nome indicado.Porém acrescenta que seria melhor que a Comissão estivesse acompanhado todo andamento do Curso de forma disponível para o caso de suprir alguma falta ou outro problema de última hora. Devendo-se evitar que os membros da Comissão funcionem como assessores.

3- Qto. à presença do Marcos Arruda:

Pessoa ligada à Economia, um dos nomes convidados para assessor da etapa de Sociologia.

De início, a Comissão apresentou-lhe o objetivo do Projeto assim como a proposta do curso elaborada por Rogério. O mesmo analisou a proposta, fazendo algumas observações. Entre elas, que se tivesse cuidado quanto à organização do curso: evitar que tome caráter acadêmico.

Sugestão: Construir com o grupo, um trabalho com ligação entre o hoje eo amanhã.

Marcos Arruda questiona, ainda, a falta de uma abordagem sobre a questão do SER HUMANO.

Rogério acrescenta que já está implícita nas questões citadas dentro da proposta dos conteúdos.

4- Sugestão do Parreiras qto. aos conteúdos:

Os conteúdos dos primeiros Encontros devem ser sempre revistos para que não caiam no esquecimento. (O Seminário é uma forma desta revisão, mas é preciso que os encontros tenham sempre caráter integrativo.

5- Quanto aos assessores dos Encontros da Etapa de Sociologia:

1º Encontro »NOSSO LAR (16, 17 E 18 de agosto) e Catedral (23, 24 e 25 de agosto) terão como assessor, Marcos Arruda; Centro de Formação (30, 31 de agosto e 1º de setembro) o assessor será o Parreiras.

Para os encontros seguintes, serão convidados outros nomes. Francisco entrará em contato com pessoas do ISER e IBRADES. Nomes citados: Ivo e Luiz Alberto.

6- Qto. aos temas a serem abordados em cada encontro e Seminário:

1º Encontro »Caráter introdutório - Responsabilidade do Rogério e Equipe - nos três locais. NOSSO LAR (19- 20 e 21 de julho); Catedral (26, 27 e 28 de julho) e CENFOR (02, 03 e 04 de agosto)

ETAPA DE SOCIOLOGIA

1º Encontro de Sociologia: Marcos Arruda
- tema: Questão do Trabalho (economia)

2º Encontro:
- Família, Comunidade, Sociedade.

SEMINÁRIO » Trabalhar a relação e a prática ao longo desse período do curso. Deve ter caráter de plenária e integrativo.

3º Encontro:
- cultura

4º Encontro: Integração dos temas anteriores e uma pitada de política, criando assim, uma ponte para o próximo bloco do semestre seguinte.

OBS:. Para o 4º Encontro (Síntese), é interessante que haja uma integração dos assessores.

Integração e Mobilização
Integração - ? José Claudio de Souza Neves
3721902 • Jair? - Ivo - Marcos
• Gianni -
Cultura ??
Integração Social
Família
Sociedade
Integração - Mobilização ← Comunidade.
Mauro
20 21 22 - C
13 14 15
27 28 29
setembro

Sugestão para o Seminário » convidar alguém para enriquecer os trabalhos em determinadas áreas da Sociologia.

6- Prioridades:

1) Conseguir alguém para elaborar o programa de POLÍTICA;

2) Preparar um documento com as propostas do curso para distribuir aos assessores.

PRÓXIMA REUNIÃO
19/ 06/ 96 - 15hs.
CEPAL

CEDIM

- Eq. Ambiental
- Eq. Coordenação interna (cronometragem)

Sugestão: Fazer um levantamento de todas as tarefas a serem executadas e solicitar as pessoas para integrarem essas equipes.

9- Quanto ao Assessor:

O assessor não é responsável pelo andamento do Encontro e sim, pelo desenvolvimento do tema.Mas precisa estar presente na 6ªfeira.

O andamento do Encontro é responsabilidade da Coordenação do Curso.

10- Justificativa do Parreira (qto. à não aceitação para assumir o 1º módulo):

Pe. Agostinho justifica o Parreira não poder assumir o 1ºmódulo devido ao mesmo não ter disponibilidade de horário.

Sugeriu o nome do Marcos Arruda.

Apresenta ainda, justificativa do Parreira qto. a sua falta à reunião de hoje e propõe uma nova reunião com o mesmo no dia 24/05 às 9hs na Catedral.

A Comissão aceita e se compromete a comparecer à reunião proposta.

11- Qto. aos Módulos:

Rogério assume o 1º Encontro (caráter introdutório), juntamente com a sua equipe.

Continua a dificuldade da falta de assessores para os demais módulos.

Há necessidade de se designar alguém da comissão para procurar novos assessores.

Foram citados, alguns nomes: Leonardo Boff (Ética) e Carlos Méster (Bíblia);

Na reunião do dia 24/05, deverá ser definido o problema dos assessores para os próximos Encontros.

12- Qto. ao Projeto do CEDAC:

Antônio Sérgio sugere aproveitar a idéia do projeto no que se refere a Indicadores de Resultados.

PRÓXIMA REUNIÃO: 24/05/96
LOCAL: Catedral - 9hs.

******* *******

CEDIM

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

CURSO DE FORMAÇÃO SOCIAL

PAUTA DO PRIMEIRO ENCONTRO

Julho/Agosto de 1996

Equipe de Assessoria:
Ana M. Gonçalves, Rogério I.A. Cunha
Rosa M. Serra, Rosely C. Augusto
- Belo Horizonte -

Objetivo do Primeiro Encontro

O Primeiro encontro constitui a etapa pedagógica introdutória do Curso como um todo, e tem como objetivo criar entrosamento entre os participantes do Curso, oferecendo condições para que se conheçam entre si e se familiarizem com o Curso, voltando a a atenção à realidade humana da Baixada e comprometendo-se a freqüentar o Curso durante os dois anos, engajando se mais conscientemente nas comunidades que representam

Material Pedagógico necessário:

Crachás - que podem ter formas e cores diferentes, contendo o nome e proveniência da pessoa (comunidade, organização)

Objetos de sucata - vinte a trinta objetos diferentes em tamanho, cor, forma, matéria, que possam ser identificados à distância. Uma folha grande, de lençol ou papel, para recobri-los

Um gravador - aparelho de som, com fita gravada

Material didático - papel para cartazes e colagens, tesouras, cola, barbante, pequenos objetos (rolha, toquinhos de madeira, vasos de plástico, garrafas, etc), revistas à vontade, pincéis atômicos e canetas individuais de cores diferentes. Seis a dez exemplares de Tangram em tamanho grande.

Espera-se que os participantes tragam Bíblias, Instrumentos musicais e artísticos.

☞ *é muito conveniente ter um pequeno acervo para primeiros socorros: aspirina, chás medicinais, ataduras para pequenos cortes, desinfetantes, e uma equipe de enfermagem atenta à saúde dos participantes.*

Desenvolvimento

Sexta-feira: dias 21/7, 28/7 e 2/8

19:30 - Chegada, inscrição para conferir o Crachá, que será distribuído durante o Curso, acomodação.

20:00 - Início dos trabalhos, com dinâmicas de ocupação do espaço.

1) Após pequena saudação [10'], os presentes são convidados a pegarem um crachá qualquer na caixa disposta em lugar conveniente, e sair pelo espaço da sala procurando o dono do nome. **Música**.

- Formar duplas em que as pessoas se apresentam, falam do próprio nome, da comunidade, conversem.

- Ainda com música, mas sem conversarem, as pessoas todas devem sair pela sala, procurando apertar a mão de todos os outros, olhando os olhos e dizendo apenas:

um, dois, três, quatro.

- Após uns vinte minutos [20'], a equipe convida os participantes a se tocarem: tocar quem tem blusa vermelha, quem usa óculos, quem está de calçado preto, de tênis, quem estiver rindo, por mais um quarto de hora. [15']

2) Em continuação, a equipe convida o pessoal a se agrupar segundo critérios apropriados ao reconhecimento do perfil do grupo:

* homens e mulheres - * menos de 25 anos, entre 25 e 40, entre 41 e 55, mais de 55, * casados, solteiros, viúvos, separados, diversos, * desempregados, empregados, aposentados, autônomos, outros. * nascidos na roça, migrantes de outros estados, nativos da Baixada, nascidos na cidade, * residentes no mesmo município da Baixada, * escolaridade primária, secundária incompleta ou completa, superior incompleta ou completa, estudo por conta própria.

- O pessoal, ao formar os grupos, conversa um pouco, comenta, faz observações, ou propõe novos critérios de agrupamento.

☞ A equipe providencie algum jeito de anotar os dados, para a elaboração do perfil. A duração é de uns quarenta e cinco minutos [45'], que podem ser prorrogados ou diminuídos, segundo o comportamento do grupo.

3) Aproveitando a música, formar pares para dançar segundo ritmos diferentes, propostos na hora.

21:00 - Pequeno Intervalo

21:15 - Levantamento das expectativas - Dinâmica do "Liquidificador": os participantes formam dois círculos concêntricos, de tal maneira que cada qual tenha um companheiro no outro círculo. Se um ficar sozinho, não faz mal.

Todos tevem ter à mão caneta e papel para anotar. Cada um recebe um número: 1, 2 ou 3. Cada qual anota no alto do papel a pergunta relativa a seu número: 1: O quê você espera deste curso? - 2: O que você trouxe para o curso? - 3: Porque você veio ao curso? - *As pessoas não têm as perguntas para responderem a elas, mas para perguntarem a outros, segundo a ordem da dinâmica.*

A um sinal, os componentes do círculo de dentro fazem a pergunta que têm em mãos ao companheiro de fora, e anotam a resposta. Dois minutos depois, o Coordenador dá um sinal, e os de fora interrogam os de dentro, anotando a resposta. Após mais dois minutos, o círculo de dentro dá um passo à direita, de maneira que todos mudem de parceiro. A rodada se repete: os de dentro perguntam e anotam a resposta, depois os de fora perguntam e anotam, e depois de dois minutos se invertem os papéis. Aí o círculo de dentro dá mais um passo à direita, e tudo se repete. - Assim cada um terá colhido as respostas de ao menos três pessoas, e todos terão respondido a todas as perguntas.

Terminadas as três rodadas em mais ou menos 12 minutos, se reúnem os grupos segundo números, por uns vinte minutos, e anotam num cartas as respostas comuns, as palavras que mais aparecem, as contradições.

Os últimos vinte minutos são de levantamento e síntese em plenária.

22:15 - Os quinze minutos finais devem ser reservados a uma calma oração celebrativa.

Sabado: dias 22/7,29/7 e 3/8

08:00 - Oração

08:20 - Contrato de trabalho do grupo

- Dinâmica inicial de aquecimento: "ataque dos índios" ou outra atividade.

a) A equipe de Coordenação do Curso faz um apanhado global do projeto e seu desenvolvimento - História da Diocese, História do Projeto, momento atual, o Curso.

b) Nosso contrato de grupo

- Formação de equipes: Formiguinhas, Comunicação e animação (TV, Jornais, Feedback), mística, cantos e lazer, cronometragem, enfermaria.

09:15 - 2) Introdução à visão da realidade - Formar dois grupos, dentro do salão. no corredor central colocam-se vários objetos de sucata, cobertos de um lençol ou grande folha de papel. Os grupos voltam-se para o centro. Os objetos são descobertos e observados por alguns minutos. Cada grupo discute e comenta o que viu. Depois se faz o levantamento do que foi visto, observado e conservado na memória.
- Terminar com a leitura da poesia "a Verdade".

09:45 - Como é a nossa realidade?
- Dividir o pessoal em novos grupos, identificados por refrões musicais.numerados.
Os grupos discutem as perguntas abaixo. Os resultados serão apresentados através de colagens. depois do almoço.

- Quem vive na nossa região? - Que tipos de pessoas vivem aqui?
- De quê vivem as pessoas na nossa região? - Que tipos de trabalho exercem?
- Como está vivendo o povo nas comunidades?
- Que oportunidades e dificuldades o povo encontra na Baixada Fluminense?
- O que é que está provocando estas dificuldades e criando estas oportunidades?

12:00 - A L M O Ç O

13:30 - Os grupos devem organizar uma exposição comum das colagens. Os participantes passam por todas as colagens, observam o que viram e o comentam com os companheiros.
- O plenário, em estilo "palavra livre", consiste no comentário geral ás colagens, procurando mostrar qual a realidade vista espontaneamente pelo grupo. Os grupos devem evitar explicar o que fizeram, deixando estas explicações mais para o final.
- Alguém procurará sintetizar no quadro as Respostas especificas a cada uma das perguntas.

16:00 - Após a visão geral vamos ver quem somos nós dentro deste contexto, como **educadores** populares. Qual o nosso papel?
- Os participantes são divididos em grupos, segundo o número de exemplares do "Tangram". Cada grupo recebe um envelope com as peças e procura montar, em grupo, o quadrado pedido.

18:00 - Interrupção para banho e JANTAR

19:00 - *N O I T E C U L T U R A L*

Domingo:

08:00 - Oração

08:20 - Aquecimento
Resgate do trabalho anterior
- Propor, como avaliação, que se escrevam cartas a respeito de três aspectos:
O que viemos fazer aqui - o que fizemos - que proposta levamos daqui.
- As cartas devem ser dirigidas:
Ao Prefeito ou aos prefeitos dos Municípios. (2 grupos)
Às comunidades da Diocese (2 grupos)
A D. Werner, atual Bispo da Diocese (2 Grupos)
A D. Adriano, Bispo anterior (2 Grupos)
À equipe que elaborou o projeto e montou o curso.(2 Grupos)

09:30 - Leitura das cartas

11:00 - Tarefas e encaminhamentos para o próximo encontro.

11:30 - Avaliação afetivo-emocional:
- Faz-se um barquinho de papelque passa de mão em mão. Cada um que o recebe, tira dele o que não gostou ou quer modificar, e coloca nele o que foi bom.

12:00 - Terminar após a leitura de Mt 18, 1-5 - ou o Evangelho do dia

mento na base do *"pegar ou largar"*. Segundo Maria da Conceição Tavares, estes são os pontos centrais do inaceitável projeto:

*a) **a absolutização dos direitos dos investidores estrangeiros***. Esses têm o direito de investir em qualquer área, setor e atividade, sem restrições. Têm direito de contestar qualquer política ou ação governamental – qualquer uma mesmo, seja ambiental, reforma agrária, fiscal etc. – que possam considerar como ameaças potenciais aos seus lucros. O governo deve assegurar *"pleno gozo"* desses investimentos. Qualquer intervenção governamental que represente restrição da lucratividade efetiva ou potencial dá direito a uma indenização ao investidor estrangeiro;

*b) **a prevalência subjetiva dos critérios dos investidores estrangeiros***. Qualquer intervenção governamental suscetível de reduzir sua capacidade de obtenção de lucros pode ser interpretada como de *"efeito equivalente"* a uma *"desapropriação, mesmo indireta"*. A perda de uma oportunidade de obtenção de lucros é suficiente para justificar o direito à indenização;

*c) **a abdicação da potestade do Estado***. O acordo dá aos Estados e aos investidores privados estrangeiros os mesmos direitos e o mesmo status para aplicar cláusulas. Os investidores poderão acionar os governos nacionais em tribunais de sua própria escolha. Os Estados abrem mão de submeter os litígios à arbitragem internacional. Uma vez que tenham aderido ao acordo, os Estados ficam irrevogavelmente atados a ele por 20 anos.[26]

Se, por um lado, já os termos desse projeto assustam e deixam indignada qualquer pessoa de bom senso, mais preocupante é nossa situação, pois temos um governo federal claramente alinhado com essa onda de globalização financeira. Por outro lado, não podemos fechar os olhos à realidade: ela nos mostra que algumas dessas pretensões já estão sendo aceitas por governantes brasileiros na hora de assinar contratos de investimento. O próprio fato de que os termos desse projeto, e de outros, tenham sido guardados como segredos por decisão de nossos governantes[27], é motivo para apressarmos uma ação cidadã visando evitar que o governo renuncie à soberania nacional sem consultar a ninguém.

[26] FSP, 1º/03/98, p. 2-6.

[27] Cfr. VIANNA Jr., Aurélio (org.). *A Estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil – análise crítica e documentos inéditos*. Brasília, Rede Brasil, Tipogresso, 1998, p. 14.

III
CUSTOS SOCIAIS DA CONCENTRAÇÃO DA RIQUEZA

O tamanho da tragédia

Quantos serão, hoje em dia, em todo o mundo, os que vivem na miséria e na pobreza? Quantos são os desempregados?

Não existem estatísticas seguras em relação ao desemprego. Mas fala-se em 800 milhões de pessoas. Devem ser muito mais. É um número que aumenta todos os dias.

Trata-se de um aumento provocado pela crise atual, ou apenas justificado por ela? Os desempregados franceses nos indicam que esta é um longa história. Tem seu começo com a implantação da exploração capitalista e, hoje, tem a cara da exclusão promovida pelo mercado dominado pelo capital financeiro internacional. Uma das características do capitalismo atual é a imposição de *reformas jurídicas e práticas contra os direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores assalariados através de lutas memoráveis*. Não se sentindo ameaçados em seu poder, exigem o máximo de liberdade de ação para obter lucros. O desemprego é encarado apenas como uma *redução de custos*.

Se somarmos, hoje, os que nunca tiveram trabalho juridicamente regulamentado e protegido aos que perderam o emprego recentemente, **qual será realmente o tamanho da tragédia?**

"Nada talvez seja mais desconcertante e horrível do que esse dado apresentado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento): 358 pessoas supermilionárias possuem uma quantidade de dinheiro superior a quase a metade da população mundial. Exatamente, esse reduzido número de pessoas ricas tem ativos maiores ao que possuem 45% das pessoas e dos Estados em todo o mundo".[28]

De fato, o mesmo Informe nos revela que 1 bilhão e 600 milhões de pessoas estão em piores condições econômicas do que há 15 anos, e 89 países estão agora em pior situação econômica do que há 10 anos. Analisando o decênio 1975-1985, constata-se que a economia cresceu perto de 40%; nesse mesmo período, contudo, o número de pobres aumentou em 17%. Nos últimos 30 anos,

[28] PNUD, Informe 1996. Citado no artigo de P. Gregorio Iriarte O.M.I., "La Globalización: un gran desafío a la ética cristiana". In Fundación Amerindia. *Globalizar la esperanza*. Cochabamba, Bolivia, INDO, 1997, p. 32.

a participação na renda mundial dos 20% mais pobres de nosso planeta se reduzin de 2,3% para 1,4%. Em contraposição, os 20% mais ricos aumentaram suas rendas de 70% para 85%.

Como resultado lógico dessa distribuição, cada vez menos eqüitativa, duplicou-se a relação proporcional entre os mais ricos e os mais pobres do mundo: há três décadas atrás, os 20% mais ricos do mundo (aproximadamente 1 bilhão e 200 milhões) tinham uma renda 30 vezes maior que os 20% mais pobres; na atualidade, os primeiros têm rendas 61 vezes mais altas que os 20% mais pobres.

"O Informe 1996 do Banco Mundial nos comunica, não sem ironia, que, em relação a 1996, tem duas notícias e informar: *"uma boa e outra má"*. A *"boa"* é que houve um crescimento econômico na América Latina, mesmo se considerado totalmente insuficiente. A *"má"* é que os ricos da América Latina ficaram mais ricos e os pobres, mais pobres. Segundo esse Informe, um em cada 3 latino-americanos é pobre e um total de 86 milhões (18% da população) sofre na extrema pobreza. São pessoas forçadas a sobreviver com menos de um dólar por dia."[29]

A situação revelada por esses dados gera dois movimentos, contrários e relacionados: por um lado, segundo o último Relatório das Nações Unidas, faz sofrer e morrer à míngua mais de um bilhão e trezentos milhões de pessoas, reduzidas à miséria absoluta, com renda igual a menos de um dólar por dia; por outro lado, faz a humanidade perder seu sentido de humanidade. A fase da ***explosão social*** é fruto, ao mesmo tempo, mas com diferentes responsabilidades, do justo inconformismo dos excluídos e da indiferença cínica dos ricos e poderosos, que excluem para aumentar seus lucros e seu poder. Acrescente-se, ainda, a responsabilidade dos Estados, com governos, leis e instituições voltadas quase exclusivamente para a defesa dos privilégios da minoria dos incluídos.

As dívidas sociais no Brasil

Crianças: as que mais sofrem

Partindo do cotidiano, lugar em que a vida acontece, não há a menor dúvida de que são as crianças as que sentem mais o agravamento das dívidas sociais no Brasil. Ficam sem direito de viver, no limite. Das que sobrevivem, 40 de cada 100 estão em situação de pobreza/miséria, pois vivem em famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo. São pelo menos 19,8 milhões

[29] Id., p. 33-34

as crianças de 0 a 14 anos que se encontram nesta situação. Elas são mais de 40% das crianças nessa faixa etária.

Isso não é tão estranho assim. Sem enfrentar as dívidas sociais estruturais que estão na raiz dessa situação vergonhosa, e nem apoiar quem procura superá-las, o governo federal gasta apenas R$ 165,40 por ano com cada criança e adolescente do país. E isso somando todo o *gasto social*. Nesse quadro,

- 2,7 milhões de crianças de 10 a 17 anos só trabalham, não estudam;
- 1 milhão da mesma idade procuram emprego todo ano;
- outros 4,6 milhões de crianças e adolescentes nesta idade trabalham e estudam;
- das que conseguem trabalho, 3,5 milhões trabalham mais de 40 horas semanais;
- existem 658 mil crianças de 10 a 17 anos que não estudam, não trabalham nem realizam afazeres domésticos;
- existem 522 mil crianças de 5 a 9 anos que trabalham.

Esses dados constam do documento "*Indicadores Sociais sobre Crianças e Adolescentes*", do IBGE, e foi elaborado pelo UNICEF com informações do SIAF (Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro), do Ministério da Fazenda.[30] São dados governamentais, e não de instituições interessadas em prejudicar a imagem do país. E mesmo sendo alarmantes, certamente não dão conta do que é a realidade. Além do mais, serão assim tão diferentes as condições de vida das crianças e adolescentes nas famílias que têm renda per capita mensal entre meio e 1 salário mínimo?

O Brasil – nós, portanto, sociedade civil, empresários e governantes – tem uma enorme dívida social com as crianças e adolescentes. Somos nós, ainda que com diferentes responsabilidades, que não oferecemos e garantimos o direito de nascer, de crescer e de desenvolver-se **como crianças**. Sem um lar digno, sem alimentação de boa qualidade, sem espaços para brincar, sem segurança, sem oportunidade de estudar, sem o **direito de ser criança:** esta é a oferta que fazemos, como Brasil, a mais da metade de nossos filhos! Pior ainda, há os que se aproveitam dessa irresponsabilidade coletiva para explorar as crianças e adolescentes, submetendo-as a trabalhos muito mal pagos, quando não em condições próximas da escravidão. É preciso não esquecer que parte da renda per capita de R$ 60,00 ou de R$ 120,00 é constituída pelo trabalho infan-

[30] FSP, 18/11/97, p. 3-1.

til, complementar ao trabalho instável e com remuneração indigna dos adultos, ou supletivo ao seu desemprego.

O desemprego

O aumento do desemprego em nosso país é fruto da promoção dos mecanismos de concentração da riqueza como um absoluto. Os dados são pouco confiáveis. Primeiro, por deixarem de lado sempre os que nunca tiveram emprego formal, que sempre viveram na informalidade. Depois, por deixarem de incluir os que conseguem qualquer tipo de trabalho instável, mesmo sem nenhuma garantia e com baixa remuneração. Estes engrossam o já volumoso número dos *trabalhadores autônomos*. Por isso, o índice de desemprego de 7,4% da População Economicamente Ativa - PEA[31], que o governo utiliza e já expressa enorme aumento, deve ser encarado com muitas restrições. Como já foi referido acima, só na Grande São Paulo existem 1 milhão e quinhentos mil desempregados.

Esse drama atinge principalmente os mais jovens. Entre 1989 e 1996, a taxa de desemprego dos jovens entre 15 e 19 anos na Grande S. Paulo pulou de 15,8% para 39,8%. E a dos jovens entre 20 e 24 anos passou de 9,0% para 19,7%. Em dezembro de 1997, 42,7% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam desempregados, enquanto entre as pessoas com mais de 40 anos, a taxa de desemprego era de 10,4%.[32]

É grave também a situação do desemprego no campo. Segundo informa a ABRA, somente em 1997, um total de 1.607.000 postos de trabalho no campo foram eliminados. O índice de emprego no setor agrícola vem caindo 5% ao ano, em termos absolutos.[33]

A introdução do ***contrato temporário*** nas relações de trabalho, proposta pelo governo federal e aprovada pelo Congresso, significará maior instabilidade no trabalho e perda de direitos adquiridos por parte dos trabalhadores. Em nenhum país que introduziu essa *flexibilização nas relações trabalhistas* houve diminuição das taxas de desemprego. Por que iria acontecer no Brasil? Aliás, o pretexto de que essas normas diminuirão o *custo Brasil* e os custos de demissão dos assalariados não pode ser utilizado. Afinal, o custo do trabalho no Brasil é um dos mais baixos do planeta, assim como a rotatividade de mão-de-obra tem sido,

[31] FSP, 31/03/98, p. 2-1.
[32] Fonte OCDE, OIT e SEADE/DIEESE, na FSP, 22/02/98, p. 2-2.
[33] ABRA, *O casuísmo da Reforma Agrária no Brasil – Carta endereçada à CNBB*, abril de 1998, p. 02.

até o momento, uma das mais altas, demonstrando que os empregadores não sentiam tanto os custos de demissão.[34]

Na semana 09 a 13 de fevereiro, a Rede Globo de TV apresentou uma série de reportagens no Jornal Nacional, sobre os efeitos na vida cotidiana do crescente desemprego. Descontando a costumeira *patriotada* da última reportagem, em que se apresentou a realidade norte-americana como exemplar, ocultando o que está se agravando também por lá em termos de insegurança no trabalho e redução real de salários, as demais retrataram dramas vividos em situações bem realistas. O desemprego está atingindo todos os setores sociais, incluídos os executivos que, antes da demissão, tiveram como tarefa elaborar programas de *enxugamento de pessoal*. E atinge todas as dimensões da vida, da individual à familiar. Na verdade, interfere no conjunto das relações sociais de cada pessoa: a continuidade do aluguel, as compras no supermercado, a escola, os cuidados com a saúde, o lazer...

Salário: injustiça

Presenciamos, há pouco tempo, uma polêmica interessante. O governo federal ficou irritado com uma referência ao salário mínimo brasileiro no Relatório sobre Direitos Humanos do governo norte-americano. Segundo o Relatório, nosso salário mínimo não garante os direitos humanos dos que o recebem. Ao criticar essa afirmação, nosso Presidente lembrou algumas coisas certas. Por exemplo, essa: por que os Estados Unidos não abandonam o protecionismo e abrem seu mercado para os produtos brasileiros? Mas, mesmo sendo uma pergunta intrigante, o tema do debate deveria ser outro: afinal, o salário mínimo brasileiro é ou não fator de desrespeito dos direitos humanos?

O salário mínimo nunca esteve tão baixo em seu valor real, o valor de compra dos bens necessários a uma vida digna. Valia, em outubro de 1997, pouco mais de 15% do salário necessário de acordo com o preceito constitucional (Cap. 2, Art. 7, Inciso IV), para manutenção de uma família com dois adultos e duas crianças. Se tivermos presente, por outro lado, que a taxa de lucro das empresas é das mais altas do mundo; se, finalmente, não esquecermos que o país é um dos campeões em concentração de renda – não temos como argumentar contra a crítica norte-americana: o salário mínimo brasileiro é expressão permanente de injustiça em relação ao pagamento pelo trabalho.

[34] Cfr. Kjeld Jakobsen, "Geração de Desemprego", FSP, 31/01/98, p. 1-3.

O que se pode comprar com 120 reais? E se não compra, como viver com dignidade mínima numa sociedade cada dia mais urbanizada, em que a sobrevivência depende da compra com dinheiro de todos os bens necessários? Segundo o Dieese, o salário mínimo, para ter o poder de compra previsto na lei, deveria ser, já em outubro passado, de R$ 789,69[35]. Não adianta dizer que seu aumento quebraria governos e a economia do país. O que se está fazendo com o bancos desmente essas alegações.

Um sinal da crise gerada pelo desemprego, perda do poder aquisitivo do salário e alta nas taxas de juro para os consumidores aparece no crescimento da inadimplência no pagamento das prestações. O chamado calote dos consumidores não pára de crescer. Em março, o número de carnês em atraso foi de 434 mil e 468. Isso representa 57,5% a mais do que em igual mês do ano passado e 33,3% a mais do que no mês de fevereiro.[36]

CEDIM

Semeando Socioeconomia nº 12

Economia política nas mãos das mulheres

Uma experiência
de educação popular



CEDIM

Economia política nas mãos das mulheres:

uma experiência de educação popular

CEDIM

PACS

Rio de Janeiro, junho de 2010

Ficha Técnica:

PACS
Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
CNPJ.: 31.888.076/0001-29
Av. Rio Branco, 277 / 1609 Centro
CEP 20.040-009 Rio de Janeiro/ RJ
Telefax: (0xx21) 2210-2124
Correio Eletrônico: pacs@pacs.org.br
Sítio do PACS: www.pacs.org.br

Série: Semeando Socioeconomia
Nº 12 - Economia política nas mãos das mulheres:
Uma experiência de educação popular.

Redação:
Leila Salles; Sandra Quintela

Colaboradores:
Beatriz Costa; Maria Eduarda Quiroga;
Karina Kato; Tatiane Silva

Edição:
Gilka Resende

Revisão:
Andréa Rausch de Amorim

Projeto gráfico e capa:
Gabi Caspary

ISBN 978-85-89366-21-2

Fotos:
Arquivo PACS

Impressão:
Corbã Editora Artes Gráficas
Tiragem: 1000

Apoio:
Ação Quaresmal
Desenvolvimento e Paz
DKA
Pão para o Mundo
Trocaire
Fundo Finlandês para a Cooperação Local
Cese - Coordenadoria Ecumênica de Serviço

PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Economia política nas mãos das mulheres:
Uma experiência de educação popular.
Rio de Janeiro, PACS, 2010.
p. 76 (Semeando Socioeconomia, 12)

ISBN:978-85-89366-21-2

1. Educação popular. 2. Metodologia. 3. Economia Solidária. 4. Mulheres. 5. Economia. 6. Economia Popular. 7. Feminismo. 8. Mobilização popular.
I PACS -Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul.
II Titulo. III. Série

Sumário

Apresentação 5

Curso Mulheres e Economia - Metodologia 9

Horizontalidade do conhecimento 12
Definição de problemas 15
Falando em combinar... 18
Atividades para fazer em casa 22
Desafios 24

Passo a passo: como montar os cursos 27

Módulo I - Conceitos básicos - Economia e Feminismo 28
Módulo II - Conceito de Trabalho - Direito das mulheres ao emprego 34
Módulo III - Políticas Públicas para as Mulheres 38
Módulo IV - Orçamento Público, Dívida e Superávit 41
Módulo V - Mulheres e Instituições Financeiras Multilaterais (IFI"s), as Transnacionais 44
Módulo VI - Noções de Socioeconomia Solidária 48

Anexos 54

I - Ficha para Atividade de Casa 54
II - Trabalho de grupo - Atividade de Casa 57
III - Construção do Mapa Conceitual 60
IV - Cartilhas - Feminismo / Mulheres e Economia 65
V - Roteiro para entrevistar uma Mulher de Economia Solidária 70



Apresentação

O objetivo desta edição da série Semeando Socieconomia é fortalecer e apoiar os movimentos sociais que trabalham com as temáticas "Mulheres" e "Economia Feminista" na construção de processos de formação em "Economia Política". Esta cartilha pretende mostrar passo a passo todo o trabalho de formação que o Pacs vem desempenhando junto a companheiras do Rio do Janeiro desde 2004.

Entendemos que a Economia pode ser bastante útil para a compreensão da nossa realidade social, fornecendo análise e conteúdos críticos que possibilitem sua transformação. É neste sentido que trabalham pessoas e coletivos comprometidos na construção de um mundo justo e solidário. São pessoas que aprendem muito ao colocar seus ideais em prática. Assim, contribuem com a mudança de nossa realidade de forma insubstituível e valiosa. E a busca de uma visão mais ampla e crítica da Economia, mais próxima da realidade do povo brasileiro, é um importante avanço para a a busca deste mundo que sonhamos.

É com este propósito que o Pacs organiza nesta publicação a metodologia utilizada no curso Mulheres e Economia. Quando falamos em

metodologia nos referimos às formas usadas pelas educadoras populares na construção do conhecimento junto às participantes do curso. A naturalização do trabalho apenas como valor de troca e das relações sociais como formas de exploração sexista constituem os maiores desafios a serem enfrentados quando trabalhamos a economia política com uma abordagem feminista. Essa foi a nossa percepção depois desses anos de experiência no curso Mulheres e Economia, que já formou sete turmas e cerca de 200 mulheres do Rio de Janeiro.

Os estudos trabalham a transformação social centrada numa perspectiva feminista, desmistifica a ciência econômica e dissemina conceitos e ferramentas que, até então, ficavam restritas a meios acadêmicos. Conceitos e ferramentas que são, muitas vezes, utilizados como forma de domínio de uma classe sobre outras. A dinâmica do curso Mulheres e Economia aposta em reuniões periódicas para a análise de temas específicos da Economia, percorrendo conceitos e decifrando significados. O conteúdo teórico busca estabelecer conexões com a dinâmica da sociedade contemporânea, permitindo às participantes e organizações orientarem suas ações de luta na transformação da realidade vigente.

A riqueza de experiências pessoais das participantes do curso Mulheres e Economia permite dar novos conceitos, por meio da prática, aos fundamentos de uma outra Economia que estamos construindo. Uma economia que não apenas supere os valores neoliberais e o predomínio das leis de mercado e da propriedade privada, mas que também avance na valorização da vida sob todas as suas formas. E que respeite e valorize as diferenças sem as utilizar como meio de dominação e opressão, tanto sexista quanto racial e social.

São pontos fundamentais no curso Mulheres e Economia: fazer uma economia que não seja a economia da lógica do mercado; não tornar natural a opressão que as mulheres sofrem; debater o trabalho como valor de troca e de relações sociais e de gênero e não como forma de exploração.

Com a formação política, salta aos olhos dessas mulheres a opressão cotidiana que elas vivem em diversos espaços de convívio. Não basta apenas compreender a economia e as questões de gênero. É preciso olhar como tudo isso interfere de forma sexista na vida das mulheres. Elas, que ainda ganham salários mais baixos para trabalhos iguais aos exercidos pelos homens. E ainda vivem a situação de sobrejornada de trabalho, quer dizer, trabalham fora e dentro de casa.

Pensamos também, durante esta proposta de formação política, na construção de uma sociedade que não explore o conjunto da classe trabalhadora, e que não oprima as mulheres. Por isso, é necessário colocarmos no centro do debate a sustentabilidade da vida humana e também do planeta. Temos consciência de que nosso caminho pela frente é árduo. Mas isso não nos desanima. Dedicamos esta publicação às mulheres que mesmo com as dificuldades de um cotidiano agitado não deixam de dedicar parte de suas vidas aos estudos e à vida política. É a coragem delas que dá força ao curso Mulheres e Economia.

Boa leitura!



Curso Mulheres e Economia

Metodologia

A primeira edição do curso foi realizada em 2005. Na ocasião, com a crescente luta das mulheres na busca pelo cumprimento de seus direitos humanos, sociais, econômicos, políticos e culturais, vimos a necessidade de estruturar uma metodologia de apoio a essas lutas. A luta das mulheres se utiliza de diferentes instrumentos para intervir nas políticas públicas relacionadas ao trabalho, à saúde, à educação, entre outros. Todo esse contexto contribuía e reforçava a participação das mulheres nas organizações sociais. Contudo, mesmo com as vitórias que as mulheres vinham alcançando, muitas vezes não conseguiam avançar em suas conquistas. Por meio de relatos, percebemos que existia a falta de ferramentas técnicas para isso. E foi assim que resolvemos construir o curso Mulheres e Economia.

Desde o início, percebemos que o Pacs não poderia construir esse curso sozinho. Naquele momento já éramos parte da Rede Economia e Feminismo, que foi um espaço fundamental para termos o contato com a economia feminista, por exemplo. As Companheiras da REF nos desafiaram a criar um curso de formação

para as mulheres no meio popular. Aceitamos o desafio e junto com a Casa da Mulher Trabalhadora – Camtra – desenvolvemos o primeiro piloto do curso.

Não bastaria e nem seria adequado montar uma metodologia fechada, de cima para baixo. Isso pelo fato de acreditarmos que o conhecimento precisa ser construído de forma coletiva, moldado em conjunto. Optamos, portanto, por uma metodologia autogestionária, e esta é, atualmente, a nossa maior riqueza. O processo pedagógico para a realização deste trabalho vem se construindo a partir do diálogo com as mulheres trabalhadoras, participantes de organizações e movimentos sociais, além de sindicalistas.

Para escolher as abordagens do curso Mulheres e Economia, portanto, partimos de uma proposta experimental, conformando um projeto-piloto, realizado em 2004. Convidamos algumas mulheres de diferentes bairros da cidade do Rio de Janeiro e de municípios vizinhos para participarem de encontros, cujo objetivo era pensar e construir em conjunto este projeto de formação. Nossos principais questionamentos eram: como iniciar um processo de formação em Economia Política sob uma ótica feminista? Qual seria o melhor formato para o curso?

Queríamos construir um jeito novo de formação, com uma metodologia que desse gosto na luta, que provocasse a mudança social. Começamos, então, a realizar oficinas temáticas na perspectiva de ouvir quais seriam as necessidades e lacunas que essas mulheres identificavam em sua formação política. Foi assim que as atividades começaram a dar certo, a obter participação e resultados. Já são cinco anos de curso Mulheres e Economia. Hoje já temos o curso avançado. Para para a formatação deste Curso II (continuidade do primeiro para as alunas que já fizeram o curso Mulheres e Economia I), o Pacs convidou mulheres participantes de outras edições do Curso I, em 2008, para a formulação de um projeto-piloto. E neste ano foi realizada a



primeira edição do curso Mulheres e Economia II, com a participação de 20 mulheres.

Foi desta experiência que extraímos particularidades e vitórias que gostaríamos de compartilhar com todos os leitores desta publicação. Desejamos que ela seja mais um instrumento de apoio também para outras mulheres trabalhadoras, em diversos cantos do Brasil. Queremos fortalecer a luta das mulheres sem distinção, das trabalhadoras formalizadas, com registro em carteira ou contrato, mas também aquelas que não são reconhecidas e valorizadas pelo modelo socioeconômico capitalista. Um exemplo específico desta situação é o das trabalhadoras domésticas, que têm seus afazeres invisibilizados.

Horizontalidade do conhecimento

O que nos chama a atenção ao longo deste processo é o modo como as atividades são iniciadas. Chamaremos este processo de educação popular. Nele, procuramos refletir sobre os caminhos de construção de uma nova sociedade. Caminhos construídos de forma horizontal, com a participação de todos, sem hierarquias. As opiniões das participantes do curso são essenciais para socializar-se o conhecimento construído durante a formação política. A avaliação se dá ao longo dos encontros, principalmente quando, no final do curso, propomos que cada uma escreva uma carta, como se fosse enviá-la para outras mulheres, contando como foi participar do curso Mulheres e Economia. Cada carta nos revelou o quão conscientes estavam essas mulheres, como podemos ver na carta a seguir.

Estou te escrevendo esta carta para te contar como foi o nosso curso mulheres e economia. Como foi maravilhoso e me surpreenderam as coisas que aprendi. Descobri que cada vez mais temos de lutar e guerrear pelos nossos direitos e fazer com que novas pessoas se engajem nessas idéias e conhecimentos. Vi que tudo o que temos em nosso país pode ser surrupiado em nossa cara e ainda estamos sorrindo, pensando como somos bananas e aceitamos. Nada fazemos, por comodidade e desleixo. Esperamos que o outro faça e ficamos iguais a passarinhos no ninho, de boca aberta esperando acontecer.
Por isso na próxima turma, cara amiga, quero que participe comigo para ampliar teu conhecimento e ajudar a aumentar nossa defesa como "Mulheres que Somos".
Nós somos mulheres guerreiras, não somos só peito e bunda, somos gente que pensa age e conquista.

Um grande abraço da amiga Cesira!

Essa maneira horizontal de partìcipação é um diferencial do curso Mulheres e Economia. Ela faz a contraposição às formalidades impostas pela escola institucionalizada: dar nota, marcar faltas, provas, um método que inibe a maioria das participantes. Para não reproduzirmos o jeito vertical das relações de uma sala de aula tradicional, os aprendizados acontecem à medida que conseguimos avançar na discussão dos temas propostos. Acreditamos na troca de saberes e temos consciência de que os limites de tempo para o aprendizado são diferentes para cada participante.

O espaço de aprendizado também diz muito sobre a quebra da autoridade do conhecimento. Acreditamos que cada militante que se propõe a realizar um processo de formação política deve se sentir parte do processo. Colocar essa teoria em prática é difícil, já que nossa educação escolar, desde os Jesuítas, nos condicionou aos detentores do conhecimento, hierarquizando a maneira de contribuir na construção dos saberes.



Em nossa opinião, essa sistemática inibe a maioria das participantes e castra sua criatividade e capacidade de construir um saber próprio. Não queremos reproduzir esse método vertical das relações em sala de aula, uma vez que acreditamos na troca de saberes, nos limites de tempo de cada uma dessas relações e na construção conjunta dos saberes.

A tentativa de horizontalizar o conhecimento também se reflete na arrumação da sala, sempre em roda. Ninguém ganha destaque maior ou ocupa uma posição mais central, todas são parte do processo. Procuramos também enfeitar a sala de forma que ela ganhe o "nosso jeito". Nestas atividades, onde também todas participam, colamos e fazemos cartazes com temas a serem discutidos no curso, com fotos de grandes feministas, com flores, com bandeiras das organizações e movimentos que nos apoiam ou participam dos encontros.

Para a coerência na construção deste método de educação popular, devemos prestar atenção nos mínimos detalhes. Nas aulas, as atividades já são iniciadas com uma dinâmica construída por todas e para todas sem nenhuma obrigatoriedade. O que fazemos é um convite para estarmos juntas e compartilharmos os saberes. O objetivo é fazer com que nos sintamos à vontade, olhando umas nos olhos das outras e criando uma cumplicidade que possibilitará a construção do curso mais adiante.

Nas dinâmicas, todas são convidadas a apresentar suas expectativas com o curso:

- *O que queremos participando do processo?*
- *O que esperamos?*
- *Para que estamos neste espaço?*

As respostas, ainda que bem diferenciadas, sempre abordam razões como:

- *liberdade;*
- *dividir as tarefas diárias de casa;*
- *estudar;*
- *aprender sobre política e economia para tentar mudar a vida;*
- *conhecer mais sobre economia para intervir junto aos gestores públicos.*

Esse processo de querer mudar, esse desejo de intervir, também interfere na forma como nós, educadoras e educadores populares, nos inserimos no curso. Ele nos envolve porque somos parte dele. É o nosso dia-a-dia que está inserido nessa história.

O fato de termos níveis de escolaridade e profissões diversas não faz diferença. Pelo contrário, o que nos une nessa formação é desempenharmos tarefas iguais, de uma mesma perspectiva, e que nos foram designadas. Assim é mais fácil encaminhar uma discussão, combinar o que cada uma quer fazer ou pode fazer. Isso de uma maneira mais agradável, e sem sobrecarregar nenhuma mulher.

A tentativa de mudar as práticas dentro do curso pode se refletir no cotidiano das mulheres. As tarefas domésticas e de cuidados com a vida humana, que tradicionalmente são consideradas deveres da dona de casa, coisa de mulher, servem como exemplos. A nossa discussão não é se gostamos ou não de fazê-las, mas de que elas podem ser compartilhadas com toda a família ou com os pertencentes a determinado grupo de convívio. Sejam homens, mulheres, crianças ou idosos. Também faz parte do curso Mulheres e Economia a tentativa de compreendermos por que, historicamente, estas tarefas foram designadas às mulheres, e como isso caracteriza o sistema econômico que vivemos como machista e patriarcal, sobrenomes do capitalismo.

Definição de problemas

A importância de envolvermos as mulheres em um estudo da Economia tem a ver com a necessidade de compreendermos a realidade social a qual estamos inseridas. Na nossa opinião, essa discussão passa pela raiz patriarcal. Na sociedade, está naturalizada a diferenciação do que são tarefas para mulheres e o que são trabalhos para homens.

Neste contexto, o curso Mulheres e Economia busca apresentar e discutir: conceitos básicos da economia, profundamente impregnada de cultura patriarcal – que direciona a vida calcada em teorias sexistas – e também conceitos básicos do feminismo, que surgiu com força como um movimento de luta das mulheres.



A diversidade de mulheres motivadas em participar enriqueceu nosso trabalho. São mulheres de várias classes sociais, de diferentes escolaridades e raças, que, no entanto, padecem dos mesmos problemas no que diz respeito ao trabalho. Problemas como a sobrejornada de trabalho; a diferença de salários para o mesmo tipo de trabalho que concorrem mulheres e homens; a não valorização do trabalho doméstico. Essas são evidentes características de perpetuação da condição de inferioridade da mulher, pertencente a uma mesma estrutura econômica do sistema capitalista que se apropria da riqueza gerada pelo trabalho invisibilizado da mulher.

Por tudo isso, apresentar os conceitos básicos de trabalho e como ele é dividido por sexo, raça e classe é também um tema profundamente trabalhado durante o curso. O intuito é munir as mulheres com um conjunto de ferramentas teóricas capazes de contribuir na luta por políticas públicas que combatam as desigualdades de gênero e desconstruam essa estrutura de sociedade patriarcal. Esse objetivo colabora com a luta por um Estado que cumpra o seu papel de provedor dos direitos necessários à população. As políticas públicas para as mulheres constituem-se como importante meio para diminuir o peso que estas carregam das atribuições impostas pelo sexismo.

Essa temática não é feita de forma isolada. O estudo aprofundado dessas questões induziu, por exemplo, às mulheres a estarem atentas aos acordos financeiros multilaterais feitos pelo governos, como empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Acordos que condicionam o Pais a seguir com políticas de reajustes fiscais, cortando gastos destinados a áreas sociais, reduzindo verbas destinadas a políticas públicas, necessárias à vida das mulheres.

Outros tópicos de estudo são: orçamento público; dívidas externa e interna; e superávit primário. Mas o que isso tem a ver com a vida dessas mulheres? Ao contrair empréstimos, o governo brasileiro reorganiza as contas do orçamento, realocando verbas que deveriam ser destinadas à saúde, educação, moradia, entre outras áreas importantes. Isso, muitas vezes, para atingir metas de superávit primário e para o pagamento de dívidas financeiras, deixando de lado a dívida com a sociedade.

Todos os temas que abordamos ao longo do curso servem de base para pensarmos nos fundamentos para uma outra economia. Incluímos, então, como tema final, o estudo de noções de economia solidária. A ideia é pautar a transformação da economia que temos hoje, financeirizada e centrada no lucro máximo. No curso Mulheres e Economia construímos conhecimentos em torno de uma economia que seja solidária e esteja centrada no trabalho, na cooperação e na sustentabilidade da vida humana.



Falando em combinar...

No decorrer dos anos, de 2005 a 2009, mantivemos o processo de construção pedagógica coletiva. Definimos os temas macro, meso e microeconômicos que deveriam compor o programa do curso. No entanto, cabe lembrar sempre que o foco principal é entender e desconstruir o modo como a mulher se insere no atual contexto socioeconômico e político da sociedade capitalista.

O curso Mulheres e Economia é composto por:

Módulo I - Conceitos Básicos de Economia e Feminismo;
Módulo II - Conceitos Básicos de Trabalho;
Módulo III - Políticas Públicas para as Mulheres;
Módulo IV - Orçamento Público, Dívida e Superávit Primário;
Módulo V - Mulheres e as IFIs; e
Módulo VI - Noções de Economia Solidária.

Também faz parte da nossa política o convite às mulheres para fazerem parte da coordenação político-pedagógica do curso subsequente. Buscamos, assim, enriquecer nossa proposta com os saberes e os depoimentos trazidos por elas. Esta proposta de construção coletiva tem tido bons resultados.

Como uma das formas de divulgar a proposta, produzimos uma ficha de inscrição do curso. São as próprias educandas as responsáveis pela distribuição deste material. Ao longo desses anos de Mulheres e Economia, percebemos que, no primeiro dia de formação, o número de mulheres é maior, com cerca de 60 inscritas. Normalmente, trabalhamos com grupos menores de mulheres. Então, essa margem é importante, pois já no segundo encontro esse número se reduz para aproximadamente 40. A partir do terceiro encontro, costumam ficar apenas as mulheres que seguirão até o final: em torno de 35 mulheres.

Essa não é uma regra matemática, nem sempre vai ser assim. Achamos que todos os leitores e leitoras sabem disso. Porém, cabe destacar que nosso curso é construído em um contexto de dificuldades que impedem a participação política das mulheres. São problemas financeiros, de transporte, ou até mesmo a implicância de um marido, entre outros impedimentos.

No nosso caso, o Mulheres e Economia é desenvolvido na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

A ZONA OESTE

A região da Zona Oeste do Rio de Janeiro é formada pelas Regiões Administrativas de Bangu, Barra da Tijuca, Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá, Realengo e Santa Cruz. Trata-se de uma região que apresenta grandes contrastes, abrigando áreas de intensa urbanização e ocupação, como Realengo e Santa Cruz, e regiões que ainda apresentam mais da metade de sua superfície ocupada por áreas naturais, como mangues e mata atlântica. Ao longo das últimas décadas, a Zona Oeste vem sendo palco de intensas transformações de ordem econômica e social, o que tem contribuído ainda mais para a acentuação desses contrastes. Claramente ampliam-se as disparidades econômicas e sociais entre diferentes áreas constituintes da Zona Oeste. O perfil econômico desta área reflete esses contrastes. Assim, por um lado temos áreas industrializadas, com maior urbanização, fruto de surtos de industrialização anteriores (iniciados em 1950), e, por outro, áreas mais naturais e menos artificializadas, cuja economia gira em torno da pesca e de atividades relacionadas ao turismo.

A Zona Oeste (excetuando-se a Barra da Tijuca) possui índices bem inferiores de escolaridade, renda, saneamento básico, fornecimento de água e outros serviços. Este quadro influencia os índices de qualidade de vida da população da região (IDH) e contribui para que a mão-de-obra seja barata e pouco organizada, um elemento-chave para as empresas no processo de escolha do local para seus empreendimentos. São áreas que apresentam, portanto, a maior concentração de população negra e de baixa renda no Estado do Rio de Janeiro, com aluguéis e terrenos mais baratos e desvalorizados. A população, normalmente, possui menores poderes políticos e econômicos para incidir nas decisões públicas sobre o território. Isso determina uma distribuição espacial desigual dos danos ambientais e dos riscos, produzindo situações de injustiça e de racismo ambiental.

Nesse quadro de marginalização sociogeográfica, cumpre destacar o papel ativo exercido ao longo dos anos pelos poderes públicos. O Estado, por meio das políticas públicas implementadas, da ausência de fiscalização e de suas omissões, tem desempenhado um papel que, ao invés de reverter essa situação, tem reforçado este quadro de abandono e exploração de recursos humanos e ambientais. Em sua ação, continua a dirigir os investimentos para obras e melhorias urbanas de maneira desigual, concentradora e excludente. Os investimentos sociais (saneamento, escolas, centros culturais, bibliotecas, hospitais e postos de saúde, e transporte) na Zona Sul continuam sendo bem maiores (em quantidade e em qualidade) do que na Zona Oeste, o que não só cristaliza os padrões de desigualdade econômica, social e no acesso às políticas públicas, como acentua essa disparidade.



Essas dificuldades enfrentadas só confirmam a necessidade de formação e participação política da população. No curso Mulheres e Economia, realizamos seis encontros, de maneira que cada módulo corresponde a um dia do curso. Os módulos são introdutórios e têm duração de cinco horas nos dias de semana e de oito horas aos sábados. A maioria das participantes do Mulheres e Economia é responsável pelo cuidado da suas casas ou exerce alguma



atividade informal. Foi principalmente por esse motivo que decidimos realizar encontros com dias diferenciados e também a cada 15 dias, um bom tempo para se programar e organizar a participação. Essa é uma forma de não intervir bruscamente na rotina dessas mulheres.

Atividades para fazer em casa

Como cada módulo é realizado de 15 em 15 dias, para que as mulheres não percam o entusiasmo pelos estudos, são propostas atividades de casa. Vemos importância na pesquisa de campo e, ao final de cada módulo, são definidas tarefas que deverão ser realizadas entre um modulo e outro. Em anexo, estão alguns desses exercicios de casa.

O objetivo maior é desenvolver um senso de pesquisa e investigação sobre a região em que as mulheres vivem e atuam. Assim, elas podem despertar interesse em conhecer melhor o seu bairro, município, estado e país. Neste processo de pesquisa, as mulheres não querem apenas recolher dados e conhecimentos, mas ser parte do processo de descoberta destes mesmos dados. Entre os entrevistados estão moradores, pequenos empresários locais, gestores da saúde, representantes de associações de bairro, etc. Assim, vão-se descobrindo especificidades da economia e da política do local onde moram.

Alguns depoimentos

- "Queremos fazer a pesquisa sobre saúde, educação, transporte... ou seja, descobrir como anda o desenvolvimento no nosso bairro, para que possam ter argumentos na luta por politicas públicas que são isentas na maioria das localidades que residimos".

- "Hoje sabemos a quem servem as politicas públicas vigentes no estado e município em que moramos".

- "A nossa atuação na nossa realidade local nos permite dizer não, por exemplo, a candidatos que vêm com promessas que sabemos que não serão cumpridas, mas que serão usadas apenas como troca de votos. Isso nós não aceitamos mais".

As educadoras que frequentam o curso Mulheres e Economia têm o cuidado de trocar informações, participar de seminários, encontros e oficinas que ampliam e atualizam os horizontes de discussão sobre o Feminismo e a Economia. Isso pelo fato de também ser intenção do curso criar espaços partilhados com toda a sociedade civil, permitindo a interação das relações de maneira plena. Temas relacionados às questões de gênero, como etnia, classe, discriminação, preconceito, cidadania, direitos sociais, entre outros, sempre foram debatidos com o conjunto de mulheres que fazem parte da história do curso Mulheres e Economia.



Desafios

O enfrentamento dos problemas provenientes de uma sociedade desigual também se dá na superação de cada mulher trabalhadora, que, mesmo com tantas tarefas para realizar, diz sim à luta político-social. È um grande avanço contar com elas na construção de uma nova sociedade. Mulheres que resistem apesar de tantas atribuições impostas pelo sistema capitalista, patriarcal e machista.

Mas é difícil fazer política e participar de debates e ações quando se têm que cuidar da casa e dos filhos praticamente sozinhas, e ainda realizar trabalhos extras para o complemento de suas rendas. Essa é uma realidade desafiadora à maior parte das participantes do Curso Mulheres e Economia.

"Alice! Aprendi tanta coisa neste curso! Olha, nós mulheres que somos donas de casa, muitas vezes, por falta de informação e participação, ficamos meio bitoladas. Ficamos só pensando nos nossos maridos, nossos filhos, e esquecemos que somos importantes também. Precisamos participar dos eventos em que possamos expressar nossas ideias, projetos e sonhos. Afinal, somos necessárias para ajudar a construir um mundo melhor, não devemos nos omitir nem nos acomodarmos e deixar que a sociedade dite as leis.
Alice, um grande abraço de sua amiga Vera Diniz C. Oliveira".

O desdobramento do curso acontece com a realização de um seminário anual. A atividade também é organizada em conjunto com uma coordenação político-pedagógica participativa, onde definimos juntas os temas para debate, o local para o evento, tempo do seminário, alimentação, dinâmicas e por aí vai. O diferencial é que a partir do ano de 2007,este seminário passa a acontecer em lugares fora da cidade do Rio de Janeiro, permitindo uma dedicação mais concentrada nos estudos, pois, geralmente, quando é na cidade, as mulheres em sua maioria saem mais cedo e chegam mais tarde, para dar conta das atividades domésticas. Realizamos ainda oficinas temáticas, em ações como hortas urbanas, saúde preventiva e outras. As mulheres convidadas são todas as que já participaram dos cursos anteriores, não importando em que ano. Compreendemos que este momento é também para uma relação de proximidade e trocas de acontecimentos da vida privada como ter conseguido um emprego, ou afastamento por doenças pessoais ou de familiares, nascimento de um filho/a, viagem para outro Estado. Discutimos temas como a divisão sexual do trabalho, violência contra a mulher, soberania alimentar, agroecologia, agricultura urbana, economia solidária, saúde da mulher, entre outros. Comemoramos também o aniversário do Comitê Popular de Mulheres-RJ, com um belo churrasco de confraternização e muita dança, comes e bebes.

Em 2006, por exemplo, surge dentro do seminário o Comitê Popular de Mulheres - RJ com planos para a continuidade do processo de formação política dessas mulheres. O principal questionamento era: o que fazer a partir do conhecimento e dos interesses que temos em comum?

A proposta do Comitê Popular de Mulheres - RJ é bastante construtiva e proveitosa. Desde o seu surgimento, as componentes se reúnem uma vez por mês. Os encontros têm duração de uma tarde ou manhã, mais ou menos quatro horas. Materiais didáticos e artigos de análise política são lidos e debatidos. Assuntos como

violência contra a mulher, soberania alimentar, militarização de periferias, saúde, gênero e economia solidária estão sempre em pauta.
Hoje o Comitê está mais fortalecido. As integrantes participam de atos públicos, seminários, conferências, audiências públicas, algumas já compõem a Rede de Socioeconomia Solidária da Zona Oeste do Rio de Janeiro, entre outros espaços de atuação. Além disso, também é característica do grupo a produção de produtos como o artesanato com biscuit e com escama de peixe, bolsas ecológicas, além da troca de sementes e fibras vegetais.

O Comitê Popular de Mulheres fabrica seus produtos aos moldes da economia solidária, isto é, sem deixar de pensar no desenvolvimento integral do ser humano e da sociedade, sem se esquecer da preservação da natureza. Essa foi a maneira encontrada por elas de colocar em prática as possibilidades e descobertas no curso e no dia-a-dia.



Passo a passo:
como montar os cursos

Neste capítulo, vamos detalhar o conteúdo de cada um dos seis módulos realizados no Mulheres e Economia. Nosso maior objetivo é estimular outras companheiras a montar processos semelhantes, respeitando, é claro, a realidade vivida pelas mulheres em cada região ou localidade do nosso país. Queremos mostrar a nossa experiência para que a partir dela nasçam novas maneiras de formação política e militância de mulheres.

Como criar um ambiente de troca e confiança entre mulheres que acabaram de se conhecer? Mulheres que, por vezes, vivenciam pela primeira vez uma experiência de discussão política. Sabendo que muita gente costuma torcer o nariz para palavrinhas como economia, politica e feminismo, a quebra de preconceito passa pela linguagem e pelas maneiras de se praticar a educação popular.

Um bom processo para "quebrar o gelo" é o das dinâmicas. Para muitos movimentos sociais, essas brincadeiras são chamadas de "místicas". Isso por serem carregadas de sentidos e representação. Essa interação pode ser a partir de uma música ou por meio de brincadeiras bem simples, como nos exemplos a seguir.

A Batata Quente

A animadora convida as participantes a ficarem em círculo. Qual a batata quente? Cada participante se apresentava e dizia o que esperava do curso segurando uma batata. Quando acabava de falar jogava a batata para outra participante; ficamos todas em roda para que possamos olhar e trocar: expectativas e boas energias.

Discussão final livre sobre todos os trabalhos.



Bochicho

No aparelho toca uma música animada. [Mulher Brasileira] . As mulheres, então, andam pelos cantos da sala até que uma delas bate palmas. Este é o sinal para que duplas se formem. Dai as duas mulheres passam a conversar durante cinco, dez minutos. Falam sobre si, sobre a realidade de onde vivem, ou sobre um assunto que lhes chama atenção no momento. Depois, voltam a abrir uma grande roda. Nisso, cada uma apresenta ao coletivo sua companheira de "cochicho" e não a si mesma. O objetivo é criarmos uma relação interpessoal para no decorrer do curso ficarmos menos tímidas e desenvolvermos de maneira mais agradável para todas.

Depois que todas já se conhecem, é hora de apresentar o Pacs e falar sobre o histórico do curso Mulheres e Economia, sobre os desafios e expectativas da nova turma. Uma pastinha traz o material didático: cartinha do curso, programação com o roteiro dos módulos, jornais impressos, entre outras publicações produzidas pelo Pacs, cadernos de música e poemas sobre mulheres.

O curso Mulheres e Economia também tem a função de lembrar a luta das mulheres. A intenção é contar a história de vida de mulheres como Rosa de Luxemburgo e Ângela Borba, como exemplos. Separadas em grupos, elas têm contato com biografias de mulheres feministas. O nome de cada lutadora fica sendo o nome do grupo, que permanece o mesmo até o final do curso.

A primeira tarefa proposta aos grupos é a seguinte: construir regras de convivência, discutir as expectativas do curso, fazer previsões de como esse curso estaria até o final, e também apresentar um pouco a biografia estudada por cada grupo para toda a turma. Esta atividade tem a duração 30 a 35 minutos, em média.

Intervalos entre essas atividades de estudo são importantes. Após um lanche que dura de 15 a 20 minutos, os grupos retornam. Para animar a turma, as mulheres puxam palavras de ordem como: "A nossa luta é todo dia, somos mulheres e não mercadoria!", ou letras de músicas animadas que motivem a autoestima das mulheres.

Com as propostas já discutidas nos grupos, as mulheres definem o que há de comum entre as decisões dos grupos e o que é prioridade para o bom funcionamento dos cinco próximos encontros.

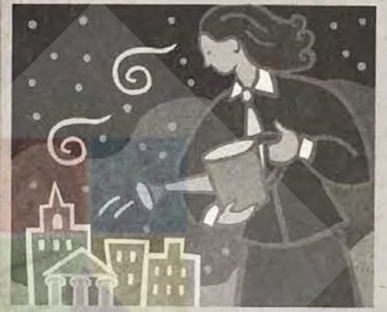
A atividade principal do Módulo I é a construção do Mapa Conceitual sobre o tema Economia e Feminismo, onde sugerimos que os grupos se formem e descrevam o que é feminismo, colocando a palavra no meio da folha de papel pardo e dizendo palavras que definem Feminismo para elas, o que permite o empoderamento desta construção de conceitos a partir dos saberes trazidos por cada uma. Os grupos novamente se separam e passam a ler e discutir textos da Cartilha.

No final de cada módulo, geralmente damos informes das ações/eventos que acontecem nas agendas feministas, como atos públicos, audiências, seminários, oficinas, etc.

Texto 1: Economia e Feminismo - conceitos básicos

O **Feminismo** é um movimento político de ideias e práticas que têm o objetivo de construir um mundo melhor, com justiça e igualdade para todos e, sobretudo, sem opressão e discriminação às mulheres, de qualquer tipo, seja essa discriminação política, econômica, sexual, etc. Uma mulher feminista é uma mulher que luta pelos seus direitos para acabar com as desigualdades entre mulheres e homens e não para ser superior a estes.

Desde o século XVIII, quando as mulheres, assim como os homens, foram trabalhar nas fábricas, nós mulheres, nos organizamos para lutar pelos nossos direitos. No entanto, o feminismo passou a ser reconhecido como movimento apenas no fim do



século XIX e desenvolveu-se com mais ou menos força em diferentes períodos.

As mulheres já participavam do mercado de trabalho, principalmente as das classes mais pobres, porém o começo do século XX no Brasil é caracterizado como o período em que as mulheres formaram grandes organizações, lutaram e conquistaram o direito à educação, ao voto e a certas profissões, como a advocacia e o magistério (vale lembrar que muitas mulheres já trabalhavam como professoras, e algumas até como diretoras de escolas no século XIX). As trabalhadoras, no Brasil e no mundo, destacam-se na luta por melhores condições de trabalho e salário.

→ QUE QUEIMEM OS SUTIÃS!

O feminismo colocou a importância de separar maternidade de sexualidade e defendeu o direito das mulheres de expressar seu desejo sexual. Construiu formas coletivas de expressão das mulheres. Colocou a questão da sua autonomia e do seu poder de decidir e escolher. Questionou a repressão, a imposição e o castigo. Ao questionar a supremacia masculina, contribuiu também para construir o conceito de perigo sexual para as mulheres.

Texto 2 : Tópicos sobre Economia Política.

- Trabalho criando valor

Tanto o valor de uso como o de troca são produzidos pelo trabalho humano. Pode-se dizer, portanto, que **só o trabalho humano cria valor.** Pela maneira pela qual a economia está estruturada e organizada, somente bens e/ou serviços que possam ser comercializados, colocados no mercado, são viáveis economicamente, uma vez que eles têm **valor de troca**. Para aqueles que possuem apenas **valor de uso,** seu lugar é infinitamente inferior na escala de valores da ciência econômica. Assim, historicamente, o trabalho realizado pelas mulheres não teve o reconhecimento merecido, uma vez que o que elas faziam não tinha valor de troca e existia em abundância. Portanto, o alto valor do trabalho doméstico foi desvalorizado por ter valor de uso.

- A origem do valor de troca

O que permite que um bem possa ser trocado por outro, isto é, que tenha valor de troca, é precisamente o **trabalho humano**, contido em todos os bens, que permite serem estes trocados entre si.

Na volta, os grupos apresentam os mapas conceituais que eles mesmos construíram. Todas debatem os conceitos trabalhados. Os questionamentos introduzidos durante o debate recebem atenção. Alguns deles são: a lógica do sistema capitalista; desemprego; o processo histórico da luta das mulheres por conquistas dos direitos; divisão sexual do trabalho; e invisibilidade do trabalho doméstico, entre outros.

Outra ferramenta fundamental é a série radiofônica "Trocando em Miúdos". A comunicação oral é importante para a apropriação de conhecimento, principalmente para mulheres que tiveram dificuldades de acesso à educação. Para esse primeiro módulo, o programa de rádio "Mercantilização das Mulheres" chama atenção para como o corpo da mulher é constantemente visto como mercadoria em propagandas da TV, jornais e no próprio rádio.

Programa de rádio Trocando em Miúdos - Para ouvir acesse o site: http://www.pacs.org.br/publicacoes_audiovisuais.php

Para que essas mulheres não percam o interesse pelos estudos e pelas temáticas do curso, incentivamos o estudo em casa. Neste módulo, a primeira atividade proposta é o preenchimento do quadro das tarefas realizadas no lar.

Para expandir o conhecimento das próprias mulheres sobre o local onde elas vivem, pedimos que elas conversem com duas outras mulheres do seu bairro, comunidade ou campo de trabalho. Para o estudo do tema "trabalho na atual conjuntura", ou seja, de acordo com os acontecimentos do momento, pedimos duas entrevistas: uma com trabalhadora formal (carteira assinada) e outra com trabalhadora informal.

Nem sempre as atividades são aceitas ou cumpridas. De qualquer forma, a atividade é importante para motivar e fortalecer laços comunitários com essas mulheres. Como forma de incentivo, avisamos que as mulheres que trouxerem as atividades prontas no módulo II farão parte de um sorteio. O prêmio? Livros sobre os temas do curso Mulheres e Economia e artesanatos e produtos confeccionados por grupos de Economia Solidária.

Neste segundo módulo, o encontro das mulheres vai de 9h às 17h. O tema "Conceito de Trabalho - direito das mulheres ao emprego" é aprofundado a partir de três eixos: modo de produção capitalista; divisão sexual do trabalho; e patriarcado.

A dinâmica inicial, como é de costume, é feita com músicas e místicas que representem as mulheres em luta, o tema a ser discutido, entre outras criatividades.

Assim como usamos recursos de áudio para democratizar os conceitos teóricos em linguagem mais fácil, outra ferramenta de comunicação é o vídeo. O documentário "Mulheres e o Mundo do Trabalho", realizado pelo Pacs, é exibido neste módulo. Produções de parceiros também são usadas, como o filme "Marcha Mundial de Mulheres: 8 de março". Depois, o programa de rádio Trocando em Miúdos, Mulheres x Mercantilização. Para ouvir o programa de rádio Trocando em Miúdos acesse o *site*: www.pacs.org.br/publicacoes_audiovisuais.php

Um poema para as mulheres

Mariana Boujikian Felippe

Cresceram
Lutaram
Abraçaram e conquistaram
Viveram e aprenderam...
Venceram e perderam...
Mas sempre de cabeça para o alto
Velhas ou jovens.
Rigorosas, algumas fogosas.
Perfeccionistas devemos admitir....
Mas quando se trata de homens...
Nos faz até rir!
Nos amam nos imitam
Mas nunca são iguais
Ser mulher não é um objetivo
É algo que vai crescendo...
Depois a gente constrói a gente
Que faz!
Do Brasil ou no mundo
Mais belas do que nunca
Impenetráveis
Indomáveis
Deliciosamente
Carinhosas e amáveis...

Mulheres!

O Filme "Mulheres e o Mundo do Trabalho" destaca as relações sociais desiguais de trabalho e a questão de gênero, evidenciando dificuldades enfrentadas pelas mulheres frente ao atual modelo econômico.

O capitalismo se aproveita da precarização do trabalho feminino. "Para funcionar", o sistema capitalista precisa do trabalho reprodutivo, que é aquele trabalho invisibilizado, como os serviços do lar.

A apresentação das produções é intercalada por debates. A participação é grande, já que essas mulheres se identificam com a realidade mostrada nos filmes e programas de rádio. Essa prática cria proximidade e aumenta a confiança entre as mulheres.

Depois disso, as integrantes dos diferentes grupos do Mulheres e Economia apresentam o resultado das atividades realizadas em casa, fazem comentários e perguntas às demais participantes. Neste momento, por volta das 11h, temos um intervalo para um lanche coletivo que dura uma média de 15 minutos. No retorno, voltamos às apresentações instigadoras e reflexivas feita pelas próprias mulheres em seus locais de vivência. A partir dessas realidades, entramos no debate sobre diversos temas correlacionados: a divisão sexual do trabalho; o trabalho doméstico; as relações sociais de gênero; e o mercado de trabalho e sua precarização.

A atividade de casa é essencial para isso, pois debatemos a partir da inserção dessas mulheres para depois localizar a realidade delas em geral. Partimos dos casos específicos dessas localidades para debates nacionais e até globais. Essa prática tem a ver com a postura descrita na 'missão' do Pacs: tratar do micro ao macro, do local ao global, sempre contextualizando os debates políticos.

Encerramos a primeira parte do dia e vamos almoçar todas juntas. O almoço dura, em média, uma hora. Às 14h retornamos cantando

e dançando para animar. Afinal, o sono não pode impedir nosso objetivo. Um detalhe interessante é que até isso está relacionado à "combinação" feita pelas mulheres no início do curso. Tem a ver com as regras de convivência. Quando acharmos que a programação está dando sono ou está muito cansativa, cada mulher tem a liberdade de interromper, levantar e animar de alguma maneira a turma. Isso é bem legal, já que desperta a criatividade das mulheres. Surgem danças, cantorias, palavras de motivação e carinho e até alongamento!

A segunda parte deste módulo trata-se de uma mesa redonda. Neste ponto cabe destacar a valorização do saber popular. Diferente da maioria de painéis de debate, formados basicamente por acadêmicos, os debates do Mulheres e Economia respeitam o equilíbrio de frentes de luta e a perspectiva de produção do conhecimento.

Convidamos, portanto, uma trabalhadora doméstica, uma professora e uma trabalhadora informal para apresentar seu cotidiano na discussão do trabalho invisível realizado pelas mulheres. Ao exporem suas práticas de trabalho, essas mulheres abrem às participantes uma discussão que levanta questionamentos sobre o seu dia-a-dia, dimensões que não são comumente apresentadas nos espaços de formação escolar e nos espaços públicos.

- "Ô abre alas que eu quero passar, ou abre alas que eu quero passar, sou feminista não posso negar, sou feminista não posso negar."

- "João, João, cozinhe seu feijão. José, José, cozinhe se quiser."

Em seguida, convidamos a todas para assistirem ao filme "Exclusão Social", fazendo assim o fechamento do tema.

Este filme retrata a exclusão social, em especial o papel da mulher nesse panorama atual de sociedade capitalista, onde ela é vista como mercadoria e que, segundo o relato de Lélia Abramo, já nasce excluída. Uma das principais causas dessa exclusão são as desigualdades sociais, que contribuem em grande parte para a manutenção desse cenário.

O uso frequente de ferramentas de comunicação democratiza informações. Muitas mulheres declaram que quase nunca vão ao cinema, por exemplo, seja pela dificuldade financeira ou pela dificuldade de acesso, já que são poucas as salas de cinema próximas às suas moradias. Ao mesmo tempo, a prática de distribuir materiais áudiovisuais de comunicação que estão fora de circulação comercial, valoriza produções audiovisuais e impressas com uma visão crítica sobre a sociedade que vivemos.

A cada final de módulo, preparamos coletivamente o tom da atividade de casa. A proposta é fazer com que a prática de pesquisa se multiplique nos bairros dessas mulheres, montando grupos de formação nesses locais. No caso, a participante do curso Mulheres e Economia seria a grande fomentadora de debates entre outras mulheres.

O Módulo III do curso Mulheres e Economia centra-se nas questões da não existência de políticas públicas para as mulheres. Iniciamos os trabalhos, mais uma vez, com a exibição de um filme. O escolhido para a temática é o "História das Mulheres no Brasil", realizado pelo Ibase.

Este filme aborda as conquistas obtidas pelas mulheres neste século, que foram as mais significativas de todos os tempos. No Brasil, a mudança da condição e dos direitos femininos é instigante e envolvente. História das Mulheres separa as vitórias e as derrotas das mulheres, mas propõe-se também a derrubar mitos, encorajar debates e análises, estimular a reflexão com base nos fatos apresentados e colocar a questão na ordem do dia.

Após o debate sobre o filme, são feitas as apresentações dos resultados das atividades de casa. Primeiro, as participantes se reúnem nos grupos para trocar informações sobre seus trabalhos. Este espaço de organização dura aproximadamente 40 minutos.

Depois dessa conversa, os trabalhos são apresentados de forma coletiva. O conjunto de apresentações deve durar no máximo 20 minutos, já que esse encontro é mais curto, durando apenas uma tarde.

Fazemos uma dinâmica: "Contradições do Estado Brasileiro". Esta dinâmica conta a história do Brasil de 1500 a 2002, dando ênfase às contradições desta formação do Estado brasileiro. Distribuímos o texto de forma aleatória para que algumas mulheres possam ler quando a música pára. O destaque se dá no questionamento: "E se não fosse assim?". A história é contada em oito partes, e, em cada trecho do texto, paramos e ouvimos uma música que faz a crítica ao tema lido. Iniciamos com o descobrimento do Brasil; a colonização; a proclamação da Republica; O Golpe de 1930; A indústria automobilistica dos anos 50/60; o Golpe de 64; o êxodo rural, entre 1960/70; a Constituição de 1988; as privatizações dos anos 90 e a introdução da política de modernização, a partir de 2000.

Após a dinâmica, seguimos com o trabalho de grupos. A missão agora é estudar textos de forma coletiva e, em seguida, apresentar os conteúdos a toda a turma. Os recursos utilizados ficam a cargo dos grupos, sendo o formato livre.

Neste momento, é incrível como a criatividade toma conta das mulheres. Geralmente são apresentados desenhos, murais, poesias, músicas e até mesmo esquetes. Logo depois, abrimos para o debate sobre as apresentações e é feita a socialização de opiniões entre todas.

Por volta das 16h15, todos os grupos já se apresentaram. Agora é hora de fazer uma pausa para o lanche coletivo. Na sequência, decidimos o que será feito nas atividade de casa. Mais uma vez, reunidas em grupos, as mulheres deverão



optar por um tema: educação, violência, saúde, entre outros.

Um bom assunto a ser debatido é a diferença entre políticas públicas e comunitárias. Quais são as diferenças entre elas? Esta conversa é levada para a turma do Mulheres e Economia. Para a atividade de casa, as mulheres pesquisam sobre as políticas públicas em sua região voltadas para a área de gênero, procurando observar se são públicas ou comunitárias.

O século XX por sua vez foi marcado pela luta
por Direitos Sociais, como: SAÚDE, MORADIA E EDUCAÇÃO



O Estado, em geral, faz o povo acreditar que as políticas sociais são doações, para que não se compreenda que foram ganhas por meio da luta de classes.

Nesta aula mostramos como termos difíceis, como "superávit", são mais que palavras do "economês". Entender o que elas significam pode ser uma chave para se compreender o desemprego e o empobrecimento do povo brasileiro.

O encontro começa com a apresentação dos trabalhos de casa, que deve ser sucinta, já que só temos uma tarde de estudo. Organizamos, em seguida, uma mesa redonda para a discussão dos temas: Orçamento Público, Dívida e Superávit Primário. O que esses termos significam? Quais são suas implicações na vida das mulheres? Quem realmente deve a quem?

O QUE É DÍVIDA?

Empréstimo, dependência, desemprego, exploração, inflação, cortes nas políticas sociais, pagamento de juros, investimentos - a Dívida é um grande problema do brasileiro.

No Brasil há dois modelos de dívida publica: interna e externa. A dívida externa é toda aquela que é contraída em moeda estrangeira, ou seja, em dólar, euro, libra, iyen,etc. Dívida interna é fruto de títulos ou bônus emitidos pelo governo que agregam os juros da taxa Selic. Hoje as dívidas interna e externa estão cada vez mais interligadas.

O QUE É ORÇAMENTO PÚBLICO?

É o planejamento das receitas e das despesas. Estabelece o quanto se aplica em cada pasta (exemplos de pastas: Saúde, Educação, Saneamento Básico, Previdência Social, Segurança pública, entre outras) naquele ano. Aqui vale destacar que Saúde e Educação têm um mínimo do que deve ser investido nelas previsto na Constituição de 1988.

O QUE É SUPERÁVIT PRIMÁRIO?

Em primeiro lugar, é preciso entender o que é déficit e o que é superávit . O déficit ocorre quando as despesas são maiores do que as receitas. O superávit ocorre quando as receitas são maiores do que as despesas, num período determinado. No caso do governo, o resultado (déficit ou superávit) é igual aos gastos do governo menos as receitas do mesmo (como tributos diretos, indiretos e outras receitas).

O Superávit Primário é acumulado sacrificando-se o social, deixando de fazer reforma agrária, moradia popular; portanto, deixando o povo em segundo plano para pagar uma dívida que já cansou de ser paga.

Há um intervalo depois da mesa redonda em torno de 10 a 15 minutos, depois retornamos com o trabalho de grupo. As participantes se dividem, e cada grupo recebe um texto para ler, comentar e debater.

Faz parte da nossa metodologia a troca de experiências e a ações para o empoderamento das mulheres. É nítida a mudança nelas, que se sentem mais seguras para falar em público. E porque não brincar de falar para milhões? Neste módulo, montamos um noticiário. Geralmente, as matérias de economia na TV, rádio e jornal são cheias de gráficos e investimentos, cheias de cifras! Mas no noticiário elaborado pelas mulheres e economia é relacionado à realidade de cada uma delas.

Os textos escolhidos são a base para os trabalhos de grupo e levantam debates sobre pobreza e desemprego, por exemplo. Durante uma hora o cochicho entre os grupos é grande. Nesse tempo, as mulheres trabalham os temas e preparam o noticiário. Depois, fazem a apresentação de forma descontraída, com os "jeitinhos" próprios de cada uma. Já teve âncora de jornal da TV, repórter interpretando as situações e até apresentações de muita sátira em cima dos padrões dos noticiários.

Com a finalidade de criar questionamentos entre as mulheres, apresentamos o programa de rádio Trocando em Miúdos "Dívidas" como finalização do tema.

Para ouvir o programa de rádio Trocando em Miúdos acessar o *site*: http://www.pacs.org.br/publicacoes_audiovisuais.php

Seguimos com a explicação da atividade de casa.

O dever de casa é a leitura da Cartilha das Assembléias Populares e a avaliação do módulo. Para essa avaliação elas deverão trazer por escrito três fichas - uma onde falem: "Que bom!", ou seja, o que elas destacam positivamente; outra onde elas falem: "Que pena!", ou seja, o que queriam que fosse diferente; e a terceira, onde falem: "Que tal?", ou seja, façam sugestões.



Ao final de cada módulo do curso Mulheres e Economia, abrimos uma rodada de informes e socialização da agenda. Parece um momento simples de encerramento, mas também é objetivo deste curso de formação aproximar as mulheres da luta dos movimentos e organizações sociais.

Em seguida, concluímos mais um módulo com muita música, dança e alegria.

CDM

O encontro começa com uma mística que conta sobre algumas lutadoras ao longo de nossa história.

Nesse momento as mulheres trazem os textos pesquisados sobre a biografia de várias lutadoras feministas e as apresentam através de leituras dos mesmos. Exemplo:



Clara Zetkin (1857-1933) foi a primeira grande líder feminina (e feminista) do movimento socialista alemão e internacional. Em 1891 passou a ser redatora do órgão de imprensa feminina da social-democracia alemã, considerado o jornal feminista de maior influência na história. Em 1896 apresentou o seu famoso informe sobre a questão da mulher no Congresso do Partido em Gotha.
Zetkin foi uma das poucas, ao lado de Rosa de Luxemburgo, a romper com a direção reformista do Partido Social-democrata alemão, após a eclosão da I Guerra Mundial, e a ajudar a organizar o Partido Comunista. Foi eleita membro do Comitê Executivo da Internacional Comunista e presidente do Socorro Vermelho, organização mundial de solidariedade às vítimas da reação e do fascismo. Quando Hitler assumiu o poder ela era deputada comunista no Reichstag e teve que se exilar na URSS, onde veio a falecer ainda em 1933. Seu corpo foi enterrado nas muralhas do Kremlin ao lado dos heróis da revolução.

Logo depois, iniciamos a apresentação dos trabalhos de casa. Durante uma hora todas as mulheres apresentam de forma livre os resultados de suas pesquisas nos respectivos locais de moradia.

Neste módulo, siglas que parecem verdadeiros lobos bem maus na boca de especialistas são apresentadas para as mulheres de forma simples. "Em que o Banco Mundial influencia na minha vida"? "O que é BID"? "Passarinho em inglês"? "Não! Esse é *bird*". "E FMI"? "Parece nome de inseticida".

QUANDO SURGEM AS ORGANIZAÇÕES MULTILATERAIS?

Estas organizações internacionais, chamadas de instituições financeiras multilaterais, ou seja, que não pertencem a nenhum país, surgem no pós-segunda guerra mundial, onde o capitalismo disputa o mundo com o chamado socialismo real, e por isso precisa se apresentar como "bom", ajudar na reconstrução da Europa, continente mais atingido pelas guerras, e assim controlar o avanço da União Soviética.

O FMI (Fundo Monetário Internacional) surge na Conferência de Bretton Woods já após uma disputa de posições, pois um dos economistas que pensou este fundo, John Maynard Keynes, entendia que deveria ser criada uma moeda internacional, que não fosse a moeda corrente de nenhum país, mas os representantes dos Estados Unidos (que já eram muito fortes na época) impuseram o dólar como moeda mundial, a partir da qual se dariam os empréstimos e os pagamentos administrados pelo FMI. Os EUA ganham esta disputa e portanto se tornam uma espécie de Banco do Mundo, por serem o único país que produz a moeda usada nas negociações internacionais.

BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

O FMI avalia a confiabilidade ou não de um país para que o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) então emprestem o dinheiro, em dólar, para nós gastarmos em real, e depois devolvê-lo em dólar. Um exemplo de projeto que pegou esse empréstimo com o BID foi o Favela-Bairro. Se foi feito no Brasil com tijolo brasileiro, então por que pegar o dinheiro emprestado com fundos internacionais? Por que esses organismos dizem que o governo brasileiro não tem dinheiro? Porque o dinheiro que efetivamente temos deve ser usado para pagar a divida externa, ou seja, o dinheiro que o país arrecada não pode ser reinvestido aqui porque tem de se cumprir as metas de superávit, e as obras sociais tem de ser feitas com empréstimos.

BM (BANCO PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO MUNDIAL)

O presidente deste banco sempre foi e é estadunidense. E a função deste banco é emprestar dinheiro a juros altos e com pré-condições, como por exemplo, as privatizações. A cada novo empréstimo o BM aumenta essas pré-condições.

Mesmo que o curso Mulheres e Economia seja dividido em módulos, nunca as discussões são estanques, isto é, feitas de maneira separada. A reflexão deve incluir faces específicas da vida de cada uma dessas mulheres, porém é objetivo do curso apresentar elementos para que elas percebam que pertencem a um conjunto de pessoas que têm, em muitos aspectos, realidades parecidas. Elas percebem que pertencem a uma mesma classe.

Aproveitamos, então, para refletir sobre a relação dessas instituições - Banco Mundial, FMI, BID, entre outras - com as políticas públicas para as mulheres, assunto estudado no módulo anterior. Depois, abrimos um espaço para debate e questionamentos referentes ao tema.

Fazemos o intervalo costumeiro com lanche coletivo. Retornamos com os trabalhos de grupo da seguinte maneira: distribuímos revistas e jornais para uma leitura coletiva de fotos e imagens. Todas procuram imagens que tenham muito a dizer sobre as representações dos temas e, inclusive, das mulheres na sociedade.

As participantes dividem-se em grupos de cinco, que receberão um texto-base para debater. Seguimos com a apresentação dos trabalhos, com um debate sobre as apresentações e a socialização das opiniões entre todas.

Como sempre, a cada módulo, as mulheres levam para casa uma atividade. Essa é uma tentativa de envolver o restante da família na temática.

O dever de casa é uma redação sobre o tema do curso, "relação entre mulheres e economia", que pode ser feita em forma de texto ou de tópicos. O texto deverá abordar: as contribuições do curso para que cada uma entenda sua realidade concreta, o que fazer ao término do curso, como dar continuidade aos estudos e à mobilização, e como difundir o que debatemos, para contribuirmos na alteração da nossa realidade.

Como complemento de conteúdo desta aula, todas são convidadas a assistir ao filme "As mudas romperam o silêncio das mulheres da Via Campesina", do 8 de março de 2006. A pauta agora é o debate sobre o agronegócio.

Chegamos ao final do curso Mulheres e Economia. Durante os estudos, as participantes tiveram contato com temas importantes para a nossa sociedade. Identificamos as mazelas do atual sistema econômico. Porém, acreditamos que apontar um novo modelo de desenvolvimento, uma nova forma de economia, é muito importante. Maneiras de se construir a socioeconomia solidária, uma economia crítica e tão voltada para as mulheres, é o principal ponto deste último módulo.

E os estudos acontecem em três momentos. Como este é o último encontro, não começamos as atividades como nos outros módulos, em que as mulheres apresentavam os acúmulos do estudo realizado em casa. Esse retorno será dado mais tarde, junto com o espaço de avaliação do curso.

As atividades deste último módulo duram o dia todo, de 9h às 17h. Nesse primeiro momento, fazemos um contraponto ao modelo econômico dominante, estudado em diferentes frentes nos módulos anteriores.

De manhã iniciamos os trabalhos com a dinâmica do "Bom dia" para "acordar". Logo depois, mais uma ferramenta de comunicação: o programa Trocando em Miúdos sobre "Mulheres e Economia Solidária".

Para assistir ao programa Trocando em Miúdos basta acessar o *site*; http://www.pacs.org.br/publicacoes_audiovisuais.php

Depois, partimos para os trabalhos de grupo com textos que reflitam acerca da participação das mulheres na economia solidária, ou que tratem dos diálogos de valores entre a economia solidária e a economia feminista. Também são levantados, neste momento, pela nossa equipe e pelas participantes, os desafios para as mulheres nesses grupos de produção e mesmo no trato com sua família.

Para Sandra Quintela, 2006, a **Economia feminista** estuda a história do pensamento econômico numa vertente dupla: a crítica à invisibilidade das mulheres no pensamento clássico e neoclássico e a recuperação das ideias de algumas economistas silenciadas pela História.

A proposta da Economia solidária é a de criar formas alternativas pautadas na cooperação e na solidariedade, centradas no trabalho e que contribuam na sustentabilidade da vida e do planeta, e não apenas visando o lucro, como a Economia capitalista.

Avançamos, após o retorno dos trabalhos, com uma mesa redonda: Mulheres e a Economia Solidária. Geralmente, convidamos mulheres de entidades parceiras, professoras universitárias ou mesmo militantes de movimentos sociais para contar sobre suas experiências.

Após esse diálogo, vamos almoçar juntas. E a atividade em seguida é novamente a montagem do Mapa Conceitual, feito pela primeira vez no primeiro módulo do curso. Mas qual é o motivo de repetir esse exercício? Elas mesmas vão perceber o quanto aprofundaram os elementos apontados na primeira etapa dessa atividade.

No mapa conceitual do Módulo I - Economia, as palavras-chave foram:

planejamento,
organização,
balanço (equilíbrio),
dívida,
educação,
lucros,
lista gastos,
preços,
controle.

No último módulo, olhem só as mudanças!

O grupo foi um pouco modificado, pois algumas companheiras da primeira aula não compareceram e outras, que não tiveram na primeira aula, foram incluídas no grupo.

Discutimos o modelo do cartaz e expomos as nossas ideias para serem colocadas à mostra.

Algumas dessas palavras foram:

capitalismo,
poder político,
exploração do trabalho,
economia.

E como contraponto a esse modelo surgem as palavras-chave:

solidariedade,
trabalho livre,
coletividade,
economia solidária.

As palavras do mapa do Módulo I - Feminismo, foram:

vida,
luta,
justiça,
direito,
decisão,
coragem,
educação,
igualdade,
emancipação,
autonomia.

Nossos pensamentos mudam!

Ao longo do curso podemos observar e aprender que a palavra "feminismo", quando a ouvimos, nos traz uma outra ideia.

Agora sabemos que feminismo é: conhecimento, consciência, luta, força, mobilização, organização, liberdade, igualdade, direitos e emoção.

Em seguida, os grupos socializam os trabalhos de casa, feitos do módulo V para o VI. São lidas também as cartas de avaliação do curso, em que as mulheres falam um pouquinho sobre as transformações e os conhecimentos obtidos durante o curso. Essa socialização faz com que elas pensem individual e coletivamente os desafios postos a elas, mulheres.

Carolina Alves dos Santos
Esta já é a minha segunda participação no curso de Mulheres e Economia. E como da primeira vez, correspondeu muito às minhas expectativas, resolvi fazer de novo. Aprofundei alguns temas, tirei dúvidas sobre algumas questões que estavam pendentes, e aprendi outros assuntos, os quais não havia tido no curso anterior.
Como já havia feito o curso anteriormente, tive a oportunidade de participar do Seminário em Santa Tereza, o que eu gostei muito. Tive ainda, por meio do curso Mulheres e Economia, a chance de estar na Marcha Mundial das Mulheres, realizada no dia 08 de março.

Lucia Helena G.D. Leandro
Gostei muito deste curso. Aprendi muita coisa e me fiz uma nova mulher. Gostaria de participar de cursos que tenham mulheres. Agradeço por estas oportunidades que vocês me deram. Ah! Que bom que nós iremos nos encontrar de novo. Não vamos perder o contato nunca. A luta é nossa, mulheres! Agradeço a todas.

Olha ai o que aprendemos neste curso:

"a discussão no grupo é a de que o papel da economia é fazer com que possamos adquirir conhecimentos necessários para a utilização dos recursos de forma racional e consciente. É por meio do trabalho, do processo de produção, que os bens e serviços são produzidos para satisfazer as necessidades. Esse trabalho pode ou não ter valor. O trabalho doméstico realizado pelas mulheres, por exemplo, durante muito tempo não foi valorizado, pois não produz riqueza material e portanto não tem valor de troca. Nossa conclusão é que houve a participação de todas de forma igualitária, onde todas deram suas opiniões".

Lilian Salles
"Nós mulheres, que procuramos nos informar, após o curso, percebemos que já temos alguma bagagem cultural e materiais , para que sutilmente, ou não, comecemos a abrir os olhos da mãe, irmãs, amigas e comunitárias, pois recebemos informações reais e precisas. Sabemos que sem lutas não há possibilidade de vitórias e, a luta não é só ir as ruas, mas

conscientizar, conscientizar, conscientizar, as pessoas através desses cursos de formação. A minha proposta é que a continuidade de minha parte será reunir mães da comunidade do Parque Colonial em Belford Roxo, onde moro, para participarem de palestras, oficinas, curso"..

Ao final de seis encontros - regados a muita troca, sorrisos e reflexão - realizamos de forma coletiva a dinâmica de encerramento.

Essa dinâmica de encerramento se dá com cada uma entregando o certificado a outra companheira e falando alguma qualidade desta. Fazemos trocas solidárias com artesanatos ou quitutes feitos por elas. Durante esse momento trocamos muitos afetos também. Abraços de saudades, de convívio e de desabafos de como éramos antes dessa formação e como estamos agora. Muita alegria, coragem, estímulo e companheirismo para as lutas. Saímos sabendo que temos espaços coletivos para lutarmos juntas!!!

POEMA

SINAIS DE OUTRA ECONOMIA...

TANTO TEMPO! 200 ANOS
PARA ENTÃO SER TRAZIDA À LUZ
A ECONOMIA SOLIDÁRIA
A QUE O FEMINISMO CONDUZ

CONDUZ POR SER CRIADORA
CRIADORA COMO MULHER
QUE DÁ A LUZ, CRIA E SOFRE
E LUTA PARA O CAPITALISMO
NÃO FAZER O QUE QUER

DESAFIO? ESTA É A PALAVRA CERTA
PARA A BASE DA SOBREVIVÊNCIA DAS FAMÍLIAS
QUE HOJE SE REÚNEM E DEBATEM
COMO REEDUCAR AS SUAS FILHAS

NA ECONOMIA SOLIDÁRIA SE ENCONTRA
UMA NOVA FORMA DE CONSTRUÇÃO
DE UM MUNDO FEMININO QUE LUTA
POR IGUALDADE, DIREITOS E COMUNHÃO

MULHER-BASE, ORGANIZANDO
O PLANEJAMENTO DA FAMÍLIA
DEIXANDO DE SER "O PANO DE FUNDO"
COM CERTEZA SERÁ VITORIOSA
POIS QUEM MUDA A FAMÍLIA, MUDA O MUNDO.

(LILIAN SALLES COSTA)



Nada como uma linda confraternização com quitutes e bebidinhas para alegrar e festejar o final desta formação em economia e feminismo.

Ficha para atividade de casa do Módulo II. Entregar no Módulo III.

Bairro ou Região: _____

Quantas creches públicas (estadual, municipal) têm no bairro / região pesquisada?

( ) 1 ( )2 ( )3 ( )4 ( )5 ( )6 ( )7 ( )8 ( )9 ( )10 ou mais.

Quantas famílias são atendidas por essas creches? _____

E quantas creches comunitárias?

( ) 1 ( )2 ( )3 ( )4 ( )5 ( )6 ( )7 ( )8 ( )9 ( )1 0ou mais.

Quantas famílias são atendidas por essas creches? _____

Quantas escolas de ensino fundamental (1ª a 8ª séries) existem no bairro / região da pesquisa?

( ) 1 ( )2 ( )3 ( )4 ( )5 ( )6 ( )7 ( )8 ( )9 ( )10 ou mais.

Quantos meninos e meninas estudam nessas escolas de ensino fundamental?

_____

Quantas escolas de ensino médio (2° grau / profissionalizante) têm no bairro/ região foco de sua pesquisa?

( ) 1 ( )2 ( )3 ( )4 ( )5 ( )6 ( )7 ( )8 ( )9 ( )1 0 oumais.

Quantos jovens estudam nessas escolas de ensino médio?

_____

Quantos hospitais públicos têm no bairro/ região ?

( ) 1 ( )2 ( )3 ( )4 ( )5 ( )6 ( )7 ( )8 ( )9 ( )1 0ou mais.

Quantas pessoas são atendidas por esses hospitais por dia?

_____

Quantos postos de saúde têm no bairro/região ?

( ) 1 ( )2 ( )3 ( )4 ( )5 ( )6 ( )7 ( )8 ( )9 ( )1 0 oumais.

Quantas pessoas são atendidas por esses postos de saúde por dia?

_____

Escreva aqui a diferença percebida por você entre as instituições públicas e as comunitárias pesquisadas. _____

_____

_____

_____

Existe no seu bairro ou região alguma mobilização para reivindicar melhorias para o local?

_____

Se houver, conte-nos um pouco sobre essa mobilização:

_____

_____

_____

CEDIM

Existe no seu bairro ou região algum movimento social organizado (associação de moradores, Ação da Cidadania, grupo de mulheres...)?

_____

Caso a resposta anterior tenha sido sim, diga qual o movimento? Pelo que luta?

_____

_____

_____

Quais as opções de transporte coletivo que possui o seu bairro/ região?

_____

_____

Há saneamento básico no seu bairro/ região?

_____

E coleta regular de lixo?

_____

Seu bairro/ região costuma ser muito afetado nas chuvas e enchentes? Como?

_____

_____

***Grupo 1:**

Participantes: Márcia Regina, Márcia Helena, Marilda, Adriene, Neide, Joselina, Eliane, e Bárbara Danielly.

Livro: Realidades da Vida!

Rotina do homem

Segunda à sexta:
- levanta cedo e vai trabalhar;
- chega à noite e janta;
- cobranças - filhos educados; casa arrumada; contas pagas; sexo;
- deita e dorme.

Sábado e domingo:
- farra;
- futebol;
- prioridade para a televisão.

No geral, todo homem é igual!!!

Rotina da mulher

Segunda à segunda:
- funções básicas:
- lavar;
- cozinhar;
- passar;
- trabalhar fora;
- estudar;
- cuidar da aparência.

Responsabilidades: levar ao médico, à escola, fazer compras, pagar contas, cuidar das crianças, etc.

E ainda encontra tempo para os trabalhos sociais.

Grupo 2:

Participantes: Clotilde, Marinêz, Moara, Kenia, Luiza Maria, Angélica, Joana, e Conceição.

	Mulheres:	Homens:
Trabalho remunerado	X	X
Cozinhar	X	X
Lavar a louça e limpar a cozinha	X	
Arrumar a cama	X	
Limpar e arrumar a casa	X	
Limpar banheiro	X	
Lavar a roupa	X	
Fazer compras (mercado, açougue, feira)	X	X
Cuidar das crianças	X	X
Cuidar de animais domésticos	X	X
Levar as crianças na escola, na creche	X	X

Grupo 3:

Participantes: Marcia Rita, Flavia, Márcia Leão, Celina, Sônia, Rosângela, e Iracy

Rotina do Casal

Homem:	Mulher:
• acorda (05:30h); • se arruma(06h); • rotina do café - revesamento = um dia para cada um; • sai para o trabalho; • retorna - às vezes com compras; • janta; • vê TV/ lê jornal; • prepara-se para dormir; • conversa um pouco com a mulher; • dorme.	• acorda; • se arruma; • rotina do café - revesamento = um dia cada um; • sai para o trabalho + deixa os/as filhos/as no colégio; • retorna do trabalho + pega os/as filhos/as na escola; • prepara o jantar; • limpa a cozinha e a casa; • coloca os/as filhos/as para dormir; • se arruma para dormir; • conversa com o marido; • dorme.

Feminismo - Grupo 1

Participantes: Regina Fátima, Maristela, Sandra Regina da Silva, Rosa, Leila Regina, Carmem Lucia, Ana Cristina, Elza, Sabrina, Verônica Rocha, Crislaine, e Helena.

Solidariedade
Igualdade
Respeito
Conscientização
Educação política
Liberdade de escolha

FEMINISMO

Submissão
Cultura machista
Mercado de trabalho

Feminismo - Grupo 2

Participantes: Marilene dos Santos, Silvana Regina, Maria de Lourdes da Silva, Maria Luiza da Silva, Lidiane Alves dos Santos, Rosangela de Jesus Bastos, Eliza Martins, Márcia Regina, Silvia Zuleica, e Maria José do Nascimento Lopes.

FEMINISMO

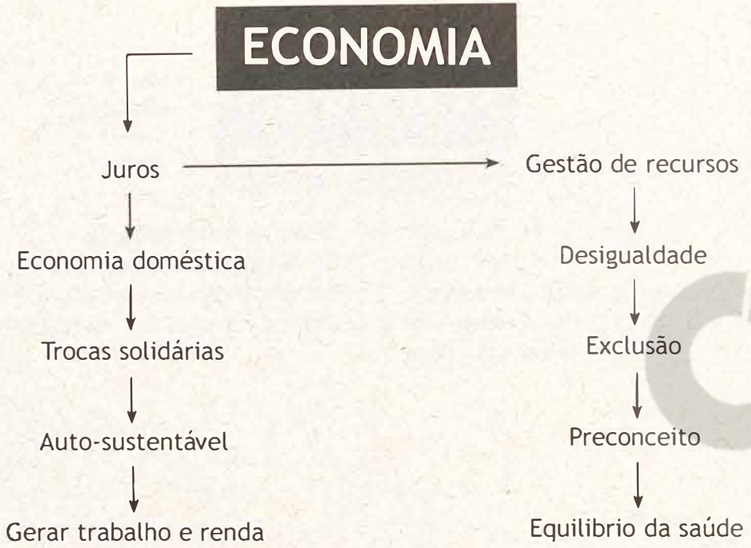
Somos a maioria!!!
Regrediu na sociedade
Falta de união
Acordar para a sociedade
As mulheres não fazem política entre elas
Lutar pelo hoje

Rever as desigualdades
Respeito para a saúde e a educação
Ser perseverante nas atitudes
Avanço no mercado de trabalho

CEDIM

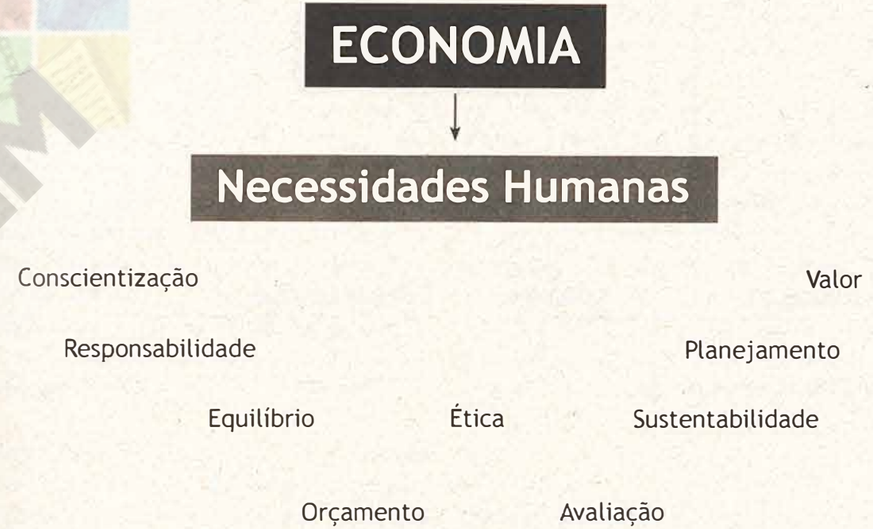
Economia - Grupo 1

Participantes: Ivete, Eliane Pereira, Mônica, Norma, Val, Eliane Mansur, Márcia Soares, Ana Cristina, Kelly, Chocolate e Maria Célia.



Economia - Grupo 2

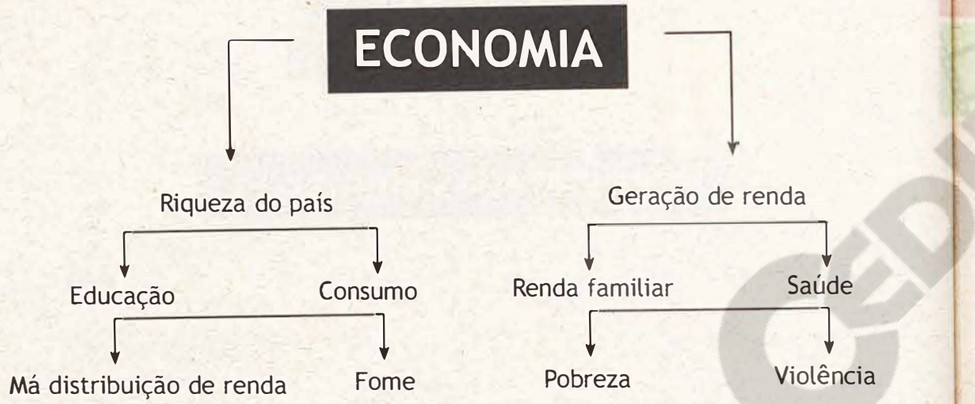
Participantes: Andréa Moderno Casanova, Rosangela Pereira da Silva, Sueli Lourdes Miranda, Maria Flor, Marlene Barbosa Francisco, Leila Lima de Souza, Ivanete, Lair, e Nemese.



CEDIM

Economia - Grupo 3

Participantes: Andréia Fortes de Lima, Alda Maria, Maria Jane, Rachel, Gloria, Maria de Fátima, Idenir, Terezinha, Rosane, Maria Pedro, Ana Maria.



Feminismo

O feminismo é um movimento político, de ideias e práticas que têm o objetivo de construir um mundo melhor, com justiça e igualdade para todos e, sobretudo, sem opressão e discriminação às mulheres.

Uma mulher feminista é uma mulher que luta pelos seus direitos, para acabar com as desigualdades entre mulheres e homens e não para ser superior a estes.

Desde o século XVIII, as mulheres se organizam para lutar pelos seus direitos, no entanto o feminismo passou a ser reconhecido como movimento apenas no fim do século XIX. E se desenvolveu com mais ou menos força em diferentes períodos.

No começo do século XX, as mulheres formaram grandes organizações que lutaram e conquistaram o direito à educação, ao voto e a certas profissões, como a advocacia e o magistério. As trabalhadoras, no Brasil e no mundo destacam-se na luta por melhores condições de trabalho e salário.

No fim dos anos 60, houve uma nova onda de feminismo na Europa e nos EUA, que chegou ao Brasil nos anos 70. Vários grupos foram criados em todo o País. As mulheres lutaram pelo direito de decidir se queriam ou não ser mães e por creches públicas; denunciaram a violência e se organizaram em torno de várias lutas.

A participação intensa de mulheres na constituinte de 1988 foi uma das marcas dos anos 80. Na década de 90, ganhou força a reivindicação da participação das mulheres na política e a exigência de que os governos tenham ações concretas para melhorar a vida delas.

Quando olhamos para a História, podemos observar que o direito de votar e ser votada,

de poder trabalhar, de estudar, de participar da vida política, foram importantes conquistas do feminismo. No entanto, a igualdade real entre mulheres e homens ainda está por ser conquistada.

Você Sabia...

Que Olympe de Gouges, em plena Revolução Francesa, escreveu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, diante da exclusão das mulheres na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão?

Que Hypatia de Alexandria, cientista, filósofa e matemática, que viveu entre os anos 370 e 415 depois de Cristo, inventou o astrolábio (que revolucionou as técnicas da navegação)?

Que as mulheres foram as primeiras médicas, parteiras e estudiosas de anatomia da história ocidental?

Que Maria - a Judia, importante alquimista, fez descobertas que foram de enorme contribuição para a construção das bases da Química Moderna?
E que também foi inventora de instrumentos de laboratório e do famoso método de aquecer em "banho-maria"?

Fonte : Nem Mais, nem Menos: Iguais: Cartilha para alunos; Coordenadoria Especial da Mulher - PMSP - São Paulo, 2002.

Mulheres e Economia

As mulheres no conjunto da sociedade são as maiores responsáveis pela reprodução humana, pela preservação da vida e pelo cuidado das pessoas. Vocês já prestaram atenção a isso? Só que todos esses trabalhos não são considerados trabalhos economicamente rentáveis. Vamos ver a seguir que trabalho é esse.

Reprodução da vida: é o cuidado da casa, da preparação do alimento, o acordar e preparar os filhos para ir à escola, garantir que os membros da família possam se reproduzir a fim de produzir para o conjunto da sociedade.

Preservação da vida: as mulheres, em muitos países, estão à frente na construção de bancos de sementes, no cuidado com o meio ambiente, na luta antiguerra, nas campanhas contra a violência, na luta pelo respeito aos direitos humanos.
Cuidado com as pessoas: quando filhos, maridos, pais, sogros e sogras, ou qualquer membro da família estiver com algum problema de saúde, indubitavelmente são as mulheres que assumirão o acompanhamento na ida a médicos, hospitais, etc. São as mulheres, na grande maioria dos casos, que cuidam dos idosos e dos filhos.

Na maneira pela qual a economia está estruturada e organizada, somente bens e/ou serviços que possam ser comercializados, colocados no mercado, são viáveis economicamente, uma vez que eles têm valor de troca. Para aqueles que possuem apenas valor de uso seu lugar é infinitamente inferior na escala de valores da ciência econômica. Por isso, o diamante é muito mais valioso do que o cuidado da casa. Pois existem interessados em comprar diamantes e não em pagar bem pelo serviço doméstico. E como os diamantes são escassos, eles valem, todavia, muito mais.

Assim, historicamente, o trabalho realizado pelas mulheres não teve o reconhecimento merecido, uma vez que o que elas faziam não tinha valor de troca e existia em abundância.

CEDIM

O movimento de mulheres teve de lutar muito para que as mulheres rurais, por exemplo, denominassem seu trabalho de "trabalho" e não de "ajuda", para que as empregadas domésticas tivessem os mesmos direitos que outras trabalhadoras. Todas as conquistas das mulheres no mundo do trabalho se deram a partir de muita luta. Nada foi de graça.

Lutar por uma economia pela vida: um aprendizado com as mulheres.

Hoje já não basta que lutemos por um espaço digno na sociedade e especialmente no mundo do trabalho. O desafio é muito maior: é o de como construir um sistema econômico que garanta o atendimento às necessidades humanas essenciais e fundamentais.

O mecanismo em torno do qual a economia está organizada é abastecido, lubrificado e mantido pela lógica da destruição e da morte. Violência, desemprego, miséria e guerras crescentes afirmam e renovam este mecanismo.

Toda a lógica da economia dominante é uma lógica de morte: uma floresta não tem valor econômico em si, só se ela virar madeira, pasto, etc. Ou seja, só se ela for morta. Não é à toa que os povos das florestas lutam por uma outra forma de aproveitar sustentavelmente seus recursos.

Temos de construir um sistema onde em primeiro lugar esteja o direito básico de comer, vestir-se, morar, educar-se, viver saudavelmente e em liberdade. Para isso é necessário que invertamos a lógica de como a economia está organizada.

No campo das relações humanas dentro do mundo do trabalho, elas foram se afirmando na medida exata em que era o inverso das relações familiares, de amizade, de vizinhança. Não que essas sejam isentas de contradições. Mas o concorrer e o competir ganham dimensões infinitas no mundo do trabalho.

É urgente e necessário começar e reforçar a visão de que é possível construir outras relações em torna da qual está organizada a produção de bens e serviços, sua distribuição e consumo.

Existem inúmeras experiências econômicas de iniciativa e com participação de mulheres. São os chamados grupos de geração de trabalho e renda, cooperativas, associações, etc. Diante delas o desafio é perceber em que elas aportam para a construção desses outros modelos econômicos, centrados no atendimento às necessidades materiais básicas.

Livros, pesquisas, reportagens sobre o tema, ainda que escassos, apontam para a direção de que o trabalho desenvolvido nessas experiências econômicas de mulheres tendem a desenvolver outros valores permeando essas relações, principalmente a solidariedade construída no cotidiano. Pode parecer um tanto geral, mas são indícios de que precisam ser melhor entendidos e visualizados.

Para a construção dessa economia pela vida tem-se muito que aprender com o movimento de mulheres, afinal foi ele que desconstruiu "verdades" naturalizadas, tais como "mulher não trabalha", "mulher é para ficar em casa". E ao mesmo tempo, nesse movimento, construíram-se novos lugares e olhares sobre as mulheres.

O mesmo precisa ser feito com relação à economia. Precisamos desnaturalizar que só aquilo que tem valor monetário tem valor econômico. O que é mesmo valor? Vamos pensar sobre isso?

É da economia que tiramos nosso sustento material. Precisamos fazer com que ela esteja nas nossas mãos.

À luta!

Sandra Quintela - Socioeconomista - Pacs

Roteiro para Entrevistar uma Mulher de Economia Solidária - dever de casa

- Nome completo:
- Idade:
- Se tem filhos/as e quantos/as:
- Estado civil:
- O que faz?
- Em que condições você trabalha?
- Como é o seu ambiente de trabalho?
- Com que tipo de pessoas você trabalha?
- Já teve algum problema com pessoas no seu ambiente de trabalho, tanto interno quanto externo?
- Quantas mulheres e quantos homens você convive no seu local de trabalho?
- Com quantas mulheres e quantos homens você convive?
- Satisfação no que faz?
- Que profissão pretendia exercer?
- Conseguiu exercer a profissão desejada?
- Consegue satisfação no que realiza atualmente?
- O que falta para a sua realização?
- Qual a sua opinião a respeito de a secretaria da Senaes não possuir mulheres trabalhando, já que o movimento da FCP é dentro dos Empreendimentos de Economia Solidária e tem uma maioria significativa de mulheres?
- Na sua opinião, qual a visão do papel da mulher nos Empreendimentos de Economia solidária? Qual sua opinião a respeito do fato das mulheres exercerem e executarem as mesmas funções dos homens e receberem salários inferiores?
- Com respeito às políticas públicas para as mulheres, você as considera como uma das vitórias da luta das mulheres por igualdade de direitos e de respeito?
- O que você achou desta entrevista?

Roteiro para Entrevistar uma Trabalhadora Doméstica - dever de casa

- Nome completo:
- Idade:
- Se tem filhos/as e quantos/as:
- Estado civil:
- O que faz?
- Ambiente e condição de trabalho:
- Em que condições você trabalha?

CEDIM

- Como é o seu ambiente de trabalho?
- Com que tipo de pessoas você trabalha?
- Já teve algum problema com pessoas no seu ambiente de trabalho, tanto interno quanto externo?
- Qual a sua jornada de trabalho?
- Você dorme na casa da sua patroa?
- Você tem de olhar crianças?
- Você é a única funcionária na casa, ou tem mais alguma que divida as tarefas com você?
- Que profissão pretendia exercer?
- Conseguiu exercer a profissão desejada?
- Consegue satisfação no que realiza atualmente?
- O que falta para a sua realização?
- Qual a sua opinião a respeito do sindicato das empregadas domésticas?
- Qual a sua opinião a respeito do fato das mulheres exercerem e executarem as mesmas funções dos homens e receberem salários inferiores?
- Com respeito às políticas públicas para as mulheres, você as considera uma das vitórias da luta das mulheres por igualdade de direitos e de respeito?
- O que você achou desta entrevista?

Resposta:

As apresentações dos grupos foram assim:

Grupo 1

Doméstica	Economia solidária
• Desconhece o sindicato. • Jornada de trabalho diária ultrapassa oito horas. • Desconhece as políticas públicas.	• É babá em casa e confeiteira. • Trabalhou e não recebeu. • Falta de reconhecimento de seus direitos.

Grupo 2

Trabalhadora doméstica	Mulher da Economia
• Falta de oportunidades. • Necessidade para a sustentação da família. • Concordam com a igualdade social.	• Trabalham em casa e fora também. • Lutam para ajudar ao próximo com troca de materiais. • Fazem feiras comunitárias para gerar renda para algumas instituições.

CEDIM

Grupo 3

Diarista	Mulher da Economia solidária
• A única opção foi ser diarista. • Baixa escolaridade e às vezes analfabeta. • Achou-se importante ao ser entrevistada, pois foi a primeira vez.	• Procura sempre melhorar as suas condições e de suas companheiras. • Encontra dificuldades internas e externas. • Dificuldades financeiras e de espaço para fazer o seu trabalho solidário.

Grupo 4

Trabalhadora doméstica	Economia solidária
• Nunca é respeitada quanto às horas de trabalho que executa. • Quando perguntadas sobre o sindicato das empregadas domésticas, acham ótimo, só depende dos sindicalizados acompanhar o desenvolvimento. • Quanto às políticas públicas para as mulheres, o respeito existe, mas ainda faltam muitas coisas.	• Senaes - falta política dentro da própria instituição que acolhe o movimento FCP. • Salários inferiores - discriminação e certo preconceito de uma sociedade machista. • Economia solidária - há uma grande confusão ainda quanto esta questão dentro do próprio processo de militância, pouco esclarecimento e pouca informação.



CERTIFICADO

Certificamos que _____ participou do Curso II de Formação Mulheres & Economia. Este curso foi realizado no período entre 13 de setembro à 22 de novembro de 2008, perfazendo o total de 32 horas realizado pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS em colaboração com a Rede Economia e Feminismo e Comitê Popular de Mulheres.

Rio de Janeiro, 22 de Novembro de 2008

PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

PACS

Comitê Popular de Mulheres

O Pacs - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul é uma organização sem fins lucrativos, dedicada ao Desenvolvimento Solidário, que trabalha com educação, pesquisas e práticas socioeconômicas, e tem sede no Rio de Janeiro. A proposta do Pacs é colocar o trabalho e a criatividade de sua equipe a serviço dos movimentos sociais, das entidades eclesiais, dos governos populares, dos grupos de produção associada (cooperativas, empresas autogestionárias, associações, grupos informais e escolas de trabalhadores), das escolas públicas e de outras organizações de desenvolvimento solidário, pensando a economia de forma diferente e buscando outros rumos ao nosso sistema sócioeconômico. O Pacs produz estudos, análises e reflexão crítica sob a forma de publicações impressas e audiovisuais; políticas alternativas e projetos de desenvolvimento; assessorias e atividades educativas.

A ação do Instituto se resume em oferecer o máximo de apoio, subsídios e sinergia no processo de empoderamento dos seres humanos para que se tornem sujeitos plenos, conscientes e soberanos do seu próprio desenvolvimento enquanto pessoas e coletividades.

PACS
Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

CEDIM

Esta edição da coleção Semeando Socioeconomia tem um objetivo bem especifico: estimular as mulheres dos movimentos populares - em particular - a não terem medo da economia e meter as caras para desmistificar essa ciência que tem servido para dominar e excluir do direito ao bem viver dos trabalhadores e em particular das mulheres trabalhadoras. É fruto de um processo de educação popular que já produziu dez edições do "Curso Mulheres e Economia", nos anos de 2004 a 2009.É uma experiência que acontece na cidade do Rio de Janeiro.

Nesta cartilha são apresentadas os jeitos de "cuidar da casa" - da "Oikos". Destacando o trabalho domestico, realizado pelas mulheres, invisível para a economia capitalista e com grande valor para a produção do viver da sociedade como um todo. A metodologia aqui tratada desafia também a entender de forma crítica o funcionamento do Banco Mundial, FMI, orçamento e divida pública, além da economia solidaria e feministas. Todos eles parte importante desse processo de formação aqui tratado.

Saiba mais sobre esta série:

Série *Semeando Socioeconomia*: livretos dedicados às práticas e reflexões sobre o desenvolvimento local, o cooperativismo autogestionário e popular, redes de economia solidária e eixos transversais.
Números anteriores:

1. Construindo a Socioeconomia Solidária do Espaço Local ao Global (bilíngüe)
2. Socioeconomia Solidária: Construindo a Democracia Econômica
3. Histórias de Socioeconomia Solidária
4. Construindo a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
5. Agenda Libertária (bilíngüe)
6. Desafios ao Desenvolvimento Local: Terra e Habitação
7. Economia Solidária no Fórum Social 2002
8. Moeda Social e Trocas Solidárias: experiências e desafios para ações transformadoras
9. Modos de fazer socioeconomia: Contribuições à educação popular
10. Modos de fazer socioeconomia: Contribuições à educação popular II
11. Gest(ÃO)ando a vida - Experiências do fazer socioeconomia solidária

PACS

www.pacs.org.br

PE. AGOSTINHO

3ª Semana Social Brasileira

RESGATE DAS DÍVIDAS SOCIAIS: *Justiça e Solidariedade na Construção de uma Sociedade Democrática*

EDIÇÃO ESPECIAL - Julho de 1998

EDITORIAL

Chegamos ao momento de realizar mais diretamente o segundo objetivo específico do projeto da 3ª Semana Social Brasileira: "assumir, fortalecer e implementar mobilizações nacionais e internacionais, visando ao **cancelamento da dívida externa** dos países empobrecidos para **saldar dívidas sociais".**

Assim continua o nosso projeto: "o mecanismo da dívida externa, apesar de ter saído da mídia, continua sendo um dos mecanismos mais perversos de geração de miséria e morte. É preciso um movimento que, além de propor o não pagamento desta dívida extorsiva, obrigue os governos a usarem este recurso para o resgate das dívidas sociais."

Realizaremos, de 21 a 23 de julho, em Brasília, o Simpósio *Dívida Externa: Implicações e Perspectivas,* retomando o tema durante o *Momento Nacional*, de 4 a 8 de agosto, em Itaici. Este número especial de nosso jornal procura divulgar e popularizar essa difícil discussão, para que, de alguma maneira, participe dela o maior número possível de pessoas e grupos envolvidos no processo da 3ª SSB.

Após os eventos nacionais, vamos incentivar a produção de materiais mais variados e didáticos, visando aprofundar a reflexão e animar a mobilização para o Grito dos Excluídos Latino-americano. Isso porque o cancelamento da dívida externa é uma das bandeiras unificadoras da luta dos excluídos dos países periféricos do mundo globalizado. Também nos uniremos a companheiros/as de igrejas e organizações de outros países, empenhados/as na Campanha *Jubileu 2 000* , com os mesmos objetivos comuns. Nesse sentido se insere o artigo de Dom Demétrio Valentini, realçando a centralidade das dívidas na comemoração do Jubileu.

Talvez a leitura deste tablóide não seja muito fácil, mas conhecer melhor a realidade é um dos aspectos fundamentais da 3ª SSB, ao lado das mobilizações e do compromisso. Portanto, vamos à luta!



PROGRAMAÇÃO DO SIMPÓSIO

O Simpósio "Dívida Externa: Implicações e Perspectivas", que se insere no processo da 3ª Semana Social Brasileira, será realizado no Instituto Israel Pinheiro, em Brasília, de 21 a 23 de julho. O Simpósio vai se desdobrar em cinco momentos, durante os três dias de discussão: contextualizando a dívida externa, a visão contemporânea do endividamento do Brasil, aprofundamento o tema em busca de saídas, a leitura ética da dívida externa e a apresentação do documento final e encerramento.

No dia 21, pela manhã, dentro da contextualização da dívida externa, o professor Paul Singer, da Universidade de São Paulo, falará sobre "A evolução da dívida externa no contexto latino-americano e internacional". À tarde, o enfoque será dado à visão contemporânea do endividamento do Brasil, com uma exposição da deputada Maria da Conceição Tavares e do professor Reinaldo Gonçalves (PACS-UFRJ). À noite, estão programados debates populares nas cidades satélites de Ceilândia e Paranoá.

No segundo dia do Simpósio, pela manhã, haverá um painel de representantes de instituições multilaterais e do governo brasileiro e uma exposição do professor Paulo Nogueira Batista Júnior, da Fundação Getúlio Vargas. À tarde o representante do Pontifício Conselho de Justiça e Paz, Mons. Martin, fará um pronunciamento. Em seguida, os grupos de trabalhos de reúnem para apresentar saídas e pistas para enfrentar o endividamento externo do país. À noite, estará aberta ao público uma exposição de fotos de Sebastião Salgado e de cartazes referentes a debates anteriores sobre a dívida externa. Haverá, ainda lançamento de livros, e apresentação de números artísticos no Teatro Nacional de Brasília.

O último dia do Simpósio (23/7) será marcado por um painel com as presenças do professor Walter Altmann, presidente do Conselho Latino Americano de Igrejas (CLAI), João Pedro Stédile, da direção nacional do Movimento Sem Terra (MST) e do governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque. À tarde, haverá a apresentação da versão provisória do Documento Final do Simpósio, sua discussão e sugestões para os desdobramentos decorrentes de toda a reflexão realizada em comum.

Diversas entidades ligadas às questões sociais foram convidadas, além de 20 representantes dos Regionais da 3ª Semana Social Brasileira. Foram convidados representantes da Cáritas Internacional e da Cáritas Latino-Americana, do Celam, da Fase, do Ibase, da Contag, da CUT, do Clai/Brasil, da Abong, das Igrejas do Conic/Cese, do Ibrades, do Ceris, CIMI, do MST e do Pacs, entre outras entidades. Também estarão presentes seis observadores do Grito dos Excluídos Latino Americano da Argentina, Paraguai, Equador, México, Nicarágua e Uruguai, além de outros convidados pelo Conselho Mundial de Igrejas.



RISCOS DA DEPENDÊNCIA EXTERNA

O economista Guilherme Delgado, pesquisador do IPEA e membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, alerta para os riscos do crescente endividamento do país e conclama a sociedade a refletir sobre os riscos da "idolatria do capital". Estas são as posições do economista:

- Como o senhor vê o problema da dívida externa e seus reflexos na vida do país?

- Hoje, a situação de endividamento do país em moeda estrangeira é muito mais grave do que no passado. Temos não só empréstimos contraídos contratualmente, mas uma parte expressiva de pagamentos que circulam através do sistema financeiro, através da volatilidade do capital, em bolsas de valores. Esses recursos entram e saem do país com a maior liberalidade, e portando criam pressões sobre reservas internacionais. Essa situação nos coloca uma nova questão a enfrentar nas relações internacionais: a dependência. O país ficou muito dependente de moeda estrangeira, dos fluxos estrangeiros sem limite.

- Que paralelo e senhor traça entre a dívida anterior e esta agora que marca o final da década de 90?

- No passado, o país dependia dos investimentos diretos que eram feitos através de empresas e de financiamentos bancários para empresas estatais e outras. Nesses casos havia uma contrapartida real. Tinha-se a acumulação de capital real e a acumulação de dívidas. Hoje, você tem a acumulação de dívidas, sem necessariamente acumulação de capital real. Temos a acumulação de passivos financeiros, que são onerosos, porque criam necessidade de remessa de dividendos, de juros, e mesmo a remessa de todo o capital de uma vez só.

- Em função desse quadro novo, o que precisa ser feito?

- É preciso mostrar esse lado da dependência financeira e fazer com que a população reflita criticamente sobre o problema. É um quadro que não chega a atingir os países muito pobres, porque eles não têm mercado de capitais e capacidade de colocar no exterior os seus bônus. Não têm bolsas atrativas ao grande capital internacional e continuam carregando uma dívida velha, contratual. Já países como o Brasil, que vivem a situação de mercados emergentes, se tornam alvo desse processo de circulação do capital internacional. Sem uma política de proteção às nossas condições econômicas, ficamos totalmente à deriva nesse processo de instabilidade financeira internacional.

- A partir de quando o Brasil se tornou vulnerável a essa situação?

- A situação foi se agravando, com a política do governo atual, a partir de 94. Com os crescentes déficits na chamada conta corrente da balança de pagamento, passa a haver uma inserção total na questão da dependência externa dos capitais voláteis. Isso tem se agravado ano a ano. Para se ter uma idéia, em 98, o cálculo que se faz em termos de necessidade de recursos para cobrir o déficit, para pagar o déficit em conta corrente, para pagar a amortização da dívida e para ter reservas contra este movimento especulativo de capitais seria algo em torno de US$ 100 bilhões. O Brasil tem hoje uma reserva menor que isto que precisa ser continuamente alimentada para permitir que este fluxo negativo seja suprido.

- Esta situação poderá ser sustentada por muito tempo?

- Trata-se de uma situação anômala que não poderá ser mantida a longo prazo, mesmo que o país tenha esta saída, a meu ser totalmente equivocada de liquidar os ativos em termos de empresas estatais, etc.. E depois, como ficaremos? Ficaremos sem as empresas e com a dependência maior ainda.

- Que saídas poderiam ser adotadas a curto prazo para que o país comece a reverter este quadro?

- Politicamente temos que colocar a necessidade de mudar o quadro da dependência internacional, o quadro das relações da política macroeconômica, cambial, financeira, comercial que foram engendradas a partir de 94. Isso envolve uma outra postura de governo, de direção do país, que precisa ser discutida com a sociedade. Essa liberdade que o capital volátil tem para entrar e sair do país tem de acabar. O capital financeiro que é apenas uma abstração, ele simplesmente tem a capacidade de ser mover de lá para cá, a qualquer momento, em busca de ganhos especulativos, e com isso, a economia fica totalmente inviável. Para isso, você tem que engendrar uma outra concepção de política econômica, em que vai se colocar areia na engrenagem do sistema financeiro e não lubrifica-lo, senão ele se torna cada vez mais volátil e contra os interesses do país.

- A sociedade, em geral tem consciência disso, ou será necessário um trabalho de esclarecimento?.

- A sociedade ainda não está suficientemente esclarecida sobre o problema. É preciso conscientizar sobre os riscos de uma dependência econômico financeira crescente e mostrar que essa dependência se traduz em desemprego, instabilidade, estagnação econômica. É preciso combater o argumento de que não há outro caminho diante da globalização. Isso representa uma idolatria do capital, como se ele fosse o senhor absoluto da história, e contra o qual nós tivéssemos que sofrer todas as conseqüências sem qualquer defesa. Eu não aceito este tipo de concepção de história e de política.

- O senhor acha que o governo já estaria mudando o discurso sobre globalização e a política neoliberal, ou tudo não passa de estratégia eleitoral?

- O governo sabe muito mais que nós, porque tem informações privilegiadas, que o quadro da instabilidade macroeconômica que em grande parte foi criado por eles, com o Real, é ingovernável. A seguir à risca todas as recomendações dos investidores internacionais você quebra o país em pouco tempo. Evidentemente eles estão tentando dourar a pílula. Fica complicado mudar este quadro, porque junto com a dependência, muitos ganham dinheiro com esta situação. Fica difícil cortar esse nó, se não cortar nos donos do poder e da riqueza que eterniza essa dependência. A mudança política é crucial para que se possa respirar um pouco de oxigênio, embora com dificuldades que não poderão ser resolvidas do dia para a noite.

- Como o senhor vê iniciativas, como o simpósio que vai discutir a questão da dívida externa?

- Acho que iniciativas como esta contribuem para esclarecer a opinião pública sobre os significados dos processos financeiros e econômicos internacionais e internos na vida do homem comum. E ainda como isso pode ser alterado através da política. Precisamos, mais uma vez, acreditar na capacidade da humanidade de reverter esses processos chamados de deterministas, que são fruto da idolatria do capital.

IGREJAS DEBATEM DÍVIDA EM MÁLAGA

A reunião convocada pelo Conselho Mundial em Málaga, na Espanha para preparar a declaração sobre a dívida externa, que irá marcar os 50 anos do Conselho, abriu uma discussão mais ampla sobre o sentido da dívida. O bispo responsável pelo setor Pastoral Social da CNBB, Dom Demétrio Valentini, que participou do encontro, defendeu que a dívida não pode ser vista apenas como uma questão "episódica ou periférica".

"Não se trata de perdoar os milhões de dólares da dívida externa, mas de lutar pela mudança do próprio processo econômico que está em andamento, do processo humano ", defendeu Dom Demétrio.

Dom Demétrio disse que os 50 anos do Conselho Mundial de Igreja no final deste ano ocorrerá às vésperas do Jubileu 2000. A assembléia do Conselho está marcada para a cidade de Harare, no Zimbawe, na África, quando será assumida uma declaração sobre a dívida externa. "A proposta visa a redução, e até o cancelamento da dívida, especialmente dos países mais pobres. Por isso, a realização da assembléia na África tem um significado importante, já que a maioria dos estados altamente endividados estão lá", observou o bispo.

Para Dom Demétrio, a escolha do local também foi importante, pela proxintidade do mundo muçulmano, que não tem qualquer envolvimento com o Jubileu 2000. "Uma das reflexões que surgiram na reunião de Málaga, é que o Jubileu para se tornar um fato universal, não pode ficar só na celebração dos 2000 anos de Cristo. Se colocarmos no cerne da celebração a questão da dívida, o Jubileu passa a interessar ao mundo todo".

A dívida, em seu sentido mais amplo, segundo Dom Demétrio, passa pelo perdão, que está no próprio Pai Nosso. "Hoje queremos que o evangelho seja aceito e para isso, é preciso ampliar o conceito de dívida. Nesses 2000 anos, o evangelho tornou-se antipático para alguns povos, como é o caso das Cruzadas para o povo muçulmano", citou.

"Uma nova evangelização envolve as aspirações mais profundas que todas as religiões têm", disse o bispo, e passa "por um novo relacionamento entre Deus e entre as pessoas".

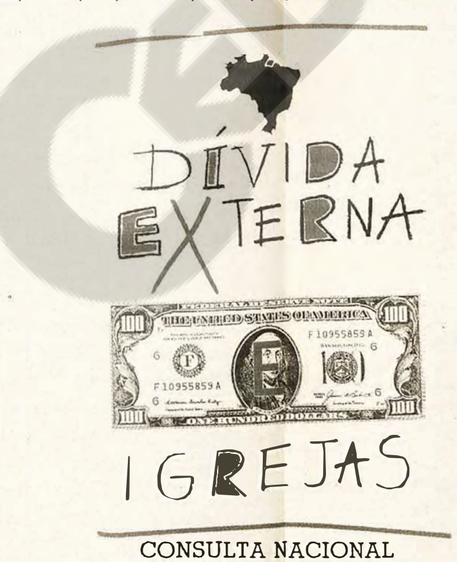
CONCLUSÕES DO SIMPÓSIO COM AMPLA DIVULGAÇÃO

Diversos desafios estão colocados para que a questão da dívida externa e os seus reflexos na vida do cidadão comum sejam difundidas de forma abrangente, após a realização do Simpósio sobre a Dívida Externa Implicações e Perspectivas. Cinco convidados do Simpósio irão participar dos mini plenários que darão encaminhamento às sugestões apresentadas durante o Momento Nacional da 3ª SSB, a realizar-se de 4 a 8 de agosto, em Itaici - SP.

Entre as ações já discutidas estão a divulgação de cartazes com o material de formação, o uso de tablitas que traduzam o montante da dívida externa em dívidas sociais, a elaboração de um vídeo, com uma novela sobre o endividamento externo. Também foi proposto a organização de um Salão de Humor sobre o endividamento externo. A idéia é convidar cartunistas para participarem do júri, e também para recuperar antigas charges sobre o tema.

Para atingir as crianças que enfrentam dificuldades para entender um tema tão complexo, poderão ser criadas brincadeiras que traduzam numa linguagem simples, as razões que levaram o país a se endividar. Para isso, será feito contato com a Abrinc. Na mesma linha de atingir o público não especializado, existe uma proposta de roteiro de sket popular para teatro amador, inclusive para Teatro de Bonecos. Repentistas também serão contatados para cantarem sobre o tema a colaboração será prestada por repentistas ligados ao Movimento Sem Terra (MST).

A partir do documento final do Simpósio será elaborado material em linguagem popular sobre as conclusões _ inclusive poesias. As conclusões também serão enviadas às autoridades _ do executivo, legislativo e judiciário, aos organismos internacionais e às Igrejas. Também serão definidos instrumentos a serem levados ao Momento Nacional e a forma de participação na 3ª Semana Social na Campanha Internacional Jubileu 2000, em favor do cancelamento da dívida internacional dos países pobres.



INICIATIVAS INTERNACIONAIS PARA ENFRENTAR A DÍVIDA EXTERNA

Manifestações em todo o mundo estão ocorrendo para enfrentar os desafios da dívida externa. Sete bispos católicos se juntaram ao diretor da Catholic Fund for Overseas Development (Cafod), da Inglaterra, e rasgaram simbolicamente um cheque em tamanho gigante no valor de 250 bilhões de dólares, representando o total da dívida que os países do terceiro mundo têm para com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Christian Aid, entidade inglesa, iniciou um abaixo assinado, que pretende ser "o maior da história do mundo", para cancelar a dívida externa das nações mais pobres até o ano 2.000. A meta é alcançar 22 milhões de assinaturas a serem entregues durante a Cúpula do Grupo dos Oito, que reúne os países mais ricos do mundo, marcada para o ano que vem, na Alemanha.

A participação da Alemanha na campanha internacional parte da mensagem: "A Desenvolvimento necessita do desendividamento". Várias organizações não-governamentais, lideradas pelo Instituto Vento Sul (SUDWIND) estão mobilizando a sociedade. Entre o material já divulgado, destaca-se um folheto em que é reproduzido um diálogo fictício entre "o Norte", e "o Sul", este representado por uma mulher africana. Um representante da Sudwind virá a Brasília especialmente para participar do Simpósio.

A Cáritas Internacional e a rede Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e a Solidariedade (Cidse) desenvolvem há vários anos uma luta voltada para a discussão da dívida externa e a reforma do Banco Mundial. As duas entidades, como parte do Jubileu 2000, delineiram um plano trienal, que incluiu apoio aos países que enfrentam as conseqüências do pagamento da dívida externa. A Cáritas Internacional e a rede Cooperação Internacional também enviarão representante para o Simpósio.

A participação da CNBB na campanha internacional, como a de outras entidades envolvidas na 3ª Semana Social Brasileira, será definida após a realização do Simpósio. Será decidido se campanha será conduzida tal como veio da Europa, com adaptações, ou haverá outra forma de participar da articulação.

A preocupação da Coordenação Nacional da 3ª Semana Social Brasileira é mostrar às comunidades a forma como a dívida externa se reflete no dia a dia da população, a fim de que a campanha internacional não fique apenas restrita à manifestações de entidades, mas reflita realmente um posicionamento popular.

O JUBILEU 2000 NA INTERNET

Alguns trechos que passaram pela Internet mostram a situação dos países endividados:

· São os maiores devedores que estão desmatando indiscriminadamente as florestas. O Brasil é um dos piores neste sentido.

· Cada ano, o Terceiro Mundo paga aos países do Primeiro Mundo três vezes mais na dívida do que recebe em assistência.

· A África gasta quatro vezes mais no pagamento do dívida do que gasta em saúde.

· Na medida que as dívidas crescem, os países pobres mais precisam de moeda estrangeira para pagar as mesmas. Uma solução é explorar exageradamente os recursos naturais e não importar com os programas de preservação.

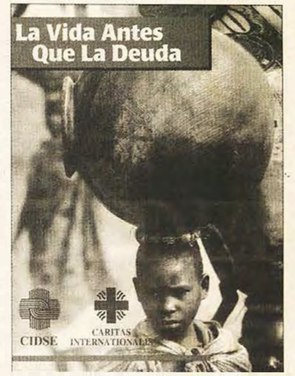
A DÍVIDA ESTÁ AUMENTANDO

Com a crise asiática, no final do ano passado, a dívida externa brasileira deu um salto de US$ 18,743 bilhões nos três primeiros meses deste ano. O governo adotou uma série de medidas para atrair o capital estrangeiro temendo os reflexos da crise no mercado brasileiro. Com as iniciativas adotadas pela área econômica, as reservas chegaram a um volume recorde, enquanto a dívida externa se avolumou. Durante o período crítico dos problemas na Ásia, as reservas no país diminuíram em US 9,896 bilhões, segundo dados publicados no jornal Folha de São Paulo. A situação foi causada pelo medo dos investidores de uma desvalorização do real, que desviaram do país o capital que aplicavam aqui.

Para deter a evasão do capital financeiro, o governo dobrou as taxas de juros básicos da economia. Dessa forma, as instituições financeiras foram estimuladas a se endividar no exterior, pagando taxas mais baixas, para depois aplicar o dinheiro no país, recebendo juros maiores. Como resultados dessa e de outras medidas adotadas pelo governo, o débito do setor privado cresceu US%$ 17,895 bilhões, enquanto a dívida pública aumentou US% 848 milhões.

Segundo análise do coordenador de Economia do jornal Folha de São Paulo em Brasília, Gustavo Patú, a dívida externa está deixando o país numa situação vulnerável às oscilações da economia internacional. Ele lembra que quando o Brasil não conseguiu honrar os juros, no início dos anos 80, "o país entrou em um ciclo de recessão e inflação que ficou conhecido como a década perdida".

Naquela época, a dívida chegava a US$ 64 bilhões (27% do Produto Interno Bruto). Hoje os números são assustadores: a dívida atingiu US$ 212 bilhões (26% do PIB). Embora a situação do país seja mais confortável, hoje, em função do quadro externo _ em 80 ocorreu a explosão das taxas de juros pela alta dos preços do petróleo_ está mais vulnerável, o que pode ser sentido com a crise asiática do ano passado.



O jornalista Gustavo Patú explica que além dos problemas enfrentados por outros países endividados, o Brasil conta com um complicador: aqui o governo gasta mais do que arrecada, e esse déficit também tem que ser coberto por poupança externa e interna. "Por isso, em caso de crise ou ameaça de crise da dívida, as opções são poupar mais, reduzir o déficit do governo ou reduzir os investimentos", explica o jornalista.

O perfil do endividamento externo do país é muito mais complexo do que na década anterior. Antes o país (setor público e privado) tomava empréstimos das agências internacionais de crédito para aplicar em programas nas diversas áreas. Hoje há uma tendência crescente de captação através de títulos. Segundo uma pesquisa do economista Octavio de Barros, a tendência é que a captação através de títulos represente, em três anos, 60% do total da dívida. Em dezembro os bônus e títulos lançados pelo país já chegavam a US$ 102,4 bilhões, correspondendo a 52,2% da dívida externa na época.

O trabalho de Octávio de Barros mostra que a dívida externa brasileira total chegou a US$ 198,5 bilhões no final do ano passado. O especialista aponta que a parcela da dívida de curto prazo mais passível de encontrar dificuldade de renovação numa situação de crise são os empréstimos teoricamente voltados para o setor agrícola, mas que na prática em boa parte foram aplicados em títulos do governo com correção cambial e por commercial papers.

Entre os principais itens que pesam na dívida externa o economista destaca: o Clube de Paris, bradics, pre-bradies, soberanos novos, global de 1027, MYDFA (Banco Central), NMB88 (Banco Central), Bônus de bancos públicos, Bônus de bancos privados, Bônus de empresas privadas, bônus de empresas estatais, organismos multilaterais, agências bilaterais, etc.

DÍVIDA É TEMA DO CONIC DESDE 85

Desde 85, quando o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) e a Comissão Conjunta Igreja e Desenvolvimento realizaram um seminário internacional para discutir problemas de convivência pacífica e justa entre o Primeiro e Terceiro Mundos a dívida externa tem sido uma preocupação constante. Desse encontro, realizado no Rio de Janeiro, saiu uma carta, em que se pedia a redução da taxa de juros de mercado e a redução das dívidas, auditoria imparcial para a verificação da legitimidade da dívida, desenvolvimento de

uma interdependência econômica mundial sem dominação, disposição dos credores para negociações multilaterais e a criação de um Clube dos Devedores, à semelhante do Clube dos Credores, que é o Clube de Paris.

As iniciativas tomadas pelo CONIC, desde essa época, estão na publicação "Mensagens e Declarações para os Nossos Dias", publicado pelo próprio CONIC. Entre os encontros para discutir o tema, é citado o seminário "Igrejas e Dívida Externa", realizado em março de 88. Entre as conclusões do seminário estava a decisão de estimular as igrejas a colocarem o tema dívida externa nas suas discussões e que a questão fosse enfocada numa perspectiva ampla da ordem econômica internacional, e na garantia do respeito aos direitos humanos.

Em 89, foi divulgada a declaração "Igrejas e a Dívida Externa", fruto do encontro "Consulta Nacional sobre Dívida Externa". Entre as linhas de ação aprovadas no encontro estão estavam a criação pelo Conselho Mundial de Igreja de um Programa ecumênico para o Combate à Dívida Externa e que as Igrejas orientassem seus membros a adotarem como um dos critérios fundamentais para a escolha do seu candidato à presidência da República, "a posição que este adotar em relação à dívida externa".

DÍVIDAS E JUBILEU

Elementos para reflexão teológica e pastoral sobre o tema das Dívidas

Introdução

A proximidade do Jubileu do ano Dois Mil coloca em evidência a importância teológica e pastoral do tema das Dívidas. Muito mais do que uma questão periférica e ocasional, a questão das Dívidas está no cerne da proposta do Jubileu, mas está também no cerne do novo relacionamento que Cristo veio estabelecer e propor, tanto assim que ele colocou esta questão na "Oração" que ensinou aos discípulos, síntese prática de todo o seu Evangelho.

O recente encontro promovido pelo Conselho Mundial das Igrejas, em Málaga, na Espanha, de 19 a 21 de abril de 1998, visando preparar uma declaração sobre Dívida Externa a ser assumida pela próxima Assembléia do CMI, evidenciou esta forte vinculação do tema das Dívidas com o Jubileu. Além disto, o contexto ecumênico do encontro mostrou que o tema das dívidas pode se tornar ponto de união entre as Igrejas. Assumindo a causa do "perdão das dívidas", as Igrejas podem prestar um válido serviço ao mundo de hoje. E a proximidade do mundo muçulmano, onde vai se realizar a Assembléia do CMI, (em Harare, no Zimbawe), revelou que o tema das dívidas assume a forma aceitável como hoje o evangelho de Cristo pode ser acolhido pelo mundo.

Por isto, o Jubileu pode, sim, se tornar um precioso momento de "Nova Evangelização", na medida em que for assumida, de maneira adequada, a questão das Dívidas na sua celebração.

1- Vinculação do tema com o Jubileu

Se olhamos em que consiste a proposta bíblica do Jubileu, percebemos que ela se volta, por inteiro, para a situação real vivida pelo povo, propondo a libertação dos jugos acumulados sobre ele. As propostas concretas do Jubileu, pelas quais ele acontece, são: o perdão das dívidas (Dt.15,1-10), a libertação dos escravos (Dt.15,12-14), o repouso das terras aráveis e recuperação das propriedades (Lv.25,1-12).

São distorções que vão se acumulando ao longo dos anos, e que necessitam, periodicamente, de uma retificação radical. É isto que o Jubileu propõe.

Para efetivar a retificação de distorções acumuladas, encontra-se a inspiração e a motivação também num acúmulo de significado religioso, contido no sentido bíblico do "sétimo dia" dedicado ao Senhor, e que resultava no descanso para o homem. O Jubileu, afinal, resulta da multiplicação, por sete, de sete anos, que se inspira no sétimo dia, que é o Dia do Senhor.

Portanto, a motivação das propostas do Jubileu tem inspiração religiosa, mas a sua concretização incide sobre a realidade social.

Vale a pena perguntar-nos sobre a direção que está tomando a celebração do Jubileu, inclusive para conferir se levamos em conta a ênfase dada por João Paulo II à questão das dívidas. Ele teve a lucidez, e a coragem, de ampliar as "indulgências", que em outros jubileus se limitavam ao perdão dos pecados pessoais. No entender de João Paulo II, a celebração do Jubileu deve convergir para iluminar a realidade e incentivar sua retificação, suprimindo as opressões acumuladas. Para não acontecer que, em vez da realidade, detenhamos o olhar na própria luz. Quando um estádio é bem iluminado, ele já é, em si mesmo, um bonito espetáculo, que faz parte da festa. Mas toda a iluminação está a serviço do verdadeiro espetáculo, que deve se realizar em campo.

Se toda a iluminação de nossa fé cristã, com o esplendor da revelação trinitária, nada repercutisse sobre a vida do mundo, ainda continuaria válida a pergunta lançada ao povo no exílio: "onde está o Deus de vocês?". O Jubileu nos incentiva a projetar com força esta luz sobre a realidade, e sentir como ela é benéfica para tornar o mundo mais de acordo com o mistério de amor que Deus revela em si mesmo, que nos envolve, e que Ele propõe como inspiração para um novo relacionamento entre nós.

2- Centralidade do tema das dívidas

Na proposta bíblica do Jubileu, o "perdão das dívidas" constitui o seu núcleo central. Pois na verdade, as diversas opressões acumuladas são expressões de dívidas, que tomam formas de escravidão, de expropriação das propriedades, de exploração da natureza. E' o sistema produtor de dívidas que deve ser desmontado e neutralizado. Desta maneira se realiza, eficazmente, o "perdão" das dívidas. A intuição de que as "dívidas" estão no cerne do mecanismo de exploração está presente na proposta da Terceira Semana Social Brasileira. Hoje pareceria superado falar em libertação de escravos, mas permanece atual propor o "resgate das dívidas sociais", dentro das quais identificamos mecanismos de dominação que produzem os mesmos efeitos dos tempos da escravidão e do colonialismo.

3- A dimensão evangelizadora do "perdão das dívidas"

O sentido amplo e atualizado do "perdão das dívidas", visando recriar as condições de vida para todos, se constitui numa "boa notícia", que vem ao encontro das expectativas de todas as pessoas, independentemente de suas convicções religiosas. Daí o potencial evangelizador de um jubileu que tenha como proposta central o perdão das dívidas. Os muçulmanos, por exemplo, não estão celebrando jubileu nenhum, até porque seu calendário é diferente. E nem estão afim de se entusiasmarem, como nós, por "um novo milênio cristão". Mas se o jubileu cristão tiver a força de propor para o mundo o perdão das dívidas dos países pobres, fica mais aberto o caminho para uma apreciação diferente do cristianismo por parte deles e de todos os povos.

4- Sua importância pastoral

As nossas "Diretrizes da Evangelização" destacaram as "exigências" da Evangelização. E colocaram o "serviço" como a primeira delas, inclusive a que abre caminho para as outras: o diálogo, o anúncio explícito e o testemunho de comunhão.

O problema das dívidas comprova esta precedência do serviço nos caminhos da evangelização. Esta precedência o Evangelho a expressa de diversas maneiras, seja pela parábola do Bom Samaritano, onde os preocupados pela dimensão religiosa não souberam ser o "próximo" de que necessitava a vítima dos assaltantes daquele tempo. Hoje os assaltantes são outros, mas certamente nós não poderíamos ignorar a multidão de vítimas do sistema econômico saqueador, pela pressa de chegarmos em tempo para as festas do Jubileu.

5- Centralidade evangélica do perdão

O "resgate" da importância das dívidas na questão do Jubileu está recuperando a centralidade evangélica do perdão. Assim entendemos melhor porque a questão do "perdão das dívidas" foi colocado por Cristo em sua "Oração paradigmática" que é o Pai-Nosso. Ela é a concretização prática do Evangelho de Cristo, com seus fundamentos teológicos e sua vivência cotidiana. Pois bem, nesta oração, as dívidas são colocadas como uma realidade que é "nossa", mas que pelo perdão se torna instrumento da "gratuidade" da misericórdia divina, que é o cerne do Evangelho de Cristo. Assim fica invertida a perspectiva da famosa discussão que ocupou boa parte dos cristãos nesses últimos quinhentos anos, a respeito da "justificação". A justificação acontece pelo perdão, recebido na condição de também ser dado. E reencontramos, de maneira eficaz, a centralidade de Cristo como portador da misericórdia gratuita do Pai, no amor do Espírito Santo.

São três os "nossos" que dão o ritmo da seqüência e do encadeamento de toda a oração que o Senhor nos ensinou: o "Pai-nosso", o "Pão-nosso", e as "Nossas-dívidas", sendo que este último estabelece uma vinculação com os "Nossos-devedores", vinculação que a oração coloca como condicionante, e que o Evangelho de Mateus retoma em seguida, para enfatizá-la: "Pois, se perdoardes... o Pai vos perdoará... mas se não perdoardes... o vosso Pai também não vos perdoará" (Mt 6,14-15).

Quem sabe, para o ano Dois Mil, com a Campanha da Fraternidade Ecumênica, possamos resgatar também a própria palavra "dívidas" no Pai-nosso, e assim podermos rezar juntos a oração que o Senhor nos ensinou não só com as mesmas palavras, mas com os mesmos sentimentos de perdão mútuo e de unidade refeita.

Dom Demétrio Valentini - Responsável pelo Setor Pastoral Social CNBB

E X P E D I E N T E

Este boletim informativo é uma publicação da Secretaria da 3ª Semana Social Brasileira

Assessoria Geral
Maria Soares de Camargo
Padre Luís Bassegio
Jornalista Responsável
Eliana Barreto
(Mt 6712/DF)

Endereço para contado:
Secretaria Geral
SE Sul - Quadra 801 - Conjunto "B" -
CEP: 70401 - 900 - Brasília - DF
Serviço de Apoio: (CNBB)
e-mail: psocial @ cnbb.org.br

Caixa Postal 02067 70259970 - Brasília - Distrito Federal - Tel: (061) 225 - 2955
Fax: (061) 225 - 4361
Diagramação
PD-Solli Comunicação
(061) 447 - 1003

Encontro Diocesano sobre Resgate das Dividas Sociais
" *3ª Semana Social Brasileira* "

Iniciativa: Equipe de Articulação das Pastorais/Movimentos Sociais
Local: Cúria Diocesana da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda
Participantes: 35 representantes de Pastorais, Movimentos(Populares e Sindicais) e Ceb's.(Regionais: B.Mansa, V. Redonda e Resende)
Dia: 09/05 - 14.00 h a 17:00 h
Assessoria: Pe. José Arimatéia

1º Momento

1. Reflexão sobre a Mística no Seguimento de Jesus

A partir de motivações expressas no Evangelho, os presentes citaram frases que alimentam nossa presença e ação dentro do mundo. Neste ponto o padre Arimatéia passou a refletir de forma partilhada a necessidade do resgate real do seguimento à Jesus. A participação dos presentes foi muito significativa e motivadora.

2º Momento

Na linha do projeto da 3ª Semana Social, que aponta para o resgate das Dívidas Sociais, os presentes em dois grupos levantaram as dívidas sociais e iniciativas na busca da superação:

1. Dívidas Sociais no Sul Fluminense

Habitação (moradia urbana), Terra(reforma agrária), Desemprego(falta de trabalho), Saúde (doenças, poluição), Educação(escolas profissionalizantes), Seguridade Social (idoso), Transporte, Segurança (impunidade e imobilismo).
Cidadania, Manipulação das Pessoas (Falta formação), Ética na Política, Dignidade Humana, Sindicatos Verdadeiros, Confiança no Outro(companheirismo).
Na discussão feita sobre estes tópicos foi destacado a necessidade de *quantificar e localizar quem provoca estas dívidas*, por outra definir melhor as que estão ligadas ao comportamento humano (**Ver Negrito**).

2. Iniciativas pontuadas para no Resgate destas Dividas

Resende: Discussão para implementação dos conselhos municipais, Acompanhamento das ocupações de terra no Jardim Alegria e Barra III, Organização da comunidade Vicentina na reivindicação de 180 lotes a preço de 25 Reais/mês, Conquista na Municipalização do CIEP da Vila Vicentina (estava abandonado), Grupo de Serviço a Cidadania.

Barra Mansa: Conquista da Fazenda do Salto (Implantação de sistema de Cooperativa), Ocupação da Fazenda Primavera (arregimentação de adesões para ocupar outras 6), Rearticulação do trabalho de cidadania, Projeto Bio-Vida, Pastoral Carcerária (Organizada nos 4 Regionais).

Volta Redonda: Esforço da Retomada do Sindicato dos Metalúrgicos (presença de militantes cristãos na chapa de oposição e iniciativa do folheto da CF/ 98, Organização das 20 famílias de posseiros da Califórnia no projeto de construção das casas, Criação do Fórum de Conselheiros, Grupo alternativo da Saúde, Pastoral da Criança, Grupos de Saúde da Mente (Bio-Vida/Provisol), Movimento de cidadania com articulação Regional, Semana da Cidadania.

No debate sobre este ponto foi frisado a importância de estarmos incentivando os excluídos urbanos com vocação para a agricultura, procurem o sindicato Rural e MST para engrossar a luta pela Reforma Agrária. Os presentes constataram com muita alegria que o encontro permitiu localizar iniciativas importantes que estão acontecendo, alguém afirmou com ênfase - Foi uma injeção de ânimo.

3º Momento

Na finalização do encontro apontou-se para remarcar um outro com melhor divulgação, e também para a importância de reforçarmos as participações nas atividades socais que estão no marco do Resgate das Dívidas Sociais rumo ao novo milênio. As pastorais, comunidades e movimentos devem provocar discussões nas sua bases sobre o tema.

Dia 16/05 - Encontro de Conselheiros Municipais	- Volta Redonda
Dia 23/05 - Fórum da 3ª Semana Social em Moquetá	- Nova Iguaçu
Dia 31/05 - Encontro Sul Fluminense - Rede de Cidadania	- Valença
Dia 14/06 - 10ª Caminhada da Terra (Sebastião Lan)	- Cabo Frio
Dia 11/07- 2º Encontro de Comunicadores	- Volta Redonda
Dia 15/07- Encontro Diocesano da Pastoral Carcerária	- Volta Redonda
Dia 07/09 - Grito dos Excluidos no ' 7 de Setembro '	- Aparecida

Volta Redonda, 10 de maio de 1998

Zezinho

LEGADO DE MEDELLIN PARA A NOVA EVANGELIZAÇÃO
ENCONTRO INTERDIOCESANO PARA CELEBRAR 30 ANOS DE MEDELLIN E 50 ANOS DO PASTOREIO DE DOM WALDYR
MENDES (RJ), 21 A 25 DE JULHO DE 1998

Informe n° 1

As Dioceses de *Barra do Piraí-Volta Redonda, Duque de Caxias, Itaguaí, Nova Iguaçu e Valença*, no Estado do Rio de Janeiro-Brasil, celebram 30 anos de Medellin e retomam o seu legado para a Nova Evangelização, louvando e agradecendo a Deus pelos 75 anos de vida e 50 de sacerdócio de Dom Waldyr e 75 de constituição da Igreja em Barra do Piraí-Volta Redonda.

Fazem parte das comemorações:

- **Encontro "Legado de Medellin..."** - 21 a 25 de julho - Centro Marista - Fazenda São José das Paineiras-Mendes-RJ Tel.: (024) 465-2266 / 465-2090.
- **Romaria de Medellin** - 25 de julho - Ilha de São João - Volta Redonda
  10 h - Concelebração Eucarística
  12-15 h - Confraternização
- **Celebração de Aniversário da Diocese** - 26 de julho - Barra do Piraí

COORDENAÇÃO DOS EVENTOS

Comissão central interdiocesana: Dom Mauro Morelli - Coordenador, Pe. Agostinho Pretto - Coordenador Adjunto, Ir. Maria Laura Gorgulho - Secretária, Pe. Bernardo Thus - Tesoureiro, Pe. Marcus Barbosa Guimarães - Seminário Paulo VI, Pe. Paulo Augusto Milagres Rodrigues - CRC Leste 1-CNBB; Representantes das Dioceses: Pe. Adelar Pedro de David - Duque de Caxias, Pe. Paulo Machado - Nova Iguaçu, Pe. Marcos Ockerman - Itaguaí, Pe. Carlos Alberto do Nascimento - Valença e Pedro Fabris - Barra do Piraí-Volta Redonda.

Sub-comissões:

Acolhida e hospedagem: Pe. Paulo de Oliveira Dias, Diácono Sebastião Cosme da Silva e Pedro Fabris
Finanças: Pe. Bernardo Thus, Evandro Queiroz Glória
Liturgia: Pe. Domingos Ormonde Filho, Frei Vitalino Piaia e Pe. Sjaak de Boer
Cultura: Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda
Temática: Pe. Medoro de Oliveira Souza Neto, Ir. Maria Laura Gorgulho, Pe. Marcus Barbosa Guimarães, Pe. Paulo Roberto Hottz, Maria Joaquina Fernandes Pinto e Pe. Domingos Ormonde Filho
Mobilização da Romaria: Pe. Agostinho Pretto, Pe. Adelar Pedro de David, Pedro Fabris, Evandro Queiroz Glória

Endereço da coordenação e secretaria executiva:

Seminário Maior Paulo VI - Rua Bolívia, 309 - Metrópole - Nova Iguaçu - RJ - CEP: 26.215-250 - Tel.: (55 21) 767-6642 Fax (55 21) 768-3288 E.Mail fernand@abeu.com.bx
Cúria Diocesana de Duque de Caxias - Fax (55 21) 771-3459 E.Mail mitra@ax.apc.org
Cúria Diocesana de Barra do Piraí-Volta Redonda - Tel.: (024) 348-2148

INFORME SOBRE O ENCONTRO

PROGRAMA

21 de julho - Terça-feira - 16 h - Abertura e Acolhida
20 h - Painel inaugural: *"Legado de Medellin para a Nova Evangelização"* - Testemunhos de Arcebispos e Bispos membros daquela conferência.
22 de julho - Quarta-feira - Tema: *"Medellin: Contexto, evento, desdobramento na história atual da evangelização na América Latina e a atual conjuntura"*
23 de julho - Quinta-feira - Tema: *"Medellin, Palavra e Vida: contribuição da leitura bíblica a partir dos pobres"*.
24 de julho - Sexta-feira - Tema: *"Medellin: Comunidades Eclesiais de Base, Promoção Humana e Liturgia"*.

PARTICIPAÇÃO E HOSPEDAGEM

Foram reservadas 180 vagas para participantes das Dioceses promotoras das comemorações. 120 vagas estão destinadas a Bispos, Padres e outros convidados do Brasil e do exterior. Caberá à comissão central fazer os convites e definir as inscrições. Será cobrado uma diária de R$ 30,00 pela hospedagem.

1996

Nosso Lar
Catedral
Centro de Formação

2ª edição: 27-12-95

D	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sb	Dm	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sb	D	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sb	D	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	S	D	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sb	Dm	2ª	3ª
Jn	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31						
Jl															ENP=ANPB=																						
Ag				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31			
St							1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
Ou		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31					
Nv				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30				
Dz							1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31

1997

	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sb	Dm	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sb	Dm	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sb	Dm	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sb	Dm	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sb	Dm	2ª
Jn				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31			
Fv						1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28				
Mç						1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	
Ab		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30						
Mi				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31			
Jn							1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	

COMPROMISSO DO CRISMANDO

A partir deste primeiro encontro 29 de abril assumo um sério compromisso com a catequese do Crisma:

1) - Participar todos os Domingos da Missa ou Celebração da Palavra na minha Comunidade ou aqui na Igreja Santo Antonio;

2) - Realizar, participando da melhor maneira possível, trabalhos em grupos internos ou externamente;

3) - Realizar os trabalhos individuais que são propostos;

4) - Ser assíduo aos encontros (só poderão ter 5 (cinco) faltas);

5) - Ser pontual, procurando chegar às 16h ou no horário pedido;

6) - Participar ativamente dos encontros demonstrando interesse pelo conteúdo que está sendo trabalhado e cooperando com todo o grupo;

7) - adquirir o material solicitado:

a) - caderno de anotações e caneta;

b) - O livro Gente em busca de algo mais;

c) - Livro de cantos Caminhando e cantando;

d) - Bíblia Sagrada - Edição Pastoral (até setembro)

OBS: O material deverá ser adquirido o mais breve possível;

8) - Entregar cópia da Certidão de Batismo e declaração de Primeira Eucaristia.

FICHA DE CRISMANDO

NOME: _____

PAI: _____

MÃE: _____

ENDEREÇO: _____

TEL: _____ PROFISSÃO: _____

JÁ FOI BATIZADO ? ( ) SIM ( ) NÃO

JÁ RECEBEU PRIMEIRA EUCARISTIA ? ( ) SIM ( ) NÃO

ASSINATURA: _____

QUE FUTURO PARA O ESTADO-NAÇÃO?

Marcos Arruda – TNI/PACS

1. *Estado-Nação como uma criação histórica*

Na História a existência do Estado está relacionada – direta ou indiretamente – com o modo de produção dominante. É uma superestrutura que repousa sobre a estrutura socioeconômica. Muda conforme ocorrem mudanças nessa estrututura. Com o atual estágio da globalização, está mudando outra vez, e é a classe hegemônica que já controla o Estado, aquela que também está controlando a mudança. Na minha opinião, o Estado não tende a desaparecer enquanto a globalização neoliberal progride. O que está desaparecendo é o Estado do bem estar, o Estado social-democrático e, talvez, não por muito tempo, se afinal predominarem as propostas neokeynesianas que estão emergindo do Banco Mundial. Mas outras vias para o Estado-Nação existem para aqueles que acreditam que o capitalismo não é o único modelo viável de organização da socioeconomia, e que a globalização neoliberal, liderada pelas empresas transnacionais, não é o único tipo viável de globalização a que podemos aspirar.

2. *O Estado-Nação está em crise com a globalização neoliberal*

O Estado-Nação vai continuar a ser sacudido enquanto persistir a globalização neoliberal. A lógica das reformas neoliberais é **não** eliminar o Estado, mas adaptá-lo ao papel que os capitalistas do "livre mercado" querem e precisam que ele desempenhe: 1) como amaciador e, quando necessário, agente repressivo do protesto social; 2) como garantia da liberdade de mercado (que na realidade significa liberdade para o capital e subordinação para a força de trabalho e para as nações menos desenvolvidas; 3) como subsidiador do setor privado mediante fundos públicos e contratos facilitados; e 4) como fator de legitimação da globalização subordinada das economias menos industrializadas. A evidência de que as políticas e reformas neoliberais têm sido fatores de empobrecimento nos países do Sul como nos do Norte está forçando mudanças de discurso, e provavelmente também de políticas. O capitalismo se apressa em apresentar suas contradições e perversidades sistêmicas como se fossem 'acidentes', problemas temporários que devem ser atribuídos a quaisquer fatores que não sua própria natureza e estrutura. Chamo a natureza do capitalismo de *crematística* (= que visa apenas a acumulação de riqueza material), em vez de *socioeconômica* (= que visa a gestão da **casa** e dos seus habitantes). Em ciclos intervencionistas, quando surge uma crise os capitalistas a atribuem à falta de suficiente liberdade de mercado, e pressionam por liberalização. Em ciclos liberais, atribuem as crises à falta de regulação estatal e de políticas públicas mais eficazes. Assim, tentam salvar o capitalismo de ser identificado como o verdadeiro fator determinante das enfermidades da socioeconomia. Atualmente estamos vivendo o fim de um ciclo liberal. A questão é quando e como os povos vão finalmente agir para romper com o próprio capitalismo e com o Estado capitalista.

3. *O Desafio da Democratização do Estado-Nação*

A meu ver, o Estado-Nação será uma realidade enquanto a Nação existir. E a Nação está relacionada com pelo menos três elementos que são, e por muito tempo continuarão a ser parte da existência e aspiração da humanidade contemporânea: a territorialidade, a identidade e a

soberania popular. Enquanto continuar o divórcio capital x trabalho, o Estado-Nação vai continuar a ser necessário do modo como o conhecemos hoje. A História mostra que as formas de socialismo centradas no Estado **não** contribuíram para a superação daquele divórcio, conforme o prometido. Assim, a luta continua em busca de caminhos novos e eficazes de superação daquele divórcio. A riqueza **não** é produzida apenas pelos proprietários do capital nem pela tecnologia, mas essencialmente pelos trabalhadores e trabalhadoras – o conhecimento e trabalho coletivo daqueles e daqueles que participam da sua criação, aos quais Marx chama de **indivíduo social**. As condições para que os ganhos de produtividade sejam justamente distribuídos e democratizados, beneficiando assim toda a sociedade, e não apenas uns poucos, são: 1) que os trabalhadores se empoderem no plano econômico (ganhando o controle cooperativo sobre os meios de produzir a riqueza e o conhecimento) a fim de se empoderarem também politicamente; e 2)) um forte Estado democratizado, plenamente controlado pela sociedade e posto ao seu serviço.

4. Caminhos para a Democratização do Estado-Nação

Em muitos países, partidos populares e democráticos têm ocupado governos locais e estaduais e estão desenvolvendo experiências criativas de democratização do Estado. No Brasil, partidos progressistas detêm o controle de centenas de governos municipais e seis governos estaduais. No Uruguai, um vigoroso movimento cooperativo se desenvolve e as experiências de governos locais criaram um rico acúmulo de lições sobre como democratizar o Estado. Ao ponto de as forças progressistas de ambas estas Nações terem chegado muito perto de vencer as eleições federais. Tendências semelhantes são encontradas noutros países dos dois hemisférios. O desafio é complexo: Como implementar uma plataforma governamental que combina uma abordagem reformista (o que é possível) com a integridade a respeito dos objetivos estratégicos de transformação (o que é desejável)? Como fazer que as políticas e das iniciativas governamentais não sejam um fim nelas mesmas, mas sim meios para criar espaço e oportunidade para que a sociedade como um todo se empodere e se torne o sujeito político dominante? Como "governar para todos" e, ao mesmo tempo, continuar a ser leal e sensível às necessidades, interesses e aspirações das amplas massas da população? Como coordenar o desenvolvimento social e humano do país e, ao mesmo tempo, realizar seu papel de educador da sociedade (no sentido gramsciano) para o fim último do empoderamento das pessoas, comunidades e da não para o desenvolvimento autogestionário? Como fortalecer o sentido de auto-estima e auto-identidade da nação, criando simultaneamente pontes e estabelecendo laços de verdadeira cooperação, complementaridade e solidariedade com outras Nações? Como instilar este mesmo espírito e objetivos nas instituições multilaterais?

Na minha opinião, o mundo será reconfigurado de baixo para cima, através da apreciação do valor da diversidade humana – a que chamo **noodiversidade**: cada pessoa, com sua subjetividade e singularidade, cada comunidade, cada grupo social (incluindo grupos étnicos, grupos de gênero, grupos indígenas), cada Nação. Este é o caminho para uma forma cooperativa e fraterna de globalização. O empoderamento econômico e político de cada um e de todos os indivíduos, comunidades e grupos sociais é o verdadeiro conteúdo de uma genuína democracia e de um genuíno socialismo. Nesta perspectiva, as Nações podem ser reconcebidas como unanimidades (almas juntas, um projeto em comum no sentido de objetivos compartilhados) na diversidade (não às custas da diversidade). Ao mesmo tempo, podem ser concebidas como noodiversidades coletivas em busca de unanimidade para fortalecer o desenvolvimento dos seus potenciais sempre

mais além. O objetivo último do Estado: ser um orquestrador da diversidade humana e socioeconômica e um catalizador para o estabelecimento de unidades sempre renovadas na diversidade. O mesmo pode ser previsto para as instituições multilaterais e para um eventual Estado planetário, com respeito às sociedades e Estados locais e nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Território, sociedade civil, cidadania, Estado, desenvolvimento local, regulação, local-global, neoliberalismo, estatismo, social-democracia, instituições internacionais, agências multilaterais.

FONTES:: PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
Rua Joaquim Silva, 56 - 8º andar - Centro - Rio de Janeiro, RJ, Brasil - 20241-110
Brasil -- Tel.: + 55 21 252 03 66 - Fax: + 55 21 232 63 06
Cel: pacs@ax.apc.org
www.altemex.com.br/~pacs

NOTE: Marcos Arruda é o coordenador geral do PACS e um dos animadores do Polo de Socioeconomia Solidária. Resumo de sua apresentação no Festival do 25º aniversário do Instituto Transnacional. Amsterdam, novembro 1999.

CEDIM

Remetente:
Fórum das pastorais Sociais Leste 1
Maria da Conceição F Cabral
Rua J no 377 Jardim Ponte Alta
Volta Redonda -27273-560





IMPRESSO

AGOSTINHO PRETO
Av. Mal. Floriano, 2262
Nova Iguaçu - RJ
CEP. 26210

CEDIM

TERCEIRA SEMANA SOCIAL BRASILEIRA
FÓRUM DAS PASTORAIS SOCIAIS DO LESTE 1

Assembléia Interdiocesana do Povo de Deus

Aconteceu no dia 31, de outubro de 1999, na diocese de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, a 1ª Assembléia Intediocesana do Povo de Deus; Promovida pela CNBB e realizada pelo Fórum das Pastorais Sociais do Leste 1. A Assembléia, cujo o tema **O povo de Deus Solidário a Caminho do Novo Milênio** e o lema **Um Novo Céu - uma Nova Terra**, contou com a presença de 170 participantes representantes de oito dioceses do Rio de Janeiro.

Foi um momento muito rico para a caminhada, do Fórum.

O Fórum se reúne todo 4º sábado do mês, Reflete a realidade, promove seminários e reuniões ampliadas. Vem articulando as dioceses, movimentos, pastorais sociais e entidades de classes desde o sua criação , na reunião dos bispos, em Duque de Caxias, RJ, no ano de 1991.

Assumiu com garra e coragem a 1ª , 2ª e 3ª Semanas Sociais Brasileira no Leste 1 seguido as orientações da CNBB. Preparou e realizou vários eventos e participou de todos os eventos promovidos pelas Três Semanas Sociais Brasileira. Após, reflexão, percebemos que chegou o momento de reunir o povo de Deus do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de celebrar a caminhada, analisar a conjuntura política e social na perspectiva da 3ª semana, trocar experiências e assumir os novos desafios.

O processo do encontro decorreu, nos moldes da 3ª Semana Social Brasileira, que tem como tema O Resgate das Dívidas Sociais e faz parte do Projeto Rumo ao Novo Milênio. Contou com a assessoria do Padre Alfredinho da CNBB, Francisco Ourófino, Teólogo e biblista do CEBI. Contou a participação do padre Agostinho Preto, que abriu o encontro com palavras de incentivo, dando as boas vindas em nome do Bispo Dom Werner. O companheiro Paulo Banana, acolheu as dioceses e apresentou o objetivo do encontro.

Iniciou-se com o momento de espiritualidade - Oração, O Brasil que agente quer, leitura do evangelho de S. Lucas 4.16-20 e Apocalipse, Um Novo Céu - Uma Nova Terra.

A seguir **Semana Social, seu processo e seu desdobramento**.

A idéia das Semanas Sociais, surgiu no final de 1991 para dar continuidade da reflexão da campanha da fraternidade, e teve como tema **o Mundo do Trabalho,** a 2ª semana aconteceu em 1994 com o tema **Alternativas e Protagonistas, O Brasil que a Gente Quer**, e a 3ª Semana, **Resgate das Dividas Sociais.**

1 - Analise de conjuntura social e política perspectivas e desafios.
Pontos Importantes (Padre Alfredinho):

- O projeto da Elite, O Projeto Popular
- O projeto neoliberal implementado
- A questão dos discursos, sobre a pobreza
- Perceber as contradições
- O FMI assumiu o discurso como estratégia de manutenção da Dívida Externa
- De forma que nada atinja a liberdade do capitalismo
- É uma estratégia política
- Estamos saindo do semestre das mobilizações
- O governo F.H.C. muda de postura, a arrogância da lugar a pedido de desculpas
- A antecipação do calendário político
- Modificação nas eleições 2002

"Na questão Econômica"

- A crise se aprofunda

- Aumento do desemprego
- Desemprego atinge pela 1ª vez a classe média

Violência - é preciso diferenciar violência de atos violentos.
A violência passa pelo Legislativo, Executivo, Judiciário.
Há um agravamento da situação.
Situação de exploração.
Quantos são os explorado.
Quanto mais aprofunda a Dívida Externa, mais se aprofunda a Dívida Interna, sobre tudo no Campo Social.

No Campo Eclesial:

Também ha uma crise, refletindo em alguns momentos emblemáticos:
O ato no Maracanã
A busca de uma nova Espiritualidade, cresce os Movimentos Sociais, há uma volta do Sagrado, amplia-se o grito até a América Latina.

O Projeto Popular não nascem em laboratório. Alguns acontecimentos mostram isso:

*As marchas
*O tribunal da Dívida Externa, as coletas de assinaturas contra a corrupção
*Contra o pagamento da dívida Externa
*Grito Latino Americano.
- O Plebiscito da Dívida Externa
- O Projeto Popular contra corrupção

Desafios:
- A busca de uma mística libertadora
- Diálogo profundo com os valores do povo
- Diagnóstico da realidade
- Trabalhar todas as dimensões da cultura
- A Dimensão psicossocial
- Superar o corporativismo
- Olhar a realidade urbana que ultrapassa a cidade
- Isto requer renúncia

2ª Parte – Exposição e questionamentos pelo biblista Francisco Ourofino

- Estamos no momento da partilha
- A busca de uma nova espiritualidade
- A Assembléia do povo de Deus é quando o povo tem participação com direito a voz, vez, voto.
- É o lugar onde o cristão desenvolve a sua cidadania
- Deve revelar a cidade perfeita
- A sua fé
- Construir pequenas comunidades
- Temos que ter sonhos, se não tivermos sonhos não teremos espiritualidade
- Igreja é comunhão e participação, misericórdia é esta com quem precisa de nós.
- Libertar do demônio, o poder que toma conta de nossa mente.
- A cruz é sinal de castigo, imposto pelo poder romano

- Subverter a lei é questionar; quem esta do lado do crucificado?

Não confundir o milênio e o jubileu.
Queremos um milênio sem exclusão. Devemos lutar sempre e com os excluídos.
Como mudar?
Mudando o relacionamento entre pais e filhos, entre irmãos, nem tudo que a lei diz é legal e justo; porque não há paz sem haver justiça.
Precisamos construir juntos a paz, a felicidade e alegria.

3ª Parte – Celebração

4ª Parte – Trabalho de grupo por diocese
Plenária
Experiências de alternativas de combate ao desemprego:
- Mobilização coletiva de assinaturas contra pagamento da dívida externa
- Realização de um Seminário sobre a dívida externa
- Experiência Comunitária na área da saúde, educação, saneamento básico
- Ato contra violência
- Curso de formação social
- Curso de pré-vestibular para carentes
- Alfabetização de adultos
- Desenvolvimento das cooperativas de trabalho em parceria com a central de movimentos populares e a igreja

5º Frutos do processo da 3ª Semana Social
- Cooperativa de transporte rodoviário
- Cooperativa de artesão
- Projeto resgate da paz
- Articulação entre movimentos sociais
- Movimento de defesa dos deficientes
- Cooperativa de costura
- Grupo acompanhamento do Legislativo
- Tribunal da dívida externa
- Acompanhamento do acampamento dos sem terra da fazenda do salto
- Orçamento participativo
- Orçamento participativo mirins
- Luta contra privatização

*Participação nos conselhos comunitários
*Cursos de capacitação
*Fórum de assistência social
*Acompanhamento aos pescadores da região de Mangaratiba
*Acompanhamento ao movimento dos sem terra
*Conselho nacional dos leigos e leigas
*Assembléia de leigos
*Trabalho conjunto com as pastorais
*Conferência regional
*Conferência ano 2000
*Trabalho com as CEB'S

*Fórum de orçamento participativo
*Incentivo e participação na coleta de assinaturas
*Participação no Tribunal da Dívida Externa
*Cursos sobre políticas públicas

*Rio: Projeto de Humanização em conjunto com as pastorais.
*Cursos profissionalizantes
*Congresso dos trabalhadores cristãos
*Pastoral da criança, Pastoral do menor
*Pastoral da Doméstica, Pastora da operária.

Finalizou com as palavras incentivadora do Bispo Dom Werner.

Observarão

- **próximo encontro do Fórum, será dia 26 de fevereiro de 2000, as 9,00 horas na catedral Santo Antônio Nova Iguaçu.**
  Contamos com a sua Presença.

Abraços fraternais Conraços Cabral

CEDIM

Semeando Socioeconomia nº 11

Gest(ÃO)ando a Vida

Experiências do fazer
Socioeconomia Solidária



CEDIM

Gest(ÃO)ando a Vida

Experiências do fazer Socioeconomia Solidária

PACS

Rio de Janeiro, junho de 2010

CEDIM

Ficha Técnica:

PACS
Instituto Politicas Alternativas para o Cone Sul
CNPJ.: 31.888.076/0001-29
Av. Rio Branco, 277 / 1609 Centro
CEP 20.040-009 Rio de Janeiro/ RJ
Telefax: (0xx21) 2210-2124
Correio Eletrônico: pacs@pacs.org.br
Sitio do PACS: www.pacs.org.br

Série: Semeando Socioeconomia
Nº 11- Gest(ÃO)ando a vida -
Experiências do fazer socioeconomia solidária

Autores:
Joana Emmerick Seabra, Mirian Ancelme, Rita de Cássia Alves, Robson Patrocinio e Terezinha Pimenta

Edição e revisão
Márcia Shoo e Gilka Resende

Projeto gráfico e ilustrações:
Gabi Caspary

Fotos:
Arquivo PACS

Impressão:
Corbã Editora Artes Gráficas
Tiragem: 1.000

Colaboradores:
Jussara Mendonça, Eliane Macedo e Gustavo Vaccihi

Apoio:
Ação Quaresmal
DKA
Pão para o Mundo
Trocaire
Fundo Finlandês para a Cooperação Local
Fundación para la Noviolencia (EUA)

PACS - Instituto Politicas Alternativas para o Cone Sul

Gest(ão)ando a vida - Experiências do fazer socioeconomia solidária. Rio de Janeiro, PACS, 2010. p.70 (Semeando Socioeconomia, 11)

ISBN 978-85-89366-22-9

1. Economia solidária. 2. Educação popular. 3. Gestão e viabilidade. 4. Zona Oeste do Rio de Janeiro. 5. Grupos de produção. I. PACS - Instituto Politicas Alternativas para o Cone Sul. II. Titulo. III. Série.

Sumário

Apresentar a semente - Curso de Gestão e Viabilidade Econômica 4

Caminhar pelo território - A divisão do saber e do espaço na Zona Oeste do Rio de Janeiro 9

Criar laços - A formação e o convívio entre as pessoas e os grupos de produção 17

Transformar para conhecer - As etapas da produção e da comercialização 24

Saborear as complexidades - A metodologia do Curso de Gestão e Viabilidade Econômica 39

Reconhecer entradas e saídas - Transformações para uma socioeconomia solidária e para a vida 52

Referências bibliográficas 58

Contatos - Redes, grupos e instituições 61

Anexos 64



Apresentar a semente

- O Curso de Gestão e Viabilidade Econômica

Robson Patrocinio - Assistente social e coordenador do Curso de Gestão e Viabilidade Econômica.

O Curso de Gestão e Viabilidade Econômica, uma iniciativa e realização do PACS, começou em 2006 como um projeto piloto baseado na experimentação de novas metodologias de construção de conhecimento, criado para colaborar com a gestão e a viabilidade de empreendimentos populares nos setores de alimentação, produção, fitoterapia, artesanato e vestuário. A proposta também estava associada à reflexão dos técnicos e técnicas educadores do Curso sobre a necessidade de a Instituição focar seus trabalhos em um território específico.

O PACS desenvolve atividades de articulação e formação na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, em parceria com outras instituições; desde 1997. No caso do Curso de Gestão e Viabilidade Econômica, a instituição parceira é a Capina - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa, com a qual troca experiências desde o início do projeto.

A Zona Oeste é a maior região da cidade, ocupando quase 58% do território com 35% de sua população total, que chega aproximadamente a 500 mil habitantes. Estes

habitantes estão distribuídos em 39 bairros e sub-bairros, concentrados, em grande parte, em loteamentos irregulares e clandestinos, somando um total de 185 favelas. Grande parte desta população é formada por mulheres, segundo dados do Censo de 2000 do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A precarização das condições de vida; a acentuação na dupla jornada do trabalho feminino; a ausência de políticas públicas; a crescente violência de todas as formas - incluindo aquelas implantadas pela especulação imobiliária das grandes indústrias siderúrgicas e mineradoras -; o tráfico de drogas e as milícias[1] nas áreas de moradia dos setores populares da região são aspectos centrais para o entendimento, tanto da quebra de vínculos de sustentação social local, quanto do estigma da criminalização dessas populações e das medidas para o seu isolamento social, cultural e produtivo. Esses foram aspectos decisivos na escolha da Zona Oeste como área prioritária para o desenvolvimento das atividades do PACS, que somam 13 anos.

Também foi fator decisivo para a escolha da Zona Oeste, desde o início das atividades do Curso de Gestão e Viabilidade Econômica e das demais frentes de trabalho do PACS (Curso Mulheres e Economia I e II, Curso de Orçamento Público, Rede de Socioeconomia Solidária da Zona Oeste) a clareza sobre a realidade dos grupos, entidades e movimentos diversos que fazem da região um território fértil de criação, de saberes e ações propositivas, embora a maior parte da população local não reconheça esta realidade.

Já passaram pelo Curso cerca de 85 pessoas em um total de 82 encontros/oficinas, somando-se aos encontros de apresentação do projeto e de conhecimento prévio dos grupos de produção participantes. Durante os anos de 2006, 2007 e 2008 tivemos a participação de 6 a 8 grupos por edição do Curso. No ano de 2009, participaram 17 grupos com produções coletivas e individuais. Esse aumento está diretamente relacionado à mudança de estratégia por parte da equipe técnica de educadores, que tinha como objetivo alcançar um maior número de pessoas.

Para nós, o maior aprendizado deste processo de formação tem sido a experiência da construção coletiva de conhecimento. Pretendemos buscar em nossas próprias experiências pontos importantes que levem a pensar sobre nossas práticas e seus efeitos na autonomia dos sujeitos, capazes de realizar suas próprias escolhas e de contribuir nas escolhas coletivas.

Nosso propósito com esta publicação é semear os aprendizados da experiência do Curso de Gestão e Viabilidade Econômica. Desejamos que outros técnicos e técnicas educadores de instituições e movimentos sociais possam utilizar este material para inventar e reinventar suas práticas de formação, respeitando as características e desafios de cada local a ser trabalhado. Queremos contribuir para o enriquecimento de atividades voltadas à gestão democrática e à viabilidade econômica, apresentando esta publicação como um instrumento a ser apropriado pelos grupos de produção dos setores populares e da economia solidária, entre outros movimentos que dialoguem com estes.

Sabemos que este é um trabalho inacabado, aberto a contribuições que possam ajudar em sua maturação. Também chegamos a este momento com o sentimento de que muitas

1. As milícias são grupos criminosos formados por policiais e bombeiros, fora de serviço ou na ativa, que controlam por meio de contribuições dezenas de favelas da cidade do Rio de Janeiro, principalmente na zona oeste carioca. Estes grupos parapoliciais atuam em conjunto com a Guarda Municipal, o Sindicato dos Guarda-dores de Veículos e o respaldo de políticos e lideranças comunitárias locais. Além da cobrança de tributos de moradores, os milicianos controlam o fornecimento de muitos serviços aos moradores, geralmente a preços mais altos, incluindo a venda de gás, eletricidade e outros sistemas de transporte privado, além da instalação de ligações clandestinas de televisão a cabo.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Mil%C3%ADcia_(Rio_de_Janeiro).

coisas ficaram sem resposta, não temos uma receita pronta. Este modo de trabalho faz parte do processo formativo e metodológico do Curso, que entendemos ser um grande desafio a ser transposto nos diversos trabalhos críticos ao modelo capitalista, como parte do exercício de superação das fórmulas e padrões pré-estabelecidos por este modelo.

Neste sentido, faz-se necessário considerar, em um processo formativo, a desconstrução e a reconstrução de alguns conceitos: *gestão*, *democracia*, *educandos* e *educadores*, *certo* e *errado*, entre outros termos, como forma de avançar na direção de outras lógicas que repensem a produção e a reprodução das relações sociais. Acreditamos, portanto, que a formação de grupos para a economia solidária deve colocar em questão o lugar do saber e do poder. Uma formação que considere a construção coletiva de conhecimento como forma de superação da lógica dominante da economia capitalista, e como contribuição a uma economia sustentada em um modelo de desenvolvimento integral, que inclua a vida em suas diversas dimensões.

As práticas de formação precisam ser vistas sob novas lentes, considerando o saber popular como um ponto de partida na reinvenção não somente das relações entre técnicos e técnicas educadores, grupos de produção, organizações e movimentos sociais, mas na recriação da vida humana e do seu bem viver coletivo, integralmente.

Desejamos uma leitura agradável e provocante!

Caminhar pelo território

- A divisão do saber e do espaço na Zona Oeste do Rio de Janeiro

Robson Patrocinio



Para analisar os modos de gerir dos grupos de produção que participam do Curso de Gestão e Viabilidade Econômica na Zona Oeste do Rio, nomeamos os grupos como pertencentes à economia dos setores populares, entendendo que este conceito, em diálogo com o conceito da economia solidária, é o que mais se aproxima de suas realidades. Antes, ainda, foi preciso entender a conjuntura local, refletindo sobre a Zona Oeste do Rio de Janeiro como um campo privilegiado para uma disputa territorial onde os conceitos das políticas *micro* e *macro* se atravessam.

CEDIM

As políticas, partidárias e não partidárias; as influências dos governos federal, estadual e municipal, aliadas ao poder privado das grandes indústrias e das instituições financeiras multilaterais - aquelas responsáveis por financiar projetos industriais que afetam diretamente a vida de populações como famílias de pescadores, agricultores, artesãos, indígenas, quilombolas, etc. -, colocam a Zona Oeste dentro de uma esfera micro, na qual o modo de vida cultural e econômico local são desvalorizados. Quantos acontecimentos importantes motivados pela população que mora na Zona Oeste não ganham visibilidade? Quase todos. E quais são os acontecimentos na região que geralmente ganham as páginas dos jornais e noticiários na TV? A violência doméstica, a violência nas ruas, o tráfico de drogas, e etc.

O espaço macro, ou das políticas macro, nesta visão compartimentada, fica distante da população, tornando-se propriedade dos especialistas. Esses especialistas são legitimados como donos do saber, aqueles que possuem respostas prontas para determinados problemas. Volta e meia vemos um desses na TV, lemos nos jornais e na internet, ou ouvimos pelo rádio. São sociólogos, economistas, psicólogos, ministros, senadores, deputados, entre outros que aparecem para dizer que caminhos a população deve seguir para resolver seus problemas. Obviamente existem aqueles que ocupam os espaços da mídia e que contribuem para socializar informações que ampliam o poder de escolha da população, mas, infelizmente, não é a maioria.

Diante dessa lógica, a população não se dá conta de que está atravessada por políticas macro que afetam o seu cotidiano. Se tomarmos a dívida externa como exemplo, poderemos observar uma forte consequência na Zona Oeste da opção do governo de gerar superávit primário para o pagamento dos juros da Dívida Pública. Mas será que a população entende o que isto quer dizer? São rios de dinheiro que estariam destinados à educação, saúde, lazer, habitação, mas que saem dos cofres públicos para o pagamento da dívida, afetando a vida das pessoas e o seu entorno. A situação de crescente violência e de precariedade da saúde pública na região está diretamente ligada a essa opção dos governos.

Superávit primário

Superávit primário é um termo usado pelos economistas para definir o dinheiro que um governo economiza para pagar os juros de sua dívida. Esse dado é um dos principais termômetros observados pelos investidores estrangeiros para medir a capacidade de um país pagar os credores em dia. Quanto maior o superávit, maior o corte nos gastos públicos ou maior a arrecadação de impostos. Ou seja, o governo "aperta o cinto" para que sobre mais dinheiro para quitar os débitos com o mercado ou aumenta suas receitas com a cobrança de tributos. (...) Na prática, obter um superávit elevado significa ter menos dinheiro para investir. O caixa do governo fica com menos recursos para aplicar em seus programas. (...)

Fonte: Sérgio Ripardo - Folha Online:
http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u89222.shtml
(22/09/2004 - 20h00)

É preciso superar a desigualdade no acesso à informação, promovida pela hierarquia do saber, pela qual só tem legitimidade o saber acadêmico. Apostar em uma outra concepção significa dizer que, quando trabalhamos desenvolvimento local, torna-se necessário colocar os temas *micro* e *macro* em uma mesma esfera, em um mesmo território, partindo do conhecimento que a população possui sobre a sua própria realidade.

Na perspectiva de potencializar as riquezas da região e de superar as desigualdades, o PACS começou a investir nos arranjos produtivos da Zona Oeste, com vista no desenvolvimento local, que consideramos tratar-se da constituição do tecido territorial a partir do fortalecimento dos grupos de produção da economia dos setores populares e da economia solidária, articulados a outras experiências, grupos e redes locais, empresas públicas e pequenas empresas privadas, organizações educacionais e o poder público local, com o objetivo de criar estratégias de enfrentamento dos problemas da região.

SOCIOECOZO: apoio ao desenvolvimento local

Em 01 de setembro de 2007, a Rede de Socioeconomia Solidária da Zona Oeste do Rio de Janeiro - SOCIOECOZO surgiu como fruto dos grupos de articulação e de outras redes que existiram na região, como a Rede Rio Oeste[2], que contribuiu para o fortalecimento dos grupos de produção no que se refere à troca de insumos, técnicas, divulgação e vendas em conjunto. Os grupos pertencentes à Rede SOCIOÉCOZO hoje têm como prioridade a criação de espaços políticos e de articulação de grupos e pessoas, antes dispersas e sozinhas, que visam novas práticas socioeconômicas cooperativas e solidárias, a fim de fortalecer o movimento da economia solidária.

A Rede SOCIOECOZO, que consideramos ser um eixo de aglutinação das outras frentes de trabalho do PACS na Zona Oeste, tem conseguido se articular com outros grupos de produção ligados à economia solidária no Rio de Janeiro e em outros estados do Brasil, a partir do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro (FCP/RJ) e, ainda, com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Essas articulações têm favorecido avanços significativos, tais como: ampliação dos canais de comercialização dos grupos de produção na Zona Oeste, no município do Rio de Janeiro e no Brasil; realização e divulgação local, estadual e nacional da primeira etapa da pesquisa e mapeamento da Rede, construída de forma autônoma e envolvendo 19 iniciativas, sendo estas 16 grupos de produção e 3 entidades de



2. A Rede Rio Oeste foi uma experiência criada e vivida por ex-integrantes de um curso de liderança comunitária que aconteceu em 2001. Após o término deste curso, vimos o potencial que a Zona Oeste possuía e reunimos grupos de produção e assessorias. A Rede Rio Oeste fez parte do Fórum de Cooperativismo Popular (FCP). Chegamos a participar de reuniões com cerca de 80 pessoas. Mas, por vários motivos, incluindo a disputa pelo poder, ela se esvaziou. Hoje várias pessoas que participam da Rede SOCIOECOZO são procedentes da Rede Rio Oeste.

assessoria, em um total de 156 iniciativas de economia solidária mapeadas.

Buscamos incentivar os grupos que participam do Curso de Gestão e Viabilidade Econômica a participar da Rede SOCIOECOZO por acreditarmos que esta é uma porta de entrada para cada pessoa se inserir em discussões políticas importantes que afetam diretamente os seus cotidianos. Esta aposta se faz porque o Curso tem um tempo determinado para iniciar e acabar; já a Rede tem encontros continuos durante todo o ano com discussões e ações ligadas ao movimento da economia solidária.

Desafios na gestão e viabilidade

A existência de redes que dão forças e movimento, como é o caso da Rede SOCIOECOZO, é um exemplo concreto de que é possível criar alternativas de resistência. Entretanto, essas formas de resistência não significam necessariamente a construção de novas maneiras de organização, ou ainda de outros modos de pensar a gestão. Em muitos casos, elas se encontram isoladas em torno da mera sobrevivência. Esse é um grande nó enfrentado por nós, técnicos e técnicas, que na relação com os grupos procuramos apostar não somente na possibilidade de articulações mais amplas como na efetivação de práticas de formação política que possam, aos poucos, garantir mudanças coletivas estruturais.

A discussão passa essencialmente pelo entendimento de que a sustentabilidade traz em si uma provocação em torno das mediações necessárias. Uma dessas mediações passa pelo poder público, que no entendimento de muitos deve apoiar financeiramente os grupos de produção e outras iniciativas ligadas à socioeconomia solidária, assim como apoia grandes empresas e bancos que até já foram à falência. Essa leitura sobre o apoio do poder público pode ser equivocada, se servir como instrumento de tutela e controle ao movimento de socioeconomia solidária, pois uma de suas consequências seria a perda de autonomia. Porém, dinheiro público é dinheiro do povo brasileiro. Então, se o governo, por meio de políticas públicas, destinasse recursos para o incentivo da socioeconomia solidária, de modo que o movimento tivesse autonomia para gerí-lo, conquistaríamos um importante direito!

Outro caminho interessante é aquele que obriga o poder público a implementar políticas públicas exigidas pela população, mediante suas reais necessidades. Um exemplo tem sido a intervenção do movimento para a instalação do Conselho Estadual de Economia Solidária, que está previsto na Lei Estadual de Economia Solidária - Lei nº 5.315[3], de 17 de novembro de 2008, oriunda do Projeto de Lei nº 3373, de 2006, que prevê a criação de um fundo para os grupos de produção. Todo esse processo de criação do projeto de lei até a sua efetivação foi gerido pelos grupos de produção e entidades. Vale destacar que esta foi uma grande conquista do movimento.

Mas não basta contribuir na formação dos grupos para que cobrem do poder público. É importante também formar os grupos para receber estes recursos públicos. Para isso é preciso ter claro com quem podemos contar, com quem podemos somar forças, ideias e saberes. Precisamos ter claras as estratégias e, para isso, são necessários planejamentos bem feitos e muito tempo de trabalho; tempo que para os grupos fica entre a produção e a comercialização. Eis mais um desafio para os técnicos e técnicas educadores: compatibilizar um processo de formação que gere autonomia a partir do tempo que os grupos dispõem, e não das agendas e exigências institucionais.

Nesse ponto, a mediação se faz em outros níveis, tanto para dentro das instituições prestadoras

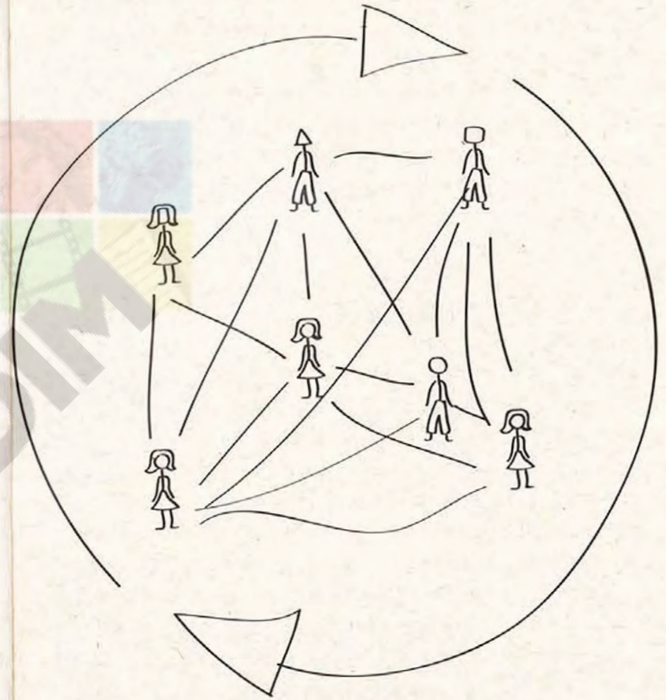
3. Para maiores informações, acesse: http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/68eccdb827629ac08325750500664 2db?OpenDocument

de apoio à formação dos setores populares - onde se cobram dos técnicos e técnicas eficiência e resultados, desconsiderando o tempo de maturação dos grupos - quanto em relação às instituições que financiam estes projetos de apoio à formação, que também estabelecem um nível de exigência muitas vezes incompatível com a realidade institucional e, mais ainda, dos grupos de produção.

Depositamos nossas forças naquilo que a princípio parece pequeno, insignificante, relegado ao espaço micro, dos movimentos sociais, do bairro, da casa, do quintal, para acreditar e dar visibilidade a processos que de fato também contribuem para mudanças efetivas na vida das pessoas, das comunidades, do estado e do país, em uma concepção que resgata o sentido da palavra economia (oikos = casa + nomos = gestão ou cuidado), que significa gestão ou cuidado com a casa, e apresenta a proposta de um desenvolvimento que tem como base de sustentação a Vida.

Certo dia me disseram que o certo não é dar o peixe, mas ensinar a pescar. Depois me disseram que o importante nem é dar o peixe nem ensinar a pescar; devemos pescar juntos. Agora estou descobrindo que a pescaria envolve tantas outras coisas que pescar juntos, somente, não consegue dar conta. Envolve desde a compra da linha, a isca certa, o local, o tempo, a paciência, se será no rio ou em alto mar, o tamanho do barco ou ainda se a minha companhia é desejável.

(Robson Patrocínio)



Criar laços

- A formação e o convívio entre as pessoas e os grupos de produção

Rita de Cássia Alves - Cientista social e coordenadora do Curso de Gestão e Viabilidade Econômica.

Os homens e as mulheres não têm mais tempo de conhecer coisa alguma. Compram tudo pronto nas lojas. Mas como não existem lojas de amigos, os homens e as mulheres não têm amigos.

(Antoine Saint Exupéry)

CEDIM

Em 2006, fui procurada pela equipe do PACS para contribuir na primeira edição do Curso de Gestão e Viabilidade Econômica. O critério para o convite respondeu a dois fatores: ter participado do curso de formação da Capina para assessores de grupos de produção dos setores populares, e ser moradora da Zona Oeste, de onde seriam escolhidos os grupos que participariam das oficinas.

Minha colaboração nesse primeiro ano se deu de duas formas: a primeira foi na indicação de grupos de produção existentes na Zona Oeste. Essas indicações foram possíveis em função do meu trabalho como entrevistadora no mapeamento da Senaes - Secretaria Nacional de Economia Solidária - e também na experiência de trabalho junto à articulação da Rede Rio Oeste *[citada no texto anterior desta publicação]*. A segunda forma de colaboração se deu na participação das 13 oficinas programadas, apoiando seu desenvolvimento e aprimorando o meu conhecimento sobre o tema. Ter participado dessa primeira edição do Curso com os grupos foi de fundamental importância para a minha formação.

A partir de 2007, comecei a participar mais intensamente do processo de construção do Curso, integrando também os momentos de preparação, realização e as visitas aos grupos de produção.

Nosso público

Dos grupos de produção que acompanhamos, a maioria é formada por mulheres entre 20 e 70 anos, moradoras da Zona Oeste, que dividem seu tempo entre a produção artesanal e os cuidados domésticos. A partir do trabalho realizado, constatamos que ampliou-se o número de lares cujos chefes de família são mulheres que trabalham no setor informal, que não têm acesso a serviços públicos de saúde e educação de qualidade, nem para elas nem para os seus filhos. Neste sentido, o nível de pobreza e exclusão se reproduz.

Vale salientar que a maioria das mulheres que participam do Curso dão depoimentos que revelam nelas um quadro grave de violência e submissão, seja física, verbal ou psicológica, responsáveis por gerar altos níveis de insegurança, como no caso de mulheres que apontam a necessidade de sair do isolamento e da depressão profunda.

Umas das principais formas de dominação e opressão passa pela criação de laços econômicos de dependência, impossibilitando sua emancipação e o rompimento com ciclos de violência. O acesso delas ao mercado de trabalho é extremamente desigual, e os trabalhos desenvolvidos por elas, na maioria das vezes, não são reconhecidos.

Temos percebido que muitos grupos de produção ou produtoras individuais se apoiam financeiramente nos maridos para dar sustentabilidade a seus empreendimentos. Esse fato tem revelado um quadro de fragilidade na medida em que isto provoca recorrentes casos de desarticulação nos grupos, onde a intervenção da figura masculina tem aparecido como principal motivo da desagregação.

Nem sempre essa figura masculina recai sobre os maridos. Observamos em alguns casos interferências de pastores, padres, políticos e até mesmo de instituições. Algumas das mulheres, ao perder o vínculo com seu grupo de origem, perdem a possibilidade de gerar renda e capacidade de voltar a se organizar, afetando diretamente a sua saúde.

O sustento da maioria delas vem das vendas dos produtos que desenvolvem. A opção - se é que se trata de optar por trabalhar nesse ramo - se dá por alguns motivos, tais como:

1. Algumas se encontram entre os 30 e 50 anos, com baixa escolaridade e poucas chances de acesso ao trabalho formal;

2. Outras se recusam ao trabalho

formal, por preferirem cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos;

3. As mais jovens estudam e não contam com horário flexível, o que impede que consigam um trabalho formal;

4. Algumas dispõem apenas de condições de trabalho com baixa remuneração e que exige grande tempo de dedicação;

5. As mulheres de idade avançada, com baixo nível de escolaridade, possuem uma pensão baixa e precisam de complementação de renda.

Em alguns casos, quando as mulheres iniciam o processo de comercialização e o produto é viável, o resultado gerado pelas vendas se torna a renda principal, e a pensão ou aposentadoria passa a ser a complementação da renda. Nos casos em que o produto não é viável, isto exige

do grupo mudanças que podem ser de produto, de estratégia de venda, entre outras.

O tempo e os locais dos grupos de produção

Em uma das oficinas que realizamos no Curso, fazemos um belo debate sobre como usamos o nosso tempo. As conclusões são as mais diversas. Algumas mulheres descobrem que dedicam até 14 horas de trabalho diário. Este debate traz a seguinte questão: afinal, que outra economia é essa que buscamos? Se for para trabalhar esse tanto de horas, não precisamos buscar alternativas para o trabalho, ficamos no sistema capitalista, porque nele é comum as pessoas trabalharem 14 horas em prol do patrão.

Além desse problema, ainda há um mais preocupante, que é a dificuldade de acesso aos locais em que esses grupos se encontram. Muitos deles estão próximos a zonas consideradas de risco ou mesmo em locais de difícil acesso. Como exemplo podemos citar um grupo cujo local de produção fica distante da estrada pavimentada mais próxima (pelo menos quatro quilômetros) e as possibilidades de se chegar são a pé ou de bicicleta. Outro exemplo são bairros situados em áreas onde encontramos cartazes anunciando que não é permitida a circulação de carros com vidros escurecidos e fechados, e onde existem carros blindados da polícia fazendo rondas.

Abordagem inicial

As visitas dos técnicos e técnicas educadores, em sua maioria, acontecem no local de produção e têm duas intenções: a primeira é conhecer o grupo e seus integrantes: *o quê, como e onde produzem*; a segunda é apresentar a proposta do Curso e sugerir a indicação de, no máximo, cinco pessoas por grupo para a participação. Por isso, durante todo o processo de conciliação das agendas, procuramos deixar clara a importância da presença de todas e todos integrantes, na busca de condições mínimas de decisão coletiva sobre a participação do grupo de produção.

Considerando a nossa intenção de contribuir para a sustentabilidade do grupo, realizamos uma dinâmica em que cada pessoa do grupo responde às seguintes perguntas:

- Qual o seu nome?
- Como chegou até o grupo?
- Por que está no grupo?
- Há quanto tempo está no grupo?
- Qual a sua atividade no grupo?

Essas perguntas são colocadas em um papel e feitas todas de uma só vez. Na medida em que vão respondendo, seguimos problematizando as respostas e colocando em análise os modos de funcionar daquele grupo. As respostas vêm de maneira espontânea e muitas vezes surpreendem a todas e todos. Percebem o quanto realizam, e quão pouco falam sobre isso. Um exemplo: em um determinado grupo, uma das integrantes percebeu que só ela tinha

as informações sobre o estoque de produtos e matéria-prima na memória. Nenhuma outra pessoa do grupo tinha essas informações. "Como fazer para que esses dados circulem pelo grupo?" Questão levantada pela equipe técnica após a dinâmica.

Quem manda no grupo?

Por vezes as falas aparecem de maneira prazerosa, demonstrando o quanto é bom trabalhar coletivamente. Outras vêm como um peso que carregam, pois acham que fazem mais do que as outras e os outros. Surgem características que muitas vezes estão ocultas, como é no caso das pessoas que ficam no lugar de "donas do grupo". É um momento muito delicado, porque há uma relação com a maneira que o grupo encontrou para funcionar. Até que ponto há um ou uma "chefe do grupo"? Por que tomou para si esta posição? O grupo permitiu que acontecesse dessa forma? Que pactos estão em jogo no grupo?

A realidade é que esses grupos fazem malabarismos para sobreviver. Dividem seu dia a dia por uma infinidade de atividades que os levam a optar por não trabalhar de forma coletiva. No início, um critério fundamental para a escolha dos participantes era se os grupos produziam e/ou comercializavam coletivamente. Aos poucos fomos percebendo que a realidade dos grupos de produção dos setores populares urbanos induz a organização do trabalho no formato familiar ou mesmo individual. Esta constatação fez com que a equipe técnica refletisse sobre o perfil das pessoas participantes no Curso.

Na primeira visita, muitas vezes, já identificamos um potencial criativo, o que é intensificado ao longo do Curso, o qual evidencia a necessidade de troca: trocas de saberes, de informação, de afetos. E isso tudo faz parte do universo dessas pessoas que, definitivamente, são capazes de transformações muitas vezes invisíveis aos olhos, mas que contribuem para a construção de uma sociedade mais justa.

Linha do Tempo - Turmas do Curso de Gestão e Viabilidade Econômica na Zona Oeste do Rio de Janeiro



2006



2007



2008

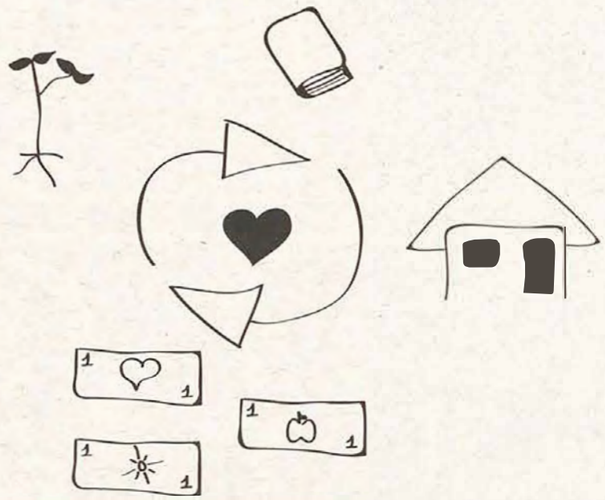


2009

Transformar para conhecer

- As etapas da produção e da comercialização

Terezinha Pimenta* e equipe técnica Pacs



Eu fico
com a pureza
da resposta das crianças
É a vida, é bonita
e é bonita...
Viver!
E não ter a vergonha
de ser feliz
Cantar e cantar e cantar
a beleza de ser
um eterno aprendiz...
(Gonzaguinha)

**Terezinha Pimenta* - Psicóloga social e educadora popular.

Olhando para o universo que compreende os grupos dos setores populares, em geral, o que nos chama a atenção é uma grande carência que se traduz na falta de recursos para investimento em equipamentos, em local adequado para o trabalho, em capacitação para o desempenho da atividade, entre vários outros. No entanto, a maior parte dessa população que sobrevive em condições de extrema dificuldade costuma usar seu conhecimento acumulado e seu potencial criativo "dando nó em pingo d'água", na busca de alternativas para o bem viver e para a reprodução ampliada da vida.

Nesse contexto, diversas iniciativas da sociedade civil, universidades e centros tecnológicos utilizam ferramentas de controle e gestão próprias do conhecimento empresarial, de princípios e valores pré-determinados e estimulam o "público beneficiário" a adotá-las na intenção de melhorar a qualidade e eficiência de sua atividade.

Em se tratando de territórios geograficamente delimitados, encontramos vestígios das iniciativas da sociedade civil, de governos e do terceiro setor que na sua totalidade não geram os efeitos esperados, muitas vezes porque os valores financiados não são suficientes para arcar com a totalidade do projeto, ou ainda porque não consideram os hábitos, os modos de vida e o conhecimento acumulado das comunidades tradicionais. Outro aspecto a considerar é a dificuldade existente entre as iniciativas que produzem projetos conjuntos, aliando suas competências e aumentando as chances de alcance de alguns resultados.

Portanto, como ponto de partida, afirmamos que a formação aqui proposta investe na aliança entre o conhecimento acumulado da equipe técnica de educadores e dos grupos com os quais trabalhamos para a construção de um novo conhecimento que seja útil para todas e todos.

O estudo de viabilidade aplicado a grupos dos setores populares, proposto no Curso, promove o aprofundamento do conhecimento sobre a atividade desenvolvida, ou que se pretende

Durante o processo de discussão, criamos um ambiente capaz de aprofundar o conhecimento da atividade. Para isso, algumas perguntas são feitas: como comprar os insumos, como produzir, como negociar e discutir a distribuição das tarefas, o que utilizar, de que maneira, como vender? Para além da aplicação de um modelo, aliamos o conhecimento que é comum a toda iniciativa econômica ao que há de singular em cada um dos grupos.

Acreditamos que, por meio do aprendizado, todas e todos os participantes tornam-se mais críticos às matérias-primas a serem utilizadas na produção e fazem, assim, escolhas mais conscientes, tanto do ponto de vista de

desenvolver, na medida em que procura conhecer as condições necessárias para que a atividade econômica seja sustentável.

Partindo dessa premissa, utilizamos um dispositivo que chamamos de ***estudo do passo a passo***, que consiste em indagar aos participantes as atividades necessárias à produção e à comercialização dos produtos. O objetivo é que seja relatado o conhecimento que estes já possuem sobre o trabalho, e também explicitar custos oriundos dessas atividades, mas que em sua maioria não são considerados, como é caso do transporte e da refeição nos dias de compra de mercadoria, ou mesmo de participação em feiras.

Passo a passo:

Produto: toalhinha de lavabo simples

Investimento	
Máquina de costura Singer	R$ 477,00
Pistola	R$ 7,50
Barraca	R$ 100,00
Seladora	R$ 300,00
Tesoura	R$ 15,00
Mesa	R$ 80,00
Total	**R$ 979,50**

Custo fixo	
Pro-labore	R$ 415,00
Propaganda	R$ 10,00
Telefone	R$ 15,00
Energia elétrica	R$ 20,00
INSS	R$ 41,50
Depreciação	R$ 9,00
Manutenção	R$ 30,00
Total	**R$ 540,50**

Custo variável	
1 toalha lavabo	R$ 1,50
Fita branca	R$ 0,22
Fita colorida	R$ 0,54
Energia elétrica	R$ 0,01
Embalagem e linha	R$ 0,73
Marguem de contribuição	R$ 4,00
Total	**R$ 7,00**

Tempo para produzir	
Organização do material	5 min.
Corte dos fios da trama	5 min.
Passar a fita	10 min.
Arremate	1 min.
Embalagem	1 min.
Total	**22 min.**

OBS: os cálculos não incluíram o gasto da compra de material - passagem - R$ 4,20.

melhorar a produção e a renda, como do ponto de vista do funcionamento do grupo.

A primeira vez que percebemos os efeitos da adoção do passo a passo como ferramenta de trabalho foi quando investigamos a confecção de um tapete durante o primeiro ano de trabalho na Zona Oeste. Nessa ocasião, na medida em que eram feitas as perguntas sobre o processo de produção, paralelamente iam sendo respondidas as questões relativas à organização da atividade, da maneira como já faziam. Assim, foram trabalhadas a aquisição da matéria-prima, as ferramentas utilizadas, o local de produção, o tipo de tarefa executada pelas pessoas envolvidas na produção, o tempo utilizado para a realização das tarefas, o preço do produto, as estratégias e os responsáveis pela comercialização, e outras tantas questões relativas a essa atividade.

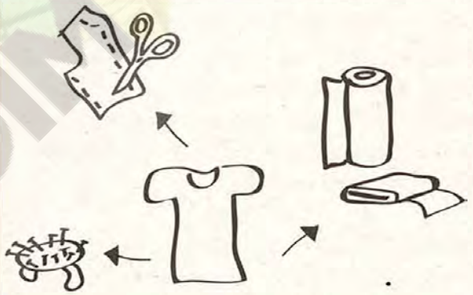
É nessa problematização que identificamos os nós a serem enfrentados pelos grupos no caminho de maior autonomia, abrindo brechas para a realização de escolhas e ampliando suas condições de tomada de decisão.

Doações de matéria-prima

Grande parte da matéria-prima utilizada é proveniente de doações. É certo que uma produção estruturada em doações tem seus limites. O que perguntamos ao grupo é até quando podem contar com elas e até que ponto isso limita a produção? E no caso de sua interrupção, que efeitos isso pode causar à sustentabilidade da atividade? Lembramos que nada há contra as doações, mas é importante que o grupo conheça seus limites e possa "fazer as contas" do resultado da atividade nas duas situações. Uma contando com as doações e outra no caso de ser obrigado a adquirir a matéria-prima no mercado convencional, aumentando seu ***custo variável***.

O custo variável corresponde aos gastos que aumentam ou diminuem conforme a quantidade produzida. Quanto maior for a produção, maior será o gasto com matéria-prima, ou seja, é um custo que varia de acordo com a quantidade produzida.

Custo variável: o custo que varia de acordo com a produção.



Doação de máquinas e ferramentas

Muitos são os grupos beneficiados pela doação de máquinas e equipamentos necessários à produção. O que não encontramos muito são grupos atentos à reposição das máquinas e ferramentas com recursos provenientes da própria atividade econômica. Em geral, isso não entra nos gastos. Neste espaço de formação, esse é um item amplamente trabalhado. Procuramos enfatizar a importância da poupança direcionada a essa reposição quando trabalhamos o item da ***depreciação*** dos equipamentos.

Depreciação é um fundo de reserva que precisa ser feita para que, após um determinado tempo de uso, tenhamos dinheiro em caixa para trocar uma máquina ou equipamento que já está muito usado por outro mais novo, ou seja, é um determinado valor que você separa em cada mês para comprar futuramente outro equipamento.

Exemplo:

Máquina de costura

Investimento total = 979,50
Vida útil do equipamento = 10 anos

979,50
÷ 10
Valor anual = 97,95

97,95
÷ 12
Valor mensal = 8,16

Você terá que separar R$ 9,00 por mês para a depreciação

A vida útil dos equipamentos é informada pelo fabricante.

A propriedade ou aluguel do espaço de trabalho

Grande parte dos grupos com os quais trabalhamos iniciam suas atividades em local cedido, seja por um integrante do grupo, seja por uma instituição de apoio (igrejas, ongs, etc.). Novamente, a problematização caminha na direção de aproveitar a oportunidade da cessão do espaço, mas incluindo o aluguel nas contas e verificando se a atividade continua sendo viável. Ou, ainda, que mudanças na organização da atividade seriam necessárias no caso de terem que arcar com mais essa despesa, aumentando seu *custo fixo*.

Custo fixo é aquele que permanece constante independentemente da quantidade produzida. É mais fácil calcular os custos fixos pelos seus valores mensais porque geralmente são os mesmos a cada mês que passa, qualquer que seja a produção. Este custo está diretamente ligado à existência do grupo, pois mantém as condições necessárias para a realização da atividade.

Custo fixo: são custos necessários para o grupo continuar a existir.



Produção no próprio domicilio

A produção em domicílio é muito comum nas iniciativas informais, sejam elas rurais ou urbanas, pois permite aliar a execução das atividades necessárias à reprodução da vida, como o cuidado da casa e das crianças, com uma atividade capaz de gerar renda. Essa prática, que remonta à era pré-industrial, tem sido muito valorizada pelos grupos, na sua maioria compostos por mulheres, na medida em que a remuneração de um emprego assalariado nem sempre é capaz de cobrir todas as despesas vinculadas como: alimentação, transporte, vestuário, e o próprio cuidado com a casa, forçando uma jornada dupla. Por outro lado, há relatos também da existência de exploração do trabalho em domicílio por parte de donos de confecção que pagam por produção, chegando perto da exigência similar ao trabalho escravo. Mais uma vez, abrimos um campo de problematizações que coloca em análise essas formas de organização, avaliando os efeitos dessas práticas. Aqui se configura uma

excelente oportunidade para discutir segurança, violência contra a mulher, previdência e mesmo a remuneração do trabalho.

Tomada de decisões

Ao estudar o passo a passo do tapete, comparando o tempo utilizado para a execução da tarefa (1 mês) com o preço pelo qual este produto era vendido (R$15,00), o grupo avaliou que se a finalidade era a geração de renda, não valia à pena a confecção do mesmo, pois no local onde realizavam as vendas não conseguiam aumentar o preço de venda e, conseqüentemente, sua ***margem de contribuição.***

Chegamos à margem de contribuição quando diminuímos do preço de venda o valor do custo variável por unidade. O resultado dessa diferença é que vai contribuir para o pagamento dos custos fixos.

Exemplo:

1 Tapete

Preço de venda		15,00
Custo variável		- 7,00
Margem de Contribuição	=	R$ 8,00

Esses R$ 8,00 serão usados para pagar o custo fixo.

O grupo criou outro produto, bonecas de pano, pois o tempo de confecção era bem menor, a venda era mais facilitada e, nesse caso, havia uma geração de renda mais significativa, já que passaram a trabalhar acima do ***ponto de equilíbrio***. Essas mulheres possivelmente não teriam a oportunidade de fazer essa avaliação se não tivessem feito as contas necessárias, a partir do passo a passo da atividade.

O ponto de equilíbrio indica a quantidade mínima que deve ser produzida e vendida por mês para que o empreendimento consiga pagar todos os seus custos.

Indo para as contas (bolsa de filtro de papel):

Custo Variável	Valor (R$)
Palha da costa	1,40
Cola	0,58
Bailarina	1,00
Plástico	0,87
Botão	0,15
TNT	0,60
Borracha	0,80
Filtro	1,00
Tinta de tecido	0,40
Total	**6,80**

Custo Fixo	Valor (R$)
Luz	12,00
Gás	36,00
Água	35,00
INSS	42,00
Caixinha de reserva	10,00
Remuneração	500,00
Total	**635,00**

OBS: Alguns itens como energia, gás e água podem entrar no custo fixo ou no custo variável, depende da quantidade usada na produção. Se usar pouco, é mais apropriado entrar no custo fixo como uma despesa mensal.

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO:
Diferença entre o preço de venda e o custo variável.

Exemplo:

Bolsa de filtro de papel

Preço de venda	15,00
Custo variável	- 6,80
Margem de Contribuição =	R$: 8,20

Esses R$ 8,20 serão usados para pagar o custo fixo.

Quantas bolsas precisamos produzir e vender para pagar esse custo fixo?

PONTO DE EQUILÍBRIO:
valor mínimo que o grupo terá que produzir e vender para a sua sobrevivência

Para calcular o ponto de equilíbrio é preciso dividir o custo fixo pela margem de contribuição.

Exemplo:

Bolsa de filtro de papel (por unidade)

Custo fixo	635,00
Margem de contribuição	÷ 8,20
Ponto de equilíbrio	= 77,4

Será preciso produzir 78 bolsas por mês, ou seja, mais ou menos 3 bolsas por dia.

Limites de produção e de mercado

Esse é um grande desafio para os grupos: encontrar uma estratégia de comercialização capaz de escoar a produção e garantir uma renda digna. No caso do grupo que confeccionava os tapetes e passou a confeccionar bonecas, o local de venda era restrito à quermesse de uma igreja próxima. Além disso, o grupo dependia de uma só pessoa para organizar e efetuar as vendas, considerando que nenhuma das outras participantes se disponibilizava a desempenhar essa tarefa. Para manter a produção do tapete seria necessária a busca de outras formas de comercialização. Esse também foi um tema discutido.

Todas essas dificuldades sempre estiveram bem presentes no cotidiano dos grupos que acompanhamos. A novidade, nesse caso, foi a forma como essas questões foram levantadas e trabalhadas. Partimos exatamente da realidade do grupo, do jeito que já faziam, e aos poucos foram sendo introduzidas questões que levaram o grupo a conhecer melhor a sua atividade e a buscar saídas para os *nós* que iam sendo identificados.

Com a experiência do tapete e, em seguida, das bolsas, das quentinhas, das camisetas e do vinagre de maçã, pudemos verificar que cada situação demanda perguntas diferenciadas, que contemplem todo o processo da atividade estudada de acordo com o contexto onde ela está inserida, desde a compra do material, passando pelo processo de produção, chegando até a comercialização e o recebimento do valor da venda.

Outro ponto interessante foi identificar, junto com todas e todos os participantes, os custos provenientes dessas atividades, privilegiando e explicitando o conhecimento já acumulado por elas e eles sobre a atividade que desenvolvem, e simplificando as contas necessárias à realização do estudo. Os números servem para ajudar na interpretação da realidade da produção dos grupos, assim como é a porta de entrada para a discussão das relações entre todas e todos do grupo com o seu entorno.

Até então havia experimentado processos de formação bastante modelares, com perguntas pré-definidas e que às vezes não eram as mais efetivas e apropriadas para determinada

realidade do grupo. Este dispositivo, o passo a passo, traz como novidade o reconhecimento não de competentes e incompetentes, mas de experiências e acúmulos diferenciados que em um dado contexto conseguem se complementar e produzir o novo, o inusitado.

A construção coletiva de conhecimento possibilita, assim, outra maneira de se produzir, seja para a confecção de uma roupa, para 200 litros de produtos de limpeza, para 15 toneladas de rapadurinha, para um curso, ou mesmo para esta publicação. Com essa pesquisa sobre quais são as etapas necessárias à atividade, podemos identificar também a forma como são realizadas, como a distribuição das funções é negociada, e como é assumida por cada integrante do grupo.

Ao indagar sobre como a atividade é executada, sobre quem faz o quê e porquê, induzimos à análise coletiva da gestão do grupo que nada mais é do que o desenho das relações estabelecidas no processo de produção coletiva.

Assim, afirmamos que os aspectos econômicos e a gestão do grupo são fatores indissociáveis. Caminham juntos, afetando-se mutuamente, e a qualidade dessa associação, em geral, fala do potencial de sustentabilidade do grupo.

Outro dispositivo utilizado é a atividade de casa, onde nossa intenção é que os temas tratados nas oficinas façam parte também do exercício coletivo do grupo, no intervalo entre os nossos encontros. Pesquisar os preços dos insumos, fazer as contas para outros produtos, pesquisar novos locais para comercialização e investigar alianças possíveis no entorno de sua localização, são alguns dos exemplos de exercícios a fim de fixarmos os conteúdos e conceitos do dia.

A atividade de casa pretende ampliar a possibilidade do restante do grupo, dos familiares e da comunidade como um todo. Segue um exemplo: antes de falarmos sobre os conceitos de custo fixo e custo variável, pedimos para elaborarem em casa o passo a passo da sua atividade, listando todo o caminho e os materiais necessários para a confecção do produto. Com essa atividade não queremos apenas clarear os gastos existentes, mas também o tempo dedicado à atividade, a qualidade de vida delas e deles, o conhecimento da própria atividade, o preço do produto (se é justo), a distribuição de tarefas e a divisão de responsabilidades no grupo. Nem sempre os resultados pretendidos com o trabalho de casa se efetivam. Entender essa dinâmica e modificá-la para que o trabalho de casa exerça sua função ainda é um desafio para a equipe técnica.

Assim como as perguntas do passo a passo são específicas para cada situação, identificamos que o material de apoio e de registro merece atenção especial. Nem sempre uma planilha produzida para um grupo pode ser utilizada em outro. Tudo vai depender de como a atividade é realizada e quais as necessidades de controle da mesma. A oportunidade de criar sua própria forma de registrar dados e, aos poucos, incluir outras formas que o desenvolvimento da atividade vai exigindo é importante para o grupo. O registro ganha sentido quando é capaz de mostrar o retrato da atividade e de fornecer dados para a análise dos resultados, subsidiando o grupo na tomada de decisões. Registrar por registrar não faz sentido.

Além da viabilidade e da gestão, introduzimos na programação a discussão de temas que podem ampliar o universo de atuação das pessoas participantes. Através da exibição de filmes, desenvolvimento de dinâmicas, sociodramas e outras ferramentas, acessamos temas como as relações de trabalho, relações de gênero, desafios relacionados ao meio ambiente, aceleração do tempo na modernidade, espaço público/privado, autonomia/dependência, políticas públicas/políticas de governo, relações de poder e de saber, autoritarismo/autoridade, entre outros.

Apesar de esses temas serem trabalhados, enfrentamos ainda o desafio de trazer para a prática o exercício dos acordos coletivos. Mesmo

sendo um dos princípios da socioeconomia solidária, fazer essa prática acontecer não é fácil. Exige vigília permanente em função de nossa formação histórica ser atravessada por valores de uma sociedade individualista e consumista.

Finalmente, um aspecto que vale destaque é o fato de o Curso ter sido diferente em cada uma das edições. O conteúdo nos temas de gestão e viabilidade econômica permaneceu o mesmo, mas a forma de trabalhar, a ordem em que os temas são tratados e a maneira de tratá-los vão sendo transformados conforme a dinâmica de cada turma. Na interação com o novo coletivo e atentos à dinâmica de cada um deles, discutimos os conteúdos nas reuniões quinzenais e planejamos cada encontro em função das conclusões que chegamos de forma coletiva e solidária.

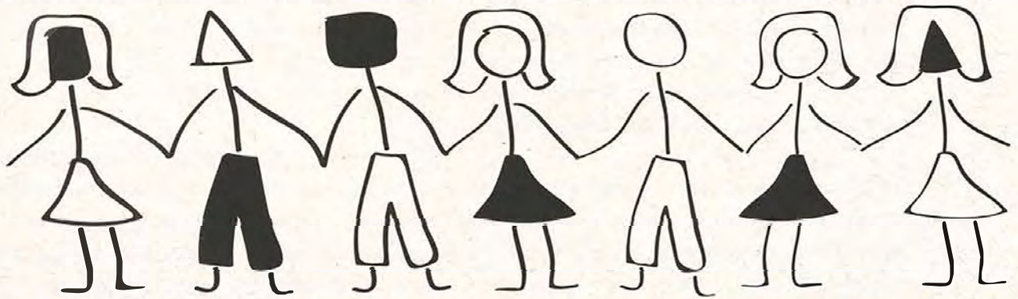
Essa experiência traz novos aprendizados para as equipes de formação, e a certeza de que ainda há muito a caminhar.

Saborear as complexidades

- A metodologia do Curso de Gestão e Viabilidade Econômica

Mirian Ancelme - Psicóloga e coordenadora do Curso Gestão e Viabilidade Econômica.

Sei lá, sei lá
Eu só sei que é preciso paixão
Sei lá, sei lá
A vida tem sempre razão
(Chico Buarque)



CEDIM

A metodologia do Curso se apoia em alguns instrumentos que podemos chamar de facilitadores, que visam provocar discussões sobre os modos de gestão dos grupos de produção, e sobre a viabilidade econômica de suas atividades.

A equipe de técnicos e técnicas educadores responsável pelo Curso reúne-se a cada 15 dias com a instituição parceira, a Capina. Nessas reuniões, avaliamos o encontro anterior, os desafios e avanços, e construímos coletivamente uma programação para a próxima oficina. Esse procedimento facilita a montagem da infra-estrutura e a elaboração dos temas centrais das discussões do dia. Entendemos, porém, que a programação está sempre sujeita a mudanças, o que proporciona uma abertura aos imprevistos, assim como à reconstrução do programado.

Este primeiro ponto da metodologia merece um melhor aprofundamento. É interessante montarmos uma programação à priori e ao mesmo tempo estarmos abertos às questões apresentadas pelo grupo. Aqui, os desvios não são assumidos como erro do programado, mas como parte do processo. Optar por trabalhar desta maneira não é uma tarefa fácil, pois implica sair das certezas e dos lugares seguros e entrar em um novo campo, aberto aos acontecimentos produzidos nos encontros. Esta é uma forma desafiadora de trabalhar que tem produzido grande aprendizado para a equipe técnica.

Isso acontece porque apostamos em uma construção de conhecimento horizontal/coletivo, na qual temos conteúdos a serem apresentados/ensinados, como também acrescentamos assuntos e discussões que muitas vezes modificamos de acordo com os acontecimentos e diversidades da região na qual na qual as pessoas participantes vivem.

Por exemplo: preparamos uma apresentação de custo fixo e custo variável para trabalharmos na 3ª aula, porém, muitas mulheres chegaram atrasadas devido a problemas com o transporte precário que serve a região. Neste momento, deixamos a discussão programada para depois e aproveitamos para fazer algumas análises sobre a distribuição de recursos arrecadados em nosso país, através do pagamento de impostos, já que isso implica diretamente em nossas vidas - tanto na sua gestão como na sua viabilidade. A dificuldade cotidiana de transporte serviu como porta de entrada para a ampliação da discussão.

Buscamos não somente falar sobre a gestão, teorizando-a e deixando-a no campo da abstração, mas a vivenciamos coletivamente a cada encontro, de maneira democrática e transparente, para que todas e todos se tornem sujeitos gestores dos seus próprios processos de vida.

Ferramentas: criatividade e comunicação

Para levantar alguns temas e conteúdos ao longo dos encontros, utilizamos e criamos algumas ferramentas para trazer pontos importantes ao debate. As atividades podem ser individuais e coletivas, dependendo do objetivo a ser atingido, e podem estar relacionadas a uma determinada temática ou trazer questões não pensadas pela equipe técnica. Entre as ferramentas utilizadas, optamos por articulá-las a um trabalho lúdico, com o objetivo de construir instrumentos que fomentem a criatividade para levantar questões relacionadas à gestão do grupo, dentro do Curso e em suas operações de produção. Acreditamos que o lúdico descontrai e aproxima, pois burla a lógica tradicional da relação entre professor e aluno.

"Essa dinâmica lembrou-me a época do jardim de infância"; esta foi uma fala que surgiu no primeiro dia de Curso do ano de 2009, ao realizarmos uma atividade que utilizou barbante e recorte/cole de revistas. Nesta dinâmica foi montado um varal no qual cada participante colocou uma folha que continha o que estava trazendo para aquele grupo. No final montamos um grande, colorido e diversificado

varal com muitos elementos - amor, trabalho, companheirismo, artesanato, etc. - o que caracterizou um importante produto coletivo. Quando inesperadamente - para a turma participante - uma pessoa de nossa equipe, propositalmente, cortou o barbante, causou diferentes sentimentos: "você cortou os meus sonhos", disse uma participante. Cortamos para discutir a importância das regras de convivência e a necessidade de repactuá-las coletivamente quando as mesmas são quebradas, ou cortadas.

A música é uma outra importante ferramenta e por isso é sempre utilizada no Curso. Com violão e animação, debatemos pontos importantes. Para a equipe técnica, a música traz, de uma maneira simples e provocativa, a questão do saber.

(...) Por isso eu pergunto
A você no mundo
Se é mais inteligente
O livro ou a sabedoria
O mundo é uma escola
A vida é o circo
Amor, palavra que liberta
Já dizia o Profeta.
(Marisa Monte - Gentileza)

A Construção do Estado Brasileiro é uma dinâmica que esteve presente em quase todas as edições do Curso por aliar textos e músicas em um rico "sobrevoo" pela História do Brasil. Nela, a autora[4] traz uma contextualização sobre algumas questões históricas, o que possibilita perceber como o Brasil de hoje foi se constituindo ao longo dos anos. Permite, também, que cada participante crie sua percepção sobre as forças políticas, econômicas e sociais presentes em diversos momentos históricos e seus efeitos sobre a atual conjuntura do nosso país.

4. Rosana Lobato - Socióloga e educadora popular.

A Construção do Estado Brasileiro - trecho da dinâmica:

(...) Voltamos 500 anos na história e encontraremos uma Europa fervilhando em grandes transformações: no comércio, nas artes, na literatura e com destaque para as grandes navegações. Portugal como uma das maiores potências da época parte em busca de novos mundos. Aos 22 de abril de 1500, sob o comando do capitão-mor Pedro Álvares Cabral, surge um monte mui alto e redondo, o Monte Pascoal e a terra da Vera Cruz. Assim descreveu Pero Vaz de Caminha ao rei D.Manuel: "A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixa de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência. (...) De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos - terra que nos parecia muito extensa. (...) Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar."

Depois de 30 anos de esquecimento, a nova terra é submetida a um regime de exploração, sem o menor interesse em respeitar a nação existente. O Pacto colonial se firmou no envio da Metrópole de equipamentos e manufaturados, e a colônia de enviar gêneros tropicais, e mais tarde metais preciosos. Durante o processo de colonização foi se formando uma administração colonial de feitoria e capitanias hereditárias, e um sistema produtivo baseado no latifúndio, monocultura e escravidão. A beleza da terra descrita pelo escrivão Caminha dava lugar a uma história injusta e de aparente submissão.

Aquarela Brasileira

Vejam esta maravilha de cenário
É o episódio relicário
Que o artista no sonho genial
Escolheu para este carnaval
E o asfalto como passarela
Será a tela do Brasil em fôrma de aquarela
Passeando pelas cercanias do Amazonas
Conheci vastos seringais
No Pará, Ilha de Marajó
E a velha cabana do Timbó
Caminhando ainda um pouco mais
Deparei com lindos coqueirais
Estava no Ceará
Terra de Irapuã, de Iracema e Tupã
Fiquei radiante de alegria
Quando cheguei na Bahia
Bahia de Castro Alves do acarajé
Das noites de magia do candomblé

Depois de atravessar as matas do Ipu
Assisti em Pernambuco a festa do
frevo e do maracatu
Brasília tem o seu destaque
Na arte, na beleza e arquitetura
Feitiço de garoa pela serra
São Paulo engrandece a nossa terra
Do leste por todo centro-oeste
Tudo é belo e tem lindo matiz
E o Rio dos sambas e batucadas
Dos malandros e mulatas de requebros
Febris
Brasil estas nossas verdes matas
Cachoeiras e cascatas de colorido sutil
E este lindo céu azul de anil
Que molduram a aquarela ao meu Brasil

(Silas de Oliveira)

Os filmes também são usados como ferramentas, pois saem do campo tradicional, possibilitam uma reflexão sobre a maneira como nos relacionamos com o trabalho nos dias de hoje e têm o potencial de trazer algumas discussões fundamentais sobre a gestão da vida.

O filme *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin, relata a vida urbana nos Estados Unidos após a crise de 1929, quando a depressão atingiu toda a sociedade, levando grande parte da população ao desemprego e à fome. O filme focaliza a vida na sociedade industrial, caracterizada pela produção com base no sistema de linha de montagem e especialização do trabalho. É uma crítica à modernidade e ao capitalismo representado pelo modelo de industrialização, onde o operário é engolido pelo poder do capital e perseguido por suas ideias "subversivas". Assuntos que vêm à tona após o filme.

"Ele teve uma escolha. A nossa determinação vai definir as nossas escolhas." (Maria - Curso 2008 - oficina 7). Refere-se à parte do filme em que o amigo do personagem de Chaplin, que trabalhava na fábrica com ele, tenta assaltar uma loja.

"O que me chamou atenção foi que com uma carta (de indicação) *ele conseguiu um emprego, hoje em dia não é mais assim." (Claudionor - Curso 2008 - oficina 7).*

"Na fábrica você tem metas, se não cumprir você é descartada." (Rita Cleide - Curso 2008 - oficina 7).

Desafios do não saber

Em cada encontro, temas são levantados e dentre estes fazemos um recorte de acordo com os assuntos relacionados com a proposta das oficinas. Às vezes nossa equipe é atropelada por situações do cotidiano com perguntas da turma que nos geram sentimentos de impotência por não termos certas respostas. Isso explicita e possibilita discutir o não saber - ninguém sabe tudo, inclusive nós - e a importância de estarmos sempre aprendendo uns com os outros e as outras, entendendo que a riqueza está no compartilhar e não no competir. Acreditamos que estamos solidariamente interligadas e interligados, o que nos enriquece e nos faz crescer enquanto seres humanos.

Assim, quando surge competição em alguns grupos e quando percebemos que algumas pessoas se apresentam como líderes - "donas ou donos do grupo" - temos o desafio de discutir maneiras possíveis de criar relações que fortaleçam práticas autogestionárias e solidárias, já que visamos questionar e provocar movimentos de lutas e resistências frente à lógica vigente - hierárquica, autoritária e capitalista - a fim de construirmos outros modos de relação que priorizam a vida e o bem estar humano.

Há também momentos em que não sabemos tratar alguns conteúdos específicos. Nesse caso, a equipe técnica estuda ou convida um consultor ou consultora pontualmente para contribuir conosco no encontro seguinte. Em 2009, a turma trouxe a necessidade de entender sobre questões tributárias, a partir da discussão sobre a precarização e ausência de políticas públicas na saúde. Então, convidamos o economista Bruno Lopes[5] para nos ajudar a discutir o orçamento público do Brasil com foco nos problemas relacionados à saúde pública. Hoje grande parte da população não tem acesso a equipamentos, atendimentos e acompanhamentos médicos.

Mais de 30% do Orçamento Geral da União em 2009 foi direcionado ao pagamento de juros e amortização da Dívida Pública (ou R$ 282 bilhões), acarretando baixos investimentos nos serviços públicos, não só nos meios de transporte, mas também na saúde, educação, segurança, moradia, e etc. Estes dados foram importantes para entendermos que hoje o dinheiro público não é investido em sua maioria nas necessidades básicas da população. Com a lógica neoliberal das privatizações, a saúde pública - com atendimento no SUS a imensas filas, precarizado, com falta de material e uma larga abertura para os convênios privados e planos de saúde - ficou submissa aos interesses do grande capital, que tem como principal foco o lucro. Essa discussão possibilitou a turma perceber que esta questão não se trata de um problema apenas de políticos e administradores do país, mas é algo que afeta diretamente o dia a dia e a qualidade de vida de cada um e cada uma.

No mesmo ano tivemos a contribuição de uma colega de trabalho, Leila Salles[6], trazendo uma discussão sobre gênero. Neste dia fizemos uma dinâmica em que cada participante apresentava todas as atividades realizadas durante um dia inteiro. Esta dinâmica nos possibilitou visualizar o quanto a mulher trabalha, muitas vezes sozinha. Como somos lutadoras, provedoras e muito criativas, revelando e fortalecendo a importante posição que a mulher ocupa na nossa sociedade.

Enlaces entre gestão democrática e a viabilidade econômica

No primeiro encontro de 2008, durante as apresentações, em quase todas as falas o motivo pelo qual as pessoas estavam juntas em uma produção/comercialização era o fato de se sentirem integrantes de um grupo que se configurava como uma família. Logo, ficamos instigados a perguntar: *o que liga essas pessoas?*

Percebemos que existe uma "cola" entre as pessoas dos grupos de produção que não passa apenas pela questão financeira, ou seja, na produção e comercialização de produtos. Está localizada no plano dos afetos. É certo que muitas e muitos estão nestes grupos de produção com o objetivo de aumentar e/ou garantir a renda mensal, mas, de fato, este não é o único motivo. O que dá sentido à produção é o modo como a mesma se organiza, isto é,

5. Economista no Fórum do Orçamento Público, ex-integrante do PACS.

6. Socióloga, integrante do PACS nos projetos Mulheres e Socioeconomia e Práticas Socioeconômicas.

as relações que são estabelecidas no grupo. Podemos afirmar que isso é uma questão no plano da gestão, mesmo que apareça de modo invisível e não dito.

No ano de 2009, houve uma iniciativa das próprias participantes na experimentação de formas de gestão democrática e participativa, como exemplo: todas as tardes eram realizadas oficinas de troca, socializando saberes e técnicas, e também descentralizando os focos de atenção - muitas vezes concentradas nas pessoas mais expressivas ou na própria equipe técnica - para outras mulheres com outros saberes e técnicas.

Estes ganhos, ao nosso entender, vão além dos grupos de produção, atingindo as relações que estabelecemos. Em cada encontro visamos apresentar e ampliar as possibilidades de escolhas que melhor se adaptam à realidade de cada uma e cada um.

Revisitando os encontros

Separamos normalmente o início do encontro para contar como foi a oficina passada. **Revisitando** é o nome que damos para este momento, uma fundamental ferramenta que nos ajuda a levantar, voltar e aprofundar questões importantes que possam ter escapado no encontro anterior. Por isso é uma parte da metodologia na qual dedicamos especial atenção. Esse momento é responsável por fazer a liga entre os encontros.

Um exemplo é, quando iniciamos o passo a passo, com introdução de conceitos e separação dos gastos a partir do custo fixo e variável da produção de um determinado produto, é comum aparecer falas do tipo: *"eu não sei fazer os cálculos dos custos do meu produto"* ou *"eu faço os meus cálculos assim, está certo?"*

A discussão sobre o que está certo ou errado atravessa várias oficinas, sendo, na maioria das vezes, tema de diversos Revisitando, pois acreditamos que é uma discussão importante no processo de formação. De fato, o que é certo? O que é errado? Se existe algo errado significa dizer que há outro preestabelecido como certo, ou seja, um modelo/padrão a ser seguido? Uma participante de 2008 trouxe um exemplo que serviu, e serve até hoje, como ilustração para essa discussão.

"Uma professora, de uma determinada escola, pediu para os alunos desenharem um conjunto com cinco balas em uma aula de matemática. Uma de suas alunas desenhou cinco balas e mais cinco quadrados ao lado. Na percepção da professora, a aluna havia desenhado dois conjuntos. Quando a professora, certa de que a resposta da menina estava errada, perguntou o que eram aqueles cinco quadrados ao lado das balas, a menina respondeu: 'são os papéis das balas, pois estas já estão desembrulhadas'." Então, a resposta da menina está certa ou errada?

Discutimos, a partir do exemplo da bala, que cada grupo tem sua forma de se organizar. Existem maneiras em que o grupo trabalha melhor, que serão identificados pelo mesmo. Todas as apresentações, dicas e discussões podem ou não ser aceitas pelas participantes.

No momento do Revisitando, podemos aproveitar para fazer e refazer acordos coletivos, pois acreditamos que este momento de visitação ao encontro anterior produz questionamentos e reflexões não existentes na hora do acontecido.

"Como eu calculo as minhas horas de trabalho? Ou; coloco a linha e agulha no custo fixo ou no variável? Água, luz, telefone, equipamento, máquinas doadas... onde coloco?" Esses são alguns itens que logo surgem quando pedimos para elas fazerem o passo a passo da atividade. As dúvidas que não serão explicadas detalhadamente no momento em que são expostas serão colocadas no Cabide.

Cabides são assuntos ou perguntas que aparecem nas oficinas e que serão tratados posteriormente à medida que os conteúdos serão apresentados. Eles servem como lembrete para não esquecermos pontos ou perguntas importantes que o grupo fez sobre um assunto específico. Claro que nem sempre eles podem e precisam esperar até o dia separado para o assunto. Desta forma, damos alguns rápidos esclarecimentos sobre as perguntas e explicamos que teremos um momento para falar sobre o tema detalhadamente. Como estratégia, colocamos um papel pardo na parede contendo todas as dúvidas que surgiram em cada encontro como forma de lembrete.

Os **Registros** também são instrumentos que utilizamos para relembrar e avaliar os encontros, porém, estes possuem uma função necessária: construir uma memória do Curso. Estes são feitos de três maneiras. Primeiro: alguém da equipe técnica fica responsável por registrar todos os acontecimentos do encontro. Depois organiza e separa as dúvidas e questões para serem levadas no Revisitando e resolvidas no coletivo, ou serem colocadas no Cabide. Esse documento é utilizado para a construção de relatórios; reflexão e construção da próxima edição do Curso; e para socializarmos o trabalho realizado para todas as pessoas que trabalham no PACS como troca de experiências. Segundo: elaboramos um resumo que é entregue no encontro seguinte para a turma, a fim de disponibilizar os principais pontos da oficina (conceitos, cálculos e discussões) e socializar o conteúdo dado. Entendemos que é fundamental que a turma tenha os registros para que juntos possamos fazer a gestão do mesmo. O terceiro registro é elaborado nas reuniões da equipe técnica. Além de servir como subsídio para a preparação dos encontros, assegura à equipe uma ferramenta a ser utilizada no levantamento de elementos necessários à análise de nossas práticas de formação.

Como instrumento de avaliação e conclusão de Curso, usamos as cartas. Como funciona? Ao final do Curso, pedimos que cada participante escreva uma carta, que pode ser dirigida a alguém ou não, com ou sem assinatura ao final. Pedimos que contem como foi a experiência do Curso - seus pontos positivos e negativos, o que mudaria, acrescentaria e o que mais gostou e não gostou. Nessas cartas são escritas suas afetações, emoções, aprendizados, mudanças proporcionadas ao grupo e à vida de cada uma e cada um. É uma maneira de se expressarem e, ao mesmo tempo, avaliarem o Curso. A maioria tem dificuldade de falar quando está em público com pessoas desconhecidas, mas consegue se expressar quando escreve. Nos anexos desta publicação estão disponíveis algumas destas cartas.

A elaboração e a execução desse trabalho são muito prazerosas, mas ao mesmo tempo nos apresentam muitas dificuldades. Algumas conseguimos resolver, outras não. Algumas nos paralisam, outras nos impulsionam a romper os nossos próprios limites e continuar a prosseguir nas apostas que fazemos no trabalho e na vida. Acreditamos que a dificuldade e a beleza desse trabalho é não ter a previsibilidade ou técnica que garanta e legitime os efeitos da nossa atuação. Temos, sim, pontos de partida que visam à criação de pistas para construirmos relações de confiança e autonomia, bem como uma economia realmente solidária.

Não há como não aparecer imprevistos e o tão conhecido frio na barriga. "Será que vai dar certo?" Se "dar certo" for provocar movimento; possibilitar a ampliação das escolhas; visibilizar custos; discutir questões políticas que afetam o dia a dia; dar visibilidade ao trabalho das pessoas; fomentar a criação e ampliação de redes (de amigos, de comercialização, de novos grupos); possibilitar o fortalecimento dos grupos populares e de produção; construir um aprendizado mútuo e contínuo; possibilitar um espaço de criação; levantar questões e propostas que possibilitem novas maneiras de atuar no mundo, arriscamos dizer que estamos no caminho certo.



Reconhecer entradas e saídas

- Transformações para uma socioeconomia solidária e para a vida

Joana Emmerick - Graduada em Relações Internacionais,
participou do curso de Gestão e Viabilidade Econômica na turma de 2009
e é colaboradora nas frentes de trabalho do PACS.

Neste livro foram compartilhadas distintas experiências e aprendizagens de anos de realização do Curso de Gestão e Viabilidade Econômica, abarcando desde os objetivos aos modos de fazer um processo de formação. No texto que segue temos como intuito apresentar pistas e levantar questões que possam servir de inspiração a outras iniciativas, a partir das reflexões iniciadas pela equipe sobre o papel do curso frente à realidade de suas principais participantes: mulheres da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

A realização desse amplo trabalho, que denominei de releitura, contou com distintas etapas, incluindo a leitura e análise dos registros escritos dos quatro anos, tais como: fichas, questionários, tarjetas, cartas de avaliação escritas pelas participantes ao final de cada curso, anotações realizadas por membros da equipe em reuniões internas bem como nas oficinas, entre outros. As dinâmicas de confrontação entre as leituras realizadas e as diferentes experiências da equipe técnica como participantes do Curso (como técnicas ou alunas, como foi meu caso na edição de 2009) foram importantes para uma reflexão critica e construção coletiva de um olhar diferenciado sobre as relações costuradas neste contexto.

Estas eram realizadas em reuniões periódicas, onde procurávamos perceber de que forma o curso poderia impactar nas atividades dos grupos, uma vez que para a equipe técnica é muito importante saber se as ferramentas trabalhadas eram socializadas no coletivo, e se geravam alguma mudança nas relações de trabalho.

Entretanto, logo percebemos que não era possível "medir" os "resultados obtidos", mas sim entender os significados atribuídos à participação nesse espaço. Esta mudança de perspectiva ocorreu porque compreendemos que as turmas eram muito distintas entre si. Nos dois primeiros anos (2006 e 2007) eram compostas apenas por grupos de produção. Já nos últimos (2008 e 2009) por grupos e trabalhadoras individuais. Também percebemos que muitas

vezes são formadas redes não formalizadas, assim como há o interesse e participação na Rede de Socioeconomia Solidária da Zona Oeste do Rio de Janeiro e outros espaços de atuação coletiva, com grupos sendo modificados e criados a todo o momento. Apesar destas diferenças, em todas as edições surgem relatos que trazem em comum as desiguais relações sociais de gênero que atravessam o cotidiano destes grupos de mulheres na região.

Algumas ideias presentes nos diferentes capítulos reforçam o que aqui expomos; Robson Patrocínio de Souza ressalta a importância de entendermos a conjuntura local e a realidade dos grupos de produção da Zona Oeste, apontando que a sustentabilidade dos mesmos passa também por mediações políticas e mudanças estruturais. Rita de Cássia Alves observa como os laços de dependência econômica destas mulheres levam à reprodução de ciclos de violência, de dominação e opressão, mediante ao desigual acesso ao mercado de trabalho formal; Terezinha Pimenta explora como os diferentes trabalhos desenvolvidos por estas mulheres não são reconhecidos, e Mirian Ancelme destaca o papel das formas de gestão para a união das mesmas em grupos de produção. Estes pontos se inserem em um quadro de divisão sexual do trabalho e invisibilização do trabalho produtivo e reprodutivo[7] das mulheres, com todo seu potencial criativo.

Neste sentido, investir na autonomia e sustentabilidade dos grupos passa, não apenas, mas necessariamente, pela valorização e expansão das possibilidades de escolha destas mulheres. Dados os objetivos do Curso, nos

7. A divisão sexual do trabalho segue os princípios de separação (existem trabalhos de homens e de mulheres) e da hierarquização (trabalho de homem vale mais do que de mulher). Aos homens é atribuída a esfera produtiva (identificada com o espaço público, da política, militar) e às mulheres a reprodutiva (identificada com o espaço privado, o âmbito doméstico, as tarefas de cuidados). Trata-se de uma relação de dominação. (KERGOAT, 2000, p.67).

parece essencial acompanhar suas trajetórias, abrindo espaços de fala e escuta, procurando entender como a participação em um curso de formação política, como este, pode contribuir para mudanças em seus espaços de atuação, não apenas em termos objetivos, mas também subjetivos, para potencializar a capacidade de intervir e transformar suas realidades.

Através da leitura dos registros percebemos que as próprias mulheres oferecem pistas para esta compreensão já que ao final de cada edição são realizadas dinâmicas avaliativas muito elucidativas. Em 2009 foi proposto que elas respondessem a quatro perguntas: "O que eu levo?", "O que foi difícil?", "O que eu mudaria?", "O que valeu a pena?". A maior parte das mulheres apontou como dificuldades aceitar que o produto não é viável e que muitas vezes traz prejuízos. Outro desafio comum aparece como a dificuldade de construir conhecimento coletivamente ao longo do Curso. Ressaltam que não mudariam a estrutura do Curso, mas talvez o horário e dia das aulas, além de que abririam mais espaço para discutir comercialização. Enfatizam como valeu à pena lidar com os desafios do trabalho coletivo, assim como reunir mulheres cujas iniciativas estavam isoladas. E por fim, que levarão deste espaço a troca de experiências, as amizades, a valorização do próprio trabalho e da Zona Oeste.

Mediante esses materiais, em novembro desse mesmo ano, realizamos o I Encontro das turmas de quatro anos do Curso de Gestão e Viabilidade Econômica. Nesse encontro realizamos dinâmicas de formação e de co-avaliação, com o intuito de possibilitar a troca de experiências entre mulheres de diferentes edições, e também de explorarmos potencialidades para as próximas turmas.

A primeira atividade do dia consistiu nas entrevistas (também participaram as técnicas). Neste momento, as participantes formaram duplas, onde puderam conversar sobre eventuais mudanças na vida pessoal, no trabalho, na família e na comunidade após a realização do

Curso. Os principais aspectos ressaltados pelas mulheres sobre mudanças em suas vidas foram: uma mudança na esfera da auto-estima; a sensação de sair do isolamento, de transformar as relações no âmbito da casa; fazer amizades e aprender a lidar com a diferença; uma maior valorização de si e do próprio trabalho.

Além das entrevistas, entregamos questionários de avaliação, cujo preenchimento era opcional. Explicamos que esta atividade nos ajudaria com eventuais mudanças para as próximas edições do Curso. Comparando as respostas, nos deparamos com um aspecto curioso: das 19 mulheres que participaram da atividade, apenas 3 realizaram o estudo de viabilidade completo (seguindo todas as etapas do passo a passo) após a conclusão das aulas. Entretanto, quando perguntamos se, de alguma forma, elas utilizaram os conhecimentos adquiridos no Curso em seu dia a dia, todas responderam que sim, ainda que as adaptem às suas atividades e necessidades: "Organizar a minha vida, dividir as minhas opiniões, aprendi a administrar em tudo minha vida no geral" (participante da edição 2009). "Aprendi a dividir e somar todo o material. Em casa tento não usar o consumo excessivo" (Participante da edição 2009).

Não obstante, a maior parte das respostas aponta que após participar do Curso de Gestão e Viabilidade Econômica há mudanças na relação de trabalho em grupo, principalmente entre as que participaram. Entretanto, aqui nos deparamos com alguns dos efeitos da sobrecarga de trabalho que recai sobre as mulheres: a responsabilidade pelo trabalho doméstico torna a disponibilidade de tempo um dos maiores desafios, seja para investir no fortalecimento do grupo (por exemplo, encontrando tempo para discutir mudanças no trabalho coletivo), assim como para investir em suas formações (por exemplo, a dificuldade de participar de outros cursos de formação, apesar da vontade).

As experiências e testemunhos aqui compartilhados abrem uma janela que nos permite entender o curso também como um espaço de expressão para a criação. Um espaço para quebrarmos os muros do silenciamento: "Não temos lugares para falar, não podemos expressar nossas opiniões: por isso quando chegamos aqui falamos tanto" (participante da edição 2009).

São muitas as potencialidades a serem exploradas, partindo da percepção de que ali se constroem relações mediadas pela confiança, que propiciam experimentações para relações cotidianas diferenciadas; Brito (2001) aponta a importância de ultrapassarmos a ideia de que um cotidiano feminino vivido no privado é isolado dos acontecimentos políticos e sociais, "As mulheres, portanto, mesmo partindo da esfera privada, podem agir politicamente, utilizando recursos específicos, seguindo caminhos que cruzam os espaços públicos e privados. (...) Ao lado das transformações individuais, pessoais, a nível do privado, se chega gradativamente a transformações a nível público (...)"(BRITO, 2001, p.297)

A participação no Curso de Gestão e Viabilidade Econômica traz um sentido de fortalecimento das mulheres e de suas iniciativas para transformar a realidade. Os desafios, como ressaltado por Robson Patrocínio, é que essas transformações englobem cada vez mais as unidades de produção e também os espaços de atuação coletiva, em um movimento por outra economia, por outra política, por uma sociedade participativa, cooperativa e solidária.

Referências bibliográficas

AGUIAR, K. Economia dos Setores Populares: modos de gestão e estratégias de formação. In: Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação. Rio de Janeiro, Ed.Oikos Ltda, 2007, pp. 106-121.

AGUIAR, K. e ROCHA, M. Micropolítica e o Exercício da Pesquisa-Intervenção: Referenciais e Dispositivos em Análise. Revista de Psicologia: Ciência e Profissão CFP, Rio de Janeiro, V. 27 Edição. 27. 4, 2007, pp. 648-663.

ARRUDA, M. Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed.Vozes, 2003.

_____ - Tornar real o possivel: a formação do ser humano integral, economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed.Vozes, 2006.

BARROS, B. Modos de Gestão - Produção de Subjetividade na Sociedade Contemporânea. Revista do Departamento de Psicologia - UFF, V. 14, Nº 2, 2002, pp. 59-74.

BEZERRA, A. Educação Popular e Economia dos Setores Populares. In: AGUIAR, K. & KRAYCHETE, G. (Org.). Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação - São Leopoldo: Ed. Oikos, 2007, pp. 19-31.

_____ Economia dos Setores Populares: pensamentos, ferramentas e questões. Porto Alegre, RS, Ed.Catarse, 2009.

BRITO, Maria. Gênero e Cidadania: referencias analiticos. Revista Estudos Feministas. Vol. 9, nº1, Florianópolis, 2001, pp. 291-298.

CORAGGIO, J. Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária. In: Economia dos setores populares e estratégias de formação - São Leopoldo, Ed. Oikos, 2007.

GUATARRI, F e ROLNIK, S. Micropolítica: Cartografias do Desejo. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 7ª Ed. Revisada, 2005.

KRAYCHETE, G. Economia Popular Solidária: Paisagens e Miragens. Caderno do curso de extensão Viabilidade Econômica e Gestão Democrática de Empreeendimentos Associativos, VIII turma, 2008.

KRAYCHETE, G. e AGUIAR, K (orgs.). Economia dos Setores Populares: sustentabilidade e Estratégias de Formação. São Leopoldo - RS: Oikos, 2007.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena [et al.] (Org.). Dicionário Crítico do Feminismo - São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp. 67-75.

QUINTELA, S. Economia Feminista e Economia Solidária: Sinais de outra economia. Rio de Janeiro, PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, Serie 5 - Globalização e Solidariedade, 2006, pp. 40.

SAIDON, O. e KAMKHAGI, V. (orgs.) - Análise Institucional no Brasil (2ª ed.) - Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos Tempos, 1991.

SAINT-EXUPÉRY, A. O pequeno príncipe. Ed. Rio de Janeiro, Ed. Agir, 2000.

SALAZAR, S. Economia solidária: possibilidade de construção de uma nova sociedade? In: Social em questão. V. 12 - Nº 12, 2004. Rio de Janeiro: PUC, departamento serviço social.

Sites pesquisados

http://www.capina.org.br/port/home/index.asp
Consulta efetuada em março/2010.

http://www.pacs.org.br
Consulta efetuada em março/2010.

http://www.jubileubrasil.org.br/
Consulta efetuada em maio/2010.

http://www.fazendomedia.com/novas/politica240206.htm
Consulta efetuada em maio/2010.

http://www.fbes.org.br
Consulta efetuada em maio/2010.

http://scielo.br.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100017
Consulta efetuada em outubro/2009.

Contatos

REDES

Rede de Socioeconomia Solidária da Zona Oeste do Rio de Janeiro (SOCIOECOZO/RJ)
E-mail: socioeco.rj@gmail.com

Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)
SCS Quadra 6 Bloco A. Edifício Arnaldo Villares sala n° 514. Brasília CEP: 70.324-900
Tel./fax: (61) 3965-3268
Site: www.fbes.org.br
E-mail: forum@fbes.org.br

Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro (FCP/RJ)
Site: http://cirandas.net/fcp-rj
Site: http://www.fcprj.org.br/

Rede Fito Vida
Site: rede.fitovida@yahoo.com.br

Fórum Popular do Orçamento do Rio
Av. Rio Branco, 109, 16° andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ

GRUPOS DE PRODUÇÃO
Zona Oeste /RJ

Carioca tem Arte - Olho na Arte - Feira da Rural - Forminhas da Fé - Cooperativa São Jose - Feito por nós - Obra Kolping - Mães de Deodoro - Comitê Popular de Mulheres - Coopermizo - Mulheres do Quandu - Sereiarte - Aki Artesanato - Martesãs - Mulheres de Pedra - Taquaral - Vida em Arte - Sabor e Saúde - Verde e Vida - Maizo - Mulheres de Pedra - Arte em Vida - Esperança em Fuxicar - Perseverarte - Grupo de bordado Nova Cidade - Esperança em Arte - Bicho da Seda - Criative Eco Arte - Mulheres de Saracuruna - Recicla Vida

INSTITUIÇÕES

CAPINA - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa
Rua Evaristo Veiga, nº 16, Grupo 1601, Centro
CEP: 20.031-040 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2220-4580 Fax: (21) 2220-1616
Site: www.capina.org.br

ASPLANDE - Assessoria e Planejamento para o Desenvolvimento
Av. General Justo - 275/304
Castelo - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2210-1922
Site: www.asplande.org.br
E-mail: asplande@asplande.org.br

Lar Fabiano - Sede Administrativa
Avenida Marechal Floriano, 19 - 3º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20080-003
Tel.: (21) 3506-3600
Fax: (21) 2252-3270
E-mail: larfabianodecristo@lfc.org.br

FEUC - Fundação Educacional Unificada Campograndense e Núcleo de Estudos Urbanos - NEURB
Estrada da Caroba, 685
Campo Grande - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3408-8484
E-mail: marketing@feuc.br

Fundação Xuxa Meneghel
Rua Belchior da Fonseca, 1.025
Pedra de Guaratiba - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2417-1925 / 2417-1252

OBRAS KOLPING VILA ALIANÇA
Rua do Magistrado, 69, Vila Aliança
Bangu - Rio de Janeiro - RJ

CORECON - RJ
Av. Rio Branco 109 - 16º e 19º andares
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20054-900
Tel.: (21) 2103-0178
Fax: (21) 2103-0106

Casa de Acolhida Marista
Rua da Cascata, nº 64, Tijuca
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2268-3790

IMS - Instituto Marista de Solidariedade
SDS Bloco F, nº 27, sala 112
Conjunto Baracat - Brasília - DF
Tel.: (61) 3321-4955
Fax: (61) 3226-6422

Ação Comunitária do Brasil (ACB)
Praça Mahatma Ghandi, nº 2, salas 621 a 624
Centro - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2253-6443
Fax: (21) 2516-2230

IFHEP - Instituto de Formação Humana e Educação Popular
Rua Henri Dunant, 156
Campo Grande - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3405-6679

ISER Assessoria
Praça Mahatma Gandhi, nº 2, sala 822
Centro - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2524-9761
E-mail: contato@iserassessoria.org.br

Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)
Site: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_default.asp

AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
Endereço: Rua da Candelária, 9/ 6º andar
Centro. Rio de Janeiro / RJ - CEP: 20.091-020
E-mail: aspta@aspta.org.br
Site: www.aspta.org.br

CERTIFICADO

Certificamos que, _____ participou da ***4ª edição do Curso*** *de* ***Apoio à Gestão das Iniciativas de Economia Popular.*** *As oficinas aconteceram entre 27 de Abril a 05 de Outubro de 2009. preenchendo um total de 78 horas. Foram realizadas pelo PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - em parceria com a Capina - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa .*

Rio de Janeiro, 05 de Outubro de 2009.

PACS **CAPINA**

PACS BROT für die Welt CAPINA

Estes meses de conhecimento foram muito bons, pudemos aprender muito. Que o próximo ano seja de muita alegria, paz e felicidades e que Deus abençoe a todos.

Maria da Conceição

O grupo foi quase além de ter aprendido muito, vamos levar com a gente a certeza de que só ganhamos, no aprendizado, na amizade, em fim em tudo, abraços Terezinha, Rosana, Rita Chonica, Raiana, Ricardo, Robson, feliz natal e um ano 2007 repleto de muitas realizações Rose.

Este ano de 2006, foi muito especial para mim. Conhecer este grupo que junto com o grupo do PACS e CAPINA fiz esse trabalho maravilhoso, que contribuiu muito para o meu crescimento.

Agradeço a Deus principalmente e a todos/as que aqui estão

Beijos Rita

Eu quero agradecer muito a Deus pela oportunidade de estarmos juntos. E desejo que vocês tenham muito muito e muito sucesso na caminhada do PACS e da CAPINA Dili

Eu Regiane agradeço por tudo e desejo a vocês um Feliz Natal e Prospero Ano Novo. Aprendi a ama-los, a Respeita-los e adora-los. Re

Obrigada por estes meses de pura alegria e amizade. até 2007. abraços, mônica

Agradeço ao PACS a lanterna por que me foi dada para iluminar a minha vida. Muito obrigada, um feliz 2007 ... ∞.

Neisi Carmi

Campo Grande, 12-11-007

Querida irmã Maria

Olá! como vai? Estou te escrevendo e morrendo de saudades. Estou doida para contar uma novidade, estou fazendo um curso maravilhoso sobre e sobre como você vender seu produto Maria, aprendi. Coisas maravilhosas, vou te explicar como é o curso se não você vai ficar curiosa e não vai entender nada. O curso é assim te ensina o passo a passo. A fazer as continhas do que você gasta até como vender. Olha porque, você sabe, se não ficarmos atenta, só levamos prejuizo. menina a professora faz cada divisão. Que bo vendo, sabe estava pensando se você pudesse fazer. Seria ótimo Olha nesse curso você é capaz de saber quanto custa um punhado de misanga, falei em misanga, porque você trabalha com isso. Há outra coisa, você sabia que cada hora de trabalho tem um preço. Maria que pena você não estar fazendo. Há outra coisa, encontrei pessoas maravilhosas. Outras artesãs foi uma troca de energia maravilhosa. Olha é não é um curso cansativo é só uma vez a cada 15 dias, ótimo não deixei de fazer nada por causa do curso. Há outra coisa, essas pessoas foram na feira que fiz e convidou as pessoas, até o jeito de escolher os alunos é diferente, sabe são 3 mulheres e 1 homem que da o curso. São ótimos Maria vou terminando, desejando tê-la encontrado bons abraços no meu sobrinho e beijos pra você. Quando vier aqui te darei umas explicação do curso.

Beijos de Sua

Anexos

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2.008

Nilbia,

Venho em meio desta carta, para lhe contar que eu nasci ano quase participar do curso que fizestes a Nilbia, dade com a realização do PACS a CARINA. É mesma coisa eu aprendi bastante, ah me ajudou a não ter medo dos números, complicados. Hoje posso lhe dizer: que sou uma mulher.

Aprendi a calcular o custo fixo, custo variável, a cal cular o preço dos meus produtos, a comercializar e o mais importante, aprendi fazer as coisas com outras pessoas.

Espero que não perca participar outra vez de ou que nem, para você poder também fazer parte deste TRANSFORMADA como EU.

um beijo!!!

Amanda A. da Silva.

Rio de Janeiro, 05 de outubro de 2009.

Rita e Mirian,

Eu havia começado escrever à minha mãe, pois queria que ela soubesse o que perdeu, ou melhor, o que deixou de ganhar, não fazendo parte deste projeto. Repararam que eu disse projeto e não curso?! Pois é...

Mas, ela já sabe quase tudo do que eu tenho a dizer. Vocês, talvez, não.

Aí pensei que deviam saber o quanto sou grata pela emprenho que tiveram em me trazer pra cá.

A idéia inicial era de que eu iria gastar meu tempo fazendo um curso que eu já havia feito mais de uma vez, em órgãos como o SENAC e o BNDES. Além disso, estaria num grupo de mulheres que eu supunha serem domésticas fazendo terapia ocupacional.

Quanto preconceito!!!

Aos poucos, fui me desarmando e aprendendo a gostar deste convívio quinzenal. Mais do que isso, fui aprendendo a respeitar o valor e o conteúdo que cada uma destas mulheres aportava às minhas segundas-feiras.

O conteúdo programático do curso em si, acrescentou pouca coisa, eu já sabia disso. Porém, o aprendizado periférico valeu por tudo.

Eu, realmente, sabia muita coisa do conteúdo programático, sabia muito mais coisas que a maioria das mulheres, porém, eu não sabia o mais importante: que encontraria mulheres guerreiras, mulheres humildes, mulheres solidárias, mulheres mães, mulheres felizes, MULHERES...

E até um homem, com sensibilidade e sabedoria bastante para conviver com tantas mulheres e não se deixar engolir por elas.

Aí veio o meu segundo desafio: o exercício da tolerância. Eu precisava aprender a esperar o tempo das outras, aprender a respeitar o aporte de conhecimento que cada uma tinha pra colocar no pacote, eu tinha que tirar o pé do acelerador e admirar a paisagem do caminho.

E que caminhada! Agora carrego comigo um pouco de cada pessoa que esteve nesta sala, um pouco da luta e do sofrimento, mas também da garra e da experiência de cada uma delas. Adubo constante para meu jardim, que floresce cada vez mais conhecimento, amizade, respeito, solidariedade, maturidade, vontade política, sorrisos, carinhos e chamegos.

Em nosso último encontro, quando faziamos um exercício sobre este trajeto do curso, foi sugerido um workshop sobre comercialização de produtos. Eu acho que vocês deveriam levar esta sugestão adiante e, se possível, incluir no projeto, tendo em vista que concluímos a dificuldade que todas temos de escoar nossas produções.

No mais, eu nada mudaria.

Saio feliz e gratificada.

Beijos carinhosos e já saudosos a toda equipe.

Isaira Bahia

Tudo de bom a todos vocês
Que as dedicações de vocês, seja
sempre a mesma. Um beijo a
todos. Claudia Silva

Bjusss Thaloisa
Vc anuza + dos santos
MUITO OBRIGADA POR ME AJUDAR
A SER UMA PESSOA MELHOR ! ! !

Maria de Fátima P. J. Moraes

Mary Lima

A todo o grupo: muito obrigada!
Eu desejo sorte, saúde e
sucesso.
Beijos carinhosos

Rio, 05 de outubro de 2009.

Valeu!!!
Adriana, Fernanda
Rossana, Renata, dedicação
e Rita pela dedicação
e carinho - Beijos Cassinha

Beijos e muita felicidade. Vitória Regina.
Valeu a pena ha, ha, ha! foi de +
q. + além sempre maravilhoso
p/ transmitir o saber e encontrar a
auto estima dos pessoas. beijos p/ toda
equipe e muita prosperidade. Elizete
Eu só tenho a agradecer a Deus
por ter tido a oportunidade
de estar e aprender com vocês.
Obs = Valeu a companhia. Amei!..
Edson - gosto muito de vocês!! Valeu
Persistirem e caminhar até o fim.
Vocês equipe - para nós, imprimindo.
ras. Mª Izabel.
Pra sempre Realidade
Unidade!
Cris Lucia

Muito obrigada por tudo. (Marinalva)
Que Deus
te abençoe a equipe, e nós empreendedores
todos vocês da turma desse nunca fará
nos faltar
Deus e com nosco. amém que
amo todos vocês. beijo Amelia

Tenho muito que agradecer
primeiramente a Deus, as compa-
nheiras do curso, e principalmente
as vozes, professores do PACS, que
Deus os abençoe sempre.
Valeu, pela paciência comigo
e todo carinho que vocês tiveram
ao preparar o curso. beijos, Ro.
Que Deus abençoe
toda a nossa equipe,
e todo o grupo. Terezinha

Foi muito bom... estou
com vocês, obrigado
por + esta
sabedoria
(Pepeu)

O PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul é uma organização sem fins lucrativos, dedicada ao Desenvolvimento Solidário, que trabalha com educação, pesquisas e práticas socioeconômicas, e tem sede no Rio de Janeiro. A proposta do PACS é colocar o trabalho e a criatividade de sua equipe a serviço dos movimentos sociais, das entidades eclesiais, dos governos populares, dos grupos de produção associada (cooperativas, empresas autogestionárias, associações, grupos informais e escolas de trabalhadores), das escolas públicas e de outras organizações de desenvolvimento solidário, pensando a economia de forma diferente e buscando outros rumos ao nosso sistema sócio-econômico. O PACS produz estudos, análises e reflexão crítica sob a forma de publicações impressas e audiovisuais; políticas alternativas e projetos de desenvolvimento; assessorias e atividades educativas.

A ação do Instituto se resume em oferecer o máximo de apoio, subsídios e sinergia no processo de empoderamento dos seres humanos para que se tornem sujeitos plenos, conscientes e soberanos do seu próprio desenvolvimento enquanto pessoas e coletividades.

PACS
Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

ISBN 978-85-89366-22-9
9 788589 366229

CEDIM

O Curso de Gestão e Viabilidade Econômica, uma iniciativa e realização do PACS, em parceria com a CAPINA, começou em 2006, na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, como um projeto piloto baseado na experimentação de novas metodologias de construção de conhecimento, e criado para colaborar com a gestão e a viabilidade de empreendimentos dos setores populares e da economia solidária.

Nosso propósito nesta publicação é semear esta experiência. As práticas de formação precisam ser vistas sob novas lentes, considerando o saber popular como um ponto de partida na reinvenção não somente das relações entre técnicos/as educadores/as, grupos de produção, organizações e movimentos sociais, mas na reconstituição da vida humana e do seu bem viver coletivo, integralmente.

Saiba mais sobre esta série:

Série *Semeando Socioeconomia*: livretos dedicados às práticas e reflexões sobre o desenvolvimento local, o cooperativismo autogestionário e popular, redes de economia solidária e eixos transversais.

Números anteriores:

1. Construindo a Socioeconomia Solidária do Espaço Local ao Global (bilíngüe)
2. Socioeconomia Solidária: Construindo a Democracia Econômica
3. Histórias de Socioeconomia Solidária
4. Construindo a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
5. Agenda Libertária (bilíngüe)
6. Desafios ao Desenvolvimento Local: Terra e Habitação
7. Economia Solidária no Fórum Social 2002
8. Moeda Social e Trocas Solidárias: experiências e desafios para ações transformadoras
9. Modos de fazer socioeconomia: Contribuições à educação popular
10. Modos de fazer socioeconomia: Contribuições à educação popular II

PACS

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

www.pacs.org.br

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
- PROJETO DE FORMAÇÃO SOCIAL -

ÍNDICE DOS DOCUMENTOS

dossiê elaborado para a reunião de 26-09-95

1. Texto da primeira redação do projeto - 26-07-94 - 5 pg

2. Carta resposta às primeiras observações da Misereor - 19-10-94 - 1 pg
   anexo observações da equipe, para especificação dos itens da resposta - 1 pg.

3. Carta à Misereor de 28-10-94 - 1 pg

4. Resumo da pesquisa sobre os Centros Comunitários a que se refere o projeto 28-10-94 -1 pg

5. Texto da segunda versão do projeto - 30-03-95 - 6 pg

6. Carta de apresentação do projeto à Misereor - 30-03-95 - 1 pg

7. Texto definitivo do projeto - 01-05-95 - 4 pg

8. Carta de apresentação - 01-05-95 - 1 pg

9. Memória da reunião de 28-08-95 - 1 pg

10. Memória da reunião de 11-09-95 - 1 pg

11. Memória da reunião de 15-09-95 - 1 pg

12. Carta solicitando o envio da verba 21-09-95 - 1 pg

CEDIM

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS

SEM TERRA

ANO XV I- Nº 167 | MARÇO /1997 | R$ 1,50

17 DE ABRIL: DIA INTERNACIONAL DE LUTA CAMPONESA

Foto: Carlos Carvalho



Igreja apóia ocupações do MST

Marcha Nacional conquista o Brasil

Sem terras: novos presos políticos

Privatização da Vale: a negociata do século

ESTAMOS NA INTERNET. NOSSA HOME PAGE:HTTP://WWW.SANET.COM.BR/~SEMTERRA/INDEX.HTML

Editorial

A REAÇÃO À POLÍTICA DE FHC

1. Governo FHC



De nada adianta o presidente FHC ficar viajando pelo mundo a fora para propagandear a situação do seu governo. Nem mesmo o maciço apoio da mídia, dos grupos econômicos e financeiros e dos parlamentares fisiologistas do Congresso Nacional podem esconder o verdadeiro caráter desse governo.

É crescente a pobreza da população brasileira e o número de brasileiros que são impedidos de ter acesso à escola, saúde e moradia. É cada vez maior o contingente de trabalhadores desempregados ou que sobrevivem de sub- empregos, sem nenhum direito trabalhista garantido. Cresce a população que é obrigada a viver em favelas ou morar debaixo de pontes e viadutos. A prostituição, as drogas e o crime organizado estão envolvendo um número cada vez maior da nossa juventude. Cientistas, reconhecidos internacionalmente, se vêem obrigados a deixar nosso país por falta de condições e apoio do governo. As empresas estatais, estratégicas para o desenvolvimento e soberania da nação, estão sendo sucateadas ou vendidas a preços irrisórios. Este é o governo FHC. E é com esta política que ele diz estar levando o Brasil para o 1º mundo.

Mas há reação. Engana-se o governo, se pensar que a população brasileira assistirá imóvel à destruição da nação e o empobrecimento do seu povo. Nas grandes cidades surgem movimentos pela moradia que, cansados das promessas dos governos, começam a ocupar os prédios desocupados. Um manifesto assinado por renomados juristas do nosso país não somente condenaram todo o processo pela reeleição presidencial como também acusam FHC de tentar submeter os poderes legislativo e judiciário ao poder executivo. A Igreja não somente cobrou maior seriedade na questão da Reforma Agrária como também já iniciou a preparação da 3ª Semana Social. Em torno da luta contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, estão reunidos, entidades sindicais, religiosas, populares, partidárias e personalidades. Artistas e intelectuais acabam de lançar um manifesto em apoio à Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça e à luta do MST.

Esses indícios que mostram que, ao contrário do que a mídia diz, a sociedade brasileira não está paralisada diante do governo FHC.

2. Reforma Agrária

Enquanto isso, o Ministro Raul Jungmann continua tentando enganar a sociedade, dizendo que está fazendo a Reforma Agrária.

No meio rural, a política econômica do governo FHC é ainda mais desastrosa e prejudicial ao país. Causou uma crise jamais vista em nossa agricultura. De país exportador de algodão, passamos a importar esse produto. O número de pequenos proprietários que perderam suas terras é praticamente 3 vezes maior do que os números (maquiados) que o governo diz ter assentado em projetos de Reforma Agrária.

Na questão da Reforma Agrária, esse governo contenta-se com um ministro que tem apenas duas preocupações: não negociar com os trabalhadores e aparecer na mídia. Pensa que seu forte esquema de marketing poderá enganar a sociedade o tempo todo. Ainda não se deu conta que os problemas sociais persistem e se agravam sempre se não são atacados nas suas causas geradoras.

É inadmissível que, no momento em que toda a sociedade apóia a Reforma Agrária, este ministério esteja ocupado por uma pessoa preocupada unicamente com sua vaidade pessoal e em esconder sua inoperância através de uma retórica bem articulada.

3. A Marcha

No dia 17 de abril, após uma caminhada de mil quilômetros, os trabalhadores rurais sem terra que integram a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, estarão chegando a Brasília. Antes mesmo da chegada na capital federal, a Marcha já é um êxito total pelo apoio e solidariedade que vem recebendo de toda a sociedade. Nas cidades por onde passa, ela possibilita o debate e discussão com a população sobre a política econômica e social desse governo.

Este apoio da sociedade é a resposta mais eficaz à tentativa do governo FHC de isolar o MST. Mas é no cenário internacional que Fernando Henrique tem sofrido derrotas significativas. Na Itália foi cobrado por um grupo de intelectuais, pela universidade de Bolonha e pelo papa por não estar fazendo Reforma Agrária no Brasil. Quando a Fundação Rei Balduíno, da Bélgica, indicou um prêmio ao MST, o governo FHC usou toda espécie de pressão para que não recebêssemos essa distinção.

E, mostrando sua faceta anti-democrática, o governo brasileiro não hesitou em promover retaliações ao governo belga, após o MST ter sido premiado.

No dia 17 de abril, a chegada da Marcha certamente marcará a luta contra a política neoliberal do governo FHC. Todo o descontentamento com a situação do nosso país estará presente nesse dia de mobilização e luta, envolvendo não somente os trabalhadores rurais, mas todos os setores que defendem um projeto de Nação para o Brasil.

Um Brasil para os brasileiros. Um Brasil soberano e com vida digna para seu povo.

Todos à Brasília
no dia 17 de abril!

Direção Nacional

Expediente

Reportagem: Adilson Custódio Pereira-MG; Ieda Cavalcanti-DF; Cássia Cortez-MS; Edvaldo e Eriberto-PE; Inizabete de Souza e José Pinto-RO; Cícera Torres-RN; Dirceu Vieira-SC; Maria da Silva-PI; Deusália Afonso-CE; Sara Feitosa-RS; Reginaldo Almeida e Vera Villar-SE; Elis Melo-PA; **Editora/Jornalista Responsável**: Débora Lerrer - RP 7399/33/24 V - **Diagramação, Editoração**: Luca Bueno - **Arte Final:** Marta S. Silva - **Estagiário**: Nilton Viana - **Tiragem** 28 mil exemplares - **Periodicidade**: Mensal

Associação Nacional de Cooperação Agrícola
Rua Ministro de Godoy, 1484 - CEP 05015-900 - São Paulo - SP - Tel.: (011) 864-8977 - Fax: (011) 871-4612
***E.mail*:semterra@ax.apc.org - semterra@sanet.com.br**
***Home page*:http://www.sanet.com.br/~semterra/index.html**

JULGAMENTO DE ZÉ RAINHA É ADIADO

O julgamento do companheiro José Rainha Jr., que estava marcado para o dia 19 de março, em Pedro Canário, não aconteceu. Para que o julgamento ocorresse, Zé Rainha deveria ser intimado, porém houve uma falha do oficial de justiça que, ao fazer as intimações, providenciou apenas a dos advogados de defesa, esquecendo-se de Zé Rainha. Portanto, temos que recarregar as baterias e prepararmo-nos para o próximo. Ele nem sequer poderá decretar prisão preventiva, alegando que Rainha estava em lugar incerto não sabido, porque na verdade o oficial de justiça não o procurou.

O juiz de Pedro Canário deverá marcar a nova data para breve. Assim que o novo julgamento for marcado, informaremos a todos.

Manifesto

MANIFESTO DE INTELECTUAIS E ARTISTAS EM APOIO À MARCHA DO MST

Eles são homens da terra. Homens e mulheres que andam entre as cercas, alumiados pela fogueira dos acampamentos, vigiados pela multidão de civis e pelas armas do latifúndio;

Eles são homens e mulheres que se recusaram a disputar com os ratos o lixo das grandes cidades, para matar a fome;

Eles dizem com seu gesto que neste país há lugar para todos. Que terra ociosa é crime num país de milhões de migrantes;

Eles mostram à nossa indiferença as mãos afeitas ao trabalho e os olhos acesos, afeitos ao sonho . Eles carregam o fogo sagrado da Esperança contra toda Esperança;

Eles exigem o fim da violência no campo e a sociedade indaga com eles porque não foram punidos os assassinos e mandantes dos massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás. E nós artistas e intelectuais exigimos, com eles, Reforma Agrária como condição para recuperar a decência, a dignidade e construir a democracia.



Foto: Douglas Mansur

Reforma Agrária. Uma luta de todos!
Todo apoio à Marcha do Movimento dos Sem Terra à Brasília

Oscar Niemeyer - arquiteto
Cristina Pereira - atriz
Mário Lago - ator
Angelo Antônio - ator
Aldir Blanc - Compositor
Rui Guerra - cineasta
Amir Haddad - diretor de teatro
Sérgio Ricardo - músico
Bete Mendes - atriz
Alcione Araújo - escritor
Letícia Sabatela - atriz
Domingos Oliveira - diretor de teatro
Mary Sá Freire - produtora
Andréa Beltrão - atriz
Joana Fomm - atriz
Luís Fernando Veríssimo - escritor e jornalista
Carlos Nelson Coutinho - professor UFRJ
José Joffily - cineasta
Pedro Cardoso - ator
César Benjamim - editor
Roberto Amaral - professor
Maria Lúcia Amaral - jornalista e escritora
Beth Goulart - atriz
Ferreira Gullar - poeta
Leandro Konder - prof UFF e PUC
Heloneida Studart - deputada estadual e escritora
Emir Sader - professor e escritor
Diana Aragão - jornalista
Chico Alencar - professor
Tonico Pereira - ator
Leonardo Boff - sociólogo
Antônio Pitanga - vereador
Carlinhos Vergueiro - músico
Augusto Boal - vereador, diretor de teatro
Arueira - cartunista
Barbosa Lima Sobrinho - jornalista
Ciro Gomes - Advogado
Luís Werneck Viana - Prof. IUPERJ
João Bosco - compositor
Francis Hime - cantor
Adair Rocha - prof. PUC e UERJ
Francisco Villaça - escritor
Lobão - compositor
José de Souza Martins - sociólogo - USP
Francisco de Oliveira - sociólogo-USP
Daniel Arão Reis - Prof. UFF
Carlos Minc - deputado e professor
Aderbal Freire Filho - diretor teatral
Júnia Vilhena - psicanalista
Stephan Nercessian - ator
Gógoia - produtora
Lília Varela - arquiteta
Carlos Lanco - professor e economista
Dani Rolan - músico
Murilo Salles - cineasta
Herbert de Souza (Betinho)
Antonio Grassi - ator
Eduardo Dascar - ator
Fernando Gasparian - editor
Vladimir Palmeira - economista
Pedro Celestino - economista
Silviano Santiago - escritor
Rúbens Gerchaman - artista plástico
Maira Augusta Tibiriçá - escritora
Lucélia Santos - atriz e produtora
Paulo Betti - ator
Sérgio Lessa - filósofo
Angelo Gastal - produtor de cinema
Luís Pingueli Rosa - diretor COPPE
Gilberto Gil - compositor
Haroldo de Oliveira - ator
José Gonzaga - produtor
Dira Paes - atriz
Olívia Hime - cantora
Pedro Tierra - poeta
Renato Guimarães - editor
Joyce - cantora
César Duarte Pereira - engenheiro
Técio Lins e Silva - advogado
Muniz Sodré - prof. e escritor
Jurandir Freire - psicanalista
Moema Toscano - socióloga
Evandro Lins e Silva - advogado
Tetê Morais - cineasta
Eliane Giardini - atriz
Bia Lessa - diretora de teatro
Lúcia Murat - cineasta

O PIOR CRIME

Os sem terra cometeram vários crimes além dos que o Efe Agá diz que eles precisam explicar. O primeiro foi o de existir. Este podia ser classificado como um crime menor, quase uma contravenção. Seria uma inconveniência tolerável, se não passasse disso. Mas quando, não contentes em existir, os sem-terra começaram a existir em grande número, a coisa tomou-se grave. Alguns não só existiam como se *manifestavam. Outros foram ainda mais longe: se* transformaram em vítimas. Morreram, num claro desafio à ordem estabelecida. Em muitos casos, de tocaia, só para aparecer mais. Finalmente deixaram para trás qualquer escrúpulo e cometeram um crime imperdoável: se organizaram. São justificados os protestos contra mais esta afronta. Organizando-se, os sem terra mudaram as regras do jogo, demonstrando - além de tudo - falta de esportividade. Eram regras antigas, combinadas e aceitas por todos. Organizando-se, os sem terra pisotearam uma tradição brasileira de fair-play, que é o termo inglês para "não esquenta que depois a gente vê isso". Enquanto não estavam organizados era fácil enfrentá-los, controlá-los e derrotá-los - ou pedir calma, que era quase a mesma coisa. Organizados, eles ganharam uma força inédita capaz até de - nada detém a audácia desses marginais! - dar resultado.

Mas o pior crime dos sem terra, o que deve estar atrapalhando o sono do Efe Agá, para não falar nas suas viagens ao exterior, é o literalismo. Sua perigosa adesão ao pé da letra, sua subversiva pretensão que a prática siga a teoria. É um crime hediondo, pois coage as pessoas a serem fiéis à sua própria retórica, o que no Brasil é antinatural. Como se sabe, todos no Brasil são a favor da reforma agrária. Fala-se em reforma agrária há gerações. Na saída da primeira missa o assunto já era a reforma agrária, e ninguém era contra. E vêm esses selvagens destruir todo um passado de boas intenções e melhores frases, querendo que nobre tese vire reles fato e princípio intelectual vire terra e adubo. E ainda pedindo pressa. Polícia neles.

Luis Fernando Verissimo

Igreja

" FHC ERA MELHOR QUANDO ERA ATEU"

D. Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix do Araguaia, um dos fundadores da CPT e histórico apoiador do MST, falou ao JST.

JST- O que o senhor acha do governo FHC?

D. Pedro - Eu faço a mesma avaliação que a maior parte do Brasil. O Brasil que pensa e não concorda com o sistema neoliberal. O presidente conseguiu estacionar a moeda, assegurou a sua reeleição, mas elevou assustadoramente a dívida social. Aliás, deve-se lamentar o sistema neoliberal em qualquer lugar do mundo, pois ele marginaliza e exclui a maioria. Por isso é um sistema iníquo, injusto e de morte. Cresceu no país a violência no campo e na cidade, o desencanto é generalizado, há falta de credibilidade na política e uma atitude crescente de "salve-se quem puder" prescindindo do próximo, da sociedade. A impunidade continua vigente como podemos constatar pelos absurdos julgamentos que não se fazem de Corumbiara e Eldorado dos Carajás. A própria Reforma Agrária, que agora é um clamor do Brasil, de 80% do povo brasileiro, só se faz às migalhas e na marra. E é de fato o MST, como uma espécie de ministério alternativo popular, quem faz a Reforma Agrária no Brasil.

JST- O que o senhor acha da tentativa do governo de isolar o MST?

D. Pedro - É natural esta política oficial, pois a própria capacidade de organização, de audiência e reconhecimento internacional faz aflorar a má-consciência de um governo que não faz a Reforma Agrária.

JST- O senhor declarou recentemente que o FHC era melhor quando era ateu. Por quê?

D. Pedro - Gestos religiosos, visitas aqui, acolá, sua emoção diante do Papa, mas ele de fato prescinde do povo, está preocupado consigo e com seu reinado. Quando se reconhecia como ateu e agnóstico, se preocupava mais com a socialização da vida. Mudar deste jeito, é melhor continuar como estava. Antes ele estava preocupado com a socialização dos bens para o povo. Agora que ele namora a religião, ele prescinde do povo real, da maioria.

JST- Nós achamos que a Igreja tem sido uma das únicas instituições que tem levantado sua voz contra o governo FHC, o que o senhor acha disso?

D. Pedro - A Igreja, com todos os seus pecados - que são muitos -, tem ainda muita credibilidade, como diferentes pesquisas comprovam. Ela sente bastante de perto os problemas do povo: o desemprego, a impunidade, a fome, a falta de Reforma Agrária na América Latina. Até onde o episcopado era considerado conservador, como na Colômbia, a Igreja tem levantado a voz contra o neoliberalismo. O presidente do CELAM(Concílio Episcopal Latino-Americano) Monsenhor Rodrigues, de Honduras, falou explicitamente contra o neoliberalismo. Recentemente os jesuítas de todas as províncias acabam de publicar uma carta contra o neoliberalismo. Nos últimos meses, diversos setores da Igreja têm tomado consciência do que este projeto significa de mortífero para a sociedade latino-americana.

Estudo

ENTREVISTA COM D. LUÍS DEMÉTRIO VALENTINI

O GOVERNO É

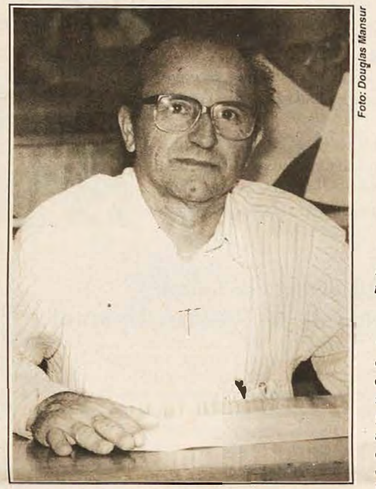


Foto: Douglas Mansur

D. Luís Demétrio Valentini, Bispo de Jales, é diretor da CNBB e responsável pela Pastoral Social.

JST - Como a Igreja vê a atual situação do País, na área econômica e social?

D. Demétrio - Com apreensão, diante de diversos sinais que revelam problemas que se agravam: a violência que aumenta, o desemprego que atinge muitas pessoas e causa insegurança em muita gente que ainda tem trabalho, a precariedade da saúde que angustia os doentes e preocupa a todos, e outros sintomas que levantam interrogações sobre os desdobramentos futuros da situação econômica e social. A estabilização monetária é um valor indiscutível, que beneficiou especialmente os que não conseguiam defender seu salário da corrosão inflacionária. Mas aumenta a apreensão pela sustentabilidade do "Plano Real", com as dificuldades que está trazendo: muitas empresas se tornam inviáveis, diminuem diversas atividades econômicas que antes davam emprego a muita gente, os juros altos pesam demasiado sobre quem precisa de recursos financeiros para viabilizar seu trabalho. Diante de tudo isto, se faz necessária, a esta altura, uma séria avaliação e eventual revisão de algumas medidas econômicas que foram tomadas no contexto da implantação do Plano Real. Para isto é indispensável um clima de franqueza e abertura do Governo diante da sociedade, para que os problemas sejam encarados de maneira solidária e responsável por todos.

Criminalizando a luta pela terra o governo está condenando a si mesmo por omissão ou incompetência.

JST - Como o Sr. vê a atuação do Governo Fernando Henrique Cardoso em relação à questão agrária?

D. Demétrio - É a questão que mais expõe o Governo FHC a uma cobrança e avaliação da sociedade. Talvez seja isto que explique a irritabilidade freqüente de membros do governo, quando interpelados sobre esta questão. Mas ela poderia se tornar uma grande oportunidade para o atual governo conseguir amplo apoio e consenso da sociedade, superando os condicionamentos produzidos por interesses corporativistas que o governo encontra no Congresso Nacional. A questão agrária poderia se tornar a plataforma de amplo entendimento de que o Brasil está necessitando neste momento e será pena se isto não acontecer. O governo FHC soube se mobilizar diante da questão, retomando o Ministério de Assuntos Fundiários, que a duras penas consegue atender episodicamente a situações localizadas. Mas a Reforma Agrária não pode se reduzir a tarefas confiadas isoladamente a um Ministério. Parece faltar ao governo e seu conjunto convicção e coerência diante da questão agrária. Quando a gente escuta o Ministro da Fazenda dizer que o ideal para o Brasil é ter somente quatro por cento da população trabalhando na agricultura, numa transposição simplista para o Brasil da realidade norte-americana, ficamos nos perguntando que Reforma Agrária vai resultar dos planos deste governo.

JST- O sociólogo Francisco de Oliveira tem afirmado que há uma hegemonia da direita no cenário político nacional, e não há sinais de oposição. Tem nos parecido que a Igreja, como nos tempos da ditadura militar, é a principal instituição que tem se levantado contra a política deste governo. O que o Sr. acha disso?

D. Demétrio - Como instituição, não cabe à Igreja ser situação ou oposição. Acontece que ela, de fato, tem uma trajetória histórica mais ampla e seu referencial cotidiano não é o governo do momento,

Estudo

OMISSO E INCOMPETENTE

mas o povo, que se constitui, na realidade, muito mais consistente para avaliar os fatos que estão acontecendo. Daí a liberdade maior da Igreja diante dos governos, seja no tempo das ditaduras como no tempo das "democraduras". E isto sim pode se tornar um referencial político importante, seja para o governo como para a oposição. Esta independência da Igreja é um bom serviço que ela pode prestar à democracia.

JST - A Igreja sempre teve uma forte inserção nos movimentos sociais rurais e urbanos. A política do governo FHC tem sido de eliminar qualquer resistência ou oposição a ele. O que o senhor acha da tentativa de criminalizar a luta pela terra?

D. Demétrio - Quando um governo permite que as tensões sociais cheguem ao extremo de ultrapassar os limites da lei, é porque ele não agiu em tempo ou não atuou eficazmente para evitá-las ou resolvê-las dentro da lei. Por isto, é do governo a primeira culpa por conflitos persistentes que precisam apelar por expedientes não legais. Criminalizando a luta pela terra o governo está condenando a si mesmo por omissão ou incompetência.

JST - A Reforma Agrária nunca esteve tão presente no cenário político nacional e com tanto apoio da população. Como o sr. avalia este momento? O que deveria ser feito para que ela fosse realmente implementada e saísse do papel e da promessa?

D. Demétrio - Alguns acham que o Brasil perdeu a oportunidade de fazer a Reforma Agrária no momento em que ela teria sido significativa e eficaz para o desenvolvimento nacional, e que agora ela será economicamente inócua e socialmente inofensiva. Assim pensam os que reduzem seu sonho de Brasil a garantir para uma minoria a condição de "primeiro mundo" completamente urbanizado e industrializado, prescindindo talvez até de alimentos naturais. Por isto precisamos olhar com discernimento crítico esta espécie de unanimidade em favor da Reforma Agrária, que ao mesmo tempo não consegue acontecer. É preciso, por exemplo, entender que muitos latifundiários se deram conta que a terra deixou de ser um bom negócio. Eles agora, gostariam de transformá-la em capital financeiro, que rende muito mais com a especulação dos juros. E como ninguém mais está a fim de comprar suas terras, sonham com generosas desapropriações do Incra "para fins de Reforma Agrária". A Reforma Agrária verdadeira deve se inserir num projeto global de país com menos desigualdades, com o banimento dos mecanismos que reproduzem as injustiças sociais, e com a possibilidade de todos terem lugar para viver, trabalhar e contribuir para o bem comum. Neste contexto, a Reforma Agrária é, ainda hoje, eficaz e fecunda para abrir caminhos de condições dignas de trabalho para muita gente, e de harmonização dos relacionamentos econômicos e sociais em nosso país. Precisamos transformar a unanimidade superficial e ambígua que agora vivemos em torno da Reforma Agrária, em projetos concretos de modificação da estrutura fundiária e das obrigações sociais do capital em nosso País.

A Reforma Agrária verdadeira deve se inserir num projeto global de país com menos desigualdades, com o banimento dos mecanismos que reproduzem as injustiças sociais

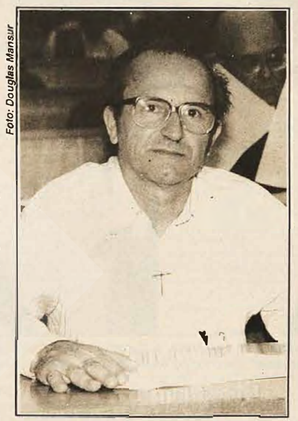


Foto: Douglas Mansur

JST - O que a CNBB se propõe realizar com a Semana Social Brasileira? Quais as atividades que serão desenvolvidas?

D. Demétrio - A CNBB está, de fato, lançando a 3ª Semana Social, num vasto processo a se desenvolver ao longo dos três anos que faltam para o início do Novo Milênio. Este processo se insere dentro do projeto maior de atuação da Igreja, de preparar a entrada no novo milênio com a celebração de um Jubileu que recupere a força renovadora do Evangelho, também nos seus desdobramentos sócio-políticos. Para concretizar estes desdobramentos, a CNBB deseja convidar todos os que quiserem participar deste processo, e, para isto, está sendo pensada a Semana Social, que vem ao encontro do espírito bíblico do Jubileu, que visava "o perdão das dívidas e a restauração do projeto inicial de um país onde todos possam viver com dignidade".

Foi esta intenção que guiou o esforço de identificar a temática central da Terceira Semana Social Brasileira, que ficou assim expressa: "Resgate das Dívidas Sociais: Justiça e Solidariedade na Construção de uma Sociedade Democrática".

Esta formulação quer deixar em aberto um vasto leque de inspirações, para que este tema se concretize de maneira adequada, nas circunstâncias reais de cada lugar. Pois a "dívida social" toma as mais variadas formas. Por isto o tema se presta para iniciativas locais, e para a realização de "Semanas Sociais" em nível de Diocese, ou de cidade, ou mesmo de cada pequena comunidade.

Espero que a sociedade se mobilize para evitar a privatização da Vale.

JST - O Papa mais uma vez pediu que o Presidente brasileiro faça a Reforma Agrária. Na sua avaliação, porque Fernando Henrique não faz?

D. Demétrio - Penso que o significado verdadeiro do pedido do Papa vai no sentido de que o Governo faça aquilo que lhe compete e não impeça de outros fazerem o que devem fazer. Pois a Reforma Agrária não pode ser feita só pelo governo. Por isto um governo que quer contabilizar só na conta dele tudo de bom que se pode fazer num país não vai fazer nunca uma verdadeira Reforma Agrária. É evidente que cabe ao governo a articulação do processo de Reforma Agrária, inclusive para colocar o seu peso administrativo para a superação das resistências que se aninham em muitos setores sociais. Mas, por outro lado, é preciso reconhecer a importância e a imprescindibilidade de outros atores sociais no processo da Reforma Agrária, como por exemplo, do MST e de outras organizações da sociedade.

JST - O que o Sr. acha da privatização da Vale do Rio Doce e da política neoliberal de desmantelar o Estado?

D. Demétrio- A Vale se apresenta como um caso emblemático da importância de termos um projeto nacional de desenvolvimento, e de contar com instrumentos eficazes para implementá-lo. Por tudo o que significa a Vale do Rio Doce, que não pode ser confundida com uma estatal qualquer, espero que a sociedade se mobilize para impedir sua anunciada privatização, e que o governo retroceda de sua perigosa auto-suficiência em decidir questões que comprometem tanto o futuro do Brasil. O receio é que a privatização da Vale se transforme numa "vala" em que se enterra o sonho de um país soberano, que sabe zelar por suas riquezas e colocá-las a serviço da vida do povo.

Igreja

IGREJA APÓIA OCUPAÇÕES DO MST

No dia 17 de fevereiro, em entrevista à TV Bandeirantes, o presidente Fernando Henrique Cardoso, confessou que se queixou ao Papa João Paulo II sobre os padres que se envolvem com a Reforma Agrária.

"Eu disse ao Papa que, às vezes, alguns padres se excedem porque não compreendem a diferença entre um governo que quer melhorar e um governo fechado para o clamor social. O meu governo é aberto. Então é melhor trabalharmos juntos" declarou Fernando Henrique.

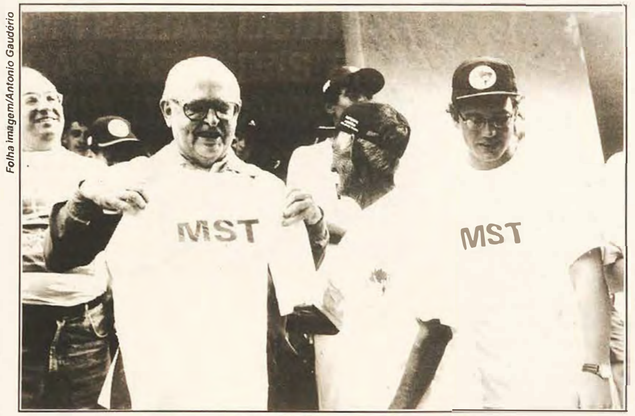
Para o Bispo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Dom Orlando Dotti, as reclamações do Presidente são deselegantes e ele está usando os velhos métodos do regime militar como se fossem atualíssimos. "Estamos sempre abertos", disse Dom Orlando, recomendando ao Presidente FHC que discuta os problemas da Reforma Agrária com os fóruns competentes da Igreja Católica - a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a própria CPT.

Segundo Dom Orlando, ao criticar a participação da Igreja na luta dos sem terra, o Presidente fez um elogio aos padres.

Da ditadura militar, ao "democrático" FHC, a Igreja Católica vem mantendo a postura de cobrar do Governo agilidade na reforma do campo e de apoiar a causa dos sem terra. No dia 18 de fevereiro, o Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, disse que a Igreja apóia a Marcha que o MST faz rumo a Brasília e pediu urgência para a Reforma Agrária, afirmando que a Igreja apóia as ocupações dos sem terra. "É legítima a ocupação de uma terra que não está sendo trabalhada", disse o Cardeal.

Para Dom Agusto Rocha, Bispo de Picos (PI), ex-presidente da CPT, os padres poderiam se envolver um pouco mais na luta pela Reforma Agrária. Ele diz que, ao longo dos anos, os padres vêm sendo acusados por essa atuação em favor dos excluídos. "Frei Anastácio, da CPT na Paraíba, chegou a ser preso, acusado de incitador de sem terra e subversivo, embora estejamos em plena democracia", aponta o Bispo. Ele lembra que o padre Josimo Tavares foi assassinado em Imperatriz (MA), a mando de latifundiários, pelo seu engajamento em favor dos sem terra.

Para Dom Augusto Rocha, o fato de a Igreja Católica atuar em favor da Reforma Agrária, atacando a morosidade dos governos em implantá-la no país, "é uma decisão evangélica e não ideológica". E completa: "como a Igreja pode se dispensar da obrigação de defender os setores mais excluídos da sociedade, que lutam por justiça?".


Folha Imagem/Antonio Gaudério

"A igreja está ao lado dos sem terra. A Reforma Agrária está atrasada 500 anos. O Brasil não pode esperar mais" Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo

O padre francês Henry des Roziers, advogado da Comissão Pastoral da Terra no sul do Pará, uma das regiões onde há mais conflitos no país, garante que as queixas do Presidente ao Papa não vão alterar em nada a atuação da Igreja. "Nossa luta é em defesa dos excluídos", afirma.

Henry des Roziers deixa claro que os padres católicos, quando atuam em favor dos sem terra, cumprem determinações do próprio Papa João Paulo II. "Na audiência que concedeu ao Presidente Fernando Henrique, o Santo Padre deixou claro que a Reforma Agrária é uma necessidade no Brasil", disse Henry des Roziers. "É por isso que nós estamos cada vez mais engajados nessa luta."

História de confrontos com a ditadura

A queixa do Presidente Fernando Henrique ao Papa João Paulo II trouxe de volta ao noticiário um assunto que ganhou destaque durante a ditadura militar.

Cardeais, Bispos, Padres e agentes da Igreja Católica, historicamente têm se posicionado a favor dos trabalhadores sem terra na luta pela Reforma Agrária.

Durante os governos militares, as relações entre Estado e Igreja ficaram, muitas vezes, deterioradas por causa do envolvimento dos religiosos com a Reforma Agrária.

Bispo de São Félix do Araguaia (MT), Dom Pedro Casaldáliga, espanhol de nascimento, em várias ocasiões esteve ameaçado de expulsão. Religiosos como: Dom Hélder Câmara, Dom Tomás Balduíno, Dom Moacyr Grechi, Dom Erwin Krautler e Dom Aldo Mogiano, também enfrentaram problemas com os militares, acusados de defender a luta de classes, apoiando trabalhadores sem terra na luta contra os latifundiários.

O maior conflito entre a ditadura e a Igreja aconteceu em 1982, quando os padres franceses, Aristide Camio e François Gouriou, foram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional, acusados de incitar posseiros a emboscar uma patrulha conjunta da Polícia Federal e da Polícia Militar em São Geraldo do Araguaia, sul do Pará. Um policial federal foi morto.

Camio e Gouriou passaram mais de dois anos presos - primeiro no quartel do 2º Batalhão de Infantaria de Selva, em Belém, depois na Polícia Federal, em Belém e Brasília. Acabaram inocentados.

Hoje Aristide Camio está no Laos, na Ásia, enquanto François Gouriou atua como tesoureiro da Missão Estrangeira de Paris, na capital francesa.

MST É RECEBIDO PELA CNBB

No dia 27 de fevereiro, Gilberto Portes, João Pedro Stédile e outros representantes da Coordenação Nacional do MST, fizeram uma visita à CNBB. Eles foram recebidos pelo presidente da entidade Dom Lucas Mendes, por Dom Demétrio Valentini e por Dom Marcelo, Bispo de João Pessoa-PB.

A visita teve por objetivo agradecer à Dom Lucas e à Igreja Católica o apoio que ela tem manifestado à Reforma Agrária, à causa dos trabalhadores sem terra e ao MST. Eles também agradeceram o apoio do Papa e manifestaram solidariedade aos padres que apóiam a Reforma Agrária, criticados por Fernando Henrique Cardoso ao Vaticano.

As lideranças do MST aproveitaram para mostrar à CNBB quais as diferenças entre o MST e o Governo. Demonstraram como o governo tem marginalizado a agricultura e as conseqüências sociais nefastas do plano neoliberal. Também explicaram que o governo faz uma propaganda mentirosa de que está fazendo a Reforma Agrária, pois além de não terem sido assentadas as 100 mil famílias alegadas por FHC, existem 45 mil famílias acampadas, há falta de recursos para o Procera e continuam impunes os responsáveis pelos massacres de Corumbiara e Carajás, assim como de outros assassinatos de trabalhadores rurais.

A comissão do MST também denunciou a forma discriminatória como a PM está fazendo as vistorias nos barracos dos trabalhadores acampados do Rio Grande do Sul e do Pontal do Paranapanema. Os advogados Luís Eduardo Greenhalgh e Michael Nolan, que acompanharam a visita, falaram sobre as perseguições às lideranças do Pontal. O presidente da CNBB e os demais Bispos ouviram com atenção as denúncias, fizeram perguntas e reafirmaram apoio à Reforma Agrária e ao MST.

No final do encontro, Dom Lucas foi presenteado com um quadro feito por uma criança do acampamento de Caruaru-PE. Ele convidou a comissão para continuar a conversa em outra oportunidade, comprometendo-se a falar com o Papa sobre a gravidade da luta pela terra no Brasil, na visita que fará ao Vaticano ainda em março. Ele também se colocou à disposição para fazer gestões junto ao Ministro Jungmann e ao Presidente da República para que saia da pauta do Congresso, o projeto que proíbe desapropriar terras ocupadas e irá manifestar seu apoio ao projeto que amplia a Reforma Agrária, do Senador Flaviano Mello, do PMDB-Acre.

Incra

OS GASTOS DO INCRA

O deputado Paulo Bernardo (PT- Paraná) fez um acompanhamento sistemático, através dos computadores do governo, para saber como ele está de fato gastando o dinheiro na Reforma Agrária. Ele conseguiu tirar a lista de como foram os gastos do Incra durante o ano de 1996.

Vejam na tabela ao lado, como o Incra gastou o dinheiro. Olhando para ela, percebe-se muitas curiosidades sobre as mentiras do Incra.

Primeiro, o governo e os deputados haviam aprovado no orçamento 1,5 bilhão de reais, mas o Incra não conseguiu gastar tudo, deixou em caixa do tesouro mais de 140 milhões de reais, gastando somente 90% do previsto. Mas olhando para as atividades, para onde foi gasto, percebe-se ainda que para o Crédito da Reforma Agrária, que inclui dinheiro para fomento (1500 reais por família), para habitação (3 mil por família) e Procera (7 500 reais por família), que dariam no mínimo 12 mil por família, foram gastos apenas 140 milhões de reais, portanto, apenas 11 600 famílias se beneficiaram desses recursos. No entanto, o governo dizia que havia assentado as 60 mil. Logo, ou não assentou de fato ou as que foram classificadas como assentadas não receberam os recursos que tinham direito e, portanto, foram jogadas para cima da terra sem nenhum apoio. Pior. Estavam previstos no orçamento 173 milhões para o Procera e outros créditos, mas o Incra conseguiu gastar apenas 80% deste recurso. Depois o Ministro fica irritado quando nossos companheiros precisam ocupar os prédios do Incra para acelerar a liberação do Procera. Se não fossem as ocupações, quanto dinheiro teria voltado por falta de vontade de aplicar?

Olhando ainda para a tabela, vê-se que nas despesas de instalação de projetos de Reforma Agrária, onde entra medição dos lotes, construção de estradas, luz elétrica, etc. Havia no orçamento 157 milhões, mas o Incra gastou apenas 113, ou seja, 72%. Daí se explica a situação de calamidade em que se encontram os novos assentamentos.

Chama atenção ainda na tabela, onde o Ministro teria gasto 245 milhões de reais para "cooperação inter-institucional", ou seja, são recursos que o Incra repassa em convênios para outras entidades, governos estaduais e prefeituras. Para quem o Incra destinou tanto dinheiro? Isto chama atenção porque em 1994, ou seja, no governo anterior, esse ítem do orçamento do Incra gastava apenas um milhão de reais por ano, mas em dois anos, saltou para 245 milhões. Será que o governo precisa repassar tanto dinheiro para Prefeituras e governos estaduais? Tem algum interesse partidário ou reeleição nisso?

Finalmente, vejam os gastos com desapropriação de fazendas. O Ministro se vangloria de que em 1996 foram desapropriados imóveis em um número jamais visto na história. No entanto, em 1995, o Incra gastou 808 milhões para desapropriação e, em 1996, gastou apenas 536 milhões. Por que diminuíram os recursos? Não seria porque a maior parte das desapropriações realizadas em 1996, o Incra não conseguiu imitir-se na posse por incompetência ou por não depositar em juízo, atrasando assentamentos em diversas fazendas em todo país?

Como se vê, os números do próprio governo indicam que, se de fato ele tivesse priorizado a Reforma Agrária, não haveria tantos acampamentos e não faltariam tantos Procera nos assentamentos.

ORÇAMENTO E GASTOS DO INCRA - 1996 (R$)

ATIVIDADE	ORÇAMENTO AUTORIZADO	VALOR GASTO	% DO GASTO S/AUTORIZADO
Serviços Administrativos	287.424.413	247.646.391	86%
Crédito para a Reforma Agrária (Procera e Fomento)	173.526.206	140.123.538	80%
Estudos e Pesquisas Agrárias	105.600	0	0%
Assistência aos Sindicatos de Trab. Rurais	1.565.129	1.454.317	92%
Manutenção e Atualização do Cadastro Rural	8.004.040	6.778.793	94%
Cooperação Interinstitucional (entidades)	249.748.003	245.157.976	98%
Projetos de Reforma Agrária e Colonização	157.554.338	113.736.616	72%
Indenização de Imóveis Rurais	548.622.773	536.382.773	97%
Ação Fundiária	6.774.088	5.437.004	80%
Projeto Pacal-Transamazônica	3.302.000	3.302.000	100%
Outros Relacionados c/servidores do Incra	132.296.700	121.110.000	90%
TOTAL	**1.568.923.536**	**1.421.130.438**	**91%**

Fonte: SIAF/96 / PRODASEN

A INCOMPETÊNCIA DO MINISTRO

O presidente Fernando Henrique, em cada audiência, jura de pés juntos que a Reforma Agrária é prioridade e que não faltará recursos. O Ministro vive se auto-elogiando, dizendo que o Incra está cumprindo sua meta. No entanto, a realidade das superintendências do Incra é bem diferente. Falta dinheiro para tudo. Não tem funcionário para fazer as vistorias. Não tem gente para fazer os projetos de assentamento. Não tem dinheiro para diárias, para gasolina. Uma verdadeira tapera velha.

Na propaganda o governo diz que assentou 60 mil famílias. Enquanto isso, 45 mil estão acampadas esperando pelas mentiras. E mesmo as famílias que de fato foram assentadas, aguardam ansiosas os recursos de fomento, habitação e de Procera, que nunca chegam. Por isso eles ocupam as sedes do Incra.

MARCHA NACIONAL:

Depois de já estar na estrada, os coordenadores da Marcha do Sul, do Sudeste e do Centro- Oeste se reuniram em Brasília, dias 24 e 25 de fevereiro, para afinar melhor a atividade, discutindo as dificuldades e encaminhando soluções. O JST aproveitou a ocasião para mostrar a seus leitores o perfil de alguns dos coordenadores da Marcha Nacional.

Foto: Eraldo Perez



Reunião da Coordenação Nacional da Marcha

JST - Como você começou a ser militante no MST? Onde você tem atuado agora?

Hule Marcos Zang, 19 anos, de Iraí -RS

Marcha do Sul

" Antes de começar a atuar no MST, eu já participava de outras lutas ligadas à Igreja, como a questão indígena e a participação na juventude da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil). Mas o que mais me influenciou a entrar na luta do MST foi o fato de meus pais também estarem envolvidos com movimentos sociais e, com isso, eu sempre tive clareza da real situação em que o Brasil se encontrava. Quando terminei o 2º grau, não tive dúvidas de que o meu lugar era no Movimento Sem Terra, pois eu também sou um sem terra e tinha clareza de que a única maneira de se conquistar um pedaço de terra e mudar a situação de miséria do Brasil é através da luta.

Em 1995 comecei a ajudar na articulação de base que resultou no Acampamento Palmeirão, que hoje está situado no município de Júlio de Castilhos/RS.

Sou filho de pequenos agricultores também sem terra. Depois de eu estar acampado há uma ano, eles vieram acampar junto comigo.

Me sinto um privilegiado por estar fazendo parte do MST. Se há algo que fiz certo foi ter ido acampar e entrar de cabeça na luta pela Reforma Agrária. Muitos companheiros me questionam o por quê de alguém que consegue concluir o 2º grau estar acampado debaixo de uma lona preta, ao invés de tentar algum emprego na cidade e levar uma vida mais confortável. Creio que lugar de agricultor é cultivando a terra. Mas isso não quer dizer que ele não deva ter estudo, lazer e direitos como qualquer outro cidadão do Brasil. A luta do MST não é apenas a terra, é resgatar a dignidade e lutar para que todos tenham verdadeiro direito à vida. Hoje sou coordenador do setor de formação do meu acampamento, mas mesmo depois de assentado, quero continuar na luta do MST".

Valdeni Fagundes Ferras, 27 anos, de Conceição da Barra- ES

Marcha do Sudeste

"Desde que meu pai foi assentado, em 85, no município de Pinheiros, no Espírito Santo, comecei a secretariar as reuniões, coisa que fazia muito bem, então fui convidado a participar do 1º Laboratório em Palmeira das Missões/RS, em 88. Desde então continuei os cursinhos de base até me integrar de vez na militância.

Hoje estou atuando na direção do estado com o compromisso de coordenar a região Sul, onde temos o primeiro assentamento. Está difícil para o MST penetrar naquela região, pois o povo tem tradição e maneira de pensar diferente da nossa.

Hoje sou recém assentado no Assentamento São Calixto, município de Bom Jesus do Norte".

Valdirene de Oliveira, 20 anos, de Campo Mourão- PR

Marcha do Oeste

"Eu iniciei minha militância no ano de 1993, no acampamento de Rio Brilhante. De lá, fui fazer a Escola Nacional, onde aprendi muita coisa do MST. Em julho deste mesmo ano iniciei o TAC, então comecei a estudar e estagiar no estado de São Paulo, desenvolvendo atividades ligadas à produção nas cooperativas.

Em janeiro de 96, terminei o TAC e comecei a trabalhar no setor de formação, um dos setores onde aprendi muito, porque exige estudo e prática. Hoje estou assentada com minha família no Assentamento Marçal de Souza. Posso afirmar que estes 4 anos no MST valeram a minha vida. Foi aqui que eu comecei a encarar a vida, a acreditar que é possível juntos, fazer um Brasil diferente, sonhar e construir um mundo solidário e justo, sem demagogia ou mentira, mas com a luta, com o povo, com a organização.

O MST é a oportunidade que cada jovem deveria ter para aprender a viver. Sou feliz porque tive esta oportunidade, sou grata pelos meus pais terem entrado na luta e me levado junto, pois só assim proporcionaram para mim um mundo diferente. O Brasil é um país jovem e grande. A marginalidade que existe é fruto da ausência de emprego e oportunidade de nos tornarmos gente com personalidade. Mais pessoas deveriam se envolver na luta , só assim não pensariam nas drogas, prostituição e roubo. Com certeza a transformação social deixaria de ser palavras vazias, seria a realidade mais linda e completa que a classe trabalhadora merece viver.

Hoje sou membra da direção estadual do MST / MS e este ano vou contribuir no setor de comunicação do estado. Após a marcha, volto para o estado disposta, junto a outros militantes, a realizar novas atividades" .

Hule

No dia 17 de abril, vamos fazer ecoar por todos os cantos e nos ouvidos dos nossos governantes o grito por Reforma Agrária, Emprego e Justiça".

JST - Como tem transcorrido a Marcha? Como a população das redondezas tem reagido? Quais as principais dificuldades? Como é o relacionamento entre os militantes de diversos estados?

Marcha do Sul

Hule: "A Marcha acontece num momento muito importante, onde toda a sociedade clama por justiça e melhores condições de vida para o trabalhador. O MST, com a Marcha, está conseguindo reunir todos os setores da sociedade em torno de um só objetivo, que é a conquista da Reforma Agrária, que não é apenas luta do MST, mas de todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

Nesta caminhada rumo à Brasília, o ânimo da companheirada tem aumentado a cada dia que passa, a cada quilômetro que percorremos.

Para quem está caminhando a situação não é nada fácil. Os pés enchem de bolhas, as juntas doem e dá câibras. O clima também muda bastante para quem veio do Sul e tem pele muito branca como eu. A gente queima e descasca todo.

Mas estes elementos são insignificantes perante nosso objetivo. "A gente se arrepia todo quando vê o pessoal da cidade acenando para nós quando passamos nas cidades. Acaba esquecendo a sede, a fome e as dores dos pés", dizia uma senhora que participa da marcha.

Por todas as cidades que já passamos, temos recebido um grande apoio de toda população, das entidades municipais e Igrejas. Sentimos que o MST ganha mais força a cada cidade que passa.

Até o momento, temos nos alimentado bem e não passamos dificuldades na questão da saúde. Temos conseguido água para tomar banho e beber sem dificuldades. Todos os companheiros e companheiras têm mantido um clima de amizade e solidariedade. Isso é muito bom.

Mesmo com as pessoas vindas de outros estados, há um entrosamento muito grande, o que deixa a mística mais forte e isso só tem a fortalecer a organização.

Não dá para negar que há momentos de cansaço e desânimo, mas sempre aparece alguém para dar uma palavra amiga e de esperança para que a gente recupere o ânimo.

Algo também que levanta o astral e nos enche de coragem é olhar para a garra, a força de vontade das crianças e das pessoas mais velhas que caminham juntos. Como é o caso de Luís Beltrani , de 89 anos, que não pára um dia sequer de caminhar e esbanja força e coragem".

Marcha do Sudeste

Valdeni: "A Marcha pelo longo percurso e tempo de duração, tem transcorrido bem. As dificuldades são o calo nos pés, as dores musculares, etc. Muitas pessoas nos prestigiam e aplaudem a nossa passsagem. O apoio que nós tivemos da sociedade, das Igrejas e partidos políticos, foi muito bom. As cidade com administração do PT faziam com que nosso pessoal se sentisse em casa. Em Ipatinga foi plantada uma árvore em frente à prefeitura, simbolizando a passagem da Marcha do MST.

A cada dia aprendemos coisas novas, e aparecem fatos diferentes e isso nos faz sentir mais gente, mais responsável com a transformação da sociedade. A principal dificuldade é manter os costumes de pessoas de regiões diferentes, que não foram bem articuladas para participar da marcha. Aqueles que não criaram sintonia com a companheirada, desistiram. Depois que passamos por Belo Horizone, melhorou a consciência da companheirada, que já entrou no ritmo. Demos uma melhorada na coordenação, com novas pessoas. Antes de lá, nosso principal problema era com a bebida, pois ao passar pelas cidades, as pessoas iam para os bares. Tivemos que expulsar quatro companheiros.

Além das dificuldades e cansaço físico, os companheiros continuam com determinação, acordando sempre às 4 horas da manhã, formando fileiras, gritando palavras de ordem e pegando a estrada. Então, o que marca é toda vontade que o povo tem de vencer e a confiança que eles deixam transparecer na organização do MST.

Sempre acontece as brincadeiras e gozações, mas isso não deixa que o regionalismo atrapalhe a marcha. Nas divisões de tarefas todos exercem suas funções sem distinção."

Marcha do Oeste

Valdirene: "A marcha contagia a todos. A sociedade está apoiando de forma expressiva. Nas cidades que passamos, muitas pessoas saem dos estabelecimentos comerciais e das casas para ver o povo passar e os atos têm uma grande participação popular.

Eu, particularmente, vejo que a vontade e a coragem está tornando a marcha um espaço brilhante, uma oportunidade de aprender e de lutar. Estamos enfrentando dificuldades na estrutura para saúde, mas está sendo resolvido. O que mais me surpreende é que bolhas nos pés não impedem os trabalhadores de caminharem rumo à Brasília. Tem até um senhor de 68 anos que começou a participar da marcha em Rondonópolis, mas não é do MST. Um jornalista lhe perguntou porque ele não ia de caminhão, se estava cansado. "Se eu cair, desmaiar, este povo vai me socorrer", disse ele. Isto prova o quanto nosso povo é digno de confiança.

O relacionamento entre a militância está bom. Há uma ajuda mútua e troca de experiência, principalmente quando ampliamos a direção política da marcha. Isto, de certa forma, dá mais responsabilidade a todos."

Valdeni

A cada dia aprendemos coisas novas, e aparecem fatos diferentes e isso nos faz sentir mais gente, mais responsável com a transformação da sociedade.

JST - Como vocês tem se organizado? Você sente que esta Marcha pode ajudar a deslanchar a Reforma Agrária?

Marcha do Sul

Hule: "Nós, como Movimento Sem Terra, nos orgulhamos de nossa capacidade de organização e isso transparece para a sociedade, que vê uma enorme quantidade de pessoas caminhando em filas e esbanjando organização.

Internamente, estamos organizados em 17 grupos, com uma média de 30 pessoas. Há também equipes de alimentação, higiene, saúde, segurança, barracas e a coordenação da marcha. Todos os grupos e equipes fazem as discussões dos problemas que devem ser resolvidos. Todos contribuem de forma igual para o bom andamento da marcha, independentemente do estado ou região que veio.

Todos nós temos certeza de que essa marcha é um fato histórico. No futuro, será impossível contar a história do Brasil sem falar sobre a Marcha dos Trabalhadores Sem Terra.

Irá, com certeza, avançar o processo da Reforma Agrária, pois sabemos que ela só será conquistada quando todos os setores da sociedade se unificarem nas suas reivindicações. Esta marcha está proporcionando o contato direto com os demais setores da sociedade. Assim, a conquista da Reforma Agrária fica cada vez mais próxima.

Quando as três marchas chegarem a Brasília, no dia 17 de abril, vamos fazer ecoar por todos os cantos e nos ouvidos dos nossos governantes o grito por Reforma Agrária, Emprego e Justiça".

Marcha do Sudeste

Valdenir: "A organização tem sido feita através das brigadas e equipes de trabalho, onde se forma a coordenação da marcha, além de um coordenador que tem cada Estado. Essa equipe toma os encaminhamentos. A marcha, em geral, tem recebido apoio de todos os grupos e setores organizados da sociedade brasileira, além de Igrejas, partidos políticos, sindicatos e centrais populares, comerciantes e comunidades de base.

Com isso, a Reforma Agrária deslancha, pois a sociedade simpatiza e apóia o MST. A intenção da marcha é de convencer o povo por onde passamos. Não levamos pauta de reivindicação ao Presidente. Queremos mostrar que nossa luta não é somente por terra, mas também por emprego, justiça social e contra a entrega do patrimônio do povo ao capital estrangeiro, como é o caso da Vale do Rio Doce.

A Reforma Agrária não é somente lutar por terra e, sim, lutar por cidadania, por divisão de renda justa. Um dia, vamos devolver todo patrimônio que é dos filhos excluídos do Brasil, mas foi presenteado aos empresários brasileiros e estrangeiros".

Marcha do Oeste

Valdirene: "A direção da marcha tem 11 companheiros, a coordenação interna tem 8 pessoas e 10 equipes de apoio. As equipes do barraco e alimentação vão na frente para organizar as próximas paradas. Dois companheiros fazem articulações nas cidades que vamos passar. Os grupos contribuem muito após a reestruturação que fizemos, que permitiu que os Estados coloquem responsáveis por instância e dão ampla contribuição à marcha.

Sem dúvida, a marcha está contribuindo não só com o processo de Reforma Agrária, mas com a luta de classe no Brasil. Vivemos em um momento que o FHC, com a burguesia nacional e internacional, se articula para implementar definitivamente o projeto neoliberal com as principais medidas: reeleição e privatização. No momento exato, entra em cena a marcha nacional, que cria uma hegemonia entre as forças políticas de esquerda. Isso potencializa a luta contra o governo. Quando a sociedade começa a se conscientizar da importância da luta pela Reforma Agrária é que temos que intensificar a luta conjunta cidade e campo. Só a Reforma Agrária trará dignidade a essa Nação, acabando com o desemprego e a miséria.

Precisamos, a cada dia, dizer, que a fome é que é radical. E a solução contra esta política atual é propagar ao País: seremos um Brasil sem miséria, com Reforma Agrária".

Foto: Douglas Mansur



"Meu compromisso é com o povo", diz Luís Beltrani, 89 anos, o mais velho companheiro da Marcha Nacional. Assentado em Promissão - SP, ele não acha difícil a caminhada diária, pois está acostumado a caminhar esse tanto (15 a 20 km) na roça. De qualquer modo, ele dá "um baile" em muita gente. Dizem que em um forró realizado em Campinas, ele dançou a noite toda com a moça mais bonita da festa, passando a perna nos meninos.

UM ESFORÇO COLETIVO

MARCHA NACIONAL DO MST CONQUISTA O BRASIL

Marcha Sudeste

A BUSCA DA TERRA PROMETIDA

Governador Valadares, 17 de fevereiro. Felixlândia, 17 de março. Um mês da Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça. 580 quilômetros percorridos cortando o centro do estado de Minas Gerais. Mais 500 quilômetros pela frente através do noroeste mineiro e o sertão de Goiás até Brasília, destino final. Neste um mês, 400 sem terra dos estados de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Espírito Santo caminharam, cantaram, comeram e dormiram juntos. São 400 histórias de luta, de resistência e de cultura diferentes, mas com um mesmo sonho em comum: Reforma Agrária já.


Foto: Carlos Carvalho

Chuva de papel picado na chegada de Belo Horizonte

Histórias como a do seu Bené, de 71 anos, do Rio de Janeiro, o mais velho da frente sudoeste da Marcha Nacional que, faça sol, faça chuva, jamais deixa de caminhar: "eu teria maior alegria de me enrolar na bandeira brasileira e pedir ao Presidente que esta caminhada não seja em vão. Nós não estamos sacrificando, mas se fosse preciso sacrificar minha própria vida, como Jesus sacrificou, para que o pessoal tivesse a alegria de ter Reforma Agrária, eu seria capaz de dar minha vida".

Para partir para a caminhada, os integrantes da Marcha Sudeste se reuniram no assentamento Oziel Alves Pereira, (uma das vítimas do massacre de Eldorado dos Carajás). De lá partiram para Governador Valadares, onde foi realizada uma celebração ecumênica. Frei Anderson deu tom épico à Marcha que começava, ao dizer: "os sem-terra lembram o povo que saiu do Egito em busca da terra prometida." Esta comparação vem sendo feita em todas as celebrações: os padres remetem a Marcha à peregrinação de Moisés e o sangue derramado pelos sem terra ao sangue dos mártires. A Igreja, junto com sindicato e partidos políticos de esquerda, é a entidade que mais tem apoiado a Marcha.

Sob o sol escaldante de final de verão, a Marcha entrou no Vale do Aço, passando por cidades como Ipatinga e João Monlevade, onde foram realizados atos contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. No entanto, a partir de João Monlevade, São Pedro não deu muita trégua. A chuva torrencial levou o mineiro Roberto Luz a observar que "a chuva é que tem sido nossa liderança nesses últimos dias". Luz é uma das "figuras" da Marcha, pois caminha o tempo todo com uma garrafa de 2 litros de água na cabeça.

Sob uma chuva, desta vez de papel picado e fogos de artifícios, os caminhantes chegaram, no dia 6 de março, ao centro de Belo Horizonte, onde foram recebidos pelo prefeito da capital mineira, Célio de Castro, e pelo presidente nacional do PT, José Dirceu. Sem terras, sindicalistas e militantes da esquerda se concentraram em frente ao escritório da Vale do Rio Doce para um ato relâmpago contra sua privatização. Ao som de palavras de ordem como "o povo não se rende, a Vale não se vende", os manifestantes escutaram o presidente do PT: "a Reforma Agrária gera emprego, alimento e combate à violência. Só o Governo FHC, a UDR e os pistoleiros não querem a Reforma Agrária". José Dirceu, ainda considerou a privatização da Vale "um crime ao patrimônio público e parte do projeto neoliberal de reeleição de Fernando Henrique".

Da mesma maneira que Belo Horizonte se mobilizou durante a permanência dos sem terra, as pequenas cidades do noroeste mineiro têm sua rotina mudada, antes mesmo da chegada da Marcha. Estudantes entrevistam os sem terra para trabalho escolar, comunidades pastorais arrecadam alimentos, remédios e roupas, ou simplesmente curiosos. Não há quem fique indiferente aos bonés vermelhos com logotipo do MST e às barracas de lona onde pernoitam.

Há aqueles cujo envolvimento é integral como o do padre Ricardo César da Costa, Pároco de Felixlândia, ele acredita que a passagem dos sem terra pela cidade vai dar "muito pano pra manga". Ele lembra que "muitos falam mal, mas não teriam coragem de assumir uma caminhada árdua como a deles".

A caminhada daqui para a frente, deve ser mais dura. A coordenação da Marcha é unânime em afirmar que eles entraram no percurso mais difícil: só cerrado, asfalto a perder de vista e cidades cada vez mais distantes umas das outras. "Até posto de gasolina é difícil de achar", diz Marlene Ferreira Martins, da direção estadual do MST-MG. Com isso, há que se tomar mais cuidado com a alimentação para que não atrase. A comunicação é outra dificuldade. mas os coordenadores garantem que vão providenciar um rádio amador para conectar no carro que acompanha a caminhada.

Muita coisa, fica depois de um mês de Marcha. Por todos os lados, ressoam apelos como o da baiana Clélia Oliveira Lima, mulher "guerreira de lansã": "sr. presidente, eu estou com um filho de dez meses e a primeira história que ele está escrevendo é caminhar até onde você está, pra ver se você faz Reforma Agrária". Luan, o bebê de Clélia, e seu Bené estão aí para mostrar que a nova e a velha geração se encontram na luta pela terra e por dias melhores para o nosso Brasil.

Ana Cristina Campos
Imagens da Terra

Marcha Sul

CRESCE O ENTROSAMENTO E A ANIMAÇÃO

Após um mês, a Marcha do Sul alcançou Minas Gerais, depois de ter percorrido toda rodovia Anhanguera. Seus integrantes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo já lamentam: "Depois de todo mundo estar entrosado, vamos no separar e cada um vai para o seu lado". Caminhando entre 15 e 20 km, todo dia, sob um sol, além de forte, ardente, por estar refletido no asfalto, a companheirada recebe acenos e buzinadas dos carros e caminhões que passam pela estrada. "Dois, três nos chama de vagabundo, mas a maioria esmagadora dá força", diz Mário Shons, um dos coordenadores da Marcha. Nas cidades, mulheres os recebem com lágrimas nos olhos e a população vai visitá-los nos ginásios, onde se hospedam. Vão ver que "bixo" mordeu esses sem terra, que resolveram encarar 1015 km de estrada rumo a Brasília e falam tanto de " luta". Um funcionário de um hotel, onde uma equipe de jornalistas estava hospedada, exprimiu: "Que vergonha esse pessoal ter que ficar caminhando, sem poder trabalhar".

Adenilson , 24 anos, assentado há um ano em Camaquã, no Rio Grande do Sul, veio participar da Marcha "porque a luta não envolve só os acampados. Agora porque eu ganhei a minha terra, não adianta eu deixar meus companheiros que estão acampados. Tem que dar uma ajuda. Sem a gente sofrer e lutar, nunca chega ao objetivo que quer. A gente vai chegar a Brasília, se Deus quiser, e conseguir mudar a sociedade".

"Tá animado, se tivesse mais mil quilômetro para frente era mais gostoso ainda", diz Pedro dos Santos, 54 anos, acampado em Santa Catarina, há 8 meses. "Cada dia que passa é mais amizade que a gente faz, mais cidades que a gente passa muito bem recebido. É uma festa. Cada vez aumenta mais a alegria da gente".

Para ele os atos que mais marcaram foram em Ribeirão Preto e Campinas, quando o povo sem-teto estava esperando eles na entrada das cidades e os acompanharam até o ato público e ao ginásio, onde dormiram.

Pedro achava que o pessoal da cidade era contra os do interior. Hoje ele vê que todo mundo está entendendo eles. "Tem muita gente na cidade morando embaixo de ponte e na favela e nós não queremos vir para disputar emprego, se tem pessoa na cidade que já está padecendo. Viemos na Marcha pra ver se mudamos nosso Brasil, para termos uma sociedade bem melhor e justa".


Foto: Carlos Carvalho

Menino de rua e sem terra: solidariedade no aperto de mão

Casado, pai de 8 filhos, Pedro era empreiteiro, mas não conseguiu mais emprego, porque muitas firmas faliram. "A única solução que encontramos foi entrar no Movimento Sem Terra para pegar um pedaço de terra e acabar com o nosso sofrimento".

O nordestino Miguel Alves dos Santos, 50 anos, mudou radicalmente de vida. Ele morava na cidade de São Paulo, onde trabalhava como lixeiro. Mas como não estava dando para sobreviver e sustentar os cinco filhos, achou que o seu "único recurso" era a Reforma Agrária e foi acampar em Itapetininga. "Pra mim tem que mudar mesmo. Todo brasileiro que quer ver o progresso em seu país tem que lutar, e a luta é a mudança neste país".


Foto: Douglas Mansur

Marcha Sul na Anhanguera, entre Guará e Buritizal-SP

Ele está achando a Marcha "a coisa mais linda do mundo", pois acha que estão mostrando para as pessoas que essa é uma luta séria. "Somos pessoas direitas, trabalhadores honestos, tamo aqui lutando por um pedaço de terra, pelo emprego na cidade e para os coitado que tão tudo jogado, sem escola e saúde".

Disposta a desenvolver sua profissão no MST, Ana Cristina, 19 anos, foi "adquirir conhecimento na Marcha". Ela resolveu abandonar a faculdade de Serviço Social neste ano, para "aprender junto com este povo, que tipo de militante e de profissional eu serei".

Depois de tentar conquistar a terra em Rondônia e no Mato Grosso do Sul, o bóia-fria João Ferreira, de 33 anos, está acampado no Pontal, em Porto Euclides da Cunha. "Ou nós luta, ou morre de fome na cidade. Já saímo da cidade porque não tem serviço". Ele acha que no MST "a gente se transforma num cidadão brasileiro, pode plantar, colher e acabar com esta miséria que tem no Brasil".

João acha a marcha fácil "pois a cada dia que a gente anda, acorda com mais disposição, pega mais coragem de lutar". Para ele o "sofrimento faz parte da luta e faz nós ficar mais perto de Deus. Tem que sofrer um pouco pra gente conseguir as coisas".

Débora Lerrer

Marcha Oeste

SOLIDARIEDADE DA POPULAÇÃO

Em um mês de caminhada, a Marcha Oeste, que partiu de Rondonópolis, já percorreu cerca de 440 km, passando por oito municípios dos estados de Mato Grosso e Goiás. Em todos estes lugares, os sem terra receberam várias manifestações de solidariedade da população e da Igreja, principalmente através da doação de alimentos. Muitas prefeituras e partidos políticos também contribuíram com a luta pela Reforma Agrária, fornecendo alguns mantimentos e a infra-estrutura para os caminhantes descansarem na cidade.

Segundo a coordenação da Marcha Oeste, Santa Rita do Araguaia, na divisa entre Goiás e Mato Grosso, foi a cidade que ofereceu a recepção mais fria aos sem terra. Mas, justamente neste local, o jornal "O Globo" realizou uma pesquisa, constatando que cerca de 80% da população apoiava a Marcha do MST.

A Marcha Oeste é formada por cerca de 335 trabalhadores, entre eles proximadamente 50 mulheres e 12 crianças, dos estados de Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Distrito Federal. A idade média dos adultos varia entre 20 e 30 anos, mas há alguns com mais de 60 anos, que estão dando um verdadeiro show de resistência, acompanhando o ritmo de caminhada de 20 km por dia, com o maior entusiasmo e sem grandes problemas de saúde.

Infiltrados

No dia 4 de março, num acampamento de pernoite, próximo à cidade de Mineiros - GO, foram descobertos dois policiais militares, que tentavam se infiltrar na marcha , com o objetivo de obter informações e tumultuar a caminhada, denegrindo a imagem do MST.

Os PMs não tinham qualquer identificação da polícia. Andavam com roupas comuns, estavam em uma velha mercedes cinza, toda perfurada de bala, com placa de Brasília e portavam duas armas calibre 38, muita munição e telefone celular. Ao que tudo indica, eles vinham seguindo a marcha desde o Mato Grosso. Vários trabalhadores confirmaram ter sido abordados pelos dois em cidades por onde haviam passado. Eles se apresentavam como boiadeiros e faziam perguntas do tipo "quem é o líder de vocês?"

Junto com os policiais foram encontrados também várias anotações contendo número de telefones e placas de carros usados na marcha, nome de alguns coordenadores e de pessoas, inclusive deputados, que manifestaram apoio aos sem terra. Os PMs, bem como o carro e o material que carregavam, foram entregues ao delegado de Mineiros e ao comandante da PM da cidade, que se comprometeram a tomar providências. Entretanto, no dia seguinte, os dois sujeitos foram vistos novamente seguindo os trabalhadores, só que com outro carro, o que comprova que as autoridades sabiam do esquema.

O comandante-geral da PM de Goiás, Coronel José Jorge Vieira, reconheceu que os policiais pertencem à PM de Mineiros e estavam lá para investigar denúncias de "desordem no acampamento". Chegou até a dizer que era para "proteger" os participantes da Marcha.

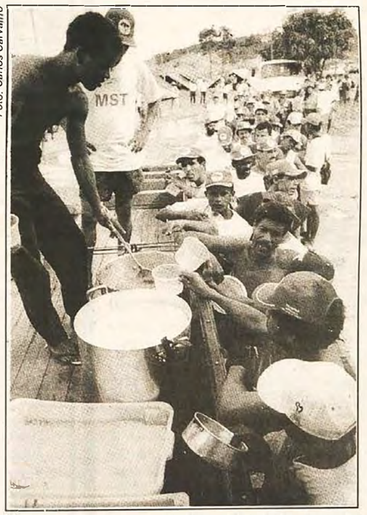
"Eles queriam espionar a gente. Estavam armados e tinham todo um esquema de comunicação", contou Valdir, um dos coordenadores da Marcha.

Esse incidente, fartamente divugado pela imprensa goiana, contribuiu para aumentar a simpatia da população à marcha dos sem terra. Dessa forma, a polícia acabou fortalecendo o MST e o tiro saiu pela culatra.

Aliança Campo-Cidade

A Marcha Oeste está conseguindo atingir o objetivo de fortalecer a aliança campo-cidade. Em Goiás, a CUT, a CPT, vários sindicatos, entidades populares, religiosas e estudantis, além de alguns partidos de esquerda, formaram uma Coordenação Estadual de Apoio à Marcha, que tem sido fundamental para o sucesso da caminhada. Eles articulam contatos nos municípios por onde os sem terra passam, organizam atos públicos, debates e estão tentando obter recursos para suprir as necessidades materiais da Marcha.

Christiane Campos


Foto: Carlos Carvalho

Alimentação vem sendo garantida com ajuda da população

Curtas da Marcha

MST é atração nas escolas

A Marcha Oeste também tem recebido o apoio e o carinho de estudantes, ao longo de todo percurso. Em Mineiros, por exemplo, alunos do pré-escolar do Colégio Aplicação, visitaram o acampamento, a 5 km da cidade, e brincaram com os sem terrinha. E, em debate com mais de 300 crianças e adolescentes numa escola da cidade, os sem terra foram tratados como heróis. Os alunos queriam autógrafos dos coordenadores e garantiram que vão exigir dos professores aulas sobre Reforma Agrária. Em escolas de Jataí e Rio Verde, a recepção a o MST também foi empolgante.

Douglas Mansur



Acampamento da Marcha Sul

Diferenças

Quando a Marcha Sul passou por Pirassununga, terra de Nelsom Marquezelli, da bancada ruralista, o prefeito do PFL não deixou que o pessoal fizesse ato nem colasse cartazes. *Não deu outra*, no dia seguinte os trabalhadores trataram de protestar em frente à Prefeitura. Um pouco mais adiante, em Santa Rita do Passa Quatro, uma das paradas onde o pessoal teve que montar acampamento, caiu uma chuva de pedra que destruiu tudo. Um usineiro camarada, dono das terras da beira da estrada, resolveu então pagar o ônibus para levar o pessoal para a cidade, onde puderem dormir abrigados.

Já em Uberaba, quando a Marcha Nacional completava um mês, os fazendeiros da região trataram de criar um clima pesado, espalhando boatos de que iam impedir a entrada da Marcha. Uberaba é a terra do fazendeiro responsável pela fundação da UDR em Minas. Mas o povo não deu bola, apoiando a luta do sem terras, compareceu maciçamente ao ato na cidade, doando uma enorme quantidade de alimentos.

Mulheres Sem Terra são homenageadas no dia 8 de março

O Dia Internacional da Mulher foi comemorado em Belo Horizonte com uma homenagem às mulheres sem terra que estão participando da Marcha Nacional do MST. Marlene Ferreira Martins, 29 anos, e Vanda Lúcia Gomes, 26 anos, representaram todas as mulheres do MST na sessão especial promovida pela Câmara Municipal. Elas receberam uma placa das mãos da vereadora Jô Moraes e, junto com outras companheiras da Marcha, cantaram a canção "Sem Medo de Ser Mulher".

Estados

ATO PÚBLICO LEVA 4 MIL A TEODORO SAMPAIO

Cerca de 4 mil pessoas participaram no dia 16 de março, em Teodoro Sampaio, no Pontal do Paranapanema, de uma manifestação organizada pelo MST, PT e CUT, contra a decretação da prisão preventiva de cinco líderes do Movimento Sem Terra. Na ocasião, foi inaugurada uma réplica do monumento criado pelo arquiteto Oscar Niemeyer em homenagem aos 19 trabalhadores mortos em Eldorado dos Carajás (PA), em abril de 96.

Em Eldorado dos Carajás, o monumento foi destruído. A prefeitura de Teodoro Sampaio obteve autorização de Niemeyer para homenagear os sem-terra do Pontal do Paranapanema. A réplica foi erguida na principal praça da cidade.

Ao lado de políticos do PT e diretores da CUT, Diolinda Alves de Souza, mulher de Rainha, liderou a manifestação, que começou logo cedo próximo à fazenda São Domingos, local onde 8 trabalhadores foram baleados por seguranças da propriedade. Depois os trabalhadores se dirigiram em carreata até a Cidade de Teodoro Sampaio para um grande ato público.

O presidente do PT, José Dirceu, pregou a união de todos os partidos de esquerda para uma ampla mobilização da sociedade na luta pela Reforma Agrária no Brasil e conclamou os militantes petistas a intensificar a luta em favor dos sem terra. "Onde houver uma bandeira rebelde do MST, tem de estar a bandeira do PT", disse.

Para o senador Eduardo Suplicy, o PT sempre teve a Reforma Agrária como uma de suas metas principais. "O MST é um movimento social de extraordinária importância, motivo pelo qual nos solidarizamos com seus integrantes", afirmou.

ENCONTRO ESTADUAL LEVA 3 MIL SEM TERRAS A SÃO PAULO

Nos dias 5, 6 e 7 de março, a cidade de Santo André foi sacudida pela presença de 3 mil delegados do Encontro Estadual do MST de São Paulo. Vários setores da sociedade, do movimento sindical, popular e da Igreja foram convidados a participar, juntando-se ao MST neste espaço de confraternização, estudo e deliberação.

Durante o Encontro, Plínio de Arruda Sampaio fez uma análise da conjuntura política, e os trabalhadores se dividiram em grupos para estudar o Programa de Reforma Agrária, o projeto neoliberal e a articulação entre a lutas de classe e a luta das mulheres. Na noite do dia 6, os participantes do Encontro Estadual assistiram a um show pela Reforma Agrária no Paço Municipal de Santo André.

Na manhã do dia 7, após o estudo dos dias anteriores, os grupos definiram os rumos do MST em São Paulo. À tarde, os delegados do Encontro se dirigiram para São Paulo, concentrando-se na Praça da Sé. De lá partiram em passeata, encontrando-se na Avenida Consolação com uma passeata de estudantes. Mesmo abaixo de chuva, todos mantiveram a animação, rumo a Praça Charles Miller, onde foi realizado o show "Reforma Agrária, Emprego e Justiça" para uma multidão de mais de 4 mil pessoas. Antes das músicas, vária personalidades tiveram a palavra, entre elas Luís Inácio Lula da Silva e Zé Dirceu, presidente nacional do PT.

Entre os artistas que cantaram para os sem terra e os estudantes estavam: Leci Brandão, Racionais MC, Nil Bernardes, Pingo de Fortaleza, Irmãs Galvão, Beti Guzo, Douglas e Émerson, Adauto Santos, Germano Matias, Sergio e Serginho, Edvaldo Santana e Enan Racan.

Estes artistas passaram a se engajar na luta pela Reforma Agrária, a partir do show da Marcha Nacional, em Campinas. Nil Bernardes, autor da trilha da novela "Rei do Gado", conta aqui como é que estes músicos passaram a contribuir para a luta do MST:

Douglas Mansur



Show pela Reforma Agrária levou 4 mil pessoas à praça Charles Miller

"Quem me apresentou ao MST foi o Juarez Soares (locutor de esportes do SBT) que pediu para eu musicar seu poema "Grito da Terra". Depois disso, resolvi entrar em contato com o Movimento. Havia então um ato em Campinas e eu resolvi convidar artistas amigos para colaborar. O pessoal se apaixonou pelo MST e resolveu se engajar na luta subindo no palco e cantando. Isso foi crescendo. Não imaginava que o pessoal aderisse desta maneira. O grupo, junto com o maestro "Caxote" e Mário Campanha, resolveu ajudar a gravar em estúdio as músicas do Zé Pinto e do Marquinhos Monteiro. Também juntamos vários artistas para gravar um pedaço da música "Grito da Terra", cujos direitos serão doados ao MST".

> "Vocês do MST estão dando uma lição de vida a todos nós. Estão ensinando a sociedade brasileira a levantar a cabeça e lutar por seus direitos. A luta de vocês evita que as pessoas durmam embaixo da ponte e fumem crack. Vocês estabelecem a esperança da conquista da cidadania para o Povo Brasileiro".
>
> Lula Inácio Lula da Silva

Direitos Humanos

SEM TERRAS: OS NOVOS PRESOS POLÍTICOS

O Presidente da República e seus ministros, Nelson Jobim e Raul Jungman, não sabem mais o que fazer para conter o avanço da luta pela reforma agrária. No início do mês de fevereiro, Fernando Henrique Cardoso determinou ao seu Ministro da Justiça que percorresse alguns estados para cobrar dos governos estaduais, ministério público e juízes, maior rigor na repressão contra o MST. É o que está escrito na reportagem do jornal O Estado de São Paulo, publicada em 05/02/97: "FH critica omissão no combate às invasões". Na matéria ainda está escrito que: "Segundo o presidente, Estados e Ministério Público deveriam impedir ocupações".

Para que a pressão sobre os Governadores e o Poder Judiciário surtisse efeito mais rápido, o próprio Ministro da Justiça encarregou-se de fazer as malas e viajar para os estados, e assim o fez. Viajou para o Pará, São Paulo e Rio Grande do Sul.

No final de fevereiro, a viagem do Ministro começa a dar os primeiros efeitos favoráveis ao latifúndio.

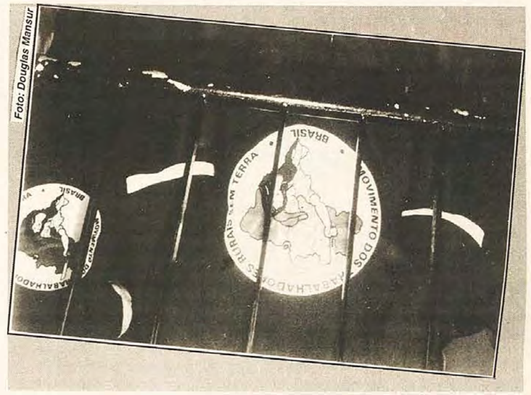
No estado do Pará, logo após a visita, a Polícia Militar anunciava que havia aberto um Inquérito Policial para apurar as declarações das lideranças do MST, que anunciavam novas ocupações. Felizmente o Inquérito não foi adiante, demonstrando claramente que foi instaurado apenas para satisfazer os desejos de repressão do Ministro.

No estado de São Paulo, logo após a visita do Ministro, o Procurador Geral do Estado, Luiz Antonio Marrey, designou um grupo especial de promotores para trabalhar na região do Pontal do Paranapanema. A primeira providência do "grupo especial" foi requerer a prisão de 6 lideranças do MST (José Rainha, Diolinda Alves, Márcio Barreto, Claudemir Marques Cano e Felinto Procópio/Mineirinho). O juiz de Pirapozinho, atendendo ao pedido dos promotores e aos anseios do latifúndio ligado à UDR, decretou a quebra da fiança dos trabalhadores. Porém, desta vez, receosos pelas repercussões na opinião pública, deixaram Diolinda de fora. Decretaram apenas as prisões de cinco trabalhadores.

No Rio Grande do Norte, como reflexo da investida do Presidente e seu Ministro, o juiz do município de Touros decretou a prisão preventiva de cinco trabalhadores, no dia 19 de fevereiro: Wilson Alves Pereira, João Alves Pereira, Raimundo do Nascimento, José Macena da Silva e Francisco Alves Pereira. Finalmente, no dia 11 de março, todos foram colocados em liberdade. Nosso advogado Pauliran Pereira, depois de uma intensa batalha jurídica, conseguiu soltá-los.

No Rio Grande do Sul, logo após a visita do Ministro da Justiça, o Poder Judiciário retirou do arquivo alguns mandados de prisão para serem cumpridos. Portando, por pressão de Nelson Jobim foram

Foto: Douglas Mansur



presos Idone Bento, José Argemiro, Elenir Nunes, Augusto Moreira e José Gowaski.

Estas prisões já haviam sido decretadas em 1992, ao final do julgamento do processo que apurava as circunstâncias da morte de um policial no conflito da Praça da Matriz, mas não foram cumpridas porque havia, mesmo dentro da Brigada Militar, uma certeza de que os trabalhadores foram condenados injustamente, pois ficou comprovado que nenhum deles era autor do crime. No entanto, após a visita e as declarações do Ministro da Justiça na imprensa local, o Poder Judiciário, retirou rapidinho os mandados do fundo da gaveta e mandou a polícia no encalço dos trabalhadores.

A atual situação é muito semelhante aos anos da ditadura militar, quando milhares de pessoas foram presas pelos órgãos de segurança, pelo simples fato de fazerem oposição política ao regime militar. Na época do governo Collor o MST enfrentou uma situação parecida. O Poder Executivo pressionava e o Poder Judiciário aceitava e acatava as determinações, expedindo as ordens de prisão.

A certeza de que as prisões dos trabalhadores são prisões políticas fica mais evidente na decisão do Segundo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, que usou um editorial do Jornal da Tarde, como argumento para negar "habeas-corpus" para os companheiros do Pontal. Veja o caráter "jurídico" de sua argumentação: "As coisas precisam ficar bem claras - invadir propriedade alheia é uma afronta à lei e, enquanto as invasões forem toleradas não haverá possibilidade de paz no campo. Ou existe o império da lei e da ordem, o respeito ao estado de direito, ou regredimos ao estado de anarquia. É isso mesmo que parece desejar o MST, cujo projeto "revolucionário" é incompatível com a ordem decretada". Ou seja, quem, realmente, decretou as prisões foram os jornalistas que escreveram as matérias e o Ministro da Justiça. O Poder Judiciário apenas obedeceu cegamente as determinações do Poder Executivo.

Estado de Direito? Todos são iguais perante a Lei? Que Justiça é essa que solta os pistoleiros da Fazenda São Domingos que balearam oito pessoas e manda prender trabalhadores rurais que lutam por um pedaço de terra para trabalhar?

Mirian Farias de Oliveira e Antônio Neves, feridos gravemente por estes pistoleiros na São Domingos, sabem muito bem esta diferença. Por isto já declaram, ainda convalescentes no hospital, que logo que puderem, vão voltar a ocupar terra.

Setor de Direitos Humanos

COMEÇA A ANDAR O PROCESSO DE ELDORADO DO CARAJÁS

Finalmente o processo contra os policiais militares que participaram do massacre de Eldorado do Carajás, no dia 17 de abril de 1996, começou a andar. A pressão da opinião pública fez com que o Governo Federal determinasse ao Ministro da Justiça um empenho maior. Após uma conversa com Nelson Jobim, o Presidente do Tribunal de Justiça do Pará, designou um juiz e um promotor exclusivamente para o caso.

Hoje o processo está na Comarca de Curionópolis O promotor responsável é o Dr. Marco Aurélio Lima do Nascimento e o juiz responsável é o Dr. Laércio de Almeida Laredo.

Neste momento a situação do processo é a seguinte:

1. Em julho de 1996, o promotor Marco Aurélio denunciou os 155 policiais por abuso de autoridade. Neste processo o promotor também denunciou 03 trabalhadores por porte ilegal de armas, resistência e desobediência.

2. Com a publicação da Lei 9.299 em 07 de agosto de 1996, os crimes de homicídio doloso (intencional) praticado por militares também passou para a competência da Justiça Comum. Como já havia o processo por abuso de autoridade contra os policiais, bastou o promotor denunciar, acusando os policiais de homicídio.

3. No dia 07 de março de 1997, o juiz responsável pelo processo determinou que todos os 66 PMs que estão trabalhando em Parauapebas, sejam interrogados até o dia 26 de março.

4. O advogado do MST que acompanha o processo já foi admitido na condição de assistente da acusação e participará de todos os atos do processo.

Este avanço do processo deve ser creditado à mobilização da opinião pública nacional e internacional, pois desde aquele fatídico 17 de abril, foram realizados diversos atos exigindo a punição dos culpados (Júri Internacional em Brasília, monumento Oscar Niemeyer). Leva também os créditos a Marcha Nacional à Brasília, que reforça ainda mais a divulgação desta absurda impunidade.

PRESOS ASSASSINOS DA GIACOMET

O delegado Sebastião Ramos dos Santos, de Laranjeiras do Sul, prendeu dois seguranças da Fazenda Pinhal Ralo, pertencente à Madeireira Giacomet-Marodin. Joel Dabrinski e Antônio Valdecir Somenzi são acusados pelo assassinato de Vanderlei das Neves, de 16 anos, e José Alves, de 34 anos, ocorrido em janeiro último. Os exames mostraram que eles foram mortos à queima-roupa. Um dos sobreviventes da emboscada, José das Neves, reconheceu os pistoleiros da empresa como os assassinos.

ALAGOAS

PM DESPEJA TRABALHADORES SEM TERRA

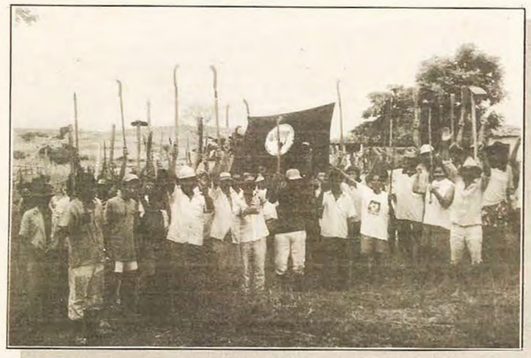


Foto: Luciana Tenório

Acampamento Dois Paus, Branquinha/AL

Cerca de 500 famílias de trabalhadores sem terra foram despejadas no dia 3 de março da fazenda São Geraldo, no município de Murici. A área de 514 hectares é totalmente improdutiva. Mesmo assim, o juiz da comarca local concedeu a reintegração de posse.

A operação de despejo foi realizada por mais de 100 homens da polícia militar. Toda a operação foi efetuada em conjunto com o fazendeiro, que teve proteção da justiça e dos policiais.

Ocupada desde o dia 27 de fevereiro, a fazenda São Geraldo, no município de Murici estava totalmente abandonada e os únicos seis moradores da área, estavam passando fome.

Para os trabalhadores, o despejo aconteceu por causa da morosidade do Incra que não assumiu a responsabilidade de agilizar a vistoria e o processo de desapropriação encaminhado pelo MST. O superintendente, Ricardo Vitorio, correu no momento da desapropriação.

Os trabalhadores e o MST reivindicam três áreas na região: a fazenda São Geraldo, com 514 hectares e as fazendas Pacas e Bolo, com cerca de 600 hectares. As famílias despejadas estão acampadas às margens da BR-104, próximas à usina São Simião, que está falida.

TRABALHADORES INICIAM MARCHA E VÃO AO INCRA

No dia 17 de fevereiro, depois de percorrerem 15 km em caminhada pelas principais avenidas de Maceió, sem terras foram recebidos na sede do Incra por cerca de 80 policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar. Houve um começo de tumulto, por causa da investida dos policiais, que não deixaram os colonos entrar no prédio. Por volta das 20:00 horas, o comando da polícia reforçou o efetivo, usando cães, bombas de gás lacrimogêneo, cavalaria e lança de elite.

Os trabalhadores passaram a noite fora do prédio. Pela manhã fizeram um ato público, protestando contra a truculência com que foram tratados; privados até mesmo de beberem água e usar o banheiro. Depois de negociarem com o chefe de conflitos agrários, João Cavalcante, os trabalhadores marcaram ainda para fevereiro outra reunião, dessa vez com o Superintendente do Incra/AL, Ricardo Vitório.

Principais pontos da pauta de reivindicações: garantir equipes do LUMIAR para as áreas (Incra quer excluir MST); infra-estrutura para os assentamentos, energia elétrica, estradas, água, casa de farinha, escola e posto de saúde.

Liberação de créditos para habitação, fomento e alimentação e principalmente Procera para todas as áreas que receberam imissão de posse em 1996.

SERGIPE

MARCHA A ARACAJÚ

Depois de 10 dias de caminhada, 600 trabalhadores sem terra chegaram à Aracaju, provenientes de Canindé de São Francisco, no sertão. Na chegada, no dia 12, foi realizado um ato público com cercade 2 mil trabalhadores. Depois uma comissão de trabalhadores foi recebida pelo governador Albano Franco, onde entregaram uma pauta de reivindicações. Eles pediram o assentamento imediato de centenas de famílias acampadas em várias regiões do Estado , a agilização nos processos de vistoria de diversas áreas e infra-estrutura para as os assentamentos. José Roberto da Silva, da coordenação nacional do MST, conta que o Incra já liberou 400 mil reais para a Cohidro e outras empresas públicas, com o objetivo de desenvolver projetos de infra-estrutura nos assentamentos, mas até agora só existe uma obra em andamento. Trata-se da construção da estrada que interliga o assentamento de Morro das Chaves à sede do município de Propriá

Segundo Edvaldo Pereira dos Santos, da coordenação estadual do MST, a caminhada seguiu em ritmo normal, percorrendo 20 km por dia, sem grandes transtornos. Durante os 10 dias, somente seis pessoas chegaram a ser medicadas devido ao cansaço, mas retornaram para concluir o percurso.

Os sindicatos dos trabalhadores urbanos deram apoio à marcha. O presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, Gilson Costa Lima, afirmou que a luta é uma só, seja na cidade ou no campo. "Se os problemas agrários forem resolvidos, as soluções ocorrerão em cadeia," afirma, enfatizando que a onda de desemprego está intimidando a luta sindical, mas o governo não consegue ameaçar o MST.

A esperança foi o principal combustível a mover a marcha a Aracajú, na avaliação de quem participou da caminhada. "Sem emprego, morando debaixo de uma lona quente, vivemos só na espera de conseguir uma vida melhor, tendo oportunidade para trabalhar e produzir com o objetivo de oferecer uma vida melhor a minha família", afirmou o trabalhador rural José Medrado dos Santos, do acampamento Bom Jardim, em Monte Alegre. Mesmo com os pés calejados e cansado da viagem, ele sentia-se alegre por ter enfrentado as adversidades da caminhada.

OCUPADA FAZENDA RIACHUELO

Cerca de 150 famílias de trabalhadores rurais ocuparam, na madrugada do dia 11 de março, a fazenda Tingui, no município de Riachuelo. Eles cobram do governo a desapropriação dos quase quatro mil hectares da terra e garantem que só sairão da área com a posse definitiva para que possam produzir. O acampamento foi organizado na entrada da fazenda.

O proprietário da fazenda Tingui, Cristiano Barreto, entrou na justiça com um pedido de reintegração de posse. Ele afirma que a fazenda é destinada à pecuária e abriga cerca de mil cabeças de gado.

Há nove anos aconteceu uma ocupação, mas os sem terra foram retirados da fazenda. Eles não aceitaram a avaliação feita pelo Incra e já estão trabalhando na fazenda há quase um ano. Outras 200 famílias de verão chegar na área. "Eles irão reforçar a nossa luta", afirma Valmir Batista, do MST.

PERNAMBUCO

OCUPAÇÃO NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Marcando a passagem do dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, o MST preparou duas atividades. Foi ocupada a fazenda São Francisco e encerrado os dois dias do I Encontro de Mulheres da Reforma Agrária, que contou com a participação de 400 companheiras assentadas e acampadas em Pernambuco. A fazenda São Francisco tem 4.112 hectares e é uma antiga reivindicação do MST.

MATO GROSSO DO SUL

OCUPAÇÃO EM ITAQUIRAÍ

Trabalhadores rurais do Mato Grosso do Sul e do Paraguai, ocuparam no dia 8 de março a fazenda Santo Antônio, no município de Itaquiraí. Os trabalhadores são de 25 municípios da região e do Paraguai, e chegam a 1500 famílias.

A área de 24.900 hectares pertencia à falida Cooperativa Agrícola de Cotia e, segundo informações, atualmente é de propriedade de João Bertim, que mora em Lins, interior de São Paulo. Os trabalhadores avaliam que muito dinheiro público foi investido na área. Em completo abandono, as máquinas estão apodrecendo no meio da mata, não existe nenhuma plantação e apenas algumas cabeças de gado foram encontradas nos pastos.

As famílias acampadas fazem as seguintes reivindicações: vistoria da área; desapropriação para fins de Reforma Agrária; que se apure como foram utilizados os recursos públicos e a quem beneficiou; e, o não despejo das famílias acampadas.

O juiz Danilo Borin, do Fórum de Naviraí, já concedeu liminar de reintegração de posse. Os trabalhadores estão dispostos a permanecer na área para fazer com que o Incra, o Secretário de Segurança do Estado e o juíz, atenda às exigências.

O delegado-assistente da Secretaria Estadual da Justiça de Mato Grosso do Sul, Sidney Alberto, disse que não tem condições operacionais para cumprir a ordem de reintegração de posse da Fazenda Santo Antônio. "Não temos nem sequer efetivo policial para bancar uma operação de retirada dos invasores." Segundo ele, os quatro municípios da região contam com apenas 130 policiais e precisariam para a retirada dos ocupantes, 600. Enquanto isso, o governo procura uma área para transferir o acampamento.

No dia 14, uma barreira armada pela PM para impedir a chegada de mais trabalhadores ao acampamento foi desativada pelos sem terra. Cerca de cem trabalhadores desarmaram e detiveram por mais de duas horas um aspirante e dois soldados que montavam guarda na entrada da fazenda. Os Policiais haviam impedido a passagem de um caminhão e um ônibus de trabalhadores pela estrada que dá acesso ao acampamento, a 35 quilômetros de Navaraí.

AMAZÔNIA

ASSENTADOS EM APUÍ REALIZAM OCUPAÇÃO

Do maior projeto de assentamento da América Latina (JUMA/ACARI), 280 famílias movidas pelo abandono, pela malária, pela falta de estradas vicinais, pela fome e miséria, decidiram ocupar uma fazenda em uma área urbana, do município de Apuí (AM), de propriedade de Amilton Marmentini.

O juíz Edson Pereira de Souza, que já havia se despedido da comarca, só voltou ao município para conceder liminar de reintegração de posse. Depois, foi embora novamente.

Os trabalhadores receberam a notificação no dia 3 de março.

Representantes do MST, STR e Fetagri, se reuniram com os vereadores de Apuí que indicaram duas áreas. Os trabalhadores definiram por uma área de 75 hectares para assentar as famílias e construir 280 casas. Além disso, os trabalhadores exigiram que a prefeitura se comprometa a fazer as ruas; limpar os lotes (com a participação dos interessados); construa escolas e posto de saúde; combustíveis para desenvolvimento dos trabalhos; alimentos para os mais necessitados durante os trabalhos; poços artesianos; caixa d'água; e rede de energia elétrica.

MATO GROSSO

OCUPADAS DUAS FAZENDAS

Os trabalhadores rurais sem terra do Mato Grosso, ocuparam na madrugada do dia 17 de março, duas fazendas no interior do estado.

Na região sul do Mato Grosso, cerca de 1000 famílias ocuparam uma área no município de São Jose do Povo, a 30 quilômetros de Rodonópolis.

Na região sudoeste do estado, mais de 1500 famílias de trabalhadores rurais, ocuparam uma área próximo a cidade de Cárceres.

Segundo a coordenação do MST do Mato Grosso, o clima é de tranqüilidade.

BAHIA

SEM TERRAS OCUPAM DUAS FAZENDAS EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Cerca de 130 famílias de trabalhadores rurais sem terra ocuparam, no dia 21 de fevereiro, a fazenda Boa Sorte/Recreio no município de Ribeirão do Largo, que pertence ao Banco do Brasil. Com 1.300 hectares, ela se encontrava em total estado de abandono. O MST encaminhou ao Incra solicitação de vistoria e de desapropriação da área.

No dia 22 de fevereiro, cerca de 200 famílias de trabalhadores rurais sem terra, ocuparam a fazenda Arizona, no município de Vitória da Conquista. Com 2.000 hectares, a fazenda Arizona foi vistoriada pelo Incra em novembro do ano passado e foi considerada improdutiva.

Os trabalhadores que ocuparam a área, são em sua grande maioria, oriundos da periferia de Vitória da Conquista. O MST solicitou ao Incra aceleração no processo de desapropriação.

RONDONIA

TRABALHADORES OCUPAM INCRA

Cerca de 300 trabalhadores rurais sem terra, acamparam na sede do Incra regional de Ji Paraná, no dia 7 de março. Os trabalhadores são dos acampamentos Padre Ezequiel, em Urupá, com 350 famílias, Oziel dos Carajás, em Presidente Médici, com 180 famílias e do pré-assentamento Chico Mendes, em Presidente Médici, com 230 famílias.

Nos dias 10 e 12 de março, os trabalhadores foram recebidos em audiência pelo executor do Incra de Ji-Paraná. Entre as conquistas da reunião estão: vistoria em três áreas, até o dia 11 de abril, para viabilizar o assentamento de 590 famílias; 30 dias para vistoria de uma área para o assentamento das 60 famílias restantes do pré-assentamento Chico Mendes; repasse 7.000 quilos de alimentos (óleo, açucar, charque e leite) para a complementação da Cesta Básica da Comunidade Solidária, enviada no final de fevereiro.

MST E A ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Segundo os dados do IBGE , censo de 1985, o Brasil tem 19 milhões de analfabetos, ou seja, 20,1% da população do país é analfabeta.

Com o objetivo de eliminar o analfabetismo nos assentamentos da Reforma Agrária, estiveram reunidos em São Paulo de 1 a 8 de março, no I Seminário Nacional dos Coordenadores e Coordenadoras de Educação de Jovens e Adultos, 55 coordenadores de EJA (Educação de Jovens e Adultos) de 19 estados do país. Eles discutiram a luta pela escolarização de todos da base, a continuidade do trabalho da EJA dentro do MST, a formação de coordenadores e monitores e, principalmente, a busca de parcerias para a qualificação das experiências. Vai se tornando realidade o sonho de declarar para toda a sociedade que nas áreas de assentamentos do Brasil se elimina, a cada dia, o latifúndio do analfabetismo dentro dos assentamentos de Reforma Agrária.

O projeto de Educação para Jovens e Adultos do MST já conta com 600 monitores, 90 coordenadores estaduais e regionais e 9 membros que compõem sua Comissão Nacional.

Este projeto já contempla 8 mil assentados e acampados e conta com a parceria do MEC, da Universidade Federal de Sergipe e da Secretaria de Educação do Sergipe.

ELISABETH TEIXEIRA, LÍDER DAS LIGAS CAMPONESAS, REENCONTRA-SE COM O MST

Em homenagem ao do Dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, o JST apresenta aqui Elisabeth Teixeira, uma companheira que teve seus 72 anos de vida marcados pelo compromisso incessante com a Reforma Agrária. Tanto é que ela esteve presente no "parto" do MST, em nosso 1º Congresso Nacional.



Elizabeth contou sobre a luta camponesa da década de 60 para as companheiras do Pontal

No final de janeiro, nossos companheiros do Pontal do Paranapanema receberam a visita de uma mulher muito importante na história das lutas camponesas do Brasil: Elisabeth Teixeira. Mulher de João Pedro Teixeira, fundador e líder da Liga Camponesa de Sapé-PB, Elisabeth foi a primeira mulher brasileira a se destacar na liderança dos trabalhadores rurais. Após o assassinato de seu marido, em 2 de abril de 1962, Elizabeth assumiu a direção da liga e passou a dividir-se entre os 11 filhos e a luta pela Reforma Agrária.

Sua vida foi marcada por tragédias, a começar pelo assassinato de João Pedro, em uma emboscada a mando dos fazendeiros paraibanos, entre eles, o próprio pai de Elizabeth, Manoel Justino, hoje com 102 anos. Comerciante e fazendeiro ligado à UDR, Justino rompeu relações com a filha desde o casamento com João Pedro, que trabalhava nas pedreiras e engenhos da região e logo passou a se dedicar à conscientização dos trabalhadores rurais. Elisabeth "entendia da luta" por ver o modo como seu pai agia: "Se ele se desentendia com um lavrador, à noite ele pegava dois vigias dele e ia lá na casa do homem. O morador já não amanhecia mais ali". E Manoel Justino ficava com a casa e a roça do lavrador.

Logo após o assassinato de João Pedro Teixeira, a filha mais velha, Marluce, suicidou-se de desgosto e o filho Paulo, então com 13 anos, levou um tiro na testa, passando seis meses no hospital.

Com o Golpe de 64, depois de passar quatro meses presa, ela foi obrigada a se separar dos filhos, que ficaram com sua família. Carlos, o filho mais parecido com João Pedro, ficou com ela, pois Manoel Justino se recusou a ficar com ele.

Já com a ditadura militar em seu encalço, o pai não hesitou em não ajudar a filha "comunista", que fugiu com a roupa do corpo e um filho nos braços, vivendo duas décadas sob um nome falso, em uma cidadezinha do Rio Grande do Norte. Sua história é contada no filme "Cabra Marcado para Morrer". Iniciado em 1964, o filme era estrelado por Elisabeth, que interpretava sua própria vida. Interrompido pela repressão militar, suas filmagens só foram retomadas 17 anos depois. Foi graças ao filme que Elisabeth pode novamente reencontrar seus filhos e assumir novamente sua vida.

"Cabra Marcado para Morrer" foi atração em uma noite do 1º Congresso do MST, em 1985, em Curitiba, que contou também com a participação de Elisabeth. "Somos todos filhos dela. Elisabeth participou do parto do Movimento Sem Terra", disse Diolinda, ao saber que ela estava lá.

Nesta via jem, Elisabeth conheceu os frutos da semente plantada naquele ano, visitando os acampamentos, ocupações e assentamentos do Pontal do Paranapanema- SP e a cooperativa dos assentados em Paranacity, no Paraná.

No acampamento de Taquaruçu, onde os assentados estavam discutindo questões com a assistência técnica dos tratores, Elisabeth foi presenteada com a bandeira do MST.

Valmir Chaves, o "Bio", da direção estadual, explicou: "Na nossa bandeira tem um homem e uma mulher porque o MST defende que, como 50% da população é mulher, nós queremos que elas participem 100% da luta, se não ela fica pela metade". Ela agradeceu incentivando os companheiros a continuarem na luta, pois quer ver "a Reforma Agrária implantada no Brasil antes de morrer".

Luta pela terra e as Ligas Camponesas

"A diferença é que naquela época havia o conflito de expulsão do homem do campo e hoje já estamos todos expulsos. Quem já foi expulso está aí, às margens da periferia das cidades, tanto do interior quanto nos grandes centros. E também tem o desemprego. O pessoal já tá mais por conta do trabalho na área urbana. O conflito era mais pela expulsão. Hoje já estamos expulsos e estamos querendo resgatar o que tinha. Depois eles botavam os jagunços, que montavam cavalos e derrubavam as casas. Aconteceu deles entrar na parte da manhã, destelhar a casa e eu ir com 300 homens, companheiros do campo, botar as telhas de novo. Naquela época a terra era do patrão, mas os trabalhadores tinham o direito de morar naquele casebre e plantar. Dali ele colhia, não passava fome, tinha o que comer. Quando tinha desentendimento e o patrão queria expulsar o morador, ele abria uma parte do cercado e jogava gado naquela área todinha para destruir aquela lavoura. Hoje eles já estão usando um veneno."

Mulheres na Luta

"Na minha época, muitas vezes eu ia em caminhada com os companheiros para entrar numa área que estava em conflito, onde estavam botando os lavradores para fora. Naquela caminhada, quando eu encontrava com um grupo de policiais, eles diziam para mim: "tenha vergonha, quem já viu uma mulher acompanhada de tantos homens. Tenha vergonha, mulher, tome sua posição de mulher, vai cuidar de seus filhos". As mulheres naquela década não tinham dados. Havia discriminação à luta da mulher do campo, pelo atraso e o analfabetismo. Ela cuidava só da luta de casa. Hoje eu estou vendo um movimento das companheiras mulheres, tudo na luta, e que as perspectivas para que seja implantada a Reforma Agrária estão mais perto. Mas também por isso companheiras como a Margarida Alves e Penha foram barbaramente assassinadas. Eu confio em Deus que a Reforma Agrária vai ser implantada, não em um setor aqui, outro acolá, tem que ter uma Reforma Agrária ampla em nosso país, para que todos os homens do campo, que vivem miseravelmente, tenham o direito à terra para trabalhar com todas as condições merecidas para sobreviver."

A LUTA DAS LIGAS CAMPONESAS

As Ligas Camponesas combatiam as injustas condições de trabalho no campo, onde não havia direito a trabalho algum. Nunca bem implementada, o direito de sindicalização e a regulamentação do trabalho dos assalariados rurais foi uma conquista desta época, em 1962. Basicamente a Ligas combatiam o aumento do foro (pagamento do direito de uso da terra), do cambão (trabalho obrigatório sem pagamento: dois dias para o trabalhador e três para o patrão), o despejo dos camponeses sem idenizações pelas benfeitorias e lavouras e a violência contra os trabalhadores rurais.

Recomendamos ler: As Ligas Camponesas, de Fernando Azevedo, editora Paz e Terra

PRIVATIZAÇÃO DA VALE: A NEGOCIATA DO SÉCULO

Crescem as mobilizações contra a privatização da Vale do Rio Doce. Juristas estão encaminhando ações na Justiça para tentar impedir a privatização e trabalhadores protestam. No dia 10 de março, 50 famílias sem terra ocuparam a fazenda Pirapema, de uma empresa subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, localizada no município de Tumiritinga, em Minas Gerais. A ocupação foi organizada pela Fetaemg(Federação dos Trabalhadores na Agricultura de MG), STRs da região e membros da CPT. Além disso, com medo do que o MST pode vir a fazer para protestar contra a privatização, os diretores da Vale entraram na Justiça com um pedido de "interdito probitório" em nome dos companheiros João Pedro, Gilmar e Zé Rainha. Se a companheirada ocupasse a sede da empresa no Rio de Janeiro, teríamos que pagar uma multa diária de 50 mil reais. Se entrassem no escritório, em Brasília, a multa seria 5 mil reais. Pelo visto, o governo tem muito medo das mobilizações que o MST pode organizar, catalizando a opinião pública contra sua política de entreguismo barato, ao vender uma empresa que só no ano passado lucrou 632 milhões de dólares e cresceu 76% de 95 para 96.



Manifestação da Marcha dos sem terra em Belo Horizonte

Veja aqui o potencial econômico e estratégico da Vale do Rio Doce

• Para ela não houve década perdida. Sua taxa média de crescimento é de 13,6% ao ano desde 1970. Hoje, gera uma receita bruta anual da ordem de US$ 5, 5 bilhões.

• É a principal empresa exportadora do Brasil, líder no mercado mundial de minério de ferro, maior produtora de alumínio e ouro da América Latina.

• Recebeu concessões, por tempo ilimitado, para pesquisar e explorar o subsolo em 23 milhões de hectares de território brasileiro, uma área do tamanho da Itália, ou da soma de Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

• Possui e opera dois portos de grandes dimensões, a maior frota de navios graneleiros do mundo e 1.800 km das mais modernas ferrovias brasileiras, por onde trafegam 2 milhões de passageiros/ano e 64% da carga transportada por trens em nosso território.

• Tem reservas comprovadas de 41 bilhões de toneladas de minério de ferro, 994 milhões de toneladas de minério de cobre, 678 milhões de toneladas de bauxita, 67 milhões de toneladas de caulim, 72 milhões de toneladas de manganês, 70 milhões de toneladas de níquel, 122 milhões de toneladas de potássio, 9 milhões de toneladas de zinco, 1.8 milhão de toneladas de urânio, 1 milhão de toneladas de titânio, 510 mil toneladas de tungstênio, 60 mil toneladas de nióbio e 563 toneladas de ouro.

• Dispõe de 580 mil hectares de florestas comerciais, replantadas, de onde extrai a matéria-prima para a produção de 400 mil toneladas/ano de celulose, em unidades próprias.

• É um sistema formado por 54 empresas (próprias, controladas ou coligadas), quase todas de grande porte, que interagem com a agricultura (produção de fertilizantes), a indústria (produção de minerais metálicos e não metálicos, siderurgia, papel e celulose), o transporte (ferroviário e portuário) e o comércio exterior (exportação e navegação transoceânica)

Leilão marcado

O Brasil levou 54 anos para construir e amadurecer este gigantesco complexo produtivo. Agora, o governo pretende vendê-lo. Para isso, marcou o leilão para o dia 29 de abril, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Vai vender 43% das ações, que dará o controle acionário a quem comprar, por 2,9 bilhões, recebendo no leilão uma quantia que corresponderá, mais ou menos, a um mês de juros da dívida interna. Ou seja, quem pagar essa quantia, terá poder sobre o capital de 10,3 bilhões da Vale, e sobre um patrimônio incalculável. Fixado pelo governo, o preço mínimo da Vale ficou 10.361 bilhões de reais, mas na realidade o governo só irá arrecadar mesmo 3 bilhões, com a venda de 45% das ações ordinárias - aquelas que dão direito a voto.

O presidente Fernando Henrique Cardoso, justifica a venda declarando que a Vale dá pouco retorno a seu dono ("De cada R$ 100,00 investidos na empresa, o governo reembolsa apenas entre R$ 1,00 e R$ 2,00"). No entanto, isso é falso. Ao longo de toda sua história, o governo brasileiro colocou na Vale US$ 1,24 bilhão e já retirou US$ 1,41 bilhão (em valores atualizados). Ou seja, ela tem sido um ótimo negócio para o Brasil. Este lucro ficou retido na empresa para expansão de suas atividades e investimentos em novos negócios, aumentando a riqueza do acionista e seu patrimônio. No início da década de 70, a receita do grupo, era um valor equivalente a US$ 198 milhões por ano. Hoje estes valores estão na ordem de US$ 5, 5 bilhões/ano.

Maracutaia com Norte-Americanos

Todo este patrimônio está sendo negociado por uma empresa norte-americana, a corretora Merril Lynch, que está ganhando nas duas pontas da operação. Além de ser contratada pelo BNDES para realizar a venda, assumiu recentemente o controle da Smith Borkum Hare, sediada em Johannesburgo, que é a principal negociadora das ações da mineradora sul-africana Anglo American, maior interessada na compra.

Antigo pilar do regime de apartheid, conhecida pelo péssimo tratamento que concede aos trabalhadores negros, a Anglo American teme pelo seu futuro num país tão conturbado, cujo frágil equilíbrio político poderá ser rompido depois da morte de Nelson Mandela, que tem sido o grande mediador das transformações sociais, após a queda do regime racista que havia no País. Suas minas de ouro e diamante, concentradas na África do Sul, se esgotarão nos próximos onze anos. Logo, não poderia ter vindo em momento melhor a possibilidade de compra, a bom preço, da Vale do Rio Doce. As recentes descobertas de jazidas de ouro indicam que, a curto prazo, ela se tornará uma das cinco maiores exploradoras de ouro do planeta.

Recentemente a Docegeo, a maior empresa de pesquisa mineral do mundo e maior conhecedora de geologia do território brasileiro, após anos de pesquisa, descobriu uma gigantesca mina de ouro e cobre no Pará. Só quem sabe estas informações detalhadas é a presidência da República, o Ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito e a direção da Vale, que está proibida de falar. Só veio a público resultados parciais desta descoberta, vazados no jornal O Estado de S. Paulo. Roberto Assad, que trabalhou durante 23 anos na Docegeo, diz ter sido sempre a favor das privatizações, mas considera uma "maluquice" privatizar a Vale justamente agora, "momento em que ela está dando um salto na sua capacidade de produzir ouro, cobre, prata, molibdênio, talvez urânio e outros minerais de grande valor". Segundo ele as novas descobertas abrem inclusive, a possibilidade de auto-suficiência em cobre, "um dos principais ítens da pauta brasileira de importação e insumos básicos.

Fonte: Cezar Benjamim e Ricardo Bueno, para Revista Atenção, março de 1997



Ajude a salvar esta paisagem.

Poupe energia.

A construção de hidrelétricas para atender à demanda de energia tem um custo alto demais. Significa riscar do mapa esta cena e todas as formas de vida que estão dentro dela. Além do custo ambiental, construir uma usina significa tirar recursos de áreas - como saúde, educação, transporte - onde o País precisa investir. E muito. Acredite: salvar a natureza depende de gestos simples, como apagar uma luz ou abreviar em alguns minutos o banho diário. Nas empresas, significa colocar em prática projetos de racionalização do uso da energia. Vamos pensar na economia de energia como uma forma de "poupança ambiental". E fazer disso um hábito. Um hábito que pode ajudar a salvar milhares de espécies vivas. A começar pela nossa.

CEB
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
O MEIO AMBIENTE CONTA COM A NOSSA FORÇA.

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
O povo em 1º lugar

Cartas

Estimados amigos e militantes do MST

"Cabe a cada um cumprir o mandato de sua consciência. Minha tarefa consiste em contribuir para identificar os obstáculos que se antepõem ao desenvolvimento do nosso país, com vistas a melhorar o bem estar de seu povo. O MST trabalha nesta direção e seus membros assumem riscos pessoais batendo-se pela mais justa das causas que é a de abrir ao povo oportunidades de trabalho. A razão primeira de nossos males reside na brutal concentração da riqueza e da renda, e a matriz dessa deformação social é o latifundismo. Essas são verdades que por muito tempo foram ocultadas e quem as apontava era acusado de "subversivo". Hoje se reconhece que o Brasil só sobreviverá como Nação se enfrentar com êxito esses problemas."

Um abraço cordial

Celso Furtado
Paris - França

Cuidar da Agricultura

Biblicamente falando, não desfazendo os outros, são estes sem terra que com a Reforma Agrária estão trabalhando, oferecendo matéria-prima para ser industrializada. Pois sem Deus e o trabalho da foice e da enxada, nosso Brasil não produz nada. Cuide da cultura e não esqueça a agricultura. Cultivar terra evita fome, inflação e guerra. Agora vamos com estas armas agrícolas fazer super produção, matar o desperdício e a preguiça que é pai e mãe da inflação.

Silvino Rosa de Barros
Uruçuca- BA

Agenda 97

Foi grata a surpresa ao ver o meu humilde, mas sincero cordel, "A Chacina" publicado na Agenda 97 do MST. Muito me gratifica que meu pequeno trabalho tenha sido lembrado pelos companheiros nesta gloriosa luta. Apesar de morar em Salvador há muitos anos, toda minha origem é da terra, do mato, da caatinga e por tal, sempre assimilei esta luta e tento passar isto para todos que me rodeiam. Sou sindicalista na área urbana, mas intrinsecamente ligado aos problemas dos trabalhadores da área rural.

É por causa da luta dos trabalhadores, mesmo sofrida e ingrata, que sempre acredito no amanhã. Contem comigo sempre

Tarciso
Salvador - BA

Axé

Sabemos que não é fácil dar continuidade a um trabalho dessa natureza, ou seja, informar a sociedade sobre uma questão social muito séria em nosso país que é a luta pela "Reforma Agrária".

Desejamos sucesso e muito axé a todos.

CEDEPA
(Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará)
Belém - Pará

JST na UFES

Recebo sempre com muita alegria o Jornal. Quero parabenizá-los pela qualidade gráfica e pelo conteúdo, sobretudo pelas entrevistas. É um precioso material, do qual tenho feito uso na Universidade, na disciplina "Desenvolvimento Sócio-Econômico".

Faço votos de que continuem nesta linha editorial e coloco-me à disposição para eventuais contribuições.

Saudações a todos

José Antônio Buffon
prof. do Depto. de Economia da U.F. do Espírito Santo.

MST perde Ademir Rosa

Em 28 de fevereiro de 97, Santa Catarina perdeu Ademir Rosa, grande ator e lutador da classe trabalhadora, vitimado pelo câncer. Um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina. Apaixonado pelas artes cênicas, como ator e escritor de peças, recebeu diversos prêmios. Sempre combativo, nunca mediu esforços para defender os trabalhadores. Foi um companheiro de todas as horas. Deixou um exemplo de patriotismo e honestidade. Amigo íntimo do MST, sempre esteve determinado a denunciar o capitalismo que rouba e denigre toda a humanidade.

Ademir, você vive em todos aqueles que lutam por Justiça. Aos familiares e ao SINDPREV/SC, um abraço fraternal do MST

Parafuso
pela Direção do MST-SC

A solução do Brasil está no campo

O Brasil tem solução quando se resolver os problemas do campo, sobretudo das terras ociosas que tem enormes possibilidades de produzir renda e empregos. O sistema capitalista brasileiro está desempregando muitos pais de famílias nas indústrias, bancos e comércio. O contingente de profissionais liberais desempregados é enorme. Devemos desenvolver polos de desenvolvimento no campo com a finalidade de abrirmos vagas de trabalho e priorizar a saúde e a educação em qualquer planejamento. Com o poder de pressão do MST, os problemas de saúde e educação nas áreas desapropriadas podem ser resolvidos a médio prazo.

José Campos Ferreira
Fortaleza - CE

Um Brasil melhor

Sou estudante de mestrado e agrometeorologia da Universidade Federal de Viçosa, MG.

Fiz Agronomia e participei dos movimentos estudantis onde tive minha formação política mais aperfeiçoada. Sou a favor da luta de vocês que, aliás, é uma luta de todos nós que queremos um Brasil onde haja independência, modernidade e democracia de fato.

Viva o Movimento Sem Terra. E que o final seja de vitória para o MST, para nosso povo sofrido e para um Brasil rumo a democracia, sem fome, sem violência, ignorância e injustiça.

Carlos Rodrigues Pereira.
Viçosa - MG

Boletim do Militante

Se você quiser as entrevistas do Jornal Sem Terra na íntegra, encomende um Boletim do Militante. Ele custa R$ 5,00, e basta entrar em contato com a Secretaria Nacional do MST:
Rua Ministro Godói, 1484 -
Fone: (011) 864-8977



Poesia

Sol do amanhã

Hoje o sol amanheceu
vermelho como nossa bandeira
E nós aqui no coração do Brasil
plantando canções, sementes do amanhã
O amanhã que sonhamos
sem crianças abandonadas nas ruas
Sem cercas do latifúndio
suas violências e perversidades
O amanhã que desejamos
ter fartura, justiça e alegrias
Pois queremos democracia
sem as imposições do capital
O poder que tanto faz mal
a nossa terra
e a nossa gente
cheia de esperanças
Por isso pintamos o Brasil de verde
Na nossa bandeira tem o branco da paz
e o preto do luto pelos nossos mártires
Tingimos a maior parte de vermelho
a cor do sangue que representa a vida
Que também representa a nossa coragem
de lutar para essa vida melhorar
Lutaremos junto com a sociedade
por esse amanhã tão desejado
Cantaremos na caminhada
do futuro, em construção
de uma nova realidade
para terra cumprir sua função
Panelas e barrigas vazias
São tambores para a revolução

Ribamar Nava - RJ

Frase

ESPERANÇA NOS SEM TERRA

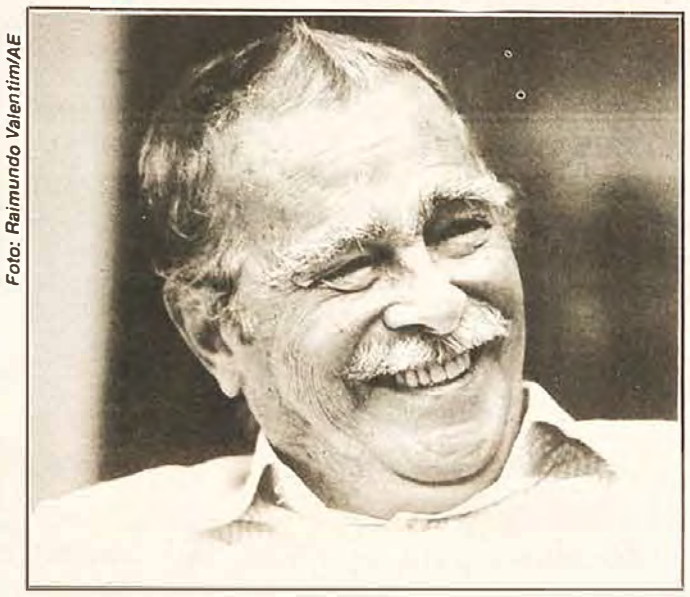


Foto: Raimundo Valentim/AE

"O Movimento Sem Terra é uma das coisas mais importantes que já aconteceram no Brasil. E muitos de nós guardamos no coração uma grande esperança neles, para obrigar o Brasil a levar a questão agrária a sério. O MST junta hoje todos os tipos de lavradores, que invadem fazendas improdutivas e vivem na miséria imposta pelos latifundiários. O que eles pedem é que o governo lhes dê terra. Diante dessa coisa escandalosa, o Brasil todo devia gritar.

Toda a máquina brasileira da Justiça, da Polícia, toda máquina oficial brasileira existe para garantir o latifúndio que não produz nem emprega gente".

Darcy Ribeiro

EXPOSIÇÃO DE FOTOS DE SEBASTIÃO SALGADO

Foto: Sebastião Salgado



De 10 a 17 de abril, mais de 100 lugares no mundo e mais de 150 lugares no Brasil estarão expondo as fotos que Sebastião Salgado tirou da luta pela terra no Brasil.

O objetivo desta exposição é divulgar a luta pela Reforma Agrária e ampliar a denúncia da violência no campo, exigindo que o governo brasileiro puna todos os responsáveis pelo massacre de camponeses, em especial o do dia 17 de abril do ano passado, quando foram assassinados 19 trabalhadores.

Com esta exposição, o aniversário do Massacre de Eldorado dos Carajás se tornará um grande ato político, marcando também o Dia Internacional de Luta Camponesa.

A primeira exposição foi inaugurada no dia 19 de março, em Bruxelas, por ocasião da cerimônia de premiação do Movimento Sem Terra com o Prêmio Internacional Rei Balduíno para o Desenvolvimento.

A exposição também visa recolher recursos para a luta dos sem terra, com a venda das fotos e exposições.

Se você ou sua organização estiver interessada, entre em contato com a secretaria do MST em seu estado ou com a secretaria nacional, em São Paulo.

FAÇA SUA ASSINATURA DO JORNAL SEM TERRA

NOME:
ENDEREÇO:
BAIRRO:
CIDADE: **CEP:**
ESTADO: **TELEFONE:**
PROFISSÃO:
FORMA DE PAGAMENTO 1. ( ) 2. ( )

1. Cheque nominal à Associação Nacional de Cooperação Agrícola - ANCA, ou
2. Comprovante de depósito bancário na conta corrente nº 105510-0, agência 0136-8, Banco Bradesco

Obs.: Deverá ser enviado anexo ao cupom, o comprovante de depósito ou cheque

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM TERRA

Rua Ministro Godoy, 1484 - CEP 05015-900 - São Paulo

Assinatura Comum: R$ 20,00
Lavrador: R$ 10,00

IMPRESSO

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
DR/SP
PRT/SP-5784/90
ACF - ALFONSO BOVERO

Diocese de Nova Iguaçu : Pastoral Social

Levantamento do Trabalho Social nas Paróquias: Pastorais, Obras e Atvidades.

O Grupo,que se reune já há um tempo com a Coordenação de Pastoral e a Cáritas com o objetivo de tentar uma coordenação dos trabalhos sociais ligados à Diocese, em vista de um melhor aproveitamento deste instrumento de evangelização no meio dos Excluidos, convida os Párocos participar, realizando, inicialmente, um rápido levantamento de tudo quanto existe como trabalho social em sua Paróquia: Pastorais Sociais, Obras, Atividades, Campanhas, Iniciativas pequenas ou de vulto, institucionalizadas ou eventuais.
Pedimos que o Levantamento seja feito Comunidade por Comunidade e seja entregue até 15 de júlho na Cúria ou na Cáritas.

PARÓQUIA DE CATEDRAL DE SANTO ANTÔNIO DE JACUTINGA - NOVA IGUAÇU

Comunidade.....

Comunidade.....

CEDIM

MARCHA PELO BRASIL

1- Porquê a Marcha

. Para massificar em todo país o debate do Projeto Brasil
. Para recuperar o sonho, a esperança, o possível.

2- Objetivos das Marchas

. Transformar as necessidades do povo: terra, trabalho, moradia..., em um grande debate político e de grandes mobilizações populares;
. Percorrer a maioria das cidades brasileiras, para conversar com a população sobre os problemas que afligem o povo brasileiro e motivá-los a lutar para resolvê-los;
. Para politizar as eleições;

3- Tempo, duração da marcha

. Na maioria dos Estados iniciará em 25 de Julho.
Aqui no Rio no dia 15 de Agosto
. Chegar nas capitais, em todos os estados
7 de Setembro – reforçando o Grito dos Excluídos.

4- Marcha Estadual

. Estamos procurando multiplicar o maior número possível de colunas, mesmo que no percorrer do trajeto uma coluna vá se incorporar ás demais
. No mapeamento inicial que fizemos a Marcha percorrerá as seguintes cidades no Estado do Rio: Campos, Macaé, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Rio Bonito, São Gonçalo, Niterói, Duque de Caxias,, Nova Iguaçu, Japeri, Itaguaí, Volta Redonda, Barra Mansa, Capital.

5- Quem envolver na Marcha

. Envolver todas as categorias: de trabalhadores rurais,, mulheres, estudantes, trabalhadores integrados, sem emprego, sem teto, aposentados, representantes de sindicatos, igrejas, partidos políticos...

6- Atividades que serão desenvolvidas durante a Marcha

. Priorizar a permanência das colunas nas cidades. O trajeto que não tem movimento, nem pessoas, nem cidades, poderão ser feitos de ônibus;
. Em cada cidade, organizar debates nas escolas, nas universidades, nos sindicatos, nas comunidades...
. Organizar celebrações e cultos ecumênicos, intercâmbios de experiências nas cidades;

. Em cada cidade onde a Marcha passar, articular equipe pedagógica que fique responsável de organizar o debate do Projeto Brasil em seu município, além de fortalecer com a caravana a chegada das colunas nas capitais dos estados.

7- As brigadas pedagógicas por colunas

. Cada coluna deverá ter equipe pedagógica, que além de marchar, terá a tarefa de coordenar o debate nas cidades, explicando o Projeto Brasil, composição da equipe: militantes Projeto Brasil , padre e pastor por coluna e professores;

. Ter disponível muito material massivo para palestras para deixar em todos os (lugares) locais para fomentar o debate;

8- A chegada nas capitais

. Transformar a chegada nas capitais em uma grande festa popular (muita música, agitação...)

. Organizar nas capitais um massivo acampamento com milhares de pessoas que dure pelo menos 3 dias para contagiar a população das idéias do Projeto Brasil;

. Articular a marcha com a campanha eleitoral e o programa eleitoral...

Outras atividades da Consulta Popular no Rio de Janeiro

. Encontro Estadual Objetivos:

1) Divulgação do Projeto para o Brasil

2) Organização da marcha pelo Brasil e outras atividades

Dia 11 de Junho das 10 as 17 horas

Sindisprev – Rua Joaquim Silva, 98

. Curso de Formação para militantes do Projeto para o Brasil

Será realizado nos dias 2, 3, 4 e 5 de Julho – local a confirmar.

Este curso tem como objetivo capacitar as equipes pedagógicas da Marcha pelo Brasil no Estado do Rio. Serão abordados os seguintes temas: Poder econômico, poder político, sociedade brasileira e cultura no Brasil.

Participe das atividades da Consulta Popular entre em contato com:

André Braga – 99639195

Paulo Banana – 4017866

Marina dos Santos – 2336966

Fernando Moura - 5337249

\diocese\projetos\forsoc95\95-12-27

MEMÓRIA DA REUNIÃO DE 27-12-95

Presentes: Irene, Bruno, Mateus, Cássia, Antônio, Parreiras, Kiko, Rogério, Piaia, Agostinho

1. * Ao inicio, rápida apresentação de Antônio e Cássia, que participam da primeira vez, e não são conhecidos de todos.

   Antônio estudou Filosofia na UERJ, e leciona Filosofia e História no IESA, 2º grau e na Prefeitura de Belford Roxo, 1º grau. Esteve 5 anos na Paróquia S. Coração de Jesus, e em Japeri. Atualmente presta assessoria à catequese na Paróquia do Pe. Mateus, ajudando a complementar os subsídios. Provém da espiritualidade de Taizé. Depois de vários congressos de juventude em Alagoinhas, participou, em 90, do encontro de Vila de Cava.

   Cássia é de Mesquita, trabalha no CEDAC. Estuda Português e Literaturas, e milita no Movimento Popular. Trabalha com Mulheres do Clube de mães.

   * A seguir, solicitamos aos três novos, Cássia, Kiko e Antônio, que abrissem as perguntas que desejassem.
2. O Projeto vem sendo discutido desde Julho de 94, em base aos projetões anteriores, de inicio com o objetivo de aproveitar os quase 300 Centros Comunitários, 188 dos quais construídos com ajuda da Misereor, a quem pedimos o financiamento. Enviamos à Misereor, para a aprovação definitiva, um texto que resultou da reformulação de dois outros. Mesmo assim, o Projeto foi elaborado às pressas e em termos destinados a se fazer aceitar. ao reelaborá-lo como planejamento, temos que respeitar o que foi aprovado, mas temos o direito de modificar alguns pormenores - por vezes importantes - seja para tornar praticável o Projeto, seja para concretizar melhor seu espírito e sua intenção. Na última reunião surgiram três idéias novas: Planejamento estratégico, Qualidade Total aplicada à educação, Democratização da Informática.
3. Não é possível definir um projeto sem determinação precisa de quem são os destinatários. ***Quem são os destinatários deste projeto?***

   Inicialmente tínhamos em mente três níveis: o de Base, ou sensibilização, o intermédio, cuja descrição é pouco clara no projeto, e o das Lideranças

   A "sensibilização" visava membros dos Centros Comunitários. Misereor não aceitou, alegando ser papel das Comunidades. O pessoal "da base" não faz parte do projeto.

   * Como primeira conclusão: o projeto se refere à formação de lideranças já "despertadas". Isto concorda com as discussões anteriores, em que fixamos o critério de convidar pessoas que "já tenham algum envolvimento nas comunidades".
4. Entretanto, ***como será feita a "seleção" dos candidatos*** ? - O Projeto trata da questão no item 5.2

   * Exigiremos certa participação comunitária e repasse do curso na comunidade. Há entretanto as pessoas que, mesmo desejando, não conseguem repassar. A estes convém ajudar e instrumentar. Há outros, acostumados a participar de todo curso de que tomem conhecimento. A estes "profissionais de cursos" teremos que evitar. ***Como instrumentar o pessoal para o repasse*** ?

   * A primeira previsão de três "centros" em que se realizarão os cursos se orientava pelas 7 regiões pastorais. Posteriormente deslocamos para um critério de "categorias", seja porque as próprias regiões não são aproveitáveis sob este aspecto, seja para atingir pessoas mais definidas. Falamos em *trabalhadores urbanos*, em *agentes das comunidades*, *comunicadores*, e em *pessoal do interior*. Dai outras caracteristicas: o regime de "internato" - relativizado nos cursos da Catedral, de que certamente participarão mais agentes das comunidades, pela facilidade de condução - o número previsto de 60, que parece muito em termos de pedagogia e didática, pouco em termos de aproveitamento. Podemos contar com uma perseverança de 50%, o que significaria terminar com 30 por curso...
5. A Misereor só concedeu 40% dos recursos pedidos, mas não foi diminuída a carga de trabalho. Além disto, o projeto foi calculado em base aos valores de Julho 94. ***Como administrar esta defasagem*** ?

   * De um lado, este assunto deverá ser discutido numa reunião específica, depois que tivermos a idéia mais concreta dos cursos e dos gastos. Além disto, temos que planejar também ***como será a participação das comunidades***, necessária tanto do ponto de vista financeiro, como do ponto de vista pedagógico e pastoral.
6. ***Como será a distribuição das pessoas quanto à seleção*** ? O Projeto prevê "2 por comunidade", mas o que isto significa realmente. Quantos são os Centros Comunitários? Quantas as paróquias? com que párocos podemos contar para a seleção? *É necessário ter um levantamento das instâncias de atuação na Diocese (Paróquias, Pastorais, Grupos de jovens, mulheres, Clubes de Mães, Movimentos, grupos organizados)*. Alguns terão programas próprios de formação, outros não, mas quais são, e como são os programas?
   *Os convidados devem ter envolvimento Diocesano, não apenas local, e não só pastoral. Devemos ou não convidar os membros do Conselho Pastoral? alguns já são de mais idade, com pouca possibilidade de dinamismo novo após o curso. Mesmo neste Conselho há pessoas que estão despertando para liderança social.

* Teremos que sensibilizar os Padres, convencê-los da formação como projeto e da validade dos cursos oferecidos pelo Projeto. Levá-los ao compromisso de selecionar 3 pessoas segundo os critérios já acenados, a partir dos grupos organizados nas Paróquias.
* Trata-se de envolver toda a Diocese, dentro da qual o Projeto terá uma função especial.

7. O envolvimento da Diocese deverá ser iniciado através de uma pesquisa que venha "mexer com as águas" para depois selecionar os cursistas.
   * Para que o Projeto tenha abrangência Diocesana, temos que levantar: quantas Paróquias e instâncias Pastorais existem, quais têm projeto de formação, onde é que já há gente formada, quais são as lideranças formadas e atuantes.
   * ***O objetivo do projeto é formar um laicato atuante.*** Além disto, temos que pensar também em como acompanhar os formados. De uma e de outra coisas faz parte uma seleção acurada dos candidatos.
8. Temos que pensar o Projeto. No Seminário previsto para Fevereiro, podemos nos dedicar a quatro pontos:
   + **Caracterizar o nosso desejo**: qual a Diocese que desejamos para daqui a 10 anos?
   + **Descrever a realidade**: como é a Diocese hoje: o que deve ser feito para que chegue ao que desejamos?
   + **Que tipo de pessoas** requer este processo de realização do desejo?
   + **Que tipo de curso** teremos que ministrar a estas pessoas, para que encaminhem o processo?
9. ***Como será o relacionamento com o Bispo?*** Ele já conhece e autoriza o Projeto, para o qual nomeou Mateus Coordenador. Terá dificuldade em alguns pormenores. Até agora não foi possível tê-lo numa das nossas reuniões, mas já foi convidado. Com ele será necessário:
   * Definir que tipo de laicato católico atuante na sociedade desejamos formar.
   * Conseguir que assuma aos poucos o processo que já encontrou em andamento, e que se for instalando.
   * Garantir que utilize no Projeto o financiamento específico.
10. O Curso se realizará ao longo de dois anos, em três Centros distintos. Os Coordenadores convidados para tais "centros" são pessoas-chave na realização do Projeto. Kiko, Antônio e Cássia. Para que eles assumam é necessário definir o calendário, a fim de que possam confrontar com a própria agenda, a remuneração, e a programação de conteúdos.
    * Kiko não poderá estar em todos os fins de Semana de Agosto. Será possível, então organizar um "intercâmbio" entre os três, para que sempre haja um responsável.
    * Não é interessante chamá-los de "Coordenadores". Cada grupo terá o próprio grupo interno de coordenação, que terá uma pessoa de referência. A Coordenação geral do Projeto é do coletivo da Equipe do Projeto. Os encarregados de organizar os conteúdos deverão ter a capacidade pedagógica de motivar e conduzir 12 horas de trabalho de cada vez.
    * Será necessário definir e padronizar o nosso vocabulário nos vários níveis

11. **REALIZAREMOS O SEMINÁRIO**
NOS DIAS 9 e 10 de FEVEREIRO de 1996,
das 12 hs. do dia 9, sexta-feira, até às 18 hs. do Sábado dia 10

LOGO APÓS A REUNIÃO, FOI FEITO CONTACTO TELEFÔNICO COM A MISEREOR,
ATRAVÉS DO QUAL FOI CONFIRMADO O ENVIO DE 75.000 MARCOS ALEMÃES, A 20 DE DEZEMBRO,
NA CONTA DO BAMERINDUS.
A INFORMAÇÃO FOI DADA POR JOHANNES WEIHRAUCH.

Levantamento de Sugestões para a Montagem do Curso de Formação de Lideranças

Roteiro Indicativo

A presente indicação de um roteiro de conversa para o recolhimento de sugestões, visando a montagem do curso, está dividida em dois blocos principais: no primeiro bloco o coordenador da reunião (ou alguém por ele indicado) expõe brevemente a idéia do curso, enquanto que o segundo bloco é dedicado às falas das pessoas convidadas.

Antes porém de se entrar no assunto, objeto da reunião, há que se apresentar a própria proposta da reunião: idealizada para recolher sugestões para a montagem de um curso de formação de lideranças, com uma pauta divida em dois blocos principais, etc...

primeiro bloco

o encarregado da exposição deverá apresentar a proposta do curso, podendo seguir o seguinte linha de raciocínio:

1. a difícil situação da população (aspectos sociais, culturais, espirituais).
2. a necessidade de um grande esforço para reverter esse quadro, de raízes históricas.
3. a importância do trabalho leigo nesse esforço de superação.
4. a proposta do curso de formação de lideranças, como instrumento de potencialização desse trabalho:
   - origens
   - características já definidas: temas (antropologia, política, sociologia, pastoral), três turmas de sessenta pessoas, quatro semestres de duração, 60 horas por semestre, 2 ou 3 seminários por semestre com os 180 participantes.

segundo bloco

o segundo bloco divide-se em quatro partes: a primeira é uma introdução, a segunda está voltada para as sugestões de conteúdos, a terceira para aspectos pedagógicos e a quarta para questões de organização. Em cada momento o coordenador da reunião deverá apresentar perguntas que facilitem a expressão dos convidados. A seguir é relacionada uma possível sequência de perguntas.

introdução

1. quais os principais problemas vividos pelo povo e pela Igreja na Diocese ?
2. qual deveria ser a contribuição dos leigos na superação desses problemas ?
3. quais as dificuldades enfrentadas pelos leigos e que estão impedindo uma contribuição mais eficaz ?

Nesse conjunto deve ser dada ênfase à pergunta 3, explorando-se o mais possível a visão que os convidados têm a respeito das dificuldades e limitações vividas pelos leigos: objetivas e subjetivas, sociais e pessoais, de informações, de conhecimentos, de recursos e habilidades.

conteúdos

4. que conhecimentos e habilidades um curso de formação de lideranças deve desenvolver para ajudar a superar as dificuldades hoje vividas pelos leigos em sua militância ?

As respostas a esta pergunta devem ser bem exploradas, buscando-se explicitar conteúdos, tentando-se também confrontá-las com as respostas à pergunta anterior.

pedagogia

5. que métodos de ensino devem ser seguidos para tornar o curso mais atraente e produtivo?

organização

(antes de formular a pergunta relativa a este ponto, o coordenador deve apresentar as idéias já existentes: os locais de realização, o esquema de um encontro por mês com 12 horas no sábado e domingo, o pernoite, os seminários com um dia de duração)

6. que idéias de organização podem ser sugeridas para melhorar as atuais?

P. Alegrete

\sociologia\artigos\cidlatin

O Fenômeno Cidade

rogério i.de almeida cunha

ESQUEMA GERAL

1. PRESSUPOSTOS E OBJETIVOS
1.1 - alguns pressupostos quanto ao conhecimento
1.2 - pressupostos do nosso agir
1.3 - objetivos

2. INTERPRETAÇÕES DA CIDADE
2.1 FILHA DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL
.1 - Filha da racionalidade
.2 - Filha da produção de riquezas e de miséria
.3 - Três perspectivas
.4 - O debate urbanista
2.2 CARACTERÍSTICAS DA URBANIZAÇÃO
.1 - Observações e perguntas
.2 - A sociedade industrial
.3 - A Cidade e o Campo na sociedade Industrial
.4 - Uma nova pergunta
2.3 EMERGÊNCIA E RELATIVIDADE DA MODERNIZAÇÃO
.1 - Do debate urbanista à Modernização
.2 - A Modernização
.3 - Limites da visão modernizante
.4 - Questão antropológica

3. A CIDADE LATINO-AMERICANA
3.1 TRAÇOS HISTÓRICOS
.1 - Dominação colonial
.2 - Dominação capitalista comercial
.3 - Primeiros surtos de industrialização
.4 - O impacto da nova era
3.2 ESTRUTURAS 'DE DEPENDÊNCIA'
3.3 CULTURA DE DEPENDÊNCIA
3.4 O "FENÔMENO CIDADE" LATINO-AMERICANO
.1 - Características
a. - Raízes dos condicionamentos
b. - Uma cultura invadida
c. - Cultura de rua
d. - Cultura "dos povos"
.2 - DESAFIOS da cidade latino-americana
a. - desafio
b. - ideologia
c. - desarticulação cultural
d. - sede misticista e pluralidade religiosa
e. - a classe média
f. - a violência
.3 - perspectivas do missionário
a. - de Fé: opção latino-americana pelo pobre
b. - teoria da dependência e nova era
c. - cidadania e direitos do pobre
* bibliografia utilizada e recomendada

1. - Introdução:

PRESSUPOSTOS E OBJETIVOS

1.1 - ALGUNS PRESSUPOSTOS QUANTO AO CONHECIMENTO

Falo do "Fenômeno Cidade" como teólogo, membro da Pastoral Operria. A an álise e reflexão sociológica me tem servido para observar sistemática e concretamente o que se passa com a população a que me dedico, seja o povo da periferia, sejam os trabalhadores da PO. Posso assim discernir a concreticidade dos pressupostos de minha atividade e reflexão teológica e pastoral acerca da Fé vivida pelos trabalhadores.

Nestas reflexões sobre a cidade, terei como pressuposto que nosso objetivo é a Evangelização. Para todos os fins, entendo esta Evangelização na maneira como está definida no "Objetivo Geral da Ação Pastoral da CNBB" (v.bibl CNBB). Suponho este objetivo por sua legitimidade e porque certamente coincide ao menos em sua parte essencial com a "Evangelização" que temos em vista. Além disto, não é meu papel nem intenção discutir este objetivo, mas apenas ter presente em minha reflexão um conceito suficientemente autorizado e concreto.

Normalmente, ao ter em mente a Evangelização, olhamos a cidade a partir do ponto de vista religioso de pregadores, pastores. Esta atitude é natural e legitima, mas acarreta algumas questões às quais nem sempre prestamos atenção.

Em primeiro, ao olhar a cidade ao redor de nós, compreendemos seus fenômenos a partir da Religião. Assim sendo, de maneira natural e legitima, ainda que irrefletida, colocamos a Religião como o centro da realidade. Além disto, como nossa pregação é religiosa, identificamos toda a nossa pregação com a Religião, agindo e falando indistintamente em três niveis: o da Fé, o da Religião, e o da Cultura.

Como todas as pessoas, temos a respeito da Cidade, da Religião, da Cultura e da Fé, as concepções que recebemos nos grupos humanos em que nos formamos: a familia, a escola, a congregação, a Igreja local. Finalmente, dada nossa formação prevalentemente humanista, nossos referenciais são, do ponto de vista teórico a verdade, e do ponto de vista prático a vida e seus interesses básicos.

Dentre os muitos aspectos do "Fenômeno Cidade", alguns têm consistência própria, que percebemos na medida em que se aproximam do nosso ponto de vista. Outros só têm sentido para nós, e enquanto estão ligados ao tipo de Religião a partir do qual nos aproximamos da realidade. Por isto, às vezes atingimos realmente o que desejamos, mas por vezes também não realizamos nosso objetivo, e não conseguimos perceber porquê.

Entretanto, é importante tomarmos consciência de que na nossa Cultura a Religião não é o centro da realidade social. Aliás, dada a multiplicidade de Religiões e de tipos de religiosidade, torna-se clara e útil a distinção entre o nivel da Fé como relacionamento radical com Deus e o nivel das Religiões como mediações histórico-culturais da Fé. Manifesta-se ai, também a distinção entre a Religião e a Cultura, que será mais detalhadamente definida no texto deste estudo.

Esta dupla distinção, entre Fé e Religião, e entre ambas e a Cultura, leva a outro tema: a Ideologia que assimilamos na família, na escola, na igreja, nas organizações a que pertencemos.

1.2 - PRESSUPOSTOS DO NOSSO AGIR

Outro pressuposto nem sempre levado em conta é que, quando respondemos aos desafios de uma realidade, não respondemos propriamente à realidade como ela é, mas à realidade como nós a percebemos. Assim, se a nossa percepção é errada ou falha, nossa resposta é falha ou errônea. De um jeito ou de outro a gente percebe que alguma coisa não deu certo, mas o defeito de percepção influencia negativamente a capacidade de perceber os porquês, e portanto de dar uma resposta adequada e eficaz.

O fundamento destes pressupostos é a reflexão sobre Ideologia como maneira humana de pensar e atuar (v bibl Löwy, Marcondes, Chaui e Mannheim). A ideologia é compreendida aqui como o complexo de convicções inconscientemente adquiridas ao longo de experiências vitais profundas. Estas convicções comandam a maneira irrefletida de conhecer, compreender, julgar e atuar. Elas são a internalização de uma dada estrutura social, e como tal reproduzem um determinado poder político e seus interesses. Por isto podem ser cientificamente formalizadas e expressas sob a forma de 'doutrina' política, ou mesmo de ciência.

Mais que um conjunto de conteúdos, a Ideologia é um nível de racionalidade, ou seja, da maneira humana de conhecer, julgar e agir. O nivel ideológico da racionalidade pode ser superado, através do conjunto de três

dinamismos: experiências vitais novas, análise científica da realidade, 'cultivo' de ideais humanos e sociais, ou seja, a conjunção da prática, teoria e utopia.

O critério da Ideologia não é a verdade nem o conjunto de interesses básicos da vida, mas o poder e o sistema global das relações que o sustentam e realizam. Conseqüentemente, a superação do nível ideológico tanto pode corrigir como confirmar os conteúdos teóricos das convicções, mas acarreta necessariamente diversos tipos e graus de divergência frente ao poder e á estrutura socio-política, suscitando reações específicas em vários níveis e violenta repressão, subtil ou truculenta.

1.3 - OBJETIVOS

Assim sendo, minha contribuição, que é teórica, supõe os outros dois dinamismos: o reconhecimento e discernimento da própria prática e posição social, e o cultivo de uma "utopia social", ou seja, de um ideal de sociedade e comportamento humano.

A análise social objetiva é puramente racional e humana, pretendendo ser científica. A nossa prática é tão humana quanto nós mesmos e o grupo dentro e a partir do qual agimos na sociedade. O ideal vai muito além disto, mesmo sendo humano. Ele se constitui num critério de julgamento da bondade ou maldade, legitimidade ou perversidade de um projeto ou realidade social. Ele se constitui numa Utopia porque ainda não encontra condições de realização, mas sua força leva a agir, a criar condições que o tornem possível.

Como Utopia, um ideal social pode e deve ser ditado, iluminado e dinamizado pela Fé, como o mais profundo dos ideais, a mais "divina" das utopias humanas. Afinal de contas, nossa Fé nos descreve os desígnios de Deus: nada mais ideal que eles, nenhuma ideologia mais fascinante nem mais fortemente motivadora que a própria vontade de Deus. Se uma utopia humana pode fazer descobrir os limites e erros da ideologia, mais ainda a utopia que se alimenta no plano de Deus.

2. INTERPRETAÇÕES DA CIDADE

2.1 FILHA DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

.1 - Filha da racionalidade

A invenção das máquinas e a produção industrial deu uma reviravolta tão violenta na vida e organização social, que desafiou os homens conscientes a se perguntarem: a miséria que esmaga centenas de milhares de pessoas, e o poder que é acumulado com a demasiada riqueza de poucos, são frutos da natureza, aparecem por acaso, ou são resultado da atividade consciente humana?

Parece irracional que o homem, ao aperfeiçoar e racionalizar a produção em massa de bens, esmigalhe tão cruelmente a vida de tantas pessoas.

O primeiro esforço de compreender este tipo de contradição já é expresso no início do séc. XVIII por Montesquieu ao observar a grandeza e decadência de Roma, a Cidade imperial.

"Não é o acaso que domina o mundo. ... Há causas gerais, morais ou físicas, que agem em cada monarquia, levantando-a, mantendo-a ou destruindo-a. Todos os acidentes estão sujeitos a essas causas, e se o acaso de uma batalha, isto é, uma causa particular, arruinou um Estado, havia uma causa geral que fazia com que esse Estado devesse perecer em uma única batalha." (Montesquieu)

Os próprios homens são os artífices da história, e portanto os produtores da pobreza como da riqueza, da miséria como das Cidades e do luxo. A miséria grassante na Europa durante a Revolução industrial aguçou o exame desta responsabilidade. Foi então que nasceu a Sociologia, "como conseqüência do interesse despertado pela descoberta de que relações tidas até então como naturais, fossem de fato mutáveis e históricas" (DAHRENDORF em FORACCHI e MARTINS oc p 120)

.2 - Filha da produção de riquezas e de miséria

A fome de riquezas que sugou em direção à Europa toneladas e toneladas de ouro arrancadas aos Incas, aos Maias e ás montanhas brasileiras, financiou a produção em massa de quantidades sempre maiores de bens e riquezas, e criou novas formas de vida humana, desconhecidas até então:

"Que Cidades! Sobre elas pairavam nuvens de fumaça, viviam impregnadas de sujeira e os serviços públicos - o abastecimento de água, os serviços sanitários, a limpeza das ruas, parques e jardins, etc. - não conseguiam atender as levas e levas de homens que para elas migravam. Essa situação calamitosa era responsável, sobretudo depois de 1830, pelas epidemias de cólera, de febre tifóide e as constantes e pavorosas perdas humanas causadas pelos dois grandes agentes mortíferos que assolavam os centros urbanos do século XIX: a poluição do ar e da água, ou as doenças intestinais e respiratórias. As populações das novas Cidades... viviam aconchadas em cortiços superpovoados, cujo aspecto desolador confrangia o coração daqueles que se aventuravam a observá-los. 'A civilização opera milagres' escreveu o grande liberal francês de Tocqueville referindo-se a Manchester, 'e o homem civilizado regride quase ao estado de selvageria'." (Sherman)

Foi a Revolução Industrial que pariu na Europa do século XVIII o que chamamos hoje de Cidade. No Brasil acerta-se a data de seu nascimento ai pela metade do século XIX. Falar de Cidade, hoje é isto: falar sobre produção crescente de riqueza e de miséria, sobre violência e convivência.

Mas, porque, que nascem as Cidades? Algumas características das Cidades anteriores às nossas poderão nos ajudar a compreender, tanto os porquês quanto o caráter de novidade absoluta das Cidades nossas contemporâneas. Mesmo a Cidade da era Industrial apresenta diversidades nem sempre levadas em conta: as primeiras Cidades européias, as cidades européias e Norte-americanas de hoje, as aglomerações urbanas nascidas das Cidades hispano e luso-americanas. As pesquisas revelam uma enorme diversidade.

3 - Três perspectivas

As Cidades têm sido estudadas, especialmente a partir da metade dos anos 70, ora como fenômenos totalmente dependentes de um todo mais abrangente, ora como um contexto que condiciona outros processos sociais, ora como um processo que gera autônomamente outros processos (OLIVEN oc p 13).

a. É especialmente nos estudos de K. MARX e M. WEBER que o fenômeno Cidade aparece como resultado da conjunção de uma série de fatores econômicos, políticos, militares e religioso-culturais. Para explicar ou compreender a Cidade, seria necessário ter presente todo este conjunto de processos sociais.

Na civilização Ocidental, a Cidade aparece principalmente como o lugar do mercado. Nela, segundo WEBER, dão-se as condições necessárias para existência e desenvolvimento das trocas organizadas de bens. As condições observadas nas cidades antigas e medievais são cinco: existência de uma fortaleza, de um mercado, de um tribunal e direito próprios, desenvolvimento do espírito de associação e capacidade ao menos parcial de decisões autônomas, ou seja 'autocefalia'. (v. VELHO, Otávio oc p 88)

Sem sua existência o capitalismo não poderia ter-se desenvolvido. Com o nascimento do Capitalismo, partejado pela Revolução Industrial, elas se transformaram radicalmente. "A rede urbana européia foi-se formando, precisamente, seguindo as principais rotas do tráfico mercantil e foi depois de já estar funcionando uma extensa rede urbana na Europa Ocidental que a produção manufatureira, primeiro, e a indústria fabril, depois, se desenvolveram.

O aparecimento da indústria fabril expandiu e modificou drasticamente a economia urbana e determinou, por sua vez, a expansão e modificação igualmente profunda da ecologia e da demografia urbanas. Na medida em que se iam desenvolvendo as grandes concentrações comerciais e posteriormente industriais, desenvolviam-se também as grandes concentrações urbanas nas mesmas cidades."

Especialmente a partir do Capitalismo, a Cidade começa a se opor ao Campo. Segundo MARX esta "oposição entre a Cidade e o Campo só pode existir no quadro da propriedade privada; é a mais flagrante expressão da subordinação do indivíduo à divisão do trabalho, da subordinação a uma atividade determinada que lhe é imposta. Esta subordinação faz de um habitante um animal da Cidade ou um animal do Campo, tão limitados um como o outro, e faz renascer todos os dias a oposição entre os interesses das duas partes" (Marx).

O capitalismo transformou as Cidades já existentes, e criou novas, pela conjunção de dois processos: a aglomeração de muitas pessoas num espaço diminuto e desprovido de infraestrutura, e a construção de fábricas. Sendo típicos e exclusivos da Cidade, estes dois processos inauguraram também novas relações das pessoas entre si, e entre os grupos, assim como uma nova relação, de oposição, entre o Campo e a Cidade.

b. Mas a Cidade é também um centro de dinamismo capaz de condicionar outros processos sociais. Os contactos intensos, o espírito associacionista e a proximidade dos centros de exercício do poder acabaram por dar condições ao nascimento de movimentos organizados, ao desenvolvimento da percepção crítica, ao multiplicar-se de manifestações. Inicialmente levantavam-se e organizavam-se os burgueses contra os Senhores Feudais, depois os proletários contra os Senhores Burgueses.

Mesmo assim, as Cidades não se explicam por si próprias. Embora mães de processos importantes, "elas não podem ser transformadas em categorias determinativas básicas do comportamento social no contexto urbano", (OLIVEN oc p 19) pois não ofereceriam uma suficiente "base da experiência social total" (OLIVEN ib p 16).

c. Entretanto, a discussão mais viva se dá a partir da visão da Cidade como uma unidade sociológica independente.

Nela se desenvolveram conceitos ainda hoje fortemente carregados: Urbanização, cultura urbana, dialética entre Campo e Cidade e, principalmente, as ideologias da Modernização e da Marginalização.

O interesse desta discussão está nos elementos que ela oferece para a compreensão do processo de formação e crescimento dos centros urbanos, do processo de mudança social e especialmente da contradição humana mais radical entre convivência e autodestruição dos homens em sociedade.

O primeiro grande enfoque foi fornecido pela "Escola de Chicago", para quem o problema era basicamente uma questão de "ecologia humana", em cujo contexto procurou-se estudar os fenômenos de "patologia social".

.4 - O debate urbanista.

O crescimento assustador da Cidade de Chicago, devido principalmente à imigração causada pela Revolução Industrial, abriu os olhos dos investigadores sociais e inaugurou a "Sociologia Urbana". Estudar a Cidade significa analisar preponderantemente as questões levantadas pela miséria, tanto a que grassa na própria Cidade, que afeta a todos embora não seja a condição de todos os cidadãos, quanto a que sobrevive e se aprofunda no Campo, com algum tipo de relação com o desenvolvimento da Cidade. Na Cidade é que se dá o desenvolvimento da Sociedade Industrial, e é a partir dela que se desenvolve o Campo.

O pressuposto era de que os fenômenos da Cidade tinham alguma explicação a mais que a simples natureza humana. Tanto a criação das Cidades, como a responsabilidade sobre suas características desumanas - como sobre as luxuosas e as progressistas - se deviam à aceleração súbita e envolvente da produção de bens, à aglomeração de pessoas no espaço urbano e à maneira como foi possível organizar os dois processos.

Ora, a Revolução Industrial produziu bens necessários à vida, portanto a produção da morte devia ter outra explicação. A "Escola de Chicago" resumiu o pensamento de muitos pesquisadores ao tentar esta explicação na cultura da pobreza , ou seja, "no conjunto de características de um grupo de pessoas, que fornece a seus membros um esquema de vida com soluções para seus problemas e portanto desempenha uma importante função adaptativa" (OLIVEN oc p 49).

A característica dos pobres é portanto o conjunto de soluções que desenvolvem para o problema de sobreviverem em meio hostil. Mas eles não apenas resolvem os problemas. O conjunto de características dos pobres é uma cultura, porque persiste mesmo se as condições hostis desaparecem. Ela acaba ou impedindo a superação e eliminação das causas da pobreza, ou recriando seus mecanismos. A cultura da Pobreza é um círculo vicioso que se auto-perpetua.

Ou os pobres participam da mesma cultura circundante, mas de maneira fragmentada, ou eles desenvolvem uma cultura diferente, através da qual, adaptando-se às condições adversas, suportam e ao mesmo tempo perenizam a própria miséria. De um jeito ou de outro, a Cidade é uma espécie de meio ambiente - uma matriz ecológica - que induz as pessoas a mudarem profundamente seu comportamento social. Ou os pobres se matam porque participam de uma cultura que os mata, ou eles morrem, porque se adaptam a condições de morte constante.

Vários esforços de escapar ao dilema imaginaram dicotomias explicativas. O modelo anterior ao comportamento urbano seria 'comunitário' (Tönnies), ou de 'solidariedade mecânica' (Durkheim), ou 'tradicional' (Weber), ou ainda, segundo REDFIELD - a quem se opôs LEWIS - simplesmente rural ou do folk. De diversas maneiras, segundo os vários casos, as sociedades humanas tendem a passar deste ponto inicial a um outro, respectivamente, do comportamento 'de sociedade', 'de solidariedade orgânica', e 'racional' ou urbano. Temos então as dicotomias: comportamento comunitário/societário, ou de solidariedade mecânica/orgânica, ou ainda tradicional ou "folk"/racional urbano. A bem da verdade, Redfield é o único que explicita a passagem de um a outro pólo, como num continuum.

O enfoque da Escola de Chicago acabou por dar à Sociologia da Cidade um sombrio caráter pessimista. Sob vários aspectos, o que chamou a atenção foram as patologias do espaço urbano.

O estudo pluridisciplinar de BANFIELD resume as interpretações desta patologia, com seus pequenos e grandes perigos, e suas "perspectivas" como uma questão de "concepções públicas" otimistas ou pessimistas.

"Para o pessimista, a perspectiva é que uma nova sabedoria convencional sobre os problemas da Cidade, o produto de um dispêndio de muitos milhões de dólares em pesquisas, vazada na linguagem da análise de sistemas e do computador, só irá aumentar a confusão existente. O otimista, porém, verá razões para acreditar que os fatos, a análise racional e a deliberação sobre a natureza do interesse público desempenharão um papel mais importante do que até agora na formação tanto da opinião como da política." (BANFIELD oc p 380)

Assim sendo, a causa profunda da miséria da classe inferior, e portanto dos problemas da Cidade, está nas convicções dos próprios cidadãos. PARK - um dos clássicos da Escola de Chicago analisados por OLIVEN - define a Cidade como um "estado de espirito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a estes costumes e transmitidos por esta tradição" (apud OLIVEN oc p 20).

BANFIELD é detalhado e incisivo ao declarar, sobre "o futuro da classe inferior": "enquanto a Cidade contiver uma considerável classe inferior, nada de básico poderá ser feito a respeito dos seus mais sérios problemas. ... Entretanto, se a classe inferior desaparecesse - se, digamos, os seus membros adquirissem, de um dia para outro, as atitudes, motivações e hábitos da classe trabalhadora - então os mais sérios e intratáveis problemas da Cidade desapareceriam com ela." (BANFIELD oc pg 308-348).

Enquanto ela não desaparece, a apresentação de suas caracteristicas parece "obra de um camarada mal-humorado e de espirito mesquinho. Não importa que isto aconteça..." (primeira frase do prefácio de Banfield oc p 9).

Concluindo, se a causa dos problemas da Cidade está nas convicções dos cidadãos, e se os problemas mais graves e geradores de outros se concretizam nas condições de vida da classe inferior, os pobres é que fortalecem e perenizam estes males, com sua "cultura da Pobreza", pois, se dependesse dos outros, haveria apenas racionalidade, cultura letrada e progresso social.

As explicações têm lá seus limites, mas elas detectaram características importantes.

De um lado, na sociedade anterior à Revolução Industrial, como hoje no campo e talvez nas periferias urbanas, grassa uma forma de cultura caracterizada por papéis sociais homogêneos, com predominância de contactos primários e diretos, integração, profundidade, identidade, relações sociais permanentes e pessoais, submetidas a controle social direto, com envolvimentos sociais semelhantes e estáveis, fortes laços familiares e espírito de colaboração grupal. As comunidades seriam pequenas, em grande parte constituida por analfabetos, seu "comportamento é tradicional, espontâneo, acritico e pessoal. ...O sagrado prevalece sobre o secular." (Redfield).

A aglomeraço de pessoas no espaço urbano e a construção das fábricas, criou novas relações entre as pessoas, entre os grupos e entre Cidade e Campo e inverteu estas características. As novas condições e relações se constituiram numa cultura em que as pessoas perpetuam condições desfavoráveis à própria vida.

6

2.2 CARACTERÍSTICAS DA URBANIZAÇAO

.1 - Observações e perguntas

As criticas à Escola de Chicago se apóiam sobre cinco observações e uma pergunta (v. OLIVEN e PERLMAN, passim).

Em primeiro lugar, a discussão entre os próprios autores revela que são geralmente visões parciais, que acabam por distorcer o próprio fundamento weberiano de todas elas. De fato, acabam opondo a um determinismo naturista (ecológico) ou economicista (como seria o de Marx) um determinismo culturalista que reproduz e distorce o pensamento de Weber.

Em segundo lugar, eles descarregam sobre os pobres a responsabilidade pela própria pobreza e mais ainda, sobre toda a inevitabilidade dos males urbanos.

Além disto, o determinismo supõe uma concepção linear e continua, até mesmo ingenuamente otimista, ou evolucionista da História. Por um lado, as sociedades tendem do estágio 'tradicional' ou rural/folk, para o modelo 'racional' ou urbano, por exemplo. Por outro lado esta evolução é simplesmente impedida pela 'Cultura da Pobreza'.

Mais ainda, as várias sociedades se colocariam homogeneamente apenas em estágios distintos do mesmo continuum, quer estivessem nos Estados Unidos, quer na Ásia, Europa ou América do Sul.

As criticas desembocam na percepção de que tais teses chegaram onde precisavam: numa afirmação etnocêntrica da superioridade anglo-saxônica, que justifica as relações de dominação e exploração econômica que Inglaterra e Estados Unidos estabeleceram para com outras sociedades.

Mais ainda, as várias sociedades se colocariam homogeneamente apenas em estágios distintos do mesmo continuum, quer estivessem nos Estados Unidos, quer na Ásia, Europa ou América do Sul.

As criticas desembocam na percepção de que tais teses chegaram onde precisavam: numa afirmação etnocêntrica da superioridade anglo-saxônica, que justifica as relações de dominação e exploração econômica que Inglaterra e Estados Unidos estabeleceram para com outras sociedades.

A pergunta que emerge é: até que ponto também as Cidades latino-americanas apresentam as mesmas características culturais e históricas? terão nascido segundo os mesmos processos? suas características de acumulação de riqueza e violência terão as mesmas raizes?

.2 - A sociedade industrial

R. ARON desfia cinco caracteristicas da sociedade Industrial: separação entre empresa e família, modo original de divisão de trabalho, acumulação de capital, necessidade do cálculo racional e concentração operária no lugar de trabalho. Ele mesmo analisa minuciosamente a noção de "econômico", para perguntar: "as cinco características citadas encontram-se tanto em uma economia soviética quanto em uma economia capitalista. Em que se baseiam as oposições? Ou ainda, em que consistem as diferenças entre as espécies de sociedades industriais?" (v.FORACCHI e MARTINS oc p 107ss 113).

Assim como a Sociologia Norte-Americana, a européia (no caso francesa) não tem outro parâmetro de comparação que ou ela mesma ou seu contrário, a economia "socialista" soviética. Mas não lhes escapa que o conceito de "sociedade industrial" tem seus limites. De um lado, ele estende a toda uma sociedade, como por exemplo à sociedade britânica, as características próprias do "urbano" (v OLIVEN p 28). Isto ou elimina ou falsifica o papel do Campo, como distinto da Cidade e tendo com ela relações a serem levadas em conta. Por outro lado o conceito de sociedade industrial acabou sendo "o causador do mito da sociedade industrial". (DAHRENDORF, em FORACCHI oc p 120s).

A critica de Dahrendorf à Sociologia centralizada na "Sociedade Industrial" chega à mesma conclusão já esboçada: "a Sociologia moderna da sociedade Industrial não é, na realidade, mais do que ideologia da camada burocrática e da pequena burguesia que denomina a si própria de 'classe média' e que domina muitas sociedades modernas; camada a que também pertencem os próprios sociólogos" (DAHRENDORF, em FORACCHI oc p 124)

A questão ideológica não se restringe pois, à supremacia real ou pretensa das culturas anglo-saxônicas, mas tem caráter que ultrapassa as culturas nacionais, e se dá, por outro lado, no seio das próprias culturas e nações. Ela acaba performando as 'convicções' dos cidadãos que, no dizer de Banfield, criam as convicções públicas e tomam, a partir delas, as decisões políticas.

.3 - A Cidade e o Campo na sociedade Industrial

Se a Sociologia francesa, de ARON, e a alemã de DAHRENDORF, têm dificuldades em reconhecer a validade das explicações tentadas para os fenômenos urbanos, como é que nós, Latino-Americanos, poderemos nos arranjar frente à nossa situação?

Mais uma vez, os primeiros caminhos tentados foram o da homogeneidade e continuidade evolutiva, desta vez não dentro de uma sociedade, mas entre América Latina, ou os paises pobres em geral, e a Europa ou a América do Norte. As questões a explicar são basicamente duas: de um lado, as semelhanças ou diferenças entre América Latina, suas Cidades, e o mundo Europeu ou Norte-americano, de outro lado o fato das mudanças sociais, seja como transformação de sociedades que mudam de feição histórica, seja como a mudança nos modelos de vida social dentro das várias sociedades.

O contexto já se delineou com a clareza possivel. Não é possivel compreender o "fenômeno Cidade" de hoje, a não ser no contexto em que se coloca: o capitalismo mundial, a forma nacional e local como ele se concretiza, e também o Campo. Falar da Cidade é falar de sua mãe, a sociedade industrial e urbanizadora.

Dentro dos muros da Cidade industrial, já detectamos algumas caracteristicas que se tornam nitidas ao serem contrapostas seja às do Campo, seja às de sociedades ou Cidades anteriores ao seu nascimento:

CAMPO - CIDADE PRÉ-INDUSTRIAL		CIDADE INDUSTRIAL
Hetero-	^	Mercado - Fortaleza
-nomia	^	Tribunal e direito próprios
-cefalia	^	Autocefalia
Pequenas instalações	^	Grandes dimensões
Edifícios habitacionais	^	Construção de fábricas
Ambiente natural	^	Poluição ambiental
Poucas exigências	^	Insuficiência infra-estrutural
População rarefeita	^	Aglomeração populacional
Núcleo familiar forte	^	Dissolução da família
	^	Novas relações inter-pessoais
	^	Novas relações inter-grupais
Pouco relacionamento	^	Interrelacionamento intenso
Pouca organização	^	Associacionismo
Solidariedade grupal	^	Falta de solidariedade
Relações primárias	^	Relações secundárias
Homogeneidade	^	Heterogeneidade
Dependência frente à Cidade	^	Independência frente ao Campo
	^	Dominação sobre o Campo
Controle social forte	^	Clima de liberdade
Cultura tradicional	^	Matriz de cultura da pobreza
Consciência ingênua	^	Consciência crítica
Comportamento tradicional	^	Comportamento racional
Comportamento espontâneo	^	Comportamento planejado
Comportamento mágico	^	Comportamento crítico
Identidade pessoal	^	Comportamento impessoal
Hábitos irrefletidos	^	Hábitos intelectuais
Cultura analfabeta	^	Cultura Letrada
Religiosidade intensa	^	Secularização

.4 - Uma nova pergunta

Não se trata de duas listas de características que oponham Cidade ao Campo, ou classe inferior e classe superior, mas que os diferenciam relativamente, pela preponderância que manifestam num ou noutro ambiente. Especialmente na sociedade industrializada muitas características se tornam comuns. Nem muito menos desejo cair na criticada concepção de um processo de progressão de um para o outro extremo.

Além disto, mais ou menos por fora destas listas, correm duas questões cruciantes: a "pobreza" da Cidade é mais ou menos grave que no Campo? Junto à pobreza, a violência, é mais forte num ou noutro ambiente?

Por outro lado, até o advento da Revolução Industrial, a Cidade era um prolongamento do Campo que a sustentava com alimentos e capital e foi o capital do Campo que criou as condições de possibilidade do surgimento de muitas Cidades. A avalanche de produção autônoma na Cidade e o agrupamento de pessoas ao redor das instâncias de administração de poder, associadas à acumulação de riqueza nas Cidades, terminaram por dar à Cidade uma nítida e decisiva predominância sobre o Campo. Muito recentemente é que estas relações sofrem ulteriores modificações.

Daí o sentido de uma questão colocada tanto para as populações rurais quanto para os pobres da Cidade: "Em que medida as classes dominadas participam da economia, da política e da cultura dominante?" (OLIVEN oc pg 39) Elas são marginais e portanto alheias, são causa, e portanto responsáveis pelos problemas, ou têm algum outro tipo de participação social?

Esta pergunta significa dois passos adiante: por um lado a questão deixa de ser ecológica, ou estrutural, e passa a dizer respeito às pessoas. Por outro lado, deixa de se voltar para os efeitos, ou seja as características da Cidade, e se volta para as causas e procura saber de onde vêm os processos que geram estas características. A

hipótese está em que este feixe de causas se pode encontrar no grau e na modalidade de participação dos cidadãos nos processos sociais

As caracteristicas da Cidade não são dons da natureza que se transmitem aos homens, nem unicamente reação cultural destes às imposições ambientais ou estruturais. Elas exprimem o papel que a Cidade tem nos processos da sociedade, seja quanto à produção, circulação e consumo de bens econômicos, seja quanto a consolidação, formulação e controle das regras de convivência politica, seja quanto à estabilização de atitudes e costumes práticos e intelectuais que perfazem a cultura. Seus problemas exprimem o papel que as pessoas, especialmente os pobres, exercem na sua vida econômica, cultural e politica.

2.3 emergência e relatividade da modernização

.1 - Do debate urbanista à Modernização

O tema da cidade leva, assim, a discutir novas questões:

Como compreender "o estado de desenvolvimento das sociedades mais adiantadas e o de subdesenvolvimento das sociedades mais atrasadas"? (OLIVEN oc 30) O primeiro esforço foi o de "explicar como as diferenças culturais entre várias sociedades seriam responsáveis pelas suas diferenças econômicas e sociais." (OLIVEN oc 30s). Foi esta preocupação que dinamizou também a tentativa de compreender a situação das "camadas mais pobres da sociedade urbana, ou os marginais" (PERLMAN oc 123)

Qual o papel da América Latina e suas cidades no contexto capitalista e mundial, qual o caminho de seu crescimento? Qual o papel que as populações pobres, no Campo ou na Cidade, desenvolvem nas sociedades transformadas pelo processo de Industrialização? Será este processo igual para as nações, e que relação há entre o papel dos pobres e os ricos, seja no nivel das unidades politicas, seja ao nivel dos grupos, seja no micro-nivel dos individuos?

Estas questões se enfeixaram, de inicio, na discussão a respeito da modernização, em cujo seio nasceu o que foi praticamente o primeiro grande esforço articulado de compreender a América Latina.

A Modernidade, no que diz respeito aos Estados Nacionais, se caracteriza por cinco traços: urbanização, alto nivel de cultura, industrialização, mecanização extensiva, mobilidade social. Quanto aos individuos, ela gera e exige comportamentos e modos de agir compatíveis com estas caracteristicas condicionantes. (v OLIVEN oc pg 30s e tamb,m BERGER, e BERMANN).

.2 - A Modernização

Chamo de Modernização o processo de "Emergência da Modernidade", como desenvolvimento destas caracteristicas. Segundo F. SANTOS, a Modernidade surgiu "na Europa Ocidental, em torno de 1500 (para escolher uma data redonda)", "com o colapso da assim chamada sintese medieval". "O epicentro do fenomeno foram as Ilhas Britânicas e os Paises Baixos. Dali a Modernidade começou a se espalhar como um furacão" (SANTOS, F oc pgs 157 e 158).

A Modernização se compreende como ideal absoluto de sociedade. Todas as pessoas e sociedades podem se modernizar e podem também ser classificadas numa escala de valores que se estende do pré-moderno, dito tradicional, ao moderno, ou racional. As sociedades ou pessoas que não se conformam a ela, exibem caracteristicas qualificadas de tradicionais ou não racionais e portanto são antiquadas e irrecuperáveis, pois a racionalidade é o cerne da Modernidade, e exclusividade sua (v F SANTOS pgs 31-40 157ss). O que não se moderniza perecerá, seja porque ela é critério universal de validade e sentido, seja porque ela avança irresistivel como um furacão, que arrisca provocar "uma crise coletiva de caráter desagregador, e de natureza adaptacional", pois trata-se de "uma corrente tão poderosa nos dias de hoje que desagrega as instituições, sacode e altera os nossos valores e faz secar as nossas raizes e fundamentos." (TOFFLER oc Introdução)

Frente a ela, o não moderno é irrelevante e caduco, enquanto "o pós-moderno recente parecerá o que deve parecer: chatice repetitiva e sectária, em meio a uma era atônita que perdeu, enfim, o contato com as raizes de sua própria modernidade" (HARDMAN, apresentando a BERMAN oc)

O estudo de Francisco A. Santos detecta "três atitudes frente à mudança sócio-cultural": "a atitude reacionária, a atitude revolucionária e a atitude liberal". (F SANTOS p 9)

A racionalidade pré-moderna é estudada por F. SANTOS segundo o método weberiano de tipos ideais: "São quatro tipos de 'virgindade cultural', de instâncias culturais irrecuperáveis, sendo que uma das ilusões românticas de nosso tempo é de que as possamos recuperar" (F SANTOS p 9) : "o animista; o monoteismo bíblico: Moisés; o racional pré-moderno I: Aristóteles; o racional pré-moderno II: O Escolástico" (F SANTOS oc p 5 13-40). A virgindade foi definitivmamente deflorada pelo espírito moderno.

O Modelo de Rousseau e Marx, assim como o Modelo neoweberiano são apresentados através da discussão de "vários dos aspectos dessas instâncias culturais irrecuperáveis" (F SANTOS p 9s)

.3 - Limites da visão modernizante

Os estudos mais diretamente voltados para a América Latina e o 3º Mundo perceberam que, onde houve contacto entre o processo de mundialização da Modernidade e outras matrizes culturais antropológicas, o resultado foi a formação de metrópoles modernas em rápido progresso, cercadas de periferias que crescem numericamente e se desenvolvem sempre mais 'à margem' da Modernidade.

Isto evidencia que, também na prática histórica, por mais 'aberta' e 'paciente' que seja (v F SANTOS p 31-40 e 157ss), a Modernidade não pode se identificar tão rigidamente com o desenvolvimento, como se a História humana fosse progressão linear e irreversível, de todo não-moderno em direção à Modernidade.

Criticando a ideologia da Modernização, OLIVEN aponta ainda o determinismo cultural, segundo o qual a racionalidade, identificada como dinamismo das idéias, determinaria o desenvolvimento puro e simples. Este determinismo força e superdimensiona a tese de Weber, segundo o qual entretanto uma forma religiosa de mentalidade influiu o desenvolvimento de um dado período histórico. Mais uma vez emerge o etno-centrismo das "ilhas Britânicas e os Países Baixos", visível sobretudo nos conceitos axiais da pesquisa social: dignidade, honra, acesso à cultura, uso de equipamentos, racionalidade epistemológica. (v OLIVEN oc p 31ss e BERGER oc p 75-85).

Ora, a questão colocada pelas cidades Latino-Americanas é exatamente a das maiorias marginalizadas, privadas da dignidade, da honra, da cultura, do acesso aos equipamentos, da racionalidade própria do moderno. Enfim, a própria teoria da marginalização não passa do lado avesso do MITO ideológico da Modernização (v PERLMAN).

.4 - Questão antropológica

Entretanto, vários passos foram dados em direção ao nosso objetivo de compreender o fenômeno cidade.

A questão da Modernidade levou a rever sob um prisma definido toda a história da Humanidade, especialmente do Ocidente, em que a Modernização veio ao mundo. Embora não absoluto nem único, este prisma percebe um caminhar macro-histórico, que pode iluminar nossos quotidianos passinhos de formiga antropológica.

Torna-se inegável uma certa ligação entre racionalidade, riqueza, produção de bens e de vida. A questão da pobreza ultrapassa a discussão de carência ou privação de bens e se torna um problema político, cultural e antropológico: que estatuto antropológico têm os povos e as culturas que a Modernidade ocidental marginaliza, esmigalha e ignora? Ser pobre, não ser moderno é não ser gente? O tradicional é ilegítimo, e o novo só se afirma e justifica com ser Moderno?

Consequentemente o progresso técnico emerge sob nova luz. Não se sobrepõe apenas a todo o resto, tido e desqualificado como prévio, mas se reduz às proporções de contribuição decisiva e definitiva entre outras, e portanto não absoluta.

Se a questão da Cidade já era formulada como Urbanização da Sociedade, a própria Urbanização, como dinamismo da Modernidade se coloca agora mais do que como problema de economia ou cultura. É uma questão antropológica. Os homens do futuro serão apenas os sucessores desta minoria modernizada hoje dominante, ou os filhos de todo o gênero humano ... ?

A Cidade Latino-Americana faz espocar uma série de desafios, lancetados não apenas pela emergência do Moderno, mas pela sua pretensão de absoluticidade, e pelos seus feitos desumanizadores de marginalização. Vamos ver, entretanto, como nasceu esta Cidade. □

3 A CIDADE LATINO-AMERICANA

3.1 - TRAÇOS HISTÓRICOS

Ao chegarem ao novo continente, os Espanhóis e Portuguêses encontraram civilizações e cidades muito diferentes entre si e, mais ainda, diferentes do que conheciam e traziam da Europa ibérica.

Não é casualidade histórica o fato de os espanhóis se referirem ao fato como "conquista" e os portuguêses falarem de "descobrimento". Ao longo da costa do Pacífico e nos vales da Cordilheira floresciam verdadeiros impérios, enquanto nas baixadas da costa atlântica viviam tribos seminômades armadas de arco e flechas com pontas de pedra.

.1 Dominação colonial (QUAL 24ss e 97ss)

O primeiro objetivo dos ibéricos era ganhar novos mercados assujeitando povos à dominação colonial. Colonizar significava explorar exclusiva e intensamente um mercado mantido por todos os meios sob domínio da Metrópole, abastecendo a população local com os produtos da própria manufatura. Foi o que começou em 1492 na parte destinada pelo "tratado de Tordesilhas" à Espanha, e em 1500 na banda oriental que coube aos portuguêses.

As cidades da costa pacífica e dos vales andinos eram centros administrativos e religioso-culturais de fortes organizaçes políticas desconhecidas dos ibéricos e bastante diferenciadas entre si. Seu dinamismo econômico era secundário, fraco com relação ao comércio exuberante do mercantilismo, e se articulava mais em feiras periódicas que em estabelecimentos estáveis.

A estratégia espanhola foi de enfraquecer os donos deste poder e tomar-lhes o lugar para dominar sobre os seus súbditos. Para alguns historiadores ainda é um mistério que os espanhóis tenham conseguido assujeitar tão aniquiladoramente os povos locais. Parece que nem mesmo a inaudita violência das armas explica suficientemente o fato.

Conquistado o poder, os espanhóis imprimiam imediatamente à cidade as características necessárias à dominação colonial. Ao fundarem cidades novas, desenhavam no espaço as formas padronizadas com que reproduziam as cidades da metrópole.

A estratégia portuguêsa, ao invés, foi de 'descoberta'. Abriam picadas na mata virgem deixando, em pontos estratégicos, grupos de pioneiros que apoiassem as 'entradas' e 'bandeiras', contendo a possível reação dos indígenas.

Em ambos os casos, desenharam nas orla marítima, centros portuários que abrissem o novo mercado à Metrópole, monopolizassem todo o seu movimento e mantivessem as novas cidades muito mais estreitamente ligadas à metrópole que à realidade em que eram implantadas.

O que interessava aos conquistadores, como aos descobridores era, nas primeiras décadas, a produção de metais. Por outro lado, a economia colonial só pôde começar onde já havia um processo anterior de urbanização e economia indígena, de tal maneira que, nos dois primeiros séculos o desenvolvimento urbano se deu quase só na faixa do Pacífico, desde o México e a Guatemala, até o Peru e o Chile, passando pelos vales da Cordilheira. O primeiro grande centro urbano foi a cidade de Lima, a que correspondiam florescentes centros espalhados pelas colinas. O Prata e a costa brasileira eram habitadas por grupos rarefeitos e desconhecedores de atividade comercial.

Pode-se dizer, pois, que as primeiras cidades Latino-Americanas "não nasceram", mas foram ou destruídas, ou conquistadas ou trazidas da metrópole (QUAL 21 35 103). Através delas o "modo de produção capitalista historicamente formado nos países ocidentais" se expandiu no espaço, penetrando nas sociedades e nações então existentes (QUAL 96s).

2 Dominação capitalista comercial

No século XVIII as Metrópoles ibéricas se enfraquecem frente às incursões dos piratas e ao crescimento da força inglesa. Tal decadência abriu espaço às guerras e declarações de independência política, que coincidem assim com o deslocamento do poder colonial, dos países Ibéricos para a Inglaterra.

Os grupos de poder formados dentro dos novos países tratam de reproduzir as relações sociais colonialistas e, o mais depressa possível, tratam de estabelecer relações com os novos senhores do ocidente. Os

produtos até então recebidos da Metrópole têm que ser produzidos aqui, o que enseja o nascimento da "indústria substitutiva", iniciada com capital local e pouca consistência técnica.

Para manter e desenvolver comércio local e com a Europa, os ingleses investem sobretudo na criação de uma rede de serviços e transportes, que promovem a interiorização da economia e criam novos centros urbanos. Começou assim um primeiro surto de modernização. Mas a "Modernidade" só conseguiu vingar onde a urbanização era inexistente e a economia fraca, ou seja, na costa atlântica, a começar da região do Prata e subindo, ao final do século XIX, pelo Brasil afora.

Desde o início da "Modernização" imposta, as culturas pré-existentes bem articuladas se fizeram respeitar como fator de resistência e sobrevivência dos povos.

As novas unidades nacionais modernizadas já nasceram subjugadas pela "dominação capitalista-comercial, [que se impunha] através dos termos de troca, procurando-se matérias primas abaixo do seu valor e abrindo novos mercados para os produtos manufaturados a preços acima do seu valor" (QUAL 97)

Sua forma espacial, suas redes de relações sociais, seus sistemas de valores e seu ritmo de vida econômica, política e cultural exprimem os moldes impostos durante a dominação cultural. Mesmo em condições de independência política, o que se expande é um processo de "urbanização dependente" (QUAL 97)

Já nesta segunda etapa se manifesta que as cidades Latino-Americanas constituem processos coerentes com o sistema global internacional. Não são momentos distintos de um desenvolvimento que avança linearmente, mas exprimem exigências do crescimento de uma "estrutura histórica", que assim as conforma segundo suas conveniências.

É, pois, neste segundo período do desenvolvimento das relações de dominação e dependência que o sistema começa a concentrar em determinados pontos do espaço grandes massas populares, acentuando o duplo desequilíbrio entre estas aglomerações e o "campo" circundante. Nestes pontos concentram-se quantidades sempre maiores de pessoas provenientes de várias regiões e raízes culturais. Neles criam-se condições de vida inéditas, a que os grupos populacionais reagem de maneira por vezes rispida, mas assimilam de maneira por vezes inesperada.

Comparando-se o crescimento das cidades européias e norte-americanas da mesma época - século XIX e início do nosso - percebe-se que há um descompasso entre o processo chamado de "Urbanização" e os avanços da "Industrialização". Algumas cidades do mundo rico nasceram e cresceram ao ritmo do crescimento industrial. A Industrialização condicionou também o crescimento dos centros que são as grandes metrópoles latino-americanas de hoje. A primeira entre elas foi Buenos Aires, a capital do Prata, a que se seguiram São Paulo e Montevidéu.

Mas o acorrer de grandes populações aos centros "urbanos" dos países dependentes é muito maior que o crescimento industrial, tanto do país quanto da região. Alguns analistas chamaram a isto "hiper-urbanização". Esta designação supõe que alguma cidade seja o modelo, ou a norma, ultrapassada por alguns centros, mas ao mesmo tempo não consegue fornecer o critério desta pretensa norma. A perspectiva da "industrialização dependente" responde melhor à pergunta levantada por este inchaço desmedido.

Em primeiro lugar, o final do século passado começou a produzir uma explosão demográfica que atingiu pesadamente as "megápoles" de hoje. Em parte foi crescimento dito "vegetativo", pela manutenção das taxas de natalidade e forte diminuição das taxas de mortalidade.

Principalmente, entretanto, deu-se a formação de fortes correntes migratórias, em que grupos crescentes são expulsos do campo e têm que procurar refúgio nos centros urbanos. Finalmente, tal crescimento não teria nada que pudesse parecer 'patológico', se houvesse, nas cidades, uma infra-estrutura suficiente de atendimento: emprego, serviços civis, seguridade, educação, condições de higiene e saúde. Tal infra-estrutura poderia existir e constituir-se em "atração" por parte da cidade, se o ritmo de produção industrial fosse o motor da urbanização. (v QUAL 103ss)

Os primeiros passos da industrialização se deram para substituir localmente os produtos que não se podiam importar da Europa. Os grupos de poder econômico dos países centrais substituíram então a mão de obra indígena ou negra, organizando a migração européia. No fim do período também esta é substituída pelas correntes internas de migração em direção aos centros urbanos.

Entretanto, o resultado deste processo é o mesmo já obtido no início por força das armas: destruição física e desintegração étnica e cultural da população. Não se trata, pois de excesso de urbanização, mas exatamente do contrário. As populações expulsas do campo através de inúmeros mecanismos legais ou ilegais, mas em todo o

caso destrutivos. encontram no espaço citadino uma deficiência crescente de condições urbanas de vida. A perda não atinge apenas dados materiais de elementos infra-estruturais, mas chega ao nivel da cultura e até da lingua. As pessoas que perderam as condições rurais de vida. não encontram condições urbanas na cidade. Porque "o crescimento produtivo e a infra-estrutura só se distribuem nas regiões que interessam à classe dominante e aos grupos estrangeiros ligados a ela; assim se erguem as bases do desenvolvimento espacial desequilibrado." (QUAL 130) É a "metropolização" como processo de formação de "regiões urbanas que tem função metropolitana no âmbito interno de uma sociedade dependente" (QUAL 40.130)

CARDOSO e FALETTO descrevem os mecanismos próprios deste "momento em que elas ascendem à categoria de metrópoles:

a) *expansão para fora*: "crescem graças ao impulso dinâmico da demanda externa"

b) *transição*: "a diversificação cria bases para o fortalecimento dos setores médios e burguesia";

c) *consolidação*: "mediante participação dos setores médios e da burguesia no sistema dominação, e industrialização;

d) *internacionalização do mercado*: "vinculação com as economias dominantes" (QUAL 129)

Estas novas metrópoles já foram técnicamente chamadas cidades 'primazes'. Nelas incha o fenomeno de populações que vivem fora do circuito urbano, ainda que no espaço da cidade, constituindo um verdadeiro processo de marginalização ecológica. Nas cidades que sofreram por primeiro o impacto da colonização, as condições prévias de cultura resistiram a este crescimento. Nas cidades produzidas neste segundo período, as da costa atlântica, a aceleração se deu mais tarde, como vimos, mas de maneira mais veloz.

"O aumento do emprego no setor secundário só é responsável por uma parte do crescimento urbano, sendo caracteristico deste periodo o crescimento desproporcional do setor terciário (em grande parte reserva de desocupação disfarçada). A industrialização reforça nitidamente os setores urbanos existentes estimulando, ao mesmo tempo, juntamente com o desenvolvimento do transporte rodoviário a extensão das redes de caminho de ferro, a estruturação dos espaços nacionais." (QUAL 133)

O crescimento desproporcional do setor terciário, que é realmente em grande parte reserva de desocupação disfarçada, recebeu nos vários paises designações originais e distintas: villas miseria, callampas, barriadas, favelas, jacales, construcciones paracaidistas, cantergriles.

Estas unidades populacionais é, que levantaram o problema e constituem a grande preocupação sob todos os aspectos. A grande quantidade de estudos sobre este fenômeno teve que abandonar cedo a idéia de "marginalização". De fato, esta interpretação supunha que "cidade" era apenas a faixa habitada pelas classes dominantes ou ligadas a elas, e que só teria caráter "urbano" o que lhes dissesse respeito.

Acontece que a migração interna inverteu as proporções demográficas. Já na década de 60, 73.7% dos habitantes da Argentina eram população urbana. Também Colombia, Chile, México, Uruguai e Venezuela já tinham mais da metade da população vivendo em aglomerados urbanos. Em 80, acrescentam-se Brasil, Cuba, Equador, Panamá e Paraguai. Além disto, os indicadores sociais de distribuição da renda e acesso a serviços e bem-feitorias urbanas mostram que é também mais da metade do total a população expoliada ou excluida.

Por um lado, a designação de "marginalidade" tem razão de ser, dado que esta faixa populacional é colocada à margem da produção de bens e serviços. Por outro lado, ela tem duas conotações incorretas: a de ilegalidade ou ilegitimidade e a de estarem "fora do processo social".

O importante torna-se, na ótica da "teoria da dependencia" resgatar a legitimidade do esforço destas populações e perceber que não estão "fora" do processo, mas são resultado dele.

.3 Primeiros surtos de industrialização

Em 1930 a crise econômica da Europa abriu uma brecha complementada quinze anos mais tarde pela segunda guerra mundial. A América Latina teve oportunidade e necessidade de ousar uma indústria própria, mais além da substituição de bens antes importados.

Reconstruida a Europa, o capital dominador inaugura depois dos anos 50 a "Dominação imperialista industrial e financeira, através de investimentos especulativos e da criação de indústrias locais tendendo a controlar o movimento de substituição de importações, seguindo uma estratégia de lucro adotada pelos trustes internacionais sobre o conjunto do mercado mundial." (QUAL 97)

As relações entre o campo e a cidade se mostram particularmente complicadas e complexas. Complicadas porque se multiplicam as correntes migratórias e os grupos de migrantes. Complexas porque se diversificam sempre mais as múltiplas relações entre as duas faces do processo de "Urbanização" (urbanização e campo).

A urbanização significa para o campo invasão de equipamentos, de relações e valores oriundos da cidade, expropriação de produtos e características culturais 'típicas', esvaziamento populacional e expansão ideológica, com consequente aprofundamento da situação de dependência. Se, da Idade Média até o século passado, o campo produzia o de que a cidade precisava, agora o campo necessita da cidade para poder produzir, e o produz crescentemente com meios e procedimentos citadinos. O alimento, por exemplo, não é produzido no interior e levado à cidade, mas sempre mais produzido nos "cinturões verdes" e comercializado pelo campo afora, cabendo ao campo a produção de insumos a serem industrializados segundo decisões tomadas na cidade.

Por outro lado, a aglomeração nas cidades não significa aumento de oportunidades ou de níveis de emprego na produção, que é chamada de setor "secundário". Ao invés, vem crescendo sempre mais o setor chamado "terciário", que engloba tanto a oferta dos serviços infra-estruturais, elementares, os burocráticos e financeiros, quanto as atividades informais e as ocupações que caracterizam o desemprego disfarçado ou o emprego fictício: empregadas domésticas, camelôs e biscateiros, artistas de rua...

As sociedades que viram crescer desmesuradamente certas cidades, viram também chegar ao país quantidades crescentes de capital metropolitano. Os "terms of trade" do comércio da fase anterior se aplicaram agora aos empréstimos e investimentos estrangeiros e transnacionais. Apesar de todo o ouro carregado da América Latina, a par do couro, da madeira e do açúcar, o capital se viu sempre como fonte única da industrialização latino-americana e intensificou, com instrumentos mais sofisticados, tanto as relações internas geradas pela dependência, quanto as relações externas, de desapropriação da riqueza, transformada em moeda.

Com a industrialização, o processo de Urbanização se valeu também da maior inovação técnica do século: o aparelho da "Comunicação social", que bem rápido será potencializado pela informatização.

.4 O impacto das novas tecnologias

Desde a invenção do micro processador, em 1972, já foram produzidos 30.000 em 1973, 250.000 em 1975, 10 milhões em 1977, 200 milhões em 1981 e 1 bilhão em 1988. Dizem que no ano 2000 serão utilizadas 10 vezes mais tecnologias que em 1990 (LESTIENNE TL 6). Esta invenção acelerou o ritmo de invenções e utilizações, provocou possibilidade de cruzamento entre as tecnologias e acumulação de seus efeitos.

As novas tecnologias tornaram-se "um sistema, quer dizer um grande conjunto complexo, estável e que evolui, de partes distintas e articuladas, autônomas e interdependentes, necessárias uma para a outra" (LESTIENNE TL 2)

Já é um número tão grande de invenções, que dificilmente se pode falar de parte significativa delas. Costuma-se agrupá-las em seis setores: Micro-eletrônica, Opto-eletrônica, Informática e Telecomunicação, Novos materiais, Biotecnologias e Domínio da energia. Elas são uma verdadeira mola do mundo atual, um fenômeno novo e fascinante, que atinge de maneira ampla e profunda todo o planeta e crescentes setores do espaço, provocando mudanças e transformações sempre mais rápidas em todos os setores da vida humana. (LESTIENNE TL 2-8)

Seu desenvolvimento se gestou durante as quatro décadas e meia da "guerra fria", tornou obsoletas as fronteiras nacionais - facilmente ultrapassáveis pelas ondas sonoras e luminosas como pelas engenhocas 'invisíveis' que os Americanos usaram no Iraque - e "internalizou" o processo de modernização dos países dependentes.

Naquele contexto, os países periféricos, para safar-se do subdesenvolvimento - ou seja, da dependência - tentavam fortalecer o próprio Estado, politizando assim a questão econômica. Concomitantemente, e não sem auxílio das novas tecnologias, a expansão da economia dos países centrais se acelerou e se tornou questão política: quem mais se expandisse e mais rápido progredisse ganharia a parada.

Até então, a Modernização induzida já havia provocado desorganização das sociedades ainda "tradicionais" do "Terceiro Mundo". Agora o processo se universaliza, apaga as diferenças culturais e força também os países pobres a acertarem o passo. Para isto, são obrigados a recorrer à "ajuda" financeira dos ricos, ainda que fazendo concorrência entre si (v VIANNA 4).

As consequências são pois de três ordens: os pobres ingressam definitivamente na "geléia geral" dos países, tornados semelhantes pelos mesmos processos produtivos e de comunicação, têm que recorrer sempre mais aos países metropolitanos para obter as crescentes massas de financiamentos que se tornam necessários

para sustentarem o passo na corrida desenfreada, assujeitam-se assim sempre mais subservientemente aos ditames dos órgãos internacionais de exercício do poder econômico-financeiro. Muito mais que antes, a questão da dependência se tornou um complexo de relações internas entre as classes e setores das próprias sociedades, dado que as fronteiras nacionais perdem totalmente o sentido. Alguns analistas falam no "fim da nacionalidade moderna". Os países do Leste Europeu ressuscitam as etnias, enquanto os do ocidente se transnacionalizam na economia. A situação exige, portanto, uma superação da "teoria da dependência". Os parâmetros são outros.

Sob os três aspectos, a "Urbanização" se torna mais acelerada, e mais ainda desfavorável aos grupos populacionais aglomerados nas periferias e favelas citadinas. O único freio ao crescimento demográfico desmesurado tem sido a campanha informal de castração feminina através de distribuição gratuita de remédios, intervenções cirúrgicas, exigência de ligadura para obtenção do emprego. Tal fenômeno se constitui numa limitação de natalidade mais eficaz que campanhas anti-natalidade realizadas durante décadas em países superpopulados como a China e a Índia. Por outro lado, ao alastrar-se da AIDS colocam-se óbices na medida em que já ameaça indistintamente a todas as classes, enquanto o combate à cólera, à dengue e a outras enfermidades próprias de ambientes pobres mal e mal sai dos planos e projetos e quem morre são os pobres.

Durante a época da bipolarização entre Ocidente e Oriente, cada um dos dois blocos tinha a pretensão de incorporar a todos nos benefícios da sua missão histórica. Hoje vivemos uma fragmentação regional: a comunidade econômica européia, sob hegemonia alemã; a asiática, sob a hegemonia do Japão; a americana, sob hegemonia dos EUA; e, provavelmente, uma assemelhada à grã-Rússia de outrora, sob hegemonia dos eslavos russos.

Institui-se um condomínio dos países ricos na administração do mundo, senhores dos recursos econômicos e militares, e hegemônicos nos organismos de jurisdição internacional. A imensa concentração de riquezas e do trabalho social que se deve seguir a esta nova forma de divisão internacional do trabalho, inevitavelmente produzir um desenvolvimento em flecha das forças produtivas materiais, principalmente através da introdução massiva da ciência e da tecnologia na produção, ainda mais acentuando as disparidades entre países ricos e pobres, estes últimos convertidos em mercado consumidor e reserva de valor estratégico para os primeiros." (VIANNA 5)

As consequências para as multidões pobres das cidades já se fazem sentir: aceleração da queda do nível de vida, intensificação do êxodo rural frente à concentração e tecnificação do campo, diminuição das possibilidades de emprego, desmonte da infra-estrutura de atendimento à saúde, educação, seguridade, segurança, transporte e comunicações.

"Para os países periféricos, ... essa redefinição do sistema da ordem no mundo vem soando como um dobre de finados para as suas esperanças de vencer o subdesenvolvimento e a exclusão social das massas mobilizadas e incompletamente incorporadas à sociedade urbano-industrial." (VIANNA 5)

Concentrado nas aglomerações urbano-industriais, este processo modernizador, ao universalizar-se, limita seus benefícios a espaços privilegiados. VIANNA sugere a qualificação de um verdadeiro apartheid entre as nações, concluindo "que, à base deste modo de produção, ao menos na sua configuração atual, não se vai constituir uma ordem internacional estável, nem favorável à paz e a critérios de justiça." (VIANNA 5)

E se pergunta: "o que se pode esperar de um papel para a Europa na nova ordenação do mundo, dominada como está pelo localismo privatista, pelo particularismo étnico e religioso e pela política de exclusivo nacional, do que são exemplo as atuais perseguições aos pobres do mundo que para ela acorreram, convocados nos anos sessenta pelo seu mercado de trabalho e para nele desempenharem as funções mais insalubres, vis e mal pagas?" (VIANNA 5s)

3.2 - ESTRUTURAS 'DE DEPENDÊNCIA'

Quando se diz que as "formações sociais" da América Latina são dependentes, não se está falando apenas de uma dada rede externa de relações econômicas.

"Uma sociedade é dependente, quando a articulação de sua estrutura social, ao nível econômico, político e ideológico, exprime relações assimétricas com uma outra formação social que ocupa, perante a primeira, uma situação de poder. Por situação de poder, entendemos o fato da organização das relações de classe na sociedade dependente exprimir a forma de supremacia social adotada pela classe no poder na sociedade dominante." (QUAL 96 trecho em itálico no original).

A dependência 'externa' cria dentro das sociedades dependentes uma rede estrutural de relações culturais, sociais, políticas e econômicas, através das quais a classe dominante da 'metrópole' exprime e reproduz seu poder. Para isto ela conta com a colaboração das classes dirigentes locais, que orientam seus interesses pelas diretivas vigentes na metrópole, e não pelas necessidades próprias da população e sociedade local. □ (teoria da dependência)

Nas sociedades dependentes, às vezes chamadas de "associadas", "o conjunto do sistema produtivo reorganiza-se em função dos interesses da sociedade dominante. Nessas condições é lógico que o sistema econômico interno seja 'inarticulado' ou deformado. Essa 'incoerência', porém, é somente o resultado de uma rede econômica perfeitamente coerente, se se examinar a estrutura social no seu conjunto (sociedade dominante e sociedade dependente)." (QUAL 100)

Se antes da colonização os grupos humanos que viviam no continente eram totalmente diversos e bastante isolados entre si, se as condições ecológicas, étnicas e culturais ainda marcam de maneira inegavelmente distinta povos tão divergentes quanto os tipos europeus da costa sul-atlântica e populações nitidamente indígenas dos altiplanos andinos e baixios amazonenses e centro-orientais, não é menos visível que esta dependência se constitui num forte traço e laço de unidade entre as formações sociais do Continente.

"Efetivamente, as formações sociais existentes na América Latina antes da penetração colonial ibérica foram praticamente destruídas e, em todos os casos, desintegradas socialmente durante a conquista. ... A evolução posterior do conjunto e a sua progressiva diversificação interna resultam de diferentes articulações regionais da metrópole, assim como da reorganização das relações de força entre os países dominantes: substituição da dominação espanhola pela inglesa, depois, pela americana. As relações político-econômicas 'privilegiadas' da América Latina com os Estados Unidos reforçam uma certa unidade de problemas e fundam a trama das forças sociais em transformação". (QUAL 103.104)

A relação entre Urbanização e Dependência pode ser descrita em três passos, segundo Luiz PEREIRA:

1. O crescimento acelerado das aglomerações deve-se a dois fatores: a) o aumento da taxa de crescimento natural, tanto urbana quanto rural; b) a migração rural-urbana" (QUAL 99)

Este duplo dinamismo acarreta mudanças na estrutura social, no comportamento, no sistema de valores e na estrutura familiar. Por algum tempo, uma certa ideologia de liberalismo nos fazia acreditar que as pessoas são agentes históricos livres. Parecia que elas vêm para a cidade por uma decisão própria, e aí empreendem uma reorganização da personalidade para se tornarem aptos a controlarem a situação. Tal critério torna impossível compreender a complexidade das situações criadas pela urbanização, gerando assim a impresssão de incoerência.

Os critérios e dinamismos desta reorganização pessoal e coletiva encontram-se, muito mais, nos interesses da sociedade dominante. "Nessas condições é lógico que o sistema econômico interno seja 'inarticulado' ou deformado. Essa 'incoerência', porém, é somente o resultado de uma rede econômica perfeitamente coerente, se se examinar a estrutura social no seu conjunto (sociedade dominante e sociedade dependente)." (QUAL 100)

2. ● segundo passo está em que "a urbanização dependente provoca uma superconcentração nas aglomerações (primate cities): uma considerável distância entre essas aglomerações e o resto do país e a ruptura ou a inexistência de uma rede urbana de interdependência funcionais [funcional] no espaço." (QUAL 101)

A distância se dá principalmente na densidade demográfica. Por vezes a cidade "primaz" atinge o triplo de habitantes da segunda colocada... Quanto à rede de interdependência, pode-se ver pela rede de transporte e comunicação, extremamente precária entre bairro e bairro, perfeitamente funcionante entre o centro urbano e o exterior, seja por telefone, por fax ou avião.

3. Enfim....a estrutura interecológica das grandes aglomerações" se caracteriza "pela justaposição, à primeira população urbana, de uma crescente massa de população não empregada e sem função precisa na sociedade urbana, depois de ter rompido os seus laços com a sociedade rural." (QUAL 101)

É justamente desta desorganização ou reorganização do comportamento, ou desta falta de função precisa na sociedade urbana, depois de ter rompido os seus laços com a sociedade rural, que pretendemos falar, ao nos referirmos a uma "cultura da dependência".

3.3 - CULTURA DE DEPENDÊNCIA

A insistência no fator econômico, que no capitalismo é predominante, e no conjunto do "modo de produção" não pode levar à suposição mecanicista de que tudo resulte da economia. Migração, comportamentos, valores e estruturas de sociedade são fatos e processos sociais. O que a urbanização quebra e a Metropolização esmigalha são as condições em que podem sobreviver as caracteristicas rurais do comportamento, do relacionamento pessoal e grupal, dos sistemas de valores (QUAL 99).

Ainda mantendo as criticas feitas à ideologia da marginalização, o conceito que ela articula é útil para compreender a questão da cultura, que já não chamaremos "da pobreza", embora seus agentes sejam os pobres, mas sim "de dependência", porque seu mecanismo gerador não é a pobreza, mas a dependência econômica, cultural, politica ...global.

QUIJANO sugere um roteiro para compreender como se desenvolve este tipo de cultura. Em primeiro lugar, a estrutura de mercado não oferece condições para que os migrantes possam "incorporar-se de maneira estável e consistente na estrutura de papéis e posições da nova sociedade urbana que emerge com a industrialização" (QUAL 49)

Além disto, os tipos de atividade produtiva que conhecem tendem a desaparecer, suplantados pela tecnologia. Em conseqüência disto, a população cresce mais depressa do que a capacidade de dar-lhe emprego e condições de vida. Por um lado, o crescimento industrial ainda é de fato débil. Entretanto, isto acontece também em paises e regiões em que o estágio de debilidade inicial já foi superado, como no Brasil, Argentina, México e Chile (v QUAL 50), o que reforça a tese de que o problema está no caráter de dependência.

Do ponto de vista da dependência externa, a nascente indústria destes países vem sendo crescentemente transferida para grupos e redes monopolisticas estrangeiras, cuja capacidade tecnológica acelera a produção sem intensificar a absorção de mão de obra.(v QUAL 5)

Acrescente-se o crescimento demográfico, devido à queda da mortalidade. Crescem os grupos populacionais, mas diminui sua possibilidade de enfrentarem o mundo urbano com os sistemas culturais próprios do campo. O desenvolvimento econômico "afeta drasticamente a estrutura da economia dessas zonas rurais, desarticula-a em muitos aspectos", (QUAL 52) e são muito pequenas as possibilidades de desenvolver processos de reajuste às novas condições de produção e relacionamento. Por isto, as levas de migrantes rurais são literalmente jogados fora das estruturas ocupacionais: estas são pequenas, são estranhas, não tornam possivel a adaptação, não toleram diferenças. Fora da rede produtiva, a população continua se reproduzindo, sobrevivendo, e realimentando o processo.

Os elementos em combinação são pois seis: industrialização dependente, desenvolvimento débil, altas taxas de crescimento demográfico, atraso econômico rural, desintegração econômica do campo e processo de urbanização mais rápido que o desenvolvimento econômico.

Culturalmente esta máquina age fazendo penetrar no campo padrões de valor urbanos. Ela conta, para isto com eficiente aparato de difusão, que encontra na tendência à imitação terreno fecundo para a imposição de padrões de consumo. Consumir, entretanto, não é apenas usar e jogar fora. Implica em conteúdos e orientação das aspirações, em normas de relações grupais e intergrupais, em novos esquemas de valores. Os grupos dominantes promovem cuidadosamente a vinculação destes novos padrões às exigências do mercado internacional. A "internalização da economia" de que se falou acima é em última análise isto: os barracos mais miseráveis nos bairros mais afastados ostentam com orgulho propaganda de luxuosos e supérfluos produtos de monopólios transnacionais. (v QUAL 49-53)

Entretanto, a força da dependência não está na pujança do processo de industrialização. Se o fosse, o campo lhe escaparia em momentos de recessão e crise. Mais que o vigor da industrialização, o dinamismo da dependência é "o retrocesso dos niveis de vida no campo, como consequência da deterioração da estrutura econômica do campo sob o impacto e as exigências da economia urbana". (QUAL 56)

Este processo atinge, entretanto a profundidade "cultural" porque "enquanto que antes os marginalizados constituíam grupos dispersos e isolados, atualmente vão se desenvolvendo como todo um estrato que atravessa o corpo inteiro da sociedade" (QUAL 56)

Finalmente, a cultura "de dependência" se origina de um múltiplo e violento processo de desarticulação cultural, a que as populações previamente lançadas à margem do processo de urbanização respondem com os elementos de que dispõem, criando as condições de que necessitam para sobreviver.

A conclusão de QUIJANO é forte:

"A cultura dependente resulta da pressão combinada de mecanismos externos e internos de influência sobre a população da sociedade, especialmente dos centros urbanos de maior desenvolvimento, para abandonar a sua própria cultura antes de ter tido tempo de interiorizar a que se produz e vende no complexo de produção e de mercado industrial. No fundo, equivale à situação lingüística de certos países latino-americanos colonizados na atualidade, onde amplos setores da população esqueceram a sua própria língua antes de terem tido tempo de aprender a outra. Isto é um processo de alienação cultural, da qual se alimenta a voracidade mercantil dos monopólios internacionais e a perversão da consciência nacional" (QUAL 57)

Sobre a desorganização econômica, política e cultural imposta às populações latino-americanas pelas estruturas de dependência, o impacto da aceleração tecnológica exerce papel ainda mais radical.

3.4 O FENÔMENO "CIDADE LATINO-AMERICANA"

.1 - caracteristicas

a - Raizes dos condicionamentos

A raiz dos traços distintivos das cidades Latino-Americanas, como Metrópoles dependentes, pode ser resumida em cinco pontos:

"* população urbana sem proporção condizente com o nivel produtivo do sistema;
* ausência de relação direta entre emprego industrial e urbanização, mas ligação entre produção industrial e crescimento urbano;
* forte desequilibrio na rede urbana em beneficio de uma aglomeração preponderante;
* aceleração crescente do processo de urbanização;
* falta de emprego e de serviços para as novas massas urbanas e, conseqüentemente, reforço da segregação ecológica das classes sociais e polarização do sistema de estratificação no que diz respeito ao consumo." (QUAL 115s)

Estes elementos se conjugam e terminam por condicionar de maneira predominante o comportamento dos habitantes da cidade. Entre estes concentramos nossa atenção sobre os 'pobres', pelo fato de que neles se manifestam evidentes as caracteristicas do sistema dominante. Além disto são a maioria.

Ao se sentirem impactados pela urbanização, os "marginalizados" respondem com os elementos culturais que ainda resistem e lhes fornecem perspectivas de dar respostas inéditas a situações novas. O processo de estabilização e aprofundamento das novas maneiras de agir acaba atingindo a profundidade de novas formas culturais. Por isto a cultura que surge nem é resultado mecânico da imposição econômica, nem cópia imitativa dos padrões impostos, nem resposta ativa e estabilizada à invasão de novidades, nem revolta pura e simples. Por outro lado, as respostas populares tendem a ser a resposta de todos.

As classes médias têm como modelo ideal os padrões de vida da classe hegemônica, mas estão sendo sempre mais reprimidas e afastadas deste ideal. Têm de recorrer então aos modelos populares que ainda não abandonaram.

A observação de populações de periferia sugere três aspectos a serem considerados: as respostas populares revelam uma cultura invadida, que é muito visivel como cultura da rua. Nela se abrigam lembranças e perspectivas das culturas dos povos.

b - Uma cultura invadida

Não pretendo ser válido para toda a América Latina, mas a caracteristica fundamental comum de dependência radicalizada pelo impacto das novas tecnologias me autoriza a formular algumas observações.

A pressão consumista e de clichês sociais internaliza nas massas o mundo de valores e os modelos de relacionamento próprios das estruturas globais de dependência. O primeiro passo desta estruturação foi o colonialismo. Ele deixou profundas marcas no jeito dependente de ser.

O comércio cultural não produz, consome, não cria, aproveita e usufrui o que encontra já pronto. A estrutura comercial dos paises dependentes insiste sempre mais na exportação como meio de obtenção de divisas. Por outro lado, inunda os mercados de produtos consumidos no mundo inteiro, desde refrigerantes até sapatos e cosméticos.

Se o importante é consumir e usufruir, a eficiência e a eficácia servem apenas de fachada "pra inglês ver", como ficou na memória cultural do brasileiro. Não se trata de espírito enganador, mas de mecanismo de defesa perante imposições, que se aproveita de limitações culturais do invasor dominador. Aí pode se encontrar uma dimensão do sucesso que têm os brinquedos eletrônicos: eles exigem apenas espertesa e respostas, sem que o jogador tenha que produzir alguma coisa. Satisfaz à necessidade de ação, e ao mesmo tempo não produz absolutamente nada - embora digam que suas características dinâmicas estimulem neurônios ainda inaproveitados do cérebro humano.

A eficiência de fachada tem outro ângulo. A vida social é feita de encontros e diálogos. Agredido pela prepotência do dominador, o ser humano "dependente", sem forças para conseguir o que almeja, aprende nova forma de negociar seus objetivos. Negocia na fachada, mas no fundo procura tirar algum tipo de vantagem e proveito, desde que não pode atingir mesmo o seu objetivo. A sociedade brasileira foi, mais que as outras sociedades latino-americanas, construída a partir do telhado, com a chegada de centenas de cortezãos fugidos com o rei D João VI. O sistema de favores da corte passou rapidamente para o comportamento popular, e o que no mundo ocidental vale como 'negociação' se transforma em especulação e arte de contrabando (v QUAL 23).

Assim sendo, a burocracia - com todos os predicados que lhe reconheceu Weber - é um conjunto de mecanismos profundamente radicados nas culturas invadidas. Desde os primeiros dias da colonização, o povo está acostumado a ver no Governo o distribuidor de benefícios aleatórios, enquanto este se compreende como proprietário dos bens públicos e se comporta como agência burocrática dos interesses da classe dominante.

Nestes termos, o uso da racionalidade não coincide propriamente com as luzes do iluminismo. A razão centro-européia de hoje não se radicou nas matrizes ibéricas das culturas que nos foram trazidas, e, além disto, encontrou aqui povos mais distanciados ainda da "ilustração". A contribuição africana robustece a maneira como a racionalidade epistêmica é recebida e trabalhada. Descolada da emocionalidade, a razão não tem motivos para ser eficiente; a eficiência indígena e africana tem que ser quente, e ainda não formalizou as estruturas frias de decisão e execução. Aprendemos a praticar a racionalidade sem emoção no planejar sem exigência de execução, no formalismo de leis das quais não se espera força factual.

Finalmente, na sociedade dependente, o critério do saber e do fazer não são a verdade e a honestidade, mas os interesses do poder hegemônico e da sobrevivência perante suas pretensões. O poder do dominador impõe. O do oprimido sobrevive. Neste clima alimentam-se a mentira funcional, o espírito quebra-galho do "jeitinho".(v. B LEERS, O jeitinho Brasileiro, Vozes)

c. - Cultura da rua

O "povo da rua" não é nem raridade nem excrescência. No seu fazer espelha-se a justiça e coerência das matrizes culturais. Os "meninos de rua" se comportam como os navegadores ibéricos recém-chegados: "o que está aí é nosso". O que não tem dono é meu. O que está na rua é do povo da rua. Atualizam sem tirar nem pôr o princípio teológico moral que regeu a descoberta e conquista: Res nullius, primi possidentis.

Nenhuma destas características é propriamente positiva ou negativa. São aprendizado induzido, como são resposta original. São reação de protesto, como são reprodução inconsciente do que se odeia. Nesta perspectiva também a violência do colonizado é parte de sua medula cultural. A colonização é uma violência, e desta violência de quatro séculos e meio nós somos filhos. A violência colonizadora é brutalmente gratuita, e só tem como razão o direito auto-outorgado de expoliar. A violência do colonizado é aprendida, como é reação, é invenção original, como é identificação do agredido com o agressor.

d. - Cultura "dos povos"

Nas cidades, os grupos populacionais "pobres" não são nem comunidades portadoras de uma cultura 'indígena', 'negra', ou 'popular', nem propriamente "exércitos de reserva" da indústria. Negros e índios foram desenraizados e cooptados.

Não são aquilo de que sua cultura precisaria para se desenvolver como tal, porque não podem escolher nem o onde nem o como nem o quando se manifestar e desenvolver. Apresentam em alguns casos resíduos ou tentativas de sobrevivência ou reviviscência cultural.

Não são armazenamento de mão de obra barata em oferta no mercado industrial, porque não há parques industriais capazes de assumi-los e prontos a fazê-lo a qualquer conjuntura. A diminuta parte de populações pobres que constituem tal exército é afogada pelo crescimento demográfico proveniente de imigração culturalmente indiscriminada mas economicamente funcional.

De fato o fluxo rural-urbano de migração urbanizadora não se dá nem por força de exigências da cultura, nem de maneira conforme a características culturais, mas de maneira estruturalmente imposta e funcionalmente tolerada pelas necessidades conjunturais e espaciais do sistema. O que acontece é que tais grupos populacionais não são esvaziados totalmente nem de dinamismo cultural nem de dinamismo econômico próprios, pelos quais não apenas sobrevivem na e contra a imposição, mas lhe imprimem suas características e exigências.

Interrogados da razão de seu migrar, darão ou as respostas aprendidas ou as que lhes parecerem boas para sua sobrevivência. Detectar os motivos da migração custa uma análise mais profunda. É grande a discussão teórica em torno de duas questões bastante práticas: é mais profunda a pobreza no campo ou na cidade?, as populações marginalizadas são politicamente inertes, quiçás conservadoras, ou apresentam potencialidade radical revolucionária?

Quanto à renda, que constitui certamente um atrativo ao menos aparente: "Se a renda urbana per capita, apesar da sua precariedade, é geralmente mais elevada que a renda rural, a capacidade de consumo real diminui bastante nas cidades, na medida em que o consumo direto de produtos agrícolas se faz raro e em que toda uma série de novos postos se ajusta ao orçamento (transporte, em particular), sem considerar o consumo supérfluo induzido por uma economia de mercado em via de afirmação" (QUAL 99)

Quanto à posição política, penso que se fazem valer como são. Mesmo no protesto contra o que sentem como injusto, o critério não é a verdade ou a ordem social, mas a relação de afeto e o objetivo de sobreviver. O critério de quem domina é o poder, o de quem é subjugado , a sobrevivência. A busca do favor não é mera bajulação, e o voto é verdadeiro ato de gratidão e fidelidade, artimanha de sobrevivência.

.2 - DESAFIOS da cidade latino-americana

- *Ideologia*
- *Desarticulação cultural*
- *Sede misticista e pluralidade religiosa*
- *A classe média*
- *Violência*

a. - Desafio

A palavra desafio entrou na nossa maneira de falar pela porta da nossa cultura dependente. Não temos coragem de enfrentar o erro, que é mais poderoso que nós. Então procuramos um meio de sobreviver derrubando-lhe as defesas. Nas antigas avaliações falava-se em pontos positivos e negativos. Além de não fornecer a causa ou o critério de bondade ou maldade, tal comportamento acabava não enfrentando os erros. Então passou-se a falar de avanços e recuos, de passos e impasses.

Entretanto, o "desafio" tem algo de mais dialético e dinâmico. Um desafio se articula em seis elementos: Um sujeito desafiador, um sujeito desafiado, uma tarefa a ser cumprida, uma dificuldade a ser superada, um motivo real ou presumido para assumir o desafio, e o objetivo real do desafiante. Nossas avaliações pastorais costumam, entretanto, misturar numa única palavra qualquer um destes sentidos...

Compreendo por motivo real para assumir os desafios, o objetivo a que chamamos "Evangelização", independentemente aqui da maneira como a possamos definir. O sujeito que nos desafia à Evangelização é o mesmo sujeito que desafia a inteligência dos estudiosos sociais. É nos pobres que o peso da cidade imprime suas vergastadas. É nele que se verificam ou não os critérios de vida do Evangelho: vida em abundância, e para todos. Não Evangelizamos "contra" alguém, nem como concorrência, mas para todos. Quem nos desafia não é uma entidade mágica, nubilosa, a cidade, mas uma realidade humana concreta e quotidiana, a realidade do pobre.

A tarefa a ser cumprida é a Missão Pastoral nos moldes que possamos especificamente definir. Fica claro que nos compreendemos, então, como os desafiados. Resta-nos definir os obstáculos a serem vencidos.

b. - A Ideologia

O primeiro é o das ideologias que ou derivam da aliança consciente ou inconsciente com o dominador, ou exprimem irrefletidamente o que deles aprendemos ou o que eles exigem de nós. São ideologia a visão da sociedade centrada na Religião, a confusão entre Religião e Fé, as Ideologias da Modernização e da Marginalização, as ilusões do liberalismo inconsciente, a Opção fundamental de vida, contra ou a favor dos interesses do Pobre.

Ideologia não é sinônimo de falsidade, mas designa um nível de racionalidade no ver, julgar e agir. O que é ideologia não é necessariamente falso, e não é possível observar, discernir, atuar, sem uma ideologia. O critério da

ideologia é o poder, dominador ou contestatário, e não a verdade ou honestidade. Seu papel é possibilitar de maneira imediata o conhecimento do que é universal, e dinamizar a atividade dos indivíduos dentro do amplo contexto coletivo da sociedade. Ela não pode ser eliminada, mas tem que ser continua e conscientemente discernida, convertida e reformulada. A tarefa é reconhecer e discernir a ideologia que de fato temos, torná-la consciente, para desmascarar o que não é evangélico, e estimular os ideais e experiências vitais que o possam superar. Superar e converter continuamente a ideologia, tanto do povo quanto as nossas.

O nivel ideológico, já o vimos, só se supera com um triplice dinamismo: o assujeitar-se a novas experiências de vida, discernindo a própria prática social, o cultivar sérios e profundos ideais de sociedade humana, e a dedicação constante e metódica ao conhecimento da realidade. Nos três dinamismos, a vocação pastoral e teológica da América Latina firmou um critério hoje mundialmente acatado: a Opção pelos Pobres, como vivência da solidariedade, análise social de sua realidade, aspiração evangélica à vida em abundância.

c. - Desarticulação cultural

Já analisamos amplamente o que é esta desarticulação. Nos bairros em que se amontoam os migrantes ajuntam-se indiscriminadamente pessoas e grupos vindos dos mais diferentes contextos étnicos e culturais. Por vezes surgem conflitos que se tornam insuperáveis, por uma questão de data e hora. Numa cidadezinha a procissão tem que sair de manhã, na outra , de tarde, numa são proibidas imagens quando há figuras "ao vivo", na outra não...

A fragilidade não está na cultura, mas no fato de o dinamismo cultural ser comprimido nos fins-de-semana, quando estão ausentes os que trabalham por turno, ou procuram emprego. Resolvido o problema hoje, a vida some por uma semana e por uns tempos, até voltar a época. Além disto, as manifestações são ligadas a tempos e lugares. Os lugares não podem ser transplantados, mas as caracteristicas do lugar novo violenta os dinamismos do tempo.

O tempo cultural exige seu espaço fisico. O espaço fisico da cultura rural ou anterior à migração urbanizadora era feito e povoado de objetos e instrumentos que cairam do caminhão, estragaram-se e não há como recuperar, ficaram lá na roça com algum parente, ou simplesmente cedem ante a pressão da parafernália urbana, brilhante, barulhenta e "Moderna".

Simbolos são coisas que ensinam a ler e amar. Coisas que se amam são símbolos que animam a leitura. Desarticular os simbolos é etnocídio, desarticulação cultural. As estruturas de dependência comercializam os simbolos, reduzidos a objetos exóticos, resquícios de cultura e tradição, impõe nova linguagem simbólica, a dos logotipos e sinais convencionais, e as novas tecnologias criam uma linguagem nova, ao tempo em que amalgamam os linguajares locais pela comunicação imediata.

d. - Sede misticista e pluralidade religiosa

A sêde misticista de hoje é em grande parte a secura provocada pelo etnocídio dos simbolos. Perder simbolos é perder a alma.

O "Espírito do Catolicismo" salvaguardou perante as exigências racionalistas - assumidas pelo protestantismo - o gesto, a imagem, a emoção. Mas acabou penteando e formalizando. O rito deixou de ser gesto e virou ritual, a palavra perdeu o papel de animadora do gesto e virou ensinamento ortodoxo. A empatia moral virou preceito incontornável. A pregação virou explicação.

Há que reencontrar o sagrado no catolicismo, o suco emocional da mensagem, seu vigor simbólico.

A busca das religiões abre nossos olhos: a Fé se encontra em tudo, não exclusivamente nos atos de natureza religiosa. E, dentre estes, nem todos exprimem a Fé cristã. Há, em outras formas religiosas, "sementes do Verbo", como já o reconheciam os cristãos do segundo século. A Fé arrosta perigos politicos, anima racionalidades cientificas, discerne planos e empreendimentos.

A questão não está em discernir e combater a religião dos outros, mas em refazer a capacidade de Fé que a nossa religião estancou.

e. - A classe Média

A classe média tem ciúme da Opção pelos Pobres. Optar pelos pobres não é excluir ninguém, por mais que o eixo da sociedade Capitalista seja a exclusão deles. A classe média conhece a pobreza de perto e tem medo de sua insegurança e feiúra.

Entretanto, é ela que nos dá os elementos culturais com que pregamos aos pobres. Talvez por isto encontremos tanta resistência passiva por parte deles. Há que encontrar a ponte entre os setores da sociedade que conseguem "controlar" a corrupção econômica, moral e política, e os que a sociedade derramou pelas frestas do desemprego e da falta de Cidadania real.

A classe Média é como o fiel da balança. Nela, os desafios da sociedade têm nomes muito claros. Mais que outrem, ela é diretamente exposta aos ardores da pressão consumista, da violentação política, da agressão econômica, da insegurídade social.

e. - A violência

A filha mais velha da Ideologia de dominação é a injustiça mentirosa e truculenta. As raizes da Violência nas nossas sociedades são múltiplas. A aglomeração densa provoca nas pessoas reações de violência, como comportamentos evasivos e infantis (v ZUSMAN). Ambas são largamente veiculadas e endeusadas nos Meios de Comunicação Social.

A única força humana capaz de evitar a violência irracional é a própria racionalidade. Violência não é simplesmente uso da força. É a desproporção e incoerência entre a quntidade e qualidade da força usada e as da força requerida, entre os instrumentos e o objeto da ação, entre os procedimentos e o objetivo.

A racionalidade se desperta com o exercício do diálogo, e supõe coletividade consciente, comunidade. Não existe melhor caminho que a formação de grupos, de organizações, de associações, despertando um dos traços originais do espírito da cidade: o associacionismo.

Na organização e coordenação dialogada de comportamentos, relações, atividades, nasce o sentido da solidariedade, a clareza fraterna de objetivos comuns a se atingirem em comunidade. A liberdade do outro deixa de ser limite, para ser condição da minha: cada qual só pode ser livre na medida em que cria condições de liberdade para todos.

.3 - Perspectivas do missionário

- *De Fé: Evangelizar segundo a vocação universal da AL*
- *Da Teoria: Teoria da Dependência, "a Nova Era"*
- *Da Prática: Direitos do Pobre e Cidadania*

A perspectiva "de Fé" com que podemos enfrentar os desafios já nos é dada pelo nosso objetivo e interesse maior, a Evangelização, segundo a vocação universal da América Latina, concretizada na "Opção pelos Pobres".

A perspectiva teórica é dupla. Desde os anos 70 a "teoria da dependência" vem oferecendo um ângulo de vista consolidado e fecundo. As novas tecnologias e a chamada "nova era" exigem um esforço mais. De um lado aprofundou-se de maneira radical a dependência, afogando muitas perspectivas antes acariciadas. Os acontecimentos hoje, mesmo locais, têm dimensão mundial mais visível e concretizada pelos meios de informação. Os fatos do Leste Europeu, a recomposição do jogo do poder mundial e muitas manifestações da Hierarquia Católica têm contribuido para desorientar e empalidecer as referências históricas. As exigências do feminismo, da ecologia, da emergência de "culturas oprimidas" tornam a análise mais complexa.

As perspectivas da prática precisam de algumas reflexões específicas. Penso que podem ser resumidas em dois blocos: Ver a cidade a partir do Pobre e do oprimido, e a Cidadania.

1. VER A CIDADE A PARTIR DO POBRE - OPRIMIDO

Como tal, a cidade LA é como o pobre: não 'está' onde quer ou deseja, nem é e se desenvolve como quer. Ela é resultado do processo de expansão do modo de produção capitalista e exprime os interesses deste sistema global, ao cumprir as funções por força das quais ele as cria e as mantém em vida e com certas características, ou destroi e descaracteriza. Numa formação social capitalista dependente, a cidade não nasce da cultura nem de eventuais processos de escolha de lugares para sobrevivência. Seu nascimento e crescimento são a expressão espacial, da expansão econômica do capitalismo em nível local, segundo a época e as necessidades momentâneas do sistema.

Do ponto de vista pessoal das populações carentes, a cidade exprime a maneira como a população trabalhadora consegue sobreviver em relativa harmonia, e, ao mesmo tempo, como reage de maneira contestatória. Ela o faz com suas contradições estruturais e culturais. Na carne dos pobres se manifestam as características da cidade e da reação contra ela. Os bairros pobres são a expressão histórica local do capitalismo, sua contestação viva e ensaios de sua superação por parte dos que ela explora e vitima. No pobre está a matriz das experiências

de vida que nos podem converter, abrir os olhos e indicar os caminhos a construir. Dele, da vivência em sua órbita, têm que partir as diretivas de nossos planejamentos.

Unicamente o interesse fundamental e desejo mais profundo do Pobre é que pode ser extendido a todos os seres humanos: a vida pura e simples, sem acréscimos nem complicações. Por isto êle é o Bem-aventurado do Filho, o Predileto do Pai e o Amado do Espírito.

Como agentes da Igreja, temos armas e possibilidades próprias, de que não podemos abrir mão. Nossa força não são os instrumentos técnicos de comunicação. Aliás, eles não são tão fortes quanto se fazem crer, através da ideologia da Modernização. Os Meios de Comunicação Social são canais de uma ideologia, e têm apenas o papel de potenciar o que difundem. Não têm força própria. Sua força é a força da Ideologia que os maneja - não propriamente da mensagem que veiculam, mas do contexto ideológico em que se incrustram e estruturam a mensagem. Eles não comunicam o que dizem, mas o que fazem experimentar.

Esta é uma força que tem o interlocutor religioso das massas. Nosso campo é o do simbólico, nosso dinamismo é o da sensibilidade ao transcendente. Nossa comunicação tem a força do que é imediato, quente, presente. A palavra do gesto, o gesto da presença, a presença do corpo que caminha, sua, se cansa, sofre ao lado, ouve e fala. Por isto a palavra não pode ser explicação, nem artifício de convencimento, mas expressão simbólica do vivido. A distância entre nossos povos e a racionalidade do iluminismo é a proximidade entre seus parâmetros de compreensão e a dinâmica do simbólico. O rito, então, não é regra, mas articulação gestual do sagrado. A palavra tem que ser celebração, e as celebrações não podem se deixar limitar pela dinâmica do falado, do lido, pois uma das rédeas da dominação é a cultura letrada. A celebração tem que expandir a dinâmica do entusiasmo, do afeto, o quente de corpos que amam e festejam. Mais que "Carta aos Hebreus", ela é hoje "Cântico dos Cânticos".

2. A TEORIA DA DEPENDÊNCIA E A "NOVA ERA" - DAS NOVAS TECNOLOGIAS

Nenhuma teoria desbanca a Ideologia, mas todas elas são uma tentativa de decifrar o poder que ela articula e desmascarar seus embustes ou confirmar suas estratégias. Na teoria as explicações se tornam vulneráveis, porque se assujeitam à verificação.

Muita gente já se matou por causa de Utopias articuladas em Ideologias de dominação. Contra elas erigiram-se fortalezas de ciência, castelos indestrutíveis de conhecimento dos fatos, dos dados, das interligações.

A Teoria da Dependência não pretende nem pode ser definitiva. Seus primeiros passos já foram superados, mas seus eixos interpretativos parecem confirmados. A Nova Era da Modernização ameaça aplainar como um trator a todas as culturas, e reduzir a um único universo de sentidos toda a diversidade do real. E ela tem meios em tal quantidade e variedade, que não conhecemos argumento contrário.

A sede de misticismo é também o sintoma de que alguma coisa está muito falha nesta teia de aranha imensa das novas tecnologias.

A questão, vista da perspectiva dos Pobres não é combater, ou pretender ignorar os avanços tecnológicos do conhecer, do saber, da comunicação. A questão está, parece, na Ideologia: se contra o poder de dominação se erige um novo poder que articula o "serviço da Evangelização". Parece, ainda, que tais tecnologias não são inocentes, nem basta ter objetivos ou intenções moralmente boas ao abraçá-las. Elas são filhas da dominação, e sua "conversão" custar algum tipo de desenraizamento de dinamismos que lhe são próprios. O objetivo tem que ser apropriar-se o mais possível destas oportunidades, a partir da perspectiva que os coloque a serviço do pobre e sua integração na cidade dos homens.

3. A CIDADANIA

O que a dependência colonial rouba de antemão aos colonizados é a cidadania radical. Entretanto, ela faz parte dos fundamentos da cultura ocidental que justifica a empresa colonial. Enfrentar a realidade com a perspectiva dos pobres é afirmar a radicalidade da cidadania.

A linguagem dos direitos humanos já se tornou patrimônio comum. Como tal já manifestou os vícios de sua concepção burguesa liberal, e as limitações de seu vigor. Na perspectiva do Evangelho, só o respeito aos "direitos dos Pobres" pode ser realmente a garantia de autenticidade. Articular os direitos dos pobres é contradizer um a um os mecanismos da urbanização capitalista. Por isto as classes dominantes reagem com violência à linguagem dos direitos dos pobres.

A sociedade dos homens não será humana enquanto nela não houver lugar para os Pobres, para as maiorias. A luta pela cidadania, hoje , sempre mais concreta, e nos vários países se multiplicam os centros de Direitos Humanos, os grupos de solidariedade, as várias formas de associacionismo civil, ora animado de espírito religioso, ora não. Neles se aprende a criticar sem medo nem violência. Neles é possível aprender os critérios anti-dominação do discernimento ideológico: a verdade, a honestidade e a dignidade como direitos básicos.

A Profecia inclui, pois, quatro dinamismos: Denúncia, Anúncio, Conversão e Transformação. Nela podem-se encontrar os instrumentos de discernimento e recuperação das culturas dos povos oprimidos. Umas ainda autóctonas, sobreviventes, outras mais ou menos violenta e profundamente invadidas, mas resistentes. Finalmente, a grande maioria em processo histórico de dependência: assimilação diferenciada dos valores impostos, esquecimento parcial dos próprios referenciais, reação desarticulada e lentamente amadurecida na reflexão, combate esclarecido e criação do novo.

O Fenômeno Cidade

Bibliografia estudada

* obras de leitura recomendada

ALMEIDA Fernando Lopes de (Org). A Questão Urbana na América Latina. Rio de Janeiro: Forense Universit ria, 1978

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociol¢gico, São Paulo: Martins Fontes, 2a ed. brasileira, 1987

BANFIELD Edward C., A crise urbana: natureza e Futuro. Rio de Janeiro: Zahar, 2a ed. 1979

BERGER. Peter & BERGER.Brigitte. Das Unbehagen in der Modernität, Frankfurt/NewYork: Campus

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar - A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO. Enzo, Dependencia y desarrollo en América Latina. México: Siglo XXI, 1969

CASTELLS, Manoel. Imperialismo y Urbanización en América Latina, Barcelona

CEM* - Centro de Estudos Migratórios de S¦o Paulo. O vaivém da sobrevivência. São Paulo: Paulinas, 1983

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina. L'Urbanisation en Amérique Latine, Genebra: Ed Phillip M. Hauser. UNESCO, 1962

CHAUÌ*. Marilena. O que é Ideologia. Brasiliense/ Abril Cultural. 1984 (Coleçã¦o primeiros passos: 7)

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil - 1991-1994. São Paulo: Paulinas. documentos da cnbb nº 45, 1991. Os documentos de nº 28 e 38, com o mesmo título, contém as mesmas diretrizes para os quadriênios respectivamente de 1983-86 e 1987-90

Contradições urbanas e movimentos sociais. José Álvaro Moisés e outros, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

DURAND, J. -D. & PEL¦EZ, C.A., Patterns of Urbanization in Latin America, em: Millbank Memorial Found Quarterly, 43 nO 4, Outubro de 1965, pp 166-196

DURHAM. Eunice. A caminho da Cidade. S.Paulo: Perspectiva, 1973

FORACCHI. Marialice Mencarini e MARTINS. José de Souza (Orgs). Sociologia e sociedade (Leituras de introdução à Sociologia). Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos, 1977. 12a tir. 1987

FRANK. André Gunder-. Capitalisme et Sous-developpement en Amérique Latine. Paris: Maspéro. 1968

GRACIARENA. Jorge. Poder y clases sociales en el desarrollo de América Latina. Buenos Aires: Paidós. 1967

HERRICK. Bruce. Urban Migration and Economic Development in Chile. Massachussets: The M.I.T. Press. 1965 pp 27s

HOSELITZ. Bert. Generative and Parasitic Cities. em: Economic Development and Cultural Change. III. 1955. pp 81-136

HUBERMANN*. Leo. História da Riqueza do Homem. Rio de Janeiro: Zahar, mais de 35 edições.

JAQUARIBE*. Hélio. Alternativas do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 31990

KOWARICK. Lúcio. A expoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979

KOWARICK*. Lúcio. Capitalismo e Marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985

KOWARICK. Lúcio. Trabalho e vadiagem - A origem do Trabalho Livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1987

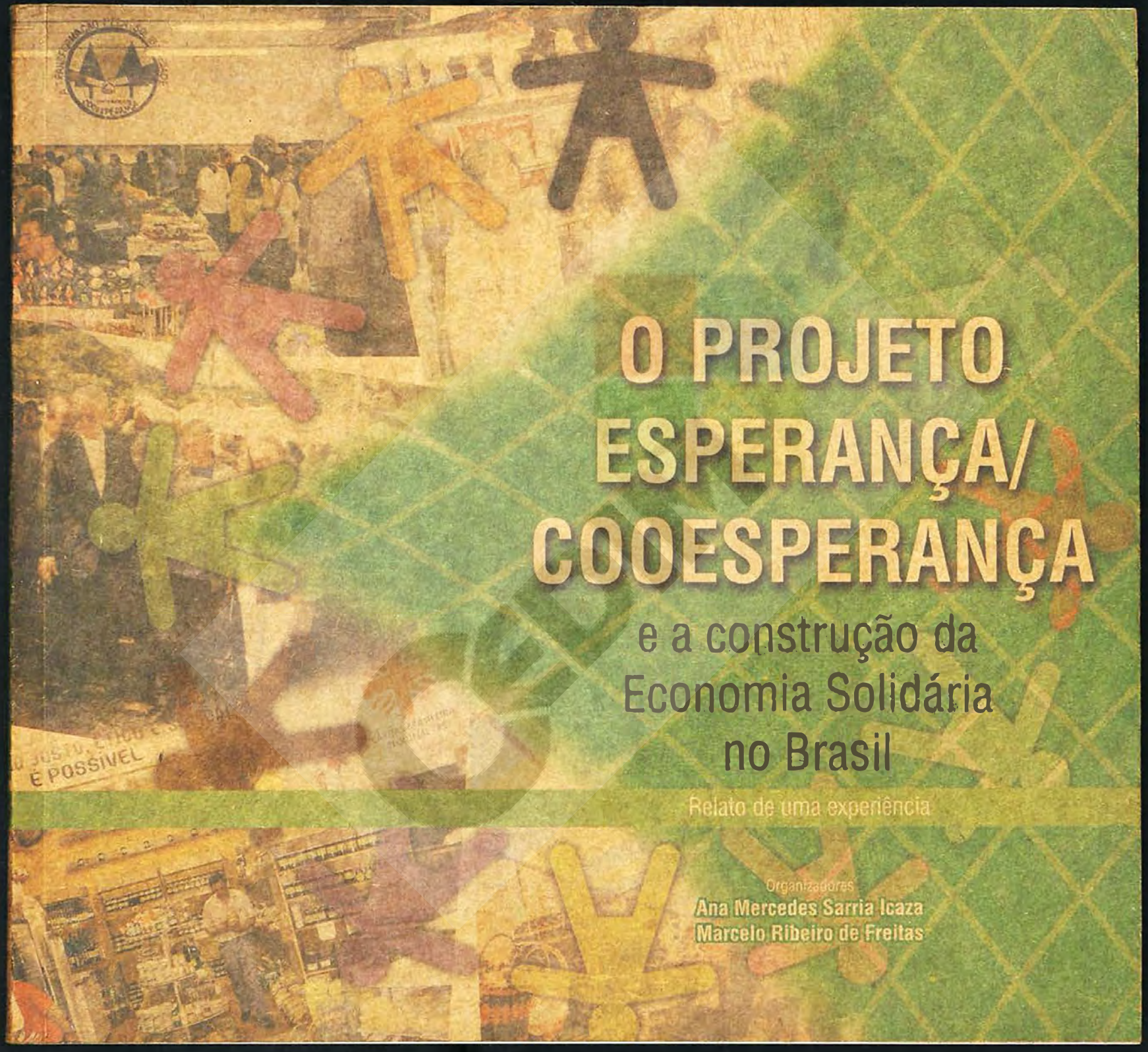
LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth, A Sociologia do Brasil Urbano - Antropologia Social, Rio de Janeiro: Zahar, 1978
LEERS, Bernardino, o Jeitinho Brasileiro, Petrópolis, Vozes
LESTIENNE, Bernardo, Tecno-lindas, tecnoloucas?, Rio de Janeiro: IBRADES/ Pastoral Operária, mimeo.,[cit.TL] 1991 e também: Tecnologia e Trabalho id. ib.[cit TT]
LINSKY, A.S., Some Generalizations Concerning Primate Cities, em: The Annals of the Association of American Geographers, t. 55, set 1965, p 506-513.
LOJKINE, Jean, o estado capitalista e a questão urbana, São Paulo: Martins Fontes, 1981
LÖWY*, Michael, As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen - Marxismo e positivismo na Sociologia do conhecimento, São Paulo: Busca Vida, 1987
LÖWY, Michael, Ideologias e Ciência Social, São Paulo, Cortez, 1985
MANNHEIM, Karl, Ideologia e Utopia, Rio de Janeiro: Zahar, 2. edição 1972
MARCONDES Fº*, Ciro, O que todo cidadão precisa saber sobre Ideologia, S.Paulo: Global, 1985
MARCONDES Fº, Ciro, Quem manipula quem?, Petrópolis: Vozes, 1986
MIRO, C.A., The Population of Latin America, em: Demography, 1964, vol I, pp15-41
MORSE, R. M., Urbanization in Latin America, em: Latin American Research Review, Outono 1965, University of Texas 1968 56 pg
NUN, José & outros, A situação da classe trabalhadora na América Latina, Rio de Janeiro: Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, CEDEC, 1978
O.E.A., Situación Demográfica de América Latina, Washington, 1970
OLIVEN*, Ruben George, Urbanização e mudança social no Brasil, Petrópolis: Vozes, 1980
OLIVEN, Ruben George, O Metabolismo Social da Cidade, Porto Alegre: URGS, 1974
PERLMAN, Janice E., O Mito da marginalidade - Favelas e Política no Rio de Janeiro -, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977
PIQUET, Rosélia & RIBEIRO, Ana Clara Torres (Orgs), Brasil Território da desigualdade - Descaminhos da Modernização, Rio de Janeiro: Jorge Zahar: Fundação Universitária José Bonifácio, 1991
QUEIROZ, Maria Isaura Pereira, Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978
RIGOL, Pedro Negre, Sociologia do terceiro mundo, Petrópolis: Vozes, 1977
SANTOS, Francisco de Araújo, A emergência da Modernidade - atitudes, tipos e modelos, Petrópolis: Vozes, 1990
SANTOS*, Milton, Pobreza Urbana, São Paulo: Hucitec, 2a ed. 1979
SANTOS, Theotônio dos, Democracia e socialismo no capitalismo dependente, Petrópolis: Vozes, 1991
SHERMAN*, Howard, e HUNT, E.K., História do pensamento econômico, Petrópolis: Vozes, 2a ed. 1978
SINGER, Paul, Economia Política da Urbanização, São Paulo: Brasiliense, 1973
STEIN, J. Stanley e STEIN, Barbara H., A herança colonial da América Latina - Ensaios de Dependência Econômica, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976
SZMERCSÁNYI, Tainec & QUEDA, Oriovaldo, Vida rural e mudança social, São Paulo: Nacional, 1973
TOFFLER, Alvin, O choque do futuro, Rio de Janeiro: artenova, 5a ed brasileira 1973
VALLADARES, Licia & PRETECEILE, Edmond, Reestruturação Urbana - Tendências e desafios, São Paulo: Nobel, 1990
VELHO, Gilberto, A Utopia Urbana - Um estudo de Antropologia Social, Rio de Janeiro: Zahar, 1973
VELHO, Otávio Guilherme (org), O Fenômeno Urbano, Rio de Janeiro, Zahar, 1967 (contém tradução de artigo fundamental de Max WEBER: conceito e Categorias de Cidade.
VIANNA, Luiz Werneck, A nova cara de um mundo velho, em: Jornal do Brasil, caderno Idéias\ensaios, Rio de Janeiro 19/1/92, pp 4-6
ZUSMAN, Waldemar, A Patologia infernal das megápoles, em: Jornal do Brasil, caderno Idéias/ensaios, Rio de Janeiro, 17/11/91.

ROGÉRIO I. de ALMEIDA CUNHA
Av. Mal Floriano Peixoto, 2262
26.210-000 NOVA IGUAÇU RJ
TEL. 021/767 8570

S.João del Rei, 1991 - Nova Iguaçu 1994.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS AMPLIADAS

- Montesquieu, Considerações sobre as causas da grandeza e da decadência dos Romanos, cap 18; OC t.II, p. 173, apud ARON, oc. p 22. Aron o considera o verdadeiro fundador da Sociologia, para nós interessa a sua tese, como o fato de a ter pensado a partir da análise da cidade antiga mais célebre e de maior peso para a nossa civilização
- Sobre as condições criadas pela Revolução Industrial e o aparecimento de suas cidades, é indispensável a leitura de SHERMAN e HUBERMANN - v. bibl. O número extraordinário de edições da obra de Hubermann dispensa qualquer comentário a mais.
- QUIJANO, Aníbal, Dependência, mudança social e urbanização na América Latina, em: ALMEIDA oc p 35. Distinga-se: urbanização é 1: o processo de nascimento e desenvolvimento de cidades como lugares (ecologia urbana) e como aglomeração de pessoas (demografia urbana), deu-se na Europa de maneira diferente dos EEUU e em ambos de maneira diferente da América Latina; 2: urbanização é também o processo de penetração, no Campo, de exigências e características industriais originárias da cidade ou controladas por ela; metropolização é o processo pelo qual uma dada cidade se torna centro de poder econômico sobre uma região (concentração urbana).
- K. Marx e ENGELS, Friedrich, A ideologia Alemã, Lisboa: Presença, 1974, apud OLIVEN, Urbanização p 17 Diferentemente de WEBER, Marx não se interessou tanto pelas características internas da cidade, embora provenienes de um contexto mais amplo. Marx analisou exatamente estes contextos, a que deu o nome de "modos de produção" procurando detectar os mecanismos pelos quais condicionaram o aparecimento e formação das sociedades e das Cidades.
- debate urbanista: OLIVEN, em Urbanismo, pg 13-29, detalha e critica as teses de R.E.PARK, L. WIRTH, R.REDFIELD e O. LEWIS, que são analisadas também por PERLMAN, O Mito. Resumimos aqui apenas idéias que nos parecem centrais, no debate que engolfou cientistas sociais bem diversificados, que PERLMAN classifica em "sete tipos de abordagem: 1) a psicossociológica [r. park, merton]; 2) a arquitetônico-ecológica [solow, cardona]; 3) a etnográfica [germani, pearse]; 4) a tradicional-modernizante [maine, morgan, redfield, parsons]; 5) a da cultura da pobreza [o.lewis]; 6) a da ideologia da participação, elaborada pelo DESAL no Chile [r.vekemans]; e 7) a teoria do radicalismo [ward, huntington, j.a.rios]." (PERLMAN oc p 130)
- A expressão cultura da pobreza" , de Oscar Lewis, que refez a pesquisa de REDFIELD sobre o Tepoztlán e a completou seguindo os habitantes migrados para a Cidade do México. v. LEWIS, Oscar, The Culture of Poverty, in Scientific American, vol 215, n. 4, 1966, p. 19, apud OLIVEN oc p 49. Ele se opõe principalmente à tese de REDFIELD, de que os pobres participariam da mesma cultura da sociedade global. A tese de O.LEWIS é que os pobres desenvolvem maneiras próprias de sobreviver na pobreza e da pobreza, criando portanto condições para que ela se perpetue.
- Redfield, Robert, Tepoztlán: a Mexican Village. A Study of Folk Life, Chicago: University of Chicago Press, 1930, apud OLIVEN oc pg 24 Após a pesquisa em Tepoztlán, revista por LEWIS, Redfield ampliou suas conclusões no célebre estudo sobre o Yucatán, publicado onze anos mais tarde.
- TOFFLER, Alvin, O choque do futuro, Introdução (sem numeração de páginas) A obra teve muitas edições em várias línguas, e se apresenta como uma teoria da adaptação às inevitáveis, poderosas e profundas transformações que nos lançam no futuro. Foi um dos iniciadores da "futurologia", que não é exercício de previsão, mas análise das transformações e das adaptações biopsíquicas que elas exigem.
- Não tenho a pretensão nem a possibilidade de examinar a fundo todo o processo Latino-Americano, mas terei presente a Cidade do Brasil, referindo-me às Cidades dos outros países no que houver de significativamente diferente. A escolha não é entretanto fortuita. Não é fácil, em qualquer país latino-americano, encontrar bibliografia sobre os processos continentais. Além disto, é reconhecido o papel do Brasil na caminhada latino-Americana, assim como o caráter relativamente homogêneo dos processos ocorridos nos países hispânicos. O exemplo do Brasil oferece características que se podem considerar típicas.
- cidades primazes são cidades que concentram forte aglomeração, distanciam-se muito das outras cidades, exercem sobre elas função dominadora e expropriam sua produção e população: QUAL 101.130.40 a bibliografia em QUAL ,: HOSELITZ, HERRICK, LINSKY.
- urbanização e campo. Veja principalmente a análise de M.I.P. QUEIROZ, a respeito das várias dialéticas em que se articulam os dois polos: dominação, oposição, cooperação, assimilação, diversificação,. O certo é que deixam de ser duas realidades contrapostas ou indiferentes. Por outro lado os centros urbanos sempre mais exprimem e articulam os interesse da dominação metropolitana sobre as sociedades dependentes. O processo de Urbanização é sempre mais também o caminho da realidade rural.
- A teoria da dependência se impôs a partir dos anos 60 como interpretação fundamentada da trajetória histórica dos países chamados até então de "subdesenvolvidos". A questão, segundo esta interpretação, não está em um "atraso" devido a questões raciais ou culturais, nem mesmo a uma insuficiência histórica de desenvolvimento industrial, mas nesta criação e manutenção de estruturas derivadas do relacionamento assimétrico entre países "metrópoles" centrais e sociedades dependentes, coloniais, periféricos. A obra fundamental é o estudo de A. Gunder FRANK. V.também CARDOSO, STEIN, e bom resumo em OLIVEN. Urbanização, assim como a análise feita por PERLMAN, a partir do conceito de dependência, sobre o "mito" da marginalização



O PROJETO ESPERANÇA/ COOESPERANÇA

e a construção da Economia Solidária no Brasil

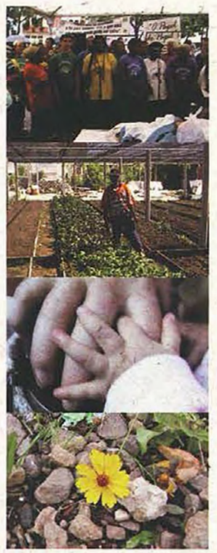
Relato de uma experiência

Organizadores
Ana Mercedes Sarria Icaza
Marcelo Ribeiro de Freitas

CEDIM

O PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA E A CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Relato de uma experiência



CEDIM

Copyright © Todos os direitos reservados à Caritas e ao Projeto Esperança/Cooesperança

Projeto Esperança/Cooesperança
Cáritas Diocesana de Santa Maria - RS
Rua Silva Jardim, 1704 - CEP: 97010-490 - Santa Maria - RS - Brasil
Fone/Fax 0xx55 32194599, 32230219 e 32228275
projespcooesp@terra.com.br
www.esperancacooesperanca.org.br

Cáritas Brasileira - Regional RS
Rua Cel. André Belo, 452 - Conj. 301/3º andar
Bairro Menino Deus - 93110-020 - Porto Alegre - RS
Fone 0xx51 32861787 - caritasrs@caritasrs.org.br

Cáritas Brasileira - Secretariado Nacional
SDS - Bloco P - Ed. Venâncio III - Salas 410/414
70393-900 - Brasília, D.F.
Fone 0xx61 33257473 - Fax 0xx61 32260701
www.caritasbrasileira.org
caritas@caritasbrasileira.org.br

Organizadores:
Ana Mercedes Sarria Icaza
Marcelo Ribeiro de Freitas

Projeto gráfico e editoração:
Maria Suziane Gutbier

Revisão:
Maria Edith Pacheco dos Santos

SARRIA ICAZA, Ana Mercedes; FREITAS, Marcelo Ribeiro de (org.). **O Projeto Esperança/Cooesperança e a construção da economia solidária no Brasil. Relato de uma experiência.** Cáritas Brasileira, Porto Alegre: 2006.

CTP / Impressão / Acabamento:
Gráfica Editora Pallotti - Av. Presidente Vargas, 115 - CEP: 97020-001 - Santa Maria - RS
Fone: (55) 3220.4500 - www.pallotti.com.br - graficasm@pallotti.com.br

CEDIM

Organizadores
Ana Mercedes Sarria Icaza
Marcelo Ribeiro de Freitas

O PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA E A CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Relato de uma experiência



Abril/2006



O PROJETO ESPERANÇA/ COOESPERANÇA

e a construção da Economia Solidária no Brasil

Relato de uma experiência

PREFÁCIO

A recente trajetória da economia popular solidária no Brasil tem sido marcada pela diversidade e pela criatividade de iniciativas que têm contribuído cada vez mais para o fortalecimento de uma série de práticas de solidariedade em atividades econômicas realizadas de forma associativa por trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. A maior parte dessas iniciativas ainda é desconhecida pela sociedade e por órgãos governamentais municipais, estaduais ou federais. Representa ainda um setor quase invisível, uma outra economia, pouco percebida e que ainda não teve a merecida chance de expressar suas potencialidades, seus valores, seus desafios e suas perspectivas. Mas esse quadro está mudando.

Nesse sentido, o resgate histórico, a sistematização e a disseminação dessas experiências de economia solidária possuem um valor inestimável. Daí a importância deste livro que o leitor e a leitora têm em mãos, que trata, por meio de uma visão crítica e humana, da trajetória do Projeto Esperança/Cooesperança. Ele partilha uma história de vida de homens e mulheres da região central do Rio Grande do Sul que, com o apoio da Igreja e de outras tantas parcerias locais, nacionais e internacionais, acreditaram na força da organização coletiva. Hoje, estes mesmos atores podem apresentar aqui algumas das lições aprendidas sobre como promover alternativas de desenvolvimento com sustentabilidade e inclusão social.

Durante mais de 20 anos, o Projeto Esperança vem sendo uma fonte de aprendizado e de experimentação coletiva de trabalhadores e trabalhadoras que resolveram somar seus esforços e capacidades para viabilizar atividades geradoras de trabalho e renda e conquistar melhores condições de vida, desenvolvendo a reflexão e a prática do consumo consciente e solidário e respeitando o meio ambiente. Os seus desafios e conquistas vêm sendo partilhados junto a outras organizações que acreditam na economia solidária e que empunham a sua bandeira como estratégia de transformação social, de construção de uma proposta de desenvolvimento solidário e sustentável, em que a economia seja orientada por novos valores, em que o respeito à natureza e à vida das pessoas estejam acima dos interesses do lucro, da acumulação e da concentração das riquezas.

Uma leitura atenta desta obra poderá ajudar a descobrir essas lições de vida, os seus valores e as alternativas que vão sendo gestadas e geridas coletivamente diante de cada obstáculo do dia-a-dia da Cooesperança. Sem a intenção de retirar o sabor e o prazer da leitura, gostaríamos de chamar a atenção para algumas aprendizagens possíveis com essa bonita história escrita a tantas mãos.

A gênese do projeto é uma dessas lições de vida e de esperança. Os valores e intenções subjacentes expressam uma visão de mundo baseada na busca da emancipação humana e no compromisso ético-político das pessoas que idealizaram e realizaram esse projeto. Trata-se de uma iniciativa que surge de um desafio assumido pela Igreja comprometida com a libertação. A Diocese de Santa Maria e a Cáritas assumiram o desafio dos Projetos Alternativos Comunitários desenvolvidos por grupos de agricultores e trabalhadores urbanos, na busca de alternativas econômicas e comunitárias.

O título do projeto, "Esperança", não é uma estratégia de marketing vazia de sentido concreto. Não expressa apenas um sentimento, mas a disposição de luta, de continuar construindo com teimosia aquilo que é interpretado e criticado como utópico. Representa, portanto, a escolha pela mobilização contra a passividade, no sentido de "remar, de forma criativa e ousada, contra a maré". Ou seja, significa construir alternativas associativas num momento de avanço da ideologia neoliberal que leva o individualismo ao extremo. É o desafio de construir empreendimentos econômicos solidários nesse nosso tempo em que o empreendedorismo individual (tornar-se um pequeno empreendedor/a) e a empregabilidade (capacidade de se reciclar para continuar empregado) têm sido equivocadamente disseminados como a solução ao problema do desemprego!

O que anima esse povo a acreditar com toda esperança? No nosso entendimento essa é a mística da economia solidária: uma crença, uma espécie de "ato de fé" nas próprias capacidades, justamente de pessoas que não tinham bens nem poupança para oferecer como garantia, que tinham em comum apenas as conhecidas dificuldades de uma vida na pobreza. Para manter viva a esperança e transformá-la em projeto, para transformar essa realidade que gera e perpetua a exclusão social, foi preciso enxergar as pequenas soluções e potencialidades escondidas nas pessoas mais simples, destituídas de valor pela ideologia dominante. Foi preciso transformar os saberes e as práticas criativas em alternativas geradoras de vida.

Acreditar na capacidade de organização dessas pessoas, facilitando os processos de empoderamento, foi e continua sendo a principal motivação do Projeto Esperança. A capacidade organizativa e as práticas solidárias que já existem nas comunidades poderiam ser aprofundadas e aproveitadas em atividades econômicas de produção, crédito, consumo, etc. Foi esse o desafio que motivou um Projeto de Esperança no Rio Grande do Sul, que animou a resistência nos momentos de dificuldade, mantendo vivo o projeto histórico de emancipação. Eis a ponte imaginária estabelecida entre Santa Maria, no Rio Grande Sul, com as lutas históricas da classe trabalhadora em todo o globo numa perspectiva autogestionária.

A Cooesperança bebeu da mesma fonte e teve a mesma disposição dos pioneiros do cooperativismo autêntico no século XIX e de tantas outras lutas e organizações emancipatórias populares no Brasil e no mundo. Não era fácil, porém, o caminho a ser seguido. As experiências cooperativistas no Rio Grande do Sul não

eram novidade. Assim como em outros lugares do mundo, parte das cooperativas havia se distanciado de seus princípios fundamentais, reduzindo a cooperação a vínculos racionais e contratuais, com base em interesses individuais que são conjugados por permitir atingir resultados mais "eficientes" aos sócios participantes. Outras cooperativas que existiam na região tinham já sucumbido por não alcançarem graus satisfatórios de competitividade e o esperado êxito econômico diante das exigências de um mercado seletivo pensado para as grandes empresas e diante da ausência de políticas públicas de fomento ao cooperativismo autêntico. Eis um grande desafio daquela gente teimosa da Cooperativa Esperança no RS: gerar e autogerir um empreendimento econômico solidário autêntico.

Seria necessário combinar valores e práticas de solidariedade e de autogestão com a viabilidade das atividades empreendidas coletivamente, possibilitando respostas concretas às pessoas e organizações que acreditaram nas suas próprias capacidades. Não era mais uma solução ditada de fora, de longe, dada como benefício. O livro mostra pela experiência a dimensão do desafio: de começar, das primeiras barreiras e das quedas. Mas há também a lição do recomeço, todo o aprendizado coletivo que emerge na crise, a descoberta e a construção de novas possibilidades organizativas. A solução encontrada é outra lição da escola de Santa Maria: a organização de empreendimentos em rede, a articulação para facilitar os processos e vencer as barreiras do acesso ao crédito, à comercialização e à assessoria (acompanhamento e assistência técnica). Hoje, cerca de 4000 trabalhadores e trabalhadoras de mais de 220 grupos de produção e comercialização em 30 municípios da região central do Rio Grande do Sul participam dessa rede. A organização em rede tornou-se a essência e a razão de ser do Projeto Esperança/Cooesperança e uma das gratificantes novidades incentivadas pela economia solidária no Brasil.

Outro aprendizado fundamental do projeto se deu pela articulação entre as iniciativas locais (comunitárias e municipais) e as demais iniciativas próximas (territoriais e estaduais) que possuíam valores e práticas semelhantes com a intenção de promover o desenvolvimento territorial. Mas a Cooesperança foi ainda além, construindo espaços nacionais e internacionais de articulação da economia solidária. A grande feira promovida em Santa Maria, anualmente, tornou-se uma referência no calendário de eventos de intercâmbio, formação e rejuvenescimento dessas novas experiências no Brasil e na América do Sul.

Tais práticas e valores permitem ao Projeto Esperança contribuir qualitativamente nos processos de formulação e conquista de políticas públicas de economia solidária. Trata-se de um bom exemplo para direcionar os investimentos públicos, do que deve ser apoiado e fomentado pelo estado e pela sociedade como alternativa de inclusão social baseada na dignidade do trabalho e na melhoria da renda para o fortalecimento de organizações solidárias.

O livro que o leitor e leitora têm em mãos expressa esse espírito de solidariedade do Cooesperança. Ele foi escrito em mutirão. Nele encontramos relatos e depoimentos de pessoas que vivenciaram o projeto desde o seu início. Trata-se, portanto, de relatos dos verdadeiros protagonistas da economia solidária, de pessoas dos grupos comunitários e das entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária. São depoimentos realmente ricos que expressam os valores que citamos acima: a esperança, a resistência e a solidariedade, explicitada na crença no trabalho coletivo e no cuidado com a natureza e os consumidores; a disposição de conquista e construção de políticas públicas de desenvolvimento local e economia solidária. São esses, no nosso entendimento, os princípios e os valores que orientam a economia solidária no Brasil.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), também tem bebido nessa fonte da Cooesperança e se alegra em partilhar com a sociedade brasileira os sentidos e significados dessa iniciativa solidária. Essa partilha ocorre em um momento fundamental para a economia solidária neste ano de 2006, quando será realizada a primeira Conferência Nacional de Economia Solidária. Será mais um momento que possibilitará a troca de experiências e o debate sobre os fundamentos e as diretrizes de uma política pública que responda às necessidades desta outra economia emergente. A publicação deste livro ocorre em um momento adequado para a economia solidária no Brasil, que começa a ser conhecida e reconhecida pelo Estado e pela sociedade. Esta é uma das conquistas e mais um sinal de esperança que se concretiza apontando para a multiplicação das sementes lançadas há 20 anos atrás em Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Roberto Marinho Alves da Silva
Coordenador Geral de Estudos
Secretaria Nacional de Economia Solidária









APRESENTAÇÃO

Santa Maria e os 25 anos de Economia Popular Solidária da Cáritas Brasileira

A história do Projeto Esperança/Cooesperança de Santa Maria, que este livro conta, é a da contribuição dessa experiência para a caminhada da Cáritas Brasileira e do movimento da Economia Solidária no Brasil. No momento em que a Cáritas Brasileira está realizando seu jubileu de 50 anos de existência, marcados por suas atividades de efetiva solidariedade libertadora, baseadas na construção de sujeitos coletivos e capazes de serem autores de sua história desde sua comunidade, a Economia Popular Solidária comemora 25 anos dentro da vida da Cáritas!

Como importante parte de uma grande rede – a rede Cáritas Brasileira, que hoje conta com mais de 150 equipes diocesanas –, o Projeto Esperança/Cooesperança de Santa Maria reúne um conjunto de práticas solidárias de caráter emancipatório que vêm dando vida, cara e alma à "opção pelos pobres e com os pobres", que caracteriza os 25 anos de "caridade libertadora" da Igreja no Brasil.

Há alguns anos, as notícias sobre a Feira da Economia Popular Solidária (ou do cooperativismo alternativo) de Santa Maria e o entusiasmo com que as pessoas que a visitam de lá voltam atiçam a curiosidade sobre sua história. As conversas com seus principais atores, entre eles Dom Ivo, bispo de Santa Maria, e Irmã Lourdes, colocaram a necessidade de registrá-la a partir de suas próprias falas, assim como de favorecer o diálogo com outras experiências.

O programa nacional de Economia Popular Solidária da Cáritas Brasileira assumiu o resgate histórico dessa experiência no ano de seu jubileu de 50 anos, marcando também os 25 anos de práticas emancipatórias, tão presentes em Santa Maria. Dessas práticas, destacamos aqui os Fundos Solidários, o cooperativismo alternativo, a feira solidária, a articulação com os grupos, comunidades e movimentos sociais populares, as lutas e negociações por recursos e políticas públicas, a atuação em redes e fóruns e a ação de desenvolvimento local como parte de uma percepção de sua vinculação com o global, em especial a América Latina.

Fundos Solidários

Foi em 1981, no seminário da CNBB sobre "O homem e a seca do nordeste", que se definiu explicitamente a opção por ações de apoio a iniciativas dos próprios grupos, comunidades, associações informais, etc., a partir de Fundos de Solidariedade, os PACs.

Os PACs (Projetos Alternativos Comunitários), também chamados de "mini-projetos" ou "fundos de pequenos projetos", alastraram-se pelo país e foram assumidos por diferentes organizações, sendo a Cáritas Brasileira uma de suas principais promotoras. A partir de um Fundo Nacional, depois descentralizado por quase todos os regionais da Cáritas e em diversas Cáritas diocesanas, os PACs inspiraram a recente formatação do atual Fundo Nacional e dos Fundos Diocesanos de Solidariedade com recursos da Coleta da Campanha da Fraternidade, realizada a cada ano.

O que os PACs acrescentaram nessa caminhada de "opção pelos pobres e excluídos" a partir deles e com eles?

A idéia de "projeto alternativo comunitário" é simples: os fundos apóiam e acompanham projetos elaborados pelos grupos, associações e comunidades. Portanto, a decisão e a gestão do que fazer, como fazer e com que finalidade são partilhadas comunitariamente, enquanto prática de autogestão coletiva. Nesse sentido, os Projetos Alternativos significam uma revalorização da criatividade e o envolvimento com formas de sobrevivência e de relações sociais solidárias "alternativas" às relações assistencialistas e tecnicistas.

Os PACs estimulam as práticas coletivas, enfatizam as relações de respeito entre as pessoas e pressupõem, também, relações de compartilhamento entre os/as agentes gestores/as dos fundos e os grupos sujeitos participantes propositores e executores dos projetos. De início, abrangiam indiscriminadamente iniciativas sociais (de organização comunitária) e iniciativas produtivas (econômicas), sem preocupação de retornos financeiros. Ao longo dos anos e, em especial, após os processos de avaliação dos dez anos de práticas (já no início dos anos 90), os fundos foram definindo distinções entre projetos sócio-organizativos e projetos socioeconômicos.

Critérios diferenciados de retornos, devoluções monetárias ou não, como parte de um contrato de solidariedade, foram sendo incorporados. À medida que se constituíam fundos regionais e locais, foi se reduzindo o papel e se redefinindo a função do Fundo Nacional. Esse processo de descentralização favoreceu o indispensável acompanhamento aos grupos, diminuiu o risco de burocratização e explicitou, de maneira inequívoca, o papel pedagógico dos/as agentes gestores/as dos fundos.

Como os PACs não pretendem ser um fim em si mesmos, mas um instrumento a serviço da organização cidadã dos/as excluídos/as, sua trajetória foi permeando as diferentes iniciativas e formas de organização das comunidades, associações e movimentos populares. Por não serem um fim em si mesmos, os PACs contribuíram e vêm contribuindo decididamente para romper a fragmentação social, o isolamento, a baixa auto-estima a que são submetidos os segmentos empobrecidos ou em situação de exclusão social. Essa contribuição, sempre em parceria e apoio mútuo com outras organizações nesses 25 anos, tem concorrido para que diferentes grupos sociais busquem sua identidade, se fortaleçam e enfrentem o Mercado, que lhes é desfavorável, e o Estado autoritário, clientelista e privatizado.

Assim, ao longo desses 25 anos, milhares de grupos e comunidades de base rurais e urbanas tiveram nos pequenos recursos dos Fundos Solidários sua base inicial de constituição de coletivos solidários e auto-

gestionados, muitas vezes vinculados a formas iniciais de organização de segmentos excluídos não reconhecidos como sujeitos de direitos. Foi assim com os "sem-terra", com os "sem-teto", com as "populações de rua", com famílias agrícolas, com crianças e adolescentes, com portadores de deficiências ou de dependência química, quilombolas, índios, mulheres, analfabetos, etc. Santa Maria soube utilizar os fundos solidários ou rotativos como instrumento de apoio e fortalecimento dos seus inúmeros grupos e fazer, com eles, a construção da sua identidade enquanto parte de um projeto em que a esperança se traduzia na cooperação: o Projeto Esperança/Cooesperança.

A compreensão cada vez maior de que o atual sistema financeiro brasileiro não é favorável e nem sequer atinge largas faixas da população faz com que os Fundos Solidários passem a ser vistos como "alternativa" e porta de saída dos atuais (e ultrapassados) programas de transferência de renda que não possibilitam um real processo de emancipação.

Cooperativismo alternativo

Num momento de sua caminhada, os grupos, as associações e as comunidades enfrentaram as dificuldades e os limites da legislação que não os reconhecia nem lhes garantia direitos. Direito ao trabalho associado, direito à representação política.

A legislação do cooperativismo, resquício do período autoritário, não só exclui parcela razoável das pequenas iniciativas coletivas como também obriga as que logram um registro a se filiarem a uma única opção de representação cooperativista, hoje dominada por grandes interesses agroexportadores, sem compromisso com qualquer filosofia de solidariedade.

A opção por uma marca de distinção, a do cooperativismo alternativo, levou a que muitos movimentos buscassem essa identidade. Foi assim com o movimento dos sem-terra, que criou a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil). A Feira da Economia Solidária de Santa Maria passou a ser conhecida como Feira do Cooperativismo Alternativo. Não só abrigou, mas disseminou a idéia de que "outro cooperativismo" é possível.

A região de Santa Maria é o berço do cooperativismo original, datado de mais de cem anos. Somado a essa luta histórica, muitos estados, entre eles o Rio Grande do Sul, vêm conquistando, paulatinamente, legislações específicas que apóiam a Economia Solidária e a concepção do cooperativismo alternativo. O recente embate do movimento da economia solidária com o cooperativismo oficial, na luta por uma legislação que garanta o reconhecimento do primeiro e pelo direito à filiação a outras alternativas de representação, demonstra a correta opção feita pela mobilização em prol do cooperativismo alternativo.

Feira Anual de Santa Maria , articulação dos grupos e movimentos sociais

A Feira Anual de Santa Maria é a marca do Projeto Esperança/Cooesperança. É assim que a experiência de Santa Maria é conhecida. É esse o grande momento em que tudo conflui para um mesmo espaço. Para a Cáritas, as experiências das feiras de Porto Alegre e de Santa Maria serviram para marcar nitidamente a distinção entre as feiras alternativas e as exposições tradicionais.

Essa diferença aparece nos espaços do exercício da autogestão; nos espaços da articulação entre os diferentes empreendimentos e movimentos sociais; no espaço da "visibilidade" da Economia Solidária; na metodologia calcada no "mutirão" como uma forma de autogestão criativa; no processo de planejamento participativo; na integração, num mesmo espaço, de diferentes atividades comerciais, debates, cultura, expressão dos movimentos, caravanas de diferentes origens do país e fora dele.

Fiéis à concepção de que a Economia Solidária não se restringe ao econômico, as feiras agregam valores de cultura, saúde, mística e confraternização. Corais, cultura regional, marchas dos sem-terra, manifestações dos desempregados, ambientalistas, rádios comunitárias, TVs vão se sucedendo. A Feira congrega, atrai e dissemina sua prática. Empreendimentos vindos em caravanas regulares do Uruguai já reproduzem, na sua cultura, a prática das feiras.

Hoje, o Programa Nacional de Apoio às Feiras Estaduais, promovido pela SENAES (Secretaria Nacional da Economia Solidária), incorpora a metodologia ali adotada e garante, entre outros aspectos, a avaliação nacional das dezenas de feiras apoiadas. Outras feiras de agroecologia, de cultura, da agricultura familiar, do artesanato se fundem no caldinho das Feiras de Economia Solidária.

Políticas públicas, redes e fóruns

O movimento da economia solidária, seja para enfrentar o mercado, seja para constituir-se como alternativa à economia capitalista, avança na perspectiva de ocupação de espaços de direitos dentro do estado. Quer ver reconhecido e apoiado o setor da economia solidária, assim como o setor capitalista e o setor estatal são reconhecidos e fartamente beneficiados.

Uma das conquistas com a criação da SENAES foi o início do mapeamento da economia solidária, que possibilitará um conjunto de informações sobre cerca de 15000 empreendimentos econômicos solidários em todo o território nacional. Entretanto, as unidades isoladas, sem articulação econômica (cadeias produtivas, complexos solidários locais) e sem articulação política (redes, fóruns, centrais de representação) permanecerão frágeis e dependentes do mercado capitalista.

O movimento vem tornando visíveis as iniciativas de atividades econômicas em cadeias e redes e esboça

as primeiras construções completas de cadeias produtivas. A Justa Trama, que agrega toda a cadeia do algodão, desde o algodão agroecológico até o consumidor final, passando por diversos empreendimentos solidários em cinco estados brasileiros, é uma delas; a rede Abelha do Nordeste é outra; as quebradeiras de coco, vinculadas à cadeia do babaçu, outra. Cadeias do bode, do caju, da mandioca, das bodegas iniciam suas articulações.

Como espaços de confluência, de intercâmbios, de consensos, de organização política e mobilização, as redes, como a rede da socioeconomia solidária, a rede de incubadoras universitárias, o fórum nacional de comércio ético solidário, somam-se aos fóruns municipais, estaduais e nacional da Economia Solidária. Esses são hoje espaços de unidade política do movimento que vêm agregando representações nacionais de empreendimentos solidários como a ANTEAG, a UNISOL e a UNICAFES. Os fóruns, assim compostos, fazem as mobilizações, as interlocuções e as negociações com os poderes públicos.

A Cáritas Brasileira e toda sua rede de agentes vêm colaborando, prioritariamente, para a construção desses espaços de confluência, bem como vem apoiando e animando a construção de cadeias ou redes de produtores, como a rede de bodegas e a organização dos catadores e recicladores de lixo.

Santa Maria, além do espaço central de comercialização permanente, onde se realizam as feiras anuais, vem fortalecendo sua TEIA – uma rede de dezenas de pontos de comercialização em vários municípios da região com a comercialização direta dos diferentes grupos e associações de produção: reciclagem, agricultura familiar, artesanato, alimentos, têxteis, etc. Trata-se de um conjunto de ações que vão se delineando como "Projetos de Desenvolvimento Microrregional". Assim como a usina de açúcar Harmonia, em Catende, Pernambuco; ou o Banco Palmas, em Fortaleza, Ceará; ou a APAEB, sisal, em Valente ou Pintadas, ambas na Bahia.

Como todas as demais experiências de desenvolvimento local, o Projeto Esperança/Cooesperança enfrentou as resistências do aparelho público local e contribuiu para as mudanças políticas locais, articulando as políticas favoráveis do governo estadual e federal e assumindo atuação efetiva em espaços como o orçamento participativo, o Consad, etc.

Do local para o global, sem exclusão social

Pensar global, agir local. Mas também interferir nas esferas mais amplas, além da local. A rede Cáritas Internacional e Latino-Americana assumiu a participação no Fórum Social Mundial, assim como o movimento nacional da economia solidária, o Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES), que é praticamente fruto das articulações do FSM.

A agenda de relações internacionais, tanto de Cáritas como do FBES, tem permitido intercâmbios, trocas em que as experiências brasileiras são discutidas em conjunto com outras experiências de outros países. Alguns acordos são realizados. No que tange à América Latina, confirma-se que as recentes alterações de governos são mais favoráveis às transformações sociais, à luta contra a pobreza e à autodeterminação dos povos, isto é, contra as políticas neoliberais, imperialistas e militaristas.

A Cáritas Brasileira, enquanto intercâmbio latino-americano, vem contribuindo com reflexões em eventos junto às Cáritas dos demais países latino-americanos e caribenho e ao CELAM (Episcopado latino-americano). Os eventos do FSM (Porto Alegre, Quito, Caracas) têm sido excelentes oportunidades.

O FBES, através de seu grupo de trabalho de relações internacionais (GT-RI), vem assumindo compromissos de articulação latino-americana, em especial, dado interesses mútuos, com o governo da Venezuela, que criou um Ministério da Economia Popular (MINEP), com todas as características da Economia Solidária. Estão em curso intercâmbios e diversos acordos, com ramos os mais diversos da economia solidária brasileira. Seu ministro, Elias Jaua, a respeito da imperiosa necessidade de formação sociopolítica para as cooperativas ou empreendimentos solidários, afirma: "A batalha mais difícil é a batalha cultural [...]. Nossa formação sociopolítica inclui temas como a solidariedade, a participação, o trabalho coletivo, a igualdade de gêneros, a proteção do ambiente, a identidade cultural, etc. [...] Não é o mercado que determina nossa política, porque nosso objetivo principal não é a rentabilidade, mas a satisfação das necessidades...".

Santa Maria tem contribuído efetivamente com essa agenda. Representações de seus empreendimentos têm viajado com delegações do FBES para Caracas; suas cooperativas de catadores e recicladores de lixo assumem fazer assessorias. Recentemente, a experiência de Santa Maria foi tema de seminário latino-americano. Mas o que mais chama a atenção é a vinda de agentes e empreendimentos de alguns países para a Feira Anual. Sua última edição, em 2005, que reuniu cerca de 60 mil pessoas, foi palco de um debate com participantes de vários países sobre o Mercosul e a Integração Regional. As críticas à integração, visando a interesses econômicos assimétricos, levaram ao lema já tão conhecido:

"OTRA INTEGRACIÓN ES POSIBLE!"

E a Feira de Santa Maria, agora parte do calendário latino-americano, é o palco adequado para vivenciar na prática um novo modelo de sociedade!



Ademar Bertucci
Assessor Nacional
da Cáritas Brasileira

SUMÁRIO

PREFÁCIO 7

APRESENTAÇÃO
Santa Maria e os 25 anos de Economia Popular Solidária da Cáritas Brasileira 13

INTRODUÇÃO
A força do Projeto Esperança 23

HISTÓRICO
O Projeto Esperança/Cooesperança: vinte anos de caminhada 29

1 - Os prelúdios (1982-1987). Uma Igreja comprometida e a aposta em pequenos projetos econômicos. 33

2 - A fundação do Projeto Esperança e a Cooesperança (1987-1992). Os primeiros passos e a crise. 43

3 - A recuperação (1992-1998). Reativação da comercialização direta e realização das primeiras Feiras do Cooperativismo. Assumindo a bandeira da economia popular solidária. 49

4 - Atingindo novos patamares (1999-2002). O impulso do apoio governamental. 59

5 - 2003 até hoje. Ganhando densidade e diversificando as redes de comercialização 67

O PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA HOJE.
Um Fórum Regional para a economia solidária e o desenvolvimento local 71

6 - A comercialização direta e os mercados festivos da solidariedade. 77

7 - Os processos de apoio para um empreender solidário e sustentável 97

8 - Espaços de atuação junto aos excluídos e participação em projetos comunitários/locais 109

RESULTADOS E DESAFIOS 119

COMPLEMENTOS 139

Complemento 1 - Entrevistados e Colaboradores 140

Complemento 2 - Grupos 145

Complemento 3 - Siglas 151

Complemento 4 - Referências bibliográficas 152

CEDIM



INTRODUÇÃO

A força do Projeto Esperança

Sexta-feira do mês de junho de 2005, dia chuvoso de outono. Desde cedo, trabalhadores e trabalhadoras dos grupos de economia solidária da cidade se movimentam na praça Saldanha Marinho, no centro de Santa Maria, montando seus postos de venda para iniciar mais um "feirão temático", o qual se realiza uma vez por mês neste mesmo lugar. Como combinado, o Pierre e o Chico, artesãos dos grupos do Projeto Esperança, descarregaram o caminhão conduzido pelo Toninho, da equipe da Cáritas, que trouxe a infra-estrutura básica da feira.

Ivonete, coordenadora do feirão, após ter organizado as coisas na banca do seu grupo, se movimenta de um lado para o outro, conferindo com seus colegas se tudo corre bem. Ao mesmo tempo faz os contatos com as pessoas que deverão ser entrevistadas pela equipe que prepara esse livro e que colabora com os organizadores da atividade que iniciará daqui a pouco: o lançamento da 12ª Feira Estadual do Cooperativismo.

Muitos outros personagens se movimentam na praça e, de forma geral, todos estão atentos ao desenrolar dos acontecimentos do dia, que incluem, além da comercialização (que poderá ser fraca, por causa do tempo ruim), o lançamento da Feira (para o qual virão autoridades como o Prefeito Valdeci de Oliveira e o Bispo Emérito, Dom Ivo Lorscheiter), a reunião dos catadores (na qual se pretende criar a Central dos Catadores e Catadoras de Santa Maria e Região) e mais outra série de eventos culturais, entre os quais a apresentação do coral dos catadores.

Entre esses personagens estão, nesse dia, o seu Antônio, o Pierre, a Margarete, a dona Terezinha, o Telmo, o Sérgio e tantos outros, que fazem parte do grande grupo do Projeto Esperança/Cooesperança. O seu Antônio, que há alguns anos veio para a cidade e morou "embaixo da lona preta", e hoje se orgulha de ser coordenador da horta comunitária de Nova Santa Marta, conselheiro do CONSEA e integrante da comissão contra tabagismo. O Pierre, que foi refém das drogas e cometeu delitos diversos, e agora vende rapadura e participa ativamente do Projeto. A Margarete, catadora, coordenadora da associação de catadores mais antiga da cidade e hoje colaboradora da Secretaria de Proteção Ambiental da Prefeitura. A dona Teresinha, também catadora, semi-analfabeta, coordenadora de outra associação e integrante do MTD, Movimento dos Trabalhadores Desempregados. O Telmo, que decidiu trocar sua atividade como proprietário de um bar para formar um grupo de alimentação e hoje vende pastéis e milita na causa da economia solidária. O Sérgio, artesão, preso a uma cadeira de rodas depois do acidente que o deixou paraplégico em 96 e hoje é uma ativa liderança da comissão de artesanato do Projeto.

Todos eles, junto com os mais de 4.000 famílias de trabalhadores e trabalhadoras organizados em mais de 220 grupos de produção e comercialização em 30 municípios da Região Central, são a essência e a razão de ser do Projeto Esperança/Cooesperança, sobre o qual trata este livro.

A experiência desse Projeto, desenvolvida na região de Santa Maria, interior do Rio Grande do Sul, é cada vez mais conhecida no Brasil, principalmente em função da Feira Estadual do Cooperativismo que chegou este ano a sua 12ª edição e passou a ser uma feira de economia solidária dos países do Mercosul. Mas essa feira é apenas a parte mais visível do Projeto, cuja existência de quase vinte anos o converte num dos espaços do nascimento da economia solidária no Rio Grande do Sul e num símbolo do papel desempenhado pela Cáritas e pela Igreja Católica nessa caminhada.

Seus antecedentes datam de inícios da década de 80, quando, sob iniciativa de Dom Ivo Lorscheiter, bispo da região, iniciou-se um trabalho de apoio a grupos de agricultores e trabalhadores urbanos, na busca de alternativas econômicas e comunitárias. Desafiada por Dom Ivo a trabalhar nesse sentido, a Cáritas do Rio Grande do Sul começou a desenvolver os Projetos Alternativos Comunitários, PACs, nos quais tratava-se de apoiar pequenas iniciativas associativas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas através da solidariedade.

Formalmente fundado em 1987, como uma das linhas de ação do Banco da Esperança (instituição que agrega as pastorais sociais e a Cáritas Diocesana de Santa Maria), o Projeto Esperança nasceu com a função de



congregar todos os pequenos projetos econômicos comunitários em um grande projeto, que assumisse o processo de fomento e assessoria, mas que também trabalhasse pelo desenvolvimento dos grupos enquanto experiências propositoras de transformação social.

Em 1989 (com apoio do fundo católico Misereor), foi concluída a construção do primeiro Terminal de Comercialização Direta e foi fundada a Cooesperança, que teria o papel de ser uma central de comercialização cooperativa, agregando associações de produtores rurais e urbanos. Entretanto, dificuldades no modelo de gestão e de comercialização da Cooesperança fizeram com que, em 1992, após diversas crises, ela passasse a ser assumida pelo próprio Projeto Esperança, fundindo-se no desde então autodenominado Projeto Esperança/Cooesperança.

Ao longo de seus quase vinte anos de existência, o Projeto Esperança/Cooesperança tem mostrado uma grande vitalidade, sabendo superar os momentos de dificuldades e conseguindo avanços significativos e progressivos, que se refletem tanto nos resultados dos grupos como no reconhecimento e na visibilidade do Projeto dentro e fora da Região. Hoje, são mais de 220 grupos vinculados, procedentes de 30 municípios, envolvendo aproximadamente 4000 famílias diretamente e beneficiando mais de 16000 pessoas indiretamente. No que tange à comercialização, a principal referência do Projeto continua sendo o Terminal de Comercialização Direta com seu Feirão Colonial aos sábados, no qual os próprios produtores vendem seus produtos, servindo assim como ponto de encontro e espaço de crescimento dos laços de solidariedade entre eles e com a comunidade. Além desse Feirão e da feira mensal da praça Saldanha Marinho, sobre a qual falamos no início, os grupos vêm construindo uma rede de comercialização chamada Teia da Esperança, que já conta com mais de 40 pontos em funcionamento em diversos municípios.

Os números estimados da 12ª edição da Feira Estadual do Cooperativismo, que em 2005 foi também a 1ª Feira de Economia Solidária do Mercosul permitem o dimensionamento da abrangência e da relevância alcançadas pelo Projeto Esperança/Cooesperança: 66 mil visitantes, 600 grupos expositores, 120 entidades parceiras ou apoiadoras, mais de 10 mil metros quadrados de área coberta, mais de 5 mil produtos em exposição, representações de 23 estados brasileiros e 17 países e milhares de pessoas hospedadas em Santa Maria.

Mas o Projeto Esperança/Cooesperança é também um grande espaço de articulação entre os grupos associados e entre os grupos e a comunidade de Santa Maria e da região. De fato, hoje é muito nítido que o Projeto transformou-se num grande fórum regional, responsável por inúmeras ações de desenvolvimento local, estejam elas referidas ao campo econômico, ao campo social, educacional, cultural, etc. O Projeto participa ativamente dos espaços do Programa Fome Zero, dos programas de qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego, do Banco do Povo, da agricultura familiar e de muitos outros espaços que serão descritos mais adiante.

Escrever um livro que sintetize a experiência do Projeto Esperança/Cooesperança representou um enorme desafio, mas deixa ao mesmo tempo uma profunda satisfação. Não apenas por ter podido acompanhar uma experiência que é pioneira, instigante e bem-sucedida, mas principalmente por ter tido o privilégio de conviver com esse espaço de solidariedade, humanidade e esperança protagonizado por homens e mulheres que lutam e constroem dia a dia, pedacinho por pedacinho, passo a passo, com muito trabalho, muita paixão e muita alegria, novos caminhos para viver e para serem felizes, individual e coletivamente.

Em nossas pesquisas e entrevistas, seja com participantes, apoiadores ou poderes públicos, pudemos perceber o significado que o Projeto Esperança/Cooesperança adquire, individual e coletivamente, alicerçado numa atmosfera de confiança mútua que é diariamente reforçada pelo apelo aos valores da economia solidária: solidariedade, autogestão, cooperação, reciprocidade.

Este livro é, assim, uma obra coletiva, construída com a colaboração e o entusiasmo de seus protagonistas e apoiadores. Ele está organizado em três partes: na primeira, falamos da história do Projeto, comentando suas diferentes etapas até atingir a expansão e o reconhecimento atuais. Na segunda parte, apresentamos os dois elementos fundamentais que sustentam o projeto: suas estratégias de comercialização e sua atuação socio-política. Finalmente, desenvolvemos um balanço dos principais avanços e desafios que se apresentam.



Reunião com personagens do livro em Santa Maria -RS


Reunião da equipe do livro na Cáritas-RS, em Porto Alegre



Feirão da Praça Saldanha M

HISTÓRICO

O Projeto Esperança/Cooesperança:
vinte anos de caminhada.



Julho de 2005, encerramento da XII FEICOOP (Feira do Cooperativismo), em Santa Maria. Num momento de grande emoção, em que vários integrantes do palco vão às lágrimas, evoca-se a caminhada do Projeto Esperança e da Feira de Santa Maria.

Como todos os anos, está lá o Bispo Emérito Dom Ivo Lorscheiter, o iniciador e a principal figura de referência das Feiras do Cooperativismo e de toda a ação do Projeto Esperança em Santa Maria. Ao seu lado, diversas autoridades de governo e lideranças da sociedade civil, que comemoram emocionadas os resultados desta edição da Feira. Entre eles, o Prefeito Municipal, Valdeci de Oliveira, colaborador entusiasta do Projeto desde os anos 90 e um parceiro importante desde que assumiu a Prefeitura, em 2001. E o Dione, da SENAES (Secretaria Nacional da Economia Solidária), que testemunha com enorme satisfação a forma com que se construiu a parceria entre o Governo Federal e os organizadores da feira. Dividem o palco ainda o representante do Governo Estadual, pertencente a uma sigla partidária oposta à dos representantes municipal e federal, mas também reconhecedor do trabalho e do significado do evento que se encerra. Estão lá também o Ademar, da Cáritas Nacional, que relembra o quanto a experiência de Santa Maria tem sido uma referência importante na ação da Cáritas na economia solidária. E também outras lideranças do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, do MST, bem como o presidente da OCERGS, tradicional organização do cooperativismo gaúcho. Há também deputados, vereadores e líderes religiosos diversos. Entre todos eles, aparece a figura da Irmã Lourdes Dill, articulando, organizando, chamando um e outro, tomando a palavra e apelando para a solidariedade, a autogestão e o desenvolvimento local. Ela é, sem dúvida, uma referência ao longo da história do Projeto Esperança, ela conhece cada dificuldade, cada passo da Feira que hoje se encerra e sabe também os nomes e as contribuições de todos os que fizeram possível este momento.

Entre eles, todos aqueles que apresentamos na praça Saldanha Marinho e também o Zeca, a Cláudia, o Giacomini, o Gelson, o Kalú e tantos outros. É interessante constatar que apenas o Zeca participa desde o início do Projeto, e que a maioria, na verdade, começou a participar no final dos anos 90, na fase de sua maior expansão.

De fato, a história do Projeto Esperança remete a um longo percurso, de altos e baixos, mas evidencia uma clara tendência de ampliação e densificação, em que cada fase remete a problemáticas e interrogantes, novos desafios que, de uma ou outra forma, são vivenciados por inúmeras experiências de economia solidária no Brasil.

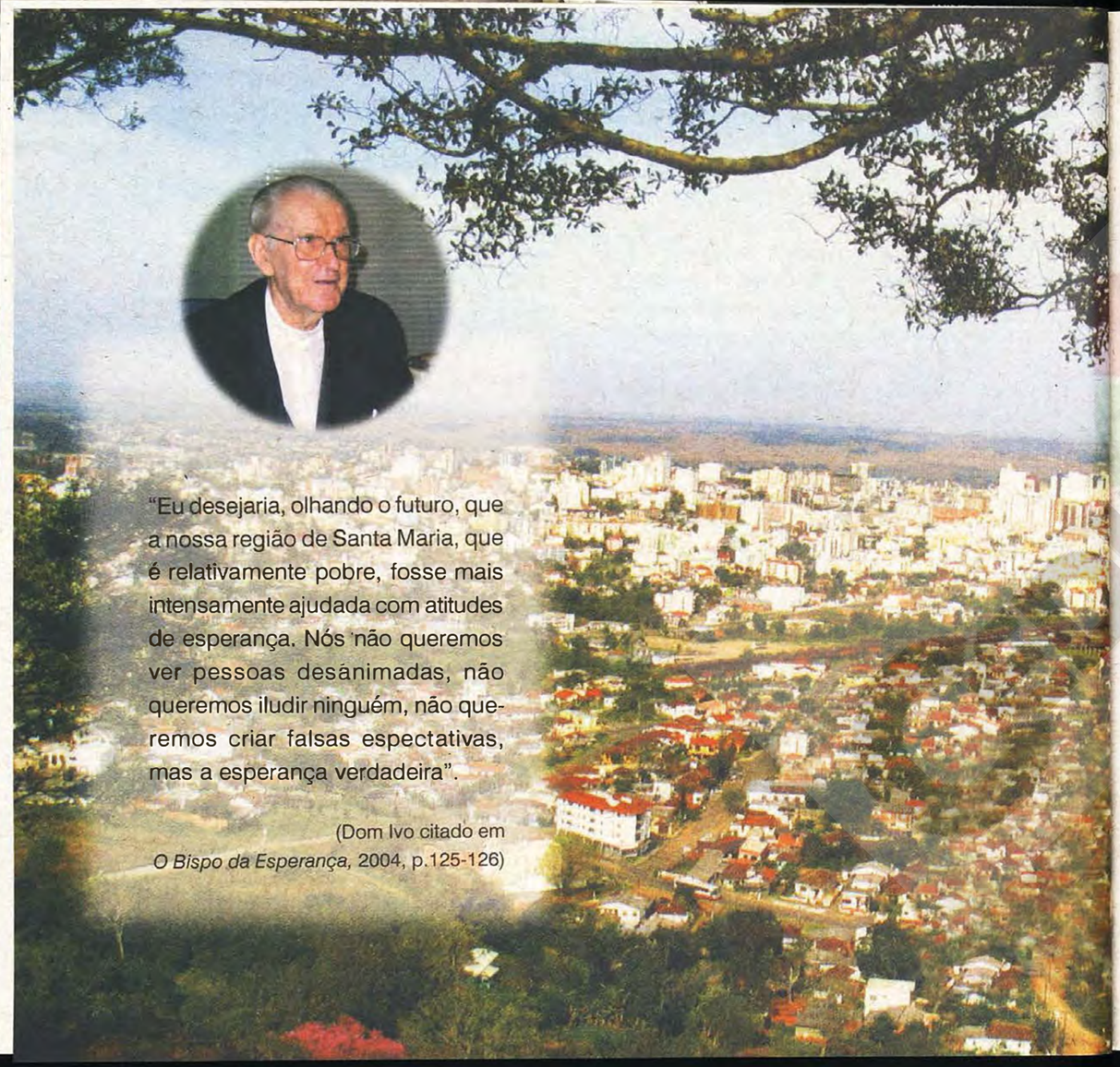
Nesse percurso, não há dúvida de que as figuras de Dom Ivo e da Irmã Lourdes são marcantes, mas junto com eles vão sucedendo-se uma série de personagens importantes para os processos de construção e reconstrução da experiência. O fato de a maior parte dos grupos e lideranças que participaram do início da caminhada não continuarem hoje no projeto evidencia as diversas fases por que ele passou, sobre as quais trataremos neste capítulo.

No início, na primeira metade dos anos 80, era o sonho, a grande vontade que mobilizava uma Igreja comprometida, um grupo de jovens profissionais desejosos de construir alternativas e um conjunto de experiências ainda não suficientemente alicerçadas para sobreviver no cenário competitivo e excludente que se desenhava. Depois, no final da mesma década, o esforço por avançar na racionalidade econômica, sem apoio de políticas públicas e sem a devida ponderação entre o sonho e a realidade, fez com que muita coisa falhasse. O resultado foi uma crise que quase levou a Cooesperança à falência. Mais adiante, ao longo dos anos 90, foi a lenta recuperação, a aposta na Feira do Cooperativismo como espaço de visibilidade e fortalecimento da solidariedade, a inserção e a aposta na economia solidária como horizonte teórico e espaço identitário. Já a partir de 1998, o apoio das políticas públicas é alavanca importante com a qual o Projeto Esperança/Cooesperança adquire um novo fôlego e entra em um processo de fortalecimento sistemático, atingindo progressivamente novos patamares econômicos e organizacionais.

É essa caminhada que permite entender o que é hoje o Projeto Esperança/Cooesperança. E é sobre ela, suas personagens, seus percursos, seus atalhos, que trataremos nas próximas páginas.

Síntese - Histórico do Projeto Esperança/ Cooesperança

PERÍODO	CARACTERÍSTICAS
1982-1987	Período anterior à fundação do Projeto Esperança, surgimento das primeiras idéias e das primeiras experiências, inspiradas no livro *A pobreza, riqueza dos povos*, de Albert Tévoédjrè.
1987-1992	Fundação do Projeto Esperança como um setor do Banco Esperança e criação da Cooesperança. Crise da Cooesperança, fechamento temporário e recomeço.
1992-1998	O Terminal de Comercialização Direta é reaberto e inicia um processo de recuperação e de crescimento, vinculando-se à proposta de economia popular solidária. Em 94, inicia o Feirão Colonial Ecológico e é realizada a primeira Feira do Cooperativismo.
1999-2002	Com o impulso do apoio governamental, o Projeto atinge novos patamares.
2003	Com a criação da Teia Esperança, ganha-se densidade nas redes de comercialização e consumo e se diversificam as atividades relacionadas a projetos de inclusão social.



"Eu desejaria, olhando o futuro, que a nossa região de Santa Maria, que é relativamente pobre, fosse mais intensamente ajudada com atitudes de esperança. Nós não queremos ver pessoas desanimadas, não queremos iludir ninguém, não queremos criar falsas espectativas, mas a esperança verdadeira".

(Dom Ivo citado em *O Bispo da Esperança,* 2004, p.125-126)

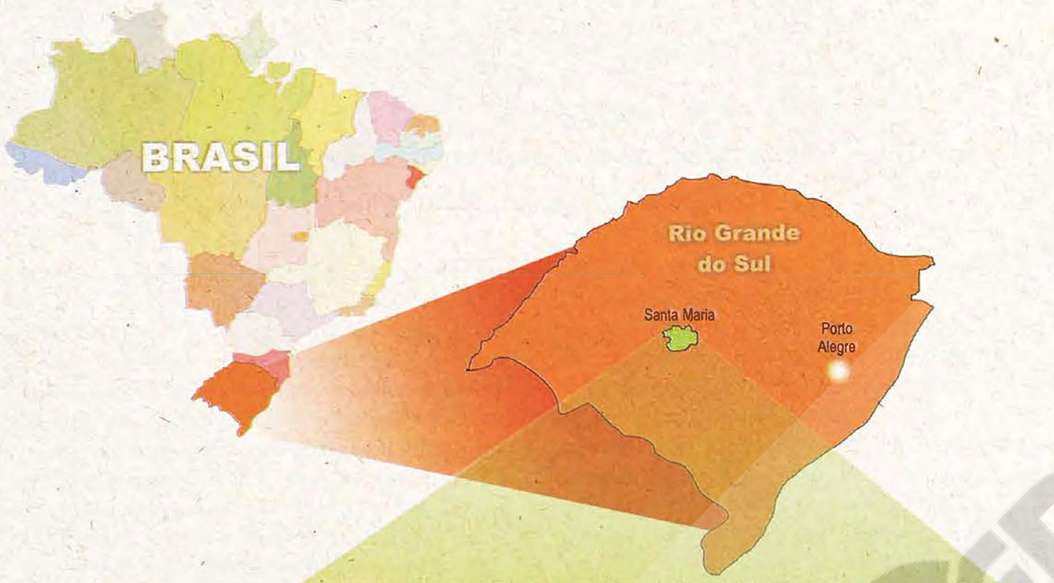
1 - Os prelúdios (1982-1987).

Uma Igreja comprometida e a aposta em pequenos projetos econômicos.

Quando Dom Ivo Lorscheiter assumiu o bispado de Santa Maria, em 1974, defrontou-se com uma cidade encravada no meio rural onde predominavam grandes latifúndios de criação de gado, cultivo de arroz e produção de fumo, bem como outras regiões de pequenas propriedades com sérios problemas de viabilização econômica, principalmente nas regiões das antigas colônias de italianos e alemães. Duas instituições eram particularmente fortes na cidade: a Universidade Federal e as forças militares. Era época de ditadura e de repressão política.

Nascido em São José do Hortênsio em 7 de dezembro de 1927 numa família de pequenos agricultores descendentes de alemães, Dom Ivo era um bispo bem articulado e de ampla visão. Vindo da Diocese de Porto Alegre, fora reconhecido desde cedo como importante liderança política, tanto dentro como fora da Igreja. Nos anos 70, o religioso foi secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de onde manifestou sua crítica ao regime militar então vigente. Nesses anos, Dom Ivo permanecia muito tempo no Rio de Janeiro, o que lhe permitiu estreitar laços com Dom Helder Câmara, aquele a quem o governo militar rotulava como o "Bispo vermelho". Dom Ivo seria fortemente influenciado pelo modelo pastoral de Dom Helder, com seus vários projetos sociais. Entre eles ressaltavam-se a Feira da Providência e o Banco da Providência. O dito "Banco" era uma instituição filantrópica de ação social da Igreja, mantido com recursos arrecadados numa grande feira de produtos e artigos vindos dos estados brasileiros e de outros países: a chamada Feira da Providência. Dom Ivo considerou essa uma "obra social ardorosa e espetacular" (Belmonte, 2004, p.122) e guardou-a consigo como experiência bem-sucedida de pastoral social (Tanto o Banco como a Feira da Providência estão, ainda, em estado de pleno e bem-sucedido funcionamento no Rio de Janeiro).

Foi assim que Dom Ivo propôs-se a "modestamente imitar o que era feito com esse esforço do Rio de Janeiro" também em Santa Maria: organizar uma feira anual, aqui chamada Feira da Primavera (hoje em sua 30ª edição), que possibilitasse a articulação da região e a arrecadação de fundos para a fundação do Banco da Esperança, nos moldes do Banco da Provi-



Localização regional: Região Central do Rio Grande do Sul e no COREDE - Centro (Conselho Regional de Desenvolvimento)

Coordenadas geopolíticas:
- Área do município: 1823,1 km²
- Altitude mínima: 41 m acima do nível do mar
- Altitude média: 113 m acima do nível do mar
- Temperatura média: 19,2°C
- Clima: subtropical úmido
- Precipitação pluviométrica média: 1700 mm
- Latitude do distrito sede do município: -29,68417
- Longitude do distrito sede do município: -53,80694

Limites geográficos:
Norte: Itaara, Júlio de Castilhos e São Martinho da Serra
Sul: São Gabriel e São Sepé
Leste: Silveira Martins, Restinga Seca e Formigueiro
Oeste: São Pedro do Sul, Dilermando de Aguiar

Dados Populacionais:
243.396 habitantes
- Mulheres: 127.496
- Homens: 115.900

População:
- Urbana: 230.468
- Rural: 12.928

Fonte: IBGE - Censo 2000 - Contagem populacional

Santa Maria

dência. Já em 1975 acontece a I Feira da Primavera, e em 20 de dezembro de 1977 é fundado o Banco da Esperança, espaço da pastoral social em Santa Maria.

Com a Feira da Primavera (primavera já e uma palavra que nos educa para a esperança) nós colhemos os recursos para iniciar o Banco da Esperança, que é o local onde concentramos de forma pedagógica, esforçada, as atividades sociais da Diocese. (Belmonte, 2004, p. 122)

A chegada de Dom Ivo trouxe, então, um novo modelo de Igreja para Santa Maria. Uma Igreja preocupada com a realidade socioeconômica de vida de seus fiéis e ocupada em buscar alternativas de melhoria dessas condições de vida.

> Quando fui nomeado Bispo em Santa Maria, eu me dei conta de que esta região do Estado era relativamente pobre, isto é, tanto as cidades como o campo tinham muitas carências. Eu queria, então, a partir da responsabilidade de Bispo, de proclamar a Boa Nova para o povo de Deus, implantar a virtude da Esperança! (Belmonte, 2004, p.121)

Essa nova maneira de pensar a ação católica, característica da Igreja latino-americana, permitiu ao Bispo compreender que era preciso viabilizar a permanência dos fiéis em suas comunidades rurais para viabilizar a própria Igreja. Assim, seguindo a lógica do pastor que visita sua comunidade religiosa, Dom Ivo pôde compreender que era fundamental encontrar meios de libertar a economia rural dos atravessadores que super-exploravam esses trabalhadores.

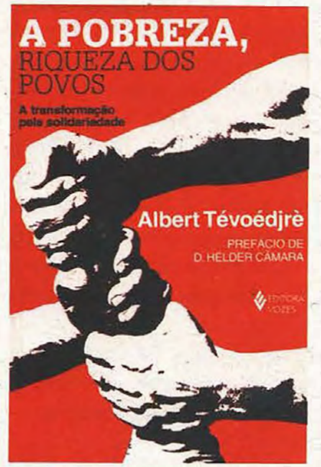
O Bispo percebeu que sua pregação era diretamente afetada pela necessidade de resolução de problemas econômicos básicos. Um exemplo claro apareceu quando ele expôs sua postura de ataque à fumicultura numa região historicamente dedicada a essa cultura. Ao hastear essa bandeira, compreendeu que era necessário criar alternativas de trabalho para esses agricultores do fumo, até porque esses trabalhadores estavam acostumados à estabilidade no comércio com as empresas fumageiras, graças, por exemplo, ao seguro que as mesmas ofereciam.

Todas essas questões motivaram o diálogo da Igreja com a universidade. Dom Ivo esteve sempre atento ao papel fundamental da Universidade Federal na cidade. Certo de que "o dever da Igreja não é só pregar a religião", ele percebia que era necessário se aproximar do conhecimento gerado na universidade para encontrar soluções para os graves problemas da comunidade.

Sabia também que era fundamental travar parcerias que permitissem desenvolver novas estratégias de viabilização econômica da vida rural.

> Me diziam: "é importante que você vá para Santa Maria lembrando-se que é uma cidade universitária. Procure dar muito apoio a essa situação". Esse foi meu receio, porque fazer um trabalho apropriado com esse mundo universitário não é tão fácil assim. É científico, psicológico, com estudantes e professores." (Dom Ivo*)

*As referências indicadas apenas com o nome de pessoas foram obtidas em entrevistas realizadas pelos organizadores deste livro.



Livro: A transformação pela solidariedade

E foi justamente essa aproximação que deu lugar, no início da década de 80, aos primeiros "grupos de estudos", no qual se juntavam professores da área de cooperativismo e das ciências sociais da UFSM, militantes da Igreja e técnicos da EMATER, para realizar uma reflexão conjunta na busca de alternativas ao modelo de desenvolvimento. Discutiam-se uma série de idéias que seriam a base do que depois veio a ser o Projeto Esperança. À preocupação católica de associar trabalho, vida, convivência e mística, juntou-se o interesse universitário de experimentar novas modalidades de organização econômica no combate à pobreza.

A motivação para esses estudos veio do livro *A pobreza, riqueza dos povos*, de Albert Tévoédjrè, cuja leitura despertou em Dom Ivo a vontade de pôr em prática as idéias nele apresentadas. O intelectual africano fala do potencial de mudança social que a população pobre tem a partir de práticas de ajuda mútua, afirma que é possível iniciar uma reformulação das relações econômicas com base na solidariedade e propõe o equilíbrio ambiental, através da produção ecologicamente sustentável (Ferreira, citado por De Souza, 2004, p.55).

> Esse livro é profético, é alegria e fonte de esperança. Tem vários capítulos muito provocadores, como o que fala em desonrar o dinheiro, pois este não faz a riqueza dos povos, ou o outro sobre estar cabeça para baixo, em que denuncia o absurdo do mimetismo ou a proposta de que pobreza é diferente de miséria e que ela tem um potencial de redenção humana (Dom Ivo).

Nesses estudos, Dom Ivo solidifica sua certeza de que é nos pequenos projetos econômicos que se encontra a chave de promoção de um novo modelo de desenvolvimento. É a partir dessas reflexões que a aposta nos pequenos empreendimentos locais e alternativos torna-se o centro da intervenção econômica da ação diocesana de Santa Maria. Entre 1983 e 1986 são fomentados os primeiros grupos comunitários de geração de trabalho e renda.

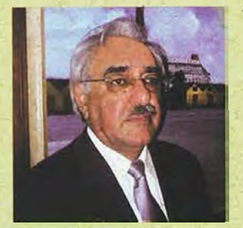
> Nesses primeiros projetos tinha projetos de criação de coelhos, produção de sabão, panificação, mas muito assim a nível doméstico, como o artesanato. Foram assim, pequenas só que elas foram importantes no trajeto da história pra fomentar depois as outras perspectivas (Irmã Lourdes).

Foi nesse período, que a Emater e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) começaram a atuar como importantes parceiras no trabalho do Banco da Esperança. Participavam jovens profissionais, entre os quais o professor José Fernandes, economista, o professor Thomé Lovato, engenheiro agrônomo que continua colaborando com o Projeto Esperança através do núcleo de agroecologia, o engenheiro agrônomo Francisco Caporal, hoje no Ministério de Desenvolvimento Agropecuário, os professores Élio Denardin e Roberto da Luz e militantes da Diocese. Eles coincidem em dizer que Dom Ivo "era um grande sonhador" e que se integraram nos seminários de estudo e depois nas ações concretas motivados pelo desafio de construir novas teorias e projetos.



Thomé Lovato

Professor da UFSM, engenheiro agrônomo, pós-graduado em biodinâmica e produtividade do solo. Pesquisa o manejo e a recuperação de solos degradados. Foi militante do movimento estudantil católico. Conheceu Dom Ivo pelo movimento católico, quando vivia com a ordem dos Irmãos de Maria. Fazia parte de um grupo de estudantes que questionava a formação tecnicista.



José Fernandes

Economista com mestrado em Administração. Acompanhou Dom Ivo nos primeiros passos do Banco Esperança e do Projeto Esperança. Sua trajetória profissional compreende a academia, o mercado financeiro e a política. Hoje, dirige a Pensant Consultoria e a FATEC/USFM de Santa Maria - RS.



4º Encontro da Estadual dos PACs, em Porto Alegre, 1988

Marinês Besson



Socióloga, coordena o setor de Economia Popular Solidária da Cáritas/RS. Acompanha a Economia Popular Solidária desde o seu surgimento no Rio Grande do Sul.

Na época, Dom Ivo anunciava pela mídia (rádio e jornal) as idéias do livro *A pobreza: riqueza dos povos*. Um grupo de estudantes o contatou e começamos a atuar. A preocupação era com a inclusão social. Fui convidado por Dom Ivo a elaborar projetos na área da agricultura, associativismo e cooperativismo. A idéia era estimular a permanência no campo, com respeito à natureza e melhoria da qualidade de vida (Prof. Thomé Lovato).
Nossa aproximação foi muito pessoal, por entendermos a importância de ações que visavam o resgate da cidadania junto a grupos sociais (Francisco Caporal).

Em 1984, ao ser convidado para discutir o papel da Cáritas na sociedade, Dom Ivo defendeu que o trabalho deveria ser focado no fomento a pequenas iniciativas associativas e comunitárias. Tratava-se de uma provocação no sentido de multiplicar a experiência de Santa Maria, uma aposta no potencial transformador dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), que foram apontados "como um novo jeito de construir o desenvolvimento e encontrar soluções para os grandes problemas sociais, entre eles o desemprego, o êxodo rural, a fome, a miséria e a exclusão social" (encarte em Tévoédjrè, 2002, p.2).

No encontro de agentes da Cáritas do Cone Sul, que se realizou em Porto Alegre, Dom Ivo trouxe o livro *A pobreza, riqueza dos povos* e disse que ele entendia que ali estava a chave da atuação da Igreja no social. Ele dava o exemplo da formiguinha e dizia que experiências pequenas como essas já existiam em Santa Maria. Deixou um desafio para a Cáritas pensar nessas idéias (Marinês, Cáritas - RS).

Dom Ivo Lorscheiter, bispo de Santa Maria e então S.Geral da CNBB, em seu pronun-ciamento durante o Congresso, apontou para a necessidade da Cáritas desenvolver projetos alternativos, como um novo jeito de contribuir na solução dos graves problemas do povo e, assim, avançar na transformação social (Adams, 2001, p.122).

Rapidamente, a provocação vinda do centro do Estado foi aceita pela Cáritas Regional do Rio Grande do Sul. Em outubro de 1984, no III Congresso Estadual da Cáritas, os PACs foram oficializados como uma importante linha de ação social para a instituição. Os projetos que já se disseminavam por diversas outras dioceses passam a ser coordenados pelo Escritório Regional, que busca agora articular as propostas e as metodologias de trabalho. O passo seguinte, assumido já pela Regional, foi a realização, em 1985, do I Encontro Estadual de PACs. Nesse encontro ficou evidente a necessidade da obtenção de fundos para alavancar a nova linha de trabalho.

A diocese de Santa Maria foi pioneira na formulação e na organização dos PACs no Rio Grande do Sul. Mas a receptividade perante a proposta e a aceitação do desafio por parte da instância regional e de outras dioceses permitiu que a idéia se espalhasse e adquirisse densidade.

Nesses congressos Dom Ivo era um dos que faziam esse desafio. Até ali, a Cáritas tinha uma prática um pouco diferente, não tinha tanto avanço nessa perspectiva de formar grupos de trabalho e de produção, formar alternativas de trabalho. E por isso então que iniciou com a

Telmo Adams



Mestre em Serviço Social, educador, atua na área de metodologia de trabalho popular. Integrou a equipe da Cáritas-RS durante muito tempo, tendo acompanhado de perto o Projeto Esperança.

PACs - Projetos Alternativos Comunitários

Os PACs surgem na década de 1990, promovidos pela Cáritas e Pastorais Sociais. Nascem de diferentes formas nas diversas regiões brasileiras. "Tratava-se de apoiar pequenas iniciativas associativas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas através da solidariedade"

(Ademar Bertucci).



Sede do Banco Esperança em Santa Maria. O Projeto Esperança é um dos seus 13 setores de atuação, ligados à Diocese de Santa Maria.



Dom Ivo Lorscheiter

experiência dos projetos alternativos comunitários, nessa idéia das pequenas experiências. Só que as primeiras experiências praticamente todas se foram porque elas começaram no outro viés. Foi de fato pra criar esse fomento inicial. Mas eles foram importantes porque eles deram um sinal e uma proposta que é possível se organizar (Irmã Lourdes).

E foi assim que tudo começou: com a iniciativa de uma Igreja comprometida, com lideranças visionárias e decididas como Dom Ivo; com a inspiração em idéias instigadoras, como a de Tévoédjrè; com a colaboração de técnicos, professores e estudantes, como José Fernandes, Tomé Lovato e outros; e com o apoio de instâncias regionais da Cáritas, sensibilizadas para a realização de ações de transformação junto às classes populares, na perspectiva de uma Igreja que, como nos diz Telmo Adams, "estimula a geração de iniciativas da sociedade, expressa uma vontade de desenvolver uma metodologia participativa, crítica, que fosse construindo alternativas".

O Projeto Esperança é um desafio à criatividade, à inovação. Entre seus elementos fundamentais, devemos destacar o simbolismo marcante de Dom Ivo e mais o ambiente social em que se dá, que é nos anos 80, com um amplo desemprego, com a crise. Outra coisa importante da experiência de Santa Maria foi a visão em não jogar fora o cooperativismo, e por isso falam em "cooperativismo alternativo, cooperativismo popular (Telmo Adams).



Projeto da fábrica de cuias, do Grupo ASPPA, 1987.
Um dos primeiros grupos apoiados pelo Projeto Esperança.





1º Encontro que marca o início do Projeto Esperança - 15/08/

2 - A fundação do Projeto Esperança e a Cooesperança (1987-1992).

Os primeiros passos e a crise.

Após os primeiros anos da década de 80, repletos de idéias e experimentações, é fundado, em 15 de agosto de 1987, o Projeto Esperança. O Projeto surge como uma nova linha de ação do Banco da Esperança, com a função de congregar todos os pequenos projetos econômicos comunitários em um grande projeto, que assumisse o processo de fomento e assessoria, mas que também trabalhasse pelo desenvolvimento dos grupos enquanto experiências propositoras de transformação social.

Em seis de março de 1987, a direção do Banco da Esperança foi assumida pelas religiosas da Congregação Filhas do Amor Divino: Cecília Dahmer, Lúcia Riffel e Lourdes Maria Staudt Dill. Entre elas, a irmã Lourdes assumiu a coordenação do Projeto Esperança, e logo se apropriou da energia e dos ideais do trabalho dos PACs e passou a ser um elemento fundamental, uma liderança engajada e plena de iniciativas, cujo dinamismo marca o Projeto Esperança, desde sua fundação até os dias de hoje.

> O Projeto Esperança, então, começou como um programa, mas sem grandes institucionalidades. Pode ver, nas outras dioceses todo mundo trabalha com economia solidária, com projetos alternativos, só que nós temos um projeto global, e essa é a diferença. Nós congregamos essas experiências através de uma articulação que é o Projeto Esperança e que é a Cooesperança (Irmã Lourdes).

E foi assim que começaram as primeiras ações do Projeto, como o da fábrica de cuias, que foi uma das primeiras exepriências.

> No projeto da fábrica de cuias envolveram-se professores de engenharia civil (prédio), mecânica (linha de produção) e artes (acabamento das cuias). Depois, Dom Ivo e Irmã Lourdes foram aos mercados negociar mercado consumidor para as cuias... os rendimentos com as metades de porongo antes comercializadas era de 10 centavos, passou pra 60 centavos no total, com o aproveitamento da outra metade do porongo, antes sucateada... chegou, por vezes, a 1 real. (Prof. José Fernandes)



Irmã Lourdes Dill

Nascida em São Paulo das Missões, em uma família de pequenos agricultores, Irmã Lourdes dedicou sua vida ao serviço religioso na Congregação Filhas do Amor Divino. Desde 06 de março de 1987, coordena o Projeto Esperança/Cooesperança na Diocese de Santa Maria. Fez curso de Licenciatura Plena em Economia Doméstica, Extensão Urbana e Rural na Universidade de Passo Fundo e fez vários cursos de Cooperativismo, Economia Solidária, Autogestão, Agroecologia, Sustentabilidade, Psicologia, Teologia, entre outros.

Uma das primeiras ações do Projeto foi encontrar uma resposta para a já diagnosticada escassez de recursos necessários à multiplicação e desenvolvimento dos PACs. Nesse sentido, em 1986, obtém-se a assinatura de um convênio com a Misereor e a Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe (KZE), entidade católica alemã de cooperação para o desenvolvimento de países do hemisfério sul. Essa entidade é a mesma que já vinha apoiando o trabalho do Escritório Regional da Cáritas do Rio Grande do Sul e o primeiro fundo para os PACs.

Com a obtenção dos recursos, abria-se a possibilidade de desenvolver um trabalho de maior fôlego na região. Com os recursos da Misereor/KZE pôde ser criado um fundo de financiamento de novos PACs em Santa Maria e pôde ser construído um terminal de comercialização direta na cidade, inaugurado em 5 de junho de 1989. A idéia era colocar a ênfase na venda direta pelo produtor, prática que passou a ser um diferencial do Projeto e cujo significado será abordado mais adiante.

Nesse terminal logo foram organizadas as feiras de comercialização direta, que aconteciam dois dias por semana. A idéia da comercialização aparecia como uma forma de viabilizar as atividades dos produtores rurais, possibilitando um espaço de venda dos produtos. Porém, sem muitos recursos e organização para desenvolver esse tipo de atividade, a participação dos grupos acontecia de maneira bastante improvisada.

> Os primeiros empreendimentos que vinham na feira, que foi de 1988 para 1989, vinham de ônibus de linha, traziam produtos nas sacolas e ficavam dois dias em Santa Maria. Traziam seu produto e comercializavam de forma assim, diria, primitiva, porque não tinha outra forma (Irmã Lourdes).

Perante os riscos e inconvenientes dessa forma de realizar a comercialização, foi amadurecendo a idéia de buscar algum amparo legal para a atividade econômica desenvolvida. Com esse intuito, é formado um grupo de trabalho composto por representantes dos produtores, pela equipe do Projeto Esperança e por alguns professores da UFSM, da área do cooperativismo. A proposta era constituir uma cooperativa de comercialização, o que de fato aconteceu em 29 de setembro de 1989, data de fundação da Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos vinculados ao Projeto Esperança, que assumiu o nome de COOESPERANÇA.

> Então, funcionava dessa forma, dois dias por semana, depois que foi inaugurada a central de comercialização. No começo eram poucos grupos, apenas dez. E naquela época não tinha essa gestão da parte dos grupos, como é hoje. No começo não tinha muita organização, o pessoal vinha e comercializava (Irmã Lourdes).

No início, graças ao convênio com as entidades alemãs, foi possível constituir um pequeno capital de giro e adquirir um caminhão e uma Kombi, entre outros itens. A equipe do curso de Tecnólogo em Cooperativismo da UFSM, que funcionou de 1978 a 1998 antes de ser incorporado ao curso de Administração de Empresas, foi contratada para assessorar a gestão do empreen-dimento e trouxe oito ou dez funcionários que tinham trabalhado na cooperativa de consumo da universidade. O Projeto Esperança assumiu as atividades de fomento, acompanhamento e formação dos grupos, contratando também algumas assessorias técnicas.

O entusiasmo inicial, entretanto, não durou muito. A estratégia de comercialização adotada, de buscar os produtos nas propriedades rurais de cooperados pagando 70% no ato da entrega e os outros 30% depois, começou a se mostrar inviável, em função, entre outras coisas, da reduzida dimensão do capital de giro disponível. A crise econômica foi acompanhada de uma crise de caráter político-administrativo, de questionamento da forma como a cooperativa estaria sendo administrada.

Neste momento, houve um distanciamento entre, de uma parte, a Cooesperança, representada fundamentalmente por sua direção e a equipe técnica, e, de outra, a equipe do Projeto Esperança e o corpo de cooperados cada vez mais desmotivados pelos resultados econômicos e pelos problemas de gestão e de falta de participação na cooperativa. Essa situação agravou-se de tal forma que o primeiro presidente eleito acabou sendo deposto depois de quatro meses no cargo, acusado de privatizar a gestão do empreendimento em nome de interesses particulares. Em seguida, a nova diretoria recém-empossada demitiu-se ao tomar conhecimento da situação financeira da cooperativa.

Os três primeiros anos da Cooesperança, então, foram pautados por crises e grandes dificuldades, o que levou a cooperativa a fechar e reabrir por quatro vezes o terminal de comercialização, com quatro diretorias diferentes. Cada tentativa que naufragava consumia novos



Inauguração do Terminal de Comercialização Direta em 05/06/1989

recursos econômicos do empreendimento. Em determinado momento, os próprios cooperados negaram-se a entregar seus produtos à cooperativa, demonstrando total incredulidade na viabilidade e na seriedade da proposta. Como conseqüência, vários grupos deixaram de participar da Cooesperança.

Na última vez em que o terminal foi reaberto, ele havia permanecido fechado por quatro meses. Chegou-se a cogitar o encerramento da Cooesperança e a abertura de uma nova empresa, mas tal procedimento era complicado devido ao grande volume de dívidas acumuladas que precisariam ser quitadas (algumas só foram quitadas em 2003).

Ao longo desse processo e mesmo com todas as dificuldades da Cooesperança, a equipe do Projeto Esperança continuou realizando um trabalho de formação e estímulo aos grupos, mantendo a linha original de desenvolvimento dos PACs. A equipe de professores e técnicos da área de cooperativismo da UFSM foi se afastando e, progressivamente, o Projeto Esperança, sob a direção da Irmã Lourdes e da equipe executiva com técnicos da Emater, assumiu para si o desafio de revitalizar a Cooesperança, organizando discussões, atividades de formação, viagens a feiras de agricultura, estudos e um forte esquema de assessoria junto aos grupos no sentido de motivar a retomada da cooperativa. Os grupos foram estimulados a reassumir a gestão do Terminal de Comercialização Direta, dessa vez apoiados somente pelo Projeto Esperança.

> Aí nós fizemos um reestudo, fizemos viagens para muitos lugares, Santa Catarina, Santa Rosa, Cachoeira, onde tinha feiras. Nas feiras, naquela época, não se falava em economia solidária, se falava em feira de agricultura. Nós fomos nesse tipo de feira, formamos um colegiado, estudamos novas estratégias, e foi dali então que surgiu a perspectiva do feirão colonial e daí se fez todo um ensino, todo um trabalho e, em 1 de abril de 1992, reabrimos pra não fechar mais. Essa data marca o reinício e a nova etapa com a reflexão da economia solidária e da autogestão. Esse foi o marco do início desse trabalho integrado do Projeto Esperança/Cooesperança. Claro, com muitos problemas de descrédito, uns quantos saíram fora (Irmã Lourdes).

Assim, a data de 1 de abril de 1992, quando foi reaberto o Terminal de Comercialização, marca o início de uma nova fase na história da Cooesperança, em que a cooperativa é totalmente integrada ao Projeto Esperança, resultando na atual denominação "Projeto Esperança/Cooesperança".

A Cooesperança continuou existindo enquanto instância jurídico-legal para a realização da atividade de comercialização, mas, de fato, seu funcionamento passou a estar pautado pelo funcionamento do Projeto Esperança, com sua mística, seus processos de formação, de motivação para a solidariedade, com o estímulo à participação e à promoção de lideranças, que assumiam de maneira progressiva, ainda que timidamente, tarefas administrativas e de gestão.

O que falhou nos primeiros três anos da Cooesperança? Por que não foi possível construir um espaço autônomo, administrativamente independente e funcionando sob os critérios da racionalidade econômica, devidamente assessorado por uma equipe técnica provinda da Universidade? Um conjunto de elementos podem explicar as dificuldades encontradas. Entre eles a Irmã Lourdes enfatiza a falta de maturidade, a falta de uma experiência similar em que se espelhar e de preparação do grupo, cujo processo de organização seria ainda muito incipiente para os desafios que lhe foram apresentados:

> O grupo de professores da universidade que, na época, eram do cooperativismo, achava que o grupo estava maduro para criar a Cooesperança, mas na realidade o processo não estava tão maduro e é por isso que no começo foi tão difícil. O pessoal não estava preparado para criar a Cooesperança. Então, no começo nós tivemos muitos desafios e muitos ainda estão presentes. Mas hoje caminhamos para um outro norte, muito mais colegiado, mais participativo (Irmã Lourdes).

O trabalho, na verdade, só continuou pela existência de um projeto maior, que combinava a força das idéias – a necessidade de construção de alternativas – e a força de vontade – a esperança, traduzida em capacidade de não desistir e de encontrar os caminhos possíveis –, força que não faltou à equipe do Projeto Esperança e aos trabalhadores dos grupos envolvidos.



3 - A recuperação (1992-1998).

Reativação da comercialização direta e realização das primeiras Feiras do Cooperativismo. Assumindo a bandeira da economia popular solidária.

Quando foi decidida a reabertura do terminal de comercialização, que então assumiu o nome de Terminal de Comercialização Direta, a equipe do Projeto Esperança e os poucos grupos envolvidos sabiam que tinham grandes desafios pela frente. A credibilidade da proposta tinha sido seriamente abalada pelo fracasso inicial da Cooesperança e era necessário recuperar a confiança, rediscutir o significado da proposta e reorganizar a comercialização e a ação dos grupos em bases sólidas, inspirando-se no debate e no entusiasmo que alimentava tantas outras experiências de organização de grupos e associações que cresciam no Estado e no Brasil.

De fato, este era um momento de grande vitalidade dos PACs, que se espalhavam em diversas regiões do Rio Grande do Sul, junto com outras pequenas experiências econômicas que cresciam nas cidades e no mundo rural. Era também um momento de debate e reflexão entre os agentes da Cáritas, que, cientes da grande potencialidade dos projetos, percebiam seus limites e buscavam novos caminhos para fortalecer sua viabilidade e capacidade transformadora. Esse contexto foi propício para reorganizar a ação do Terminal de Comercialização Direta e estimular as lideranças a batalhar pela revitalização do Projeto Esperança/Cooesperança, centrados na proposta do trabalho cooperativo, solidário e autogerido, em sintonia com os PACs da Cáritas gaúcha.

O primeiro passo foi, então, pôr em prática uma proposta de comercialização que realmente funcionasse, envolvendo os produtores de forma efetiva e gerando resultados que viabilizassem economicamente os grupos e o próprio terminal de comercialização. Para tanto, reforçou-se a *comercialização direta*, isto é, realizada pelos próprios produtores e não por funcionários especializados. Muitos grupos não queriam comprometer-se com a venda de seus produtos, tendo em mente a prática anterior, em que seu papel era apenas entregar seus produtos para alguém comercializar, recebendo posteriormente o valor da venda. Isso, porém, na avaliação da equipe do Projeto, descomprometia o produtor, atribuindo a outros a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso da comercialização. Nesse modelo, os produtores não se preocu-

pavam com a qualidade do que era vendido e não conheciam as preferências dos consumidores.

Foi assim que se recomeçou com o "feirão" aos sábados, conhecido até hoje como o "Feirão Colonial Ecológico", no qual os produtores traziam seus produtos para vender, interagindo entre eles e com os consumidores. Houve muitas resistências e as dificuldades apareciam com freqüência: ausência de qualquer espécie de preocupação com a apresentação das mercadorias, dificuldades de atendimento à freguesia, etc. A irmã Lourdes conta que "alguns produtores que iam ao feirão "verdadeiramente escondiam seus produtos". E acrescenta:

> Foi um longo processo para se motivar esses grupos, levou tempo para que se motivassem e fizessem o feirão. O que significava o feirão? O produtor vir vender. E o produtor não queria vender. Ele queria ou vender como antes ou que alguém vendesse pra ele. Somente após um longo processo e da aposta em algumas poucas experiências é que o pessoal foi se convencendo. Mas foi muito duro(Irmã Lourdes).

Paralelamente, reforçou-se o processo de articulação, o intercâmbio, a reflexão e a troca de experiências com outras regiões. Lideranças dos grupos do Projeto Esperança/Cooesperança participavam sistematicamente em eventos regionais e estaduais, além de alguns fora do Estado. Nas palavras da Irmã Lourdes, o objetivo era "abrir a visão" dos grupos de Santa Maria. Fortalecia-se assim o sentimento de pertencer a um movimento mais amplo, de construção de alternativas para as quais todos teriam uma contribuição a dar. O Projeto Esperança, representado pelos grupos cooperados, participou de todos os encontros estaduais de PACs, promovidos pela Cáritas, bem como dos encontros, dos debates, que fizeram emergir a *economia popular solidária* como horizonte e espaço de pertencimento.

> O foco no início era os PACs. Se nós vamos olhar no RS e no Brasil, a economia solidária ela é uma decorrência depois, né. Mas ela se deu muito a partir disso, me lembro do encontro estadual de projetos que teve, que foi a primeira vez que as entidades do RS se uniram pra nós fazermos aquele encontro lá na UFRGS, depois teve a feira, a primeira feira em Porto Alegre também. Foi ali que começou a se pensar nessa questão mais ampla do desenvolvimento, da economia solidária, das políticas públicas, até ali eram projetos mais isolados, menos articulados. É porque não tinha onde se amparar numa reflexão progressiva (Irmã Lourdes).

Esses anos de recuperação então, se dão em estreita relação com o processo de emergência da economia solidária no Rio Grande do Sul, através do caminho percorrido pela Cáritas, que, num processo de reflexão e de progressiva articulação com outros movimentos e experiências, começa a falar, mais ou menos a partir de 1995, em "economia popular solidária", desencadeando, nesse ano, o processo denominado "a caminhada dos PACs rumo à Economia Popular Solidária".

É interessante fazer notar que, novamente, a universidade teve um papel importante no processo de reflexão e de construção de novos projetos e perspectivas. Desta vez, a contribuição veio da pesquisa solicitada a uma equipe da Unisinos, centrada, num primeiro momento, na caracterização do perfil dos PACs e, entre seus resultados, gerou um caderno de formação que visava simplificar as principais conclusões, chamado "trocando em miúdos".

> Para o nascimento dessa nova proposta de uma Economia Popular Solidária foi muito importante a pesquisa realizada em 1993 pela equipe da Unisinos. Acho que essa foi a pesquisa mais importante dentre as realizadas na parceria Cáritas-Unisinos. Desse trabalho nasceu um caderno de formação que visava simplificar os resultados da pesquisa, chamado "trocando em miúdos". Surgia a "viabilidade econômica" como uma das grandes preocupações (Irmã Lourdes).

Posteriormente, novos atores – o MST, através da COCEARGS, o CAMP, a Prefeitura de Porto Alegre – foram integrando-se ao trabalho de promoção de experiências econômicas associativas. Foram realizados "encontrões", o primeiro em 1996 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e outros processos de reflexão coletivos. Organizou-se também uma nova pesquisa, sobre os fatores de êxito dessas experiências, que começaram a ser chamadas de "empreendimentos econômicos solidários".

> No processo de reflexão, foram importantes as pesquisas da Unisinos e depois, a integração



Mostra de produtos durante o II Encontrão de PACs





Ilustrações da cartilha *Construindo uma Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul*, da Cáritas-RS

CEDIM



Antônio Gringo

Músico santamariense, militante das lutas sociais. Acompanha o Projeto Esperança/ Cooesperança desde 1987. Participou e animou todas as Feiras do Cooperativismo. É parceiro e consumidor dos produtos do Feirão Colonial. Também participa do Projeto Catando Cidadania.

Dimas Rodrigues da Silva



Membro do grupo APRORAM, é sócio fundador da Cooesperança e o atual presidente da cooperativa.

"OProjeto Esperança é uma fonte de alternativas para melhorar a vida dos trabalhadores rurais e urbanos. No caso dos produtores rurais, o Projeto elimina os intermediários e melhora a renda das famílias."

de outros atores (CAMP, Prefeitura de Porto Alegre). A gente se perguntava: que elementos fazem com que os grupos dêem certo? Entre as respostas, apareceram elementos como articulações, assessorias, metodologia de acompanhamento, trajetória dos grupos. Com esses elementos, passamos a dar mais importância aos processos de articulação (Marinês).

No decorrer deste processo, o Projeto Esperança/Cooesperança avançava e se fortalecia. Progressivamente, foi crescendo o número de grupos participantes no Feirão Colonial Ecológico.

Também ampliaram-se as articulações locais e percebeu-se a necessidade de organizar algum evento mais amplo na Região Central. Foi assim que surgiu a idéia da Feira anual.

Em 1 de julho de 1994 realizava-se a 1ª Feira do Cooperativismo. Dessa primeira feira participaram 27 grupos de 13 municípios, tendo um público estimado de 4000 pessoas. A feira teve um impacto importante na cidade, garantindo divulgação para o projeto e para o feirão colonial. A partir daí, a FEICOOP, como é chamada hoje, constituiu-se num importante espaço anual de articulação e fortalecimento de parcerias e de visibilidade para o Projeto Esperança, ampliando sua abrangência com o passar dos anos, conforme se relata no item *O Projeto Esperança/Cooesperança hoje*, deste livro.

Em 1994, no local onde hoje acontece a nossa grande Feira do Cooperativismo, reuniu-se um pequeno grupo de agricultores(as) e

algumas lideranças de Santa Maria, protagonizados pela Irmã Lourdes, para plantar a melhor das sementes, e nós tivemos a alegria de participar. Não imaginávamos que aquela 1ª Feira do Cooperativismo pudesse alcançar a grandiosi-dade que é hoje (Antônio Gringo).

Este tipo de feira foi uma iniciativa e um aporte significativo do Projeto Esperança à economia solidária gaúcha, principalmente quando, em 1996, adquiriu uma abrangência estadual, ainda que continuasse em Santa Maria. No início, a Cáritas/RS relutava em organizar uma feira estadual em Porto Alegre pois, conforme a Irmã Lourdes, "acreditava que não era preciso investir em feiras estaduais, mas sim em eventos regionais". Posteriormente, porém, a própria experiência de Santa Maria foi retomada como referência para a organização da I Feira Estadual em Porto Alegre, em 1998.

A Feira do Cooperativismo Alternativo trouxe também a retomada de outra idéia muito forte para Dom Ivo, que ele trouxe desde o início do trabalho com os grupos de produtores. Esta idéia refere-se ao cooperativismo como forma de organização, trazido ao Rio Grande do Sul por pioneiros como o Padre Theodoro Amstad S. J..

O Rio Grande do Sul é a pátria do cooperativismo. Nós devemos gabar a memória de um grande jesuíta, um padre suíço que trabalhou no interior do Rio Grande como missionário: Theodoro Amstad. Ele se converte num mis-



Padre Theodoro Amstad S. J.



1ª Feira Estadual do Cooperativismo, inauguração em 01/07/1994

FEICOOP
Feira Estadual do Cooperativismo

Evolução do número de grupos vinculados ao Projeto Esperança

ANO	NÚMERO DE GRUPOS
1987	10
1993	88
1999	145
2005	200
2006	220

sionário viajante, a tal ponto que pode-se dizer que deu três vezes a volta ao mundo, de tanto que ele andou. Ele fundou a primeira cooperativa de crédito no Brasil e na América Latina (Dom Ivo).

Mas o cooperativismo, de acordo com Dom Ivo, viciou-se ao longo do tempo. Os cooperativistas do Rio Grande do Sul esqueceram o verdadeiro cooperativismo e "por isso os bispos gaúchos não conseguiram introduzir a idéia de cooperativismo nos documentos da CNBB". Em Santa Maria, porém, o Projeto Esperança quer resgatar o *cooperativismo autêntico*, revigorar esse associativismo que prevaleceu entre os camponeses imigrantes no início de século XX. Por isso, a Feira ficou conhecida como Feira do Cooperativismo Alternativo, hoje FEICOOP.

Ainda nesse período foram alcançadas outras duas importantes conquistas. A primeira ocorreu em 1996, com o nascimento dos feirões especiais na praça, que no início ocorriam em datas especiais ao longo do ano (páscoa, natal, etc). A segunda delas foi a inauguração do Centro de Economia Popular Solidária, em 3 de dezembro de 1997, no dia em que acontecia um Encontro Internacional do Cooperativismo em Santa Maria. Esse centro foi o primeiro ponto fixo de comercialização do Projeto Esperança fora do Terminal de Comercialização Direta.

No final de 1998, o Projeto Esperança/Cooesperança tinha conseguido se firmar como um espaço de construção da economia solidária, superando a crise que quase acabou com a Cooesperança. Consolidou-

se a participação dos grupos no Feirão Colonial, mantendo a comercialização direta como um diferencial de gestão e de organização política. Consolidou-se também a Feira do Cooperativismo, cuja realização anual deu visibilidade e reconhecimento ao trabalho dos empreendimentos solidários.

Muitos dos grupos hoje associados foram criados nesse período e começaram sua caminhada junto ao Projeto Esperança. Em muitos casos, o caminho foi parecido: iniciativas de pessoas que queriam produzir de forma familiar ou associativa e recebiam a sugestão de alguém que lhes falava: "procurem o Projeto Esperança, em Santa Maria, eles podem lhes ajudar". Isso aparece nos relatos dos grupos rurais, como o Giacomini (1998) e a Unimel(1997), e também dos grupos urbanos, como o Raio de Sol (1998) e a Cooperart (1998).

Começamos em 1998. Éramos quatro irmãos, dois trabalhavam no comércio e dois na lavoura. Pensamos em fazer algumas coisas da comida italiana: embutidos, pães, cucas e bolachas. Uma colega nos conheceu e começou a vender nossos produtos; depois fiquei sabendo das feiras do Projeto Esperança e aí então resolvemos entrar (Rogério).

O grupo começou em 1997, com apoio do projeto Casa do Mel do Governo Estadual. Era inicialmente composto por sete famílias de agricultores que se uniram com a intenção de fugir dos atravessadores. Nosso grupo foi a primeira Casa do Mel gerida por uma associação de famílias no estado. No início a comercialização direta não era um objetivo do



Rogério Giacomini

Integrante do Grupo Giacomini, produz embutidos, pães, cucas e bolachas, entre outros. Prepara-se para a legalização de sua Agroindústria Familiar, junto com seus irmãos. Representa o Projeto Esperança em diversas feiras pelo estado e participou de eventos em outros estados.



Adiles Oliveira da Silva

Produtora rural do município de Caçapava do Sul, fundadora da Agroindústria Familiar Unimel. Ingressou no Projeto Esperança/Cooesperança em 1998. Em função do desenvolvimento alcançado por seu grupo e devido à sua capacidade de liderança, representa o Projeto Esperança/Cooesperança em feiras por todo o Brasil. Foi eleita para representar os Empreendedores Rurais no FEES (Fórum Estadual de Economia Solidária) e no FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária).



Simone Alves

Artesã, árbitra esportiva, licenciada em Química. Em 1998, desempregada, ingressou no Projeto Esperança/Cooesperança. Hoje participa do grupo Raio de Sol e coordena, com uma equipe, a loja Produção e Arte Esperança. É uma liderança no setor de artesanato do Projeto.



Sérgio Lima de Oliveira

Artesão, integra o projeto desde 1998. Sempre participou de associações e em 1988 foi presidente da Associação Santamariense de Artesanato. Em 1996 sofreu um acidente automotivo que o deixou paraplégico. Reencontrou o gosto por sua profissão e pela vida no Projeto Esperança/Cooesperança. Durante os eventos do cooperativismo e da economia solidária em julho de 2005, realizou-se o seu noivado com Jane Felicidade no palco da feira. Jane e Sérgio são do grupo Cooperart. Formarão em breve sua família. Fazem parte da grande família do Projeto Esperança/Cooesperança.

grupo. Entretanto, um conhecido de Caçapava nos aconselhou a entrar em contato com a Cooesperança. Foi assim que, em 1998, a Unimel passou a integrar o Projeto Esperança/Cooesperança. Nesse mesmo ano já participamos da FEICOOP (Adiles).

"Em 1998 estava desempregada, apesar de licenciada em Química. Fui buscar alternativas no trabalho autônomo, participei de feiras e, quando soube do Projeto Esperança, conseguiu organizar um grupo de sete mulheres para ingressarmos juntas. No começo, o artesanato não tinha o espaço que tem hoje no Projeto. Exposição só ao ar livre, e era preciso madrugar para conseguir uma banca (Simone).

Em 1997, na saída da procissão de Nossa Senhora de Medianeira, vi a placa do Projeto Esperança em frente ao santuário. Pedi para o meu pai me levar até a placa e decidi procurar o Projeto. Me indicaram o Banco da Esperança. Mas quando eu cheguei lá, eu não conseguia subir as escadas da sede, por causa do acidente que tinha me deixado paraplégico. Aí, a Irmã desceu até a Belina do meu pai. Ali aconteceu a primeira reunião do que seria o grupo Cooperart. Em 1998, juntei mais quatro artesãos e fundamos a Cooperart, pra entrar no Projeto Esperança. Hoje somos seis, mas indiretamente somos 25 pessoas. Cada um de nós trabalha com mais algumas pessoas em casa (Sérgio).

E assim, foram-se disseminando as idéias do trabalho associativo, avançando na construção de novas experiências. Trabalhava-se, porém, com muitas dificuldades e as parcerias eram restritas à Cáritas e a

alguns movimentos sociais. O Projeto era visto com receio por alguns setores e pelos órgãos de governo, que o identificavam politicamente com o Partido dos Trabalhadores. Em geral, pode-se afirmar que ainda não era reconhecido o seu potencial social e transformador. Esse conflito teve um momento emblemático, cujo desdobramento permite identificar o início de uma nova etapa. Esse momento emblemático refere-se ao caso da fiscalização sanitária ocorrida no final do ano de 1998.

Precisamente na véspera do Ano Novo, data da tradicional confraternização dos produtores no Terminal, uma equipe da vigilância sanitária do governo estadual, em parceria com a equipe municipal efetuou uma "batida" no Feirão Colonial. O terminal foi fechado às 8h30 e permaneceu "ocupado" até as 13h. Nesse período seis fiscais empenhavam-se no recolhimento dos produtos lá expostos (levando para o carro deles para queimar), enquanto uma pequena multidão de aproximadamente 200 pessoas pressionava a equipe e tentava impedir o fechamento do Terminal.

> A vigilância sanitária já vinha pressionando o Projeto há alguns meses. Grande parte da motivação para essa ação parece ter partido da esfera estadual, tendo como pano de fundo a derrota no pleito eleitoral, ganho pelo Partido dos Trabalhadores. Em verdade, durante todo mês de dezembro a fiscalização já vinha "fazendo um estrago" na cidade. Várias feiras tiveram produtos queimados (inclusive a Feira da Praça no dia 4 de dezembro), e em alguns casos ocorreram grandes confrontos (Irmã Lourdes).

Entretanto, a "batida" de 31 de dezembro teve uma repercussão muito maior. Dom Ivo tomou partido em defesa dos produtores do Projeto e foi fundamental na resistência. Ficou evidente a importância do apoio dele. Em meia hora a ação foi notícia municipal, em uma hora tornou-se notícia estadual e inclusive nacional, sendo mencionada no Jornal Nacional. Conforme o relato da Irmã Lourdes:

> A ação surtiu efeitos inesperados. Membros do projeto espalharam-se pela cidade, nas mais diversas instituições, tentando recorrer contra a posição da vigilância sanitária. E, enquanto os ânimos exaltavam-se no Terminal, a rádio da diocese foi usada como veículo de resistência. O prefeito Osvaldo Nascimento (do PTB) foi localizado, pois estava fora da cidade, e, comunicado dos fatos, mostrou-se surpreso. Na segunda-feira, dia 4 de janeiro de 1999, toda a equipe de vigilância sanitária do município foi demitida. O caso fora encaminhado à Promotoria Pública (Irmã Lourdes).

O episódio com a vigilância sanitária gerou resultados positivos, pois, além de ter impulsionado o debate sobre a questão da agroindústria, também testou e fortaleceu a força do trabalho do Projeto Esperança/Cooesperança, mostrando os avanços em termos de organização e reconhecimento atingidos até então. De fato, a divulgação na mídia, que acabou ultrapassando o tamanho do evento realmente ocorrido, gerou visibilidade e aumentou o apoio ao Projeto na região.



6ª Feira Estadual do Cooperativismo de 1
com todos em frente ao Terminal, junto com Olívio D

4 - Atingindo novos patamares (1999-2002).
O impulso do apoio governamental.

O episódio de confronto com a vigilância sanitária, que finalizou o ano de 1998, evidenciou o distanciamento existente entre os governos municipal e estadual e o Projeto Esperança/Cooesperança. Sua clara opção em favor dos excluídos, sua articulação com os movimentos sociais, sua postura contra o modelo econômico vigente e a favor da construção de alternativas fizeram com que o Projeto fosse "catalogado" politicamente e excluído de qualquer espaço de políticas públicas, mesmo se suas ações eram toleradas em função do respeito que a Mitra inspirava na cidade. De fato, o Projeto Esperança/Cooesperança, até então, tinha se desenvolvido sem apoio do poder público, chegando, como vimos, até a ser tratado como "caso de polícia" e colocando os grupos organizados "à margem da lei".

Mas esse final da década de 90 marcava o início de uma nova fase na história do Projeto Esperança/Cooesperança. Com efeito, entre 1999 e 2002 ele conseguiu uma grande expansão e consolidou-se como referência no campo da economia solidária gaúcha e, possivelmente, brasileira, multiplicando suas articulações e ampliando seus espaços de atuação. O apoio governamental, primeiro em nível estadual e depois municipal, foi sem dúvida o grande diferencial que potencializou suas ações nesse período, facilitando o acesso a políticas públicas que permitiram alavancar a organização e a viabilidade econômica dos grupos, entre as quais as políticas para a agroindústria familiar, para a economia popular solidária, o Qualificar-RS, o Orçamento Participativo, etc.

> Desde o início, o governo estadual deu sinais claros de sintonia com a proposta do Projeto Esperança/Cooesperança. Lembro que a primeira visita do novo governador à cidade foi na Feira de 1999. Ele passou o dia na Feira e almoçou "na garagem" junto com os produtores. Essa visita gerou grande repercussão na cidade e região, levando a Feira à mídia. Na meia-noite desse dia foi entregue ao governador, em frente a umas 700 pessoas, o pedido de financiamento de um segundo prédio para o Terminal (Irmã Lourdes).

Em linhas gerais, no Projeto Esperança/Cooesperança avalia-se que as principais contribuições do

governo Olívio Dutra (1999-2002) podem ser identificadas em três grupos: as políticas voltadas à agricultura e à agroindústria familiar, desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura; as de assessoria e fomento à economia popular solidária, desenvolvidas pela Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais – SEDAI; e as de formação e qualificação profissional, através do Programa Qualificar-RS, com a Secretaria do Trabalho e Assistência Social – STCAAS – e o RS Rural. Em todos esses casos, foram assinados convênios entre o Projeto Esperança e o governo de Estado.

Essas políticas permitiram fortalecer a maioria dos grupos do Projeto, tanto rurais como urbanos, possibilitando o acesso a processos de formação e qualificação profissional, apoiando seu processo de organização e gestão e estimulando a comercialização dos seus produtos. Entretanto, a relação com o governo trouxe também uma série de dificuldades. Conforme a Irmã Lourdes, "se, por um lado, esse foi um período de grandes conquistas, houve também uma série de problemas que limitaram o alcance das políticas e frustraram muitas expectativas". Mencionaremos, a seguir, alguns avanços e dificuldades.

As parcerias para a agricultura e a agroindústria familiar

O confronto com a vigilância sanitária ainda estava "quente" quando o novo governo estadual tomou posse, em janeiro de 1999. Ainda nesse mês, uma audiência pública estadual, foi convocada por um promotor público para apurar os fatos. Nessa audiência, realizada no Fórum Municipal, reuniram-se 25 entidades que trabalhavam com agricultores, e umas 60 ou 70 pessoas no total, para a defesa do projeto, tendo cada um cinco minutos para falar. Sobre esse período, a Irmã Lourdes relata o seguinte:

> Nós contatamos a Secretaria da Agricultura e, no começo de março, o Secretário (Hermeto Hoffmann) veio pela primeira vez a Santa Maria para uma plenária de tarde inteira com entidades e empreendimentos da Cooesperança e de outras feiras da cidade, realizado na sede do Banco da Esperança. Esse fato foi notícia na cidade. Depois, no mesmo dia, houve também um importante evento na Câmara dos Vereadores (Irmã Lourdes).

O mês de janeiro foi ainda "muito quente". Mesmo os meses seguintes foram dedicados à luta pela manutenção do Feirão Colonial, com abaixo-assinados em sua defesa circulando pela cidade. Referente à audiência, comentava-se na cidade que a intenção do Promotor, respondendo à solicitação dos fiscais demitidos, era fechar definitivamente o Terminal de Comercialização. Por isso, a mobilização continuou sendo grande.

Ao que tudo indica, esse caso motivou o governo estadual a repensar o fomento à agroindústria familiar e os procedimentos de comercialização de seus produtos. Entre outras coisas, o governo criou em 2001 o selo *Sabor Gaúcho*.

Gerou-se grande expectativa de que o *Sabor Gaúcho* seria uma importante via de legalização e potencialização da comercialização dos produtos dos grupos em outras localidades. Entretanto, posteriormente veio uma grande desilusão, pois a obtenção do selo mostrou-se muito difícil. Era necessário obter o "Cispoa" (aval da inspeção da vigilância sanitária estadual), e não era permitido que se utilizasse somente o "Sim" (aval do serviço de inspeção municipal). Como resultado, grande parte dos grupos foram excluídos dessa política e só alguns poucos acabaram entrando (Irmã Lourdes).

O Projeto Esperança, por sua vez, investiu, em agosto de 1999, na criação do selo *Sabor da Terra*. Era o início do investimento na rotulagem dos produtos, que até então não acontecia. Esse passo agregou valor aos produtos, que agora tinham uma "marca própria" e também portavam o registro da cooperativa.

Por outro lado, no governo Olívio havia um fundo expressivo para agroindústrias e muitos empreendimentos acessaram esse recurso, investindo para tornarem-se agroindústrias legalizadas.

> Com o *Sabor Gaúcho* e o estímulo à agroindústria, resolvemos investir numa agroindústria. Investimos perto de R$ 200.000, mas ainda não estamos produzindo mais pois continuamos sem conseguir o registro, mesmo o prédio estando pronto. Participei de várias reuniões, mas não conseguimos o selo *Sabor Gaúcho*. Fizemos uma série de cursos muito bons (Rogério).



Sabor da Terra
PRODUTOS NATURAIS E ECOLÓGICOS
"A FORÇA DO ASSOCIATIVISMO e a LUTA pela INCLUSÃO SOCIAL"

Sabor Gaúcho



Grupo Unimel - vista aérea da plantação de figo.
Agroindústria e ponto de comercialização direta em Caçapava do Sul

Abriu-se também uma série de oportunidades para participar de feiras e promover a agroindústria familiar, com as quais muitos grupos foram criados e se desenvolveram. Esse foi o caso da Unimel, como nos conta Adiles, cujo papel de liderança no Projeto Esperança/Cooesperança foi forjando-se ao longo desses anos.

> Em 1999, a Unimel foi convidada pela Colméia para participar da Expointer como representante do Projeto Esperança/Cooesperança e nós fomos. Durante o governo Olívio, trabalhei como uma "promotora" de criação de agroindústrias na região de Santa Maria, tendo atuado em parceria com o Departamento de Agroindústria. Foram fomentadas 35 agroindústrias, das quais umas 15 continuam em atividade (Adiles).

As parcerias para a assessoria e fomento à economia popular solidária

Como decorrência da parceria assinada com o governo estadual, a ANTEAG instalou um escritório regional no Centro Regional do Trabalho em Santa Maria e procurou articular-se com os atores do campo da economia popular solidária, iniciando o atendimento a muitos empreendimentos da região. Entretanto, na avaliação do Projeto Esperança, o "estilo" de trabalho adotado foi equivocado, e em Santa Maria, como em outros lugares do Rio Grande do Sul, o governo "desconsiderou a atuação, importância e capacidade de diversas organizações que tinham um trabalho histórico na economia solidária" (Irmã Lourdes). Foi essa a percepção no Projeto Esperança, principalmente em função da forma como se estabeleciam as relações pois, conforme a Irmã,

> o governo assumia o protagonismo da economia solidária, apropriando-se, de certa forma, de um trabalho já realizado há muito tempo. Lendo os relatórios, parecia que a economia solidária surgiu com a ação do governo de estado, que os grupos só existiam graças ao seu apoio e que as entidades eram meras colaboradoras do projeto que iniciava (Irmã Lourdes).

Ainda assim, é evidente que a política do governo estadual trouxe benefícios para os grupos, dando mais visibilidade ao seu trabalho e fortalecendo suas articulações. Adiles, por exemplo, nos conta que, em 2002, ela teve a oportunidade de representar o grupo e o Projeto Esperança/Cooesperança nos encontros promovidos pela ANTEAG em São Paulo.

> Lá, eu senti o tamanho do reconhecimento que possui o Projeto Esperança/Cooesperança. A experiência de Santa Maria foi apontada como exemplar e isso me encheu de orgulho. Muitos grupos tiveram a oportunidade de enviar representantes a São Paulo para o Encontro Nacional da ANTEAG e eram apresentados como seus assessorados. Foi uma experiência importante para mim (Adiles).

Um importante fruto da atuação da SEDAI foi o Curso de Formação de Multiplicadores de Redes de Empreendimentos Solidários, desenvolvido em 2001. Foram oferecidas 60 vagas para o estado inteiro, em

quatro módulos, das quais 11 vagas foram conquistadas pelo Projeto Esperança/Cooesperança. Como resultado, esperava-se a construção de uma rede estadual de empreendimentos econômicos solidários que, no final, acabou não se efetivando. Mesmo assim, esse curso permitiu motivar o Projeto Esperança/Cooesperança a investir na criação de uma verdadeira rede de comercialização entre os grupos cooperados. Essa foi a semente da Teia Esperança, que nasceu em 2003.

Outra importante conquista foi a construção, em 2001, do segundo prédio do Terminal de Comercialização Direta. Isto foi possível graças à participação dos grupos no Orçamento Participativo, que deliberou a favor do investimento. O governo financiou 80% do valor da obra, contando-se ainda com a colaboração de outras entidades, como Misereor, Prefeitura de Santa Maria e Cáritas Regional-RS e ainda uma contrapartida dos grupos pela porcentagem das feiras.

O governo estadual também investiu uma série de recursos do Programa Qualificar-RS para desenvolver atividades de formação e qualificação em economia solidária. A oportunidade aberta pela disponibilidade de recursos do Programa Qualificar foi prontamente aproveitada pelo Projeto Esperança/Cooesperança para a capacitação dos grupos. Entre 1999 e 2002, em parceria com a Universidade e o IGK (Insituto Genaro Krebs), desenvolveram-se aproximadamente 80 cursos na região, que atingiram mais de 2000 trabalhadores. Estes cursos tratavam de temas como cooperativismo, gestão, agricultura familiar, elementos de qualificação das agroindústrias, entre outros.



Inauguração do segundo prédio do Terminal em 21/12/2001



Encontro de formação



Valdeci Oliveira

Prefeito municipal de Santa Maria pelo Partido dos Trabalhadores - PT. Tradicional colaborador do Projeto Esperança/ Coopesperança.



Abertura da 12ª Feira Estadual do Cooperativismo - 2005

O apoio do governo municipal

Em 2001, com a chegada do prefeito Valdeci Oliveira ao governo municipal, abre-se mais um espaço de parceria e apoio para o Projeto Esperança/ Coopesperança. O próprio prefeito e muitos outros membros da equipe de governo já tinham participado como militantes do processo inicial de construção do Projeto e reconhecem seu papel como um espaço de construção de alternativas para o desenvolvimento da cidade. O prefeito testemunha:

> No decorrer dessa jornada, acompanhei lado a lado com os idealizadores do projeto a luta e a mobilização para a formação dos grupos, de temáticas, das associações, das feiras e da consolidação do Terminal de Comercialização (prefeito Valdeci).

Nesse contexto, o Projeto passa a ser referência para a elaboração de políticas de inclusão social e de geração de renda. Nos primeiros dois anos de governo são firmadas as primeiras parcerias, centradas fundamentalmente no apoio para a realização de feiras, como a do Cooperativismo e a da praça Saldanha Marinho. Esta última, que até então era "temática", isto é, acontecia por ocasião de datas especiais, passou a ter a liberação da Prefeitura para ocorrer mensalmente, com duração de uma semana.

No final de 2002, o novo governo estadual muda as prioridades, reduzindo com isso o apoio à economia solidária e extinguindo muitas das políticas desenvolvidas no governo anterior para essa área.

Mas o Projeto Esperança/Cooesperança conseguiu se firmar como um espaço de construção de alternativas socioeconômicas e sua expansão está sustentada num conjunto de grupos, de trabalhadores que avançam no seu processo de organização coletiva e que fortalecem novos espaços de produção, de comercialização, de solidariedade. Conforme Cláudio Moser, que acompanhou a experiência do Projeto Esperança desde 1995 como encarregado de projetos da Misereor para o Brasil,

> Nos vários momentos da caminhada houve um crescimento nos mecanismos de produção e comercialização, aprendendo a lidar com problemas e inventando – com grande criatividade – novos métodos e espaços de ação (Claudio Mosa).

Nesses últimos anos, eles perceberam importantes avanços em termos de resultados econômicos, mas também aprofundaram sua compreensão sobre o projeto mais amplo em que estavam envolvidos e o significado que a experiência de Santa Maria tem para a economia solidária no Brasil. A multiplicação, nesses anos todos, de feiras e espaços de articulação regionais, estaduais e até internacionais fortaleceu suas lideranças e consolidou a esperança, o motor primeiro e a fonte de inspiração dessa caminhada.



Ato de criação da Teia Esperança, em 14/01/2003



Cláudio Moser

Representante da Misereor/KZE – Alemanha no Brasil.

MISEREOR
DAS HILFSWERK



Armazém da Colônia, no centro de Santa M

5 - 2003 até hoje.

Ganhando densidade e diversificando as redes de comercialização.

A nova fase na história do Projeto Esperança/Cooesperança está pautada pela busca de novos patamares, tanto do ponto de vista econômico como organizacional, buscando maior autonomia e reforçando a autogestão dos trabalhadores. O nascimento da Teia Esperança, rede de pontos fixos de comercialização direta criada em 2003, é um dos marcos dessa nova fase.

De fato, a multiplicação e o fortalecimento das ações do Projeto, que já podia ser verificada desde o final dos anos 90, encontra novo fôlego na estratégia de multiplicação dos pontos comerciais. Cada nova loja é um novo ponto de encontro e de articulação política. O avanço dos mais de 40 pontos pelas cidades vizinhas tem expandido a área de atuação efetiva do Projeto, levando-o a fixar-se em municípios mais distantes, como São Gabriel (distante uns 100km de Santa Maria). Hoje, é possível dizer que o Projeto dá os primeiros passos no caminho de sua transformação em um verdadeiro fórum de desenvolvimento local.

No plano organizacional, essa nova fase também inaugura a aposta na institucionalização de um novo modelo de gestão da cooperativa, iniciando uma retomada dos espaços de gestão da Cooesperança com mais participação dos grupos. Em 2003 nasceram os colegiados de administração do projeto e em março de 2005 foi criado o regime de administração por comissões (quinze ao total, cada uma vinculada a um ramo de atividade econômica) e a coordenação colegiada do Projeto Esperança/Cooesperança.

Participantes do Projeto Esperança/Cooesperança

		2001	2003	2006
Grupos formalmente associados	Urbanos	76	96	130
	Rurais	69	80	90
	Total	145	176	220
Famílias beneficiadas diretamente		3.000	3.500	4.000
Beneficiados indiretos		13.000	15.000	18.000

Essas ações visam descentralizar o controle do Projeto, até então demasiadamente vinculado à equipe executiva. Hoje, é possível verificar o gradual empoderamento dos participantes do Projeto, organi-



Encontro Estadual de EPS - RS, 2004



Participação no V Fórum Social Mundial de Porto Alegre - 2005

zados nas comissões e cada vez mais presentes nas reuniões e assembléias.

As Feiras do Cooperativismo também foram atingindo um patamar cada vez mais elevado e sua organização cada vez mais diretamente responsabilidade das comissões de trabalhadores.

É importante mencionar que neste período o Projeto Esperança continuou tendo um importante apoio governamental, vindo desta vez do governo federal. De fato, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o decisivo apoio do poder público à organização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) garantiram um inédito espaço de visibilidade nacional à economia solidária. Nesse espaço, o Projeto tem gradualmente afirmado-se como experiência modelo, o que lhe garante grande aporte de recursos. A própria Feira Estadual do Cooperativismo foi alçada, no ano de 2005, à condição de Feira de Economia Solidária do Mercosul, recebendo importante apoio de diversos órgãos do poder público federal.

Por sua vez, a Prefeitura Municipal petista, hoje no seu segundo mandato, tem continuado e ampliado as parcerias com o Projeto, tendo como centro o apoio à Feira do Cooperativismo, cada vez mais reconhecida como um dos "cartões de visita" da cidade. Entre as ações de ampliação de políticas de apoio à economia solidária, estão a qualificação e ampliação das feiras, que já são várias); o Banco do Povo, que disponibiliza crédito barato para os empreendimentos; e a divulgação nas escolas, na perspectiva da alimentação saudável e do trabalho solidário.

A Prefeitura de Santa Maria sente-se honrada em ter como parceiro o Projeto Esperança/Cooesperança. Cientes de nosso papel, está em estudo a criação da Lei de Incentivo a Economia Popular e Solidária. Desta forma estaremos criando um marco legal para o apoio aos projetos, eventos e grupos vinculados ao tema (prefeito Valdeci).

As políticas vinculadas com o Programa Fome Zero também ampliaram o leque de atuação do Projeto Esperança/Cooesperança, historicamente sensível para o trabalho com os excluídos e experiente na organização de alternativas estruturantes de um modelo de desenvol-vimento sustentável e solidário.

O Projeto Esperança/Cooesperança mantém sua ativa participação nos espaços de articulação do movimento da economia solidária. Após a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em 2003, tem participado ativamente nos espaços regionais, estaduais e nacionais. No Fórum Gaúcho de Economia Solidária, Adiles foi escolhida para integrar o Conselho Estadual na condição de representante dos empreendedores rurais do centro do estado. Em seguida, foi indicada para participar (primeiro como suplente, tendo assumido depois como titular) no FBES, também na condição de representante do "centro rural gaúcho".



Participação do Projeto Esperança/Cooesperança no VI FSM de Caracas, 2006



II Feira Nacional de Economia Solidária em Brasília - 2005



O PROJETO ESPERANÇA/ COOESPERANÇA HOJE.

Um Fórum Regional para a economia solidária e o desenvolvimento local.

O belo e bem-sucedido Armazém da Colônia, inaugurado em junho de 2004, orgulha os integrantes do Projeto Esperança por sua localização privilegiada, no centro da cidade. Adiles, produtora do grupo Unimel, distante uns 100 quilômetros de Santa Maria, é a responsável pelo gerenciamento. Para tanto, fica de segunda a sábado longe de sua família e comunidade, onde só retorna aos finais de semana. O Armazém é abastecido por produtos de mais de 35 grupos da economia solidária de Santa Maria e região. Mas ele é apenas um dos cinco nós da Teia na cidade de Santa Maria.

Para encontrar o próximo nó dessa Teia, basta subir a Avenida Rio Branco e atravessar a Praça Saldanha Marinho, a já mencionada sede do Feirão Temático. Esse é o caminho para quem procura a Produção Arte Esperança, aconchegante loja dos grupos de artesãos associados ao Projeto. O atendimento na loja dos artesãos, como em todos os pontos da Teia, é feito pelos próprios trabalhadores. Assim, as visitas à loja nunca se resumem à compra dessa ou daquela obra de artesanato; elas são momentos de aprendizado, em que se pode conhecer os planos e sonhos do pessoal do Projeto, permitindo que se compreenda melhor o que é essa tal economia solidária.

Dona Adelina, no alto de seus setenta anos, afirma: "eu amo o Projeto Esperança, amo minhas colegas! Venho pra cá mesmo com todos os meus problemas de saúde". E a Lourdes, que diz ter nascido no meio do artesanato e que, orgulhosa de sua loja, não mede esforços para que o negócio alcance o sucesso, comenta: "Se eu tivesse dez mãos, eu abraçava tudo!".

Para encontrar todos esses trabalhadores – a Adiles, a dona Adelina, a Lourdes e tantos outros – basta procurar, aos sábados, no Terminal de Comercialização Direta, ao lado do Santuário da Medianeira. É quando todos se encontram para o Feirão Colonial Ecológico. Esse é o ponto de venda mais tradicional do Projeto. Operando ininterruptamente desde 1992, o Feirão é onde os grupos reúnem-se para trocar produtos e experiências com outros produtores e com os consumidores. Luiz Comasetto, produtor rural e membro da comissão de agroindústrias, faz questão de ressaltar que o Feirão é muito mais que trabalho: "os sábados aqui são uma segunda família que tu passa a ter, se tu perdes o Feirão, tu perdes o contato e passa uma semana vazia".

O Feirão Colonial Ecológico, como o próprio nome já anuncia, é uma arena de promoção da agroecologia e dos produtos locais, bem como um campo de batalha contra o tabaco e os produtos industrializados. Nele, como nos outros pontos da Teia Esperança, os consumidores não encontram cigarros, refrigerantes ou cervejas. Entretanto, é possível encontrar comerciantes politizados e consumidores muito críticos, como o Irmão Ademar, que é cliente do Feirão desde a abertura do Terminal. Hoje, aos 101 anos, Irmão Ademar é um defensor incondicional do Feirão: "Esses salões estão sempre cheios. Essa é uma prova de reconhecimento... e é uma defesa que temos contra os adubos químicos... compro aqui porque minha saúde precisa de alimentos sadios".

Tem ainda mais sorte o consumidor que consegue visitar o Feirão Colonial Ecológico, aos sábados. Nesse dia, os produtores que vêm de lugares mais distantes também participam da Feira. Os prédios ficam repletos de hortaliças, embutidos, doces, pães, cucas, queijos, frutas e muito mais. Ao final da comercialização, enquanto alguns preparam a volta pra casa, é possível ver rodas de produtores que, em pé, discutem pautas, agendas e deliberações importantes para a administração do Projeto, para a Teia Esperança, para o próximo Feirão, para a próxima assembléia, ou talvez para a próxima Feira Estadual do Cooperativismo. É que nos primeiros sábados do mês, quando os grupos todos vêm a Santa Maria para o Feirão, são realizadas as atividades gerais de articulação e reuniões diversas.

Na maioria dessas reuniões, é muito provável que se encontre a Cláudia. Ela é uma pedagoga muito preocupada com a situação das crianças e jovens pobres. Além disso, ela também é sócia fundadora de uma cooperativa afro e coordenadora de outro Ponto da Teia Esperança em Santa Maria. A loja a que ela e outros dez trabalhadores dedicam seus dias chama-se Arte da Inclusão. Nela, além da comercialização de produtos de artesãos que transformam lixo em arte, existe uma preocupação fundamental com o desenvolvimento de ações sociais diversas.

Qualquer um pode procurar a Arte da Inclusão e se inscrever num dos cursos de origami, por exemplo. Atenção especial é dada às crianças, com turmas especiais que buscam discutir a importância de

Armazém da Colônia

"O Armazém da Colônia tem o Projeto Esperança/Cooesperança como um grande parceiro. Divulgamos para a população o grande trabalho que o Projeto vem realizando na região central do RS." (Mensagem dos grupos)

O Armazém da Colônia é um dos pontos de maior faturamento da Teia Esperança. Fundado em 16 de junho de 2004, ele está localizado no centro de Santa Maria, numa avenida de grande movimento. Os quase dois mil produtos à venda provêm de 35 grupos. Juntos, esses grupos vendem mais de 25 mil reais por mês.





reaproveitar o que pode ser reutilizado no nosso lixo. Há também um projeto desenvolvido em parceria com o Centro de Apoio Psicosocial, que permite que os pacientes do Centro trabalhem na loja, divertindo-se enquanto desenvolvem sua concentração e habilidade manual.

No mesmo prédio da Arte da Inclusão, funciona o Centro de Economia Popular Solidária. Como nos demais pontos da Teia Esperança, a loja é coordenada num regime de administração colegiada com os produtores que expõem seus produtos. O Centro é um dos pontos mais antigos do Projeto na cidade, onde se pode encontrar uma grande variedade de produtos das agroindústrias familiares, dos assentamentos da região e dos produtores agroecológicos, entre outros.

Há ainda outros pontos da Teia na cidade, através dos quais faz-se o elo de ligação com um conjunto de produtores rurais organizados em grupos, como a Unimel, o Giacomini, a Rede Ecovida, os assentamentos do MST e tantos outros, que vendem seus produtos na cidade e que, por sua vez, mantêm pontos da Teia para comercializar os produtos dos outros grupos do Projeto Esperança. A proposta é justamente fortalecer a idéia do consumo ético e responsável, tanto para a sociedade como dentro dos grupos, desenvolvendo a figura do *prosumidor*, aquele que produz e consume solidariamente.

É assim que funciona o Projeto Esperança: movido a sonhos, a projetos de transformação, à vontade de fazer com que as coisas sejam diferentes. Basta um pequeno percurso pelos pontos da cidade para perceber que não são apenas os produtos diferenciados ou o crescimento dos resultados financeiros o que conta. É na verdade a aposta em produzir coletivamente, em não usar agrotóxicos nem conservantes, em resgatar a cultura, o consumo ético, em olhar para os outros e compartilhar conhecimentos e convidar para a caminhada. Cada loja, cada feira é um conjunto de projetos, de vidas, de trabalho que se entrelaçam na busca de um mundo mais humano.

De fato, o Projeto Esperança/Cooesperança tem se caracterizado por integrar diversos elementos, tantos quantos seja necessário para avançar na construção de alternativas efetivas, estando sempre aberto para novas contribuições, novos atores sociais e novos espaços de luta. Seu eixo central continua sendo a aposta no potencial de pequenos projetos, os *empreendimentos econômicos solidários*, sustentados numa proposta diferenciada de produção, comercialização e consumo. Esse eixo, porém, só adquire sentido na medida em que é colocado na perspectiva de um projeto de transformação mais amplo, de desenvolvimento sustentável, de mística cristã, de justiça social, tão amplo quanto é possível perceber no parágrafo que resume a Missão do Projeto Esperança/Cooesperança.

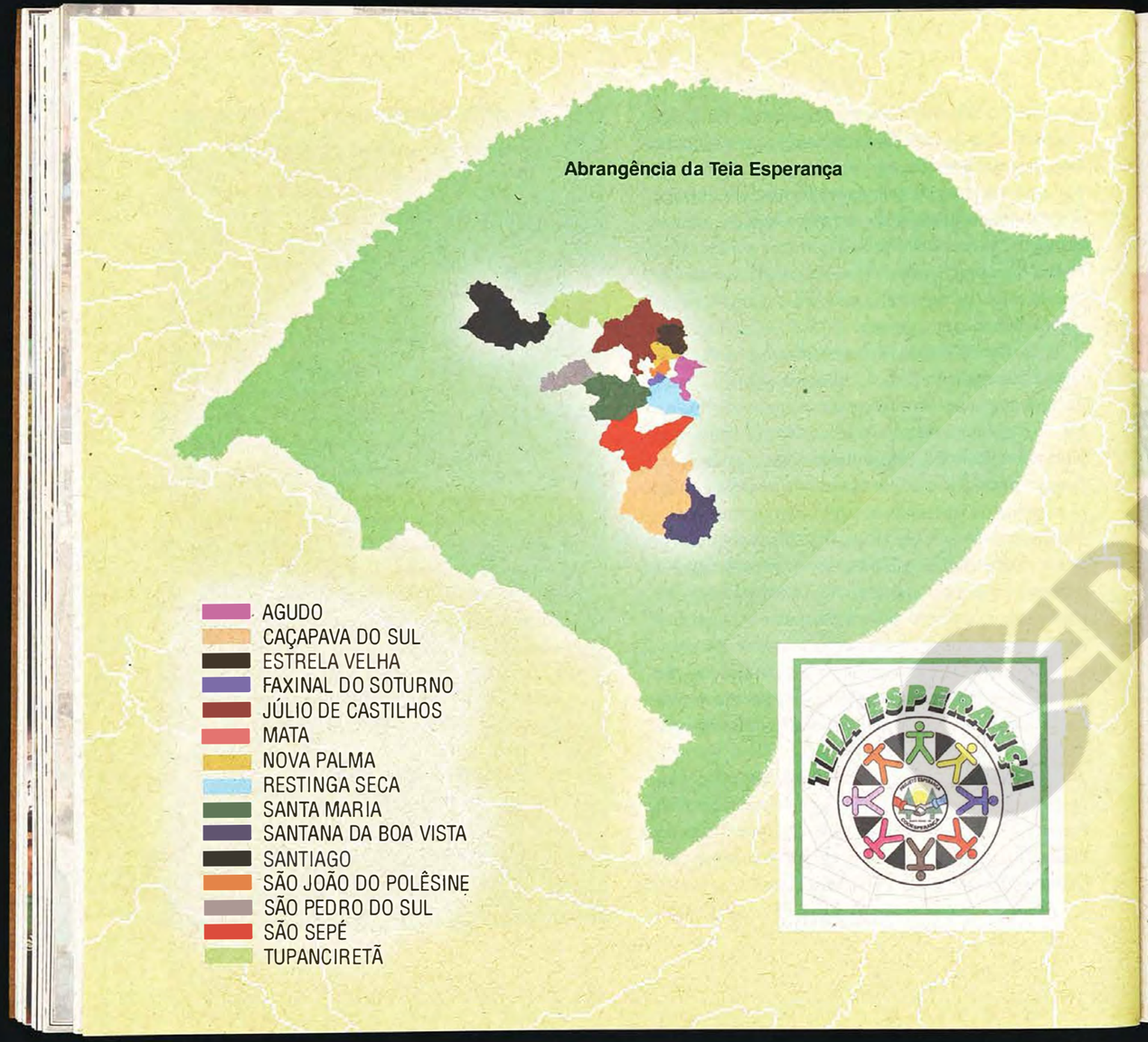
Apresentamos, na continuidade, três eixos fundamentais em que se integram as múltiplas ações do Projeto Esperança/Cooesperança: a comercialização direta, os processos de apoio para um empreender solidário e sustentável e a inserção social.

MISSÃO DO PROJETO ESPERANÇA/ COOESPERANÇA

Fonte: Fôlder de divulgação, 2005.

Promover, incentivar, desencadear e construir o Desenvolvimento Urbano, Rural e Regional Sustentável, com base nos princípios de Mística Cristã, Solidariedade, Cooperativismo Alternativo, Autogestão, Organização, Luta pela Distribuição Justa da Terra e dos Frutos da Terra, Economia Popular Solidária, Defesa do Meio Ambiente, Agroecologia, Fomento de Alternativas à Cultura do Fumo, colocando a VIDA em primeiro lugar, com igual participação entre homents e mulheres, com comprometimento, confiança e espírito ECUMÊNICO, mediante Processos Educativos, Participativos e Transformadores, com o fortalecimento da Agricultura Familiar, Comercialização Direta, o Consumo Justo, Ético e Solidário, no trabalho de Parcerias e Políticas Públicas, com incentivo e melhoria da Qualidade de Vida, Geração de Trabalho e Renda, na Construção de uma Sociedade socialmente JUSTA, economicamente VIÁVEL, ambientalmente SADIA, organizadamente COOPERATIVA, politicamente DEMOCRÁTICA, animando e fortalecendo a CULTURA DA SOLIDARIEDADE, e a valorização do TRABALHO acima do capital, formando "NOVOS SUJEITOS PARA O PLENO EXERCÍCIO DA CIDADANIA" e NA CERTEZA de que "UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL".

"MUITA GENTE PEQUENA,
EM MUITOS LUGARES PEQUENOS,
FAZENDO COISAS PEQUENAS,
MUDARÃO A FACE DA TERRA"
(Provérbio africano)



6 - A comercialização direta e os mercados festivos da solidariedade.

Conforme já foi dito, as estratégias de comercialização têm ocupado um lugar importante ao longo da experiência do Projeto Esperança/Cooesperança. Desde o início percebeu-se com clareza que não bastava que os grupos se organizassem para produzir, era necessário que eles realizassem sua produção vendendo seus produtos.

Nesse processo, a comercialização direta revelou-se, ao longo da história do Projeto Esperança, um dos grandes fatores de êxito da empreitada. Comercialização direta quer dizer participação direta do produtor na venda dos seus produtos, o que permite vivenciar a experiência do mercado, não apenas na sua expressão abstrata, de produtos, preços e dinheiro, mas de trocas entre pessoas: contato com os clientes, seus gostos e preferências, contato com os outros produtores, seus produtos e vivências. Desenvolveu-se assim o que chamamos de *mercados festivos da solidariedade*, em que, além de mercadorias, trocam-se experiências, saberes, afeto, fala-se de sonhos e constroem-se projetos e planos.

A principal forma em que essa comercialização se realiza é através de feiras, nas quais os produtores vêm oferecer seus produtos. Foi assim que surgiu o Feirão Colonial Agroecológico que acontece todos os sábados no espaço do Terminal de Comercialização Direta. O Feirão é o carro-chefe de uma estratégia de comer-cialização mais ampla, que pode ser visualizada na figura a seguir.

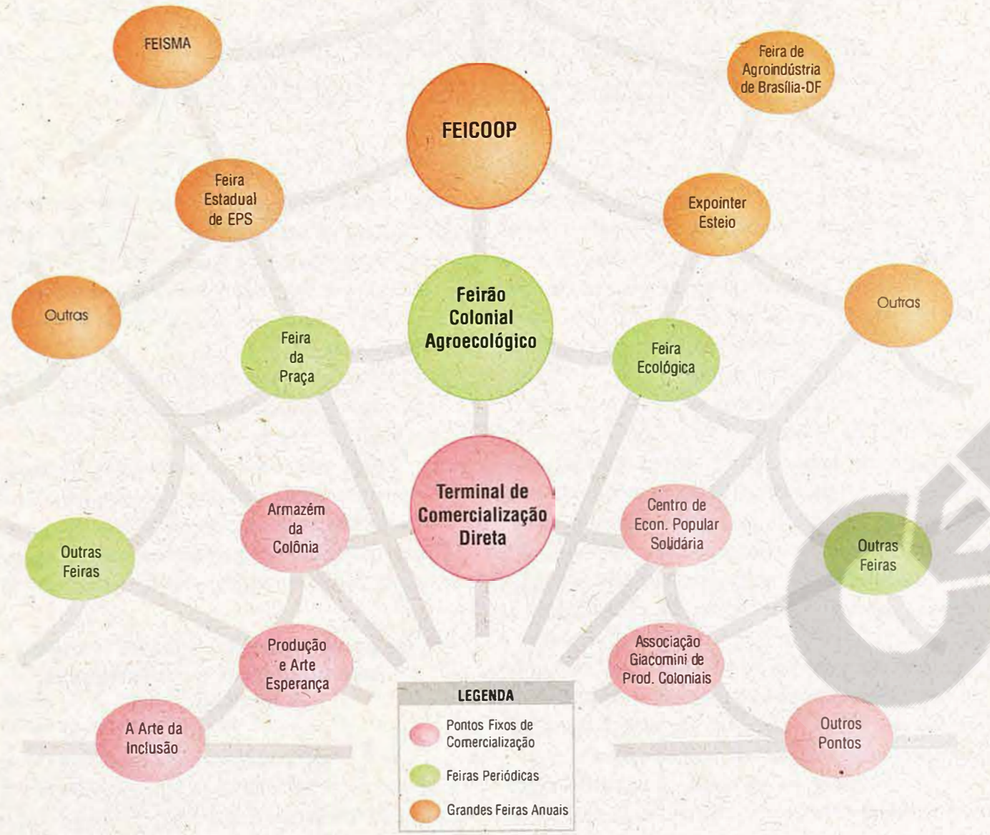
Nessa estratégia, integram-se feiras periódicas, pontos fixos, a grande Feira anual e diversas participações em feiras fora da região.

Todos estes espaços representam tanto pontos de comercialização dos produtos dos grupos como também espaços de articulação política, integrados ao Projeto e também a ações políticas mais ousadas, que extravasam a rotina administrativa interna.

Os pontos fixos: espaços de referência para produtores e consumidores. A Teia Esperança.

Como vimos, nos seus primeiros dois anos de funcionamento, o Terminal de Comercialização Direta assumiu um formato de comercialização tradicional, con-

Espaços de comercialização da Cooesperança



forme o modelo inicial da Cooesperança, que por sua vez era característico da maior parte de cooperativas de comercialização no RS. Nesse formato, a cooperativa de certa forma substitui o papel do atravessador, ainda que sem a prática extorsiva desse ator econômico. Ela compra dos produtores e disponibiliza uma estrutura encarregada de comercializar aqueles produtos.

Foi somente após a crise inicial, quando o Terminal chegou mesmo a ser fechado, que passou-se a apostar efetivamente no modelo de comercialização direta, cuja modalidade fundamental de comercialização passou a ser a feira semanal – os Feirões Coloniais Agroecológicos – aos sábados. Nesse formato, as instalações do Terminal de Comercialização Direta servem para abrigar o Feirão, mas também funcionam durante a semana como um ponto fixo de venda, abastecido pelos produtos que são entregues após a realização do Feirão, e ainda serve para outros espaços, como a entrega dos produtos no Programa Fome Zero, entre outros.

> A central de comercialização já fazia parte do Projeto Esperança. Quer dizer, se organiza um grupo, produz, e onde é que vai vender? Tem que ter um espaço regional de comercialização. Mas aí, para operacionalizar a parte legal da comercialização, como fazer? Aí é que surge a Coopesperança, um pouco no sentido também da parte legal. Porque ela surgiu como uma espécie de central no sentido de oportunizar a questão legal da comercialização direta (Irmã Lourdes).

Por muitos anos, o único ponto fixo de vendas do Projeto Esperança/Cooesperança foi o Terminal de Comercialização Direta. Porém, com o passar dos anos foi ficando evidente a necessidade de ampliação da visibilidade dos produtos e a conquista de novos consumidores.

Santa Maria é uma cidade de médio porte (quase 250 mil habitantes), com uma universidade federal e mais outras quatro universidades instaladas, além de bases do exército e da aeronáutica. O setor de comércio e prestação de serviços absorve cerca de 80% da população do município. Era necessário aproximar esse público consumidor potencial dos produtos do Projeto Esperança e, dessa forma, aproximá-lo também de sua proposta e de seus objetivos.

No final dos anos 90, a discussão sobre o *consumo solidário* foi ganhando força e, com isso, integrou-se à questão da comercialização numa perspectiva mais ampla, dando mais força à proposta da economia solidária. De fato, ampliar o consumo de produtos saudáveis, produzidos coletivamente, reforça o apelo sobre a necessidade de transformar a lógica fundamental da economia capitalista.

É assim que o curso sobre as redes de consumo, desenvolvido pelo governo estadual em 2001, motiva os dirigentes do Projeto Esperança, que idealizam a criação de uma rede, fundada em 2003 com o nome de Teia Esperança. Hoje, compreende-se com clareza que o fortalecimento dos pontos de comercialização, bem como sua multiplicação, foi a base concreta da expansão do Projeto Esperança/Cooesperança nos últimos anos.

A Teia aparece como mais uma iniciativa no sentido de assegurar o protagonismo dos produtores no

Um exemplo de conquista dos trabalhadores associados: a loja Produção e Arte Esperança

> "Eu amo a loja! É uma coisa que eu sempre quis ter, mas nunca pude. Mas agora eu posso dizer: é a minha loja!" (Adelina)

A Produção e Arte Esperança abriu suas portas em 15 de outubro de 2004. Ela é fruto da organização de dezenas de grupos de artesanato apoiados pelo Projeto Esperança/Cooesperança. Hoje, a loja é formada por 27 artesãos de 23 grupos.

Todos recebem segundo a venda de seus produtos e as despesas fixas são divididas igualmente por todos. O atendimento na loja é feito pelos próprios artesãos, em duplas, segundo uma escala pré-definida.

Nos primeiros meses da empreitada houve muitas reuniões. O esforço de implantação da loja impulsionou a organização dos trabalhadores do setor de artesanato do Projeto Esperança. Foram o primeiro setor a produzir material escrito com as regras gerais de organização e acesso de novos grupos.



Adelina Franco da Silva

Artesã do grupo Cooperart. É sócia da loja Produção e Arte Esperança. Participa do Projeto Esperança/Cooesperança desde 1999. Do alto de seus 70 anos não pensa em abandonar o Projeto tão cedo.

mercado. A idéia principal é possibilitar a expansão dos pontos de venda aproveitando eventuais estabelecimentos comerciais dos próprios produtores e também estimular os grupos a investir na abertura de novas lojas, com financiamento facilitado pelo Projeto, através do Fundo Rotativo Solidário e o Fundo Cáritas/RS.

Deve-se ressaltar que, em seu segundo ano de funcionamento, a Teia já abrange 30 municípios da região central do Estado, com mais de 40 pontos ativos. Cada um dos pontos da rede, em teoria, é um ponto de acesso aos produtos de todos os grupos associados. Os produtos são deixados em regime de consignação, respeitando a lógica da comercialização direta, isto é, sem atravessadores.

Algumas transações são feitas com base no escambo, outras sob regime de consignação. É claro que parte das trocas serve para o consumo doméstico dos grupos, estimulando a idéia de que cada associado verdadeiramente integra a economia solidária, pois produz, transporta, troca e consome os produtos dessa economia. Vale ressaltar também que muitos dos pontos da Teia Esperança funcionam junto à sede da atividade produtiva do grupo, o que, de alguma forma, também aumenta a visibilidade dos grupos na sua região de atuação.

O grande desafio dessa nova empreitada diz respeito à logística, pois são os próprios grupos os responsáveis pelo transporte dos produtos. Com efeito, em termos logísticos, a Teia está ancorada nos Feirões Coloniais Agroecológicos. Aos sábados, os grupos que administram pontos de venda da Teia aproveitam para

trocar produtos e abastecer seus estabelecimentos. Essa estratégia garante a diluição dos custos de transporte entre todos os participantes da Teia, mas ainda é insuficiente para garantir o abastecimento eficaz dos pontos, principalmente na perspectiva de seu crescimento e sustentabilidade estratégica.

Do ponto de vista dos resultados, eles ainda são modestos e muitos postos de venda têm uma grande fragilidade quanto a sua sustentação. Mesmo assim, os grupos percebem os pontos fixos como um espaço concreto de ampliação de suas vendas. A Ivonete relata:

> As vendas melhoraram com o fato de deixar nossos produtos nos pontos fixos. Há um complemento entre a feira e o ponto fixo, que é vantajoso para o produtor. Pagamos 20% de comissão, o que acho justo (Ivonete).

A Teia também permitiu uma maior aproximação com o consumidor santamariense. O desafio, que já está sendo enfrentado com algum sucesso, é atrair também os consumidores mais pobres. Segundo o relato de Adiles,

> No começo, eu atendia basicamente pessoas de classe média. Hoje em dia, recebo também muitas pessoas pobres que buscam produtos de preço acessível. Os preços parecem estar compatíveis com os preços de mercado na região (Adiles).

Mesmo com todas as expectativas geradas pela expansão comercial, o Projeto mantém-se ainda pragmático em algumas questões. Há algumas regras in-



Prédios 1 e 2 do Terminal de Comercialização Direta



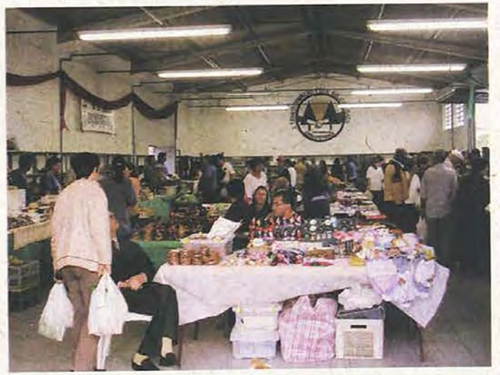
Ivonete Tonato

Ingressou no Projeto Esperança/Cooesperança em 2001 e hoje coordena a Feira Mensal da Praça. Integra o grupo Seguir em Frente, onde faz salgados.

CDIM



Feirão Colonial Agroecológico no Terminal de Comercialização Direta



Feirão no Terminal de Comercialização Direta

condicionais para o estabelecimento de novos pontos da Teia Esperança. O ponto deve ser administrado por grupos e os que trabalham na loja precisam ser cooperados. Nos pontos também não devem ser vendidos refrigerantes, cigarros ou cachaça em copo.

As feiras periódicas – lugar de encontro e de troca

As feiras periódicas são, conforme já foi relatado, a dinâmica fundamental que o Projeto Esperança/Cooesperança encontrou para viabilizar a comercialização dos grupos. O Feirão Colonial Ecológico, por exemplo, é o ponto comercial mais tradicional do Projeto Esperança/Cooesperança e ocorre todos os sábados pela manhã, no Terminal de Comercialização Direta, que está situado junto à área da Igreja Nossa Senhora da Medianeira.

É aos sábados, como já mencionado, que as vendas ganham volume. É quando os grupos mais distantes de Santa Maria também expõem seus produtos. É esse o dia privilegiado para as reuniões administrativas do Projeto, que ocorrem, como também já foi dito, à frente dos galpões, sem cadeiras ou mesas, mas com muito debate e participação.

O Feirão é o lugar de experiência dos grupos mais novos, que devem participar deles para poder depois ter acesso aos outros espaços de comercialização. Atualmente, participam mais de 80 grupos.

O Feirão inaugurou o espírito desses "mercados

festivos da solidariedade" que inspira o título deste capítulo. É o espaço de comercialização e de encontro. De viabilização econômica e de construção de laços de solidariedade. Pierre, ex-apenado, ilustra a força desses laços:

> Nas feiras sempre fui bem acolhido, sem discriminação. Foi nelas que encontrei o caminho da minha recuperação (Pierre).

Consumidores, como o Potiguara, consumidor fiel do Feirão, acrescentam:

> Isso aqui é um lazer, a gente se encontra todos os sábados, conversa sobre política, futebol... fica uma hora e sai realizado (Potiguara).

O forte do Feirão são, como seu nome o indica, os produtos ecológicos, bem como os chamados "coloniais". Vende-se também artesanato e outros produtos dos grupos urbanos, cujo resultado é menos significativo, mas que participam em função das diversas atividades que nele acontecem.

Outra feira que vem ganhando importância nos últimos anos é a já mencionada Feira da Praça Saldanha Marinho, organizada mensalmente no centro da cidade, onde fica instalada durante uma semana inteira. Ela é um importante ponto de divulgação do Projeto, do trabalho e dos produtos dos grupos à população santamariense, pois está sediada num ponto de intensa circulação de pedestres.

Lourdes, uma das artesãs da Produção e Arte Esperança, relata que a publicidade em sua loja au-

Pierre Machado Costa

Confeiteiro, integrante do grupo Raio de Sol. Assume orgulhosamente sua condição de ex-apenado e de vencedor na batalha contra as drogas. Há seis anos, em regime de liberdade condicional, encontrou no Projeto Esperança/Cooesperança o caminho de sua reinserção social. Hoje é casado com Simone, que foi a responsável designada para acompanhá-lo, ainda como apenado, nas suas participações no Feirão Colonial Ecológico, onde vendia produtos dos apenados. É um exemplo de vida recuperada, feliz e realizada.





Lia e Potiguara, consumidores fiéis do Feirão

Principais Feiras Periódicas em Santa Maria

	Início do Funcionamento	Periodicidade	Número de Grupos
Feirão Colonial	1 - 05/06/1989 2 - 21/12/2001	Semanal	200
Feira da Praça Saldanha Marinho	1996	Mensal	50



Lourdes M. B. Rossini

Artesã participante da loja Produção e Arte Esperança, do Projeto Esperança/ Cooesperança.

menta também "por causa da feira na praça, lá as pessoas sempre perguntam onde fica a loja. Elas já sabem que as mesmas que estão na praça também estão aqui". Já para o Giacomini "a Praça é um ponto maravilhoso de venda; a freguesia lá é outra".

Segundo a Ivonete, coordenadora da Feira, há uma equipe de coordenação integrada por cinco pessoas, e as decisões sempre são tomadas em conjunto. Para participar, há um conjunto de regras definidas coletivamente. Um dos pontos estabelecidos é que devem trabalhar em conjunto com o feirão. Na verdade, as vendas para eles são melhores na praça do que no Feirão, mas o regulamento estabelece que para vender em um devem participar do outro.

Além da Feira, temos o Brique da Estação, que ocorre nos primeiros e terceiros domingos do mês e que, apesar de não ser promovido pelo Projeto, é majori-tariamente composto de grupos associados ao Projeto Esperança.

A FEICOOP – Feira Estadual do Cooperativismo, espaço de divulgação, de visibilidade do Projeto e da economia solidária

A Feira do Cooperativismo é espaço de máxima visibilidade do Projeto Esperança/Cooesperança e, como já dissemos, vem experimentando um contínuo cresci-mento desde sua primeira edição. A FEICOOP, como é chamada, ocorre anualmente no segundo final

de semana de julho, celebrando o Dia do Cooperativismo, no Terminal de Comercialização Direta (sede do Feirão Colonial Agroecológico). A dimensão que a feira atingiu simboliza a crescente importância que o Projeto vem assumindo na região central, no estado e no Brasil. Essa feira já se articula a nível de Mercosul.

> Com o surgimento da Feira do Cooperativismo, estava lançada a semente fundamental para o enriquecimento teórico e a formação política dos grupos e associações. A feira ganhou, primeiramente, notoriedade regional. Posteriormente, a presença de vários estados do Brasil, de países do Mercosul e das entidades apoiadoras tratando de temas relevantes fez com que a Feira do Cooperativismo crescesse a cada edição, premiando a ação e o trabalho do Projeto Esperança/Cooesperança (prefeito Valdeci).

A FEICOOP vem registrando uma trajetória de crescimento constante, como se percebe na tabela ao lado. Em onze anos o número de empreendimentos participantes aumentou mais de 22 vezes, o de municípios representados 10 vezes e o de visitantes mais de 16 vezes.

Junto à Feira, integram-se outros eventos, que também crescem ano a ano. No ano de 2005 aconteceram simultaneamente quatro eventos, com 25 oficinas, mais de 50 atividades culturais no palco oficial da Feira e até uma grande tenda dedicada ao Seminário Internacional de Economia Solidária. Essa evolução parece ter sido influenciada pela dinâmica de fóruns

Histórico das Feiras do Cooperativismo Alternativo

Edição	Ano	Empreen-dimentos	Municípios	Visitantes
1ª Feira do Cooperativismo	1994	27	13	4 mil
2ª Feira Regional do Coop.	1995	48	18	6 mil
3ª Feira Regional do Coop.	1996	56	25	8 mil
4ª Feira Regional do Coop.	1997	63	31	10 mil
5ª Feira Regional do Coop.	1998	87	46	15 mil
6ª Feira Regional do Coop.	1999	124	53	18 mil
7ª Feira Regional do Coop.	2000	150	84	26 mil
8ª Feira Estadual do Coop. e 1ª Mostra Regional da Biodiversidade	2001	246	91	30 mil
9ª Feira Estadual do Coop., 1ª Feira Nacional da EPS e 2ª Mostra Regional da Biodiversidade	2002	300	110	33 mil
10ª Feira Estadual do Coop., 2ª Feira Nacional da EPS e 3ª Mostra Regional da Biodiversidade	2003	312	116	35 mil
11ª Feira Estadual do Coop., 3ª Feira Nacional da EPS e 4ª Mostra Regional da Biodiversidade	2004	321	112	36 mil
12ª Feira Estadual do Coop., 1ª Feira de EPS do Mercosul, 4ª Feira Nacional da EPS e 5ª Mostra da Biodiversidade	2005	600	221	66 mil

CEDIM





Paul Singer durante seminário na Feira Estadual do Cooperativismo de 1998

que se instalou no estado a partir de 2001, como o I Fórum Social Mundial, sediado em Porto Alegre.

Ainda avaliando o crescimento da Feira ao longo de suas doze edições, cabe assinalar que tem sido cada vez mais importante o apoio do poder público à organização do evento. Nos últimos anos, a Feira tem recebido o apoio das três esferas governamentais: municipal, estadual e federal. A FEICOOP tem conseguido aproximar inclusive partidos de oposição, como em 2005, quando administrações do PMDB e do PT, adversários históricos no estado, sentaram juntas para preparar a Feira e discursaram lado a lado na abertura.

> Esta Feira é hoje, sem dúvida, a maior feira do Brasil, talvez não no "bonitinho", mas sim em termos de diversidade, cobertura, densidade... A Feira está sendo também um laboratório quanto ao tipo de parceria. A Irmã Lourdes não discute um recurso, discute a parceria. Essa atitude permitiu construir um grau de cumplicidade na construção da feira muito interessante. Construiu-se uma complemen-taridade, que se torna um exercício interessante de parceria, de verdadeira parceria (Dione, SENAES).

O sucesso da Feira garante um importante espaço de articulação e parcerias ao Projeto – note-se que na 12ª edição foram registradas 120 entidades apoiadoras. A Feira serve aos interesses dos atores da região, pois é um espaço razoavelmente aberto e bastante inclusivo, que garante publicidade positiva às entidades organizadoras e apoiadoras. Conforme Paul Singer,

> Estou certo de que as Feiras de Economia Solidária do Projeto Esperança são muito valiosas não só para viabilizar a comercialização dos produtos da economia popular, hoje dos países do Mercosul, mas para estabelecer novos laços de cooperação entre os empreendimentos, o que os fortalece economicamente e eleva a visibilidade da economia solidária, tornando-a uma via de redenção para a grande massa de excluídos destes países (Paul Singer, em declaração ao Jornal da FEEICOP - 2005).

A participação em outras feiras

Ainda no que tange às feiras, é importante mencionar a participação naquelas em que o Projeto Esperança/Cooesperança expõe como convidado. Esses eventos são extremamente importantes. Em primeiro lugar, porque levam a marca dos produtos do Projeto – o selo Sabor da Terra – para novos mercados. Além disso, esses são momentos de responsabilização dos grupos associados ao Projeto. A representação do Projeto é sempre delegada aos grupos, que, dessa forma, expõem seus produtos e os produtos de outros grupos associados. Por fim, as viagens são sempre momentos de integração entre os participantes, muito apreciados por alguns, como Simone, que alegremente declara:

> Quando a gente sai, a gente faz novas amizades, conhece novos lugares... em todas as viagens a gente se diverte! As vezes tu nem sabe que a pessoa gosta de dançar! Eu vou em todas as viagens! (Simone).



4º Encontro de Economia Solidária em Montevidéo, Uruguai - 2005



Feira Estadual de Economia Popular Solidária de Porto Alegre - 2005



Carlos Flores (Kalú)

Filósofo, membro da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal. O Kalú, como é conhecido, trabalha em diversos projetos sociais na cidade. Também trabalha com artesanato, desenvolvendo oficinas e incentivando a criação de grupos de geração de trabalho e renda no setor. Acompanhou o nascimento do Projeto Esperança; quando participava da Pastoral Universitária. Faz parte do Projeto Esperança/Cooesperança como cidadão e como membro do grupo Pintando a Vida. É também diretor da ONG Adelmo Genro.



4ª Feira Estadual do Cooperativismo - 1997

As viagens representam também múltiplas oportunidades de aprendizagem, como ressalta o Kalú:

> Cada vez que a gente viaja, cresce em responsabilidades e traz idéias novas (Kalú).

Entre as inúmeras feiras de que o Projeto Esperança/Cooesperança participa podem ser citadas a Expointer (Esteio, RS), a Feira da Agroindústria de Brasília (DF), a Feira Estadual de Economia Popular Solidária (Porto Alegre, RS), a Feira de Economia Solidária no Uruguai, entre outras.

A aprendizagem da comercialização no Projeto Esperança

Uma breve análise dos resultados de quase duas décadas de investimento na estratégia de comercialização direta, permite afirmar que o Projeto soube superar suas crises e aprender com elas. Dentre os diferenciais que hoje legitimam o Projeto Esperança como referência no que tange essa prática, podemos destacar:

a) A construção de espaços de viabilização econômica para os grupos, que mostram um caminho de crescimento e ampliação contínuo, mesmo que com resultados econômicos modestos.

É claro que um dos diferenciais do Projeto Esperança/ Cooesperança tem sido sua capacidade de

mostrar crescimento e ampliação, e uma de suas bases tem sido sua proposta de comercialização que, se não resulta em vigorosos faturamentos, apresenta uma trajetória de crescimento contínuo e, o que é mais importante, envolve cada vez mais trabalhadores na administração e partilha dos resultados.

O perfil dos grupos ligados ao Projeto Esperança é muito diverso, mas na sua grande maioria são pequenos e muito frágeis do ponto de vista econômico. Alguns despontam com uma dinâmica empreendedora mais consolidada, principalmente as agroindústrias como as citadas Unimel, Giacomini ou ainda a AMME e algumas outras. Mas ainda há muitos grupos, para cujos integran-tes os resultados têm um caráter de complementação de renda (o faturamento mensal da maioria deles varia entre 1 e 2 salários mínimos). Mesmo com tantas diferenças, todos procuram ampliar seus resultados econômicos e participam do Projeto apostando nessa possibilidade.

Os diversos espaços de comercialização do Projeto Esperança/Cooesperança contribuem para a efetivação desses resultados econômicos almejados, mas o entendimento é que o fundamental é a coesão e o trabalho em outras bases, que é o que possibilitará a melhora efetiva da qualidade de vida. A persistência, aliada à confiança mútua e aos laços de reciprocidade, servem de apoio aos grupos em dificuldade. Todos, de uma certa forma, estão cientes das dificuldades, mas também percebem os avanços em termos de resultados e o potencial das ações que estão sendo construídas. É assim no relato da Ivonete e do Telmo:

Amostra de faturamento dos grupos

Faturamento bruto em 2004 (em R$)	Parcela de grupos %
0 - 24.000	63
24.001 - 47.999	12
48.000 - 119.999	20
Acima de 120.000	5
TOTAL	100



12ª Feira Estadual do Cooperativismo - 2005



Horta comunitária na Nova Santa Marta com apoio da SAEMA



Telmo Palácios

Ex-proprietário de bar noturno, abandonou o negócio e ingressou no Projeto Esperança em 2003. Coordenador do grupo Mãos da Terra, trabalha com panificação. É membro da comissão do setor de alimentação, da comissão anti-tabagismo e da comissão de ética (Telmo desassociou-se do Projeto Esperança pouco antes da impressão deste livro, por motivos pessoais).

Quando entrei no Projeto a Irmã me disse "não vão pensando em só ganhar dinheiro". Achei que isso era loucura, porque justamente o que eu queria era ganhar dinheiro. Nas primeiras feiras foi difícil, eu não ganhava quase nada... na primeira vez, ganhei 0,75 centavos, depois, foi 1,25 e assim foi indo. Hoje, consigo me sustentar e não penso mais em procurar serviço (Ivonete).

Entramos no Projeto numa situação bem difícil... quando a Irmã tentou me ligar, tinham cortado meu telefone. Chegaram a cortar nossa água também... Hoje essa situação foi superada. Nossa renda familiar provém única e exclusivamente da minha atividade comercial no Projeto. A família pode freqüentar um ambiente saudável.... essa foi uma grande motivação pra mim no Projeto... Não tenho aquela utopia de mudar o mundo, tem que mudar o indivíduo (Telmo Palácios).

b) Qualidade dos produtos aliada à promoção de um consumo diferenciado.

A clareza de que a confiança na força dos pequenos e no seu potencial significava justamente potencializar sua força mobilizou o Projeto Esperança a encontrar as alternativas para sua viabilização. Produzir coletivamente e com qualidade não basta, é necessário fazer a proposta ganhar força e mostrar sua viabilidade. É necessário mudar a cultura de consumo, mexer com os hábitos de alimentação.

Segundo o relato da Irmã Lourdes, cada vez mais a população da cidade reconhece e valoriza os produtos Sabor da Terra, ainda que muitos não conheçam o Projeto Esperança/Cooesperança. Comercializa-se uma grande gama de produtos, oriundos tanto dos produtores rurais quanto dos urbanos Entre eles, são os chamados "coloniais" (pães, queijos, embutidos, sucos), junto com os agroecológicos, os que cumprem o papel de "carro- chefe". Conforme Adiles, "o mercado consumidor de produtos coloniais e livres de tóxicos está em franca expansão e é extremamente promissor".

Os produtores do Projeto Esperança valorizam a qualidade dos produtos coloniais e criticam a grande indústria que, segundo Gelson Lehnhart (APAC), "faz um produto de pior qualidade. É difícil competir. Eles, por exemplo, adicionam sabor artificial de fumaça e dizem que são defumados!"

Muitos dos habitantes de Santa Maria nasceram na zona rural, o que pode explicar a grande aceitação e valorização dos produtos coloniais. Vejamos o que diz o Potiguara:

> A gente se criou no campo consumindo produtos coloniais... depois desapareceram esses produtos, as grandes corporações acabaram com isso, ficaram só os industrializados... aqui a gente encontra tudo de novo! (Potiguara).

Os produtos agroecológicos, por sua vez, também são bem recebidos entre os consumidores mais abastados ou de maior nível cultural. O Irmão Ademar, que nos



Gelson Antônio Lehnhart

Produtor rural membro da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Passo de Clara, participante do Projeto Esperança/Cooesperança desde 1997. Compõe a Comissão de Coordenação Colegiada e de Ética e também a Comissão de Agroindústria Familiar e Laticínios.



Mostra da Biodiversidade na 12ª Feira Estadual do Cooperativismo



Irmão Ademar Rocha

Religioso palotino santamariense. Consumidor mais antigo do Projeto Esperança/Cooesperança, no alto de seus quase 102 anos. Defende vigorosamente os produtos agroecológicos, em nome da vida e da longevidade. Dedica-se ao cultivo da fé, mística e esperança.



José Carlos Peranconi (Zeca)

Coordena a Associação de Malhas Medianeira (AMME). Integrante do Projeto Esperança/Cooesperança desde 1989, participa da comissão do setor de confecções e integra a coordenação da loja Produção e Arte Esperança. Participa das ações das pastorais sociais da Igreja Católica, das CEBs e do Fórum Estadual de Economia Solidária

seus 101 anos detém a fama de mais antigo consumidor do Projeto Esperança/Cooesperança, declara:

> Compro aqui porque minha saúde precisa de alimentos sadios. Temos que cuidar da alimentação! Aqui eu tenho segurança de que os alimentos são puros (Irmão Ademar).

Se muitos dos grupos ainda não conseguem adequar-se às exigências sanitárias legais, todos já desfrutam da legitimação social da população. Frente às implacáveis regras e procedimentos da legislação, caberia, inclusive, indagar o que determina a qualidade de um alimento. A ganância das grandes empresas transnacionais da indústria alimentícia nutre-se, por vezes, de uma visão excessivamente higienicista da alimentação humana, onde a saúde da população parece só poder ser assegurada no consumo de alimentos indus-trializados. Como de costume, a sabedoria popular é totalmente desconsiderada pela engenharia dos alimentos industrializados. Os produtos coloniais e caseiros são automaticamente acusados de portarem altos riscos à saúde humana. Terríveis microorganismos povoam os pesadelos de alguns técnicos, pesadelos em que salames, cucas, bebidas, doces ou queijos coloniais atacam, sem piedade, a vida de todos aqueles que optam por confiar nos produtos que seus pais e avós consu-miram.

Não é nossa intenção, aqui, aprofundar a discussão sobre o assunto. Gostaríamos apenas de ressaltar que, em Santa Maria, muitas pessoas decidiram assumir o consumo de alimentos feitos por trabalhadores

urbanos e rurais da região. E, ao contrário das previsões mais catastróficas, a crescente aceitação dos produtos parece comprovar a qualidade desses alimentos. Pode-se dizer, inclusive, que os produtos coloniais e agroecológicos são iguarias muito apreciadas por todos.

c) A comercialização direta como um espaço de organização e aprendizagem da autogestão e de ampliação da inserção política dos trabalhadores no projeto da economia solidária.

A ênfase na comercialização direta permite o envolvimento dos trabalhadores e tem sido um efetivo espaço de organização e aprendizagem de autogestão para os mesmos, como demonstra a quantidade de comissões em que se envolvem e o aumento de suas responsabilidades na organização das feiras.

Por outro lado, a FEICOOP, em função de seu tamanho, também desafia os grupos e a coordenação do Projeto, induzindo o aprimoramento dos processos administrativos coletivos. De fato, cabe ressaltar que, para a preparação da feira de 2005, envolveram-se mais de mil pessoas distribuídas em trinta comissões organiza-doras (ver tabela na página 93).

A Feira do Cooperativismo Alternativo, como as outras feiras ou os outros espaços de comercialização direta coletiva do Projeto Esperança/Cooesperança, aparece como um importante espaço de experimentação de práticas de autogestão. Os grupos estão cientes de que o sucesso de suas vendas depende fundamen-talmente da sua capacidade de trabalho coletivo. Em função disso, o interesse pelas discussões e deliberações parece ser bastante elevado.

Em geral, as feiras e mesmo as lojas dirigidas por vários grupos, são espaços que exigem dos grupos participantes muita disposição para a rotina de reuniões. É condição de associação ao Projeto Esperança/Cooesperança a participação nos espaços de comercialização direta. Mas o que começa como "obrigação" de participar acaba se transformando, na maioria dos casos, em "prazer de encontrar-se e reencotrar-se".

> No começo, tivemos vontade de desistir. Mas tem um outro lado do Projeto, a formação, o trabalho em coletivo, se dá força. Não desistimos um pouco pela força, pela amizade. Sinto falta dos clientes, dos colegas (Giacomini).
> A vida no projeto é participar de encontros, feiras. Existe uma identidade, eu me sinto dono, faço parte (Zeca).

A onipresença da mística religiosa sustenta um clima de acolhida e amizade nos encontros de comercialização. O ambiente desses mercados festivos da solidariedade garante a coesão e a identidade do Projeto Esperança/Cooesperança.

Por outro lado, esse constante reforço dos laços sociais cria, em cada feira ou ponto de comercialização direta coletiva, um espaço de convivência e um círculo de amizades que não se destina somente ao lazer. A maioria das atividades de formação, articula-



Cláudia Machado

Artesã, estudante de Pedagogia. É sócia-fundadora daquela que ela proclama como a primeira Cooperativa Afro do Brasil. Isso aconteceu em 2001, quando a cooperativa associou-se ao Projeto Esperança/Cooesperança. Hoje, ela coordena a loja Arte da Inclusão e a COOPSOL, a Cooperativa Solidária das Crianças do Projeto Esperança/ Cooesperança. Ela contribui muito na formação dos grupos e participa de cursos e seminários.



Mística na 21ª Assembléia do Projeto Esperança/Cooesperança - 2005

ção, planejamento, deliberação do Projeto acontecem fundamentalmente nesses espaços. Os trabalhadores vão gradualmente compreendendo que a continuidade do Projeto e de seu espaço de comercialização depende de sua participação nas decisões da coordenação.

Essa sensação de comprometimento vem se reforçando ainda mais com as mudanças que o Projeto Esperança/Cooesperança vem adotando, no sentido de institucionalizar a administração da cooperativa no regime de comissões de representantes dos setores de atividade econômica. É possível que esse processo possa reforçar ainda mais a participação dos associados na administração do empreendimento, incentivando a autogestão. Conforme a Cláudia,

> Esses espaços de decisão coletiva são muito importantes. Mesmo as feiras, são muito mais que espaços de comercialização, elas são espaços de formação, humanização, convivência e cooperação (Cláudia).

Até os conflitos, naturais em espaços coletivos, começam a ser melhor resolvidos. Principalmente após a última assembléia, com a criação da Comissão de Ética (representantes das comissões de setor de atividade econômica responsáveis pela administração do Projeto).

A estratégia de comercialização direta é bem descrita como uma alternativa econômica e funcional para o desenvolvimento econômico da Cooesperança. Mas, por outro lado, ela também parece cumprir

importante papel na socialização política dos associados, com reforço à participação dos mesmos em conselhos, fóruns, associações, etc. Essa prática, além de evidentemente abrir caminhos de acesso dos associados ao espaço da política, também é muito importante para o sucesso do Projeto. O decidido investimento do Projeto na partici-pação de seus associados na esfera pública garante a visibilidade do Projeto e facilita o acesso a informações preciosas (editais públicos, linhas de crédito, finan-ciamento a projetos, etc.).

Além disso, a articulação com o campo da economia solidária parece viabilizar, ainda que de forma bastante incipiente, vias para a comunicação dos trabalhadores com outros empreendimentos, ONGs, partidos políticos, universidades ou poderes públicos. Esse processo dá-se principalmente por dois caminhos: a participação em feiras regionais, estaduais ou nacionais (de economia solidária, agricultura familiar, etc.) ou a participação nos fóruns da economia solidária, em nível regional, estadual ou nacional.

O envolvimento com a economia solidária é, para muitos trabalhadores, apenas a porta de entrada para o "ambiente movimentalista". Isso é facilitado pela enorme complexidade e pelo grande número de articulações que caracterizam o campo da economia solidária. Em geral, percebe-se que a participação nesse campo tem garantido, aos trabalhadores envolvidos, um importante espaço de experimentação de novas formas de participação política.

As 31 comissões que organizaram a 12ª FEICOOP - 2005

1. Comissão geral de coordenação colegiada (coordenadores das comissões e entidades apoiadoras e parceiras)
2. de acolhida das caravanas
3. de preços
4. dos hortigranjeiros e da mostra da biodiversidade
5. das agroindústrias familiares
6. de lacticínios e derivados
7. da panificação
8. de artesanato e confecção
9. de comunicação, divulgação e articulação
10. de formação (seminários, oficinas, debates)
11. de limpeza e mutirões
12. da alimentação - almoços
13. da alimentação - lanches
14. de transporte
15. de segurança geral
16. de ornamentação
17. de saúde
18. de hospedagem
19. de infraestrutura global
20. de recepção e informações
21. de eventos artísticos e culturais (palco)
22. de informações internacionais (tradutores)
23. de finanças e projetos de captação de recursos
24. da política e articulação internacional (antese durante a Feira)
25. de produção gráfica (dos jornais, fôlderes, faixas, cartazes, etc.)
26. do protocolo de abertura e encerramento
27. do bem estar e da reciclagem coleta de material
28. da limpeza e mutirões
29. do Seminário Internacional do Mercosul e da Economia Solidária
30. dos olheiros(as) da Feira
31. de sistematização das oficinas e da secretaria



"Ser solidário é ser human

7 - Os processos de apoio para um empreender solidário e sustentável.

Se a experiência da comercialização direta mostra a abrangência da proposta do Projeto Esperança e o crescente envolvimento dos trabalhadores na organização e na direção das atividades, ela evidencia também todo um trabalho de apoio e de promoção, cuja base de sustentação é dada pela equipe que a Cáritas diocesana disponibiliza, mas que adquire força na medida em que é capaz de articular parcerias com as mais diversas entidades da região.

De fato, o trabalho de apoio aos grupos é fundamental para fortalecer sua ação empreendedora e seus processos autogestionários, considerando as enormes fragilidades com que eles funcionam e os enormes desafios com os quais se vêem confrontados. Sobre isso, há uma preocupação e uma ação constante da direção do Projeto Esperança. Mas seu grande diferencial é que esse apoio se efetiva dinamizando uma ampla rede de instituições governamentais e não governamentais, com as quais se estabelecem parcerias para fortalecer processos que vão desde a disponibilização de recursos financeiros, acompanhamento técnico especializado, formação política, qualificação profissional, até ações de comunicação e divulgação ampla.

Vejamos alguns processos de apoio fundamentais disponibilizados pelo Projeto Esperança/Cooesperança e suas parcerias.

Os aportes dos fundos da Cáritas e a descoberta de novas instâncias de crédito

Um dos grandes limitadores à expansão da economia solidária é a restrição ao crédito. O sistema financeiro demonstra pouco interesse pelos pequenos empreendimentos e costuma aplicar taxas proibitivas de juros nos empréstimos oferecidos. A conquista de fundos públicos acessíveis à parcela mais empobrecida da população tem sido um ponto esquecido na agenda da maioria dos governos, inclusive em muitos governos de proposta democrático-popular.

Esse diagnóstico já data de muitos anos. Ainda em 1985, quando a Cáritas/RS realizou o 1º Encontro Estadual de Projetos Alternativos do Estado do Rio

Beneficiados pelos Fundos da Cáritas

Desde 1986, o Fundo Estadual da Cáritas /RS beneficiou 1023 Projetos Alternativos Comunitários de caráter econômico, social ou cultural. Desses projetos, mais de 50% beneficiaram atividades orientadas à inserção produtiva ou ao fortalecimento da ação sócio-econômica de empreendimentos de economia solidária.

O Fundo Rotativo, por sua vez, financiou, entre 1990 e 2005, um total de 188 projetos, na sua maioria destinados a empreendimentos econômicos solidários.

Em Santa Maria, esses fundos financiaram um total de 84 projetos, beneficiando mais de 4000 pessoas, desde 1986.

Fundos operados pela Cáritas que apoiaram projetos econômicos e sociais do Projeto Esperança/ Cooesperança desde 1986

- Fundo de Mini-Projetos da Cáritas/RS (estadual)
- Fundo Rotativo Solidário (estadual)
- Fundo Rotativo Regional (da Diocese de Santa Maria)

Grande do Sul, se evidenciava a necessidade de encontrar meios de apoiar o surgimento e o desenvolvimento dos PACs no Estado. Em busca de recursos para o atendimento a essa demanda é que surgiu a parceria com a Misereor/KZE da Alemanha. Foi graças à assinatura de um convênio com essa entidade que foi criado em 1986 o Fundo de Mini-Projetos da Cáritas/RS, que já apoiou, até dezembro de 2005, 1023 projetos.

O "Fundo PACs", como é conhecido internamente esse fundo administrado pela Cáritas Estadual, disponibiliza pequenos valores para a realização de projetos culturais ou sociais (valores entre mil e cinco mil reais) e econômicos (valores entre mil e sete mil reais). Conforme a Marinês, responsável por sua administração,

> O Fundo se destinou, desde o início, para o fortalecimento dos PACs, dentro dos quais é difícil algumas vezes diferenciar com clareza as atividades propriamente econômicas das sociais ou culturais. Por exemplo, quando um empreendimento econômico encaminha um projeto para atividades de formação, isto não pode ser catalogado como "projeto econômico". O fundamental é apoiar dinâmicas locais, nas quais se confunde o social, o cultural o econômico (Marinês).

As prioridades e a forma de administrar o Fundo foram mudando com o passar dos anos. Assim,

> Ao longo de quase 20 anos, muitas coisas foram mudando, determinadas principalmente pelas mudanças de contexto e a disponibilidade de recursos internos para financiamento de pequenos projetos econômicos. Primeiro, quando não havia nenhuma outra fonte de financiamento e os grupos estavam engatinhando, o financiamento se destinava em mais de 80% para iniciar atividades na linha de geração de trabalho e renda e os valores repassados eram a fundo perdido. Depois, a partir da sugestão dos próprios grupos, começamos a solicitar uma devolução voluntária dos valores repassados e, na medida em que foi havendo uma disponibilização de recursos para os grupos econômicos via políticas públicas, a forma de administrar o Fundo foi se modificando (Marinês).

No início, entre 1986 e 1988, repassavam-se valores a fundo perdido, mas com o passar do tempo adotou-se um modelo de devoluções parciais ou totais, segundo o tipo de projeto. Assim, hoje, os "projetos economicamente viáveis" devolvem 100% do valor recebido corrigido pela inflação (INPC), mais taxa fixa de 3% sobre o total. Os projetos de "iniciação produtiva" devolvem 30% do valor recebido e os socioeducativos até 10%, conforme as possibilidades. Para os grupos efetuarem a devolução, foi criado um indexador próprio chamado FRS. Este indexador parte de um valor "x" e a cada dois meses sofre correção pelo INPC. Quando um grupo recebe um aporte financeiro, este valor é transformado em FRS e no momento de efetuar a devolução é reconvertido em reais.

Foi a partir dessas devoluções que surgiu, na década de 90, o Fundo Rotativo Solidário. A idéia era aproveitar os valores que retornavam dos grupos para ampliar o apoio financeiro da Cáritas/RS. O Fundo Rotativo Solidário se orienta, pois, pela co-responsabilidade solidária. Todos os grupos são estimulados a fazer sua devolução, participando assim de uma rede estadual de solidariedade. Quem recebeu apoio contribui para que outros grupos possam se organizar. Tudo o que retorna é imediatamente reinvestido em novos projetos. A Cáritas Estadual administra o Fundo, mas seu gerenciamento é definido pela Comissão Estadual dentro dos critérios do Fundo PACs. Até dezembro de 2005, o Fundo Rotativo já havia apoiado 188 projetos.

Graças a esse fundo, muitos grupos de economia solidária em diversas partes do Rio Grande do Sul iniciaram suas atividades ou puderam investir para comprar equipamento ou melhorar sua infra-estrutura A maior parte dos grupos do Projeto Esperança-Cooesperança obtiveram financiamento dessa forma, viabilizando assim sua pequena atividade econômica.

Além de acessar os recursos do Fundo Estadual, a Cáritas de Santa Maria (na figura da equipe executiva do Projeto Esperança/Cooesperança), conseguiu um apoio direto da Misereor e manteve, entre 1987 e 1998 seu próprio Fundo de Crédito para Projetos Produtivos. Posteriormente, seguindo a lógica do Fundo Rotativo Estadual, decidiu também aproveitar alguns recursos ainda disponíveis de fundos recebidos diretamente da Misereor e criou o Fundo Rotativo Regional, que funciona até hoje. Esse fundo é utilizado para financiar projetos sociais ou pequenos projetos de apoio à atividade econômica (compra das bancas para a feira na praça,

por exemplo). Nesse caso, exige-se devolução integral, pois trata-se de um recurso limitado que precisa ser mantido para as novas concessões.

Com o passar do tempo, novas alternativas de financiamento foram sendo vislumbradas pelo Projeto Esperança, em função do crescente nível de articulações e como resposta às incertezas de continuidade do aporte de recursos da cooperação internacional. Assim busca-se, por um lado, fortalecer parcerias com cooperativas de crédito como CRESOL e SICREDI. Por outro lado, também se procura facilitar o acesso dos grupos a linhas de crédito públicas como o PRONAF ou mesmo pela EMATER-RS.

Outra alternativa construída ao longo do processo foi a Instituição Comunitária de Crédito Banco do Povo da Região Central. O Banco do Povo, como é conhecido, é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que integra 32 associados-fundadores, aportadores de capital ou não, entre o governo do estado, dez prefeituras, sindicatos, universidades e entidades da sociedade civil, Projeto Esperança/ Cooesperança, CUT e Instituto Metodista.

Operando com um capital inicial de aproximadamente um milhão de reais, o Banco do Povo concede financiamentos de até R$ 2.500 a pequenos empreendedores formais e informais. A operação é realizada entre o financiado e um agente de crédito do Banco, que visita o cliente e outras pessoas indicadas para certificar-se da viabilidade da concessão de crédito.

Essa instituição, após dois anos e meio de existência, já havia liberado R$ 1.334.053,84 em 1034 operações.

O apoio para o desenvolvimento de tecnologias alternativas

Além do aporte financeiro, o Projeto Esperança/ Cooesperança viabiliza também importantes investimentos em tecnologia. Mas não qualquer tecnologia, e sim aquelas orientadas aos princípios e orientações do Projeto, ecológica e socialmente sustentáveis e, por tanto, tecnologias muitas vezes contrárias ao que dita o enredo das grandes corporações. Nesse sentido, o Projeto mantém convênios com diversas entidades para possibilitar a manutenção de uma pequena rede de assessoria e apoio aos trabalhadores rurais, estimulando o desenvolvimento de tecnologias de cultivo limpas, sem agressões ao meio ambiente.

Um convênio com o Instituto Genaro Krebs de Santa Maria garante a assessoria de dois técnicos agrícolas aos agricultores. Outra parceria, firmada com o Grupo de Agroecologia Terra Sul da Universidade Federal de Santa Maria (GATS/UFSM) e com a EMATER-RS, objetiva a constituição de Unidades de Referência Agroecológica, além de um trabalho de assessoria participativa nas propriedades dos agricultores. Pode-se mencionar também um contrato firmado com a Prefeitura Municipal que garante o apoio de uma equipe de 12 inseminadores.

Outro importante projeto que está começando a se desenvolver em parceria com a UFSM é o chamado Residência Agrária, que integra um grupo de recém-formados em agronomia para atuarem junto aos assentamentos. É um projeto em regime de alternância com tempo escola e tempo para assistência técnica, que culmina em 18 meses, com grau de especialização. Este é um programa do MDA-INCRA-Universidade do Brasil e permitirá disponibilizar seis acadêmicos para o Projeto Esperança/Cooesperança, mais dois técnicos de campo e professores orientadores da universidade.

O Projeto Esperança/Cooesperança mantém, ainda, estreito laço de cooperação com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), com a Rede EcoVida de Agroecologia e com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF-Sul). Conforme Luiz Comasseto,

> A Federação de Agricultura Familiar, FETRAF-Sul está ligada ao Projeto Esperança/ Cooesperança no segmento de articulação das agroindústrias da região centro e no fortalecimento da agricultura familiar, proporcionando um novo modelo de sindicalismo junto ao meio rural (Luiz).

A formação

Uma terceira área de atuação do Projeto é o investimento em diversas formas de educação, formação e qualificação de seus membros. Oportunidades de formação oferecidas pelos poderes públicos, universidades ou outras entidades são constantemente pesquisadas e aproveitadas para a qualificação dos trabalhadores associados ao Projeto.



Luiz Antônio Comassetto

Coordena a ASEV (Associação Sítio Ecológico da Vovó) e a ASSINTRAF (Associação da Agricultura Familiar) da região Centro no Projeto Esperança/ Cooesperança, além de também compor a direção da Comissão da Agricultura Familiar e Agroindústria do Projeto Esperança/Cooesperança. Ajudou a construir o núcleo da ECOVIDA (sede de agroecologia) na região central - RS.



Grupo de Agroecologia Terra Sul – UFSM

CEDIM

Síntese das atividades de formação que constam no relatório de 2005 do Projeto Esperança/Coopesperança

- Participação no V Fórum Social Mundial em 2005, com 42 pessoas, do início ao fim.
- Participação nas reuniões das comissões preparatórias à Feira do Cooperativismo (150 reuniões).
- Participação nas Feiras de Economia Solidária de Porto Alegre, Pelotas, Passo Fundo, Santa Catarina, Uruguai, Argentina, Expointer (Esteio - RS), Feiras das Agroindústrias Familiares de Brasília (DF) e um Seminário em Caracas (Venezuela).
- Participação do II Congresso Latino Americano dos Catadores/as, com cerca de 80 catadores/as.
- Participação de várias atividades dos Fóruns Brasileiro, Gaúcho e da Região Central.
- Viagens de estudos e de intercâmbio de experiências em outros estados e países.
- Participação de 120 pessoas na 10ª Romaria Estadual do Trabalhador/a e 28ª Romaria da Terra - 1º de maio.
- Participação no Bloco de Carnaval da Cidadania com aproximadamente 40 catadores/as.
- Assembléia anual dos Empreendimentos de Economia Solidária do Projeto Esperança/Cooesperança.
- Participação nos 52 Feirões Coloniais Semanais, nos 14 Feirões Temáticos da Praça Saldanha Marinho e nos outros feirões temáticos da cidade e região.
- Muitas atividades de formação ligadas à Agroindústria Familiar, Agroecologia, Redes de Trocas.
- Cursos, reuniões, estudos e debates e troca de experiências.

Fonte: Relatório anual do Projeto Esperança/Cooesperança

Vagas de capacitação também são constantemente obtidas junto ao Banco da Esperança ou mesmo dentro do próprio Projeto Esperança. Ultimamente, muitos trabalhadores têm organizado cursinhos de capacitação profissional na sua área profissional. Dessa forma é mantido um clima de constante incentivo à educação.

A compreensão no Projeto Esperança/Cooesperança é de um processo formativo contínuo, integrado por cursos e seminários, mas também pela participação nas mais diversas atividades de discussão e debate, em todos os níveis e espaços. Isso fica muito claro observando-se o quadro ao lado, que informa sobre as atividades de formação realizadas em 2005. Conforme os documentos do Projeto,

> A formação é um dos mais importantes eixos trabalhados pelo Projeto Esperança/Cooesperança, trabalhando com a metodologia do ver, julgar e agir. Neste sentido há uma integração muito grande entre a teoria e a prática, através da formação de sujeitos no exercício da cidadania.

Algumas vezes, projetos variados, de cunho não explicitamente educacional, são aproveitados como oportunidade de treinamento de novas lideranças. É o caso da participação do Projeto Esperança/ Cooesperança como entidade coexecutora do Mapeamento da Economia Solidária no Estado do Rio Grande do Sul. Para esse trabalho, que é uma pesquisa de campo, os próprios trabalhadores de grupos associados ao Projeto foram contratados e capacitados.

Existe também uma experiência educacional para crianças e adolescentes. Trata-se da Cooperativa Solidária das Crianças (COOPSOL), cooperativa educacional que visa atuar na formação e na educação das crianças primando pela educação para a solidariedade. A cooperativa foi retomada depois de ter sido desativada por alguns anos. Ocorrem reuniões durante os Feirões Coloniais Ecológicos, quando os pais participantes da Feira deixam seus filhos com a equipe da COOPSOL. Também é desenvolvido um trabalho específico nas comunidades carentes do município, como no "Quilômetro dois", sede da Central dos Catadores/as. Atualmente, participam da cooperativa mais de 50 crianças e adolescentes em quatro núcleos da periferia de Santa Maria.

Os processos de comunicação e ampliação da visibilidade

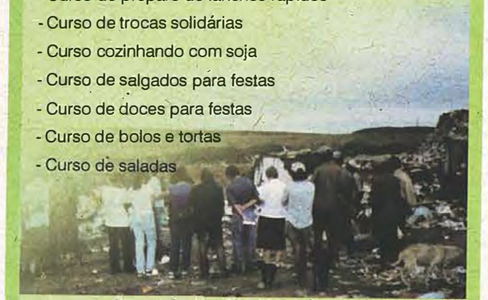
Ciente da importância que adquire a visibilidade do Projeto e a divulgação das ações, há uma preocupação constante com esse aspecto, e os resultados têm sido significativos.

> Há também uma preocupação com a comunicação. O programa na rádio Medianeira deu muitos espaços para eles. A própria TV sempre deu muita força (Telmo Adams).

De fato, as ações do Projeto Esperança têm uma boa cobertura na mídia local, tanto nos jornais quanto

Cursos realizados em 2005:

- Curso de gestão e planejamento - POA - AEC
- Curso sobre Sustentabilidade - Florianópolis - SC
- Curso de 300h sobre agroecologia e sustentabilidade do planeta Terra - UFSM
- Curso de pó de rocha em Candiota - RS
- Curso de pó de rocha em Santa Maria - RS
- Curso de preparo de sobremesas e decoração
- Curso de agroindústria familiar - UFSM
- Curso de preservação ambiental - UFSM
- Curso de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável
- Curso de multiplicadores/as da economia solidária em Brasília - DF
- Curso de aproveitamento de frutas, verduras e legumes
- Curso de manipulação e armazenamento de produtos hortigranjeiros
- Curso de boas práticas na manipulação e decoração de alimentos
- Curso de preparo de lanches rápidos
- Curso de trocas solidárias
- Curso cozinhando com soja
- Curso de salgados para festas
- Curso de doces para festas
- Curso de bolos e tortas
- Curso de saladas



Cursos do Qualificar-RS no Lixão da Caturrita - Santa Maria - 1999

Parcerias do Projeto Esperança/Cooesperança:

Cáritas Brasileira/RS
Misereor/KZE - Alemanha
SAEMA
Prefeitura Municipal
FETRAF - Sul
Rede Ecovida
Banco do Povo
Rede de Solidariedade
IGK
CRESOL
MST - Via Campesina
Comissão Pastoral da Terra
EMATER
UFSM - UNIFRA
CONSAD - CONSEA
Governo do Estado
Governo Federal
Veículos de Comunicação
Fórum Brasileiro de ES (FBES)
Fórum Estadual e Regional de ES
e outras entidades

no rádio e na TV. Alguns espaços da própria Igreja Católica, como a rádio Medianeira, são importantes, e são utilizados também meios alternativos, como as rádios comunitárias, e os programas produzidos pela faculdade de comunicação da UFSM.

Mas é inegável que há um interesse crescente da mídia em dar cobertura às atividades do Projeto Esperança/Cooesperança, que tem conseguido importantes espaços na imprensa escrita, falada e televisionada. Santa Maria conta com onze rádios, quatro jornais e dois canais de TV, a maioria dos quais têm disponibilizado espaços para divulgar as ações do Projeto e o trabalho dos empreendimentos.

Se parte da explicação para essa facilidade de acesso aos meios de comunicação advém da influência da Igreja Católica em Santa Maria, é importante dizer que essa não é a única e, talvez, nem a melhor explicação. A verdade é que o Projeto Esperança/Cooesperança logrou desenvolver uma rede de sólidas parcerias com diversas empresas de comunicação para a divulgação de eventos.

Essas parcerias explicam-se, em boa parte, graças à manutenção de laços com repórteres e jornalistas simpáticos ao trabalho desenvolvido. Em conversa informal com uma repórter de um desses veículos de comunicação "parceiros", soubemos que muitas das matérias sobre o Projeto Esperança só foram impressas com muita luta, por vezes contra a intenção do editor. Essa profissional disse ainda que demorou vários anos para que a direção do jornal compreendesse que era importante cobrir os eventos do Projeto Esperança, mas que hoje já há um espaço garantido para isso.

> O Projeto Esperança, impulsionado pela figura da Ir. Lourdes, tem uma capacidade de pautar a sociedade, de desenvolver um diálogo com a mídia. Desenvolve pauta jornalística, mobiliza a mídia para divulgar a proposta (Haroldo Mendonça, SENAES).

São essas parcerias que garantem, por exemplo, a boa visibilidade alcançada pelas Feiras do Cooperativismo na mídia. Na última edição, a feira foi manchete de capa dos maiores jornais da cidade. Irmã Lourdes ainda afirma que a divulgação das Feiras do Cooperativismo é feita em parceria com onze rádios santamarienses. Ela lembra que

> as rádios sempre dobram o tempo que a gente paga, se pagamos um tempo *x* de divulgação, elas acrescentam um tempo igual gratuitamente, como apoio (Irmã Lourdes).

A Equipe de Animação e a organização autogestionária dos trabalhadores

Conforme dito anteriormente, a proposta do Projeto Esperança/Cooesperança é manter uma pequena equipe liberada para garantir as tarefas administrativas e dinamizar as ações de parcerias, através das quais se realiza o apoio aos grupos. Ao todo, o Projeto mantém nove pessoas liberadas para o trabalho. Dentre

Equipe administrativa do Projeto Esperança/Cooesperança:



Da esquerda para a direita:

– Antônio Reis, o Toninho, motorista oficial do Projeto, mas que também, conforme ele descreve, assessora os grupos, faz os trabalhos de rua e as rotinas internas. "O Projeto Esperança é como uma família, é um importante meio pra que as pessoas possam ser mais humanas", segundo ele.

– Etelvina Santos, a Neca, natural de Cruz Alta. Exerce a função de auxiliar de escritório. "O Projeto Esperança é um trabalho inovador, tanto que se expandiu. Ele faz a diferença para aquele pessoal que está desempregado", afirma Neca.

– Carmen Possebon, formada em Pedagogia, exerce a função de secretária, elaborando as atas e relatórios da Cooesperança e realizando atividades administrativas. "O Projeto Esperança está crescendo cada vez mais. A comercialização foi crescendo com o produtor", acrescenta Carmem.

elas, sete são pagas com recursos do convênio estabelecido com Misereor: quatro funcionários fixos e mais um contador e dois assessores de agroecologia que trabalham em tempo parcial. Os outros dois são os responsáveis pelo Terminal de Comercialização Direta, que são pagos com os recursos obtidos com a comercialização dos produtos no terminal.

A equipe do Projeto é diretamente responsável pelo acompanhamento sistemático aos grupos e o processo de integração e formação dos novos grupos. Suas funções são fundamentalmente administrativas, mas eles permanecem integrados com as atividades e a proposta do Projeto como um todo.

É evidente que o funcionamento do Projeto Esperança/Cooesperança é sustentado pela dinâmica de atuação dos grupos e suas comissões e que seu diferencial está dado pela capacidade de dinamizar uma ampla rede de parcerias nas diferentes frentes de trabalho de apoio necessárias. Isso permite uma forte dinâmica autogestionária e de promoção de novas lideranças, que são estimuladas a participar no amplo leque de comissões e de eventos em que o Projeto está envolvido.

É verdade que boa parte do processo de dinamização das parcerias e de orientação das instâncias de organização dos grupos e trabalhadores tem a figura da Diocese, do Banco da Esperança e da Irmã Lourdes, Coordenadora do Projeto Esperança como uma referência obrigatória. Mas é verdade também que, junto à força da liderança e da autoridade institucional, há toda uma metodologia de trabalho de estímulo à participação, de formação de lideranças e de compartilhamento de tarefas que, conforme Telmo Adams, tem permitido que as pessoas assumam o processo:

> Isso criou rupturas e criou possibilidades educativas para as pessoas. A experiência mostra que um nível de intervenção tem que garantir as pessoas serem desafiadas a se envolver. Isso fez com que elas respondessem afirmativamente (Telmo Adams).

Quanto a sua organização, a Cooesperança é uma cooperativa de segundo grau, integrada pelos mais de 220 grupos e associações que participam das feiras e projetos sociais. Muitos desses grupos não estão formalmente registrados, mas todos se consideram cooperados da Cooesperança. Quando há novos grupos interessados, é realizada uma reunião (geralmente de freqüência bimestral). Nessas reuniões os interessados são aconselhados a se agruparem em associações de várias famílias para se associarem ao projeto.

Os integrantes do Projeto Esperança/Cooesperança vivenciam um processo de organização cooperativa, participando sistematicamente de assembléias, comissões e grupos de trabalho. Mas a Cooesperança não segue rigorosamente os procedi-mentos e registros das cooperativas tradicionais. Segundo a Irmã Lourdes, a questão formal está em estudo e eles deverão definir alguns elementos de funcionamento diferenciados. Uma das particularidades, por exemplo, é o

fato de, nas assembléias, com a finalidade de reconhecer a participação, as votações respeitam não o princípio de um voto por sócio (associação de famílias), e sim o princípio de um voto por pessoa presente na reunião. A participação é ampla, tanto nas comissões de organização e direção quanto nas assembléias. Na última assembléia anual, por exemplo, participaram mais de 250 pessoas. E o processo de organização e direção conta com a participação de dezenas de trabalhadores, integrantes de 20 comissões, conforme relação ao lado.



Grupo histórico do Projeto: Dirceu Reis, Carmen Possebon e Alcir dos Santos, no Projeto desde 1989, juntos com a Irmã Lourdes que está desde 1987

Comissões de Administração

- **Coordenação Colegiada e de Ética do Projeto Esperança/Cooesperança - Teia Esperança**
- Comissão de Formação
- Agroindústria Familiar e Laticínios
- Artesanato e Confecção
- Panificação e Produtos Integrais
- Hortigranjeiros e Agroecologia
- Feirão Mensal Temático da Praça Saldanha Marinho
- Catadores(as) e Reciclagem de Resíduos Sólidos
- Rede de Solidariedade e o Programa Fome Zero
- Eventos Especiais, Feiras, Romarias, Seminários, Viagens de Estudos, Congressos em outras cidades e Celebrações
- COOPSOL - Cooperativa das Crianças (Arte da Inclusão)
- O Brique da Estação
- Por um Mundo sem Tabaco - Antitabagismo e as Alternativas à Cultura do Fumo
- Estacionamento no Feirão Colonial
- CTP (Comissão Pastoral da Terra)
- Projeto Catando Cidadania: Integrado com a Casa da Cultura
- Feirão Colonial Semanal - A Comissão é formada por coordenadores/as das comissões, representantes da equipe do Projeto Esperança/Cooesperança e dos coordenadores/as das mesas do Feirão Colonial Semanal
- Comissão da Teia Esperança - é formada por uma comissão de um representante de cada ponto da Teia Esperança, da Comissão de Coordenação Colegiada e de Ética
- Comissão permanente da FEICOOP



Horta Comunitária Nova Santa Marta, parceria com a SAE

8 - Espaços de atuação junto aos excluídos e participação em projetos comunitários/locais.

É ponto pacífico entre os associados que o Projeto deve trabalhar em prol da causa dos excluídos e em prol da transformação social, rumo a uma sociedade mais justa e fraterna. Em nome dessa certeza, inúmeras ações são desenvolvidas. Essas ações são todas investimentos que o Projeto Esperança, enquanto setor do Banco da Esperança, realiza na sociedade.

O trabalho junto aos catadores(as)

Outro espaço importante de atuação do Projeto Esperança tem sido junto aos catadores de resíduos da cidade de Santa Maria, cuja participação iniciou em 1992. Conforme conta a Margarete, coordenadora da ASMAR, primeira associação de catadores/as de Santa Maria,

> O grupo iniciou através do 8º encontro de CEBS, em 1995. O pessoal que estava no encontro tinha que juntar e levar os resíduos. Terminou o encontro e as pessoas continuaram levando os resíduos. A través do Projeto Esperança, os maristas cederam um local (Margarete).

Pelas características dos catadores, enquanto uma população em situação de vulnerabilidade social, o trabalho do Projeto foi ampliando-se a diferentes frentes, tanto na linha de promover a inclusão social desses trabalhadores, incentivando seu protagonismo e respeitando sua individualidade, quanto na perspectiva da viabilização da atividade de recolhimento, classificação e comercialização de resíduos sólidos. Essa viabilização é pensada pela via da associação, procurando poten-cializar o poder de negociação econômica e política dos trabalhadores.

É nesse sentido que tem sido desenvolvido um novo modelo de coleta seletiva de resíduos sólidos em Santa Maria, em parceria com a Prefeitura Municipal. O modelo, que começou a funcionar em julho de 2005, busca estimular a associação dos catadores, facilitando o acesso dos trabalhadores organizados e cadastrados junto à Central dos Catadores ao lixo reciclável



Margarete Vidal

Forte liderança entre os grupos de recicladores vinculados ao Projeto Esperança/ Cooesperança. Coordena a ASMAR – Associação dos Selecionadores de Materiais Recicláveis. Assessora a Secretaria de Proteção Ambiental da Prefeitura Municipal de Santa Maria. É a primeira catadora a ingressar no curso superior de Planejamento e Economia Ambiental.



Catadores em atividade do projeto Catando Cidadania

produzido na cidade. Para tanto, a Secretaria de Proteção Ambiental concedeu uniformes e "carrinhos" de coleta de lixo à Central dos Catadores, com apoio da Fundação Banco do Brasil e, estabelecendo também uma distribuição dos pontos de coleta entre os onze grupos associados à Central.

Já a população santamariense é responsável pela limpeza e separação dos materiais em suas próprias residências, pois as associações de catadores ainda não possuem estrutura que possibilite a execução dessa tarefa. Busca-se sensibilizar a população para a importância da cooperação com os trabalhadores, procurando também promover a conscientização quanto à importância do serviço prestado pelos catadores.

Uma das grandes apostas é que o novo modelo de coleta seletiva liberte os catadores da figura do atravessador, que acaba controlando os preços no mercado de compra do lixo reciclável. A nova estratégia é reunir na Central dos Catadores os resíduos recicláveis recolhidos pelas treze associações. Dessa forma, a Central pode contatar as empresas interessadas no material, efetuando a venda diretamente, sem a necessidade de intermediação.

Também se busca afastar os catadores do "lixão" da cidade. Nesse sentido, também em parceria com a Prefeitura Municipal, obteve-se a concessão de uma área de 21 hectares no Horto Municipal para assentamento das famílias que ainda habitam o lixão da Caturrita, como é conhecido em Santa Maria. Nessa nova área os trabalhadores estão sendo capacitados para o desenvolvimento de novas alternativas de geração de renda, como a piscicultura ou a horticultura. Entretanto, as famílias podem continuar trabalhando com o comércio do lixo recolhido, dessa vez de forma associada, como no caso da ASNOVA, Associação Vida Nova, que agrupa algumas das primeiras famílias transferidas para o Horto.

Além de todo o trabalho no sentido de garantir trabalho e renda aos catadores, há também a preocupação de recuperar a dignidade e o protagonismo dessas pessoas. Procura-se valorizar a trajetória de vida desses cidadãos costumeiramente considerados como de "segunda categoria".

Dona Terezinha é um exemplo dessas trajetórias de vida que merecem ser recuperadas e valorizadas. Ela é uma senhora de 56 anos que deixou o campo aos 19 pra tentar a sorte na cidade. Ao chegar a Santa Maria, ocupou-se com toda sorte de atividades, ou "bicos", como ela prefere dizer.

Nos anos 90, participou da fundação da ASMAR , que seria depois seguida de uma nova associação organizada por dona Terezinha, a ARSELE.

Hoje, dona Terezinha é uma das lideranças entre os catadores de Santa Maria, junto com a Margarete e outras tantas mulheres e homens. Na ARSELE, que funciona num galpão da Rede Ferroviária cedido ao grupo pela Prefeitura Municipal, estão sendo planejados e desenvolvidos diversos projetos para a comunidade, como educação e recreação de crianças e adolescentes e atendimento médico. O mesmo galpão também sedia a mencionada Central dos Catadores, que disponibiliza espaço para as associações que não pos-



Terezinha Aires Domingues

Recicladora, integra a Associação de Reciclagem ARSELE, em Santa Maria. Em 1999 participou de uma ação coletiva de ocupação de uma área abandonada pela Rede Ferroviária Estadual. Hoje, é militante do MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia). Antes de fundar a ARSELE já tinha fundado também a ASMAR, a mais antiga associação de reciclagem de Santa Maria.



Coral dos Catadores(as)



Regina Celis Dellagerisi

Trabalha na Secretaria Municipal de Cultura. Desenvolve com os catadores(as) o projeto chamado "O papel do papel".

Samba Enredo (Bloco dos Catadores)

Melodia: Nany Kratina
Letra: Regina Celis Dellagerisi

Se você pensa que somos indigentes
Vá se catar, vá se catar
Se desconhece nossa dignidade
Vá se catar, vá se catar

Somos papeleiros
Catando cidadania
Buscamos dignidade
Na luta de cada dia
E hoje na avenida
Trazemos nossa alegria

Se você pensa que nessa festa
Não podemos brincar
É uma festa popular
Vá se catar, vá se catar

suem local para armazenamento do lixo recolhido, além de reunir para outras atividades culturais, aniversários e até velórios.

Como em diversas partes do RS e do Brasil, o processo de organização dos catadores trouxe a indignação pelo preconceito e a discriminação que eles sofrem, mas ao mesmo tempo provocou uma nova consciência e afirmação enquanto trabalhadores. As falas a seguir ilustram isso claramente:

> pra eles *nós* somos lixo... mas não é verdade... A gente é catador, mas é pessoa, é humano, a gente quer ser reconhecida como pessoa, como profissão! A gente é agente do meio ambiente!" (dona Terezinha).
>
> Nós somos o que somos devido a uma pressão da sociedade que não te dá oportunidade. É verdade que tem escola, mas precisamos comer, e como o corpo precisa de comida, tivemos que escolher. A sociedade tem preconceito com os carroceiros. A sociedade nos julga, mas não sabe quem nós somos. Eu já trabalhei em lancheria, abri malharia que não deu certo (Margarete).

É para valorizar essas pessoas que o Projeto Esperança, juntamente com a Secretaria da Cultura e a Secretaria de Proteção Ambiental também investem em ações de caráter cultural, como o Projeto Catando Cidadania. Esse projeto iniciou em 2003, visando justamente estimular o fortalecimento de um espaço cultural e artístico entre os catadores.

Hoje, participam aproximadamente 40 pessoas, distribuídas em atividades de canto coral, teatro, bloco de carnaval, aprendizado de espanhol, literatura e redação, além de uma associação fundada para a confecção de papel reciclado artesanal. Já se percebe os primeiros frutos do trabalho, com as apresentações do coral, os desfiles do bloco no carnaval de rua da cidade ou a publicação do livro *Histórias de vida dos catadores de Santa Maria*, escrito pelos próprios catadores.

A maior parte de associações de catadores de Santa Maria fazem parte do Projeto Esperança/Cooesperança. Cada vez mais, eles estão integrados nas diversas atividades, inclusive de comercialização. Recentemente, um novo ponto da Teia Esperança passou a estar integrado por uma associação de catadores. Participar no Projeto Esperança, conforme a Margarete,

> abre bastante portas. Se tu trabalhas sozinho, não é a mesma coisa. O vínculo abre portas. Foi a través do Projeto Esperança que foi criada a ASMAR. Eles nos deram suporte, ajudaram a elaborar projetos. Hoje, a associação tem autonomia. Somos nós que decidimos dentro da associação (Margarete).

As articulações e parcerias com o Fome Zero

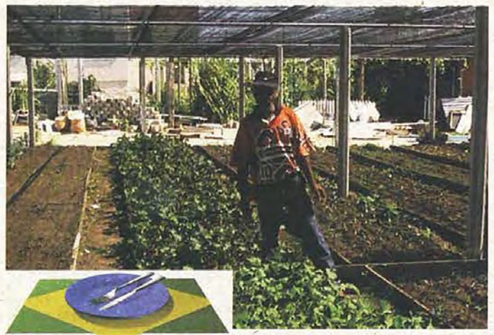
O Projeto Esperança/Cooesperança investe também na comunidade externa, na cidade e na região central do estado. Para tanto, participa, entre muitas outras instâncias, da Rede Solidariedade, que é o Comitê Santamariense de Combate à Fome e à Miséria, CONSEA, CONSAD, etc..

ATIVIDADES COM OS CATADORES/AS (realizadas em 2005 pelo Projeto Esperança/ Cooesperança em parceria com a Prefeitura Municipal, Casa de Cultura e Secretaria de Proteção Ambiental de Santa Maria)

- 13 Associações de Catadores/as de Material Reciclado
- O Projeto Catando Cidadania
- CD dos Catadores/as
- Coral dos Catadores/as
- Carnaval da Cidadania -- Bloco dos Catadores/as Vá Te Catar
- Oficinas diversas (música, arte,aulas de espanhol e teatro)
- Projeto O Papel do Papel
- Associação "Tudo Limpo" Produtos de Limpeza
- Saúde Bucal (atendimento odontológico)
- Dignidade Sem Fronteiras - Intercâmbio com a França e Uruguai
- Alfabetização dos Catadores/as através do EJA (educação de adultos) e outros cursos
- A Coleta Seletiva em parceria com a Prefeitura Municipal de Santa Maria
- Publicação do livro *As Histórias da Vida dos Catadores/as* e *As Lutas dos Catadores/as e sua Trajetória*
- A Arte da Inclusão: projeto de artesanato em material reciclado dos catadores/as.
- Viagem dos catadores(as) e assessores para a França e a abertura de um ponto da Teia Esperança naquele país.

CEDIM

Rede de Solidariedade
Comitê Santa-mariense de Combate à Fome e à Miséria
Trabalho sim - Fome não



FOME ZERO

Horta Nova Santa Marta

A Rede é um fórum que articula, em Santa Maria, o Programa Fome Zero, do governo federal, o Mutirão Nacional de Superação da Fome e da Miséria da CNBB e mais de 140 entidades locais. A Rede já atende no mínimo dez comunidades em situação de vulnerabilidade social, desenvolvendo ações emergenciais (doação de alimentos e roupas) e de médio prazo (atividades de geração de renda), com mais de 35 grupos organizados.

A Rede é, além disso, um fórum do qual emanam diversas ações no campo da segurança alimentar. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar (CONSEA) e o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), que envolve sociedade civil e poderes públicos de dezessete municípios do centro do estado, nascem no âmbito da Rede de Solidariedade.

O Projeto Esperança participa ativamente na Rede Solidariedade e tem entrado, através dessa participação, em várias outras frentes de atividades, integrando um público de trabalhadores cujos níveis de exclusão social e cidadã trazem novos desafios para a atuação do Projeto. Novos projetos se desenvolvem, como o das Hortas Comunitárias, que pretende organizar comunidades carentes para a produção de hortaliças. É assim que seu Antônio, coordenador da Horta da Região Leste, conheceu o Projeto Esperança e, segundo suas próprias palavras, "me deu o que tenho agora; me proporcionou um curso de liderança e me deu mais visão das coisas".

A biografia do seu Antônio, como a de dona

Terezinha no caso dos recicladores, ilustra a trajetória de exclusão e miséria em que vivem milhões de brasileiros e o potencial de redescoberta de dignidade e cidadania que representam projetos como o da Cooesperança: Ele conta que veio da lavoura e que sua profissão é tratorista.

> Me obriguei a vir do campo para viver na cidade. Na Região de Arroio Grande, nós perdemos tudo por causa da enchente. Ficamos morando embaixo da lona preta. Eu nunca tive terra (seu Antônio).

Hoje, seu Antônio faz parte da Rede de Solidariedade, que integra há três anos. Com muito orgulho, conta que em 2005 foi convidado para fazer parte da mesa diretora do CONSEA. Participa também da comissão antitabagismo e de outros projetos na sua comunidade, como a fábrica de massas, que está sendo aberta por três famílias, e o grupo de crianças que estão aprendendo como é que se lida com a horta e conseguiram apoio de uma organização alemã.

Mesmo com os avanços, as coisas continuam difíceis, e ele conta das dificuldades e da lentidão dos programas de governo. Concorda com o Cabral, o outro representante do Projeto Esperança na Rede Solidariedade, nas críticas à lentidão da burocracia de governo. O Cabral afirma que

> se a Rede de solidariedade funciona em Santa Maria, é graças ao Projeto Esperança (Cabral).

Seu Antônio cita os problemas que enfrentam nas



Antônio Ferreira

É o coordenador da Horta Comunitária Nova Santa Marta. São nove hortas comunitárias em Santa Maria. Ele coordena a horta na Região Leste, na qual funcionam três hortas. Entrou no Projeto Esperança em 2002. Há três anos faz parte da Rede de Solidariedade.



Roberto Cabral

É coordenador do grupo Sementes do Amor. Representa o Projeto Esperança/ Cooesperança na Rede de Solidariedade. Comitê Santamariense do Programa Fome Zero.



Hortas Comunitárias, os quais começaram a ser superados graças ao apoio do Projeto Esperança, que está facilitando monitores.

Outro importante fruto da articulação na Rede de Solidariedade é o Programa de Aquisição de Alimentos de Santa Maria. Numa das modalidades do programa, 112 agricultores/as associados ao Projeto Esperança/Cooesperança, mediante contrato firmado entre a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a Prefeitura Municipal, o CONSEA: Santa Maria e o Projeto Esperança, fornecem seus produtos a 30 entidades assistenciais que preparam mais de 7800 refeições por semana para famílias em situação de risco alimentar. A meta é fomentar a geração de trabalho e renda nestas comunidades.

Conforme o prefeito, Valdeci de Oliveira,

> O novo referencial político do país, a comoção e mobilização nacional pelo combate a fome veio irmanada com o sentimento presente aqui em Santa Maria já algum tempo, intimamente ligado as ações do projeto (prefeito Valdeci).

As ações na linha da segurança alimentar administradas pela Rede de Solidariedade envolvem ainda inúmeras outras ações, como o Projeto de Compra Direta Local da Agricultura Familiar, o Projeto de Cozinhas Comunitárias, o Banco de Alimentos, o Restaurante Popular. Em todas essas frentes o Projeto Esperança aparece como peça fundamental.

Por fim, caberia mencionar que o Projeto Esperança/Cooesperança não abre mão da missão de transformar a sociedade. Uma ação que ilustra essa determinação é, por exemplo, a presença há 15 anos nos Seminários de Alternativa à Cultura do Fumo, organizados pelas dioceses do centro do estado. O Projeto tem marcado sua presença no evento e mantém também, internamente, uma comissão antitabagismo.

O Projeto Esperança vive um momento de grande visibilidade e reconhecimento. Fica claro, ao longo deste livro, que isso é produto de um trabalho de anos, de uma grande vontade de mudar e de uma enorme capacidade de empreender, isto é, de elaborar projetos e organizar recursos e energias para construí-los.

Os resultados são visíveis, antes de mais nada, nas pessoas que dele fazem parte, às quais, como elas mesmas relatam, mudaram, aprenderam, ampliaram sua visão de mundo, seus espaços de relações, cresceram participando do Projeto. Mas também conseguiram resultados econômicos concretos, a possibilidade de viabilizar suas vidas trabalhando coletivamente.

Quem tenta compreender o Projeto Esperança/Cooesperança como "projeto de uma entidade" não consegue captar seu diferencial e sua verdadeira dimensão. De fato, o Projeto Esperança é um departamento da Cáritas Diocesana, mas seu dinamismo e sua integração com a Cooesperança, que é uma cooperativa formalmente constituída, permitem que ele transcenda amplamente essa circunscrição. Ele funciona, na prática, como um fórum de desenvolvimento regional, no qual se articulam grupos, movimentos sociais, entidades governamentais e não governamentais.

Há, é verdade, a marca clara da direção de uma igreja engajada e comprometida, representada na figura de dois grandes símbolos e lideranças: Dom Ivo e a Irmã Lourdes. Mas observando a trajetória dos seus quase 20 anos de funcionamento, é possível perceber com clareza que o Projeto é bem mais amplo e que consegue congregar um grande número de cidadãos e cidadãs, de instituições, de projetos, não por sua circunscrição a uma opção religiosa, mas por sua proposta de transformação e inclusão social, por sua dinâmica aberta e democrática, por sua capacidade de construção concreta de espaços diferenciados, pautados pelo exercício da autogestão e da organização cidadã.



Boneco da campanha contra o fumo na 12ª Feira Estadual do Cooperativismo



Pequeno Gigante

Música de Antônio Gringo e José Paulo

Não tenho vergonha de dizer
Que sou um pequeno agricultor
Os grandes precisam saber
Que o pequeno também tem valor
E a gente tem que aprender
A encarar de frente o "doutor"
Olhar firme em seus olhos e dizer
Me orgulho em ser colono sim senhor

Pequeno em Movimento
Gigante na produção
Unidos na Agricultura
Para alimentar esta nação

(...)

RESULTADOS E DESAFIOS

CEDIM

Os depoimentos de todas as pessoas que ajudaram a construir este livro permitem ilustrar os pontos de confluência e de debate em torno dos pontos centrais que caracterizam Projeto Esperança/Cooesperança. Permitem, principalmente, ilustrar a dinâmica de base que o move: o pensamento, o trabalho, a ação de homens e mulheres dispostos a construir um outro mundo possível. É baseado nesses depoimentos que desenvolveremos alguns pontos cruciais sobre os avanços e desafios colocados.

1- Um espaço de inclusão e de transformação social.

Desde suas origens, o Projeto Esperança/Cooesperança teve claro o foco de sua atuação, isto é, os pobres e excluídos da sociedade. Mas desde seu início também pautou sua atuação no sentido de trabalhar com eles, não para assisti-los, mas para construir opções econômico-sociais diferenciadas, em que eles fossem atores protagonistas. A inspiração num autor africano, que fala sobre "a pobreza como riqueza dos povos", não deixa de ser emblemática e continua muito forte no discurso dos dirigentes do Projeto. Tévoédjrè fala numa sociedade alternativa "em que o espírito de iniciativa, o espírito de rigor e o espírito de solidariedade podem fazer florescer conjuntamente a comunidade" (p.135) e, mais adiante, diz que "a solidariedade permite a união dos pobres em função de um enriquecimento coletivo" (p.139).

De fato, foi possível conhecer, ao longo dos capítulos anteriores, muitos integrantes do Projeto Esperança/Cooesperança cuja trajetória de vida está pautada pela precariedade e exclusão e que dentro do Projeto se inseriram em espaços de cidadania, trabalho e geração de renda. Perguntados sobre o significado do Projeto para eles, uma boa parte enfatiza esta dimensão de inclusão social. É assim no relato do seu Antônio:

> Em 28 anos, nunca tive a coragem de falar. Vivi no individualismo. Em 3 anos, o Projeto Esperança me mostrou como é que é o trabalho em grupo. O mais importante do Projeto para mim é a irmandade que tenho dentro da praça. O dinheiro não é tudo. As amizades abrem grandes oportunidades. Se a gente fica no individualismo, perde dinheiro e fica sem nada (seu Antônio).

É assim também, mesmo que com algumas características diferentes, no caso das artesãs da "Produção e Arte Esperança, que, como nos conta Simone,

> a maioria [...] nunca tinha trabalhado, essa é a primeira oportunidade que recebem (Simone).

Se sentir incluída, participar, é de fato o que marca com força a participação de dona Lourdes, que comenta:

> Se eu não tivesse isso aqui (o grupo de artesanato e a loja Produção e Arte Esperança), eu estaria em casa doente. Estaria em casa pensando na morte. Isso aqui é uma coisa que eu gosto muito (Lourdes).

Os recicladores, como mencionado em capítulos anteriores, também enfatizam essa dimensão do

Projeto. O depoimento de Pierre também está centrado sobre esse aspecto. Quando solicitado a exprimr o que era o Projeto Esperança/Cooesperança para ele, arregaçou as mangas, mostrando os braços repletos de marcas de injeção de drogas, e começou a chorar... Depois de um tempo, recompondo-se, ele disse: "isso era eu". Disse ainda:

> O Projeto Esperança/Cooesperança é minha segunda família, onde eu conheci respeito, amizade e carinho (Pierre).

O trabalho de inclusão social do Projeto Esperança/Cooesperança serve de referência para o trabalho de diversas instituições em Santa Maria. Conforme o prefeito Valdeci Oliveira,

> O Projeto tem um diferencial importante na inclusão social, baseada na participação social, na solidariedade. Ele permite unificar nossa visão e compreensão na geração de trabalho e renda (prefeito Valdeci).

No depoimento do Kalú, funcionário da Secretaria de Cultura do município e "militante do Projeto Esperança", como se define, ele enfatiza a importância desse trabalho para a região:

> Santa Maria é uma cidade de muitos contrastes, que experimentou um inchaço nos últimos anos, como conseqüência do êxodo rural. O Projeto Esperança é fundamental para a Região. Só o fato de incluir as pessoas que estão à margem, já é bastante importante. Uma coisa boa é que trabalha a consciência (Kalú).

Além de ser um espaço de integração social, o Projeto Esperança/Cooesperança assume seu caráter de transformação social, incorporando, como já vimos, as mais diversas pautas de luta e se articulando com praticamente todos os movimentos populares da região. Alguns depoimentos enfatizam esse caráter de mudança:

> O Projeto faz um confronto ao modelo dominante. Ele modifica inclusive a forma de fazer cooperativa. Ele é bem mais amplo que o cooperativismo (Kalú).

> O Projeto Esperança é um projeto revolucionário, que de fato mexe com a consciência das pessoas (prefeito Valdeci).

> O Projeto tem uma opção claramente preferencial pelos mais pobres. Ao mesmo tempo, consegue promover um debate de vanguarda. Tem um foco no agir para os mais pobres, mas também tem no seu centro os grandes elementos da vanguarda brasileira e mundial (Haroldo, SENAES).

2 - Um espaço de transformação pessoal.

A proposta de transformação social do Projeto Esperança implica numa dimensão de transformação das relações. Nesse sentido, um dos significados mais marcantes percebido por seus integrantes, conforme já mencionado anteriormente, diz respeito a uma mu-

dança pessoal, relativa a comportamentos e compreensão de mundo. Como comenta o Rogério Giacomini,

> As pessoas mudam dentro do projeto. O pessoal antigo já sabe disso (Rogério).

E como a maioria dos entrevistados fazem parte desse "pessoal antigo", todos enfatizam a dimensão de transformação do Projeto Esperança:

> Ao participar no Projeto Esperança, me tornei mais humano. Foi uma oportunidade que mudou minha vida. No Projeto, a gente pode ser rebelde, mas não rebelde sem causa, rebelde com causa! (Sérgio).

> Tenho nas atividades do Projeto uma escola para poder dizer para o meu filho: "isso eu quero que tu tenhas, esse princípio de solidariedade, esse princípio de parceria e de companheirismo". O crescimento como indivíduo é o grande benefício que o Projeto oferece. Quando tu crias, coletivamente, princípios e sabes que tem que respeitá-los, que eles estão estabelecidos, e tu os praticas, aí tu vai te descobrindo como ser humano, que na realidade é o que nós estamos deixando pra trás na sociedade (Telmo Palácios).

> Aqui, uma outra relação acontece com os homens e as mulheres que produzem na terra e foi há doze anos atrás que tudo começou (Antônio Gringo).

> O Projeto Esperança/Cooesperança prima pela transformação dos cooperados (Cláudia).

3- Um espaço aberto e democrático, de articulações múltiplas e diversas.

O caráter aberto e democrático do Projeto é outro elemento de quase unanimidade na avaliação do Projeto Esperança. Isto aparece destacado principalmente nos depoimentos daqueles que fazem parte de entidades de apoio governamentais e não governamentais, que percebem o quanto é amplo o leque de articulações e parcerias que conseguem se estabelecer. Esta é, conforme alguns relatos, uma das lições que a Cáritas- RS aprendeu do Projeto Esperança:

> Santa Maria também ensinou uma perspectiva mais ampla. É que, em outras partes, tinha-se uma concepção muito purista, de cuidado de contaminação. Fazer parcerias, mas não com qualquer um (Telmo Adams).

> Uma questão importante da experiência de Santa Maria é que eles têm aproveitado recursos e relações de governo, mas insistem na sua identidade. Conseguiram recursos da Secretaria de Agricultura, do Qualificar, do Pampa RS. A Irmã Lourdes foi sempre muito atenta aos espaços de articulação como o Orçamento Participativo, hoje o CONSEA e assim por diante (Marinês).

É o mesmo tipo de avaliação realizada pelos gestores públicos entrevistados:

> É um espaço democrático na suas relações políticas. Todo mundo sabe que ele "tem lado", mas ele não se fecha nas suas relações políticas. Por exemplo, aqui (na Feira) estava participando o governo de estado, que em geral a gente sabe não tem uma linha estratégica para a EPS, está participando também o cooperativismo oficial, que se apresenta e participa de diversas atividades (Dione, SENAES).
> O Projeto Esperança é um projeto apropriado pela cidade, que começa a ver no projeto uma alternativa. É uma referência para Santa Maria (prefeito Valdeci).

Há uma discussão, porém, relativa ao posicionamento político do Projeto Esperança, claramente próximo de partidos mais à esquerda, como o PT. Essa proximidade é clara, mas cada vez mais fica evidente que não é exclusiva, e há o espaço para parcerias com outras forças políticas e instituições. Do ponto de vista das elites da cidade, porém, há uma certa resistência ao Projeto, alegando sua opção político-partidária a favor do PT, mas que tem também um fundo de discordância com suas opções a favor dos mais pobres e de sua proposta de transformação socioeconômica.

> O Projeto Esperança tem uma relação especial com o PT pois são eles que apóiam muitas das suas bandeiras. Há uma afinidade, mas o Projeto não se restringe ao PT. Determinados governos desprezam o Projeto Esperança (Kalú).



4- Os resultados econômicos concretos. Desafios dentro da inserção da dinâmica de desenvolvimento local.

Ao longo dos capítulos anteriores, mostramos como, em função da ampliação dos espaços de comercialização e do trabalho de fomento e apoio aos grupos, há um avanço do ponto de vista dos resultados econômicos. Estes resultados, porém, são ainda modestos e pouco sistematizados, o que faz com que possamos falar apenas de forma muito geral e aproximada sobre eles. Há uma diversidade de grupos e, entre eles, alguns têm conseguido resultados expressivos, principalmente os da agroindústria familiar.

No conjunto das ações, é inegável que o Projeto Esperança promove espaços econômicos e sociais para o desenvolvimento local, dinamizando alguns territórios e permitindo a visibilização e organização de atores econômicos geralmente não reconhecidos como tal. Esta dimensão é destacada pelo Dione, da SENAES, que nos diz:

> Outro elemento significativo é o vínculo do Projeto Esperança com o desenvolvimento local. Esta relação é recente na Economia Solidária, mas é uma das características do Projeto Esperança. Ele trabalha o aspecto do desenvolvimento do território, é uma grande articulação de iniciativas, não só de Santa Maria, mas da Região. Ele trabalha o reforço das iniciativas no seu local de origem. Vemos no Brasil um casamento cada vez maior da Economia Solidária e as idéias do Desenvolvimento Local e, dentro disso, a experiência do Projeto Esperança é fundamental (Dione).

Esta visão otimista do significado econômico do Projeto Esperança, porém, não é compartilhada por todos. Há alguns, entre os quais o professor José Fernandes, ex-professor da UFSM e participante do Projeto antes da sua fundação, que entendem que, do ponto de vista econômico, a realização é muito pequena. Conforme ele,

> No conjunto do PIB da região, o Projeto Esperança é insignificante. Para trabalhar com desenvolvimento, temos que mexer no modelo de produção e comercialização (Prof. José Fernandes).

A compreensão de que as propostas alternativas do Projeto ficam, por assim dizer, na marginalidade é compartilhada por outros profissionais, muitos da universidade. É assim que relata o professor Thomé Lovato, também participante do Projeto antes mesmo de sua fundação:

> Nas minhas turmas da universidade sempre cito o Projeto Esperança/Cooesperança como um projeto bem sucedido. Ainda assim, devo reconhecer que os defensores do Projeto na UFSM são a minoria. A tendência dominante é a aposta no agronegócio (Prof. Thomé Lovato).

As perspectivas de avaliação quanto ao significado econômico do Projeto na região, dependem muito dos critérios valorativos tomados em consideração

e do grau de conhecimento e envolvimento que se tem com ele. Na medida em que o Projeto Esperança propõe mudanças concretas a partir de setores e opções tecnoló-gicas não hegemônicas, seus resultados tendem a ser mais restritos e com menor visibilidade. Há, por isso, uma reação importante às opiniões pessimistas sobre o Projeto, tendentes a mostrar sua relevância e significado na Região. A Irmã Lourdes nos diz:

> O Projeto Esperança/Cooesperança oportuniza à muitas pessoas ter trabalho autogestionário e sobreviver com mais dignidade, "não dando o peixe mas, ensinando a pescar". Movimenta recursos expressivos na região pela Produção, Comercialização Direta, Agroindústria Familiar e apoio a créditos, entre as feiras e os pontos fixos da Teia Esperança e pelo Comércio Justo e o Consumo Ético e Solidário, bem como o acesso a recursos públicos. O trabalho da transição Ecológica, motiva o Comércio Justo e o Consumo Ético e fortalece as Alternativas à Cultura do Fumo com as Dioceses do Interdiocesano-Centro, o que contribuiu significativamente na Ratificação da Convenção-Quadro, em 2005, que foi um avanço para os 192 países participantes que tem muitos desafios para vencer. O Brasil está junto, ratificou a Convenção-Quadro.
> Isolados, os Projetos são insignificantes. A força deste trabalho está no Bem Comum, na soma dos esforços que passa pelo coletivo e pela articulação dos Empre-endimentos entre si (Irmã Lourdes).



"Após muitos anos de trabalho e organização, o PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA iniciado em Santa Maria pela liderança de Dom José Ivo Lorscheiter, torna-se uma luz que brilha e chama atenção no campo social.

A luz que esse Projeto irradia, mostra que realmente UMA OUTRA ECONOMIA ACONTECE. É a Economia da Solidariedade, da Promoção Humana, do Cooperativismo e do esforço coletivo. Sua força motora está nos princípios do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja.

O PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA é uma experiência exitosa que poderá iluminar o trabalho de outras regiões e as iniciativas sociais no Brasil e no Mercosul."

+ Hélio Adelar Rubert
Bispo de Santa Maria - RS
12/12/2005

"Embora ainda tenhamos muitos desafios nessa parte econômica, posso afirmar com certeza e alegria que hoje são mais de quatro mil famílias, em 220 grupos, que sobrevivem da renda desse trabalho alternativo. Posso afirmar que a parte econômica não é tão insignificante como alguns pensam. Hoje, na região, a intervenção econômica, através dos grupos do Projeto Esperança/Cooesperança, é muito expressiva, seja pelas feiras, pela comercialização nos pontos fixos e também pela articulação em busca de recursos de políticas públicas.

Muitos técnicos olham e avaliam o trabalho com "os olhares" do Agronegócio. O trabalho do Projeto Esperança/Cooesperança aponta um outro caminho de desenvolvimento solidário e sustentável. O que está em jogo é um outro modelo de produção e partilha que tem como base o trabalho e não o capital."

Irmã Lourdes Dill

Mas é necessário identificar os desafios econômicos do Projeto, que ainda são significativos, exatamente porque pretende construir-se uma lógica econômica diferenciada, na qual os critérios de eficiência e eficácia estão integrados com os resultados sociais e ambientais. Quanto a isso, deve-se reconhecer que ainda se carece de indicadores claros de avaliação. Nesse sentido, o significado econômico é percebido de diferentes formas pelos grupos e profissionais envolvidos. Em geral, reconhece-se que a maioria dos empreendimentos do Projeto Esperança/Cooesperança conseguem viabilizar-se economicamente. Para Cláudio Cunha,

> uma força do Projeto é justamente que muitos grupos têm nele sua principal fonte de viabilização econômica (Cláudio).

Ele mesmo, porém, identifica como um ponto fraco do Projeto a dependência de recursos externos, tanto públicos como de "fontes religiosas".

Entre os desafios, identifica-se com clareza o papel do apoio técnico. Esse é outro dos pontos fracos identificados pelo professor José Fernandes. "Falta a atuação de profissionais com conhecimento para a construção, de fato, de uma solução econômica e socialmente viável (eficiente e legitimada social e politicamente)", diz. E acrescenta:

> O Projeto Esperança não pode seguir em frente só com a mística da Igreja ou com o voluntariado, precisa uma base científica para aumentar a eficiência dos pequenos produtores. É preciso integrar eficiência e competitividade. Além disso, precisamos também certificar os produtos: qualidade, agroecologia, associati-vismo, etc. É necessário que, além da base de organização popular, se forme uma retaguarda de tecnologia no Projeto Esperança, para viabilizar esses pequenos empreendimentos comunitários (Prof. José Fernandes).

Mesmo reconhecendo que há limitações técnicas, a Irmã Lourdes destaca as parcerias realizadas e os avanços nesse sentido:

> Nós temos um trabalho articulado na parte técnica com muita coisa na Universidade Federal de Santa Maria, com a EMATER e outros técnicos e profissionais comprometidos com essa causa. Assim, temos hoje um grupo técnico significativo, claro que não tanto quanto precisaria, mas que trabalha nessas articulações. O que está um pouco mais frágil é a parte urbana, até porque faltam profissionais que entendam essa realidade da exclusão. Realmente nos falta um pouco essa sistematização, essa base tecnológica, mas é impossível dizer que nosso trabalho é um trabalho só no viés da Igreja. Ele tem, sim, uma importante articulação social e econômica na Região Centro do Rio Grande do Sul (Irmã Lourdes).

Essa opinião é compartilhada por Cláudio Moser, encarregado dos projetos apoiados por Misereor no Sul do Brasil, para quem os resultados positivos do Projeto são claros:

> pode-se observar uma crescente consciência política objetivando um trabalho que não só consegue melhorar as condições de vida das centenas de pessoas e famílias envolvidas diretamente e, também, conquistando direitos e políticas públicas e fazendo que esta experiência se torne um grande exemplo para muitas outras lutas (Cláudio Moser).

Em suma, podemos dizer que os avanços são significativos e que o Projeto Esperança/Cooesperança tem conseguido um importante reconhecimento enquanto espaço de articulação para o desenvolvimento local, mesmo confrontando-se com múltiplos desafios.

5- A metodologia de trabalho junto aos trabalhadores. O papel da Irmã Lourdes como símbolo e educadora.

Conforme dito anteriormente, um dos diferenciais do Projeto Esperança/Cooesperança tem sido a atuação de duas lideranças fortes, que constituem inegáveis símbolos e pautam as diretrizes fundamentais das ações desenvolvidas. O papel de Dom Ivo na fundação do Projeto foi fundamental, da mesma forma que a atuação da Irmã Lourdes é central na organização das ações e condução do processo como um todo.

> Não dá para entender o Projeto Esperança sem a dedicação de Dom Ivo. Ele teve toda essa ligação com a CNBB. Exercício de um poder que ia muito além da Igreja. Ele, como cida-

CEDIM



Ir. Lourdes, autoridades e empreendedores na abertura da 12ª FEICOOP



Ir. Lourdes em atividade com os catadores

dão, era muito respeitado e fez os militares o respeitarem (Telmo Adams).

Isto é citado por alguns como um dos limites do Projeto, indicativo de uma frágil autonomia e democracia no seu interior. Porém, indagados sobre o assunto, trabalhadores e parceiros coincidem em dois pontos: o papel da Irmã Lourdes é inegável, mas há, paralelamente, um processo claro e progressivo de construção de instâncias democráticas e autogestionárias, conforme foi apresentado em capítulos anteriores.

A experiência do Projeto permite, assim, indagar sobre o papel das lideranças na economia solidária e sobre a metodologia de trabalho dos agentes externos.

Nesse sentido, é interessante o depoimento do Dione e do Haroldo, que levantam algumas hipóteses, construídas desde seu lugar de quadros de governo e militantes políticos:

> Na economia solidária, nos esforçamos em reconstruir conceitos, não permitir o personalismo, o destaque de grandes figuras. Mas é importante diferenciar o personalismo da condição de símbolos, que é o que é a Irmã Lourdes. Ela é uma liderança, um símbolo da construção desse processo. Ela é a repre-sentação de um coletivo, a síntese de uma construção coletiva. Isso pode nos ajudar a compreender a importância e os condicionantes culturais para a construção de grandes figuras. Figuras que possam ser síntese de processos coletivos. A Irmã Lourdes é sem dúvida um símbolo da economia solidária no Brasil (Dione).

> A Irmã é um símbolo, como outros na economia solidária. Eles se legitimaram no processo, são referência e têm uma grande contribuição para os projetos. Dão credibilidade, respeitabilidade, mobilização da sociedade. Ícones, mitos que são contribuições positivas para o movimento (Haroldo).

De fato, o papel da Irmã Lourdes como liderança e sua capacidade de representar e dar visibilidade ao Projeto Esperança é ponto destacado por quase todos os entrevistados:

> O papel da Irmã Lourdes é fundamental. Ela está sempre aberta para o novo. Ela te coloca a responsabilidade pelo Projeto existir, pela igualdade das relações. Ela é muito visionária, pensa sempre no todo. Tudo o que a gente propõe parece que ela já pensou. Cada idéia que a gente tem, ela vibra. Mesmo assim, acho que hoje o Projeto consegue continuar sem ela (Kalú).

> A figura da Irmã Lourdes transcende o Projeto Esperança/Cooesperança (Cláudio Cunha).

Por outro lado, aparece com muita clareza um trabalho sistemático no sentido de "puxar" os trabalhadores a assumir novas responsabilidades, de fazer com que esse processo seja contínuo, mas respeitando os tempos e as condições que as pessoas precisam:

> A irmã espera que a gente aja, ela está tentando que as comissões funcionem. O Projeto ain-

> "Tenho certeza que o Projeto Esperança é muito importante para a economia solidária: 1º porque ele é pioneiro na comercialização coletiva da produção das cooperativas mediante feiras e o shopping dos pobres; 2º porque vem organizando feiras de âmbito cada vez maior e que agora já ultrapassou o território nacional, atingindo todo o Mercosul; 3º o exemplo do Projeto Esperança vem se multiplicando pelo Brasil em muitos projetos de desenvolvimento local de dentro para fora e baixo para cima. O Projeto Esperança é uma demonstração viva de que a ajuda mútua é um força poderosa que supera todo tipo de carências."
>
> Paul Singer
> Secretário da
> Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES
> Ministério do Trabalho e Emprego

"Em março de 1987 as Irmãs Filhas do Amor Divino, assumiram a direção dos trabalhos no Banco da Esperança, anteriormente coordenados pelas Irmãs Franciscanas na pessoa da Irmã Iris Grings.

Quando chegaram foi-lhes apresentado um sonho de Dom José Ivo Lorscheiter de implantar na Diocese um grande Projeto na linha do Associativismo e Cooperativismo com o título PROJETO ESPERANÇA. A proposta do projeto estava escrita, num documento 'chaveado no cofre' mas ninguém tinha certeza de como implementá-lo.

Três Professores da UFSM Prof. José Fernandes, Prof. Roberto da Luz e Prof. Elio Denardim foram convidados por Dom Ivo para a elaboração do Projeto; eles se inspiraram no Livro "POBREZA RIQUEZA DOS POVOS" de um autor Africano Albert Tévoèdjeré. O estudo foi feito com participação de muitos. A Irmã Lourdes Dill desde o início assumiu a coordenação deste grande projeto: o trabalho de organização, animação e articulação. Muitas reuniões foram necessárias para estudar e entender a verdadeira proposta desse projeto, pois se tratava de algo completamente novo. Ao longo dessa caminhada desafiadora, houve muitas tentativas, algumas com sucesso outras menos, houve momentos de desanimo, pouca vibração por alguns porém, nunca se pensou em abandonar a idéia, sempre houve quem apostasse, criando novas perspectivas, novas propostas, novas iniciativas e foram se agregando mais grupos, fazendo parcerias, abrindo caminho para novos negócios. E o Projeto Esperança foi crescendo e se expandindo, primeiramente na Diocese de Santa Maria e aos poucos se alastrando pelo Rio Grande, pelo Brasil e com alegria e satisfação podemos acompanhar uma bela fase de expansão Internacional. A todas as pessoas que fazem parte dessa proposta libertadora e transformadora do Projeto Esperança, que coloca a vida em primeiro lugar, fortalecendo a Agricultura Familiar, Agroindústria Familiar, Comercialização Direta o Consumo Justo, Ético e Solidário e a Inclusão Social, um Novo Projeto de Sociedade. Parabéns, porque foi pelo esforço de todos que foi possível avançar e avançar ainda mais para o futuro."

Irmã Cecília Dahmer
Diretora de Banco da Esperança

da não está pronto para funcionar sem ela. As comissões estão indo, mas ainda é cedo. Ela tem garra, fibra, ela é unanimidade, tem respeito e admiração de todos. Ela nunca toma uma decisão sozinha. Quem toma as decisões são as comissões, em conjunto (Ivonete).

Estão aflorando diversas lideranças. Essa é uma preocupação constante da Irmã Lourdes. Sempre que alguém dispõe-se a ingressar na rotina de articulações, reuniões, viagens e compromete-se a atuar como multiplicador, a irmã procura apoiar. Acredito que isso é fundamental, pois estou consciente de que um dia a congregação pode decidir transferi-la. Acredito que se isso acontecesse hoje o Projeto Esperança/Cooesperança não morreria. As lideranças hoje atuantes seriam capazes de manter a cooperativa (Adiles).

A irmã é uma modelo de dedicação, empenho e amor pelo Projeto Esperança e isso contribui definitivamente no perfil das novas lideranças que estão se formando (Adiles).

A irmã não nos dá tudo. O nome do Projeto Esperança vai na frente, mas a gente tem que correr atrás (Simone).

O depoimento do Telmo Adams, que acompanhou o Projeto enquanto quadro da Cáritas, ilustra os elementos principais relativos ao papel de direção e sua relação com o processo de formação dos trabalhadores:

Há, efetivamente, uma atitude bastante diretiva da Irmã Lourdes, de intervenção, mas tem havido um processo real de exercitar processos participativos. Na parte da produção, os grupos têm mais chance de discutir e tomar decisões. A discussão política e de recursos não foi efetivamente muito democrática, mas há toda uma série de outros espaços de discussão. Exigir que as pessoas assumissem o seu lugar, "jogando o grupo na fogueira" para eles assumirem o processo. Isso criou rupturas e criou possibilidades educativas para as pessoas. A experiência mostra que um nível de intervenção tem que garantir as pessoas serem desafiadas a se envolver. Isso fez com que as pessoas respondessem afirmativamente. A forma de racionalizar foi importante e a isso os grupos souberam dar valor (Telmo Adams).



Irmã Lourdes, Prefeito Valdeci, Dom Ivo e Dimas em Assembléia do Projeto Esperança/Cooesperança - 2005

6- A organização dos empreendimentos e dos trabalhadores: democracia, participação e autogestão. A dimensão jurídico-institucional.

Do ponto anterior se depreende, de certa forma, a conclusão de que há espaços importantes de construção democrática e autogestionária dos trabalhadores do Projeto Esperança/Cooesperança, mesmo se estes são ainda incipientes e trazem importantes desafios. Duas dimensões devem ser consideradas: uma de fundo e outra de forma.

Do ponto de vista da questão de fundo, nos últimos anos se avançou significativamente na criação de mecanismos que permitissem o aprendizado e a participação dos trabalhadores. Há, assim, uma dinâmica de



50 anos
CÁRITAS BRASILEIRA
Solidariedade pela vida

CEDIM

"O PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA com sua ousadia, coragem e sucesso é referência e uma oportunidade ímpar:

- Para a sobrevivência de muitas pessoas e famílias desempregadas e sem trabalho.

- Inclusão para os mais excluídos sem voz e sem vez, catadores/as, sem terra, mulheres, índios, sem moradia, sem terra, sem emprego...

- Estímulo para as pessoas que sonham com a organização e desenvolvimento local.

- Valorização das pessoas como seres humanos e tornando-as sujeitos...

- Formação de novas lideranças.

- Espaço de convivência, partilha, solidariedade, alegria, cooperação amizade, bem querer e a realização como pessoas."

Irmã Cecília Melita Burg
Coordenadora da Ação Social Diocesana
de Santa Maria

funcionamento muito interessante, cheia de reuniões, de comissões, de coordenações para assumir as múltiplas atividades do Projeto, cujo ponto culminante, como já foi relatado, é a FEICOOP. Neste sentido, os trabalhadores parecem muito conscientes dos avanços conseguidos e dos desafios que estão apresentados.

> As grandes decisões são tomadas em roda, com debate. As pessoas levantam questões, problematizam e no fim tem votação. Gosto muito de participar das reuniões. Sou responsável pela mística das reuniões e assembléias. Lembro que na última assembléia anual, em março de 2005, houve mais de 250 pessoas presentes (Cláudia).

> Esse funcionamento por comissões é bom. Funciona mesmo. Este ano está funcionando muito bem, organizado por comissões. Não é um o que manda, são vários. Há também a equipe do Projeto Esperança, que apóia e ajuda. Mas o "QG" central passa por aqui (Zeca). A nossa administração, no Projeto, está repleta de conflitos, contradições, é difícil unificar idéias. Nós temos as imperfeições próprias da nossa sociedade. Acredito que quanto mais a gente vai para o debate, mais a gente aglutina (Telmo Palácios).

> Faço parte da Comissão de Ética e da de Agroindústria. A gente se reúne, às vezes, bastante. Queremos fazer mudanças gerais como etiquetas, preços, embalagens, roupa. Queremos organizar melhor. Há também questões de relações, problemas dos grupos. Estamos começando a funcionar. É trabalhoso, tudo é votado. Mas tem sentido, são importantes, para descentralizar, não ficar só numa pessoa as decisões (Rogério).

Do ponto de vista da questão de forma, o grande desafio é ainda institucionalizar mecanismos de funcionamento enquanto cooperativa. De fato, conforme mencionado em capítulos anteriores, a Cooesperança cumpre apenas o papel de ser um sustento legal para as atividades dos grupos, mas mantém um funcionamento bastante flexível, que se confunde com o Projeto Esperança. Nesse processo, os grupos são considerados associados pela sua participação efetiva, mesmo que não cumpram o procedimento legal estabelecido. O grande mérito desse processo é que se exercita um cooperativismo vivo, não pautado e nem preso às formalidades burocráticas, mas atento ao funcionamento coletivo e às necessidades dos associados. Criam-se, assim, as comissões que se consideram necessárias para realizar as tarefas e mudam quando se julga conveniente.

Os problemas decorrem fundamentalmente do fato de muitas coisas serem resolvidas operacionalmente pela equipe do Projeto Esperança, principalmente no que diz respeito ao tratamento da informação e à administração dos recursos financeiros. Isto permite o envolvimento dos trabalhadores nas ações fundamentais, mas limita sua atuação na gestão da cooperativa como um todo. Há clareza da necessidade de avançar na estruturação do funcionamento da cooperativa como tal, e para tanto foi formada uma comissão que está estudando as opções e deve apresentar as propostas. Sobre essa questão, a irmã Lourdes comenta:

> Estamos estudando o assunto e devemos discutir ainda uma proposta de funcionamento, mas isso não está fácil, pois tem que considerar elementos jurídicos, que muitas vezes não se adaptam às necessidades de nossos grupos (Irmã Lourdes).

7 - O papel da Igreja e seus agentes 20 anos depois. Algumas reflexões.

O Projeto Esperança/Cooesperança é um exemplo da atuação da Igreja Católica na construção de espaços democráticos e socialmente justos, de compreensão de seu papel amplo e transformador.

Conforme Telmo Adams, a Igreja progressista trabalha uma dimensão espiritual e uma dimensão social. É uma visão de Igreja que estimula a geração de iniciativas da sociedade. Ele diz que no Brasil a Igreja se vê como um "fermento na massa". Quando a Igreja está presente, é importante.

A importância da presença da Igreja é compartilhada de forma ampla pelos entrevistados, que percebem como muitos espaços se abrem com a sua participação.

> A Igreja Católica é um espaço de muita controvérsia. Ela tem, historicamente no Brasil, um compromisso importante com o combate à pobreza, à exclusão. A Igreja Católica tem uma autoridade indiscutível na sociedade e essa autoridade tem sido importante para sensibilizar a população para o projeto da Economia Solidária (Dione).







Se nós não tivéssemos o apoio da Mitra o Projeto não teria o sucesso que tem. Não me julgo religioso, mas sigo com o coração as atitudes; a economia solidária é muito questionada, se não tivermos o apoio de uma Mitra, de um partido, a gente fica frágil. Ainda estamos dentro do modelo em que tu tens que ter um respaldo. Respeitando a diversidade das religiões, nós somos o que somos muito devido à influência da Igreja Católica. A Igreja tem essa particularidade de aglutinar, de incentivar (Telmo Palácios).

Mas muita coisa mudou desde os primeiros anos, das primeiras discussões, dos primeiros projetos. E nesse processo, o Projeto cresceu e foi ampliando seus espaços de atuação e articulação. No geral, a avaliação é que a atuação do Projeto, mesmo que circunscrita dentro do trabalho da Cáritas diocesana, é bem mais ampla do que isso e consegue integrar um amplo leque de parcerias e projetos.

O Projeto Esperança não está subordinado à Mitra, há pessoas ligadas a todas as religiões. A Mitra é importante e joga um papel, mas não o subordina. Eu, por exemplo, na verdade, sou bem ecumênico. Claro, como o Projeto Esperança tomou a frente, tem uma disputa, mas ele está aberto (Kalú).

O Projeto Esperança/Cooesperança está na história e jamais vai sair da história... hoje tem várias entidades parceiras, não é só a Igreja (Comasetto).

O Projeto não se limitou a trabalhar sob a batuta da Igreja local, o que mostra sua abertura, mas ela mantém uma hegemonia política que poderia eventualmente limitar sua autonomia histórica (Haroldo).

Outro elemento fundamental no processo foi o papel da Cáritas, que, como instituição, assumiu o discurso e a prática da economia solidária e contribui com o processo de reflexão e atuação nessa direção, permitindo socializar experiências, levar as contribuições da região para o estado e o nacional e vice-versa.

Quanto à Cáritas não dá para generalizar, depende muito de cada lugar. Cáritas foi encontrando um lugar importante no sentido do trabalho, numa visão mais humana, na construção das relações de vida, num sentido mais amplo. Um objetivo histórico da Cáritas é a educação de base (Telmo Adams).
Cáritas cumpre um papel de interlocutor importante, nessa perspectiva de um trabalho social não assistencialista, em interlocução com o movimento social. Esse compromisso é fundamental para que a economia solidária conseguisse o espaço que ela conseguiu no Brasil (Dione).

Finalmente, cabe destacar que a mística é um dos diferenciais com os quais a ação da Igreja está presente nas atividades do Projeto. Conforme a Irmã Lourdes,

Quando os laços do grupo se quebram, é a mística que garante a continuidade do grupo (Ir. Lourdes).

PREMIAÇÕES DO PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA

1997 – Prêmio Internacional pelo Trabalho das Alternativas à Cultura do Fumo – OMS (Organização Mundial da Saúde, Genebra). O Prêmio foi entregue a Dom Ivo no Seminário de Alternativas à Cultura do Fumo.

1997 – Comenda Renato Russo em Defesa dos Direitos Humanos – Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, RS.

2003 – As Mulheres Empreendedoras – Jornal *A Cidade* – Santa Maria, RS.

2004 – Prêmio de Agroecologia - Grupo **ASVIDA**, Câmara Municipal de Vereadores de Restinga Seca – RS.

2004 – "POR UM MUNDO SEM TABACO" – OPS (Organização Pan-americana de Saúde) e OMS (Organização Mundial da Saúde) – Brasília, DF.

2004 – 10ª Edição Prêmio dos "Líderes e Vencedores" – Categoria com o **Destaque Comunitário** – Assembléia Legislativa – RS e FEDERASUL – RS (Federação do Comércio do Rio Grande do Sul) – Assembléia Legislativa – Porto Alegre, RS.

2005 – Homenagem Especial "Dia do Amigo" e pelos **"Eventos do Mercosul"** – Jornal *A Cidade* – Santa Maria, RS.

2006 – Mulher Cidadã pela Organização da Geração de Trabalho e Renda – Assembléia Legislativa – RS.

CEDIM

8 - Falando de realizações, de projetos, de sonhos...

Falar sobre o Projeto Esperança/Cooesperança é, basicamente, falar de realizações e de sonhos. Realizações e sonhos que são evidentes quando a gente visita as atividades, as feiras, os pontos de comer-cialização, as marchas, os atos culturais, as reuniões, assembléias, cursos, seminários, oficinas. Quando compra o artesanato, o pão, as verduras, o feijão crioulo ou o queijo colonial, quando conversa com os produtores, os consumidores, os colaboradores, os parceiros.

Se a pergunta é sobre as forças do Projeto, é quase unânime a menção a sua dinâmica de inclusão, de transformação pessoal e social. "É a autogestão", destaca Cláudio Cunha, que também acrescenta: "a formação de novas lideranças, com visível desenvolvimento pessoal dos envolvidos" é a motivação, pois "não se vê reunião do projeto vazia".

E a lista prossegue, sendo citada por quase todos a liderança da Irmã Lourdes, o alto número de articulações, a preocupação agroecológica. "A organização popular e a mística da Igreja são as grandes forças do Projeto Esperança", nos diz o professor José Fernandes. "É pensar no todo, colocar o coletivo acima de tudo, o bem comum", comenta o Kalú, que também destaca a igualdade entre os participantes, o resgate das culturas, como a da Quarta Colônia. "Tem espaço para todas as discussões", acrescenta.

Quanto aos sonhos, eles se entrecruzam com as realizações, sinal de que no Projeto Esperança há uma construção que permite olhar estrategicamente e construir concretamente, no dia a dia das pessoas. O Zeca, por exemplo, que participa ativamente desde o início, nos diz: "muitos de meus sonhos e objetivos já se realizaram". Mas depois pensa um pouco e lembra do grande sonho, para o qual ainda falta muito: "poder ter uma economia justa". Uma economia justa que permita "um comércio mais justo, um espaço maior dentro da sociedade, para poder vender nosso produto, que é diferenciado"; que possibilite uma vida boa, em que seja possível "trabalhar mais tranqüilos, não estar sempre correndo atrás da máquina, em função dos números".

E o que falta? Ah! Concretizar tantos projetos, os de cada grupo, os de cada pessoa... Para o Kalú, por exemplo, uma das coisas que estão faltando é associações de serviço. "Por exemplo: turismo, produção cultural", nos diz. Outro desafio é pensar na questão do lazer. "Termos, por exemplo, uma sede campestre. Fazer convênios com grupos de saúde".

De fato, considerando tudo o que foi tratado até aqui, é possível identificar uma série de desafios que estão colocados para todos os que constroem o Projeto Esperança/Cooesperança. São desafios de todas as ordens: **econômicos**, porque ainda os resultados são modestos e a maioria das coisas funciona de forma intuitiva e sem muita sistematização; **de abrangência**, porque mesmo com a ampliação da sua visibilidade, ainda fica restrito quando comparado às dimensões da economia popular e da massa de pessoas sem acesso a direitos e a condições dignas de vida; **institucionais e legais**, porque ainda não há uma proposta definida para o funcionamento autônomo e autogerido da Cooesperança; **democráticos**, pois apesar de todos os avanços, ainda há uma grande fragilidade nas instâncias decisórias e na participação ativa da maioria dos associados; e **políticos**, pois as propostas da economia solidária e da agroecologia estão longe de ser consenso na sociedade e chamam para disputas em um cenário complexo e contraditório.

Mas o fundamental é perceber que há uma capacidade importante de construção e continuidade, ao mesmo tempo em que se inova e se está aberto a novos espaços e projetos. Nesse sentido, o principal desafio do Projeto Esperança/Cooesperança é continuar avançando com a mesma persistência, energia e capacidade de inovação que caracterizaram sua caminhada histórica.



Projeto Olaria Comunitária SOESMA, em Mata -

COMPLEMENTOS

Complemento 1 - Entrevistados e Colaboradores

LISTA DE PERSONAGENS E LUGAR DE APRESENTAÇÃO

Entrevistado(a)	Página	Entrevistado(a)	Página
Adelina Franco da Silva	78	Pierre Machado Costa	81
Adiles Oliveira da Silva	53	Regina Celis Dellagerisi	110
Antônio Ferreira	113	Roberto Cabral	113
Antônio Gringo	50	Rogério Giacomini	53
Antônio Marcos Minato Reis (Toninho)	103	Sérgio Lima de Oliveira	54
Carlos Flores (Kalú)	86	Simone Alves	54
Carmen Possebon	103	Telmo Adams	37
Claudia Machado	92	Telmo Palácios	88
Cláudio Moser	63	Terezinha Aires Domingues	109
Dimas Rodrigues da Silva	50	Thomé Lovato	35
Dom José Ivo Lorscheiter	30	Valdeci Oliveira	62
Etelvina dos Santos (Neca)	103		
Gelson Antônio Lenhart	89		
Irmã Lourdes Maria Staudt Dill	42		
Irmão Ademar Rocha	90		
Ivonete Bandeira Tonatto	79		
José Carlos Peranconi (Zeca)	90		
José Fernandes	35		
Lia e Potiguara (consumidores)	81		
Lourdes M. B. Rossini	82		
Luiz Antônio Comassetto	99		
Margarete Vidal	108		
Marinês Besson	36		

OUTROS COLABORADORES CITADOS NO LIVRO

Dom Hélio Adelar Rubert	Bispo titular da Diocese de Santa Maria desde 23 de maio de 2004.
Ademar Bertucci	Assessor da Cáritas Brasileira
Cláudio Cunha	Diretor do Instituto Genaro Krebs. Já acompanhava pessoalmente o Projeto Esperança/Cooesperança desde 1997, quando trabalhava com agricultura familiar em seu mestrado. A parceria institucional com o Projeto Esperança/Cooesperança começou em 2002.
Irmã Cecília Dahmer	Diretora do Banco da Esperança
Irmã Cecília Melita Burg	Coordenadora da Ação Social Diocesana de Santa Maria
Dione Maneti	Membro da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES-MTE). Acompanha há longo tempo a caminha da economia popular solidária no Rio Grande do Sul.
Francisco Roberto Caporal	Engenheiro agrônomo, extensionista da EMATER/RS; Mestre em Extensão Rural pelo CPGER da UFSM; Doutor em Agronomia pela Universidade de Córdoba, Espanha; Atualmente, cedido para o MDA, onde atua no Departamento de ATER, da Secretaria da Agricultura Familiar, como Coordenador Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.
Haroldo Mendonça	Coordenador Geral de Comércio Justo e Crédito da SENAES

OUTRAS PESSOAS QUE COLABORARAM COM INFORMAÇÕES E DEPOIMENTOS

Carlos Allende	Engenheiro Agrônomo vinculado ao Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da UFSM.
Cláudio Soares	Sócio fundador da Coopesperança, integrante do grupo ASPPA – Associação dos Pequenos Produtores de Porongos de Arroio do Só).
Eusébio João Flach	Consumidor assíduo do Feirão Colonial Ecológico.
Paulo Germano Bruske	Produtor da AFAS – Associação Familiar de Agricultura Sustentável, de Dona Francisca.
José e Vera Rosana	Produtores do assentamento Carlos Maringuela.
Maria Santa da Silva	Integrante do grupo Raio de Sol. Aos 81 anos, não perde uma Feira da Praça, onde trabalha das 7 às 21 horas.
Edilamar F. L. Pimenta	Acadêmica do Curso de Serviço Social - UNIFRA.

PESSOAS QUE CONTRIBUÍRAM NA CONSTRUÇÃO INICIAL DO PROJETO ESPERANÇA

Dom José Ivo Lorscheiter	Bispo Diocesano
Irmã Lourdes Maria Staudt Dill	Coordenadora do Projeto Esperança/Cooesperança
Irmã Cecília Dahmer	Diretora do Banco da Esperança
José Fernandes	UFSM - Economista, Professor
Thomé Lovato	UFSM - Agrônomo, Professor
Roberto da Luz	UFSM - Economista, Professor
Élio Denardin	UFSM - Administrador, Professor
Júlio Brenner	UFSM - Administrador, Professor
Francisco Caporal	EMATER - Engenheiro Agrônomo
Irineu Righi	UFSM/Tecnólogo do Cooperativismo, Professor

PESSOAS QUE TRABALHARAM NA EQUIPE DO PROJETO ESPERANÇA DE 1989 ATÉ 1992

Moacir Flores Nogueira	Agrônomo
Sylvio Dornelles	Agrônomo
Rita Pauli Prieb	Economista
Flávio Lentz	Agrônomo
Osmar Bitencourt	Administrador
Francisco Tröesel	Agrônomo
Lauri Marin	Contador
José Elenilton dos Santos Lima	Serviços Gerais
José Veríssimo da Fonseca Filho	Técnico Agrícola
Nilton José Zanini Junior	Economista
Roque Alberto Lôndero	Contador
Maria Medianeira Pincolini	Administradora
Viviana Benetti	Auxiliar Administrativa
Humberto Gomes Alage	Serviços Gerais
Rejane Paludo	Auxiliar de Escritório
Fernando Lima dos Santos	Serviços Gerais
Rogério Paim Ziegler	Contador

Auditores Independentes:
Gessenei Luiz Caldeira (*in memoriam*)
Moreira Auditores e Associados,
BKR, Lopes Machado S/C – Auditores e associados.

EQUIPE ATUAL DO PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA

Nome	Função	Inicio
Irmã Lourdes Maria Staudt Dill	Coordenadora Geral e Educadora Popular	1987
Carmen Possebon	Auxiliar Administrativa	1989
Dirceu Peixoto Reis	Motorista e Serviços Gerais	1989
Alcir dos Santos	Açougueiro e Serviços Gerais	1989
Etelvina dos Santos	Auxiliar de Escritório	1991
Antonio Marcos Reis	Motorista e Serviços Gerais	1998
Paulino Soares	Voluntário – Serviços Gerais	1998
Sidnei Bérgamo Neto	Contador	2000

Complemento 2 - Grupos

LISTA DE GRUPOS CITADOS NO LIVRO

1) AMME

Nome do Grupo:	Associação de Malhas Medianeira
Sigla do Grupo:	AMME
Atividade Principal do Grupo:	Confecção de malhas de linha, Camisetas e serigrafia
Ano em que o Grupo iniciou:	1989
Pessoas Beneficiadas:	4 pessoas diretamente 6 pessoas indiretamente
Nº de Produtos que o grupo produz:	+ 30 variedades
Vendas do Grupo por mês em R$:	+/- 9.500,00
Vendas do Grupo por ano em R$:	111.469,00
Mensagem do Grupo:	Fortalecer a união, resistência e o sonho do grupo integrado no Projeto Esperança/Cooesperança que é a nossa 2ª família e com o sonho de "UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL", fortalecer a organização e cidadania.

2) ANOVA

Nome do Grupo:	Panificadora ANOVA
Sigla do grupo:	ANOVA
Atividade do grupo:	Panificação

3) APAC

Nome do Grupo:	Associação de Pequenos Produtores Rurais de Passo de Clara
Sigla do grupo:	APAC
Atividade do Grupo:	Agroindústria de embutidos
Município:	São Pedro do Sul
Nº de Sócios do Grupo:	08 famílias

4) APRORAM

Nome do Grupo:	Associação dos Produtores de Ração a base de mandioca
Sigla do grupo:	APRORAM
Atividade do Grupo:	Criação de Suínos
Nº de Sócios do Grupo:	04 famílias
Município:	Cerro Branco - RS

5) ASEV

Nome do grupo:	Associação Sítio Ecológico da Vovó
Sigla do grupo:	ASEV
Município:	Santa Maria
Atividade principal:	agroecologia.

6) ARSELE

Nome do Grupo:	Associação dos Recicladores/as Esperança
Sigla do Grupo:	ARSELE
Atividade Principal do Grupo:	Reciclagem de Resíduos Sólidos
Ano em que o Grupo iniciou:	1999
Pessoas Beneficiadas:	20 pessoas diretamente 28 pessoas indiretamente
Nº de Produtos que o grupo produz:	Material Reciclado diversificado de materiais doações em benefício do grupo tipo: mesas,cadeiras, fogões, armários etc.
Vendas do Grupo por mês em R$:	+/- 1.800,00
Vendas do Grupo por ano em R$:	+/- 21.600,00
Mensagem do Grupo:	O grupo lutar unido e buscar solução dos seus problemas em sintonia com os demais companheiros/as. A conquista da ARSELE, junto com o PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA foi conseguir uma grande área no km 2 da antiga Viação Férrea, através da Prefeitura Municipal para a sede da ARSELE e a Central dos Catadores/as. A Prefeitura Municipal junto com o PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA, iniciou a reforma do prédio que tem uma reserva da OP (Orçamento Participativo) de R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)

7) ASMAR

Nome do Grupo:	Associação dos Selecionadores de Material de Resíduos Sólidos
Sigla do Grupo:	ASMAR
Atividade Principal do Grupo:	Reciclagem
Município:	Santa Maria - RS
Ano em que o Grupo iniciou:	1992 (8º Encontro de CEBS - Comunidades Eclesiais de Base)
Pessoas Beneficiadas:	14 pessoas diretamente (famílias) 20 pessoas indiretamente
Nº de Produtos que o grupo produz:	vários tipos de material reciclado
Pontos de recolhimento:	190 pontos
Vendas do Grupo por mês em R$:	+/- 5.800,00
Vendas do Grupo por ano em R$:	+/- 60.000,00 (em material por mês)
Mensagem do Grupo:	Todo aquele que acreditar no seu potencial, fará a transformação da humanidade, reciclado consciências e transformando o mundo num lugar melhor e preservando o Planeta Terra.

8) ASPPA

Nome do Grupo:	Associação dos Pequenos Produtores de Porongos de Arroio do Só
Sigla do grupo:	ASPPA
Atividade do Grupo:	Artesanato em Porongo e cuia.
Município:	Santa Maria - RS
Nº de Sócios do Grupo:	07 famílias

9) COOPERART

Nome do Grupo:	COOPERATIVAS DAS ARTES
Sigla do Grupo:	COOPERART
Município:	Santa Maria - RS
Atividade Principal do Grupo:	Artesanato e Alimentação
Ano em que o Grupo iniciou:	1998
Pessoas Beneficiadas:	20 pessoas diretamente (6 famílias) centenas de pessoas indiretamente
Nº de Produtos que o grupo produz:	12 (variedades de artesanato) e 8 (variedades alimentação)
Vendas do Grupo por mês em R$:	+/- 6.300,00 (entre alimentos e artesanato)
Vendas do Grupo por ano em R$:	+/- 75.600,00
Mensagem do Grupo:	O Grupo COOPERART forma pessoas para desenvolveram seus Empreendimentos baseados na ECONOMIA SOLIDÁRIA na Esperança de que UMA OUTRA ECONOMIA ACONTEÇA. Juntos e irmanados com o PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA, queremos construir esta história.

10) COOPERATIVA AFRO-BRASILEIRA

Nome do grupo:	Cooperativa Afro-brasileira
Número de participantes:	21 famílias
Atividade do grupo:	artesanato, serviços gerais.

11) COOPSOL

Nome do grupo:	Cooperativa solidária das crianças
Sigla do grupo:	COOPSOL
Número de participantes:	60 crianças em 4 núcleos.

12) GIACOMINI

Nome do Grupo:	ASSOCIAÇÃO GIACOMINI DE PRODUTOS COLONIAIS
Sigla do Grupo:	AGPC
Município:	São João de Polêsine - RS - 4ª Colônia Italiana
Atividade Principal do Grupo:	Panificação (20 tipos) Agroindústria Familiar de Embutidos (10 tipos)
Ano em que o Grupo iniciou:	10/10/1998
Pessoas Beneficiadas:	34 pessoas diretamente (associados de várias famílias) +/- 2.500 pessoas indiretamente (incluíndo os consumidores/a)
Nº de Pontos de Venda:	+/- 40 pontos entre os quais alguns da TEIA ESPERANÇA e dois pontos que o grupo coordena da TEIA ESPERANÇA
Nº de Produtos que o grupo produz:	mais de 30 variedades de produtos
Vendas do Grupo por mês em R$:	+/- 15.000,00
Vendas do Grupo por ano em R$:	+/- 180.000,00
Investimento dos Recursos só do grupo:	R$ +/- 200.000,00 (não houve investimento Público)

13) GRUPO SEGUIR EM FRENTE

Nome do Grupo:	**Grupo Seguir em Frente**
Sigla do Grupo:	**GSEF**
Atividade Principal do Grupo:	Panificação, Salgadinhos e Agroindústria
Ano em que o Grupo iniciou:	2000
Pessoas Beneficiadas:	15 pessoas diretamente 40 pessoas indiretamente
Nº de Produtos que o grupo produz:	+ 11 variedades de produtos
Vendas do Grupo por mês em R$:	+/- 3.100,00
Vendas do Grupo por ano em R$:	+/- 37.200,00
Mensagem do Grupo:	O segredo do nosso sucesso no trabalho cooperativado, foi não ter deixado vencer pelos obstáculos e acredite que o trabalho em grupo, na luta por um mundo melhor, é o meio mais rápido para acharmos a nossa dignidade e sermos sujeitos/as e cidadãos/as.

14) HORTA COMUNITÁRIA

Nome do Grupo:	**Horta Comunitária da Nova Santa Marta**
Sigla do grupo:	**ACOTRAS**
Atividade do Grupo:	Horta Comunitária
Nº de Sócios:	10 famílias

15) PARCERIA II

Nome do Grupo:	**PACERIA II**
Atividade do Grupo:	Artesanato
Nº de Sócios do Grupo:	07 famílias
Município:	Santa Maria - RS

16) RAIO DE SOL

Nome do Grupo:	**Raio de Sol**
Atividade do Grupo:	Artesanato e Alimentação
Município:	Santa Maria - RS
Nº de Sócios do Grupo:	15 famílias

17) PRISCILLA MATERIAIS DE LIMPEZA

Nome do Grupo:	**Priscilla Materiais de Limpeza**
Atividade do Grupo:	Produtos de limpeza e amaciante
Nº de Sócios do Grupo:	06 Famílias
Município:	Santa Maria - RS

18) UNIMEL

Nome do Grupo:	**Unidade Apícola UNIMEL**
Sigla do Grupo:	**UNIMEL**
Atividade Principal do Grupo:	Agroindústria
Ano em que o Grupo iniciou:	1997
Pessoas Beneficiadas:	40 pessoas diretamente beneficiadas 300 pessoas indiretamente beneficiadas
Nº de Produtos que o grupo produz:	20 tipos de produto
Vendas do Grupo por mês em R$:	12.000,00
Vendas do Grupo por ano em R$:	144.000,00
Mensagem do Grupo:	Esse grupo tem a honra de dizer que ele tem um bom êxito, porque tem uma boa parceria com o PROJETO ESPERANÇA/ COOESPERANÇA e está integrado na TEIA ESPERANÇA e no SABOR GAÚCHO.

CEDIM

Complemento 3 - Siglas

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
CAMP	Centro de Assessoria Multiprofissional
CELAM	Conselho Episcopal Latino Americano
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CISPOA	Coordenadoria de Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
COCEARGS	Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSAD	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRESOL	Sistema de Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DF	Distrito Federal
EMATER	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPS	Economia Popular Solidária
ES	Economia Solidária
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FEICOOP	Feira do Cooperativismo
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FRS	Fundo Rotativo Solidário
GATS	Grupo de Agroecologia Terra Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGK	Instituto Genaro Krebs

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
KZE	Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe (Central Católica de Cooperação - Alemanha)
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MINEP	Ministério da Economia Popular da Venezuela
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
OCERGS	Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
OPS	Organização Panamericana de Saúde
PAC	Projeto Alternativo Comunitário
PIB	Produto Interno Bruto
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RS	Rio Grande do Sul
SAEMA	Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável
SEDAI	Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
STCAAS	Secretaria do Trabalho e Assistência Social
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNICAFES	União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil

CEDIM

Complemento 4 - Referências bibliográficas

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ADAMS, Telmo. *Prática Social e formação para a cidadania. Cáritas do RGS.* Porto Alegre: EdiPucRS, 2001.

ADAMS, Telmo; PARISOTTO, Older (orgs.). *Construindo solidariedade e cidadania nos pagos gaúchos. Uma caminhada aprendente.* Porto Alegre: Cáritas Brasileira Regional RS, 2001.

BELMONTE, Sérgio Augusto; BARICHELLO, Eugênia M. (orgs.). *Dom José Ivo Lorscheiter. O Bispo da Esperança.* Santa Maria: Palotti, 2004.

BERTUCCI, Ademar; DA SILVA, Roberto Marinho A (orgs.).. *Vinte anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira.* Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

DE SOUZA, André R.. *Caridade, Revolução e Autogestão: Igreja Católica e economia solidária no Brasil.* Terceiro Relatório Científico, dezembro, 2004 (mimeo).

DO FÓRUM Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Porto Alegre: Centro Josué de Castro, Frère dês Hommes, 2001.

ENCONTRÃO de experiências alternativas de organização popular e geração de renda. Porto Alegre, 17 e 18 de agosto de 1996.(mimeo)

PROJETO Catando Cidadania. As histórias de vida e as lutas dos catadores de Santa Maria: Palotti, junho de 2005.

TEXTO-BASE para organização de Projetos Alternativos Comunitários. Cáritas Brasileira - Regional RS, Caderno de Fromação No. 15, 1999.

TÉVOÉDJRÈ, Albert. *A pobreza, riqueza dos povos*. A transformação pela solidariedade. Petrópolis: Vozes, 2002.

Sobre os organizadores do livro

ANA MERCEDES SARRIA ICAZA



Mestre em Sociologia e doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Católica de Lovaina, Bélgica. Professora do Centro Universitário La Salle – UNILASALLE e educadora e pesquisadora do Instituto de Estudos e Educação para o Desenvolvimento Local – Itapuy. Experiência como professora e pesquisadora universitária, na área de teoria sociológica, movimentos sociais e economia solidária. Atuação em processos de educação popular e elaboração e avaliação de projetos na Nicarágua, na Bélgica e no Brasil. Tem diversas publicações em livros e revistas, sobre movimentos sociais, economia solidária, e políticas públicas.

MARCELO RIBEIRO DE FREITAS



Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Educador e pesquisador do Instituto de Estudos e Educação para o Desenvolvimento Local - Itapuy. Trabalha com pesquisas e processos de organização em Economia Solidária desde 2001.

A experiência de economia solidária de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, ficou importante. Nascida do sonho de Dom Ivo Lorscheiter, foi levada adiante com persistência pelas próprias pessoas envolvidas, ajudadas de perto por assessores que apostaram na proposta. Depois de vinte anos, a experiência tem ensinamentos preciosos a transmitir. Cada vez mais, a economia se torna encruzilhada decisiva: ou continua sendo instrumento de dominação ou se torna caminho de solidariedade na construção de relações justas e fraternas no intercâmbio econômico.

O Projeto Esperança/Cooesperança mostra que a economia solidária é possível e pode se concretizar em projetos viáveis, assumidos com convicção e competência.

É com fermentos assim que a macro economia pode mudar de rumo, e se impregnar dos valores da solidariedade.

Dom Demétrio Valentini
Bispo de Jales
Presidente da Cáritas Brasileira

CEDIM

Realização:

Apoio:

50 anos
CÁRITAS BRASILEIRA
Solidariedade pela vida

"A TRANSFORMAÇÃO PELA SOLIDARIEDADE" PROJETO ESPERANÇA COOESPERANÇA

VILA ESPERANÇA

Mitra Diocesana de Santa Maria
BANCO da ESPERANÇA

MISEREOR
DAS HILFSWERK

Ministério do Trabalho e Emprego

BRASIL UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Paróquia de São Pedro de Alcântara

Praça Carlos Gianelli, s/n.º - CEP 24.710-465
Alcântara - São Gonçalo
Tel. 603-0620

24/03/2000

Caros Companheiros e companheiras do Fórum,

Não sei se amanhã alguém vai poder ir ao Fórum para levar essa cartinha. Só recebi ontem a correspondência, enviada desde 14 de março ! Viva o nosso Correio que já está privatizado, se não me engano ? Agora ver !

Nós em Alcântara, continuamos nos reunindo com a nossa Equipe da 3ª SSB para realizar algumas atividades neste ano e acompanhar os desdobramentos em torno da Dívida Externa, orientando o nosso povo sobre o plebiscito. No 1º de maio (ou no 29 de abril) pretendemos ir à rua e à Praça para chamar a atenção sobre a situação do trabalhador. Pensamos num abaixo-assinado (ou um pamfleto ?) sobre a inconstitucionalidade do Salário Mínimo. De repente esse abaixo-assinado podia ser lançado pelo Fórum das Pastorais Sociais do Leste I ? Daria muito mais força.

Outro tema que valeria a pena de ser trabalhado no 1º de Maio é a idéia de vincular na Constituição o teto salarial ao salário mínimo, no sentido de que ninguém no país (nem Presidente, Senador, Juiz ou Deputado) poderá ganhar mais do que 10 (15 ou 20, sei lá) vezes o Salário Mínimo. Pelo que me consta, isso é muito normal em outros países democráticos. Apresento essas idéias para a discussão pelo Fórum.

No dia 4 de junho vamos ter o Momento Forte da CF numa Praça de Alcântara - um Culto Ecumênico - como abertura da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos. Já convido vocês a participar. E ainda pensamos trabalhar novamente o dia 7 de setembro, o Grito dos Excluídos (?) ficando para mim a dúvida se esse "Grito" está sendo transferido para o dia 12 de outubro ? O que não acho bom, pois já estava se formamdo uma tradição. O dia 12 de outubro, no nosso calendário é bem mais complicado, pois é uma data em que muitas Comunidades no Brasil comemoram a Padroeira. Por ora é só. Se não tiver ninguém para ir ao Forum vou mandar essa pelo Fax. Saudações

pe. Agostinho msc.

PLANEJAMENTO DA PASTORAL DO CRISMA - 1995

ABRIL

1a PARTE - A VERDADE SOBRE O HOMEM

29 - Início dos encontros - Boas vindas, apresentação da equipe

MAIO

01 - Dia do trabalhador - Missa às 9h Nova Mesquita.
06 - Ser gente
13 - O mundo em que vivo - festa com a família celebrando o dia das mães
20 - As religiões no mundo
27 - Cultos Afro-Brasileiros

JUNHO

01 - Inicio da novena de Santo Antonio
03 - Vigília de Pentecostes no Seminário - Apresentação dos crismandos à comunidade.
10 - Festa de Santo Antonio
15 - Corpus Christi 8h Catedral
17 - Primeira Missão
24 - Passeio - Dia da amizade

JULHO

01 - Reunião com os pais
08 - Encontro da equipe

AGOSTO

2a PARTE - A VERDADE SOBRE JESUS CRISTO

05 - A história da Salvação
12 - Jesus Cristo: O Libertador, Festa com a família, celebrando o dia dos pais.
19 - Jesus Cristo: A mensagem do Reino
26 - Jesus Cristo: Quem é este homem ?

SETEMBRO

02 - Jesus Cristo: sua morte e Ressurreição (início da apresentação dos trabalhos da 1a missão)
09 - Curso de formação com a Comunidade na Casa de Oração
16 - Jesus Cristo: Sua grande promessa
23 - A Bíblia: O livro do Povo de Deus
30 - Os 10 mandamentos: Constituição do Povo de Deus

OUTUBRO

07 - Dia de Deserto (DDD)

3a PARTE - A VERDADE SOBRE A IGREJA

14 - A Igreja de Jesus Cristo
21 - A história da Igreja de Jesus Cristo
28 - O que é Igreja ?
29 - Dia Nacional da Juventude.

NOVEMBRO

04 - Como a Igreja se organiza
11 - A Eucaristia: Raiz e centro da comunidade cristã
18 - O sacramento da Penitência e do Perdão
25 - Preparação da novena do Natal
- Dia de Avaliação - Ver possibilidade de iniciar uma nova turma em Março de 96

DEZEMBRO

- Tempo da novena de Natal
10 - Assembléia Paroquial - Seminário - o dia inteiro.

JANEIRO

- Férias

FEVEREIRO

- Possibilidade de uma passeio

MARÇO

02 - Reunião da Equipe para se reorganizar
09 - Retorno - Avaliação das férias - Início da nova turma ?
16 - E a sua Igreja, como vai ?
23 - Segunda Missão - entrega dos nomes dos padrinhos

ABRIL

01 - Participação da celebração dos Ramos
- Abertura da Semana-Santa
06 - Vigília Pascal e Batismo

4a PARTE - A CONFIRMAÇÃO

13 - O que é ser crismado
20 - Os sinais da Confirmação
27 - O dom do Espírito Santo

MAIO

01 - Dia do trabalhador.
04 - Ser crismado é ser missionário
05 - Primeira Eucaristia
11 - Maria em nossa vida
18 - Dia de Compromisso (DDC) - entrega do relatório da Segunda missão
25 - Vigília - Celebração da Reconciliação
26 - Crisma - Pentecostes - Festa ou Passeio.

JUNHO

01 - Avaliação da Equipe

PADRE AGOSTINHO

CATEDRAL
PARÓQUIA SANTO ANTONIO

COMUNIDADE SANTO ANTONIO DE JACUTINGA
COMUNIDADE CRISTO LIBERTADOR
COMUNIDADE SÃO BENEDITO
COMUNIDADE SÃO FRANCISCO
COMUNIDADE N. S. DAS GRAÇAS
COMUNIDADE SANTA TEREZINHA
VILA VICENTINA

Eras Tu, Senhor?!



CF

1995

PLANEJAMENTO 1995

PLANEJAMENTO PASTORAL 1995
PARÓQUIA SANTO ANTONIO DE JACUTINGA

1- ASSEMBLÉIA DIOCESANA

2- REGIONAL 1

3- ASSEMBLÉIA PAROQUIAL

a) AVALIAÇÃO
   * **Pedido de perdão**
   * **Oração de louvor**
b) PLANEJAMENTO

4- CALENDÁRIO

a) CONSELHO PAROQUIAL
b) ASSEMBLÉIA DE PASTORAL
c) CONSELHOS COMUNITÁRIOS
d) MISSAS
e) CALENDÁRIO LITURGICO
f) CURSOS DE FORMAÇÃO

5- CONSELHOS

a) PAROQUIAL
b) COMUNITÁRIOS

6- MINISTÉRIOS E SERVIÇOS

a) BATISMO
b) COMUNHÃO
c) TESTEMUNHAS QUALIFICADA DO MATRIMÔNIO
d) PALAVRA
e) SECRETARIA
f) DÍZIMO
g) EQUIPE PAROQUIAL DA PSTORAL ADMINISTRATIVA
h) LITURGIA

7- PASTORAIS

a) BATISMO
b) CATEQUESE
c) CRISMA
d) JOVENS
e) IDOSOS

1) Assembléia Diocesana

Nossa pastoral Paroquial acompanha as linhas da Diocese de Nova Iguaçu, principalmente as decisões da última Assembléia Diocesana nos dias 1 e 8 de novembro e 6 de dezembro. Esta Assembléia avaliou, planejou e escolheu prioridades para a caminhada pastoral nos próximos dois anos. As prioridades são as seguintes:

ESPIRITUALIDADE
FORMAÇÃO
DIMENSÃO MISSIONÁRIA

Estas três prioridades foram aprovadas e assumidas para nos orientar no trabalho pastoral e garantir a unidade entre as diversas Paróquias e Pastorais.

2) Regional 1

A Diocese de Nova Iguaçu é sub-dividida em 7 (sete) regionais, que se reune mensalmente para formação e garantir uma pastoral de conjunto entre as paróquias que pertencem ao mesmo regional. Nossa Paróquia Santo Antônio de Jacutinga pertence ao Regional 1 com mais
9 Paróquias, a reunião acontece na segunda sexta-feira do mês na Catedral às 19:30h.

Cada Paróquia envia 3 representantes para este regional. De nossa Paróquia somos representados por:

Maria Antonieta Sobral
Salvador Marcelino — Luis Carlos
Pe. Paulo Machado — Pe. Agostinho

3) Assembléia Paroquial

Data: 11 de dezembro de 1994
Horário: 9h às 18h
Local: Seminário Paulo VI

Etavam presentes todas as Comunidades da Paróquia e as diversa pastorais. Também havia uma representante da Paróquia Fátima e São Jorge

A Assembléia decorreu como uma grande celebração, onde o compromisso de avaliar e planejar eram colocados na presença de Deus em forma de orações. Os aspectos negativos foram apresentados como pedido de perdão e os positivos como oração de louvor. O planejamento foi elaborado na forma de litugia da Palavra, onde cada grupo compôs uma Carta Pastoral que foi proclamada para toda assembléia.

a) Avaliação

Pedidos de perdão:

* pessoas muito atarefadas
* falta de coordenação pastoral
* falta de comunicação entre as comunidades e entre as pessoas
* não compreensão das dificuldades
* não atendemos ao chamado para os cursos de formação
* falta de cooperação entre as comunidades
* não atingimos o coração das famílias
* não fomos em busca das pessoas afastadas da comunidade
* falta de coragem para assumir a nucleação
* falta de integração dos jovens
* não atingimos bem os pais das crianças
* dificuldade de entender o compromisso político
* dificuldade de evangelizar o meio urbano, famllias fechadas e medrosas
* ainda alguns não aceitam as celebrações da Palavra
* as dinâmicas das reuniões não motivam

Motivos de louvor

* início da integração com a Paróquia Fátima e São Jorge
* eleições simuladas - inportancia do voto
* campanha contra a fome
* pastoral do idoso
* encontro de formação no Nosso Lar
* novena de Sto Antônio
* aumentou a participação na celebração da Palavra
* abertura da Campanha da Fraternidade na Paróquia
* alguns jovens que foram crismados assuiram a vida da comunidade
* boa vontade e gratuidade de muitos

b) Planejamento *Vamos escrever a nossa história*

* formação 4
* nucleação 2
* Jornal paroquial 2
* curso para catequistas do crisma
* rever o horário da reunião de liturgia
* lazer
* criar grupos menores e jovens
* visão de CEBs
* perseverança em geral
* integração
* acolhimento
* eventos
* mais animação liturgica

4) CALENDÁRIO

a) CONSELHO PAROQUIAL (terceira **quarta-feira** às 20 h)

janeiro- férias
fevereiro- 15 - Santo Antonio
março- 15 - São Benedito
abril- 19 - Cristo Libertador
maio- 17 - São Francisco
junho- 21 - N. S. das Graças
julho- 19 - Santa Terezeinha
agosto- 16- Santo Antonio
setembro- 20 - São Benedito
outubro- 18 - Cristo Libertador
novembro- 22 - São Francisco
dezembro- 10 - Assembléia Paroquial - Seminário Paulo VI de 9 às 17h

b) ASSEMBLÉIA DE PASTORAL

18 de março às 17h Catedral
20 de maio às 17h Catedral
26 de ~~maio~~ agosto às 17h Catedral
18 de novembro 17h Catedral

OBS: Para esta assembléia convidamos todos os membros de conselhos, catequistas, ministros e agentes de pastoral.

c) CONSELHOS COMUNITÁRIOS

Santo Antonio - 1a e 3a quintas-feiras 20h
Santa Terezinha- 2a terça-feira 19h — 20 dgo 10.30
São Francisco- 2o domingo 18h
Cristo Libertador- 3a quinta-feira 20h
São Benedito- toda 5a-feira às 19h (23)
N.S.das Graças- 2a quarta-feira 19h

d) MISSAS

1o DOMINGO
08:00h Santo Antonio
08:00h N.S. das Graças
09:30h Santa Terezinha
10:00h Santo Antonio
19:00h Santo Antonio

2o DOMINGO
06:00h Santo Antonio
08:00h Santo Antonio
08:00h São Benedito
09:00h Cristo Libertador
10:00h Santo Antonio
17:00h São Francisco
19:00h Santo Antonio

3o DOMINGO
06:00h Santo Antonio
08:00h Santo Antonio — 20 Sto. Antonio
08:00h N. S. das Graças
09:30h Santa Terezinha
19:00h Santo Antonio

4o DOMINGO
06:00h Santo Antonio
08:00h Santo Antonio
08:00h São Benedito
09:00h Cristo Libertador
10:00h Santo Antonio
17:00h São Fraancisco
19:00h Santo Antonio

e) CALENDÁRIO LITURGICO ANO C — 5 Lc.

FEVEREIRO

DIA	HORAS	LOCAL	ACONTECIMENTO
05	10h	Seminário e IESA	posse do novo bispo D. Werner
	19h	Catedral	missa solene presidida pelo novo bispo

MARÇO

DIA	HORAS	LOCAL	ACONTECIMENTO
01	08h	Catedral	4a feira de cinzas
05	08h	Prata	Abertura da CAMPANHA DA FRATERNIDADE 95
08	16h	Catedral	Celebração pelo dia da mulher
12	19h	Catedral	Abertura paroquial da C.F-95
18	16h	Catedral	Preparação da SEMANA SANTA

ABRIL

Semana - Santa

DIA	HORAS	LOCAL	ACONTECIMENTO
09	10h	Catedral	Procissão de RAMOS (não haverá as missas das 6h e 8h)
13	10h	Catedral	Benção dos Santos Óleos
13	20h	Catedral	Celebração da Ceia do Senhor e Lava-pés
14	17h	Catedral	Celebração da Palavra, adoração da cruz e procissão do Senhor Morto
15	20h	Catedral	Vigília Pascal
16	08h	Catedral	Missa da Ressurreição

MAIO

DIA	HORAS	LOCAL	ACONTECIMENTO
01	09h	Nova Mesquita	Celebração do dia do trabalhador
06	16h	Catedral	Preparação da festa religiosa de Santo Antonio (800 anos de seu falecimento)
27			Bingo preparativo à festa de Santo Antonio
28			Ascenção do Senhor

JUNHO

FESTEJOS DE SANTO ANTONIO

DIA	HORAS	LOCAL	ACONTECIMENTO
01		Vila Vicentina	novena
02		Sta. Terezinha	"
03		Seminário	novena e Vigília de Pentecostes
04		N. S. das graças	novena
05		IESA	"
06		São Francisco	"
07		Cristo Libertador	"
08		São Benedito	"
09		Santo Antonio	"
09			Inicio dos festejos populares (sexta-feira)
10			Tríduo e Festa popular de Santo Antonio
11			" " "
12			" " "
13	10h	Catedral	Missa Solene do padroeiro da Diocese
15	08h	Catedral	Procissão e Missa de Corpus Christi (com Fátima e S. Jorge)
20	16h	Catedral	Avaliação e planejamento da liturgia

JULHO

DIA	HORAS	LOCAL	ACONTECIMENTO
25	19h	Catedral	Missa pelo dia da Terra - Região - 1
30		Cristo Libertador.	Festa da Comunidade Cristo Libertador

AGOSTO

Retiro do clero (primeira semana)

19 e 20 - festa do Seminário Paulo VI

SETEMBRO

DIA	HORAS	LOCAL	ACONTECIMENTO
15		Catedral	Solenidade de N.S. da Piedade

OUTUBRO

DIA	HORAS	LOCAL	ACONTECIMENTO
12	8, 10 e 19	Catedral	Missas de N. S. Aparecida - Feriado nacional

NOVEMBRO

DIA	HORAS	LOCAL	ACONTECIMENTO
02	8, 10 e 16	Cemitério	Missas de finados
02	8, 10 e 19	Catedral	Missas de finados
26 -			Encontro missionário das comunidades (Diocese)

DEZEMBRO

DIA	HORAS	LOCAL	ACONTECIMENTO
08	8, 10 e 19	Catedral	Missas de N.S. da Conceição
24	20h	Catedral	Missa do galo
31	20h	Catedral	Missa do fim de ano

confissões comunitárias
1a sexta-feira 07:15h
18:30h
1o domingo 07:15h

---

adoração e unção dos doentes
dia 20 de cada mês. obs: nos meses que o dia 20 cair no domingo ou em feriados nacionais, não haverá esta celebração

---

adoração noturna na Vila Betânia
dia 8 de cada mês, saindo às 20:30h da Catedral

---

e) cursos de formação

FEVEREIRO
9 e 10 - preparação C.F-95 Catedral às 19:30h
MARÇO
9 - encontro com ministros da Palavra da Paróquia - 19:30h - Catedral
ABRIL
6 - ministros da comunhão 19:00h - Catedral - Edmilson
26, 27 e 28 - às 19h - Nova Mesquita, Paróquia São José Operário - Curso sobre a Mistica do trabalho - Rogerio -
MAIO
4 - ministros da comunhão 19:00h - Catedral
JUNHO
1 - ministros da comunhão 19:00h - Catedral
JULHO
6 - ministros da comunhão 19:00h - Catedral
AGOSTO
3 - ministros da comunhão 19:00h - Catedral
11 - encontro dos conselhos paroquiais da Região 1 - 19:30h - Catedral
SETEMBRO
ministros da comunhão 19:00h - Catedral
8, 9, 10 e ~~11~~ - Reservado para curso de formação na CASA DE ORAÇÃO -
OUTUBRO
5 - ministros da comunhão 19:00h - Catedral

5- Conselhos

a) PAROQUIAL
Santo Antonio - Filomena e Pedro Ramos
São Francisco - Eloi , Valda e Iracema
N.S. das Graças - Leontina e João Ribeiro
Santa Terezinha - Rosana e Rogério
São Benedito - Antonio e Benedita
Cristo Libertador -
Catequese - Graça

---

b) COMUNITÁRIOS
Santo Antonio: Primeira e terceira 5a-feira do mês às 20h
Coordenador: Pedro Ramos
Tesoureira: Filomena
Secretária: Sonia
Conselheiros: Nailsa, Nena, Helena, Pedro Miquelotti, Ivonildo, Flávio e Salvador

São Francisco: 2o domingo do mês às 18h
Coordenador: Eloi
Vice: Valda
Tesoureiro: Bené Rosa
Secretário: Murilo
Diretor de patrimônio: Leonildes
Conselheiros: Benedita, Bené, Iracema, Lúcia e Iranides

N.S. das Graças: Segunda 4a-feira do mês às 19:30h
Coordenadora: Leontina
Vice: João
Tesoureiro: João Ribeiro
Secretária: Marllha
Conselheiros: Nell, Luis Carlos, Adriano, Elaine, Ivone, Nilcéia, Jovina e Maria Francisca.

Santa Terezinha: 2a terça-feira às 19h
Coordenadora: Rosana
Secretária: Lúcia
Tesoureiros: Rogério e Graça
Conselheiros: Cátia, Fernanda, Léia, Alessandra, Juciara, Gercilane, Elaine, Renata

São Benedito:

Cristo Libertador:

6- Ministérios e serviços

a) BATISMO
Os Batizados acontecem sempre Todos os sábados e domingos às 11h. Nas Comunidades é no horário da missa.
- Ministros do batismo: Salvador, Antonieta, Antonio, Sonia e Maria da Penha

---

b) COMUNHÃO
Os ministros da comunhão atuam na distribuição da Eucaristia e levando comunhão às pessoas doentes.
- Ministros da comunhão: Bibi, Valdice, Filomena, Cristina, Nailsa, Edith, Telma, Nilcéia, Jovina, Rogério, Alessandra, Lucia, Salvadora...

---

c) TESTEMUNHAS QUALIFICADAS DO MATRIMÔNIO
A catequese para os noivos acontece com três encontros: Primeiras 2a, 3a e 4a - feira de cada mês de 19 às 22h.
- Testemunhas qualificadas: Valda e Bené, Iracema e Nelinha.

---

d) PALAVRA
Ficou marcado para o dia 9 de março às 19 horas na Catedral, um encontro com as pessoas que já são animadores de celebração e aqueles que fizeram o curso do Regional.
Reunião: Quartas 6a feiras de cada mês - Catedral. - 24 de março.

---

e) SECRETARIA PAROQUIAL
2a a 6a-feiras de 8 às 11:30 e 13 às 19h. No sábado de 8 às 12h. Atendentes: Rosana, Salvador e Helena.

---

f) DÍZIMO
A pastoral do dízimo deve ser uma prioridade para todas as comunidades, ele gera compromisso, responsabilidade, solidariedade e transparência na adiministração dos bens. Este ano que passou, nasceu um grupo que reflete esta pastoral, você também é convidado a ser comprometido com esta pastoral. venha participar: segunda 2a - feira do mês às 18h - Catedral.
Equipe: Helena, Pedro Ramos e Nena, Tânia Ribeiro, Valdice, Pedro Miquelotti e Cizinha ...
- A secretaria do dízimo está aberta de segunda a sexta de 8:00 às 11:00 e 14:00 às 18:00. Antes das missas dominicais na Igreja Santo Antonio, há uma pessoa responsável para atendimento do dízimo. Lembramos que os primeiro domingo de cada mês e dedicado aos dizimistas.

---

g) EQUIPE PAROQUIAL DE PASTORAL ADMINISTRATIVA
Membros: Sônia Façanha, Filomena Del Moro, Pedro Miquelotti, Edmundo Soares, Pedro Ramos, mais os tesoureiros de cada conselho comunitário.
Reunião: Última quinta-feira do mês às 20h

---

h) LITURGIA
Cada Comunidade crie uma equipe de liturgia para preparar as celebrações da Palavra e da Eucaristia. Um grupo se encontra semanalmente na Catedral às 3a-feiras às 16h. Há uma proposta de se criar uma equipe alternativa em um horário possível a mais pessoas, Que dia ? Que hora ? Quem está disposto ?

7- Pastorais

a) BATISMO

A catequese para os pais e padrinhos acontece no 1o ou 2o sábado de 14 às 18h. também pode ser atraves de dois encontros: 5a e 6a feiras do mês de 19 às 21:30h.

---

b) CATEQUESE

Em 17 de dezembro de 1994, foi realizado o planejamento da catequese paroquial para 1995, com apresença de todas as comunidades.

Prioridade: - Formação dos catequistas
- Animar os pais a participarem da comunidade
- Assumir o curso de catequistas do Regional 1
- Reciclagem paroquial no mes de julho
- Assumir o planejamento do Regional 1

Matriculas: De 1o de fevereiro a 12 de março de 1995

Curso para catequistas: (regional 1)

Dias 4, 11, 18 e 25 de março das 8:30 às 11h - cepal

Encontro paroquial de catequistas:
28 de abril às 19h - catedral
25 de agosto às 19h - catedral
06 de outubro às 19h - catedral

OBS: Caso ao longo do ano, haja necessidade, marcaremos outros encontros de acordo com os acontecimentos e necessidades.

Primeiras Eucaristias:
22 de outubro São francisco
05 de novembro Santo Antonio
12 de novembro São Benedito
19 de novembro Santa Terezinha
26 de novembro Cristo Libertador
03 de dezembro Nossa Senhora das Graças

---

c) CRISMA

Equipe de catequistas: Cristina, Salvador, Bia, Flávio, Lucia, Anderson, Sérgia, Mariana e Pe.Paulo.

A catequese do Crisma acontecerá a nivel paroquial, cada comunidade apresente seus jovens para inicio dos encontros dia 29 de abril às 16h Catedral.

---

d) JOVENS

Todos os domingos às 16h.

---

e) IDOSOS

Segundo sábado de cada mês às 8h, missa e logo após reunião. Responsável: Pe. Agostinho.

ANOTAÇÕES PESSOAIS

11. Batismo 1º sábado 05 a 09 - 14:30 às 17:30 Seminário
16. Batismo 2º sábado 05 a 09 - 14:30 às 17:30 "
Testemunhos atuais 3º dgt 05 a 09 - 9:30 às 12 h. Seminário

PASTORAL DA ESPERANÇA - 6 ABRIL - 19:30

\diocese\paroquia\17-09-94

Preparação da reunião interparoquial de 13-10-94,
sobre a Pastoral Urbana nas duas Paróquias

1. As paróquias estão no coração de Nova Iguaçu.

Os leigos participam da Pastoral de Conjunto desde 1970. - Há questões de entrosamento entre as paróquias, entre as comunidades.

Mas a questão não é de Nova Iguaçi, e sim Nacional. A Igreja está perdida frente à grande cidade. Há grandes projetos Pastorais, mas o modelo "paróquia" não funciona mais - spar+oikia - 'pastoral' são modelos rurais.

2. o importante é olhar a realidade do povo, não a da Igreja como estrutura. Se o povo do K11 tem os mesmos problemas do centro, deve participar: casar a Igreja com a realização do povo. A Igreja Católica é minoria.

3. Que tipo de comportamento a Pastoral Ur bana quer buscar?
Temos que resolver os problemas a partir do que?
Nossa Igreja é uma organização "séria".

4. Como conhecer melhor a realidade? quais são os ambientes que existem na nossa cidade?
O trem sub-urbano, os prédios, o calçadão e o comércio, a "pastoral", a "política".
+ Há uma realidade social que me impõe uma mudança!

5. Temos que fazer um estudo: um fechamento científico, feito de leitura
Temos que fazer a experiência, do chinelinho de dedo, do comportamento histórico pastoral, ouvir, escutar as pessoas.

* São três atitudes: o estudo, leitura,- a experiência, percepção, sensibilidade - a Utopia, os desejos, a direção da caminhada

6. Temos que devolver às pessoas o que as "Igrejas" estão arrancando: a simplicidade, a espontaneidade, a liberdade

... mas é uma preocupação nossa, como Igreja, ou deles, do povo?
Porque é que a gente chama e "eles não vêm"? o que é que eles querem?

7. A análise demora tanto que, durante a análise a coisa muda. Estamos cansados de análise - não se trata de parar para analisar, mas de analisar durante o processo, é uma atitude constante de espírito, que supõe estudo, mas é um hábito constante.

8. A gente quer passar a nossa consciência, e não despertar a consciência da pessoa. A gente não sabe a realidade, mas vem com um projeto de curso para oferecer...

9. O primeiro passo é a abertura, para vencer a timidez, fazer crescer.
o caminho simples da frat ernidade, derrub ar muros, sentar, sair do tempo, viver junto com as pessoas.

10. Tentando descobrir elementos para uma pastoral na cidade. À luz da Fé temos alguma coisa a dizer a esta realidade. Para isto há a celebração, e nela temos que ousar algo de diferente.

11. **QUAIS SÃO OS "AMBIENTES" ATRAVÉS DOS QUAIS É POSSÍVEL CONHECER A REALIDADE ?**

Temos que levantar uma lista dos "ambientes" que podem ser referência para conhecer melhor o nosso povo.

\diocese\pastoral\assemble\docums-1

3 CEBs 12 40 78 (3)
7 MCS: 2 36 49 63 65 72 74 (7)
9 LITURGIA 4 7 22 33 61 66 78 87 105 (9)
10 LIDERANÇAS 2 26 30 39 50 63 101 106 107 (10)
11 JOVEM: 23 28 37 51 52 63 64 71 80 91 / 97 (11)
12 DIMENSÃO MISSIONÁRIA 3 13 24 29 45 51 64 67 83 86 90 100 (12)
14 NUCLEAÇÃO: 12 36 38 41 46 47 49 52 58 76 / 81 85 89 107 (14)
16 BÍBLIA (CÍRCULO BÍBLICO) 12 13 27 37 49 59 74 80 89 92 /94 96 97 100 101 107 (16)
16 LEIGOS 4 21 22 23 24 26 31 33 42 66 70 / 74 82 90 98 104 (16)
19 ACOLHIDA 2 3 5 19 27 28 38 56 59 60 / 66 68 77 81 82 83 100 103 106 (19)
27 ESPIRITUALIDADE 6 7 10 14 15 21 27 29 32 35 / 42 45 53 56 59 60 61 63 68 70 / 75 80 81 82 83 88 95 (27)
28 OPÇÃO PELOS POBRES (POVO -DIMENSÃO SOCIAL- CULTURA) 2 8 9 10 11 13 14 18 20 22 /24 27 30 32 35 39 43 46 60 61 / 62 76 82 83 84 85 101 103 (28)
40 FORMAÇÃO 1 2 4 13 15 19 20 21 22 24 / 26 30 31 33 36 39 40 49 51 59 / 63 64 65 66 68 70 73 75 81 89 / 90 95 96 97 99 100 101 104 106 107 (40)
65 PASTORAL 1 2 3 4 5 8 11 13 15 16 /18 19 20 21 22 23 27 28 30 35 / 37 38 39 40 43 44 47 49 50 51 / 52 54 58 59 61 63 65 66 67 68 / 71 72 73 75 76 77 78 80 81 83 / 85 86 87 89 90 91 92 94 95 96 / 98 99 100 106 107 (65)

CATEQUESE:

FAMÍLIA:

DESTAQUES DOS TEXTOS: (algumas frases mais importantes de cada contribuição)

1 - Que as pastorais tenham uma linha diocesana, para que o conteúdo das mesmas respondam aos anseios do povo à luz da fé.
2 - Não esquecer que devemos levar a Boa Nova da Salvação a nossos irmãos, mas buscar simplificar nosso ensino. Evangelizamos melhor por nosso ser que pelas palavras (nossa escuta, acolhimento, etc...) - Juntos formamos o povo de Deus.
3 - Amar ao próximo como a si mesmo (começando nos conflitos) - Acolher de forma alegre a todos, principalmente os excluídos.
4 - Encontro de lazer entre todos os participantes dos conselhos e pastorais. Rever as taxas a ser cobradas para os retiros. - Planejar uma reciclagem de tres em tres meses para as pastorais.
5 - Fazer o maior esforço para não magoar e nem desagradar as pessoas. Muitas vezes por falta de um jeito se perde uma boiada.
6 - Acredito que já está na hora de tomarmos uma postura de unidade na diversidade. Nossa Diocese deveria trabalhar a partir de uma Espiritualidade que atenda aos anseios do povo. Além disto, fortalecer em todos os leigos, padres, religiosas, o desejo de continuar sua caminhada, em busca de um mundo mais justo e fraterno. Como? Criando uma "mística" diocesana que resgate o sentido e objetivo de nossos encontros, reuniões, retiros, Liturgia...
7 - A Igreja de Nova Iguaçu é uma Igreja Militante, mesmo com toda problemática apresentada, com os desvios de rota, com os tropeços, temos consciência de que os católicos diocesanos somos voltados à militância. Porém uma aquestão preocupa e até ameaça esta nossa caminhada: Mística - Espiritualidade. Não quero dizer que devemos voltarmo-nos às experiências chamadas exclusivamente espirituais. O que sugiro e convido é a uma reflexão, de como priorizaríamos a espiritualidade na Caminhada de Nossa Diocese...
8 - Como a Igreja pode ajudar o povão a se alfabetizar? - Deixar de ser manipulado pelos meios de comunicação. Povo educado cobra. Jesus foi Mestre. Nossa Diocese tem excelentes trabalhos pastorais, missionários, vamos trocar experiências positivas e se fortalecer para continuar nossa caminhada.
9 - A Sociedade atual exclui da participação no trabalho e nos seus frutos a maioria. Quer dizer que Opção pelos pobres hoje é opção pelos excluídos. Nossa Igreja de Criswto a serviço dos pobres está a serviço dos excluídos. Igreja-Libertadora = Sim! que passos estamos dando para o povo se organizando ser libertador? A proposta

classista dos trabalhadores ainda tem lugar em nossas preocupações? A Assembléia tem que dizer quem somos e para onde vamos.
10 - Transmitir Jesus Cristo transparente: mais amor... deixar este amor chegar até as pessoas para que assim possamos ajudar a resgatar a cidadania de cada um.
11 - Precisamos escutar mais e portanto conhecer mais e melhor a nossa gente. As prioridades apontadas em nossa última assembléia continuam vivas e devem ser retomadas: formação, Ação Social e Juventude.
12 - A Diocese deve olhar com carinho e atenção as nossas Comunidades Eclesiais de Base, e dentro das CEBs, procurar dar mais força aos Círculos Bíblicos, que são a alma de nossas comunidades. ... Os párocos ... pouco ou nada contribuem para o sucesso dos trabalhos catequéticos.
13 - Padres que vivam mais a realidade do povo, formar padres para o povo e não povo para o padre. Igreja mais conhecedora da palavra de Deus, ligando fé e obra (Continuação dos Círculos Bíblicos). Buscar os mais pobres (miseráveis), que ainda não conseuimos e que até temos preconceitos.
14 - Se aprofundar no conhecimento dos anseios do povo, e a partir desse conhecimento buscar a maneira de fazer o Anúncio da "Boa Nova" que Jesus Cristo tem para cada um. Jesus disse: "Tenho pena desse povo que está perdido, são como ovelhas sem Pastor". Temos que buscar, com a inspiração do Espírito Santo; a forma nova de ser Pastor para este povo desorientado, necessitado.
15 - Tendo em vista a situação do povo da Baixada, vindo de todos os lados, sem raízes, bombardeado e traído pelas várias propostas religiosas, cansado pela situação social sempre mais excludente, precisamos nos colocar em Missão - frisando a DIMENSÃO MISSIONÁRIA e renovando o ARDOR MISSIONÁRIO PRIORIZANDO A EVANGELIZAÇÃO - PRIMEIRA EVANGELIZAÇÃO. Simplificar o anúncio sobre aquilo que é mais importante.
16 - Ter mais clareza nas Comissões da Diocese. Precisa uma reforma dos Estatutos ou Regimentos dos Conselhos Paroquiais e Comunitários. E o Conselho das Causas Econômicas?
17 - Precisamos sentir o acompanhamento da diocese pelo menos uma vez ao ano. A Comunidade ser solicitada para preparar junto com a paróquia porque a paroquia e a comunidade crescem e as linhas pastorais ficam sempre para trás.
18 - O grande desafio é manter viva a chama de fé e da esperança do nosso povo tão pisado e machucado. As nossas contradições não são problemas grandes, são antes manifestação de uma Igreja que quer acertar. Nosso povo é bastante sentimental, sensível.
19 - Olhar com alegria e ação de graças todo o b em que se vai realizando.
20 - Muito se ouve: principalmente nos encontros de prerparação dos sacramentos: "Procuramos Igreja e achamos sindicato". Não é uma desaprovação da Pastoral Social. É difícil educar na fé, evangelizar conscientizando socialmente.
21 - Temos que continuar sendo a luz que transforma: esse é o papel do verdadeiro Cristão. Deixarmos de ser Igreja estgrutura e passarmos a ser Igreja fé/praticada. Não tgemos que temer arriscar. A Igreja tem que ouvir mais os leigos e realmente praticar o que os leigos ajudam a decidir.
22 - "Deixai vir a mim os pequeninos"! Criar espaço de troca de experiência entre as pastorais e principalmente entre a juventude no que toeda ao âmbito sociual e político.
23 - Aprofundamento dosgrupos de formação e se possível um rodízio de acompanhamento dos trabalhos. Valorizar a disponibilidade dos leigos engajados para incenti var outros a caminhar conosco.
24 - É preciso resgatar essa dimensão missionária das paróquias, Comunidades e grupos de Igreja e Irmandade.
25 - Estabelecer prioridades para as diversas pastorais a curto, médio e longo prazo, isso porque algumas pastorais não fazem planejamento, não sesab e quem são os coordenadores e seus objetivos pastorais claros.
26 - Muitas vezes nos jogam nos cargos e não nos deixam saída. Não sabemos como agir, como ser líder, não podemos resolver nada, ficamos presos e aregras demais. O leigo precisa ser valorizado nas suas funções, pois na maioria das vezes dedicamos nossas poucas horas de descanço e lazer a favor da igreja e daa nossa Comunidade e não recebemos nada por isto. Mas nos sentgimos despreparados para isto. A Diocese tem que investir mais nisto, em vbez de fazer mais prédios, investir no homem. Quantas vezes deixamos de participar porque não temos dinheiro.
27 - Eu espero que adiocese continue com uma linha pastoral cada vez mais voltada para a promoção humana. Com uma linha de espiritualidade onde encaixasse todos os excluídos.
28 - Unidade nos tabalhos de nossas pastorais pra que uma Paróquia não atrapalhe o trabalho da outra. É preciso que haja intercâmbio entre as Paróquias e Comunidades. Valorização das pessoas mais simples.

29 - O aque nós, de verdade, queremos como Igreja, a partir dos anseios de nosso Povo? Senão ficamos muito voltados para dentro, sobre a nossa organização, os nossos defeitos.
30 - Somos uma diocese que de repente inchou: de cultivo de laranjas passou para uma cidaded de migrantes vindos de muitos Estados em busca não de Deus, mas em busca de pão, escola, condições de vida melhor. Ea Igreja se aconstumou a querer salvar, mas pouco a construir, e para construir é preciso conhecer. Deus atua nos detalhes e nas contradições.
31 - A Diocese oferece pouco a seus leigos. Temos um seminário enorme, com no máximo uma dúzia de seminaristas, enquanto os leigos aparecem 3 ou 4 fazendo Teologia por conta deles.
32 - Ter uma pastoral de conjunto, tendo todos os agentes de pastoralum diretóriok, para que na diocese padres e leigos dêem um testemunho de unidade.
33 - Fazer que os agentes descubram a sua propria criatividade. Exigir que brota dos agentesuma forma de celebrar; que vai ser mujitomais exigente para os vigários e os agentes, mas serão mais do povo.
35 - A nossa Diocese está numa linha de trabalho muito boa, pois ela está vivendo a realidade de nosso povo e é bem sincera com as pessoas. Oração não pode viver sem ação. Devemos continuar insinando este povo a buscar a salvação através de sua luta como cidadão.
37 - Dar mais atenção às famílias que procuram batizar seus filhos e depois desaparecem.
38 - Na minha paróquiaestamos com 5 grupos de nucleação, e temos sentido que é isto que o povo abandonado está procurando, que se vá ao encontro deste povo sofrido e abandonado na nossa baixada. Estamos resgatando pessoas que viviam totalmente afastadas da Igreja.
39 - Em relação aos freqüentadores ocasionais, valorizar suas motivações de procurar a Igreja, priorizar a evangelização a partir do jeito do povo sentir a religião. Criar identificações entre a mensagem da Igreja e as aspirações que o povo traz.
40 - Tornar claro que a diocese fez uma opção pelas CEBs e não pelos movimentos/associações, embora eles devam estar presentes na diocese. A dimensão ecumên ica é necessária, urgbente, fundamental!
41 - "Cristo e Povo"! - Não se poderia discutir a estrutura da Igreja em buscva de novas soluções?
42 - Durante muitos anos a Igreja da América Latina viveu a "teologia do MEDO" e pouco ou quase nada a teologia da graça, a experiência de Deus na vida pessoal e comunitária.
43 - Amparar as famílias pobres e sem renda a ter boa alimentação, escola para os filhos, emprego para seus responsáveis, moradia.
44 - Pensar melhor na acolhida que fazemos aos fiéis ou "Não fiéis" que nos procuram...
45 - Opção preferencial e solidária pelos pobres. - Pelo aprofundamento da fé una maior coragem no assumir a causa dos irmãos mais sofredores. Nunca perder a ralação Fé e Vida - Fé e análise, encarnação e transformação da realidade.
46 - A Igreja não está conseguindo o que o povo está realmente precisando. A Igreja dá respostas e ensina caminhos. Porém é insuficiente quando se trata de bálsamo para os feridos ou consolo para as aflições.
47 - Entrosar todos os grupos de pastorais que visitam as casas. Ser aceito por todos as tardes de louvor.
48 - Foi um dia importante de estarmos juntos na mesma fé e no mesmo amor, para um bom esclarecimento. Prec isamos estar sempre juntos para fazer um trabalho diocesano.
49 - Insistir no Leste I u na CNBB de ter uma programação própria, da Igreja Católica, num canal de TV, num horário nobre. Obs.: Já 11 anos pedimos de trocar paróquia de Riachão em paróquia de Rosa dos Ventos e ainda está no mapa da diocese.
50 - Desenvolver subsídios para que novas pessoas despertem para o trabalho de liderança.
51 - Aproveitamento das pessoas que fizeram a Escola de Fé, nas CEBs, a nível de mini-curso. Santas Missões nas ruas, nos bairros onde moramos...
52 - É precisoque parta de cada padre, conselho comunitário e etc, apoio principalmente a grupos jovens que estão em processo de nucleação.
53 - Ponto Central? Jesus Cristo!
54 - Gostaria que não criasse grande variedades de Pastorais. Que tivessemos algumas linhas de trabalhos sem muita diversidade, para que a gente pudesse realmente colocar em prática.
55 - Na verdade esta assembléia não mostrou as riquezaqs de trabalho de nossa Diocese e o povo bom: nos dedicamos o tempo todo aos trabalhos cristãos e o resto à nossa família.

56 - Eventos a nível diocesano como numa "terra fértil"como essa nossa seria muito bom. Os retiros comunitários com trabalho e lazer ajudam na integração dos grupos.
57 - Deveria ter uma maior participação e exploração do plenário do grupo.
58 - Prepar as comunidades pra trabalhar nos núcleos de Ruas.
59 - Mais oração e menos papo. Acolhimento mais fraterno. Nos círculos bíblicos além de ter os comentários das pessoas deveria ter alguém preparado para explicar o sentido verdadeiro da leitura.
60 - Em defesa da dignidade e da vida. Opçãopreferencial dos empobrecidos. Descobrir na religiosidade as sementes de libertação.
61 - A Liturgia está muito fria. A gente tenta fazer uma coisa mais alegre, mas somos barrados, porque não pode. Mulher não tem apoio por parte dos Padres.
62 - No campo social falta a igreja assumir a realidade. A fome é mita não só de pão, mas de acolhida até mesmo dos próprios padres. Também o dinheiro é muito difícil de ser entendido; há padres que celebram missas a troco de envelopes recheados, outros acham que não deve ser cobrado. ...cria um grilo na cuca e não deveria ser assim. Padre que não dá apoio a criatividade da CEB e é autoritário em sua vontade.
63 - Alimentar a Mística existente em nossas pastorais: Fé e Pol[itica (compromisso com a vida)
64 - Formação de lideranças descentralizando a formação. Dinamizar as celebrações, conscienteizando de que somos igreja Missionária, destacando o papel da Missão Cristã.
65 - A Catequese deverá ser revista no sentido de ver se atingimos os catequizandos.
66 - Maior atenção aos leigos comprometidos nas comunidades, no sentido da formação.
67 - É preciso que nossa Diocese fale a mesma linguagem, ou seja, trabalhe em cima da mesma meta.
68 - Mais união entre as comunidades e paróquias, mais atenção dos padres.
69 - Fazer valer a palavra entrosamento. Ainda não se colocou em prática uma das propostas do Sínodo, de um intercâmbio entre as pastorais, movimentos, comunidades, paróquias...
70 - Como hoje tivemos uma organização eiciente, que ajudou a criatividade e o crescimento na liberdade, como Diocese devemos encontrar diretrizes não só na motivação espiritual, mas também de prática de ação e de trabalho pastoral.
71 - Aproveitar e acompanhar os encontros para casais existentes na Diocese, como meio de engajar estas famílias no serviço pastoral.
72 - Resgate moral da família ... massificada pelos Meios de Comunicação.
73 - Às vezes fazemos as mesmas coisas, mas com nomes diferentes. Acolhimento: a chave do coraçãol e do espírito. Opção pelo pobre, mas com eles e não longe deles.
74 - Investir nos leigos que se esforçam para ver os trabalhos das pastorais crescerem e dar bons frutos.
75 - Estamos cheios de reuniões - deveríamos ter momentos espirituais, tais como retiros, vigílias, momentos de reflexão.
76 - TEmos que partir para uma evangelização de massa onde esta evangelização alcance os pobres, ou seja, os miseráveis, excluídos do processo religioso, social e econômico. Usando os meios convencionais, como computador, televisão, rádio, jornais. Criar grupos para visitar favelas, pontes, viadutos e a população que mora em marquises, que não tem uma casa, moram na rua.
77 - Eu levo o trabalho que eu tenho na paróquia ou na Diocese com muito respeito, porque todos estes compromissos que eu tenho em minhas mãos é para mim um presente que Deus me colocou nas minhas mãos. Se eu tiver coragem e também a fé, arrisco em sair da Paróquia devido aos grandes aborrecimentos. Se bobear a gente vai até para o hospital, porque é muita coisa que acontece.
78 - Fidelidade à religiosidade popular.
79 - A Diocese já absorveu muitos encontros, através das lutas, das CEBs e pastorais sociais. Hoje, isso não mais acontece. Estamos mais preocupados nas Comunidades e Paróquias, apenas em Catequese, Legião de Maria, batismo etc.
80 - Igreja que anuncia Jesus como Salvador. Igreja Aberta, constantemente ao Espírito Santo. Igreja que anuncia o Evangelho. Opção pelos pobres. Igreja que serve e que é serviço.
81 - Nucleação. Devoção à Mãe de Deus e testemunho de vida. Simplificar as tarefas pastorais. Diversificar as celebrações.
82 - Solidariedade concreta entre pastores e leigos engajados e daí partirmos para uma consciência verdadeiramentemissionária, para fora do templo de pedra. Ter os preferidos de Deus em nosso meio, sem

preconceitos ou limitações, como verdadeiros irmãos iguais. O leigo não é voluntário por sobrar tempo e sim por causa do batismo. ao contrário dos padrres e freiras, que pertencem a congragações que reunidos formam uma só alma e um só coração , o povo é formado por pequenos retalhos que sobraram das raízes de onde vieram à procura de vida.
83 - Que se tenha o ardor missionário, de se colocar aolado dos pobres e orientar essas pessoas a buscar os seus valores que são retirados: acolher as pessoas, valorizar a pessoa e criar um laço de fraternidade.
84 - vangelização nas casas e descobrir as necessidades de cada um, para que não se percam as raízes e os valores.
85 - Não torturar ainda mais o nosso povo, como está acontecendo, exigimos e obrigamos que faça isso ou aquilo para batizar. Acreditar mais na força popular.
86 - Trazer a luz-fazer comunhão, da profunda experiência de Deus, que nos ajuda a viver no "centro da tormenta"e manter a esperança.
87 - A renovação da Igreja foi muito rápida então muita gentenão aceitou. Os Padres fazemo que podem, porque o serviço é muito e os leigos tem ajudado na medida do possível. Nös precisamos ter muita fgé, pra fazer nosso serviço com muito amor. Outra coisa: a folha "domingo" está péssima. Todos os Domingos a mesma coisa.
88 - Um trabalho de educação da fé mais programado e organizado. Cultivar mais a espiritualidade, para dar mais força e alimentar a própria fé e fundamentar o compromisso e trabalho de transformação.
89 - Para entrar na roda do Crescimento, poderiamos fazer celebrações na rua, mas antes fazer visitas nas casas convidando para participar.
90 - Animar os padres a trabalhar jmunto com seus leigos, pois muitas vezes os mesmos não se interessam e largam na mão os lideres de grupos.
92 - Graças ao trabalho dos agentes de pastoral , há uma caminhada bem positiva com a preocupação de ver o reino se realizar. Ser uma Igreja preocupada com o projeto de Jesus.
93 - É um verdadeiro milagre de Deus contemplar o que existe na Diocese de NI em termos de evangelização realizada por um exército de agentes de pastoral que vivem uma realidade nada favorável e se dedicam na gratuidade total. A maioria destes agentes são mulheres. Não existem as chamadas "contradições"e sim uma igreja a caminho, em processo.
95 - Uma atenção particular pela família. Fraternidade e comunhão entre as pessoas, valorizando e reconhecendo cada pessoa, filho e imagem de Deus.
96 - São as Pastorais que seguram os movimentos. Se empenhar mais na causa dos menores de rua. Mais estudos bíblicos pra que os católicos sejam bem conscientizados.
98- O próprio leigo assumindo com perseverança e fidelidade seu lugar.
99 - Cabe a nós usar nossa criatividade. Cisponibilidade a quem nos procura.
100 - Pastoral a serviço das lideranças-ministérios presentes nas nossas paróquias. Pastoral a serviço do povo de Deus que participa de vez em quando das nossas paróquias. Animar as comunidades para que sejam acolhedoras. A serviço dos excluídos e afastadoss: Missões populares organizadas de maneira sistemática.
101 - Assumir com fidelidade Jesus Cristo. Igreja inserida nos movimentos populares, unindo fé e vida.
102 - Um investimento a nivel de Diocese, na Família que ficou muito tempo esquecida.
103 - Eu espero que a Igreja de Nova Iguaçu continue, mesmo com outro bispo, o acolhimento aos menos esclarecidos, os mais pobres, e que dá sempre mais oportunidade aos leigos a propagar a sua própria fé. Pra terminar, que os Padres atentam a falar a lingua do povo sempre mais.
104 - Formação de Circulos Biblicos. Continuar dando apoio ao leigo, escutando suas propostas que vem da realidde do povo.
105 - Valorizar, dinamizar as celebrações à luz da realidade da Baixada. Que elas celebrem e motivem nossa caminhada rumo ao Reino de Deus, sendo sinais deste Reino. Ecumenismo nos setores: jofens drogados, prostituição, discriminação, tardes de louvor, vigílias. Valorizar a religiosidade popular, descobrindo nela sementes e sinais do Reino.
106 - Uma abertura intgegral, acolhida e mais testemunho de via prática nos gentes de pastorais, começando pelos vigários, religiosos (as) e todos nós que nos sentimos seguidores de Cristo.
107 - Comprometer-se em formar agentes de pastorais para um assumir. Os Catequistgas com as turminhas pode fazer Circulo Biblico nas casas dos pais das crianças, adolescentes e jovens. Não se pode fazer pastoral sem levar em consideração a realidade dos pobres. Despertar nos catequizandos o conhecimento sobre a injustiça que está por trás desta situação de pobreza. Um cristão não sossega enquanto há tanta miséria, tanta injustiça, sobretudo

tanta falta de conhecimento da Palavra de Deus. Até descobrir que devem discordar com a situação injusta que gera esta reralidade de miséria e pobreza, e procurar estar aolado dos injustiçados. Assim, por ocasião da primeira Comunhão e Crisma, levar a criança, adolescente ou jovens a optar pela simplicidade, mais solidária com os pobres. E assim, nesta solidariedade perceber que em nós está ativa a força de Deus que nos acompanha. Neste sentido o exemplo dos Clubes de Mães, onde as mujlheres descobrem a alegria de servir e ensinar.

CEDIM

É muito forte o desejo, a verdadeira sede de formação que se nota na Diocese de Nova Iguaçu. Uns pedem doutrina mais sólida, outros querem mais capacidade de relacionamento, outros desejam mais organização e integração entre os agentes dos vários setores de ação eclesial. A *FORMAÇÃO* é uma necessidade específica das lideranças cristãs, mulheres e homens, que vivem o compromisso com a Igreja que é o Povo de Deus. Como Igreja, caminhamos dentro de uma Realidade que exige luta quotidiana pela vida. Percebemos que esta Realidade tem problemas que são sempre maiores que nossos esforços, e encontramos muitas dificuldades. O que deu certo ontem já não basta hoje, e os problemas resolvidos num lugar voltam com mais força em outros lugares.

Nós que participamos desta Assembléia somos pessoas que representam uma Paróquia ou algum grupo ativo, organizado dentro da Diocese. Dedicamos boa parte de nossa vida e de nosso tempo ao serviço que a Igreja presta ao povo. Por isto temos sede de mais segurança no que dizemos, no que fazemos, no que significamos para os outros. Pedir mais formação significa dizer que precisamos saber que meios utilizar para atingir nossas finalidades, mas a realidade exige sempre mais de nossas forças, e o que temos nem sempre é suficiente ou adequado.

Esta insegurança tem várias raizes: o relacionamento entre as pessoas muitas vezes não é bom. São muitos os que falam da necessidade de mais acolhida, mais afeto entre nós, e para com os que sofrem. Mas não é uma questão pessoal. Nossa Igreja, como toda organização, tem uma estrutura de funcionamento, na qual algumas pessoas detêm postos de autoridade, e outras apenas cumprem ordens. Facilmente caimos no autoritarismo, ou sentimos autoritarismo de outras pessoas, ou vemos que as estruturas de nossa Igreja não funcionam como queríamos.

As avaliações fazem surgir uma pergunta: O que é ser agente, e exercer liderança a partir da Igreja? Alguns precisam ter mais maturidade e conteúdo, e outros, mesmo maduros, se encontram dentro de uma estrutura que atrapalha, e frente a uma realidade social muito complicada e até desumana. A formação, além de bem feita, tem que ser permanente, e adatada à realidade.

Mas, o que é específico para cada tipo de liderança? Toda pessoa que presta um serviço, tem que saber o que faz e o que diz. É necessário um conhecimento básico para todos os tipos de liderança. Além disto, é necessário desenvolver capacidade de diálogo, de compreensão, capacidade dinâmica de tomar e realizar iniciativas dentro das organizações, das Comunidades e da Sociedade. Uma coisa é exercer liderança dentro dos grupos organizados, outra coisa é prestar serviços aos que freqüentam a Igreja, outra coisa ainda é abrir a Igreja e as organizações e comunidades à multidão dos que estão fora e esperam de nós o testemunho de Cristo Ressuscitado pela força do Espírito. Em cada nível de participação, as pessoas exigem que a gente tenha conhecimentos específicos corretos, atitudes adequadas. Sobre todos nós pesa a capa da realidade social da Baixada, feita de muita violência, sofrimento do povo pobre e conflitos causados pelas várias imposições religiosas, culturais e políticas.

A *DIMENSÃO MISSIONÁRIA* diz respeito principalmente ao que a Diocese, como Igreja de Cristo na Baixada, faz pelo povo Pobre, que não freqüenta a Igreja, mas precisa da Esperança que vence. Nossas relações para com estas pessoas têm que ser mais marcadas por um relacionamento de afeto do que pelas exigências institucionais de uma organização. Vivemos dentro de uma massa grande de pessoas que procuram a vida, e temos que nos inserir mais ainda, para sermos testemunhas de que a plenitude desta vida se encontra em Jesus Cristo, o Mestre comprometido com os Pobres, que foi crucificado, venceu a Morte e nos envia o Espírito. Da Fé, que é seguimento de Jesus, tem que brotar uma capacidade muito grande de compreensão e acolhida. Dar mais importância às pessoas que aos conteúdos de uma doutrina distante da vida.

Muitos de nós procuraram uma Comunidade para ter segurança, e encontraram acolhida, amizade, identidade pessoal. Mas as Comunidades, como todos os grupos, têm tendência a se fecharem. E aí a segurança se torna insuficiente e falsa. Vivemos a ansiedade de sair desta falsa segurança, e ir em direção ao povo que sofre e ainda procura. Como podemos realizar esta "saída"? qual é a "***metodologia***" melhor para se inserir nas massas e trabalhar com o povo? Que "***linguagem***" temos que usar para falar de Jesus Vivo? A linguagem intelectual é distante, não atinge o nível da experiência de fé, o nível da vivência social do povo. Que "***símbolos***" podem falar hoje ao nosso povo da Baixada Fluminense?

Quando nos preocupamos com os problemas do povo, desaparecem as pequenas questões, as picuinhas que atrapalham a comunidade preocupada consigo mesma. Os nossos problemas internos, de diferença entre Pastorais e Movimentos, entre Grupos e Comissões, as brigas entre as pessoas, perdem importância, diante do sofrimento e do serviço que temos a prestar aos que sofrem e esperam vida, vida em abundância.

✞ Finalmente, entre os que freqüentam a Igreja, - Lideranças ou não - a maior exigência é a de uma *ESPIRITUALIDADE* profunda, sólida, viva. A Bíblia é o grande testemunho das Comunidades que prepararam a vinda de Jesus, o Cristo, e das Comunidades que conviveram com ele e os apóstolos. Ela é a primeira fonte, o caminho percorrido pelos "Pais" da nossa fé.

Esta Espiritualidade é uma "*força interior*", que nos leva à "*solidariedade*" com os pobres, e que se desenvolve em "*espaços*" específicos e privilegiados, que temos que criar e cultivar.

Nós assumimos as dimensões da Igreja de Nova Iguaçu, descritas pelo Sínodo. "Pela palavra de Deus que escutamos, pelo batismo, pela crisma, sobretudo pela eucaristia, nossa vocação se encaixa na vocação do próprio Jesus. Isto por nossa inserção no mistério da comunidade de Fé, Esperança e Amor que é a Igreja." (Sínodo, pg. 20). A maior insistência dos delegados participantes da Assembléia é na Espiritualidade.

Nós insistimos na Espiritualidade, por duas razões. Por um lado, as preocupações com a vida do povo podem ter alguma vez exigido atividades mais sociais que religiosas. Por outro lado, algumas pessoas que não aceitam plenamente as linhas do Sínodo, falam muito de espiritualidade e por vezes obtêm mais sucesso no que fazem.

A experiência vivida na Diocese, desde a Assembléia de 1983 mostra que a preocupação social não impede, mas pelo contrário alimenta a Espiritualidade. A Opção pelos Pobres exige de nós muito esforço para superar as condições de mera sobrevivência, que oprimem o povo. Esta Opção só é verdadeira quando desenvolve aquela *força* que arrasa as montanhas da opressão. A Espiritualidade da Igreja em Nova Iguaçu, que "tem um compromisso libertador", é uma Espiritualidade de SOLIDARIEDADE: *inserção* no povo pobre e sua cultura, de *caminhada* lado a lado com o povo da Baixada Fluminense, *luta* consciente, para que todos tenham "vivência plena" (Sín. 3.3). O desejo grande de todos nós é aprofundar as linhas do "rosto da Diocese", e fazer delas plenamente a nossa Espiritualidade. A Oração só sobrevive quando se desdobra nas obras de Jesus, que veio "para que todos tenham vida em abundância" (Jo 10,10).

Esta força do Espírito em nós é muito necessária, especialmente depois que procuramos e encontramos nas Comunidades a segurança da acolhida. Agora queremos desdobrar esta *acolhida* e fazer dela uma característica de nossa maneira de ser: acolhida de afeto, de dedicação, de amor sentido e reconhecido pelo povo dos que são os preferidos de Deus. Para isto, temos que ter a coragem de abrir nossas Comunidades, em espírito Missionário, aos que rodeiam nossas Igrejas, nossas casas, e não têm condições de vida digna, mas procuram apoio e consolo.

É um passo à frente na nossa Espiritualidade. Ela se alimentará da experiência de Deus nas relações pessoais de acolhida e maior integração. Mais que isto Ela crescerá na nossa abertura Missionária, porque Deus se manifesta na luta do povo que procura a vida. Sua firmeza está na leitura constante da Bíblia, nos momentos de Oração pessoal e Litúrgica, nas visitas a nossos irmãos, quer sejam freqüentadores de nossas Igrejas, quer não o sejam.

✺ Nesta FORMAÇÃO, na ABERTURA MISSIONÁRIA e na ESPIRITUALIDADE de Jesus encontraremos a maneira de estar mais atentos às nossas famílias, de enfrentar tanto o desafio ecumênico dos que procuram outras formas de cristianismo, quanto a necessidade de utilizarmos os Meios de Comunicação, para levarmos adiante a Mensagem de Jesus. Aí estão também as perspectivas de resolver os conflitos que surgem dentro das nossas estruturas de Igreja, em que nem sempre os Leigos são valorizados pelo Clero, nem aceitos pelos próprios Leigos, e em que a renovação parece monopólio de alguns, enquanto outros se jogam na atividade.

AS TRES DIRETIVAS SÃO DE TODOS E PARA TODOS.

1.) A Diocese de Nova Iguaçu deve assumir estas três diretivas para os anos de 1995-1996 ?
   * Quem não estiver de acordo, pode propor outra linha, ou outras linhas, fazendo uma justificação.
2.) Estas três linhas correspondem às ansiedades de todos os grupos eclesiais representados por nós?
   * Quem não estiver de acordo quanto ao sentido das linhas, pode apresentar proposta de modificação.
3.) A partir destas linhas, quais são as atividades Diocesanas nas quais elas podem se concretizar?
   (Estas atividades devem ser propostas segundo os três níveis de freqüência à Igreja).

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
CX POSTAL: 77285
26.001 - NOVA IGUAÇU
TEL: (021) 767.7943
FAX: (021) 767.2887

KATHOLISCHE ZENTRALSTELLE
POSTFACH 1450. D.52015 - AACHEN

Nova Iguaçu, 25. 07.96

Projeto N^0 233-148/64 GZG 917
Programa intensivo para a formação de lideranças nas CEBS de Nova Iguaçu.

Prezados Senhores,

Encaminhamos o **Relatório e o Parecer de Auditoria** do Sr Nelson de Almeida Costa referente ao período de janeiro a junho 96.

Em data de 28.03.96 enviamos o **Relatório das atividades do período de janeiro a março 96.**

Agora apresentamos o **Relatório das atividades do período de abril a junho 96:**

1 - A Equipe de Coordenação Geral do Projeto se reuniu regularmente tomando as decisões cabíveis de acordo com o cronograma.
2 - Preparamos e enviamos uma Carta a todos os Responsáveis dos Centros Comunitários, Comissões Diocesanas, Movimentos e Entidades comunicando oficialmente as datas e os lugares dos Cursos no período de julho a dezembro, como também os critérios de escolha dos candidatos.
3 - Preparamos e enviamos aos acima citados Responsáveis as fichas de inscrição dos candidatos aos Cursos, responsabilizando, pela escolha, as próprias Comunidades e Movimentos.
4 - Diante da procura decidimos ampliar o número dos inscritos de 180 a 220.
5 - Decidimos que a assessoria deveria ser a mesma nos três locais para cada tema.
6 - Os Cursos se basearão sobre o método "Ver, Julgar e Agir".
7 - O Primeiro Encontro terá um caráter de introdução global (criar dinâmicas de formação de grupos) objetivo geral do 1^0 Encontro: conhecer-se e conhecer o grupo (entrosamento).
8 - O 1^0 Módulo a ser trabalhado no semestre/96 será Sociologia. (Partir da realidade local baixada Fluminense): quem somos? com quem vivemos? (VER1)
O 2^0 Módulo será Política: que é a sociedade em que vivemos? (VER2)
O 3^0 Módulo será Antropologia: quem é o ser humano? Como "deviamos"ser, quem somos? (JULGAR)
O 4^0 Módulo será Pastoral: e agora? como re-agir como cristãos neste mundo? como intervir? (AGIR).
As etapas não são isoladas entre si: todo " ver "tem si algo de " julgar ", e se faz no contexto de uma prática, com certas propostas de " agir "e vice-versa. Assim os módulos são entrelaçados, seja no conteúdo, seja na metodologia pedagógica, seja na intenção formativa.
Os Seminários terão caráter de "plenária" quanto às decisões do grupo de participantes a respeito de normas internas do curso, e caráter integrativo quanto à pedagogia. Deverão criar espaço e condições para o encontro entre todos os cursistas, intercâmbio de experiências, crítica recíproca e articulação de outras atividades comuns.

Pedido de autorização: Agradecemos a resposta ao nosso pedido de autorização para compra de equipamentos para o Projeto. Diante de vossas ponderações decidimos não levar adiante a proposta pois surgiu a possibilidade de utilizar o computador e a impressora da Cáritas Diocesana, comprados neste mês de julho graças a uma doação de uma Diocese Italiana. Quanto aos outros equipamentos acatamos a sugestão de alugá-los de acordo com a necessidade, aguardando outra oportunidade.

Solicitação de pagamento: Os gasto no 1^0 semestre foram mínimos, no 2^0 porém devem ser altos devido ao início dos cursos. No entanto só depois dos primeiros encontros teremos condição de fazer uma previsão aproximada, de maneira que decidimos fazer a solicitação juntamente com o relatório do trimestre julho-setembro.

Atenciosamente.

Pela Equipe Coordenadora
Pe Matteo Vivalda

Anexo: **Relatório e Parecer do Auditor**
Cópia da Carta aos Responsáveis dos Centros e dos Movimentos
Ficha de Inscrição
Pauta do 1^0 Encontro

ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA - CPT/RJ - MARÇO/97

PROGRAMAÇÃO:

QUINTA-FEIRA (20/03)
17:00H - *Acolhida*
19:00H - *Celebração*
20:00H - *Jantar*
21:00H - *Apresentação dos participantes*

SEXTA-FEIRA (21/03)
7:00H - *Café*
8:00H - • *Apresentação dos participantes*
• *Objetivo da assembléia*
• *Apresentação da pauta*
• *Critérios de participação*
9:00H - *Análise da conjuntura agrícola e agrária*
10:00H - *Cafezinho*
12:00H - *Almoço*
14:00H - • *Retorno*
• *Análise da conjuntura (CPT E ECLESIAL)*
16:00H - *Cafezinho*
16:20H - *Processo de transição*
18:00H - *Tempo livre*
19:00H - *Jantar*
20:00H - *Festa*

SÁBADO (22/03)
7:30H - *Café*
8:30H - • *Animação/Oração*
• *Proposta de trabalho:*
- *Composição;*
- *Áreas de atuação.*
10:30H - *Cafezinho*
12:30H - *Almoço*
• *Encaminhamentos e votação da proposta*
14:00H - *Retorno*
18:00H - *Encerramento*

PROGRAMAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES PARA 1995

Todas as atividades dos Clubes são dinamizadas pelo objetivo próprio dos Clubes: atingir e promover as mulheres do povo da Baixada que ainda estão por fora de grupos existentes, numa perspectiva ao mesmo tempo missionário, ecumênico e social.

+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+

1. Encontros da Equipe responsável: cada 1ª sexta feira do mês.

2. Dias de formação para os Clubes em geral: cada última quinta feira do mês.

   Três destes dias são retiro: 25.05, 27.07 e 28.09.
   Os outros dias são relativos à educação, saúde, atividades sociais, cidadania.

3. Encontros gerais dos Clubes:
   - 08 de março, dia Internacional da Mulher e, este ano, também 25º aniversário dos Clubes de Mães na Diocese de Nova Iguaçu.
   - 30 de novembro: Assembléia conclusiva do ano de 1995.
   - 11 de maio e 7 de dezembro: Festas-Feiras (Feirinhas).

+=+

Os Clubes locais funcionam a razão de um encontro por semana, com atividades internas educativas, promocionais e artesanais com frequentes reflexões sobre a vida.

* Os Clubes assumem contato nos bairros com mulheres isoladas ou marginalizadas.
* Os Clubes promovem 'Grupos de Sobrevivência' e pequenas cooperativas como as de confecção de pão, macarrão, roupas; alimentação alternativa, remédios naturais e agem na reciclágem de lixo.
* Os Clubes também promovem grupos de idosos, alfabetização de adultos e dão apoio ao MAC (Movimento de Adolescentes e Crianças).

Os Clubes de Mães são organizadas em sete setores.

Além da programação acima (geral), cada setor tem seu calendário de atividades próprias como Inter-Clubes (encontros de um grupo de Clubes mais vizinhos), dias de formação, contatos com a Comunidade e outros movimentos.

A programação de um setor é comunicada aos demais setores para permitir participação e troca de experiências.

17

\proj-def

PROJETO FORMAÇÃO SOCIAL

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU / 1995-1997

REDAÇÃO DEFINITIVA - 01-05-95

1 - JUSTIFICATIVA

1.1 - O Documento final do Primeiro Sínodo Diocesano publicado no dia 16 de abril de 1992 assim descreve a realidade do povo da Baixada fluminense:

"Podemos dizer que nosso povo vive uma realidade:

1) de marginalização crescente
2) de empobrecimento
3) de desvalorização da qualidade de vida e
4) de destruição dos valores humanos, ficando-lhe como "tábua de salvação": corrupção, marginalidade, sonhos, misticismo e fuga para as seitas.

Como luz nas trevas, continua brilhando sua criatividade, seu espírito de luta e vontade de sobreviver, seu espírito de partilha nas coisas cotidianas, sua esperança de dias melhores."

1.2 - A Diocese de Nova Iguaçu, fiel á missão de ser "sal", "luz" e "fermento", sempre procurou desenvolver em sua pastoral "um compromisso libertador enraizado na teologia bíblica, nos documentos da Igreja e na reflexão dos teólogos. Mas na prática ela ainda não conseguiu definir uma "estratégia" libertadora: também lhe falta uma análise mais profunda do contexto social".

Depois desta constatação, o documento final do 1° Sínodo Diocesano afirma que as Comunidades Eclesiais de Base que formam a Diocese de Nova Iguaçu "para serem fator de mudança social e contribuirem para a construção do Reino de Deus, as CEBs não podem cair na armadilha de formar guetos superconscientes. Antes precisam difundir, a partir da fé, uma consciência social em níveis diferentes para alcançar a massa. Esta consciência, qualquer que seja o grau, deve ter sua raiz na Fé explicitamente vivida em Comunidade."

1.3 - A elaboração de um Projeto de Formação Social se insere como continuidade natural e coerente com toda a atuação da Diocese. Com ele se quer contribuir para a ação do cristão como agente de transformação social. O Projeto visa criar uma estratégia que venha "difundir, a partir da fé, uma consciência social em níveis diferentes para alcançar a massa." Esta estratégia se baseia numa ampla reflexão sobre a realidade, sobre a Fé, sobre a história, sobre a doutrina social da igreja, e sobre as ciências sociais. Toda ação precisa de metodologia, de avaliação e de organização, que dependem de instrumentos culturais e técnicos que a Diocese pretende garantir aos leigos através deste projeto.

A Diocese já elaborou e realizou três "Projetões", que cobriram suas atividades respectivamente de 1980 a 83, de 1984 a 88 e de 1985 em diante. A partir desta riquíssima experiência, ela sente a necessidade de ampliar o número de cristãos conscientes que atuem nas comunidades, de intensificar a qualidade do espírito pastoral dos que já atuam, e de acompanhar com eficácia e clareza os que, em meio às atividades, necessitam apoio e por vezes aprofundamento das questões surgidas no trabalho.

2 - ENTIDADE RESPONSÁVEL

2.1 - O Projeto de Formação social estará vinculado à Diocese de Nova Iguaçu, que o elaborou e se incumbirá da orientação doutrinal e e pedagógica, assim como da supervisão do programa.

2.2 - Para o desenvolvimento das atividades do Projeto será constituída uma COMISSÃO DO PROJETO SOCIAL reconhecida pelo Bispo Diocesano, a qual se articulará com a Comissão de Pastoral Social e se reunirá semanalmente para deliberar e encaminhar os passos da realização do projeto.

2.3 - Na execução dos levantamentos previstos, a COMISSÃO recorrerá aos serviços técnicos de entidades que já prestaram serviços deste tipo, e portanto já são conhecidas da Diocese e dos financiadores, como também são de confiável capacidade especifica: CEDAC, CERIS, IBASE e outras.

3 - OBJETIVO GERAL DO PROJETO

3.1 - O recrudescimento e a institucionalização da violência e da corrupção ocorridos especialmente nos últimos quatro anos, condicionados pelo empobrecimento resultante do modelo econômico excludente em vigor no país, colocam no centro da atenção educativo popular a exigência dos Direitos de Cidadania, desde a fome pura e simples até formas organizadas de resistência à exclusão, de fazer-se valer e reconhecer como membro da comunidade. As necessidades concretas deste desafio global só podem ser conhecidas e respondidas após um levantamento das questões e enfrentamento das situações.

3.2 - Dentro deste contexto, a estratégia da Diocese já tem diretivas definidas na prática de duas décadas e meia:

a) sensibilizar os cristãos para que sejam fermento na massa e descubram seu compromisso e seu jeito de ajudar na construção de uma sociedade mais justa.

b) formar leigos para que possam ter condição de participar ativamente e liderar, de forma coerente com os princípios cristãos, as atividades sócio-políticas nas quais atuam ou venham a atuar.

c) aprimorar a formação dos leigos que já estão militando, para que sejam capazes de perceber as urgências populares do momento e formular, a partir do quotidiano, respostas coerentes e eficazes.

d) criar condições de troca de experiências, avaliação, aprofundamento permanente e acompanhamento dos militantes.

e) estabelecer bases sólidas para uma estrutura estável de formação e acompanhamento de militantes e lideranças.

3.3 - Para responder ao desafio da cidadania, realizando a estratégia em desenvolvimento, o Projeto de Formação Social visa estimular nos agentes sociais a consciência dos Direitos do povo e reforçar participação efetiva na transformação social à luz dos Direitos Fundamentais da pessoa humana e da Fé. Isto só pode acontecer através de atividades que transformem a realidade local, criando experiências de exercício da cidadania e respeito à pessoa na comunidade.

Para se alcançar o Objetivo Geral do Projeto e responder satisfatoriamente às necessidades é preciso, portanto, sensibilizar e motivar as Comunidades, preparar pessoas com capacidade de se engajar ativamente nas estruturas sociais e políticas e oferecer a estas pessoas condições para avaliar, confrontar e aprofundar suas experiências. Para dar continuidade e solidez aos Objetivos e às respostas, será necessário, a longo prazo, criar uma ESCOLA de formação inicial, aprofundada e permanente de lideranças cristãs.

4 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

4.1 - Dentro dos limites impostos pelas características do financiamento, o projeto tem como objetivos específicos:

a) Aperfeiçoar cristãos que já militam nos Movimentos Populares, nos partidos políticos, nos sindicatos e nos serviços sociais da Igreja (CPT, PO, Creches, Pastoral do Menor e outras atividades) para uma atuação mais incisiva e capaz de responder aos desafios novos.

b) Propiciar aos militantes oportunidades de perseverar no engajamento, alimentar sua fé, confrontar suas experiências, aprofundar os conhecimentos necessários para enfrentar as situações novas.

4.2 - Meta específica do projeto é o aperfeiçoamento dos cristãos, membros de comunidades, que já exercem atividades de militância e liderança.

4.3 - A execução dos cursos e das atividades projetadas supõe um levantamento das lideranças que podem participar e dos interesses específicos de Cada Comunidade. Em base a este levantamento deverão ser projetadas formas de como acompanhar as lideranças formadas ou aperfeiçoadas, com a colaboração dos participantes e da equipe responsável.

4.4 - Periodicamente será feita avaliação do conteúdo dos cursos e das possibilidades de cada participante aprimorar sua formação em vista de engajamentos específicos. Para que o projeto atinja o maior número possível de pessoas será necessário criar meios de divulgação das experiências e dos resultados.

4.5 - A formação de agentes sociais não pode ser apenas teórica, mas deve incluir atuação concreta e localizada. Os cursos deverão seguir uma metodologia participativa, que inclua as três etapas de "Ver, Julgar, Agir". A linguagem deve ser acessível e contar com o apoio dos subsídios técnicos necessários.

4.6 - Os cursos de formação devem atingir lideranças de todas as Comunidades. A Construção de uma sociedade mais justa precisa de lideranças cristãs engajadas em muitos setores. A conjuntura atual da sociedade e a situação do povo nos leva no entanto a privilegiar alguns setores:

- Educação
- Saúde
- Partidos Políticos
- Movimentos Populares.

Parece importante também privilegiar a formação de líderes comunitários que tenham capacidade para animar os serviços sociais da Igreja e orientar a ação das próprias comunidades em seu compromisso diante da sociedade.

5 - OS PROGRAMAS DOS CURSOS

5.1 - A experiência dos "Projetões" da Diocese de Nova Iguaçu mostra que a formação de agentes sociais e seu acompanhamento nas atividades de militância ultrapassa muito as possibilidades de um programa de cursos.

A organização de cursos torna possível entretanto formar equipes diversas, estabelecer metas e avaliar sua realização, assim como criar uma base estável e definida para as outras iniciativas que se vão tornando necessárias.

Os cursos terão as diversas formas sugeridas pela qualificação dos agentes e as necessidades do público destinatário: palestras, debates, seminários, painéis, atividades de grupo, oficinas e dinâmicas, treinamento... etc.

A elaboração dos "Programas" continua, dentro do atual projeto, a caminhada dos "Projetões" anteriores da Diocese. Tais Programas deverão ser minuciosamente discutidos pelas equipes e pelos Agentes que se encarregarão de realizá-los. Por isto têm, no estágio da elaboração do Projeto, a concreticidade que vem da experiência consolidada, mas deverão ter a maleabilidade e abertura exigidas pelas transformações sociais, principalmente as que resultarem dos próprios esforços de formação da Diocese.

5.2 - Dentro dos objetivos gerais e específicos do Projeto, os Programas têm o objetivo de estimular e aprimorar em cristãos atuantes nas comunidades a capacidade de:

a) terem atuação nas suas bases, ocasionando pequenas mudanças de atitudes pessoais e coletivas que tornem concreto o exercício de direitos e da dignidade humana,

b) assumirem responsabilidades de liderança na Comunidade e na Sociedade Civil, tais como direção de organizações populares e candidatura para cargos políticos.

c) multiplicarem na base os »cursos« de que tiverem participado, ou propor e concretizar a realização de outras iniciativas de formação.

5.3 - Os cursos se realizarão tendo em vista a formação de uma «Escola de Lideranças», que deverá oferecer às Pastorais e Organizações populares, espaço e instrumentos adequados para a sua atividade de formação, sem prejuízo de sua legítima autonomia e especificidade.

5.4 - A avaliação do projeto será concentrada nos seguintes itens

a) Capacidade de analisar os acontecimentos e a conjuntura, em base a conhecimentos específicos de conteúdo e metodologia.

b) Apredizagem de novos comportamentos e métodos de liderança comunitária. Capacidade de analisar criticamente a própria atividade de liderança.

c) Conhecimento específico da estrutura sindical, política e social, assim como do grau de participação dos membros da própria comunidade.

d) Capacidade de multiplicar "nas bases" os cursos frequentados, assim como de propor e concretizar a realização de outras iniciativas de formação.

e) Questões específicas da avaliação de cada curso, de acôrdo com o programa elaborado pela Comissão e executado pelos Coordenadores de Curso.

6 - OS PROGRAMAS REGIONAIS

6.1 - O "projeto social" oferecerá em nível regional cursos sistemáticos de aperfeiçoamento e assessoria. Para esta finalidade, as sete Regiões Pastorais serão agrupadas em três setores, segundo os critérios de proximidade, conveniência, facilidade de acesso a um Centro comum.

O curso de nível regional será oferecido a 2 participantes de cada Comunidade, num teto de 60 participantes por Curso, e compreenderá a realização de cursos sistemáticos com a duração de dois anos, entremeados de 10 Seminários ou Painéis para debate de temas especificados ao longo dos cursos.

6.2 - Os cursos se distribuirão por módulos, abrangendo cada módulo 60 horas de atividades formativas. No primeiro ano serão ministradas 30 horas e no segundo mais 30.

- Os módulos são:

a) ***Antropologia***: Temas que aprofundem o conhecimento da *pessoa humana* e a sensibilidade por seus problemas: Segurança social, Identidade, questões de alimentação, saúde, habitação e transporte. História do trabalho humano e sua evolução, Ética nas relações entre as pessoas: dinâmicas de grupo, enfrentamento de conflitos pessoais.

b) ***Sociologia***: Temas que aprofundem o conhecimento teórico e prático da *Sociedade*: organização de grupos, conhecimento da Estrutura da Sociedade e capacidade de analisar seus momentos conjunturais, planejamento de atividades sociais. Questões jurídicas: pequenos requerimentos, regimentos internos e estatutos de organizações populares, gerenciamento e acompanhamento de unidades alternativas de produção: artesanato, oficinas de serviço, mutirões, etc.

c) ***Política***: Temas ao redor da organização social e do *exercício do poder*. Ideologia, visão Latino-americana da realidade, história e papel das organizações populares, legislação, especialmente em nível municipal, metodologia do trabalho popular, negociação com os poderes e participação popular na Administração: Conselhos populares de saúde, habitação, transporte, saneamento, e infra-estrutura urbana. História a partir do povo, ética nas relações de poder.

d) ***Pastoral***: Temas ao redor das relações entre *Sociedade e Fé*. Dinâmicas de grupo, Fé e Política no mundo atual como no ambiente bíblico. O papel social das várias Pastorais e as relações entre elas, dentro de uma concepção de conjunto.

6.3 - Os módulos são específicos, mas não estanques. Será possível a discussão de um mesmo tema dentro de dois ou mais módulos, sob vários aspectos. Os Seminários e Painéis de aprofundamento terão o papel de complementar os módulos, fazer a ligação entre os vários aspectos, e ensaiar maneiras de concretizar o Nível de Acompanhamento das lideranças.

O Curso sistemático terá um Coordenador do Programa mais um Coordenador em cada um dos três Setores regionais.

7 - AVALIAÇÃO DOS CURSOS E ACOMPANHAMENTO DOS AGENTES SOCIAIS

7.1 - Dado que o Objetivo do projeto é o aperfeiçoamento de agentes sociais já em atividade, e não uma formação teórica ou acadêmica, a avaliação de cada curso terá como objetivo criar entre os participantes as relações necessárias à continuidade da Formação inicial ou sistemática. Estas novas relações supõem intervenções na realidade local e modificações específicas.

7.2 - A escolha dos participantes será feita através do envolvimento das Comunidades. Em cada "turma" haverá pessoas de preparação e capacidade bastante diversificada, o que levará os Coordenadores de área a envolver as Comunidades no acompanhamento dos participantes de cada curso.

7.3 - Este envolvimento, na escolha como no acompanhamento, colocará os Coordenadores em contacto com as lideranças das Comunidades. Estas terão assim a oportunidade de dialogar com os agentes do curso - professores, assessores, coordenadores, participantes - a respeito de suas ansiedades, interrogações e experiências.

7.4 - A realização de Seminários e Painéis oferecerá um primeiro modelo de acompanhamento, e criará o espaço para a proposta de maneiras mais concretas. O temário de cada Seminário e Painel será indicado pelas avaliações e levantamentos realizados ao longo dos cursos. Terão como diretriz indicativa os módulos e as áreas de interesses dos programas.

7.5 - Os Coordenadores de curso deverão propor aos participantes a realização de "exercícios" a serem feitos entre as várias etapas: levantamentos comunitários, pequenas atividades de formação, acompanhamento e avaliação de atividades de militância e outros. A realização destes exercícios constituirá ponto específico de avaliação do curso.

7.6 - A criação da «Escola» visa a criação de um espaço e de um grupo de pessoas a quem as lideranças possam recorrer, e com cujo apoio os Agentes de Formação das diferentes organizações possam procurar de iniciativa própria os líderes Comunitários. Ela será possível na medida em que tiverem resultado positivo os cursos de formação local e regional.

7.7 - Aos líderes sociais já atuantes, será oferecida uma série de 3 seminários de uma semana sobre temas específicos, definidos a partir das necessidades e dos interesses manifestados pelos participantes.

8 - **ORÇAMENTO:**

8.1: CURSOS REGIONAIS: 3 SETORES REGIONAIS - EQUIPES SETORIAIS - 2 ANOS
2 PARTICIPANTES p/COM - máx. 60 - 10 SEMINÁRIOS OU PAINÉIS.

1° - Custo de Pessoal: Ordenado Mensal + Encargos sociais por três anos		
1 Coordenador do Programa	US$ 500 + 150	US$ 25.350,00
3 Coordenadores de Regiões	US$ 300 + 90	US$ 45.630,00
2° - Custo de módulos e Seminários:		
4 módulos de por regiões: 12 X 60 horas/módulo.		
- participantes: 60 pessoas por setor = 180		
Custo de alimentação e transporte		US$ 70.000,00
Seminários específicos: 10 para 180 pessoas - Duração: 1 dia (3 horas)		
Custo alimentação e Transporte		US$ 25.000,00
Pró-labore para assessores eventuais (10 pessoas)		US$ 25.000,00
3° - Custo de material didático, pedagógico: elaboração e reprodução de subsídios.		US$ 20.000,00
SUB-TOTAL 1		**US$ 210.980,00**

8.2 - **AVALIAÇÃO E COMPANHAMENTO DOS AGENTES SOCIAIS:** Seminários e painéis "ocasionais".

1º - Custo de Sessões de Estudos e Seminários: 30 participantes		
3 Sessões de 1 semana para cada sessão (alimentação + local)		US$ 20.000,00
9 Seminários de 2 dias (alimentação)		US$ 6.000,00
Custo de transporte		US$ 5.000,00
Assessoria - Conferencistas		US$ 10.000,00
Material didático		US$ 9.000,00
SUB-TOTAL 2		**US$ 50.000,00**

8.3 - **DESPESAS GERAIS DO PROJETO**	**- CUSTO DE PESSOAL**	
	- 1 Coordenador geral do Projeto (Ordenado + Encargos sociais)	US$ 25.350,00
	- Custo de administração e Secretariado	US$ 30.000,00
	Imprevistos	US$ 50.000,00
	SUB-TOTAL 3	**US$ 105.350,00**

8.4 - **TOTALIZAÇÃO**:	SUB-TOTAL 1	US$ 210.980,00
	SUB-TOTAL 2	US$ 50.000,00
	SUB-TOTAL 3	US$ 105.350,00
T O T A L G E R A L		**US$ 366.330,00**

9 - Para orientar a Administração global do projeto a «COMISSÃO do PROJETO SOCIAL» elaborará um REGIMENTO INTERNO, em que serão regulamentadas as questões concretas, e se proporão os critérios de solução dos casos omissos.

Nova Iguaçu, 1º de Maio de 1995 .

23

PROJETO DE FORMAÇÃO SOCIAL

Nova Iguaçu - Preparação da reunião da Equipe do Projeto - Catedral - Presentes: Matteo V., L. Bruno, Agostinho, Rogério, Paulo Machado.

1. Para pedir a verba, será necessário devolver assinado o formulário: o acordo geral, o acordo específico e a solicitação: assina Mateus como Coordenador Geral, e a Equipe como Coordenação. O tempo do projeto começa a correr a partir da data de chegada do dinheiro. O projeto foi aprovado para três anos.
2. Antes de assinar temos que ter claras algumas coisas:

   a) Elencar as tarefas a serem cumpridas como preparação, de tal modo que o projeto comece a ser realizado prontamente: o que deve ser feito (programa), quem o fará (organograma - responsáveis), quando (cronograma - calendário) e em que modalidades (remuneração, instrumentos).

   b) Organizar a seleção dos participantes: critérios e nomes. A divisão diocesana de regiões não pode ser considerada como base, mesmo que tenha sido nomeada no projeto para fins de praticidade. Temos que criar outro critério e justificá-lo

   c) Esclarecer a questão dos seminários, quantos serão, destinados a que público, quando se realizarão. O Projeto como está é indeterminado, e o acordo específico não é claro. Há certamente seminários em dois níveis, o primeiro nível, dos seminários a se realizarem dentro dos cursos, e o segundo, dos seminários de acompanhamento de lideranças já em exercício. Além disto, a 'duração' dos seminários pode variar, acarretando modificação no número de seminários. Um seminário de uma semana equivale a dois seminários de três dias, ou a seis de um dia...

   d) As questões a se esclarecerem antes da assinatura são: 1. Questão da duração e número dos seminários 2. Estrutura e planejamento das pesquisas e do processo de preparação dos cursos. 3. Definição dos critérios e dos indicadores para a avaliação dos cursos. 4. Definição de questões administrativas: contador para a prestação de contas, administrador geral do projeto. 5. Quadro de serviços de infra-estrutura e perfil de funcionários para executá-los.
3. SEMINÁRIOS: O Projeto está previsto para três anos. Podemos prever um semestre de preparação, dois anos de duração dos cursos e um semestre de execução dos seminários do segundo nível [para lideranças já em exercício, não necessariamente participantes do curso]. Estes seminários poderão ser definidos no decurso dos dois anos, e a realização dos que forem deixados para o último semestre estará condicionada à verba existente.
4. PLANEJAMENTO DA PREPARAÇÃO: Está prevista a elaboração de um Regimento Interno do Projeto, para orientar a Equipe de Coordenação. Este projeto não precisa ser enviado à MISEREOR, por ser questão interna. D. Werner deverá estar ciente dele, como de tudo o que se faz no âmbito do projeto. O Coordenador Geral, perante a MISEREOR, é quem assina os documentos. A Coordenação Geral será exercida colegialmente pela Equipe Coordenadora, composta dos quatro que assinaram o projeto enviado e aprovado. Esta equipe é chamada também «comissão do pojeto», e se reunirá periodicamente, pelo menos uma vez por semana, segundo as necessidades percebidas pelos quatro coordenadores, especialmente o Geral, para levantar, programar, organizar e fazer executar as tarefas correntes ou extraordinárias e administrar o projeto.
5. CRITÉRIOS E INDICADORES DE AVALIAÇÃO DO PROJETO:

   a) Para avaliação do aproveitamento dos participantes dos cursos (interlocutores) podemos prever »provas« teóricas de avaliação dos conhecimentos e da capacidade de análise e elaboração de reflexões. As modalidades dependerão dos encarregados de cada curso. Podemos prever também »provas« práticas que avaliem *de quais* atividades o cursista participava antes de freqüentar o curso, e *em que nível* ou posição (liderança, execução de tarefas, colaborador ocasional...), de quais tarefas e *como* participa depois do curso.

   b) A avaliação ***do projeto*** deverá considerar além disto que atividades havia nas comunidades das quais há participantes no curso, e que atividades se realizam durante o curso e depois dele. Além disto, os encarregados dos cursos estabelecerão, junto com os participantes e de entendimento com a Coordenação, outros indicadores para avaliar o aproveitamento dos participantes e o grau de sucesso do Projeto.
6. AS QUESTÕES ADMINISTRATIVAS E DE FUNDO Deverão ser definidas pela Coordenação, na elaboração do Regimento Interno. Teremos que "convidar" para o projeto, ou "envolver" na sua realização, cinco níveis de pessoas:

   1. Colaboradores diretos da Coordenação Geral, que conosco possam conduzir, administrar e fazer executar o projeto, mas também definir as linhas mestras, dentro do espírito do Projeto como atividade diocesana, pastoral: Renato Chiera, Medoro, Piaia...

   2. Assessores da Coordenação, que possam ser convidados periódica ou esporadicamente para refletir, aprofundar, avaliar o andamento do Projeto: Marcelo, Parreira, Hugo Paiva, Marcos Arruda...

   3. Integradores, que colaborem com a Coordenação na elaboração de critérios, escolha de pessoas, envolvimento de pessoas, grupos ou setores da Diocese e da Sociedade, e mantenham no Projeto a perspectiva da base: Paulo Machado, Fátima Meneses, Cátia Cristina, Cássia, Dalva, Ir. Rosa, Clara, Cláudio, Davenir...

   4. Responsáveis diretos pela execução imediata das tarefas pedagógicas [encarregados dos cursos], ou burocráticas, de articulação, de comunicação [telefonemas, datilografia, atendimento, arquivamento, encaminhamentos]. Uma pessoa responsável pela secretaria e logo que necessário uma pessoa para digitação. Possivelmente outros funcionários.

   5. Interlocutores, que participem dos cursos e seminários. Não pretendemos "abrir" inscrições e esperar quem se interessar, mas procurar e convidar pessoas que pertençam a alguma comunidade, dela participem, e exerçam dentro ou fora da Comunidade algum tipo de liderança nos "setores" da saúde, educação, Movimentos populares ou sindicais, Política.

1. **Seminários**: ainda teremos que definir o número dos seminários, dentro do orçamento.
* 10 nos dois anos de realização, a 5 por ano, reunindo os cursistas das tres regiões, para revisão, intercomunicação e planejamento.
* 12 Seminários, sendo 3 seminários por 4 módulos: quem são os interlocutores?
ou: (v 8.2) "3 sessões" e "9 seminários" - são os seminários e painéis "ocasionais" previstos para o 3º nível.
Objetivos de tais seminários são articular as lideranças atuantes entre si e com os iniciantes, aproveitando sua experiência.
2. **Objetivos** do Projeto são: (ver, no projeto, os itens 3 e 4)
Aproveitar os centros sociais existentes (300)
Formar lideranças iniciantes
Assistir lideranças já atuantes e experimentadas, que pediram a realização de cursos
Estabilizar um processo de formação permanente.
Evitar hiper-aperfeiçoamento de alguns sem sensibilização de novas lideranças
Estabelecer um processo de comunicar e receber novas iniciativas entre as comunidades e os participantes de cursos
O acompanhamento de "3º nível" (15 a 20 pessoas) é permanente, mas ainda não sistemático. No andamento poderemos definir os programas. Mas podemos ter uma proposta a ser discutida com eles. Para que eles se aperfeiçoem e acompanhem o trabalho dos outros, intermédios e base. O que acontece no 2º nível é objeto de aprofundamento e reflexão do 3º nível, também para re-alimentar os projetos e planos de continuação. O 3º nível são os "integradores"e "interlocutores" de alto nível: o clero, os responsáveis pelos organismos, as lideranças.
* Quem são os sujeitos do Projeto? ver tipos e níveis de pessoas a serem convidadas (Samuca, Maria José, Luis da PO)
3. Dados para a **redação da carta** à Misereor, solicitando a primeira quota.:
a) Programação do primeiro momento do projeto
b) O Projeto está sob a responsabilidade da Coordenação Geral
c) Indicadores para a avaliação do curso e do Projeto.
4. **Chegado o Dinheiro:**
4.1. Seminario de Instauração:
a) convites ao 3º nível
b) apresentação definida do Projeto
c) discussão da concepção fundamental
d) planejamendo do curso
e) planejamento das pesquisas de temas "geradores"
f) planejamento do convitge às comunidades

4.2. 2º Seminário, ao fim do semestre introdutório:
a) apresentar o resultado das pesquisas
b) articular os programas
c) fechar os encaminhamentos

* Entre os dois: coleta dos questionários de tema, para elaboração dos programas

5. **Indicadores**: a questão é definir o métododе planejamento. Formular indicadores de avaliação imediata: dos cursistas, do projeto, no impacto na Comunidade e na Diocese. Um método aponta dois tipos, baseado nas questões : Como resolver problemas - como aproveitar ocasiões. Temos que distinguir: Indicadores comprováveis - fontes de comprovação.
* Estudar o ZOPP - método de planejamento de projetos, orientado pelos objetivos. (**Z**ielorientierte **P**rojektplanung)
a) o Curriculum vitae de cada participante, elaborado logo ao início do curso. Este Curriculum será analisado no final do curso, pelo próprio cursando. *Fonte*: cursistas
b) grau de participação no curso em geral , dos colaboradores e dos cursistas. *Fontes*: os mapas de freqüência. Taxa global e de cada cursando.
c) Avaliação dos cursistas: aproveitamento de cada um - *Fonte*: "exercício" de avaliação elaborada pelo "professor".
quantidade e natureza de iniciativas do cursando - *Fonte*: informações do curriculum vitae inicial e final
quantidade e natureza do compromisso - *Fontes*: curriculum vitae inicial e final.
d) O Impacto do projeto das comunidades e na Diocese, de difícil avaliação a curto prazo, só é possível após alguns anos.
Impacto sobre a Diocese: nos centros, nas atividades, nas conquistas sociais, na caminhada dos Bairros, nos cursos: quantos cursos, quantos participantes, que conteúdos, qual a avaliação dos cursistas. *Fonte*: levantamento e testemunho das Comunidades.
e) Avanço na articulação das Pastorais Sociais. - *Fonte*: Coordenação das Pastorais Sociais
6. Nossa questão é a falta de instrumentos eficazes. "Formular os objetivos" em questões polêmicas pode levar a propostas divergentes, irreconciliáveis. Partir da formulação de problemas chama a atenção à realidade comum.
* Podemos estudar o método de planejamento orientado pelos objetivos, elaborado na Alemanha, para captar uma lógica de planejamento. Só que é diferente planejar um projeto ou planejar um curso.
8. Tirar de 3.1-2 e de 4. 1-6 os tipos de indicadores.

próxima reunião a 26/Setembro 1995, na cáritas.

Fazer pastas com: versão original do projeto, para controle, versão definitiva e oficial, texto do "acordo específico" redigido pela Misereor, as Memórias de reuniões.

Providenciar: a escolha dos participantes, tendo presente que as pessoas terão que avaliar a própria disponibilidade. O segundo seminário tem que ser mais de um mês antes do começo do curso. O convidado deverá preencher uma ficha - curriculum vitae - que deverá ser pedido mediante **motivação** sobre o sentido do documento.

\diocese\projetos\forsoc95\95-10-24

1. Que categorias sociais vamos privilegiar?
- a escolha de local não prejudica a escolha de "categorias".
- são três "locais", com freqüência de 60 pessoas: temos que começar com mais, por causa da desistência.
- um local tem que ser no centro.
- em vista dos trabalhadores, outro teria que ser na região de Paracambi, Japeri, etc...
- ou em outro local apropriado a quem quer se dedicar aos excluídos.
- Outro local teria que atender a faixa de agentes leigos, pessoal já envolvido em Fé e Política.

O projeto já prevê uma certa formação e experiência...

2. Quais podem ser os critérios de seleção ? campo - agentes - excluídos...
como evitar os "profissionais de cursos"?
- Um critério é certo: queremos gente que trabalha nas comunidades com vistas a abrir as comunidades e fazê-las crescer.
- Há uma onda de desengajamento social forte.

Há o risco de pegarmos só gente ativa no social, mas já desligada das Comunidades.
Além disto, o pessoal das comunidades será atropelado pelos políticos no ano que vem, que é eleitoral.

Gente ligada a um trabalho comunitário

3. Como oferecer conteúdos, de maneira a empolgar ? [conteúdos interessantes, método motivador]
- podemos oferecer no final um "diploma"
- os Vigários têm que ser desafiados, de maneira que haja ao menos 1 ou 2 de cada paróquia.
- Arquitetar algum tipo de seleção prévia

4. Há grupos de pessoas que podem nos ajudar na seleção
grupo de mulheres de Queimados
Grupo "Fé e Política"
Professores: Cátia
Creches
Associações de ocupações de terra
Ministros - Animadores de comunidades
Comissões Diocesanas
- Fazer seleção através de uma pesquisa de temas que já interessem as pessoas.
- ... assim, quem responde, já preenche uma ficha de inscrição.

5. Quem pode ser "secretário" do Projeto?
- tarefas burocráticas: controlar freqüência, pagamento, horário, contactos
- Problemas do quotidiano
- Percorrer os três centros
- Conhecer a concepção e ter visão global do projeto.
- Manejo de computador
- Administração de subsídios
- Acompanhar a Comissão do Projeto.
- Aplicar nesta pessoa o salário previsto para o Coordenador Geral.

Se são 5 fins de semana por ano, o trabalho dos coordenadores regionais é que concentrado nestas datas, enquanto a "secretaria geral" tem que se amarrar no dia-a-dia.

- Piaia tomará contacto com possível candidata.

6. Atribuições:

COORDENAÇÃO GERAL (Comissão do Projeto)
SECRETARIA GERAL
papel global: visão, concepção, articulação, administração
* percorrer os centros
tarefas burocráticas: manejo de computador, controle de subsídios, organização de serviços: diários, fichários, arquivos, boletins

- quantos salários oferecer...? (v. acima) - Contratar uma pessoa pelos 3 anos, com 3 salários iniciais

7. Locais: 60 horas por ano X 5 fins de semana (12 horas por vez), com possibilidade de pernoites
Centro de formação - Nosso Lar - Marapicu, Queimados ou Paracambi - Nilópolis...
Eventualmente, realizar dois cursos no Centro de Formação

8. Como agrupar as regiões - Que Párocos podem se interessar ?
Convidar Renato Chiera para a Coordenação - Conversar com os coordenadores de Regiões.

projoso

PROJETO FORMAÇÃO SOCIAL

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU / 1995-1997

PRIMEIRA REDAÇÃO - 26/07/94

1 - JUSTIFICATIVA

1.1 - Realidade sócio-econômico-política da Baixada Fluminense

O Documento final do Primeiro Sínodo Diocesano publicado no dia 16 de abril de 1992 assim descreve a realidade do povo da Baixada fluminense:

"Podemos dizer que nosso povo vive uma realidade:

1) de marginalização crescente;

2) de empobrecimento;

3) de desvalorização da qualidade de vida e

4) de destruição dos valores humanos, ficando-lhe como "tábua de salvação", corrupção, marginalidade, sonhos, misticismo e fuga para as seitas.

Como luz nas trevas, continua brilhando sua criatividade, seu espírito de luta e vontade de sobreviver, seu espírito de partilha nas coisas cotidianas, sua esperança de dias melhores."

1.2 - O compromisso cristão frente à realidade

A Diocese de Nova Iguaçu, fiel à missão de ser "sal", "luz" e "fermento", sempre procurou desenvolver em sua pastoral "um compromisso libertador enraizado na teologia bíblica, nos documentos da Igreja e na reflexão dos teólogos. Mas na prática ela ainda não conseguiu definir uma "estratégia" libertadora: também lhe falta uma análise mais profunda do contexto social".

Depois desta constatação, o documento final do 1° Sínodo Diocesano afirma que as Comunidades Eclesiais de Base que formam a Diocese de Nova Iguaçu "para serem fator de mudança social e contribuírem para a construção do Reino de Deus, as CEBs não podem cair na armadilha de formar guetos superconscientes. Antes precisam difundir, a partir da fé, uma consciência social em níveis diferentes para alcançar a massa. Esta consciência, qualquer que seja o grau, deve ter sua raiz na Fé explicitamente vivida em Comunidade."

1.3 - O Projeto de Formação Social

A elaboração de um Projeto de Formação Social se insere como continuidade natural e coerente com toda a atuação da Diocese. Com ele se quer contribuir para a ação do cristão como agente de transformação social. Esta ação será mais eficiente se baseada numa ampla reflexão sobre a realidade, sobre a Fé, sobre a história, sobre a doutrina social da igreja, e sobre as ciências econômica e políticas. Toda ação precisa de metodologia, de avaliação e de organização que dependem de instrumentos culturais e técnicos que a Diocese pretende garantir aos leigos através deste projeto.

A Diocese já elaborou e realizou três "Projetões", que cobriram suas atividades respectivamente de 1980 a 83, de 1984 a 88 e de 1985 em diante. A partir desta riquíssima experiência, ela sente a necessidade de ampliar o número de cristãos conscientes que atuem nas comunidades, de intensificar a qualidade do espírito pastoral dos que já atuam, e de acompanhar com eficácia e clareza os que, em meio às atividades, necessitam apoio e por vezes aprofundamento das questões surgidas no trabalho.

2 - ENTIDADE RESPONSÁVEL

2.1 - O Projeto de Formação social estará vinculado à Diocese de Nova Iguaçu, que o elaborou e se incumbirá da orientação doutrinal e da supervisão do programa.

2.2 - Para o desenvolvimento das atividades do Projeto será constituído um Conselho a ser presidido pelo Bispo Diocesano ou por um representante por ele escolhido.

3 - OBJETIVO GERAL DO PROJETO

3.1 - Necessidades a que queremos responder

O Projeto visa atender às necessidades que a própria atuação da Diocese fez perceber e amadurecer:

a) continuar a sensibilização dos cristãos para que sejam fermento na massa e descubram seu compromisso e seu jeito de ajudar na construção de uma sociedade mais justa.

b) aprimorar a formação dos leigos que já estão militando e formar outros, para que possam ter condição de participar ativamente e liderar de forma coerente com os princípios cristãos as atividades sócio-políticas nas quais atuam ou venham a atuar.

c) criar condições de troca de experiências, avaliação, aprofundamento permanente e acompanhamento dos militantes.

d) estabelecer bases sólidas para uma estrutura estável de formação e acompanhamento de militantes e lideranças.

3.2 - A resposta que propomos

Para responder a estas necessidades, o Projeto de Formação social visa criar no povo a consciência de cidadania e despertar para a necessidade de participar efetivamente como agente de transformação social à luz dos Direitos Fundamentais da pessoa humana e da Fé.

3.3 - Organização básica

Para se alcançar o Objetivo Geral do Projeto e responder satisfatoriamente às necessidades é preciso sensibilizar e motivar as Comunidades, preparar pessoas com capacidade de se engajar ativamente nas estruturas sociais e politicas e oferecer a estas pessoas condições para avaliar, confrontar e aprofundar suas experiências.

Portanto se exigem três NÍVEIS:

SENSIBILIZAÇÃO
CAPACITAÇÃO (*formação de militantes)
ACOMPANHAMENTO (*formação permanente)

Para dar continuidade e solidez aos Objetivos e às respostas, será necessário criar uma verdadeira ESCOLA de formação inicial, aprofundada e permanente de lideranças cristãs.

4 - 1° Nivel da formação: SENSIBILIZAÇÃO:

4.1 - Os cursos de formação em nível de sensibilização visam criar no povo que participa das CEBs a consciência de cidadania, levando-o a um maior participação democrática, a um maior conhecimento e exercicio de seus direitos e deveres e ao resgate de seus valores culturais.

4.2 - METAS

* No primeiro semestre de 1995 pretende-se

a) estruturar uma equipe de professores e instrutores.

b) fazer um levantamento junto às Comunidades e Pastorais sobre os conteúdos e as modalidades dos cursos.

c) capacitar a equipe para ministrar os cursos e preparar os subsidios necessários.

* No segundo semestre de 1995 e nos dois anos seguintes administrar os cursos.
* Em todo o periodo:

avaliar periodicamente o conteúdo dos cursos e as possibilidades de cada participante de aprimorar sua formação em vista de engajamentos especificos.

criar meios de divulgação para que o maior número possivel de pessoas possa ser atingido pelo trabalho de sensibilização.

4.3 - MÉTODO:

- A formação não deve ser apenas teórica, mas incluir atuação concreta.
- Deve ser adotado o método: Ver, Julgar, Agir.
- A linguagem deve ser acessível e contar com o apoio dos subsidios técnicos necessários.

4.4 - SETORES A SEREM PRIVILEGIADOS

- Os cursos de formação devem atingir todas as Comunidades, com particular atenção aos Jovens, às Mulheres, aos desempregados, aos negros e aos analfabetas.

5 - 2° Nivel: CAPACITAÇÃO (Formação de Militantes).

5.1 - Existem cristãos que já militam nos Movimentos Populares, nos partidos politicos, nos sindicatos e nos serviços socias da Igreja (CPT, P.O., Creches, Pastoral do Menor e outras atividades). Estes cristãos precisam se capacitar para uma atuação mais incisiva e capaz de responder aos novos desafios.

5.2 - METAS

- Em 1995

a) Estruturação de uma equipe com capacidade para coordenar os vários aspectos necessários para a formação de militantes, não apenas no que diz respeito ao conteúdo, mas também à metodologia.

b) Realização de uma pesquisa junto aos militantes para levantar as exigências quanto ao conteúdo, à metodologia e à organização da formação.

c) Sistematização dos resultados da pesquisa e elaboração de um curso sistemático de formação.

d) Capacitar a equipe que irá administrar este curso.

- Em 1996 e 1997:

Realização dos cursos sistemáticos e avaliação periódica dos mesmos e de seus participantes.

5.3 - SETORES A SEREM PRIVILEGIADOS

A Construção de uma sociedade mais justa precisa de lideranças cristãs engajadas em muitos setores. A conjuntura atual da sociedade e a situação do povo nos leva no entanto a privilegiar alguns setores:

- Educação
- Saúde
- Partidos Politicos
- Movimentos Populares.

Parece importante também privilegiar a formação de líderes comunitários que tenham capacidade para animar os serviços sociais da própria Igreja e orientar a ação das próprias comunidades em seu compromisso diante da sociedade.

6 - 3° Nivel: ACOMPANHAMENTO (Formação permanente)

6.1 - Este nivel de formação visa propiciar aos militantes oportunidades para perseverar no engajamento, alimentar sua fé, confrontar suas experiências, aprofundar os conhecimentos necessários para enfrentar as situações novas.

6.2 - METAS

- A elaboração das formas de acompanhamento deverá ser feita no final dos cursos de capacitação com a colaboração dos participantes dos mesmos e da equipe responsável: portanto a partir de 1996.

7 - OS PROGRAMAS DOS CURSOS

7.1 - A experiência dos "Projetões" da Diocese de Nova Iguaçu mostra que a sensibilização, formação e acompanhamento de militantes e lideranças ultrapassa muito as possibilidades de um programa de cursos.

A organização de cursos torna possivel entretanto formar equipes diversas, estabelecer metas e avaliar sua realização, assim como criar uma base estável e definida para as outras iniciativas que se vão tornando necessárias. Os cursos terão as diversas formas sugeridas pela qualificação dos agentes e as necessidades do público destinatário: palestras, debates, seminários, painéis, atividades de grupo, oficinas e dinâmicas, treinamento... etc.

A elaboração dos "Programas" continua, dentro do atual projeto, a caminhada dos "Projetões" anteriores da Diocese. Tais Programas deverão ser minuciosamente discutidos pelas equipes e pelos Agentes que se encarregarão de realizá-los. Por isto têm, no estágio da elaboração do Projeto, a concreticidade que vem da experiência consolidada, mas deverão ter a maleabilidade e abertura exigidas pelas transformações em curso, principalmente as que resultarem dos próprios esforços de formação da Diocese.

7.2 - Dentro dos objetivos gerais do Projeto, os Programas têm o objetivo especifico de aumentar o número de cristãos atuantes nas comunidades e capacitá-los para:

a) terem atuação nas suas bases,

b) assumirem responsabilidades de liderança na Comunidade e na Sociedade Civil, tais como direção de organizações populares e candidatura para cargos políticos.

c) multiplicarem na base os »cursos« de que tiverem participado, ou propor e concretizar a realização de outras iniciativas de formação.

7.3 - Os cursos se realizarão a partir dos Centros Sociais já construídos e consolidados pelos Projetões anteriores, aprofundando o resultado dos cursos já ministrados e tendo em vista a formação de uma «Escola de Lideranças».

Esta «Escola» deverá oferecer às Pastorais e Organizações populares que realizem formação, espaço e instrumentos adequados para a sua atividade de formação, sem prejuizo de sua legitima autonomia e especificidade.

7.4 - Os cursos se destinam aos Niveis de *Sensibilização* e *Capacitação*. Exigem portanto dois tipos de Programas. De sua realização resultarão as propostas e possibilidades concretas de *Acompanhamento* das lideranças atuantes nos meios populares.

8 - 1° Nivel: PROGRAMA DE SENSIBILIZAÇÃO

8.1 - Os Cursos de Sensiblização serão realizados:
- nos 300 Centros Comunitários existentes na Diocese,
- para um minimo de 30 participantes cada um,
- com a duração de dois dias inteiros (em fins de semana ou feriados)
ou cinco noites de 3 horas de trabalho cada uma.
- em datas a serem determinadas em cada Comunidade, a partir da proposta da Diocese.

8.2 - Os conteúdos estão distribuidos em três áreas de interesses:
- GÊNERO ou tipo de pessoas.
- DIREITOS HUMANOS populares.
- ORGANIZAÇÃO popular.

8.3 - ¤ A área de GÊNERO abrange cursos sobre Mulher, Jovem, Criança, tipos humanos como Negros, Trabalhadores, Migrantes, Moradores de Favelas e de Periferias, e outros de interesse especifico das Comunidades.

¤ A área de DIREITOS HUMANOS populares abrange cursos sobre: Saúde, Trabalho, Educação, Habitação (Solo Urbano, Reforma Urbana e Agrária, Transporte), e outros de interesse especifico das Comunidades.

¤ A área de ORGANIZAÇÃO POPULAR abrange cursos sobre: Comunidade, Associações populares, Cultura Popular, Mutirões, Formas de produção autônoma alternativa e Cooperativismo, Religião popular, e outros de interesse especifico das Comunidades.

8.4 - O Programa de Sensibilização terá um Coordenador ou Coordenadora geral, mais um Coordenador ou Coordenadora para cada área. Estes Coordenadores serão escolhidos pelo "Conselho" responsável pelo desenvolvimento das atividades do Projeto.

8.5 - Os Coordenadores de área serão pessoas advindas das organizações especificas da Diocese e dos movimentos populares: Pastoral Operária, da Terra, CEBs, Clubes de Mães, organizações de Jovens, da Criança, da Saúde, etc. É necessário que, embora provindas de uma entidade especifica, tenham sensibilidade e qualificação para coordenar as atividades de toda a área.
8.6 - A determinação detalhada dos conteúdos resultará de estudo atento dos "Projetões", dos mini-projetos e dos cursos já realizados, assim como do trabalho de levantamento feito junto ás Comunidades e de estruturação da equipe de professores e instrutores, a se realizarem no primeiro semestre de 1995. O "Conselho" encarregado do Projeto fará uma proposta, a partir da experiência da Diocese.
8.7 - A adoção do Método "Ver - Julgar - Agir" será exigência fundamental, a ser concretizada dentro da experiência das organizações envolvidas no Projeto.
8.8 - A primeira avaliação do Projeto será realizada ao fim do primeiro semestre de 1995. A partir do inicio da realização de Cursos, deverá ser mensal, ou segundo as exigências imediatas.

9 - 2° Nivel: PROGRAMA DE CAPACITAÇAO
9.1 - O Curso de Capacitação:

- será realizado por setores de região pastoral da Diocese. As sete Regiões Pastorais serão agrupadas em três setores, segundo os critérios de proximidade, conveniência, facilidade de acesso a um Centro comum.
- será oferecido a 2 participantes de cada Comunidade, num teto de 60 participantes por Curso.
- compreenderá a realização de cursos sistemáticos com a duração de dois anos, entremeados de 10 Seminários ou Painéis para debate de temas especificos, ao longo dos cursos.

9.2 - Os cursos se distribuirão por módulos, abrangendo cada módulo 60 horas de atividades formativas. No primeiro ano serão ministradas 30 horas e no segundo mais 30.

- Os módulos são:

a) ***Antropologia***: Temas que aprofundem o conhecimento da *pessoa humana* e a sensibilidade por seus problemas: Identidade e especificidade do ser humano, seu lugar na natureza, a história de seu desenvolvimento e sua evolução, Etica nas relações entre os seres humanos (pessoais, sociais, de trabalho). Psicologia, Ecologia, Antropologia Cultural, História, Saúde, Educação.

b) ***Sociologia***: Temas que aprofundem o conhecimento teórico e prático da *Sociedade*. Capacitação para reconhecer a Estrutura da Sociedade e analisar seus momentos conjunturais sob os város aspectos: politico, econômico, social, eclesial.

c) ***Politica***: Temas ao redor da organização social e do *exercicio do poder*: Ideologia, visão Latino-americana da realidade, história e papel das organizações populares, metodologia do trabalho popular, História a partir do povo, ética nas relações de poder..

d) ***Pastoral***: Temas ao redor das relações entre *Sociedade e Fé*. Fé e Politica no mundo atual como no ambiente bíblico. O papel social das várias Pastorais e as relações entre elas, dentro de uma concepção de conjunto.

9.3 - Os módulos são específicos, mas não estanques. Será possível a discussão de um mesmo tema dentro de dois ou mais módulos, sob os vários aspectos. Os Seminários e Painéis de aprofundamento terão o papel de complementar os módulos, fazer a ligação entre os vários aspectos, e ensaiar maneiras de concretizar o Nivel de Acompanhamento das lideranças.
9.4 - O Curso sistemático terá um Coordenador do Programa mais um Coordenador em cada um dos três Setores regionais.

10 - 3° Nivel: PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO ou FORMAÇÃO PERMANENTE
10.1 - O Primeiro acompanhamento dos líderes em "Sensibilização" ou "Capacitação", se dará nas avaliações periódicas dos Cursos. Dado que o Objetivo Geral é a Liderança, e não uma formação teórica ou acadêmica, a avaliação terá como objetivo criar entre os participantes as relações necessárias à continuidade da Formação inicial ou sistemática.
10.2 - A escolha dos participantes será feita através do envolvimento das Comunidades. Em cada "turma" haverá pessoas de preparação e capacidade bastante diversificada, o que levará os Coordenadores de área a envolver as Comunidades no acompanhamento dos participantes de cada curso.
10.3 - Este envolvimento, na escolha como no acompanhamento, colocará os Coordenadores em contacto com as lideranças das Comunidades. Estas terão assim a oportunidade de dialogar com os agentes do curso - professores, assessores, coordenadores, participantes - a respeito de suas ansiedades, interrogações e experiências.
10.4 - A realização de Seminários e Painéis oferecerá um primeiro modelo de acompanhamento, e criará o espaço para a proposta de maneiras mais concretas.
10.5 - A criação da «Escola» visa a criação de um espaço e de um grupo de pessoas a quem as lideranças possam recorrer, e com cujo apoio os Agentes de Formação das diferentes organizações possam procurar de iniciativa própria os líderes Comunitários.
10.6 - Aos líderes sociais já atuantes, será oferecida uma série de 3 seminários de uma semana sobre temas especificos.

11 - ORÇAMENTO

11.1 - 1° Nivel: **PROGRAMA DE SENSIBILIZAÇÃO**

1° - Custos de Pessoal: Ordenado mensal + Encargos sociais por três anos

1 Coordenador geral do Programa	US$ 500 + 150	US$ 25.350,00
3 Coordenadores de área	US$ 300 + 90	US$ 45.630,00

2° - Custo de Cursos e Seminários:

200 Cursos ministrados nos Centros Comunitários:
- duração de dois dias ou 5 noites
- número de participantes: mínimo 30 pessoas

- Custo de alimentação e transporte	US$ 50.000,00
- Ajuda de custo para assessoria (20 colaboradores)	US$ 50.000,00
3° - Custo de Material didático, pedagógico (elaboração e produção de subsídios)	US$ 30.000,00
SUB-TOTAL 1	**US$ 200.980,00**

11.2: 2° Nível: **PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO**

1° - Custo de Pessoal: Ordenado Mensal + Encargos sociais por três anos

1 Coordenador do Programa.	US$ 500 + 150	US$ 25.350,00
3 Coordenadores de Regiões	US$ 300 + 90	US$ 45.630,00

2° - Custo de módulos e Seminários:

4 módulos de por regiões: 12 X 60 horas/módulo.
- participantes: 60 pessoas por região = 180

Custo de alimentação e transporte	US$ 70.000,00
Seminários específicos: 10 para 180 pessoas - Duração: 1 dia (3 horas)	
Custo alimentação e Transporte	US$ 25.000,00
Pró-labore para assessores eventuais (10 pessoas)	US$ 25.000,00
3° - Custo de material didático, pedagógico: elaboração e reprodução de subsídios	US$ 20.000,00
SUB-TOTAL 2	**US$ 210.980,00**

11.3 - 3° Nível: **PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO**

1° - Custo de Sessões de Estudos e Seminários

30 participantes

3 Sessões de 1 semana para cada sessão (alimentação + local)	US$ 20.000,00
9 Seminários de 2 dias (alimentação)	US$ 6.000,00
Custo de transporte	US$ 5.000,00
Assessoria - Conferencistas	US$ 10.000,00
Material didático	US$ 9.000,00
SUB-TOTAL 3	**US$ 50.000,00**

11.4 - **DESPESAS GERAIS DO PROJETO**

- **CUSTO DE PESSOAL**

1 Coordenador geral do Projeto (Ordenado + Encargos sociais)	US$ 25.350,00
- Custo de administração e Secretariado	US$ 30.000,00
- Aquisição de material de equipamentos para Centros Comuitários	US$ 50.000,00
- Imprevistos	US$ 50.000,00
SUB-TOTAL 3	**US$ 155.350,00**

11.5 - TOTALIZAÇÃO:

SUB-TOTAL 1	US$ 200.980,00
SUB-TOTAL 2	US$ 210.980,00
SUB-TOTAL 3	US$ 50.000,00
	US$ 155.350,00
T O T A L G E R A L	**US$ 617.310,00**

12 - CONCLUSÃO

Para orientar a Administração global do projeto será elaborado um **REGIMENTO INTERNO**, em que serão regulamentadas as questões concretas, e se proporão os critérios de solução dos casos omissos.

Nova Iguaçu, 26 de Julho de 1994

22

\\Mioc-gw\ocasion\projetos\ptformac\95-08-28

PROJETO DE FORMAÇÃO SOCIAL

Nova Iguaçu - 1a. reunião da Comissão - Salão da Cáritas - 28-08-95

Presentes: Matteo Vivalda, L. Bruno, Agostinho, V. Piaia, Rogério, Parreira (CEDAC/[illegible]).

1. Histórico prévio

1. O "Projeto de Formação Social" da Diocese de Nova Iguaçu começou a ser elaborado em Julho de 1994.
2. Tinha como ponto de partida os "projetões" anteriores. A equipe, composta de Matteo, Agostinho, Bruno e Rogério, se reunia às quintas-feiras com D. Adriano. O orçamento foi elaborado pelo Marcelo do CEDAC, e estudado em três reuniões.
3. O primeiro texto foi enviado à Misereor em Julho de 1994. A reformulação solicitada pela financiadora foi postergada por força de dois fatores: a resposta da Misereor veio dirigida ao Pe. Matteo através do FAX da Cáritas, sob responsabilidade do Fr. Luis, e demorou a chegar à equipe. Além disto, no inicio de Setembro foi convocada a Assembléia bienal da Diocese, que ficou a cargo das mesmas pessoas.
4. Terminada a Assembléia, realizada em Novembro/Dezembro, foi retomado o projeto, reformulado segundo as indicações da Misereor, e entregue em Março ao novo Bispo, D. Werner, para ser enviado mais uma vez. Frente à solicitação de mais de 600 mil US$, a resposta foi que só havia possibilidade de um financiamento limitado a 400 mil DM - mais ou menos 280 mil US$. Além disto, Misereor não estava de acordo em que se incluissem cursos "nas comunidades", por estimar que são atividades normais de responsabilidade delas próprias.
5. O projeto foi então reformulado nos moldes e valores atuais. Recebeu aprovação e promessa de 445 mil DM, segundo "acordo especifico". D. Werner solicitou ao Pe. Matteo que assumisse a coordenação geral. Este convidou expressamente os demais membros da equipe a assumirem com ele a realização do Projeto.
6. Para a reunião de hoje foram convidados Fr. V. Piaia, que já acompanhara os primeiros passos do projeto e assumiu o cargo - anteriormente exercido pelo Pe. Bruno - de Coordenador de Pastoral da Diocese, e o Economista e Educador Popular Parreira do [illegible] do CEDAC [illegible].

2. Pauta da reunião: Refletir os vários aspectos do projeto e encaminhar as medidas necessárias.

Andamento:

1. Introdução: informações básicas sobre o projeto. Acentuação do caráter "diocesano" e de formação social dentro do esforço de Evangelização. O projeto fica, na dinâmica da Diocese, a cargo da Cáritas, segundo suas condições

Leitura do "acordo especifico" enviado pela Misereor. Houve cortes no orçamento ou diferenciação de propostas ?

a) Propomos 1 Coordenador Geral mais um Coordenador de Programa: Aceitam apenas um Coordenador Geral

b) diminuiram de 50 para 10.000 US$ a margem de "imprevistos".

c) Acentuam o caráter imediato dos programas, pedindo que se limitem questões de caráter amplo e teórico.

3. Questões a se aprofundarem:

a) os "indicadores para avaliação dos cursos". Parece exigência neo-liberal, mas nos leva a propor conteúdos e métodos mais concretos: o que estamos realmente buscando? qual o nosso "produto"? Que traços característicos tem o "exercício da cidadania", a que visamos? Que tipo de mudança ou resultado perceptivel na ralidade social e pessoal dos participantes podemos visar como objetivo?

b) Qual concepção de formação para a cidadania queremos por em prática? qual sua relação com o todo da atividade Pastoral da Diocese?

c) Como se deve, e como pretendemos chegar aos objetivos: conteúdos pedagógicos, concepção de "pedagogia". O tipo de curso que estamos propondo exige disponibilidade dos participantes. Para que participem do começo até o fim, deverão ter condições e motivação de se engajarem a um fim de semana mensal durante dois anos, mais a realização de trabalhos pedagógicos e a multiplicação do curso.

4. Denfinir:

a) O coordenador geral: perante a Diocese é o Pe. Matteo, solicitado publicamente pelo Bispo.

Propomos que a responsabilidade seja assumida colegialmente pela equipe: Matteo, Agostinho, Bruno, Rogério, Piaia, mais as pessoas que viermos a convidar explicita e especificamente, como o Parreira, já presente hoje.

b) Os três coordenadores "regionais". As regiões não podem ser definidas pela configuração diocesana, tanto por causa da divisão espacial, quanto por causa das diferentes posições dos responsáveis diocesanos pelas paróquias e regiões, frente aos objetivos do projeto.

c) O pessoal executivo: enquanto não temos definição do andamento concreto do projeto, não podemos ainda pensar numa pessoa determinada para o trabalho de secretaria.

d) Grupo de convidados para a equipe da "Comissão do projeto", em caráter permanente ou provisório, ou ainda ocasional. Critérios de seleção e convite.

e) "Assessores", seja para as atividades didáticas do curso propriamente dito, seja para os "Seminários".

f) T a r e f a s a serem executadas em preparação e armação do esquema de funcionamento.

1. Refletir e discutir o projeto com os Coordenadores, Geral e Regionais.
2. Elaborar lista de Nomes, perfis e estratégias
3. Como dividir as regiões? a divisão diocesana ajuda pouco, e é necessário ter em consideração as características locais e regionais das comunidades.

4. Calendário e duração dos cursos:

1 vez por mes, num fim de semana, por 5 meses - 1 vez por mes um dia durante 10 meses

\diocese\ocasion\projetos\plformso\95-08-28

PROJETO DE FORMAÇÃO SOCIAL

Nova Iguaçu - 1a. reunião da Comissão - Salão da Caritas - 28-08-95

Presentes: Matteo Vivalda, L. Bruno, Agostinho, V. Piaia, Rogério, Parreira (CEDAC/PACS/DIEESE)

1. Histórico prévio

1. O "Projeto de Formação Social" da Diocese de Nova Iguaçu começou a ser elaborado em Julho de 1994.
2. Tinha como ponto de partida os "projetões" anteriores. A equipe, composta de Matteo, Agostinho, Bruno e Rogério, se reunia às quintas-feiras com D. Adriano. O orçamento foi elaborado pelo Marcelo do CEDAC, e estudado em três reuniões.
3. O primeiro texto foi enviado à Misereor em Julho de 1994. A reformulação solicitada pela financiadora foi postergada por força de dois fatores: a resposta da Misereor veio dirigida ao Pe. Matteo através do FAX da Caritas, sob responsabilidade do Fr. Luis, e demorou a chegar à equipe. Além disto, no início de Setembro foi convocada a Assembléia bienal da Diocese, que ficou a cargo das mesmas pessoas.
4. Terminada a Assembléia, realizada em Novembro/Dezembro, foi retomado o projeto, reformulado segundo as indicações da Misereor, e entregue em Março ao novo Bispo, D. Werner, para ser enviado mais uma vez. Frente à solicitação de mais de 600 mil US$, a resposta foi que só havia possibilidade de um financiamento limitado a 400 mil DM - mais ou menos 280 mil US$. Além disto, Misereor não estava de acordo em que se incluissem cursos "nas comunidades", por estimar que são atividades normais de responsabilidade delas próprias.
5. O projeto foi então reformulado nos moldes e valores atuais. Recebeu aprovação e promessa de 445 mil DM, segundo "acordo especifico". D. Werner solicitou ao Pe. Matteo que assumisse a coordenação geral. Este convidou expressamente os demais membros da equipe a assumirem com ele a realização do Projeto.
6. Para a reunião de hoje foram convidados Fr. V. Piaia, que já acompanhara os primeiros passos do projeto e assumiu o cargo - anteriormente exercido pelo Pe. Bruno - de Coordenador de Pastoral da Diocese, e o Economista e Educador Popular Parreira, do DIEESE do Rio, colaborador do CEDAC e do PACS.

2. Pauta da reunião: Refletir os vários aspectos do projeto e encaminhar as medidas necessárias.

Andamento:

1. Introdução: informações básicas sobre o projeto. Acentuação do caráter "diocesano" e de formação social dentro do esforço de Evangelização. O projeto fica, na dinâmica da Diocese, a cargo da Caritas, segundo suas condições.
2. Leitura do "acordo especifico" enviado pela Misereor.

   Houve cortes no orçamento ou diferenciação de propostas ?

   a) Propomos 1 Coordenador Geral mais um Coordenador de Programa: Aceitam apenas um Coordenador Geral

   b) diminuiram de 50 para 10.000 US$ a margem de "imprevistos".

   c) Acentuam o caráter imediato dos programas, pedindo que se limitem questões de caráter amplo e teórico.
3. Questões a se aprofundarem:

   a) os "indicadores para avaliação dos cursos". Parece exigência neo-liberal, mas nos leva apropor conteúdos e métodos mais concretos: o que estamos realmente buscando? qual o nosso "produto"? Que traços caracteristicos tem o "exercicio da cidadania", a que visamos? Que tipo de mudança ou resultado perceptivel na ralidade social e pessoal dos participantes podemos visar como objetivo?

   b) Qual a concepção de formação para a cidadania queremos por em prática? qual sua relação com o todo da atividade Pastoral da Diocese?

   c) Como se deve, e como pretendemos chegar aos objetivos: conteúdos pedagógicos, concepção de "pedagogia". O tipo de curso que estamos propondo exige disponibilidade dos participantes. Para que participem do começo ate o fim, deverão ter condições e motivação de se engajarem a um fim de semana mensal durante dois anos, mais a realização de trabalhos pedagógicos e a multiplicação do curso.
4. Denfinir:

   a) O coordenadora geral perante a Diocese é o Pe. Matteo, solicitado publicamente pelo Bispo.

   Propomos que a responsabilidade seja assumida colegialmente pela equipe: Matteo, Agostinho, Bruno, Rogério, Piaia, mais as pessoas que viermos a convidar explicita e especificamente, como o Parreira, já presente hoje.

   b) Os três coordenadores "regionais". As regiões não podem ser definidas pela configuração diocesana, tanto por causa da divisão espacial, quanto por causa das diferentes posições dos responsáveis diocesanos pelas paróquias e regiões, frente aos objetivos do projeto.

   c) O pessoal executivo: enquanto não temos definição do andamento concreto do projeto, não podemos ainda pensar numa pessoa determinada para o trabalho de secretaria.

   d) Grupo de convidados para a equipe da "Comissão do projeto", em caráter permanente ou provisório, ou ainda ocasional. Critérios de seleção e convite.

   e) "Assessores", seja para as atividades didáticas do curso propriamente dito, seja para os "Seminários".

   f) T a r e f a s a serem executadas em preparação e armação do esquema de funcionamento.

   1. Refletir e discutir o projeto com os Coordenadores, Geral e Regionais.
   2. Elaborar lista de Nomes, perfis e estratégias
   3. Como dividir as regiões? a divisão diocesna ajuda pouco, e é necessário ter em consideração as caracteristicas locais e regionais das comunidades.

4. Calendário e duração dos cursos:
1 vez por mes, num fim de semana, por 5 meses
1 vez por mes um dia durante 10 meses

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO: 1. Tarefas, 2. Medidas Pedagogicas, 3. Criterios, 4. Elaboração de calendarios

1. Tarefas

1.1. Formação das equipes:

1.1.1. 1 Coordenador (ou equipe de Coordenação) Geral: (Comissão do Projeto 2.2), com o papel de: Refletir, Administrar e supervisionar, encaminhar as medidas quotidianas e correntes e as grandes linhas do Projeto. Discutir com os Assesores os Programas propostos e sua realização.

Uma reunião semanal e contactos quotidianos, cuidado da secretaria, da preparação, da comunicação com os Assessores e Convidados.

1.1.2. 1 Coordenador da área "1", um Coordenador da área "2", e um Coordenador da area "3".

Uma reunião semanal com a Coordenação Geral, contactos com os participantes da região, com os assessores especificos, com a secretaria. Acompanhar a elaboração dos Projetos e observar seu andamento.

1.2. Quadro de Assessores para os cursos:

Os cursos se articulam em 4 módulos de 30 horas anuais.

Módulo Antropologia	1	30 aulas	reuniões mensais
Sociologia	1	30 aulas	reuniões mensais
Politica	1	30 aulas	reuniões mensais
Pastoral	1	30 aulas	reuniões mensais
Módulo Antropologia	2	30 aulas	reuniões mensais
Sociologia	2	30 aulas	reuniões mensais
Politica	2	30 aulas	reuniões mensais
Pastoral	2	30 aulas	reuniões mensais

1.3. Quadro de Assessores para os Seminários:

No projeto falamos de 12 projetos, a Misereor prevê 9. Os Assuntos especificos serão previstos durante a realização dos cursos, tendo em vista os levantamentos a se fazerrem, assim como o andamento dos cursos.

O Projeto prevê tambem seminários para as lideranças 7.7

1.4. Serviços e apoio:

1 pessoa "encarregada" da secretaria: serviços de registro,arquivamento, datilografia, mecanografia, agilização dos contactos. Um expediente - ou meio expediente diário....?

*** Fazer os cálculos da remuneração em cada nível, segundo o orçamento.**

2. Medidas pedagogicas

2.1. Elaboração detalhada dos Programas como proposta aos assessores a se convidarem
2.2. Elaboração de roteiro de levantamento dos temas preferenciais
2.3. Levantamento das lideranças (4.3 e 7.3)
2.4. Levantamento dos interesses especificos (4.3)
2.5. Critérios e métodos de acompanhamento e avaliação.

3. Critérios

3.1. Objetivos especificos 4.1
3.2. Analises de conjuntura 7.1
3.3. Envolvimento das Comunidades 7.2

4. Elaboração dos calendários

4.1. datas das reuniões previsiveis: uma semanal da Comissão e convidados, e uma mensal de todos os Assessores.
4.2. Cursos: Um fim de semana mensal por semestre - um dia por dez meses.

5. Funcionamento

5.1. reuniões semanais da comissã do projeto com Assessores e Convidados
5.2. Uma reunião por mes com todo o pessoal: Assessores, professores, convidados, secretaria e Comissão.
5.3. Cada "região":
um fim de semana mensal: aula ou curso
5.4. Seminários em tempos e modalidades a serem previstas.

\projetfs

PROJETO FORMAÇÃO SOCIAL

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU / 1995-1997
- SEGUNDA VERSÃO - 30-03-95 -

1 - JUSTIFICATIVA

1.1 - O Documento final do Primeiro Sínodo Diocesano publicado no dia 16 de abril de 1992 assim descreve a realidade do povo da Baixada fluminense:

"Podemos dizer que nosso povo vive uma realidade:

1) de marginalização crescente
2) de empobrecimento
3) de desvalorização da qualidade de vida e
4) de destruição dos valores humanos, ficando-lhe como "tábua de salvação": corrupção, marginalidade, sonhos, misticismo e fuga para as seitas.

Como luz nas trevas, continua brilhando sua criatividade, seu espírito de luta e vontade de sobreviver, seu espírito de partilha nas coisas cotidianas, sua esperança de dias melhores."

1.2 - A Diocese de Nova Iguaçu, fiel à missão de ser "sal", "luz" e "fermento", sempre procurou desenvolver em sua pastoral "um compromisso libertador enraizado na teologia bíblica, nos documentos da Igreja e na reflexão dos teólogos. Mas na prática ela ainda não conseguiu definir uma "estratégia" libertadora: também lhe falta uma análise mais profunda do contexto social".

Depois desta constatação, o documento final do 1° Sínodo Diocesano afirma que as Comunidades Eclesiais de Base que formam a Diocese de Nova Iguaçu "para serem fator de mudança social e contribuírem para a construção do Reino de Deus, as CEBs não podem cair na armadilha de formar guetos superconscientes. Antes precisam difundir, a partir da fé, uma consciência social em níveis diferentes para alcançar a massa. Esta consciência, qualquer que seja o grau, deve ter sua raiz na Fé explicitamente vivida em Comunidade."

1.3 - A elaboração de um Projeto de Formação Social se insere como continuidade natural e coerente com toda a atuação da Diocese. Com ele se quer contribuir para a ação do cristão como agente de transformação social. O Projeto visa criar uma estratégia que venha "difundir, a partir da fé, uma consciência social em níveis diferentes pra alcançar a massa." Esta estratégia se baseia numa ampla reflexão sobre a realidade, sobre a Fé, sobre a história, sobre a doutrina social da igreja, e sobre as ciências econômica e políticas. Toda ação precisa de metodologia, de avaliação e de organização que dependem de instrumentos culturais e técnicos que a Diocese pretende garantir aos leigos através deste projeto.

A Diocese já elaborou e realizou três "Projetões", que cobriram suas atividades respectivamente de 1980 a 83, de 1984 a 88 e de 1985 em diante. A partir desta riquíssima experiência, ela sente a necessidade de ampliar o número de cristãos conscientes que atuem nas comunidades, de intensificar a qualidade do espírito pastoral dos que já atuam, e de acompanhar com eficácia e clareza os que, em meio às atividades, necessitam apoio e por vezes aprofundamento das questões surgidas no trabalho.

2 - ENTIDADE RESPONSÁVEL

2.1 - O Projeto de Formação social estará vinculado à Diocese de Nova Iguaçu, que o elaborou e se incumbirá da orientação doutrinal e da supervisão do programa.

2.2 - Para o desenvolvimento das atividades do Projeto será constituído um Conselho a ser presidido pelo Bispo Diocesano ou por um representante por ele escolhido.

2.3 - Na execução dos levantamentos previstos, a Diocese recorrerá aos serviços técnicos de entidades que já prestaram serviços deste tipo, e portanto já são conhecidas da Diocese e dos financiadores, como também são de confiável capacidade específica: CEDAC, CERIS, IBASE.

3 - OBJETIVO GERAL DO PROJETO

3.1 - O recrudescimento e a institucionalização da violência e da corrupção ocorridos especialmente nos últimos três anos, condicionados pelo empobrecimento resultante do modelo econômico excludente em vigor no país, colocam no centro da atenção educativo popular a exigência dos Direitos de Cidadania, desde a fome pura e simples até formas organizadas de resistência à exclusão, de fazer-se valer e reconhecer como membro da comunidade.

As necessidades concretas deste desafio global só podem ser conhecidas e enfrentadas numa atividade local de levantamento das questões e enfrentamento das situações.

3.2 - Dentro deste contexto, a estratégia da Diocese já tem diretivas definidas na prática de duas décadas e meia:

a) sensibilização dos cristãos para que sejam fermento na massa e descubram seu compromisso e seu jeito de ajudar na construção de uma sociedade mais justa.

b) formar leigos para que possam ter condição de participar ativamente e liderar de forma coerente com os princípios cristãos as atividades sócio-políticas nas quais atuam ou venham a atuar.

c) aprimorar a formação dos leigos que já estão militando, para que sejam capazes de perceber as urgências populares do momento e formular a partir do quotidiano, respostas coerentes e eficazes.

d) criar condições de troca de experiências, avaliação, aprofundamento permanente e acompanha-mento dos militantes.

e) estabelecer bases sólidas para uma estrutura estável de formação e acompanhamento de militantes e lideranças.

3.3 - Para responder ao desafio da cidadania, realizando a estratégia em desenvolvimento, o Projeto de Formação Social visa criar no povo a consciência dos próprios Direitos e despertar para a necessidade de participar efetivamente como agente de transformação social à luz dos Direitos Fundamentais da pessoa humana e da Fé. Isto só pode acontecer através de atividades que transformem a realidade local, criando experiências de exercício da cidadania e respeito à pessoa na comunidade.

Para se alcançar o Objetivo Geral do Projeto e responder satisfatoriamente às necessidades é preciso, portanto, sensibilizar e motivar as Comunidades, preparar pessoas com capacidade de se engajar ativamente nas estruturas sociais e políticas e oferecer a estas pessoas condições para avaliar, confrontar e aprofundar suas experiências. Para dar continuidade e solidez aos Objetivos e às respostas, será necessário, a longo prazo, criar uma ESCOLA de formação inicial, aprofundada e permanente de lideranças cristãs.

4 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

4.1 - Os cursos de formação visam criar no povo que participa das CEBs a consciência de cidadania, levando-o a um maior participação democrática, a um maior conhecimento e exercício de seus direitos e deveres e ao resgate de seus valores culturais, através de experiências locais e exercício da reflexão sobre a realidade.

Existem cristãos que já militam nos Movimentos Populares, nos partidos políticos, nos sindicatos e nos serviços sociais da Igreja (CPT, PO, Creches, Pastoral do Menor e outras atividades). Estes cristãos precisam se capacitar para uma atuação mais incisiva e capaz de responder aos novos desafios.

Além disto, é preciso propiciar aos militantes oportunidades de perseverar no engajamento, alimentar sua fé, confrontar suas experiências, aprofundar os conhecimentos necessários para enfrentar as situações novas.

4.2 - A execução dos cursos e das atividades projetadas supõe cuidadosa preparação.

No primeiro semestre de execução, será necessário fazer um levantamento junto às Comunidades e Pastorais sobre os conteúdos e modalidades dos cursos, organizar nas comunidades as equipes locais de professores e instrutores, e capacitar as equipes para preparar os subsídios necessários e ministrar os cursos.

Feita esta preparação, será possível administrar os cursos previstos para os dois anos seguintes, organizar e preparar uma equipe regional com capacidade para coordenar os vários aspectos necessários para o aperfeiçoamento de militantes, quanto a conteúdo e metodologia.

No final dos cursos locais, deverá ser finalizada a elaboração das formas de como acompanhar as lideranças formadas ou aperfeiçoadas, com a colaboração dos participantes e da equipe responsável.

Em todo o período será feita avaliação periódica do conteúdo dos cursos e das possibilidades de cada participante aprimorar sua formação em vista de engajamentos específicos. Para que o projeto atinja o maior número possível de pessoas será necessário criar meios de divulgação das experiências e dos resultados.

4.3 - A primeira Meta específica do projeto é aumentar, nas comunidades, o número de pessoas socialmente ativas. A segunda é o aperfeiçoamento dos que já exercem atividades de militância e liderança. As transformações da realidade local poderão ser observadas pela pesquisa periódica de "temas geradores", necessária a cada etapa do projeto e dos cursos.

4.3 - A formação de agentes sociais não pode ser apenas teórica, mas deve incluir atuação concreta e localizada. Os cursos deverão seguir uma metodologia participativa, que inclua as três etapas de "Ver, Julgar, Agir".

A linguagem deve ser acessível e contar com o apoio dos subsídios técnicos necessários.

4.4 - Os cursos de formação devem atingir todas as Comunidades, com particular atenção aos Jovens, às Mulheres, aos Desempregados, aos Negros e aos Analfabetas.

A Construção de uma sociedade mais justa precisa de lideranças cristãs engajadas em muitos setores. A conjuntura atual da sociedade e a situação do povo nos leva no entanto a privilegiar alguns setores:

- Educação
- Saúde
- Partidos Políticos
- Movimentos Populares.

Parece importante também privilegiar a formação de líderes comunitários que tenham capacidade para animar os serviços sociais da Igreja e orientar a ação das próprias comunidades em seu compromisso diante da sociedade.

5 - OS PROGRAMAS DOS CURSOS

5.1 - A experiência dos "Projetões" da Diocese de Nova Iguaçu mostra que a formação de agentes sociais e seu acompanhamento nas atividades de militância ultrapassa muito as possibilidades de um programa de cursos.

A organização de cursos torna possível entretanto formar equipes diversas, estabelecer metas e avaliar sua realização, assim como criar uma base estável e definida para as outras iniciativas que se vão tornando necessárias. Os cursos terão as diversas formas sugeridas pela qualificação dos agentes e as necessidades do público destinatário: palestras, debates, seminários, painéis, atividades de grupo, oficinas e dinâmicas, treinamento... etc.

A elaboração dos "Programas" continua, dentro do atual projeto, a caminhada dos "Projetões" anteriores da Diocese. Tais Programas deverão ser minuciosamente discutidos pelas equipes e pelos Agentes que se encarregarão de realizá-los. Por isto têm, no estágio da elaboração do Projeto, a concreticidade que vem da experiência consolidada, mas deverão ter a maleabilidade e abertura exigidas pelas transformações em curso, principalmente as que resultarem dos próprios esforços de formação da Diocese.

5.2 - Dentro dos objetivos gerais do Projeto, os Programas têm o objetivo específico de aumentar o número de cristãos atuantes nas comunidades e capacitá-los para:

a) terem atuação nas suas bases, ocasionando pequenas mudanças de atitudes pessoais e coletivas que tornem concreto o exercício de direitos e da dignidade humana,

b) assumirem responsabilidades de liderança na Comunidade e na Sociedade Civil, tais como direção de organizações populares e candidatura para cargos políticos.

c) multiplicarem na base os »cursos« de que tiverem participado, ou propor e concretizar a realização de outras iniciativas de formação.

5.3 - Os cursos se realizarão a partir dos Centros Sociais já construídos e consolidados pelos Projetões anteriores, aprofundando o resultado dos cursos já ministrados e tendo em vista a formação de uma «Escola de Lideranças».

Esta «Escola» deverá oferecer às Pastorais e Organizações populares que realizem formação, espaço e instrumentos adequados para a sua atividade de formação, sem prejuízo de sua legítima autonomia e especificidade.

5.4 - Os cursos exigem portanto diversos tipos de Programas, segundo a realidade das regiões, conhecida através dos levantamentos prévios e da avaliação periódica. De sua realização resultarão as propostas e possibilidades concretas de *Acompanhamento* das lideranças atuantes nos meios populares.

6 - PROGRAMAS DOS CURSOS LOCAIS

6.1 - Os Cursos locais serão realizados nos 300 Centros Comunitários existentes na Diocese, para um mínimo de 30 participantes cada um, com a duração de dois dias inteiros (em fins de semana ou feriados) ou cinco noites de 3 horas de trabalho cada uma em datas a serem determinadas em cada Comunidade, a partir da proposta da Diocese.

6.2 - Os conteúdos estão distribuídos em três áreas de interesses:

- GÊNERO ou tipo de pessoas.
- DIREITOS HUMANOS populares.
- ORGANIZAÇÃO popular.

6.3 - ¤ A área de GÊNERO abrange cursos sobre Mulher, Jovem, Criança, tipos humanos como Negros, Trabalhadores, Migrantes, Moradores de Favelas e de Periferias, e outros de interesse específico das Comunidades.

¤ A área de DIREITOS HUMANOS populares abrange cursos sobre: Saúde, Trabalho, Educação, Habitação (Solo Urbano, Reforma Urbana e Agrária, Transporte), e outros de interesse específico das Comunidades.

¤ A área de ORGANIZAÇÃO POPULAR abrange cursos sobre: Comunidade, Associações populares, Cultura Popular, Mutirões, Formas de produção autônoma alternativa e Cooperativismo, Religião popular, e outros de interesse específico das Comunidades.

6.4 - Os Programas locais terão um Coordenador ou Coordenadora geral, mais um Coordenador ou Coordenadora para cada área. Estes Coordenadores serão escolhidos pelo "Conselho" responsável pelo desenvolvimento das atividades do Projeto.

6.5 - Os Coordenadores de área serão pessoas advindas das organizações específicas da Diocese e dos movimentos populares: Pastoral Operária, da Terra, CEBs, Clubes de Mães, organizações de Jovens, da Criança, da Saúde, etc. É necessário que, embora provindas de uma entidade especifica, tenham sensibilidade e qualificação para coordenar as atividades de toda a área.

6.6 - A determinação detalhada dos conteúdos resultará de estudo atento dos "Projetões", dos mini-projetos e dos cursos já realizados, assim como do trabalho de levantamento feito junto às Comunidades e de estruturação da equipe de professores e instrutores, a se realizarem no primeiro semestre de 1995. O "Conselho" encarregado do Projeto fará uma proposta, a partir da experiência da Diocese.

7 - OS PROGRAMAS REGIONAIS

7.1 - Aproveitando as pessoas que tiverem freqüentado com proveito os cursos locais, a Diocese oferecerá em nível regional cursos sistemáticos de aperfeiçoamento e assessoria. Para esta finalidade, as sete Regiões Pastorais serão agrupadas em três setores, segundo os critérios de proximidade, conveniência, facilidade de acesso a um Centro comum.

O curso de nível regional será oferecido a 2 participantes de cada Comunidade, num teto de 60 participantes por Curso, e compreenderá a realização de cursos sistemáticos com a duração de dois anos, entremeados de 10 Seminários ou Painéis para debate de temas especificados ao longo dos cursos.

7.2 - Os cursos se distribuirão por módulos, abrangendo cada módulo 60 horas de atividades formativas. No primeiro ano serão ministradas 30 horas e no segundo mais 30.

- Os módulos são:

a) ***Antropologia***: Temas que aprofundem o conhecimento da *pessoa humana* e a sensibilidade por seus problemas: Segurança social, Identidade, questões de alimentação, saúde, habitação e transporte. História do trabalho humano e sua evolução, Ética nas relações entre as pessoas: dinâmicas de grupo, enfrentamento de conflitos pessoais.

b) ***Sociologia***: Temas que aprofundem o conhecimento teórico e prático da *Sociedade*: organização de grupos, conhecimento da Estrutura da Sociedade e capacidade de analisar seus momentos conjunturais, planejamento de atividades sociais. Questões jurídicas: pequenos requerimentos, regimentos internos e estatutos de organizações populares, gerenciamento e acompanhamento de unidades alternativas de produção: artesanato, oficinas de serviço, mutirões, etc.

c) ***Política***: Temas ao redor da organização social e do *exercício do poder*. Ideologia, visão Latino-americana da realidade, história e papel das organizações populares, legislação, especialmente em nível municipal, metodologia do trabalho popular, negociação com os poderes e participação popular na Administração: Conselhos populares de saúde, habitação, transporte, saneamento, e infra-estrutura urbana. História a partir do povo, ética nas relações de poder.

d) ***Pastoral***: Temas ao redor das relações entre *Sociedade e Fé*. Dinâmicas de grupoFé e Política no mundo atual como no ambiente bíblico. O papel social das várias Pastorais e as relações entre elas, dentro de uma concepção de conjunto.

7.3 - Os módulos são específicos, mas não estanques. Será possível a discussão de um mesmo tema dentro de dois ou mais módulos, sob vários aspectos. Os Seminários e Painéis de aprofundamento terão o papel de complementar os módulos, fazer a ligação entre os vários aspectos, e ensaiar maneiras de concretizar o Nível de Acompanhamento das lideranças.

O Curso sistemático terá um Coordenador do Programa mais um Coordenador em cada um dos três Setores regionais.

8 - AVALIAÇÃO DOS CURSOS E ACOMPANHAMENTO DOS AGENTES SOCIAIS

8.1 - Dado que o Objetivo do projeto é a formação de agentes sociais, e não uma formação teórica ou acadêmica, a avaliação terá como objetivo criar entre os participantes as relações necessárias à continuidade da Formação inicial ou sistemática. Estas novas relações supõem intervenções na realidade local e modificações específicas.

8.2 - A escolha dos participantes será feita através do envolvimento das Comunidades. Em cada "turma" haverá pessoas de preparação e capacidade bastante diversificada, o que levará os Coordenadores de área a envolver as Comunidades no acompanhamento dos participantes de cada curso.

8.3 - Este envolvimento, na escolha como no acompanhamento, colocará os Coordenadores em contacto com as lideranças das Comunidades. Estas terão assim a oportunidade de dialogar com os agentes do curso - professores, assessores, coordenadores, participantes - a respeito de suas ansiedades, interrogações e experiências.

8.4 - A realização de Seminários e Painéis oferecerá um primeiro modelo de acompanhamento, e criará o espaço para a proposta de maneiras mais concretas. O temário de cada Seminário e Painel será indicado pelas avaliações e levantamentos realizados ao longo dos cursos. Terão como diretriz indicativa os módulos e as áreas de interesses dos programas.

8.5 - A criação da «Escola» visa a criação de um espaço e de um grupo de pessoas a quem as lideranças possam recorrer, e com cujo apoio os Agentes de Formação das diferentes organizações possam procurar de iniciativa própria os líderes Comunitários. Ela será possível na medida em que tiverem resultado positivo os cursos de formação local e regional.

8.6 - Aos líderes sociais já atuantes, será oferecida uma série de 3 seminários de uma semana sobre temas específicos, definidos a partir das necessidades e dos interesses manifestados pelos participantes.

CEDIM

9 - **ORÇAMENTO:**

9.1 - CURSOS LOCAIS: 200 CENTROS COMUNITÁRIOS - 30 PARTICIPANTES - 2 ANOS - EQUIPES LOCAIS

1° - Custos de Pessoal: Ordenado mensal + Encargos sociais por três anos

1 Coordenador geral do Programa ..... US$ 500 + 150 .... US$ 25.350,00

3 Coordenadores de área ..... US$ 300 + 90 ... US$ 45.630,00

2° - Custo de Cursos e Seminários:

200 Cursos ministrados nos Centros Comunitários:

- duração de 2 dias ou 5 noites - nº de participantes: 30 pessoas

- Custo de alimentação e transporte ..... US$ 50.000,00

- Ajuda de custo para assessoria (20 colaboradores) ..... US$ 50.000,00

3° - Custo de Material didático, pedagógico (elaboração e produção de subsidios).... US$ 30.000,00

SUB-TOTAL 1 ..... **US$ 200.980,00**

9.2: CURSOS REGIONAIS: 3 SETORES REGIONAIS - EQUIPES SETORIAIS - 2 ANOS

2 PARTICIPANTES p/COM - máx. 60 - 10 SEMINÁRIOS OU PAINÉIS.

1° - Custo de Pessoal: Ordenado Mensal + Encargos sociais por três anos

1 Coordenador do Programa ..... US$ 500 + 150 .... US$ 25.350,00

3 Coordenadores de Regiões ..... US$ 300 + 90 .... US$ 45.630,00

2° - Custo de módulos e Seminários:

4 módulos de por regiões: 12 X 60 horas/módulo.

- participantes: 60 pessoas por setor = 180

Custo de alimentação e transporte ..... US$ 70.000,00

Seminários específicos: 10 para 180 pessoas - Duração: 1 dia (3 horas)

Custo alimentação e Transporte ..... US$ 25.000,00

Pró-labore para assessores eventuais (10 pessoas) ..... US$ 25.000,00

3° - Custo de material didático, pedagógico: elaboração e reprodução de subsídios. US$ 20.000,00

SUB-TOTAL 2 ..... **US$ 210.980,00**

9.3 - **AVALIAÇÃO E COMPANHAMENTO DOS AGENTES SOCIAIS:** Seminários e painéis "ocasionais".

1° - Custo de Sessões de Estudos e Seminários: 30 participantes

3 Sessões de 1 semana para cada sessão (alimentação + local) ..... US$ 20.000,00

9 Seminários de 2 dias (alimentação) ..... US$ 6.000,00

Custo de transporte ..... US$ 5.000,00

Assessoria - Conferencistas ..... US$ 10.000,00

Material didático ..... US$ 9.000,00

SUB-TOTAL 3 ..... **US$ 50.000,00**

9.4 - **DESPESAS GERAIS DO PROJETO**

- **CUSTO DE PESSOAL**

- 1 Coordenador geral do Projeto (Ordenado + Encargos sociais) ..... US$ 25.350,00

- Custo de administração e Secretariado ..... US$ 30.000,00

- Aquisição de material de equipamentos para Centros Comuitários ..... US$ 50.000,00

Imprevistos ..... US$ 50.000,00

SUB-TOTAL 4 ..... **US$ 155.350,00**

9.5 - TOTALIZAÇÃO

SUB-TOTAL 1	US$ 200.980,00
SUB-TOTAL 2	US$ 210.980,00
SUB-TOTAL 3	US$ 50.000,00
SUB-TOTAL 4	US$ 155.350,00

TOTAL GERAL ..... **US$ 617.310,00**

10 - Para orientar a Administração global do projeto será elaborado um REGIMENTO INTERNO, em que serão regulamentadas as questões concretas, e se proporão os critérios de solução dos casos omissos.

Nova Iguaçu, 30 de março de 1995

\diocese\ocasion\projetos\pformsoc\pfs-5-95

PROJETO FORMAÇÃO SOCIAL

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU / 1995-1997

1 - JUSTIFICATIVA

1.1 - O Documento final do Primeiro Sínodo Diocesano publicado no dia 16 de abril de 1992 assim descreve a realidade do povo da Baixada fluminense:

"Podemos dizer que nosso povo vive uma realidade:

1) de marginalização crescente
2) de empobrecimento
3) de desvalorização da qualidade de vida e
4) de destruição dos valores humanos, ficando-lhe como "tábua de salvação": corrupção, marginalidade, sonhos, misticismo e fuga para as seitas.

Como luz nas trevas, continua brilhando sua criatividade, seu espírito de luta e vontade de sobreviver, seu espírito de partilha nas coisas cotidianas, sua esperança de dias melhores."

1.2 - A Diocese de Nova Iguaçu, fiel à missão de ser "sal", "luz" e "fermento", sempre procurou desenvolver em sua pastoral "um compromisso libertador enraizado na teologia bíblica, nos documentos da Igreja e na reflexão dos teólogos. Mas na prática ela ainda não conseguiu definir uma "estratégia" libertadora: também lhe falta uma análise mais profunda do contexto social".

Depois desta constatação, o documento final do 1° Sínodo Diocesano afirma que as Comunidades Eclesiais de Base que formam a Diocese de Nova Iguaçu "para serem fator de mudança social e contribuírem para a construção do Reino de Deus, as CEBs não podem cair na armadilha de formar guetos superconscientes. Antes precisam difundir, a partir da fé, uma consciência social em níveis diferentes para alcançar a massa. Esta consciência, qualquer que seja o grau, deve ter sua raiz na Fé explicitamente vivida em Comunidade."

1.3 - A elaboração de um Projeto de Formação Social se insere como continuidade natural e coerente com toda a atuação da Diocese. Com ele se quer contribuir para a ação do cristão como agente de transformação social. O Projeto visa criar uma estratégia que venha "difundir, a partir da fé uma consciência social em níveis diferentes para alcançar a massa." Esta estratégia se baseia numa ampla reflexão sobre a realidade, sobre a Fé, sobre a história, sobre a doutrina social da igreja, e sobre as ciências sociais. Toda ação precisa de metodologia, de avaliação e de organização, que dependem de instrumentos culturais e técnicos que a Diocese pretende garantir aos leigos através deste projeto.

A Diocese já elaborou e realizou três "Projetões", que cobriram suas atividades respectivamente de 1980 a 83, de 1984 a 88 e de 1985 em diante. A partir desta riquíssima experiência, ela sente a necessidade de ampliar o número de cristãos conscientes que atuem nas comunidades, de intensificar a qualidade do espírito pastoral dos que já atuam, e de acompanhar com eficácia e clareza os que, em meio às atividades, necessitam apoio e por vezes aprofundamento das questões surgidas no trabalho.

2 - ENTIDADE RESPONSÁVEL

2.1 - O Projeto de Formação social estará vinculado à Diocese de Nova Iguaçu, que elaborou e se incumbirá da orientação doutrinal e e pedagógica, assim como da supervisão do programa.

2.2 - Para o desenvolvimento das atividades do Projeto será constituída uma COMISSÃO DO PROJETO SOCIAL reconhecida pelo Bispo Diocesano, a qual se articulará com a Comissão de Pastoral Social e se reunirá semanalmente para deliberar e encaminhar os passos da realização do projeto.

2.3 - Na execução dos levantamentos previstos, a COMISSÃO recorrerá aos serviços técnicos de entidades que já prestaram serviços deste tipo, e portanto já são conhecidas da Diocese e dos financiadores, como também são de confiável capacidade especifica: CEDAC, CERIS, IBASE e outras.

3 - OBJETIVO GERAL DO PROJETO

3.1 - O recrudescimento e a institucionalização da violência e da corrupção ocorridos especialmente nos últimos quatro anos, condicionados pelo empobrecimento resultante do modelo econômico excludente em vigor no país, colocam no centro da atenção educativo popular a exigência dos Direitos de Cidadania, desde a fome pura e simples até formas organizadas de resistência à exclusão, de fazer-se valer e reconhecer como membro da comunidade. As necessidades concretas deste desafio global só podem ser conhecidas e respondidas após um levantamento das questões e enfrentamento das situações.

3.2 - Dentro deste contexto, a estratégia da Diocese já tem diretivas definidas na prática de duas décadas e meia:

a) sensibilizar os cristãos para que sejam fermento na massa e descubram seu compromisso e seu jeito de ajudar na construção de uma sociedade mais justa.

b) formar leigos para que possam ter condição de participar ativamente e liderar, de forma coerente com os princípios cristãos, as atividades sócio-políticas nas quais atuam ou venham a atuar.

c) aprimorar a formação dos leigos que já estão militando, para que sejam capazes de perceber as urgências populares do momento e formular, a partir do quotidiano, respostas coerentes e eficazes.

d) criar condições de troca de experiências, avaliação, aprofundamento permanente e acompanhamento dos militantes.

e) estabelecer bases sólidas para uma estrutura estável de formação e acompanhamento de militantes e lideranças.

3.3 - Para responder ao desafio da cidadania, realizando a estratégia em desenvolvimento, o Projeto de Formação Social visa estimular nos agentes sociais a consciência dos Direitos do povo e reforçar participação efetiva na transformação social à luz dos Direitos Fundamentais da pessoa humana e da Fé. Isto só pode acontecer através de atividades que transformem a realidade local, criando experiências de exercício da cidadania e respeito à pessoa na comunidade.

Para se alcançar o Objetivo Geral do Projeto e responder satisfatoriamente às necessidades é preciso, portanto, sensibilizar e motivar as Comunidades, preparar pessoas com capacidade de se engajar ativamente nas estruturas sociais e políticas e oferecer a estas pessoas condições para avaliar, confrontar e aprofundar suas experiências. Para dar continuidade e solidez aos Objetivos e às respostas, será necessário, a longo prazo, criar uma ESCOLA de formação inicial, aprofundada e permanente de lideranças cristãs.

4 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

4.1 - Dentro dos limites impostos pelas caracteristgicas do financiamento, o projeto tem como objetivos específicos:

a) Aperfeiçoar cristãos que já militam nos Movimentos Populares, nos partidos políticos, nos sindicatos e nos serviços sociais da Igreja (CPT, PO, Creches, Pastoral do Menor e outras atividades) para uma atuação mais incisiva e capaz de responder aos desafios novos.

b) Propiciar aos militantes oportunidades de perseverar no engajamento, alimentar sua fé, confrontar suas experiências, aprofundar os conhecimentos necessários para enfrentar as situações novas.

4.2 - Meta especifica do projeto é o aperfeiçoamento dos cristãos, membros de comunidades, que já exercem atividades de militância e liderança.

4.3 - A execução dos cursos e das atividades projetadas supõe um levantamento das lideranças que podem participar e dos interesses específicos de Cada Comunidade. Em base a este levantamento deverão ser projetadas formas de como acompanhar as lideranças formadas ou aperfeiçoadas, com a colaboração dos participantes e da equipe responsável.

4.4 - Periodicamente será feita avaliação do conteúdo dos cursos e das possibilidades de cada participante aprimorar sua formação em vista de engajamentos específicos. Para que o projeto atinja o maior número possivel de pessoas será necessário criar meios de divulgação das experiências e dos resultados.

4.5 - A formação de agentes sociais não pode ser apenas teórica, mas deve incluir atuação concreta e localizada. Os cursos deverão seguir uma metodologia participativa, que inclua as três etapas de "Ver, Julgar, Agir". A linguagem deve ser acessível e contar com o apoio dos subsídios técnicos necessários.

4.6 - Os cursos de formação devem atingir lideranças de todas as Comunidades. A Construção de uma sociedade mais justa precisa de lideranças cristãs engajadas em muitos setores. A conjuntura atual da sociedade e a situação do povo nos leva no entanto a privilegiar alguns setores:

- Educação
- Saúde
- Partidos Politicos
- Movimentos Populares

Parece importante também privilegiar a formação de líderes comunitários que tenham capacidade para animar os serviços sociais da Igreja e orientar a ação das próprias comunidades em seu compromisso diante da sociedade.

5 - OS PROGRAMAS DOS CURSOS

5.1 - A experiência dos "Projetões" da Diocese de Nova Iguaçu mostra que a formação de agentes sociais e seu acompanhamento nas atividades de militância ultrapassa muito as possibilidades de um programa de cursos.

A organização de cursos torna possível entretanto formar equipes diversas, estabelecer metas, avaliar sua realização, assim como criar uma base estável e definida para as outras iniciativas que vão tornando necessárias.

Os cursos terão as diversas formas sugeridas pela qualificação dos agentes e as necessidades do público destinatário: palestras, debates, seminários, painéis, atividades de grupo, oficinas, dinâmicas, treinamento... etc.

A elaboração dos "Programas" continua, dentro do atual projeto, a caminhada dos "Projetões" anteriores da Diocese. Tais Programas deverão ser minuciosamente discutidos pelas equipes e pelos Agentes que se encarregarão de realizá-los. Por isto têm, no estágio da elaboração do Projeto, a concreticidade que vem da experiência consolidada, mas deverão ter a maleabilidade e abertura exigidas pelas transformações sociais, principalmente as que resultarem dos próprios esforços de formação da Diocese.

5.2 - Dentro dos objetivos gerais e específicos do Projeto, os Programas têm o objetivo de estimular e aprimorar em cristãos atuantes nas comunidades a capacidade de:

a) terem atuação nas suas bases, ocasionando pequenas mudanças de atitudes pessoais e coletivas que tornem concreto o exercício de direitos e da dignidade humana,

b) assumirem responsabilidades de liderança na Comunidade e na Sociedade Civil, tais como direção de organizações populares e candidatura para cargos politicos.

c) multiplicarem na base os »cursos« de que tiverem participado, ou propor e concretizar a realização de outras iniciativas de formação.

5.3 - Os cursos se realizarão tendo em vista a formação de uma «Escola de Lideranças», que deverá oferecer às Pastorais e Organizações populares, espaço e instrumentos adequados para a sua atividade de formação, sem prejuizo de sua legitima autonomia e especificidade.

5.4 - A avaliação do projeto será concentrada nos seguintes itens

a) Capacidade de analisar os acontecimentos e a conjuntura, em base a conhecimentos especificos de conteúdo e metodologia.

b) Apredizagem de novos comportamentos e métodos de liderança comunitária. Capacidade de analisar criticamente a própria atividade de liderança.

c) Conhecimento especifico da estrutura sindical, politica e social, assim como do grau de participação dos membros da própria comunidade.

d) Capacidade de multiplicar "nas bases" os cursos frequentados, assim como de propor e concretizar a realização de outras iniciativas de formação.

e) Questões especificas da avaliação de cada curso, de acôrdo com o programa elaborado pela Comissão e executado pelos Coordenadores de Curso.

6 - OS PROGRAMAS REGIONAIS

6.1 - O "projeto social" oferecerá em nivel regional cursos sistemáticos de aperfeiçoamento e assessoria. Para esta finalidade, as sete Regiões Pastorais serão agrupadas em três setores, segundo os critérios de proximidade, conveniência, facilidade de acesso a um Centro comum.

O curso de nível regional será oferecido a 2 participantes de cada Comunidade, num teto de 60 participantes por Curso, e compreenderá a realização de cursos sistemáticos com a duração de dois anos, entremeados de 10 Seminários ou Painéis para debate de temas especificados ao longo dos cursos.

6.2 - Os cursos se distribuirão por módulos, abrangendo cada módulo 60 horas de atividades formativas. No primeiro ano serão ministradas 30 horas e no segundo mais 30.

- Os módulos são:

a) ***Antropologia***: Temas que aprofundem o conhecimento da *pessoa humana* e a sensibilidade por seus problemas: Segurança social, Identidade, questões de alimentação, saúde, habitação e transporte. História do trabalho humano e sua evolução, Ética nas relações entre as pessoas: dinâmicas de grupo, enfrentamento de conflitos pessoais.

b) ***Sociologia***: Temas que aprofundem o conhecimento teórico e prático da *Sociedade*: organização de grupos, conhecimento da Estrutura da Sociedade e capacidade de analisar seus momentos conjunturais, planejamento de atividades sociais. Questões juridicas: pequenos requerimentos, regimentos internos e estatutos de organizações populares, gerenciamento e acompanhamento de unidades alternativas de produção: artesanato, oficinas de serviço, mutirões, etc.

c) ***Politica***: Temas ao redor da organização social e do *exercicio do poder*. Ideologia, visão Latino-americana da realidade, história e papel das organizações populares, legislação, especialmente em nivel municipal, metodologia do trabalho popular, negociação com os poderes e participação popular na Administração: Conselhos populares de saúde, habitação, transporte, saneamento, e inra-estrutura urbana. História a partir do povo, ética nas relações de poder.

d) ***Pastoral***: Temas ao redor das relações entre *Sociedade e Fé*. Dinâmicas de grupo, Fé e Politica no mundo atual como no ambiente biblico. O papel social das várias Pastorais e as relações entre elas, dentro de uma concepção de conjunto.

6.3 - Os módulos são especificos, mas não estanques. Será possivel a discussão de um mesmo tema dentro de dois ou mais módulos, sob vários aspectos. Os Seminários e Painéis de aprofundamento terão o papel de complementar os módulos, fazer a ligação entre os vários aspectos, e ensaiar maneiras de concretizar o Nível de Acompanhamento das lideranças.

O Curso sistemático terá um Coordenador do Programa mais um Coordenador em cada um dos três Setores regionais.

7 - AVALIAÇÃO DOS CURSOS E ACOMPANHAMENTO DOS AGENTES SOCIAIS

7.1 - Dado que o Objetivo do projeto é o aperfeiçoamento de agentes sociais já em atividade, e não uma formação teórica ou acadêmica, a avaliação de cada curso terá como objetivo criar entre os participantes as relações necessárias à continuidade da Formação inicial ou sistemática. Estas novas relações supõem intervenções na realidade local e modificações especificas.

7.2 - A escolha dos participantes será feita através do envolvimento das Comunidades. Em cada "turma" haverá pessoas de preparação e capacidade bastante diversificada, o que levará os Coordenadores de área a envolver as Comunidades no acompanhamento dos participantes de cada curso.

7.3 - Este envolvimento, na escolha como no acompanhamento, colocará os Coordenadores em contacto com as lideranças das Comunidades. Estas terão assim a oportunidade de dialogar com os agentes do curso - professores, assessores, coordenadores, participantes - a respeito de suas ansiedades, interrogações e experiências.

7.4 - A realização de Seminários e Painéis oferecerá um primeiro modelo de acompanhamento, e criará o espaço para a proposta de maneiras mais concretas. O temário de cada Seminário e Painel será indicado pelas avaliações e levantamentos realizados ao longo dos cursos. Terão como diretriz indicativa os módulos e as áreas de interesses dos programas.

7.5 - Os Coordenadores de curso deverão propor aos participantes a realização de "exercícios" a serem feitos entre as várias etapas: levantamentos comunitários, pequenas atividades de formação, acompanhamento e avaliação de atividades de militância e outros. A realização destes exercícios constituirá ponto específico de avaliação do curso.

7.6 - A criação da «Escola» visa a criação de um espaço e de um grupo de pessoas a quem as lideranças possam recorrer, e com cujo apoio os Agentes de Formação das diferentes organizações possam procurar de iniciativa própria os líderes Comunitários. Ela será possível na medida em que tiverem resultado positivo os cursos de formação local e regional.

7.7 - Aos líderes sociais já atuantes, será oferecida uma série de 3 seminários de uma semana sobre temas específicos, definidos a partir das necessidades e dos interesses manifestados pelos participantes.

8 - **ORÇAMENTO:**

8.1 CURSOS REGIONAIS: 3 SETORES REGIONAIS - EQUIPES SETORIAIS - 2 ANOS
2 PARTICIPANTES p/COM - máx. 60 - 10 SEMINÁRIOS OU PAINÉIS.

1° - Custo de Pessoal: Ordenado Mensal + Encargos sociais por três anos		
1 Coordenador do Programa	US$ 500 + 150	US$ 25.350,00
3 Coordenadores de Regiões	US$ 300 + 90	US$ 45.630,00
2° - Custo de módulos e Seminários:		
4 módulos de por regiões: 12 X 60 horas/módulo.		
- participantes: 60 pessoas por setor = 180		
Custo de alimentação e transporte		US$ 70.000,00
Seminários específicos: 10 para 180 pessoas - Duração: 1 dia (3 horas)		
Custo alimentação e Transporte		US$ 25.000,00
Pró-labore para assessores eventuais (10 pessoas)		US$ 25.000,00
3° - Custo de material didático, pedagógico: elaboração e reprodução de subsídios		US$ 20.000,00
SUB-TOTAL 1		**US$ 210.980,00**

8.2 - AVALIAÇÃO E COMPANHAMENTO DOS AGENTES SOCIAIS: Seminários e painéis "ocasionais".

1° - Custo de Sessões de Estudos e Seminários: 30 participantes	
3 Sessões de 1 semana para cada sessão (alimentação + local)	US$ 20.000,00
9 Seminários de 2 dias (alimentação)	US$ 6.000,00
Custo de transporte	US$ 5.000,00
Assessoria - Conferencistas	US$ 10.000,00
Material didático	US$ 9.000,00
SUB-TOTAL 2	**US$ 50.000,00**

8.3 - DESPESAS GERAIS DO PROJETO	- CUSTO DE PESSOAL	
	- 1 Coordenador geral do Projeto (Ordenado + Encargos sociais)	US$ 25.350,00
	- Custo de administração e Secretariado	US$ 30.000,00
	Imprevistos	US$ 50.000,00
	SUB-TOTAL 3	**US$ 105.350,00**

9.5 - TOTALIZAÇÃO

SUB-TOTAL 1	US$ 210.980,00
SUB-TOTAL 2	US$ 50.000,00
SUB-TOTAL 3	US$ 105.350,00
TOTAL GERAL	**US$ 366.330,00**

10 - Para orientar a Administração global do projeto a «COMISSÃO do PROJETO SOCIAL» elaborará um REGIMENTO INTERNO, em que serão regulamentadas as questões concretas, e se proporão os critérios de solução dos casos omissos.

Nova Iguaçu, 1º de Maio de 1995

Fr. Mateo Ronaldo

PROJETO FORMAÇÃO SOCIAL

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU / 1995-1997

1 - JUSTIFICATIVA

1.1 - O Documento final do Primeiro Sínodo Diocesano publicado no dia 16 de abril de 1992 assim descreve a realidade do povo da Baixada fluminense:

"Podemos dizer que nosso povo vive uma realidade

1) de marginalização crescente
2) de empobrecimento
3) de desvalorização da qualidade de vida e
4) de destruição dos valores humanos, ficando-lhe como "tábua de salvação": corrupção, marginalidade, sonhos, misticismo e fuga para as seitas.

Como luz nas trevas, continua brilhando sua criatividade, seu espírito de luta e vontade de sobreviver, seu espírito de partilha nas coisas cotidianas, sua esperança de dias melhores."

1.2 - A Diocese de Nova Iguaçu, fiel à missão de ser "sal", "luz" e "fermento", sempre procurou desenvolver em sua pastoral "um compromisso libertador enraizado na teologia bíblica, nos documentos da Igreja e na reflexão dos teólogos. Mas na prática ela ainda não conseguiu definir uma "estratégia" libertadora; também lhe falta uma análise mais profunda do contexto social".

Depois desta constatação, o documento final do 1° Sínodo Diocesano afirma que as Comunidades Eclesiais de Base que formam a Diocese de Nova Iguaçu "para serem fator de mudança social e contribuirem para a construção do Reino de Deus, as CEBs não podem cair na armadilha de formar guetos superconscientes. Antes precisam difundir, a partir da fé, uma consciência social em níveis diferentes para alcançar a massa. Esta consciência, qualquer que seja o grau, deve ter sua raiz na Fé explicitamente vivida em Comunidade."

1.3 - A elaboração de um Projeto de Formação Social se insere como continuidade natural e coerente com toda a atuação da Diocese. Com ele se quer contribuir para a ação do cristão como agente de transformação social. O Projeto visa criar uma estratégia que venha "difundir, a partir da fé, uma consciência social em níveis diferentes pra alcançar a massa." Esta estratégia se baseia numa ampla reflexão sobre a realidade, sobre a Fé, sobre a história, sobre a doutrina social da igreja, e sobre as ciências econômica e políticas. Toda ação precisa de metodologia, de avaliação e de organização que dependem de instrumentos culturais e técnicos que a Diocese pretende garantir aos leigos através deste projeto.

A Diocese já elaborou e realizou três "Projetões", que cobriram suas atividades respectivamente de 1980 a 83, de 1984 a 88 e de 1985 em diante. A partir desta riquíssima experiência, ela sente a necessidade de ampliar o número de cristãos conscientes que atuem nas comunidades, de intensificar a qualidade do espírito pastoral dos que já atuam, e de acompanhar com eficácia e clareza os que, em meio às atividades, necessitam apoio e por vezes aprofundamento das questões surgidas no trabalho.

2 - ENTIDADE RESPONSÁVEL

2.1 - O Projeto de Formação social estará vinculado à Diocese de Nova Iguaçu, que o elaborou e se incumbirá da orientação doutrinal e da supervisão do programa.

2.2 - Para o desenvolvimento das atividades do Projeto será constituído um Conselho a ser presidido pelo Bispo Diocesano ou por um representante por ele escolhido.

2.3 - Na execução dos levantamentos previstos a Diocese recorrerá aos serviços técnicos de entidades que já prestaram serviços deste tipo e portanto já são conhecidas da Diocese e dos financiadores, como também são de confiável capacidade específica: CEDAC, CERIS, IBASE.

3 - OBJETIVO GERAL DO PROJETO

3.1 - . O recrudescimento e a institucionalização da violência e da corrupção ocorridos especialmente nos últimos três anos condicionados pelo empobrecimento resultante do modelo econômico excludente em vigor no país, colocam no centro da atenção educativo popular a exigência dos Direitos de Cidadania, desde a fome pura e simples até formas organizadas de resistência à exclusão, de fazer-se valer e reconhecer como membro da comunidade.

As necessidades concretas deste desafio global só podem ser conhecidas e enfrentadas numa atividade local de levantamento das questões e enfrentamento das situações.

3.2 - Dentro deste contexto, a estratégia da Diocese já tem diretivas definidas na prática de duas décadas e meia:

a) sensibilização dos cristãos para que sejam fermento na massa e descubram seu compromisso e seu jeito de ajudar na construção de uma sociedade mais justa.

b) formar leigos para que possam ter condição de participar ativamente e liderar de forma coerente com os princípios cristãos as atividades sócio-políticas nas quais atuam ou venham a atuar.

c) aprimorar a formação dos leigos que já estão militando, para que sejam capazes de perceber as urgências populares do momento e formular a partir do quotidiano, respostas coerentes e eficazes.

d) criar condições de troca de experiências, avaliação, aprofundamento permanente e acompanhamento dos militantes

e) estabelecer bases sólidas para uma estrutura estável de formação e acompanhamento de militantes e lideranças

3.3 - Para [illegible] realizando a estratégia em desenvolvimento, o Projeto de Formação Social visa criar no povo a consciência dos próprios Direitos e despertar para a necessidade de participar ativamente como agente de transformação social à luz dos Direitos Fundamentais da pessoa humana e da Fé. Isto só pode acontecer através de atividades que transformem a realidade local, criando experiências de exercício da cidadania e respeito à pessoa na comunidade.

Para se alcançar o Objetivo Geral do Projeto e responder satisfatoriamente às necessidades é preciso, portanto, sensibilizar e motivar as Comunidades, preparar pessoas com capacidade de se engajar ativamente nas estruturas sociais e políticas e oferecer a estas pessoas condições para avaliar, confrontar e aprofundar suas experiências. Para dar continuidade e solidez aos Objetivos e às respostas, será necessário, a longo prazo, criar uma ESCOLA de formação inicial, aprofundada e permanente de lideranças cristãs.

4 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

4.1 - Os cursos de formação visam criar no povo que participa das CEBs a consciência de cidadania, levando-o a um maior participação democrática, a um maior conhecimento e exercício de seus direitos e deveres e ao resgate de seus valores culturais, através de experiências locais e exercício da reflexão sobre a realidade.

Existem cristãos que já militam nos Movimentos Populares, nos partidos políticos, nos sindicatos e nos serviços sociais da Igreja (CPT, PO, Creches, Pastoral do Menor e outras atividades). Estes cristãos precisam se capacitar para uma atuação mais incisiva e capaz de responder aos novos desafios.

Além disto, é preciso propiciar aos militantes oportunidades de perseverar no engajamento, alimentar sua fé, confrontar suas experiências, aprofundar os conhecimentos necessários para enfrentar as situações novas.

4.2 - A execução dos cursos e das atividades projetadas supõe cuidadosa preparação.

No primeiro semestre de execução, será necessário fazer um levantamento junto às Comunidades e Pastorais sobre os conteúdos e modalidades dos cursos, organizar nas comunidades as equipes locais de professores e instrutores, e capacitar as equipes para preparar os subsídios necessários e ministrar os cursos.

Feita esta preparação, será possível administrar os cursos previstos para os dois anos seguintes, organizar e preparar uma equipe regional com capacidade para coordenar os vários aspectos necessários para o aperfeiçoamento de militantes, quanto a conteúdo e metodologia.

No final dos cursos locais, deverá ser finalizada a elaboração das formas de como acompanhar as lideranças formadas ou aperfeiçoadas, com a colaboração dos participantes e da equipe responsável.

Em todo o período será feita avaliação periódica do conteúdo dos cursos e das possibilidades de cada participante aprimorar sua formação em vista de engajamentos específicos. Para que o projeto atinja o maior número possível de pessoas será necessário criar meios de divulgação das experiências e dos resultados.

4.3 - A primeira Meta [illegible] aumentar, nas comunidades, o número de pessoas socialmente ativas. A segunda é o aperfeiçoamento dos que já exercem atividades de militância e liderança. As transformações da realidade local poderão ser observadas pela pesquisa periódica de "temas geradores", necessária a cada etapa do projeto e dos cursos.

4.3 - A formação de agentes sociais não pode ser apenas teórica, mas deve incluir atuação concreta e localizada. Os cursos deverão seguir uma metodologia participativa, que inclua as três etapas de "Ver, Julgar, Agir".

A linguagem deve ser acessível e contar com o apoio dos subsídios técnicos necessários.

4.4 - Os cursos de formação devem atingir todas as Comunidades, com particular atenção aos Jovens, às Mulheres, aos Desempregados, aos Negros e aos Analfabetas.

A Construção de uma sociedade mais justa precisa de lideranças cristãs engajadas em muitos setores. A conjuntura atual da sociedade e a situação do povo nos leva no entanto a privilegiar alguns setores:

- Educação
- Saúde
- Partidos Políticos
- Movimentos Populares.

Parece importante também privilegiar a formação de líderes comunitários que tenham capacidade para animar os serviços sociais da Igreja e orientar a ação das próprias comunidades em seu compromisso diante da sociedade.

5 - OS PROGRAMAS DOS CURSOS

5.1 - A experiência dos "Projetões" da Diocese de Nova Iguaçu mostra que a formação de agentes sociais e seu acompanhamento nas atividades de militância ultrapassa muito as possibilidades de um programa de cursos

A organização de cursos torna possível entretanto formar equipes diversas, estabelecer metas e avaliar sua atuação. Ao mesmo tempo como criar uma base estável e definida para as outras iniciativas que se vão tornando necessárias. Os cursos serão as diversas formas sugeridas pela qualificação dos agentes e as necessidades do período desde as reuniões, seminários, painéis, atividades de grupo, oficinas e dinâmicas, treinamento etc

A elaboração dos "Programas" continua dentro do atual projeto, a caminhada dos "Projetões" anteriores da Diocese. Tais Programas deverão ser minuciosamente discutidos pelas equipes e pelos Agentes que se encarregarão de realiza-los. Por isso tem, no estágio da elaboração do Projeto, a concreticidade que vem da experiência consolidada, mas deverão ter a maleabilidade e abertura exigidas pelas transformações em curso, principalmente as que resultarem dos próprios esforços de formação da Diocese.

5.2 - Dentro dos objetivos gerais do Projeto, os Programas têm o objetivo específico de aumentar o número de cristãos atuantes nas comunidades e capacitá-los para:

a) terem atuação nas suas bases, ocasionando pequenas mudanças de atitudes pessoais e coletivas que tornem concreto o exercício de direitos e da dignidade humana,

b) assumirem responsabilidades de liderança na Comunidade e na Sociedade Civil, tais como direção de organizações populares e candidatura para cargos políticos.

c) multiplicarem na base os »cursos« de que tiverem participado, ou propor e concretizar a realização de outras iniciativas de formação.

5.3 - Os cursos se realizarão a partir dos Centros Sociais já construídos e consolidados pelos Projetões anteriores, aprofundando o resultado dos cursos já ministrados e tendo em vista a formação de uma «Escola de Lideranças».

Esta «Escola» deverá oferecer às Pastorais e Organizações populares que realizem formação, espaço e instrumentos adequados para a sua atividade de formação, sem prejuízo de sua legítima autonomia e especificidade.

5.4 - Os cursos exigem portanto cursos tipos de Programas, segundo a realidade das regiões, conhecida através dos levantamentos prévios e da avaliação periódica. De sua realização resultarão as propostas e possibilidades concretas de *Acompanhamento* das lideranças atuantes nos meios populares.

6 - PROGRAMAS DOS CURSOS LOCAIS

6.1 - Os Cursos locais serão realizados nos 300 Centros Comunitários existentes na Diocese, para um mínimo de 30 participantes cada um, com a duração de dois dias inteiros (em fins de semana ou feriados) ou cinco noites de 3 horas de trabalho cada uma em datas a serem determinadas em cada Comunidade, a partir da proposta da Diocese.

6.2 - Os conteúdos estão distribuídos em três áreas de interesses:

- GÊNERO ou tipo de pessoas.
- DIREITOS HUMANOS populares.
- ORGANIZAÇÃO popular

6.3 - ▫ A área de GÊNERO abrange cursos sobre Mulher, Jovem, Criança, tipos humanos como Negros, Trabalhadores, Migrantes, Moradores de Favelas e de Periferias, e outros de interesse específico das Comunidades.

▫ A área de DIREITOS HUMANOS populares abrange cursos sobre: Saúde, Trabalho, Educação, Habitação (Solo Urbano, Reforma Urbana e Agrária, Transporte), e outros de interesse específico das Comunidades.

▫ A área de ORGANIZAÇÃO POPULAR abrange cursos sobre: Comunidade, Associações populares, Cultura Popular, Mutirões, Formas de produção autônoma alternativa e Cooperativismo, Religião popular, e outros de interesse específico das Comunidades.

6.4 - Os Programas locais terão um Coordenador ou Coordenadora geral, mais um Coordenador ou Coordenadora para cada área. Estes Coordenadores serão escolhidos pelo "Conselho" responsável pelo desenvolvimento das atividades do Projeto.

6.5 - Os Coordenadores de área serão pessoas advindas das organizações específicas da Diocese e dos movimentos populares: Pastoral Operária, da Terra, CEBs, Clubes de Mães, organizações de Jovens, da Criança, da Saúde, etc. É necessário que, embora provindas de uma entidade específica, tenham sensibilidade e qualificação para coordenar as atividades de toda a área.

6.6 - A determinação detalhada dos conteúdos resultará de estudo atento dos "Projetões", dos mini-projetos e dos cursos já realizados, assim como do trabalho de levantamento feito junto às Comunidades e de estruturação da equipe de professores e instrutores, a se realizarem no primeiro semestre de 1995. O "Conselho" encarregado do Projeto fará uma proposta, a partir da experiência da Diocese.

7 - OS PROGRAMAS [illegible]

7.1 - Aproveitando as pessoas que vierem freqüentado com proveito os cursos locais, a Diocese oferecerá em nível regional cursos sistemáticos de aperfeiçoamento e assessoria. Para esta finalidade, as sete Regiões Pastorais serão agrupadas em três setores, segundo os critérios de proximidade, conveniência, facilidade de acesso a um Centro comum.

O curso de nível regional será oferecido a 2 participantes de cada Comunidade, num teto de 60 participantes por Curso, e compreenderá a realização de cursos sistemáticos com a duração de dois anos, entremeados de 10 Seminários ou Painéis para debate de temas especificados ao longo dos cursos.

7.2 - Os cursos se distribuirão por módulos, abrangendo cada módulo 60 horas de atividades formativas. No primeiro ano serão ministradas 30 horas e no segundo mais 30.

- Os módulos são:

a) ***Antropologia***: Temas que aprofundem o conhecimento da *pessoa humana* e a sensibilidade por seus problemas: Segurança social, Identidade, questões de alimentação, saúde, habitação e transporte. História do trabalho humano e sua evolução, Ética nas relações entre as pessoas: dinâmicas de grupo, enfrentamento de conflitos pessoais.

b) ***Sociologia***: Temas que aprofundem o conhecimento teórico e prático da *Sociedade*: organização de grupos, conhecimento da Estrutura da Sociedade e capacidade de analisar seus momentos conjunturais, planejamento de atividades sociais. Questões jurídicas: pequenos requerimentos, regimentos internos e estatutos de organizações populares, gerenciamento e acompanhamento de unidades alternativas de produção: artesanato, oficinas de serviço, mutirões, etc.

c) ***Politica***: Temas ao redor da organização social e do *exercício do poder*. Ideologia, visão Latino-americana da realidade, história e papel das organizações populares, legislação, especialmente em nível municipal, metodologia do trabalho popular, negociação com os poderes e participação popular na Administração. Conselhos populares de saúde, habitação, transporte, saneamento, e infra-estrutura urbana. História a partir do povo, ética nas relações de poder.

d) ***Pastoral***. Temas ao redor das relações entre *Sociedade e Fé*. Dinâmicas de grupoFé e Política no mundo atual como no ambiente bíblico. O papel social das várias Pastorais e as relações entre elas, dentro de uma concepção de conjunto.

7.3 - Os módulos são específicos, mas não estanques. Será possível a discussão de um mesmo tema dentro de dois ou mais módulos, sob vários aspectos. Os Seminários e Painéis de aprofundamento terão o papel de complementar os módulos, fazer a ligação entre os vários aspectos, e ensaiar maneiras de concretizar o Nível de Acompanhamento das lideranças.

O Curso sistemático terá um Coordenador do Programa mais um Coordenador em cada um dos três Setores regionais.

8 - AVALIAÇÃO DOS CURSOS E ACOMPANHAMENTO DOS AGENTES SOCIAIS

8.1 - Dado que o Objetivo do projeto é a formação de agentes sociais, e não uma formação teórica ou acadêmica, a avaliação terá como objetivo criar entre os participantes as relações necessárias à continuidade da Formação inicial ou sistemática. Estas novas relações supõem intervenções na realidade local e modificações específicas.

8.2 - A escolha dos participantes será feita através do envolvimento das Comunidades. Em cada "turma" haverá pessoas de preparação e capacidade bastante diversificada, o que levará os Coordenadores de área a envolver as Comunidades no acompanhamento dos participantes de cada curso.

8.3 - Este envolvimento, na escolha como no acompanhamento, colocará os Coordenadores em contacto com as lideranças das Comunidades. Estas terão assim a oportunidade de dialogar com os agentes do curso - professores, assessores, coordenadores, participantes - a respeito de suas ansiedades, interrogações e experiências.

8.4 - A realização de Seminários e Painéis oferecerá um primeiro modelo de acompanhamento, e criará o espaço para a proposta de maneiras mais concretas. O temário de cada Seminário e Painel será

indicado pelas avaliações e levantamentos realizados ao longo dos cursos. Terão como diretriz indicativa os módulos e as áreas de interesses dos programas.

8.5 - A criação da «Escola» visa a criação de um espaço e de um grupo de pessoas a quem as lideranças possam recorrer, e com cujo apoio os Agentes de Formação das diferentes organizações possam procurar de iniciativa própria os líderes Comunitários. Ela será possível na medida em que tiverem resultado positivo os cursos de formação local e regional.

8.6 - Aos líderes sociais já atuantes, será oferecida uma série de 3 seminários de uma semana sobre temas específicos definidos a partir das necessidades e dos interesses manifestados pelos participantes.

9 - ORÇAMENTO

9.1 -	CURSOS LOCAIS 200 CENTROS COMUNITÁRIOS - 30 PARTICIPANTES - 2 ANOS - EQUIPES LOCAIS		
	1° - Custos de Pessoal Ordenado mensal + Encargos sociais por três anos		
	1 Coordenador geral do Programa	US$ 500 + 150	US$ 25.350,00
	3 Coordenadores de área	US$ 300 + 90	US$ 45.630,00
	2° - Custo de Cursos e Seminários.		
	200 Cursos ministrados nos Centros Comunitários.		
	- duração de 2 dias ou 5 noites - nº de participantes: 30 pessoas		
	- Custo de alimentação e transporte		US$ 50.000,00
	- Ajuda de custo para assessoria (20 colaboradores)		US$ 50.000,00
	3° - Custo de Material didático, pedagógico (elaboração e produção de subsídios)		US$ 30.000,00
	SUB-TOTAL 1		**US$ 200.980,00**
9.2:	CURSOS REGIONAIS: 3 SETORES REGIONAIS - EQUIPES SETORIAIS - 2 ANOS		
	2 PARTICIPANTES p/COM - máx . 60 - 10 SEMINÁRIOS OU PAINÉIS.		
	1° - Custo de Pessoal: Ordenado Mensal + Encargos sociais por três anos		
	1 Coordenador do Programa	US$ 500 + 150	US$ 25.350,00
	3 Coordenadores de Regiões	US$ 300 + 90	US$ 45.630,00
	2° - Custo de módulos e Seminários:		
	4 módulos de por regiões 12 X 60 horas/módulo.		
	- participantes: 60 pessoas por setor = 180		
	Custo de alimentação e transporte		US$ 70.000,00
	Seminários específicos: 10 para 180 pessoas - Duração: 1 dia (3 horas)		
	Custo alimentação e Transporte		US$ 25.000,00
	Pró-labore para assessores eventuais (10 pessoas)		US$ 25.000,00
	3° - Custo de material didático, pedagógico: elaboração e reprodução de subsídios		US$ 20.000,00
	SUB-TOTAL 2		**US$ 210.980,00**
9.3 -	**AVALIAÇÃO E COMPANHAMENTO DOS AGENTES SOCIAIS:** Seminários e painéis "ocasionais".		
	1° - Custo de Sessões de Estudos e Seminários. 30 participantes		
	3 Sessões de 1 semana para cada sessão (alimentação + local)		US$ 20.000;00
	9 Seminários de 2 dias (alimentação)		US$ 6.000,00
	Custo de transporte		US$ 5.000,00
	Assessoria - Conferencistas		US$ 10.000,00
	Material didático		US$ 9.000,00
	SUB-TOTAL 3		**US$ 50.000,00**
9.4 - DESPESAS GERAIS DO PROJETO	- CUSTO DE PESSOAL		
	- 1 Coordenador geral do Projeto (Ordenado + Encargos sociais)		US$ 25.350,00
	- Custo de administração e Secretariado		US$ 30.000,00
	- Aquisição de material de equipamentos para Centros Comunitários		US$ 50.000,00
	Imprevistos		US$ 50.000,00
	SUB-TOTAL 4		**US$ 155.350,00**

9.5 - TOTALIZAÇÃO

SUB-TOTAL 1	US$ 200.980,00
SUB-TOTAL 2	US$ 210.980,00
SUB-TOTAL 3	US$ 50.000,00
SUB-TOTAL 4	US$ 155.350,00
TOTAL GERAL	**US$ 617.310,00**

10 - Para orientar a Administração global do projeto será elaborado um REGIMENTO INTERNO, em que serão regulamentadas as questões concretas, e se proporão os critérios de solução dos casos omissos.

Nova Iguaçu, .

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
CURSO DE FORMAÇÃO SOCIAL

P R O J E T O

D E

F O R M A Ç Ã O S O C I A L

1996 - 1997 - 1998

1. O PROJETO

Desde 1980, a Diocese de Nova Iguaçu elaborou e realizou três "Projetões" que cobriram a construção de quase 200 Centros Comunitários.

Em 1995, tendo em vista o aproveitamento humano e pastoral destes Centros, foi elaborado um "Projeto de Formação social" [PFS], que visa dar um novo impulso à formação dos Leigos.

O Projeto, dirigido à MISEREOR, apresenta como justificativa a "desvalorização da qualidade de vida e de destruição dos valores humanos" que oprime a Baixada Fluminense.

A Diocese de Nova Iguaçu sempre procurou desenvolver "um compromisso libertador enraizado na teologia bíblica, nos documentos da Igreja e na reflexão dos teólogos. Mas ela ainda não conseguiu definir uma estratégia libertadora. Falta uma análise mais profunda do contexto social.

Os "Projetões" tinham sido elaborados e administrados diretamente pelo Bispo, visando a construção de Centros Comunitários. A necessidade de seu aproveitamento pedagógico e a mudança de Bispo deram ao PFS caráter novo.

O PFS foi elaborado pela Coordenação de Pastoral, as Pastorais Sociais e a Cáritas Diocesana, com finalidade Pastoral-pedagógica, e será administrado por uma Comissão tirada do Corpo da Diocese, que recorrerá aos serviços de entidades já conhecidas CEDAC, ISER, PACS, CERIS, IBASE e outras.

2. Objetivos do Projeto de formação Social

⇒ O recrudescimento e a institucionalização da violência e da corrupção, condicionados pelo empobrecimento resultante do modelo econômico excludente em vigor, colocam no centro da atenção educativo popular a exigência dos

Direitos de Cidadania.

* Para responder ao desafio da cidadania, o PFS visa estimular nos agentes sociais a **consciência dos Direitos do povo** através de atividades conscientes que transformem a realidade local, e sejam acompanhadas pedagogicamente, de maneira a criar experiências de exercício da cidadania e respeito à pessoa na comunidade.

* Dentro deste contexto, a Diocese já tem uma estratégia nascida na prática de duas décadas e meia: sensibilizar os cristãos, formar leigos, aprimorar a formação dos militantes, criar condições de acompanhamento dos militantes e dirigentes, estabelecer bases sólidas para uma estrutura estável de formação e acompanhamento de militantes e lideranças.

A longo prazo, será necessário criar uma ESCOLA de formação inicial, aprofundada e permanente de lideranças cristãs.

O PFS tem como objetivos específicos

* **Aperfeiçoar cristãos que já militam** nos Movimentos Populares, nos partidos políticos, nos sindicatos e nos serviços sociais da Igreja

* **Propiciar aos militantes oportunidades** de aprofundar os conhecimentos necessários para enfrentar as situações novas

3. O CURSO DE FORMAÇÃO SOCIAL

O PFS está se concretizando através de um **Curso de Formação Social**, dirigido a pessoas com experiência de militância. Isto torna possível formar equipes diversas, estabelecer metas e avaliar sua realização, assim como criar uma base estável e definida para as outras iniciativas. O Curso será realizado em um fim de Semana por mes.

As Comunidades serão envolvidas na escolha e no acompanhamento dos cursistas. Isto colocará os Coordenadores de Curso em contacto com as lideranças das Comunidades. Estas terão assim a oportunidade de dialogar com os Agentes do curso a respeito de suas ansiedades, interrogações e experiências.

Para incluir atuação concreta e localizada os cursos deverão seguir uma **METODOLOGIA PARTICIPATIVA**, de "Ver, Julgar, Agir". A linguagem deve ser acessível e contar com o apoio de subsídios adequados.

Os cursos de formação devem atingir lideranças de todas as Comunidades. A conjuntura atual da sociedade e a situação do povo nos leva no entanto a privilegiar a **Saúde, a Educação, a Política, os Movimentos Populares e a Formação de lideranças.**

Periodicamente será feita avaliação do conteúdo dos cursos. Para que o projeto atinja o maior número possível de pessoas será necessário criar meios de divulgação das experiências e dos resultados. A **avaliação de cada curso** terá como objetivo criar entre os participantes as relações necessárias à continuidade da Formação inicial ou sistemática.

Os Coordenadores de curso deverão propor aos participantes a realização de "exercícios" a serem feitos **entre as várias etapas**, com o objetivo de garantir a unidade e continuidade do curso, assim como sua articulação com as comunidades.

Mais de 190 pessoas já se inscreveram, a partir de convites feitos pela Comissão e através de escolha realizada nas várias Paróquias e Comunidades. Os Cursistas estão inscritos em três "Centros":

A ***Catedral***,
o ***Centro de Formação***,
o ***"Nosso Lar"***.

Em cada Centro haverá um Coordenador do Curso.
Duas vezes por semestre haverá *seminários conjuntos* no ***Centro de Formação***.

4. OS PROGRAMAS DO CURSO

Os Programas deverão ser **discutidos pela equipe de Coordenação** e pelos Agentes que se encarregarão de realizá-los. Dentro dos objetivos gerais e específicos do Projeto, os Programas visam estimular e aprimorar nos Cursistas a capacidade de:

a) terem **atuação nas suas bases**, ocasionando pequenas mudanças pessoais e coletivas que tornem concreto o exercício de direitos e da dignidade humana;
b) assumirem **responsabilidades de liderança** na Comunidade e na Sociedade Civil, direção de organizações populares e candidatura para cargos políticos.
c) **multiplicarem na base os cursos** de que tiverem participado, ou propor e concretizar a realização de outras iniciativas de formação.

O curso se distribuirá por módulos, de 60 horas. No primeiro ano serão ministradas 30 horas e no segundo mais 30.

Segundo o calendário já elaborado, a turma de cada Centro terá regularmente um encontro por mês, durante o segundo semestre de 1996, o ano de 1997 e o primeiro semestre de 1998, mais dois seminários conjuntos por semestre.

Os Programas:

Sociologia: Conhecimento teórico e prático da *Sociedade*. "VER" a realidade imediata. Grupos populares, Estrutura social e conjuntura, planejamento de atividades sociais. Ideologia. Pequenas questões jurídicas, gerenciamento e acompanhamento de unidades alternativas de produção, etc.

Política: Organização social e *exercício do poder*, visto a partir da Sociedade e não do Estado como aparato de Poder usurpado pelas elites. Realidade macro-social. Visão Latino-americana, história e papel das organizações populares, metodologia do trabalho popular, negociação com os poderes e participação popular. Conselhos populares. História a partir do povo, ética e poder.

Antropologia: Potencialidades da *pessoa humana* e sensibilidade por seus problemas. "JULGAR". Ético e Moral. Segurança social, identidade, alimentação, saúde, habitação e transporte. O trabalho humano e sua evolução. Ética nas relações entre as pessoas.

Pastoral: Relações entre *Sociedade* e *Fé*. Propostas de um "AGIR" em coerência com as análises e o juizo ético. Fé e Politica. Bíblia. Pastorais Sociais. Eclesiologia.

=> Os módulos são específicos, mas não estanques. Será possível a **discussão de um mesmo tema dentro de dois ou mais módulos**, sob vários aspectos, dado que "VER", "JULGAR" e "AGIR" se interpenetram.

A continuidade entre um Encontro e outro, e o intercâmbio entre os três grupos, visam garantir que os conteúdos aprendidos e métodos experimentados no início não caiam em esquecimento no decorrer do curso.

A esta preocupação se acrescenta o esforço de manter o nível de participação durante dois anos, que será um indicador para avaliar se o curso responde ou não aos interesses e questões do povo.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

Projeto de Formação Social

Sr. (a) Responsável

A Diocese está desenvolvendo um Projeto de Formação Social e através desta, queremos fornecer-lhe maiores esclarecimentos sobre o mesmo e solicitar a indicação de pessoas de sua Paróquia ou Movimento, para a inscrição ao Curso.

Trata-se de um Projeto de Formação destinado a Membros de Comunidade que já tem algum envolvimento com as Pastorais e os Movimentos e, que se disponham a repassar os conteúdos ás Comunidades.

Tem por objetivos aperfeiçoar cristãos engajados para uma atuação capaz de responder aos desafios novos e propiciar-lhes oportunidades de perseverar no engajamento, alimentar sua Fé, confrontar suas experiências, aprofundar os conhecimentos necessários para sua atuação.

A Formação se dará através de um Curso que terá a **duração de dois anos,** envolvendo 28 fins de semana. Sendo que neste ano de 96, são marcados 05 (cinco) fins de semana de atividades formativas e ainda 02 (dois) Seminários. As matérias abordadas serão: **Antropologia, Sociologia, Política e Pastoral.**

O Curso de Formação será realizado em três lugares diferentes:
O Candidato poderá optar por um dos três lugares (1ª, 2ª, 3ª opção).

1º - **NOSSO LAR ;** Datas: 19, 20 e 21 de julho; 16, 17e 18 de agosto; 13, 14 e 15 de setembro; 18, 19 e 20 de outubro; 06, 07 e 08 de dezembro.

2º - **CATEDRAL :** Datas: 26, 27 e 28 de julho; 23, 24 e 25 de agosto; 20, 21 e 22 de setembro; 25, 26 e 27 de outubro; 22, 23 e 24 de novembro.

3º - **CENTRO DE FORMAÇÃO:** Datas: 02, 03 e 04 de agosto; 30, 31 de agosto e 01 de setembro; 27, 28, 29 de setembro; 08, 09 e 10 de novembro; 29, 30 e 01 de dezembro.

Estão previstos ainda dois Seminários, comuns aos três grupos.
O local será o Centro de Formação.
As datas: 04, 05 e 06 de outubro - 13, 14 e 15 de dezembro.

Para a indicação dos nomes, solicitamos que sejam observados alguns critérios:
- **Pessoas atuantes nas Comunidades ou nos Movimentos.**
- **Pessoas dispostas a assumir a participação integral do Curso durante dois anos.**
- **Pessoas com capacidade de repasse nas Comunidades ou nos Movimentos.**

As Paróquias poderão indicar uma Pessoa cada duas Comunidades.
Cada Comissão, Pastoral Diocesana ou Movimento, poderá indicar três Pessoas.

Os nomes, assim como as fichas de inscrição, devidamente preenchidas, deverão ser devolvidas **até 30/04/96 na Cáritas** para serem analisadas pela Comissão do Projeto.
A confirmação da inscrição será comunicada na 1ª semana de junho.

Na certeza de contar com seu empenho e participação, agradecemos.

Nova Iguaçu, 1º de Abril de 1996.

P/ Equipe Coordenadora do Projeto

PROJETO DOS CLUBES DE MÃES

A SER INCLUÌDO OU ACRESCENTADO

AO PROJETO GLOBAL DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

nº 233.148/64 G

Os CLUBES DE MÃES DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU são antigos parceiros e conhecidos da MISEREOR. Se a primeira explosão, há 25 anos, dos Clubes de Mães na Diocese, se deu graças ao apoio pessoal de D. Adriano, houve uma segunda explosão de crescimento dos clubes em número e em profundidade quando MISEREOR começou a apoiar os Clubes de Mães, financiando principalmente uma Equipe Diocesana de Coordenação, formação e animação. Não poucas vezes tive a ocasião de expressar a nossa gratidão pelo grande serviço prestado por MISEREOR à mulher pobre da Baixada Fluminense.

Com o término do chamado PROJETÃO III, em dezembro de 1994, e terminando assim a remuneração da Equipe Diocesana, obviamente criou-se um impasse, mas não desânimo. Longe disso!
Tivemos que procurar novos caminhos.
A Equipe Diocesana de Coordenação transformou-se em Equipe Voluntária.
Será claro que esta Equipe Voluntária não pode fazer com a mesma intensidade os mesmos serviços que prestava quando era remunerada.
As integrantes da Equipe também são pobres e precisam lutar para a sobrevivência. Isso faz que elas não tenham mais condições de diariamente visitar os Clubes, mas a Equipe Voluntária, isso sim, se dispõe gratuitamente a participar de reuniões mensais da Equipe, sessões de planejamento e de estudo, fora de uma atuação nos seus clubes locais.

Como se vê no anexo II 'programação' continua a Equipe Voluntária ativa, mas surge o problema da comunicação, incentivação dos mais de 80 clubes atualmente em função na Diocese. Existem mecanismos regionais de comunicação e coordenação dentro do grande organismo dos Clubes de Mães, que funcionam a título precário. Faz-se necessário um trabalho a nível diocesano de comunicação, incentivo no local e manutenção de união. Para esse fim se pede duas pessoas liberadas, em regime de meio expediente (half time) para fazer as visitas aos Clubes locais e fazer, na base, o trabalho de comunicação e incentivo. Esses pessoas deveriam ser remuneradas com um e meio salário mínimo mensal, mais encargos sociais (pois cria-se vínculo empregatício), e uma ajuda de custo par transporte.

Trabalhando com mulheres pobres no meio de pobres surge um outro problema: transporte, passagem de onibus. Pobre pode ser generoso, e a mulher pobre de Clube de Mães frequentemente generosa é, mas com certa frequência escuta-se dizer, com fundamento: "Gostaria de participar de uma reunião de formação, mas não tenho dinheiro para a passagem". O mesmo vale para outras atividades de Clubes de Mãos que exigem transporte de onibus: visitas, retiros, reunião de coordenação, etc. Todo esse problema de transporte nos leva a pedir uma ajuda para poder pagar, em caso de necessidade, o onibus.

Um último item é papel e tinta e manutenção do mimeôgrafo. Todo o trabalho de coordenação, planejamento, animação e formação exige um investimento em material de comunicação confeccionado no velho mimeôgrafo de Parque Flora. Os custos desse material ultrapassam a nossa capacidade econômica própria. Os crescente empobrecimento das classes mais mal remuneradas se faz sentir de maneira feroz.

Deve ser claro que a entidade responsável por esse projeto é a mesma entidade que se responsabiliza pelo projeto global que é a Diocese de Nova Iguaçu.

ORÇAMENTO

Orçamento para 3 (três) anos (sujeito a ajustes devido à instabilidade econômica e cambial do país)

1. Salário das 'semi-liberadas' + encargos sociais:	US$ 12.000,00
2. Despesas com transportes:	US$ 2.000,00
3. Papel, tinta, material de comunicação e formação:	US$ 1.000,00
TOTAL	US$ 15.000,00

Na esperança de poder contar novamente com MISEREOR me subscrevo com gratidão e esperança, e cordiais saudações,

Pe. W. STEENHOUWER ss.cc.
CAIXA POSTAL 77241
26001 - 970 NOVA IGUAÇU RJ
BRASIL
TEL. 021 - 7680303

em anexo:
1. Histórico dos Clubes de Mães na Diocese de Nova Iguaçu
2. Programação dos Clubes de Mães para 1995

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

PROJETO TRIENAL
PACS

2001 - 2003

CEDIM

INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL

Participação Autogestão Cooperação Solidariedade

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

1. **Introdução: As Dimensões Micro-Meso-Macro do trabalho do PACS**
   - *O campo do Desenvolvimento Local*
   - *Como trabalhamos*
2. **Programas**
   - 2.1. Programa: *Por um Milênio sem Dívidas*
   - 2.2. Programa: *Por Novas Instituições Multilaterais*
   - 2.3. Programa: *Integração Regional e Comércio Justo*
   - 2.4. Programa: *Socioeconomia Solidária e Cooperativismo Autogestionário*
   - 2.5. Programa: *Educação e Desenvolvimento Local*
   - 2.6. Programa: *Práticas de Formação para o Desenvolvimento Integral*
   - 2.7. Programa: *Redes*
3. **Estrutura Institucional**
   - 3.1 - *Dinâmica e tomada de decisões*
4. **Finanças**
5. **Orçamento**
6. **Anexos**

CEDIM

APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

O PACS existe desde 1986. Foi fundado como a parte brasileira do PRIES - Programa Regional de Investigações Econômicas e Sociais para o Cone Sul da América Latina -, iniciativa de um grupo de economistas comprometidos com o social, que retornavam do exílio a seus países de origem: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. O objetivo deste grupo era colocar sua experiência profissional e social a serviço dos movimentos sociais em seus respectivos países e na sub-região. Esta aliança foi dissolvida em 1995, após nove anos de colaboração e produção coletivas.

Nestes quatorze anos de existência, o PACS esteve empenhado em atuar a serviço dos movimentos sociais. Não vemos o PACS com um fim em si mesmo, mas como um meio de servir aos objetivos de emancipação do trabalho humano, desalienação da consciência humana e desenvolvimento integral dos potenciais materiais e espirituais do ser humano e da humanidade. A natureza abrangente desta visão -- em termos de tempo e espaço -- não impede que focalizemos nossas ações em objetivos e metas muito específicos, como demonstramos mais adiante. A preocupação central é articular as dimensões micro e macro da realidade, geralmente tratadas de maneira isolada uma da outra, permitindo aos senhores do poder comandar os processos globais, enquanto discursam sobre o fortalecimento dos povos ao nível local.

Nossas relações e parcerias com organizações sociais, particularmente aquelas dos setores sociais mais oprimidos e com agências e governos locais comprometidos com tais setores, é parte integrante de nossa história ao longo de todos estes anos. Com eles trabalhamos, com eles partilhamos nossas visões e conhecimentos, a eles dedicamos o melhor de nossas energias e criatividade, com eles aprendemos.

Sempre trabalhamos com a idéia de que no dia em que o PACS não tiver mais sentido para o movimento social, deve ceder lugar a outras entidades e organizações. No entanto, nossos parceiros – seja organizações laborais e sociais, seja as igrejas, seja outras ONGs, seja agências repassadoras de recursos no Brasil e no exterior -- têm continuamente insistido em que a entidade deve continuar existindo, por acharem seu trabalho valioso. Este é o espírito que nos guia no planejamento do trabalho dos anos de transição para o próximo século e milênio. Que o PACS sirva para acender nas pessoas chamas que iluminem a escuridão reinante. Que esta luz se irradie para que mais e mais gente olhe a si própria e a humanidade com confiança, esperança e, neste mundo mercantilista, materialista e repetitivo, coragem de ver mais longe do que as aparências, e de criar e inovar.

1. INTRODUÇÃO: AS DIMENSÕES MICRO-MESO-MACRO DO TRABALHO DO PACS

O CAMPO DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

O PACS entende **desenvolvimento** como o desabrochamento dos potenciais inerentes a cada ser vivo, pessoa, coletividade ou país. Um processo integral, incluindo, para além dos instintos, impulsos e necessidades materiais, as dimensões emocional, mental, psíquica e espiritual do ser humano, enquanto indivíduo e coletividade. Entendemos o aspecto econômico do desenvolvimento como simples meio para prover as bases materiais para o pleno desenvolvimento da pessoa e das coletividades humanas.

O trabalho e a criatividade são meios para o ser humano estabelecer relações consigo próprio, com o mundo e com as outras pessoas. Criam valor nos produtos que geram, e geram produtos que vão muito além daqueles que garantem a sobrevivência física do trabalhador. Nossa ação visa a emancipação do trabalho, conhecimento e criatividade humanas dos grilhões que hoje a amarram e subordinam à simples necessidade de sobreviver. O ser humano tem finalidades muito além da mera sobrevivência material. A economia deveria ocupar-se em garantir sustentavelmente esta sobrevivência para todos os indivíduos e todas as sociedades, libertando assim o tempo, a energia e a criatividade dos seres humanos para as tarefas superiores do seu desenvolvimento. Nesta perspectiva, a única política de desenvolvimento que faz sentido é aquela que tenha como referência as necessidades, aspirações e recursos de cada povo e nação.

Nossa crítica ao desenvolvimento no contexto da globalização capitalista é que ele está centrado na ilusão de que o crescimento econômico pode ser ilimitado, que ele é e será sempre sinônimo de mais empregos, bem-estar e felicidade, e isto para toda a humanidade. A história de 500 anos de capitalismo e de todo sistema centrado no produtivismo e no consumismo tem comprovado que esta noção é ilusória; tem sido motivo de frustração para a maioria da população trabalhadora e fator de sistemática destruição do meio ambiente. Questionamos também o fato de o crescimento capitalista não estar centrado nas necessidades, aspirações e recursos dos povos e nações, mas na propensão ao consumo daqueles indivíduos e países que têm poder de compra. Em conseqüência, quanto mais se produzem e acumulam riquezas, maior o número das pessoas, coletividades e países excluídos daquele crescimento, daquela acumulação e, portanto, do direito à vida, ao trabalho e ao desenvolvimento.

O 'desenvolvimento' no mundo capitalista vem dos países do Norte para os países do Sul, dos mercados ricos, das empresas transnacionais, das agências multilaterais e os governos do G-7, num movimento que tende à apropriação e ao controle do patrimônio natural e cultural dos países do Sul, e à

homogeneização dos modos de vida, incluindo necessidades, quereres, gostos e modos de expressão. Vem do MACRO para o MICRO, do espaço global para o local, daqueles que se consideram 'civilizados' para aqueles que eles consideram 'atrasados', 'retardados', 'subdesenvolvidos'. Aqueles agentes político-econômicos atuam todos segundo estes pressupostos e esta lógica, e manipulam os sistemas políticos e culturais para que se estabeleçam nos países do Sul governos subordinados a esses mesmos valores, conceitos e objetivos. Governos e políticos que se identificam muito mais com os ricos do hemisfério Norte do que com a maioria trabalhadora e empobrecida das suas populações.

Para nós a matéria do desenvolvimento é o potencial material, mental e espiritual existente nas pessoas, povos e nações, e na humanidade como espécie. O desenvolvimento consiste em nutrir e fazer desabrochar gradualmente estes potenciais, através de ambientes propícios, relações e práticas coerentes com seus objetivos. Portanto, o autêntico desenvolvimento só pode ocorrer num movimento que vai da pessoa para a coletividade, das comunidades locais para as nacionais e continentais, das nações para o mundo, em suma, do MICRO para o MACRO. Decorre também desta concepção de desenvolvimento a noção de que os seus sujeitos ou protagonistas principais têm que ser os próprios portadores dos potenciais a serem desenvolvidos. Qualquer agente externo que tenha algo a contribuir para este desenvolvimento, dará esta contribuição de forma apenas complementar, jamais protagônica, sob pena de distorcer e desviar o sentido do desenvolvimento.

COMO TRABALHAMOS

O horizonte teleológico do PACS é o Autodesenvolvimento, centrado nos atributos, recursos e potenciais da pessoa e da comunidade, desdobrando-os de dentro para fora, num processo controlado e gerido pelo próprio Ser individual e coletivo que precisa desenvolver-se; é o que temos chamado de globalização cooperativa, construída a partir do MICRO - cada pessoa, comunidade, municipalidade, grupo étnico, país e região, - respeitando sua subjetividade e singularidade. Uma globalização que se construa através de redes vivas de relações de partilha, complementaridade, cooperação entre os diversos agentes do nível micro, conformando a dimensão MESO, que é a dimensão da interconexão consciente e da interação solidária entre os diversos agentes do nível micro. Uma globalização baseada no respeito à diversidade dos indivíduos, das culturas e das próprias redes, que busque construir unanimidades na diversidade, e não em detrimento da diversidade.

Não fazemos a crítica à globalização competitiva de modo unilateral ou moralista. A dimensão micro-meso-macro do trabalho do PACS tem focalizado a identificação dos riscos e ameaças, por um lado, e das oportunidades e possibilidades, por outro. O desafio para as sociedades e para os oprimidos é não apenas resistir e opor-se à injustiça e à opressão, mas também, e ao mesmo tempo, encontrar formas concretas e inovadoras de superar as ameaças, aproveitando-se ao máximo das oportunidades para fazer avançar a sua própria História e o seu próprio desenvolvimento. Nesta perspectiva, o PACS associa as

três dimensões, como se pode ver abaixo, não apenas no plano conceitual mas também no das políticas e das práticas.

MICRO – assessoria e formação para o desenvolvimento comunitário e cooperativo, junto a comunidades urbanas e rurais, escolas municipais, cooperativas e associações autogestionárias de trabalhadores/as,
MESO – animação e secretariado do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro (município e estado); animação de outras redes de socioeconomia solidária, em espaços como algumas prefeituras do Rio Grande do Sul, o Brasil, a América Latina; participação em redes de entidades educativas e na educação de professores-educadores.
MACRO - Participação ativa em redes que atuam sobre temas macro: na coordenação da Campanha do Jubileu 2000 por um milênio sem dívidas; na Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais e na Rede Brasileira pela Integração dos Povos; e na animação continental e global do Polo de Socioeconomia Solidária, da Aliança por um Mundo Responsável e Solidário.

Tendo avaliado nossas realizações em 1999, a equipe do PACS resolveu propor uma nova estrutura e divisão de trabalho. Registramos que praticamente todos os programas de trabalho envolvem ao mesmo tempo as dimensões sociopolítica, socioeconômica e a educativa. Mas também é verdade que em quase todos os programas e projetos procuramos articular as dimensões micro-meso-macro, e as dimensões de curto-médio-longo prazo. Mesmo conscientes de que qualquer divisão ou classificação resulta apenas parcialmente fiel a uma práxis que busca ser integradora e integral, decidimos experimentar uma nova formatação, dissolvendo os núcleos e, com base no aspecto que predomina em cada programa ou projeto, classificá-los de acordo com os níveis micro, meso e macro.

2. PROGRAMAS

2.1. PROGRAMA "POR UM MILÊNIO SEM DÍVIDAS"

JUSTIFICATIVA

Este Programa coloca o PACS no eixo das atividades em torno da Campanha do Jubileu 2000. Por seu compromisso de mais de 12 anos de trabalho e publicações sobre a dívida externa e as políticas de ajuste estrutural, o PACS foi convidado pela CNBB e o CONIC para assessorar as equipes responsáveis pela iniciativa pastoral e ecumênica em torno das dívidas. Tendo participado do Simpósio sobre a Dívida Externa, em 1998, fomos convidados a compor a coordenação do Tribunal da Dívida Externa e articular o Fórum das entidades sociais do Rio de Janeiro para o Tribunal. Durante este evento, além de termos coordenado a equipe que elaborou o esboço do Veredicto, a equipe inteira do PACS foi mobilizada para garantir a infraestrutura do Tribunal. Participamos da Plenária Social que estabeleceu uma coordenação ampliada para a Campanha, e fomos escolhidos para representar a Rede Brasil sobre as IFM na coordenação. Esta mesma coordenação decidiu promover um plebiscito popular sobre as dívidas financeiras como a principal atividade da Campanha no ano 2000. Escolheu o PACS como responsável pela interação da Campanha brasileira com o exterior, dado que já fazíamos este papel em relação às redes latino-americana, do Jubileu Sul e internacional.

OBJETIVOS:

- O Brasil e todos os países do hemisfério Sul libertados não apenas da cadeia das dívidas financeiras, mas também dos mecanismos sistêmicos, do modelo de crescimento econômico e das políticas responsáveis pelo círculo vicioso do endividamento.
- Sociedade civil consciente, informada e mobilizada para exigir dos governos transparência e integridade nas formulação e execução da sua política financeira e monetária, assim como prioridade para as políticas de resgate das dívidas social, política e ambiental.
- Transações internacionais regidas por uma legislação de alcance global, fundada no reconhecimento explícito dos direitos individuais, sociais, ambientais e no direito dos povos aos desenvolvimento, que inclua também o direito dos países da declarar-se insolventes; e por instituições genuinamente democráticas, empoderadas para legislar, fiscalizar e sancionar as relações socioeconômicas e financeiras internacionais.

METAS

As seguintes **metas** fazem parte do nosso cronograma de trabalho para os próximos três anos:

- Em 2000, participar ativamente na preparação do Plebiscito popular sobre as dívidas financeiras,
- Em toda a sua duração, coordenar a implementação da política de relações internacionais da Campanha brasileira, incluindo a responsabilidade pelos contatos internacionais, pela divulgação no exterior de informes sobre a Campanha brasileira e de coordenar a participação brasileira em eventos das Campanhas internacionais.
- Continuar produzindo os Informes PACS do J2000 (sete deles já foram divulgados até agora). Pretendemos produzir seis cada ano, nos próximos três anos.
- Assessorar a coordenação da Campanha brasileira em relação aos aspectos socioeconômicos das dívidas, incluindo as atividades pressão sobre o Congresso Nacional e as agências multilaterais em favor dos objetivos do Jubileu, e a definição dos objetivos e das estratégias do movimento pela superação dos fatores que geram e perpetuam a crise do endividamento nas suas diversas etapas.
- Assessorar as entidades-membros da campanha brasileira e de outras campanhas mediante consultorias e atividades educativas (seminários, cursos, oficinas, etc), incluídos movimentos sociais, igrejas, centros ecumênicos, universidades, governos locais e outras organizações de desenvolvimento solidário;
- Produção de ensaios, livros e outros materiais educativos sobre os temas ligados às dívidas, sobretudo na elaboração de propostas alternativas à política de endividamento e descapitalização, assim com às políticas de ajuste estrutural. Já em 2000 temos acertada com Christian Aid e a editora inglesa Pluto, a publicação da versão atualizada, em inglês, do livro "Dívida E(x)terna: Para o Capital, Tudo, para o Social, Migalhas), publicado no Brasil em 1999 pela Editora Vozes em co-edição com o PACS.
- É no contexto das alternativas ao ajuste neoliberal que continuaremos a pesquisar e a elaborar sobre: o desenvolvimento auto-sustentável e autogestionário; a globalização cooperativa e solidária; alternativas à centralização monopolista e autocrática das empresas transnacionais e ao modelo capitalista de mercado; caminhos para superar a atual divisão internacional do trabalho, incluindo a emancipação do trabalho e a superação da exclusão e da precarização; e as vias para a democratização do Estado e a autoconstituição da sociedade como principal protagonista do seu próprio desenvolvimento.

ENTIDADES PARCEIRAS

Entidades com quem o Programa colabora incluem: CONIC, CNBB, IECLB, Igreja Evangélica Anglicana do Brasil, CESE, Koinonia, CECA, Central de Movimentos Populares (CMP), Central Única dos Trabalhadores (CUT), pastorais e centros ecumênicos (Conselho Mundial de Igrejas), CLAI, organizações sindicais e profissionais, cooperativas, Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (IERJ), Conselho Regional de Economia, EURODAD, Instituto Transnacional, entidades-membros das Campanhas J2000 na Europa (sobretudo Christian Aid, SCIAF, Trocaire, CCFD, Coalizão Suíça, Caritas-Alemanha e Kobra), na América do Norte, no hemisfério Sul, na América Latina.

Os recursos para o financiamento dos trabalhos de pesquisa, assessoramento, publicações e educação do Programa procedem ou dos apoios institucionais recebidos de parceiros, ou de remunerações e *pro labore* oferecidos, quando possível, pelas entidades com quem colaboramos. SCIAF, Escócia, tem contribuído com uma doação específica para este Programa.

2.2. PROGRAMA "POR NOVAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS"

JUSTIFICATIVA

O PACS tem conhecimentos e experiência sobre as Instituições Multilaterais, acumulados desde sua fundação, com os trabalhos sobre os sistemas financeiros do Cone Sul, as políticas de ajuste estrutural comandadas pelas IFMs, a crise da dívida externa, as privatizações, etc. Mas foi sobretudo nos últimos oito anos que mais aprendemos e atuamos junto a entidades sociais e ecumênicas a respeito das IFMs. A referência principal foram os dois anos e meio (1992-1995) durante os quais Marcos Arruda desempenhou o papel de coordenador do Grupo Internacional de ODSs sobre o Banco Mundial, e de agente de ligação do Comitê ODSs-Banco Mundial, com base em Genebra, Suíça. Reinaldo Gonçalves, sócio e colaborador do PACS de longa data, trabalhou também em Genebra como consultor da CNUCED sobre o sistema financeiro mundial, e Nelson Lecocq, também colaborador do PACS, tem acumulado uma ampla experiência como economista da Caixa Econômica Federal, acompanhando as políticas de ajuste comandadas pelo FMI e Banco Mundial.

Em 1993 e, de novo, em 1995 o PACS participou de eventos sobre as IFMs organizados por organizações de desenvolvimento solidário no Brasil, tendo sido um dos fundadores da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais em março de 1995. Durante os primeiros quatro anos de atividade da RB, fomos membros eleitos e reeleitos da Coordenação. Nossa atuação tem focalizado os temas macro socioeconômicos, tais como as políticas de ajuste estrutural, as diretrizes de reformas setoriais do Banco, a política de alívio à pobreza, o documento de Estratégia de Assistência ao Brasil, do Banco Mundial,

e o Painel de Inspeção. Em 1997, elaboramos um dos capítulos do livro publicado pela RB, "Estratégias dos Bancos Multilaterais para o Brasil". Atualmente, somos animadores do núcleo de temas macro socioeconômicos da RB e representamos a RB na Coordenação da Campanha por um Milênio sem Dívidas.

OBJETIVOS:

- IFMs democratizadas, orientadas para promover o desenvolvimento humano e social, subordinando as políticas econômica, financeira e monetária ao serviço daquele desenvolvimento.
- Sociedades - e as comunidades humanas que as constituem -, a nível nacional e planetário, plenamente ativas e conscientes no seu papel de protagonista do seu próprio desenvolvimento social, econômico, cultural, psíquico e espiritual. Portanto, capazes de relacionar-se voluntaria e conscientemente entre si na base na justiça, eqüidade e solidariedade, expressar suas necessidades e desejos, e fiscalizar as atividades dos respectivos governos e das IFMs.
- Agências globais supranacionais e multilaterais democráticas, guiadas por corpo legislativo e jurídico internacional justo e eficaz, estruturadas a fim de prestarem um serviço eficaz e eficiente de orquestração das sociedades, respeitando sua diversidade e buscando construir unanimidades a partir do respeito mútuo, do diálogo autêntico e da efetiva igualdade de direitos e deveres.
- Um Estado democratizado no Brasil, cuja política internacional seja o resultado de um diálogo transparente com as organizações da sociedade e com as outras instâncias de governo.

METAS

As seguintes **metas** fazem parte do nosso cronograma de trabalho para os próximos dois anos:

- Prestar consultoria a organizações sociais e populares, defendendo suas causas junto às IFMs (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio) e ao governo brasileiro, no que se refere a políticas de desenvolvimento eco-social, comércio internacional, finanças e programas e projetos financiados por bancos multilaterais. Isto inclui a produção de textos e materiais didáticos.
- Entre 2000, ano de Jubileu, e 2002, aprofundar o questionamento do paradigma de desenvolvimento adotado pelas IFMs e aproveitar toda oportunidade para apresentar e debater as propostas alternativas, tanto junto aos representantes das IFMs, quanto dos governos dos países-membros, a começar pelos Poderes Executivo e Legislativo do governo brasileiro.
- Manter comunicação regular, direta ou indireta (através da secretaria da RB) com representantes das IFMs no Brasil, com membros da Câmara e do Senado, e com entidades que atuam junto aos diretores executivos dos países-membros nos Conselhos Diretores das IFMs, tais

como Christian Aid, Coalizão Suíça, Trocaire, Projeto Bretton Woods, Development Gap. Em 2000 e 2001, aproveitar estas interações para focalizar em particular os temas relacionados com o Jubileu 2000 das dívidas.

- Participar, na medida dos nossos recursos humanos e materiais, da rede internacional de pesquisa sobre o ajuste estrutural (SAPRIN). Esta incumbência nos foi solicitada pela Coordenação da RB.
- Em 2000, contribuir decisivamente para a formação do núcleo de temas macroeconômicos (que o PACS está ajudando a formar dentro da RB, focalizando as políticas macroeconômicas e macro-sociais defendidas e promovidas pelas IFMs nos países do Sul). Nos anos seguintes, ajudar a animar este núcleo e a pôr em prática sua estratégia.
- Continuar atuando como uma das entidades animadoras da Iniciativa sobre impacto de gênero das políticas das IFMs, incluindo da promoção de encontros e a elaboração e divulgação de materiais didáticos sobre o tema.
- Participar e, quando necessário, promover atividades educativas e publicações a serviço de organizações de trabalhadores, igrejas, centros ecumênicos, universidades, funcionários de governos locais e agências internacionais parceiras.

ENTIDADES PARCEIRAS

As parcerias neste trabalho são diversificadas. O PACS tem colaborado com atividades educativas e de mobilização promovidas por entidades sindicais, eclesiais e ecumênicas. No contexto da Rede Brasil, existe um quadro muito estimulante de complementaridade entre as entidades de desenvolvimento solidário aí presentes. A RB tem conseguido ampliar seu alcance, envolvendo um número crescente de entidades profissionais, sindicais e populares, e ganhando visibilidade crescente na imprensa oficial. Além disso, temos ativas parcerias internacionais em ambos os hemisférios.

2.3. PROGRAMA "INTEGRAÇÃO REGIONAL E COMÉRCIO JUSTO "

JUSTIFICATIVA

O PACS iniciou este Programa ainda no contexto do PRIES, numa articulação a nível de Cone Sul. Seu foco no fim dos anos 80 e início dos 90 era o MERCOSUL. Em 1991, no contexto do PRIES/CS, o Instituto patrocinou um encontro em Porto Alegre sobre "MERCOSUL ou a Integração dos Povos do Cone Sul?". Os participantes prepararam uma Declaração com o mesmo nome, que foi publicada em português e castelhano. O PACS foi também convidado a

participar de um Seminário sobre Alternativas Latino-Americanas de Integração Regional, no contexto do Fórum de São Paulo, realizado em Lima, Peru, em 1992. Atuamos em parcerias sindicais, como a Escola Sul da CUT, o Sindicato de Metalúrgicos de Campinas e o Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Sul. Também em parcerias eclesiais, como com a CNBB e CEDI/Koinonia. Fomos responsáveis pela animação de um grupo de trabalho e por uma apresentação em plenário. Alimentamos de informação um fórum eletrônico sobre o Mercosul e produzimos um livro e diversos artigos e documentos de trabalho. Colaboramos também com Christian Aid na sua campanha sobre Comércio Internacional justo, no início dos anos 90. Em 1999, participamos ativamente da organização do Fórum da Sociedade Civil sobre o Diálogo América Latina-Caribe e Europa, que realizamos no Rio de Janeiro, em junho, simultaneamente à Cimeira Internacional. Também contribuímos para a criação da REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos – e para a preparação da participação brasileira nas atividades relacionadas às Reuniões Ministeriais da ALCA (Toronto) e OMC (Seattle).

No próximo triênio, o Programa pretende focalizar questões de políticas eco-sociais regionais, política de trabalho, emprego e auto-emprego. Nos anos recentes, o PACS se viu obrigado a ampliar a abrangência do Programa, embora com recursos humanos e financeiros insuficientes, para incluir a construção das redes brasileira e continental em torno do projeto de integração dos povos e por uma política comercial internacional justa e equitativa. O Programa tem também um objetivo educativo, que é gerar um efeito multiplicador das entidades e instituições mencionadas junto a suas bases sociais, munidas de conhecimentos essenciais sobre o ALCA, o MERCOSUL e a Organização Mundial do Comércio (OMC), e da visão de uma integração mais abrangente, cooperativa e solidária das nações e povos das Américas e do mundo.

OBJETIVOS

Os povos das Américas, e não apenas as economias e os mercados, efetivamente integrados. Isto significa, entre outros aspectos, a integração cultural como afirmação - e não negação - da diversidade. Uma integração econômica a serviço do desenvolvimento integral e sustentável de cada um dos habitantes, comunidades e países da região, com base num projeto comum, cooperativo e solidário. Esta visão inclui o compromisso de trabalhar em parceria com entidades dos movimentos sociais, sindicatos, instituições das igrejas e ecumênicas, no sentido da construção de uma visão crítica da integração em processo, abrindo caminho para a formulação de políticas e práticas alternativas visando uma genuína integração dos povos do Cone Sul, das Américas e do mundo.

METAS

- ajudar a interligar organizações de trabalhadores, universidades e outros centros de consulta e pesquisa no Cone Sul e no âmbito do Acordo de Livre Comercio para as Américas - ALCA;

- ajudar a promover encontros regionais sobre temas referentes à integração regional;
- produzir ensaios críticos e propositivos, assim como materiais educativos;
- estudar o MERCOSUL nos contextos mais amplos, como a proposta do ALCA, assim como comparativamente com outras experiências regionais de integração, tanto na América Latina e Caribe, quanto na América do Norte, Europa e Ásia-Pacífico.
- Continuar participando e colaborando ativamente na construção da Rede Brasileira pela Integração dos Povos – REBRIP – e a Aliança Social Continental – ASC.
- Acompanhar criticamente as atividades da OMC no que diz respeito, por um lado, às atuais políticas de liberalização comercial, e de promoção dos interesses sempre mais autocráticos das grandes corporações globais e, por outro, aos potenciais de a OMC, ou uma nova instituição global dedicada ao comércio e desenvolvimento, vir a ser um espaço democrático capaz de regular os fluxos comerciais com base em princípios de justiça, equidade e solidariedade.
- Colaborar para o desenvolvimento do intercâmbio de economias cooperativas autogestionárias e solidárias na Região.

ENTIDADES PARCEIRAS

As parcerias do PACS se dão de forma bilateral, com a CUT, CNBB, CLAI, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) e ABONG, alguns sindicatos e federações, mas também multilateral, no contexto das redes. A construção das redes exige uma relação bilateral sistemática, que nos obriga a selecionar criteriosamente as parcerias, centrando naquelas que têm maior efeito multiplicador.

2.4. PROGRAMA "SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO AUTOGESTIONÁRIO"

JUSTIFICATIVA

O PACS vem lidando com a promoção de iniciativas de autogestão desde 1992, quando participou da criação da Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas Autogestionárias e de Participação Social (ANTEAG). Participamos da organização do primeiro Encontro Estadual de Cooperativismo Popular, em 1996, e da Comissão que ajudou a organizar o I Encontro sobre Cooperativismo e Associativismo do Estado do Rio de Janeiro, promovido pelo governo do estado em 1999. O PACS tem oferecido assessorias a cooperativas, sindicatos, universidades e governos municipais no Rio Grande do Sul, sensibilizando para a urgência de se construir um movimento local e nacional de socioeconomia solidária e cooperativismo autogestionário, desenvolver programas educativos, instrumentos e métodos cooperativos, e planejar uma estratégia cooperativa

clara para o envolvimento gradual de organizações de trabalhadores na promoção de cooperativas autogestionárias, com o propósito de ocupar gradualmente espaços cada vez maiores na economia de mercado e edificar uma socioeconomia cujo sujeito principal sejam os próprios trabalhadores-empreendedores. Temos também levantado estas questões junto ao movimento sindical e popular nacional, sobretudo com a CUT, as Igrejas e suas pastorais, e o movimento ecumênico.

O Programa tem duas linhas estratégicas de ação fundamentais: por um lado, visa colaborar no planejamento participativo de uma estratégia de ação orientada para a ocupação gradual da economia de mercado, através de iniciativas associativas e cooperativas autônomas e interligadas através de redes de complementaridade e intercâmbio solidário, visando o objetivo maior que é o desenvolvimento integral de cada ser humano e da humanidade planetária, num movimento de crescente globalização cooperativa e solidária; por outro, visa contribuir para a evolução gradual destas cooperativas e associações autônomas no sentido de tornar-se autênticas comunidades humanas, ocupadas tanto no desenvolvimento integral de cada um de seus membros e suas famílias, quanto numa integração justa, complementar e sustentável umas com as outras. Esta visão se estende igualmente à dimensão da Nação e da relação com outras nações.

Tem também dois modos de atuação complementares às linhas estratégicas: um, pressionar os centros de poder político e econômico em favor de políticas e de relações que contribuam para promover as redes de socioeconomia autogestionária e solidária, inclusive mudanças na legislação federal, estadual e municipal; o outro, organizar educando e promovendo a consciência de que só através de uma profunda mudança cultural (de valores, atitudes, comportamentos, modos de relação, aspirações e desejos) é que conseguiremos construir os novos sujeitos capazes de gerar novas instituições e novas relações societárias e humanas.

Esta perspectiva visa confrontar os obstáculos e riscos colocados pela onda atual de globalização competitiva, e também sensibilizar trabalhadores e líderes sociais para o espectro de oportunidades geradas também pela globalização centrada no mercado.

Este é tipicamente **um programa tridimensional** do PACS. A dimensão macro deste Programa está ligada ao esforço de contribuir para a formulação de um projeto global de desenvolvimento socioeconômico, político e cultural, alternativo ao que é dominado pelo capital e por sua respectiva divisão social do trabalho. Esta ação macro o PACS desenvolve tanto na sua interação com o Banco Mundial e os governos do Brasil e de outros países, como também na sua participação em redes que atuam no âmbito macro, como a Rede Brasil sobre IFMs, a Aliança Social Continental, e o Polo de Socioeconomia Solidária (de cuja equipe global de animação o PACS faz parte), da Aliança por um Mundo Responsável e Solidário (s.XXI).

A dimensão meso tem a ver com as redes que busca fomentar e facilitar, a nível local, nacional e internacional. Há dois anos desempenhamos o papel de secretaria executiva do FCP-RJ. No contexto do Polo de Socioeconomia Solidária, coordenamos a organização do Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias, em Porto Alegre, em 1998, a publicação dos seus resultados, e estamos colaborando na construção das Redes Brasileira e Latina de Socioeconomia Solidária. O PACS também tem servido de ponto focal de uma relação sempre mais ativa e solidária das redes brasileiras com trabalhadores da SES na Espanha, Argentina, Uruguai, Peru, Bolívia, Inglaterra e Irlanda.

A nível micro, este Programa apoia e assessora associações e cooperativas como forma promissora de organização autônoma e autogestionária de trabalhadoras e trabalhadores para fins produtivos; e postula, na sua prática consultiva e educativa, a solidariedade como princípio organizativo das relações intra e intercooperativas, no contexto de um projeto socioeconômico, político e cultural que chamamos de **socioeconomia solidária, e de globalização cooperativa.** As assessorias incluem o apoio técnico direto no campo organizativo, produtivo, comercial e financeiro, e também atividades educativas, tais como Oficinas de Formação em Socioeconomia Solidade, mencionadas no Programa Práticas de Formação para o Desenvolvimento Integral.

OBJETIVOS:

- Uma sociedade planetária unificada em torno da complementaridade das suas diversidades. Cidadãs e cidadãos assumindo consciente e ativamente suas responsabilidades e seus deveres, como indivíduos, coletividade e espécie, com base em valores tais como a cooperação, o respeito mútuo, a solidariedade, a complementaridade e a interação harmônica com a Natureza.
- A população do Planeta estabilizada em termos de número, com base numa educação omnidimensional de todos e para todos, e no acesso destes aos direitos pessoais e sociais, inclusive aos direitos econômicos e ao desenvolvimento humano integral.
- O conhecimento científico e suas aplicações tecnológicas evoluídos e democratizados ao ponto de os produtos e serviços serem suficiente e adequadamente distribuídos a fim de satisfazer as necessidades materiais de toda a humanidade.
- Libertado o trabalho e a criatividade humanas da cadeia das necessidades ligadas à mera sobrevivência, as pessoas e coletividades podem usar a maior parte do seu tempo em atividades que permitem o desenvolvimento dos seus atributos superiores enquanto seres humanos: sua mente, seus sentidos imateriais - a afetividade, a ética, a estética, a transcendência, a unidade, a capacidade de comunicação, a psiqué individual e coletiva, a capacidade de amar, de respeitar e aceitar o outro desinteressadamente.

METAS

- Continuar servindo como secretaria executiva do **Fórum de Cooperativismo Popular do RJ**, enquanto seus membros assim o quiserem. Visamos sua gradual construção em rede de socioeconomia

autogestionária e solidária, e sua articulação dinâmica e criativa com outras redes no Brasil e no exterior. Nossa esperança é que tais iniciativas lancem bases para a gradual constituição de **um movimento nacional e internacional por uma socioeconomia solidária centrada no trabalho e na criatividade humanas, no cooperativismo e associativismo autogestionários, e por uma globalização cooperativa.**

- Continuar colaborando na articulação do FCP com outras redes e alianças, e com os governos municipais e estadual.
- No contexto do **Grupo de Trabalho de Crédito Solidário** (FCP), dar seguimento à parceria com diversas entidades, visando o estabelecimento de um Banco Solidário, ligado e a serviço do FCP; esta iniciativa conta com o apoio do Instituto de Promoção da Microempresa (IPM-Bolívia) e inclui negociações com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o SEBRAE-RJ e com outras entidades que dispõem de recursos e experiência.
- No contexto do **Grupo de Trabalho de Comercialização Solidária** (FCP), trabalhar pela complementação do Cadastro do FCP ainda em 2000, e pelo lançamento de uma associação ou cooperativa de comercialização, ligada e a serviço do FCP, até o fim de 2001.
- No contexto do **Grupo de Trabalho de Comunicação Solidária** (FCP), trabalhar pelo lançamento do Jornal do FCP ainda em 2000, e pela realização dos materiais didádicos escritos e audiovisuais enunciados, neste momento, no projeto com a Fundação Ford.
- No contexto do **Grupo de Trabalho de Educação Solidária** (FCP), continuar a realizar os cursos sobre SES e Viabilidade Socioeconômica com membros atuais e potenciais do FCP e de outras redes no Brasil; e a colaborar com atividades educativas de governos locais, sindicatos, federações sindicais, escolas e agências eclesiais e ecumênicas sobre temas relacionados com a globalização, o projeto de socioeconomia solidária e o cooperativismo autogestionário.

  No contexto da **Rede de Trocas Solidárias** (FCP), continuar estimulando a criação de mutirões em diferentes partes da cidade e do estado do RJ, e apoiar a criação de mutirões noutros estados brasileiros. Manter a articulação com as redes de outros países (atualmente: Argentina, Colômbia, Equador, Inglaterra, Irlanda...). Desenvolver teórica e praticamente a temática da autonomia monetária e financeira das coletividades e países, a partir da moeda comunitária centrada no trabalho social e não referida a valores fictícios. Realizar entre 2000 e 2001 oficinas de formação/autoformação nos bairros e cidades do interior do estado em que o FCP tem base; feiras de trocas solidárias; e um vídeo sobre o tema, dirigido a jovens.
- Continuar trabalhando para sensibilizar as organizações sindicais e populares, eclesiais e ecumênicas para os desafios e oportunidades da globalização, e para a necessidade de uma **reorientação estratégica dos movimentos sindical e social**, no sentido de adotarem um projeto em três dimensões: socioeconômico, político e cultural.
- No contexto do **Polo de Socioeconomia Solidária (PSES) da Aliança**, continuar animando a rede de associações, cooperativas, sindicatos, universidades, trabalhadores sociais e intelectuais a nível global e latino-

americano, visando a gradual constituição de uma rede global de SES; colaborar na realização de encontros temáticos visando a consolidação de redes temáticas e a produção de textos e fichas, que convergirão para um documento-síntese sobre Economia e Sociedade no Século XXI, a realizar-se no fim de 2000; participar ativamente da preparação dos eventos do PSES e da Aliança em 2001.

ENTIDADES PARCEIRAS

O PACS trabalha em ativa parceria com as entidades membros do FCP, com outras entidades de desenvolvimento solidário (em partifcular Capina, CEDAC, FASE e Centro de Direitos Humanos Bento Rubião, no RJ), a CUT Nacional, a Confederação Nacional de Trabalhadores Metalúrgicos, as Secretarias de Trabalho do Município e do Estado do RJ, a Secretaria de Planejamento do ERJ, diversas Secretarias de Educação e de Governo de outros municípios (Ipatinga-MG, Caxias do Sul-RG, Alvorada-RG, Viamão-RS, Rio Claro-SP), a Central Gaúcha de Cooperativismo Autogestionário e o Centro Autogestionário de Solidariedade (CASA-RS), universidades (UFRJ/Coppe-RJ, UNISINOS/Cedope, UNIPAZ-RS e Unitrabalho), Cáritas-RS, assim como a Fundação para o Progresso Humano (FPH), SACTES/DED, Christian Aid, Ação Quaresma Suíça, Trocaire, Fundação Samuel Rubin, CCFD e a Fundação Ford.

2.5. PROGRAMA "EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL"

JUSTIFICATIVA

Este Programa, em construção desde 1994, criou um espaço importante de resposta a uma dupla demanda: uma, dos parceiros – entidades e pessoas - com as quais trabalhamos que se preocupam em fortalecer ações locais, em áreas delimitadas, voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações, e outra, da equipe do PACS, que almejava contribuir com ações estratégicas de médio e longo prazo, junto a moradores de áreas vulneráveis no Rio de Janeiro, integrando o acumulado em pesquisa e intervenção nos campos da educação popular e da socioeconomia.

Os projetos realizados cumprem a exigência de integrar esforços de ODSs (organizações de desenvolvimento solidário), instâncias governamentais, entidades e/ou grupos locais, igrejas, universidades e pessoas interessadas e comprometidas com uma ética que se afirma nos valores da cooperação e da solidariedade. Dentre os critérios para o estabelecimento de parcerias, além daqueles já citados anteriormente, destacamos o envolvimento de moradores com iniciativas locais e/ou entidades que já desenvolvam trabalhos na região ou nas áreas temáticas de pesquisa e intervenção.

A idéia de desenvolvimento que nos serve de orientação, como já exposto anteriormente, aponta para a capacidade de construir outra vida, considerando

homens, mulheres e crianças como protagonistas ativos na construção de práticas includentes e de novos espaços onde se incorpore o saber social e ambiental. Entendemos que no futuro, a Sociedade como um todo terá primazia sobre o Estado e sobre as entidades privadas. Portanto, é preciso fortalecê-la com ações viabilizadoras de propostas concretas de construção de uma outra práxis de desenvolvimento.

Nosso projeto é aceitar o desafio de elaborar uma visão enraizada na terra da contemporaneidade, e lançarmo-nos para fazê-la acontecer: uma espécie de aposta em que o nível do cotidiano, do existencial, seja fonte de interrogação, conhecimento e invenção macro-sociais. O que queremos dizer é que em nossa visão o cotidiano se constitui em espaço e tempo privilegiado, permitindo o acesso direto às condições de vida específicas daqueles com quem trabalhamos, maior compreensão de suas questões e preocupações centrais e proximidade de seu nível de problematização acerca daquelas condições e das formas de viabilizar alternativas.

Foi nessa perspectiva que desenvolvemos um projeto de educação em saúde num bairro da periferia do Rio de Janeiro, Vila Kennedy, durante 2 anos, e outro de desenvolvimento comunitário autogestionário num assentamento rural em Mangaratiba, região chamada de Costa Verde do RJ, ao longo de 4 anos. Em ambos os projetos nosso horizonte era o empoderamento das pessoas e dos grupos envolvidos, tendo como balizadora das ações a ética da cooperação e da solidariedade.

A primeira experiência partiu da questão urgente que é a mudança de comportamento da população em geral, frente ao avanço das DSTs/AIDS e a necessidade de formação de agentes locais, numa parceria inicial com uma associação filantrópica do bairro e o Ministério da Saúde. O segundo teve início a partir da preocupação com o analfabetismo de jovens e adultos, e do isolamento e dificuldade econômica vividos pela população moradora de um assentamento rural, como explicitado na parceria do PACS com a CPT- Comissão Pastoral da Terra, a Associação de Trabalhadores Rurais da Serra do Piloto e Manos Unidas. Foram experiências importantes nas quais, embora em muitos momentos as dificuldades tenham suplantado os ganhos, todos saíram fortalecidos pelo exercício democrático da escolha e da responsabilização.

Os projetos em andamento e que serão nosso campo de trabalho nos próximos anos, pressupõem um acompanhamento de médio prazo e envolvem outras duas regiões, na área urbana do Rio de Janeiro: Santa Teresa e Taquara.

Em ambas as iniciativas, reiteramos o compromisso com a construção de uma nova sociedade, acolhendo uma prática educativa que vise a autonomia dos sujeitos e das coletividades, buscando o autodesenvolvimento e a auto-educação dos diversos atores envolvidos nas organizações – como a escola e entidades locais - e na comunidade em geral, a partir dos valores da cooperação, da partilha, da co-responsabilidade, da complementariedade e da solidariedade.

OBJETIVOS:

- Colaborar com os movimentos sociais na constituição de sujeitos individuais e coletivos, e no fortalecimento de práticas promotoras do empoderamento local.
- Contribuir com organizações governamentais, não governamentais e com os movimentos sociais na publicização dos espaços e das práticas educativas na perspectiva do desenvolvimento local.
- Investigar o modo de subjetivação presente nas práticas orientadas pela perspectiva da socioeconomia solidária.
- Dar continuidade ao projeto **Educação para a Cidadania Ativa**, em desenvolvimento desde o ano de 1997, consolidando a parceria com outras duas organizações não governamentais – SAPÉ e CEDAC – e a população moradora da região da Taquara e adjacências – zona oeste do Rio de Janeiro. Realizar: Elaboração, Sistematização e Devolução dos Ganhos e Observação Partilhada da Intervenção do Fórum Mobilizador da Cidadania Ativa.
- Implementação do projeto **Desenvolvimento Local e Práticas Associativas – Terra, Trabalho e Habitação**, na região da Taquara e adjacências, construído pela própria comunidade no contexto do projeto "Educação para a Cidadania Ativa", mencionado acima, fortalecendo as iniciativas das comunidades, organizações e grupos populares locais que investem numa cultura autônoma e solidária e que se encontram sensibilizados para o desenvolvimento integral autogestionário. Juntos construímos um envolvimento concreto na luta pela terra e habitação e pela construção de práticas associativas, na perspectiva de uma socioeconomia solidária. Apoiar a comunidade na pesquisa sobre a situação fundiária e habitacional da região; na articulação de entidades de desenvolvimento solidário, grupos locais e instâncias de governo; e nas oficinas de socioeconomia solidária.
- Trabalhar pelo fortalecimento das organizações populares locais para o estabelecimento de canais de negociação propositiva junto aos governos estadual e municipal.
- Dar continuidade ao projeto **Criar, Brincar, Aprender, Preservar – Temetizando Nossa Prática Com Arte**, em desenvolvimento há dois anos na **Escola Municipal Machado de Assis**, bairro de Santa Teresa localizado na zona central do Rio de Janeiro.
- Implementar o projeto **Tematizando a Prática Educativa na Escola – Um Convite A Aproximar Ciência E Arte Pelo Prazer De Conhecer**, junto **Escola Municipal Júlia Lopes de Almeida**, localizada em Santa Teresa.
- No contexto das escolas, investir no comprometimento da prática educativa escolarizada, com uma educação ecofófica – harmonização das relações dos seres humanos e destes com o ambiente – trabalhando pela realização do potencial transformador presente na instituição escolar, fortalecendo-a como agente aglutinador e animador de alianças no bairro.

- Contribuir no aprofundamento reflexivo de elementos éticos-pedagógicos orientadores de uma prática libertária de educação e da democratizadores da gestão da instituição escolar.
- Registrar, sistematizar e divulgar a produção dos trabalhos realizados.

METAS

- Fortalecimento dos grupos e movimentos populares - da região da Taquara e adjacências - ampliando sua capacidade de ação/reflexão, tanto no sentido de publicização e de democratização de suas práticas quanto de negociação e proposição junto aos governos locais.
- Realização de um Fórum local ampliado, sobre Terra e Habitação, como espaço includente e democrático.
- Instalação de um Banco de Dados e de um Arquivo de registros e documentação sobre Terra e Habitação na região da Taquara.
- Realização de cinco encontros/oficinas sobre Associativismo e Socioeconomia Solidária com moradores da Taquara e adjacências.
- Construção de uma matriz metodológica para a formação de agentes de desenvolvimento local.
- Ampliação do índice de publicização dos equipamentos governamentais da região de Santa Teresa, potencializando sua capacidade de promoção do empoderamento da população local.
- Incorporação na prática cotidiana, por parte dos professores participantes, de propostas que criem oportunidades mais democráticas, criativas e prazerosas para o processo ensino-aprendizagem.
- Dinamização e articulação do cotidiano escolar com a realidade local numa perspectiva ecosófica – relações mais harmoniosas dos atores das unidades escolares consigo mesmos, com a comunidade e o meio ambiente.
- Produção de Relatórios dos trabalhos realizados em cada um dos quatro projetos citados.
- Produção de textos/documentos que subsidiem as práticas dos grupos envolvidos, bem como as de outros interessados nos temas desenvolvidos e na metodologia proposta.

ENTIDADES PARCEIRAS

Serviços de Apoio à Pesquisa em Educação - SAPÉ, Centro de Ação Comunitária - CEDAC, FÓRUM MOBILIZADOR DA CIDADANIA ATIVA, Escola Municipal Macahado de Assis, Escola Municipal Júlia Lopes de Almeida, Sociedade de Amigos do Morro dos Prazeres, Escola de Artes TEAR, Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement - CCFD, Fundação ABRINQ, Instituto C&A de Desenvolvimento Social e Fundação para o Progresso Humano – FPH.

2.6. PROGRAMA "PRÁTICAS DE FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL"

JUSTIFICATIVA

Este Programa é de grande importância para o cumprimento dos objetivos do PACS, pois é principalmente por meio dele que convertemos os resultados das nossas pesquisas e publicações em atividades de formação. O acumulado de experiências de apoio a práticas inovadoras de poder local tem possibilitado a consolidação de uma metodologia de trabalho que potencializa a articulação sempre mais dinâmica e criativa entre o local, o nacional e o global.

Por outro lado, acreditamos que a necessária e urgente ampliação e fortalecimento do campo de interlocução entre as instâncias de governo e a sociedade carecem de inovação e aprimoramento, permanecendo as ações presas a modelos conservadores da lógica política dominante.

A atividade de educação para o autodesenvolvimento tem sido uma das atividades características do PACS desde que ele iniciou seus trabalhos, em 1986. Nós a realizamos em resposta a demandas muito diversificadas, quanto aos atores – sindicatos urbanos e rurais, igrejas, grupos ecumênicos, governos locais, movimentos populares – e quanto à forma – assessorias de longo prazo, como junto à Pastoral Operária, à IECLB, aos Governos Municipais de Ipatinga e de Porto Alegre, à Escola Sul da CUT; assessorias de curto prazo ou não sistemática, como junto à Comissão Pastoral da Terra e ao Conselho Indigenista Missionário, a dioceses como a de Nova Iguaçu, aos Sindicatos de Trabalhadores Metalúrgicos do Rio de Janeiro, de Campinas, SP, de Canoas, RS, a Secretarias Municipais de Educação nos municípios de Rio Claro, SP, Alvorada e Caxias do Sul, RS, Porto Alegre, MT, à Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE); assessorias pontuais, como à Comissão Nacional de Pastoral, da CNBB, à Igreja Evangélica Anglicana do Brasil, à Secretaria de Agricultura do governo do estado do RS, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, e outras.

Acreditamos que o fortalecimento dos espaços democráticos e o avanço da sociedade na elaboração de reivindicações propositivas, passam pelo reconhecimento pelos atores sociais, da íntima relação entre educação e projeto de desenvolvimento, entre educação libertária e a práxis do empoderamento para o autodesenvolvimento individual e coletivo.

Indicamos aqui nossos objetivos e metas mais gerais, ressaltando que, sendo a formação uma dimensão presente em todas as frentes de trabalho, o detalhamento e especificidades das ações estão contempladas em cada Programa.

OBJETIVOS:

- Contribuir para que a dimensão educativa presente nas práticas sociais seja orientada pela perspectiva do autodesenvolvimento integral - individual e coletivo, sensibilizando os atores sociais sobre a íntima relação entre

educação e projeto de desenvolvimento, entre a educação libertadora e a práxis do autodesenvolvimento.

- Apoiar governos municipais participativos, nas áreas de capacitação de quadros do governo e da sociedade, metodologia de planejamento estratégico e tático e de avaliação.
- Assessorar governos locais em atividades voltadas para o Orçamento Participativo, a promoção do Cooperativismo Autogestionário e experiências de Socioeconomia Solidária.
- Promover oficinas de formação na perspectiva da socioeconomia solidária, criando um ambiente de troca e participação democrática, tendo como ponto de partida as experiências já acumuladas pelos grupos participantes.
- Realizar atividades educativas e de consultoria para comunidades populares, sindicatos e suas instituições educacionais, organizações ecumênicas e igrejas, universidades, governos locais e ODSs, promovendo processos omnilaterais abrangendo: a filosofia, a socioeconomia, a economia política, a cultura e a espiritualidade.

METAS

- Ajudar a interligar organizações de trabalhadores, universidades e outros centros de consulta e pesquisa na América Latina, nas áreas temáticas trabalhadas pelos diferentes Programas.
- A partir da experiência acumulada, elaborar ensaios, livros e outros materiais educativos que sirvam de subsídio à formação e à ação de diferentes grupos sociais na perspectiva do autodesenvolvimento integral.
- Publicações de registros das experiências:
- **Educação e Desenvoivimento** – duas publicações seguindo o formato de blocos de fichas de registro DPH.
- **Canteiro de Educação/Aliança** – publicação/convite à adesão ao Canteiro e uma publicação seguindo o formato de blocos de fichas de registro DPH, a partir da contribuição de educadores brasileiros.
- **Cadernos Temáticos** – duas publicações acerca dos paradigmas no trabalho de Educação e Desenvolvimento Local.
- **Intervenções no Cotidiano** – publicações com o objetivo de problematizar questões que tradicionalmente são entregues a especialistas e/ou ao Estado, explicitando sua dimensão cotidiana e micropolítica.
- Aprofundar os vínculos já existentes com grupos populares, sindicatos, organizações ecumênicas e igrejas, universidades, governos locais, ODSs, atendendo as solicitações de contribuição em **atividades de formação**.
- Realizar com qualidade social, as metas propostas pelas diversas práticas de formação desenvolvidas nos Programas de trabalho.

ENTIDADES PARCEIRAS

As entidades com as quais compartilhamos as atividades referidas ao Programa Práticas de Formação, encontram-se inscritas em cada Programa específico.

2.7. PROGRAMA "REDES"

JUSTIFICATIVA

Como nos referimos anteriormente neste documento, a construção de redes – relações multilaterais - exige uma relação bilateral sistemática, que nos obriga a selecionar criteriosamente as parcerias, centrando naquelas que têm maior efeito multiplicador.

Nessa construção, acreditamos que se faz necessário investir na apropriação adequada de novas tecnologias quando estas contribuirem para o fortalecimento dos encontros, das ações e enlaces emancipadores das pessoas, grupos e nações.

Sintonizamos com a filosofia e posicionamento presentes nos aspectos ressaltados no documento da Rede Diálogos e Documentos para o Progresso Humano - DPH, e que justificam o investimento na forma de rede. Destacamos: a importância de acesso a informações úteis e ao contato com pessoas que vivenciam situações similares, o reforço da autonomia, a instrumentalização de formas coletivas de negociação e decisão, e a busca da descentralização e da diversificação. As redes como instrumento de aprendizagem e reflexão se potencializam no encontro de vontades e intenções.

Faremos referência neste ítem apenas a algumas Redes/Parcerias, já que outras, por suas especificidades já foram citadas nos Programas de trabalho onde se desenvolvem.

Fazemos ressalva quanto a inclusão de atividades do Polo de Sócioeconomia Solidária neste item tendo em vista que este já está incluído no Programa de Sócioeconomia Solidária. Aqui, o objetivo é dar maior visibilidade a esta iniciativa e ao mesmo tempo integrá-la as outras atividades de nossa parceria com a FPH.

REDE Diálogos e Documentos para o Progresso Humano - DPH

É um rede internacional de intercâmbio de experiências e reflexões úteis para a ação.

OBJETIVOS:

- Retomar os objetivos do **Convênio PACS/DPH - Informação Voltada para a Ação**, em curso desde 1995, e dar continuidade ao processo de

registro de experiências do PACS em formato de fichas DPH. Participar e contribuir no Fórum DPH e junto ao Comitê de Organização e Enlace da Rede DPH - CENO.

Aliança Por Um Mundo Responsável E Solidário

OBJETIVOS:

- Dar continuidade às atividades de animação e difusão da **Aliança por um Mundo Responsável e Solidário** no Brasil e no Cone Sul.
- Discutir a ALIANÇA como marco mais abrangente – mesa redonda sobre as ALIANÇAS.
- Realizar atividades permanentes, como eventos e desenvolvimento de temas, pelo enlace de pessoas ou grupos, acompanhando os novos aliados, distribuindo textos, participando dos foros de discussão .
- Fortalecer as relações e os trabalhos conjuntos entre os diversos parceiros no Brasil e na América Latina no espaço da ALIANÇA/**Polo de Socioeconomia Solidária**.
- Avaliar o processo de organização das ações em torno da Socioeconomia Solidária.
- Ver temas do Polo de Socioeconomia Solidária para trabalhar no encontro.
- Dar continuidade À articulação e consolidar a parceria com companheiros da Argentina no apoio e animação do Canteiro de Educação na América Latina.
- Realizar as atividades necessárias à implementação do Projeto do Canteiro de Educação no Brasil.
- Avaliar o processo de organização das ações em torno da Canteiro de Educação.
- Consolidar a parceria entre ALIANÇA/CANTEIRO DE EDUCAÇÃO e a **Campanha Nacional de Direito à Educação** – coordenação Ação Educativa/Actionaid.

METAS

Rede DPH:

- No prazo de dois anos, publicar as fichas de experiências dos trabalhos desenvolvidos nos diferentes programas do PACS.

- Aprofundamento das discussões sobre a organização da rede.

- Realizar oficinas de redação de fichas de experiências.

- Participar das reuniões de trabalho do CENO e das reuniões bianuais da Rede.

- Consolidar o trabalho junto ao Comitê de Organização e Enlace da Rede DPH - CENO.

Aliança Por Um Mundo Responsável E Solidário

- Participação do planejamento das diversas reuniões que vão acontecer em 2001.

- Aumentar o índice de participação efetiva de aliados na rede, incrementando as trocas de informação.

- Preparar a edição e publicação de 8 números da "Carta Brasil da Aliança por um Mundo Responsável e Solidário".

- Manter atualizado a base de dados que alimenta o Anuário da Aliança por um Mundo Responsável e Solidário

Aliança/ Polo de Socioeconomia Solidária

- Realizar o Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidárias (Rio de Janeiro, junho/00), objetivando:
    - Avaliação coletiva do cooperativismo autogestionário no contexto do Brasil / Mundo;
    - Definição de conceitos próprios a nível nacional a partir das experiências em curso. Construção de um campo próprio de articulação e possível representação política;
    - Propor plano nacional de formação, de educação cooperativa e comunitária na perspectiva da autogestão e do desenvolvimento;
    - Distinguir "3ª via" (FHC) e socioeconomia solidária – construção de um documento no mesmo esquema de Porto Alegre de síntese/discussão para criar estratégias – oficinas de ações concretas ex.: Tupis, espaço de comercialização,
    - Mapeamento do público – Incubadoras, MST, cooperativas tradicionais de produtores rurais, indígenas.

- Seminário de Capacitación e Integración REDLASES – Red LatinoAmericana de Socioeconomia Solidaria Local: Buenos Aires
- Oficina sobre Mulheres e Socioeconomia Solidária
- Oficina sobre Comercio Justo e Consumo Ético na América Latina
- Concretizar redes de comercialização para os produtos das Organizações Econômicas Populares;
- Plano de desenvolvimento e crédito – discussão sobre finanças, crédito, cooperativismo, moeda comunitária etc.;
- Fortalecer/construir rede nacional, latino-americana, internacional de socioeconomia solidária.
- Oficinas de educação, trabalho, mulher/gênero – debates e metodologias.

Aliança/Canteiro de Educação

- Produzir o documento convocatório à participação no canteiro de Educação.
- Encontro com educadores brasileiros com o objetivo de fortalecer e dar visibilidade às experiências inovadoras no âmbito da Educação.
- Seminário preperatório do Encontro Latinoamericano do Canteiro de Educação.
- Encontros Latinoamericanos do Canteiro de Educação.
- Seminários e encontros da Campanha Nacional de Direito à Educação.
- Criação de uma página eletrônica para o Canteiro de Educação, no sítio *web* da Campanha Nacional.
- Realização de Oficinas de elaboração de fichas de registro de experiências em Educação.
- Publicação de textos e fichas de experiências referidas ao Canteiro de Educação e à Campanha Nacional.
- Fortalecer a campanha nacional pelo Direito a Educação.

3. ESTRUTURA INSTITUCIONAL

O PACS é uma entidade pequena e flexível. Sua estrutura organizacional está concebida para permanecer relativamente pequena, mantendo o máximo possível de leveza, simplicidade e baixo custo operacional. Esta estrutura é constituída da seguinte forma:

- Coordenação Geral e Executiva
- Desenvolvimento Integral
- Educação e Movimentos Sociais
- Tecnologias de Combate à Pobreza
- Administração

Além da nossa equipe, contamos com a colaboração de profissionais de diversas áreas de conhecimento e especialização.

Equipe PACS:

Marcos Arruda, Hermila Figueirêdo, , Sandra Quintela, Jussara Mendonça de Oliveira, Kátia Aguiar, Rosangela dos Anjos, Ruth Espínola S. Souza, Vanessa Christina Breia, Terezinha de Jesus Pimenta, Robson Patrocínio, Silvana da Silva Cláudio, Nely Belem de Mattos, Eliane de Paula Macedo, Cristiane Maria de Souza, Gustavo Jorge de Araújo Vaccihi.

Colaboradores:

Ana Lagoa, Adriana Perez, Alexandre Aguiar, Antônio Carlos Pantoja, Claudio Nascimento, Flávio Lorenção, Franklin Coelho, Frank Volcan, , Hans Perter Nachtsheim, Lia Tiriba, Luis Carlos D. Prado, Marcio Campos, Peter Schweizer, Reinaldo Gonçalves, Ricardo Alves da Silva, Sebastião Soares, Silvana da Silva Claudio, Suli Cuperstein

Sócios:

Pe. Agostinho Pretto (Presidente do PACS), Suli Cuperstein (Vice-Presidente do PACS); Hermila Figueirêdo (Dir. Financ. PACS); Gabriela Leite (Da Vida); Catherine de Arruda Lambelet (PACS); Cláudio Nascimento (Escola Sindical Sul); Reinaldo Gonçalves (CORECON/RJ); Márcia Miranda e Leonardo Boff (CDDH/Petrópolis-RJ); Sônia Kramer (PUC/RJ); Joana D'Arc (CMP); Pastor Haroldo Reimer (IECLB); Sebastião Soares (Desenv.Consultoria e Planejamento Ltda.);; Jether Pereira Ramalho (Koinonia); Guilherme Nunes.

3.1 DINÂMICA E TOMADA DE DECISÕES

O PACS é dirigido por uma Diretoria Executiva e um Conselho Fiscal . É a seguinte sua composição atual:

Diretoria Executiva

Presidente: Pe. Agostinho Pretto

Vice-Presidente: Israel Segal Cuperstein

Diretora Financeira: Hermila Alcina Pereira de Figueiredo

Conselho Fiscal

Gabriela Leite

Pastor Haroldo Reimer

Joana D'Arc Santana

Suplentes

Cláudio Nascimento

Jether Pereira Ramalho

Márcia Miranda

Em agosto de 1996, decidiu-se pela criação de uma Assembléia de Sócios. Os Sócios serão convidados das instituições sociais com quem mantemos parceria e colaboração. Esta Assembléia se reunirá a cada ano para discutir as estratégias de trabalho do PACS e tomar decisões-chave. Na última Assembléia realizada em maio de 1999, decidiu-se pela criação do Conselho Fiscal.

A gestão do PACS é de responsabilidade do **Coletivo de Gestão**. O Coletivo de Gestão é um órgão permanente, aprovado pela Diretoria Executiva, responsável pelas decisões relativas ao seu funcionamento e operações cotidianas. Integram o Coletivo aqueles que fazem parte das instâncias de coordenação técnica e administrativa.

Produzimos relatórios anuais de atividades e financeiros, que são enviados a nossos parceiros do Norte e do Brasil. Nossa contabilidade passa por uma auditoria independente duas vezes por ano, a pedido de uma agência parceira da Alemanha.

Nossa renda é proveniente de doações, principalmente de fontes estrangeiras (ver abaixo), e também de remunerações por consultorias, trabalho educativo e doações resultantes da distribuição de nossas publicações. O PACS procura desenvolver também laços de solidariedade e colaboração com entidades com as quais mantém parceria, servindo em atividades de educação para o desenvolvimento, pesquisa e produção de texto noutros idiomas, junto aos parceiros do hemisfério Norte. Além disso, colabora com CASAL, da Espanha (Coletivo Autogestionário de Solidariedade com a Área Latina), formado por várias pessoas de diferentes partes da Espanha que pertencem a cooperativas ou organizações de trabalhadores. A colaboração se desenvolveu através de visitas mútuas, intercâmbio de experiências, troca de publicações e ações comuns.

4. FINANÇAS

O PACS conta atualmente com dois tipos de recursos financeiros:

1. Auto-financiamento - todos os tipos de recursos provenientes de serviços prestados: consultorias, cursos e seminários, publicações, etc. Eles incluem convênios de consultoria com Governos Municipais, Escola Sul da CUT, Federações de Sindicatos, e outros.

2. Financiamento externo - doações de agências nacionais e internacionais, seja na forma de financiamento institucional, (parcerias recíprocas, envolvendo recursos para apoiar o PACS como instituição), ou na forma de apoio a programas e projetos específicos.

Atualmente, contamos com financiamento, seja institucionais, seja para programas ou projetos específicos, de:

- CHRISTIAN AID (Reino Unido)
- TRÓCAIRE (Irlanda)
- FPH (França e Suíça)
- Conselho Mundial de Igrejas (Genebra, Suíça)
- CCFD, Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento (França)
- Fundação ABRINQ (São Paulo)
- Ação Quaresma (Lucerna, Suíça)
- Antenna Technologie (Genebra, Suíça)
- DED - Serviço Alemão de Cooperação Técnica (Alemanha)
- Fundação Ford (E.U.A.)
- Samuel Rubin Foundation (E. U.A.)
- SCIAF - Scottish Catholic International Aid Fund (Escócia)
- Instituto C&A de Desenvolvimento Social (São Paulo)
- Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social/DED - (Alemanha)

O orçamento geral do PACS é estabelecido com base em Planos de Trabalho trienais, e ajustado anualmente de acordo com a disponibilidade de renda, os gastos consolidados de cada ano fiscal (janeiro a dezembro), e as provisões para o próximo ano. Porém, neste documento elaboramos o orçamento para três anos – 2001, 2002 e 2003.

Nossos parceiros do hemisfério Norte já estão bem familiarizados com as dificuldades por que passam as organizações de assessoria do Sul, no contexto da estabilização neo-liberal e das políticas de ajuste. Deveríamos enfatizar que o PACS conseguiu manter uma política financeira austera durante os anos mais difíceis, sem ter que recorrer a demissões.

Dentre os principais fatores do desequilíbrio financeiro atual do PACS estão a inflação oculta (subida de preços que não são reveladas na taxa oficial

de inflação, mas se fazem sentir na vida cotidiana das pessoas e nos orçamentos domésticos e institucionais) - em 1999 chegando a 8,9% o IPCA (IBGE) e a 20,10% o IPC-M (FGV), e perdas nas taxas de câmbio (vocês sabem que, apesar da desvalorização, o "real" tem sido sobrevalorizado artificialmente, em função das entradas maciças e inabituais de capitais estrangeiros no país. Por outro lado, a desvalorização do real em janeiro de 1999 teve o efeito inesperado de induzir algumas agências de cooperação a reduzirem suas contribuições em moeda forte ao PACS, supondo equivocadamente que isto não prejudicaria a execução do no Plano de Ação já que o valor da contribuição em reais ficava a mesma. O erro delas foi ignorar a onda de aumentos de preços que se sucederam a pretexto da desvalorização.

Em consequência disto, adotamos medidas ainda mais austeras durante 1999, cortando os benefícios e encargos sociais de parte de nossa equipe (precisamente da equipe técnica e dos quadros que têm compromisso apenas parcial com o PACS).

Sendo o PACS uma instituição pequena, preocupada principalmente com a qualidade, já ultrapassamos nossa elasticidade em termos de solicitações de apoio através de consultorias, atividades educativas, pesquisa participativa, apoio metodológico e animação. Cada Programa é uma fonte de demandas muito além do que está planejado. A sobrecarga de gastar tempo extra procurando recursos para projetos, que dão uma margem muito pequena para a operação do Instituto, está no limite do suportável. É por isso que precisamos estabelecer parcerias de longo-prazo em termos de tempo, recíprocas em termos de objetivo, e que forneçam financiamento institucional.

1. ORÇAMENTO

01/jan/2001 a 31/dez/2003 - ORÇAMENTO EM R$

Itens	Dados para o Cálculo	Quant.	Valor Unit.	Sub - Totais		meses	Totais
Salarios	Técnicos (40 hs semanais)	5	3.185,50	15.927,50			
	Técnicos (30 hs semanais)	4	2.389,00	9.556,00			
	Encarregado Financeiro	1	2.196,50	2.196,50			
	Digitadora	1	1.058,00	1.058,00			
	Secretária	1	1.759,50	1.759,50			
	Apoio Administ. e Serv. Gerais	1	741,75	741,75			
				31.239,25		40	1.249.257,61
	Encargos sociais =	39%		12.245,79		40	489.708,98
Terceiros	Serviços de Faxina	1	920,00				
	Contador	1	312,80				
	Técnico	1	1.673,25				
	Advogado (R$57,50/consulta)	1	57,50				
	Diversos		1.100,00	4.063,55			
Encargos Sociais	Encargos s/ Terceiros =	15%		609,53	4.673,08	39,99	186.876,57
Viagens							
Passagens							
Nacionais	20 viagens x 2 técnicos =	40	600,00	24.000,00			
Internacionais	10 viagens x 2 técnicos =	20	2.500,00	50.000,00			
Desp. Viagens	por dia de viagem						
Nacionais	viagens x 5 dias x 2 técnicos =	200	100,00	20.000,00			
Internacionais	viagens x 5 dias x 2 técnicos =	100	200,00	20.000,00			114.000,00
Seminários e encontros	6 semin. x 30 pessoas x 3 dias	540	150,00				81.000,00
Publicações							
Educ. e Socioecon Solidária	10 edições =	10	4.132,00	41.320,00			
Carta Brasil	8 edições	8	-	9.302,50			50.622,50
Desp. Administrativas							
Aluguel/Condom e Luz			2.000,00				
Comunicações			1.200,00				
Correio			600,00				
Fotocopias			1.000,00				
Diversas			2.000,00	6.800,00		36	244.800,00
Treinamento PMA	Diárias do Consultor	20	200,00				4.000,00
Taxa de administração	10%						242.026,57
					TOTAL	R$	2.662.292,22

Rio de Janeiro, 3 Março, 2000

Cálculo de média	
R$ por mês	63.337,91
R$ por ano	760.654,92
US$ por ano	(R$1,75/US$) 434.659,96
US$ TOTAL	1.521.309,84

Plano Trienal jan/2001 - dez/2003

Fontes Recursos

Em US$ 1.000

	Recursos captados e a captar		
	Ref. a 2.001	Ref. a 2002	Ref. a 2003
FPH - Aliança	36		
PACS	10	20	20
TOTAL	**46**	**10**	**10**

Notas:
Para o triênio 2001 - 2003 estamos iniciando o processo de negociação.
Entre as nossas fontes o projeto FPH/ Aliança é o único que se estende até 2001.
PACS significa recursos que o PACS pretende gerar.
O valor solicitado e a ser negociado com outras agencias seria:
Para 2001: U$ 388.659,96
Para 2002: U$ 424.659,96
Para 2003: U$ 424.659,96

CEDIM

ANEXOS

Quadro de Técnicos e Colaboradores

NOME	ESPECIFICAÇÃO	FORMAÇÃO
Marcos Arruda	**Coordenador**	*Economista e Educador. Sócio-fundador do Instituto Cajamar-SP. Assessor do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, da Pastoral Operária e de diversas organizações de trabalhadores. Membro do Instituto Transnacional (Amsterdã), Doutorando da Universidade Federal Fluminense.*
Hermila Figueirêdo	**Técnica**	*Bibliotecária. Pós-graduada em Ciências da Informação pelo CNPQ/IBCT. Bolsista do Governo Francês, com estágios na UNESCO, CNRS-Centre National de la Recherche Scientifique e em Bibliotecas Universitárias e de empresas privadas. Gestão de bases de dados CDS-ISIS.*
Kátia Aguiar	**Técnica**	*Psicóloga. Graduação em Psicologia pela Universidade Santa Úrsula. Especialização em Psicologia pela PUC/RJ. Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Ex-coordenadora do Programa de Capacitação da Superintendência do Bem Estar Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro. Atuou em projetos governamentais e não governamentais na área de prevenção em saúde mental e educação em saúde.*
Sandra Quinteia	**Técnica**	*Economista graduada em Desenvolvimento pela Universidade de Bremem, Alemanha, e em Cooperativismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS. Atuou em projetos governamentais e não-governamentais de desenvolvimento rural. Experiência na área de gestão em projetos produtivos associativos.*
Rosangela dos Anjos	**Técnica**	*Psicóloga. Graduação em Psicologia pela Universidade Celso Lisboa. Mestre em Educação pela Fundação Getúlio Vargas - IESAE. Sanitarista pela Escola Nacional de Saúde Pública - FIOCRUZ. Experiência nas áreas de desenvolvimento comunitário, educação popular e educação em saúde, em projetos governamentais e não governamentais.*

CEDIM

Ruth Espinola Soriano	**Técnica**	*Economista, graduada pela UFRJ, com experiência em Orçamento Público.*
Terezinha de Jesus Pimenta	**Técnica**	*Psicóloga, graduada pela UERJ, com experiência em Pesquisa-intervenção, tendo atuado junto a comunidade escolar próxima a UERJ.*
Vanessa Christina Breia	**Técnica**	*Formação em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Trabalhou como estagiária em projetos da UERJ e UFRJ ligados à Educação*
Silvana da Silva Cláudio	**Técnica**	*Formação em Jornalismo, com experiência em editoria de publicações eletrônicas, redação e sistemas de informação on-line.*
Ana Lagoa	**Colaboradora**	*Jornalista. Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pós-graduação em Ciência Política pelo IUPERJ, Pós-graduação em Educação (área de Comunicação e Educação), na UFRJ.*
Adriana Perez	**Colaboradora**	*Economista e Pesquisadora na área de Relações Internacionais*
Antônio Carlos Pantoja	**Colaborador**	*Engenheiro Eletricista. Atuou como Superintendente Operacional, FURNAS. Atualmente trabalha como Engenheiro de Segurança do Trabalho.*
Claudio Nascimento	**Colaborador**	*Educador Sindical e Pesquisador. Assessor na área de "Cooperativismo-Autogestão".*
Flávio Lourenção	**Colaborador**	*Técnico Agrícola. Atua no projeto de Desenvolvimeno e Empoderamento Local - Assentamento Fazenda Rubião - no Municipio de Mangaratiba, RJ. (PACS).*
Frank Volcan	**Colaborador**	*Educador Popular. Atua em movimentos sindical e cooperativo no Estado do Rio Grande do Sul.*
Franklin Coelho	**Colaborador**	*Engenheiro. Graduado em engenharia. Mestrado em Planejamento Urbano. Doutorando em História Urbana. Professor de Economia na UFF e membro do SERE - Fundação Friederich Ebert.*
Hans Peter Nachtsheim	**Colaborador**	*Psicólogo, Mestre em Psicologia. Técnico em Eletrônica. Experiência desenvolvimento organizacional, programação de sistemas e redes locais.*

Peter Schweizer	**Colaborador**	*Arquiteto e Urbanista. Empresário.*
Reinaldo Gonçalves	**Colaborador**	*Economista. Professor titular de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutorado na Universidade de Reading, Inglaterra. Coordenador do Núcleo de Estudos de Economia Internacional/UFRJ. Economista da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) em Genebra (1983/1987).*
Ricardo Alves da Silva	**Colaborador**	*Técnico Agrícola. Atua em projetos de assessoria junto à organizações de pequenos produtores rurais em áreas de assentamento de reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro, sindicatos, associações e cooperativas. Assessora o projeto de Desenvolvimento e Empoderamento Local na Fazenda Rubião/ Mangaratiba, RJ. (PACS) e na produção local de spirulina.*
Sebastião Soares	*Colaborador*	*Engenheiro. Pós-graduado em Engenharia Econômica (ENE/UB) e em Engenharia de Produção (COPPE/UFRJ), Ex-engenheiro executivo do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, Diretor da empresa "Desenvolvimento Consultoria e Planejamento LTDA."*
Suli Cuperstein	Colaborador	*Psicólogo e Consultor Financeiro.*

Foto da Equipe Técnica



Rádio Novos Rumos

Administrada pelo **Radioclube de Queimados**, entidade cultural, sem fins lucrativos, fundada em 13/04/91. Reconhecida de Utilidade Pública pela Lei 173/95 de 22/05/95.
Sede: Rua José Maria Coelho, 14/201 - Queimados/RJ - CGC: 36.464.816/0001-13
Pabx (Fax) 665-1719

Queimados, 14 de julho de 1997.

Ao
Pe. Agostinho Pietro
Pároco da Catedral de Santo Antônio
Nova Iguaçu - RJ

Caríssimo Padre

O Radioclube de Queimados, entidade mantenedora da Rádio Novos Rumos, foi contemplado no "III Concurso de Projetos para Capacitação de Jovens" promovido pela Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária, do Governo Federal, com o patrocínio de um Curso de Capacitação Profissional em Atividades Radiofônicas para 64 jovens carentes selecionados por 8(oito) rádios comunitárias sediadas na Baixada Fluminense.

O Curso será dividido em três módulos e terá a duração de 5 meses (de 21/07 a 20/12/97). O módulo básico começará na próxima segunda-feira, 21 de julho, e se estenderá até o dia 12/09/97.

Tendo o projeto inicial sofrido redução de verbas, estamos buscando meios de racionalizar os custos, a fim de nos ajustarmos à nova realidade orçamentária. Uma das formas de reduzir os custos de transporte (item que mais pesa no orçamento) é conseguir um local mais central para a realização do módulo básico, inicialmente previsto para o Colégio Cenecista Dr. Pedro Jorge, em Queimados.

Assim sendo, e considerando o compromisso com as boas causas sociais que esta paroquia sob sua gestão tem demonstrado ao longo dos anos , vimos solicitar-lhe a cessão de duas salas da Catedral de Santo Antônio para realização do módulo básico do citado Curso de Capacitação.

Desde já comprometemo-nos a zelar pela manutenção da ordem e da limpeza das dependências cedidas, bem como a cumprir todas as condições exigidas para a cessão.

Certos da generosa acolhida de nosso querido pastor e amigo e de seu Conselho Paroquial, antecipamos os nossos agradecimentos e aproveitamos o ensejo para reiterar nossos protestos de sincera amizade.

Fraternalmente,

Ismael Lopes de Oliveira
Coordenador Geral do Curso de
Capacitação em Atividades Radiofônicas

PS: Segue, em anexo, cópia da correspondência da Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária, comunicando a aprovação do nosso Projeto.

São Paulo — Daniel



D. Maria, depois de viajar quatro horas: "Tô só com tontura"

Velhinha e esperta

■ Aos 124 anos, ex-escrava esbanja saúde e alegria

JOSÉ MARIA MAYRINK

SÃO PAULO — A ex-escrava Maria do Carmo Jerônimo, de 124 anos, a mulher mais velha do Brasil, viajou quatro horas de ambulância de Itajubá (MG) a São Paulo, para ser internada no Incor, onde desembarcou bem-disposta e sorridente para se submeter a uma série de exames com o cardiologista Ernane Grell. "*Tô* só com tontura", disse ela, enquanto a médica residente Maria Betânia de Almeida dava diagnóstico mais preciso — queda de glicose e disfunção de tireóide.

"Mandei dona Maria do Carmo para investigações no melhor hospital do país, porque ela merece atenção especialíssima", explicou, em Itajubá, o cardiologista José Geraldo Vilela Reis, que cuida dela desde 82. Naquela época, ele imaginava que sua cliente tivesse entre 80 e 90 anos de idade, como aparentava seu organismo — uma saúde de ferro, num minúsculo corpo de 1,22m de estatura e 43kg.

A confirmação da idade só veio em 1991, quando uma certidão de batismo da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, de Carmo de Minas, comprovou que dona Maria do Carmo nasceu nessa cidade em 5 de março de 1871 — seis meses antes da promulgação da Lei do Ventre Livre. Era filha da escrava Sabina e do escravo reprodutor Jerônimo. Com base nessa certidão, ela entrou no *Livro Guinness de Recordes* como a mulher mais velha do Brasil.



Aula de mudança

Numa época em que se tornaram comuns as mudanças de opiniões políticas, vale a pena registrar um caso em que ela foi feita com toda a coragem e elegância que o assunto merece.

Dom Cláudio Hummes, que acaba de ser nomeado arcebispo de São Paulo, tomou a palavra numa recente reunião do episcopado e disse mais ou menos o seguinte:

"Eu pensava de uma maneira, hoje penso de maneira diferente. Mudei minha maneira de pensar porque acho que estava errado".

Muitas são as pessoas que fazem esse percurso, até porque, de fato, estavam erradas. Poucas são as que têm a coragem de fazê-lo diante de seus pares.

Nos anos 70, quando foi bispo de Santo André, dom Cláudio era um dos mais destacados religiosos da ala à esquerda do episcopado.

O Globo 19.4.98

Jorge Willian



INVASÃO EM CABO FRIO: uma das áreas ocupadas por membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Arcebispo proíbe religiosos de irem à Romaria da Terra

Ato marcará dez anos da morte de líder rural em Cabo Frio

Gustavo Goulart

• Numa decisão que pegou de surpresa trabalhadores rurais e entidades ligadas à reforma agrária no estado, o arcebispo de Niterói, dom Carlos Alberto Navarro, proibiu a participação de religiosos católicos na 10ª edição fluminense da Romaria da Terra, evento que se realiza a cada dois anos em pontos diferentes do estado para celebrar a volta do homem ao campo, como frisa o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este ano, a romaria será dia 14 de junho, em Cabo Frio, para marcar os dez anos de morte de Sebastião Lan, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região assassinado em junho de 88.

Por causa da homenagem, dom Carlos Alberto Navarro foi além: proibiu dar o título de romaria ao evento, com o argumento de que a palavra é religiosa. Por isso, o título da manifestação mudou para Caminhada da Terra. A decisão foi tomada em fevereiro durante reunião na Cúria de Niterói com uma comissão integrada por trabalhadores rurais e por uma representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Campos, que também organiza o evento. A comissão fora a dom Carlos Navarro pedir seu apoio:

— É uma pena. O próprio Papa se posicionou a favor da luta pela terra. Como o arcebispo pode negar apoio? Esperamos que os padres discordem da posição de dom Carlos Alberto — afirmou Íris Fátima Polidoro, coordenadora da CPT de Campos.

Falando em nome de dom Carlos Alberto Navarro, o padre Édson Assunção, chanceler da Cúria de Niterói, disse que a arquidiocese não autorizou a participação dos religiosos na caminhada por considerá-la manifestação exclusiva de leigos:

— Os religiosos que quiserem participar terão de fazê-lo de forma que não dê a entender que a Igreja está participando.

Mesmo na Igreja há quem discorde. Dom Waldir Calheiros Novais, de 74 anos, bispo de Volta Redonda, é um deles.

— Quando se levantou o nome de Romaria da Terra foi para chamar atenção para o direito pela terra — disse dom Waldir.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Manoel Barbosa, disse não entender a posição do arcebispo de Niterói:

— Gostaria muito que ele nos desse apoio porque o trabalhador rural ainda se encontra desassistido. ■

Jornal: O Dia
20 de abril de 1998
Caderno: Nossa Baixada
Página 2

Marcos Brito



Sem-terra debatem, no Centro de Direitos Humanos, massacre de Carajás
Página 2

Sem-terra debatem massacre de Carajás

Marcos Brito



• *O presidente do MST no Rio, Marcos Brito, fala aos representantes das 35 mutirões de ocupação de Nova Iguaçu*

A reunião mensal de 35 mutirões de ocupação de Nova Iguaçu, no Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu, na sexta-feira, transformou-se em grande fórum de debates sobre a violência contra trabalhadores sem-terra no país. Lembrando o aniversário de dois anos da morte de 19 trabalhadores sem-terra, durante confronto com policiais em Eldorado dos Carajás, em abril de 96, os posseiros participaram, durante toda a manhã, de debates e peças de teatro promovidos por lideranças comunitárias.

Após apresentarem suas reivindicações ao padre Roy, os posseiros da Gleba Modesto Leal participaram de debate sobre a reforma agrária e o MST no Rio, discutindo a violência contra posseiros com o Líder do Movimento Sem Terra no Rio, José Ribamar. O ex-diretor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Baixada, Bráulio Rodrigues, discursou sobre as ocupações urbanas da Baixada, lembrando os problemas que as famílias enfrentam para conseguir título de posse do terreno. De acordo com o advogado do Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu, Anadir Faria dos Santos, embora a violência contra os sem-terra na Baixada seja rara, houve casos isolados há cinco anos. Anadir acusa policiais de terem ateado fogo no barraco do posseiro João Pereira de Andrade, de 93 anos, na ocupação de Vila Magalhães, em Belford Roxo, para obrigá-lo a sair da moradia.

Há oito anos vivendo no terreno, a presidente do Mutirão da Gleba de Modesto Leal, Eunice Maria do Espírito Santo, afirma que procurou o centro porque tem medo de perder a moradia quando a prefeitura tomar posse da Gleba. " Nós estamos aqui para pedir ajuda para famílias que vivem no terreno há oito anos e que não terão para onde ir se forem despejadas. Mas estamos solidários com os colegas que morreram lutando pelo mesmo ideal."

Jornal: O Dia
1º de abril de 1998
Caderno: Nossa Baixada
Página: 2

AO PÉ DO OUVIDO

Marcos Galvão

Repúdio total

A Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania (SODIHC), de Nova Iguaçu, também repudiou a indicação do general Ricardo Agnese Fayad ao cargo de subdiretor de Saúde do Exército pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. O diretor-executivo da entidade, padre Pierre Toussaint Roy, alerta que o general teve o seu registro médico cassado pelo Conselho Regional de Medicina (CRM) e pelo Conselho Federal de Medicina por causa de seu envolvimento, como médico, em sessões de torturas a ex-presos políticos durante o regime militar.

Jornal: O Dia
6 de abril de 1998
Caderno: Geral
Página: 2

Exoneração

A reclamação do padre Pierre Toussaint Roy, diretor-executivo da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania (SODIHC), de Nova Iguaçu, contra a indicação do general-médico Ricardo Agnese Fayad ao cargo de subdiretor de Saúde do Exército surtiram efeito. Sua exoneração saiu publicada no Diário Oficial da União. O médico é acusado de ter participado de sessões de tortura durante o regime militar.

Jornal: Zmnotícias
7 de abril de 1998
Página: 5

Indicação de Fayad causa indignação em entidades

A indicação para o cargo de subdiretor de Saúde do Exército feita por Fernando Henrique Cardoso ao general Ricardo Agnes Fayad, provocou espanto as Entidades de Direitos Humanos dos Estados do Rio de janeiro e Espírito Santo. A discor-dância ocorreu pelo fato do general ter tido seu registro de médico cassado pelo Conselho Regional de Medicina (CRM) do rio de Janeiro e pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

A perda do direito de medicar foi conseqüência de seu desenvolvimento como médico, em sessões de tortura a ex-presos políticos durante o Regime Militar, onde trabalhou nos anos 60 e 70, como examinador das condições dos presos para saber até onde conseguiriam agüentar as torturas. O general Ricardo Agnes possui ainda processos movidos pelo CRM do Rio de Janeiro e CFM que contam com depoimentos que provam a participação dele no apoio às equipes de tortura.

Segundo o diretor Executivo das Entidades, padre Pierre Toussaint Roy, a indicação significa o descompro-misso FH com a moral ética do Brasil além do descaso com que está tratando as vítimas que sofreram com o regime. "A tortura é crime inaceitável por todos os países civilizados, não entendo como o presidente pôde confiar para este cargo tão importante uma pessoa com um passado desses, que não respeita os mais elementares direitos de um ser humano", declarou o diretor.

CPI da Assembléia Legislativa do RJ:

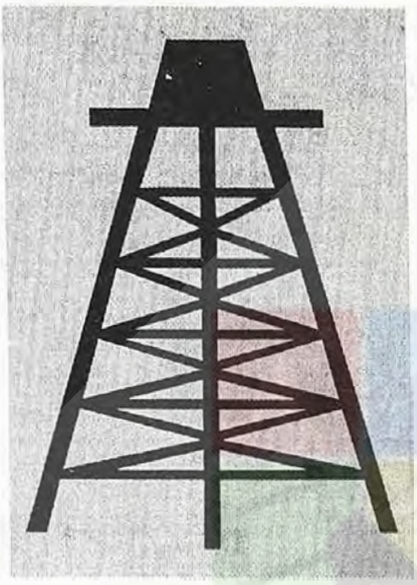
Distribuidoras privadas de combustíveis lesaram cofres públicos em R$ 20 bilhões

Sonegação fiscal, fraudes, remessa ilegal de dólares ao exterior, apropriação indébita, estelionato, falsidade ideológica, peculato. Tudo isso, sob a complacência da fiscalização do governo federal.

A CPI investigou a evasão fiscal de ICMS sobre operações de extração e comercialização de combustíveis. Não foram constatadas irregularidades nas áreas de extração e refino, monopólio estatal executado pela Petrobras. Já na área de distribuição, especificamente nas empresas privadas (que detêm a maioria do setor), o que se encontrou foi de estarrecer.

Quando o estado deixou de cobrar o ICMS das distribuidoras e passou a cobrá-lo das refinarias, em 10 dias o governo arrecadou R$ 13 milhões. A arrecadação média anterior, no mesmo período, era de R$ 3 milhões!

As apurações só não assumiram maiores proporções junto à opinião pública devido ao poderio econômico dessas gigantes multinacionais e à sua condição de grandes anunciantes dos meios de comunicação. Os valores dessas falcatruas são muito maiores, por exemplo, que ow descobertos pela CPI dos precatórios. Algumas das irregularidades que a CPI descobriu foram:



■ A Constituição de 1988 instituiu a isenção de ICMS nas operações interestaduais. As grandes distribuidoras passaram a "simular a entrega de combustíveis em outros estados, quando na verdade eram fornecidos a postos no próprio Rio de Janeiro. Algumas destas grandes empresas criaram empresas fantasmas para o serviço. A Esso, por exemplo, criou a Transdepe S.A., cuja cassação já havia sido requerida no DNER, quando da instalação da CPI.

■ A Petrobras gastou cerca de US$ 2 bilhões em fretes inexistentes cobrados pelas empresas privadas. Multinacionais como a Atlantic já respondiam a processo por cobrar da Petrobras frete para transporte de seu próprio produto.

■ Entre os documentos levantados pela CPI está o processo administrativo, na Receita Federal, contra a Esso, por "crime de remessa ilegal de milhões de dólares aos Estados Unidos, sem pagamento de imposto de renda, e compra ilegal de dólares para remessa ao exterior".

■ O Presidente da Esso, Sr. William Arthur Jackson, possuía dois CPFs ativos, em 1995. "Diversos diretores de empresas que comercializam combustíveis e derivados de petróleo não constam no Cadastro de Pessoas Físicas". Ou seja, não existem para o Leão.

■ A CPI também teve acesso a um inquérito policial movido contra Shell, Atlantic, Esso, Trandepe e diretoria do DNC demonstrando a existência de crimes de "apropriação indébita, estelionato, falsidade ideológica, peculato, sonegação fiscal," e outros.

Como se vê, a entrega das atividades hoje exercidas pela Petrobras para essas empresas só traria prejuízos para a economia nacional.

---

* *Todas as informações aqui apresentadas constam, com mais detalhes, do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar a Evasão Fiscal da Imunidade de ICMS sobre as Operações de extração e Comercialização de Petróleo e seus Derivados, publicado pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em 1996. A CPI foi instalada no dia 15 de março de 1995 e encerrou seus trabalhos em 30 de agosto do mesmo ano.*

Desregulamentação do setor petróleo traz mais riscos

Contribuiu para estas irregularidades a total falta de fiscalização por parte do Departamento Nacional de Combustíveis sobre a atividade das distribuidoras. O DNC é um órgão do governo federal que tem, entre suas atribuições, a regulamentação e fiscalização desse mercado. O projeto de regulamentação do setor petróleo, em tramitação no Congresso, substitui o DNC pela ANP (Agência Nacional do Petróleo), cujo poder abrangerá da pesquisa e lavra do petróleo até o abastecimento de derivados. A Agência não tem mecanismos para evitar fraudes. Pelo contrário, já que concentra poder nas mãos de poucas pessoas com total autonomia.

Comitê das Entidades em Defesa do Patrimônio Público e da Soberania Nacional

Surgente
17 de março de 1997
Boletim do SINDIPETRO-RJ CUT

Todos ao ato público

Diferente dos *lobbies* multinacionais, a pressão dos sindicatos não sensibiliza a maioria dos parlamentares, comandados pelo próprio bolso ou pela troca de favores e cargos com o governo federal. Somente quando a população se mobiliza e mostra que está disposta a lutar por seus interesses, os parlamentares sofrem do famoso efeito refletor. Diante dos holofotes, sob a atenção dos eleitores, eles se lembram que dependem da opinião pública para se manterem nos cargos. Sob o efeito-refletor os parlamentares são capazes de votar o impeachment do presidente. Mas quando os trabalhadores se calam, os poderosos fazem a festa: privatizações, demissões, corte de direitos sociais...

Não deixe o Congresso e o governo decidirem sozinhos o destino do país. Manifeste-se!

Amanhã

Ato público em defesa das estatais e do serviço público

dia 19 16h30min Candelária

Câmara vota destaques hoje

Os destaques para votação em separado vão a plenário hoje, na Câmara. Na semana passada o substitutivo do deputado Eliseu Resende (PFL-BA) foi aprovado pelos deputados. A oposição vai tentar algumas alterações no projeto, como: garantir a propriedade da Petrobras sobre a Bacia de Campos; evitar a cessão dos dutos e terminais da Petrobras; permitir que o refinador venda diretamente ao comsumidor; impedir a criação e venda de subsidiárias, o que permitiria a privatização de toda as áreas produtivas da empresa.

Representantes de diversas entidades estão em Brasília pressionando os deputados. No verso, publicamos a nota que está sendo distribuída hoje aos parlamentares pelas entidades que estão defendendo a Petrobras.

Eliseu Resende desconhece assunto que relatou

Dia 23 de fevereiro, o JB publicou artigo de Barbosa Lima Sobrinho denunciando os danos que o projeto de Eliseu Resende para o setor petróleo causará ao país. Em carta pessoalmente endereçada ao presidente da ABI, Eliseu diz que Barbosa Lima errou. O relator do projeto de regulamentação do setor petróleo diz que "ainda não alcançamos os 900 mil barris diários" e que "talvez cheguemos a este número nos próximos três anos". No dia 13 de novembro, FHC comemorava, pela imprensa, a marca histórica de 901 mil barris alcançada pela Petrobras. O ministro de Minas e Energia e o presidente da Petrobras disseram que a expectativa é chegarmos a 1 milhão de barris até o fim do ano.

Se Eliseu Resende é tão ignorante em dados fundamentais sobre a Petrobras, o que o tornou apto a ser indicato para relator do projeto? Talvez os *lobbies* expliquem.

No dia 8 de março, O Globo publicou matéria assinada por diretor do Sindipetro-RJ denunciando os danos que o mesmo projeto de Eliseu pode causar à população brasileira.

Aos fatos concretos que o artigo apresenta para mostrar que o projeto retira vantagens competitivas da Petrobras, Eliseu respondeu dizendo que "essa não é a crença ou a esperança que nós brasleiros depositamos na empresa". O deputado reconhece que seu projeto é tão ruim para a Petrobras, que apostar na capacidade competitiva da empresa nas novas condições não será mais uma decisão objetiva, mas um ato de fé.

27/5/93 FOLHA DE S.PAULO

TENDÊNCIAS/DEBATES Os artigos inéditos [illegible] opinião [illegible] publicados no jornal [illegible] tação aberta ao pluralismo de idéias [illegible] mundiais e de refletir as diversas tendências [illegible]

Caro senhor ministro da Educação

RUBEM ALVES



Acho, Paulo Renato, que você ocupa a posição política mais importante do Brasil —mais que a da Presidência. Sobre o presidente paira uma maldição terrível, descrita por Maquiavel em "O Príncipe": a maldição do poder.

O poder é um demônio que não dá descanso, não havendo exorcismo que o resolva. Totalitário, ele se apossa do corpo e da alma; exige lealdade total e não deixa sobrar tempo para mais nada. Tal qual são Jorge, o presidente passa os dias e as noites lutando com um dragão que ressuscita a cada manhã, não lhe sobrando tempo para dedicar-se às coisas que são essenciais.

O essencial na vida de um país é a educação. Se não me falha a memória, você estudou em colégio de padres e vai entender o que digo. No Evangelho de João, está escrito que "no princípio era o Verbo". "Princípio", em grego, é palavra filosófica, que não significa só começo no tempo, mas fundamento —aquilo que é a base do que existe.

Acho que o autor sagrado não ficaria bravo comigo se eu fizesse uma tradução livre do seu texto para os tempos modernos: "No princípio é a educação". A educação, em essência, é precisamente isso: o exercício do Verbo.

Pensa-se que a tarefa de um político é administrar o país: pôr a casa em ordem, construir coisas novas, consertar as velhas; cuidar de finanças, saúde, segurança, Justiça e meios de comunicação; administrar os meios de escolarização existentes, coisa sob a responsabilidade do Ministério da Educação.

Discordo. Há uma diferença qualitativa entre o que fazem os ministérios administrativos e o que o Ministério da Educação deve fazer. Os primeiros cuidam do "hardware" do país; lidam com a "musculatura" nacional. O segundo cuida do "software", da "inteligência" nacional. Seu objetivo é fazer o povo pensar. Porque um país —ao contrário do que me ensinaram na escola— não se faz com as coisas físicas que se encontram no seu território, mas com os pensamentos do seu povo.

Explico: o que está no início, o jardim ou o jardineiro? É o segundo. Havendo um jardineiro, cedo ou tarde, um jardim aparecerá. Mas um jardim sem jardineiro, cedo ou tarde, desaparecerá. O que é um jardineiro? Uma pessoa cujo pensamento está cheio de jardins. O que faz um jardim são os pensamentos do jardineiro. O que faz um povo são os pensamentos dos que o compõem.

É a beleza que engravida o desejo. Os sonhos de beleza têm o poder de transformar indivíduos isolados num povo

Os grandes políticos não foram administradores de coisas. Foram criadores de povos. E o que é um povo? Santo Agostinho, 15 séculos atrás, disse que um povo é "um conjunto de seres racionais unidos por um mesmo objeto de amor". Ou seja, pessoas que partilham de um mesmo sonho. Emile Durkheim percebeu igual. Os povos, disse, não são feitos só "da massa de indivíduos que os compõem, dos territórios que ocupam, das coisas que usam, dos movimentos que executam. Eles são feitos, sobretudo, com as ideias que os indivíduos têm de si mesmos".

Foi precisamente isso que Chico Buarque disse em "A Banda". Cada um estava concentrado no seu sonhinho: a namorada, o faroleiro, o homem rico, a moça feia, o homem velho... Cada um na sua, não havia povo; tal como nos, do Brasil, país que não tem povo porque não há sonhos belos a ser sonhados. Mas aí passou uma banda. E o que ela tocava era tão bonito que os sonhos de cada um logo ficaram pequenos e foram esquecidos. Esquecidos os sonhinhos individuais, formou-se a procissão dos que seguiam o sonho que a banda tocava. Um povo nasceu. "A Banda" contém uma teoria política sobre o nascimento de um povo.

Faz uns meses, publiquei nesta seção uma carta inútil ao sr. Roberto Marinho. Usei de uma metáfora: o anúncio do Marlboro que aparece na TV. É lindo, com riachos cristalinos, raios de sol, bosques de pinheiros, cavalos selvagens, tal que não fumo, vendo o comercial, fico encantado. A beleza seduz, me faz sonhar. Quero estar lá.

Após o curto tempo, aparece a advertência do Ministério da Saúde: "Fumo produz câncer". É conhecimento científico. Frase verdadeira. E morta. Não conheço ninguém que tenha deixado de fumar por causa das verdades que o conhecimento científico enuncia. Conheço muitas que vieram a fumar por causa da sedução da beleza.

Nossas escolas têm se dedicado a ensinar o conhecimento científico, com todos os esforços para que isso aconteça de forma competente. Isso é muito bom. A ciência é indispensável para que os sonhos se realizem. Sem ela, não se pode plantar nem cuidar do jardim.

Mas há algo que a ciência não pode fazer. Ela não é capaz de fazer os homens desejarem plantar jardins. Ela não tem o poder para fazer sonhar. Não tem, portanto, o poder para criar um povo. Porque o desejo não é engravidado pela verdade. A verdade não tem o poder de gerar sonhos. É a beleza que engravida o desejo. São os sonhos de beleza que têm o poder de transformar indivíduos isolados num povo.

As escolas se dedicam a ensinar os saberes científicos, visto que sua ideologia científica lhes proíbe lidar com os sonhos (coisa romântica!). Assombra-me a incapacidade das escolas para criar sonhos. Enquanto isso, os meios de comunicação (principalmente a TV), que conhecem melhor os caminhos dos seres humanos, vão seduzindo as pessoas com seus sonhos pequenos, frequentemente grotescos. Assombra-me a capacidade desses meios para criar sonhos. Mas de sonhos pequenos e grotescos só pode surgir um povo de idéias pequenas e grotescas.

Se o Ministério da Educação for só um gerenciador dos meios escolares, será difícil ter esperança. Pensei, então, que o ministério talvez tivesse poder e imaginação para integrar os meios de comunicação num projeto nacional de educação: semear os sonhos de beleza que se encontram no nascedouro de um povo. Assim, realizaria a sua vocação política de criar um povo. Por isso, Paulo Renato, considero sua posição de ministro da Educação a mais importante na vida política do Brasil. Da educação pode nascer um povo.

Rubem Alves, 64, educador, escritor e psicanalista, é professor emérito da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

Economia Solidária
uma alternativa ao capitalismo

A economia que nós precisamos já está começando a ser construída em muitos espaços no Brasil. É a economia em que o valor central não é mais o capital, mas sim o ser humano, a sua capacidade criativa, o seu conhecimento, o seu trabalho. Quando a gente fala economia, a gente está querendo dizer a administração da casa. A nossa casa é o planeta. Quem mora na casa? A economia tem como questão central o ser humano, habitante da casa, junto com todos os outros seres.



O que hoje virou a economia do capital é o contrário disso. Aristóteles, filósofo grego, tinha um nome para isso: crematística, que é a idéia fixa de acumular riquezas materiais. A economia atual do capitalismo não é uma verdadeira economia, é na verdade crematística. E o que nós precisamos é recuperar a economia. Quem está fazendo isto já? Todos os trabalhadores que não estão mais procurando emprego porque estão se organizando para ser os seus próprios patrões. É o trabalho autônomo, o trabalho associativo, trabalho cooperativo. Porém, um empreendimento cooperativo ou associativo não é viável se não estiver articulado com muitos outros empreendimentos associativos e cooperativos. Por isso é que nós temos trabalhado na construção de redes cooperativas, com uma lógica diferente da do capitalismo: é a lógica do apoio mútuo, da solidariedade, da partilha.

Com isso a gente está, pouco a pouco, construindo cadeias produtivas cooperativadas, pequenos espaços comunitários em que diferentes economias cooperativas e associações se complementam umas às outras, e acabam gerando satisfação das necessidades da comunidade. Também este esforço está acontecendo no campo da comercialização, no grupo de cooperativas que produzem bens no campo. E com isso a gente vai expandindo o que nós chamamos de espaço da socioeconomia solidária, que é uma nova economia que está nascendo no interior da economia capitalista. Além disso nós estamos trabalhando para construir também, um sistema de financiamento das cooperativas, alternativo ao dos bancos que nós conhecemos.

Redes de trocas solidárias

Temos ainda uma outra alternativa que estamos desenvolvendo em nível comunitário que são as redes de trocas solidárias. Nós já temos inclusive um movimento internacional chamado Rede Global de Trocas Solidárias, em que a gente organiza grupos que têm alguma coisa em comum, morando próximos, na vizinhança ou trabalhando no mesmo espaço, ou sendo membros de uma mesma cooperativa, para compartilhar as nossas necessidades enquanto pessoa, família, enquanto comunidade, coletividade, e também para identificar os recursos, as capacidades que nós temos a oferecer para aquele grupo. De repente você tem aí um conjunto de competências que está ao alcance da comunidade, mas que ninguém nem se dava conta e aí a gente começa a trocar, e quando o grupo fica maior a gente cria uma moeda comunitária e com essa moeda intermedia a troca desses bens e serviços que a gente está produzindo. Esta moeda está sob controle total da comunidade.

Espírito solidário

O nosso argumento é sempre esse: o inimigo externo é muito grande e muito forte. É todo esse mundo da riqueza, da ganância, que é o mundo também da competição, da violência, da guerra entre as pessoas, entre os trabalhadores, entre as empresas, entre os países, tudo isso está marcado por uma ideologia que é a do individualismo. O ego é que conta. É um mundo que eu chamo do "eu" sem "nós". Um eu absoluto: eu sou único, sou o melhor, tudo para mim. E se você estende esta idéia da pessoa para a coletividade, você tem a empresa dizendo a mesma coisa: eu sou a única, eu quero o mercado todo pra mim, eu quero todo o dinheiro pra mim, eu quero ser o único vendedor deste produto no mercado.

A tentativa de superar isso através do nós sem eu, também foi feita, mas deu em desastre: foram os tais socialismos centrados no Estado, que deram valor só ao coletivo e desprezaram a pessoa humana. Nós estamos trabalhando pela construção de uma ética do eu e nós ao mesmo tempo. Cada pessoa é totalmente importante e a comunidade, a sociedade, o país e a humanidade toda também são importantes. Tudo que nós fazemos tem que, ao mesmo tempo, fortalecer cada um de nós. Essa é a espinha dorsal dos valores de uma socioeconomia solidária e aí eu volto à história do inimigo exterior: ele é grande, forte, mas é fácil de combater. Mas o inimigo interior é o mais difícil. Qual é o inimigo interior? Os nossos valores, atitudes, comportamentos e modos de relação, herdados dessa cultura do eu sem nós. Então essa luta para a construção de uma nova socioeconomia, ela só vai ser vitoriosa, se em cada momento, cada um de nós também estiver lutando para superar o seu velho eu dentro de nós e construir um novo eu que é ao mesmo tempo eu e nós. Isso é o que eu chamo de uma cultura, uma globalização cooperativa, solidária e amorosa.

QUESTÕES PARA DEBATE

1- O que é economia solidária?
2- O que são Redes de Trocas Solidárias
3- Por que o "inimigo interior" é o pior?

Marcos Arruda, socioeconomista e educador popular, coordenador do PACS (Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul). Rio de Janeiro.

4. Eixos orientadores para o resgate das dívida sociais

A dinâmica do processo de resgate das dívidas sociais se compõe de um conjunto de ações protagonizado por diferentes agentes sociais, que atuam em conjunturas historicamente determinadas. Apesar da diversidade dessas ações e mudanças constante da realidade, é possível indicar algumas diretrizes que orientem esse processo.

Ação política mais ordenada. É importante a manifestação de protesto, de indignação ética de maneira individual, mas isto não é suficiente. Uma vez que as mudanças sociais não se fazem de forma espontânea ou por "boa vontade" dos dominantes, é preciso uma participação popular organizada em todos os níveis de decisão.

Fortalecer as articulações e estabelecer parcerias. Essas práticas exigem conhecimento das forças políticas presentes na sociedade e os níveis em que se pode atuar conjuntamente. Definir como sujeito histórico da mudança apenas um setor da sociedade ou considerar determinado movimento popular como o condutor do processo político não corresponde ao atual momento que vivemos. Parcerias e articulações são atitudes que exigem sensibilidade e conhecimento, necessárias na luta pelo resgate das dívidas sociais.

Atitude ativa na sociedade. Razões as mais diversas têm levado a maioria dos cidadãos a não valorizar e mesmo não participar em diferentes estruturas decisórias da sociedade. Há uma certa apatia ou descrédito no valor dessa participação. Não se cultivando essa prática coletiva, as decisões ficam restritas a pequenos grupos que se perpetuam no poder. Associações de bairro, conselhos de saúde, da educação, de defesa da criança e do adolescente, elaboração e fiscalização de orçamentos municipais, sindicatos, conselhos paroquiais, etc, são locais de prática política que podem produzir efeitos multiplicadores muito significativos.

Dar ênfase às mobilizações populares em torno de situações concretas e relevantes. Mesmo em se tratando de reivindicações que dizem respeito a problemas locais, a participação coletiva e organizada pode produzir um salto qualitativo no grau de consciência política. As ações locais coletivas são parte significativas da construção do tecido social. Os trabalhos em mutirão para construção de casas, de roças comunitárias, luta pelo abastecimento de água, etc, são exemplos que produzem frutos além do interesse imediato.

Exercer com valentia o direito de cidadania. O não ter medo de protestar, de contestar todas as formas da arbitrariedade, de mobilizar a comunidade para exigir o respeito aos direitos que garantam uma vida digna são parte do processo de resgate. No período eleitoral, considerando serem ainda as eleições canais de construção democrática, não se deixar abater pelo desânimo e atuar com garra nas atividades de campanha.

Construir formas de ruptura. Atento/as às transformações conjunturais, aproveitar os espaços que propiciam iniciativas de ruptura a partir do confronto com os devedores. As ocupações de terra constituem exemplo claro desta perspectiva.

Incentivar a perspectiva ecumênica e privilegiar o diálogo. Muitas vezes a intransigência e a mentalidade discriminadora impedem uma ação coletiva e solidária em favor dos interesses comuns do povo. Atitudes de abertura e de compreensão às crenças e valores de grupos que também sofrem das mesmas estruturas de injustiça reforçam a luta comum. O repúdio a todas as formas de discriminação e preconceito faz parte do ideário que alimenta o movimento de resgate das dívidas sociais. A compreensão de que a luta ultrapassa os interesses de um grupo particular e que os problemas que o povo enfrenta são mais abrangentes afasta atitudes de arrogância e de sectarismo.

Preferir metodologias educativas. Deve-se priorizar metodologias capazes de provocar alteração de comportamentos cotidianos: da passividade à participação; da discriminação à tolerância; da busca da vantagem própria à solidariedade; do comportamento autoritário ao comportamento democrático.

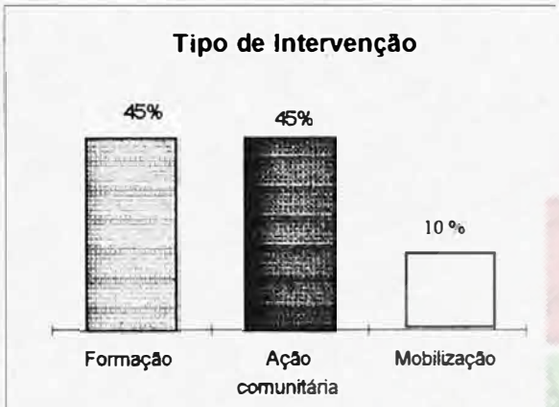
Valorizar a emoção e os sentimentos. Apesar da dureza do processo de resgate das dívidas sociais, dos sofrimentos e das injustiças que nele estão embutidos, o cultivo da alegria, da festa, da beleza, do amor, da fraternidade e da solidariedade são imprescindíveis ao desenvolvimento da luta. As conquistas sociais não são resultado apenas das ações ditas racionais. São também frutos do coração e das emoções.

Incorporar a juventude nas lutas sociais. Com rituais e estilos próprios é fundamental a participação do/as jovens, adolescentes e crianças no processo de libertação. Ele/as são parte privilegiada da construção de uma nova sociedade e devem participar, plenamente, nesses processos, como ativo/as protagonistas.

Refazer o sonho, alimentar a utopia. É preciso manter a mística da luta, fortalecer a esperança, cultivar a espiritualidade. Acreditar e reafirmar sempre, que é possível construir sociedade fraterna. Para aquele/as que crêem, os sinais do Reino de Deus se visibilizam, com pujança, em muitos lugares. O resgate das dívidas sociais unifica nossas lutas e anima nossa esperança.

Subsídio para discussão sobre perspectivas de trabalho para o resgate das Dívidas sociais:

1. QUEM SÃO OS DEVEDORES? A QUEM ELES DEVEM? QUAL O MONTANTE DA DÍVIDA DEVIDA?
2. QUAL O PAPEL DAS PRÁTICAS COMUNITÁRIAS E SOCIAIS PARA O RESGATE DAS DÍVIDAS SOCIAIS:



Uma análise a partir dos trabalhos comunitários apoiados pelo CERIS, na área de saúde, através do Fundo de Miniprojetos, nos revela uma estratégia de intervenção subjacente às práticas dos grupos populares no Brasil: Ações locais qualificadas, oferecendo subsídios e elementos para mobilizações.

- ◊ Seria possível resgatar as dívidas sociais através de ações locais isoladas?
- ◊ Seria possível resgatar as dívidas sociais através de ações federais com roupagem de ação nacional?
- ◊ O que se pode resgatar com as ações locais?
- ◊ O que se pode resgatar com ações nacionais?



As limitações podem ser vistas:

- Na articulação das ações locais com as mobilizações
- Na participação política (conselhos paritários, fórum etc..) desvinculada das práticas comunitárias locais e, consequentemente de seu acúmulo e reivindicações.
- Na incapacidade de trabalho integrado
- Na institucionalização dos trabalhos e seus desvios históricos:
  - ◊ perda da flexibilidade e capacidade inovadora
  - ◊ progressivo descompromisso com as pessoas e comunidades
  - ◊ centralidade na manutenção da instituição
  - ◊ hierarquização de papeis, responsabilidades e poder, desvinculados de processos de participação.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 1998

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

REUNIÃO DO CONSELHO PASTORAL

07 DE NOVEMBRO DE 1995

O "PRIMEIRO SÍNODO DIOCESANO DE NOVA IGUAÇU" – que realizamos de 1987 a 1992 - deixou ensinamentos importantes sobre os *"Ministérios"*.

A 2ª parte do documento tem o seguinte título:

UMA PASTORAL PARA CONSTRUIR A IGREJA DE ROSTO NOVO NA BAIXADA FLUMINENSE

O primeiro capítulo trata de: "Koinonia: Igreja, Comunidade, Vivência da Fé."

Este Capítulo fala da Comunidade Eclesial de Base, da Paróquia, da Região Pastoral, da Diocese, dos Ministérios, dos Ministérios e Carismas, dos Conselhos, das Assembléias, das Comissões Diocesanas de Pastoral e dos Recursos Materiais.

Vamos refletir sobre alguns pontos da parte que fala dos **Ministérios**.

(88) Jesus veio a este mundo "não para ser servido, mas para servir e dar sua vida..."[Mc 10,45], "para que todos tenham vida, e vida em abundância..."[Jo 10,10].

O Concílio Vaticano II [LG 30-38] entende que a Igreja toda - clérigos e leigos - herdou este caráter de serviço, já que ela, como novo Povo de Deus, exerce o ministério de Jesus Cristo [cf 1Pd 2,9]. Segundo São Paulo, somos o Corpo de Cristo: Ele é a Cabeça, nós os membros. Todos os membros têm sua própria função, diferente uma da outra, funcionado sob a direção da Cabeça que é Jesus [1Cor 12,4-30]. Ora, diaconia = ministério = serviço.

O Concílio Vaticano II reserva o nome "sacerdócio ministerial" somente para os bispos, presbíteros e diáconos, isto é, para pessoas ordenadas, mas usa o termo "sacerdócio comum" para todos os batizados, indicando por esse termo a parte de serviço que cabe a cada batizado. Ser "servidor" ou "ministro" na Igreja não é um estado de privilégio ou poder: é para todos dever, inerente ao batismo. A Diocese de Nova Iguaçu assume o compromisso de ser uma Igreja toda ministerial ou diaconal.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO:

1. Como se realiza na prática o ensinamento do Concílio Vaticano II, de "**que a Igreja toda herdou este caráter de serviço**" ?
2. Que "função" têm na sua Comunidade e na sua Paróquia, as pessoas que participam da Igreja?

(95) Valorizando o *sacerdócio comum* dos fiéis, o Concílio Vaticano II revalorizou os ministérios dos leigos que tradicionalmente foram centralizados nas mãos dos presbíteros.

A escassez de clero na Diocese de Nova Iguaçu, como em outras partes, apressou este processo. Atualmente, alguns ministérios ligados à celebração dos sacramentos ganharam oficialização com solene *envio* pelo bispo. São os ministérios extraordinários da comunhão, do batismo e das testemunhas qualificadas do matrimônio.

Além destes ministérios, de algum modo supletivos, todos os demais serviços são importantes, porquanto correspondem a necessidades pastorais, e estão na linha do seguimento de Jesus e da execução do Plano de Deus:

1. na liturgia: preparativos para as celebrações, inclusive as materiais, como limpeza e ornamentação; ensaio de cantos; acolhida; pastoral dos enfermos; visitas de oração; celebrações da palavra;
2. no anúncio e na pregação: nucleação nas CEBs; coordenação de círculos bíblicos; preparação para os sacramentos; catequese; formação de agentes de pastoral; animação da pastoral dos jovens, da família, de associações religiosas; comunicação e informação;
3. na organização/animação das CEBs e grupos pastorais: coordenador/animador, conselheiro, secretário, tesoureiro, administrador, secretário paroquial e outras lideranças;
4. na área social: assistência e conscientização; defesa dos direitos humanos de grupos injustiçados, violentados e marginalizados; mundo do trabalho e dos direitos humanos, dos lavradores e moradores sem-terra para plantar e morar; dos negros, das mulheres, das domésticas, das crianças e jovens abandonados; dos pobres, mendigos; mendigos; vagabundos; dos loucos; dos presos; das prostitutas; do meio político; promoção dos movimentos populares - sociais e políticos - e outros.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO:

1. Quais são os "serviços comunitários" mais valorizados na sua Paróquia, Região, na Diocese ...?
2. Que serviços a Igreja deve prestar com mais cuidado e dedicação numa região "urbana" como a de nossa Diocese ?
3. Como são, nas nossas Comunidades e Paróquias, as relações entre os "ministros ordenados" e os "ministros leigos"?

Levantamento de Sugestões para a Montagem do Curso de Formação de Lideranças

Roteiro Indicativo

A presente indicação de um roteiro de conversa para o recolhimento de sugestões, visando a montagem do curso, está dividida em dois blocos principais: no primeiro bloco o coordenador da reunião (ou alguém por ele indicado) expõe brevemente a idéia do curso, enquanto que o segundo bloco é dedicado às falas das pessoas convidadas.

Antes porém de se entrar no assunto, objeto da reunião, há que se apresentar a própria proposta da reunião: idealizada para recolher sugestões para a montagem de um curso de formação de lideranças, com uma pauta divida em dois blocos principais, etc...

primeiro bloco

o encarregado da exposição deverá apresentar a proposta do curso, podendo seguir o seguinte linha de raciocínio:

1. a difícil situação da população (aspectos sociais, culturais, espirituais).
2. a necessidade de um grande esforço para reverter esse quadro, de raízes históricas.
3. a importância do trabalho leigo nesse esforço de superação.
4. a proposta do curso de formação de lideranças, como instrumento de potencialização desse trabalho:
   - origens
   - características já definidas: temas (antropologia, política, sociologia, pastoral), três turmas de sessenta pessoas, quatro semestres de duração, 60 horas por semestre, 2 ou 3 seminários por semestre com os 180 participantes.

Falia —

segundo bloco

o segundo bloco divide-se em quatro partes: a primeira é uma introdução, a segunda está voltada para as sugestões de conteúdos, a terceira para aspectos pedagógicos e a quarta para questões de organização. Em cada momento o coordenador da reunião deverá apresentar perguntas que facilitem a expressão dos convidados. A seguir é relacionada uma possível sequência de perguntas.

introdução

1. quais os principais problemas vividos pelo povo e pela Igreja na Diocese ?
2. qual deveria ser a contribuição dos leigos na superação desses problemas ?
3. quais as dificuldades enfrentadas pelos leigos e que estão impedindo uma contribuição mais eficaz ?

Nesse conjunto deve ser dada ênfase à pergunta 3, explorando-se o mais possível a visão que os convidados têm a respeito das dificuldades e limitações vividas pelos leigos: objetivas e subjetivas, sociais e pessoais, de informações, de conhecimentos, de recursos e habilidades.

conteúdos

4. que conhecimentos e habilidades um curso de formação de lideranças deve desenvolver para ajudar a superar as dificuldades hoje vividas pelos leigos em sua militância ?

As respostas a esta pergunta devem ser bem exploradas, buscando-se explicitar conteúdos, tentando-se também confrontá-las com as respostas à pergunta anterior.

pedagogia

5. que métodos de ensino devem ser seguidos para tornar o curso mais atraente e produtivo?

organização

(antes de formular a pergunta relativa a este ponto, o coordenador deve apresentar as idéias já existentes: os locais de realização, o esquema de um encontro por mês com 12 horas no sábado e domingo, o pernoite, os seminários com um dia de duração)

6. que idéias de organização podem ser sugeridas para melhorar as atuais?

HORÁRIO DOS CURSOS

SEXTA: 19 - 21:30 = 2:30 horas

SÁBADO: 08 - 12 ; 13:30 - 18 ; 19 - 21:30 = 11:00 horas

DOMINGO: 08 - 12:00 = 4:00 horas

TOTAIS DE HORAS: 2:30 + 11:00 + 4:00 = 17:30 horas

17:30(horas) X 5 (fins de semanas) = 87:30 horas

SEMINARIO:

SABADO: 08 - 12 ; 13:00 - 18:00 = 9:00 horas

CURSO:

SEXTA:.....

SÁBADO:.....

DOMINGO:.....

TOTAL DE HORAS:.....

TOTAL DE HORAS:.....X....5 (fins de semanas) =.....horas

SEMINARIO

SEXTA:.....

SÁBADO:.....

DOMINGO:.....

TOTAIS DE HORAS:.....

TEATRO - 20ª ROMARIA
Antônio Prado - 11.02.97

.....Música de abertura... vibrante... Aos poucos vai passando para uma música de fundo suave, enquanto entram os personagens .....

(Palco 1 - Entra o Profeta com a Bíblia na mão e senta numa cadeira. Em seguida entram alguns agricultores. Saúdam o profeta com palavras e gestos. Sentam no chão em semicírculo em atitude de escuta.
Palco 2 - Entra um fazendeiro com a mulher e filhos. Sentam em volta da mesa. Ligam o rádio e ouve-se a notícia)

Voz 1 - Atenção, atenção!...Fala o nosso enviado especial da BBC de Londres...

Voz 2 - Acaba de implodir uma grave epidemia da pecuária inglesa... Uma nova e desconhecida peste se alastra no rebanho bovino, deixando-o meio enlouquecido e com os movimentos desordenados... Não se sabe que tipo de vírus é este, mas, sabe-se que é fortemente contagioso nas pessoas que consomem sua carne.

A crise maior ocorreu no Mercado Comum Europeu, onde houve uma retração de 80 a 90% na venda da carne inglesa.

O povo chama esta doença a **doença da vaca louca...**

Do correspondente especial da BBC para a Rádio Farroupilha..

..... Música de fundo .....

(Entram outros fazendeiros. Um deles puxando uma ***vaca louca,*** *com movimentos que caracterizam a doença. Junto vêm autoridades, mulheres... Todos comentam a situação e dirigem-se para o grupo que está ouvindo a notícia.*

No Palco 1 o Profeta e seu grupo, sentados, observam e escutam em silêncio.)

Fazendeiro 1 - Mimosa, eles querem matar você e todas as suas companheiras que estão sofrendo este mal da **vaca louca.** Mas isso não pode acontecer... Eu vou à falência!...

Mulher - E o que é que vocês estão esperando?... Não deixem matá-las... Mandem o quanto antes para os navios de exportação... Tem gente passando fome nos países pobres...

Autoridade - Nunca! Isso é um crime!... Nós podemos perder o mercado e ter mais prejuízo!... E também pode m contaminar as pessoas...

Fazendeiro 1 - Morre de fome, morre de peste, que diferença faz?!

Fazendeiro 2 - É isso aí! E, se a peste da **vaca louca** começa a se expandir por aqui, vai ser uma catástrofe para os pecuaristas... Vamos vender logo e salvar nossas economias.

Fazendeiro 1 - Já está causando a maior crise na pecuária. Ninguém, mais quer comer carne... os preços despencaram... e os prejuízos são incalculáveis.

Autoridade - Não importa! Eu, como autoridade, representante do governo, devo zelar pela saúde pública e manter a nossa imagem!

Vamos indenizar na ordem de bilhões de dólares... Embora isso afete os orçamentos públicos e as obras populares.

(dirigindo-se à vaca)

Portanto, minha amiga, como autoridade, não posso permitir que você continue vivendo aqui... Você tem algo a contestar?

Mimosa - Sim, senhores! Vocês todos têm suas razões!... Mas eu também tenho algo a dizer:

Quem são os culpados de nós estarmos assim pestiadas?

Antigamente não havia tanta peste... Mas, é que nós éramos bem tratadas com pastagens naturais, sem venenos, nem rações, nem antibióticos, nem anabolizantes, nem hormônios... Tínhamos água limpa nos riachos e lagos, onde podíamos saciar a sede sem medo... Andávamos livres pelos campos... Tínhamos o nosso ciclo natural crescimento, de engorda e procriação...

Hoje, com o que vocês chamam de **"progresso tecnológico"** e que eu chamo de "**tecnologia maluca**", as leis da natureza foram alteradas: Nem sequer o touro nos deixam ...*(risadas)*... temos inseminação artificial, passamos a comer rações feitas de vísceras de carneiro, cérebro de boi e até de excrementos de galinha! De herbívoros fomos transformadas em saprófitos e canibais!...

Com tudo isso e mais essa parafernália de drogas e antibióticos nós só podíamos chegar à loucura! **Vacas loucas** é o que restou da vossa tão avançada **"tecnologia moderna".**

Fazendeiro 2 - Basta, basta! ... Essa tua conversa não me interessa... Me interessa o lucro... o desenvolvimento... o progresso... uma tecnologia avançada, sim senhora!...

Autoridade - Progresso é progresso! Para crescer e continuarmos a progredir, alguém tem que ser sacrificado!

Mimosa - Vocês pensam que resolvem este problema nos matando? Estão muito enganados! ...Se vocês nos matam hoje, amanhã vocês vão estar na mesma: Terão galinhas loucas, porcos loucos... depois serão batatas loucas, cenouras loucas... depois será a invasão de algum inseto: gafanhoto, mosquitos... depois será a água contaminada, a terra deserta, o ar mortífero é poluído, etc... etc... etc... E, por fim, estarão os homens com stress, esgotamento, loucura...

Fazendeiro 1 - Prá meu gosto, você já está falando demais, como vaca... está muito atrevida! Chega de lero-lero...

(Sai o grupo dos fazendeiros, autoridade, etc... levando a vaca. No outro palco os agricultores comentam com o Profeta)

Agricultor - *(dirigindo-se ao profeta)* Eu agora estou meio confuso. Você que é profeta, me diga: Será que para progredir a gente tem que sacrificar alguém, destruir, deturpar a ordem da natureza, como eles estão dizendo? ... Será que sempre foi assim?... Afinal, quem está com a razão, a vaca ou o fazendeiro?

Profeta - *(Levantando)* É claro que não foi sempre assim.... Deus criou tudo com muita perfeição, harmonia e equilíbrio.

No Plano de Deus todas as coisas tem seu ritmo de crescimento, sua lei de sobrevivência...

A terra, a água, os astros, as plantas, os animais, os homens, todos tem

sua função no equilíbrio ecológico... E a função do homem é simplesmente cuidar disso tudo, aperfeiçoar este mundo, respeitando as leis naturais.

Mas, infelizmente, o que estão fazendo?

Levados pelo egoísmo, pela ambição e pelo desejo de dominação estão desmatando as florestas... poluindo os rios e o ar... envenenando as frutas... enfraquecendo a terra...enlouquecendo os animais...exterminando os micro organismos, naturais e criando outros mortíferos... escravizando e degradando o próprio homem!!!...

..... **Canto: Não é este aí o universo que eu quis,**
Desfeito em pedaços, por mãos criminosas
do homem que eu fiz!
Não é esta aí a natureza que eu fiz,
Que cai indefesa, perdendo a beleza,
Trazendo a tristeza, na terra que eu fiz.
Será que eu errei?

Todos - *(do Palco 1 levantando os braços para o alto)* Bendito seja Deus que criou o universo, a natureza e o mundo em que vivemos!

(durante o canto entram os 3 do jogral bem caraterizados)

C- Você já pensou por que Deus criou um mundo tão diversificado, tão complexo e tão perfeito?... Você já pensou por que Deus criou o sol?

..... **música de fundo** .....

*(Entra o **sol** - túnica amarela - acompanhado da **lua** e **estrelinhas** que fazem evoluções em torno do sol)*

A e B - O sol é fonte de luz...
C - É a fonte de toda a energia que se consome na terra ...
A e B - O sol é fonte de vida ...
C - O sol reativa as funções vitais :
A - a respiração...
B- a circulação do sangue...
A - a digestão dos alimentos...
B - equilibra o sistema nervoso...
A - fortalece os pulmões...
C - Graças a energia solar os seres vivos crescem...
B - os recursos naturais se renovam...
A - os rios correm...
B - a chuva se forma...
A e B - E a vida subsiste...
C- O sol é o motor do sistema que faz a terra girar em torno de si mesma a cada 24 horas.
A - que determina as estações...
B - que libera o oxigênio das plantas verdes ..
C- Sem o sol não haveria energia...
A - nem combustíveis...

B - nem alimentos!...
A - Nem vida sobre a terra ! ...
ABC - Bendito seja Deus que criou o sol, a lua e todos os astros que brilham no firmamento!
C - Você já pensou porque Deus criou a terra e todos os outros planetas?

..... Música de fundo .....

(O sol, a lua e as estrelinhas dirigem-se para o centro do palco. O sol sobe num troninho. Ao mesmo tempo entra a ***terra*** *- túnica marrom - acompanhada de* ***florzinhas*** *fazendo evoluções ao ritmo da música)*

C- A mãe terra é o berço de toda a natureza!
B - Do seu ventre brotam as águas...
A - as árvores
B - o alimento para os animais...
A e B- e sobretudo para os homens!
A - Nela se abrigam milhões de microorganismos
B - que se alimentam dela e a devolvem em vida...
C- Deus deixou a terra inacabada... E a entregou aos cuidados dos homens .
A - Para cultivá-la e torná-la cada vez mais fértil...
B -Produzindo árvores frutíferas,
A - verduras e legumes,
B - ervas e flores...
A - para produzir riquezas,
B - felicidade,
A - e vida para todos...
ABC - Bendito seja Deus que, por amor, criou a terra!

..... Música de fundo .....

(A terra vai para o seu trono ao lado do sol e entra a ***água*** *com crianças trazendo peixinhos e dançando ao ritmo da musica)*

C- A água é outra fonte de vida!
A - ninguém vive sem ela
B - nem a terra...
A - nem as plantas...
B - nem os animais...
A e B - Nem o homem!
A - a água limpa e purifica...
B - cura e alimenta...
A - mata a sede...
B - irriga os campos
A e B - e fornece energia às usinas e fábricas!
C - Oceanos e mares... Rios e lagos... Cascatas e fontes, bendizei ao Senhor!

..... Música de fundo: a camponesa .....

*(a água vai para o seu trono e entra a **Planta,** acompanhada de crianças com cestinhas de **frutas**, dançando ao ritmo da música)*

C - E Deus disse: Brote da terra a vegetação...

A - Plantas e árvores...

B - Ervas e flores..

A - que dêem frutos para alimentar o homem e os animais...

C - As árvores são o pulmão do mundo...

B - purificam o ar...

A - abrigam os animais à sua sombra...

B - protegem a terra dos raios fortes do sol...

A - evitam a erosão...

A e B - Cobrem-se de flores na primavera!

B - As folhas caídas, tronco, galhos e raízes se transformam em adubo...

A - com a madeira se constróem casas e móveis...

B - dela se extraem a borracha e o papel...

A - e muitos frutos saborosos...

B - que alimentam e curam...

A - No deserto onde não há vegetação não há vida!

C -Árvores e flores, bendizei ao Senhor!

ABC - Tudo o que Deus fez é perfeito... porque ele fez com amor!
Até os animais selvagens, répteis, pássaros e peixes...

..... Música de fundo .....

*(A planta vai para o seu trono e entràm, crianças com **animais:** gatos, pombas coelhos, etc..etc..)*

C - Todos os animais tem a sua lei de sobrevivência e a sua função no equilíbrio ecológico... Por exemplo o sapo que pareceria não servir para nada... come os insetos na horta a cobra, quando invade o ninho das caturritas e come os ovinhos delas, está contribuindo para que as caturritas não se multipliquem em excesso. e não causem dano às plantações...

A - Todos se complementam em harmonia e equilíbrio biológico...

ABC - Criaturas todas do Reino animal, bendizei ao Senhor!

C - E entre todos os elementos da natureza, criados por Deus está também o ar.

.....Música de fundo .....

*(Os animais saem vão para o seu trono e entra o **ar** - Túnica branca - acompanhado de crianças dançando com **balões**)*

C - O ar envolve a terra!

A - revitaliza toda a natureza...

B - revigora o homem...

A - limpa os pulmões e o sangue...

B - sem o ar tudo se intoxica, se asfixia...

A - Sem ar puro não há vida.

ABC - Bendito seja Deus que criou o ar que respiramos!

..... **Canto: Ao Senhor dos senhores, cantai**
Ao Senhor, Deus dos deuses, louvai...

Agricultor - Mestre, será que tudo mesmo tem sua função de equilíbrio? Por exemplo, a aranha o mosquito, o morcego e outros semelhantes, servem prá que?

Profeta - É claro que tudo tem sua função: A aranha ajuda no controle ambiental. Apanha os insetos nas suas teias, se alimenta deles, impedindo que se multipliquem e prejudiquem o ambiente.

E o mosquito serve de alimento para a aranha e outros animais.

O morcego come a metade do seu peso vivo de insetos.

Tudo é importante para o sistema planetário. às vezes, alguma coisa, pode até prejudicar o homem, mas é necessária para o equilíbrio global do universo.

Agricultor - E os animais selvagens, como o tigre, que come os outros?... e as bactérias, que apodrecem as coisas, servem prá que?

Profeta - Estes também servem para manter o equilíbrio ecológico. Regulam o equilíbrio do Projeto de Deus; evitam que uma espécie se multiplique em excesso e prevaleça sobre outra; fazem parte da dinâmica interna. As bactérias transformam os detritos em outras substâncias necessárias.

E os homens que foram criados por Deus , com inteligência, vontade e sensibilidade devem cuidar para que se mantenha esse equilíbrio do universo, e fazer com que o projeto de Deus se desenvolva com harmonia...

Mas, infelizmente, os homens se deixaram levar pela ambição, pelo egoísmo e pela sede de poder... fizeram as "vacas loucas", regiões desertificadas e, por fim, no decorrer dos tempos, foram se destruindo e escravizando uns aos outros... Fazem guerras para destruir povos inteiros, roubam as riquezas, deixam regiões inteiras na miséria, destruindo o projeto de Deus , que é um Projeto de Amor e de união, onde todos têm os mesmos direitos e as mesmas condições de vida.

Para poderem dominar ainda mais, foram aperfeiçoando os métodos de guerra, as armas sofisticadas e, cada vez mais, vão se destruindo friamente...

.....**Canto - Não posso respirar, não posso nem nadar**
A terra está morrendo não dá mais prá plantar
E se plantar não nasce e se nasce não dá.
Até pinga da boa é difícil de encontrar.
Cadê a flor daqui? Poluição comeu...
O peixe que é do mar... poluição comeu....
O verde onde é que tá? poluição comeu...
Nem Chico Mendes sobreviveu!

(Durante o canto saem todos os elementos da natureza e também o Profeta. Entram o general, o fabricante de armas, industriais e políticos. Saúdam-se com arrogância, conversam alto, como que em euforia).

General - *(batendo sobre o ombro de um dos industriais)* Companheiros, o mundo vai ser nosso! Nós militares estamos prestes a dominar o mundo. Nossas trincheiras avançam cada dia mais sobre os nazistas, com armas invencíveis! Vamos acabar com estes fanáticos! Não é verdade mister Krug?

Fabric. de armas - Mas não se esqueça que vocês conseguem tudo isso graças à nossa grande fábrica de armas. A maior e mais eficiente do mundo. Produzimos armas cada dia mais mortais, fulminantes e destruidoras.

Comerciante - Tudo bem, mas se não somos nós comerciantes, espalhados por todo o mundo, que organizam a venda e distribuição destas armas vocês não conseguiriam nada. Nós comerciantes é que fazemos tudo isso funcionar.

Fabricante de armas - Se nós não fabricássemos as armas vocês nem existiriam

Comerciante - Aí é que está o vosso engano Vocês ficariam com elas encalhadas nos depósitos e sem dinheiro...! Nós é que levamos ao consumo arrumamos mercado e fazemos a política de vender armas até para o inimigo.

Poderíamos até arrumar conflitos e guerras entre os povos.

Fabricante de armas - Você tem razão. Seu papel de comerciante também é importante!

Político - Calma lá, senhores prepotentes... Vocês não são tudo, não! Eu, como político astuto é que manobro as leis do país de tal jeito que vocês das fábricas e do comércio possam funcionar... Sem os políticos vocês não conseguiriam nada... Nós obrigamos o povo a trabalhar, a pagar impostos pesados e a obedecer as leis que nós fazemos... Convencemos o povo que é mais importante produzir armas para se defender do que pão para comer... E também iludimos e fanatizamos o povo para que entrem em guerras e conflitos entre eles!!!

Fabricante de armas - É isso aí... nós três somos importantes, formamos um bloco invencível! Fazemos o mundo funcionar como nos interessa!...

Deixemos os bobocas cristãos pensar que Deus os protege de nossas bombas... que quando morrem na guerra ou de fome é castigo de Deus...

Os 3 juntos gritam - Viva o nosso Reino! ... Somos deuses! ...

(O fazendeiro liga o rádio e ouve-se a notícia do fim da 2ª guerra mundial)

Gal – Guilherme

Fabric Armas –

Comerciante – Joaquim

Política –

Ind. I – Isidoro

Ind. II – Raul

(Durante o canto saem todos os elementos da natureza e também o Profeta. Entram o general, fabricante de armas, industriais e políticos. O fazendeiro liga o rádio e ouve-se a notícia do fim da 2ª guerra mundial)

Voz 1 - Alô! Alô! Atenção! Aqui fala o Repórter ESSO, testemunha ocular da história.

As forças aliadas após massacrarem totalmente a resistência nazista na Alemanha, reduzindo a pó a sua capital, Berlim, acabam de soltar 2 fantásticas bombas atômicas em Hiroxima e Nagazaky, no Japão.

Assim termina, definitivamente a última resistência nazista, encurralada no território de seus aliados japoneses.

A bomba atômica é a invenção do século. É a mais poderosa arma que se viu sobre a face da terra. Em poucos segundos reduziu a pó estas 2 cidades japonesas.... Fez tremer o Japão!... que, incontinente, se rendeu!...

A guerra terminou!... Podemos gritar: **Vitória!!!!!!!!!**

General - *(Dirigindo-se aos políticos de diversos países)* Fantástico, agora somos os donos do mundo! Vencemos a guerra! Temos tudo em nossas mãos!

Fabricante de armas - Não sei se está tudo tão fantástico e tão tranqüilo! O que é que eu faço com as bombas bacteriológicas, gás paralisante, que eu tenho armazenado nos depósitos das minhas fábricas? E com as fábricas de armas o que é que eu faço? ... Quanta gente vai ficar sem emprego... E as divisas de nossas exportações?

Político - Não se preocupe... para isso temos muitas alternativas. Agora precisamos dominar o mundo de outro jeito. Não dá mais para fazer grandes guerras. Teremos que incentivar conflitos locais entre raças, seitas, religiões, tribos e países vizinhos... Forneceremos as armas para os dois lados... Aí arrancamos o dinheiro deles e isso basta... E que vivam como puderem em suas misérias...

Indusstrial - Concordo plenamente com esta tua idéia, mas, temos que dominá-los também a partir da agricultura, pois a maioria ainda está no trabalho da terra! Eu tenho outra idéia: Vamos lançar um grande projeto de impacto: **A REVOLUÇÃO VERDE...** Um projeto para aumentar a produção, sem limites!

Fabricante de Armas - Mas isso não resolve o meu problema das armas, nem das fábricas e nem das bombas bacteriológicas que eu tenho aí sobrando!?

Político- Pois justamente aí é que está a solução para você: Vamos usar as bombas na Agricultura... (Todos dão uma gargalhada)

Vejo que vocês não são tão hábeis e inteligentes. É muito simples. Se uma bomba matava uma pessoa, ela mata também uma formiga, um rato, uma praga qualquer que esteja por aí nas lavouras...

Industrial - Você tem razão ... É só fazer em doses mais fracas...

General - Exato!... Exato!...

Fabricante de armas - E isso não pode ser um perigo para os humanos?

Industrial - Claro que não, em doses pequenas , não prejudica ninguém. E se fizer mal é para quem usa... que se danem...

Político - E nas embalagens se coloca todas as precauções *(que ninguém vai ler é claro),* mas o fabricante está seguro, nunca levará a culpa.

Industrial - E tem mais. Vamos fazer estes remédios, com uma tecnologia que só nós poderemos fabricar estes inseticidas, pesticidas e herbicidas.

Comerciante - E com a propaganda vamos induzi-los a comprar... *(gargalhadas)* E só nós vamos vender... a bom preço! *(gargalhadas)*

Político - E para que a **REVOLUÇÃO VERDE** se desenvolva e nos dê mais lucro, vamos mexer até no código genético: *(com ironia)* Vamos ser como Deus ... criar novas raças, espécies híbridas que produzam mais...

Industrial - Mas que também vão precisar de mais venenos, mais adubos, mais maquinaria, silos, etc... E mais lucro para nós! *(gargalhadas)*

Comerciante - E intensificar a propaganda, mostrando que a população está aumentando e que necessariamente temos que triplicar, ou até mais, a produção de alimentos.

General - Espetacular, este plano! Todo o mundo vai ter que entrar nessa e vamos ter o domínio sobre todos!

Comerciante - Eles pensam que vão aumentar seus lucros . Mas, na hora de fazer as contas, somos nós que ficamos com o melhor filé mignon.

Político - Sobretudo os países pobres que vão depender totalmente deste plano para sobreviverem...

Comerciante - O problema é que eles poderão não ter dinheiro para pagar esta tecnologia.

Político - Vamos criar bancos fortes. Emprestar dinheiro a juros altos e ganhar também ali.

General - Fantástico! Esta será a guerra do futuro! Vamos continuar saqueando o mundo sem precisar nos arriscar nos bombardeios. Isso é que é ser inteligente e progressista!

Político - Onde não conhecem as técnicas modernas, mandaremos engenheiros agrônomos. No começo até podemos financiá-los. Até poderemos dar as primeiras sementes, as primeiras raças, as primeiras máquinas. Mostraremos as maravilhas da nossa técnica!... Sobretudo dominaremos as universidades...
(com ironia) Formaremos engenheiros agrônomos pela nossa cartilha!

(Um deles vai ter com o grupo dos agricultores)

Político - O que é que vocês fazem aí parados? Vão trabalhar!...

Agricultor 1 - Trabalhar na agricultura hoje não compensa mais... a terra produz pouco, muitas pestes... muito inço...

Agricultor 2 - Nossas espécies e raças crioulas estão enfraquecendo..

Agricultor 1 -.Ninguém mais tem ânimo para trabalhar na roça! O preço não compensa!

Político - Vocês estão desanimados porque não têm técnica, não têm cabeça, não sabem trabalhar! ... Não partiram ainda para a modernização da agricultura... É só vocês abandonarem estas raças crioulas, essas sementes já cansadas, adubarem bem esta terra esgotada, trabalharem com máquinas modernas e vocês vão ver o que é progresso, desenvolvimento, tecnologia avançada!.. Numa safra farão por 4 safras...

Industrial - Os nossos países do 1° mundo e os que querem acompanhar o progresso já deram este passo. E hoje estamos aqui para ajudar vocês a progredirem... Vamos dar para vocês raças novas, sementes híbridas, tratamentos mais modernos, remédios mais eficientes para combater as pragas na lavoura, maquinário moderno...herbicidas para substituir a capina... Estas enxadas... botem no museu...

Comerciante - E tudo isso a preço de banana. E até financiaremos com o nosso próprio dinheiro!

(oferece alguns produtos e os agricultores, iludidos, se convencem e saem para tentar a modernização na ***revolução verde)***

Agricultor 1 - Realmente, eu acho que a solução é partir para outra e aderir a essa tal de revolução verde...

Agricultor 2 - Até os padres nos falam na missa e nas reuniões que precisamos nos modernizar...

Agricultor 3 - Claro, claro... Não podemos ficar alienados e ignorar o progresso... Vamos lá!

..... Música de fundo.....

sem nenhuma precaução... no chão ficam recipientes e embalagens de produtos químicos... Aos poucos alguns começam a tossir, outros a manifestar dores de cabeça, tonturas... até que chega o técnico)

Agricultor 1 - Eu vou ter que parar... Estes remédios me deixam tonto, envenenam a gente! ...

Técnico - Nada disso...É só vocês lerem e observarem bem as Instruções e os cuidados... E usar sempre os equipamentos de proteção. *(oferece máscaras, botas, luvas, etc...)*

..... Música de fundo .....

(Os agricultores tomam os equipamentos e recomeçam o trabalho. O profeta entra e fica observando. O profeta entra e fica observando)

Criança- *(dirigindo-se ao profeta e apontando para os trabalhadores)* Quem são aqueles lá? São soldados ou marcianos? Eu vi isso num filme - os soldados usavam uma roupa bem parecida...

Profeta - Não, não!... Estes não são soldados ...são agricultores escravos da técnica, do progresso, da ganância dos grandes... Depois que os homens egoístas inventaram a tecnologia moderna , entrou muito sofrimento, muita dor e tristeza...

(Os colonos, desanimados, um por um, começam a sentar em torno do profeta e comentam)

4 **C** - Eu estou com a minha mulher doente há vários meses, acho que não tem mais volta... Vai ser difícil cobrir as despesas do hospital, médicos, remédios e ainda pagar o empréstimo do banco...

5 **D** - O meu filho nasceu sem cérebro... Não sei como vamos enfrentar essa situação...

6 **E** - A minha desgraça é que morreram todos os porcos... O veterinário disse que foi intoxicação... Sei eu lá o que foi...

1 **F** - Lá em casa não dá mais para tomar água do poço... Está contaminada... E era um poço que todo mundo dizia que aquela água era melhor que um refrigerante! ...

2 **G** - Minha filha menor há meses que não dorme mais de noite!... Sempre agitada... Não sei mais o que fazer...

3 **M** - É, a nossa vida se tornou um inferno ! Não dá mais para agüentar na colônia!

Todos - *(dirigindo-se ao profeta)* Mestre, por que está acontecendo tudo isso?

5 **D** - Nós sempre fomos trabalhadores honestos, católicos, rezadores, lemos a Bíblia, vamos à missa... damos esmola aos pobres... Será que Deus está nos castigando?

Profeta - Deus castigando?! Não digam isso!...

Isso tudo acontece por causa da eterna ambição de alguns que sempre dominaram e agora procuram novos jeitos de escravizar e dominar o mundo para si . Nesta dominação eles não seguem a lei natural, a ordem estabelecida pelo criador... distorcem e massacram tudo... É isso que nos leva a esta confusão e ao caos.

.....Canto: Tente outra vez *(de Raul Seixas.)*

Veja, não diga que a canção está perdida
Tenha fé em Deus, tenha fé na vida
Tente outra vez...
Beba, pois a água viva ainda está na fonte
Você tem os dois pés para cruzar a ponte
Nada acabou, não, não, não...
Oh! Tente!
Levante a sua mão sedenta e comece a andar!
Não pense que a cabeça agüenta se você
Não...não...não...não...não...
Há uma voz que canta, há uma voz que dança,
Há uma voz que gira, bailando no ar...

(Durante o canto entra o futuro acompanhado de alguns engravatados, industriais, comerciantes e outros)

Profeta - Sim, tenha fé em Deus, tenha fé na vida e tente outra vez. Mas, vamos ouvir o que nos diz a verdadeira ciência e o futuro.

Futuro - Eu sou a ciência, a sabedoria do homem que, junto com as luzes transcendentais do Espírito de Deus, vamos vendo onde estamos e prevendo para onde estamos nos encaminhando... Sou o motor da história e do progresso.

Industrial - Nós industriais, empresários e políticos é que somos o motor do progresso, da tecnologia, das descobertas e da organização progressista que transformam o mundo!

Comerciante - Promovemos a fraternidade. Temos até um nome pomposo para definir essa nossa grande fraternidade: Globalização e competência total

Futuro - A verdadeira ciência, segundo a sabedoria de Deus, consiste em fazer tudo por amor e para o bem-estar de todos.

Mas vocês, pelo contrário, conduzem e fazem tudo para favorecer os só os seus interesses individuais, desencadeando o sofrimento e o caos.

Essa globalização é um nome sofisticado que vocês inventaram para encobrir vossa ganância desenfreada.

Competência total é para oficializar essa ganância e vossa dominação. Para que só vocês tenham dinheiro e todo o mundo seja dominado só por vocês.

Isso se comprova ouvindo os clamores deste povo e da própria natureza, ouçam:

..... Acordes ..... *(volta a água - as crianças trazem os peixinhos mortos)*

Água - Deus me criou pura e límpida para ser fonte de vida e da vida. Mas, hoje, cada dia mais, estão me matando.

Há regiões no planeta em que maior parte das fontes já estão poluídas. E não só as fontes, mas também os rios, pequenos e grandes, como o Guaíba, em Porto Alegre, o rio Leão, aqui em Antônio Prado... O próprio mar já está sendo ameaçado....

Na minha viagem para o mar eu espalho morte a todos os que se aproximam de mim...E levo toda esta carga mortífera para o imenso mar que é o nosso grande depósito ... Eu tenho medo que o maior problema do futuro seja eu mesma, que apesar de ocupar 2/3 da superfície da terra serei "0" (zero) em quantidade de água viva, potável.

Industrial 2 - Não se preocupe, minha amiga! Nós fabricaremos filtros. Temos grandes projetos para combater a poluição com produtos químicos. Isso dará dinâmica para o mundo, porque ofereceremos mais empregos. Venderemos nossos aparelhos: filtros, máquinas e outros equipamentos ultra modernos... Ninguém mais vai precisar tomar água poluída...

Comerciante - Se vê que vocês não conhecem nossa força e dinâmica. Eu mesmo hoje não tenho problema nenhum. Na minha casa eu tomo "Whisky" com gelo da água mais pura e saudável: água importada dos Alpes, as montanhas mais altas da Europa. ...Com inteligência, dinheiro e iniciativa tudo se resolve!...

Futuro - Aqui já se nota que a dinâmica e a força de vocês é egoísta, excludente e satânica. Só pensam no lucro e nos seus interesses, sem se importar em destruir 2/3 da superfície da terra, essa fonte imprescindível de vida... Mas, vamos ouvir outro testemunho, para ver até que ponto chega a vossa insensatez!

.....Acordes ..... *(entra o ar - as crianças que o acompanham, tapando o nariz)*

Ar- Eu sou o ar que envolve a terra. Apesar de ninguém poder viver mais de alguns minutos sem respirar, apesar de ser de importância vital para tudo o que tem vida, eu estou sendo violentado. Lançam em mim toda espécie de fumaças, gazes, detritos químicos e outros poluentes. Apesar de eu ser tão imenso, maior que a água; apesar de eu envolver todo o globo terrestre, até a camada de ozônio, já estou agonizando, perdendo a minha vitalidade, porque além de toda esta contaminação, vão exaurindo grande quantidade de oxigênio. Ao invés de repô-lo totalmente, vão consumindo irracionalmente as maiores fontes que me purificam, como as árvores, a água, etc... e até abrindo buracos na camada de ozônio, deixando que gazes venenosos penetrem em mim.

Se continuarem assim, os homens serão contaminados por doenças pulmonares, câncer, alergias...porque os pulmões não poderão reter o oxigênio puro no corpo e além disso receberão doses cada vez mais elevadas de toxinas.

Industrial 1- Que retrógrado! Atrasadão!... *(gargalhadas)* Você não sabe que já temos filtros para tudo? Para chaminés, para automóveis?! Filtros que nós mesmos criamos e fabricamos?!!! Você não entende que com a nossa tecnologia de última geração solucionamos tudo?

Industrial 2 - De última geração!... Perfeitos!... Não tem erro!...

Industrial 1 - E isso significa mais lucro e mais campo de trabalho para toda mão de obra ociosa.

Industrial 2 - Já produzimos filtros até para nós (Faz um sinal e entra alguém com máscara) Olha só que tecnologia!... Através desta máscara se respira ar puríssimo. Imaginem todos nós aqui presentes usando estas máscaras... Que espetáculo! Umas 30.000 pessoas aqui apinhadas, respirando como se estivéssemos na altura dos Alpes ou dos Andes...

.....**Acordes**..... *(entra a árvore... as crianças-florzinhas de cabeça baixa como que murchas)*

Futuro - Mas, isso é bem-estar? Essa é a felicidade que vocês constróem? A ganância de vocês os cega totalmente!....Ouçam o testemunho das plantas.

Árvore - Nós somos o filtro natural que Deus criou. Sem gastar e sem complicar, dia e noite purificamos o ar, de graça, para todos... Produzimos frutos e folhas que alimentam homens e animais; regulamos as chuvas e o clima; alimentamos a mãe terra com o húmus de nossas folhas: somos o habitat de milhões de bichinhos necessários para o equilíbrio global do Projeto de Deus.

Mas, a verdade é que estamos diminuindo drasticamente. Há regiões onde nos destruíram quase totalmente, ora com o fogo, ora com o machado, ora com a moto-serra, ora com herbicidas venenosos...

Vejam a insensatez, chegam a cortar uma castanheira que poderia alimentar centenas de pessoas para criar um boi em 3 ou 4 anos... Em função do lucro vão nos extinguindo cada vez mais. Em conseqüência vem as enchentes, secas, tufões, temporais e há até regiões que vão ser totalmente desertificadas.

A ganância é tal que, se continuarem assim, vão nos extinguir totalmente. Mas, uma coisa é certa; Na medida em que nos reduzimos, decresce também a qualidade global de vida!

Industrial 1 - Isso já está demais!.. Ainda com essas idéias de índio, de não cortar árvores?...

Industrial 2 - A modernidade já superou esta questão, pela tecnologia e o progresso! Nós já fizemos o reflorestamento com pinus;... substituímos a madeira pela matéria plástica;... o papel pela TV; pelo computador, e pela Internet! ...

Industrial 1 - Incentivamos a plantação de espécies híbridas; selecionamos e racionalizamos tudo...

Industrial 2 - É, porque acho que Deus fez árvores demais... Algumas não servem para nada... ocupam espaço inutilmente... Substituímos estas por outras ornamentais, assim o mundo fica mais bonito !...

Industrial 1 - *(com ironia)* Assim complementamos e racionalizamos a obra de Deus

Futuro - Vocês acham que isso é progresso? ... Acham que isso é dinamizar e ordenar a obra de Deus? Vocês não reparam que na plantação de pinus, por exemplo, não há nenhum animal, nenhum passarinho, e nem crescem outras plantas menores? que tudo é repelido pelo pinus?

Vocês não pensaram que assim estão eliminando árvores e animais que tinham uma função especial na globalidade e harmonia do universo?

Vocês sabiam que as árvores são a farmácia de Deus, onde encontramos remédios para todas as doenças, onde cada dia mais o homem tem que recorrer?

Industrial 1- Isso é estupidez e ignorância... isso é desconhecer o poder da técnica, que ultrapassa e supera o Projeto de Deus...

Industrial 2 - Nós, por exemplo, substituímos estes remédios naturais pelos remédios da farmácia que já vem prontos e bem embalados. Aliás, a embalagem vale mais que o remédio.

Industrial 1 - Nossos laboratórios produzem mais de 3.000 remédios diferentes. Não acha que é mais fácil ir na farmácia e comprar num pequeno pacotinho aquilo que precisaria um monte de capoeira, cascas, raízes, flores e frutos perdidos no mato?

Industrial 2 - E fabricamos com fartura estes remédios. Sabe-se que bastariam 93 tipos de remédios para suprir todas as necessidades... e nós fabricamos 3.000... e se às vezes se intoxicam é porque há fartura e tomam demais!

Industrial 1 - É mais mercado para a mão de obra ociosa.

Comerciante - *(Em tom de gozação)* E para nós mais lucro!

Industsrial 2 - Quando há efeitos colaterais, fabricamos outros para anular estes efeitos e assim temos mais mão de obra para os operários e mais lucro para nós...

Comerciante - E mais lucro para nós...

Industrial 2 - Hoje, já temos uma grande farmácia até para animais... o que dá mais lucro ainda.

Futuro - Lucro... lucro... lucro é o que interessa para vocês! Mas, e a saúde do povo? E dos animais? E será que todos podem adquirir estes remédios? E nas lesões fatais?... Mas vamos ouvir o pronunciamento dos animais e dos homens:

.....**Acordes** - *(enquanto entra a vaca e as crianças com os bichinhos...)*

Vaca - Nós vacas, eu já disse antes, estamos ficando loucas, porque a comida que nos dão não é para alimentar é para inchar, crescer rápido, pesar mais...

Não temos tempo e nem matéria para transformar e assimilar em nossa carne os elementos que dão vida e saúde aos homens; para ajudá-los no metabolismo e recomposição das células e de toda a natureza.

Além do mais, ainda com antibióticos, hormônios e outros remédios matam os micro organismos nossos companheiros;... nos forçam a reproduzir fora do plano de Deus, com inseminação artificial... Ficamos loucas porque nos tiram a comida e o habitat natural.

Criança - E com as galinhas, porcos e outros animais de engorda acontece a mesma coisa. São criadas em gaiolas, obrigadas a ingerir hormônios, a comer rações que contém esterco, até arsênico e não sei lá quantos desatinos...

Vaca - Também estas nossas companheiras de classe, galinhas, porcos e outros tem suas doenças e grandes epidemias.

Futuro - Esta não é a harmonia do plano de Deus, foi rompida e bagunçada!

Industrial 1 - Vocês continuam na ignorância. São irracionais mesmo!

Industrial 2 -Nós homens temos que dominar e ordenar o mundo. Infelizmente, para isso, temos que matar o que não serve, fazer produzir mais e acelerar o que serve para o progresso...

Industrial 1 -Como podemos garantir a alimentação aos homens com frangos que demoram mais de 6 meses ciscando e se alimentando de minhocas?

Industrial 2 - Como podem não reconhecer a maravilha da nossa técnica, se com 30 dias temos o frango pronto para o abate e em grande quantidade?

Industrial 1 - É verdade que são menos consistentes, com menos proteínas. Mas, temos à vontade e por menos preço...

Industrial 2 - E ainda com a vantagem de ocupar mais mão de obra e obter mais lucro.

Futuro - Novamente vocês insistem em atropelar e deturpar o Plano de Deus, com a vossa ganância. Será que isso traz vantagens para os homens?

Vamos ouvir o que eles mesmos têm a dizer:

Agricultor 1- *(um dos agricultores, levantando-se do meio dos outros)* Dizem que nós homens somos os reis da criação, que somos todos irmãos e iguais, vivendo em harmonia e no amor. Mas, na realidade, somos cada vez mais escravos de um sistema que nos rouba até a vida. Estragam tudo o que Deus nos tinha dado de graça e em abundância.

Agricultor 2 - Até nos colocam em guerra permanente com os elementos que Deus nos deu como amigos e companheiros. Nos agridem, nos envenenam... e, quando estamos doentes nos dão mais "remédios", que muitas vezes nos fazem ficar mais doentes ainda.

Agricultor 3 - Outras vezes estamos sem recursos, porque, ao contrário de Deus que nos deu tudo de graça, eles cobram muito, nos sugam até o sangue...

Agricultor 4 - E o pior de tudo é que destroem o nosso habitat natural.

Mulher - Não!... Não podemos admitir que isso continue assim... Temos que reagir! Temos que descobrir formas de nos libertar, destes sanguessugas... Isso não é vida! Não é a vida que Deus quer para nós!

Profeta - Isso mesmo ! Está na hora de reagir! Experimentem continuar respeitando o Plano de Deus. Deus vos criou reis da criação para que vocês a organizem, a defendam e progridam de uma forma racional, beneficiando a todos.

(Os colonos saem fazendo um grande tumulto. Dão uma volta, conversando entre eles. Depois voltam alegres, se colocam ao redor do profeta. Saem também os elementos da natureza, comerciante, industrial e futuro)

.....Canto: A vida que a gente vive é cheia de divisão
/: Mas Deus não quer isso, não! :/

De um lado é dinheiro sobrando
de outro e a fome matando....
De um lado é alguém dominando
de outro é alguém se curvando...

/: Mas Deus não quer isso, não!:/

Agricultor 1 - Mestre, é difícil, mas estamos conseguindo.

Agricultor 2 - Mestre, no meu município, apareceu uma agrônoma ecologista que foi uma luz, uma bênção de Deus. Nos ensinou um novo jeito de viver. Deu sentido e alegria de viver na agricultura, que antes era uma ameaça de vida, uma condenação.

Mulher - Mestre, na nossa região, fundaram um Centro de Agricultura Ecológica, o CAE com diversos engenheiros agrônomos. Eles nos abriram os olhos, mostrando que é mentira que só se produz bem com venenos, adubos químicos, raças e espécies híbridas.

Agricultor 1 - No CAE ficou comprovado que, com adubo orgânico, verde e mineral e mais alguns defensivos naturais se produz igual e até melhor, e ainda a terra ao invés de se esgotar vai ficando cada vez melhor.

Anexo à página - 14

Político - Não aguento mais tanta ignorância. Vocês sempre com estes ranços de ecologistas. Achando que tudo está envenenado... Esta é a eterna mutilidade e o atraso de vocês....

Como não acreditam no poder infinito da nossa inteligência, ficam aí raivosos a grunhir como loucos....

Mas, eu garanto a vocês que estão dando munhetaços no ar...

Graças à força da nossa sabedoria já estamos superando estes pequenos defeitos, ainda que isso tenha custado a vida de milhares e milhares de pessoas e animais...

Industrial 1 - Escutem bem seus retrógrados. Hoje, nos Estados Unidos já produzimos sementes de soja totalmente imunes aos tratamentos químicos e venenos... mesmo que joguem toneladas e toneladas de agrotóxicos...

Industrial 2 -Vejam bem, estamos entrando numa nova era. A era da **biotecnologia.** Vamos produzir comida mais pura que os seus anjos... livres desta sujeira de estercos e outras podridões orgânicas.

Nosso produto sairá tão puro como se fosse produzido em laboratórios esterilizados. Puríssimo, entenderam...???

Fabricante de armas - Assim que nossas terríveis armas vão se transformar em instrumentos de "novos céus e novas terras" que vocês tanto querem e até dão o nome solene de **Parusia!** mas que nunca acontece por causa do sentimentalismo e tão decantada fraternidade de vocês.

General - Nós é que somos os construtores, os deuses, os santos dessa nova sociedade. O Deus de vocês fracassou...!

(Colocam uma auréola em cada um)

Político - Nós também temos os nossos dogmas e o nosso credo:

- Creio na força suprema da inteligência humana...

Fabricante de armas - Creio no esplendor da modernidade...

Comerciante - Creio na genialidade da globalidade..

General - Creio na glorificação do homem pela competência total ...

Industrial 1 - Nós é que devemos ser adorados como arquitetos do universo...

(Entram os coroinhas com turíbulo e campainhas)

Político - Nós temos os nossos apóstolos e evangelizadores:

Fabricante de armas - A **mídia** vai de casa em casa... ——— .

Industrial 2 - O **consumismo** satisfaz plenamente a gula, o luxo, a vaidade, a ambição de ter todas as comodidades...

General - O amor livre que dá todos os prazeres... ——— .

Comerciante - Ninguém vai resistir a força de atração de nossas ofertas!

Profeta - Insensatos, loucos, estultos!... Vocês estão sorvendo o veneno mortal!... A ilusão, a ganância, a soberba e o egoísmo estão cegando vocês! ... Vocês estão se tornando suicidas e facínoras...! Atentam contra a ordem e a fonte da vida! ... Criam o abismo e o caos!... Mas saibam: O Plano de Deus tem uma ordem inabalável, que vai desde a minúscula bactéria até o astro rei!

E para deixar vocês ainda mais confusos opera maravilhas através do pobres e humildes... Estes que vocês hoje pisam e desprezam, juntamente com toda a natureza, amanhã serão a **pedra angular** do seu Reino infinito que começa aqui!

Agricultor 3 - Mestre, na nossa região fizemos esta experiência. Está difícil porque não temos condução para levar os produtos no mercado. Na cidade não se sabe onde vender. Já tem seus mercados tradicionais. Mas, assim mesmo é bonito. A gente trabalha sem ter medo de doenças por causa dos venenos.

Agricultor 4 - Nós nos organizamos em associações de 10 a 20 produtores. Cada mês se faz uma reunião para planejar a produção para o próximo mercado e discutir os problemas que surgem. ~~Depois~~ Já fizemos até uma confederação das associações da região, com estatuto e diretoria prá valer. Registramos, nos cotizamos e compramos um caminhão para levar os produtos para a feira.

Agricultor 5 - Nós quando nos apertamos pedimos ajuda à paróquia, à prefeitura... É difícil duro, mas é até divertido... Vamos levando... Quem experimenta gosta. É pena que muitos ainda não entenderam.

Agricultor 6 - *(desanimado)* Mestre comigo é diferente: Na minha região ninguém me apoia. Nem o padre, nem prefeito, nem sindicato, nem Emater... Não consigo ajuntar ninguém entre os companheiros e muito menos fazer uma associação... Acho que vou desistir da lavoura. Vou para a cidade e me livrar dessa agressão de venenos... Lá, pelo menos, vou viver um pouco mais...

Profeta - Meu amigo, não é correndo e fugindo dos problemas que você se salvará. E muito menos salvará os outros. Tem que enfrentá-los e vencê-los lá onde eles estão, senão continuarão matando os agricultores e depois, com mais violência os da cidade. É claro que não te prometo só maravilhas... *(lê na Bíblia)* Na Bíblia Jesus nos diz que Ele nos dá o cêntuplo já nesta vida. Mas, os que quiserem seguí-lo devem "tomar a cruz".

Se você fugir para a cidade será envenenado da mesma forma e até mais. E terá que se apresentar diante de Deus de mãos vazias.

S. Paulo diz: "Em nosso corpo completamos a obra redentora de Cristo hoje, aqui e agora." Isso significa que nós poderemos ser crucificados por estes poluidores. Mas ressuscitaremos se os enfrentarmos com fé, coragem e esperança.

As mudanças jamais virão deles. Eles têm a intoxicação mortal do lucro, do egoísmo e do poder. A verdadeira sabedoria está com vocês, os pequenos, unidos e organizados, buscando mais vida para todos.

Agricultor 1 - Obrigado, mestre! É verdade, nosso trabalho parece pequeno, mas, é de grande valor.

Há um tempo atrás esteve aqui nos visitando um professor de uma universidade dos Estados Unidos. Ele disse que aquilo que nós estamos fazendo, para ele parecia um sonho. Ele estava vendo aquilo que ele tanto ensinava e não sabia como enfrentar na prática este monstro da modernidade, da social democracia e da tecnologia ~~para uma realização~~.

Agricultor 2 - Na verdade, também para nós parece um sonho. Temos aqui 2 companheiros que estiveram em muitos lugares do Brasil e até em outros países, espalhando nossa experiência.

Laercio - Mestre, sabemos que temos a verdade. Não sabemos, porém, como empreender esta luta. Mas, tentamos, porque temos certeza que só a verdade triunfará.

Volmir - Mestre, nós queremos imitar nosso pai Abraão. Ele escutou a voz de Deus que lhe disse que devia sair de sua terra, prometendo-lhe uma descendência numerosa como as estrelas do céu.

Sem saber para onde ia, ele confiando na Palavra de Deus, deu um salto no escuro, mas com muita fé venceu: construiu uma sociedade nova!

Laercio - Estamos espalhando a idéia por toda a parte e a todas as pessoas.

Volmir - Eu estive em Francisco Beltrão, em abril de 96. Ali estavam mais de 200 (?) pessoas... *(contar a experiência)*

Laercio - Eu estive em... (*assim vão se alternando , contando experiências, dizendo lugares e o número de pessoas).*

Profeta - Amigos! Bravos! Olhai este universo tão grande, tão bonito, tão diversificado, tão bem planejado por Deus. Ele está sentindo as dores do parto. A nós cabe defendê-lo, conservá-lo, ordená-lo sempre mais. Esta é a vossa verdadeira globalização, com qualidade total. Salvar os homens todos, todos os seres, companheiros de vida e todo o universo, o seu habitat.

Vocês não nasceram para serem humilhados e pisados pelos outros.

Libertem-se desta tecnologia maluca...

Certa vez um agricultor apanhou um filhote de águia e o colocou junto com as galinhas. E ali ele cresceu como galinha, ciscando, de cabeça baixa. Um dia chegou ali um professor amigo deste agricultor e disse: Aquele ali é um filhote de águia, não deve ficar aqui entre as galinhas.

O agricultor respondeu: É que ele se criou aqui neste ambiente e já se acostumou a viver como galinha!

O professor insistiu:

Não!... Ele não nasceu para ciscar, mas para voar nas alturas!

Tomou, então, o filhote de águia e juntos foram ao cume de uma montanha.

O filhote de águia, fitando a imensidão, estremeceu...Percebeu que não nasceu para ser galinha, Sentiu que estava livre, tomou o impulso e se lançou para a conquista da liberdade nas alturas...

Amigos agricultores, romeiros da 20ª Romaria da Terra.... A sociedade moderna nos aprisionou, tentando nos convencer que podemos viver no meio desta parafernália de venenos e tóxicos, destruidores da natureza de Deus.

Como o filhote de águia é voem para as alturas infinitas da liberdade!...

Vamos nos dar as mãos e, como aquele filhote de águia vamos voar para uma vida saudável para nós e para todo o universo.

(as crianças soltam uma grande quantidade de balões)

..... **Canto:** **Vem, vamos embora que esperar não é saber**
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer...
Caminhando e cantando e seguindo a canção
somos todos iguais, braços dados ou não!
Nas escolas, nas ruas, campos, construções.
Caminhando e cantando e seguindo a canção.
Pelos campos há fome em grandes plantações
pelas ruas, marchando indecisos cordões,
inda fazem da flor seu mais forte refrão
e acreditam nas flores vencendo os canhões.
Há soldados armados, amados ou não,
quase todos perdidos de armas na mão
nos quartéis lhes ensinam antigas lições;
de viver pela pátria e morrer sem razões.
Os amores na mente, as flores no chão
a certeza na frente, a história na mão,
caminhando e cantando e seguindo a canção
aprendendo e ensinando uma nova lição.

..... **fim** .....

Personagens do Teatro

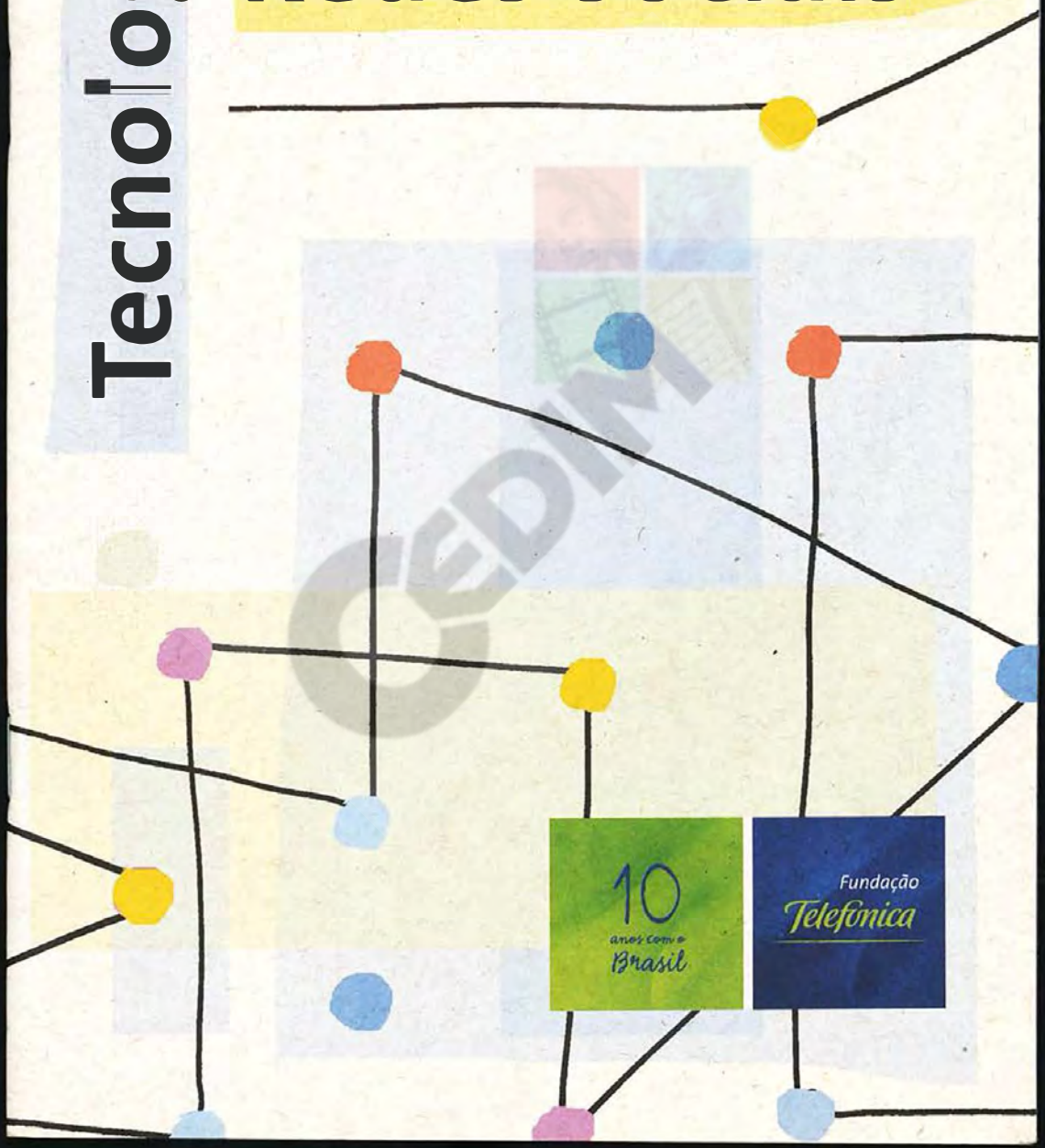
1. Voz
2. Jogral A
3. " B
4. " C
5. Fazendeiro 1
6. Fazendeiro 3
7. Mulher do fazendeiro
8. Autoridade
9. Vaca Mimosa
10. Agricultor 1
11. Agricultor 2
12. Agricultor 3
13. Agricultor 4
14. Agricultor 5
15. Mulher Agriculltora
16. Jovem
17. Criança
18. General
19. Fabricante de armas
20. Industrial 1
22. Industrial 2
23. Político
24. Comerciante
25. Técnico
26. Futuro
27. Laercio
28. Volmir
29. Sol
30. Lua
31. Terra
32. Água
33. Planta
34. Ar
35. Animais
36. Sonoplastia
37. Crianças

CEDIM

Tecnologia

a serviço das

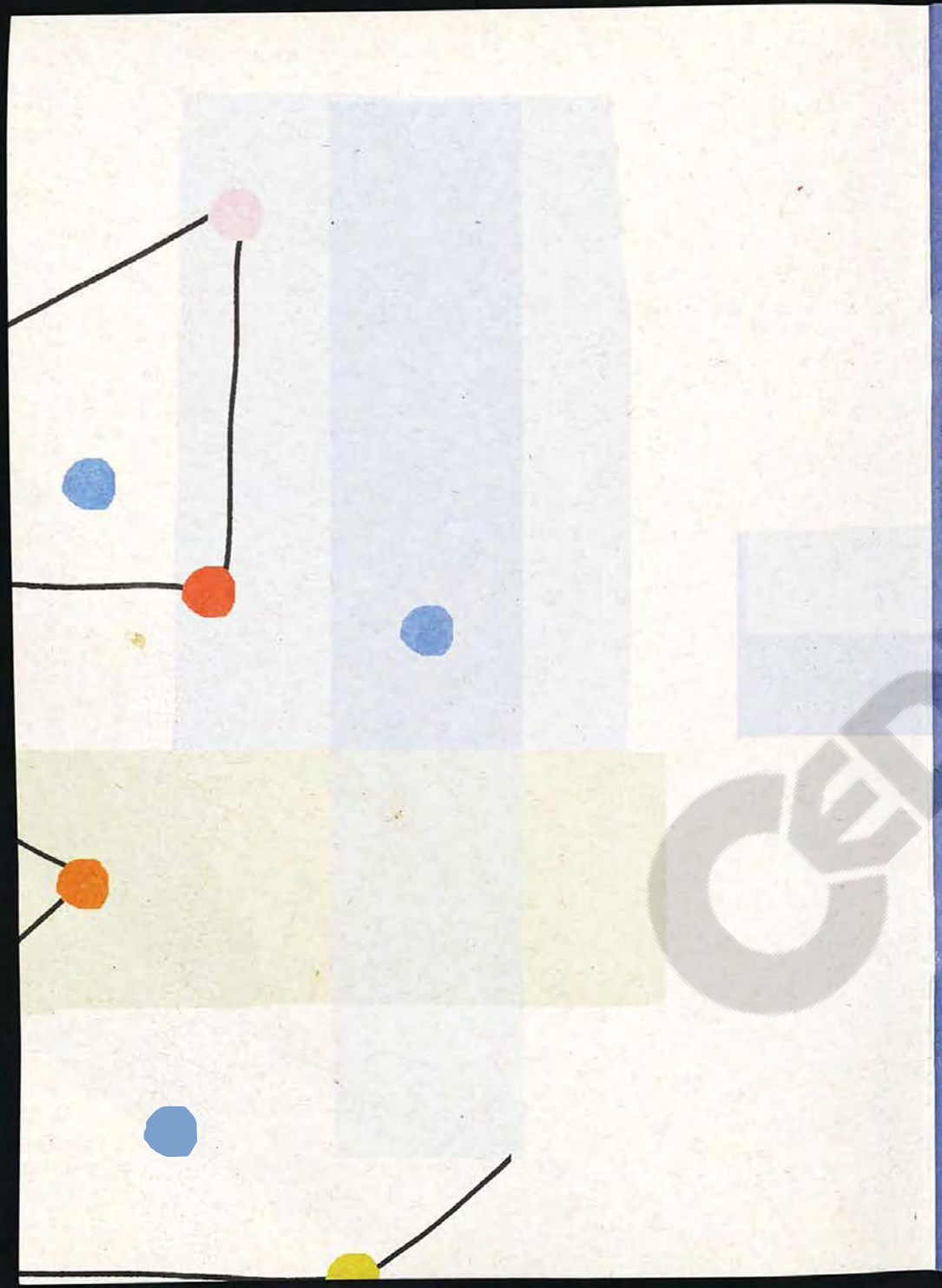
Redes sociais



10 anos com o Brasil

Fundação Telefônica

CEDIM



TECNOLOGIA A SERVIÇO DAS REDES SOCIAIS

CEDIM

Este material foi extraído e adaptado da publicação eletrônica "Manual de Gestão da Rede no SGDCA", cuja versão integral pode ser consultada no site www.promenino.org.br, na seção "Trabalhando em Rede".

Antonio Carlos Valente Presidente do Conselho Curador
Sérgio Mindlin Diretor-Presidente
Maria Gabriella Bighetti Gerente
Patrícia Santin Coordenadora do Programa Pró-Menino
Talita Montiel Analista de Projetos
Fernando Casagrande Comunicação
Ana Suzina Assessoria de Imprensa

Co-autores

Município de Araçatuba
Rosangela Vecchia Coordenadora de Projetos do Instituto Afonso Toledo
Marcela Pietruci Deps Coordenadora do NAP Unitoledo

Município de Bebedouro
Maria Alice Alves Coelho Diretora da Rede Criança e Adolescente de Bebedouro
Valéria Borbon Brunelli Membro do Comitê Gestor da Rede em Bebedouro
Soraia Teresinha Coelho Secretaria Executiva da Rede em Bebedouro
Leandro Porto Nishida Técnico em Informática
Comitê Gestor da Rede em Bebedouro

Município de Diadema
Luciana Martins Presidente do Núcleo Gestor da Recad
Maria Cristina de Oliveira Assistente Social
Adálio Saraiva da Rocha Jr. Analista de Informática
Vanessa Daniela França Araújo Comunicadora Social
Maria Angélica Fenicio Luksys Coordenadora da Secretaria Executiva da Recad
Núcleo Gestor da Rede em Diadema

Município do Guarujá
José Fernando Fonseca Técnico em Informática
Iara Bega de Paiva Diretora do Centro de Atenção Psicossocial Infantil – CAPSI
Nidia Coelli Membro da Secretaria Executiva da Rede Cardume no Guarujá

Município de Itapecerica da Serra
Valkiria Santos Sousa Diretora de Programas e Projetos da Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social
Luiz Farias de Oliveira Chefe de Gabinete da Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social
Érika Farias de Oliveira Membro da Secretaria Executiva da Rede Adoleta
Teresa Hueb da Silva Costa Secretária da Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social

Município de Mogi das Cruzes
Eliana Aparecida P. Mangini Diretora de Departamento de Atendimento a Pessoa da Secretaria de Cidadania e Ação Social
Silvio Anholeto Silvio Técnico em Informática
José Luiz Freire de Almeida Secretário de Cidadania e Ação Social

Município de São Carlos
Regina Helena Granja Diretora de Departamento da Secretaria Municipal e Especial de Infância e Juventude
Carlos Costa Jordão Diretor do Departamento de Logística da Prefeitura Municipal

Município de Várzea Paulista
Giovanni Nunnes Supervisor Departamental de Informática e Gestão de Redes
Giany Povoa Supervisora Departamental da Secretaria de Cidadania e Assistência Social

Estúdio Girassol

Beth Kok Projeto Gráfico e Desenhos
Esperanza Sobral Editoração eletrônica
Bianca Justiniano Preparação de Texto
Eliana Alóia Atihé Revisão de Texto e Editorial

Apresentação

Desde sua instituição no Brasil, em março de 1999, a Fundação Telefônica investe na formação de redes entre os atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), pois acredita que a ação articulada é imprescindível para garantir o pleno atendimento aos direitos das crianças. Nestes anos de experiências e aprendizados, observamos que o trabalho em rede exige duas importantes ferramentas: a mobilização e o compromisso das instituições envolvidas com a promoção dos direitos da infância e da adolescência, e o acesso a tecnologias adequadas para a gestão de informações e a articulação entre os parceiros.

O REDECA – Sistema de Informação das Redes pelo ECA é fruto dessa reflexão e do trabalho conjunto da Fundação Telefônica com oito municípios paulistas e mais de 400 organizações governamentais e não-governamentais que atuam no setor. Durante dois anos, essa equipe se debruçou sobre o desafio de desenvolver um sistema de informação capaz de atender a diferentes perfis de demandas e se adaptar à realidade de cada cidade. Para nós, é uma satisfação confirmar, mais uma vez, o potencial do benefício que a tecnologia pode gerar para o desenvolvimento social e para o alcance da justiça. O REDECA é um sistema de informação modular, que tem a criança como unidade de atenção. Foi desenvolvido em software livre e ficará disponível para ser utilizado, aperfeiçoado e complementado por todas as cidades que desejarem fazê-lo.

O projeto foi desenvolvido no âmbito do Programa Pró-Menino – Redes de Atenção a Crianças e Adolescentes. O Pró-Menino integra a estratégia internacional do Grupo Telefônica de defesa dos direitos da infância e adolescência. Atualmente, mais de 80 mil crianças e adolescentes são beneficiados por seus projetos, nos 13 países onde o programa é desenvolvido. No Brasil, são quatro linhas de atuação que envolvem, além da criação de redes entre entidades que atuam na promoção e defesa dos direitos desse público, o combate ao trabalho

infantil, o atendimento a adolescentes autores de atos infracionais em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e um portal eletrônico sobre o os direitos de crianças e adolescentes (www.promenino.org.br). Nesses quase 10 anos, a Fundação Telefônica já apoiou 17 cidades no processo de construção de redes eletrônicas ligadas aos direitos das crianças.

Acreditamos que o REDECA será amplamente utilizado pelas cidades brasileiras, conectando as instituições ligadas à infância, fortalecendo-as em sua atuação e articulação, e apoiando, concretamente, o desenvolvimento e a proteção integral dos direitos das crianças e adolescentes em todo o país.

Veja nestas páginas o que é e como funciona o REDECA. Reúna seus parceiros e faça uma experiência em sua cidade. Sucesso!

Sérgio Mindlin
Diretor-Presidente da Fundação Telefônica

Carta da equipe

Neste material estão descritos os processos vivenciados por oito municípios do Estado de São Paulo: Araçatuba, Bebedouro, Diadema, Guarujá, Itapecerica da Serra, Mogi das Cruzes, São Carlos e Várzea Paulista. Em comum, as cidades contam com o apoio da Fundação Telefônica para formar e manter suas Redes. Fato que permitiu, ao longo dos últimos dois anos, debates sistemáticos entre os protagonistas das oito cidades e a criação de um sistema de informação que pudesse atender as necessidades de comunicação nas oito redes locais. A pretensão do texto é a de colaborar com as cidades que estão se perguntando como potencializar, organizar e dar eficácia às inúmeras iniciativas que desenvolvem na área da infância e adolescência em suas cidades, ação preconizada pelo ECA.

O que motivou esta iniciativa foi a publicação "Desafio do Nosso Tempo", fruto de um longo processo de avaliação de redes sociais em 2005, realizada pela Fundação Telefônica, que evidenciou, dentre outros temas, que "o desenvolvimento, uso e integração de sistema de informação é um desafio importante para as redes e para o SGDCA". Naquele momento, a idéia de uma rede eletrônica municipal ganhava importância, ao mesmo tempo em que vulnerabilidades eram constatadas em projetos anteriores com esse caráter. Os desafios eram:

- alto custo para a criação do software;
- projetos reféns de empresas de tecnologia;
- pouca sinergia entre rede social e rede eletrônica;
- pouca apropriação do desenvolvimento do software pelos participantes;
- infra-estrutura tecnológica frágil.

A implantação de redes eletrônicas nas cidades era considerada um importante instrumento de comunicação da rede social.

O principal questionamento era: como podemos auxiliar na criação de

sistemas de informações que efetivamente se transformem em instrumentos de gestão do SGDCA, numa perspectiva local-regional?

Nos dois anos de trabalho coletivo, não faltaram dúvidas, inseguranças e novas estratégias na implantação das redes locais. Um sentimento, entretanto, sempre acompanhou a trajetória de nosso grupo: a certeza no trabalho integrado por meio da rede social e potencializado pela rede eletrônica, como um caminho necessário e suficiente para garantir proteção integral às crianças e adolescentes em cada uma das localidades. Foi essa certeza que nos conduziu à consolidação de um software básico, desenvolvido em código livre, que pode ser implementado em qualquer município, em formato modular, a fim de permitir a incorporação de novos elementos específicos de cada localidade.

A essência desse trabalho foi aprender com os problemas do dia-a-dia que nos apareceram como oportunidades de criarmos algo novo – necessitávamos dessa solução, era algo latente. Esta mesma essência tem a ver com o diálogo, conversa entre pessoas e aprender com a nossa prática. De respeitar os processos, as etapas de cada fase: planejamento dos encontros, gestão das expectativas, paradas para avaliação e realinhamentos, momentos específicos de GTs (Grupos de Trabalhos), consensos, abertura para discussão de questões de cada município. De navegarmos a partir da nau mais lenta. Da gestão do conhecimento.

Como rede é processo social e não tecnologia, o software sempre foi compreendido por nós, os oito parceiros e pela Fundação Telefônica, como uma etapa importante e necessária na formação da rede, porém, não suficiente para o sucesso de sua implantação local. Sem a articulação da rede social, sem um amplo debate de como os aspectos políticos, sociais e econômicos interferem na dinâmica local, não haveria ferramenta tecnologicamente adequada capaz de fazer operar o SGDCA por meio do trabalho em rede. O processo caminhava e cada vez mais identificávamos a necessidade de explicar, compartilhar nossas experiências para formar, manter e mobilizar as redes locais.

O presente texto é resultado desta inquietação. Neste trabalho, pudemos otimizar os recursos, compreender o que cada um podia dar em cada momento para beneficiar o produto final almejado, porque, afinal, temos habilidades diferenciadas, reunidas numa perspectiva do pensar sistemicamente. Juntos pudemos evitar armadilhas em que, sozinhos, teríamos caído: como diz o velho ditado, dez cabeças pensam melhor que uma. Assim aprimoramos o produto final a partir de todos esses olhares, respaldados numa credibilidade entre os municípios, uma vez que essa solução foi desenvolvida com base na realidade de diversas regiões com realidades sócio-econômicas, culturais, de atendimento e maturação da rede diferenciados. Vivemos oportunidades de rever a própria prática e de aprender com a do outro; de alinhar escolhas à partir dos estudos de caso...

As redes sociais demandam grande esforço na sua concretização, já que seu principal trabalho é agregar pessoas imersas num contexto individual ou no ambiente restrito de uma entidade, e transpô-las para um contexto de maior amplitude, envolvendo várias entidades e pessoas distintas, todas em sintonia, criando uma estrutura única que visa reeducar e auxiliar a criança, o adolescente e a sua família, seu ambiente de referência. Essa formação espontânea e desejada por cada ator da rede é o que a fortalece, pois provoca uma movimentação mais forte, que nasce de dentro para fora. A partir disso, surgem as redes eletrônicas, da união de vários aparatos tecnológicos que dão sustentação à rede social. A rede eletrônica pode ser um fator de coesão social, mas nunca substituirá a rede social, pois seu papel é de facilitar e auxiliar a tomada de decisões, otimizando o tempo de cada um.

Pudemos aprender durante as pesquisas que a expansão do uso de computadores e internet por um maior número de usuários faz crescer a colaboração e os meios de interação entre as pessoas, que utilizam as ferramentas tecnológicas para beneficiar as ações do dia-a-dia. Este é o mesmo princípio que gostaríamos de incentivar para as ações em rede dentro do SGDCA. Quanto mais pessoas pensarem, desenvolverem redes para beneficiar a política da infância e juventude em seu município, mais teremos conhecimento para compartilhar.

O desafio então é continuar olhando para a prática; investir na implantação; continuar a produção coletiva e agregar conhecimentos de outros atores que não somente estes oito municípios – ampliar de fato essa comunidade; investir no desenvolvimento humano e na consciência coletiva. No fundo, este é o convite e esta, somente uma primeira etapa. Dessa forma, beneficiaremos a melhoria da qualidade das políticas públicas nessa área, assim como a qualidade dos atendimentos prestados a esses jovens, crianças e suas famílias.

Ainda há muito o que fazer!

Grupo Rede das Redes
Outubro/2008

Toda criança e todo adolescente serão atendidos por organizações da sociedade civil e pelos Governos de sua cidade estado e país.

Todos os adultos se unirão para assegurar que crianças e adolescentes tenham seus direitos garantidos por lei.



Entre esses direitos estão...

... o direito à dignidade, à saúde integral, à identidade, à sobrevivência, aos seus valores, à sua imagem.

... o direito à privacidade e a não ser humilhado, envergonhado, constrangido ou tratado com violência ou terror.

... o direito a se desenvolver de forma integral e assim se tornar um adulto realizado e feliz.

O ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, é uma das mais avançadas legislações voltadas para a preservação e a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, em sua relação com a família, a sociedade e o Estado. Nascido há 18 anos, o ECA vem introduzindo grandes mudanças na maneira como a sociedade vê e trabalha para promover os direitos da infância e adolescência no Brasil.

CEDIM

Redes Sociais

Para se fazer valer, na prática, o ECA precisa apoiar-se num sistema de garantia de direitos. Para isso, existe o trabalho em rede, uma forma de organização coletiva em que diversos atores locais compartilham responsabilidades e dividem competências. Operando de forma articulada, esses atores podem construir redes de proteção à criança e ao adolescente, em busca de um melhor atendimento.

Se o ECA é uma lei, como se pode colocá-la em prática?



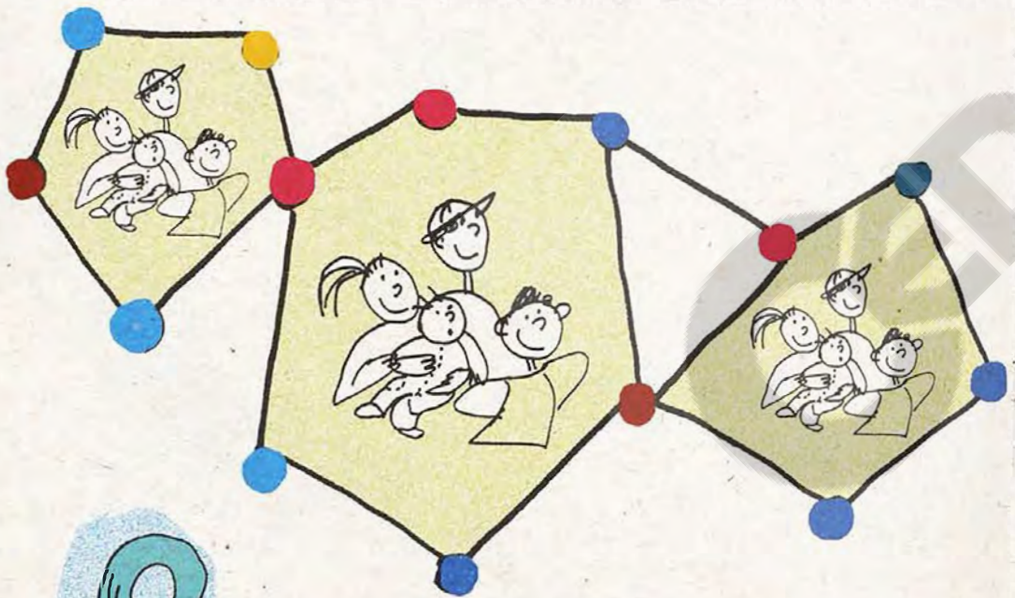
As Redes Sociais são uma forma de garantir essa proteção.

Quais são os atores do SGDCA que tecem a Rede?

O trabalho em rede pode contemplar momentos horizontais, em que as decisões são tomadas de forma colegiada, ou momentos verticais, em que essas decisões são operacionalizadas. Por mais que se diga, na teoria, que a rede se auto-governa, na prática, ela depende de lideranças, de coordenação, de animação, que complementam os momentos de trabalho horizontal.

Envolvido na Rede de um município ou de uma comunidade, um ator pode ser: um cidadão como você e eu, um conselheiro tutelar, um juiz, um professor, um assistente social, uma mãe, um pai, um parente, um empresário, um representante de uma entidade ou órgão municipal estadual ou federal...

Todos esses atores cumprem papéis, desempenham funções e compartilham responsabilidades no interior da Rede Social. A organização não precisa fazer tudo: atender a criança em todas as faixas etárias, a família etc! Este é o princípio da incompletude institucional, como diz o ECA. Os atores são como os pontos coloridos que se articulam, para formar uma grande teia chamada Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente.

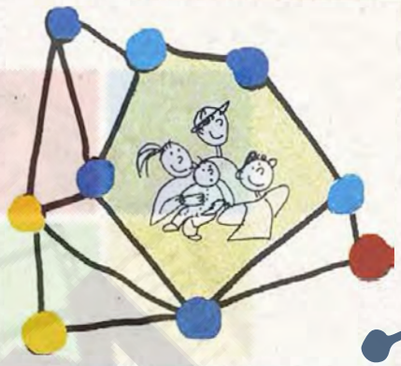




Quais são os desafios colocados para a gestão da Rede no município?

Assim as Redes Sociais vão sendo tecidas e se espalhando por todo o Brasil.

Algumas delas podem ser enormes, muito complexas e bem articuladas.





Outras podem ser simples e estar em busca de formas próprias de articulação e comunicação.

Outras ainda podem estar apenas começando a ser tecidas.



A verdade, porém, é que cada comunidade, cada município brasileiro tem o dever de manter viva e ativa sua própria Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente.

Como estabelecer e manter um diálogo vivo entre tantos atores em cena?

Como inserir, nesse diálogo, os novos atores que constantemente vêm se juntar à Rede no SGDCA?

Comunicação

Sem comunicação, não pode haver entendimento. E sem compreensão e troca fluente de informações significativas, a mobilização dos atores pode perder sua força. A comunicação é a essência da Rede, cujo objetivo é permitir o contato, a troca de experiências, informações e trabalho conjunto entre os diversos atores do SGDCA.



Como se forma a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente?

Um dos desafios do trabalho em rede está em manter as ações, a contínua mobilização dos atores, por meio de capacitações freqüentes. O processo é lento e os resultados são colhidos em médio e longo prazos.





Que ações fazem a Rede se manter coesa e ativa?

Sensibilização para o trabalho em rede é um passo inicial, no entanto há muitos percalços no meio do caminho. Ao longo do processo de formação da rede, os resultados concretos são elementos fundamentais para incentivar a mobilização do grupo a permanecer.



Não importa como, quando ou de onde vem a criança ou o adolescente que precisa de atendimento: todos os atores da Rede no SGDCA devem estar preparados para atendê-la(o) prontamente.

A Rede Eletrônica surge no contexto das Redes Sociais, para tornar mais ágil a comunicação entre atores de uma mesma Rede: é um instrumento que apóia essa mobilização. No entanto, alguns desafios foram identificados por meio de estudos e avaliações. Entre os problemas encontrados estavam:



- Pouca sinergia entre Rede Social e Rede Eletrônica

- Falta de infra-estrutura tecnológica e pessoas capacitadas



- Alto custo da informatização





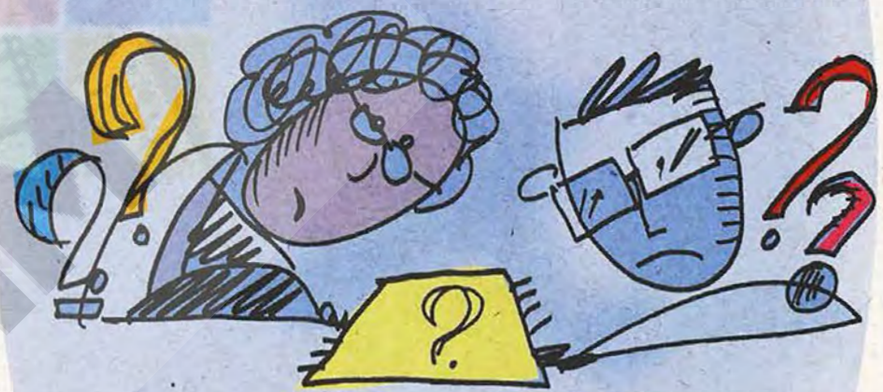
- Pouca apropriação das ferramentas tecnológicas pelos atores locais



- Projetos de Rede reféns de empresas de tecnologia

Histórico

Durante dois anos, grupos envolvidos em projetos de rede de 8 municípios paulistas, a Fundação Telefônica e 3 consultorias na área tecnológica e de gestão reuniram-se sistematicamente. Araçatuba, Bebedouro, Diadema, Guarujá, Itapecerica da Serra, Mogi das Cruzes, São Carlos e Várzea Paulista buscavam, juntos, soluções para problemas comuns.



Essa busca reuniu dois grupos que dificilmente se encontrariam em outras circunstâncias: os agentes sociais e os especialistas em informática. A partir desses encontros, começaram a ser elaborados parâmetros para desenvolvimento da Rede Eletrônica: a tecnologia a serviço das Redes Sociais de proteção à criança e ao adolescente.

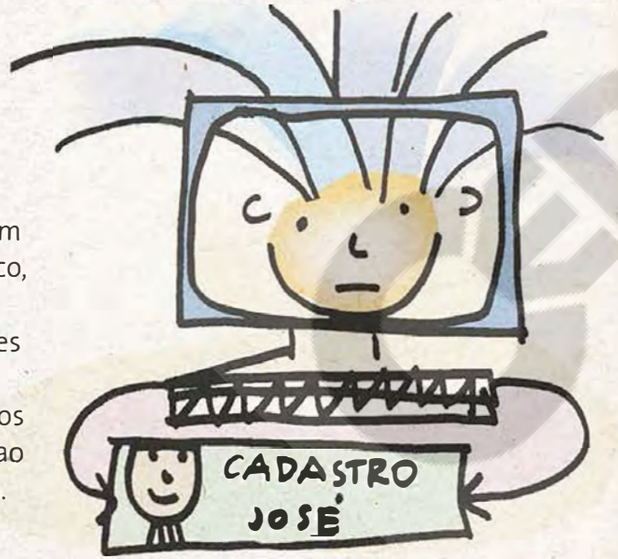


Como agir com eficiência e rapidez, garantia e segurança no fluxo das informações?

A Rede Eletrônica

O objetivo da Rede Eletrônica é agilizar a comunicação entre as entidades de atendimento, assim como obter informações sobre as crianças, adolescentes e famílias atendidos pela rede. É uma ferramenta que busca promover uma maior integração entre os atores do SGDCA e contribuir para o registro das informações na rede. Junto à mobilização social, essa Rede visa melhorar a qualidade das políticas desenvolvidas na área da infância e juventude no município, assim como os atendimentos prestados.

A Rede Eletrônica permite integrar informações sobre as crianças e os adolescentes atendidos no município, que passam a ter um registro único, com dados sobre sua família, suas condições de saúde, educação e habitação, entre outros temas relacionados ao seu desenvolvimento.





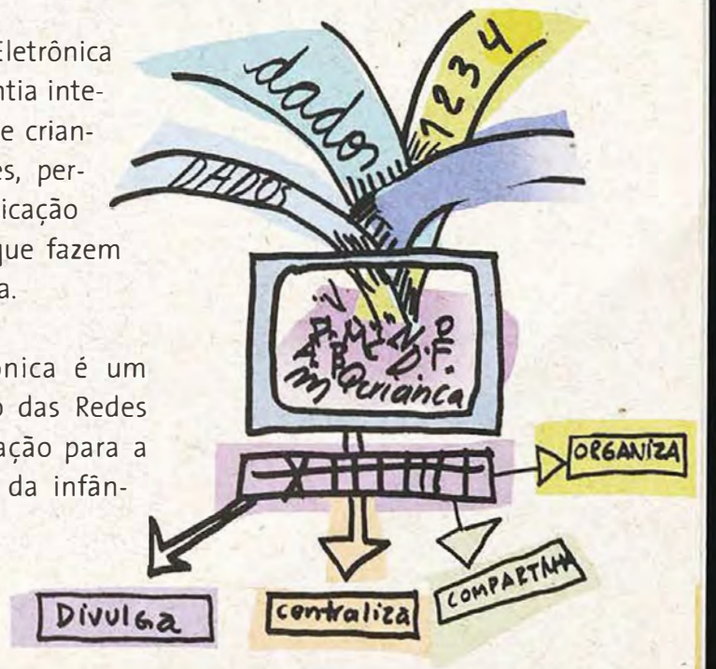
O que é a Rede Eletrônica?

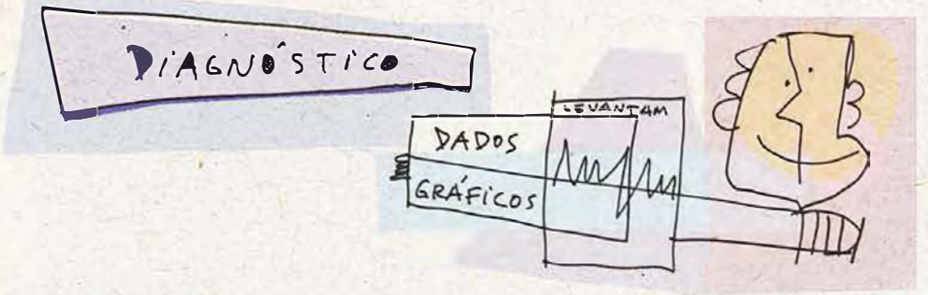
A Rede Eletrônica pode ser composta por:

- **um sistema de informação (software), que agilize os atendimentos de forma a conectar todos os atores da rede, e mantenha os dados e o histórico dessas crianças, assim como dados básicos das entidades que as atendem. Isso pode ser chamado também de cadastro eletrônico.**
- **um site ou portal para circular todas as informações das entidades e das ações da Rede, servindo também como referência de pesquisa sobre o tema.**
- **um diagnóstico com informações sobre a situação da infância e juventude no município, para subsidiar o CMDCA na estruturação de melhores políticas públicas voltadas a infância e juventude.**

Assim a Rede Eletrônica dá suporte à garantia integral dos direitos de crianças e adolescentes, permitindo a comunicação entre os adultos que fazem parte desta história.

A Rede Eletrônica é um importante aliado das Redes Sociais na articulação para a proteção integral da infância e adolescência.





O diagnóstico é um retrato da realidade, obtido a partir de entrevistas e pesquisas com fontes de órgãos oficiais, e da própria rede de proteção, que oferece informações sobre a real situação da infância e juventude naquela localidade. O diagnóstico é promovido pela articulação da Rede Social, no entanto, pode se tornar importante ferramenta para a Rede Eletrônica.

Todas as organizações que atuam para proteger crianças e adolescentes são, potencialmente, membros da Rede. Do diálogo estabelecido entre os diversos atores, nasce a ação. Após diagnosticar as necessidades da região, o trabalho conjunto precisa funcionar de modo a aumentar a eficácia do trabalho de cada um. Cada Rede Social tem uma necessidade por informações específicas. Essas informações, reunidas no diagnóstico, contribuirão para propor políticas publicas com maior qualidade e eficiência, por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Entre outras coisas, é preciso descobrir:

- **Quais são as ameaças e as violações de direitos de crianças e adolescentes que mais ocorrem?**
- **Como acontece o atendimento nos Conselhos Tutelares, no Sistema de Justiça, na Segurança Pública?**
- **Qual é a situação econômica da população local?**
- **Quais são as entidades presentes e atuantes na região, públicas ou privadas?**
- **Quais são as políticas de proteção em vigor?**
- **Quais são as áreas de maior vulnerabilidade no município?**
- **Quais as ofertas e demandas de serviços na rede?**



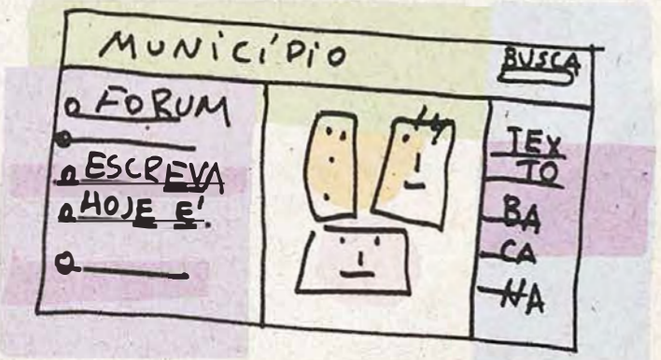
Como fazer um diagnóstico?



O site deve ser o espaço virtual por onde circulam informações sobre as entidades e as ações da Rede. Cada município deve criar seu próprio site, mantê-lo e atualizá-lo.

O site é um ponto de encontro para:

- **expor estudos, pesquisas e textos relevantes para a Rede**
- **divulgar comunicados ou boletins informativos**
- **trocar experiências por meio de fóruns de discussão**
- **elaborar a agenda da Rede**
- **acolher as participações de colaboradores**
- **tornar acessíveis documentos e informações importantes, como por exemplo, o código de ética da Rede Social e os manuais técnicos sobre a Rede Eletrônica**
- **obter informações sobre as entidades de atendimento que fazem parte da rede no SGDCA**





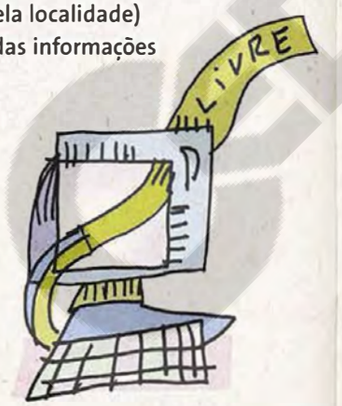
Qual o papel do site na Rede Eletrônica?

REDECA

O REDECA – Sistema de Informação das Redes pelo ECA, foi desenvolvido por meio do trabalho colaborativo entre os atores das Redes Sociais de 8 municípios paulistas e a Fundação Telefônica. Ele foi criado levando em consideração outros estudos de casos e as dificuldades que cada uma das Redes enfrentava em seu cotidiano, entre elas:

- **Integração com softwares do governo federal**
- **Integração de bancos de dados escritos em diferentes linguagens e com lógicas distintas, como os prontuários da área da saúde e da educação**
- **Definição de parâmetros de sigilo de informações**
- **Compreensão das soluções tecnológicas pela rede social**
- **Prevenção e correção da duplicidade dos cadastros**
- **Indisponibilidade de recursos financeiros para investimentos em software e hardware**
- **capacitação de inclusão digital para todos os atores envolvidos na rede do SGDCA**
- **capacitação para utilizar e compreender o sistema de informação (é fundamental que a ferramenta seja apropriada pela localidade)**
- **criação de uma estrutura para atualização contínua das informações**

Elaboração e aprendizado interdisciplinar fizeram parte da concepção deste processo, uma vez que foi identificado o modelo espiral de desenvolvimento para construção do REDECA e dos parâmetros para a Rede Eletrônica (uma evolução em ciclos contínuos de colaboração).





Por que o REDECA?

O REDECA vai...

- **Agilizar o atendimento a crianças e adolescentes**
- **Minimizar os problemas de duplicidade dos cadastros**
- **Estabelecer relação com outros bancos de dados de âmbito municipal, estadual e da União**
- **Gerar um sistema de relatório**
- **Estabelecer o acompanhamento das vagas, atividades e benefícios oferecidos na Rede**
- **Permitir a visualização de parentesco (biológica ou legal) no banco de dados**
- **Permitir que cada organização tenha mais controle sobre seus próprios atendimentos**
- **Permitir análise sobre demanda e oferta de serviços do SGDCA**





- **Garantir o sigilo das informações**
- **Estender a comunicação entre cada ponto da Rede Social.**
- **Reduzir os trâmites burocráticos que dificultam o atendimento.**





- **Facilitar a atualização e o acesso aos dados de cada criança e adolescente.**

Os desafios eram muitos
e exigiam soluções.
O REDECA nasceu dessa urgência.

(•)redeca

é um software (sistema de informação) livre, de fácil instalação...

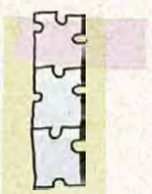




• ágil



• flexível



• modular

O REDECA é um sistema de informação gratuito, desenvolvido a partir de código aberto, que pode ser facilmente instalado. Para que a plataforma funcione, há algumas especificações que precisam ser obedecidas:

- **internet banda larga**
- **servidor local ***
- **computadores em cada ponto da Rede**
- **equipe de tecnologia para apoio na implantação e entendimento**
- **articulação constante com as necessidades da Rede Social**



Instalado o REDECA, todos os atores do SGDCA podem ter acesso ao sistema, a partir de um computador *.

O REDECA roda nos sistemas operacionais Windows e Linux e em navegadores Firefox e Internet Explorer.



Qual a estrutura mínima para ter o REDECA funcionando?

O REDECA existe e já está atuando!

O sistema de informação já foi testado e está sendo implantado nos municípios paulistas que participaram de sua construção. Agora nos encontramos numa nova fase: a implantação – tão desafiadora quanto a elaboração do sistema. Nossa idéia é gerar autonomia e apropriação local da ferramenta.

Vantagens do REDECA

- **sistema criado a partir da experiência real de oito municípios**
- **contemplou outros estudos de casos para pesquisar fatores de sucesso e insucesso em experiências anteriores**
- **tem três anos de pesquisa, desde a avaliação realizada pela Fundação Telefônica em 2005 sobre resultados de trabalhos em rede até o processo deste grupo "Rede das Redes"**
- **sistema de informação desenvolvido e testado**
- **além do sistema, o grupo construiu manuais que contribuem para a implantação: Manual Técnico de Instalação do REDECA; Manual do Usuário do REDECA; Manual de Gestão da Rede no SGDCA ***
- **há uma comunidade virtual de software livre para continuar a ampliação e melhoria deste sistema ***



O desafio de encontrar uma ferramenta que, de fato, dialogue com os problemas da realidade local foi enfrentado e resolvido. Hoje os municípios que participaram do processo são os primeiros agentes dessa comunidade. Mas a Rede Eletrônica precisa crescer, precisa continuar respondendo às demandas sociais que mudam a cada ano. O desafio do REDECA é atingir mais organizações, mais atores, mais cidades e estados. Ele só poderá evoluir se continuarmos colaborando nesta grande comunidade em que cada um faz a sua parte para que todos ganhem: este é o convite!

* Para acessar a comunidade virtual do software livre, ter acesso aos documentos de implantação do sistema de informação e Manuais, entre no portal Pró-Menino na seção "Trabalhando em Rede".



Qual é o próximo passo?



Toda criança e todo adolescente tem o direito de sonhar.

Toda menina e todo menino tem o direito de querer ser alguém, desde agora e também quando crescer.

O direito da infância e da juventude no Brasil a um presente e um futuro é legítimo, portanto pode e deve ser garantido por todos nós.

CEDIM

Se você, leitor, tem outras dúvidas ou gostaria de saber mais sobre cada etapa de desenvolvimento da rede no SGDCA, visite o site www.promenino.org.br, onde todas as informações podem ser encontradas com muito mais detalhes. Este material é fruto de um conteúdo maior denominado "Manual de Gestão da Rede no SGDCA", que pode ser encontrado, em versão integral, no mesmo site, na seção "Trabalhando em Rede". Há neste manual os comentários de quatro especialistas na área de redes, tecnologia, direitos humanos e criança e adolescente.

Para o desenvolvimento deste processo, tivemos o apoio de três consultorias:

WebUse, especializada em processos de comunicação e de aprendizagem formal e não-formal, semi-presenciais e a distância – webuse.com.br/site

W3S Solutions LTDA, especializada em mercado de TI, desenvolve soluções baseadas em tecnologias que utilizam o modelo Open Source ou Software Livre – www.w3s.com.br

Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social, especializado em gestão do terceiro setor e processos de desenvolvimento individuais e de organizações – www.fonte.org.br

WebUse
Rodrigo Santaliestra Consultor
Márcia Padilha Consultora

W3s Solutions LTDA
Renato Bolzan/Ricardo Agostinho Gerente da Conta/Contato Comercial
Renato Oliveira Gerente do Projeto
Saulo Esteves Líder Técnico do Projeto
Jefferson Lima Analista de Sistemas
Fabricio Meireles Analista de Sistemas
Lucas Borges Analista de Sistemas
Daniela Vieira Analista de QA Líder
Fernanda Siqueira Analista de QA

Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social
Antonio Luis de Paula e Silva Consultor

Comentaristas
Alexandre Nascimento Mestre em Psicologia
Edson Sêda Membro da Comissão Redatora do ECA e ganhador do Prêmio Criança e Paz do UNICEF (1995)
Sérgio Amadeu da Silveira Sociólogo, Doutor em Ciência Política e ativista do movimento de software livre
Cássio Martinho Jornalista e Consultor em Gestão de Redes



CEDIM



REDE ADOLETA











RECAD





ENTRANDO NA REDE

(redeca

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DAS REDES PELO ECA

prómenino

Um programa da Fundação Telefônica



LEI 9.608 DE 18/02/98

DISPÕE SOBRE O SERVIÇO VOLUNTÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1° Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza, ou à instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

PARÁGRAFO ÚNICO. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 2° O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Art. 3° O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Art. 4° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° Revogam-se as disposições em contrário.

TERMO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Considera-se serviço voluntário para fins desta Lei, a atividade não remunerada prestada por pessoas física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, cultural, educacional, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade (Art. 1°, Lei N.° 9.608 - Lei do Serviço Voluntário). Parágrafo único: o serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdênciária e afins.

Nome: _____

Identidade:_____ **CPF:**_____

Endereço:_____

Bairro:_____ **CEP:**_____ **Telefone:**_____

Tipo de serviço que o voluntário vai prestar:

_____

_____

Instituição onde o voluntário vai prestar o serviço:
Nome:

Endereço:

CGC:

Declaro que estou ciente e aceito os termos da Lei do Serviço Voluntário, n.° 9.0608[2], de 18 de fevereiro de 1998.

Rio de Janeiro, de de 19

_____
Assinatura do voluntário

_____ _____
Nome do responsável **Assinatura do responsável**

_____ _____
Responsável pela instituição **Cargo**

Testemunhas: _____ _____

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

CENTRO SOCIOPOLÍTICO

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E CONTROLE SOCIAL NO MUNICÍPIO

SUBSÍDIO PARA CURSO DE AGENTES SOCIAIS

Nova Iguaçu

Setembro de 2005

CEDIM

Apresentação

Querido(a) agente social:

Com alegria, apresentamos o subsídio de reflexão em preparação aos cursos de formação de agentes sociais no combate à corrupção, no controle social da administração municipal e na busca de transparência das políticas públicas implementadas nas cidades, os quais são tópicos importantes do debate político atual.

Agentes sociais, orientados pelo Centro Sociopolítico da Diocese de Nova Iguaçu, têm se mobilizado para criar espaços e instrumentos que sejam eficazes no combate à corrupção e ao mau uso do dinheiro público. Aposta-se no controle social, exercido através de organizações da sociedade civil, da imprensa e dos individuos em geral.

Este material resultou deste anseio expresso na luta por melhorias das condições de vida da população dos municipios da Baixada Fluminense e da necessidade de uma atuação mais consciente no combate à corrupção. Consiste, ainda, em um instrumento que pretende promover a discussão sobre os temas, através de encontros, cursos, palestras e assim, aglutinar forças populares, organizando-as em torno do exercício da cidadania.

Desejamos que nestes meses de setembro e outubro, as comunidades possam lançar mão deste recurso para aprofundar seus conhecimentos e engajamento no controle social sobre as prefeituras e câmaras de vereadores.

Bom trabalho!

A Retomada da Democracia e a Construção da Cidadania

A transição democrática iniciada, a partir de 1985, no governo Sarney (vice-presidente que assumiu com a morte de Tancredo Neves, presidente que não foi eleito diretamente pelo povo), resultou da luta política de diversos segmentos sociais brasileiros. Suas principais incumbências foram a elaboração da nova Constituição, promulgada em 1988, e a realização das eleições diretas para presidente, ocorridas no ano seguinte. Para a maioria da população, a expectativa era de que tais transformações políticas viessem acompanhadas de mudanças mais estruturais, no que diz respeito à redução da desigualdade social existente no Brasil. Havia um grande anseio por liberdade e participação do povo nas riquezas do país, como frutos da democracia. Viu-se, então, que a presença de partidos políticos, de eleições e da **democracia representativa** em um regime pós-autoritário, por si só, não garante a democratização desse regime. Alguns avanços sociais

Democracia representativa significa, genericamente, que as deliberações relativas à coletividade inteira são tomadas, não diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para essa finalidade.

foram obtidos neste período. Porém, a democratização mais consistente dos bens sociais, ou seja, a distribuição das riquezas, exigiria ir além da liberdade política conquistada.

O Brasil realizou a passagem de um regime de exceção para a democracia seguindo sua tradição política de mudanças sem grandes rupturas. Assim no contexto democrático, ao lado de novas figuras politicas republicanas, atuaram atores sociais tradicionais, muitos dos quais haviam participado intensamente do regime militar ou eram herdeiros de grupos políticos que há tempos detêm o poder no pais. Foram, portanto, preservados diversos esquemas de lideranças tradicionais e, conseqüentemente, vários vicios da política nacional passaram a ser reproduzidos em um ambiente de democracia. Práticas clientelistas, manipulação do voto e controle privado do espaço, dos bens e dos recursos públicos, aspectos clássicos da **corrupção**, permaneceram no cenário político brasileiro (PAIVA, 2001. p.97).

A corrupção é entendida neste texto como um conjunto de ações que resultam no mau uso dos bens e verbas públicas e na apropriação privada por alguns poucos grupos de agentes públicos ou de indivíduos em geral, dos bens, serviços e dinheiro públicos em detrimento da coletividade.

O governo Collor, que se instalou no poder em 1990, eleito pelo voto popular, prometeu modernidade e caça aos marajás. Entretanto, era um tradicional representante do coronelismo e do uso do poder local para a apropriação privada do espaço público. O mesmo que dissera que iria acabar com a corrupção no país, não terminaria o seu governo, dada a avalanche de denúncias de crimes cometidos no exercício do mandato. Itamar Franco assumiu o poder e governou o país até que o segundo presidente eleito, pós- ditadura militar fosse empossado, dando mostra do vigor do regime democrático no país (PAIVA, 2001. p.101).

O período do governo FHC foi marcado pelo acirramento das políticas neoliberais e o desmantelamento do Estado brasileiro, com a execução de grande número de privatizações. As denúncias de tráfico de influência, compra de voto, nepotismo e outros tipos de corrupção foram constantes ao longo dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Todavia eles sempre foram tratados através dos mecanismos próprios do processo democrático.

Atualmente, no governo Lula, assistimos a uma nova avalanche de denúncias de corrupção, que vão do pagamento de propinas a agentes públicos, mesadas para parlamentares, verbas não contabilizadas no processo eleitoral ao aparelhamento da estrutura estatal e desvios de verbas públicas.

Nesta reduzida abordagem do período democrático construído a partir de 1985 constatamos que uma das características, porém não imutável, presente na vida pública brasileira é a corrupção. Ela não é coisa recente, pois conforme PAIVA (p.102) quando da proclamação da República um dos intuitos era o de encerrar com a corrupção existente no Império. Mais tarde, com o golpe de 1930, apregoava-se o fim dos privilégios das oligarquias da República Velha. Podemos considerar a corrupção como um vício da política tradicional, das velhas formas de lideranças e do domínio do poder econômico e político no país que perdura e adentrou ao regime democrático. Esse último, carece de aperfeiçoamento que iniba a reprodução das práticas de corrupção. Isso implica em várias questões como reforma política, redução da desigualdade social, aprimoramento da democracia sendo ela participativa. Entretanto, a questão de fundo é o exercício da **cidadania**.

No sentido grego do termo, cidadania é o direito da pessoa em participar das decisões, nos destinos da Cidade. A cidadania, no entanto, é um reconhecimento de direitos das pessoas por parte do Estado, que lhes assegura os direitos civis, como a saúde, a educação, a moradia, o trabalho e o salário digno, além dos direitos políticos, como votar e ser votado e participar da vida política.

Nossos Passos Iniciais e Objetivos

Entende-se que o combate à corrupção, requer dos agentes sociais um processo de capacitação e de ação cidadã continuo, que consiste em combater os vícios maléficos da política no Brasil, entre eles o de fazer uso privado dos bens, serviços e verbas públicas. Tem sido comum, no Brasil, compreender e difundir que as coisas públicas, por serem de todos, não têm responsáveis diretos. Daí, surge o desinteresse da maior parte da população pelo que é da coletividade e abre-se o espaço para que os espertalhões se apoderem do espaço, dos bens e do dinheiro público em benefício de alguns grupos particulares. Muitos políticos têm entrado para vida pública com o intuito de "se dar bem", "de se arrumar na vida". A falta de espírito público tem levado a participação no espaço público a ser vista como fonte inesgotável de benefícios pessoais. É nesse contexto que as práticas de corrupção se reproduzem, em toda sua amplitude: pagamento de propinas, compra e venda de votos, **nepotismo,** sonegação , desvios de verbas, clientelismo[1], superfaturamentos de preços, entre outros.

Favorecimento a parentes e amigos de bens, cargos ou dinheiro públicos.

Sabe-se que a ação cidadã consiste em conhecer os mecanismos e as conjunturas que levam à corrupção e romper com tais práticas, através do controle dos diversos segmentos da sociedade sobre o Estado, especialmente, aos ligados à população mais pobre, por meios de conselhos municipais, associações de moradores, grupos de acompanhamentos às câmaras de vereadores, grupos de fiscalização das verbas públicas. Em função disso, no ano de 2004, uma série de iniciativas surgiram para fiscalizar o processo das eleições e tentar interferir de modo a eleger representantes compromissados com políticas públicas que favorecessem a população mais carente. Após as eleições, nos municípios da Baixada Fluminense, muitas das iniciativas se transformaram

[1] Em nível político, esta palavra tem vários significados, como por exemplo transformação de eleitores em clientes, pois sendo assim, os direitos são transformados em favores e barganhados em troca de votos.

para observar de perto a atuação dos representantes eleitos. Surgiram grupos de acompanhamentos aos trabalhos dos vereadores, bem como grupos de monitoramento aos Conselhos Municipais, especialmente na área da saúde, educação, criança e adolescente, conselho tutelar e assistência social. Porém, a atuação dos agentes sociais esbarra na sua capacidade de definição do objeto, de delimitação dos raios de ação e de escolha dos instrumentos eficazes na prevenção da corrupção e no controle social sobre a administração municipal.

A partir da necessidade colocada pela atuação desses agentes sociais e no intuito de prosseguir na formação política implementada pelo Centro Sociopolítico da Diocese de Nova Iguaçu, através dos encontros regionais, elaborou-se este subsídio que se destina a ser um instrumento de fomento à discussão sobre o combate à corrupção e a participação cidadã no controle social nos municípios. Objetiva-se, com isso, reinaugurar uma atuação política, que seja calcada no poder de fiscalização da sociedade sobre os agentes públicos (prefeitos, vereadores e servidores municipais) e assim, organizar e mobilizar os agentes sociais para:

1. o combate à corrupção;
2. o combate aos maus serviços prestados à população;
3. o controle social dos órgãos públicos municipais;
4. o controle social dos órgãos privados que mantêm estreita relação com a administração pública local.

Este subsídio está fundamentalmente baseado na experiência da Associação de Amigos de Ribeirão Bonito/SP (AMARRIBO). Nesse município paulista, se obteve grande sucesso no combate à corrupção e no controle social sobre os agentes políticos da administração daquela cidade. Os questionamentos e a experiência acumulada e transformada em subsídio pela associação, fazem parte deste instrumento destinado à promoção da transparência pública e o exercício da cidadania, nos municípios da Baixada Fluminense.

Entende-se que a atuação relativa aos objetivos acima mencionados, depende do fortalecimento da consciência entre os munícipes, da necessidade de sua inclusão como agente responsável pela esfera pública. Quanto maior for a consciência de pertencimento a essa esfera maior será a realização de sua participação como agente social, cidadão e, portanto, contendo direitos e deveres sobre o espaço público.

Há que se ter, também, um bom diagnóstico da realidade, conhecer o município, sabendo o seu papel, sua estrutura administrativa, sua geografia e os mecanismos de atuação da administração pública; bem como entender a sociedade local como um todo. Suas organizações civis e as relações destas com a administração.

É preciso também compreender a lógica dos grupos políticos que atuam na cidade, quais são os poderes estabelecidos, como eles se organizam nos partidos políticos e nos grupos econômicos da cidade. Avaliar a conjuntura política é de fundamental importância para entender as ações dos políticos e seus grupos de interesses e como os prefeitos e vereadores se relacionam entre troca de favores e governabilidade. Faz-se necessário compreender as atribuições de cada um dos poderes municipais e o quanto eles dependem um do outro.

Por fim é fundamental ter conhecimento dos direitos e deveres do cidadão, das entidades e instrumentos disponíveis e necessários para exercer o controle sobre a administração pública municipal.

Conhecendo o Nosso Município

O processo de redemocratização ocorrido no Estado brasileiro, na década de 1980, configurou um novo ambiente político no país, do qual resultou a reestruturação da competência política dos entes federativos. A partir da Constituição de 1988, ampliaram-se os mecanismos de autonomia dos municípios na história republicana. A democratização, nesse período, propiciou que de lá até o ano 2000 fossem criados 1438 novos municípios, 25% do total de cidades existentes atualmente no Brasil. Na Baixada Fluminense foram criados seis novos municípios no período, cujos movimentos de emancipação foram liderados por grupos políticos de diversas matizes ideológicas, criando novos espaços de poderes políticos locais.

A importância assumida pelos municípios na esfera pública nacional traduziu-se numa maior descentralização das políticas sociais, resultando num aumento de 32% das transferências da União e dos Estados federados entre 1998 e 2000. Ainda como parte deste processo observou-se um incremento de 13% na arrecadação tributária dos municípios no referido período, o que significa não apenas um maior dinamismo econômico, mas também uma maior organização da máquina administrativa municipal.

O município é a unidade local de governo, integrante da federação e que possui razoável grau de autonomia. A Constituição Federal de 1988, (no Capítulo IV, artigo 30) assegurou aos municípios poderes para:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III - **instituir e arrecadar os tributos** de sua competência, bem como aplicar suas rendas, **sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei**;

IV - criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação estadual;

V - **organizar** e prestar, **diretamente ou sob regime de concessão ou permissão**, os serviços públicos de interesse local, incluído o de **transporte coletivo**, que tem caráter essencial;

VI - **manter**, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, **programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;**

VII - **prestar**, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, **serviços de atendimento à saúde da população;**

VIII - **promover**, no que couber, **adequado ordenamento territorial**, mediante **planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano**;

IX - **promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local**, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

A Constituição Federal garante a autonomia política do Município pela eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o país. Assim, tais agentes políticos constituem o governo local.

O Papel do Prefeito

Cabe ao Prefeito ser o porta-voz natural dos interesses e das reivindicações municipais perante a Câmara, as outras esferas de Governo e quaisquer forças que possam contribuir para o bem-estar da população e o progresso do Município. Ele deve ainda negociar convênios, benefícios ou auxílios, apresentar projetos de leis à Câmara Municipal, sancionar, promulgar, fazer publicar e vetar as leis, convocar extraordinariamente a Câmara, quando necessário, e representar o Município em todas as circunstâncias.

Como líder político, cabe-lhe também entender-se com as organizações comunitárias e outros grupos organizados, bem como com lideranças locais, buscando o seu apoio, quando necessário, consultando-os e ouvindo-os para conhecer as suas aspirações e suas necessidades e para integrá-los no processo decisório municipal, de modo a poder governar com a comunidade.

Como Chefe do Executivo Municipal, cabe-lhe, sobretudo, planejar, coordenar, efetivar e controlar os serviços públicos municipais, em atendimento a necessidade da população e de acordo com disponibilidade de recursos. A prefeitura, portanto, é responsável pelos **ensinos infantil e fundamental, serviços de saúde básica e especializado, saneamento básico, ordenamento do território e habitação, transporte e trânsito municipais, serviços de coleta de lixo e limpeza urbana, dentre outros.**

Cabe ao Prefeito **prestar contas de sua administração**, na forma estabelecida na Lei Orgânica do Município, na Constituição e na legislação específica em cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência conforme o **art. 37 da Constituição**.

A prestação de contas da Administração é principio constitucional (art. 31, §§1º, 2º e 3º da Constituição), cuja violação pode acarretar a intervenção estadual no Município (art. 35, II).

As Funções da Câmara de Vereadores

A primeira é a função legislativa, que consiste na elaboração das leis sobre matérias de competência exclusiva do Município. A segunda função é a fiscalizadora, que tem por objetivo o exercício do controle da Administração local, principalmente quanto à execução orçamentária e ao julgamento das contas apresentadas pelo Prefeito. O controle externo da Câmara Municipal é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou do Conselho ou Tribunal de Contas dos Municípios, onde houver. A Câmara também tem função administrativa, a qual restringe-se à organização de seu quadro de pessoal, à direção de seus serviços auxiliares e, principalmente, à elaboração de seu Regimento Interno.

Os vereadores, por serem agentes políticos, não estão sujeitos às normas dirigidas aos servidores públicos, e sim a normas específicas ao desempenho de suas funções básicas. Todavia, por força do art. 327 do Código Penal Brasileiro, o vereador é considerado funcionário público tão-somente para os efeitos penais. Está, ainda, sujeito à observância da Lei nº8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

Para conhecer um pouco mais do município, observe os anexos:

1. Analisar os dados eleitorais do município
2. Avaliar o perfil social da cidade
3. Verificar a estrutura administrativa da Prefeitura
4. Observar a divisão territorial do município, destacando os loteamentos, os rios, as estradas, área rural, se houver, as favelas, os locais de enchentes.

A análise dos dados sobre o município ajudará na definição das prioridades de políticas públicas, assim como identificará áreas mais carentes, mais vulneráveis à corrupção e, portanto, com necessidade de controle social.

Corrupção: Identificando o Problema e Buscando as Saídas

O trabalho desenvolvido pela Associação de Amigos de Ribeirão Bonito identificou as irregularidades mais comuns das administrações municipais. É a partir desta experiência que vamos apresentar alguns passos necessários no trabalho de intervenção do cidadão na administração pública e no combate à corrupção e ao mau uso dos recursos públicos.

Fique Alerta Diante dos Seguintes Sinais:

1) histórico comprometedor da autoridade eleita e de seus auxiliares;
2) falta de transparência nos atos administrativos do governante (ex. **publicação de atos e legislação em jornais de difícil circulação, inexistência de audiências para elaboração dos orçamentos, dificuldade de acesso às informações do município nos órgãos da prefeitura, especialmente na secretaria de finanças ou na procuradoria**);
3) alheamento da comunidade quanto ao processo orçamentário;
4) ausência de controles administrativos e financeiros;
5) apoio de grupos suspeitos de práticas de crimes e irregularidades (**ligação com grupos de extermínio, fraudadores da receita, comerciantes inescrupulosos**);
6) subserviência do Legislativo;
7) subserviência dos Conselhos Municipais (**falta de paridade nos conselhos, disputa do governo nas vagas das representação da sociedade, entidades ligadas politicamente ao grupo governante**);
8) baixo nível de capacitação técnica dos colaboradores e ausência de treinamento de funcionários públicos.

Uma das formas de fraudar a prefeitura é por meio de notas superfaturadas. Para o serviço que foi realmente prestado e teria um determinado custo, registra-se na nota fiscal um valor maior. Este caso exige uma combinação entre fornecedores.
Nas licitações, o processo de superfaturamento se dá com cotações de preços dos produtos em valores muito superiores aos de mercado.
O superfaturamento de quantidades depende do conluio de um fornecedor com profissionais da prefeitura que atestam o recebimento. Quando se trata de serviços técnicos, como por exemplo os de eletricidade, construção civil e hidráulica, a execução deve ser certificada por funcionários capacitados, normalmente um engenheiro ou técnico. Assim, quando há irregularidade, todos são coniventes, mesmo que por omissão. Quando há necessidade de licitação, o método mais usual consiste em forjar a participação de três concorrentes, usando documentos falsos de empresas legalmente constituídas. Outra maneira é incluir na licitação, apenas formalmente, algumas empresas que apresentam preços superiores, combinados de antemão, para que uma delas saia vencedora.

O exercício da cidadania pressupõe indivíduos que participem da vida comunitária. Organizados para alcançar o desenvolvimento da comunidade onde vivem, devem exigir comportamento ético dos poderes constituídos e eficiência nos serviços públicos. Um dos direitos mais importantes do cidadão é o de não ser vítima da corrupção.

As ações anticorrupção são complexas, pois envolvem diferentes aspectos que se entrecruzam – políticos, jurídicos, legais, formais, estratégicos, de motivação e mobilização popular. Uma falha ou erro em qualquer desses procedimentos poderia beneficiar e fortalecer os corruptos. Além disso, os corruptos nunca desistem, estão sempre buscando oportunidades para colocar em práticas novas maneiras de desviar recursos. Por essa razão os cidadãos devem estar sempre atentos e nunca devem esmorecer no combate à corrupção.

Transparência Pública e Controle Social

Para muitos, as novas tecnologias de informação e comunicação podem ter um papel decisivo na implementação do controle social. Elas permitem criar mais transparência nos processos políticos e administrativos. Ao lado desse controle social, muitas vezes denominado como controle vertical, existe o controle horizontal. O termo se refere ao controle exercido entre os próprios poderes políticos. Por exemplo, o controle financeiro exercido pelos Tribunais de Contas, o controle

O Tribunal de Contas do Estado tende a verificar somente os aspectos formais das despesas. O órgão fiscalizador não entra no mérito se a nota fiscal contabilizada é "fria" ou não, se a empresa é "fantasma" ou não, se o valor é compatível com o serviço ou não, e se o procedimento licitatório foi montado e conduzido adequadamente ou não. O Tribunal só examina tais questões quando estimulado especificamente.
Na forma como atuam hoje, os Tribunais de Contas não contribuem para o fim da corrupção. É preciso haver uma mudança significativa em sua forma de ação para que se tornem forças contra a corrupção. Os tribunais mais atuantes contra os desvios o fazem por força das qualidades pessoais de seus integrantes, e não pelos requerimentos institucionais.

jurídico, exercido pelo Ministério Público e Tribunais, o controle do Legislativo sobre a Administração que se manifesta por exemplo em Comissões Parlamentares de Inquérito. Muitos autores enfatizam as possibilidades de aumentar a eficiência destas instituições. O desempenho destas instituições depende em muitos casos da independência da instituição, dos recursos humanos e materiais disponíveis para a atuação e da motivação dos seus integrantes para exercer a sua função.

Finalmente, temos os sistemas de controle interno. Governo e Administração que estão interessados em aumentar o seu desempenho e evitar a exposição a escândalos devem manter uma série de mecanismos para detectar falhas de eficiência. Para estes sistemas de controle interno, mais uma vez as novas tecnologias de informação são decisivas. Mas novas instituições como ouvidorias são importantes para aumentar a voz do cidadão dentro da administração. **Destaca-se, ainda, a relevância das audiências públicas.** Vale ressaltar, também, o foco da ação dos agentes e a capacidade dos grupos em fiscalizar e implementar ações eficazes de controle social.

Algumas Ações que Podemos Exigir

1. Dispor no site da prefeitura todos os pagamentos feitos pela mesma, individualizados, empenho a empenho, mensalmente, ou em periodicidade acordada. Com isso a população poderá acompanhar quem está recebendo dinheiro da prefeitura e verificar se os pagamentos são devidos.
2. Publicar no mesmo site, e na imprensa local, extrato de todas as licitações feitas pela prefeitura, e as condições contratuais impostas aos participantes, e os dados do vencedor, com preços e condições gerais do contrato.
3. Que todos os cheques emitidos pela prefeitura sejam nominais e cruzados.
4. Que todos os processos de pagamento feitos à pessoa jurídica contenham a certificação de regularidade da Receita Federal do CNPJ da empresa, processo simples feito via Internet em poucos minutos.

5. Que documentos da prefeitura relacionados com pagamentos, notas fiscais, empenhos, cópias de cheques, controle de almoxarifado sejam entregues quando solicitados por qualquer cidadão, em curto espaço de tempo.

A prefeitura deve incentivar a participação popular na discussão de planos e orçamentos. Quando começar a discutir o orçamento, convocar a população para audiências públicas. Não é favor, é lei. Suas contas devem ficar disponíveis para qualquer cidadão. (Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 48 e 49).

6. Que a Câmara Municipal adote o voto aberto e nominal em todas as votações, alterando o regimento interno se necessário for, pois nesses casos a população conhecerá como vota cada vereador nos mais diversos assuntos, inclusive nos casos que exigirem investigação sobre desvio de recursos.
7. Divulgação das Verbas Federais recebidas.

A prefeitura deve comunicar por escrito aos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no município a chegada da verba federal em um prazo máximo de dois dias úteis. (art. 2°, Lei n° 9.452, de 20/3/1997).

Os órgãos federais também devem comunicar às câmaras municipais as verbas transferidas aos municípios (Lei n° 9452). A CGU (Controladoria Geral da União) deve ser avisada se essa exigência não estiver sendo cumprida em seu município.

8. Criação do Boletim Oficial do Municipio no qual os atos legais da Prefeitura e da Câmara Municipal (portarias, editais, decretos, leis, normas, cartas-convite, etc.) sejam publicados obrigatoriamente.
9. Divulgação da relação de endereços e atribuições dos órgãos públicos municipais.
10. Publicação dos relatórios e balancetes da Prefeitura.

A prestação de contas assume principalmente a forma de um relatório acompanhado do balanço anual do Município, além da obrigação que tem o Prefeito de apresentar, até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, conforme determina o art. 165, § 3° da Constituição Federal.

Instrumentos de Participação Cidadã

- Conselhos Municipais[2]

a) Saúde

Controla a verba da Saúde Disque Saúde 0800 61 1997 (denúncias de maus serviços ou irregularidades na Saúde).
www.saude.gov.br – Para saber quanto o seu município recebeu, escolha o assunto "Repasses Fundo a Fundo" na área "Acesso Rápido".
0800 644 8001 – Central de Atendimento do Fundo Nacional de Saúde
0800 644 9000 – Serviço de Atendimento ao Usuário do SUS

b) Fundef

Acompanha e controla a aplicação dos recursos, quanto chegou e como está sendo gasto. A maior parte da verba do Fundef (60%) é para pagar os salários dos professores que lecionam no ensino fundamental. O restante é para pagar funcionários da escola e para comprar equipamentos escolares (mesas, cadeiras, quadros-negros, etc.).
Supervisiona anualmente o Censo da Educação.
Controla também a aplicação dos recursos do programa Recomeço (Educação de Jovens e Adultos) e comunica ao FNDE (Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação) a ocorrência de irregularidades.

Coordenação-Geral de Acompanhamento do Fundef (Brasília) – (61) 410-648 ou (61) 410-9270

c) Assistência Social

Conselho Estadual de Assistência Social (funciona na capital do seu estado). O Conselho Nacional de Assistência Social, em Brasília, informa os telefones dos conselhos estaduais: (61) 317-5553/317-5554
www.assistenciasocial.gov.br/mas_htm/fnas/fnas.htm

d) Alimentação Escolar

Controla o dinheiro da merenda. Todo município precisa ter esse conselho e a prefeitura é obrigada a informar quem são os conselheiros. – Para saber mais ligue 0800-616161 (Ministério da Educação)

[2] A Diocese vem desenvolvendo um trabalho de articulação dos conselheiros municipais ligados à Igreja, através do Fórum Diocesano de Conselheiros. O Centro Sociopolítico poderá esclarecer como funciona.

Informe-se na Prefeitura, nas Coordenadorias dos Conselhos Municipais ou na Câmara de Vereadores dos demais conselhos existentes na sua cidade (Conselho Tutelar, Conselho da Criança e do Adolescente, Conselho de Promoção da Igualdade Racial, etc.).

- Audiências Públicas – Instrumento através do qual o administrador municipal dá esclarecimentos sobre as políticas públicas, o orçamento, os gastos abertos à população da cidade. Na área de saúde, a secretaria municipal é obrigada a prestar contas do trabalho, na Câmara Municipal, a cada trimestre.

- Conferências Municipais – elaboração de planejamentos para as cidades, plano diretor, entre outros.

- Projeto de Iniciativa Popular

A iniciativa popular permite a manifestação direta do povo na elaboração das leis. É uma das formas de iniciativa do processo legislativo, em que o povo apresenta um projeto de lei à Câmara dos Deputados. Para que os cidadãos apresentem uma proposta, esta deve ser subscrita por, pelo menos, 1% do eleitorado nacional e que estes eleitores estejam distribuídos em pelo menos cinco Estados brasileiros. Em cada Estado , o número de eleitores a subscreverem a proposta não pode ser inferior a 0,3% dos eleitores.

- Referendo

O referendo é outra forma de consulta popular sobre matéria de acentuada relevância, na qual o povo manifesta-se sobre uma lei após ela estar constituída. Assim, o cidadão apenas ratifica ou rejeita o que lhe é submetido.

- Plebiscito

O plebiscito é a forma de consulta ao cidadão em que ele se manifesta sobre matéria de extrema importância antes de uma lei ser constituída. Cabe ao povo, pelo plebiscito, aprovar ou rejeitar o que lhe é submetido.

- Grupos de Acompanhamento à Câmara: acontecem em Mesquita e Nova Iguaçu. Maiores informações no Centro Sociopolítico.
- Cartilha Olho Vivo no Dinheiro Público – Baixar o arquivo através da Internet – www.cgu.gov.br

Legislação Básica

- Constituição Federal (encontra-se em livrarias e bancas de jornal).
- ECA - Estatuto da Criança e do adolescente.
- Estatuto do Idoso.
- Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF - **Lei Complementar n° 101, 4 de maio de 2000.**
- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO **(a votação ocorre até o recesso parlamentar de julho).**

- Lei de Orçamento Anual – LOA

O orçamento municipal é a lei na qual o governo apresenta o que pretende realizar no ano seguinte. É a hora da comunidade interferir para incluir as necessidades de seu bairro. Deve ser exigido que este instrumento seja o mais detalhado e claro possível, para que possa ser acompanhado ao longo do ano.

- Lei de Diretrizes Básicas da Educação – LDB - **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.**
- Legislação do FUNDEF - **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.**
- Lei das Licitações - **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.**

Só nas compras de até R$8 mil a licitação não precisa ser feita. Os administradores públicos têm o dever de informar qualquer pessoa a respeito de suas licitações (art. 3º da Lei das Licitações).

- Decreto-lei 201, de 27 de fevereiro de 1967. **Dispõe sobre Crimes de Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores.**
- Lei nº 7.374, de 24 de julho de 1985, Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 , Medida Provisória nº 2.225, de 4 de setembro de 2001. Disciplinam a Ação Civil Pública - **Dispõem sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilicito no exercício de mandato, cargo, etc.**
- Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. **Estabelece os casos de inelegibilidade**.
- Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993. **Organização, Atribuições e o Estatuto do Ministério Público da União.**
- Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993. **Lei Orgânica Nacional do Ministério Público**.
- Legislação subsidiária: Lei 1.079, de 10 de abril de 1950. **Define os Crimes de Responsabilidade e regula o processo de julgamento do Presidente da República e os Ministros**.
- Legislação básica municipal: Lei Orgânica do Município, Regimento Interno da Câmara Municipal. **Embora apresentem diferenças, de acordo com cada município, as leis orgânicas e os regimentos internos seguem, em geral, princípios comuns.**
- Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.
- Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069. de 13 de julho de 1990.
- Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.
- Lei 8112/90 - **instituiu o regime dos servidores públicos civis da União, estabelecendo sanções para os atos atentatórios à incolumidade (preservação) da coisa pública.**
- Lei 8.429/92 - **dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou de fundações.**
- Lei 8.730/93 - **estabeleceu a obrigatoriedade de declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções públicas.**
- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - **Código de Defesa do Consumidor (CDC).**
- Emenda Constitucional nº 25, de 1º de janeiro de 2001 - **principal legislação orientadora para a realização de despesas com as Câmaras Municipais, alterando a redação do inciso VI do art. 29 da Lei Maior, além de acrescentar o art. 29 à Constituição.**

- Lei 9.840 - combate à corrupção eleitoral.

Entidades

- Tribunal de Contas da União – **TCU** www.tcu.gov.br
- Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – **TCE** - www.tce.rj.gov.br
- Ministério Público da União – **MPU** -http://www.agu.gov.br/ e Ministério Público Estadual – **MPE** - www.mp.rj.gov.br – os promotores de justiça, integrantes do Ministério Público, defendem os interesses da sociedade, portanto também recebem e investigam denúncias de desvios de dinheiro público e denunciam os envolvidos à Justiça para o julgamento e a punição. A diferença entre os dois é o âmbito de atuação: o MPU atua nos casos que envolvem recursos federais e o MPE, quando os recursos forem estaduais.
- Controladoria Geral da União – **CGU** Rio de Janeiro – Av. Presidente Antônio Carlos, 375, 7º andar s/711, Ed. Palácio da Fazenda, Centro • Rio de Janeiro/RJ • CEP 20.020-010 • Tel.: (21) 3805-3700,(21) 3805-3702, • Fax: (21) 3805-3711, (21) 3805-3794 cgurj@cgu.gov.br

Sites

Indicadores Sociais dos Municípios

- IBGE – www.ibge.gov.br
- IPEA **Dados Regionais** – www.ipea.gov.br
- DATASUS **Portal da Saúde** – www.datasus.gov.br
- INEP **Censo Escolar** - www.inep.gov.br
- Fundação CIDE – www.cide2.rj.gov.br

Processo Eleitoral

- TSE – www.tse.gov.br
- TRE - www.tre-rj.gov.br
- SENADO – www.senado.gov.br
- CÂMARA DOS DEPUTADOS - www.camara.gov.br
- Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ - www.alerj.rj.gov.br
- Site de Análise de Conjuntura - www.novobrasil.net.br
- Movimento Nacional de Combate à Corrupção Eleitoral - www.lei9840.org.br
- Ordem dos Advogados do Brasil – OAB - www.oab.com.br

Finanças e Responsabilidade Fiscal

- BNDES - http://federativo.bndes.gov.br O ***site*** apresenta o conjunto da legislação que regula a administração pública, propostas de nova legislação atualmente em discussão, além de farta literatura relacionada a transparência na administração pública.
- RECURSOS DA EDUCAÇÃO www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp
- INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL - www.ethos.org.br
- PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA – http://www.pgr.mpf.gov.br/

Controle Social

- Portal Transparência Pública - www.portaldatransparencia.gov.br (acesso aos recursos disponibilizados pelo governo federal ao município para obras, atendimento social, educação, etc.).

- Portal de Medicamentos – www.comprasnet.gov.br/ (acesso aos recursos disponibilizados pelo governo federal para o município para compra de medicamentos).
- IBASE – www.ibase.org.br
- Transparência Brasil – www.transparencia.org.br
- Instituto Polis – www.polis.org.br
- Gestão Local – www.web-brazil.com/gestaolocal/
- Portal do Controle Social – www.controlesocial.pr.gov.br
- Amigos Associados de Ribeirão Bonito (AMARRIBO) - www.amarribo.com.br
- Portal do Cidadão – www.governo.rj.gov.br

Municípios

- IBAM – www.ibam.org.br
- FASE - www.fase.org.br
- IPABH – www.ipahb.com.br
- Muninet – Rede Brasileira de Desenvolvimento Municipal – www.muninet.org.br
- Jornal Hoje – www.jornalhoje.inf.br
- Jornal Hora H – www.jornalhorah.com.br
- Prefeitura de Mesquita – www.mesquita.rj.gov.br
- Prefeitura de Nilópolis - www.nilopolis.rj.gov.br
- Prefeitura de Japeri - www.japeri.rj.gov.br
- Prefeitura de Queimados - www.queimados.rj.gov.br
- Prefeitura de Nova Iguaçu - www.novaiguacu.rj.gov.br
- Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu - www.cmni.rj.gov.br

Referências

PAIVA, A. R. **O público e o privado e a cidadania possível:** a construção do espaço público brasileiro. Rio de Janeiro: Ed.Senac Nacional, 2001. 112p.

AMIGOS ASSOCIADOS DE RIBEIRÃO BONITO. **O combate à corrupção nas prefeituras do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Ateliê Editorial, 2004. 57p.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/CGU. **De Olho no Dinheiro Público**. Brasília: Controladoria Geral da União, 2005. 32p.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Leste I

PETRÓPOLIS 30 XI 88 RJ

BRASIL C,S =2450

M-B-100694 F-25969

SELO DA HANSENÍASE COBRADO POR CR

Artigo 7

Todos são iguais perante a lei e [illegible] distinção de [illegible] igual proteção [illegible] Todos têm [illegible] qualquer discriminação que infrinja esta Declaração e contra qualquer incitação a tal discriminação

Artigo 8

Toda pessoa tem direito

40 DIREITOS HUMANOS ANOS

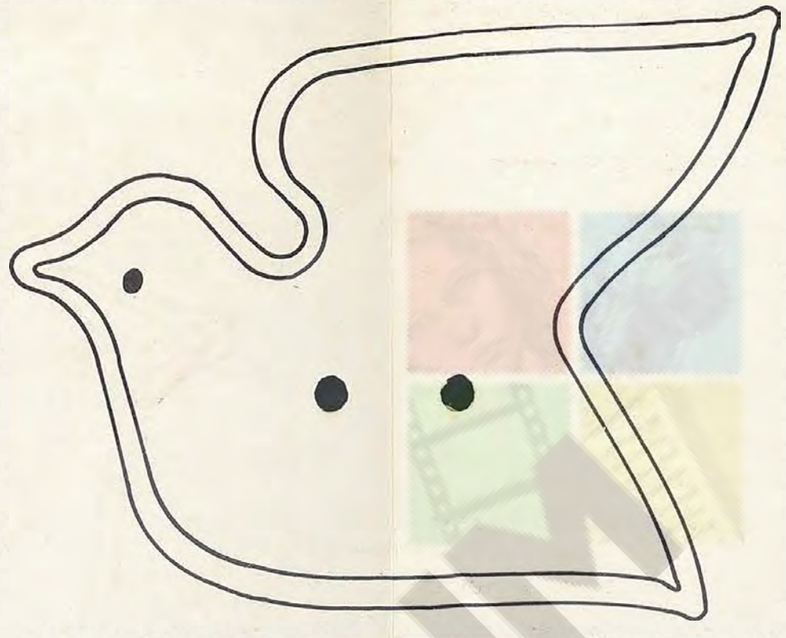
DE 5 A 9/12/1988
UERJ-AUDITÓRIO 111
INSCRIÇÕES: SR3-S.T006
TEL.: 2848322 R.2169

REALIZAÇÃO:
UERJ-SUB-REITORIA PARA ASSUNTOS COMUNITÁRIOS,
MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA
DOS DIREITOS HUMANOS (REGIONAL LESTE 1)

APOIO:
CESE, CARITAS,
DESENVOLVIMENTO E PAZ

PRODIM

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS



PREÂMBULO

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Considerando que o menosprezo e o desrespeito pelos direitos humanos levaram a atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade, e que o advento de um mundo no qual os seres humanos gozem de liberdade de palavra e de crença, livres de viverem a salvo do temor e da necessidade, foi proclamado como a mais alta aspiração humana;

Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão;

Considerando ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações;

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla;

Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com a Organização das Nações Unidas, o respeito universal e efetivo dos direitos humanos e liberdades fundamentais;

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso;

A ASSEMBLÉIA GERAL proclama

A PRESENTE DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que todo indivíduo e todo órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se empenharem através do ensino e da educação, em promover o respeito a esses direitos e liberdades e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, em assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Artigo 1

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, dotados que são de razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente uns com os outros.

Artigo 2

(1) Toda pessoa tem todos os direitos e liberdades proclamados nesta Declaração, sem distinção alguma de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de qualquer outra índole, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição.
(2) Além disso, não será feita distinção alguma baseada na condição política, jurídica ou internacional do país ou do território a que pertença uma pessoa, quer se trate de país ou território independente, sob tutela, não autônomo ou submetido a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo 3

Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à seguranca da sua pessoa.

Artigo 4

Ninguém será submetido à escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos são proibidos em todas as suas formas.

Artigo 5

Ninguém será submetido a torturas, penalidades ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 6

Todo ser humano tem direito, em toda parte, ao seu reconhecimento como pessoa perante a lei.

Artigo 7

Todos são iguais perante a lei e têm, sem distinção, direito de igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra toda discriminação que infrinja esta Declaração e contra toda provocação a tal discriminação.

Artigo 8

Toda pessoa tem direito a um recurso efetivo ante os tribunais nacionais competentes, que a amparem contra atos que violem os seus direitos fundamentais reconhecidos pela constituição ou pela lei.

Artigo 9

Ninguém poderá ser arbitrariamente detido, preso ou desterrado.

Artigo 10

Toda pessoa tem direito, em condições de plena igualdade, de ser ouvida publicamente e com justiça por um tribunal independente e imparcial, para a determinação dos seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação penal contra ela.

Artigo 11

(1) Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não se provar a sua culpabilidade, conforme a lei e em julgamento público no qual se hajam assegurado todas as garantias necessárias à sua defesa.
(2) Ninguém será condenado por atos ou omissões que, no momento em que foram cometidos, não tenham sido delituosos segundo o Direito nacional ou internacional. Tampouco será imposta penalidade mais grave do que a aplicável no momento em que foi cometido o delito.

Artigo 12

Ninguém será objeto de ingerências arbitrárias em sua vida privada, sua família, seu domicílio ou correspondência, nem de ataques à sua honra ou reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais ingerências ou ataques.

Artigo 13

(1) Toda pessoa tem direito a circular livremente e a escolher sua residência no território de um país.
(2) Toda pessoa tem direito de sair de qualquer país, inclusive do próprio, e a regressar ao seu país.

Artigo 14

(1) Em caso de perseguição, toda pessoa tem direito de procurar asilo, e a desfrutar dele, em qualquer país.
(2) Este direito não poderá ser invocado contra uma ação judicial realmente originada em delitos comuns ou em atos opostos aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Artigo 15

(1) Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade.
(2) Não se privará ninguém arbitrariamente da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo 16

(1) Os homens e as mulheres, a partir da idade núbil, têm direito sem restrição alguma por motivo de raça, nacionalidade ou religião, de casar e constituir família, e desfrutarão de iguais direitos quanto ao matrimônio, durante o matrimônio e no caso de dissolução.
(2) Só mediante livre e pleno consentimento dos futuros esposos poderá o matrimônio ser contraído.
(3) A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

Artigo 17

(1) Toda pessoa tem direito à propriedade, individual ou coletivamente.
(2) Ninguém será privado, arbitrariamente de sua propriedade.

Artigo 18

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religtão ou crença, assim como a liberdade de manifestar essa religião ou crença, individual ou coletivamente, tanto em público como em particular, por meio de ensino, prática, culto e observância.

Artigo 19

Todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui o de não ser molestado por causa de suas opiniões, o de investigar e receber informações e opiniões, e o de difundi-las, sem limitação de fronteiras, por qualquer meio de expressão.

Artigo 20

(1) Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.
(2) Ninguém poderá ser obrigado a pertencer a uma associação.

Artigo 21

(1) Toda pessoa tem o direito de participar do governo de seu país, diretamente ou por meio de representantes livremente escolhidos.
(2)Toda pessoa tem o direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas de seu país.
(3) A vontade do povo é a base da autoridade do poder público; essa vontade deverá ser expressa mediante eleições autênticas que deverão realizar-se periodicamente, por sufrágio universal e igual e por voto secreto ou outro procedimento equivalente que garanta a liberdade do voto.

Artigo 22

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, e a obter, por meio do esforço nacional e da cooperação internacional, a devida conta da organização e dos recursos de cada Estado, a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais, indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Artigo 23

(1) Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do seu trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.
(2) Toda pessoa tem direito, sem discriminação alguma, a igual salário por trabalho igual.
(3) Toda pessoa que trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência de acordo com a dignidade humana e que seja completada, caso seja necessário, por quaisquer outros meios de proteção social.
(4) Toda pessoa tem direito de fundar sindicatos e de sindicalizar-se para a defesa dos seus interesses.

Artigo 24

Toda pessoa tem direito ao descanso, a fruir do tempo livre, a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas e remuneradas.

Artigo 25

(1) Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como à sua família, a saúde e o bem-estar e, de modo especial, a alimentação, o vestuário, a habitação, a assistência médica e os serviços sociais necessários; tem, ademais, direito aos seguros em caso de desemprego, enfermidade, invalidez, viuvez, velhice e outros casos de perda dos seus meios de subsistência por circunstâncias independentes de sua vontade.
(2) A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas de matrimônio ou fora do matrimônio, têm direito a igual proteção social.

Artigo 26

(1) Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos no que se refere à instrução elementar e fundamental. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnica e profissional deverá ser generalizada; o acesso aos estudos superiores se dará para todos em plena igualdade e em função dos respectivos méritos.
(2) A educação terá por finalidade o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais; favorecerá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos étnicos ou religiosos; e promoverá o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.
(3) Os pais terão direito de preferência na escolha do tipo de educação que será dada aos seus filhos.

Artigo 27

(1) Toda pessoa tem direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e dos benefícios que dele advenham.
(2) Toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais que lhe correspondam por motivo das produções científicas, literárias ou artísticas de que seja autor.

Artigo 28

Toda pessoa tem direito a que se estabeleça uma ordem social e internacional na qual os direitos e as liberdades proclamados nesta Declaração se tornem plenamente efetivos.

Artigo 29

(1) Toda pessoa tem deveres para com a comunidade, posto que só ela pode desenvolver livre e plenamente a sua personalidade.
(2) No exercício dos seus direitos e no usufruto de suas liberdades, toda pessoa estará sujeita apenas às limitações estabelecidas pela lei, com o único fim de assegurar o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos demais, e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar geral de uma sociedade democrática.
(3) Estes direitos e liberdades não poderão, em caso algum, ser exercidos em oposição aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Artigo 30

Nada poderá ser interpretado, na presente Declaração, no sentido de que se confere direito algum ao Estado, a um grupo ou a uma pessoa, para empreender e desenvolver atividades ou realizar atos tendentes à supressão de qualquer dos direitos e liberdades proclamados nesta Declaração.

PROGRAMA

Dia: 05 de dezembro de 1988
Hora: 18:30h Abertura do Seminário
19h às 21:30h — Tema I
Local: Campus da UERJ — Auditório 111

TEMA I — DIREITOS HUMANOS NO MUNDO

Relatores
Carlos Alberto Idoeta — Presidente da Seção Brasileira da Anistia Internacional
José Maria Gomez — Pesquisador e Professor da PUC/RJ e UFRJ
Moderador
Carlos Alberto Plastino — Instituto de Relações Internacionais — PUC/RJ
Debatedores
Ruth de Aquino — Jornalista/Editora Internacional do Jornal do Brasil
Beatriz Bissio — Editora Geral do Cadernos do 3º Mundo

Dia: 06 de dezembro de 1988
Hora: 19h às 21:30h
Local: Campus da UERJ — Auditório 111

TEMA II — A IGREJA E OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Relatores
Roberto Romano — Professor de Filosofia da UNICAMP
Paulo Tarso de Oliveira Lockmann — Bispo da Igreja Metodista no Estado do Rio de Janeiro
Moderador
Jetter Ramalho — Sociólogo/Coordenador do CEDI
Debatedores
Frei Leonardo Boff — Teólogo da Libertação
Pedro Ribeiro de Oliveira — Professor da UERJ/Pesquisador do ISER

Dia: 07 de dezembro de 1988
Hora: 19h às 21:30h
Local: Campus da UERJ — Auditório 111

TEMA III — A NOVA CONSTITUIÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS

Relatores
João Gilberto Lucas Coelho — Diretor do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte — UnB
Antonio Evaristo de Moraes Filho — Advogado/Professor de Direito Penal da UERJ
Moderador
Maurício Dias — Jornalista/Chefe de Redação da Revista ISTO É — SENHOR — RJ
Debatedores
Miguel Presburguer — Instituto de Apoio Jurídico Popular
Luiz Eduardo Greenhalgh — Advogado da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo
Hélio Bicudo — Advogado/Coordenador Geral do Centro Santos Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo

Dia: 08 de dezembro de 1988
Hora: 19h às 21:30h
Local: Campus da UERJ — Auditório 111

TEMA IV — VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS

Relatores
Maria Lúcia Pereira Karan — Juíza de Direito em Exercício do 1º Tribunal de Júri
Cenise Monte Vicente — Núcleo de Estudos sobre Violência da USP
Moderador
José Louzeiro — Escritor
Debatedores
Gabriela Leite — Programa Prostituição e Direitos Civis
Ivanir dos Santos — Associação dos Ex-Alunos da FUNABEM

Dia: 09 de dezembro de 1988
Hora: 19h às 21:30h
Local: Campus da UERJ — Auditório 111

TEMA V — ECOLOGIA E DIREITO AO MEIO AMBIENTE

Relatores
Melwin Gattinoni — Presidente e Diretor Executivo do Greenpeace
Raul Navegante — Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Moderador
Ricardo Arnt — Jornalista do Jornal do Brasil
Debatedores
Patrícia Silveira da Rosa — Promotora de Justiça, Membro da Equipe de Proteção do Meio Ambiente e Patrimônio Comunitário
Zuleide Faria de Melo — 1ª Secretária do Conselho Brasileiro de Defesa da Paz
Breno Marcondes Silva — Professor de Engenharia Sanitária da UERJ

ENDEREÇOS ÚTEIS

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL — OAB — Comissão de Direitos Humanos
Avenida Marechal Câmara, 186 — 7º andar — Centro
Tel.: 240-8852

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Palácio Tiradentes
Av. Presidente Antônio Carlos, s/nº — Centro
Tel.: 292-0111

CÂMARA DOS VEREADORES DO RIO DE JANEIRO — Comissão de Direitos Humanos
Palácio Pedro Ernesto
Praça Marechal Floriano, s/nº — Cinelândia
Tel.: 292-4141/292-4147

CORREGEDORIA DE JUSTIÇA
Avenida Erasmo Braga, 115 — Bloco B — 5º andar — Centro
Tel.: 296-1177 Ramal 2283

ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO — Comissão de Direitos Humanos
Rua Benjamin Constant, 23 — Glória
Tel.: 292-3132 Ramal 332

ANISTIA INTERNACIONAL — Grupo Rio de Janeiro
A/c Sr. Álvaro de Almeida
Caixa Postal 70.052 — RJ — CEP 22.422
Tel.: 227-3920

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS — Regional Leste I
Rua Carlos Gomes, 180 — Petrópolis — RJ — CEP 25.680
Tel.: (0242) 42-2462

DELEGACIAS DA MULHER
- Rio de Janeiro — Av. Presidente Vargas, 1.248 — 2º andar — Centro
  Tel.: 233-0008
- Duque de Caxias — Rua José Dias, 344 — Centro
  Tel.: 771-6580/767-3122 Ramais 144 e 145
- Nova Iguaçu — Rua Gaspar Soares, s/nº
  Tel.: 767-0320

PRÓ-MULHER/LBA — CEDIM
Rua das Laranjeiras, 434 — Fundos — Laranjeiras
Tel.: 285-7946

INSTITUTO DE PESQUISAS DA CULTURA NEGRA
SOS — Racismo — Direitos Humanos e Civis
Rua Mem de Sá, 208 — Lapa
Tel.: 252-6683

ESCRITÓRIOS MODELOS
- UERJ — Rua São Francisco Xavier, 524 — 7º andar — Maracanã
  Tel.: 284-8322 Ramal 2443
- Bennett — Rua Marquês de Abrantes, 55 — Flamengo
  Tel.: 245-8000 Ramal 50
- Cândido Mendes — Praça XV de Novembro, 101 — Centro
  Tel.: 224-1722
- Cândido Mendes — Rua Joana Angélica, 63 — Ipanema
  Tel.: 247-6150

INSTITUTO MÉDICO LEGAL
Rua dos Inválidos, 152 — Centro
Tel.: 244-8328/242-6180

Mostra de Vídeos:
06 a 09 de dezembro
das 18h às 19h Auditório 111
Exibição de vídeos onde a questão dos Direitos Humanos é apresentada como tema central

GRUPOS DE ESTUDOS
Os temas ÉTICA, MULHER, INFÂNCIA E JUVENTUDE, DROGAS, SOLO URBANO E TERRA RURAL e DIREITOS HUMANOS serão tratados em Grupos de Estudos. As discussões serão registradas e transformadas em documentos preliminares para uma futura discussão e divulgação ampla na comunidade.

Apoio: DCE/UERJ

gráfica UERJ

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

IGREJAS

Igreja Católica chilena na mira da ultra-direita pág 2

Conselho Mundial de Igrejas abre Década da Mulher pág 2

Músicos e Compositores Cristãos reúnem-se na Costa Rica pág 2

MOVIMENTOS SOCIAIS

União e Olho Vivo: 20 anos de cultura popular pág 3

DIREITOS HUMANOS

Espancamento de padre será apurado pág 3

TERRA

Atingidos por barragens ameaçam parar obras de hidrelétricas no RS pág 3

Diocese goiana denuncia violências contra agente pastoral pág 3

Continuam violências contra lavradores no Vale do Juari pág 4

SOLO URBANO

Decidido aprofundamento da luta pela reforma urbana pág 4

POVOS INDÍGENAS

Funai e Calha Norte querem ocupar casa da missão pág 4

CIMI rebate acusações da FUNAI pág 5

ECOLOGIA

Funcionários de Estação Experimental estão contaminados pág 5

Ecologistas ameaçados de morte pág 5

POLÍTICA

Mantido o presidencialismo, governo prepara pacote pág 6

Partido criado por católicos quer nomes indicados por bispos pág 6

AMÉRICA LATINA

Aviões dos EUA atacam a Nicarágua pág 7

MEMÓRIA

Alexandre Vanucchi Leme, presente! pág 8

ENTREVISTA

D. Pedro Casaldáliga: "precisamos promover uma ação autêntica de informação a fim de responder à ofensiva da desinformação e contra-informação do império" pág 7

Foto: Douglas Mansur



Entidades ligadas aos movimentos sociais, reunidas no último dia 22, no Centro Pastoral São José, em São Paulo, decidiram aprofundar a luta pela reforma urbana, em termos de formação política, informação etc. A violência policial contra os posseiros urbanos é uma das preocupações das entidades. Ver em **Solo Urbano** (pág 4).

Foto: Douglas Mansur



LUMEN 2000: MILHÕES DE DÓLARES PARA EVANGELIZAÇÃO

Dermi Azevedo

São Paulo (AGEN) - "Evangelização 2000" e "Lumen 2000" são duas expressões cada vez mais presentes no cotidiano da Igreja Católica no Terceiro Mundo e, particularmente, na América Latina, representando o investimento de milhões de dólares dentro de um programa global que inclui desde a implantação de um "centro internacional de formação" em Roma até o estabelecimento de sistemas de **hardware** e **software** para evangelizar pela televisão, via satélite. Os investimentos iniciais nesses projetos serão da ordem de 20 milhões de dólares, arrecadados pela fundação holandesa "Witnessing to God's Love" ("Testemunhas do Amor de Deus") e por empresários europeus e norte-americanos. A sede do "Evangelização 2000" está no Vaticano, no Palazzo Belvedere.

Essas iniciativas estão ligadas à Renovação Carismática Católica e, no Brasil, estão centralizadas na sede desse movimento, em Belo Horizonte (MG). No momento, o diretor internacional dos dois projetos, o padre redentorista Tom Forrest e o diretor para o Sul da Europa e América Latina, padre Manuel Casanova, estão enviando cartas para todos os bispos católicos do Brasil sobre as duas iniciativas.

Continua na pág. 2

Boletim Nº 97 - 31 de março de 1988.

AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. - FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 11.258 2 AECN-BR

matéria de capa

Celam - Na carta, os diretores afirmam que "Lumen 2000" já apresentou sua constituição e estatutos à Santa Sé para obter a aprovação como associação católica. Uma revista - também chamada "Evangelização 2000" - está sendo enviada gratuitamente a todos os bispos, superiores maiores religiosos, movimentos, conventos de vida contemplativa, grupos de oração carismática, publicações religiosas, centros de apostolado e líderes ecumênicos. O programa global inclui, também, produção e distribuição de vídeos, material de ensino, retiros mundiais para bispos e padres (com passagens pagas para os convidados do Terceiro Mundo), videotecas e outros recursos. Para o Brasil, o plano é o de enviar programação de tevê via satélite, com apoio das redes brasileiras de televisão. Essa programação incluirá mensagens do Papa, recitação do terço e outras mensagens espirituais.

Um outro esquema ligado a esses projetos é a implantação de um sistema de computadores no Conselho Episcopal Latino-Americano, CELAM, envolvendo recursos iniciais em torno de 10 milhões de dólares. As diversas conferências episcopais serão ligadas através de telex, telefax e linhas telefônicas diretas, usando-se satélites de telecomunicação. Publicações serão editadas simultaneamente em todo o continente. Segundo o diário espanhol **El País**, o projeto servirá "para exercer controle sobre o trabalho dos teólogos da libertação". Mas o secretário geral do CELAM, d. Oscar Rodriguez, disse à revista **30 Giorni**, de Comunhão e Libertação, que o projeto vai enfrentar "a desinformação a nível universal" das "agências laicistas e de esquerda". A CNBB opôs-se a essa iniciativa do CELAM, exigindo maior consulta ao episcopado latino-americano. (Dermi Azevedo).

igrejas

IGREJA CATÓLICA CHILENA NA MIRA DA ULTRA-DIREITA

Santiago (AGEN/Analisis) - Os religiosos católicos chilenos comprometidos com os direitos humanos estão sendo ameaçados de morte por grupos da extrema-direita, segundo informa a revista chilena Análisis, em reportagem publicada na semana passada. Em 18 de fevereiro, foram feitas ameaças telefônicas contra o cardeal Raúl Silva Henriquez, arcebispo aposentado de Santiago. A Ação Chilena Anticomunista (ACHA) enviou carta para d. Raul para a Confederação Gastronômica do Chile. Outras ameaças telefônicas e por cartas foram feitas recentemente contra os padres Eugênio Pizarro, Winfredo Van Den Berg e Christian Precht e contra os bispos Sergio Contreras e Carlos Camus, além do próprio cardeal arcebispo de Santiago, d. Francisco Fresno.

A catedral de Iquique sofreu atentado, há duas semanas, horas depois do bispo local, d. Javier Prado, ter denunciado a impunidade dos grupos paramilitares de extrema direita. No dia 4 de março, o Departamento de Leigos da diocese de Linares foi invadido por um desses grupos. Os invasores pintaram as paredes com frases de apoio a Pinochet. As cúrias diocesanas de Linares e Talca também foram atacadas. O padre Winfredo Van Den Berg foi ameaçado de morte pelo grupo "Exterminador 143". A rádio que ele dirige - La Voz de la Costa, de Osorno - foi atacada a tiros, bombas e pedradas. Os locutores da rádio também receberam cartas da Força Nacionalista de Combate (FNC), outro grupo paramilitar, com ameaças de morte.

CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS ABRE DÉCADA DA MULHER

Genebra (AGEN) - O Conselho Mundial de Igrejas abriu a Década Ecumênica "Igrejas em Solidariedade com a Mulher". Entre 1988 e 1998, o CMI irá promover várias iniciativas, de promoção dos direitos da mulher. Também será acentuado o debate em torno da participação da mulher na vida das Igrejas, em pé de igualdade com os homens.

Papa diz não - O papa João Paulo II comunicou ao secretário-geral do CMI, reverendo Emilio Castro, afirmando que a Igreja Católica não participará oficialmente, como co-promotora, da Assembléia Mundial dos Cristãos sobre "Paz, Justiça e Integridade da Criação", que o Conselho Mundial de Igrejas realizará em 1990. O Vaticano, entretanto, informou que a Igreja Católica participará da preparação da iniciativa.

Comentando a decisão do Vaticano, Emilio Castro afirmou: "a dificuldade dos católicos em ser co-promotores do evento se dá em razão da natureza diversa dos dois organismos - o Conselho das Igrejas e a Igreja Católica".

AGEN 2

MÚSICOS E COMPOSITORES CRISTÃOS REÚNEM-SE NA COSTA RICA

São José, Costa Rica (AGEN) - O Conselho Latino Americano de Igrejas, (CLAI) promoveu entre 5 e 13 de março, em São José, capital da Costa Rica, uma oficina de música e liturgia, com apoio do Conselho Mundial de Igrejas (CMI).

Este evento, que reuniu representantes das Igrejas das Américas Latina e do Norte, África, Europa e Ásia, teve como objetivo compartilhar os trabalhos realizados nas áreas litúrgica e musical, aperfeiçoar técnicas de direção, composição e poesia, assim como fornecer idéias e materiais para o Centro de Recursos Litúrgicos do CMI e para a próxima Assembléia do CLAI, que será realizada em outubro, em Itaici, município de Indaiatuba(SP), no Brasil. A contribuição brasileira neste encontro esteve a cargo de Silvio Tesch (luterano), Ernesto Cardoso, Tércio Junker e Simei Monteiro (Metodistas), Jaci Maraschin e João Francisco Esvael (Episcopais).

síntese

LEFEBVRE REABILITADO?

Vaticano (AGEN) - Está na mesa do papa João Paulo II o relatório que o cardeal canadense Edouard Gagon preparou sobre a Fraternidade Sacerdotal São Pio X, criada em 1970 pelo bispo francês Marcel Lefèbvre. Os termos do relatório são simpáticos à comunidade lefebvriana. Não indica, por exemplo, provas evidentes de que o movimento continuaria a ser financiado por organizações de extrema-direita, conforme se divulgou na época da dissidência aberta por Lefèbvre.

IECLB-SELOS

Canoas, RS (AGEN) - A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) está desenvolvendo uma campanha de arrecadação de selos, que serão vendidos posteriormente a colecionadores. Os recursos levantados serão destinados aos trabalhos mantidos pela IECLB com as crianças. A campanha "IECLB-Selos" está adiantada em Canoas (RS).

américa latina

CASALDÁLIGA: "ESTE ANO É DECISIVO PARA A SOLIDARIEDADE COM A AMÉRICA CENTRAL"

Entrevista a Dermi Azevedo, da AGEN

Foto: Douglas Mansur



O bispo de São Félix do Araguaia quer intensificadas as ações de solidariedade com os povos centro-americanos. Por exemplo, através da difusão de notícias que sirvam para contrabalançar a "ofensiva da desinformação do império".

Na realização de seu ministério episcopal, que se estende de S. Félix do Araguaia a todos os demais recantos desta nossa América, particularmente a agredida e heróica América Central, d. Pedro Casaldáliga acaba de voltar de mais uma viagem, de um mês, ao Panamá, Honduras, sul do México e Nicarágua. Nesses países, pregou retiro para agentes pastorais centro-americanos (no Panamá), reuniu-se com bispos hondurenhos, mexicanos e guatemaltecos, visitou mutilados de guerra (na Nicarágua) e animou os lutadores pela paz com dignidade e pela justiça nessa região. Na entrevista à AGEN,Casaldáliga faz um apelo ao povo brasileiro para que intensifique a solidariedade com a América Central que luta pela soberania e autodeterminação. Ele enfatiza que "este ano é decisivo para a solidariedade com os países e povos centro-americanos".

AGEN - Qual o seu balanço sobre a situação na Nicarágua, hoje?

Casaldáliga - Seis mil contras continuam agredindo a Nicarágua. Há uma média de 30 a 50 mortos diários por causa da guerra. O cerco econômico aumenta dia após dia. Há um clamor das autoridades e do povo por uma paz com dignidade. Os nicaragüenses não querem nem a paz dos mortos, nem a paz dos escravos, nem a paz dos bestas. Na recente reforma monetária, num gesto espetacular e eficiente, 60 mil pessoas trabalharam em total segredo, convocadas pela Frente Sandinista e pelo governo popular, para enfrentar os especuladores. O governo faz, também, agora, um trabalho de desburocratização, juntando ministérios para simplificar a administração e produzir mais.

AGEN - E em Honduras?

Casaldáliga - Em Honduras, senti uma espécie de país na clandestinidade. Falar e escrever, por exemplo, sobre os acordos de paz de Esquipulas, é subversão. Não se pode falar claro. Honduras reclama que não a ignoremos, não a desprezemos. O povo me disse: "Nem somos os gringos que invadiram o país, nem somos os contras que utilizam o território hondurenho, nem somos o Exército opressor, nem o governo subserviente, mas somos o povo hondurenho, humilhado, em busca da libertação". Precisamos acompanhá-lo com a nossa solidariedade.

AGEN - Depois de ter pregado um retiro centro-americano no Panamá, qual a sua impressão sobre a crise panamenha?

Casaldáliga - A impressão é de um deserto. Uma espécie de vácuo histórico. Os setores progressistas exigem a retirada dos Estados Unidos e não querem ser governados pelos militares. Pedem a participação verdadeira das forças populares panamenhas. Querem que, de uma vez por todas, o Panamá assuma sua identidade e autonomia, deixando de ser um canal do império. Esta crise está suscitando, no Panamá, uma nova consciência de centro-americanidade. A bandeira anti-imperialista e nacionalista autônoma é legítima, prescindindo da mão que a empunha.

AGEN - Que impressões ficaram do seu contato com o povo guatemalteco, na visita aos refugiados em Chiapas, sul do México?

Casaldáliga - Os refugiados da Guatemala continuam contestando o regime de Cerezo que se apresenta como democrata cristão e não respeita os direitos do povo, principalmente dos indígenas. Eles temem perder suas terras na Guatemala, mas temem, também, a volta a esse país, sem garantia de vida. Os bispos guatemaltecos acabam de lançar uma carta pastoral com o título "O clamor pela terra".

AGEN - O que se comenta, na América Central, sobre as eleições em El Salvador?

Casaldáliga - Essas eleições não refletiram a vontade popular. Na cidade e no campo, a mobilização do povo é crescente. É importante destacar que essas eleições, beneficiando a extrema direita, foram realizadas em clima de terror, sem participação popular.

AGEN - Como evolui a situação na Costa Rica?

Casaldáliga - O controle político do país é aparentemente civil. Há dez anos, infelizmente, a Costa Rica vem se militarizando de fato. Há bastante tensão social. A economia do país move-se com base em injeções artificiais. Num futuro próximo, ficará evidente a verdadeira realidade da Costa Rica, um país dependente.

AGEN - Como andam os acordos de paz de Esquipulas?

Casaldáliga - Esquipulas, mesmo com ambigüidades, é uma janela aberta à esperança de paz. São muitos, porém, os que reconhecem que apenas a Nicarágua vem cumprindo esses acordos. O diálogo entre o governo sandinista e os contras (mesmo sendo estes teleguiados pelos Estados Unidos) não deixa de ser algo importante. Este ano é decisivo para os acordos de paz.

AGEN - Que papel vem assumindo, no processo nicaragüense, o cardeal Obando y Bravo?

Casaldáliga - O cardeal Obando (que é uma das testemunhas no diálogo governo sandinista/contras) não quis receber o diplomata brasileiro Baena Soares, secretário geral da OEA (e também testemunha), na sua recente visita à Nicarágua. O cardeal alegou "falta de tempo". No plano eclesial, senti agora menos tensão interna na relação entre hierarquia e comunidades cristãs.

AGEN - Em sua opinião, o que é preciso fazer no Brasil em favor da solidariedade com a América Central?

Casaldáliga - É preciso fortalecer os comitês de solidariedade e promover uma ação autêntica de informação para responder à ofensiva da desinformação e contra-informação do império. Há outras tarefas a serem concretizadas: celebrar, em 29 de maio próximo, o 10º aniversário do massacre coletivo de Panzós, na Guatemala; preparar a celebração dos dez anos da Revolução Popular Sandinista, em 1989, como referência importante para a América Latina, como processo popular e compromisso cristão; começar, em 1989, a celebração preparatória dos dez anos do martírio de d. Oscar Romero, que culminará em 1990, com uma semana de eventos em El Salvador.

Há, ainda, outra tarefa importante: promover uma grande pressão internacional para que o governo salvadorenho devolva à Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e às regiões libertadas do país, os mutilados de guerra, respeitando as convenções de Genebra e o acordo entre a FMLN e o governo Duarte.

AGEN 7

AVIÕES DOS EUA ATACAM A NICARÁGUA

São Paulo (AGEN) - Na madrugada de 21 de março, dois aviões F.5 de fabricação norte-americana, procedentes de Honduras, atacaram com mísseis o posto avançado do Exército Popular Sandinista na região de Bocay, na fronteira com Honduras.

Na oportunidade, o coronel Javier Carrion, comandante das tropas sandinistas, concedia entrevista coletiva aos jornalistas e apesar de os mísseis disparados pelos aviões terem caído perto do local da entrevista, não se tem notícias de mortos ou feridos. É o que informa à AGEN a diplomata Lilian Girón da embaixada nicaragüense em Brasília.

Segundo Lilian, há mais de 3.000 soldados norte-americanos em Honduras. "Diante deste quadro de tensão - disse -, a Nicarágua convocou o Conselho de Segurança da ONU, que deverá se reunir hoje (21) para analisar a situação". "Os cinco presidentes dos países centro-americanos deverão também estar reunidos hoje com o mesmo objetivo", finalizou.

ALEXANDRE VANUCCHI LEME, PRESENTE!

São Paulo (AGEN) - Lembrou-se no último dia 17 de março o 15º aniversário do assassinato do estudante universitário Alexandre Vanucchi Leme.

Preso no dia 16 de março de 1973, quando era representante oficial dos alunos de sua faculdade junto à Congregação Administrativa do Instituto de Geociências, após ter participado do trote aos calouros, foi barbaramente torturado no DOI-CODI-SP, onde morreu por volta das 17 horas na cela onde se encontrava.

O assassinato de Alexandre foi denunciado por muitos de seus colegas e professores, além de autoridades eclesiásticas, como foi o caso de D. José Melhado, então bispo em Sorocaba.

Os pais de Alexandre, após muito trabalho, localizaram seu corpo já enterrado no cemitério de Perus (subúrbio de São Paulo), sem qualquer espécie de caixão, em cova rasa, forrada de cal virgem, mas não tiveram permissão de enterrá-lo em Sorocaba.

No dia 24 de março de 1973, na Catedral da Sé, foi celebrada a missa do 7º dia por D. Paulo Evaristo Arns, que contou com a presença de milhares de pessoas. A despeito do forte esquema de repressão na ocasião, os participantes da celebração saíram da Catedral cantando a música "Para não dizer que não falei de flores", de autoria de Geraldo Vandré.

Várias homenagens foram prestadas a esse líder estudantil, dentre as quais a inauguração de uma praça em Sorocaba que leva o seu nome. Também o DCE-Livre da USP é chamado de "Alexandre Vanucchi Leme", vivo na memória dos que lutam pela transformação do Brasil.

Quero assinar o boletim semanal da AGEN. Por isso envio o cheque ou vale postal no valor de Cz$ 2.000,00 (individual) ou Cz$ 2.500,00 (entidades).

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

País _____ Número do cheque ou vale postal _____

Telefone _____

Assinatura _____ Data _____

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Reg. Prof. Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro Soares Martins (Reg. Prof. Mtb 17.572)

Correspondentes e Colaboradores: Roberto Garcia Andrade (Rio Branco, AC), Marluze do Socorro Pastor Santos (São Luiz, MA), Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs e Liliana Lavoratti (Porto Alegre, RS), Rosa Dalla Costa (Francisco Beltrão, PR), Valdemar de Oliveira Neto (Recife, PE), José Anchieta Ferreira (Vitória, ES), Cláudio Ronaldo B[illegible]ém, PA), Maria Alzira Fritz[illegible] AM) Chico Assis e Angela [illegible]elo Horizonte, MG), Ronnie [illegible]arbosa Vieira (Goiânia, GO),Antônio Cerveira de Moura (Maceió, AL), Fernando Sopelsa (Zona Leste, São Paulo, SP), José Lourenço Pechtoll (Grande ABC, SP), Newton Carlos (comentarista internacional), Roberto Codas Friedmann (América Central), Beltrina Corte (Bogotá, Colômbia) e Guilherme Salgado Rocha (São Paulo, SP)

Divulgação e contatos: Pe. José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Rev. Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN
Paste up: Jorge Mariano
Impressão: Gráfica Peres Ltda.

DIRETORIA

Presidente: D. Sumio Takatsu
Vice-Presidente: Frei José de Rezende Ribeiro - O.P.
Secretário: Paulo Maldos
Tesoureiro: José Lourenço Pechtoll

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

AV.IPIRANGA, 1267 - 14º AND. - FONE:229-6734
01039 - SP - BRASIL - END.TELEGR.:ECUMÊNICA
TELEX: 11.25824 AECN-BR

5 IV 88

BRASIL CORREIO Cz$ 06,30

P.B.E. 11163 M. 6153

00326 000 171 00002 0000000
CN/MNDDH REGIONAL LESTE I
R.CAPITAO CHAVES 60
26000 NOVA IGUACU RJ

IMPRESSO

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

IGREJAS

Cristãos debatem diaconia política pág 2
Luteranos preparam pauta da Assembléia Geral pág 2

DIREITOS HUMANOS

Denunciada escravidão no Amazonas pág 3

MOVIMENTOS SOCIAIS

Professores podem voltar à greve no Pará pág 3

TERRA

Dirigente da CPT condenado por denunciar escravidão pág 4
Comissão prepara Encontro Continental da Pastoral da Terra pág 4
Desapropriações podem aumentar tensão no Pará pág 5

ECOLOGIA

Líder seringueiro do Acre sofre atentado pág 5

POLÍTICA

Congresso Constituinte aprova os termos da Reforma Agrária pág 6

AMÉRICA LATINA

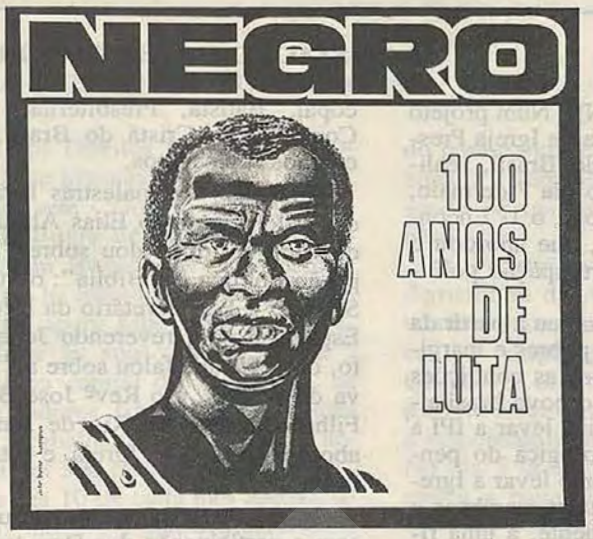
Chilenos condenados à morte pág 7

OPINIÃO

13 de Maio de 1.988 pág 7

MEMÓRIA

Guatemala lembra massacre de Panzós pág 8



No dia 13 de maio, os movimentos negros de todo país aproveitaram o espaço aberto às solenidades do Centenário da Abolição, para denunciar a situação de miséria que a comunidade negra continua vivendo no país. "Chega de mentiras e de meias verdades", afirma manifesto distribuído pelo Grupo União e Consciência Negra e Subcomissão do Negro da OAB-SP. Ver em Opinião.

LÍDER SERINGUEIRO DO ACRE SOFRE ATENTADO

Rio Branco, AC (AGEN) - O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e membro do Conselho Nacional de Seringueiros, Francisco Mendes, sofreu um atentado no último fim de semana de abril por causa de sua luta em defesa da floresta no Acre. No ano passado, Francisco Mendes recebeu o Prêmio Global 500, da ONU, por sua defesa da ecologia.

Na madrugada de sexta-feira, 29 de abril, dois pistoleiros entraram no quintal da casa de Francisco Mendes com intenção de armar uma emboscada e matá-lo. Por volta de uma hora, o primeiro pistoleiro se posicionou em frente à porta da sala e outro foi aos fundos e começou a chamar: "Seu moço, me atenda por favor". O líder sindical acordou e quando ia abrir a janela da cozinha, foi impedido por seu amigo, José Maria, alertando-o de que era uma armadilha. Com o grito de José Maria, os pistoleiros correram. O amigo de Francisco Mendes vem dormindo em sua casa desde que a UDR o condenou à morte, e nessa noite escutou toda a conversa dos jagunços, que do lado de fora da casa discutiam o plano.

Matar Chico Mendes - Com a chegada dos "sulistas", empresários de São Paulo e Minas, ao Acre, na década de 70, que compraram terra para especular, começou a haver uma resistência dos seringueiros a fim de continuarem no local, onde habitavam há um século. Desde essa época começaram a surgir os primeiros sindicatos combativos da região. Em 81, Wilson Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, foi morto a mando dos latifundiários. Francisco Mendes, naquele ano, respondeu processo junto com Lula, do PT, enquadrados na Lei de Segurança Nacional, por terem discursado contra o governo, no ato em protesto pela morte de Wilson Pinheiro.

Pelo fato de haver uma forte resistência na área, principalmente em Xapuri, onde mora a maioria dos 30 mil seringueiros do Acre, a UDR, a partir do ano passado, começou a montar sua regional.

A UDR realizou recentemente uma reunião com todos seus membros e a pauta foi o STR de Xapuri. Nesse encontro, segundo fontes do governo estadual, foram discutidas três propostas. A primeira: eliminação de Francisco Mendes ainda este ano; a segunda: difamação e calúnia através da imprensa; terceira: eliminação já. A maioria dos membros optou pela última proposta.

Francisco Mendes, informado do resultado, tomou suas precauções. Não anda mais sozinho e em sua casa dorme um amigo. O superintendente da Polícia Federal do Acre, Mauro Sposito, procurado, declarou que está bastante preocupado com a situação e recomendou ao líder sindical "que se cuide, por estar enfrentando grupos de pessoas perigosas".

Osmarino Amâncio, tesoureiro do Conselho Nacional de Seringueiros e membro da Oposição Sindical de Brasiléia, distante cerca de 140 Km de Xapuri e 300 da capital, Rio Branco, revelou que, hospedado em uma pensão, no centro da cidade, pôde ouvir 2 fazendeiros conversando sobre Francisco Mendes. Diziam que sua morte seria da forma mais brutal possível. Um dos fazendeiros, conhecido por Marcos, mora a 12 Km de Xapuri e o outro, José Carneiro, no Km 35 da Estrada Velha, que liga Xapuri a Brasiléia. (continua na página 5)

Boletim Nº 104 - 19 de Maio de 1988.

AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE 2296734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 1125824 AECN-BR

Igrejas

CRISTÃOS DEBATEM DIACONIA POLÍTICA

São Paulo, SP (AGEN) - Num projeto da Secretaria de Diaconia da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, realizou-se em São Paulo, no dia 7 de maio, no Centro Pastoral São José, o 1º Encontro de Diaconia Política, que abordou o tema "O cristão e a participação política".

O Encontro se desenvolveu a partir da opção preferencial pelos pobres e marginalizados, refletindo sobre as condições subumanas em que vive o povo brasileiro, e tendo como princípios levar a IPI à iniciação filosófica e teológica do pensamento político, bem como levar a Igreja, não por si, mas por seus membros e congregados, individualmente, a uma filiação em partidos políticos de sua livre escolha, e a uma atuação dinâmica dentro deles; levar a uma tomada de responsabilidade segundo diversas formas, junto a políticos e administradores públicos, por ação pessoal, ou por classe, ou por simples correspondência. E, ainda, analisar formas de participação política e maneiras de fazer política.

Embora o Encontro fosse promovido e dirigido especialmente à comunidade Presbiteriana Independente, haviam observadores das Igrejas Metodista, Episcopal, Batista, Presbiteriana Unida e Congregação Cristã do Brasil, além de cristãos ecumênicos.

Palestras - As palestras foram dirigidas pelo reverendo Elias Abraão, da IPI de Curitiba, que falou sobre "A Participação Política e a Bíblia"; o Suplente de Senador e Ex-Secretário da Educação do Espírito Santo, reverendo Joaquim Beato, da IPU, que falou sobre a "Perspectiva de Brasil", e o Revº José Bittencourt Filho, da IPU do Rio de Janeiro, que abordou o tema "Igreja e Participação Política".

Após os debates, houve um painel com a participação dos Deputados Federais Constituintes Benedita da Silva (PT-RJ), Fausto Rocha (PFL-SP), Lysâneas Maciel (PDT-RJ), o Prefeito de Osasco, SP, Humberto Carlos Parro, do PMDB e a Vereadora em Carpina, PE, Sônia Jay Wright, do PCB, sendo todos cristãos evangélicos.

A vereadora Sônia falou da sua alegria em participar do evento, principalmente por ser cristã e comunista. Sônia foi a vereadora mais votada e a 1ª mulher a ser eleita em Carpina, PE. O deputado Lysâneas referiu-se a um manifesto dos Presbiterianos em 1932, em que afirmaram que "a nossa omissão na política é criminosa", acrescentando que "os problemas vitais do povo brasileiro são os problemas vitais do evangelho". Lysâneas disse ainda que "a atuação dos evangélicos na política tem sido muito irregular, sempre através de uma ótica pietista, afirmando que é preciso enfatizar os aspectos proféticos e não apenas os sacerdotais de Cristo.

O prefeito Humberto Carlos Parro, por sua vez, argumentou que o rótulo evangélico "não significa nada se não estivermos comprometidos com os pobres". A deputada Benedita da Silva disse que sua participação na política é multiplicada pela sua condição de mulher, negra e favelada, e que sendo ela uma evangélica (da Assembléia de Deus), mostrou que os evangélicos devem estar comprometidos com o povo marginalizado. Referindo-se ao PT, disse que este é um partido "igrejeiro" , e que quando luta pela reforma agrária, se baseia no seu princípio de fé. O deputado Fausto Rocha, por último, centralizou a sua participação no painel em ataques aos comunistas e ao socialismo em geral.

LUTERANOS PREPARAM PAUTA DA ASSEMBLÉIA GERAL

Porto Alegre (IECLB-AGEN) - Missão e evangelização, unidade dos cristãos e a comunhão, paz com justiça e os cuidados com a boa criação de Deus, são os quatro grandes blocos de preocupações que constarão na pauta da 8ª Assembléia Geral da Federação Luterana Mundial (FLM), a ter lugar em Curitiba, em 1990. Esses blocos estão sendo propostos pelo comitê internacional preparatório da Assembléia, sobre os quais o "staff" da Federação trocou idéias com a Comissão Nacional de Preparação do evento, em Porto Alegre, dias 28 e 29 de abril. A FLM estão filiadas 104 igrejas, congregando 56 milhões de luteranos em todas as partes do mundo.

Dentro do bloco "paz com justiça", um dos assuntos que serão levantados na Assembléia será o da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, tema bastante debatido, especialmente na América Latina. "A Igreja não pode dar recomendações no procedimento técnico do assunto, mas ressaltar certos valores éticos e indicar linhas orientadoras na questão da justiça", disse, em coletiva à imprensa, o secretário-geral assistente da FLM, Jonas Jonson. Lembrou que no Novo com mais freqüência diz respeito à riqueza. "Não é novidade, então, que a Igreja faça recomendações sobre questões econômicas".

A distribuição de renda e propriedade no Brasil, lembrou na coletiva o pastor presidente da IECLB, Gottfried Brakemeier, indica índices dos piores em todo o mundo. O mesmo se dá olhando para os demais países, com um grande desnível entre ricos e pobres. Para Brakemeier, é necessário que os países credores vejam a dívida com os seus reflexos políticos sobre o sistema político de um país devedor. "Um país endividado terá enormes dificuldades para implantar a democracia", sustenta.

Missão - A presidenta do comitê internacional preparatório da Assembléia e integrante do Comitê Executivo da Federação, Käte Mahn, disse que a Igreja precisa se preocupar mais com a missão e evangelização, não só de levar a mensagem de Cristo aonde ela ainda não tenha chegado, mas de fazer missão na própria igreja, pois as pessoas se afastaram dessa mensagem salvadora. Pela primeira vez, a FLM se reúne em assembléia geral num país predominantemente católico. E um dos temas do encontro abordará a unidade dos cristãos e a comunhão. Segundo Käte Mahn, o principal desafio dos cristãos é a ação conjunta no mundo e na sociedade de hoje.

Um quarto bloco de preocupação se perguntará como está sendo tratada a boa criação de Deus. As Igrejas em países industrializados e países pobres não têm respostas consensuais sobre a questão ecológica. "A FLM é entendida como uma plataforma onde refletimos tais perguntas e buscamos respostas", explicou Käte Mahn. Além da oração e celebração conjuntas, da leitura e estudo da Bíblia, um dos aspectos mais importantes que acontecem nas assembléias é o compartilhar de experiências, frisou o secretário-geral adjunto da FLM, Anza Lema.

O pastor-presidente da IECLB espera que a 8ª Assembléia Geral da FLM em Curitiba amplie os horizontes dos membros da IECLB, com uma visão internacional, mostrando que a Igreja à qual estão filiados é integrante de um corpo maior. Espera, também, que a Assembléia não seja apenas uma reunião de trabalho, mas um evento de comunhão, de um conhecer-se mútuo melhor e que fique patente a solidariedade entre as Igrejas.

Síntese

POLÍCIA ACOMPANHA BOFF

Porto Alegre (AGEN) - As recentes palestras e declarações à imprensa feitas no Rio Grande do Sul foram acompanhadas pela Polícia Federal, conforme admitiu o coordenador regional da PF, delegado Paulo Nase Brum. Em suas declarações, Boff admitiu que a violência pode ser usada, em situações de "sistemática violação dos direitos humanos". O bispo de Novo Hamburgo, d. Boaventura Kloppenburg, chegou a sugerir que o Exército interrogasse Boff.

PASTORAL CARCERÁRIA ECUMÊNICA

Cachoeiro do Itapemirim, ES (AGEN) - Uma Pastoral Carcerária Ecumênica está sendo articulada, nesta cidade do Espírito Santo, pelo pastor metodista Antônio Eustáquio Gomides. Interessados em participar do trabalho devem entrar em contato com o pastor Eustáquio, pela Caixa Postal 105, CEP 29.300, em Cachoeiro do Itapemirim - ES.

BISPO INTERPELA DEPUTADO

Rio de Janeiro (AGEN) - O bispo metodista do Rio de Janeiro, Paulo Lockmann, enviou carta ao deputado evangélico Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos líderes do Centrão no Congresso Constituinte. O bispo metodista questionou a posição do parlamentar, que votou de forma contrária a projeto de lei que torna inafiançável os crimes de corrupção. Segundo lista divulgada pela União Brasileira dos Empresários (UB), Daso Coimbra - membro da Igreja Congregacional - é um dos parlamentares que têm apoiado integralmente as propostas de interesse do empresariado no Congresso Constituinte.

Direitos Humanos

DENUNCIADA ESCRAVIDÃO NO AMAZONAS

Manaus, AM (AGEN) - A convite do empreiteiro conhecido por Viana, 56 trabalhadores rurais da cidade de Barra do Bugre, no Mato Grosso, viajaram até Presidente Figueiredo, no Amazonas, em ônibus fretado, com a esperança de ganhar de 2.000 a 2.500 cruzados diários, segundo a promessa do contratante. O trabalho seria o de plantar e cortar cana para a fabricação de álcool no Projeto Destilaria de Álcool, desenvolvido pela empresa Joyro Empreendimentos Ltda, fixada em Presidente Figueiredo, a 180 quilômetros de Manaus, em uma fazenda da Nelima Indústria de Relógios Ltda. Esta, por sua vez, está sediada em Manaus, no Distrito Industrial, tendo como diretor-presidente o empresário Jacob Magid.

Entretanto, nenhuma das promessas foi cumprida, e os trabalhadores permaneceram na região durante quatro meses, em "péssimas condições", caracterizando "o tráfico de pessoas e a escravidão branca", segundo a denúncia do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, regional Norte I, de Manaus.

Restaram sete - Dos 56 que viajaram de Barra do Bugre até Presidente Figueiredo, restaram apenas sete. Dos demais 49 ainda não há informações concretas, e ninguém até agora sabe dizer se conseguiram voltar às suas casas. No dia 5 deste mês, na capital do Amazonas, os sete trabalhadores fizeram as seguintes denúncias: trabalhavam das 6 às 18 horas, plantaram 300 hectares de cana e recebiam no dia 10 de cada mês aproximadamente 6 mil cruzados, descontados 1 mil de alimentação. A comida era velha e estragada e moravam todos juntos em um tipo de depósito, expostos ao sol e à chuva.

Não suportando mais os maus-tratos, reclamaram da situação, inutilmente. Abandonaram a fazenda, recebendo uma quantia insuficiente até mesmo para a passagem de retorno ao Mato Grosso. Na mesma denúncia, afirmaram que outro grupo de trabalhadores também foi levado para a cidade de Itacoatiara, no Amazonas. Todos abandonaram a fazenda, sendo obrigados a andar a pé até Manaus.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Amazonas e a CPT, contatadas, colocaram seus serviços jurídicos à disposição dos trabalhadores. Quando os direitos foram cobrados junto à Joyro Empreendimentos, esta transferiu a responsabilidade ao empreiteiro Viana. No dia 5 deste mês, a Joyro se comprometeu a pagar 10 mil e 800 cruzados a cada um dos sete. Como todos vão voltar para Barra do Bugre, o total recebido ainda é insuficiente para as passagens. Eles terão de ir de Manaus a Manicoré (AM), de barco. Manicoré-Porto Velho, também de barco, Porto Velho a Cuiabá, de ônibus e Cuiabá-Barra do Bugre. O CDDH e a CPT estão exigindo das autoridades "atitudes mais enérgicas e reais para os problemas aterradores que ainda permanecem em nosso país: a escravidão branca e o tráfico de trabalhadores".

Síntese

OAB: E AGORA BRASIL?

São Paulo (AGEN) - A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção São Paulo, está promovendo nos meses de maio e junho o Projeto E agora Brasil? O projeto consiste em palestras, às segundas-feiras, às 10 horas, na sede da OAB-SP, Praça da Sé, 385, 1º andar. A 9 de maio, o expositor foi o senador José Richa (PMDB-PR); a 16 de maio, o ex-governador de São Paulo, Franco Montoro. Os conferencistas previstos são os seguintes: 23 de maio, deputado Luís Ignácio Lula da Silva (PT-SP); dia 25 de maio, o ex-governador do Rio, Leonel Brizola; 31 de maio, senador Marco Maciel (PFL-PE); 6 de junho, ex-ministro Dílson Funaro; 13 de junho, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP); 20 de junho, vice-governador de São Paulo, Almino Affonso, 27 de junho, senador Mário Covas (PMDB-SP).

MUNDO MELHOR

São Paulo (AGEN) - Lançado no final de abril, já está em desenvolvimento o Projeto Cooperação Global para um Mundo Melhor, iniciativa envolvendo 80 países, com o objetivo de "encorajar indivíduos a dissolver barreiras, criar unidade, desenvolver cooperação e fornecer a todas as pessoas a oportunidade de participar na criação de um mundo melhor". Entre os patronos do Projeto estão o ator Ben "Gandhi" Kingsley, o ex-presidente dos EUA Jimmy Carter e, no Brasil, o rabino Henry Sobel e o publicitário Carlito Maia. O Escritório Nacional do Projeto no Brasil fica à Rua Dr. Estevam de Almeida, 53 - Perdizes - CEP 05014 - São Paulo - SP, fone (011) 864 3694.

Movimentos Sociais

PROFESSORES PODEM VOLTAR À GREVE NO PARÁ

Belém (AGEN) - Os professores da rede oficial do ensino do Pará poderão voltar à greve, dependendo das assembléias que estão sendo realizadas em Belém. A determinação do governador Hélio Gueiros, do PMDB, de exonerar 62 diretores de escola que teriam apoiado a greve, apenas contribuiu para que os professores retomassem a sua mobilização.

Durante um mês, até meados de abril, paralisaram suas atividades 50 mil professores, de escolas estaduais e municipais, dos 48 municípios paraenses. As duas únicas medidas tomadas pelo governador foram o pagamento de cinco dias do período em que os professores estiveram em greve, e a demissão dos 62 diretores de escolas. Em protesto contra as demissões, passeata pelas ruas centrais de Belém reuniu sete mil pessoas, no dia 5 de maio.

Greve de fome - Em protesto contra a determinação do governo em não negociar com os grevistas, dois professores, Luiz Araújo e Carlos Forte, entraram em greve de fome, no dia 10 de abril. No dia 14, dez religiosos aderiram ao jejum: da Igreja Católica, os padres Savino Mambelli, João Maria, Possidônio Mata e frei Pedro Amen; da Igreja Evangéliça de Confissão Luterana no Brasil, os pastores Dário Schaffer e Rosa Marga Rothe; da Igreja Metodista, o reverendo Francisco Cetrulo; da Pastoral da Juventude, Marcos Antônio Pereira de Oliveira; e as duas missionárias católicas, Teresa Petit e Helena Calderaro.

No dia 13 de abril, os religiosos promoveram Culto Ecumênico de apoio ao movimento grevista, durante manifestação em frente ao Palácio do Governo. A manifestação foi reprimida por um pelotão de 400 policiais, que usaram cães e cavalaria. Após o culto, uma comissão de religiosos tentou manter audiência com o governador Hélio Gueiros, que é presbiteriano. Tanto o governador como a Secretária da Educação, Terezinha, que é da Igreja Batista, recusaram-se a conversar com os religiosos. Num último esforço, os religiosos e uma série de entidades populares subscreveram uma Carta Aberta entregue ao presidente José Sarney, durante a sua visita ao Projeto Carajás, na segunda semana de abril.

A greve de fome dos professores e religiosos durou uma semana. A greve geral durou um mês. A mobilização pode ser retomada nestes dias, caso o governador Hélio Gueiros não revogue a demissão dos diretores das escolas estaduais.

Terra

DIRIGENTE DA CPT CONDENADO POR DENUNCIAR ESCRAVIDÃO

Curitiba (AGEN-CPT) - O secretário da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná, Darci Frigo está cumprindo, em liberdade, a sentença de seis meses de detenção emitida em fevereiro pelo juiz da 7ª Vara Criminal de Curitiba, Antônio Antunes. Frigo foi condenado com base na Lei de Imprensa (5250/67), invocada por Luciano Pizzato, que se sentiu caluniado pelo dirigente da CPT.

No final de 1984, Darci Frigo foi um dos autores da denúncia de trabalho escravo em Ponta Grossa, que atingia a CAAP, empresa de reflorestamento da qual Luciano Pizzato é sócio-gerente. Em 1986, Luciano Pizzato, diretor do Instituto Brasileiro de Defesa Florestal no Paraná, foi agraciado com o Prêmio Nacional de Ecologia, concedido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Escravidão - Conforme relato da CPT-Paraná, a 13 de setembro de 1984, em Ponta Grossa, 10 menores, de idade entre 12 e 16 anos, foram contratados por "gatos" (subempreiteiros), a serviço da CAAP, para trabalharem em desmatamento de roçada. Aos menores foram oferecidos salário, cama e comida, para trabalho que seria realizado em local próximo a Ponta Grossa. Pelo acordo, os menores poderiam retornar à cidade nos finais de semana.

A 27 de setembro, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Ponta Grossa (CDDH-PG) recebeu a denúncia, feita por um grupo de mães, de que seus filhos - na maioria, recrutada nas favelas do município - haviam sido contratados por uma empreiteira para trabalhar em Itaiacoca, Distrito de Ponta Grossa. Na realidade - nota a CPT - o destino dos menores foi a Fazenda Guatambu, de propriedade da Compet-Agroflorestal S/A, na localidade de Pedra Preta, município de Bocaiúva do Sul, próximo a Curitiba, a cerca de 100 Km de Ponta Grossa.

Para verificar a veracidade da denúncia, membros do CDDH-PG e do Instituto de Terras Cartográficas e Florestas (ITCF-PR) dirigiram-se a Pedra Preta, onde encontraram os menores, cuja situação foi relatada à imprensa nestes termos, dos próprios menores:

"Os meninos contam que foram obrigados a dormir em acampamentos sem higiene ou segurança, e trabalhavam das 7 às 18 horas, com meia hora para almoço ralo. Os que pretendiam deixar o local eram ameaçados até de morte. Com a dificuldade do roçado, acabavam comprando comida na venda do acampamento. 'Nos dias de chuva, eles descontavam da gente mil cruzeiros, porque não dava para roçar. Um dia, fui pedir as contas e o gato me falou que eu devia na venda'."

Na justiça - Comprovado por testemunhas, depoimentos dos menores e laudos médicos, o caso, amplamente divulgado na imprensa de todo o estado, foi levado à justiça de Bocaiúva do Sul, que o encaminhou à Polícia Federal e esta, por sua vez, à Justiça Federal. A única medida judicial tomada foi uma ação trabalhista contra a Compet-Agroflorestal e a CAAP, que se comprometeram a pagar o que deviam aos menores. O CDDH-PG também encaminhou pedido ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná, de enquadramento de Luciano Pizzato no Código de Ética Profissional. Este pedido não surtiu qualquer efeito concreto até hoje.

Em outubro de 1986, prossegue a CPT, então candidato a deputado estadual, Luciano Pizzato foi à cidade de Ponta Grossa com o objetivo de fundar um comitê eleitoral. Visando alertar a opinião pública sobre o episódio em que Pizzato havia se envolvido, o CDDH-PG e a CPT-PR lançaram nota à imprensa. Sentindo-se "caluniado e perseguido", o empresário resolveu processar as duas entidades.

Derrota nas urnas - Depois da derrota nas urnas, em janeiro de 1987, Luciano Pizzato decidiu impetrar queixa-crime contra o secretário da CPT-PR, Darci Frigo, que havia participado do flagrante da exploração do trabalho de menores na Fazenda Guatambu. O promotor encarregado nada aditou à queixa-crime (que usou como base os artigos 20, 21 e 22 da Lei de Imprensa), e pediu a absolvição de Darci Frigo.

Apesar da posição do promotor, o juiz Antônio Antunes proferiu a sentença, condenando Frigo a seis meses de detenção, com o acréscimo das multas e custas do processo, com direito a sursis, por dois anos. O advogado Daniel de Oliveira Godoi Júnior, da CPT, já entrou com recurso de apelação em segunda instância. A CPT-PR também está pedindo cartas, abaixo-assinados e telegramas de apoio para este endereço: CPT-PR - Rua Paula Gomes, 703 - 1º andar - CEP 80.510 - Caixa Postal 2311 - Curitiba - PR.

COMISSÃO PREPARA ENCONTRO CONTINENTAL DA PASTORAL DA TERRA

Goiânia (AGEN-CPT) - Os preparativos ao 2º Encontro Latino-Americano sobre Pastoral da Terra, a ser realizado nas Faculdades Anchieta, em São Paulo, de 2 a 7 de outubro próximo, estão sendo acelerados pela Comissão Coordenadora do evento. O objetivo do Encontro é aprofundar o intercâmbio de experiências entre as Pastorais da Terra dos países onde estão estruturadas.

O 1º Encontro Latino-Americano sobre Pastoral da Terra foi realizado em março de 1987 em Quito, Equador. Na oportunidade, reuniram-se 25 representantes de sete países. A Comissão Coordenadora do 2º Encontro, no Brasil, foi formada em Roma, e é integrada pelo padre Enrique Rosner, do Movimento da Paz Leonidas Proaño, Equador; o advogado Daniel Rech, da CPT, Brasil; Patricio Asenjo, do Instituto de Pastoral Rural, Chile; e Luis Batista O., do Centro de Estudos, Promoção e Assessoria Social, do Panamá.

Reunião - Uma primeira reunião preparativa ao Encontro no Brasil foi realizada a 16 e 17 de abril, em São Paulo, com a participação de d. Augusto Alves da Rocha, presidente da CPT; d. Ivo Lorscheiter, presidente do Regional Sul 3 da CNBB; e padre Ermano Allegri, Secretário Executivo da CPT. A CPT Brasil é encarregada de organizar o Encontro.

As Faculdades Anchieta estão localizadas no Km 25 da Rodovia Anhangüera, em São Paulo. Os interessados em participar do Encontro devem inscrever-se até o dia 30 de junho, na CPT, Caixa Postal 749, CEP 74.000 - Goiânia - GO.

Síntese

LAVRADOR MORTO EM GOIÁS

Nova Olinda, GO (AGEN-CPT) - O lavrador José da Silva Gonçalves, 49 anos, casado, pai de 6 filhos, foi morto a 21 de abril passado, em Nova Olinda (GO). Além de ter recebido três tiros de revólver, o lavrador teve o seu pescoço decepado com um profundo corte de faca. Em ofício ao presidente da República e outras autoridades, uma série de entidades - CPT de Nova Olinda, PT, Associação Comunitária de Nova Olinda, CDDH de Araguaína (GO) e Movimento de Mulheres de Nova Olinda - assinalam que José da Silva Gonçalves foi morto por Djalma Valente, Luís Paulista e Valdir, que estariam roubando uma novilha da Chácara "Leão de Ouro" e foram flagrados pelo lavrador. As entidades também citam o assassinato de outro lavrador, José Carlos, ocorrido em março. O pistoleiro que o matou, conhecido como Oscar, anda livremente pelas ruas de Nova Olinda, acrescentam as entidades.

EMPRESÁRIA SINDICALISTA

Florianópolis (AGEN-CPT) - A empresária ceramista Geraldina Mafra foi eleita com apoio do PMDB local, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canelinha, município do Vale do Rio Tijucas, litoral catarinense. Segundo a CPT-SC, as eleições, a 10 de abril, foram marcadas por uma série de irregularidades, e realizadas na presença de membros da UDR e pessoas armadas.

RURAIS MOBILIZADOS

Florianópolis (AGEN-CPT) - Nos cálculos da CPT-SC, a mobilização dos trabalhadores rurais sem terra e pequenos e médios proprietários, pela reforma agrária e uma nova política agrícola, no início de abril, atingiu 59 municípios catarinenses, e envolveu 20 mil lavradores.

DESAPROPRIAÇÕES PODEM AUMENTAR TENSÃO NO PARÁ

São Paulo (AGEN) - No último dia 12 de abril, o Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Jáder Barbalho, assinou três portarias, relativas à desapropriação de 39 áreas na região de Marabá, no sudeste do Pará, para efeito de reforma agrária. Moram nessas áreas 20 mil famílias de lavradores, mas sindicalistas rurais acreditam que nelas poderão ser assentadas 50 mil famílias. As lideranças sindicais dos trabalhadores rurais admitem que os proprietários dessas áreas, a maioria delas improdutiva, tentarão impedir de todas as formas a desapropriação, apesar do ministro Jáder Barbalho, em razão de seus objetivos políticos, estar diretamente interessado na questão. Jáder Barbalho é ex-governador do Pará, e pretende ser reeleito em 1990.

Áreas desapropriadas - Das 39 áreas que o Mirad pretende desapropriar, 5 pertencem à Companhia Industrial do Brasil (CIB), e 12 são de propriedade da família Mutran, de Marabá. Segundo Almir Ferreira Barros, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia e vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará, dois dos sócios da CIB, Carlos Chamie e Salim Chamie, são acusados de contratar pistoleiros para impedir a execução da reforma agrária no Estado. Do mesmo modo, o ex-deputado Aziz Mutran e Oswaldo Reis Mutran foram apontados pelo pistoleiro "Sebastião da Terezona" (preso em Marabá, é acusado de matar dezenas de trabalhadores rurais), como outros empresários que têm contratado pistoleiros no Pará.

Almir Ferreira Barros e Renilde Santana da Silva - diretora do STR de São João do Araguaia - estiveram em São Paulo, no início de maio, a convite do Programa da Terra da PUC/SP, para trocar experiências com os sindicalistas rurais e urbanos paulistas. Almir e Renilde acreditam que os fazendeiros que tiveram áreas desapropriadas na região de Marabá, lutarão por todos os meios na justiça para impedir a execução da medida. Citam, como exemplo, a desapropriação do Castanhal Araras, de propriedade de Lúcio Miranda, no município de Marabá. A desapropriação foi decidida em janeiro de 1986, mas apenas em janeiro de 1988 saiu a imissão dos termos de posse sobre os 6.700 hectares, para 95 famílias de lavradores.

Pistolagem - Almir Ferreira Barros conta serem várias as firmas de pistolagem no Pará, para impedir a execução da reforma agrária. Ele mesmo já foi ameaçado de morte algumas vezes. Por isto, teve de mudar-se de São João do Araguaia para Marabá, onde acredita estar mais seguro. Segundo ele, em diversas ocasiões, utilizou-se de proteção policial para não ser vítima de atentado. Relata que, em janeiro último, durante inauguração de obras empreendidas pelo sindicato que dirige, em São João do Araguaia, em convênio com o governo estadual, foi procurado por três pistoleiros desconhecidos.

Renilde Santana da Silva também já foi ameaçada de morte algumas vezes. Ela diz que foi perseguida de outubro a fevereiro último por Hamilton Martinho de Cristo e Adolfo Martinho de Cristo, acusados de terem matado, a 10 de outubro de 1987, o senhor Antônio de Souza Viana, na Vila Brejo Grande, município de São João do Araguaia. Ofício denunciando essas ameaças foi remetido em janeiro ao presidente José Sarney, ao presidente do Congresso Constituinte, Ulysses Guimarães, e aos ministros da Justiça, Paulo Brossard, e da Reforma Agrária, Jáder Barbalho.

Ameaçados - Além de Renilde Santana da Silva e Almir Ferreira Barros, as lideranças de trabalhadores rurais mais ameaçadas de morte no momento na região de Marabá são a vice-prefeita dessa cidade, Maria Adelina Baglia, o presidente do STR de Marabá, Antônio Francisco da Silva, o dirigente do STR de Xinguara, José Gonçalves, e Natal, presidente do STR de Santana do Araguaia.

A Vila Brejo Grande, em São João do Araguaia, é um dos locais de maior violência rural no país. A 29 de julho de 1987 foi baleado em sua própria casa Francisco Santana da Silva. Cinco dias antes havia sido vítima de assassinato o seu irmão, Guinário Santana da Silva. A 18 de outubro foi morto Antônio de Souza Viana. No dia 13 de dezembro, outro lavrador, sr. Gonzaga, foi morto por pistoleiros e, a 31 de dezembro, morta D. Maria José. O pistoleiro que a matou foi morto dias depois por Raimundo "Nego" que, segundo o ofício encaminhado ao presidente da República, serviu como guia do Exército na Guerrilha do Araguaia.

De acordo com o relatório que a CPT apresentou, durante a última Assembléia Geral da CNBB, em Itaici, o estado do Pará continua sendo o mais violento em conflitos pela posse da terra. Em 1987 foram mortos no Pará 21 trabalhadores rurais e 3 sindicalistas/agentes pastorais. No mesmo estado foram presos 154 lavradores, 75 torturados, 6 feridos, 55 foram ameaçados de morte e 6 vítimas de tentativa de assassinato. Foram registrados 56 conflitos pela posse da terra, abrangendo 1.017.941 hectares e envolvendo 52.647 pessoas.

Ecologia

CONTINUAÇÃO DA 1ª PÁGINA

LÍDER SERINGUEIRO DO ACRE SOFRE ATENTADO

Raimundo Lopes Filho, delegado sindical do Seringal Independência, localizado nos arredores de Xapuri, disse que durante uma reunião para avaliar a atual situação do sindicato, percebeu a presença de uma pessoa estranha. Forçada a se identificar, declarou ser Ronilson Martins Nogueira, pistoleiro contratado por Darli Alves da Silva. Martins confessou que estava ali de passagem, foragido da Fazenda Paraná, por não querer obedecer à ordem de seu patrão. Teria de se juntar, no Seringal Cachoeira, a mais dois pistoleiros e matar o sindicalista Francisco Mendes. Pedindo segredo de sua fuga, o pistoleiro, nervoso, revelou que poderia ser assassinado por Darli Alves, fato acontecido com vários empregados do fazendeiro.

Segundo Francisco Mendes, Darli Alves da Silva é paranaense, mora em Xapuri desde 75 e é o líder de um grupo que vem atuando na área, desde a contratação de pistoleiros até a armação dos conflitos. Darli Alves é dono da Fazenda Paraná, localizada no Seringal Cachoeira, de 37 mil ha. Recentemente, comprou mais 6 mil ha. O fazendeiro afirmou que mandaria para essa nova área pistoleiros para expulsar os seringueiros que morassem no local. Diante da ameaça, os seringueiros do Cachoeira reuniram-se e durante estas duas últimas semanas, 180 pessoas permaneceram acampadas para não deixarem os pistoleiros na área. O INCRA foi até o local e fez uma vistoria. Prometeu aos seringueiros que em meados de maio divulgaria o parecer sobre a desapropriação da área. Esse grupo, antes intocável, sentiu-se atingido e espalhou na região que "poderia perder a questão, mas não iria perder a cabeça de algumas lideranças sindicais".

Clima de terror - A cidade de Xapuri, hoje, está marcada pelo terror. Durante a comemoração do Dia do Trabalhador, no palanque, a todo momento, os organizadores pediam calma caso houvesse um tiroteio. Os jagunços disseram que assim que Francisco Mendes subisse ao palanque para falar seria morto. Na véspera, vários bilhetinhos foram espalhados no Sindicato e no Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA), entidade que assessora o Sindicato, ameaçando o presidente e outras lideranças. A ameaça não se concretizou. Lucélia Santos, atriz e uma das articuladoras do Partido Verde, que veio a Xapuri para participar do I Encontro de Mulheres Seringueiras, em audiência com o governador Flaviano Melo, pediu garantias de vida ao líder sindical.

Atualmente, os pistoleiros andam armados com revólveres calibre 38 no centro da cidade e, em uma atitude de provocação, cada vez que cruzam com Francisco Mendes levam a mão à arma. O Juiz de Direito de Xapuri, Jerônimo Borges Filho, foi notificado da situação e prometeu policiamento em frente ao Sindicato e ao CTA. Esse policiamento, por enquanto, não está sendo feito.

Em um tom de desabafo e cansaço, o Presidente do STR de Xapuri disse: "As conseqüências futuras eu não sei. Se houver violência contra lideranças sindicais da região, será difícil controlar a situação. Pensam que matando uma pessoa a situação irá melhorar. Estão enganados".

Defender a floresta - Uma das principais lutas dos seringueiros do Acre tem sido pela Reserva Extrativista. Essa Reserva significa o não desmatamento da Floresta e a preservação das castanheiras e seringueiras.

Diante do projeto de asfaltamento da BR-364 (Porto Velho - Rio Branco), o desmatamento e a invasão às áreas indígenas acentuaram-se. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que vinha financiando a obra, parou de enviar recursos, devido às denúncias, tanto em âmbito nacional quanto internacional, sobre o desmatamento. O governo estadual, interessado nessa estrada, convidou o BID a visitar o Acre, mantendo negociações no sentido de recomeçar a obra.

Francisco Mendes, que recebeu em março do ano passado um convite de entidades ambientalistas para participar da reunião do BID em Miami, denunciou nessa ocasião que a estrada, sem a Reserva Extrativista legalizada, significaria "a ruína de milhares de trabalhadores e índios, em benefício de meia dúzia de latifundiários".

Os seringueiros, através do Conselho Nacional dos Seringueiros, têm afirmado que não são contra o asfaltamento, desde que se respeite os povos da Floresta - Índios e Seringueiros.

Essa luta em defesa da floresta e de seus povos, levou o Presidente do STR de Xapuri a receber dois prêmios. O primeiro, da ONU, foi o diploma Global 500 e o segundo, em Nova York: a medalha da Sociedade Para um Mundo Melhor.

"Os fazendeiros querem" - afirma Francisco Mendes - "apenas especular com a terra, jogando o índio e o seringueiro para fora, numa política da substituição do homem pelo boi e da agricultura pelo capim, com o falso argumento de que a Amazônia não está habitada". (Roberto Garcia de Andrade).

CONGRESSO CONSTITUINTE APROVA OS TERMOS DA REFORMA AGRÁRIA

Brasília (AGEN) - Na sessão de 10 de maio, o Congresso Constituinte aprovou, finalmente, os termos da reforma agrária que constarão do futuro texto constitucional. Por apenas 12 votos não foi aprovada a desapropriação de terras produtivas, como desejavam os segmentos progressistas. Segundo as entidades populares ligadas à reforma agrária, isso constitui uma significativa barreira à efetivação da reforma agrária, pois os grandes proprietários de terra tentarão, de todas as formas, sustentar perante a Justiça que suas áreas são produtivas, mesmo que não sejam. Com isso, a desapropriação dessas áreas ficará prejudicada.

O destaque sobre a desapropriação de propriedades produtivas recebeu 268 votos - 12 a menos que os 280 necessários à sua aprovação. Votaram de forma contrária à desapropriação das terras produtivas 253 constituintes. A votação foi realizada sob forte tensão. A União Democrática Ruralista deslocou a Brasília um enorme contingente de militantes, para pressionar os deputados. Os constituintes votaram dessa forma na sessão de 10 de maio, segundo listagem da "Folha de São Paulo":

COMO VOTARAM OS CONSTITUINTES
Destaque sobre a desapropriação de propriedades produtivas

Abigail Feitosa (PSB-BA), Acivol Gomes (PMDB-SE), Ademir Andrade (PSB-PA), Adhemar de Barros Filho (PDT-SP), Aécio Neves (PMDB-MG), Afonso Camargo (PTB-PR), Afonso Arinos (PFL-RJ), Agassiz Almeida (PMDB-PB), Airton Sandoval (PMDB-SP), Albérico Cardeiro (PFL-AL), Aldo Arantes (PC do B-GO), Almir Gabriel (PMDB-PA), Aloisio Vasconcelos (PMDB-MG), Aloysio Teixeira (PMDB-RJ), Aluízio Bezerra (PMDB-AC), Álvaro Antônio (PMDB-MG), Amaury Muller (PDT-RS), Anna Maria Rattes (PMDB-RJ), Antero de Barros (PMDB-MT), Antônio Britto (PMDB-RS), Antônia Câmara (PMDB-RN), Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), Antonio Gaspar (PMDB-MA), Antonio Mariz (PMDB-PB), Antonio Perosa (PMDB-SP), Arnaldo Martins (PMDB-RO), Artur da Távola (PMDB-RJ), Augusto Carvalho (PCB-DF), Benedicto Monteiro (PTB-PA), Benedita da Silva (PT-RJ), Bernardo Cabral (PMDB-AM), Beth Azize (PSB-AM), Bezerro de Melo (PMDB-CE), Bocayuva Cunha (PDT-RJ), Brandão Monteiro (PDT-RJ), Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), Carlos Cardinal (PDT-RS), Carlos Cotta (sem partido-MG), Carlos Mosconi (sem partido-MG), Cássia Cunha Lima (PMDB-PB), Célio de Castro (sem partido-MG), Celso Dourado (PMDB-BA), César Maia (PDT-RJ), Chagas Rodrigues (PMDB-PI), Chico Humberto (PDT-MG), Cid Carvalho (PMDB-MA), Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE), Cristina Tavares (sem partido-PE), Darcy Deitos (PMDB-PR), Del Bosco Amaral (PMDB-SP), Dirce Tutu Quadros (PTB-SP), Dirceu Carneiro (PMDB-SC), Domingos Juvenil (PMDB-PA), Domingos Leonelli (PMDB-BA), Doreto Campanari (PMDB-SP), Edésio Frias (PDT-RJ), Edme Tavares (PFL-PB), Edmilson Valentim (PC do B-RJ), Eduardo Bonfim (PC do B-AL), Eduardo Jorge (PT-SP), Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), Elias Murad (PTB-MG), Euclides Scalco (PMDB-PR), Evaldo Gonçalves (PFL-PB), Fábio Feldmann (PMDB-SP), Fernando Lyra (sem partido-PE), Fernando Santana (PCB-BA), Fernando Velasco (PMDB-PA), Firmo de Castro (PMDB-CE), Florestan Fernandes (PT-SP), Floriceno Paixão (PDT-RS), Franco Teixeira (PMDB-BA), Francisco Amaral (PMDB-SP), Francisco Kuster (PMDB-SC), Francisco Pinto (PMDB-BA), Francisco Rossi (PTB-SP), Francisco Sales (PMDB-RO), Gabriel Guerreiro (PMDB-PA), Geneboldo Correia (PMDB-BA), Geraldo Alckmin Filho (PMDB-SP), Geraldo Bulhões (PMDB-AL), Geraldo Campos (PMDB-DF), Geraldo Melo (PMDB-PE), Gerson Camata (PMDB-ES), Gerson Marcondes (PMDB-SP), Gil César (PMDB-MG), Gonzaga Patriota (PMDB-PE), Guilherme Palmeira (PFL-AL), Gumercindo Milhomem (PT-SP), Haroldo Lima (PC do B-BA), Haroldo Sabóia (PMDB-MA), Hélio Duque (PMDB-PR), Hélio Manhães (PMDB-ES), Henrique Córdova (PDS-SC), Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), Hermes Zaneti (PMDB-RS), Humberto Lucena (PMDB-PB), Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Irajá Rodrigues (PMDB-RS), Iram Saraiva (PMDB-GO), Irma Passoni (PT-SP), Ismael Wanderley (PMDB-RN), Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), Itamar Franco (sem partido-MG), Ivo Lech (PMDB-RS), Ivo Mainard (PMDB-RS), Jalro Corneiro (PFL-BA), Jamil Haddad (PSB-RJ), Jayme Santana (PFL-MA), Joaci Góes (PMDB-BA), João Agripino (PMDB-PB), João Calmon (PMDB-ES), João Cunha (PDT-SP), João Paulo (PT-MG), Joaquim Bevilácqua (PTB-SP), Joaquim Francisco (PFL-PE), Jorge Hage (PMDB-BA), Jorge Medauar (PMDB-BA), Jorge Uequed (PMDB-RS), José Carlos Grecco (PMDB-SP), José Carlos Sabóia (PSB-MA), José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE), José Costa (sem partido-AL), José do Conceição (PMDB-MG), José Dutra (PMDB-AM), José Fernandes (PDT-AM), José Fogaça (PMDB-RS), José Genoino (PT-SP), José Guedes (PMDB-RO), José Ignácio Ferreira (PMDB-ES), José Maranhão (PMDB-PB), José Maria Eymael (PDC-SP), José Maurício (PDT-RJ), José Paulo Bisol (PMDB-RS), José Queiroz (PFL-SE), José Richa (PMDB-PR), José Serra (PMDB-SP), José Tavares (PMDB-PR), José Thomaz Nonô (PFL-AL), José Ulisses de Oliveira (PMDB-MG), José Viana (PMDB-RO), Juarez Antunes (PDT-RJ), Júlio Costamilan (PMDB-RS), Jutahy Magalhães (PMDB-BA), Kayu Ilha (PMDB-SP), Leite Chaves (PMDB-PR), Lélia Souza (PMDB-RS), Leopoldo Peres (PMDB-AM), Lézia Sathler (PMDB-ES), Lídice da Mata (PC do B-BA), Lourival Baptista (PFL-SE), Lúcio Brogo (PFL-PB), Lúcia Alcântara (PFL-CE), Luiz Alberto Rodrigues (PMDB-MG), Luiz Freire (PMDB-PE), Luiz Gushiken (PT-SP), Luis Inacio Lula da Silva (PT-SP), Luiz Salomão (PDT-RJ), Luiz Viana (PMDB-BA), Luiz Viana Neto (PMDB-BA), Lysâneas Maciel (PDT-RJ), Manoel Moreira (PMDB-SP), Mansueto de Lavor (PMDB-PE), Manuel Viana (PMDB-CE), Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), Márcia Brogo (PMDB-RJ), Márcio Lacerda (PMDB-MT), Marcos Queiroz (PMDB-PE), Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF), Maria Lúcia (PMDB-AC), Mário Assad (PFL-MG), Mário Covas (PMDB-SP), Mário Lima (PMDB-BA), Mário Maia (PDT-AC), Maurício Correa (PDT-DF), Maurício Fruet (PMDB-PR), Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), Mauro Benevides (PMDB-CE), Mauro Campos (sem partido-MG), Mauro Sampaio (PMDB-CE), Mendes Botelho (PTB-SP), Mendes Canale (PMDB-MS), Mendes Ribeiro (PMDB-RS), Miro Teixeira (PMDB-RJ), Moema São Thiago (PDT-CE), Myriam Portella (PDS-PI), Nabor Júnior (PMDB-AC), Nelson Aguiar (PDT-ES), Nelson Carneiro (PMDB-RJ), Nelson Jobim (PMDB-RS), Nelson Sabrá (PFL-RJ), Nelson Seixas (PDT-SP), Nelton Friedrich (PMDB-PR), Ney Maranhão (PMB-PE), Nilso Sguarezzi (PMDB-PR), Noel de Carvalho (PDT-RJ), Octávio Elísio (sem partido-MG), Odacir Soares (PFL-RO), Olívia Dutra (PT-RS), Onofre Corrêa (PMDB-MA), Osmir Lima (PMDB-AC), Osmundo Rebouças (PMDB-CE), Osvaldo Macedo (PMDB-PR), Paes de Andrade (PMDB-CE), Paulo Delgado (PT-MG), Paulo Paim (PT-RS), Paulo Ramos (PMDB-RJ), Paulo Roberto (PMDB-PA), Paulo Silva (PMDB-PI), Percival Muniz (PMDB-MT), Pimenta da Veiga (sem partido-MG), Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), Plínio Martins (PMDB-MS), Pompeu de Sousa (PMDB-DF), Raimundo Bezerra (PMDB-CE), Raimundo Lira (PMDB-PB), Raquel Cândido (PFL-RO), Raquel Capiberibe (PSB-AP), Raul Belém (PMDB-MG), Raul Ferraz (PMDB-BA), Renan Calheiros (PMDB-AL), Renato Vianna (PMDB-SC), Rita Camata (PMDB-ES), Roberto Brandi (sem partido-MG), Roberto D'Ávila (PDT-RJ), Roberto Freire (PCB-PE), Roberto Rollemberg (PMDB-SP), Roberto Torres (PTB-AL), Robson Marinho (PMDB-SP), Ronaldo Aragão (PMDB-RO), Ronaldo Carvalho (PMDB-MG), Ronaldo Cézar Coelho (PMDB-RJ), Ronan Tito (PMDB-MG), Rose de Freitas (PMDB-ES), Rospide Netto (PMDB-RS), Ruy Bacelar (PMDB-BA), Ruy Nedel (PMDB-RS), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Sérgio Spada (PMDB-PR), Severo Gomes (PMDB-SP), Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), Simão Sessim (PFL-RJ), Tadeu França (sem partido-PR), Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL), Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), Ubiratan Pinto (PMDB-BA), Valmir Campelo (PFL-DF), Valter Pereira (PMDB-MS), Vasco Alves (sem partido-ES), Vicente Bogo (PMDB-RS), Vilson Souza (PMDB-SC), Virgildásio de Senna (PMDB-BA), Virgílio Guimarães (PT-MG), Vitor Buaiz (PT-ES), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Vladimir Palmeira (PT-RJ), Wagner Lago (PMDB-MA), Waldir Pugliesi (PMDB-PR), Walmor de Luca (PMDB-SC), Wilmo Mala (PDS-RN), Wilson Campos (PMDB-PE), Wilson Martins (PMDB-MS), Ziza Valadares (sem partido-MG)

Adauto Pereira (PDS-PB), Adolfo Oliveira (PL-RJ), Adroaldo Streck (PDT-RS), Adylson Motta (PDS-RS), Aécio de Borba (PDS-CE), Afif Domingos (PL-SP), Agripino de Oliveira Lima (PFL-SP), Airton Cordeiro (PDT-PR), Alarico Abib (PMDB-PR), Albano Franco (PMDB-SE), Albérico Filho (PMDB-MA), Alceni Guerra (PFL-PR), Alércio Dias (PFL-AC), Alexandre Costa (PFL-MA), Alexandre Puzyna (PMDB-SC), Alfredo Campos (PMDB-MG), Aloysio Chaves (PFL-PA), Aluízio Campos (PMDB-PB), Álvaro Pacheco (PFL-PI), Alysson Paulinelli (PFL-MG), Amaral Netto (PDS-RJ), Amilcar Moreira (PMDB-PA), Ângelo Magalhães (PFL-BA), Annibal Barcellos (PFL-AP), Antônio Carlos Franca (PMDB-SE), Antônio de Jesus (PMDB-GO), Antonio Ferreira (PFL-AL), Antonio Salim Curiati (PDS-SP), Antonio Ueno (PFL-PR), Arnaldo Moraes (PMDB-PA), Arnaldo Prieto (PFL-RS), Arnold Fioravante (PDS-SP), Aroldo de Oliveira (PFL-RJ), Artenir Werner (PDS-SC), Asdrubal Bentes (PMDB-PA), Assis Canuto (PFL-RO), Átila Lira (PFL-PI), Basílio Villani (PMDB-PR), Benito Gama (PFL-BA), Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Bosco França (PMDB-SE), Cardoso Alves (PMDB-SP), Carlos Alberto (PTB-RN), Carlos Benevides (PMDB-CE), Carlos Chiarelli (PFL-RS), Carlos de' Carli (PMDB-AM), Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), Carlos Vinagre (PMDB-PA), Carrel Benevides (PTB-AM), César Cals Neto (PDS-CE), Chagas Duarte (PFL-RR), Christóvam Chiaradia (PFL-MG), Cláudio Ávila (PFL-SC), Cleonâncio Fonseca (PFL-SE), Costa Ferreira (PFL-MA), Cunha Bueno (PDS-SP), Dalton Canabrava (PMDB-MG), Darcy Pozza (PDS-RS), Daso Coimbra (PMDB-RJ), Davi Alves Silva (PDS-MA), Delfim Netto (PDS-SP), Délio Braz (PMDB-GO), Denisar Arneiro (PMDB-RJ), Dionisio Dal Prá (PFL-PR), Dionisia Hoge (PFL-PA), Djonal Gonçalves (PMDB-SE), Edivaldo Holando (PFL-MA), Eliel Rodrigues (PMDB-PA), Enoc Vieira (PFL-MA), Eroldo Tinoca (PFL-BA), Erico Pegoraro (PFL-RS), Ervin Bonkaski (sem partido-PR), Etevaldo Nogueira (PFL-CE), Eunice Michiles (PFL-AM), Expedito Machado (PMDB-CE), Ézio Farreira (PFL-AM), Fábio Raunheitti (PTB-RJ), Fausto Rocha (PFL-SP), Felipe Mendes (PDS-PI), Feres Nader (PDT-RJ), Fernando Cunha (PMDB-GO), Flavio Palmier da Veiga (PMDB-RJ), Flávio Rocha (PFL-RN), Francisco Benjamim (PFL-BA), Francisco Carneiro (PMDB-DF), Francisco Coelho (PFL-MA), Francisco Diógenes (PDS-AC), Francisco Dornelles (PFL-RJ), Francisco Rollemberg (PMDB-SE), Furtado Leite (PFL-CE), Gandi Jamil (PFL-MS), Gastone Righi (PTB-SP), Genésio Bernardino (PMDB-MG), Geovani Borges (PFL-AP), Geraldo Fleming (PMDB-AC), Gidel Dantas (PMDB-CE); Gilson Machado (PFL-PE), Gustavo de Faria (PMDB-RJ), Hélio Costa (PMDB-MG), Hélio Rosas (PMDB-SP), Hilário Braun (PMDB-RS), Homero Santos (PFL-MG), Humberto Souto (PFL-MG), Iberê Ferreira (PFL-RN), Inocêncio Oliveira (PFL-PE), Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO), Ivo Cersósimo (PMDB-MS), Ivo Vanderlinde (PMDB-SC), Jairo Azi (PFL-BA), Jolles Fantoura (PFL-GO), Jorbas Passarinho (PDS-PA), Joyme Paliarin (PTB-SP), Jesualdo Cavalcanti (PFL-RJ), Jesus Tajra (PFL-PI), João Alves (PFL-BA), João Carlos Bacelar (PMDB-BA), João Castelo (PDS-MA), João do Mato (PFL-PB), João de Deus Antunes (PDT-RS), João Lobo (PFL-PI), João Machado Rollemberg (PFL-SE), João Natal (PMDB-GO), João Rezek (PMDB-SP), Joaquim Suceno (PTB-MT), Jofran Frejat (PFL-DF), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Jorge Arbage (PDS-PA), Jorge Bornhausen (PFL-SC), Jorge Leite (PMDB-RJ), Jorge Vianna (PMDB-BA), José Agripino (PFL-RN), José Camargo (PFL-SP), José Carlos Coutinho (PL-RJ), José Carlos Martinez (PMDB-PR), José Egrejo (PTB-SP), José Elias (PTB-MS), José Freire (PMDB-GO), José Geraldo (PMDB-MG), José Jorge (PFL-PE), José Lins (PFL-CE), José Lourenço (PFL-BA), José Luiz de Sá (PL-RJ), José Luiz Maia (PDS-PI), José Melo (PMDB-AC), José Mendonça Bezerra (PFL-PE), José Maura (PFL-PE), José Santana de Vasconcellos (PFL-MG), José Teixeira (PFL-MA), José Tinoco (PFL-PE), Jovanni Masini (PMDB-PR), Júlio Campos (PFL-MT), Lael Varella (PFL-MG), Lavoisier Maia (PDS-RN), Leopoldo Bessone (PMDB-MG), Leur Lomanto (PFL-BA), Levy Dias (PFL-MS), Louremberg Nunes Rocha (PTB-MT), Lúcia Vânia (PMDB-GO), Luis Eduardo (PFL-BA), Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), Luiz Marques (PFL-CE), Luiz Sayer (PMDB-GO), Magulto Vilela (PMDB-GO), Moluly Neto (PFL-SP), Manoel Castro (PFL-BA), Manoel Ribeiro (PMDB-PA), Marco Maciel (PFL-PE), Marcondes Gadelha (PFL-PB), Marcos Lima (PMDB-MG), Mária de Oliveira (PMDB-MG), Marluce Pinto (PMDB-RR), Matheus Iensen (PMDB-PR), Mattos Leão (PMDB-PR), Maurício Campos (PFL-MG), Maurício Nosser (PMDB-PR), Maurício Pádua (PMDB-MG), Mauro Borges (PDC-GO), Maura Miranda (PMDB-GO), Max Rosenmann (PMDB-PR), Meiro Filho (PMDB-DF), Melo Freire (PMDB-MG), Mello Reis (PDS-MG), Messias Góis (PFL-SE), Messias Soares (PTR-RJ), Michel Temer (PMDB-SP), Milton Barbosa (PMDB-BA), Milton Lima (PMDB-MG), Milton Reis (PMDB-MG), Miraldo Gomes (PMDB-BA), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Musso Dames (PFL-PI), Naphtali Alves de Souza (PMDB-GO), Narciso Mendes (PDS-AC), Nestar Duarte (PMDB-BA), Nilson Gibson (PMDB-PE), Nlan Albernaz (PMDB-GO), Nyder Barboso (PMDB-ES), Orlando Bezerro (PFL-CE), Orlando Pacheco (PFL-SC), Oscar Corrêa (PFL-MG), Osmar Leitão (PFL-RJ), Osvaldo Bender (PDS-RS), Osvaldo Coelho (PFL-PE), Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), Oswoldo Almeido (PL-RJ), Oswoldo Trevison (PMDB-PR), Ottomar Pinto (PMDB-RR), Paes Londim (PFL-PI), Paulo Marques (PFL-PE), Paulo Mincarone (PMDB-RS), Paulo Pimentel (PFL-PR), Paulo Roberto Cunha (PDC-GO), Pedro Canedo (PFL-GO), Pedro Ceolin (PFL-ES), Rachid Saldanha Derzi (PMDB-MS), Raimundo Rezende (PMDB-MG), Renato Bernardi (PMDB-PR), Renato Johnsson (PMDB-PR), Ricardo Fiuza (PFL-PE), Ricardo Izar (PFL-SP), Rita Furtado (PFL-RO), Roberto Augusto (PTB-RJ), Roberto Balestro (PDC-GO), Roaerto Campos (PDS-MT), Roberto Jefferson (PTB-RJ), Rodrigues Palma (PTB-MT), Ronaro Corrêa (PFL-MG), Rosa Prata (PMDB-MG), Rubem Branquinho (PMDB-AC), Rubem Medina (PFL-RJ), Ruben Figueiró (PMDB-MS), Ruberval Pilotto (PDS-SC), Sadio Houache (PFL-AM), Salatiel Carvalho (PFL-PE), Samir Achôa (PMDB-SP), Saulo Queiroz (PFL-MS), Sérgio Brito (PFL-BA), Sérgio Werneck (PMDB-MG), Siqueira Campos (PDC-GO), Sólon Borges dos Reis (PTB-SP), Stélio Dias (PFL-ES), Telmo Kirst (PDS-RS), Theodoro Mendes (PMDB-SP), Tito Costa (PMDB-SP), Ubiratan Spinelli (PDS-MT), Victor Faccioni (PDS-RS), Victor Fontana (PFL-SC), Victor Trovão (PFL-MA), Vingt Rasodo (PMDB-RN), Vinicius Cansonção (PFL-AL), Virgílio Galassi (PDS-MG), Waldeck Ornélas (PFL-BA)

AUSENTES
Álvaro Valle (PL-RJ), Antonio Carlos Mendes Thame (PFL-SP), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Carlos Virgílio (PDS-CE), Chagas Neto (PMDB-RO), Edison Lobão (PFL-MA), Edivaldo Motta (PMDB-PB), Eliézer Moreira (PFL-MA), Fausto Fernandes (PMDB-PA), Felipe Cheidde (PMDB-SP), Gerson Peres (PDS-PA), Horton Godelho (PMDB-PB), Jocy Scanogotto (PFL-PR), Jessé Freire (PFL-RN), João Herrmann Neto (PMDB-SP), João Menezes (PFL-PA), Jonivol Lucas (PFL-BA), Márcio Kubitschek (PMDB-DF), Mário Bouchordet (PMDB-MG), Moysés Pimentel (PMDB-CE), Nelson Wedekin (PMDB-SC), Olavo Piras (PMDB-RO), Paulo Macarini (PMDB-SC), Roberto Vital (PMDB-MG), Santinho Furiado (PMDB-PR), Silvio Abreu (PMDB-MG), Sotero Cunha (PDC-RJ), Vieira da Silva (PDS-MA), Virgílio Távora (PDS-CE).

ABSTENÇÕES
Áurea Mello (PMDB-AM), Célio Pompeu (PMDB-SP), Divaldo Suruagy (PFL-AL), Eduardo Moreira (PMDB-SC), Eroldo Trindade (PFL-AP), Fernando Gomes (PMDB-BA), Geovani Amorim (PMDB-SC), Heráclito Fortes (PMDB-PI), Joaquim Hoickel (PMDB-MA), Paulo Zarzur (PMDB-SP), Ulysses Guimarães (PMDB-SP).

Este é o texto que foi aprovado a 10 de maio pelo Congresso Constituinte, contendo os termos da reforma agrária que constarão da nova Constituição brasileira:

Título VII
Da Ordem Econômica e Financeira
Capítulo III
Da Política Agrícola e Fundiária
e da Reforma Agrária

Art. 218. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.
Parágrafo 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.
Parágrafo 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.
Parágrafo 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.
Parágrafo 4º O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.
Parágrafo 5º São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.
Art. 219. São insusceptíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:
I — a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que o seu proprietário não possua outra;
II — a propriedade produtiva.
Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social.
Art. 220. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigências estabelecidos em lei, os seguintes requisitos:
I — aproveitamento racional e adequado;
II — utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
III — observância das disposições que regulam as relações do trabalho;
IV — exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores.
Art. 221. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva dos setores de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:
I — instrumentos creditícios e fiscais;
II — preços compatíveis com os custos de produção e garantia de comercialização;
III — incentivo à pesquisa e à tecnologia;
IV — assistência técnica e extensão rural;
V — seguro agrícola;
VI — cooperativismo;
VII — eletrificação rural e irrigação;
VIII — habitação para o trabalhador rural.
Parágrafo 1º Incluem-se no planejamento agrícola previsto neste artigo, as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueira e florestais.
Parágrafo 2º Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e reforma agrária.
Art. 222. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.
Parágrafo 1º A alienação ou concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a uma só pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.
Parágrafo 2º Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior, as alienações ou concessões de terras públicas para fins de reforma agrária.
Art. 223. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais para reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.
Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente estado civil, nos termos e condições previstos em lei.
Art. 224. A lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras e fixará os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional.
Art. 225. O trabalhador ou trabalhadora não proprietário de imóvel rural ou urbano, que possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho, onde sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

CHILENOS CONDENADOS À MORTE

Santiago (AGEN) - A Justiça Militar chilena marcou para a última semana de maio, a execução de Jorge Palma Donoso, Carlos Araneda Miranda e Hugo Machant Moya. Presos desde 7 de setembro de 1983, os três chilenos foram condenados à morte com base em lei decretada pela ditadura militar em 1985. Parentes dos chilenos ameaçados de morte estiveram no Brasil, solicitando que a opinião pública se manifestasse pela libertação de Jorge, Carlos e Hugo. Dez países já afirmaram que concederão o asilo político aos três chilenos, caso isso seja permitido pelo governo do general Augusto Pinochet. As chilenas pediram cartas e telegramas nesse sentido ao general Pinochet, ao presidente José Sarney, e ao Ministro das Relações Exteriores, Roberto Abreu Sodré.

CHE GUEVARA

Buenos Aires (AGEN) - Será realizado na primeira semana de junho, na capital argentina, o Seminário Científico Internacional "O pensamento revolucionário do Comandante Ernesto Che Guevara", em homenagem ao 60º aniversário do nascimento de Che, morto em 1967 na Bolívia. A promoção do Seminário é da Comissão Nacional de Homenagem a Che Guevara, integrada por religiosos, parlamentares, um ex-juiz e um coronel da reserva.

Síntese

TRÁFICO DE CRIANÇAS

Cidade da Guatemala (AGEN) - De 1º de outubro de 1985 a 31 de março de 1986, 166 menores guatemaltecos foram exportados para os Estados Unidos, com o objetivo de se utilizar os seus órgãos sãos para transplantes em crianças americanas e israelenses deficientes. A denúncia é do CODEHUCA. Estariam envolvidos na trama funcionários do Ministério do Bem-Estar Social, além de outros oficiais do governo.

PRÊMIO PARA BETTO

O frei dominicano Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Betto), acaba de ser agraciado com um prêmio internacional de direitos humanos, oferecido pela Fundação Doutor Bruno Kreisky (ex-presidente da Áustria). É a quinta vez que o prêmio é concedido, desde a sua criação, em 1976. Assim que soube que havia sido escolhido como a personalidade internacional merecedora do prêmio, Frei Betto, que se encontrava em Chapecó, Santa Catarina, disse por telefone à Agência Ecumênica de Notícias (AGEN): "O prêmio cabe e é destinado à todas as entidades brasileiras que vêm, há tantos anos, lutando pelos direitos dos empobrecidos, mesmo contra toda sorte de calúnias, perseguições e adversidades". O prêmio, no valor de um milhão de cruzados, será recebido por Frei Betto dia 8 de julho, em Viena. Todo o dinheiro será entregue às entidades de direitos humanos. "Com recibo e tudo", fez questão de frisar, a fim de não deixar dúvidas quanto ao destino do dinheiro.

BRASIL-EUA

Washington (AGEN) - O Ministro do Trabalho, Almir Pazzianoto, assinou a 27 de abril, na capital americana, convênio com o Departamento do Trabalho dos EUA, que permitirá a líderes sindicais brasileiros participarem de treinamentos nos Estados Unidos. Durante sua estadia nos EUA, Pazzianoto também entrevistou-se com dirigentes da AFL-CIO, a mais poderosa organização sindical americana e que, como líderes da CGT brasileira, defende o chamado "sindicalismo de resultados", em que não entram as reivindicações políticas.

GREVE NO CEARÁ

Fortaleza (AGEN) - No dia 3 de maio, 1.800 trabalhadores da indústria têxtil FINOBRASA S/A, de Fortaleza, entraram em greve, reivindicando o fim do trabalho aos domingos, pagamento de insalubridade, 30% aos eletricistas por periculosidade, 30% de adicional noturno, fim das demissões por justa causa, 65% do IPC, já descontados os aumentos anteriores, e estabilidade de 6 meses para os grevistas. A 11 de maio, 500 trabalhadores participaram de uma passeata, reprimida por 100 policiais armados de revólveres e cassetetes, resultando em 15 feridos - 4 trabalhadores tiveram suas pernas quebradas.

MACUXI SOLTOS

Brasília (CIMI-AGEN) - O Desembargador Carlos Augusto Faria, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, deferiu a 10 de maio liminar aos habeas-corpus impetrados em favor dos 23 makuxi presos pela PM de Roraima. Com essa decisão, os indíos deverão ficar sob custódia do representante da Funai em Roraima até que sejam julgados os habeas-corpus, impetrados pelos advogados Felisberto A. Damasceno e Paulo Machado Guimarães, da assessoria jurídica do CIMI (Conselho Indigenista Missionário). Os makuxi são acusados de "violação de domicílio, roubo de madeira, danos à propriedade do fazendeiro Jair Alves dos Reis, desobediência à ordem legal, desacato à autoridade, esbulho possessório e tentativa de homicídio".

Os makuxi estão presos na Penitenciária Agrícola de Boa Vista. Sete deles foram detidos no dia 15 de abril e quatro a 23 daquele mesmo mês. Os doze restantes foram presos a 5 de maio, juntamente com outros 103 makuxi, soltos no dia seguinte. As prisões ocorreram enquanto os índios reconstruíam um barracão e um retiro de gado em local próximo à maloca Caraparu II, e reivindicado pelo fazendeiro Jair Alves dos Reis, apesar de localizado na Área Indígena Raposa/Serra do Sol.

Opinião

13 DE MAIO DE 1988

"A história do povo brasileiro foi sempre marcada por pequenos e grandes acontecimentos. A população NEGRA, desde sua chegada ao Brasil, sofre um desrespeito humano incalculável, onde os dominadores querem tirar dela a memória cultural, religiosa, política, etc.

A figura do negro nos dias de hoje está colocada distante dos seus valores. O NEGRO tenta reconquistar seus verdadeiros espaços, numa luta incansável, enfrentando barreiras, deprimindo-se, ignorando os descasos e todo tipo de desrespeito. É uma luta árdua, pois todos os meios de comunicação são usados pelo poder dominante para servir à burguesia, que pretende expandir a epidemia alienatória por todas as camadas oprimidas da nossa sociedade, e a RAÇA NEGRA, sem dúvida, é a maior dessas camadas.

Nós, do GRUPO DE UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA - SP, que possuímos um histórico de lutas a partir do dado RAÇA, há vários anos, juntamente com a SUBCOMISSÃO DO NEGRO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB-SP, entidade civil de maior peso no cenário nacional, queremos DENUNCIAR o massacre que recai sobre o POVO NEGRO. Foi com o trabalho escravo que o Brasil, durante 4 séculos, foi um dos maiores produtores mundiais de açúcar, de ouro e de café. O **BRASIL FOI ERGUIDO COM O TRABALHO E O SANGUE DO POVO NEGRO.**

Para nós, a Lei Áurea foi assinada em 13 de maio de 1888, pela Princesa Isabel, para atender aos interesses da classe dominante (governo e ricos). **ALÉM DA LEI É PRECISO HAVER JUSTIÇA.**

O NEGRO foi jogado para as zonas urbanas, vivendo de biscates, morando em palhoças, cortiços, nos arredores das cidades, dando origem às favelas dos dias de hoje, onde somos a grande maioria.

A LUTA DEVE SER, ISTO SIM, NOVO MARCO DE LUTA DO POVO NEGRO.

Trazemos nas ruas, hoje, o nosso cartaz de denúncia: no olhar do NEGRO, a afirmação de **CEM ANOS DE MENTIRA.**

Os que ainda se julgam donos da vida, da morte e da falsa verdade, procuram mudar o curso da nossa história e nos rotulam de pardos, quando somos NEGROS; de mulatos, quando somos NEGROS; morenos escuros, quando somos NEGROS, etc, enquanto continuamos NEGROS e orgulhosos da NOSSA NEGRITUDE; vivemos num país NEGRO, pois somos maioria neste país, embora marginalizados, impedidos de viver com decência e desrespeitados em nossa dignidade e cidadania(...)"

Grupo de União e Consciência Negra - São Paulo e Subcomissão do Negro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil - São Paulo.

Memória

GUATEMALA LEMBRA MASSACRE DE PANZÓS

São Paulo (AGEN) - No dia 29 de Maio de 1978, 119 indígenas Kekchí foram massacrados com fogo de fuzis, metralhadoras e granadas de fragmentação, por 22 soldados, oito fazendeiros e policiais militares, além de particulares, diante da prefeitura de Panzós (no vale do rio Polochic, a uns 200 Kms ao norte da capital guatemalteca), no estado de Alta Verapaz, República da Guatemala. Dentre as vítimas encontravam-se homens, mulheres e crianças. Os feridos foram mais de 100. Dezenas morreram feridos por temerem procurar auxílio médico.

Esse massacre, do qual se lembra neste ano o 10º aniversário, aconteceu pelo fato de os indígenas reclamarem seu direito à terra, ao trabalho, à sua organização e à vida. A situação sócio-econômica, política e cultural dos indígenas guatemaltecos é semelhante à dos índios mexicanos. A concentração da terra na Guatemala os reduziu a uma agricultura de subsistência, ou a condições de assalariados temporários nas plantações de algodão, cana-de-açúcar, banana e cardamomo. Em termos de porcentagem, 71% da terra estão em mãos de 4,8% dos proprietários agrícolas (2% da população). No entanto, 50% da terra cultivável não são utilizados, num país de 108.889 Km2 e 7.800.000 habitantes.

O Instituto de Transformação Agrária (INTA) se negava a dar o título de propriedade aos indígenas-camponeses, o que causou muita revolta, pois os mesmos trabalhavam para o governo há mais de 100 anos. Enquanto isto, os latifundiários usavam de todo tipo de pressão para desalojar os índios de suas terras. O reclamo resultou no massacre de Panzós, há 10 anos.

Com esse massacre, a repressão que começou sendo seletiva num país militarizado, generalizou-se, adquirindo formas de genocídio. Somente nos últimos anos, na Guatemala, foram registrados mais de 100 mil assassinatos de indígenas, 38 mil desaparecidos, 45 mil viúvas, 250 mil órfãos e mais de 120 mil refugiados (98% indígenas) no sudoeste mexicano, além de 1 milhão de migrantes, 440 aldeias arrasadas e mais de 30 mil índios confinados nas aldeias-modelos e pólos de desenvolvimento. Muitos indígenas são também forçosamente recrutados para participarem das patrulhas de auto-defesa civil.

Em entrevista concedida à AGEN, d. Pedro Casaldáliga disse que "Panzós transformou-se no símbolo do direito à resistência e de martírio do povo da Guatemala. Por isto, este dia deve ser o Dia Mundial de Solidariedade com o Povo Mártir da Guatemala".

Quero assinar o boletim semanal da **AGEN**. Por isso envio o **cheque ou vale postal** no **valor de Cz$ 2.000,00** (individual) ou **Cz$ 2.500,00 (entidades).**

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

País _____ Número do cheque ou vale postal _____

Telefone _____

Assinatura _____ Data _____

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Reg. Prof. Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro Soares Martins (Reg. Prof. Mtb 17.572)

Correspondentes e Colaboradores: Roberto Garcia Andrade (Rio Branco, AC), Marluze do Socorro Pastor Santos (São Luiz, MA), Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs e Liliana Lavoratti (Porto Alegre, RS), Rosa Dalla Costa (Francisco Beltrão, PR), Valdemar de Oliveira Neto (Recife, PE), José Anchieta Ferreira (Linhares, ES), Cláudio Ronaldo Bordalo (Bel[illegible]aria Alzira Fritzen (Manaus, [illegible] Assis e Angela Silva (Belo[illegible], MG), Ronnie Barbosa Vie[illegible]Goiânia, GO), Antônio Cerveira de Moura (Maceió, AL), Fernando Sopelsa (Zona Leste, São Paulo, SP), José Lourenço Pechtoll (Grande ABC, SP), Newton Carlos (comentarista internacional), Roberto Codas Friedmann (América Central), Beltrina Corte (Bogotá, Colômbia) e Guilherme Salgado Rocha (São Paulo, SP).

Divulgação e contatos: Pe. José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Rev. Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN
Paste up: Jorge Mariano
Impressão: Gráfica Peres Ltda.

DIRETORIA

Presidente: D. Sumio Takatsu
Vice-Presidente: Frei José de Rezende Ribeiro - O.P.
Secretário: Paulo Maldos
Tesoureiro: José Lourenço Pechtoll

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMENICA
TELEX: 11.25824 AECN-BR

24 V 88 SÃO PAULO-SP

ECT Cz$=07,20 P.B.M. 6153 P.B.F. 11163

FREI LUIS THOMAS-CAR.DIOCESANA
R.CAPITAO CHAVES 60
CENTRO
NOVA IGUACU
26000 RJ

IMPRESSO

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

IGREJAS

CMI promove Consulta so

IGREJAS

CMI promove Consulta sobre meio ambiente pág 2
CNBB prepara Campanha da Fraternidade de 1989 pág 2

DIREITOS HUMANOS

D. Paulo e Jaime Wright recebem "honoris causa" nos EUA pág 3

MOVIMENTOS SOCIAIS

EQUIP forma lideranças sindicais no Nordeste pág 3

TERRA

UDR oferece dinheiro à Igreja no Mato Grosso pág 3
Dirigentes da UDR condenados por crime eleitoral pág 3
Fazendeiros invadem área desapropriada pág 4

SOLO URBANO

MDU já tem 19 mil filiados pág 4

AMÉRICA LATINA

AL: religiosos consideram situação "alarmante" pág 4

POLÍTICA

Sarney fica 5 anos: vitória da internacionalização da economia pág 5

OPINIÃO

O momento eclesial brasileiro pág 6



O Congresso Constituinte aprovou, finalmente, o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, frustrando as aspirações populares pela realização de eleições diretas ainda este ano para presidente da República. Política.

PASTOR AMEAÇADO DE MORTE NA BAHIA

Salvador (AGEN) - O reverendo José Moreira Cardoso, pastor da Igreja Presbiteriana Unida na Bahia, está recebendo ameaças de morte de grileiros na região de Bom Jesus da Lapa, no Vale do São Francisco. A direção da IPU enviou telegrama ao governador Valdir Pires e a vários parlamentares evangélicos, como os deputados Lysâneas Maciel (PDT-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ) e Celso Dourado (PMDB-BA), denunciando as ameaças e pedindo garantias à vida do pastor José Moreira Cardoso.

Segundo o pastor Cardoso, tudo começou com a invasão, por parte de grileiros, em 1974, de uma área de 3 mil hectares de propriedade da IPU, que seria utilizada com fins sociais, no Sítio do Mato, município de Bom Jesus da Lapa. Do total, 1.600 ha. já haviam sido divididos, para cerca de 40 famílias de lavradores. De acordo com o religioso, a invasão foi comandada por José Carlos Melo Lisboa, Amâncio José Pereira e Antônio Guerra Lima.

Geisel - Na época, o pastor Cardoso entrou em contato com o então presidente da República, Ernesto Geisel, que determinou uma investigação sobre se teria ocorrido a grilagem. Constatada a grilagem, e como a justiça local determinou a reintegração de posse da área à IPU, o então ministro da Justiça, Armando Falcão, agilizou providências para que a terra fosse devolvida à Igreja Presbiteriana Unida. Os grileiros recorreram ao Tribunal de Justiça do Estado, que por sete votos a zero confirmou a reintegração de posse da área à IPU. Nova apelação dos grileiros, e o Tribunal Federal de Recursos igualmente confirmou a devolução da área.

Haviam se passado sete anos e, em 1981 - prossegue o pastor José Moreira Cardoso -, com a transferência do juiz local, os grileiros conseguiram com políticos que o novo juiz acatasse liminar dos invasores, reabrindo o processo. Apesar da decisão anterior favorável à IPU, em todas as instâncias judiciais, a terra foi devolvida aos grileiros que, em 1983, expulsaram 91 famílias de lavradores que haviam ocupado a área. A IPU impetrou recurso e, como a justiça demorasse a se pronunciar, as famílias resolveram ocupar a área em 1987.

Neste meio tempo, de acordo com o pastor Cardoso, parte da área em litígio foi vendida ao Grupo Aliança, ligado ao Banco Econômico da Bahia. No início de maio, vários homens armados expulsaram as famílias de lavradores. O religioso conta que, durante o desenrolar do caso, foi processado várias vezes, tendo sido defendido, entre outros, por outro pastor presbiteriano, o reverendo João Dias de Araújo. Cardoso diz que há algum tempo vem recebendo ameaças de morte, assim como o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa, Argemiro Martins dos Anjos.

Quando ministro da Previdência Social, em campanha para o governo da Bahia, Valdir Pires foi portador de vários ofícios ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, solicitando a agilização dos processos e garantias à vida dos ameaçados. Eleito governador, Valdir Pires nomeou um dos antigos grileiros, Antônio Guerra Lima, como procurador geral do Estado. O pastor José Moreira Cardoso comenta que o governador tem sistematicamente negado uma audiência ao religioso. Na terceira semana de maio, o Conselho Coordenador da IPU deliberou apelar ao governador Valdir Pires e a parlamentares evangélicos, no sentido de que sejam reconhecidos os direitos das famílias de lavradores, e de garantias à vida dos ameaçados de morte. Em telegrama datado de 28 de maio, remetido à direção da IPU, o governador Valdir Pires afirma ter solicitado, dos órgãos competentes, "imediatas providências" no sentido de garantir a vida do religioso, e de "apurar as denúncias em sua totalidade".

Boletim Nº 107 - 9 de Junho de 1988.

AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMENICA
TELEX: 1125824 AECN-BR

Igrejas

CMI PROMOVE CONSULTA SOBRE MEIO AMBIENTE

São Paulo (AGEN) - O setor Igreja e Sociedade do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) promove, de 26 de junho a 2 de julho, em São Paulo, a Consulta Internacional "Deus, Humanidade e Natureza: uma Comunidade". O objetivo da Consulta, segundo seus organizadores, é "produzir a informação e o diálogo sobre a ação humana no meio ambiente, compreender as dimensões da crise contemporânea e refletir sobre a perspectiva de sua superação por meio do estímulo ao desenvolvimento dos projetos existentes nas Igrejas, de cooperação intereclesiástica e do encontro entre as Igrejas e os movimentos organizados da sociedade".

A Consulta está sendo organizada em conjunto com as Igrejas brasileiras afiliadas ao CMI - Metodista, Luterana, Episcopal, Reformada e Presbiteriana Unida. As atividades serão realizadas no Centro Missionário Consolata. Estão previstas, ainda, visitas a São Bernardo do Campo e a Cubatão. Participarão cerca de 50 pessoas, entre membros do CMI, representantes de Igrejas brasileiras, jornalistas, universitários e ecologistas.

CNBB PREPARA CAMPANHA DA FRATERNIDADE DE 1989

Brasília (AGEN) - Reunida de 24 a 26 de maio, a Presidência e a Comissão Episcopal de Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil iniciaram os preparativos à Campanha da Fraternidade de 1989, sobre a questão da Comunicação Social no país. A CF de 1990 será sobre o tema "Mulher". Foram estas as providências encaminhadas, até a próxima reunião sobre a CF-89, marcada para o período de 21 a 23 de junho:

1 - Comissão de músicos pastoralistas fará a seleção final de 24 músicas das 402 de 67 compositores de todo o país, depois de uma primeira seleção feita pelo Setor de Música da CNBB e do voto indicativo do Encontro Nacional de Coordenadores Regionais da Campanha da Fraternidade, escolhendo em média quatro cantos para cada parte da celebração eucarística.

2 - Cartazes sobre "Comunicação para a Verdade e a Paz" são 31, vindos de diversas partes do Brasil. A escolha do cartaz para a campanha de 1989 será feita, definitivamente, por um grupo de comunicadores, coordenado pelo Setor de Comunicação da Conferência, a partir do voto indicativo realizado em Brasília.

3 - Texto-base sobre "Fraternidade e Comunicação" com 82 páginas, proposto por uma Comissão de Redação, será criticado nos regionais pelos subsecretários, coordenadores da Campanha e agentes de comunicação, até 15 de junho próximo, além das emendas e contribuições dos bispos da presidência e da Comissão Episcopal e dos assessores nacionais. O projeto é aprovar o texto-base na reunião do final de junho, para que seja impresso em julho e distribuído a todas as dioceses.

4 - A Editora Salesiana Dom Bosco, de São Paulo, substituirá o Centro de Pastoral Popular, de Brasília, na edição e distribuição do material da Campanha da Fraternidade. Os pedidos serão feitos ao Secretariado Nacional da Campanha, na sede da CNBB em Brasília, diretamente pelas dioceses ou através do regional. O material será distribuído, também, pelas livrarias católicas.

5 - Tema para a campanha de 1990,a partir das sugestões vindas de 12 dos 15 regionais da CNBB, foi definido pelos bispos: será "Fraternidade e a Mulher". O outro assunto mais votado, "Juventude".

A grande proposta dos coordenadores da Campanha é revitalizar sua organização em todos os níveis, capacitando pessoas para o tema do ano seguinte e aproveitando o apoio dos grupos existentes (negro, menor) para multiplicar a participação.

Síntese

PASTORAL INDÍGENA

Bogotá (AGEN) - O I Encontro Episcopal de Pastoral Indígena da Amazônia será realizado de 23 a 27 de agosto, em Bogotá, Colômbia. A situação dos povos indígenas que vivem na região amazônica, sob a ótica da evangeiização, é o objetivo do Encontro, que nasceu de uma reunião entre os bispos de Puerto Ayacucho, na Venezuela, d. Miguel Alagna, de São Gabriel da Cachoeira (AM), e d. Aldo Mongiano, de Boa Vista (RR). O Encontro está sendo organizado pelo Departamento de Missões (Demis) do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM).

TEÓLOGOS DESTITUÍDOS

Barcelona (AGEN) - Os jesuítas José Maria Castillo e Juan Antonio Estrada, professores de Teologia Dogmática da Faculdade de Granada, conhecidos por suas posições progressistas, foram destituídos de seus cargos, no início de maio. Segundo o jornal "El País", a exoneração dos religiosos foi forçada pelo presidente da Conferência Episcopal da Espanha, d. Ángel Suquía, e faz parte da "ofensiva restauracionista que se desenvolve no seio da Igreja espanhola". José Maria Castillo é um dos inspiradores dos Cadernos de Teologia Popular, que na opinião da Comissão Episcopal para a Doutrina da Fé contém "uma visão muito crítica e demolidora das manifestações, práticas, instituições, usos e pessoas relacionadas com a religião". "El País" informa ainda que o claretiano Benjamín Forcano, diretor da revista bimensal "Misión Abierta", editada em Madrid, foi destituído do cargo, a pedido do cardeal Jozef Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé do Vaticano. A linha editorial de "Misión Abierta" vinha apresentando identificação com a Teologia da Libertação.

SEMINÁRIOS DO CEPTAS

Salvador (AGEN) - O Centro de Pesquisa, Ação Social e Teológica (CEPTAS) promoverá uma série de seminários em junho: dias 10 e 11, oficina de trabalho sobre as "Nações Indígenas ameaçadas de extinção"; dia 19, Dia do Migrante, "Migrações e Movimentos Sociais no Campo". O endereço do CEPTAS: Rua Capelinha de Tororó, nº 01 - 1º andar - Tororó - CEP 40.050 - Salvador - Bahia - fone (071) 321 7184.

ROMARIA NO MS

Campo Grande (AGEN) - A 1ª Romaria da Terra do Mato Grosso do Sul será realizada dia 24 de julho, no assentamento Santo Inácio, município de Dois Irmãos, ligado à Diocese de Jardim. A coordenação do evento é da Comissão Pastoral da Terra - CPT/MS. Maiores informações na CPT/MS, pelo telefone (067) 624 7729, ou na Diocese de Jardim - (067) 251 1002.

EMPRESÁRIOS CRISTÃOS

São Paulo (AGEN) - A Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa (ADCE) promove, de 14 a 30 deste mês, às terças e quintas-feiras, à rua Luiz Coelho, 308, esquina com rua Hadock Lobo, em São Paulo, o Seminário "A Gestão Empresarial e a Doutrina Social Cristã". Informações pelo fone (011) 815 3819, ou 212 1511, ramal 118. O Seminário faz parte da discussão nacional que empresários e políticos cristãos têm promovido sobre a crise política e econômica (AGEN Nº 100).

Direitos Humanos

D. PAULO E JAIME WRIGHT RECEBEM "HONORIS CAUSA" NOS EUA

São Paulo (AGEN) - O cardeal de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, e o pastor da Igreja Presbiteriana Unida (IPU), reverendo Jaime Wright, receberão, no dia 7 de setembro, o título de doutorado "honoris causa" da Universidade de Dubuque, estado de Ioha, nos Estados Unidos, em razão de seu trabalho no Projeto Brasil Nunca Mais, promovido pela Arquidiocese de São Paulo. O Conselho Diretor da Universidade de Dubuque, ligada à Igreja Presbiteriana norte-americana, decidiu conceder o título a d. Paulo e ao pastor Jaime Wright para marcar o exemplo do que pode ser feito a nível ecumênico. Jaime Wright é, atualmente, secretário-geral da IPU.

A Universidade de Dubuque foi a primeira instituição protestante nos EUA a abrigar um Instituto de Teologia dirigido por padres dominicanos, com autorização do Vaticano. O Instituto funciona no próprio campus universitário.

Brasil Nunca Mais - Os órgãos colegiados da Universidade decidiram conceder o título aos religiosos brasileiros a partir de artigo sobre o Projeto Brasil Nunca Mais, publicado em duas partes na "The New Yorker Magazine". Cópias do artigo e exemplares da edição em inglês do livro "Brasil Nunca Mais" ("Torture in Brazil") foram distribuídos aos membros dos colegiados.

O livro "Brasil Nunca Mais", lançado pela Editora Vozes, está em sua 21º edição, o que significa 220 mil exemplares vendidos. Nos EUA, "Torture in Brazil" foi editado pela Ramdom House, uma das maiores editoras norte-americanas. Recentemente, a Vozes lançou o "Perfil dos Atingidos", correspondente ao Tomo 3 do Projeto A de Brasil Nunca Mais, que inclui uma radiografia dos setores sociais atingidos pela repressão, como as mais de 40 organizações de esquerda.

Movimentos Sociais

EQUIP FORMA LIDERANÇAS SINDICAIS NO NORDESTE

Recife (AGEN) - A Escola de Formação Quilombo dos Palmares (Equip) inicia, neste mês, a terceira etapa de seu 1º Curso de Formação Sindical. A Equip é uma entidade autônoma, mas afinada política e ideologicamente com a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Colaborar na união das lutas populares no campo e na cidade, aprofundar a leitura social sobre o Nordeste e apoiar as secretarias estaduais de formação da CUT estão entre os objetivos da Equip, criada no ano passado, a partir de um encontro de dirigentes e assessores sindicais de Pernambuco, Paraíba e Alagoas.

A primeira etapa do Curso de Formação Sindical foi desenvolvida em dezembro passado, em Jaboatão (PE), quando se discutiu a história do movimento sindical, centrais e correntes sindicais, e as forças políticas presentes no movimento sindical. A segunda etapa foi realizada em abril, em Olinda (PE). O objeto de discussão foi o capitalismo. A terceira etapa, neste mês de junho, enfocará o socialismo. A quarta etapa será sobre administração sindical.

Memória Sindical - Está sendo constituído, em Pernambuco, o Centro de Memória Sindical, sob a coordenação do Centro Josué de Castro, com apoio da Secretaria do Trabalho e Ação Social do governo estadual. O Centro tentará recuperar a história do movimento sindical em Pernambuco, e divulgá-la através de palestras, seminários, vídeos e publicações.

Terra

UDR OFERECE DINHEIRO À IGREJA NO MATO GROSSO

Rondonópolis (AGEN) - A União Democrática Ruralista (UDR) de Rondonópolis (MT) está oferecendo dinheiro a todas as paróquias da cidade, no sentido de que a Igreja Católica local cesse as críticas que tem feito contra a entidade dos proprietários rurais. A denúncia é do padre Loacir, da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, que negou o dinheiro que lhe foi oferecido e, em missa dominical, transmitida pela Rádio Clube de Rondonópolis, afirmou: "A Igreja não tem o papel de limpar dinheiro sujo de sangue".

Desde então, a UDR de Rondonópolis tem feito seguidas críticas a religiosos da cidade, como o próprio padre Loacir, o padre Lothar, da Paróquia São José Operário, e a d. Henrique Froehlich, bispo da Diocese de Sinop, que abrange o município de Rondonópolis. De acordo com o "Jornal do Dia", a UDR "vem oferecendo dinheiro para todas as paróquias de Rondonópolis. O objetivo, segundo um membro da Igreja, é aliciar seus membros para que não assumam uma posição crítica contra a entidade. Além de oferecer dinheiro, a UDR está doando alimentos para creches e escolas, na tentativa de conquistar a simpatia da população".

Simpatizante da TFP - A UDR e a Igreja Católica de Rondonópolis estão travando uma verdadeira "batalha" através de cartas publicadas em um jornal local. Numa delas, d. Henrique Froehlich afirma que, "desde sua organização, a UDR já eliminou mais de 300 agricultores". Diz ainda que "defender a moral da UDR é ignorância".

Por sua vez, o presidente da UDR de Rondonópolis, o médico dermatologista Jorge Eduardo Raposo de Medeiros - que, segundo o "Jornal do Dia", é "declarado simpatizante da TFP" -, em suas declarações, ataca a CNBB e sustenta que as ações da UDR "são hoje aplaudidas pelo povo brasileiro".

DIRIGENTES DA UDR CONDENADOS POR CRIME ELEITORAL

Rondonópolis (AGEN) - O presidente da UDR de Rondonópolis (MT), o médico dermatologista Jorge Eduardo Raposo de Medeiros, e o diretor-financeiro e diretor-administrativo da entidade, fazendeiro Edelson Vilela e advogado Ednaldo Carvalho Aguiar, foram condenados a penas de três anos de reclusão, além de multas no valor de Cz$ 40 mil, por "crime eleitoral e falsidade ideológica", conforme sentença do juiz eleitoral Juvenal Pereira da Silva.

Os dirigentes da UDR foram acusados por membros do Partido Comunista do Brasil de terem falsificado panfleto atribuído ao PC do B, durante a campanha eleitoral de 1986. O panfleto falso afirmava que o PC do B apoiava a candidatura de Carlos Bezerra, do PMDB, ao governo do Estado, "pois sua eleição significa um avanço das forças populares e uma base sólida do PC do B em Mato Grosso, para expulsar deste Estado e do Brasil os verdadeiros ladrões do povo, que são os latifundiários, padres, bispos, freiras e pastores das diversas religiões que representam o verdadeiro ópio do povo".

Os panfletos estavam sendo rodados na Gráfica União, então de propriedade de Vanderlei Ferreira de Matos, quando militantes do PC do B souberam e denunciaram o fato à justiça. Dizendo-se enganado, Vanderlei de Matos exigiu da UDR a assinatura do termo de responsabilidade pelo material. O documento, assinado pelos três dirigentes da UDR, foi apreendido, junto a 40 mil panfletos pelos oficiais de justiça, enviados pelo juiz eleitoral responsável na época, José Silvério. A sentença do juiz Juvenal Pereira da Silva foi pronunciada em maio.

FAZENDEIROS INVADEM ÁREA DESAPROPRIADA

São Luis, MA (AGEN) - No dia 25 de maio passado, fazendeiros colocaram 327 cabeças de gado em uma área na comunidade de São José dos Mouras, que havia sido desapropriada em maio de 1987 pelo presidente José Sarney, para fins de reforma agrária. Conflitos na área ocasionaram destruição de casas e benfeitorias, torturas, seqüestros, ameaças de morte e quatro assassinatos, no ano passado.

Segundo Francisco de Paula Rocha, da delegacia sindical de São José dos Mouras, os responsáveis pela violência foram os fazendeiros Francisco Ferreira Lima, o "Chico Messias", e seu genro Elias Figueiredo. Os fazendeiros recorreram várias vezes à justiça para impedir a desapropriação, perdendo em todas as instâncias, até no Tribunal Federal de Recursos, em novembro do ano passado.

Os fazendeiros decidiram abandonar a área, mas, a partir de abril, a compra de gado, colocado em parte da área não desapropriada, já preocupou os lavradores assentados. No final de maio, os fazendeiros colocaram 327 cabeças de gado na área. "Essa atitude - diz Francisco de Paula Rocha - constitui graciosa provocação, uma vez que, além das roças existentes na área, ela já foi desapropriada e sabem os grileiros que foi justamente o gado o maior causador dos últimos conflitos". O clima na área é tensa, pois os lavradores não aceitam qualquer tipo de conciliação.

Síntese

SERINGUEIROS FERIDOS

Xapuri, AC (AGEN) - Os seringueiros Raimundo Pereira da Silva, de 17 anos, e Manuel Santana, de 15, foram feridos a tiros na madrugada do dia 26 de maio. Eles estavam entre as dezenas de seringueiros que haviam ocupado a representação em Xapuri (AC) do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). O órgão governamental havia autorizado o desmatamento do seringal Equador, o que foi feito com o reforço de policiais a 20 de maio. No dia 24, o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) impetrou ação cautelar contra o IBDF e a Construtora Delta, proprietária do seringal Equador. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Francisco Mendes, o atentado contra os seringueiros foi praticado a mando do fazendeiro Darli Alves. Francisco Mendes, que em 1987 recebeu o Prêmio Global 500 da ONU por sua defesa da ecologia, vem recebendo seguidas ameaças de morte (AGEN Nº 104).

DÍVIDAS PERDOADAS

Vitória, ES (AGEN) - A mobilização dos pequenos proprietários rurais de Barra de São Francisco (ES) impediu que fossem leiloadas 27 pequenas propriedades, na última semana de maio, em razão de dívidas no valor de Cz$ 20 milhões. O Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes) perdoou a dívida, e começou a discutir a inadimplência de outros 15 pequenos agricultores.

FAZENDA OCUPADA

Florianópolis (AGEN) - No último dia 25 de maio cerca de 400 famílias de trabalhadores rurais sem terra ocuparam a Fazenda Volta Grande, no município de Abelardo Luz (SC). As famílias de sem terra estão ameaçadas de despejo, pois o proprietário entrou, dia 1º de junho, com processo de reintegração junto ao juiz da Comarca de Xanxerê. As 400 estavam entre as 2.500 famílias despejadas por força policial em outubro do ano passado, de uma fazenda no município de Campo Erê (SC). Sem ter para onde ir, essas famílias haviam feito três acampamentos provisórios nos municípios de Quilombo, Campo Erê e Irani. O Movimento dos Sem Terra pede manifestações de solidariedade aos lavradores, bem como pedidos ao Ministério da Reforma Agrária, no sentido de que as famílias não sejam despejadas novamente.

Solo Urbano

MDU JÁ TEM 19 MIL FILIADOS

Porto Alegre (AGEN) - O Movimento Democrático Urbano (MDU), organização criada no início do ano, defende na cidade o ideário que a União Democrática Ruralista (UDR) advoga no campo, como os princípios da propriedade privada e da não-intervenção do Estado na economia. Recentemente, observadores do MDU foram enviados aos Estados Unidos para acompanhar a campanha presidencial naquele país e colher subsídios à ação do Movimento no Brasil.

O presidente do MDU, Eduardo da Rocha Azevedo, também presidente da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), tem acompanhado pessoalmente as votações no Congresso Constituinte. Azevedo tem feito uma média de dez viagens por mês, a médias e grandes cidades de todo o país, fazendo palestras em associações empresariais e entidades como o Rotary e o Lions Club.

Porção UDR - A porção UDR de Eduardo da Rocha Azevedo está na fazenda Santa Ana do Cuiabano, de sua propriedade, na cidade paulista de Valinhos. Na fazenda, de 38 alqueires, Azevedo criagado - Nelore e Santa Gertrudes - e um conjunto de cavalos puro-sangue - o presidente da Bovespa gosta de montar, e já foi um premiado freqüentador do Jockey Club de São Paulo.

Eduardo da Rocha Azevedo, de 39 anos, integrou o Comando de Caça aos Comunistas. Em 1968, atuou como motorista de um veículo utilizado pelo CCC, no roubo das urnas usadas nas eleições para a diretoria do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. As eleições foram claramente favoráveis aos grupos de esquerda.

O líder do MDU não esconde as suas simpatias por Ronaldo Caiado, o presidente licenciado da UDR, e por lideranças como os governadores Álvaro Dias, Moreira Franco e Fernando Collor de Melo, pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antônio de Medeiros e pelo deputado Guilherme Afif Domingos. Cita, ainda, como liderança emergente, o deputado José Genoíno (PT-SP). E admite que poderia votar em Antônio Ermírio de Moraes para presidente da República.

América Latina

AL: RELIGIOSOS CONSIDERAM SITUAÇÃO "ALARMANTE"

São Paulo (AGEN) - Três frades da Ordem dos Dominicanos, presentes no Brasil para divulgar a situação da América Latina, classificaram de "crucial, alarmante e, em alguns pontos, intensamente violenta" a política de direitos humanos desenvolvida pelos governos, "mascarados de democratas, que não pensam duas vezes antes de oprimir o povo".

Lino Dolan (peruano), João Manuel Perez, que trabalha parte do ano no Haiti, e Miguel Concha, mexicano, comentaram as graves violações dos direitos civis em vários países, dando ênfase a El Salvador, Honduras e Guatemala: nos três, a presença norte-americana se dá de maneira "intensa e repressiva", segundo Miguel Concha, acrescentando:

- Os governos "democráticos" dos três países estão inscritos em uma poderosa estratégia político-militar de contrainsurgência, levada adiante pelo Departamento de Estado dos EUA no governo Reagan. É este o objetivo básico em relação à América Central. Os Estados Unidos os chamam de governos amigos, e eles não respondem, é evidente, às aspirações, anseios e lutas do povo.

Direitos Humanos - A Comissão de DH da ONU analisou relatórios de violências em toda a América Latina e relacionou, lado a lado, os governos do Chile e de El Salvador como os que praticam o maior número de violações. Paralelamente, constatou que o governo de Honduras tem feito crescer quantitativamente os problemas relacionados à dignidade da vida do povo.

Na Guatemala, por exemplo, os bispos, como há muito não faziam, tomaram posição e lançaram uma carta pastoral intitulada **Clamor pela Terra**, defendendo uma política justa no que se refere à distribuição da terra. A Guatemala tem uma situação fundiária mais grave que os países vizinhos tal a concentração de latifúndios.

Menção a Panzós - No documento da Conferência Episcopal da Guatemala é mencionado o massacre de Panzós, ocorrido há dez anos, quando mais de 100 índios camponeses foram assassinados pelas tropas policiais federais, por reivindicarem a terra.

Após a divulgação da mensagem, que repercutiu negativamente em âmbito do governo, iniciou-se a série de injúrias aos membros do Episcopado, conforme relata frei Miguel Concha: "o governo passou a atacar os bispos, classificando-os de traficantes de bebidas alcoólicas, o que é um absurdo".

Política

SARNEY FICA 5 ANOS: VITÓRIA DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA

Brasília (AGEN) - Por 328 votos a favor, 222 contra, 3 abstenções e 5 ausências, foi aprovado, dia 2 de junho, pelo Congresso Constituinte, o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, que ficará no cargo até março de 1990. O texto aprovado resultou da fusão das emendas dos deputados Matheus Iensen (PMDB-PR), Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Basílio Vilani (PMDB-PR). Matheus Iensen, cantor evangélico, pertence à Assembléia de Deus.

O rolo compressor do Palácio do Planalto funcionou com maior eficácia do que quando o Congresso Constituinte, a 22 de março, aprovou, por 304 votos a 213, o mandato de cinco anos para os próximos presidentes da República. Entre outros, defendiam um mandato de quatro anos e votaram, agora, em cinco anos para Sarney, os constituintes Aécio Neves (PMDB-MG), Aluísio Bezerra (PMDB-AC), Messias Soares (PTB-RJ), Acival Gomes (PMDB-SE), Mauro Campos (sem partido-MG), Darcy Deitos (PMDB-PR) e Delfim Netto (PDS-SP). Aécio Neves teria mudado de voto, depois que o governo federal confirmou a liberação de Cz$500 milhões para a Universidade de São João Del Rey; Aluísio Bezerra, pelo apoio federal à construção da Estrada Transcontinental, que irá ligar o Acre ao Peru: Messias Soares, pela promessa de construção de uma via pública ligando várias indústrias em Duque de Caxias (RJ), seu reduto eleitoral.

Internacionalização - A garantia do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney não foi uma vitória da vaidade pessoal, como alguns órgãos de imprensa afirmaram. Foi, antes, uma vitória das forças empenhadas em uma maior internacionalização da economia brasileira, através de vários projetos já em curso: a conversão da dívida externa em investimento, a privatização de empresas estatais e a abertura de Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs). O governo Sarney tem, agora, assegurada a força política para acelerar o processo de internacionalização.

Abaixo, o voto de cada constituinte sobre a duração do mandato do presidente José Sarney, segundo listagem da "Folha de São Paulo":

CONSTITUINTES QUE VOTARAM PELOS 5 ANOS

ACRE
Hélio Dias (PFL)
Luiz Bezerra (PMDB)
Francisco Diógenes (PDS)
Geraldo Fleming (PMDB)
José Melo (PMDB)
Maria Lúcia (PMDB)
Nabor Júnior (PMDB)
Narciso Mendes (PDS)
Osmir Lima (PMDB)
Rubem Branquinho (PMDB)

ALAGOAS
Alberico Cordeiro (PFL)
Antônio Ferreira (PFL)
Divaldo Suruagy (PFL)
Guilherme Palmeira (PFL)
José Thomaz Nonô (PFL)
Vinicius Cansanção (PFL)

AMAPÁ
Annibal Barcellos (PFL)
Eraldo Trindade (PFL)
Geovani Borges (PFL)

AMAZONAS
Áureo Mello (PMDB)
Carlos Di Carli (PMDB)
Correa Benevides (PTB)
Eunice Michiles (PFL)
Ézio Ferreira (PFL)
José Dutra (PMDB)
Leopoldo Peres (PMDB)
Sudie Hauache (PFL)

BAHIA
Angelo Magalhães (PFL)
Benito Gama (PFL)
Carlos Sant'Anna (PMDB)
Eraldo Tinoco (PFL)
Francisco Benjamim (PFL)
Jairo Azi (PFL)
Joíra Carneiro (PFL)
João Alves (PFL)
Jonival Lucas (PFL)
Jorge Viana (PMDB)
José Lourenço (PFL)
Leur Lomanto (PFL)
Luiz Eduardo (PFL)
Luiz Viana Neto (PMDB)
Manoel Castro (PFL)
Milton Barbosa (PMDB)
Sérgio Brito (PFL)
Waldeck Ornélas (PFL)

CEARÁ
Aécio de Barbo (PDS)
Bezerra de Melo (PMDB)
Carlos Benevides (PMDB)
César Cals Neto (PDS)
Cid Saboia de Carvalho (PMDB)
Etevaldo Nogueira (PFL)
Expedito Machado (PMDB)
Furtado Leite (PFL)
Gidel Dantas (PMDB)
José Lins (PFL)
Luiz Marques (PFL)
Manoel Viana (PMDB)
Mauro Benevides (PMDB)
Maura Sampaio (PMDB)
Moysés Pimentel (PMDB)
Orlando Bezerra (PFL)
Osmundo Rebouças (PMDB)
Raimundo Bezerra (PMDB)
Ubiratan Aguiar (PMDB)

DISTRITO FEDERAL
Francisco Carneiro (PMDB)
Márcia Kubitschek (PMDB)
Melo Filho (PMDB)
Walmir Campelo (PFL)

ESPÍRITO SANTO
Gérson Camata (PMDB)
João Calmon (PMDB)
Nyder Barbosa (PMDB)
Stélio Dias (PFL)

GOIÁS
Antonio de Jesus (PMDB)
Délio Braz (PMDB)
Fernando Cunha (PMDB)
Irapuan Costa Júnior (PMDB)
João Natal (PMDB)
José Freire (PMDB)
Lúcia Vânia (PMDB)
Luiz Soyer (PMDB)
Maguito Vilela (PMDB)
Maura Mirando (PMDB)
Naphtali Alves de Souza (PMDB)
Nion Albernaz (PMDB)
Paulo Roberto Cunha (PDC)
Roberto Balestra (PDC)
Siqueira Campos (PDC)

MARANHÃO
Alberico Filho (PMDB)
Alexandre Costa (PFL)
Antônio Gaspar (PMDB)
Cid Carvalho (PMDB)
Costa Ferreira (PFL)
Davi Alves Silva (PDS)
Edison Lobão (PFL)
Edivaldo Holanda (PFL)
Eliezer Moreira (PFL)
Enoc Vieira (PFL)
Francisco Coelho (PFL)
Joaquim Haickel (PMDB)
José Teixeira (PFL)
Onofre Corrêa (PMDB)
Victor Trovão (PFL)
Vieira da Silva (PDS)
Wagner Lago (PMDB)

MATO GROSSO
Joaquim Sucena (PTB)
Janos Pinheiro (PFL)
Júlio Campos (PFL)
Louremberg Nunes Rocha (PTB)
Osvaldo Sobrinho (PTB)
Roberto Campos (PDS)
Rodrigues Palma (PTB)
Ubiratan Spinelli (PDS)

MATO GROSSO DO SUL
Gandi Jamil (PFL)
Ivo Gersósimo (PMDB)
José Elias (PTB)
Levy Dias (PFL)
Rachid Saldanha Derzi (PMDB)
Rubem Figueiro (PMDB)

MINAS GERAIS
Aécio Neves (PMDB)
Alfredo Campos (PMDB)
Aloísio Vasconcelos (PMDB)
Álvaro Antônio (PMDB)
Alysson Paulinelli (PFL)
Bonifácio de Andrada (PDS)
Cristóvam Chiaradia (PFL)
Dalton Canabrava (PMDB)
Elias Murad (PTB)
Genésio Bernardino (PMDB)
Gil César (PMDB)
Hélio Costa (PMDB)
Homero Santos (PFL)
Humberto Souto (PFL)
Israel Pinheiro Filho (PMDB)
José da Conceição (PMDB)
José Geraldo (PMDB)
José Santana de Vasconcellos (PFL)
José Ulisses de Oliveira (PMDB)
Lael Varella (PFL)
Leopoldo Bessone (PMDB)
Marcos Lima (PMDB)
Mário Assad (PFL)
Mário Bouchardet (PMDB)
Mário de Oliveira (PMDB)
Maurício Campos (PFL)
Maurício Pádua (PMDB)
Mauro Campos (sem partido)
Melo Freire (PMDB)
Mello Reis (PDS)
Milton Lima (PMDB)
Milton Reis (PMDB)
Oscar Corrêa (PFL)
Raimundo Rezende (PMDB)
Raul Belém (PMDB)
Roberto Vital (PMDB)
Ronaldo Carvalho (PMDB)
Ronaro Corrêa (PFL)
Rosa Prata (PMDB)
Sérgio Werneck (PMDB)
Virgílio Galassi (PDS)

PARÁ
Aloysio Chaves (PFL)
Amilcar Moreira (PMDB)
Arnaldo Moraes (PMDB)
Asdrubal Bentes (PMDB)
Benedicta Monteiro (PTB)
Carlos Vinagre (PMDB)
Dionísio Hage (PFL)
Domingos Juvenil (PMDB)
Eliel Rodrigues (PMDB)
Fausto Fernandes (PMDB)
Fernando Velasco (PMDB)
Gabriel Guerreiro (PMDB)
Gerson Peres (PDS)
Jarbas Passarinho (PDS)
João Menezes (PFL)
Jorge Arbage (PDS)
Manoel Ribeiro (PMDB)
Paulo Roberto (PMDB)

PARAÍBA
Adauto Pereira (PDS)
Agassiz Almeida (PMDB)
Aluízio Campos (PMDB)
Edivaldo Motta (PMDB)
Edme Tavares (PFL)
Evaldo Gonçalves (PFL)
Humberto Lucena (PMDB)
João Agripino (PMDB)
João da Mata (PFL)
José Maranhão (PMDB)
Marcondes Gadelha (PFL)
Raimundo Lira (PMDB)

PARANÁ
Alarico Abib (PMDB)
Antonio Ueno (PFL)
Basílio Villani (PMDB)
Darcy Deitos (PMDB)
Dionísio Dal Prá (PFL)
Ervin Bonkoski (sem partido)
Jacy Scanagatta (PFL)
José Carlos Martinez (PMDB)
Jovanni Masini (PMDB)
Matheus Iensen (PMDB)
Mattos Leão (PMDB)
Maurício Nasser (PMDB)
Max Rosenmann (PMDB)
Oswaldo Trevisan (PMDB)
Paulo Pimentel (PFL)
Renato Bernardi (PMDB)
Renato Johnsson (PMDB)
Santinho Furtado (PMDB)
Sérgio Spada (PMDB)

PERNAMBUCO
Fernando Bezerra Coelho (PMDB)
Gilson Machado (PFL)
Marlon Godelha (PMDB)
Inocêncio Oliveira (PFL)
José Carlos Vasconcelos (PMDB)
José Jorge (PFL)
José Mendonça Bezerra (PFL)
José Moura (PFL)
José Tinoco (PFL)
Nilson Gibson (PMDB)
Osvaldo Coelho (PFL)
Paulo Marques (PFL)
Ricardo Fiuza (PFL)
Salatiel Carvalho (PFL)

PIAUÍ
Álvaro Pacheco (PFL)
Átila Lira (PFL)
Felipe Mendes (PDS)
Heráclito Fortes (PMDB)
Jesualdo Cavalcanti (PFL)
Jesus Tajra (PFL)
João Lobo (PFL)
José Luiz Maia (PDS)
Mussa Demes (PFL)
Paes Landim (PFL)

RIO GRANDE DO NORTE
Antônio Câmara (PMDB)
Carlos Alberto (PTB)
Flávio Rocha (PFL)
Henrique Eduardo Alves (PMDB)
Iberê Ferreira (PFL)
Ismael Wanderley (PMDB)
Jessé Freire (PFL)
Vingt Rosado (PMDB)

RIO GRANDE DO SUL
Arnaldo Prieto (PFL)
Darcy Pozza (PDS)
Erico Pegoraro (PFL)
Hilário Braun (PMDB)
Ivo Mainard (PMDB)
João de Deus Antunes (PDT)
Júlio Costamilan (PMDB)
Luís Roberto Ponte (PMDB)
Osvaldo Bender (PDS)
Paulo Mincarone (PMDB)
Rospide Netto (PMDB)
Ruy Nedel (PMDB)
Telma Kirst (PDS)

RIO DE JANEIRO
Afonso Arinos (PFL)
Abigaia Teixeira (PMDB)
Amaral Netto (PDS)
Aroldo de Oliveira (PFL)
Daso Coimbra (PMDB)
Denisar Arneiro (PMDB)
Fábio Raunheitti (PTB)
Feres Nader (PDT)
Flavio Palmier da Veiga (PMDB)
Gustavo de Faria (PMDB)
Jorge Leite (PMDB)
José Luiz de Sá (PL)
Messias Soares (PTR)
Nelson Sabrá (PFL)
Osmar Leitão (PFL)
Roberto Augusto (PTB)
Roberto Jefferson (PTB)
Rubem Medina (PFL)
Simão Sessim (PFL)
Sotero Cunha (PDC)

RONDÔNIA
Arnaldo Martins (PMDB)
Assis Canuto (PFL)
Chagas Neto (PMDB)
Francisco Sales (PMDB)
José Viana (PMDB)
Odacir Soares (PFL)
Olavo Pires (PMDB)
Rita Furtado (PFL)

RORAIMA
Chagas Duarte (PFL)
Mariuce Pinto (PMDB)
Mozarildo Cavalcanti (PFL)
Ottomar Pinto (PMDB)

SANTA CATARINA
Alexandre Puzyna (PMDB)
Eduardo Moreira (PMDB)
Geovah Amarante (PMDB)
Ivo Vanderlinde (PMDB)
Orlando Pacheco (PFL)
Renato Vianna (PMDB)
Rubervel Piloto (PDS)
Victor Fontana (PFL)

SÃO PAULO
Agripino de Oliveira Lima (PFL)
Airton Sandoval (PMDB)
Antonio Salim Curiati (PDS)
Arnold Fioravante (PDS)
Cardoso Alves (PMDB)
Delfim Netto (PDS)
Fausto Rocha (PFL)
Felipe Cheidde (PMDB)
Francisco Amaral (PMDB)
Gastone Righi (PTB)
Gerson Marcondes (PMDB)
Hélio Rosas (PMDB)
João Rezek (PMDB)
José Camargo (PFL)
José Egreja (PTB)
Maluly Neto (PFL)
Manoel Moreira (PMDB)
Michel Temer (PMDB)
Paulo Zarzur (PMDB)
Ricardo Izar (PFL)
Roberto Rollemberg (PMDB)
Samir Achôa (PMDB)
Theodoro Mendes (PMDB)
Tito Costa (PMDB)

SERGIPE
Acival Gomes (PMDB)
Albano Franco (PMDB)
Antônio Carlos Franco (PMDB)
Bosco França (PMDB)
Cleonâncio Fonseca (PFL)
Djenal Gonçalves (PMDB)
Francisco Rollemberg (PMDB)
João Machado Rollemberg (PFL)
José Queiroz (PFL)
Lourival Baptista (PFL)
Messias Góis (PFL)

O MOMENTO ECLESIAL BRASILEIRO

* José Oscar Beozzo
* Jether Pereira Ramalho

NA IGREJA CATÓLICA:

A luta dos negros desafia as Igrejas. - Neste maio de 1988, há cem anos da abolição legal da escravidão no Brasil, a questão negra voltou a ser tema central, recolocando a nu as desigualdades gritantes da sociedade brasileira, não só em termos econômicos, políticos e sociais, mas também raciais. Trouxe novamente à tona as contradições do Estado, das Igrejas, da Universidade e dos movimentos populares e partidos em relação à escravidão e às suas seqüelas na sociedade brasileira.

A Igreja Católica, marcadamente negra nas suas comunidades de base, nos seus romeiros e manifestações populares de massa, é ainda hegemonicamente branca na sua hierarquia. São apenas seis bispos, num total de 378 e 200 padres em perto de 13.000, ou seja, 1,5% dos bispos e 1,53% dos padres, quando a proporção da população negra e mestiça alcança 45% no conjunto da população brasileira. Entre as religiosas o processo de enegrecimento dos seus quadros vem se processando muito mais rapidamente do que nas congregações religiosas masculinas e entre o clero secular. O grande número de dirigentes negros nas organizações de base da Igreja Católica, os encontros e depois a articulação dos negros no Movimento União e Consciência Negra e mais tarde no grupo dos Agentes de Pastoral Negros, a conversão de importantes setores da Igreja para as lutas dos mais pobres, tornou possível o tema "O Negro e a Fraternidade" na Campanha da Fraternidade de 88.

O fato mais importante é a escolha do tema em si e que a Igreja Católica reconhecesse publicamente seu envolvimento histórico com a escravidão; que a Campanha tomasse um tom penitencial e assumisse a reconstrução das comunidades, da liturgia, da prática Pastoral e teológica num compromisso com as lutas e os valores da comunidade negra católica, evangélica e presente nos cultos afro-brasileiros. As contradições internas ficaram expostas na proposta dos lemas: "Negro, um clamor de justiça", apresentado pela comunidade negra, "Muitas raças, um só povo", veiculado pela Arquidiocese do Rio de Janeiro e "Ouvi o clamor deste povo", escolhido pela CNBB. Pela primeira vez houve um racha público na organização da Campanha, com a Arquidiocese do Rio de Janeiro preparando cartazes, texto-base e subsídios próprios, sendo seguida por várias outras dioceses. A Rede Globo de Televisão veiculou as "chamadas" preparadas pela Arquidiocese do Rio de Janeiro e boicotou as da CNBB. O tema tocou problema central no cotidiano das camadas populares, teve acolhida calorosa em certas áreas, suscitou perplexidade e mal-estar em outras, foi marginalizado em algumas paróquias. No dia 12 de maio, nos Arcos da Lapa no Rio de Janeiro, 300 artistas negros apresentaram a Missa dos Quilombos, de autoria de Pedro Casaldáliga, Pedro Tierra e música de Milton Nascimento. Em 1982 a Missa fora proibida pela Congregação para o Culto Divino. Nesse mesmo dia, o Exército reprimiu passeata de 10.000 negros, sob "suspeita" de que iriam desrespeitar o Duque de Caxias, patrono do Exército. Os discursos no Congresso foram vaiados e boa parte das comemorações oficiais do 13 de Maio foi boicotada pela comunidade negra, que continua insistindo em celebrar a 20 de Novembro, dia da morte de Zumbi, o último chefe dos Quilombos dos Palmares, como o dia da Consciência Negra. Silenciosamente, pela base, multiplicaram-se os contatos ecumênicos, as celebrações em comum, e passou a aflorar, na liturgia católica, elementos culturais das tradições africanas. Mais de um milhão de exemplares do texto-base da Campanha foram distribuídos, sem contar os outros subsídios, cartilhas e livretos preparados pelo movimento negro. Só a longo prazo será possível avaliar todos os efeitos e conseqüências desta CF-88.

Os desafios no campo da política - No plano político, a Igreja Católica esteve sob cerrada campanha dos principais órgãos de imprensa acionados pelos lobbies de mineradores, madeireiras, companhias de terras, por conta do seu apoio na Constituinte à demarcação e preservação das terras indígenas e à viabilização da Reforma Agrária. Dentro da Igreja, o CIMI e a CPT foram os alvos mais diretos da campanha que se desdobrou em atentado à vida de d. Erwin Kräutler, presidente do CIMI, na chacina dos índios Tikunas e na multiplicação dos assassinatos de líderes sindicais e dirigentes de comunidades rurais, na acusação irresponsável do bispo d. Boaventura Kloppenburg de que a CPT estaria incentivando a luta armada no campo. No sul do país, no centro-oeste, norte e nordeste, vários bispos condenaram publicamente a UDR e sua política de violência no campo e de intransigência frente à Reforma Agrária.

A declaração da presidência da CNBB sobre a corrupção no Governo, o abandono dos compromissos de cunho social e político assumidos na transição democrática, criou impacto, gerando uma resposta imediata do presidente e dando alento à CPI da corrupção no Congresso.

À vitória na Constituinte acerca da maior protenção das terras indígenas, correspondeu um forte entrave na questão da reforma agrária, onde a UDR conseguiu subtrair à desapropriação para fins de reforma agrária as assim chamadas "terras produtivas".

As relações com Roma - Nas relações entre a CNBB e a Santa Sé subsistem áreas impermeáveis ao diálogo, como a de nomeação de bispos e outras, onde vai se implantando lentamente um processo de consulta e cooperação. Na nomeação de bispos, deu-se como certa a ida de d. Luciano Mendes de Almeida para a Sé primaz do Brasil, Salvador da Bahia. E o nomeado foi d. Lucas Moreira Neves. D. Luciano já fora preterido para a Sé de Manaus, onde todos os bispos do regional indicaram seu nome, com exceção apenas do bispo de Parintins, que acabou sendo o escolhido, pela Nunciatura, para administrador apostólico, durante a Sé vacante. Foi com surpresa e constrangimento que se recebeu a transferência de d. Luciano, de São Paulo, para Mariana, cidade que parou no século XVIII e é considerada das mais conservadoras do país. Mais de cem bispos solicitaram na última assembléia da CNBB uma discussão aberta sobre os processos de nomeação de bispos, mas faltaram dez votos para que o assunto entrasse em pauta. Muitos deixaram de votar a favor por desânimo. O tema já fora discutido em outras ocasiões e sugestões enviadas à Santa Sé, com resultados aparentemente inversos ao esperado. O povo de Deus, o clero das dioceses, a Igreja local, o colégio de bispos da província eclesiástica, dos regionais e a própria CNBB vêm sendo mantidos totalmente à margem de escolhas que são determinantes para a vida das igrejas particulares e para o futuro da Igreja.

Noutros campos, vai se instaurando um processo de consulta e negociação. Para a visita aos seminários, onde surgiram tantos impasses e conflitos, com a vinda inclusive de um cardeal alemão, acompanhado de um bispo argentino e outro português para visitarem a Faculdade de Teologia de São Paulo, em 1985, a CNBB está apresentando uma ou mais ternas de bispos por regionais. Dessas ternas será escolhido por Roma o visitador para cada área.

A reflexão teológica - Também no referente à coleção Teologia e Libertação, onde o acordo alcançado em abril de 1986 entre o Comitê Editorial e a presidência da CNBB fora inviabilizado pela indicação, sem prévia discussão, de três outros bispos saídos do CELAM (Argentina, Colômbia e México) e de um quarto diretamente da Congregação para o Culto da Fé, chegou-se novamente a um entendimento: a Comissão de Doutrina da CNBB passa a acompanhar o Comitê Editorial, no que tange à ortodoxia dos textos, permanecendo o imprimatur sob a responsabilidade do Bispo do autor da sede da Casa Editorial. A vigilância da CED da CNBB estende-se ao conjunto da obra, e não apenas aos textos de autores brasileiros.

A divisão da Arquidiocese de São Paulo - Finalmente, na momentosa questão da divisão da Arquidiocese de São Paulo, que se estava processando contra a vontade das comunidades, contra o desejo do clero e contra o parecer do colégio episcopal da cidade, a Assembléia da CNBB discutiu o assunto, propondo que a questão de São Paulo não fosse resolvida isoladamente e sim no âmbito de problemas semelhantes de todas as regiões metropolitanas do país. A discussão do assunto a nível de CNBB e também de opinião pública, abriu provavelmente um espaço para a reconsideração da decisão já tomada de retalhar a Arquidiocese de São Paulo. Recortar novas dioceses no próprio tecido urbano traz o risco de inviabilizar qualquer pastoral de conjunto não só para a região metropolitana, mas para a própria cidade, já que se cogitava da criação de dioceses tanto nos municípios de Osasco e Itapecirica, como nos bairros de Santo Amaro e São Miguel Paulista. Sintomaticamente, a população de Santo Amaro rejeitou há pouco, em plebiscito, por larga maioria, a sua separação do município de São Paulo. Um pouco mais de consulta e de democracia interna na Igreja ajudariam a arejar o ambiente e a diminuir a dose de arbítrio e de erro em decisões que são finalmente pastorais e afetam a vida e o destino das comunidades.

NAS IGREJAS EVANGÉLICAS:

II Assembléia Geral do CLAI - Continuam em ritmo intenso os preparativos para a II Assembléia do Conselho Latino-Americano de Igrejas, a realizar-se em Itaici no final de outubro e princípio de novembro. O tema geral do evento é "Igreja - a caminho de uma esperança solidária". Espera-se uma assembléia de 600 pessoas, com a participação de mais de 100 igrejas das diversas denominações evangélicas.

Antecedendo a Assembléia haverá, em Quito, no mês de julho, o Encontro Latino-Americano e Caribenho de Organismos Ecumênicos que reunirá cerca de 90 instituições ecumênicas do Continente. O aprofundamento dos laços de solidariedade, debates sobre o sentido do ecumenismo hoje e perspectivas de um projeto ecumênico para a próxima década serão os temas principais. Do Brasil participarão 13 grupos ecumênicos.

Há uma expectativa muito grande sobre esses acontecimentos que poderão se constituir em grande impulso para o movimento ecumênico.

Crise na Igreja Eletrônica - No momento em que se anuncia a inauguração, no Rio, da TV-RIO, do Pastor Fanini, vem a público mais um escândalo produzido pelos tele-evangelistas norte-americanos. Desta vez o protagonista foi um dos mais afamados pastores eletrônicos, Jimmy Swagart, acusado de atos de perversão sexual. Ele possuía um verdadeiro império econômico, mantinha posições políticas reacionárias, inclusive de apoio aos "contras" e ao regime de Pinochet e defendia uma perspectiva teológica fundamentalista contrária à teologia da libertação. A sua queda, que foi a continuidade de escândalos anteriores de outros tele-evangelistas, veio mostrar a fragilidade desse tipo de movimento, que não tem vinculação orgânica com nenhuma igreja evangélica e que usa os meios de comunicação de massa como a sua arma poderosa.

Os parlamentares evangélicos - Também nos últimos meses esteve em destaque a atuação da chamada bancada evangélica na Assembléia Constituinte. A grande maioria votou sempre a favor das propostas antipopulares, coordenadas pelo Centrão. Houve, entretanto exceções de alguns parlamentares evangélicos combativos, que se posicionaram com firmeza a favor dos interesses populares. Um elemento positivo é que muitos membros das comunidades locais evangélicas e da própria hierarquia, vieram a público repudiar esse comportamento da maioria dos deputados evangélicos, afirmando que eles não têm legitimidade para representar o pensamento das igrejas. O jornal "O Dia" do Rio de Janeiro fez uma entrevista com participantes das diversas denominações (Batista, Luterana, Metodista, Congregacional, Assembléia de Deus) que se mostraram revoltados com a posição política da maioria da chamada bancada evangélica.

O avanço das Igrejas Pentecostais - Esse fenômeno continua chamando atenção dos meios eclesiais de forma geral. Não resta dúvida que essas igrejas vão se fortalecendo na zona rural e nas periferias das cidades, atingindo predominantemente as camadas mais pobres da população. Há muitos tipos de igrejas pentecostais: algumas mais institucionalizadas, outras mais autônomas. A aceitação de sua mensagem e do seu estilo do culto por amplos setores populares está exigindo uma interpretação mais aprofundada e estudada. Os pentecostais já se constituem em força social e política considerável e não podem ser julgados com simplismos. Estão sendo alvo de atenção forte dos políticos conservadores e de atenções governamentais. É fato para reflexão urgente por parte de todas as igrejas.

* José Oscar Beozzo - sacerdote católico, historiador.
* Jether Pereira Ramalho - evangélico, sociólogo.

Síntese

ATENTADO CONTRA CARDEAL

Fortaleza (AGEN - CNBB) - A residência de d. Aloísio Lorscheider, cardeal de Fortaleza (CE), foi invadida às 3 horas da madrugada de 28 para 29 de maio, por dois homens que renderam o vigia, entraram no jardim e forçaram a janela do quarto do arcebispo. Mas ele estava no sul do país, para onde viajara naquela noite. É a terceira vez que a violência ronda a casa do arcebispo do Ceará, sempre de madrugada, com bomba explodindo no jardim e matança sucessiva dos cães de guarda, além de insistentes telefonemas anônimos de ameaça. Este atentado, informou o Regional Nordeste-1 da Conferência dos Bispos, está ligado a duas posições tomadas pelo cardeal recentemente:

1 - Com mensagem ao povo cearense, dia 13 de maio, apoiando a greve dos têxteis e dos metalúrgicos, que se protelava há 20 dias, com omissão da imprensa e repressão da polícia.

2 - Com entrevista coletiva, dia 25 de maio, em que d. Aloísio Lorscheider defendeu a terra dos índios Tapeba, de Calcaia, na periferia de Fortaleza, que está sendo invadida por políticos do Ceará. A entrevista foi dada porque uma comissão da FUNAI esteve em Fortaleza de 23 a 25 de maio, fazendo o jogo dos políticos contra os interesses indígenas. D. Aloísio já recebeu quase 4 mil cartões com assinatura da Suíça e da Alemanha se solidarizando com ele pela sua "luta pacífica por mais justiça social e preservação dos direitos humanos no Brasil". A invasão à residência de d. Aloísio ainda não foi esclarecida pela polícia do Ceará.

SENADOR DA UDR

Fortaleza (AGEN) - José Afonso Sancho, que assumiu a vaga no Senado Federal de Virgílio Távora, morto a 3 de junho de câncer em São Paulo, é membro da União Democrática Ruralista (UDR) do Ceará. Além de agropecuarista, José Afonso Sancho é proprietário do jornal "Tribuna do Ceará" e do Banco Popular de Fortaleza (Banfort).

DEPUTADO MORTO

Porto Alegre (AGEN) - Prosseguem as investigações em torno do assassinato do deputado estadual José Antônio Daudt, ocorrido a 4 de junho. Dias antes, a Assembléia Legislativa gaúcha havia aprovado projeto de sua autoria, proibindo a produção e venda, no Rio Grande do Sul, de qualquer substância "spray", que contenha elementos que ajudem na destruição da camada de ozônio.

Última Página

São Paulo, junho de 1988.

Prezado amigo assinante:

Você, que já tem contribuído com a sua parte para o fortalecimento da imprensa democrática em nosso país, através da assinatura do boletim semanal da AGEN, está sendo convidado a fazer um novo esforço, a fim de impulsionarmos ainda mais o trabalho desenvolvido pela Agência Ecumênica de Notícias.

Estamos iniciando uma grande e massiva campanha de assinaturas. Queremos, em quatro meses, dobrar o número de assinantes. Sabemos que a tarefa não será fácil. De maneira alguma, ainda mais se nos dermos conta da grave situação financeira do Brasil, obrigando as pessoas a dar um novo aperto no cinto.

Mas, por isto mesmo, temos de acreditar, com força redobrada, na tarefa da imprensa não comprometida com os grandes grupos econômicos, como é o caso da AGEN. A sua ajuda é fundamental. Veja por que:

● a sugestão é que cada assinante consiga novos assinantes do boletim. **Para cada assinante novo, você ganha, como estímulo, um mês grátis quando da renovação de sua assinatura.** Assim, por exemplo, se você fizer propaganda do trabalho da AGEN, e conseguir convencer três pessoas a fazerem a assinatura, quando for renovar a sua ganhará três meses grátis. E assim por diante...

Para isto, manteremos um arquivo específico, contendo o número de assinantes que você conseguiu. Solicitamos, somente, que o novo assinante nos informe quem o convenceu a fazer a assinatura. Isto é simples.

Com a campanha sendo iniciada agora, em fins de maio, princípio de junho, esperamos ter, no final de setembro, boas e agradáveis notícias para lhe enviar. No nosso endereço (ou pelo telefone) continuamos sempre às ordens para quaisquer dúvidas e outras informações. A AGEN é um esforço coletivo, em nome da construção da democracia através da boa informação, a serviço da verdade e da justiça.

Um desafio para todos nós, agora, é abraçar a tarefa de solidificar a AGEN. Está disposto?

Um abraço amigo e fraterno,

Padre José Domingos Bragheto
Responsável pelo setor de contatos e divulgação.

Quero assinar o boletim semanal da AGEN. Por isso envio o cheque ou vale postal no valor de Cz$ 2.000,00 (individual) ou Cz$ 2.500,00 (entidades).

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

País _____ Número do cheque ou vale postal _____

Telefone _____

Assinatura _____ Data _____

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Reg. Prof. Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro Soares Martins (Reg. Prof. Mtb 17.572)

Correspondentes e Colaboradores: Roberto Garcia Andrade (Rio Branco, AC), Marluze do Socorro Pastor Santos (São Luiz, MA), Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs e Liliana Lavoratti (Porto Alegre, RS), Rosa Dalla Costa (Francisco Beltrão, PR), Valdemar de Oliveira Neto (Recife, PE), José Anchieta Ferreira (Linhares, ES), Cláudio Ronaldo Bordalo (Belém, PA), Maria Alzira Fritzen (Manaus, AM) Chico Assis e Angela Silva (Belo Ho[illegible] MG), Ronnie Barbosa Vieira [illegible], GO), Antônio Cerveira de Moura (Maceió AL), Fernando Sopelsa (Zona Leste, São Paulo, SP), José Lourenço Pechtoll (Grande ABC, SP), Newton Carlos (comentarista internacional), Roberto Codas Friedmann (América Central), Beltrina Corte (Bogotá, Colômbia) e Guilherme Salgado Rocha (São Paulo, SP).

Divulgação e contatos: Pe. José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Rev. Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN
Impressão: Gráfica Peres Ltda.

DIRETORIA

Presidente: D. Sumio Takatsu
Vice-Presidente: Frei José de Rezende Ribeiro - O.P.
Secretário: Paulo Maldos
Tesoureiro: José Lourenço Pechtoll

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS
AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMENICA
TELEX: 11.25824 AECN-BR

METRO LUZ 14 VI 88 SÃO PAULO-SP
BRASIL CORREIO Cz$ =07,20
P.B.M. 6453 P.E. 44163

00002 1003-89 SEM
CN/MNDDH REGIONAL LESTE I
R.CAPITAO CHAVES 60 RJ
26000 NOVA IGUACU

IMPRESSO

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

IGREJAS

Atentado contra missionários em Roraima pág 2
Campanha sobre armamentismo preocupa Ratzinger pág 2
Missionários italianos debatem atuação na Amazônia pág 2
Equipe do CMI visita o Brasil pág 2

MOVIMENTOS SOCIAIS

MOPS denuncia autoritarismo na descentralização da saúde pág 3
DNOCS descumpre acordo e trabalhadores param barragem pág 3

TERRA

Entidades exigem apuração de assassinato pág 4
Denunciado trabalho escravo no Pará pág 4
Reaberto processo sobre morte de Wilson Pinheiro pág 4
Polícia reprime cortadores de cana em Goiás pág 5

SOLO URBANO

Ocupações em São Paulo atingem 22 mil famílias pág 5

PACIFISMO

Sarney fala de paz e Brasil vende armas pág 5

POVOS INDÍGENAS

Condenação de índios provoca revolta pág 5
CIMI vê avanços no capítulo sobre índios pág 6
O que foi aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte, em 1º de junho de 1988 pág 6

POLÍTICA

Vereadores brasileiros visitam a URSS pág 6

ECOLOGIA

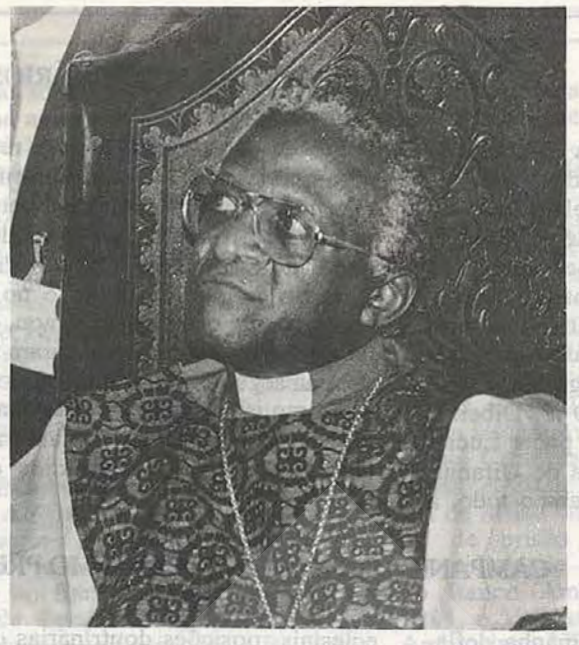
Repressão no Dia do Meio Ambiente pág 7

BÍBLIA

A escravidão na Bíblia pág 7

MEMÓRIA

Rafael, Palacios, mártir em El Salvador pág 8



O arcebispo sul-africano Desmond Tutu, Prêmio Nobel da Paz, continua recebendo muitas pressões e ameaças por parte do regime racista da África do Sul, patrono do apartheid. Essa situação opressiva, simbolizada por Tutu, exige uma solidariedade cada vez maior dos homens e mulheres de boa vontade no Brasil.

ASSASSINATO DE SINDICALISTA GERA CLIMA DE TENSÃO

Cabo Frio, RJ(CPT-AGEN) - Depois de ter passado quase 5 dias em estado de coma no Hospital Santa Isabel, em Cabo Frio-RJ, faleceu no dia 11 de junho, às 12 horas, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan. Sebastião, de 45 anos, pai de 9 filhos, foi baleado no dia 6 de junho, por pistoleiros, quando estava esperando ônibus no Km 123,5 da rodovia Amaral Peixoto, em Cabo Frio.

Ele integrava uma Comissão de trabalhadores rurais que tinha audiência marcada com o Ministro da Reforma Agrária, Jáder Barbalho, no dia 7 de junho, em Brasília. Ia levando documentos que denunciavam violências contra posseiros na zona rural do município. A pasta em que levava essa documentação foi roubada pelos assassinos durante a emboscada.

Sebastião Lan era posseiro na Fazenda Campos Novos, onde, desde 1968, os lavradores vinham lutando pela desapropriação e seu assentamento na área.

Em 1983, o governo federal desapropriou 2.500 hectares dessa área para assentamento das 300 famílias de posseiros. Mesmo tendo sido concedida pelo INCRA, imissão de posse aos lavradores, até hoje as autoridades não deram nenhum passo efetivo para assentá-los. Uma outra parte da fazenda (1.800 ha) também foi desapropriada, mas sem imissão de posse.

Grilagem - Com isso, a área vem sendo objeto de grilagens constantes. A justiça federal determinou a retirada dos grileiros, mas não tomou nenhuma medida para que fosse cumprida a determinação. Os grileiros continuaram na área, aumentaram em número e intensificaram a violência contra os posseiros.

Há mais de cinco meses, Tião Lan vinha denunciando às autoridades estaduais e federais as ameaças de morte contra a sua pessoa por parte dos grileiros. Ele mesmo já tinha comentado entre familiares e companheiros - segundo o **Jornal do Brasil/Cidade,** de 8/6/88 - que sua morte tinha sido tramada há mais de um mês pela UDR local, numa reunião realizada em Botafogo, lugarejo do distrito de Búzios, município de Cabo Frio. Dessa reunião participaram os grileiros conhecidos como "Zé Florzinha", Evaldo Ferreira de Freitas ("Zé Maciel") e o administrador da Fazenda Campos Novos, Hermes Benite Vicente.

O delegado Hélio Luz, do gabinete do Secretário de Polícia Civil do Rio, Hélio Saboya, que foi a Cabo Frio para fazer investigações, disse que as únicas pessoas que ganhariam com a morte de Tião seriam Jamil Curi Miziarca, dono da Fazenda Campos Novos, seu administrador, Hermes Benite Vicente, e outros grileiros.

Logo após o atentado, enquanto Sebastião ainda se debatia no hospital, entre a vida e a morte, várias entidades do Rio de Janeiro emitiram uma nota assinada pela CPT-RJ, FETAG-RJ, MST, ABRA-RJ, IBASE, CEDAC, CNRA, CPT-SC, Diocese de Chapecó, Bloco Parlamentar PT, PV, CPI da Terra, CEDI, FAMERJ, SERPAJ-RJ, CDDH-RJ, FASE Nacional e CUT-RJ.

Boletim Nº 108 - 16 de Junho de 1988.

AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. - FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMENICA
TELEX: 1125824 AECN-BR

Igrejas

ATENTADO CONTRA MISSIONÁRIOS EM RORAIMA

Boa Vista (AGEN) - A Diocese de Roraima repudiou o atentado à vida de dois missionários da Consolata, que estavam exercendo seu ministério sacerdotal, dias 28 e 29 de maio, nas capelas de Uiramutan, Willimon e Camararé. Os padres são italianos que defendem a terra dos índios: Luciano Stefanini, que está há 21 anos no Brasil, e Tiago Mena, que está há um ano no país. O sr. Dibernis Mota perturbou a missa do padre Luciano, às 19:15 horas, na Vila do Uiramutan, fumando e falando o tempo todo, a ponto de ser convidado a se retirar por alguns líderes, que foram informados de que ele estava ali com revólver e facão para matar o padre, a mando do fazendeiro Jair Alves dos Reis. O padre foi informado, sentiu o perigo e no dia 29, domingo, foi a pé até Willimon, onde estava o padre Tiago, onde foram informados, na segunda-feira, que Dibernis Mota e mais quatro jagunços estavam de emboscada na ponte do Caximirim, desde domingo, dizendo aos índios que iam "fazer o padre". Em contato por rádio com o provincial dos missionários em Boa Vista, foram resgatados na terça-feira, 31 de maio, por um táxi aéreo. "A Igreja em Roraima repudia todo tipo de violência e renova seu compromisso na defesa dos direitos humanos, especialmente dos mais fracos", diz o "Comunicado ao Povo de Roraima" de 2 de junho de 1988, assinado pelo Vigário Geral da Diocese, padre Luis Palumbo. D. Aldo Mongiano, bispo da diocese, encontra-se na Europa.

CAMPANHA SOBRE ARMAMENTISMO PREOCUPA RATZINGER

Roma (AGEN) - A campanha deflagrada em várias dioceses católicas italianas contra a utilização do imposto de renda para financiamento da corrida armamentista, está preocupando o prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé do Vaticano, cardeal Joseph Ratzinger. Os católicos italianos "objetores de consciência" desejam que, no formulário de declaração do imposto de renda, haja um espaço onde possam declarar sua posição contrária ao uso dos recursos públicos para a produção de armamento.

Em carta dirigida aos bispos italianos, o cardeal Ratzinger solicita, referindo-se à campanha dos "objetores de consciência", que os membros do episcopado "não animem, a partir das instâncias eclesiais, posições doutrinárias ou práticas que possam parecer privadas de um sério fundamento doutrinário".

Nos bastidores do Vaticano, informa-se que o cardeal Ratzinger teme um virtual rompimento da Concordata, acordo firmado entre o governo italiano e a Santa Sé nos anos 40, em razão da campanha desencadeada nas dioceses católicas. O presidente do Senado, Giovani Spadolini, ex-Ministro da Defesa, já afirmou publicamente que a campanha contra a corrida nuclear pode gerar a ruptura do acordo entre o Vaticano e o Estado italiano.

Brasil - A campanha antiarmamentista dos católicos italianos pode afetar a construção do caça-bonbardeiro AMX, a partir de projeto entre duas empresas italianas e a brasileira Embraer. Acredita-se, ainda, que a campanha na Itália pode repercutir em outros países, especialmente do Terceiro Mundo, no sentido de que os bispos católicos de outras nações igualmente possam executar pressões visando o fim da corrida armamentista.

Após o documento assinado pelo cardeal Ratzinger, os bispos italianos assumiram uma posição mais cautelosa em relação à campanha. Ainda assim, o cardeal-arcebispo de Florença, d. Silvano Piovanelli, doou o seu anel episcopal para um fundo pacifista, que objetiva a reconversão das indústrias bélicas italianas, para que possam fabricar outros tipos de produtos.

MISSIONÁRIOS ITALIANOS DEBATEM ATUAÇÃO NA AMAZÔNIA

Manaus (AGEN) - Agentes de pastoral e missionários italianos que trabalham na Amazônia debatem sua atuação na região, de 13 a 17 de junho, em Manaus (AM). O encontro, sob o tema geral "Os desafios da Amazônia hoje, a Igreja local e as alternativas encontradas pelo povo", reúne missionários e leigos que trabalham na Amazônia, ecologistas, jornalistas e representantes de organizações de direitos humanos, além de representantes de entidades como Pax Christi Internacional e Cáritas Internacional da Itália.

Os efeitos do desmatamento, a questão indígena, a problemática da posse da terra e do solo urbano e a presença de empresas italianas na Amazônia, são alguns dos pontos em discussão no encontro de Manaus. A reunião dá seqüência a uma série de eventos semelhantes realizados na Europa, sob a perspectiva da solidariedade internacional com os países subdesenvolvidos, no contexto do incremento do diálogo Norte-Sul e das atividades organizadas para marcar os 500 anos da colonização européia na América, em 1992.

EQUIPE DO CMI VISITA O BRASIL

São Paulo (AGEN) - Esteve no Brasil, na primeira semana de junho, a convite do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), a equipe da Sub-Unidade de Renovação e Vida Congregacional do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Foi integrada pelo seu diretor, o ortodoxo romero Ion Bria; o reverendo Malcolm Hanson, reformado da Inglaterra, o frei italiano Marco Gnavi, Joann Russel, da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, Arpie Tcheboukdjian, da Igreja Ortodoxa Armênia, Evelyn Appiah, Metodista de Ghana, e o Pastor Godofredo Boll, Luterano do Brasil.

A equipe veio conhecer a realidade dos trabalhos realizados pelas Igrejas nas comunidades de base, entre os operários, camponeses e marginalizados das periferias das cidades, assim como saber da sua contribuição para a renovação das Igrejas na sua missão pastoral, em nível internacional. Quais os problemas levantados nessa nova forma de ser Igreja e quais as respostas encontradas para esses problemas, ao longo da caminhada, foram preocupações da equipe.

Durante sua estada no Brasil, os religiosos visitaram o Sul do País, Salvador e Feira de Santana, na Bahia, onde conheceram diversos trabalhos realizados entre o povo humilde. No Rio de Janeiro, visitaram a Baixada Fluminense; em São Paulo, estiveram com o cardeal d. Paulo Evaristo Arns, e visitaram a Pastoral Operária no ABC. Em Goiânia, conheceram a Pastoral da Terra e, em Brasília, reuniram-se com a liderança da CNBB.

Em entrevista concedida à AGEN, a equipe falou do interesse em despertar a solidariedade das Igrejas no mundo para os problemas que afetam os povos do Terceiro Mundo. "Dentro deste compromisso ecumênico, o CMI tem uma grande responsabilidade, no sentido de promover o ecumenismo não em nível abstrato, mas a partir dos trabalhos concretos que são realizados junto às populações carentes", afirmaram os religiosos. No entendimento da equipe, há necessidade de uma nova espiritualidade e um novo estilo de vida, não bastando para isso mudar as estruturas deste mundo, mas desenvolver uma nova espiritualidade.

Síntese

CEBS: ENCONTRO LATINO-AMERICANO NO MÉXICO

Cidade do México (AGEN) - Um encontro latino-americano de Comunidades Eclesiais de Base será realizado na Cidade do México, de 9 a 11 de outubro deste ano. O Brasil terá dois representantes: um da equipe central de preparação do 7º Encontro Intereclesial das CEBs, marcado para julho do próximo ano em Duque de Caxias (RJ), e outro do regional dessas comunidades no Norte e Nordeste. No Brasil, a próxima reunião da comissão ampliada do 7º Intereclesial está marcada para os dias 31 de março a 2 de abril de 1989, em Duque de Caxias.

CNBB E COMUNICAÇÃO

Indaiatuba (AGEN) - "O tratamento dado à Igreja pelos grandes meios de comunicação visa neutralizar sua credibilidade". A afirmação consta de documento que serviu como subsídio às discussões na assembléia dos bispos do Regional Sul-1 da CNBB, realizada de 6 a 8 deste mês em Itaici, município de Indaiatuba (SP). Uma das conclusões da assembléia, que debateu o tema da Campanha da Fraternidade de 1989 (Fraternidade e Comunicação), foi a de que a Igreja Católica não tem conseguido integrar a sua própria rede de comunicação, formada por 110 emissoras de rádio, 4 grandes editoras, centenas de jornais e boletins e uma emissora de TV em Pato Branco (PR).

COMUNICAÇÃO LIBERTADORA

Porto Alegre (AGEN) - "Anos 90 - Comunicação e Testemunho", foi o tema do Congresso Luterano de Comunicação, realizado no final de maio em Joinville (SC), pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Entre outras conclusões, o documento aprovado afirma que a comunicação promovida pela Igreja deve ser libertadora, profética e participativa. Incluir a comunicação entre as prioridades da IECLB para a década de 90 e desenvolver projetos de comunicação em caráter ecumênico no Brasil e engajar-se naqueles já existentes são algumas das sugestões levantadas.

MARCINKUS LIVRE

Roma (AGEN) - O processo relativo ao envolvimento do arcebispo Paul Marcinkus no escândalo do Banco Ambrosiano foi arquivado, por decisão da Suprema Corte da Itália, anunciada a 8 de junho. A 20 de fevereiro de 1987, os juízes de Milão chegaram a expedir mandado de prisão contra Marcinkus, por "cumplicidade na falência fraudulenta" do Banco Ambrosiano, em 1982. Em 1984, o Vaticano pagou aos credores do Ambrosiano US$ 241 milhões, num gesto de "boa vontade".

Movimentos Sociais

MOPS DENUNCIA AUTORITARISMO NA DESCENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE

Cuiabá (AGEN) - A implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS) em Mato Grosso vem sendo encaminhada de forma autoritária, sem a participação da sociedade civil na elaboração, execução e avaliação das políticas de saúde. A afirmação é do Movimento Popular de Saúde (MOPS) de Mato Grosso.

Segundo o MOPS, a Comissão Interinstitucional de Saúde (CIS), que seria apenas uma instância executora, também tem assumido o papel de planejar, executar e avaliar a implementação dos serviços de saúde, sem ouvir os segmentos da sociedade matogrossense. O MOPS reconhece, porém, que os movimentos e entidades populares "não estão suficientemente articulados para exigir e ocupar espaços já conquistados".

O Movimento Popular de Saúde comenta, nesse sentido, que tem dirigido seus esforços para provocar aquela articulação, além de desenvolver um trabalho de base em bairros da periferia de Cuiabá e cidades do interior, objetivando a participação consciente das organizações populares nos Conselhos de Saúde Municipal e Estadual, previstos no projeto de implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde.

Para debater a implantação do SUDS no Mato Grosso,o MOPS realiza, dias 25 e 26 deste mês, um Encontro de Coordenadores Municipais (delegados) do Movimento. O Encontro do Regional Nortão do MOPS-MT foi realizado dias 9 e 10 de junho, em Guarantá do Norte. Participaram representantes do MOPS nos municípios de Peixoto, Terra Nova, Colíder e Alta Floresta, entre outros.

Descentralização - O SUDS foi criado por intermédio de decreto assinado pelo presidente José Sarney, em julho de 1987. O novo Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde prevê que o município torna-se responsável direto pelo atendimento à saúde na abrangência municipal. Pelo decreto, os recursos financeiros do INAMPS serão repassados ao SUDS; o INAMPS não prestará mais assistência médica.

O decreto que criou o SUDS prevê, ainda, que todos os profissionais na área de saúde devem receber salários iguais.Garante, também, a participação de sindicatos, associações, movimentos e entidades populares na execução das políticas de saúde, através dos Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde. A Coordenação dos trabalhos fica por conta da Comissão Interinstitucional de Saúde. De acordo com o Movimento Popular de Saúde do Mato Grosso e outros estados, os termos do decreto que criou o SUDS não vêm sendo respeitados na íntegra.

DNOCS DESCUMPRE ACORDO E TRABALHADORES PARAM BARRAGEM

Serra Talhada (AGEN) - No dia 2 de junho, trabalhadores paralisaram a construção da Barragem de Serrinha. Cerca de 300 trabalhadores rurais de várias localidades a serem atingidas pelo reservatório de Serrinha ocuparam pacificamente o canteiro de obras antes que os operários retornassem para o segundo turno de trabalho do dia, que se inicia às treze horas. Todos os serviços foram paralisados no canteiro de obras e nas oficinas de manutenção. A construtora Mende Júnior, encarregada da construção da obra, dispensou os operários, escolheu os veículos de serviços e mantém sob vigilancia os locais de perigo. Duas explosões tiveram que ser feitas, mesmo depois da ocupação dos camponeses, devido às rochas já se encontrarem carregadas de dinamite no momento da ocupação. No entanto, todas as medidas de precaução foram tomadas por parte da empresa e os grevistas foram alertados de modo que não se verificou qualquer incidente. A barragem de Serrinha fica no município de Serra Talhada (PE).

Descumprimento -A paralisação, segundo os dirigentes sindicais à frente do movimento, deve-se ao fato de que o DNOCS passou ultimamente a descumprir o acordo assinado em julho do ano passado, durante a primeira parada da obra, prevendo a correção da tabela de preços para indenização de benfeitorias, com base nos indíces da OTN. Segundo Manoel José dos Santos, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada, o DNOCS inexplicavelmente descumpre um acordo assinado por representantes do órgão e das entidades sindicais. Inicialmente, prossegue o sindicalista, o DNOCS agiu corretamente, pagou quase a metade dos proprietários com valores devidamente corrigidos pela variação da OTN, conforme previsto no acordo. A partir do mês de abril último, "passou a enganar os trabalhadores e alguns chegaram a ser iludidos e receberam sem a correção dos valores".

Diante disso - concluiu Raimundo Aquino, presidente do Sindicato - os trabalhadores se revoltaram e decidiram promover a segunda paralisação da obra, exatamente um ano após a primeira, e o Sindicato está de pleno acordo. "Estamos aqui, junto com os trabalhadores, à espera dos representantes do DNOCS para dar início aos entendimentos, só que desta vez - alertam os dirigentes sindicais - queremos convocar o Conselho de Administração do DNOCS, para garantir o cumprimento do que for acertado".

Apoio - O Movimento dos Trabalhadores Ocupantes do Canteiro de Obras de Serrinha, solicitou apoio dos sindicatos da região do Pajeú, Petrolândia e Fetape, além de diversas entidades, que façam pressões ao DNOCS para que atenda às reivindicações das 700 famílias que serão atingidas.

Terra

ENTIDADES EXIGEM APURAÇÃO DE ASSASSINATO

Cabo Frio, RJ (AGEN-CPT) - Esta é a íntegra da nota das entidades, sobre o assassinato de Sebastião Lan:

"Mais uma vez a brutalidade se abate fulminante sobre um trabalhador rural que luta desarmado para defender o direito à terra para os seus companheiros. Este crime planejado contra uma liderança sindical rural vem somar-se à longa lista de agressões, crimes e violências cometidos contra a classe trabalhadora, que luta por condições dignas de vida: a violência privada dos grileiros e latifundiários, a violência oficial dos agentes policiais, a violência silenciosa de um Judiciário que, surdo a seus apelos, tem compactuado com a impunidade dos criminosos.

No caso de Sebastião Lan, as responsabilidades das autoridades são imensas: o governo federal é responsável por ter assistido passivamente os grileiros invadirem terras desapropriadas para fins de reforma agrária desde 1983, por decreto do Presidente da República. A justiça federal, por não ter executado a liminar despejando os grileiros. O governo estadual é responsável por ter-se mantido omisso, sobretudo a Secretaria de Polícia Civil frente às sucessivas denúncias de que a vida de Sebastião Lan corria perigo. Sempre ágeis quando se trata de defender a propriedade dos latifundiários, essas autoridades são responsáveis pela apuração deste crime e punição severa dos criminosos. Tanto os mandantes como as razões do crime são conhecidos.

Por tudo isto exigimos justiça, e manifestamos nossa decisão de acompanhar as providências que serão tomadas pelas autoridades governamentais e judiciárias. Se os que ordenaram e executaram o assassinato de Sebastião Lan permanecerem impunes, consideraremos o fato como sinal de cumplicidade da parte das autoridades, as que devem zelar pela defesa da vida dos cidadãos.

O que acaba de ocorrer em Cabo Frio sirva de um último alerta aos constituintes que, em Brasília, ainda têm a possibilidade de criar condições favoráveis à realização de uma reforma agrária que distribua a terra e recursos para milhões de brasileiros e que dê uma solução definitiva para a violência no campo".

Manifestação - Representantes de dezenas de entidades sindicais e de apoio promoveram uma carreata, na tarde do dia 10/6, repudiando o assassinato de Sebastião Lan, exigindo apuração do crime, punição dos culpados, assistência à família do líder sindical, além de providências para regularizar a situação dos lavradores nas terras desapropriadas e expulsão dos grileiros.

A manifestação começou no centro de Cabo Frio e finalizou no Km 123,5 da RJ-106, próximo a Búzios. O enterro de Sebastião Lan foi realizado às 9 horas do dia 11.

DENUNCIADO TRABALHO ESCRAVO NO PARÁ

Belém (AGEN) - Antônio Alves de Macedo Filho, 41, trabalhador rural, natural do Piauí, denunciou a 1º de junho, nesta capital, que a Fazenda Belauta, do Grupo Belauto do Pará, localizada na gleba Maguari, em São Félix do Xingu, emprega força de trabalho escrava, em atividades de extração de madeira, inclusive de castanheiras.

Macedo revelou, em entrevista coletiva, que veio ao Pará à procura de terra para trabalhar, prometida pelo Plano de Reforma Agrária, deixando sua família no Maranhão, onde reside atualmente. Como não achasse a terra prometida, resolveu empregar-se. Através de um irmão do "gato" Luiz Carlos Machado, conhecido por Luiz "Bang-Bang", foi aliciado para trabalhar na Fazenda Belauta, contra um pagamento de Cz$ 15 mil por alqueire de mata derrubada.
30 a 50 dias, dependendo do trecho a ser desmatado.

Desencanto - Quando chegou na fazenda, juntamente com outros 35 trabalhadores, levados num caminhão, ficou sabendo que a quantia a ser paga seria de apenas Cz$ 12 mil e 500. Resolveu então não aceitar o trabalho. O encarregado exigiu, porém, que lhe pagasse a passagem e as despesas de viagem. Como Macedo não tinha dinheiro, não lhe restou alternativa senão ficar e trabalhar. Foi forçado a aceitar o "emprego".

As ferramentas de trabalho, bem como toda a alimentação, segundo ele, tinham de ser compradas na "cantina" da fazenda, de propriedade do mesmo dono das terras. Poderia pagar um preço exorbitante no final do mês. Somente de passagem e ferramentas, Macedo já devia, no primeiro dia de trabalho, mais do que receberia por um mês de trabalho duro.

Durante o segundo mês, resolveu desistir do trabalho e sair da fazenda. Segundo ele, não o deixaram, pois devia à "cantina". Como concluiu que não conseguiria nunca pagar o que devia, resolveu fugir.

No entanto, os companheiros que já haviam tentado a fuga antes, desesperados diante da situação sem saída, foram recapturados pelos "fiscais", na realidade pistoleiros e jagunços que andam armados de pistolas e carabinas, de acordo com Antônio Alves. Os fugitivos, conta Macedo, foram levados de volta à sede da fazenda e espancados barbaramente. Além de sofrerem maus tratos, ficaram obrigados a pagar Cz$ 5 mil de multa e mais Cz$ 5 mil de despesas com combustível gasto na captura. Com isto, segundo Macedo, ficou patente o trabalho escravo, sem condições de saída da fazenda. A fuga é a única alternativa, mesmo difícil, pois a fazenda é cercada de densas matas.

Jabuti - Desesperado, Macedo resolveu, com outro companheiro, tentar a fuga. "Achamos o mato- conta ele-e mesmo doentes de malária e passando fome, não desistimos. Comemos jabuti -ostado no fogo e palmito de açaí. Depois de 12 dias de intensas privações e de medo de serem achados pelos "fiscais", varamos numa ocupação de posseiros, que nos abrigaram e protegeram."

Macedo procurou então a CPT de Marabá para denunciar o que tinha vivido. Enviado a Belém, foi apoiado em seu intento de denúncia e de procura de solução pela CPT e pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), que encaminharam o assunto à Secretaria de Segurança do Estado do Pará.

Na coletiva à imprensa, afirmou que mais de 600 trabalhadores são escravos como ele na Fazenda Belauta. Diz-se muito receoso de que poderá ser assassinado. Os proprietários da Fazenda Belauta foram financiadores da campanha do atual Ministro da Reforma Agrária, Jáder Barbalho, para governador do Pará, em 1982.

REABERTO PROCESSO SOBRE MORTE DE WILSON PINHEIRO

Rio Branco, AC (AGEN-CPT) - Em 1980, no município de Brasiléia, a 232Km de Rio Branco, foi assassinado o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, Wilson Pinheiro.

Posteriormente (28/07/80), em um conflito de terra, morreu o fazendeiro Nilo Sérgio de Oliveira. Foi aberto, então, o processo de número 367/80, que hoje tramita no fórum daquele município.

O mencionado processo, que já possui dois grandes volumes, foi dirigido no sentido de apurar através de depoimentos, quem matou o fazendeiro Nilo Sérgio de Oliveira. O mesmo esforço, porém, não vem acontecendo para responsabilizar os mandantes e o assassino de Wilson Pinheiro, segundo a CPT-AC.

O processo permaneceu parado durante sete anos, desde 19 de março de 81 até a sua reabertura, em 11 de maio de 88, pelo atual juiz de direito, Dr. Heitor Andrade Macedo.

Em 1º de junho, das 30 pessoas envolvidas, foram interrogados: José Frota de Souza, Nilo Rabelo, Francisco Antônio Pimenta, Elias Ramos de Lima, Lucídio dos Santos Cavalcante, José Dias da Silva e Alcides Nogueira Cavalcante.

A CPT Regional Acre vem acompanhando de perto os desdobramentos do processo, juntamente com os componentes da oposição sindical daquele município.

POLÍCIA REPRIME CORTADORES DE CANA EM GOIÁS

Goiânia (CPT-AGEN) - Mais de dois mil cortadores de cana do município de Maurilândia, Goiás, estão em greve desde o dia 30 de maio, reivindicando um aumento de 100% no pagamento pelo metro linear de cana cortada. Os trabalhadores da Usina Vale do Verdão (Acreuna), por exemplo, recebem de Cz$ 5,00 a Cz$ 8,00 pelo metro de cana.

No dia 1º de junho, o Sindicato dos Cortadores de Cana e Representantes da Fetaeg (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás) reuniram-se com os usineiros para tentar um acordo, mas não foi possível porque os usineiros não apresentaram nenhuma proposta concreta. Participaram da frustrada tentativa de negociação o Secretário de Justiça do Estado, Jonathas Silva, e o comandante geral da Polícia Militar de Goiás, Waltervan Luiz Vieira.

Os usineiros querem fazer acordo com os trabalhadores no local de trabalho e sem a interferência do Sindicato.

No dia 2 de junho, quando os trabalhadores organizavam uma mobilização marcando o seu terceiro dia de greve, foram violentamente reprimidos por um destacamento de mais de 200 policiais militares. No conflito, os policiais atiravam bombas de gás lacrimogêneo e espancavam os grevistas.

A Fetaeg denunciou à imprensa a prisão, pela PM, de várias pessoas, inclusive de seu advogado Ismar Pires, e acusou a polícia de difundir na cidade um verdadeiro "clima de terror'.

Os cortadores de cana anunciaram que continuariam em greve, pelo menos até que houvesse uma proposta patronal concreta.

Solo Urbano

OCUPAÇÕES EM SÃO PAULO ATINGEM 22 MIL FAMÍLIAS

São Paulo (AGEN) - De janeiro a maio deste ano, foi de 22.673 o número de famílias que promoveram ocupações de áreas urbanas no estado de São Paulo, de acordo com dados coletados pelo Centro de Estudos Migratórios-Serviço Pastoral dos Migrantes. A maior ocupação ocorreu em março, no Parque Fernanda, em Campinas, onde 13 mil famílias tomaram uma área de 1 milhão de metros quadrados, pertencente à Caixa Econômica Federal.

A segunda maior ocupação aconteceu a 16 de janeiro, por 5.500 famílias, em uma área de 750 mil metros quadrados na Fazenda da Juta, Zona Leste de São Paulo. A área é reivindicada por José Marim de Carvalho. A terceira maior ocupação foi promovida por 4 mil famílias, em abril, numa área da FEPASA em Cubatão.

As ocupações atingiram, ainda, nesse período, áreas em Osasco, Guarulhos e São Vicente. A extensão total das áreas ocupadas foi de 2.411.430 m².

Pacifismo

SARNEY FALA PELA PAZ E BRASIL VENDE ARMAS

Nova York (AGEN) - A 7 de junho, o presidente José Sarney fez um discurso na assembléia da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o desarmamento. Sarney falou que "a paz jamais será fruto da força". No dia seguinte, em entrevista coletiva, o presidente negou que o Brasil venda armas para países em guerra, dissimulando uma realidade conhecida em todo o mundo.

O Brasil é, hoje, o sexto maior país exportador de armamentos no planeta. Apenas a Embraer exporta US$ 1 bilhão por ano em armas. Entre outros clientes, compram armas do Brasil a Líbia e o Iraque, há anos em guerra, respectivamente, contra o Chade e o Irã. A guerra Irã-Iraque, de acordo com a imprensa internacional, já causou cerca de um milhão de mortes. A Avibrás também já vendeu foguetes ar-terra para países da América Central e a Embraer exportou aviões monomotores Tucano para Honduras, que igualmente mantém-se em litígio com a Nicarágua.

Computadores - Não foi apenas essa "gafe" que o presidente José Sarney cometeu em sua rápida passagem pelos EUA. Alguns jornalistas brasileiros que acompanhavam a visita do presidente viram o transporte de um microcomputador para a suíte onde estava a comitiva presidencial. O carregador confirmou a existência de computadores na bagagem da comitiva. Indagado sobre o caso dos computadores durante a entrevista concedida aos jornalistas brasileiros, o presidente José Sarney recusou-se a responder.

Povos Indígenas

CONDENAÇÃO DE ÍNDIOS PROVOCA REVOLTA

Recife (AGEN) - A condenação dos índios Lourival José Mariano, Lindalvo Bernardino da Silva e do cacique Antônio José Monteiro, em Buique (PE), pelo assassinato dos pistoleiros Luís José Siqueira e Josué Albuquerque Cavalcante, gerou um clima de revolta na tribo Kapinawa. Os índios brigam contra a grilagem e acusam o fazendeiro Zuza Tavares de invadir as suas terras.

Os pistoleiros foram acusados pelos índios de estarem a serviço do fazendeiro Zuza Tavares, que os teria proibido de entrar na feira livre daquele povoado, próximo à comunidade indígena Kapinawa e onde compravam e comercializavam o excedente de sua cultura de subsistência. De acordo com a advogada do Conselho Indigenista Missionário - CIMI - Regional Nordeste, Rosane Freire Lacerda, o fazendeiro Zuza Tavares é um antigo invasor de terras indígenas, tendo se apoderado de 500 hectares dos Kapinawa desde 1970 e promovido várias agressões àquele povo.

Condenação - A condenação dos três índios Kapinawa foi decidida por um júri popular da comarca de Buique, no dia 25 de maio. Sete jurados votaram. Quatro pediram a condenação, enquanto três queriam a absolvição. O cacique Antônio José Monteiro foi condenado a 21 anos de prisão. Lourival José Mariano a 19 e Lindalvo Bernardino da Silva a 16 anos. Eles irão cumprir pena no presídio Barreto Campelo.

CIMI VÊ AVANÇOS NO CAPÍTULO SOBRE OS ÍNDIOS

Presença indígena garante vitória na Constituinte

Brasília (AGEN) - O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) divulgou comunicado analisando a aprovação, dia 1º de junho, do texto sobre os direitos indígenas que será incluído na nova Constituição brasileira. O texto foi aprovado por 497 votos, contra 5 e 10 abstenções. No geral, o CIMI vê avanços nos termos aprovados. Esta é a íntegra do comunicado do CIMI:

"Pela primeira vez em toda sua história, o Brasil terá uma Constituição que deverá tratar os povos indígenas sem o intuito de incorporá-los coercitivamente à sociedade envolvente. Conforme o texto do Capítulo dos Índios aprovado a 1º de junho pela Assembléia Nacional Constituinte, com 497 votos favoráveis, cinco contra e dez abstenções, caberá à União não mais "incorporá-los à comunhão nacional", como em Constituições anteriores, mas simplesmente protegê-los.

Vitória dos índios que, se não conseguiram que a nova Carta os reconhecesse como nações, pelo menos lograram ver fora o artigo 271 do Projeto de Constituição que os distinguia entre aculturados e não-aculturados. O texto aprovado foi resultado de longas negociações entre lideranças partidárias, e só se garantiram as conquistas em virtude da presença, durante as negociações, de quase 200 lideranças de aproximadamente 30 nações indígenas de todo o país. O texto aprovado mostrou também que o resultado seria diferente se, no decorrer do processo constituinte, não tivessem sido apresentadas propostas bem mais avançadas do que foi possível aprovar.

Com a nova Constituição, a própria política governamental para com os povos indígenas deixa de ser determinada exclusivamente pelo Executivo, como reza a legislação atual, exigindo agora a participação ativa do Poder Legislativo. A construção em áreas indígenas, por exemplo, de usinas hidrelétricas, ocorrerá somente após a autorização do Congresso Nacional e a comunidade a ser atingida ter sido ouvida. Igualmente, será o Congresso Nacional que aprovará ou não a pesquisa e lavra de riquezas minerais localizadas em terras indígenas. No dia 28 de abril, a Assembléia Nacional Constituinte já havia nacionalizado a mineração em todo o território nacional, estipulando ainda que a lei deverá regulamentar a atividade minerária em terras indígenas e na faixa de fronteira.

Quanto à remoção de grupos indígenas de suas terras, seja qual for o motivo, só poderá ocorrer também com a aprovação do Congresso Nacional e garantido à comunidade o retorno à área.

Um outro dispositivo aprovado, artigo 270, faz com que o Ministério Público assuma uma responsabilidade até então inédita: o acompanhamento em todos os processos no Judiciário que envolvam interesses indígenas. O que não impede que qualquer comunidade ou organização indígena ingresse em juízo sem a participação obrigatória de um órgão federal e do Ministério Público, como constava do Projeto de Constituição.

Em relação à terra, reconheceu-se que são originários os direitos dos índios sobre ela, incluídas aquelas necessárias à sua reprodução física e cultural.

Mas a luta dos índios não termina com a nova Constituição. Vários dos dispositivos aprovados deverão ainda ser regulamentados em leis posteriores, exigindo novamente a presença deles em Brasília. Até lá, há o que se comemorar. Afinal, há tempos os povos indígenas no país não obtinham uma vitória como essa, tantos eram os decretos, portarias e decisões do governo que em nada os ajudavam; pelo contrário, os empurravam para a extinção."

Brasília, 2 de junho de 1988
Conselho Indigenista Missionário

O QUE FOI APROVADO PELA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 1º DE JUNHO DE 1988

Título VIII da Ordem Social Capítulo VIII dos Índios

Art. 268 - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ Único - O aproveitamento dos recursos hídricos, inclusive dos potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

Art. 269 - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são destinadas à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, fluviais e lacustres nelas existentes.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, incluídas aquelas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar, e as áreas necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas são imprescritíveis.

§ 3º - Fica vedada a remoção dos grupos indígenas das terras que tradicionalmente ocupam, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, nos casos de catástrofes ou de epidemias que ponham em risco sua população e nos casos de interesse da soberania nacional, após deliberação do Congresso Nacional, garantindo, em qualquer caso, o retorno imediato tão logo cesse o risco.

§ 4º - São nulos e extintos, e não produzirão efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras de que trata o parágrafo primeiro deste artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, fluviais e lacustres nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar. A nulidade e extinção de que trata este parágrafo, não dão direito de ação ou indenização contra a União, salvo quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé, na forma da lei.

§ 5º - Não se aplica nas terras indígenas o disposto no § 3º, do art. 203.

Art. 270 - Os índios, suas comunidades e organizações, são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa dos seus interesses e direitos, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Política

VEREADORES BRASILEIROS VISITAM A URSS

São Paulo (Novopress) - Uma delegação da União dos Vereadores do Brasil (UVB), chefiada por Paulo Silas Alvarenga de Mello, presidente da entidade, viajou a Moscou no início de junho, atendendo a convite do Conselho de Ministros da Federação Russa, para conhecer de perto as atividades de seus colegas soviéticos, informa a Nóvosti.

Vladimir Vinogradov, Ministro das Relações Exteriores da Federação Russa, que recebeu os vereadores brasileiros, afirmou que a visita é um passo importante para reforçar o entendimento entre os dois países. "É uma oportunidade de nos conhecermos melhor, de trocarmos experiências na resolução de vários problemas que ultrapassam as fronteiras nacionais no contexto do mundo moderno interdependente", disse Vinogradov. O ministro recomendou aos políticos brasileiros que observem as transformações revolucionárias atualmente em curso em todas as esferas da vida soviética e confirmem como elas se realizam na prática.

Democratização - Paulo Silas comentou que a democratização da vida social contribui para a destruição dos estereótipos sobre a Rússia que até então dificultavam uma cooperação maior, fora do campo estritamente econômico. A retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, segundo ele, é mais um exemplo de aplicação internacional da nova mentalidade política e demonstra que a solução dos conflitos só pode ser encontrada na mesa de negociações.

Uma delegação de deputados de sovietes locais (equivalente ao cargo de vereador) de várias cidades russas, esteve recentemente no Brasil e levou para seu país a imagem de um povo "alegre, hospitaleiro e trabalhador, capaz de criar desde obras-primas de arquitetura de importância mundial a modernos computadores".

Ecologia

REPRESSÃO NO DIA DO MEIO AMBIENTE

São Paulo (AGEN) - A repressão policial a manifestações de grupos ecológicos marcou o Dia Mundial do Meio Ambiente no Brasil, a 5 de junho. As ações policiais mais violentas ocorreram no dia 4, em São Paulo e Florianópolis.

Em São Paulo, manifestantes tentavam bloquear a Via Anchieta, que liga a capital à Baixada Santista. O ato tinha como objetivo denunciar a poluição na Represa Billings, que abastece a capital e outros 6 municípios da Grande São Paulo, num total de 25 milhões de habitantes. A represa recebe 80% do esgoto produzido na região metropolitana.

Manifestantes foram retirados de forma violenta por uma tropa de choque da PM, no quilômetro 39 da Anchieta, distrito de Riacho Grande, município de São Bernardo do Campo. Antônio Carlos Della Brava, do Partido Verde, foi ferido com golpes de cassetete na cabeça. Wagner Lino Alves, vereador pelo PT em São Bernardo, chegou a ser preso sob a acusação de ter agredido o tenente-coronel Niveo Marcelino, da Polícia Rodoviária Estadual.

A manifestação na Via Anchieta foi promovida pelo Movimento de Defesa da Vida do Grande ABCD, com apoio de cerca de 30 entidades. Além do esgoto, a Represa Billings foi poluída pelo desmatamento em seu entorno, onde estão localizadas muitas favelas. Os ecologistas temem que, em razão do desmatamento, possa ocorrer tragédia semelhante à do Rio de Janeiro, se acontecer uma grande enchente na Billings.

Lixão - Manifestantes foram impedidos, também a 4 de junho, de fechar o "lixão" de Florianópolis. O "lixão" está a apenas 7 quilômetros do centro da cidade, no bairro Itacorubi, e é responsável pela poluição na zona do mangue. Nele, são depositadas diariamente 250 toneladas de lixo.

Leis - A Semana do Meio Ambiente foi comemorada no Rio de Janeiro com uma série de atividades. Nesses dias, o governador Moreira Franco sancionou lei de autoria do deputado Carlos Minc, do PV, equiparando a moto-serra à arma de fogo. Os usuários da moto-serra terão, agora, de apresentar licença e porte, o que pode diminuir o desmatamento no estado, conforme acreditam os ecologistas.

Outra lei de autoria de Carlos Minc determina que, dentro de 3 anos, o Estado deve efetuar um macrozoneamento no litoral do Rio de Janeiro, onde está sendo proibida a instalação de indústrias poluidoras. A 13 de junho, ecologistas e cientistas lançaram o Instituto Augusto Ruschi, de apoio aos movimentos ecológicos. Os ecologistas cariocas também conseguiram que a Prefeitura do Rio de Janeiro assinasse termo de compromisso pela criação de uma comissão de alto nível, para estudar a adaptação dos motores da frota de ônibus da cidade de óleo para gás natural, o que diminuiria a poluição urbana.

Bíblia

ESCRAVIDÃO NA BÍBLIA

Milton Schwantes

Água Viva - Vida Livre *- O povo de Deus nasce em meio à casa da escravidão. Suas nascentes se situam nas senzalas egípcias. Terrível foi a opressão faraônica. Chegou às raias do genocídio. Contudo, essas escravas torturadas e esses escravos humilhados formam a manjedoura do povo escolhido. São as primícias dos libertos. A libertação de hebréias e hebreus escravizados não é evento padrão. É experiência fundante e fundamental. O núcleo paradigmático do povo eleito é formado por escravos a caminho da liberdade. Este é o cerne programático da história de Deus conosco. Tal libertação está conectada à própria identidade de Deus. Ele* ***"é o que é"*** *como libertador de mulheres, crianças, homens submetidos a trabalho escravo. A rigor não há como entender Deus sem partilhar do caminho dos escravos rumo à terra livre. Efetivamente, a revelação de Deus e a libertação do povo escravizado são dois lados de um único. Um pertence ao outro. Ai do dia em que se intentou fragmentar essa indivisível unidade entre nosso Deus e sua prática de libertador de gente escrava.*

Nada de particularismos *- Hebreus não são uma raça, no mundo antigo. Representam uma categoria social. Vêm a ser* ***os sem terra****, os endividados, enfim os pobres, independente de sua raça. Aqueles hebreus libertos por Moisés da escravidão egípcia eram, pois, uma pequena parcela entre os pobres de então. Neste sentido, não surpreende que o livro do Gênesis seja tão devotado à memória de Hagar. É escrava de origem egípcia. Sara era sua proprietária. Essa egípcia fora deportada de sua terra natal, o Egito, para a Palestina. Aí foi negada. Sara adquiriu-a. E como não tivesse filhos, valeu-se de sua "peça", de sua escrava, como reprodutora. Foi engravidada, humilhada, surrada. Enfim foi enjeitada, em pleno deserto, junto com seu filho. Abraão e Sara foram às últimas conseqüências em seu desprezo por sua escrava. Contudo, Deus vai pela* ***contramão****. Não avaliza ditames de escravocratas, ainda que esses se chamem Abraão e Sara. Resgata Hagar e seu filho Ismael. Não os restitui a seus verdugos. Destina-os a uma terra livre. Os quilombos cabem em seus propósitos. O projeto de Deus abarca a escrava e o escravo, sejam eles israelitas ou egípcios. A opção de Deus pelos fracos implica em internacionalismo.*

Dinheiro por gente *- Por esse trilho também andam os profetas. Não admitem que se circunscreva Deus à visão estreita dos poderosos. Bem que os reis teriam gostado se fosse possível reduzir Deus ao tamanho de seus territórios, se fosse viável assimilá-lo à sua mesquinhez monárquica. Outros foram os caminhos dos profetas. Seus olhos estavam postos nos povos. "E te constituí profeta das nações". Em meio a esses povos, Israel aflora como paradigma. É o que se vê em Amós. Israel é a menina de seus olhos. Contudo, não o é à parte dos povos, mas em meio a eles. Neste contexto maior, discute o destino do povo eleito. Em que se decide seu futuro? Junto aos pobres. Só se esses tiverem amanhã, haverá futuro para o povo eleito, enfim para os povos. Para a utopia, pobres não são marginais. São critério. São berço. Um Israel que espolia e escraviza não pode ter futuro. Devorando os fracos, desvanece seu porvir. Destrói-se a si. Dentre esses pobres, Amós realça escravas e escravos. Condena que se seqüestre pessoas para comercializá-las. Denuncia abusos sexuais contra meninas escravas. Detesta que pobres sejam vendidos por dinheiro. Quando o dinheiro é capaz de comprar gente, o povo vira defunto. Povos viram vales de ossos, para falar a linguagem de Ezequiel. Nações se tornam prostitutas para recorrer aos termos de Oséias. O povo eleito não é povo de escravos, nem em Israel nem em lugar algum. Infeliz do dia em que a verdade deixar de ser assim concreta.*

"Assumiu a condição de escravo" *- Não é, pois, nenhum acaso que Deus mesmo tenha assumido a condição de escravo, como o expressa um dos primeiros cânticos cristãos. Em seu comovente achego a escravos e escravas, em sua arrebatadora paixão pelas "Hagar" e pelos hebreus, o próprio Deus foi criando contornos de servo. Nasceu feito* ***hebreu sem terra e sem teto*** *na manjedoura da vila de Belém. Foi convivendo com doentes e famintos. Foi morto qual servo sofredor; "qual cordeiro foi levado ao matadouro". E mesmo como ressurreto passa por jardineiro, gente humilde e escrava.*

Deus mesmo assume a condição de escravo para acabar com a casa da escravidão. Crer neste Deus e manter gente escravizada são, pois, práticas excludentes.

RAFAEL PALACIOS, MÁRTIR EM EL SALVADOR

São Paulo (AGEN) - No dia 20 de junho de 1979 foi assassinado, em plena rua, Rafael Palacios, sacerdote salvadorenho de 38 anos. Ele havia ocupado o lugar do Pe. Octávio Ortiz, na paróquia de São Francisco Mexicanos, de San Salvador. Pe. Otávio havia sido assassinado em janeiro. Rafel perdeu a vida pelo trabalho junto aos operários, especialmente dos bairros de Santa Tecla e de Santa Luzia. Foi morto enquanto se dirigia para uma reunião na igreja de El Calvario. Ao grupo de extrema-direita "Unión Guerrera Blanca" é atribuído o crime.

Pe. Rafael nasceu em San Luis Talpa, no dia 16 de outubro de 1938, sendo ordenado sacerdote no dia 26 de maio de 1963. A principal obra de Pe. Rafael foi a formação de comunidades eclesiais de base. Nisso reside também a causa de sua morte.

Dom Oscar Romero, em homilia, assim se referiu a ele:
"Posso dizer com as comunidades de base que tão bem o conheceram que ele estava longe de provocar qualquer violência, ou de semear ódio... Ele pregava amor, era homem de profunda meditação ... Seria triste em um país onde o assassinato é cometido tão horrivelmente contra o povo, não encontrássemos também sacerdotes entre as vítimas. Eles são testemunhas de uma Igreja encarnada nos problemas do seu povo".

Quero assinar o boletim semanal da AGEN. Por isso envio o cheque ou vale postal no valor de Cz$ 2.000,00 (individual) ou Cz$ 2.500,00 (entidades).

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

País _____ Número do cheque ou vale postal _____

Telefone _____

Assinatura _____ Data _____

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Reg. Prof. Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro Soares Martins (Reg. Prof. Mtb 17.572)

Correspondentes e Colaboradores: Roberto Garcia Andrade (Rio Branco, AC), Marluze do Socorro Pastor Santos (São Luiz, MA), Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs e Liliana Lavoratti (Porto Alegre, RS), Rosa Dalla Costa (Francisco Beltrão, PR), Valdemar de Oliveira Neto (Recife, PE), José Anchieta Fer[illegible]res, ES), Cláudio Ronaldo [illegible]elém, PA), Maria Alzira Fr[illegible]us, AM) Chico Assis e Ange[illegible] Belo Horizonte, MG), Ronnie Barbosa Vieira (Goiânia, GO), Antônio Cerveira de Moura (Maceió, AL), Fernando Sopelsa (Zona Leste, São Paulo, SP), José Lourenço Pechtoll (Grande ABC, SP), Newton Carlos (comentarista internacional), Roberto Codas Friedmann (América Central), Beltrina Corte (Bogotá, Colômbia) e Guilherme Salgado Rocha (São Paulo, SP).

Divulgação e contatos: Pe. José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Rev. Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN
Impressão: Gráfica Peres Ltda.

DIRETORIA

Presidente: D. Sumio Takatsu
Vice-Presidente: Frei José de Rezende Ribeiro - O.P.
Secretário: Paulo Maldos
Tesoureiro: José Lourenço Pechtoll

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS
AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMENICA
TELEX: 11.25824 AECN-BR

METRO LUZ 21 VI 88 SÃO PAULO-SP
BRASIL CORREIO Cz$ 0,20
P.B.E. 6153 M. 14163

00002 1003-89 SEM
CN/MNDDH REGIONAL LESTE I
R.CAPITAO CHAVES 60
26000 NOVA IGUACU RJ

IMPRESSO

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

IGREJAS

Romaria do trabalhador no Dia da Independência pág 2

DIREITOS HUMANOS

Deficientes protestam contra decisão de Jânio pág 2
SERPAJ realiza encontro depois de ganhar prêmio da UNESCO pág 2
Livro resgata história dos escravos em São Bernardo pág 3

MOVIMENTOS SOCIAIS

Mulheres negras capixabas realizam encontro pág 3

TERRA

Romaria reúne 40 mil pessoas no Paraná pág 3
Posseiros da Gleba Maguari,Pará, sofrem pressões pág 3
Processo sobre assassinato de Francisco Ramos está parado pág 4
Atingidos impedirão Barragem Machadinho pág 4
Para Sem Terra, Barbalho saiu tarde do Mirad pág 4

SOLO URBANO

Manifestações no Dia de Luta pela Moradia pág 5

POVOS INDÍGENAS

Área Tapeba não demarcada por influência do CSN pág 5
Área Arara vendida pelo Governo de MT pág 5

POLÍTICA

Apatia do povo é aparente, diz deputado pág 5
Governo acelera internacionalização da economia pág 6

MOVIMENTO OPERÁRIO

Greve da Eletrosul acaba com acordo pág 7

AMÉRICA LATINA

El Salvador: evidente o duplo poder pág 7

MEMÓRIA

20 anos de Medellín pág 7

TERCEIRO MUNDO

Prosseguem negociações sobre África Austral pág 8

ECOLOGIA

URSS fecha empresas por danos à ecologia pág 8



40 mil trabalhadores rurais participaram da 4ª Romaria da Terra do Paraná, dia 25 de julho, em São João do Ivaí. Três bispos participaram da Romaria, uma das maiores já realizadas no país. Terra. Foto Douglas Mansur.

MOBILIZAÇÃO LEVA À CONQUISTA DE TERRA NO SUL

Santo Ângelo, RS (AGEN-CPT) - Mobilizadas em torno do Dia do Trabalhador Rural, a 25 de julho, 700 famílias de sem terra conquistaram o seu assentamento em área de 600 hectares, de propriedade do Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul, no município de Tupanciretã. Apesar de convocar os grandes fazendeiros de todo estado, e de contar com apoio logístico que incluiu três aviões e dezenas de pistoleiros, a União Democrática Ruralista do Rio Grande do Sul não conseguiu impedir a vitória dos trabalhadores sem terra.

As 700 famílias de sem terra ocupavam há mais de oito meses a Fazenda da Barra, localizada na Região Missioneira do Rio Grande. A ocupação, de caráter provisório, era fruto de acordo mantido no início do ano com o então ministro da Reforma Agrária e Desenvolvimento, Jáder Barbalho, que se comprometeu a assentar as famílias em 30 dias. Esgotado o prazo, os sem terra tentaram, sem sucesso, empreender negociações em Brasília Os trabalhadores decidiram, então, sair da Fazenda da Barra na madrugada de 25 de julho, uma das mais frias do ano, e ocupar uma área de 16 mil hectares, localizada no recém-criado município de São Miguel das Missões, chamada Fazenda Burity, de propriedade da Agro-Pecuária Pereira Zago.

Ocupação - De acordo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), imediatamente após a ocupação, a UDR mobilizou os grandes fazendeiros do estado a ir ao local. O presidente regional da organização, Gilberto Scopel de Moraes, veiculou diversos anúncios neste sentido nas principais emissoras de rádio do estado, como a Guaíba, de Porto Alegre. Junto à Brigada Militar, cerca de 150 pistoleiros e jagunços cercaram a área ocupada pelos agricultores, onde deixavam entrar apenas a imprensa. Durante os dias que durou a ocupação, os sem terra (entre eles, 600 crianças) foram intimidados com tiros e pelo sobrevôo rasante feito por três aviões de fazendeiros. Um desses aviões acabou batendo contra uma cerca, após levantar vôo do campo de pouso da Fazenda Burity. Ao todo, entre brigadistas e jagunços, cerca de 400 homens participaram do cerco à área ocupada pelos sem terras. O bloqueio apenas foi "furado" quando assentados da Fazenda Annoni foram prestar a solidariedade aos ocupantes da Fazenda Burity. O padre Otavio Klein, membro da CPT, chegou a receber ameaça de morte.

Negociações - No dia 26, o fórum de Santo Ângelo recebia o pedido de reintegração de posse, concedido no dia seguinte pelo juiz da 1ª Vara Cível, Nei Pires Mitiviero. O prazo para a desocupação era de 24 horas. Os oficiais de justiça encarregados de cumprir a ordem, entretanto, defrontaram-se com a presença, entre os ocupantes, de um técnico da Delegacia Regional do Mirad, Claro Freitas, o que os fez recuar a cancelar o despejo de forma imediata. Os brigadistas permitiram, então, que o vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Erni Knorst, e o deputado estadual Adão Preto (PT) entrassem na área de ocupação

Na tarde de 28 de julho, o secretário estadual da Agricultura, Odacir Klein, foi até o acampamento e, após cinco horas de reunião com os agricultores, decidiu atender às reivindicações dos trabalhadores, que eram basicamente as seguintes: assentamento imediato, liberação de Cz$12 milhões para alimentação e verificação da produtividade da Fazenda Burity. A família Zago sustenta manter, na fazenda, 1.223 cabeças de gado bovino, 650 cabeças de ovinos e 32 eqüinos. Segundo o Movimento dos Sem Terra, alguns dos ocupantes, no entanto, afirmaram que a Burity "só produz barba de bode e meia dúzia de gado magro". Os agricultores foram transferidos para uma fazenda ociosa do Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul.

Boletim Nº 115 - 11 de agosto de 1988.
AV IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 1125824 AECN-BR

Igrejas

ROMARIA DO TRABALHADOR NO DIA DA INDEPENDÊNCIA

São Paulo (AGEN) - No dia 7 de setembro, quando oficialmente comemora-se a Independência do Brasil, trabalhadores de vários estados realizam uma romaria denunciando a dependência do país, a opressão contra os trabalhadores e a discriminação do negro. A "Romaria do trabalhador" ocorrerá na cidade de Aparecida do Norte. Dela, participarão caravanas do estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e outro estados brasileiros.

"A Romaria nasce da fé e da esperança que Maria traz ao homem do campo e da cidade, que peregrinam pelo Brasil, acreditando na força de seu trabalho e de sua organização. Também, refletindo o tema da Campanha da fraternidade, será dado destaque ao trabalhador negro, simbolizado pela Mãe Negra Aparecida", afirmam os organizadores da manifestação.

Concentração - A chegada das caravanas à Aparecida do Norte está prevista para às 9 horas. Haverá uma concentração no pátio da Basílica às 10 horas e, às 11:30 horas, uma celebração dentro da Basílica, presidida por Dom Luciano Mendes de Almeida, Presidente da CNBB. Os organizadores pedem "o apoio de padres, bispos e leigos na organização das caravanas; e aos participantes, solicitamos que levem faixas com os temas das lutas dos trabalhadores e dos objetivos da romaria, priorizando o tema central: **Mãe este povo passa fome!** ".

Maiores informações e contatos a Pastoral Operária Estadual em São Paulo, pelo telefone (011) 36.5531 ou na Pastoral Operária das dioceses.

Síntese

PF INVESTIGA

Rio de Janeiro (AGEN) - A Polícia Federal está investigando a denúncia - veiculada pelo **Jornal do Brasil** - de que a Igreja Universal do Reino de Deus está promovendo uma "corrente" entre os fiéis, para pagar as três parcelas de US$2 milhões correspondentes à compra de 10 emissoras de rádio em vários estados. A Igreja Universal do Reino de Deus tem, em todo o país, 157 templos, 68 deles no Rio de Janeiro.

A P-2 E O ATENTADO

Madrid (AGEN) - O jornal espanhol **El País** informou que o general Ambrogio Viviani, que por 4 anos foi o responsável pelos serviços de contra - espionagem na Itália, e concorre a uma vaga no Senado pelo Partido Radical, desconfia de uma possível vinculação da loja maçônica Propaganda-2 (P-2) ao atentado cometido pelo turco Ali Agca contra o papa João Paulo II, no dia 13 de maio de 1981. A P-2 protagonizou o escândalo financeiro em que esteve envolvido o Banco Ambrosiano e o Instituto de Obras Religiosas (Banco do Vaticano).

PAPA NA ÁFRICA DO SUL

Roma (AGEN) - O papa João Paulo II foi convidado pelo governo racista do presidente Pieter Botha a visitar a África do Sul. Ao confirmar o convite, o cardeal Roger Etchegaray negou que o papa vá à África do Sul em setembro próximo, quando estará em viagem por vários países africanos.

CRISE NO BENETT

Rio de Janeiro (AGEN) - O Instituto Metodista Benett, do Rio de Janeiro, viu-se envolvido em uma crise, no final de julho, em razão das demissões da diretora geral Ester Cardoso e do diretor administrativo, Emilio Tamancoldi. Em protesto contra a medida, um grupo de alunos, professores e funcionários ocupou por alguns dias as salas da direção As atividades no Benett estiveram paralisadas por mais de uma semana A 22 de julho, as demissões de Ester Cardoso e Elio Tamancoldi foram revogadas. Em contrapartida, durante ato público no dia 25, membros da comunidade acadêmica solicitaram o afastamento de Antonio Faleiro da presidência do Conselho Diretor do Benett. Os manifestantes também são contrários à nomeação de um diretor acadêmico, figura extinta há cinco anos do regimento interno da instituição. O presidente do Colégio Episcopal Metodista, Adriel de Souza Maia, comentando o episódio, afirmou que as crises cíclicas em instituições de ensino da Igreja (como no Instituto Metodista Superior, de São Bernardo do Campo, e na Universidade Metodista de Piracicaba), são motivos para que a denominação reflita mais profundamente sobre a forma como vêm sendo geridas essas instituições.

Direitos Humanos

DEFICIENTES PROTESTAM CONTRA DECISÃO DE JÂNIO

São Paulo (AGEN) - De que maneira vivem hoje os vendedores ambulantes retirados do centro de São Paulo por decisão pessoal do prefeito Jânio Quadros, há cerca de quatro meses, e transferidos para locais onde o "comércio é fraco, o movimento escasso e as vendas não atingem o mínimo indispensável à sobrevivência?"

Como um grande número de seus associados é vendedor ambulante, a Associação Brasileira de Deficientes Físicos (Abradef) decidiu empregar esforços a fim de tentar criar outras fontes de trabalho, dando curso à série de reclamações que à Associação chegam diariamente, partidas de vendedores ambulantes às voltas com inúmeras dificuldades de sobrevivência.

Dráusio Correia da Cruz, de 47 anos, teve paralisia cerebral quando nasceu, e seus músculos são atrofiados. Vive em uma cadeira de rodas e vendia frutas e doces no Largo de São Francisco. Com o que ganhava, conseguia até pagar a prestação de uma casa própria, adquirida junto à Cohab, em Guaianazes, zona leste. Arrastando um pouco a voz, comenta que seu sobrinho, com quem mora, teve de assumir o pagamento das prestações, após o decreto do prefeito Jânio Quadros. "Além do mais, os fiscais da Prefeitura são desumanos. Quebram nossas barracas, misturam o que vendemos, estragam as coisas. E tudo com ajuda da Guarda Civil".

Cadastramento - A Abradef funciona à rua Major Sertório, 691, 1º andar, e vai começar a trabalhar em duas frentes: na primeira, os deficientes físicos venderão, às entidades espalhadas na cidade, um fichário contendo tudo o que existe de promoção social em São Paulo. Assim, se uma sociedade de amigos de bairro ou semelhante, é procurada, sabe a quem recorrer. E, além disto, iniciará, a médio prazo, um trabalho mais específico destinado à colocação da mão-de-obra deficiente, voltada sistematicamente às empresas.

"Tudo isto até que entre outro prefeito", lembra Vinícius Gaspar Viana de Andrade, presidente da Abradef. Completa Dráusio: "as pessoas têm de entender que não estamos nas ruas por decisão própria, mas por uma contingência da vida. Hoje, para você, pode estar bom, mas amanhã ninguém sabe. Queremos, pelo menos, respeito". A entidade atende nos telefones 255.0444 e 204.5465. (Guilherme Salgado Rocha)

SERPAJ REALIZA ENCONTRO DEPOIS DE GANHAR PRÊMIO DA UNESCO

Brasília (AGEN) - O Serviço Paz e Justiça, seção brasileira, realizou mais uma assembléia geral entre os dias 21 e 24 de julho, na cidade satélite de Gama, DF, onde fica a sede do SERPAJ no Brasil. Neste encontro foi eleita a nova diretoria do Serviço, composta de nove pessoas, e uma executiva de três membros (Altemir Labes, São Leopoldo, RS; Marialva Bezerra, Fortaleza, CE; e Marco Antonio Gonçalves, São Paulo, SP) que serão responsáveis pela implementação das novas linhas de ação do SERPAJ aprovadas no encontro de Gama. São elas:

Lutar pela reforma agrária e urbana; pela educação para a paz e os direitos humanos e pela integração latino-americana.

Rosalvo Salgueiro, secretário executivo do SERPAJ na América Latina, com sede no Rio de Janeiro, informou à AGEN que o Serviço Paz e Justiça está organizado atualmente em 13 países latino-americanos, e que programa novos encontros para os próximos meses. O primeiro é um encontro de mulheres em Quito, capital do Equador, de 5 a 10 de setembro próximo. Logo depois, de 12 a 17 do mesmo mês, o SERPAJ reúne seu Conselho Geral para a América Latina na cidade de La Paz, Bolívia. Rosalvo informou também que o SERPAJ ganhou o prêmio **Educação para a Paz** e **os Direitos Humanos** concedido pela UNESCO no ano passado.

LIVRO RESGATA HISTÓRIA DOS ESCRAVOS EM SÃO BERNARDO

São Bernardo do Campo (AGEN) - "A escravidão em São Bernardo, na Colônia e no Império". Este é o título do livro em que o sociólogo José de Souza Martins, da Universidade de São Paulo, resgata a história da escravidão em São Bernardo do Campo (SP), vértice do novo movimento sindical no Brasil, nascido com os movimentos grevistas no final da década de 70. O livro de José de Souza Martins, conselheiro da Comissão Pastoral da Terra, do Conselho Indigenista Missionário e da Fundação Internacional Lelio Basso, da Itália, será lançado dia 3 de setembro, às 18 horas, no salão da Igreja Matriz de São Bernardo do Campo.

Índios e negros - No livro, Souza Martins traça o panorama do povoamento e formação do município de São Bernardo, que na época da abolição, em 1888, abrangia o que é hoje São Caetano do Sul, Santo André, São Bernardo do Campo, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Diadema. O autor destaca a presença na região de povos indígenas, como os tupi e os paresí. O mais antigo registro de escravos na Borda do Campo é de 1597.

Souza Martins destaca, em particular, a luta dos negros e índios da região de São Bernardo pela sua libertação Em 1836, a população da cidade, de 1 407 pessoas, incluía 406 escravos (28,9%): Em 1874, entre a população de 2.568 habitantes, 119 (4,4%) eram negros. Em 1838, apenas 43,8% da população era branca; o restante era composto de negros, pardos e mestiços, livres e brancos.

Repressão - A ação libertária dos escravos em São Bernardo foi reprimida com violência. No dia 27 de agosto de 1807, afirma Souza Martins, "o governador da Capitania de São Paulo, o capitão-general Antônio José da Franca e Horta, determinara ao capitão de ordenanças de S. Bernardo e aos capitães de outros bairros do leste da cidade, que organizassem uma grande repressão militar contra os negros fugidos e os quilombos da região"

Um fato que simboliza a opressão contra a população negra de São Bernardo, citado por Souza Martins, é a execução do mulato Caetano José da Costa, o Caetaninho, corneteiro do Corpo de Voluntários Reais, que, a 16 de setembro de 1781, reagiu a uma agressão cometida por seu protetor, o filho do governador da Capitania de São Paulo. O corneteiro foi inicialmente julgado inocente por um conselho de guerra, dissolvido depois pelo capitão-general. Um novo conselho, integrado por oficiais subservientes, condenou o mulato à morte na forca. O livro de José de Souza Martins é dedicado à memória de Caetaninho.

Movimentos Sociais

MULHERES NEGRAS CAPIXABAS REALIZAM ENCONTRO

Linhares (AGEN) - De 2 a 4 de setembro, na Universidade Federal do Espírito Santo, será realizado o I Encontro Estadual de Mulheres Negras, com o objetivo de conscientizá-las sobre o espaço que ocupam na sociedade e a necessidade de lutarem contra a discriminação racial.

O Encontro debaterá temas como educação, saúde, conjuntura política e mercado de trabalho, revelou Edileuza Penha de Souza, uma das organizadoras do Movimento, acrescentando que, como forma de preparativos, estão sendo realizadas reuniões no interior e bairros periféricos da Grande Vitória.

Para Edileuza, o Movimento das Mulheres Negras Capixabas precisa ser fortalecido para que elas não continuem marginalizadas em termos de mercado de trabalho ou obrigadas a aceitar subempregos. "Nossa situação social é péssima. Até mesmo na relação afetiva a mulher negra sofre discriminação, não apenas pelo branco mas também pelo negro"

Conforme explicou, "um negro quando ascende social e profissionalmente prefere se relacionar com uma branca. Por isso, nosso objetivo maior é fortalecer a unificação das mulheres negras para que descubram sua própria identidade", salientou Edileuza, estimando que cerca de 200 mulheres deverão participar do Encontro. (José Anchieta Ferreira)

Terra

ROMARIA REÚNE 40 MIL PESSOAS NO PARANÁ

São João do Ivaí (AGEN-CPT) - Cerca de 40 mil pessoas, a maioria trabalhadores assalariados e pequenos proprietários rurais, participaram da 4ª Romaria da Terra realizada em São João do Ivaí, norte do Paraná, no dia 25 de julho. A manifestação foi organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná e contou com a presença de cinco bispos paranaenses, uma centena de padres e pastores evangélicos, representantes de organizações populares, sindicalistas, delegações de vários estados e uma da Argentina.

Desde as primeiras horas da manhã os romeiros ocuparam as ruas da pequena cidade, concentrando-se na Praça da Bíblia, onde houve um culto ecumênico às 8h30 concelebrado pelos bispos Domingos Wieneswski, de Apucarana, Virgilio de Pauli, de Campo Mourão e Olivio Fazza, de Foz do Iguaçu. O culto deu início à Romaria, realizada todos os anos nesta data (25 de julho) em comemoração ao dia do trabalhador rural, e que este ano teve como tema central o problema do bóia-fria. Segundo a Pastoral da Terra do Paraná, "uma população estimada em 500 mil trabalhadores no estado e que vivem em condições desumanas".

A pastoral destacou também que este ano a Romaria teve o objetivo de "difundir a solidariedade da Igreja com o sofrimento, lutas e esperanças do homem do campo". Segundo o padre Luiz Antonio Borin, da paróquia de São João do Ivaí, "a Romaria deste ano foi bastante identificada com temas sociais da região". Dom Domingos, bispo de Apucarana, ressaltou em sua homilia que a "4ª Romaria da Terra significa um confiante e clamoroso protesto contra a escandalosa, insustentável e cruel situação de nossos irmãos agricultores e assalariados do campo e da cidade".

Documento - Um documento apontando as dificuldades e apresentando algumas soluções para melhorar as condições das famílias rurais do Paraná foi entregue aos bispos por um grupo de sindicalistas da região. O documento será estudado pelos bispos paranaenses que terão uma reunião com as entidades rurais no dia 22 de setembro. A reunião deve apontar propostas concretas para uma ação conjunta da igreja e do movimento sindical em torno da luta pela terra, política agrícola, salários dos bóias-frias e saúde do trabalhador rural.

"A Romaria tem conseqüências políticas. É uma celebração, mas também é um espaço de denúncias da situação desumana em que vive o bóia-fria", resume Darci Frigo, secretário da CPT do Paraná

POSSEIROS DA GLEBA MAGUARI, PARÁ, SOFREM PRESSÕES

São Félix do Xingu (AGEN-CPT) - Cerca de 23 famílias de posseiros da Gleba Maguari, município de São Félix do Xingu, sul do Pará, vivem uma situação dramática segundo informações transmitidas à AGEN por um agente do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), com sede em São Paulo, que esteve visitando a região do início do mês passado.

O caso mais típico das injustiças sofridas pelos lavradores da Gleba Maguari é o da posseira Carmelita Gomes de Souza, seis filhos, que teve o marido, Raimundo, 40 anos, assassinado por dois pistoleiros no dia 21 de junho passado enquanto dormia numa rede em sua casa.

Carmelita acompanhada de outros posseiros da Gleba, informou as autoridades policiais do município sobre o assassinato de seu marido e exigiu que a polícia investigasse o crime. Depois de muita insistência da lavradora os policiais foram até o local do assassinato, a própria casa de Carmelita, mas nada apuraram. Os pistoleiros apontados pelos posseiros como os assassinos de Raimundo continuam em liberdade e ameaçando as demais famílias da Gleba. Por essa "investigação" a polícia de São Félix está cobrando 18 mil cruzados da viúva "para cobrir os custos decorrentes da busca efetuada", informa o SPM.

As outras famílias moradoras da Gleba também estão sendo ameaçadas pelos pistoleiros que assassinaram Raimundo, identificados pelos posseiros da região apenas pelos nomes de Raimundo e Vanderlei, e que trabalham para um fazendeiro de Goiás, proprietário de uma fazenda ao lado da Gleba Maguari.

PROCESSO SOBRE ASSASSINATO DE FRANCISCO RAMOS ESTÁ PARADO

Pancas, ES (AGEN-CPT) - O processo judicial sobre o assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pancas (ES), Francisco Ramos, não avançou depois do interrogatório de 29 de junho passado, em que foram ouvidos três dos acusados de envolvimento na morte do sindicalista. Francisco Ramos foi morto a 5 de fevereiro.

A 20 de abril, o promotor Durval Albert Barbosa Lima denunciou, como envolvidos na morte de Francisco Ramos, o fazendeiro José Milton Breda, o ex-subdelegado de Alto Rio Novo, João Nascimento Ramos, o **JR**, o cabo PM Waldir do Carmo Freitas, o sargento PM Sebastião Fernandes de Souza, o **Nenê**, e o pistoleiro Sebastião Barbosa Rodrigues, o **Tião Delfino**. O promotor pediu a prisão preventiva dos acusados.

Interrogatório - O primeiro interrogatório dos acusados de envolvimento no assassinato de Francisco Ramos foi realizado a 29 de junho passado. Apenas compareceram ao fórum de Pancas, entretanto, Sebastião Fernandes de Souza, Waldir do Carmo Freitas e João Nascimento Ramos, que negaram qualquer participação no episódio. O fazendeiro José Milton Breda não compareceu , alegando estar doente. O pistoleiro Sebastião Barbosa Rodrigues foi retirado do processo, uma vez que o Tribunal de Justiça aceitou o trancamento da ação penal.

A audiência foi realizada num clima tenso. Além de familiares de Francisco Ramos, trabalhadores rurais, representantes de entidades populares e partidos políticos, estavam presentes cerca de 30 policiais e 20 fazendeiros e pistoleiros. Uma pessoa de apelido "Soquim" (sogro de Antonio Breda, irmão de José Milton Breda), que segundo a Comissão Pastoral da Terra de São Mateus é o chefe dos pistoleiros da região, estava armado e vestido com o uniforme da Sociedade Tradição, Família e Propriedade (TFP). O processo parou após esse interrogatório. Não foi marcada, ainda, uma data para que o fazendeiro José Milton Breda seja ouvido.

ATINGIDOS IMPEDIRÃO BARRAGEM MACHADINHO

Erexim (AGEN-CPT) - A Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), informou, em nota à imprensa, datada de 26 de julho, que a população potencialmente atingida impedirá a construção da Barragem de Machadinho, no município de Erexim (RS), em razão do rompimento de acordo firmado entre a CRAB e a Eletrosul. A nota da CRAB, na íntegra:

"Após a comunicação verbal da Eletrosul no dia 01 de junho de 1988, de adiamento da construção da Barragem de Machadinho, e portanto o rompimento do acordo firmado entre CRAB e Eletrosul no dia 29/10/1987, que previa o assentamento e indenização dos atingidos com início previsto para o mês de junho de 1988, as lideranças se reuniram dia 04 de julho e nesta reunião tiraram um documento que foi entregue à Eletrosul com prazo até dia 25/7 para trazer propostas de negociação.

No dia 22/07, a Eletrosul apresentou à executiva da CRAB um documento, no qual dava conta que não era de sua responsabilidade o cancelamento definitivo da obra. Que quando firmado, o acordo previa recursos para as questões sociais. A crise econômica obrigou o governo a cortar os orçamentos da empresa, por isso não tem condições de cumprir o acordo.

Mais de 2.500 pessoas atingidas, com a presença e apoio da Igreja Católica, IECLB, CUT, FETAG, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, MST, OMA, reunidas em assembléia, a 25/07/88, sem proposta de negociação por parte da empresa e do governo, tomaram as seguintes posições:

01. Cancelamento definitivo da Barragem Machadinho.
02. Não será permitida a entrada de funcionários de empresas ligadas à construção da barragem nas propriedades atingidas.
03. Arrancação de marcos na primeira semana de agosto em toda a região.
04. No dia 07/08, fincar placas com a frase: "Barragem de Machadinho, nunca mais".

05. Que o canteiro de obras desta barragem e outras propriedades adquiridas sirvam para fins de reassentamento da população atingida pela Barragem de Itá.
06. Sugerimos que o escritório da Eletrosul de Erexim-RS seja retirado em vista de que não terá mais função a cumprir.

No final da assembléia os atingidos fizeram um ato público, no qual aconteceu a queima dos marcos, cronograma, mapa da barragem e foi colocada uma grande placa com a frase: "Barragem de Machadinho, nunca mais", em frente ao escritório da Eletrosul de Erexim-RS".

PARA SEM TERRA, BARBALHO SAIU TARDE DO MIRAD

São Paulo (AGEN) - Em nota de 29 de julho, a Executiva Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra comenta a reforma ministerial que levou Jáder Barbalho a deixar o Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento, e assumir a pasta da Previdência Social, com a demissão de Renato Archer. O Mirad foi assumido, interinamente, pelo ministro da Agricultura, Íris Rezende. A íntegra da nota da Executiva Nacional do Movimento dos Sem Terra:

"O ministro Jáder Barbalho foi o quarto ministro da Reforma Agrária. Ficou muito tempo, e no tempo que ficou fez muitos estragos contra a reforma agrária e contra os trabalhadores. Sem dúvida foi o pior dos quatro, e foi embora tarde demais.

Na verdade, ele somente aceitou se transferir para o Ministério da Previdência, para dar uma mãozinha pro seu amigo Sarney, e porque já tinha feito tudo o que queria no Mirad. Vejamos as suas principais medidas contra a reforma agrária e contra os trabalhadores.

1. Conseguiu devolver para o governo do Estado do Pará a administração de mais de 200 milhões de hectares de terras públicas, que por lei eram administradas pelo Mirad, e que com a anulação do decreto 1164 de 14/04/71, feita em 25 de novembro de 1987, passam a ser distribuídas a bel prazer do governador do Estado. Que certamente vai utilizar-se desse estoque de terras públicas para apadrinhar seus fazendeiros e ganhar mais uma eleição.

Note-se que esse decreto havia sido feito pelo general Médici, justamente para combater a corrupção da entrega de terras públicas estaduais, que foram feitas pelo então governador do Maranhão, Sr. José Sarney.

2. Fez a maior negociata de terras do mundo, ao desapropriar um castanhal de 700 mil hectares, que eram terras públicas, portanto sem dono. Mas o ministro atribuiu a propriedade a seus amigos da família Mutram, e os indenizou. Além disso, pagou um preço pela terra, três vezes superior ao preço de mercado da região.

Todo mundo sabe, no Pará, que esse dinheiro terá fins políticos e não de reforma agrária. Porque de qualquer maneira os trabalhadores já ocupam e vivem há muitos anos nessas terras de castanhais, que os Mutram se diziam proprietários.

3. O ministro Jáder Barbalho conseguiu aprovar um decreto, o de nº 2365/87, que inviabiliza qualquer processo de reforma agrária, e que é tão esdrúxulo, que o próprio Procurador Geral da República dr. Sepulveda Pertence, argüiu como inconstitucional.

4. O ministro da Reforma Agrária não fez reforma agrária. É contra reforma agrária. Foi no seu governo do Pará que aconteceu a maior violência no campo. Ele apenas estava utilizando do ministério, para sua carreira pessoal, e para garantir a vitória nas próximas eleições do Pará, onde quer recandidatar-se a governador em 1990.

Afinal, é como o povo do Pará diz: "Jáder e Passarinho são do mesmo ninho".

Para nós, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra o ex-ministro Jáder Barbalho foi um grande capataz da Nova República que impediu e enterrou qualquer processo de reforma agrária no país.

De nosso lado, existem mais de 10 mil famílias acampadas, em áreas provisórias, esperando as soluções governamentais, que nunca passam de promessas. Além dos 4,8 milhões de famílias de trabalhadores rurais que continuam apenas sonhando com reforma agrária.

E agora, o que será do Mirad?-O governo está anunciando que além de colocar como ministro interino o sr. Íris Resende, provavelmente irá fechar o Mirad e transformá-lo simplesmente como um departamento do Ministério da Agricultura.

A se concretizar esses anúncios, será realmente o enterro efetivo de qualquer possibilidade de reforma agrária no país. O enterro político já fizeram com o abandono de qualquer proposta e com a emissão de uma série de decretos e com a proposta aprovada na Constituinte. Agora, vão enterrar de fato. Fechar o Ministério e transformar como um assunto de terceira prioridade, dentro de um ministério de, terceira prioridade, com um ministro totalmente identificado com os fazendeiros e os latifundiários, como ele mesmo é.

A Nova República nunca foi tão velha."

Solo Urbano

MANIFESTAÇÕES NO DIA DE LUTA PELA MORADIA

Belo Horizonte (AGEN) - O Dia Nacional de Luta pela Moradia, a 14 de julho, em Belo Horizonte (MG) foi marcado com várias manifestações. Milhares de pessoas saíram às ruas da Capital mineira para exigir o respeito ao direito à moradia e protestar as atitudes do Governo Estadual.

As manifestações começaram a acontecer na véspera do dia Nacional. Antecedendo ao protesto do Dia de Luta, o Movimento dos Sem-Casa de Luzia reuniu-se em frente à Agência Central da Minas Caixa para denunciar a manobra em que se envolveram.

Há mais de um ano os sem-casa de Santa Luzia vêm propondo negociações de um terreno que pertencia à Minas Caixa, no bairro Boa Esperança, naquele Município. Em agosto de 1987, mais de mil famílias ocuparam esta área e uma semana depois foram despejados por ordem judicial.

Este terreno estava abandonado há mais de dez anos e já tinha sido urbanizado, sendo que os asfaltos das ruas estavam quebrando e os postes estavam sem fios, mostrando a situação de abandono. O Movimento dos Sem-Casa, após ser expulso do terreno, continuou negociando com o Prefeito de Santa Luzia, Rui Avelar, para que esta área fosse comprada e repassada às famílias que pagariam prestações fixas de 10% do valor do salário mínimo, em prazo de cinco anos.

Lotes vendidos - Para a compra de terrenos, a Prefeitura recebeu do Governo Federal a verba de Cz$ 12 milhões, conforme afirmam os sem-casa no manifesto que distribuíram à população. No entanto, no mês de maio, a Minas Caixa vendeu lotes pelo preço de Cz$ 50.000,00 (lote de 600 metros quadrados) e Cz$ 142 000,00 (pequenas chácaras) Os sem-casa só souberam desta situação recentemente, quando os lotes já haviam sido vendidos e estão sendo comercializados por seus novos donos (que compraram mais de dez) por preços altíssimos.

Foram feitas manifestações em frente à Câmara dos vereadores de Santa Luzia e à Minas Caixa, em Belo Horizonte. Em conversa com representantes da Minas Caixa, os sem-casa souberam que nada mais se pode fazer, uma vez que os lotes foram anunciados pelo jornal e estão todos vendidos.

Esta resposta não satisfez os sem-casa que lembraram que eles não têm acesso aos meios de comunicação, principalmente notícias sobre especulação imobiliária que, normalmente, não lêem. E afirmavam que esta foi uma demonstração da falta de interesse tanto do Governo Municipal quanto Estadual pelo problema dos "sem-casa". Afinal, eles também já haviam conversado com o governador Newton Cardoso e a vice-governadora Júnia Marise que, pelo visto, não se interessaram pelo caso.

Além desta manifestação, foi realizada a caminhada da Associação dos Moradores de Aluguel de Belo Horizonte e, no Dia Nacional de Luta pela Moradia, a passeata da Federação de Moradores de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte.(Por Xico Assis)

Povos Indígenas

ÁREA TAPEBA NÃO DEMARCADA POR INFLUÊNCIA DO CSN

Brasília (CIMI-AGEN) - Contrariando decisões anteriores do próprio órgão tutor, Romero Jucá Filho, presidente da FUNAI, determinou durante a última reunião do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) o arquivamento do processo de demarcação da área indígena Tapeba, localizada no município de Caucaia (CE). Alegou Jucá que não existe nenhum laudo antropológico produzido pela FUNAI que comprove a existência de índios naquele município, apesar de a a área já estar identificada e delimitada, e a antropóloga Jussara Vieira Gomes, do Museu do Índio, ligado ao órgão tutor, ter produzido extenso estudo sobre a presença indígena no local. Os 4 675 hectares delimitados são reconhecidos ainda como de ocupação indígena pela Prefeitura Municipal de Caucaia, que considera aquelas terras como Área de Proteção Ambiental (APA).

A reunião do GTI ocorreu no dia 20 último na FUNAI. Participaram, além de representantes do órgão tutor, do Ministério do Interior, do Mirad e do órgão fundiário do estado do Ceará, o coronel Antonio Carlos Carneiro da Silva, representante do Conselho de Segurança Nacional (CSN).

Na realidade, a decisão de interromper o processo de demarcação da área indígena Tapeba é do órgão de segurança, quem , de fato, tem determinado as diretrizes da política indigenista governamental. Um dos argumentos apresentados pelo coronel Antonio Carlos Carneiro da Silva, tentando justificar o arquivamento do processo, foi a conversa que ele manteve com quatro pessoas de Caucaia que lhe afirmaram não existir índio no município. E foi esse o argumento considerado, mas só aparentemente, pois a decisão de arquivar o processo já havia sido tomada. A reunião serviu apenas para formalizá-la.

ÁREA ARARA VENDIDA PELO GOVERNO DE MT

Brasília (CIMI-AGEN) - Última família de índios Arara a ser expulsa da área indígena, Arara do Beiradão, no município de Aripuanã (MT), o cacique José Rodrigues com a mulher Ana Anita e uma filha veio a Brasília para solicitar à FUNAI a retirada dos invasores de suas terras e descobriu que a área foi toda loteada e vendida pelo Instituto de Terras do Mato Grosso (Intermat) em março do ano passado, últimos dias do governo de Wilmar Peres. O que é área indígena Arara do Beiradão foi dividida pelo governo daquele estado em 68 propriedades particulares A FUNAI interditou a área no dia 20 de novembro do ano passado, mas nem isso impediu que todas as famílias fossem expulsas Em qualquer tentativa de retorno ao território, os Arara são ameaçados de morte, especialmente pelo jagunço conhecido como Joaquinzão

O casal descobriu também que treze dos pretensos proprietários daquelas terras impetraram em junho último mandado de segurança, em tramitação na oitava vara federal do D F., visando anular a interdição da área.

Conforme afirmam José Rodrigues e Ana Anita, os Arara só conseguirão retornar ao antigo território após a retirada dos invasores. Segundo a FUNAI, entretanto, providências nesse sentido só poderão ser tomadas após a conclusão do levantamento fundiário da área, por uma comissão técnica composta por membros do órgão tutor, Mirad e Internat.

Política

APATIA DO POVO É APARENTE, DIZ DEPUTADO

São Paulo (AGEN) - "Há quem diga que o povo está apático, mas esta apatia é aparente. Há um fermentar no movimento sindical. Os pessimistas ignoram que os processos históricos são prolongados e as oscilações do movimento popular não significam o fim do processo. O declínio da combatividade é limitado e perigoso, daí o medo da burguesia". Estas declarações foram feitas pelo deputado Florestan Fernandes (PT-SP), na abertura do Congresso dos Bancários de São Paulo, realizado na capital paulista no período de 22 a 24 de julho.

No plano político, o deputado, analisando a conjuntura, disse que a "Nova República é uma ditadura militar disfarçada" e que "as Forças Armadas detêm na realidade o poder de decisão em questões cruciais para a Nação". Após analisar o atual momento constituinte, Florestan Fernandes salientou que muitas constituições não nascem para sempre, e que "se a atual não corresponder, deve-se defender a elaboração de uma nova Carta, não sujeita a manipulações".

"Que se mobilizem as forças populares para que a direita sinta mais medo no 2º turno, pois as classes trabalhadoras estão em ascenção histórica", finalizou.

GOVERNO ACELERA INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA

São Paulo (AGEN) - Boatos de golpe, um duro pronunciamento do presidente José Sarney contra o Congresso Constituinte e uma resposta não menos enfática do deputado Ulysses Guimarães, foram os ingredientes que tornaram a última semana de julho a mais movimentada em termos políticos neste ano, pelo menos até o momento. Como pano de fundo, o projeto de desenvolvimento das elites políticas e econômicas, no contexto de uma maior internacionalização da economia brasileira.

Os sucessivos fatos da agenda política e econômica naqueles dias evidenciaram, de uma vez por todas, o arco de alianças com que conta o governo Sarney, tornando nítido o futuro arquitetado para o país pelas bases de sustentação do presidente. Se a chamada Aliança Democrática, que teoricamente coroaria o processo de transição, ainda não havia terminado, de forma definitiva ela foi para o espaço naquela semana.

Internacionalização - O governo do presidente José Sarney tem sido norteado pelo projeto das elites políticas e econômicas em aprofundar a internacionalização da economia brasileira. Este projeto tem sido acionado de diversas maneiras, como a conversão da dívida externa em investimento e a privatização de empresas estatais. Para pôr em prática essas medidas, o governo não tem hesitado em desrespeitar o poder maior em vigor no país, que é o Congresso Constituinte. Assim, uma decisão da Comissão de Sistematização, de regulamentar em termos soberanos para o país o processo de conversão da dívida externa em capital de risco (pelo qual o controle acionário de muitas empresas tem passado para mãos estrangeiras), foi solenemente minada pelos fatos concretos de consecutivos leilões de papéis da dívida.

Outros empreendimentos promovidos pelo governo Sarney inserem-se na ótica da internacionalização da economia brasileira, como a construção das Ferrovias Norte-Sul e Leste-Oeste, da rodovia Transcontinental (ligando o Acre ao Peru, como as ferrovias, para facilitar o corredor de exportações para o Japão e Leste europeu e asiático), o projeto Calha Norte, a criação de pólos de turismo e implantação de cerca de 100 novas usinas hidrelétricas até o ano 2.000. Um plano acalentado desde o início de 1987 pelas forças pró-internacionalização, e que tem sofrido oposição sistemática inclusive entre parcelas do empresariado nacional, foi finalmente oficializada naquela "semana quente" do mais rigoroso inverno brasileiro nos últimos anos: a criação, por decreto-lei, das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs).

Constituinte - O projeto de maior internacionalização da economia brasileira exige, contudo, que sejam extintos os avanços em termos de direitos trabalhistas obtidos até agora no Congresso Constituinte, particularmente a jornada de 44 horas, o turno diário de seis horas, o direito de greve, a licença-paternidade por oito dias e a licença-maternidade de 120 dias. Também preocupam os setores pró-internacionalização o conceito de empresa nacional aprovado em primeiro turno pelos constituintes, bem como o monopólio da pesquisa e lavra de minerais pela União.

Para combater esses ítens assegurados por ora, a base de apoio do governo Sarney - em última análise, as forças pró-internacionalização - montaram uma estratégia que consistia em acenar a possibilidade de "zerar" o processo constituinte - ou seja, que tudo voltasse ao começo; do contrário, poderia haver um golpe "branco", em que os militares, ainda que de forma velada, assumiriam de vez o controle da situação.

A ameaça de "zerar" os trabalhados constituintes foi anunciada pelo líder do PFL, deputado José Lourenço, porta-voz dos segmentos conservadores (leia-se Antonio Carlos Magalhães e Roberto Marinho, por exemplo) no Congresso. A guerra aos direitos trabalhistas conquistados continuaria, de modo concomitante, através da propaganda veiculada na imprensa e televisão, saudando a presença do capital estrangeiro no país. O lance definitivo dessa estratégia seria um pronunciamento do presidente José Sarney, em cadeia nacional de rádio e TV, às vésperas da votação do texto integral da nova Constituição aprovado em primeiro turno.

Discursos - A decisão de atacar o Congresso Constituinte foi tomada pelo presidente José Sarney, após reunião com os militares, na noite de 24 de julho, domingo. No mesmo dia, chegava às pressas em Brasília, o jornalista Said Farhat, ex-ministro das Comunicações no governo João Figueiredo. Farhat, proprietário de um dos mais eficientes escritórios de lobby em Brasília, tem uma coluna semanal na revista "Isto é Senhor", onde, sistematicamente, tem bombardeado as restrições ao capital estrangeiro aprovadas em primeiro turno no Congresso Constituinte. Com esse know-how, Farhat foi incumbido de alinhavar os principais pontos do discurso do presidente Jose Sarney.

Inicialmente, o discurso seria pronunciado na segunda-feira, 25 de julho, mas Sarney resolveu adiá-lo para a terça, 26. E foi direto: disse que a nova Constituição, aprovada até aquele momento, deixaria o país ingovernável. Como argumento, exibiu alguns números que, em sua opinião, agravariam o déficit público, principal motor da escalada inflacionária. Atacou, principalmente, os benefícios que teriam de ser pagos pela Previdência Social, a anistia fiscal aos pequenos e médios empresários e a descentralização da arrecadação de impostos. Os números relacionados pelo presidente seriam, depois, desmontados por insuspeitos parlamentares, como os deputados José Serra (PSDB-SP) e Francisco Dornelles (PFL-RJ), que foi o primeiro ministro da Fazenda no governo da "Nova República".

Na manhã de 27 de julho, o presidente do Congresso Constituinte, Ulysses Guimarães, telefonou ao ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, consultando sobre a oportunidade de uma resposta. De carta branca na mão, Ulysses redigiu, de próprio punho, um discurso-defesa dos trabalhos constituintes, na abertura da sessão em que seria votado o texto aprovado em primeiro turno. Usando frases de efeito, Ulysses disse, com todas as letras, que será a nova Constituição que tornará o país governável, pois ingovernável ele está. Resultado: contra as orientações do governo, que preconizava a não-aprovação do texto, ele recebeu o voto favorável de 403 constituintes, contra 13 e 55 abstenções, todas de membros do Centrão.

Nova correlação de forças - O embate Sarney-Ulysses se refletiria na composição ministerial. Atacado indiretamente no discurso do presidente, primeiro saiu o ministro Renato Archer da Previdência Social. O gesto foi seguido, a 28 de julho, pelos outros dois ministros ligados a Ulysses: Celso Furtado, da Cultura, e Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia. A pasta da Previdência foi assumida por Jáder Barbalho, que deixou o Ministério da Reforma Agrária, por sua vez assumido, de forma interina, pelo titular da Agricultura, Íris Rezende. O ministério da Cultura foi também acumulado pelo ministro da Educação, Hugo Napoleão.

A reforma ministerial de 28 de julho responde à soma de forças que sustentam o governo Sarney, voltadas para a internacionalização da economia. Assim, deixa o ministério Renato Archer, que é praticamente o "pai" da lei de reserva de mercado na Informática, primeiro motivo das retaliações do governo norte-americano contra produtos brasileiros, e que levaram ao "abrandamento" da Lei do Software. Do mesmo modo, cogitou-se na extinção do Ministério da Reforma Agrária, criado por Tancredo Neves no bojo dos compromissos assumidos na montagem da Nova República. No caso, compromisso com a CNBB e os segmentos conscientes que desejavam a reforma agrária. A extinção também cogitada do Ministério da Ciência e Tecnologia responderia aos interesses das grandes potências, de dominar o campo das neotecnologias.

O Brasil das multis e da UDR - O Brasil projetado pelas elites políticas e econômicas, que ficou claro com os acontecimentos da última semana de julho, é este: internacionalização da economia, através do combate aos direitos trabalhistas, e nada de reforma agrária, ao contrário, do que desejam inclusive setores industriais modernos que, até bem pouco tempo, figuravam no governo Sarney. Não por acaso, um dos principais articuladores das manobras contra o projeto de Constituição aprovado em primeiro turno, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), é o primeiro porta-voz da UDR no Congresso.

A garantia dos direitos trabalhistas aprovados em primeiro turno dependem, agora, de ampla negociação no Congresso Constituinte, ao lado de intensa mobilização popular. Por parte do governo, para compensar a derrota de 27 de julho, o presidente Sarney criou as ZPEs e liberou uma verba suplementar de Cz$ 11,820 bilhões para a Ferrovia Norte-Sul. As duas medidas, tomadas por decreto do presidente, no dia 29. (Por José Pedro S. Martins)

Movimento Operário

GREVE DA ELETROSUL ACABA COM ACORDO

Florianópolis (AGEN) - A greve dos eletricitários da região sul do país, iniciada dia 26 de julho, encerrou com um acordo estabelecido entre a direção da Eletrosul e o Sindicato dos Eletricitários no dia 4 de agosto. O acordo foi assinado também pelo ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, que esteve em Florianópolis (SC) negociando diretamente com os grevistas. Ficou acertado o pagamento da URP (Unidade de Referência de Preços) para todos os funcionários até novembro e o pagamento das URPs congeladas de abril e maio para aqueles que ainda não haviam recebido. Além disso, os grevistas obtiveram a promessa de que não haverá punições e o pagamento dos dias parados será feito através de horas extras, descontos nas férias ou o pagamento desses dias parados durante a vigência do futuro acordo que deve ser estabelecido em novembro.

Tensão - A greve viveu seu momento de maior tensão na véspera do acordo, quando o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, ameaçou chamar as Forças Armadas para intervir na Usina Termelétrica Jorge Lacerda, em Tubarão, SC. Devido a paralisação a usina acabou sendo desligada. O movimento grevista afetou ainda os principais centros industriais de todos os estados alimentados pela Eletrosul: SC, PR, RS e MS. Um dos pontos mais afetados foi a região de Blumenau, o segundo mais importante centro industrial de Santa Catarina.

América Latina

EL SALVADOR: EVIDENTE O DUPLO PODER

São Paulo - O comandante da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), Joaquín Villalobos, disse em recente entrevista à rádio Venceremos que o maior fracassado na atual conjuntura política no seu país é o projeto contra-insurgente impulsionado pela administração Reagan.

Acrescentou que a abstenção de 65 por cento nas passadas eleições legislativas mostrou a dualidade de poderes até na própria capital, onde o povo não confiou em eleições que só lhe ofereciam opções de direita e afundou a tentativa de continuar encobrindo com demagogia o projeto repressivo da classe dominante e dos Estados Unidos.

O dirigente guerrilheiro afirmou que a FMLN saiu fortalecida, criou novos destacamentos e incorporou centenas de combatentes na realização de sabotagens, ações de agressão e variadas formas de greves, com resultados que superaram as previsões; todos esses elementos são de uma importância estratégica, de peso decisivo, sublinhou Villalobos.

Economia - Paralelamente, um balanço dos quatro anos de governo democrata-cristão, feito pela União Nacional dos Trabalhadores Salvadorenhos (UNTS), que agrupa a maioria dos assalariados do país, revela que nesse período a produção de café caiu 60 por cento, a de cana de açúcar 90 por cento e os grãos 75 por cento; a dívida externa aumentou de 1,8 bilhões de dólares para três bilhões.

O documento assinala que a situação no campo caracteriza-se pelas expulsões de camponeses das suas terras, realizadas pelos latifundiários da ARENA (partido de ultradireita). Continuam as demissões massivas dos trabalhadores dos Ministérios e a soma de desempregados e subempregados abrange 80 por cento da população economicamente ativa.

Ressalta a publicação que ao mesmo tempo que 52 por cento do orçamento nacional é empregado na guerra contra o povo, o analfabetismo supera 70 por cento da população, os hospitais públicos exigem pagamento pelo atendimento, e um milhão 200 mil camponeses deslocados pelos bombardeios e operações militares vivem na pior miséria.

E.U.A - Por outro lado, o secretário de Estado norte-americano, Georges Shultz, em apressada visita à região no mês passado, garantiu que o seu país não permitirá a destruição das "democracias" centro-americanas. O diplomata disse aos jornalistas que o regime salvadorenho "tem todo o apoio dos Estados Unidos porque foi o povo que escolheu essa forma de viver em liberdade e justiça social". Shultz viajava acompanhado pelo secretário de assuntos interamericanos, Elliot Abrams, e o embaixador especial para a América Central, Morris Busby.

O embaixador Busby foi acusado pelo senador da Guatemala, Edmond Mulet, de pressionar o governo de seu país; disse Mulet que Busby "ameaçou com que se a Guatemala não abandonasse sua política de neutralidade ativa, os Estados Unidos vão adotar severas medidas contra ela". Similares denúncias fizeram altos funcionários de Honduras e da Costa Rica, depois da digressão de Busby pela América Central no mês passado. Soube-se que a Guatemala e a Costa Rica negaram-se a assinar um documento proposto por Shultz onde se acusava a Nicarágua de ser "uma inadmissível manifestação de intervencionismo soviético na região", o que segundo os funcionários seria "uma declaração de guerra".

Ajuda - Segundo análise da agência IPS constata-se que o exército local recebe 2,5 milhões de dólares diários de assistência norte-americana, e que em oito anos de guerra infrutífera o total da "ajuda" atinge os três bilhões de dólares, no financiamento de uma guerra sanguenta com mais de 60.000 vítimas, sete mil desaparecidos e um milhão de exilados.

Apesar desse record de financiamento, as forças salvadorenhas não conseguiram os 25.000 reforços previstos até 1987. A razão está na impossibilidade de recrutar camponeses como fazia no passado. A FMLN saiu do cerco em que estava em 1981, passou a ter comprovada presença ativa em 13 das 14 províncias do país e sólido controle de um terço do território nacional. (A. Pezzutto)

Memória

20 ANOS DE MEDELLÍN

São Paulo (AGEN) - Foi oficialmente aberta pelo Papa Paulo VI, no dia 24 de agosto de 1968, na cidade de Medellín, Colômbia, a Assembleia dos bispos da América Latina. Esta Assembléia marcou profundamente a pastoral neste continente, pois transmitiu o Concílio Vaticano II, promoveu as Comunidades Eclesiais de Base e possibilitou o despertar de uma nova época, a partir da qual começaram os primeiros ensaios da Teologia da Libertação.

A Assembléia, que terminou no dia 6 de setembro e que contou com a presença, entre outros bispos brasileiros, de D. Helder Câmara, produziu 17 documentos sobre justiça, comunicação social, juventude, família, as massas e os responsáveis pela organização da sociedade, a pobreza e a união dentro da Igreja.

Após vinte anos, quais os frutos que se poderiam apontar? O Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, de São Paulo, indica a queda de vários regimes militares na América Latina, apesar dos anos duros quando "tanta gente chorou e ainda chora seus entes queridos que desapareceram".

Um outro resultado importante, segundo D. Paulo, foi a realização da Assembléia de Bispos em Puebla no ano de 1979, no México, quando se consagrou a importante "opção preferencial pelos pobres".

Embora estes frutos sejam palpáveis, estamos ainda longe de celebrarmos transformações profundas como as que já eram requeridas em Medellín, e em muitos casos houve até retrocesso, como certas "democracias" com civis à frente, mas no fundo controladas pelos militares.

Justiça e Esperança foram uma constante trazidas nos documentos de Medellín, que deram também uma atenção especial à Juventude, sendo esta última consagrada também em Puebla na "opção preferencial pelos jovens".

Na celebração destes 20 anos, que possamos reler o documento final de Medellín, pois ele continua atual e nos anima na caminhada pela construção da "civilização do amor" porquanto nos diz nestes termos: "Apesar de estarmos rodeados de imperfeições, somos homens de esperança". (Por José D. Bragheto).

Terceiro Mundo

PROSSEGUEM NEGOCIAÇÕES SOBRE ÁFRICA AUSTRAL

Genebra (ANGOP-AGEN) - Prosseguem em Genebra as negociações quadripartites, entre Cuba, Angola, Estados Unidos e África do Sul, visando a uma solução pacífica para os conflitos na África Austral. Princípios de paz foram divulgados a 13 de julho, em Nova York, pelos governos desses países.

A 27 de julho, o presidente Fidel Castro, falou pela primeira vez publicamente sobre a questão da retirada das tropas cubanas - estimadas em 40 mil homens - de território angolano. Cuba calcula que suas tropas poderiam ser retiradas em quatro anos. A 3 de agosto, o vice-ministro das Relações Exteriores de Angola, Venancio de Moura, qualificou de "inaceitáveis" as propostas feitas pela África do Sul, em torno do calendário de retirada das tropas cubanas. A 2 de agosto, o ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Roelof "Pik" Botha, havia anunciado, em Pretória, que o seu país estava disposto a retirar-se da Namíbia a partir de 1º de novembro, se Angola retirasse seu apoio à Swapo (que luta pela independência da Namíbia) e ao Congresso Nacional Africano (ANC), organização que lidera a oposição ao governo do **apartheid**. O dirigente sul-africano também exigiu a retirada das tropas cubanas em Angola até 1º de junho de 1989 (data sugerida por Pretória para as eleições na Namíbia). As propostas sul-africanas surpreenderam os círculos diplomáticos de Genebra, sendo consideradas antiéticas, por quebrarem o compromisso de sigilo firmado em Nova York.

Ecologia

URSS FECHA EMPRESAS POR DANOS À ECOLOGIA

Moscou (Novopress) - Mais de 137 mil empresas, grandes e pequenas, foram fechadas definitiva e temporariamente na União Soviética em 1987 por representarem perigo para a saúde ou para o meio ambiente. Segundo informação da Nóvosti, a maioria delas foi projetada e construída no "período de estagnação" (governo de Brezhnev), no qual os interesses dos departamentos prevaleciam sobre a utilidade social.

Uma delas, a Fábrica de Concreto Armado e Asfalto da Região de Moscou, por exemplo, há vários anos era visitada por fiscais da inspeção regional de proteção ao ar atmosférico sem receber nenhuma punição além de pequenas multas - pagas com os fundos de reserva da fábrica - ou advertências sem maiores conseqüências. Este ano, por exigência popular, a Inspeção Sanitária Estatal fechou o estabelecimento.

O maior número de reclamações é dirigido ao Ministério de Melhoramento do Solo e da Economia Hidráulica, que projeta construir dois grandes canais de irrigação através de vasto território entre o baixo Volga e o mar Negro.

Quero assinar o boletim semanal da AGEN. Por isso envio o cheque ou vale postal no valor de Cz$ 2.000,00 (individual) ou Cz$ 2.500,00 (entidades)

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____
Cidade _____ Estado _____
País _____ Número do cheque ou vale postal _____
Telefone _____
Assinatura _____ Data _____

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Reg. Prof. Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro Soares Martins (Reg. Prof. Mtb 17.572)
Redação: Flademir Araújo

Correspondentes e Colaboradores: Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs e Liliana Lavoratti (Porto Alegre, RS), Rosa Dalla Costa (Francisco Beltrão, PR), Valdemar de Oliveira Neto (Recife, PE), José Anchieta Ferreira (Linhares, ES), Maria [illegible]a Fritzen (Manaus, AM), [illegible]orim (Sertãozinho, SP), Fer[illegible]lsa (Zona Leste, São Paulo, S[illegible]urenço Pechtoll (Grande AB[illegible]ewton Carlos e Isaac Akcel[illegible]taristas internacionais), Attilio [illegible]nn (Quito, Equador), José Subirats (La Paz, Bolívia), Roberto Codas Friedmann (América Central), Beltrina Corte (Bogotá, Colômbia), Guilherme Salgado Rocha (São Paulo, SP) e Juan Pezzutto (São Paulo, SP).

Divulgação e contatos: Pe. José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Rev. Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN
Impressão: Gráfica Peres Ltda.

DIRETORIA

Presidente: D. Sumio Takatsu
Vice-Presidente: Frei José de Rezende Ribeiro - O.P.
Secretário: Paulo Maldos
Tesoureiro: José Lourenço Pechtoll

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMENICA
TELEX: 11.25824 AECN-BR

METRÔ LUZ 23VIII88 SÃO PAULO-SP

BRASIL Cz$=12,70

P.B.M. 6153 P.F. 11163

00002 1003-89 SEM
CN/MNDDH REGIONAL LESTE I
R.CAPITAO CHAVES 60
26000 NOVA IGUACU RJ

IMPRESSO

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

IGREJAS

Ordenação de mulheres polariza Conferência de Lambeth pág 2
Definido o tema para Assembléia Mundial Luterana pág 2
Jornais e revistas católicos debatem comunicação pág 2
Igrejas do CONIC se distanciam da Confederação Evangélica pág 3
Informatização da CNBB pág 3
Demissão de agentes pastorais gera crise no Nordeste pág 8

DIREITOS HUMANOS

Constituinte aprova direitos individuais pág 3
Educação para a Paz pág 3

MOVIMENTOS SOCIAIS

Discutindo a comunicação popular pág 3

TERRA

Pax Christi irá denunciar violência no campo pág 4
Grilagem apurada pág 4

POLÍTICA

Governo Sarney fica mais à direita pág 4

MOVIMENTO OPERÁRIO

Constituinte mantém maioria dos direitos sociais pág 5
Metalúrgicos em nova passeata para garantir direitos pág 5
Professores da rede estadual em greve no Paraná pág 5
Conversas sobre pacto pouco evoluem pág 6
TFR anula eleição em sindicato da CGT pág 6

ECONOMIA

Economistas condenam elites brasileiras pág 6

MEMÓRIA

Uma rosa para paz pág 6

AMÉRICA LATINA

Nicarágua: Reagan reforça aposta na guerra pág 7
Balanço da guerra na América Central pág 7

MULHER

Cresce o número de mulheres mortas em conflitos de terra pág 8



O Plano 2.010, do governo federal, prevê a construção de cerca de 100 novas hidrelétricas até o início do próximo século. As populações potencialmente atingidas estão se mobilizando, para evitar despejos de surpresa. No final de julho, agricultores de Erexim (RS) promoveram manifestação, para denunciar o rompimento do acordo firmado pela Eletrosul em torno da construção da barragem de Machadinho. Foto Douglas Mansur.

DEMISSÃO DE AGENTES PASTORAIS GERA CRISE NO NORDESTE

Recife (AGEN) - O arcebispo de Olinda e Recife, d. José Cardoso Sobrinho, que substitui no cargo a d. Helder Câmara, pode ser processado por "injúria, calúnia e difamação", se não provar as acusações de "desvio de verbas" contra o padre Hermínio Canova e o agente de pastoral Flávio Lira de Andrade. Canova e Andrade foram demitidos da Pastoral Rural, junto com os agentes pastorais Angelo Zanré e Lenivaldo Marques.

As 16 horas do dia 3 de agosto, os quatro agentes pastorais, que trabalhavam na Comissão Regional da Pastoral Rural da CNBB Nordeste II (abrangendo os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), foram comunicados da demissão por d. José Cardoso Sobrinho, e instados a deixar as instalações do organismo até às 18 horas. No dia 5, o arcebispo de Olinda e Recife publicou nota acusando a Pastoral Rural de "insubordinação aos bispos e uso indevido de verbas". A acusação devia-se à contribuição de Cz$5 mil que a Pastoral Rural destinou à realização de um Seminário Interamericano sobre a Questão Agrária, desenvolvido de 20 a 23 de março no Seminário de Olinda.

Reação - No dia 9 de agosto, 70 agentes pastorais, reunidos no escritório da Ação Católica Operária, divulgaram uma nota à imprensa e um documento aos bispos do Nordeste, comentando o episódio. Os agentes pertenciam a comunidades eclesiais de base, Pastoral da Juventude, Instituto Teológico do Recife, Departamento de Pesquisas e Assessoria, Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Pastoral da Comunicação, Conselho Indigenista Missionário, ACO e Ação Católica Rural, entre outros organismos.

Na nota, os signatários expressam ter recebido com "profunda dor e indignação" o comunicado de d. José Cardoso Sobrinho, pois ele "deu margem às injustas e caluniosas suspeitas de corrupção" sobre os agentes da Pastoral Rural, amplamente veículadas pela imprensa. Do mesmo modo, lamentam que o arcebispo "não tenha se sentido com o dever ético de retificar com urgência" aquelas acusações. "Em caso dessa natureza, calar é um claro sinal de conivência", acrescenta a nota, sublinhando que "corrupção mesmo seria não colaborar com a realização do Seminário, e usar o dinheiro para outros fins não previstos no Plano Pastoral do Regional Nordeste II da CNBB".

Quanto à acusação de "insubordinação aos bispos", a nota das entidades assinala que a Pastoral Rural "sempre foi fiel à Igreja comprometida com o Cristo sofredor no campo do Nordeste". Salientando que esses fatos não se restrigem aos meios eclesiásticos, os signatários afirmam que as acusações contra os agentes pastorais têm como objetivo "desestabilizar a caminhada da Igreja comprometida com a evangelização e libertação real desse povo sofrido", bem como denotam um "recuo conservador, debilitando entidades e organizacões comprometidas com a libertação do povo".

Bispos - No documento aos bispos do Nordeste, os agentes de pastoral lembram da caminhada do Regional Nordeste II, quando foi dirigido por d. Helder Câmara, d. José Maria Pires (arcebispo da Paraíba), e d. Antonio Soares Costa (bispo- auxiliar de Natal-RN), época em que a Igreja "se caracterizava pelo compromisso evangelizador e libertador". A partir de 1985, com a nomeação de d. José Cardoso Sobrinho e outros bispos para a região-, assinala o documento entregue aos bispos- o trabalho pastoral passou a conviver com "um clima de repressão" semelhante ao instalado em 1964. Os signatários do documento citam três fatos para ilustrar essa afirmação: a tentativa de d. Cardoso de impedir a publicação do documento final da Assembléia do Regional Nordeste II, realizad· em Campina Grande em março passado, com 130 participantes; a demissão, em abril, do padre Hermínio Canova como subsecretário do Regional Nordeste II, sob a acusação de dar "demasiada independência" às pastorais; e o envio de cartas, em julho, pelo arcebispo de Olinda e Recife, a todos os agentes de pastoral solicitando que revelassem, com urgência, o cargo que ocupavam e o nome de quem os nomeou.

A AGEN apurou que, além de d. José Cardoso Sobrinho, foram nomeados para a região, a partir de 1985, d. Jorge Tobias, de Nazaré da Mata (PE);d. Edvaldo Amaral, arcebispo de Maceió (AL); d. Fernando Iório, de Palmeira dos Índios (AL); d. Alair Vilar, arcebispo de Natal (RN); e d. Paulo Cardoso, de Petrolina (PE), irmão de d. José Cardoso Sobrinho. (continua na última página)

Boletim Nº 116 - 18 de agosto de 1988.
AV IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 1125824 AECN-BR

Igrejas

ORDENAÇÃO DE MULHERES POLARIZA CONFERÊNCIA DE LAMBETH

Londres (AGEN) - A aprovação da ordenação de mulheres na Igreja Anglicana foi o tema mais polêmico da 12ª Conferência de Lambeth, realizada de 16 de julho a 7 de agosto, na Universidade de Kent, na Inglaterra. A Conferência de Lambeth, realizada a cada dez anos, desde 1867 (exceto durante as guerras mundiais), não tem caráter deliberativo, mas suas discussões exercem profunda influência na vida da comunidade anglicana.

A 12ª Conferência de Lambeth refletiu o esforço da Igreja Anglicana em adaptar-se aos novos tempos. Dos 76 bispos que participaram da primeira reunião, em 1867, apenas um não era anglo-saxão; da 12ª, participaram 175 bispos africanos. Além da ordenação da mulher, a 12ª Conferência de Lambeth discutiu o racismo, sexualidade, AIDS, Oriente Médio, questões sociais e da família, entre outros temas.

Unidade - O arcebispo da Cantuária, Robert Runcie, abriu a Conferência com a mensagem "A Unidade que buscamos". Na exposição, Runcie fez um apelo à unidade na Igreja, apesar das diversidades na comunidade anglicana. O arcebispo acentuou, ainda, que " a Igreja não aprenderá com seus erros, se não estiver disposta a correr o risco de cometer alguns".

No dia 19, representantes do Conselho Mundial de Igrejas e outras tradições cristãs que participaram da Conferência, responderam a mensagem de Robert Runcie. O secretário-geral do CMI, Emílio Castro, não pôde participar da reunião, pois teve de viajar à última hora para o Uruguai, em razão da morte de sua mãe. Seu representante na Conferência, John Pobee, diretor associado do Programa de Educação Teológica do Conselho, afirmou que "a única justificativa" para uma "unidade confessional" estaria na busca de uma melhor contribuição para a missão total e a unidade da Igreja Universal. Destacou, ainda, que as questões de estrutura, particularmente da autoridade na vida da Igreja, constituem um sério obstáculo à unidade.

O representante da Igreja Ortodoxa Oriental, John Zizioulas, solicitou à comunidade anglicana e às outras igrejas envolvidas no movimento ecumênico, para que "levem seriamente em conta os pontos de vista dos outros em questões como ordenação feminina. Não é segredo que os ortodoxos se opõem oficialmente a qualquer decisão anglicana de ordenar mulheres para qualquer uma das três ordens da Igreja"

Por sua vez, o secretário do Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos do Vaticano, Pierre Duprey, referindo-se às diferenças entre anglicanos e católicos romanos, disse que "a natureza universal do papado e a natureza da unidade que buscamos não são questões isoladas umas das outras". Pelas igrejas reformadas, Elizabeth Templeton, dizendo-se sentir como alguém que está do lado de fora da Conferência, salientou que "a unidade da Igreja não pode ser a unidade de um clube grande e exclusivo, que exclui cada vez mais os que já estão do lado de fora".

Mulheres - O debate formal sobre a ordenação de mulheres foi iniciado a 22 de julho. Das cinco manifestações, apenas uma, a do bispo de Londres, Graham Leonard, foi assumidamente contrária à ordenação feminina na Igreja. De forma favorável à ordenação, falaram o bispo primaz do Canadá, Michael Peers (para quem a mulher no sacerdócio "enriquece o ministério da Igreja"); Samir Kafity, arcebispo de Jerusalém e Oriente Médio; a reverenda negra Nan Peete, dos Estados Unidos; e o bispo John Grindrod, primaz da Austrália e coordenador do grupo de trabalho dos primazes sobre ordenação feminina e episcopado.

Participaram da Conferência de Lambeth cerca de 1.200 pessoas, representando a comunidade anglicana de todo o mundo, incluindo 525 bispos, dos quais seis brasileiros. A população anglicana em todo mundo é estimada em 70 milhões de pessoas.

Aprovação - A ordenação de mulheres foi aprovada a 1º de agosto, por 432 votos a favor, 28 contra e 19 abstenções. Até o momento, cinco províncias, inclusive a do Brasil, já aprovaram a ordenação de mulheres. As províncias dos Estados Unidos e Canadá devem, em breve, sagrar as primeiras mulheres para o episcopado anglicano.

DEFINIDO O TEMA PARA ASSEMBLÉIA MUNDIAL LUTERANA

Porto Alegre (AGEN-IECLB) - Apesar de procurada e insistida, de parte da Igreja no Brasil, não houve sintonia na escolha do tema para a 8ª Assembléia Geral da Federação Luterana Mundial (FLM) e o tema da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) para o biênio 1989/90. A FLM se reunirá em Curitiba, na Assembléia Geral de 1990, sob o tema "Ouvi o clamor do meu povo" - praticamente o mesmo da Campanha da Fraternidade de 1988 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - e as comunidades evangélicas luteranas de todo o país vão se ocupar, no próximo biênio, com "O pão nosso de cada dia".

Como Igreja anfitriã, a IECLB aguardou a definição do tema da Assembléia Geral da FLM, pois queria adotá-lo também no biênio 1989/90, assim que suas comunidades e concílios se envolvessem na preparação teológica do evento maior do luteranismo internacional. A IECLB sugeriu "O pão nosso", ao invés de "Ouvi o clamor do meu povo", já proposto na FLM, para não vir a reboque da Campanha da Fraternidade da Igreja Católica. O Comitê Executivo da Federação, reunido em junho na cidade de Adis Abeba, manteve o tema proposto e desconsiderou os argumentos da IECLB.

Abrangência maior - "Respeitamos a escolha e vamos trabalhá-lho como tema da Assembléia", reagiu o pastor presidente da IECLB, Gottfried Brakemeier. Explicou que a IECLB não viu condições de acolher "Ouvi o clamor" como seu tema para o biênio 1989/90, já que a Campanha da Fraternidade de 1988, com "Ouvi o clamor deste povo", deu um enfoque específico ao povo negro, no ano da abolição da escravatura no Brasil, enquanto a FLM busca uma abrangência maior. "Seria difícil para a IECLB redirecionar o tema dentro de horizontes bem mais amplos do que os enfocados pela Campanha da Fraternidade", alega o pastor presidente.

"O pão nosso de cada dia" foi escolhido pelo Conselho Diretor da IECLB, reunido em São Leopoldo, nos dias 24 e 25 de junho. Nesta reunião foram homologadas novas Paróquias, nomeada a Comissão de Projetos, avaliados e aprovados projetos de desenvolvimento no âmbito da Igreja e escolhidos os representantes evangélicos-luteranos para o II Encontro Latino-Americano Sobre Experiências de Pastoral da Terra, que se reunirá em São Paulo, de 2 a 7 de outubro deste ano.

JORNAIS E REVISTAS CATÓLICOS DEBATEM COMUNICAÇÃO

Belo Horizonte (AGEN) - Quarenta pessoas, entre padres, religiosos e leigos, representando 14 revistas e 17 jornais católicos, estiveram reunidas em Belo Horizonte, no período de 1 a 4 de agosto, para discutir diversos aspectos ligados à comunicação e à Igreja católica no país, que já escolheu como tema da próxima Campanha da Fraternidade a questão da Comunicação.

Presentes ao encontro, que já é o segundo, sem contar o realizado em 1910, estiveram d. Serafim Fernandes de Araújo, arcebispo de Belo Horizonte e responsável pelo setor de comunicação da CNBB, e d. Luciano Mendes de Almeida, atual presidente desta entidade. O primeiro, na celebração eucarística de abertura, destacou o fato de a Igreja católica estar se despertando cada vez mais para o âmbito da comunicação, enquanto d. Luciano enumerou os diversos desafios que a imprensa católica vem enfrentando hoje no Brasil.

Perfil- Durante os quatro dias de encontro, os participantes conheceram, com a ajuda de profissionais, o perfil da imprensa católica no país. Um destes profissionais, o publicitário Luiz Cláudio Henrique, afirmou que a imprensa católica é "atuante, persistente e heróica, mas ao mesmo tempo abaixo da crítica, inoperante, incapaz de formar opinião pública".

As críticas não pararam por aí, pois num dos debates o jornalista Itamar José de Oliveira disse que a Igreja católica "está vivendo o tempo da pedra polida em termos de tecnologia da informação". Ele sugeriu a criação de um centro de formação de jornalistas e a constituição de um centro de documentação e comunicação social.

Um dos pontos mais discutidos no encontro foi a criação do jornal semanário da CNBB, tendo-se sugerido que a publicação não saia inicialmente com uma grande tiragem, mas faça uma "experiência" de alguns meses com pouca tiragem como teste.

O próximo encontro deverá acontecer no segundo semestre do próximo ano, possívelmente em Itaici, município de Idaiatuba (SP), quando se fará uma avaliação da próxima Campanha da Fraternidade. Presente ao encontro de Belo Horizonte, a AGEN detalhou e ofereceu aos participantes os seus serviços jornalísticos.(J.D.B.)

IGREJAS DO CONIC SE DISTANCIAM DA CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA

Porto Alegre (AGEN) - As denominações integradas no Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) têm manifestado, de forma unânime, seu distanciamento da Confederação Evangélica do Brasil (CEB), pela forma como foi rearticulada, por constituintes evangélicos afinados com o Palácio do Planalto, que têm demonstrado forte vocação fisiológica. Apenas a Igreja Católica, representada no CONIC, não se manifestou sobre o assunto, por motivos éticos.

As representações das Igrejas Episcopal, Metodista, Presbiteriana Unida e Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) salientam que a CEB "não representa mais os interesses legítimos do povo evangélico brasileiro", de acordo com mensagem da Comissão Central do CONIC. Do mesmo modo, essas Igrejas constatam que a CEB, "que foi omissa durante os 21 anos da recente ditadura militar, jamais levantando sua voz contra as crueldades praticadas, agora volta favorecida e carregada por uma onda de interesses políticos. Sua reabertura e seus objetivos atuais não foram discutidos com as igrejas que a compunham e sobre a antiga CEB pairam ainda dúvidas nos âmbitos administrativos e jurídico"

Síntese

INFORMATIZAÇÃO DA CNBB

Brasília (AGEN) - Esteve no Brasil, na última semana de julho, o gerente da agência de notícias "Event", sediada em Milão, Franco Gugliemelli, encarregado pelo Vaticano de contatar empresários e a direção da CNBB, com vistas à informatização das dioceses católicas no continente, em projeto orçado inicialmente em US$30 milhões. Entre outros, Gugliemelli encontrou-se com o presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, e o presidente da Confederação Nacional das Indústrias, senador Albano Franco (PMDB-SE). O projeto de informatização das dioceses católicas, segundo disse aos dirigentes da CNBB, inclui a estruturação de um Banco de Dados e de uma Agência Internacional de Notícias. Representando o Pontifício Conselho para Comunicação Social, Franco Gugliemelli esteve no Brasil como parte de viagem a 10 países latino-americanos. O destaque ao contigente deve-se ao fato de aqui estar o maior continente de católicos em todo mundo.

APELO A THATCHER

Londres (AGEN) - Mais de 200 esposas de bispos anglicanos de todo mundo reunidas durante a 12ª Conferência de Lambeth, enviaram à primeira-ministra Margaret Thatcher apelo no sentido de que ela "se disponha a conversar com os representantes da maioria da população negra da África do Sul".

BISPO DEFENDE FREI

Propriá (AGEN) - Em nome da diocese católica de Propriá (SE), o bispo d. José Palmeira Lessa publicou nota de solidariedade ao frei Enoque Salvador de Melo, que tem sido atacado pelos grandes fazendeiros da região, em particular em razão do projeto Barra da Onça, no município de Poço Redondo.

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

São Paulo (AGEN) - A colaboração das escolas de comunicação com a Campanha da Fraternidade de 1989 é o tema do I Simpósio Brasileiro sobre a Comunicação e Educação, promovido de 18 a 20 de agosto, pela União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC), que inaugurou sua nova sede, à av. Jabaquara, 2.400, Loja 3, CEP 04.046 - São Paulo, fone (011) 275.9242.

MORRE D. ALBERTI

Ribeirão Preto (AGEN) - Faleceu, às 11:30 hs de 6 de agosto, o arcebispo de Ribeirão Preto (SP), d. Romeu Alberti. Com diabete e anemia profunda, d. Romeu ficou em coma por vários dias. A 4 de agosto, o papa João Paulo II procedeu à benção apostólica ao arcebispo de Ribeirão Preto. Um dos pioneiros na liturgia em rádio e televisão no Brasil, d. Romeu coordenou a última reunião do regional Sul 1 da CNBB sobre a questão da comunicação, tema da Campanha da Fraternidade de 1989.

Direitos Humanos

CONSTITUINTE APROVA DIREITOS INDIVIDUAIS

Brasília (AGEN) - Na sessão de 9 de agosto, o Congresso Constituinte aprovou, de forma definitiva, um elenco de direitos individuais que irão figurar no novo texto constitucional. Vários deles, como o **habeas-data**, serão incluídos pela primeira vez na Constituição brasileira. Foram estes os principais pontos aprovados a 9 de agosto:

Anistia - A tortura, o tráfico de drogas e o terrorismo são considerados crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça e anistia.

Pena de morte - Foi rejeitada, apesar do esforço do deputado Amaral Neto (PSD-RJ). Entretanto, pode ser solicitada, pelo presidente da República ao Congresso Nacional, "em caso de guerra declarada". Esforçaram-se contra esse mecanismo o INESC, CNBB, Anistia Internacional e Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos.

Racismo - Considerado crime inafiançável e imprescritível.

Habeas-data - Aprovado o mecanismo, pelo qual todo cidadão terá direito a levantar as informações sobre sua pessoa, armazenadas em bancos de dados oficiais e de caráter público.

Injunção - Aprovado o mandado de injunção, figura que garante ao cidadão questionar os fatos que considere atentatórios às liberdades constitucionais e às prerrogativas de nacionalidade, soberania e cidadania.

Direito autoral - Foi considerado extensivo aos intérpretes, assim como protegidas as participações individuais em obras coletivas e a reprodução da imagem e da voz humana.

Síntese

EDUCAÇÃO PARA A PAZ

Genebra (AGEN) - O padre Roger Schutz-Marsauche, de 73 anos, fundador da comunidade ecumênica de Taizé, na França, foi agraciado com o Prêmio Unesco de 1988 de Educação para a Paz, em "reconhecimento de sua obra a favor da paz da reconciliação e da confiança entre os seres humanos". A comunidade ecumênica de Taizé foi criada em 1940. O educador brasileiro Paulo Freire já recebeu o Prêmio Educação para a Paz Unesco.

PAZ PARA EL SALVADOR

Brasília (AGEN) - A partir de contatos da Comissão Política Diplomática da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) e Frente Democrática Revolucionária (FDR), foi criada no Congresso Nacional brasileiro uma Comissão Parlamentar de Paz para El Salvador, com o objetivo de apoiar as gestões da FMLN-FDR junto ao Executivo e Legislativo. Intermediou as negociações o INESC. Os representantes da FMLN-FDR encontraram-se, entre outros, com a CNBB, OAB e UnB.

Movimentos Sociais

DISCUTINDO A COMUNICAÇÃO POPULAR

Belo Horizonte (AGEN) - Nos dias 19, 20, 21 de agosto, será realizado em Belo Horizonte o I Encontro de Comunicação Popular da Grande BH. O Encontro é uma iniciativa do Departamento de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Sindicato dos Jornalistas de MG e Centro de Comunicação Padre Massote, com o apoio de outras entidades como Comissão Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de Belo Horizonte, Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, GETEC e Jornal "Pelejando".

O objetivo do Encontro que acontecerá na PUC/MG é criar espaço para troca de experiência entre as entidades populares que desenvolvem atividades de Comunicação Popular na região da Grande BH. O que se percebe hoje é a falta de interação entre os diversos grupos que têm experiências de Comunicação que, normalmente, não são registradas, sistematizadas e divulgadas.

O evento reunirá diversos movimentos populares, associações comunitárias, sindicatos, e instituições engajadas na luta pela nova sociedade. O início está previsto para o dia 19 de agosto às 19:30 horas, com mesa-redonda apresentando um "Panorama da Comunicação Popular e Movimentos Sociais do Brasil". No sábado de manhã, serão discutidas "As limitações e possibilidades de comunicação popular em Belo Horizonte". Os momentos seguintes serão distribuídos em reuniões de grupo e apresentações de trabalhos e espetáculos teatrais. Estarão presentes, também, grupo de teatro popular. **(Xico Assis)**

Terra

PAX CHRISTI IRÁ DENUNCIAR VIOLÊNCIA NO CAMPO

Brasília (AGEN-CPT) - Os integrantes da delegação da Pax Christi, que esteve em julho visitando várias regiões do Brasil, irão denunciar o que viram em termos de violência no campo e contra os povos indígenas e a natureza. Um relatório nestes termos será apresentado à ONU, entre outros organismos internacionais. A Pax Christi, instituição católica holandesa, é muito respeitada nos fóruns internacionais em direitos humanos.

A delegação conheceu **in locu** a situação fundiária, dos povos indígenas e das agressões ao meio ambiente no país. Além disso manteve contato com uma série de entidades, como CPT, CIMI, CNBB, Contag, parlamentares, Supremo Tribunal Federal, ministros da Justiça e Reforma Agrária, representante do Banco Mundial e da UDR. A visita foi organizada pela CPT e, em Brasília, os contatos foram agendados pelo INESC.

Integrantes - Chefiou a delegação da Pax Christi a ex-primeira-ministra de Portugal, Maria de Lourdes Pintasilgo, hoje deputada no Parlamento Europeu. Integraram a comitiva: Eveline Herfkens, deputada do Parlamento holandês; frei Peter Amendt (Alemanha), da Missão Central da Ordem dos Franciscanos; Luc Delangue (Bélgica), presidente do Departamento de Solidariedade ao Terceiro Mundo do Movimento de Trabalhadores Católicos Flamengos; Chris Huinden (Holanda), secretário da Organização Holandesa de Ajuda ao Trabalho de Base do Terceiro Mundo; Padre Agostinho Jardim (Portugal), jornalista de larga experiência em organizações católicas de ajuda ao desenvolvimento e especialista em América Latina; padre Ian Ter Laak (Holanda), secretário da seção holandesa da Pax Christi; sr. Gianni Novello (Itália), membro do Comitê Executivo Internacional da Pax Christi; sra. Sally O'Neill (Irlanda), coordenadora do Setor de Projetos da Trocaire, Agência Católica Irlandesa para o Desenvolvimento no Mundo; sra Rika Steyaert (Bélgica), ex-Secretária de Estado pelo Partido Democrata Cristão Flamengo.

Síntese

GRILAGEM APURADA

Florianópolis (AGEN-CPT) - Por iniciativa da deputada Luci Choinaski (PT), a Assembléia Legislativa de Santa Catarina constituiu uma Comissão Especial Externa para acompanhar o inquérito policial em torno de um caso de grilagem no município de Garuva, a 200 km da capital catarinense. São acusados de grilagem, sobre uma área de 30 milhões de metros quadrados, Ademar Ribas do Vale, Hélio Valmor Correa, o italiano Mario Cocchieri e o argentino de ascendência alemã Herman Ralf Piper. Proprietário da empresa de reflorestamento e topografia Geosul Engenharia Rural Ltda, Ralf Piper responde a processo por homicídio na cidade de Castro, no Paraná.

POSSEIROS COBRAM VERBAS

Salvador (AGEN-CPT) - As 131 famílias de trabalhadores rurais assentadas há um ano na Fazenda Amaralina, em Vitória da Conquista (BA), estão denunciando que ainda não receberam assistência necessária por parte do Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (Mirad). Para cobrar as obras de infraestrutura e as cinco cotas de crédito-alimentação prometidas, no valor de Cz$50 mil por família, representantes dos lavradores acamparam por um dia na delegacia-regional do Mirad em Salvador. O delegado do Mirad, Geraldo Portela, prometeu atender às exigências dos trabalhadores rurais, que retornaram à Fazenda Amaralina a 9 de agosto.

POSSEIROS RESISTEM

Januária (AGEN-CPT) - Os 52 posseiros da Fazenda Picos, 96 posseiros da Fazenda Casa de Telhas e 60 posseiros da Fazenda Capivara, todas no município de Januária (MG), estão resistindo às ameaças de invasão das áreas que estão ocupando. Na Fazenda Palmeirinha, no mesmo município, a área ocupada pelos posseiros foi tomada pelo gado do fazendeiro Roberto Durrente. Os posseiros estão sendo apoiados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Januária.

GRILAGEM EM MINAS

São Francisco (AGEN-CPT) - É tensa a situação na Fazenda Morrinhos, de aproximadamente 900 hectares, localizada no município de São Francisco, norte de Minas Gerais. As plantações de famílias de posseiros, que estão na área há 20 anos, estão sendo destruídas pelo madeireiro Antonio Luciano.

SITUAÇÃO TENSA

Inácio Martins (AGEN-CPT) - Também é tensa a situação na região centro-sul do Paraná, após a decisão do juiz da comarca de Itirati, Wolny Furtado de Andrade, pela reintegração de posse de uma área ocupada desde 5 de agosto por trabalhadores rurais sem-terra de todo estado. Até 10 de agosto, estima-se em duas mil famílias o número de sem-terra na área, reivindicada pela Companhia Pinheiros. Naquela data, a Assembléia Legislativa paranaense aprovou projeto de lei que torna a área ocupada pelos sem-terra prioritária para efeito de reforma agrária.

Política

GOVERNO SARNEY FICA MAIS À DIREITA

Brasília (AGEN) - Os novos ministros nomeados pelo presidente José Sarney, na primeira semana de agosto, assinalam o processo de "direitização" do governo federal, indicando as linhas do desenvolvimento econômico projetadas pela correlação de forças conservadoras que sustentam o Palácio do Planalto. Ao contrário do que se cogitava, não foram extintos os Ministérios da Reforma Agrária e Desenvolvimento e da Ciência e Tecnologia. Entretanto, os novos nomes dos titulares dessa pasta coroam as posturas assumidas pelo governo Sarney: nada de reforma agrária e desenvolvimento industrial dependente das potências econômicas.

MIC - Para o Ministério da Indústria e Comércio, no lugar de José Hugo Castelo Branco, recém-falecido, o presidente José Sarney indicou o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), principal porta-voz no Congresso Nacional da União Democrática Ruralista (UDR). Fazendeiro, **Robertão**, como é conhecido, prestou relevantes serviços ao Centrão, responsável pelo mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e pelo retrocesso na aplicação da reforma agrária. Cardoso Alves nunca escondeu suas posições de direita, desde que foi eleito vereador (1958-1962) e deputado estadual (1962-1966) em São Paulo. Originário do PDC, foi, curiosamente, cassado em 1969 pelo regime militar. Exercia o quarto mandato na Câmara Federal, quando convidado pelo presidente José Sarney para assumir o MIC. Sua nomeação para esse ministério não é uma contradição com sua condição de fazendeiro; antes, denota a determinação do governo em não fazer a reforma agrária, privilegiando uma política industrial dependente, como forma de não criar "atritos" com a elite latifundiária. **Robertão** só foi confirmado no cargo em função da tática da UDR, em criar o fato consumado. O governo Orestes Quércia e o empresariado paulista não gostaram da nomeação, entre outros motivos, porque o deputado fazendeiro assumiu com o compromisso de pôr em prática as Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs).

Mirad - O novo ministro da Reforma Agrária, deputado Leopoldo Bessone (PMDB-MG), já confessou que conhece pouco a situação fundiária do país. No primeiro turno de votação do projeto de Constituição, votou conforme as orientações do Centrão e UDR, contra a desapropriação em propriedades produtivas. Essa medida, para as forças progressistas, representa o principal obstáculo à aplicação do Plano Nacional de Reforma Agrária, pois não é difícil aos grandes fazendeiros provar que suas propriedades são produtivas, mesmo que não sejam.

Advogado e empresário no ramo imobiliário, Leopoldo Bessone era amigo particular de Tancredo Neves, de quem foi secretário estadual de Esportes, Lazer e Turismo, cargo que manteve quando Hélio Garcia assumiu o governo em Minas Gerais. Será homem do governador Newton Cardoso no ministério José Sarney. Bessone, quinto titular do Mirad em pouco mais de três anos, toma o lugar que era de Jáder Barbalho, nomeado no Ministério da Previdência Social.

MCT - A indicação do deputado Ralph Biasi para o Ministério da Ciência e Tecnologia reforça a posição do governador de São Paulo, Orestes Quércia, na máquina administrativa federal. Biasi sempre foi cogitado para integrar o ministério José Sarney, mas seu nome foi preterido em função das composições políticas regionais. Como prêmio de consolação, Quércia o nomeou secretário estadual de Ciência e Tecnologia, cargo que ocupou até a indicação para o MCT, que acabou não sendo extinto pela pressão dos ramos industriais ligados às neotecnologias. (JPSMartins)

Movimento Operário

CONSTITUINTE MANTÉM MAIORIA DOS DIREITOS SOCIAIS

São Paulo (AGEN) - Sob ameaças coordenadas pelo Palácio do Planalto, o Congresso Constituinte iniciou as votações do segundo turno, aprovando praticamente todos os dispositivos do capítulo II, relativos aos direitos sociais. São esses pontos que interessam diretamente aos trabalhadores brasileiros.

Somente o **direito de greve**, um dos pontos que mais polemizou a votação do dia 11 de agosto, na qual foi votada a quase totalidade dos dispositivos que tratam dos direitos sociais, não conseguiu acordo das lideranças partidárias e foi adiado para uma nova sessão de negociação. O PT impediu o acordo, porque considerou que a formulação do texto, como estava, restringiria o direito de greve a "razões trabalhistas". O PT quer estabelecer o direito do trabalhador fazer greve por "motivação política".

Polêmica - Outros pontos também polêmicos, como a jornada de seis horas, foram aprovados depois de muita discussão na mais longa sessão da história da Constituinte. O ex-metalúrgico e deputado pelo PT de Minas Gerais, João Paulo, foi o autor da emenda aprovada por acordo de lideranças. O novo texto vai beneficiar perto de dois milhões de operários que poderão negociar com as empresas sobre a atual jornada de oito horas. Segundo o deputado petista, a redução da jornada proporcionará o aumento da produtividade, evitando danos à saúde do operário e ao próprio equipamento.

Walter Barelli, diretor presidente do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), disse que a aprovação da jornada de seis horas criará novos empregos e implicará na melhoria das condições de trabalho. A produtividade pode crescer, segundo Barelli, porque estudos demonstram que a partir da sexta hora de trabalho o índice de acidentes aumenta e, conseqüentemente, os custos operacionais.

Sindicatos - O sindicalismo, tanto urbano como rural, fica livre da tutela do Estado, imposta pela legislação trabalhista de Getúlio Vargas (CLT), inspirada na legislação italiana fascista de Benito Mussolini. Pelas decisões do Congresso Constituinte, os sindicatos passarão a ter ampla autonomia para sua criação e funcionamento. Os constituintes aprovaram, ainda, os seguintes temas de interesse do movimento sindical: **Autonomia** - a lei não pode exigir a autorização do Estado para a formação de sindicato e o poder público não poderá mais intervir nas organizações sindicais. Assim, nenhuma diretoria poderá ser deposta; **Imposto** - fica mantido o imposto sindical e a assembléia geral dos sindicatos fixará a contribuição da categoria para o custeio das federações e confederações. Alguns parlamentares acham que a cota de 20% que vai para o Ministério do Trabalho poderá passar às federações, porque o Estado não poderá ter mais qualquer tipo de interferência nos sindicatos; **Defesa** - os sindicatos poderão defender os direitos e interesses coletivos ou individuais dos trabalhadores; **Unicidade** - fica assegurado o princípio da unicidade sindical, conforme decisão do primeiro turno. Ficou mantido o texto que proíbe a criação de mais de um sindicato representativo de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial; **Ações trabalhistas** - a Constituinte decidiu manter a ampliação, aprovada no primeiro turno, do prazo de prescrição dos direitos trabalhistas urbanos de dois para cinco anos.

Trabalhador rural - alguns importantes direitos dos trabalhadores rurais estarão assegurados na nova Constituição. O prazo de prescrição das ações trabalhistas dos empregados rurais ficou estabelecido também em cinco anos, como os urbanos. Os direitos aprovados beneficiam ainda os "bóias-frias" e todos os trabalhadores rurais sem vínculo empregatício, cerca de 3 milhões de trabalhadores. A nova lei vai garantir também igualdade de direito dos trabalhadores rurais com os urbanos. A partir da nova Constituição, torna-se obrigatório no campo: a) fundo de garantia por tempo de serviço; b) remuneração do trabalho noturno mais do que o diurno; c) participação nos lucros; d) jornada de 44 horas semanais e seis horas para trabalho ininterrupto; e) licença gestante de 120 dias; g) licença paternidade e proteção ao trabalho da mulher; h) adicional de insalubridade; i) assistência gratuita aos filhos e dependentes até seis anos de idade.

O que já foi aprovado - Em pouco mais de dez dias do segundo turno de votações, a Assembléia Constituinte já aprovou definitivamente os seguintes temas relacionados aos direitos sociais: **Estabilidade** - foi em vão a tentativa de alguns constituintes introduzirem na futura Constituição o princípio de garantia no emprego contra a dispensa imotivada. O Congresso manteve o texto aprovado no primeiro turno, remetendo a questão para a lei complementar, que preverá a indenização compensatória, que é a novidade com relação a atual lei vigente na qual o demitido tem apenas o direito ao FGTS.

Licença gestante - Ficou garantido o período de 120 dias de licença-maternidade, sem prejuízo do emprego e salário. O assunto chegou a ser polêmico nas primeiras rodadas de negociações, mas foi votada apenas uma proposta. A licença do pai passou a ser princípio constitucional. A duração da licença será definida em lei. Provisoriamente vai vigorar a licença de cinco dias. **Jornada de trabalho** - mantida em 44 horas, conforme aprovada em primeiro turno. A tentativa de reduzir a jornada para 40 horas, como queriam os deputados de esquerda, foi frustrada. O curioso é que a maioria das empresas, na prática, já adota a jornada de 44 horas. Em alguns países mais desenvolvidos da Europa, a jornada está limitada em 36 horas semanais.

Férias - Ficou garantido o gozo de férias anuais remuneradas em pelo menos um terço a mais que o salário normal. **Hora extra** - a remuneração da hora extra será superior, no mínimo, em cinquenta por cento à normal. **Igualdade de direitos** - Garantida a igualdade de direitos entre trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso. **Trabalho da mulher** - Foi aprovado no texto constitucional dispositivo que visa a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos. **Aviso prévio** - Será proporcional ao tempo de serviço, com mínimo de 30 dias. A lei é que definirá a duração do período de aviso prévio. Atualmente, é de 30 dias, seja qual for o tempo de serviço.

METALÚRGICOS EM NOVA PASSEATA PARA GARANTIR DIREITOS

Santo André (AGEN) - Cerca de mil metalúrgicos realizaram uma passeata no centro de Santo André, região do ABC paulista, dia 6 de agosto, para reivindicar a manutenção das conquistas obtidas pelos trabalhadores no projeto da nova Constituição, e que podem ser suprimidos durante as votações do segundo turno iniciadas no dia 27 de julho. A passeata, organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Santo André, estava repleta de faixas e cartazes exigindo a manutenção de pontos como a jornada de seis horas para turnos de trabalho ininterruptos, direito de greve, férias, licença paternidade, entre outros. Segundo o presidente do sindicato, João Avamileno, "os pontos de interesse dos trabalhadores", aprovados no primeiro turno de votação da Constituinte, "não serão negociados em hipótese alguma".

A passeata de Santo André ocorreu dez dias após a realização de uma manifestação semelhante, organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que reuniu 10 mil pessoas e paralisou trechos da Rodovia Anchieta entre São Bernardo e São Paulo.

Os metalúrgicos reivindicam ainda a reposição das perdas salariais acumuladas no último trimestre, e consideraram muito pequena a oferta de 10% de reposição nos salários de agosto feita por algumas empresas do ABC paulista.

PROFESSORES DA REDE ESTADUAL EM GREVE NO PARANÁ

Curitiba (AGEN) - Os professores de 1º e 2º graus da rede de ensino estadual do Paraná estão em greve por melhoria salarial desde o dia 5 de agosto. A greve já atinge 75% das escolas públicas e 90% dos professores estão parados, segundo informações que chegaram à AGEN no dia 12. Os professores querem passar a receber oito salários, com base no Piso Nacional de Salários (Cz$ 15.552,00 em agosto).

O governo do Paraná manifestou sua posição de não negociar com os grevistas e está atacando o movimento dos professores pela imprensa, inclusive, com ameaças de demissões nos próximos dias.

CONVERSAS SOBRE PACTO POUCO EVOLUEM

São Paulo (AGEN) - A proposta de pacto entre empresários, trabalhadores e governo, articulada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), evoluiu muito pouco desde o seu lançamento, em meados de julho. A idéia surgiu com o crescimento da inflação e o agravamento da crise econômica, que sempre levam a estas tentativas de acordo. As lideranças sindicais reagiram rejeitando imediatamente a palavra "pacto", e preferiram enquadrar as negociações nos limites de um acordo para combater a inflação. O raciocínio dos trabalhadores é que "pacto social significa troca" entre as partes envolvidas, e eles não têm mais nada para dar.

Enquanto empresários e trabalhadores negociam, numa sucessão de reuniões, o governo se mantém afastado aguardando os primeiros entendimentos para depois tomar as suas medidas. Nas negociações, com as posições se tornando cada vez mais claras, é inevitável o aparecimento das divergências. A mais séria delas, talvez, seja a reposição salarial. A CUT coloca a cláusula como premissa para participar nas discussões sobre o acordo antiinflação. O movimento sindical faz, ainda, outras exigências para continuar nas negociações. De um modo geral, as principais propostas para o acordo são as seguintes, conforme quadro publicado pela **Folha de S. Paulo** no dia oito de agosto:

Mario Amato (FIESP): sugeriu repor perdas salariais - de acordo com as datas-base - e reajustar preços e tarifas públicas defasadas no início de setembro. A partir de então acaba a URP (Unidade de Referência de Preços) e os novos reajustes passam a ser negociados. Amato propôs também que, a partir de setembro, os trabalhadores tenham garantia de emprego por 90 dias.

Federação do Comércio do Estado de São Paulo: quer que todos os preços sejam reajustados pela URP a partir de setembro, e não só os salários. Só que quer o congelamento da URP atual, de 17.68%.

CUT: quer colocar a discussão sobre o contrato coletivo de trabalho no meio dos debates sobre o acordo antiinflacionário. O contrato coletivo acaba com a mediação da Justiça nas negociações e anexa ao contrato de cada trabalhador suas conquistas sociais. A FIESP disse aceitar discutir o contrato.

Sindicalistas: Metalúrgicos e eletricitários de São Paulo e a União Sindical Independente (USI) querem a recomposição e manutenção do poder de compra; moralização do setor público; redução do déficit público; retomada do crescimento e garantia de emprego por seis meses, a partir de setembro.

CNI - A Confederação Nacional da Indústria quer a aplicação do redutor à inflação, mas adverte que este mecanismo só reduz a expectativa inflacionária. Sem controle do déficit público e sem arrocho na política monetária o redutor pode levar à hiperinflação.

Outros: o sindicalista Antonio Rogério Magri e o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, apóiam a idéia de uma greve geral para pressionar o governo a reduzir seus gastos.

TFR ANULA ELEIÇÃO EM SINDICATO DA CGT

São Caetano do Sul (AGEN) - O Tribunal Federal de Recursos anulou, no dia 9 de agosto, a eleição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, principal base da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) na região do ABC paulista. A eleição foi realizada em maio do ano passado, sem a participação da chapa de oposição, encabeçada pelo sindicalista Angelo Benedito Ribeiro, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), cassada por uma liminar concedida pela justiça de São Paulo em favor da chapa da situação.

Agora, depois de conseguir a suspensão da liminar pelos ministros do TFR, em Brasília, a oposição quer a intervenção do ministério do Trabalho em São Caetano, para apurar as diversas irregularidades praticadas pelo grupo de Aparecido Inácio da Silva, líder da situação, e seu companheiro João Luis Pereira, que dominam o sindicato há 15 anos, "através de artifícios jurídicos", denuncia o advogado Horácio Perdiz Pinheiro Júnior, da chapa da CUT. Entre as denúncias feitas pela oposição, está o desvio de recursos do sindicato, fornecimento de carteiras "frias" e até mesmo o assassinato do sindicalista Antonio Ubirajara, em 1987.

A oposição considera a intervenção necessária para impedir que o novo processo eleitoral, que virá com a anulação da eleição anterior, seja coordenado novamente pela antiga diretoria do sindicato, acusada de corrupção em números processos judiciais em andamento.

Economia

ECONOMISTAS CONDENAM ELITES BRASILEIRAS

Campinas (AGEN) - As elites brasileiras foram duramente criticadas durante os debates do seminário "Brasil, Século 21", que reuniu alguns dos principais economistas brasileiros, no começo de agosto, no Centro de Convenções da Universidade de Campinas (Unicamp).

"O Brasil tem uma elite de bolso cheio e cabeça vazia que projeta uma opção pela pobreza", afirmou o economista Wilson Cano. Para ele, o projeto dessa elite é manter a situação como está, às custas dos investimentos que poderiam mudar o futuro do país. A expressão disso, segundo o economista, é a política do ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, que corta investimentos e mantém subsídios.

Outro debatedor do seminário, professor João Manoel Cardoso de Mello, da Unicamp, disse que o "desejo de mudanças não é geral. As elites querem matar o atual condomínio, onde todos os parasitas têm campo para exercer seu parasitismo". Para ele, este projeto conservador das elites brasileiras é que mantém o Brasil atrasado. O seminário da Unicamp discutiu, durante uma semana, as perspectivas da economia brasileira.

Memória

UMA ROSA PARA A PAZ

São Paulo (AGEN-CDHAL) - Sebastião Rosa da Paz, lavrador, 54 anos, casado, pai de 8 filhos, e residente em Uruaçú, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais deste município no estado de Goiás, e agente de pastoral das comunidades eclesiais de base, foi assassinado no dia 28 de agosto de 1984. O motivo de sua morte é o mesmo que vitima centenas de trabalhadores rurais neste país: a luta em favor dos direitos dos trabalhadores e da paz.

Por ocasião de seu assassinato, Tião, como era popularmente conhecido, defendia a causa trabalhista do lavrador Isaias, contra os fazendeiros Vadjon Quintino e José Alves de Oliveira, proprietários da Fazenda Lavinha de Baixo. Na hora do crime, coincidentemente, faltou energia na cidade, o que facilitou a fuga dos assassinos que tentaram ainda matar a esposa de Tião.

Foi aberto inquérito acompanhado pelo delegado regional Dr. Gerson de Souza, mas até o momento não se tem notícia nenhuma a respeito dos resultados e possíveis punições de mandantes e pistoleiros. A família de Tião sofreu recentemente várias ameaças.

Sua filha mais velha, Nely, diz ter sido agredida na cidade de Anápolis, com dois tiros de revólver próximos aos pés por um dos homens que rondava sua casa, logo após o assassinato. (J.D.B.)

América Latina

NICARÁGUA: REAGAN REFORÇA APOSTA NA GUERRA

São Paulo - O presidente nicaragüense, Daniel Ortega, declarou no mês passado que ficou em evidência o plano norte-americano de sabotar as negociações entre o governo sandinista e os contras, ao acusar a Nicarágua do fracasso para "justificar" novas verbas para os mercenários. Na quinta rodada das conversações, os contras rejeitaram até suas próprias exigências anteriores e, na prática, pediram a renúncia do governo de Manágua.

Ortega assinalou que, apesar desses irrealismos, o seu regime continua disposto a prosseguir com as negociações.

Antecedentes do cessar-fogo - Em março passado o isolamento político e a derrota militar levaram os contras a assinar com os sandinistas o acordo de Sapoá: cessar-fogo por 90 dias, concentração das suas forças em quatro áreas de cinco mil kilômetros quadrados cada uma, desarme e envio de delegados ao Diálogo Nacional que o governo desenvolve com os 14 partidos da oposição.

Os sandinistas libertaram 100 contras (os restantes seriam libertados com o cessar-fogo definitivo), indicaram a Cruz Vermelha para intermediar o fornecimento alimentar, autorizaram encontros dos contras com os bispos nicaragüenses e com a direção de "La Prensa" (jornal de Manágua que apóia a intervenção norte-americana), e criaram comissões bipartites para planificar a inserção dos opositores na sociedade.

A administração Reagan reagiu com nova ajuda "humanitária" aprovada no Congresso e nomeou como intermediária sua agência AID, violando a neutralidade sublinhada nos acordos.

Recuos- Em abril, a pressão norte-americana refletiu-se nas novas exigências dos contras: o recebimento em Manágua dos contras deveria ser feito com honras oficiais, o alojamento no melhor hotel, devia-se aumentar o fornecimento de papel ao "La Prensa", assegurado o direito a manter e continuar recebendo armas nas áreas de concentração, ao mesmo tempo que o exército sandinista teria que congelar o seu armamento.

Numa amostra de seriedade, o governo nicaragüense apresentou, na reunião de Manágua, uma proposta de 32 pontos incluindo várias exigências dos contras, o que levou a um acordo inicial de 16 pontos, logo rejeitado pelos mercenários.

Ainda em abril, nos acampamentos dos contras em Honduras, 28 "comandantes" exigem a demissão do antigo coronel somozista Enrique Bermúdez: os rebeldes comandam metade das forças contra-revolucionárias. Há tiroteios, mortos e feridos. Com apoio do exército hondurenho, Bermúdez captura sete chefes insurretos e os deporta para Miami e demite três dos assinantes dos acordos de Sapoá: Adolfo Calero e os "comandantes" Tonho e Fernando.

Novas reuniões - Em maio o governo nicaragüense prorroga unilateralmente a trégua por mais 30 dias, do mesmo modo que denuncia que durante o cessar-fogo os contras seqüestraram 276 civis e mataram outros 44. Em Honduras, começa a a chegar a ajuda "humanitária" norte-americana e a AID paga os salários dos mercenários. O próprio Bermúdez encabeça as conversações em Manágua e exige a anulação de Sapoá, com o que consegue que a reunião termine sem acordo.

Em junho, na quinta rodada em Manágua, os contras rejeitam o plano sandinista (que incorporam exigências dos contras) e praticamente pedem a renúncia do governo, e a ruptura das conversações, por enquanto. Reagan reforça a aposta nos seus "cães de guerra". (A. Pezzutto)

Síntese

BALANÇO DA GUERRA NA AMÉRICA CENTRAL

São Paulo- A agência IPS fez, recentemente, uma análise da situação dos aliados centro-americanos dos Estados Unidos. El Salvador recebeu ajuda militar norte-americana por valor de três bilhões de dólares nos últimos anos; apesar disso, o desemprego atinge 65 por cento da população economicamente ativa e a economia retrocedeu 20 anos. Na guerra civil já morreram 60 mil pessoas, outras 70 mil foram executadas pelos esquadrões da morte, há 7 mil "desaparecidos" e 500 mil refugiados.

Na Guatemala, segundo a agência, o exército multiplicou cinco vezes suas forças nos últimos anos, além de enquadrar 600 mil indígenas nos batalhões de "auto-defesa". Em 30 anos de repressão, 140 mil pessoas morreram ou desapareceram, além dos 35 mil mortos em combate. As condições de vida da população retrocederam 25 anos. Honduras, por sua vez, é um país ocupado por três exércitos: o próprio, os assessores norte-americanos e as forças contra-revolucionárias nicaragüenses.

No mês passado, o secretário de Estado George Shultz orgulhou-se destes "exemplos de democracia" e atacou duramente o governo popular da Nicarágua. (Juan Pezzutto)

JOVEM QUEIMADA VOLTA AO CHILE

Santiago (AGEN) - Carmem Quintana, a jovem queimada por militares dois anos atrás, regressou ao Chile para lutar pelo castigo dos violadores dos direitos humanos e pelo "Não" no próximo plebiscito. Carmem, 20 anos, lembrou o jovem fotógrafo Rodrigo Rojas, que morreu queimado, depois que soldados o molharam com combustível. Ela ficou com queimaduras no rosto e em 65% do corpo; o médico que lhe salvou a vida foi demitido no ano passado.

A antiga estudante de engenharia convocou os setores da oposição a lutar por justiça contra os violadores dos direitos humanos: "Que não aconteça no Chile o mesmo que na Argentina, com a lei do ponto final", afirmou.

Receberam Carmem no aeroporto o escritor uruguaio Eduardo Galeano,o coordenador da Comissão dos Direitos Humanos, Andrés Dominguez, a vice-presidente do Comitê dos Direitos Juvenis, Rosa Eitel (irmã da esportista Karin Eitel, e presa desde 1987), e dezenas de ativistas dos direitos humanos.

FMLN ANUNCIA NOVAS VITÓRIAS EM EL SALVADOR

San Salvador (RS-AGEN) - A rádio "Venceremos" da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), informou que as guerrilhas causaram 420 baixas ao exército salvadorenho no mês de junho. A emissora disse ainda que as ações desenvolveram-se em todo o país e especifica que entre as baixas figuram oito oficiais.

No mesmo período, a FMLN derrubou um helicóptero, atingiu outros quatro, destruiu oito caminhões militares, um blindado e três quartéis. A organização guerrilheira destruiu 170 torres de eletricidade, descarrilhou três trens e destruiu duas estações de telecomunicações. O exército respondeu que o seu número de mortos é menor ao reivindicado pelos guerrilheiros.

MILITARES JULGADOS

San Salvador (IPS-AGEN) - Treze soldados estão sendo julgados pelo assassinato de 12 crianças e sete adultos, ocorrido há seis anos, informou a Procuradoria Geral da República. Os fatos aconteceram em março de 1982, em Cuzcatlan, a 21 kilômetros da capital. O caso é conhecido como "o massacre de San Agustín" e todas as meninas e mulheres envolvidas foram estupradas antes de morrer. Cada uma das vítimas teve o rosto destroçado.

Segundo consta no processo, os soldados chegaram pela noite e seqüestraram três famílias completas que depois foram mortas a machadadas por "colaborar com a subversão".

A guerra civil em El Salvador, que enfrenta as forças populares da FMLN contra o exército nacional financiado pelos Estados Unidos, atingiu o seu oitavo ano e causou 60 mil mortos, na sua maioria civís. Organismos humanitários não governamentais denunciaram que 12 mil civís foram mortos pelo exército por colaborar com os guerrilheiros.

(continuação da primeira página)

DEMISSÃO DE AGENTES PASTORAIS GERA CRISE NO NORDESTE

A crise envolvendo a Pastoral Rural de Pernambuco coincide com uma série de denúncias que têm sido veiculadas, de que estaria ocorrendo uma "caça às bruxas" na Universidade Católica do estado. O jornal "Informe Sindical", por exemplo, revela que pelo menos três professores - Maurício Figueiredo, Noêmia Nogueira e Vera Lúcia Scheidegger - foram demitidos nos últimos meses, pela chefe do Departamento de Educação da instituição, professora Lúcia Galindo, por sua atuação nos movimentos da categoria.

Solidariedade - A Pastoral Rural passou a funcionar, em caráter provisório, à rua Gervásio Pires, 404, Boa Vista, CEP 50.060, Recife-PE, onde seus integrantes estão recebendo manifestações de solidariedade de todo o país. O secretário-executivo da Comissão Pastoral da Terra, padre Ermanno Alegri, viajou a Recife para se solidarizar com os agentes de pastoral afastados.

O cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio de Araújo Salles, enviou telegrama a d. José Cardoso Sobrinho, cumprimentando-o por "sua coragem pelas medidas tomadas em defesa da identidade católica e organismos eclesiais confiados pelo episcopado a seu discernimento, inteligência e zelo pastoral".

Mulher

CRESCE O NÚMERO DE MULHERES MORTAS EM CONFLITOS DE TERRA

São Paulo (AGEN) - O conflito entre posseiros e latifundiários fez mais uma vítima. Dia 11 de agosto, quinta-feira, a lavradora Marta de Araújo Azevedo, 33 anos, foi sepultada no município de Tanque Novo, cerca de 700 quilômetros de Salvador (BA). No dia anterior, um grupo entre os 300 posseiros da Fazenda Umburanas, no recém-criado município, depois de fazer uma romaria, construía um barracão para abrigar e guardar ferramentas. Na ocasião, os posseiros foram atacados por cerca de 20 jagunços. A agricultora Marta foi atingida com um tiro de fuzil na cabeça, morrendo imediatamente e deixando seis filhos. Os jagunços fizeram o cerco a mando do fazendeiro Aprígio Abreu Magalhães, conhecido como **Sinhozão**, morador de Paramirim.

A morte de Marta vem juntar-se ao quadro que se esboça nos conflitos pela terra. Em 1987, segundo dados da Secretaria Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, os conflitos chegaram a 782, envolvendo, no geral, 1.363.729 pessoas. Os conflitos não poupam mulheres nem crianças.

As vítimas - O relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), **Conflitos no Campo - Brasil/87**, aponta o nome das mulheres mortas, dos prováveis responsáveis, data e município onde foram vitimadas. No município de Araguacema (GO), Juraci Sena Feitosa morreu no dia 18 de agosto, no conflito da Faz. Grota Funda/Stº André. Os responsáveis, segundo a CPT, foram dois fazendeiros da região: Evaldo Pinto da Cruz e Marcos Alves.

No município de Ribas do Rio Pardo (MS), as duas vítimas eram menores: Cristina e Lucimar. Foram mortas no mês de janeiro, pelos mesmos responsáveis: Clineu Canovas da Cruz Filho e pelo capataz Zé Carlos. A garimpeira Izabete Gomes dos Santos morreu em Marabá (PA), no dia 2 de outubro, no conflito de Serra Dourada. Vários são os responsáveis, de acordo com a CPT: Oliveira Neto e Ivan A. Silva - PM. Denis Sampaio - Comissário, Ubaldino Andrade - Delegado, Cícero Silva - Comissário e o motorista José Pereira da Silva.

Em Conceição do Araguaia (PA), a menor Maria G. de Souza foi morta, no dia 9 de maio, no conflito da Fazenda Bela Vista. São responsáveis, conforme o relatório: Jurandir Gonçalves Siqueira - fazendeiro, a Polícia Militar e gerente Bulhões. Cenilda L. R. Richem, trabalhadora rural do município de Rolim de Moura (RO), morreu, dia 3 de março, no conflito de Miguel Rochembach. Não se sabe quem são os responsáveis.

Roseli Correa da Silva, pequena proprietária, moradora em Sarandi- Passo Fundo (RS), morreu a 31 de março, quando participava de uma manifestação de agricultores. Sabe-se que o responsável foi um motorista. O relatório da Comissão Pastoral da Terra chega à seguinte conclusão: "A ação direta dos proprietários, de seus capatazes e de jagunços contratados foi responsável por 96 dos 109 assassinatos em conflitos de terra, pela quase totalidade das ameaças de mortes, tentativas de assassinato, lesões corporais e 60% dos casos de tortura e maus tratos".

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Reg. Prof. Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro Soares Martins (Reg. Prof. Mtb 17.572)
Redação: Flademir Araújo

Correspondentes e Colaboradores: Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs e Liliana Lavoratti (Porto Alegre, RS), Rosa Dalla Costa (Francisco Beltrão, PR), Valdemar de Oliveira Neto (Recife, PE), José Anchieta Ferreira (Linhares, ES), Maria Alzira Fritzen (Manaus, AM), Galeno Amorim (Sertãozinho, SP), Fernando Sopels[illegible]te, São Paulo, SP), José Lou[illegible]oll (Grande ABC, SP), New[illegible]e Isaac Akcelrud (comenta[illegible]ia-cionais), Attilio Hartmann [illegible]ia-dor), José Subirats (La Paz, Bolívia), Roberto Codas Friedmann (América Central), Beltrina Corte (Bogotá, Colômbia), Guilherme Salgado Rocha (São Paulo, SP) e Juan Pezzutto (São Paulo, SP).

Divulgação e contatos: Pe. José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Rev. Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN
Impressão: Gráfica Peres Ltda.

DIRETORIA

Presidente: D. Sumio Takatsu
Vice-Presidente: Frei José de Rezende Ribeiro - O.P.
Secretário: Paulo Maldos
Tesoureiro: José Lourenço Pechtoll

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS
AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMENICA
TELEX: 11.25824 AECN-BR

533.00.93

00002 1003-89 SEM
CN/MNDDH REGIONAL LESTE I
R.CAPITAO CHAVES 60
26000 NOVA IGUACU RJ

IMPRESSO

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

IGREJAS

Lambeth discute questão palestina e direitos humanos pág 2
Lumen 2000 desenvolvido em El Salvador pág 2

DIREITOS HUMANOS

Intelectuais pedem fim da ditadura no Chile pág 3

MOVIMENTOS SOCIAIS

Greve atinge 90% dos professores do Paraná pág 3

TERRA

Ocupações no Paraná mobilizam 10 mil famílias pág 4
Novas ocupações em Santa Catarina pág 4
Trabalhadora rural aciona proprietário pág 4
CNRA reunida com Ulysses Guimarães pág 4
Lavrador sofre atentado no Mato Grosso pág 5

ECOLOGIA

Reserva ecológica invadida em Rondônia pág 5

PACIFISMO

USF promove Simpósio pela Vida e pela Paz pág 5
Proibida a fabricação de bomba atômica pág 5

POLÍTICA

Voto aos 16 e iniciativa popular constituinte aprovados pág 5
UDR define quem irá apoiar nas eleições pág 5

MOVIMENTO OPERÁRIO

Constituinte surpreende e aprova direito de greve irrestrito pág 6
Sindicalista impedido de tomar posse no Acre pág 7
Constituinte estende direito de sindicalização ao funcionário público pág 7

AMÉRICA LATINA

Plebiscito no Chile: para encobrir os crimes pág 7

MEMÓRIA

Acidente vitima 15 bóias-frias pág 7

MULHER

Tribunal analisa situação da mulher negra pág 8



As ocup... ra foram inte... na região sul o... entre o final de j... início de agosto. N... to, a ocupação vitori... na região de Santo Ângelo (RS), pela qual 700 famílias de sem terra conquistaram o assentamento em uma área de 600 hectares em Tupanciretã. Foto Douglas Mansur.

PEDIDA UMA CPI PARA APURAR AÇÃO DE CONSTITUINTES EVANGÉLICOS

Rio de Janeiro (AGEN) - Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para investigar as denúncias de corrupção envolvendo membros da bancada evangélica no Congresso Constituinte. A medida foi reivindicada, dia 15 de agosto, no Rio de Janeiro, pelo pastor Mozart Noronha de Melo, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), durante ato em que religiosos protestantes e entidades ecumênicas repudiaram a ação dos constituintes evangélicos envolvidos em trocas de favores.

Na prática, o ato ecumênico foi uma forma de protesto de grupos evangélicos considerados progressistas, pela forma como foi reestruturada a Confederação Evangélica do Brasil (CEB). A CEB, criada em 1932, por inspiração do reverendo Erasmo Braga, prestou significativos serviços às Igrejas-membro, por um período de 30 anos. Após o golpe militar de 1964, as suas atividades foram diminuindo de impacto, pois algumas lideranças evangélicas passaram a colaborar com o governo militar.

A volta - Em meados de 1987, a CEB ressurgiu, pelas mãos de constituintes evangélicos afinados com o governo do presidente José Sarney e com grupos conservadores. O presidente da CEB, deputado Gidel Dantas (PDC-CE), é o principal articulador do segmento evangélico conservador no Congresso Constituinte, cuja atuação foi decisiva, por exemplo, no episódio da votação da reforma agrária em primeiro turno. A emenda que permitia a desapropriação de terras produtivas que não estivessem cumprindo uma função social (única fórmula que, para as entidades componentes da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, garantiria a efetiva aplicação do Plano Nacional de Reforma Agrária), acabou não sendo aprovada, por escassos 12 votos, sendo que a maioria do bloco parlamentar evangélico no Congresso Constituinte votou, no caso, com as orientações da União Democrática Ruralista (UDR) e do Centrão.

Do mesmo modo, a atuação dos constituintes evangélicos conservadores foi destacada na votação que garantiu um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. O autor da emenda dos cinco anos, deputado Matheus Iensen (PMDB-CE), membro da Assembléia de Deus, receberia uma semana depois, como recompensa, a concessão de mais uma emissora de rádio no Paraná, conforme foi publicado no "Diário Oficial da União" de 10 de junho último.

Favores - Outras denúncias de trocas de favores envolvendo constituintes evangélicos foram tornadas públicas nos últimos meses. O 3º vice-presidente da CEB, deputado Fausto Rocha (PFL-SP), diácono da Igreja Batista e um dos elementos de ligação no Brasil do movimento protestante de direita norte-americano Maioria Moral, igualmente foi contemplado, com uma emissora de televisão, na região de Bauru (SP). Emissoras de rádio foram concedidas, ainda, ao deputado João de Deus (PTB-RS), da Assembléia de Deus, e ao deputado Mário de Oliveira (PMDB-MG), da Igreja do Evangelho Quadrangular.

Cargos na administração federal foram também distribuídos aos constituintes evangélicos afinados com o Palácio do Planalto, como a chefia da Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca (Sudepe). Na Bahia, o coordenador da Fundação Educar no estado foi nomeado pelo deputado Milton Barbosa (PMDB-BA), membro da Assembléia de Deus e 2º tesoureiro da Confederação Evangélica do Brasil. (continua na última página)

Boletim Nº 117 - 25 de agosto de 1988.

AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 1125824 AECN-BR

Igrejas

LAMBETH DISCUTE QUESTÃO PALESTINA E DIREITOS HUMANOS

Londres (AGEN)- A questão palestina, a guerra Irã-Iraque, AIDS e direitos humanos foram objeto de resoluções dos 525 bispos reunidos na 12ª Conferência de Lambeth, da Igreja Anglicana, realizada de 16 de julho a 7 de agosto, na Universidade de Kent, Inglaterra. A principal deliberação da Conferência foi a aprovação da ordenação de mulheres, prática já adotada pelas comunidades anglicanas do Canadá e Brasil, entre outras (AGEN nº 116).

AIDS- A resolução sobre AIDS reitera "o tradicional ensino bíblico de que as relações sexuais são atos de total comprometimento que pertence exclusivamente a uma relação matrimonial permanente", apelando às dioceses que promovam programas educacionais sobre o problema e a prevenção da AIDS, "não com critérios de julgamento". O debate sobre esse tema gerou polêmica, em particular quando se discutia a tese "direitos humanos de orientação aos homossexuais", apresentada pelo bispo Paul Moore, de Nova York. A resolução dos bispos anglicanos aprovada afirma, ainda, que a AIDS não é "um castigo de Deus".

África do Sul- A Conferência de Lambeth manifestou sua solidariedade com os opositores ao **apartheid**, solicitando ao governo da África do Sul que revogue as leis de obrigatoriedade do serviço militar e crie serviços não-militares alternativos por questões de consciência.

Armamentismo- Uma resolução apela às grandes potências para que cessem a fabricação de armas nucleares e iniciem urgentes programas internacionais de desativação desses artefatos bélicos.

Perestroika- Os bispos anglicanos expressaram, também, sua simpatia com a "política de abertura da União Soviética", através das reestruturações políticas (perestroika) e econômicas (glasnost).

Direitos Humanos- Sugeriu-se que as Igrejas reiterem o apoio aos direitos humanos e condenem a tortura, a pena de morte, a situação dos "prisioneiros de consciência" e a condenação sem julgamento.

Pacífico Sul- Os conferencistas apoiaram as Igrejas do Pacífico Sul em sua luta pela autodeterminação, sua oposição aos testes nucleares e sua resistência "contra todas aquelas nações poderosas e corporações multinacionais que exploram, roubam e destroem as florestas, os mares e os solos na região".

Palestinos- A resolução sobre a questão palestina reconhece a existência do Estado de Israel, e reafirma o direito de autodeterminação do povo palestino, "incluindo a escolha de seus próprios representantes e o estabelecimento de seu próprio estado".

Ecumenismo- Uma das principais resoluções da Conferência de Lambeth diz respeito à promoção do diálogo entre judeus, muçulmanos e cristãos e, ainda, o aprofundamento das conversações com as várias Igrejas e organismos cristãos.

África- Cerca de 50 bispos africanos que participaram da Conferência de Lambeth reuniram-se, de 14 a 16 de julho, em Cambridge, e divulgaram documento, em que repudiam "o papel dos poderosos em fomentar a discórdia entre várias nações do Terceiro Mundo". Durante a Conferência propriamente dita, a questão africana voltou à tona com manifestações como a do bispo da Província do Kenya, David M. Gitari, que condenou os métodos evangelísticos tradicionais dos missionários ocidentais, e solicitou que o evangelho e a cultura africana encontrem-se em um mesmo patamar.

Cisma- O jornal espanhol "El País" informou que um grupo de 60 pastores e outros 60 fiéis da Igreja Anglicana protestaram contra a ordenação de mulheres, aprovada pela Conferência de Lambeth. Os pastores chegaram a ameaçar a unir-se à Igreja Católica, aceitando a infalibilidade do papa. Os "cismáticos" estariam dispostos a aceitar uma **prelatura nullius**, espécie de diocese mundial autônoma, **status** concedido pelo papa João Paulo II à Opus Dei. Não seria a primeira vez que sacerdotes anglicanos se integrariam aos cânones católicos. Vários anglicanos, inclusive casados, que se converteram ao catolicismo exercem, em suas paróquias, as mesmas funções de um sacerdote católico que está impedido de se casar.

LUMEN 2000 DESENVOLVIDO EM EL SALVADOR

San Salvador (AGEN)- Como em outros países da América Latina, setores da Igreja Católica estão levando a cabo o plano Lumen 2000. No caso salvadorenho, os objetivos são "desenvolver programas de evangelização e catequese" para que "os salvadorenhos tenhamos uma vida plena de satisfações espirituais, mediante a prática do autêntico cristianismo". Explicitamente, o programa visa também "combater o materialismo e o ateísmo que tentam invadir nossa sociedade", de acordo com um dos seus líderes e porta-vozes no país, Monsenhor Romeo Tovar Astorga, bispo de Zacatecoluca.

No caso salvadorenho, "Lumen 2000" iniciou-se com a apresentação diária de programas de rádios transmitidos por quase todas as emissoras do país. Para isto, "Lumen 2000" negociou e obteve acesso à cadeia diária de rádios da ASDER, Associação Salvadorenha de Radiodifusores, que transmite durante meia hora todos os dias, ao meio dia, a hora de maior audiência na rádio no país. Da mesma forma, o Canal 2 de Televisão, o de maior audiência no país, abriu um espaço semanal, aos domingos.

Na apresentação pública de "Lumen 2000", monsenhor Tovar Astorga foi acompanhado por outros participantes do programa em El Salvador. Entre estes, contam-se importantes membros da empresa privada, de notórias raízes ultraconservadoras.

Saída Política- A iniciativa de implementação de "Lumen 2000" em El Salvador ocorre num momento em que outros líderes da Igreja Católica, especialmente os da arquidiocese de San Salvador, estão dedicados a propiciar um "diálogo nacional" para atingir alguma forma de "consenso nacional" para uma solução política à guerra civil entre forças insurgentes da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) e o governo democrata-cristão de Napoleon Duarte, apoiado e financiado pelos Estados Unidos.

Duarte, nos últimos meses de sua vida devido ao câncer, apenas consegue manter a coesão de seu governo, mas o pensamento dos bispos Rivera Damas e Rosa Chavez, arcebispo e auxiliar da arquidiocese de San Salvador, é que o mais provável na eleição presidencial de março de 1989 é uma vitória da ultradireita, o que tornaria muito mais difícil uma saída política.

Estes mesmos bispos foram um apoio fundamental para cimentar a legitimidade do governo democrata-cristão desde sua eleição em 1984, mas com o fracasso quase total do projeto político e econômica de Duarte, a hierarquia católica de San Salvador também sente a necessidade de voltar a convocar as forças progressistas do país, para não ficar totalmente isolada, enfrentando a extrema-direita que já controla os poderes Legislativo e Judiciário, e 3/4 das prefeituras do país.

Neste processo de convocação das forças nacionais, a resposta tem sido evidentemente seletiva, de acordo com a posição política e ideológica: quase todos os grupos conservadores rejeitaram a proposta dos bispos católicos, e os acusaram de "favorecer os comunistas" com sua proposta. Já os grupos populares e progressistas aceitaram participar, e formularam suas posições preparando-se para a fase pública do diálogo, prevista para os dias 28 e 29 de agosto.

Neste contexto, "Lumen 2000" aparece como uma resposta tácita de um setor da Igreja Católica que não gosta de ver seus líderes "envolvidos em política" quando isto significar opções não exatamente adequadas à defesa do status-quo. As acusações dos grupos conservadores, quase todos ligados à empresa privada, contra a iniciativa de "diálogo nacional" sempre concluiram com um chamado para que a Igreja se dedicasse "exclusivamente a questões espirituais".

Síntese

NOVOS BISPOS

Recife (AGEN)- O Vaticano anunciou, dia 17 de agosto, a nomeação dos dois novos bispos-auxiliadores da arquidiocese de Olinda e Recife: o padre jesuíta João Evangelista Martins Terra e o salesiano Hilario Moser, ambos considerados conservadores. A nomeação ocorreu poucos dias depois da crise desencadeada com a demissão, pelo arcebispo d. José Cardoso Sobrinho, dos agentes pastorais Flávio Lira de Andrade, Angelo Zanré e Lanivaldo Marques, e do padre Hermínio Canova, da Pastoral Rural. O padre Canova já havia sido demitido, em abril, do cargo de subsecretário do Regional Nordeste II da CNBB. Em seu lugar, d. José Cardoso Sobrinho nomeou o padre Giovanni Damiliano.

SEMANA TEOLÓGICA

Campinas (AGEN)- De 24 a 27 de outubro, será realizada, em Campinas, a Semana sobre Teologia Latino-Americana. Maiores informações no Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (CEBEP), Caixa Postal 6, CEP 13.100- Campinas- SP.

IGREJA ORTODOXA

Moscou (Novopress)- O museu histórico-arquitetônico da Iaroslavl, porto na costa do mar Negro, devolveu à eparquia local 70 ícones antigos da Catedral de São Fiódor e os restos mortais do príncipe Fiódor Cherni e seus filhos, sepultados na cidade nos séculos XIII e XIV. Há cerca de 20 anos, os especialistas do museu iniciaram a restauração dos ícones da Catedral, considerados obras-primas da pintura russa do século XVII. As peças ficaram guardadas até a devolução do templo à Igreja Ortodoxa e a reconstrução da antiga iconoteca.

MUÇULMANOS SOVIÉTICOS

Moscou(Novopress)- Fiéis muçulmanos de regiões como a Asia Central, o Cáucaso do Norte, a Transcaucásia, a Sibéria e a parte européia da URSS organizaram uma romaria à cidade sagrada da religião islâmica, Meca, na Arábia Saudita. A peregrinação atendeu à data do "kurbán-bairamu", festa de sacrifício dos muçulmanos. Segundo declarou à Nóvosti o mufti Shamsutdinkhan ibn Ziautdinkhan, presidente da Coordenação dos Muçulmanos da Ásia Central, a maior parte dos peregrinos é formada por seguidores do culto (imanes, hatibes e muedzines), mas também há membros dos organismos executivos das comunidades religiosas muçulmanas.

VISTOS PARA CUBA

Havana (AGEN)- Três missionários do Verbo Divino receberam o visto do governo de Cuba, para atuar na diocese cubana de Honguin. São eles os padres Mauro Batista, do Brasil, o argentino Sergio Bertram e o mexicano Germano Rodriguez. Outros 25 missionários receberam o visto de entrada do governo cubano.

Direitos Humanos

INTELECTUAIS PEDEM FIM DA DITADURA NO CHILE

Santiago (AGEN)- O "Encontro Internacional da Arte, Ciência e Cultura pela Democracia no Chile" foi realizado em julho em várias cidades chilenas, com a participação de 200 intelectuais de 25 nações da América e Europa, em seminários, palestras, recitais de dança, música e poesia e mostras de cinema, teatro e artes plásticas. A atividade foi organizada pela oposição ao governo militar.

Entre os visitantes estavam os uruguaios Daniel Viglietti e Eduardo Galeano, o músico sueco Jan Hammarlund, os dirigentes europeus Francis Wurtz e Jacques Ralite, e o matemático José Luis Massera. O governo proibiu a entrada no país da dirigente do Partido Verde alemão, Gaby Gotwald, e reprimiu duas atividades em bairros populares da capital.

O escritor Eduardo Galeano disse, na ocasião: "Viemos de diversos países para nos reunir à sombra de Pablo Neruda (poeta chileno, Prêmio Nobel da Literatura de 1971), e nos juntar ao povo chileno, que diz **Não**" (em alusão ao próximo plebiscito).

Enviaram a sua solidariedade os artistas Juan Manuel Serrat, Geraldine Chaplin, Ettore Scola, Bernardo Bertolucci, Gian María Volonté, Marcelo Mastroiani, Claudia Cardinale, Michel Piccoli, Graham Greene, Evgueni Evtuschenko e Serguei Bondarchuk. O Comando Nacional dos Trabalhadores (CNT), a principal organização sindical do país, participou das atividades.

Jornalistas- A Federação Latino-Americana de Trabalhadores da Imprensa (FELATRAP) sediou a sua terceira conferência, em Santiago, para respaldar "a luta permanente pela liberdade de expressão" dos jornalistas chilenos. No encontro, de julho passado participaram 60 jornalistas; de 20 países do continente.

Em julho o Colégio dos Jornalistas local havia organizado uma paralisação parcial de atividades e comícios-relâmpago em protesto "pela perseguição aos profissionais e aos meios de comunicação independentes, por parte do regime militar". Trinta redatores de diversas publicações estão sob processos judiciários e vários outros receberam ameaças de morte.

Síntese

PRÊMIO HERZOG

São Paulo (AGEN)- Encerra-se a 15 de setembro o prazo de inscrições ao 10º Prêmio Herzog de Anistia e Direitos Humanos, categoria jornalismo, promovido por uma série de entidades. Neste ano, o Prêmio também será concedido na categoria Concurso Literário, para contos e poesias em torno dos direitos humanos (prazo de entrega: 30 de setembro). O prêmio em jornalismo será concedido em 12 áreas. Podem concorrer trabalhos veiculados entre 30 de setembro de 1987 a 10 de setembro de 1988. Maiores informações no Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, rua Rego Freitas, 530, Sobreloja, São Paulo - SP, fone (011) 257.1633

CURSO DE DH

Curitiba (AGEN)- O 1º Curso de Direitos Humanos, promovido pela Igreja Católica no Paraná, será encerrado neste dia 26. O Curso, dirigido a agentes de pastoral e lideranças comunitárias, contou com a participação, entre outros, de Dalmo de Abreu Dallari.

ESQUADRÃO DA MORTE

São Paulo (AGEN)- O jurista Hélio Bicudo lança, dia 3 de setembro, a partir das 18 horas, na X Bienal Internacional do Livro (Pavilhão da Bienal, Parque Ibirapuera, São Paulo- SP), o seu livro "Do Esquadrão da Morte aos Justiceiros", pelas Edições Paulinas.

FOLHA DA JUSTIÇA

Rio de Janeiro (AGEN)- A Secretaria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, dirigida por Técio Lins e Silva, lançou a "Folha da Justiça", para divulgar as atividades da pasta.

BIOTECNOLOGIA

Londres (AGEN) - A produção de substâncias animais a partir de técnicas de engenharia genética recebeu o veto do Parlamento Europeu, que deseja auferir quais os danos ecológicos e sociais causados por essa substância. O veto partiu, de forma particular, da denúncia da Sociedade Real Britânica para a Prevenção da Crueldade aos Animais, de que a somatotropina, um hormônio bovino destinado ao aumento da produção do leite, vem causando efeitos colaterais maléficos aos animais.

Movimentos Sociais

GREVE ATINGE 90% DOS PROFESSORES DO PARANÁ

Curitiba (AGEN)- Os professores da rede estadual do ensino do Paraná iniciaram greve por melhores salários e condições de trabalho a 5 de agosto. Em poucos dias, 90% da categoria - 65 mil professores - estava paralisada, ficando sem aula 740 mil estudantes.

Até 18 de agosto, o governador Álvaro Dias (PMDB) se negava a negociar com os professores, a menos que eles voltassem às aulas, condição que os docentes não aceitavam. Uma comissão de deputados tentou, sem sucesso, convencer o governador a abrir os canais de negociação.

Um convite do governador Álvaro Dias, para que os professores participassem de um debate na televisão, foi recusado pela categoria. Os meios de comunicação do Paraná estavam destinando uma mínima cobertura ao movimento grevista. A mídia recusava-se, inclusive, a aceitar matérias pagas pelas entidades representativas.

No dia 8 de agosto, a União Metropolina dos Estudantes Secundaristas (UMES) de Curitiba manifestou o seu apoio ao movimento dos professores. O mesmo gesto foi tomado em reunião de Associações de Pais e Mestres.

Greves- O movimento dos professores é uma das mais sérias crises enfrentadas pelo governador Álvaro Dias. Em julho, o governador declarou à "Folha de São Paulo" que o estado do Paraná era um dos únicos onde não estava ocorrendo paralisações de trabalhadores. Entretanto, de acordo com o levantamento do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), foi de 25 o número de greves no Paraná, apenas de março a junho.

Na segunda semana de agosto, além dos professores, estavam em greve no Paraná os trabalhadores da construção civil, da saúde e em processamento de dados. Do mesmo modo, o Paraná é um dos estados em que a luta pela reforma agrária mais tem se destacado. A 25 de julho, 40 mil trabalhadores participaram da 4ª Romaria da Terra do Paraná, em São João do Ivaí. No início de agosto, cerca de 10 mil famílias de sem-terra participaram de ocupações no estado.

Terra

OCUPAÇÕES NO PARANÁ MOBILIZAM 10 MIL FAMÍLIAS

Francisco Beltrão (AGEN-CPT)- As ocupações na região central do Paraná, no início de agosto, mobilizaram mais de 10 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra. A decisão do Conselho de Magistratura do estado, a 12 de agosto, de reintegração de posse da área ocupada, reivindicada pela Empresa Paulista de Reflorestamento, acabou sendo sustada. A partir do dia 22, começaram as negociações visando ao assentamento dos sem terra.

A ocupação da área, entre os municípios de Prudentópolis e Inácio Martins, ocorreu a 8 de agosto, segunda-feira. Em pouco tempo, mais de 10 mil famíiias de sem terra chegaram ao local. Grande parte delas havia sido despejada, poucos dias antes, de áreas em Vituruna e Roncador, onde ainda permanecem centenas de famílias de trabalhadores, à espera de uma decisão judicial.

Imediatamente após o Conselho de Magistratura ter decidido pela reintegração de posse, um forte aparato policial cercou a área reivindicada pela Empresa Paulista de Reflorestamento. Uma comissão de cinco deputados estaduais esteve na área. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra apelou para que fossem enviados telegramas ao governador Álvaro Dias, e ao secretário de Segurança Pública, Antonio Lopes de Noronha, protestando contra as ameaças de despejo e solicitando o assentamento imediato das famílias. Vários alqueires da área ocupada já foram roçados. Por isso, os sem terra também pedem ajuda em sementes, além de alimentos e remédios.

NOVAS OCUPAÇÕES EM SANTA CATARINA

Chapecó (AGEN-CPT)- Várias ocupações ocorreram em Santa Catarina, na segunda semana de agosto. No dia 11, 42 famílias oriundas do acampamento da Linha Trevisan, em Campo Erê (SC), ocuparam a fazenda Rio dos Patos, no município de Lebon Regis. A fazenda, de 1.278 hectares, foi desapropriada a 25 de junho de 1986 para efeitos de reforma agrária, mas ainda não tem emissão de posse.

No dia 14, 148 famílias provenientes dos acampamentos Linha Trevisan e Volta Grande, em Abelardo Luz, ocuparam a fazenda Taitalo, de 1.586 ha, no município de Caçador. A fazenda, de Taitalo Coelho de Souza, está sendo negociada em Brasília com o Mirad, segundo a Secretaria Estadual do Movimento dos Sem Terra. A 15 de agosto, os ocupantes receberam ordem de despejo, que seria cumprida em 15 dias.

Violências - Ainda no dia 15, por volta das 16 horas, o ônibus que fazia o trajeto de Abelardo Luz ao acampamento dos sem terra foi barrado por três policiais que montam guarda da fazenda Palmeiras, da família Hamilton. Os policiais desejavam, sem ordem judicial, revistar os passageiros, a maioria deles trabalhadores acampados, que decidiram romper a barreira. Os policiais reagiram à bala, furando o pneu do ônibus e atingindo a latarina.

O Movimento dos Sem Terra pede manifestações de solidariedade aos acampados e de repúdio às arbitrariedades, ao superintendente regional do Mirad, Jacó Anderlle (telex 482-189-INCRA), ao governador Pedro Ivo (telex 482-641-SFSC) e ao presidente José Sarney (telex 611-451-PRDFSC).

TRABALHADORA RURAL ACIONA PROPRIETÁRIO

Alagoa Grande, PB (AGEN-CPT)- A trabalhadora rural Maria José Tereza da Conceição, 30 anos, mãe de seis filhos menores, promoveu na Comarca de Direito desta cidade, junto com seu advogado Haroldo Serrano de Andrade, pertencente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, processo contra o proprietário rural Edigar Vieira da Rocha, filho do usineiro Agnaldo Veloso Borges, e dono do Sítio Barra Nova, localizado na zona rural do município. No processo, a trabalhadora e seu advogado alegam Ação de Ressarcimento de Danos contra o proprietário, que teria mandado incendiar a casa onde ela residia com seu pai, João Joaquim da Silva, de 84 anos, e seus filhos. O fato ocorreu no dia 10 de dezembro de 1987, às 22:30 horas aproximadamente, quando um elemento conhecido por "Chico Pecado" ateou fogo na casa, quando Maria José, seu pai e as crianças estavam dormindo.

Há vários anos o pai de Maria José construiu, à suas expensas, no Sítio Barra Nova, uma casa de taipa coberta de olho-de-cana para morar com sua família, pois trabalhava para aquele proprietário na cana-de-açúcar. Igualmente, Maria José prestava seus serviços ao proprietário. Em maio de 1987, já mãe de seis filhos e não tendo como prestar serviços de graça a Agnaldo Veloso Borges, resolveu prestá-los a quem lhe pagasse. O patrão não permitia a ninguém residir em suas terras, sem que para ele trabalhasse.

No dia 9 de dezembro de 1987, Maria José recebeu, através da vizinha Maria Angelina, um recado do Sr. Edigar Vieira da Rocha, que exigia a imediata desocupação da casa onde residia. Do contrário, poria fogo na casa. O que no outro dia ocorreu, justamente na hora em que estavam dormindo.

A filha de Maria José Tereza da Conceição, Elisângela (de sete anos), acordou gritando, sufocada pela fumaça e pelo calor das chamas. A intensidade do fogo, ajudado pela brisa, tomou por inteiro toda a casa, só havendo tempo para a retirada das crianças e do velho pai.

Agora, enquanto espera pela audiência do júri, quando o Poder Judiciário de Alagoa Grande decidirá se terá direito ou não à indenização, calculada na época em aproximadamente 66 mil cruzados, Maria José permanece morando, junto com seus seis filhos menores e seu pai, no Alto do Cruzeiro, periferia da cidade, numa casa pertencente à matriz da Igreja Católica.

CNRA REUNIDA COM ULYSSES GUIMARÃES

Brasília (AGEN-INESC)- A Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA) esteve, dia 4 de agosto com o presidente do Congresso Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Representando a CNRA, estiveram presentes a CONTAG, CUT, ABRA, CNBB, INESC e Comissão Agrária do PT.

A ABRA mostrou ao presidente do Congresso Constituinte os atrasos verificados na questão agrária, o que é uma injustificável contradição com os significativos avanços (direitos sociais) obtidos, até então, no texto constitucional. Parafraseando Ulysses, José Gomes da Silva, referindo-se ao latifúndio, afirmou que "a hora é de não ter medo". Reivindicou a supressão do termo "propriedade produtiva" ou, pelo menos, uma adequação do texto que lhe permita um tratamento especial, sem se tornar, no entanto, insusceptível de desapropriação. Do jeito que está, segundo José Gomes, presidente da ABRA, a reforma agrária terá uma legislação pior do que a da ditadura.

A CONTAG protestou contra a discriminação aos trabalhadores rurais que, pelo "caput" do art. sétimo, teriam os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos, mas que no parágrafo primeiro do mesmo artigo, muitos dos direitos previstos e auto-aplicáveis para os trabalhadores urbanos, terão que ser regulados em lei complementar para valer aos trabalhadores rurais, o que torna o artigo contraditório. Para sanar a discriminação no segundo turno, o correto seria suprimir o parágrafo primeiro do artigo sétimo, igualando-se, assim, os trabalhadores, não os transformando em cidadãos de primeira e segunda classe. Ulysses ponderou que não se consegue mudar o Brasil, de um dia para o outro mas aceitou a sugestão. Com relação à "propriedade produtiva", concordou que o texto está ruim e disse apoiar e ser favorável à posição do acordo (defendido no primeiro turno pela liderança do PMDB e pelos partidos de esquerda) que, em resumo, nada mais é do que a supressão que se pretende.

Síntese

LAVRADOR SOFRE ATENTADO

São Félix do Araguaia (AGEN-CPT)- O lavrador João Gonçalves de Brito sofreu um atentado, dia 1º de agosto, cometido por pistoleiros da Fazenda Berrante, no município de Ribeira da Casca Alheia (MT), de propriedade de Estevão Júlio Vargas. O lavrador apenas não foi atingido porque, no momento, havia se abaixado,para fazer suas necessidades fisiológicas. A denúncia é do STR de Cascalheiras, Prelazia de São Félix do Araguaia e Igreja de Ribeirão de Cascalheiras.

Vargas adquiriu a Fazenda Berrante em 1982, de Leonardo Furlan, de Limeira (SP). Algumas famílias de lavradores moram há mais de 20 anos no local. Queixa policial sobre o atentado contra Brito foi feita em São Félix do Araguaia. O bispo da Prelazia de São Félix, d. Pedro Casaldáliga, tem recebido ameaças de morte por parte de fazendeiros da região.

AGRESSÕES A SEM-TERRA

Prudentópolis (AGEN-CPT) - Na região dos municípios de Prudentópolis, Roncador e Bituruna, no Paraná, acampamentos de sem-terra estão sendo fustigados por policiais e jagunços. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pede solidariedade aos lavradores.

TRABALHO ESCRAVO

Paragominas (AGEN-CPT) - Dois trabalhadores que fugiram da Fazenda São Judas Tadeu, no município de Paragominas (PA), denunciaram que o seu proprietário, o português Joaquim Lourenço de Matos, mantém mais de 80 trabalhadores em regime de escravidão. A denúncia originou uma diligência policial à fazenda, onde Joaquim Lourenço de Matos não foi encontrado. Os trabalhadores, que conseguiram fugir, os maranhenses Francisco de Oliveira, de 32 anos, e Paulino Alves Cardoso, de 33, exibiam sinais de tortura. Na fazenda, agentes da Polícia Federal apreenderam instrumentos utilizados para tortura, como correntes, cadeados, açoites e ferrões. Joaquim Lourenço de Matos, afinal preso pela Polícia Federal a 12 de agosto, confessou a prática de tortura e assassinatos em sua fazenda. A PF procura, agora, os pistoleiros "Manteiga" e "Rei do Brega", que trabalham para o fazendeiro.

Ecologia

RESERVA ECOLÓGICA INVADIDA EM RONDÔNIA

Rolim de Moura (AGEN)- A Reserva Biológica do Guaporé está sendo invadida por colonos e perdendo suas madeiras nobres, roubadas por grupos madereiros. Nisso há cumplicidade e omissão por parte do Estado.

A denúncia parte da - Ecopore - Ação Ecológica Vale do Guaporé, fundada em Rolim de Moura - RO, que pela proximidade tem mais informações do que ocorre na Reserva Biológica do Guaporé. Esta reserva, de 600.000 hectares, localiza-se a sudoeste do Estado. É formada na parte leste por terras altas com grande ocorrência de mogno, madeira nobre de exportação, e na parte oeste por área pantanosa próxima ao Rio Guaporé.

A reserva biológica começou a sofrer invasões danosas há 5 anos e a gota d'água foi a criação há dois anos do Distrito de Isidolândia a 2 kilômetros da área da reserva. Este Distrito foi criado pelo atual prefeito de Alta Floresta D'Oeste - RO, Isidoro Stedile, que vendeu os lotes do projeto de Distrito e incentivou a invasão da reserva, sob promessa de conseguir diminuir seu tamanho. Existem duas serrarias que trabalham no Distrito e uma delas é do prefeito. Ele tem trabalhado no sentido de empurrar para o oeste a divisa atual da reserva e conseguiu, em julho, a remoção do engenheiro florestal de Alta Floresta, simplesmente por este ter tentado cumprir os objetivos do Instituto Estadual de Floresta.

Invasores - Há estimativas de que existam hoje acima de 500 pessoas do interior da reserva e há muitas marcações mantidas por pessoas de poder econômico, sendo que já devastaram grandes áreas para plantio de capim.

Devido à exploração e desperdício com que se efetua a exploração madereira em Rondônia, as árvores de mogno (swieteniaapp), a madeira mais valorizada e de exportação, estão praticamente esgotadas, fora das áreas de reservas. Considerando o valor da cobiçada madeira e o fato das reservas biológicas e indígenas estarem quase desguarnecidas, torna-se fácil retirá-las com apoio da corrupção, omissão e politicagem. "A omissão do governo é inquestionável, pois as autoridades estão cientes das operações gigantescas que os grandes grupos estão fazendo para roubar da sociedade o que resta de madeira nobre", diz comunicado da Ecopore.

Batida- O I.B.D.F e a Polícia Federal deram uma "batida surpresa" na Reserva Biológica no início de julho e da ação dos madereiros só encontraram toras. Curiosamente, uma semana antes da operação os grupos madereiros saíram da área com seus tratores e caminhões, retornando após o final desta operação "surpresa".

Uma outra ameaça grave à reserva biológica é o fato de haver um projeto de estrada ligando Pedras Negras, às margens do Rio Guaporé, e a cidade de Alta Floresta (RO 384), cortando a reserva ao meio. Isto foi projetado por governos anteriores, consta em mapas e deve ser grande a tentação de executá-la.

"Acreditamos que a devastação somente não tem sido maior pela pressão de entidades estrangeiras, como Banco Mundial, que tem condicionado a liberação de recursos à proteção ambiental", acrescenta Ecopore.

A Ecopore, presidida pelo engenheiro João Alberto Ribeiro, pode ser contatada na Caixa Postal 161, CEP 78.965 - Rolim de Moura - RO, fone (069) 444-1068/442-16.

Pacifismo

USF PROMOVE SIMPÓSIO PELA VIDA E PELA PAZ

São Paulo (AGEN)- O Projeto Justiça, Paz e Ecologia, da Universidade de São Francisco, promove, dias 5, 6, 7 de outubro, dentro da Semana Franciscana, o I Simpósio pela Vida e pela Paz. Participam da organização do evento o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP), a Assembléia Permanente de Entidades de Defesa do Meio Ambiente (Apedema), o Grupo Seiva de Ecologia e o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).

No dia 5, será debatida "A questão nuclear e a indústria armamentista no Brasil". No dia 6, "O pacifismo no mundo". No dia 7 de outubro, "As Igrejas e o pacifismo". Entre outros expositores, foram convidados o cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, o rabino Henry Sobel, o Prêmio Nobel da Paz Adolfo Perez Esquivel, o físico Luiz Carlos Menezes e Clóvis Brigagão, secretário da Associação Internacional de Pesquisas da Paz (IPRA). Foram convidadas, entre outras entidades, o International Peace Bureau e o grupo ecológico argentino Promundo Internacional.

As atividades do I Simpósio pela Vida e pela Paz terão início sempre às 20 horas. A Universidade de São Francisco fica na rua Thiers, 310/312, Pari, CEP 03031, São Paulo - SP, fone (011) 227.0255.

PROIBIDA A FABRICAÇÃO DE BOMBA ATÔMICA

Brasília (AGEN)- "Toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional". Esse mecanismo, aprovado na sessão de 17 de agosto do Congresso Constituinte, impedirá a fabricação de bomba atômica no Brasil, após promulgada a nova Constituição. Do mesmo modo, o Congresso Nacional passa a ter poder decisório sobre qualquer projeto nuclear, prerrogativa que pela atual legislação é exclusiva da Presidência da República (leia-se cúpula militar).

A vitória dos movimentos pacifistas, contudo, não foi completa, pois não foi aprovada a emenda integral do deputado Fábio Feldman (PSDB-SP), que proibia a fabricação, transporte, armazenamento e importação de artefatos bélicos em território brasileiro. Transporte, armazenamento e importação de artefatos bélicos, inclusive nucleares, será possível pela nova Constituição brasileira.

Política

VOTO AOS 16 E INICIATIVA POPULAR CONSTITUINTE APROVADOS

Brasília (AGEN)- Na sessão de 16 de agosto, o Congresso Constituinte confirmou o que já havia sido aprovado em primeiro turno, ao consagrar o direito de voto aos 16 anos de idade e a garantia da Iniciativa Popular Constituinte, pela qual 700 mil eleitores poderão apresentar uma emenda à futura Constituição brasileira.

O direito de voto aos 16 anos recebeu a aprovação de 316 constituintes, contra 99 e 6 abstenções. A confirmação do mecanismo significa um acréscimo de 6 milhões de novos eleitores que, no entanto, apenas poderão votar nas eleições presidenciais previstas para 1989. Assim, um jovem que está hoje com 15 anos poderá votar para presidente da República no próximo ano. A última eleição direta para o cargo foi em 1960, quando Jânio Quadros foi eleito.

Iniciativa - A Iniciativa Popular Constituinte acabou sendo confirmada, apesar dos esforços dos grupos de direita. O mecanismo é uma vitória do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, que reúne as entidades que lutam pela participação direta dos cidadãos no processo de elaboração legislativa.

Partidos - Pela nova legislação partidária aprovada- dependente, ainda, da legislação ordinária - será mais fácil a criação de partidos políticos. Os militares poderão ser elegíveis, caso contem com menos de 10 anos de serviço e afastem-se espontaneamente da atividade.

UDR DEFINE QUEM IRÁ APOIAR NAS ELEIÇÕES

São Paulo (AGEN)- A União Democrática Ruralista já definiu os candidatos que irá apoiar nas eleições municipais de novembro, pelo menos na região oeste do estado de São Paulo. Na região de Bauru, a UDR, dirigida por Luiz Lucio Paccola, pretende apoiar 25 candidatos a prefeito.

Presidente Prudente - A UDR apóia a candidatura à Prefeitura do empresário e pecuarista Paulo Constantino, pela coligação PTB-PFL-PSD-PL-PSD, que tem como candidato a vice-prefeito o deputado federal Agripino Oliveira Lima Filho (PFL). Na região de Presidente Prudente, a UDR está estruturada em 23 núcleos municipais, tem 1.200 associados e é dirigida por José Jair Martins da Costa, que é candidato a vereador pelo PL. Outro candidato a vereador apoiado pela UDR na cidade é João Altino Cremonezi (PTB), presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local.

Presidente Venceslau - Na terra do seu vice-presidente nacional, Roosevelt Roque dos Santos, a UDR apóia a candidatura a prefeito do advogado Tufi Nicolau, pela coligação PFL-PDT-PL-PTB.

Araçatuba - O presidente regional da UDR, Vilobaldo Peres, já confirmou que a entidade tem simpatia por três postulantes à Prefeitura: João Jorge Rezek (PMDB-PTB), o empresário Domingos Martin Andorfato (PFL) e a professora Germinia Dolce Venturolli (PDT). Em Araçatuba, a UDR-Jovem estará empenhada em fazer campanha para os candidatos apoiados pela entidade. Trinta dias antes das eleições, um instituto de pesquisas fará uma enquete para apontar o candidato com maiores chances de vencer. O primeiro colocado terá o apoio especial da UDR. Se o candidato pelo PT, Hélio Consolaro, liderar a pesquisa, a UDR irá priorizar o segundo colocado na lista. Em Araçatuba, a UDR dará o apoio a pelo menos 20 candidatos a vereador, pelo PTB, PMDB, PFL, PDS e PDT. A regional da UDR em Araçatuba, com 900 associados, tem coordenadorias em Birigui, Penápolis, Guararapes, Mirandópolis, Lins e Andradina, além de representações nos 39 municípios da região. No ano passado, a entidade levantou cerca de Cz$8 milhões em leilão de gado. A UDR pretende conseguir Cz$30 milhões em leilão marcado para setembro, verba que será em parte destinada ao apoio às candidaturas a prefeito e vereadores.

Síntese

TELECOMUNICAÇÕES

Brasília (AGEN) - O lobby das grandes empresas de comunicação, liderado pela Rede Globo, não impediu que, na sessão de 17 de agosto do Congresso Constituinte, por 370 a 20 votos, fosse aprovado dispositivo que mantém com a União a competência para explorar os serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações. Com isso, ficou prejudicado o projeto da Rede Globo e do Grupo Bradesco de explorar os satélites Brasilsat I e II, cuja fabricação está orçada em US$200 milhões, pagos pelos cofres públicos. Lideraram o grupo pró-privatização os deputados Eraldo Tinoco (PFL-BA) e Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), filho do ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães.

MILITAR PRESO

Porto Alegre (AGEN) - O tenente-coronel da reserva, Péricles Cunha, teve sua prisão determinada dia 17 de agosto, pelo general Clóvis Borges de Azambuja, por ter feito declarações políticas de crítica ao governo José Sarney, em artigos publicados nos jornais "O Estado de São Paulo" e "Jornal do Comércio", veiculado na capital gaúcha. No "Estadão", o militar da reserva, no artigo "Ingovernabilidade ou incapacidade para governar?", afirmou que, "governar, para Sarney e seus ministros, significa recursos na mão para conseguir votos e distribuir verbas generosas para amigos e correligionários". A pena foi a prisão, por 15 dias, no quartel da Polícia do Exército em Porto Alegre.

PADRES CANDIDATOS

Porto Alegre (AGEN) - O candidato pela coligação PT-PCB à Prefeitura de Caxias do Sul (RS) é o padre Roque Grazziotin. Em Bagé, outro padre, Fredolin Braumer, é o candidato do PMDB a prefeito nas próximas eleições. Para candidatar-se, padres Grazziotin e Braumer conseguiram licença das atividades sacerdotais, concedidas pelos bispos de suas dioceses. Os bispos têm autonomia para decidir sobre a questão. A última assembléia geral da CNBB, realizada em abril, em Itaici, município de Indaiatuba (SP), havia recomendado que os padres não participassem da política-partidária.

Movimento Operário

CONSTITUINTE SURPREENDE E APROVA DIREITO DE GREVE IRRESTRITO

São Paulo (AGEN) - Quando a nova Constituição entrar em vigor, os trabalhadores brasileiros serão livres para decidir quando e por que devem fazer greve, e as paralisações não poderão mais ser declaradas ilegais pelos tribunais, como ocorre hoje. Somente a negociação entre empregados e empregadores poderá impedir ou pôr fim a uma greve A lei não será mais empecilho para a decretação de greve; ao contrário, irá respaldar qualquer decisão tomada neste sentido, inclusive, em casos de paralisações por motivos políticos.

Estas são algumas das inovações que o novo texto aprovado pelo Congresso Constituinte, no dia 16 de agosto, trará à legislação trabalhista brasileira, sacramentando uma prática já utilizada pelos trabalhadores desde as históricas paralisações do ABC paulista, no final da década de 70. Embora a lei nunca tenha conseguido, de fato, impedir greves - que se sucederam ao longo desses anos, apesar da repressão e de serem consideradas ilegais ou não pelos tribunais -, as lideranças sindicais e deputados constituintes favoráveis à nova lei consideraram importante sua aprovação, pois o direito de greve tornou-se irrestrito e com o respaldo da lei.

Restrições - A única restrição ao direito pleno de greve recaiu sobre os trabalhadores dos serviços essenciais - transporte, telecomunicações, água, luz, bancários, serviços hospitalares e públicos. A lei ordinária definirá futuramente quais serão exatamente estes serviços e como as necessidades da comunidade serão atendidas em caso de paralisação destes setores, que serão os únicos sujeitos às penas de lei, caso venham a cometer "abusos" no exercício do direito de greve. Este ponto frustrou as expectativas de alguns parlamentares, como o deputado Paulo Paim (PT-RS), que considerou as restrições um impedimento para o exercício do direito de greve "na sua forma mais ampla".

Um estudo que circulava entre os deputados, feito pelo ministério do Trabalho, mostra que, dos cerca de 3 milhões e 600 mil trabalhadores que paralisaram suas atividades no primeiro semestre deste ano, 64,93% eram funcionários públicos, que por lei são proibidos de fazer greve.

Vitória - Com restrições ou não, o novo texto foi considerado pelos seus defensores uma das maiores vitórias da história dos trabalhadores brasileiros. Todos procuravam salientar este aspecto, ao mesmo tempo em que se preocupavam em mostrar que o direito irrestrito de greve não incentivará paralisações sem motivos, tipo "greve pela greve", como afirmavam durante a votação setores das classes patronais. "O trabalhador não vai fazer greve irresponsavelmente", afirmou o deputado Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP).

A restrição mais surpreendente, porém - pois a dos setores empresariais é natural -, estava nas declarações de dirigentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que consideraram excessivo o direito de greve aprovado pelo Congresso Constituinte brasileiro, que, segundo eles, "não existe em qualquer país do mundo". Os deputados consideraram sem fundamento a preocupação da OIT.

A Constituinte aprovou também a estabilidade dos dirigentes e dos representantes sindicais, mesmo em cargos de suplência, que não poderão ser demitidos antes de um ano após o final do mandato.

SINDICALISTA IMPEDIDO DE TOMAR POSSE NO ACRE

Rio Branco (AGEN) - Osmarino Amâncio Rodrigues, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, cidade localizada a 300 quilômetros de Rio Branco, capital do Acre, instalou a nova diretoria da entidade, eleita no dia 16 de junho, em sua própria casa. O sindicalista tomou a iniciativa depois de ver mais uma tentativa de tomar posse, no dia 24 de julho, negada pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT), que acatou recurso da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetacre), alegando irregularidades na candidatura do sindicalista.

O grupo liderado por Osmarino entrou com um recurso no Ministério do Trabalho, em Brasília, comprovando que a situação do sindicalista é perfeitamente legal, e que ele estava em condições de concorrer à eleição. O Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), que assessora a diretoria eleita, também entrou com recurso junto a própria DRT do Acre, mas não obteve resposta.

Enquanto isso a antiga diretoria se mantém no sindicato. Nem a queixa de Osmarino à Polícia Federal, pedindo a intervenção no sindicato, foi acatada. Neste caso, segundo o IEA, a Polícia Federal é obrigada por lei a intervir na entidade sindical, até a justiça definir o caso.

CONSTITUINTE ESTENDE DIREITO DE SINDICALIZAÇÃO AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO

São Paulo (AGEN) - O Congresso Constituinte aprovou, na seção do dia 18, o direito do servidor público civil à "livre associação sindical", e confirmou a votação que já havia feito garantindo também ao funcionalismo o direito de greve, proibido atualmente pelo Estatuto do Servidor Público. O texto aprovado diz que o direito de greve "será exercido nos termos e limites definidos em lei complementar", que será feita posteriormente pelo Congresso Nacional.

Na verdade, a nova Constituição vai apenas oficializar uma situação que já está consolidada na prática, pois, nos últimos meses, os funcionários públicos têm feito mais greve que os empregados nos setores privados. Nos primeiros seis meses deste ano, 3,6 milhões de trabalhadores paralisaram suas atividades. Destes, 1,9 milhão eram funcionários públicos, uma parcela de 64,93 dos grevistas. O Brasil tem cerca de 5 milhões de servidores públicos, espalhados pelas administrações federal, estadual e municipal.

O tema não foi polêmico como outros ítens dos direitos sociais, aprovados dois dias antes, pois já havia um acordo prévio entre as lideranças partidárias, afirmou o deputado Olivio Dutra (PT-RS). Segundo o deputado, os partidos de esquerda gostariam de ter aprovado um texto mais avançado, mas, por tática, ficaram quietos, não querendo despertar a reação dos conservadores Mesmo assim, para o deputado petista, a votação não deixou de ter o "sabor de uma das grandes vitórias do trabalhador brasileiro"

América Latina

PLEBISCITO NO CHILE: PARA ENCOBRIR OS CRIMES

São Paulo - O regime militar chileno está para completar 15 anos e festeja com o plebiscito sob Estado de Sítio e controle militar da sociedade. Como não tem certeza da eficácia da fraude, face à rejeição maciça ao plebiscito, o governo divulga dados da suposta prosperidade econômica do país e adota repentinas (e efêmeras) medidas populistas.

Segundo dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), insuspeita de ser oposicionista, só em 1987 o PIB chileno por pessoa atingiu os níveis de 1970, e ainda continua inferior aos índices de 1972, época do governo popular do assassinado presidente Salvador Allende.

A alardeada "diversificação das exportações" impulsionada pelo regime se traduz em produções de baixa elaboração industrial: farinha de peixe, madeira, celulose, papel, fruta, minério de cobre. Nada que se pareça com a implantação da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento. Tem mais: as exportações crescem, mas também é maior o desvio dos seus resultados para pagamento de juros da dívida externa. Exemplo: em 1986 destinou-se à dívida, 3,100 milhões de dólares, ou seja, 72% do valor das exportações.

O resultado da política econômica do governo militar significou a concentração do poder econômico nos grupos ligados ao capital transnacional, por um lado e, pelo outro, elevação dos índices de marginalidade, desemprego, subemprego, trabalho temporário, superexploração. O valor real dos salários atuais é 50% dos salários de 1972 e a jornada média de trabalho no "paraíso" pinochetista é de 10,5 horas, incluindo muitas vezes sábados e domingos.

Assassinatos - O certo é que a ditadura atingiu tragicamente o movimento popular (fala-se em 30 mil assassinados) para restruturar o funcionamento do capitalismo no Chile e adaptá-lo ao paladar do capital transnacional.

Mesmo em ditadura, eleições têm em conta o "marketing" político e o governo anunciou um plano de construção de moradias populares de 35 metros quadrados e a redução do Imposto ao Valor Acrescentado (IVA) nos produtos alimentícios, medidas que beneficiarão mais aos empresários e comerciantes, e cujo indisfarçável conteúdo "eleitoral" não engana à população.

Segundo dados das Caixas de Seguro social, 39% dos trabalhadores ganham menos de 55 dólares (no caso das mulheres o índice é 65%), e os números seguramente são menores porque os trabalhadores de baixos ingressos não têm como pagar as cotas que assegura a aposentadoria

Ao mesmo tempo, o regime continua privatizando as empresas estatais de maior renda, o que lhe vale aliados internacionais e campanhas de imprensa favoráveis. Os trabalhadores chilenos não pensam assim, e o governo teve que enfrentar uma greve geral por tempo indefinido antiprivatização nas ferrovias e outra no setor da saúde.

Uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos do Trabalho (CETRA) revelou que 64,5% das pessoas entrevistadas simpatizam com os governos anteriores ao golpe e só 5% mostraram-se partidárias do continuismo do atual A maioria das respostas identifica o governo militar como "abuso".

Quinze anos de repressão e miséria não se apagam com manipulações de dados que encobrem o aumento dos lucros dos grandes capitalistas e o empobrecimento das maiorias. Não surpreende que o único apoio reconhecido pelo regime seja do interior das forças armadas. (A.Pezzutto)

Memória

ACIDENTE VITIMA 15 BÓIAS-FRIAS

São Paulo (AGEN/CDHAL) - Motoristas inabilitados, muitos inexperientes, transitando pelas estradas em grande velocidade, veículos velhos ou com vários problemas mecânicos, superlotação, são alguns dos fatores que têm causado inúmeros acidentes com transportes de bóias-frias, principalmente no estado de São Paulo, onde só na região de Ribeirão Preto (norte), calcula-se, existem mais de 100 mil assalariados rurais.

Apesar dos vários acordos conseguidos pela categoria, sob pressão dos movimentos reivindicatórios, a situação ainda é preocupante Desta forma, no dia 2 de setembro de 1985, um acidente ocorrido no município paulista de Pederneiras causou a morte de 15 trabalhadores bóias-frias. O caminhão da usina São José de Macatuba, conduzido por Maurício Santana, foi destruído por um trem da FEPASA (Ferrovias Paulistas S.A.), na passagem de nível. O trem era dirigido por José Franciscati. Dentre os bóias-frias, vários eram menores.

Eis os nomes das vítimas fatais: Desiderato B. Silvestrini, Mauricio Santana, Claudinéia A. Francisco (menor), Luzia de Fátima Paderes, Jurandir Saraiva de Souza, Paulo Joaquim Souza Afonso, Marli Correa Andrade (menor), Maria Aparecida Ramos, Claudinei Generoso (menor), Luis Carlos Dias Prado (menor), Natalina Valentim da Silva, Dora Maria P. Martinucho, Gesuel R. da Silva (menor), Sirlei da Silva e Wilson José da Silva (menor). (Por José D. Bragheto)

(continuação da primeira página)

PEDIDA UMA CPI PARA APURAR

AÇÃO DE CONSTITUINTES EVANGÉLICOS

CONIC - As crescentes denúncias de troca de favores envolvendo os constituintes evangélicos reunidos na CEB levaram a manifestações críticas por parte de grupos evangélicos progressistas e entidades ecumênicas. O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) publicou um documento criticando o fisiologismo que estaria marcando a atuação da CEB (na época, noticiou-se que sua reestruturação devia-se a uma ajuda de Cz$108 milhões por parte do governo federal).

A maior expressão do descontentamento da comunidade evangélica com os fatos envolvendo a CEB e a atuação de constituintes evangélicos foi o ato de 15 de agosto, no Rio de Janeiro, que reuniu cerca de 50 pastores protestantes e o bispo católico de Caxias, d. Mauro Morelli, além de representantes de entidades como o CONIC e o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).

Os constituintes evangélicos ligados ao Centrão ou reunidos na CEB são: Antonio de Jesus (PMDB-GO), Arolde de Oliveira (PFL-RJ), Costa Ferreira (PFL-MA), Daso Coimbra (PMDB-RJ), Edvaldo Holanda (PFL-MA), Eliel Rodrigues (PMDB-PA), Enoch Vieira (PFL-MA), Eraldo Tinoco (PFL-BA), Eunice Michiles (PFL-AM), Fausto Rocha (PFL-SP), Gidel Dantas (PDC-CE), Jaime Paliarin (PTB-SP), João de Deus (PTB-RS), José Viana (PMDB-RO), Levy Dias (PFL-MS), Manoel Moreira (PMDB-SP), Mário de Oliveira (PMDB-MG), Matheus Iensen (PMDB-PR), Milton Barbosa (PMDB-BA), Naphtali Alves (PMDB-GO), Orlando Pacheco (PFL-SC), Roberto Augusto (PTB-RJ), Roberto Vital (PMDB-MG), Rubem Branquinho (PMDB-AC), Salatiel Carvalho (PFL-PE) e Sotero Cunha (PDC-RJ). Os constituintes evangélicos progressistas, liderados pelo deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ), são: Benedita da Silva (PT-RJ), Celso Dourado (PMDB-BA), Edesio Frias (PDT-RJ), José Fernandes (PDT-AM), Lézio Sathler (PMDB-ES) e Nelson Aguiar (PMDB-ES).

Mulher

TRIBUNAL ANALISA SITUAÇÃO DA MULHER NEGRA

São Paulo (AGEN) - Tiveram início no último dia 22, na sede da OAB em São Paulo, as programações referentes à instalação do Tribunal "Winnie Mandela", prevista para o próximo dia 5 de novembro. Participaram da iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil - secção de São Paulo, e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, mais de cem pessoas, militantes de entidades dos movimentos negros, comitês de solidariedade, entre outras entidades.

O primeiro debate do Tribunal teve como tema as "péssimas condições de trabalho a que as mulheres negras estão submetidas em nosso país", desde o século XIX. Neste sentido, historiando os fatos, Leila Mesan, pesquisadora da UNICAMP (SP), relatou que já na época da escravidão, segundo dados da polícia, dos 5 mil casos de prisões, 1% referia-se a mulheres, sendo que destas 80% eram negras.

Já Luiza Barrios, do Movimento Negro Unificado da Bahia, no final de sua exposição, lançou um apelo de solidariedade às mulheres brancas para com as negras, enquanto Maria Aparecida Teixeira, da Secretaria das Relações do Trabalho, lançou propostas para sindicalistas no sentido que se consiga, nas empresas, a efetivação de concursos nas provas de seleção e recrutamento interno nas promoções. As dificuldades de organização da mulher negra também foram abordadas, por Penha Guimarães, da OAB/SP, para quem "a mulher negra é muito submissa, e não tem nenhuma direção sindical". (Por José Domingos Bragheto)

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Reg. Prof. Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro Soares Martins (Reg. Prof. Mtb 17.572)
Redação: Flademir Araújo

Correspondentes e Colaboradores: Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs e Liliana Lavoratti (Porto Alegre, RS), Rosa Dalla Costa (Francisco Beltrão, PR), Valdemar de Oliveira Neto (Recife, PE), José Anchieta Ferreira (Linhares, ES), Maria Alzira Fritzen (Manaus, AM), Ga[illegible]m (Sertãozinho, SP), Fernan[illegible] (Zona Leste, São Paulo, SP), [illegible]nço Pechtoll (Grande ABC, [illegible]on Carlos e Isaac Akcelrud (comentaristas internacionais), Attilio Hartmann (Quito, Equador), José Subirats (La Paz, Bolívia), Roberto Codas Friedmann (América Central), Beltrina Corte (Bogotá, Colômbia), Guilherme Salgado Rocha (São Paulo, SP) e Juan Pezzutto (São Paulo, SP).

Divulgação e contatos: Pe. José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Rev. Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN
Paste up: Jorge Mariano
Impressão: Gráfica Peres Ltda.

DIRETORIA

Presidente: D. Sumio Takatsu
Vice-Presidente: Frei José de Rezende Ribeiro - O.P.
Secretário: Paulo Maldos
Tesoureiro: José Lourenço Pechtoll

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS
AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMENICA
TELEX: 11.25824 AECN-BR

METRÔ LUZ 31 VIII 88 SÃO PAULO-SP
BRASIL 12,70 M. 6153 P B.F. 41162
00002 1003-89 SEM
CN/MNDDH REGIONAL LESTE I
R.CAPITAO CHAVES 60
26000 NOVA IGUACU RJ
IMPRESSO

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

IGREJAS

Arquidiocese de S.Paulo dividida pág 2
Luteranos do Terceiro Mundo debatem Teologia da Libertação pág 2
Conselho de Igrejas sofre atentado em Pretória pág 2

DIREITOS HUMANOS

Brasileiros procurados pela polícia do Paraguai pág 3
Outros colonos estão sendo ameaçados pág 3
Entidades debatem DH no Paraguai pág 4

MOVIMENTOS SOCIAIS

UDR amplia articulação em todos os níveis pág 4
Estes parlamentares uniram-se à UDR, contra a reforma agrária pág 4

TERRA

Anistia denuncia massacre de camponeses no Brasil pág 5
De janeiro a agosto, 47 assassinatos no campo pág 5
Injustiça é a raiz da violência, diz d. Gregory pág 5
Dirigente dos Sem Terra aponta causas da violência pág 5

ESPECIAL

Momento eclesial brasileiro pág 6

POLÍTICA

Nova Constituição brasileira será promulgada dia 5 de outubro pág 7



Em dois relatórios sobre o Brasil, publicados dia 8 passado, a Anistia Internacional denuncia que há uma violência consentida, progressiva e seletiva contra os trabalhadores rurais, indígenas, agentes pastorais e sindicalistas no meio rural brasileiro. A raiz dessa situação é a injustiça. Milhões de trabalhadores rurais sem terra (como os concentrados nesta assembléia) e poucos latifundiários com milhares de hectares.



Os delegados ao 3º Concut, divididos entre as três principais correntes que compõem a Central, discutiram durante quatro dias temas como a conjuntura do país, os problemas e propostas do movimento sindical, ouviram atentamente os discursos dos representantes internacionais e elegeram uma nova direção para a entidade.

CUT REALIZA 3º CONGRESSO COM MAIS DE OITO MIL TRABALHADORES | E REPRESENTANTES DE 32 PAÍSES

Belo Horizonte (AGEN) - "Tenho certeza de que hoje estamos construindo as mais belas páginas da história da classe trabalhadora brasileira". Com estas palavras, Jair Meneguelli, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), abriu o 3º Congresso Nacional da entidade, realizado em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, entre os dias 7 e 11 de setembro. Mais de oito mil trabalhadores de todo o Brasil, delegações de 32 países e dezenas de convidados estavam presentes à abertura do Congresso, na noite do dia sete.

Além das três centrais sindicais internacionais, FSM (Federação Sindical Mundial), representada por Mário Navarro, secretário da entidade; CIOSL (Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres), representada pelo sindicalista Fernando Serrano e CMT (Confederação Mundial do Trabalho), representada por Mitil Ferreira, mereceu destaque a presença dos representantes da OLP (Organização para a Libertação da Palestina) no Brasil, Fawli El-Mashni, vice-representante da entidade, e Ali Al-Khatib, assessor cultural, e dos representantes de El Salvador, Guillermo Rojas, dirigente da Unidade Nacional dos Trabalhadores Salvadorenhos (UNTS), e da Nicarágua, Socorro Galán Calero, da Central Sandinista de Trabalhadores (CST). Durante solenidade realizada no Congresso, a CUT e a CST assinaram documento que prevê o intercâmbio e a colaboração entre as duas centrais.

Entre os convidados especiais, estiveram presentes Luis Inácio Lula da Silva, deputado federal do Partido dos Trabalhadores (PT), de São Paulo; Benedita da Silva, deputada federal (PT-RJ); Olivio Dutra, Presidente Nacional do PT; Maria Luiza Fontenelle, prefeita de Fortaleza e Serafim Godinho, secretário do governo de Minas Gerais.

Internacionalismo - Ao abrir o 3º Congresso, o presidente da CUT, Jair Meneguelli, lembrou que no congresso de fundação da CUT, em 1983, apenas duas centrais sindicais internacionais, a CISL (Confederação Italiana dos Sindicatos dos Trabalhadores) da Itália, e a CFDT (Confederação Francesa do Trabalho) da França, reconheceram imediatamente a central brasileira. "Hoje, são mais de 40 organizações sindicais internacionais presentes ao 3º Congresso, e que, a exemplo da CUT, também lutam pela liberdade e autonomia sindical", enfatizou Meneguelli. O vice-presidente da CUT (eleito durante o Congresso), Avelino Ganzer, também destacou a importância da CUT no sindicalismo internacional. Falando à **AGEN**, Ganzer disse que "a presença das centrais mundiais explica a importância que a CUT está assumindo no sindicalismo internacional, como uma central independente e que procura se relacionar com todas as correntes do sindicalismo mundial" - a CUT não é filiada a nenhuma central internacional. "Isto nos possibilita dialogar com a classe trabalhadora do mundo inteiro, no sentido de buscar uma unidade política maior do sindicalismo internacional", afirmou o vice-presidente da CUT. (continua na última página)

Boletim Nº 120 - 15 de setembro de 1988.
AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229-6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 1125824 AECN-BR

Igrejas

ARQUIDIOCESE DE S. PAULO DIVIDIDA

São Paulo (AGEN) - As novas dioceses da Grande São Paulo já estão sendo delimitadas e os decretos pontifícios, dividindo a Arquidiocese paulistana poderão ser assinados, a qualquer momento, a partir de outubro próximo, pelo papa João Paulo 2º. As novas dioceses abrangerão os municípios de Osasco e Itapecirica da Serra e os bairros de Santo Amaro e São Miguel Paulista.

A decisão de dividir a Arquidiocese de São Paulo foi comunicada ao cardeal arcebispo paulistano, d. Paulo Evaristo Arns, pelo Núncio Apostólico em Brasília, d. Carlo Furno, no final do mês passado, durante a reunião do Conselho Permanente da CNBB, em Brasília. Desde o pontificado de Paulo 6º, o próprio cardeal Arns vinha propondo uma reorganização territorial da Arquidiocese, mantendo a colegialidade e a unidade pastoral.

Transferências - No entanto, a forma adotada para a atual divisão é motivo de preocupação geral, por não resultar de ampla consulta aos bispos, ao clero, religiosos e aos leigos. Além disso, existe o risco de que o Vaticano promova a transferência de alguns ou de todos os atuais bispos auxiliares de Osasco (d. Francisco Vieira), Itapecirica (d. Fernando Penteado), Santo Amaro (d. Antônio Gaspar) e de S. Miguel (d. Angélico Bernardino). A medida não seria adotada de imediato, mas viria a médio prazo.

Para o ex-bispo de Santo Amaro, d. Mauro Morelli, a divisão passa por mediações nem sempre cristalinas e participativas da Cúria Romana. Já d. Pedro Casaldáliga acha difícil não ver "politicagem e intervencionismo" na medida romana. (DA)

LUTERANOS DO TERCEIRO MUNDO DEBATEM TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

São Leopoldo (AGEN) - Delegados de 17 países participaram em São Leopoldo (RS), de 5 a 8 deste mês, da conferência de professores luteranos de Teologia do Terceiro Mundo, sobre a Teologia da Libertação, promovida pela Federação Luterana Mundial (FLM). Os debates foram realizados na Faculdade de Teologia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, pertencente à IECLB e a maior dessa confissão no Terceiro Mundo, com mais de 300 alunos.

Segundo o coordenador do seminário, pastor Nelson Kirst, os 50 especialistas presentes analisaram a Teologia da Libertação como instrumento de denúncia dos desequilíbrios e injustiças sociais, a serem enfrentados com a efetiva participação dos cristãos. Um dos objetivos centrais da conferência foi o de adaptar o pensamento do reformador Martinho Lutero ao contexto dos países terceiro-mundistas.

Outros temas em pauta foram os novos movimentos religiosos, o racismo na África do Sul e na Namíbia, além dos movimentos de libertação na América Latina. A IECLB vive um intenso processo de renovação e participa da luta pela reforma agrária no Brasil ao lado da Igreja Católica Romana e de setores significativos das Igrejas Presbiteriana Unida e Metodista, entre outras. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil enfrenta problemas para exercer seu ministério na África do Sul, por luta contra o apartheid. Luta também contra a opressão a que são submetidos os palestinos. Os luteranos participam, também, ativamente, dos trabalhos da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

CONSELHO DE IGREJAS SOFRE ATENTADO EM PRETÓRIA

Pretória (AGEN) - A sede do Conselho das Igrejas da África do Sul (SACC) - conhecida como Khotso House - sofreu um atentado a bomba nas primeiras horas do dia 31 de agosto último. A explosão atingiu, também, a sede de outras organizações que funcionam ao lado do Conselho, tais como o grupo de mulheres "Tarja Negra", o Comitê de Ação Rural do Transvaal e o Conselho de Igrejas de Witts. Algumas dessas entidades trabalham diretamente com presos políticos.

O atentado foi mais uma ação dos organismos repressivos do regime racista do apartheid. A conferência episcopal católica sul-africana enviou uma mensagem ao secretário geral do SAAC, reverendo Frank Chitane e aos funcionários das outras entidades. Referindo-se ao atentado, os bispos afirmam que unem seus corações "em profunda simpatia por todos os que foram feridos pela explosão e pelas organizações que usavam a Khotso House como seu local de trabalho, agora seriamente prejudicado".

"Os estragos provocados pela bomba representam um golpe terrível - diz a mensagem - mas vocês certamente vão encará-lo com base na afirmação de Jesus de que há uma bênção especial associada àqueles que sofrem perseguição por causa de seu compromisso com a justiça".

As mensagens de apoio ao Conselho das Igrejas da África do Sul e às demais entidades co-irmãs podem ser enviadas para o seguinte endereço: **Southern African Catholic Bishops Conference (SACBC), aos cuidados de The Southern Cross, P.O. Box 2372, Cape Town, África do Sul ou pelo telex 320776 SACBC SA.**

Síntese

PROTESTANTISMO EM DEBATE

São Bernardo do Campo (AGEN) - Teve início dia 11 de agosto o ciclo de palestras "Protestantismo: participação e repressão, Brasil 1964-1975", promovido pelo Programa Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, do Instituto Metodista de Ensino Superior, em São Bernardo do Campo (SP). O contexto social mundial, O contexto teológico mundial, latino-americano e brasileiro, A teologia da repressão e O corpo como pretexto da repressão, são alguns dos temas das palestras. Julio de Santa Ana, Jether Pereira Ramalho, João Dias de Ataújo e Jaci Maraschin são alguns dos expositores. Maiores informações pelo telefone (011) 457.3733.

PELA VIDA

Bogotá (AGEN) - Um conjunto de entidades ecumênicas e populares promove, dias 15, 16 e 17 de outubro, na capital colombiana, o Encontro Ecumênico Nacional de Cristãos pela Vida, para refletir sobre a situação de violência política vivida pela Colômbia.

LIVROS LANÇADOS

São Paulo (AGEN) - A Associação de Seminários Teológicos Evangélicos (ASTE) promoveu, dia 26 de agosto, o lançamento dos livros "Educação Teológica em Debate" e "História do Pensamento Cristão". O primeiro, editado por Odair Pedroso Mateus, reúne artigos escritos, entre outros, pelo secretário-regional do CLAI para o Brasil, Sérgio Marcus Pinto Lopes, e pelo bispo anglicano d. Sumio Takatsu, presidente da AGEN. "História do Pensamento Cristão", de Paul Tillich, foi traduzido por Jaci Maraschin. A ASTE fica na rua Rego Freitas, 530 F-13, fone (011) 256-9896.

TEOLOGIA POPULAR

Belém (AGEN) - O Núcleo de Estudos Ecumênicos, do Instituto Universidade Popular (UNIPOP), de Belém, está realizando, desde 10 de agosto, um Curso Ecumênico de Teologia Popular. O reverendo João Dias Araújo, da Igreja Presbiteriana Unida, abriu o Curso, com o tema "Teologia com Povo". O Curso irá até final de novembro, com a conclusão da VIII Unidade. Maiores informações na secretaria da UNIPOP, av. Serzedelo Correa, 514, fone (091) 222-1929, ramal 25, CEP 66.000 - Belém - PA.

CARTILHA DA ARQUIDIOCESE

São Paulo (AGEN) - A Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo lançou uma cartilha sobre as eleições municipais de novembro próximo. Na cartilha, a Comissão Arquidiocesana afirma que a Câmara Municipal de São Paulo, "que já estava bastante desacreditada junto à população, foi completamente desmoralizada no governo janista", através do decurso de prazo, possibilitado pela sistemática retirada do plenário da bancada janista. A cartilha também sustenta que, em São Paulo, a participação popular na definição das políticas públicas "tem sido impedida de várias maneiras e em vários assuntos importantes".

Direitos Humanos

BRASILEIROS PROCURADOS PELA POLÍCIA DO PARAGUAI

Assunção (AGEN) - Um grupo de seis agricultores, membros representantes das 450 famílias de brasileiros da Colônia Zampiere, próxima ao município de Puerto Adelia, no departamento de Canendiyu, no Paraguai, está sendo procurado pela polícia paraguaia desde o dia 17 de julho, quando o juiz Pedro Farias assinou a ordem de captura. A ação contra os agricultores foi em atendimento ao pedido do latifundiário Heins Martins Guthz, de Assis Chateaubriand - Paraná, proprietário de títulos falsos da Colônia e detentor de grandes áreas de terras ao redor das famílias.

A medida forçou os agricultores a fugir da captura, se ausentando da região e deixando suas famílias e toda a Colônia em estado de medo e tensão. Segundo eles, se forem presos não poderão provar sua inocência e muito menos defender a comunidade contra os ataques e ameaças de Martins Guthz.

Caso Zamieres - O caso Zamieres, como é conhecido no Paraguai, atinge mais de 4 mil pessoas, (cerca de 450 famílias), distribuídas em mais de 27 mil hectares há mais de 20 anos. A região, próxima à divisa com o estado do Paraná, foi colonizada por Hugo Zampiere (brasileiro da região de Presidente Prudente - SP) que vendeu as terras para os colonos. Posteriormente, Martins Guths e outros 9 fazendeiros falsificaram vários títulos de terras da Colônia com a ajuda do ex-juiz de paz de Ipejú, Abrahan Rolon, que falsificou assinaturas e expediu os títulos, segundo informações contidas no processo de demanda contra os falsificadores no juizado de primeira instância de oitavo turno em Assuncion, impetrado pela família Zampiere, para anular os documentos falsificados.

De posse dos títulos, os fazendeiros Martins Guthz, Alcides Dias de Oliveira, Emegidio Villejos Galar, Alberto Gurgoin e outros passaram a ameaçar as famílias da Colônia, para que abandonassem suas terras. Estas ações, em sua maioria, têm a conivência de alguns comissários e juízes. Estes aceitam denúncias falsas contra os colonos que são presos freqüentemente e submetidos a maus tratos nas mãos da polícia, além de terem suas plantações destruídas pelos gados das fazendas vizinhas, soltos propositadamente em época de desenvolvimento de safra. Ultimamente as perseguições e ameaças estão atingindo as lideranças das regiões da Colônia, San Sebastian, Cristo Rei, Aparecida e Pozuelo.

As lideranças perseguidas são: Paulino Pancera, paranaense, possuidor de 20 hectares; Santos Grassi, 29 anos, paranaense, tem 20 hectares; Otávio Ramos de Souza, 49 anos, catarinense, 8 filhos, possui 100 hectares, esteve 32 dias preso a mando dos fazendeiros com acusações falsas em Presidente Stroessner; José Augusto Felício, 51 anos, 8 filhos, paranaense, tem 50 hectares; Adolfo Bastian, 28 anos, 3 filhos, catarinense, está na Colônia há 26 anos (ele é um dos 10 filhos de Frederico Bastian, um dos pioneiros da região). Pedro Ayala, 48 anos, 3 filhos, paraguaio e tem 20 hectares, já esteve preso 8 vezes.

"Sabemos como é a prisão. Estamos cansados de sermos humilhados, perseguidos e vermos nossas famílias sem segurança", afirmou Sebastian. Segundo ele, "se formos presos a Colônia vai ficar indefesa e os fazendeiros terão mais força para perseguir os companheiros e obrigá-los a sair da terra. Agora vamos ficar foragidos e buscar apoio das autoridades brasileiras e de entidades que nos possam defender," completou.

Falsificação - O problema com os fazendeiros falsificadores de títulos começou em 1982 e de lá para cá a Colônia sofreu um forte êxodo, que possibilitou o aumento dos latifúndios ao redor dos sítios. "Aqui não importa se é brasileiro ou paraguaio, nós, os pequenos agricultores que produzimos para o consumo da população, estamos sendo invadidos por latifundiários brasileiros, principalmente, e paraguaios. Eles usam de todas as armas e força de influência sobre a justiça" afirmou Pedro Ayala. Para ele a saída é resistir, pois não vão se entregar "para sermos torturados novamente".

No dia 27 de maio, a comissão pediu apoio ao governador do Paraná, Álvaro Dias, e aos deputados Gernote Kirinos, Antonio Belmate, ao bispo auxiliar d. Ladislau Biernaski e à CPT do Paraná. Álvaro Dias, na época, prometeu interferir junto ao governo paraguaio e na embaixada brasileira em Assunção e aos consulados em Salto Guaira e Presidente Stroessner. "Só que até agora não tivemos nenhuma resposta", afirmam os colonos.

O ministro consular do Brasil, Jadiel Ferreira de Oliveira, também foi procurado pelos colonos e de concreto não deu nenhuma solução. Os colonos receberam apenas o telefone "do ministro em Brasília, se a gente precisasse". O programa de Ayuda Cristina - PAC de Hernandarias, através do advogado Eriberto Alegre, tem prestado assistência jurídica aos colonos ameaçados.

Segundo Alegre, o caso depende de uma ação política das autoridades brasileiras em defesa das famílias, como também da classe política. São milhares de emigrantes com cerca de 7 mil crianças que estão produzindo riquezas não só para o Paraguai, e se o Brasil não ajudar a resolver este problema, poderá ter outro maior ainda com o retorno forçado destes brasileiros para sua pátria. O PAC tem gerido também junto ao Instituto de Bien Estar Rural - IBR, (órgão equivalente ao Mirad) que reconhece a legitimidade da comissão vicinal, atualmente foragida. E também junto ao Ministério da Agricultura, ao Itamaraty e alguns parlamentares constituintes brasileiros. O Comitê de Iglesias do Paraguai também tem prestado apoio aos colonos através de seus advogados e religiosos, assim como a Assembléia Permanente pelo Direito à Terra - composta de entidades, estudantes, advogados e partidos políticos. Estas entidades iniciaram no final de agosto uma campanha de apoio popular aos colonos e de denúncia contra as violências cometidas pelos latifundiários contra as famílias. Estas entidades estão solicitando assistência médico-psicológica às famílias das lideranças perseguidas e também uma vigilia religiosa em favor da Colônia. Por outro lado, os camponeses brasileiros, que reclamam estarem sem notícias do Brasil, pedem o apoio das entidades de classe, religiosas e políticas, para que intercedam em seu favor junto às autoridades brasileiras e paraguaias. (Cássia Cortez).

OUTROS COLONOS ESTÃO SENDO AMEAÇADOS

Assunção (AGEN) - Na Colônia Santa Tereza, no Departamento de Alto Paraná, divisa com Foz do Iguaçú, 100 famílias também estão ameaçadas pelo colonizador Eutimio Ioannidis, dono da Colonizadora Greco Paraguaia. A Colônia Santa Tereza foi iniciada em 1968, quando 2 mil famílias de brasileiros emigraram para lá, comprando pequenas áreas.

Em 1971, começaram os problemas com a Colonizadora, que se negou a passar escrituras definitivas aos colonos que iam liquidando suas dívidas. A partir daí, iniciaram as pressões violentas para forçar as famílias a abandonarem suas terras. Hoje são apenas 100 famílias e muitas delas foram obrigadas a comprar várias vezes a mesma terra.

Acenio Emilio Kuffel, natural de Santa Catarina, pai de 11 filhos, está há 20 anos em Santa Tereza. Ele teve todos os seus bens embargados para pagar uma nota promissória falsa (os chamados **pagares**) no valor de 12 mil cruzados, apresentado pelo dono da Colonizadora com sua assinatura falsificada. "Para pagar esta dívida que nunca tive, me tiraram 60 hectares de terra, 200 cabeças de porcos, 20 cabeças de gado, um trator com implementos completos, um caminhão Mercedes semi-novo, a casa do sítio e 25 hectares de lavoura de soja e milho pronta para colher", denunciou Acenio.

Para sobreviver, suas filhas estão trabalhando como empregadas domésticas, os filhos em pequenos serviços e ele está tentando junto à justiça de Assunção rever seus bens, sem muito sucesso.

Da mesma forma outros colonos estão sendo pressionados para deixar a Colônia, conforme afirmam Clemente Kuchiski, há 18 anos em Santa Tereza, Ilário José Bogorny, que está com sua plantação invadida pelo gado do fazendeiro, e José Gomes, baiano há mais de 18 anos na Colônia. Segundo eles, a Colônia está se esvaziando.

"Antes tínhamos uma comunidade ativa, uma igreja onde aos domingos a gente discutia os problemas, tínhamos escolas cheias de crianças e agora estamos cercados de pasto com nossas terras, sendo invadidas pelo gado e cercados de arame. Para sair de suas terras, tem companheiros que são obrigados a pedir permissão para atravessar a cerca e passar nas terras dos fazendeiros", afirmam os agricultores, salientando que muitas famílias já nem reclamam mais com medo de represália.

Situação semelhante estão vivendo 200 famílias da Colônia Nova Marangatu, no Departamento de Canendiyu. (Cássia Cortez)

ENTIDADES DEBATEM DH NO PARAGUAI

Assunção (AGEN) - Em uma promoção da Coordenação de Entidades de Direitos Humanos, realizou-se, de 1º a 3 de setembro, em Assunção, no Paraguai, um encontro sobre "Educação nos Direitos Humanos". A Coordenação reúne a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos do Paraguai, o Comitê de Igrejas, Prodemos e Missão de Amizade.

Cinqüenta pessoas participaram do evento, representando a Argentina, o Chile e o Brasil, que mandou um delegado pelo Clamor, entidade ligada à Arquidiocese de São Paulo.

Como resultado concreto do evento foi publicada a "Carta de Asunción", constatando "a violação dos Direitos Humanos no Paraguai, principalmente no que se refere à situação dos indígenas e camponeses sem terra". O documento também se refere aos "salários insuficientes dos trabalhadores, às detenções ilegais e torturas de presos, e à falta de liberdade".

Finalizando, a "Carta de Asunción", após condenar a recente expulsão do missionário espanhol, padre Juan Antonio de la Vega, exige o seu "imediato retorno". O encontro contou com a presença de d. Melanio Medina e foi encerrado com um culto ecumênico. (Por José Domingos Bragheto)

Movimentos Sociais

UDR AMPLIA ARTICULAÇÃO EM TODOS OS NÍVEIS

São Paulo (AGEN) - A União Democrática Ruralista (UDR) decidiu aplicar dinheiro nas campanhas do PDS, PMDB, PDT, PFL e PL, nas próximas eleições, além de continuar a financiar 290 constituintes que votaram contra a reforma agrária durante os trabalhos do Congresso Constituinte. Já com três ministérios "aliados" no governo Sarney (Indústria e Comércio, Reforma Agrária e Agricultura), a UDR reivindica, agora, representação própria no Ministério da Fazenda, Banco Central e Conselho Monetário Nacional. Entre os partidos, está excluída qualquer ajuda ao PT, PSB, PCB, PC do B e PSDB.

A UDR está cuidando, também, de organizar o seu primeiro estado na República Federativa do Brasil - o do Tocantins -, definindo os seus candidatos a prefeitos, este ano e a governador, em 1990. No próximo ano, a UDR terá, igualmente, uma atuação decisiva no financiamento dos candidatos de direita para a Presidência da República. Os principais aliados da entidade, nessa ofensiva política, são o Movimento Democrático Urbano (MDU), as entidades dos fazendeiros e pecuaristas e a Ação Cívica de Recuperação Nacional (ACRN), dirigida por Herbert Levy.

Outras prioridades da UDR, a partir de agora, serão as constituintes estaduais e o processo de elaboração das leis orgânicas municipais. A posição de Ronaldo Caiado, líder da UDR, é a de infiltrar uderristas em todos os espaços possíveis.

ESTES PARLAMENTARES UNIRAM-SE À UDR, CONTRA A REFORMA AGRÁRIA

Brasília (AGEN) - Esta é a bancada que se aliou à UDR e votou contra a reforma agrária no Congresso Nacional: Alércio Dias, Aloysio Chaves, Amílcar Moreira, Adauto Pereira, Antônio Ueno, Álvaro Pacheco, Agripino de Oliveira, Antônio Salim Curiati, Arnold Fioravanti, Adolpho de Oliveira, Adroaldo Streck, Adylson Motta, Aécio de Borba, Afonso Sancho, Airton Cordeiro, Alarico Abib, Albano Franco, Alberico Filho, Alceni Guerra, Alexandre Costa, Alfredo Campos, Aloísio Vasconcelos, Aloysio Teixeira, Aluizio Campos, Alysson Paulinelli, Amaral Netto, Ângelo Magalhães, Annibal Barcellos, Antônio Carlos Franco, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio Carlos Mendes Thame, Antônio de Jesus, Antônio Ferreira, Arnaldo Martins, Arnaldo Moraes, Arnaldo Prieto, Arolde de Oliveira, Artenir Werner, Asdrúbal Bentes, Assis Canuto, Átila Lira, Alexandre Puzyna.

Bosco França, Basílio Villani, Benito Gama, Bezerra de Melo, Bonifácio de Andrada; Carlos de Carli, César Cals Neto, Carlos Vinagre, Cardoso Alves, Cleonâncio Fonseca, Carlos Alberto, Carlos Benevides, Carlos Chiarelli, Carlos Sant'Anna, Chico Humberto, Cristovam Chiaradia, Cláudio Ávila, Costa Ferreira, Cunha Bueno.

Davi Alves, Dalton Canabrava, Darcy Deitos, Darcy Pozza, Daso Coimbra, Delfim Netto, Délio Brás, Denisard Arneiro, Dionísio dal Prá, Dionísio Hage, Divaldo Suruagy, Djenal Gonçalves, Domingos Juvenil.

Edvaldo Holanda, Edson Lobão, Edme Tavares, Eduardo Moreira, Elias Murad, Eliel Rodrigues, Eliezer Moreira, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Érico Pegoraro, Erwin Bonkoski, Etevaldo Nogueira, Eunice Michiles, Evaldo Gonçalves, Expedito Machado, Ézio Ferreira.

Fernando Cunha, Feres Nader, Fábio Raunheitti, Fausto Fernandes, Fausto Rocha, Felippe Mendes, Flávio Palmier, Flávio Rocha, Francisco Benjamin, Francisco Carneiro, Francisco Coelho, Francisco Dias, Francisco Diógenes, Francisco Dornelles, Francisco Rollemberg, Francisco Sales, Furtado Leite.

Geraldo Fleming, Guilherme Afif Domingos, Gidel Dantas, Genésio Bernardino, Gustavo de Faria, Gandhi Jamil, Gastone Righi, Geovani Bulhões, Gilson Machado, Hélio Costa, Hilário Braun, Homero Santos, Humberto Souto, Ivo Cersosino, Iberê Ferreira, Inocêncio de Oliveira, Irapuan Costa Jr., Ivo Vanderlinde.

Jairo Azi, João Alves, Jovanni Masini, José Mendonça, Jesus Tajra, Jorge Leite, José Camargo, João Rollemberg, Jacy Scanagatta, Jairo Carneiro, Jalle Fontoura, Jarbas Passarinho, Jayme Pagliarin, Jesualdo Cavalcanti, João Calmon, João Carlos Bacellar, João Castello, João da Mata, João de Deus Antunes, João Lobo, João Menezes, João Natal, João Rezek, Joaquim Haickel, Joaquim Sucena, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Jorge Arbage, Jorge Bornhausen, Jorge Vianna, José Agripino, José Carlos Coutinho, José Carlos Martinez, José Egreja, José Elias, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Luís de Sá, José Luís Maia, José Melo, José Moura, José Santana de Vasconcellos, José Tavares, José Teixeira, José Tinoco, José Yunes, Júlio Campos.

Leopoldo Bessone, Lael Varella, Lavoisier Maia, Leur Lomanto, Levy Dias, Louremberg Rocha, Lourival Baptista, Lúcia Vânia, Luís Eduardo, Luís Roberto Ponte, Luís Marcos, Luís Soyer, Luís Vianna, Maguito Vilela, Maluli Netto, Manuel Castro, Marco Maciel, Marcondes Gadelha, Marluce Pinto, Matheus Iensen, Maurício Nasser, Maurício Pádua, Mauro Borges, Mauro Miranda, Max Rosseman, Meira Filho, Mello Reis, Mello Freire, Messias Goes, Messias Soares, Michel Temer, Naftali Alves, Narciso Mendes, Nilson Gibson, Nion Albernaz, Nider Barbosa, Orlando Bezerra, Orlando Pacheco, Oscar Correia, Osmar Leitão, Osvaldo Bender, Osvaldo Sobrinho, Osvaldo Almeida, Oswaldo Trevisan, Ottomar Pinto.

Paes Landim, Paulo Almada, Paulo Macarini, Paulo Mincarone, Paulo Pimentel, Paulo Roberto Cunha, Pedro Canedo, Pedro Ceolin, Rachid Saldanha Derzi, Raimundo Lira, Raimundo Resende, Renato Johnson, Ricardo Fiuza, Ricardo Izar, Rita Furtado, Roberto Augusto, Roberto Balestra, Roberto Campos, Roberto Torres, Roberto Vital, Rodrigues Palma, Ronaro Correia, Rosa Prata, Rosário Congronetto, Róspide Netto, Rubem Branquinho, Rubem Medina, Rubem Figueiredo, Ruberval Piloto, Sandra Cavalcanti, Santinho Furtado, Sérgio Naya, Sílvio Abreu, Siqueira Campos, Solon Borges, Stélio Dias, Telmo Kirst, Theodoro Mendes, Tito Costa, Ubiratan Spinelli, Victor Faccioni, Victor Fontana, Victor Trovão, Vinícius Cansanção, Virgílio Galassi, Waldeck Ornellas, Vingt Rosado. (Fontes: INESC e Folha de S. Paulo).

Terra

ANISTIA DENUNCIA MASSACRE DE CAMPONESES NO BRASIL

São Paulo (AGEN) - A Anistia Internacional, organização de direitos humanos com sede em Londres, divulgou dois relatórios no último dia 8 afirmando que, desde 1980, mais de 1000 camponeses, assessores, agentes pastorais e sindicalistas rurais foram assassinados no meio rural brasileiro. Os documentos dizem, depois, que a violência no campo torna-se cada vez mais seletiva e que os latifundiários organizam milícias de pistoleiros e policiais para executarem os camponeses e seus aliados.

Na mesma data, a Anistia enviou um apelo ao presidente José Sarney pedindo-lhe que adote medidas urgentes "para que cesse a onda de terror e as execuções de camponeses", sobretudo no Norte do país. A Anistia enviou duas delegações ao Brasil em 1986 e 1987. Desde 1980, vem recebendo denúncias sobre a violência contra camponeses no campo brasileiro.

"A maior parte das vítimas - diz a Anistia - tem sido formada por camponeses e índios. Porém, nos últimos anos, sindicalistas, padres, freiras, agentes pastorais e advogados também têm sido seletivamente assassinados e ameaçados de morte por trabalharem em favor de camponeses e índios".

A Anistia afirma que só tem conhecimento de três casos em que alguns dos culpados foram condenados e punidos. Os relatórios citam a UDR entre as entidades acusadas de patrocinar o extermínio de lavradores.

DE JANEIRO A AGOSTO, 47 ASSASSINATOS NO CAMPO

Goiânia (AGEN-CPT) - De acordo com os últimos dados computados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), 47 pessoas foram assassinadas no meio rural brasileiro, de janeiro até 10 de agosto último, em conflitos ligados ao uso e à posse da terra. Desse total, 14 foram índios ticuna assassinados por latifundiários no município de Benjamin Constant, no Amazonas, em 28 de março último.

As demais vítimas foram 13 lavradores no Pará, 3 em Minas Gerais, 3 na Bahia, 4 no Maranhão, 2 no Mato Grosso e 2 no Ceará, além de um em Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Acre, Goiás e Roraima. A CPT considera, também, como vítimas de assassinatos (pela omissão das autoridades) os 27 trabalhadores rurais bóias-frias que morreram em acidentes de trânsito, de janeiro a 19 de abril deste ano, quando iam ou voltavam do trabalho.

É importante destacar que as informações sobre assassinatos de lavradores chegam com demora à sede nacional da CPT em Goiânia. Dados sobre violência no campo são, também, recolhidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e por órgãos do próprio governo, como o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário.

INJUSTIÇA É A RAIZ DA VIOLÊNCIA, DIZ D. GREGORY

Imperatriz, Goiânia e São Paulo (AGEN) - "Enquanto a estrutura agrária brasileira continuar como está - com 1% dos proprietários acumulando ao redor da metade das terras ocupadas, enquanto milhões de lavradores não têm terra, num país tão grande como este, a violência fundiária só tende a aumentar". A afirmação é do bispo de Imperatriz (MA), d. Afonso Felipe Gregory, responsável pela Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Comentando o dossiê da Anistia Internacional sobre a violência no campo brasileiro, d. Afonso afirmou, no último dia 8, que "é difícil pensar em paz no meio rural do Brasil, enquanto a terra continuar distribuída de forma injusta".

Já o secretário executivo da CPT, padre Ermano Allegri, disse que os relatórios da Anistia "colocam em crise a estrutura da Justiça brasileira e confirmam as denúncias que a Pastoral da Terra, o Movimento dos Sem Terra e outras entidades da sociedade civil, vêm fazendo sobre a violência no campo". Destacou o "absurdo" do capítulo da nova Constituição que impede uma verdadeira reforma agrária. E observou que os dados da Anistia "impõem, sobretudo às lideranças dos trabalhadores rurais, a obrigação de pensarem em como defender as suas vidas"

DIRIGENTE DOS SEM TERRA APONTA CAUSAS DA VIOLÊNCIA

São Paulo (AGEN) - A violência fundiária no Brasil tem pelo menos quatro causas principais, na opinião do lavrador Egídio Brunetto, 29, catarinense, da executiva nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTST). A primeira, segundo Brunetto, "é a injusta concentração de terras, usadas apenas para a especulação e não para a produção". A segunda é "a organização dos latifundiários, em verdadeiros esquemas paramilitares (reunindo a UDR, os sindicatos dos crimes, os pistoleiros) que funcionam livre e abertamente".

A terceira causa, na opinião do dirigente dos Sem Terra, "é a impunidade total que os assassinos e, principalmente, os mandantes dos crimes, possuem diante das autoridades policiais e judiciárias". E a quarta causa "é a total omissão e conivência dos governos, dos militares até o atual, da 'nova república', com esses responsáveis pela violência".

Para Egídio Brunetto, "enquanto essas causas não forem atacadas e enquanto não for feita a reforma agrária", a violência "continuará e aumentará em todo o país".

Especial

MOMENTO ECLESIAL BRASILEIRO

REFLEXÃO PREPARADA PELO CIMI, ACO, CPT, JOC E SPM RELATIVA AO PERÍODO JUNHO-AGOSTO DE 1988

Leigos exigem maior participação - Ao encerrar o Concílio Vaticano II abriu-se a nível de Igreja, um espaço que possibilitaria uma participação efetiva dos leigos em seu interior. Ao mesmo tempo, os espaços de participação na organização da sociedade brasileira foram trancados.

Neste contexto, a Igreja desempenhou um papel de singular importância, traduzindo-se ela mesma, num espaço privilegiado de participação, quer em seu campo específico (CEB's); quer no âmbito da sociedade (movimentos populares, associações, etc).

Hoje entretanto, o processo tende a ser inverso: enquanto o avanço da organização da sociedade possibilita uma maior participação, no interior da Igreja ocorreram fatos que apontam numa outra direção.

Leigos fazem abaixo-assinado e revelam suas preocupações

Por isso, os leigos, conscientes de seu papel e responsabilidade na caminhada da Igreja, através do CNL (Conselho Nacional de Leigos), julgaram urgente e necessário manifestar com um abaixo-assinado sua preocupação frente a fatos, tais como:

- o processo unilateral como ocorrem as nomeações e transferências de bispos;
- a formação de religiosos nem sempre voltada a contemplar o clamor do povo;
- as restrições freqüentes contra a Teologia da Libertação; e
- os estudos em andamento no Vaticano para a divisão da Arquidiocese de São Paulo sem prévia consulta às comunidades envolvidas.

Ressalta-se que tais acontecimentos não correspondem à orientação e à prática da CNBB. Este abaixo-assinado foi um meio para levar propostas e despertou o interesse e a consciência dos leigos para renovar a perspectiva da sua presença e da sua atividade na igreja. A postura da CNL mostra a convicção de que a participação dos leigos, a vida da igreja deve avançar para o interior das discussões e decisões da própria igreja.

O governo contra a evangelização dos povos indígenas - De dezembro de 1986 até hoje, vinte missionários foram oficialmente expulsos ou proibidos de ingressarem nas áreas indígenas onde atuavam. Ao mesmo tempo, permite-se a entrada em terras indígenas de garimpeiros, empresas de mineração, madeireiras, grileiros e jagunços. Os missinários expulsos tem sido vítimas das mais diversas acusações, nenhuma das quais, porém, jamais foi comprovada.

Tudo leva a crer que o afastamento dos missionários tem por objetivo permitir a invasão de terras dos índios, sem testemunhas que incomodem.

Restrições aos missionários querem facilitar invasão das terras dos índios

Desde o início do atual Governo, a Igreja Missionária vem constatando a continuidade de práticas autoritárias na política indigenista oficial e vem denunciando o roubo das riquezas das terras indígenas, a cooptação de lideranças e o atrelamento da questão indígena ao Conselho de Segurança Nacional, que frontalmente vem se opondo ao trabalho da Igreja em tais áreas.

Este procedimento, obviamente, é fruto também da articulação de grupos econômicos ligados à exploração de minérios.

Mais recentemente, no dia 06 de julho último, a presidência da FUNAI assinou uma portaria regulamentando o ingresso de pesquisadores, missionários e documentaristas em áreas indígenas: missionários que atuavam no Vale do Javari (AM), Missão Catrimâni (RR), Área Indígena Waimiri - Atroari, dentre outros, foram impedidos de realizar seu trabalho.

Não é por acaso que muitos missionários foram mortos nos últimos anos e tantos outros vem sendo perseguidos.

Este governo que tem a pretenção de ser democrático, deve ser questionado sobre a restrição do direito de ir e vir.

Questiona-se ainda a proibição à Igreja, de realizar livremente seu trabalho Pastoral. O compromisso da Igreja é com os Povos Indígenas e a eles deve servir, independente de portarias autoritárias, ou de medidas repressivas.

Neste sentido, o caminho a ser seguido pela Igreja, para garantir seu trabalho pastoral, é o de oposição às arbitrariedades da FUNAI, do Conselho de Segurança Nacional e do Governo, mas, ao mesmo tempo, ela **deve criar novas alternativas para o trabalho de evangelização nas áreas onde tem sua entrada proibida**.

Mudanças no regional nordeste II (PE, PB, AL, RN.) - Anos atrás, "a Igreja do Nordeste" era sinônimo de Igreja presente no sofrimento e na luta do povo. Ao longo desses anos a situação econômica, as secas e a falta de reformas sociais, levaram as pastorais a descobrir novos caminhos de evangelização.

A nível de hierarquia alguns bispos, nomeados nos últimos anos, não conheceram este amadurecimento da Igreja do Nordeste e, em outubro de 87 a eleição da nova presidência do Regional NE II da CNBB, marcou uma mudança profunda.

Os bispos da "nova gestão" foram tomando uma série de medidas repressivas:

- em abril afastaram do cargo o subsecretário do Regional;
- em maio saiu uma carta aberta contra as pastorais que se manifestaram em favor do sub-secretário demitido;

No Nordeste, tentativa de retrocesso na caminhada da Igreja com o povo

- na mesma carta, há uma forte investida contra o assessor das CEBs;
- em julho, os membros da assessoria e de outras pastorais foram intimadas, por carta, a responder a uma série de perguntas;
- no dia 3 de agosto os 4 membros da coordenação da Pastoral Rural foram demitidos com a ordem de desalojar a sala em 20 minutos. As causas dessas demissões foram: a sonegação de informação aos bispos, o engajamento com entidades de classe e a pastoral independente;
- dois dias depois, D. José Cardoso, presidente do Regional, entregou uma "nota explicativa" à imprensa acusando a Pastoral Rural de desvio de verbas e insubordinação;
- nos dias sucessivos, houve mais demissões de agentes e assessores.

Estes fatos - entre outros - mostram que, a nova presidência do NE II só tomou medidas repressivas em relação a pessoas e pastorais. O resultado foi de se isolarem dentro do conjunto do regional e dos setores populares mais sofridos.

Um fato positivo, porém, está acontecendo: para não deixar as coisas acontecerem, as pastorais e os assessores do NE II assumiram juntos este difícil momento da vida da Igreja. Divulgaram um documento onde, com profundo espírito eclesial, deram uma explicação dos acontecimentos às Igrejas e à opinião pública: nele convidaram a igreja toda a refletir e a renovar a comunhão na mesma fé, para continuar a servir o povo oprimido. Ao mesmo tempo fortaleceram a unidade entre si e com outros bispos do regional para garantir a continuidade do trabalho, para construir relações mais evangélicas na igreja e evitar desânimo e vitimismo sem saída.

Analisando a vida interna da Igreja, nos perguntamos: "Como o exercício da autoridade deve se renovar para ser um serviço à unidade e à verdade?" E ainda: "Qual a instância a que pastorais ou comunidades podem apelar para debater e, eventualmente, julgar situações tão sofridas?"

Há situações hoje na Igreja que exigem algum mecanismo novo que ajude a procurar o caminho da comunhão. Porque, como a caridade é superior, mas pressupõe a justiça, assim a comunhão

(continuação da página anterior)

não pode prescindir de uma participação mais ampla.

As mudanças e os acontecimentos do regional NE II são espelho do que poderá acontecer com outros regionais. Como evitar isso? Das respostas a esta pergunta vai depender a ESPERANÇA de muita gente.

NAS IGREJAS EVANGÉLICAS

Protesto contra atuação de parlamentares evangélicos - Está crescendo de forma salutar a reação das igrejas evangélicas contra as posições que a maioria dos chamados deputados evangélicos tem assumido na Assembléia Constituinte, votando contra os interesses populares e em troca de favores pessoais. No Rio de Janeiro, a liderança evangélica convocou uma entrevista coletiva à imprensa, no dia 15 de agosto, na sede da ABI, para expressar seu repúdio a essas posições. Representantes das igrejas luterana, metodista, episcopal, presbiteriana, batista, congregacional, pentecostal afirmaram que esse comportamento fisiológico dos deputados não corresponde, nem aos ideais, nem a ética dos princípios dos evangélicos e que não consideram legítimo o ressurgimento da Confederação Evangélica do Brasil, da forma como foi constituída. Compareceram à entrevista mais de 50 pastores, que refletiam a opinião de suas congregações. Dom Mauro Morelli, bispo de Caxias, compareceu ao encontro prestando sua solidariedade às igrejas evangélicas. A imprensa do Rio e São Paulo deu boa cobertura ao evento.

Anglicanos e ordenação feminina - Tendo a ordenação feminina como o assunto mais polêmico, realizou-se na Inglaterra, de 16 de julho a 7 de agosto, a 12ª Conferência de Lambeth. Reunindo bispos da Comunhão Anglicana do mundo inteiro, ela desenvolveu-se através de quatro linhas temáticas: **Missão e ministério, Dogmática e questões pastorais, Ecumenismo e cristianismo e Ordem social**. Com base nessas linhas, vários assuntos foram discutidos, entre eles, Aids, África do Sul e Oriente Médio e, sobretudo, a questão da ordenação feminina.

Até o momento, cinco das 29 províncias da Comunhão Anglicana já ordenam mulheres. Entre as cinco está a Igreja Episcopal do Brasil, que reúne os anglicanos brasileiros. Isso é possível porque as províncias são autônomas para decidir sobre questões canônicas, tendo como princípio "a unidade na diversidade". Embora não tenham poder legislativo, as resoluções da Conferência de Lambeth exercem grande influência na vida das províncias.

Na discussão sobre a ordenação feminina, havia inclusive a possibilidade de um cisma. Após duas concorridas sessões plenárias, a resolução que permite às províncias **ordenarem ou não** mulheres ao presbiterado e ao episcopado foi aprovada por 432 votos a favor, 28 contra e 19 abstenções. Foi também decidido que o arcebispo de Cantuária, Robert Runcie, forme uma comissão para estudar o relacionamento entre as províncias que ordenam e as que não ordenam mulheres, com a finalidade de superar os problemas surgidos com essa prática.

Evangélicos reagem contra conchavos entre a CEB e a "nova república"

O bispo de Londres, d. Graham Leonard, um conhecido oponente da ordenação feminina, disse que, não obstante sua posição contrária, podia aplicar a resolução, porque ela mantém a autonomia das províncias e reconhece que a Comunhão Anglicana pode conviver com suas diferenças. O arcebispo sul-africano Desmond Tutu falou que a não aprovação da resolução seria "uma injustiça". E exortou as mulheres, dizendo: "Precisamos de vocês, irmãs, para nos ajudar"

Para o teólogo brasileiro Jaci Maraschin, que participou da conferência como assessor, a resolução "está dentro da experiência anglicana de conviver com diferentes linhas teológicas e pastorais" Embora não traga nenhuma novidade à Igreja brasileira, ela reforça, contudo, a necessidade de nos entendermos, como família eclesiástica, à luz desse "pluralismo". Para o teólogo brasileiro, a resolução "deixa, no plano ecumênico, mais claro quem de fato são os anglicanos e como devem ser encarados pelas outras Igrejas".

Avanço do movimento ecumênico - O Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas reuniu-se, no mês de agosto, em Hanover, Alemanha Ocidental, para traçar as linhas das suas atividades nos próximos anos. A temática principal do Conselho se consubstancia na proposta "Justiça, Paz e Integridade da Criação". Foi recentemente eleito para o Comitê Central do CMI o jovem pastor metodista brasileiro Jorge Luiz Domingues, que integra com o pastor luterano Meinhard Piskie a representação brasileira. A temática principal da próxima assembléia geral do Conselho, que se vai realizar na Austrália, em 1992, vai ser o "Espírito Santo".

Realizou-se em Quito, de 19 a 23 de julho, o Encontro Latino-Americano e Caribenho de Organismos Ecumênicos. Estiveram representantes de mais de 90 grupos de 19 países. Discutiu-se a perspectiva ecumênica para os próximos anos. Do Brasil, participaram 14 entidades.

"Igreja a caminho de uma esperança solidária" é o lema da II Assembléia Geral do Conselho Latino-Americano de Igrejas (28 de outubro a 2 de novembro) a realizar-se em Itaici - São Paulo. Serão mais de 400 participantes de toda a América Latina que estarão juntos refletindo sobre o papel das Igrejas na América Latina.

Política

NOVA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA SERÁ PROMULGADA DIA 5 DE OUTUBRO

Brasília (AGEN) - A nova Constituição brasileira será promulgada no dia 5 de outubro próximo, no Congresso Nacional, em Brasília, na presença de autoridades brasileiras e estrangeiras. A nova Carta contém avanços significativos no campo dos direitos individuais, sociais, econômicos e políticos. Mas a sua falha mais grave refere-se à questão da terra, impedindo a reforma agrária em latifúndios considerados "produtivos".

Quanto aos direitos do cidadão, a nova Constituição inclui a prisão apenas em flagrante delito ou por ordem judicial escrita e fundamentada de autoridade competente; o racismo, a tortura, o tráfico de entorpecentes, o terrorismo e crimes hediondos como crimes inafiançáveis; o fim da censura; o habeas data (garantindo ao cidadão conhecer dados a seu respeito nos bancos de dados governamentais ou de caráter público); o mandado de injução (a ser impetrado sempre que, por falta de norma regulamentadora, um direito constitucional não possa ser exercido) e o mandado de segurança coletivo (a ser impetrado por partidos políticos, organização sindical, entidades de classe ou associações, quando se sentirem lesadas em seus direitos).

Na legislação trabalhista, a Carta impõe grandes mudanças: jornada semanal de 44 horas; hora extra paga,no mínimo, 50% acima da normal; licença à gestante de 120 dias; multa de 40% sobre o FGTS nas demissões; direito irrestrito de greve, inclusive nos setores essenciais e no serviço público. A partir de agora, os sindicatos passam a ser autônomos com relação ao Estado. Mantevese, também, o princípio da unicidade sindical.

Os jovens votarão aos 16 anos, a partir de 1989, quando deverá ser eleito o próximo Presidente da República. A destacar, também, a participação direta dos eleitores no processo legislativo. Sem esperar pela iniciativa dos parlamentares, um conjunto de 700 mil eleitores, em pelo menos cinco estados, pode propor projetos de lei diretamente ao Congresso Nacional. A criação de partidos políticos será livre, desde que sejam garantidas a soberania nacional, o pluripartidarismo e os direitos humanos.

(continuação da primeira página)

Divergências - No primeiro dia de discussões, as divergências entre as várias correntes que compõem a CUT ficou evidente e chegou a preocupar alguns líderes sindicais, que faziam apelos à unidade do Congresso. A discussão do regimento interno e a escolha da tese guia (foi escolhida a tese nº 10, da corrente "Articulação"), que teve como objetivo nortear as discussões dos delegados durante os trabalhos, foram os pontos mais polêmicos do início do 3º Concut, só superados mais tarde pela discussão dos estatutos e a eleição da nova diretoria. Entre as decisões importantes do 3º Concut, os sindicalistas decidiram denunciar o caráter conservador da nova Constituição, em alguns aspectos, como a reforma agrária, e se manifestaram contrários a participação da CUT nas negociações do pacto social. Foi aprovada, ainda, a mudança dos estatutos da CUT, conforme proposta do grupo "Articulação", que, entre outras coisas, aumentou o mandato da direção de dois para três anos.

Eleições - Com os votos de 3 mil 557 (60%) dos 5 mil 961 delegados votantes no 3º Concut, o líder sindical Jair Meneguelli foi eleito para seu terceiro mandato consecutivo como presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Meneguelli encabeçou a chapa 2, da corrente "Articulação", que fez 50 dos 83 integrantes do Diretório Nacional e ocupará 9 dos 15 cargos da executiva da CUT. Disputaram, ainda, as eleições, outras duas chapas. A chapa 1, "Cut é pra lutar", que conseguiu 961 votos (16%), elegendo 14 representantes para a Direção Nacional e 2 para a executiva da entidade. A terceira chapa era formada por membros da corrente "Cut pela Base", e teve 1 mil 368 votos (23%), conseguindo 19 membros na Direção Nacional e 4 cargos na executiva da CUT. Os principais cargos da executiva da Central serão ocupados por representantes da corrente "Articulação": Avelino Ganzer, vice-presidente; Gilmar Carneiro, secretário geral; Oswaldo Bargas, secretário de Relações Internacionais e Jorge Lorenzetti, secretário de Formação Política da Central. A composição da nova direção da CUT, como explicou o próprio Jair Meneguelli, é praticamente a mesma da executiva anterior, e só deve mudar em 1991 **(Flademir Araújo, de Belo Horizonte). Leia mais sobre o 3º Concut nas próximas edições deste Boletim.**

Quero assinar o boletim semanal da AGEN. Por isso envio o cheque ou vale postal no valor de Cz$ 2.500,00 (individual) ou Cz$ 2.500,00 (entidades).

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ *CEP* _____

Cidade _____ *Estado* _____

País _____ *Número do cheque ou vale postal* _____

Telefone _____

Assi natura _____ *Data* _____

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Reg. Prof. Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro Soares Martins (Reg. Prof. Mtb 17.572)
Redação: Flademir Araújo

Correspondentes e **Colaboradores**: Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs e Liliana Lavoratti (Porto Alegre, RS), Rosa Dalla Costa (Francisco Beltrão, PR), Valdemar de Oliveira Neto (Recife, PE), José Anchieta Ferreira (Linhares, ES), Maria Alzira Fritzen (Manaus, AM), Galeno Amorim (Se nho, SP), Fernando Sopelsa (Zon São Paulo, SP), José Lourenço (Grande ABC, SP), Newton Isaac Akcelrud (comentarista: cionais), Attilio Hartmann (Quito, dor), José Subirats (La Paz, Bolívia), Roberto Codas Friedmann (América Central), Beltrina Corte (Bogotá, Colômbia), Guilherme Salgado Rocha (São Paulo, SP) e Juan Pezzutto (São Paulo, SP).

Divulgação e **contatos**: Pe. José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Rev. Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN
Paste up: Jorge Mariano
Impressão: Gráfica Peres Ltda.

DIRETORIA

Presidente: D. Sumio Takatsu
Vice-Presidente: Frei José de Rezende Ribeiro - O.P.
Secretário: Paulo Maldos
Tesoureiro: José Lourenço Pechtoll

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMENICA
TELEX: 11 25824 AECN-BR

METRO-LUZ 20 IX 88 SÃO PAULO-SP

BRASIL Cr$ =15,50 M.6755 F.21398

00002 1003-89 SEM
CN/MNDDH REGIONAL LESTE I
R.CAPITAO CHAVES 60 RJ
26000 NOVA IGUACU

IMPRESSO

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

IGREJAS

Injustiça faz sofrer a América Latina, diz Brakemeier pág 2
IECLB prepara plano de missão para o ano 2000 pág 2

DIREITOS HUMANOS

Anistia vê "panorama lamentável" no relatório de 1987 pág 3
Itabira reflete sobre a Pastoral Carcerária pág 3
Esquivel é proibido de entrar no Chile pág 3

AMÉRICA LATINA

Estudantes uruguaios querem demissão de ministro pág 7
Dirigentes de CEBs analisam luta em El Salvador pág 7

MEMÓRIA

Nativo foi assassinado há 3 anos pág 8

ESPECIAL

A firmeza de d.Pedro Casaldáliga e a repercussão nacional e internacional diante da tentativa de setores conservadores do Vaticano de silenciá-lo, conseguiram pôr um freio a uma medida autoritária contra o bispo-profeta de S.Félix. A partir da página 4 a AGEN publica o testemunho de d.Casaldáliga sobre sua visita "ad limina", em junho último.



Recife (AGEN) - Campanhas nacionais a favor da Paz na América Central, contra o intervencionismo norte-americano, foram prioridades escolhidas no sétimo Encontro de Solidariedade encerrado no último dia 2 de outubro, por diversos comitês de solidariedade, em Recife (PE).



Os povos indígenas, organizados, pressionaram o Congresso Constituinte e obtiveram importantes avanços em sua luta pela autodeterminação. Foto ADIRP/Guilherme Rangel.

REAÇÃO DE CASALDÁLIGA E APOIO DA OPINIÃO PÚBLICA FRUSTRAM TENTATIVA DE "SILÊNCIO"

São Paulo (AGEN) - A recente tentativa das congregações vaticanas para a Doutrina da Fé e para os Bispos de silenciar, através de uma "Intimação", o bispo de S.Félix do Araguaia, d.Pedro Casaldáliga, foi frustrada por dois fatores principais: a reação firme do bispo-poeta dos índios e lavradores e a repercussão obtida pelo caso na opinião pública nacional e internacional. Os cardeais Ratzinger e Gantin e o Núncio Apostólico (embaixador do papa) em Brasília, d.Carlo Furno (além de todos os personagens, dentro e fora da Igreja, que queriam ver Pedro silenciado) não contavam com esses dados.

O esquema punitivo era simples: d.Pedro assinaria a "Intimação" e ficaria limitado na sua liberdade de atuação pastoral. Ao mesmo tempo, o mundo todo já saberia, através da Rede Globo, que ele havia sido castigado. Houve até cardeais, como d.Eugênio Sales, do Rio e d.José Falcão, de Brasília, que deram o fato como consumado. A Folha de S.Paulo publicou a notícia sobre a punição na mesma data em que O Globo a deu, por um motivo: a reportagem da Folha também tem suas fontes nas Organizações Globo. Mas o plano original era o de que a notícia saísse somente nos meios de comunicação de Roberto Marinho.

Versão da CNBB - Segundo o presidente da CNBB, d.Luciano Mendes, a Santa Sé "advertiu" d.Pedro "lembrando suas obrigações no exercício sacerdotal e episcopal: ao fazer pronunciamentos, atenha-se às orientações dadas pela Santa Sé; ao aprovar textos catequéticos para publicação, evite aprovar escritos que tragam dano à ortodoxia da fé e aos bons costumes; ao fazer celebrações litúrgicas, que essas celebrações não tenham fins sócio-políticos; não viajar sem entrar em contato com os bispos do lugar, sobretudo na Nunciatura e na América Central".

Quando d.Pedro esteve em Roma, há três meses, foi advertido por um dos monsenhores da Cúria Romana de que deve, ainda, aguardar os resultados de um relatório sobre uma inspeção feita à sua prelazia, há nove anos, por d.José Freire Falcão. Parece evidente que há setores curiais querendo silenciar Casaldáliga. Os principais motivos são estes: seu apoio à causa centro-americana e nicaragüense e sua fidelidade à Teologia da Libertação. Ambos os compromissos de d.Pedro ferem os interesses imperiais. (DA)

Boletim Nº 123 - 06 de outubro de 1988.

AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 1125824 AECN-BR

INJUSTIÇA FAZ SOFRER A AMÉRICA LATINA, DIZ BRAKEMEIER

Porto Alegre (AGEN-IECLB) - As três prioridades da IECLB até 1990 - "Nossa identidade luterana", "Edificar comunidade na área rural e urbana" e "Justiça e responsabilidade social" - ocupam amplo espaço no relatório do pastor presidente Gottfried Brakemeier ao XVI Concílio Geral. "Uma das maiores fontes de sofrimento em nosso continente latino-americano é a injustiça", escreve Brakemeier, acrescentando que "Deus quer a convivência das pessoas numa ordem social justa, condição imprescindível da paz". Por isso, a Igreja se envolve em questões políticas.

Admite, contudo, que é preciso trabalhar o conceito de justiça com o fim de obter critérios, assim como é preciso perguntar se o empenho por justiça inclui obrigatoriamente determinada opção ideológica. "Que o capitalismo brasileiro é injusto, é óbvio e facilmente demonstrável. Faltam, porém, análises críticas do socialismo. A identificação de capitalismo com injustiça e de socialismo com justiça corre o risco de perigosas ilusões. Justiça deve ser o critério de todos os sistemas e de todas as ideologias", define o pastor presidente.

Esta prioridade coloca em pauta o compromisso diaconal da Igreja. "Cuidar do bem do próximo e servir-lhe com os recursos disponíveis é dever do amor inerente à fé. Mais do que nunca, porém, exige-se do amor não só o sentimento misericordioso, exige-se, também, o raciocínio crítico capaz de detectar os mecanismos produtores de sofrimento em nossa sociedade", analisa o relatório. Isto não significa, contudo, que a assistência caritativa fosse obsoleta. "Há formas de sofrimento que somente mediante assistência pessoal e mútua podem ser superadas ou atenuadas", assinala.

Reforma permanente - A identidade luterana, a primeira prioridade, busca uma definição mais precisa do que é próprio da IECLB. "Ter a identidade definida é condição de saúde de toda pessoa. Também o é de uma Igreja", destaca o pastor presidente. Esta busca não leva a um enclausuramento doutrinal. "O que buscamos é ser Igreja realmente evangélica - e isto na comunhão de todos os imbuídos do mesmo propósito". O engajamento ecumênico da IECLB, portanto, não sofre prejuízo.

Espera-se que o exame das bases confessionais brinde a IECLB com critérios orientadores do seu discurso e de sua práxis. Brakemeier vê a necessidade de uma verdadeira avaliação luterana da Teologia da Libertação, também uma averiguação, confessionalmente, da tradição pietista, das influências batistas, carismáticas e outras que se fazem sentir na Igreja. A pergunta pela identidade, em todos os casos, não cabe ser respondida apenas por teólogos, direção da Igreja ou especialistas. Requer "o esforço conjunto e é uma implicação da permanente reforma, da qual a Igreja de Jesus Cristo está incumbida".

Distinções necessárias - Refletir sobre a natureza da comunidade cristã é o que vem implícito na segunda prioridade, - "Edificar comunidade na área urbana e rural" - urgente na IECLB. Em que aspectos uma comunidade cristã se distingue de um clube ou de um partido político? "A 'igreja clube' - analisa o pastor presidente no seu relatório - exclui os membros incapazes de saldar a contribuição; a 'igreja decidida' exclui os membros considerados não convertidos; a 'igreja povo' exclui os membros tidos como burgueses. Isto, graças a Deus, não é realidade geral na IECLB, mas algo disto existe", admite.

Para Brakemeier, a comunidade de fato é necessária. "A tendência à privatização de todos os setores da vida vitimou também o Evangelho, reduzindo-lhe a função, não raro, ao mero atendimento de necessidades religiosas individuais e moralização das pessoas. É bom não esquecer que o Evangelho transforma indivíduos em irmãs e irmãos, respectivamente em membros do mesmo corpo. Da mesma forma, a comunidade sofre prejuízo sempre que se constituir como classe social, unida por interesses convergentes ou objetivos ideologicamente comuns. É privilégio do Evangelho romper condicionamentos sociais, fazendo as pessoas viverem da graça de Deus e ensinando-as a se servirem mutuamente".

IECLB PREPARA PLANO DE MISSÃO PARA O ANO 2000

Porto Alegre (AGEN-IECLB) - Elaborar um plano global de missão da IECLB para o ano 2000 é o grande desafio que o secretário de Missão, pastor Rui Bernhard, vislumbra para os próximos anos. Esta seria, escreve ele no relatório para o XVI Concílio Geral, uma tentativa de responder as perguntas "que Igreja somos?" e "que Igreja devemos ser?". Ele sugere a reunião, num seminário, de todos os setores de trabalho, grupos, movimentos, comunidades e departamentos da Igreja para, reunidos os vários fragmentos, se elaborar em conjunto a proposta global.

De 1986 a meados deste ano, foram criados 53 novos campos de trabalho (paróquias, pastorados, campos missionários, pastorados especiais) na IECLB, quase a metade deles dependentes de auxílios do exterior. Apesar da expansão, preocupa o aumento da dependência financeira do exterior. O número cada vez maior de desdobramentos de paróquias, analisa, reforça o sistema clerical vigente na IECLB. "Isso mostra que ainda somos uma Igreja que procura centrar no pastor a responsabilidade do trabalho missionário", avalia.

Bernhard detecta que a IECLB não conseguiu desenvolver, ainda, um trabalho de formação de liderança leiga. Mas já é motivo de alegria, salienta o pastor presidente Gottfried Brakemeier, constatar que o membro leigo está conquistando, mais e mais, o seu espaço na Igreja. Brakemeier também admite que "somos uma Igreja ainda por demais centrada na figura do pastor e da pastora". No relatório ao Concílio, ele destaca a atuação da mulher, a quem é "indispensável reservar mais espaço nos grêmios decisórios da IECLB em todos os níveis".

Déficit de pastores - Também a falta de pastores e pastoras na IECLB preocupa a presidência. A formação de pastores não conseguiu acompanhar o ritmo de criação de novas paróquias, pastorados e campos de trabalho, escreve Brakemeier. Nos dois semestres de 1987 e no primeiro semestre deste ano, a Faculdade de Teologia teve 52 formandos. No período de outubro de 1986 a julho de 1988 ocorreram nove licenciamentos de pastores, seis aposentadorias e quatro desligamentos. De momento, a IECLB conta com 493 pastores e pastoras; 64 estão em funções especiais e 14 encontram-se no exterior, a serviço. Do total de obreiros pastores, 441 são brasileiros, com idade média de 34 anos. Existem 73 obreiros diaconais, 153 catequistas e 62 diaconisas.

O Curso Redescoberta do Evangelho (CRE), agora com um coordenador de tempo integral, pastor Ulrico Sperb, busca o aprofundamento teológico e o crescimento espiritual dos membros, nas comunidades da Igreja. Para a catequese e a educação cristã das crianças foram divulgados o Manual do Culto Infantil, o jornal "O Amigo das Crianças", além da realização de cursos, seminários e a realização de Semanas de Criatividade, a cargo do Departamento de Catequese. Para março de 1989 deverá ser publicado um novo material de ensino confirmatório.

ANISTIA VÊ "PANORAMA LAMENTÁVEL" NO RELATÓRIO DE 1987

Londres (AGEN) - A Anistia Internacional afirma, em seu relatório anual de 1987, divulgado nesta semana, em Londres, que, embora todos os estados membros das Nações Unidas apóiem formalmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, são muito os que consideram "subversivos" os ideais nela consagrados e prendem, torturam e matam as pessoas que os defendem. No seu Informe, a Anistia documenta o que define como "um panorama lamentável" do que os Estados continuam a fazer com os seus cidadãos, 40 anos depois da proclamação da Declaração Universal.

No Informe, a Anistia afirma que em pelo menos a metade dos países do mundo, as pessoas são presas por externarem as suas opiniões, "freqüentemente depois de julgamentos que não passam de farsas" e que em mais de um terço das nações, funcionários públicos torturam homens, mulheres e até crianças; diz, depois, que, em numerosos países, as autoridades, para conseguirem seus objetivos, não hesitam em seqüestrar e assassinar seus próprios cidadãos; em mais de 120 Estados, há leis que estabelecem o direito de se executar pessoas declaradas culpadas de certos delitos e mais de um terço deles, realizam, todos os anos, este tipo de "homicídio premeditado".

Avanços - Apesar destes fatos, a Anistia repudia qualquer ceticismo com respeito à Declaração Universal e assinala os avanços registrados, desde a sua proclamação, em 1948, no campo do Direito Internacional, em relação aos direitos humanos. A organização afirma que agora existe, também, um movimento de direitos humanos de caráter autenticamente mundial, integrado por mais de 1000 organizações que expõem os Estados ao olhar crítico da opinião pública internacional.

"Hoje em dia - diz o Informe - uma só morte pode provocar ondas de indignação e protesto, em todo o mundo. A tortura e a morte, em 1987, de um estudante, Park Chong-Chol, na Coréia do Sul, gerou uma publicidade que foi seguida pela detenção de funcionários da polícia e pela demissão de ministros. Isto nem sempre acontece, mas pode acontecer".

O Informe anual, com 352 páginas, inclui artigos detalhados sobre 135 países - o maior número desde que se iniciou a sua publicação - e atinge todo o ano de 1987, resumindo os esforços da Anistia para pôr fim à detenção de pessoas, por causa de suas idéias ou origem. Destaca, também, suas atividades contra os julgamentos políticos sem as devidas garantias e contra a tortura e a pena de morte.

No ano passado, segundo o documento, haviam presos de consciência em nada menos de 80 países e em, pelo menos 90 registraram-se notícias de torturas e maus tratos contra os detidos. Milhares de pessoas caíram vítimas de graves violações de direitos humanos, cometidas por grupos clandestinos vinculados à forças governamentais. Na América Latina, tiveram uma presença especialmente ativa os "esquadrões da morte". Eles foram responsáveis por assassinatos, desaparecimentos ou torturas no Brasil, Colômbia, El Salvador, Guatemala e Chile.

760 presos, em 39 países e se teve conhecimento da imposição de quase 1200 penas de morte em 62 países. Segundo o Informe, estas cifras são parciais e, com certeza, as cifras reais são bem maiores. Teve-se notícia de pelo menos 132 execuções na China; 164 na África do Sul e 158 no Irã. Entre os países que apresentam um elevado número de condenados à morte figuram os Estados Unidos - com 1982 reclusos à espera da execução - e o Paquistão, com quase 1500 condenados à pena capital na Província do Punjab.

ITABIRA REFLETE SOBRE A PASTORAL CARCERÁRIA

Itabira (AGEN) - Nos dias 2 a 4 de setembro último, realizou-se em Itabira (MG), com assessoria do padre Alfonso Pastore, o 1º Encontro de Pastoral Carcerária da diocese de Itabira - Fabriciano. Foi feito o levantamento da realidade de violência nas cidades da diocese: muitas prisões ilegais, espancamentos, torturas, mortes; policiais arbitrários, mal preparados, doentes mentais, pessoas que sentem prazer em ver o outro sofrer; cadeias com muitas ilegalidades: celas cheias e sem direito a benefícios, totalmente trancafiadas; doentes - mentais e físicos - presos em celas insalubres e quase sempre na maior promiscuidade.

Um mal - A cadeia é um mal. Ao invés de reeducar, deforma ainda mais a pessoa. Interessante: as vítimas são sempre pobres, e, na maioria, jovens. E isto acontece porque somos medrosos. O mal cresce em cima do medo. Alguns pontos refletidos: a vida é dom de Deus; é sagrada e muito importante; a opção de Jesus por aqueles que têm a vida ameaçada, diminuída, é clara e decidida. Os bispos, em Puebla, reafirmaram a opção preferencial pelos pobres e pelos jovens.

No documento "Por uma nova ordem constitucional", os bispos brasileiros defendem o direito de que todo cidadão tem à assistência religiosa. Quando presa, a pessoa só perde o direito de ir e vir livremente; os demais lhes são garantidos. O preso tem o direito de ser visitado e o dever do cristão é visitá-lo (cf. Mateus, 25,31-46). A prisão tem em vista a reeducação da pessoa que errou; não é para lhe infligir castigos nem maltratos.

Pela lei 7.210, em cada comarca deve haver um conselho da comunidade. Sua função é ajudar, fiscalizar e exigir o cumprimento da lei das execuções penais, verificando sempre se se busca a reeducação dos presos. Cabe aos cristãos defender sempre a vida e lutar por condições mais dignas de vida para todos. Por isso, é dever da comunidade cristã: visitar os presos, denunciar o que há de errado e exigir que a lei seja cumprida e a dignidade do preso seja respeitada.

Visitar as vítimas de assaltos, estupros e outras violências. Assistir às famílias dos assassinados, ser solidário com os sofrimentos alheios, amar os que sofrem, para que o ódio não impere no coração das pessoas. Ajudar o egresso, isto é, a pessoa que sai da cadeia, a providenciar documentos, encontrar trabalho e se reintegrar na família, na comunidade e na sociedade. Visitar a família dos presos, despertar na vizinhança a solidariedade para com aqueles em cujas famílias há alguém que errou. Trabalhar para a sociedade conscientizar-se de que o preso é um irmão; de que ninguém pode bater no outro ou matá-lo: este é o trabalho da Pastoral Carcerária.

ESQUIVEL É PROIBIDO DE ENTRAR NO CHILE

São Paulo (AGEN-SERPAJ) - O prêmio Nobel da Paz, o argentino Adolfo Perez Esquivel, foi impedido de embarcar para o Chile, para onde se dirigiria como observador internacional no plebiscito convocado pelo general Augusto Pinochet, no último dia 5.

Já com sua passagem comprada na empresa Lan Chile, Esquivel recebeu a notícia por parte do gerente da empresa em Buenos Aires, que não se identificou. O porta-voz da empresa de aviação chilena disse também a Esquivel que "nada adiantaria você tentar viajar por meio de outra empresa aérea, porque não lhe será permitido entrar no país, segundo ordens diretas de Pinochet".

Convém destacar que Adolfo seguiria para o Chile representando o SERPAJ (Serviço de Paz e Justiça) que participa junto às Nações Unidas com "status" de órgão consultivo (categoria 2). Entretanto, nem esse respaldo foi respeitado pelo governo chileno. Como se recorda, o prêmio Nobel Esquivel foi impedido de entrar recentemente no Paraguai, conforme ele mesmo denunciou à AGEN quando de sua estada no Brasil no mês de agosto.

ENTRE ROMA E ASSIS, COM A ESPIGA DE MILHO

Crônica de minha visita "ad limina"

Até agora, ainda não havia realizado a visita "ad limina", que nós bispos temos obrigação de fazer, indo a Roma, cada cinco anos. E eu já tinha 17 anos de bispo. Da Congregação dos Bispos, recebi duas cartas bastante duras, me cobrando essa visita e me recordando - 9 anos depois - supostas "contas" pendentes da Visita Apostólica que recebemos na Prelazia, em conseqüência das acusações de um bispo ultraconservador. Decidi apelar ao papa - do bispo de São Félix para o bispo de Roma - e lhe escrevi, dia 22 de fevereiro de 1986, uma longa carta de desabafos eclesiais. "Se o Sr. crê oportuno, lhe dizia na carta, pode fazer-me indicar uma data para que eu vá visitá-lo pessoalmente".

Essa data foi agora, no mês de junho.

Viajei para Roma em Alitalia, cercado de buliçosos ítalo-argentinos que também regressavam à suas raízes. Viajavam no mesmo avião 40 Irmãs de São José - entre elas a nossa Irmã Irene - que iam para um curso-peregrinação às fontes de sua Congregação religiosa. Sentia-me cercado, também, de muitas orações, conselhos amigos, promessas de apoio. Por sua parte, a Cúria e a Nunciatura me haviam pedido a máxima reserva em relação a essa viagem.

Em meu mais do que intermitente diário, anotara: "Vou a Roma em romaria. **"Videre Petrum, videre Martyres, videre Franciscum"**. Roma e Assis. A pedra, o sangue e a pomba, da América Latina, com a espiga de milho fecundada por tanto sangue mártir e coesamente fraterna em sua vontade de Libertação".

Depois de 20 anos de distâncias, me esperavam em Roma, na Itália, as pedras históricas, as basílicas , as catacumbas, os obeliscos trazidos de outros Povos; as ruínas escoltadas por gatos sagrados; as "piazze" ensolaradas e seus desmazelados turistas; as colinas e suas casas de campo; os trigais e amapolas; as cerejas e o bom vinho; as oliveiras; a giesta nacional - minha "ginesta" catalã. Também os "gelati", é claro, e aquele tráfego romano, atropeladamente caseiro; os cartazes nos muros gritando Ecologia, Política, Arte; os meios de comunicação, sobretudo da Espanha e da Catalunha, com um acompanhamento mais do que solícito; comunidades cristãs de compromisso radical; velhos amigos; meus companheiros claretianos que se desdobraram em disponibilidade fraterna, de modo particular José Fernando Tobón e Angel Calvo, da Prefeitura Geral de Apostolado; e minha família... Reencontros, saudades, raízes. No final das contas, europeu ainda, além de latino-americano.

E, como disse, a Pedra apostólica, selada com o sangue dos primeiros mártires:

Algo temos, Roma, de romanos
todos os que herdamos
o leite do latim, a fé de Pedro.
Apesar do Império, por trás do Vaticano,
na Pedra e no Sangue partilhados
todos muito temos de romanos.

No dia 16, de jaqueta emprestada, fui recebido em ante-sala por monsenhor Re, secretário da Congregação dos Bispos, que já estivera na Nunciatura do Panamá. "Cum Petro et sub Petro", me aconselhava ele, persistente. E "um só Senhor, uma só fé, um só batismo", acrescentava eu para que a confissão fosse mais plena. Lembrou-me também que, no sábado, na entrevista conjunta com os cardeais Gantin e Ratzinger, eu deveria comparecer com vestimenta apropriada, (no caso, seria a batina e a faixa claretianas, cedidas muito gentilmente pelo veterano padre Garde, o colar indígena de tucum e a cruz franciscana).

O cardeal Gantin, prefeito da Congregação, me antecipava: "Será um encontro de plena sinceridade, com plena liberdade, em plena fraternidade".

Senti logo - caçoava eu depois deste prólogo - que seria submetido a um vestibular eclesiástico: de disciplina, por parte da Congregação dos Bispos; de teologia, por parte da Congregação da Doutrina da Fé.

Foi no sábado, dia 18. Durante hora e meia. Também na Congregação dos Bispos. Com o cardeal Gantin, seu secretário Re e um subsecretário; com o cardeal Ratzinger e seu secretário monsenhor Bovone e monsenhor Américo, português, da Secretaria de Estado. Os monsenhores anotavam tudo e tinham em mãos fotocópias de textos meus.

Expectativa, seriedade e jeito. Sem agressões. Pessoalmente, creio que falei com liberdade. Ratzinger sorria com freqüência. Eu fiz questão de declarar que, graças a Deus, não tenho problemas de fé embora tenha discrepâncias teológicas; como tão pouco tenho problemas de comunhão embora divergindo em aspectos relativos de disciplina.

O cardeal Gantin começou lendo um texto que me recordava a solenidade do momento e de toda visita "ad limina". Reconhecia nossos sofrimentos e nossa dedicação ao Povo. (Às vezes, eu me sentia como um interpelado coletivo, quem sabe pelo pluriforme "voi" italiano). "O cardeal Ratzinger e eu lhe faremos algumas advertências", dizia ele. E citou, angustiado, o caso Lefèbvre, que, naqueles dias, estava em sua máxima tensão.

Primeira pergunta de Ratzinger - O Sr. aceita os documentos da Santa Sé sobre a Teologia da Libertação?

Minha resposta: Os dois, complementarmente e junto com a carta que o papa enviou aos bispos do Brasil, na qual afirma que a Teologia da Libertação "não somente é oportuna, mas também útil e necessária"..., complementarmente os 3 textos, e em substância, os aceito. Minha divergência se refere a alguns aspectos de Teologia e de Sociologia e a algumas afirmações que o primeiro documento faz a respeito de nossos teólogos. Aliás, trata-se de "instruções". O próprio papa, recordei-lhes eu, exigiu que à primeira instrução, tão negativa, se acrescentassem os 5 títulos introdutórios. Mais ainda, o papa declinou a paternidade sobre essa instrução, dizendo: "É do cardeal Ratzinger". "Brincadeiras que se fazem", replicou o cardeal.

Segunda pergunta - O Sr. escreveu que a Opção pelos Pobres deve ser entendida "classistamente". Nós preferimos falar de amor preferencial pelos pobres. "Classistamente" é uma palavra carregada de sentido, que não se pode eludir.

Minha resposta: Efetivamente, a palavra está carregada de sentido e de sentido válido, a meu ver. Se não se quer falar de "luta de classes", que se fale de "conflito de classes", como o fazem as instruções. Mas o conflito está aí. Nós, na América Latina, queremos evitar que se pense nos pobres como espontaneamente pobres, ilhados, fora de uma estrutura que os explora e marginaliza; por isso, falamos dos "empobrecidos". O próprio papa disse várias vezes, precisamente na América Latina, que "os ricos são cada vez mais ricos a custa dos pobres cada vez mais pobres". Esse "a custa de" é estrutural e, se me permite a expressão escandalosa, "dialético".

Terceira pergunta - O Sr., os Srs., falam de pecado social. E o pecado pessoal?

Minha resposta: Tenho como prática recordar sempre simultaneamente as duas vertentes do pecado. Na Romaria dos Mártires, em Ribeirão Bonito, queimamos, na fogueira penitencial, tanto os pecados sociais como os pessoais, enumerados explicitamente, uns e outros. O Novo Testamento denuncia "o pecado do mundo". Algo havia de estrutura social nesse pecado: a sinagoga, o império, a escravidão... São as pessoas as que pecam, evidentemente, mas dentro de estruturas que elas fazem pecaminosas e que, de certo modo, fazem a essas pessoas. Somos ao mesmo tempo estruturantes e estruturados.

Quarta pergunta - Os Srs. celebram a Eucaristia como um ritual social...

Minha resposta: Duvido muito que possam me acusar de reducionismo nesse caso. Eu, precisamente, tenho o costume de explicitar que a Missa é "a Páscoa de Jesus, nossa Páscoa, a Páscoa do Mundo". Morte e Vida, Paixão e Ressurreição. Ao apresentar a Hóstia à assembléia eucarística costumo dizer: "Este é o Cordeiro de Deus que tira o pecado, a escravidão e a morte do mundo". Falamos também da paixão, morte e ressurreição de cada um de nós e do Povo, isso

(continuação da página anterior)

claro que sim. Para isso também existe a Eucaristia. Para que tenhamos vida, Cristo deu a sua. Tradicionalmente, a Igreja nos faz repetir no ofertório: "fruto da terra e do trabalho do homem". Algo há de social nessa terra e nesse trabalho. Lembrei aos cardeais a Missa da Terra sem Males e a Missa dos Quilombos, que o Vaticano proibiu e aproveitei para defendê-las. Ao cardeal Gantin, africano, citei com ênfase especial a Missa dos Quilombos, oração pela Causa do Negro. Observei o quanto custa à Igreja inculturar-se e reivindiquei o direito das outras culturas de nosso Terceiro Mundo.

Quinta pergunta - Os Srs. facilmente chamam de mártires a Monsenhor Romero, a Camilo Torres... É bom recordar certas pessoas que se dedicaram ao Povo, mas chamá-las de mártires!

Minha resposta: Nós sabemos distinguir entre os mártires "canônicos", oficialmente, reconhecidos pela Igreja, e esses muitos outros mártires que chamamos mártires do Reino, que deram sua vida pela justiça, pela libertação; a maioria deles cristãos e que também morreram explicitamente pela causa do Evangelho. Sim, eu escrevi um poema a "São Romero da América" e assim o considero: santo, mártir, nosso.

Sexta pergunta - O Sr. falou de "revolucionar" a Igreja.

Minha resposta: A frase completa surgiu por ocasião da "Insurreição evangélica" da Nicarágua: "Importa revolucionar-se constantemente, na própria vida pessoal, pela metanóia ou conversão; importa revolucionar constantemente a Sociedade, seja qual for o sistema ou regime; e importa também revolucionar constantemente a própria Igreja, para que seja sempre mais evangélica". Eu falava para setores menos "eclesiásticos". Poderia ter dito que a Igreja é "sempre renovanda". Mencionamos, na conversa, o pluralismo, a nossa Teologia, as Conferências Episcopais, a nomeação de bispos.

● O Sr. tem se referido ao Pretório e ao Sinédrio, me disse Ratzinger, gozador. E eu consenti, no mesmo tom.

Monsenhor Bovone me leu o telegrama que 10 bispos brasileiros enviaram a Roma, na ocasião da primeira censura pública contra Leonardo Boff. Consenti também. Ele acrescentou:

● O Sr. escreveu que o segundo documento sobre a Teologia da Libertação corrige o primeiro.

Respondi que sim, que é verdade. Corrige-o porque o completa. Se o primeiro fosse completo, não teria sido necessário o segundo.

Em determinado momento, o cardeal Ratzinger observou que todas as palavras podem ser justificadas, como que sugerindo que é fácil dar interpretações posteriores corretas a anteriores incorreções.

O cardeal Gantin referiu-se, sério, ao problema de minhas visitas à Nicarágua. "Isso já é um 'fatto', sublinha, um 'fatto'! Deixar a própria diocese para ir a outro país, interferir em outro episcopado..." Tentei explicar-me. Mas, ao longo desses encontros vaticanos, vi que a Nicarágua é o que menos se pode "explicar" ali.

Conto para ele, para eles, que fui à Nicarágua durante o jejum contra a agressão, e com o respaldo de 23 companheiros bispos; cito minha anterior amizade com os nicaragüenses, minhas cartas aos bispos do país, minhas idas a outros países centro-americanos e a boa acolhida de irmãos bispos desses países. Falo da solidariedade, do que significa Nicarágua para toda a América Latina. Recordo que há cristãos, católicos mais concretamente, em ambos os lados daquela Igreja e que a Igreja, como jerarquia, tem a obrigação de atender ao outro lado também. Cito o escândalo que esse outro lado sofre. Não nos "convencemos"!

● O Sr. disse que a visita "ad limina" era inútil, me aborda Gantin.

Disse que era "quase" inútil, brinco eu. E repito a queixa de tantos, no mundo inteiro, sobre esse particular. Reconheço que houve uma nova forma, na última visita do episcopado brasileiro, com a ida a Roma dos 21 bispos, nos três dias em que eles e os dicastérios discutiram abertamente diante do papa. Recordo que o próprio João Paulo II, na carta que dirigiu à CNBB, reconhecia essa nova forma de visita como mais colegial e que serviria de modelo para outros episcopados.

● O Sr. é utilizado; sua palavra, seus escritos, sua atuação.

Todos somos utilizados, respondo. Os Srs. também e também o papa. Além do mais, devemos ver quem e como nos utilizam. Falo da comunicação, da opinião pública - também dentro da Igreja -, da colegialidade e da corresponsabilidade. Lamento que cultivemos um secretismo excessivo.

Desde o início da entrevista, eles tinham insinuado um possível texto com proposições, que eu deveria assinar. Nesse momento me formularam mais concretamente essa proposta. Respondi-lhes que não assinaria nada sem tempo suficiente para pensar e consultar. Que eu mesmo jamais pediria a alguém um tipo de assinatura assim. Reagiram:

● Não se trata de um tribunal, não. O Sr. terá tempo de pensar sobre isso.

Relembro ao cardeal Gantin que, em sua carta, ele me prometia um encontro com o papa. Ele me confirma isso. Naquela mesma tarde se encontraria com João Paulo II. Entendi que era para colocá-lo a par de nossa entrevista.

Levantamo-nos. Pedi para rezarmos juntos. Para que fossemos sempre fiéis ao Reino, para ajudar a Igreja a ser sempre mais evangélica. "Para revolucioná-la, não é?", intervém Ratzinger, sorrindo. Sim, para revolucioná-la evangelicamente, completo.

Conto-lhes a recente ameaça de que estou sendo alvo pela UDR e lhes asseguro que, se caio, será pelo Reino e pela Igreja também... Rezamos o Pai Nosso, em latim, e uma invocação à Maria, Mãe da Igreja.

Quando eu já estava na escada, um dos monsenhores veio ao meu encontro para pedir-me que não transmitisse nada da nossa conversa aos jornalistas. Respondi que só falaria à imprensa depois de minha audiência com o papa; e que, se não contamos aos jornalistas a verdade, eles se vêem obrigados a inventar, talvez mentiras. Insisto no direito e no dever da comunicação. Soube, depois, que a Rádio Vaticana recebeu ordens superiores de nada comunicar sobre minha passagem por Roma.

Na sala de espera, antes da audiência, havia um calendário de ACNUR dedicado aos refugiados. Recordei com especial carinho os refugiados guatemaltecos. A legenda do calendário dizia assim: "É muito fácil ser um refugiado; tua raça e tuas opiniões diferentes podem bastar".

Na sala de espera, depois da entrevista, havia três belos desenhos à tinta, com pavões reais, leões devorando um cordeiro e serpentes enroscadas numa coluna; um quadro de Nossa Senhora de Guadalupe e um Crucifixo. Fellini faria uma festa maliciosa.

A audiência particular com João Paulo II foi no dia 21. E durou aproximadamente 15 minutos. Depois de passar por uns 8 guardas, apresentar 4 vezes o "biglietto" "della Prefettura della Casa Pontificia" e atravessar pátios, corredores e salões.

O papa, com um gesto, me convidou a falar, sentados os dois em torno a uma mesa.

● Tive a entrevista com os cardeais Gantin e Ratzinger e eles me fizeram uma série de advertências. O Sr. já leu a carta que lhe enviei, com minhas preocupações e explicando-lhe porque não havia feito a visita ad limina.

O papa concordou.

● Estou aqui para o que lhe pareça oportuno comunicar-me, acrescentei.

Ele quis que falássemos em português. Fala com soltura, poliglota de verdade.

Pondera a importância da unidade na Igreja; da comunhão e também da comunicação não só com o papa mas também com seus colaboradores. Recorda-me que a visita "ad limina" não é uma simples burocracia. Eu concordo. Insisto no bem da comunhão de ambos os lados; nas vantagens desse novo modo de visita "ad limina" que a CNBB iniciou, de acordo com ele; vantagens que ele mesmo reconhecia, depois, na carta que nos escreveu e que foi tão efusivamente acolhida por nós. Ele elogia a fidelidade da CNBB em comunicar-lhe tudo prontamente.

Explico-lhe como a realidade diferente de nossas latitudes e as situações que nos toca viver nos obrigam a adotar posições quem sabe não compreendidas por outros na Igreja. Ele o reconhece e afirma, várias vezes, que "a Igreja deve assumir a problemática social". "São problemas dos homens", explicita. Muitos, lhe digo, dentro e fora da Igreja, lhe agradecemos sua encíclica "Sollicitudo

(continuação da página anterior)

rei socialis", que nos parece muito precisa e lúcida. Ele, satisfeito, completa:

- "Até a chamam de Carta do Terceiro Mundo".

Manifesta que sabe dos nossos sofrimentos e repete, várias vezes, que conhece a grande injustiça que acontece no Brasil, sobretudo nas regiões do Norte do país.

- Pareceu-nos muito oportuno, lhe digo, o Sr. ter recordado ao presidente Sarney que, sem Reforma Agrária, não haverá Democracia no Brasil. Infelizmente, a Assembléia Nacional Constituinte já nos proibiu a Reforma Agrária no texto, votado até agora, da nova Constituição.

Sobre a mesa havia um dossiê com meu nome na capa. E um mapa de nossa região. O papa se inclinou sobre ele. Falamos da Prelazia, da situação do Povo - índios, posseiros, peões, colonos; da equipe de pastoral - sacerdotes, religiosas, leigos, seminaristas. Ele me pergunta se os leigos sabem ler. Explico-lhe os vários tipos de leigos que trabalham na equipe e nas comunidades e os muitos cursos de alfabetização e as escolas que na região vêm funcionando há tempos. E lhe sugiro:

● O Sr. pensa voltar ao Brasil, possivelmente no próximo ano, não é verdade?

● Quero sim. Espero que o Sr. me permita essa viagem.

● Seria muito bom se visitasse essas regiões do interior; o santuário de Trindade, por exemplo, perto de Goiânia, seria um lugar muito oportuno; é um santuário muito popular, muito freqüentado.

● Trindade, Trindade! Repete ele, como para gravar o nome.

Refiro-lhe a proposta dos cardeais em relação a certas proposições que eu deveria assinar e lhe confesso que, no meu entender, isso me parece falta de confiança.

● Também pode ser uma prova de confiança, replica ele. O cardeal Arns quando vem aqui, gosta das coisas por escrito.

Depois senta-se, abre os braços e, entre admoestador e brincalhão, me diz:

● Para que veja que não sou nenhuma fera...!

No primeiro momento quase me espanto, depois achei engraçado o gesto.

- Nunca pensei isso, eu sorri.

(Mas na verdade sentia, naqueles dias mais de perto, como aquele Vaticano tem muito de jaula, quiçá dourada. Diante da estátua de São Pedro, em bronze, recordei - como não? - os versos de Alberti, as ganas de Pedro de ver-se, livremente, pescador...).

Peço a João Paulo II sua bênção para a Prelazia toda e vamos enumerando grupos de pessoas. Peço-lhe, sobretudo, que abençoe os perseguidos.

● Sobretudo os perseguidos, repete.

Na quinta feira, dia 27, pela manhã, meu último dia de estadia em Roma, tive **outro encontro com o cardeal Gantin** e seu secretário, monsenhor Re.

O cardeal mostrava-se tenso:

● O Sr. esteve com o papa, não?

● Sim, estive com ele uns 15 minutos.

● Inúteis!

Diante de minha expressão de assombro, ele me cobra duramente o fato de, na Espanha, terem sido publicados fragmentos de minha carta a João Paulo II. Todo o mundo, acrescenta ele, verá suas discrepâncias com o Santo Padre e, ele e o secretário, insinuam que nessa carta há falta de respeito.

● A carta, replico eu, parece-me muito respeitosa e muito eclesial. Foi pensada, rezada, consultada. Expressa, isso sim, preocupações e até divergências que muitos de nós, católicos, sentimos e que temos o direito de sentir e de expressar, como Igreja que somos. A carta não trata de assuntos privados.

Depois, muito energicamente e, em nome da Congregação dos Bispos, o cardeal me recrimina, outra vez, minhas idas à Nicarágua.

● Vou rezar, vou pensar, vou consultar meus companheiros, respondi.

Ele pede ainda que examine minha consciência no que se refere a meu modo de relacionar-me com a opinião pública.

● Eu também sou bispo da Igreja, afirmo. E me sinto com o dever da corresponsabilidade. O próprio papa insistiu na comunicação. Creio que devemos possibilitar o diálogo, o pluralismo, o bem maior da Igreja, obra de todos nós.

Vem à tona o tema de Lefèbvre. E lhes digo que me parece até muito evangélico que a Cúria tenha tido tanta compreensão com o bispo idoso, mas que gostaria que houvesse a mesma compreensão com outros setores da Igreja. O cardeal me replica dizendo que eles tratam igualmente todos os bispos.

● O Sr. cardeal Ratzinger lhe escreverá, conclui ele.

Tive também - fora do programa oficial - um encontro sumamente efusivo com o latino-americano cardeal Pironio.

Esses dias, pensei muitas vezes, na fé, com pena, com esperança, na **obrigação irrenunciável** que temos de **comunhão-comunicação** entre as Igrejas locais e a Igreja de Roma; entre o papa e sua Cúria e os bispos e suas conferências; entre nossa Igreja e as Igrejas, falando ecumenicamente; entre as Igrejas e o Mundo. Sonhei, metido naquelas pedras e verando tanta tradição, em outro tipo de Cúria Romana, para outro tipo de ministério papal. Senti, com um pouco de culpabilidade também, as distâncias que nos colocam em contradição quando nos deveriam situar em catolicidade, una e plural, fiel e livre, evangélica e histórica.

E reassumi **a verdade do Terceiro Mundo** com uma certa indignação impotente porém comprometida. Somente reconhecendo essa verdade, o Primeiro Mundo poderá salvar-se como humano e como cristão.

Quanto ao mais, **esses dias foram muito familiares**, deliciosamente caseiros. Os meus foram a Roma, de Balsareny, de Valencia, levando-me fotos, recordações, ajuda, do resto da família. E vivemos juntos, superada de repente a distância de 20 anos, um lindo reencontro. Três sobrinhos-netos - Edgar, Meritxell, Elisenda - receberam de minhas mãos a primeira Comunhão na Eucaristia - literalmente doméstica - que celebramos nas catacumbas de Priscilla. (Meritxell chorou, depois, diante de umas reproduções dos Mistérios de Cristo, na cripta cordimariana de Parioli, porque não entendia a Santíssima Trindade. E, no dia seguinte, um psicanalista romano me expôs seus projetos de confrontar as relações humanas com as relações trinitárias. De tudo isso, deduzi que não estava tão perdida aquela velha Europa, quando suas crianças e seus cientistas se desvivem por aproximar-se da mesma inefável Trindade. Ainda há fé em Israel!).

Hospedei-me na Cúria generalícia de meus irmãos claretianos, agasalhado como um bispo mesmo. No Claretianum concelebrei com antigos companheiros de estudos, agora espalhados missionariamente pelo mundo. Celebrei a Eucaristia em Tre Fontane, com as Irmãzinhas de Jesus, sempre tão universais e ágeis de espírito. Com a comunidade "brasiliana" - de Roma e de Assis - que me presenteou com um grão de mostarda do Cenáculo de Jerusalém. Com as Irmãs de São José de Chambery. Com as "Adoratrices". Reuni-me com latino-americanos, dei algumas entrevistas e descobri maravilhosas comunidades novas, grupos de solidariedade, fé, militância. Regressando de Assis, jantei com os Irmãozinhos do Evangelho. Conversei também com religiosos, comprometidos com os Direitos Humanos e estive com os Missionários do Verbo Divino, reunidos em capítulo geral. E visitei o Pe. Arrupe, cravado numa longa cruz de anos de impossibilidade e silêncio, que me sorria e chorava, enquanto eu lhe ponderava o bem que seus jesuítas fazem, sobretudo em nossa América Central.

No domingo, dia 19, assisti com meus familiares, entre cantos em latim, em vietnamita e em basco, à canonização dos 117 mártires do Vietnã. Um deles, Pere Almató, dominicano, meu conterrâneo, de San Feliu Saserra. E Teófano Venard, o jovem missionário francês que eu tanto invocara em minha juventude missioneira.

Uma tarde, me visitou um homem moço, ex-vendedor, um novo amigo solidário, para entregar-me uns objetos familiares, de ouro, em favor da Causa Indígena. Tinha lido em "La Repubblica" umas declarações minhas e me dizia, emocionado, que estava convencido de que os Povos Indígenas só se poderão salvar com o apoio internacional.

Reencontrei-me com tantos amigos do meu Sabadell, de Barbastro, de Madri, de Manresa, de Sallent, de Vic, da Europa, da América, que aquele verso do coração "cheio de nomes" floresceu de atualidade.

Fui a Assis - Assis era outro lugar obrigatório dessa romaria eclesial. Fui,

(continuação da página anterior)

com os incondicionais companheiros Fernando e Angel e com toda essa multidão de "Pé na Caminhada", que não me deixou sozinho, um só momento, por aqueles lugares do Poverello.

Em Assis tudo foi luminoso, como a Umbria, como a alma de Francisco. As pedras desnudas, os gerânios encendidos, as pombas, os "cárceres", os afrescos, os sepulcros, o "piccolo giardino della sorella Chiara", onde o irmão Francisco se desfez doxologicamente no seu "Cantico delle creature". Tudo, finalmente, convidava à pobreza, à liberdade, à paz. À "fraternura". Em São Damião, e precisamente no dia do Voto da cidade à Santa Clara, celebramos a Eucaristia.

Ah! Francisco das flores respeitadas e do Evangelho "sem glosa" e da crucificada Perfeita Alegria, que bem e que falta nos fazes a todos os seguidores do Senhor Jesus!

E estou, de volta, em São Félix do Araguaia, mais eclesial, espero, e mais latino-americano também. Para a glória do Pai e do Filho e do Espírito Santo.

Pedro Casaldáliga
bispo de
São Félix do Araguaia, MT
agosto de 1988

*** Os amigos, a quem devo carta, sintam-se respondidos e abraçados pessoalmente.**
O tempo e até o preço obrigam a apelar aos impressos coletivos...

América Latina

ESTUDANTES URUGUAIOS QUEREM DEMISSÃO DE MINISTRO

Montevidéu (AGEN) - A Federação de Estudantes do Uruguai exige a demissão dos ministros da Economia e da Defesa, acusados de atentar contra a democracia. A declaração pública da FEUU afirma que o ministro da Defesa atemoriza a população, diante da possibilidade da realização do plebiscito (para anular a anistia aos militares), demitindo um capitão naval que assinou um documento em favor do referendo popular.

A outra face da moeda, diz o documento, é a quebra do modelo econômico "que está sendo esfacelado pela inflação e o déficit fiscal, enquanto o ministro só oferece aumento de impostos e preços, esvaziando, assim, o orçamento da Universidade".

A FEUU considera que o titular da Defesa "não pode continuar mais um segundo no Ministério, porque ofende esta democracia que o nosso povo resgatou". Segundo a Federação dos Estudantes, o governo faz manobras para não respeitar a decisão dos cidadãos e desconhece o direito constitucional dos militares que defendem o plebiscito.

A FEUU cita declarações do ministro da Defesa nas quais ele duvida do que acontecerá se for anulada a anistia aos militares. O governo põe em perigo a consolidação democrática, afirmam os estudantes. Responsabilizam-no pela diminuição do orçamento e pela queda de 90% do atendimento nos refeitórios universitários. Um dia de juros da dívida externa dá para dobrar o número de bolsistas, declaram os estudantes.

DIRIGENTES DE CEBS ANALISAM LUTA EM EL SALVADOR

São Paulo (AGEN) - Um camponês da zona libertada de Morazán, Guillermo Cuéllar, e um encarregado de relações internacionais das Comunidades Eclesiais de Base salvadorenhas (CEBs), Celestino Arguetta, concederam recente entrevista à AGEN. Eles disseram que "as CEBs não são neutras no enfrentamento entre a guerrilha popular e o governo democrata-cristão, que é o componente político do projeto militar integral dos Estados Unidos", e acrescentou que "esse projeto, que combina a repressão com populismo, fracassou. A democracia-cristã perdeu a base social que tinha em 1984. Existe um vazio no poder central e uma dualidade de poderes de fato na sociedade: entre o Exército e a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

"Quem tem perspectiva de poder hoje é o movimento das massas, encabeçado pela União Nacional dos Trabalhadores Salvadorenhos (UNTS), que fez seu o programa da FMLN, o que explica a intensificação da repressão por parte do regime", afirmaram.

"Em Morazán, somos bombardeados diariamente pela aviação militar; ali trabalhamos, alfabetizamos e lutamos junto com os membros da Frente. O poder da guerrilha reflete-se, também, no regresso, a El Salvador, de Guillermo Ungo e Rubén Zamora (da Frente Democrática Revolucionária, aliada à FMLN) e no fato de vários partidos assumirem, hoje, as antigas propostas da Farabundo Martí, como a solução negociada sem a intervenção estrangeira e a indispensável participação da Frente nessas conversações".

Destacaram os salvadorenhos que "a Nicarágua é um exemplo de revolução popular e nós, salvadorenhos, temos as esperanças depositadas na Revolução Sandinista, independentemente das diferenças dos dois processos".

Os visitantes afirmaram que "as CEBs organizam-se no campo e nas cidades, integradas por estudantes, feirantes, religiosos e camponeses. Porém, a Igreja, como instituição, só vê com bons olhos a atividade evangelizadora das Comunidades de Base, mas não o seu íntimo relacionamento com o movimento popular".

Os representantes das CEBs desenvolvem "boas relações com as Igrejas Luterana, Batista, Episcopal, que mantêm posturas progressistas. Trabalharam, também, com adventistas, membros das Assembléias de Deus e carismáticos, na área de Morazán".

As CEBs participaram na criação da organização "Cristãos pela Paz", que organizou comícios no aniversário do assassinato, por paramilitares, de d.Oscar Romero.

Os visitantes destacaram a importância decisiva da solidariedade internacional com a luta do povo salvadorenho, a fim de frear a intervenção norte-americana.

Síntese

DOCUMENTO DOS EXÉRCITOS

Buenos Aires (AGEN-PL) - Dirigentes políticos argentinos divulgaram um documento secreto, aprovado na última Conferência de Exércitos Americanos, impulsionada pelos Estados Unidos, que contém aspectos da Doutrina da Segurança Nacional. O movimento "Todos pela Pátria" denunciou que as resoluções adotadas em 1987, na reunião de Mar del Plata, incluem operações conjuntas dos exércitos contra organizações políticas, sindicais e profissionais da América Latina.

O documento militar afirma que existe "infiltração comunista" nas forças armadas, Igrejas, sindicatos e organizações estudantis da América do Sul e considera a sociedade como objetivo de uma ofensiva contra essa situação. O movimento "Todos pela Pátria" reclama do governo um esclarecimento sobre o documento, pois considera que ele é um atentado contra a soberania nacional.

COLÔMBIA: DESAPARECIDOS

Bogotá (AGEN-AFP) - Cerca de 15 denúncias por desaparecimento de pessoas chegam todos os dias à Procuradoria dos Direitos Humanos da Colômbia, afirmou recentemente o diretor da organização, Bernardo Echeverri. O funcionário tem em seu poder três mil queixas por desaparecimentos, não obstante o número "oficial" ser de 964, dos que se responsabilizam os órgãos de segurança do Estado.

Echeverri recebeu 80 cartas de organizações internacionais interessadas nos resultados das investigações sobre os desaparecidos. Revelou que, nos primeiros sete meses do ano, seu gabinete recebeu 131 denúncias. Qualificou como terrível o problema dos desaparecidos e disse que só na província de Antioquia há 110 casos.

Memória

NATIVO FOI ASSASSINADO HÁ 3 ANOS

São Paulo (AGEN) - Tendo como causa os constantes conflitos de terra em Carmo do Rio Verde, Estado de Goiás e, principalmente, problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais provocados pela Agroálcool, uma cooperativa de usinas de álcool, foi assassinado no dia 23 de outubro de 1985, o lavrador, dirigente sindical e secretário rural da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Nativo da Natividade de Oliveira.

O crime aconteceu por volta das 19h, na porta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e foi praticado por dois homens que ocupavam um fusca bege, que dispararam cinco tiros de revólver calibre 38, sem sequer descer do carro em que estavam e em que acabavam de chegar.

Nativo foi velado por dois dias na sede do Sindicato e por lá passaram mais de mil trabalhadores rurais e urbanos. Entre os presentes ao velório, estiveram Jair Meneguelli, presidente nacional da CUT e o bispo de Goiás, d.Tomás Balduíno, além de diretores da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e da Fetaeg (Federação dos Trabalhadores do Estado de Goiás) e representantes de dez diretórios municipais do Partido dos Trabalhadores (PT) e várias entidades.

Após a cerimônia religiosa, oficiada por d.Tomás Balduíno, houve uma passeata até o forum e lá foi escolhida uma comissão que entregou um documento ao juiz Luiz Rodrigues, exigindo urgência na punição dos assassinos de Nativo.

De volta à sede do Sindicato, foi realizado um ato público por mais de quatro horas, quando se denunciou a complacência das autoridades diante da violência e se manifestou pouca esperança num rápido esclarecimento da morte do líder sindical.

Como suspeitos de autoria intelectual do assassinato, figuram o prefeito da cidade, Roberto Pascoal Liégio, o advogado Geraldo Reis, presidente do Sindicato Rural (patronal) e o presidente da destilaria Agroálcool, Anestar Clemente Silva. Como executores, os pistoleiros João José Magalhães, Genival Flores do Nascimento e Francisco Diogo de Oliveira ("Neném").

O pistoleiro João José Magalhães foi preso no dia 31 de dezembro de 1985 e confessou a morte do presidente do Sindicato e mais, confirmou que o crime foi executado a mando do prefeito Roberto Pascoal Liégio e do advogado Geraldo Reis. O processo de apuração foi parado no dia 23 de abril de 1986.

Quero assinar o boletim semanal da AGEN. Por isso envio o cheque ou vale postal no valor de Cz$ 2.500,00 (individual) ou Cz$ 3.000,00 (entidades).

Nome ——————————————————

Endereço ——————————————————

Bairro ——————— *CEP* ———————

Cidade ——————— *Estado* ———————

País ——————— *Número do cheque ou vale postal* ———————

Telefone ——————————————————

Assinatura ——————— *Data* ———————

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Reg. Prof. Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro Soares Martins (Reg. Prof. Mtb 17.572)
Redação: Flademir Araújo

Correspondentes e **Colaboradores**: Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs e Liliana Lavoratti (Porto Alegre, RS), Rosa Dalla Costa (Francisco Beltrão, PR), Valdemar de Oliveira Neto (Recife, PE), José Anchieta Ferreira (Linhares, ES), Maria Alzira Fritzen (Manaus, AM), Gale [illegible] (Sertãozinho, SP), Fernand [illegible] Zona Leste, São Paulo, SP), J [illegible] ço Pechtoll (Grande ABC, S [illegible] wton Carlos e Isaac Akcelrud ([illegible] entaristas internacionais), Attilio Hartmann (Quito, Equador), José Subirats (La Paz, Bolívia), Roberto Codas Friedmann (América Central), Beltrina Corte (Bogotá, Colômbia), Guilherme Salgado Rocha (São Paulo, SP) e Juan Pezzutto (São Paulo, SP).

Divulgação e contatos: Pe. José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Rev. Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN
Impressão: Gráfica Peres Ltda.

DIRETORIA

Presidente: D. Sumio Takatsu
Vice-Presidente: Frei José de Rezende Ribeiro - O.P.
Secretário: Paulo Maldos
Tesoureiro: José Lourenço Pechtoll

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 11.25824 AECN-BR

METRÔ LEST - SÃO PAULO-SP 12 X 88

BRASIL Cz$ 15,50 P B M: 6153 E: 11163

00002 1001-89 900
CARITAS DIOCESANA NOVA IGUACU
R.CAP. CHAVES 60 RJ
26220 NOVA IGUACU

IMPRESSO

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

IGREJAS

IECLB angustiada com a situação do Brasil pág 2
Religiosos norte-americanos visitam a URSS pág 2
CNBB divulga nota sobre d.Casaldáliga pág 3
Jaime Wright e d.Paulo recorrerão ao Habeas Data pág 3
Casaldáliga lançará livro dia 29 pág 3

DIREITOS HUMANOS

A miséria e a fome no banquete da vida pág 4

TERRA

Sem Terra ocupam sede do Mirad pág 5
A estratégia da UDR nas eleições municipais pág 5

ECOLOGIA

A emergência ecológica pág 6

MULHER

3º Concut e o avanço da mulher trabalhadora pág 7
Seminário sobre os direitos da mulher pág 7

POVOS INDÍGENAS

Condenados pela morte dos Xacriabás pág 7

SOLO URBANO

ANSUR e a luta pela reforma urbana pág 7

POLÍTICA

Dirigente partidário é assassinado em Santo André pág 8

MOVIMENTO OPERÁRIO

CUT ganha eleição dos químicos do ABC pág 8

ECONOMIA

A crise econômica internacional e o Brasil pág 9

AMÉRICA LATINA

Recife sedia 7º Encontro de Solidariedade pág 10

TERCEIRO MUNDO

Negociações de paz no Sudoeste africano pág 11

MEMÓRIA

Santo Dias, o mártir operário pág 12

Nota da Redação: *não é sem alegria que a Agen informa a seus leitores e/ou amigos que o seu boletim, a partir desta semana, passa a ter 12 páginas. Assim, serão ampliados o número de matérias e os assuntos abrangidos a cada sete dias. Esperamos estar, desta forma, ratificando nosso compromisso de informar cada vez melhor, sem haver omissão. E isto não seria possível sem a efetiva colaboração e o integral apoio de tantos que, como você, acreditam no projeto Agen.*



Os trabalhadores sem casa, na periferia de São Paulo, enfrentam, quase diariamente, a repressão policial. Na foto, de Luiz Carlos Murauskas, soldados da Guarda Municipal de São Paulo, criada pelo prefeito Jânio Quadros, apontam suas armas para os homens, mulheres e crianças sem casa da Zona Leste paulistana.

EVANGÉLICOS APÓIAM IGREJA PROGRESSISTA

Salvador (AGEN) - Não poderia ter sido mais claro o apoio da CICARWS (uma das 16 comissões do Conselho Mundial de Igrejas) à realização concreta e urgente da Reforma Agrária e ao trabalho da igreja progressista no Brasil: assim que d.Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebispo de São Paulo, terminou seu emocionado discurso, os 50 participantes, de pé, aplaudiram-no demoradamente. D.Paulo condenou a tortura, a miséria, o terrorismo no campo e o latifúndio: "a falta de terra sangra. A maior derrota do povo brasileiro foi a não aprovação da Reforma Agrária na Constituinte".

Mais que carinho e respeito, os aplausos representaram, na prática, a preocupação das igrejas em relação "à desumana, inacreditável e assustadora situação da terra no Brasil", conforme frisou Klaus Poser, diretor da CICARWS, alemão, luterano.

A Comissão - CICARWS é uma sigla em inglês, e significa Comissão de Ajuda Intereclesiástica, serviço mundial e refugiados. Reúne-se anualmente sempre no país de origem de um de seus membros. No caso brasileiro, pertence à comissão Enilson Rocha Souza, evangélico, secretário executivo da Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE.

Durante 5 dias (de 4 a 8 de outubro) pessoas de 30 países, das mais diversas denominações religiosas dos cinco continentes, analisaram a situação da Comissão e dos projetos de solidariedade aos quais ela presta ajuda em todo o mundo, além de ouvir dados sobre a realidade fundiária no Brasil. Houve traduções simultâneas em alemão, inglês e espanhol.

A temperatura agradável e a beleza natural de Salvador, aliadas à perfeita acolhida da CESE, entidade com sede nesta cidade, que repassa as verbas entregues pelo ICMI, tornaram o encontro um profundo momento de oração e compromisso fraternos.

Nas manhãs, antes de serem iniciados os trabalhos propriamente ditos, foram apresentadas reflexões sobre os menores, os negros, as mulheres e os índios, com a presença dos envolvidos. Dos índios, por exemplo, estiveram no encontro membros dos Pataxó, Kiriri e Pataxó Ha-Ha-Hãe, tribos da Bahia. Além de um painel sobre a terra coordenado por Milton Schwantes, luterano, João Dias, presbiteriano e Ermano Allegri, católico. Ermano, secretário geral da Comissão Pastoral da Terra, apresentou dados que deixaram estarrecidos os participantes: "diariamente o latifúndio toma, no Brasil, 45 mil hectares de terra. Isto daria para serem assentadas, a cada 24 horas, 1.000 famílias. E são dados oficiais, do governo".

Milton Schwantes acrescentou que a terra está "corrompida". E completou: "não há homem livre sem terra livre". (Por Guilherme Salgado Rocha, de Salvador).

Boletim Nº 124 - 14 de outubro de 1988.
AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 1125824 AECN-BR

IECLB ANGUSTIADA COM A SITUAÇÃO DO BRASIL.

Porto Alegre (AGEN) - Inserida mais e mais na realidade brasileira, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), assim como a maioria do povo brasileiro, passa por momentos angustiantes. Ela sente os efeitos catastróficos da gigantesca onda de migração interna no país, a crescente urbanização e o violento empobrecimento da classe média e pobre. Os ganhos dos assalariados não acompanham a explosão da inflação e respondem em boa parte pela recessão econômica e a retração do mercado interno.

A IECLB é hoje uma Igreja mais pobre, mais dispersa e mais peregrina. Mas também mais solidária, uma exigência do Evangelho. Ela se empenha na defesa dos direitos dos injustiçados. "Solidariedade com os necessitados pode ser destino. Jamais, porém, deixa de ser missão". A análise é do pastor presidente, Gottfried Brakemeier, no relatório que apresentará durante o XVI Concílio Geral, que terá lugar em Brusque (SC), de 18 a 23 de outubro. Brakemeier apresenta uma reflexão sobre a caminhada da IECLB.

Expansão explosiva - Esta Igreja reconhece as exigências políticas do Evangelho. "Crises sócio-políticas não são fatalidade. Podem e devem ser superadas. Não cabe à Igreja assumir os negócios do Estado. Tampouco pode identificar-se com um determinado partido político, submetendo-se sem reservas à respectiva ideológica. Cabe-lhe, isto sim, levantar sua voz e insistir na necessidade da justiça, da paz e da proteção ao meioambiente, com o fim de ver assegurado o bem da Nação", escreve o pastor presidente no seu relatório.

A Igreja se tornaria culpada diante de seu Senhor, caso se conformasse com a injustiça. Preocupa, pois, à Igreja a situação agrária no país. "Não adianta levantar a bandeira da reforma agrária, enquanto, ano por ano, for desalojado de suas terras um contingente de agricultores várias vezes superior ao dos reassentados. Reforma agrária deve ter na política agrária, não em litigiosas desapropriações, seu principal instrumento", lê-se no relatório.

A migração está levando a IECLB, no acompanhamento de seus membros para as novas fronteiras agrícolas, a uma expansão geográfica de forma explosiva. Segundo a análise do pastor presidente, a migração destrói o tradicional "habitat" das comunidades evangélicas luteranas, "esvaziando o interior e transportando nosso membro às periferias das cidades ou às novas fronteiras agrícolas de colonização". Vê, também, o processo migratório, em última instância, como um grande processo de urbanização. "A IECLB do futuro será predominantemente Igreja na cidade e metrópole".

Também é motivo de preocupação da presidência, e protesto, o arrocho salarial. E à semelhança do que ocorre na sociedade, cresce também na IECLB a diferença entre membros em melhores e outros em piores condições de vida. "A IECLB deixou de ser uma Igreja socialmente homogênea como o era tempos atrás. Cresce o número de pobres, vitimados não de preguiça, mas de cruéis mecanismos econômicos, levando à ruína também e justamente os honestos", avalia o pastor presidente. Nos últimos anos, voltou a crescer o volume da ajuda financeira à IECLB por parte de Igrejas irmãs do exterior, "motivo de gratidão de um lado, mas de preocupação de outro".

Sinal da graça - Quanto ao processo constituinte, no qual a IECLB esteve empenhado na coleta de assinaturas para cinco emendas populares (reforma agrária, questão indígena, serviço civil patriótico, liberdade religiosa e educação), Brakemeier constata que este processo registrou avanços e recuos. "Como cristãos devemos deplorar o jogo de forças a que a Assembléia Nacional Constituinte estava exposta". Afirma que o bem do povo deve ser a suprema lei. Não deixa de ser esta também a exigência política do Evangelho.

O relatório, de 56 páginas, está colocado sob a senha para a semana em que se realiza o XVI Concílio Geral. Diz a senha, extraída de Miquéias 6.8: "Ele te declarou, ó homem, o que é bom, e o que o Senhor pede de ti: que pratiques a justiça, ames a misericórdia, e andes humildemente com o teu Deus". É sinal da graça de Deus, constata o pastor presidente, que Ele não desiste de insistir no cumprimento de sua vontade. E Jesus Cristo dá o exemplo dessa vontade.

"É justo, defendendo a causa dos fracos e reservando a todos seu espaço de vida. É misericordioso, perdoando a culpa e acolhendo gente indigna. É humilde, não se gabando de suas conquistas e proezas, mas agradecendo pelas dádivas divinas. Em Jesus, a vontade de Deus se fez carne. Ele é, a um só tempo, o protesto de Deus contra a perdição humana e a demonstração de seu amor a um mundo profundamente imerso na injustiça, violência e presunção", escreve o pastor presidente.

Por isso, a Igreja não pode se limitar a falar do que Deus pede e a missão não se resume em ser porta-voz. Ela é testemunha. Isto significa que a IECLB, como Igreja de Jesus Cristo no Brasil, tem privilégio e o dever de louvar e agradecer a Deus pelos seus feitos, de lembrar às pessoas a vontade de Deus de promover a aprendizagem dessa vontade e o privilégio e o dever de colocar sinais de justiça, misericórdia e humildade.

RELIGIOSOS NORTE-AMERICANOS VISITAM A URSS

Moscou (Novopress-AGEN) - Na Catedral da Assunção de Odessa, uma delegação do Conselho Nacional de Igrejas de Cristo dos Estados Unidos orou pela paz, juntamente com religiosos soviéticos. Com essa cerimônia, encerrou-se a visita da comitiva norte-americana à Ucrânia, tendo em vista as comemorações do milênio de cristianização da Rússia.

"O processo de renovação atinge todos os aspectos da vida da sociedade soviética, inclusive o religioso. Estamos convencidos de que os religiosos dispõem de todas as condições para exercer seu direito à liberdade de consciência", declarou o professor Donald Need, do Centro Norte-Americano para a Reconciliação EUA-URSS John Conner. O professor Donald também foi o chefe da delegação.

Ele acrescentou que o programa da viagem incluía, além de Odessa (cidade-irmã de Baltimore), onde se encontra a residência de verão do Patriarca Pímen, Patriarca de Moscou e de toda a Rússia, Moscou, Zagorsk, Kiev e Leningrado. "Encontrei na União Soviética, onde estou pela primeira vez, pessoas abertas e cordiais", assinalou Constance Erickson, pastor da Igreja protestante do estado de Indiana. Jamis Di Martino, pintor de Nova Iorque, outro integrante da comitiva, considera um bom sinal a atenção demonstrada pelo Estado soviético na restauração e conservação das igrejas, parte das quais é considerada patrimônio cultural.

CNBB DIVULGA NOTA SOBRE D.CASALDÁLIGA

Brasília (CNBB-AGEN) - De acordo com o boletim à imprensa divulgado pela presidência da CNBB, o Vaticano não teria punido d.Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, Mato Grosso, mas, "à luz de dados já tratados por ocasião da visita 'ad limina', teria requerido assinaturas a quatro proposições referentes ao exercício do Ministério Episcopal".

O comunicado da CNBB foi entregue aos jornalistas após a reunião da presidência da entidade e da Comissão Episcopal de Pastoral, realizada de 27 a 29 de setembro nesta cidade, com 54 participantes: 45 assessores nacionais e nove bispos.

Esclarecimentos - D.Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB, baseou sua nota em cinco pontos, a saber: "1) Ao fazer pronunciamento sobre a Teologia da Libertação, que d.Pedro se atenha às orientações dadas pela Santa Sé; 2) Ao aprovar textos, especialmente catequéticos, para publicação, evite o que traz danos à ortodoxia e aos bons costumes; 3) Que as celebrações litúrgicas não tenham fins sócio-políticos; 4) Ao viajar para fora da Diocese, a fim de exercer seu ministério, entrar em contato com os bispos do lugar, sobretudo na Nicarágua e na América Central. O que se pediu na carta enviada a d.Pedro é que tenha presente e aceite essas obrigações episcopais; 5) O diálogo com Roma deve continuar, e faz parte do Ministério Episcopal, dentro do espírito evangélico, esclarecer posições, corrigir equívocos e encontrar respostas para eventuais questionamentos. D.Pedro terá oportunidade de pedir e conceder as explicações adequadas, em um diálogo aberto com as Congregações romanas, até o plano entendimento".

● Especificamente sobre d.Pedro Casaldáliga, o presidente da CNBB frisou: "é um irmão, que sempre falou do seu amor ao Santo Padre, da sua vontade de fidelidade à Igreja e de inteira dedicação aos mais pobres. A carta que recebeu não questiona sua vida e nem sua virtude. Avalia fatos já apresentados em sua visita 'ad limina ' ". D.Luciano assinalou, ainda, que deseja ver "essa situação delicada o quanto antes superada".

JAIME WRIGHT E D.PAULO RECORRERÃO AO HABEAS DATA

Salvador (AGEN) - O reverendo Jaime Wright, secretário geral da Igreja Presbiteriana Unida, e o cardeal arcebispo de São Paulo, d.Paulo Evaristo Arns, vão entrar nos próximos dias com pedidos de Habeas Data junto ao SNI, utilizando o instrumento jurídico incluído na Constituição. A informação foi prestada na sexta-feira, dia 7 de outubro, com exclusividade, à AGEN, em Salvador, pelo próprio Jaime Wright.

O secretário geral da IPU foi um dos coordenadores do projeto Brasil Nunca Mais, que já tem 220.000 exemplares vendidos. Jaime Wrigth, também assinará outro pedido de Habeas Data: o de seu irmão Paulo Stuart Wright, preso político desaparecido desde setembro de 1973, então deputado estadual de Santa Catarina e líder da Ação Popular. A partir daí, através dos mais diversos meios, o reverendo tem tentado obter informações oficiais sobre o destino de seu irmão, em uma busca incansável. Sem nada conseguir.

Paulo Stuart Wright ficou detido nas dependências do DOI-CODI (rua Tutóia, São Paulo). Jaime Wright acredita que seu irmão tenha sido torturado e morto nas 48 horas seguintes à sua prisão. O pedido de Habeas Data está dependendo apenas das assinaturas de Leila e João Paulo, filhos de Paulo Stuart, que vivem em Curitiba, o que será concretizado na próxima semana.

A decisão sobre o Habeas Data foi tomada por d.Paulo e Jaime Wright em Salvador, a fim de saberem o que contra ambos existe nos órgãos de informação do Governo Federal. (Guilherme Salgado Rocha, de Salvador-BA).

CASALDÁLIGA LANÇARÁ LIVRO DIA 29

São Paulo (AGEN) - Deverá ser lançado no próximo dia 29 de outubro, no Instituto "Sedes Sapientiae", em São Paulo o livro "Na procura do Reino", de autoria de d.Pedro Casaldáliga, pela editora FTD dos irmãos maristas. Ao ato de lançamento, que deverá se iniciar por volta das 19h, deverão acorrer várias entidades defensoras dos Direitos Humanos e que trabalham com os movimentos populares, além de inúmeros amigos de d.Pedro, que aproveitarão a oportunidade para manifestar solidariedade ao bispo de S.Félix do Araguaia, que vem recebendo pressões por parte do Vaticano, por sua atuação junto aos empobrecidos em toda América Latina.

Uma entrevista coletiva à imprensa deverá ocorrer no dia 28 por volta das 14 hs na AGEN. Na oportunidade, d.Pedro exporá as idéias básicas de sua obra. Neste mesmo dia, às 20 h, ele poderá receber na Câmara Municipal de São Paulo a medalha Anchieta, por iniciativa do vereador Claudio Barroso (PT-SP).

Por outro lado, no auditório do TUCA, da Pontifícia Universidade Católica, o bispo fará uma palestra no dia 26 às 20 h, discorrendo sobre o tema "A caminho do ano 2.000, passando por Santo Domingo", numa promoção do CESEP e do departamento de teologia da PUC.

BISPO CHILENO É AMEAÇADO DE MORTE

Linares (AGEN) - Em princípios do mês de outubro, o Bispado de Linares (300 kms ao sul de Santiago), divulgou o conteúdo de uma carta anônima que alerta sobre um plano de morte dirigido ao bispo desta diocese, d.Carlos Camus Larenas.

Camus é considerado um dos bispos da ala progressista do Episcopado católico no Chile e sua postura antigovernamental é muito conhecida, bem como sua luta a favor dos Direitos Humanos. Juntamente com o bispo, foram ameaçados vários de seus colaboradores mais diretos como Félix Aviles, encarregado da Catequese e Jaime Naranjo, encarregado do Departamento de Leigos e presidente da Comissão Chilena de Direitos Humanos dessa cidade.

A carta anônima revela que existe um plano cujo autor é o "Comitê Cívico" que conta com inúmeros recursos e armas de fogo para operar. Segundo este plano, existem dois tipos de ações a serem efetuadas: "aos pequenos comunistas" aos quais lhes será tirada a carteira de identidade a fim de que não possam votar no plebiscito do dia cinco de outubro; aos "grandes comunistas" aos quais se lhes preparará pequenos golpes e incêndios de suas residências. No que diz ao bispo, especifica que "sua casa será queimada com ele dentro".

Direitos Humanos

A MISÉRIA E A FOME NO BANQUETE DA VIDA

Cardeal d.Paulo Evaristo Arns

A vida humana pode ser comparada a um grande banquete. Todos os dons e riquezas que ela oferece, todos os recursos que a sustentam, são como que iguarias postas à mesa. Os seres humanos, somos convivas que rodeiam ou se assentam à mesa e se regalam com as iguarias e usufruem do prazer de viver. Mas nesse banquete da humanidade, algo de estranho acontece: não obstante a riqueza dos recursos para um banquete de festa, estima-se que dois terços da humanidade passa fome e amarga a vida com o gosto da miséria. Vejamos de perto o que se passa.

Não obstante a riqueza dos recursos para um banquete de festa, estima-se que dois terços da humanidade passa fome e amarga a vida com o gosto da miséria.

Riquezas e recursos para uma vida na abundância *- Há muitas formas de começar a pensar as bases de uma vida na abundância, mas talvez a mais concreta seja começar pela* ***alimentação****. Sem alimento, morremos. Em termos mundiais modernos, a humanidade conta com enormes recursos na produção de alimentos. A tecnologia moderna cria as máquinas que economizam, em tempo e esforço, o empenho dos braços humanos, produz fertilizantes químicos, agrodefensivos e sementes selecionadas que nos levam a supersafras; pesquisas genéticas a nível vegetal e animal garantem uma produção mais eficiente e qualitativamente superior. Chegamos, assim, a uma produção anual no mundo, em termos de grãos, superior a 1,5 bilhões de toneladas, o que teoricamente daria para atribuir 300 quilos para cada habitante da terra. Existem, além disso, cereais estocados no mundo numa quantidade superior a 250 milhões de toneladas. Algo semelhante poderíamos dizer da produção de carne para a alimentação, cujos estoques, só na Europa, superam as 600 mil toneladas.*

A abundância da vida se aprecia também pela ***saúde****. Os avanços da medicina de hoje são incríveis. Não se pense apenas nos sofisticados recursos de uma medicina curativa, mas, talvez, principalmente na medicina preventiva. As ciências vão mostrando com precisão o que faz bem e o que faz mal à saúde; quais as necessidades básicas; qual o conteúdo nutritivo dos alimentos; quais as condições ideais de salubridade. Assim, a expectativa de vida para cada ser humano pode, teoricamente, ser pensada em termos de 70-80 anos.*

A vida se mostra também abundante no ***mundo das relações****, uma vez que somos seres constitutivamente sociais. Desde o campo afetivo até ao intercâmbio humano fundado na justiça, encontramos fontes indispensáveis para que a vida ganhe intensidade e tenha caráter de festa. Os recursos da humanidade nesse sentido são múltiplos. A tecnologia, com seus avanços, nos coloca à disposição meios de criar o aconchego para as pessoas, a partir de condições básicas como a habitação e o vestuário. Cria também condições menos desgastantes de trabalho, através das máquinas, e possibilita a diminuição das horas de trabalho e aumento do tempo de lazer de relações amplamente afetivas. Temos recursos, através das ciências, para reconhecer, na diversidade dos povos e nas diferenças sexuais, a força de vida que há na reciprocidade de nossos dons. E temos, particularmente através dos grandes meios de comunicação social, recursos ingentes para a educação, a informação e para a intensificação da participação política nos destinos de nossa vida.*

Aqui estão algumas indicações que podem esboçar o quadro de recursos que temos para viver. Outros aspectos ainda podem ser completados pela reflexão de quem pensa no lado otimista da vida de hoje. Em nossa parábola diríamos: a mesa está posta; façamos agora um brinde aos convivas.

Pobres e famintos ao lado da abundância *- O quadro de riquezas e recursos de que dispõe a humanidade é indispensável para se compreender a miséria e a fome. De fato, no contraste da distribuição desses recursos é que se evidencia o mundo dos pobres. O que se passa hoje na humanidade é de estarrecer.*

Quanto aos alimentos, as estatísticas revelam que cerca de 15% da população mundial consome 60% de toda a produção alimentícia, enquanto que 85% da humanidade rateia os restantes 40%. O resultado disso é a ***fome*** *que tem uma estruturação com raízes não só na falta de alimentos, mas também na desinformação sobre o valor nutritivo dos alimentos, na carência de poder aquisitivo diante deles, e numa espiral de fatores que impedem o pobre de os produzirem. O resultado é a morte. Indicam-se 120 mil mortes diárias no mundo, relacionadas com a fome. Cerce de 100 milhões de crianças, com menos de 5 anos, sofrem carência alimentar no mundo.*

Cerca de 100 milhões de crianças, com menos de 5 anos, sofrem de carência alimentar no mundo.

Mas a miséria não pode ser medida apenas pela fome. A exclusão do banquete da vida nos faz lembrar também o despojamento da saúde e dos cuidados que mantêm a vida. As doenças endêmicas tomam conta do povo, vendo a medicina se voltar, quase totalmente, para a cura e não para a prevenção. A mortalidade infantil atinge taxas incríveis de 8 a 10% em regiões do Terceiro Mundo. No Brasil, 34% do total de óbitos são crianças com menos de um ano de idade.

A mortalidade infantil atinge taxas incríveis de 8 a 10% em regiões do Terceiro Mundo.

Assim, o afastamento e marginalização dos convivas do banquete da vida se reproduz nas outras áreas de riquezas como a habitação, o vestuário, a terra para cultivo e moradia. Enquanto uns poucos têm mansões e grandes latifúndios, a maioria fica sem terra e desabrigada, ou mal acomodada. Os recursos técnicos que serviriam para a educação, informação e promoção de formas participativas de vida social, se transformam em mecanismos de garantia a ampliação do ganho de alguns.

Só entre 1981 e 1985 os países endividados pagaram de juros US$ 133 bilhões a seus credores.

Desse modo, se percebe que a miséria e a fome têm uma lógica que as explicam: o poder transformado em força de exploração de alguns sobre a vida dos outros. Criam-se "mundos" diferentes, um explorando o outro. É assim que certos mecanismos como a dívida externa, eternizam a dependência. Só entre 1981 e 1985 os países endividados pagaram de juros US$ 133 bilhões a seus credores; soma que corresponde ao dobro do total da dívida em 1975, que era de US$ 68,5 bilhões. Países famintos têm que aumentar suas exportações para pagar uma dívida infinda. E a mesma lógica se reproduz dentro dos próprios países já pobres. No Brasil, por exemplo, o magro salário mínimo de US$ 40,00 por mês é insultado por salários dos mais altos do mundo.

Tudo isso nos fala da vida como um grande banquete, no qual, porém, são poucos os que podem se assentar à mesa. Na fé cristã, incomodados, lutamos para mudar as regras desta sociedade que transforma a festa da vida em jogo fúnebre de fome e morte. E mantemos ao mesmo tempo a firme confiança de que, do alto Céu, Deus sustenta o plano de fazer da vida um grande banquete:

"Bem-aventurados vós, que agora tendes fome, porque sereis saciados" (Lc 6,21).

Terra

SEM TERRA OCUPAM SEDE DO MIRAD

São Paulo (AGEN/MST) - Mais de 180 pessoas, inclusive crianças, ocuparam no último dia 26 de setembro a sede do Mirad de Maceió, Alagoas, como forma de conseguir uma audiência com o governador estadual, Fernando Collor de Mello, e exigir a desapropriação da Fazenda Peba, situada no município de Delmiro Gouveia, Alagoas.

Em nota distribuída à imprensa, via telex, os sem terra justificam a desapropriação, dizendo que em 1984 o suposto proprietário daquela área, Miguel Gandu Dacach, com medo que a fazenda fosse desapropriada, uma vez que estava "totalmente improdutiva", convidou 66 famílias para trabalhar na terra.

Dois anos após, diz a nota, o mesmo latifundiário largou o gado na plantação dessas famílias e passou a fazer intimidações aos trabalhadores. A partir daí, houve vários conflitos na área para se expulsar os trabalhadores com pistoleiros e polícia.

No dia 26 de fevereiro, mais de noventa famílias ocuparam a área, e, em seguida, foram despejadas para continuarem acampadas no outro lado da cerca, dentro da mesma terra.

Passados 7 meses, dizem os lavradores, "o governo não mostrou nenhum interesse em solucionar o caso, ao contrário, sempre tem mostrado uma impressionante agilidade quando é para fazer uma ação contra os trabalhadores".

No dia 27 de setembro último, o Mirad/Brasília autorizou o pedido de forças federais para desalojar as famílias que se encontram no Mirad de Alagoas.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pede a todos os que apóiam a luta dos lavradores, que mandem telegramas para as autoridades pedindo a desapropriação da área ocupada, o assentamento definitivo das famílias e a assistência necessária para que possam produzir.

A ESTRATÉGIA DA UDR NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Feira de Santana, BA (AGEN) - A partir de um levantamento dos constituintes que se engajaram na defesa da terra produtiva durante a elaboração da nova Constituição, a União Democrática Ruralista (UDR) está fazendo uma articulação nacional para apoiar candidatos a prefeito e vereador que se identificam com as causas da entidade. O apoio está sendo dado preferencialmente aos candidatos ligados aos parlamentares que trabalham em favor da "livre iniciativa" as quais ajudaram a UDR a vencer a batalha da Reforma Agrária.

O presidente nacional da UDR, Ronaldo Caiado, começou, esta semana, a visitar 14 estados para definir com as regionais da entidade a forma de ajuda. Mas, em algumas regiões, a UDR está econtrando dificuldades localizadas, como é o caso de Feira de Santana, onde expõe a entidade uma grave crise interna por causa da discussão sobre a sucessão municipal.

Na UDR de Feira de Santana existem quatro correntes, cada uma delas trabalhando para um candidato a prefeito diferente. O presidente da regional, Zorcastro Azevedo, ajuda o candidato do PFL-PDS, Sérgio Carneiro, filho do ex-governador João Durval, contrariando outras facções que defendem as candidaturas de Colbert Martins (PMDB), Humberto Cedraz (PFL-SC) ou Antônio Navarro (PTB).

Ronaldo Caiado promoveu uma reunião fechada com a diretoria da UDR local e principais lideranças rurais da região para resolver o impasse e definir qual o candidato que receberia a ajuda. Hove muito "bate-boca" e, no final, não se chegou a um acordo. Um diretor da UDR, o pecuarista Afrânio Boaventura, não gostou quando Caiado pediu aos ruralistas que não votassem em candidatos que fizeram aliança com partidos comunistas. Como ele apóia o candidato do PMDB, que se coligou com o PC do B, apresentou sua renúncia verbal no momento da reunião.

Hoje, Caiado tentou superar o constrangimento e aparar as arestas, fazendo uma nova reunião na Cooperativa Regional Pecuária de Feira (COOPERFEIRA), quando minimizou a crise na UDR e pediu aos produtores que não se dispersassem por causa desse conflito político. O presidente do Sindicato Rural, Luiz Alberto Falcão, que também é diretor da UDR, ameaçou renúncia por causa do apoio aberto dado pelo presidente local da entidade ao candidato Sérgio Carneiro, que se encontrou com Caiado por uma hora. Alberto Falcão é o candidato a vice-prefeito na chapa de Humberto Cedraz, do PFL-PSC.

CARTAS DE PORTUGAL CONTRA A VIOLÊNCIA AGRÁRIA NO BRASIL

Lisboa (AGEN) - O grupo Portugal-6 da Anistia Internacional, sediado no Porto, lançou uma campanha de cartas dirigida ao governo brasileiro para que intervenha nos conflitos pela posse da terra, exigindo que "acabe com a morte de camponeses nas mãos de pistoleiros contratados". Uma notícia publicada recentemente em um jornal do Porto, sob o título "Brasil: autoridades consentem violência", assinada pela Anistia, denuncia a violência por parte dos grandes proprietários de terra e a inoperância das autoridades perante os assassinatos, as torturas e os maltratos. A notícia lembra que o relatório da Anistia Internacional foi enviado para as autoridades de Brasília em abril deste ano, e que as autoridades federais reconheceram que a atuação dos Estados não têm sido adequada, mas não tomaram nenhuma providência.

Segundo a notícia, mais de mil pessoas foram mortas em disputas pela terra desde 1980, principalmente camponeses proprietários de pequenas propriedades e índios, mas também padres, freiras e sindicalistas. Cita informações da Ordem dos Advogados do Brasil, que revela a existência de um "sindicato da morte", em Imperatriz, no Maranhão, onde pode-se contratar pistoleiros.

Entre os casos apresentados está o da execução de Sebastião de Souza e de seu filho de três anos, ocorrida em outubro de 1987, que quando a viúva foi tentar registrar a queixa numa delegacia de Goiânia, o delegado afirmou não poder anotar a ocorrência por falta de papel e caneta. Outro caso relatado, ocorrido em fevereiro de 1987 em São Geraldo do Araguaia, implica a Polícia Militar, que teria detido cerca de cinqüenta camponeses, incluindo crianças, levando-as ameaçadas por espingardas para o rancho de um grande proprietário, onde duas mulheres teriam sido violentadas e os camponeses torturados, sendo obrigados a engolir escrementos, espinhos e até cigarros acesos, como ameaça para não voltar às suas terras. Por outro lado, os camponeses detidos após a morte de pistoleiros e de grandes proprietários teriam sido mantidos incomunicáveis sem ordem judicial, sujeitos a torturas para que confessassem e incriminassem outros camponeses.

DIOCESE DE ITAGUAÍ PREOCUPADA COM TRABALHADOR RURAL

Itaguaí, RJ (AGEN-CPT) - Tendo como tema as eleições sindicais que acontecerão em dezembro deste ano, além das eleições para prefeitos e vereadores do próximo mês e as de presidente da República de novembro de 89, a Diocese de Itaguaí realizou um encontro para todos os trabalhadores rurais nos dias 7, 8 e 9 de outubro, no Centro Diocesano de Formação, em Mangaratiba.

Estiveram presentes os trabalhadores rurais de Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba e Itaguaí. Ainda em Itaguaí, a Comissão Pastoral da Terra informa que o Mutirão Sol da Manhã conseguiu outra conquista: foi desapropriada mais uma gleba pelo governo, ocupada por trabalhadores rurais sem terra.

A formação política dos trabalhadores, sem dúvida, inscreve-se entre as grandes preocupações das Igrejas progressistas, insatisfeitas com o tratamento desumano dado aos trabalhadores, principalmente no que se refere aos fazendeiros agrupados em torno da UDR.

Ecologia

A EMERGÊNCIA ECOLÓGICA

Rio Branco (AGEN-CPT) - O calor insuportável, o céu carregado e o aumento das doenças respiratórias são as marcas das futuras gerações. Acabou o mito das calamidades naturais: secas, enchentes, malária e febre negra são frutos da devastação florestal. Um novo deserto, o aumento dos conflitos **(Belo Horizonte, Novo Destino, Paraíso, etc)** e das expulsões dos seringueiros são novas urgências da emergência ecológica da Amazônia.

Nunca o homem esteve tão perto do tão falado "progresso", mas, também, nunca ele esteve tão próximo de sua autodestruição. A consolidação da ocupação do Acre e o desenvolvimento capitalista implica uma destruição sempre maior do meio ambiente (estradas, hidrelétricas etc). Os trabalhadores acreanos não são contrários ao desenvolvimento, mas entendem que este tipo de progresso é feito nos gabinetes, sem a participação do povo. Este tipo de progresso valorizará ainda mais as terras, favorecerá a especulação e aumentará ainda mais a expulsão de seringueiros, ribeirinhos, colonos e o aniquilamento das últimas tribos de índios. Enfim, este progresso favorecerá uma pequena camada de latifundiários e empresários.

A decisão de rasgar a floresta e de converter centenas de árvores em toras para a comercialização e a opção de derrubar milhares de castanheiras e seringueiras para substituí-las com capim não leva em conta os custos sociais do desenvolvimento, mas somente os interesses do capital que está abrindo um corredor de exportação das nossas riquezas, rumo ao Pacífico.

A destruição da mata **(20 milhões de hectares, em 1987, com um acréscimo de 30% este ano)** é um tipo de agressão que não pode ser qualificada, em termos de conseqüências e de extensão. Ela é diária e progressiva. A agressão ao meio ambiente se traduz em violência à vida humana. As vítimas não são indenizadas pelas suas perdas em termos de condições de trabalho, alimentação, saúde etc. Não só as árvores estão sendo destruídas pela ganância dos fazendeiros. Não só os rios estão sendo poluídos pelos agentes químicos proibidos nos Estados Unidos e na Europa. Não só o regime das chuvas está sendo alterado pelos modelos predatórios da ocupação da Amazônia. Mas é a ordem da Criação que está sendo rompida. É a vida dos Filhos de Deus que está sendo ameaçada.

O avanço do capital sobre o Acre (e a Amazônia em geral) rompe uma relação amorosa e milenar com a terra, rompe com a concepção da terra como espaço sagrado e de uso coletivo. Cria novas relações de trabalho e de poder e atropela as relações sociais. A terra não vale mais pelo trabalho dos homens, das mulheres e de tantos menores, mas pela especulação que os grandes fazem. A natureza não é mais a mãe e a fonte da vida, tampouco é explorada para o uso e o necessário; ela é destruída e transformada em mercadoria para a acumulação (mais de 60.000m^3 de mogno saiu do Acre em 1987).

Acre, hoje, não é mais "terra sem homens para homens sem terra": ele é violação cotidiana dos mais fundamentais direitos humanos. Acre, hoje, não é mais "a terra prometida onde corre látex e mel": ele é etnocídio de seringueiros, ribeirinhos e índios, legítimos donos deste Brasil. Acre, não é mais aventura tropical de um Eldorado tão sonhado: ele é ecocídio planejado e financiado pelos Bancos Multinacionais, enquanto, todo ano, metade da dívida externa brasileira é consumida pelas queimadas (60 bilhões de dólares é o valor da madeira perdida anualmente no fogo da Amazônia).

Neste contexto de lucros imediatos, de dependência e de morte, todos se tornam ecologistas: a direita para preservar seus interesses, as esquerdas para suas conversas de botequim ("Casarão") e até o governo para ter aprovado os seus projetos financeiros do BID, ITTO etc, e manter seus currais eleitorais em vista do próximo dia 15 de novembro!

Mas ecologia, hoje, aqui no Acre, não é um modismo que todos podem vestir e trocar. Não é poesia de intelectuais "bohémiens". Não é cultura preservacionista de burgueses arrependidos... Ecologia, hoje, aqui na Amazônia, é opção concreta para uma Reforma Agrária que este des-governo negou. É luta contra uma dívida externa que o povo não fez, mas que administra a nossa política e as nossas relações. É confronto direto com a força das armas e com o poder dos meios de comunicação. É, sobretudo, educação permanente a salvar o ambiente e o povo que nele mora. É enfim, organização dos trabalhadores e solidariedade com suas reivindicações de Reservas Extrativistas.

O futuro corre a passos de gigante e está engolindo todos os que não se atrevem a ousar, a sonhar e a lutar em favor da Amazônia, sua floresta e sua gente.

Rio Branco - AC, 01.09.88.
CPT - ACRE

Obs.:
Pedimos telegramas de apoio e solidariedade com o seguinte texto: "SOLICITAMOS URGENTE DESAPROPRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE RESERVAS EXTRATIVISTAS COM PLENA GARANTIA DE INFRA-ESTRUTURAS, SERVIÇOS E POLÍTICAS AGRÍCOLAS, RESPEITANDO CULTURA, HABITANTES DA FLORESTA, DOS SEGUINTES SERINGAIS: **PARAÍSO, BELO HORIZONTE, BOM DESTINO, HUMAITÁ, UNIÃO**"

Para:

1. Governador do Estado
Sr. FLAVIANO MELO
Palácio Rio Branco
69.900 Rio Branco - Ac

2. Delegada Regional do Mirad
Sra. OTHÍLIA MELO DE SAMPAIO
Estrada do São Francisco S/N
69.900 Rio Branco - Ac

3. Delegado Regional do IBDF
Sr. JOÃO MAIA
R. Milton Matos, 320
69.900 Rio Branco - Ac

4. Ministro do Mirad
Sr. LEOPOLDO P. BESSONE
Palácio do Desenvolvimento
18º andar S.B.N.
70.057 - Brasília - DF

5. Presidente da República
Sr. JOSÉ SARNEY
Palácio do Planalto
70.150 - Brasília - DF

Mulher

3º CONCUT E O AVANÇO DA MULHER TRABALHADORA

São Paulo (AGEN) - Contando com a participação de 66 delegadas de 14 estados, a Associação Nacional de Assistentes Sociais, 5 observadoras e entidades convidadas (Cedi, Instituto Cajamar, entre outras) realizou-se, nos dias 1, 2 e 3 de julho último, o 1º Encontro Nacional da CUT sobre a Questão da Mulher Trabalhadora.

O 1º Encontro aconteceu na Praia Grande (SP) e teve por objetivo analisar a situação da trabalhadora brasileira no mercado de trabalho urbano e rural, fazer um balanço da Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora (CNQMT) do 2º Concut até o momento e traçar perspectivas para o próximo período.

As deliberações do Encontro, foram indicadas ao 3º Concut, discutidas e incorporadas às resoluções do Congresso, ocorrido, entre os dias 7 e 11 de setembro, na cidade de Belo Horizonte (MG).

Bandeiras prioritárias - Três questões foram consideradas como bandeiras de luta prioritárias pelo 3º Concut: manter a **creche** como reivindicação ímpar, indicando o dia 12 de outubro como o Dia Nacional de Luta por Creche; desenvolver uma luta contra todas as formas de discriminação à mulher tanto no trabalho como na sociedade e lutar em defesa do trabalho para as mulheres, ameaçado pelos patrões em função da extensão da licença-maternidade para 120 dias.

Outras lutas - Várias são as demais lutas encabeçadas. Entre outras, encontra-se a igualdade de direitos entre as trabalhadoras urbanas e rurais, garantindo-se as condições mais vantajosas já conquistadas.

A extensão de todos os direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas, a questão do aborto no Brasil (segundo estimativa do Banco Mundial, são realizados anualmente quatro milhões de abortos, morrendo, em conseqüência, 400 mil mulheres) e o planejamento familiar, também foram consideradas como bandeiras de luta.

Fortalecimento - Decidiu-se que a CUT e suas instâncias estaduais atuarão no sentido de fortalecer a CNQMT, incrementando-a nos estados onde não existe. Outra forma, será o trabalho dos departamentos profissionais da CUT na elaboração de estudos sobre as situações das trabalhadoras dos respectivos ramos de produção, visando incluir as reivindicações específicas das mulheres nas suas pautas de negociação.

Conscientização - A CUT Nacional e CUTs estaduais, através das Secretarias de Formação, em conjunto com a CNQMT, desenvolverão atividades de formação sobre a questão da mulher trabalhadora para o conjunto de seus militantes. Com estas atividades, pretende-se ampliar a compreensão desta problemática como parte integrante das lutas da classe trabalhadora dirigida pela CUT.

A CNQMT foi criada a partir do 2º Concut (agosto/86), que deliberou pela necessidade da CUT assumir a direção das lutas das mulheres trabalhadoras contra as discriminações enfrentadas no mercado de trabalho e pela ampliação da presença feminina nas lutas gerais da classe trabalhadora.

Nos dois anos que se seguiram, a CNQMT viveu o processo de implementação, destacando-se algumas dificuldades como: estruturação, dificuldades financeiras para realizar reuniões nacionais e dificuldades de assimilação e compreensão, pelas militantes cutistas e direções, da importância da CUT desenvolver uma política para a mulher trabalhadora.

SEMINÁRIO SOBRE OS DIREITOS DA MULHER

São Paulo (AGÊN) - Dando prosseguimento ao trabalho que vem desenvolvendo em todo o país com grupos de mulheres ligadas ao movimento popular, a Rede Mulher realiza, de seis a 10 de outubro, nas dependências da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), um seminário sobre os Direitos da Mulher conquistados na nova Constituição.

O encontro baseia-se em cinco eixos fundamentais: saúde, direito à vida, terra e moradia, trabalho e educação e direito à organização. As informações sobre o que faz a Rede Mulher, que tem 800 grupos de mulheres catalogados, podem ser obtidas no seguinte endereço: rua João Ramalho, 991, Perdizes, São Paulo, SP. O CEP é 05008.

Povos Indígenas

CONDENADOS PELA MORTE DOS XACRIABÁS

Belo Horizonte (AGEN) - No mais longo julgamento da história de Minas Gerais, e na primeira vez que um júri popular da Justiça Federal se reuniu no estado, os cinco acusados da morte de três índios Xacriabás, e de terem ferido outros quatro, foram condenados a penas entre dois anos e meio a 27 anos. O julgamento durou 74 horas e ao final dos trabalhos, as entidades mineiras e de todo o Brasil que acompanharam o trabalho, festejaram a condenação dos acusados, frisando que talvez "surja uma nova consciência na Justiça brasileira, impedindo que isto fique impune em outras áreas. Será um exemplo", lembrou o criminalista Décio Fulgêncio, assistente de acusação.

Francisco de Assis Amaro foi condenado a 27 anos. O júri, de forma unânime, decidiu que ele havia praticado "homicídio qualificado" contra o cacique Rosalino Gomes de Oliveira, os índios Manuel Fiúza da Silva e José Pereira de Santana. Agravou sua situação o fato de ter impedido a defesa das vítimas.

Outras condenações pesaram contra o grileiro: acabou condenado por lesões corporais na mulher do cacique, Anísia Nunes de Oliveira, na época grávida de seis meses. Além disto, o júri decidiu pela condenação por violação de domicílio e formação de bando.

O posseiro Germano Gonçalves da Silva acabou condenado a 20 anos por ter ajudado na morte de Rosalino e do índio José de Santana. E mais: Roberto Freire de Alkimin, também posseiro, levou 20 anos e seis meses de condenação, ajudante que foi na morte dos índios. Outros dois envolvidos, os irmãos Sebastião de Oliveira Vidoca e Claudomiro de Oliveira Vidoca, receberam penas de 12 e dois anos e meio, respectivamente.

Solo Urbano

ANSUR E A LUTA PELA REFORMA URBANA

São Paulo (AGEN) - Os desafios da Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR) para manter e ampliar as conquistas conseguidas na nova Constituição são vários, mas como prioritários a ANSUR coloca dois: capitalização das vitórias e uma ampla massificação da Campanha pela Reforma Urbana.

Para chegar a esses objetivos, é imprescindível a união de todas as entidades, organizações e de toda a população para que a unificação fique mais sólida e as conquistas sejam maiores. A ANSUR reconhece ser esse um dos pontos mais difíceis, porém não impossível de ser alcançado, já que a proposta dos vários movimentos é uma só - luta por moradia, mudando somente a forma de reivindicação.

Segundo a ANSUR, também, é importante ter claro as propostas para cada problema específico, a fim de poder ajudar os movimentos a se capacitarem e organizarem melhor suas lutas.

Propostas - Algumas das propostas da ANSUR: mapear desde já as áreas, cujos os ocupantes tenham mais de cinco anos de moradia; nas áreas onde não é possível a utilização do usucapião, continuar com a luta pela concessão de direito real de uso e lutar para que o FGTS venha diretamente para os trabalhadores, sendo destinado à construção de casas populares.

Política

DIRIGENTE PARTIDÁRIO É ASSASSINADO EM SANTO ANDRÉ

Santo André (AGEN) - Centenas de pessoas compareceram ao ato público realizado nesta cidade de São Paulo em protesto contra o assassinato de Miguel Ângelo dos Santos, dirigente partidário, morto com um tiro à queima-roupa, efetuado, segundo testemunhas, por Josti Pereira, cabo eleitoral de um candidato a vereador do PTB, Carlos Raposo. O ato aconteceu domingo, dois de outubro.

Miguel Ângelo tinha 56 anos, foi fundador do PT de Santo André, era membro do diretório e antigo militante das lutas operárias da região do ABC. Sua morte ocorreu em circunstâncias ainda não esclarecidas pela polícia, junto a um bar, ao lado do comitê do partido que seria inaugurado no dia seguinte, dois de outubro.

Agressões constantes - O diretório municipal do PT de Santo André divulgou uma nota oficial lembrando que a morte de Miguel Ângelo vem somar-se a outros fatos que já ocorreram há algum tempo. Exemplifica:

"Na madrugada de 16 de setembro, Antônio Carlos Granado, vereador do PT de Santo André, e presidente da Comissão que está apurando a ação da Guarda Municipal de Santo André, foi agredido com uma coronhada na cabeça. Teve de se submeter a uma intervenção cirúrgica. Antônio Carlos saía da sede do Sindicato dos Metalúrgicos desta cidade, onde estava sendo velado Miguel Guillén, sindicalista histórico do ABC, que morreu há cerca de um mês".

Mais adiante, o diretório do PT acusa o recebimento de uma denúncia de que pessoas ligadas à campanha de um candidato de outro partido político estavam sendo instruídas para desestabilizar a campanha do partido de Santo André e afirma: "em diversos bairros têm ocorrido agressões a militantes do nosso partido".

Josti havia saído recentemente da cadeia, após cumprir pena por tráfico de entorpecentes. O presidente do diretório do PTB, Luís Olivieri, disse que nada sabia acerca da acusação contra seu partido. "Não tomei conhecimento de nada. Para mim, tudo é novidade", limitou-se a dizer.

OS CRISTÃOS E A POLÍTICA PARTIDÁRIA

Petrópolis, RJ (AGEN) - O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (CDDH) coordenou dois seminários entre militantes cristãos, com a presença de intelectuais comprometidos com as lutas populares e suas implicações com a fé, exatamente sobre o assunto política partidária e envolvimento dos cristãos.

O texto pode ser adquirido em qualquer loja da Vozes, espalhadas pelo Brasil, ou então ser pedido diretamente ao CDDH-Petrópolis. Pedidos maiores poderão ser feitos diretamente ao CDDH, no seguinte endereço: Caixa Postal 90581, CEP 25600, Petrópolis, RJ. Ou telefone (0242) 422462. Para pedidos maiores será dado um desconto. O preço unitário fica nos 400 cruzados.

No livro são abordados alguns problemas básicos, como: que implicações a militância traz para a fé e vice-versa? Como avançar eficazmente a combinação fé-política? Que tipo de acompanhamento deve ser feito aos militantes? Como alimentar a fé e crescer no compromisso com a vida? O que esperar da Igreja?

O livro é uma contribuição, das muitas que vêm surgindo em todos os cantos do país, às eleições municipais deste ano, quando estarão começando a ser definidas as eleições presidenciais de novembro de 89.

Movimento Operário

CUT GANHA ELEIÇÃO DOS QUÍMICOS DO ABC

Santo André (AGEN) - Com mais de 70% dos votos válidos, Agenor Narciso, atual presidente do Sindicato dos Químicos do ABC, foi reeleito para mais um mandato, o terceiro consecutivo. Agenor teve 5553 votos, enquanto a chapa 2 obteve 2216. Em branco 108 e nulos 296.

Agenor, ligado à CUT, defendeu, em sua plataforma de campanha, uma maior participação dos químicos na vida sindical, o fortalecimento da entidade e apoio integral às reivindicações dos trabalhadores, insistindo no trabalho junto aos associados e não associados, impedindo que haja uma vinculação assistencialista entre a entidade sindical e os trabalhadores.

A chapa 2, encabeçada por Clóvis Nogueira, foi acusada, durante toda a campanha, de estar organicamente ligada à classe patronal. As eleições e as apurações correram sem incidentes. A posse será dia 27 de novembro. O sindicato tem hoje cerca de 11 mil filiados em condições de voto, e o comparecimento foi considerado bom.

EMPRESA AMEAÇA DE DEMISSÃO OS SINDICALIZADOS

Rio de Janeiro (CPO Informa-AGEN) - O diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios, Carnes, Sorvetes e Produtos do Frio do município do Rio de Janeiro, Vicente Rodrigues, denunciou que a Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL) está obrigando seus 850 empregados a cancelarem suas fichas de sindicalização, sob a ameaça de demissão, caso não cumpram a obrigação. A notícia chegou a ser divulgada, inclusive, no jornal O Dia, do Rio.

"Não queremos ninguém trabalhando na CCPL que participe de sindicato ou possa procurá-lo". Esta é a justificativa que a empresa dá aos trabalhadores, explicou Vicente.

Além disso, a CCPL, desde agosto do ano passado, vem reduzindo o seu quadro de funcionários. Até agora já foram dispensados 125 profissionais por justa causa. Porém, todos eles ingressaram na Justiça do Trabalho e 72 deles tiveram ganho de causa na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento e, posteriormente, na 2ª Instância do Tribunal Regional do Trabalho. Agora aguardam o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

EMPREGADOS DA CEF AGRADECEM POVO

São Paulo (AGEN) - Os empregados da Caixa Econômica Federal e o Sindicato dos Bancários de São Paulo estão distribuindo um comunicado aos clientes do banco, agradecendo a maneira como a greve de cinco dias foi recebida pelo público. "Sabemos que você, trabalhador como nós, entendeu a nossa luta", diz o texto.

Mais adiante, acrescenta: "nossa vitória é sua também, pois com ela fortalecemos a disposição de luta de toda a classe trabalhadora, na busca de melhores condições de vida e trabalho".

A nota acusa a diretoria da CEF de tentar colocar a população contra os trabalhadores, "atribuindo aos empregados a responsabilidade pela greve e pelos transtornos que ela trouxe aos nossos clientes". Para lembrar, em seguida, que os clientes, também trabalhadores, apoiaram a greve.

Economia

A CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL E O BRASIL

São Paulo (AGEN-13 de Maio) - Antes de falarmos dos efeitos de uma nova crise econômica internacional sobre a economia brasileira, devemos resumir algumas importantes mudanças ocorridas na economia mundial nos últimos 10 anos, aproximadamente.

A mais importante das mudanças foi na própria base produtiva e tecnológica mundial. Se no período que se estende até o início dos anos 70, a intervenção do Estado na economia mundial permitiu uma certa continuidade do crescimento, a partir da segunda metade dos anos 70 assistimos a dois fenômenos simultâneos: o primeiro foi um enfraquecimento daquela tradicional intervenção e regulação do Estado sobre a economia. A forma deste afastamento foi uma liberalização maior da economia, no sentido de se transferir para o setor privado da economia maior autonomia e poder de decisão sobre os rumos da acumulação.

O segundo fenômeno foi um grande impulso de acumulação e crescimento industrial nos Estados Unidos, Europa e Japão.

Tudo isto aconteceu de forma mais clara a partir de 1983, quando se iniciou o atual ciclo de expansão da economia mundial. Neste período as taxas de investimentos naquelas economias centrais foram as maiores do pós-guerra. Ao mesmo tempo, introduziu-se no processo produtivo novos processos tecnológicos.

É o caso do desenvolvimento da informática, que revolucionou a engenharia da produção - com a introdução de máquinas de controle numérico, automatização e robotização, etc - o desenvolvimento de novos produtos, a velocidade de informações, comunicações, etc. É o caso, também, do desenvolvimento da química fina e de novos materiais, que mudaram radicalmente a estrutura de matérias-primas e insumos na fabricação dos produtos. Quem colocar lado-a-lado um automóvel fabricado nos anos 60 e outro fabricado em 1988, perceberá facilmente estas mudanças. A grande quantidade de aço, borracha vegetal, vidros, madeiras, couro animal, etc que predominam nos automóveis antigos, agora foram quase que totalmente substituídos por novos compostos químicos e novos materiais.

A somatória destes novos processos tecnológicos, que invadiram todas as esferas da produção social-indústria, agricultura, transportes - e da circulação de mercadorias - comércio, bancos, setor de serviços em geral - provocaram conseqüências importantes. Aumentou-se brutalmente as possibilidades de exploração da força de trabalho, o que se materializa um grande aumento da sua produtividade e capacidade produtiva. Como resultado, temos uma grande massa de desempregos e uma inundação de mercadorias no comércio internacional. A composição do capital deslocou-se em grande medida para o capital constante (máquinas, matérias-primas, etc), diminuindo relativamente a participação do capital variável (força de trabalho). Isto resulta em uma diminuição do preço das mercadorias, devido ao aumento da produtividade, e a uma desvalorização da força de trabalho. Ao mesmo tempo em que se aumenta a taxa de mais-valia, diminue-se a taxa de lucro e aumenta-se a massa de lucro. Tem-se portanto um aumento da concorrência, um diminuição dos preços unitários e uma aumento da quantidade das mercadorias produzidas.

Aumentou-se a concorrência e a concentração de capital entre as maiores corporações industriais do mundo. Assistimos nos últimos anos um abalo nas posições de lideranças de grandes empresas multinacionais como a IBM, a GM, a General Electric, a Philips, etc, que até 10 anos atrás dominavam a cena da economia mundial. Hoje estas grandes empresas já começaram a se fundir com outras grandes empresas do Japão, principalmente, para sobreviverem no novo quadro de concorrência internacional.

As fronteiras econômicas nacionais, frente àquele processo de concentração do capital, assim como ao grande desenvolvimento das comunicações e informações, passam também por um grande processo de abertura e adaptação às novas condições de expansão da produção mundial. Este é um processo que já atingiu a Europa do leste, a China, etc. Para não serem marginalizados no mercado mundial e para acompanharem as mudanças produtivas e teconológicas, as estratégias econômicas nacionais têm que ser reformuladas. Estes movimentos provocarão, nos próximos anos, grandes tremores de terra na tradicional estrutura geo-política internacional. Os blocos econômicos terão que sofrer grandes mudanças, com consequências sobre os movimentos políticos e de repartição do poder herdado no pós-guerra.

As economias do Terceiro Mundo, marginalizadas deste ciclo de expansão dos anos 80, como é o caso do Brasil, sofrem o peso destas mudanças. De um lado o Estado se mantém como o grande regulador da produção e do desenvolvimento tecnológico. Para isto mantém ainda a antiga estrutura de subsídios e proteção ao mercado interno e suas empresas. De outro lado, ainda procura concorrer no comércio internacional com mão-de-obra barata e grande dose de matérias-primas tradicionais na composição dos seus produtos. Mas tudo isto são fatores de concorrência cada vez menos importantes na formação dos preços das mercadorias.

Algumas economias subdesenvolvidas, como o Chile, a Argentina, Uruguai, etc, já entregaram os pontos nesta nova ordem econômica internacional. Fora de qualquer reformulação regional de novos blocos econômicos, como é caso de Portugal, Espanha, Grécia, etc, na reorganização do bloco Europeu, aquelas economias latino-americanas optaram pela saída mais fácil, de sucatear a indústria nacional a abrir passivamente seus portos para o capital internacional. Veremos nos próximos boletins como o Brasil ainda se encontra a meio caminho desta aventura e quais as suas dificuldades para chegar lá. Mas antes, devemos verificar as grandes mudanças ocorridas no capital financeiro internacional, paralelas às mudanças na estrutura produtiva e tecnológica mundial.

O BRASIL FAZ ACORDO COM O CLUBE DE PARIS

Brasília (AGEN - Informativo da Dívida Externa) - O ministro Maílson da Nóbrega, acaba de fazer acordo com o Clube de Paris. Segundo ele foi o melhor acordo firmado de 1 bilhão e 136 milhões de dólares de juros e 3 bilhões de dólares do principal. A dívida total com o Clube é de 17 bilhões e 50 milhões de dólares (FSP dos dias 30/7/88 e 3/8/88).

Apesar das declarações entusiasmadas do ministro esse acordo implicará no aumento dos juros da parte negociada. Pelas notícias, o país também terá que pagar os juros atrasados correspondentes a 1987 e primeiro semestre de 1988 Mas, o mais grave é que o acordo feito compromete desde já o futuro governo brasileiro. O presidente que assumir o país em 1990, no dia 1º de abril, terá que efetuar o pagento de 15% dos juros reescalonados e um ano depois outros 15%, o restante será distribuído pelo prazo de dez anos.

Em resumo, o que está acontecendo com esses acordos é um aumento da dívida e dos juros que teremos que pagar no futuro, perpetuando a dívida e comprometendo os próximos governos.

Para conseguir esse tipo de acordo, de quebra, o governo está submetendo, vergonhosamente, todo o país à política econômica definida pelos banqueiros.

GOVERNO RECONHECE FRACASSO NO COMBATE À INFLAÇÃO

Brasília (Luiz Fenelon, AGEN - Informativo da Dívida Externa) - Nos últimos dias, quem acompanha de perto a política econômica do governo, foi surpreendido por duas declarações. A primeira foi o reconhecimento do ministro Maílson da Nóbrega de que o esforço que está sendo feito este ano para pagar os juros da dívida externa, remetendo US$ 9,5 bilhões ao exterior, provoca efeitos inflacionários. A segunda foi do presidente Sarney, dando prioridade contra o "dragão da inflação", ameaçando, inclusive, importar alimentos, veículos e eletrodomésticos, para tentar reduzir a velocidade dos aumentos dos preços.

Afirmações como estas significam o reconhecimento oficial do fracasso da política econômica de arrocho salarial, adotada desde o fim do Plano Cruzado. Segundo as autoridades econômicas na época, o gatilho salarial era altamente inflacionário e, por isso, foi adotado um dos maiores, ou o maior, arrocho já sofrido pelos trabalhadores brasileiros. Através deste arrocho ao consumo, foram conseguidos, desde a metade de 1987, saldos crescentes de exportações, chegando a vários recordes. O que o povo brasileiro deixa de consumir é exportado.

Tudo foi justificado como necessário para conter a inflação e recuperar as condições de pagamento aos credores internacionais. Esperava-se, pagando pontualmente aos banqueiros, receber novos empréstimos que financiassem o crescimento da nossa economia. À custa da fome e do sacrifício da maioria dos trabalhadores, estão sendo pagos os juros da dívida, mas a inflação já está se transformando em hiperinflação e não chegaram e, também, não há perspectiva de chegarem novos recursos para financiar o crescimento.

Agora, depois da política do "feijão com arroz", responsabilizar a dívida externa pela inflação e pelo estancamento significa: a) ou que o governo, premeditadamente, tentou enganar toda a população, sabendo que o pagamento dos juros era inflacionário, adotando a política de reduzir a inflação, através da contenção da demanda (arrocho salarial); b) ou que atuou de forma honesta e bem intencionada, mas totalmente incompetente e só agora está descobrindo o óbvio, que o pagamento da dívida compromete toda a economia brasileira.

Por qualquer das duas alternativas, o governo deveria ser responsabilizado e ter a obrigação de reparar os danos sociais ocasionados pela política adotada até o momento.

América Latina

MDP FOI OFICIALMENTE CONSTITUÍDO NO PARAGUAI

Assunção (AGEN) - Com a participação de um numeroso público, realizou-se no último dia 23 de setembro, o ato formal de constituição da mais nova agremiação política do Paraguai, o Movimento Democrático Popular (MDP). A cerimônia foi realizada na Casa do Povo e contou com a participação de vários setores políticos e de várias entidades que lutam pela democracia no país.

Mercedes Soler foi encarregada de delinear a linha política do movimento que qualificou como "democrático, popular e antiimperialista".

A seguir os presentes assinaram a ata de constituição. O evento contou também com a participação artística do conjunto "Terceto Namandú".

Vários convidados fizeram uso da palavra. Dentre eles, destacaram-se Alan Flores, do Movimento Intersindical de Trabalhadores, dr. Domingo Laíno, presidente do Partido Liberal Radical Autêntico e José Carlos Ramos, do Partido Justialista argentino.

Do Brasil se fez representar o deputado Ivan Valente, membro da direção nacional do Partido dos Trabalhadores. Na oportunidade prestou-se solidariedade aos presos políticos: Roque Vera, Alvo Vera, Luis Sciacca, Cira Novara e Reinaldo Peralta.

Laíno é espancado - Segundo denúncias do Comitê do Partido Liberal Radical Autêntico de Foz do Iguaçú, e publicadas no jornal "Nosso Tempo" daquela cidade, Domingo Laíno, presidente do Partido Liberal Radical Autêntico, foi espancado recentemente pelas forças paramilitares da ditadura do general Stroessner.

A repressão aconteceu na cidade Caacupé, quando Laíno e outros correligionários se encontravam reunidos numa casa.

Os agentes da ditadura entraram na casa fortemente armados. Não respeitando as mulheres e crianças da família que recebiam as visitas, nem os visinhos que estavam na casa, os stroessnistas apontaram armas para todos e golpearam fortemente tanto Laíno quanto os demais dirigentes do PLRA. No local estavam Juan Carlos Zaldivar, Carlos Caballero Royg, Daniel Ponce Almada e Adelaido Martinez.

Segundo os membros do Comitê iguaçuense do PLRA, os agentes usaram carros possivelmente roubados do Brasil para praticar mais este ato repressivo.

GUATEMALA MEDIA GESTÕES PELA PAZ

Guatemala (IPS-AGEN) - Com objetivo de conseguir um compromisso dos mandatários centro-americanos de reunir-se no próximo dia 15 de novembro, a chancelaria guatemalteca deseja desenvolver uma ofensiva diplomática nestes dias nas Nações Unidas, oferecendo uma fórmula reativa do processo de paz regional.

Com uma delegação de 30 pessoas à Assembléia Geral, presidida por Alfonso Cabrera, ministro das Relações Exteriores, o governo guatemalco pretende oterecer à ONU novos testemunhos de sua vontade em favor da paz.

O conteúdo da proposta, porém, não foi detalhado pelo chanceler da Guatemala, por "razões estratégicas", mas fontes de alto nível do governo relevaram que a proposta tem como pontos fortes os êxitos alcançados pelo presidente Cerezo em sua recente viagem pelo continente centro-americano.

As dificuldades existentes entre Honduras e Nicarágua e Nicarágua com Costa Rica, podem ter sido suavizadas pela gestão mediadora do presidente guatemalteco. Assim, o presidente hondurenho, anunciou que estava disposto a participar da cúpula, independentemente do fato de que a Nicarágua retire ou não sua demanda junto à Corte Internacional de Justiça de Haia, pelo uso que os "contra" fazem de território hondurenho.

Este anúncio da disposição de Honduras, representou uma mudança de 180 graus na posição deste país, que desde junho estava bloqueando as reuniões dos chanceleres e dos presidentes da América Central.

RECIFE SEDIA 7º ENCONTRO DE SOLIDARIEDADE

Recife (AGEN)- Encerrou-se dia 2 de outubro, por volta das 18 horas no seminário de Olinda (PE), o 7º Encontro Nacional de Solidariedade aos Povos da América Latina que contou com a presença de aproximadamente 70 pessoas de diversos estados, ligadas a vários comitês de solidariedade, reunidas desde o dia 30 de setembro.

O evento, realizado pela primeira vez no Nordeste, contou com a participação de diversas delegações estrangeiras, dentre as quais, da Guatemala, Paraguai, Colômbia e El Salvador, que tiveram oportunidade de debater com os participantes a realidade de seus países.

Após terem feito um balanço de suas atividades desde a realização do último encontro em Brasília (agosto de 1987), os diversos comitês estabeleceram várias prioridades para o trabalho solidário até a realização do próximo encontro (janeiro de 1990).

Dentre as prioridades destacam-se várias campanhas a nível nacional de apoio a El Salvador, Nicarágua e Chile. Ampliar a análise de conjuntura atual e intensificar o apoio ao jornal Barricada em português, foram outras prioridades definidas. Foi criada também uma secretaria nacional do movimento para poder acompanhar a operacionalização das diversas prioridades.

Terceiro Mundo

NEGOCIAÇÕES DE PAZ NO SUDOESTE AFRICANO

Brazzaville (AGEN-ANGOP) - As negociações quadripartites entre Angola, Cuba e África do Sul, sob a mediação dos Estados Unidos, encontram-se num ponto crítico, disse, em Brazzaville, o porta-voz da delegação cubana, Alcibíades Hidalgo. Nesta capital africana, estão centralizadas as negociações sobre a solução do conflito no sudoeste da África. Alcibíades declarou que esta situação foi criada pela atitude tomada pela África do Sul de relacionar a independência da Namíbia com a retirada das tropas cubanas de Angola.

Hidalgo qualificou esta atitude como "imoral" e "de violação" dos princípios de Nova Iorque. "É francamente imoral estabelecer uma relação fixa entre a independência da Namíbia e a retirada das tropas cubanas de Angola, pois as tropas cubanas encontram-se legalmente em território angolano", disse. O enviado especial da Angop soube que Angola e Cuba reduziram de quatro anos para 36 meses o prazo total para a retirada completa das tropas cubanas, mas, até agora, os Estados Unidos e a África do Sul não demonstraram igual flexibilidade.

Ao fazer uma "relação fixa" entre a independência da Namíbia e a saída dos cubanos, Pretória quer que os dois processos corram paralelamente. Contudo, esse paralelismo não consta da Resolução 435 das Nações Unidas, aceita pela África do Sul em reuniões anteriores. De acordo com esse documento, o processo de independência da Namíbia deverá levar apenas um ano.

Processo complexo - O porta-voz cubano salientou ainda que Angola e Cuba "estão dispostos a alcançar um acordo que beneficie a todas as partes e não um acordo qualquer". Reiterou que a retirada das tropas cubanas de Angola, além de ser uma questão que diz respeito à soberania dos dois países, deverá ser feita de forma organizada. "Trata-se de um processo complexo que envolve aspectos políticos, militares e logísticos", afirmou, acrescentando que esta retirada "deverá ser feita de forma organizada para a garantia da segurança que convém a um Exército que cumpriu cabalmente a sua tarefa".

Já o chefe da delegação sul-africana, Van Neil Haarden, disse que o seu país entende agora que a retirada das tropas cubanas "é uma questão complexa" pelas razões que Angola e Cuba apresentaram.

NA ÁFRICA DO SUL, A FIRMEZA DE MANDELA

Lusaka (AGEN-IPS) - O Congresso Nacional Africano (ANC) emitiu um comunicado na capital de Zâmbia, há umas semanas, acusando o governo racista sul-africano de tentar liquidar lentamente o líder popular Nelson Mandela; os pedidos iniciais dos familiares para que ele recebesse atenção de médicos de confiança, não foram ouvidos pelas autoridades. A tuberculose surgiu das condições carcerárias subumanas em que o líder foi mantido durante 25 anos, e só a denúncia do seu advogado obrigou a hospitalização, diz a declaração.

Nelson Mandela, 70 anos, está condenado a prisão perpétua pela sua luta contra o apartheid. O secretário geral das Nações Unidas pediu recentemente a libertação do chefe popular. No ano passado o governo sul-africano propôs a Mandela sua soltura, se ele renunciasse à luta; o líder africano respondeu que primeiro devia ser liquidado o apartheid.

ANGOLA: UNITA RECEBE APOIO DOS "CONTRA"

Londres (AGEN-ANGOP) - O chefe do bando terrorista Unita, Jonas Savimbi, "não passa de um ambicioso doentio e tirano", disse a revista inglesa "African Concord" no seu último número. No artigo "Requiem para a Unita", qualifica-se Savimbi de aventureiro, que, aliado ao governo colonial português, recebeu armas e dinheiro para combater o MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola).

"Com o colapso do regime colonial, Savimbi teve de procurar novos promotores"; a revista sustenta que os sul-africanos sempre usaram à Unita como "carne de canhão" na guerra de agressão contra Angola e nas investidas contra a SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano).

A "African Concord" refere-se ao "espírito sanguinário" do chefe da Unita, que assassinou vários dos seus mais próximos colaboradores. "A medida que cresce a resistência contra Savimbi, aumenta também a repressão organizada pelos seus seguranças, alguns deles treinados junto aos contra-revolucionários nicaragüenses", conclui a revista.

ONU QUER ACABAR GUERRA NO SAARA OCIDENTAL

Nova Iorque (AGEN-DPA) - Uma proposta para pôr fim ao conflito do Saara Ocidental, antiga colônia espanhola ocupada por Marrocos, está sendo apresentada pelo secretário geral das Nações Unidas (ONU), Javier Pérez de Cuéllar.

Pérez de Cuéllar reuniu-se com o ministro marroquino do Exterior, dois representantes da Frente Polisário (organização do povo saharauí) e com os representantes argelino e marroquino na ONU.

A Frente Polisário luta, há doze anos, contra as tropas marroquinas pela independência do Saara Ocidental (150.000 habitantes, 266.000 quilômetros quadrados e importantes reservas de fosfatos) e proclamou a República Democrática Árabe do Saara.

CÁRITAS LANÇA CAMPANHA BANGLADESH

Brasília (AGEN) - A Conta-Cáritas passou a existir em 86, com os objetivos de "criar um fundo de recursos para socorrer prontamente as populações em situações de emergência, educar as comunidades para a partilha fraterna, dar a todas as pessoas de boa vontade condições de ajudar os mais necessitados e buscar recursos no país, a fim de não haver sempre a dependência e tão só das instituições estrangeiras".

Desde então a Conta-Cáritas ajudou as vítimas do terremoto de outubro de 86 em El Salvador, enviando ao arcebispo de San Salvador, d.Arturo Rivera e Damas Cz$ 740 mil. Logo a seguir vieram ajudas ao povo turco (deslizamentos de terras e inundações), aos moçambicanos (fome, morte e sofrimento) e agora está lançando a campanha em favor de Bangladesh.

Segundo a Cáritas, as inundações causaram mais de 800 mortes e milhões de desabrigados. É grande a propagação de doenças. As contribuições podem ser enviadas por cheque ou ordem de pagamento para Conta-Cáritas nº 66.000/0, agência 484-7, Brasília, DF, em qualquer agência do Bradesco.

Memória

SANTO DIAS, O MÁRTIR OPERÁRIO

São Paulo (AGEN) - Santo Dias da Silva, leigo participante das comunidades eclesiais de base e da pastoral operária de São Paulo, foi assassinado pela Polícia Militar no dia 30 de outubro de 1979 na cidade de São Paulo.

Santo Dias trabalhou muito tempo na roça na pequena cidade de Terra Roxa, na região de Ribeirão Preto. Foi bóia-fria. Já naquela época participava do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e de várias outras lutas, mostrando sempre o seu inconformismo diante da injustiça social.

No ano de 1962, veio para São Paulo tentar a vida e se empregou numa fábrica. Santo começou a participar desde logo das lutas operárias naquela época.

Mesmo com o advento do golpe militar em 1964, o operário Santo não desistiu da luta, tendo sofrido como conseqüência inúmeras perseguições. Foi muitas vezes despedido de várias fábricas conseguindo granjear muita admiração, por parte de seus companheiros de luta. Em 1978 foi candidato a vice-presidente da chapa de oposição do seu sindicato, ao mesmo tempo em que se engajava nas CEBs.

Participou ativamente da comunidade de base de Santa Margarida. No seu bairro, era uma força e no mundo do trabalho era como uma ponte que ligava os trabalhadores entre si, fortalecendo a classe daqueles que são os mais explorados.

Santo costumada dizer: "Eu, dentro da minha concepção de porque viver, acho que a gente vive para transformar alguma coisa. Quer dizer, ter uma atuação num processo de transformação da vida".

Por ocasião da repressão policial de 30 de outubro de 1979, ele estava com os metalúrgicos em frente à fábrica Silvania. Um dos soldados, Herculano Leonel, se aproximou de Santo e desferiu o tiro mortal. Milhares de trabalhadores e amigos de Santo compareceriam no dia seguinte para prestar-lhe a última homenagem e cobrar das autoridades justiça na apuração dos fatos.

Herculano foi absolvido por ser "réu primário" em primeiro julgamento no dia 7 de abril de 1982 e após marchas e contramarchas o processo foi arquivado em 31 de julho de 1985 pelo juiz Antônio Augusto Neves, de São Paulo.

O Centro Santo Dias da Arquidiocese de São Paulo entrou com um processo de indenização para a viúva Ana Maria do Carmo e Silva e seus filhos, contra a Fazenda do Estado.

Segundo informações obtidas junto ao Centro Santo Dias, a Fazenda do Estado, reconheceu a indenização e pagará, com efeito retroativo, o equivalente a aproximadamente 2 ou 3 salários mínimos a Ana Maria do Carmo por tempo indeterminado.

Quero assinar o boletim semanal da AGEN. Por isso envio o cheque ou vale postal no valor de Cz$ 2.500,00 (individual) ou Cz$ 3.000,00 (entidades).

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ *CEP* _____

Cidade _____ *Estado* _____

País _____ *Número do cheque ou vale postal* _____

Telefone _____

Assinatura _____ *Data* _____

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Reg. Prof. Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro Soares Martins (Reg. Prof. Mtb 17.572)
Redação: Guilherme Salgado Rocha (Reg. Prof. Mtb 2205)

Correspondentes e Colaboradores: Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs e Liliana Lavoratti (Porto Alegre, RS), Rosa Dalla Costa (Francisco Beltrão, PR), Valdemar de Oliveira Neto (Recife, PE), José Anchieta Ferreira (Linhares, ES), Maria Alzira Fritzen (Manaus, AM), Galeno Amorim (Sertãozinho, SP), Fernando Sopelsa (Zona Leste, São Paulo, SP), José Lourenço Pechtoll (Grande ABC, SP), Newton Carlos e Isaac Akcelrud (comentaristas internacionais), Attilio Hartmann (Quito, Equador), José Subirats (La Paz, Bolívia), Roberto Codas Friedmann (América Central), Beltrina Corte (Bogotá, Colombia), Juan Pezzuto e Regina Santos (São Paulo) e Aníbal Pastor Niñez (Santiago).

Divulgação e contatos: Pe. José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Rev. Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN
Fotolitos: "AJATO"
Impressão: Gráfica Peres Ltda.

DIRETORIA

Presidente: D. Sumio Takatsu
Vice-Presidente: Frei José de Rezende Ribeiro - O.P.
Secretário: Paulo Maldos
Tesoureiro: José Lourenço Pechtoll

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 11.25824 AECN-BR

18 X 88

00002 1003-89 SEM
CN/MNDDH REGIONAL LESTE I
R.CAPITAO CHAVES 60
26000 NOVA IGUACU RJ

IMPRESSO

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

IGREJAS

É grande a solidariedade a d.Pedro Casaldáliga pág 2
ISER organiza material sobre Aids pág 2
CLAI faz assembléia geral em São Paulo pág 2

DIREITOS HUMANOS

Donativos da enchente são usados em campanha eleitoral pág 3
Comunicação deve ser crítica, analisam 17 dioceses pág 3
MNDDH confirma denúncias contra a BIC pág 3

TERRA

UDR quer participar da direção do Banco Central pág 4
Situação de tensão em Ipirá e Pintadas, na Bahia pág 4
Centrão e Esquerda fazem jogo de futebol no ES pág 4

SOLO URBANO

Seminário Nacional pela Reforma Urbana pág 5

ESPECIAL

O primeiro pedido de informações da Bahia ao SNI pág 6
Comunicação, Memória e Resistência é tema do Congresso pág 7

PACIFISMO

Desarmamento e paz são debatidos em Cuba pág 7

ÍNDIOS

Pataxó Hã-Hã-Hãe acusam fazendeiro da Bahia pág 8
Índios Tapeba não estão extintos e querem viver pág 8
Nação Yanomami recebe apoio internacional pág 8

POLÍTICA

Lysâneas volta a condenar ação de evangélicos pág 9
Protesto contra o acordo da dívida externa pág 9

MOVIMENTO OPERÁRIO

Juventude Operária Católica faz 40 anos de luta pág 10
Dia Internacional contra a Dívida Externa pág 10

MULHER

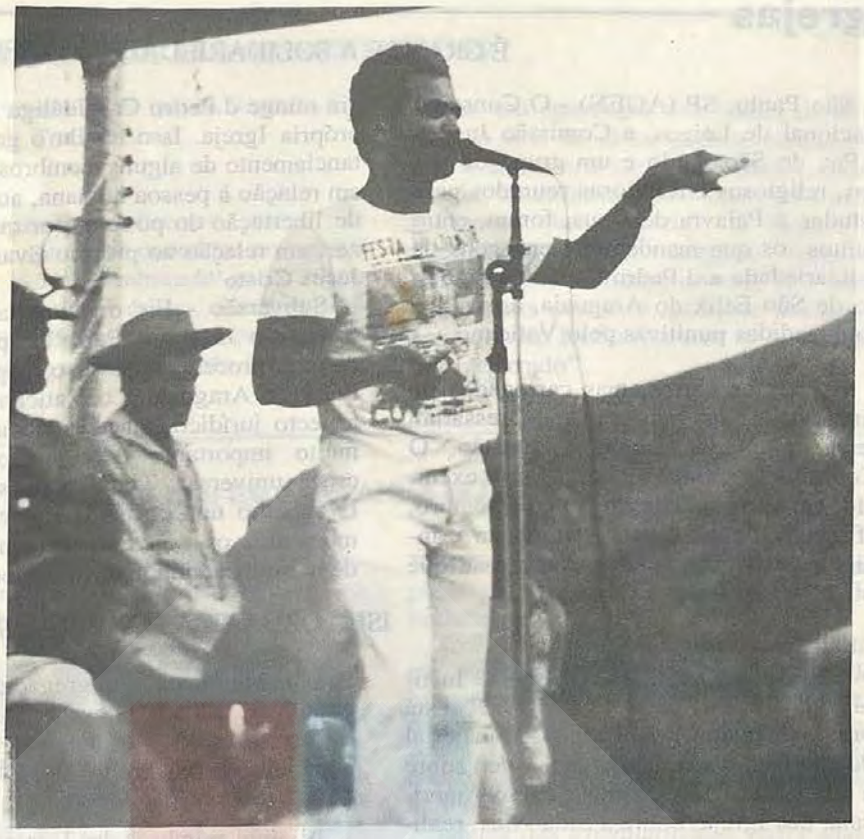
Rede Mulher acusa crescimento da violência pág 10
Lançado o Jornal da Mulher, em Cabo, Pernambuco pág 10

AMÉRICA LATINA

Bispo é discriminado pela Igreja e exila-se pág 11
Nicarágua melhora saúde no Atlântico Sul pág 11
Cresce a violência na Guatemala pàg 11
Jovens paraguaios são detidos sob acusações vazias pág11

MEMÓRIA

Camilo Cienfuegos, herói legendário pág 12



Francisco Domingos Ramos, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pancas (ES).

JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO INOCENTA FAZENDEIRO DA UDR

Linhares, ES (AGEN) - O fazendeiro e membro da UDR, José Mílton Breda, acusado de ser o mandante do assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pancas, Francisco Domingos Ramos, foi retirado do processo por decisão da Segunda Câmara Criminal de Vitória. O líder rural foi morto durante uma emboscada, em cinco de fevereiro, entre Pancas e a localidade de Montes Claros, norte do Espírito Santo, recebendo vários tiros pelas costas.

Mílton Breda é o segundo envolvido no assassinato a obter isenção da Justiça, "por falta de provas", conforme os desembargadores Osly da Silva Pereira, Geraldo Correia Lima e José Eduardo Grandi Ribeiro. O pistoleiro Sebastião Barbosa Rodrigues, o Tião Delfino, também obteve medida semelhante. O promotor de Justiça Durval Albert Lima vai recorrer da decisão da Segunda Câmara Criminal de Vitória.

Três envolvidos - Com a retirada do processo de Mílton Breda e Tião Delfino, restam, ainda, três envolvidos: o ex-subdelegado de Alto Rio Novo, João Nascimento Ramos, o JR, o sargento da PM Sebastião Fernandes de Souza, o Nenê, e o cabo Waldir do Carmo Freitas.

O Ministério Público denunciou todos os envolvidos por homicídio qualificado, com o argumento de que os criminosos agiram de "maneira torpe", não permitindo a menor chance de defesa à vítima. Mílton Breda por várias vezes ameaçou Domingos Ramos de morte, assim como o ex-policial civil JR, que também odiava o líder rural por ter mobilizado a comunidade com o objetivo de conseguir o afastamento do cargo do subdelegado, temido na região por seus métodos violentos.

No dia em que foi morto, Francisco Domingos Ramos saíra de uma reunião no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pancas e 15 minutos depois, na estrada que liga a sede do município ao distrito de Lajinha, foi morto com vários tiros de revólver, quando seguia para casa, de motocicleta.

Domingos Ramos levava uma bolsa contendo um abaixo-assinado solicitando à Secretaria de Segurança Pública o afastamento do subdelegado. Esse documento foi destruído pelo ex-policial para encobrir as provas do crime. A Justiça de Pancas determinou a prisão dos envolvidos, mas logo foi revogada. (José Anchieta Ferreira)

Boletim Nº 125 - 21 de outubro de 1988.

AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 1125824 AECN-BR

Igrejas

É GRANDE A SOLIDARIEDADE A D.PEDRO CASALDÁLIGA

São Paulo, SP (AGEN) - O Conselho Nacional de Leigos, a Comissão Justiça e Paz de São Paulo e um grupo de leigos, religiosos e religiosas reunidos para estudar a Palavra de Deus, foram, entre muitos, os que mandaram mensagens de solidariedade a d.Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, ameaçado com medidas punitivas pelo Vaticano.

Em textos curtos, mas carregados de sinceridade, os remetentes expressaram seus desagrados frente à questão. O Conselho Nacional de Leigos, por exemplo, em carta datada de 30 de setembro, afirmava: "é de causar estranheza e indignação assistir a fatos como esse que ora atinge d.Pedro Casaldáliga dentro da própria Igreja. Isso revela o grande distanciamento de alguns membros da Igreja em relação à pessoa humana, ao processo de libertação do povo e, por que não dizer, em relação ao próprio Evangelho de Jesus Cristo".

Subversão - Eis o texto da carta da Comissão Justiça e Paz: "o episódio da disputa processual entre o bispo de São Félix do Araguaia e o Vaticano, em seu aspecto jurídico, ameaça abafar algo de muito importante para a comunidade cristã universal. Trata-se de saber se o Evangelho nos obriga a superar, a todo momento, os convencionalismos da ordem estabelecida, para darmos o nosso apoio aos pobres de Deus, aos excluídos desse mundo e aos desprezados, ou se, em qualquer circunstância, é preciso seguir os mandamentos das autoridades estabelecidas e abdicar da liberdade dos justos.

Jesus foi, em seu tempo e no seu meio, o mais notável adversário da ordem oficial. Os cristãos, já no século 2º, eram taxados por Tácito de subversivos (eversores ordinis). A Comissão Justiça e Paz de São Paulo saúda em d.Pedro Casaldáliga o chefe espiritual que sacode, a tempo e a contratempo, a tibieza e a dissimulação da comunidade cristã, para salvar a Vida e o Amor".

ISER ORGANIZA MATERIAL SOBRE AIDS

Rio de Janeiro, RJ (AGEN) - O Instituto de Estudos da Religião (ISER) está providenciando a publicação de material dos painéis e a edição de um vídeo sobre a realização da Consulta Latino-Americana das Igrejas sobre a Sida-Aids, realizada no Rio, de 25 a 27 de agosto. Quem desejar maiores informações pode escrever para Largo do Machado, 21, Cobertura, CEP 22221, Rio de Janeiro, RJ, aos cuidados do ISER. Ou pelo telefone (021) 2655747.

A Consulta reuniu 41 participantes, com igrejas representadas oficialmente por indicação de suas lideranças. As igrejas brasileiras participantes foram: IECLB, Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Igreja Presbiteriana Unida, Presbiteriana Independente, Presbiteriana do Brasil, Metodista, Congregacional, Episcopal. A CNBB esteve presente como observadora. Apesar do convite, a Assembléia de Deus, Batista e Brasil para Cristo não compareceram.

Vieram membros das Igrejas Luterana, Batista, Católica e Metodista da Argentina, Chile, Equador, Panamá, Costa Rica, Trinidad, Barbados e C.M. Cristã, de Genebra.

No final dos debates, que contaram com assessorias bíblico-teológica e ético-pastoral, os participantes tomaram algumas decisões, em nível de sugestões e encaminhamentos: em direção à vida interna das Igrejas, resolveram aprofundar a fundamentação bíblico-teológica, reorientar sua prática pastoral, desafiar as iniciativas de solidariedade e apoio, evitando fazer a obrigação do poder público.

E mais: intercambiar as experiências, treinar pessoal para assistência médica, psicológica, publicar material de apoio e envolver a juventude no problema, ouvindo-a sempre. Externamente, os participantes decidiram denunciar a situação, lutar pela qualidade do sangue, exigir melhor atendimento hospitalar, maior e melhor verba governamental, condenar e evitar a propaganda discriminadora. A promoção do encontro ficou a cargo do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC).

CLAI FAZ ASSEMBLÉIA GERAL EM SÃO PAULO

São Paulo (AGEN) - A segunda assembléia geral do Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI) será realizada em Itaici, São Paulo, de 28 de outubro a 2 de novembro. Deverão estar presentes delegados de aproximadamente 30 igrejas evangélicas e organismos ecumênicos da América Latina e do Caribe.

O CLAI foi fundado em 1982 no Peru. A Igreja Católica deverá estar presente, mas somente como observadora, pois não faz parte oficialmente da entidade. "Igreja: a caminho de uma esperança solidária". Este é o tema do encontro, e os 25 representantes dos organismos brasileiros já fizeram suas miniassembléias preparatórias: na sede geral da Igreja Metodista, em São Paulo, foi realizada a primeira, e no dia 1º de outubro, em Porto Alegre, a segunda.

O CLAI tem sede em Quito, capital do Equador, e é presidido pelo bispo metodista da Argentina, Federico Pagura, tendo como secretário geral o pastor Felipe Adolf. É importante frisar que a assembléia geral prevista para o final deste mês terá caráter eletivo e definirá os rumos do Conselho para os próximos anos.

O tema central terá subtemas: "missão evangelizadora da Igreja", "a solidariedade com os movimentos sociais e populares" e "a comunidade de fé e o encontro fraternal".

METODISTAS LAMENTAM SITUAÇÃO INSUPORTÁVEL DOS TRABALHADORES

Rio de Janeiro, RJ (AGEN) - Os pastores e pastoras da 1ª Região Eclesiástica da Igreja Metodista, no Rio de Janeiro, enviaram um manifesto ao presidente José Sarney, "repudiando a atual política do governo que estabelece constantes e sucessivos aumentos, causando o alto custo de vida, os salários defasados, o empobrecimento das classes médias e baixas e a luta no campo e agora no solo urbano".

Em seguida, o texto afirma: "a situação da classe trabalhadora assalariada está insuportável". O manifesto enviado ao presidente da República frisa: "a Igreja Metodista não só deplora os problemas sociais que aniquilam as comunidades e os valores humanos, mas orienta seus membros no tratamento dos problemas, propugnando por mudanças estruturais da sociedade que permitam a desmarginalização social dos indivíduos, grupos e das populações".

A Igreja Metodista do Rio de Janeiro lembra ainda que essa insatisfação está presente nas "45 igrejas locais, com 20500 membros, duas Instituições Educacionais e cinco Instituições Sociais. No Brasil somos cerca de 80 mil membros".

APARIÇÕES NO RIO GRANDE SÃO DESAUTORIZADAS

Erexim, RS (CNBB-AGEN) - Um esclarecimento sobre supostas aparições de Nossa Senhora no Lajeado Paca, Rio Grande do Sul, foi dado pelos bispos de Erexim, d.Aloysio Hoffmann e d.Gerônimo Zanandrea, em documento assinado a 18 de setembro. Em primeiro lugar, eles apresentam a doutrina da Igreja sobre o Magistério, que busca entender os sinais dos tempos, dando respostas novas às novas situações, à luz da Sagrada Escritura e da Tradição.

O documento discorre sobre as "possíveis aparições ocorridas no mesmo local em 1954", lembrando que o bispo de Passo Fundo, à época, não reconheceu tais "aparições" e desautorizou toda prática religiosa em torno do fenômeno. "Não tem aprovação dos bispos de Erexim os atos de culto público realizados no local, nem a campanha para a construção de monumento e santuário, com interesses questionáveis". E finaliza o documento, em tom enérgico: "ordenamos, enfim, terminantemente, que ninguém mais promova qualquer iniciativa em torno do fenômeno e se dê o assunto por encerrado".

Direitos Humanos

DONATIVOS DA ENCHENTE SÃO USADOS EM CAMPANHA ELEITORAL

Rio Branco, AC (AGEN) - Após denúncias na imprensa local, o juiz da 1ª Zona Eleitoral, que abrange todo o município de Rio Branco, Arquilau de Castro Melo, autorizou a Polícia Federal, através de um mandado de "busca e apreensão", ir à fazenda do presidente da Assembléia Legislativa do Acre, deputado Manoel Machado, do PMDB, prender 30 toneladas de alimentos que vieram de todo o Brasil para os flagelados, nos primeiros meses do ano e que, agora, estão sendo distribuídos para fins eleitoreiros.

O deputado Manoel Machado, o mais votado nas últimas eleições, ao participar de um comício em Tarauacah, município do Vale do Jurua, distante 400 km da capital, em apoio ao candidato a prefeito pelo PMDB, Esperidião Menezes Júnior, seu sobrinho, afirmou que tinha estocado, em sua fazenda, 30 toneladas de alimentos, fruto dos donativos do país inteiro, para distribuir durante a campanha eleitoral.

Enchente no Acre - A última enchente no Acre, iniciada em princípios de 88, fez mais de 40 mil desabrigados, inundando 16 bairros populares em Rio Branco. Neste período, através de campanha na televisão, chegaram dezenas de toneladas de donativos para os flagelados que estavam abrigados em barracas da LBA (Legião Brasileira de Assistência) e colégios públicos. O governo federal liberou para o estado 160 milhões de cruzados, a LBA 20 milhões e o BASA 10 milhões, mais o apoio de outros países em dólares. Durante toda a primeira semana de março, os flagelados fizeram manifestações em frente à LBA e ao Palácio do Governo, reivindicando os sacolões que de direito eram seus. Nos acampamentos os desabrigados começavam a passar fome. O governo respondia que o estoque de donativos estava acabando.

As entidades populares - Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Acre, Federação de Moradores do Acre (FAMAC), Associação dos Professores da Universidade e Igreja - tentaram, em vão, marcar uma audiência com o governador do estado, Flaviano Melo, do PMDB, para que fosse apresentada uma prestação de conta dos donativos e do dinheiro.

Crime contra a humanidade - A Polícia Federal apreendeu na fazenda de Manoel Machado vários donativos destinados aos flagelados. O gerente da fazenda, Carlos Neves Juca, disse à polícia que os alimentos estavam estocados desde o dia 2 de setembro.

Diante das irregularidades verificadas, o segundo secretário geral da FAMAC, Francisco Nepomuceno, disse que isto representa um "crime contra a humanidade, um crime contra aquelas 40 mil pessoas que durante a enchente, desabrigadas e com fome, ficaram nas mãos do governo. É preciso que se cobre isto do governo; afinal de contas, isto é um crime ou não é?", sentenciou.

A Polícia Federal apreendeu na fazenda 200 fardos de 30 quilos de arroz (seis toneladas), 100 fardos de 30 quilos de feijão (três toneladas), 60 caixas de 24 litros de óleo de cozinha e duas mil caixas de alimentos para gestantes. (Roberto Garcia de Andrade, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Acre)

COMUNICAÇÃO DEVE SER CRÍTICA, ANALISAM 17 DIOCESES

Curitiba, PR (CNBB-AGEN) - Doze pontos foram levantados na Décima Assembléia Regional do Povo de Deus, realizada nesta cidade, sobre a Comunicação. Estavam presentes 19 bispos, nove coordenadores diocesanos de pastoral, 17 assessores do Regional Sul 2 da CNBB, 58 agentes de comunicação (padres, religiosos e leigos), além de nove convidados. Estavam representadas 17 dioceses.

Os grupos, divididos em áreas de interesse (imprensa, rádio, televisão e comunicação alternativa) fizeram as seguintes propostas: fazer da Comunicação um processo de diálogo que leve à comunhão e libertação; conscientizar toda a Igreja sobre a importância da Comunicação Social para a Evangelização, através da CF/89; questionar a visão instrumental dos meios de comunicação social, que sobrepõem a mensagem ao meio; comunicar a partir do lugar social do povo; promover cursos de leitura crítica da Comunicação; criar, organizar e dinamizar as equipes de Pastoral da Comunicação; usar a linguagem própria ao meio, à área, ao receptor e à fonte da Comunicação; formar equipe de reflexão com representantes das dioceses; formar equipes de capacitação com professores e profissionais da Comunicação; estudar a possibilidade do jornal Atualidade se tornar semanário do Regional Sul 2 da CNBB; questionar o aspecto evangelizador da atual programação religiosa das emissoras católicas e destinar verbas da CF/89 ao serviço da Pastoral da Comunicação.

MNDDH CONFIRMA DENÚNCIAS CONTRA A BIC

São Paulo (AGEN) - O secretário do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Augustino Veit, declarou à AGEN que confirma as denúncias feitas recentemente contra a indústria de Canetas Bic, no sentido de que existe um envolvimento desta empresa na doação de milhões de dólares para o projeto internacional de recristianização "Lumen 2.000".

A confirmação da denúncia deve-se ao fato de que a empresa, por intermédio de Esdras Maciel, assessor de comunicação da Bic, reagiu à denúncia declarando ao jornal "Estado de São Paulo" no dia 3 de outubro, que "irá interpelar judicialmente a Augustino Veit".

O secretário do MNDDH, disse que "será uma ótima oportunidade, pois, assim, terei chance de provar o que denunciei". Augustino relata que no dia 6 de junho de 1987, a empresa ajudou a financiar um programa do projeto citado, denominado "Rosário universal pela paz mundial", que teve uma audiência de 1,5 milhão de pessoas. As transmissões foram feitas a partir do Vaticano e atingiram vários países, como Portugal, Irlanda, França, Alemanha, Austrália e Canadá. A Global Media, outra multinacional, ajudou a Bic Pen Corporation nas despesas.

Como se recorda, o projeto "Lumen 2000" é parte do projeto "Evangelização 2.000", idealizado na Europa em 1985 pelos dirigentes da Renovação Carismática Católica entre outros.

Terra

UDR QUER PARTICIPAR DA DIREÇÃO DO BANCO CENTRAL

Brasília, DF (AGEN) - Segundo o jornal Santuário de Aparecida, editado em Aparecida do Norte, SP, a direção nacional da União Democrática Ruralista (UDR) quer recompensar os constituintes que votaram contra a implantação da Reforma Agrária no Brasil. O apoio que a UDR oferecerá a cerca de 290 constituintes, que defenderam a não-desapropriação das terras produtivas, na campanha para as eleições deste ano, constitui a primeira etapa da estratégia da entidade rumo às eleições presidenciais de 89. A informação foi dada em Brasília pelo presidente da entidade, Ronaldo Caiado, e divulgada pelo jornal.

Caiado frisou "que os produtores rurais desejam influir nas decisões governamentais" e ter representatividade em órgãos como o Ministério da Fazenda, Conselho Monetário Nacional e Banco Central. "Como é que você vai dirigir o cavalo se não pega na rédea?", perguntou ele.

Presidência da República - Caiado não quis adiantar qual candidato os produtores rurais apoiarão para a Presidência da República e excluiu seu próprio nome, pois, segundo ele, a "classe" quer mantê-lo como presidente da UDR. Apesar de dizer que falar de presidência agora é suprimir etapas, Caiado esboçou o perfil do candidato que deverá ter o apoio da UDR na sucessão presidencial.

A UDR tem muita simpatia por candidatos que decolam da base popular. É preciso que seja um homem comprometido com as teses da livre iniciativa e com a limitação da participação do Estado na economia.

Caiado citou quatro capitais onde a UDR tem maior poder de fogo: Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Goiânia (GO) e Belém (PA).

SITUAÇÃO DE TENSÃO EM IPIRÁ E PINTADAS, NA BAHIA

Ipirá e Pintadas, BA (AGEN-CNBB-CPT) - A tensa situação vivida por 90 famílias acampadas na Bahia está preocupando a CPT da diocese de Rui Barbosa, e obrigou as entidades envolvidas a lançarem um manifesto público, a fim de envolver outras organizações na tentativa de sensibilizar e pressionar o governo federal, através do Ministério da Reforma Agrária, a concretizar, na prática, o objetivo para o qual foi criado: a implantação da RA no país.

Com isto, o texto está sendo distribuído e diz assim: "os trabalhadores rurais, lideranças sindicais e agente da CPT, que representam 90 famílias de lavradores acampados na fazenda Santo Antônio, no município de Ipirá, vêm a público esclarecer e denunciar os seguintes fatos:

- "nos municípios de Ipirá e Pintadas, na Bahia, o povo vive da agricultura. O grande número de sem terra é forçado à migração sazonal ou a vender o dia como assalariado dos fazendeiros, sob forte exploração.

- a fazenda Santo Antônio é uma área de 2111 hectares não explorados, que teve parecer favorável à desapropriação por parte da Comissão Agrária Estadual há um ano e quatro meses (junho de 87). O Sindicato dos Trabalhadores Rurais já tem mais de trezentas famílias cadastradas com interesse nessa área.

- o proprietário aproveitou a morosidade do Mirad e em julho de 88 retalhou o imóvel e o vendeu a outros cinco fazendeiros para fugir da desapropriação. Os novos compradores iniciaram imediatamente o desmatamento indiscriminado, tentando assim dar uma feição produtiva à área.

- os sem terra, como última alternativa, se viram forçados a ocupar a fazenda no dia 5 de setembro de 88, a fim de garantirem seu direito à terra. A partir de 9 de setembro, as 90 famílias vêm sendo alvo de violentos ataques por parte de jagunços e fazendeiros. Diariamente jagunços se exibem na área, cavalgando entre os barracos de lona e palha, pisando nos utensílios domésticos, portando armas pesadas à vista de todos. Um dos jagunços é André Lucas Lacerda, advogado (OAB-BA, nº 9060), filho do comprador José Lucas Lacerda.

- André comanda e acompanha os ataques, promovendo tiroteios durante o dia e pela madrugada, jogando bombas de grande explosão no acampamento e usando cães policiais para dificultar a entrada de água no acampamento. Estão sendo usados todos os recursos para desmobilizar e intimidar a população. Há duas semanas um trabalhador de 60 anos foi arrastado para o meio da caatinga sob a mira de armas, forçado a apontar lideranças dos trabalhadores".

Padre ameaçado - Mais adiante, a nota, extensa e detalhada, lembra ainda que o padre Ricardo Camellini e a CPT estão proibidos de entrar na área por determinação da juíza de Ipirá. D.Mathias Shmidt, bispo de Rui Barbosa, em tratamento de saúde nos EUA, enviou telegrama ao governador Waldir Pires, da Bahia, solicitando intervenção pessoal no caso a fim de evitar o derramamento de sangue.

A Comissão de Apoio está em Brasília desde o dia 5 de outubro, onde acompanha junto ao Mirad o encaminhamento do processo. "Solicitamos todas as entidades, comprometidas com o povo, a enviarem telex ao Ministério da Reforma Agrária pedindo providências urgentes a fim de agilizar a desapropriação da fazenda Santo Antônio e pôr fim ao clima de tensão e violência que ameaça os trabalhadores".

CENTRÃO E ESQUERDA FAZEM JOGO DE FUTEBOL NO ES

Linhares, ES (AGEN) - O assentamento 27 de Outubro, situado no quilômetro 41 da estrada São Mateus-Nova Venécia, norte do Espírito Santo, comemora, no próximo dia 27, a 3ª Festa dos Assentados. O assentamento é o mais antigo do estado, e sua regularização ocorreu em 1985 pelo Ministério da Reforma Agrária (Mirad), à época ainda existente o Incra.

A Festa dos Assentados está sendo apoiada pelo Movimento Nacional dos Sem Terra, CUT Norte II, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Mateus, diretório regional do Partido dos Trabalhadores (PT), Paróquia de São Mateus, Igrejas Metodistas, Luterana e Comissão Pastoral da Terra no Espírito Santo (CPT-ES).

O programa - O programa será aberto dia 26, às 20 horas, com show de calouros e grupos sertanejos. No dia 27 haverá alvorada às seis horas, seguida de recepção aos convidados (deputados estaduais de partidos progressistas, líderes comunitários, religiosos e estudantis), às nove horas. Em seguida, às 9h30m, está programada uma caminhada pelo assentamento e, às 10, teatro com montagem dos próprios assentados.

Pela manhã, ainda, será feita uma celebração ecumênica e ao meio-dia o programa será interrompido para lanche comunitário. A tarde serão feitas avaliações do Movimento dos Sem Terra no estado, histórico dos assentamentos e denúncias de pressões da União Democrática Ruralista (UDR) contra famílias de lavradores.

Às 14 horas haverá um bingo e, meia hora depois, a grande atração do dia: uma partida de futebol entre o Centrão Futebol Clube e a Esquerda Revolucionária Durante o jogo uma barraca recolherá doações às famílias dos lavradores, já assentados, que passam por dificuldades em conseqüência da estiagem que atinge o norte capixaba. (Por José Anchieta Ferreira)

ENTIDADES DENUNCIAM ATUAÇÃO DA PM NO MARANHÃO

São Paulo (AGEN) - Preocupadas com a tensa situação no distrito maranhense de Buriticupu, onde diversas famílias de sem terra ocuparam recentemente a fazenda Terra Bela, algumas entidades, dentre as quais o CIMI, a CPT, a CUT, lançaram uma nota ao governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira. A seguir publicamos na íntegra esta nota:

"As entidades signatárias denunciam a V.Excia, o clima de terror implantado no distrito de Buriticupu por parte da Polícia Militar do Estado do Maranhão, que há mais de 20 dias sitia mais de 300 famílias de lavradores que se encontram acampados no imóvel denominado Terra Bela.

A polícia de Buriticupu, não deixa nenhum cidadão de Buriticupu e da área ocupada, entrar e sair. Não permite a entrada de alimentação a não ser através da igreja. Mediante variados constrangimentos, a polícia ameaça de prisão todos os lavradores da ocupação e aqueles que lhes dão apoio. Mesmo morando em Buriticupu, vários lavradores já foram presos em suas residências e submetidos a tortura, como foi o caso do lavrador Guilherme Rodrigues, preso em sua residência às 4 horas da manhã pelo sargento Silveira e Santos.

A atitude da polícia contraria as normas constitucionais previstas no artigo 5º, 15º e 61º da nova Constituição. A situação não pode persistir. Os trabalhadores não estão precisando de polícia, precisam sim da terra, trabalho e liberdade. O governo de V. Excia pode muito contribuir com a paz na região, agilizando o processo de desapropriação, que se encontra desde 1986 dormindo na burocracia do Mirad. O governo de V. Excia, pode contribuir com a Justiça encaminhando para os lavradores, remédio, comida, roupas, sementes e instrumentos de trabalho. Em nenhum lugar do mundo a polícia foi instrumento de Paz e da Justiça, ao contrário, especialmente naquela região, a polícia tem se constituído fator principal de perturbação e intranqüilidade.

No instante em que o Brasil ganha uma nova Constituição, em que os discursos oficiais alardeiam que o país mudou, em Buriticupu lavradores famintos, nus, descalços e doentes, que há anos sonham com um pedaço de terra, são tratados como marginais, encurralados como cães. Esta situação desmente na prática e em pouco tempo que não adianta mudar a Constituição se o Estado, o Poder Público e os governantes continuam insensíveis aos apelos dos oprimidos e voltados apenas para os interesses dos poderosos.

Apesar disto, ainda acreditamos que a Justiça vencerá. Solicitamos providências urgentes, antes que seja tarde".

Assinam: CIMI, Pastoral da Criança, Comissão Pastoral da Terra, Comissão Pastoral dos Pescadores, Comissão Justiça e Paz, Pastoral da Juventude no Meio Popular, Grupo União e Consciência Negra, Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, Central Única dos Trabalhadores, Associação de Saúde da Periferia, Partido dos Trabalhadores, Sindicato dos Urbanitários, Sindicato dos Comerciários, DESACATO - Escritório Jurídico Popular, Ordem dos Advogados do Brasil/MA, Centro de Cultura Negra/MA.

Solo Urbano

SEMINÁRIO NACIONAL PELA REFORMA URBANA

São Paulo, SP (ANSUR-AGEN) - A conscientização por uma Reforma Urbana nacional se faz cada vez mais presente na vida do povo brasileiro. Uma mostra disso é o Seminário Nacional pela Reforma Urbana - Avaliação e Perspectivas, que acontecerá nos dias 22 e 23 de outubro, sábado e domingo próximos, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-FAU - à rua Maranhão, 88, Higienópolis.

O Seminário destina-se prioritariamente a quatro pontos, sendo dois deles ligados à avaliação: no primeiro, uma análise do texto constitucional recém-aprovado e suas implicações para a política urbana, e avaliar, ainda, a elaboração e tramitação da emenda popular constitucional da Reforma Urbana.

Diretrizes e propostas - Debater diretrizes e propostas para a elaboração de leis ordinárias e complementares, constituinte estadual e lei orgânica municipal e o debate das condições para a articulação de entidades e setores da sociedade, visando uma campanha pela Reforma Urbana, com conteúdo político e ideológico, são os dois outros itens.

No sábado, 22, duas exposições: Reforma Urbana e Constituinte (balanço e avaliação), por Nélson Saule Júnior e Propostas e Perspectivas da Reforma Urbana, por Cândido Malta. Após as exposições, outro debate.

No domingo, 23, o tema Campanha Nacional pela Reforma Urbana e, em seguida, a plenária discutirá as conclusões e encaminhamentos.

Maiores contatos podem ser obtidos através dos seguintes telefones: (011) 668144, com Denise Capelo, (011) 2297989 ou 2294953, com Terezinha ou Roseane, no Sindicato.

DEBATE COM CANDIDATOS DISCUTE MORADIA

São Paulo, SP (AGEN) - Seis candidatos a prefeito de São Paulo foram convidados a um debate sobre a moradia, no próximo dia 20, a partir das 19h30m, no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. A moradia é hoje um dos grandes dramas vividos pelo povo de São Paulo e são conflitantes, certamente, as propostas dos candidatos sobre o assunto. Foram convidados João Leiva (PMDB-PFL-PSB), Paulo Maluf (PDS-PJ), João Melão (PL), Luiza Erundina (PT-PCB-PC do B), Aírton Soares (PDT) e José Serra (PSDB).

Na cidade a situação é de angústia: 818 mil pessoas moram em favelas, 3 milhões vivem em cortiços e 3 milhões em terrenos clandestinos. Estão organizando o debate três entidades: Pastoral da Moradia da Arquidiocese, Sindicato dos Arquitetos e Centro Acadêmico 11 de Agosto, da própria Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

Apoiando a iniciativa encontram-se nove entidades, tal a importância e a atualidade do assunto: Articulação Nacional do Solo Urbano, Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Regional Sul 1 do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Centro Santo Dias de Direitos Humanos, Faculdade de Direito São Francisco de Assis, Pastoral Universitária Arquidiocesana, União dos Movimentos de Moradia de São Paulo: Sem Terra, Favelas e Cortiços, e Pastoral do Mundo do Trabalho da Arquidiocese.

O PRIMEIRO PEDIDO DE INFORMAÇÕES DA BAHIA AO SNI

A história registrada por quem a sofreu

Salvador, BA (AGEN) - O deputado estadual do PMDB, Emiliano José da Silva Filho, 42 anos, entrou com um pedido de informações junto ao SNI a fim de obter dados e registros sobre sua vida. Foi o primeiro baiano a ter essa iniciativa, um dia depois da Constituição ter sido promulgada. A AGEN abre seu espaço, no boletim, para publicar o pedido, certa de que contribui, desta forma, para o registro da história recente de nosso país, que esperamos todos não mais se repita. Emiliano José, junto com outro jornalista, Oldack Miranda, é autor do livro Lamarca, o Capitão da Guerrilha, lançado pela Editora Global, já em sua 12ª edição. Eis o seu pedido de informações, na íntegra. É bom lembrar que esse não é o habeas data propriamente dito. Faz-se antes um pedido de informações. Caso ele não seja atendido, aí entra-se com o habeas data.

"Exmº Sr.
GENERAL IVAN DE SOUZA MENDES
DD. Ministro Chefe do Serviço Nacional de Informações
BRASÍLIA - DF

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, maior, nascido aos 5/02/1946, em Jacareí, estado de São Paulo, carteira de identidade 1833358, fornecida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia em 27/1/1976, CPF nº 097279495-68, jornalista, professor de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, atualmente licenciado para exercer o mandato de deputado estadual na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia pelo PMDB, ex-repórter da **Tribuna da Bahia**, do **Jornal da Bahia**, de **O Estado de São Paulo**, de **O Globo**, da revista **Afinal**, vem, mui respeitosamente, considerando:

que o signatário foi opositor declarado do regime militar imposto ao país em 1964;

que, como decorrência disso, exerceu militância política ativa visando o fim do autoritarismo;

que, integrado às lutas do povo brasileiro, foi vice-presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) entre os anos de 1968 e 1969;

que, também como conseqüência dessa militância política contra a ditadura, foi preso durante três dias em São Paulo, por ocasião do desfile de Sete de Setembro naquela capital, em 1968;

que, fugindo à perseguição policial de organismos semiclandestinos da repressão política existentes àquela época, como a OBAN (Operação Bandeirantes, de São Paulo), saiu do Estado de São Paulo dirigindo-se à Bahia;

que neste Estado foi preso arbitrariamente, sem qualquer mandado, e violentamente, no dia 23 de novembro de 1970;

que no momento mesmo da prisão já começou a ser espancado pela equipe da Polícia Federal enviada pelo coronel Luiz Arthur de Carvalho, então superintendente da Polícia Federal da Bahia;

que às 1 lhs daquele dia 23 de novembro de 1970 já chegou sangrando à Delegacia da Polícia Federal em Salvador;

que, indagando do coronel Luiz Arthur de Carvalho sobre as causas da sua prisão ouviu dele que saberia dali a pouco, sob tortura ("no pau") as razões exatas da prisão;

que, de fato, após ficar algumas horas na Polícia Federal sem ser submetido a qualquer espécie de interrogatório, foi levado ao Quartel do Barbalho, no Bairro do Barbalho, em Salvador, ao lado do Colégio Estadual Isaías Alves, onde ficava a Polícia do Exército (PE), cumpriu-se a ameaça do coronel;

que, recebido pelo então tenente Trindade, foi encaminhado a uma sala ampla, com um encerado marrom claro no chão, onde teve os olhos vendados com esparadrapo grande, onde esperou por algum tempo;

que, pouco depois, foi conduzido a um outro compartimento, que depois soube ser uma saleta contígua à sala do Comandante da PE, capitão Hemetério Chaves Filho, que conduziu as torturas a que o signatário foi submetido;

que, vendado, foi submetido à tortura conhecida como pau-de-arara, que consiste numa barra de ferro que é atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, sendo o "conjunto" colocado entre duas mesas, ficando o corpo do torturado pendurado a cerca de 20 ou 30 cm do solo, por um tempo que ele não domina, durante a noite;

que, terminada a "sessão" de pau-de-arara, o signatário foi submetido, na parte externa da saleta, ao processo conhecido como "afogamento", que consistiu, neste caso, a empurrar o signatário repetidas vezes num tanque d'água deixando-o com a cabeça debaixo d'água durante muito tempo, quase no limite do afogamento;

que, na seqüência, sofreu pancadas de toda natureza, inclusive com a barra de ferro que servia como pau-de-arara método anterior;

que toda essa violência era feita com o signatário completamente nu;

que tal violência tinha o objetivo declarado por parte dos torturadores de obter informações do signatário sobre o paradeiro de companheiros dele e da estrutura da organização política à qual diziam ele pertencer;

que, não obtendo tais informações, o levaram à cela, de maca, jogando-o no cimento frio, não sem antes tirar-lhe a venda e apresentá-lo a Paulo Pontes, também prisioneiro político, que havia desocupado a cela para o signatário ali ser depositado, perguntando-lhe, os torturadores, se o conhecia, ouvindo dele a resposta, verdadeira, de que não;

que, no dia seguinte, pela tarde, com o corpo ainda esmagado pelas torturas, sem poder andar devido à inércia das pernas, provocada pelo pau-de-arara, foi novamente retirado da cela, e levado à nova sessão, desta vez bem mais requintada;

que, agora, o pau-de-arara era complementado pelo choque elétrico, normalmente dado por um telefone de campanha do Exército que possui dois fios longos que, no caso do signatário, foram utilizados no corpo todo, sendo possível imaginar o volume do sofrimento impingido;

que, após horas, foi novamente levado carregado à cela, onde poucas horas depois veio a ter febre;

que, após ficar pouco mais de dois meses, foi transferido para a Penitenciária "Lemos de Brito", em Salvador, juntamente com Teodomiro Romeiro dos Santos, Paulo Pontes e Dirceu Régis, entre outros que estavam também no Quartel do Barbalho;

que o signatário foi condenado a cinco anos, em 21.09.71, na 2ª Auditoria Militar de São Paulo, sob a acusação de tentativa de organização do XXI Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas;

que o signatário foi condenado em primeira instância ironicamente no dia 23.11.70, à revelia, exato dia da prisão dele, na 1ª Auditoria Militar de São Paulo, a 1 ano de prisão sob a acusação de agitação estudantil por ocasião da visita de Nelson Rockefeller ao Brasil, em 1969,

que o signatário foi condenado a 2 anos na Auditoria da Sexta Circunscrição Judiciária Militar, na Bahia, sob a acusação de filiação partidária à Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil;

que, em instância superior, no Superior Tribunal Militar, foi absolvido da condenação de 1 ano, ficando com a pena final de 7 anos;

que cumpriu pena até o dia 23 de setembro de 1974, tendo sido libertado sob regime de liberdade condicional pelo fato de ter cumprido mais da metade da pena que lhe havia sido cominada, e como conseqüência da dedicação e competência do Dr. José Borba Pedreira Lapa, advogado do signatário,

que, nos interrogatórios a que foi submetido, seja durante as sessões de tortura, seja fora delas, sempre ouviu dos órgãos de segurança sobre a existência de uma longa "ficha" de informações sobre sua vida, "ficha" que servia de subsídio àqueles interrogatórios,

que, tais informações, nos anos de ditadura, eram consideradas sigilosas, numa afronta ao direito de cada cidadão ter conhecimento do que o Estado conhece dele;

que tais informações eram concentradas principalmente no Serviço Nacional de Informações;

que, sobretudo, a nova Carta Constitucional do país, promulgada ontem, inaugura uma nova fase da vida brasileira no que se refere particularmente aos direitos e deveres individuais e coletivos;

que, especialmente, a nova Constituição estabeleceu o instituto do habeas-data

"para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público", conforme parágrafo LXXII do Artigo 5º, do Título II da nova Carta, referente aos Direitos e Garantias Fundamentais.

com o objetivo específico, conforme disposição constitucional referida, de obter desse Serviço Nacional de Informações todas as informações sobre a pessoa do signatário até aqui consideradas sigilosas.

Termos em que encaminha a presente a V.Exª, requerendo, após atendidas as formalidades legais, lhe sejam dadas a conhecer todas as informações, registros, anotações ou o que mais existe nos assentos e ou arquivos do SNI, e ou da repartição militar que os detenha, independentemente de nova solicitação adicional ou complementar. Se por alguma razão - "ad argumentadum". - não se dê V.Exª por competente, que encaminhe esta a quem o seja. Aguardando deferimento, e, antes mesmo preliminarmente, o número que haja recebido está no protocolo para o necessário acompanhamento.

Salvador, 06 de outubro de 1988
EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO"

COMUNICAÇÃO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA É TEMA DO CONGRESSO

Londrina, PR (AGEN-UCBC) - O arcebispo emérito de Olinda e Recife, d.Hélder Câmara, abrirá, dia 28 de outubro, nesta cidade do Paraná, o 16º Congresso da União Cristã Brasileira de Comunicação Social, promovido anualmente pela entidade em cidades distintas. O de 87 aconteceu nas dependências do Instituto Metodista, em São Bernardo do Campo, SP.

Este ano o Congresso será realizado na Universidade Estadual de Londrina, de 28 a 31 de outubro, às 20 horas, abordando o tema **Comunicação, Memória e Resistência**. D.Hélder fará a Conferência principal de abertura.

Participarão membros do Movimento Sem Terra, abordando o problema da Comunicação dos Sem Terra e membros do Conselho Indigenista Missionário, com o tema A Resistência Cultural do Índio. O Congresso será organizado em três mesas-redondas (uma em cada manhã), discutindo os seguintes assuntos: "Comunicação - Práticas e Conceitos; Comunicação e Memória e Comunicação e Resistência". À tarde serão desenvolvidos diversos painéis explicitando e aprofundando os temas da manhã.

Todas as informações poderão ser obtidas junto à sede da UCBC, à avenida Jabaquara, 2400, loja 3, São Paulo, SP, CEP 05046, ou pelo telefone (011)5792050.

A convite da UCBC, a AGEN participará de dois debates, um no sábado e outro no domingo, ambos às 18 horas, relatando sua experiência como agência alternativa de notícias, e ecumênica, além de coordenar um debate sobre comunicação alternativa com outros órgãos de informação.

DESARMAMENTO E PAZ SÃO DEBATIDOS EM CUBA

Havana (AGEN-IPS) - Representantes de 22 países da América Latina e do Caribe realizaram em princípios de outubro, em Havana, uma Conferência Continental sobre o Desarmamento e o Desenvolvimento para a Paz, assuntos básicos pelo direito à vida.

A reunião organizada pelo Conselho Mundial da Paz (CMP), sob os auspícios de Cuba, reuniu mais de 30 delegados da América Latina e Caribe, além de convidados especiais dos Estados Unidos e uma delegação do CMP, presidida por Romesh Chandra.

Na abertura, o presidente do Movimento Pela Paz de Cuba, Orlando Fundora, disse que a corrida armamentista rouba à humanidade o direito à vida, e que enquanto milhões de latino-americanos não possuem um pedaço de pão, têm no entanto uma dotação "per capita" de 15 toneladas de materiais explosivos

Fundora acrescentou que a paz no Terceiro Mundo não é concebível, "pois é no Terceiro Mundo onde morrem de fome 43 milhões de pessoas, 530 milhões padecem de subnutrição e existem 800 milhões de desempregados e subempregados".

PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE ACUSAM FAZENDEIRO DA BAHIA

Salvador, BA (AGEN) - Os índios Pataxó-Hã-Hã-Hãe, que vivem no extremo-sul da Bahia, aproveitaram a presença do governador Waldir Pires à reunião da Cicarws (pertencente ao Conselho Mundial de Igrejas) e entregaram a ele um documento no qual pedem a demarcação de suas terras em uma área muito mais ampla que a atual, de apenas 1079 hectares, onde moram 1300 índios.

"Pouco dá para criar galinha, não sobra. Ainda tem a área da casa, sobra pouco pra nós", disseram os índios à AGEN. O governador, após ter discursado aos participantes da reunião, conversou com a imprensa, e à AGEN disse que tentará intervir junto ao governo federal, "a fim de acertarmos a situação. Isto é praxe no meu governo".

Expulsão e assassinatos - Apesar do reduzido tamanho de suas terras, os Pataxó vêm sofrendo sucessivos e constantes ataques de fazendeiros da região, que tentam, a todo custo, tomar-lhes a terra. O cacique Tuyá (que significa muriçoca, em guarani) e Naílton Kãnay (comigo) falaram sobre o assunto.

- Queremos 36 mil hectares de terra. Não podemos mais viver com as expulsões, os assassinatos, o latifúndio que quer tomar nossas terras.

Os índios referiam-se ao assassinato, em março deste ano, do índio Djalma Pataxó, de 21 anos, encontrado sem dentes, sem unhas, sem o couro da cabeça, castrado, com o corpo queimado. "Eles sapecaram o corpo do nosso índio pra fugir da polícia, despistando. Eram 35 pistoleiros com escopetas e rifles. Os outros índios conseguiram correr. Djalma foi encontrado oito dias depois".

Acusações - Os índios que estavam em Salvador e moram nos municípios de Pau-Brasil e Itaju-do-Colônia denunciaram, como mandante do assassinato, e de todas as outras violências praticadas na área, o fazendeiro Pedro Alexandre Leite. "É fazendeiro e invasor".

Vestidos a caráter, com cocares e lanças, os Pataxó Hã-Hã-Hãe, acompanhados de mais duas nações, os Pataxó e os Kiriri, não pretendem deixar de pressionar, de todas as formas, até conseguirem a terra desejada. "Queremos que acabe a nossa destruição", falaram, em coro.

ÍNDIOS TAPEBA NÃO ESTÃO EXTINTOS E QUEREM VIVER

Brasília, DF (AGEN-Inesc) - Está sendo enviado às mais diversas entidades preocupadas com a questão indígena um dossiê-denúncia, preparado pela Assessoria Jurídica dos Trabalhadores Urbanos e Rurais do Ceará, sobre os povos indígenas emergentes no estado, contradizendo o pensamento divulgado pelos representantes oficiais do governo, que insistem em negar a existência dos índios.

Na introdução do documento enviado à Funai são feitas várias afirmações, comprovando a existência dos índios, até mesmo reportagens de jornais, em contraposição ao parecer do Conselho de Segurança Nacional, que frisou não mais haver os índios Tapeba entre 1862 e 1986, "por não mais ter se ouvido falar deles".

Arquivamento - O Comitê das Entidades de Apoio à Questão Ambiental e Indígena do estado do Ceará, criado há três anos com o objetivo de apoiar as lutas dos povos indígenas do estado, e defender o ambiente, discordou da decisão tomada em Brasília pelo Grupo de Trabalho Interministerial.

Esse grupo, em reunião realizada a 20 de julho deste ano, apreciou um processo administrativo, número 1986/85, da Funai, sobre a demarcação administrativa da área indígena Tapeba, no município de Caucaia, Ceará, concluiu pelo arquivamento do processo, sob a alegação de falta de comprovação de identidade indígena.

Após citar obras, artigos e depoimentos de diversas pessoas sobre os índios, o Comitê, composto por 18 entidades, denuncia: "desta forma, solicitamos a imediata reconsideração da decisão proferida pelo Grupo de Trabalho Interministerial, que tem como objetivo o resguardo dos interesses econômicos e políticos de uma minoria, que inteligente e cruelmente consegue destruir os elos da História para impor uma visão de mundo totalmente voltada para a cumulação egoística de riquezas materiais".

NAÇÃO YANOMAMI RECEBE APOIO INTERNACIONAL

São Paulo, SP (AGEN-CCPY) - A coordenadora da Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), Cláudia Andujar, esteve recentemente em Washington, na sede da Organização dos Estados Americanos (OEA), testemunhando em favor dos índios e condenando a ação do governo federal, através da Funai, que demarcou as terras indígenas, em Roraima, sem respeitar o desejo das tribos. Da maneira como foi feita, a demarcação tende a exterminar os índios a médio prazo.

Por outro lado, as entidades ligadas à questão indígena questionam, a todo instante, por que nada é feito contra os mais de 30 mil garimpeiros que invadiram as terras dos Yanomami, sem que qualquer providência tenha sido tomada.

Segunda vez - Em sua história, é a segunda vez que a OEA destina pessoal e preocupação à situação de povos indígenas. A primeira vez aconteceu com índios paraguaios. Junto à CCPY, participaram do testemunho de Cláudia membros da Survival Internacional, organização internacional de defesa dos índios.

Luke Holland, porta-voz da entidade, disse que "o governo brasileiro faria um enorme favor à sua imagem internacional se passasse da retórica à prática, pondo fim ao genocídio e à ocupação dos territórios dos índios no país".

Fazendo coro aos que se manifestam contra as recentes atitudes do governo federal, a Survival realizou uma manifestação em frente a 13 embaixadas brasileiras em 13 cidades distintas, a fim de protestar contra o governo federal. Especificamente, referiam-se à portaria interministerial 160, de 13 de agosto, que divide a área Yanomami em 19 áreas descontínuas, ameaçando os índios de extinção.

Além da oposição sistemática da Funai, na pessoa do seu ex-presidente, Romero Jucá Filho, os índios sofrem a ação dos garimpeiros e das doenças que os invasores carregam para dentro das aldeias. É bom lembrar que uma gripe, para os índios, pode ser fatal.

LYSÂNEAS VOLTA A CONDENAR AÇÃO DE EVANGÉLICOS

Salvador, BA (AGEN) - O deputado federal Lysâneas Macial (PDT-RJ), presente como convidado à reunião da Cicarws, uma das 16 comissões do Conselho Mundial de Igrejas, em Salvador, entre 4 e 8 de outubro, falou às mais de 60 pessoas participantes, de 30 países, dos cinco continentes, sobre a atuação dos parlamentares evangélicos na elaboração da Constituição que passou a vigorar em cinco de outubro.

Dizendo-se "profundamente indignado", o deputado comentou: "escondemos a Reforma Agrária na Constituição sob a expressão 'terra produtiva'. Essas terras não podem ser tocadas. Mas o mais dramático é que somente 9% das terras produtivas são realmente aproveitadas"

Wolksvagen - Pedindo desculpas aos alemães presentes pelo ataque, criticou duramente a empresa Wolksvagen por ter ateado fogo em terras próximas à extensão da Dinamarca. E isto tem muito a ver com as Igrejas. Se não trabalharmos globalmente essa dramática situação, de nada adiantará..."

Especificamente sobre a ação dos deputados evangélicos, Lysâneas lembrou que esses preocupavam-se mais com "as questões espirituais". Falavam muito em comportamento, moral, aborto, censura. "Mas evitavam, por exemplo, tratar de assuntos como a legislação trabalhista. Os evangélicos não querem entender que os problemas vitais do povo brasileiro são os do Evangelho." O deputado carioca disse isto em tom violento, acrescentando: "começa agora uma violenta e massiva onda de conservadorismo. Os progressistas vão ter as baterias apontadas em sua direção. Mas todos se esquecem de que não há como trabalhar sem ser cristão em tempo integral".

No final, frisou: "o Brasil teve a segunda maior colheita de todos os tempos, e quanta gente, meu Deus, vai para cama com fome?!"

PROTESTO CONTRA O ACORDO DA DÍVIDA EXTERNA

Brasília, DF (Inesc-AGEN) - O Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, Inesc, enviou a todos os deputados federais e senadores um protesto formal pela assinatura do acordo da dívida externa, firmado pelo Ministro Maílson da Nóbrega, da Fazenda.

Afirma o texto: "o acordo da dívida externa firmado pelo Ministro Maílson da Nóbrega, na semana passada, foi assinado de forma apressada para evitar que o Congresso examinasse em detalhe, tornando públicos os compromissos nele incluídos.

Deve ser uma exigência de toda a população que os contratos internacionais envolvendo a política econômica do país, fator determinante nas condições de vida de milhões de brasileiros, sejam debatidos publicamente e efetuados com a maior transparência possível.

Manifestamos que o respeito à nova Constituição e à Assembléia Constituinte exige que os termos do atual acordo sejam aprovados pelo Congresso Nacional. Apoiamos a iniciativa tomada por vários parlamentares de apresentar um projeto de decreto-legislativo suspendendo a vigência, a partir de seis de outubro, de todos os atos internacionais que não tenham sido aprovados pelo Legislativo até aquela data.

O esforço dos senhores deputados e senadores em fortalecer o Legislativo, a partir dessa iniciativa, conta com nossa total solidariedade. A oposição e omissão serão, justamente, consideradas conivência com a perpetuação da sangria de recursos e estancamento econômico a que estamos submetidos".

IMPORTÂNCIA DOS NOVOS VEREADORES É LEMBRADA

São Paulo (AGEN) - A exemplo da Comissão Arquidiocesana de Defesa de Direitos Humanos, de São Paulo, também o Conselho Arquidiocesano de Pastoral da Arquidiocese de Campinas lançou recentemente ao público um documento sobre as próximas eleições.

O texto intitulado "Eleições: Ferramenta e Caminho de Libertação", após na sua introdução dizer do momento de "extrema gravidade em que vive o povo brasileiro e da conseqüente "crise e descrédito generalizados", chama a atenção para a necessidade da participação dos cristãos no sentido de transformarem esta sociedade para uma "sociedade justa e fraterna, sinal e anúncio do Reino de Deus por Jesus de Nazaré".

O documento critica ainda diversos aspectos da vida nacional, dentre os quais a saúde do povo que "vai mal", as condições de moradia, o transporte coletivo, sempre "deficiente", salários aviltados, o desemprego "assustador" e a fome. Mais: critica a postura da Nova República que "tem assumido, ultimamente, o discurso da libertação", no sentido de que sua prática está "distante das reais necessidades dos pobres".

O Conselho Arquidiocesano de Pastoral, após dar alguns fundamentos bíblico-teológicos a respeito da política, diz que "neste ano, as eleições municipais podem ser um não aos representantes do período militar que hoje reaparecem como democratas", e ainda "legitimação ou não da atual política econômica".

A seguir define alguns critérios para a escolha de candidatos, entre os quais a análise da capacidade, competência e propostas dos candidatos.

Finalmente, o documento recorda que os vereadores a serem eleitos deverão votar a nova Lei Orgânica dos municípios, ou seja, a "Constituição" da cidade.

POLÍTICOS PROMETEM MUDANÇAS NA TELEVISÃO

São Paulo, SP (AGEN) - A menos de um mês das eleições, a briga começa a ficar mais acirrada para a conquista do voto dos "indecisos", através do horário político gratuito. Mais uma vez os eleitores servem de cobaias para os coordenadores das campanhas dos candidatos a prefeito de São Paulo. A palavra mudança faz parte do vocabulário de todos os partidos.

João Oswaldo Leiva (PMDB-PFL-PSB), o recordista de tempo, com seus 38 minutos, afirma que seu programa ficará mais alegre, pois está de olho na fatia jovem do eleitorado. Porém, como estratégia, prefere não revelar como se dará a transformação.

A campanha de José Serra (PSDB) sofrerá mudança em todos os sentidos, indo desde um maior investimento no material de campanha até a frisar bem o apoio dos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, em favor de sua candidatura. Segundo seus coordenadores, os eleitores não assimilaram bem este fator. Ainda.

O candidato do PDS, Paulo Maluf, não promete mudanças; caso elas ocorram, será um fato natural. Mas está contente, pois acredita que seu programa está melhor, em razão do narrador Lombardi, cuja voz é conhecida de cor e salteado pela população.

Com seus parcos quatro minutos, Luiza Erundina, do PT-PCB-PC do B, fará uma programação mais "agressiva", revelando a verdadeira face de Maluf e Leiva. Agirá assim por acreditar que são eles os responsáveis pelo agravamento dos problemas da cidade.

Mudanças - Todos sabem do poder do horário político gratuito frente os eleitores, e as mudanças podem acontecer. O quadro, até agora, está assim: Maluf, Leiva, Erundina e Serra. O preocupante é o desigual período de tempo para os partidos.

Como, em quatro minutos, o PT poderá mostrar suas propostas? Mesmo tendo as idéias mais criativas, nada pode superar a falta de tempo. Dessa forma, os partidos com mais tempo tendem, desde o começo, a uma grande vantagem. Mais uma vez os eleitores se vêem sem saída, pelo menos a priori, sendo obrigados a assistir, muitas vezes, o que não querem. (Regina Santos, da AGEN)

Movimento Operário

JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA FAZ 40 ANOS DE LUTA

São Paulo, SP (AGEN) - A Juventude Operária Católica (JOC) está completando 40 anos de vida. Um momento histórico que será celebrado nos dias 26 e 27 de novembro, em Belo Horizonte, marcando a passagem da data, desde a realização da Semana Nacional de Estudos, de cindo a 10 de outubro de 48, em São Paulo, quando a JOC foi oficialmente criada. Nesse evento, esteve presente o padre Joseph Cardijn, que fazia sua primeira visita ao Brasil, e é o fundador da JOC.

A Coordenação Nacional assinala: "e de lá até hoje foram muitos anos, muitos esforços, muita gente humilde, trabalhadora, muitos braços e muitas cabeças vivendo intensamente uma experiência singular de organização de trabalhadores com sua especificidade para a Juventude Trabalhadora".

Regime militar - E a direção nacional completa: "mesmo nos duros anos do regime militar, com astúcia e coragem, os jovens, padres e bispos, convictos da proposta da JOC, continuaram essa tarefa. Chegamos até 88, vivos, ansiosos por participar e construir junto com toda a classe trabalhadora a sociedade sonhada".

Grande parte desses sonhos e realizações a JOC deve a um belga nascido em 1882 e falecido em 13 de novembro de 1967, ardoroso defensor do Vaticano II. Conta a história da Igreja: "tamanha era a sua inteligência que mesmo como padre teve significativa influência no Concílio Vaticano II. Tanto assim que dois anos antes de sua morte, em 65, de padre foi nomeado diretamente Cardeal, sem passar pelos escalões intermediários".

De 1930, quando a JOC chega ao Brasil, a 48, ano de sua criação oficial, rapazes e moças já trabalhavam pela sua estruturação. A casa onde hoje funciona a Coordenação Nacional, à rua Condessa de São Joaquim, 215, no bairro Bela Vista, em São Paulo, abrigou, inicialmente, a Associação da Juventude Feminina Católica, criada em 38, abrangendo, à época, a Juventude Operária Feminina, a Juventude Estudantil Feminina e a Juventude Universitária Feminina.

Oito mil jovens - Participando efetivamente dos trabalhos em grupo, pertencem à JOC hoje, no Brasil, cerca de mil jovens. Outros sete mil marcam presença em trabalhos não sistemáticos, totalizando em oito mil o universo atingido pelos ideais de Cardijn.

No 4º Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores, realizado em Osasco, São Paulo, em setembro de 87, participaram 800 delegados de 15 estados.

DIA INTERNACIONAL CONTRA A DÍVIDA EXTERNA

São Paulo, SP (AGEN) - A Central Única dos Trabalhadores (CUT), de SP, marca para hoje, 20 de outubro, o Dia Nacional de Luta, em protesto contra a política econômica do governo brasileiro, e promove, a partir das 18 horas, na Praça da Sé, um ato público pela passagem do Dia Internacional contra o Pagamento da Dívida Externa.

Foram convidados partidos políticos, Igreja, entidades e outros setores do movimento popular. Diz o texto distribuído pela Central Sindical: "a submissão do governo da Nova República ao Fundo Monetário Internacional - FMI, determinada pelos interesses de empresários, banqueiros e latifundiários, com a benção de Sarney, vem jogando na miséria milhões de trabalhadores brasileiros.

Os acordos com o FMI, estabelecidos ao arrepio da classe trabalhadora, e o pagamento da Dívida Externa, vêm comprometendo os salários e os empregos de todas as categorias. O salário que recebemos no fim do mês é consumido pela carestia, pela inflação e pela especulação dos poderosos.

Por isto, a CUT busca a unidade de todas as categorias no sentido de fortalecer a luta pela conquista da reposição imediata das perdas salariais, pelo reajuste mensal de salários de acordo com o índice do Dieese e pela garantia do emprego. Queremos dar um basta e protestar: contra a política econômica do governo Sarney, contra o pagamento da dívida externa, pela reposição imediata das perdas salariais, pelo reajuste mensal de salários de acordo com o índice do Dieese, pela garantia do emprego, pelo fim da violência no campo e pela Reforma Agrária".

Mulher

REDE MULHER ACUSA CRESCIMENTO DA VIOLÊNCIA

São Paulo, SP (AGEN-Rede Mulher) - A Rede Mulher do Brasil, que tem contato com cerca de 800 grupos de mulheres espalhados em todo o país, mantém-se preocupada com o crescente grau de violência contra as mulheres, principalmente em direção às camadas populares, onde a violência é mais gritante.

Afirmam membros da Rede Mulher: "o direito de sermos pessoas respeitadas e de podermos crescer, pensar, julgar e decidir, livres de todos os estereótipos e preconceitos que nos pressionam a ser o que não queremos, é um direito fundamental".

E acrescentam: "às vezes ficamos mais angustiadas, mas com maior disposição de trabalho, quando percebemos que esse direito não é reconhecido, ou mesmo desconhecido, de muitas mulheres".

Propriedade do homem - "Nossa sociedade", continua a Rede Mulher em suas afirmações sobre a relação homem-mulher, "nos faz crer que a mulher é propriedade do homem, e ele dispõe como quiser de nossas vontades, desejos e até do nosso corpo. Muitas mulheres ainda aceitam esse fato como algo normal. Segundo elas, a natureza fez o homem forte, agressivo e dominador, enquanto nós somos frágeis, dóceis e submissas".

LANÇADO O JORNAL DA MULHER, EM CABO, PERNAMBUCO

Cabo, PE (AGEN) - O Centro das Mulheres do Cabo acaba de lançar o "Jornal da Mulher", de quatro páginas, a fim de divulgar seu trabalho e ajudar às mulheres na luta pela conquista de seus direitos, além de contribuir para levantar pontos importantes sobre o assunto. Em seu primeiro número, por exemplo, bem impresso e redigido, a questão da saúde da mulher é assunto de destaque na primeira página.

O Centro das Mulheres é uma associação fundada dia 25 de março de 84, reunindo mulheres da periferia urbana e da zona rural. Atualmente estão agregadas ao Centro cerca de 5100 mulheres, organizadas em núcleos, sede do município, bairros da periferia, distritos, praias e engenhos, desenvolvendo várias atividades.

Além disto, o Centro orienta seu trabalho nas áreas de educação, saúde, jurídico e artesanal. No início desde ano o Centro, após muita luta, inaugurou uma creche no bairro mais carente da cidade e no momento está implantando um projeto agrícola na zona rural, mais exatamente em Juçaral.

PASTORAS ANALISAM PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS IGREJAS

Campinas, SP (AGEN) - O Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais promove, de 24 a 27 deste mês um Encontro de Atualização Teológica sobre Teologia Latino-Americana, com a participação de teólogos e teólogas comprometidos com a prática pastoral na América Latina. Dos cinco temas abordados, três dizem respeito à mulher.

Ana Langerak, da Costa Rica, falará sobra a **Teologia Feminina na América Latina**. Blanqui Otaño, de Porto Rico, teóloga e pastora presbiteriana, trabalhou em Porto Rico, Estados Unidos e Nicarágua. É assessora da Pastoral da Mulher, em Campinas, e falará sobre **A Mulher na Igreja: Virtude ou Contradição?**

A teóloga e pastora metodista Nellie Ritchie, da Argentina, falará sobre **Cristologia em uma Perspectiva Feminina**. Além das três, também estarão no Encontro outros dois pastores: Carlos Camps, de Cuba, presbiteriano, sobre **Contribuição das Igrejas Cristãs ao Processo Revolucionário Cubano** e Samuel Arboleda, do Peru, pentecostal, sobre **Teologia no Contexto Peruano: uma Contribuição Pentecostal**.

Outros assuntos e participantes também estarão presentes, e existem apenas 60 vagas. Todas as informações podem ser obtidas pelo telefone (0192) 315604, em Campinas.

América Latina

BISPO É DISCRIMINADO PELA IGREJA E EXILA-SE

Santiago, Chile (AGEN) - "Lamentavelmente para mim tem prevalecido a minha imagem de social e político. e esta é a razão pela qual, segundo me foi dado a saber expressamente, estou privado de todo cargo pastoral na Arquidiocese de Santiago". Assim se expressou Monsenhor Jorge Hourton, bispo auxiliar de Santiago que adotou a determinação de auto-exilar-se na França, e que comunicou a seus "bons amigos" em uma carta pública.

Mons.Hourton (62 anos, 39 de sacerdote e 19 de bispo) foi sagrado à ordem episcopal e designado à diocese de Puerto Montt em 1969. Em 1974 Paulo VI o designou bispo auxiliar de Santiago enquanto estava à frente da diocese o Cardeal Raúl Silva Henríquez, que o nomeou seu vigário geral. Desde 83, quando assumiu em Santiago como titular o atual Cardeal Juan Francisco Fresno, foi progressivamente marginalizado das principais responsabilidades pastorais, o que se concretizou definitivamente quando foi alijado do Vicariato da Zona Centro de Santiago. em 87.

Carinho de todos - O bispo católico Jorge Hourton tem o carinho e o reconhecimento das comunidades cristãs de base e dos agentes de pastoral comprometidos com os setores populares, por seu estilo direto e o decidido apoio à causa dos mais pobres, aos que. tem animado em seu trabalho pastoral e tem defendido publicamente em entrevistas, declarações e polêmicas com autoridades e outras hierarquias eclesiásticas Ele também sempre se destacou por seu espírito ecumênico e pelo diálogo com os não-crentes.

Centenas de pessoas - religiosos e leigos do movimento popular - enviaram a ele uma carta de solidariedade na qual reclamam e denunciam "como os direitos humanos também são violentados no interior da Igreja Católica, reprimindo-se o pensamento e o compromisso de cristãos como você. É isto o que nos escandaliza", frisaram. (Por Aníbal Pastor Nínêz, de Santiago, especialmente para a Agen)

NICARÁGUA MELHORA SAÚDE NO ATLÂNTICO SUL

Bluefields, Nicarágua (AGEN-ANN) - A partir do triunfo da Revolução Sandinista se conseguiu na região do Atlântico Sul reduzir o índice de mortalidade infantil, de 150 mil nascidos vivos a 50 por mil, e controlar doenças como o sarampo, a difteria e a poliomielite.

Ernesto Sequeira, delegado de Saúde na região autônoma Atlântico Sul, manifestou que segundo estudos realizados pelo Ministério da Saúde (MINSA) a respeito da situação sanitária do país, as doenças respiratórias, diarréicas, malária e "parasitosis endêmicas" são as que mais afetam os nicaragüenses.

Antes do 19 de julho de 1979, a saúde somente se concentrava em Bluefields e de modo esporádico essa atenção chegava a outras regiões da área por meio de organismos religiosos estadunidenses.

A infra-estrutura de saúde tem sido particularmente golpeada pela guerra de agressão. Os "contra" destruíram mais de 80 postos de saúde em todo o país.

CRESCE A VIOLÊNCIA NA GUATEMALA

Guatemala (AGEN-IPS) - Nove pessoas que foram seqüestradas nos primeiros dias de outubro na Guatemala apareceram assassinadas numa área de 30 quilômetros quadrados, na província de Peten, tradicional cenário de combates entre o exército regular e guerrilheiros esquerdistas.

Um relatório policial, divulgado na semana passada, indicou que os cadáveres de duas mulheres e sete homens, entre 19 e 33 anos de idade, apareceram crivados de balas e com vários sinais de torturas.

O múltiplo assassinato foi seguido de uma onda de crimes similares perpetrados nas últimas semanas na zona rural do país. O fato deu continuidade a uma "espiral de violência" que teve início em maio passado, quando uma aliança de extremistas de direita (oficiais do Exército, políticos e empresários), tentou derrubar o governo do presidente Vinicio Cerezo. Um relatório da Polícia Nacional dá conta de que, em agosto, 320 pessoas morreram vítimas de violência.

JOVENS PARAGUAIOS SÃO DETIDOS SOB ACUSAÇÕES VAZIAS

São Paulo (AGEN) - Continuam detidos em prisões de Assunção, capital do Paraguai, os jovens Luis Sciacca, Aldo Vera, Reinaldo Peralta e Cira Novara. Essas quatro pessoas foram presas na noite de 21 de setembro, por sua "simpatia aos movimentos sociais".

A prisão se deu enquanto estavam reunidas em uma casa na rua 15 de Agosto, por volta das 19 horas. A casa foi revistada no dia seguinte à prisão e dela retirados 50 livros até agora não devolvidos No dia 26 de setembro os cinco detidos não foram apresentados ao Poder Judiciário e comunicaram a seus familiares que haviam sido transferidos às penitenciárias, acusados de transgressão da lei 209 - "da Paz Pública e Liberdade das Pessoas" - a Lei de Segurança Nacional.

Os comitês de solidariedade ao povo paraguaio solicitam que sejam enviados telegramas de solidariedade aos presos no seguinte endereço: Comitê de Iglesias-Calle General Diaz, 429, Assunción, Paraguay, e telegramas de protesto à Embaixada do Paraguai no Brasil.

ÍNDIOS DEMARCAM SUA PRÓPRIA TERRA NO EQUADOR

Quito, Equador (IPS-AGEN) - Os índios amazônicos do Equador adotaram medidas para defender seus últimos territórios e assegurar sua sobrevivência cultural à ação das companhias petrolíferas, afirmaram seus representantes. A Confederação das Nações Indígenas da Amazônia, que reúne as seis nações que moram na região, anunciou ter começado a demarcar seus territórios, a partir das terras dos Huaorani.

A autodemarcação Huaorani, nação na qual sobrevivem apenas três mil pessoas, se realiza sobre uma extensão de 650 mil hectares, onde trabalham várias companhias petrolíferas transnacionais. A área foi ratificada aos índios em 1983, e representa apenas 35% do total que controlavam há 20 anos.

"A delimitação pretende determinar um espaço físico para esse povo, onde poderão reproduzir-se sem a ameaça das companhias", disse à agência IPS Leonardo Viteri, vice-presidente da Confederação.

AUMENTA O DÉFICIT HABITACIONAL NA GUATEMALA

São Paulo (AGEN-IPS) - O déficit habitacional da Guatemala, atualmente de 725 mil moradias, aumenta a cada ano em 20 mil unidades, sem que o crescimento que a indústria de construção civil registra desde 1986 reduza esta brecha, indica um recente informe oficial.

Segundo a secretaria geral do Conselho de Planejamento Econômico (SEGEPLAN), do governo, o crescimento populacional anual de 266 mil habitantes, que representam ao todo 53 mil novas famílias, demanda 31 mil moradias por ano.

Essa demanda se soma ao "déficit" habitacional acumulado de 725 mil unidades, para concretizar o panorama desolador neste setor, num país de nove milhões de habitantes.

Memória

CAMILO CIENFUEGOS, HERÓI LEGENDÁRIO

São Paulo (AGEN) - Na manhã do dia 30 de outubro de 1959, o matutino "Revolução" veiculava uma notícia dramática, que os cubanos receberam consternados. O departamento de imprensa e rádio do Exército Rebelde informou o seguinte:

"Faz-se saber à opinião pública que no dia de ontem, 28 de outubro, às 6:01hs, saiu do aeroporto de Camagüei o avião bimotor das Forças Armadas Rebeldes (FAR), marca CESSNA 310 nº 53, em direção a Havana, conduzindo o chefe do Estado Maior do Exército Rebelde, comandante Camilo Cienfuegos, acompanhado pelo 1º tenente Luciano Fariña Rodriguez, os quais infelizmente não chegaram ao seu destino".

A nota continuava dizendo da infrutífera busca e indicava o local onde possívelmente havia caído o avião. Havia, assim, desaparecido um dos vitoriosos guerrilheiros da Revolução Cubana. À busca se incorporou todo o povo convencido de que perdera algo que lhe pertencia. Foram onze dias ininterruptos de trabalhos, pessoalmente dirigidos por Fidel Castro. Por que Camilo ganhou tanta admiração?

Apesar de sua fugaz vida revolucionária (desapareceu aos 28 anos), esse "humilde filho do povo", alcançou no seu pensamento e em sua ação o desenvolvimento político e ideológico mais profundo e completo.

Cresceu num lar onde se ensinavam os princípios da justiça social, a solidariedade internacionalista, o patriotismo e o repúdio ao fascismo e a toda forma de tirania. Ao que consta, cursou o primário, tendo se matriculado a seguir na escola anexa a San Alejandro (de artes plásticas). Entretanto, devido à difícil situação econômica da família, teve que abandonar seus estudos e trabalhar. Não parece ter estudado literatura marxista, mas levou a cabo o seu profundo amor à causa dos humildes e explorados.

A incorporação de Camilo ao grupo expedicionário Granma não foi tão fácil. Mas sua lealdade e valentia à causa da Revolução, o levaram a fazer parte e a destacar-se na ação combativa. "Alegría de Pio, La Plata, Arroyo del Infierno, Alto de Espinosa, El Uvero, Pino del Agua" e outras ações de menor envergadura lhe deram a patente de tenente, tendo passado a seguir às ordens de Che Guevara. São estas as palavras de Che: "Camilo, o precursor, criou sua legenda nas planícies do Oriente, constituindo-se o terror das forças que se mobilizavam a partir de Bayamo". De Fidel se ouviu: "Camilo continuará vivendo em homens iguais a ele e em homens que se inspirem nele".

Especial

O Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEP) e o Departamento de Teologia da PUC irão promover dia 25 de outubro, às 19:30, na Igreja São Domingos (rua Caiubi, 126 - Perdizes).

Homenagem aos 60 anos de Gustavo Gutiérrez

Programa:

Palestra: A caminhada da Teologia da Libertação de Medellín até hoje; **Apresentação:** D.Paulo Evaristo Arns; **Exposição:** Gustavo Gutiérrez; No dia 26 de outubro, às 19:30, na Igreja de São Domingos (rua Caiubi, 126 - Perdizes).

Homenagem aos 20 anos de Brasil de D.Pedro Casaldáliga

Programa:

Palestra: A caminho do ano 2000 passando por São Domingos (1992); **Apresentação:** Luiz Eduardo Wanderley (reitor da PUC - SP); **Exposição:** D.Pedro Casaldáliga e D.Samuel Ruiz (bispo de Chiapas, México).

Estão convidados a participar as comunidades de base, entidades, organismos ecumênicos, Igrejas, grupos e associações do movimento popular, centros dos direitos humanos e demais entidades que desejam homenagear e solidarizar-se com Gustavo Gutiérrez e D.Pedro Casaldáliga.

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Reg. Prof. Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro Soares Martins (Reg. Prof. Mtb 17.572)
Redação: Guilherme Salgado Rocha (Reg. Prof. Mtb 2205)

Correspondentes e Colaboradores: Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs e Liliana Lavoratti (Porto Alegre, RS), Rosa Dalla Costa (Francisco Beltrão, PR), Valdemar de Oliveira Neto (Recife, PE), José Anchieta Ferreira (Linhares, ES), Maria Alzira Fritzen (Manaus, AM), [illegible]norim (Sertãozinho, SP), Fer[illegible]lsa (Zona Leste, São Paulo, S[illegible]urenço Pechtoll (Grande AB[illegible]wton Carlos e Isaac Akceln[illegible]aristas internacionais), Attilio Hartmann (Quito, Equador), José Subirats (La Paz, Bolívia), Roberto Codas Friedmann (América Central), Beltrina Corte (Bogotá, Colombia), Juan Pezzuto e Regina Santos (São Paulo) e Aníbal Pastor Niñez (Santiago).

Divulgação e contatos: Pe. José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Rev. Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN
Fotolitos: "AJATO"
Impressão: Gráfica Peres Ltda.

DIRETORIA

Presidente: D. Sumio Takatsu
Vice-Presidente: Frei José de Rezende Ribeiro - O.P.
Secretário: Paulo Maldos
Tesoureiro: José Lourenço Pechtoll

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMENICA
TELEX: 11.25824 AECN-BR

PETRO LUZ SÃO PAULO-SP 88

BRASIL ECT =19,50 P.B.M. 6153 P.E. 11163

00002 1003-89 SEM
CN/MNDDH REGIONAL LESTE I
R.CAPITAO CHAVES 60
26000 NOVA IGUACU
RJ

IMPRESSO

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

IGREJAS

Lumen 2000 acelera estruturação da TV Vaticana pág 2

Seitas preocupam parlamento e polícia da Espanha pág 2

Concílio da IECLB reitera apelo por sociedade justa pág 3

Culto ecumênico de solidariedade em Santo André pág 3

DIREITOS HUMANOS

Grupo de extermínio volta a atuar em Osasco pág 3

MOVIMENTOS SOCIAIS

Tribunal "Winnie Mandela" pág 3

TERRA

Agrava-se situação dos sem terra no Maranhão pág 4

Ameaças de morte são constantes no estado pág 4

Violência para impedir organização nas áreas dos grandes projetos pág 4

CUT tem setor de combate à violência no campo pág 5

Processo de Cavazzuti está parado pág 5

ECOLOGIA

Governo lança pacote para atender exigências do BIRD pág 6

Queimadas também preocupam no Espírito Santo pág 6

POVOS INDÍGENAS

Kaiapó processado não foi ouvido por juiz pág 7

ECONOMIA

Dívida externa: à espera das eleições americanas pág 7

POLÍTICA

UDR investe alto nas eleições municipais pág 8

MOVIMENTO OPERÁRIO

Construção de hidrelétricas será analisada pela CUT pág 8

CUT participa de eleições na Contag pág 8

Congresso mantém autonomia da FNT e apoio à CUT pág 8

AMÉRICA LATINA

Igrejas Católica e Evangélicas querem diálogo no Chile pág 9

Paraguai: incerteza quanto ao futuro pág 9

TERCEIRO MUNDO

Governo angolano quer a paz em seu país pág 10

Explosão atinge sede da Conferência Episcopal sul-africana pág 10

Presidente do Zimbabwe não aceita diálogo com Botha pág 10

África do Sul: aumento das despesas militares pág 10

ONU negocia independência da Namíbia pág 10

ESPECIAL

Vaticano não canoniza mártires brasileiros pág 11

Mortos na luta popular pág 11

MEMÓRIA

A Guerra do Contestado (1912 a 1916) pág 12



A situação é das mais graves no sul do Maranhão: acampamentos de sem terra foram cercados pela polícia, que chegou a ameaçar com bombardeio. Edvaldo Ferreira da Silva, da executiva nacional do Movimento dos Sem Terra, foi seqüestrado e ameaçado de morte. No dia 18 de outubro, José Rainha Júnior, Mazoel Souza de França e Edvaldo (foto) relataram o panorama em entrevista coletiva na AGEN. Terra.
Foto Roberto Parizotti

CASALDÁLIGA CONTINUARÁ VISITANDO A NICARÁGUA

São Paulo (AGEN) - O bispo de São Félix do Araguaia (MT), d.Pedro Casaldáliga, já decidiu que continuará visitando periodicamente a Nicarágua e outros países centro-americanos, apesar das pressões em sentido contrário que vem recebendo dos setores conservadores da Cúria Romana. A decisão de d.Pedro é a de visitar a América Central, mesmo que na condição de peregrino, sem oficiar celebrações nos templos locais. Nesse país, o povo católico vive como um conjunto de ovelhas sem pastores, na maioria das dioceses.

Essa realidade é ainda mais visível na Arquidiocese de Manágua, onde o cardeal Miguel Obando y Bravo atua como líder civil da contra-revolução. Há quinze dias, d.Obando recusou-se, pela décima quinta vez, a receber as mães dos desaparecidos e seqüestrados pela contra. Dias depois, recebeu uma polpuda doação em dólares da Agência para o Desenvolvimento (AID), organismo do governo norte-americano.

Não interessa, deste modo, ao cardeal Obando e demais bispos da mesma linha, que d.Pedro vá à Nicarágua e à América Central, dar seqüência ao pastoreio de d.Oscar Arnulfo Romero.

Nas mãos do Papa - Do ponto de vista eclesiástico, a definição sobre o caso Casaldáliga (que inclui todo um conjunto de episódios, remontando à época da ditadura militar, quando - acusado de "comunista" por d.Geraldo Sigaud - d.Pedro recebeu uma "visita apostólica" do Vaticano) caberá ao Papa. Se ouvir as recomendações de alguns de seus mais próximos assessores - os cardeais Joseph Ratzinger e Bernardin Gantin -, João Paulo 2º poderá exigir de d.Pedro que limite seus passos na América Central e siga regras mais "ortodoxas" na pastoral de São Félix. Se ouvir o Evangelho, o Papa confirmará o trabalho de Casaldáliga, todo voltado à missão de anunciar a boa notícia da libertação aos empobrecidos.

Desserviço - Nas entrelinhas dos acontecimentos sobre o bispo de São Félix, registram-se os comentários, verdadeiros reflexos dos vários modelos de Igreja que se superpõem no Cristianismo. Alguns bispos consideram, por exemplo, como um "desserviço" à Igreja o conjunto do noticiário da grande imprensa e dos meios de comunicação alternativos sobre o caso Casaldáliga.

Essa avaliação está, paradoxalmente, permitindo aos profissionais que cobrem a Igreja e a muitos grupos de cristãos anônimos que reflitam sobre o que é servir e desservir à Igreja. A discutirem sobre o ser e o significado da Igreja de Jesus Cristo. A colaboração do cardeal Obando com os contras, serve a Deus ou ao dinheiro? E a solidariedade de Casaldáliga - até os últimos limites - com os lavradores e os indígenas, é ou não um serviço à Igreja? São questões que surgem, entre um e outro momento do caso Casaldáliga. (DA)

Boletim Nº 126 - 27 de outubro de 1988.

AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 1125824 AECN-BR

Igrejas

LUMEN 2000 ACELERA ESTRUTURAÇÃO DA TV VATICANA

Roma (AGEN) - Estão avançados os trabalhos de estruturação da TV Vaticana, pela qual a Santa Sé pretende agilizar os seus serviços de evangelização via tevê. A TV Vaticana está incluída no projeto Lumen 2000, desenvolvido por movimentos como a Renovação Carismática Católica. A informatização das dioceses na América Latina, distribuição de vídeos e organização de retiros mundiais para bispos e padres são outras das atividades previstas no projeto Lumen 2000. (AGEN nº 97)

O projeto global para a América Latina está orçado inicialmente em US$ 30 milhões. Em grande parte, os recursos são provenientes da fundação holandesa "Witnessing to God's Love" (Testemunhas do Amor de Deus). Outra instituição financiadora do projeto é a Benevolentia, mantida pela família Brenninkmeyer, proprietária da rede de lojas C&A. Há pouco, o megamilionário holandês Piet Derksen foi nomeado conselheiro da TV Vaticana.

Outra figura de destaque na dotação financeira para Lumen 2000 é Jean-Loup Dherse, conselheiro da organização financeira Eurotunnel. Dherse foi um dos convidados especiais do papa João Paulo II ao Sínodo Mundial dos Leigos realizado em 1987 no Vaticano, o que na época gerou muita controvérsia no âmbito católico.

Mísseis e orações - O centro internacional de produção de programas de rádio e televisão para Lumen 2000 está localizado na ultraconservadora cidade de Dallas, Texas, onde foi morto o então presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Pelo Centro Carismático de Dallas "God is the Light" têm passado técnicos de vários países latino-americanos, como brasileiros saídos da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas.

Um dos personagens citados como ponte de ligação de Lumen 2000 em Dallas é o ex-coronel da aviação norte-americana Bobbie G. Cavnar, segundo informou no início de outubro o jornal espanhol "El País". De acordo com a publicação, o militar, que trabalhou em projetos de mísseis nucleares intercontinentais e no avião de espionagem U2, retirou-se da carreira militar e se converteu em líder da Comunidade da Alegria de Deus, em Dallas, que segue uma orientação carismática.

Na última semana de julho, esteve no Brasil o editor da agência de notícias "Event", de Milão, Franco Gugliemelli, encarregado pelo Vaticano de tratar da informatização das dioceses brasileiras, dentro do projeto Lumen 2000. Entre seus interlocutores no Brasil, Gugliemelli manteve contatos com o presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, e o presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), senador Albano Franco, cuja família monopoliza os segmentos de rádio e televisão em Sergipe.

SEITAS PREOCUPAM PARLAMENTO E POLÍCIA DA ESPANHA

Madrid (AGEN) - As seitas religiosas não constituem fenômeno exclusivo do Terceiro Mundo. Uma Comissão de Inquérito foi criada recentemente no Parlamento da Espanha, para averiguar a atividade dos cerca de 4.500 grupos caracterizados como seitas religiosas existentes no país. A polícia também está acompanhando de perto a atuação dessas organizações, a que estariam ligadas em torno de 300 mil pessoas, segundo estimativas iniciais.

As autoridades policiais espanholas, seguindo normas internacionais, classificam como "seitas destrutivas" 40 desses grupos. "Seita destrutiva", na linguagem especializada, seria "um movimento totalitário, apresentado sob a forma de associação ou grupo de caráter religioso ou cultural, que exige de seus membros uma absoluta submissão ao líder, cuja atuação está sempre animada pelo enriquecimento".

Os "fiéis" de tais seitas, conforme apurou a polícia espanhola em suas primeiras investigações, são geralmente jovens com problemas psíquicos de autoafirmação, com tendências místicas e esotéricas. Suspeitam os encarregados das investigações que muitas das seitas têm ligações com o crime organizado, como quadrilhas internacionais de tráfico de menores.

Família espanhola - Uma das organizações religiosas que mais tem suscitado polêmicas na Espanha é a Fundação Família Espanhola, que professa um catolicismo ultraconservador. Criada pelo jesuíta Tomás Morales, Família Espanhola guarda muitas semelhanças com a brasileira Sociedade Tradição, Família e Propriedade (TFP), pelo caráter de segredo que cerca suas atividades e pelos dogmas religiosos que segue.

Família Espanhola foi a protagonista das manifestações contrárias à exibição, em território espanhol, do filme "A última tentação de Cristo", de Martin Scorcese. Anteriormente, a organização já havia liderado atos de protesto contra os filmes "Jesus Cristo Superstar" e "Je vous salue, Marie", de Jean Luc-Godard.

Rezam os cânones da Família Espanhola que seus fiéis, vocacionados para a santidade, devem lutar contra o espírito diabólico que rege os meios de comunicação e a sociedade moderna como um todo. Como a TFP, Família Espanhola apresenta-se como adoradora da Virgem Maria. Com razoável freqüência, o presidente da Conferência Episcopal espanhola, cardeal Ángel Suquía, participa das cerimônias dedicadas à Virgem promovidas pela Família Espanhola.

Negócios imobiliários - Os fiéis da Família Espanhola dividem-se em categorias: os **militantes**, que cumprem um estágio inicial e de quem é exigida a participação nas atividades realizadas pela organização; os **cadetes**, mais antigos e que se encarregam de arregimentar novos adeptos; e os **cruzados**, correspondentes a um nível superior, que fazem votos perpétuos de pobreza, castidade e obediência, informa a revista espanhola "El Globo".

As instalações da Fundação Família Espanhola e de seus vários braços - como as Milícias de Santa Maria e as Cruzadas de Santa Maria, que reúnem o setor feminino da organização - compreendem imóveis extremamente valorizados, nas regiões nobres de Madrid e das principais cidades da Espanha. Muitos dos imóveis foram cedidos, a preços baixos, pelos bispados.

A reportagem de "El Globo" cita ainda, os testemunhos de vários "cadetes" arrependidos, que denunciaram tipos de castigo e, até mesmo, lavagem cerebral, contra membros da Família Espanhola. A revista também informa que a base de operações internacionais da Família Espanhola está localizada em Tacna, no Peru. Um dos dirigentes da organização, Carlos Salinas, teria mantido avançadas conversações com a ditadura do general Augusto Pinochet, como forma de contrabalançar "os males que envolvem a Igreja chilena desde a época de Salvador Allende".

Síntese

TEOLOGIA LATINO-AMERICANA

São Paulo (AGEN) - Numa iniciativa do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (CEBEP), realiza-se no período de 24 a 27 de outubro um Encontro de Atualização Teológica sobre a Teologia Latino-Americana. A iniciativa contará com a participação de teólogas e teólogos "comprometidos com a prática pastoral na América Latina".

Oferecer oportunidade de convívio e diálogo com aproximadamente 10 teólogos da América Latina, procurar entender o trabalho da Igreja protestante na América Latina e aprofundar uma interação do Brasil com outros países, são alguns dos objetivos desta promoção do CEBEP.

Teólogos como Blanqui Otaño, de Porto Rico; Samuel Arboleda, Peru; e Ana Alngerak, Costa Rica, já confirmaram as suas presenças para debater temas como a "Teologia Feminina na América Latina", e "Teologia no contexto peruano: uma contribuição pentecostal".

VISITA ECUMÊNICA

Genebra (AGEN) - Cristãos do Japão, Indonésia, Tchecoslováquia, Holanda e Alemanha Oriental estão em visita a estes dois últimos países, de 7 a 24 de outubro, em preparação à Conferência Mundial de Missão e Evangelização, a ser realizada em maio de 1989 pelo Conselho Mundial de Igrejas. Os aspectos ambientais constituem a principal preocupação da delegação.

CONCÍLIO DA IECLB REITERA APELO POR SOCIEDADE JUSTA

Brusque (AGEN-IECLB) - Uma das maiores fontes de sofrimento no continente latino-americano é a injustiça. Deus quer a convivência das pessoas numa ordem social justa, condição imprescindível da paz. Por isso a Igreja se envolve em questões políticas, pois reconhece as exigências políticas do Evangelho. "Não cabe à Igreja assumir os negócios do Estado. Cabe-lhe, isto sim, levantar sua voz e insistir na necessidade da justiça, da paz e da proteção ao meio ambiente com o fim de ver assegurado o bem da nação".

A análise é do pastor presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) em relatório de atividades da Igreja nos últimos dois anos, apresentado ao Concílio Geral, reunido em Brusque (SC), de 18 a 23 de outubro. Esta mesma preocupação de inserir-se mais e mais na realidade brasileira ficou patente no relato dos painelistas, que apresentaram os desafios do tema "E sereis minhas testemunhas", estudado durante o biênio 87/88 nas cinco Regiões Eclesiásticas em que a IECLB está dividida.

Migração - O pastor Rosemar Ahlert, de Alta Floresta do Oeste (RO), conclamou aos pequenos agricultores para que não saiam de suas terras e migrem para o norte do país. "Muita gente que está por lá vive por teimosia. Naquela realidade de sofrimento e miséria, não são raros os cadáveres ambulantes, perambulando pelas estradas à procura de terra", admoestou. O apoio da Igreja na região, que tem procurado sempre mais a cooperação ecumênica, tem sido o de fortalecer a união dos pequenos agricultores na busca de melhoria das condições de vida. No campo da saúde, preocupa a grande incidência da malária.

Uma educação escolar comprometida com a vida, o chamamento ao zelo do Estado para com a saúde do povo e a prática de uma agricultura alternativa são ênfases da Igreja no Espírito Santo. No Rio Grande do Sul, o Centro de Apoio aos Pequenos Agricultores (CAPA) está capacitando colonos a resistirem na terra, recuperando as propriedades descapitalizadas, incentivando a adubação orgânica, a apicultura e a medicina caseira.

A IECLB admite, contudo, que ela ainda não sabe como chegar, na sua tarefa missionária, junto aos moradores das periferias. A missão urbana será uma de suas prioridades. "Ainda somos Igreja fechada e tímida", alertou o pastor Waldim Utech, de Marechal Cândido Rondon, no Paraná.

Igreja Missionária - O tema "E sereis minhas testemunhas" aponta para uma Igreja missionária. Ou ela é missionária ou não é Igreja, destacou no culto de abertura do Concílio o pastor Meinrad Piske, de Joinville (SC). Daí que ela busca, cada vez mais, a formação de lideranças leigas, incentivando o trabalho com jovens e crianças, desde o jardim da infância até a faixa escolar. O conceito de justiça, destacou o pastor presidente no seu relatório, precisa ser trabalhado com o fim de obter critérios, assim como é preciso perguntar se o empenho por justiça inclui obrigatoriamente determinada opção ideológica.

O Concílio Geral, órgão máximo de decisão da IECLB, reúne-se de dois em dois anos, congregando delegados de seus 40 distritos eclesiásticos espalhados por todo país. Entre convidados, jornalistas e delegados, mais de 200 pessoas participaram deste Concílio em Brusque, que se manifestou, durante os trabalhos, sobre a devastação da Amazônia, sobre orçamento da Igreja para o próximo ano e sobre questões administrativas.

CULTO ECUMÊNICO DE SOLIDARIEDADE EM SANTO ANDRÉ

Santo André, SP (AGEN-PACOM) - Um pastor da Igreja Luterana de El Salvador e uma freira nicaragüense estarão participando do culto ecumênico em solidariedade à América Central, marcado para as 16h30m do próximo dia 6 de novembro, na Igreja do Bonfim, Parque das Nações, em Santo André, na região do ABC paulista.

A Pastoral da Comunicação (Pacom) de Santo André está programando a celebração, ao lado de membros da Igreja Metodista de São Bernardo do Campo e de frades dominicanos. O convite está sendo distribuído em todas as cidades da região e outras informações podem ser obtidas no telefone 415 5282.

Direitos Humanos

GRUPO DE EXTERMÍNIO VOLTA A ATUAR EM OSASCO

Osasco (AGEN) - O pedreiro Sebastião Marinho de Sousa Filho, de 22 anos, foi morto a 18 de outubro na porta da casa de um amigo, no Jardim Novo Horizonte, em Osasco, na Grande São Paulo, por um grupo de 20 policiais militares, alguns deles em trajes civis e com máscaras no rosto.

Segundo o jornal "O Estado de São Paulo", os policiais militares estavam em quatro viaturas da Polícia, enquanto os encapuzados saíram de uma Brasília Bege. Depois da morte do pedreiro, os policiais tentaram registrar o caso como legítima defesa, o que foi negado por várias testemunhas.

Parentes e amigos de Sebastião Marinho de Souza Filho acreditam que ele possa ter sido vítima de uma vingança dos policiais, que o acusam de ter matado um policial. A acusação, no entanto, não foi comprovada, pois, na hora em que o policial foi morto, o pedreiro - que não tem qualquer passagem pela Polícia - participava de uma festa de casamento. Outra hipótese é a de que o grupo de policiais confundiu Sebastião com outra pessoa.

"Como pode acontecer isso com um rapaz honesto e trabalhador?", perguntava no velório, realizado em uma garagem, o tio e patrão de Sebastião, Raimundo Marinho de Souza.

Síntese

DIREITOS HUMANOS JÁ

São Paulo (AGEN) - Mais de 50 mil pessoas, segundo os organizadores, participaram do show promovido pela Anistia Internacional, dia 12 de outubro, no Parque Antártica, em São Paulo, dentro da campanha Direitos Humanos Já. Participaram do show, entre outros, Sting, Peter Gabriel e o brasileiro Milton Nascimento. Um dos momentos de destaque da promoção foi quando o cacique Raoni pintou o rosto de Sting de preto e vermelho. Ao final de sua apresentação, o ex-líder do The Police pediu que os direitos dos povos indígenas sejam de fato respeitados no Brasil. Na Argentina, durante o show da Anistia, foi lembrada a luta das Mães da Praça de Maio, que ainda perguntam pelos seus filhos desaparecidos.

O IDOSO NA SOCIEDADE

Piracicaba (AGEN) - O Idoso no Contexto Social Brasileiro é o tema do I Seminário de Cultura e Gerações, que será realizado de 16 a 18 de novembro na Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), interior de São Paulo. Segundo o reitor da Unimep, Almir de Souza Maia, o tema foi escolhido porque o idoso tem sido visto pela sociedade brasileira "como aquele que nada mais produz para essa mesma sociedade e um estorvo para o Estado, que não lhe dá os recursos próprios para sua sobrevivência".

Movimentos Sociais

TRIBUNAL "WINNIE MANDELA"

São Paulo (AGEN) - A Ordem dos Advogados do Brasil - secção de São Paulo, e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - programa da Mulher Negra - encerrando o ciclo de seminários que integram as programações do Tribunal Winnie Mandela, promoveram no dia 17 de outubro, às 20 hs, em São Paulo, o debate "Mulher Negra e violência".

O Tribunal "Winnie Mandela" será encerrado no dia 5 de novembro, no auditório da OAB/SP, à Praça da Sé, 385, 1º andar, local onde se realizaram todos os debates.

AGRAVA-SE SITUAÇÃO DOS SEM TERRA NO MARANHÃO

São Paulo (AGEN) - A escalada de violência contra os trabalhadores sem terra do Maranhão agravou-se a partir de agosto. Um trabalhador, Edvaldo Ferreira da Silva, membro da executiva nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que já havia sofrido uma tentativa de assassinato em agosto, foi seqüestrado no início de outubro por homens mascarados, que o interrogaram e renovaram as ameaças de morte.

A situação é particularmente tensa em duas áreas ocupadas pelos sem terra: Fazenda Gameleira, no município de Imperatriz, e Fazenda União, povoado de Buriticupu, município de Santa Luzia. Edvaldo dos Santos Ferreira, acompanhado de Mazoel Souza de França, da executiva estudal do Movimento dos Sem Terra do Maranhão; José Rainha Júnior, da executiva nacional do Movimento dos Sem Terra; e Avelino Ganzer, vice-presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), concederam entrevista coletiva à imprensa, dia 18 de outubro, na sede da AGEN, para relatar a situação nas duas áreas ocupadas pelos sem terra.

Fazenda Gameleira - A Fazenda Gameleira, de propriedade da latifundiária mineira Eugeni Rangel, foi ocupada em julho por 450 famílias de sem terra. A Fazenda, de 700 alqueires, é "totalmente improdutiva" na versão dos sem terra. Eugeni Rangel já estaria propensa a negociar a desapropriação da área com o Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (Mirad), mas, pressionada "pelas forças retrógradas da região, UDR, PM e justiça local", voltou atrás e requereu o despejo. De acordo com os Sem Terra, Eugeni possui titulação sobre apenas metade da Fazenda Gameleira.

Um primeiro despejo foi realizado em agosto. Os lavradores decidiram, então, acampar na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz, de onde foram novamente despejados, a 19 de agosto, por 40 efetivos da Polícia Militar, que apreenderam documentos, e revistaram todos os arquivos da entidade, e prenderam Edvaldo Ferreira da Silva, Maria da Penha, Luis Marajuba, Maria Pereira Lima e José Mendez Filho. Os trabalhadores foram interrogados e soltos no mesmo dia, menos Edvaldo, que ficou preso até o dia seguinte à tarde, tendo sido apreendidos seus documentos e agenda. Os sem terra resolveram ocupar de novo a Fazenda Gameleira no início de setembro, de onde voltaram a ser despejados a 7 de outubro por policiais militares, de posse de mandado judicial expedido pelo juiz Stelio Muniz.

Fazenda União - De propriedade de um grupo de usineiros de Pernambuco, a Fazenda União, de 50 mil hectares - 2.400 dos quais já foram desapropriados pelo Mirad - também foi ocupada em julho por 500 famílias de sem terra. Os lavradores passaram a sofrer vários tipos de ameaça e, no final de setembro, a área foi cercada por cerca de 200 soldados da Polícia Militar, sob o comando do Major Silva. Em declarações à imprensa, o Major Silva admitiu que, se necessário, utilizaria helicópteros para bombardear o acampamento dos sem terra. As famílias dos lavradores passaram a receber alimentos apenas por intermédio de um padre, única pessoa permitida a entrar na área.

AMEAÇAS DE MORTE SÃO CONSTANTES NO ESTADO

São Paulo (AGEN) - As ameaças de morte contra lideranças dos sem terra viraram moeda corrente no Maranhão. Nos últimos meses, as ameaças recaem principalmente sobre Edvaldo Ferreira da Silva, Valdinar (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz) e Luís Vilanova, lavrador em Buriticupu, município de Santa Luzia, onde é candidato a prefeito pelo Partido dos Trabalhadores nas próximas eleições. Os nomes das três lideranças foram escritos, na agenda de Edvaldo, quando este foi seqüestrado no início de outubro por mascarados.

Edvaldo Ferreira da Silva sofreu uma tentativa de assassinato no início de agosto, em Imperatriz, por desconhecidos que atiraram de um automóvel FIAT. Luís Soares Filho, o Luís Vilanova, já recebeu várias ameaças de morte, e apenas neste ano escapou de dois atentados à bala. Vilanova foi acusado de responsável pela morte de um pistoleiro, mas, no início de outubro, recebeu habeas corpus, podendo então participar da campanha eleitoral como candidato a prefeito de Santa Luzia. O Movimento dos Sem Terra teme que, por ter chances de vencer a eleição, Luís Vilanova pode voltar a sofrer tentativas de morte até o dia 15 de novembro.

Apoio da PM - O Movimento dos Sem Terra destaca o apoio da PM do Maranhão à escalada de violência contra os trabalhadores rurais do estado. A 2 de setembro, o lavrador Simar de Souza Pinto, da executiva nacional do Movimento dos Sem Terra, foi detido na cidade de Santa Inês, quando se dirigia de Santa Luzia para São Luiz, onde iria apresentar os processos de registro das candidaturas do PT para as eleições de novembro. Simar foi preso por um tenente e quatro soldados, sem alegação formal, e levado à delegacia local, onde foi interrogado e ameaçado, sendo solto às duas horas da madrugada, por força da pressão de 20 lavradores que ocuparam o prédio.

No dia 8 de setembro, a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi novamente ocupada por 100 soldados da PM, que retiraram 220 lavradores que tinham sido despejados na semana anterior de uma fazenda no povoado de Bananal. Foram espancados cerca de 30 trabalhadores, entre eles o presidente do Sindicato dos Bancários e um diretor do Centro de Professores. Na ocasião, Edvaldo Ferreira da Silva foi novamente preso. No mesmo dia, a PM ocupou a sede do Movimento dos Sem Terra em Imperatriz, levando documentos, livros, livro-caixa, máquina fotográfica e máquina filmadora, material que não foi devolvido.

Paulo Brossard - Na entrevista coletiva na AGEN, Avelino Ganzer acentuou que as autoridades do governo brasileiro também passam a ser cúmplices de sua violência contra os sem terra no Maranhão, na medida em que não procedem às necessárias investigações e punição dos responsáveis. Avelino observou que o ministro da Justiça Paulo Brossard atacou como inidônea a Anistia Internacional, organização que, recentemente, publicou relatório denunciando a violência contra os trabalhadores sem terra no Brasil. "Ao fazer isso, o ministro passa a ficar do lado da UDR, acusada pela Anistia de responsável pela violência", disse o dirigente da CUT.

Os dirigentes dos sem terra acusam ainda o deputado Davi Alves Silva, candidato a prefeito de Imperatriz pelo PDS, como uma das lideranças do esquema repressivo contra os trabalhadores rurais na região sul do estado.

VIOLÊNCIA PARA IMPEDIR ORGANIZAÇÃO NAS ÁREAS DOS GRANDES PROJETOS

São Paulo (AGEN) - A violência contra os trabalhadores rurais do Maranhão não é gratuita. "Numa região onde estão sendo desenvolvidos grandes projetos, qualquer tipo de organização não é bem vinda", afirma Avelino Ganzer, vice-presidente nacional da CUT.

No norte do estado, a ferrovia de Carajás liga o Programa Grande Garajás ao Porto de Itaqui, em São Luiz. Movimentos populares e ecológicos têm denunciado que, para produzir o carvão destinado à fabricação de aço e ferro gusa pelas 23 siderúrgicas projetadas para Carajás, seria acelerado o ritmo do desmatamento na região nordeste do Pará, afetando a vida dos povos nativos, como seringueiros e indígenas, e contribuindo para a devastação da Amazônia.

Próximo às áreas da Fazenda Gameleira e Fazenda União, onde os focos de violência aumentaram nos últimos meses, está o traçado inicial da Ferrovia Norte Sul, projetada pelo governo do presidente José Sarney para facilitar a exportação de grãos produzidos na região Centro Oeste. As lideranças do Movimento dos Sem Terra notam que o estado do Maranhão foi retalhado na época em que José Sarney era governador, e a maioria do território entregue para latifundiários que continuam mantendo o poder político e econômico em suas mãos.

CUT TEM SETOR DE COMBATE À VIOLÊNCIA NO CAMPO

São Paulo (AGEN) - Reunida no 3º Congresso Nacional, a Central Única dos Trabalhadores ratificou o compromisso com os trabalhadores do campo "pela conquista da terra e da democracia, lutando contra a concentração da terra, do poder e da riqueza" (3º CONCUT - resoluções - pág. 41 e seguintes).

Avaliando a crescente escalada de repressão contra os lavradores e líderes rurais, a CUT vem empenhando-se nas denúncias dos crimes e impunidade dos criminosos.

Para que sua ação seja eficaz, o departamento dos trabalhadores rurais da CUT criou, com o apoio de outros movimentos, o setor de combate à violência no campo.

O setor, que funciona junto à sede da Central Única dos Trabalhadores, conta com o trabalho de uma advogada, uma jornalista e uma secretária. Seu objetivo geral compreende: "buscar todos os esforços para evitar e prevenir a continuidade da violência; denunciar e exigir a punição dos mandantes e responsáveis pelas violações e contribuir para o fortalecimento da CUT como articuladora e direção dos trabalhadores contra a dominação capitalista. Ao integrar organismos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em sua estrutura, o setor de combate à violência no campo ajudará na consolidação e fortalecimento das lutas pela terra no Brasil".

Para alcançar seu objetivo geral, o setor delimitou como sendo objetivos específicos:

1. centralizar as informações sobre as violações contra os direitos humanos dos trabalhadores rurais, especialmente os casos de violência;
2. centralizar as informações e acompanhar processos jurídicos e legais de trabalhadores rurais, em questões de violência;
3. organizar um cadastro e uma rede nacional de advogados do movimento popular;
4. coordenar a ação dos advogados que trabalham nesses processos;
5. elaborar informes e relatórios para a divulgação na imprensa nacional e internacional, autoridades, partidos, entidades da área da questão agrária, movimento sindical mundial, entidades e órgãos de defesa dos direitos humanos a níveis nacional e internacional;
6. articular a solidariedade e denúncias a níveis nacional e internacional frente aos casos de violações dos direitos humanos no campo;
7. manter as entidades da sociedade civil brasileira atentas para todos os casos e situações de violência no campo;
8. desenvolver um trabalho pedagógico contra a violência no campo, incentivando os trabalhadores a desenvolverem formas de autodefesa para garantir seu patrimônio (casas, instrumentos de trabalho, lavouras, etc.), o trabalho na roça, o direito de reunião e impedir a agressão dos inimigos contra os trabalhadores rurais e seus dirigentes;
9. incentivar a troca de experiências entre trabalhadores de áreas de conflitos e também entre dirigentes e
10. coletar informações sobre mandantes, assassinos e também daqueles que fazem ameaças de violências, para que sejam denunciados e, se for o caso, levados aos tribunais.

Descrevemos, a seguir, quadro de violações mais recentes:

- janeiro de 1985 a junho de 1987: 458 trabalhadores rurais, índios e seus apoiadores foram assassinados. (Fonte: MST)
- janeiro a dezembro de 1987: 582 conflitos de terra documentados, 109 pessoas assassinados, 143 receberam ameaças de morte, 37 foram vítimas de atentados, 276 sofreram prisões ilegais, 132 tiveram lesões corporais e 88 foram torturadas e receberam maus tratos. Somando-se outros tipos de conflitos no campo, chega-se a 785 situações de conflitos nos quais aconteceram 154 assassinatos. (Fonte: CPT)

PROCESSO DE CAVAZZUTI ESTÁ PARADO

Goiás Velho (AGEN) - O processo sobre o caso do atentado ao pe. Francisco Cavazzuti, ocorrido no dia 27 de agosto de 1987 está parado, ou seja, no dizer dos técnicos, tramitando.

O advogado de defesa do pistoleiro Eurípedes Ferreira Gomes, acusado pela comunidade como mandante, pediu ao tribunal estadual habeas corpus, que não foi concedido. Acerca de dois meses ele recorreu da decisão no STF, por isso o processo ainda está em Brasília. Além disso, ele está agindo por outro ângulo: pediu exame psiquiátrico para, ao mesmo tempo, soltar o pistoleiro e invalidar suas declarações na justiça.

É importante lembrar que quem prendeu o pistoleiro foram integrantes das comunidades, enquanto a polícia seguia uma pista totalmente oposta ao crime. Esse mesmo "agente" continua acusando três pessoas como mandantes: Eurípedes, vereador do PMDB; assessor do deputado estadual Vitor Ricardo e tido como agenciador de pistoleiros no estado; o prefeito de Sanclerlândia, Onildo Lagares de Faria, único prefeito da região a comparecer numa reunião de fundação da regional Rio dos Bois da UDR; e o fazendeiro Sebastião Miranda. Corre "nos ouvidos e nas bocas" na região que esse crime tem ramificações estaduais indo da UDR até a políticos ligados ao PMDB.

Além do advogado mandante, Eurípedes, foi contratado para auxiliá-lo o ex-presidente da OAB-GO, Vanderlei de Medeiros, que num júri anterior, ocorrido na Comarca de Mossâmedes, agiram para "testar" o corpo de jurados. Tempos atrás o preço de "uma defesa" desse advogado era cerca de 1 milhão de cruzados.

As comunidades continuam cobrando das autoridades mais agilidade e principalmente que seja feita a justiça. Tivemos aqui o Mutirão em favor da justiça, onde houve uma grande manifestação da população, por ocasião da 1 ano do atentado. (AGEN nº 121)

Na cadeia o pistoleiro está muito bem, tem todo o conforto: geladeira, TV, etc. Sua esposa foi trazida para morar na cidade em casa alugada. O pistoleiro continua negando que haja mandantes. Uma pergunta: de onde sai o dinheiro? E o pe. Chico? Ele está reassumindo todos os trabalhos possíveis, continua morando em Sanclerlândia e acompanha o trabalho pastoral em Mossâmedes. Além disso está celebrando nas festas das outras paróquias da diocese. Assim ele se reanima e dá aos trabalhos diocesanos esperança e exemplo na busca do Reino de Deus que deve acontecer aqui e agora.

Todo apoio necessário por parte dos cristãos do Brasil é necessário a ele, por meio de cartas, telegramas etc. Para se escrever ao pe. Chico o endereço é o seguinte:

Pe.Francisco Cavazzuti
Casa Paroq ial - Praça Damiana, 125
76 620 - Mossâmedes - GO

Pedimos também telegramas e cartas para o juiz de Mossâmedes, exigindo agilidade no andamento do processo e prisão não só para o pistoleiro, mas também que se processe e prenda o mandante.

Endereço:
Juiz de comarca de Mossâmedes
Forum local
76 620 - Mossâmedes - GO

(Sebastião Donizete, Dorival de Aquino, Luismar Ribeiro Pinto e Lorival da Silva Abreu)

MISÉRIA NO BRASIL EXPOSTA NO CENTRO ECUMÊNICO DE GENEBRA

Genebra (AGEN) - Uma coletânea de fotos sobre a miséria no Nordeste brasileiro, de autoria de Sebastião Salgado, está exposta nos corredores da Federação Luterana Mundial (LWF), uma das várias organizações abrigadas nos edifícios do Centro Ecumênico, em Genebra, na Suíça. A exposição fotográfica integra a série de eventos preparatórios à Oitava Assembléia Geral da LWF, que será realizada em Curitiba (PR), no Brasil, entre 30 de janeiro a 8 de fevereiro de 1990.

Mineiro de Aimoré, Sebastião Salgado nasceu em 1944. Estudou nas Universidades de São Paulo e Vitória (ES). Em Paris, doutorou-se em economia, tendo trabalhado em várias organizações internacionais, como o Banco Mundial. Interessou-se pela fotografia em 1970, dedicando tempo integral a esse trabalho a partir do ano seguinte. Trabalhou por dois anos para o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e, em 1976, foi convidado pela agência GAMMA para iniciar um trabalho sobre as condições sociais dos povos indígenas na América Latina. Por seu trabalho na área social, ganhou em 1982 o Prêmio W.Eugene Smith. (J.P.S.Martins)

Ecologia

GOVERNO LANÇA PACOTE PARA ATENDER EXIGÊNCIAS DO BIRD

José Pedro S. Martins

São Paulo (AGEN) - O "pacote ecológico" anunciado a 12 de outubro pelo presidente José Sarney tem como objetivo essencial atender às expectativas de órgãos internacionais de financiamentos, como o Banco Mundial (BIRD), que estão exigindo uma maior preocupação do governo brasileiro com o meio ambiente, como pressuposto para a liberação de recursos destinados aos chamados projetos de desenvolvimento.

O governo José Sarney está particularmente interessado em acelerar as negociações em torno da liberação, pelo BIRD, de uma verba de US$ 500 milhões, designada ao Plano 2010, que prevê a construção de cerca de 100 novas usinas hidrelétricas no país, em especial na região da Amazônia. As negociações para a liberação dessa verba estendem-se há dois anos. Respondendo à pressão de organizações ecológicas da Europa e Estados Unidos, que conseguiram sensibilizar o Congresso norte-americano, o BIRD tem sustado a liberação dos US$ 500 milhões, uma vez que o governo brasileiro ainda não havia cumprido as cláusulas ambientais fixadas no acordo assinado com o Banco Mundial no início da década.

Índios Kaiapó - Neste sentido, não procede a acusação dirigida aos índios Kube-I-Kaiapó e Paulo Paiakan, de que suas declarações nos Estados Unidos, a respeito dos perigos dos novos projetos de desenvolvimento na Amazônia para as nações indígenas, foram fundamentais para a decisão do BIRD em atrasar a liberação da verba para a construção das novas hidrelétricas na região do Rio Xingu. Declarações negando que as afirmações dos índios Kaiapó interferiram na posição do BIRD foram formuladas por membros do staff do próprio Banco Mundial, como o brasileiro Antonio Pimenta Neves.

Além do cumprimento das cláusulas ambientais, o BIRD tem negociado, com o governo brasileiro, a reabilitação financeira do setor energético. O Banco Mundial - novamente pressionado pelas organizações ecológicas tem questionado a política de subsídios do governo federal, que beneficia às grandes empresas usuárias da energia produzida pelas hidrelétricas da Amazônia, como a de Tucuruí, no Pará.

Do mesmo modo, as organizações ecológicas têm reivindicado uma revisão nas peças orçamentárias do Plano 2010. Ao todo, o projeto estaria orçado em US$ 40 bilhões, mas, de acordo com os ecologistas, as mesmas hidrelétricas poderiam ser construídas com US$ 10 bilhões. O BIRD tem se recusado, igualmente, a incluir na verba solicitada pelo governo brasileiro uma cota para o Programa Nuclear.

QUEIMADAS TAMBÉM PREOCUPAM NO ESPÍRITO SANTO

Linhares (AGEN) - Após revelar que há 30 anos a cobertura florestal no Norte do Espírito Santo se comparava à Amazônia, o secretário geral do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), João Carlos Carvalho, declarou que a região não suporta mais desmatamento ou queimadas para implantação de projetos agropecuários.

Em todo estado restam apenas 6% dos recursos florestais dos 20% que deveriam ser preservados, conforme a legislação florestal em vigor. O sul capixaba está praticamente devastado. No norte existem ainda algumas reservas particulares e Linhares, a 130 quilômetros de Vitória, possuia reserva florestal de Socretama, uma mancha da Mata Atlântica no estado, e a Floresta Rio Doce, controladas pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Incêndio criminoso - No município de Pinheiros, 280 quilômetros ao norte de Vitória, a reserva biológica de Córrego do Veado foi sacrificada, no ano passado, por incêndio criminoso praticado por agricultores da região. Aproximadamente 3 mil hectares foram dizimados pelo fogo. A área pode levar meio século para recuperar-se da tragédia ecológica. Em 87, o norte capixaba foi atingido, principalmente em outubro, por queimadas em suas matas, já ralas.

Para João Carlos Carvalho, a degradação dos recursos naturais do país ultrapassou "os limites da lei" por causa da expansão da agricultura e também ao processo especulativo desenvolvido por latifundiários, na região Centro-Oeste e na Amazônia (especialmente em Rondônia), com a finalidade de fugir da reforma agrária. Pessimista, o secretário calcula que, em 88, 20 milhões de hectares de florestas sejam destruídos por queimadas ou atingidos por desmatamento em todo país, situação idêntica à do ano passado. (Por José Anchieta Ferreira)

Síntese

NOBEL ALTERNATIVO

São Paulo (AGEN) - O agrônomo gaúcho José Lutzenberger foi um dos contemplados de 1988 com o Prêmio Nobel Alternativo, concedido anualmente pela The Right Livelihood Foundation. Lutzenberger é um dos pioneiros das lutas ecológicas no Brasil. A 23 de setembro último, ele participou do Congresso Ecológico realizado em Berlim Ocidental, uma das várias atividades paralelas à reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BIRD). Em sua exposição , Lutzenberger denunciou que um relatório interno da própria Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), assinado pelo seu Superintendente para o Meio Ambiente, sustenta que os projetos siderúrgicos em Carajás apenas serão viáveis economicamente, se não houver gastos com o reflorestamento. O ecologista lembrou a responsabilidade dos órgãos internacionais de financiamento no Programa Grande Carajás: a Comunidade Européia liberou US$ 250 milhões e o BIRD US$ 300 milhões para a construção da Ferrovia de Carajás, destinada ao transporte do aço e ferro gusa ao Porto de Itaqui, em São Luis, no Maranhão. Como propostas, sugeriu a moratória por 4 meses de todos os projetos nocivos ao meio ambiente na Amazônia, a mudança na filosofia da política energética do governo brasileiro (através do incentivo à produção de energia solar e eólica, entre outras), a liberação de verbas pelo BIRD para a recuperação dos solos devastados e o desenvolvimento de projetos de agricultura alternativa, incentivo aos pequenos agricultores e a execução da reforma agrária como meios de evitar o êxodo rural e a migração intensiva para a região amazônica.

COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE

Brasília (AGEN) - O deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP) está lutando pela criação, na Câmara Federal, da Comissão do Meio Ambiente. Na opinião do parlamentar, a criação desse organismo é fundamental para a fiscalização dos preceitos sobre o meio ambiente incluído na nova Constituição brasileira. Fábio Feldmann manteve reuniões, dia 17 de outubro, com técnicos da Universidade de São Paulo (USP), no sentido da participação da comunidade científica no trabalho da virtual Comissão do Meio Ambiente.

PACOTE ECOLÓGICO

Brasília (AGEN) - Batizado de **Nossa Natureza**, o "pacote ecológico" anunciado a 12 de outubro pelo presidente José Sarney prevê, entre outras medidas, a fusão da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), como embrião de um provável futuro Ministério do Meio Ambiente. O "pacote" também prevê o estímulo à educação e pesquisa ambiental, a proibição da exportação de toras de madeira com 7,6 cm de espessura, o ordenamento territorial da Amazônia e o veto a incentivos fiscais para projetos agropecuários nas regiões de floresta na Amazônia e Mata Atlântica.

GRANDE CARAJÁS

Brasília (AGEN) - Um conjunto de 16 organizações não-governamentais entregou, dia 12 de outubro, ao procurador Cláudio Fontelles, pedido de abertura de inquérito civil, com o objetivo de instruir ação pública contra a União, pelos danos ao meio ambiente causados pelo Programa Grande Carajás. Os 26 projetos previstos em Carajás, se concretizados, levariam ao desmatamento de cerca de 90 mil a 220 mil hectares por ano, como forma de fabricar carvão destinado às usinas siderúrgicas, que produziriam 2,5 milhões de toneladas de ferro gusa por ano. O despacho de Cláudio Fontelles, do mesmo dia 12, determina o prazo de 20 dias para que o Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás responda às indagações das entidades signatárias do pedido de inquérito civil. Uma das conseqüências de Grande Carajás, segundo as organizações não-governamentais, seria a extinção de 23 nações indígenas da região.

Povos Indígenas

KAIAPÓ PROCESSADO NÃO FOI OUVIDO POR JUIZ

Belém (AGEN) - O juiz federal Iran Velasco do Nascimento recusou-se, dia 14 de outubro, a ouvir em audiência ao cacique Kube-I-Kaiapó, pois este trajava suas roupas indígenas habituais. Reagindo à negativa do juiz em recebê-lo em seus trajes de cacique, Kube-I-Kaiapó declarou que, agora, falará à Justiça apenas em sua aldeia. O advogado José Carlos Castro, que defende o líder Kaiapó, disse que irá processar o juiz Iran Velasco pela prática de racismo.

Kube-I-Kaiapó e Paulo Paiakan foram enquadrados no Estatuto dos Estrangeiros, sob a acusação de denegrir a imagem do país no exterior. A acusação deve-se às declarações feitas pelos líderes indígenas no início do ano, nos Estados Unidos, a respeito das virtuais conseqüências dos projetos de desenvolvimento para os povos indígenas na Amazônia. O governo brasileiro sustenta que as declarações dos dois indígenas foram determinantes para a decisão do Banco Mundial (BIRD) em atrasar a liberação de uma verba de US$ 500 milhões, destinada ao Plano 2010, que prevê a construção de cerca de 100 novas hidrelétricas no país, em especial na Amazônia.

Segundo o juiz Iran Velasco Nascimento, os dois índios Kaiapó não estão ameaçados de expulsão do Brasil. Eles foram indiciados como co-autores de crime contra os interesses nacionais, em que está sendo acusado o antropólogo norte-americano Darrel Posey, responsável pela viagem dos líderes indígenas aos Estados Unidos. O antropólogo, que trabalha há 11 anos no Projeto Kaiapó, do Museu Emílio Goeldi, do Pará, pode ser expulso do país, se provadas as acusações. Já as lideranças Kaiapó, se consideradas culpadas, poderão receber penas de até 3 anos de prisão. (Ver Ecologia)

Economia

DÍVIDA EXTERNA: À ESPERA DAS ELEIÇÕES AMERICANAS

São Paulo (AGEN) - O 43º Encontro Anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BIRD), desenvolvido de 27 a 29 de setembro em Berlim Ocidental, deixou clara a impotência dessas organizações em resolver a crise da dívida externa. De concreto, nenhuma novidade maior no rol de alternativas para a problemática da dívida foi deliberada no Encontro, cuja realização foi orçada em US$ 30 milhões.

Boa parte dessa quantia foi recuperada durante os três dias de atividades, por meio dos serviços prestados, no luxuoso Centro de Congressos de Berlim, aos 10 mil participantes, entre diretores e altos funcionários de bancos e ministérios das finanças de mais de 150 países. O Encontro foi acompanhado por mil jornalistas.

Nas ruas de Berlim, 10 mil policiais para garantir a "segurança" dos participantes, que em grande número (mais de 3 mil) ficaram alojados nos hotéis de Berlim Oriental, a capital da Alemanha comunista, onde até campos de golfe foram construídos para receber os ricos capitalistas. As várias manifestações anti-FMI e Banco Mundial, como uma maciça passeata pelas ruas centrais de Berlim (com mais de 80 mil pessoas), certamente contribuirão para o staff das duas organizações repensar a prática de realizar os Encontros Anuais fora de Washington.

Impotência - A impotência do FMI em resolver a crise da dívida ficou patente a partir de 1982, quando o México acendeu o alerta vermelho das finanças internacionais, ao declarar inadimplência para saldar os seus compromissos. Antes, em 1971, quando foi reconhecida de forma oficial a impraticabilidade da conversão do padrão ouro em dólar, o FMI já deixava sua função inicial, fixada em Bretton Woods, no final da Segunda Guerra Mundial, de regular os tipos de câmbio.

Paulatinamente, o FMI assumiu o papel de intermediar os interesses dos bancos credores e dos países devedores. Seus índices de popularidade começaram a cair de maneira vertiginosa, a partir dos planos de austeridade exigidos pelos credores aos devedores, o que, na prática, antes de equacionar a problemática da dívida, tem significado a recessão econômica e a deterioração das condições de vida no Terceiro Mundo.

Estrutura - Foi muito questionada em Berlim a incapacidade do FMI em resolver a crise da dívida, em função da própria estrutura do organismo, pela qual os dez países mais ricos detêm mais de 50% dos votos, significando uma total submissão dos 140 países restantes às suas orientações. Os Estados Unidos, que detém, sozinhos, 20% dos votos, mantém praticamente o poder de veto sobre as decisões que contrariem os seus interesses.

De fato, se nada - ou muito pouco - se avançou em Berlim, muito se deve à posição americana, ainda orientada pelo chamado Plano Baker, elaborado pelo ex-Secretário do Tesouro, James Baker III. O Plano Baker, também conhecido como Plano dos Três Erres - reestruturação, refinanciamento e reformas - reza que as dívidas serão negociadas caso a caso, e não de forma global, como pretendem alguns países devedores.

Esta postura constitui um decisivo entrave, por exemplo, à proposta da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento), formulada dias antes do Encontro de Berlim, e que propugnava a redução em 30% dos compromissos com os bancos comerciais dos 15 maiores devedores - Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Côte d'Ivore, Equador, México, Marrocos, Nigéria, Peru, Filipinas, Uruguai, Venezuela e Iugoslávia. Estes países devem, em conjunto, US$ 300 bilhões aos bancos comerciais. A dívida externa de todo o chamado Terceiro Mundo é, hoje, de US$ 1,2 trilhão.

A estrutura de funcionamento do FMI acabou sendo um dos temas mais polêmicos em Berlim, também em razão da proposta do Japão, de aumentar a sua participação nos recursos do Fundo, o que levaria a um maior poder político japonês nas decisões do organismo. Atualmente, o Japão detém menos de 5% dos votos, contradizendo a posição cada vez mais relevante que apresenta no cenário econômico mundial.

O Brasil, apesar de ter a maior dívida externa do mundo (US$ 114 bilhões), pouca voz tem no Fundo - menos de 2% dos votos. Não que os governantes brasileiros tenham feito alguma coisa, durante o Encontro de Berlim, para mudar essa situação submissa. Ao contrário, poucos dias antes, o ministro Mailson da Nóbrega havia assinado o acordo com os bancos credores, sobre US$ 80 bilhões da dívida externa brasileira, mantendo por mais alguns anos a sangria de divisas. Isso, com a complacência do deputado Ulysses Guimarães, que adiou a promulgação da nova Constituição brasileira para após a assinatura do acordo. Pelos novos preceitos constitucionais, qualquer acordo semelhante deve ser aprovado pelo Congresso Nacional

Ecologia - A preocupação com o meio ambiente foi uma das tônicas no Encontro Anual do FMI e Banco Mundial. Ela esteve presente no próprio discurso do presidente do BIRD, Barber Conable. Não se avançou, entretanto, em torno da proposta de alguns grupos ecologistas, de transformar parte da dívida externa em proteção do meio ambiente.

A troca da dívida por projetos de proteção ambiental é possível através da "compra" de parte da dívida por organizações ecológicas, através de operações no mercado secundário. Por esse mecanismo, já foram abatidos US$ 650 mil da dívida da Bolívia, US$ 5,4 milhões da Costa Rica e US$ 390 mil das Filipinas. Negociações em andamento podem levar ao abatimento de até US$ 10 milhões da dívida do Equador, pelo mesmo esquema.

Eleições nos EUA - Mesmo insignificante, em face da quantia total da dívida do Terceiro Mundo, o montante já abatido por intermédio de operações que redundem em proteção ambiental indica a possibilidade concreta de alternativas semelhantes.

Tanto essa como outras fórmulas, porém, depende de fato das virtuais alternações na política fiscal e monetária nos Estados Unidos, após as eleições do início de novembro. A respeito, os grupos ecológicos vão aumentar a pressão no sentido de que os bancos americanos adotem a prática de perdoar as dívidas dos países credores, em troca de isenções fiscais pelo tesouro americano.

Um dado inquietante nesse contexto é que, com uma possível vitória de George Bush (o mais cotado segundo as últimas pesquisas), um dos homens mais poderosos na próxima administração americana será exatamente o senhor James Baker III, que de acordo com os analistas foi o principal responsável pela estratégia do candidato republicano. (Por José Pedro S.Martins)

Política

UDR INVESTE ALTO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Brasília, DF (AGEN) - Usando do tom triunfalista que o caracteriza, o presidente nacional da UDR, Ronaldo Caiado, afirmou recentemente que a entidade elegerá 50 % dos candidatos que apóia nas eleições deste ano. Muitos dos candidatos apoiados pela UDR não têm alardeado este respaldo, em função da imagem negativa característica da organização.

Um dos candidatos que recebe apoio ostensivo da UDR é o deputado federal Davi Alves Silva, que concorre ao cargo de prefeito de Imperatriz, sul do Maranhão, região dos mais graves conflitos de terra no estado.

A UDR, por outro lado, demonstra pragmatismo, e apenas não apóia candidatos ligados ao PT ou aos partidos comunistas. No Espírito Santo, por exemplo, a entidade apóia o candidato a prefeito de Linhares, Luiz Cândido Durão, que concorre pelo PDT, e cujo companheiro de chapa, Nozinho Correa, é o tesoureiro regional da UDR. Em Cachoeiro do Itapemirim, a UDR apóia a candidatura de Teodorico Ferraço (PFL) e, em São Mateus, Antônio Martins, o Toninho do Mamão (PDC).

Movimento Operário

CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS SERÁ ANALISADA PELA CUT

São Paulo, SP (AGEN) - A Comissão Regional de Atingidos pelas Barragens, abrangendo os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, já está preparando o seu encontro do próximo ano, nos dias 19, 20 e 21 de abril, em São Paulo. Somente no sul do país, a construção de hidrelétricas tem criado problemas a 72 municípios, ameaçados de alagamento.

A iniciativa é da CUT e pretende reunir em São Paulo cerca de 60 lideranças de trabalhadores a fim de aprofundar o estudo sobre o assunto. "Temos notado que o processo de desenvolvimento energético brasileiro, dentro da internacionalização da economia brasileira, afasta os trabalhadores das decisões", advertiu Avelino Ganzer, vice-presidente nacional da CUT.

Projetos de barragens - Os grandes projetos têm servido somente, na opinião de Ganzer, ao desalojamento de milhares e milhares de trabalhadores, camponeses, índios , servindo ao grande capital internacional. "Queremos estudar o assunto, um plano de ação, a fim da sociedade civil participar da discussão e avançar na luta. As ameaças são muitas, e falam em 176 usinas no Brasil".

A CUT solicita, ainda, a todos os que tenham material sobre a construção de hidrelétricas, em qualquer ponto do país, que enviem-no ao endereço da sede nacional da entidade, à rua Ouvidor Peleja, 112, CEP 04128, Bosque da Saúde, São Paulo, SP, aos cuidados do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais.

CUT PARTICIPA DE ELEIÇÕES NA CONTAG

Brasília, DF (AGEN) - O vice-presidente da CUT nacional, Avelino Ganzer, representando a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará, participou da reunião do Conselho da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) nesta cidade, onde foi avaliada a possibilidade de haver disputa eleitoral na próxima escolha da nova diretoria da entidade.

A decisão de disputar a eleição com chapa própria partiu do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT. Avelino Ganzer lembrou que se forem seguidas as deliberações de 85, as eleições acontecerão entre 15 a 20 de dezembro, caso não haja tentativa de interferência dos atuais membros da diretoria.

José Francisco - A Contag é presidida há cerca de 20 anos por José Francisco da Silva. Acrescentou Avelino: "o objetivo da disputa é abrir o debate em torno do assunto. Afinal, são 3 mil sindicatos dos trabalhadores rurais espalhados em todo o país, com intenção de discutir a concepção organizativa do sindicalismo".

Mais adiante, frisou que a CUT está disposta a abrir o diálogo com setores do sindicalismo agrário que queiram " um modelo mais avançado de sindicalismo agrário, deixando de lado uma organização esgotada, superada mesmo". Ele não deixa de incluir aí até mesmo uma composição com pessoas da atual diretoria, salientando, entretanto, "a proposta de avançar na organização".

Votam nas eleições da Contag os membros do seu conselho, composto por um representante de cada federação estadual de trabalhadores rurais, mais um delegado de cada um dos 3 mil sindicatos brasileiros, escolhido em assembléia. Avelino, além de representar a Federação Paraense, também é coordenador do Departamento Nacional da CUT ligado ao assunto.

"Além de participar das eleições, nossa intenção é mudar os estatutos da Contag, a fim de torná-la mais ágil, próxima dos sindicatos", finalizou Avelino, em entrevista dada na sede da Agen.

CONGRESSO MANTÉM AUTONOMIA DA FNT E APOIO À CUT

Piracicaba, SP (AGEN-FNT) - Em seu 2º Congresso Nacional, realizado nos dias 13, 14, 15 e 16 de outubro, no campus da Universidade Metodista desta cidade, a Frente Nacional dos Trabalhadores (FNT) confirmou as linhas prioritárias de ação para os próximos três anos.

A ação se desenvolverá, como até aqui aconteceu, no âmbito sindical (rural e urbano), e na luta pela terra, tanto no campo como na cidade. Segundo a nova coordenação eleita, a atuação da FNT se firmará ainda mais na luta sindical, "uma vez que as deficiências que os trabalhadores enfrentam nos bairros onde moram, em grande parte são conseqüência direta do salário de fome que recebem, fruto da exploração do sistema capitalista de produção, que determina o poder de decisão no Brasil".

FNT e CUT - O Congresso da FNT decidiu manter, ainda, uma linha de atuação autônoma, mas estreitamente ligada à CUT, assumindo, portanto, as decisões tomadas no 3º Concut, realizado em Belo Horizonte no mês passado. "Nossa prática sindical estará voltada em direção aos trabalhadores, que constroem e transformam as riquezas do país, e sequer recebem os direitos elementares garantidos pela legislação trabalhista brasileira".

No que se refere à solidariedade internacional, o Congresso determinou, entre outros pontos, o apoio ao jornal Barricada, em português, ao Movimento Sindical Panamenho, estando programada, inclusive, uma série de debates com trabalhadores de El Salvador para 89, em data a ser confirmada.

A nova coordenação nacional da FNT passa a ser a seguinte: Salvador Pires, José Groff, João Felício e Eliseu, pelo estado de São Paulo, José Soares Milheiro, Claudinei e Elias, Rio de Janeiro, e Otaviano da Silva, Raimundo e Daniel, pela Bahia.

América Latina

IGREJAS CATÓLICA E EVANGÉLICAS QUEREM DIÁLOGO NO CHILE

Santiago, Chile (AGEN) - Um urgente chamado ao diálogo formularam a Igreja Católica e a Confraternidade Cristã das Igrejas do Chile. Ambas constituem as principais instituições deste país que têm apoiado nos últimos 15 anos o movimento em favor dos direitos humanos. Como se sabe, o general Augusto Pinochet foi derrotado nas urnas pelo povo no dia 5 de outubro. A grande maioria o rejeitou para exercer um novo mandato presidencial.

O Comitê Permanente do Episcopado Católico, em uma declaração denominada **Depois do Plebiscito**, afirmou que espera que se "estabeleça um amplo diálogo entre os principais atores políticos do país para tomar as medidas condizentes e afiançar o consenso desejado". Na mesma declaração está frisado que a Constituição e as leis devem estar a serviço do homem e que devem garantir uma adequada convivência humana.

Evangélicos - Por sua vez, a Confraternidade Cristã, que reúne onze denominações evangélicas, entre as quais estão as principais igrejas históricas, fez um "urgente chamado às autoridades do governo, e às Forças Armadas e da Ordem, a facilitar um autêntico diálogo com os representantes da alternativa que venceu o plebiscito".

A Confraternidade esteve assessorada durante a realização do plebiscito por uma delegação ecumênica do Conselho Mundial de Igrejas, à frente Lois Wilson, sua presidente, que visitou Santiago e regiões do norte e do sul do país.

A "Concertación de los 16 Partidos" (coalizão de oposição) tem afirmado que interessa a ela conversar diretamente com os militares e não com representantes do governo, sobre três pontos fundamentais e "não negociáveis": a reforma da Constituição de Pinochet, diminuição dos prazos estabelecidos para a transição, e a eleição completa e perfeita do Congresso com poderes constituintes.

Universidade - Diversas organizações sociais também começaram a lutar por suas questões mais específicas, entre as quais se acham o fim da intervenção militar nas universidades, o fim ou a modificação da legislação trabalhista, abertura dos canais de televisão e o fim da repressão contra os jornalistas.

Querem ainda o fim da proscrição política e a liberdade para todos os presos políticos, entre outros pontos. (Por Aníbal Pastor Niñez, correspondente no Chile)

PARAGUAI: INCERTEZA QUANTO AO FUTURO

Assunção (AGEN) - Os paraguaios esperam a morte do velho ditador, general Alfredo Stroessner, para saber se poderão transitar para a democracia ou se continuarão sob a bota dos militares. O Paraguai tem 3 milhões e 400 mil habitantes, 70% dos quais camponeses. Um percentual de 0,88% dos proprietários rurais possui 80% das 248 mil propriedades rurais agropecuárias do país.

A população ativa chega a 1 milhão e 300 mil pessoas, das quais 70% residentes nos centros urbanos, não superam a receita mensal de 120 dólares. A desocupação chega ao número oficial de 15%, mas é apontada como sendo de 35% pelos dirigentes sindicais independentes. As cifras oficiais incluem os vendedores de cigarros e relógios que circulam pelas ruas de Assunção.

De acordo com dados da Direção Geral de Alfândegas, do governo Stroessner, o total das exportações paraguaias está em mãos de somente 24 bancos privados. Os produtos exportados são a soja e o algodão. O volume oficial de exportações paraguaias chegará, este ano, a 470 milhões de dólares, enquanto, paradoxalmente, o movimento mensal da chamada economia informal, não registrada, atinge a mais de 350 milhões de dólares.

Dentro dessa economia informal, inclui-se, à base de 75%, a produção dos quase 30 mil coreanos e chineses de Taiwan que entraram no país, nos últimos 10 anos. Entra, também, a rede de comerciantes informais argentinos que fazem contrabando de comestíveis e outros produtos de consumo, das províncias argentinas de Formosa y Missiones. Participam, também, dessa receita, os 5 milhões de dólares semestrais oriundos da venda de carros roubados no Brasil. Estes carros representam cerca de 60% do parque automotivo paraguaio.

Além disso, entram, igualmente, no item ilegal da economia paraguaia, cerca de 200 milhões de dólares líquidos, originados do tráfico de drogas. Calcula-se que, cada mês, transita, pelo Paraguai, cerca de uma tonelada de cocaína. Entre 1º e 5 de julho último, a polícia local confiscou um carregamento de 268 quilos de cocaína que tinha entrado em Assunção, depois de chegar da Colômbia a uma pista clandestina em El Chaco, ocidente da capital paraguaia. A carga veio de Medellín, principal sede do tráfico de drogas na América Latina, em um avião da empresa "Transportes Paraguaios". A empresa pousou na fazenda "Forte Olímpo" e ambas são propriedades da Força Aérea Paraguaia, chefiada pelo general Paredes. O piloto do avião que trouxe a cocaína é seu filho, Roberto Paredes.

Direitos Humanos - De acordo com o advogado Francisco Villas, coordenador do Comitê de Igrejas do Paraguai, Stroessner inventou uma lógica própria de terror. Em 1986, com o estado de sítio, houve 236 prisões políticas, enquanto em 1987, sem estado de sítio, esse número chegou a 461. Cristina Vila, também desse Comitê, explica: "É muito simples. Toda a população está controlada a partir das delegacias e postos policiais, mediante uma rede de informantes (gente sem trabalho e marginalizada) que recebem um salário mensal para delatarem tudo o que acontece nos bairros ou nos ambientes que freqüentam".

Colaboram, também, nesse "trabalho", as secções locais do Partido Colorado, de Stroessner. Em Assunção, quase todos os engraxates, vendedores de jornais e camareiros dos hotéis, assim como os garçons, trabalham para a polícia. Segundo o Comitê de Igrejas (formado por católicos e evangélicos Discípulos de Cristo e Luteranos), deve-se somar - aos 461 presos políticos de 1987 - as 500 prisões registradas de janeiro a setembro deste ano (a maioria dos quais de camponeses).

Oposição - A oposição mais ativa à ditadura vem dos movimentos sociais (estudantes, sindicais, leigos e camponeses). Entre os políticos, o opositor mais conhecido é Domingo Laíno, freqüentemente preso. A maioria do povo paraguaio está cansada da ditadura, mas desconfia dos políticos tradicionais e sofre a falta de experiência política, segundo José Rivarola, dirigente universitário e Carlos Filizola, líder sindical dos médicos. Rivarola, 22 e Filizola, 28, representam a nova geração opositora paraguaia (no país, 70% da população tem menos de 30 anos).

Os democratas paraguaios têm duas preocupações diante do futuro do país: a primeira é a de que os Estados Unidos queiram impor seus interesses, na transição pós-Stroessner; a segunda é a de que os militares queiram perpetuar-se no poder, após a morte do ditador, no poder há 34 anos.

GOVERNO ANGOLANO QUER A PAZ EM SEU PAÍS

Franceville, Gabão (ANGOP-AGEN) - O governo angolano comprometeu-se, mais uma vez, publicamente, a tomar todas as medidas necessárias a fim de conseguir a paz no interior do país, "uma vez resolvidas todas as questões externas que de forma indireta intervêm no agravamento da situação militar interna". As garantias foram dadas pessoalmente pelo presidente José Eduardo dos Santos, ao final de uma reunião com os presidentes do Gabão, Omar Bongo, e do Congo, Denis Sassou Nguesso, realizada há uma semana na localidade gabonesa de Franceville, a 700 quilômetros da capital, Libreville.

A decisão do governo angolano está relacionada ao futuro da organização contra-revolucionária Unita, apoiada pela África do Sul. José Eduardo dos Santos encarregou-se de esclarecer que as medidas a tomar excluem, em definitivo, qualquer cessar-fogo ou acordo de partilha de poder com os homens de Savimbi.

Negociações - Segundo José Eduardo dos Santos, as negociações quadripartites entre Angola, Cuba e África do Sul, mediadas pelos Estados Unidos, "não falharam, vão continuar". O presidente angolano afirmou haver um interesse de todas as partes em se estabelecer um acordo global que beneficie a todos, e exprimiu o desejo de que a África do Sul manifeste bom senso e flexibilidade como o tem demonstrado Angola e Cuba.

"Não estamos exigindo que aceitem as nossas propostas. Nós propomos que haja um acordo razoável que satisfaça ambas as partes e que tenha em conta a segurança e a estabilidade de Angola", disse José Eduardo dos Santos. O presidente angolano referia-se à questão do calendário para a retirada das tropas cubanas de Angola. Dos Santos disse que a proposta angolana sobre esse assunto defende que os cubanos devam permanecer após a independência da Namíbia e a sua saída deverá ocorrer, paulatinamente, até que haja estabilidade em Angola.

EXPLOSÃO ATINGE SEDE DA CONFERÊNCIA EPISCOPAL SUL-AFRICANA

Pretória (AGEN) - Os escritórios da Conferência Episcopal Católica da África do Sul (SACBC) foram alvo de explosão de uma bomba de gasolina, na madrugada de 12 de outubro. Os estragos foram grandes, especialmente no centro de documentação e no andar da administração, tendo sido destruído o equipamento, os arquivos e documentos importantes. Acredita-se que o andar superior não tenha sido atingido.

A irmã Brigid Flanagan, o secretário geral assistente e dois bispos que estavam lá no momento ficaram presos dentro do prédio e tiveram que ser retirados pelos bombeiros. A explosão ocorreu nos dias das eleições para os grupos negros, cujo boiocote foi pregado pela SACBC.

A Conferência Episcopal Católica sul-africana pede que sejam enviadas manifestações de solidariedade. As mensagens podem ser enviadas através do jornal "New Nation": Acting Editor NEW NATION. Número do telex: 482226 NN SA.

Outras explosões - Outras explosões aconteceram nos dias de realização dos escrutínios municipais na África do Sul. No dia 13, três negros ficaram feridos devido à explosão de uma bomba numa cabine telefônica perto dos correios de Dunnotar (leste de Joanesburgo). Outra bomba foi desativada na cidade de Alexandra.

Na Cidade do Cabo, a polícia dispersou uma reunião de estudantes que pediam o boiocote das eleições. O escrutínio para os grupos de indianos, mestiços e brancos será realizado a partir de 26 de outubro.

PRESIDENTE DO ZIMBABWE NÃO ACEITA DIÁLOGO COM BOTHA

Zimbabwe (ANGOP-AGEN) - O presidente Robert Mugabe, do Zimbabwe, denunciou em Harare que a chamada ofensiva diplomática empreendida pelo regime racista sul-africano visa enganar a opinião pública internacional sobre uma pretensa boa vontade em relação aos países da África Austral. Numa entrevista coletiva, após o seu regresso dos Estados Unidos, Bahamas e Grã-Bretanha, Mugabe disse que o presidente Botha, da Africa do Sul, deveria em primeiro lugar manter conversações com os líderes anti-apartheid, a fim de discutir o futuro do país, ao invés de convidar os líderes da linha de frente para eventuais conversações.

Por que não? - O presidente do Zimbabwe questionou: "por que Botha não convida o líder do Congresso Nacional Africano, Oliver Tambo, ou se senta à mesa de conversações com os representantes das organizações anti-apartheid para debater a forma de pôr fim àquele sistema ?" interrogou Mugabe, antes de rejeitar qualquer possibilidade de se unir com o presidente sul-africano, enquanto persistir o apartheid.

ÁFRICA DO SUL: AUMENTO DAS DESPESAS MILITARES

Maputo, Moçambique (ANGOP-AGEN) - Uma pesquisa efetuada pelo Instituto das Relações Internacionais da África do Sul revelou que 68% das pessoas desse país adeptos do Partido Nacionalista, no poder, opõem-se ao aumento das despesas militares. A pesquisa acrescenta que cerca de 80% dos operários brancos da África do Sul consideram excessivas as verbas militares previstas no orçamento.

Segundo informou o boletim "Southscan", de Londres, a sondagem revelou que na comunidade branca da África do Sul cresce o descontentamento com as despesas para a defesa, bem como com o aumento total dos gastos militares.

Os cálculos do jornal sul-africano, de Joanesburgo, "Busines Day", são claros: nos últimos dez anos as despesas com a manutenção dos departamentos estatais e o serviço anual da dívida do governo aumentaram 12 vezes e alcançaram três milhões de dólares. Soube-se ainda que para a manutenção das Forças Armadas da África do Sul gastava-se no início deste ano cerca de 500 milhões de dólares, mensalmente

ONU NEGOCIA INDEPENDÊNCIA DA NAMÍBIA

Pretória (AGEN-ANGOP) - O secretário geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuellar, iniciou em 22 de setembro, em Pretória, conversações com o chamado governo interino instalado na Namíbia, e com representantes de vários partidos políticos desse território ilegalmente ocupado pela África do Sul.

O início da implementação da resolução 435 de 1978, do Conselho de Segurança da ONU, constitui o principal assunto que o secretário geral aborda com os seus interlocutores. O mandatário da ONU visitará posteriormente Angola.

Saques a civis - Forças da Unita estão assaltando e saqueando civis desse país, na região de Ovamboland, para onde estão sendo concentradas pelo exército sul-africano, segundo revela o jornal "Southscan", de Londres. De acordo com a publicação semanal, o exército sul-africano está transferindo os efetivos da Unita para o norte da Namíbia.

Informações chegadas a Windhoek e citadas pelo "Southscan" dão conta que várias pessoas do norte do território, ilegalmente ocupado pela África do Sul, têm sido vítimas de violações, pilhagens e assaltos por membros da Unita. Vários civis afirmam ter visto elementos armados da Unita circulando em caminhões por diversas localidades do norte da Namíbia, onde estão aquartelados junto às bases do Exército sul-africano, segundo afirma o semanário.

VATICANO NÃO CANONIZA MÁRTIRES BRASILEIROS

Guilherme Salgado Rocha

São Paulo, SP (AGEN) - Atendendo a uma solicitação expressa do Vaticano, feita a diversas outras conferências religiosas de todo o mundo, a CNBB enviou a Roma os nomes de três leigos brasileiros, dos quais um poderia ser canonizado: Margarida Maria Alves, Santo Dias e Raimundo Ferreira Lima, o Gringo. Nenhum deles foi aceito.

A partir da realização do Sínodo sobre os Leigos, em outubro do ano passado, foi comunicada a intenção do Vaticano em canonizar leigos que atuaram efetivamente na Igreja, espalhados pelos cinco continentes. A canonização de um brasileiro coincidiria com o lançamento oficial do documento sobre o Sínodo, até o próximo mês.

Excesso de religiosos - Uma das preocupações que motivaram o Vaticano a abrir a canonização aos leigos deve-se "ao excesso de santos religiosos existentes", segundo informaram fontes ligadas à CNBB. Do Brasil, participaram do Sínodo três padres sinodais - d.Aloísio Lorscheider, de Fortaleza, Ceará, d.Luciano Mendes de Almeida e d.Marcelo Pinto Carvalheira, de Guarabira, na Paraíba. Os três foram eleitos pela CNBB, além de d.Celso José Pinto da Silva, de Vitória da Conquista, na Bahia, que havia passado recentemente o cargo de responsável pelo Setor Leigos da CNBB a d.Marcelo Carvalheira.

Convites - A partir daí, a Santa Sé convidou outros dois bispos, d.Serafim Fernandes de Araújo, de Belo Horizonte, e d.Cláudio Colling, de Porto Alegre, além do padre Cleto Caliman, secretário do Instituto Nacional de Pastoral.

Apesar do encontro nacional de leigos ter sido realizado dois meses antes, e ter elaborado uma lista com os possíveis representantes do laicato brasileiro, acabou sendo escolhido um casal gaúcho, Olindo e Marilene Toaldo, que, inclusive, teve uma atuação destacada no Sínodo. O problema que cercou a sua participação deveu-se apenas à não obediência ao desejo do laicato, agrupado no Conselho Nacional de Leigos.

A CNBB, então, convidou oficialmente o presidente da CNL, Antônio Geraldo de Aguiar. Também esteve no Sínodo o padre Ernani Pinheiro, assessor da CNBB no Setor Leigos, e que lançou, pelas Edições Loyola, o livro O Sínodo e os Leigos.

O processo de canonização, geralmente lento, seria agilizado principalmente em função da comemoração do primeiro aniversário da realização do Sínodo, este mês. Os nomes dos três brasileiros eram considerados fortes, especialmente por ainda não haver um santo brasileiro. No caso da canonização, não seria levada em conta a beatificação, etapa anterior, e que seria abandonada em função da urgência do processo.

SANTO, GRINGO E MARGARIDA: MORTOS NA LUTA POPULAR

São Paulo, SP (AGEN) - Dos três leigos indicados pela CNBB, o operário Santo Dias foi o primeiro a ser assassinado, em 30 de outubro de 1979. Era membro das Comunidades de Base e da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo. Viveu até os 20 anos na roça, em Terra Roxa, interior de São Paulo. Trabalhou como bóia-fria e participou do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Veio para São Paulo em 62. Após o golpe de 64, o sindicato do qual participava sofreu intervenção, e foi várias vezes despedido. Em 78 Santo Dias acabou sendo indicado vice-presidente na chapa de oposição metalúrgica. Santo Dias morava na região de Santo Amaro.

Costumava dizer: "Eu, dentro da minha concepção de viver, acho que a gente vive para transformar alguma coisa. Quer dizer, ter uma atuação em um processo de transformação da vida".

Por ocasião da repressão policial de 30 de outubro de 1979, ele estava com os metalúrgicos em frente à fábrica Silvania. Entendia que seu compromisso de cristão o obrigava a estar com seus companheiros de trabalho.

A polícia disparou nele e o matou.

Raimundo, o Gringo - Era lavrador, membro da oposição sindical, candidato a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia pela chapa de oposição, morador na localidade de Itaipavas, município de Conceição do Araguaia no Pará. Seu corpo estava abandonado à beira de uma pequena estrada, com duas balas calibre 32 nas costas, braço quebrado e marcas de pancada na cabeça, a 29 de maio de 1980, sete meses após o assassinato de Santo Dias, em São Paulo.

Segundo o jornal "Movimento", o crime foi praticado pelo pistoleiro José Antônio, da Fazenda Vale Formoso: "Já então se sabia o que a polícia não sabe ou não quis saber até hoje: que o principal suspeito era o pistoleiro José Antônio, capataz da Fazenda Vale Formoso. Várias pessoas ouviram, dias antes, quando ele prometeu acabar com Gringo, em vingança da morte do fazendeiro Fernando Leitão Diniz, assassinado por posseiros dia 8 de maio".

A CPT Araguaia/Tocantins informou, na época, que o pistoleiro havia recebido 90 mil cruzeiros para liquidar Gringo. Naqueles dias, o pistoleiro, que estava hospedado em um hotel da cidade, voltou rapidamente e sumiu.

Gringo era membro das Comunidades de Base e desenvolvia intenso trabalho junto aos sem terra. No tempo da guerrilha do Araguaia acabou sendo preso duas vezes, sempre ameaçado pela polícia, a mando dos latifundiários e seus jagunços.

Margarida Maria Alves - Dos três indicados pela CNBB, Margarida é a única mulher, assassinada em frente à sua casa, na cidade de Alagoa Grande, interior da Paraíba. Era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de sua cidade. Matou-a um tiro de espingarda calibra 12, em pleno rosto.

A CUT da Paraíba vem desenvolvendo um intenso trabalho de pesquisa e investigação a fim de reunir provas e elementos suficientes para responder às diversas perguntas que em torno do assassinato de Margarida foram levantadas.

Logo após o crime, uma só justificativa: as ações trabalhistas encaminhadas pelo sindicato na Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. Essa prática era vista como um desafio aos poderosos da região. A atuação de Margarida incomodava principalmente o chamado Grupo da Várzea, formado por usineiros e latifundiários que exercem um papel influente na vida econômica e política da Paraíba. O chefe desse grupo é Agnaldo Veloso Borges, proprietário da Usina Tanques, curiosamente o mesmo acusado de mandante do crime praticado contra João Pedro Teixeira, em 62, ligado às Ligas Camponesas.

As informações foram tiradas do livro "Martírio: memória perigosa na América Latina hoje", de José Marins, Teolide Trevisan e Carolee Chanova, Edições Paulinas, sobre Santo Dias. Sobre Raimundo Ferreira Lima, as informações estão no dossiê preparado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, publicado pela Global Editora, "Assassinatos no Campo, crime e impunidade, 1964 a 1986". E, finalmente, os dados a respeito de Margarida Maria Alves foram tirados do boletim Quinzena, do Centro de Pastoral Vergueiro, de 1º de outubro deste ano.

Memória

A GUERRA DO CONTESTADO (1912 A 1916)

São Paulo (AGEN) - Pedras Brancas e São Pedro foram os dois últimos redutos camponeses da Guerra do Contestado, aniquilados de outubro a dezembro de 1916 por tropas do governo, que pela primeira vez tiveram de usar a aviação para vencer a resistência dos camponeses.

Contestado foi o nome de uma região que incluía parte de Santa Catarina e do Paraná, conhecida por este nome porque os dois estados a queriam. Hoje ficaria perto dos municípios de União da Vitória até Caçador, respectivamente no Paraná e Santa Catarina.

A revolta dos camponeses que originou a "Guerra do Contestado" (1912 a 1916) originou-se com o fato de que o governo havia contratado uma firma americana (Cia. Southern Brazil Lumber and Colonization) para construir a estrada de ferro ligando São Paulo a Rio Grande, naquele trecho. Em troca, o governo deu à Companhia 9 kms de cada lado da estrada.

Acontece que na região viviam posseiros caboclos que de uma hora para outra ficaram sem suas terras. A eles, juntaram-se os tralhadores desempregados depois de acabada a estrada, e todos foram para a terra.

Embora os trabalhadores rurais tivessem sido liderados por um monge chamado José Maria, curandeiro e benzedor, não se tratou de ûm guerra religiosa, como querem tratar alguns escritores. O objetivo principal da luta foi a conquista da terra. O monge José Maria foi morto em combate. O movimento parecia ter acabado.

Entretanto, no final de 1913, foi instalado um novo agrupamento de camponeses denominado "Cidade Santa" - Santa Maria - e aí se daria a "volta" de José Maria. O movimento cresceu assustando as autoridades. Diversas tentativas de tropas governamentais no sentido de aniquilar os camponeses foram infrutíferas. Os lavradores conseguiram impor sérias derrotas ao exército.

Finalmente, Santa Maria capitulou no dia 3 de abril de 1916. Estava praticamente terminada a "Guerra do Contestado", restando somente Pedras Brancas e S. Pedro. O mais importante chefe militar do movimento, de nome Adeodato, foi preso e condenado a 30 anos de prisão.

Quero assinar o boletim semanal da AGEN. Por isso envio o cheque ou vale postal no valor de Cz$ 2.500,00 (individual) ou Cz$ 3.000,00 (entidades).

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ *CEP* _____

Cidade _____ *Estado* _____

País _____ *Número do cheque ou vale postal* _____

Telefone _____

Assinatura _____ *Data* _____

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Reg. Prof. Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro Soares Martins (Reg. Prof. Mtb 17.572)
Redação: Guilherme Salgado Rocha (Reg. Prof. Mtb 2205)

Correspondentes e Colaboradores: Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs e Liliana Lavoratti (Porto Alegre, RS), Rosa Dalla Costa (Francisco Beltrão, PR), Valdemar de Oliveira Neto (Recife, PE), José Anchieta Ferreira (Linhares, ES), Maria Alzira Fritzen (Manaus, AM), [illegible]norim (Sertãozinho, SP), F[illegible]elsa (Zona Leste, São Paul[illegible] Lourenço Pechtoll (Grap[illegible] Newton Carlos e Isaa[illegible] Ak[illegible] (comentaristas internacionais), Atílio Hartmann (Quito, Equador), José Subirats (La Paz, Bolívia), Roberto Codas Friedmann (América Central), Beltrina Corte (Bogotá, Colombia), Juan Pezzuto e Regina Santos (São Paulo) e Aníbal Pastor Niñez (Santiago).

Divulgação e contatos: Pe. José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Rev. Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN
Fotolitos: "AJATO"
Impressão: Gráfica Peres Ltda.

DIRETORIA

Presidente: D. Sumio Takatsu
Vice-Presidente: Frei José de Rezende Ribeiro - O.P.
Secretário: Paulo Maldos
Tesoureiro: José Lourenço Pechtoll

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 11.25824 AECN-BR

OSASCO 28.10.88 SP — BRASIL CORREIO Cz$ 19,50 — M-68146 F-48258D

00002 1003-89 SEM
CN/MNDDH REGIONAL LESTE I
R.CAPITAO CHAVES 60
26000 NOVA IGUACU
RJ

IMPRESSO

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

IGREJAS

Para CMI, pagamento da dívida é impossível pág 2

Igreja do Reino de Deus quer comprar dez rádios pág 2

Fome e pobreza marcam Concílio da IECLB pág 2

Queda de vocações preocupa luteranos pág 2

DIREITOS HUMANOS

Semana Ecumênica do Menor discute Legislação pág 3

MOVIMENTO SOCIAL

Congresso da UCBC: fortalecer a memória e a resistência pág 3

Textos a serviço da organização popular pág 3

TERRA

Terra para Rose em circuito comercial pág 3

Migrantes estão sendo forçados a remigrar pág 4

ESPECIAL

Reforço do ecumenismo marca II Assembléia Geral do CLAI

Pagura destaca renovação da esperança em meio à dor

Debatida a perda de hegemonia dos EUA pág 6

Presença feminina e da juventude gerou polêmica

Prisão de pastor repercute na Assembléia pág 7

Nova Junta Diretiva reflete pluralismo pág 7

Clamor dos oprimidos deve pautar ação do CLAI pág 8

POLÍTICA

Diretas-já podem levar ao golpe, diz especialista pág 9

Núcleo estuda a questão militar no Brasil pág 9

Ofayé Xavante exigem terra para viver pág 10

PACIFISMO

CLAI apóia indicação de d.Paulo Arns ao Nobel da Paz pág 10

TERCEIRO MUNDO

Angola acusa África do Sul de violar acordos pág 10

MOVIMENTO OPERÁRIO

Polícia Federal impede ato em memória de Santo Dias pág 11

MULHER

Mulheres uruguaias condenam colonização norte-americana pág 11

AMÉRICA LATINA

Comunidades Cristãs do Chile têm novos desafios pág 11

MEMÓRIA

Zumbi, herói da raça negra pág 12



O bispo metodista argentino Federico Pagura foi reeleito presidente do Conselho Latino-Americano de Igrejas, durante a II Assembléia Geral do organismo, realizada de 28 de outubro a 2 de novembro em Itaici, município de Indaiatuba (SP). A Assembléia foi um significativo momento da caminhada ecumênica. Especial.

BISPO DE JUAZEIRO EXCOMUNGA ASSASSINO DE LAVRADOR

Juazeiro (AGEN) - O bispo de Juazeiro (BA), d.José Rodrigues de Souza, de acordo com o Colégio dos Consultores de sua diocese, decidiu pela excomunhão do grileiro Niélson Braga de Queiróz, que assassinou o trabalhador rural Antônio Guilhermino de Oliveira, no dia 21 de outubro, na estrada que liga Malvinas a Ponta D'Água, município de Sento Sé.

Segundo a nota distribuída à imprensa, o grileiro, pela excomunhão, "está proibido de celebrar e receber Sacramentos, não podendo ser padrinho ou batizar seus filhos na Igreja, além da proibição de receber a comunhão e a Unção dos Enfermos. Em caso de morte, não receberá a encomendação do corpo por parte dos Ministros da Igreja, nem poderão ser celebradas missas em sua intenção".

Revogação da excomunhão - Pelo que consta no Código de Direito Canônico, em seu canon 1347, parágrafo 2º, "esta excomunhão somente poderá ser revogada se Niélson Braga de Queiróz se arrepender do delito praticado e reparar convenientemente os danos e escândalo".

Conforme ainda a diocese de Juazeiro, "o assassinato de Antônio foi premeditado, pois há mais de um ano Niélson vinha aterrorizando e ameaçando as 35 famílias moradoras nas Malvinas".

A prática de Niélson tentava fechar o cerco aos trabalhadores rurais, "colocando-se, cada vez mais, contra o direito à vida e à liberdade dos moradores das Malvinas, querendo roubar-lhes as terras, queimando suas casas e roças, perseguindo crianças e mulheres, emboscando trabalhadores, culminando com esse assassinato".

O documento da diocese de Juazeiro frisa, mais adiante, a "injusta relação entre o poder do assassino e do trabalhador rural", assinalando: "O direito à vida e à liberdade é um direito sagrado, defendido pela Igreja e por todos os que têm fome e sede de Justiça. Matar alguém, como Antônio Guilhermino de Oliveira, trabalhador, homem pacífico, pai de família, pobre, sem condições de reagir contra a violenta agressão de Niélson Braga de Queiróz, é um crime que brada aos céus por Justiça. É um crime contra Deus".

No final da argumentação, d.José e os consultores ratificam a decisão pela excomunhão: "Com isso, o assassino, grileiro, terrorista, quebrou o último elo de comunhão que poderia ainda existir com a comunidade dos cristãos; por isto ele é excomungado. O que nós fazemos agora é confirmar publicamente aquilo que Niélson escolheu: viver separado da comunhão da Igreja, pois negou e atentou contra tudo que é fundamental, como a vida, a liberdade, a justiça, a partilha e a fraternidade".

Boletim Nº 128 - 10 de novembro de 1988.
AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 1125824 AECN-BR

Igrejas

PARA CMI, PAGAMENTO DA DÍVIDA É IMPOSSÍVEL

Salvador, BA (AGEN) - "O pagamento da dívida externa brasileira é impossível, pois vai levar a população a uma penúria e pobreza muito grande. Alguma fórmula tem de ser encontrada, a fim de serem assegurados a sobrevivência e o desenvolvimento do país. O Conselho Mundial de Igrejas não tem receita acabada, mas está conclamando as igrejas-membro a uma reflexão em todos os países do mundo".

A opinião é de Klaus Poser, diretor da Cicarws - Comissão de Ajuda Intereclesiástica, Serviço Mundial e Refugiados, uma das 16 comissões do CMI, que esteve reunida em outubro nesta cidade. A integral impossibilidade do pagamento da dívida externa, defendida pela Cicarws, coincide com a posição oficial do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil - Conic, expressa em documentos e encontros.

Mito dos credores - O secretário-executivo da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), Enílson Rocha Souza, ratificou a posição defendida por Klaus Poser, e disse: "Fazer crer que devemos pagar, e que temos de pagar, é um mito que só interessa aos credores. Além do que, estudos sérios, feitos a partir de dados do Banco Central, revelam a dívida ter sido paga várias vezes".

Em seguida, Enílson frisou "algo de errado nesta dívida", detalhando: "Se em 1973 devíamos 9,5 bilhões de dólares, o país pagou, desde essa época até o ano de 85, cerca de 121 bilhões de dólares, de juros e amortizações, e mesmo assim afirmam que devemos mais de dez vezes o que devíamos em 1973, ou seja, 120 bilhões de dólares. Evidentemente, apenas isto nos mostra haver algo de errado envolvendo essa suposta dívida".

IGREJA DO REINO DE DEUS QUER COMPRAR DEZ RÁDIOS

Rio de Janeiro, RJ (AGEN) - Continua intensa a campanha **Tudo ou Nada**, promovida pela Igreja Universal do Reino de Deus, com o objetivo de adquirir dez emissoras de rádio no Brasil. Em todos os templos da Igreja, os pastores vêm defendendo a agilização na captação de recursos juntos aos fiéis, a fim de serem cobertos os 2 milhões de dólares relativos à primeira parcela da compra das dez emissoras, em diversos estados.

São 68 templos no Rio e mais 157 no restante do país, e verdadeira "corrente" deverá ser interrompida somente quando tudo estiver saldado. Um dos templos, localizado à rua Princesa Isabel, 350, no Leme, Rio de Janeiro, recolhia as ofertas dos fiéis, sendo motivados, inclusive, a fazer as doações em dólares, "caso possível", segundo o pastor.

Os jornalistas foram evitados durante toda a cerimônia. O pastor Eduardo lembrava: "Quanto maior a oferta, maiores as bençãos". A cerimônia começa somente após o templo estar com suas dependências parcialmente tomadas; se possível, inteiramente repleto de fiéis.

Percebendo a resistência de alguns em oferecer dinheiro, e principalmente os dólares, o pastor Eduardo acabou acrescentando: "Serve em cruzados mesmo".

FOME E POBREZA MARCAM CONCÍLIO DA IECLB

Brusque (AGEN-IECLB) - Os desafios para o tema a ser estudado na IECLB no biênio 1989/90 - "O pão nosso de cada dia" - foram apontados, em palestra, pela pastora Mariane Beyer Ehrat, de Indaial (SC), durante o 16º Concílio Geral da Igreja, de 18 a 23 de outubro, em Brusque (SC). Esta é a primeira vez que uma pastora apresenta a palestra principal num Concílio da IECLB. Se, no Brasil, 380 mil crianças morrem de fome e desnutrição por ano, 1% dos mais ricos detém 16,9% da renda do país enquanto os 20% mais pobres ficam com apenas 2,8% da renda, então é sinal visível de que o pão não é mais de todos, mas apenas de alguns que dele se apossaram, disse a pastora.

Segundo a compreensão bíblica, Deus deu a terra à humanidade. O fruto da terra é dirigido à humanidade e a terra produz o suficiente para que todos se fartem. Mas a realidade mostra que dois terços da população humana não têm o suficiente para comer "porque há muitos ricos de celeiros cheios e muitos pobres de barriga vazia". Pão, na concepção luterana, é tudo o que diz respeito a uma vida digna: comida, bebida, vestimenta, casa, saúde, bons amigos, sucesso no trabalho, bons governantes, paz com justiça, bom tempo.

Orando pelo pão de cada dia, lembrou a pastora, está se pedindo que Deus abençoe tudo o que favorece o sustento e que afaste tudo o que impede a chegada do pão à mesa de milhões. Ela chamou a Igreja à responsabilidade de fazer chegar o pão à mesa de todos. "É hora de atendermos a súplica de Deus: Reparte com o faminto o teu pão". Disse que atualmente o pão não é mais fator de comunhão, mas de opressão e de escravização, em que os donos das riquezas e do poder fazem do pão uma arma.

QUEDA DE VOCAÇÕES PREOCUPA LUTERANOS

Brusque (AGEN-IECLB) - A queda de vocações começa a preocupar a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) O número de estudantes na sua Faculdade de Teologia, que funciona em São Leopoldo (RS), caiu de 253, em 1986, para 225, em 1988. Atualmente, existem mais de 40 vagas para pastores em suas 320 paróquias espalhadas pelo Brasil a fora. Um levantamento realizado no passado indica que, contando evasões e repetências, o número ideal de matrículas na Faculdade de Teologia para suprir os pastores da Igreja deveria ser de 66 ingressos por ano Em 1988 não passaram de 44.

As vagas nas paróquias e o maior engajamento de leigos na ação pastoral foram determinantes para que o Concílio Geral da IECLB, reunido na cidade de Brusque (SC), aprovasse a reativação do Curso de Vocações Tardias, voltado para adultos dispostos a mudar de profissão. Treze dos 40 Distritos Eclesiásticos da IECLB enviaram moções ao Concílio, solicitando a reativação deste curso, previsto para 1990. Do orçamento ordinário de Cz$ 1,6 bilhão, aprovado durante o Concílio para o ano de 1989, 40,93% serão canalizados para o setor de formação.

A queda de vocações na IECLB, segundo o reitor da Escola Superior de Teologia, professor Danilo Streck, deve-se ao maior acesso de estudantes em outros cursos de nível superior e à falta de uma política de pessoal clara e definida na Igreja. Depois de a Faculdade de Teologia passar por um pico de matrículas, em princípios dos anos 80, temeu-se, na Igreja, que não haveria vagas para todos os egressos desta escola.

Mesmo com a falta de pastores em seus quadros, a IECLB decidiu, no 16º Concílio, que enviará, se solicitada, obreiros para o Conselho de Missão de Moçambique, que está constituindo uma igreja luterana naquele país africano "Estamos inseridos na realidade do mundo e não podemos nos preocupar só conosco", justifica o secretário de Missão, pastor Rui Bernhard. Para o projeto Missão Moçambique, composto por um consórcio de sete igrejas, entre as quais a IECLB, os evangélicos de confissão luterana no Brasil contribuirão com 4.500 dólares, quantia a ser levantada em coletas nas comunidades.

Direitos Humanos

SEMANA ECUMÊNICA DO MENOR DISCUTE LEGISLAÇÃO

São Paulo, SP (AGEN) - A Comissão Ecumênica do Menor, ligada ao Secretariado da Pastoral do Menor realizou, de 3 a 6 de novembro, a 8ª Semana Ecumênica do Menor, no Centro Pastoral São José, à rua Fernandes Vieira, 289. Participaram membros da Pastoral do Menor das Igrejas Cristãs e todas as pessoas comprometidas com a causa.

Nas Semanas Ecumênicas anteriores, os temas abordados foram os seguintes, a partir de 1981: A Comunidade e a Educação do Menor, Transformar-se para Transformar, Nós Queremos Viver, A Boa Nova e o Menor, A Cidade e os Direitos do Menor, Menor Profeta e Nascemos para a Vida. Por que morrer tão cedo?

Neste ano, o tema foi "Direitos dos Menores, Direitos de Deus", com o subtítulo "Menores respeitados, defendidos em seus direitos, são sacramentos vivos da nação justa".

A programação constou de uma celebração na abertura, quinta-feira. Na sexta, 4 de novembro, o tema central foi tratado através de uma reflexão bíblico-teológica. Isto pela manhã. À tarde, os Direitos na Constituição, com estudo crítico, avanços e conquistas e instrumentos jurídicos. À noite, A Nova Legislação Brasileira na Defesa do Menor, com juristas e assessores.

Nos dias seguintes, aconteceram debates nos grupos, uma síntese dos trabalhos e a apresentação de shows pelos menores, a partir da ótica da criança empobrecida.

Maiores informações sobre os resultados da Semana Ecumênica podem ser obtidas junto ao Secretariado da Pastoral do Menor - Praça da Sé, 184, 10º andar, CEP 01001, São Paulo-SP.

Movimentos Sociais

CONGRESSO DA UCBC: FORTALECER A MEMÓRIA E A RESISTÊNCIA

Londrina, PR (AGEN) - O 16º Congresso da União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC), realizado nesta cidade, de 28 a 31 de outubro, foi marcado por dois princípios básicos: o da fraternidade e o da organização. As mesas-redondas e os painéis desenvolvidos durante os dias do Congresso também deixaram evidenciados o fato de que, se a Comunicação Social enfrenta hoje sérios problemas, disposição não falta para tentar-se uma inversão no quadro.

Apesar disso, desânimo, apatia e desinteresse também apareceram no discurso de muitos conferencistas, ao lado de um vigor sempre renovado na posição dos estudantes de Comunicação Social, aliado à firmeza de quem lá esteve como convidado, representando o Movimento Popular, por exemplo. Para estes, a informação é peça-chave na própria história, não cabendo, portanto, os sintomas negativos registrados aqui e ali.

Condenação ao réu - No sábado à noite, o texto Constitucional, no que trata da Comunicação Social, foi condenado pelo Tribunal da Comunicação realizado no anfiteatro principal da Universidade Estadual de Londrina (UEL) por seis votos a um. O único voto favorável acabou sendo dado pelo representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que com outras associações de classe compunha o júri.

A promotoria e a defesa se revezaram no ataque e defesa do texto Constitucional, e acabou prevalecendo a tese de estar o resultado da Constituinte muito aquém daquilo desejado pelo povo. A verdadeira guerra de interesses envolvidos na votação do Capítulo, junto à "brincadeira de concessões" planejada pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, foram lembradas pelo promotor.

Aproximadamente 300 pessoas estiveram presentes ao Congresso, entre participantes, pessoal da organização e convidados. A abertura aconteceu na sexta-feira, 29, com a presença de d.Hélder Câmara, arcebispo-emérito de Olinda e Recife, no Teatro Ouro Verde, centro de Londrina.

O tema do Congresso, **Comunicação: Memória e Resistência**, foi detalhadamente debatido todos os dias: estiveram em Londrina, entre outros, jornalistas e agentes de Comunicação Social do "Jornal dos Sem Terra", Centro de Pastoral Vergueiro, União e Consciência Negra, Rádio do Povo - Região de São Miguel Paulista (SP), Projeto de Registro da Memória Japonesa e Centro de Comunicação Social do Nordeste (CECOSNE), que apresentou o bumba-meu-boi. A AGEN coordenou um debate entre comunicadores populares, que apresentaram suas experiências no setor (Guilherme Salgado Rocha)

TEXTOS A SERVIÇO DA ORGANIZAÇÃO POPULAR

São Paulo, SP (AGEN) - O Núcleo de Educação Popular (NEP) 13 de Maio está colocando à disposição do movimento popular de todo o país seus Textos de Apoio e Cadernos de Formação, que têm o objetivo de ajudar o trabalho de organização dos diversos segmentos da sociedade brasileira. Entre os Textos de Apoio estão: o Movimento de Bairro versus Estado na América Latina, Elementos sobre a Teoria da Organização, o Império Contra-Ataca I e II.

Nos Cadernos de Formação, o NEP tem à disposição os seguintes títulos: A Sociedade em que Vivemos; Trabalhadores: Muitas Lutas, uma Só Classe; Oito Horas: 1º de Maio ou 1º de Abril; Classe Contra Classe; Concepções e Estruturas Sindicais no Brasil; Eureka-Zé Batalhador Descobre o Segredo da Exploração e, finalmente, a História dos Salários no Brasil.

Todas as informações sobre o trabalho do NEP, que mantém ainda um serviço de textos periódicos sobre a conjuntura brasileira, podem ser obtidas à rua Dona Avelina, 55, Vila Mariana, CEP 04111, São Paulo, SP. O telefone é (011) 572 6759.

Terra

TERRA PARA ROSE EM CIRCUITO COMERCIAL

Rio de Janeiro, RJ (AGEN) - A diretora do filme **Terra para Rose**, Tetê Moraes, já está trabalhando na divulgação do seu lançamento comercial, que ocorrerá em diversas cidades do país, gradativamente, devendo atingir, se possível, todos os estados, as capitais e as principais cidades. As comunidades interessadas na aquisição da fita de vídeo do filme, com 83 minutos, devem escrever para a VemVer Produções - rua Frei Leandro, 35, Jardim Botânico, CEP 22470, Rio de Janeiro. O telefone é (021) 246 7791.

Premiado em diversos festivais, inclusive no 9º Festival Internacional Nuevo Cine Latino Americano, em Havana, Cuba, há um ano, **Terra para Rose** conta a história da luta dos trabalhadores rurais sem terra que ocuparam a Fazenda Anonni, no Rio Grande do Sul, a partir do ponto de vista das mulheres, sempre presentes em todos os momentos, e que sustentaram o movimento de ocupação até seu final.

Rose, que dá título ao filme, morreu atropelada por um caminhão, durante uma manifestação A alegação do motorista é de que o veículo estava sem freios, argumento não ratificado pelos laudos realizados.

MIGRANTES ESTÃO SENDO FORÇADOS A REMIGRAR

Rondônia (AGEN-CEPAMI) - O Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrantes (CEPAMI) através dos encontros de formação, que vem realizando em vários municípios do estado de Rondônia, constatou que o pequeno proprietário está sendo pressionado a vender o seu lote e forçado a remigrar para outras fronteiras agrícolas ou nas periferias das cidades, onde passa a fazer parte do exército de mão-de-obra de reserva.

Na década de 70, nos estados do centro sul do Brasil, as empresas capitalistas foram expulsando o pequeno proprietário. O governo, através da propaganda, direcionou a migração para as fronteiras agrícolas, afastando, assim, a possibilidade de fazer acontecer a Reforma Agrária naquela região.

Propagandas - Milhares de famílias, iludidas pelas propagandas, vieram para Rondônia, na esperança de conseguir um pedaço de terra. Na época, o INCRA entregava lotes de 100 ha, prometendo infra-estrutura básica, isto é, estradas para escoamento da produção, escola e posto de saúde. Na verdade, por parte das autoridades governamentais, os lavradores ficaram em total abandono.

É importante registrar que a área dos Projetos de Colonização encontra-se situada no meio de grandes fazendas. As terras para cultivo de lavoura branca ficaram nas mãos dos fazendeiros, ou são consideradas área de reserva florestal. A terra amarela, que serve para o plantio de árvores permanentes ou pasto, foi distribuída entre as famílias dos lavradores. Os migrantes trabalharam vários anos, enfrentando a dura realidade de derrubar a mata, andando 20 até 40 Km com o "cacaio nas costas", despossuídos da mínima infra-estrutura. Mesmo assim, resistiram na terra.

Passados doze ou treze anos, quando o lote já estava cultivado veio o fazendeiro e com o objetivo de ampliar a grande extensão de terra que possuia, doada pelo INCRA, começou a pressionar o pequeno produtor, expulsando-o da área. Isto aconteceu com Antônio Marques Sobrinho, que nasceu em Pernambuco, migrou para Goiás, São Paulo e Mato Grosso do Sul, sempre em busca de terra. Em 1968, através do INCRA, depois de muita luta, conseguiu um lote de 114 ha em Rondônia, no município de Jarú. No decorrer de 12 anos trabalhou no lote, derrubou a metade da mata, onde cultivou cacau arroz e mandioca.

Em 1980, segundo o depoimento do próprio Antônio, foi obrigado a vender o lote: "O que comprou nosso lote é da turma do Assis Canuto, um deputado federal que diz defender Rondônia. As criações deles iam nas roças da gente acabando com a plantação. Quando se ia procurar lei, não achava, porque eles tinham mais direito, pois são parentes de políticos e possuem muito dinheiro. Foi indo, até que meu pai desanimou e vendeu o lote prá eles. Assim como nós, cinco vizinhos nossos foram obrigados a vender seus lotes. De 1980 a 1985 ficamos perambulando por Rondônia sem conseguir nos adaptar nas terras dos outros e sem possibilidades de adquirir outra, pois o dinheiro não dava. Ficamos sabendo que no Projeto Machadinho, o INCRA estava dando terra, fomos e conseguimos, com a força e a coragem, grilar um lote, pois o INCRA havia marcado, mas não entregava para o povo".

Malária - A realidade do Projeto Machadinho, hoje município, não é diferente das outras áreas de Rondônia, a diferença maior talvez seja a doença da malária, que assola aquela região. Lavradores que participaram do encontro de formação da Pastoral dos Migrantes contaram a verdadeira história do lugar.

Ledo, um deles, declara: "Segundo a história do povo, quando o INCRA entrou com a topografia no Machadinho, ao chegar nas terras boas, eles paravam a demarcação e procuravam só as ruins para serem loteadas e as terras boas ficavam todas para o governo como área de reserva. Hoje, no Machadinho, existe 13 áreas de reserva e são áreas produtivas, são terras que o lavrador considera boa, porque ela produz: arroz, feijão e milho, tudo aquilo que é base de sustentação do agricultor. Na roça, ele não vai comer café e nem cacau, ele vai comer arroz, feijão e o milho para criar o porco, a galinha, para isso a terra é fraca, eu digo porque trabalho em cima do solo amarelo, de Machadinho".

As centenas de famílias que migraram para este município foram em busca de sobrevivência, isto é, alimentos básicos. Como o café, guaraná e o cacau demoram três a quatro anos para produzir e não tendo como manter a numerosa família no lote, acabam vendendo por um preço muito baixo e remigram para outras regiões de fronteira agrícola, no caso o Acre e Roraima.

Uma das culturas mais incentivadas pelo INCRA foi o guaraná. Hoje, porém, no mercado ele não tem valor e fica perdido nas roças.

Para alguns migrantes o garimpo Bom Futuro, de Ariquemes, é considerado como "a mãe", pois foi através dele que conseguiram permanecer no lote. O chefe de família deixa a esposa e os filhos no lote e vai para o garimpo, enfrentando a mais dura exploração, mas, mesmo assim, muitas vezes consegue voltar com dinheiro para comprar a alimentação básica e aos poucos comprar a ferramenta necessária, para cortar a mata e cultivar a terra. Esta é uma das formas de resistir.

Outro avanço do latifúndio que podemos registrar é no município de Ariquemes na L.C. (Linha Coletora) 100 - próxima a BR 364. Nesta área moravam sete famílias com uma média de seis a catorze filhos, a maioria menores. Os lotes estavam organizados, onde cultivavam cacau, café, seringa, mandioca e outros produtos. Um latifundiário de Ariquemes já havia comprado praticamente todos os lotes no início da linha, perfazendo quilômetros e quilômetros de terra. Hoje, nesta área, a lavoura deu lugar ao capim.

As sete famílias começaram ser pressionadas e forçadas a vender o lote. Tentaram resistir, mas o latifundiário mandava seus jagunços, à noite, soltar o gado nas lavouras. Aos poucos, seis famílias venderam suas terras e remigraram para a periferia de Ariquemes, em busca de sobrevivência. Uma das famílias, alegando não ter condições de sustentar os filhos na cidade, permanece no lote, porém, já teve o barraco queimado pelos jagunços do fazendeiro.

Olhando para estes fatos, verifica-se que o mesmo processo ocorrido no Paraná, Espírito Santo, Minas Gerais e outros estados do centro sul do Brasil, está acontecendo em Rondônia. (Por Itelvina T. Bastian)



Foto oficial da II Assembléia do CLAI, que reuniu os cerca de 500 participantes.

REFORÇO DO ECUMENISMO MARCA II ASSEMBLÉIA GERAL DO CLAI

Indaiatuba (AGEN) - Os rumos do movimento ecumênico e da inserção das Igrejas protestantes nos projetos de evangelização libertadora no continente foram a tônica da II Assembléia do Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), realizada de 28 de outubro a 2 de novembro em Itaici, município de Indaiatuba (SP).

Reunidos em torno do tema geral "Igreja: a caminho de uma esperança solidária", participaram cerca de 500 pessoas, entre delegados (137), convidados especiais, jornalistas e pessoal de apoio. Eleições da nova Junta Diretiva, para coordenar e executar os projetos do CLAI para os próximos anos; avaliação do trabalho desenvolvido até aqui pelo organismo; elaboração de um documento para nortear os passos a seguir; celebração da vida em meio às angústias vividas pelo povo latino-americano - foram estes os principais itens do encontro.

Composição - Participaram da II Assembléia do CLAI representantes de cerca de 20 ramos religiosos. A delegação com maior número de membros era de metodistas, seguida de reformados, pentecostais, anglicanos, Discípulos de Cristo, batistas e congregacionais.

Por ter sediado o encontro, o Brasil teve o maior número de participantes (mais de 250), seguido da Argentina, Chile, Equador, Uruguai, Costa Rica, Porto Rico, Venezuela, Paraguai, Cuba e Bolívia. Ao todo, participaram representantes de 20 países da América Latina e Caribe.

Ecumenismo - A Assembléia teve uma maciça participação das principais organizações e lideranças ecumênicas. Entre outros, estavam presentes o pastor metodista uruguaio Emilio Castro, secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas (CMI); Gunnar Stalsett, secretário-geral da Federação Luterana Mundial (FLM); Koson Srisang, do Conselho de Igrejas da Ásia; Angel Vélez Pozo, Conferência de Igrejas do Caribe; Leopoldo Niilus, Conselho de Igrejas do Oriente Médio; Lesley Anderson, Conselho Europeu de Igrejas; Edda Bergmann, Comunidade Judia do Brasil.

Estavam presentes, ainda, representantes de organizações de ajuda como ICCO, da Holanda, e Solidaridad, além de entidades como Serviço Paz e Justiça na América Latina, Turismo do Terceiro Mundo e representantes de Igrejas de vários países, como Estados Unidos, Canadá, Suécia, Holanda, Inglaterra e Suíça.

Estão integradas ao CLAI 93 Igrejas, 7 organismos ecumênicos associados e 26 membros fraternais. A cobertura da II Assembléia Geral do CLAI foi feita por cerca de 30 jornalistas, em sua maioria ligados a publicações ecumênicas e religiosas.

PAGURA DESTACA RENOVAÇÃO DA ESPERANÇA EM MEIO À DOR

Indaiatuba (AGEN) - Um dos elementos marcantes da II Assembléia do CLAI, na avaliação de seu presidente, bispo Federico Pagura, foi o seu sentido de celebração. "No meio de tantas lutas e sofrimento, como acontece na América Latina, as Igrejas e organismos ecumênicos que fazem parte da família do CLAI expressaram a sua fé e esperança, através de uma liturgia de duplo conteúdo".

O primeiro deles, segundo o bispo Pagura, foi o da "celebração do Deus criador, que se manifestou a nós por Jesus Cristo". O segundo conteúdo foi "a reafirmação do compromisso de serviço ao povo, pela causa da justiça, da liberdade e da paz". Nesse sentido, frisa que, em todos cultos, reuniões plenárias e demais atividades durante a II Assembléia do CLAI, a liturgia de duplo conteúdo "renovou as nossas esperanças e compromissos".

O bispo metodista argentino destacou, ainda, a expressiva participação das Igrejas pentecostais na Assembléia, o que em sua opinião irá colaborar para a melhor compreensão "do que significa o CLAI para outros setores pentecostais que não compartilham de nossas idéias e que, dominados por elementos de valor estranhos ao continente latino-americano, não compreendem o sentido da dimensão da causa ecumênica em que nos empenhamos".

Ecumenismo inclusivo - O bispo Pagura comentou, ainda, a importância da II Assembléia do CLAI para o que tem sido chamado de ecumenismo inclusivo, ou seja, aquele que abrange os demais cultos religiosos, como dos povos negros e indígenas. Nesse sentido, apontou a realização de um culto, durante o encontro, "totalmente programado por indígenas, mulheres, negros e outros segmentos que têm sido marginalizados da sociedade branca ocidental". No culto, esses setores "transmitiram com toda força a sua mensagem".

Saudou, ainda, a presença na Assembléia de dois bispos católicos - d.Sinésio Bohn, representando o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), e o cardeal-arcebispo de São Paulo, d.Paulo Evaristo Arns. Para o bispo Pagura, "na medida em que o CELAM volte a ser o grande movimento que vimos nascer em Medellín e Puebla, no sentido do compromisso com a liberdade do povo e a causa da justiça, certamente iremos aprofundar as nossas relações".

DEBATIDA A PERDA DE HEGEMONIA DOS EUA

Indaiatuba (AGEN) - A perda de hegemonia dos Estados Unidos no mundo e a emergência das novas potências, como Japão e países europeus. Avaliação das mudanças desenvolvidas nos países socialistas, especialmente na União Soviética, com a abertura deste país à chamada economia de mercado. Reajustes na ordem política e mundial, a partir destes e outros dados, como o diálogo Reagan Gorbavhev.

Estes e demais pontos de conjuntura foram debatidos, durante a II Assembléia do CLAI, a partir de propostas da Comissão de Política de Ação. Nesse âmbito, também foram discutidos o aumento das barreiras protecionistas às exportações dos países do Terceiro Mundo; a importância da abolição das fronteiras econômicas em 1992, por parte da Comunidade Econômica Européia; propostas para a crise da dívida externa dos países de economia periférica; análise e avaliação dos modelos políticos emergentes no Terceiro Mundo em geral e na América Latina em particular, considerando os alcances e limites dos processos de democratização ocorridos no continente. Foi muito refletida, por exemplo, a "perda do sentido da utopia como fermento de mudança sócio-histórica e, pelo contrário, aceitação de modelos reformistas".

Saúde e Ecologia - Também foram objeto de muita discussão as temáticas dos Novos Programas do CLAI: Ecologia, Saúde, Educação Cristã, Juventude e Pastoral Familiar. De um modo geral, na avaliação dos jornalistas especializados presentes, a riqueza dos debates não foi refletida em toda sua profundidade no documento final do encontro.

Por exemplo, na questão da Saúde, falou-se muito na necessidade de denúncia das "implicações das transnacionais no campo da saúde", e do incentivo às práticas de medicina popular e comunitária. A citação a esse respeito no documento final é tímida: "A deterioração das condições e qualidade de vida de grande parte do povo exige que se preste atenção ao tema da saúde em um marco global, não só para aliviar os que sofrem em seus próprios corpos as conseqüências dessa deterioração, e sim para contribuir na formação de um povo são e vigoroso, que goze, neste aspecto, da plenitude da vida que o Evangelho oferece, o shalom de Deus".

O mesmo ocorreu na área da Ecologia. Nos debates, apontou-se a importância da denúncia das "condições políticas e econômicas" que produzem a destruição ambiental, como a ação de bancos transnacionais, através do financiamento a projetos atentatórios ao ecossistema. O fomento à reflexão teológica sobre a questão ambiental, o apoio aos movimentos ecológicos, a participação efetiva no programa Justiça, Paz e Integridade da Criação, do Conselho Mundial de Igrejas, a discussão da temática ecológica através de publicações, documentos, audiovisuais, seminários etc., foram propostas de ação que surgiram nas reuniões plenárias e grupais, durante a II Assembléia do CLAI.

O documento final do encontro diz apenas, especificamente, sobre a questão ecológica, em termos de propostas de ação: "É necessário também - com crescente urgência - desenvolver campanhas de educação para que todos, cristãos e não cristãos por igual, nos demos conta do que estamos fazendo com a natureza e com nosso ecossistema, assim como das implicações econômicas e políticas do que está acontecendo. O estudo deste tema deve ser incorporado à prática e à reflexão teológica de nossas Igrejas".

PRESENÇA FEMININA E DA JUVENTUDE GEROU POLÊMICA

Indaiatuba (AGEN) - A participação da mulher e da juventude na vida das Igrejas gerou acirradas discussões durante a II Assembléia do CLAI. A própria composição etária e por sexos dos delegados comprovaria a necessidade da intensificação desse debate entre as comunidades eclesiais.

Do total de participantes, apenas 27% eram mulheres. Do mesmo modo, o maior número de participantes (73%) tinha mais de 41 anos, 26% na faixa de 31 a 40 anos, 19% na de 41 a 50, 18% na de 51 a 60, 8% na de 61 a 70 e 2% na de mais de 70 anos. A faixa de 18 a 30 anos era composta por 21% dos participantes, enquanto apenas 1% tinha menos de 18 anos.

Uma pastora chegou a denunciar, durante um culto, "o machismo que existe também aqui no CLAI, pela pequena participação feminina". Com o que concorda o presidente do organismo, o bispo Federico Pagura. Respondendo a uma pergunta da AGEN, relativa a essa pequena participação feminina entre os delegados à Assembléia, Pagura afirmou: "Essa é uma lamentável herança de uma geração formada com atitudes machistas e constitui, portanto, um grande desafio às nossas Igrejas". Destacou, também, a necessidade de aumentar a participação indígena, de negros e jovens, embora tenha salientado que "não devemos desconhecer a importância da idoneidade e capacidade que os delegados devem ter", independente do fato de pertencerem aos segmentos mais marginalizados.

Política - Para debater a sua presença na vida das Igrejas e na própria Assembléia do CLAI, reuniu-se um grupo de 75 jovens, a partir de quatro indagações: qual a atitude das Igrejas e do CLAI com relação à juventude, qual a posição dos próprios jovens sobre isso, como eles sentem os projetos desenvolvidos pela juventude no interior das comunidades e quais as propostas para o futuro.

Entende o grupo que as Igrejas "não têm uma política relacionada aos jovens e, portanto, não encontram respostas a suas perguntas e problemas sociais". Lamenta, ainda, a "dificuldade de aceitação do ecumenismo" nas Igrejas locais, bem como o fato de que as Igrejas "têm um discurso progressista, mas uma prática conservadora". Quanto ao CLAI, o grupo assinala que o organismo, "quando se propôs a discutir juventude, não proporcionou um mecanismo de consulta às Igrejas". Além disso, o CLAI "é ainda jovem, mas reproduz os velhos modelos de nossas Igrejas".

O grupo admite, por outro lado, que "a participação dos jovens das Igrejas nos movimentos de luta social é, infelizmente, pequena", e que "falta uma articulação ecumênica entre a juventude". Salienta o documento do grupo que "os jovens têm participado nas assembléias ecumênicas como mão-de-obra barata, não havendo espaço para discussão de sua problemática enquanto juventude. Temos sido objetos e não sujeitos".

Acreditando, ainda, que "as propostas dos movimentos de juventude não estão sendo formuladas de acordo com nossa realidade"; que "os projetos ecumênicos de juventude ainda estão fora das Igrejas"; e que "os programas ecumênicos não respondem às necessidades e expectativas das bases", o grupo de jovens formulou uma série de propostas. Entre elas: que a representação das Igrejas nas Assembléias do CLAI leve em conta uma maior participação dos jovens e leigos, independente do sexo, raça e cor. Que o ecumenismo não se restrinja apenas ao espaço eclesiástico. Formação de uma frente unitária ecumênica (um espaço informal de discussão que abranja toda a sociedade civil). Que o CLAI tenha uma preocupação especial para que a juventude esteja representada na Mesa Diretiva.

PRISÃO DE PASTOR REPERCUTE NA ASSEMBLÉIA

Indaiatuba (AGEN) - Um fato que repercutiu intensamente nos primeiros dias da II Assembléia do CLAI foi a prisão do pastor metodista Jaider Batista, ocorrida a 29 de outubro, sábado, em São Mateus (ES). A delegação metodista era a maior durante o encontro. São metodistas o presidente reeleito do CLAI, o bispo argentino Federico Pagura, e o secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), o pastor uruguaio Emilio Castro, também presente na Assembléia.

O pastor Jaider Batista e as lideranças de trabalhadores sem terra João Batista Marré, José Antônio da Silva Onofre e Almir Alves foram presos quando se dirigiam à área da fazenda da ACESITA, ocupada no início de outubro por 403 famílias de lavradores. Os quatro foram detidos sob a acusação de terem sido os mentores intelectuais da ocupação.

O bispo da 4ª Região Eclesiástica da Igreja Metodista, (que abrange os estados de Minas Gerais e Espírito Santo), Adriel Maia, que participava da Assembléia do CLAI, dirigiu-se de imediato para São Mateus. O pastor e as lideranças de sem terra foram soltos sob fiança na segunda-feira, dia 31 de outubro, e o bispo Adriel retornou a Itaici.

Desapropriação - Uma comissão representativa dos trabalhadores sem terra do Espírito Santo, da Igreja Metodista e entidades populares iria encontrar-se na segunda semana de novembro com o governador do estado, Max Mauro, para tentar solucionar a situação dos lavradores. São cerca de 3 mil trabalhadores que estão sofrendo a falta de comida e as pressões policiais e de jagunços.

O Movimento dos Sem Terra lembra que a Fazenda Sabacu já foi desapropriada para efeitos de reforma agrária, embora não tenha sido ainda concedida a imissão de posse em razão das pressões de grandes fazendeiros. No dia 17 de outubro, a delegacia regional do Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (Mirad) foi ocupada por 52 lavradores, que protestavam pela demora na imissão dos termos de posse. Os ocupantes foram violentamente despejados.



Nas reuniões plenárias, a discussão sobre os caminhos a seguir, tendo como referência a situação de injustiça e opressão no continente.

Solidariedade - O bispo Adriel Maia afirma que a Igreja Metodista está hipotecando irrestrita solidariedade aos trabalhadores sem terra, por exemplo, quanto aos aspectos jurídicos em quase 100 processos impetrados contra os lavradores que ocuparam as áreas. "A terra é dom de Deus e deve ser partilhada com justiça", diz o bispo, observando que a posição da Igreja é a mesma com relação aos povos indígenas e demais marginalizados.

Defende o bispo que a Igreja deve manter sua posição crítica com relação ao difícil momento político brasileiro. Caso aconteçam retrocessos no processo de democratização, a Igreja deve "manter essa posição crítica, à luz dos valores do Reino de Deus e, portanto, denunciar as forças antivida", opina Adriel Maia, que atualmente é o presidente do Colégio Episcopal Metodista.

NOVA JUNTA DIRETIVA REFLETE PLURALISMO

Indaiatuba (AGEN) - A nova Junta Diretiva do Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), eleita na II Assembléia em Itaici, reflete a preocupação do organismo em promover o pluralismo. A Junta é liderada pelo bispo metodista argentino Federico Pagura, reeleito por ampla maioria no dia 31 de outubro, segunda-feira.

Foram lançados sete nomes para concorrer à presidência (as candidaturas são apresentadas por meio de indicações). O bispo Pagura recebeu 62 votos, de 122 possíveis. Os outros candidatos foram, por número de votos recebidos: Gerson Meyer, pastor da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, 27 votos; Narciso Sepúlveda, pastor da Igreja Missão Pentecostal do Chile, 11; Gabriel Vaccaro, da Associação Igreja de Deus (pentecostal), Argentina, 8; Francisco Reus-Froylán, bispo da Igreja Episcopal de Porto Rico, 6; Sérgio Marcos Pinto Lopes, pastor metodista do Brasil, 5; Carlos Sánchez, pastor batista de El Salvador, 2 votos.

Junta - A nova Junta Diretiva do CLAI, encarregada de coordenar e executar os projetos do organismo para os próximos anos, é integrada por: bispo Federico Pagura; Gabriel Vaccaro; pastor Héctor Mendez, da Igreja Presbiteriana Reformada de Cuba; bispo Francisco Reus-Froylán; reverendo Carlos Jacobo James, Igreja Evangélica Dominicana; pastor Alejandro Guachalla, Igreja Metodista Boliviana; Silvia de Oliveira Schunemann, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; Carlos Isidro Sánchez Campos; Christa de Andrade, Igreja Luterana do Equador; reverendo Gerson Meyer; Hugo Ismael Geymonat Cheveste, Igreja Evangélica Valdense do Rio de La Plata, Uruguai; Adonis Niño Chavarria, Igreja Misión Cristiana da Nicarágua; reverendo Dionisio Valdez Alcântara, Igreja Evangélica Menonita da República Dominicana; reverendo Elias Mayer Vergara, Igreja Episcopal do Brasil; Cristina de Millenaar, Igreja Evangélica Reformada Argentina; reverendo Narciso Sepúlveda; Ana Langerak, do CELEP, representando os organismos ecumênicos associados ao CLAI.

Os suplentes da nova Junta Diretiva são os seguintes: Alvaro Vega Sánchez, Costa Rica; Inés Suárez Fajardo, Panamá; Luiz Veagra, Panamá; Horacio Oscar de Medio, Argentina; Harmut Hachtmann, Igreja Evangélica Congregacional, Brasil; Sérgio Marcos Pinto Lopes; Alfonso Vásquez, Equador; Anna Enriqueta Chávez, Chile; Akos A. Puky, Venezuela.

CLAMOR DOS OPRIMIDOS DEVE PAUTAR AÇÃO DO CLAI

Indaiatuba (AGEN) - O clamor dos empobrecidos, das crianças, jovens, mulheres, camponeses, negros e indígenas da América Latina deve marcar a pauta de ação do CLAI e dos organismos ecumênicos para os próximos anos. Esta é a linha que norteia o documento final da II Assembléia do CLAI, intitulado "Igreja, a caminho de uma esperança solidária - Mensagem ao povo de Deus na América Latina".

O documento assinala, em primeiro lugar, o momento de "celebração da esperança solidária" que constituiu o encontro em Itaici. Em seguida, enumera as dificuldades para se concretizar a esperança solidária. Entre elas, as "debilidades, incertezas e indefinições do ecumenismo. Confessamos - diz o documento - que ainda entre nós, Igrejas e outros membros do CLAI, faz muita falta estreitar os vínculos de fraternidade e cooperação".

- Também são cada vez mais numerosas - prossegue o texto - as Igrejas que em nosso continente mostram uma profunda aversão à colaboração ecumênica - O documento expressa, ainda, o desejo do CLAI de que "nossas relações respeitosas, fraternais e, em muitos campos, de cooperação com a Igreja Católica possam ser aprofundadas".

Angústias - A outra dificuldade para a consecução da esperança solidária é a situação de angústia vivida pelo povo latino-americano: "Os direitos humanos, os direitos dos povos, são pisoteados cada dia sem misericórdia, inúmeras vezes ao longo do nosso continente. Detrás de cada infração dos direitos humanos se encontram rostos doloridos de pessoas concretas que têm nome e apelido: são mães que perdem suas crianças; são crianças que perdem seus pais; são trabalhadores lançados às prisões; são camponeses assassinados; são povos dizimados". É apontada, em particular, a opressão contra mulheres, negros e povos indígenas.

Por outra parte, as dificuldades também são encontradas no campo político. "É verdade que o número de países que estão sob regime militar é menor hoje do que há alguns anos. Porém, a democracia continua débil na América Latina". São enumerados, aqui, os casos do "colonialismo em Porto Rico", do "incremento da violência" no Peru, da "ditadura militar que não foi esgotada" no Chile, do "regime cívico-militar" no Paraguai.

Além disso, "o perigo de intervenções militares, baseadas na doutrina de segurança nacional, permanece como um fantasma ameaçador sobre muitos países. Isto tem levado inclusive ao estabelecimento de uma rede de militarização de ilhas e pontos estratégicos de nosso continente, com o perigo de uso de armas nucleares". O Brasil, particularmente, "tem-se transformado em um dos maiores produtores e exportadores de armas no mundo'. A América Central, por seu turno, "tem pago um terrível preço em vidas humanas, no altar de guerras apoiadas desde o exterior. A administração norte-americana não tem desistido de seu intento de desestabilizar militarmente a Revolução Sandinista".

Dívida e evangelização - No plano econômico, o documento salienta que a América Latina tem sofrido as conseqüências de "uma dívida externa imoral e impagável, uma dívida pela qual os povos latino-americanos não são responsáveis, e cujo crescimento obedeceu a fatores externos ao continente".

A última grande dificuldade apontada diz respeito à evangelização. "Para vergonha das Igrejas cristãs, a evangelização deste continente não tem sido, por norma geral, uma boa nova. Antes, tem legitimado e apoiado a conquista e a opressão. Ainda hoje, a religião cristã é fundamentalmente utilizada, direta ou sutilmente, para perpetuar dominações estabelecidas".

No âmbito das Igrejas protestantes, de modo específico, "a evangelização tem sido muito freqüentemente entendida só em termos da proclamação verbal do amor de Deus, que perdoa e regenera o indivíduo".

Sinais - O documento assinala, em contrapartida, sinais de esperança solidária no continente latino-americano. Um deles é o próprio CLAI, que "tem se fortalecido como expressão da vida de nossas Igrejas e como instrumento de apoio ao testemunho que elas dão". O organismo deveria, então, "continuar mais como movimento de Igrejas do que como instituição. Em particular, muitas Igrejas-membro que têm passado por tribulações por causa da opressão ou da guerra, como na América Central e no Chile, têm expressado sua gratidão ao CLAI, pelo apoio dado aos processos da vida, justiça e paz".

Os sinais de esperança são vistos, de forma concreta, "na vida de nossas comunidades de fé", e na reação ao sistema opressivo protagonizada por povos indígenas, negros, movimentos de mulheres, jovens, camponeses e operários. No campo internacional, é citado o restabelecimento de relações normais de muitos países do continente com Cuba. Em escala mundial, sinais de esperança são as manifestações de solidariedade com o povo da África do Sul.

Projetos de esperança - Diante de toda essa situação, o CLAI nomeia prioridades de trabalho para as Igrejas-membro e organizações ecumênicas para os próximos anos. O primeiro passo é "promover a evangelização", no sentido de os cristãos se converterem "em colaboradores de Deus em sua ação libertadora". Outro ponto é o apoio concreto aos grupos que têm sido perseguidos "por razão de cor, sexo, idade, cultura ou trabalho".

O CLAI propõe, ainda, campanhas de educação no sentido de promoção do ecumenismo, da saúde "em um marco global", da maior abertura de espaços para as crianças e jovens, de denúncia "do que estamos fazendo com a natureza e com nosso ecossistema". Com relação aos 500 anos de colonização européia no continente, em 1992, a proposta é de que "a comemoração seja de caráter penitencial e inclua a confissão de culpa da cristandade pelo pecado cometido, em primeiro lugar contra os indígenas e também contra a população negra e contra todos os pobres e oprimidos do continente ao longo destes cinco séculos".

Propõe, por último, a reavaliação do papel do protestantismo na América Latina "e a missão que corresponde ao CLAI no contexto global, tanto ao interior das Igrejas e organismos que são seus membros como em relação com a Igreja Católica e com a totalidade dos povos deste continente".

Síntese

O POETA RUBEM ALVES

Indaiatuba (AGEN) - Na terça-feira, 1º de novembro, o Instituto de Estudos da Religião (ISER) lançou a coletânea de artigos elaborados a partir do texto "Sobre deuses e caquis", de Rubem Alves, escrito no ano passado, para servir de prefácio ao seu livro "A Theology of Human Hope", redigido nos Estados Unidos há 20 anos e publicado em 1987 no Brasil, sob o título "Da Esperança". Inicialmente, o livro de Rubem Alves se chamaria "Towards a Theology of Liberation", mas, por insistência do editor, acabou intitulado "A Theology of Human Hope". Em seu polêmico prefácio, Alves afirma que, "com isto, o nome 'teologia da libertação' me escapou.. "

A coletânea lançada durante a Assembléia do CLAI reúne diversos artigos sobre o prefácio de Rubem Alves, que nasceram de um encontro entre o autor e os comentaristas, promovido pelo ISER. Entre outros, comentam o prefácio Rubem César Fernandes, Edin Sued Abumanssur e J. B. Libânio.

OSWALDINHO SHOW

Indaiatuba (AGEN) - Uma Noite Cultural foi promovida na terça-feira, 1º de novembro. Enquanto os participantes comiam pipoca, apresentaram-se um grupo de capoeira e Oswaldinho do Acordeon. O show terminou com todo mundo na dança. Oswaldinho não perdoou: "No forró ninguém é santo..." Já as celebrações realizadas durante a Assembléia foram animadas pelo conjunto "Gente de Casa".

NOVA LITURGIA

Indaiatuba (AGEN) - No culto de encerramento da II Assembléia do CLAI, dia 2 de novembro, quarta-feira, a Comissão de Liturgia foi demoradamente aplaudida, de pé, pelos participantes. As inovações introduzidas na liturgia foram consideradas fundamentais para o sentido celebrativo do encontro. A benção final do bispo Federico Pagura foi dada com os participantes de costas para o altar e de frente para as portas da capela, simbolizando a necessidade de as Igrejas estarem sempre abertas para o mundo.

Política

DIRETAS-JÁ PODEM LEVAR AO GOLPE, DIZ ESPECIALISTA

Campinas (AGEN) - Uma greve geral, um locaute ou a antecipação das eleições presidenciais podem constituir o estopim para que haja um golpe militar no Brasil. A opinião é de Eliezer Rizzo de Oliveira, um dos coordenadores do Núcleo de Estudos Estratégicos, associado à Universidade de Campinas (Unicamp), no interior de São Paulo.

Sociólogo com especialização em Ciência Política, Eliezer é autor de "As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil - 64-69", um dos primeiros livros a analisar o papel dos militares pós-64, e que foi publicado em 1976 pela Editora Vozes. Chefe de gabinete da reitoria da Unicamp, está atualmente afastado, pois é candidato a vereador em Campinas pelo PSDB. Eliezer concedeu entrevista exclusiva à AGEN.

AGEN - Há possibilidade de um golpe militar no país, diante da instabilidade política geral e do descontrole do processo inflacionário?

Eliezer - Se depender da fragilidade de nossas instituições, o golpe é sempre possível. Se depender da falta de governo, isso colabora com o golpe. Portanto, o caldo de cultura está pronto. O problema é evitar que haja um estopim.

AGEN - Qual seria esse estopim?

Eliezer - Por exemplo, uma situação de greve geral no país pode provocar o golpe. Um locaute empresarial - por exemplo, se a UDR paralisar o país - pode levar ao golpe. Outros fatores, entretanto, devem ser considerados. Não acho que haja condições internacionais para um golpe, e nem acho que haja uma liderança ostensiva para um golpe. Não vejo, na área militar, uma articulação com a possibilidade de golpe. Vejo mais na área conservadora civil a vontade de que isso ocorra.

AGEN - Como evitar um golpe, na atual situação do país?

Eliezer - O antídoto é que haja minimamente um acordo político, no sentido de que as regras do jogo já fixadas sejam cumpridas, e que o presidente eleito no próximo ano seja empossado em janeiro de 1990. Por isso, qualquer tentativa para forçar a renúncia do presidente Sarney, de diretas já, é golpista no sentido de criar a instabilidade que pode levar ao golpe.

AGEN - Alguns setores acreditam que a atual crise é fabricada, exatamente para que sejam propiciadas as condições para o golpe. Você concorda com isso?

Eliezer - Não acho que o governo como um todo deseje isso, embora haja interesses de setores dele por um fechamento integral.

AGEN - Você pode identificar que setores seriam esses?

Eliezer - Por exemplo, a área em torno do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. O problema, então, é evitar um endurecimento que leve o setor conservador a juntar-se em torno de uma candidatura de consenso no meio militar, que poderia ser o general Leônidas Pires Gonçalves (ministro do Exército), embora as suas chances eleitorais sejam pequenas, e apesar de não ser uma candidatura das Forças Armadas. Além disso, ele não poderia perder, pois essa possibilidade não cabe num tipo de cabeça conservadora como a militar. Por outro lado, conheço gente entre as Forças Armadas que acha que o general Leônidas não deve nem sair candidato. Em todo caso, é necessário que se evite essa situação.

AGEN - O cumprimento das regras do jogo político seriam suficientes? E a situação econômica, também não pode colaborar para o endurecimento?

Eliezer - Bom, falar em pacto hoje parece traição. Mas é necessário o cumprimento de um elenco de compromissos na área social, econômica, e também política. O governo deve fazer a sua parte, e cumprir os mecanismos institucionais previstos na nova Constituição, o que ele não está fazendo, mas é preciso que se cumpra o calendário político.

AGEN - Muito se fala que os militares não assimilam o presidente do PDT, Leonel Brizola. O que acha disso?

Eliezer - Pelos contatos que mantenho, as reações são diferentes com relação ao Brizola nas Forças Armadas. No Exército há fortes resistências a ele, o que não vejo na Marinha, onde não há uma aceitação, mas uma atitude mais cautelosa. Brizola é um complicador no processo político, na medida em que propõe a renúncia do presidente da República, cujo mandato, infelizmente, foi fixado em cinco anos pela Constituinte. Do mesmo modo, no parlamentarismo, as coisas seriam resolvidas com maior facilidade.

AGEN - Como você analisa a nova Constituição no aspecto militar?

Eliezer - Através de uma competente assessoria, e de ameaças como os duros pronunciamentos do general Leônidas, os militares conquistaram tudo o que queriam, que era a manutenção do papel das Forças Armadas em manter a lei e a ordem. Além disso, pontos específicos, como a manutenção do número de ministérios militares (seis), a indústria de armamentos, o Programa Nuclear, o serviço militar, permaneceram intocáveis na nova Constituição. Isso também em grande parte em função dos partidos políticos, que se mantêm inteiramente despreparados para a questão militar. Os partidos mantêm departamentos de relações internacionais, mas não sabem como lidar com a questão militar, muitas vezes em razão da própria ideologia. Isso a ponto de terem aparecido propostas infundadas, como a de eleições diretas nos quartéis.

AGEN - Como vê a posição do general Ivan Mendes, do SNI, de que o habeas-data não é válido para a questão dos desaparecidos?

Eliezer - Tanto o habeas-data como outros preceitos da nova Constituição têm que ser respeitados por todos. Quem é o general Ivan ou o Saulo Ramos para se arvorar o papel de alterar o que está na Constituição?

AGEN - A famosa doutrina de segurança nacional continua a ser a cartilha dos militares brasileiros?

Eliezer - Ela continua de pé, mas conheço um número cada vez maior de bons oficiais que não está nem aí com ela. Ela dá a pintura oficial do prédio das Forças Armadas, mas não está nos manuais, e sim na cabeça de algumas pessoas. Há oficiais que não passaram e dizem que nem vão passar pela Escola Superior de Guerra. Além do mais, a doutrina de segurança nacional começa a entrar em xeque, na medida em que o processo de distensão entre Leste-Oeste está cada vez mais acentuado. Assim, a doutrina de segurança nacional permanece viva na cabeça de militares católicos integralistas, como o coronel Rico, da Argentina. A nova geração está cada vez mais consciente de que, do ponto de vista estratégico, as questões atuais passam pelo conflito Norte-Sul, e não mais Leste-Oeste. (Entrevista a José Pedro S. Martins)

NÚCLEO ESTUDA A QUESTÃO MILITAR NO BRASIL

Campinas (AGEN) - O Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, de acordo com Eliezer Rizzo de Oliveira, nasceu do projeto de "colegas da Universidade e intelectuais no aparato militar", de estudar "o principal fator de poder político nos últimos anos, que é a questão militar".

Utilizando uma perspectiva multidisciplinar, o Núcleo foi criado em 1985, e Eliezer, nomeado seu primeiro diretor. Inicialmente funcionando com três profissionais contratados, o Núcleo ocupa hoje cerca de 15 pessoas. O atual diretor é João Quartim, e o diretor-associado, o coronel da reserva Geraldo Cavagnari Filho.

O coronel Cavagnari é também o coordenador da área de Estratégia do Núcleo. A área de relações internacionais é coordenada por Chiguenou Miyamoto. E a das Relações entre Aparelho Militar e Regime Político, por Eliezer Rizzo. Em outubro do ano passado, o coronel Cavagnari cumpriu pena de uma semana de prisão, por ter criticado o ministro do Exército, pela não-punição por insubordinação de alguns oficiais. O Núcleo já produziu três livros coletivos, e promoveu vários simpósios sobre a questão militar e o processo político no Brasil.

Povos Indígenas

OFAYÉ XAVANTE EXIGEM TERRA PARA VIVER

Três Lagoas, MS (AGEN) - O líder indígena Ofayé Xavante, Ataíde Francisco, enviou carta ao novo presidente da Funai, Íris Pedro de Oliveira, em nome de sua comunidade, relatando os últimos acontecimentos envolvendo sua tribo, que conta hoje com apenas 60 índios, e dada como extinta até pouco tempo atrás. Na carta, os índios reivindicam a posse da terra. Do contrário, fatalmente acabarão realmente extintos

Em maio deste ano, Ataíde Francisco e outro índio estiveram em Brasília com o Superintendente Geral de Assuntos Fundiários, Daniel de Souza Marques, quando a Funai prometeu resolver o problema.

Rio Paraná - Os 60 índios estão hoje acampados na barranca do rio Paraná, divisa dos estados do Mato Grosso e São Paulo, em Brasilândia, à espera de um convênio entre a Funai e o governo estadual, através do projeto Terrasul. Com isto, pretendem viver como cultura etnicamente diferenciada.

A proposta dos índios é que o governo aponte uma área entre as muitas ocupadas por seus aldeamentos até a década de 50, quando foi intensificada a perseguição aos Ofayé Xavante, culminando com a expulsão do grupo em 1978. "Estas e outras informações confirmam-se no Relatório Etnohistórico em posse da Funai, que comprova a imemorialidade da terra dos Ofayé Xavante", assinala o padre Lauri Bósio, vigário-geral da diocese de Três Lagoas.

Mais adiante, o vigário lembra: "do novo presidente da Funai os índios esperam receber um tratamento melhor que o dado pelo antecessor, Romero Jucá Filho". Os índios lembram que Jucá Filho nunca respondeu a nenhuma das cartas enviadas pelo grupo.

Entretanto, insistem naquilo que consideram seu direito e reclamam, no final da carta: "queremos a nossa terra devida historicamente. Aqui nascemos e aqui mesmo queremos viver".

A afirmação explica-se pelo fato de existir a intenção do governo em transferi-los para outro local, distante da região de origem, contrariando o desejo dos Ofayé Xavante.

Síntese

CACIQUE MORTO

Cuiabá (AGEN) - Foi encontrado, dia 1º de novembro, o corpo do cacique Suruí Iamine, que estava desaparecido desde 16 de outubro. O corpo foi encontrado, na área Zoró, em Aripuanã (MT), por uma equipe de policiais federais e funcionários da Funai, e estava perfurado de balas, além de queimado e envolvido em uma rede. O desaparecimento do cacique ocorreu após o conflito entre índios Suruí, Zoró, Cinta-Larga, Gavião e Arara e funcionários de uma empresa que explora ilegalmente as áreas indígenas na região. A 24 de uma equipe de 36 índios Suruí ocupou sede regional da Funai em Pimenta no (RO), para exigir a apuração do desaparecimento do

SOLIDARIEDADE AOS YANOMAMI

Oslo (AGEN) - Continua a solidariedade internacional ao povo Yanomami. Uma carta nesse sentido, do Grupo de Trabalho Internacional para Assuntos Indígenas, (IWGIA), de Oslo, Noruega, datada de 11 de outubro, foi remetida ao presidente José Sarney. A carta assinala, inicialmente, que há tempos a entidade norueguesa preocupa-se com o futuro dos índios Yanomami. "Quando o governo brasileiro, em 1982, anunciou a interdição do território Yanomami, nós esperamos que a situação dos índios yanomami fosse finalmente regularizada de modo satisfatório", afirma a entidade indigenista. "Entretanto - continua a carta - durante os últimos anos, invasões do território Yanomami por exploradores de minérios têm colocado em perigo a saúde e a integridade dos índios Yanomami. Quando o presidente da Funai, sr. Romero Jucá Filho (que já deixou o cargo - NR), anunciou a 19 de agosto seu plano de transformar 70% do tradicional território Yanomami em parques nacionais e florestas e dividir os remanescentes 30% em 19 separadas áreas indígenas, isto pode ser interpretado como um sinal para o mundo de que as autoridades brasileiras não estão cumprindo suas promessas e obrigações com os índios Yanomami". IWGIA pede, então, que não seja concretizada a medida anunciada pela Funai, que sejam imediatamente removidos os milhares de garimpeiros que estão ilegalmente na terra Yanomami, e que o processo de demarcação leve em consideração os preceitos da nova Constituição.

Pacifismo

CLAI APÓIA INDICAÇÃO DE D.PAULO ARNS AO NOBEL DA PAZ

Indaiatuba (AGEN) - A II Assembléia do CLAI aprovou, por unanimidade, a indicação de d.Paulo Evaristo Arns ao Prêmio Nobel da Paz de 1989 O apelo para que os "irmãos evangélicos" apoiassem a indicação partiu da católica brasileira Creusa Maciel, coordenadora geral do Serviço de Paz e Justiça na América Latina (Serpaj-AL).

A indicação do nome de d.Paulo ao Prêmio Nobel da Paz foi aprovada pelo Conselho Colegiado do Serpaj-AL, em sua reunião na segunda semana de setembro, em La Paz, Bolívia. A indicação foi feita pelo ex-coordenador geral do Serpaj-AL, o argentino Adolfo Perez Esquivel, que recebeu o Nobel da Paz em 1980.

Tortura - Na Assembléia do CLAI, Creusa Maciel lembrou o papel do arcebispo de São Paulo na luta pelos direitos humanos e na "concretização da Teologia da Libertação" no continente. Atualmente, d.Paulo participa da organização de uma Federação Latino-Americana contra a Tortura, para funcionar junto à Organização dos Estados Americanos, segundo o próprio arcebispo formou, durante o encontro de Itaici.

Estruturado em 12 países do continente, o Serpaj-AL tem status consultivo na Categoria II, de Direitos Humanos, junto à Organização das Nações Unidas, além de manter relações, na Categoria C, com a Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (Unesco). A entidade jurídica do Serpaj-AL, sediada no Rio de Janeiro, é presidida pelo pastor presbiteriano Jaime Wright, um dos coordenadores do Projeto Brasil Nunca Mais, da Arquidiocese de São Paulo.

Terceiro Mundo

ANGOLA ACUSA ÁFRICA DO SUL DE VIOLAR ACORDOS

Luanda, Angola (ANGOP) - Angola acusou a África do Sul de não cumprir os acordos de Genebra assinados no âmbito das negociações quadripartites sobre a paz no sudoeste africano. Segundo o coronel Osvaldo Van-Dunem, chefe da missão militar angolana na supervisão do cessar-fogo entre Angola e África do Sul, o lado sul-africano tem oferecido resistência à implantação dos postos de controle na chamada Faixa de Caprivi, como prevêem os acordos.

A Faixa de Caprivi é um pequeno corredor fronteiriço que separa, a sudoeste, Angola da Namíbia, território ilegalmente ocupado pela África do Sul há 73 anos, e a leste de outro país vizinho, Botswana. De acordo com o oficial angolano, a África do Sul pretende deixar de fora a Faixa de Caprivi da supervisão das forças conjuntas sul-africanas e angolanas, que vigiam o cessar-fogo ao longo da fronteira angolano-namibiana, para salvaguardar o abastecimento à Unita, organização que luta contra o governo angolano com o apoio do regime do apartheid.

URSS - "Cumpriremos qualquer solicitação de Angola para apoiá-la política, material e moralmente nessa guerra de agressão", disse a 2 de novembro Alexandre Smirnov, diplomata soviético baseado em Luanda, a respeito da concentração de efetivos militares sul-africanos na fronteira angolana com a Namíbia.

Movimento Operário

POLÍCIA FEDERAL IMPEDE ATO EM MEMÓRIA DE SANTO DIAS

São Paulo, SP (AGEN) - Uma manifestação marcada no cemitério da região de Santo Amaro, em São Paulo, com o objetivo de celebrar a passagem do nono aniversário da morte de Santo Dias da Silva, foi interrompida por dois agentes da Polícia Federal, que permaneceram ao lado do túmulo do operário até o povo se dispersar. Algumas pessoas foram ameaçadas de prisão, e mesmo a alegação da inconstitucionalidade do ato não convenceu os policiais federais, ostensivamente armados.

Santo Dias foi assassinado com um tiro em frente à Fábrica Silvânia, na região de Santo Amaro. Todos os anos a Pastoral Operária, da qual era militante, lembra sua memória. No domingo, 30 de outubro, cerca de 200 pessoas estavam em frente à fábrica, indo em direção ao cemitério regional, onde seria concelebrada uma missa por d.Fernando Penteado, bispo de Itapecerica da Serra, e mais dez padres.

Tentativa de prisão - Ao lado do túmulo do operário, os policiais federais disseram que não poderia ser feita uma filmagem mais ampla e demorada, devendo a equipe ater-se somente ao túmulo, em atitude não compreendida pelos presentes, que creditaram-na a uma provocação desnecessária.

Em seguida, os policiais federais tentaram levar a pessoa que fazia as filmagens, além do padre Eduardo, que tentava dialogar. A argumentação da inconstitucionalidade, os policiais federais responderam "que este é o nosso trabalho". A deputada Irma Passoni (PT-SP) tentou intervir e o ato em homenagem à memória do trabalhador assassinado pela Polícia Militar acabou não sendo realizado, pois os agentes ameaçaram apreender a aparelhagem de som.

Mulher

MULHERES URUGUAIAS CONDENAM COLONIZAÇÃO NORTE-AMERICANA

Londrina, PR (AGEN) - Maria de los Angeles, presidente da Associação de Mulheres Uruguaias Lourdes Pintos, em entrevista à AGEN, nesta cidade, condenou a prática colonialista norte-americana em seu país, assinalando que a América Latina, "em sua história, foi sistematicamente dependente de países estrangeiros". Frisou, mais adiante, que no Uruguai a prática não é diferente: "Nosso povo é explorado e os Estados Unidos tentam nos dominar, a qualquer custo. As mulheres, principalmente, têm de resistir a tantos desafios, ainda mais sendo mulheres, geralmente discriminadas".

Maria de los Angeles é professora primária, 35 anos, e diz que na organização da qual é presidente estão filiadas cerca de 1500 mulheres, espalhadas em todo o país, criando grupos e fortalecendo a unidade do movimento. "Somos trabalhadoras, donas-de-casa, profissionais de diversos ramos, estudantes... Enfim, somos um grupo de mulheres que formou uma Associação para lutar unidas, com mais força, pelo nosso bem-estar, dos nossos filhos e de todo o nosso povo".

Lourdes Pintos - O nome da Associação presta uma homenagem à trabalhadora rural que morreu em 1968, aos 20 anos, de tétano, "e que teve sua vida marcada por um incansável trabalho junto às companheiras da cana-de-açúcar". Era mãe de três meninos e Maria de los Angeles completa: "sacrificava sua vida pessoal em nome do término definitivo da exploração, da mais flagrante exploração..."

A Associação tem uma revista mensal, "Paloma", além de um programa de rádio, onde são prestadas as informações gerais sobre as atividades da Associação, além de reportagens e comentários de temas atuais.

Maria de los Angeles, que participou do 16º Congresso da UCBC, destacou, durante o debate, "a inversão de valores verificada nos meios de comunicação uruguaios, creditando à mulher um papel de submissão, de inferioridade, enquanto ao homem dá-se a força, a inteligência, a coragem..."

Outras informações poderão ser obtidas diretamente no endereço da Associação: Martín C. Martínez, 1604, piso 1, Montevidéu, Uruguai. (G.S.Rocha)

América Latina

COMUNIDADES CRISTÃS DO CHILE TÊM NOVOS DESAFIOS

Santiago, Chile (AGEN) - "O triunfo do No teve um significado muito profundo e positivo para o povo. Durante 15 anos este povo andou em um caminho marcado por numerosos fracassos. Muitas vezes perdemos, muitas vezes nos contentamos em chorar e em recordar mártires, mantendo uma esperança contra toda desesperança".

Esta é uma das principais afirmações contidas na carta que a Coordenação de Comunidades Cristãs dos Setores Populares de Santiago enviou recentemente às suas comunidades de base, pela vitória no "No" em 5 de outubro passado, no qual o general Pinochet foi derrotado nas urnas pelo povo, rejeitando sua intenção de continuar no poder por mais oito anos.

Libertação e Fraternidade - A carta destaca ainda como a vitória mudou a maneira de ser dos chilenos. "Voltamos a ter a experiência de sermos uma imensa maioria que vai unida em direção a um futuro de libertação e fraternidade (liberación y fraternidad)", afirma em outra parte o documento. O texto assinala que houve um reencontro do povo com os partidos políticos, já que a ditadura militar, durante 15 anos, desprestigiou a política e os políticos. Mais adiante, o documento lembra que o mesmo se deu nas comunidades cristãs, recuperando a política como uma atividade legítima e necessária para construir uma nova sociedade.

A Coordenação das CEBs destaca a participação das comunidades no processo plebiscitário, como a realização de cursos de educação cívica abertos a todo o povo e cursos de formação política. Isto possibilitou, principalmente entre os jovens, um reencontro com a história democrática do Chile.

Comando do No - O documento assinala outro trabalho fortemente desempenhado e impulsionado pelas CEBs: a criação do "Comando pelo Não" em todos os povoados e cidades, assim como a formação de equipes de fiscais das mesas de apuração, controlando durante o plebiscito as possíveis intenções de fraude do governo em cada um dos lugares onde acorreram as pessoas a manifestar sua vontade política.

A Coordenação interpela suas comunidades-membro acerca dos trabalhos a serem desenvolvidos no período pós-plebiscito, e destaca quatro níveis de ação. Por um lado, incentiva a participação dos membros das comunidades em organizações populares e partidos políticos, assinala a importância de se continuar criando e formando a consciência crítica, "pois o caminho até a liberdade é largo e complexo, e nele não pode haver desânimo, pois podem não acontecer resultados imediatos".

A seguir convoca a hierarquia da Igreja Católica a se comprometer seriamente a abrir espaços de participação e informação pluralista através, principalmente, de seu canal de TV de âmbito nacional. E, finalmente, solicita aos partidos políticos manter uma unidade forjada dentro de suas legítimas diferenças, reivindicando a não realização de práticas partidárias nas cúpulas.

Os que assinam o documento fazem parte de uma coordenação de comunidades católicas que nasceu em 1977, durante o período mais duro da ditadura chilena, sendo seus principais eventos anuais a realização da Via Crucis na Sexta-Feira Santa, em que participam mais de seis mil cristãos das bases, e o Encontro Anual destinado ao estudo de um tema específico.

Precisamente, no último final de semana de outubro, se reuniram 600 delegados de Comunidades de Base no 11º Encontro para refletir a respeito dos desafios que a conjuntura nacional atual apresenta aos cristãos. (A.P.N)

Memória

ZUMBI, HERÓI DA RAÇA NEGRA

São Paulo (AGEN) - Celebra-se a 20 de novembro o Dia Nacional da União e Consciência Negra. Vários eventos, impulsionados em grande parte pela consciência despertada pela Campanha da Fraternidade deste ano, colocaram numa evidência cada vez maior a valorização da raça negra no Brasil.

No entanto, por mais reiterado que seja o despertar dessa valorização, insiste ainda no Brasil o preconceito racista por parte da população branca.

Os defensores do racismo insistem em dizer que "o Brasil é uma democracia racial", que "aqui não existe preconceito de cor", e ainda que "brancos e negros têm as mesmas oportunidades de vida". Não é preciso implementar grandes pesquisas para se verificar que isto é totalmente falso.

Em 1980, pelo censo demográfico, a população brasileira era de 119 milhões, sendo 55% brancos; 38% que o censo classifica de "pardos", ou seja, mulatos, mestiços, índios, caboclos etc; 6% de negros e menos de 1% amarelos. Somando-se os que não são brancos, temos 44% que são descendentes de negros ou índios. Acredita-se que os negros e mulatos sejam bem mais numerosos. Os dados mostram que negros e mulatos aumentaram no conjunto da população. Há ainda em andamento o processo de embranquecimento da população, e esse processso se dá na tentativa de se esquecer a escravidão, negar a identidade do negro e de se disfarçar a opressão contra os negros.

No Dia Nacional da União e Consciência Negra, lembra-se o líder negro Zumbi, um dos grandes símbolos da resistência negra em nosso país desde os idos de 1670. Zumbi nasceu em Palmares no ano de 1655. Foi feito prisioneiro ainda recém-nascido e entregue a um padre. Este fez de Zumbi um coroinha, ensinando-lhe o latim e português. Aos quinze anos Zumbi fugiu para Palmares, mas voltou várias vezes para Porto Calvo, onde residia o padre.

Os portugueses, na época, assim se referiam a Zumbi: "Negro de singular valor, grande ânimo e constância rara". Foi o líder de Palmares. Para ele o mais importante não era viver livre, mas libertar todos os negros ainda escravos.

Zumbi morreu no dia 20 de novembro de 1695. O historiador Décio Freitas conta que ele foi traído pelo paulista Antônio Soares com uma punhalada. Zumbi continua vivo no ideal da raça negra.

Quero assinar o boletim semanal da AGEN. Por isso envio o cheque ou vale postal no valor de Cz$ 2.500,00 (individual) ou Cz$ 3.000,00 (entidades).

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ *CEP* _____

Cidade _____ *Estado* _____

País _____ *Número do cheque ou vale postal* _____

Telefone _____

Assinatura _____ *Data* _____

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Reg. Prof. Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro Soares Martins (Reg. Prof. Mtb 17.572)
Redação: Guilherme Salgado Rocha (Reg. Prof. Mtb 2205)

Correspondentes e Colaboradores: Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs e Liliana Lavoratti (Porto Alegre, RS), Rosa Dalla Costa (Francisco Beltrão, PR), Valdemar de Oliveira Neto (Recife, PE), José Anchieta Ferreira (Linhares, ES), Maria Alzira [illegible] naus, AM), Galeno Amon[illegible] nho, SP), Fernando Sopelsa[illegible], São Paulo, SP), José Lour[illegible] (Grande ABC, SP), New[illegible] Isaac Akcelrud (comentaristas internacionais), Attilio Hartmann (Quito, Equador), José Subirats (La Paz, Bolívia), Roberto Codas Friedmann (América Central), Beltrina Corte (Bogotá, Colombia), Juan Pezzuto e Regina Santos (São Paulo) e Aníbal Pastor Niñez (Santiago).

Divulgação e contatos: Pe. José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Rev. Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN
Fotolitos: "AJATO"
Impressão: Gráfica Peres Ltda.

DIRETORIA

Presidente: D. Sumio Takatsu
Vice-Presidente: Frei José de Rezende Ribeiro - O.P.
Secretário: Paulo Maldos
Tesoureiro: José Lourenço Pechtoll

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 11.25824 AECN-BR

11.11.88 SP 19,50

00002 1001-89 900
CARITAS DIOCESANA NOVA IGUACU
R.CAP. CHAVES 60
26220 NOVA IGUACU RJ

IMPRESSO

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

IGREJAS

Satanização continua com Bush, diz Casaldáliga pág 2

Igreja Episcopal prepara centenário em 1990 pág 2

Ordenação de mulher repercute no Sínodo pág 2

DIREITOS HUMANOS

Direitos Humanos e CUT exigem convocação do Congresso Nacional pág 3

Comissão da diocese de Volta Redonda condena repressão pág 3

Buriticupu, Maranhão: situação inalterada pág 3

PACIFISMO

Infância e Paz é tema de painéis pág 4

MOVIMENTOS SOCIAIS

Criada a Fundação Nativo da Natividade pág 4

Cáritas lança cadernos de formação política pág 4

TERRA

Padre Ricardo Rezende sofre acidente pág 5

SOLO URBANO

Cresce a luta por casa em São Paulo pág 5

Movimento de favelas critica projeto de Jânio pág 5

POVOS INDÍGENAS

Krenak acusa Funai de "omissão irresponsável" pág 6

UNI denuncia senador e deputado estadual pág 6

ECOLOGIA

Criadas reservas extrativistas no Amapá pág 6

MOVIMENTO OPERÁRIO

JOC comemora seus 40 anos de atividades pág 7

Jovens querem liberdade na África do Sul pág 7

ECONOMIA

O novo arrocho apelidado "Pacto Social" pág 7

Dívida Externa, a Terceira Guerra Mundial pág 8

Neocolonialismo pela dívida debatido em Cuba pág 9

AMÉRICA LATINA

Emergência pós-furacão fortalece sandinistas pág 10

Dirigente Tupamaro processado no Uruguai pág 10

TERCEIRO MUNDO

Relatório do ANC diz que Mandela pode ser solto pág 11

Moçambique lembra dois anos da morte de Machel pág 11

Angola quer atrair investimentos chineses pág 11

MEMÓRIA

Processo do padre Henrique foi arquivado pág 12



O Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo participa do VIII Congresso da Federação dos Familiares de Presos Políticos Desaparecidos, em Bogotá, Colômbia. No Dia de Finados, o Grupo homenageou os parentes desaparecidos, em frente ao Portal Tiradentes. Direitos Humanos. Foto: Regina Vilela.

D.WALDYR CALHEIROS CONDENA VIOLÊNCIA E CRITICA AÇÃO DO EXÉRCITO

Volta Redonda (AGEN) - O bispo da diocese de Volta Redonda - Barra do Piraí, d.Waldyr Calheiros, condenou a violência ocorrida em sua região, afirmando não haver proporção entre a situação de tensão vivida pelos trabalhadores e a reação das tropas militares. "As declarações dos porta-vozes do Exército não passam de tentativas de justificar o que houve em Volta Redonda. Uma tentativa inútil, pois o povo entende a distância entre os fatos e essas desculpas oficiais".

Há 22 anos como bispo de Volta Redonda, d.Waldyr salientou: "Nunca vi nada semelhante. As reivindicações dos trabalhadores são mais que justas, eles foram acuados dentro da Siderúrgica, passando fome e absolutamente tensos".

Em seguida, questionou novamente a ação do Exército, lembrando a disparidade existente entre os trabalhadores e o armamento empregado: "Para justificar a brutalidade, dizem que os trabalhadores reagiram armados. Como, eu pergunto... Com paus e pedras? As únicas 'armas' que eles tinham à mão?"

No final da entrevista, o bispo diocesano questionou: "Será que o Exército veio aqui em Volta Redonda somente para fazer isto, para dar um exemplo ao Brasil, ou querem estender esse clima de intranqüilidade, de insegurança, em uma clara provocação à segurança das nossas instituições democráticas?"

Violência - Os metalúrgicos ocuparam a CSN na terça-feira da semana passada, e deixaram-na na quinta, às 8 da manhã, de mãos dadas e cobertos com capuzes ou máscaras para não serem reconhecidos. Aos gritos de "o Exército matou porque 'seu' Sarney mandou", cerca de 30 mil pessoas participaram do enterro de um dos metalúrgicos mortos, Walmir Freitas Monteiro.

O Exército, do princípio ao fim, manteve-se irredutível, justificando sua ação como uma reação às "ofensas que recebemos, inclusive verbais".

Porta-vozes do Exército disseram, ainda, que os metalúrgicos usaram "táticas de guerrilha urbana", o que foi ironizado pelos trabalhadores de Volta Redonda. (Guilherme Salgado Rocha)

Boletim Nº 129 - 17 de novembro de 1988.
AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 1125824 AECN-BR

Igrejas

SATANIZAÇÃO CONTINUA COM BUSH, DIZ CASALDÁLIGA

São Félix do Araguaia (AGEN) - A vitória de George Bush nas eleições presidenciais americanas representa "a continuidade da linha Reagan para a América Central, ou seja, continuam a incompreensão, o cerco e a ameaça para a América Central". A opinião é do bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT), d.Pedro Casaldáliga, que foi recentemente advertido pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé do Vaticano, em razão de suas freqüentes visitas pastorais à América Central.

Na opinião de d.Pedro, a Nicarágua, especificamente, com a vitória do candidato republicano, "continua sendo alvo da política oficial dos Estados Unidos, em termos de cerco econômico, contra-informação e satanização". D.Pedro afirma, entretanto, ter "esperanças de que a solidariedade internacional, partida de dentro mesmo dos Estados Unidos, da América Latina e do mundo inteiro, compensem a continuidade da política para a América Central que se espera de Bush".

O bispo da Prelazia de São Félix lembra o episódio ocorrido durante a estada do vice-presidente americano no Brasil, quando "manifestou-se de forma agressiva contra o presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, frente às câmeras de televisão".

IGREJA EPISCOPAL PREPARA CENTENÁRIO EM 1990

Porto Alegre (AGEN) - A Igreja Episcopal do Brasil (IEB), de confissão anglicana, prepara-se para comemorar o seu centenário em 1990. As linhas de atuação da comunidade anglicana nos próximos anos e os primeiros passos para a celebração do centenário foram definidos no 23º Sínodo da Igreja, realizado nos dias 11 e 12 de outubro.

Várias decisões importantes foram tomadas no Sínodo. Uma delas foi a criação da Diocese Anglicana de Pelotas (RS). Foram igualmente autorizados os estudos visando à criação da futura Diocese do Amazonas. Os participantes também deliberaram o apoio à criação do Conselho de Igrejas Anglicanas das Américas, com a participação de dois representantes da província brasileira. Debateu-se, ainda, a proposta de alteração do nome da IEB para Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

Novo bispo - Durante o 23º Sínodo, foi eleito o novo bispo da Diocese de Brasília. É o reverendo Almir dos Santos, titular da paróquia de Jesus Cristo e diretor do Instituto Barão do Rio Branco em Erechim (RS). O novo bispo irá suceder a dom Agostinho Sória, que anunciou a sua intenção de se aposentar no final do ano.

Outros três candidatos concorriam ao cargo: Patrícia Ann Powers, missionária americana que trabalha em Brasília, Jorge Macedo, pároco no Rio de Janeiro, e Glauco Soares de Lima, pároco em São Paulo. Casado com Noeli Gomes dos Santos, com quem tem quatro filhos, Almir dos Santos apontou em discurso os pontos que considera prioritários para uma Igreja "onde a ordem social e a justiça são condições para a paz": sua identidade com o povo brasileiro, criação de novas comunidades emáreas urbanas e rurais e seu envolvimento na realidade social, justiça humana e responsabilidade social.

ORDENAÇÃO DE MULHER REPERCUTE NO SÍNODO

Porto Alegre (AGEN) - Repercutiu no 23º Sínodo da Igreja Episcopal do Brasil a eleição da primeira mulher para o episcopado na comunhão anglicana. A reverenda Barbara Clementine Harris, 58 anos, ministra encarregada da Igreja do Mediador, na Filadélfia, Estados Unidos, havia sido eleita, no final de setembro, durante concílio extraordinário da Igreja anglicana americana, bispa sufragânea da diocese de Massachusetts.

A Igreja anglicana americana foi uma das que lutaram, junto com a brasileira, durante a 12ª Conferência de Lambeth, realizada na Universidade de Kent, Inglaterra, de 17 de julho a 7 de agosto, pela ordenação de mulheres para o episcopado anglicano. O maior opositor à ordenação era o bispo da diocese de Londres, Graham Leonard. (AGEN nº 116)

"O significado desta eleição deve ser considerado no seu devido contexto, que é muito mais amplo do que qualquer atenção que me possa ser atribuída como indivíduo. Ela marca um momento histórico para a diocese de Massachusetts e para a Igreja Episcopal dos Estados Unidos e para a comunhão anglicana, porque fala da inclusão de todas as ordens do ministério ordenado da Igreja", afirmou Barbara Clementine Harris, ao comentar a sua eleição.

Conseqüências - O arcebispo de Cantuária, Inglaterra, Robert Runcie, em comunicado distribuído pelo Palácio de Lambeth, sublinhou que a eleição de Barbara é "um importante evento na vida da nossa comunhão anglicana e no relacionamento com outras Igrejas. Sua sagração terá conseqüências de longo alcance para o caráter do anglicanismo".

Por sua vez, o bispo de Londres, Graham Leonard, advertiu que a escolha irá provocar profundas e amargas divisões na Igreja. "Juntamente com muitos outros bispos, eu não seria capaz de aceitar uma mulher bispa ou reconhecer a validade das ordenações ou confirmações praticadas por ela", disse Leonard. Na época da Conferência de Lambeth, cogitou-se que um grupo de anglicanos, em protesto pela ordenação de mulheres, poderia aliar-se à Igreja Católica, através da criação de uma **prelatura nullius**, espécie de diocese mundial autônoma. Vários pastores anglicanos, mesmo casados, que se converteram ao catolicismo, exercem em suas paróquias semelhantes funções de um sacerdote católico que está impedido de casar.

Graduada em Publicidade e Jornalismo, Barbara Clementine Harris trabalha com ativistas negros e participou, em 1965, da marcha liderada por Martin Luther King Jr. Em sua coluna "A Luta Continua", publicada no jornal "O Testemunho", Barbara tem feito constantes referências à luta anti-apartheid, à sexualidade humana e aos grupos rebeldes da sociedade americana.

Síntese

SACERDOTE PUNIDO

Recife (AGEN) - O padre Luiz Carlos, que trabalha em Camarajibe (PE), foi punido pelo arcebispo de Olinda e Recife, d.José Cardoso Sobrinho, por sua participação na campanha eleitoral como candidato a prefeito de sua cidade pelo Partido dos Trabalhadores. O sacerdote foi suspenso de suas atividades, com base no Direito Canônico. Mesmo com a punição, o sacerdote continuou a participar da campanha eleitoral. Em agosto, d.José Cardoso Sobrinho foi o pivô da crise desencadeada na Igreja Católica de Pernambuco, por ter demitido quatro agentes da Pastoral Rural.

HISTÓRIA DA IGREJA

São Paulo (AGEN) - A Sociedade de Teologia e Ciência da Religião (SOTER) promove, de 9 a 21 de janeiro de 1989, curso sobre a História da Igreja no Brasil. Informações na Faculdade de Teologia Nossa Senhora de Assunção, em São Paulo, fone (011) 274 8600.

CONGRESSO DE COMUNICAÇÃO

Manila (AGEN) - A capital das Filipinas, Manila, sedia, de 15 a 19 de outubro de 1989, o Congresso Mundial de Comunicação, promovido pela Associação Mundial para as Comunicações Cristãs (WACC). O Congresso terá como tema geral "Comunicação para a Comunidade". O endereço da comissão organizadora é: WACC - 357 Kennington Lane - London SELL 5QY - Inglaterra.

O LUTADOR FAZ 60 ANOS

Belo Horizonte (AGEN) - O jornal "O Lutador", editado pelo Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora, com sede em Belo Horizonte (MG), está completando 60 anos de atividades. A publicação foi criada em Manhumirim (MG), pelo padre Júlio Maria de Lombaerde. A primeira edição circulou a 25 de novembro de 1928. Em 1968, o jornal passou a ser editado em Belo Horizonte e, hoje, circula com cerca de 25 mil assinantes. "Quando os abusos do pós-concílio começaram a ser uma ameaça à identidade do catolicismo, O Lutador não teve medo de enfrentar pressões de facções momentaneamente hegemônicas, e assumiu, como continua assumindo, o ônus de estar com o Magistério ordinário da Igreja, mesmo correndo, às vezes, o risco de parecer conservador", afirma comunicado do próprio jornal sobre os 60 anos de atividades.

Direitos Humanos

DIREITOS HUMANOS E CUT EXIGEM CONVOCAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL

Brasília (AGEN) - O Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) fizeram, dia 10, nesta cidade, uma reunião extraordinária, que contou com a presença de 59 entidades (sindicatos, ligadas à Igreja e ao Movimento Popular) e da qual resultou uma nota de condenação à ação do Exército em Volta Redonda. "O aparato de guerra montado em Volta Redonda não é um fato isolado, mas uma clara demonstração de que os direitos conquistados pelo povo brasileiro na nova Constituição são letra morta para o governo brasileiro e para os setores da sociedade que o apóiam", assinala o documento.

Mais adiante, as entidades reafirmam seu compromisso com a liberdade, a justiça e a democracia, lembrando que "os acontecimentos da CSN revelam o papel dos militares assegurados na lei, que nada mais é que a constituição da vigência da Doutrina de Segurança Nacional". Acrescentando "estabelecer, essa Doutrina, a organização dos trabalhadores como o principal inimigo interno".

Congresso Nacional - A nota exige ainda a imediata convocação do Congresso Nacional, "lamentando que o Judiciário tenha se prestado à convocação do Exército, caindo por terra, em definitivo, a intenção de estabelecer-se um pacto nacional. De um lado, a negociação. Do outro, uma brutal e violenta repressão. De um lado, o governo tenta o pacto. Do outro, mata. Com isto, desmascara-se, ainda, a atuação de Luiz Antônio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, já sem qualquer representatividade junto aos trabalhadores".

Finalmente, o documento convoca a sociedade brasileira para uma vigília intensa em favor da liberdade. "E solicitamos a todos os padres, de todas as partes do Brasil, que rezem missa de sétimo dia em intenção dos mortos de Volta Redonda, na próxima quarta-feira, dia 16".

As entidades vão convidar d.Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB, para presidir a cerimônia litúrgica na Catedral de Brasília. Em São Paulo, a Pastoral Operária Arquidiocesana também emitiu uma nota de condenação à violência do Exército, frisando: "Não é justo que governantes e empresários, para defender seus interesses ilícitos, se sintam no direito de espancar e matar aqueles que produzem a riqueza e o bem-estar da nação"

COMISSÃO DA DIOCESE DE VOLTA REDONDA CONDENA REPRESSÃO

Volta Redonda (AGEN) - A Comissão de Direitos Humanos da diocese de Volta Redonda - Barra do Piraí (RJ) condenou, em pronunciamento oficial, "a violência praticada pelo Exército contra os trabalhadores e populares, de maneira geral, de onde resultaram várias mortes. Não podemos concordar com isto, e em todos os instantes, desde o início, exigimos que as tropas sejam retiradas da cidade".

Ainda segundo a Comissão, o general José Luiz Lopes, que comanda as tropas, "mostrou-se, em várias ocasiões, indiferente à situação de angústia do povo". Membros da entidade compararam as cenas de violência vividas em Volta Redonda com as transmissões feitas pela televisão das repressões militares do Chile e da Coréia do Sul.

"Estamos vivendo em um verdadeiro campo de batalha, onde os militares agem fria e impunemente". Foi frisado, ainda, que a polícia e o Exército chegaram a jogar bombas de gás lacrimogênio dentro da Cúria Metropolitana, para onde acorreram diversos populares, fugindo da perseguição policial desencadeada na Praça Brasil, em pleno centro comercial de Volta Redonda.

A Comissão de Direitos Humanos condenou também a ação persuasiva da polícia e do Exército, que pressionaram as famílias dos trabalhadores mortos para que não aceitassem as dependências da Prefeitura Municipal para o velório. "Lá, seria um ponto de convergência, onde poderíamos registrar e manifestar todo o nosso descontentamento, a dor, a revolta e a indignação com o que aconteceu em Volta Redonda. Não podemos aceitar, por exemplo, que nossa cidade seja literalmente invadida por dez caminhões de soldados da Polícia Militar, a mando do governador Moreira Franco", acrescentou a entidade.

BURITICUPU, MARANHÃO: SITUAÇÃO INALTERADA

São Luís (AGEN) - A Secretaria Estadual do Maranhão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) informou à AGEN que a situação no povoado de Buriticupu permanece inalterada, apesar das declarações do governador Epitácio Cafeteira de que havia sido desativado em parte o aparato policial. "São conversas eleitorais, demagógicas, que não têm qualquer base de verdade. A realidade dos sem terra é angustiante", afirmaram membros do MST.

A Polícia Militar continua cercando a área, tendo refeito, nos últimos dias, uma porteira lateral, por onde teoricamente poderiam entrar alimentos, remédios e roupas. Dessa forma, a solidariedade que chega de vários locais das redondezas "é barrada na entrada. Tudo é revistado, e ninguém passa, sob o pretexto de estar conduzindo armas. Mesmo quando nada é provado, a Polícia Civil retém os alimentos", disse o MST.

Sobre uma possível desapropriação da área, que já estaria concretizada, ainda segundo o governador estadual, o Movimento Sem Terra ironizou o fato: "Esse governador brinca com o povo". Membros do MST, que estiveram no início da semana com as 800 pessoas que permanecem no interior de Terra Bela e Fazenda União, acrescentaram: "Fome, miséria e abandono. Esta é a realidade vivida pelo povo. Mas estão firmes e, pelo que vimos, de lá só sairão após a conquista da terra".

MÃES DE DESAPARECIDOS EM CONGRESSO INTERNACIONAL

São Paulo (AGEN) - Helena Santos e Criméia Alice Schmidt de Almeida, membros do grupo Tortura Nunca Mais, participam, de 13 a 20 deste mês, em Bogotá, na Colômbia, do III Congresso da Federação de Familiares de Presos Políticos Desaparecidos, organismo não governamental reconhecido pela ONU.

O local não foi escolhido ao acaso: a Colômbia é hoje um dos países onde cresce significativamente o índice de violência, com perseguições, assassinatos e desaparecimentos por motivos políticos.

A ida dos membros do Tortura Nunca Mais tem outro objetivo: querem trazer para o Brasil o Congresso do próximo ano. Paralelamente, o TNM pressiona o governo brasileiro a apoiar a Convenção da ONU sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas.

Na quarta-feira, Dia de Finados, dez membros do grupo estiveram no Portal Tiradentes (o que restou do antigo Presídio Tiradentes, demolido), na avenida Tiradentes, centro de São Paulo, onde depositaram flores junto à placa afixada em 25 de outubro de 1985, exatamente no dia do 10º aniversário da morte do jornalista Vladimir Herzog, como forma de homenagear parentes e amigos desaparecidos políticos. "Por não termos um túmulo onde ir, escolhemos o Portal Tiradentes nosso ponto de referência", explicou Helena Santos.

No texto distribuído, a informação: "No golpe militar de 1964, e durante a ditadura de Vargas, centenas de brasileiros foram encarcerados neste presídio como presos políticos. Fundado em 1852, o presídio foi demolido em 1972, sendo preservado o Portal, tombado em 1985, pelo Patrimônio Histórico, em memória de todos os que lutaram pela liberdade".

CDDH DENUNCIA TENTATIVA DE FECHAMENTO

Viçosa (AGEN) - O juiz Manoel Bravo Saramago, da comarca de Viçosa, Minas Gerais, ao conceder liminar a João da Cruz Filho, que comprou um apartamento no centro da cidade, permitiu o fechamento da passagem à sede do Centro de Defesa dos Direitos Humanos desta cidade, há 18 meses no local, e à sede do diretório municipal do PDT.

José Antônio Rodrigues Dias, membro da entidade, dirigiu-se imediatamente para Belo Horizonte a fim de tentar um agravo de instrumento, alternativa jurídica que obriga o juiz a rever sua ação, apesar de não ter efeito suspensivo. A decisão somente será revogada por iniciativa do juiz. Na liminar ele não ouviu a defesa do CDDH, o que também está sendo utilizado pela entidade para reaver seu direito de usar com liberdade a passagem à sede.

Membros do CDDH de Viçosa suspeitam de envolvimento político no caso, pois João da Cruz é ligado à diretoria da UDR no município, fato que poderia ter sido somado ao desconforto causado pelo CDDH por suas posições claras a favor da justiça.

O Centro de Defesa existe há cinco anos, e vem enfrentando problemas em todos os seus anos de trabalho. Há pouco mais de um mês, quando d.Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB e arcebispo de Mariana, à qual pertence Viçosa, esteve visitando o CDDH, uma primeira tentativa de fechamento havia sido feita, sem sucesso.

Agora, com a concessão da liminar, o proprietário do imóvel conseguiu o que pleiteava na Justiça. Caso não obtenha sucesso no agravo de instrumento, o CDDH entrará imediatamente com outra ação no Tribunal de Justiça, dessa vez impetrando um mandado de segurança. "Vamos ir até o fim, lutar sem parar, em todas as instâncias", sentenciou José Antônio.

ENCONTRO DEBATE DIREITOS HUMANOS NO CONTINENTE

Bogotá (AGEN) - O VIII Congresso da Federação Latino-Americana dos Familiares de Presos Políticos Desaparecidos (Fedefam) está sendo realizado, do dia 13 a 20, sob o tema geral "Pela vida e a liberdade: nem desaparecidos, nem impunidade".

O encontro debate a situação dos direitos humanos no continente, em particular na América Central."A esperança dos familiares, que se fortaleceu ao ser assinado o Tratado de Esquipulas II, tem-se frustrado ante novos desaparecimentos, assassinatos e detenções e ante o fato de que as Leis de Anistia previstas no Acordo têm servido especialmente para proteger os culpados dos graves delitos considerados como crimes contra a humanidade", afirma o documento convocatório ao Congresso.

Temário - A primeira parte do Congresso está reservada para um informe da Fedefam sobre o desaparecimento forçado de pessoas na América Latina e Caribe. Doutrina de segurança nacional, conflitos de baixa intensidade, Convenção da ONU e OEA contra Desaparecimento Forçado, informes de grupos como Anistia Internacional, são pontos incluídos na primeira parte do temário.

Na segunda parte, está previsto um Forum pelos Direitos Humanos na Colômbia. Na terceira, será debatida a situação interna na Fedefam e aprovada a Declaração do VIII Congresso. Hoje, dia 17, será realizada uma Marcha pela Defesa da Vida pelas ruas centrais de Bogotá.

Pacifismo

INFÂNCIA E PAZ É TEMA DE PAINÉIS

São Paulo (AGEN) - Dentro do Projeto "Cooperação Global para um Mundo Melhor", está sendo realizada durante o mês de novembro uma série de painéis com o tema "Aprendendo a Cooperar desde a Infância", com a participação de profissionais que trabalham com crianças. Consta da programação uma performance com alunos do curso infantil do Centro de Raja Yoga Brahma Kumaris.

Os próximos painéis serão desenvolvidos no dia 19, sábado, das 16 às 17:30 horas, e no dia 23, quarta-feira, das 20 às 21:30 horas. Participam dos painéis, entre outros, o frei José Alamiro Silva, coordenador do Projeto Justiça, Paz e Ecologia, da Universidade de São Francisco, a escritora Cristina Porto, a educadora Graça Wierzbick, a pedagoga Humita Alcubillas, a atriz infantil Mariana Blum, a pediatra Marly Pedra e a jornalista Sonia Robato. As participações devem ser confirmadas pelo telefone (011) 864 3694.

Mundo Melhor - O Projeto "Cooperação Global para um Mundo Melhor" está sendo implementado em 80 países, por organizações pacifistas, ecológicas e humanitárias, além de confissões religiosas e outros setores sociais. Foi o primeiro Projeto a receber o título "Iniciativa Mensageiro da Paz". O escritório do Projeto no Brasil fica na rua Dr. Estevam de Almeida, 53 - São Paulo - SP - CEP 05014.

Movimentos Sociais

CRIADA A FUNDAÇÃO NATIVO DA NATIVIDADE

São Paulo (AGEN) - Ato de lançamento da Fundação Nativo da Natividade (FNN) será realizado no próximo dia 26, no auditório do Sindicato dos Químicos de São Paulo. Nativo da Natividade foi líder dos trabalhadores rurais sem terra em Carmo do Rio Verde (GO), onde foi morto por pistoleiros a 23 de outubro de 1985. Nativo presidiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de sua cidade, fundou o diretório municipal do Partido dos Trabalhadores e foi um dos articuladores da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em Goiás.

A Fundação Nativo da Natividade, de acordo com o material de divulgação do ato de lançamento, é uma entidade que tem como objetivo central "a formação política e ideológica de pessoas que participam das lutas populares, sindical e política, na linha da independência de classe, sem distinções de tendências políticas, religiosas ou filosóficas". A FNN irá promover, ainda, estudos e pesquisas nos campos da educação, história e ciências sociais em geral, além de produzir material gráfico e audiovisual para movimentos populares.

Participam do Conselho Deliberativo da FNN, entre outros, os deputados Florestan Fernandes, José Genoíno, Eduardo Jorge, Virgílio Guimarães, o padre Antonio Marchioni (Ticão), e os sindicalistas Valdemar Rossi, Salvador Pires e Carlúcio Castanha.

Cursos - A Fundação Nativo da Natividade promove dois cursos experimentais no final do ano: de Formação Política e Formação Sindical Básica, ambos destinados a militantes do movimento popular e sindical de todo país. Maiores informações na Agência Sudeste da FNN, em São Paulo, com Júlio César, pelo fone (011) 35 0717.

CÁRITAS LANÇA CADERNOS DE FORMAÇÃO POLÍTICA

Porto Alegre (AGEN) - A Cáritas Regional do Rio Grande do Sul está lançando o primeiro número da série Cadernos de Formação, com o tema "Educação Política: conhecer para transformar". Os Cadernos irão funcionar como subsídios aos grupos de base e agentes de pastoral, "levando em consideração o momento político que o país atravessa, a fim de não deixar que os fatos que marcam a nova Constituição se dispersem".

O primeiro Caderno de Formação da Cáritas-RS destaca, inicialmente, as contradições que marcaram o discurso e a prática da chamada Nova República, como na questão do mandato do presidente José Sarney.

Depois, o Caderno assinala o papel do "voto consciente" nas mudanças socias necessárias. "O exercício do voto, princípio básico da democracia, é um dos instrumentos que o cidadão tem para alterar a realidade que ele critica e com a qual não concorda", diz o texto, que ainda lamenta a detenção dos meios de comunicação nas mãos de poucos, e termina lembrando que, após as eleições, permanece a tarefa dos movimentos populares.

Terra

PADRE RICARDO REZENDE SOFRE ACIDENTE

Belém (AGEN) - O padre Ricardo Rezende Figueira, que denunciou nacionalmente, no final do ano passado, as perseguições e ameças de morte que sofreu, por sua luta pela reforma agrária, sofreu um acidente automobilístico em Belém, na tarde 8 de novembro, foi submetido a uma cirurgia na cabeça e passa bem.

O religioso havia deixado há poucos dias a Coordenação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) Araguaia-Tocantins, indo instalar-se na cidade de Rio Maria, ainda na diocese de Conceição do Araguaia.

No dia 8, estava dirigindo-se ao hotel onde ficaria hospedado por alguns dias. Ele desceu do avião que o levou a Belém e encontrou-se com estudantes de Direito, que o esperavam e para quem faria uma palestra.

Do aeroporto seguiram todos, no carro dos estudantes, para o hotel. No caminho, um ônibus estacionado obrigou um dos estudantes, que dirigia, a frear bruscamente. Atrás vinha um caminhão que não conseguiu frear a tempo. Os quatro passageiros ficaram feridos, sendo o caso do padre Ricardo o de maior gravidade.

Segundo Míriam Furtado de Mendonça, agente de pastoral que trabalha na diocese de Conceição do Araguaia e que voou para Belém assim que soube do acidente, o clima na região, profundamente marcada por conflitos fundiários, não estava tenso a ponto de levantar suspeitas sobre a possibilidade de ter sido um acidente provocado. A mudança de paróquia do padre Dick deveu-se, ainda pelo que disse Míriam, a necessidades conjunturais da diocese. A mudança seria no próximo ano, mas teve de ser antecipada.

Os médicos que o atenderam e o operaram garantiram que o cérebro não foi afetado. O acidente ocorreu por volta das 13 horas de terça-feira, dia 8. Míriam, que falou à AGEN ao lado do leito onde estava padre Ricardo, ainda no hospital, frisou que ele reagia bem, reconhecendo as pessoas, demonstrando sede e fome.

Solo Urbano

CRESCE A LUTA POR CASA EM SÃO PAULO

São Paulo (AGEN) - Cerca de quatro mil pessoas participaram da Caravana da Moradia, realizada pelo Movimento de Terra e Moradia da Região de São Miguel Paulista à Secretaria Estadual de Habitação e à Caixa Econômica Federal, ambas na avenida Paulista, centro da cidade. Além de membros do Movimento da Zona Leste, também participaram representantes da Região Belém, da Zona Norte da cidade e do ABC paulista. A Caravana aconteceu no dia 7 de novembro.

Na Secretaria, foram recebidos por Adriano Branco, secretário, que prometeu intensificar o trabalho de construção e entrega de casas. A conversa, entre ele e uma comissão de 15 pessoas, resultou basicamente em três frentes de negociação: na primeira, seriam desapropriadas seis áreas na Zona Leste, com lotes urbanizados, construção de edifícios e casas populares. O segundo ponto seria a entrega de 1413 casas no Jardim São Carlos, metade em novembro e a outra no início do próximo ano, abrangendo famílias de 33 favelas da Zona Leste.

Itaim e Pimentas - A Comissão conseguiu do Secretário, ainda, a construção de 1771 casas no Itaim (a ser iniciada em 89) e mais 800, no bairro das Pimentas, também com início previsto para 89. E um terceiro ponto prendeu-se a projetos de construção de 8550 casas em Guaianases, dependendo o início da liberação de verbas do Governo Federal. Segundo o Secretariado, estão hoje parados cerca de 150 projetos, conseqüência da Operação Desmonte praticada pelo Governo Federal.

Caixa Econômica - De lá, a Caravana seguiu para a sede da Caixa Econômica Federal, na mesma avenida, onde foi tentada a aprovação da idéia da Prohab Comunitária, uma experiência inédita no Brasil, e que prevê, em uma primeira fase, a construção de 150 casas, em três módulos iguais, em São Bernardo do Campo, São Miguel e um terceiro na Zona Oeste da cidade.

Para encaminhar o projeto, as famílias seriam escolhidas pelo Movimento através de uma Cooperativa Habitacional, já criada, a qual a Caixa entregaria a verba. A construção seria feita em mutirão. O padre Antônio Marchioni, padre Ticão, em sua avalição dos resultados conquistados pela Caravana, lembrou que "um dos pontos positivos foi a não presença da polícia, o que já é um alento".

Reuniões e dificuldades - Em seguida, padre Ticão frisou que "a política do Governo Federal é custosa, onde não são aceitas inovações, essas coisas. Baseados nos critérios estabelecidos em conjunto pela Secretaria e o Movimento de Terra e Moradia, teremos autonomia para escolher as famílias, o que vinha sendo feito até agora somente pela Secretaria. O problema é que a seleção era realizada por computador, e muitas vezes aconteciam problemas. A família às vezes já havia se mudado, e o dado não estava registrado. Agora, a situação melhorou. Reunimo-nos semanalmente, e ninguém fica satisfeito apenas com promessas. A organização do povo é que permitiu as conquistas". (G.Salgado Rocha)

MOVIMENTO DE FAVELAS CRITICA PROJETO DE JÂNIO

São Paulo (AGEN) - À medida em que as cerca de 500 pessoas, vindas de várias favelas da Zona Leste da cidade, iam examinando as casas construídas pela administração Janio Quadros, em Guaianases, também na Zona Leste, a indignação e os protestos surgiam. Todas as construções foram erguidas com blocos pré-moldados, de 4 centímetros de largura e estão distantes 30 minutos a pé do ponto de ônibus mais próximo, sem qualquer infra-estrutura por perto: não existem supermercado, farmácia, padaria e posto médico. Internamente, só há uma parede divisória.

O Movimento de Urbanização de Favelas da Zona Leste (MURF), que organizou a ida às casas, no local denominado Sítio Conceição, vai manter a pressão sobre o poder público municipal, reivindicando "moradias dignas" para os favelados, segundo seus coordenadores. Tânia Penezio, moradora em um conjunto de casas próximo, e que está iniciando contatos para a formação de uma Sociedade Amigos do Bairro, condenou as construções: "ninguém pode, em condições normais, morar em casas assim. Tudo é longe, tudo é ruim, tudo é distante".

As casas têm sala, uma cozinha e um banheiro. Há parede divisória somente no banheiro. As casas medem seis por quatro metros.

A arquiteta Regina Machado, que trabalha junto ao MURF e à Região Episcopal de São Miguel Paulista, enumerou os problemas que uma casa construída em condições semelhantes pode apresentar: "Os blocos de cimento fazem com que elas fiquem muito quentes no verão, e as frestas nas paredes tornam a construção extremamente fria, prejudicando a saúde dos moradores. Um outro problema sério, e isto deve ser levado em consideração, é a violência contra os favelados. Já não têm muitas raízes culturais, pois geralmente são migrantes, arrancados de seus estados. E ainda devem suportar viver como gado, confinados em um cubículo, sem privacidade interna, em um nivelamento feito por baixo, em condições desumanas de existência. Um absurdo o que a Prefeitura quer fazer com esse povo".

Povos Indígenas

KRENAK ACUSA FUNAI DE "OMISSÃO IRRESPONSÁVEL"

São Paulo (AGEN) - O coordenador nacional da União das Nações Indígenas (UNI), Aílton Krenak, acusou o superintendente regional da Funai de Mato Grosso, Nílson Miranda, de ter-se "omitido injustificada e deliberadamente" no conflito entre os índios Suruí, Zoró, Cinta-Larga, Gavião e Arara e famílias de "invasores brancos", na região denominada Aripuanã, na divisa dos estados de Mato Grosso e Rondônia.

Dos conflitos, resultou a morte do cacique Iamine Suruí, de 60 anos, emboscado e perseguido na mata, e fuzilado com mais de 20 tiros, todos pelas costas.

A emboscada, segundo Krenak, foi preparada pelo fazendeiro Américo Menotti, madeireiro, com interesses pessoais na área indígena.

O cacique ficou sumido na mata muitos dias, e os amigos de sua tribo não sabiam onde localizá-lo. Conseguiram achar seu corpo alguns dias depois, enrolado em uma rede e carbonizado. Dos que participaram do fuzilamento, apenas um foi preso: José Antônio da Silva, de 33 anos. Em seu depoimento, prestado à Polícia Federal, afirmou ter recebido 21 alqueires de Menotti. "Ele promove uma colonização privada na área, contando com o apoio de políticos estaduais. Chegaram a criar um município, o Paraíso da Serra, a fim de provar que os índios estavam em terras indevidas", completou Krenak.

No primeiro conflito, quando o objetivo era expulsar as famílias da área Zoró, participaram 160 índios, pintados para guerra. "E é bom dizer que ninguém ficou ferido. Logo a seguir, quando voltavam para suas aldeias de origem, foram cercados e houve o fuzilamento. Os índios contam que todos correram para o mato, mas o cacique Iamine, por ser mais velho, foi o único perseguido e morto", disse o coordenador da UNI.

UNI DENUNCIA SENADOR E DEPUTADO ESTADUAL

Porto Velho (AGEN) - A coordenação regional da União das Nações Indígenas (UNI) de Rondônia divulgou nota, datada de 10 de novembro, acusando o senador Odacir Soares (PFL-RO) e o deputado estadual Luiz Gonzaga de "incentivadores da invasão das áreas indígenas, além do fazendeiro Américo Menotti, que comandou a ação de 12 pistoleiros para entrarem em conflito com os índios". A íntegra da nota, que se refere ao episódio em que morreu o cacique Iamine Suruí, é esta:

"Nós índios, líderes Suruí, juntamente com os representantes das organizações indígenas do Amazonas (FOIRN e UNI), estamos denunciando as violências que os colonos, fazendeiros, madeireiros, garimpeiros e posseiros continuam praticando assassinatos, roubos de madeiras, invasões de terra etc.

Durante vinte anos de contato com a sociedade envolvente, nós índios Suruí nunca tivemos mais paz e harmonia com a natureza e sempre tivemos conflitos. Estes conflitos continuam e vão continuar se alguns membros da sociedade branca continuarem desrespeitando nossas culturas, crenças, tradições e as terras que tradicionalmente ocupamos. Estamos defendendo os nossos direitos. Como o caso do último massacre que houve no dia 16.10.88, em Paraíso da Serra, perto de Pacaraná, os colonos se chocaram com os índios, que resultou na morte de um índio Suruí, cujo nome era Iamine. Este índio morreu defendendo nossa terra.

Diante desta situação alarmante o órgão de assistência ao índio - Funai - ficou com os braços cruzados. Ainda jogando charada para a liderança Suruí - 'o índio é mentiroso'. Colocando policiamento na sede da superintendência. Portanto, estamos vendo que os funcionários da Funai são pressionados pelos grupos do poder econômico. Assim o administrador defende o seu emprego para não cair fora de seu cargo. Enquanto que o mesmo batalha para defender o seu emprego, os índios continuam morrendo, sem ninguém tomar providências sérias. E ainda mais, a Funai de Pimenta Bueno-RO não é capaz de comprar um comprimido para os pacientes indígenas que estão na Casa do Índio no Riozinho e também levar o paciente a local adequado para o tratamento, alegando que não tem dinheiro.

Diante dos fatos mencionados acima, estamos enviando documento para a Procuradoria Geral da República e já demos entrada na Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, para que as autoridades conheçam a realidade dos fatos e façam a justiça. Haja vista que tem muita gente grande envolvida com os acontecimentos, assim como: senador Odacir Soares e deputado estadual Luiz Gonzaga, que estão incentivando os colonos para invadir as áreas indígenas, e o fazendeiro Américo Menotti, que comandou 12 pistoleiros para entrar em conflito com o povo Suruí, Cinta-Larga e Zoró.

Atualmente, Américo Menotti está aliciando alguns líderes Zorós, para os mesmos não irem contra a sua atitude, liberou Cz$ 2.000.000,00, prometendo: escolas, saúde, transporte e assim iludir o povo Zoró a introduzir empresas madereiras para saquear as madeiras existentes nas áreas dos Suruí, Cinta-Larga e Zoró, preparando assim o futuro conflito nas áreas indígenas". Assinam a nota Itabira Suruí, Natim Suruí e Manoel Fernandes Moura Tucano - coordenador regional da UNI.

Ecologia

CRIADAS RESERVAS EXTRATIVISTAS NO AMAPÁ

Macapá (AGEN) - Por intermédio de portarias assinadas no início do mês, a Delegacia Regional do Ministério da Reforma a Desenvolvimento Agrário (Mirad) no Amapá criou as três primeiras reservas extrativistas no Território Federal.

As três reservas, na região de Maracá, município de Mazagão, serão utilizadas para a exploração de castanhas e seringueiras, por 1068 famílias de trabalhadores. A extensão total das reservas é de 373 mil hectares

A criação de reservas extrativistas na Amazônia é uma antiga reivindicação dos povos nativos da região, que têm o apoio de organizações ecológicas e indigenistas de vários países. Levantamento sócio-econômico e florestal do Amapá foi realizado pela Delegacia Regional do Mirad, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Instituto de Estudos Amazônicos, e apontou nove áreas ideais para a criação das reservas extrativistas. Três delas alcançaram essa condição no início do mês. As outras seis encontram-se em área de interesse da Jari Agropecuária. O pioneirismo na criação de reservas extrativistas na Amazônia coube ao estado do Acre, no início do ano

Movimento Operário

JOC COMEMORA SEUS 40 ANOS DE ATIVIDADES

Belo Horizonte (AGEN) - Já está pronto o programa comemorativo dos 40 anos de fundação da Juventude Operária Católica (JOC), a ser cumprido nos dias 18 e 20 deste mês, em São Paulo, e nos dias 26 e 27, também de novembro, em Belo Horizonte.

A JOC brasileira foi criada em 1948, com a presença do padre belga Joseph Cardijn, que fazia sua primeira visita ao Brasil.

A programação para Belo Horizonte inclui uma peça teatral sobre a realidade da juventude trabalhadora, às 17h do sábado, 26. A seguir, às 18h, uma celebração presidida pelos assessores da JOC, sendo aguardada ainda a presença de d.Serafim Fernandes de Araújo, bispo de Belo Horizonte. À noite, um show de música popular e poesia, pelos diversos grupos de trabalho da entidade em todo o país.

No dia seguinte, 27, está programado um passeio ao Parque da Gameleira, com retorno às cidades de origem à tarde. Deverão estar em Belo Horizonte cerca de 300 representantes de grupo de jovens trabalhadores.

A programação de São Paulo prevê duas atividades: dia 18, de 19h30m às 22h, haverá um debate sobre a realidade da juventude trabalhadora, com a presença de quatro sindicalistas: Carlos Alberto Grana, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Vicente de Paula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Sebastião Neto, do Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo, e Valdir Luís Barbosa, do Sindicato dos Sapateiros de Franca.

No dia 20, às 18 horas, haverá uma celebração litúrgica na Catedral da Sé, presidida por d.Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo. O debate acontecerá no Colégio do Carmo, à rua Martiniano de Carvalho, 114, centro de São Paulo.

Participando efetivamente dos trabalhos dos grupos, pertencem à JOC hoje, no Brasil, cerca de mil jovens. Outros sete mil marcam presença em trabalhos não sistemáticos, chegando a oito mil o universo de jovens trabalhadores atingido pelos ideais de Cardijn.

A Coordenação Nacional funciona à rua Condessa de São Joaquim, 215, bairro Bela Vista, em São Paulo, telefone (011) 278 0099.

JOVENS QUEREM LIBERDADE NA ÁFRICA DO SUL

São Paulo (AGEN) - Moses Cloete, membro da Juventude Operária Católica da África do Sul, esteve em São Paulo participando de um debate sobre seu país, a realidade nacional e a presença da juventude no processo de transformação que lá acontece. "A África do Sul é um país rico, com muitos recursos minerais, ouro, platina, diamantes, carvão, e é auto-suficiente em alimentos, além de ter a sociedade mais industrializada de todo o continente. A África do Sul produz 80% do total do continente, mesmo tendo apenas 8% da população", lembrou Moses.

Em seguida, acrescentou: "O problema do nosso povo é que não há partilha nessa riqueza. Somente 15% do povo recebe 60% da produção nacional e possuem 87% das terras. Têm direito ao voto, ao sistema político, enquanto o restante vive na pobreza e na miséria... São reprimidos e não são considerados seres humanos. Poderia dizer que 4,5 milhões de brancos decidem o futuro do país e de 27 milhões de negros".

Povo jovem - Salientou Moses que o governo de minoria branca vem investindo cada vez mais na educação de brancos, enquanto aos negros não é permitido nem ter janelas nas escolas. "A maioria do povo é jovem, mas vive na mais completa marginalização. O governo investe seis vezes mais na educação dos brancos, dando-lhes escolas com infra-estrutura, piscinas olímpicas e corpo docente qualificado".

Sobre a participação específica da JOC sul-africana, Moses Cloete frisou: "Ela está inserida na luta da classe trabalhadora, e a ação dos militantes tem como prioridade levar os jovens trabalhadores a uma tomada de consciência de que a luta não é contra os brancos, mas contra o sistema capitalista imperialista".

Economia

O NOVO ARROCHO APELIDADO "PACTO SOCIAL"

Brasília (INESC-AGEN) - No dia 4 de novembro, foi decidido o "pacto social", como medida desesperada para conter a inflação. Supostamente, as medidas foram tomadas entre representantes dos trabalhadores, empresários e do governo. O grau de representatividade de cada um destes setores é totalmente questionável. Verdadeiros representantes dos trabalhadores não participaram das decisões, ou estariam denunciando-as. Quanto aos outros setores, também é duvidosa a unidade dos empresários e do próprio governo em torno das decisões tomadas. O pacto pode ser resumido no seguinte:

Recomenda que os preços dos produtos básicos (certamente os que servem para determinar o índice da inflação) não sejam aumentados em mais de 26,6% em novembro e 25% em dezembro. A expectativa inflacionária de novembro ultrapassava os 30% e seguiria em aumento em dezembro.

Os trabalhadores, segundo o pacto, aceitarão manter o atual mecanismo de ajuste salarial, continuando a URP (Unidade de Referência de Preços) em 21, 39% em novembro e 26% em dezembro, ficando para ser discutidos os reajustes salariais posteriores.

Com isto, subentende-se que os trabalhadores teriam que aceitar a manutenção de reajustes inferiores à inflação e não reivindicar as perdas salariais até agora. Pior ainda, a URP - que até agora funcionou como redutor de salário - ficou de ser discutida, junto com toda a política salarial, caso a inflação diminuísse e os salários fossem favorecidos.

Falando claro, quanto aos preços atuais - já inflacionados em função da crise e do fim do ano - o governo e empresários se comprometem a aumentá-los, desde já, em 26,5%. Aos salários, no fim do mês, permitirão um ajuste de só 21,39%. É simplesmente extorsão, assalto e roubo adiantado do 13º salário.

Mantendo este foro de discussão para resolver a crise, composto por um governo desacreditado, patrões ávidos de lucros e falsos líderes dos trabalhadores, a inflação só se deteria, teoricamente, com a submissão total dos trabalhadores.

Felizmente, como essa alternativa não é viável e não está nos planos brasileiros, é de se esperar um fim de 1988 e início de 1989 de resistência e luta. (Por Luiz Fenelon Barbosa, do Informativo da Dívida Externa)

DÍVIDA EXTERNA, A TERCEIRA GUERRA MUNDIAL

José Pedro S. Martins

São Paulo (AGEN) - A Terceira Guerra Mundial já começou. É a guerra da dívida externa, que coloca em pólos opostos países credores e devedores. Os resultados desse conflito não-declarado andam perambulando pelas ruas. O mais recente relatório do presidente do Banco Mundial, Barber Conable, cita 950 milhões de pessoas vivendo em pobreza absoluta, 350 milhões delas no sul da Ásia, 280 milhões nas regiões próximas ao Saara, e 80 milhões na América Latina.

O mundo despertou para a questão da dívida em 1973, com o primeiro choque do petróleo. Foi em 1982, entretanto, quando o México declarou-se inadimplente, que o sistema financeiro internacional começou a se sentir mais preocupado. Esperava-se uma reação em cadeia dos países devedores. Que não aconteceu, ainda - os governos desses países foram os mesmos que contraíram os empréstimos, nos anos 70, à revelia de suas populações.

As "soluções" pactadas até o momento entre credores e devedores apenas adiam o problema. Elas têm consistido em programas de reestruturação macroeconômica que, no limite, têm causado a recessão, o desemprego e o corte nos investimentos sociais. Calcula-se que, entre 1982 e 1983, US$ 287 bilhões foram transferidos do Sul para o Norte. Apenas da América Latina, o fluxo de capitais aos países credores no período foi de US$ 145 bilhões. Apesar disso, a dívida latino-americana, de US$ 410 bilhões, é hoje 25% superior ao débito em 1982. O Brasil, que desde 1982 remeteu US$ 80 bilhões ao exterior, assistiu a um aumento de 12% em seu índice de mortalidade infantil entre 1982 e 1984. A dívida externa do chamado Terceiro Mundo é, atualmente, de US$ 1,2 trilhão.

Na esteira dos programas de reajuste econômico, vêm a repressão aos movimentos populares, elemento complicador dos processos de democratização em curso, por exemplo, na América Latina. Do econômico, social e político, a dívida externa mais e mais transcende suas conseqüências para a esfera ética. Este tem sido o motor de uma articulação que, pode-se dizer, atinge hoje vários segmentos sociais: sindicalistas, partidos progressistas, intelectuais, Igrejas. Várias das propostas elaboradas por esse **pool** estiveram em discussão em Berlim Ocidental, no final de setembro, nas atividades paralelas ao 43º Encontro Anual do FMI e Banco Mundial (BIRD) Condensamos aqui algumas das principais propostas levantadas em Berlim.

OS 20 MAIORES DEVEDORES
(EM US$ BILHÕES)

Brasil	115
México	110
Argentina	55
Coréia do Sul	54
Índia	44
Venezuela	43
Indonésia	42
Egito	38
Polônia	35
URSS	34
Israel	33
Nigéria	29
Turquia	28
Grécia	27
Filipinas	27
China	27
Argélia	25
Chile	24
Iugoslávia	23
Malásia	23

TRIBUNAL DOS POVOS DEFENDE NOVA ORDEM ECONÔMICA

São Paulo (AGEN) - Um dos fóruns mais importantes realizados em Berlim, na Universidade Livre da cidade, entre 26 e 29 de setembro, foi o julgamento das políticas do FMI e BIRD, pelo Tribunal Permanente dos Povos.

Participaram do corpo de jurados do Tribunal personalidades do porte de Sergio Mendez Arceo, bispo emérito de Cuernavaca, México; Adolfo Perez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz, Argentina; Eduardo Galeano, escritor uruguaio; Ludger Volmer, deputado pelo Partido Verde da Alemanha Ocidental; Luciana Castellina, deputada italiana pelo Parlamento Europeu; e o presidente do Tribunal, o belga François Rigaux.

Atuaram como "testemunhas" representantes das "vítimas" das políticas do FMI e BIRD. Pelo Brasil, falaram o padre Angelo Pansa, que trabalha junto aos povos indígenas na Amazônia; o economista Aloisio Mercadante, pela CUT; e o jornalista Paulo Schilling, pela Comissão Justiça e Paz. Entre outros, estiveram presentes, ainda, Xavier Gorostiaga, presidente do Centro Regional de Pesquisas e Estudos Sociais (CRIES), da Nicarágua; Vandana Shiva, do Centro de Pesquisas em Ciências, Tecnologia e Recursos Naturais, da Índia; Rosario Padilla, da coalizão de grupos de mulheres Gabriela, das Filipinas; Yash Tandon, economista do programa "África em Transição", do Zimbabwe.

Veredito - O veredito do Tribunal dos Povos teve como base as principais cartas de direitos humanos, como a Declaração da ONU, os Estatutos da Corte Internacional de Justiça, os Estatutos e Documentos Básicos do FMI e BIRD, Carta da Organização Mundial da Saúde etc. Foram considerados, ainda, diversos relatórios e documentos sobre a situação social no Terceiro Mundo.

Considerando o FMI e o Banco Mundial como culpados da situação de miséria no Terceiro Mundo, o Tribunal Permanente dos Povos propôs, como solução definitiva para a crise da dívida, uma "moratória geral". Propôs, ainda, uma conferência internacional entre credores e devedores, com o objetivo de financiar fundos de desenvolvimento regional e transferir para os países endividados as vantagens resultantes de operações no mercado secundário relativas à conversão da dívida.

Entendeu o Tribunal que, mesmo com a moratória da dívida, é necessário o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, no sentido da fixação de normas que regulem as relações entre Norte e Sul. Deliberou ainda pela necessidade de reformas no FMI/BIRD, para que eles passem a ajudar de fato os países devedores, entre elas a democratização dos votos nessas instituições. As operações do FMI e BIRD seriam assessoradas por um Comitê Internacional, integrado por indicações dos Parlamentos dos Estados-Membros. O Comitê Internacional seria responsável, entre outras tarefas, pela checagem das conseqüencias ecológicas e sociais dos programas financiados por FMI e BIRD.

CONTRA-CONGRESSO RECUSA TROCA DA DÍVIDA

São Paulo (AGEN) - Um Contra-Congresso, paralelo ao Encontro Anual do FMI e Banco Mundial, foi realizado dias 23 e 24 de setembro, na Universidade Técnica de Berlim, com a participação de representantes de cerca de 150 organizações não-governamentais associadas na Campanha Banco Mundial/FMI.

A Declaração de Berlim-Oeste, resultante do Contra-Congresso, afirma que "a crise do 'Terceiro Mundo' é o resultado de uma ordem econômica que tem sido secularmente caracterizada pela predominância dos atuais países industrializados e pela sistemática exploração das colônias ou países em desenvolvimento". Apenas o cancelamento da dívida, de acordo com a declaração, não será suficiente para a mudança dessa estrutura. Mesmo assim, considera essencial o cancelamento das dívidas, rechaçando, assim, as propostas de cancelamento parcial.

O ponto mais polêmico da Declaração de Berlim refere-se à troca da dívida pela proteção ambiental ou propostas semelhantes, que têm sido defendidas por algumas organizações ecológicas. A Declaração afirma que essas propostas são fórmulas neocoloniais de exploração dos últimos recursos naturais dos países em desenvolvimento. "Os reais devedores são os credores", diz a Declaração, acrescentando que a atual crise no chamado Terceiro Mundo foi causada pela exploração colonial e neocolonial pelos países do Norte, que devem, então, reparar e compensar os danos causados, através de ajudas adicionais ao cancelamento da dívida. Esta nova postura seria implementada também no marco de uma Nova Ordem Econômica Internacional, a exemplo do que deliberou o Tribunal Permanente dos Povos.

IGREJAS DESTACAM IMPLICAÇÕES ÉTICAS

São Paulo (AGEN) - As Igrejas européias têm promovido vários fóruns de discussão sobre a temática da dívida. De 16 a 19 de maio deste ano, em Bruxelas, na Bélgica, foi realizada uma Consulta Ecumênica sobre a Dívida nos países da África, Caribe e região do Pacífico (ACP). A dívida conjunta nesses países é de US$ 200 bilhões. Nos países de língua inglesa no Caribe, a dívida subiu de US$ 4 bilhões em 1982 para US$ 5,8 bilhões em 1986.

O encontro recomendou o aprofundamento das relações entre Igreja do Norte e Sul, no sentido da conscientização ainda maior dos povos para a questão da dívida. Também apontou como fundamental o tratamento profissional das Igrejas para com a questão da dívida, bem como contatos freqüentes entre os líderes religiosos e embaixadores e governantes.

Também em maio, a Igreja Evangélica da Alemanha (EKD) divulgou um texto sobre "A superação da crise do endividamento - questão central do relacionamento entre o Norte e o Sul". Diz o texto que "endividamento externo e pobreza são manifestações de estruturas injustas que existem tanto em nível nacional quanto em nível internacional. Nos países devedores é a exclusão dos pobres de decisões políticas e de atividades produtivas que provoca o aumento das tensões sociais decorrentes do endividamento; no nível das relações dos países entre si foi a diferença acentuada de poder e a falta de uma base jurídica confiável que provocou o agravamento do problema das dívidas".

A democratização nos países devedores, visando a uma efetiva participação dos povos nas decisões que lhe digam respeito, como a aplicação dos recursos provenientes das instituições internacionais; adoção de medidas que sustentem o desenvolvimento auto-sustentável, cada vez menos dependente dos empréstimos internacionais; estabilização monetária, com o fim de impedir a evasão de divisas; redução drástica das despesas militares - são estas algumas das propostas da Igreja Evangélica da Alemanha para a questão da dívida, norteadas pela "luta contra a pobreza".

Responsabilidade cristã - Poucos dias antes da Assembléia do FMI e Banco Mundial, reuniram-se em Berlim, no final de agosto, teólogos, acadêmicos e dirigentes de organizações de vários países do Primeiro e Terceiro Mundo, para debater a responsabilidade das Igrejas cristãs na questão da dívida. Ao todo, foram mais de 500 participantes. Pelo Brasil, participaram, entre outros, o teólogo Hugo Assmann e representantes do movimento popular, como Maria de Lurdes Canal, Bolivar Rocha e o padre Antonio Cecchin.

O documento final do encontro atenta para a "urgente necessidade de novos paradigmas de desenvolvimento". Como desafio às Igrejas, aponta o apoio às organizações populares rumo à autodeterminação, e uma maior articulação ecumênica.

POSIÇÃO DOS EUA NÃO MUDA COM JAMES BAKER

São Paulo (AGEN) - O primeiro ato do presidente eleito dos Estados Unidos, George Bush, foi nomear James Baker III como Secretário de Estado, como havia previsto a AGEN, boletim nº 126. A decisão de Bush é significativa do ponto de vista político e econômico, pois representa, em princípio, a continuidade da linha adotada pelo governo Reagan para a questão da dívida externa.

Como Secretário do Tesouro de Reagan, James Baker III elaborou o conjunto de propostas que ficou conhecido como Plano Baker, ou Plano dos Três Erres - reestruturação, refinanciamento e reformas. Em síntese, esse plano defende que as dívidas serão negociadas caso a caso, a partir de programas de reajuste na economia dos países devedores. Descarta, portanto, a possibilidade de uma negociação global, como pretendem alguns países devedores.

O maior desafio que James Baker III tem pela frente é a perda crescente de hegemonia norte-americana no cenário mundial, com a paralela ascenção das potências européias e do Japão. Um ensaio das divergências que devem marcar o relacionamento EUA-Japão nos próximos anos ocorreu durante o 43º Encontro Anual do FMI e Banco Mundial em Berlim. O Japão, potência cada vez mais ascendente (ver tabela das Maiores Empresas), quer uma maior participação no poder decisório do FMI, o que foi negado pelos EUA. Hoje o Japão detém 5% dos votos, e os EUA, 20%.

MAIORES EMPRESAS NO MUNDO EM 1988

1. NTT (Japão)
2. IBM (EUA)
3. Sumitomo Bank (Japão)
4. Exxon (EUA)
5. Dai-Ichi Kangyo Bank (Japão)
6. Fuji Bank (Japão)
7. Tokyo Eletric Power (Japão)
8. Mitsubishi Bank (Japão)
9. Industrial Bank of Japan (Japão)
10. Nomura Securities (Japão)
11. Royal Dutch/Shell (Holanda, Inglaterra)
12. Toyota Motor (Japão)
13. Sanwa Bank (Japão)
14. General Eletric (EUA)
15. Matsushita Eletric (Japão)
16. Nippon Stell (Japão)
17. Hitachi (Japão)
18. Tokai Bank (Japão)
19. Long-Term Credit Bank (Japão)
20. Mitsui Bank (Japão)
21. AT&T (EUA)
22. Ford Motor (EUA)
23. British Petroleum (Inglaterra)
24. British Telecom (Inglaterra)
25. Mitsubishi Trust (Japão)

(Fonte: "Financial Times")

NEOCOLONIALISMO PELA DÍVIDA DEBATIDO EM CUBA

São Paulo (AGEN) - A partir da realização, na semana passada, de um Seminário Internacional sobre a Dívida Externa, em Cuba, será lançada, em nível mundial, uma intensa campanha contra o pagamento da Dívida, a ser desenvolvida junto a sindicatos, movimentos populares, Igrejas e entidades afins.

Do Brasil, representando a Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, da qual é professor, participou Jung Mo Sung, 31 anos. Ele frisou, entretanto, "que o assunto da dívida externa, infelizmente, sensibiliza pouco as pessoas, que não sentem seu cotidiano tocado pelo aumento do total devido aos países ricos".

Conselho de Igrejas - O Seminário foi promovido pelo Centro de Estudos sobre a América (CEA), Centro de Investigação da Economia Mundial (CIEM), que são entidades autônomas de Cuba, Coordenação Regional de Investigação Econômico-Social (CRIES), da Nicarágua, e Departamento Ecumênico de Investigação (DEI), da Costa Rica, com financiamento integral do Conselho Mundial de Igrejas.

Estavam presentes 16 pessoas, entre teólogos, sociólogos e economistas, e a partir do Seminário a campanha será iniciada regional, nacional e mundialmente, a curto e a médio prazos. "Para termos uma idéia mesmo que superficial do problema, no Seminário foi apresentado um dado da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). Segundo o órgão da ONU, da década de 70 em diante, o dinheiro de juros enviado para o 1º Mundo equivale à quantia não aplicada em investimentos sociais".

No Seminário, outro lado do assunto mereceu destaque: o surgimento de um neocolonialismo provocado pelo endividamento externo. "Enquanto os países tiverem de pagar juros, o problema não será resolvido. Temos agora é de fazer crescer esse trabalho de sensibilização, de esclarecimento, articulando mobilizações em todos os níveis".

Jung Mo Sung também é professor do Instituto de Teologia de São Miguel Paulista e sua tese de mestrado, ainda a ser lançada pelas Edições Paulinas, é sobre "Teologia e Dívida Externa". (G S Rocha)

América Latina

EMERGÊNCIA PÓS-FURACÃO FORTALECE SANDINISTAS

São Paulo (AGEN) - Diante dos fracassos da política beligerante da administração Ronald Reagan, espera-se que o seu sucessor, George Bush, não adote a mesma linha. Surpresas à parte, o novo presidente americano encontrará um governo sandinista que sai paradoxalmente ainda mais fortalecido após o furacão Joan, que produziu milhares de desabrigados e deixou várias cidades completamente destruídas.

Esta avaliação, do mexicano Carlos Tamez, que por dez anos assessorou o ministro da Educação da Nicarágua, Fernando Cardenal, e agora coordena a Comissão Evangélica Latino-americana de Educação Cristã (Celadec), leva em consideração as providências que o governo sandinista tomou, e que foram fundamentais para que o furacão não tivesse causado maiores estragos e, principalmente, milhares de mortos em território nicaraguense.

Providências - As providências foram tomadas a partir das informações provenientes dos centros metereológicos de Miami, Manágua e Cuba, entre outros. Os relatórios davam conta de que o furacão chegaria na Costa Atlântica com ventos de mais de 200 quilômetros horários, com ondas de 30 a 40 metros de altura. A previsão era de que seriam atingidos, principalmente, o arquipélago de Corn Islands e as cidades de Bluefields, Rama e Juigalpa, até atingir a Costa do Pacífico.

O governo sandinista iniciou os preparativos duas semanas antes do furacão chegar à Costa Atlântica. Foi então nomeada uma coordenação geral de emergência, liderada pelo comandante Julian Ramirez, com a participação de vários membros do gabinete governamental. Em poucos dias, foram evacuados os 300 mil moradores de Bluefields, então uma das maiores cidades do país.

As medidas de emergência implementadas pelo governo demonstraram-se eficazes. O furacão chegou a Corn Islands na noite do dia 22 de outubro, sábado, com uma velocidade de 260 quilômetros horários. Corn Islands e Bluefields - porto comercial mais importante do país - ficaram completamente arrasadas.

Confusão - Os mortos em decorrência do furacão foram cerca de 50, a maioria deles "por indisciplina", nas palavras de Carlos Tamez, pois não estavam convencidos da gravidade da situação e não deixaram as suas casas. Tamez destaca, aqui, o papel exercido pelos meios de comunicação oposicionistas, que contribuíram para criar um clima de confusão e desinformação. O jornal "La Prensa" chegou a afirmar que o governo não estava tomando as precauções necessárias, quando o que acontecia era exatamente o contrário.

Brigadas de voluntários foram imediatamente formadas. Apesar do estado de guerra, foram arrecadados seis mil dólares entre os nicaragüenses. Foi colhida, ainda, enorme quantidade de roupas, alimentos e remédios. "Isto indica um sintoma da unidade do povo", afirma Carlos Tamez.

Apoio internacional - Tamez acentua, igualmente, o apoio internacional imediato ao povo nicaragüense. Apenas uma agência de ajuda holandesa liberou US$ 70 mil para abastecimento, enquanto agências, organismos não-governamentais e governos de vários países também deram a sua ajuda. O próprio governo democrata-cristão da Alemanha Ocidental, que havia suspendido toda ajuda ao governo sandinista, voltou a colaborar para a reconstrução da Nicarágua. "Enquanto isso, o Departamento de Estado dos Estados Unidos apressou-se em afirmar que a administração Reagan não enviaria qualquer tipo de recursos, pois ele poderia ser canalizado para o combate aos contras", lamenta o ex-assessor do Ministério da Educação da Nicarágua.

As primeiras estimativas apontam para um prazo de 20 anos como necessário à reconstrução completa do país. "Será bem menos, se a guerra de agressão terminar", observa Tamez. O saldo imediato do episódio, em sua opinião, é o fortalecimento da unidade nacional em torno do governo sandinista. Lembra ele que o terremoto de 1972, que praticamente destruiu a capital Manágua, representou o começo do fim do regime de Anastacio Somoza, "exatamente porque a ajuda internacional foi desviada para fins ilícitos, enquanto agora, pelo contrário, o presidente Daniel Ortega e o governo como um todo envolve-se pessoalmente na reconstrução do país.

No plano internacional, Tamez aposta no fortalecimento ainda maior do governo sandinista, fundamental no período de transição na administração norteamericana. Ele lembra que os erros cometidos pelos estrategistas da Casa Branca durante a era Reagan podem contribuir para que o novo presidente, George Bush, adote uma linha de atuação diversa.

DIRIGENTE TUPAMARO PROCESSADO NO URUGUAI

Montevidéu (AGEN) - O dirigente do Movimento de Libertação Nacional - Tupamaros (MLN-T), Eleuterio Fernandez Huidobro, foi acusado pela Procuradoria da República do Uruguai de "perturbar a ordem e ameaçar os poderes do Estado", pelas declarações que fez no começo de outubro à televisão uruguaia. Na ocasião, o dirigente tupamaro afirmou possuir provas de que agentes da Forças Armadas uruguaias assassinaram o coronel do serviço de inteligência, Ramon Trabal, em 1974. Na época, o governo militar atribuiu o assassinato do coronel, ocorrido em Paris, a um comando do MLN-T.

O processo contra o dirigente tupamaro acontece no momento em que se discute o adiamento do plebiscito sobre a Lei da Anistia aos militares, aprovada no ano passado. Pela legislação uruguaia, uma lei pode ser revogada por plebiscito, desde que solicitado por determinado número de cidadãos. A campanha pró-plebiscito conseguiu 630 mil assinaturas, mas 20 mil foram eliminadas sem argumentação pela justiça eleitoral, enquanto outras 30 mil estão suspensas por perdas misteriosas dos registros.

Por terem assinado a petição ao plebiscito, dois oficiais da Marinha e de policiais foram demitidos. Nos últimos meses, a Plenária Intersindical dos Trabalhadores (PIT-CNT) promoveu duas greves gerais no Uruguai, em protesto contra a política econômica do governo do presidente Julio Maria Sanguinetti, e em apoio ao plebiscito.

Síntese

PASTORAL RURAL

Quito (AGEN) - A Pastoral Rural Equatoriana realiza o seu Congresso nestes dias 18, 19 e 20 de novembro, em Llano Grande, Quito, sob o tema geral "Busca do Reino de Deus e sua Justiça". Conhecida pela sigla PRE, a Pastoral Rural Equatoriana é um movimento integrado por Igrejas e congregações evangélicas independentes e de diferentes denominações. A PRE mantém, ainda, departamentos juvenil, infantil e feminino.

EDUCAÇÃO NA BOLÍVIA

La Paz (AGEN) - O I Congresso Educativo Nacional, promovido entre 26 de setembro e 1º de outubro pela Central Operária Boliviana (COB), aprovou o Projeto de Educação Popular proposto pela entidade e pela Confederação de Professores Urbanos. Uma "educação anticapitalista, que alcance a todos, contribua para a formação de classes, seja bilingue (línguas nativa e castelhana) e intercultural", é o que propõe o Projeto de Educação Popular da COB.

COMUNICAÇÃO POPULAR

Rafaela (AGEN) - Foi realizado nesta cidade argentina, de 12 a 16 de outubro, o II Encontro Nacional de Meios e Experiências de Comunicação Alternativa e Popular, com o objetivo de diagnosticar as práticas em comunicação popular na Argentina, troca de experiências e avanço no processo de articulação.

Terceiro Mundo

RELATÓRIO DO ANC DIZ QUE MANDELA PODE SER SOLTO

Joannesburgo (ANGOP-AGEN) - O Congresso Nacional Africano (ANC), da África do Sul, afirma em relatório possuir informações de que o líder Nelson Mandela poderia ser solto até o final de novembro. O documento, remetido às representações do ANC em todo mundo, informa que, se ocorrer a libertação de Mandela, ele logo assumiria as funções de dirigente da organização.

Diz o relatório que "a linha seguida pelo presidente sul-africano, Pieter Botha, mostrou que ele não é homem capaz de levar a paz e a reconciliação à África do Sul. Por isso, Nelson Mandela poderá desempenhar esse papel de que tanto precisamos no país". Segundo fontes não-identificadas citadas no relatório, Mandela teria sido comunicado pelo governo racista de que não voltaria à prisão quando terminasse o período de recuperação de uma tuberculose numa clínica da Cidade do Cabo.

Desmentidos - Porta-vozes do governo sul-africano desmentiram a possível libertação de Mandela. Do mesmo modo, Krish Naidoo, uma das personalidades da oposição extra-parlamentar que visitou Mandela recentemente na prisão, afirmou que o líder não espera ser libertado nem neste, nem no próximo ano.

Mandela também recebeu a visita de sua esposa, Winnie Mandela, acompanhada do presidente da Aliança Mundial das Igrejas Reformadas, reverendo Alan Boesak, que disse em seguida à imprensa não ter indicações de que o líder do ANC seria libertado em breve.

Ao comentar a possibilidade de libertação de Mandela, o representante do ANC em Harare, Zimbabwe, Delukufa Sandlwana, disse que o líder "não vai se sentar de braços cruzados. Ele tem a missão de dirigir a luta da nação pela liberdade".

MOÇAMBIQUE LEMBRA DOIS ANOS DA MORTE DE MACHEL

Maputo (ANGOP) - O presidente moçambicano, Joaquim Chissano, depositou uma coroa de flores no monumento erguido em memória dos heróis nacionais para homenagear Samora Machel, que morreu, há dois anos, num desastre aéreo até hoje inexplicado.

Primeiro presidente de Moçambique, após a sua independência de Portugal, em 1975, Samora Machel faleceu na madrugada de 19 de outubro de 1986, quando o avião pessoal, um jato Tupolev - 124, de fabricação soviética, caiu nas montanhas de Mbuzine, pequena localidade sul-africana.

Familiares do líder carismático africano e membros do governo e da direção do Partido Frente de Libertação de Moçambique - Frelimo, no poder, acompanharam o presidente moçambicano na homenagem a Machel.

ANGOLA QUER ATRAIR INVESTIMENTOS CHINESES

Pequim (ANGOP) - O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, disse na China, onde esteve no final de outubro que admira o processo de modernização do país, empreendido pela nova cúpula chinesa. Para José Eduardo dos Santos, a modernização chinesa pode servir de exemplo para o processo de saneamento econômico e financeiro em curso em Angola.

"É para nós importante poder ver ao vivo como se processa a extraordinária experiência chinesa, num momento em que o nosso partido, governo e povo estão igualmente engajados na aplicação de um programa de saneamento econômico e financeiro com o objetivo de criar as condições para a recuperação econômica e racionalizar o nosso desenvolvimento rumo ao socialismo", afirmou o mandatário angolano.

Dos Santos disse que Angola pode aprender com China métodos de aplicação de tecnologia intermediária de fácil adaptação em Angola nos domínios da agropecuária, indústria leve têxtil, indústria alimentar e no campo da transformação e conservação de produtos agropecuários. Pediu ainda à China que invista diretamente em Angola através da criação de joint-ventures, agora viabilizados pela nova legislação angolana sobre investimentos estrangeiros.

Síntese

CAMPANHA POR LAMIA

Recife (AGEN) - Instituto Brasileiro de Amizade e Solidariedade aos Povos (IBASP), sediado no Recife (PE), enviou comunicado às organizações de direitos humanos de todo país, solicitando o seu apoio à retomada da campanha de libertação da brasileira Lamia Maruf Hassan, condenada em abril de 1987 pela justiça de Israel à prisão perpétua, sob a acusação de ter ameaçado a segurança do Estado. Além da divulgação de um abaixo-assinado, o IBASP pede às entidades que organizem atos públicos a 29 de novembro - Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino - ou na semana correspondente. O abaixo-assinado deve ser devolvido ao IBASP até 20 de novembro, no endereço: Caixa Postal 1286 - CEP 50.000 - Recife - Pernambuco.

ESTADO PALESTINO

Argel (AGEN) - O Conselho Nacional Palestino (CNP), o parlamento palestino no exílio, reunido nestes dias em Argel, Argélia, anunciou a criação do Estado palestino independente, nos territórios ocupados da Cisjordânia e Faixa de Gaza. A iniciativa da Organização pela Libertação da Palestina (OLP) é respaldada na **Intifada**, a rebelião palestina nos territórios ocupados que já dura onze meses. O governo de Israel já anunciou que fará o possível para que a criação do Estado palestino não se concretize.

PALESTINOS EXPULSOS

Cairo (ANGOP-AGEN) - As autoridades judiciais do Egito expulsaram, no início de novembro, 8 palestinos sob a acusação de planejar ações contra interesses de Israel em território egípcio. O Ministério do Interior disse que os palestinos planejavam uma incursão armada contra Israel através da fronteira do Sinai. O plano foi prontamente desmentido pelos comandos palestinos.

TESTE DE AIDS

Cairo (ANGOP-AGEN) - Os estrangeiros cuja residência no Egito se prolonguem por mais de 15 dias terão de se submeter a testes de sangue para prevenção da AIDS. O teste terá de ser feito em 48 horas após a entrada no país, segundo decreto do governo egípcio.

ELEIÇÕES NA TUNÍSIA

Tunis (ANGOP-AGEN) - As eleições gerais na Tunísia foram antecipadas para o dia 9 de abril de 1989. As últimas eleições legislativas, marcadas para novembro de 1986, foram boicotadas pelos partidos de oposição legais. Os 125 deputados então eleitos são todos do Partido Nacional, no poder, e seu mandato deveria terminar em novembro de 1991.

TUTU CHANCELER

Cidade do Cabo (ANGOP-AGEN) - O arcebispo anglicano Desmond Tutu, de regresso de Nairobi no dia 7 deste mês, foi recebido por cerca de 500 militantes anti-apartheid, que o aclamaram como "nosso ministro das Relações Exteriores". Tutu havia participado, na capital do Quênia, da reunião da Conferência de Igrejas da África, da qual é presidente

OPOSITOR DESAPARECIDO

Maputo (ANGOLA- AGEN) - Stanza Bopape, secretário-geral da Associação dos Direitos Civis de Mameledy, cidade sul-africana nos arredores de Pretória, detido a 9 de junho, foi dado como desaparecido. A informação foi repassada à Agência Moçambicana de Notícias (AIM). A polícia de segurança sul-africana informou ao advogado de Stanza que ele havia desaparecido dois dias depois de sua detenção, a 11 de junho, mas só agora o fato foi anunciado oficialmente.

Memória

PROCESSO DO PADRE HENRIQUE FOI ARQUIVADO

São Paulo (AGEN) - O processo que apura a morte do padre Henrique Pereira Neto, assassinado em maio de 1969, quando trabalhava como assessor do então arcebispo de Olinda e Recife, d.Helder Câmara, foi arquivado no final do mês passado.

Por unanimidade de votos, o Tribunal de Justiça de Pernambuco registrou a denúncia apresentada pelo procurador geral Telga Araújo, que apontava como principais suspeitos do crime o procurador José Bartolomeu Gibson, o advogado Henrique Pereira da Silva e o comissário de polícia Rivel Rocha Gomes.

Telga Araújo denunciou em nota oficial que irá recorrer da decisão do Tribunal "em momento hábil, usando das prerrogativas que a legislação do país lhe confere". Telga não entrou no julgamento da decisão judicial.

Com a decisão do tribunal, este processo poderá ser arquivado, uma vez que, em maio do próximo ano, o crime completará 20 anos, e prescreverá caso os culpados não sejam denunciados.

O padre Henrique, quando foi assassinado, tinha 26 anos e trabalhava com a Pastoral Universitária no Recife. Seu corpo, com sinais de tortura, foi encontrado nu, com uma bala no tórax e outra na cabeça. No pescoço, uma corda indicando que fora também enforcado.

Esta já não é a primeira vez que o processo que apura este assassinato é arquivado sem que os criminosos tivessem sido descobertos.

O substituto do padre Henrique, o jovem Edvaldo Nunes da Silva, 28 anos, teve o mesmo destino. Foi detido, torturado. Quando o deixaram livre, denunciou as torturas sofridas. Foi novamente detido e torturado. Desta vez, destruiram-lhe os rins, causando-lhe a morte.

Marçal Tupã-I - O líder indígena, Marçal Tupã-I, foi assassinado no dia 25 de novembro de 1983, vinte dias após ter recusado 5 milhões de cruzeiros para convencer um grupo Kaiowá a abandonar as terras reivindicadas por Asturio Monteiro.

Após cinco anos deste assassinato, foi finalmente instaurada a ação penal. A promotoria pública de Ponta Porã (MS) ofereceu contra Libero Monteiro (mandante) e Romulo Gamarra (executor) acusação de homicídio qualificado.

Quero assinar o boletim semanal da AGEN. Por isso envio o cheque ou vale postal no valor de Cz$ 2.500,00 (individual) ou Cz$ 3.000,00 (entidades).

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ *CEP* _____

Cidade _____ *Estado* _____

País _____ *Número do cheque ou vale postal* _____

Telefone _____

Assinatura _____ *Data* _____

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Reg. Prof. Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro Soares Martins (Reg. Prof. Mtb 17.572)
Redação: Guilherme Salgado Rocha (Reg. Prof. Mtb 2205)

Correspondentes e **Colaboradores**: Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs e Liliana Lavoratti (Porto Alegre, RS), Rosa Dalla Costa (Francisco Beltrão, PR), Valdemar de Oliveira Neto (Recife, PE), José Anchieta Ferreira (Linhares, ES), Maria Al... (Manaus, AM), Galeno A...ozinho, SP), Fernando So... este, São Paulo, SP), José ... echtoll (Grande ABC, SP), ... Carlos e Isaac Akcelrud (comentaristas internacionais), Attilio Hartmann (Quito, Equador), José Subirats (La Paz, Bolívia), Roberto Codas Friedmann (América Central), Beltrina Corte (Bogotá, Colômbia), Juan Pezzutto e Regina Santos (São Paulo) e Aníbal Pastor Niñez (Santiago).

Divulgação e **contatos**: Pe. José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Rev. Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN
Fotolitos: "AJATO"
Impressão: Gráfica Peres Ltda.

DIRETORIA

Presidente: D. Sumio Takatsu
Vice-Presidente: Frei José de Rezende Ribeiro - O.P.
Secretário: Paulo Maldos
Tesoureiro: José Lourenço Pechtoll

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 11.25824 AECN-BR

00002 1003-89 SEM
CN/MNDDH REGIONAL LESTE I
R.CAPITAO CHAVES 60
26000 NOVA IGUACU RJ

IMPRESSO

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

IGREJAS

"D.Paulo é pressionado pelos aspectos protestantizantes" pág 2

Bispos de SP condenam violência em Volta Redonda pág 2

DIREITOS HUMANOS

Frade do Paraná ameaçado de morte pág 3

TERRA

Governador intervém na apuração da morte de lavrador na Bahia pág 3

MOVIMENTOS SOCIAIS

Favelados vão cobrar compromisso de Erundina pág 3

ECOLOGIA

Aumenta uso de agrotóxicos no Peru pág 4

Pesquisador alerta para chuva ácida em Portugal pág 4

PACIFISMO

Paz e ecologia são prioridades para a Unesco pág 4

POVOS INDÍGENAS

Índios Guarani denunciam invasão de sua área pág 5

Nação Arara ameaçada de extinção no Pará pág 5

MULHER

Guerra e crise deterioram educação da mulher pág 5

POLÍTICA

Plenário faz propostas para Contituintes Municipais pág 6

D.José não crê em ocupação de terra com Erundina pág 6

Para Prestes, mortes em Volta Redonda ajudaram o PT pág 6

Arcebispo aparece no horário político do PDS pág 7

ECONOMIA

Associação Internacional de Juristas critica FMI pág 7

MOVIMENTO OPERÁRIO

Eletricitários ameaçam voltar à greve em Minas pág 8

Luiz Antônio Medeiros: cravo e ferradura pág 8

ESPECIAL

Embaixador dos EUA no Chile não crê em mudanças pág 9

Peru aponta temas de diálogo: narcotráfico e dívida externa pág 9

Nicarágua quer retirada da presença estrangeira na AC pág 9

Negros da África do Sul preferiam um democrata pág 9

AMÉRICA LATINA

Guatemala: Guerrilha avança com fracasso reformista pág 10

Parlamentares europeus denunciam militarização pág 10

"Voz Popular" condena bombardeios pág 10

TERCEIRO MUNDO

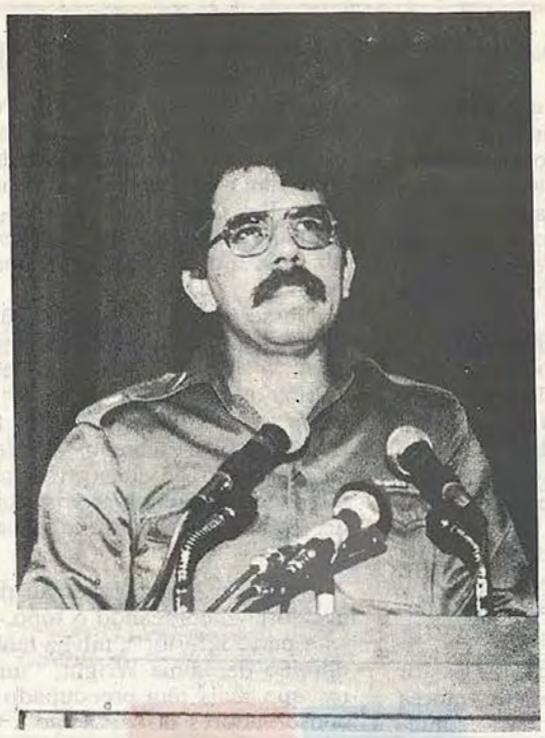
Angola festeja 13 anos de independência pág 11

ONU faz conferência especial por Bangladesh pág 11

Mortos em protesto contra governo no Sri Lanka pág 11

MEMÓRIA

Na vida de Joílson, a saga do menor abandonado pág 12



A Nicarágua recebeu com ceticismo a vitória de George Bush nas eleições presidenciais norte-americanas. O presidente Daniel Ortega (foto) quer a retirada imediata das tropas estrangeiras da América Central. Veja as repercussões da vitória de Bush em Especial.

D.ANGÉLICO VÊ COM ESPERANÇA VITÓRIAS DO PT E PDT

São Paulo (AGEN) - O bispo de São Miguel Paulista, Zona Leste de São Paulo, d.Angélico Sândalo Bernardino, recebeu a vitória de Luiza Erundina do Partido dos Trabalhadores, nas eleições municipais de São Paulo, "com alegria e esperança, pois este fato demonstra que o povo optou pela via eleitoral, política, para resolver a caótica situação em que se encontra".

Em entrevista exclusiva à AGEN, d.Angélico atribuiu a vitória petista a um conjunto de fatores de ordem social, econômica e política, como a dívida externa e "a situação de desgoverno do país". Culpa, ainda, "a omissão do partido majoritário, o PMDB, de norte a sul, de leste a oeste do país, inclusive na Constituinte".

Igreja - Um dos elementos positivos que d.Angélico destaca na vitória do PT - e também do PDT - em várias capitais foi "a atitude do povo em não anular o voto, e votando em partidos realmente comprometidos com um programa popular". Observa, entretanto, de fato esperar "que esses partidos cumpram esse programa, e coloquem em prática uma nova maneira de fazer política". O bispo admite que surgirão dificuldades nesse sentido, em face da tradição política brasileira que "privilegia uma democracia de elites, com tudo o que ela representa em termos de corrupção e apadrinhamento". Entende, portanto, ser fundamental o estabelecimento de uma "democracia popular".

Outra dificuldade apontada por d.Angélico é que "a direita, batida em todos os recantos, sobretudo nas capitais, evidentemente irá se arregimentar, para barrar os avanços populares".

Quanto à posição da Igreja frente à vitória de partidos de esquerda e centro-esquerda nas eleições municipais, ele assinala que "só podemos saudar esse furacão com alegria e esperança", salientando que a Igreja "empresta irrestrito apoio a todos os projetos que visam a libertação do povo".

Ocupações - Bispo na Zona Leste, local onde ocorre o maior número de ocupações de terra em São Paulo, d.Angélico afirma acreditar que essa prática não terá continuidade na administração petista. "Acima de toda lei está o direito à vida. Ligado a esse direito, está o direito à moradia. Agora, se os partidos que chegaram às Prefeituras, inclusive o PT, como espero que aconteça, fizerem tudo para que o povo tenha habitação, não haverá ocupações".

Considera d.Angélico que o processo de democratização saiu revigorado nas eleições municipais, em razão das novas forças partidárias que passam a ter peso na cena política. "Já não temos partidos hegemônicos. Isso é profundamente salutar". Conseqüência disso, a seu ver, é o fortalecimento do sentimento parlamentarista, apesar de PT e PDT terem votado pelo presidencialismo no Congresso Constituinte. "Entramos agora numa fase de diálogo, de alianças inevitáveis".

O bispo de São Miguel não considera ser essencial, no momento, uma campanha pela antecipação das eleições presidenciais. "Sabemos que isso não irá acontecer. Os partidos que saem vitoriosos das urnas devem, agora, preocupar-se com uma administração em que o povo possa de fato participar". D.Angélico tambem sustenta desejar que "as diferenças de opinião que existem entre o PT e os partidos com quem coligou, e mesmo dentro do PT, não impeçam o objetivo maior, que é somar forças e fazer um governo popular, não traindo assim a confiança que o povo lhes deu".

Boletim Nº 130 - 24 de novembro de 1988.

AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 1125824 AECN-BR

Igrejas

"D.PAULO É PRESSIONADO PELOS ASPECTOS PROTESTANTIZANTES"

São Paulo (AGEN) - O cardeal-arcebispo de São Paulo, d.Paulo Evaristo Arns, "sofre já algum tempo as pressões de setores do Vaticano, que o criticam por alguns aspectos **protestantizantes** de seu trabalho". A revelação é de uma pessoa muito próxima a d.Paulo: o reverendo Jaime Wright, pastor da Igreja Presbiteriana Unida, um dos coordenadores do Projeto Brasil Nunca Mais.

Irmão do deputado Paulo Stuart Wright, um dos desaparecidos durante o governo militar, o reverendo Jaime Wright passou a trabalhar ao lado de d.Paulo no final da década de 70. Durante o seu pronunciamento à II Assembléia do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), em Itaici, município de Indaiatuba (SP), d.Paulo afirmou que "o movimento ecumênico tem várias estrelas, e uma delas é o pastor Jaime Wright".

"Perseguições" - Afirma o pastor Jaime Wright que "as pressões de setores do Vaticano contra d.Paulo têm acontecido em várias áreas e atividades da arquidiocese de São Paulo, inclusive na de educação teológica". Essas pressões, acrescenta, "têm sido de tal monta, que deixaram de ser pressões para se transformar em perseguições".

Do mesmo modo, diz o religioso, d.Paulo tem sido criticado "por alguns aspectos **protestantizantes** do seu trabalho, embora seja bem possível que não haja, na esfera da Igreja católica, nenhuma outra diocese que tenha apoiado, com tanta eficiência, as conclusões do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) em Medellín e Puebla, no que diz respeito à opção preferencial pelos pobres".

Nesse sentido, as críticas à **protestantização** sob d.Paulo estariam no fato de que "o povo, na arquidiocese de São Paulo, o que inclui todas as camadas e setores da Igreja, passou a ter participação no planejamento da vida da Igreja, na discussão de suas prioridades, determinando os seus objetivos, coisa que antes estava reservada exclusivamente aos bispos".

Pirâmide - Essa inversão da pirâmide decisória, "colocando o topo - os bispos - na parte inferior", talvez tenha sido, na opinião de Jaime Wright, "um dos fatores que mais têm preocupado os setores conservadores do Vaticano". Comenta o pastor presbiteriano que "essa definição de Igreja como sendo todo o povo de Deus é uma das coisas que mais me encantou em oito anos de convivência dentro da arquidiocese de São Paulo".

Tal definição, observa, tem conseqüências decisivas na vida da Igreja: "Se a Igreja é o povo de Deus, e se o povo de Deus é a Igreja, conclui-se duas coisas importantíssimas que preocupam esses setores do Vaticano. A primeira: se a Igreja é o povo de Deus, isso significa que, quando o povo de Deus está reunido, para ler e refletir sobre a palavra de Deus, esse povo de Deus não precisa mais de um intérprete - o sacerdote -, pois esse povo tem um intérprete muito mais importante, que é o Espírito Santo".

A segunda conclusão, sublinha Jaime Wright, é que, "se o povo de Deus é a Igreja, isso significa que esse povo de Deus não precisa mais da autorização de um bispo para reunir-se, pois tem uma autonomia maior que o bispo: novamente o Espírito Santo".

Interpreta o pastor que "esse importante resgate da doutrina bíblica do Espírito Santo, que ficou comprovado pela proliferação de milhares de comunidades eclesiais de base, não só no Brasil como na América Latina, jamais aconteceria se dependesse apenas do sacerdote ou de um bispo". Assim, a esse fenômeno que os setores conservadores do Vaticano "tentam denegrir, chamando de **Igreja Popular**, pois tende a subverter toda a estrutura hierárquica da Igreja Católica, não fora a atitude de bispos e arcebispos do quilate de d.Paulo, é que as pressões de setores tentam atingir", salienta o reverendo Jaime Wright. (Por José Pedro S.Martins)

EVANGELHO DE OSTROMIR TEM EDIÇÃO FAC-SIMILADA NA URSS

Moscou (Novopress) - O Evangelho de Ostromir, monumento gráfico da cultura russa do século XI, acaba de ganhar uma edição fac-similada promovida pelo departamento de edições do Patriarcado de Moscou e da editora soviética Aurora.

No lançamento da nova publicação, o metropolita de Yuriev e responsável pelo departamento de edições, Pitirim, mostrou o raro original do Evangelho copiado nos anos 1056-1057, que pertence à Biblioteca Pública de Leningrado. Trata-se do primeiro manuscrito russo conhecido pela ciência e conservado integralmente em sua forma original até nossos dias. Tem extraordinária importância para o estudo da língua e da edição de livros em geral.

O metropolita Pitirim explicou que o manuscrito foi feito pelo diácono Grigori a pedido de Ostromir, prefeito de Novgorod. O livro possui 294 páginas em pergaminho, é adornado primorosamente com vinhetas e maiúsculas desenhadas e apresenta três páginas com efígies em cores dos evangelistas João, Lucas e Marcos.

BISPOS DE SP CONDENAM VIOLÊNCIA EM VOLTA REDONDA

Indaiatuba (AGEN) - Os bispos do Regional Sul 1 da CNBB, reunidos em assembléia ordinária em Itaici, município de Indaiatuba, interior de São Paulo, divulgaram à imprensa uma nota de cinco parágrafos, condenando as violências praticadas pelo Exército e Polícia Militar em Volta Redonda, em que ocorreram mortes de metalúrgicos que ocupavam a sede da CSN.

No documento, eles assinalam: "A repressão violenta ocorrida em Volta Redonda, São Paulo e Pindamonhangaba é inaceitável, e contradiz as esperanças suscitadas pela nova Constituição. As reivindicações dos trabalhadores eram justas e estavam no âmbito constitucional. Ao mesmo tempo, esses fatos mostram a urgência das leis complementares à Nova Carta".

Constituição órfã - No trecho seguinte, os bispos, representando 40 dioceses, mais os agentes de pastoral e leigos, que debatiam a Comunicação, tendo em vista a Campanha da Fraternidade do próximo ano, apelaram aos senadores e deputados "a fim de não deixarem órfã a nova Constituição".

E terminam enfatizando: "O povo brasileiro tem o direito de esperar que a vida não seja esmagada, mas sempre defendida, e que as questões trabalhistas sejam resolvidas com justiça, pelo diálogo e negociação, jamais pela violência!".

Solidariedade ao bispo - A d.Waldyr Calheiros, bispo de Volta Redonda, o Regional Sul 1 enviou uma carta de solidariedade, extensiva às famílias dos trabalhadores mortos. "Por unanimidade, estamos lhe enviando esta nossa mensagem fraterna, pedindo-lhe que a faça chegar também aos trabalhadores e suas famílias. Diga a eles que a Igreja continua firme a seu lado, na justa luta por seus direitos. Ao senhor, gostaríamos de animá-lo em seu Ministério e agradecer-lhe por sua decisiva presença pastoral no conflito".

Síntese

ASSEMBLÉIA DO CIMI

Brasília (AGEN) - O secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Antonio Brand, já está convocando os 70 bispos que têm populações indígenas sob sua circunscrição eclesiástica, para participarem da 8ª Assembléia Geral do organismo, a ser realizada de 8 a 13 de agosto de 1989, sob o tema "Ação missionária junto aos povos indígenas no atual contexto histórico", em local a ser definido.

SOLIDARIEDADE A DESABRIGADOS

Brasília (AGEN) - A Cáritas Brasileira iniciou campanha de solidariedade aos desabrigados nas Filipinas e Nicarágua pelo furacão Joana. As ajudas em dinheiro estão sendo canalizadas pela Conta Cáritas nº 66.000/0, em qualquer agência Bradesco. Apenas na Nicarágua, o furacão deixou 400 mil desabrigados.

Direitos Humanos

FRADE DO PARANÁ AMEAÇADO DE MORTE

Rio Branco do Sul (AGEN) - As Comunidades de Base, a CPT e o Sindicato dos Trabalhadores do Cimento, Cal e Gesso desta cidade estão enviando às entidades do movimento popular um documento no qual são denunciadas as ameaças de morte que vem sofrendo o frei Camilo Frigo, feitas segundo os denunciantes, por Dauto Nodari, candidato a prefeito nas últimas eleições pelo PTB.

Com a frase "está na hora de matar esse padre", Dauto Nodari pretendia, segundo quem assina o documento, "intimidar o trabalho de frei Camilo junto aos empobrecidos de Rio Branco do Sul, com orientação sobre Fé e Política".

Calúnia e difamação - Não é a primeira vez que frei Camilo recebe ameaças e tentativas de intimidação. "Ele chegou a Rio Branco do Sul em janeiro de 86, onde manteve o seu trabalho de inserção que já realizava em Florianópolis, integrando-se à Comissão Pastoral Terra (CPT)".

Mais adiante, a nota lembra que "devido à sua participação e apoio nas manifestações populares de 20 de agosto de 87, foi preso. E por ter dado o seu apoio aos trabalhadores rurais na luta pela conquista de seu sindicato, sofreu ameaça de morte, a 28 de agosto do mesmo ano".

Pouco depois, participou e apoiou a greve dos professores municipais, sendo, por isto, "caluniado e difamado" pelo prefeito Áureo Gomes da Silva, segundo ainda o documento, que frisa, mais adiante: "Rio Branco do Sul, município situado na região metropolitana de Curitiba, é um dos mais ricos do Paraná, mas com altos índices de analfabetismo e pobreza, estando entre os primeiros do estado neste aspecto".

A advogada Rita de Cássia Temzuki entrou com uma representação judicial contra Dauto Nodari pelas declarações que fez, ameaçando de morte frei Camilo Frigo. "É importante que todos denunciem publicamente o fato, e solidarizem-se com o frei Camilo, a fim de que continue o trabalho de apoio junto aos empobrecidos de Rio Branco do Sul", apelam os signatários.

Terra

GOVERNADOR INTERVÉM NA APURAÇÃO DA MORTE DE LAVRADOR NA BAHIA

Juazeiro (AGEN) - O delegado especial Carlos Henrique Coelho, por intervenção pessoal do governador da Bahia, Waldir Pires, foi designado pela Secretaria de Segurança para investigar o caso do homicídio praticado contra o trabalhador rural Antônio Guilhermino de Oliveira, dia 21 de outubro. O assassinato ocorreu na estrada que liga os povoados de Malvinas e Ponta D'Água, município de Sento Sé e, segundo a polícia baiana, foi praticado por Niélson Braga de Queirós.

O bispo de Juazeiro, d.José Rodrigues de Souza, diocese a qual pertence Sento Sé, assim que tomou conhecimento do homicídio, reuniu seu Colégio de Consultores e excomungou Niélson, assinalando que "o assassino, grileiro e terrorista quebrou o último elo de comunhão que poderia ainda existir com a comunidade dos cristãos; por isto é excomungado".

Segundo o bispo de Juazeiro, a prisão preventiva de Niélson e mais quatro pessoas envolvidas no homicídio deverá ser pedida hoje, 16. "O município de Sento Sé é dominado por uma oligarquia, a família Sento Sé, e o delegado teve de ser designado, de Salvador, a fim de serem preservados a integridade das testemunhas e o perfeito andamento do processo". Segundo ainda o bispo de Juazeiro, Niélson está refugiado na casa de Jandir Sento Sé, que concorreu à prefeitura do município pelo PMDB.

José frisou que a família do trabalhador assassinado está sendo assistida pela comunidade. Sobre a excomunhão, acrescentou: "São hereges não por negarem a doutrina da Igreja, mas por negarem o direito à vida, que é muito mais importante".

Movimentos Sociais

FAVELADOS VÃO COBRAR COMPROMISSO DE ERUNDINA

São Paulo (AGEN) - Fernando Sopelsa, assessor do Movimento de Defesa do Favelado (MDF) da região Belém, nesta cidade, e membro do Movimento Unificado de Favelas e da União dos Movimentos de Moradia, disse à AGEN que os favelados e os sem terra estarão atentos ao trabalho da prefeita eleita de São Paulo, Luiza Erundina.

No sábado anterior às eleições, Erundina assinou, na Fazenda da Juta (local de ocupação de terras, zona leste da cidade) um documento entregue por 2 mil pessoas, comprometendo-se publicamente a levar adiante, em seu governo, os três pontos reivindicados pelos favelados, que lutam há vários anos pelo direito ao uso da terra e contra os projetos de desfavelamento que se sucedem nas administrações municipais, em menor ou maior escala.

Concessão e urbanização - O documento entregue e assinado por Luiza Erundina contém três pontos: no primeiro, os favelados e os sem terra exigem a concessão de direito real de uso por 99 anos, com transferência de pai para filho, atendendo à lei. Comentou Fernando Sopelsa: "É uma reivindicação antiga dos favelados. Não teriam o título da terra, mas sua posse e usufruto pelos 99 anos".

Em seu segundo ponto, o documento reivindica a urbanização das favelas, obedecendo às seguintes normas: 55% dos moradores permanecerão na área, sendo que 45% irão para outro local. "Isto exatamente devido ao adensamento observado hoje. Para que a administração municipal possa construir casas decentes, com ruas asfaltadas, água, esgoto, canalização de córregos e os equipamentos necessários, parte dos moradores teria de ser transferida para outro local".

E em terceiro lugar, a extinção definitiva do projeto de desfavelamento em execução pelo prefeito Jânio Quadros. Além da então candidata, assinaram o texto três candidatos a vereador pelo PT: Adriano Diogo, Fermino Fecchio e Henrique Pacheco. Caso eleitos, poderão ser o elo de ligação entre a administração municipal e o movimento popular de terra e moradia.

Ecologia

AUMENTA USO DE AGROTÓXICOS NO PERU

Lima (AGEN) - Nos últimos anos, o consumo de agrotóxicos cresceu 166% no Peru. A informação é do Serviço de Notícias Desenvolvimento e Ambiente - Senda, para quem, longe de melhorar a produtividade, tais substâncias causaram significativos gastos em divisas e desequilíbrios ecológicos, entre eles, intoxicações humanas, aumento no número de pragas e esterilização do solo.

Para o Senda, o consumo de agrotóxicos no Peru é crítico "pela ausência de uma legislação coerente e de mecanismos de segurança para o cuidado dos ecossistemas, assim como a falta de uma adequada supervisão das empresas dedicadas à produção e comercialização de tais produtos".

Produtos - O Senda informa que no Peru são atualmente comercializados agrotóxicos "altamente perigosos" como Aldrín, Endrín, Dieldrín (cancerígenos, afetam o cérebro, sistema nervoso, rins e fígado), Clordano, Heptacoloro (cancerígenos), BHC (irrita a pele e os olhos, cancerígeno), DDT (cancerígeno, bioacumulativo, seus resíduos são encontrados no leite materno), Clordimeformo (cancerígeno), Parthion (é o mais mortal dos agrotóxicos, afeta os embriões), Paraguat (afeta aos pulmões e rins de forma irreversível, mutagênico, não é conhecido um antídoto), 2, 4, 5-T (cancerígeno, causa esterilidade em homens e abortos em mulheres), Dibromuro de Etileno, Dibromocloropropano, Temic e Monocrofofos.

Assinala o Senda que estes produtos, apesar de terem sido proibidos na maioria dos países que os produzem, por recomendações do Banco Mundial, Agência de Proteção Ambiental do Estados Unidos e Organização Mundial da Saúde, continuam sendo usados no Peru.

Pragas - Estudos realizados pelo Instituto de Desenvolvimento e Meio Ambiente no Departamento de Apurimac demonstraram, de acordo com o Senda, que a taxa de intoxicação por inseticidas na região se quadruplicou no período 1976-1986, registrando-se neste último ano 75 casos contra 20 detectados há 10 anos.

Um balanço dos últimos 60 anos de aplicação de agrotóxicos indica que as pragas têm aumentado, no lugar de diminuir. Em 1984 haviam 447 espécies de insetos resistentes e inseticidas, contra 5 existentes em 1928.

Atualmente, acrescenta o Senda, são comercializados cerca de US$ 13 bilhões em agrotóxicos por ano em nível mundial, 90% produzidos nos países ricos e 80% por 24 companhias transnacionais, cinco delas - Bayer, Shell, Ciba, Geigy e ICI - controlando 50% do mercado. Calcula-se que, anualmente, 2 milhões de pessoas são contaminadas em todo mundo, 10% das quais, ou 200 mil pessoas, acabam morrendo, sendo 180 mil delas no Terceiro Mundo.

PESQUISADOR ALERTA PARA CHUVA ÁCIDA EM PORTUGAL

Lisboa (AGEN) - As chuvas ácidas têm preocupado os ecologistas de Portugal. A região central do país tem sido a mais atingida no momento, segundo Jorge Paiva, pesquisador do Instituto Botânico da Universidade de Coimbra, em recente artigo publicado na revista **Maranatha**, do Centro de Solidariedade Cristã Maranatha.

No artigo, o autor alerta para o fato de que se caminha, a passos rápidos, para a desertificação do planeta, causada pela destruição da vegetação. Um exemplo disso é a chamada Doença das Florestas, que tem atingido grandes áreas na Europa Central, Canadá e Estados Unidos.

"As chuvas ácidas - afirma o artigo - têm sido consideradas as causadoras dessa doença, mas, pelos resultados dos estudos já conhecidos, preferimos considerar genericamente a poluição do ambiente como responsável pela morte de árvores e não apenas as chuvas ácidas".

Gases poluentes - O pesquisador da Universidade de Coimbra explica o fenômeno da chuva ácida pelo aumento dos gases poluentes na atmosfera, em particular o gás sulfuroso (SO_2) e o gás carbônico (CO_2). Diz Jorge Paiva:

– O excesso de SO_2 na atmosfera é resultante particularmente da utilização de "Fuel oil" como combustível na atividade industrial e produção de energia. A morte de uma parte das florestas da Tchecoslováquia resultou da quantidade de enxofre libertado para a atmosfera pelas centrais térmicas, que utilizam para combustão lenhite (carvão) com elevado teor de enxofre. O aumento de CO_2 na atmosfera resulta dos combustíveis utilizados na indústria de veículos automotores etc. A presença de CO_2 na água das chuvas provoca uma "lavagem" das camadas superiores do solo, pela solubilização dos sais. É um fenômeno comparável à ação da lixívia para branquear a roupa.

Assinala o pesquisador que os óxidos de Nitrogênio (Nox) são outros gases com enorme responsabilidade na Doença das Florestas. "O aumento de Nitrogênio (N) na atmosfera - escreve Jorge Paiva - é essencialmente devido ao escape dos automóveis, centrais térmicas, certas indústrias e ainda a emissão de gás amoníaco (NH_3), resultante de adubação artificial intensiva utilizada pela agricultura".

Segundo o autor, calculou-se que as árvores coníferas da Floresta Negra (Europa Central) recebem anualmente da atmosfera cerca de 40 quilos de nitrogênio por hectare, o que excede em muito as suas necessidades. "Estando os terrenos limpos de cálcio e magnésio pela ação da lixívia (chuva ácida), o resultado é que as plantas não conseguem combinar todo o nitrogênio com aquela quantidade de cálcio e magnésio", afirma o estudioso.

Ventos da morte - Nota ainda o articulista que os ventos têm levado as chuvas ácidas para países diversos de onde ela é provocada, através da poluição atmosférica. Assim, países como Noruega, Suécia e na Europa Central, sofrem os efeitos das nuvens carregadas de poluentes oriundas dos países industriais.

O autor apela, então, aos órgãos governamentais portugueses, como Instituto Nacional do Ambiente, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, e à Secretaria de Estado do Ambiente, no sentido de que intensifiquem os estudos para avaliar de forma científica o aumento das chuvas ácidas no país. Por último, lembra Jorge Paiva que, desde que detectou os primeiros casos de mortes de árvore na região central do país, há três anos, aumentou o número de árvores mortas.

Pacifismo

PAZ E ECOLOGIA SÃO PRIORIDADES PARA A UNESCO

Paris (IPS-AGEN) - O Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (Unesco) fixou na capital francesa, dia 9 de novembro, a estratégia futura para "resolver os três grandes desafios contemporâneos: a paz, o desenvolvimento e a proteção do meio ambiente", em uma resolução adotada por unanimidade.

A Unesco aprovou também o anteprojeto do Terceiro Plano a Médio Prazo (1990-1995) e o Projeto de Programa e Orçamento para 1990-1991. Os 51 membros do Conselho, presidido pelo brasileiro José Israel Vargas, discutiram durante um mês os diversos projetos apresentados pelo diretor geral, Federico Mayor Zaragoza, da Espanha.

Resolução - A reunião plenária do Conselho Executivo da Unesco aprovou por unanimidade a resolução apresentada pelo grupo de trabalho presidido pelo ministro senegalês da Educação, Ibadek Thiam. O documento reafirma a disposição da Unesco em "reduzir a distância que separa os países industrializados e países em desenvolvimento".

A base orçamentária da Unesco para 1990-1991 chega a US$ 326 milhões 835 mil. O Conselho Executivo apelou a Israel para abrir nos territórios árabes ocupados as escolas, ao mesmo tempo em que exortou esse país a proteger os bens culturais, artísticos e religiosos de Jerusalém.

Duas resoluções foram adotadas em favor da comemoração do nascimento do pensador portoriquenho Eugenio Maria de Hostos a 11 de janeiro de 1989 e sobre a "Comemoração do V Centenário do Encontro de Dois Mundos" em 1992. A próxima reunião do Conselho Executivo da Unesco será entre 17 de maio e 23 de junho de 1989.

Povos Indígenas

ÍNDIOS GUARANI DENUNCIAM INVASÃO DE SUA ÁREA

Itanhaem (AGEN) - O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de Itanhaem (SP) está denunciando a invasão da área dos índios Guarani localizada entre os municípios de Itanhaem, São Paulo e São Vicente. Vivem na região cerca de 50 índios Guarani, que vivem de roças familiares e da comercialização de palmito em Itanhaem.

Decreto do presidente da República, nº 94.224, de 14 de abril de 1987, determinava a demarcação da área dos índios Guarani, o que foi executado no segundo semestre do ano passado. A área, entretanto, abrange um bananal ligado à Fazenda Calvi, de Odil Cocoza Vasquez, morador em Santos.

Na primeira semana deste mês de novembro, os índios Guarani resolveram cercar a área que abrange o bananal. Na sexta-feira, dia 11 de novembro, a cerca foi derrubada por funcionários de Odil Cocoza Vasquez que, segundo o Cimi, passou a intimidar os índios, além de continuar a explorar o bananal e a retirar cascalho de um rio que também pertence à área indígena. Uma queixa contra o fazendeiro foi, então, registrada em uma delegacia policial, pelos Guarani, com apoio do Cimi.

Ainda de acordo com o Cimi, um Boletim de Ocorrência, de nº 1053/84, de 5 de maio de 1984, já havia sido lavrado na Polícia Civil contra Odil Cocoza Vasquez, por "invasão de terra e esbulho possesório", também com relação à área Guarani. Do mesmo modo, um Auto de Infração, de nº 0330517, foi igualmente emitido contra o mesmo fazendeiro, pela Polícia Florestal, por desmatamento não permitido, o que gerou o Termo de Embargo nº 0114916.

NAÇÃO ARARA AMEAÇADA DE EXTINÇÃO NO PARÁ

Brasília (AGEN) - Os últimos 100 índios Arara, da Área Indígena Arara, na rodovia Transamazônica, a 75 quilômetros de Altamira (PA), estão ameaçados de extinção, em função da presença em suas terras de dois mil colonos, que estão dispostos a se retirar, se o Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (Mirad) os assentar em outro local.

A informação é do jornal "Porantim", publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Segundo o jornal, em março último, o ministro Jader Barbalho havia se comprometido a realizar o assentamento dos colonos, o que ainda não foi feito. Com isso, permanece o clima de tensão entre os índios Arara e os colonos. Providências imediatas estão sendo, então, reivindicadas das autoridades pelo presidente do Cimi, d.Erwin Krautler.

Lembra d.Erwin que os índios Arara têm sido os mais sofridos na região do Xingu. "Já antes da construção da Transamazônica, muitos deles morreram eletrocutados nas cercas eletrificadas por frentes de colonização, ou envenenados por alimentos presenteados pelos brancos".

Síntese

APELO NA ONU

Brasília (AGEN) - Os missionários italianos da Consolata, que em abril montaram, em Turim, um centro de coordenação da Campanha pelos Índios de Roraima, estão coletando assinaturas que sirvam como base a um apelo a ser entregue em dezembro ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Javier Perez de Cuellar. Até setembro, os missionários italianos já haviam coletado mais de 150 mil assinaturas. Encerra-se em dezembro, do mesmo modo, a campanha "Uma Vaca para o Índio", também iniciada na Itália. Estima-se que, através da campanha, terão sido entregues 5 mil vacas para os índios brasileiros até o final do ano. Essas atividades fazem parte da preparação ao Ano Internacional do Índio, a ser comemorado em 1992, quando serão lembrados os 500 anos da evangelização da América.

MULHERES INDÍGENAS

Havana (AGEN) - A idéia de que o Brasil sedie um encontro mundial de mulheres indígenas foi lançada durante o III Encontro Continental de Mulheres, realizado em outubro último, em Havana, Cuba. A questão indígena foi debatida no III Encontro de Mulheres pelas 20 mulheres que representavam povos indígenas do Brasil, Equador, Canadá, Estados Unidos, Bolívia, Peru, Nicarágua e Panamá. Do Brasil, participou Eliane Potiguara, do Grupo Mulher - Educação Indígena - Grumin - União das Nações Indígenas (UNI).

HIDRELÉTRICAS EM DEBATE

São Paulo (AGEN) - Um dia de debates sobre a construção de novas hidrelétricas na Amazônia será promovido, a 9 de dezembro, pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, dentro da Campanha Xingu, com apoio da Prelazia do Xingu, União das Nações Indígenas (UNI), Associação Brasileira de Antropologia, Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP e Departamento de Antropologia da USP. Será lançado nesse dia o livro "As hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas".

Mulher

GUERRA E CRISE DETERIORAM EDUCAÇÃO DA MULHER

Panamá (Especial SEM/IPS, por Marianela Toribio) - A crise econômica e os conflitos armados têm deteriorado as condições de vida e a educação da mulher centro-americana, assegura o informe final de um Seminário sobre Alfabetização organizado recentemente no Panamá pela Unesco.

O documento foi publicado ao término do Encontro Centro-americano sobre Estratégias Inovadoras no Tratamento da Problemática Educativa e Sócio-Cultural da Mulher no Meio Rural e Urbano Marginal. "Envolta em violentos conflitos bélicos durante a última década, a região centro-americana viu retroceder em 20 anos o nível de vida de seus povos", diz o informe.

Miséria - Na sessão final do Encontro, Rosa Rivera, coordenadora geral do Conselho de Desenvolvimento Integral da Mulher Camponesa (Codimca), de Honduras, sustentou que, na região, "não há miséria porque há guerra, mas, sim, há guerra porque há miséria". Os países centro-americanos possuem as taxas globais mais altas de analfabetismo no continente, sendo as mulheres das zonas rurais e urbana marginais as mais afetadas, em especial as populações indígenas, onde as taxas chegam até a 75%. Guatemala, Honduras e El Salvador apresentam os maiores índices de analfabetismo na região, superando a taxa de 60%.

Por sua vez, Yolanda Rojas, consultora da Unesco, sublinhou que "toda esta situação se vê agravada pelas políticas econômicas dos estados centro-americanos que aplicam reajustes estruturais, seguindo convênios com organismos internacionais", referindo-se às políticas do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, entre outros.

Rojas, que previamente elaborou um estudo sobre a situação sócio-econômica da região, denunciou "a ausência quase total de programas e de preocupação nos Ministérios da Educação pela instrução da mulher".

Coordenação - O documento final do Encontro no Panamá frisa que, apesar dos vários programas educativos e de capacitação, desenvolvidos em nível internacional, não existe coordenação entre eles, o que afeta o impacto que podem ter na solução dos problemas da mulher.

Entre as recomendações levantadas no Panamá, se considerou a promulgação de legislações sobre o tema, assim como a criação de um órgão especializado, integrado por mulheres, que acompanhe o seu cumprimento. Rosa Rivera pediu aos profissionais presentes que "desburocratizem e descentralizem" os mecanismos que impedem a realização eficaz dos trabalhos na área de promoção da mulher. E afirmou, para quem teve o privilégio da educação, que essas pessoas "devem dar mais de si. Isto é bíblico: quem tem mais, que dê mais".

Política

PLENÁRIO FAZ PROPOSTAS PARA CONSTITUINTES MUNICIPAIS

São Paulo (AGEN) - O Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte divulgou as propostas que tem com relação às Constituintes Municipais, que irão elaborar as Leis Orgânicas dos municípios brasileiros. Lembra o Plenário ser esta a primeira vez que a população pode participar diretamente da elaboração das constituintes municipais.

"Os futuros 48 mil vereadores constituintes de todo o Brasil - diz o Plenário -, junto com a população, terão de elaborarr constituições municipais para cidades inchadas pelo êxodo rural colossal, forçado por um golpe militar contra a reforma agrária e contra outras medidas modernizadoras (sic). Desse êxodo surgiram também as regiões metropolitanas - carentes de tudo - e um clima de quase guerra civil. Devem entender que o combate à violência não pode ser feito simplesmente pela via das delegacias, da polícia e da repressão, mas com medidas efetivas contra o desemprego, contra a falta de habitação, de saúde, educação, transporte, lazer e de perspectivas".

Plataforma - Entre as propostas do Plenário Pró-Participação Popular para as Constituintes Municipais está a convocação regular, pelas Câmaras de Vereadores, das entidades da sociedade civil. Tambem sugere que a Constituinte Municipal acolha propostas de normas constitucionais (Iniciativas Populares Constituintes), subscritas por, no máximo, 0,5% dos eleitores, nos moldes do artigo 2 do Regimento Interno da Constituinte Federal.

Do mesmo modo, propõe que os vereadores constituintes reividiquem, do Congresso Nacional, a cessão de parte do tempo do informativo nacional (A Voz do Brasil), para divulgação, por emissoras locais, dos trabalhos da Constituinte Municipal. Que a promulgação da Constituição Municipal seja condicionada a referendo popular, e seus itens controvertidos, submetidos a plebiscito, é outra das propostas.

Conteúdos - Quanto ao conteúdo das próximas Leis Orgânicas Municipais, o Plenário propõe, entre outros ítens:

1. Adoção do quórum de 2/3 para decisões que tratem de zoneamento, criação de cargos, indicações para eventuais judiciários municipais remanescentes etc.

2. Que as escolhas de nomes pelo prefeito para as sub-prefeituras possam ser submetidas a referendo, caso a população o pretender.

3. Normatizar o plebiscito e o referendo de tal forma que a população possa, ela própria, decidir diretamente questões relevantes do município, entre as quais o estratégico Plano Diretor, determinado pela nova Constituição Federal para cidades com mais de 20 mil habitantes.

4. Que as cidades abaixo de 20 mil habitantes, não obrigadas a elaborar Plano Diretor, o façam, para que seu crescimento atenda aos interesses da população.

5. Criar Conselhos Comunitários que permitam à população participar de escolas municipais (com pais, alunos e professores), hospitais, postos de saúde, empresas de transporte coletivo, empresas públicas ou de economia mista etc.

6. Eleger a criança - principalmente a abandonada e carente - como ponto principal da administração municipal.

7. Estabelecer o compromisso de abolição definitiva do analfabetismo no município; a destinação obrigatória de 25% da receita municipal em educação tem de se tornar realidade.

8. Possibilitar o plebiscito ou referendo local para a população de determinado bairro ou sub-prefeitura decidir sobre questões que a afetem diretamente.

9. Impedir a possibilidade de anistias ou isenções fiscais, ou a remissão de dívidas, sem relevante interesse público justificado, a exemplo de calamidade.

10. Possibilidade da população, por sufrágio universal e secreto, extinguir mandato de prefeito ou vice-prefeito, mediante requerimento da Câmara dos Vereadores.

D.JOSÉ NÃO CRÊ EM OCUPAÇÃO DE TERRA COM ERUNDINA

João Pessoa (AGEN) - A virtual vitória da candidata do PT, Luiza Erundina, nas eleições para a Prefeitura Municipal de São Paulo, representa "a surpresa mais agradável" desse pleito eleitoral, na opinião de d.José Maria Pires, arcebispo da Paraíba. Natural do município paraibano de Uiraúna, Erundina dirigiu um departamento do Instituto de Formação para o Desenvolvido, ligado à arquidiocese da Paraíba, logo depois de ter se formado em Serviço Social, pela Universidade Federal da Paraíba.

Embora acentue que apenas a médio prazo uma avaliação sobre a administração petista poderia ser efetuada, acredita d.José Maria Pires que, "se o PT der total apoio a Erundina, ela fará um excelente governo em São Paulo".

Não acredita o arcebispo da Paraíba que as ocupações de terras sejam incentivadas durante a administração petista. "Pelo contrário, como governante popular, creio que ela tomaria as providências para o atendimento das necessidades do povo, levando a um diálogo que evitaria as ocupações". D.José Maria Pires considera que "nenhum partido foi vencedor nas eleições no Nordeste, e sim pessoas, pois os partidos tradicionais estão completamente desacreditados".

PARA PRESTES, MORTES EM VOLTA REDONDA AJUDARAM O PT

Rio de Janeiro (AGEN) - O líder comunista Luiz Carlos Prestes considera que o avanço dos chamados partidos progressistas nas últimas eleições, particularmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, é "conseqüência natural da política do presidente José Sarney contra o povo". Considera Luiz Carlos Prestes que os recentes episódios em Volta Redonda foram determinantes para o resultado das eleições municipais, especialmente na região sul do país.

"Esse acontecimento refletiu na vitória do PT, como partido que defende a classe que perdeu três companheiros", referindo-se à morte de três operários que participavam do movimento grevista na Companhia Siderúrgica Nacional.

Prestes entende, contudo, que o voto no PT em cidades como São Paulo, Vitória e Porto Alegre foi "um voto de protesto, não ideológico, embora o PT seja o partido que tenha a mais ampla base operária no momento". Prestes interpreta a adesão do Partido Comunista Brasileiro e do Partido Comunista do Brasil à candidatura petista em São Paulo como uma estratégia dessas agremiações em "aparecerem como partidos do povo, quando não são".

IGREJAS ACOMPANHAM CONSTITUINTE ESTADUAL

São Paulo (AGEN) - O Movimento de Fraternidade de Igrejas Cristãs (Mofic) realiza no próximo sábado (19) o Encontro Ecumênico de Lideranças Cristãs, com o objetivo de formar grupos ecumênicos de trabalho de acompanhamento à Constituinte Estadual e elaboração da Lei Orgânica do Município.

O Encontro será no Centro Pastoral São José (estação Belém do Metrô), das 8h30 às 17h, estando prevista a presença de cerca de 150 pessoas de quatro denominações religiosas: Igrejas católica, metodista, luterana e anglicana.

Na primeira parte do Encontro será apresentada uma visão ampla dos avanços e recuos da atual Constituição, no que diz respeito aos trabalhadores, seguida de discussões práticas de organização dos trabalhos para 89. Como assessores, estarão no Encontro o advogado Celso Fontana e o arquiteto Francisco Whitaker, assessor da CNBB durante os trabalhos constituintes e candidato a vereador em São Paulo pelo PT.

A idéia de um trabalho conjunto nasceu durante a realização do Encontro de Dirigentes Cristãos, a 30 de setembro, do qual participaram o cardeal-arcebispo de São Paulo, d.Paulo Evaristo Arns, Glauco Soares (reverendo anglicano), o pastor Hermann Wille, luterano, e o bispo metodista Nélson Campos. Os quatro decidiram sugerir esse Encontro às Igrejas, a fim dos grupos de Fé e Política, ecumênicos, a serem criados, ajudar o trabalho de formação e informação ao restante dos fiéis sobre as constituintes estadual e municipal.

ARCEBISPO APARECE NO HORÁRIO POLÍTICO DO PDS

Juiz de Fora (AGEN) - D.Juvenal Roriz, arcebispo desta cidade, em Minas Gerais, ao condenar parcialmente uma nota distribuída pelo Conselho Arquidiocesano de Leigos sobre as eleições municipais, aceitou o convite formulado pelo PDS para rebater o texto, e participou do horário eleitoral gratuito do partido em dois dias seguidos. Com isto, acabou fazendo campanha para o candidato Mello Reis. As palavras de d.Juvenal foram entrecortadas, nos dois dias, pelo jingle do candidato.

A nota, conforme os membros do CAL, condenava diversos partidos políticos por sua distância em relação aos anseios do povo e contradição entre discurso e prática, frisando que os cristãos deveriam votar "bem e conscientemente", não se iludindo com promessas demagógicas. Entre os partidos citados pela nota, estavam o próprio PDS, o PFL, o PMDB e ainda o PJ, cujo candidato a prefeito de Juiz de Fora, Alberto Bejani, acabou vencendo as eleições. Bejani, radialista, manteve sempre uma linha de trabalho voltada contra a presença da Igreja em movimentos populares, condenando a Teologia da Libertação e a inserção de cristãos nas atividades político-partidárias.

Vila de Prata - Curiosamente, o mesmo candidato que cedeu seu espaço ao arcebispo de Juiz de Fora para divulgar sua mensagem, Mello Reis, foi o protagonista de um dos mais controvertidos episódios em Juiz de Fora, quando prefeito: um grupo de famílias, que morava há vários anos no local denominado Vila da Prata, foi despejado por uma ordem judicial movida pelo então prefeito Mello Reis. Na ocasião, o arcebispo de Juiz de Fora acabou sendo criticado pelo laicato local, indignado pela omissão com a qual tratou o assunto. Aos moradores que iam procurá-lo, e mesmo ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Juiz de Fora, empenhado na resistência dos moradores, o arcebispo mandava dizer, através de sua secretária, irmã Hilda, que estava viajando.

As famílias foram removidas para casas minúsculas, em um local de dificílimo acesso, sem quintal para o plantio. O arcebispo nunca manifestou-se sobre o assunto, preferindo o silêncio. Na ocasião, o candidato eleito em Juiz de Fora no último dia 15 fez seguidos pronunciamentos contra o CDDH.

"Os leigos de Juiz de Fora estão perplexos com o aparecimento do arcebispo no horário político do PDS. Não esperávamos uma atitude destas. E quando percebeu a repercussão negativa, voltou à televisão, acusando o cinegrafista de ter deturpado sua aparição. Tentou mascarar a gravidade do fato, sem conseguí-lo", sentenciaram membros do Conselho de Leigos. (Guilherme Salgado Rocha)

Economia

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE JURISTAS CRITICA FMI

Brasília (AGEN) - As políticas que têm sido implementadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (Bird) são criticadas em um documento da Associação Americana de Juristas (AAJ), organização com secretaria sediada em Manágua, Nicarágua. O documento, assinado pelo presidente da AAJ, Beinusz Szmukler, foi uma das peças utilizadas pelo Tribunal Permanente dos Povos, no julgamento do FMI e Bird, realizado no final de setembro, em Berlim Ocidental (AGEN nº 129). São estes os principais pontos da análise da AAJ, reunidos pelo **Informativo da Dívida Externa**, publicação de várias organizações não-governamentais:

1. Conivência do FMI com as medidas dos Estados Unidos de não tornar conversível o dólar em ouro, o que possibilitou que esse país passasse a ter completo controle sobre a finança mundial, através do privilégio de impressão de papel-moeda. O FMI não tomou providência a respeito do assunto, nem mesmo criticou a medida.

2. Apesar do objetivo do FMI e Bird de promover o desenvolvimento e a cooperação em nível mundial, de 1950 a 1985 a participação das economias capitalistas desenvolvidas no comércio mundial passou de 60,8% para 65,6%, enquanto os países do Terceiro Mundo diminuíram sua presença de 31,1% para 23,9% no mesmo período.

3. Diante da crise mundial, em função particularmente da dívida externa, o FMI iniciou novos serviços financeiros, entre eles o financiamento para o ajuste estrutural. Estes ajustes submetem os países devedores a uma série de condições de política econômica, particularmente o arrocho salarial e a recessão, que agravam a crise, levando a população local a grandes sacrifícios. Curiosamente, as mesmas medidas não são recomendadas aos países ricos, cujas economias também se encontram em desequilíbrio, em especial dos EUA.

4. Os programas do FMI não têm conseguido resolver os problemas da balança de pagamentos. Ao contrário, nos últimos anos os déficits dos países pobres têm aumentado.

5. O nível de vida tem caído. Segundo um relatório da Organização das Nações Unidas para a Infância (Unicef), entitulado "Ajuste com Dimensão Humana", "a combinação da depressão dos mercados mundiais, a queda dos preços das matérias-primas e a alta taxa de juros têm reduzido extraordinariamente a capacidade de pagamento das importações em muitos países, ao mesmo tempo que têm originado uma grande queda dos preços".

Diz o mesmo relatório da Unicef que, "entre 1980 e 1985, as rendas per capita baixaram em 0,6% anual no conjunto dos países em desenvolvimento. A queda se deu em 17 de 23 países da América Latina, e em 24 de 32 países da Africa Subsaariana. A nível global, a renda per capita baixou em 9% na América Latina e em 15% na região subsaariana. Enquanto em 1979 somente 10 países aplicavam os programas do FMI, em 1984 a cifra tinha mais que triplicado, chegando a um total de 35 países".

6. O FMI e o Bird facilitaram o processo de endividamento dos países do Terceiro Mundo, ao desestimular créditos oficiais e tornando mais atrativos os créditos oferecidos pelos bancos privados. Com a grande crise da dívida, o FMI reaparece como instrumento de pressão dos bancos comerciais.

7. O FMI considera que as crises dos países do Terceiro Mundo têm origens internas a partir de desequilíbrios entre a oferta e a demanda e sua proposta é deixar atuar livremente as forças do mercado. Invariavelmente, quando a "liberdade de mercado" não é aceita pelas populações locais, a implantação dos ajustes do FMI vêm acompanhadas de repressão política. Em 1984, os protestos populares contra as conseqüências da aplicação da política do FMI, na República Dominicana, foram violentamente reprimidas com saldo de 200 vítimas.

8. Os projetos aprovados pelo FMI e Bird são no mínimo discutíveis e na maioria das vezes servem para criação de infra-estrutura produtiva para as empresas estrangeiras.

Movimento Operário

ELETRICITÁRIOS AMEAÇAM VOLTAR À GREVE EM MINAS

Belo Horizonte (AGEN) - Após aceitarem a proposta de reajuste salarial de 117%, já imbutido o resíduo de 26,06% expurgado pelo Plano Bresser, os eletricitários da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), com uma expressiva presença de 4500 dos 20 mil funcionários da empresa, decidiram voltar ao trabalho, após lembrarem que houve um avanço efetivo na mobilização.

Mas os eletricitários permanecem atentos: alertaram a empresa que retornam à greve caso não sejam cumpridos os termos do acordo. As negociações foram mediadas pelo vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), juiz Michel Melin.

Distribuição de energia - A Cemig tem 73% de seu capital controlados pelo governo de Minas Gerais e gera 4,4 mil MW (correspondente a 10% do sistema interligado Sul-Sudeste). Ela informou que durante toda a greve, que durou dez dias, não houve problema nos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia.

Em Araraquara, os 25 anos de fundação do Sindicato dos Metalúrgicos da cidade foram devidamente comemorados. Mais de mil pessoas estiveram presentes, sendo homenageados os fundadores, os primeiros associados e os sindicalistas com mais de dez anos de atividades na entidade. O sindicato é filiado à CUT e o primeiro no Brasil a filiar-se à UIS-Metal. Na ocasião, falaram, além do atual presidente, Sérgio Rampani, o representante da CUT na região, João Bosco, e da UIS-Metal no Brasil, Hugo Bianchi.

LUIZ ANTÔNIO MEDEIROS: CRAVO E FERRADURA

Brasília (AGEN) - Na greve dos petroleiros, a ação do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, mostrou-se, mais uma vez, ser de integral e estreita ligação ao presidente José Sarney, na medida em que o aconselhou a não enviar a "medida provisória" ao Congresso Nacional, regulamentando os serviços considerados essenciais para efeito de direito de greve.

De livre trânsito na esfera governamental, Luiz Antônio Medeiros não mostrou a mesma eficácia quando dos acontecimentos de Volta Redonda, preferindo manter-se afastado da ocupação da CSN e de sua conseqüente invasão pelas tropas do Exército, quando três trabalhadores foram assassinados. O sindicalismo de resultados, ao que parece, aprova e pratica o velho esquema de dar uma no cravo e outra na ferradura.

Medida provisória - A "necessidade" do presidente José Sarney valer-se do instrumento de medida provisória teve início na greve dos petroleiros, que atingiu nove das onze refinarias da Petrobrás, com 55 mil funcionários parados, dos 61 mil empregados da empresa. Inclusive o corpo administrativo também aderiu ao movimento.

A reivindicação dos petroleiros, assim como a dos empregados da CSN, é o reajuste de 26,06%, referente ao Plano Bresser. O líder do PT na Câmara, Lula, insistiu com o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, sobre a importância do diálogo e a disposição dos grevistas em exercê-lo. Os ministros militares, desde o início da greve, reafirmam, em todos os instantes, "a impossibilidade do diálogo".

FERROVIÁRIOS REITERAM CAMPANHA CONTRA PRIVATIZAÇÃO DA REDE

São Paulo (AGEN) - O Comitê Nacional de Defesa da Ferrovia, integrado por 22 entidades do setor, está distribuindo um documento onde denuncia a privatização da Rede Ferroviária, frisando "que existe uma intensa campanha visando desmoralizar as empresas estatais, sob o argumento de que são elas as responsáveis por grande parcela do déficit público e conseqüentemente da inflação".

Da Coordenação do Comitê fazem parte as seguintes entidades: Associação de Engenheiros da Central do Brasil, Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Central do Brasil, Federação das Associações de Engenheiros Ferroviários, Associação de Maquinistas, Associação de Profissionais Universitários de Juiz de Fora e Associação de Técnicos Ferroviários SR-3.

Transferência a particulares - Mais adiante, o documento lembra que a campanha de privatização "é orquestrada por grupos econômicos nacionais e internacionais e capitaneada por setores do governo, principalmente o Ministério dos Transportes, e busca criar condições para o desmantelamento de setores vitais para o desenvolvimento brasileiro, constituídos pelas empresas estatais".

Com o documento, assinala o Comitê, "pretendemos desmascarar mais esta manobra contra os interesses nacionais. A solução para tudo isto, segundo a nossa ótica, não está na privatização, mas sim na modernização da RFFSA, realizada com a participação de seus empregados e usuários e com a fiscalização e controle da sociedade".

Aspectos políticos - Dividido em vários itens, o documento aponta, em seguida, os aspectos políticos que estão norteando a campanha de privatização da Rede Ferroviária. "Coerente com o modelo econômico adotado, o governo federal traçou uma estratégia política que visa a desmoralização da ferrovia estatal, acusando-a de ser responsável por enorme parcela do déficit público, tendo como aliados os grandes grupos econômicos, futuros beneficiários da privatização, através de suas entidades de classe, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e a Confederação Nacional das Indústrias, além da Bolsa de Valores".

Acrescenta o texto divulgado pelo Comitê, e publicado na íntegra no boletim número 30 do Centro de Informação, Documentação e Análise Sindical (Cidas), instalado em São Paulo, à rua Santo Antonio, 446, conjunto 92, CEP 01314: "paralelamente, nega à Ferrovia os investimentos indispensáveis à sua modernização, obrigando-a, ainda, a praticar uma política de arrocho salarial, a fim de desmotivar e criar um clima de desânimo entre os empregados. A seguir, acena que a solução desses problemas estaria na privatização".

O item 10, que encerra o documento, faz uma convocação geral às forças progressistas e afins, interessadas no assunto: "diante da gravidade dos pontos mencionados, os ferroviários brasileiros conclamam a nação a cerrar fileiras na luta pela manutenção estatal da ferrovia, visando barrar a privatização entreguista e criminosa, exigir a democratização e transparência da administração ferroviária, exigir que o governo federal canalize para a ferrovia os investimentos necessários à sua modernização, utilizando os recursos públicos que hoje estão sendo aplicados em empreendimentos demagógicos, clientelistas, fisiológicos e belicistas".

Especial

EMBAIXADOR DOS EUA NO CHILE NÃO CRÊ EM MUDANÇAS

Santiago (AGEN) - O embaixador dos Estados Unidos no Chile, Harry Barnes, disse que não prevê mudanças na política de seu governo em relação ao regime político do Chile, e que tampouco se observam, em princípio, quaisquer mudanças no que se refere aos outros países da América Latina. "Por ora, o mais importante para o governo norte-americano a respeito do Chile, será o processo eleitoral de dezembro de 89", fazendo alusão à sucessão do presidente Augusto Pinochet, acrescentando:

- "Nem Bush e nem Dukakis comentaram muito a política externa. Foi enfocada mais a linha interna do país". O secretário-geral do direitista Partido Nacional, Javier Diaz, de sua parte, qualificou a eleição norte-americana de "exemplo de democracia". René Abeliuk, do Partido Social-Democrata, de oposição, afirmou "que qualquer resultado, no fundo, não implicaria em maiores modificações na política de Washington para a América Latina, especialmente no que se refere às questões econômicas".

PERU APONTA TEMAS DE DIÁLOGO: NARCOTRÁFICO E DÍVIDA EXTERNA

Lima (IPS-AGEN) - Funcionários do governo e políticos peruanos de diversas tendências manifestaram suas esperanças de que se desenvolva o diálogo entre Estados Unidos e a América Latina na administração Bush. O ministro das Relações Exteriores, Luis Gonzales Posada, afirmou, antes do resultado final, "que o triunfo de Dukakis ou de Bush não vai impedir um renovado diálogo, pois as circunstâncias o indicam e o exigem". Gonzales Posadas apontou dois grandes temas que obrigam o diálogo: o narcótico e a dívida externa.

O ministro lembrou que os dois temas não foram resolvidos nos últimos anos. "Pelo contrário, tendem a agravar-se, com prejuízos tanto para os Estados Unidos quanto para a América Latina". No final da entrevista, sentenciou: "esperamos que a nova administração contribuia para a paz na América Central, encerrando, definitivamente, a ajuda aos mercenários que combatem o governo da Nicarágua".

NICARÁGUA QUER RETIRADA DA PRESENÇA ESTRANGEIRA NA AC

Manágua (IPS-AGEN) - "As relações dos Estados Unidos com a Nicarágua devem buscar uma nova dinâmica de comportamento", afirmou, na capital do país centro-americano, a ministra da Saúde, Dora Maria Tellez, ao inaugurar uma Jornada Científica Internacional de Saúde. Ela frisou que a vinculação do novo presidente eleito dos Estados Unidos, George Bush, na guerra de agressão praticada contra a Nicarágua, é conhecida em todo o mundo, "pelo que o governo da Nicarágua espera que a fracassada política de Reagan obrigue o presidente eleito a repensar sua administração e mudar o comportamento político".

Mais adiante, a ministra Dora Tellez comentou que a nova proposta do governo nicaragüense ao presidente Bush deve ser a de reafirmar o desejo de ver eliminada, a curto prazo, toda presença militar estrangeira no território centro-americano.

Iniciativa própria - "Isto está posto nas mãos do presidente eleito, que deve saber que a América Central tem capacidade de buscar a solução de seus próprios problemas, sem a presença militar estrangeira. A política dos Estados Unidos deve ser a de permitir que os presidentes dos países da América Central discutam os problemas, que somente a eles e ao povo competem", acrescentou.

Dora Tellez acrescentou à sua análise a observação de que a prática da administração Reagan "significou quase nove anos de guerra ininterrupta, impedindo o desenvolvimento do país a curto e a médio prazo, tendo um efeito extremamente desgastante no que se refere a seus recursos humanos, concentrados, desde a Revolução Sandinista, na defesa e não na construção e na busca do desenvolvimento econômico-social do país", finalizou.

NEGROS DA ÁFRICA DO SUL PREFERIAM UM DEMOCRATA

Joannesburgo (IPS-AGEN) - A satisfação manifestada pelo governo de Pretória, na África do Sul, e a preocupação do movimento anti-racista pela vitória de George Bush foram consideradas prematuras pelos comentaristas políticos sul-africanos. Nos próximos cinco meses a pressão sobre o governo da África do Sul poderá alcançar níveis nunca vistos desde os anos do presidente Jimmy Carter, frisaram.

Em Pretória, fontes diplomáticas estimam que Bush não tem o carisma de Reagan, de um lado, e que pode deixar-se influenciar pelo debate sobre as sanções econômicas contra o regime do apartheid. O arcebispo Desmond Tutu afirmou que a eleição de Bush poderá acentuar a pressão dos Estados Unidos. Acrescentou que a maioria negra preferia um democrata na Casa Branca.

COLÔMBIA PRETENDE REUNIR GRUPO DOS OITO COM BUSH

Bogotá (IPS-AGEN) - O presidente da Colômbia, Virgilio Barco, disse que a América Latina não espera favores da administração Reagan, "mas que continuem as relações de comércio e de cooperação técnica". O presidente colombiano assinalou, ainda, que durante a campanha dos candidatos à Casa Branca, ambos reconheceram os esforços feitos pela Colômbia na luta contra o narcotráfico e a guerrilha. "Estou seguro que Bush continuará ajudando naquilo que puder".

Em entrevista concedida a jornalistas de várias agências internacionais, Virgilio Barco deixou manifesta a possibilidade de que os presidentes do Grupo dos Oito reúnam-se com Bush para apresentar-lhes as aspirações e dos desejos da América Latina.

OPOSIÇÃO NO MÉXICO FICOU PREOCUPADA

México (IPS-AGEN) - Os partidos oposicionistas no México manifestaram preocupação com a vitória de Bush, informa Ignacion Gonzales Janzen. Dirigentes da Frente Democrática, de centro-esquerda, e dos Partidos Popular Socialista (PPS) e Mexicano Socialista (PMS), afirmaram que as relações entre México e Estados Unidos, normalmente complexas, podem se complicar na administração Bush.

Por sua vez, Gonzalo Altamirano, secretário-geral do Partido de Ação Nacional (PAN), de direita, frisou que os EUA "terão na pessoa do novo presidente uma política mais enérgica e mais enigmática em sua relação com o México". Bush é "um fervoroso anticomunista, partidário da intervenção militar em todas as partes, do Afeganistão à Nicarágua, e tem sido o grande mecenas dos contras na Nicarágua", afirmou Hector Ramirez, dirigente do PPS.

América Latina

GUATEMALA: GUERRILHA AVANÇA COM FRACASSO REFORMISTA

Guatemala (AGEN) - A luta armada tem uma história de várias décadas na Guatemala. Durante todos esses anos anunciou-se, milhares de vezes, a "derrota definitiva" da resistência. Atualmente o regime realiza uma gigantesca ofensiva militar, para tentar neutralizar o apoio popular à guerrilha. Mesmo assim, o Exército passou de perseguidor a encurralado nos quartéis, em quase todo o território. Mas nem sequer atrás das muralhas está seguro: a guerrilha atacou os quartéis de Mônaco e Ressurreição, em El Quiché; Santo Tomás, em El Petén; El Socorro, San Basilio e Chanchicupe, nas províncias de Chinaltenango, Suchitepéquez e San Marcos, entre vários outros.

Dos 13 mil soldados mobilizados na operação de cerco estratégico, mil cairam em combate. Passaram então aos cercos táticos, de surpresa, com apoio de artilharia e aviação. Um deles para apagar La Voz Popular, a rádio da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca(URNG). Nesse intento o Exército teve 82 mortos. A URNG opera em 11 províncias do país.

O governo - Dois anos e meio atrás, o Exército anunciou eleições e regresso à constitucionalidade. O governo civil, contudo, revelou-se contrário ao povo e repressor, mas com disfarce democrático. Engodo para a população, simultaneamente com a guerra contra as forças revolucionárias. Não deu certo. A ofensiva militar fracassou, e o povo parece apoiar a crescente guerrilha.

O projeto reformista viveu uma crise em 11 de maio, quando o Exército tentou derrubar o governo democrata-cristão. O presidente Vinicio Cerezo apressou-se em aplicar um pacote ditado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), comprou todo o armamento que o Exército pediu e estabeleceu o "Sistema de Proteção Civil": a militarização de todo o país.

O Secretário de Estado norte-americano ofereceu 75 milhões de dólares, e o FMI emprestou outros 126 milhões. Resultado: forçada desvalorização da moeda (o Quetzal) e aumento exorbitante dos preços dos combustíveis, energia e, por conseqüência, de todos os produtos. Quer dizer, fome para a maioria da população.

Além disso, o governo teve de excluir a Nicarágua (para contentar a Reagan) duma reunião de chanceleres centro-americanos contrariando sua propalada política de "neutralidade ativa". A escolha de ser "obediente", não inocenta o governo democrata-cristão pela repressão e a fome que flagelam o povo.

Os golpes - As tentativas de golpe repetiram-se em julho e agosto, e só refletem o desespero de setores militares, perante o fortalecimento inexorável das forças revolucionárias. O Exército acusa à imprensa, mas a imprensa verdadeiramente opositora já está fechada. Acusa "civis", que atentariam contra a disciplina militar. Não há dúvidas que tenta-se encobrir contradições na oficialidade, e sobretudo, o fato de que o governo capitulou perante os golpistas, e implementa todas as condições impostas pelos quartéis desde maio. O licenciado Cerezo continua apresentando o Exército como "garantia" do processo. (J.Pezzuto)

PARLAMENTARES EUROPEUS DENUNCIAM MILITARIZAÇÃO

Guatemala (AGEN) - Uma delegação de parlamentares europeus visitou a Guatemala recentemente para analisar a situação dos direitos humanos. Depois do estudo, declarou que a população guatemalteca está indefesa perante as forças repressoras.

Os parlamentares afirmam que as patrulhas de "autodefesa civil" contribuem para a militarização da sociedade, consolidam métodos contra-insurgentes dos militares, e que o governo atual não adotou nenhuma medida. Denunciam que o poder continua em mãos do Exército, e que o governo não tem vontade nem capacidade para esclarecer as violações dos direitos humanos.

Por outro lado, no Congresso dos Jornalistas Centro-Americanos e Cavibenhos, realizado em Porto Rico, com participação de profissionais de 17 países, a delegação guatemalteca acusou o governo de Cerezo pelo fechamento de meios de imprensa opositores. (A.P.)

"VOZ POPULAR" CONDENA BOMBARDEIOS

Guatemala (AGEN-VOZ POPULAR) - A emissora de rádio da URNG (Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca), denunciou que o Exército bombardeia indiscriminadamente as populações, com autorização do presidente Vinicius Cerezo. Aviões A37-B, PC-7 Pilatus, helicópteros artilhados destroem aldeias e plantios, causando a morte de muitos camponeses. Recentemente, em Ixcám (El Quiché), toda a periferia foi incendiada, partindo-se de San Lucas e El Edén. O Exército usou projéteis de fósforo branco. No bombardeio ao povoado El Socorro (Acatenango), morreram 15 trabalhadores rurais.

A rádio afirma que o Exército obrigou os camponeses dos distritos ligados aos municípios de Aguacatán, Barrillas, San Marcos e El Quiché, a fazer patrulhas, fornecer alimentos, a trabalhar gratuitamente e a fazer vigilância fardados.

O combatente Domingo Perez foi capturado ferido pelo Exército no vulcão Atitlán. Em El Rodeo, foi capturado também ferido, José Galvez. Os dois "desapareceram". Os crimes de lesa-humanidade não caducam. Os responsáveis pelas mortes e pela dor do povo serão julgados, sublinha "La Voz Popular".

Síntese

REFUGIADOS APELAM A JOÃO PAULO II

México (AGEN) - Os refugiados guatemaltecos enviaram cartas às Nações Unidas, ao governo espanhol e a João Paulo II, assinalando as condições indispensáveis para regressar à sua pátria com segurança. No México há 500 mil camponeses expulsos da Guatemala pelas ditaduras. Os refugiados pedem reconhecimento do seu direito sobre as terras que os ataques militares os obrigaram a abandonar, direito de organização, garantias à vida e a saída do Exército das suas regiões. Solicitam, ainda, que delegados internacionais acompanhem diretamente o processo de repatriação.

PACOTE ECONÔMICO GEROU GREVES

Guatemala (AGEN) - O pacote econômico antipopular fez com que eclodisse uma série de paralizações trabalhistas e passeatas, nas 22 províncias do país. Os trabalhadores do Inde, Fazenda, Migração, Indeca, Infom, Digesepe, Benestar Social, Setor Saúde e outras estatais, junto com os funcionários da Universidade San Carlos, profissionais, estudantes e donas de casa, protestaram contra o governo.

O ministro do Planejamento ameaçou com medidas radicais contra os trabalhadores em greve. O Exército ocupou os edifícios públicos em conflito. Os ministros da Fazenda, Saúde Pública e Migração elaboraram listas de demissões.

ESTUDANTES PROTESTAM

Guatemala (AGEN) - A Associação dos Estudantes Universitários recentemente responsabilizou ao governo pela insegurança dos membros da sua direção, sob controle permanente de elementos da polícia secreta. Reclama do governo o esclarecimento dos assassinatos dos estudantes Elizabeth Paniagua, Grijalva Estevez, Danilo Alvarado, Leiva Caxaj e Adrian Roca, acontecidos nos dois últimos anos.

CEREZO CONFESSA

Guatemala (AGEN) - Em seu desespero por defender o Exército, o presidente Cerezo cometeu um erro: disse a verdade: "As pessoas devem reconhecer que o Exército luta no interior do país, e sofre baixas permanentemente". Se se pensa duas vezes, não contradizia declarações militares e dele próprio sobre a "debandada" da guerrilha. Viu-se na necessidade de justificar 130 milhões de dólares para a aquisição de helicópteros e armamento. Em rigor: 30 % é ajuda norte-americana. (A.P)

ARCEBISPO AMEAÇADO

Guatemala (AGEN) - O arcebispo da capital, Prospero Penados, declarou que nos últimos meses intensificaram-se as ameaças de morte contra ele e contra os membros da Comissão Nacional de Reconciliação. Disse que recebe até cinco telefonemas diários, com ameaças de morte. Denunciou que também foram ameaçados monsenhor Toruño e a senhora Tere de Zarco, da CNR.

Terceiro Mundo

ANGOLA FESTEJA 13 ANOS DE INDEPENDÊNCIA

Luanda (ANGOP-AGEN) - O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, foi felicitado pelos líderes soviético e cubano, Mikhail Gorbatchev e Fidel Castro, por ocasião do 13º aniversário da independência de Angola, a 11 de novembro de 1975.

Em Saurimo (província da Luanda Sul, leste do país), onde representou o chefe de Estado angolano no ato principal dos festejos da data, o general Pedro Maria Tonha "Pedalé", ministro da Defesa, disse que o maior êxito de Angola em 13 anos de liberdade foi a preservação da independência.

"Este é um dia de todos os angolanos, independentemente das idéias que cada um professa, do local de nascimento, da cor da pele etc. Somos angolanos e devemos trabalhar sob a mesma bandeira", apelou Pedalé, numa clara alusão à política de reconciliação nacional praticada pelo governo.

Anistia - O ministro da Defesa disse que o governo vai virar a página do passado para dar oportunidade àqueles que se rebelaram contra ele a abdicarem das suas atividades antigovernamentais e se juntarem ao esforço coletivo de construção do país. Pedalé disse que o povo angolano tem capacidade para resolver, sozinho, os seus problemas sem necessitar de interferências externas.

O general Pedro Maria Tonha afirmou ainda que o governo angolano já deu provas da seriedade da sua política de reconciliação nacional e de harmonização social. "Ela é a expressão de humanismo, de espírito de unidade nacional em torno dos interesses da maioria do povo".

Brasil - No Brasil, numa solenidade promovida pela embaixada angolana, dia 13 de novembro à noite, no Teatro Nacional de Brasília, foi apresentado um vídeo-show sobre Agostinho Neto, médico, poeta e primeiro presidente da República Popular de Angola. Houve também exibição do Ballet Nacional de Angola, na sua primeira apresentação fora do país.

Em Lisboa, o embaixador angolano, Mawete Baptista, disse à imprensa local que Angola está disposta a ajudar a independência da Namíbia e o recuo das tropas sul-africanas para o lado sul-africano do Rio Orange, que divide a Namíbia daquele país.

"Angola está na expectativa quanto à ação do novo presidente norte-americano (George Bush)", disse o embaixador, a propósito das negociações de paz no sudoeste africano. O embaixador disse que os cubanos só saem de Angola quando terminarem os motivos da sua chamada, numa alusão ao perigo para a soberania angolana, representado pela presença na Namíbia do Exército sul-africano.

ONU FAZ CONFERÊNCIA ESPECIAL POR BANGLADESH

Nova Iorque (IPS-AGEN) - A Organização das Nações Unidas iniciou uma conferência especial, dia 16 de novembro, para mobilizar a assistência para a recuperação de Bangladesh, que sofreu fortes inundações em setembro. A expectativa para o encontro era de que governos e instituições financeiras determinassem o "tipo e nível" de ajuda que desejam oferecer.

Um informe preparado pela ONU e governo de Bangladesh estima que o país necessitará de cerca de US$ 1,4 bilhão para financiar a reconstrução e a reabilitação da nação. Cerca de metade do território de Bangladesh ficou submergida durante várias semanas. Foram afetadas diretamente pela inundação 45 milhões de pessoas.

A cifra oficial de mortes, como resultado direto das inundações, foi de 1.644 pessoas. Mais de 730 mortes foram provocadas por enfermidades causadas por diarréia. A 18 de outubro, a Assembléia Geral da ONU adotou uma resolução, solicitando aos organismos da ONU e estados membros que "tomem as medidas apropriadas" para ajudar Bangladesh a superar a presente crise e a aumentar a capacidade do país para prevenir e atenuar os desastres naturais.

MORTOS EM PROTESTO CONTRA GOVERNO NO SRI LANKA

Colombo (IPS-AGEN) - Quinze pessoas morreram durante manifestações de protesto contra o governo do Sri Lanka, realizadas no sul do país, onde opera a Frente de Libertação Popular (JVP). As manifestações ocorreram na segunda semana deste mês.

Na localidade de Tissamaharama, a 160 quilômetros ao sul da capital, Colombo, 6 pessoas morreram quando o Exército disparou contra 2 mil manifestantes. Em Monegarala, morreram 5 pessoas quando os soldados de um veículo militar tentavam revidar uma ataque massivo.

A situação política no país insular, localizado no Oceano Índico, ficou crítica depois que JVP promoveu diversos atentados a estradas de ferro, telecomunicações, ônibus, escritórios de correios, distribuição de petróleo e escolas. Imediatamente, o governo declarou estado de emergência na cidade de Anuradhapura.

A principal reivindicação do JVP era a deposição do presidente J.R.Jayewardene, do Partido de Unidade Nacional, a implantação de um regime interino e a convocação de eleições gerais. Jayewardene chegou a anunciar que dissolveria o parlamento, se o líder do JVP, Rohana Wijewera, estivesse de acordo com um governo interino de todos os partidos, o que acabou não se concretizando.

Síntese

DÍVIDA PERDOADA

Maputo (ANGOP-AGEN) - O governo francês poderá perdoar um terço da dívida moçambicana, decisão que se espera seja materializada na próxima reunião do Clube de Paris, prevista para princípios de 1989, afirmou em Maputo o primeiro-ministro moçambicano Mario Machungo. De acordo com o chefe do governo moçambicano, a França assegurou que atribuirá um fundo adicional estimado em 100 milhões de francos franceses (cerca de US$ 16 milhões), resultado de entendimentos nas recentes conversações que manteve em Paris com o seu homólogo Michel Rocard e outros dirigentes.

UNITA ABATE AVIÃO

Berna (ANGOP-AGEN) - Uma Comissão Internacional de Inquérito concluiu, em Berna, Suíça, que o avião de tipo "Hércules" fretado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha para distribuir víveres a civis vítimas da guerra e que caiu a 14 de outubro de 1987, na província angolana de Bié (no centro sul do país) foi abatido por um projétil que atingiu uma de suas turbinas. De acordo com um relatório preliminar do Bureau Federal Suíço de Inquérito, com base nas gravações das conversas da tripulação de seis pessoas, que morreram, e a torre de controle, o avião foi abatido por um projétil guiado por raios infravermelhos. A Comissão não cita o tipo de míssil mas acredita-se que se trata do "Stinger", de fabricação norte-americana. A caixa-preta desapareceu quando o avião caiu e matou ainda doi civis que se encontravam numa residência destruída pelo aparelho. A Unita, organização de oposição ao governo angolano apoiada pela África do Sul, tem dito que recebeu dos EUA os mísseis "Stinger" para fazer frente à aviação angolana equipada com modernos caças soviéticos.

RÁDIOS EM CABO VERDE

Cidade da Praia (ANGOP-AGEN) - Cabo Verde está negociando com uma empresa francesa a instalação no seu território de três emissores de ondas curtas, com capacidade para atingirem toda África e America Latina, soube-se de fonte governamental. As negociações decorrem entre o governo caboverdeano e a MCI - Media Connection International - exigindo o projeto um investimento de 150 milhões de francos franceses. Os três emissores destinam-se a ser alugados por estações de rádio estrangeiras que pretendem atingir a África e América Latina. O contrato de concessão proposto ao governo da Praia tem uma duração prevista de 20 anos, antecedidos de 18 meses de estudos e de mais três anos para a construção das infra-estruturas, que incluem uma central elétrica, abastecimento de água e estradas.

Memória

NA VIDA DE JOÍLSON, A SAGA DO MENOR ABANDONADO

São Paulo (AGEN) - Será a 9 de dezembro o 5º aniversário do assassinato do menor Joílson de Jesus, morto pelo procurador geral do Estado, Jefferson Pires de Azevedo.

O menor Joílson fora perseguido pelo procurador pelas ruas centrais de São Paulo, porque teria em suas mãos uma correntinha (nunca achada) de uma senhora, e alcançado morreu pisoteado pelo perseguidor.

Joílson tinha 15 anos de idade quando foi assassinado. A sua vida é o protótipo do menor abandonado numa grande cidade. Filho de migrantes, vivia somente com a sua mãe, já que o pai havia abandonado a família envolvido no alcoolismo.

Desde os 9 anos, Joílson teve várias passagens pela Febem por estar "perambulando" pelas ruas. Em sua situação, procurava trabalhar, mas por vezes ficava nas ruas por perder a condução.

Começou então a vender santinhos nas escadarias da catedral da Sé em São Paulo. O que arrecadava era destinada à sua mãe. Com o tempo, Joílson não pôde mais ficar nas escadarias da Sé, e começou a procurar outras alternativas que o analfabetismo e sua história lhe permitiram. E veio então o 9 de dezembro. Hora do almoço em 1983. Seu corpo ficou estirado por todo o dia, coberto por sacos de lixo, diante de uma multidão de curiosos, que por ele passaram se revezando durante todo o dia.

Agentes da Pastoral do Menor que se encontravam no Pátio do Colégio, envolvidos no acompanhamento junto a vários menores, não puderam sair em seu socorro. A mãe de Joílson só ficaria sabendo do ocorrido na manhã do dia seguinte por um noticiário de rádio.

Joílson, a despeito da violência, conseguiu sobreviver à morte na memória de todos aqueles que o estimam. Tornou-se o símbolo da violência que está levando o país ao infanticídio desmedido e justificado. Mas tornou-se também o símbolo daqueles que continuam firmes na luta pelo direito à vida, sem concessões.

Em primeiro julgamento, Jefferson de Azevedo foi condenado a prisão domiciliar. O seu advogado Dr. Roberto De Vittis, tendo recorrido da sentença, conseguiu sua absolvição.

Quero assinar o boletim semanal da AGEN. Por isso envio o cheque ou vale postal no valor de Cz$ 2.500,00 (individual) ou Cz$ 3.000,00 (entidades).

Nome ———————————————————

Endereço ———————————————————

Bairro ——————————— *CEP* ———————————

Cidade ——————————— *Estado* ———————————

País ——————— *Número do cheque ou vale postal* ———————

Telefone ———————————————————

Assinatura ——————————— *Data* ———————————

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Reg. Prof. Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro Soares Martins (Reg. Prof. Mtb 17.572)
Redação: Guilherme Salgado Rocha (Reg. Prof. Mtb 2205)

Correspondentes e Colaboradores: Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs e Liliana Lavoratti (Porto Alegre, RS), Rosa Dalla Costa (Francisco Beltrão, PR), Valdemar de Oliveira Neto (Recife, PE), José Anchieta Ferreira (Linhares, ES), Maria Alzira Fritzen (Manaus, AM), Galeno Amorim (Sertãozinho, SP), Fernando Sopelsa (Zona Leste, São Paulo, SP), José Lourenço Pechtoll (Grande ABC, SP), Newton Carlos e Isaac Akcelrud (comentaristas internacionais), Attilio Hartmann (Quito, Equador), José Subirats (La Paz, Bolívia), Roberto Codas Friedmann (América Central), Beltrina Corte (Bogotá, Colômbia), Juan Pezzutto e Regina Santos (São Paulo) e Aníbal Pastor Niñez (Santiago).

Divulgação e contatos: Pe. José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Rev. Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN
Fotolitos: "AJATO"
Impressão: Gráfica Peres Ltda.

DIRETORIA

Presidente: D. Sumio Takatsu
Vice-Presidente: Frei José de Rezende Ribeiro - O.P.
Secretário: Paulo Maldos
Tesoureiro: José Lourenço Pechtoll

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

AV. IPIRANGA, 1267 - 14º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 11.25824 AECN-BR

IMPRESSO

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

IGREJAS

Governo tcheco apela às Igrejas para ajudar abertura pág 2
Bispo de MT incentiva criação de cooperativas pág 2
IPU estranha sua exclusão dos colegiados da Sociedade Bíblica pág 2
Igrejas enviam carta aberta a Constituintes Estaduais pág 2

DIREITOS HUMANOS

Pessoas ligadas a direitos humanos foram eleitas pág 3
Entidades promovem Seminário sobre Volta Redonda pág 3

MOVIMENTOS SOCIAIS

Plenário Pró-Constituinte trabalha em âmbito estadual pág 3

TERRA

Lavrador sofre atentado e Executiva do MST se reúne pág 3
José Rainha pede garantias de vida pág 3

POVOS INDÍGENAS

Missionário denuncia: genocídio Yanomami continua pág 4
Cimi defende áreas indígenas como "intocáveis" pág 4
Índia Guarani acusa Funai de omissão em Mato Grosso do Sul pág 4
Funai e Sarney condenados em Tribunal Ticuna pág 4

POLÍTICA

No Centro-Sul, avanço progressista foi maior pág 5
Maioria ainda conservadora no Norte e Centro-Oeste pág 6
Bispo elogia vitória do PMDB no interior de Pernambuco pág 7
Organismos de direitos humanos debatem a nova Constituição pág 7
D.Paulo receberá 1º Prêmio Nacional de Direitos Humanos pág 7
Igreja quer volta de metroviários demitidos pág 7

ECONOMIA

Bancos surpresos com mudanças na conversão da dívida pág 8
Para empresário, Cuba muda com perestroika pág 8
Japão quer aumentar sua presença no Uruguai pág 8

DOCUMENTOS

Dom Cabral Duarte, um bispo a esquecer pág 9

AMÉRICA LATINA

Jornalistas latino-americanos condenam dívida externa pág 10
Guatemala detém recorde de violência na A.Latina pág 10
Honduras: novos desaparecimentos e assassinatos pág 10
Venezuela: irregularidades na compra de armamentos pág 10

TERCEIRO MUNDO

Opinião pública leva Botha a suspender execuções pág 11
Jornal inglês comenta acordo de paz na África pág 11
Missionárias assassinadas em El Salvador pág 12



José Rainha Júnior, membro da Executiva Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, vítima de um atentado a bala na cidade de São Mateus, norte do Espírito Santo, pediu garantias de vida à Secretaria de Segurança Pública do estado. José Rainha estava entrando em sua casa quando ouviu os tiros, que atingiram a porta, estilhaçando-a. Em entrevista à AGEN, ele frisou que o atentado deve-se à atuação do MST na ocupação das terras da Acesita, próximas a São Mateus. Terra. Foto de Roberto Parizotti

POLÍCIA PRENDE PISTOLEIROS QUE ATIRARAM CONTRA PREFEITO

Porto Alegre do Norte (AGEN) - Sindicatos de trabalhadores rurais, administrações municipais e entidades, como a CPT e o Cimi, além da Prelazia de São Félix do Araguaia, estão distribuindo uma nota de protesto à tentativa de assassinato sofrida pelo prefeito desta cidade, no Mato Grosso, Rodolfo Alexandre Inácio (Cascão), do PMDB, e o posseiro Avelino Pereira Coelho.

A nota, além de denunciar os autores das tentativas e o mandante, pede "uma lúcida consciência crítica, a união de todos os companheiros, o desmascaramento dos oportunistas e traidores e a confiança no Deus da vida", a fim de que "a caminhada seja sustentada".

Apoio eleitoral - Segundo as entidades signatárias, Cascão e Avelino sofreram o atentado, dia 20 de novembro, por volta das 18h, por causa de seu apoio político ao candidato a prefeito de Porto Alegre do Norte, Pedro Azevedo Guimarães, conhecido como Pedro Fernandes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local. Pedro Fernandes ganhou as eleições e seus adversários políticos, conforme as informações passadas à AGEN, não aceitaram o resultado.

Assinala a nota: "Os autores dessa emboscada homicida, em plena rua, foram cinco pistoleiros, quatro deles bem conhecidos: Eduardo de Souza (Mato Grosso), Carlos Alves Rodrigues (Carlinhos), Mariano Ferreira Matos (Ferreirinha) e Vicente "Ceguinho", a mando do fazendeiro Luís Carlos Machado, conhecido por Luís Bang-Bang, antigo 'gato' da Fazenda Frenova, do grupo dos cartórios Medeiros e dos Tapetes Ita, de São Paulo. Também esteve envolvido na preparação do atentado Benedito Pereira da Silva, (Ditinho).

Mais adiante, a nota lembra que a vitória de Pedro Fernandes representa, para o povo de Porto Alegre do Norte, "a continuidade da administração Cascão e a derrota das forças latifundiárias da UDR, cujo candidato era o próprio Luís Bang-Bang".

Cascão foi, durante anos, agente de pastoral da Prelazia de São Félix (o município de Porto Alegre pertence à Prelazia) e é muito estimado na região, inclusive por d.Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia. Levados imediatamente a Corumbá, ambos estão fora de perigo. Cada um recebeu dois tiros. Do atentado escapou Fernanda Macruz, mulher de Cascão, que conseguiu esconder-se no banco de trás do carro.

O atentado ocorreu junto à delegacia de polícia. Os pistoleiros foram presos após uma troca de tiros na divisa com Vila Rica, município vizinho. Luís Bang-Bang fugiu de avião para o Pará.

Boletim Nº 131 - 01 de dezembro de 1988.
AV. IPIRANGA, 1267 - 8º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 1125 824 AECN-BR

Igrejas

GOVERNO TCHECO APELA ÀS IGREJAS PARA AJUDAR ABERTURA

Praga (IPS-AGEN) - O primeiro-ministro da Tchecoslováquia, Ladislav Adamec, apelou às Igrejas, comunidades religiosas e aos crentes a contribuir com o êxito da "perestroika" neste país. O convite à cooperação com o programa de transformações sócio, políticas e econômicas que começa a ser desenvolvido na Tchecoslováquia foi feito durante uma "reunião solene" do Comitê de Representantes das 18 Igrejas e comunidades religiosas existentes no país, no início deste mês.

A reunião foi realizada por ocasião do 70º aniversário da fundação do Estado tcheco, a 28 de outubro de 1918, sobre as ruínas do velho império austro-húngaro, após a primeira guerra mundial. Em seguida à homilia do bispo católico, d.Jan Lebeda, o premier tcheco pronunciou um discurso, assegurando que "o Estado socialista e seu governo federal se esforçam por manter as melhores relações com as Igrejas e os crentes e fomentar a confiança mútua".

Novas idéias - Ladislav Adamec afirmou que seu governo (está no cargo há dois meses) será "enérgico" com relação ao "respeito às leis". Entretanto, sublinhou saber que "as novas idéias nascem da livre discussão, sem idéias preconcebidas, condenação de opiniões dissidentes e inúteis desconfianças".

"Estamos convencidos - disse o premier - que é muito o que as Igrejas podem realizar em favor do progresso material e espiritual e para a felicidade do povo", e opiniou que uma "ativa postura de cidadania" dos crentes nesta direção "não contradiz com a fé religiosa".

Adamec reafirmou também o "princípio da liberdade de culto" e a concepção de um "estado de tolerância confessional" que "historicamente tem contribuído com o fortalecimento do Estado" tcheco, "sempre que se atuou com união", explicou. "A intolerância religiosa, a opressão e a discriminação de pessoas de outras confissões sempre prejudicaram a causa da nação", concluiu.

BISPO DE MT INCENTIVA CRIAÇÃO DE COOPERATIVAS

Sinop (AGEN) - O bispo da diocese de Sinop (MT), d.Henrique Froilich, de 69 anos, em entrevista à AGEN, após afirmar que "é grande o número de terras devolutas em nossa diocese", frisou: "Os grandes grileiros são nosso maior problema. Grilam a terra e depois vendem-na aos colonos, geralmente por preços altos. Os colonos, entretanto, não têm o título de posse, exatamente por ser terra grilada".

Contra a situação "injusta e desumana", segundo d.Henrique provocada pela posse da terra, o trabalho da diocese, criada em 82, é o de estimular a fundação de cooperativas de produtores rurais. Segundo o bispo diocesano, "a intenção é ajudar e proteger o pequeno colono da presença angustiante dos grandes". Dá uma risada alta e completa: "Os donos das grandes fazendas estão danados conosco. Percebem que começam a perder à primeira vista uma inesgotável fonte de lucro e riqueza, ou seja, a exploração dos pequenos proprietários".

A partir do interesse demonstrado pelo padre Jorge Albertini, os leigos ("leais ao espírito verdadeiro da cooperativa e do Evangelho", segundo definição do bispo) iniciaram um lento e paciente trabalho de aglutinação dos interesses de funcionamento das pequenas propriedades, concluindo, desde então, não haver outra saída a não ser as cooperativas.

Acrescenta d.Henrique: "Com uma produção pequena e estradas ruins, a comercialização da colheita era muito difícil. Os produtores, para seu desespero, acabavam vendendo por preços baixos ou então não vendiam. O frete pesava muito na balança. A situação estava insustentável".

A lavoura branca, que se constitui de feijão, arroz e milho é a predominante na região, mas já aparecem plantações de café, cacau e, em menor escala, do guaraná. "Insistimos muito na produção de borracha para os pequenos agricultores. Ela sempre terá um preço bom, e não há a necessidade de muito espaço, além de ser uma cultura nativa", completa d.Henrique.

IPU ESTRANHA SUA EXCLUSÃO DOS COLEGIADOS DA SOCIEDADE BÍBLICA

Vitória (AGEN) - O último número de "Traço-de-União", boletim da secretaria-geral da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU), comenta a carta-circular de 14 de outubro da Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), que comunica os nomes dos novos componentes dos três colegiados da SBB. Nenhum nome da IPU aparece entre os novos membros.

A carta-circular da SBB, assinada pelo seu secretário-geral, reverendo Luiz Antonio Giraldi, comunica os nomes dos novos integrantes da Diretoria, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal da Sociedade, eleitos na XII Assembléia Geral da entidade, a 26 de agosto passado.

Observando que nenhum membro da IPU foi incluído, "Traço-de-União" acrescenta que os três representantes anteriores da Igreja nos colegiados foram "eliminados". Eram os pastores Claude Emmanuel Labrunie, João Dias de Araújo e Joaquim Beato, "todos conhecidos nacional e internacionalmente pelo seu notório saber bíblico e teológico".

Equilíbrio - Comenta o boletim da IPU que, "embora as denominações evangélicas não são oficialmente representadas na Sociedade Bíblica do Brasil, tem sido tradicional o esforço de dar equilíbrio nos seus colegiados administrativos a pessoas das várias Igrejas".

Afirma ainda que a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), "que retirou seu apoio à SBB há 15 anos, após a publicação da versão do Novo Testamento **A Bíblia na linguagem de hoje**, tem cinco de seus membros nos novos colegiados da SBB". Este fato, para o secretário-geral da IPU, reverendo Jaime Wright, "é bom e ruim. Bom, porque sugere que a IPB estaria abandonando o sectarismo que cegara-lhe a vista ecumênica. Ruim, porque sugere haver - de fonte não identificada - uma discriminação contra a denominação caçula brasileira que, desde suas origens, se comprometeu com o ecumenismo".

Reunido em Salvador, durante a primeira semana de setembro, o Conselho Coordenador da IPU aprovou resolução reafirmando seu apoio à SBB, e lembrando que vários dos seus pastores e leigos são funcionários importantes nos quadros daquela entidade.

IGREJAS ENVIAM CARTA ABERTA A CONSTITUINTES ESTADUAIS

São Paulo (AGEN) - Foi enviada a todos os deputados estaduais de São Paulo a carta aberta aos constituintes, elaborada durante o Encontro Ecumênico de Lideranças Cristãs, realizado no último dia 19, no Centro Pastoral São José, marcado para deflagrar o trabalho de acompanhamento à Constituinte Estadual, em fase de elaboração do seu regimento interno.

Estiveram no Encontro cerca de 100 pessoas, membros das Igrejas católica, luterana, metodista e episcopal, que decidiram pela elaboração da carta aberta e por sua ampla divulgação entre as comunidades e grupos das Igrejas presentes. Foi marcado um novo Encontro para o dia 18 de fevereiro.

Cinco itens - A carta aberta, dirigida a todos os constituintes, assinala, na introdução, que a Constituinte Federal e as Eleições Municipais impediram uma atenção maior à instalação da Constituinte Estadual, "limitando a participação das entidades representativas da sociedade".

Constatado o fato, as Igrejas cristãs reivindicam cinco pontos básicos, nesta primeira fase da Constituinte Estadual: "A garantia da participação popular, com a possibilidade de serem apresentadas emendas, tanto na fase das comissões como no plenário da Assembléia; que as sessões das comissões e do plenário da Assembléia sejam públicas; que hajam audiências públicas na fase das comissões; que os trabalhos sejam conduzidos pela mesa e que se estabeleça a tribuna livre para a defesa das emendas populares".

O Encontro foi promovido pelo Movimento de Fraternidade de Igrejas Cristãs (Mofic) e Comissão de Ecumenismo e Diálogo Religioso da Arquidiocese de São Paulo (Cedra). Outras informações podem ser obtidas no telefone (011) 884 1544.

Direitos Humanos

PESSOAS LIGADAS A DIREITOS HUMANOS FORAM ELEITAS

São Paulo (AGEN) - Várias pessoas ligadas à questão da defesa dos direitos humanos foram eleitas a 15 de novembro. O vice-prefeito eleito de São Paulo, Luiz Eduardo Greenhalgh, e o novo prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar, foram advogados de presos políticos nos anos 70. Até hoje Greenhalgh atua em casos políticos, tendo sido, por exemplo, defensor dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou, que foram ameaçados de expulsão do país.

O advogado Omar Ferri, um dos fundadores do Movimento Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, foi eleito vereador pelo PSB, em Porto Alegre. Ex-deputado estadual pelo PTB, na época em que Leonel Brizola era governador do estado, Omar Ferri defendeu o casal de uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Dias, seqüestrado com o auxílio de policiais brasileiros. Recentemente, Ferri foi um dos primeiros brasileiros a receber sua ficha na comunidade de informações, como garante o habeas-data prescrito na nova Constituição.

O coordenador nacional do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, Pedro Wilson Guimarães, foi o segundo candidato mais votado à Prefeitura de Goiânia, concorrendo pelo PT. Ex-reitor da Universidade Católica de Goiás, Pedro Wilson diz sair "com esperanças" das eleições municipais, por não ter se concretizado "a atmosfera de desinteresse do início, que apontava o voto nulo como uma saída para o país".

O presidente do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Joinville, João Facchini, foi eleito vereador pelo PT. A vereadora Helena Greco, reeleita pelo PT em Belo Horizonte, é uma velha militante pelos direitos humanos no estado.

ENTIDADES PROMOVEM SEMINÁRIO SOBRE VOLTA REDONDA

São Paulo (AGEN) - A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Comissão Teotônio Vilela e o Núcleo de Estudos da Violência promoveram na última segunda-feira (28), um Seminário-Protesto com o título "A Militarização dos Conflitos Sociais - Solidariedade às Vítimas de Volta Redonda", no auditório da OAB, Praça da Sé, 385, 1º andar.

O evento começou às 19hs, havendo, às 16h, uma entrevista coletiva à imprensa dos participantes: Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, presidente da OAB, seção São Paulo, Jânio de Freitas, jornalista da Folha de São Paulo, Juarez Antunes, presidente licenciado do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e eleito prefeito da mesma cidade, Marilena Chauí, membro da Comissão Teotônio Vilela, Miguel Reale Júnior, professor da Faculdade de Direito - USP e Paulo Sérgio Pinheiro, da Comissão de Direitos Humanos da OAB - SP.

No texto-convite, os promotores do Seminário assinalavam "considerar inadmissível a progressiva militarização dos conflitos sociais, sendo inaceitável a participação das Forças Armadas nas questões trabalhistas". Para em seguida acrescentar: "As morte em Volta Redonda confirmam, de modo bastante infeliz, que não é papel das Forças Armadas intervirem em movimentos grevistas".

PLENÁRIO PRÓ-CONSTITUINTE TRABALHA EM ÂMBITO ESTADUAL

São Paulo (AGEN) - O Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte já tem uma plataforma mínima de trabalho que deverá nortear sua atuação durante as Constituintes Estadual e Municipal. Membros do Plenário lembram que "o documento elaborado é uma contribuição ao debate, não estando, é evidente, pronto e acabado".

São muitas as preocupações do Plenário no que diz respeito à atual situação das cidades brasileiras: o documento faz referências, por exemplo, ao inchamento urbano, frisando que ele vem após um "êxodo forçado do campo". E observam a importância do momento constituinte, encerradas as eleições municipais e já promulgada a nova Constituição brasileira.

"Precisamos voltar nossa atenção para as leis estaduais e a seguir em direção à Constituição Municipal. Vamos sempre chamá-la assim, de Constituição Municipal, em substituição à expressão Lei Orgânica. Esta denominação nada mais é que uma interpretação abusiva da Constituição de 46, extremamente municipalista. Mas a interpretação acabou impondo uma carta-padrão aos municípios, o que em absoluto era previsto pela Constituição de 46", lembra José Carlos Salvagni, um de seus membros.

Questionado sobre a eleição de uma prefeita ligada aos interesses populares, e os reflexos nos trabalhos do Plenário, Salvagni assinalou: "É evidente que a eleição de Luiza Erundina vem facilitar e ajudar muito a nossa proposta. Ela, inclusive, participou de algumas reuniões, aprovando o teor geral do documento que vamos discutir. É evidente que ele tem acréscimos e eliminações a serem feitas, mas o que queremos garantir é o seu espírito, diríamos assim".

Já para a Constituinte Estadual, o Plenário vai marcar uma reunião para o próximo mês, onde o assunto será encaminhado.

LAVRADOR SOFRE ATENTADO E EXECUTIVA DO MST SE REÚNE

São Mateus (AGEN) - O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está exigindo das autoridades desta cidade do norte do Espírito Santo a apuração do atentado sofrido por José Rainha Júnior, membro da executiva nacional do MST, dia 17 de novembro. Ele entrava em sua casa e foi surpreendido pelos disparos, ficando ferido pelos estilhaços dos vidros da porta.

Segundo informações do MST, o atentado contra José Rainha, assim como as ameaças de morte ao também membro da Executiva, João Ramalho, relaciona-se à reocupação de 5 mil hectares da Fazenda Acesita Energética, em 15 de outubro, por 400 famílias de trabalhadores rurais. Um outro grupo de sem terra ocupou a sede do Ministério da Reforma Agrária, em Vitória, a fim de exigir a desapropriação da fazenda.

Compromisso - Em setembro, conforme o MST, o governo do estado e o Mirad comprometeram-se a assentar as famílias até o dia 15 de outubro, o que não foi cumprido. Com o atentado, pelo que disseram membros do MST, "fecha-se o cerco em torno das reivindicações dos trabalhadores rurais, criando-se um clima de terrorismo na região, marcada por muitos conflitos ligados à terra".

"Sindicatos regionais e entidades representativas do movimento popular estão apoiando a nossa mobilização, e a condenação ao atentado é geral, enquanto cresce o apoio ao nosso trabalho", disseram as mesmas fontes.

Reunião nacional - De 22 a 24 de novembro, no Seminário de Nova Veneza, a 20 quilômetros de Campinas, São Paulo, esteve reunida a executiva nacional do MST, a fim de avaliar as eleições do dia 15, sob a ótica dos sem terra. Foi traçado um amplo quadro dos resultados das urnas, sendo verificados os locais onde houve avanço ou recuo no que se refere ao apoio das administrações municipais ao Movimento.

Ainda na reunião, que teve a presença de cerca de 40 pessoas, foi encaminhado o 5º Encontro Nacional, a ser realizado no próximo ano, antecedendo o 2º Congresso Nacional, que acontecerá provavelmente em São Paulo, daqui a dois anos.

JOSÉ RAINHA PEDE GARANTIAS DE VIDA

Campinas (AGEN) - O trabalhador rural José Rainha Júnior, que sofreu um atentado a tiros na cidade de São Mateus, norte do Espírito Santo, no final da semana passada, encaminhou um pedido formal de garantias de vida, além de denunciar o ocorrido à Secretaria de Segurança Pública do estado.

Rainha Júnior, que participou de uma reunião do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é membro da executiva nacional do MST, e escapou ileso do atentado, sendo ferido apenas pelos estilhaços da porta de vidro de sua casa, destruída pelos tiros.

Susto e suspeita - A Polícia Civil de São Mateus, José Rainha e os demais membros do MST, que vivem na região, nada chegaram a denunciar, "pois sabíamos que nenhuma apuração seria feita, com rigor. Afinal, as suspeitas existem até de que poderia haver uma certa conivência, ou até mesmo um envolvimento maior dos policiais no atentado".

Segundo Rainha, os disparos foram conseqüência da ação do MST junto aos trabalhadores sem terra que ocuparam, há cerca de um mês, terras ociosas da Acesita Energética. "Infelizmente não pude ver os autores dos disparos. Cheguei de moto, estacionei-a e estava entrando quando ouvi os disparos. Mas não havia carro nas proximidades. Isto leva a crer que estavam a pé, escondidos atrás de postes ou em muros próximos". A paróquia de São Mateus, através do padre Pedro Bracelli, e a diocese, pelo bispo d.Aldo Gerna, manifestaram imediata solidariedade a Rainha e ao MST.

MISSIONÁRIO DENUNCIA: GENOCÍDIO YANOMAMI CONTINUA

Boa Vista (AGEN) - O missionário Carlo Zacquini, da Congregação Consolata, membro da Comissão pela Criação do Parque Yanomami, e que vive em Roraima há 24 anos, dos quais 14 em trabalhos ligados diretamente aos índios, advertiu os diversos setores da sociedade brasileira, "interessados no assunto", para "a continuidade do genocídio que vem sendo praticado contra os índios".

Completou: "Fui expulso da área Yanomami sob a alegação de que estava correndo perigo, imagine só... A situação na área é extremamente delicada, e o perigo cresce, pois os índios estão inteiramente abandonados...".

Prêmio ao trabalho - Sobre a nomeação do ex-presidente da Funai, Romero Jucá Filho, para o governo de Roraima, Carlo Zacquini sorriu e comentou: "A nomeação acabou se constituindo em um 'prêmio' à sua atuação nos assuntos indígenas, em particular no que se refere aos Yanomami. As ações negativas da Funai acabaram sendo apresentadas como feitos mirabolantes pelo governo Sarney".

Denunciou, mais adiante, que até mesmo funcionários da Funai, indignados com o tratamento dado pelo órgão federal aos índios Yanomami estão sendo afastados da área, "a fim de não ser revelado o genocídio lá praticado. Os jornalistas, por exemplo, não podem entrar. Não poderíamos esperar mais de um governo como o do Sarney, o maior grileiro de terras indígenas deste século", disse Zacquini.

CIMI DEFENDE ÁREAS INDÍGENAS COMO "INTOCÁVEIS"

São Paulo (AGEN) - O advogado Paulo Machado Guimarães, membro da assessoria jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), disse, durante o Curso de Direito Indigenista, que a prática dos advogados que integram a assessoria é não acomodar situações que envolvam invasões das áreas indígenas.

O Curso foi realizado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, de 23 a 25 de novembro, em promoção da própria faculdade e Comissão Pró-Índio de São Paulo. O advogado foi questionado sobre uma possível "injustiça" praticada contra posseiros, em situação de carência e miséria absolutas, obrigados a abandonar a terra ocupada.

Ele detalhou a ação da assessoria jurídica: "Nossa posição é defender a área indígena contra quem quer que seja. Pode haver uma união de forças entre os índios e os posseiros no geral, nas lutas mais amplas. Mas no específico defendemos sempre a área indígena como intocável".

Reforma Agrária - Prosseguindo em sua explicação, o advogado completou: "Nossa luta junto dos posseiros é pela Reforma Agrária, por exemplo, a fim de que todos tenham acesso à terra. É uma postura defendida publicamente, e assim deverá ser mantida".

O Curso foi encerrado, dia 25, com um Tribunal Ticuna, das 9 às 13h, com as presenças do jornalista Fernando Gabeira e do escritor Márcio de Souza, além de representantes indígenas. Diversas entidades apoiaram o Curso: União das Nações Indígenas, Associação Brasileira de Antropologia, Centro Acadêmico 11 de Agosto (Fac. de Direito), Centro de Documentação e Informação (Cedi), Centro Maguta, Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Letras da USP, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Núcleo de Direitos Indígenas, Centro de Trabalhos Indígenas e Cimi.

ÍNDIA GUARANI ACUSA FUNAI DE OMISSÃO EM MATO GROSSO DO SUL

Campo Grande (AGEN) - A índia Marta Silva Vito, conhecida como Marta Guarani, 46 anos, acusou a Funai de omissão em relação à expulsão dos índios Guarani e Kaiowá de suas terras neste estado, indo trabalhar em fazendas próximas, "sem qualquer noção de direitos trabalhistas. São barbaramente explorados, e abandonam a fazenda na primeira vez em que são repreendidos, deixando para trás o que tinham a receber".

Marta Guarani é sobrinha do cacique Marçal Tupã, que tornou-se conhecido por ter falado ao papa João Paulo II, em Manaus, quando de sua visita ao Brasil, em 1980. Marçal foi assassinado pouco tempo depois, no Mato Grosso do Sul.

Na periferia - Há três anos, foi criada, em Campo Grande, a Associação Kaguateca Marçal Tupã, a fim de acompanhar os índios que saem de suas tribos e vão para as cidades, trabalhando em subempregos. São denominados desaldeados. "Hoje, em Campo Grande, temos cadastrados cerca de 4 mil índios nessas condições. São os Terena, que moram próximos à cidade. Os Guarani e os Kaiowá moram em terras mais distantes. De lá, dirigem-se para as fazendas vizinhas, onde acabam cortando cana, morando em barracos imundos, sendo seguidamente maltratados pelos fazendeiros e seus jagunços", frisou Marta.

A Associação Kaguateca (o nome é uma composição das iniciais de todas as tribos do MS) está intensificando esse levantamento, a fim de ter um quadro amplo e detalhado das "precárias condições em que vivem os desaldeados", conforme Marta. Acrescentando: "A Funai nunca tomou providências, não mexe uma palha sequer".

Outras informações sobre o trabalho podem ser dirigidas diretamente à Associação, à rua Vasconcelos Fernandes, 703, bairro Amambaí, CEP 79025, Campo Grande, MS.

FUNAI E SARNEY CONDENADOS EM TRIBUNAL TICUNA

São Paulo (AGEN) - Por sete votos a zero, a Fundação Nacional do Índio (Funai), através de seu então presidente, Romero Jucá Filho, o ministro do Interior, João Alves, e o presidente José Sarney, foram condenados como responsáveis diretos ou indiretos pela morte de 14 índios Ticuna, ocorridas a 28 de março deste ano, no local denominado Boca do Capacete, município de Benjamin Constant, Amazonas.

O julgamento encerrou o Curso de Direito Indigenista realizado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco durante toda esta semana. O "massacre dos Ticuna", como ficou nacionalmente conhecido, teve como mandante o madeireiro Oscar Castello Branco. Além de 14 índios mortos, outros 23 ficaram feridos, em um dos mais "bárbaros crimes da história deste país", conforme definiu o advogado Carlos Frederico Marés, que atuou como promotor.

Consciência nacional - O advogado de defesa, Herman Assis Baeta, não tentou inocentar os envolvidos, mas sim atenuar a pena, argumentando que "a consciência nacional é contrária aos índios", frisando que as autoridades acusadas de omissão nada mais fizeram que "manter o que podemos ver em toda a nação".

Como testemunhas estavam um representante da OAB, o deputado federal Fábio Feldmann, Carolina Bori, presidente da SBPC, Antônio Augusto Arantes, presidente da Associação Brasileira de Antropologia, o bispo d.Décio Pereira, representando a CNBB, o escritor Márcio Souza e o jornalista Fernando Gabeira. O jurista Fábio Konder Comparato atuou como presidente do júri.

Na exposição da promotoria, o advogado Carlos Frederico Marés acusou "a inoperância da Funai", lembrando, mais adiante, que "o massacre não ocorreu em um dia qualquer. Pelo contrário: a polícia sabia da intenção dos capangas do madeireiro, e nada fez".

NO CENTRO-SUL, AVANÇO PROGRESSISTA FOI MAIOR

São Paulo (AGEN) - O avanço das forças progressistas foi maior nos centros urbanos e industriais da região centro-sul, embora, nos enclaves agropecuários nessas áreas, tenha prevalecido o poder de grupos conservadores como a UDR.

São Paulo - O PT ganhou as prefeituras de São Paulo (Luiza Erundina), São Bernardo do Campo (Maurício Soares), Santo André (Celso Daniel), Diadema (José Augusto Ramos), Santos (Telma de Souza), Campinas (Jacó Bittar) e Piracicaba (José Machado), além de outras pequenas cidades, entre elas, Jaboticabal, na zona canavieira. O PDT conquistou as prefeituras de pequenas cidades, como Jacareí e Aparecida, terra do ministro da Indústria e Comércio, Roberto Cardoso Alves, prócer da UDR.

O PSDB teve um baixo desempenho, elegendo os prefeitos de Pindamonhangaba, Bauru, Pompéia e Ibitinga. Em Bauru, Antonio Izzo Filho derrotou Osvaldo Sbeghen, do PTB, que tinha apoio da UDR. O PSB ganhou em Icém. A UDR conquistou a maioria das prefeituras na região agropecuária, no eixo Araçatuba (Germínia Venturolli) - Presidente Prudente (Paulo Constantino, coligação PTB-PFL-PSD-PL-PDS) - Presidente Venceslau (Tufi Nicolau, PFL-PDT-PL-PTB).

Na capital, o PT fez 16 vereadores: Eduardo Suplicy, Adriano Diogo, Jucelino Silva Neto, Joarez Soares, Valfredo Pereira Silva, Tita Dias, Henrique Pacheco, Pedro Dallari, Maurício Faria, Francisco Whitaker, Tereza Lajolo, Ítalo Cardoso, Irede Cardoso, Arselino Tatto, Devanir Ribeiro e João Carlos Alves. Jucelino, Valfredo, Arselino e João Carlos foram eleitos com apoio nas comunidades de base. Whitaker coordenou o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte.

O PSDB fez cinco vereadores: Walter Feldman, Paulo Kobayashi, Marcos Mendonça, Arnaldo Madeira e Gabriel Ortega. O PC do B elegeu Aldo Rebelo, ex-presidente da UNE. O PCB elegeu Luiz Carlos Moura. O PMDB elegeu 9 vereadores, o PDS 8, PTB 5, PFL 4 e PL 3, entre eles, o filho de Romeu Tuma, diretor geral da Polícia Federal, Robson Tuma, o segundo mais votado (mais de 40 mil votos), depois de Suplicy, que ultrapassou 200 mil votos.

Rio de Janeiro - O PDT elegeu o prefeito Marcelo Alencar e 12 vereadores na capital. Em todo estado, o PMDB conquistou 21 prefeituras, o PFL 12, o PL 4, o PSB 3, o PTR 3, o PTB 2, o PDC 2, o PDS 1 e o PT 1 (Angra dos Reis, com o dentista Neirobis Nagae). O PDT elegeu 19 prefeitos, entre eles os das maiores cidades: Niterói, São Gonçalo, Resende, Volta Redonda (Juarez Antunes, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos) e Campos. Nesta cidade, o candidato pedetista, Anthony Garotinho Matheus, derrotou Rockfeller de Lima, que tinha apoio explícito da UDR. Foi esta uma das maiores derrotas da UDR no país.

Vereadores eleitos pelo PDT na cidade do Rio de Janeiro: Jorge Felippe, Nestor Rocha, Tito Ryff, Maurício Azedo, Fernando William, Regina Gordilho, Mário Dias, Roberto Cid, Paulo Emilio, Carlos Alberto Torres, Sami Jorge e Wilmar Pallis. O PT elegeu 4: Chico Alencar, Adilson Pires, Eliomar Coelho e Guilherme Haeser. O PCB 2: Francisco Milabi e Ruça. O PSB reelegeu Sérgio Cabral. Alfredo Sirkis, eleito pelo PV, foi o vereador mais votado do Rio (43.452 votos). Completam a nova Câmara Municipal do Rio de Janeiro 3 vereadores do PTB, 2 do PMDB, 2 do PDC, 5 da coligação PDS/PL, 2 do PFL, 2 do PTR, 2 do Pasart, 2 da coligação PSDB/PC do B (Edson Santos e Laura Carneiro) e 2 do PS.

Rio Grande do Sul - O PT elegeu os prefeitos de Porto Alegre (Olivio Dutra), Rio Grande (Paulo Vidal), Severiano de Almeida e Ronda Alta, base do movimento dos sem terra. O PMDB conquistou 135 prefeituras, o PFL 16, o PDS 115, o PL 2, o PTB 1 e o PDT 57, entre elas, as de Pelotas e Nonoai. Grande parte dos novos prefeitos pelo PDS teve apoio da UDR, como Cássio Peixoto, eleito em Santiago. Em Cachoeira do Sul, a UDR apoiou o médico Acido Witeck, eleito pelo PMDB.

O PT elegeu 9 vereadores em Porto Alegre: Flávio Koutzii, Clóvis llgenfritz, João Mota, Antonio Hohfeldt, Gert Schinke, José Valdir da Silva, Décio Schauresn, Giovani Gregol e José Augusto Alvarenga. O PDT elegeu 11: Valdir Fraga, Isaac Ainhorn, Nelson Castan, Elói Guimarães, Jaques Machado, Wilton Araújo, Dilamar Machado, Carlos Vireira da Cunha, Ervino Besson, Letícia Arruda e Ciro Martini. O PMDB elegeu 5, a coligação PDS-PFL-PTB 5, PL 1, o PCB 1 (Lauro Hagemann) e o PSB elegeu o advogado Omar Ferri. A candidata mais votada em Porto Alegre, Jussara Cony, do PC do B, não foi eleita porque seu partido não atingiu o coeficiente necessário.

Santa Catarina - O ex-governador Espiridião Amin é o novo prefeito de Florianópolis, pelo PDS. O PT e o PV elegeram um vereador cada na capital. Em Camboriú, a chapa PDT-PT venceu a disputa pela prefeitura. O vice, Ariosto Pereira, é do PT, que no estado fez cerca de 20 vereadores. A maior bancada petista (3 vereadores) é em Criciúma, com o apoio dos mineiros em carvão.

Paraná - O arquiteto Jaime Lerner, do PDT, é o novo prefeito de Curitiba. Lerner, que já foi prefeito da cidade duas vezes, teve menos de 15 dias de campanha. O PT fez três vereadores na capital, e duas prefeituras no estado, entre elas a de São João do Triunfo, com apoio das comunidades de base.

Espírito Santo - O PT elegeu Vitor Buaiz prefeito de Vitória, e Túlio Pariz prefeito de Jaguaré. O PSDB ganhou em Itapemirim (Erivelto Meirelles), Vila Velha (Jorge Anders) e Cariacica (Vasco Alves, ligado a movimentos comunitários). O PFL conquistou 22 prefeituras, o PMDB 16, PTB 10, PDS 5, PL E PDT 3, PDC 2. O PDT fez três prefeituras: Bom Jesus do Norte, Linhares (Luiz Candido Durão) e São Mateus (Pedro Alves). Em Linhares, o vice-prefeito eleito, Jair Correa, o "Nozinho Correa", é vice-presidente regional da UDR; em São Mateus, o vice, Antonio Carlos Sosai, é ligado às comunidades de base.

A UDR apoiou, ainda, os prefeitos eleitos de Cachoeiro do Itapemirim, Theodorico Ferraço, e de Serra, José Maria Feu Rosa, ambos pelo PTB. Os novos prefeitos de Santa Teresa, Wadir Loureiro, e de Venda Nova do Imigrante, Nicolau Falqueto, os dois do PDC, têm afinidades com os ideais da UDR. A derrota que a UDR mais lamenta no Espírito Santo é a do candidato Syro Teodoldi, do PDC, em Colatina.

Minas Gerais - O grande derrotado foi o governador Newton Cardoso, que perdeu em Belo Horizonte e em sua cidade, Contagem. Em BH, venceu Pimenta da Veiga, do PSDB, partido também vitorioso em Contagem, com Ademir Lucas. O PT conquistou as prefeituras de Ipatinga e João Monlevada, no Vale do Aço.

A maior bancada (9 vereadores) em Belo Horizonte é do PT: Roberto Carvalho, Rogério Batista, Patrus Ananias, Tomaz da Mata Machado, Fernando Cabral, João Bosco Senra, Padre Lage, Helena Greco e Neuza Santos. Padre Lage, 71 anos, foi fundador das primeiras associações dos favelados do país, em BH, nos anos 60. Exilou-se no México e hoje é padre casado. Helena Greco é uma velha militante pelos direitos humanos.

O PSDB fez quatro vereadores em BH: Antonio Oscar Pinheiro, Amilcar Viana, Eduardo Lima e Aristides Vieira. O PDT elegeu Joaquim Gomes e Jayme Ferreira. O PC do B elegeu Sérgio Miranda. O PCB elegeu Arutana Pessoa, vereador mais votado no estado. O PMDB fez 6 vereadores, o PFL 3, o PTB 3, o PL 3, o PSC 1, o PMB 2, o PDC 2. Adelino de Carvalho, do PTB, foi eleito pelos fiéis da Igreja do Reino dos Céus. Adelino já foi processado, sob a acusação de "curandeirismo'. Henrique Braga, do PDC, foi eleito com o apoio da Igreja do Evangelho Quadrangular, e José Raimundo, também do PDC, com apoio da Assembléia de Deus.

MAIORIA AINDA CONSERVADORA NO NORTE E CENTRO-OESTE

São Paulo (AGEN) - O voto conservador foi predominante nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, apesar dos avanços progressistas em algumas áreas. A UDR elegeu prefeitos em cidades estratégicas, como Imperatriz (MA), Marabá (PA), São Félix do Araguaia (MT) e Xapuri (AC). Perdeu, contudo, em Feira de Santana (BA) e cidades como Amambaí (MS), tradicional reduto do senador Saldanha Derzi, ligado à entidade. Em Xapuri, a disputa foi grande com o PT, que elegeu três vereadores, um deles seringueiro.

Mato Grosso do Sul - O presidente regional da UDR, Fernando Junqueira, estima em 60% o número de prefeitos e vereadores eleitos pela UDR no estado. Otimismo exacerbado à parte, como é de característica da entidade, é verdade que a UDR elegeu boa parte dos novos prefeitos, a começar por Ludio Martins Coelho (PTB), na capital, Campo Grande. A UDR apoiou, ainda, em Campo Grande, os vereadores eleitos Giordano Neto, Francisco Maia, José Bandeira, Licinio Moreira de Almeida (delegado do Grupo de Operações Especiais da Secretaria Estadual de Segurança Pública), Paulo Pedra e Antônio Braga, pelo PTB, e Flávio Renato, pelo PFL.

Os latifundiários elegeram ainda o prefeito de Três Lagoas, Miguel Tabox (PTB), que é vice-presidente da UDR local. O vereador mais votado em Três Lagoas, Carlos Nunes (PTB), também é associado da entidade. O novo prefeito de Bonito, Naldemir Azambuja (PFL), é igualmente membro da UDR. A entidade apoiou ainda Fernando Luis Ribeiro, o Tico (PTB), eleito prefeito de Aquidauana. Tico é filho de Fernando Ribeiro, presidente da UDR local, cunhado de Roberto Orro, secretário estadual de Justiça, e sobrinho do ex-senador José Fragelli. Fadá Gattass (PMDB), prefeito eleito de Corumbá, é outro que mantém vínculos com a UDR.

O fato novo foi a eleição de Anilson Prego como prefeito de Amambaí, pelo PT, com apoio dos movimentos de Igreja. Amambaí fica na fronteira com o Paraguai. O voto dos "brasiguaios" foi decisivo. O candidato da UDR derrotado, Dejacir Cespedes, foi financiado diretamente por Saldanha Derzi.

Mato Grosso - O novo prefeito de Cuiabá, Frederico Campos (PFL), foi apoiado pela UDR. O PMDB fez 13 prefeituras no estado, e o PFL, 10. A maioria dos eleitos é de extração conservadora.

Na área da Prelazia de São Félix do Araguaia, onde d.Pedro Casaldáliga é bispo, a UDR apoiou os prefeitos eleitos de Santa Terezinha e da própria São Félix, Antônio Almeida. O PT fez 1 vereador em Conceição do Araguaia e 2 em Vila Rica. Em Porto Alegre do Norte, a chamada "Corrente Popular" do PMDB elegeu Pedro Fernandes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local. O atual prefeito de Porto Alegre do Norte, Rodolfo Inácio Alexandre, o "Cascão", sofreu um atentado logo após a eleição. Cascão apoiou a candidatura de Pedro Fernandes.

Goiás - O prefeito eleito de Goiânia, Nion Albernaz (PMDB), teve apoio não-declarado da UDR. Albernaz recebeu 30,6% dos votos, contra 27% obtidos pelo segundo colocado, Pedro Wilson Guimarães (PT). O PT elegeu 5 vereadores em Goiânia: Darci Accorsi, Marina Santana (advogada da Comissão Pastoral da Terra), Paulo Souza Neto (ligado às CEBs), Niso Prego e Geraldo Pereira. O PMDB elegeu 12 vereadores, o PL 4, PDC 3, PDT e PDS 2, PCB, PC do B (Denise Carvalho), PFL, PTR e PSC 1 vereador cada.

A UDR apoiou os prefeitos eleitos de Uruana (Geraldo Pereira) e Carmo do Rio Verde (Geraldo Reis), ambos pelo PMDB. Geraldo Pereira e Geraldo Reis são acusados da morte do trabalhador rural Nativo da Natividade, a 23 de outubro de 1985. O PT elegeu 2 vereadores em Carmo do Rio Verde e 1 em Uruana, todos ligados à luta pela reforma agrária. Em Anápolis, o PT elegeu 4 vereadores, entre eles, Clodovil Reis, ex-presidente do Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

Tocantins - O governador do novo estado de Tocantins, Siqueira Campos (PDC), assim como os senadores eleitos, Antônio Maia (PDT), Moisés Abraão (PDC) e Carlos Patrocínio (PTB), foram apoiados pela UDR. A maioria dos 8 deputados federais eleitos no novo estado também teve apoio da UDR.

Acre - Dos 12 maiores municípios, o PMDB elegeu 6 novos prefeitos e o PDS outros 6, entre eles o da capital, Rio Branco, Jorge Kalume. O PT elegeu na capital Maria Osmarina da Silva, vereadora mais votada no estado (2.578 votos).

A UDR apoiou os prefeitos eleitos de Xapuri e Brasiléia. Em Xapuri o PT perdeu a Prefeitura por 200 votos, e elegeu três vereadores: Raimundo Barros, seringueiro; Julio Nicácio, estudante; e Elidio Manfio, colono. O PT também foi bem em Brasiléia, elegendo dois vereadores: Orides Rigamonte, colono, e Ademir Moreira, funcionário público.

Amazonas - O prefeito eleito de Manaus, Artur Virgílio Neto (PSB), que pertenceu aos "autênticos" do MDB, ganhou na capital do Amazonas do ex-governador Gilberto Mestrinho, que comanda há vários anos o poder local.

Pará - Sahid Xerfan, do PTB, foi eleito prefeito de Belém com a maior votação proporcional do país (mais de 70% votos). Xerfan teve o apoio de grupos conservadores. No interior, a UDR elegeu o prefeito de Marabá, Nagib Mutran Neto (PDC-PFL-PSB), cuja família tem sido acusada de grilagem e prática de violência contra trabalhadores rurais sem terra.

Maranhão - O prefeito de São Luiz, Jakson Lago, é do PDT. Em Imperatriz, a UDR apoiou o prefeito eleito Davi Alves Silva. Atual deputado federal, Alves Silva é acusado pelo Movimento dos Sem Terra de comandar o esquema de violência contra a luta pela reforma agrária na região. Em Santa Luzia, o lavrador Luis Vila Nova, que tem sido constantemente ameaçado de morte, tendo inclusive sofrido atentado, disputou e perdeu a eleição para a Prefeitura pelo PT. O Movimento dos Sem Terra teme, agora, novas perseguições a Vila Nova. O PT fez um vereador em São Luiz, Loreto, Balsas e Riachão.

Pernambuco - O novo prefeito de Recife, Joaquim Francisco, do PFL, foi eleito com o apoio dos círculos conservadores. Em Olinda, foi eleito prefeito Luis Freire, pela chamada ala progressista do PMDB. Luis Freire é filho do ex-ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, morto em um acidente de avião ainda não esclarecido.

A coligação vitoriosa em Recife elegeu 9 vereadores, o PDT 5 (José Neves Filho, Newton Carneiro Filho, Alpheu Rosa Cesse Neto, Waldomiro Ferreira da Silva e Sérgio Magalhães), a Frente Popular - PMDB-PC do B-PCB 10 (entre eles, o ex-diretor regional do Incra, Byron Sarinho, pelo PCB), o PTB 4, o PDC 2, o PL, PSB e PT 1 vereador cada. O vereador do PSB é Antônio de Lima Santana, e o do PT, João Paulo Lima e Silva, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos.

Bahia - O radialista Fernando José, do PMDB, foi eleito prefeito de Salvador. O candidato do governador Waldir Pires, Virgildásio Senna, que saiu pelo PSDB, ficou em segundo lugar. O PMDB elegeu 12 vereadores (entre eles, o cantor Gilberto Gil), o PDT 4 (Jânio Natal, Atanázio Júlio, Sivoney Sales e Everaldo Bispo), o PDC 4, PDS/PFL 3, o PTB 3, o PC do B 2 (Javier Alfaya, ex-presidente da UNE, e Bete Wagner), o PCB 1 (Daniel Almeida), o PT 2 (Geracina Aguiar e Edical Passos), e o PSC 2. Domingos Bonifácio, do PDC, foi eleito pela Igreja Universal do Reino de Deus.

BISPO ELOGIA VITÓRIA DO PMDB NO INTERIOR DE PERNAMBUCO

Afogados da Ingazeira (AGEN) - O bispo desta cidade, no interior de Pernambuco, d.Francisco Austregésilo, após lembrar que "a seca na região está deixando o povo muito triste", comentou as eleições municipais, assinalando que "a vitória do médico Orisvaldo Inácio da Silva, do PMDB, apesar de não se constituir uma candidatura popular, jogou por terra uma dinastia de mais de 30 anos no poder, a família Mariano".

Orisvaldo disputou as eleições com Joésio Marques, da coligação PTB-PFL. "Não deixa de ser animador termos uma vitória desta aqui em Afogados. Estou há 27 anos na diocese, e pela primeira vez vi um tronco velho recebendo uma sacudidela. Tanto assim que todos os outros partidos, apesar de reconhecerem as limitações da candidatura, uniram-se em torno do nome de Orisvaldo, que acabou ganhando".

VITÓRIAS DO PT E PDT LEVAM A POLARIZAÇÃO IDEOLÓGICA

São Paulo (AGEN) - As eleições municipais de 15 de novembro demonstraram um considerável avanço dos chamados partidos progressistas. O maior derrotado foi o PMDB do deputado Ulysses Guimarães e dos governadores Orestes Quércia, Newton Cardoso e Miguel Arraes, que vêm abaladas as suas pretensões presidenciais.

O imberbe PSDB também não saiu-se bem de seu primeiro teste eleitoral, e a candidatura do senador Mário Covas saiu igualmente arranhada. A única Prefeitura de peso conquistada pelos tucanos foi a de Belo Horizonte, com o deputado Pimenta da Veiga. O PSB saiu-se vitorioso em Manaus (Artur Virgílio Neto), Aracaju (Wellington Paixão) e em Macapá (João Capiberibe).

A façanha de Artur Virgílio Neto, um dos chamados "autênticos" do antigo MDB, foi tanto maior porque significou a derrota de uma das mitológicas lideranças políticas, o ex-governador Gilberto Mestrinho, batizado pelo escritor Márcio Souza de Boto Tucuxi.

Polarização - O PT saiu do pleito municipal com aspirações presidenciais, ao fazer os novos prefeitos de São Paulo (Luiza Erundina), Porto Alegre (Olivio Dutra), Vitória (Vitor Buaiz) e de várias cidades importantes do interior paulista. O PDT, apesar de derrotado na capital gaúcha, reduto brizolista, chegou ao poder no Rio de Janeiro (Marcelo Alencar), Curitiba (Jaime Lerner), Natal (Vilma Maia), João Pessoa (Wilson Braga) e São Luiz (Jackson Lago). A vitória na terra do presidente José Sarney deve ter causado particular alegria ao ex-governador Leonel Brizola.

O resultado a médio prazo das eleições municipais é a polarização ideológica das tendências políticas, com vistas à sucessão presidencial em 1989. A candidatura do deputado Luis Inácio Lula da Silva, pelo PT, sai fortalecida das urnas, mas as intenções de Leonel Brizola também receberam considerável injeção de ânimo. Com o centro pulverizado, a direita busca, agora, um nome capaz de aglutinar as forças conservadoras.

O deputado Delfim Netto, um dos maiores articuladores da direita, lançou a candidatura do senador Jarbas Passarinho. A UDR não irá querer ficar de fora da costura à direita, e não pode ser descartada a hipótese do sr. Ronaldo Caiado aparecer na chapa presidencial, ainda que como candidato a vice.

Em resumo, os resultados das eleições municipais consagram as tendências progressistas dos grandes centros urbanos e industriais, enquanto nas áreas de economia agrícola e pecuária os círculos conservadores permanecem no poder, embora não mais de forma hegemônica. Os desafios impostos às forças progressistas são, agora, a condução dos governos municipais conquistados de maneira condizente com as aspirações populares, e a efetiva busca de uma união que leve à conquista do poder federal. (Por José Pedro S. Martins)

ORGANISMOS DE DIREITOS HUMANOS DEBATEM A NOVA CONSTITUIÇÃO

Abaetetuba (AGEN) - "Os Direitos Humanos e a nova Constituição" será o tema do 6º encontro das entidades de direitos humanos da região Norte 2 do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH) que corresponde aos estados do Pará e Maranhão e ao território federal do Amapá, de 10 a 12 de dezembro próximo, em Abaetetuba (PA).

Entre as entidades participantes, estarão a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), o Movimento das Mulheres do Campo e da Cidade, o Movimento Popular de Saúde, o Centro de Defesa do Negro, do Pará, além da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos e outras entidades ligadas às Igrejas Cristãs e à sociedade civil do Norte do país.

A discussão do tema central do encontro incluirá análise sobre avanços e retrocessos da nova Constituição - na ótica dos movimentos populares -, mecanismos e instrumentos sociais previstos no novo texto constitucional e propostas de trabalho decorrentes da aplicação da nova Carta.

D.PAULO RECEBERÁ 1º PRÊMIO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

São Paulo (AGEN) - O cardeal-arcebispo de São Paulo, d.Evaristo Arns, receberá o 1º Prêmio Nacional de Direitos Humanos em 8 de dezembro próximo, às 20h, no Teatro da Universidade Católica de São Paulo (Tuca). O cardeal Arns foi escolhido para receber esse prêmio pelo Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH), entidade que reúne cerca de 300 organismos de direitos humanos de todo o país e tem sede em Brasília.

O prêmio consiste numa estatueta de bronze, representanto uma pessoa humana que sofre opressão. A estatueta foi esculpida por Elifas Andreatto. A partir de 1989, o Prêmio Nacional de Direitos Humanos será entregue a uma personalidade ou entidade com relevantes serviços prestados aos direitos humanos, com base em um plebiscito organizado pelo MNDDH em todo o país.

No dia 10 de dezembro - que marca o 40º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Nações Unidas - o cardeal Arns participará em Paris de uma reunião de personalidades (entre as quais chefes e ex-chefes de Estado e Prêmios Nobel) comprometidas com a luta pelos direitos da pessoa humana.

Movimento Operário

IGREJA QUER VOLTA DE METROVIÁRIOS DEMITIDOS

São Paulo (AGEN) - A Arquidiocese de São Paulo está empenhada no retorno ao trabalho dos 357 metroviários demitidos pelo governador Orestes Quércia, durante a última greve da categoria, realizada no início de novembro. Os metroviários reivindicavam 37% de aumento por perdas salariais e revogação das demissões. Julgada ilegal a greve, a Companhia do Metrô concedeu dois reajustes de 15%, nos meses de novembro e dezembro, além de outras vantagens trabalhistas.

O cardeal-arcebispo de São Paulo, d.Paulo Evaristo Arns, esteve em Brasília com o ministro interino do Trabalho, Ronaldo Costa Couto, intercedendo pelos metroviários demitidos. Ao final do encontro, d.Paulo disse que tinha recebido "promessas" do ministro Costa Couto.

A Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo enviou telegrama ao deputado Ulysses Guimarães, ao governador Orestes Quércia e ao presidente do Metrô, Antonio Sérgio Fernandes, solicitando a volta dos trabalhadores demitidos, com base na nova Constituição, que garante o direito à greve e a redução da jornada de trabalho. A Comissão apela ao "senso de justiça e de pacificação que deve nortear todo homem público".

BANCOS SURPRESOS COM MUDANÇAS NA CONVERSÃO DA DÍVIDA

Brasília (INESC-AGEN) - O anúncio do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, sobre mudanças nas regras da conversão da dívida externa brasileira em investimentos, causou surpresa aos credores estrangeiros. A decisão seria apresentada à reunião do Conselho Monetário Nacional no dia 30 de novembro.

Entre as opções está a suspensão do leilão da dívida por seis meses, diminuição do total de cada conversão dos atuais US$ 150 milhões para US$ 100 milhões, aumento da periodicidade dos leilões de conversão para cada dois meses e congelamento dos cruzados obtidos na conversão por 180 dias. Estas medidas têm o objetivo de reduzir a pressão inflacionária provocada pela conversão da dívida.

Contradição - Realmente é de se admirar a posição adotada atualmente pelo ministro Mailson em relação à dívida externa. Contrariando a posição totalmente favorável à conversão e pagamento dos juros, agora ele assume a postura de defensor da economia nacional, realizando acrobacias para não entrar em total contradição com suas posições anteriores.

Em matéria paga difundida nos principais jornais do país, no dia 20 de novembro, o sr. Mailson afirma categoricamente: "A transferência de recursos para o exterior provocada pelo serviço da dívida externa tornou-se o maior obstáculo à retomada do desenvolvimento...". Fundamenta a afirmação dizendo que a remessa de poupança afeta a capacidade de investir. Segundo ele, o pagamento dos juros obriga a um esforço exportador, aumentando o endividamento interno e a transferência de parte da renda aumenta o conflito redistributivo, impedindo novos ajustes que comprimam os salários (o arrocho já está tão grande que ele lamenta não poder arrochar mais).

Raciocínio tão claro contra o endividamento, proveniente do ministro da Fazenda, é realmente de causar surpresas. Mas ainda há mais. A posição avançada do ministro fica mais clara nas propostas de redução da dívida que apresentará na reunião dos ministros da Fazenda de oito países latino-americanos endividados, que será realizada nos dias 11 e 12 de dezembro, no Rio de Janeiro.

Serão propostos mecanismos de redução da dívida através da incorporação dos descontos (deságios) praticados no mercado ou da compra da dívida pelo Banco Mundial ou FMI, pelo valor de mercado, transferindo posteriormente o desconto ao Brasil. Na essência, a proposta é a mesma pela qual o ministro Bresser foi nacional e internacionalmente ridicularizado.

Provavelmente o Banco Mundial ou o FMI exigirão "ajustes econômicos muito especiais para aceitar este processo de 'redução' da "dívida". A condição básica será, seguramente, a implementação do chamado "ajuste estrutural da economia brasileira", significando que a polícia econômica do Brasil continuará sendo definida pelos organismos financeiros internacionais. (Por Luiz Fenelon Barbosa, Informativo Dívida Externa/Inesc).

PARA EMPRESÁRIO, CUBA MUDA COM PERESTROIKA

Bonn (IPS-AGEN) - A aplicação das reformas econômicas e políticas (perestroika e glasnost) na União Soviética obrigará o governo cubano a realizar um processo de ajuste econômico, afirmou na capital da Alemanha Ocidental um representante do empresariado deste país.

Otto Wolf Von Ammerongen, presidente da Comissão para Países Socialistas da Confederação Empresarial Alemã, que visitou recentemente Cuba para informar-se sobre sua situação econômica, disse ao jornal "Handelsblatt" que o turismo é a única fonte de que dispõem os cubanos na atualidade para diversificar sua captação de recursos.

Cuba depende em 85% da exportação de açúcar, e vem realizando desde o início desta década esforços por incrementar o fluxo de turistas de países ocidentais. Em 1987, visitaram o país cerca de 200 mil pessoas, e se confia que até 1992 o número de visitantes alcance 600 mil.

Subvenções - O dirigente empresarial alemão afirmou em sua entrevista que o ajuste econômico será necessário, já que a União Soviética reduzirá as subvenções de suas exportações a Cuba, exigirá maior qualidade na manufatura de produtos cubanos, e demandará uma maior flexibilização das economias socialistas no mercado comum de ditos países.

Para Otto Von Ammerongen, que já presidiu a Câmara Alemã de Indústria e Comércio, a capacidade de ajuste da economia cubana é limitada, pois, à excessão do turismo, o país caribenho, a seu ver, carece de recursos industriais.

Em sua opinião, para obter os recursos necessários, Cuba prevê estabelecer um marco legal que garanta a proteção de investimentos privados estrangeiros e facilite as operações conjuntas entre capital nacional e internacional (joint ventures). O empresário destacou na entrevista as "vantagens" que Cuba oferece para investimentos estrangeiros: mão-de-obra barata, apesar de altamente qualificada. Em outras palavras: o capital internacional está de olho nas possibilidades de retorno propiciadas pelas economias socialistas.

JAPÃO QUER AUMENTAR SUA PRESENÇA NO URUGUAI

Montevidéu (IPS-AGEN) - Uma missão técnica japonesa encontra-se no Uruguai, desde o início de novembro, para colaborar na elaboração de um plano de remodelação do Aeroporto Internacional de "Carrasco", na capital uruguaia. A ampliação do aeroporto objetiva aumentar as facilidades para a avaliação comercial. A participação japonesa no projeto é mais um indício do papel cada vez maior do Japão na economia mundial.

A missão japonesa ficará 16 meses para avaliar a situação do terminal aéreo, bem como diagnosticar as suas possibilidades de ampliação. O Aeroporto Internacional de Montevidéu encontra-se atualmente em processo de reparação.

O diretor de Planejamento e Orçamento, Ariel Cavrieux, confirmou a possibilidade de uma cooperação do próprio governo do Japão no financiamento à ampliação do aeroporto, para em seguida analisar se existe a necessidade de solicitar assistência aos organismos internacionais.

O ministro da Economia, Ricardo Zerbino, viajou no início do mês até Tóquio desde Hong Kong, onde se encontrava na companhia do presidente Julio Sanguinetti em um giro pelo continente asiático, incluindo a China. Zerbino iria se encontrar com o setor financeiro público e privado do Japão, para o exame de virtuais financiamentos japoneses a projetos no Uruguai, incluindo a ampliação do Aeroporto de "Carrasco".

CONVERSÃO NA VENEZUELA ENCONTRA-SE PARALISADA

Caracas (IPS-AGEN) - Os projetos de conversão da dívida externa por investimentos na Venezuela encontram-se paralisados, a exemplo do que deve ocorrer em breve no Brasil. De acordo com informações extra-oficiais, divulgadas pela imprensa local, a soma desses projetos chega a US$ 800 milhões e, ainda que registrados na Superintendência de Investimentos Estrangeiros (Siex), não estão sendo implementados.

O esquema de conversão da dívida em investimento foi adotado na Venezuela a partir de abril de 1987. Coincidentemente, na mesma época em que o Brasil e outros países da América Latina incrementaram os seus projetos de conversão.

Os resultados obtidos até o momento pela conversão da dívida na Venezuela encontram-se abaixo dos esperados.

Os investidores alegam que o clima de incerteza que cerca a política cambiária na Venezuela tem freado o avanço dos projetos. Nesse sentido, informam que há expectativa quanto ao ajuste sobre o tipo de câmbio, fixado há dois anos em 14,50 bolivares por dólar. Os investidores estariam esperando um novo marco para o câmbio, acima de 22 bolivares por dólar. Outro fator determinante para mudanças nas regras do jogo - como Brasil - são as taxas inflacionárias, as quais, estima-se, podem se elevar, em conseqüência da conversão da dívida em investimento.

DOM CABRAL DUARTE, UM BISPO A ESQUECER

Padre Carlos C. dos Santos

O "sereno artigo" (assim qualificado pelo autor) de d.Luciano J.Cabral Duarte (Estado de São Paulo, 28/10/88), intitulado "Dom Casaldáliga, um mito a desmontar" conseguiu, tão somente - como tudo que escreve o arcebispo de Aracaju -, convencer os já convencidos. Nem mais, nem menos. Nós, possivelmente, faremos mais. Não que tenhamos o mesmo "know how" para discorrer habilmente sobre "conceitos" como é o caso do nosso "doutor em Filosofia pela Sorbonne, de Paris" (!), mas porque estamos mais acostumados a trilhar o caminho da práxis, critério de toda teoria (K.Marx) e porque acreditamos, com o grande Mestre palestinense do século I, que "cada árvore é conhecida pela qualidade do fruto que produz" (Lc 6,44).

Por isso, vamos começar perguntando-nos: Quem é mesmo d.Cabral Duarte? Qual o modelo de Igreja que ele encarna? E, que interesses ele defende?

Quem conhece a trajetória percorrida pelo arcebispo de Aracaju, sabe que estamos falando do "escriba" mais autorizado do ultraconservadorismo eclesiástico no Brasil. Mascarado de defensor da Igreja e arauto da Tradição, d.Cabral Duarte não passa - no dizer de seus próprios diocesanos - de um pastor distante do Povo, ausente de sua vida e de suas lutas, atrelado à burguesia e preocupado com as mordomias advindas de sua mansão em Campos do Jordão, onde se esconde a maior parte do ano. Daqui já podemos deduzir que traço característico desta personalidade que gosta tanto de ratular, é o "egocentrismo" que faz dele homem isolado e fora da comunhão com seu Povo, com seus padres, com os outros bispos e até mesmo com o Papa que vem solicitando com insistência o compromisso dos pastores com a causa dos oprimidos (cf. João Paulo II, Carta à CNBB sobre a missão da Igreja e a Teologia da Libertação).

Mas d.Cabral Duarte está ainda fora da comunhão da Igreja porque nem sequer foi capaz de "digerir" o Concílio Vaticano II e, menos ainda, sua releitura para a realidade latino-americana acoplada à Tradição em Medellín (1968) e Puebla (1979). Em seu artigo supracitado, p. ex., conceitua ironicamente a "Nova Igreja" de "Horizontalista, Democrática, 'que nasce do povo' e não mais da Palavra criadora de Jesus Cristo". Mas, nosso pobre d.Luciano (por quem rezamos, neste momento), de onde foi que você concluiu que a Igreja "que nasce do povo" é diferente daquela que nasce "da Palavra criadora de Jesus Cristo"? Terá Jesus construído sua "eclesia" sobre o nada? Ou sobre ninguém? Ou terá construído - para satisfazer o narcisismo de alguns bispos - única e exclusivamente sobre a hierarquia? Que disparate teológico!... Desprovida de fundamento, a afirmação deste senhor leva a crer que por ter-se dedicado tanto à filosofia, esqueceu-se da teologia, o que é desastroso em se tratando de um "mestre na fé". A grande virada eclesiológica do Vaticano II, d.Luciano, consistiu justamente na definição da Igreja como "Povo de Deus" (cf. Constituição Dogmática "Lumen Gentium", cap. II), e portanto, "Popular" não para opor-se "à Igreja Institucional, como pretendem alguns, já que a Igreja pópular é um modelo de Igreja, de um lado, e, por outro, uma parte de toda a Igreja (bispos, sacerdotes, consagrados, povo) que é pobre, que está com os pobres, que luta por eles" (E.Dussel).

D. Cabral Duarte insiste em se fazer porta - voz do Vaticano para propagar na imprensa, por repetidas vezes, o conteúdo do "monitum" de Roma a d.Pedro: "O cardeal Gantin pediu a d.Casaldáliga o que nunca deveria ter sido necessário pedir-lhe, porque é mais do que óbvio: a) que seja fiel à doutrina da Igreja; b) que não vá pregar na Nicarágua sem autorização dos bispos de lá". Esta insistência decorrente de um modelo ultrapassado de Igreja, bem faz lembrar a sabedoria francesa: "Avec l'ignorance, on peut encore discuter; devant la bêtise on est impuissant". Parece muita ousadia de d.Cabral D arte julgar-se no direito de exigir de d.Casaldáliga fidelidade à doutrina da Igreja...Que Igreja? A da "societas perfecta"? A da "grande disciplina"? Ou aquela que está em sua cabeça e que separa a Igreja "que nasce do povo" da que nasce "da Palavara criadora de Jesus Cristo"? Gostaríamos ainda de saber onde é que está escrito que para pregar o Evangelho é preciso autorização... Sem apelar, é claro, para o direito canônico que não contempla o drama de dioceses abandonadas por seus pastores e, muito menos, pastores que trocaram o ministério pela contra-revolução como é o caso, entre outros, do cardeal arcebispo de Manágua, Miguel Obando y Bravo. Se a Igreja Nicaragüense tivesse pastores mais responsáveis e conseqüentes, não necessitaria recorrer ao "internacionalismo" pastoral...

Entre as críticas maldosas de d.Cabral Duarte a todo o movimento de apoio e solidariedade que se consolida no país em favor de d.Casaldáliga, está a reação à nossa carta de protesto enviada ao cardeal Gantin (27/09/88), que para ele "foi escrita com um desplante estarrecedor e uma ousadia que beira a insanidade" (Ah, estes bispos que acham que só eles são sadios!...). Aqui vão duas regrinhas básicas: uma para o "doutor em filosofia" e outra para o "mestre na fé": a) "quem fica calado permanece filósofo"; b) a pena para quem chama seu irmão de "tolo" é pena máxima: "réu do inferno de fogo" (Mt 5,22). Que um bispo careça de fundamentos teológicos, pode ser falta de uma boa reciclagem. Mas que não entenda nem de Evangelho é perigoso, pois coloca em risco a fé do rebanho.

Nosso bispo demonstra ainda verdadeira fobia pelo marxismo o que, em princípio, já é suspeito em se tratando de um "filósofo" que deveria estar imbuído de horizontes mais largos para dialogar com as distintas correntes, e não sair vendo "demônios" em tudo o que não corresponde a seu modo de pensar. Neste contexto, indaga-se: "Não será que estão usando d.Casaldáliga como um instrumento tático, dentro de um arco de estratégia esquerdista de longo alcance?" Os quase 10 anos que nos separam da Conferência de Puebla contribuíram para que d.Luciano perdesse a memória. A "conspiração" contra Puebla e para manobrar as eleições da diretoria do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) em 1979, p. ex., não consta que tenha sido obra de d.Casaldáliga. Temos em mãos a cópia de uma carta - que faria inveja ao próprio Maquiavel - escrita pelo então secretário geral do Celam, Alfonso López Trujillo - hoje cardeal de Medellín -, a d.Cabral Duarte, então presidente do departamento de ação social do mesmo organismo. Entre outras aberrações, pode-se ler: "...Prepara pues tus aviones bombarderos y prepara algo de tu sabrosa ponzoña porque tanto para Puebla como para la asamblea del Celam te necessitamos, más que nunca, en las mejores condiciones. Creo que debes someterte a un entrenamiento como lo hacen los boxeadores antes de subir al ring, para los campeonatos mundiales. Que tus golpes sean evangélicos y certeros.." (Uno más Uno, 1º/2/79). Uma carta nestes termos, acompanhada das sucessivas declarações que vem fazendo d.Cabral Duarte contra a Igreja dos Empobrecidos, só nos leva a devolver a pergunta a seu autor: "Não será que estão usando d.Cabral Duarte como um instrumento tático, dentro de um arco de estratégia **direitista** de longo alcance?" Fica a pergunta...

Sem a pretensão de apossar-nos da verdade, da qual ninguém é dono e no máximo somos intérpretes (C.Mesters), queremos apenas recordar ao arcebispo de Aracaju que o marxismo, "filosofia insuperável de nossa época" (Sartre), encontrou eco até na doutrina social da Igreja que o considera uma página rasgada do Evangelho que deve ser reconduzida à sua totalidade (cf. Paulo VI, Ecclesiam Suam). Independente da nossa profissão de fé que é, antes de tudo, liberdade e graça (cf. Ef 2, 1-10; Tt 3, 3-7), "todo encontro autêntico com o homem é encontro com Deus; toda opção pelos valores humanos é opção pelo Evangelho" (K.Rahner). E isto é "o mínimo do mínimo" para aqueles que se sintam chamados e aceitem o convite para colaborar na construção do reino de fraternidade e justiça.

América Latina

JORNALISTAS LATINO-AMERICANOS CONDENAM DÍVIDA EXTERNA

Quito (IPS-AGEN) - "Os jornalistas devem contribuir para garantir e consolidar a democracia na região, ameaçada pela crise econômica", concluíram os profissionais de imprensa, rádio e televisão da América Latina, reunidos na capital do Equador em um Seminário Internacional.

"A crise econômica, por si só, gera incertezas e desespero, mas se a ela podem somar-se elementos desestabilizadores, cabe aos jornalistas criar resistências a esses intentos, de maneira responsável', frisa o documento final do encontro, realizado de sete a nove deste mês.

O Seminário "Jornalismo e Estabilidade Democrática na América Latina" foi organizado pelo Centro de Estudos Internacionais de Jornalismo (Ciespal), pela Fundação Friedrich Ebert e União Nacional de Jornalistas do Equador, e reuniu diretores de meios de comunicação e jornalistas de vários países da região.

Dívida externa - No documento, os jornalistas constatam que na América Latina se vive um processo generalizado de "decomposição e substituição das ditaduras, mas que, novas circunstâncias, como a crise econômica e, fundamentalmente, a dívida externa, ameaçam a consolidação democrática".

Assinalaram também que o povo da região tem direito à informação e que por sua vez deve ser fonte de informação. Exortaram os países latino-americanos a dar novos passos em direção à unidade e integração, e a ter uma voz única nos fóruns internacionais sobre os problemas que são comuns à região.

Na cerimônia de encerramento do Seminário, o presidente do Equador, Rodrigo Borja, afirmou, em seu discurso: "A sociedade exige, e com direito, um alto grau de responsabilidade e patriotismo dos comunicadores sociais". Enfatizou a ética que deve nortear a tarefa jornalística, finalizando: "Sem informação e sem participação popular não existe democracia".

GUATEMALA DETÉM RECORDE DE VIOLÊNCIA NA A.LATINA

Guatemala (IPS-AGEN) - Uma nova onda de violência neste país eliminou a vida de oito pessoas em apenas 24 horas, em assassinatos que se somaram à cadeia de crimes não esclarecidos praticados durante o último mês. Informações oficiais indicam que os corpos de sete homens e uma mulher foram encontrados em diversos locais do país, apresentando sinais de tortura e múltiplos sinais de bala.

Não foram identificados os corpos de dois camponeses, encontrados nus e crivados de balas na localidade de Costa Cuca, província de Quetzaltenango, a 200 quilômetros da Cidade da Guatemala, capital do país. Luis Antonio Rodrigues (37 anos) foi morto a pancadas, enquanto na capital, Victor Ortiz, de 38 anos, morreu assassinado com dois tiros no rosto.

Guarda civil - Entretanto, Isaias Gamboa, de 22 anos, morreu vítima de um disparo feito por um guarda civil, no estado de São Marcos, a 250 quilômetros da capital. A polícia também informou sobre o assassinato de Edna Melendez, descrita como a "mulher mais bonita de San Juan Ostuncalco", eliminada com torturas e pancadas.

À cadeia de crimes somaram-se atos de violência que provocaram ferimentos em diversas pessoas, entre elas três irmãos cuja casa foi atacada com granadas, na capital. A violência é marca da Guatemala desde maio deste ano, quando o governo do presidente Vinicio Cerezo sufocou uma tentativa de golpe planejado por oficiais do Exército, soldados, políticos e empresários.

Com cerca de 100 mil assassinatos políticos e mais de 40 mil pessoas desaparecidas durante os últimos 20 anos, o país tem hoje o recorde latino-americano de violência política.

HONDURAS: NOVOS DESAPARECIMENTOS E ASSASSINATOS

Tegucigalpa (IPS-AGEN) - O Comitê de Direitos Humanos de Honduras (Codeh) denunciou o assassinato de 128 pessoas e o desaparecimento de outras 39 nos últimos seis meses. O vice-presidente do Comitê na capital de Honduras, Anibal Puerto, atribuiu os crimes às Forças de Segurança e a integrantes dos grupos armados anti-sandinistas que estão em Honduras. Dois desaparecidos são nicaragüenses que moram em Honduras há mais de 20 anos.

Aos jornalistas estrangeiros Puerto afirmou: "A pesar de termos feito todos os esforços, as autoridades civis não deram maior importância ao caso". Acrescentou: "Existem versões, inclusive, de que outros dois desaparecidos teriam sido lançados de um helicóptero e metralhados por integrantes do serviço de inteligência do Exército".

Desaparecimentos - A fim de comprovar a veracidade das informações, o presidente do Comitê de Direitos Humanos viajou ao estado de Choluteca. Entretanto, nada ficou esclarecido: "Desgraçadamente, os fatos não foram ratificados pelo Comitê. Parece que a terra os tragou', lamentou.

Outras denúncias, procedentes também de Choluteca, dão conta de que sete pessoas desapareceram entre os dias 14 e 23 de outubro, após serem presas por civis, ligados ao serviço de inteligência. Mercedes Betanco assegurou que seu irmão de 19 anos foi detido por dois homens desconhecidos em um carro vermelho, cujas placas não foram anotadas. Mercedes pediu que lhe devolvam seu irmão Ramon, acusando o serviço de inteligência, denominado Batalhão 3-16, da responsabilidade caso algo ocorra à sua integridade física.

As Forças Armadas, por sua vez, retrucam ter o Batalhão 3-16 desaparecido em setembro de 87, em conseqüência das "campanhas comunistas" movidas pelo Comitê de Direitos Humanos.

Um ex-agente policial afirmou, há dias, nos Estados Unidos, que o Batalhão continua funcionando normalmente, operando em bases secretas instaladas nas cidades de Tegucigalpa e São Pedro Sula, no norte de Honduras. Ruben Zepeda, funcionário do governo federal, convocou a imprensa para declarar o encontro de oito dos desaparecidos, incluídos na lista do Comitê.

Vivos, bem vivos - Ruben Zepeda completou: "Vamos mostrar os oito supostos desaparecidos que encontramos e mostraremos à imprensa as provas do que digo. Estão vivos". Ainda que tenha se negado a dar os nomes, reafirmou: "Quando mostrarmos as provas, diremos ao Comitê que nem tudo o que se afirma é certo".

Os dados divulgados pelo Comitê indicam que "entre 81 e 86 desapareceram em Honduras mais de 130 pessoas, assegurando a execução de 267 hondurenhos em 87 por grupos paramilitares, pertencentes ao Exército".

VENEZUELA: IRREGULARIDADES NA COMPRA DE ARMAMENTOS

Caracas (Cono Sur Press, por Diego Olivera) - As constantes denúncias do advogado e jornalista venezuelano José, Vicente Rangel, sobre a existência de irregularidades na compra de armamentos por parte das Forças Armadas deste país, têm sido um dos temas mais destacados na situação nacional dos últimos meses, influindo na campanha para as eleições presidenciais de dezembro.

O novo ministro da Defesa, general de divisão Igalo del Valle Alliegro, solicitou a presença do jornalista para que ratifique suas denúncias, argumentando que esse tipo de informação pode produzir efeitos lesivos ao patrimônio público. Por seu lado, o Congresso da República da Venezuela solicitou a presença do ministro da Defesa, a fim de explicar os dados levantados por Rangel.

Irãgate - As denúncias de Rangel, iniciadas em abril, determinaram a paralisação de 36 contratos, os quais, segundo o jornalista, tiveram seus preços supervalorizados. Além disto, os equipamentos comprados teriam sido de má qualidade.

De acordo com os levantamentos de Rangel, uma empresa ligada ao escândalo Irãgate ofertou ao presidente Jaime Lusinchi 18 helicópteros Bell. Como essa firma não aceitava intermediários, a oferta foi mudada para os helicópteros Sicorkis, tipo S-76-B, um modelo comercial que tem apresentado graves problemas nos Estados Unidos. Outros dos elementos questionados nessas aquisições foi o de que os tanques Escorpion, que valem no mercado internacional 600 mil dólares, foram cotados nos contratos a 928 mil."Quem com a diferença?", foi a pergunta de Rangel.

Todos esses fatos presentes no período eleitoral têm-se transformado em ingredie explosivos, na medida em que colocam a descoberto uma série de irregularidades nos setores políticos e militares do país. Em face da documentação apresentada por Rangel, o presidente Jaime Lusinchi tem reafirmado seu irrestrito apoio às Forças Armadas, reiterando necessidade de dotá-las com armamento defender a soberania da Venezuela.

Terceiro Mundo

OPINIÃO PÚBLICA LEVA BOTHA A SUSPENDER EXECUÇÕES

Joannesburgo (AGEN) - Aceitando os inúmeros pedidos que chegaram à África do Sul, vindos de todas as partes do mundo, o presidente deste país, Pieter Botha, suspendeu a pena de morte dos denominados "Seis de Shaperville", transformando o enforcamento em penas que variam de 18 a 25 anos.

São cinco homens e uma mulher, acusados de participar do assassinato de um vereador no município negro de Shaperville, sul de Joannesburgo. O fato aconteceu em 1984, durante manifestações anti-apartheid que ali ocorriam.

Possibilidades esgotadas - Os "Seis de Shaperville" já estavam praticamente sem esperanças de escapar à pena de morte, pois seus advogados utilizaram todos os instrumentos jurídicos possíveis a fim de obter a anulação da sentença. A data da execução, desde que foram presos, em 1985, foi adiada várias vezes, contribuindo para o clima de tensão em que viviam.

Na última apelação, frustrada, os advogados de defesa solicitaram à Suprema Corte de Pretória a reabertura do caso, pois uma testemunha-chave, peça importante, afirmou ter mentido no julgamento "por pressões políticas".

Os "Seis de Shaperville" são: Theresa Ramashamola (24 anos), Duma Khumalo (26), Francis Mokhesi (29), Malebo Mokoena (22), Moses Diniso (30), e Mojalefa Sefatsa (30). Eles cumprirão a pena na Prisão Central de Pretória.

A mãe de Theresa, Júlia, afirmou à imprensa internacional "que se tivesse ocorrido o enforcamento, teria sido exclusivamente por vontade de Deus". Acrescentou: "Já havíamos chorado e rezado demais. Não havia mais nada a fazer".

A opinião pública foi mobilizada para o caso, e muitos países, entre eles os Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha, pediram pela vida dos seis. O pedido foi motivado pela certeza de que a condenação havia sido fundamentada em um dispositivo legal que permite incriminar os acusados em função de suas intenções e não de seus atos concretos.

Soldados brancos - Ao mesmo tempo, Botha também comutou a pena de morte de quatro soldados brancos, em uma manobra que pretende sensibilizar a opinião pública progressista e conservadora, e frear a onda de protestos que certamente se sucederia à execução dos seis.

JORNAL INGLÊS COMENTA ACORDO DE PAZ NA ÁFRICA

Londres (ANGOP-AGEN) - A quebra da supremacia aérea sul-africana, no sul de Angola, foi um dos fatores que obrigaram a África do Sul a negociar uma solução pacífica para o conflito no sudoeste da África. A opinião é de um editorial publicado no jornal britânico "The Guardian".

O jornal considera que os "louros" do acordo assinado terça-feira, 15 de novembro, em Genebra, entre Angola, Cuba e a África do Sul, não podem ser atribuídos apenas ao subsecretário de estado norte-americano para os assuntos africanos, Chester Crocker, mediador das negociações.

Segundo ainda o jornal, "ele apenas estimulou a obstinação sul-africana em protelar a independência da Namíbia", ao promover a chamada política de "Linkage".

"Os sul-africanos necessitavam do cessar-fogo para retirar suas forças derrotadas do Cuito-Cuanavale, após o cerco dessa localidade durante vários meses", prossegue o jornal, assinalando que Pretória "não ousaria pôr em risco a sua infantaria branca, sem supremacia aérea".

"The Guardian" estima ainda que "a incapacidade de Pretória poder garantir cobertura aérea à Unita (sua força complementar) e às suas próprias tropas é resultado palpável do embargo de armas decretado pelas Nações Unidas contra a África do Sul em 1977".

Síntese

GUINÉ-BISSAU E A AIDS

Bissau (ANGOP-AGEN) - A Guiné-Bissau está preparando a realização do "Dia Mundial da Aids" no próximo dia 1º de dezembro, com uma grande campanha informativa sobre o modo de transmissão do vírus da doença. A informação foi prestada pelo representante da Organização Mundial de Saúde (OMS) na capital da Guiné, Francisco George.

O representante da OMS disse ainda que a campanha será iniciada dia 30 de novembro com o deslocamento de uma equipe sanitária a todas as boates de Bissau, com o objetivo de distribuir materiais de propaganda.

Segundo o programa estabelecido pela representação da OMS na capital da Guiné, os membros da equipe sanitária organizarão uma mesa-redonda, seguida de exposição fotográfica, bem como a distribuição de adesivos de propaganda em todas as ruas da capital.

MADRE TERESA NO BURUNDI

Bujunbura (ANGOP-AGEN) - A madre Teresa de Calcutá, prêmio Nobel da Paz em 1979, lançou, nesta cidade, capital do Burundi, um apelo à população do país no sentido de "viver como uma só família". Ela fez o apelo em entrevista à imprensa pouco depois de sair da audiência com o chefe de estado do Burundi, Pierre Buyoya.

Madre Teresa visitou o norte do país que em agosto último foi palco de massacres intertribais, dos quais resultaram mais de cinco mil mortos e mais de 63 mil refugiados. Ela expressou a sua satisfação pela melhoria da situação no norte do Burundi e pelo regresso em massa das populações que haviam se refugiado em Ruanda, país vizinho.

Ainda na entrevista, disse que recebeu autorização do presidente para ampliar a infra-estrutura da Congregação das Irmãs da Cáritas, instalada no Burundi desde 1983.

ENERGIA ATÔMICA

Cairo (ANGOP-AGEN) - Um acordo de cooperação sobre a utilização pacífica da energia nuclear foi assinado entre o Egito e a Argentina. De acordo com o "Egyptian Gazette", o documento visa a troca de experiências e de tecnologia sobre utilização da energia atômica na indústria, agricultura, medicina e pesquisa científica.

TRIBUNAL REVOLUCIONÁRIO

Luanda (ANGOP-AGEN) - O Tribunal Popular Revolucionário desta cidade, capital de Angola, iniciou o julgamento de trinta réus dissidentes da seita religiosa "Tocoísta", acusados de crime contra a segurança do Estado.

Os réus são acusados de desencadear distúrbios em dezembro de 1986, no município de Catete, a 80 quilômetros de Luanda, e de tentativa de assalto à cadeia de segurança máxima do estado, em Luanda.

Na tentativa de assalto, o grupo matou três soldados das Forças de Segurança e feriu outros três, com armas de fogo.

Memória

MISSIONÁRIAS ASSASSINADAS EM EL SALVADOR

São Paulo (AGEN) - Na terça-feira, 2 de dezembro de 1980, eram assassinadas em El Salvador Ita Ford, missionária de Maryknoll, religiosa, 40 anos; Maura Clarke, missionária de Maryknoll, religiosa, 49 anos; Dorothy Kazel, religiosa ursulina, 41 anos; e Jean Donovan, missionária, leiga, 27 anos, americanas.

O múltiplo assassinato das missionárias praticado por forças paramilitares de El Salvador, com a conivência do governo, causou enorme impacto na opinião pública mundial, especialmente a dos Estados Unidos, chamando a atenção do apoio do governo norte-americano (inclusive militar) ao governo salvadorenho.

Elas foram seqüestradas por volta das 19h e, por volta das 20h e meia-noite, assassinadas. Maura e Ita voltavam de um encontro de seu grupo religioso na Nicarágua. Dorothy e Jean tinham ido buscá-las no aeroporto.

No dia 3 de dezembro bem cedo, por volta das 7 e 8 da manhã, os corpos foram encontrados e um juiz local assinou os papéis para o sepultamento. Sob a vigilância da Guarda Nacional, sem que as congregações religiosas ou a diocese soubessem, foram enterradas num túmulo bem profundo.

Na tarde do dia seguinte ao assassinato, o carro no qual haviam viajado apareceu queimado ao lado da estrada. No dia 4 de dezembro a Arquidiocese foi informada de que os quatro corpos haviam sido encontrados perto do aeroporto. Entre 14 e 15 horas, os cadáveres foram exumados e identificados.

Ita Ford - Nasceu no dia 23 de abril de 1940 em Brooklyn, Nova Iorque. Entrou para Maryknoll em 1961. Esteve trabalhando no Chile, atuação que lhe causou grande impacto. Em El Salvador ao ver o sofrimento do povo dizia: "Cristo nos convida a não ter medo da perseguição" e "... somente Deus pode dar força para esta gente".

Maura Clarke - Nasceu a 13 de janeiro de 1931 em Belle Harbour, Nova Iorque. Como religiosa de Maryknoll, trabalhou na Nicarágua por 20 anos. Assim rezava: "Mesmo estando de certo modo preocupada com os dias difíceis que teremos por diante em El Salvador, sinto, Senhor, de que tu me queres lá. Tu me darás a luz e a força de que necessito".

Dorothy Kazel - Em 1974 uniu-se à equipe de Cleveland em El Salvador. Vinha-se dedicando a grupos de refugiados. Sua última carta à família é um hino à esperança.

Jean Marie Donovan - Era de família rica. Deixou tudo e foi para a América Central. Trabalhou como catequista junto a refugiados.

Quero assinar o boletim semanal da AGEN. Por isso envio o cheque ou vale postal no valor de Cz$ 2.500,00 (individual) ou Cz$ 3.000,00 (entidades).

Nome ———————————————————

Endereço ———————————————————

Bairro ——————————— *CEP* ———————————

Cidade ——————————— *Estado* ———————————

País ——————— *Número do cheque ou vale postal* ———————

Telefone ———————————————————

Assinatura ——————————— *Data* ———————————

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Reg. Prof. Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro Soares Martins (Reg. Prof. Mtb 17.572)
Redação: Guilherme Salgado Rocha (Reg. Prof. Mtb 2205)

Correspondentes e Colaboradores: Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs e Liliana Lavoratti (Porto Alegre, RS), Rosa Dalla Costa (Francisco Beltrão, PR), Valdemar de Oliveira Neto (Recife, PE), José Anchieta Ferreira (Linhares, ES), Maria Alzira Fritzen (Manaus, AM), Galeno Amorim (Sertãozinho, SP), Fernando Sopelsa (Zona Leste, São Paulo, SP), José Lourenço Pechtoll (Grande ABC, SP), Newton Carlos Isaac Akcelrud (comentaristas internacionais), Attilio Hartmann (Quito, Equador), José Subirats (La Paz, Bolívia), Roberto Codas Friedmann (América Central), Beltrina Corte (Bogotá, Colômbia), Juan Pezzutto e Regina Santos (São Paulo) e Aníbal Pastor Niñez (Santiago).

Divulgação e contatos: Pe. José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Rev. Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN
Fotolitos: "AJATO"
Impressão: Gráfica Peres Ltda.

DIRETORIA

Presidente: D. Sumio Takatsu
Vice-Presidente: Frei José de Rezende Ribeiro - O.P.
Secretário: Paulo Maldos
Tesoureiro: José Lourenço Pechtoll

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

AV. IPIRANGA, 1267 - 8º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 11.25824 AECN-BR

IMPRESSO

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

IGREJAS

Aidéticos podem chegar a 16 mil na Zona Leste de São Paulo — pág 2
Documento de bispos contra corrupção repercute na Argentina — pág 2
Leigos católicos fazem assembléia anual em São Paulo — pág 2
Bispo paraguaio em prisão domiciliar — pág 2

DIREITOS HUMANOS

TNM quer incluir desaparecimento no Código Penal — pág 3
Seminário condena omissão do Congresso no caso Volta Redonda — pág 3
OAB lança livro "E Agora, Brasil?" — pág 3

TERRA

Violência no novo estado de Tocantins: posseiro assassinado — pág 4
Filme sobre a situação fundiária será exibido dia 12 — pág 4
Pastor presbiteriano classifica de "escandalosa" a situação agrária — pág 4

POVOS INDÍGENAS

Evangélicos promovem curso indigenista — pág 4
Comissão Pró-Índio lança campanha sobre Xingu — pág 5
Indígenas excluídos do diálogo no Panamá — pág 5

ECOLOGIA

Conversão da dívida externa por natureza: ganham todos? — pág 6

SOLO URBANO

Padre Ticão propõe cooperativas habitacionais — pág 8

POLÍTICA

Eleições diretas para próximo Prêmio Nacional de DH — pág 8

ECONOMIA

África prepara criação de mercado comum — pág 8
Portugal debate "Plano Marshal" para Angola — pág 8
Federação patronal sugere mudanças econômicas no Paraguai — pág 8

MULHER

Grupo usa o teatro para organização das mulheres — pág 9

MOVIMENTO OPERÁRIO

Entidades exigem apuração de crime em Santa Catarina — pág 9
Greve de 30 dias em fábrica de armamentos leva à conquista de todas as reivindicações — pág 9

AMÉRICA LATINA

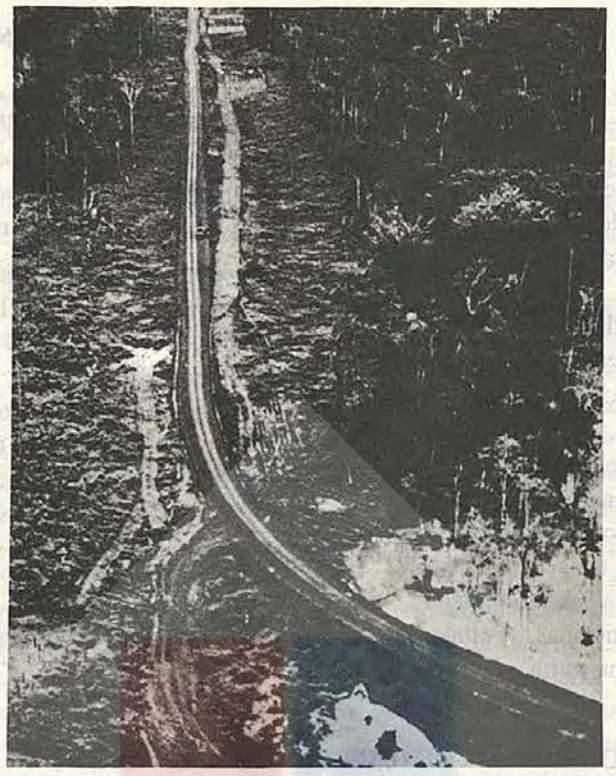
Paraguai: ratificadas denúncias de violações dos DH — pág.10
Ministro afirma: "Chile não permitirá terrorismo" — pág 10
Isabelita Peron defende ampla Lei de Anistia — pág 10
Juventude chilena terá papel decisivo nas eleições 89 — pág 10

TERCEIRO MUNDO

Membro da OLP renova apelo à Conferência de Paz — pág 11
Israel inicia contra-ofensiva diplomática — pág 11
Tchecos não reconhecem, mas apóiam Estado Palestino — pág 11
Argélia tentará mediar diálogo entre OLP e Síria — pág 11

MEMÓRIA

O último apelo de d.Leônidas Proaño — pág 12



Um projeto para a Amazônia é uma das prioridades do movimento ecológico brasileiro, que procura ampliar suas alianças com os povos nativos - índios, seringueiros - e com movimentos ambientalistas europeus. Na foto, exemplo da devastação provocada pelos grandes projetos de desenvolvimento.

PARA FELDMAN, VITÓRIA DO PT EM ANGRA NÃO INTERFERE NO PROGRAMA NUCLEAR

São Paulo (AGEN) - A eleição do dentista Neirobis Nagae, do PT, para a prefeitura de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, não tem efeitos imediatos para a luta contra as usinas nucleares. A opinião é do deputado Fábio Feldman (PSDB-SP), para quem substanciais alterações no Programa Nuclear brasileiro não serão introduzidas, enquanto ele estiver na órbita exclusiva da cúpula militar.

Por outro lado, considera o parlamentar pessedebista que "a esquerda brasileira é ainda muito conservadora, e não fechou conosco em várias questões do meio ambiente no Congresso Constituinte". Único constituinte eleito, em 1986, com uma plataforma ecológica, Feldman foi o principal responsável pelo capítulo do meio ambiente inserido no novo texto constitucional.

Ações concretas - Lamentando que "não faz parte da pauta dos políticos brasileiros a questão ambiental", Fábio Feldman entende que, no momento, é necessário ao movimento ecológico "sair da denúncia e partir para ações concretas". O fundamental, em sua opinião, é elaborar um projeto de desenvolvimento para o país que leve em conta os fatores ambientais.

"Temos apenas 4 ou 5 anos para fazer isso", adverte o deputado ecológico, que diz não pretender, entretanto, filiar-se ao Partido Verde, apesar de seu nome estar sendo cogitado a disputar a vice-presidência da República, em chapa liderada pelo jornalista Fernando Gabeira.

Para Feldman, a questão ambiental deve transcender a esfera partidária, passando, necessariamente, pelo estabelecimento de alianças entre a sociedade civil e "a base da pirâmide social". Lembra ele que, em alguns pontos específicos, como na luta pela defesa da Amazônia, esta aliança já tem sido processada - no caso, entre o movimento ecológico e índios e seringueiros.

Amazônia Já - País de dimensão continental, fica difícil, na visão de Fábio Feldman, mensurar as prioridades da luta ecológica no Brasil. Aponta, contudo, a urgência para o estabelecimento de um projeto nacional para a Amazônia. A seu ver, duas tarefas imediatas devem ser executadas nesse sentido: a coleta e organização dos dados científicos sobre a região, e o zoneamento dos vários ecossistemas existentes na Amazônia, fundamental para o diagnóstico das atividades que poderiam ser desenvolvidas em cada área, sem prejuízo para suas particularidades ambientais.

"O tipo atual de ocupação da Amazônia é suicida. O Brasil inteiro sabe disso. O desafio é encontrar uma alternativa para a região", diz Fábio Feldman anunciando que, no próximo ano, será intensificada a articulação entre movimentos ecológicos brasileiros e de outros países, com vistas à preservação das riquezas naturais e a garantia dos direitos dos povos autóctones, como índios e seringueiros.

Boletim Nº 132 - 08 de dezembro de 1988.

AV. IPIRANGA, 1267 - 8º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 1125824 AECN-BR

AIDÉTICOS PODEM CHEGAR A 16 MIL NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO

São Paulo (AGEN) - Somente na Zona Leste da capital paulista pode haver 16 mil 400 aidéticos, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), divulgados por Gabriela O'Connor, enfermeira, liberada pela Arquidiocese de São Paulo para o trabalho com os portadores do vírus da doença. Em agosto deste ano havia 164 casos notificados.

Ela lembra a seriedade do problema, acrescentando que "somente um comportamento sexual baseado em padrões éticos pode minimizar as duras conseqüências da doença". Mais adiante, condenou a propaganda das camisinhas, argumentando "tratar-se de uma publicidade enganosa, pois não se fala dos grandes fabricantes ávidos por mais lucros. E, além do mais, o material do que são feitas não é o melhor. Ele é pouco resistente".

Noventa dias - Gabriela, uma irlandesa naturalizada brasileira, está há 90 dias neste trabalho, e sente falta de uma solidariedade maior das pessoas, frisando: "Temos de correr atrás de voluntários, dispostos a encarar de frente o desafio. E o compromisso com a Aids, para mim, é algo profundamente evangélico, e deve estar inserido nas prioridades da Igreja. Ela é uma doença fatal".

A enfermeira lamenta o período de latência no qual o vírus fica "como que dormindo dentro da pessoa". E comenta: "Pode-se fazer o exame, dar resultado negativo, mas a pessoa estar contaminada. É uma tragédia". Acrescenta, em seguida, "o perigo das drogas". Preocupa-se com o crescente número de viciados em drogas em São Paulo. "Chego a ficar impressionada".

Em seguida, Gabriela lembra que o terreno adquirido pela Arquidiocese de São Paulo para a construção de casas destinadas aos aidéticos pode, daqui a alguns anos, "não mais servir, pois temo que o número de doentes cresça em proporções maiores que os leitos destinados a eles nos hospitais etc".

DOCUMENTO DE BISPOS CONTRA CORRUPÇÃO REPERCUTE NA ARGENTINA

Buenos Aires (IPS-AGEN) - Dois bispos argentinos criticaram o candidato presidencial direitista, Alavaro Alsogaray, que acusou um terceiro religioso, monsenhor Miguel Hessayne, de ser um "subversivo ideológico". Os bispos Rodolfo Bufano e Jorge Novak consideraram "graves e descabidas" as declarações de Alsogaray, do Partido União Democrática de Centro, em relação a monsenhor Hessayne.

D.Hessayne, bispo da cidade de Viedma, defendeu o direito do presidente Raul Alfonsín de solicitar à Conferência Episcopal provas da existência de corrupção no governo, como ela denunciou em um documento A declaração do bispo de Viedma provocou a acusação de "subversivo ideológico" feita por Alsogaray, que considerou terem suas palavras trazido "bastante mal-estar dentro do conjunto de bispos argentinos que, felizmente, estão em bom caminho".

Apoio à subversão - Segundo o candidato presidencial direitista, as palavras do bispo em defesa de Alfonsín implicaram em "um apoio à subversão" Os bispos Novak e Bufano advertiram que Hessayne "se caracteriza por uma vocação pela paz e pelos pobres", acrescentando "que o único com poder de julgar um bispo é o papa João Paulo II".

A Conferência Episcopal argentina polemizou com Alfonsín após divulgar, a 29 de outubro, um documento no qual afirma que em seu governo persistem "práticas corruptas, como 'coimas' (pagamentos ilegais) e negócios ilícitos".

O presidente Raul Alfonsín reagiu e pediu aos bispos "os antecedentes, seja de um só negócio ilícito, para enviar seu autor à Justiça". A Conferência Episcopal ainda não apresentou provas de atos dolosos na administração pública e afirmou que "a Igreja não é para levar à Justiça quem quer que seja".

LEIGOS CATÓLICOS FAZEM ASSEMBLÉIA ANUAL EM SÃO PAULO

São Paulo (AGEN) - O Conselho Nacional de Leigos (CNL) realiza, na próxima semana, em São Paulo, a sua Assembléia Geral, que terá caráter eletivo, além de uma reflexão sobre a conjuntura nacional. O CNL é uma entidade autônoma, mantendo ligações amistosas com a CNBB, que não interfere em seu trabalho. O padre José Ernnani Pinheiro, responsável na CNBB pelo Setor Leigos, é sempre um dos convidados das reuniões do CNL, prestando assessoria ao movimento do laicato brasileiro.

Na pauta dos trabalhos estão a prestação de contas da atual diretoria, reflexão da conjuntura nacional, estudo do documento sobre o Sínodo dos Leigos, realizado em outubro de 87, em Roma (caso seja publicado a tempo), discussão e votação dos estatutos, eleição da comissão executiva e conselho de representantes e planejamento da ação para 89.

A Assembléia será iniciada às 14h do dia 8, indo até as 12h do dia 11 de dezembro. Será no Colégio Agostiniano Mendel, à rua Estevão Pernet, 620, no Tatuapé. Quaisquer outras informações poderão ser obtidas no telefone (011) 826 5055.

BISPO PARAGUAIO EM PRISÃO DOMICILIAR

Campo Grande (AGEN) - Padres, bispos e leigos do regional Oeste 1 da CNBB, reunidos nesta cidade, divulgaram um "Manifesto de Repúdio e Solidariedade" ao bispo paraguaio d.Anibal M. Freitas, que está em prisão domiciliar em Concepcion, cidade daquele país, desde o dia 22 de novembro.

Segundo os participantes da Assembléia do regional da CNBB, "a prisão de d.Anibal deve-se à prática do anúncio do Evangelho, de maneira firme, profética e coerente, assumida pela Igreja paraguaia". Os participantes condenaram, ainda, "o governo paraguaio, os militares e todos os que estão envolvidos diretamente nesse ato de repressão e desrespeito à Igreja e ao povo paraguaio". Acrescentam: "Esse ato é fruto do regime autoritário e ditatorial que há mais de três décadas vem se perpetuando no Paraguai".

Cristo libertador - "Exigimos a imediata punição dos responsáveis e a retratação no que feriu a dignidade do bispo d.Anibal, da sua Igreja e do seu povo. Expressamos, ao mesmo tempo, além de nossa prece a Cristo libertador, nossa solidariedade irrestrita à Igreja paraguaia e a seu povo", completa a nota.

O documento é assinado por todos os bispos participantes da Assembléia, além dos leigos e religiosos, à frente d.Onofre Cândido Rosa, bispo de Jardim, Mato Grosso do Sul, e presidente regional da CNBB.

TNM QUER INCLUIR DESAPARECIMENTO NO CÓDIGO PENAL

São Paulo (AGEN) - Helena Pereira dos Santos e Criméia Almeida, membros do Grupo Tortura Nunca Mais, participaram em Bogotá, na Colômbia, do VIII Congresso da Federação Latino-Americana de Familiares de Presos e Desaparecidos (Fedefam), e vão continuar trabalhando para que o crime de desaparecimento seja incluído no Código Penal, como "crime autônomo, caracterizado, deixando de ser apenas um crime político, pois atinge toda a sociedade civil".

O Congresso foi realizado de 13 a 20 de novembro, com a presença de aproximadamente mil pessoas, de todos os países da América Latina, a exceção do Paraguai e da Guatemala, cujos representantes foram detidos pouco antes de viajarem à Colômbia. Além da América Latina, estavam em Bogotá delegações não oficiais de países solidários: Alemanha Federal, Estados Unidos, Canadá e Noruega.

Guerrilha do Araguaia - Criméia, 42 anos, tem três parentes desaparecidos: seu marido André Grabois, o sogro Maurício Grabois e o concunhado Gilberto Olímpio, os três na Guerrilha do Araguaia. Helena Santos, 69 anos, tem seu filho desaparecido: trata-se de Miguel Pereira dos Santos, na mesma guerrilha. A Fedefam é uma entidade não governamental, filiada à ONU como órgão consultivo.

Um dos momentos mais emocionantes do encontro, segundo as duas, foi a passeata pelas ruas de Bogotá, no final da tarde, "com um enorme aparato policial". Criméia e Helena pertencem ao Grupo Tortura Nunca Mais, de São Paulo, criado exatamente para manter viva a busca dos familiares desaparecidos. "Hoje", elas frisam, "o crime de desaparecimento continua em prática na América Latina pelos Esquadrões da Morte".

O recorde de violência no continente continua sendo da Guatemala: de janeiro a junho deste ano, 418 pessoas foram executadas, o governo atribuindo os crimes tanto à direita como à esquerda políticas. Nos últimos 30 anos, 100 mil pessoas foram assassinadas no país.

O próximo Congresso será no ano que vem, no Peru, cuja situação foi apresentada durante os trabalhos de Bogotá. "Existem no Peru cerca de mil crianças filhas de desaparecidos políticos. Dessas, aproximadamente 200 não têm pai e mãe. Perambulam pelas ruas, não têm casa, não têm onde viver", lamentaram.

SEMINÁRIO CONDENA OMISSÃO DO CONGRESSO NO CASO VOLTA REDONDA

São Paulo (AGEN) - Os participantes do Seminário "Militarização dos Conflitos Sociais", promovido dia 28 pela Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, Comissão Teotônio Vilela e Núcleo de Estudos da Violência da USP, lamentaram a omissão do Congresso Nacional frente aos episódios relativos à repressão, pelo Exército, da greve dos metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. Três operários foram mortos no confronto, dia 9 de novembro.

Para o presidente da OAB-SP, Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, a omissão do Congresso Nacional em face dos acontecimentos em Volta Redonda é "um indício ruim de que o Congresso está ausente. Não apenas não está elaborando as leis ordinárias previstas pela nova Constituição, como está alheio a episódios de tamanha gravidade como os de Volta Redonda".

O presidente da OAB-SP também informou que a entidade, em nível nacional, irá requerer o "impeachment" do presidente José Sarney, caso fique comprovado que partiu dele a ordem para o Exército intervir na greve dos operários da CSN. Segundo o advogado, a intervenção violou dois artigos do novo texto constitucional brasileiro - 5º e o 7º, que garantem a liberdade de associação e o direito de greve.

Por seu turno, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e o prefeito eleito de Volta Redonda, Juarez Antunes (PDT), afirmou que os fatos serviram de lição para o Exército, na medida em que a sua intervenção foi "errada politicamente", além de ineficaz - o movimento grevista continuou depois da intervenção, e só foi encerrado na semana passada, depois que boa parte das reivindicações dos operários foi atendida.

SEMINÁRIO DE DH E CRIMINOLOGIA NA BAHIA

Salvador (AGEN) - O Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH) promoveu, de 4 a 7 de dezembro, na capital da Bahia, o Seminário Internacional de Direito Penal e Criminologia, com o subtítulo "Mortes Anunciadas-A(Des) Proteção da Vida na América Latina". O Seminário aconteceu no Centro de Convenções de Salvador, e teve o co-patrocínio da OAB-RJ, OAB-BA, Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), governo da Bahia e Tribunal de Justiça da Bahia.

Na coordenação do evento estiveram o criminalista Nilo Batista, ex-Secretário de Justiça do Rio de Janeiro, no governo Leonel Brizola, Eugenio Raúl Zaffaroni, da Argentina, e Eliane Junqueira, também brasileira.

As informações podem ser obtidas na Congregare-Marketing de Conferências, telefone (021) 533 0105, Rio de Janeiro. O Seminário fez parte das comemorações dos 40 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e foi dirigido a juristas, criminologistas, sociólogos, cientistas políticos e militantes dos direitos humanos.

Segundo os organizadores, "o Seminário procurou enfatizar a análise do direito humano mais fundamental: o direito à vida, enfocando a matéria a partir de uma perspectiva sócio-jurídica, com vistas ao aperfeiçoamento dos mecanismos da pessoa humana no Brasil e na América Latina".

OAB LANÇA LIVRO "E AGORA, BRASIL?"

São Paulo (AGEN) - A Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo, lança, na próxima segunda-feira (12), o livro "E Agora, Brasil?", reunindo os pronunciamentos de diversos políticos convidados pela entidade, que participaram do ciclo de debates nos meses de maio e junho. Entre eles, o deputado federal Luís Inácio Lula da Silva, candidato do PT à presidência da República, Leonel Brizola, também candidato à presidência da República pelo PDT, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Dílson Funaro e Marco Maciel.

Os trabalhos foram coordenados pelo deputado federal e advogado José Yunes, com promoção da OAB-SP, através da Comissão de Acompanhamento aos Trabalhos da Constituinte. O coquetel de lançamento será às 18h, na sede da entidade, à Praça da Sé, 385, primeiro andar.

Terra

VIOLÊNCIA NO NOVO ESTADO DE TOCANTINS: POSSEIRO ASSASSINADO

Colméia (AGEN) - O Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a regional CPT do Araguaia - Tocantins e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Tocantins estão exigindo a apuração do assassinato do posseiro Laurindo da Silva Amorile, de 33 anos, e os ferimentos provocados no também posseiro Adelino Teixeira Milhomem, 32 anos, neste município, estado de Tocantins.

Segundo as entidades, o assassino é o pistoleiro Aron Ferreira Lima, residente em Colinas de Goiás, Tocantins, acompanhado de um amigo, "também pistoleiro", conhecido por "Manuel Gato", morador na mesma cidade. "Eles foram ao local onde os posseiros estavam, Fazenda General Chichakni, sob o pretexto de comprar a área na qual existem as roças, provocando o conflito que resultou na morte de Laurindo e nos ferimentos em Adelino e no próprio pistoleiro Aron".

Mais adiante, as entidades lembram que a área onde se deu o crime vem sendo palco de diversos conflitos. "A Fazenda General Chichakni é dos irmãos Chichakni, sírios, que moram em Damasco, na República Árabe da Síria. Os irmãos Chichakni tentaram tirar os posseiros da área através de uma ação de manutenção de posse, indeferida pela juíza de Direito da comarca de Guaraí, a 26 de outubro de 88".

No final, frisam que "não conseguindo tirar os posseiros na forma legal, os grileiros estão tentando se apossar da terra, utilizando o tradicional método da pistolagem".

FILME SOBRE A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA SERÁ EXIBIDO DIA 12

São Paulo (AGEN) - O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a CUT nacional e o Instituto Sedes Sapientiae estão promovendo a exibição do filme "Na Terra Devastada", em comemoração aos 40 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Segundo o convite, o filme é "em memória de todos os lavradores mortos na luta pela Reforma Agrária, em memória do padre Josimo Moraes Tavares, assassinado pelos latifundiários no dia 10 de maio de 1986, e em memória de todos os que caíram na luta pelos Direitos Humanos da classe trabalhadora brasileira".

O filme será exibido no auditório do Sedes Sapientiae, à rua Ministro de Godói, 1.484, em Perdizes, na segunda-feira, dia 12 de dezembro, a partir das 20h, com convites gratuitos. É do cineasta Peter Overback, o mesmo que fez "A Classe que Sobra", um documentário sobre a realidade dos bóias-frias.

Bico do Papagaio - "Na Terra Devastada" é em 16 mm, colorido, com 60 minutos de duração, e fala dos conflitos de terra, principalmente na região do Bico do Papagaio, além de comentar a vida e a morte do padre Josimo Moraes Tavares.

Sobre o tema levantado pelo filme, as entidades lembram: "Nas últimas décadas o capital financeiro e industrial invadiu o campo brasileiro. A propriedade da terra se concentrou. O Brasil se transformou no país de maior concentração de propriedades de terra do mundo. Os novos donos da terra, que são grupos financeiros, bancos, indústrias e mineradores, expulsaram da terra milhões de lavradores".

PASTOR PRESBITERIANO CLASSIFICA DE "ESCANDALOSA" A SITUAÇÃO AGRÁRIA

Salvador (AGEN) - O pastor João Dias, da Igreja Presbiteriana Unida, da Bahia, em entrevista à AGEN, classificou de "escandaloso" o problema da terra no Brasil, lembrando que sua Igreja vem dedicando "especial atenção" ao assunto desde 1982. "Temos a Comissão Evangélica dos Direitos da Terra (Cediter), que tem objetivos práticos, como dar apoio aos trabalhadores rurais e posseiros, fortalecendo a organização e mobilização do homem do campo".

Na Bahia, a Cediter trabalha de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da diocese de Rui Barbosa, atuando na região do Médio São Francisco e em Feira de Santana. "As Igrejas protestantes não podem se omitir. A Pastoral da Terra, pensamos nós da Presbiteriana Unida, tem de ser feita de forma ecumênica. Os cristãos devem encontrar meios para um trabalho conjunto. O desafio nosso, e disto não tenho dúvidas, é formular uma Teologia da Terra".

O pastor João Dias entusiasma-se com o assunto e aponta quatro pistas concretas de ação para uma Teologia da Terra "comprometida com a dramática situação em que vivem milhões de pessoas". Ele coloca, em primeiro lugar, os preceitos bíblicos, "capazes de nortear nossa ação de forma clara e precisa". Em seguida, aponta a doutrina social das Igrejas, "que tem de ser pronunciada a todo instante", frisando, em um terceiro ponto, "a própria experiência do povo, das populações urbanas, do campo, e dos indígenas". E em quarto lugar acrescenta "a divulgação sistemática da situação agrária, do drama da terra".

Povos Indígenas

EVANGÉLICOS PROMOVEM CURSO INDIGENISTA

Cuiabá (AGEN) - O Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME) abriu as inscrições para o curso de Introdução à Pastoral Indigenista, a ser realizado na cidade de Matelândia, Paraná, de 18 a 24 de janeiro do próximo ano. São 25 vagas, abertas a leigos, havendo prioridade nas inscrições aos membros das igrejas evangélicas.

No programa, constam uma introdução à análise de conjuntura, o momento atual dos povos indígenas, introdução à antropologia, e leitura bíblica e serviço missionário engajado. As inscrições e informações são no seguinte endereço: Caixa Postal 642, 78000 Cuiabá, Mato Grosso, ou no telefone (065) 322 7476, até o dia 10 de janeiro de 89.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO LANÇA CAMPANHA SOBRE XINGU

São Paulo (AGEN) - A Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP) lança no próximo dia 9 o livro "As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas" no anfiteatro Abrahão de Moraes, Instituto de Física, na USP. No programa de lançamento consta, às 8h30, a abertura dos trabalhos, seguida de uma mesa-redonda, às 10h, sobre "As Implicações Sociais e Políticas dos Grandes Empreendimentos Hidrelétricos". À tarde, a partir das 15h, outra mesa-redonda, sobre "A Questão Tecnológica e a Busca de Alternativas - Uma Decisão Política".

Ainda no mesmo dia, à noite, haverá a terceira mesa-redonda, a partir das 20h, sobre "A Mobilização Popular Frente às Grandes Barragens". O apoio ao lançamento é da Comissão Especial de Coordenação de Atividades de Extensão Universitária (Cecae).

O livro tem cerca de 200 páginas, e foi organizado por Leinad Ayer Santos e Lúcia Mendonça Morato de Andrade. Demorou um ano e meio de preparação, e marca o início da campanha da CPI-SP que dá nome ao livro. A campanha conta com o apoio da União das Nações Indígenas (UNI), Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Sindicato dos Engenheiros de São Paulo, Prelazia do Xingu e o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi).

O objetivo é conseguir a rediscussão de todo o projeto proposto para o Rio Xingu, "antes do início de qualquer uma das sete hidrelétricas planejadas", conforme lembram as organizadoras do livro. Acrescentam: "A UHE Cararaô, etapa inicial do Projeto, está ainda na fase de viabilidade; assim, temos a oportunidade única de discutir o projeto de engenharia da obra e não apenas denunciar desastres já ocorridos".

Lembram, também, "a luta da sociedade brasileira pela construção de um estado democrático", assinalando, ainda, "que os direitos da minoria étnica dos povos indígenas devem ser respeitados".

INDÍGENAS QUEREM LEI ORGÂNICA NA VENEZUELA

Caracas (Amerindia) - Apesar da existência de aproximadamente 175 mil indígenas no país, divididos em 34 nacionalidades, a Venezuela não tem uma legislação específica para os grupos étnicos. Por isso, várias organizações e comunidades indígenas estão realizando estudos visando a criação de uma lei que contemple seus direitos e interesses.

As discussões estão ocorrendo a partir da Lei Orgânica de Etnias Indígenas, elaborada com o apoio de juristas e parlamentares venezuelanos e do Vicariato de Puerto Ayacucho, como alternativa ao anteprojeto de Lei Orgânica de Comunidades e Cultura Indígenas do deputado Alexander Luzardo. O novo projeto deverá ser apresentado ao Congresso Nacional da Venezuela em março do próximo ano, quando for instalado o novo Poder Legislativo.

Jornadas - Os estudos para uma lei de etnias nasceram das Jornadas de Educação Católica realizadas pela Avec (Associação Venezuelana de Educação Católica), em março passado, ocasião em que os participantes, incluindo indígenas, decidiram enviar ao presidente do Congresso Nacional e aos partidos políticos recomendações para que o anteprojeto de Luzardo fosse analisado e reformulado.

O anteprojeto do deputado Alexander Luzardo foi elaborado sem nenhuma consulta às comunidades e organizações indígenas, que contestam 60% do que ele prevê. A nova proposta, a ser apresentada em março ao Congresso venezuelano, está saindo dos próprios povos indígenas, considerando sua realidade concreta. São estas as diferenças básicas entre a Lei Orgânica de Etnias (LOE) e o anteprojeto do deputado Luzardo:

Povos indígenas - Constituem uma etnia indígena "os grupos minoritários que têm línguas, usos, costumes, cosmovisões comuns, diferentes da maioria de origem espanhola e indoeuropéia e que podem morar ou não em territórios comuns".

O anteprojeto de Luzardo não fala de povos indígenas, só de comunidades indígenas, "aquelas que compartilhando de forma total ou parcial sua língua, costumes, organização sócio-cultural e étnica ancestral, conservam o estado comum de vida com base de uso comum das terras".

Terra indígena - Aquela "onde habitualmente moram as etnias, aquelas em que vivem e produzem, tanto nas zonas baixas e altas como nas estações secas e chuvosas, seus locais de caça, sítios de pesca e extensões territoriais. O Estado venezuelano reconhece e garante o direito de propriedade sobre as terras, bosques e águas"(LOE).

Luzardo não define o que é terra indígena. É função do Estado garantir "a regularização da posse da terra". As terras indígenas são inalienáveis.

Autodeterminação - LOE: "Será garantida a cada etnia a absoluta liberdade de autodesenvolver-se espiritualmente dentro de sua própria cosmovisão, livres de procedimentos compulsivos". Luzardo não fala de autodeterminação.

Minerais - Segundo LOE, as etnias teriam prioridade na prospecção e exploração mineral em suas terras. Poderiam também ser criadas "empresas mistas do Estado venezuelano e a etnia respectiva para a exploração de minerais".

O anteprojeto de Alexander Luzardo permite a exploração mineral em terra indígena por particulares. "Em caso das jazidas coincidirem com a presença dos indígenas, estes terão a preferência e gozarão de uma porcentagem por parte dos concessionários".

INDÍGENAS EXCLUÍDOS DO DIÁLOGO NO PANAMÁ

Cidade do Panamá (AGEN) - Xuaco Arnaiz, leigo que trabalha entre os Emberá, no Panamá, afirmou para "Amerindia" que os povos indígenas que vivem neste país têm sido excluídos do diálogo nacional promovido pelo governo do general Noriega, resultante da nova conjuntura política panamenha.

Segundo Xuaco Arnaiz, a nova conjuntura do Panamá tem afetado os indígenas de duas maneiras: negativa, pois todos os projetos relativos às terras indígenas foram paralisados, e positiva, porque os povos indígenas "descobriram o fracasso do projeto populista do governo torrijista (referente ao general Omar Torrijos, que governou o país e foi morto em um acidente de avião de causas desconhecidas).

Paternalismo - No depoimento a "Amerindia", editado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), do Brasil, Xuaco Arnaiz afirma que "o paternalismo tinha feito crer aos indígenas que sem papai ou o governo não podiam fazer nada". Agora a situação está se invertendo.

Para Arnaiz, há atualmente no Panamá uma maior possibilidade de coordenar ações entre os povos indígenas. "No caso dos Emberá, eles estão vendo que têm os mesmos problemas que os Kuna, os Guaymí. Este é um trabalho que está permitindo o fortalecimento das próprias organizações indígenas", disse Xuaco a "Amerindia".

CONVERSÃO DA DÍVIDA EXTERNA POR NATUREZA: GANHAM TODOS?

Ingemar Hedström

Com o propósito de poder cobrar o valor de mercado da atual dívida externa dos países dependentes do Sul, os bancos do Norte criaram um novo sistema de "troca da dívida". Estas operações são para os bancos comerciais uma forma de incrementar suas reservas, um passo cujo objetivo é funcionar como política mais segura, contra a possibilidade de que a dívida não seja paga pelos devedores nos países do Sul.

Várias nações latino-americanas já estão utilizando esse mecanismo, aparentemente com o propósito de retirar pelo menos uma pequena parte de suas volumosas dívidas externas. Contudo, os países devedores têm aceito o sistema, apesar do aparente perigo que tais operações representam para seu direito à autodeterminação econômica e política. Nos perguntamos: servirão realmente essas trocas da dívida - como asseguram os mesmos bancos - de alívio para os países devedores? Enquanto ainda se discute a amplitude dessas operações, há algo que parece certo: os bancos comerciais buscarão cada vez mais mecanismos ao estilo da "troca da dívida", com o propósito de reduzir suas perdas naqueles empréstimos que não são pagos.

Fidel - Em meados de 1985, o presidente de Cuba, Fidel Castro, recomendou a várias delegações latino-americanas de alto nível a redução em montantes consideráveis do pagamento pelo serviço das dívidas externas de seus países. Naquele mesmo ano, o presidente peruano, Alan Garcia, então recentemente eleito, utilizou seu discurso inaugural para anunciar a decisão do Peru de limitar os pagamentos pelo serviço da sua dívida em 10% de suas exportações.

Na época, apesar de uma frenética atividade entre o grupo de administradores dos bancos comerciais norte-americanos, europeus e japoneses, para o pagamento da dívida, existia uma grande dor de cabeça pelo fato de que vários países do Sul, entre eles México e Brasil, mostravam simpatia pelas palavras de Castro e Garcia. Era necessário um novo plano de ação.

Recompras - Em um artigo publicado em 1984 pelo **The New York Times,** o dr.Thomás Lovejoy foi o primeiro a propor um plano de cancelamento da dívida externa por projetos de conservação ambiental. Entretanto, demorou três anos (dois anos após a intervenção de Fidel Castro) para que o presidente do banco estadunidense Citicorp, John Reed, anunciasse a criação de reservas do banco para cobrir perdas por dívidas, com um montante de 25% do valor de seu risco nos países devedores do Sul. Em pouco tempo, Chase Manhattan e vários bancos norte-americanos maiores seguiram seu exemplo, entre eles, Bank of Boston, Security Pacific e Bank of America.

Desta maneira, o sistema de **debt-for-equity swaps,** ou "troca da dívida externa", passou a ser uma prática cada vez mais comum, com a qual os bancos comerciais do Norte buscam reduzir o risco do não-pagamento da dívida dos países do Sul. A operação consiste em recompras ao valor de mercado da dívida externa, ou seja, a compra-venda daqueles empréstimos que não estão sendo cancelados, com um desconto que se faz aos novos compradores, no mercado secundário. Os compradores são geralmente outros bancos ou companhias transnacionais, que recompram as dívidas em forma de moeda local, com o propósito de adquirir recursos no país devedor.

Os países que lideram esse tipo de conversão da dívida incluem a Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, Chile, Equador e México. A quantidade de dólares que se tem trocado desta maneira é pequena, se comparada com a dívida total dos países do Sul, embora a quantidade tenha possibilidades de ser incrementada no futuro.

Alguns analistas consideram que estas trocas são uma solução, que se interpreta como **win-win** ("ganhar ou ganhar") no problema da dívida, devido a que as corporações transnacionais adquirem assim capital barato para inversão local, que podem utilizar de imediato para estabelecer suas subsidiárias nos países devedores. Vários bancos comerciais do Norte buscam esta conversão da dívida, como uma maneira de desfazer-se de dívidas não-desejáveis, com um desconto que alguns poderão logo recuperar, através do honorário da negociação.

Os representantes dos bancos argumentam que desta maneira as trocas da dívida permitem aos devedores pagar uma porção de suas dívidas em moeda local, com a qual liberam divisas estrangeiras para outros propósitos. As operações poderão também servir como incentivos aos bancos comerciais para dar um valor mais realista às dívidas pendentes, o qual pode levar a uma maior estabilidade financeira internacional.

Dívida por natureza - Bolívia foi o primeiro país a pôr em prática este tipo de troca da dívida por natureza. Segundo esse acordo, em 1987, o grupo ambientalista **Conservation International,** com sede em Washington DC, pagou a alguns dos credores comerciais de La Paz, Bolívia, US$ 100 mil por notas ou títulos de débito desse país que somavam o valor de US$ 650 mil. **Conservation International** cancelou esta parte da dívida externa boliviana, que atualmente equivale a uns US$ 4 bilhões. O governo desse país, por sua vez, se comprometeu a criar reservas naturais que envolvem 1.600.000 hectares de bosque virgem tropical estatal.

Depois da Bolívia veio Costa Rica. No mês de julho de 1987, o **Fundo Mundial para a Natureza** (WWF) anunciou que havia chegado a um acordo similar com a Costa Rica para comprar US$ 270 mil da dívida externa desse país por US$ 100 mil. Costa Rica, de seu lado, readquiriria as notas de débito, com um desconto de 20%, com divisas locais, que serão depositadas em um fundo administrado por Costa Rica e estabelecido para comprar 16 mil hectares de bosque tropical seco na parte norte-ocidental do país, para criar o Parque Nacional de Guanacaste, no qual também estaria compreendido o Parque Nacional Santa Rosa. Estas terras de Guanacaste, que são o maior fragmento de bosque tropical seco na América Central, foram compradas a seus proprietários privados e incorporadas ao sistema de parques nacionais de Costa Rica. (...)

Os fundos utilizados na compra de títulos da dívida externa da Costa Rica provêm de doações feitas por entidades filantrópicas, como o WWF, International Conservation, mencionados anteriormente, Nature Conservancy, Pew Charitable Fund, Mac Arthur Foundation, Swedish Society for the Conservation for Nature, W.Alton Jones Foundation, a Organização para Estudos Tropicais (OET), e a Associação Ecológica "La Pacífica" da Costa Rica.

Em fevereiro de 1988, WWF se comprometeu a destinar mais recursos para a compra de mais títulos da dívida externa, no caso de que o Banco Central da Costa Rica autorize outra cota, fora os US$ 4,5 milhões que foram negociados no total. Por outra parte, o Fleet National Bank de Rhode Island (EUA), por meio da Nature Conservancy, doou à Costa Rica títulos pela soma de US$ 254 mil.

Equador - Da mesma maneira, o grupo conservacionista Fundação Natura, no Equador, receberá US$ 10 milhões (o que equivale a 30% do valor cancelado), para projetos de conservação ambiental para ser posto em prática, entre eles, em sete áreas críticas do país: os parques e reservas nacionais de Cayambe, Cotachi-Cayapas, Podocarpus, Sangay, Yasuni, Cayabeno e Ilhas Galápagos.

Em artigo publicado no **Los Angeles Time,** o presidente da Fundação Natura, Roque Sevilla, destacou que os termos dessas trocas devem ser estabelecidos pelas autoridades do país devedor, junto com os grupos conservacionistas locais. As condições não devem ser estabelecidas pelos bancos no exterior, sim elaboradas mediante políticas nacionais, que determinem a conveniência ou não das doações para fins conservacionistas.

Legislação - Vários grupos conservacionistas e alguns membros do Congresso dos EUA estão buscando obter a colaboração do Banco Mundial em favor dessas trocas. Se aprovada, a legislação correspondente tratará de obter a aprovação deste banco para um programa piloto que permitiria às nações devedoras do Sul suspender o pagamento de suas dívidas pendentes com o Banco Mundial, durante alguns anos, em troca de criar reservas naturais. O projeto de lei difere dos planos da Bolívia e Costa Rica, pois pede a suspensão, e não a retirada, da dívida externa de um país com o Banco Mundial, em troca de criar reservas e parques nacionais.

Propostas legislativas que são consideradas atualmente no Congresso dos EUA insistem na criação de um intermediário financeiro internacional, que se dedique a cobrar a dívida dos países do Sul com desconto e que passe esse desconto ao país devedor ou facilite sua compra no mercado secundário. (..)

Inflação - Outra forma de troca, como se mencionou anteriormente, é convertendo parte da dívida em bônus de inversão em moedas nacionais. Nesse sentido, enquanto alguns argumentam a favor destes últimos intercâmbios como um método fácil de criar capital, outros opinam que, na maioria dos casos, a propriedade das infra-estruturas existentes discretamente muda de mãos nacionais para mãos internacionais sem a criação real de nenhum capital produtivo.

Também há várias desvantagens em nível prático Por um lado, essas conversões da dívida podem produzir inflação, se o país devedor simplesmente imprime mais dinheiro para pagar essas dívidas. Por outra parte, os governos devedores podem ver-se na necessidade de tomar dinheiro emprestado localmente, para pagar aos investidores estrangeiros, essencialmente intercambiando dívida estrangeira por dívida doméstica. Tal medida pode implicar maiores déficits do orçamento e custos mais altos no pagamento da dívida para os países devedores. Para evitar a fuga do capital, as taxas nacionais de juros devem manter-se mais altas que as taxas internacionais. Por outro lado, o país devedor pode não beneficiar-se diretamente do desconto da dívida, devido a que as corporações têm a liberdade de tentar recuperar o dinheiro total, mediante investimentos, em moeda local.

Outra desvantagem desse tipo de troca para os países dependentes é muito óbvia: os intercâmbios facilitam um incremento direto na propriedade e na ingerência estrangeira nos países devedores. Esta ameaça à soberânia nacional faz com que as conversões da dívida em uma escala menor seja politicamente difícil e não-desejável para a maioria dos governos dos países devedores. Isto, combinado às dificuldades de regulamentação para os bancos, explica porque o volume da dívida por trocas tem sido até agora relativamente pequeno.

Dívida sem investimento estrangeiro direto - Em seu livro sobre **A dívida externa da América Latina,** publicado em 1988, o economista Franz Hinkelammert mostra com muita precisão que desde o princípio dos anos oitenta, quando os bancos internacionais começam a exigir o pagamento da dívida dos países latino-americanos (que entre 1974 e 1986 subiu de US$ 58 bilhões a US$ 383 bilhões), apesar do sacrifício geral da população e do desenvolvimento do continente, estes não têm conseguido pagar nem sequer os juros dela.

Por outro lado, para o período de 1950 a 1977, a transferência de serviços pagos em razão de serviços sobre o investimento estrangeiro direto na América Latina é significativamente maior que o investimento estrangeiro direto contabilizado na balança de pagamento. A partir de 1977, destaca Hinkelammert, o investimento estrangeiro direto supera o montante dos serviços transferidos, para chegar a ser igual no ano de 1983.

Hinkelammert estima que até 1988 somente uns 15% do investimento direto foram transferidos até o estrangeiro. Todo o restante é financiado pela mobilização de poupança interna ou de empréstimos feitos pelos países da América Latina e logo transformado em capital estrangeiro. Esta realidade expressa o economista peruano Javier Iguiñiz, quando assinala que desde 1982 vimos financiando o Primeiro Mundo com enormes quantidades de dinheiro, nunca vistas antes, à exceção talvez da época colonial. (...)

Dívida fictícia - A dívida externa centro-americana em 1985 era de mais de US$ 16 bilhões. A seguir a tendência atual, alcançará US$ 23,8 bilhões em 1992 (ou mais de US$ 900 per capita). A curto prazo, o desenvolvimento e o pagamento da dívida não são compatíveis. Em 1986, a dívida externa de um país como Costa Rica era de US$ 4 bilhões, uma das maiores cargas per capita da dívida no mundo. Em 1985, se utilizou a metade dos ganhos das exportações costarricenses para pagar o serviço da dívida - se o governo houvesse respeitado todos seus compromissos, a soma haveria sido de 70%.(...)

O fenômeno da dívida externa se desenvolve na América Latina desde os anos 50, enquanto a dívida externa nos anos 70 se autogera a partir dos serviços das dívidas dela derivados. Começa nesse período com uma dívida que se paga com novos créditos até ter um tamanho tal, que já não se pode pagar senão com novos créditos. E mais. Quando esta dívida aumenta mais rapidamente que as exportações, tal é o caso, a parte pagável pelo saldo positivo da balança comercial diminui e o crescimento da dívida se faz mais rápido ainda. Desta maneira, na opinião de Hinkelammert, a dívida se transforma progressivamente em uma "dívida fictícia". (. .)

Cancelamento - Nos perguntamos: tem a dívida externa da América Latina alguma solução? Outra vez a opinião de Hinkelammert: "Qualquer anulação parcial da dívida, qua não vá sensivelmente mais além de 50% da dívida nominal, corresponde mais aos interesses dos bancos que aos interesses dos países da América Latina, sem ser por isso um ato contra seus interesses. Para que a anulação seja de interesse dos países da América Latina, terá que tender a ser totalmente ou completa, ou aproximar-se de tal situação. Somente neste caso diminui efetivamente, e em grau importante, a transferência de excedentes até os países do centro". (...)

> *"Ainda que toda América Latina seja convertida em investimento estrangeiro direto, isso não poderia eliminar nem sequer a parte fictícia da dívida externa existente. A venda de toda América Latina não cobre o valor de sua dívida externa. Provavelmente, 10% da dívida é suficiente para comprar todas as indústrias da América Latina". (...)*

Prossegue Hinkelammert: "Ainda que toda América Latina seja convertida em investimento estrangeiro direto, isso não poderia eliminar nem sequer a parte fictícia da dívida externa existente. A venda de toda América Latina não cobre o valor de sua dívida externa. Provavelmente, 10% da dívida é suficiente para comprar todas as indústrias da América Latina". (...)

Mal menor? - Para concluir podemos dizer que a crise da dívida externa latino-americana exigirá soluções radicais a longo prazo (talvez a única solução seja o cancelamento dela de uma vez por todas), para evitara conseqüências internacionais ainda maiores, e evitar que os países devedores se vejam forçados a abandonar seu direito à autonomia política ou a abandonar seus esforços até uma auto-suficiência econômica, devido aos sacrifícios que demanda o pagamento destas dívidas. Posto que esta troca da dívida por bônus em moedas nacionais implicaria a transferência de capital em mãos estrangeiras. Sem a criação de capital produtivo, não pode portanto considerar-se como uma solução - nem sequer de forma parcial - ao problema da dívida.

Serão necessárias medidas mais substanciais de solidariedade em relação à dívida, para patrocinar um processo de desenvolvimento orientado até a satisfação das necessidades humanas básicas do Sul. A troca da dívida externa, como temos visto, vai muito na linha do interesse dos bancos internacionais que outra coisa.

Por outro lado, no caso da troca da dívida por natureza, poderia ter algum mérito quando esta, na prática, não signifique o câmbio de dinheiro em efetivo (de parte dos países do Sul), e sim que a terra comprada seja simplesmente doada pelas agências internacionais, com o único fim de criar reservas biológicas ou parques nacionais. O montante de diminuição da dívida é o menos importante, e sim a terra que se é resgatada para sua conservação.

Se os casos mencionados, da troca da dívida por natureza na Bolívia, Costa Rica e Equador, têm efeitos, em sua maioria positivos, não podemos dizê-lo ainda O que podemos entender é que essas operações, fora das trocas da dívida por natureza, obviamente não são a panacéia que afirmam alguns especialistas financeiros. Repetimos: grande parte dos supostos cancelamentos da dívida dos países dependentes atendem aos bancos, às corporações e companhias transnacionais, mais que aos países devedores e seus setores populares.

Agora, se por força maior temos que escolher entre só duas opções: (I) Não poder proteger áreas críticas por falta de recursos ou (II) poder fazê-lo pela "troca da dívida", creio que teremos de escolher o segundo. Podemos acrescentar que o ideal teria sido que essa opção pela defesa da natureza haja surgido como uma aspiração própria dos países latino-americanos, sem ter que ser - como parecer ser o caso - dirigida principalmente desde o exterior pelas agências conservacionistas e equivalentes.

Apesar dessas grandes contradições, esperamos que pelo menos as operações de "troca da dívida por natureza", de alguma maneira estejam ampliando o caminho para se obter ganhos ambientais importantes numa época em que se encontram em perigo os ecossistemas e com elas a Vida sobre a Terra. Embora não podemos esquecer que "para o capitalismo a natureza não é um recurso, mas uma vítima" (J.Ruiz, in "Ecologia e Educação Popular", Fundação Brethren e Unida, Quito, Equador), e que tanto a dívida externa, como os mecanismos que destroem a natureza, têm a mesma origem: o capitalismo dependente da maioria dos países no Sul.

*** Ingemar Hedström é membro do Departamento Ecumênico de Pesquisas (DEI), pesquisador convidado da Escola de Biologia da Universidade da Costa Rica. Este artigo, de que reproduzimos os principais extratos, foi publicado na revista "PASSOS", do DEI.**

Solo Urbano

PADRE TICÃO PROPÕE COOPERATIVAS HABITACIONAIS

São Paulo (AGEN) - O padre Antônio Marchioni Neto (Ticão), pertencente à Pastoral da Moradia da Zona Leste da capital paulista, questionado pela AGEN sobre o problema da habitação no país, e as possíveis soluções a serem desenvolvidas pelos governos federal, estadual e municipal, disse: "Em primeiro lugar, é bom lembrar que o dinheiro existe. O Fundo de Garantia do trabalhador, que em agosto deste ano era de Cz$ 3 trilhões, não é repassado para a solução do problema da moradia, mas entregue às grandes empreiteiras, na construção de prédio luxuosos...".

As reuniões do Movimento de Moradia em toda a cidade se intensificaram desde a eleição de Luiza Erundina como nova prefeita de São Paulo. Comentou o padre Ticão: "A Erundina é uma pessoa que vem da luta de todos nós. Corajosa e vibrante, nunca, mas nunca mesmo, deu o menor sinal de fraqueza quando o assunto era defender os mais pobres".

Terra e Construção Popular - Em seguida, o padre acrescentou os dois fatores restantes que ratificam sua posição sobre a moradia, ao defender que "saídas existem, não há é vontade política", lembrando, em primeiro lugar, "a grande quantidade de terra ociosa, principalmente nos centros urbanos, usada para a especulação imobiliária".

E num terceiro ponto, padre Ticão afirmou: "O povo sabe construir suas casas e muitos técnicos estão aí mesmo para ajudar. A maioria das casas da periferia foi feita em processo de autoconstrução ou em mutirão. A formação de cooperativas habitacionais, organizadas pelo movimento popular, é outra forma viável de solução do problema".

O assunto "moradia" será destaque na pauta das reuniões que a prefeita Luiza Erundina manterá com d.Paulo Evaristo e seus bispos auxiliares nos próximos dias. Além disto, dois outros pontos merecerão reflexão: os canais de participação do povo na administração de São Paulo e uma postura transparente nas decisões.

Política

ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRÓXIMO PRÊMIO NACIONAL DE DH

Brasília (AGEN) - Augustino Veit, secretário-executivo do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH) creditou "à trajetória política em favor dos direitos humanos não só do povo brasileiro, mas de todos os povos do mundo" a escolha do cardeal-arcebispo de São Paulo, d.Paulo Evaristo Arns, como ganhador do primeiro Prêmio Nacional de Direitos Humanos, concedido pelo MNDDH.

A entrega é hoje, quinta-feira (dia 8), a partir das 20h, no Teatro Tuca, bairro Perdizes, São Paulo. "Além do trabalho desenvolvido no Brasil, d.Paulo sempre prestou irrestrito apoio e integral solidariedade às mães da Praça de Maio, na Argentina, e ainda aos familiares de desaparecidos políticos no Uruguai, Chile e Argentina, principalmente", lembra Augustino Veit.

Marcas eternas - O secretário do MNDDH destaca a "posição sempre firma, inspirada em sua própria vida, que encoraja a luta do cardeal. A entrega do prêmio a d.Paulo (uma estatueta do artista plástico Elifas Andreatto) se constituirá em um momento importante dentro da caminhada do Movimento de Direitos Humanos".

No próximo ano, a escolha será feita em eleições diretas, votando todas as entidades filiadas ao Movimento, que hoje chegam a cerca de 350.

Economia

ÁFRICA PREPARA CRIAÇÃO DE MERCADO COMUM

Addis-Abeba (ANGOP-AGEN) - Um anteprojeto de 57 páginas da convenção de criação de uma Comunidade Econômica Africana (CEA), antes do ano 2.000, foi submetido aos delegados participantes de uma reunião de peritos de 18 Estados-membros do Comitê Permanente da Organização da Unidade Africana (OUA).

Os peritos, reunidos em Addis-Abeba, Etiópia, preparam a sessão ministerial deste Comitê, que é a mais alta instância administrativa da OUA entre a realização das cúpulas anuais de chefes de Estado e de governo.

Regionais - Os 90 artigos da convenção intitulada "Projeto de Convenção de Criação da Comunidade Econômica Africana" enunciam os procedimentos de criação da Comunidade, cuja sigla será CEA. Os peritos deverão propor diferentes procedimentos para o estabelecimento progressivo do Mercado Comum Africano.

A primeira etapa será constituída pelo estabelecimento de Comunidades Econômicas Regionais e o reforço das que já existem. Esta etapa será seguida da supressão progressiva das barreiras alfandegárias e não-alfandegárias para as trocas intercomunitárias.

O objetivo final deste período transitório é a adoção de um "sistema alfandegário comum". Integração setorial será favorecida nos domínios da Agricultura, Alimentação, Transportes, Comunicações, Indústria e Energia.

PORTUGAL DEBATE "PLANO MARSHAL" PARA ANGOLA

Bruxelas (ANGOP-AGEN) - O secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso, afirmou em Bruxelas que a Comunidade Econômica Européia (CEE) é receptiva a um aumento de apoios financeiros a Angola. Durão Barroso, que falava no final de uma reunião do Conselho para a Cooperação e Desenvolvimento, sublinhou que existe um consenso entre os Estados comunitários quanto à necessidade de um reforço da cooperação com Angola.

Ele admitiu a possibilidade de se desenvolver "uma espécie de mini Plano Marshall" destinado à recuperação econômica de Angola, que enfrenta há 13 anos uma situação de guerra. O governante português reconheceu que numa situação de paz em Angola a CEE poderia apoiar diversas medidas.

Segundo Durão Barroso, numa reunião que manteve com um dos vice-presidentes da CEE, Lorenzo Matali, foi analisada a cooperação portuguesa com Angola e a sua participação com as ações da Comunidade. Sobre a cooperação portuguesa com Angola, salientou que Portugal não tem meios financeiros suficientes para cooperar sozinho com este país ou com outros países africanos de língua oficial portuguesa, pelo que tem de se associar a outros países ou à CEE.

FEDERAÇÃO PATRONAL SUGERE MUDANÇAS ECONÔMICAS NO PARAGUAI

Assunção (IPS-AGEN) - A poderosa Federação da Produção, Indústria e Comércio (Feprinco) do Paraguai, no passado uma fiel aliada do regime, condenou recentemente a atual política econômica do governo, exigindo do governo uma retificação dos seus rumos. Em um documento que circula desde o mês passado, a Feprinco propõe um sistema de troca único e livre para todas as transações com o exterior, ao mesmo tempo que pleiteia a reorientação da política fiscal e de crédito para favorecer a produção e a exportação.

A Federação rebate a política governamental de subvenção às empresas deficitárias, assinalando que desta forma não se faz outra coisa "que premiar a ineficiência". Por outro lado, o guarani, o dinheiro paraguaio, tem perdido seu valor a cada dia. No princípio deste ano um dólar valia 892 guaranis, e hoje vale 1005 guaranis.

Enquanto as empresas estatais gozam de benefícios cambiais, podendo obter dólares a uma taxa inferior a 400 guaranis, a empresa privada deve operar segundo os preços vigentes no mercado. Está previsto que a inflação bata os 30%, enquanto permanece ínfimo o crescimento econômico, de apenas 1,1%.

Os observadores políticos estimam que as manifestações da Feprinco com interesse em promover uma abertura na economia dificilmente serão aceitas no atual "regime autoritário" do general Alfredo Stroessner, no poder há 34 anos.

Mulher

GRUPO USA O TEATRO PARA ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES

São Paulo (AGEN) - O Grupo de Teatro Maria-É-Dia estará promovendo a 1ª Festa de Confraternização e Intercâmbio com Grupos de Mulheres de São Paulo, no dia 17 de dezembro, das 14h às 22h. O Grupo atua na Zona Leste da capital e procura, pela arte, organizar as mulheres, em um trabalho de descoberta lenta e progressiva de seus direitos fundamentais.

A festa, para a qual estão convidadas todas as mulheres ("e os homens também, é claro", lembra a presidente Irene Pereira de Oliveira) será à rua Juritipiranga, 27, sede do grupo, no Jardim São Francisco, em Cangaíba, Zona Leste.

As atrações, conforme o convite, são muitas e variadas, indo desde o bazar e o bingo, passando pelo forró, lambada, rock, até a apresentação da peça "Procura-se um Ninho", às 17h.

Outras informações sobre o trabalho do Maria-É-Dia podem ser obtidas no fone (011) 958 3976 (Dalva) e (011) 262 9407 (Marta).

Movimento Operário

ENTIDADES EXIGEM APURAÇÃO DE CRIME EM SANTA CATARINA

Caçador (AGEN) - Diversas entidades de Santa Catarina, tendo à frente a Secretaria Estadual da Pastoral Operária, estão pressionando as autoridades estaduais para descobrir o assassino e o mandante do crime praticado contra Hermínio Gonçalves dos Santos, dois dias antes das eleições, na localidade de Cerro Branco, a 12 quilômetros de Caçador.

Hermínio era secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais desta cidade, presidente do Centro de Pedagogia da Faculdade de Caçador e candidato a vereador pelo PT. Segundo informações da Pastoral Operária, "o assassinato de Hermínio foi bem planejado, e feito por pistoleiro profissional a mando de grupos ligados à UDR local". O candidato a vereador morava na região e, na noite de 13 de novembro, dirigia-se para a casa de seus pais, tendo parado no pavilhão de festas da comunidade, a fim de disputar uma partida de baralho com amigos.

Por volta das 21h30, sem que ninguém percebesse qualquer movimento estranho, ouviram-se quatro disparos, vindos de uma das janelas do salão: um atingiu sua perna e dois o tórax. Os três amigos de Hermínio não puderam ver o pistoleiro, que fugiu imediatamente.

Segundo ainda a Pastoral Operária, "Hermínio era um líder rural e esteve presente nos assentamentos de sem terra da região, constituindo-se em um dos mais fortes candidatos no município". A nota distribuída à imprensa exige da Justiça uma ação imediata, "a fim de serem descobertos as causas, os mandantes e sejam punidos todos os responsáveis pelo assassinato de Hermínio".

A nota vem assinada pela Pastoral Operária, a CUT, a Comissão Pastoral da Terra e o PT Estadual.

GREVE DE 30 DIAS EM FÁBRICA DE ARMAMENTOS LEVA À CONQUISTA DE TODAS AS REIVINDICAÇÕES

Piquete (AGEN) - Uma proibição partida de setores militares brasileiros impediu a divulgação do resultado da greve realizada por 1900 trabalhadores da Indústria de Material Bélico (Imbel), nesta cidade, interior de São Paulo. Paralisados desde o dia 1º de novembro, os funcionários da fábrica de armamentos conseguiram uma vitória unânime na Justiça do Trabalho de Campinas, no dia 29 de novembro, retornando ao trabalho com todas as reivindicações atendidas.

O menor salário entre os trabalhadores era de cerca de 20 mil cruzados. Com a greve, e a equiparação determinada pela Justiça do Trabalho aos químicos da região, que coincidentemente estavam em dissídio coletivo, o total recebido passou dos 20 para cerca de 120 mil mensais. Os trabalhadores em greve conseguiram, ainda, o abono dos dias parados e o pagamento de todas as URPs atrasadas.

A mobilização dos trabalhadores, a grande maioria não sindicalizada, começou a 19 de outubro, com algumas paralisações parciais. Na assembléia realizada dia 1º de novembro, decidiu-se pela greve. Nas duas semanas seguintes não houve qualquer pronunciamento oficial do Ministério do Exército, o que obrigou os trabalhadores a entrarem na Justiça. Em 71 anos de existência da Imbel em Piquete, essa foi a primeira paralisação. A fábrica tem o nome do ex-presidente Getúlio Vargas.

A importância da vitória é tão grande, conforme lembram os trabalhadores, que foi celebrado um culto ecumênico, com a presença de padres, pastores metodistas e um pastor da Assembléia de Deus, que é, inclusive, o presidente do Sindicato dos Químicos da região.

PASTORAL OPERÁRIA IRONIZA NOVO SALÁRIO MÍNIMO

São Paulo (AGEN) - "O salário mínimo permanece muito longe daquilo que a Constituição prevê. Comer, morar, vestir, ter saúde e transporte com pouco mais de 40 mil cruzados, de que maneira?" O desabafo é de Francisco Palma, 40 anos, militante da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo, comentando o novo salário mínimo vigente no país.

Em seguida, lembrou o salário mínimo real, divulgado pelo Dieese, que estaria hoje em 240 mil cruzados. "Por aí vemos que são seis vezes abaixo daquilo que teríamos direito. Com um agravante sério: o mínimo decretado agora estará valendo, a 10 de janeiro, quando será pago, pelo menos 30% menos, levando em conta a inflação e a defasagem".

Para a economia brasileira, Francisco Palma propõe "um planejamento mais sério, com controle efetivo de lucros, e não de salários, como acontece atualmente. Muitas empresas brasileiras pagam dois salários mínimos a seus empregados, ou, na pior das hipóteses, um salário mínimo e meio. Isto prova que há viabilidade no pagamento, em relação ao lucro que elas obtêm com o trabalho assalariado".

Mão-de-obra barata - Conforme estudos do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT (Desep) e da própria Pastoral Operária, a mão-de-obra no Brasil é uma das mais baratas do mundo, oscilando nos 17% do valor total do produto. "Enquanto isto, no Chile, por exemplo, chega a 27%, e em países desenvolvidos a 45%".

América Latina

PARAGUAI: RATIFICADAS DENÚNCIAS DE VIOLAÇÕES DOS DH

Assunção (IPS-AGEN) - Apesar de não ter feito declarações públicas sobre o assunto, o enviado especial das Nações Unidas, diplomata colombiano Rafael Rivas Posadas, constatou, no Paraguai, durante uma rápida visita, violações aos direitos humanos. Segundo fontes da Igreja Católica, Rivas, que visitou a capital do Paraguai durante três dias (de 8 a 11 de novembro), foi informado sobre a situação de sofrimento de vários presos políticos.

Na lista entregue a Rivas figuram, entre outros, o capitão reformado Heman Falcon, o fotógrafo chileno Hernan Mella, Remigio Gimenez e vários camponeses. O Comitê de Igrejas denunciou que durante o mês de outubro foram registradas 68 detenções de dirigentes políticos e sociais, especialmente membros de partidos considerados ilegais.

Procissão - Durante a visita do diplomata colombiano, a polícia atacou com violência uma procissão de estudantes e padres da Faculdade de Teologia, e deteve dois deles. Na ocasião, saíram feridos, a golpes de cassetetes, os padres Vicente Barreto e José Valpuesta.

Rivas, que teve audiência com o presidente Alfredo Stroessner, no poder desde 1954 e com outras autoridades, também conversou com representantes da oposição política, entre eles o dirigente liberal Domingo Laino e com organizações de defesa dos direitos humanos. O presidente da Câmara dos Deputados, Luiz Martinez Miltos, fez a entrega de um relatório ao enviado das Nações Unidas, no qual se constata a não existência de presos políticos no Paraguai, questão contrastante com as seguidas denúncias formuladas pela Igreja e por organizações humanitárias.

O relatório a ser elaborado por Rivas Posadas servirá de base para os debates a serem realizados em fevereiro sobre o Paraguai, na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, na Suíça.

ISABELITA PERON DEFENDE AMPLA LEI DE ANISTIA

Buenos Aires (IPS-AGEN) - A ex-presidenta da Argentina, Maria Estela Martinez de Peron, reafirmou nesta capital sua opinião favorável a uma Lei de Anistia que beneficie os altos comandantes militares da ditadura que governou o país entre 76 e 83, condenados pela Justiça Civil. Viúva do general Juan Domingo Peron, que presidiu o país por três vezes, disse "que todos cometemos erros, todos temos falhas, mas devemos ter grandeza suficiente para um acordo, a fim do país ir adiante".

A viúva de Peron, também conhecida por "Isabelita", nome que usava durante sua época de cantora, ratificou suas impressões, quando havia defendido, de maneira implícita, a Lei de Anistia.

"Existem situações difíceis na vida, e nelas temos de deixar os rancores de lado", disse a ex-presidenta aos jornalistas, sem precisar mais suas palavras.

União dos argentinos - Ela convocou, ainda, à união, todos os argentinos, durante uma visita à central sindical Confederação Geral do Trabalho (CGT), quando foi recebida pelos dirigentes dessa entidade. O secretário geral da organização, Saul Ubaldini, entretanto, não assistiu à visita.

"Isabelita" foi derrubada do poder no dia 24 de março de 76, por um golpe de estado, encabeçado por uma Junta Militar, tendo à frente o general Jorge Rafael Videla, o almirante Emilio Massera e o brigadeiro Ramon Agosti, que cumprem, atualmente, penas de prisão impostas pela Justiça Civil em 1986.

Uma eventual Lei de Anistia beneficiaria todos eles, os mesmos que a tiraram do governo e a mantiveram presa durante vários meses. A viúva de Peron chegou ao poder em junho de 74, por ser vice-presidente da República, após a morte de Peron, que havia assumido o governo um ano antes.

Em uma matéria publicada no jornal diário "Ambito Financiero", de Buenos Aires, a ex-presidenta revelou que após a morte de Peron apresentou a renúncia de sua sucessão, "mas não a aceitaram".

MINISTRO AFIRMA: "CHILE NÃO PERMITIRÁ TERRORISMO"

Santiago (IPS-AGEN) - O ministro da Defesa, vice-almirante Patricio Carvajal, disse na capital do Chile que o governo não permitirá as "ações de propaganda" de membros da Frente Patriótica Manuel Rodrigues (FPMR), após enfatizar que o movimento insurgente atua à sombra do proscrito Partido Comunista do Chile.

Carvajal reiterou um anúncio feito por oficiais carabineiros (Polícia Uniformizada) sobre a repressão a toda demonstração pública de integrantes da Frente Patriótica em concentrações, funerais e outras manifestações, após uma reunião de "Segurança" realizada no Palácio Presidencial La Moneda.

Diversas infrações - Ele disse, ainda, "que os grupos extremistas cometem diversas infrações, como a apologia de violência e porte ilegal de armas, não descartando a presença de 'terroristas estrangeiros' no Chile". O ministro referia-se à participação de "milicianos rodriguistas" nos funerais de várias pessoas que morreram nos últimos dias, após sua presumível ação em um assalto a um quartel policial, e atentados explosivos, de acordo com versões oficiais, questionadas pelos familiares das vítimas e organizações humanitárias.

"Não permitiremos que continuem as manifestações públicas de uma frente ilegal, terrorista, que está procurando fazer propaganda para receber mais apoio econômico", disse o ministro.

JUVENTUDE CHILENA TERÁ PAPEL DECISIVO NAS ELEIÇÕES 89

São Paulo (AGEN) - Cristián Rosales, um jovem chileno de 24 anos, estudante de História em Santiago, capital do Chile, que está no Brasil há quatro meses, assinalou que vê "com esperança renovada" a participação da juventude de seu país no processo de reconstrução nacional, iniciado com a derrota do presidente, general Augusto Pinochet, em outubro.

Membro da Pastoral da Juventude chilena, Cristián está no Brasil fazendo um curso de reciclagem promovido pelo Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização Popular (Cesep), junto de outras 55 pessoas, do Caribe e América Latina, além de representantes de Angola e Moçambique.

Estágio na Baixada - Os alunos, além das aulas teóricas, de segunda a sexta, realizaram estágios em diversas partes do país. Cristián esteve na Baixada Fluminense, com d.Mauro Morelli. "Temo apenas que o discurso avançado da Teologia da Libertação não seja acompanhado pela prática do povo, cujo processo normal é mais lento".

Mesmo assim, vê "uma distância significativa entre a Igreja chilena e a brasileira", comentando: "A Igreja do meu país não opta pelos pobres, em sua prática de trabalho. Os pobres definitivamente, não são o problema prioritário", concluindo haver "certas exceções" entre os bispos que compõem a Conferência Episcopal. Lembrou, mais adiante, "o vasto campo" de trabalho a ser desenvolvido em educação popular no Brasil. "No Chile não há financiamentos neste aspecto".

Sobre as eleições de novembro de 89, quando o Chile, a exemplo do Brasil, depois de muitos anos voltará a escolher seu presidente, Cristián creditou uma "tarefa fundamental" à juventude: "Afinal, 45% dos chilenos são jovens, e fomos os mais reprimidos durante a repressão".

Teme, apenas, um descrédito desses jovens nas velhas estruturas políticas. O candidato mais forte à presidência, Patricio Alwin, membro da democracia-cristã, situa-se à direita de seu partido, tendo apoiado o golpe militar de setembro de 73. "Seria o mal menor. Talvez uma saída imediata para a situação em que estamos. Mas é um nome que não agrada às esquerdas, e nem poderia ser assim. O Alwin usa a desculpa de que o contexto da época do golpe levava a um apoio explícito. Ele sempre teve trânsito livre durante o governo Pinochet", concluiu.

Terceiro Mundo

MEMBRO DA OLP RENOVA APELO À CONFERÊNCIA DE PAZ

Amman (IPS-AGEN) - Abdullah Al-Hourani, membro do Comitê Executivo da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), afirmou que o Estado Palestino será uma realidade em menos de quatro anos. "A proclamação de um Estado Palestino e o reconhecimento da resolução 242 do Conselho de Segurança se deram em um momento oportuno", disse Abdullah em uma entrevista publicada no diário jordaniano "Al-Dostour".

Assegurou, em seguida, que "o próximo passo será verificar o cumprimento da Declaração Política, que representa a base da ação futura". Frisou que "as resoluções adotadas pelo Conselho Nacional Palestino (CNP) em Argel impedem que os Estados Unidos apresentem obstáculos para não se relacionar com a OLP e para não reconhecer os direitos do povo palestino. Além disto, as resoluções do CNP contribuíram para isolar as posições extremistas israelenses e criar as condições para que se realize a esperada Conferência Internacional de Paz sobre o Oriente Médio", finalizou.

FRANÇA QUER CONFERÊNCIA DE PAZ NO ORIENTE MÉDIO

Paris (IPS-AGEN) - Edgar Pisani, Conselheiro do presidente francês François Mitterrand, previu ser inevitável a convocação de uma Conferência Internacional de Paz no Oriente Médio após o reconhecimento implícito de Israel por parte da Organização para a Libertação da Palestina (OLP). O Chanceler Galo Roland Dumas frisou que seu país "não tem qualquer problema de princípios em admitir a existência de um estado palestino", mas que "é contrário a uma jurisprudência internacional por tratar-se de uma entidade sem território definido".

Em uma entrevista coletiva, a viúva do primeiro-ministro socialista Pierre Mendes France qualificou de "enormemente positiva" a nova "atitude da OLP em relação a Israel". De acordo com o que disse Pierre Mauroy, líder do Partido Socialista, do atual governo, "uma Conferência Internacional de Paz no Oriente Médio, objetivo prioritário da diplomacia francesa, é agora mais necessária que nunca para afirmar o passo adiante dado pela OLP".

GOVERNO DA TANZÂNIA ELOGIA LÍDER YASSER ARAFAT

Dar Es Salaam (IPS-AGEN) - O governo da Tanzânia saudou a proclamação do Estado Palestino, manifestando seu total apoio e interesse em promover relações cordiais entre os dois países. Na mensagem dirigida ao presidente do Comitê Executivo da OLP, Yasser Arafat, o presidente da Tanzânia, Ali Hassan Mwinyi, assinalou que "a declaração do Conselho Nacional tornou realidade as aspirações do povo palestino em ter um Estado".

O líder da Tanzânia acrescentou que espera a convocação de uma Conferência Internacional de Paz sobre o Oriente Médio, "instrumento para tornar possível uma paz regional baseada na Justiça". Enfatizou em seu depoimento, mais adiante, que "seus sacrifícios e vitórias não são apenas inspirados no povo palestino, mas também na comunidade internacional que durante anos tem solicitado a restauração dos direitos inalienáveis do povo palestino, incluído aí o direito de estabelecer um estado em sua própria pátria".

ISRAEL INICIA CONTRA-OFENSIVA DIPLOMÁTICA

Jerusalém (IPS-AGEN) - O governo israelense iniciou uma contra-ofensiva diplomática com o objetivo de impedir que países do Ocidente, em particular membros da Comunidade Européia, se pronunciem pelo reconhecimento do Estado Palestino. Até agora, 22 nações reconheceram o novo Estado. Um deles é a Turquia, que mantém relações diplomáticas com Israel; a atitude de Ankara causou indignação nas esferas políticas de Israel.

No documento oficial divulgado em Jerusalém, são enfatizados três pontos "omitidos pela decisão tomada em Argel", rechaçando a resolução do Conselho Nacional Palestino (CNP) de criar um estado árabe independente nos territórios ocupados por Israel. O governo israelense afirma, no primeiro ponto, "que não foi mencionada a interrupção da atividade terrorista contra áreas israelenses".

TCHECOS NÃO RECONHECEM, MAS APÓIAM ESTADO PALESTINO

Praga (IPS-AGEN) - O governo theco saudou, mas não reconheceu oficialmente a existência do novo Estado Palestino Independente, anunciado pelo Conselho Nacional Palestino (CNP), em Argel. A chancelaria theca, através do seu porta-voz, Ivan Kulhanek, assinalou que "a histórica declaração" do Estado Palestino teve um "significado extraordinário para a solução definitiva da crise do Oriente Médio". Recordou que a Tchecoslováquia sempre apoiou esse direito e continuará a fazê-lo.

"Sem a sua aplicação não é possível garantir a coexistência pacífica e a segurança de todas as nações da região, que sofrem as conseqüências do conflito árabe-israelita", disse. O comunicado tcheco não contém explicitamente o reconhecimento ao Estado Palestino, apesar da OLP contar com uma missão diplomática reconhecida pelas autoridades do país "como a única representante do povo palestino".

Porta-vozes do governo tcheco reafirmaram que o governo não restabelecerá relações diplomáticas com Israel, nem sequer parcialmente, até que se solucione a crise do Oriente Médio. O governo theco credita a Israel a responsabilidade pela "explosiva situação" da região.

A Tchecoslováquia, como a maioria dos países socialistas, interrompeu suas relações diplomáticas com Israel a dez de junho de 1967, após o início da Guerra dos Seis Dias. Em dezembro será realizada em Praga uma "Conterência-Modelo Internacional" que irá tratar sobre a crise do Oriente Médio, por iniciativa de personalidades políticas e científicas deste país.

Foram convidadas destacadas personalidades políticas dos países envolvidos no conflito e, segundo se anunciou, deverão estar presentes representantes dos governos de Israel, Líbano, Jordânia, Síria e Egito, além de delegados palestinos.

ARGÉLIA TENTARÁ MEDIAR DIÁLOGO ENTRE OLP E SÍRIA

Abu Dhabi (IPS-AGEN) - A Argélia tentará mediar as relações entre a OLP e a Síria, informou um diário dos Emirados Árabes. Ao citar "fontes seguras", o jornal anunciou que o presidente argelino, Chadli Benjedid, manifestou a disposição de seu país em aproveitar as boas relações que mantém com a Síria para pôr fim à disputa entre as duas partes.

Fontes palestinas receberam de maneira positiva a declaração feita pela Chanceler sírio Farouq Al Shara, em que apoiava a proclamação de um Estado Palestino.

O jornal, baseando-se em fontes palestinas, mencionou a existência de uma atitude positiva do lado sírio para a OLP, argumentando "que nunca houve qualquer ação do governo de Damasco contra os membros da OLP que vivem no país".

Memória

O ÚLTIMO APELO DE D.LEÔNIDAS PROAÑO

São Paulo (AGEN/CDHAL) - A revista Iglesias, publicada no México, divulga no seu nº 58, do mês de outubro, o testemunho de Gonzalo Lopez Marañon, a respeito de d.Leônidas Proaño, incluindo o último e urgente apelo daquele que foi chamado "o bispo dos indígenas". Eis a sua íntegra:

"O bispo emérito de Riobamba, Equador, d.Leônidas Proaño, morreu no dia 31 de agosto de 1988, com sua alma cheia de santidade. No dia 14 do mesmo mês, à tarde, fui visitá-lo.

D.Leônidas Proaño, antigo bispo de Riobamba, onde exerceu o seu ministério por 30 anos já estava gravemente enfermo na casa do Sagrado Coração da Armênia, Quito, Equador, à direita da rodovia do Valle de los Chillos.

Por ocasião do encerramento de suas atividades como bispo de Riobamba, a Conferência Episcopal Equatoriana o encarregou de cuidar do Departamento de Indigenismo, atendendo ao clamor dos indígenas equatorianos, que haviam pedido ao papa João Paulo II que o nomeasse bispo em sua diocese (Riobamba), e a eles d.Leônidas entregou exemplarmente suas últimas energias, coroando assim toda uma vida de opções claras e sempre firmes e valentes à causa dos mais pobres. Ele foi, de fato, um dos mais proféticos protagonistas da Igreja latino-americana nestes anos pós-conciliares de Medellín e Puebla.

Eu o visitei com emoção e com dor. Eu o vi fisicamente acabado e extremamente emagrecido, somente reconhecível por sua voz exausta; no entanto firme em sua cadeira e com o espírito sereno e forte, lúcido, concentrado numa grande profundeza sobrenatural. Era estremecedor vê-lo, e me dava pena, realmente, induzí-lo a qualquer mínimo esforço, mas me atrevi:

- D.Leônidas, que mensagem o senhor quer dar para seus amigos, os missionários de Sucumbios?

- Diga-lhes que trabalhem e que lutem por uma Igreja indígena e pelo povo indígena. Para a Igreja isto é um dever e também uma reparação pelos 500 anos de aborrecimentos e humilhações causados a eles, que além disso, são tão valiosos...

A seguir fez algum comentário para seu querido projeto de religiosas indígenas, que aqui, no Equador, já são duas e se espera que brevemente sejam mais.

Confesso que me faltou coragem para cansá-lo mais e por isso me apressei em despedir-me.

Ficaram-me suas palavras. Parecem-me como o testamento desse bispo amigo, de grande valor cristão, dirigido aos mais pobres dentre os pobres.

Fiquei com a certeza de que essa era definitivamente sua última palavra, não somente para nós, os equatorianos, mas para todos os habitantes da América Latina e do mundo todo. Cabe-nos acolher com emoção sua palavra, e não somente isso, mas proclamá-la e realizá-la como um bem de todos.

É o que eu disse aos agentes de pastoral de Sucumbios, ao inaugurar sua assembléia anual e assim eu sinto",

---

Quero assinar o boletim semanal da AGEN. Por isso envio o cheque ou vale postal no valor de Cz$ 2.500,00 (individual) ou Cz$ 3.000,00 (entidades).

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ *CEP* _____

Cidade _____ *Estado* _____

País _____ *Número do cheque ou vale postal* _____

Telefone _____

Assinatura _____ *Data* _____

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Editor Responsável: Demni Azevedo (Reg. Prof. Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro Soares Martins (Reg. Prof. Mtb 17.572)
Redação: Guilherme Salgado Rocha (Reg. Prof. Mtb 2205)

Correspondentes e Colaboradores: Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs e Liliana Lavoratti (Porto Alegre, RS), Rosa Dalla Costa (Francisco Beltrão, PR), Valdemar de Oliveira Neto (Recife, PE), José Anchieta Ferreira (Linhares, ES), Maria Alzira Fritzen (Manaus, AM), Galeno Amorim (Sertãozinho, SP), Fernando Sopelsa (Zona Leste, São Paulo, SP), José Lourenço Pechtoll (Grande ABC, SP), Newton Carlos e Isaac Akcelrud (comentaristas internacionais), Attilio Hartmann (Quito, Equador), José Subirats (La Paz, Bolívia), Roberto Codas Friedmann (América Central), Beltrina Corte (Bogotá, Colômbia), Juan Pezzutto e Regina Santos (São Paulo) e Aníbal Pastor Niñez (Santiago).

Divulgação e contatos: Pe. José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Rev. Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN
Fotolitos: "AJATO"
Impressão: Gráfica Peres Ltda.

DIRETORIA

Presidente: D. Sumio Takatsu
Vice-Presidente: Frei José de Rezende Ribeiro - O.P.
Secretário: Paulo Maldos
Tesoureiro: José Lourenço Pechtoll

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

AV. IPIRANGA, 1267 - 8º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 11.25824 AECN-BR

IMPRESSO

1989

CEDIM

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

IGREJA

CMI promove encontro sobre efeitos do apartheid — pág 2

Conic realiza Ciclo sobre Tendências do Culto Cristão — pág 2

Diálogo entre cristãos e marxistas em Moscou — pág 2

DIREITOS HUMANOS

Anistia classifica Amaral Netto de "parlamentar baixo" — pág 3

Aumento de mortes por justiceiros preocupa ABC — pág 3

Cegos eleitos vereadores em 15 de novembro — pág 3

MOVIMENTOS SOCIAIS

"Lei da piracema" mobiliza pescadores no Maranhão — pág 3

TERRA

Deputado assassinado: condenada a omissão oficial — pág 4

Sem terra conquistam assentamento no Espírito Santo — pág 4

Segundo a CPT, Usina desrespeita acordo coletivo — pág 4

SOLO URBANO

Ansur prepara VI Encontro Nacional e lança jornal — pág 5

ECOLOGIA

Pacto só com defesa ambiental, diz Chico Mendes — pág 5

Ecologista denuncia lobby da UDR e PF — pág 5

PACIFISMO

Piquete: morte e ressurreição de um povo — pág 6

POVOS INDÍGENAS

Nomeação de Jucá confirma militarização da política indigenista — pág 7

Situação indígena foi relatada no Japão — pág 7

MULHER

Escritora defende tese sobre feminismo — pág 7

ECONOMIA

Cepal receita integração da economia latino-americana — pág 8

MOVIMENTO OPERÁRIO

Funcionários terminam a maior greve na Eletrosul — pág 8

Gráficos de São Paulo elegem nova diretoria — pág 8

ESPECIAL

D.Paulo homenageado no Palco da Resistência — pág 9

Nota à opinião pública do MNDDH — pág 9

Situação da mulher é denunciada por d.Paulo — pág 9

AMÉRICA LATINA

Chile: esquerda deve criar partido para disputar eleições — pág 10

Argentina: criticada nomeação de pároco cúmplice da ditadura — pág 10

Acusação contra Obando não surpreende religiosa — pág 10

TERCEIRO MUNDO

Angola esclarece impasse nas negociações com África do Sul — pág 11

OPINIÃO

Protestantização da Igreja? — pág 11

MEMÓRIA

Direitos Humanos, 40 anos — pág 12



A aprovação, no último dia 7, pelo Senado Federal, do ex-presidente da Funai, Romero Jucá Filho, como governador de Roraima, por indicação do presidente José Sarney, revoltou os povos indígenas, entidades indigenistas e movimentos de direitos humanos. A opinião pública continua mobilizada para fazer valer os direitos dos povos indígenas assegurados na nova Constituição, como pelo Tribunal Tikuna, realizado a 25 de novembro (foto). Povos Indígenas

CONIC ESCOLHE ECOLOGIA E AIDS COMO ÁREAS PRIORITÁRIAS DE AÇÃO

Porto Alegre (CONIC-AGEN) - O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic) realizou nos dias 7 e 8 deste mês a sua 3ª Assembléia Geral. Cerca de 40 delegados representando as Igrejas Católica Apostólica Romana, Evangélica de Confissão Luterana, Episcopal, Metodista e Presbiteriana Unida do Brasil estiveram reunidos na Vila Betânia, em Porto Alegre (RS).

Foi assunto principal das deliberações da Assembléia o projeto ecumênico do Conic no cenário religioso brasileiro. Ficou reafirmado, ainda, o compromisso das Igrejas do Conic com a busca da unidade eclesial e com a cooperação diante dos desafios colocados pela realidade de nosso país.

O Conic, de acordo com a 3ª Assembléia Geral, se propõe a manter vivo o pensamento ecumênico nas Igrejas, mediante a promoção de celebrações conjuntas, especialmente a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, e mediante o incentivo à ação conjunta em favor da Justiça, da Paz e da Integridade da Criação.

Prioridades - Como áreas prioritárias da ação do Conic e das Igrejas a ele filiadas, destacam-se: a) a proteção ao meio ambiente; b) o desafio dos meninos e das meninas de rua; c) o acompanhamento da elaboração das Constituições Estaduais e Municipais; d) o problema dos aidéticos e doentes marginalizados; f) a questão da dívida externa e suas conseqüências sociais; e outros.

Lembrou-se na Assembléia a comemoração dos 40 anos da proclamação dos direitos humanos. Conclamavam as Igrejas a uma atitude de reflexão, arrependimento e empenho para que haja pleno respeito aos princípios ali enunciados.

No encontro, foi reiterado que o Conic não representa uma superestrutura eclesial, mas sim um instrumento das Igrejas-Membro, mediante o qual pretendem unir seu testemunho e cumprir sua ação conjunta no contexto brasileiro.

Nesse sentido, o órgão reafirmou a preocupação por buscar apoiar mais decididamente os grupos marginalizados na sociedade. Nesse sentido apontou para as atividades da Comissão Ecumênica de Combate ao Racismo (Cenacora), e para as atividades da Década Ecumênica de Apoio das Igrejas às Mulheres, a estender-se até 1998.

A 3ª Assembléia Geral do Conic evidenciou, também, o propósito e o compromisso de levar a proposta ecumênica deste Conselho para junto das comunidades e das bases eclesiais. As Igrejas foram instadas a atuar conforme a proposta ecumênica do Conic, não só a nível de direções, mas também de base. Reafirmando o compromisso com a unidade, o Conic quer contribuir "para que a unidade das Igrejas no mesmo Cristo possa ser semente de unidade para toda a humanidade".

Boletim Nº 133 - 15 de dezembro de 1988.

AV. IPIRANGA, 1267 - 8º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 1125824 AECN-BR

Igrejas

CMI PROMOVE ENCONTRO SOBRE EFEITOS DO APARTHEID

Harare (EPS-AGEN) - Representantes das Igrejas de Angola, Namíbia e África do Sul relataram a situação de seus países durante o encontro ecumênico internacional realizado no final de novembro, em Harare, capital do Zimbabwe, sob o título "Igrejas em solidariedade com os Estados da linha de frente". O encontro foi promovido pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI), para debater os efeitos da política do governo sul-africano nos seis países da chamada linha de frente: Moçambique, Angola, Zimbabwe, Zâmbia, Botswana e Tanzânia.

No encontro, o secretário-geral do Conselho de Igrejas Evangélicas de Angola, Augusto Chipese, denunciou o apoio da África do Sul e Estados Unidos aos grupos em luta contra o governo angolano, conflito que "tem destruído milhares de seres humanos, e prejudicado a infraestrutura econômica" desse país. Chipese indicou uma série de sanções contra o regime do apartheid, como única via para se chegar à paz na região.

Por sua vez, o secretário-geral do Conselho de Igrejas da Namíbia, Abisai Shejavali, disse que, apesar de ser difícil crer na sinceridade do governo sul-africano, o povo na Namíbia está esperando o cumprimento dos recentes acordos que prevêem a desocupação deste país pelas forças do apartheid.

Além dos líderes religiosos, participaram do encontro no Zimbabwe representantes do Conselho Nacional Africano (ANC), maior organização anti-apartheid na África do Sul, e da Swapo, que luta pela independência da Namíbia. Os participantes do encontro passaram um dia em três dos cinco campos de refugiados moçambicanos instalados no Zimbabwe. Tais campos abrigam cerca de 75 mil moçambicanos, que saíram de seu país em razão das agressões cometidas pelas forças sul-africanas.

CONIC REALIZA CICLO SOBRE TENDÊNCIAS DO CULTO CRISTÃO

São Paulo (AGEN) - "Tendências contemporâneas do culto cristão no Brasil" é o tema do ciclo de palestras e painéis que será realizado durante todo o primeiro semestre do próximo ano, no Seminário Presbiteriano Independente, em São Paulo, em promoção do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic). A programação será subdividida em três unidades: Práticas tradicionais no Brasil, Comunicação de Experiências e Auxílios litúrgicos. Este é o roteiro completo das atividades:

Práticas tradicionais no Brasil - Católicos, padre Paulo H. Gozzi (16 de fevereiro). Protestantes 1 - Igrejas de Imigração, Luterana, Raul Blum, e Anglicana, d. Sumio Takatsu (23 de fevereiro). Protestantes 2, Igrejas de Missão, Presbiteriana, Metodista e Batista, Antonio Gouvea de Mendonça (2 de março). Pentecostalismo, Cherloques de Souza (9 de março).

Comunicação de experiências - Renovação do culto protestante, painel, com Jaci Maraschim, Simei Monteiro e Odair Pedroso Mateus (16 de março). Comunidades eclesiais de base, padre Marcelino Sivinski (30 de março). Celebrações em encontros ecumênicos, com membros das comissões de liturgia de cada encontro (6 de abril). Celebração na luta social, com o padre Paulo Bezerra e a pastora Zeni Soares (13 de abril).

Auxílios litúrgicos - Católicos, irmã Ana Maria Mazzurana (20 de abril). Protestantes, Simei Monteiro (27 de abril). Ecumênicos, Odair Pedroso Mateus e Jaci Maraschim (4 de maio). Cancioneiros e Discografia, Takao Shirahata e Laan Mendes de Barros (11 de maio).

As incrições estão abertas até 30 de janeiro. A taxa é de 2 OTNs. O Seminário Presbiteriano Independente fica na rua Nestor Pestana, 136, 5º andar. Maiores informações no Departamento de Música e Liturgia do Conic, pelo telefone (011) 884 1544.

DIÁLOGO ENTRE CRISTÃOS E MARXISTAS EM MOSCOU

Moscou (Novopress) - "O diálogo celebrado entre marxistas e cristãos demonstrou que a nova mentalidade política continua avançando, afirmando no mundo um ambiente moral no qual a corrida armamentista, a confrontação e a militarização são concebidas como um desafio à atual civilização, como um atentado contra o direito fundamental do homem: o direito à vida".

Foi o que afirmou Vladimir Oriol, do Comitê Soviético de Defesa da Paz, ao fazer um balanço do Simpósio Internacional de filósofos, teólogos e sociólogos de 15 países da Europa e América, realizado em Moscou.

O encontro, organizado também pelo Instituto Internacional pela Paz e o Centro para a Paz da Universidade de Viena, foi dedicado este ano ao tema "O internacionalismo humanitário à luz da nova mentalidade política". Os professores vienenses Rudolf Weiler e Heinrich Schneider, os cientistas soviéticos Nikolai Kovalski e Mukhail Krutogolov, entre outros, participaram do diálogo. Apesar da diferença de opiniões, concordaram em que existe somente um caminho para a sobrevivência da humanidade, o da coexistência pacífica dos Estados com diferentes sistemas sociais.

Síntese

JOVENS DA AL

Brasília (CNBB-AGEN) - O I Congresso Latino-americano de Jovens será realizado de 20 de dezembro de 1991 a 8 de janeiro de 1992, em Cochabamba, na Bolívia, sob o tema "Jovens Construtores de uma Nova América Latina". O Encontro será uma forma de contribuir para o debate em torno dos 500 anos da evangelização do continente e, também, para subsidiar a IV Conferência Geral do episcopado latino-americano, previsto para São Domingos, na República Dominicana. Os primeiros passos preparatórios ao Congresso foram dados no 6º Encontro de Pastoral da Juventude, em Caracas, Venezuela, promovido em outubro passado.

PADRES ALCOÓLATRAS

Brasília (CNBB-AGEN) - O vídeo sobre recuperação de padres alcoólatras, produzido pelo padre Guilherme Tracy, do Paraná, foi enviado recentemente aos regionais da CNBB e da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB). O vídeo destaca as duas fases no tratamento para padres e religiosos alcoólatras: a primeira em Vila Serena, no Rio de Janeiro (fone 021 - 285 0696), e a segunda na comunidade Vila Nova, em Curitiba (fone 041 - 242 6383).

FRATERNIDADE E MULHER

Brasília (CNBB-AGEN) - O primeiro esboço sobre o texto da Campanha da Fraternidade de 1990, sob o tema "Fraternidade e Mulher", já foi remetido a todos os bispos brasileiros, que têm até o dia 15 deste mês para elaborar a sua contribuição. Um diagnóstico da situação da mulher na sociedade e na Igreja, o que diz a Bíblia sobre a mulher e como agir para superar a dominação contra a mulher são os três pontos de partida para os bispos desenvolverem seus textos de apoio. A CF de 1990 será implementada sob o lema "Mulher e Homem - Imagem de Deus".

Direitos Humanos

ANISTIA CLASSIFICA AMARAL NETTO DE "PARLAMENTAR BAIXO"

São Paulo (AGEN) - O presidente da seção brasileira da Anistia Internacional, Carlos Alberto Idoeta, em entrevista à AGEN, condenou o envio de um cartão pelo deputado federal Amaral Netto (PDS-RJ) às entidades de direitos humanos de todo o mundo com a frase em francês "Merde pour la Amnesty Internacional". "A tradução" segundo Idoeta, "deixa claro o nível de baixeza desse deputado, da pior espécie. É uma pessoa capaz de, por exemplo, utilizar a pena de morte como uma tática eleitoreira".

O deputado federal está enviando a mensagem às organizações de direitos humanos filiadas à Anistia Internacional, em papel timbrado da Câmara dos Deputados. "Só este fato", acrescenta Idoeta, "mostra que ele utiliza nosso dinheiro para pagar o papel e o selo, a fim de mover uma campanha dessa espécie".

A cópia do cartão enviado pelo deputado chegou à AGEN através de uma entidade de direitos humanos da Dinamarca, indignada com o tratamento dado à Anistia por um deputado brasileiro. "Além de qualquer outra coisa, a atitude do Amaral Netto depõe inclusive contra nosso país, por se tratar de um parlamentar brasileiro", comentou Idoeta.

Mais adiante, o presidente da seção brasileira recordou que "a revolta e o ódio contra a Anistia Internacional, e mais especificamente contra a seção brasileira, cresceram após iniciarmos a campanha que derrubou suas pretensões do país ter a pena de morte, além de termos divulgado, internacionalmente, a situação da violência no campo do Brasil. Existo ele não aceita".

AUMENTO DE MORTES POR JUSTICEIROS PREOCUPA ABC

Santo André (AGEN) - A elevação dos índices de homicídio no Grande ABC, sobretudo praticados pelos chamados justiceiros, tem preocupado às entidades de defesa dos direitos humanos que atuam na região. De acordo com o "Diário do Grande ABC", de janeiro a novembro, ocorreram 631 homicídios na região, contra 600 praticados em todo o ano de 1987.

Ainda segundo a publicação, São Bernardo continua sendo a cidade mais violenta do ABC: em novembro, ocorreram 29 mortes violentas na cidade, seguindo Diadema (19), Mauá (6), Santo André (4), São Caetano (3) e Rio Grande da Serra (1 assassinato). A novidade foi São Caetano, onde normalmente não ocorrem homicídios.

Justiceiros - No último dia 7, um grupo de justiceiros matou o menor conhecido como Rogério, de 17 anos, no Jardim Calux, em São Bernardo. Três dias antes, havia sido assassinado Fábio de Oliveira, de 19 anos, enquanto o menor N.S., de 16 anos, foi seriamente ferido. Os dois crimes também teriam sido cometidos por justiceiros.

No dia 6, os menores Admilson de Jesus Santos e Linderlei Robson Kueves haviam sido mortos num conhecido ponto de distribuição de drogas, também em São Bernardo. A polícia local atribuiu o crime às disputas entre quadrilhas de entorpecentes.

CEGOS ELEITOS VEREADORES EM 15 DE NOVEMBRO

São Paulo (AGEN) - Dois vereadores cegos foram eleitos a 15 de novembro: Yolanda Ascêncio, pelo PTB, em São Caetano (SP), e Adalberto Teixeira da Silva Filho, pelo PFL, em Montenegro (RS). Professora há vários anos para jovens com visão normal, Yolanda Ascêncio pretende trabalhar para a melhoria do ensino aos deficientes visuais.

Yolanda Ascêncio formou-se neste ano em Direito. Um de seus sonhos é a criação de um centro de reabilitação para deficientes visuais no Grande ABC. Quando estes deficientes necessitam de cuidados médicos, eles têm de se deslocar até a capital. Uma melhor utilização dos avanços tecnológicos para melhorar a vida dos deficientes visuais é outra tarefa que a vereadora eleita encara como um desafio.

Violão - Até a data das eleições, Adalberto Teixeira da Silva Filho, de 36 anos, tocava violão em estações rodoviárias no interior do Rio Grande do Sul, ou na popular Rua da Praia, em Porto Alegre. Adalberto credita à "popularidade e amizades" o fato de ter sido o segundo candidato a vereador mais votado em Montenegro.

A visão de Adalberto era normal, ficando prejudicada após uma queda que sofreu, aos 12 anos. Alguns anos depois, um novo acidente o deixou irreversivelmente cego. Para continuar sobrevivendo, solicitou aposentadoria e passou a tocar violão em locais de grande movimento. A educação aos deficientes visuais também é uma preocupação de Adalberto.

Movimentos Sociais

"LEI DA PIRACEMA" MOBILIZA PESCADORES NO MARANHÃO

São Luis (AGEN) - Os pescadores artesanais do Maranhão estão mobilizados em torno de Lei de Proteção à Fauna, nº 7.653, de 12 de fevereiro de 1988, que determina a proibição da pesca no período em que ocorre a piracema, em todo o território nacional. Com isso, a pesca do camarão no Estado está proibida no período de 20 de dezembro a 19 de fevereiro de 1989.

Esta lei, de acordo com os trabalhadores, deixa sem trabalho 100 mil pescadores artesanais e suas famílias, que não têm outra fonte de sobrevivência para custear suas necessidades básicas. Segundo o jornal **Tempos Novos**, editado por um conjunto de entidades populares maranhenses, os pescadores esclarecem que não querem pescar no período da piracema, "por entenderem que é fundamental a defesa e a preservação do meio ambiente e da nossa fauna marítima e fluvial que nos garante a sobrevivência".

Entretanto, notam os pescadores que, apesar da produção pesqueira do Maranhão ser em 95% de origem artesanal, "o governo nunca favoreceu condições materiais de trabalho para os pescadores, mas sim para as empresas pesqueiras". Observando, ainda, que o período da piracema "varia de acordo com as regiões e com as espécies, não cabendo portanto uma lei geral para todo o país, como determinou o governo", os pescadores artesanais reivindicam, do governo, o pagamento de 3,5 salários de referência para cada pescador, durante o período em que estiverem inativos por causa da lei.

"Os pescadores precisam sobreviver" - assinalam os pescadores artesanais. "Não podemos morrer de fome como se fôssemos peixes fora d'água. Se o governo não nos garantir as condições exigidas, seremos obrigados a pescar, contra a nossa vontade. Neste caso, a responsabilidade do crime contra a natureza caberá, única e exclusivamente, ao governo", advertem.

História - "Os pescadores na história do Brasil" é o título da série lançada recentemente, pela Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), publicada pela Editora Vozes. O primeiro volume, coordenado por Luiz Geraldo Silva, trata da organização dos pescadores durante a Colônia e o Império.

A idéia da série nasceu em 1978, durante o Encontro da Pastoral dos Pescadores. O segundo volume terá como tema "A formação das colônias de pescadores no Brasil". Pedidos podem ser encaminhados à CPP, no arcebispado de São Luis, praça D.Pedro II, s/nº, CEP 65.010, São Luis (MA).

Terra

DEPUTADO ASSASSINADO: CONDENADA A OMISSÃO OFICIAL

Belém (AGEN) - "Há um ano estamos tentando marcar uma audiência com o governador Hélio Gueiros a fim de tirar dele alguma posição sobre a violência no estado contra lideranças, trabalhadores, advogados e militantes de movimentos populares, no campo e na cidade. O governador não nos recebe, sistematicamente".

A declaração é de Rosa Marga Rothe, presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), condenando a omissão das autoridades paraenses na questão da violência, que culminou com o assassinato, na noite de 6 de dezembro do deputado estadual João Carlos Batista (PSB-PA), o terceiro advogado morto a tiros em seis anos.

Na sessão da Assembléia Legislativa de segunda-feira , dia 5, conforme relata Marga, sentindo-se ameaçado em sua integridade física, João Carlos pediu garantias oficiais de vida. Vários deputados da bancada do PMDB deram gargalhadas, considerando a preocupação do deputado "exagerada e sem fundamentos". Menos de 48h depois ele foi assassinado, dentro do seu prédio. Uma de suas filhas, de quatro anos, recebeu um tiro de raspão na perna.

Três pistoleiros participaram do assassinato, definido pela SPDDH como "crime organizado do latifúndio". O primeiro atirou, enquanto o segundo dava proteção, e um terceiro aguardava no carro. Em seguida ao assassinato, um quarto homem desceu de um Volks cinza, placa BB 2510, fez algumas fotografias, desaparecendo rapidamente. Tomando conhecimento do assassinato, membros de várias entidades, indignados com o tratamento dado pelo governador paraense ao problema da violência, carregaram seu corpo, em um gesto de protesto, até a casa do governador Hélio Gueiros, onde se realizava uma festa pelo aniversário de uma neta.

Repressão - Convocada pelo governador, a polícia cercou as proximidades da casa, "montando um aparato espantoso, não para prender os assassinos, mas reprimir as entidades. Na quarta-feira, dia 7, o governador recusou-se a receber a mulher e um irmão do deputado João Carlos Batista. Também não atendeu representantes da CNBB, CUT, SPDDH, CPT. Conversou apenas com a comissão de parlamentares que estava acompanhando o restante do grupo", protestou Rosa Marga.

João Carlos Batista defendia trabalhadores rurais, e foi assassinado no edifício 2.321 da avenida Gentil Bittencourt, Conjunto Urca. Andava sempre protegido por dois guarda-costas, pagos de seu próprio bolso. Os tiros arrancaram parte de seu cérebro.

SEM TERRA CONQUISTAM ASSENTAMENTO NO ESPÍRITO SANTO

Linhares (AGEN-CPT) - Após permanecerem um ano acampadas na Fazenda Estevão Rolim, em Nova Venecia, norte do Espírito Santo, 18 famílias de lavradores sem terra foram assentadas, no último dia 2, em uma área de 22 alqueires, pertencente à prefeitura local. O terreno fica a 3 quilômetros do centro da cidade.

Os trabalhadores foram oficialmente assentados, depois de ocuparem o saguão da prefeitura de Nova Venecia, no final de novembro, quando exigiram a agilização do plano da reforma agrária no Espírito Santo e gritaram palavras de ordem contra a União Democrática Ruralista (UDR), acompanhados de mulheres e crianças. A ocupação foi pacífica e o prefeito Adelson Salvador recebeu uma comissão de sem terra, prometendo encontrar uma solução para o impasse.

Depois do encontro, os trabalhadores concordaram em desocupar o prédio e retornaram ao acampamento. Os sem terra justificaram a atitude, afirmando que, durante os 40 dias que permaneceram acampados na garagem da Secretaria da Agricultura, em Vitória, pressionando o governo do estado e o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad), saíram do local sem uma posição definida e ainda passaram necessidades.

Pressões - Por este motivo, decidiram invadir a área de 22 alqueires da prefeitura de Nova Venecia e ao mesmo tempo ocupar a sede do Executivo, como meio de pressionar o governo a solucionar o problema, que vinha se arrastando há um ano, com as 18 famílias - totalizando 140 pessoas - acampadas na Fazenda Estevão Rolim em barracas de lona, sem receber alimentos, remédios, atendimento médico do governo, além de constantemente sofrerem pressões da UDR para deixarem o local.

O assentamento, batizado de Córrego Alegre, sediou a Estação Experimental da Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (Emcapa). A Estação foi desativada no ano passado e o terreno, de 22 alqueires, ficou abandonado. Segundo o subsecretário da Agricultura, Kleber Bueno Guerra, "o governo pretende tornar a área um assentamento modelo", fornecendo apoio técnico, financeiro e recursos materiais e humanos.

Escravidão - Oficializado o assentamento, uma comissão de sem terra acusou a UDR de patrocinar a violência no campo e de explorar cruelmente a mão-de-obra disponível, além de perseguir trabalhadores sindicalizados. O secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Venecia, Luiz Monico, é taxativo:

"A escravidão foi abolida oficialmente em 1888, mas ilegalmente persiste até hoje. Os fazendeiros, se quiserem, vão ter que explorar seus próprios filhos e esposas. Os trabalhadores sindicalizados não. O Sindicato pretende também cadastrar todos os lavradores que não sejam sindicalizados. É o único meio de defendê-los quando da exploração patronal". (Por José Anchieta Ferreira)

SEGUNDO A CPT, USINA DESRESPEITA ACORDO COLETIVO

Maringá (AGEN-CPT) - A Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Norte Novo do Paraná está denunciando que a Usina Santa Terezinha de Iguatemi tem desrespeitado o acordo coletivo assinado a 23 de julho último, após a greve dos trabalhadores canavieiros. A CPT também afirma que a Usina tem provocado perseguições aos trabalhadores, sobretudo aos que lideraram a greve.

Segundo a CPT, a Usina Santa Terezinha de Iguatemi não está pagando os reajustes salariais pela URP, conforme prevê a cláusula décima do acordo coletivo. Do mesmo modo, a empresa não está pagando o preço do corte de cana previsto no acordo.

Outra queixa da CPT diz respeito aos descontos efetuados nos salários dos trabalhadores pela empresa, em razão de faltas por motivos de saúde. De acordo com eles, "a empresa só recebe atestado médico dos trabalhadores de Mandaguaçu, caso os mesmos levem atestado da Associação dos Canavieiros, e não de outros médicos onde forem atendidos".

A CPT lamenta, ainda, "o posicionamento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Região, que na época do acordo tomaram parte da mesa de negociações, assinando o acordo coletivo, e num momento deste, onde os trabalhadores devem estar orientando e defendendo os trabalhadores canavieiros - e este é o seu papel -, estão omissos no compromisso com esta classe". Acrescenta a CPT: "As direções dos sindicatos reclamam não terem credibilidade dos trabalhadores para defendê-los. No entanto, estas direções não propiciam este meio, não os defendendo, não apresentando serviços e não se fazendo presentes junto aos mesmos". Assinaram o acordo coletivo com a empresa os presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Maringá, Nova Esperança e Mandaguaçu.

Direitos Humanos

ANISTIA CLASSIFICA AMARAL NETTO DE "PARLAMENTAR BAIXO"

São Paulo (AGEN) - O presidente da seção brasileira da Anistia Internacional, Carlos Alberto Idoeta, em entrevista à AGEN, condenou o envio de um cartão pelo deputado federal Amaral Netto (PDS-RJ) às entidades de direitos humanos de todo o mundo com a frase em francês "Merde pour la Amnesty Internacional". "A tradução" segundo Idoeta, "deixa claro o nível de baixeza desse deputado, da pior espécie. É uma pessoa capaz de, por exemplo, utilizar a pena de morte como uma tática eleitoreira".

O deputado federal está enviando a mensagem às organizações de direitos humanos filiadas à Anistia Internacional, em papel timbrado da Câmara dos Deputados. "Só este fato", acrescenta Idoeta, "mostra que ele utiliza nosso dinheiro para pagar o papel e o selo, a fim de mover uma campanha dessa espécie".

A cópia do cartão enviado pelo deputado chegou à AGEN através de uma entidade de direitos humanos da Dinamarca, indignada com o tratamento dado à Anistia por um deputado brasileiro. "Além de qualquer outra coisa, a atitude do Amaral Netto depõe inclusive contra nosso país, por se tratar de um parlamentar brasileiro", comentou Idoeta.

Mais adiante, o presidente da seção brasileira recordou que "a revolta e o ódio contra a Anistia Internacional, e mais especificamente contra a seção brasileira, cresceram após iniciarmos a campanha que derrubou suas pretensões do país ter a pena de morte, além de termos divulgado, internacionalmente, a situação da violência no campo do Brasil. Existo ele não aceita".

AUMENTO DE MORTES POR JUSTICEIROS PREOCUPA ABC

Santo André (AGEN) - A elevação dos índices de homicídio no Grande ABC, sobretudo praticados pelos chamados justiceiros, tem preocupado às entidades de defesa dos direitos humanos que atuam na região. De acordo com o "Diário do Grande ABC", de janeiro a novembro, ocorreram 631 homicídios na região, contra 600 praticados em todo o ano de 1987.

Ainda segundo a publicação, São Bernardo continua sendo a cidade mais violenta do ABC: em novembro, ocorreram 29 mortes violentas na cidade, seguindo Diadema (19), Mauá (6), Santo André (4), São Caetano (3) e Rio Grande da Serra (1 assassinato). A novidade foi São Caetano, onde normalmente não ocorrem homicídios.

Justiceiros - No último dia 7, um grupo de justiceiros matou o menor conhecido como Rogério, de 17 anos, no Jardim Calux, em São Bernardo. Três dias antes, havia sido assassinado Fábio de Oliveira, de 19 anos, enquanto o menor N.S., de 16 anos, foi seriamente ferido. Os dois crimes também teriam sido cometidos por justiceiros.

No dia 6, os menores Admilson de Jesus Santos e Linderlei Robson Kueves haviam sido mortos num conhecido ponto de distribuição de drogas, também em São Bernardo. A polícia local atribuiu o crime às disputas entre quadrilhas de entorpecentes.

CEGOS ELEITOS VEREADORES EM 15 DE NOVEMBRO

São Paulo (AGEN) - Dois vereadores cegos foram eleitos a 15 de novembro: Yolanda Ascêncio, pelo PTB, em São Caetano (SP), e Adalberto Teixeira da Silva Filho, pelo PFL, em Montenegro (RS). Professora há vários anos para jovens com visão normal, Yolanda Ascêncio pretende trabalhar para a melhoria do ensino aos deficientes visuais.

Yolanda Ascêncio formou-se neste ano em Direito. Um de seus sonhos é a criação de um centro de reabilitação para deficientes visuais no Grande ABC. Quando estes deficientes necessitam de cuidados médicos, eles têm de se deslocar até a capital. Uma melhor utilização dos avanços tecnológicos para melhorar a vida dos deficientes visuais é outra tarefa que a vereadora eleita encara como um desafio.

Violão - Até a data das eleições, Adalberto Teixeira da Silva Filho, de 36 anos, tocava violão em estações rodoviárias no interior do Rio Grande do Sul, ou na popular Rua da Praia, em Porto Alegre. Adalberto credita à "popularidade e amizades" o fato de ter sido o segundo candidato a vereador mais votado em Montenegro.

A visão de Adalberto era normal, ficando prejudicada após uma queda que sofreu, aos 12 anos. Alguns anos depois, um novo acidente o deixou irreversivelmente cego. Para continuar sobrevivendo, solicitou aposentadoria e passou a tocar violão em locais de grande movimento. A educação aos deficientes visuais também é uma preocupação de Adalberto.

Movimentos Sociais

"LEI DA PIRACEMA" MOBILIZA PESCADORES NO MARANHÃO

São Luis (AGEN) - Os pescadores artesanais do Maranhão estão mobilizados em torno de Lei de Proteção à Fauna, nº 7.653, de 12 de fevereiro de 1988, que determina a proibição da pesca no período em que ocorre a piracema, em todo o território nacional. Com isso, a pesca do camarão no Estado está proibida no período de 20 de dezembro a 19 de fevereiro de 1989.

Esta lei, de acordo com os trabalhadores, deixa sem trabalho 100 mil pescadores artesanais e suas famílias, que não têm outra fonte de sobrevivência para custear suas necessidades básicas. Segundo o jornal **Tempos Novos,** editado por um conjunto de entidades populares maranhenses, os pescadores esclarecem que não querem pescar no período da piracema, "por entenderem que é fundamental a defesa e a preservação do meio ambiente e da nossa fauna marítima e fluvial que nos garante a sobrevivência'.

Entretanto, notam os pescadores que, apesar da produção pesqueira do Maranhão ser em 95% de origem artesanal, "o governo nunca favoreceu condições materiais de trabalho para os pescadores, mas sim para as empresas pesqueiras". Observando, ainda, que o período da piracema "varia de acordo com as regiões e com as espécies, não cabendo portanto uma lei geral para todo o país, como determinou o governo", os pescadores artesanais reivindicam, do governo, o pagamento de 3,5 salários de referência para cada pescador, durante o período em que estiverem inativos por causa da lei.

"Os pescadores precisam sobreviver" - assinalam os pescadores artesanais. "Não podemos morrer de fome como se fôssemos peixes fora d'água. Se o governo não nos garantir as condições exigidas, seremos obrigados a pescar, contra a nossa vontade. Neste caso, a responsabilidade do crime contra a natureza caberá, única e exclusivamente, ao governo", advertem.

História - "Os pescadores na história do Brasil" é o título da série lançada recentemente, pela Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), publicada pela Editora Vozes. O primeiro volume, coordenado por Luiz Geraldo Silva, trata da organização dos pescadores durante a Colônia e o Império.

A idéia da série nasceu em 1978, durante o Encontro da Pastoral dos Pescadores. O segundo volume terá como tema "A formação das colônias de pescadores no Brasil". Pedidos podem ser encaminhados à CPP, no arcebispado de São Luis, praça D.Pedro II, s/nº, CEP 65.010, São Luis (MA).

Terra

DEPUTADO ASSASSINADO: CONDENADA A OMISSÃO OFICIAL

Belém (AGEN) - "Há um ano estamos tentando marcar uma audiência com o governador Hélio Gueiros a fim de tirar dele alguma posição sobre a violência no estado contra lideranças, trabalhadores, advogados e militantes de movimentos populares, no campo e na cidade. O governador não nos recebe, sistematicamente".

A declaração é de Rosa Marga Rothe, presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), condenando a omissão das autoridades paraenses na questão da violência, que culminou com o assassinato, na noite de 6 de dezembro do deputado estadual João Carlos Batista (PSB-PA), o terceiro advogado morto a tiros em seis anos.

Na sessão da Assembléia Legislativa de segunda-feira , dia 5, conforme relata Marga, sentindo-se ameaçado em sua integridade física, João Carlos pediu garantias oficiais de vida. Vários deputados da bancada do PMDB deram gargalhadas, considerando a preocupação do deputado "exagerada e sem fundamentos". Menos de 48h depois ele foi assassinado, dentro do seu prédio. Uma de suas filhas, de quatro anos, recebeu um tiro de raspão na perna.

Três pistoleiros participaram do assassinato, definido pela SPDDH como "crime organizado do latifúndio". O primeiro atirou, enquanto o segundo dava proteção, e um terceiro aguardava no carro. Em seguida ao assassinato, um quarto homem desceu de um Volks cinza, placa BB 2510, fez algumas fotografias, desaparecendo rapidamente. Tomando conhecimento do assassinato, membros de várias entidades, indignados com o tratamento dado pelo governador paraense ao problema da violência, carregaram seu corpo, em um gesto de protesto, até a casa do governador Hélio Gueiros, onde se realizava uma festa pelo aniversário de uma neta.

Repressão - Convocada pelo governador, a polícia cercou as proximidades da casa, "montando um aparato espantoso, não para prender os assassinos, mas reprimir as entidades. Na quarta-feira, dia 7, o governador recusou-se a receber a mulher e um irmão do deputado João Carlos Batista. Também não atendeu representantes da CNBB, CUT, SPDDH, CPT. Conversou apenas com a comissão de parlamentares que estava acompanhando o restante do grupo", protestou Rosa Marga.

João Carlos Batista defendia trabalhadores rurais, e foi assassinado no edifício 2.321 da avenida Gentil Bittencourt, Conjunto Urca. Andava sempre protegido por dois guarda-costas, pagos de seu próprio bolso. Os tiros arrancaram parte de seu cérebro.

SEM TERRA CONQUISTAM ASSENTAMENTO NO ESPÍRITO SANTO

Linhares (AGEN-CPT) - Após permanecerem um ano acampadas na Fazenda Estevão Rolim, em Nova Venecia, norte do Espírito Santo, 18 famílias de lavradores sem terra foram assentadas, no último dia 2, em uma área de 22 alqueires, pertencente à prefeitura local. O terreno fica a 3 quilômetros do centro da cidade.

Os trabalhadores foram oficialmente assentados, depois de ocuparem o saguão da prefeitura de Nova Venecia, no final de novembro, quando exigiram a agilização do plano da reforma agrária no Espírito Santo e gritaram palavras de ordem contra a União Democrática Ruralista (UDR), acompanhados de mulheres e crianças. A ocupação foi pacífica e o prefeito Adelson Salvador recebeu uma comissão de sem terra, prometendo encontrar uma solução para o impasse.

Depois do encontro, os trabalhadores concordaram em desocupar o prédio e retornaram ao acampamento. Os sem terra justificaram a atitude, afirmando que, durante os 40 dias que permaneceram acampados na garagem da Secretaria da Agricultura, em Vitória, pressionando o governo do estado e o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad), saíram do local sem uma posição definida e ainda passaram necessidades.

Pressões - Por este motivo, decidiram invadir a área de 22 alqueires da prefeitura de Nova Venecia e ao mesmo tempo ocupar a sede do Executivo, como meio de pressionar o governo a solucionar o problema, que vinha se arrastando há um ano, com as 18 famílias - totalizando 140 pessoas - acampadas na Fazenda Estevão Rolim em barracas de lona, sem receber alimentos, remédios, atendimento médico do governo, além de constantemente sofrerem pressões da UDR para deixarem o local.

O assentamento, batizado de Córrego Alegre, sediou a Estação Experimental da Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (Emcapa). A Estação foi desativada no ano passado e o terreno, de 22 alqueires, ficou abandonado. Segundo o subsecretário da Agricultura, Kleber Bueno Guerra, "o governo pretende tornar a área um assentamento modelo", fornecendo apoio técnico, financeiro e recursos materiais e humanos.

Escravidão - Oficializado o assentamento, uma comissão de sem terra acusou a UDR de patrocinar a violência no campo e de explorar cruelmente a mão-de-obra disponível, além de perseguir trabalhadores sindicalizados. O secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Venecia, Luiz Monico, foi taxativo:

"A escravidão foi abolida oficialmente em 1888, mas ilegalmente persiste até hoje. Os fazendeiros, se quiserem, vão ter que explorar seus próprios filhos e esposas. Os trabalhadores sindicalizados não. O Sindicato pretende também cadastrar todos os lavradores que não sejam sindicalizados. É o único meio de defendê-los quando da exploração patronal". (Por José Anchieta Ferreira)

SEGUNDO A CPT, USINA DESRESPEITA ACORDO COLETIVO

Maringá (AGEN-CPT) - A Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Norte Novo do Paraná está denunciando que a Usina Santa Terezinha de Iguatemi tem desrespeitado o acordo coletivo assinado a 23 de julho último, após a greve dos trabalhadores canavieiros. A CPT também afirma que a Usina tem provocado perseguições aos trabalhadores, sobretudo aos que lideraram a greve.

Segundo a CPT, a Usina Santa Terezinha de Iguatemi não está pagando os reajustes salariais pela URP, conforme prevê a cláusula décima do acordo coletivo. Do mesmo modo, a empresa não está pagando o preço do corte de cana previsto no acordo.

Outra queixa da CPT diz respeito aos descontos efetuados nos salários dos trabalhadores pela empresa, em razão de faltas por motivos de saúde. De acordo com eles, "a empresa só recebe atestado médico dos trabalhadores de Mandaguaçu, caso os mesmos levem atestado da Associação dos Canavieiros, e não de outros médicos onde forem atendidos".

A CPT lamenta, ainda, "o posicionamento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Região, que na época do acordo tomaram parte da mesa de negociações, assinando o acordo coletivo, e num momento deste, onde os trabalhadores devem estar orientando e defendendo os trabalhadores canavieiros - e este é o seu papel -, estão omissos no compromisso com esta classe". Acrescenta a CPT: "As direções dos sindicatos reclamam não terem credibilidade dos trabalhadores para defendê-los. No entanto, estas direções não propiciam este meio, não os defendendo, não apresentando serviços e não se fazendo presentes junto aos mesmos". Assinaram o acordo coletivo com a empresa os presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Maringá, Nova Esperança e Mandaguaçu.

Solo Urbano

ANSUR PREPARA VI ENCONTRO NACIONAL E LANÇA JORNAL

São Paulo (AGEN) - A Articulação Nacional do Solo Urbano (Ansur) está preparando o seu VI Encontro Nacional, a ser realizado em Goiânia (GO), de 16 a 19 de fevereiro de 1989. Em pauta, o caminhamento da luta pela reforma urbana na atual conjuntura política, determinada pelos resultados das eleições municipais de 15 de novembro e pelo debate em torno das Constituintes Municipais e Estaduais.

De acordo com Luis Paulo Ferreira, coordenador geral da Ansur, "viabilizar o usucapião urbano e outras conquistas obtidas na Constituinte" é o maior desafio atualmente para os movimentos populares pela moradia. O prosseguimento da luta pela unificação dos movimentos populares é outro ponto em discussão no VI Encontro Nacional da Ansur.

Jornal - A Ansur acaba de publicar o primeiro número de sua publicação, "Solo Urbano". No jornal, a Articulação relata seus 4 anos de atividades, a partir do I Encontro Nacional, promovido em São Paulo, em 1984, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

"Solo Urbano" destaca, sobretudo, a mobilização em torno da emenda popular à Constituinte, sobre a questão da moradia, que alcançou 150 mil assinaturas. Para subsidiar a discussão do tema no Congresso Constituinte, a Ansur promoveu um Seminário sobre Reforma Urbana e Constituinte, em Petrópolis (RJ), em fevereiro de 1987. Em dezembro do ano passado, a avaliação do processo constituinte quanto à questão da moradia foi feita no V Encontro Nacional da Ansur, em Cachoeira do Campo (MG).

Ecologia

PACTO SÓ COM DEFESA AMBIENTAL, DIZ CHICO MENDES

Piracicaba (AGEN) - Sem uma efetiva política ambiental e definição de uma verdadeira reforma agrária, não adianta o governo defender e tentar viabilizar um pacto social. "Tudo isso é balela", afirma o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (AC) e diretor do Conselho Nacional dos Seringueiros, Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, para quem a crise brasileira está intimamente relacionada a estas duas questões.

Chico Mendes participou, em Piracicaba (SP), da 2ª Semana do Meio Ambiente, promovida, de 5 a 9 de dezembro, pelo Centro de Energia Nuclear na Agricultura (Cena), no campus local da Universidade de São Paulo (USP). O líder ecologista participou dos debates escoltado por quatro policiais, em razão das ameaças de morte que tem recebido, por sua defesa dos povos nativos da Amazônia, sobretudo seringueiros e índios.

Para o sindicalista, o novo quadro político, pós-eleições municipais, traz esperanças para o futuro das lutas ecológicas no país. "Esta é uma causa que precisa do apoio de todos os segmentos da sociedade, especialmente em termos de participação", disse ele. Entende também ter havido, nestas eleições, o voto de protesto contra o retrocesso na reforma agrária, no Congresso Constituinte. "É a política do latifúndio que está provocando o êxodo do campo", enfatiza.

Amazônia - Chico Mendes informou, em Piracicaba, que o II Encontro Nacional dos Povos da Floresta, a ser realizado em março do próximo ano, em Rio Branco (AC), "será transformado num ato político em defesa da Amazônia". Assinalou ter recebido mais de 50 delegações internacionais de ecologistas, preocupadas com a preservação da floresta amazônica e com a indiferença governamental frente à sua progressiva e contínua destruição.

Por outra parte, elogia o Banco Mundial (Bird) e países europeus, por condicionarem empréstimos aos grandes projetos no Brasil, somente com a apresentação de aprofundado estudo de impacto ambiental de hidrelétricas, barragens etc. "É a única forma de garantir a preservação da Amazônia", observa o líder seringueiro.

Chico Mendes lembra a denúncia que fez ao Bird, sobre o relatório do governo do Estado de Rondônia, apresentado a esta mesma instituição, para justificar a liberação da segunda parcela de recursos ao Polonoroeste (cerca de US$ 200 milhões). "Para a liberação desses recursos, o Banco impôs ao governo de Rondônia a apresentação de um zoneamento ecológico da região onde será instalado o projeto. Foi apresentada, então, uma área de 1 milhão de hectares como reserva ecológica e extrativista. Enviei, imediatamente, carta ao Banco Mundial denunciando a mentira do governo daquele estado. A pressão do Banco Mundial tem nos ajudado bastante na luta ecológica", relatou.

Na opinião do ecologista, não é só isso o que basta: "A preservação da Amazônia e as lutas ecológicas em todo o país dependem da própria organização da sociedade em torno destas questões". (Por Mário Alberto Evangelista)

ECOLOGISTA DENUNCIA LOBBY DA UDR E PF

Piracicaba (AGEN) - Ameaçado de morte e perseguido por pistoleiros em todo o país, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (AC), Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, durante a sua estadia em Piracicaba, denunciou a existência de um "lobby" entre a União Democrática Ruralista (UDR) e a Polícia Federal do Acre, para desmoralizá-lo frente aos trabalhadores da região. O sindicalista participou da 2ª Semana do Meio Ambiente, realizada pelo Centro de Energia Nuclear na Agricultura (Cena) no campus local da Universidade de São Paulo (USP).

Desde que chegou ao aeroporto de Cumbica, em Guarulhos (SP), Chico Mendes esteve acompanhado por policiais militares e civis. Em Piracicaba, durante toda sua estadia, 2 PMs e 2 investigadores o acompanhavam de perto, sem perdê-lo de vista. À noite, no hotel onde ficou hospedado, mais seguranças davam proteção ao sindicalista.

Fuga - Segundo Chico Mendes, o superintendente da Polícia Federal no Acre, Mauro Sposito, teria facilitado a fuga de dois fazendeiros - os irmãos Darli e Alvarino Alves da Silva -, que de acordo com o sindicalista são líderes de um esquadrão de pistoleiros que age em Xapuri desde 1975. O juiz teria atrasado em 16 dias a emissão da ordem de prisão de ambos à Comarca de Xapuri. "Quando a PM chegou na fazenda os dois já haviam fugido", sublinhou Chico Mendes.

A ordem de prisão contra Darli e Alvarino, datada de 1973, foi encontrada em Umuarama (PR), contou o líder sindical, com o auxílio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Essa mesma ordem foi encaminhada ao Superintendente da PF no Acre, que a expediu somente 16 dias após o seu recebimento. O delegado Mauro Sposito, frente à acusação de ter sido conivente com a fuga dos dois pistoleiros, contra-atacou e acusou o sindicalista de ser informante da PF desde 1980, "tendo fornecido dados que possibilitaram identificar organizações clandestinas acobertadas por siglas político-partidárias". "A tentativa é de me descreditar frente aos trabalhadores da região", rebate Chico.

Braço armado - Conforme o sindicalista e ecologista, o esquadrão de pistoleiros, comandado pelos irmãos Darli e Alvarino, age em Xapuri desde 1975, mas intensificou sua ação a partir de abril deste ano. "Este grupo - afirma - funciona como braço armado da UDR na região e já é responsável pelo assassinato de 40 trabalhadores, entre eles o de um seringueiro morto com sete tiros no dia 18 de junho deste ano, fato que generalizou o clima de tensão na região de Xapuri". Chico lamenta que, "infelizmente, no Acre não há inquéritos policiais".

Foi a defesa das reservas extrativistas, a maioria delas localizada nas terras dos latifundiários da região, que valeu a Chico a jura de morte. "Os próprios irmãos Darli e Alvarino declararam na clandestinidade que só se entregarão à Polícia depois de ver o meu cadáver", relatou.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri já sofreu vários atentados. Há três semanas foi perseguido durante o dia todo em Rio Branco, por três pistoleiros que ocupavam uma camionete Pampa. Conseguiu despistá-los. Antes de embarcar para São Paulo, reconhece ter cometido uma imprudência, ao confirmar sua ida por telefone: "Dois pistoleiros estavam na cabine ao lado ouvindo minha conversa". No avião que o levou à capital paulista, embarcaram dois suspeitos, que Chico Mendes diz ter perdido de vista no aeroporto, em virtude do aparato policial preparado para protegê-lo durante sua estadia. "Não sei até quando vou conseguir escapar deles", admite. (M.A.E)

Pacifismo

PIQUETE: MORTE E RESSURREIÇÃO DE UM POVO

Carlos Alberto Vieira Coelho *

Piquete é uma pequena cidade, encrustrada na Serra da Mantiqueira, no Vale do Paraíba. Aparentemente, uma cidade pacata, com um povo simples, de raízes bem interioranas. Porém, atrás dessa aparência tranqüilidade reinam o medo, a insegurança, o desespero e a revolta. A maior parte dos habitantes de Piquete depende, quase que exclusivamente, da Fábrica de Explosivos Imbel (Indústria de Material Bélico), ligada ao Ministério do Exército.

São mais de 70 anos de história, marcados por tantas explosões que ceifaram a vida de uma centena de trabalhadores, deixando um rastro de sangue, sofrimento e miséria. Ainda hoje, trabalhadores dependem de tranqüilizantes para dormir, devido ao drama de ter carregado os restos de seus companheiros mortos. Outros trazem no próprio corpo as queimaduras das explosões. E o pior são as viúvas que carregam agora, sozinhas, o peso de sustentar a família com um salário de miséria (de morte): em outubro, uma viúva recebeu de pensão Cz$ 3.500,00. Piquete é conhecida como "a cidade das viúvas".

Por tudo isso, o medo ronda o coração de cada pessoa, de cada família, de toda a cidade. A insegurança é grande: de manhã, ao sair de casa para o trabalho, ninguém sabe se, à tarde, voltará com vida. As condições de segurança da fábrica, conforme depoimentos de operários, são precárias. Começa-se a entender, então, porque Piquete é uma das cidades que mais consomem álcool por habitante no Brasil.

Tudo somado, a revolta foi tomando conta do coração do povo, quando começou a se ver privado daquilo que é essencial para a vida humana: o alimento. O salário recebido por eles, até então, era irrisório. Muitos recebiam abaixo do piso nacional de salário: em novembro, Cz$ 21.000,00. No tempo da escravidão até que era melhor: havia alimentação suficiente para todos. Hoje, nem dá para matar a fome.

Então, a revolta explodiu. Nestes meses passados houve várias tentativas de incêndio na fábrica, movidas pelo desespero e pela revolta. Graças a Deus, nenhum incidente sério ocorreu.

Porém, por maior que seja a opressão imposta sobre um povo, nunca se consegue matar, por completo, a ESPERANÇA, a força da VIDA. E assim, do meio das trevas do medo, surgiu uma LUZ para Piquete também.

Um grupo de operários sentiu que era hora de mudar e decidiu dizer NÃO a toda essa injustiça. Parou um grupo, seguido de outro, e mais outro e outro ainda.

A greve - Algo novo estava começando a surgir, sem que o povo tivesse plena consciência disso. Se, até então, cada trabalhador vivia o seu drama, tendo apenas uma consciência individual do seu problema, a partir de agora cada um percebe que o drama que o envolve é também o drama do seu companheiro e de todos. Uma nova consciência - coletiva, de classe - é então despertada. Portanto, se o sofrimento é de todos, todos precisam se unir para acabar com a injustiça que está na raiz do sofrimento do povo.

Mas como? Durante mais de 70 anos o povo não teve voz nem vez. Até antes da nova Constituição, os trabalhadores não podiam se organizar em Sindicato. Eles viviam sob o regime do medo. Não havia alternativa, o jeito era sofrer...

Foi então que o Sindicato dos Químicos foi convocado pelos trabalhadores para que se pudesse orientar bem a luta. Fizeram uma grande assembléia onde se discutiu a pauta de reivindicações dos trabalhadores. Desencadeou-se o processo de sindicalização dos operários. Foi dado um tempo - 10 dias - para que a direção da Imbel estudasse e desse uma resposta às reivindicações. Resultado: não deram valor ao pedido dos operários; acharam que eles seriam incapazes de entrar em greve; não acreditaram na força do povo.

No dia 1º de novembro houve uma nova assembléia, e diante da indiferença da Imbel, a decisão foi tomada pela maioria dos operários presentes: estava declarada a GREVE. Cerca de 1.600 operários cruzaram os braços, forçando a empresa a negociar.

Seriam 29 dias de muita insegurança - afinal, era a primeira greve - de muito medo, e muita pressão por parte dos chefes que ameaçavam a cada dia com demissões ou prometiam promoções. Tentaram, de toda maneira, dividir o povo, romper o movimento de greve.

Ao mesmo tempo, viveu-se, também, uma experiência de muita união, solidariedade e partilha. As comunidades se uniram para arrecadar mantimento para as famílias mais sofridas, que foram cadastradas. Foram feitas "vaquinhas" - coletas - para pagar contas atrasadas. As esposas e mães dos operários se organizaram e todos os dias se reuniam para discutir seus problemas. As crianças participaram das assembléias e passeatas. As Igrejas cristãs deram total apoio: em todas as assembléias estavam presentes um pastor evangélico, uma pastora metodista e pastores católicos.

Desde o início da greve fez-se um pacto de NÃO-VIOLÊNCIA. Seria abolido, do movimento, todo e qualquer tipo de violência contra companheiros que não aderiram à greve - foram poucos - ou contra o pessoal da empresa. Devido a isso, o Exército que havia sido colocado em estado de alerta na fábrica, depois de alguns dias teve que voltar para o quartel. A Polícia Militar se limitou apenas a colocar alguns homens para orientar o tráfego nas passeatas pacíficas, organizadas.

Orações - Todo dia acontecia uma assembléia às 8h, no ambiente do Oratório Domingos Sávio e, em seguida saía-se em passeata pelas ruas da cidade. Era emocionante ver o povo sair às ruas para aplaudir os operários, e as vovós, nas janelas, chorando de emoção.

Houve muita oração pela greve, vigílias, jejuns, sacrifícios. A consciência que tomou conta de todos foi que Deus estava lutando junto com eles, porque o nosso Deus é o Deus da VIDA, o Deus que faz JUSTIÇA para os pobres da terra, o Deus que quer LIBERDADE para seu povo. A fé do povo dos pobres foi mais forte que as armas da morte daqueles que detêm o poder nas mãos.

E a Justiça foi feita. Levada a julgamento, no dia 29 de novembro, uma comissão de 10 juízes, em Campinas, julgou a greve e, todos eles, sem titubearem deram ganho de causa para os operários. Um grupo de cerca de 60 operários acompanhou o julgamento. A greve foi considerada legal: os operários teriam direito aos dias parados, e a partir do dia 1º de dezembro - data base do dissídio coletivo da categoria dos químicos - os trabalhadores da Imbel passariam a ter igualdade de direitos. Em termos salariais, significa que um trabalhador que, até então, recebia Cz$ 25.000,00, passaria a receber na faixa de Cz$ 120.000,00.

Finalmente, o jugo da opressão que pesava nas costas do povo havia sido retirado. O povo de Piquete, como no antigo testamento, havia rompido as amarras da escravidão do Egito e agora poderia caminhar para uma NOVA TERRA. Uma nova história começava a ser escrita.

Dia 29 de novembro! Este dia vai ficar gravado, para sempre, no coração do povo de Piquete. Foi o dia da LIBERTAÇÃO!

A comissão, que esteve em Campinas participando do julgamento, ao chegar em Piquete encontrou a cidade explodindo em festa. O povo todo se reuniu para ouvir a decisão do tribunal, e saiu pelas ruas para comemorar. A emoção tomou conta de todos: famílias se abraçando, todos dando as mãos cantando e dançando, as crianças em cirandas, brincando e cantando na frente da passeata. Era a festa do povo, o povo dos pobres, um povo novo, um POVO LIVRE.

Um dia, na vida de Jesus, disseram: "Pode vir alguma coisa boa de Nazaré?"; daqui se dizia: "Pode vir alguma coisa boa de Piquete". De agora em diante, Piquete é um símbolo de resistência pacífica, de luta pela justiça. Piquete é semente de um novo Brasil.

Por mais opressor e violento que seja um sistema, ele nunca vai conseguir matar a força da VIDA, o desejo de LIBERDADE que está no coração do povo.

*** Carlos Alberto Vieira, 30 anos, é padre salesiano, e trabalha em Piquete.**

Povos Indígenas

NOMEAÇÃO DE JUCÁ CONFIRMA MILITARIZAÇÃO DA POLÍTICA INDIGENISTA

Boa Vista (AGEN) - A aprovação, pelo Senado Federal, dia 7 de dezembro, do nome do ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), para o governo de Roraima desagradou aos povos indígenas, entidades indigenistas, Igreja e movimentos de direitos humanos. Em "nota à opinião pública", datada de 9 de dezembro, por exemplo, os integrantes do Conselho Nacional e Secretariado Executivo do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH) assinala que Jucá Filho é "comprovadamente vinculado aos poderosos grupos privados nacionais e transnacionais interessados na destruição dos povos indígenas, com apoio de setores influentes do Conselho de Segurança Nacional". (Ver a íntegra da Nota nesta edição)

De fato, a nomeação de Jucá Filho para o governo de Roraima, por indicação do presidente José Sarney, comprova que a política indigenista oficial continua na órbita do Conselho de Segurança Nacional. Do mesmo modo, renova a necessidade da contínua mobilização dos setores pró-índio, no sentido de fazer valer os direitos dos povos indígenas à sua autodeterminação, conforme prevê a nova Constituição brasileira.

Estado indígena - Roraima, pode-se dizer, é um "estado indígena", em termos de presença dos povos indígenas em seu território. Nos 8 municípios que compõem o estado, vivem 150 mil pessoas, sendo 100 mil na capital, Boa Vista. Cerca de 50% dos moradores de Boa Vista são índios ou descendentes diretos dos povos autóctones. O restante é de migrantes, sobretudo do Ceará e Rio Grande do Sul.

As nações indígenas mais numerosas são Makuxi (15 mil pessoas), Yanomami (7.300) e Wapixana (4 mil). Também estão presentes em Roraima os Waimiri-Atroari (cujas terras foram atingidas pelas águas da hidrelétrica de Balbina), Yekuana, Taurepang, Ingarikó, Maiogong e Wai-Wai.

Ouro - A moeda oficial em Roraima é o ouro, cuja exploração vem sendo feita, em grande parte, na área dos Yanomami. Calcula-se que mais de 100 mil garimpeiros estarão instalados em Roraima até o início de 1989. São 150 garimpeiros que chegam diariamente no estado.

Apesar de ser uma cidade pequena, Boa Vista possui o terceiro aeroporto em termos de movimento no país. Uma frota de 200 aviões abastece as centenas de garimpos, em sua maioria clandestinos. Apenas na região de Couto Magalhães, na área Yanomami, um missionário contou 20 pistas de pouso. Uma hora de vôo, contratada junto às empresas áreas, sai pela quantia de Cz$ 150 mil - valor comparativamente superior ao cobrado nas linhas comerciais normais.

Numa estimativa que missionários e técnicos afirmam conservadora, a produção de ouro é de três toneladas. A maior parte destina-se ao mercado norte-americano, não passando pelos trâmites da Receita Federal. Recentemente informou-se que o grande especulador Nagi Nahas e o ex-governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, serão sócios de uma nova empresa de mineração que atuará na área Yanomami.

O fator ouro e a presença do Projeto Calha Norte transformam Roraima em um estado considerado, na prática, área de segurança nacional. A luta pelo poder político por isso mesmo é pesada. Nas últimas eleições, o presidente nacional da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, apoiou pessoalmente, com mensagens veiculadas no horário de propaganda gratuita, a candidatura do deputado federal Otomar Souza Pinto (PTB) à prefeitura de Boa Vista. Curiosamente, Otomar, ex-governador do estado e ex-brigadeiro, foi derrotado pela candidatura de Barachi Pinto (PFL), um nome desconhecido na cena política roraimense.

Yanomami - As mortes sistemáticas de índios Yanomami, em razão da presença de milhares de garimpeiros em suas terras, têm gerado uma ampla mobilização internacional. Os missionários italianos da Consolata montaram, em Turim, um centro de coordenação da Campanha pelos Índios de Roraima. Um pedido pelos Yanomami, assinado por cerca de 200 mil italianos, será entregue em breve ao secretário-geral da ONU, Javier Perez de Cuellar.

Fruto de uma visita à área Yanomami do deputado Alberto Tridente, do Partido da Democracia Proletária, 200 membros do Parlamento italiano assinaram, igualmente, um apelo em favor dos índios Yanomami, entregue ao governo brasileiro. Também no Parlamento Europeu está em curso uma articulação pela salvação dos Yanomami e demais índios de Roraima da extinção. É neste contexto que a confirmação, pelo Senado, do nome de Romero Jucá Filho para o governo do estado soou como atestado do caráter monolítico que assumiu a política indigenista oficial.

SITUAÇÃO INDÍGENA FOI RELATADA NO JAPÃO

Brasília (CIMI-AGEN) - O alerta para a situação dos povos indígenas brasileiros chegou ao Japão. Entre setembro e novembro, esteve naquele país, denunciando as violações dos direitos dos indígenas e trabalhadores rurais o ex-coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Norte I, Victor Kameyama.

As atividades desenvolvidas por Kameyama foram promovidas pela seção japonesa da Anistia Internacional. O objetivo foi sensibilizar as empresas japonesas que investem no Brasil a respeitarem os direitos dos povos indígenas.

Palitos - Segundo Victor Kameyama relatou ao jornal "Porantim", do Cimi, há um desconhecimento total do povo do Japão com relação à presença do capital japonês no Terceiro Mundo. Informou, ainda, que dentre os poucos grupos que lutam pelos direitos civis no Japão está o Japan Tropical Florests Action Network (Jatan), que luta pela preservação das florestas tropicais do Sudeste asiático. "O Japão está arrebentando com as florestas da Malásia, para fabricação de palitos, que diariamente são consumidos aos milhões", afirma.

Kameyama destaca ainda a existência, no Japão, de um povo nativo chamado **Ainu**, que é muito discriminado internamente. Para ele, o Japão, consciente de sua riqueza, ainda não acordou para as responsabilidades derivadas de sua presença cada vez maior no cenário econômico e político mundial.

Mulher

ESCRITORA DEFENDE TESE SOBRE FEMINISMO

São Paulo (AGEN) - A escritora e feminista Moema Viezzer defendeu no último dia 9, a partir das 15h, na sala 333 da PUC-SP, a sua tese de mestrado em Ciências Sociais, abordando a participação dos clubes de mães e grupos de mulheres nos movimentos sociais em São Paulo. A tese tem o título de "O Problema não está na Mulher" e foi desenvolvida a partir de uma pesquisa participada realizada de 83 a 87.

No trabalho, a autora faz uma análise do feminismo como instrumento teórico e prática política, a partir de suas várias vertentes, e levando em consideração, particularmente, a contribuição das mulheres nos setores populares.

A tese de Moema Viezzer, após um balanço da situação da mulher na cultura ocidental, chega à conclusão de que os movimentos de mulheres caminham em direção a um feminismo de conteúdo, base e direção populares. Acrescenta, ainda, a proposta de um novo modo de relacionamento entre homens e mulheres na sociedade, baseado em relações de reciprocidade, "em substituição ao modelo multimilenar de subordinação".

O trabalho traz, como apêndice, os demais resultados da pesquisa-avaliação: um relatório, um audiovisual, uma revista, um caderno de dados estatísticos, uma peça de teatro e a constituição de duas entidades autônomas de mulheres - o Grupo de Teatro Maria-É-Dia e a Associação de Mulheres da Zona Leste (Amzol).

Após a defesa da tese, o grupo de teatro apresentou a peça "Procura-se um Ninho", que conta a história de meninas que acabam entrando na Febem, questionando as instituições afins.

Economia

CEPAL RECEITA INTEGRAÇÃO DA ECONOMIA LATINO-AMERICANA

San Jose (IPS-AGEN) - O secretário-executivo da Comissão Econômica para América Latina (Cepal) , Gert Rosenthal, destacou o custo político e social dos ajustes econômicos provocados pelo excessivo endividamento externo da América Latina e exemplificou com o caso mexicano. Rosenthal fez estas considerações durante sua estadia na capital da Costa Rica, onde participou das atividades comemorativas aos 40 anos de criação da Cepal. Rosenthal fez, ainda, um apelo para a integração dos mercados latino-americanos como forma de enfrentar os demais macro-mercados. Para Rosenthal, é muito difícil medir os efeitos dos ajustes econômicos, mas salientou que recentes acontecimentos em alguns países refletem a inconformidade das maiorias. Entre esses acontecimentos citou o caso das eleições no México, em julho passado. As eleições, embora ganhas pelo governista Partido Revolucionário Institucional (PRI), revelaram que a oposição havia conquistado um importante apoio entre os eleitores.

O resultado das eleições mexicanas, afirmou, refletem o inconformismo das maiorias e a reivindicação por mudanças estruturais. "No México - observou, os salários reais caíram em 40% nos últimos cinco anos".

Recessão - Gert Rosenthal sublinhou que a recessão na década de 1980 e as políticas de ajuste provocaram uma maior desigualdade na estrutura distributiva, situação que ficou mais evidente em 1988. O economista notou que as maiorias latino-americanas são as que têm sofrido o maior custo dos ajustes econômicos.

Afirmou que a dívida externa não é a única nem a principal causa da crise econômica latino-americana, já que se conjungam vários elementos, entre eles o colapso nos preços dos produtos básicos de exportação. Assinalou que em 1988 ocorreram reajustes nos preços dos produtos básicos, que continua, entretanto, inferiores aos de 1980.

As economias latino-americanas - informou - terão crescimento inferior ao de 1987, porém com altas taxas inflacionárias. Segundo as últimas estimativas da Cepal, o produto total da região crescerá apenas em torno de 0,6%. Neste marco, Rosenthal afirmou que são necessárias algumas mudanças em alguns campos, sobretudo no da dívida externa.

Baker - "Não é realista para os credores pensar que com o estado atual de suas economias os países latino-americanos possam devolver em 100% seus débitos", disse Rosenthal. Nesta perspectiva, considera que há "sinais positivos" na nomeação do ex-secretário de Tesouro dos Estados Unidos, como Secretário de Estado do presidente eleito George Bush. "Baker conhece a todos os ministros da Fazenda da América Latina e poderia introduzir mudanças políticas no tema da dívida", sustentou.

Recordou a respeito que em 1985 Baker reconheceu que há um problema sério no endividamento latino-americano e que a única forma de solução seria através do crescimento das economias. (Por outro lado, o autor do chamado Plano Baker insistia na negociação caso-a-caso da dívida, não aceitando acordos em bloco).

"Não cremos que se produza uma iniciativa muito revolucionária" dos EUA com relação à dívida, disse Rosenthal, manifestando porém a esperança em que ocorra "algum avanço". O secretário executivo da Cepal prevê o renascimento das iniciativas integracionistas durante a década de 1990 no marco da reativação das economias e enfatizou a necessidade de articulações para poder competir com mercados integrados. "América Latina nunca poderá competir com outros blocos se continuar fraccionada", advertiu.

Movimento Operário

FUNCIONÁRIOS TERMINAM A MAIOR GREVE NA ELETROSUL

Florianópolis (AGEN) - Depois de 36 dias parados, os 4.500 funcionários da Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul) voltaram ao trabalho no último dia 12, segunda-feira. No final de semana anterior, os trabalhadores nos quatro estados de atuação da empresa - Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul - resolveram acatar o acordo apresentado pela empresa.

As cláusulas contratuais prevêem, basicamente, a revogação dos termos de demissão contra 9 trabalhadores, transformando a penalidade em suspensão por 10 dias. Outras 6 demissões serão encaminhadas à Justiça do Trabalho, onde inquérito judicial irá averiguar a justa causa reivindicada pela empresa. Enquanto tramitar o processo, os operários receberão suas vantagens contratuais. Outras demissões serão transformadas em advertência, enquanto os dias parados serão descontados em cinco vezes a partir de abril, sobre o valor histórico de novembro passado.

Prosseguem, por outra parte, as negociações em torno das reivindicações salariais. Tudo indica que o acordo caminhará no sentido do acordo firmado pelo governo com os funcionários da Furnas Centrais Elétricas, que prescreve um reajuste salarial em torno de 108%, somando IPC, 4% de produtividade e adiantamento de URPs não pagas. Com a volta ao trabalho, os funcionários que entraram em greve de fome passaram a se submeter a um tratamento de realimentação. Os funcionários Horácio Bridon e Sergio Costa, que foram internados em estavo grave, estão se recuperando.

Pressões - Esta foi a maior greve na história da Eletrosul, e a segunda dos funcionários da empresa. Em julho último, eles estiveram parados por 10 dias, em razão do não-pagamento das URPs de abril e maio. As negociações entre funcionários e direção da Eletrosul foram intermediadas pelo presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneghelli, e pelo diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Diesse), Walter Barelli.

Segundo o Sindicato dos Eletricitários, a Eletrosul recorreu a uma série de pressões para atingir o movimento grevista. Foi criado, por exemplo, o chamado Comando Delta, encarregado da manutenção do sistema, embora os funcionários normais do setor estivessem dispostos a prosseguir as operações. Como os funcionários se recusavam a atuar com pessoas estranhas a seu trabalho, se retiraram das instalações. Assim, inclusive engenheiros sanitaristas e florestal acabaram participando da manutenção das operações.

A primeira medida dos funcionários, após a retomada dos trabalhos, seria exatamente a verificação das instalações. Em razão da imperícia por parte do Comando Delta, de acordo com o Sindicato dos Eletricitários, usinas como a de Tubarão podem ter ficado prejudicadas. O Sindicato também denuncia que, na unidade da Eletrosul em Salto Osório, a esposa de um funcionário que estava grávida acabou perdendo a criança, porque a empresa se recusava a fornecer a ambulância para atender "a mulher de um grevista". Quando a ambulância acabou sendo liberada, já era tarde.

GRÁFICOS DE SÃO PAULO ELEGEM NOVA DIRETORIA

São Paulo (AGEN) - Cerca de 12 mil gráficos do município de São Paulo foram às urnas nesta semana, escolher o novo presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Estado de São Paulo, entidade presidida por Waldemar Maffei há 23 anos. A chapa 2, de oposição, apoiada pela CUT, está "seriamente preocupada com a possibilidade de haver fraude nas eleições, tal a possibilidade real que temos de vencer a disputa", lembrou Ramatis Jacino, 31 anos, o "Gaúcho" membro da chapa.

Além da chapa 2, de oposição, outras duas disputam as eleições: a 1, da situação, e a 3, uma divisão da própria diretoria. Os trabalhadores tiveram 39 urnas à disposição, sendo duas no Sindicato (rua da Figueira, 233, junto ao Parque Dom Pedro). Outras quatro foram instaladas nos maiores colégios eleitorais (Abril Editora, O Estado de São Paulo, Imprensa Oficial e Gráfica Lanzara). As demais serão urnas volantes.

As eleições aconteceram nos dias 13,14, e 15 deste mês, e Ramatis frisou a preocupação dos membros da chapa 2 com o "clima de intimidação que já se observa nas gráficas. O pessoal da chapa 1 está indo aos patrões e pedindo que intervenham junto aos gráficos componentes da chapa 2, com ameaças de demissão e práticas semelhantes".

No final, ratificando a possibilidade de haver fraudes nas eleições, convocou a imprensa, "sempre aliada dos gráficos, historicamente", para estar junto aos trabalhos, "na construção da democracia iniciada no país". Completou: "O que não podemos é impedir a livre manifestação dos trabalhadores. Nas eleições passadas, quando também concorremos e perdemos, ninguém reclamou. Agora, com a vitória que surge à frente deles, estão meio apavorados e iniciam esse processo de intimidação, que leva apenas mais gente aceitando nossas propostas".

Especial

D.PAULO HOMENAGEADO NO PALCO DA RESISTÊNCIA

São Paulo (AGEN) - Símbolo da resistência contra o regime ditatorial inaugurado em 1964, o palco do Teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Tuca) foi o escolhido, pelo Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH), para a entrega, na noite de 8 de dezembro, quinta-feira, do 1º Prêmio Nacional de Direitos Humanos, ao cardeal-arcebispo de São Paulo, d.Paulo Evaristo Arns.

Participaram da cerimônia de entrega da homenagem - uma estatueta confeccionada pelo artista plástico Elifas Andreatto - diversas personalidades da história da luta pelos direitos humanos, como Dalmo Dallari, Hélio Bicudo, o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro e o jornalista Ricardo Kotsco, que representava o deputado Luis Inácio Lula da Silva. Estiveram presentes, ainda, os bispos-auxiliares de d.Paulo, a direção nacional do MNDDH, o deputado pelo Partido Verde da Alemanha Willi Hoss e, entre outros, o secretário-executivo da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), Emilson Rocha Souza.

Sinal de esperança - A reitora da PUC-SP, Leila Barbara, a primeira a falar na homenagem, lembrou o papel da Universidade e do Tuca na "luta contra a opressão, e a favor da dignidade humana". Destacou, ainda, a invasão da PUC em 1977 pelas forças policiais comandadas pelo coronel Erasmo Dias, e os vários incêndios - criminosos ou ainda não esclarecidos - de que o Tuca foi alvo.

O teatro, aliás, econcontra-se na fase final de reconstrução - as obras inacabadas como que representavam, na noite de 8 de dezembro, a fase de estruturação porque passa o país. Repetição, talvez, do período atravessado pelo mundo após a II Grande Guerra, quando a Declaração Universal dos Direitos Humanos nasceu como um sinal de esperança. A concessão do 1º Prêmio Nacional de Direitos Humanos a d.Paulo, do mesmo modo, foi uma maneira do MNDDH lembrar os 40 anos da Declaração, completados a 10 de dezembro, sábado, e de destacar o sinal de esperança trazido pelo "cardeal dos empobrecidos", como o cardeal-arcebispo de São Paulo foi chamado na solenidade.

Dominicanos - Outras pessoas se pronunciaram durante o ato. Frei Betto recordou o empenho de d.Paulo pelos dominicanos presos, entre outros tantos prisioneiros políticos por quem "demonstrou seu carinho e coragem, as duas marcas de d.Paulo".

Momento de emoção foram as músicas cantadas por Luciana de Gramont e José Catarina: "Cio da Terra", de Milton Nascimento; "O bêbado e o equilibrista", de João Bosco e Aldir Blanc. E, claro, "Canção Amiga", da parceria Milton-Carlos Drumond de Andrade. "Você é um amigo que estará sempre conosco", emendou o vice-prefeito eleito de São Paulo, Luis Eduardo Greenhalgh, um dos mais próximos colaboradores de d.Paulo.

Muito a fazer - Após receber a estatueta (que simboliza uma pessoa humana em situação de opressão), d.Paulo sustentou que o prêmio deveria ser dado a todas as pessoas que lutaram pelos direitos humanos no país. Advertiu, ainda, que "há muita coisa a fazer". Lamentou, sobretudo, "a falta de coragem, ou de tempo", do Congresso Nacional, em ratificar a Convenção contra a Tortura, já assinada pelo presidente José Sarney.

Referiu-se, ainda, à velocidade da devastação ambiental no Brasil, lamentando particularmente o genocídio contra os povos indígenas. "No lugar de armas, queremos alimentos", disse d.Paulo, que concluiu notando que "nunca, talvez, se tenha destruído tanto no Brasil como nos últimos 40 anos", coincidindo com a vigência da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

NOTA À OPINIÃO PÚBLICA DO MNDDH

"Reunidos em São Paulo, nos dias 8 e 9 de dezembro de 1988, por ocasião da entrega do 1º Prêmio Nacional de Direitos Humanos ao cardeal d.Paulo Evaristo Arns, os integrantes do Conselho Nacional e do Secretariado Executivo do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH) dirigimo-nos à opinião pública brasileira e internacional para chamar a atenção sobre acontecimentos profundamente preocupantes, na perspectiva da justiça, da paz e da democracia.

No Brasil, denunciamos, especialmente, a escalada de atentados e de crimes contra os trabalhadores rurais, agentes pastorais e pessoas comprometidas com a reforma agrária. O caso mais recente é o assassinato, no Pará, do deputado estadual João Carlos Batista, do PSB, que integrava, desde o ano passado, uma longa lista de marcados para morrer, elaborada por conhecidos latifundiários paraenses, ligados à União Democrática Ruralista (UDR). Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 145 trabalhadores rurais e líderes sindicais foram mortos, no país, de janeiro a novembro deste ano, nas mesmas circunstâncias do crime recente no Pará.

Ao mesmo tempo, continua sob o manto do silêncio e da impunidade o assassinato de operários, por tropas do Exército, durante a greve da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda, recentemente.

Nos grandes centros urbanos, os "esquadrões da morte" e grupos de "justiceiros" atuam impunemente, ligados a grupos policiais. No Rio de Janeiro, em particular, a repressão ao tráfico de drogas é utilizada para encobrir o fuzilamento sumário de pessoas, nos morros, em um derramamento diário de sangue sem precedentes.

Os atentados contra os povos indígenas são, também, cotidianos. Para agravar esse quadro, o presidente José Sarney acaba de nomear, para o governo de Roraima, o ex-presidente da Funai, Romero Jucá, comprovadamente vinculado aos poderosos grupos privados nacionais e transnacionais interessados na destruição dos povos indígenas, com apoio de setores influentes do Conselho de Segurança Nacional (CSN).

Todos esses fatos acontecem no momento em que administrações municipais e vereadores comprometidos com os interesses dos trabalhadores urbanos e rurais preparam-se para iniciar suas atividades, depois de escolhidos pela maioria do eleitorado brasileiro, cansado com o peso de uma política excludente, elitista e antipopular.

SITUAÇÃO DA MULHER É DENUNCIADA POR D.PAULO

São Paulo (AGEN) - Pela situação da mulher pode se avaliar o grau de civilização de um povo. Este foi mote da denúncia da situação da mulher no país, feita dia 8 deste mês pelo cardeal-arcebispo de São Paulo, d.Paulo Evaristo Arns, durante sua mensagem de agradecimento por ter recebido o 1º Prêmio Nacional de Direitos Humanos.

D.Paulo referiu-se à situação da mulher no contexto das "várias coisas que há por fazer", em sua opinião, no sentido de conquistar, de modo efetivo, o que está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que naqueles dias completava 40 anos.

Fazendo a autocrítica da Igreja, "que apenas em 1988 fez uma Campanha da Fraternidade sobre a situação do negro", d.Paulo acrescentou que a situação da mulher será igualmente tema da CF apenas em 1990.

CHILE: ESQUERDA DEVE CRIAR PARTIDO PARA DISPUTAR ELEIÇÕES

Santiago (IPS-AGEN) - Setores da esquerda chilena estão por inscrever um partido "instrumental", para participar em eventuais eleições de presidente da República e Parlamento. A agremiação deve se chamar Partido Amplo de Esquerda Socialista (Pais), abrigando independentes e integrantes da coalizão Esquerda Unida (IU), marginalizados pela legislação partidária fixada pela ditadura militar.

A iniciativa de inscrever um partido legal que represente a esquerda nos próximos atos eleitorais surgiu de reuniões nacionais efetuadas no início de novembro pela corrente socialista liderada pelo ex-chanceler Clodomiro Almeyda, a Esquerda Cristã e o Partido Radical Socialista Democrático.

PC e MIR - O Pais, conforme se informa em Santiago, seria presidido pelo secretário-geral da Esquerda Cristã, Luis Maira, que admitiu estarem os grupos de esquerda "em uma rodàda de negociações finais para afinar alguns detalhes sobre o partido, porém já existe acordo básico sobre seu caráter programático e amplo de esquerda".

O jornal pró-governo "La Segunda" afirmou que o proscrito Partido Comunista, considerado um dos mais fortes da esquerda, participaria do Pais através de "figuras independentes", o que ocorreria, também, com o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR). O PC, MIR e o PS dirigido por Clodomiro Almeyda estão proibidos pela legislação ditatorial. As três forças formam parte da IU, junto com radicais, Esquerda Cristã, socialistas-históricos e Mapu.

Cinco dos sete partidos do conglomerado de esquerda participaram, ainda, da mobilização pelo "não" - liderada pela centrista Democracia Cristã - que impulsionou a campanha que culminou com a derrota do general Pinochet no plebiscito de 5 de outubro. A oposição está reivindicando eleições livres para presidente e Parlamento e reformas constitucionais, pondo fim às proibições políticas e aos senadores biônicos indicados pelo governo.

Plebiscito - Após o plebiscito, Pinochet recusou as reivindicações, apesar de algumas figuras do governo, como o ministro do Interior, Carlos Caceres, terem insinuado a possibilidade de manter algum tipo de conversação com a "oposição moderada", leia-se, Democracia Cristã. Do mesmo modo, o ministro secretário-geral do governo, Miguel Angel Poduje, admitiu que a reforma constitucional "poderia ser um dos temas" das negociações.

Por outra parte, o comandante-em-chefe das Forças Armadas e membro da junta de governo, José Toríbio Merino, opinou que não poderiam ser eliminadas disposições constitucionais que proscrevem os partidos marxistas, porém reconheceu a possibilidade de modificar as normas sobre formação do Senado. O diretor dos carabineiros (polícia uniformizada), general Rodolfo Stange, também membro da junta de governo, disse que "tem de haver uma decantação antes das conversas sobre reformas constitucionais". O vice-presidente do Partido Democrata Cristão, Andres Zaldivar, qualificou como "sinais auspiciosos" as declarações formuladas por Poduje e pelo almirante Merino.

ARGENTINA: CRITICADA NOMEAÇÃO DE PÁROCO CÚMPLICE DA DITADURA

Buenos Aires (IPS-AGEN) - Organismos defensores dos direitos humanos na Argentina criticaram a designação do sacerdote Cristian Von Wernich, acusado de violações aos direitos humanos durante a ditadura militar (1976-83), como pároco de uma localidade próxima a esta capital.

A dirigente da Assembléia Permanente dos Direitos Humanos (APDH), Gabriela Fernandez, assegurou que Von Wernich foi "o padre dos campos de concentração" e participou "na detenção legal e desaparecimento de oito pessoas" durante a ditadura.

Da mesma maneira, a Comissão Governamental de Pessoas Desaparecidas (Conadep), que foi presidida pelo escritor Ernesto Sábato, acusou em 1984 ao sacerdote de haver participado em 1976 na detenção e desaparecimento de oito pessoas em La Plata, 50 quilomêtros ao sul de Buenos Aires, embora nunca tenha sido processado por esta acusação.

Capelão - Durante o regime ditatorial, Von Wernich foi capelão da Polícia Federal da província de Buenos Aires, quando comandava esta instituição o ex-general Ramon Camps, condenado em 1986 a 25 anos de prisão por múltiplas violações aos direitos humanos.

Gabriela Fernandez denunciou que o chofer de Camps declarou que o sacerdote "participou no transporte de seis detidos clandestinos que estavam no 5º Comissariado de La Plata, entre eles Cecilia Idiart , cuja família é de Bragado", a localidade na província de Buenos Aires para onde foi designado como pároco.

O jornalista Horacio Verbitsky informou, em uma coluna do diário "Pagina 12", que segundo o chofer de Camps, o agente Julio Emmed, Idiart "foi à morte pelas mãos de Von Wernich, convencida de que viajava até a liberdade". A Conadep sustenta que Von Wernich participou do diálogo entre a família de Idiart e a polícia, pois os familiares da vítima confiaram em que o sacerdote obteria que a prisioneira fosse expulsa da Argentina. Contudo, desapareceu.

Episcopado - Com a instalação do governo de Raul Alfonsín, o sacerdote foi separado como pároco da polícia de Buenos Aires, até que em dezembro de 1987 pediu a reincorporação às fileiras policiais, solicitação negada pelo governador da província, o peronista Antonio Cafiero.

Após as denúncias da Conadep há quatro anos, Von Wernich afirmou que sabia "muito bem o que fiz, porque fiz e com quem fiz", e antecipou não teme que fosse proibido de continuar suas atribuições. A Conferência Episcopal argentina nunca decidiu sanções para o religioso acusado de violações aos direitos humanos, que seguiu desfrutando de todos os atributos do sacerdócio, até que o bispo Alejo Gillian, a cuja diocese corresponde Bragado, o designou pároco da localidade. A nomeação gerou protestos em Bragado, e a sua população iniciou a coleta de abaixo-assinados em repúdio ao novo pároco.

ACUSAÇÃO CONTRA OBANDO NÃO SURPREENDE RELIGIOSA

Manágua (IPS-AGEN, por Julie Light) - A religiosa norte-americana Mary Hartman, que reside há 26 anos na Nicarágua, afirmou não estar "muito surpreendida" com as recentes acusações feitas ao cardeal Obando y Bravo, de haver distribuído grande quantidade de dólares recebidos da Agência Interamericana de Desenvolvimento (AID), entre um pequeno grupo de seus colaboradores.

A religiosa, que trabalha na Comissão pela Promoção e Proteção dos Direitos Humanos (CPPDH), assinalou que "não me surpreenderia se há abusos com os fundos. O conhecido cardeal há muitos anos tem favorecido a um pequeno grupo fechado de colaboradores. Seu interesse é mais político que pastoral".

Auditoria - Recentemente, o jornal dos EUA "National Catholic Reporter" informou que o Escritório Geral de Contabilidade de Washington está realizando uma auditoria para conhecer o uso dado a US$ 10 milhões outorgado pelo Congresso ao cardeal, para a verificação dos acordos de cesssar-fogo entre o governo sandinista e os contras.

A irmã Mary Hartman especula a possibilidade de que uma parte dos fundos da AID tenha sido canalizada aos partidos de oposição, para a desestabilização política, lembrando que o cardeal mantém relações muito estreitas com a chamada Coordenadora Democrática, aliança de grupos opositores.

D.PAULO HOMENAGEADO NO PALCO DA RESISTÊNCIA

São Paulo (AGEN) - Símbolo da resistência contra o regime ditatorial inaugurado em 1964, o palco do Teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Tuca) foi o escolhido, pelo Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH), para a entrega, na noite de 8 de dezembro, quinta-feira, do 1º Prêmio Nacional de Direitos Humanos, ao cardeal-arcebispo de São Paulo, d.Paulo Evaristo Arns.

Participaram da cerimônia de entrega da homenagem - uma estatueta confeccionada pelo artista plástico Elifas Andreatto - diversas personalidades da história da luta pelos direitos humanos, como Dalmo Dallari, Hélio Bicudo, o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro e o jornalista Ricardo Kotsco, que representava o deputado Luis Inácio Lula da Silva. Estiveram presentes, ainda, os bispos-auxiliares de d.Paulo, a direção nacional do MNDDH, o deputado pelo Partido Verde da Alemanha Willi Hoss e, entre outros, o secretário-executivo da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), Emilson Rocha Souza.

Sinal de esperança - A reitora da PUC-SP, Leila Barbara, a primeira a falar na homenagem, lembrou o papel da Universidade e do Tuca na "luta contra a opressão, e a favor da dignidade humana". Destacou, ainda, a invasão da PUC em 1977 pelas forças policiais comandadas pelo coronel Erasmo Dias, e os vários incêndios - criminosos ou ainda não esclarecidos - de que o Tuca foi alvo.

O teatro, aliás, econcontra-se na fase final de reconstrução - as obras inacabadas como que representavam, na noite de 8 de dezembro, a fase de estruturação porque passa o país. Repetição, talvez, do período atravessado pelo mundo após a II Grande Guerra, quando a Declaração Universal dos Direitos Humanos nasceu como um sinal de esperança. A concessão do 1º Prêmio Nacional de Direitos Humanos a d.Paulo, do mesmo modo, foi uma maneira do MNDDH lembrar os 40 anos da Declaração, completados a 10 de dezembro, sábado, e de destacar o sinal de esperança trazido pelo "cardeal dos empobrecidos", como o cardeal-arcebispo de São Paulo foi chamado na solenidade.

Dominicanos - Outras pessoas se pronunciaram durante o ato. Frei Betto recordou o empenho de d.Paulo pelos dominicanos presos, entre outros tantos prisioneiros políticos por quem "demonstrou seu carinho e coragem, as duas marcas de d.Paulo".

Momento de emoção foram as músicas cantadas por Luciana de Gramont e José Catarina: "Cio da Terra", de Milton Nascimento; "O bêbado e o equilibrista", de João Bosco e Aldir Blanc. E, claro, "Canção Amiga", da parceria Milton-Carlos Drumond de Andrade. "Você é um amigo que estará sempre conosco", emendou o vice-prefeito eleito de São Paulo, Luis Eduardo Greenhalgh, um dos mais próximos colaboradores de d.Paulo.

Muito a fazer - Após receber a estatueta (que simboliza uma pessoa humana em situação de opressão), d.Paulo sustentou que o prêmio deveria ser dado a todas as pessoas que lutaram pelos direitos humanos no país. Advertiu, ainda, que "há muita coisa a fazer". Lamentou, sobretudo, "a falta de coragem, ou de tempo", do Congresso Nacional, em ratificar a Convenção contra a Tortura, já assinada pelo presidente José Sarney.

Referiu-se, ainda, à velocidade da devastação ambiental no Brasil, lamentando particularmente o genocídio contra os povos indígenas. "No lugar de armas, queremos alimentos", disse d.Paulo, que concluiu notando que "nunca, talvez, se tenha destruído tanto no Brasil como nos últimos 40 anos", coincidindo com a vigência da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

NOTA À OPINIÃO PÚBLICA DO MNDDH

"Reunidos em São Paulo, nos dias 8 e 9 de dezembro de 1988, por ocasião da entrega do 1º Prêmio Nacional de Direitos Humanos ao cardeal d.Paulo Evaristo Arns, os integrantes do Conselho Nacional e do Secretariado Executivo do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH) dirigimo-nos à opinião pública brasileira e internacional para chamar a atenção sobre acontecimentos profundamente preocupantes, na perspectiva da justiça, da paz e da democracia.

No Brasil, denunciamos, especialmente, a escalada de atentados e de crimes contra os trabalhadores rurais, agentes pastorais e pessoas comprometidas com a reforma agrária. O caso mais recente é o assassinato, no Pará, do deputado estadual João Carlos Batista, do PSB, que integrava, desde o ano passado, uma longa lista de marcados para morrer, elaborada por conhecidos latifundiários paraenses, ligados à União Democrática Ruralista (UDR). Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 145 trabalhadores rurais e líderes sindicais foram mortos, no país, de janeiro a novembro deste ano, nas mesmas circunstâncias do crime recente no Pará.

Ao mesmo tempo, continua sob o manto do silêncio e da impunidade o assassinato de operários, por tropas do Exército, durante a greve da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda, recentemente.

Nos grandes centros urbanos, os "esquadrões da morte" e grupos de "justiceiros" atuam impunemente, ligados a grupos policiais. No Rio de Janeiro, em particular, a repressão ao tráfico de drogas é utilizada para encobrir o fuzilamento sumário de pessoas, nos morros, em um derramamento diário de sangue sem precedentes.

Os atentados contra os povos indígenas são, também, cotidianos. Para agravar esse quadro, o presidente José Sarney acaba de nomear, para o governo de Roraima, o ex-presidente da Funai, Romero Jucá, comprovadamente vinculado aos poderosos grupos privados nacionais e transnacionais interessados na destruição dos povos indígenas, com apoio de setores influentes do Conselho de Segurança Nacional (CSN).

Todos esses fatos acontecem no momento em que administrações municipais e vereadores comprometidos com os interesses dos trabalhadores urbanos e rurais preparam-se para iniciar suas atividades, depois de escolhidos pela maioria do eleitorado brasileiro, cansado com o peso de uma política excludente, elitista e antipopular.

SITUAÇÃO DA MULHER É DENUNCIADA POR D.PAULO

São Paulo (AGEN) - Pela situação da mulher pode se avaliar o grau de civilização de um povo. Este foi mote da denúncia da situação da mulher no país, feita dia 8 deste mês pelo cardeal-arcebispo de São Paulo, d.Paulo Evaristo Arns, durante sua mensagem de agradecimento por ter recebido o 1º Prêmio Nacional de Direitos Humanos.

D.Paulo referiu-se à situação da mulher no contexto das "várias coisas que há por fazer", em sua opinião, no sentido de conquistar, de modo efetivo, o que está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que naqueles dias completava 40 anos.

Fazendo a autocrítica da Igreja, "que apenas em 1988 fez uma Campanha da Fraternidade sobre a situação do negro", d.Paulo acrescentou que a situação da mulher será igualmente tema da CF apenas em 1990.

América Latina

CHILE: ESQUERDA DEVE CRIAR PARTIDO PARA DISPUTAR ELEIÇÕES

Santiago (IPS-AGEN) - Setores da esquerda chilena estão por inscrever um partido "instrumental", para participar em eventuais eleições de presidente da República e Parlamento. A agremiação deve se chamar Partido Amplo de Esquerda Socialista (Pais), abrigando independentes e integrantes da coalizão Esquerda Unida (IU), marginalizados pela legislação partidária fixada pela ditadura militar.

A iniciativa de inscrever um partido legal que represente a esquerda nos próximos atos eleitorais surgiu de reuniões nacionais efetuadas no início de novembro pela corrente socialista liderada pelo ex-chanceler Clodomiro Almeyda, a Esquerda Cristã e o Partido Radical Socialista Democrático.

PC e MIR - O Pais, conforme se informa em Santiago, seria presidido pelo secretário-geral da Esquerda Cristã, Luis Maira, que admitiu estarem os grupos de esquerda "em uma rodada de negociações finais para afinar alguns detalhes sobre o partido, porém já existe acordo básico sobre seu caráter programático e amplo de esquerda".

O jornal pró-governo "La Segunda" afirmou que o proscrito Partido Comunista, considerado um dos mais fortes da esquerda, participaria do Pais através de "figuras independentes", o que ocorreria, também, com o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR). O PC, MIR e o PS dirigido por Clodomiro Almeyda estão proibidos pela legislação ditatorial. As três forças formam parte da IU, junto com radicais, Esquerda Cristã, socialistas-históricos e Mapu.

Cinco dos sete partidos do conglomerado de esquerda participaram, ainda, da mobilização pelo "não" - liderada pela centrista Democracia Cristã - que impulsionou a campanha que culminou com a derrota do general Pinochet no plebiscito de 5 de outubro. A oposição está reivindicando eleições livres para presidente e Parlamento e reformas constitucionais, pondo fim às proibições políticas e aos senadores biônicos indicados pelo governo.

Plebiscito - Após o plebiscito, Pinochet recusou as reivindicações, apesar de algumas figuras do governo, como o ministro do Interior, Carlos Caceres, terem insinuado a possibilidade de manter algum tipo de conversação com a "oposição moderada", leia-se, Democracia Cristã. Do mesmo modo, o ministro secretário-geral do governo, Miguel Angel Poduje, admitiu que a reforma constitucional "poderia ser um dos temas" das negociações.

Por outra parte, o comandante-em-chefe das Forças Armadas e membro da junta de governo, José Toríbio Merino, opinou que não poderiam ser eliminadas disposições constitucionais que proscrevem os partidos marxistas, porém reconheceu a possibilidade de modificar as normas sobre formação do Senado. O diretor dos carabineiros (polícia uniformizada), general Rodolfo Stange, também membro da junta de governo, disse que "tem de haver uma decantação antes das conversas sobre reformas constitucionais". O vice-presidente do Partido Democrata Cristão, Andres Zaldivar, qualificou como "sinais auspiciosos" as declarações formuladas por Poduje e pelo almirante Merino.

ARGENTINA: CRITICADA NOMEAÇÃO DE PÁROCO CÚMPLICE DA DITADURA

Buenos Aires (IPS-AGEN) - Organismos defensores dos direitos humanos na Argentina criticaram a designação do sacerdote Cristian Von Wernich, acusado de violações aos direitos humanos durante a ditadura militar (1976-83), como pároco de uma localidade próxima a esta capital.

A dirigente da Assembléia Permanente dos Direitos Humanos (APDH), Gabriela Fernandez, assegurou que Von Wernich foi "o padre dos campos de concentração" e participou "na detenção legal e desaparecimento de oito pessoas" durante a ditadura.

Da mesma maneira, a Comissão Governamental de Pessoas Desaparecidas (Conadep), que foi presidida pelo escritor Ernesto Sábato, acusou em 1984 ao sacerdote de haver participado em 1976 na detenção e desaparecimento de oito pessoas em La Plata, 50 quilomêtros ao sul de Buenos Aires, embora nunca tenha sido processado por esta acusação.

Capelão - Durante o regime ditatorial, Von Wernich foi capelão da Polícia Federal da província de Buenos Aires, quando comandava esta instituição o ex-general Ramon Camps, condenado em 1986 a 25 anos de prisão por múltiplas violações aos direitos humanos.

Gabriela Fernandez denunciou que o chofer de Camps declarou que o sacerdote "participou no transporte de seis detidos clandestinos que estavam no 5º Comissariado de La Plata, entre eles Cecilia Idiart , cuja família é de Bragado", a localidade na província de Buenos Aires para onde foi designado como pároco.

O jornalista Horacio Verbitsky informou, em uma coluna do diário "Pagina 12", que segundo o chofer de Camps, o agente Julio Emmed, Idiart "foi à morte pelas mãos de Von Wernich, convencida de que viajava até a liberdade". A Conadep sustenta que Von Wernich participou do diálogo entre a família de Idiart e a polícia, pois os familiares da vítima confiaram em que o sacerdote obteria que a prisioneira fosse expulsa da Argentina. Contudo, desapareceu.

Episcopado - Com a instalação do governo de Raul Alfonsín, o sacerdote foi separado como pároco da polícia de Buenos Aires, até que em dezembro de 1987 pediu a reincorporação às fileiras policiais, solicitação negada pelo governador da província, o peronista Antonio Cafiero.

Após as denúncias da Conadep há quatro anos, Von Wernich afirmou que sabia "muito bem o que fiz, porque fiz e com quem fiz", e antecipou não temer que fosse proibido de continuar suas atribuições. A Conferência Episcopal argentina nunca decidiu sanções para o religioso acusado de violações aos direitos humanos, que seguiu desfrutando de todos os atributos do sacerdócio, até que o bispo Alejo Gillian, a cuja diocese corresponde Bragado, o designou pároco da localidade. A nomeação gerou protestos em Bragado, e a sua população iniciou a coleta de abaixo-assinados em repúdio ao novo pároco.

ACUSAÇÃO CONTRA OBANDO NÃO SURPREENDE RELIGIOSA

Manágua (IPS-AGEN, por Julie Light) - A religiosa norte-americana Mary Hartman, que reside há 26 anos na Nicarágua, afirmou não estar "muito surpreendida" com as recentes acusações feitas ao cardeal Obando y Bravo, de haver distribuído grande quantidade de dólares recebidos da Agência Interamericana de Desenvolvimento (AID), entre um pequeno grupo de seus colaboradores.

A religiosa, que trabalha na Comissão pela Promoção e Proteção dos Direitos Humanos (CPPDH), assinalou que "não me surpreenderia se há abusos com os fundos. O conhecido cardeal há muitos anos tem favorecido a um pequeno grupo fechado de colaboradores. Seu interesse é mais político que pastoral".

Auditoria - Recentemente, o jornal dos EUA "National Catholic Reporter" informou que o Escritório Geral de Contabilidade de Washington está realizando uma auditoria para conhecer o uso dado a US$ 10 milhões outorgado pelo Congresso ao cardeal, para a verificação dos acordos de cesssar-fogo entre o governo sandinista e os contras.

A irmã Mary Hartman especula a possibilidade de que uma parte dos fundos da AID tenha sido canalizada aos partidos de oposição, para a desestabilização política, lembrando que o cardeal mantém relações muito estreitas com a chamada Coordenadora Democrática, aliança de grupos opositores.

Terceiro Mundo

ANGOLA ESCLARECE IMPASSE NAS NEGOCIAÇÕES COM ÁFRICA DO SUL

Luanda (ANGOP) - O Ministério angolano das Relações Exteriores divulgou um comunicado relacionado com as conversações quadripartites entre Angola, Cuba e África do Sul, sob mediação dos Estados Unidos, no sentido de dissipar toda e qualquer confusão provocada por interpretações distorcidas dos resultados das mesmas.

No comunicado, o Ministério angolano das Relações Exteriores sublinha que os governos de Angola, Cuba e África do Sul, sob mediação dos EUA, negociaram e aprovaram em Nova Iorque, no passado mês de julho, um acordo contendo uma série de princípios tidos como fundamentais para a asssinatura de um acordo global, visando a solução pacífica do conflito existente no sudoeste da África.

Retirada de tropas - O documento assinala que um dos princípios contidos no referido acordo, ratificado posteriormente pelos governos de todas as partes envolvidas, refere-se à movimentação para norte e a retirada por etapas e total das tropas internacionalistas cubanas do território angolano, na base de um acordo bilateral entre Angola e Cuba e a decisão de ambos os Estados em solicitar a verificação, no próprio território, dessa retirada, pelo Conselho de Segurança da ONU.

A aceitação desses princípios, segundo o comunicado, demonstrava a evidência da flexibilidade e boa vontade desde sempre manifestadas por Angola no curso das conversações e desbloqueava decisivamente um processo que parecia ter chegado a um impasse.

O comunicado esclarece ainda que em contatos mantidos também em Nova Iorque, posteriormente, e em conformidade com o que ficou definido por todos, Angola e Cuba solicitaram às Nações Unidas a verificação da retirada das tropas cubanas e estabeleceram com representantes do secretário-geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, as bases fundamentais para o acordo de verificação.

Verificação - As bases fundamentais desse acordo de verificação, segundo ainda o comunicado, consistem no controle da retirada dos efetivos nos portos e aeroportos de embarque e a verificação no sentido sul-norte, do cumprimento dos prazos fixados para a movimentação das forças cubanas do sul de Angola para o paralelo 13 por etapas.

Entretanto, as explicações avançadas pelas autoridades sul-africanas, acerca do seu brusco e surpreendente abandono unilateral das conversações em Brazzaville, não têm por conseguinte qualquer fundamento. O comunicado acrescenta, a esse respeito, que a inesperada atitude dos representantes da África do Sul, além de violar os acordos feitos em Nova Iorque, põe em questão a pretensa boa fé das autoridades sul-africanas e confirma as preocupações oportunamente expressas pelas autoridades angolanas, segundo as quais é muito difícil obter garantias seguras de que a África do Sul respeite os compromissos que ela própria assume.

Bom senso - O documento do Ministério das Relações Exteriores de Angola afirma que sem bom senso, realismo político e seriedade, é de fato muito difícil encontrar-se uma solução global numa região tão complexa como a África Austral, onde todos os problemas se interligam de maneira profunda e onde estão em jogo múltiplos e variados interesses.

"Qualquer proposta da África do Sul que não tenha em conta o que já está acordado pelas instâncias máximas dos três Estados envolvidos no processo de negociação, sob mediação dos EUA, é por conseguinte inaceitável e tem de ser categoricamente rejeitada", sublinha o documento.

Acrescenta que não se compreende que direito pode assistir à África do Sul de verificação da retirada de Angola de tropas cubanas que ali se encontram legitimamente, ao abrigo do artigo 51 da Carta das Nações Unidas, e que se deslocaram precisamente para ajudar Angola a fazer à invasão das tropas sul-africanas.

"A República Popular de Angola espera sinceramente que as autoridades da África do Sul reconsiderem esta sua manobra de última hora e regressem à mesa de negociações, com a seriedade e boa fé que a gravidade da situação na região reclama", apela o comunicado.

Adianta que o processo de paz na África Austral é irreversível e Angola continuará, como até aqui, com bom senso e flexibilidade, à procura de uma solução que salvaguarde o interesse de todas as partes, sem obviamente abdicar um só segundo da sua soberania, integridade territorial e opções livremente escolhidas".

Opinião

PROTESTANTIZAÇÃO DA IGREJA?

Francisco A.C.Catão

A notícia de que "o cardeal-arcebispo de São Paulo, d.Paulo Evaristo Arns, sofre há algum tempo pressões de setores do Vaticano, que o criticam por aspectos protestantizantes de seu trabalho" revela que esses setores dispõem de uma teologia da Igreja antiquada, que era corrente antes do Concílio do Vaticano II. Insistindo na idéia de que a Igreja é o Povo de Deus, o Concílio relegou para a esfera do ter todos os privilégios divinos com que Jesus Cristo dotou o Povo de Deus, que é a Igreja.

Essa mudança radical do enfoque teológico tornou menor e secundária a polêmica entre católicos e protestantes, em que os católicos afirmamos a instituição divina do sacerdócio e da autoridade episcopal, enquanto os protestantes dizem que o Povo de Deus "não precisa" nem de sacerdotes nem de autoridade, pois lhe basta o Espírito Santo.

O verdadeiro ecumenismo não consiste nem em protestantinizar o catolicismo, nem em romanizar as Igrejas oriundas da Reforma, mas em se dar conta de que mais importante do que os poderes que a Igreja tem, é o que ela é: o Povo de Deus, fiel ao ensinamento dos Apóstolos e reunido num mesmo Espírito de comunhão e de serviço.

A interpretação protestante que se tenta dar ao trabalho pastoral desenvolvido em São Paulo não parece legítima. Fazendo o povo "participar do planejamento da vida da Igreja, na discussão de suas prioridades", não se está "subvertendo" em nada "a hierarquia" nem dispensando a função do sacerdócio, mas simplesmente reconhecendo que a missão da Igreja no mundo, de ser sinal e instrumento da salvação, é missão de todo o Povo, a cujo serviço são chamados bispos e sacerdotes. Assim como Jesus, sendo Mestre e Senhor, se fez o servidor de todos, os que são chamados a continuar o seu ministério (ministério é serviço) se devem colocar, por isso mesmo, a serviço de todos. Dai a "inversão da pirâmide decisória". Que ela preocupe ou não "os setores conservadores do Vaticano" é de somenos importância.

Na realidade o correto equacionamento do poder que a Igreja tem, com a comunidade que ela é, constitui o princípio da verdadeira reforma da Igreja e um vigoroso apelo para a transformação de toda a sociedade.

(Francisco A.C. Catão)

DIREITOS HUMANOS, 40 ANOS

São Paulo (AGEN-CDHAL) - "Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade". Este é o primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completou 40 anos no último dia 10 de dezembro.

Apesar de ser freqüentemente citada pelos países signatários, dentre eles o Brasil, esta Declaração nunca foi tão violentada em seus princípios, como demonstrou recentemente o relatório da Anistia Internacional a respeito dos direitos humanos no Brasil.

Foi no dia 10 de dezembro de 1948 que a Assembléia Geral das Nações Unidas assinou os 30 artigos que valorizam os direitos humanos em todo o mundo. A carta veio no bojo de um mundo praticamente destruído pela 2ª Guerra Mundial e às vésperas de inúmeros conflitos regionais.

Apesar de todo o entusiasmo e esperança que a Declaração suscitou, isto não impediu que, nestes 40 anos, milhares de pessoas fossem aprisionadas, torturadas e mortas por seus princípios, crença religiosa, raça, cor, sexo e nacionalidade.

O documento assinala também o direito que todos têm às condições mínimas de existência. Está assegurado assim o direito ao emprego, salário digno, assistência médica e social, lazer, educação e participação nas decisões fundamentais dos rumos do país onde se vive.

Nem sempre a questão dos direitos humanos vem sendo aceita e entendida na sociedade. Para se fazer face à onda conservadora contra a defesa dos direitos humanos, que se utiliza dos meios de comunicação social para incutir nos meios populares a idéia de que lutar para defender os direitos humanos é "defender bandido", faz-se necessário um profundo trabalho de formação por parte dos Centros de Defesa dos Direitos Humanos, espalhados por nosso país.

Em São Paulo, pessoas e entidades, que orientam seu trabalho com base nos direitos fundamentais da pessoa humana, estiveram presentes no último dia 8 de dezembro no auditório do Teatro da Universidade Católica, quando na oportunidade d.Paulo Evaristo Arns foi homenageado, por sua luta em favor dos direitos humanos. O prêmio conferido ao pastor da Arquidiocese de São Paulo foi uma iniciativa do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH), e consistiu numa estatueta de bronze, representando uma pessoa em situação de opressão.

Quero assinar o boletim semanal da AGEN. Por isso envio o cheque ou vale postal no valor de Cz$ 2.500,00 (individual) ou Cz$ 3.000,00 (entidades).

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ *CEP* _____

Cidade _____ *Estado* _____

País _____ *Número do cheque ou vale postal* _____

Telefone _____

Assinatura _____ *Data* _____

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Reg. Prof. Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro Soares Martins (Reg. Prof. Mtb 17.572)
Redação: Guilherme Salgado Rocha (Reg. Prof. Mtb 2205)

Correspondentes e Colaboradores: Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs e Liliana Lavoratti (Porto Alegre, RS), Rosa Dalla Costa (Francisco Beltrão, PR), Valdemar de Oliveira Neto (Recife, PE), José Anchieta Ferreira (Linhares, ES), Maria Alzira [illegible] (Manaus, AM), Galeno Amori [illegible]ãozinho, SP), Fernando Sopelsa [illegible]este, São Paulo, SP), José Lourenço Pechtoll (Grande ABC, SP), Newton Carlos e Isaac Akcelrud (comentaristas internacionais), Attilio Hartmann (Quito, Equador), José Subirats (La Paz, Bolívia), Roberto Codas Friedmann (América Central), Beltrina Corte (Bogotá, Colômbia), Juan Pezzutto e Regina Santos (São Paulo) e Aníbal Pastor Niñez (Santiago).

Divulgação e contatos: Pe. José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Rev. Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN
Fotolitos: "AJATO"
Impressão: Gráfica Peres Ltda.

DIRETORIA

Presidente: D. Sumio Takatsu
Vice-Presidente: Frei José de Rezende Ribeiro - O.P.
Secretário: Paulo Maldos
Tesoureiro: José Lourenço Pechtoll

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

AV. IPIRANGA - 8º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 11.25824 AECN-BR

OSASCO 19.12.88 SP
BRASIL CORREIO 30,50

00002 1001-89 900
CARITAS DIOCESANA NOVA IGUACU
R.CAP. CHAVES 60 RJ
26220 NOVA IGUACU

IMPRESSO

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

IGREJA

Ofensiva conservadora marca ação das Igrejas em 1988 pág 2

DIREITOS HUMANOS

Crescem a violência e número de mortes por "Justiceiros" pág 3

MOVIMENTOS SOCIAIS

Avança a articulação entre movimentos populares pág 3

TERRA

Constituinte derrota reforma agrária, mas mobilização continua pág 4

SOLO URBANO

Vitória dos sem casa na Constituinte "desperta" MDU pág 5

POLÍTICA

Nova Constituinte e eleições municipais polarizaram luta política pág 5

ESPECIAL

Chico Mendes: uma eliminação programada pág 6
Casaldáliga: "Não se trata de um problema meu, mas de causas nossas" pág 7
CNBB, OAB e Anistia lançam Ação pela Cidadania em São Paulo pág 9

ECOLOGIA

Queimadas na Amazônia atraíram atenção mundial pág 10

POVOS INDÍGENAS

Comitê alerta: Situação Yanomami a cada dia mais grave pág 10
CNBB intensifica ação em favor dos Yanomami pág 10

MOVIMENTO OPERÁRIO

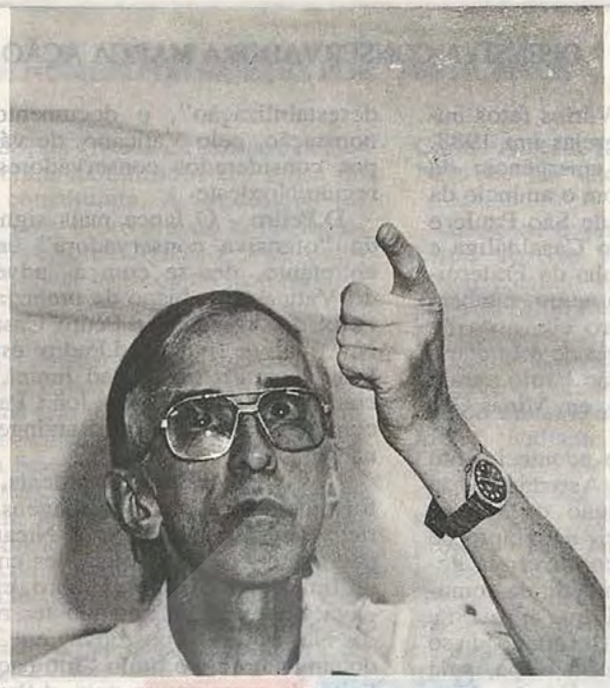
Sadia mantém SNI particular, adverte Pastoral Operária do Paraná pág 11

AMÉRICA LATINA

"Oitenta e nove será ano da vitória em El Salvador", afirma salvadorenho pág 11

MEMÓRIA

O massacre de Serra Pelada, um ano depois pág 12



O bispo de S.Félix do Araguaia (MT), d.Pedro Casaldáliga, continua recebendo pressões, dentro e fora da Igreja Católica. De um lado, está incluído na lista dos ameaçados de morte por causa da reforma agrária. De outro, está na mira dos setores conservadores da Igreja. Foto Fábio Moreira Salles.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL DA COSTA RICA PROÍBE FOLHETO DE CASALDÁLIGA

São Paulo (AGEN) - A Conferência Episcopal da Costa Rica proibiu a reimpressão, nesse país centro-americano, do folheto litúrgico "O que é a missa", preparado pelo bispo de São Félix do Araguaia (MT), d.Pedro Casaldáliga e por sua equipe de liturgia. Segundo o arcebispo de San Jose, d.Román Arrieta, o livro conteria "uma análise marxista subjacente aos seus termos". A afirmação, segundo a agência Noticias Aliadas, de Lima, foi contestada por lideranças católicas da Costa Rica.

A afirmação considerada "marxista" por Arrieta é a de que, na opinião de Casaldáliga, incluída no prefácio do folheto, a missa "deve ser continuada na vida". Trata-se, contudo, de um dos ensinamentos mais tradicionais da doutrina católica. A medida adotada pelo arcebispo da Costa Rica representa, contudo, mais uma etapa na longa série de pressões que Casaldáliga vem recebendo em razão de seu apoio à Teologia da Libertação e de sua presença pastoral junto às comunidades cristãs da América Central e da Nicarágua, em particular.

Uma referência explícita aos folhetos litúrgicos de São Félix já havia sido feita na "advertência" enviada a Casaldáliga pelos cardeais Ratzinger e Gantin, em agosto do ano passado. Como se recorda, d.Pedro recusou-se a assinar essa "intimação" porque continha uma série de falhas formais: erros na tradução em português, falta de assinaturas dos cardeais, além de ausência de data e dos selos das congregações romanas.

Em 16 de novembro último, Casaldáliga escreveu ao papa João Paulo II, afirmando que deixará de ir à Nicarágua em fevereiro próximo para não provocar "atritos entre irmãos", embora reafirmando o seu compromisso com a causa da Igreja dos Pobres na América Central.

Mais recentemente, estava prevista a visita a d.Pedro em São Félix por parte do presidente da Nicarágua, comandante Daniel Ortega. No entanto, a viagem foi cancelada pelo governo sandinista porque o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o Itamaraty, marcou a visita coincidentemente para os dia do Carnaval, em fevereiro próximo, quando nada funciona no Brasil.

Em fevereiro próximo, d.Pedro viajará ao México para pregar um retiro destinado a agentes pastorais das comunidades eclesiais de base mexicanas e centro-americanas.

Ameaças - Além de submetido às pressões do Vaticano, Casaldáliga continua recebendo ameaças indiretas de morte por causa de seu compromisso com a reforma agrária e com os indígenas. Ele está incluído, ao lado de outros bispos, na lista de ameaçados de morte em todo o país, preparada pela Comissão Pastoral da Terra e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com base em dados de seus representantes regionais.

Boletim Nº 135 - 12 de janeiro de 1989.

AV. IPIRANGA, 1267 - 8º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 1125824 AECN-BR

Igrejas

OFENSIVA CONSERVADORA MARCA AÇÃO DAS IGREJAS EM 1988

São Paulo (AGEN) - Vários fatos importantes na vida das Igrejas em 1988. No campo católico, a emergência da ofensiva conservadora, com o anúncio da divisão da Arquidiocese de São Paulo e as advertências a d.Pedro Casaldáliga e outros bispos. A Campanha da Fraternidade, sobre a questão do negro, também despertou polêmica. Outro elemento de destaque foi a transferência de d.Luciano Mendes de Almeida de São Paulo para a Arquidiocese de Mariana, em Minas Gerais.

Na área evangélica, o acontecimento de maior peso foi a II Assembléia do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), realizada em Itaici, município de Indaiatuba (SP). Muita controvérsia gerou a Conferência de Lambeth, da comunidade anglicana mundial, que aprovou a ordenação de mulheres. Resultado disso foi a ordenação da primeira bispa, pela comunidade anglicana dos Estados Unidos. Em outubro, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) realizou o seu 16º Concílio Geral, em Brusque (SC). Nos dias 7 e 8 de dezembro, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) realizou sua 3ª Assembléia Geral.

Divisão da arquidiocese - A notícia de que a Cúria Romana estava estudando a divisão da Arquidiocese de São Paulo foi publicada pela AGEN, em primeira mão, em seu boletim nº 93, de 3 de março, e rapidamente alcançou grande repercussão no meio eclesiástico e na imprensa.

A decisão do Vaticano, que está para ser consumada, consiste na criação de dioceses autônomas em São Miguel Paulista, Osasco, Campo Limpo e Santo Amaro. As críticas ao projeto começaram pelo fato de que ele não contou com a participação das comunidades de São Paulo. Para a Igreja de São Paulo, o que sairá prejudicado é o espírito de colegialidade que tem regido a sua ação pastoral.

CNBB - O projeto do Vaticano acabou sendo um dos focos de atenção da 26ª Assembléia Geral da CNBB, desenvolvida de 13 a 22 de abril, em Itaici. Os bispos debateram o assunto por iniciativa do bispo-auxiliar de São Paulo, d.Angélico Sândalo Bernardino.

O que alguns analistas chamam de ofensiva conservadora prosseguiu, pouco depois da Assembléia da CNBB, com o anúncio da transferência de d.Luciano Mendes de Almeida para Minas Gerais. Este fato não consistiu exatamente em uma surpresa, pois já no ano passado, quando ele foi eleito presidente da entidade, cogitava-se nessa transferência.

A chamada ofensiva conservadora continuaria, depois, com medidas como a do arcebispo de Olinda e Recife, d.José Cardoso Sobrinho, que a 3 de agosto demitiu o padre Hermínio Canova e três agentes pastorais da Pastoral Rural. No dia 9, 70 agentes pastorais, pertencentes a uma série de entidades populares, divulgaram documento aos bispos do Nordeste, afirmando que a decisão de d.José tinha como objetivo "desestabilizar a caminhada da Igreja comprometida com a evangelização e libertação real desse povo sofrido". Entre as "tentativas de desestabilização", o documento cita a nomeação, pelo Vaticano, de vários bispos considerados conservadores para a região Nordeste.

D.Pedro - O lance mais significativo da "ofensiva conservadora" em 1988, entretanto, deu-se com as advertências do Vaticano ao bispo da prelazia de São Félix do Araguaia, d.Pedro Casaldáliga. No final de junho, d.Pedro esteve em Roma, para a visita "ad limina", e encontrou-se com o papa João Paulo II e com os cardeais Joseph Ratzinger e Bernardin Gantin.

Nos contatos com os cardeais, d.Pedro foi inquirido sobre suas viagens à América Central, sobretudo à Nicarágua, e também sobre suas inovações em termos de liturgia. A 23 de setembro, ele divulgava uma nota, afirmando ter recebido, da Nunciatura Apostólica, em Brasília, documento com o título "Intimação", solicitando a assinatura dele, d.Pedro, com o que assumiria "certas proibições ou restrições" em torno dos itens discutidos nos encontros com os cardeais. Advertência semelhante foi dirigida a d.Marcelo Carvalheira, de Guarabira (PB); d.José Maria Pires, da Paraíba; d.Aloísio Lorscheider, de Fortaleza (CE); d.Adriano Hipólito, de Nova Iguaçu (RJ).

Lumen 2.000 - Os Projetos Lumen 2.000 e Evangelização 2.000 estiveram em alta nos debates eclesiásticos em 1988. Um dos cérebros destes projetos, o padre redentorista norte-americano Tom Forrest, participou da Assembléia da CNBB em Itaici, para detalhar os planos aos bispos. Outros envolvidos nos projetos estiveram no Brasil, como o editor da agência de notícias "Event", de Milão, Franco Gugliemelli, que encontrou-se, entre outros, com o presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, e o senador Albano Franco, cuja família monopoliza os segmentos de rádio e televisão em Sergipe.

No final de novembro, reunido em Brasília, o Conselho Permanente da CNBB analisou os Projetos Lumen 2.000 e Evangelização 2.000. Para o organismo, os projetos vêm sendo desenvolvidos "de forma paralela" à ação pastoral eclesiástica, e excluem "a dimensão social gritante da realidade brasileira". Os projetos estão orçados inicialmente em US$ 400 milhões. Sintomática reação do episcopado brasileiro aos projetos foi a decisão do arcebispo de Goiânia (GO), d.Antonio Ribeiro de Oliveira, que no início de dezembro proibiu todas as atividades relacionadas ao Lumen 2.000 e Evangelização 2.000 em sua Arquidiocese. Foi exatamente em Goiânia que os dirigentes desses projetos inauguraram a primeira das "escolas nacionais de evangelização".

Parlamentares evangélicos - Em sua edição de 21 de março, o "Diário Oficial" da União publicava o extrato de convênio firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Confederação Evangélica do Brasil (CEB). Pelo convênio, o FNDE cedia Cz$ 20 milhões à CEB, a título de "aquisição de uniformes escolares para alunos da Confederação".

A divulgação do convênio foi a ponta do iceberg de uma série de denúncias envolvendo o ressurgimento da CEB, pelas mãos de constituintes evangélicos afinados com o Palácio do Planalto e o Centrão. Até o final do processo constituinte, o envolvimento do nome da CEB em concessão de favores por parte do governo - como concessão de canais de rádio e TV e nomeação para cargos - causou apreensões no meio evangélico. Um dos maiores críticos da forma como foi reestruturada a CEB foi o líder do bloco evangélico progressista no Congresso Constituinte, o deputado Lysâneas Maciel.

As denominações integradas no Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) em diversas ocasiões manifestaram seu repúdio à forma como foi reestruturada a CEB. A 15 de agosto, durante ato ecumênico de que participaram vários grupos evangélicos considerados progressistas, o pastor Mozart Noronha de Melo, da IECLB, reivindicou a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para investigar as denúncias de corrupção envolvendo os constituintes evangélicos ligados à CEB.

Primeira bispa - Enquanto, na Igreja Católica, permanece monolítica a posição oficial contrária à ordenação de mulheres, a discussão sobre o tema está avançada na comunidade anglicana. A ordenação feminina foi aprovada na 12ª Conferência de Lambeth, de 16 de julho a 7 de agosto, na Universidade de Kent, Inglaterra. O bispo de Londres, Graham Leonard, foi o maior opositor à ordenação de mulheres.

No final de setembro, a Igreja anglicana dos EUA indicou Barbara Clementine Harris, 58 anos, como primeira bispa da comunidade anglicana em todo mundo. A nomeação repercutiu no 23º Sínodo da Igreja Episcopal do Brasil, realizado de 11 e 12 de outubro em Porto Alegre. A queimada na Amazônia e a questão social deram a tônica do 16º Concílio Geral da IECLB, de 18 a 23 de outubro, em Brusque (SC). O concílio luterano também manifestou preocupação com a construção de 176 barragens no Brasil até o ano 2.010, atingindo diretamente 12 a 13 milhões de brasileiros.

Clai - De 28 de outubro a 2 de novembro, o Clai promoveu a sua II Assembléia, em Itaici. Sob o tema "Igreja: a caminho de uma esperança solidária", estiveram reunidas cerca de 500 pessoas, entre delegados (137), convidados jornalistas e pessoal de apoio, de 20 países da América Latina e Caribe, além de observadores europeus, Estados Unidos e Canadá.

Na Assembléia, foi reeleito presidente do Clai o bispo metodista argentino Federico Pagura. O documento final da reunião prevê que o clamor dos empobrecidos, crianças, jovens, mulheres, camponeses, negros e indígenas da América Latina deve pautar a ação do Clai nos próximos anos. O secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), Emilio Castro, e o secretário-geral da Federação Luterana Mundial (FLM), Gunnar Sralsett, participaram da II Assembléia do Clai, que também recebeu, para uma homenagem especial, o cardeal-arcebispo de São Paulo, d.Paulo Evaristo Arns.

Direitos Humanos

CRESCEM A VIOLÊNCIA E NÚMERO DE MORTES POR "JUSTICEIROS"

São Paulo (AGEN) - Os altos índices de violência, o crescimento da ação de grupos de justiceiros e o embate em torno de temas como a pena de morte, por ocasião do processo constituinte, atraíram a atenção dos movimentos de direitos humanos em 1988.

Um programa de combate à violência em todo país começou a ser pensado durante o 5º Encontro do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH), realizado de 27 a 31 de janeiro, em Goiânia. Durante o ano, o MNDDH foi uma das entidades que coordenaram uma pesquisa, a nível continental, para aferir o nível da violência.

O diagnóstico da pesquisa foi o de que o Estado é o maior culpado pela violência, no Brasil ou nos demais países latino-americanos. No Brasil, o Estado é culpado ao se omitir frente, por exemplo, aos altos números de acidentes no trânsito, e à ação parapolicial de justiceiros e pistoleiros (4 mil pessoas foram mortas por grupos de extermínio no país em 1988). Diretamente, o Estado é responsabilizado pela morte de menores e outras pessoas pelas mãos de um aparato policial truculento. Sobre a ação dos justiceiros, o jurista Hélio Bicudo lançou o livro "Do Esquadrão da Morte aos Justiceiros".

Constituinte - Durante todo o desenrolar de 1988, os grupos de direitos humanos estiveram mobilizados em torno do processo constituinte. A articulação foi eficiente, pois o novo texto constitucional brasileiro, promulgado a 5 de outubro, traz pontos inéditos na história brasileira.

Dentre outros mecanismos, foram aprovados o **habeas-data**, pelo qual todos os cidadãos têm direito de levantar as informações sobre suas pessoas, armazenadas em bancos de dados oficiais e de caráter público; e **mandado de injunção**, que garante ao cidadão questionar os fatos que considere atentatórios às prerrogativas constitucionais. O Congresso Constituinte considerou, ainda, inafiançável, não-anistiável e imprescritível o crime de racismo, tortura, tráfico de drogas e terrorismo.

A pena de morte foi rejeitada, apesar dos esforços do deputado Amaral Neto. Ainda, assim, a pena de morte pode ser solicitada, pelo presidente da República ao Congresso Nacional, "em caso de guerra declarada". Amaral Neto foi o protagonista, no final do ano, de um imbroglio com a Anistia Internacional. Em correspondência a membros da Anistia em todo mundo, o parlamentar deseja "merda para a Anistia", expressão escrita em francês. Em entrevista à AGEN, o presidente da seção brasileira da Anistia, Carlos Alberto Idoeta, qualificou Amaral Neto de "parlamentar baixo".

Eleições e prêmios - O cardeal-arcebispo de São Paulo, d.Paulo Evaristo Arns, recebeu vários prêmios em 1988, por sua firme atuação em favor dos direitos humanos, no plano brasileiro e internacional. No dia 24 de março, d.Paulo recebeu o prêmio d.Oscar Romero, concedido anualmente pela Fundação Carter Menil, sediada em Houston, Estados Unidos. A 7 de setembro, o cardeal-arcebispo de São Paulo e o reverendo Jaime Wright, um dos coordenadores do projeto Brasil Nunca Mais, foram agraciados com o título de doutorado "honoris causa" pela Universidade de Dubuque, estado de Ioha, também nos EUA.

A 8 de dezembro, coube a d.Paulo o 1º Prêmio Nacional de Direitos Humanos, entregue pelo MNDDH. Antes, a 25 de outubro, durante a entrega do 10º Prêmio Wladimir Herzog, no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, foram homenageadas várias pessoas-chaves na luta pelos direitos humanos no Brasil, como d.Pedro Casaldáliga, o líder comunista Luiz Carlos Prestes, o psicanalista Hélio Pelegrino, o cartunista Henfil, madre Cristina Sodré Dória, Maria Agusta Capistrano, Inês Etienne Romeu, Ana Lobo, Isaura Coqueiro e Jovina Pessoa, que morrera pouco antes da cerimônia, presidida por d.Paulo Arns.

Movimentos Sociais

AVANÇA A ARTICULAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS POPULARES

São Paulo (AGEN) - Oitenta e oito foi um ano de intensa mobilização social no país, em razão do processo constituinte, da crise econômica e da campanha para as eleições municipais. Várias lutas setoriais se destacaram, com greves em vários segmentos. As entidades de assessoria aos movimentos sociais procuraram se fortalecer, frente a esta avalanche de atividades. Cresceu, igualmente, a articulação entre os vários movimentos.

De 26 a 28 de fevereiro, em Vitória, foi criada a Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo. O primeiro presidente da entidade, Aloísio Krolhing, pertence ao Conselho Comunitário de Vila Velha. A 17 de abril, foi instalada a Central de Movimentos Populares de Campinas e Região, dirigida por uma coordenação colegiada.

Greves - Entre março e abril, 50 mil professores da rede oficial de ensino do Pará paralisaram suas atividades. Foi a maior greve na história paraense. A greve foi duramente reprimida pelo governador Hélio Gueiros. As Igrejas Católicas e Evangélicas manifestaram total apoio ao movimento.

Várias greves foram deflagradas pelo funcionalismo público em outros pontos do país. A 5 de agosto, a greve na rede estadual de ensino no Paraná atingiu 90% da categoria (65 mil professores). Os grevistas foram igualmente reprimidos.

Memória e cultura popular - Diversos grupos se preocuparam com a memória da luta popular em 1988. O assunto foi tema do 16º Congresso da União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC), realizado de 28 a 31 de outubro, na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Entre outros grupos, debateram o tema o Centro Pastoral Vergueiro, Grupo União e Consciência Negra, Projeto de Registro da Memória Japonesa e Centro de Comunicação Social do Nordeste (Cecosne), que apresentou o bumba-meu-boi. A AGEN participou do Congresso, coordenando um debate entre comunicadores populares, que apresentaram suas experiências.

Uma delas foi a da Rádio do Povo, que funciona em São Miguel Paulista, Zona Leste de São Paulo, através de megafones instalados em centros comunitários, Igrejas e outros espaços sociais. A primeira Rádio do Povo foi instalada na Favela Nossa Senhora Aparecida, Ermelindo Matarazzo, em 1983. Hoje estão instaladas mais de 30 unidades.

União e Olho Vivo - Em 88, o Grupo de Teatro União e Olho Vivo, um marco na cultura popular brasileira, comemorou seus 20 anos de atividades. Um dos coordenadores e fundadores do grupo, o advogado Idibal Piveta, teve de assinar sob o pseudônimo de César Vieira os textos teatrais que elaborou para o União e Olho Vivo, durante os anos da ditadura. Piveta foi o primeiro cidadão brasileiro a receber as informações armazenadas nos bancos de dados da comunidade de informações, conforme prevê o habeas-data previsto no novo texto constitucional, promulgado a 5 de outubro.

No final de novembro, a sede do Grupo União e Olho Vivo sofreu arrombamento. Pelas características do delito, o Grupo acredita que o ato possa ter tido motivações políticas.

A 26 de novembro, foi lançada, em São Paulo, a Fundação Nativo da Natividade (FNN), em homenagem ao líder dos trabalhadores rurais de Carmo do Rio Verde (GO), morto por pistoleiros a 23 de outubro de 1985. A "formação política e ideológica de pessoas que participam das lutas populares, sindical e política, na linha da independência de classe, sem distinções de tendências políticas, religiosas ou filosóficas", é o objetivo central da entidade, que tem, no seu Conselho Deliberativo, entre outros, os deputados Florestan Fernandes, José Genoíno, Eduardo Jorge, Virgílio Guimarães, o padre Antonio Marchioni (Ticão) e os sindicalistas Valdemar Rossi, Salvador Pires e Carlúcio Castanha.

CONSTITUINTE DERROTA

REFORMA AGRÁRIA, MAS MOBILIZAÇÃO CONTINUA

São Paulo (AGEN) - A derrota da reforma agrária na nova Constituição, o relatório da Anistia Internacional sobre a violência no meio rural brasileiro e a continuidade dos assassinatos relacionados a conflitos de terra deram a tônica no campo em 1988, ano também marcado pelo avanço da mobilização dos trabalhadores rurais.

A data fatídica para a derrota da reforma agrária no Congresso Constituinte foi 29 de agosto, na sessão que votou o Capítulo da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Por 233 votos contra 186 e 11 abstenções, foi mantido o texto do primeiro turno, proibindo a desapropriação, para efeito de reforma agrária, das propriedades produtivas que não estejam cumprindo função social.

A crítica dos segmentos progressistas é a de que essa medida inviabiliza na prática a reforma agrária, pois não seria difícil aos grandes latifundiários provarem, na Justiça, que suas propriedades são produtivas, mesmo que não sejam. O texto aprovado também proíbe desapropriações em pequenas e médias propriedades rurais. O embate será agora na legislação complementar, que definirá o conceito de propriedade produtiva e de função social.

Mortes - Enquanto os constituintes discutiam se o Brasil terá ou não reforma agrária "oficial", prosseguiram as mortes de trabalhadores rurais em luta pela terra. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), foram 145 os assassinatos de lavradores e líderes sindicais em todo país, de janeiro a novembro de 1988.

Um dos assassinatos que mais abalaram a opinião pública foi o do deputado estadual João Carlos Batista (PSB — PA). Antigo advogado dos sem terra de seu estado, João Carlos foi morto a 6 de dezembro, em circunstâncias idênticas ao deputado Paulo Fonteles (PC do B — PA), também vítima de atentado em junho de 1987. No dia anterior ao assassinato, cometido por pistoleiros, João Carlos Batista tinha ido à tribuna da Assembléia Legislativa paraense, para denunciar as ameaças de morte que vinha sofrendo, o que motivou apenas risos de muitos de seus colegas parlamentares.

A presidenta da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), pastora luterana Rosa Marga Rothe, culpou a omissão do governo Hélio Gueiros como responsável pelo agravamento da violência contra os lavradores, líderes sindicais e advogados no Pará. Batista é o terceiro advogado morto a tiros em 6 anos no estado.

Além dos assassinatos consumados, continuaram em 1988 as ameaças de morte, que também atingiram religiosos, como d.Pedro Casaldáliga e o pastor presbiteriano José Moreira Cardoso, da Bahia. Entre outros sindicalistas mortos em 88, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo-Frio (RJ), Sebastião Lan, a 11 de junho. Sofreram atentados, entre outros, o presidente do STR de Xapuri (AC), Francisco Mendes, no final de abril, e José Rainha Júnior, membro da direção nacional do Movimento dos Sem Terra, no final de novembro.

Denúncias - Toda essa situação de violência foi denunciada no exterior. Em julho, esteve no Brasil uma delegação da Pax Christi Internacional, organização católica holandesa, muito respeitada nos fóruns internacionais de direitos humanos. A violência contra lavradores e povos indígenas, e o avanço da devastação do meio ambiente foram denunciados pelos membros da delegação, chefiada pela ex-primeira-ministra de Portugal, Maria de Lourdes Pintasilgo.

A violência no meio rural brasileiro também foi destaque na XII Conferência Geral da Associação Internacional de Pesquisa da Paz (Ipra), realizada de 14 a 19 de agosto, no Rio de Janeiro, que teve participação de cientistas sociais, físicos, políticos, ecologistas, pacifistas e artistas de vários países. O Prêmio Nobel da Paz Adolfo Perez Esquivel também participou.

No início de setembro, a Anistia Internacional divulgou um incisivo relatório sobre a violência no meio rural brasileiro. O documento afirma que a violência no campo torna-se cada vez mais seletiva, e que os latifundiários organizam milícias de pistoleiros e policiais para executarem os camponeses e seus aliados. Paralelamente à divulgação do relatório, a Anistia enviou apelo ao presidente José Sarney, no sentido de que ele adote medidas urgentes "para que cesse a onda de terror e as execuções de camponeses". O documento foi duramente criticado pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, que acusou a Anistia de interferir-se nos assuntos internos do Brasil.

A denúncia da violência no campo também foi para as telas em 88, através dos filmes "Terra para Rose", de Tetê Moraes, premiado no 9º Festival Internacional Nuevo Cine Latino Americano, de Havana, que mostra a história da luta dos sem terra da Fazenda Annoni; e "Terra Devastada", de Peter Overback, sobre os conflitos de terra, sobretudo do Bico do Papagaio, além de comentar a vida e a morte do padre Josimo Moraes Tavares.

Mobilização - Apesar da violência, os sem terra intensificaram sua mobilização em 88, obtendo várias conquistas importantes. No final de julho, 700 famílias sem terra, que há mais de oito meses ocupavam a Fazenda Barra, localizada na Região Missioneira do Rio Grande do Sul, conquistaram seu assentamento em área de 600 hectares, de propriedade do Instituto de Carnes do estado, no município de Tupanciretã. Os lavradores haviam saído a 25 de Fazenda Barra, e ocuparam uma área de 16 mil hectares no recém-criado município de São Miguel das Missões, chamada Fazenda Burity, de propriedade da Agropecuária Pereira Zago. Durante a ocupação, os sem terra foram sitiados pela UDR, que através de mensagens pagas em emissoras de rádio mobilizou os grandes fazendeiros do estado a ir ao local.

No início de agosto, 10 mil famílias de sem terra do Paraná ocuparam uma área entre os municípios de Prudentópolis e Inácio Martins. A situação desses lavradores continua indefinida. O mesmo ocorre com as dezenas de famílias sem terra que ocuparam várias áreas em Santa Catarina, na segunda semana de agosto. Entre agosto e setembro, cerca de mil famílias de sem terra também estiveram sob cerco constante do aparato policial e de pistoleiros, nos municípios de Imperatriz e Santa Luzia, no Maranhão. No dia 16 de dezembro, o Mirad publicou no "Diário Oficial" decreto de desapropriação de 11.500 hectares, da Fazenda Terra Bela, beneficiando 300 famílias que ocupavam a área no povoado de Buriticupu, em Santa Luzia.

A 2 de dezembro, 18 famílias de sem terra foram assentadas em área de 22 alqueires, na Fazenda Estevão Rolim, em Nova Venecia, de propriedade da prefeitura local. Antes, a área sediava a Estação Experimental da Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (Emcapa).

Eleições - A mobilização dos sem terra refletiu nas eleições municipais de 15 de novembro. A direção do PT estima em 40% o número de vereadores eleitos pelo partido oriundos dos movimentos de lavradores. Os prefeitos eleitos pelo PT em Severiano de Almeida e Ronda Alta, no Rio Grande do Sul; São João do Triunfo, no Paraná; e Jaboticabal, em São Paulo, também tiveram apoio expressivo nos movimentos de lavradores.

Por outra parte, a UDR elegeu prefeitos em cidades estratégicas, como Araçatuba, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, em São Paulo; Cachoeiro do Itapemirim e Linhares, no Espírito Santo; Campo Grande e várias cidades do Mato Grosso do Sul; em Cuiabá e São Félix do Araguaia (sede da prelazia dirigida por d.Pedro Casaldáliga), no Mato Grosso; Goiânia e outras cidades de Goiás; Marabá, no Pará; Imperatriz, no Maranhão. A UDR sentiu muito, entretanto, as derrotas que sofreu em Campos (RJ), Bauru (SP), Feira de Santana (BA) e Colatina (ES).

VITÓRIA DOS SEM CASA NA CONSTITUINTE "DESPERTA" MDU

São Paulo (AGEN) - Os movimentos pela moradia obtiveram uma expressiva conquista em 1988, ao verem inscritos, na nova Constituição brasileira, promulgada a 5 de outubro, mecanismos que podem significar o início de uma reforma urbana no país.

O capítulo sobre a questão urbana, aprovado a 2 de maio, prevê, por exemplo, o usucapião urbano, nestes termos: "Aquele que possuir, como seu, imóvel urbano com área de até 250 metros quadrados, por cinco anos, ininterruptos sem oposição, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural".

O texto faculta ao poder público municipal o imposto predial e territorial urbano progressivo, como forma de penalidade ao imóvel não-edificado, subutilizado ou não utilizado. Até mesmo a desapropriação está prevista, que seria paga em títulos da dívida pública. Do mesmo modo a população será ouvida na confecção das leis orgânicas municipais, através das constituintes municipais empossados em outubro de 1989.

Mobilização - Prevê-se, portanto, muita discussão e mobilização em torno das questões habitacionais em 89. O foco das atenções será, sem dúvidas, a postura frente à questão da nova prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, que sempre teve sua vida política ligada aos movimentos pela moradia

De fato, os movimentos de sem casa tiveram muita importância na eleição de Erundina. O indício de que os movimentos serão ouvidos na questão habitacional está na composição do secretariado municipal escolhido por Erundina e anunciado na segunda semana de dezembro. A secretária da Habitação será a arquiteta Ermínia Maricato, que tem assessorado a Articulação Nacional do Solo Urbano (Ansur). O coordenador nacional da Ansur, Luis Paulo Teixeira, deve ser nomeado por Erundina para a Administração Regional de São Miguel Paulista, Zona Leste de São Paulo, área onde ocorre o maior número de ocupações de terra na capital. Outro secretário de Erundina, Firmino Fecchio, da Administração, ligado à Igreja, também é muito vinculado aos movimentos pela moradia.

Desafios - Os desafios às novas administrações municipais quanto ao déficit habitacional são enormes. O 8º Encontro Nacional dos Favelados, desenvolvido de 15 a 17 de julho de 1988, em Duque de Caxias (RJ), constatou o crescimento acentuado nos índices de favelização no país. Em Duque de Caxias, cidade com 1 milhão de habitantes, 400 mil pessoas são faveladas. Em Salvador (BA), 320 mil pessoas (18%) moram em 240 favelas. Em Belo Horizonte (MG), o contingente de favelados é de 25% da população. Em Brasília, as favelas já chegam a 100 Em São Paulo, cerca de 1 milhão de pessoas moram em 1.600 favelas.

Para enfrentar sua dura situação, os sem casa têm promovido ocupações de áreas urbanas ociosas, em quase todas as grandes cidades brasileiras. Mesmo em uma cidade relativamente pequena como Rio Branco, capital do Acre, ocorrem 4 ocupações em média por ano. O fulcro da questão habitacional, contudo, sem dúvida é São Paulo, onde, apenas de janeiro a maio de 1988, mais de 22 mil famílias estiveram envolvidas em ocupações.

MDU - Com o agravamento da crise econômica e da questão habitacional como conseqüência, e agora ainda mais com a eleição de uma prefeita de esquerda em São Paulo, os grandes proprietários de áreas urbanas estão intensificando sua articulação, através do Movimento Democrático Urbano (MDU), criado nos moldes da União Democrática Ruralista (UDR). O presidente da UDR, Ronaldo Caiado, aliás, sempre criticou os grandes proprietários de áreas urbanas, por não terem se organizado a tempo para evitar as vitórias dos movimentos pela moradia no Congresso Constituinte.

Os líderes do MDU estão tentando recuperar esse "tempo perdido", a começar pelo presidente da entidade, Eduardo Rocha Azevedo. Em pouco mais de um ano de existência, o MDU tem, segundo seus dirigentes, 40 mil filiados (a UDR tem 200 mil, segundo Caiado, o que é contestado pelos movimentos de sem terra). No dia 17 de dezembro, Rocha Azevedo, também presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, esteve pessoalmente na festa de Natal que o MDU promoveu na favela de Heliópolis, a maior de São Paulo.

Segundo os movimentos de sem casa, a festa é a primeira tentativa do MDU em se aproximar dos favelados, como forma de conquistar a simpatia deles e da opinião pública em geral. Por trás da iniciativa, estaria o projeto do MDU, com o apoio do Banco Mundial, em promover o desfavelamento nas chamadas áreas nobres, como os casos das favelas da Rocinha, Vidigal e Mangueira, no Rio de Janeiro, Água Funda, Juscelino Kubitscheck e a própria Heliópolis, em São Paulo. Se até o momento o MDU vinha tendo em Jânio Quadros um apoio significativo, a tendência deve se alterar com a administração petista que tomou posse em 1º de janeiro.

NOVA CONSTITUIÇÃO E ELEIÇÕES MUNICIPAIS POLARIZARAM LUTA POLÍTICA

São Paulo (AGEN) - A promulgação, a 5 de outubro, da nova Constituição brasileira, que manteve o presidencialismo e o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, e as eleições municipais de 15 de novembro, modificando a correlação de forças no país, foram os fatos políticos mais importantes em 1988.

De fato, as discussões políticas durante todo o primeiro semestre quase que se limitavam a esses dois pontos: definição do sistema de governo e do mandato presidencial. O Centrão, que aglutinou os grupos de direta, e que atuou na base do "é dando que se recebe", na formulação de seu ideólogo, o deputado Roberto Cardoso Alves, o Robertão (depois contemplado com o Ministério da Indústria e Comércio), acabou prevalecendo.

Na sessão de 2 de junho, por 328 votos a favor, 222 contra, 5 ausências e 3 abstenções, foi aprovado o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. O texto aprovado resultou de uma fusão de emendas dos deputados Matheus Iensen (PMDB — PR), Bonifácio de Andrada (PDS — MG) e Basílio Vilani (PMDB — PR). Matheus Iensen pertence à Assembléia de Deus, e integra o bloco de parlamentares evangélicos conservadores, cuja atuação foi fundamental para os cincoanistas.

Internacionalização - Ao contrário do que a grande imprensa insistiu, a definição do mandato presidencial de cinco anos não significou a vitória de um projeto pessoal do presidente José Sarney. Antes, representava, à época, a vitória dos setores interessados em aprofundar a internacionalização da economia brasileira, o que tem sido posto em prática pelo governo Sarney, através da privatização de estatais, conversão da dívida externa em investimento, abertura de Zonas de Processamento de Exportação e, em setembro passado, da assinatura do acordo com os credores brasileiros.

Entretanto, passadas as eleições municipais de 15 de novembro, as áreas conservadoras estão amargando o erro gravíssimo que cometeram: justamente o de lutar pelos cinco anos para Sarney. Ocorre que, com a vitória da esquerda em cidades estratégicas, cresceram as chances das forças progressistas em chegar ao Palácio do Planalto, através das eleições deste ano.

No caso, aumentaram as chances dos candidatos do PT, Luis Inácio Lula da Silva, e do PDT, Leonel Brizola. O PT conquistou as prefeituras de São Paulo, Porto Alegre e Vitória, entre outras importantes. O PDT ganhou no Rio de Janeiro, Curitiba e, entre outras, em São Luis, terra do presidente da República.

O centro e a direita buscam agora, desesperadamente, articular uma candidatura que atraia o voto progressista, mas que seja fiel aos princípios básicos do capitalismo. Esse candidato pode ter o perfil de um Mário Covas ou o populismo eletrônico de um Silvio Santos.

CHICO MENDES: UMA ELIMINAÇÃO PROGRAMADA

Xapuri (AGEN) - O assassinato do sindicalista e ecologista Francisco Mendes Filho, o Chico Mendes, em Xapuri (AC), às 17h45 do dia 22 de dezembro último, revoltou a opinião pública nacional e internacional, chamando a atenção de todo o mundo para a escalada de crimes no meio rural brasileiro e para a devastação progressiva da Amazônia. Revelou, também, mais uma vez, o envolvimento do grande latifúndio — da União Democrática Ruralista (UDR) — na eliminação sistemática e ininterrupta de lideranças populares no campo brasileiro.

No primeiro semestre deste ano, a AGEN noticiava que a UDR do Acre havia feito uma reunião em Rio Branco para decidir a sorte de Chico Mendes, considerado "incômodo" por ter organizado, pacificamente, os seringueiros acreanos para resistirem à derrubada da floresta. As opiniões ficavam divididas: uma parte dos uderristas queria promover uma campanha nacional de difamação contra Mendes, enquanto a maioria desejava eliminá-lo fisicamente, de imediato, de preferência fora do Acre. Prevaleceu a maioria e foi votada e decidida a morte de Chico.

Repercussão - Chico Mendes era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, fundador do PT e membro do Conselho Nacional de Seringueiros. Aos 43 anos, já sofrera seis atentados, sem que as autoridades tomassem qualquer providência. Em função de sua luta contra a destruição da floresta amazônica, Chico Mendes foi o único brasileiro a receber o Prêmio Global 500, das Nações Unidas.

Ao comentar o seu assassinato, o Comitê de Apoio aos Povos da Floresta, do Rio e São Paulo, divulgaram nota oficial, afirmando que a sua morte "é mais um elemento na escalada de violência que tem vitimado lideranças de trabalhadores que, na Amazônia, se insurgem contra o irracional processo de ocupação da região". Já o Diretório Nacional do PT, em sua nota, afirmou que "a criminosa escalada de violência, comandada pelos grandes proprietários de terra, prossegue impune".

Na Igreja católica, a repercussão do crime não foi menor. Poucos dias depois, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou nota afirmando que, depois de 15 de novembro último, 11 trabalhadores rurais, agentes pastorais e aliados dos camponeses foram assassinados por apoiarem a reforma agrária. Na cidade de Conde (PB), o lavrador José Francisco Argelino, seis filhos, foi assassinado na primeira semana deste mês, à traição, com um tiro, na porta de sua casa, quando tomava um cafezinho com a esposa. Era animador das CEBs, membro da CPT e militante do PT.

Em Rio Branco, o bispo local, d.Moacyr Grechi, foi ameaçado de morte, mais uma vez, logo após a morte de Mendes. D.Moacyr disse, depois, não ter dúvidas da presença da UDR no assassinato do sindicalista. Já o cardeal-arcebispo de São Paulo, d.Evaristo Arns, afirmou, no dia 1º deste mês, na Catedral da Sé, que existe no Brasil "uma direita guerrilheira organizada que está matando, um após o outro, todos os líderes que procuram organizar pacificamente o povo em defesa de seus direitos"

D.Paulo sugeriu que os movimentos sociais e populares, os sindicatos e outras organizações da sociedade civil, articulem-se para promoverem a identificação e o encaminhamento à justiça dos mandantes e responsáveis por assassinatos de lideranças dos trabalhadores.

Umas das primeiras iniciativas nessa direção é a "Ação pela Cidadania", lançada em São Paulo, dia 4 de janeiro, por um conjunto de entidades, entre as quais a OAB, a ABI, a CNBB, a Comissão Justiça e Paz de São Paulo e a Comissão Teotônio Vilela.

Vídeo - A Associação dos Geógrafos Brasileiros tomou a iniciativa de exibir, em todo o país, com ingressos pagos e renda destinada à continuação da luta no Acre, um depoimento de Chico Mendes, em vídeo, dado em junho do ano passado, quando veio ao Rio e São Paulo participar de atos promovidos pelo Comitê dos Povos da Floresta. No vídeo, Chico Mendes faz um amplo histórico do processo de ocupação da Amazônia, de sua crescente apropriação por parte dos grandes latifundiários e de grandes empresas privadas brasileiras e transnacionais. Conta, também, o processo de organização dos seringueiros para resistirem à exploração de sua força de trabalho e à transformação do solo amazônico em deserto.

Paralelamente, a atenção da sociedade civil volta-se para a organização de uma série de pressões sobre os bancos estrangeiros e outros organismos credores do Brasil, para que condicionem essas verbas a medidas concretas de proteção ao povo, ao solo e ao subsolo amazônicos. A sociedade brasileira começa a fazer ouvir a sua voz diretamente junto aos responsáveis pela manutenção, pela sobrevida, do sistema capitalista no país.

Paradoxalmente, neste caso de Chico Mendes, mantiveram-se caladas duas entidades que não guardam nenhum parentesco ou afinidade entre si: de um lado, a UDR, mais uma vez denunciada diante do mundo como a matriz da escalada terrorista contra os trabalhadores. De outro, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que deveria estar à frente da mobilização dos lavradores contra a onda de crimes. (DA)

CNBB, OAB E ANISTIA LANÇAM AÇÃO PELA CIDADANIA EM SÃO PAULO

São Paulo (AGEN) - "A sociedade civil brasileira, diante da morte de Francisco Mendes, quer assumir de forma articulada e organizada suas responsabilidades na defesa das instituições e do estrito cumprimento da lei. Não é mais possível tolerar a impunidade que pesa sobre centenas de assassinatos no campo". Este é o primeiro parágrafo do documento de lançamento da Ação pela Cidadania, formada por um conjunto de entidades, a fim de assegurar o respeito à lei e lutar pela moralização das instituições brasileiras.

O ato de lançamento foi às 11h, dia 4, quarta-feira, na sede da OAB – SP, e teve a presença de várias entidades fundadoras: CNBB, ABI, OAB, SBPC, CUT, Anistia Internacional, Comissão Teotônio Vilela, Comissão Justiça e Paz e parlamentares (senadores Severo Gomes e Fernando Henrique Cardoso e deputados federais José Genoíno e Fábio Feldmann). Durante a cerimônia, muitos casos recentes (ou não) da história brasileira foram lembrados: massacre de Serra Pelada, em janeiro de 88, assassinatos de operários de Volta Redonda, assassinatos de Chico Mendes, padre Josimo e padre Ezequiel Ramin, além de ataques à ecologia e aos direitos humanos fundamentais.

Todos os que falaram concordaram em um ponto: não se trata de mais uma entidade, "mas um grito de alerta", conforme lembraram. Eis a íntegra do documento de fundação:

AÇÃO PELA CIDADANIA

"A sociedade civil brasileira, diante da morte de Francisco Mendes, quer assumir de forma articulada e organizada suas responsabilidades na defesa das instituições e do estrito cumprimento da lei. Não é mais possível tolerar a impunidade que pesa sobre centenas de assassinatos no campo.

Indícios claros da tranqüilidade com que atuam os criminosos, foram, após a morte de Chico Mendes, os assassinatos do jornalista Luís Otávio Monteiro, em Manaus, e do agricultor José Francisco Argelino, líder das Comunidades Eclesiais de Base, na Paraíba. Centenas de pessoas foram assassinadas em conflitos de terra em vários estados, milhares continuam a ser presas e despejadas ilegalmente de suas terras, sofrem torturas e ameaças, e no entanto, na maior parte dos casos, as exigências da lei não são atendidas. Está na hora de dar um basta a essa situação. A Constituição está em vigor e os assassinatos no campo, alimentados pela impunidade, não podem prosseguir. A partir do sacrifício de Chico Mendes e das outras mortes que se seguiram, a sociedade civil pretende investigar, publicar relatórios, contestar a história oficial se for preciso. A sociedade civil tem o direito de exigir que as investigações legais cheguem a conclusões precisas, apontando e processando os culpados.

Clamamos para que o governo federal, os governos estaduais, as instituições do judiciário e policiais, desempenhem o papel a elas destinado pela Constituição, fazendo cumprir a lei, apurando as responsabilidades por essas mortes, desbaratando de vez os verdadeiros esquadrões da morte organizados no campo, que aterrorizam populações pacíficas e trabalhadoras.

A mobilização que a Ação pela Cidadania conclama se baseia no estrito cumprimento da lei, sem qualquer outra formulação programática, partidária ou ideológica. Essa reivindicação, acreditamos, tem condições de unir todos que acreditam na democracia, na decência, na transparência, num esforço generoso e dedicado que reconstrua a cidadania neste país.

Para tanto, em torno da OAB, da CNBB, da ABI, da SBPC e de membros do Congresso Nacional, estão também sendo convocados as universidades, sindicatos de trabalhadores, CUT, CGT, empresários, jornalistas, para desencadearem essa grande mobilização contra a impunidade.

A Ação pela Cidadania não pretende substituir nem coordenar o trabalho que vem sendo realizado por essas instituições e tantas entidades de defesa dos direitos da cidadania.

O objetivo da Ação pela Cidadania é o de conjugar esforços, conferindo maior rapidez e eficácia a uma ação coordenada e dinâmica diante de alguns casos exemplares.

Além dos assassinatos de Chico Mendes, de Luis Otávio Monteiro e José Francisco Argelino, a Ação pela Cidadania a partir de hoje assume também a luta pela sobrevivência dos Yanomami e de outros povos indígenas e chamando a responsabilidade das autoridades públicas pela defesa da vida dos que estão ameaçados de morte nas áreas de conflito rural.

Concretizando de imediato esses esforços será sediado na OAB, Conselho Federal, em Brasília, um Secretariado da Ação pela Cidadania, que doravante irá acompanhar, cobrar das autoridades, denunciar publicamente, bloqueios e atrasos na ação da justiça, fazer denúncias, articular com presteza ações judiciais contra novos abusos e expor para a opinião pública o estado em que se encontra a maior parte das investigações e processos sobre assassinatos rurais. Diversas entidades da sociedade civil estarão diretamente ligadas a esse secretariado, contribuindo em ações específicas".

CASALDÁLIGA: "NÃO SE TRATA DE UM PROBLEMA MEU, MAS DE CAUSAS NOSSAS"

A CAMINHADA CONTINUA

O bispo de S.Félix do Araguaia, d.Pedro Casaldáliga, escreveu recentemente aos seus amigos no Brasil e no exterior a carta que publicamos na íntegra, nesta edição, abaixo. Lida no contexto das suas correspondências anteriores, a carta deixa claro que Casaldáliga continua firme em sua caminhada de pastor comprometido com os empobrecidos do Brasil e da América Latina, apesar de todas as pressões recebidas.

Hoje, mais do que nunca, gostaria de responder pessoalmente a cada um de vocês, que me têm escrito por ocasião dessa "desavença" caseira que tive com o Vaticano. De pessoa para pessoa talvez poderia dar à cada resposta seu tom justo. Vocês, amigos, irmãos, compreenderão o alcance desta carta coletiva a gratidão e o carinho com que abraço a cada um de vocês pessoalmente. Suas cartas e mensagens me emocionaram, às vezes, até às lágrimas, e me obrigam a responder-lhes, mais do que com o papel, com a própria vida. Abraço a todos, digo: em meu nome, em nome de toda nossa Igreja de São Félix do Araguaia e, se não parecesse pretensão, em nome do Povo e da Igreja de toda essa Pátria Grande da nossa América Latina.

Porque **não se trata de um problema meu, mas de causas nossas**. Causas que a gente crê que são parte da Causa do próprio Jesus e por isso a gente as defende tão apaixonadamente e arriscando mesmo. A esse Jesus, em todo caso, me remito.

Não vou contar a novela inteira.

Da visita ad limina e dos meus encontros com João Paulo II e com os cardeais Gantin e Ratzinger fiz um relatório, que muitos de vocês leram: **"A pedra, Assis e a espiga de milho"**.

Regressei de Roma, dizia eu nesse relatório circular, "mais eclesial, espero, e mais latino-americano também".

No dia 23 de agosto, a Nunciatura em Brasília me comunicava que a Congregação para os Bispos havia lhe confiado o encargo de entrar em contato comigo "para a assinatura de um documento" referente à minha recente visita ad limina. Dia 8 de setembro, a mesma Nunciatura, após uma conversa telefônica que mantive com o Senhor Núncio, me remetia **o documento, "pessoal e reservado"**, em dois exemplares, um dos quais eu deveria assinar e datar e devolvê-lo à Nunciatura, que o encaminharia à Congregação para os Bispos. O documento não trazia assinatura de ninguém nem o selo das ditas Congregações; vinha, porém, em papel timbrado da Nunciatura. São duas páginas e meia de considerandos teológico-canônicos, d constatações sobre atos meus, supostamente contrários a considerandos, de intimações concretas que, se eu assinasse, assumiria.

O documento se divide em quatro itens em torno da Teologia da Libertação, Críticas minhas a medidas adotadas pela Cúria Romana, Opúsculos catequéticos de nossa Prelazia - que têm até treze edições e foram publicados em muitos países -, Celebrações e Romarias dos Mártires, Visitas à América Central e, particularmente, à Nicarágua.

As restrições ou proibições que eu deveria assumir assinando são tão largas e globais que me deixariam, inclusive, "em condições de inferioridade com respeito a qualquer ou diácono", segundo os canonistas consultados "praticamente sob uma suspensão a divinis, pela letra do texto e, além do mais, com o agravante de que (essa suspensão) se estenderia ministério da Palavra e por tempo indefinido".

É evidente que o conteúdo do documento reproduz **"as proposições"** às quais os cardeais Gantin e Ratzinger se referiram, em nosso encontro romano e que eu deveria assinar lá mesmo, mas que eu nem sequer vi porque disse formalmente aos senhores cardeais "que estávamos falando entre bispos - como escreve nosso boletim ALVORADA -, adultos e corresponsáveis na Igreja"; que eu tinha ido a Roma "sobretudo para falar com o Papa e que de bispo para Papa - o bispo de São Félix do Araguaia com o bispo de Roma - podia-se resolver muito qualquer mal-entendido ou acusação".

Durante todo esse incidente tenho sentido mais de perto como chovem sobre Roma acusações intrigantes e quão pouco se cultivam, em certos meios eclesiásticos, a maturidade, a confiança fraterna, a liberdade de espírito.

Não assinei o documento, então. Não poderia assiná-lo nunca, pelo seu conteúdo e pelas circunstâncias em que chegou até mim. Consultaria - com Deus e com os irmãos - e daria paz ao tempo...

Estava eu em Goiás, ajudando na coordenação da Assembléia diocesana jubilar daquela igreja-irmã, pastoreada por dom Tomás Balduíno, quando, no dia 22 de setembro, **a Rede Globo** - essa poderosa organização da comunicação social, com ramificações em outros mundos também, como, por exemplo, em Montecarlo - soltou a notícia de que tinha recebido **um telex de Roma,** no qual se comunicava que o Vaticano me impusera silêncio total. (É bom lembrar que a Rede Globo, além de poderosa, não se dá muito bem com as causas populares, nem com a Igreja comprometida com essas mesmas causas. Em plena repressão chegou a mostrar televisivamente para todo o Brasil um número falsificado do nosso ALVORADA, com a foice e o martelo substituindo a cruz que acompanha o galo matinal do logotipo do boletim).

Quem teria passado para a profaníssima Rede Globo essa decisão eclesiástica? Em todo caso, não era a primeira vez que a Rede Globo recebia, em primeira mão, comunicações eclesiásticas...

Ante a pressão dos meios de comunicação, do episcopado brasileiro e de outros muitos amigos, d. Tomás chamou a Nunciatura, pedindo esclarecimentos. O Núncio estava ausente e seu substituto se limitou a responder que eles se encontravam "sob segredo".

No dia 23 publiquei **uma nota** sucinta em torno desses fatos. E, de sua parte, o Núncio, dom Carlo Furno, de Roma, no dia 24, enviava ao Presidente do Regional Centro-Oeste da CNBB, em Goiânia, **o seguinte telegrama**: "Creio útil transmitir a sua Excia. a resposta informal dada hoje aos jornalistas pela sala de imprensa da Santa Sé: 'As notícias aparecidas na imprensa brasileira, segundo as quais sua Excia. Mons. Pedro Casaldáliga, bispo prelado de São Félix do Araguaia, teria recebido punição e lhe teria sido imposto silêncio, não são exatas. Em decorrência da recente visita ad limina foram recordados a Mons. Casaldáliga alguns deveres próprios do bispo. Em particular tal prelado foi convidado a ser sempre plenamente fiel ao ensinamento do magistério da Igreja e a não interferir nos assuntos de outras igrejas particulares, se deslocando a dioceses de outros países sem o consentimento dos bispos do lugar".

A Presidência da CNBB, reunida com a Comissão Episcopal de Pastoral - CEP -, divulgou, no dia 30 de setembro, um comunicado explicando o acontecido e se pondo à minha disposição e à disposição da Santa Sé "para qualquer tipo de colaboração fraterna", na esperança de "encontrar a perfeita comunhão na mesma vontade de fidelidade à Igreja", dentro do "espírito fraterno e da liberdade evangélica". E **20 bispos** assinaram, de imediato, um manifesto de "profunda comunhão" comigo; sublinhando que minhas causas eram suas próprias causas; apelando ao Evangelho, ao Vaticano II, a Medellín e P ebla e à palavra do próprio João Paulo II; reafirmando que "nada nos fará abandonar o serviço efetivo aos povos indígenas, a caminhada dos lavradores e operários e a solidariedade latino-americana, especialmente aos Povos irmãos da América Central; sempre "no sentido da unidade e no respeito à caminhada da Igreja de Deus peregrina na América Latina".

Choveram as chamadas telefônicas, as cartas, os telegramas, os manifestos, os atos públicos; **de protesto** contra essas medidas eclesiásticas, **de solidariedade** comigo e com a nossa Igreja.

No meio dessas homenagens - as perdizes de Santa Tereza salpicando as horas de jejum - e sem tê-lo pretendido previamente, deu-se a boa coincidência do lançamento do meu livro **"Na procura do Reino"**, editado pela FTD O livro é uma coletânea de textos mais significativos - e alguns inéditos recentes - que cobre os 20 anos de minha vida no Brasil, na América Latina, os 20 anos de Medellín também e quando completo os 60 de andar por este mundo, que, segundo João XXIII, marcam o ponto melhor da idade humana.

O sr. Núncio falava, em seu telegrama de Roma, de uma resposta "informal". Eu, o primeiro, e outros muitos irmãos sentíamos que a questão não estava cancelada. Não tendo eu assinado o documento-intimação e tendo-o vazado a Rede Globo, o processo ficava no ar.

Era preciso prosseguir o diálogo com Roma.

No dia 20 de outubro, dom Luciano Mendes de Almeida, Presidente da CNBB, pôde falar pessoalmente com o Papa e esclarecer para ele aspectos referentes à minha pessoa e à minha atuação. Falou também dom Luciano com os cardeais Ratzinger e Gantin.

Segundo dom Luciano - que é um jesuíta benigníssimo - João Paulo II escutou com atenção e afeto e expressaram também seu afeto para comigo os cardeais Ratzinger e Gantin, ambos tentando minimizar o acontecido.

Porém, isso sim, tanto o Papa como os dois cardeais fizeram questão de insistir acerca de **minhas idas conflitivas à Nicarágua,** porque sobre as mesmas vinham pressionando no Vaticano alguns bispos nicaragüenses.

No dia 16 de novembro escrevi uma **carta ao Papa** e cartas aos cardeais Gantin e Ratzinger. A João Paulo II eu dizia textualmente: "Com esta carta quero renovar ao senhor meu testemunho de colegialidade apostólica, minha vontade de fidelidade à Igreja de Jesus e o compromisso, livre, alegre, radical, de servir ao Reino de Deus, no dia-a-dia, entre os Pobres, nesta parcela da 'vinha nova', que é a América Latina, no dizer do fundador da minha Congregação Religiosa, Santo Antônio Maria Claret".

Depois de rezar e de consultar bastante, decidi suspender, por ora, minhas visitas à Nicarágua. E assim o escrevi também ao Papa: "Para evitar novas incompreensões ou atritos entre irmãos, vou suspender minha ida à Nicarágua, no próximo mês de fevereiro. Espero que não faltem a oração e a solidariedade de muitos em favor da América Central, tão conflitiva e tão decisiva para o futuro político e eclesial de nosso Continente; e particularmente espero que não falte essa solidariedade de emergência à pobre Nicarágua, agredida, cercada economicamente, e flagelada agora por um terrível furacão".

Ao Papa eu expressava também essa obsessão pastoral que deveria nos sacudir a todos nesta hora crucial do Continente: "A iminência da comemoração do V Centenário da Evangelização da América compromete toda nossa Igreja na grande tarefa missionária dessa 'nova Evangelização', criativamente inculturada, catolicamente latino-americana, que o senhor oportunamente proclamou".

Aos senhores cardeais eu recordava que **nunca fui proibido, em lugar algum, de exercer o ministério** e que, pelo contrário, nos outros países da América Central tive sempre a explícita benevolencia dos respectivos pastores dos lugares onde estive. (Pelo Direito Canônico, como é sabido, os bispos podemos "pregar a Palavra de Deus em todos os lugares..., a não ser que o bispo local o tenha expressamente proibido em casos particulares", Cânon 763).

Algumas constatações e alguns compromissos deveriam ficar claros para nós. Nenhum incidente será para mal se jogamos sobre o caminho bastante esperança e liberdade.

1. Para o pessoal mais simples ou para pessoas menos informadas em assuntos de Igreja não é fácil entender **toda essa complicação eclesiástica**. A Igreja e seus procedimentos ficam mais desprestigiados diante da opinião pública. Os inimigos - ou adversários -, de fora e de dentro, curtem os golpes que "os rebeldes" recebemos e se aproveitam para nos desprestigiar ou para nos perseguir. O Povo de Deus mais consciente se indigna, protesta, porém se solidariza e se reafirma na caminhada empreendida, apesar das tensões, talvez noite afora.

2. **Há um processo, aberto e sistemático, de involução na Igreja Católica:** em torno de bispos, teólogos, seminários, editoras, coleções; na nomeação de bispos; perante as reivindicações da mulher ou, mais em geral, do leigo; frente às Comunidades Eclesiais de Base; sobre as Conferências Episcopais; e na promoção, oficial ou oficiosa, de movimentos, entidades e projetos de uma só linha pastoral.

Negar essa involução me parece ingenuidade ou hipocrisia.

Eu li o documento-intimação precisamente no dia de São Cipriano, bispo da África, "mártir da unidade e do pluralismo". Sinto que as Igrejas do Terceiro Mundo temos, nesta hora, a missão ineludível de **ajudar a Igreja una a ser "católica" de verdade:** sem eurocentrismos colonizadores, sem controles prepotentes, sem desconfianças que neguem a liberdade do Espírito, os carismas e o pluralismo. A todos nós, cristãos, nos é pedido, nos diferentes Mundos, irmanados em igualdade, uma vivência, "sempre renovada", entusiasmada sempre, da Igreja de Cristo que somos.

Christian Duquoc, em seu luminoso livro "Messianismo de Jesus e discrição de Deus", destaca uma tríplice tentação da qual o Espírito salvou Jesus e da qual o mesmo Espírito quer salvar a Igreja:

- Eliminar o Mundo em proveito de um Reino situado somente na transhistória.
- Mergulhar exaustivamente o Reino nas estruturas sócio-políticas.
- Equiparar o Reino e a Igreja.

Nem o idealismo escatológico, nem o servilismo político, nem a prepotência eclesial correspondem à mensagem e missão de Jesus, que devem ser a mensagem e missão de sua Igreja.

Na América Latina, particularmente, esta véspera histórica dos **500 anos** nos obriga a proclamarmos e a vivermos a identidade latino-americana: em razão de uma inculturação do Evangelho que não seja apenas formal; em razão dessa "nova Evangelização", que já Medellín pedia; para superar, de uma vez por todas, a dependência e a marginalização (também eclesiásticas). Em nossa América o ano 2000 passa pelos 500 anos. Santo Domingo deverá ser a culminação de Puebla, de Medellín, do Vaticano II. Aquele clamor, surdo primeiro, impetuoso depois, está se tornando agora um clamor "organizado".

3. Deveria ter sido sempre normal **o direito de opinião pública na Igreja,** comunidade de irmãos, fundamentalmente iguais pelo Batismo. Infelizmente não tem sido assim. A História o sabe muito bem. No Ano Santo de 1950 Pio XII preconizou este direito, em seu discurso aos jornalistas católicos; o Concílio o destaca na "Lumen Gentium", número 37; e o Código de Direito Canônico amplia sua aplicação a todos os fiéis no cânon 212. É evidente que este direito inclui a crítica - dizem os canonistas - pois, do contrário, seria somente direito a aplaudir.

Sem exacerbações, porém numa crescente liberdade, devemos exercer este direito de opinião pública na Igreja. Para o bem da própria Igreja, a quem os "secretismo" e as imposições somente tiram credibilidade, e pelo bem, sempre maior, do Reino.

4. **A solidariedade** é mais do que um direito. É um dever. É o amor feito público, coletivo, político. Nossa Igreja latino-americana fazia em Puebla sua opção preferencial "e solidária" pelos pobres. E o Sínodo extraordinário de 1985, em sua mensagem de 7 de setembro, para que "a civilização do amor" não ficasse numa inflação genérica, propunha à Humanidade o caminho "que leva a uma civilização de participação, de solidariedade e de amor".

Agora, mais do que nunca, **devemos assumir e concretizar eficazmente nossa solidariedade com os Povos e as Igrejas da América Central e particularmente com a proibida Nicarágua.** Eu, da minha parte, Deus ajudando, seguirei sendo solidário com todas as minhas possibilidades, até a morte.

5. Pessoalmente, no meio dessa maré toda, sinto que o Pai e os irmãos me exigem conjugar dialeticamente e evangelicamente a fidelidade à minha própria consciência de pessoa adulta e livre; a fidelidade à América Latina em processo de Libertação, que agora é minha Pátria Grande; a fidelidade à Igreja, una e universal, em corresponsabilidade de cristão e em colegialidade de bispo; e, sobretudo, a fidelidade a Jesus Cristo e ao Reino.

Sentindo e contando isso tudo, escrevi um poema de circunstâncias:

EU, PECADOR E BISPO, ME CONFESSO

Eu, pecador e bispo, me confesso
de ter chegado a Roma com um cajado agreste;
de surpreender o Vento entre as colunatas
e de ensaiar a quena sob as barbas do órgão;
de ter chegado a Assis
cercado de amapolas.

Eu, pecador e bispo, me confesso
de sonhar uma Igreja
vestida simplesmente
de Evangelho e sandálias;
de acreditar na Igreja,
apesar dessa Igreja, algumas vezes;
de acreditar no Reino, em todo caso
caminhando em Igreja.

Eu, pecador e bispo, me confesso
de ter visto Jesus de Nazaré
anunciando também a Boa Nova
para os pobres da América Latina;
de dizer a Maria: "Comadre nossa, salve";
de celebrar o sangue dos que tombaram fiéis;
de andar em romarias...

Eu, pecador e bispo, me confesso
de amar Nicaragüita, a menina da fundo.

Eu, pecador e bispo, me confesso
de abrir, toda manhã, a janela do Tempo;
de falar como irmão a outro irmão;
de não perder o sono nem o canto;
e de zelar a flor da Esperança
entre as chagas do Ressuscitado.

No mais, aí está a conjuntura maior, da América, do Brasil, da região da Prelazia.

* Bush é a continuidade da política de Reagan, tão nefasta para a América Central e particularmente para a Nicarágua. Esquipulas não se consolida. O furacão Joan acumula novos sofrimentos sobre a Nicarágua, já tão extremamente provada.

* Brasil, segundo os analistas políticos, nas últimas eleições municipais desentendeu-se do "centro", incompetente e corrupto e votou em favor da esquerda popular (PT) ou em favor da direita (que seria também oposição (?); em muitos casos, a mesmíssima UDR, União Democrática Ruralista, a organização do latifúndio). 1989 será ano de renhidas eleições presidenciais, as primeiras em muitos anos, depois da longa ditadura militar. A inflação, a carestia, um certo desânimo generalizado abatem a população brasileira e desanimam também alguns setores do Movimento Popular.

* Em nossa região, perderam-se três municípios, dois deles, até agora, nas mãos de uma administração a serviço do Povo. A UDR jogou-se sobre as eleições municipais com muito dinheiro. Servidores do poder judiciário entraram também no jogo sujo. Multiplicaram-se os subornos, as ameaças, as fraudes. Pistoleiros conhecidos acompanharam agressivamente as urnas.

Em Porto Alegre do Norte, entretanto, ganhou as eleições um lavrador, Pedro Fernandes, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. E essa vitória significa a continuidade da administração municipal popular que vem levando o atual prefeito, Rodolfo Alexandre Inácio - "Cascão", antes vários anos agente pastoral de nossa Prelazia. Significa também a derrota do candidato da UDR, o fazendeiro Luiz Carlos Machado, vulgo "Luiz Bang". Despeitado, o fazendeiro contratou 5 pistoleiros que, no dia 20 de novembro, armaram uma emboscada em plena rua contra o Cascão, ferindo a ele e ao companheiro lavrador, Avelino Pereira Coelho.

As ameaças, então, se concretizam e paira no ar, para o futuro, um clima tenso: "Um quadro de prepotência da UDR, de situação de violência renovada e de insegurança para o Povo da região e para suas legítimas alianças".

Entretanto, escrevo esta carta em tempo de Advento, sob a luz sempre nova do NATAL. Apesar dos pesares, devemos "erguer a cabeça porque está perto a nossa Libertação".

Com esta inamovível Esperança, abraço a todos e a cada um, n'Aquele que é a própria humanidade de Deus, Jesus, o Cristo, filho também de nossa companheira, Maria de Nazaré.

Fraternalmente,

Pedro Casaldáliga,
bispo de
São Félix do Araguaia, MT
Dezembro de 1988

Ecologia

QUEIMADAS NA AMAZÔNIA ATRAÍRAM ATENÇÃO MUNDIAL

São Paulo (AGEN) - As queimadas na Amazônia, no mês de agosto, despertaram a atenção da opinião pública mundial para o processo de devastação sistemática a que está submetida a região, e orintaram boa parte da luta ecológica em 1988, que culminaram com os vários eventos em Berlim, no final de setembro.

Cálculos de especialistas dão conta de que a devastação na Amazônia em 1988, em decorrência de queimadas, cresceu em 30% em relação a 1987, quando foram queimados 20 milhões de hectares, área equivalente ao território do estado de São Paulo. A devastação na região amazônica deu o tom das participações de brasileiros nos vários eventos realizados em Berlim, no final de setembro, de forma paralela ao 43º Encontro Anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (Bird).

Propostas - As queimadas na Amazônia foram denunciadas, por exemplo, pelo agrônomo gaúcho José Lutzenberger, que a 23 de setembro abriu o Congresso Ecológico, no Colégio das Artes, em Berlim. O encontro contou com a participação de representantes de 150 organizações ambientalistas e de direitos humanos de todo mundo. Pelo Brasil, participaram ainda do evento Oiti Faria Leite, líder dos sem terra de Conceição do Araguaia (PA); Paulo Cipassé, índio xavante do Mato Grosso; Jaime da Silva Araújo, do Conselho Nacional de Seringueiros, do Acre; e Magda Renner, dos Amigos da Terra, de Porto Alegre (RS).

Em sua exposição, Lutzenberger fez várias propostas para a Amazônia, como a moratória por 4 meses de todos os projetos nocivos ao meio ambiente na região, a mudança na filosofia da política energética do governo brasileiro (através do incentivo à produção de energia solar e eólica, entre outras alternativas), liberação de verbas pelo Bird para a recuperação dos solos devastados e o desenvolvimento de projetos de agricultura alternativa, incentivo aos pequenos agricultores e a execução da reforma agrária como meios de evitar o êxodo rural e a migração intensiva para a região amazônica. (Pouco depois do encontro de Berlim, José Lutzenberger seria um dos contemplados com o Prêmio Nobel Alternativo, concedido anualmente pela The Right Livelihood Foundation).

Dívida - As conseqüências ambientais em todo mundo, como na Amazônia, em razão de megaprojetos financiados por organismos como o Bird, foram denunciadas em outros momentos em Berlim, como no Tribunal Permanente dos Povos, que julgou — e condenou — a política do FMI e Banco Mundial.

Muito se discutiu em Berlim, como de resto em todo ano, as fórmulas de conversão da dívida externa em projetos de proteção ambiental. Na América Latina, conversões nesse sentido já foram praticadas na Bolívia, Costa Rica e Equador. Dúvidas a respeito foram levantadas em Berlim, como a que essa conversão da dívida em natureza seria uma maneira neocolonialista de exploração.

Nossa Natureza - Poucos dias após os eventos de Berlim, mais precisamente a 12 de outubro, o presidente José Sarney anunciava o programa "Nossa Natureza", com uma série de medidas destinadas à proteção ambiental no Brasil, sobretudo na Amazônia. Na realidade, o "pacote ecológico", como o programa foi batizado, era uma forma de o governo brasileiro atender às expectativas do Bird, que estão exigindo uma maior preocupação do governo com relação ao meio ambiente

O governo Sarney objetivava, particularmente, a liberação de uma verba de US$ 500 milhões, negociada há dois anos com o Bird. Contudo, como o governo desrespeitou as cláusulas ambientais de um acordo anterior, organizações de todo mundo conseguiram sensibilizar o Congresso norte-americano, e por sua vez pressionar o Bird para sustar a liberação da verba, enquanto o governo brasileiro não atendesse aos quesitos ambientais.

Todos esses fatos estão na raiz do processo aberto pelo governo brasileiro contra os índios Kube-I-Kaiapó e Paulo Paiakan, que denunciaram nos Estados Unidos os potenciais efeitos dos projetos financiados pelo Bird, especialmente a construção de novas hidrelétricas na região amazônica. Também foi indiciado, pelo mesmo motivo, o americano Darrel Posey, responsável pela viagem dos dois líderes indígenas aos EUA. As manifestações de solidariedade aos dois indígenas e a Posey foram imediatas, no Brasil e no exterior.

Seringueiros - Ao lado de todas essas questões gerais, prosseguiu em 88 a luta muita concreta dos povos nativos da Amazônia, contra a devastação da região. Destaca-se, a respeito, a luta dos seringueiros, pela implantação de reservas extrativistas.

Várias dessas reservas foram implantadas no ano passado. Um dos responsáveis por isso, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (AC), Francisco Mendes, o Chico Mendes, sofreu um atentado a 29 de abril. Em 1987, Chico Mendes foi um dos ganhadores do Prêmio Global 500, concedido pela ONU, por sua defesa da ecologia.

Chico Mendes vinha sendo constantemente ameaçado de morte, e apenas deslocava-se acompanhado de guarda-costas. Durante a 2ª Semana do Meio Ambiente, realizada em Piracicaba, de 5 a 9 de dezembro último, Chico Mendes denunciou a existência de um "lobby" entre a UDR e a Polícia Federal, para desmoralizá-lo frente aos trabalhadores da região de Xapuri. A mobilização dos seringueiros é muito forte nessa cidade. Foi da categoria um dos vereadores eleitos pelo PT a 15 de novembro, assim como outro vereador eleito em Brasiléia. Nessas duas cidades, era "ponto de honra" para a UDR vencer, como venceu, por pouca margem, a disputa às prefeituras locais.

Povos Indígenas

CNBB INTENSIFICA AÇÃO EM FAVOR DOS YANOMAMI

Brasília (AGEN) - A presidência da CNBB e a sua Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) continuam divulgando o documento "Em defesa do povo Yanomami", que retrata a situação atual dos índios, denunciando a "omissão governamental ante o extermínio ao qual está sendo submetido este povo".

O documento, de dez páginas, exige medidas concretas e imediatas para que a situação seja invertida, alertando: "A violência contra os Yanomami insere-se no panorama da política indigenista do governo, que marginaliza e desintegra as comunidades indígenas, a ponto de provocar o etnocídio". Acrescentando: "A política indigenista oficial vem consolidando, nos últimos anos, a prática de retirar dos povos indígenas as condições mínimas que lhes permitam manter sua identidade e até, em muitos casos, sua sobrevivência física".

COMITÊ ALERTA: SITUAÇÃO YANOMAMI A CADA DIA MAIS GRAVE

Boa Vista (AGEN) - O Cômitê de Solidariedade aos Povos Indígenas, em comunicado enviado à AGEN, está iniciando a "Campanha de Articulação para a Sobrevivência do Povo Yanomami", nos seguintes termos: "Foi iniciada, em todo o país, uma campanha de esclarecimento sobre a verdadeira ação do governo e da Funai, que tentam apresentar ao povo brasileiro uma versão fantasiosa e deturpada daquilo que realmente está acontecentdo com os índios Yanomami".

O Comitê frisa, em seguida, "que até hoje de nada adiantou a opinião pública nacional e internacional ter se posicionado a respeito e exigido que os invasores (garimpeiros) fossem expulsos. As autoridades continuam sendo coniventes com a situação, continuam desrespeitando e deixando que sejam desrespeitadas as leis, com isto esperando que até o último Yanomami seja morto".

Logo a seguir, o Comitê condena a nomeação de Romero Jucá, ex-presidente da Funai, como governador de Roraima: "A nomeação de Romero Jucá prova a vontade política de suprimir os Yanomami. Ao tomar posse no novo cargo, o ex-presidente declarou que seu governo dará todo apoio aos garimpeiros".

"Preocupados com os Yanomami indefesos e com a verdade, registramos aqui nosso repúdio a essa trágica situação e levantamos nossas vozes para gritar bem alto que consideramos o governo local, o governo federal e a Funai como responsáveis pelo genocídio do povo Yanomami".

Movimento Operário

SADIA MANTÉM SNI PARTICULAR, ADVERTE PASTORAL OPERÁRIA DO PARANÁ

Curitiba (AGEN) - A Comissão Pastoral Operária do Paraná está denunciando a Sadia, Companhia Brasileira de Frigoríficos, uma das maiores do país no setor de alimentação, produção e exportação, "de possuir seu esquema particular de SNI que tornou-se público através do cabo da reserva da PM, Mílton Gomes Pereira, que descontente com os salários recebido pelos 'serviços' prestados, desentendeu-se com a direção da imprensa e resolveu revelar em detalhes como trabalhava".

Ele foi contratado pela direção da Sadia, empresa localizada na cidade de Toledo, com 4.000 funcionários, para, segundo a Pastoral Operária, "espionar o movimento sindical, a Igreja e os partidos políticos no município. A fim de despistar possíveis suspeitas, chegou a filiar-se ao PT".

Demissão de funcionários - A Pastoral Operária denuncia que "foi através desse esquema de espionagem que a empresa demitiu todos os funcionários membros da chapa de oposição ao Sindicato da Alimentação, entidade controlada pela direção da Sadia. Mesmo após a demissão formou-se outra, impedida de concorrer. Hoje, quase todos os membros dessa chapa foram demitidos. Esses fatos e outros são contados com detalhes pelo cabo Mílton, como a tarefa de participar de reuniões de comunidades, da própria Pastoral Operária, do PT e de outras entidades, e repassar, em dois relatórios semanais, tudo o que havia visto e ouvido, à direção da Sadia".

A Sadia mantinha, segundo a PO, "um esquema de pagamento paralelo, a fim de que não fossem levantadas quaisquer suspeitas em relação ao seu trabalho. Pela entrevista dada ao jornal 'O Paraná', regional, e até agora não publicada, existe mais gente que faz o mesmo serviço para a Sadia, só que um não conhece o outro".

A PO pretende "desmascarar" a Sadia. E completa: "Há muito tempo que essa empresa possui no país uma prática de repressão aos trabalhadores. Os exemplos são inúmeros. E ao mesmo tempo em que persegue os trabalhadores, vende para 'fora' uma imagem de empresa-modelo, patrocinando times de vôlei. Enquanto a nova Constituição assegura alguns avanços no que se refere aos direitos dos trabalhadores, empresas como a Sadia são as primeiras a violá-las. Estamos sugerindo o boicote aos produtos dessa empresa e o envio de telegramas de repúdio a essa prática, que lembra os tristes tempos da ditadura militar. O endereço da empresa é rua São João, 1.191, CEP 85900, Toledo, Paraná".

América Latina

"OITENTA E NOVE SERÁ ANO DA VITÓRIA EM EL SALVADOR", AFIRMA SALVADORENHO

São Paulo (AGEN) - "Oitenta e nove será o ano da ofensiva estratégica, o ano da vitória da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional". A opinião é de Enrique Ramirez, 33 anos, responsável pela Coordenação Regional Centro-Americana d.Oscar Romero, uma entidade que promove o intercâmbio e a solidariedade entre as comunidades de base do Panamá, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, El Salvador e Guatemala.

Enrique veio ao Brasil buscar maior solidariedade à luta do povo salvadorenho, junto à CPT, Cristãos pelo Direitos Humanos na América Latina (CHDAL) e junto às comunidades de base, padres e bispos progressistas. "Os cristãos hoje, em El Salvador, têm distintos níveis de atuação e de comprometimento com a FMLN. Muitas comunidades, por exemplo, estão nas áreas controladas pela Frente, e participam efetivamente da luta. Outros lutam pacificamente. Todos, entretanto, querem o mesmo fim: o diálogo, as soluções negociadas. Ninguém deseja as mortes, as dores, os sofrimentos. Mas o governo se mantém irredutível, fechado ao diálogo, preferindo matar inocentes".

A constatação de que este será o ano da ofensiva final, segundo Enrique, parte do fato de que as eleições presidenciais de março levarão ao poder, provavelmente, o candidato Alfredo Cristiani, da Arena (grupos de forças conservadoras da política salvadorenha). "Apesar de aparentar uma prática política mais aberta, com respeito aos direitos humanos, ele não deixará de manter intensa a guerra total".

El Salvador é um país de 21 mil quilômetros quadrados (correspondente ao estado de Sergipe), com uma população oficial de 5,5 milhões de habitantes, dos quais 1 milhão e 500 mil estão refugiados.

TRÊS NOVOS ESQUADRÕES DA MORTE PASSAM A ATUAR NO PAÍS

El Salvador (Salpress-Notisal-AGEN) O aparecimento de três novos esquadrões da morte, ameaçando matar dirigentes políticos, sindicais e membros de organismos de direitos humanos, assim como o atentado a bomba que destruiu parcialmente um templo da Igreja Luterana da capital, foram alguns dos fatos mais importantes ocorridos neste país nos últimos dias.

São três as novas denominações: a primeira é a Ação Anticomunista Revolucionária de Extermínio (Arde), que anunciou sua pretensão de assassinar vários opositores do regime de Napoleon Duarte, chegando a citar seus nomes. No dia 28 de dezembro, a Mão Anticomunista Centro-Americana (Maca) anunciou o início de suas operações, condenando à morte "todos os religiosos do diabo, assim como os diplomatas comunistas e demais adeptos responsáveis pelo caos nacional".

Ao mesmo tempo, outro esquadrão da morte, denominado Comitê de Solidariedade Oriental (CSO) se comprometeu também a tomar ações contra os dirigentes sindicais e de organizações humanitárias, que considera "fachadas" da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). Em seu comunicado, o CSO afirmou que atuará principalmente no oriente do país.

IGREJA LUTERANA DESTRUÍDA POR ATAQUE TERRORISTA

El Salvador (Salpress-Notisal-AGEN) Uma bomba destruiu, na madrugada de 28 de dezembro, um templo luterano na capital, sem causar vítimas. Medardo Gomez, bispo da Igreja Luterana de El Salvador, condenou o atentado, afirmando em uma entrevista coletiva à imprensa que o ataque pode ter sido dirigido contra si, pois havia recebido, nos dias anteriores, várias ameaças de morte. Os danos materiais devem chegar aos 60 mil dólares.

A sede nacional da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), em Porto Alegre, manifestou-se junto à igreja de El Salvador, condenando o atentado e exigindo punição enérgica aos mentores e executores do ato.

Memória

O MASSACRE DE SERRA PELADA, UM ANO DEPOIS

São Paulo (AGEN/CDHAL) - Era o dia 29 de dezembro de 1987. O governador do Pará, Hélio Gueiros, deu ordens para uma tropa de 360 soldados da Polícia Militar, no sentido de reprimir os garimpeiros de Serra Pelada, que haviam ocupado a ponte sobre o rio Tocantins, no Pará, a 2 km de Marabá. A PM cercou a ponte e os aproximadamente 2 mil trabalhadores pelos dois lados. Em seguida começou a disparar em direção a homens, mulheres e crianças que estavam enfileirados para o jantar.

A decisão de bloquear a ponte fora tomada no dia 28, em assembléia em Serra Pelada, e o tráfego, que é intenso no local, estava bloqueado. Por ali transitam veículos e trens de minérios e passageiros da ferrovia Carajás. Os garimpeiros haviam apresentado várias reivindicações ao ministro das Minas e Energia, em documento entregue no dia 17 de dezembro. Não obtiveram nenhuma resposta. Dentre as reivindicações destacavam-se: ampliação da reserva garimpeira para 650 hectares, anulação dos direitos de lavra da Companhia Vale do Rio Doce, e investimentos na infra-estrutura de apoio a Serra Pelada para consolidar o povoado que já tem aproximadamente 80 mil habitantes.

Foi um verdadeiro massacre. Oficialmente, divulgou-se que houve duas mortes, embora a própria PM admita que foram três.

Imediatamente, constatou-se o desaparecimento de mais de 70 pessoas. Na ocasião, várias testemunhas disseram que havia dezenas de mortos, chegando talvez a uma centena, inclusive de pessoas que se atiraram da ponte para escapar das balas da polícia. Posteriormente os jornais divulgaram o número de 133 desaparecidos. Vários garimpeiros foram feridos à bala e espancados pela PM.

Este depoimento mostra a dimensão da tragédia: "Antônio Ribeiro Gomes viu uma kombi da Polícia retirando quatro cadáveres do local. Ele disse que viu o cabo Lima ordenar que 9 corpos fossem colocados no bagageiro de um ônibus. Quando foi ao hospital, tentar recuperar os corpos, a enfermeira informou que só havia um, e que os outros a PM tinha retirado, depois de apagar as luzes do necrotério".

No dia 2 de janeiro de 1988 o próprio governador Hélio Gueiros assumiu a responsabilidade pela ação da polícia, e tentou justificá-la. Um relatório do delegado da Polícia Federal, Wilson Perpétuo, informou que a PM fez um massacre, ao atirar indiscriminadamente contra garimpeiros. O ministro da Justiça Paulo Brossard, se recusou a abrir inquérito por considerá-lo de competência do Estado. As investigações sobre o massacre, pelo que se sabe, não conseguiram avançar e encontram-se paralisadas.

Quero assinar o boletim da AGEN. Por isso envio o cheque ou vale postal de Cz$ 4.500,00 (individual) ou Cz$ 5.000,00 (entidades).

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ *CEP* _____

Cidade _____ *Estado* _____

País _____ *Número do cheque ou vale postal* _____

Telefone _____

Assinatura _____ *Data* _____

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Reg. Prof. Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro Soares Martins (Reg. Prof. Mtb 17.572)
Redação: Guilherme Salgado Rocha (Reg. Prof. Mtb 2205)

Correspondentes e Colaboradores: Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs e Liliana Lavoratti (Porto Alegre, RS), Rosa Dalla Costa (Francisco Beltrão, PR), Valdemar de Oliveira Neto (Recife, PE), José Anchieta Ferreira (Linhares, ES), Maria Alzira Fritzen naus, AM), Galeno Amorim (Sert nho, SP), Fernando Sopelsa (Zona L São Paulo, SP), José Lourenço Pechtoll (Grande ABC, SP), Newton Carlos e Isaac Akcelrud (comentaristas internacionais), Attilio Hartmann (Quito, Equador), José Subirats (La Paz, Bolívia), Roberto Codas Friedmann (América Central), Beltrina Corte (Bogotá, Colômbia), Juan Pezzutto e Regina Santos (São Paulo) e Aníbal Pastor Niñez (Santiago).

Divulgação e contatos: Pe. José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Rev. Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN
Fotolitos: "AJATO"
Impressão: Gráfica Peres Ltda.

DIRETORIA

Presidente: D. Sumio Takatsu
Vice-Presidente: Frei José de Rezende Ribeiro - O.P.
Secretário: Paulo Maldos
Tesoureiro: José Lourenço Pechtoll

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

AV. IPIRANGA - 8º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 11.25824 AECN-BR

OSASCO 13.1.89 SP

BRASIL CORREIO 30,50

00002 1003-89 SEM
CN/MNDDH REGIONAL LESTE I
R.CAPITAO CHAVES 60
26000 NOVA IGUACU RJ

IMPRESSO

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

IGREJAS

Candidatura de d.Paulo ao Nobel da Paz terá campanha pág 2
Encontro Pentecostal latino-americano na Argentina pág 2
Em preparação Encontro Ecumênico de Direitos Humanos pág 2

DIREITOS HUMANOS

Ameaça de deslizamentos preocupa em Cubatão pág 2
Americas Watch acompanha de perto caso do 42º DP pág 3
MNDDH repudia venda de blindados à polícia chilena pág 3
Presidenta da Anistia Internacional virá ao Brasil pág 3

SOLO URBANO

Favelados aprovam "abertura para diálogo" de Erundina pág 3

TERRA

Sem Terra divulga balanço de ocupações pág 4
Mais um trabalhador rural assassinado pág 4
CPT contesta reintegração de posse em Andradina pág 5
Quatro mil ocupam fazenda em Sergipe pág 5

ECOLOGIA

Bispo proíbe programa de seringueiros em rádio pág 6
Erundina inicia movimento para criar Parque Chico Mendes pág 6
Grupo ecológico evita construção de represa na URSS pág 6

ECONOMIA

Sonho de uma noite de verão pág 7
Para economista, Plano Verão foi feito para pagar dívida pág 7

POVOS INDÍGENAS

Severo insiste na demarcação da área Yanomami pág 7
Cimi denuncia ameaça contra Pataxó pág 7

ESPECIAL

Entidades consideram caso do 42º DP como tortura e homicídio pág 8
Pastoral Carcerária lamenta resistências na Igreja pág 8
Um dos mortos deixa três filhos e mulher grávida pág 8

MOVIMENTO OPERÁRIO

Greve da CUT e CGT deve paralisar milhões de trabalhadores pág 9
Empregados de multinacionais encontram-se em Cajamar pág 9

OPINIÃO

Martírio afegão: as razões da guerra pág 9

AMÉRICA LATINA

Lançado Movimento pela Democracia no Paraguai pág 10
Entidades contestam asilo a Stroessner pág 10
Presos políticos no Chile são 436 pág 10
Internacional Socialista atenta para América Latina pág 10
Parlamento acusa D'Aubuisson pela morte de d.Romero pág 11
Nicarágua aceita antecipar eleições presidenciais pàg 11
Intelectuais brasileiros escrevem a Fidel Castro pág 11

TERCEIRO MUNDO

Bispos sul-africanos apelam por presos pág 11

MEMÓRIA

Camilo Torres: "A luta é longa..." pág 12



A tragédia do 42º DP, em São Paulo, onde morreram 18 presos, no domingo de Carnaval, está sendo acompanhada de perto por diversas entidades da sociedade civil, como a OAB, a Comissão Teotônio Vilela, a Anistia Internacional, a Comissão Justiça e Paz e o Centro Santo Dias, além da CNBB. Todas elas estiveram na sede da AGEN (foto), em entrevista coletiva à imprensa, no dia 10 de fevereiro. Apuração rigorosa e punição são exigências imediatas. (Foto Regina Vilela)

CASO CHICO MENDES AINDA NÃO ESCLARECIDO

Rio Branco (AGEN) - Há dois meses da morte do líder sindical e ecologista Chico Mendes, dois acusados estão presos porque se entregaram — Darli Alves da Silva, 53, e Darci Alves Pereira, 21 — e estão à espera do julgamento, denunciados como autor e co-autor. Outro acusado de co-autoria, Jardeir Pereira, teve prisão preventiva decretada à revelia e está foragido com dois irmãos, Francisco e Amadeus, com um irmão de Darli, Alvarino Alves da Silva.

O processo já está em mãos do juiz da comarca de Xapuri, Adair José Longuini, desde o dia 23. O caso Chico Mendes deverá ser incluído nas sessões do Tribunal do Júri agendada para início de março ou abril. O delegado que preside as investigações, Nilson Alves de Oliveira, trabalha no momento num inquérito complementar para apurar outros mandantes envolvidos no crime.

Outros inquéritos por crimes ocorridos em Xapuri na Fazenda Paraná, de Darli Alves da Silva, que estavam parados, também foram reativados pelo delegado Nilson de Oliveira, no total de sete homicídios que envolvem Darli e os filhos Oloci, também detido na Penitenciária Estadual, e Darci. Já foram denunciados pelo promotor,na comarca de Xapuri,na Justiça os assassinatos dos bolivianos Victor Benito e Fernando Rosas, mortos numa questão envolvendo cocaína, na Fazenda Paraná. Como também o atentado à bala contra acampamento de seringueiros no IBDF em Xapuri, no qual saíram feridos à bala dois rapazes. Darli e Oloci se encontram incriminados nos dois crimes.

Falta ao delegado Nilson fechar ainda o inquérito que apura a morte do delegado sindical Ivair Higino de Almeida, ocorrida em junho. Outros cinco assassinatos, de José Franklin, Jonildo Andrade, Osvaldo Alves Batista, Antonio Vasconcelos e José Ribeiro dos Santos, também não foram fechados.

O delegado Nilson de Oliveira, da Secretaria de Segurança, informou que continuam as buscas na floresta com policiais militares e que a Polícia Federal, quando solicitada, ajuda nas investigações. Ele acredita que Alvarino e os três irmãos Pereira ainda estão escondidos na região do Xapuri. Nas investigações, o delegado espera montar também um inquérito complementar até o julgamento dos acusados, caso obtenha elementos que levem a outros mandantes do crime. Segundo ele, um dos nomes a serem incluídos como implicados na morte de Chico Mendes, são Alvarino Alves da Silva e seu filho Gentil (Tilinho).

Para fornecer elementos de prova, novas testemunhas e municiar os advogados assistentes de acusação, que funcionarão no processo Chico Mendes, o Comitê formado por 36 entidades civis, em solidariedade à liderança assassinada, organizaram um inquérito paralelo. A iniciativa conta com depoimentos gravados que deverão ser "montados" por um advogado que deverá se dedicar somente a esta tarefa, com função também de manter a opinião pública informada dos acontecimentos, numa visão jurídica.

O advogado que integra o colegiado de várias entidades para atuar no processo e no Comitê Chico Mendes, Wilmar Schrader, da Comissão Pastoral da Terra, disse que o inquérito paralelo não tem valor jurídico algum. "Porém pode chegar a reunir provas e testemunhas que incriminem os verdadeiros mandantes e financiadores do crime", afirma o diretor do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasiléia, Osmarino Amâncio Rodrigues. (Por Flamino Araripe)

Boletim Nº 140 - 23 de fevereiro de 1989.

AV. IPIRANGA, 1267 - 8º AND. FONE: (011) 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 1125824 AECN-BR

Igrejas

CANDIDATURA DE D.PAULO AO NOBEL DA PAZ TERÁ CAMPANHA

São Paulo (AGEN) - Em reunião no último dia 13, à noite, na sede da Federação Nacional dos Trabalhadores (FNT), várias entidades discutiram a campanha que será implementada a nível internacional, de apoio à candidatura de d.Paulo Evaristo Arns ao Prêmio Nobel da Paz de 1989. O nome de d.Paulo foi apresentado ao Comitê Nobel, em Oslo, em dezembro último, pelo argentino Adolfo Perez Esquivel, Nobel da Paz de 1980. Outro brasileiro, o ex-arcebispo de Olinda e Recife, d.Helder Câmara, também teve seu nome lançado ao Nobel da Paz deste ano. Até hoje, nenhum bispo católico foi agraciado com o Nobel da Paz, concedido apenas a um bispo anglicano, o sul-africano Desmond Tutu, em 1984.

Nos próximos dias, as entidades empenhadas na candidatura de d.Paulo ao Nobel da Paz irão estruturar um comitê para coordenar a campanha. A mobilização nacional e internacional será realizada através de abaixo-assinados e envios de cartas ao Comitê Nobel, além de contatos com os vários segmentos da opinião pública.

O lançamento da campanha deve ser dia 24 de março, data do assassinato do arcebispo de San Salvador, d.Oscar Romero. A mobilização será intensificada em setembro. A escolha do Nobel da Paz é tradicionalmente efetuada a 15 de outubro e a premiação dia 10 de dezembro. Além da FNT, integram a comissão coordenadora da campanha o Serviço de Paz e Justiça na América Latina (Serjap), Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH) e Serviço Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia do Brasil.

ENCONTRO PENTECOSTAL LATINO-AMERICANO NA ARGENTINA

Buenos Aires (AGEN) - Será realizado em Buenos Aires, de 19 a 22 de abril próximo, o I Encontro Pentecostal Latino-Americano (Epla). Segundo Gabriel Vaccaro, da equipe organizadora, o Encontro tem como objetivo "estabelecer vínculos que permitam a continuidade orgânica da relação entre os pentecostais da América Latina".

Os cerca de 100 participantes previstos, entre pastores, líderes pentecostais e observadores, debaterão o tema "A missão do pentecostalismo latino-americano na construção da esperança". A partir dele, os pentecostais irão estudar o "desafio colocado pela realidade latino-americana para a missão".

O Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai) foi convidado a apoiar o Encontro. Com isso, Gabriel Vaccaro — membro da junta diretiva do Clai — assinala que os pentecostais mostram sua boa vontade em fortalecer os laços de amizade, "ainda débeis, mas cheios de esperança", entre si e com as demais denominações integradas no Clai. Presidida por Vaccaro, a Associação Igreja de Deus está organizando o EPLCA. O endereço da equipe organizadora é Miralla 453, 1.408 - Buenos Aires - Argentina.

EM PREPARAÇÃO ENCONTRO ECUMÊNICO DE DIREITOS HUMANOS

Quito (AGEN) - Estão acelerados os preparativos do II Encontro Ecumênico de Direitos Humanos Latino-Americano Caribenho, a ser realizado de 17 a 21 de outubro deste ano, em Quito, Equador. Promovido pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), o Encontro irá debater um extenso temário, incluindo a dívida externa da América Latina, militarismo, doutrina de segurança nacional, situação eclesial, direitos humanos e projetos políticos para o continente.

Participarão do Encontro movimentos de direitos humanos, movimentos populares e comunidades eclesiais de várias Igrejas, além de convidados das conferências de Igrejas da Ásia, África e Pacífico, e do Concílio de Igrejas dos Estados Unidos. Entre os convidados especiais estão o secretário-geral do CMI, pastor Emilio Castro, o presidente do Clai, bispo Federico Pagura, e o cardeal-arcebispo de São Paulo, d.Paulo Evaristo Arns.

Entre outros, integram a comissão organizadora do Encontro Charles Harper (escritório de Direitos Humanos do CMI), Mike Jams (Conferência de Igrejas do Caribe), Elsie Monje (religiosa da Ordem Mariknoll no Equador), Carlos Sánchez (secretário-geral das Igrejas Batistas de El Salvador) e o pastor Jaime Wright (secretário-geral da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil).

URSS ENCONTRA MOSTEIRO BUDISTA DO SÉCULO VII

Moscou (Novopress) - Um mosteiro budista completo, do século VII, foi descoberto nas cavernas de uma colina ao sul do Casaquistão, de onde durante vários anos se retirava argila para a fábrica de ladrilhos do povoado de Sairam. O tratorista Arzikul Sultanov por pouco não caiu no imenso buraco que se abriu à sua frente e ficou maravilhado quando viu tratar-se de um templo religioso.

O especialista Karl Baipakov revelou que o local, por suas características arquitetônicas, denota que se trata de um conjunto de salas dedicadas ao culto budista, mas não islâmico, que sempre fora tradicional nesta região. O mosteiro estava localizado nas proximidades da cidade de Ispidzhab (antigo nome do povoado de Sairam), junto a uma poderosa fortaleza encarregada de proteger parte da Grande Rota da Seda.

Na Idade Média passavam pela região caravanas procedentes de muitos países, desde as costas do oceano Pacífico até o Atlântico. Seguindo uma das ramificações daquela gigantesca rota, que se estendia entre a Índia e a China, através da Ásia Central, se propagava naquela época o budismo.

— Um mosteiro subterrâneo semelhante — disse o historiador Karl Baipakov — foi encontrado e explorado sob a cidade de Termes, junto à fronteira entre a URSS e o Afeganistão. O achado de Sairam representa o ponto mais setentrional alcançado pelo budismo ao expandir-se pela Ásia Central.

AMEAÇA DE DESLIZAMENTOS PREOCUPA EM CUBATÃO

Cubatão (AGEN) - Noventa e oito das 450 famílias fixadas nas encostas da Serra do Mar, em Cubatão, foram removidas para o Centro Esportivo "Humberto de Alencar Castelo Branco", naquela cidade. Os 38 barracos desocupados foram derrubados "com a concordância dos ex-moradores", segundo a Prefeitura do Município. O órgão garante que o processo de remoção prossegue de forma acelerada no sentido de resguardar a vida da população local.

Essa medida deve-se aos deslizamentos ocorridos com as chuvas no Carnaval, agravando a situação dos moradores nessa área de alto risco. O prefeito Nei Serra (PMDB) inspecionou o local e constatou a abertura de diversas fendas, além de um início de deslocamento do solo, motivado por desmatamentos, construções clandestinas e grandes infiltrações.

Neste ano não houve vítimas mas, em 88, dez pessoas morreram soterradas. As 450 famílias que estão sendo remanejadas para o Centro Esportivo permanecerão naquele local provisoriamente. A Prefeitura informou a construção de um alojamento na Ilha de Caraguatá, área próxima à Rodovia dos Imigrantes, que também não será permanente. Isto porque pretende-se obter rapidamente a liberação de recursos — NCz$ 450 mil — através do governo estadual, para viabilizar o plano municipal de 10 mil moradias, dando prioridade às 450 famílias.

Tráfego - Além delas, o tráfego nas pistas ascendente e descendente da Anchieta também está ameaçado pelos riscos de deslizamentos nas encostas da Serra do Mar, sobretudo na área do Morro do Piche e do Grotão. Essa conclusão é resultado de laudos técnicos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, Instituto Geológico e da Defesa Civil nas esferas municipal e estadual.

Diante disso, o prefeito enviou, em caráter "urgentíssimo", ao secretário de Estado dos Negócios dos Transportes, Walter Nory, um telex relatando a gravidade da situação, aguardando a imediata confirmação sobre inspeção no local. O superintendente da Cetesb em Cubatão, Sergio Alejandro, divulgou o replantio de gramíneas na serra explicando que a execução efetiva desse projeto dependia somente do término, em dezembro, do programa de controle do fluoreto, naquela cidade. O fluoreto é um poluente (de fertilizantes) que lançado à atmosfera ataca a vegetação e, portanto, anularia os efeitos do replantio.

Direitos Humanos

TORTURA NUNCA MAIS PEDE O FIM DAS "BARBARIDADES"

São Paulo (AGEN) - "É preciso que o nosso grito de dor, clamando por justiça, chegue aos nossos governantes, fazendo cessar as barbaridades. É preciso que neles desperte o sentimento de humanidade, se é que eles são humanos". Esse manifesto é feito pelo Grupo Tortura Nunca Mais - SP, criado por amigos e familiares de desaparecidos e/ou mortos durante a ditadura.

Mas esse protesto refere-se de maneira especial à morte por asfixia de 18 detentos do 42º DP e também, numa alusão a Stroessner, contra a postura do governo brasileiro de "acolhida aos bárbaros assassinos que aqui chegam de outros países e são recebidos de braços abertos".

Helena P. Santos, presidente do Grupo, comentou à AGEN que se vê envolvida na luta pela defesa dos direitos humanos desde o desaparecimento de seu filho Miguel (dado como morto), há 20 anos. Emocionada, ponderou: "Por esse golpe senti a necessidade de dar continuidade ao trabalho dele, que deu sua própria vida por um mundo melhor. E o que vemos hoje?"

Perversidade - "A destruição do ser humano de maneira indiscriminada e arbitrária, com requintes de perversidade". Dona Helena diz que, assim como o seu, "muitos corações sangram" diante de fatos tristes e violentos que se sucedem a cada dia, no decorrer da história do povo brasileiro.

O Grupo Tortura Nunca Mais promove reuniões semanalmente, aos sábados, para debates, depoimentos. A sala do encontro fica invariavelmente lotada, já que "essa causa, essa busca por justiça, é abraçada por milhares de brasileiros". Seu endereço: rua Vicente Prado, 93, Bela Vista - São Paulo Capital. Telefone 289-8968. Além desde, existem dois outros grupos, no Rio de Janeiro e Minas Gerais.

AMERICAS WATCH ACOMPANHA DE PERTO CASO DO 42º DP

São Paulo (AGEN) - Emocionado, o advogado Stephen Kass, vice-presidente da Americas Watch, em entrevista coletiva à imprensa, dia 13 de fevereiro, na sede da OAB-SP (Praça da Sé), após visitar a cela forte do 42º Distrito Policial, onde morreram 18 presos no domingo, 5 de fevereiro, afirmou: "É difícil dizer o que senti, em poucas palavras. É como se estivesse ao lado da morte, uma câmara de morte. Aquilo me impressionou emocionalmente".

Ele veio ao Brasil acompanhar o trabalho das organizações de direitos humanos brasileiras que estão empenhadas em punir os reponsáveis pela morte dos 18 presos. Esteve com o secretário de Segurança Pública do Estado, Luiz Antônio Fleury Filho, a quem frisou: "Não podemos aceitar o que aconteceu. Foi uma traição a tudo o que o estado assume em relação à vida dos presos".

A Americas Watch divulga, dentro de um mês, seu segundo relatório sobre o Brasil, conseqüência da missão que a entidade fez ao Rio e São Paulo em outubro do ano passado. Trata das prisões brasileiras. O primeiro relatório, lançado em livro, analisou a violência policial e teve grande repercussão.

Protesto - O Conselho Pastoral de Vila Prudente promoveu no último dia 18 ato público defronte o 42º Distrito Policial, no Parque São Lucas, em protesto contra a morte de 18 detentos no dia 5. A manifestação, que teve o apoio de partidos políticos e entidades humanitárias, começou com passeata saindo da praça São Lucas.

MNDDH REPUDIA VENDA DE BLINDADOS À POLÍCIA CHILENA

Brasília (AGEN) - Indignado com a venda de 12 jipes antimotim à Polícia chilena (Carabineiros) pela empresa paulista Bernardini, o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH) enviou um telegrama de protesto aos ministérios das Relações Exteriores, Justiça e Comércio e Indústria, além de telegrafar também ao presidente José Sarney. O texto da mensagem é o seguinte:

"O MNDDH, que tem sua história marcada pela luta solidária em favor do povo chileno, reprimido e massacrado durante a ditadura, se dirige a Vossa Excelência solicitando providências imediatas no sentido de impedir a exportação para a Polícia Militar do Chile dos 12 jipes blindados antimotim, fabricados pela empresa paulista Bernardini, conforme denúncia na imprensa. Tal exportação significa reforçar a organização do recuo no processo de redemocratização chilena, que está sendo orquestrado pelo ditador Pinochet, com vistas a se manter no poder. Exigimos, pois, imediatas providências para impedir a referida exportação, sob pena de nosso país ser responsabilizado como colaborador da ditadura chilena na repressão contra o povo".

O telex está assinado por Augustino Veit, secretário da entidade. O MNDDH tem sede em Brasília e conta com 350 entidades filiadas.

PRESIDENTA DA ANISTIA INTERNACIONAL VIRÁ AO BRASIL

São Paulo.(AGEN) - A presidenta internacional da organização humanitária Anistia Internacional (AI), Franca Sciutto, estará no Brasil no início de março Ela manterá contatos com entidades brasileiras de direitos humanos. Atualmente a Anistia, com 700 mil membros em 135 países, é a maior organização humanitária em todo mundo.

Nos próximos dias, chegará ao Brasil o mexicano Javier Zunica, encarregado pela Anistia para acompanhar o caso da morte de 18 detentos no 42º Distrito Policial. Tão logo soube do episódio, o secretário-geral da Anistia, Ian Martih, enviou telegrama ao governador Orestes Quércia, apelando para que o caso fosse devidamente apurado e os culpados punidos.

Sol o Urbano

FAVELADOS APROVAM "ABERTURA PARA DIÁLOGO" DE ERUNDINA

São Paulo (AGEN) - Fernando Sopelsa, membro da coordenação do Movimento de Defesa do Favelado (MDF) disse à AGEN que já existe "uma positiva interferência na Secretaria de Habitação da prefeitura municipal, onde estamos querendo fazer valer nossos princípios". Admitiu que a secretária de Habitação, Ermínia Maricatto, tem apresentado "bons sinais de diálogo, de disposição de conversação sobre o projeto de desfavelamento que temos estudado durante todos estes anos", tendo recebido para isso o apoio da prefeita Luiza Erundina.

Em sua campanha à prefeitura, Luiza Erundina sempre friso ser a habitação uma de suas prioridades. "E dentro da habitação, no que se refere à favela, a urbanização vem em primeiro plano".

Fernando Sopelsa acrescentou: "Dentro disto, é bom trazermos à discussão o conceito de propriedade privada. É certo que o município não tem 100 mil metros quadrados de terras vazias para atender saúde, educação, habitação, creches, lazer etc. Então, como não tocarmos na propriedade privada? Para nós, agora, importa estudarmos como a Secretaria de Habitação e os movimentos organizados podem ter estratégia de atuação para enfrentar as práticas tradicionais da burguesia?"

O MDF existe desde 77, e vem, a partir de então, mantendo sua organização "independente e autônoma", atingindo, hoje, 57 núcleos de favelas, reunindo-se mensalmente com todas as lideranças.

SECRETÁRIO DA CPT QUER ATUAÇÃO MAIS DECISIVA DA IGREJA

São Paulo (AGEN) - O secretário-geral da Comissão Pastoral da Terra (CPT), padre Ermano Allegri, em entrevista dada na sede da Agen, nesta cidade, admitiu que "a entidade talvez não tenha trabalhado bem o problema do coronelismo no latifúndio baiano, caracterizado pela arrogância dos proprietários de terras". A Bahia foi em 88, o estado brasileiro mais violento, com cerca de 80 mortes. "E o coronelismo na Bahia é um problema cultural. E faz crescer a violência, ao lado do aumento do próprio latifúndio, de projetos novos que chegam à área, dos incentivos fiscais do governo federal. Portanto, não se dá valor algum ao trabalhador rural".

A CPT, estruturada em todos os estados brasileiros, é presidida pelo bispo de Picos, no Piauí, d.Augusto Alves da Rocha, e realizará, em agosto deste ano, sua assembléia anual, quando o presidente poderá ou não ser mantido no cargo. Padre Ermano é secretário-geral desde 86. A sede nacional é em Goiânia.

A CPT pensa em alguma ação judicial contra a UDR?

Não, não. Achamos que isto seria uma maneira de fazer propaganda da UDR. Talvez não valha a pena. É melhor que a UDR apareça verdadeiramente nos conflitos que provoca no campo. A UDR não é contra a CPT, ou contra o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, mas contra os trabalhadores, contra os índios, os seringueiros...

A reforma ministerial do governo Sarney, extinguindo o Ministério da Reforma Agrária, trocando o ministro da Justiça, altera alguma coisa?

Sobre a extinção do Mirad, a CPT elaborou um documento e vem pautando seu pronunciamento em cima dele. Agora, a troca do ministro da Justiça não interfere em nada. Afinal, desde o golpe de 64 a estrutura do aparelho judiciário é a mesma. Não há mudança na estrutura, e se não existe essa mudança...

E a violência, neste princípio de ano, em que níveis está?

O princípio de ano é sempre mais calmo, pois não é época de plantio. No plantio é que os fazendeiros intervêm, tentando evitar o trabalho das pessoas. Então, não é dos mais violentos o princípio do ano, geralmente. E tivemos as eleições de novembro, quando o clima fica menos tumultuado, pois evita-se a prática da violência, temendo que ela influa nos resultados.

E como é o trabalho da Igreja quando cresce a violência?

Não é o trabalho da Igreja, mas das Igrejas. A perspectiva da CPT é ecumênica. Mas vejo como um desafio, um grande desafio. Nos últimos tempos está mudando o tipo de ação do latifúndio. De um ou dois anos para cá existe um grande número de barragens, de projetos, amplia-se o espaço destinado à soja, ao álcool e ao gado. Além dos projetos de irrigação e siderúrgicas, como no sul do Pará. E temos de fazer uma observação importante: nos casos de violência registrados em 87, que são os últimos dados que temos, as Igrejas estiveram acompanhando e se solidarizando em apenas 30% deles. O restante, os outros 70%, não teve o apoio das instituições religiosas.

Mas a Igreja sempre teve uma presença determinante, não?

Sim, claro. Historicamente determinante, mas que deve ser reforçada, pois a complexidade é maior, hoje em dia. Existe uma maior intervenção do capitalismo e pela própria situação do homem do campo, com dificuldades em se defender. O papel da Igreja não é construir uma organização alternativa, mas reforçar o movimento sindical e popular. Eles próprios estão indo adiante, caminhando nesse sentido, o da construção de uma alternartiva política viável. O governo sempre fechou qualquer possibilidade legal de acesso à terra, mostrando que não é seu interesse resolver o problema.

Padre Ermano: está havendo, em uma onda crescente, reações às manifestações internacionais sobre os problemas brasileiros. Na área rural, existe preocupação de outros países em relação à situação fundiária brasileira, além da Anistia Internacional?

Do documento divulgado pela Anistia todos tomaram conhecimento. Teve uma repercussão muito boa. Agora, outras organizações querem saber o que há de concreto, ver a nossa realidade in loco. A CPT percebe que, de um ano para cá,. há uma procura maior em se saber o que está havendo aqui, todos esses fatos. Existe uma grande abertura nesse sentido. O interesse cresce, dentro dessa perspectiva solidária. A Pax Christi, uma organização internacional de solidariedade, enviou dez representantes ao Brasil. No final de fevereiro virão Igrejas dos Estados Unidos, que visitarão diversos estados brasileiros. A situação é real e temos de divulgá-la de todas as formas possíveis. (Guilherme Salgado Rocha)

SEM TERRA DIVULGA BALANÇO DE OCUPAÇÕES

São Paulo (AGEN) - O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra divulgou dia 13, nesta cidade, o balanço dos primeiros 45 dias do ano em relação às ocupações de terra em seis estados brasileiros. Segundo a direção nacional do Movimento, um dos motivos do crescimento das ocupações é "a inoperância do governo frente à questão da Reforma Agrária, agravada ainda mais com a extinção do Mirad".

Em Alagoas, a 22 de janeiro, 200 famílias ocuparam a Fazenda Lage, no município de Taquarana. Em São Paulo, cinco dias depois, a Fazenda Pendengo, em Castilho, região de Andradina, foi ocupada por 130 famílias. No Rio Grande do Sul, a três de fevereiro, mais de 150 famílias ocuparam a Fazenda Ramada, município de Júlio de Castilhos. Dois dias depois, a cinco de fevereiro, 800 famílias ocuparam a Fazenda Curiu, em Pacatuba, Sergipe. Ainda no Nordeste (Bahia), a 13 deste mês, em Alcobaça, a área conhecida por "Fazenda do doutor Nílson" foi ocupada por 600 famílias. E finalmente, a 13 de fevereiro, na maior ocupação deste ano, 2.000 famílias entraram na Fazenda Itaçu, município de Itaquirai.

MAIS UM TRABALHADOR RURAL ASSASSINADO

Vitória (AGEN) - Mais um assassinato contra trabalhadores rurais foi cometido no Espírito Santo. Segundo a direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a vítima, Germiniano Fernandes Souza, 34 anos, estava acampado na Fazenda Acesita desde o dia 3 de setembro do ano passado e o crime ocorreu durante uma caminhada naquele local dia 2 deste mês.

A entidade diz que este é o segundo trabalhador rural assassinado naquela região: "No dia 13 de dezembro, Hamilton Santos Moura foi encontrado morto nas imediações com perfurações de balas nas costas". O Movimento ressalta também o comentário que vem sendo repetido no município de São Mateus, segundo o qual existe uma lista com o nome de doze trabalhadores rurais a serem assassinados por ordem de fazendeiros.

A Comissão Pastoral da Terra - CPT - faz a mesma denúncia e salienta que a fazenda, de propriedade da Acesita Energética, tem 1.500 hectares totalmente improdutivos. De acordo com a CPT, "o Governo daquele estado teria se comprometido, em setembro, a assentar todas as 500 famílias que ocuparam a área. Já a Acesita Energética S.A., estatal totalmente controlada pelo Banco do Brasil, se comprometeu a negociar a terra depois da retirada dos ocupantes, endurecendo posteriormente sua posição e negando-se a participar de qualquer diálogo".

Diante desse quadro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a CPT encaminham mensagens às autoridades estaduais do Espírito Santo e solicitam a adesão de entidades afins. As "exigências": apuração e punição dos responsáveis pelos assassinatos dos dois trabalhadores rurais; investigação sobre as ameaças que circulam em São Mateus contra os trabalhadores rurais; e o cumprimento do acordo que o governo estadual firmou com os trabalhadores rurais no dia 7 de setembro de 88, através do qual se comprometeu a realizar o assentamento definitivo de todas as famílias acampadas no estado.

CASO CHICO MENDES: IEA QUER DIRIGENTE DA UDR OUVIDO

Rio Branco (AGEN-CPT) - Com a decisão do delegado Nílson Alves de Oliveira, que apura o assassinato do ecologista Chico Mendes, de ouvir o proprietário do jornal "O Rio Branco", João Branco, também fazendeiro, advogado e presidente da UDR do Acre, o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) está solicitando às entidades de direitos humanos de todo o país que "seja mantida a pressão sobre a justiça acreana, a fim do caso Chico Mendes não ser deixado em segundo plano".

O IEA, que é um órgão de apoio e assessoria técnica aos seringueiros do Acre, está enviando à imprensa uma nota na qual qualifica de "avanço" o interrogatório do fazendeiro João Branco. Cita exemplos de seu possível envolvimento no assassinato de Chico Mendes, lembrando, por exemplo, "a nervosa e inesperada fuga do Acre do presidente da UDR, em avião fretado logo após o crime". O IEA assinala, ainda, que "no dia 6 de dezembro de 88, 16 dias antes da morte, o jornal 'O Rio Branco' publicou em sua coluna 'Painel' uma matéria muito estranha, na qual noticiava que ainda no mês de dezembro explodiria uma bomba de 200 megatons, com repercussão nacional. Na mesma coluna, logo a seguir, outra nota fazia menção caluniosa contra Chico Mendes".

A entidade exige o andamento normal das investigações e solicita cartas e telegramas endereçados ao Fórum de Xapuri, no Acre.

CPT CONTESTA REINTEGRAÇÃO DE POSSE EM ANDRADINA

São Paulo (AGEN-CPT) - O advogado da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Teodomiro José de Almeida, entrou no Tribunal de Justiça de São Paulo com uma ação contra a liminar concedida pelo juiz de Andradina, que determinou no último dia 10, sexta-feira, a reintegração de posse da Fazenda Pendengo, ocupada por 130 famílias, desde o final de janeiro. "A fazenda é comprovadamente grilada, e está em processo de desapropriação para a Reforma Agrária. Mesmo assim, a liminar foi concedida. Vamos lutar a fim de que o processo seja remetido à Justiça Federal, pois existe o processo de desapropriação", lembrou o advogado. A fazenda tem 1.714 alqueires.

Em contrapartida, a UDR de Andradina, em reunião aberta, realizada na quinta-feira, um dia antes de ser concedida a liminar, declarou publicamente que não iria dar seu apoio ao proprietário da Fazenda Pendengo, Serafim Rodrigues de Morais. Segundo membros da CPT de São Paulo, os dirigentes da UDR de Andradina argumentaram que a entidade dos fazendeiros estaria "queimada" e, por isto, "toda cautela, neste instante, é importante". A CPT de São Paulo acredita que possa estar havendo um "jogo" por trás da decisão, tornada conhecida em reunião aberta a qualquer interessado.

QUATRO MIL OCUPAM FAZENDA EM SERGIPE

Aracaju (AGEN) - Lideradas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 800 famílias totalizando 4.200 pessoas, fizeram uma ocupação na Fazenda Cuiri, em Pacatuba. Segundo um dos líderes da entidade, "essa é uma ocupação de resistência, iniciada às quatro horas da madrugada de domingo e será defendida a qualquer custo".

Ele diz ter recebido o apoio da população assentada em Santana dos Frades, próxima áquela região. Salientou também que "todo o destacamento da cidade (oito policiais) e o fazendeiro José Augusto, dono da área, tentaram obrigar os trabalhadores rurais a uma retirada, mas diante de gritos de guerra de crianças e dos homens e mulheres empunhando foices e enxadas, eles desistiram".

O integrante do Movimento, entretanto, temia a ocorrência de "alguma retaliação organizada pela UDR, pressupondo também a participação de batalhões de choque". Por esse motivo solicitou o apoio e presença de entidades, sindicatos, associações, imprensa e demais pessoas da região.

De acordo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra "a área ocupada é totalmente improdutiva e já constava da relação de áreas a serem desapropriadas pelo Governo".

Síntese

EX-PREFEITO BALEADO OBRIGADO A SAIR DE SUA CIDADE

Porto Alegre do Norte (AGEN-CPT) - O ex-prefeito desta cidade, no Mato Grosso, Rodolfo Alexandre Inácio (Cascão), teve de abandonar o estado, pouco tempo após sofrer um atentado á bala, quando foi atingido por dois tiros, disparados por pistoleiros da região. "Cascão", do PMDB, desenvolveu um governo popular, e por isto, lembraram diversas entidades que assinaram uma nota de protesto, "foi vítima de uma emboscada homicida, em plena rua".

"Cascão" já havia trabalhado na prelazia de São Félix do Araguaia, na equipe de d.Pedro Casaldáliga. Aconselhado por amigos, preferiu deixar a área, a fim de preservar sua vida e a de sua família.

LAVRADORES OCUPAM ÁREA EM ALAGOAS

Taquarana (AGEN-MST) - Na madrugada de 21 para 22 de janeiro, mais de 200 famílias ocuparam a Fazenda Lage, neste município, interior de Alagoas. No total, 1.200 pessoas. Outras famílias, de diversas partes do estado, continuam chegando à região, a fim de tentar garantir um pedaço de terra.

O estado de Alagoas, de acordo com o Censo Agropecuário de 1985, realizado pelo IBGE, tem 141.330 famílias de trabalhadores rurais sem terra. Até agora, o governo da Nova República, segundo informa o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, não realizou nenhum assentamento no estado. Fez uma única desapropriação, de 739 hectares, porém ainda sem imissão de posse.

SEM TERRA DA BAHIA OCUPAM ÓRGÃO DO GOVERNO

Salvador (AGEN-CPT) - Trinta e cinco trabalhadores rurais da região das Malvinas, município de Sento Sé, pertencente à diocese de Juazeiro, na Bahia, acamparam nas dependências da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), estadual, criada para apoiar os produtores rurais. Eles reivindicam a titulação das terras que ocupam e a prisão de Niélson Braga, que no dia 21 de outubro do ano passado matou, a tiros, o trabalhador rural Antônio Guilhermino, líder dos trabalhadores rurais.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT) Nordeste 3, Niélson Braga, que chegou a ser excomungado pelo bispo de Juazeiro, d.José Rodrigues de Souza, está ameaçando outros trabalhadores rurais. Os acampados pretendem entrevistar-se com deputados estaduais e tentar uma audiência com o governador Waldir Pires.

Ecologia

BISPO PROÍBE PROGRAMA DE SERINGUEIROS EM RÁDIO

Rio Branco (AGEN) - O bispo da diocese de Cruzeiro do Sul (648 km a noroeste de Rio Branco), d.Luis Herbst, alemão da Congregação dos Espiritanos, tirou do ar o programa de seringueiros na rádio Verdes Florestas, da Igreja, e proibiu a emissora de veicular mensagens e entrevistas com a categoria. A decisão foi classificada de "conservadora" pelo tesoureiro do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), Raimundo Mendes Barros, de 43 anos, que a atribuiu a pressões do dirigente da União Democrática Ruralista (UDR) no município, empresário Orleir Cameli.

A rádio Verdes Florestas é Fundação da diocese mantida pela iniciativa privada, e foi o principal veículo de comunicação para mobilizar os seringueiros que em outubro último realizaram em Cruzeiro do Sul o Primeiro Encontro dos Povos da Floresta do Alto do Juruá (rio afluente do Amazonas), com cerca de 880 seringueiros e 220 índios. A emissora era utilizada, também, para mandar avisos aos seringueiros da reserva extrativista do rio Tejo, segundo o assessor do CNS, antropólogo Mauro Almeida.

Rio Tejo - O rio Tejo, afluente do Alto Juruá, possui dez seringais contínuos e unificados com cerca de 430 mil hectares. Ali vivem mais de 5 mil seringueiros liderados por Francisco Barbosa de Melo, conhecido como Chico Ginu. Neto de índia, autodidata que gosta de ler à noite e bebe o cipó auasca, tem sido chamado de "Chico Mendes do Juruá". Delegado sindical, ele trabalha na base e jamais aceitou os subornos dos seringalistas ou o mero empreguismo sindical.

Com relação aos seringueiros de Xapuri, que são autônomos, fizeram reconhecidos os seus direitos como posseiros e não pagam renda sobre a produção ao proprietário do seringal. Os de Cruzeiro do Sul ainda estão no início da organização. "Mas não se pode dizer que na área de seringais tradicionais do Juruá os seringueiros eram acomodados. Faltava para eles apoio e organização para libertarem-se do sistema de dependência da casa de aviamento", afirma Mauro Almeida.

O barracão de aviamento no seringal fornece mercadorias para os seringueiros, por preços muito acima da tabela, e compra a produção de borracha por preço abaixo do fixado pelo governo, informa o antropólogo.

Para romper este elo de "escravidão e dependência", segundo o antropólogo Almeida, que desde 1982 estuda na região a economia extrativista para doutorado na Universidade de Cambridge (Inglaterra), os seringueiros do rio Tejo criaram uma reserva extrativista. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apoiou o projeto com financiamento de NCz$ 70 mil para a estruturação de cooperativas para compra de mercadorias e venda de borracha (em Cruzeiro do Sul não tem castanhais). Com o dinheiro será aperfeiçoada a estrutura de transportes pelos rios e interior dos seringais.

No sistema tradicional extrativista, observa o assessor do CNS, o seringueiro ficava sempre devendo ao patrão, como é chamado o dono ou o arrendatário da seringal. O principal motivo do conflito que deu origem à proibição do bispo d.Luis Herbest de veicular mensagens dos seringueiros na rádio Verdes Florestas foi a decisão da mão-de-obra do extrativismo da borracha, de não mais pagar renda aos donos de seringais. A renda é uma quantia de 60 a 90 kg de borracha pagos por cada seringueiro ao patrão de cada safra. Um seringueiro produz em média uma a duas toneladas de borracha ao ano.

UDR - Contra o não-pagamento de renda aos seringalistas, a UDR levou a Cruzeiro do Sul advogados que ingressaram com ação cautelar na Vara Cível da comarca contra os assessores do CNS, Mauro Almeida e Antonio Macedo. O juiz Pedrinho Ranzi, que recebeu a ação, notificou "os réus" da reclamação de que incitavam os seringueiros a não pagarem renda, e disse que o trabalho dos assessores do CNS "não tem nada de criminal. Eles estão conscientizando os seringueiros a não pagarem. Foi isso que inconformou a estrutura tradicionalista do patrão seringalista. Mas o clima no município está calmo, embora falte diálogo entre as duas partes em conflito", afirmou.

ERUNDINA INICIA MOVIMENTO PARA CRIAR PARQUE CHICO MENDES

São Paulo (AGEN) - No último dia 11, a secretária de Cultura de São Paulo, Marilena Chauí, ao lado de diversos membros de movimentos ecológicos da cidade, esteve percorrendo a área destinada à criação do Parque Chico Mendes, em São Miguel Paulista, Zona Leste do município. Uma antiga chácara, a área já pertence à cidade, e espera-se que seja iniciado ali uma intensificação nas atividades culturais na Zona Leste.

Há espaço suficientemente para a construção de anfiteatros, palcos, mantendo-se intacta a natureza. A Administração Regional de São Miguel, estimulada pela criação do Parque Chico Mendes, pretende criar um grupo de trabalho específico de cultura, que poderá, a médio prazo, coordenar as atividades que ali serão desenvolvidas.

A idéia da criação do Parque Chico Mendes foi ratificada em um encontro havido no início do mês entre a prefeita Luiza Erundina, a própria secretária Cultura, o jornalista e ecologista Fernando Gabeira e a atriz Lucélia Santos, ambos do PV.

Perto dali, em Itaquera, outro bairro da Zona Leste, o Movimento SOS Mata do Carmo promoveu dia 19 deste mês, a partir das 15h, um ato de protesto pelo assassinato de Chico Mendes. O Parque do Carmo é uma das últimas áreas verdes da Zona Leste de São Paulo.

GRUPO ECOLÓGICO EVITA CONSTRUÇÃO DE REPRESA NA URSS

Moscou (Novopress) - A construção de uma represa no rio Stri, nos Cárpatos ucranianos, foi adiada como resultado dos protestos da organização social Mundo Verde, que funciona anexa a uma sucursal do Comitê Soviético da Paz com sede em Lvov, que considerou a obra prejudicial à ecologia da região.

Segundo informação da Nóvosti, com a represa, a água do rio perderia muitas de suas qualidades, prejudicando a flora, fauna e população do local. O presidente da Mundo Verde, escritor Rostilav Bratun, disse que o rio nasce nas montanhas e desemboca no Dniester e muitas vezes, por causa das chuvas e neves em degelo, pode tornar-se perigoso. Por isso, para contê-lo em dimensões próprias para a construção da represa seria necessário adotar várias medidas, como a terraplenagem das margens, a construção de pequenos diques e o plantio de bosques ao longo de seu curso. Estas medidas contribuiriam, segundo ele, para combater as causas das inundações e não apenas suas conseqüências.

Economia

SONHO DE UMA NOITE DE VERÃO

Frei Betto

"Há muitas maneiras de matar uma pessoa: esfaqueando-a, tirando-lhe o pão, impedindo-a de curar-se de uma doença, obrigando-a a viver numa péssima moradia, levando-a à guerra etc. E muito poucas dessas coisas estão proibidas pelo nosso Estado", dizia Bertolt Brecht. O governo Sarney ao menos tem o mérito de não esconder o seu absoluto desprezo pela maioria da população brasileira: o Plano Verão – o "Bateau Mouche V" – nada mais é do que a institucionalização do arrocho salarial e da recessão. Aprimora-se, em flagrante delito, a máquina de absorção dos parcos recursos populares, a serem destinados aos credores internacionais — para quem efetivamente o atual Governo governa. Assim, enxuga-se a liquidez, dificulta-se o consumo, reduz-se o crediário, congelam-se os salários, amplia-se a carência da caderneta de poupança de um para seis meses. E para alegria geral dos banqueiros, aumentam-se os juros.

O Governo pode alegar que, em contrapartida, há redução de gastos públicos e congelamento de preços. Ora, somos um povo pobre, com 45 milhões de miseráveis, mas não somos burros. É o próprio Governo quem controla os gastos públicos, manipula os índices da inflação e determina o reajuste do IPC e das LFT. E que congelamento é este previamente comunicado aos empresários com poder de remarcar preços? Onde estão as tabelas de preços dos produtos agrícolas? Quem sobreviver, verá. Os donos do capital farão greve à sua maneira — boicotando o abastecimento e instalando o ágio — e o Governo decretará o fim do congelamento. Ou fará o reajuste das tabelas, o que significa conceder do mesmo jeito. Contudo, os aumentos dos salários deverão ser conquistados na briga e na greve.

Nem uma palavra do Presidente sobre os três principais problemas brasileiros: a dívida externa, a dívida interna e a reforma agrária. Fica evidente que o novo pacote visa exatamente encobrir ou satisfazer os interessados em manter tais questões intocáveis. Reduz-se o poder de compra da população, limita-se o gasto público e congela-se a caderneta para fazer caixa e pagar os juros da dívida externa. Já a dívida interna fica para o próximo Presidente... Quanto à reforma agrária, quem caça os assassinos de Chico Mendes, não por uma questão de justiça, mas para limpar a imagem do Brasil no exterior, pode tranqüilamente riscar do mapa o Ministério da Reforma Agrária e deixar que a questão fundiária no Brasil seja resolvida à bala.

O maior problema do governo Sarney não é a insegurança (3 pacotes em 4 anos e 68 ministros!) ou o autoritarismo de quem, mesmo após a promulgação da nova Constituição, se sente no direito de baixar medidas econômicas como se este país não tivesse um Parlamento ou o Parlamento não merecesse o mínimo de respeito. O que realmente falta ao Governo é um mínimo de ética e decência cívica. É como no triste episódio do "Bateau Mouche": vende-se à nação um pacote de ilusões econômicas sob a promessa de que todos irão usufruir deste sonho de uma noite de verão — o combate à inflação através de paliativos monetaristas que não tocam nas causas estruturais. Em breve percurso, o pacote naufragará nas águas das pressões empresariais, afogando na miséria um maior número de brasileiros. Banqueiros, fazendeiros e empresários industriais serão sempre resgatados pelos recursos oficiais.

Felizmente desta data-base ninguém escapa: 15 de novembro. Então o povo brasileiro dirá o que pensa do atual Governo e em quem realmente acredita.

Frei Betto, frade dominicano, é escritor e assessor da Pastoral Operária de S. Bernardo do Campo e Diadema.

PARA ECONOMISTA, PLANO VERÃO FOI FEITO PARA PAGAR DÍVIDA

Brasília (AGEN) - Com o Plano Verão, na análise do economista Luiz Fenelon, do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos - Inesc -, "saíram ganhando os nossos credores, os exportadores e a política de continuar pagando a dívida externa às custas da população brasileira". Ele lança a pergunta: "Terá sido este o objetivo do pacote — evitar uma nova moratória —, ou estamos frente a uma feliz coincidência?"

Fenelon rememora que "oficialmente foi dado imenso destaque ao 'Plano Verão', como um novo pacote de combate à inflação". No entanto, segundo ele, " isto é verdade somente em parte porque o discutido pacote tem objetivos bem mais ambiciosos e retoma metas estabelecidas para o 'ajuste estrutural' das economias em desenvolvimento, estabelecidas pelo FMI e Banco Mundial: arrocho salarial, corte nos gastos públicos, aumento de juros, controle monetário e desvalorização cambial".

O economista pondera que, a curto prazo, as medidas serviram para evitar nova moratória, possibilitando o pagamento de US$ 500 milhões aos bancos credores, vencidos na semana da decretação do pacote. E explica: "Apesar do recorde no saldo comercial — mais de 19 bilhões de dólares — conseguido em 88, as reservas cambiais do país aumentaram de US$ 4,5 bilhões em dezembro de 87, para apenas US$ 5,4 bilhões em setembro de 88 — último dado oficial. O nível reduzido das reservas, segundo o ministro da Fazenda, impedia que o Brasil efetuasse o pagamento de uma parcela de US$ 500 milhões".

Finalizando sua análise, Fenelon explica que, "com as medidas adotadas de desvalorização do cruzado em 17%, o congelamento do dólar oficial e o aumento das taxas de juros, o Governo, em poucos dias, conseguiu que exportadores antecipassem contratos de câmbio com o Banco Central, objetivando aproveitar a especulação do **overnight**. Dessa forma, o Governo ficou em posse de mais de US$ 1 bilhão, podendo pagar a parcela de US$ 500 milhões, com atraso de apenas alguns dias e, de sobra, reforçando suas reservas".

Povos Indígenas

SEVERO INSISTE NA DEMARCAÇÃO DA ÁREA YANOMAMI

Brasília (AGEN) - O caso da invasão do território Yanomami por milhares de garimpeiros apenas será resolvido com a demarcação efetiva das terras pertencentes a esse povo indígena. A opinião é do senador Severo Gomes (PMDB-SP), a respeito da decisão do ministro do Interior, João Alves, anunciada dia 10 de fevereiro, de retirada dos garimpeiros que atuam no território Yanomami. Calcula-se em até 100 mil o número de garimpeiros na área, localizada no estado de Roraima.

Autor de um projeto que há tempos tramita no Congresso Nacional, de demarcação do território Yanomami, o senador Severo Gomes considera ter sido "um prêmio" a nomeação de Romero Jucá Filho para o governo de Roraima. Prêmio, no caso, pela sua atuação como ex-presidente da Funai. Para o parlamentar paulista, a carta enviada ao ministro do Interior, pelo presidente da Associação dos Garimpeiros de Roraima, Altino Machado, aplaudindo a atuação de Jucá no governo do estado, denuncia a forma como a questão indígena é tratada pelo governo federal.

CIMI DENUNCIA AMEAÇA CONTRA PATAXÓ

Brasília (AGEN) - O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) denunciou que os Pataxó Hã-Hã-Hãe da Aldeia Baetá, localizada no município de Itajú do Colonia — sul da Bahia — estão sendo ameaçados de terem suas terras invadidas por "Touca" (filho do fazendeiro Armando Pinto), que estaria insistindo em colocar seu gado na área indígena.

Segundo o Cimi, os Pataxó Hã-Hã-Hãe recorreram várias vezes à Funai, solicitando providências a fim de evitar uma iminente invasão mas nada foi feito. O Conselho Indigenista lamenta a situação de violência e abandono que a aldeia vem sofrendo e lembra que, no dia 29 de janeiro, 14 de seus integrantes foram presos e espancados pela PM de Itajú do Colonia. Os agressores: cabo Nicodemos, soldado Roque e outro PM não identificado pelos Hã-Hã-Hãe.

De acordo com o Cimi, "os índios estavam na cidade vendendo peixes e nenhum deles bebia, como se tentou acusar. O grupo foi solto apenas na manhã do dia seguinte. Antes, porém, um deles, numa tentativa de fuga, quase foi atingido por cinco disparos efetuados pelos policiais". Os Pataxó — inclusive da área de São Lucas — encaminharam ao secretário de Segurança da Bahia, documento relatando as agressões.

Especial

ENTIDADES CONSIDERAM CASO DO 42º DP COMO TORTURA E HOMICÍDIO

São Paulo (AGEN) - A omissão de socorro foi apenas uma das irregularidades constatadas pela comissão de representantes das entidades de direitos humanos que apura a morte de 18 detentos, por asfixia, dia 5 de fevereiro, no 42º Distrito Policial. Os mortos estavam entre os 51 detentos colocados na cela forte do 42º DP, localizado no Parque São Lucas, em São Paulo.

O relatório da comissão foi entregue à imprensa no último dia 10, em entrevista coletiva na Agência Ecumênica de Notícias. Participaram da coletiva, entre outros, o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP; Maria Thereza Moura, do Centro Santo Dias de Direitos Humanos, o padre Agostinho Duarte, da Pastoral Carcerária da CNBB; o jornalista Rodolfo Konder, vice-presidente da seção brasileira da Anista Internacional; o senador Severo Gomes (PMDB-SP); o deputado Fábio Feldman (PSDB-SP); e Aparecida Inês, mulher de Paulo Roberto Jesuíno. um dos 18 detentos mortos a 5 de fevereiro.

Contradições - Diz o relatório da comissão que o caso do 42º DP começou com uma tentativa de fuga dos presos, às 8h do último dia 5. Os detentos já haviam retornado às suas celas, e a tentativa de fuga "totalmente debelada pelos funcionários", quando deliberou-se pelo confinamento dos revoltosos na cela forte do Distrito.

Os 51 detentos foram então despidos, e colocados na cela forte, que mede 1,5 por 3 metros. Conforme depoimentos colhidos pela comissão, os pedidos de socorro por parte dos presos eram respondidos com expressões do tipo "deixa morrer, assim esvazia o xadrez". O delegado titular do 42º DP, Carlos Eduardo Vasconcelos, disse à comissão que acorreu ao Distrito por volta das 9h, e que não sabia das medidas tomadas pelos funcionários. Contudo, de acordo com alguns presos ouvidos pela comissão, o delegado titular estava ciente do episódio.

A cela forte teria sido finalmente aberta às 11h, quando não mais se houvia os apelos dos detentos. A omissão de socorro constatada pela comissão refere-se à negativa dos funcionários em atender aos presos. Os próprios presos aplicaram a respiração boca a boca àqueles que estavam desacordados. Ao final, dos 51 detentos encerrados na cela forte, 12 estavam mortos por asfixia, 6 em estado de coma — depois morreram — e 32 desmaiados por hipoxia.

De acordo com o que a comissão pôde apurar, os nomes mais citados nos acontecimentos foram do investigar Celso Jesus da Cruz, o carcereiro José Ribeiro e o próprio delegado Carlos Eduardo Vasconcelos. Algumas contradições foram apontadas pela comissão no depoimento do delegado titular. Segundo ele, a cela forte tinha sido utilizada na sua gestão apenas para depósito. Porém, o delegado assistente, Joaquim Nogueira, informou que a cela era utilizada regularmente para conter os presos "turbulentos".

Impunidade - Para os membros da comissão, os fatos ocorridos no 42º DP — qualificados pelo padre Agostinho como "tortura", seguida de homicídio —, bem como a recente morte de um carcereiro na cadeia pública de Presidente Prudente (SP), queimado vivo pelos detentos, são fruto da "impunidade para as práticas de violência ilegal, tortura e execuções extra-judiciais, praticadas por funcionários policiais, assim como a ineficiência do Judiciário em acelerar o curso da Justiça, fiscalizar o cumprimento da pena, e garantir os direitos das vítimas do crime".

A respeito, lembram os representantes das organizações de direitos humanos que os juízes e promotores públicos, de maneira geral, não cumprem a sua obrigação de efetuar visitas de correição aos presídios, para averiguar os casos de detentos que já deveriam estar soltos. Do mesmo modo, criticam o fato de que presos que deveriam estar sob guarda do Judiciário continuam na esfera policial, o que contribui para gerar casos como o do 42º DP. A superlotação dos presídios e a corrupção impune nestes estabelecimentos são outros fatores indicados pela comissão como responsável pela tensa situação de crise porquê passa o sistema carcerário brasileiro.

Acompanhamento - Entre as medidas que serão tomadas em torno do caso do 42º DP, a nível da sociedade civil, a comissão informou que o presidente do Conselho Federal da OAB, Márcio Thomaz Bastos, irá atuar como assistente de acusação. A OAB também prestará assistência jurídica às famílias dos detentos, nas ações de responsabilidade do Estado e indenização das vítimas, tanto no caso do 42º DP como no da cadeia pública de Presidente Prudente.

Às autoridades, como o governador Orestes Quércia e o secretário estadual de Justiça, Mário Sérgio Duarte Garcia, foi solicitada a retirada do delegado Cláudio Alvarenga da presidência do inquérito e a abertura de Inquérito Policial Militar (IPM), para apurar a participação da PM nos fatos. As duas reivindicações já foram atendidas. A comissão também pediu a indicação de promotores públicos para acompanhamento dos inquéritos, retirada dos presos dos xadrezes de todos Distritos Policiais, retirada dos presos da carceragem do Deic, interdição e desativação de todas as celas fortes. Todas essas medidas receberam promessa positiva por parte do governo do Estado.

PASTORAL CARCERÁRIA LAMENTA RESISTÊNCIAS NA IGREJA

São Paulo (AGEN) - O padre Agostinho Duarte de Oliveira é um dos três sacerdotes que atualmente trabalham na Pastoral Carcerária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Os outros dois são padre Bruno Trombeta, do Rio de Janeiro, e padre Alfonso Pastore, de Paracatu (MG). A Pastoral Carcerária está ligada à Linha 6 da CNBB, dirigida por d.Afonso Gregory.

Na realidade, o trabalho com os presos, por parte da hierarquia eclesiástica, está apenas no começo. Padre Agostinho lamenta que são poucos os que se habilitam para a tarefa, que ele admite ser "barra pesada". Do mesmo modo, o trabalho é "meio inglório, é difícil ver os resultados", o que também seria um fator de desestímulo.

"Há uma resistência na Igreja em trabalhar com os desclassificados em geral", denuncia padre Agostinho, 58 anos, há 30 trabalhando na área. Entre outros trabalhos na área do sistema carcerário, o religioso cita os grupos que atuam com os presos da Casa de Detenção, em São Paulo; a Organização Comunitária pelos Direitos dos Presos, ligada ao Instituto de Estudos Especiais (IEE) da PUC-SP; outros grupos em Barueri, Carapicuiba e Osasco, na Grande São Paulo, no Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

UM DOS MORTOS DEIXA TRÊS FILHOS E MULHER GRÁVIDA

São Paulo (AGEN) - A morte do detento Paulo Roberto Jesuíno, no 42º Distrito Policial, deixa uma grande lacuna em sua família. Além da esposa Aparecida Inês Jesuíno, dos três filhos, Paulo Roberto, Carlos Alberto e José Aurélio — de respectivamente dez, oito e três anos, a quarta criança, ainda em gestação, não conhecerá o pai.

Aparecida, em entrevista à AGEN, desabafou sobre o seu desamparo e as dificuldades que terá para criar seus filhos. Seu marido era cabelereiro e a única pessoa da família que trabalhava fora, sendo o responsável pelo sustento da casa. Residente na Vila Ema, Aparecida não sabe como ela e seus filhos sobreviverão daqui em diante.

Grávida de quatro meses, ela diz não estar bem fisicamente devido também ao choque muito forte que sofreu quando teve que reconhecer o corpo do marido. Mesmo recuperada, acha difícil que alguma empresa se disponha a conceder emprego a uma pessoa em suas condições. Entretanto diante do impasse não há esmorecimento nem resignação da sua parte. Resta, sim, a solidariedade com as outras inúmeras e anônimas famílias que passam por episódios semelhantes, por todo o Brasil.

CEB REPUDIA MASSACRE NO 42º DP

São Paulo (AGEN) - A Comunidade Eclesial de Base da Região Vila Prudente elaborou uma carta aberta à população, repudiando o episódio ocorrido no 42º DP, onde 18 detentos foram mortos por asfixia. O documento foi divulgado durante ato público no último dia 18, entregue ao povo, autoridades, aos participantes do encontro e também ao 42º DP. A programação teve início às 14h, com via sacra, saindo da Paróquia de São Felipe de Neri (Parque São Lucas), até o Distrito Policial.

A carta aberta, assinada por mais de 20 outras entidades explicita a necessidade de reflexão em torno de uma sociedade injusta e doente onde milhões de pessoas passam fome, sentem o desemprego, a falta de moradia e de saúde. O resultado, lembram as entidades, "é a fabricação contínua de criminosos, em vários âmbitos".

Na carta fica expresso também o compromisso da CEB e outros assinantes no sentido de que todo homem tem direito à vida e, portanto, a morar com dignidade, a salário justo, ao acesso à saúde. Também é expressa a exigência de que os culpados pela morte dos detentos devem ser punidos assim como não devem ficar impunes as injustiças do sistema social e carcerário.

Fica manifestado ainda "o repúdio à pena de morte no Brasil, opinião partilhada pela maior parte do povo, através da Assembléia Nacional Constituinte". As entidades finalizam solidarizando-se com as famílias dos presos que **"representam a conseqüência de um sistema que não cura: mata"**.

Movimento Operário

GREVE DA CUT E CGT DEVE PARALISAR MILHÕES DE TRABALHADORES

São Paulo (AGEN) - A greve geral reivindicatória marcada pela CUT e CGT, para os dias 14 e 15, deverá superar a realizada em dezembro de 86, quando mais de 15 milhões de trabalhadores (10 milhões, segundo o SNI) paralisaram suas atividades, em todo o Brasil. Essa é a expectativa do comando unificado, após reunião realizada dia 15, quarta-feira, para elaboração da pauta definitiva de reivindicações e definição das estratégias de divulgação da campanha do "Plano de Resistência".

A pauta de reivindicações defende os seguintes pontos: recuperação das perdas acumuladas desde março de 86; reajuste salarial mensal, de acordo com o índice real controlado pelo Dieese; reforma agrária; política agrícola voltada aos interesses dos trabalhadores no campo. Dois outros tópicos importantes: o contra à recessão e ao desemprego e o não à dívida externa.

O material de divulgação basicamente exibirá essas bandeiras de luta assinadas pela CUT e CGT, o que não impede que as duas centrais independentemente, elaborem outras variantes empunhando o mesmo conteúdo. A CUT, por exemplo, já lançou o selo "Plano Ladrão" e o cartaz "Proteja-se do (Plano) Verão". No mesmo dia 15, as cinco regionais da CUT no Estado de São Paulo promoveram também vários atos públicos na Grande São Paulo, ABC, São José dos Campos, Campinas e Ribeirão Preto.

Dia 24, sexta-feira, serão realizadas duas reuniões: às 14h, na sede da CGT, com integrantes do comando unificado; e às 18h, também reunindo partidos políticos e entidades da sociedade civil, para discutir sua adesão, na Câmara Municipal de São Paulo. No dia 16 de março, será feita uma avaliação da greve, pela CUT e CGT, na sede da Contag, em Brasília. Na ocasião serão definidos os próximos passos do "Plano de Resistência". Não está descartada a deflagração de novas greves gerais.

EMPREGADOS DE MULTINACIONAIS ENCONTRAM-SE EM CAJAMAR

São Paulo (AGEN) - Problemas da indústria automobilística, a internacionalização da economia e as formas de manipulação empreendidas pelas transnacionais no sentido de montar táticas para aprofundar a exploração sobre trabalhadores na área, será amplamente discutida no período de 22 a 26 deste mês, no Instituto de Formação Sindical da CUT, em Cajamar.

Esse é o terceiro encontro internacional e o segundo promovido no Brasil, numa organização. este ano, dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo (Diadema), Santo André, Campinas e São José dos Campos, com apoio da CUT e Troca de Informações Transnacionais — Tiet. A proposta dessa realização surgiu da necessidade de contrapor a política do empresariado (jogando trabalhador contra trabalhador, num esquema de violenta concorrência internacional) com debates entre a categoria não-patronal.

Esse intercâmbio de informações e experiências entre os trabalhadores começou dia 17, com programação nas cidades promotoras do encontro. Além de visitas a sindicatos e fábricas automobilísticas também foram contatados funcionários de autopeças. No dia 18, paralelamente, começaram a ser desenvolvidas programações com movimentos populares em geral.

Ao final do encontro, no dia 26, devem ser tiradas novas deliberações no sentido de intensificar a solidariedade dos trabalhadores, em diversos países, nas ocorrências de greve e outras situações. Pretende-se ainda buscar outras fórmulas de comunicação internacional. Das promoções anteriores resultou um jornal que é hoje produzido no Brasil, com divulgação mundial, em diversos idiomas.

Opinião

MARTÍRIO AFEGÃO: AS RAZÕES DA GUERRA

Newton Carlos

Todo mundo pressionou para que os soviéticos deixassem o Afeganistão. O isolamento da União Soviética, provocado pela invasão, foi tal, que as votações na Nações Unidas levaram à abstenção antigos aliados seguros. Mas não é o mesmo interesse pelo que acontecerá ao Paquistão, com a retirada soviética.

As embaixadas arriam bandeiras e os diplomatas caem fora da capital afegã. A população nativa fica entregue à sua própria sorte, enquanto a luta pelo poder se transforma em desvario nacional. Um banho de sangue é quase certo.

***Estilo** - Mesmo sem cobertura soviética, os comunistas dizem que não largam o poder totalmente — querendo um governo de unidade nacional. Os rebeldes muçulmanos não querem saber de comunistas no Governo, mas não conseguem entender-se entre si no "Shura" (o Conselho, convocado de acordo com a tradição tribal) para decidir sobre o futuro do Afeganistão, seu sistema de poder e estilo de vida, depois de nove anos de intervenção soviética que martirizou o país.*

Há oito grupos muçulmanos afegãos instalados no Irã. São xiitas, ajustados ao "radicalismo" iraniano. Ao todo eles são sete no Paquistão, em sua maioria sunitas, que interpretam o Corão de forma mais amena, do ponto de vista político. Existem também os grupos laicos e os comandantes militares e seus guerrilheiros, que lutam dentro do Afeganistão e constituem a frente interna da rebelião. Alguns comandantes afirmam que os políticos vivem brigando entre si, que os mesmos fizeram a guerra e o pior: devem ser deles a tarefa de conduzir o futuro regime.

Enquanto isso o povo afegão sofre. A idéia de restabelecer a Monarquia, com um poder moderador, não foi adiante. Os rebeldes, armados pelos Estados Unidos, que também retiraram seus diplomatas, parecem dispostos a sitiar a capital, submetê-la pela fome e assumir o controle de tudo. O Afeganistão, pós-intervenção soviética, tão esperado em todo o mundo, não poderia ter uma imagem mais sinistra.

América Latina

LANÇADO MOVIMENTO PELA DEMOCRACIA NO PARAGUAI

São Paulo (AGEN) - O Comitê de Apoio ao Povo do Paraguai (Capp) estuda pela primeira vez, depois da queda do general Alfredo Stroessner, as medidas a serem tomadas em favor do povo paraguaio e sobre a estadia provisória e permanente do ditador no Brasil.

O Capp, uma entidade brasileira de solidariedade, formado em 1985, em São Paulo, vai analisar os últimos acontecimentos ocorridos no Paraguai, como as reivindicações feitas no primeiro comício realizado em Assunção, desde a posse do governo interino do general Andrés Rodríguez, pelo presidente da coalizão oposicionista Acordo Nacional e do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), Domingo Laino.

Entre elas está o adiamento das eleições presidenciais marcadas para 1º de maio, através da modificação da lei eleitoral, a supressão da legislação autoritária e a reforma da Constituição de 1967. Também os sindicatos independentes reivindicaram o fim da Confederação Paraguaia dos Trabalhadores (CPT), controlada pelo Ministério do Trabalho e considerada fascista.

No último dia 10, em São Paulo, foi lançado o Movimento de Solidariedade pela Democracia no Paraguai pela OAB (SP e Federal), senador Severo Gomes (PMDB-SP), deputados Fernando Gasparian (PMDB-SP) e Fábio Feldman (PSDB-SP), Comissão de Justiça e Paz e Teotônio Vilela, entre outros.

ENTIDADES CONTESTAM ASILO A STROESSNER

São Paulo (AGEN) - Longe de ser um ato humanitário, a concessão definitiva de asilo ao ditador Alfredo Stroessner é uma conduta violadora dos princípios internacionais e representa o descumprimento da norma geral, contida na nova Constituição, que determina que o Brasil, nas suas relações internacionais, deve pugnar pela prevalência dos direitos humanos.

Estes pronunciamentos fazem parte de um documento elaborado por entidades brasileiras de apoio ao povo paraguaio, como o Comitê de Apoio que exige a reconsideração da decisão concessiva de asilo territorial ao ditador paraguaio, uma vez que de acordo aos termos da Convenção sobre Asilo Territorial de Caracas e da Declaração sobre Asilo Territorial da ONU de 1967, asilo é proteção ao perseguido político, o que não seria o caso de Stroessner, acusado de sérias violações aos direitos humanos no Paraguai.

Portanto, segundo o documento, não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas, porque Alfredo Stroessner manteve-se quase 35 anos no poder mediante violação do direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal, à privacidade, a um julgamento imparcial, à liberdade de pensamento, de opinião e de expressão, de reunião, de associação pacífica e do direito à participação política, à pratica da tortura, do exílio forçado e da corrupção.

Assim como inúmeros instrumentos internacionais, a Convenção da ONU contra a Tortura de 1984, de que o Brasil é parte, considera tais crimes comuns e, portanto, passíveis de extradição.

PRESOS POLÍTICOS NO CHILE SÃO 436

Santiago (AGEN) - A libertação de todos os presos políticos chilenos é considerada fundamental pelas forças progressistas do Chile, dentro das negociações que estão sendo entabuladas com vistas à redemocratização do país. Ao final de 1988, segundo relatório divulgado agora pela Fundação de Ajuda Social das Igrejas Cristãs, eram 436 presos políticos encarcerados nos presídios chilenos.

Deste total, 60 eram casos de presos condenados, 32 de condenados e processados, e 335 de presos processados. O Centro Santiago Norte era a penitenciária com maior número de presos políticos (186), seguido da prisão de Valparaíso (36), Santo Domingo (23) e Concepcion (21). Todos os presos políticos de Santo Domingo são mulheres. Dos 436 presos políticos chilenos. 384 eram homens e 52 mulheres.

A maior parte dos casos — 144, ou 33% — era de presos detidos no próprio ano de 1988, enquanto 101 (23,17%) foram detidos durante o ano de 1986, 59 (13,03%) durante 1987, 44 (10,09%) em 1985, 44 (10,09%) antes de 1º de janeiro de 1983, 30 (6,88%) durante 1984, e 12 (2,75%) em 1983. Nos casos de 2 prisioneiros não foi possível identificar a data de detenção.

Lei aplicada - Ainda segundo o relatório da Fundação de Ajuda Social das Igrejas Cristãs, entre os 596 processos aplicados aos presos políticos dos quais se pôde algum tipo de informação, 328 (55,03%) eram enquadrados na Lei de Controle de Armas, 168 (28,19%) na Lei Antiterrorista e 38 (6,38%) no Código Penal. Entre os 596 processos, 474 (79,53%) tramitavam na justiça militar e 116 (19,46%) na justiça ordinária.

Entre 131 casos de penas aplicadas a presos políticos condenados, o maior número de casos — 42, ou 32,06% — era de prisão entre 5 e 10 anos, 34 (25,95%) de menos de 5 anos, 19 (14,50%) de penas entre 15 e 20 anos. Não havia presos condenados à morte, e 13 presos estavam condenados à prisão perpétua.

De acordo com o relatório, dos 436 presos políticos, 319 (73,17%) respondia a um processo, 92 (21,10%) a dois processos e 20 (4,59%) a três processos. Um prisioneiro (0,23%) respondia a onze processos, 2 (0,46%) a nove processos e um (0,23%) a oito processos. Durante 1988, foram outorgados 146 vistos a presos políticos chilenos, sendo 52 (35,62%) pela Bélgica, 21 (14,38%) pela Noruega, 20 (13,70%) pela França, 15 (10,27%) pela Áustria e 15 (10,27%) pela Finlândia.

INTERNACIONAL SOCIALISTA ATENTA PARA AMÉRICA LATINA

Paris (Horacio Cabral-Magnasco, de Cono Sur Press) - A posse de Carlos Andréz Perez na presidência da Venezuela, dia 2 de fevereiro, recolocou na ordem do dia o relacionamento entre a Internacional Socialista (IS) e a cena política da América Latina.

A questão latino-americana foi um dos destaques da reunião do conselho da IS, no final do ano passado, em Paris, sob a presidência do ex-ministro francês Pierre Mauroy. No documento final do encontro, a IS assinala os progressos registrados na América Latina, no que se refere ao avanço do processo democrático e na área de direitos humanos, mas lamenta que estes ainda não sejam respeitados em vários países do continente.

No encontro, foi comemorada a vitória de Andrés Perez na Venezuela, e manifestada a "profunda satisfação" da IS pela vitória do **Não** no plebiscito chileno de 5 de outubro último. Após apoiar as reivindicações por reformas constitucionais apresentadas pela oposição chilena, no sentido de que sejam realizadas eleições livres no menor espaço de tempo possível, o conselho da IS homenageou o povo do Chile, cujo "grande sentido cívico constitui um exemplo para todos aqueles que lutam pela liberdade".

Brizola - A IS salientou ainda o "avanço das forças democráticas do Brasil" nas últimas eleições municipais de 15 de novembro, e "especialmente a vitória eleitoral do Partido Democrático Trabalhista, liderado por Leonel Brizola".

Preocupações - Após destacar as esperanças para a América Latina, a alta instância da IS expressou sua "grave preocupação pelas ameaças que ainda rondam a democracia nessa parte do mundo". A então recente tentativa de golpe de Estado na Argentina ainda sensibiliza os membros do conselho.

Já a situação centro-americana foi objeto de menção especial, por causa da "falta de progressos no cumprimento dos compromissos estabelecidos pelos Acordos de Esquipulas II".

Assim mesmo, o conselho da Internacional Socialista reiterou a exigência de que "cesse a ajuda exterior aos grupos inssurrecionais e às forças irregulares que operam na região e o não-uso do território para apoiá-los".

A violação dos direitos humanos em vários países latino-americanos também foi objeto de reflexão pelo conselho da IS. O texto final do encontro refere-se sobretudo à situação do Haiti, lamentando "a suspensão da vigência da Constituição, adotada por maioria popular absoluta em 1987". Quanto ao Paraguai, clamou-se por "redobrar os esforços de solidariedade com os partidos democráticos desse país, para a obtenção de um sistema de liberdades plenas". (O texto foi redigido, claro, antes do golpe que depôs o general Alfredo Stroessner.)

Nicarágua - O caso da Nicarágua foi objeto de especial atenção por parte da direção da Internacional Socialista. Foi debatido o apoio da IS a um centro de formação municipal a ser instalado em Manágua.

PARLAMENTO ACUSA D'AUBUISSON PELA MORTE DE D.ROMERO

San Salvador (AGEN) - O Parlamento salvadorenho acusou o fundador e atual dirigente da "Alianza Republicana Nacionalista", a Arena, Roberto D'Aubuisson, como o autor intelectual do assassinato do arcebispo de San Salvador, d.Oscar Arnulfo Romero, ocorrido durante a celebração de uma missa na capital de El Salvador, em 1980.

A comissão parlamentar que investigou o assassinato de d.Romero e que contou com a colaboração do F.B.I. dos Estados Unidos chegou às seguintes conclusões anunciadas no último dia 8: o autor material do homicídio do líder carismático e crítico da repressão salvadorenha foi o ex-chefe da segurança da Assembléia Legislativa, Hector Antonio Regado.

O ex-capitão da Força Aérea Salvadorenha, Alvaro Rafael Saraiva, participou no planejamento do assassinato onde o autor intelectual foi o ex-presidente da Assembléia Constitucional de 1982 e atual dirigente da Arena, Roberto D'Aubuisson.

Comentando as acusações, D'Aubuisson, disse aos salvadorenhos que "fazem 8 anos que venho suportando as mais baixas calúnias e Deus bendito sabe que na minha consciência não tenho nada a ver com este repudiável assassinato". Disse ainda que estas acusações fazem parte de um plano para desprestigiar a Arena nas próximas eleições de março.

NICARÁGUA ACEITA ANTECIPAR ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Brasília (AGEN) - Numa declaração conjunta com a cúpula dos cinco países da América Central, o presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, propôs que as eleições presidenciais previstas para novembro de 1990 se realizarão, o mais tardar, no dia 25 de fevereiro de 1990, a não ser que, de comum acordo com os partidos políticos da oposição, decidirem outra data.

Esta proposta foi feita durante a reunião de Paz da América Central onde estavam presentes os presidentes José Napoleón Duarte, de El Salvador, Oscar Arias, da Costa Rica, Vinicio Cerezo, da Guatemala, José Azcona, de Honduras e Daniel Ortega. O encontro foi no Estado de La Paz, em El Salvador, nos dias 13 e 14 de fevereiro, como continuação de Esquipulas II, acordo de paz assinado em 1987.

Nesta reunião, também o presidente de Honduras se comprometeu a elaborar um plano em conjunto com o governo nicaragüense, num prazo não maior de 90 dias para a desmobilização, repatriação e relocalização em Nicarágua ou outro país dos membros da resistência sandinista. Conforme este acordo, Nicarágua passará a estabelecer mecanismos para colocar em liberdade os presos políticos segundo a classificação da Comissão Internacional dos Direitos Humanos.

INTELECTUAIS BRASILEIROS ESCREVEM A FIDEL CASTRO

São Paulo (AGEN) - Mais de 500 intelectuais brasileiros assinaram o seguinte documento saudando o povo cubano pelo 30º aniversário da Revolução: "Há exatamente 30 anos um pequeno país do Caribe entrou para a história da humanidade libertando-se da miséria e da desesperança. Chegava ao final a luta do povo cubano pela independência.

Em 1989, somente uma geração depois, uma decisiva transformação social trouxe como resultado prático, dentre outras coisas, a completa erradicação do analfabetismo, o direito ao estudo gratuito para toda a população e um dos mais perfeitos sistemas de saúde em prática no mundo.

Nós, intelectuais e profissionais brasileiros, queremos, neste momento, saudar o povo de Cuba, pelo XXX Aniversário do Triunfo da Revolução, no desejo de que um dia todos os povos oprimidos também possam encontrar seus próprios caminhos na busca da dignidade da pessoa humana, do direito à educação, à saúde e à vida".

Entre os signatários estão Chico Buarque, Paulo Freire, Florestan Fernandes, Paulo Cavalcanti, João Câmara, Ziraldo, Beth Mendes, Hélio Bicudo, Eduardo Suplicy, Darcy Ribeiro, Fernando Morais, Sérgio Arouca, João Batista de Andrade, entre outros.

Síntese

FAMÍLIA DE RAMIREZ DOA TERRA PARA COOPERATIVA.

Nicarágua (Asin) - A família do vice-presidente da Nicarágua, Sérgio Ramirez, doou 32 hectares de terra a 68 famílias organizadas em cooperativas, na localidade de Masatepe, a 48 quilômetros de Manágua.

Até o momento, 20 mil famílias, aproximadamente, já foram beneficiadas pela reforma agrária, embora ainda existam mais de 5 mil que não possuem nenhuma parcela.

Na entrega das terras, Ramirez enfatizou que isto não era um ato demagógico, senão o cumprimento da revolução sandinista e, ao mesmo tempo, fez um chamado aos proprietários de várias terras para imitarem o exemplo da sua família.

GUERRILHA ACEITA PARTICIPAR DE ELEIÇÕES ADIADAS

San Salvador (Asin) - A Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) aceita participar nas eleições presidenciais se o governo salvadorenho adiá-las de 19 de março para 15 de setembro.

O candidato presidencial do Partido Democrático Cristão (PDC), Fidel Chavez Mena, comentou que esta é a primeira vez, depois de 8 anos, que a FMLN está disposta a participar nas eleições, mas acrescentou que suas exigências alteram a Constituição.

Já a direita "Alianza Republicana Nacionalista", a Arena, disse que esta proposta é inaceitável e, que mais bem, é uma armadilha. O arcebispo Arturo Rivera Damas, que é o mediador da proposta entre o governo e a FMLN, lamentou o recháço dos dirigentes da Assembléia Legislativa.

IGREJAS QUEREM EPISÓDIO NA ARGENTINA APURADO

Buenos Aires (AGEN) - As Igrejas integrantes do Movimento Ecumênico pelos Direitos Humanos (MEDH) divulgaram à imprensa argentina uma notificação condenando o ataque ocorrido por um grupo armado desconhecido, no último dia 13, ao posto da guarda do Quartel do Batalhão de Arsenales 141, localizado em Holmberg, perto da cidade do Rio Cuarto.

Segundo o comunicado, o MEDH acredita na defesa irrestrita dos direitos humanos como a melhor defesa da democracia e portanto requerem uma profunda investigação dos fatos e uma informação pública veraz e completa para que o povo argentino possa ter os elementos necessários para julgar sem confusão nem manipulação.

São membros do MEDH a Igreja Evangélica Metodista Argentina, Igreja Católica (bispos de Quilmes), Igreja Reformada Argentina, Igreja Evangélica do Rio de La Plata, Igreja Evangélica Valdense (Presbitério Norte), Igreja Evangélica Discípulos de Cristo, Associação da Igreja de Deus e Igreja Evangélica Luterana Unida.

Terceiro Mundo

BISPOS SUL-AFRICANOS APELAM POR PRESOS

Johannesburg (AGEN) - A Conferência dos Bispos Católicos Sul-Africanos está enviando às agências de notícias de todo o mundo, e ainda aos corpos diplomáticos que têm representação em seu país, uma mensagem de apoio aos presos que estão em greve de fome há vários dias, protestando contra as condições carcerárias e o governo sul-africano. A nota vem assinada pelo secretário-geral da entidade, bispo Jude Pieterse.

Um Comitê formado a partir do interesse demonstrado por várias Igrejas, o "Comitê de Procura da Verdade", disse que "está seriamente preocupado com a situação dos presos políticos sul-africanos, especialmente aqueles em greve de fome, em torno de 200".

Torturas e interrogatórios - Os bispos lembram que alguns presos foram torturados e interrogados, enquanto outros "acabaram jogados na cadeia, sem qualquer tipo de acusação, em confinamentos solitários". O Comitê assinala que "sabe de pelo menos 10 presos em situações precárias de vida, que podem sofrer danos irreversíveis. Exigimos que as famílias e médicos tenham acesso aos presos".

Os bispos solicitam, ainda aos governos, que intercedam junto a Pretória, "a fim de ser suspenso o estado de emergência e extinto o sistema de prisão sem julgamento".

Memória

CAMILO TORRES: "A LUTA É LONGA..."

São Paulo (AGEN/CDHAL) - No mês de fevereiro de 1967, uma notícia despertou perplexidade que atingiu toda a América Latina: um sacerdote de nome Camilo Torres, colombiano, havia tombado morto num combate entre a guerrilha e o Exército na selvas da Colômbia. Era o dia 15 de fevereiro. Camilo morrera em combate, totalmente marginalizado pela hierarquia católica. que se pautava pela norma vigente: padres só atuavam como capelães militares de tropas repressivas e antipopulares.

A mãe de Camilo, a senhora Restrepo, em vão, havia apelado ao Papa para que interviesse no sentido de que seu filho fosse devolvido pelo governo colombiano, a fim de que tivesse uma sepultura cristã. Camilo, como Che Guevara, permanece até hoje enterrado em local ignorado.

Apesar do espanto da notícia, Camilo não fora o único sacerdote católico a empunhar armas. Antes dele, o padre Guilhermo Sardiñas já subira a Sierra Maestra em Cuba, recebendo o máximo grau de comandante da Revolução, após a vitória.

A trajetória de Camilo Torres foi muito curta: oito anos somente se passaram entre a finalização de seus estudos em Louvain, Bélgica, e seu martírio nas montanhas da Colômbia.

Desde os tempos de seminário, Camilo Torres estava interessado nos problemas sociais da sociedade colombiana. Estava particularmente preocupado com a situação dos bairros populares de Bogotá. Através da formação teológica da época, muito distante deste gênero de preocupações, ele pôs em funcionamento um círculo de estudos sociais em 1954. Manteve ligações neste tempo com a Juventude Operária Católica (JOC).

Após seus estudos em Louvain, seguiu para Paris e ficou alguns meses na Universidade de Minesota, para se especializar em Sociologia do Trabalho. Chegou a Bogotá em 1959, e fundou o Movimento Universitário de Promoção Comunitária (Muniproc), destinado aos estudantes.

Em 1961 integrou-se ao corpo de professores da Universidade Nacional, onde era capelão, e foi designado como representante da Igreja Católica colombiana no organismo encarregado de pôr em prática a Reforma Agrária. Visitou várias regiões da Colômbia e foi aprendendo que a oligarquia rural não iria ceder um palmo de suas terras.

Desde o início de 1965, Camilo havia feito contato com o ELN (Exército de Libertação Nacional) no contexto da iniciante Revolução Cubana. Em julho de 1965 foi considerado como membro urbano do ELN, mas em 18 de outubro desse mesmo ano decidiu incorporar-se definitivamente. No dia 26 de agosto de 1965 disse aos cristãos: "A luta é longa, comecemos já...".

Quero assinar o boletim da AGEN. Por isso envio o cheque ou vale postal de NCz$ 4,50 (individual) ou NCz$ 5,00 (entidades).

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ *CEP* _____

Cidade _____ *Estado* _____

País _____ *Número do cheque ou vale postal* _____

Telefone _____

Assinatura _____ *Data* _____

Obs. - No caso de vale-postais, deverão ser encaminhados somente à Agência do correio central de SP, CEP 01051.

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Reg. Prof. Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro Soares Martins (Reg. Prof. Mtb 17.572)
Redação: Guilherme Salgado Rocha, Maria do Rosário Lino e Beltrina Corte

Correspondentes e Colaboradores: Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs e Liliana Lavoratti (Porto Alegre, RS), Rosa Dalla Costa (Francisco Beltrão, PR), Valdemar de Oliveira Neto (Recife, PE), José Anchieta Ferreira (Linhares, ES), Maria Alzira Fritzen (Manaus, AM), Galeno Amorim (Sertãozinho, SP), Fernando Sopelsa (Zona Leste, São Paulo, SP), José Lourenço Pechtoll (Grande ABC, SP), Newton Carlos e Isaac Akcelrud (comentaristas internacionais), Attilio Hartmann (Quito, Equador), José Subirats (La Paz, Bolívia), Roberto Codas Friedmann (América Central), Esmeralda Villegas (Bogotá, Colômbia), Juan Pezzutto e Regina Santos (São Paulo) e Aníbal Pastor Niñez (Santiago).

Divulgação e contatos: Pe. José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Rev. Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN
Fotolitos: "AJATO"
Impressão: Gráfica Peres Ltda.

DIRETORIA

Presidente: D. Sumio Takatsu
Vice-Presidente: Frei José de Rezende Ribeiro - O.P.
Secretário: Paulo Maldos
Tesoureiro: José Lourenço Pechtoll

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

AV. IPIRANGA, 1267 - 8º AND. FONE: (011) 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 1125824 AECN-BR

BRASIL CORREIO 27.2.89 50,00 SP

00002 1009-89 -10 R H 000
FREI LUIS THOMAS-CAR.DIOCESANA
R.CAPITAO CHAVES 60
CENTRO RJ
26000 NOVA IGUACU

IMPRESSO

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

IGREJAS

CNBB sugere a Roma consulta antes de nomeações pág 2
Bogotá sedia pré-Assembléia da Federação Luterana pág 2
Consulta da Celadec debate prioridades de ação pág 2
Nobel a d. Paulo abre conta e concurso de cartazes pág 2

DIREITOS HUMANOS

Regional do MNDDH condena violência na cadeia de Cuiabá pág 3
Cresce número de mortes em cadeias pág 3
Promotor denuncia Esquadrão da Morte em Uberaba, MG pág 3

TERRA

CNRA pede acompanhamento da Comissão de Agricultura pág 4
CUT e CPT questionam ação da Justiça na Paraíba pág 5
Sede da CPT arrombada no Acre: polícia não tem suspeitos pág 5

POVOS INDÍGENAS

Ministro revela posição do governo sobre índios pág 6
Assembléia indígena contesta general Leônidas pág 6
Xokó mobilizados para recuperar suas terras pág 6
Guarani e Tupiniquim exigem retirada de posseiros pág 6

POLÍTICA

Sucessão avança com definição de propaganda na TV pág 7

MOVIMENTOS SOCIAIS

Trabalhadores em Telecomunicações: "Constituição não é cumprida" pág 7
Plenários Populares tentam viabilizar "Projeto" pág 7

DOCUMENTO

Bispos relatam casos de violência pág 8

CULTURA

Sassá Mutema e a conjuntura brasileira pág 9

ECONOMIA

Governo tenta salvar Plano Verão com novas medidas pág 10

MOVIMENTO OPERÁRIO

Aumentam suspeitas na morte de Juarez Antunes pág 10
CUT quer explicações do CIE sobre infiltração pág 10
Organizações promovem Romaria do Trabalhador pág 10

AMÉRICA LATINA

Pinochet prepara novo golpe no Chile pág 11
Situação na América Latina preocupa comitês pág 11
Secretário do MNDDH lamenta resultado de plebiscito pág 11

MEMÓRIA

Movimento de Guariba completa cinco anos pág 12



O Congresso Nacional
ainda não assumiu em plenitude
as prerrogativas conquistadas no processo constituinte.

CONGRESSO E GOVERNO NÃO CUMPREM OS PRAZOS DA NOVA CONSTITUIÇÃO

Brasília, DF (AGEN) - Vários prazos estipulados pela nova Constituição, promulgada a 5 de outubro último, referentes a diversos mecanismos institucionais, estão vencidos ou em vias de expirar. Desta maneira, o Congresso Nacional não está cumprindo as prerrogativas que assumiu no processo constituinte. De forma paralela, o presidente da República já editou mais de 40 medidas provisórias, repetindo o uso intensivo que vinha fazendo dos decretos-leis.

Estão vencidos os prazos para a criação de uma Comissão de Estudos Territoriais (90 dias após a promulgação da Constituição), que teria como finalidade "apresentar estudos sobre o território nacional e anteprojetos relativos às novas unidades territoriais". Apenas depois de encerrado o prazo de 120 dias, dado ao presidente da República, para enviar ao Congresso Nacional projeto de lei complementar dispondo sobre a organização e funcionamento da Advocacia Geral da União, é que o presidente tomou essa medida. Outro prazo vencido, igualmente de 120 dias, é o referente à elaboração, pelo Congresso Nacional, de um Código de Defesa do Consumidor. Também nesse caso, o presidente José Sarney enviou projeto ao Congresso depois do prazo.

No dia 5 de abril, finalizaram os prazos de 180 dias para a criação de cinco Tribunais Regionais Federais, e para a "revisão dos direitos dos servidores públicos inativos e pensionistas à atualização dos proventos e pensões a eles devidos". A 5 de maio, vence o prazo para a revisão dos benefícios de prestação continuada, mantidos pela Previdência Social na data da promulgação da Constituição.

Depois de seis meses, foi instituída, dia 11 de abril, a Comissão Mista do Congresso Nacional para promover "exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro". A Comissão terá, portanto, apenas seis meses para efetuar essa atribuição, uma vez que o seu prazo de vencimento é 5 de outubro, o mesmo para a promulgação de uma Lei Agrícola, sobre os "objetivos e instrumentos de política agrícola, prioridades, planejamento de safras, comercialização, abastecimento interno, mercado externo e instituição do crédito fundiário".

Constituintes estaduais - A 5 de outubro, termina igualmente o prazo para o funcionamento das Constituintes Estaduais, como prevê o artigo 11 das Disposições Transitórias da nova Constituição: "Cada Assembléia Legislativa, com poderes constituintes, elaborará a Constituição do Estado, no prazo de um ano, contado da promulgação da Constituição Federal, obedecidos os princípios desta".

O prazo está preocupando os diversos movimentos sociais. Faltando pouco mais de cinco meses, o processo constituinte estadual está incipiente em quase todos estados brasileiros. Um agravante é a campanha presidencial, que começa a monopolizar as atenções de todas as forças políticas.

Para impedir o esvaziamento dos debates em torno das Constituintes Estaduais, os Plenários Pró-Participação Popular na Constituinte estão acelerando suas iniciativas. A 5 de abril, foi criado, na Paraíba, O Movimento Popular Constituinte, que já obteve a primeira vitória: diminuir de 3 mil para 700 o número de assinaturas exigidas para as emendas populares. Em São Paulo, a Sala da Constituinte Estadual, da Faculdade de Direito da USP, Largo de São Francisco, foi inaugurada a 24 de abril, com o lançamento de várias emendas populares.

Boletim Nº 149 - 27 de abril de 1989.

AV. IPIRANGA, 1267 - 8º AND. FONE: (011) 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 1125824 AECN-BR

Igrejas

CNBB SUGERE A ROMA CONSULTA ANTES DE NOMEAÇÕES

Itaici, Indaiatuba, SP (AGEN) - O reforço da unidade episcopal e da pastoral social da Igreja — principalmente nas áreas indigenistas e da terra — foi o principal saldo da 27ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), concluída no último dia 14, em Itaici, município de Indaiatuba, depois de dez dias de trabalho.

Os bispos brasileiros voltaram às suas dioceses mais unidos em torno das "exigências éticas" da democracia, do papel de educação política a ser exercido pela Igreja diante das eleições presidenciais e do "novo impulso" a ser dado às atividades litúrgicas. Em termos de linha pastoral, a Assembléia reafirmou o compromisso da CNBB com sua opção em favor da "evangelização libertadora".

Vaticano - Houve, paralelamente, em Itaici, um número maior de reuniões privativas do episcopado, sem a presença dos assessores, durante as quais os bispos expuseram seus pontos de vista sobre temas polêmicos, ligados à vida interna e externa da Igreja. Um deles é o dos critérios para a nomeação dos novos bispos, um processo considerado "pouco participativo" por grande parte do episcopado e dos teólogos, não só do Brasil, mas de outros países. Neste sentido, a CNBB decidiu encaminhar uma série de propostas ao Vaticano, voltadas para uma consulta mais ampla junto a todos os segmentos da Igreja (bispos, padres, religiosos e leigos) para a escolha de novos prelados.

Na opinião do presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, a 27ª Assembléia destacou-se "pelo ambiente fraterno, clima de oração e pela elaboração de importantes documentos" sobre as exigências éticas da democracia e pela "animação" da vida litúrgica. "Saímos daqui com um ânimo novo em favor do trabalho junto às comunidades que Deus nos confiou", disse d. Luciano.

Fidelidade - Para o bispo de Rio Branco (AC), d. Moacyr Grecchi, o ponto alto da Assembléia "foi a busca do conhecimento mútuo", sobretudo a nível dos secretariados regionais da CNBB. Ele destacou que foi confirmado o apoio da conferência às pastorais indigenistas e da terra.

O bispo de São Félix do Araguaia (MT), d. Pedro Casaldáliga, também classificou como "positiva, em termos gerais", a Assembléia deste ano. Mas acrescentou que "a CNBB deve cuidar para não se fechar em si mesma", ao falar da tendência de ampliar o número de reuniões privativas do episcopado.

No início da Assembléia, no dia 5 de abril, os bispos aprovaram o envio de um telegrama ao papa João Paulo 2º, reafirmando sua "fidelidade" e "comunhão" com o pontífice. Esta mensagem, usualmente feita a cada ano, ganhou reforço diante da publicação, em janeiro último, da "Declaração de Colônia", assinada por 163 teólogos alemães e contestando vários aspectos do atual pontificado. (DA)

BOGOTÁ SEDIA PRÉ-ASSEMBLÉIA DA FEDERAÇÃO LUTERANA

Porto Alegre, RS (AGEN) - Realiza-se em Bogotá, Colômbia, de 15 a 20 de maio, a pré-Assembléia das Igrejas da Federação Luterana Mundial (FML) da América Latina e do Caribe. O encontro é preparatório à 8ª Assembléia da FML, que será desenvolvida em Curitiba (PR), de 30 de janeiro a 8 de fevereiro de 1990.

Participam da pré-Assembléia na capital colombiana os delegados e participantes oficiais da 8ª Assembléia designados na região. Os delegados escolhidos pelo Conselho Diretor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) são Gottfried Brakemeier, Rui Carlos Braun, Iris Helena Pedrotti, Lilian Lengler, Egberto Schwanz, Marlene Rost e Haide Jarschel.

A IECLB programou seis seminários pré-Assembléia, objetivando proporcionar, aos participantes do encontro de Curitiba, um maior conhecimento da realidade brasileira. Os seminários serão realizados em Porto Velho (RO), Recife (PE), Rio de Janeiro, São Paulo, interior do Paraná e Porto Alegre (RS).

CONSULTA DA CELADEC DEBATE PRIORIDADES DE AÇÃO

São Paulo, SP (Clai-AGEN) - Reunidos em São Paulo, nos dias 17 e 18 de abril, 23 Igrejas e organismos ecumênicos encontram-se na III Consulta da Comissão Evangélica Latino-Americana de Educação Cristã (Celadec) no país, para rever o projeto da organização no Brasil e indicar linhas futuras de ação.

A Consulta propôs como prioridade de trabalho a realização de um encontro de grupos envolvidos com educação popular, já que as áreas de educação cristã paroquial e de educação religiosa nas escolas foram privilegiadas anteriormente. Outras atividades propostas incluiram um encontro geral de grupos e Igrejas com atividades nas três áreas, um simpósio para aprofundamento de compreensão das relações entre educação cristã e educação popular, promoção de um encontro de professores dos seminários teológicos que trabalham na área do ministério docente da Igreja, e a publicação periódica de um boletim que divulgue o que as Igrejas e organismos e a própria Celadec estão promovendo em termos de capacitação de professores/agentes ou de publicações.

A ênfase da III Consulta foi a de que Celadec não é meramente uma estrutura a serviço das Igrejas e organismos, mas uma instância de encontro e trabalho conjunto, em que o intercâmbio e a discussão dos temas acontece com a participação protagônica de todos os interessados no processo. A Consulta elegeu também um grupo de trabalho composto de seis pessoas representando as três áreas de interesse, as denominações presentes e as diversas regiões do Brasil, coordenado por Laan Mendes de Barros. (Sérgio Marcus Pinto Lopes)

NOBEL A D. PAULO ABRE CONTA E CONCURSO DE CARTAZES

São Paulo, SP (AGEN) - O Movimento Nobel da Paz para d. Paulo Evaristo Arns informou à AGEN que abriu uma conta bancária, com o objetivo de conseguir dinheiro suficiente para a compra de papéis, viagens e despesas afins. Quem puder contribuir deverá depositar qualquer quantia na conta 4019-3, do Banco do Brasil, agência 0383/2. Quaisquer informações poderão ser obtidas nos telefones (011) 228 2899, (011) 228 2031 ou (011) 887 0970.

No lançamento oficial da campanha, ocorrido a sete de abril, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, mais de 800 pessoas deram seu apoio. Apesar do grande número de oradores inscritos, falaram poucos: o ex-governador Franco Montoro, Fernando Ferreira, da Anistia Internacional, d. Angélico Sândalo Bernardino, bispo-auxiliar da arquidiocese, o rabino Henry Sobel, Jair Meneguelli, presidente da CUT, a prefeita Luiza Erundina e o deputado Luiz Gunshiken, presidente do PT. A palavra final coube a Adolfo Peres Esquivel, que indicou o nome de d. Paulo ao Comitê do Prêmio, em Oslo, na Noruega.

Cartazes - Já estão abertas, ainda, as inscrições para um concurso nacional de cartazes sobre a campanha, tendo como tema a Paz. Também para essa iniciativa, as informações podem ser obtidas nos telefones acima. Pelo correio, o endereço é o seguinte: rua Mauá, 836, casa 35, CEP 01028, São Paulo, SP.

Síntese

ENCONTRO ECUMÊNICO

Passo Fundo, RS (AGEN) - Partilhar experiências e traçar caminhos comuns são dois dos objetivos do I Encontro Intercomunitário de Lideranças Cristãs, a ser realizado dia 7 de maio, das 14 às 17h30, no Instituto Educacional de Passo Fundo (RS).

AIDS E RELIGIÃO

Rio de Janeiro, RJ (AGEN) - O Programa Apoio Religioso contra a AIDS (Arca), do Instituto de Estudos da Religião (Iser), promove dia 6 de maio, das 9 às 17h, o Encontro "AIDS e Religião", na sala de reuniões do Iser, Largo do Machado, 21, Rio de Janeiro, fone (021) 265 5747. Para proporcionar uma abordagem interdisciplinar da AIDS, estarão presentes médicos, psicanalistas e religiosos.

PASTORES NA HUNGRIA

Budapest, Hungria (EPS-AGEN) - Retomaram suas atividades na Igreja Luterana na Hungria três pastores exonerados em função do conflito Igreja-Estado nos anos 50. São eles: Laszlo Scholz, Laszlo Danhauser e Tibor Schulek.

VICARIATO DA SOLIDARIEDADE

Santiago, Chile (AGEN) - Os bispos católicos do Chile divulgaram recentemente uma carta aberta de apoio ao Vicariato da Solidariedade, organismo de direitos humanos vinculado à Igreja, que tem sofrido sérias pressões do governo do general Augusto Pinochet.

América Latina

REGIONAL DO MNDDH CONDENA VIOLÊNCIA NA CADEIA DE CUIABÁ

Cuiabá, MS (AGEN) - O regional Centro-Oeste do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH), em seu encontro anual, ocorrido nesta cidade, dias 14 e 15 de abril, repudiou a violência policial praticada contra os presos da cadeia de Carumbé, quando foram mortos 11 presos e dois policiais civis.

As organizações do MNDDH, compreendendo os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Distrito Federal, frisaram: "Condenamos a violência desenfreada que vem sendo cometida diariamente contra o povo brasileiro e, em especial, contra a população carcerária, que de forma brutal e covarde tem sido 'silenciosamente' exterminada por grupos que se prevalecem da roupagem do Estado e atentam contra a dignidade humana e contra toda a coletividade".

Reféns e assassinatos - Os presos de Carumbé, reclamando das condições da cadeia, superlotada, sem água e instalações adequadas, tomaram como reféns diversas pessoas, no horário de visitas, dia nove de abril. O secretário de Justiça do estado, Gastão Muller, ordenou a invasão da cadeia, feita por 400 policiais.

Depoimentos de reféns assinalam que, mesmo desarmados, os presos amotinados acabaram sendo obrigados a se deitar no chão, sendo ali mesmo assassinados, pelas costas.

O MNDDH denuncia: "Diversos setores policiais, inteiramente despreparados, não comungam com o estágio de civilização de nosso povo. Provas disso são as incontestáveis evidências de que as autoridades de Cuiabá já tinham conhecimento, desde o dia nove de março, de que a rebelião na Penitenciária de Carumbé estava em gestação, como atestam os ofícios do juiz federal Odilon de Oliveira endereçados a Gastão Muller".

Nesses documentos, o juiz informa que havia recebido, "de fonte idônea", a afirmação de que um plano de fuga em massa estava para ser executado. O juiz acrescenta que sabia da "existência de armas em poder dos internos".

Os documentos foram enviados ainda ao secretário de Segurança Pública do estado, Hilário Mozer Neto.

Nenhuma providência - Apesar disto, o regional Centro-Oeste do MNDDH lembra que "tiveram conhecimento do fato com um mês de antecedência e nada fizeram. Por quê?

A Câmara Municipal de Cuiabá, em termos grandiloqüentes, enviou à Polícia Militar e à Polícia Civil uma moção de aplauso, de autoria do PDT: "O coração cuiabano que se ufana de orgulho pelo resgate de sua defesa e segurança, reparte-se em dor pelo sangue dos filhos dessas augustas corporações, tombados e seqüelados nessa campanha... Homens de têmpera, de equilíbrio e responsabilidade... Briosas corporações..."

As entidades perguntam, ainda na nota à opinião pública, se "os mesmos vereadores não irão propor, em futuro próximo, a implantação de campos de concentração, devidamente equipados com câmara de gás, com tecnologia importada dos arquivos hitleristas?"

CRESCE NÚMERO DE MORTES EM CADEIAS

São Paulo, SP (AGEN) - As péssimas condições carcerárias, em todo o país, vêm provocando seguidas e infindáveis mortes. No dia 5 de fevereiro, 18 presos foram mortos por asfixia, no 42º DP, em São Paulo. Dois dias depois, sete presos morreram assassinados em Rondonópolis, no Mato Grosso. A sete de março, Adão Lopes de Souza e Antônio dos Reis da Silva (fotos) foram escolhidos entre os presos da cadeia pública de Ribeirão Preto (SP) para serem linchados, como forma de protesto contra a superlotação carcerária e as condições de vida dos presos.

E agora, em Cuiabá, nova ação policial mata 11 presos. A rebelião, no caso, como assinalam as entidades do MNDDH, já era conhecida de antemão, mas nada se fez para evitá-la.



PROMOTOR DENUNCIA ESQUADRÃO DA MORTE EM UBERABA, MG

Uberaba, MG (AGEN) - O promotor público Geraldo Brasil, da Segunda Vara Criminal da comarca desta cidade, no Triângulo Mineiro, denunciou a existência de um "Esquadrão da Morte" na cidade, que emprega métodos violentos para obter confissões e até vingar questões pessoais. Pelo menos dez policiais civis já foram condenados e outros dez estão respondendo a processos.

Os crimes vão desde espancamentos e torturas — inclusive em menores e mulheres — até abuso de autoridade e participação em negócios ilícitos. Algumas vítimas revelaram que os policiais usam máquinas de choque, jatos de água nos olhos e pau-de-arara. Usam normalmente o local conhecido como Eucalipto para interrogar os suspeitos.

Tapa e processo - "Não se pode nem dar um tapa que logo vem processo", reclama o delegado regional de polícia, Mário Zacato Filho, justificando a violência de seus subordinados. "Se tiver de tratar bandido a pão-de-ló é melhor fechar a delegacia", afirma Zacato, respondendo a dois processos.

A Comissão de Direitos Humanos da arquidiocese de Uberaba está preocupada com a situação e aponta um outro problema: a condição subumana a que estão submetidos os presos da cadeia pública local. Segundo o presidente da CDH, advogado Fábio Macciotti, "essa prática está sendo incorporada ao dia-a-dia e aos costumes da polícia, onde há apenas uma minoria contrária às torturas".

Síntese

SOLO URBANO

Petrópolis, RJ (AGEN) - O Centro de Defesa dos Direitos Humanos desta cidade está lançando duas publicações sobre o problema do solo urbano, ambas de autoria do advogado Miguel Baldez, assessor da Articulação Nacional do Solo Urbano (Ansur) e de encontros e cursos em todo o país.

As publicações — "Sobre o Papel do Direito na Sociedade Capitalista - Ocupações Coletivas - Direito Insurgente" e "Sobre a Reforma Urbana", — custam, cada uma, NCz$ 1,00. Os pedidos podem ser feitos diretamente ao CDDH-Petrópolis, Caixa Postal 90581, CEP 25600, Petrópolis, RJ, ou pelo telefone (0242) 42 2462. Os trabalhos estão em linguagem simples, direcionados basicamente aos profissionais e estudantes de Direito, além de membros do movimento popular.

MPC LANÇA BOLETIM

Juiz de Fora, MG (AGEN) - Está circulando o primeiro número do boletim do Movimento de Profissionais Cristãos (MPC), desta cidade. O MPC é a denominação brasileira do Movimento Internacional de Intelectuais Católicos (Miic) e abriga, basicamente, profissionais de nível superior que têm uma prática de vida comprometida com os oprimidos e empobrecidos. O número 1 traz notícias sobre a Campanha da Fraternidade, e uma análise do trabalho do grupo juizforano. Os interessados em conhecer o trabalho do grupo e receber o boletim podem escrever a Marcelo Frank - rua Professor Cunha Figueiredo, 37, CEP 36025, Mundo Novo, Juiz de Fora, Minas Gerais.

CNRA PEDE ACOMPANHAMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA

Brasília, DF (AGEN) - As organizações que compõem a Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA) — como Associação Brasileira pela Reforma Agrária (Abra), Inesc, Ibase — estão solicitando dos movimentos populares e segmentos progressistas da opinião pública uma maior atenção para o funcionamento da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados. É nesta Comissão, em primeira instância, que serão debatidas as propostas de legislação ordinária e complementar ao novo texto constitucional, referentes a questões como a política agrícola e a reforma agrária.

A maioria dos 51 membros da Comissão é de extração conservadora. O presidente, deputado José Egreja (PTB-SP), usineiro em Penápolis (SP), tem vinculações com a União Democrática Ruralista. Pelo menos outros cinco integrantes são ligados à UDR. O deputado Jovani Masini, do PMDB, é um dos dirigentes uderristas no Paraná. São fazendeiros ou pecuaristas 18 membros da Comissão.

Entre os destaques dos componentes conservadores está Alysson Paulinelli (PFL-MG), ex-ministro da Agricultura do governo Ernesto Geisel e presidente da Confederação Nacional da Agricultura. Por outra parte, integram a Comissão ardorosos defensores da reforma agrária, como Amaury Muller (PDT-RS), Antonio Marangon (PT-RS), Aldo Arantes (PC do B-GO) e José Carlos Sabóia (PSB-MA). Quatro integrantes são evangélicos, sendo dois conservadores — Antonio de Jesus (PMDB-GO) e Jayme Paliarin (PTB-SP) — e dois progressistas — Celso Dourado (PMDB-BA) e Nelson Aguiar (PDT-ES).

Reforma Agrária - A CNRA teme que, em função da maioria conservadora na Comissão, as propostas de reforma agrária sejam constantemente arquivadas ou refutadas. Tem sido mínima a presença dos componentes nas primeiras reuniões, que discutiram, basicamente, temas como liberação da importação de produtos agrícolas e perda do poder de troca dos produtos agrícolas em relação aos industrializados. Quase nada relacionado à democratização da estrutura fundiária. Daí o alerta para que os trabalhos sejam acompanhados atentamente.

São estes os 51 membros da Comissão de Agricultura e Política Rural, com qualificação ideológica fundamentada na atuação dos parlamentares no processo constituinte, e comentários extraídos de "A Nova Constituição — Avaliação do Texto e Perfil dos Constituintes", de João Gilberto Lucas Coelho e Antonio Carlos Nantes de Oliveira, coordenado pelo Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc) e publicado pela Editora Revan:

Presidente - José Egreja (PTB-SP) - Usineiro em Penápolis (SP), é ligado à UDR. Votou cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. Os autores o caracterizam como "reacionário a criar problemas para as teses progressistas na elaboração das leis complementares e ordinárias". Direita.

Vice-presidente - Rodrigues Palma (PTB-MT) - Advogado, votou cinco anos e contra desapropriação da propriedade produtiva. Comportamento instável quanto aos direitos trabalhistas. D.

Vice-presidente - Nestor Duarte (PMDB-BA) - Votou quatro anos, a favor de um fundo para a reforma agrária mas contra a limitação do direito de propriedade. Ligado ao governador Valdir Pires. Centro.

Vice-presidente - Jonas Pinheiro (PFL-MT) - Médico veterinário, cinco anos, é "adversário da reforma agrária, da participação popular e de medidas nacionalistas e estatizantes". D.

Titulares: PMDB - Antonio de Jesus (GO) - Pastor da Assembléia de Deus. Votou com o Centrão. D.

— Celso Dourado (BA) - Pastor presbiteriano, apoiou teses progressistas. Centro-esquerda.

— Darcy Deitos (PR) - Fazendeiro, cinco anos, mas teve "atuação surpreendentemente boa". C.

— Del Bosco Amaral (SP) - Advogado, a favor da desapropriação da propriedade produtiva. C.

— Hilário Braun (RS) - Militar da reserva, apoiou teses da UDR. D.

— Iturival Nascimento (GO) - Como suplente, chegou à Constituinte apenas em julho de 1988. C.

— Ivo Mainardi (RS) - Votou contra criação de fundo para reforma agrária (FRA), mas apoiou os direitos trabalhistas, menos estabilidade no emprego. C.

— Ivo Vanderline (SC) - Agropecuarista, dirigente cooperativista, votou contra desapropriação da propriedade produtiva e FRA. CD.

— Jorge Vianna (BA) - Médico, apoiou teses da UDR. D.

— Jovani Masini (PR) - Fazendeiro e industrial, dirigente da UDR no estado. D.

— Lélio Souza (RS) - Votou pela desapropriação da propriedade produtiva. C.

— Maguito Vilela (GO) - Fazendeiro, votou com a UDR. D.

— Marcos Queiroz (PE) - Fazendeiro, contra FRA. C.

— Maurício Nasser (PR) - Dono do Consórcio Nasser e da Rádio Cidade de Curitiba. D.

— Nider Barbosa (ES) - Pecuarista, votou com a UDR. D.

— Raul Belém (MG) - Pecuarista no Triângulo Mineiro. Contra FRA. C.

— Rosa Prata (MG) - Agropecuarista, ligada à UDR. D.

— Rospide Netto (RS) - Empresário, contra desapropriação da propriedade produtiva. C.

— Santinho Furtado (PR) - Agropecuarista, contra a reforma agrária. CD.

— Waldir Pugliese (PR) - Ex-membro do PCB, apoiou teses progressistas. CE.

PFL - Alcides Lima (RR) - Chegou agora à Câmara. CD.

— Alércio Dias (AC) - Muito indeciso. CD.

— Alysson Paulinelli (MG) - Ministro da Agricultura no governo Ernesto Geisel. Considerado um dos melhores "quadros da direita". D.

— Erico Pegoraro (RS) - Ligado ao senador Carlos Chiarelli. CD.

— Francisco Coelho (MA) - Fazendeiro, contra desapropriação de propriedade produtiva. D.

— Iberê Ferreira (RN) - Apoiou teses da UDR. D.

— Jacy Scaganata (PR) - Idem. D.

— Jonas Pinheiro (MT) - Ibidem. D.

— Sergio Brito (BA) - Fazendeiro, esteve com sua classe. D.

— Ubiratan Spinelli (MT) - Dono de seringais, ligado à UDR. D.

— Vinícius Cansanção (AL) - Apoiou teses da UDR. D.

PSDB - Edmundo Galdino (TO) - Chegou agora à Câmara.

— Nelton Friedrich (PR) - Agropecuarista, mas apoiou teses progressistas, liderança em ascenção. CE.

— Saulo Queiroz (MS) — Contra a reforma agrária, dificilmente continua no PSDB. CD.

— Vicente Bogo (RS) - Assessorou movimentos de sem terra. E.

PDS - Adauto Pereira (PB) - Agropecuarista e industrial. D.

— Adylson Motta (RS) - Votou, surpreendentemente, quatro anos para o presidente José Sarney. D.

— Osvaldo Bender (RS) - Comerciante e industrial, apoiou propostas da UDR. D.

PDT - Amaury Muller (RS) - Um dos grandes defensores da reforma agrária. E.

— Carlos Cardinal (RS) - Agropecuarista, apóia o cooperativismo e votou a favor das teses progressistas. CE.

— Nelson Aguiar (ES) - Da Igreja Batista, elegeu-se pelo PMDB. CE.

PTB - Jayme Paliarim (SP) - Pecuarista e pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular. CD.

PT - Antonio Marangon (RS) - Ocupa a vaga de Olívio Dutra, E.

— João Paulo (MG) - Sindicalista. E.

PDC - Paulo Mourão (TO) - Chegou agora à Câmara. D.

PL - Oswaldo Almeida (RJ) - Agricultor, major da reserva. D.

PC do B - Aldo Arantes (GO) - Grande defensor da RA. E.

PSB - José Carlos Sabóia (MA) - Antropólogo, ligado à questão indígena e à luta pela reforma agrária. E.

CUT E CPT QUESTIONAM AÇÃO DA JUSTIÇA NA PARAÍBA

Conde, PB (AGEN) - Sessenta entidades do movimento popular da Paraíba divulgaram uma nota à opinião pública condenando a "violência praticada contra posseiros da Fazenda Tambaba", neste município, alertando, ainda, para o crescimento do número de conflitos no estado e questionando, no final, a ação da Justiça.

"Mais uma vez denunciamos a violência cometida contra trabalhadores rurais por PMs do Primeiro Batalhão da Polícia Militar da Paraíba, capangas e proprietários rurais. Na sexta-feira, 14 de abril, os proprietários Ênio Pessoa Guerra, Frederico Lundregem Neto, Luiz Venâncio Pedrosa de Melo e Lúcio Pedrosa de Melo, além dos advogados João Montenegro e Palmeira, lideraram pessoalmente cerca de 30 capangas, alguns embriagados e 25 policiais, em uma ação criminosa contra os posseiros da Fazenda Tambaba".

Milícia paramilitar - As entidades, entre elas a CPT/PB, a CUT/PB e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da arquidiocese da Paraíba denunciaram, ainda, que 21 casas foram destruídas, roubados animais domésticos e queimados documentos dos trabalhadores, que moram na área há mais de três anos.

Assinala o documento: "Pergunta-se sobre a atitude do juiz Antônio Leobaldo Monteiro, da comarca de Alhandra, que é lento no encaminhamento das questões de interesse dos trabalhadores, no caso do assassinato do agricultor José Avelino (Zé da Lela) e da Chacina de Alhandra, presenciada pelo próprio juiz, praticada pelo proprietário Severino Mariano de Sena contra trabalhadores de Gurugi".

Ainda seguindo o mesmo direcionamento, a nota lembra que "o mesmo juiz, na sexta-feira, despachou, em 24h, o pedido de reintegração de posse em favor dos proprietários da Fazenda Tambaba".

Seqüestros e mortes - As entidades condenam, no final, a "impunidade" observada no recente despejo: "A impunidade se torna mais evidente, pois os proprietários que lideraram a ação criminosa são conhecidos no litoral sul da Paraíba, por praticarem todo tipo de ameaças, seqüestros, mortes e outras ações criminosas contra trabalhadores rurais, em flagrante desrespeito às leis e decisões judiciais".

Assinam o documento a CPT-PB, a CUT-PB (e suas 47 entidades a ela filiadas), o CDDH-PB, a Coordenação Diocesana de Pastoral, a Comissão de Acompanhamento à Constituinte Estadual, a Pastoral Universitária, a Pastoral da Juventude do Meio Popular, o Centro de Formação Pastoral, o Conselho Pastoral, o Movimento dos Sem Casa, o Conselho de Presbíteros e a Coordenação das Comunidades Eclesiais de Base.

SEDE DA CPT ARROMBADA NO ACRE: POLÍCIA NÃO TEM SUSPEITOS

Sena Madureira, AC (AGEN) - O coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Sena Madureira (145 quilômetros de Rio Branco), Adão Costa Silva, denunciou o arrombamento da sede da organização, vizinha a um salão paroquial, à rua Avelino Chaves, Centro. O fato ocorreu a 13 de abril, à noite.

Foram quebradas máquinas de escrever, forçados as portas, armários e gavetas. Após o arrombamento, cujos autores não foram identificados pela polícia, desapareceram documentos sobre o projeto de implantação de reservas extrativistas, em estudos no município.

Tensão social - O assessor jurídico da CPT, Luís Marques, informou que o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) acompanha o processo de implantação de reservas extrativistas pelo Ministério da Agricultura nos seguintes seringais do município: Favo de Mel (11 mil ha) e Iracema (78.700 ha). Marques disse, ainda, que a CPT tem conseguido ganhar na Justiça todos os casos sobre o não pagamento de renda pelos seringueiros aos seringalistas. "Essa é a origem da tensão social no município", disse.

Luís Marques disse que na semana passada foi colocado um bilhete sob a porta do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sena Madureira, com ameaças à CPT e aos que se negam a pagar a renda, "que vai ser cobrada de qualquer jeito".

A Delegacia de Polícia local foi informada do fato ocorrido na sede da CPT, mas não havia se mostrado empenhada na solução, pois quase 24h depois tomou as primeiras providências. O secretário de Segurança, Lourival de Oliveira, disse que não sabia do arrombamento na sede da CPT. A organização enviou telex sobre a ocorrência ao presidente da República, José Sarney, ao diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, e ao ministro da Justiça, Oscar Dias Correa. (Flamínio Araripe)

Brasiléia, AC (AGEN) - Serão ouvidos no dia 4 de maio, nesta cidade, as últimas quatro testemunhas de defesa do fazendeiro Darli Alves da Silva, 53, preso em Rio Branco, acusado de ser o mandante da morte do ecologista e líder sindical Chico Mendes, a 22 de dezembro de 88.

A advogada Sueli Aparecida Bellato, coordenadora do colegiado de advogados que acompanha o caso — entre eles o ex-presidente da OAB federal, Márcio Thomaz Bastos —, prevê um clima tenso nessa última fase de depoimentos de testemunhas. "Brasiléia é o que poderíamos chamar de covil. Ali foi decidida a morte de Chico Mendes", comentou ela à AGEN, em entrevista na sede da CUT nacional, em São Paulo.

Nomes incompletos - Por se tratarem apenas pelo primeiro nome, a defesa não enviou à Justiça os nomes completos das testemunhas que irão depor em favor de Darli Alves, mas sabe-se, segundo Sueli Bellato, que um deles, conhecido por Antônio, é proprietário de uma churrascaria onde foram tramadas duas emboscadas contra o padre Luís Ceppi, coordenador da CPT estadual do Acre.

Na sexta-feira, 21, a partir das 8h, a advogada esteve em Rio Branco, onde foram ouvidos, através de carta precatória, o pecuarista Antônio Farias de Araújo e o açougueiro Geraldo Fernandes de Araújo, que afirmaram conhecer Darli há mais de 10 e 17 anos, respectivamente, "sendo um homem bom, cumpridor de seus deveres, bom pagador, amigos". Os dois frisaram, ainda, "que nunca vimos ou ouvimos, em todos estes anos de convivência, qualquer referência de Darli sobre Chico Mendes".

Advogados da UDR - Além dos dois advogados que já vêm trabalhando no caso, defendendo Darli e seu filho Darci Alves Pereira, 21, acusado de ser o autor do disparo de escopeta que matou Chico Mendes, chegarão ao Acre, em breve, outros dois advogados, contratados pela UDR, segundo informações do advogado Rubens Torres, um dos que já estão no caso, à advogada Sueli Bellato.

À AGEN, em tom firme e decidido, enfatizou estar sendo "muito difícil" trazer ao processo os outros fazendeiros "envolvidos na trama do assassinato de Chico Mendes", listados em uma carta enviada às autoridades estaduais e federais pela própria vítima, pouco antes de sua morte. "Não temos dúvidas quanto ao julgamento de Darli e Darci pelo Tribunal do Júri, mas para nós isto não basta. Existem outros envolvidos que têm de ser punidos", observou.

Povos Indígenas

MINISTRO REVELA POSIÇÃO DO GOVERNO SOBRE ÍNDIOS

São Paulo, SP (AGEN) - As declarações do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, pronunciadas a 19 de abril, Dia do Índio, são reveladoras sobre a posição do governo frente à questão indígena. No mesmo momento em que o índio Davi Yanomami era homenageado pelo Congresso Nacional, no plenário da Câmara, o ministro fazia afirmações, durante um Seminário sobre a Amazônia, como a de que os índios brasileiros são "atores que usam calça jeans e relógio, além de possuírem filmadoras Panasonic".

Davi Yanomami aproveitou a homenagem para denunciar que o território de seu povo continua sendo invadido por garimpeiros, apesar do governo ter anunciado recentemente que iria retirá-los. "É impossível tirar 40 mil pessoas de um lugar", dizia, simultaneamente, o general Leônidas Gonçalves.

Exposição - No mesmo 19 de abril, foi aberta a Exposição de Fotos de Crianças Índias Tapeba, de José Albano, no hall do Anexo II da Câmara dos Deputados, em promoção da deputada Moema São Thiago (PSDB-CE). Os índios Tapeba vivem em Caucaia (CE).

Homenagem - O índio Davi Yanomami também foi homenageado no dia 20 de abril, no Museu de Arte de São Paulo (Masp), onde, de 6 a 23, a Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY) promoveu uma exposição fotográfica sobre esse povo indígena.

ASSEMBLÉIA INDÍGENA CONTESTA GENERAL LEÔNIDAS

Manaus, AM (AGEN) - Os participantes da 1ª Assembléia das Organizações Indígenas da Amazônia, realizada em Manaus, contestaram as declarações feitas a 19 de abril, Dia do Índio, pelo ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves. Entre outras afirmações, pronunciadas quando participava de um Seminário sobre a Amazônia no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, o ministro disse que "dos 220 mil índios brasileiros, apenas cerca de 30 são selvagens".

Segundo o índio tukano Manoel Moura, um dos organizadores do encontro indígena em Manaus, as declarações do ministro do Exército têm como objetivo "colocar os povos indígenas e a sociedade envolvente em conflito". O líder tukano observou que anova Constituição brasileira reconhece o direito dos povos indígenas à sua própria cultura.

Participaram a 1ª Assembléia das Organizações Indígenas da Amazônia, desenvolvida de 17 a 21 de abril, 52 representantes de 24 nações indígenas. Estavam representadas 18 organizações, como União das Nações Indígenas, Conselho Indígena de Roraima e Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro. O encontro foi encerrado com um ato público, no centro de Manaus, com a participação dos ribeirinhos atingidos pela barragem de Balbina. O ato teve apoio do Fórum Permanente de Alternativas para a Amazônia, integrado, entre outras organizações, pelo Cimi, CPT, Fase, Universidade do Amazonas e Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa).

XOKÓ MOBILIZADOS PARA RECUPERAR SUAS TERRAS

Maceió, AL (Cimi-AGEN) - Os índios Xokó, do município de Porto da Folha (SE), que iniciaram, dia 6 de abril, acampamento na delegacia regional da Funai, em Maceió (AL), tentando agilizar o processo de demarcação de suas terras, atualmente em mãos de fazendeiros, decidiram que retomarão seu território através de conflito aberto com os invasores, caso a Fundação Nacional do Índio não resolva o maior problema hoje enfrentado por seu povo, nas formas legais.

O clima de inquietação entre os Xokó é decorrente do resultado da conversa que tiveram no dia 11 de abril com o superintendente regional da Funai (sede em Recife), Lauri Camargo, cuja viagem a Maceió tinha sido anunciada para o dia 12, de acordo com informações transmitidas à imprensa pelo administrador da Delegacia local (Maceió e Sergipe), Marcelo Antonio Elihimas.

Na opinião do pajé Antonio Medeiros, que desde o dia 3 encontrava-se na sede da Funai em companhia 47 índios, a chegada antecipada do superintendente aconteceu de propósito, com o objetivo de livrar-se da pressão dos Xokó, que planejavam convidar a imprensa a acompanhar o diálogo. O cacique Gileno Clementino, que não se encontrava na sede da Funai quando Lauri Camargo chegou, só conseguiu manter contato com o superintendente no final da tarde, o que resultou em uma conversa de poucos minutos.

Sem solução - Lauri Camargo comunicou aos Xokó que a Funai não se mobilizará em função dos índios de Porto da Folha enquanto não for concluído o processo que, segundo ele, estaria tramitando na Justiça em Sergipe. Este dado contradiz as informações circuladas anteriormente pela própria Funai, de que para o caso dos Xokó faltaria somente a liberação da verba para indenizar os invasores.

A advogada Rosane Freire Lacerda, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), não vê fundamento nas declarações do superintendente da Funai: "O único processo de que temos conhecimento que tramita na Justiça de Sergipe é uma ação de reintegração de posse movida pela Procuradoria da República em favor dos índios. O processo de demarcação, por sua vez, trata-se de um ato administrativo de governo federal, que tem uma sistemática própria". Ainda segundo a advogada, um processo de demarcação não prevê a interferência de nenhum ato judicial, podendo ambos se desenvolverem paralelamente.

Responsabilidades - Diante dos resultados da conversa com a Funai, os Xokó estão dispostos a trilhar outros caminhos. Os cerca de 250 índios que ficaram na Ilha de São Pedro — área de 99 hectares situada entre Pão-de-Açúcar (AL) e Porto da Folha (SE) — estavam apenas aguardando o comunicado de seus parentes que se encontram em Maceió para ocuparem a Fazenda Caiçara, na margem sergipana, atualmente em poder do latifundiário alagoano Jorge Pacheco. Segundo a própria Funai, Pacheco estaria interessado em entregar a propriedade, diante de imediata indenização. Alertou, contudo, que a Funai não deixasse os Xokó voltarem à área antes disso, pois estava se resguardando com jagunços armados.

O cacique Clementino diz que seu povo não desistirá de readquirir as suas terras, perdidas há 100 anos para grileiros, e que responsabilizará a Funai por qualquer gravidade que ocorrer. Os Xokó também pretendem deslocar um grupo até Brasília, para pressionar as autoridades federais.

GUARANI E TUPINIQUIM EXIGEM RETIRADA DE POSSEIROS

Linhares, ES (AGEN) - Cerca de 300 índios Guarani e Tupiniquim participaram do 2º Encontro Indígena do Espírito Santo, realizado dias 16 e 17 deste mês, em Barra do Riacho, município de Aracruz, a 90 quilômetros de Vitória. Os índios solicitaram maior assistência do governo federal e exigiram da Funai a retirada dos posseiros que ocupam parte das reservas. Nenhuma autoridade municipal, estadual ou federal compareceu ao Encontro.

A reunião foi dirigida pelos caciques José Sizenando, da tribo Tupiniquim de Caieiras Velhas, e João Carvalho, dos Guarani de Boa Esperança. Também esteve presente a comunidade indígena de Comboios de Baixo. O Encontro foi centralizado na "grande falta de apoio do Poder Público" à comunidade indigenista da Aracruz — único local do Espírito Santo onde vivem cerca de mil remanescentes dos Guarani e Tupiniquim.

Repúdio - Os índios repudiaram a conceituação que "o homem branco" faz deles, qualificando-os de "indolentes, preguiçosos e vagabundos". Os Guarani e Tupiniquim reclamaram da Funai, que ainda não cumpriu a promessa de retirar os posseiros que, há mais de 10 anos, ocuparam a reserva de Comboios de Baixo, em Vila do Riacho, e desmataram significativa área da reserva, e constantemente ameaçam de morte os índios. A reserva abriga 52 famílias de Tupiniquim.

Os índios prestaram uma homenagem aos curumins (crianças) e a programação constou ainda de concurso de poesia sobre o índio, show de palhaços, banda de Congo (folclore regional), exibição do filme Iracema e dança dos curumins de Barra do Riacho. Ao final do Encontro, ficou decidido que o município de Aracruz sediará, no próximo ano, a 3ª Reunião das Comunidades Indígenas do Espírito Santo.

Política

SUCESSÃO AVANÇA COM DEFINIÇÃO DE PROPAGANDA NA TV

São Paulo, SP (AGEN) - O fato mais importante relacionado à sucessão presidencial, ocorrido nos últimos dias, foi o acordo dos líderes partidários no Congresso, firmado dia 18 de abril, definindo o espaço reservado à propaganda dos candidatos na televisão. Enquanto prosseguiam negociações no PMDB, visando à indicação do candidato do partido, os candidatos já em campanha, como Leonel Brizola (PDT), Luis Inácio Lula da Silva (PT), Roberto Freire (PCB), Mário Covas (PSDB) e Fernando Collor de Mello (PRN-PTR) continuavam costurando alianças e conversando com os diversos segmentos da opinião pública.

Em função de sua bancada majoritária no Congresso, o PMDB terá o maior espaço na propaganda gratuita na TV: 20 minutos diários. Lula, Covas e Brizola terão 10 minutos, seis a mais que Roberto Freire, Fernando Collor e Guilherme Afif Domingos (PL). O PFL, que ainda não definiu seu candidato — ou se irá apoiar um nome saído de outra agremiação — ganhou um tempo de 14 minutos.

De olho na TV - A importância do horário gratuito é obvia, sobretudo em uma disputa em que estarão em debate temas de dimensão nacional. Embora a conjuntura econômica deva ser um fator determinante nas tendências do eleitorado (e ela tem beneficiado claramente aos candidatos Lula e Brizola), o fator televisão não pode ser de modo algum desprezado. Todos os candidatos e candidatos a candidato sabem disso, e traçam sua estratégia para enfrentar câmeras e holofotes.

No momento, o maior agraciado pela mídia televisiva é o governador Fernando Collor de Mello, que tem alcançado índices surpreendentes nas pesquisas de opinião pública, graças ao apoio recebido da Rede Globo. Collor, como se sabe, é proprietário da emissora — TV Gazeta — que retransmite os sinais da Globo em Alagoas. Para reforçar sua campanha, Collor também conta com o trabalho do publicitário Washington Olivetto. Outro presidenciável que tem cacife televisivo de respeito é Jânio Quadros. Um dos principais assessores do ex-presidente é Augusto Marzagão, o número dois da poderosa Televisa, do México.

PMDB - A decisão de 11 governadores do PMDB, reunidos dia 19 de abril, em solicitar que o deputado Ulysses Guimarães retire a sua postulação, tornou mais clara a tendência do partido em apoiar a candidatura do governador de São Paulo, Orestes Quércia, à presidência da República. A idéia dos governadores é chegarem unidos à convenção, com o objetivo de derrotar o nome indicado pelo Palácio do Planalto, que é o do ministro da Agricultura, Iris Rezende.

Falta ao grupo de governadores encontrar uma solução honrosa para o "caso Ulysses Guimarães", que há 18 anos dirige o partido. Um elemento ponderável na balança do PMDB é o destino do governo de São Paulo que, no caso da desincompatibilidade de Quércia, ficaria nas mãos do vice Almino Affonso, historicamente ligado ao segmento mais "progressista" da legenda. Estaria o partido disposto a entregar uma máquina de peso, como é o governo de São Paulo, a uma pessoa que integrou o ministério João Goulart?

Outras interrogações dizem respeito aos demais candidatos a candidato, como os governadores da Bahia, Valdir Pires, do Paraná, Álvaro Dias, e Pernambuco, Miguel Arraes. Com quem eles estarão, se o candidato for mesmo Quércia? O diretório peemedebista em Pernambuco, por exemplo, cogita dar o apoio ao candidato do PT, se Arraes sair arranhado da luta interna no PMDB. Já o governador baiano é freqüentemente citado como provável vice de Covas, se igualmente sair preterido da convenção peemedebista.

Lula - O candidato do PT prepara nova viagem internacional, desta vez aos Estados Unidos, simultaneamente às reuniões para consolidar a Frente Brasil, que deve somar o PV, PSB, e PC do B. Nos EUA, Lula manterá diversos encontros, entre eles, com "The Wall Street Journal", porta-voz da comunidade financeira norteamericana.

Roberto Freire - O candidato comunista participou, dia 18 de abril, de um encontro com empresários japoneses. No dia 19, foi divulgada uma pesquisa, do Instituto Harrop, apontando Freire, com 19%, na preferência dos eleitores em Recife, seu reduto eleitoral, seguido de Fernando Collor, com 17%. Brizola e Lula aparecem em terceiro e quarto lugares, respectivamente com 13 e 12%.

Brizola - Procurar um nome para compor ao seu lado a chapa do PDT parece ser a tarefa no momento de Leonel Brizola. Não está descartada a hipótese do vice de Brizola ser o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antonio Medeiros, prócer do "sindicalismo de resultados". No programa nacional do PDT na TV, dia 20, Brizola elogiou Medeiros.

Caiado - Dia 23 de abril, Ronaldo Caiado, presidente licenciado da UDR, ingressou no PDC, partido pelo qual pretende candidatar-se à presidência da República. Setores pedecistas são contra.

Movimentos Sociais

TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES: "CONSTITUIÇÃO NÃO É CUMPRIDA"

Brasília, DF (AGEN) - Trabalhadores ligados às Comunicações estão enviando a todos os parlamentares brasileiros uma carta de advertência sobre a "não obediência à Constituição em vigor praticada pelo Ministério das Comunicações". Segundo eles, o Ministério não readmitiu um só trabalhador anistiado pela Constituição, por participação em movimentos políticos ou reivindicatórios. Lembraram no documento: "A permanecer essa situação, desmoraliza-se a Constituição e o Poder Legislativo, cristaliza-se a discriminação aos trabalhadores do setor e configura-se um 'poder superior', acima da Lei, do Bem e do Mal, da parcela das autoridades todo-poderosas, para a qual a Lei não vale".

O Congresso Constituinte aprovou a anistia a todos os trabalhadores demitidos por motivações políticas na sessão de 15 de junho de 88, por 406 votos contra 8. "Naquele instante, trabalhadores com 10, 15, 20 ou mais anos de serviço recuperavam o direito ao trabalho. Imagens de impressionante emoção nas galerias foram compartilhadas pelos constituintes em plenário e por milhares de pessoas, em todo o país, que acompanharam o processo".

Situação aflitiva - Lembram os trabalhadores que na área do Ministério das Comunicações, no entanto, as readmissões não ocorreram, permanecendo os atingidos em "situação aflitiva". Assim, na Telebrás, Embratel, nos Correios e nas empresas operadoras de telecomunicações dos estados, "a Constituição não está sendo cumprida".

Os trabalhadores querem o apoio de todos os parlamentares que votaram a favor da anistia. Assinam o documento a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações, os Sindicatos dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações, os Sindicatos dos Trabalhadores em Empresas de Comunicação Postal e Telegráfica, Associações de Empregados da Embratel e Associações de Empregados dos Correios.

PLENÁRIO POPULARES TENTAM VIABILIZAR "PROJETO"

Rio de Janeiro, RJ (AGEN) - A Secretaria Nacional dos Plenários Pró-Participação Popular na Constituinte está informando que, a fim de tornar viável a publicação do boletim "Projeto", sobre os trabalhos constituintes, 2 mil pessoas precisam assiná-lo, ao preço de NCz$ 30,00. O boletim tem a finalidade de informar sobre as leis complementares, as votações importantes do Congresso, facilitando a interferência das entidades de todo o país.

A assinatura pode ser individual ou por entidades, no seguinte endereço: rua Pinheiro Machado, 31, Laranjeiras, CEP 22231, Rio de Janeiro, RJ, ou pelo telefone (021) 205 5941.

BISPOS RELATAM CASOS DE VIOLÊNCIA

Itaici, Indaiatuba, SP (AGEN) - Publicamos o depoimento de quatro bispos, à 27ª Assembléia Geral da CNBB, relacionados a conflitos de terra em suas dioceses, situadas em diferentes regiões do Brasil. Os depoimentos foram prestados na tarde do dia 10 de abril:

1º DEPOIMENTO/RELATO - SOBRE CPT

"Relato apenas dois fatos ocorridos, recentemente, que ilustram a situação de violência na região Norte. Estes acontecimentos têm recebido a atenção e acompanhamento da CPT - Amazonas/Roraima.

Em Manaus, na madrugada de 29 de março, o advogado da CPT regional AM/RR, dr. Eder Coelho sofreu atentado quando caminhava a pé para a casa da sua irmã.

Dois homens desconhecidos desceram de um carro preto e,se identificando como policiais,comandaram que Eder os acompanhasse. Ao recusar, Eder foi baleado no estômago. Os agressores fugiram. Eder conseguiu chegar na casa da sua irmã e foi levado a um hospital onde foi submetido a uma cirurgia que salvou sua vida.

O inquérito policial, até a semana passada, tinha se limitado a receber depoimentos de testemunhas sobre antecedentes da vítima. A delegada não tinha recebido o laudo de exame de corpo delito e declarou que não sabia como continuar as investigações.

O segundo fato trata da morte do Rio Uatumã, afluente do Rio Amazonas. Em conseqüência do funcionamento da hidroelétrica de Balbina no mês de fevereiro, as águas da represa — estagnadas há mais de um ano e meio — passaram pelas turbinas rio abaixo.

Durante a Semana Santa andei visitando as pequenas comunidades cristãs situadas na beira do Rio Uatumã. A história que o povo contou foi uma só, o grito um só: "Mataram nosso rio. A Eletronorte acabou com nosso peixe". De fato, milhares de peixes e bichos de caça morreram. O povo não pode beber a água e nem tomar banho no rio. Os engenheiros da Eletronorte dizem que a própria natureza corrigirá a situação dentro de seis anos. Mas, cientistas do Inpa dizem que há uma só situação: o fechamento total da Balbina.

Estes são apenas dois exemplos da violência contra o povo e a natureza que existe no norte do país. Outros irmãos bispos da área podem dar testemunho do sofrimento do povo, sofrimento causado pelo Projeto Calha Norte, pelas mineradoras e madeireiras e pelos projetos de colonizações".

D. Jorge Marskel
CPT Amazonas/Roráima - 10/04/89

2º DEPOIMENTO - CASO SALTO DO JACUÍ

"A situação dos colonos (quase 600 famílias) que entraram na Fazenda Santa Elmira e decidiram dela não sair pacificamente, só se compreende pelos fatos que antecederam ao massacre.

Eles iniciaram sua caminhada, em novembro de 1987, no município de Palmeira das Missões, diocese de Frederico Westphalen, na Fazenda do Salsd. Três dias depois foram retirados e partiram para o Santuário de Caaró, no município de Caibaté, na diocese de Santo Ângelo.

Em maio de 1988, vão na Fazenda da Barra, com promessa de 60 dias e, no dia 25/07/88, ocupam a Fazenda Buriti, com 45 dias,em Santo Ângelo.

No dia 30/07/88 são levados para a área do Governo do Estado, em Tupanciretã, diocese de Santa Maria.

No dia 25/09/88, são transportados para o Rincão do Ivaí, missão do Salto do Jacuí — diocese de Cruz Alta —, com a solene promessa do secretário da Agricultura de serem assentados todos, em 30 dias.

Nesse acampamento, classificado por um juiz de Direito da região "pior do que um campo de concentração, pelas privações de todo gênero, pelas quais passam, principalmente espaço físico reduzidíssimo, falta de remédios, sem possibilidade de nem trabalhar, lançamento de agrotóxicos por fazendeiros vizinhos".

Aos 09/03/89, ocuparam a Fazenda Santa Elmira, donde foram sangrentamente, massacrados e retirados no dia 11/03/89.

Resistiram porque a situação de injustiça era gritante e eles chegaram ao desespero: preferiram morrer do que continuar a viver desse jeito.

A batalha foi precedida pelo lançamento, através de dois aviões da UDR, de bombas de gás lacrimogênio, de efeito moral,e nessa hora os colonos pediram trégua acenando com bandeira branca; mas não foram atendidos.

O cerco policial foi formado por 1.500 homens e o ataque efetuado com tiros incessantes de fuzis e rajadas de metralhadoras.

Alguns colonos se valeram de algumas espingardas, tipo "caça-tico-ticos" e alguns revólveres.

Feridos, trazidos para o hospital: soldados 2, colonos 21. Dois, em estado grave, levados para a UTI. Entre eles, frei Sérgio Görgen, religioso, não padre, franciscano.

Mortos: nenhum, graças a Deus.

Presos: 22. D. Orlando Dotti e eu fomos visitá-los em Sobradinho, onde encontramos também o pe. Paulo Cerioli, religioso oblato.

Violências após a batalha:

1) Pobres colonos despidos e jogados em cima de formigueiros;
2) A uns, arrancadas as barbas, ao vivo;
3) Outros, tratados aos pontapés e levados para valas".

Dom Jacó Hilgers
Bispo de Cruz Alta, RS

3º DEPOIMENTO - SITUAÇÃO DO PARANÁ

" ● O problema dos sem terra existe em várias dioceses do Paraná. Especificamente, em nossa diocese de Guarapuava são 13 acampamentos, entre pequenos e grandes.

Alguns acampamentos com 2 ou 3 anos de existência.

Em Guarapuava, o maior está com 6.000 pessoas, aproximadamente, vindas de 53 cidades do centro-oeste e sudoeste do Paraná. Tem 8 meses de existência e está na condição de **ocupação** e as pessoas com problemas de desnutrição.

● **Relacionamento com o Governo:** os assentamentos conseguem ajuda periódica, mas o assim chamado "ocupação" não recebe a mínima ajuda. A desculpa do Governo é que não quer ser cúmplice de uma ocupação.

● **Relacionamento com os setores da Igreja e Pastorais:** é muito bom. Temos recebido colaboração dos bispos da Regional, da CPT — dos religiosos, das paróquias, dos jovens, da Catequese.

● **Presença evangelizadora e catequizadora:** a organização dos sem terra é profunda. Horários, trabalhos e governo como num convento. Métodos totalmente participativos com as lideranças locais.

Desejo solicitar a presença do Setor Catequese. A aplicação do método **Fé e Vida da Catequese renovada funciona.** A mesma função que fez o catecismo crescer em Comunhão para a Regional Sul 2 está presente em vários acampamentos com o trabalho de nucleação de Círculos Bíblicos. Os religiosos cuidam de ensinar métodos de alimentação alternativa e medicina caseira. Os catequistas rurais marcam presença semanal. **Perigos:**

1) Certidão Jurídica de desapropriação das terras;
2) Desnutrição generalizada, com surto de 30 casos de hepatite;
3) Presença de jagunços que já mataram 2 pessoas, de emboscada, e que tem uma lista de "pessoas marcadas para morrer" entre as quais irmãs - catequistas e dirigentes do acampamento.

Quanto às **Causas** da situação:

● A falência constitucional da Reforma Agrária.
● A morosidade do Incra-Rural e Governo em geral.
● Violência contra o homem do campo.
● A UDR com seus métodos maquiavélicos.

Esperanças - Os acampados acreditam na Igreja. Os nossos documentos da CNBB e as Campanhas da Fraternidade são inspiradoras das suas reuniões e liturgias".

D. Albano Cavallin
Bispo de Guarapuava - Reg.Sul 2 - 10/04/89

4º DEPOIMENTO - PARAÍBA

"Na Paraíba há mais de cem conflitos de terra. Há casos de ocupações de áreas não-cultivadas, há casos de pressões de proprietários contra posseiros e há situações de áreas já desapropriadas sem que o Incra tenha se imitido na posse. É o caso de Gurugi II, uma área de mais de mil hectares, desapropriada em 19/05/88, mas até agora sem emissão de posse. No dia 29/12/88 foi assassinado José Francisco Avelino, um dos líderes de Gurugi II. O juiz da comarca decretou a prisão preventiva do principal suspeito. No dia 30/03/89, ele foi visto na área. Como o delegado local se recusou a efetuar a prisão do suspeito, um grupo de cerca de 70 pessoas se dirigiu à sede da comarca para solicitar ao juiz que mandasse efetuar a prisão. Enquanto dialogavam com o juiz em frente ao fórum, o sr. Severino Mariano, tio do suspeito, veio de camionete e a jogou contra o povo reunido, passando e repassando sobre as pessoas. Em seguida, desceu do veículo e atirou repetidamente contra as pessoas. Resultado: uma mulher, mãe de 18 filhos, faleceu pouco depois; três outras pessoas correm risco de vida e mais 20 foram hospitalizadas, inclusive uma criança de cinco meses. Ao que tudo indica, não teria sido um ato isolado ou impensado, mas o resultado de uma tomada de posição da UDR contra a mobilização popular pela posse e uso da terra".

D. José Maria Pires
Bispo de João Pessoa, Paraíba

SASSÁ MUTEMA E A CONJUNTURA BRASILEIRA

Fernino Neto

Milhões e milhões de brasileiros têm encontro marcado todos os dias com um homem de origem duvidosa: SASSÁ MUTEMA.

É sobre ele que queremos escrever, comentar, como faz o povo. Sua presença no vídeo brasileiro agora nos interessa. Na medida em que o compreendermos, conhecendo-o e fazendo uma análise crítica de sua existência, podemos colaborar na necessária desmistificação de todo ídolo gerado pelo sistema para se manter.

***O Sassá** - Nós ainda não sabemos direito o que a Rede Globo está querendo com a criação de Sassá Mutema.*

Sabemos, contudo, que estamos numa fase da história do Brasil propícia à esquerda. Cobiçados pontos políticos foram ocupados por candidatos até ontem subjulgados pela ditadura militar.

Na verdade, Sassá Mutema é a alma da recente novela das oito — "O SALVADOR DA PÁTRIA", produzida pela Central Globo de Produções. Primeiro porque vem recheado pelo talento de Lima Duarte. Segundo porque é um personagem simples, que encarna pureza, revela a peculiar sabedoria do homem da roça.

É uma apaixonado pela natureza. Ama Clotilde (Maitê Proença), dedicada professorinha de escola rural. Diante de seu amor, Sassá é um inocente, um adolescente. Conversa com passarinhos, acredita nas mentiras da sociedade.

Mas Sassá não parece ter sido criado para "pensar com a própria cabeça".

Quando assume a responsabilidade pelo assassinato de Juca Pirama (Luiz Gustavo) e de Marlene (Tássia Camargo), está se metendo numa enrascada muito grande.

Mas, mesmo assim, Sassá troca a vida pacata de um bóia-fria pela agitação de um líder popular que assume um crime que não cometeu.

Com a fama de assassino, ainda na prisão, Sassá passa de simples lavrador, bóia-fria manipulado, a candidato do povo à prefeitura de Tangará, competindo com Sérgio Toledo Blanco (Mauricio Mattar) e o médico Lauro Brancato (Cecil Thiré).

Quem, pelo enredo de "O SALVADOR DA PÁTRIA", produziu Sassá, foi Gilda (Suzana Vieira) e seu marido, deputado Severo Blanco (Francisco Cuoco), por interesse de manterem aparências de um casamento fracassado, unindo Sassá Mutema à amante de Severo através de um casamento formal em cartório.

***Juca Pirama** - Enfurecida com o desprezo do amante que não a procurava para encontros íntimos, Marlene se relacionou com o diretor da rádio local e candidato a prefeito, Juca Pirama. Tangará inteira soube da transa de Marlene e Juca. Marlene ficou grávida, começou a pressionar Severo. Alguém soube da briga. Muita gente tinha ódio e interesse na morte de Juca. Num dos encontros dele com Marlene, matou ambos.*

Sassá Mutema que oficialmente era o marido, foi o primeiro suspeito. Preso, declarou-se inocente até virar vítima perante o povo, que ficou do seu lado por idéias comuns sobre traição conjugal.

Juca Pirama era o candidato a prefeito mais cotado em Tangará.

Nilo (Flávio Migliacio), um sindicalista manipulador e inescrupuloso, uniu-se a Marina Cintra (Beth Faria) e outros de "esquerda" para elevar Sassá da categoria de marido justiceiro à líder político do povo.

E a tragetória de Sassá tem altos e baixos. Seu ponto de apoio é um padre progressista (José Augusto Branco) meio sem sal nem açúcar, também manipulado pela esquerda radical de Tangará.

Sassá Mutema, ao que tudo indica será o homem mais forte da cidade. Sobretudo nos capítulos em que o diretor da rádio, Miro (José Wilker), o compromete com a máfia do tráfico de cocaína.

***Bastidores** - Tanto não sabemos o que a Rede Globo quer com a criação de Sassá Mutema que assusta-nos a notícia de um memorando interno do presidente das Organizações Globo condenando "cenas de sexo e de violência".*

Quem conhece a TV Globo e se lembra da evolução rápida no uso destes dois itens proibidos, sabe do que estamos falando.

Todo comunicador deve saber que sua palavra não alcança apenas um significado. Tem telespectador que recebe a mensagem pelo avesso. E o tiro pode até sair pela culatra.

No fim descobriremos que o personagem da roça da novela não tem nada de novo. Foi criado para ensinar o povo a ler na cartilha da aversão por política e por políticos. Sassá, segundo o próprio Lima Duarte, "acaba se corrompendo e ficando pior que os piores da novela, apresentados até agora".

Sassá que na novela agora representa esperança para o povo, suponhamos, até o mês de outubro, se possível pelas vésperas de 15 de novembro, pode representar uma decepção.

Haverá, por ventura, mera coincidência também nisso? Ou Sassá é o candidato que o povo possa tê-lo no coração como esperança para 15 de novembro?

O Brasil inteiro assiste "O SALVADOR DA PÁTRIA". Cada um enxergando por um ângulo, obviamente. A novela tem gancho para diversificados interesses: classe dominante, classe dominada, apolíticos, românticos, solitários, diálogos existenciais...

"O SALVADOR DA PÁTRIA" não apresenta novidade em matéria de política. Usa o velho chavão de que política é coisa suja e que no poder ninguém tem tempo para pensar no povo.

Mas na prática apresenta soluções na perspectiva do dominador. Sassá, no fim, é um pobre que vira rico e tem poder.

Desconfiamos que o memorando de Roberto Marinho tenha outras intenções além da moralidade. Contudo, cogita-se em substituir Lauro Cesar Muniz por Aguinaldo Silva.

***Conclusão** - Reafirmamos que Sassá Mutema não é um personagenzinho qualquer de novela das oito. Ele é criado para discutir um problema conjuntural concreto, dentro da vontade política do povo, demonstrada pelo crescimento dos partidos ideologicamente de esquerda.*

Apesar do grande show e do poder de sedução que está tendo, Sassá Mutema passa muito longe, de mostrar no vídeo, o líder que os bóias-frias precisam. A novela não trata da organização dos trabalhadores com seriedade. Mostra um matuto cada vez mais calculista, medíocre e inseguro.

Bóia-fria que quiser vencer a opressão, a expropriação do seu trabalho e a condição subumana de vida, tem que fazer o seu próprio líder. Esse líder pensará tanto nos outros quanto em si. Sassá Mutema, quando muito, chega a ser bóia-fria com cabeça de latifundiário.

Economia

GOVERNO TENTA SALVAR PLANO VERÃO COM NOVAS MEDIDAS

Brasília, DF (AGEN) - Na exposição de motivos apresentada pelo Governo, em relação às novas medidas econômicas, é explicado que o Brasil entra agora na segunda fase do Plano Verão. Três meses após sua implantação, o Plano fixa, através da Medida Provisória 48, assinada pelo presidente José Sarney, novos índices de reposição para os salários e estabelece regras para majoração nos preços, além de criar o Bônus do Tesouro Nacional (BTN).

A exposição de motivos que acompanha a medida provisória, assinada pelos ministros da Fazenda, Mailson da Nobrega; do Planejamento, João Batista de Abreu; e do Trabalho, Dorothéa Werneck, considera que a política econômica nos últimos três meses, "conseguiu afastar as expectativas de hiperinflação". O pacote, entretanto, sofreu reações tanto da classe trabalhadora quanto do mercado financeiro.

Reposição - A reposição salarial que foi fixada entre 11,74% e 13,14% a partir deste mês (e acrescida de percentual estabelecido pelo Congresso elevando para o patamar máximo de 18,71%), não é aceita pela massa de trabalhadores espalhados pelo Brasil, de acordo com a CUT que pede uma política salarial condizente com as necessidades do povo e por isso mesmo, juntamente com a CGT, enviou anteprojeto ao Congresso, defendendo entre outros pontos, o reajuste mensal de salários. Segundo o presidente da CUT, Jair Meneguelli é absurda a adoção de reajustes trimestrais. A alteração mensal, segundo ele, garante tão somente a manutenção do poder de compra da classe trabalhadora. Não melhora suas condições de vida.

Para os preços dos produtos surgem três novas regras. Em primeiro lugar, o ministro da Fazenda recebe o poder para autorizar ou negar quaisquer aumentos, em última instância. As concessões de aumento, por sua vez, serão feitas a cada 90 dias, excetuando-se casos especiais pelo CIP ou Sunab.

Não serão repassados aos preços, aumentos salariais superiores ao IPC e continua valendo a tabela da Sunab. Os aluguéis, mensalidades escolares, serviços de profissionais liberais, restaurantes, serão descongelados "gradualmente".

Vale lembrar que o realinhamento de preços em 39 produtos resultou na majoração de muitos outros, a 'critério' dos próprios comerciantes e agora, ficou muito mais difícil — senão impossível — fiscalizar. Apesar disso, talvez para demonstrar interesse em minimizar o impacto no bolso do povo, o governo criou 89 novos cargos e funções na Secretaria Especial de Abastecimento e Preços.

Indexador - O Bônus do Tesouro Nacional (BTN) é o novo indexador adotado pelo governo, com variação pelo IPC e será utilizado em contratos com prazos superiores a 90 dias (até 25 anos). Neste mês, seu valor corresponde a NCz$ 1,099, com reajuste em maio, definido a partir do IPC de abril.

Embora o mercado financeiro tenha considerado positiva essa flexibilidade, diante da política financeira tão volúvel, alguns de seus integrantes estão temerosos e, na interpretação de vários economistas, dificilmente vão digerir o BTN, acionando contratos. A "ameaça" que paira em seu pensamento é a virtual adoção de uma moratória interna, caso seja eleito em 15 de novembro, um presidente de esquerda.

Movimento Operário

AUMENTAM SUSPEITAS NA MORTE DE JUAREZ ANTUNES

Volta Redonda, RJ (AGEN) - Estão reforçadas as suspeitas de que a morte do prefeito de Volta Redonda, Juarez Antunes, dia 21 de fevereiro, em desastre automobilístico, na BR 040 Rio-Brasília, não foi acidental, mas sim um atentado. A informação partiu da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (do qual Antunes foi líder).

A assessoria jurídica do Sindicato vem efetuando investigações, acompanhando depoimentos e a perícia, para a qual foi designada na época, equipe do Instituto de Criminalística da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, cogitando-se também a participação de especialistas da Unicamp.

O Sindicato preferiu omitir detalhes para não atrapalhar o andamento das investigações, mas destacou alguns pontos, que, a seu ver, tornam a hipótese de atentado a mais provável: "O bispo de Volta Redonda, dom Waldyr Calheiros fez um depoimento à polícia confirmando que tanto ele como Juarez haviam sido avisados de que morreriam fora da cidade, em acidente", disse um diretor.

Além disso, a organização sindical informou que os depoimentos do motorista de Juarez, Alberto Vicente Cruz, e de um caminhoneiro que transitava na estrada de Felixlândia (local do acidente) são completamente opostos. Vicente Cruz afirmou que na estrada transitavam muitos caminhões no sentido contrário. O caminhoneiro diz que o seu veículo foi ultrapassado pela Parati da Prefeitura de Volta Redonda e desde então, até os quase 10 minutos depois em que viu a ocorrência, não cruzou qualquer veículo trafegando em sentido contrário. Apenas avistou o motorista de Juarez junto à pista para pedir auxílio.

Outro dado importante, segundo o Sindicato, aponta para o fato de que uma semana antes da morte de Juarez Antunes, o jornal local (bisemanal) "Opção" divulgava em sua coluna assinada por Walter Naves que o líder sindical e prefeito Juarez Antunes devia, assim como seu grupo, ser exterminado.

Um dos diretores da organização sindical afirmou, ainda, que circulavam muitos boatos de que Juarez tomaria posse na prefeitura mas não governaria ou então que nem chegaria a tomar posse. Na interpretação dos sindicalistas metalúrgicos, a morte de Juarez Antunes, líder sindical combativo, interessava a muita gente; ele incomodava desde o empresariado até os políticos de direita".

A prefeitura de Volta Redonda criou uma comissão que está apurando os fatos na área onde ocorreu a morte de Juarez, em Minas Gerais.

CUT QUER EXPLICAÇÕES DO CIE SOBRE INFILTRAÇÃO

São Paulo, SP (AGEN) - A assessoria jurídica da CUT Nacional está se articulando no sentido de encaminhar medida judicial exigindo que o Centro de Informações do Exército (CIE) comprove a elaboração pela CUT de um manual de adestramento de sindicalistas, contendo orientações de ocupações a fábricas por trabalhadores durante uma greve.

A polêmica surgiu da declaração de um agente do CIE ao "O Estado de São Paulo" afirmando que houve infiltração de agentes do Exército na CUT e no Partido dos Trabalhadores, onde teria sido apreendido vídeo e carta da Coordenação Paulista de Solidariedade à Nicarágua. Sobre o vídeo, o presidente da CUT, Jair Meneguelli, declarou que o filme é público e faz parte do material que será divulgado pelo Partido em discussões comunitárias.

Sobre a carta ponderou que a Coordenação é uma organização que nada tem a ver com a Central Única dos Trabalhadores. Além disso argumentou: "Não é crime arrecadar fundos" (como diz o texto). Apesar de não ter descartado a possibilidade de infiltrações na organização sindical, refutou com veemência a existência de um manual de adestramento para sindicalistas até porque "no movimento sindical inexiste qualquer animal a ser adestrado. Esse termo não é utilizado por nós. É linguagem de quartel".

De um modo geral, a divulgação pelo CIE é entendida pela CUT, PT e por políticos como parte de uma estratégia visando desestabilizar a candidatura de Lula à Presidência. A OAB, por sua vez, explicitou sua preocupação com o fato "que denota o retorno ao tempo do autoritarismo".

ORGANIZAÇÕES

PROMOVEM ROMARIA DO TRABALHADOR

Novo Hamburgo, RS (AGEN) - A 2ª Romaria do Trabalhador de Sapiranga será realizada dia 1º de maio, sob a promoção da Pastoral Operária, CNBB - Regional Sul-3 e diocese de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul. Seu slogan: "O trabalhador organizando a sua libertação".

A programação do dia 1º inicia com a recepção dos romeiros na Praça Berlim, centro de Sapiranga. A caminhada começará às 9h, rumo ao Parque do Imigrante, onde haverá confraternização, tribuna popular, celebração eucarística, além de apresentações culturais dos romeiros.

América Latina

SITUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA PREOCUPA COMITÊS

São Paulo, SP (AGEN) - Enquanto na Nicarágua se cheira um pouco de paz, embora a situação econômica seja difícil, em El Salvador se agrava a polarização entre a oligarquia e a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional e, na Guatemala, a violação dos direitos humanos é cada vez maior. Estas afirmações fazem parte das análises da conjuntura da América Central, tema que abriu, no último dia 18, a Semana de Solidariedade Latino-Americana, promovida pelos Comitês de Solidariedade, na Câmara Municipal de São Paulo.

O guatemalteco Paulino Dias afirmou que do Diálogo Nacional — inaugurado dia 1º de março — não está participando o setor empresarial, o Exército, o governo nem a Unidade Revolucionária Guatemalteca.

Já Ernesto Cisneros, representante da FMLN, acredita que a Arena, ganhadora nas eleições presidenciais passadas e que assumirá o poder no dia 1º de junho, não resolverá o conflito armado, porque ela "representa interesses da oligarquia, responsável pela crise nacional".

O nicaragüense Leopoldo Tablada, da Associação de Trabalhadores da Nicarágua, afirmou que seu país é o único que está cumprindo com o acordo de paz "Esquipulas II", reformando a lei eleitoral e de imprensa. E acusou a existência de três Exércitos em Honduras, o norte-americano com 80 mil soldados, os contras com 10 mil e os hondurenhos, provocando uma crise institucional no país.

Chile e Paraguai - No segundo dia da Semana de Solidariedade à América Latina, quarta-feira (19), esteve em debate a situação dos países sob regimes ditatoriais e autoritários: Chile e Paraguai, com os conferencistas Juan Plazas e Daniel Rojas.

Plazas iniciou a discussão dizendo que durante a ditadura militar no Chile o movimento popular se fortaleceu, levando o povo a dizer "não queremos mais Pinochet, a tortura, o desaparecimento", no plebiscito de 5 de outubro do ano passado.

Mesmo sabendo que o próximo presidente — constitucionalmente — será controlado política e militarmente pelo general Augusto Pinochet, e que um terço do Congresso Nacional será designado pelo governo militar, a Frente Ampla já escolheu um candidato — da democracia cristã — para as eleições presidenciais de dezembro.

Plazas acredita que "somente com uma assembléia nacional constituinte o povo chileno poderá reconstruir uma democracia que seja exemplo para a América Latina e para o mundo".

Quanto ao Paraguai, Daniel Rojas anunciou que "o aparelho ditatorial do Estado segue vigente depois do golpe militar que derrubou Alfredo Stroessner em fevereiro passado". Embora o general Andrés Rodríguez afirme ser um governo interino ou de transição, juridicamente é um governo de fato.

Disse ainda que "todos os funcionários públicos pertencem, obrigatoriamente, ao Partido Colorado, e como tal têm que pagar sua cota ao mesmo". Rojas concluiu afirmando que no Paraguai se está criando uma Central Única de Trabalhadores e um partido político operário semelhante ao Partido dos Trabalhadores do Brasil.

SECRETÁRIO DO MNDDH LAMENTA RESULTADO DE PLEBISCITO

Brasília, DF (AGEN) - Com a confirmação, por 52% dos eleitores, no plebiscito de 16 de abril, da lei que anistiou os militares que violaram os direitos humanos durante a ditadura no Uruguai, "perdemos mais uma oportunidade de acabar com a impunidade que reina na América Latina", declarou à AGEN, o secretário do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH), Augustino Veit.

Augustino lembra que, durante o regime militar, de cada cinco uruguaios, um foi torturado ou pelo menos teve um parente desaparecido, preso ou violado. Essas seqüelas mais as ameaças em todo o interior do país, pelo ministro da Defesa — intimidando a população com outro golpe militar caso a lei fosse revogada — um mês antes do plebiscito, foram suficientes para que o voto amarelo, a favor da anistia — ganhasse no domingo passado, na opinião do secretário do MNDDH.

PINOCHET PREPARA NOVO GOLPE NO CHILE

Newton Carlos

Rio de Janeiro, RJ (AGEN) - O general Pinochet vai armando o cenário de seu "golpe constitucional". Os comandantes de guarnições militares trataram de dizer que estão com ele, diante de protestos da oposição chilena. Depois se manifestaram os oficiais subalternos, reforçando um recado facilmente inteligível.

Não adianta espernear. O "espírito" da Constituição pinochetista não será alterado. Mesmo que haja eleições em dezembro. Pinochet poderá continuar como comandante do Exército e membro dominante de um Conselho de Segurança Nacional com poderes para vigiar o governo civil.

***Objetivo** - Além disso, Pinochet quer eleger presidente um civil de sua confiança, seu ex-ministro da Fazenda. A vigilância seria desnecessária. Estaria garantida a continuidade de um pinochetismo sem Pinochet na presidência, objetivo do golpe cujo cenário é montado. O civil de confiança já se desincompatibilizou. A cobertura militar se expressa numa sucessão de pronunciamentos. E Pinochet viaja pelos seus redutos em operação de sobreaviso.*

A Constituição, aprovada em plebiscito duvidoso em 80, depois de redigida sob a supervisão direta de Pinochet, estabelece que o Chile terá uma democracia "protegida". Ou vigiada. Nada de partidos marxistas. Nada de "politicagem" parlamentar. Presidência forte e, além dos três poderes do Estado, um quarto, acima do Executivo, Judiciário e Legislativo: um Conselho de Segurança Nacional com maioria de membros militares. Os atuais comandantes das Forças Armadas continuarão em seus cargos. O eleito em dezembro não terá o direito de nomear oficiais-generais de sua escolha.

***Cobertura** - Esse é o "espírito". Pinochet já disse que ele não muda. A oposição pressiona, argumentando que o pinochetismo, matriz desse "espírito", foi derrotado no plebiscito no ano passado. Os militares, que se mantinham calados, quebram o silêncio para apoiar o chefe. A "transição" no Chile pode acabar não levando a nada.*

Síntese

NICARÁGUA

São Paulo, SP (AGEN) - A Coordenação Paulista de Solidariedade à Nicarágua, através de uma nota à imprensa, condenou as acusações publicadas nos jornais "O Estado de São Paulo" e "Jornal da Tarde" no dia 14 de abril — atribuídas a um oficial de alta patente em nome do Centro de Informações do Exército (CIE) —, caracterizando suas atividades de subversivas e integradas à CUT e ao PT.

A nota reafirma que a solidariedade com a Nicarágua, seu governo e seu povo vem se dando através de campanhas públicas legais e de massa, por iniciativa de inúmeras entidades do país, inclusive governamentais — como arrecadação de remédios, alimentos, materiais agrícolas, escolares, entre outros —, realização de conferências, debates, seminários e atos públicos, amplamente anunciados.

"CONTRAS" NA EUROPA

Manágua, Nicarágua (AGEN-AFP) - Os contras nicaragüenses lançaram no final de fevereiro uma campanha político-diplomática na Europa e América Latina para buscar apoio internacional a uma "solução negociada" na Nicarágua. Além das negociações centro-americanas, a cúpula dos contras vai conversar separadamente com os presidentes da Venezuela, Uruguai e Colômbia, na América Latina, e fazer contatos na Europa, com Espanha, França, Itália, Inglaterra e Portugal.

ONU E A COLÔMBIA

Bogotá, Colômbia (AGEN-AFP) - Logo depois das Nações Unidas terem visitado a Colômbia, principalmente as cidades de Cali, Medellin e Bogotá, e investigado a violência e sua impunidade e a situação dos direitos humanos, anunciaram "um futuro difícil para esta nação" e recomendaram, ainda, "a ajuda da comunidade internacional".

Memória

MOVIMENTO DE GUARIBA COMPLETA CINCO ANOS

São Paulo, SP (AGEN/CDHAL) - "Surgiu uma novidade nos setores canavieiros da região de Ribeirão Preto (SP), que está produzindo resultados técnicos e econômicos amplamente satisfatórios. Trata-se do sistema de corte de cana em sete ruas amontoadas, que beneficia as indústrias sucro-alcooleiras...". A notícia publicada no "Jornal dos Municípios" e transcrito em "A Comarca de Guariba", no dia 21 de maio de 1983, deu a causa principal do movimento que eclodiu na cidade de Guariba, a 365 quilômetros de São Paulo.

Este sistema de corte de cana estava em pleno vigor no início da safra do corte de cana em maio de 1985. No dia 15 do mesmo mês, os trabalhadores rurais assalariados, assim chamados "bóias-frias" de Guariba, à revelia de direções sindicais, entraram em greve, extravasando com violência sua revolta contra a exploração.

De forma paralela ao movimento de Guariba, os apanhadores de laranja, também "bóias-frias" de Bebedouro, distante a 380 quilômetros de São Paulo, também entraram em greve. A partir de Guariba e Bebedouro, numa reação em cadeia, cerca de 60 greves isoladas se alastraram no estado de São Paulo. Isto forçou os empresários à negociação, e foram firmados os primeiros acordos para os assalariados rurais.

No dia 15 de maio de 1984, Guariba virou uma verdadeira praça de guerra, quando uma multidão de "bóias-frias" invadiu, incendiou e demoliu dois prédios da Sabesp, ateou fogo a três veículos, depredou e saqueou um supermercado e danificou uma casa. A tropa de choque da Polícia Militar entrou em ação. No final, uma pessoa morreu baleada e 29 ficaram feridas, das quais 14 à bala.

Os usineiros da região, principalmente das Usinas São Martinho, do grupo Ometto e Usina Bonfim, do grupo Corona, atenderam de imediato a reivindicação dos bóias-frias, ou seja, o retorno do sistema de corte de cana por cinco ruas e não sete. A decisão foi tomada em reunião dirigida pelo então secretário do Trabalho, Almir Pazzianotto Pinto, na sede do Sindicato Rural de Jaboticabal.

O principal ganho do movimento de Guariba, além do acordo surgido, foi o crescimento do nível de consciência de classe. A partir do 15 de maio daquele ano, várias greves se sucederam na região, com o crescimento também do nível de organização dos trabalhadores. Surgiu também o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba, até então uma simples sub-sede do Sindicato de Jaboticabal.

Quero assinar o boletim da AGEN. Por isso envio o cheque ou vale postal de NCz$ 4,50 (individual) ou NCz$ 5,00 (entidades).

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ *CEP* _____

Cidade _____ *Estado* _____

País _____ *Número do cheque ou vale postal* _____

Telefone _____

Assinatura _____ *Data* _____

Obs. - No caso de vale-postais, deverão ser encaminhados somente à Agência do correio central de SP, CEP 01051.

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Reg. Prof. Mtb 239)

Editor Assistente: José Pedro Soares Martins (Reg. Prof. Mtb 17.572)

Redação: Guilherme Salgado Rocha, Maria do Rosário Lino e Beltrina Corte

Correspondentes e Colaboradores: Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs e Liliana Lavoratti (Porto Alegre, RS), José Anchieta Ferreira (Linhares, ES), Flaminio Araripe (Acre), Carlos Boução (Pará), Newton Carlos e Isaac Akcelrud (**comentaristas internacionais**), Roberto Codas Friedmann (América Central), Esmeralda Villegas (Bogotá, Colômbia), Aníbal Pastor Niñez (Santiago), Juan Pezzutto, Regina Santos, Frei Betto, Elsa Lobo, Luzia Rodrigues, Francisco Catão, Paulo Schilling e Milton Schwantes (São Paulo).

Divulgação e contatos: Pe. José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Rev. Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN (011) 229 6734
Diagramação: Mário Lucena
Arte Final: Jorge Mariano
Fotolitos: "AJATO"
Impressão: Gráfica Peres Ltda.

DIRETORIA

Presidente: Pedro Wilson Guimarães
Vice-Presidente: Antonio Carlos Fon
Secretário: Paulo Maldos
Tesoureiro: José Lourenço Pechtoll

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

AV. IPIRANGA - 8º AND. FONE: 229 6734
01039 - SP - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA
TELEX: 11.25824 AECN-BR

OSASCO -2 V 89 SP

BRASIL Cr$ =50,00 M.6799 F.21442

02 1009-89 -10 R H 000
FREI LUIS THOMAS--CAR.DIOCESANA
R.CAPITAO CHAVES 60
CENTRO
26000 NOVA IGUACU RJ

IMPRESSO

AGEN

Edição nº 156

15 de junho de 1989

China: o gigante em ebulição

Os recentes acontecimentos na China comoveram o mundo. Agora, todas as forças políticas e sociais indagam-se sobre o futuro do país. No Brasil, os fatos repercutem sobretudo entre o pensamento de esquerda. Página 13.



- Reforma agrária já, o grito da América Latina (pág. 4, 5 e 6)
- Índios brasileiros denunciam governo em Londres (pág. 7)
- Comissão da Dívida recebe reivindicações (pág. 9)
- Hiperinflação e moratória: de mãos dadas (pág. 11)
- Esterilização na Zona Franca de Manaus (pág. 12)
- Atentado às Mães da Praça de Maio (pág. 14)

Editorial

PELA CIDADANIA YANOMAMI

O grupo de parlamentares, juristas e representantes de organizações sociais e populares integrados na Ação pela Cidadania dirigiu-se no último dia 9 para Roraima, com o objetivo de verificar a real situação do povo Yanomami. Como se sabe, o território Yanomami encontra-se retalhado e invadido por milhares de garimpeiros, sob a conivência das autoridades locais.

A luta do povo Yanomami em defesa de sua terra e de sua cultura tornou-se um símbolo da luta de todos os povos indígenas do Brasil, cujos direitos mais elementares vêm sendo desrespeitados inclusive por aqueles que lhes devem proteção. Do mesmo modo, a dignidade que os Yanomami tentam resgatar é um marco no esforço que vários segmentos da sociedade vêm empreendendo, na busca de uma sociedade justa e humana.

Espoliados de suas riquezas naturais, violentados em suas crenças e práticas culturais, os povos indígenas constituem, em sua luta cotidiana, um elemento de esperança para os homens de boa vontade. Solidarizar-se com essa luta assume dessa forma uma dimensão maior, na medida em que representa a construção de um mundo novo para todas as pessoas. Nesse momento em que ecologia virou moeda corrente, não se pode esquecer que os índios, afinal, são os grandes ecologistas, e nesse sentido desejam um meio ambiente não-degradado para todos seres viventes.

Direitos humanos

GUARDA MUNICIPAL DE SP TERÁ NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

São Paulo (AGEN) - Novos e antigos membros da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo deverão passar pelo Departamento de Ensino da instituição para aprender técnicas de imobilização sem violência, noções de direitos humanos, de legislação, técnicas de relações públicas e prestação de primeiros-socorros.

Também devem passar por um exame psicotécnico para evitar a presença na Guarda de indivíduos "com excesso de agressividade". Esse curso será ministrado no prédio da Administração Regional da Mooca com objetivo de inverter a orientação da antiga administração. Nela, o critério utilizado para a admissão dos guardas era "experiência militar anterior" na Polícia Militar ou no Exército. A Prefeitura agora pretende dar um perfil mais próximo ao de um servidor público.

Nesse sentido, a administração da prefeita Luíza Erundina determinou que a Guarda Metropolitana deverá fazer, prioritariamente, o policiamento das escolas e hospitais municipais. Os guardas já não vão tomar conta de monumentos nem apreender máquinas de vídeo-pôquer.

Com o objetivo de aumentar o contigente da Guarda para cinco mil homens, a Prefeitura está abrindo concurso. Enuquanto isso, está estabelecendo locais onde a presença dos efetivos seja prioritária.

Invasões - Desde o início da administração Luíza Erundina, a Guarda Civil Metropolitana esteve presente em 85 invasões de terra e, segundo a assessoria de imprensa da Prefeitura, em todas elas os conflitos foram resolvidos sem nenhum ato de violência.



Na campanha eleitoral, a prefeita Luíza Erundina prometeu tirar da Guarda ações repressivas

A Guarda Civil está subordinada ao vice-prefeito Eduardo Greenhalgh e sob o comando do coronel Vicente Silvestre. O primeiro, atuante em movimentos de defesa dos direitos humanos, e o segundo, militar perseguido durante a década de 70, devido a suas posições progressistas.

A meta da prefeita é tornar possível um policiamento diferente e que os dois mil homens existentes hoje na Guarda Civil atuem sem violência. Assim, fatos como o ocorrido em janeiro de 87, quando a Guarda Metropolitana esteve envolvida no assassinato do pedreiro Adão Manoel da Silva, na Zona Leste, não deverão ocorrer. Os cinco guardas envolvidos foram demitidos.

Cartas

PREOCUPAÇÃO COM A "NOVA RAÇA"

"Nós que formamos a União de Moradores da Rua São Cura d'Ars no sentimos honrados com a atenção que nos dispensa a AGEN. Temos recebido regularmente o seu boletim, o que agradecemos muito. Estamos enviando com esta o questionário respondido com sugestões. Achamos por bem enviar ainda esta carta. Gostaríamos que examinassem o conteúdo e questionassem a possibilidade de divulgar no boletim da AGEN certas notícias que temos e também algumas considerações que fazemos.

Nossa entidade e mais 45 outras realizaram nos dias 29 e 30 de abril um encontro sobre a violência e o papel dos direitos humanos. Foi muito concorrido e teve grande repercussão, sendo divulgado no rádio, jornais e televisão da capital cearense. Pretendemos levar as conclusões desse encontro às autoridades municipais, estaduais e federais, como também aos legislativos. O que nos levou a realizar esse encontro é a nossa preocupação constante, quase obsessiva com a violência do nosso tempo. O nosso bairro, o Pirambu, é tão violento quanto certas favelas do Rio. (...)

Refletindo muito sobre a realidade que nos cerca, chegamos a uma conclusão. Está se criando uma nova raça. As crianças não obedecem mais aos pais. O seu comportamento é estranho. Quando morria o pai ou a mãe, a pessoa ficava muito sentida ou até morria também. Hoje é o mesmo que morrer um bicho. Aqui perto a mãe de uma senhora morreu e ela disse que não ia olhar porque estava fazendo tapioca, portanto muito ocupada. Os adultos só pensam em ganhar dinheiro e não educam os filhos. A escola também não educa. Será que educar é só ensinar a ler e escrever? Achamos que deve ser questionado, repensado este modelo educacional, que só serve ao poder econômico da burguesia. (...) Queríamos que analisassem essa nossa preocupação com a nova raça, e se possível divulgassem alguma coisa no boletim da AGEN." (José Lopes de Macedo, Luis Carlos Pontes Viana e Leonardo da Silva Vieira, pela União de Moradores da Rua São Cura D'Ars, Fortaleza, Ceará)

(As cartas para esta seção devem ser preferencialmente batidas à máquina, e devidamente identificadas)



As más condições carcerárias foram denunciadas em debate na OAB-SP

AGENTES DENUNCIAM A FALÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

São Paulo (AGEN) - Para os 7.200 presos do Estado de São Paulo, existe igual número de problemas e 14 mil ratos. A denúncia é do agente penitenciário Paulo Cesar Alves, durante debate sobre "Condições de trabalho no sistema penitenciário", no auditório da OAB-São Paulo.

Diante de um público de 80 pessoas, a maioria agentes, Paulo Alves afirmou que para atender à população carcerária existem apenas 43 agentes mal remunerados e sem qualificação. Cada um deles é, assim, obrigado a atender a cerca de 170 presos, comentou o agente.

Além das péssimas condições de trabalho, a categoria está sujeita a todo tipo de doenças. Como disse Paulo, "a gente não sabe o que está levando para casa". Justamente por exercerem uma função de insalubridade, é que os agentes estão reivindicando aposentadoria aos 30 anos para os homens e 25 para as mulheres. Atualmente seus plantões são de 12 horas com um salário de NCz$ 130,00.

Depósito de lixo - Para o deputado estadual Hilkias de Oliveira (PDT), presente ao debate "o agente penitenciário é um dos funcionários mais sofridos da Administração Pública, já que seu dever é devolver à sociedade elementos condenados pela Justiça". Disse ainda que o governador Orestes Quércia tem construído mais presídios mas não tem qualificado os agentes que, segundo ele, "estão à margem da função pública, quando deveriam estar no centro". Acrescentou que o Estado tem transformado "os presídios em depósito de lixo".

Já o secretário-geral do PT, deputado José Dirceu, acredita que a luta dos agentes deve se estender aos familiares dos presos, porque são os mais interessados na transformação do sistema penitenciário brasileiro. Na sua opinião, o país está atrasado na relação entre sociedade e preso.

O deputado propõe aos agentes que além de reivindicarem a dignidade do profissional, sua categoria e qualificação, devem também lutar pela dignidade do cidadão brasileiro. Nesse sentido, os agentes, segundo seu ponto de vista, "devem, desde já, discutir um modelo de sistema penitenciário democrático".

Prisões - A organização Americas Watch criticou as condições das prisões brasileiras em um relatório apresentado no dia 25 de abril na sede paulista da OAB. Essa entidade não-governamental monitora e promove os direitos humanos nas Américas e no Caribe.

As principais conclusões do relatório, depois da visita de seus representantes a 14 estabelecimentos penais de São Paulo e Rio de Janeiro, são de que as prisões brasileiras são superpovoadas, as celas exemplos de imundície e não há sistema adequado de prevenção à Aids nas celas. E acusam o Poder Judiciário de ser "um sistema muito primitivo".

FÓRUM DA VIOLÊNCIA CRIADO EM MANAUS

Manaus (AGEN) - Com o objetivo de exigir mais rigor das autoridades na apuração de crimes envolvendo os órgãos públicos de Manaus, 11 organizações populares da cidade decidiram criar um fórum permanente sobre a violência.

Os organismos se reuniram dia 31 de maio no Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Regional Norte I. Ali discutiram a participação de elementos ligados à polícia nos crimes que vêm ocorrendo. Foram lembrados os assassinatos do jornalista Luis Octávio e de Joaldo Pedrosa Dias, vítimas da ação do esquadrão da morte.

Os familiares de Joaldo Pedrosa, juntamente com membros das organizações populares, responsabilizam o governador do Estado, Amazonino Mendes, e o secretário de segurança, Nonato Lopes, pela onda de crimes ocorridos em Manaus.

Caso de Joaldo - O vaqueiro Joaldo Pedrosa Dias foi seqüestrado por policiais civis no dia 17 de março, e encontrado morto nove dias depois, num varadouro do porto Marina Tauá. Além dos policiais, também está envolvido o delegado Eliseu Montarroyos, expulso da polícia em razão do assassinato de quatro menores em agosto de 87.

PREFEITURA QUER "FORTALECER A CIDADANIA"

São Paulo (AGEN) - O vice-prefeito de São Paulo, Luiz Eduardo Greenhalgh, reuniu-se no último dia 6 com Elizabeth Wincott, diretora-assistente da organização inglesa "The Citizens Advice Bureau Service (CAB)" (Centro de Conselhos e Informações para Cidadãos). Na pauta, o intercâmbio entre a administração municipal e a CAB, que trabalha especificamente com o acesso das pessoas às informações sobre seus direitos, "fortalecendo sua cidadania".

São mais de mil escritórios na Inglaterra e País de Gales. Através da jornalista Jan Rocha, correspondente da BBC de Londres no Brasil e amiga pessoal de Wincott, a organização inglesa admitiu a possibilidade do intercâmbio ser formalizado oficialmente, com a ida de membros da administração de São Paulo à sede da CAB.

Segunda Guerra - Criada em 1939, pouco antes da Segunda Guerra, para fornecer informações sobre parentes e amigos que estavam se preparando para lutar, o trabalho da CAB cresceu significativamente nos 50 anos comemorados em 89.

No biênio 87/88, a CAB respondeu e encaminhou mais de 7 milhões de informações, basicamente sobre Previdência Social, consumidores, prestação, moradia, emprego, administrações em geral e justiça. Além disso, a CAB trabalha em hospitais, prisões, tribunais de justiça e zonas rurais. Ela atua com um corpo de aproximadamente 25 mil pessoas, das quais 95% voluntárias. Elizabeth Wincott manteve contatos ainda com Jaqueline Pitanguy do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e com outras organizações do movimento popular.

Os endereços para serem obtidas outras informações são os seguintes: no Brasil, com Jan Rocha, à rua Professor João Arruda, 200, CEP 05012, Perdizes, São Paulo, SP. E na Inglaterra, diretamente com Elizabeth Wincott - 50 Hayfield Road-Oxford OX26TU.

REBELIÃO DE PRESAS DEBELADA PELA POLÍCIA

São Paulo (AGEN) - Cerca de 68 mulheres presas fizeram, no último dia 5, uma rebelião no 22º Distrito Policial, em São Miguel Paulista, São Paulo. Há mais de um mês, através de vários protestos, 20 delas reivindicavam ser removidas para a Penitenciária Feminina de São Paulo.

A rebelião, que começou às 16 h, com a queima de colchões, quebra das saídas de esgoto, dos vidros da sala do delegado assistente e do sistema de eletricidade, só terminou duas horas depois com a intervenção da Polícia Militar.

Às 18 h, as 20 detentas, condenadas a mais de sete anos de prisão e que se recusavam a cumprir a pena nesse local, conseguiram ser transferidas para a Penitenciária Feminina. Segundo o plantonista do 22º Distrito, não houve ferimentos em nenhuma das mulheres presas.

Terra

REFORMA AGRÁRIA JÁ, EXIGÊNCIA DE TODA AMÉRICA LATINA

Por Maria do Rosário Lino
fotos Douglas Mansur

Indaiatuba (AGEN) - O desrespeito ao direito à terra para produção e subsistência é um ponto nevrálgico diagnosticado em praticamente todos os países da América Latina. A constatação é dos mais de 120 participantes do Encontro Latino-Americano sobre Experiências de Pastoral da Terra, realizado de 30 de maio a 3 de junho, em Itaici, município de Indaiatuba (SP).

A realidade radiografada é a mesma: não há reforma agrária efetiva, concreta, real, no continente. Ao contrário, os povos latino-americanos estão vivendo uma situação-limite de exploração, espoliação, destituição de seus direitos inalienáveis relacionados à terra. Essa semelhança trágica já havia motivado o encontro de algumas lideranças de pastorais da terra recentemente, e nele idealizou-se um evento mais amplo para intercâmbio de informações, estimulando debates e a busca de soluções e da solidariedade internacional.

Por sua dimensão continental e problemas complexos, o Brasil foi escolhido como ponto de conexão e, portanto, para sediar o Encontro, coordenado por Ermano Allegri e Daniel Rech, da CPT; Patrício Acenjo, da Conferência Nacional dos Bispos do Chile; Luis Caravias, teólogo do Equador, e Luis Batista, do Centro de Estudo e Ação Social do Panamá.

Índios e afros - Nas conclusões, os participantes do Encontro reafirmam a necessidade do engajamento cada vez maior dos cristãos contra as injustiças, no cumprimento de seu papel missionário: "Cumpre à ação pastoral promover a integração latino-americana, levando em conta também os princípios comuns das culturas indígenas e afro-americanas".

Em síntese, exige-se a reforma agrária em todo o continente. E a pastoral da terra deve aprofundar seu diagnóstico para organização dos trabalhos, nas áreas social, política, teológica, econômica e cultural. Já que, em alguns países não existe ainda uma estrutura especificamente pastoral da terra, deverá haver esforço para sua concretização.

Nesse ponto ficou bastante claro que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) atuante no Brasil, e sem similares em outros países, servirá como um referencial de organização, articulação e habilitação. Principais propostas apresentadas na carta final do encontro, entre outras: recuperar e defender a posse justa da terra; organizar em cada país uma Semana da Terra; acompanhar (conscientizando) camponeses, indígenas e afro-americanos para que sejam os autores de sua própria libertação. (Ver documento final, na página 8)



Encontro reuniu 120 pessoas ligadas à luta pela reforma agrária.



Durante a reunião, caminhada pelo direito à terra.

REPRESSÃO É MOEDA COMUM NA GUATEMALA E REPÚBLICA DOMINICANA

Indaiatuba (AGEN) - Durante o Encontro Latino-Americano Sobre Experiências de Pastoral da Terra, diante de quase toda a diretoria da CPT nacional e sua coordenadoria, foram feitos relatos sobre a situação da terra no contexto social de cada país.

Guatemala - A delegação da Guatemala, em função do estado crítico vivido atualmente em seu país, hesitou em conceder entrevista, porque a repercussão poderia ser perigosa. Os representantes guatemaltecos disseram que o termo reforma agrária é "tabu" em sua nação. Essa prática de eqüidade da terra para todos chegou a ser iniciada em 1950 até 53. Em 54, o trabalho foi interrompido violentamente pelo regime militar implantado com o golpe.

Todas as possibilidades de exercer a luta foram reprimidas, num país essencialmente agrário, onde 70% da população é formada por camponeses, e 63% da terra cultivável está nas mãos de 2% da população. De lá para cá, entre os 8,5 milhões de habitantes, a nação assistiu a mais de 100 mil mortes e 30 mil desaparecimentos entre integrantes e lideranças que defendiam a causa.

De 78 até hoje, foram assassinados 19 padres e mais de mil catequistas desapareceram e/ou morreram. Essas execuções são retaliações pelo fato de a Igreja majoritariamente apoiar o campesinato. Em 88, a Conferência Episcopal elaborou uma carta pastoral intitulada "El Clamor por la Tierra", desenvolvendo uma análise sobre a situação de violência contínua no campo, seguida de reflexões bíblicas e tecnológicas, propondo finalmente a mudança da estrutura fundiária naquele país. Um dos aspectos abordados foi a reforma legal para um lugar onde não existem leis agrárias.

E, por isso mesmo, os integrantes do Comitê de Unidade Campesina (CUC) foram obrigados a apoiar a luta, em total clandestinidade. O militarismo vê essa organização como praticante da luta armada, mas na realidade ela procura desenvolver seu trabalho de apoio junto ao campesinato e aos indígenas, que representam 53% da população, de acordo com o censo oficial. Através do encontro, os representantes da Guatemala encontraram algo importante: conhecer a realidade em toda a América Latina e iniciar um intercâmbio para uma articulação internacional.

Uma das propostas contidas na carta final do Encontro referentes à região na qual está fixada a Guatemala é a construção da memória indígena e camponesa; troca de experiências a nível legal; aumento dos contatos de pessoas da base nos encontros e experiências da CPT existente no Brasil, que deverá por sua vez designar assessores teológicos para visitas àquele país, entre outros.

República Dominicana - É uma das maiores ilhas do mar do Caribe, juntamente com Cuba, Jamaica e Porto Rico. Tem 48 mil quilômetros quadrados e 216 famílias ricas (burguesia agrária), que concentram a maior parte da terra, enquanto 300 mil camponeses não têm terra para trabalhar e garantir sua subsistência, segundo o representante daquele país, Marcos Nuñez.

A nação, hoje com 7 milhões de habitantes, teve elaborada, em 72, a lei da reforma agrária, "que na realidade não se aplica porque o governo são os coronéis". De acordo com Nuñez, "a terra está sendo entregue a empresas norte-americanas. Entre elas a Dolli, que constitui um centro de operações e, na terra onde era produzida a cana, passou a produzir o abacaxi, em 60 mil hectares." Nessa manobra, o governo fechou nada menos do que quatro engenhos de açúcar.

De 70 para cá, têm morrido muitos camponeses e desaparecido vários. Estão registrados 'apenas' 30 assassinatos, mas acredita-se que o número real é significativamente maior. Entre os líderes assassinados, figuram os nomes de Florindo Soriano (em 72) ou Mama Tingô , e, no mesmo ano, Mister Beka. As duas mortes são marcos da luta pela terra e a partir delas foi criada a lei de reforma agrária, que ficou no papel, foi e é desrespeitada e não beneficiou até hoje o campesinato.

Mesmo assim a luta continua, e recentemente trabalhadores rurais ocuparam 80 hectares de terra. Dos ocupantes, 73 foram levados aos tribunais e 39 condenados a dois meses de cárcere e 200 pesos de multa, na província de Monte Plata. De Acordo com Nuñez, "a Igreja, em sua hierarquia eclesiástica é unida ao governo, está contra o campesinato, excetuando-se alguns párocos, que apóiam os trabalhadores rurais e sofrem pressão por isso". A República Dominicana tem 2,5 milhões de hectares em terra agricultável. Sua população é majoritariamente rural.

Entre as propostas apresentadas durante o Encontro, para a região caribenha figuram: promover a recuperação de terras baldias e sem dono; difundir as experiências adquiridas neste e noutros países da **América Central**; organizar encontro sobre os 500 anos de evangelização das Américas com ampla participação de indígenas e afro-caribenhos; aumentar o intercâmbio com a CPT. (MRL)



Música no Encontro, para animar a luta.

NICARÁGUA DISTRIBUI TERRAS, APESAR DA GUERRA

Indaiatuba (AGEN) - A revolução nicaragüense estará completando 10 anos em julho. Na avaliação do Centro de Educação Popular Agrária (pastoral da terra), ela triunfou. Desde então, "a terra foi entregue a 100 mil famílias beneficiando diretamente 600 mil pessoas", num país que tem a população de 4 milhões de habitantes.

Dados da Associação dos Trabalhadores no Campo apontam para 76 mil famílias organizadas em mais de 3 mil e cem cooperativas.

As famílias tiveram direito de optar: 24 mil receberam a terra individualmente, e as demais através das cooperativas. De acordo com a delegação nicaragüense, "essa forma de organização vem sendo alvo das agressões dos contra de Reagan que querem desarticular os trabalhadores".

A delegação informou que 70% da população vive no campo e durante a guerra foram mortos mais de 50 mil nicaragüenses; 61% da terra atende a pequenos e médios lavradores e cooperativados e 17% estão nas mãos de grandes produtores privados. E salientando que "a reforma agrária tem, como base, o projeto de economia mista".

O Estado apóia com crédito (e preços de grãos barateados) os camponeses que optaram pela terra individualmente e também os integrados às cooperativas. O respaldo aos produtores privados é "feito em função dos interesses nacionais: o Estado garante um preço regulador aos insumos de produção e subsidia importando botas, arames e outros objetos de uso agrícola".

Apesar dos conflitos existentes no país, a economia cresceu em 88. Nos oito anos anteriores, a guerra significou um prejuízo de 16 milhões de dólares em danos materiais. Em 88, a economia, através da exportação de café, algodão e carne, rendeu ao país 238 milhões de dólares. A explicação para o fato, segundo a delegação nicaragüense, é que o Estado passou a regular as exportações e comércio exterior, nacionalizou os bancos e o comércio e, se o lavrador perde crédito, não perde a terra.

Num retrocesso até a época de Somoza, eles explicam que "os camponeses eram desalojados de sua terra e obrigados a morar praticamente na montanha com produção exclusivamente de sobrevivência. A fronteira agrícola esbarrava nas montanhas, a produção não podia ser escoada em menos de dois dias e terminava jogada aos porcos".

Durante o encontro, em Itaici, foi também lembrado que na época de Somoza não era dado estímulo nem respeito à força jovem: "Para Somoza era crime ser jovem; muitas pessoas entre 25 e 30 anos foram mortas massivamente durante a ditadura militar. Eram constantes as intervenções nos colégios, nas faculdades, no campo, no intuito de sufocar a ânsia libertária do povo jovem."

Mulheres e jovens - Hoje, jovens, mulheres e crianças estão engajados nas cooperativas (algumas em zonas de guerra). Os jovens estudantes também colhem café; há centros infantis. O progresso social pode, segundo os nicaragüenses, ser verificado também na situação da mulher que está organizada em batalhões, nas fábricas de tabaco e outras atividades que elevam a produtividade nacional.

Mulheres que se destacam: ministra da Saúde, Dora Maria Telles, e chefe da Polícia Nacional, Doris Tijerinho. Altos cargos também são ocupados, embora minoritariamente, por parcela da Igreja católica. O ministro das Relações Exteriores e o da Educação e Cultura são sacerdotes, constituem-se em exceções porque contrariam a hierarquia da Igreja posicionada contra a revolução. (M.R.L.)

ARGENTINA E BOLÍVIA: LUTA CONTINUA COM NOVOS GOVERNOS

Indaiatuba (AGEN) - "Falar sobre reforma agrária na Argentina é destino à morte. Nenhum partido político se atreve a tocar no assunto, discutir o problema. Eles só abordam a legalização de títulos." O comentário foi feito por um integrante da equipe argentina presente ao Encontro, mas que, por questões (óbvias) de segurança, não quis se identificar.

Ele informou que "o próprio ministro econômico é ligado à terceira maior multinacional de alimentos do mundo, a **Bung Born**, com filiais em São Paulo e Porto Alegre". Sua descrição do quadro atual em relação à terra: "Na região fronteiriça com o Paraguai, os índios são mortos, mas não se divulga; na região norte do país há conflitos intensos e na região sul concentram-se os grandes latifúndios. Os trabalhadores rurais da região norte enfrentam também a ameaça dos produtores de soja, hoje no Pampa Úmido, mas que pretendem disputar a outra área."



Bispo Tinibio Ticcona, da Bolívia: pela reforma agrária na região amazônica.

A Argentina tem atualmente 32 milhões de habitantes, dos quais 4 milhões são trabalhadores rurais sem terra. E às perspectivas do novo governo peronista, de Carlos Menem, não são animadoras: "O governo se diz popular, mas não há espaço nem para discussão do tema; a crise econômica provocou 80% de aumento nos insumos e praticamente inexistem subsídios."

Sobretudo na região norte existem muitas famílias de trabalhadres instaladas pelo menos há 80 anos. A constituição argentina prevê que se a pessoa mora na terra há 20 anos, ela é sua. Mas, à revelia da lei soberana, trabalhadores rurais vêm sendo despejados por não terem o título de propriedade, só entregue em momentos eleitorais tendo-se em vista dividendos eleitoreiros. Por último, a delegação argentina lamenta: "A Igreja nunca mudou." Permanece conservadora, distante.

Bolívia - Nem tudo é desgraça na América Latina. A Bolívia, pelo menos, segundo o bispo Tinibio Ticcona, na Cordilheira dos Andes, em Potossi, diz que o país viveu há pouco um tempo eleitoral dentro da democracia. "É passado o tempo dos regimes militares." O novo presidente será escolhido pelo Congresso, pois nenhum partido conseguiu maioria absoluta nas eleições de 7 de maio.

Mesmo assim, a reforma agrária conquistada pelos camponeses, em 53, até hoje somente atingiu as montanhas e vales. A parte amazônica não é legada à reforma agrária. A distribuição de terra é feita em parcelas mínimas, criando problemas de minifúndio, abalando a unidade popular e deflagrando um problema cultural, porque os índios (por exemplo) sempre viveram comunitariamente. A terra não era de um, mas de todos, com eqüidade.

Na análise do bispo, "a reforma agrária 1 é um fracasso". Prossegue: "Estamos pensando agora na reforma agrária 2, com a intenção de promover assentamentos de lavradores do Altiplano à Amazônia, e tentar conter o êxodo dos camponeses às cidades". Essa dinâmica, segundo ele, é apoiada pela Igreja católica.

O plano idealizado pelo próprio bispo, com apoio dos núcleos Cáritas da Holanda e da França, direciona-se num avanço encarnado com os problemas dos empobrecidos. Objetiva possibilitar o acesso de sua população (majoritariamente indígena) a solo fértil, a princípio acolhendo comunitariamente 300 famílias de cinco filhos (cada uma com 50 hectares), com duas etapas subseqüentes de distribuição, beneficiando no total 900 famílias.

A população boliviana, composta em mais de 50% por camponeses, vem sofrendo a ação de máfias bem organizadas interessadas na extração da coca (da qual o povo não se beneficia, mas somente se utiliza como sedante contra o cansaço), e também das multinacionais que estão invadindo o solo indígena. Os trabalhadores, acuados, têm procurado tirar seu sustento das áreas áridas.

O projeto que visa equalizar a questão da terra é uma forma de romper o elo de pobreza dos sete milhões de habitantes da Bolívia, em 1 milhão 65 mil e 530 quilômetros quadrados territoriais. Tirando o país da condição de segundo país mais pobre da América Latina, só "perdendo" para o Haiti. (M.R.L.)

NEGROS, ÍNDIOS E LATINOS, OS SEM-TERRA NOS ESTADOS UNIDOS

Indaiatuba (AGEN) - "Calpulli" significa um sistema de organização nas áreas econômica, política, religiosa e cultural dos antigos índios do México. É atualmente o nome de uma equipe que atua nos EUA diretamente com latino-americanos, especialmente os mexicanos emigrados. Rosa Maria Zarate trabalha há 18 anos na Califórnia, sobretudo para defender o direito de seu povo àquele pedaço de terra.

Ela é bastante veemente quando diz: "Os EUA falam que compraram nossa terra, mas a verdade é que mais da metade do território norte-americano (dos EUA) nos foi roubado. E há 200 anos não temos acesso ao trabalho no nosso próprio chão: por nossa condição de emigrados, sem documentos, e por estarmos submissos ao governo deste país. Na prática **não** temos nem nacionalidade. No México, não podemos votar porque somos emigrados, e nos EUA também não, porque não somos considerados cidadãos."

Por isso, Rosa e sua equipe resolveram organizar o povo camponês promovendo sua conscientização quanto aos direitos e deveres. Existe também uma proposta de organizar comitês de mulheres como espaços de apoio para tentar romper as cadeias de discriminação. E, ainda, criar centros de educação para alfabetização e formação de líderes nas áreas de teologia, organizativa e cultural.

Neste momento, a organização Calpulli não vê condições estruturais de articular ainda uma pastoral especificamente da terra, mas tem procurado acompanhar a vida dos mexicanos que trabalham com a uva e o cultivo das frutas cítricas, e dos lavradores que en-



Rosa Zarate: migrantes não são cidadãos em nenhum país.



D. Augusto (no microfone): "O povo não está derrotado."

contram menos resistência ao trabalho, em restaurantes urbanos e na limpeza de hóteis.

O trabalho de conscientização visa atingir também um outro público: o norte-americano. Nesse sentido, são promovidas palestras e conferências em 24 Estados, nos congressos e universidades. Salienta-se também que aos norte-americanos pobres também é negado o acesso à terra.

Multinacionais - A estrutura fundiária concentra-se nas multinacionais que estão investindo agora na Califórnia. Onde antes havia campos de uvas, hoje existem grandes armazéns de substâncias químicas; onde era feito cultivo de trigo e plantação de pés de laranja, foram construídas amplas casas por companhias construtoras.

Um dos estimulantes para essa "investida" na Califórnia deve-se ao fato de que, naquele Estado, a população é majoritariamente latino-americana e, como afirmou Rosa, "isso quer dizer dólar, mão-de-obra barata, trabalhadores explorados, especialmente nas fábricas de roupas para exportação".

Rosa declarou que "não pode haver projeto de reforma agrária se não há projeto (ou intenção) de repartição da terra. Nos EUA, quem pode pagar, compra. E a terra continua sendo um sonho ou pesadelo." Mesmo assim os latino-americanos não estão exatamente sozinhos enfrentando seu estigma, nos EUA. Existem muitas organizações norte-americanas conscientes sobre a necessidade de romper esse processo. Esses núcleos, em sua maioria, são caracterizados pela defesa dos direitos humanos. Rosa lamenta, porém, que "várias organizações estão paternalizando, todas as Igrejas querem ser nossos pastores, tendo em vista seus interesses políticos para nos explorar".

De acordo com Rosa Marta Zarate, existe nos EUA um autêntico **apartheid** em relação aos negros e latino-americanos. Os discriminados que conseguem se situar na classe média são conhecidos como **coco-nut** ou coco de palmeira: pele de café, alma negra, mentalidade branca. Também no México a luta pela reforma agrária exige o mesmo fôlego e determinação, lamentou Rosa. (M.R.L.)

CPT REAFIRMA APOIO À LUTA DOS LAVRADORES

Indaiatuba, SP (AGEN) - "A reforma agrária nos quatro anos da Nova República não contribuiu em nada. Fez atrasar mais o movimento popular nesse sentido. Não matou, mas pôs obstáculo à esperança. Apesar de a Nova República ter sido um blefe, um engodo à sociedade brasileira,, o povo não está derrotado." A análise do bispo de Picos, Piauí, dom Augusto Alves da Rocha, assume proporções "tridimensionais" ao se considerar que ele é o presidente da Comissão Pastoral da Terra, a CPT, criada em 75.

É esse mesmo organismo que servirá de parâmetro para cristãos de outros países iniciarem ou prosseguirem na luta pela terra. Alguns deles têm pastorais rurais (oficiais da Igreja).

A CPT tem pontos e elos de identidade com a CNBB, mas uma de suas principais características é a autonomia.

O Brasil está, através da CPT, praticamente na linha de frente da guerra pacífica dos cristãos pela terra. O Encontro latino-americano em Itaici pretendeu e conseguiu ser um ponto de intersecção, justamente no período de 500 anos de evangelização das Américas, que promete um caminhar conjunto, apesar das características peculiares de cada país oprimido. E segundo Ermano Allegri, da coordenação, uma de suas propostas é a cobrança das pastorais populares aos bispos, para que conduzam sua caminhada aliados ao percurso dos empobrecidos.

Há muito serviço por fazer: na Venezuela, Colômbia, Nicarágua, a cúpula da Igreja não apóia as organizações e metas populares ligadas à posse da terra. Em El Salvador, alguns bispos escassamente manifestam seu respaldo. Existe, segundo Allegri, secretário-executivo da CPT, até mesmo um recrudescimento na linha da Igreja que não se identifica com as causas populares: "Se não é contra, atrapalha muito."

Dom Augusto acredita que, embora a reforma agrária não tenha acontecido, essa causa permanece: "Nós da CPT não trabalhamos só para contestações, mas também para defender um patrimônio deixado por Deus através do qual podemos proclamar a vida." (M.R.L.)

Povos indígenas



Yanomami: a luta pela vida (foto Cláudia Andujar)

AMAZÔNIA ONTEM E HOJE, POR VILLAS BOAS

São Paulo (AGEN) - Em entrevista recente na TV, Orlando Villas Boas, sertanista que participou da primeira expedição à Amazônia em 1944, falou sobre suas impressões na época e hoje. O seu depoimento:

"A expedição foi uma experiência formidável. O rio Araguaia era o limite civilizatório e o rio das Mortes, à frente, o limite do Brasil conhecido. Para nos acompanhar tivemos que recrutar alguns garimpeiros, que eram chamados "os homens sem lei do Brasil central". Entre eles, o que tinha menos mortes nas costas matou oito. E no início foi difícil porque eles por formação eram inimigos tradicionais dos índios. E o que podíamos fazer? Então, todos os dias à noite nós nos reuníamos para conversar na beira do fogo. Catequizamos essa gente através da conversa.

Com os Xavantes — na época — não fizemos contato. Passamos em sua área e fomos perseguidos por oito meses. Não perdemos um homem nem atacamos um índio sequer. Tínhamos homens de quase todas as áreas dos sertões do Brasil, e um receio imenso que naquela região vasta que era a Serra do Roncador surgisse algum córrego com pedras preciosas — como mais tarde aconteceu —, porque a notícia correria e ninguém conseguiria segurar a invasão. Muitas tribos nos receberam de braços abertos. Agora, o índio é tradicionalmente inimigo do civilizado porque este representa a desagregação do grupo tribal.

Com os índios aprendemos muitas coisas: a saber viver no sertão, a ter paciência, não ser espalhafatoso, assumir nossos medos. Deles herdamos a rede de dormir, o pilão, o trabalho com o cacau, com o milho, mandioca etc. Quanto ao índio, no momento em que entra em contato com o branco, a aculturação é inevitável. Ao receber um facão o processo se inicia. Mas não são fatos assim que destroem sua estrutura cultural. O que causa receio é o passo à frente: a integração índio-civilizado. Até hoje, nenhum dos dois está preparado para isso. Um outro detalhe que contribuiu em todas as áreas em que vivemos foi o absoluto respeito que exigíamos em relação à família do índio.

A depredação da Amazônia começou muitos anos depois, com os grandes incentivos fiscais feitos pelo governo federal. O cidadão que fabricava parafusos em São Paulo fugia do imposto sendo fazendeiro na Amazônia. A invasão começou a ocorrer mais ou menos na década de 70. A preocupação internacional se justifica. Projetos que estavam sendo estabelecidos na Amazônia, escalonados nos prazos de dois a cinco anos, estão sendo executados este ano. Temendo que vença nas eleições um governo fiscalizador, as derrubadas têm sido indiscriminadas.

E como esse governo não tem sido cuidadoso, estão aproveitando o que podem. Temos que recionalizar a ocupação da Amazônia. Aquela estatística que fizeram, concluindo que estamos derrubando um campo de futebol a cada três segundos é verdadeira.

Em relação aos índios, a nova Constituição alterou pouca coisa. Não se falou no estatuto do índio que é uma lei complementar e que deveria ser modificada. Falou-se no usufruto que o índio tem da terra, mas a Constituição só se preocupou com o subsolo — temos índios em cima de um subsolo riquíssimo. E impôs uma condição: que o Congresso e os índios concordem com a exploração. O Congresso, é claro, sempre vai concordar. E se os índios não concordarem, serão atendidos?

Se nós continuarmos com essa política, o Brasil estará despovoado de índios no século XXI. É preciso que se dê à Funai recursos e condições para o exercício de uma política indigenista, e não deixá-la sob as influências dos Estados como tem acontecido."

"AÇÃO PELA CIDADANIA" VÊ SITUAÇÃO YANOMAMI

Brasília (AGEN) - A comissão suprapartidária "Ação pela Cidadania" iniciou, no último dia 9, visita aos índios Yanomami, em Roraima. O objetivo é verificar de perto as agressões sofridas pelos Yanomami através da invasão de suas terras por garimpeiros, contágio de doenças e devastação da natureza.

Integram o grupo que foi a Roraima, entre outros, os seguintes parlamentares: Severo Gomes (PMDB-SP), Plínio Sampaio (PT-SP), Rose de Freitas (PSDB-ES), Otávio Elíseo (PSDB-MG) e Alcenir Guerra (PFL-PR). Também estarão representados a OAB, CNBB, ABI, Cimi, Cedi-SP, UNI, Associação Brasileira de Antropologia, MNDDH, Ministério da Justiça, além de três membros da Procuradoria Geral da República.

EM LONDRES, INDÍGENAS CRITICAM GOVERNO BRASILEIRO

Londres (AGEN) - No início deste mês, líderes indígenas brasileiros estiveram em Londres relatando os fatores econômicos e políticos que estão por trás da destruição da floresta brasileira. Os indígenas criticaram a política desenvolvimentista adotada pelo governo brasileiro e apoiado pelas instituições financeiras internacionais. Também falaram sobre a luta das tribos brasileiras pela sua sobrevivência e preservação do meio ambiente.

A visita marcou um passo a mais na campanha lançada pelos povos indígenas do Brasil em fevereiro de 1988, que contribuiu para que o Banco Mundial reconsiderasse seu apoio a projetos hidrelétricos que causavam danos ambientais. Também foram reforçadas duas linhas de abordagem da questão ecológica: uma consulta às comunidades indígenas cujo estilo de vida respeita o meio ambiente, e pressão junto aos governos e bancos do Primeiro Mundo que forçam países como o Brasil a destruir o seu meio ambiente para pagar sua dívida externa.

O grupo de visitantes foi formado por Jorge Terena, da União das Nações Indígenas (UNI); o líder indígena Benjamin Xavante; Odenir Pinto, defensor dos direitos indígenas e o advogado Júlio Gaiger, do Centro Indigenista Missionário (Cimi), que foi atacado pela sua atuação junto ao Congresso Constituinte para garantir os direitos indígenas na atual Constituição.

Durante a visita foi lançada a versão em inglês do Documento da Igreja brasileira em defesa do povo Yanomami, que relata a ameaça sofrida pelo maior grupo indígena brasileiro pelas atividades militares e pela corrida ao ouro em Roraima, no norte do país.

A reunião foi organizada pelo Instituto Católico para Relações Internacionais (Ciir), Cafod, Gaia Foundation e Survival International. Maiores informações poderão ser obtidas com Liz Hosken, tel. 01-435.5000.

Documento

DOCUMENTO FINAL DO ENCONTRO LATINO-AMERICANO SOBRE EXPERIÊNCIAS DE PASTORAL DA TERRA



Encontro ratificou solidariedade internacional entre os camponeses (foto Douglas Mansur)

1. Conclusões gerais

Existe uma grande injustiça na América Latina e é dever do cristão participar e acompanhar os seus irmãos na luta contra essa injustiça. As Igrejas devem cumprir o papel que lhes corresponde, por sua própria missão, nesta luta.

Dentro desse marco, é necessária a integração dos povos latino-americanos sobre a base da verdade e da justiça. Parte da ação pastoral é promover a integração latino-americana, levando em conta os princípios comuns às culturas indígenas e afro-americanas.

Devemos lutar por uma verdadeira "Reforma Agrária" que assuma os interesses dos pobres.

É importante legitimar as alternativas oferecidas pelos camponeses e povos indígenas e afro-americanos, que são verdadeiras alternativas ao sistema.

2. Pastoral da terra

Em relação à pastoral da terra, devemos revisar e aprofundar nosso diagnóstico para organizar, em cada país, o nosso trabalho. É necessária também uma maior clarificação sobre o que é a pastoral da terra, para assumir os contextos sociais, políticos, teológicos, econômicos e culturais.

Em alguns países não existe ainda especificamente uma pastoral da terra. Não obstante, existe um esforço por animá-la e concretizá-la. A presença da fé é imprescindível nos processos de libertação de nossos países.

3. Encontro

Este Encontro foi significativo, pois nos permitiu conhecer a realidade de nossos povos latino-americanos e compartilhar experiências, nos motivando a ser agentes multiplicadores da pastoral da terra.

Perspectiva e sugestões

1. Gerais

— Recuperar e defender a posse justa da terra.

— Organizar em cada país uma semana de solidariedade chamada Semana da Terra.

— Acompanhamento conscientizador dos camponeses, indígenas e afro-americanos para que sejam autores de sua libertação.

— Apoiar a formação e consolidação dos movimentos populares, sindicais e políticos, visando uma verdadeira libertação.

— Lutar pelo não-pagamento da dívida externa.

— Explicitar a relação fé-povo, para fortalecer a alternativa camponesa.

— Lutar pela defesa dos direitos dos camponeses, indígenas e afro-americanos, estejam ou não na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Contudo, é importante continuar lutando por leis que defendam esses direitos no direito internacional.

— Solidariedade internacional para denunciar as injustiças.

— Intensificar o intercâmbio de experiências e informação, para criar uma consciência latino-americana.

— Promover intercâmbios e divulgar a situação da mulher no continente e seus esforços de participação e libertação.

— Criar formas concretas de comunicação e intercâmbio de materiais sobre as lutas dos camponeses, indígenas e afro-americanos.

— Insistir no tema "Terra" para a 4ª Conferência do Celam em São Domingos em 1992, e realizar um novo Encontro antes da Conferência.

— Investigar e aprofundar a questão tecnológica na agricultura e as formas alternativas de produção , tendo em conta a proteção do meio ambiente.

— Criação de uma coordenação composta por um representante de cada região como ponto de referência para contatos e divulgação.

— Criar uma rede de solidariedade e de proteção latino-americana.

2. América Central, México, Caribe e Estados Unidos

— Articular nossos esforços a nível regional.

— Buscar alternativas para melhorar a produção.

— Construir nossa memória indígena e camponesa.

— Trocar experiências a nível legal, seminários, solidariedade e demais campos.

— Aproximação e diálogo com os distintos setores existentes em nossos países para ampliar a coordenação e apoio.

— Promover uma maior integração da mulher na luta popular.

— Tratar de recuper terras baldias ou sem dono.

— Difundir experiências adquiridas em nossas comunidades.

— Continuar os passos para a criação de um mecanismo regional que nos permita articular nossas experiências.

— Organizar um encontro sobre os 500 anos, com uma ampla participação de índios e afro-caribenhos.

— Aumentar o intercâmbio de pessoas da base em encontros e experiências da CPT (Brasil) e possibilitar a ida dos assessores teológicos à região.

3. Região Andina (Bolívia, Equador, Venezuela)

— Apoio e acompanhamento por parte da pastoral da terra na defesa e recuperação das terras como forma de reivindicar os 500 anos.

Organizar e coordenar práticas de pastoral.

4.— **Cone Sul (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai)**

— Criar consciência a nível regional em direção ao nível latino-americano, o que supõe consolidar e apoiar os grupos regionais.

— Criar uma comissão coordenadora regional que mantenha relações freqüentes, mediante a nomeação de um coordenador por país, o que não significa uma nova estrutura organizativa.

— Estruturar uma série de pontos comuns sobre o que é, como avança e qual é a ação da pastoral da terra no restante do ano.

— Promover a atuação das bases, dado que o trabalho é de baixo para cima e não o inverso, estendendo-a entre nossos países, integrando-a a outras instituições camponesas e indígenas, com o acompanhamento, se possível, da hierarquia.

— Realizar dentro do possível outros encontros de reflexão como o presente, que sejam esclarecedores a nível regional, buscando fios condutores e estratégias comuns.

5. Brasil

— Priorizar o apoio e solidariedade aos povos da América Central.

— Incentivar as comunidades de base a enviar cartas-abertas aos bispos sobre o tema "Terra" na Conferência do Celam.

— Prestar apoio e acolhida aos companheiros ameaçados em seus países.

— Colaboração e compromisso através de visitas recíprocas.

Especial

PARA JURISTA, DÍVIDA É ILEGAL E NÃO DEVE SER PAGA

Brasília (AGEN) - "A suspensão do pagamento e essa auditoria que Vossas Excelências estão promovendo constituem o único caminho que resta ao governo brasileiro." A posição é do jurista Osny Duarte Pereira, perante a Comissão Mista do Endividamento Externo, na sessão de 11 de maio. Em sua exposição, o jurista analisou o processo de endividamento externo brasileiro, à luz das legislações existentes. A conclusão de Osny Pereira: as dívidas foram contraídas sem consulta à sociedade e seus órgãos representativos, sobretudo o Congresso Nacional, em desrespeito às leis em vigor nos diversos períodos da história do país.

O jurista lembrou, em seu depoimento, que o processo de transferência de divisas do Brsil para o exterior teve início já no período colonial, quando "arrancaram as madeiras, o ouro e os frutos". No período imperial, assinalou, "o odioso sistema de empréstimos, que perdura até hoje, carregou daqui as riquezas naturais, os resultados do trabalho, impôs guerras contra nossos vizinhos e disputas fratricidas".

Pessoas jurídicas - As dívidas dos Estados nacionais, assinalou Duarte Pereira, devem ser contraídas em respeito às constituições federais, que devem indicar as pessoas jurídicas que irão representar a Nação em questões de direito público. Isso porque, conforme observou, em caso de inadimplência, o valor do empréstimo deve ser cobrado do representante indicado pela legislação vigente. Se a dívida for, então, solicitada pelo Executivo, "meu primeiro gesto é verificar se a Constituição do país autoriza o presidente da República a assumir o encargo. Se competir ao Congresso Nacional, direi ao presidente que traga a permissão daquela entidade."

Na opinião do jurista, essa norma não foi seguida durante todo o processo de endividamento externo brasileiro. Todas as Constituições do país — desde a primeira, em 1824 (art. 15, inciso 13); a seguinte, de 1890 (art. 33, inciso 2); a terceira, de 1937 (art. 49); a quarta, de 1946 (art. 65, inciso III); a quinta, de 1967 (art. 46, II); a sexta, de 1969 (art.43, inciso II); e a sétima, de 1988 (art. 48, II) —, de acordo com Duarte Pereira, "reservaram ao Congresso Nacional a competência para dispor sobre a dívida pública. É uma determinação elementar e decorrente da atribuição de aprovar o orçamento da União", o que, em sua opinião, não foi observado na prática.

Decreto 1312 - Em seguida, destacou interpretações de vários juristas, como Pontes de Miranda, sobre os dispositivos legais que permitem o endividamento pelo poder público. Essas interpretações, afirmou, confirmam que o presidente da República não pode, através de decretos-leis, "autorizar-se a si mesmo a atribuição de contrair empréstimos". Foi justamente sobre um decreto-lei, o de número 1312, de 15 de fevereiro de 1974, que o então presidente Emílio Médici se outorgou "o poder de contratar empréstimos externos", disse Osny Duarte Pereira. Nesse período, observou, a dívida brasileira havia apenas dobrado em relação ao governo João Goulart, quando era aproximadamente de US$ 3 bilhões. Foi a partir do governo de Ernesto Geisel, que assumiu um mês depois de editado o decreto 1312, que a dívida brasileira passou a somar volumes gigantescos.

"Geisel elevou a dívida de seis para 52 bilhões, fornecidos generosamente por bancos internacionais, porém a custos usurários", declarou Osny Duarte Pereira, citando a revista "Business Week", de 7 de novembro de 1977, que comentou: "Os empréstimos ao Brasil proporcionam as taxas de juros e comissões mais altas do mundo."

A 15 de março de 1979, assumiu o general João Figueiredo, que "trouxe para a área financeira a equipe que servira ao general Médici, prolatora do decreto-lei nº 1312/74". Equipe, no caso, chefiado por Delfim Netto. Após a crise do petróleo e o "alerta vermelho" despertado com a moratória mexicana, o Brasil assina os primeiros contratos com o FMI. Nesses contratos, cláusula exigida pelos bancos credores significava que o Brasil "renunciava ao direito de invocar qualquer nulidade", aceitando submeter-se ao juízo arbitral de tribunais de primeira instância em Londres e Nova York, no caso de virtual inadimplência no pagamento da dívida. Denunciada na época pelo senador Humberto Lucena, a cláusula foi questionada pela Ordem dos Advogados do Brasil. A representação da OAB foi contestada pelo procurador-geral da Fazenda Nacional, Cid Heraclito de Queiroz, e pelo procurador-geral da República, Inocêncio Mártires, encontrando-se engavetada "até hoje".

Medidas Provisórias - O desrespeito ao Congresso Nacional, segundo Osny Duarte Pereira, prosseguiu no governo José Sarney que, recentemente, através de medidas provisórias, tem tentado obter, do Poder Legislativo, a convalidação do decreto-lei nº 1312, de 1974. A Medida Provisória nº 25, comentou, "solicitava ao Congresso Nacional carta - branca para dissolver ou extinguir empresas e assumir débitos internos e externos e incorporá-los à Dívida da União e pagamento dentro das dotações orçamentárias correntes". Do mesmo modo, outras medidas teriam o objetivo de legalizar os contratos assinados em 1983 com o FMI.

Diante do exposto, acredita o jurista que, como a dívida foi contraída pelo Poder Executivo, à revelia do Congresso Nacional, ela é "nula de pleno direito", não sendo necessária decisão judicial. "Apurada a irregularidade e aprovado o inquérito pelo Congresso Nacional, este proporá ao Poder Executivo a declaração de nulidade desses contratos." Essa, acrescentou, é uma tarefa da Comissão Mista do Endividamento Externo.



O senador Severo Gomes é o relator da Comissão Mista do Endividamento. (foto Regina Vilela)

ORGANIZAÇÕES QUEREM AGILIZAR COMISSÃO DA DÍVIDA

Brasília (AGEN) - A Comissão Mista do Endividamento Externo recebeu, no último dia 8, um abaixo-assinado solicitando, entre outros pontos, que os seus trabalhos sejam estendidos até abril de 1990. Pela nova Constituição brasileira, promulgada a 5 de outubro de 1988, o Congresso Nacional teria o prazo de um ano para instalar e funcionar uma Comissão Mista, com o objetivo de analisar as causas do endividamento externo do país. A Comissão foi instalada apenas seis meses depois, no início de abril último. A ampliação do prazo seria uma forma de aprofundamento dos trabalhos da Comissão, presidida pelo deputado Waldeck Ornelas (PFL-BA) e que tem o senador Severo Gomes (PMDB-SP) como relator.

O abaixo-assinado foi entregue pelo Comitê Contra a Dívida Externa, composto por uma série de organizações populares, partidos políticos e Igreja. O Comitê foi criado a 16 de maio passado. A decisão de entregar o abaixo-assinado foi debatida em reunião no último dia 31, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O Comitê também solicitou cronograma de trabalhos, a realização de audiências públicas com a participação de organizações representativas da sociedade, e o acesso da sociedade aos documentos que estejam sendo examinados por deputados e senadores. Ainda foi reivindicado aos parlamentares que seja acelerada a tramitação, no Congresso Nacional, dos projetos relativos ao endividamento e suspensão do pagamento da dívida. Na oportunidade foi lançado, oficialmente, o boletim "Análise" da Dívida Externa, número zero, que irá circular entre os movimentos e organizações populares.

No final de junho, os bispos integrantes do Conselho Episcopal de Pastoral da CNBB vão ao Congresso Nacional para solicitar a aceleração do processo de elaboração da legislação complementar e ordinária, assim como dos trabalhos da Comissão Mista do Endividamento.

Política

EMENDAS POPULARES ENTREGUES À CONSTITUINTE PAULISTA

São Paulo (AGEN) - As emendas populares à Constituinte Estadual de São Paulo foram entregues no último dia 1º, quinta-feira, ao presidente da Assembléia Legislativa, deputado Tonico Ramos. Participaram do ato cerca de 250 representantes de várias organizações populares. Foram entregues dez emendas, sobre vários assuntos. As emendas sobre reforma urbana e direitos da criança são as que tiveram maior número de assinaturas.

A emenda sobre participação popular, subscrita por 9.057 eleitores, pede aperfeiçoamento do anteprojeto de Constituição Estadual, que deixou a iniciativa popular de leis para a legislação complementar. A emenda sobre saúde, promovida por 30 organizações, prevê um sistema unificado de saúde, com participação de entidades na gestão e controle popular das verbas destinadas ao setor. Outras emendas:

- Criança e adolescente - Já subscrita por 18.960 eleitores, pede a participação da comunidade na efetivação dos direitos garantidos na Constituição Federal.
- Ensino religioso nas escolas - Assinada por 5.570 cidadãos, critica a omissão do ensino religioso no anteprojeto em estudo, afirmando que a educação integral supõe o ensino religioso, conforme o artigo 210, parágrafo 1º da Constituição Federal.
- Reforma urbana - A emenda, já subscrita por 18.512 eleitores, recoloca a função social do solo urbano e indica que ao direito de cidadania corresponde o direito à moradia e transporte.
- Assistência jurídica - Com 5.500 subscrições, quer resgatar a função social do profissional de direito, no serviço ao povo.
- Cultura - Promovida por nove organizações, pede cuidados com o patrimônio cultural paulista.
- Direitos da mulher - Com 3.818 assinaturas, defende a não-discriminação da mulher no mercado de trabalho e exige que a Delegacia da Mulher não seja apenas um órgão policial, mas órgão de assistência jurídica e psicológica.
- Direitos Humanos - Já foi assinada por 4.500 pessoas.
- Previdência Social - Promovida por 20 organizações, foi subscrita por 8 mil eleitores.

Igrejas - A coleta de assinaturas às emendas populares teve significativa participação das Igrejas cristãs, sobretudo a católica. No ato de entrega, o bispo de Bragança Paulista, d. Antonio Misiara, representando os bispos do Regional Sul I da CNBB, citou uma frase do livro "O Pequeno Príncipe", para justificar a mobilização em torno das emendas: "Não contemos as pétalas que caíram no jardim, mas as flores que nasceram. Se alguém ama uma flor, já é feliz." Para o bispo, essa flor é a democracia. Por isso, sustentou que "a Igreja, assumindo papel de ser Povo de Deus", apóia todas as emendas apresentadas.
(por José Eugênio Menezes)

SUCESSÃO PRESIDENCIAL

O "TUCANO" COVAS VOA BAIXO NAS PESQUISAS DE OPINIÃO

São Paulo (AGEN) - O candidato do PSDB, codinome "tucanos", à Presidência da República, senador Mário Covas, de São Paulo, continua mal nas pesquisas de opinião pública, nunca ultrapassando a faixa de 5% a 7% nas preferências. Essa posição é preocupante para aquele que teve a maior votação registrada na história política do Brasil: 7.785.667 votos, nas eleições para o Senado, em novembro de 1986.

Mas, porque o candidato "tucano" não **decola**? Assessores e o próprio Covas creditam o desempenho abaixo das expectativas, em parte, ao boicote das grandes redes de televisão à candidatura. A mágoa é dirigida sobretudo à Rede Globo. O motivo do boicote teria sido a atuação do senador paulista no Congresso Constituinte, como líder do PMDB e, nessa condição, tendo apoiado boa parte das reivindicações populares.



Covas: órfão da Globo?

Por outra parte, membros do próprio PSDB, como a deputada Beth Azize, do Amazonas, que deve apoiar a candidatura de Leonel Brizola (PDT), sustentam que o discurso de Covas tem sido muito "elitista", não encontrando o necessário **feed-back** por parte da maioria da população. Do mesmo modo, Covas tem apresentado propostas consideradas tímidas para a crise brasileira, em particular com relação à dívida externa. A proposta básica do senador, a da securitização da dívida (venda dos títulos da dívida brasileira pelo seu valor no mercado secundário; hoje, um dólar da dívida brasileira está cotado a 33 centavos de dólar), não é muito diferente das sugestões dos próprios banqueiros internacionais. Um terceiro fator, que estaria emperrando a candidatura "tucana", seriam as adesões que o partido tem recebido, de vários políticos e empresários de extração conservadora.

Deputado cassado - Nascido em Santos (SP), a 21 de abril de 1930, Mário Covas Júnior formou-se em Engenharia Civil e Química Industrial pela Universidade de São Paulo, em 1955. Sua participação política começou através do PTN, de que desligou-se em 1961, após a renúncia do presidente Jânio Quadros. Ingressou no Partido Social Trabalhista (PST), elegendo-se deputado federal em 1962. Tornou-se líder do PTN e, em fevereiro de 1964, do bloco parlamentar dos pequenos partidos.

Extintos os partidos políticos, em outubro de 1965, e com a instauração do bipartidarismo, Covas filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Reeleito em novembro de 1966, era líder do MDB quando foi cassado, em 16 de janeiro de 1969, como resultado do AI-5, de dezembro de 1968. Após um afastamento de quase dez anos da vida pública, tendo no período dedicado-se à engenharia, Covas coordenou a campanha de Fernando Henrique Cardoso ao Senado em 1978, voltando ao MDB no ano seguinte.

Covas foi o primeiro presidente do PMDB em São Paulo e, em novembro de 1982, elegeu-se deputado federal. No ano seguinte, assumiu a prefeitura de São Paulo, durante o governo de Franco Montoro, permanecendo no cargo até 31 de dezembro de 1985. A maciça votação que obteve para o Senado, em novembro de 1986, o credenciou para o posto de líder do PMDB no Congresso Constituinte.

Vacilação - A atuação do senador nos trabalhos constituintes foi considerada vacilante: votou a favor da reforma agrária e contra a estabilidade no emprego e a jornada de 40 horas semanais. Apoiou o parlamentarismo e o mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, mas esteve do lado da cúpula militar na questão da anistia aos militares cassados. Ainda assim, sua performance desagradou ao segmento conservador, tendo recebido nota zero na avaliação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Casado com Florinda (Lila) Gomes Covas, com quem teve duas filhas (Renata e Silvia, que morreu em 1976) e um filho (Mário), Covas divorciou-se do PMDB no início do ano passado, e integrou-se ao grupo que fundou o PSDB, em junho. Uma das esperanças dos "tucanos" desmoronou com a confirmação do ex-governador da Bahia, Valdir Pires, na chapa de Ulysses Guimarães, pelo PMDB. O grupo de Valdir estava sendo "sondado" pelo PSDB. Restam algumas opções: a escolha de um nome forte como companheiro de chapa de Covas, e o início da campanha pela TV. O desempenho do senador na mídia eletrônica foi considerado impecável na campanha de 1986.

Economia

O BRASIL A CAMINHO DE NOVA MORATÓRIA?

São Paulo (AGEN) - O governo brasileiro analisa a possibilidade de suspender os pagamentos da dívida externa em setembro próximo, quando se concentrarão os vencimentos de pagamentos de juros aos credores no montante de US$ 3 bilhões.

Só um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) poderá evitar que o Brasil interrompa o pagamento. Sem o acordo o Brasil deixa de receber US$ 4,225 bilhões de recursos externos já contratados com os credores e terá de usar as reservas internacionais se quiser honrar os compromissos.

A missão do Fundo Monetário Internacional que se encontra no país está reticente em dar um parecer favorável sobre a economia brasileira aos credores, pois não houve o cumprimento de metas no primeiro trimestre de expansão monetária (circulação de moeda na economia) e controle do déficit público. A meta era de um déficit operacional público (excluídas as correções cambial e monetária) de 4% para este ano, mas tende para 7% do Produto Interno Bruto (PIB).

A possibilidade de o país realizar o pagamento aos credores de US$ 3 bilhões em setembro — sem o aval do FMI — ficou reduzida pelos desacertos do "choque verão". O último valor oficial disponível das reservas brasileiras é de fevereiro. O país dispunha na época de US$ 6,339 bilhões. Estimativas preliminares indicam que desde janeiro o país já perdeu no mínimo US$ 1 bilhão em reservas. E com reservas caindo ficará mais difícil fazer o pagamento aos credores.

Apesar da máxi de 17% no dia do congelamento (15 de janeiro último) do "choque verão", os dados do Instituto de Planejamento Econômico e Social do Ministério do Planejamento apontam para uma defasagem cambial de 5,6% no primeiro trimestre de 89 em relação a dezembro de 88. As estatísticas mostram também que se tomada como base o final de 87, a defasagem é muito maior: cerca de 20% . A desvalorização do câmbio inferior ao aumento nos custos de produção tem levado os exportadores a especularem com a possibilidade de uma nova máxi, segurando o fechamento do câmbio. Os importadores aceleram o fechamento, o que produz uma redução no superávit (saldo positivo) da balança comercial já ocorrido em abril. Dados do Banco Central de abril último mostram que pela primeira vez em 89 as operações do setor externo foram negativas em US$ 1,657 bilhão, ou seja, houve a retirada de cruzados novos da economia para remessas ao exterior.

Presidente Sarney: só faltava a hiperinflação



FANTASMA DA HIPERINFLAÇÃO PREOCUPA O PAÍS

São Paulo (AGEN) - O governo brasileiro decidiu elevar os juros do mercado financeiro, reduzir os prazos de aplicação e a tributação dos títulos e suspender as operações dos fundos de ouro, no início de junho. Os ministros da área econômica tentam evitar o fenômeno da hiperinflação em pleno andamento na vizinha Argentina. A inflação na Argentina chegou em maio a 78%. A população evita o austral e procura realizar operações em dólar. A carestia faz que as pessoas realizem saques nos estabelecimentos comerciais. Há fuga de capitais para o exterior e os bancos credores paralisaram os empréstimos à Argentina.

Em maio, alguns fatores hiperinflacionários começaram a aparecer na economia brasileira. Houve uma corrida para o dólar no paralelo ao, ouro, e fuga de capitais para o exterior. As remessas de multinacionais para o exterior devem chegar este ano a US$ 2 bilhões. Para desestimular a corrida para o dólar e o ouro, o Banco Central passou a praticar juros altos no over de 1% ao dia, vendeu ouro nas Bolsas de Mercadorias e obrigou investidores institucionais (fundos de pensão) a vender o metal que tinham em suas carteiras. A expectativa inflacionária contina alta. No mercado financeiro, já se trabalha com perspectivas de inflação de 15% a 18% para junho.

Eleições - O ano eleitoral contribui também para a diminuição nas reservas internacionais brasileiras, fortalecendo a tese da moratória.

As empresas multinacionais procuram acelerar suas remessas de lucros e dividendos para o exterior e mesmo fazer desinvestimentos (vendas de fábricas, terrenos) aguardando a definição do quadro político. As remessas de lucros e dividendos ao exterior poderão superar no câmbio oficial US$ 2 bilhões em 1989. A fuga de capitais é reflexo de incertezas e falta de confiança dos investidores estrangeiros com relação ao desempenho da economia brasileira e tem provocado ágio recorde superior a 150% do dólar paralelo em relação ao oficial. A procura pela moeda norte-americana reflete o período de incerteza.

O ano eleitoral contribui também para que as metas de déficit público acordadas pelo Brasil com o Fundo Monetário Internacional não sejam cumpridas. O déficit público é o resultado do fato de que o governo gasta mais do que arrecada. Os dados das contas nacionais do Banco Central mostram que no período de 1984 a 1988 o item de gastos que mais cresceu foi o de salários e encargos. Em comparações com o Produto Interno Bruto (PIB), os juros da dívida interna caíram de 2,5% em 1984 para 1,5% em 88. Os subsídios declinaram de 1,6% para 0,8%. As transferências à Previdência Social estabilizaram-se em 7,5% do PIB no período e os juros da dívida externa eram de 1,8% do PIB em 84 e caíram para 1,4% em 1986 e 1987 e estabilizaram-se em 1,8% do PIB em 88. Os encargos com salários subiram, no entanto, de 5,6% do PIB em 84 para 7,8% em 1988. É pouco provável que em um ano eleitoral, o governo venha a realizar um corte em seus gastos com pessoal para atender às metas de déficit público com o FMI.

Desobediência - Outro agravante em termos de aumento do déficit público é a desobediência civil, ou seja, as empresas e cidadãos descontentes com o serviço público (com as freqüentes notícias de corrupção, escândalos e mordomias) fazem de tudo para pagar menos impostos. A receita tributária era de 24,26% do PIB em 1986, caiu para 22,60% em 1987 e para 22,10% em 1988. O crescente aumento nos gastos públicos e a queda na receita tributária agravam o déficit público impossibilitando o cumprimento das metas com o FMI.

A falta de parecer favorável do FMI e a queda das reservas internacionais aumentam as chances de que nova moratória da dívida externa — com suspensão de pagamentos aos credores — seja executada pelo governo brasileiro antes das eleições presidenciais. A moratória aumenta o poder de barganha do governo brasileiro nas negociações com os credores, mas tem efeito prático nulo com relação ao retorno do crescimento econômico.

Movimento operário

COMITÊ DENUNCIA ESTERILIZAÇÃO EM MASSA NA ZONA FRANCA

Manaus (AGEN) - Mais da 45% de mão-de-obra feminina do Distrito Industrial de Manaus encontra-se esterilizada. A tendência é pelo aumento do número de mulheres esterilizadas, sobretudo após a aprovação da licença-maternidade, que consta da nova Constituição. A denúncia, do Comitê da Mulher Trabalhadora (CMT), torna-se ainda mais grave quando se sabe que o Congresso Nacional acaba de aprovar a implantação de nove Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), que funcionarão aproximadamente como a Zona Franca de Manaus.

A secretária do Comitê, Nonata Correia, afirma que essa prática acontece desde 1986, quando foi denunciada pela primeira vez proposta do projeto PF-Brasil, envolvendo a Universidade do Amazonas, SESI e outros órgãos do governo estadual.

Levantamento feito pelo CMT constata que a maioria das empresas instaladas na Zona Franca exige o planotest, confirmando que a mulher não está grávida, para a contratação das operárias. Empresas como a Philco da Amazônia exigem atestado de esterilização e outras distribuem anticoncepcionais, sem acompanhamento médico algum, o que pode provocar sérios danos à saúde da mulher, sustenta o CMT. O anticoncepcional Norplant também vem sendo utilizado em grande escala.

Além desses casos, o Comitê da Mulher revela que a Secretaria Estadual do Trabalho e Bem-Estar Social, em conjunto com SESI e LBA, está patrocinando ligação de trompas nas mulheres de baixa renda, através da maternidade Ana Nery.

PF-Brasil - O projeto PF-Brasil, promovido pela multinacional norte-americana Path-Finder, que a título de projeto de "planejamento familiar" pretendia esterilizar em massa as operárias das indústrias da Zona Franca de Manaus — acentua o CMT —, teria duração inicial de dois anos, a partir de 1986. No entanto, a cada ano aumenta o número de mulheres esterilizadas, e o meio mais comum é a ligação de trompas. "Nós acreditamos que o projeto continua se desenvolvendo por médicos inescrupulosos", diz Nonata Correia.

No Distrito Industrial de Manaus estão instaladas mais de 200 empresas de pequeno, médio e grande porte, que empregam aproximadamente 200 mil trabalhadores. A mão-de-obra feminina representa mais de 50% desse total e a maioria está situada na faixa etária de 13 a 22 anos. Nenhuma empresa dispõe de berçários ou creches nos locais de trabalho, como está previsto em lei.

A prática de esterilização desenvolvida pelas indústrias da Zona Franca de Manaus foi repudiada pelo Conselho Regional de Medicina, na ocasião da denúncia, considerando-a "antiética" e como "um atentado à dignidade humana". O professor Manoel Galvão, da Universidade do Amazonas, entende que esse projeto é de "controle da produtividade", em vez de "controle da natalidade". Produtividade, no caso, das empresas.

GREVE MOBILIZOU MAIS DE 50 MIL BÓIAS-FRIAS

São Paulo (AGEN) - No último dia 8, eram 50 mil os bóias-frias em greve nas regiões de Ribeirão Preto e Campinas, em São Paulo, principais pólos de produção de açúcar e álcool do país. Audiência de conciliação realizada naquela data em Campinas não resultou em acordo entre os cortadores de cana, representados pela Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp),e os patrões.

Entre outros itens, os bóias-frias reivindicavam uma diária de NCz$ 9,67, enquanto os patrões ofereciam um aumento de NCz$ 0,32 sobre os NCz$ 5,00 pagos atualmente. Alguns incidentes foram registrados, como detenções de sindicalistas.

Questões urbanas

NEGLIGÊNCIA AUMENTA CASOS DE AIDS NAS PRISÕES

São Paulo (AGEN) - Sete dias após ser preso em uma cela solitária do 6º Distrito Policial (Aclimação, Zona Sul de São Paulo), o aidético Fábio Luis do Nascimento conseguiu a autorização para ser removido para o Hospital Penitenciário do Estado. Não adiantou. Com maus-tratos e sem qualquer assistência, Fábio já estava morto quando chegou a ordem, no último dia 5. A comunicação de sua morte, porém, só foi dada dois dias após, quando a remoção deveria acontecer.

Este é apenas mais um caso de preso aidético que morre com falta de um mínimo de cuidados, mas traz atrás de si a ineficiência do sistema de prevenção e tratamento dentro das penitenciárias.

Fábio era viciado. No 6º DP foi isolado e colocado em uma cela única, sem forças sequer para se levantar do chão. A burocracia do internamento fez o caso ir até a Secretaria de Segurança do Estado e voltar, mas já sem encontrar o preso. Fábio foi preso em flagrante pelo furto de uma vitrola e um saco de feijão.

No Estado de São Paulo há apenas um hospital para o tratamento de presos aidéticos. É o da Penitenciária do Estado. Tem 37 leitos e somente um médico.

Não se sabe ao certo, ainda, quantos são os presos aidéticos, mas já se fala em cerca de 20 mil com soropositividade (presença do vírus) entre os detentos e os que ainda não foram presos por falta de vagas nas penitenciárias.

Drogas - Pelo menos 15% dos homens e 30% das mulheres estão contaminados com o vírus nas prisões. A maior incidência feminina aponta o principal foco atual da doença: os viciados em droga injetável.

A utilização de seringas comuns para a aplicação das drogas está levando a população carcerária a um possível desastre em cascata. Em breve, todos os presos poderão estar contaminados.

Se se aliar isso ao fato de que a precariedade sanitária das prisões leva a uma maior facilidade de desenvolvimento do vírus em doença, o perigo aumenta consideravelmente.

Falta prevenção e explicação adequada aos detentos e, como se provou no caso Fábio, há burocracia e ineficiência no atendimento. Até agora, dados oficiais da Secretaria de Justiça falam em 66 presos mortos com Aids, embora se admita que tenham sido mais.

Além disso, não se está respeitando o disposto na lei 47.164/88, que libera o preso com doença contagiosa ou moléstia incurável (o duplo caso da Aids) para que possa morrer em liberdade. Apesar de estarem sendo mantidos dentro das prisões, os aidéticos não recebem tratamento adequado para prolongar suas vidas.

Internacional

CHINA: QUAIS OS DESTINOS DO GIGANTE?

São Paulo (AGEN) - Os acontecimentos na China comovem o mundo. A imprensa internacional não deixa por menos e declara a "morte do comunismo". As opiniões são as mais diversas entre o pensamento de esquerda. Terão os fatos ocorridos na praça da Paz Celestial alguma repercussão nas inovações conduzidas a partir da perestroika e glasnost, na União Soviética? Esta é apenas uma das indagações suscitadas pela repressão ao movimento estudantil chinês que, era de esperar, está sendo comparado por muitos analistas com o Maio de 68 na França.



Deng Xiaoping: o homem forte da China

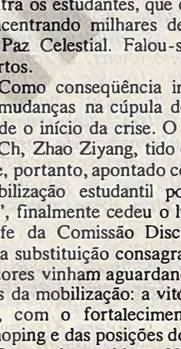
A mobilização dos estudantes chineses intensificou-se em abril, em torno dos funerais do líder reformista Hu Yaobang, atingindo o clímax no final de maio, até que a reação do Exército finalmente acontecesse no início de junho. O dia 4 de junho colocou um ponto final na principal interrogação que vinha sendo feita: a chamada "linha-dura" seria vitoriosa nos conflitos internos do Partido Comunista, e interviria para "manter a ordem"? Nessa data, aconteceu a maior ação contra os estudantes, que diariamente vinham concentrando milhares de pessoas na praça da Paz Celestial. Falou-se em até sete mil mortos.

Como conseqüência imediata, ocorreram as mudanças na cúpula do PCCh, esperadas desde o início da crise. O secretário-geral do PCCh, Zhao Ziyang, tido como um reformista e, portanto, apontado como fomentador da mobilização estudantil por "mais democracia", finalmente cedeu o lugar para Qiao Shi, chefe da Comissão Disciplinar do Partido. Essa substituição consagraria o que os observadores vinham aguardando desde os princípios da mobilização: a vitória dos setores duros, com o fortalecimento do líder Deng Xiaoping e das posições do primeiro-ministro Li Peng e do presidente Yang Shangkun.

Os acontecimentos posteriores chegaram a indicar, para a imprensa internacional, a deflagração da guerra civil na China. Grupos militares descontentes com a repressão aos estudantes teriam se rebelado. As informações eram desencontradas, pois não se sabia até que ponto a situação não vinha sendo manipulada pelos setores interessados em desqualificar os regimes comunistas como um todo. Pouco se confirmou com relação a uma virtual guerra civil, mas a situação não deixa de ser delicada, complexa e de futuro incerto para o um bilhão de chineses.

Repercussão - A crise na China repercutiu em todo o mundo. No Brasil, uma manifestação de protesto contra a repressão aos estudantes foi realizada dia 7 último, em São Paulo, em frente ao consulado da China, no elegante bairro dos Jardins. O ato foi convocado pelo Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil, Partido Verde, CUT, União Nacional dos Estudantes, OAB e organizações de direitos humanos. Uma declaração de protesto foi entregue ao vice-cônsul pelo vice-prefeito de São Paulo, Luis Eduardo Greenhalgh.

Nota oficial do PT afirmou: "Como partido socialista, formado nas lutas dos trabalhadores pela democracia, entendemos que aqueles trágicos acontecimentos são frontalmente contrários aos princípios do socialismo." Também o PC do B se manifestou, salientando que "o ainda cinicamente chamado Partido Comunista da China colhe hoje o que plantou com sua traição ao socialismo e com a opção pelo caminho burguês, e ao agir como carrasco de seu povo, seguindo a lógica das ditaduras capitalistas, desmascara-se por completo". Ainda assim, o PC do B destacou que os protestos dos estudantes e do povo chinês "têm ainda objetivos confusos". Reiterando que a crise é "assunto do povo chinês, sem qualquer intervenção externa", o PC do B criticou severamente Deng Xiaoping, "inimigo do povo e do socialismo".



Zhao Ziyang: o líder reformista deixou a secretaria-geral do PCCh



O enterro de Hu Yaobang acendeu o estopim da crise

CAPITALISMO É QUE ESTÁ MORTO, DIZ PRESTES

Rio de Janeiro (AGEN) - O ex-secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Luis Carlos Prestes, considera que "o povo chinês saberá resolver seus problemas". Em sua opinião, os fatos ocorridos na China são "acontecimentos trágicos que podem acontecer tanto no capitalismo como no socialismo".

Prestres discorda da opinião de setores da imprensa internacional de que "o comunismo está morto". Para o líder comunista brasileiro, "o que está avançando no mundo é o socialismo, e não o capitalismo". Ele cita dados de "economistas burgueses" indicando que, nos países desenvolvidos, o número de desempregados, hoje em 30 milhões de pessoas, subirá para 60 milhões no ano 2.000.

O líder comunista também não considera que as reformas introduzidas na União Soviética, como a participação do capital estrangeiro em certos setores da economia, representam a "derrota do comunismo", também como pregam setores da imprensa mundial. O que está ocorrendo na URSS, para Prestes, é "a volta do leninismo, cujos princípios foram esquecidos por pessoas como Stalin e Brezhnev". Assinala Prestes que "o marxismo e o socialismo não podem ser aplicados como um modelo, e devem ser constantemente corrigidos".

A dialética, a seu ver, ensina que "deve ser aproveitado o que o capitalismo tem de bom, pois os soviéticos não podem, de forma alguma, prescindir, por exemplo, de computadores das novas gerações". Assim, inovações aparentemente "capitalistas" inseridas no sistema de produção soviético, pela perestroika, não significam, para Prestes, a derrota do comunismo, como no caso da livre iniciativa. "O que vinha ocorrendo nas fábricas da URSS era a negação do socialismo, que acredita na liberdade de ação do homem. Isso agora acontece, porque o operário de uma fábrica autogestionada, passa a ter tanta responsabilidade quanto os diretores."

PARA DIRCEU, BUROCRACIA ESTÁ NA ORIGEM DA CRISE

São Paulo (AGEN) - "A concepção de partido único, organização burocrática, planejamento econômico centralizado e falta de participação do trabalhador no governo e nas decisões nacionais, talvez sejam as principais razões do conflito social chinês." A opinião é do secretário nacional do Partido dos Trabalhadores, deputado estadual José Dirceu.

O deputado, que de 69 a 75 viveu exilado em Cuba, durante o regime militar no Brasil, afirma que outrora a Revolução Cultural foi arbitrária e, hoje, as velhas disputas se misturam com as questões sociais. Para ele, apesar dos 40 anos de socialismo, a China "terá de criar uma estrutura de governo democrático".

Nesse sentido, os 70 anos de socialismo no mundo deverão ser repensados, porque "a questão da socialização dos meios de produção não pode estar desligada do poder nem da cultura". Cita como exemplo a socialização da pequena propriedade ou a prestação de serviços. E pergunta: "Se o Estado não tem condições de produzir, então por que proíbe?" Acusa a burocracia, a elitização e a ausência de democracia que, segundo ele, são mortais para o próprio sistema socialista, transformando-os em "sociedades totalitárias".

América Latina

ATENTADO A BONAFINI AGRAVA TENSÃO NA ARGENTINA

Buenos Aires, (IPS-AGEN) - A tensão na Argentina, acirrada com os saques e a decretação do estado de sítio, pelo presidente Raúl Afonsín, aumentou no dia 6 último, com o atentado sofrido pela presidente do grupo Mães da Praça de Maio, Hebe de Bonafini.

A líder da organização que luta pelo esclarecimento dos milhares de casos de mortes e desaparecimentos durante o regime militar, denunciou que um veículo em grande velocidade subiu a calçada onde estava, com o objetivo de atropelá-la. Bonafini disse ter escapado porque um obstáculo impediu que o atropelamento se consumasse. As Mães da Praça de Maio acrescentaram que o veículo é o mesmo que tinha seguido Bonafini nos últimos dias.



Intensificaram-se os ataques às Mães da Praça de Maio

Ameaças - Hebe de Bonafini recebeu várias ameaças nos últimos meses. Em abril, ela recebeu uma carta afirmando que ela "seria executada no lugar onde se encontra", como "represália" pelos militares mortos em La Tablada a 23 de janeiro. O atentado a Bonafini aconteceu às vésperas da manifestação convocada por grupos oposicionistas, em protesto contra o estado de sítio.

Igrejas

MULHERES ORGANIZAM NÚCLEOS ECUMÊNICOS REGIONAIS

São Paulo (AGEN) - O 3º Encontro de Lideranças Femininas Evangélicas, realizado de 18 a 21 de maio, em São Paulo, reuniu 45 membros de nove denominações. O Encontro foi promovido pelo Conselho Latino-Americano de Igrejas, com apoio do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (Cebep) e Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi).

Entre as resoluções, estão a criação de núcleos ecumênicos regionais de mulheres, inicialmente em Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo e no Sul do país, para aprofundamento de relações e encaminhamento de planos. Também foi organizado um grupo de trabalho brasileiro, a ser composto por mulheres que serão indicadas naquelas cidades e regiões, que irá encaminhar propostas de ação a nível nacional. O Encontro de São Paulo teve a colaboração da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), membro da Assembléia de Deus.



Luta das mulheres confunde-se com luta por transformações sociais

Pós-Assembléia - A organização que congrega as Igrejas e organismos ecumênicos do Clai no Brasil reuniu-se no dia 13 de maio, em São Paulo, em uma Assembléia Geral de caráter ordinário e extraordinário. Na reunião, deliberou-se pela mudança do nome do organismo, de Associação Brasileira de Igrejas (Abrai), para Clai-Regional Brasil, sendo transferida sua sede de Campinas para São Paulo.

O Clai-Regional analisou ainda os passos dados desde a II Assembléia Geral do Clai, realizada de 28 de outubro a 2 de novembro do ano passado, em Itaici, município de Indaiatuba (SP). Será realizada uma Pós-Assembléia, com a participação dos representantes brasileiros em Itaici, entre 29 de setembro e 1º de outubro próximos, em São Paulo, em preparação aos trabalhos regionais de 1990.

NEWTON CARLOS

O PACÍFICO, NOVO CENTRO DO MUNDO?

Rio de Janeiro (AGEN) - O que acontece na China encrespa o mundo do Pacífico, que desponta como o centro geográfico do século XXI. O Japão computadorizado, mão-de-obra farta dos "new developing countries" (Cingapura, Coréia do Sul, Formosa etc) e o gigantismo chinês. "A tendência da Ásia é sobreviver, e a da Europa naufragar na decadência", escreveu o historiador norte-americano Brook Adams, lembrando a "esplêndida guerra contra a Espanha" no século passado, a tomada das Filipinas, ex-colônia espanhola, e a entrada dos Estados Unidos no Pacífico.

O primeiro a registrar o "deslocamento para o Pacífico" como um fenômeno histórico foi o inglês Geoffrey Barracleugh. Em um de seus muitos livros de história ele escreveu que "já não vivemos no mundo do Atlântico, o mundo europeu dos anos vinte". Meio século de grandes transformações tornaram o Pacífico "uma vasta área de decisões internacionais".

***Geografia** - São cem milhões de quilômetros quadrados, onde estão 60% da humanidade. A geografia do Pacífico sobre as quatro grandes potências contemporâneas. O Japão, a China, os Estados Unidos e a União Soviética. Também inclui parte da América Latina. Países latino-americanos têm 10 mil quilômetros de costa no Pacífico. "Foi por tudo isso, em última instância, que fizemos a guerra do Vietnã", diz o escritor norte-americano Gore Vidal.*

O atual subsecretário de Estado dos Estados Unidos, Lawrence Eagleburger, é um entusiasta do mundo do Pacífico. Ele é ligado a Henry Kissinger, que negociou o estabelecimento de relações entre os Estados Unidos e China quando era secretário de Estado. "As próprias mudanças demográficas nos Estados Unidos (uma moderna marcha para o oeste) deslocam para o Pacífico o grosso das atenções norte-americanas", declara Eagleburger.

***Doutrina** - Não faz muito, a revista "Newsweek" escreveu que "o familiar mapa europeu do mundo, no qual a Europa se destaca como centro e o longínquo Pacífico quase não é percebido, vai ficando oniosamente anacrônico". Por tudo isso o ex-presidente Ronald Reagan chamou o Pacífico de "a nova fronteira do mundo" e relançou a Doutrina do Pacífico. Doutrina primeiro lançada em 76, depois da derrota no Vietnã. Com ela os Estados Unidos diziam que, embora derrotados, não deixariam a Ásia, o mundo do Pacífico, encrespado pelo que acontece na China.*

Bíblia

AMARGAMENTE DOCE

Milton Schwantes*

Outro dia exigiram que Ezequiel comesse um livro. O profeta o ilustra nos capítulos 2-3. E eu aqui o reconto. Ezequiel o diz lá a seu modo. Nós aqui o escutamos a nossa maneira.

Fizeram-no devorar um livro. Na verdade, foi um rolo. Pois, naqueles tempos, os livros tinham esse formato. A diferença não é tanta. De toda maneira, o cardápio não é dos melhores. Imagine: comer um livro! Coisa meio louca! Mas, foi o que lhe impuseram. É que profeta está aí pra isso mesmo. Dele se exigem coisas loucas e delirantes: comer rolos, andar por aí com canga no pescoço, casar com Gômer, uma mal-falada. São coisas pra profetas. E Ezequiel se lembrou de que de outros já fora exigida loucura similar. E pôs-se a mastigar o rolo, o livro, as folhas.

Não tem gosto e embolota. E isso é o pior. Quanto mais mastiga, mais indigesto parece ficar. A bola parece crescer. As bochechas parecem estourar. E é preciso que alguém 'ajude'.

E lá vêm os 'ajudantes', os executores de ordens. Animam com palavrinhas. Justificam com arrazoados. Explicam com argumentos. Oferecem um golezinho de água. Empurram se necessário. Forçam goela abaixo. Seus métodos variam. Seu objetivo, não: fazer engolir o livro, o rolo maldito.

E o rapaz geme, se contorce. Sofre. Gritaria se o som lhe saísse. Imploraria se a boca não lhe estivesse entulhada. Choraria se houvesse tempo. Mas a ordem é urgente. Os 'ajudantes' são eficientes. Não dá noutra: é preciso engolir, fazer descer, amargamente.

Afinal, por quê? Que há de tão terrível nesse rolo? Que há de tão herético nesse livro? Qual foi o crime do rapaz? Deve ter sido horrível. Deve ter ofendido tudo que é tido por sagrado. Ah, deve ter merecido. Ninguém é levado a engolir um livro todo, assim, por acaso, só de brincadeira. Este que aprontou o rolo só pode ser um nojento, de um "aspecto mui desfigurado". Será?

É que o moço se dedicou a fazer surgir esperanças em meio ao povo. Fez aparecer pessoas em meio a vales de ossos secos. Ajudou a juntar ossos. Costurou feridas. Ergueu pessoas. Escutou suas palavras. Valorizou-as. E o vale de ossos se pôs em pé. Passou a falar. Organizou-se. Resultou em tribos, doze no começo, muitas outras depois. Sonhos e esperanças foram aparecendo. Horizontes novos se abriam.

Mas, sonhos estão proibidos. Não está permitido promover esperanças. Nem tampouco foi autorizado publicar a respeito de paraísos saudosos. Decretou-se que isso seriam ingenuidades. Engulam-se, pois, tais esperanças. Os livros que delas falam só aprontam rolos. Metam-se-lhes goela abaixo. Já.

E o problema não é só esse. Vejam só que outras tolices estão no escrito. É que este Ezequiel se pôs a anotar gemidos e berros. Que falta de gosto! Não teria coisa mais agradável a fazer! Pôs no rolo "lamentações, suspiros e ais". Não é que foi anotando os gritos do povo. Encheu o papel de reclamações e sofrimentos. Dizia que salário mínimo é roubo.

Gente, isso é promover luta de classes. Assim não dá! É preciso fazer passar o rolo. Meta-lhe rolo pra que engula o rolo maldito, esse livro de sonhos e lamentos. Acabe-se com o paraíso. Já não há quem suspire! Vai tudo bem, obrigado. E em calmaria.

E o livro lhe é metido goela abaixo. "Enchem-se suas entranhas." Que amargor!?

Qual nada! Aninhado nas entranhas o rolo já não é de fel. Experimentado desde os porões da humanidade já não é amargor. Vivido desde o reverso é mel, é doçura. Nessa brisa leve desabrocha a flor sem defesa. E já não é só de Ezequiel...

**** Milton Schwantes é teólogo luterano***

Opinião

"CONTRA A INTERDIÇÃO, POR UMA SOCIEDADE ABERTA"

Francisco Catão

Tal é o título da "Declaração de Colônia", publicada pela AGEN (nº 150), que tem suscitado reações em todo o mundo. A própria Conferência Episcopal Alemã criticou-lhe o espírito, tachando-o de "pouco construtivo" (cf. REB 49 (1989/Março) pp. 180-184).

O documento, como se sabe, denuncia o centralismo romano exacerbado no estilo de governo de João Paulo 2º. Parte de três grupos de fatos: as nomeações de bispos, feitas com desrespeito às igrejas locais, as interdições de ensino contra teólogos e teólogas, contrariando a estrutura dialogal da teologia sustentada pelo Concílio, e o esforço para fundamentar teologicamente uma pretendida competência magisterial do papa, paralela à jurisdição universal.

Entre nós, a interdição de ensino e locomoção de alguns teólogos, e mesmo de bispos, bem assim como a sistemática das últimas nomeações episcopais, só fazem confirmar os fatos em que se baseia a denúncia dos teólogos alemães, 14 signatários, com adesão de mais de 160 teólogos do mundo inteiro: o estilo de governo adotado por João Paulo 2º contradiz o modelo de Igreja proposto pelo Concílio, desorienta os cristãos empenhados na tarefa de renovação da Igreja e abre cada vez mais o fosso que separa a Igreja do mundo de hoje.

No fundo, o documento se baseia teologicamente no respeito que o próprio Magistério da Igreja deve ter para com a Verdade da fé e a consciência dos cristãos. Por maior que seja a autoridade que o Magistério se atribua, não pode ensinar o que lhe apraz, nem tem o direito de exigir do fiel o que bem entende. O Magistério está, por um lado, sujeito à regra da Verdade, que não se impõe como um todo monolítico, mas comporta, sobretudo em suas determinações práticas e circunstanciais, zonas de sombra e de incerteza, cujo esclarecimento requer o cuidado de ouvir o que pensam as comunidades locais e os cristãos, requer o diálogo. Por outro lado, "a consciência não é função subsidiária do Magistério", qualquer que seja o contexto. Não se suprime, em hipótese alguma, a obrigação de cada um formar responsavelmente a sua consciência para decidir em liberdade.

Nesse sentido a Declaração de Colônia precisa ser levada em consideração, embora, entre nós, seja outra a realidade. As questões de nomeação episcopal e interdição são puramente internas, organizacionais, apesar do reflexo pastoral que não podem deixar de ter, sobretudo quando orquestradas pela mídia.

A preocupação maior dos cristãos empenhados na renovação é de viver plenamente o Evangelho numa sociedade aberta, que preza sobretudo a liberdade. Gostariam de contar com o exemplo e com o apoio da Hierarquia. Se a Igreja oficial porém se fecha, a libertação se fará sem ela, a despeito dos vícios e barreiras da organização eclesiástica. Para não desperdiçar a "oportunidade" missionária e não ficar falando sozinho, o pontificado de João Paulo 2º precisa mudar.

Memória

CASO PAULO FONTELES NÃO EVOLUI

São Paulo (AGEN/CDHAL) - Por defender posseiros no estado do Pará por longo tempo, foi assassinado no dia 11 de junho de 1987 o advogado Paulo Fontelles. O fato ocorreu quando Paulo se encontrava num posto de gasolina, à saída de Belém, no município de Ananindeua. Foram disparados três tiros por pistoleiros da região.

Fortes suspeitas recaem sobre Francisco Fonseca, que teria sido o mandante do crime. Trata-se de um poderoso latifundiário no Pará. As ligações de Francisco com Josiel Rodrigues, segundo declarações do diretório do PC do B de Belém (PA), foram feitas por pessoas interessadas em encobrir o verdadeiro culpado. A família de Paulo Fontelles também aponta Francisco como sendo um dos principais suspeitos do assassinato.

Os pistoleiros contratados, "Gaguinho" e Arnaldo Cavalcante Cutrin, se encontram até hoje foragidos e atuam impunemente. Segundo a AGEN pôde apurar junto ao Partido Comunista do Brasil, ao qual pertencia Paulo Fontelles desde 1982, o processo defendido por dr. Jorge Farias encontra-se paralisado, após terem sido ouvidas várias testemunhas.

Eleito pelo PMDB em 1982, após filiar-se ao PC do B, Paulo foi presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, e ainda trabalhou como advogado junto à Comissão Pastoral da Terra.

Hector Gallego - Acusado de "ingerência política", foi seqüestrado pela Guarda Nacional do Panamá no dia 9 de junho de 1971 o sacerdote colombiano Hector Gallego, 34, que desapareceu. As autoridades do Panamá nunca esclareceram esse fato. Um diário de Bogotá (Colômbia) afirmou na ocasião que Hector foi torturado até morrer e seu corpo jogado ao mar.

Hector Gallego viveu a serviço dos camponeses em Santa Fé de Veraguas, no Panamá. Morou num barraco e trabalhou durante quatro anos até seu seqüestro. Organizou em sua paróquia 64 comunidades de base que visitava assiduamente, caminhando entre as montanhas. Organizou cursos de conscientização baseados na " Populorum Progressio" e uma cooperativa que posteriormente levou o seu nome.

São suas estas palavras: "Se eu desaparecer, não me procurem, continuem a luta."

CUPOM DE ASSINATURA

Quero assinar o boletim semanal da AGEN pelo período de 1 ano. Por isso envio o cheque ou vale postal de NCz$ 15,00 (individual) ou NCz$ 20,00 (entidades).

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ *CEP* _____
Cidade _____ *Estado* _____
País _____ *Nº do cheque ou vale postal* _____
Telefone _____
Assinatura _____ *Data* _____

***Obs.** - No caso de vales postais, deverão ser encaminhados somente à Agência do Correio Central de SP, CEP 01051.*

Expediente

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro S. Martins (Mtb 17.572)
Redação: Guilherme Salgado Rocha, Maria do Rosário Lino e Beltrina Corte
Correspondentes e Colaboradores: Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs (Porto Alegre, RS), José Anchieta Ferreira (Linhares, ES), Flamínio Araripe (Acre), Carlos Boução (Pará), Newton Carlos e Isaac Akcelrud (comentaristas internacionais), Roberto Codas Friedmann (América Central), Esmeralda Villegas (Bogotá, Colômbia), Aníbal Pastor Niñez (Santiago), Juan Pezzutto, Regina Santos, Frei Betto, Elsa Lobo, Luzia Rodrigues, Francisco Catão, Paulo Schilling e Milton Schwantes (São Paulo)
Divulgação e contatos: José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN 229 6734
Diretoria: Pedro Wilson Guimarães (Presidente), Antonio Carlos Fon (Vice-Presidente), Paulo Maldos (Secretário), José Lourenço Pechtoll (Tesoureiro)

AGEN
Av. Ipiranga - 1.267 - 8º andar - Fone: (011) 229 6734
Cep - 01039 - São Paulo - SP - Brasil
Telex: 1125824 AECN-BR

OSASCO 20.6.89 SP M-88146 F-482580 BRASIL CORREIO =0,07

02 1002-90 IMP 0 0 E-U
COM. DIOC. JUSTICA E PAZ
RUA AIMORE, 08
MOQUETA
26000 NOVA IGUACU RJ

DEVOLUÇÃO GARANTIDA DR/SP ISR-40-0987/89
U. POSTAL - AG. OSASCO

IMPRESSO

AGEN

Edição nº 157

22 de junho de 1989



Adeus, tristeza...

Estatização nas ruas

As prefeituras administradas pelo PT, lideradas por São Paulo e Porto Alegre, decidiram ir contra a corrente neoliberal da privatização e iniciaram estudos visando à estatização do transporte coletivo. Terão mecanismos para enfrentar os interesses econômicos envolvidos? Página 10. (foto Douglas Mansur)

- Juristas da ONU e violência (pág. 2)
- Educação nos seringais do Acre (pág. 6)
- O povo vai à Constituinte estadual (págs. 8 e 9)
- Vicentinho, sucessor de Lula, indiciado (pág. 11)
- Dívida externa: cresce o cerco (pág. 13)
- Indústria bélica: vendas na França (pág. 14)

Editorial

ARGENTINA: NO FOGO CRUZADO

O presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, finalmente decidiu deixar o cargo, no próximo dia 30, para o seu sucessor, o peronista Carlos Menem. A dimensão dramática que atingiu a crise argentina não pode ser desconsiderada por todas as forças democráticas da América Latina.

Quando assumiu, Alfonsín carregava junto a esperança de todos os povos do continente. O processo de transição, de um governo militar para um regime civil, seria um "exemplo" para os países da América Latina que ainda viviam sob ditaduras. Os primeiros meses do governo Alfonsín empolgaram. Uma comissão nomeada pelo presidente, e liderada pelo escritor Ernesto Sabato, produziu o histórico relatório "Nunca Mais", que apurou os crimes cometidos durante a ditadura. Vários líderes militares foram para a prisão.

Depois, entretanto, veio a aprovação da Lei de Obediência Devida. Com ela, oficiais de nível médio ficariam impunes. Para que a Lei se mantivesse, ocorreram sucessivas rebeliões nos quartéis. Por outra parte, somava-se a crise econômica. Planos heterodoxos, como os adotados no Brasil, não deram certo. As causas estruturais não foram tocadas, sobretudo a sangria de divisas proporcionada pela dívida externa e os imensos lucros do sistema financeiro.

O resultado foi o esperado: a derrota de Alfonsín nas urnas, e a ressurreição do peronismo. Um pretensioso plano econômico, elaborado e bancado pelos grandes grupos exportadores — à frente o Bunge y Born, que já "nomeou" o ministro da Economia de Menem, Miguel Roig —, deve ser implantado. Tal plano irá considerar as causas estruturais da crise? É a indagação feita no momento pelas diversas matrizes políticas do continente.

Direitos humanos

COMISSÃO CONSTATA VIOLÊNCIA CONTRA ADVOGADOS NO BRASIL

São Paulo (AGEN) - Embora o governo brasileiro tenha considerado impertinente a visita da Comissão Internacional de Juristas da ONU, porque a Constituição garantiria suficientemente a defesa dos direitos em questão, três membros da Comissão resolveram visitar o Brasil, desde o dia 3 de junho, atendendo ao convite da Ordem dos Advogados do Brasil.

A Comissão esteve em Salvador, Recife, João Pessoa, Belém, Brasília e São Paulo para investigar os assassinatos e ameaças contra os advogados defensores de trabalhadores rurais sem terra. Integraram a comitiva o magistrado Enrique Bacigalupo do Tribunal Supremo da Espanha, o advogado argentino Beinusz Szmukler, presidente da Associação Americana de Juristas (AAJ), e o advogado Oleguer Torra.

Como não podem adiantar suas conclusões à opinião pública sem antes apresentá-las ao governo federal (o relatório deve ficar pronto em agosto), Bacigalupo, em entrevista coletiva na OAB de São Paulo, apenas declarou que a Comissão "havia constatado que os conflitos vinculados às questões da terra quase sempre terminam em assassinatos".

Segundo Belisário dos Santos Júnior e Paulo Sérgio Pinheiro, membros da OAB, já foram assassinados 46 advogados nos últimos dez anos, perfazendo uma média de quatro por ano. Eles informam que existem regiões no Brasil onde os advogados se entrevistam com seus clientes — camponeses e líderes sindicais — somente de madrugada, para não serem perseguidos nem identificados.

Afirmam, ainda, "que em outras regiões os advogados não chegam ao Poder Judiciário porque as vías de acesso são controladas por grandes fazendeiros — violadores dos direitos humanos".

Os juristas que se entrevistaram com os poderes Judiciário e Legislativo, além da CNBB, disseram que "há uma evidente preocupação das autoridades, pois elas reconheceram as dificuldades, explicando-as, mas sem justificá-las". Contudo, salientaram ser "difícil prever o efeito da missão. A experiência tem demonstrado que a situação melhorou nos países que visitamos. Não sabemos qual é a incidência. O certo é que a situação brasileira não vai piorar com nossa visita."



O governador do Pará, Helio Gueiros, havia recusado entrevistar-se com a Comissão, mas voltou atrás

Informaram que o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon (PMDB), pediu, dia 14, que a Comissão estendesse suas atividades àquele Estado, o que não puderam fazer pois já estavam de volta a seus países. O governador do Pará, Hélio Gueiros, acabou recebendo a Comissão, depois de ter resistido inicialmente.

Juristas pelos direitos humanos - Juristas do Centro para a Independência de Juízes e Advogados (Cija), da Comissão Internacional de Juristas (Ciji), da Associação Americana de Juristas (AAJ) e do Movimento Internacional de Juristas Católicos (MIJC), visitaram nos últimos anos a Argentina, Chile, Uruguai e, recentemente, a Colômbia.

O Cija, com sede em Genebra, Suíça, foi criado pela Comissão Internacional de Juristas em 1978, para combater os ataques à independência da profissão legal e judicial.

A AAJ foi fundada no Panamá, em 1974, por advogados e juízes de 21 países americanos, com o objetivo de lutar pela autodeterminação dos povos, enquanto o MICJ é um secretariado especializado do Movimento Internacional de Intelectuais Católicos "Pax Romana". Todas estas entidades são consultoras da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Cartas

ESPERANÇA E VIOLÊNCIA

"Estamos em tempo de graça! Vendo a vitalidade e o ânimo das comunidades. Nesta XV Assembléia Diocesana, vimos a fé, a esperança e a teimosia com que elas vêm vivendo a missão dada por Jesus Cristo e contribuindo para a construção de uma sociedade nova. Os cristãos, por seu compromisso com a causa do Reino, têm conseguido algumas vitórias.

Da última assembléia até agora os posseiros da Fazenda Vale do Juari conseguiram finalmente conquistar suas terras. Agora é tempo de nova esperança para eles. É terra livre e tão desejada, produzindo milho e arroz para as mesas que precisam. Também os posseiros estão animando o STR de Colinas. Quatro sindicatos novos de trabalhadores rurais foram fundados; três associações estão ajudando o povo de baixa renda a enfrentar a crise econômica; a Federação dos Trabalhadores na Agricultura está trabalhando. Lavradores estão descobrindo terra da União/Estado e ocupando-a como é de direito. Nas cidades os professores fundaram o seu sindicato; criou-se também o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil. As comunidades de cristãos vêm contribuindo para este crescimento do movimento popular. Louvado seja Deus!

Estamos num Estado novíssimo. Gente nova! Novas oportunidades! Grandes esperanças de dias melhores... Mas precisamos também registrar a triste continuação da velha violência. Desde o dia 5 de outubro de 1988, dia da promulgação da nova Constituição, quatro lavradores foram mortos na luta pela terra em nossa diocese. São eles:

Antônio Nunes Rezende, morto no povoado Santa Maria, mun. de Pedro Afonso (TO), em 12 de outubro de 1988.

Olímpio Alves dos Reis, morto dia 13 de novembro de 1988, em Lizarda-TO, e seu irmão Manoel, gravemente ferido. Até hoje não existe nenhum registro do crime no cartório.

Laurindo Ferreira da Silva e Adelino Teixeira Milhomem foram assassinados na Fazenda Chichakli, município de Colmeia (TO), dia 25 de novembro de 1988. Adelino morreu dia 30. As quatro famílias estão desamparadas. As autoridades são omissas e não tomam nenhuma providência em relação aos assassinos." (Da "Carta ao Povo de Deus da Diocese de Miracema do Norte", Tocantins, 25 e 28 de maio de 1989)



Gilberto Gil já confirmou presença

REVOLUÇÃO FRANCESA E CIDADANIA: DEBATE EM AGOSTO

São Paulo (AGEN) - "Cidade, Cidadão, Cidadania pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão" será o tema do evento a ser realizado de 18 a 27 de agosto, em comemoração ao bicentenário da Declaração dos Direitos do Homem, ocorrida no dia 26 de agosto de 1789. O encontro pretende resgatar os direitos que estão declarados e que não são cumpridos.

Durante o encontro, haverá a mostra de cinema "Homens, seus direitos e projeções", em dez cineclubes de São Paulo. Os filmes tratam dos direitos humanos. Paralelamente, haverá uma mostra de vídeos relacionados ao tema. Até o final de junho, os vídeos estarão sendo selecionados pelos coordenadores do evento.

Entre as organizações promotoras, estão a Anistia Internacional, Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, Movimento Ação pela Cidadania, CNBB, OAB, entre outras. A Secretaria Municipal de Cultura estará coordenando todas as atividades.

Estarão expostos os trabalhos desenvolvidos por 10 organizações nacionais que trabalham com os direitos humanos e mais 15 movimentos sociais, nas áreas de ecologia, índios, mulheres, negros, crianças, homossexuais, saúde, questão fundiária, deficientes, entre outras. Até o momento está confirmada a presença dos cantores Gilberto Gil e Caetano Veloso.

MNDDH - No evento, o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH) lembrará os 10 anos da morte do operário Santo Dias da Silva, assassinado em outubro de 1979.

O Movimento fará exposições sobre fotojornalismo, com os trabalhos vencedores do Prêmio Wladimir Herzog durante os últimos anos. Também serão apresentados vídeos sobre os direitos humanos no Brasil e na América Latina. Haverá, ainda, exposições de revistas, jornais e boletins sobre o tema.

No local do evento, autores de livros sobre direitos humanos estarão autografando suas obras. O MNDDH pretende recolher, durante a semana, assinaturas para vários abaixo-assinados. Um deles é para que o Brasil ratifique a Convenção da ONU contra a Tortura.

O evento será realizado no Centro Cultural de São Paulo, próximo à estação Vergueiro do metrô. Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria Municipal, à rua Pires da Mota, 838, 5º andar — Direitos Humanos, com Jacinto ou Márcio, ou através do telefone (011) 278-3233.

Outros atos - Em preparação às atividades de agosto, será promovido, a 15 de julho, o espetáculo "Revolução Francesa", na praça Charles Muller, em frente ao estádio municipal do Pacaembu, às 17 horas. Um mês depois, nos dias 11 e 12 de agosto, o Tribunal Internacional dos Povos julgará "Os crimes do latifúndio" no Teatro Municipal, também em São Paulo.

BISPO AMAEAÇADO DE MORTE NO ESPÍRITO SANTO

Espírito Santo (AGEN) - A direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) denuncia publicamente que nos últimos meses o bispo de São Mateus (ES), d. Aldo Gerna, e os coordenadores da CPT receberam diversas ameaças de morte, e que foram assassinados três lavradores sem terra na região, além de várias prisões de lavradores.

Para evitar a violência e realizar a reforma agrária, o MST, através de uma nota pública, pede apoio. As mensagens podem ser enviadas ao governador do Estado, Max Mauro (telex: (27) 2182) e às autoridades federais, exigindo providências urgentes.

Situação - Sob a responsabilidade do coronel Sebastião Duarte Vanzeler, comandante do 2º Batalhão da Polícia Militar da região norte do Estado, instalou-se um regime de terror e perseguição no Espírito Santo. O fato se agravou depois da tentativa de ocupação das famílias de trabalhadores sem terra no latifúndio improdutivo de propriedade do fazendeiro José Machado Netto, no município de Pedro Canário.

Quando o fazendeiro, junto com jagunços e policiais, tentou fazer o despejo sem ordem judicial, no confronto com os lavradores acampados, faleceu. Segundo a direção do MST é de conhecimento público que atuam livremente na região grupos paramilitares formados por jagunços e policiais, com a conivência das autoridades.

Desde então diversas lideranças da região estão sendo perseguidas, casas dos assentamentos (de líderes de lavradores) estão sendo invadidas e revistadas. A polícia cercou as estradas e apresentou à imprensa bandeiras do MST, faixas da CUT e espingardas apreendidas nos assentamentos vizinhos.

A direção do MST afirma que de um lado existem poucos latifundiários monopolizando milhares de hectares de terra mantidos improdutivos e, de outro lado, cerca de 25 mil famílias de trabalhadores sem terra e outros 100 mil bóias-frias. Afirma ainda que o norte do Espírito Santo é uma das regiões de maior concentração de latifúndios no país "onde a UDR atua como se fosse o Estado brasileiro".

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS PEDE CANAL DE RÁDIO

Joinvile, SC (AGEN) - Está tramitando em Brasília o pedido de outorga para uso de um canal de rádio FM educativo em Joinvile feito pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos daquela cidade. O pedido foi dirigido ao Dentel e ao Ministro de Estado das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, em março passado.

Como a Constituinte prevê o acesso dos setores mais empobrecidos aos meios de comunicação de massa em todos os Estados brasileiros, o Centro pretende, com o serviço de radiofusão educativa — sem fins comerciais nem concorrência comercial —, fazer da rádio um centro de referência e informação das lutas populares.

Para alguns de seus membros, "além do conteúdo educativo queremos que a rádio seja um centro educativo e de treinamento para a comunicação alternativa com a participação e formação dos setores mais pobres".

Caso seja outorgado o canal, a manutenção da rádio será feita por várias entidades sociais, como sindicatos, Igrejas, advogados, professores, movimento de mulheres, entre outros. Membros do Centro pedem apoio, "já que o poder dominante quer manter o povo distante do controle dos meios de comunicação".

FORMAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, TEMA DESTE ENCONTRO

São Paulo (AGEN) - De 3 a 7 de julho, será realizado em São Paulo o "Encontro de Formação para Formadores em Direitos Humanos" numa promoção dos Cristãos pelos Direitos Humanos na América Latina (CDHAL) em conjunto com o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH).

O curso, dirigido a militantes de entidades que atuam na área de defesa dos direitos fundamentais do homem, tem como principal objetivo qualificar os defensores dos direitos humanos.

No primeiro dia (3), o professor José Queiroz, da Puc de São Paulo, abordará as bases filosóficas dos direitos humanos. No dia 4, o padre Fernando Altemeyer tratará sobre as bases bíblicas. No dia seguinte (5), Elza Lobo falará sobre os direitos humanos básicos.

O jornalista Derni Azevedo, no dia 6, desenvolverá o tema sobre os direitos humanos na comunicação.

No último dia do curso (7), a professora da Usp, Maria Lígia Prado, abordará os direitos humanos na América Latina. O evento será desenvolvido no Instituto Salesiano Pio XI, no bairro da Lapa, em São Paulo.

Terra

GOVERNADOR PROMETE FIM DE VIOLÊNCIA, MAS PM ESPANCA

Florianópolis e Palma Sola (AGEN) - O governador de Santa Catarina, Cacildo Maldaner, está interessado em impedir que violências aconteçam no Estado, envolvendo a Polícia e os sem-terra. É o que disse a bispos e lideranças dos sem-terra em audiência realizada no início do mês.

Entretanto, a PM, em Palma Sola, impediu a entrada de remédios e alimentos destinados às cerca de mil famílias que ocuparam a Fazenda Caldatto, na madrugada de 12 de junho. O MST, além do bloqueio, denunciou a prisão e o espancamento de lideranças rurais.

Segundo o MST, "há conivência entre a PM e os fazendeiros armados". O Movimento exige, ainda, a desapropriação imediata da fazenda e o assentamento das famílias, além de liberação de recursos para a produção de alimentos, segurança para as lideranças e o fim das violências.



A luta pela terra prossegue em todo o país, estimulada pelo fracasso do Plano Nacional de Reforma Agrária, do governo federal. Na foto, de Robson Martins, acampamento dos posseiros da fazenda Terra Bela, em Buriticupu, Maranhão.

Ameaças de morte - A 9 deste mês, o presidente do Regional Sul 4 da CNBB, d. Oneres Marchiori, junto com d. José Gomes, bispo de Chapecó, d. Luís Colussi, bispo de Caçador, e d. Murilo Krieger, bispo-auxiliar de Florianópolis, reuniram-se com o governador Cacildo Maldaner. Na audiência foi relatada a situação das famílias acampadas no Estado (até aquele momento não havia acontecido a ocupação da Fazenda Caldattto), que chegavam a 500 — 200 no município de Caçador, 250 em Abelardo Luz e 50 em Campo Erê.

Pediu-se, ainda, ao governador, maior segurança às lideranças dos sem-terra e a continuidade nas investigações sobre a morte de Ermínio Gonçalves, membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçador, ocorrida a 13 de novembro de 88. A comissão, da qual participaram Arnaldo Milan e Francisco Dal Chiavon, da executiva estadual dos sem-terra, informou o governador sobre as ameaças de morte sofridas pelo bispo de Chapecó, d. José Gomes.

PT INICIA CAMPANHA CONTRA A UDR

São Paulo (AGEN) - A Secretaria Agrária Nacional do Partido dos Trabalhadores está distribuindo a todas as Secretarias Agrárias Regionais e às organizações de apoio ao movimento popular um dossiê de 29 páginas sobre a União Democrática Ruralista (UDR), contendo quadros estatísticos da violência no campo, com os assassinatos ocorridos em 88.

Decisão - O diretório nacional do PT decidiu, em sua última reunião, "que todas as Secretarias Agrárias do partido devem desenvolver tarefas de combate à UDR". Acrescenta: "Precisamos fazer de cada reunião ou encontro, de cada entidade e militante, uma frente de batalha e um reprodutor de novas frentes contra a violência da UDR."

A campanha proposta pelo PT tem três eixos fundamentais: "desmoralizar a UDR perante a opinião pública, enfraquecendo sua atuação organizada contra o movimento da luta pela terra; levar a sociedade a se manifestar contra a violência do latifúndio e pressionar a sociedade civil e autoridades políticas e judiciárias a se manifestarem contra a UDR".

SEMANA DO MIGRANTE DEBATE "NOVA SOCIEDADE"

São Paulo (AGEN) - Já está sendo distribuído o programa das comemorações da Semana do Migrante, de 20 a 23 deste mês, no Largo Santa Cecília, em São Paulo, todos os dias das 19 às 22 horas. Os vídeos e debates abordarão o tema central da Semana, "Os Migrantes e a Construção da Nova Sociedade".

No primeiro dia (20), o assunto "Os Migrantes em São Paulo: Lutas e Conquistas" será apresentado, em primeiro lugar, às 19h, pelo vídeo "Reforma Urbana: a Chegada, a Virada", seguindo-se um debate com a participação de Fermino Fecchio, secretário da Administração da Prefeitura de São Paulo, Mílton Schwantes, pastor luterano e biblista, e Benedito Mariano, secretário do Centro Santo Dias de Defesa dos Direitos Humanos.

Trabalhador e Negro - No dia 21, segundo dia da Semana, o tema serão os trabalhadores negros, com a exibição do vídeo "Além de Trabalhador, Negro", seguido de debate com Dulce Pereira, jornalista e vice-presidente do Anhembi, e padre Antônio Aparecido da Silva, professor de Teologia.

"Os Povos Indígenas e a Sociedade Igualitária" será o assunto do terceiro dia, com os vídeos "Balbina, Destruição e Morte" e "Cararaô, um Grito de Guerra". No debate que se seguirá estarão presentes Aílton Krenak, coordenador da União das Nacões Indígenas (UNI), Roberto Zwetsch, pastor luterano entre os Kulina-Madijas, no Acre, e Leinad Ayer O. Santos, da Comissão Pró-Índio de São Paulo.

América Latina - E o último dia ficou reservado ao debate sobre o continente latino-americano, com o tema "Os Caminhos de Libertação na América Latina". Das 19 às 20 horas, apresentação de grupos musicais, e das 20 às 22, painel e debate com o padre Fernando Altemayer, coordenador pastoral do setor São Mateus, São Paulo, e Ernesto Cisneros, representante no Brasil da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), de El Salvador.

LAVRADORES DESPEJADOS NO SUL DE SÃO PAULO

Jacupiranga (AGEN) - Em cumprimento à ordem judicial expedida no fórum de Eldorado, 35 famílias de lavradores foram despejadas de uma área em litígio, de 250 alqueires, na confluência dos municípios de Registro, Jacupiranga e Eldorado, região sul de São Paulo. Algumas das famílias estavam há cerca de 20 anos no local, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacupiranga, João José.Alves, que chegou a ser agredido pelos policiais e homens à paisana que efetuaram o despejo.

As famílias foram transportadas em caminhões alocados por Reinaldo Pereira Maia, beneficiário da ação judicial, e levadas para casas de parentes. De acordo com João José Alves, Reinaldo Maia não mantém qualquer tipo de produção na área desde que adquiriu as terras, arrematadas durante ação de falência da empresa de que era proprietário. As famílias de lavradores, pelo contrário, vinham mantendo há anos culturas de banana e arroz, entre outras.

O sindicalista denuncia que várias casas dos lavradores foram destelhadas, e algumas derrubadas, como forma de pressão. João Alves lamenta ainda que, nem a Câmara Municipal, nem a Prefeitura de Jacupiranga, se dispuseram a apoiar os lavradores. Agentes pastorais da Diocese de Registro deslocaram-se para a área, para prestar apoio aos posseiros despejados.

BISPO DE SÃO MATEUS SOFRE AMEAÇAS DE MORTE

São Mateus e Pedro Canário, ES (AGEN) - O bispo de São Mateus, d. Aldo Gerna, e membros da CPT estadual, estão sendo ameaçados de morte por fazendeiros ligados à UDR. A denúncia é do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), após os conflitos do início do mês, envolvendo trabalhadores que ocuparam a Fazenda Ipueira. Na ocasião, morreram o proprietário da fazenda, José Machado Neto, 56 anos, e o soldado PM Sérgio Narciso da Silva, assassinados por José Bezerra, o "Zé Paraíba".

D. Aldo e padres da diocese estão sendo acusados pela UDR de "incitarem as invasões de terra", o que foi contestado pelo bispo, classificando as acusações de "fantasiosas, cretinas e insensatas".

CUT exige investigação - Na sede nacional da CUT, a organização sindical divulgou, através do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) uma nota oficial sobre o assunto, responsabilizando "a ausência de uma política de reforma agrária" pelos acontecimentos de Pedro Canário.

A CUT "estranhou" e "repudiou" o fato de que "tanto a Polícia Militar quanto a grande imprensa já tenham identificado e acusado José Bezerra da Silva como assassino do fazendeiro e do policial, sem que uma investigação detalhada tenho sido feita".

A nota condena a prática adotada pelas autoridades federais, que se utilizam "de dois pesos e duas medidas". O DNTR aponta, a título de exemplo, "os assassinatos de trabalhadores rurais que continuam sem solução, como o do então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pancas, Francisco Domingos Ramos, ocorrido em 88".

Além disso, exige apuração das ameaças de morte contra d. Aldo, e dos dois atentados sofridos por José Rainha Júnior, da direção nacional do Movimento dos Sem-Terra.

Povos indígenas

AÇÃO PELA CIDADANIA PREPARA RELATÓRIO YANOMAMI

Roraima (AGEN-Cimi) - Uma comissão organizada pela "Ação pela Cidadania" embarcou no dia 9 de junho para Roraima, partindo de Brasília, com o objetivo de verificar **in loco** a situação dos índios Yanomamis, Makuxis e Wapixanas. Integraram a comissão representantes do Congresso Nacional (senador Severo Gomes, PMDB-SP; deputado Alceni Guerra, PFL-PR; e deputado Plínio Sampaio, PT-SP, entre outros), da Procuradoria Geral da República, Ministério da Justiça, Polícia Federal e entidades como a CNBB, OAB, CIMI, ABA (Associação Brasileira de Antropologia), CCPY (Comissão pela Criação do Parque Yanomami) e CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), num total de 25 pessoas. A partir de Manaus (AM), a viagem foi feita em um avião Búfalo da Força Aérea Brasileira.



Plínio Sampaio, membro da Ação pela Cidadania que foi a Roraima

Ainda no dia 9, à noite, os membros da "Ação pela Cidadania" se encontraram com o Bispo de Roraima, d. Aldo Mongiano. No dia 10 visitaram o território Yanomami. Dia 11, a Comissão foi à missão Surumu, no interior do Estado, onde se encontrou com lideranças Makuxis e Wapixanas. No dia 12, retornou à área Yanomami e à noite regressou a Brasília.

Conforme informação do secretário executivo do CIMI, Antônio Brand, a redação preliminar do relatório, resultado da viagem, está a cargo do deputado Plínio Sampaio e do assessor do senador Severo Gomes, Dalambert. No dia 27 de junho estará pronta a redação final, com as propostas de encaminhamento especificadas. Nesse mesmo dia, uma comissão estará reunida para definir como as propostas serão viabilizadas.

A "Ação Pela Cidadania" foi criada a 23 de fevereiro deste ano e tem como objetivo coordenar os esforços das entidades que a compõem em favor da defesa dos direitos humanos. Com essa visita, a Ação pretende propor medidas que possam pôr fim ao genocídio que vem sendo praticado contra os Yanomamis. Além de invadido por 50 mil garimpeiros, o território Yanomami foi dividido em 19 áreas descontínuas por determinação da Saden (Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional).

GOVERNO ADMITE: PLANO 2010 ATINGIRÁ 28 MIL ÍNDIOS

Rio de Janeiro (AGEN) - Durante o simpósio sobre "Importância da energia nuclear no suprimento de eletricidade após 1990", realizado dia 14 de junho, no Rio de Janeiro, o assistente de diretoria de planejamento e engenharia da Eletrobrás, Pietro Erber, admitiu que a construção de 105 usinas — de acordo com o Plano 2010, para o país —, inundará uma área de 30,4 mil quilômetros quadrados. Isso exigirá a remoção de 250 mil pessoas, entre elas, 28 mil índios. Pela primeira vez um membro do governo admite que as obras afetarão várias comunidades.

No chamado Complexo de Altamira, está prevista a construção de sete usinas. A primeira seria a de Monte Belo (ex-Kararaô). Segundo informações da Comissão Pró-Índio, caso esta usina seja construída, sete áreas indígenas na região do rio Xingu serão afetadas.

Em princípio, todas as construções foram adiadas por alguns meses. No início de maio, em reunião com os presidentes dos países da região amazônica, o presidente Sarney declarou que será iniciada, ainda no segundo semestre, a construção da usina de Cachoeira Porteira no rio Trombetas, que atingirá indiretamente alguns grupos indígenas. Lá, a população está se organizando contra a construção, com apoio da Comissão Pró-Índio.

KULINAS E KAXINAWÁS AMEAÇADOS POR MALÁRIA E HEPATITE

Acre (AGEN) - Os índios Kulinas, que habitam o alto rio Purus, e os Kaxinawás, ambos no Estado do Acre, estão sendo vitimados por uma epidemia de malária e hepatite. Fatos como este nunca haviam ocorrido até o início de 1988.

Na primeira quinzena de junho, após serem confirmadas seis mortes entre os Kaxinawás, uma equipe partiu de Rio Branco para realizar exames laboratoriais e prestar assistência médica aos índios. A comissão foi integrada por Jandira Keppi e Nélson Deike, missionários da IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana — que atuam na área, um médico e um laboratorista. Também participou da organização da viagem o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Há suspeitas de que a epidemia tenha sido causada por contato desses índios com outros já doentes, de outras regiões. O trabalho da IECLB na área é feito desde 1986, e desenvolvido de forma ecumênica com o CIMI.

Ecologia



A morte de Chico Mendes e o 1º Encontro dos Povos Indígenas no Xingu colaboraram para aumentar o interesse da sociedade pelos destinos da Amazônia. A 11 de maio, em São Paulo, foi lançada a campanha Povos da Floresta, com a presença, entre outros, do coordenador da União das Nações Indígenas (UNI), Ailton Krenak, do compositor Milton Nascimento e do presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Júlio Barbosa de Aquino.

CNS NÃO QUER FILME SOBRE CHICO MENDES COMO "KUARUP"

Rio Branco (AGEN) - O presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Júlio Barbosa de Aquino, disse que sua única preocupação sobre o filme de Chico Mendes "é que não aconteça o que aconteceu com "Kuarup", que mostrou só o passado dos índios do Xingu, sem falar de barragens, colonização, devastação da floresta e poluição dos rios pelo mercúrio". Para ele, "é fundamental que o filme tenha conteúdo político e retrate a luta de Chico Mendes e sua continuidade hoje".

Sobre sua preferência se uma produtora nacional ou multinacional vai ficar com a exclusividade pelos direitos do filme, Júlio Barbosa de Aquino disse discordar dos argumentos do secretário-geral da Fundação Chico Mendes, Gilson Pescador, de que dar para a Warner Bros seria internacionalizar a questão amazônica. O presidente do CNS defendeu a participação nas negociações do antropólogo Steve Schartzmann, da entidade ambientalista norte-americana Enviromental Defense Fund. "Ele contribuiu muito para os prêmios internacionais que Chico ganhou", disse.

Já foi assinado no Rio de Janeiro o contrato com a produtora de cinema que teve preferência pela filmagem, a J.N. Filmes, excluindo a L.C.Barreto, Roberto Farias e a Warner Bros. A antropóloga Mary Alegretti, disse que a comissão integrada por quatro membros da Fundação Chico Mendes para selecionar as melhores propostas e sugerir soluções foi extinta. "Coloquei todas as propostas nas mãos dos seringueiros, e não induzi nada às produtoras. A liderança do processo de escolha agora é do Conselho Nacional dos Seringueiros. Já cumpri o meu papel de assessora", afirmou.

CUT EXIGE PUNIÇÃO PARA ASSASSINATOS DE PESCADORES

Belém (AGEN) - A partir de denúncias dirigidas às organizações do movimento popular, direitos humanos e às autoridades federais, o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (DNTR) está empenhado em "punir os responsáveis pelo massacre" ocorrido na Ilha do Marajó, Pará, a 4 de abril deste ano.

Na ocasião, dois pescadores, Moacir de Souza e Baiardo Medeiros, foram assassinados por três pistoleiros, segundo o DNTR, a mando dos fazendeiros Arthur Prantera Lobato e Paulo Matos, na região de Santa Cruz do Arari.

Projetos de exploração - Pelo que disse o DNTR, "já vêm se tornando prática os assassinatos de pescadores na região, devido aos projetos de exploração econômica existentes ali e que beneficiam uma minoria de fazendeiros".

Os dois pescadores assassinados discordaram da ação dos fazendeiros, cuja intenção era a de confiná-los em regiões que não afetassem os interesses dos proprietários de terra. O DNTR está exigindo a punição dos culpados, "dando fim, em definitivo, a esse verdadeiro massacre"

SINDICATO DE BRASILÉIA TERÁ NOVAS ELEIÇÕES

Brasiléia (AGEN) - Será marcada nesta semana a data para as eleições da nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia (AC). O sindicalista Osmarino Amâncio Rodrigues lidera a chapa 2, de oposição. Desde o final de dezembro passado, Osmarino foi vítima de pelo menos cinco atentados.

No último dia 30, Osmarino foi "expulso" dos quadros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Brasiléia. Osmarino é o líder da chapa de oposição que concorria às eleições para a nova diretoria do Sindicato, e tinha obtido ação liminar da Justiça, suspendendo o pleito, sob o argumento de que a chapa da situação — chapa 1 — tinha filiado funcionários públicos e fazendeiros ligados ao governo estadual e Prefeitura Municipal. Apesar da medida judicial, a atual diretoria do Sindicato decidiu fazer as eleições por conta própria, na sede recreativa do Banco do Estado do Acre, elegendo a chapa liderada por Norberto de Medeiros.

O resultado não foi reconhecido pelo juiz de Brasiléia, João Júlio Rocha, que requisitou a Polícia Militar para fechar a sede do Sindicato, ocupada desde o dia 30 por membros da chapa 1. O juiz passou a receber pressões, e a própria Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Acre apoiou um abaixo-assinado pedindo a retirada de João Júlio Rocha de Brasiléia. "Não houve minha expulsão, pois o que aconteceu foi uma reunião promovida pelo governo, Prefeitura e PMDB. Mas quero ver se a chapa 1 tem pique para expulsar o juiz", disse Osmarino, na ocasião.

Ação Popular - Uma ação popular contra a Secretaria da Agricultura do Acre, Prefeitura de Brasiléia e Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) está sendo movida, na Justiça estadual e federal, pelo uso de veículos oficiais na eleição irregular do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A chapa 1 teve o apoio do secretário da Agricultura do Estado do Acre, Osmir Lima, do prefeito Aldemir Lopes e do deputado federal João Maia (PMDB-AC).

A participação dos carros oficiais foi filmada em vídeo, que está servindo como base na ação popular. Segundo o advogado Ricardo Gebrim, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que está assessorando a chapa de Osmarino, 14 caminhões foram vistos transportando eleitores para a chapa 1.

Entre os novos filiados ao Sindicato, pela chapa da situação, está o fazendeiro Crispim, citado em carta-denúncia entregue por Chico Mendes à Justiça com os nomes dos articuladores de sua morte, que finalmente ocorreu a 22 de dezembro último.

ECOLOGIA E CIDADANIA, METAS DO PROJETO SERINGUEIRO

Rio Branco (AGEN) - Uma escola que não só ensina a fazer contas, ler e escrever, mas também a defender a floresta, o direito de posse e a importância da luta sindical. Assim define o seu trabalho o monitor Pedro Teles, da escola Jesus Matias, que fica no seringal Pimenteira, situado a três horas a pé, através de ladeiras e lama — única via de acesso à cidade de Xapuri (188 km a sudoeste de Rio Branco).

A escola Jesus Matias, líder sindical assassinado em 1986, em Xapuri, é uma das 25 escolas do Sindicato de Trabalhadores Rurais, do Projeto Seringueiro; é a mais próxima da cidade. A iniciativa de educação popular iniciada em 1981 para alfabetizar adultos, hoje atende a crianças até a quarta série, e entre abril e 10 de maio reuniu 54 monitores para uma reciclagem, em Xapuri.

A comunidade escolhe os monitores e constrói as escolas. O espaço onde as aulas acontecem dentro da disponibilidade dos seringueiros — às vezes no fim de semana, ou de segunda a sexta-feira — também serve para reuniões da delegacia sindical local e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja. Hoje, 11 monitores — os veteranos — são contratados pela Secretaria da Educação, com salário de NCz$ 120,00, e os outros são voluntários.

Poronga - Especialista em educação de adultos, Regina Hara, do Centro Ecumênico de Informação e Documentação, participou da elaboração do material didático (em 81) para o Projeto Seringueiro, baseado no método Paulo Freire. E agora faz parte da equipe de reciclagem. Segundo ela, alguns dos que hoje são monitores alfabetizaram-se durante o processo, em que poucos dos professores escolhidos no seringal possuíam grau de escolaridade.

A cartilha feita em 81 — **Poronga**, nome da lamparina que o seringueiro fixa sobre a cabeça para iluminar os caminhos à noite — conta com palavras geradoras tiradas do cotidiano do seringal: **mata, rede, sindicato, cooperativa**. O material está sendo atualizado com uma cartilha pós-alfabetização, com textos de Chico Mendes, de índios e sobre o movimento dos seringueiros.

Nietta Lindenberg, da Comissão Pró-Índio, autora do método usado para alfabetizar 35 índios que trabalham hoje como monitores em escolas nas aldeias indígenas do Acre, explica que a nova cartilha estimula a capacidade de leitura e comunicação escrita desde o início da alfabetização. A primeira cartilha, segundo ela, era marcada pela unidade da sílaba.

Ademir Pereira Rodrigues, monitor da escola do seringal Boa Vista, disse que o Projeto Seringueiro surgiu por causa da exploração do patrão seringalista. Nos seringais onde os seringueiros são "libertos" — não têm de vender a produção e comprar mantimentos à mesma fonte — ficou o marreteiro, comerciante ambulante. "O marreteiro só não exige o pagamento da renda (em média 90 kg de borracha por safra, para cada dupla de estradas de seringa, cada uma com cerca de 150 árvores). Ele compra a produção por preço mínimo, e só vende pelo preço máximo", afirma.

Consciência - Monitor de CEB no seringal, Ademir Rodrigues disse que o sindicato dirigido por Chico Mendes até dezembro de 88, quando foi assassinado, escolheu a educação "porque é a melhor forma de fazer cidadãos conscientes. Mas nossa escola não é simplesmente para aprender a ler e escrever, mas a ter domínio próprio e não se deixar enganar. O discernimento serve para saber o que está certo ou errado, reivindicar os direitos e não deixar a mata ser derrubada."

Rosivart Cavalcante de Freitas, do seringal Floresta, distante cinco horas a pé de Rio Branco, disse que começou como monitor em 1983, só com adultos, "para ensinar a ler e escrever, para acabar com a roubalheira". Depois, em 1985, vieram as crianças, que têm aula de segunda a sexta-feira. No final de semana é que os adultos estudam. Para ele, a maior dificuldade do Projeto Seringueiro são as mudanças na equipe.

Hoje, o PS tem uma equipe de supervisores cedidos pela Secretaria da Educação, com exclusividade. São pedagogos — Andrea Lopes Dantas, Djacir Rodrigues Ferreira e Francisca Bezerra (Quinha). Para manter presença nas escolas eles fizeram um zoneamento dos seringais, dividindo-os por área, para concentrar em áreas centrais, em datas estabelecidas, os monitores para supervisão do trabalho. É uma forma de minorar as distâncias. Alguns seringais ficam distantes três dias de caminhada até a cidade.



Sede da Fundação Chico Mendes, em Xapuri

CHICO MENDES ESCOLHEU AS SEDES PARA O PROJETO

Rio Branco (AGEN) - Chico Mendes, ao discutir a localização das escolas do Projeto Seringueiro, escolheu seringais de Xapuri limítrofes com fazendas onde previa que a expansão dos desmatamentos viesse a atingir os seringais e castanhais. Para monitores foram escolhidos seringueiros com alguma liderança na área, com experiência na luta sindical e nos **empates** (operação pacífica em que os peões com as motosserras, a serviço dos fazendeiros, são impedidos de derrubar a mata; os seringueiros agem com mulheres e crianças).

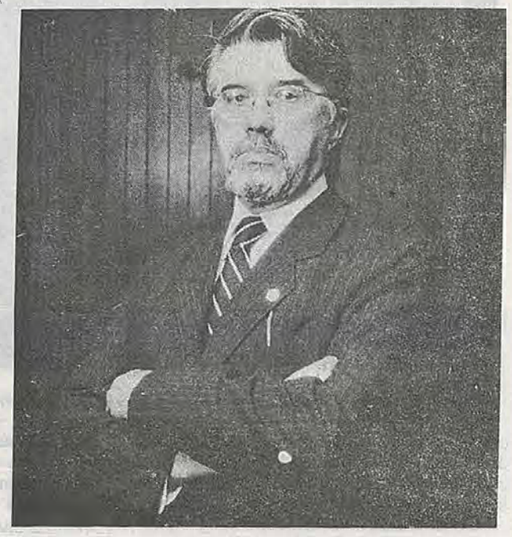
Francisco de Assis Monteiro de Oliveira, ex-monitor da escola no seringal Nova Esperança, hoje é presidente da Cooperativa Extrativista do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri. Segundo ele, a proposta de educação do Sindicato tem como objetivo que "os seringueiros continuem como seringueiros, como nossos pais. Só que agora lutamos por educação, saúde, melhor preço para a nossa borracha e castanha, cooperativa para não sermos mais enganados e Reserva Extrativista. Com a terra garantida, acaba a tensão e param as ameaças. Para se conseguir isso, é preciso um trabalho organizado", afirma.

Jorge Gomes Pinheiro, atual presidente do STR-Xapuri, disse que a função da escola do Projeto Seringueiro é "fazer entender que a organização do Sindicato é a luta da gente. A nossa sobrevivência depende da floresta, de onde tiramos o nosso sustento. Ninguém trabalha por interesse em dinheiro, mas para passar uma realidade para o companheiro mais desinformado. Na comunidade o objetivo é um só: seja no **empate** ou na educação". Pinheiro foi monitor no seringal São José, distante oito horas de caminhada até Xapuri, e trabalhava "com três lideranças da área: o monitor, o delegado sindical e o monitor da Comunidade Eclesial de Base. Cada um ia sempre nas reuniões dos outros", informou.

Política

VEREADORES FAZEM LOBBY NA CONSTITUINTE ESTADUAL

São Paulo (AGEN) - Os vereadores do Estado de São Paulo estão iniciando um movimento de pressão para tentar coibir a regulamentação excessiva sobre os municípios, que está sendo pretendida no projeto de Constituição Estadual, já tramitando na Assembléia Legislativa. Para o vereador paulistano Chico Whitaker (PT), um dos organizadores, os deputados estaduais "querem abocanhar a competência dos vereadores".



Tonico Ramos, presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo

Segundo o conselheiro técnico da Associação dos Municípios, Sérgio Batista, são vários os Estados nos quais a Constituição Estadual está regulamentando excessivamente a legislação dos municípios, o que pode tornar quase sem efeito a Lei Orgância que cada cidade deverá promulgar.

Para o jurista Adílson de Abreu Dallari, especialista em Direito Administrativo, a se aprovar o anteprojeto elaborado pelos deputados paulistas, vai se regredir dos avanços conquistados na Constituição Federal. "A nova Constituição — diferentemente da do Estado autoritário — trata o município com autonomia, e o Estado de São Paulo com esta Carta estará tolhendo a autonomia ao prescrever detalhadamente regras que a cidade deve seguir." Para Dallari, a Constituição só obriga que as futuras Leis Orgânicas municipais sigam os princípios da Carta federal, mas com liberdade para outras deliberações.

Segundo o professor de Direito, Luís Antônio de Souza, "é preciso lembrar que estes vereadores são mais legítimos do que os deputados para fazerem as respectivas constituições, pois foram eleitos já com esta designação".

Lei Orgânica - Atualmente os municípios são regidos por uma Lei Orgânica para cada Estado. A nova Constituição estabelece que, a partir de agora, cada município vai ter que elaborar e votar sua própria lei.

Os juristas — primeiros participantes do seminário 'Lei Orgânica, o Município e a Constituinte Estadual", promovido pela Câmara paulistana e coordenado por Whitaker — citam vários exemplos de dispositivos que os deputados paulistas querem aprovar, que ferem a Constituição.

Os mais perigosos, apontam, são os vários capítulos da Constituição Estadual que tratam sobre o município. Assim, regulam o processo legislativo das cidades, responsabilidade dos prefeitos, e até instituem a regularização imediata de todos os terrenos loteados irregularmente na cidade de São Paulo.

Dentro do projeto da Constituição Estadual, há também regulamentos sobre o Tribunal de Contas do Município que, a princípio, deveriam ser editados pela Câmara. O mais absurdo equipara os salários dos conselheiros do TCM paulistano aos dos membros do Tribunal de Contas do Estado. Assim, os conselheiros municipais superariam inclusive o salário da prefeita de São Paulo, o que é inconstitucional.

Para o vereador do PSDB, Paulo Kobayashi, a excessiva regulamentação se explica: "Os deputados querem ser prefeitos em suas cidades e aumentar seus poderes perante os legislativos, contrariando os avanços da Carta."

Apesar de permitir nas cidades a iniciativa legislativa popular (repetindo o disposto na Constituição Federal), os deputados estaduais não pretendem incluir esse mecanismo de participação direta para a elaboração das leis do Estado.

No âmbito do planejamento urbano, a centralização continua, segundo a opinião do arquiteto Cândido Malta. Para ele, como a Constituição criou as entidades regionais (áreas metropolitanas, aglomerações e microrregiões) estas deveriam se organizar autonomamente, e não sob o comando do Estado, como está sendo pretendido.

Para isso, já há proposta do Plenário Pró-Participação Popular prevendo a organização destas pelos próprios municípios que as compõem, elaborada entre outros pelo próprio Malta.

MULHERES QUEREM IGUALDADE NA CONSTITUIÇÃO PAULISTA

São Paulo (AGEN) - O Conselho Estadual da Condição Feminina apresentou 16 propostas de emendas ao anteprojeto da Constituição paulista. As emendas que prevêem uma relação igualitária entre homens e mulheres na sociedade foram apresentadas ao presidente da Assembléia Legislativa, deputado Tonico Ramos, no dia 8 de junho.

A presidente do Conselho, Ida Maria, esclareceu que as propostas referem-se às áreas de educação, saúde, combate à violência, criação de comissões de ética nas secretarias de Estado, trabalho e, ainda, criação de audiências públicas permitindo a participação da sociedade organizada — no caso, as organizações de mulheres — nas discussões dos orçamentos das empresas estatais.

Paralelamente, o Conselho Estadual da Condição Feminina solicitou em seu pacote de emendas a supressão da palavra "mulher" do capítulo VII (Título VII) do anteprojeto. O Conselho entende que a matéria trata também de crianças e idosos e, segundo a entidade, a mulher não precisa ser discriminada em um capítulo mas pode e deve exercer na íntegra o seu direito de cidadania.

Além das emendas apresentadas pelo Conselho, o Sindicato das Secretárias do Estado de São Paulo apresentou também no dia 8 uma sugestão de emenda estruturando a carreira da secretária no Estado. Essa proposta foi apresentada pela vice-presidente do sindicato, Neyde de Oliveira Sassi Geraldo.

Mulheres constituintes - A bancada feminina da Assembléia Legislativa, constituída pelas deputadas Ruth Escobar (PDT), Guiomar Namo de Mello (PSDB), Erci Ayala (PMDB), Eny Galante (PMDB) e Clara Ant (PT), também apresentou oito emendas em defesa dos direitos da mulher e da criança.

Entre as emendas estão a eliminação das discriminações sexuais, raciais e sociais, direito à auto-regulação da fertilidade tanto para exercê-la como evitá-la, e veda à Administração Pública a contratação de serviços e obras por empresas que tenham práticas discriminatórias de qualquer espécie na seleção de mão-de-obra feminina. E ainda propõe a criação de creches nos presídios femininos.

EMENDA CRIA CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS

São Paulo (AGEN) - Até o dia 7 de junho, cerca de 1600 emendas ao anteprojeto da Constituição Estadual deram entrada na Assembléia Legislativa de São Paulo. Uma delas cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, com a finalidade de investigar as violações de direitos humanos no território do Estado, de encaminhar as denúncias e de propor soluções. A emenda foi apresentada pelo deputado do PT, Francisco de Souza.

A bancada do PT apresentou uma série de emendas sobre a Segurança Pública, propondo a desmilitarização completa da mesma, através de duas emendas. Uma delas propõe a criação da Força Pública Paulista, subordinada unicamente ao Estado de São Paulo, unificando as atuais Polícia Civil e Militar e com funções de policiamento preventivo.

A outra propõe que a Assembléia Legislativa assuma o movimento pela convocação de um plebiscito nacional, para a revisão da Constituição Federal. Tem-se como objetivo dar completa autonomia ao Estado no provimento da segurança de seus cidadãos, desmilitarizar o ostensivo policiamento, unificar as Polícias e limitar as atribuições das Forças Armadas à defesa externa.

Polícia Militar - As outras emendas pontuais pretendem, entre outras coisas, dar autonomia aos municípios e comandar Guardas Municipais, extinguir as Casas e Assistências Militares, proibir a existência de serviços de informação e contra-informação na Polícia Militar, permitir aos delegados de polícia que indiquem lista tríplice para a nomeação do delegado-geral, democratizar o Conselho da Polícia Civil e assegurar a inamovibilidade e a isonomia aos delegados de polícia.

O deputado estadual do PT e membro da Comissão Permanente de Segurança Pública do Legislativo, José Dirceu, afirmou que "antes da ditadura militar e da Doutrina de Segurança Nacional, os governadores, com total autonomia, até utilizaram a força pública para combater o governo federal. Depois a força pública passou a ser utilizada como força militar, na repressão ao movimento social, na espionagem, e se acomodando na burocracia militar."

Tanto José Dirceu como o deputado Francisco de Souza, responsável pela defesa das posições do partido na Comissão de Defesa dos Interesses da Sociedade, do Estado e dos Cidadãos, estão contra o uso da Polícia Militar em passeatas, greves e manifestações sociais. Ambos afirmam que, se fosse realizado um plebiscito dentro da corporação, 90% prefeririam ser policias civis, e não militares.

Penitenciárias - Outro capítulo importante na Constituinte Estadual, e de que apenas a bancada do PT tratou, é o do sistema penitenciário: apresentou-se a emenda que cria a Lei de Execução Penal. É o problema das delegacias e dos distritos. De acordo com as emendas, as penas seriam reduzidas, já que no mundo atual, segundo os deputados, ninguém mais fica preso entre quatro paredes, mas sim qualificando-se e produzindo.

Outra emenda apresentada pela bancada foi sobre a saúde do trabalhador. Trata da prevenção dos acidentes de trabalho, garante o acesso dos trabalhadores e da comunidade às informações sobre a saúde pública e estabelece, ainda, que em caso de acidente o trabalhador pode interromper suas atividades sem prejuízo de qualquer direito, até que o problema seja sanado.

SUCESSÃO PRESIDENCIAL

AURELIANO, CONTRA SEU PARTIDO E AS PESQUISAS

São Paulo (AGEN) - A candidatura de Aureliano Chaves à Presidência da República ainda não foi digerida por setores de seu próprio partido, o PFL. Aureliano foi o vitorioso nas prévias realizadas em maio, mas os grupos ligados aos postulantes perdedores — o senador Marco Maciel, de Pernambuco, e a deputada Sandra Cavalcanti, do Rio de Janeiro — cogitam em transferir seu prestígio político para outros candidatos. Os nomes mais citados para receber o apoio da dissidência pefelista são os dos candidatos do PDT, Leonel Brizola, e do PRN, Fernando Collor de Melo.



Aureliano, o preferido de Geisel

Aureliano sempre foi considerado um candidato "pesado". As recentes pesquisas de opinião pública não desmentem esse fato, e o colocam com no máximo 3% entre as preferências. Terá esse mineiro de Três Pontas, nascido a 13 de janeiro de 1929, fôlego para levar a campanha até o fim? A máquina do PFL não é desprezível: elegeu 1 mil prefeitos no ano passado; são 9.700.494 eleitores nas cidades administradas pelo partido.

Militares - Um elemento que tem contribuído para os baixos índices obtidos por Aureliano nas pesquisas é, sem dúvida, a sua profunda ligação com o núcleo do poder militar reunido em torno do general Ernesto Geisel. O primeiro cargo público de Aureliano, engenheiro elétrico, foi o de diretor-técnico da Eletrobrás, nomeado pelo governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, um dos cérebros do golpe de 1964. Em 1962; passou a dirigir a Companhia de Energia Elétrica de Minas Gerais (Cemig). Eleito deputado estadual nesse mesmo ano, ocupou outros cargos no governo mineiro, até eleger-se deputado federal em 1966. Em dezembro de 1968, votou contra o pedido de licença para que o deputado Márcio Moreira Alves fosse processado pelo governo do general Emilio Médici; a negativa do Congresso levou ao seu fechamento e ao AI-5.

A amizade de Aureliano com Geisel começou em 1970, quando o então deputado era presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara. Presidente, Geisel tornou Aureliano governador mineiro em 1975. Em 1978, o mesmo Geisel indicou o seu nome como vice de seu sucessor, João Batista Figueiredo. A 23 de setembro de 1981, em razão do enfarte sofrido por Figueiredo, Aureliano tornou-se o primeiro civil a assumir a Presidência da República desde 1964, apesar da oposição do ministro do Exército, Walter Pires. No cargo, Aureliano foi contra a expulsão dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou.

Aureliano, casado com Minervina Sanches de Mendonça, três filhos, tornou-se um dos artífices da Aliança Democrática, e foi o ministro das Minas e Energia indicado por Tancredo, com apoio de Geisel, até dezembro do ano passado. Sua demora em deixar o governo José Sarney colaborou para deteriorar suas chances à sucessão presidencial.

Questões urbanas

ADMINISTRAÇÕES PETISTAS SE DECIDEM PELA ESTATIZAÇÃO DOS TRANSPORTES

São Paulo (AGEN) - As administrações petistas vão mesmo realizar a estatização dos transportes coletivos em seus municípios. A decisão da urgência da implantação do projeto — previsto pelo próprio diretório nacional do partido — foi tomada em recente reunião dos secretários de transporte das Prefeituras petistas, na cidade de Viamão (RS). Com a decisão, deve ser dada maior velocidade ao gradualismo com que a estatização vinha sendo tratada pelos prefeitos.

Na cidade de São Paulo o primeiro passo foi dado há pouco tempo, com a elaboração do projeto da caixa única, pelo qual a secretária Teresa Lajolo pretende organizar os serviços das empresas permissionárias. Cada uma receberia conforme o número de quilômetros rodados, eliminando privilégios ainda existentes em algumas linhas.

Em Porto Alegre o prefeito Olívio Dutra foi mais duro, e já realizou várias intervenções nas empresas particulares do município, que entraram em greve (locaute) logo no início de seu governo.

Já Maurício Soares, prefeito de São Bernardo do Campo (região do ABC paulista), está somente agora se aparelhando para assumir a tarefa do transporte coletivo: logo após a última greve de motoristas e cobradores, acusou as empresas de serem coniventes e incentivadoras do movimento, e anunciou que vai criar a primeira empresa pública do município.

E o dinheiro? - O grande problema na compatibilização do transporte coletivo se dá principalmente nas capitais do Centro-Sul, onde a demanda de transporte é muito elevada. As empresas permissionárias são privadas e querem ter lucro, dando, quando possível, prioridade a linhas próximas ao centro e relegando a segundo plano o trabalho na periferia (justamente onde ele é mais necessário). A empresa municipal, disposta a cobrir tal lacuna, acaba se tornando deficitária e custosa à Prefeitura, acarretando, na cascata, o aumento do preço do serviço.

A estatização termina com esse dilema lucro **versus** obrigação social, mas traz um problema a curto prazo difícil de ser resolvido: onde conseguir o dinheiro suficiente para as encampações?

Ao mesmo tempo em que se procura a resposta, já se inicia outra discussão, que parece acalorada, da necessidade ou não de a estatização ser aprovada pela Câmara Municipal de cada cidade.

O presidente da Associação Nacional dos Transportes Públicos (ANTP), Rogério Belda, por sua vez, sugere uma nova fórmula para a estatização, como já foi realizada em várias cidades da Europa. "As linhas ficam com as Prefeituras, mas custeadas mais pelos impostos do que propriamente pelas tarifas."



Tereza Lajolo, secretária municipal de Transportes de São Paulo

O compasso da estatização do PT e os recursos que serão necessários ainda não estão definidos, mas o partido afirma que é certo que não pretende sacrificar o usuário com aumentos excessivos das tarifas dos ônibus.

PREFEITOS E ORGANIZAÇÕES REIVINDICAM VERBAS FEDERAIS EM BRASÍLIA

São Paulo (AGEN) - A falta de recursos para gerir a administração de suas cidades levou uma união de prefeitos de oposição de importantes capitais a criar uma frente para exigir mais verbas do governo federal. A frente é composta pela prefeita de São Paulo, Luiza Erundina (PT), pelo prefeito de Belo Horizonte, Pimenta da Veiga (PSDB), de Manaus, Artur Virgílio Neto (PSB) e do Rio de Janeiro, Marcello Alencar (PDT). Em Brasília, foi assinado o manifesto da Frente Nacional dos Prefeitos, no último dia 13 de junho. Para dia 20 foi marcado novo encontro com os demais prefeitos de capitais, em Salvador.

A frente progressista pretende ser o canal conjunto de pressões perante o governo federal, seus órgãos, e também o Congresso Nacional, para liberação de recursos e empréstimos às Prefeituras. A prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, destacou a importância política da frente como a "unidade das forças democráticas e progressistas".

No manifesto de lançamento, os prefeitos exigem do governo uma participação prioritária de representantes das cidades em todos os organismos federais que intervêm na política tributária e, principalmente, na liberação de verbas para as Prefeituras.

A principal reclamação dos prefeitos se dá contra a Caixa Econômica Federal, que, segundo eles, tem deixado de repassar empréstimos já contactados, colocando os municípios em dívida. Só para São Paulo, há mais de US$ 500 milhões da Caixa que já deveriam ter vindo como parte de projetos financiados pelo Banco Mundial, em contratos realizados no governo Jânio Quadros.

Um dia antes do encontro dos prefeitos, estiveram em Brasília seis vereadores paulistanos, incluindo o presidente da Câmara Municipal, Eduardo Suplicy, também tentando a liberação de verbas federais para a cidade, sem resultado. Foram à Caixa Econômica Federal, onde só conversaram com o diretor, Sérgio Barcellos, e ao Ministério da Educação, exigir do ministro Carlos Sant'Anna a liberação do salário-educação para o município. A comissão arriscou ainda uma visita ao Congresso Nacional, mas era segunda-feira e mal conseguiram encontrar algum parlamentar.

Organizações - As manifestações em Brasília coincidiram com a caravana da União dos Movimentos de Moradia, que realizou (com mais de cinco mil pessoas) um ato público na capital. A reivindicação básica era a mesma: interromper o bloqueio que a resolução 1469 trouxe para os municípios, cortando o auxílio federal. A área mais afetada nas cidades está sendo a da habitação popular.

Os manifestantes das entidades de moradia foram exigir das autoridades a implantação de uma política habitacional no país, que priorize a habitação de baixa renda. Só na cidade de São Paulo há um déficit de mais de 1,5 milhão de moradias.

O principal pedido das entidades e das autoridades municipais é a imediata utilização de todo o montante da verba do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço na construção de casas populares, como originalmente se pretendia. Atualmente, apenas 8% do FGTS são utilizados em investimentos na habitação e, ainda assim, com prioridade para casas voltadas à população de classe média.

O governo federal já extinguiu o Banco Nacional da Habitação e mudou várias vezes de nome e de titular o Ministério da Habitação, até fechá-lo em sua última reforma administrativa. Sem uma política habitacional definida, o governo concentra a liberação de verbas na Caixa Econômica Federal, mas diminui consideravelmente o repasse aos Estados e aos munícipios.

Movimento operário

BÓIAS-FRIAS SOFREM INTIMIDAÇÕES E VIOLÊNCIA

Sertãozinho, SP (AGEN) - A resistência dos bóias-frias diante de vários episódios violentos contra sua categoria ficou evidenciada durante a greve deflagrada no dia 5, na região de Ribeirão Preto, e dia 14, na região de Campinas. Desde o primeiro dia, houve ostensivo esquema de policiamento, em pontos estratégicos, entre as várias cidades (mais de 20) que foram aderindo à paralisação.

Ainda na primeira semana, alguns representantes dos bóias-frias foram detidos e espancados, na cidade de Viradouro. Também nos primeiros dias da mobilização, o comando de greve denunciou que os "gatos", empreiteiros da mão-de-obra rural, permaneciam "ameaçando os empregados, enquanto usinas e destilarias detinham o pagamento, num evidente desrespeito à Constituição, para forçar o retorno ao trabalho".

No sábado, dia 10, Abel Barreto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Duartina, na região de Bauru, sofreu dois atentados praticados pelo usineiro conhecido por Jandir, inconformado com a ida do sindicalista a Santa Cruz do Rio Pardo, a fim de tentar negociar as reivindicações dos bóias-frias junto aos usineiros. Segundo a CUT, que fez a denúncia, houve tentativa de atropelamento e disparos com arma de fogo.

No dia posterior, um domingo, a Federação dos Empregados Rurais Assalariados de São Paulo — Feraesp —, que integrava o comando de greve, informou sobre a ocorrência de dois outros incidentes, envolvendo representantes (diretores) da organização, no município de Guariba. No domingo, dirigentes e assessores foram levados à polícia devido à intervenção (denúncia) de José de Fátima Soares. Segundo o comando de greve, Soares mantinha-se contrário à greve por fazer parte de outra federação e por estar ligado à Prefeitura local e a usinas (apesar de ser presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município).

Os integrantes da Feraesp foram interrompidos pela polícia e conduzidos à delegacia local, quando explicavam aos trabalhadores rurais o motivo da paralisação, a pedido das lideranças locais. Na segunda-feira, Soares, acompanhado de seguranças e auxiliares, fechou com seu automóvel, um Scort zero quilômetro, o Gol onde estavam os representantes da Feraesp, a caminho de uma assembléia com bóias-frias. Soares investiu contra o outro veículo que foi avariado, e por muito pouco ninguém saiu ferido. O delegado Hélio Franco registrou queixa-crime contra o agressor, por danos materiais e ofensas morais.

No dia 16, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) de São Paulo solicitou ao secretário de Segurança Pública do Estado, Luís Antônio Fleury Filho, que a Polícia Militar cessasse as pressões e os cercos que intimidavam bóias-frias nas regiões de Ribeirão Preto e Limeira.

VICENTINHO DEPÕE NA POLÍCIA FEDERAL

São Bernardo do Campo (AGEN) - O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, prestou depoimento no último 9, ao delegado Francisco Baltazar da Silva, da Polícia Federal. Ele respondeu a dois indiciamentos, em inquéritos abertos a pedido da Mercedes Benz e Wolkswagen. O primeiro sobre suas declarações na assembléia da categoria, em 3 de maio, na porta da Mercedes, "por incitamento e quebra-quebra". O outro, por assembléia dia 8, em frente à Volks. Processos correm também na Polícia Civil.

Ele está sendo indiciado ainda, nas duas instâncias, pela Forjaria São Bernardo, e deverá responder a inquérito na PM em função do conflito ocorrido em Piraporinha, em frente à firma Arteb, quando cinco metalúrgicos ficaram feridos. No TRT, respondeu por "ofensa" dia 14. A acusação: teria chamado os juízes de "corvos".

Vicentinho pode ser enquadrado nos seguintes artigos do Código Penal: 202, por crime contra a organização do trabalho e invasão de propriedade; 203, desrespeito a direitos trabalhistas; 286, incitar crimes; 288, formação de bando, e quadrilha. Além disso, é visado também em função da medida provisória reeditada pelo governo, delimitando o direito de greve. Seus advogados: Michael Mary Nolan e Aton Fon Filho. Compareceu à PF também o vice-prefeito Djalma Bom, por ter participado do ato, dia 3, na Mercedes.

CUT EM CAMPANHA CONTRA DESCONTO DE ANTECIPAÇÃO

São Paulo (AGEN) - Depois de reunir-se nos dias 5 e 6, a executiva da Central Única dos Trabalhadores decidiu desenvolver uma campanha com todas as suas categorias, representadas por 1.400 sindicatos filiados, no sentido de luta pelo não-desconto das antecipações concedidas desde fevereiro. A lei salarial determina a reposição trimestral, mas houve a separação de grupos por data-base.

Quando os trabalhadores receberem a reposição, em junho, prevê-se que o IPC dos três meses anteriores tenha sido recuperado, segundo a lei salarial. Em junho, todos terão a reposição de 29,6%. A CUT defende porém que as conquistas garantidas através das greves permaneçam intocadas. E alerta: os patrões podem querer descontar as antecipações já feitas (justamente nas greves). A CUT explica que os índices concedidos pelas paralisações são uma conquista, para recuperar perdas anteriores. Portanto, a central quer que os 29,6% sejam pagos a todos, integralmente.

Simultaneamente, prossegue a campanha "Para viver melhor: mais salário e mais democracia", no sentido de apoiar a classe trabalhadora em suas mobilizações.

CÂMARA INVESTIGA DENÚNCIA DE CÁRCERE PRIVADO

Porto Alegre (AGEN) - A Comissão de Justiça da Câmara de Vereadores de Porto Alegre está encaminhando depoimentos à Coordenadoria das Promotorias Criminais para que seja apurada denúncia contra a fábrica Zivi Hércules, de cutelaria, que estaria submetendo seus funcionários a uma espécie de cárcere privado, além de outros maus-tratos. Três funcionários da fábrica recorreram ao Sindicato dos Metalúrgicos e mantiveram contato com o vereador João Motta (PT). Segundo ele, os trabalhadores foram demitidos por justa causa sem que haja nenhuma prova ou flagrante de roubo na empresa, alegados pela Zivi.

De acordo com relatos dos três funcionários, a sistemática usada pela empresa é a seguinte: alguns seguranças liderados por um guarda conhecido como "Telmo" colocam individualmente o operário numa sala escura, fazendo ameaças de prisão, exigindo confissões de roubo e delação de outros companheiros.

Alamir dos Santos denunciou, na quinta-feira, que dia 1º deste mês ficou preso na sala, incomunicável, sem poder ir ao banheiro ou alimentar-se, até às 16 horas. É só foi liberado depois de assinar confissão de roubo, além de outro documento abrindo mão de sua estabilidade no emprego, garantida por ser delegado da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa).

Outro funcionário, Gleci da Silva, em 2 de junho, também foi coagido e assinou documentos comprometendo sua idoneidade. Flaviano Fernandes da Rosa, porém, disse ter resistido à coação na mesma data e por isso foi submetido ao cárcere por dois dias. Quando foi liberado, sofreu agressões físicas, segundo o vereador João Motta.

Na avaliação de João Motta, o caso pode ser tipificado como crime, constrangimento e ameaça de seqüestro. Por isso, a Câmara solicita à Coordenadoria das Promotorias Regionais a tramitação do caso para instauração de um inquérito. Vereadores decidiram também formar uma comissão externa, com um membro de cada um dos oito partidos representados na Câmara, para visitar a fábrica, onde, segundo os três funcionários, mais 50 companheiros vêm sofrendo as mesmas pressões.

Economia

INFLAÇÃO DISPARA A PARTIR DA SEGUNDA QUINZENA DE MAIO

São Paulo (AGEN) - A inflação de maio medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) foi de 16,67% contra 8,17% em abril e 5,9% em fevereiro último. A variação do índice calculado pelo Instituto Brasileiro do Geografia e Estatística (IBGE) revela o retorno da escalada inflacionária, a partir da segunda quinzena de maio, com o início da fase de liberação e o realinhamento de preços do "choque verão".

O INPC é calculado com base numa coleta de preços de 1º a 30 do mês. A inflação oficial (medida pelo INPC - Índice de Preços ao Consumidor, do IBGE) é calculada com base na coleta de preços de 16 de um mês a 15 do mês seguinte. O IPC em maio ficou em 9,94%.

O INPC de 16,67% reflete, portanto, a aceleração inflacionária a partir da segunda quinzena de maio. Na avaliação de especialistas de preços do governo e do mercado financeiro, o indicador aponta para uma inflação oficial entre 18% e 19,5% em junho.

Preços - Houve uma disparada dos preços nos últimos dias de maio. A inflação nos dez últimos dias de maio foi de 9,76%, segundo o Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV).

O IGPM é composto do Índice de Preços ao Consumidor, com peso de 30%, o Índice de Preços por Atacado (IPA), com peso de 60%, e pelo Índice de Custo da Construção Civil (INCC), com 10%. Nos dez dias de coleta, o IPC variou em 10,04% o índice por atacado registrou alta de 8,66% e o INCC subiu 15,48%. Isso significa que se a alta de preços do Índice de Preços ao Consumidor se mantiver ao mesmo ritmo, sem nenhuma aceleração brusca ou queda acentuada durante os próximos 20 dias, a alta de preços ao consumidor poderá chegar a 33,25% na apuração mensal.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos calculou a inflação do paulistano com renda familiar entre um e 30 salários mínimos, em maio, em 16,22%, pressionada por itens como mensalidade escolar, tratamento dentário, reparação de veículo, ingresso de cinema e consulta médica. Só a mensalidade escolar — que subiu 38,42% — contribuiu com 1,82% do índice geral.

A adoção do remédio de congelamento de preços no combate à inflação está perdendo efeito. A volta de uma inflação acima de 15%, que demorou 11 meses no Cruzado, e sete no Plano Bresser, agora foi mais rápida: bastaram cinco meses.



Nahas: mega-inadimplência

A FRAGILIDADE DO MERCADO ACIONÁRIO BRASILEIRO

São Paulo (AGEN) - O pânico que tomou conta do mercado acionário, a partir da inadimplência do investidor Naji Nahas, demonstra a fragilidade do mercado de capitais brasileiro.

Os prejuízos devem se concentrar mais entre os pequenos investidores que entraram no mercado recentemente, pois serão preteridos pelas corretoras no cumprimento de ordens de venda.

O mercado de ações brasileiro é pequeno, com poucos participantes, descumprindo as funções de capitalização de empresas e de estímulo à poupança.

As Bolsas estão longe de contar com a credibilidade necessária para o exercício de suas funções. O megainvestidor Naji Nahas deixou de cumprir operações no valor de NCz$ 39 milhões a 9 de junho, sexta-feira, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Na semana seguinte, tinha operações que venciam na Bolsa do Rio valendo entre NCz$ 170 e 180 milhões.

LIBERAÇÃO DOS PREÇOS AUMENTA LUCRO DE PECUARISTAS

São Paulo (AGEN) - A liberação dos preços da carne foi a saída encontrada pelo governo para acabar com a cobrança do ágio e os problemas de abastecimento do produto. Como conseqüência a inflação, em junho, voltará a ter como carro-chefe a alta nos preços dos alimentos.

Somente em maio, os preços da carne foram aumentados oficialmente em 15%. A liberação de preços permitirá aos pecuaristas apurar um bom lucro. Na primeira quinzena de junho, com o boi magro valendo em média NCz% 425,44 e o custo da engorda em quatro meses calculado em NCz$ 149,08, o custo por arroba (15 quilos) é de NCz$ 37,06. A arroba foi negociada por NCz$ 45,00 à vista, na semana passada, o que garante um lucro de 21,5%. Essa margem deve aumentar na entressafra, quando a cotação evolui, em média, 25% acima do preço da safra.

FUGA DE CAPITAIS JÁ ATINGE US$ 32,1 BILHÕES

São Paulo (AGEN) - A fuga de capitais do Brasil já atingiu US$ 32,1 bilhões, quase um terço da dívida externa brasileira, de acordo com o mais recente relatório do Banco Internacional de Pagamentos (BIS). Os US$ 32,1 bilhões representam o saldo acumulado de fuga de capitais do Brasil no período de 1978 a 1987. A maior parte se refere a recursos privados não-bancários no exterior.

O BIS é o banco dos bancos centrais das nações industrializadas. O BIS, afirma em seu relatório que os proprietários de recursos estariam tão pouco inclinados a investir em seu país de origem quanto os bancos comerciais e outros bancos credores estrangeiros.

O BIS faz a ressalva de que a cifra não inclui a fuga de capital pelo subfaturamento de exportações ou superfaturamento de importações. O ex-ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, calcula que 25% das exportações brasileiras sejam subfaturadas, ou seja, vendem-se os produtos com preço menor em nota e recebe-se a diferença em dólar no exterior.

A fuga de capitais deve estar aumentando em 88 e neste ano, devido aos problemas de incerteza da política econômica. Um sinal importante é a desenfreada procura por moeda estrangeira: um dólar chegou a valer NCz$ 3,25 (para venda).

Mesmo as tranferências legais para o exterior, registradas no Banco Central, apresentaram crescimento expressivo. As transferências de lucros e dividendos de janeiro a maio de 1989 chegaram a US$ 1, 212 bilhão. Se continuarem no mesmo ritmo devem atingir US$ 3 bilhões ao final de 89, ou seja, o dobro do que totalizaram no ano passado (US$ 1,539 bilhão). A repatriação de capitais estrangeiros, na mesma época, atingiu US$ 381 milhões, contra US$ 290 milhões em todo o ano passado.

CRESCE A PRODUÇÃO AGRÍCOLA

São Paulo (AGEN) - A redução nos subsídios do crédito rural tem favorecido o aumento na produtividade da agricultura do Centro-Sul do país nos últimos quatro anos.

Quando o crédito rural era subsidiado com taxas de juros abaixo da inflação, os grandes agricultores preferiam, ao invés de produzir, tomar o empréstimo e aplicar no over ou na caderneta de poupança.

Dados da Companhia de Financiamentos da Produção (CFP) mostram que a produção agrícola de arroz passou de 1.912 quilos por hectares no ano agrícola de agrícola 1985/86 para 2.557 em 1988/89. A produção de soja passou de 1.370 para 1.896. A de milho, de 1874 para 2.408, e a de algodão evoluiu de 1.670 para 1.749 quilos. Com o fim do subsídio ao crédito, os produtores precisaram se profissionalizar e racionalizar o uso de insumos.

ORGANIZADO ENCONTRO NACIONAL CONTRA DÍVIDA EXTERNA

Brasília (AGEN) - Um encontro nacional para definir uma estratégia comum de luta contra o pagamento da dívida externa está sendo organizado pelas organizações integradas no Fórum da Campanha Brasil contra a Dívida Externa. No momento, o Fórum encontra-se empenhado em dinamizar os trabalhos da Comissão Mista do Endividamento Externo, do Congresso Nacional.

No último dia 8, quinta-feira, integrantes do Fórum estiveram na sessão da Comissão Mista do Endividamento, e entregaram uma pauta de reivindicações aos membros do organismo. Durante a sessão, os membros do Fórum puderam constatar o esvaziamento da Comissão. Participaram da reunião apenas seis parlamentares, incluindo o presidente interino, senador Pompeu de Souza (PSDB-DF). Outros dois parlamentares compareceram para assinar a lista de presença.

Na sessão, foi ouvido o depoimento do procurador do Estado do Rio de Janeiro, Sergio Ferraz, que sustentou inconstitucionalidade dos acordos da dívida externa firmados nos últimos anos entre o governo federal e os bancos credores internacionais. Para Sergio Ferraz, os contratos foram firmados à revelia da legislação vigente, pois não foram submetidos à apreciação do Congresso Nacional. Nesse sentido, o procurador do Estado do Rio de Janeiro reiterou o que já havia sido dito, perante a Comissão, pelo jurista Osny Duarte Pereira, na sessão de 11 de maio.

Entre as reivindicações apontadas pelo Fórum está a ampliação do prazo de funcionamento da Comissão Mista do Endividamento até abril de 1990. Pela nova Constituição, aprovada a 5 de outubro, o Congresso Nacional teria um ano para instalar e fazer funcionar tal Comissão Mista, para analisar as causas do endividamento externo brasileiro. A Comissão foi instalada apenas no início de abril, e suas sessões vêm sendo esvaziadas pelos parlamentares e boicotadas pela grande imprensa, conforme denunciam as organizações reunidas no Fórum, como o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH), a Central Única dos Trabalhadores, o Conselho Federal das Ordens dos Advogados do Brasil (OAB) e outras.

COMISSÃO APROVA PROJETO SUSPENDENDO PAGAMENTO

Brasília (AGEN) - A Comissão de Constituição e Justiça e Redação da Câmara dos Deputados deu parecer favorável ao projeto de lei 1463/89, do deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE), que suspende temporariamente o pagamento dos encargos da dívida externa. O projeto tramita, agora, na Comissão de Economia, Indústria e Comércio, e, a pedido do deputado Oscar Correia (PFL-MG), na Comissão de Relações Exteriores. Para alguns observadores das atividades do Congresso Nacional, esse pedido foi uma manobra para aumentar a possibilidade de rejeição do projeto Raimundo Bezerra.



Raimundo Bezerra, autor do projeto que suspende o pagamento da dívida



Oscar Correia: pediu exame da matéria pela Comissão das Relações Exteriores

As organizações integradas no Fórum da Campanha Brasil contra a Dívida Externa estão mobilizadas no sentido de convencer as duas Comissões a ratificar a decisão da Comissão de Constituição e Justiça e Redação. A Comissão de Relações Exteriores é presidida por Bernardo Cabral (PMDB-AM), e a de Indústria e Comércio por Ricardo Fiúza (PFL-PE).

DÍVIDA NA AMÉRICA LATINA: AUMENTA O SAQUE

Paulo R. Schilling, especial para a AGEN

São Paulo (AGEN) - De 16 a 18 de agosto, São Paulo — ou São Bernardo do Campo — sedia o Encontro Sindical Internacional África-América Latina-Caribe da Dívida Externa. Convocam: Organisation de l'Unité Sindicale Africaine (OUSA) e Comissão Transitória Coordenadora contra o Pagamento da Dívida Externa, surgida na Conferência Sindical de Campinas.

A Central Única dos Trabalhores (CUT) prepara-se para o evento, atualizando sua tese (já apresentada em várias conferências internacionais) de que a dívida externa "é ilegítima e que já foi paga várias vezes". Tese que se confirma cada vez mais com a aceleração do processo de espoliação que está sofrendo a América Latina (inclusive o Caribe), em mãos dos banqueiros internacionais.

Pela tese da CUT constatamos que, no período de 1973 a 85, o Brasil contraiu empréstimos num total de US$121,3 bilhões, e pagou US$145,3 bilhões em "serviços". Verificou-se, portanto, uma exportação líquida de capitais de US$24 bilhões no período. Isso sem contar as fraudes e evasões verificadas na época, calculadas em cerca de 20% do total nominal da dívida.

Considerando o período 1980-88, a situação piorou: o Brasil pagou US$127,5 bilhões em "serviços" e a dívida aumentou de US$64 para US$144 bilhões, apesar de que os empréstimos praticamente cessaram. Em 1988, o Brasil conseguiu o 3º maior saldo em balança comercial no mundo: US$19 bilhões. 90% desse saldo foram consumidos pelos "serviços" da dívida externa.

A situação é equivalente em todo o subcontinente latino-americano. Recebemos, no qüinqüênio 1983-87, somente US$38,7 bilhões em empréstimos novos. Pagamos US$166,1 bilhões em "serviços". Exportação líquida de capitais: US$127,4 bilhões. Aumento da dívida: de US$ 353 para US$410 bilhões de dólares. Quanto mais pagamos, mais devemos!

O fenômeno, aparentemente inexplicável, pode ser atribuído especialmente aos juros compostos e ao fato de a taxa dos mesmos ser manipulada de acordo com os interesses dos banqueiros. Os contratos firmados em 1976, com juros de 6,25%, chegaram a pagar, em 1981, 21,5%, e hoje estão pagando 11,5%. Os juros pagos a mais ultrapassam a metade da dívida.

É oportuno citar aqui — como elemento esclarecedor — o exemplo clássico de Paul A. Samuelson ("Curso de Economia Moderna"): "Calculou-se que, se houvessem sido depositados, a juros compostos, os 24 dólares recebidos pelos índios quando venderam a ilha de Manhattan, na qual está edificada a cidade de Nova York, os mesmos valeriam hoje, pelo menos, tanto quanto o total dos imóveis construídos na mencionada ilha."

Os povos do Terceiro Mundo continuam sendo tratados como índios na época da colonização, pelos banqueiros, pelas empresas transnacionais e pelos governos do chamado "mundo rico", **rico** exatamente porque nos saqueia há cinco séculos.

Pacifismo

INDÚSTRIA BÉLICA VENDEU BEM NA FRANÇA

Paris (AGEN) - A indústria bélica brasileira saiu-se bem na feira internacional de aviação de Le Bourget, região norte de Paris, França, realizada semana passada. Durante a feira, foram intensificados contatos visando a vários negócios, envolvendo o caça ítalo-brasileiro AMX e o avião de treinamento militar EMB-312 Tucano. A Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) deve vender 60 Tucanos para a Força Aérea da França, que deseja substituir seus jatos de treinamentos Fouga-Magister.

Também na mostra aeronáutica de Le Bourget, foi assinado o contrato de venda, pela Embraer, de 20 unidades do avião EMB-120 Brasília, para a Comair Inc. Com isso, eleva-se para 80 o número de encomendas do Brasília pela Conair, a um valor de mais de US$ 600 milhões. A Comair é uma empresa de táxi aéreo, que opera em vários Estados do Meio-Oeste e Sudoeste dos Estados Unidos.

AMX -Durante a feira de Le Bourget, revelou-se que o caça AMX, desenvolvido pela Embraer e pelas italianas Aeromacchi e Aeritalia, venderá no mínimo 306 unidades, a um preço que pode chegar a US$ 16 milhões por unidade. Os três primeiros AMX já foram entregues para a Itália, e outros três serão recebidos em breve. A FAB deve receber seu primeiro AMX em outubro. Especialistas acreditam que o caça-bombardeiro pode ser vendido para a Venezuela, Chile, Argentina, Tailândia, Malásia, Brunei, Egito e Iraque, entre outros mercados.

No início de abril, o Partido Verde do Brasil, movimentos ecológico-pacifistas e parlamentares verdes da Itália assinaram o Protocolo Verde de Cooperação, que prevê, entre outros pontos, a promoção de uma campanha contra o desenvolvimento do projeto AMX. A intensificação do movimento pacifista italiano teria sido, inclusive, o motivo pelo qual o presidente do Conselho de Ministros da Itália, Ciriaco de Mitta, adiou sua visita ao Brasil, prevista para maio.

O AMX é classificado, na terminologia aeronáutica, como um caça-bombardeiro subsônico, capaz de atingir velocidades de até 1.100 km/h. Projetado para executar missões de apoio e ataque no solo, é dotado de canhões Defa-553 de 30 milímetros, dois mísseis nas asas, foguetes e bombas de 250 a 500 kg. Equipado com motor Rolls Royce MK-807, turbofan, de 5 kg de empuxo, o AMX tem um raio de combate de 450 km.

Ainda em Le Bourget, a companhia Avibrás foi convidada a participar de uma concorrência de US$ 500 milhões, no próximo ano, promovida pelas forças aéreas do Canadá, para a compra de um novo sistema de foguetes para a saturação de fogo de artilharia. A Avibrás, localizada em São José dos Campos (SP), onde concentra-se o parque aeronáutico brasileiro, concorrerá com o lançador de foguetes Astros 2, utilizado pelo Iraque na guerra contra o Irã.

Cultura

AS FESTAS DE JUNHO

São Paulo (AGEN) - No Brasil, o mês de junho se caracteriza pelas festas populares em torno de quatro santos do cristianismo: João Batista, Pedro, Paulo e Antônio de Pádua.

Nas festas juninas o povo brasileiro rememora sua origem rural: casamento caipira, sotaque, vestimentas, comes e bebes, danças. Há grupos que, nesses festejos, refletem o problema da terra e do solo urbano, durante os atos do ritual.

Em muitos acampamentos dos sem-terra, as festas juninas têm ajudado a melhorar o entrosamento e são aproveitadas como "oportunidade para celebrar a vida".

CABEÇA DE TURCO

São Paulo (AGEN) - É o livro do jornalista Gunter Wallraff, de 259 páginas, publicado no Brasil pela editora Globo.

"Cabeça de Turco" é uma reportagem completa sobre a situação dos turcos na Alemanha. Wallraff, jornalista famoso no mundo inteiro, se disfarça de turco indo viver "nos porões da sociedade alemã", assumindo o nome de Ali Simirliglu, para conviver com milhões de imigrantes turcos.

O livro mostra que os turcos na Alemanha vivem como escravos, sofrendo expropriação no trabalho, sendo considerados de raça inferior e formando batalhões de marginalizados. (F.N.)

Opinião

CONSTITUIÇÃO MARAJÁ

Celso Gaiger

Uma das principais exigências da sociedade para a solução dos problemas brasileiros é a moralização e eficiência da administração pública, tanto que um dos candidatos à Presidência da República, atualmente com expressivos índices nas pesquisas, apresenta como bandeira o combate aos marajás, às mordomias.

Não é de hoje a institucionalização do "marajoato" como regra da administração pública; o "loby" político dos funcionários, dos servidores públicos sempre foi muito grande.

Na Assembléia Nacional Constituinte foi permanente a presença das diversas categorias de funcionários junto aos constituintes, pressionando-os para o apoio aos seus interesses corporativos, em parte consagrados na Constituição.

As Constituintes estaduais vêm sofrendo a mesma pressão lobista, resultando em proposições que objetivam assegurar a estabilidade para algumas categorias de funcionários, independentemente do ingresso no serviço público pela via moral e justa do concurso público.

Embora as nossas Constituições estabeleçam como princípio programático o concurso público, no entulho das disposições transitórias vem-se consagrando a praxe dos "trenzinhos da alegria", através dos quais se efetivam milhares de servidores nomeados por força do nepotismo, do pistolão ou de interesses político-eleitorais.

Infelizmente, a Constituição do Rio Grande do Sul não foge a essa triste sina. Chama a atenção a incoerência do Relatório da Comissão de Organização do Estado publicado no Diário da Constituinte de 6 do corrente, que no seu artigo 106 estabelece o princípio do concurso público como condição de admissão ao serviço público, enquanto no artigo anterior — 105, em seu § único — assegura a estabilidade de todos os servidores empregados que contem com cinco anos de serviço à data da promulgação da Constituição. E, no art. 107, determina que os que exercem atividades profissionais de nível superior e médio em empresas públicas da administração direta ou indireta deverão ser absorvidos por estas empresas no prazo de 90 dias da Constituição.

Várias outras disposições estendem iguais benesses a diferentes categorias de funcionários, uma delas descaracterizando inclusive, o conceito de cargo em comissão, para sujeitá-lo ao regime celetista com aviso prévio, indenização etc. No caso de a oposição vencer as eleições para o governo estadual, a nova administração teria enormes dificuldades em dispor dos cargos de confiança — que por natureza deveriam ser demissíveis "ad nutum" — diante do ônus indenizatório que acarretaria aos cofres públicos.

Entretanto, o "loby" mais impressionante foi o dos servidores policiais — transformados em verdadeiros marajás — que pretendem transportar para a Constituição do Estado um regulamento de vantagens e privilégios, quer com aposentadoria voluntária, com proventos integrais aos 25 anos, cumulativamente, com promoção à classe imediata ou acréscimo de 20%, quer com muitas outras regalias, como a isenção do imposto sobre propriedade de veículos automotores, durante o exercício do cargo. Mais: pretendem que comissários de polícia e de diversões públicas sejam enquadrados, num passe de mágica, como delegados.

O regime autoritário que nos últimos 20 anos tanto se serviu do aparato policial para prender e torturar, buscando para isso colocá-lo "acima de qualquer suspeita", com vantagens e privilégios (inclusive, criando a famosa Lei Fleury, para impedir a prisão de um de seus pró-homens), marcou profundamente essa classe de servidores, mais preocupados com seus interesses do que com os interesses da coletividade.

Mais lamentável do que a inserção no texto constitucional de disposições consagradoras de privilégios e mordomias, é a ousadia e a amoralidade dos grupos e categorias que as apresentam e dos constituintes que as aprovam.

NEWTON CARLOS

QUEDA DE ALFONSIN: FIM DO ÚLTIMO SONHO

Rio de Janeiro (AGEN) - A rendição do presidente Raúl Alfonsín, aceitando afinal encurtar o seu mandato de seis anos, completa um "virtual" golpe de estado, o primeiro da história argentina dado fora dos quartéis. Os militares são meros expectadores e até prometem neutralidade. Alfonsín começou a cair antes do tempo com a febre especulativa que levou o dólar a alturas alucinantes, logo depois das eleições de 14 de maio. (O presidente Alfonsín disse, a 12 de junho, que renunciaria no próximo dia 30. O presidente eleito, o peronista Carlos Menem, aceitou tomar posse nessa data.)

O golpe partiu de manipulações no centro financeiro de Buenos Aires, a "city" da Argentina, onde explodiram algumas bombas. Tornou-se um rolo compressor, com a pulverização do austral, a moeda nacional. A permanência de Alfonsín até o final do mandato, o último sonho do presidente, ficou insuportável. Com crise por todos os lados e fome num país de escassa população e muita produção de alimentos, nem os admiradores de Alfonsín concordavam mais com sua presença em palácio.

***Inflação** - Mas o presidente resistia, contra todos os ventos e mares. Agarrava-se a simbolismos que talvez enriquecessem a sua biografia. Seria o primeiro civil eleito, em mais de 60 anos, a entregar a faixa e o bastão a outro civil eleito. A cumprir integralmente um mandato de seis anos, inscrito na Constituição argentina do século passado e ainda vigente. A 25 de maio Alfonsín lançou-se numa economia de emergência, a frente de um gabinete de guerra. Queimava os últimos cartuchos.*

Foram mantidos os ministros da Defesa e do Trabalho e colocado no ministério do Interior um político bem-relacionado. Alfonsín procurava manter a continuidade das relações de seu governo com os militares, o sindicalismo peronista e oposição política. A guerra seria travada na frente econômica. Uma guerra logo perdida. Em maio a inflação foi a 78%. O recuo esperado para junho não aconteceu. Pelo contrário, aumentou 50% na primeira semana, projetando mais de 100% no mês.

***Dança** - O presidente eleito, Carlos Menem, escolheu o seu ministério, sinal de que se considerava pronto para governar. Mas quando as resistências de Alfonsín acabaram, Menem começou a dançar feito toureiro evitando o touro. Curiosamente o maior medo não é do caos econômico. Menem queria que Alfonsín deixasse "arrumada" a questão militar, anistia etc. Nada feito. Ele terá de enfrentar tanto o caos econômico quanto questões militares não-resolvidas. Pegaria mal não assumir suas responsabilidades, diante da renúncia de Alfonsín.*



D. Paulo Arns e Gerhart Riegner (fotos Douglas Mansur)

PRÊMIO PATRIARCA ABRAÃO: PELO ECUMENISMO

Brasília (AGEN-CNBB) - O prêmio "Patriarca Abraão" foi criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Confederação Israelita do Brasil, sob a coordenação da Comissão Nacional do Diálogo Religioso Católico-Judaico, para homenagear pessoas ou instituições que promovam o novo relacionamento entre as duas comunidades, que consideram Abraão "o pai espiritual comum".

O primeiro "Patriarca Abraão" foi outorgado em São Paulo, na Mansão França, dia 11 de junho, às 20 horas, ao Cardeal Joahnnes Willebrands, de Roma, presidente do Pontifício Conselho para a Unidade dos Cristãos, e para Gerhart M. Riegner, de Genebra, presidente do Conselho Diretor do Congresso Judaico Mundial.

A principal conferencista da solenidade foi Jehan Sadat, viúva do presidente Anwar Sadat, do Egito. Ela é muçulmana e tentou aprofundar o debate sobre tudo o que foi deixado por Abraão, comum aos judeus, cristãos e muçulmanos. O compositor Mílton Nascimento executou várias apresentações musicais.



O cardeal Willebrands recebe o prêmio de Jehan Sadat

O cardeal de Roma veio ao Brasil acompanhado do secretário da Comissão para o Diálogo com Judeus, monsenhor Pier Francesco Fumagalli, com quem visitará São Paulo, Porto Alegre, Brasília e Rio de Janeiro, para encontros com líderes de Igrejas, organismos ecumênicos e estudantes de Teologia, retornando a Roma dia 16.

Presidida pelo rabino Henry Sobel, a cerimônia teve a presença, entre outros, do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), o ex-governador de São Paulo, Franco Montoro, o ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, o ex-ministro Aureliano Chaves, o prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, e a viúva de Tancredo Neves, Risoleta Neves. O cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, recebeu uma menção honrosa por seus esforços pelo aprofundamento do diálogo cristãos-judeus.

Igrejas



Jehan Sadat, viúva de Anwar Sadat



Cerimônia foi na Mansão França, em São Paulo

Memória

SIMÃO E PADRE RODOLFO: A VIDA PELOS BORORÓS

São Paulo (AGEN-CDHAL) - Às onze horas do dia 15 de julho de 1976, a colônia indígena de Meruri, no leste mato-grossense, foi atacada por 62 fazendeiros armados, cujas terras estão dentro da reserva Bororo, que começara a ser demarcada pela FUNAI na antevéspera. O padre Rodolfo Kunkenbein e o indígena bororo Simão Cristino que lá estavam foram assassinados.

Outros quatro bororos ficaram feridos. Um dos atacantes também morreu naquela oportunidade, atingido por uma bala perdida de seus próprios companheiros.

O índio Simão, aquele que "nunca se zangava", morria pelo missionário. "Só para acudir o padre", como dizia o velho cacique Eugênio Aidji Kuguri. Os indígenas estavam desarmados, "nem canivete eles tinham consigo".

Rodolfo nasceu no dia 1º de abril de 1939 em Doringstadt, perto de Banberg, na Alemanha Ocidental. Veio ao Brasil em 1958. Viveu entre os indígenas bororos de Meruri, Estado de Mato Grosso, até a sua morte naquele 15 de julho.

Ao chegar a Meruri, encontrou os indígenas desesperados. Já não construíam novas casas, deixavam os elementos próprios de sua cultura e haviam perdido a autoestima. As mulheres se autoesterilizavam, tomando um liquído feito de flores silvestres. A tribo queria desaparecer. Nos últimos seis anos, nenhuma criança nascera.

Rodolfo percebeu as injustiças que estavam por baixo de tudo aquilo. Lutou e tudo fez para que aquela nação indígena retomasse sua própria dignidade e cultura. Bons resultados foram colhidos de seu trabalho em prol dos bororos.

Após três dias do massacre, o bispo d. Pedro Casaldáliga foi a Meruri para a celebração dos ritos fúnebres. Assim ele descreve: "Nunca mais esquecerei... Os índios todos cantando naquela missa que celebramos pelos mártires, com um lamento índio que emocionava profundamente, durante a comunhão. Entreguei ao cacique Eugênio o báculo — meio borduna, meio remo — de pau-brasil, que os índios Tapirapés me haviam ofertado em minha sagração episcopal. Com isso, eu dava aos mártires, aos bororos, à missão salesiana de Meruri, o melhor tesouro que eu tinha." E mais: "O índio deu a vida pelo missionário, o missionário deu a vida pelo índio", finalizou d. Pedro.

CUPOM DE ASSINATURA

Quero assinar o boletim semanal da AGEN pelo período de 1 ano. Por isso envio o cheque ou vale postal de NCz$ 15,00 (individual) ou NCz$ 20,00 (entidades).

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ *CEP* _____
Cidade _____ *Estado* _____
País _____ *Nº do cheque ou vale postal* _____
Telefone _____
Assinatura _____ *Data* _____

Obs. - No caso de vales postais, deverão ser encaminhados somente à Agência do Correio Central de SP, CEP 01051.

Expediente

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro S. Martins (Mtb 17.572)
Redação: Guilherme Salgado Rocha, Maria do Rosário Lino e Beltrina Corte
Correspondentes e Colaboradores: Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs (Porto Alegre, RS), José Anchieta Ferreira (Linhares, ES), Flaminio Araripe (Acre), Carlos Boução (Pará), Newton Carlos e Isaac Akcelrud (comentaristas internacionais), Roberto Codas Friedmann (América Central), Esmeralda Villegas (Bogotá, Colômbia), Aníbal Pastor Niñez (Santiago), Juan Pezzutto, Regina Santos, Frei Betto, Elsa Lobo, Luzia Rodrigues, Francisco Catão, Paulo Schilling e Milton Schwantes (São Paulo)
Divulgação e contatos: José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN 229 6734
Diretoria: Pedro Wilson Guimarães (Presidente), Antonio Carlos Fon (Vice-Presidente), Paulo Maldos (Secretário), José Lourenço Pechtoll (Tesoureiro)

AGEN
Av. Ipiranga - 1.267 - 8º andar - Fone: (011) 229 6734
Cep - 01039 - São Paulo - SP - Brasil
Telex: 1125824 AECN-BR

OSASCO 26.6.89 SP
BRASIL CORREIO
=0,12

02 1002-90 IMP 0 0 E-U
COM. DIOC. JUSTICA E PAZ
RUA AIMORE, 08
MOQUETA
26000 NOVA IGUACU RJ

DEVOLUÇÃO GARANTIDA DR/SP
ISR -40- 0987/89
U. POSTAL - AG. OSASCO

IMPRESSO

AGEN

Edição nº 158

29 de Junho de 1989

Volta Redonda por cima

A foto do Memorial 9 de Novembro, destruído em um atentado no início de maio, não reflete a imagem de Volta Redonda. Apesar da série de acontecimentos trágicos, a cidade quer dar a volta por cima. Páginas 12 e 13.



- Afanásio volta a atacar (pág. 3)
- Prefeito ameaçado de morte (pág. 4)
- Ocupação em Palma Sola tem acordo (pág. 5)
- Reforma urbana: debate avança (pág. 6)
- Esquerda cresce no Parlamento Europeu (pág. 7)
- Qual o futuro de El Salvador? (págs. 8 e 9)
- PMDB e PFL aprovam nova lei de greve (pág. 14)
- A não-violência na América Latina (pág. 15)

Editorial

CRISE DO FUTEBOL. OU SERÁ DO PAÍS?

A seleção brasileira de futebol sofreu três derrotas consecutivas, em sua recente excursão pela Europa. Perdeu para a Suécia, Dinamarca e Suíça. Enquanto isso, aqui no Brasil, a violência continua correndo solta pelos estádios, contaminando atletas, dirigentes, juízes e, claro, o público.

Os brasileiros costumam analisar essas coisas de futebol do ponto de vista da paixão, da emoção. As falhas da seleção acabam sendo creditadas a esse ou àquele técnico. A violência fica por conta dos ''bêbados da arquibancada'', do corporativismo das torcidas uniformizadas, de uma decisão parcial do juiz ou da arbitrariedade do aparato policial.

São poucas as pessoas, incluindo os jornalistas esportivos, que procuram ir além dessas explorações de superfície. Não estarão os desastres da seleção, a violência nos estádios, a corrupção na esfera dos dirigentes, relacionados à crise econômico-político-moral em que o país se encontra há anos? Por que, a título de exemplo, desaparecem os campos de várzea? Não será em função da especulação imobiliária ou da nova visão do lúdico que a sociedade capitalista tecnológico-industrial impõe? Enquanto o país não enfrentar com coragem os seus problemas estruturais, ele continuará mergulhado no poço sem fundo da destruição dos mínimos valores éticos e culturais que forjam uma nação.

E o futebol, queiram ou não certos puristas, faz parte da essência cultural brasileira. O dia em que ele acabar — o que não irá ocorrer —, será o fim da alegria, matriz de qualquer tentativa de avanço na história da humanidade.

Direitos humanos

TUMA RECONHECE EXISTÊNCIA DE MILÍCIAS PRIVADAS

Brasília (AGEN) - No último dia 15, na sessão da Comissão Mista do Congresso Nacional, que apura conflitos no campo, o diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, reconheceu a existência de milícias privadas no campo.

Tuma afirmou, na ocasião, ter informações de que grupos de esquadrões da morte se estabelecem como empresas de segurança privada para legalizar suas armas, mas que efetivamente trabalham para fazendeiros, principalmente na região Centro-Oeste.

O secretário do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH), Augustino Veit, considera "estranho que o delegado federal reconheça essa articulação e não faça nada". Para ele, "ou a Polícia Federal é incapaz de apurar tais responsabilidades e punir, ou então existe conivência nessas ações". Acredita mais na segunda hipótese, "já que o SNI tem sido capaz de averiguar muitas coisas no país".

Veit denunciou que vários membros de organizações de direitos humanos de Belém estão sendo ameaçados de morte. Algumas testemunhas, juntamente com o cinegrafista que filmou cenas de torturas na delegacia de polícia do bairro de Sacramenta (periferia de Belém) contra o assaltante Aguinaldo Gaya, 20 anos, também estão sob ameaça. O caso ocorreu no dia 8 de junho e a filmagem foi feita pela equipe da Rede Brasil Amazônia, filiada à Rede Manchete.

PREFEITURA CONDENADA POR MORTE DE ADÃO

São Paulo (AGEN) - Pela primeira vez o Poder Judiciário considerou a Prefeitura de São Paulo responsável civilmente pela morte do pedreiro Adão Manoel da Silva e condenou-a, no último dia 7, ao pagamento de uma indenização que abrangerá a pensão mensal de quatro vezes o Piso Nacional de Salários, o reembolso das despesas com funeral e a doação da casa à viúva e aos cinco filhos, a título de compensação por danos morais causados.

A sentença dada pelo juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Eros Picoli, reconhece que "o Poder Público não doa a ninguém uma casa atendendo apenas ao 'espírito humanitário', muito menos para a família dos autores, composta de viúva e cinco filhos menores, com baixa renda e situação modestíssima. É infantil não entender que a doação teve em conta a reparação do ato causado pela própria Municipalidade".

O juiz fazia referência à doação da casa pelo ex-prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, que deu um sentido altruísta ao fato, alegando na época que cedia a casa à viúva devido ao seu "espírito humanitário". Adão foi morto por um soldado da Guarda Civil Metropolitana durante a repressão na desocupação de terra no Parque D. João Neri, bairro do Itaim Paulista, no dia 30 de março de 1987.

Para a advogada Maria Theresa Rocha de Assis Moura, do Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, esta sentença, prolatada dois anos após o assassinato, representa uma evolução nos aspectos jurídicos e inclusive na ocupação mesma. A sentença passará agora para o Tribunal de Justiça para ser revista, mesmo que a Prefeitura não apele. Segundo ela, como é um processo contra o Poder Público, necessariamente deverá passar por essa instância, que pode manter ou rever algum ponto da sentença.

Cartas

DEPUTADO PRESTA CONTAS

A carta anterior chegou às suas mãos em março. Se você ainda a conserva, procure relê-la. Os fatos confirmaram inteiramente nossas previsões sobre o Plano Verão. A inflação não foi debelada, a dívida interna aumentou, os credores internacionais continuam recebendo juros escorchantes e a vida dos assalariados tornou-se ainda mais difícil.

Agravamento da situação política - O quadro político também é bastante sombrio. A bomba de Volta Redonda, as declarações de alguns militares, a tentativa de apresentar as greves como o começo do caos e a campanha sistemática de desmoralização do Congresso mostram que os setores golpistas da nossa sociedade, temerosos de um resultado adverso nas eleições, já estão começando a criar um clima propício às soluções de força.

Congresso - Desde janeiro, raras vezes o Congresso conseguiu número para votação. Por isso, ainda não foram promulgadas as leis requeridas para aplicar plenamente a Constituição. Os responsáveis pelas ausências são o PMDB e o PFL, que estiveram absorvidos até agora em disputas internas, para saber se apóiam ou não o governo. Apresentei, como líder do PT, uma lista de 25 projetos de lei prioritários que permitirão colocar em prática os avanços mais importantes da Constituição. (...)

Greve - A greve é uma liberdade democrática. O que pode ser disciplinado é a greve em serviços essenciais e os abusos cometidos durante os movimentos grevistas. A bancada do PT lutou para impedir que se limitasse o que os constituintes não quiseram limitar.

Ação pela Cidadania - Sob a inspiração da OAB, CNBB, ABI e outras entidades, formou-se em Brasília a Ação pela Cidadania. Integram-na, também, parlamentares preocupados com os direitos dos cidadãos. Nosso primeiro trabalho: uma viagem para apoiar a luta dos seringueiros e dos índios no Acre. Fiz parte dessa missão. Resumimos as denúncias em um relatório já entregue às autoridades.

Uma armadilha - Percebendo a irritação do povo contra a corrupção, um grupo direitista "inventou" o Collor, um político conservador, ligado à ditadura militar. O objetivo é dizer que, ao invés de discutir reforma agrária, controle dos bancos, suspensão do pagamento da dívida externa — ou seja, tudo o que precisa ser mudado para melhorar a situação do país —, passemos a campanha discutindo salários dos altos funcionários, mordomias, ausências de parlamentares etc. Evidentemente, abusos como esses precisam ser corrigidos. Mas, dizer que todos os nossos problemas serão resolvidos apenas com sua eliminação, constitui uma forma de enganar a população e de manter os privilégios dos ricos. As elevadas porcentagens de Collor nas pesquisas não permanecerão, dada a fragilidade do candidato. Mas é preciso esclarecer logo o perigo desse "moralismo". (Deputado Plínio de Arruda Sampaio)

AFANÁSIO VOLTA A ATACAR PELAS ONDAS DO RÁDIO

São Paulo (AGEN) - Como um juiz decidindo quem deveria ter seus direitos humanos preservados, espalhando medo, terror e defendendo a pena de morte, o deputado radialista Afanásio Jazadji (PDS) está, desde o dia 12, novamente no ar, pela Rádio Capital.

Às vésperas das eleições presidenciais e das eleições parlamentares, o inspirador do personagem Juca Pirama — da novela da Globo, "Salvador da Pátria", com o programa "Meninos eu vi" — volta a acusar organizações reconhecidas nacional e internacionalmente na luta pelos direitos humanos como "defensoras dos bandidos".

Afanásio preside hoje a Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa, onde, segundo ele, faz prevalecer os direitos de quem efetivamente tem direitos humanos a serem preservados. Mas não denuncia as torturas nas delegacias do país, fato comprovado pela filmagem em Belém, no Pará. Também não menciona em seu programa os vários camponeses assassinados — por pistoleiros pagos — por questões de terra. Nem as crianças que diariamente morrem de fome no país. Limita-se a fazer uma exploração populista da própria violência, sem aprofundá-la.



Afanásio: o verdadeiro Juca Pirama

VIOLÊNCIA E DÍVIDA IMPEDEM DEMOCRATIZAÇÃO

São Paulo (AGEN) - Nos últimos dez anos a violência física aberta matou mais camponeses, lideranças sociais e sindicais e advogados do que no período da ditadura militar no Brasil. Uma violação que já está estabelecida nas práticas das interações individuais e que tem prejudicado o processo de transição. Estas declarações foram feitas no último dia 20, na sede da OAB de São Paulo, durante o seminário sobre "Dívida Externa e Direitos Humanos".

Para o advogado José Eduardo Campos de Oliveira Faria, o fato de existir, hoje, uma demanda de bem-estar através dos movimentos comunitários mobilizados, formaliza uma luta pelos direitos sociais. Este elemento consolida a existência de uma cidadania real, em que os direitos humanos desde o ponto de vista da sociedade são então coletivizados. Para ele, as lutas políticas são sociais.

Segundo Campos de Oliveira, essa nova concepção dos direitos humanos é possível graças à atuação da Igreja e das assessorias jurídicas às organizações sociais. Nasce assim uma visão que permite vislumbrar duas hipóteses. Uma relacionada com a utopia. Diz o advogado que é a busca da justiça terrena no lugar da divina pela Igreja. É dar sentido às lutas políticas. A outra trata da utilização do direito dentro de uma perspectiva política. Juridicamente se substitui a obediência pela desobediência civil.

Contudo, diz Campos, ambas as noções levam a uma ruptura do espaço institucional como o único campo onde se faz política. Este é ampliado, principalmente pelos setores sindicais, na luta entre o trabalho e o capital dentro da própria fábrica.

Dívida e Direitos - Como a divisão do trabalho está associada aos direitos humanos e representa o alargamento do processo político, diz José Eduardo Campos que "a dívida externa é então o enquadramento do país dentro de um sistema mundial da divisão do trabalho onde se descobre que a legislação brasileira tem normas impostas de fora para dentro". Trata-se, segundo ele, da perversão do direito e da soberania.

Já Paulo Sérgio Pinheiro, da OAB, afirma que o tema dos direitos humanos tem sido um mito revisitado na transição democrática, que ainda não atingiu uma democracia substantiva. Lembra ele que desde o período republicano já existia o regime de exceção paralelo, e que as ditaduras militares apenas incorporaram a violência concreta que jamais seriam interrompidas.

Declarando que as instituições são incapazes de lidar com o regime de exceção paralelo, pois dentro do Estado formal o controle da violência continua sendo decisivo para o regime de dominação, Paulo Sérgio considera que a democracia plena não será alcançada, enquanto a violência por parte do próprio Estado não for controlada.

GRAVIDEZ LEVA POLICIAIS À PRISÃO

Curitiba (AGEN) - Por serem solteiras e ficarem grávidas, cinco policiais foram presas pela comandante da Polícia Militar Feminina do Paraná. Elas são acusadas de ferir as normas disciplinares da PM do Paraná.

Para uma das detidas, que preferiu não se identificar à imprensa, o motivo da punição "é a intenção da comandante de restringir o número de mulheres solteiras grávidas dentro da companhia, pois existe um grande anseio entre as policiais de terem filhos sem se casar".

Discriminatória - A policial presa diz ainda que "a sanção disciplinar é discriminatória porque há pelo menos uma policial grávida na corporação que é solteira e não sofreu restrição". O chefe do serviço de relações públicas da PM do Paraná, major Sérgio Malucelli, afirmou que "as policiais solteiras podem engravidar se vivem em regime de concubinato, mas não quando o pai do bebê é desconhecido".

Em 1987, a sargento Elizabeth Rebolo, que sendo solteira engravidou, conseguiu perdão do governador Álvaro Dias, última instância a que elas podem recorrer. As policiais detidas já retornaram ao trabalho e estão atualmente recorrendo da decisão junto ao Comando Geral da Polícia Militar do Paraná.

Síntese

MULHERES TORTURADAS

São Paulo (AGEN) - Para que o período da ditadura militar não seja esquecido da história do Brasil, a jornalista e cineasta Lúcia Murat apresentou seu primeiro longa-metragem "Que bom te ver viva", na mostra competitiva do Festival de Gramado, encerrado a 17 de junho.

O filme trata de depoimentos de nove mulheres ex-militantes de organizações de esquerda, condenadas pelo regime militar e absolvidas com a anistia, que sofreram sevícias nas prisões, entre os anos 60 e 70. Mas Lúcia dedica o documentário/ficção "a todos aqueles que romperam a barreira da sanidade".

Lúcia Murat, presa três vezes, já teve premiado um curta-metragem chamado "O pequeno exército louco", sobre a guerra civil da Nicarágua.

INDENIZAÇÃO PARA TORTURADO

Montevidéu (AGEN) - Pela primeira vez o Ministério da Defesa do Uruguai deverá indenizar um trabalhador que, por causa das torturas sofridas durante o regime militar, em 1976, ficou incapacitado.

Este é o primeiro caso de condenação feita pela justiça civil a um órgão militar, por violação dos direitos humanos. O processo está a cargo do juiz Carlos Berlangieri, que afirmou à imprensa ter o Ministério da Defesa cometido "falta gravíssima" contra esse trabalhador.

USUCAPIÃO RECONHECIDO

Porto Alegre (AGEN) - Numa decisão sem precedentes na história do país, 76 famílias da periferia de Porto Alegre obtiveram o reconhecimento judicial de usucapião de cinco anos, com efeito retroativo. Elas invocaram o artigo 183 da Constituição Federal, que define a reforma urbana. A deliberação judicial foi tomada em março.

Terra

LÍDER DO PT MORTO EM LINHARES

Linhares (AGEN) - O tesoureiro do diretório municipal do PT em Linhares (ES), Paulo Damião Tristão, o "Purinha", 36, foi assassinado numa emboscada, com oito tiros nas costas, por três homens que ocupavam um Opala. O crime ocorreu às 21h de 19 de junho, na rua Araribóia, Bairro Novo Horizonte, cerca de 30 metros da casa da vítima.

Paulo Damião era ligado à Igreja e ao movimento sindical, com ativa participação em Linhares. Lideranças sindicais e de partidos progressistas associaram o crime à morte do fazendeiro José Machado Neto e do PM Sérgio Narciso da Silva, ocorridas durante um conflito pela posse da terra no município de Pedro Canário, norte do Estado.

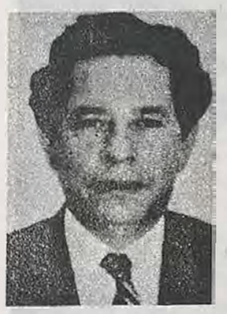
Recentemente, Paulo Damião organizara uma panfletagem contra a União Democrática Ruralista (UDR), com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para a violência no campo. Esse fato, segundo testemunhas, desagradou profundamente aos líderes da UDR no Espírito Santo.

Tocaia - No último dia 19, Paulo Damião trabalhou normalmente no diretório do PT, esteve na igreja católica de Linhares e, por volta das 20h30, comprou pão e tomou a condução para casa. Meia hora depois, ao descer do coletivo, foi tocaiado e morto. Testemunhas disseram que um Opala com três homens rondou desde cedo o bairro Novo Horizonte, a três quilômetros do centro de Linhares.

Tudo indica que os criminosos conheciam os hábitos da vítima. Eles aguardaram Paulo Damião e deram oito tiros de revólver calibre 38 em suas costas. Paulo morreu na hora e os criminosos desapareceram. Junto ao corpo, ficaram uma sacola e os pães manchados de sangue. Paulo Damião foi candidato a vereador pelo PT.

Paulo foi sepultado no dia 20, à tarde, sob clima de revolta. O padre Acácio, da paróquia de Linhares, encomendou o corpo. O caixão foi coberto com a bandeira do PT. O presidente regional do partido, Perly Cipriano, encaminhou telex ao Ministério da Justiça e ao governo do Estado exigindo rigorosa apuração do crime e que todos os pistoleiros que se encontram em Linhares sejam desarmados. Perly lembrou que, apenas neste ano, ocorreram 54 homicídios na cidade.

PREFEITO DE CARIACICA AMEAÇADO DE MORTE



Vasco Alves, ligado a movimentos comunitários, já foi prefeito de Vila Velha

Brasília (AGEN) - O prefeito de Cariacica (ES), Vasco Alves, do PSDB, denunciou no último dia 20, ao ministro da Justiça, Oscar Dias Correa, que ele e sua equipe de assessores têm recebido ameaças de morte. No ofício entregue ao ministro, Vasco Alves não aponta nomes dos possíveis autores das ameaças, limitando-se a indicar que "as velhas oligarquias que sempre dominaram a política municipal desde o início evidenciaram a sua insatisfação com a nossa eleição".

No documento entregue ao ministro da Justiça, Vasco Alves revela que, "na tentativa de solapar a ação moralizadora que nossa administração iniciou, nossos adversários forjaram um processo na Câmara Municipal, sem nenhum fundamento. A pretexto de supostas irregularidades que nunca existiram — diz o prefeito —, aprovaram o afastamento do prefeito pelo prazo de 90 dias, empossando no cargo o vice-prefeito. Concluídas as 'apurações' do que não existiu, na última sexta-feira (dia 16) a justiça do município devolveu o cargo ao prefeito, considerando que o afastamento não se justificava, pelo fato de não mais existir o que apurar".

Vasco Alves assinala ter reassumido o cargo "com muita apreensão", informando que, durante o seu afastamento, seus assessores diretos, Aridelson Rodrigues e Aldo Resende, foram seqüestrados e torturados "com requintes de sadismo". No último dia 17, 24 horas depois do prefeito ter reassumido, um dos auditores da Prefeitura, José Carlos Cândido, teve sua casa invadida e foi igualmente torturado. "Estranhamente — lamenta Vasco Alves —, o governo do Estado não adotou as providências cabíveis que a gravidade dessa violência exige, ao mesmo tempo que não está dando as indispensáveis garantias para o prefeito e seus auxiliares". O prefeito pede, então, garantia de vida ao ministro Oscar Dias Correa, para ele e toda sua equipe de assessores, "para que possamos prosseguir na ação saneadora e moralizadora do município de Cariacica".

BISPO COBRA DO GOVERNO PRISÃO DE MANDANTES

João Pessoa (AGEN) - D. José Maria Pires, d. "Zumbi", 70 anos, arcebispo da Paraíba, em entrevista à AGEN, admitiu que a UDR, em seu Estado, está muito bem organizada, "composta por proprietários durríssimos, que tudo fazem contra o povo, acobertados pela impunidade oficial."

Citou como exemplo os fatos ocorridos durante a ocupação que 22 famílias fizeram da Fazenda Tambaba, no município de Conde. Ali, lembra d. José "os jagunços queimaram as casas, inclusive a casa de farinha, e levaram tudo. Arrancaram e destruíram 38 hectares de mandioca e 78 mil pés de inhame. A mando dos que se dizem proprietários: Luís Venâncio, Lúcio Pedrosa, Frederico Lundgren e Ênio Guerra".

Governador acessível - O arcebispo da Paraíba, após classificar o que viu na Fazenda Tambaba como "a cena mais triste por mim presenciada em toda a minha vida", admitiu haver um bom relacionamento entre a Arquidiocese e o governador estadual, Tarcísio Burity.

A Fundação Agrícola do Estado da Paraíba (Fundap), ligada à Secretaria da Agricultura, que trata apenas dos assentamentos, tem como presidente Francisco Moraes, "que não tem compromisso com a UDR e os grandes proprietários". Do mesmo modo, o delegado do Incra no Estado, José Costa, mantém uma postura independente dos latifundiários, abrindo canais de diálogo". Existem hoje na Paraíba mais de cem conflitos de terra.

Síntese

PREFEITO AMEAÇA

Natal (AGEN) - O prefeito de Goianinha (RN), Wilton Gomes, mais conhecido como "Galego do Posto", está ameaçando 120 famílias de posseiros da comunidade de Pau-Ferro. A área, de 300 hectares, pertence à Prefeitura e foi ocupada em 1973 por trabalhadores sem-terra, que hoje sobrevivem dela. Agora, o prefeito alega que precisa da terra para construir um cemitério, quadra de esportes e uma fábrica, de propriedade do deputado Flávio Rocha, do Partido Liberal, ao qual Wilton Gomes é filiado.

ILHA DO MARAJÓ

Belém (AGEN) - A Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) está iniciando campanha junto às organizações de direitos humanos de todo o país a fim de pressionar o governo estadual a "tomar medidas urgentes que cessem em definitivo a matança de trabalhadores na região de Santa Cruz do Arari, Ilha de Marajó".

Três assassinatos, "a mando de fazendeiros", segundo a SPDDH, foram praticados na região. Eram pescadores que se opunham ao plano de exploração econômica da região, levado a efeito pelos fazendeiros. "Foram assassinados o pescador Valcir, a 7 de abril de 87, tendo como mandante o fazendeiro Otávio Ovídio Pamplona Lobato. E a 4 de abril deste ano os pescadores Moacir de Souza e Baiardo Medeiros foram mortos por três pistoleiros, a mando dos fazendeiros Arthur Prantera Lobato e Paulo Matos.

OCUPAÇÃO EM PALMA SOLA TERMINA COM ACORDO

Palma Sola (AGEN) - A ocupação da Fazenda Caldatto, no município de Palma Sola (SC), terminou de forma pacífica com o acordo firmado, no último dia 23, entre as 750 famílias de sem-terra e o delegado do Incra em Santa Catarina, Jacó Anderle. Pelo acordo, os cerca de 5 mil lavradores permanecerão por 60 dias em uma pequena propriedade vizinha à Fazenda Caldatto, enquanto o Incra procura uma área para desapropriar. A área em que os sem-terra ficarão acampados, de 7,2 hectares, é de propriedade de Benjamin Drachescki.

O acordo evitou que se consumasse a ordem de despejo, conforme liminar expedida no dia 19, pelo juiz José Ildefonso Bizatto. A ação de reintegração de posse foi transferida para o dia 22, em função das negociações que estavam se processando, até que o acordo final do dia 23 afastou a possibilidade de um virtual confronto. Dezenas de policiais já haviam sido deslocados para a área.

Durante a ocupação, vários segmentos se mobilizaram, para evitar atitudes de violência por parte do aparato policial. A ocupação de Palma Sola acabou sendo, por exemplo, um dos principais temas do encontro de bispos e organismos da Pastoral Social da CNBB, entre os dias 20 e 22. No dia 21, os bispos de Imperatriz (MA) e Lajes (SC), d. Affonso Gregory e d. Oneres Marchiori, encontraram-se com o ministro da Justiça, Oscar Dias Correa, para tratar da ocupação.

A Fazenda Caldatto foi ocupada a 12 de junho. Dias depois, sindicalistas reunidos na cidade de Anchieta, para discutir formas de solidariedade aos ocupantes, foram detidos e interrogados na delegacia de polícia local. Durante a ocupação, duas pessoas que se diziam jornalistas foram surpreendidas na Fazenda Caldatto com uma bomba de gás lacrimogêneo em seus pertences.

A questão fundiária tem-se agravado em Santa Catarina, que tem 60% de suas terras cultiváveis nas mãos de 10% dos proprietários. A Fazenda Caldatto abrange 40% das terras do município de Palma Sola. O Estado tem 140 mil famílias de trabalhadores sem terra. A sede regional do Movimento dos Sem-Terra foi invadida recentemente.

Povos indígenas

AÇÃO PELA CIDADANIA VÊ GENOCÍDIO CONTRA YANOMAMI



Davi Yanomami, símbolo da luta de seu povo

Boa Vista (AGEN) - Os membros da "Ação pela Cidadania", movimento de luta pelos direitos humanos, visitaram no período de 9 a 12 de junho as áreas indígenas de maior tensão em Roraima. O objetivo da viagem era o apoio aos povos indígenas da região: os Yanomami, que estão sendo exterminados pela ação dos garimpeiros e pela atitude do governo, que reduziu seus territórios tradicionais a 19 pequenas áreas isoladas; e os Macuxi, Wapixana, Ingariko, Taurepang, que estão sofrendo violências e invasões contínuas, e estão lutando pela demarcação da área única Raposa/Serra do Sol.

Situação Grave - A comitiva verificou "in loco" a situação da reserva indígena Yanomami, invadida nos últimos dois anos por dezenas de milhares de garimpeiros. A comissão visitou a pista do Paapiu, constatando a gravíssima situação na qual se encontram os índios. O clima de violência e de corrupção entre os garimpeiros, a poluição ambiental, a violência física e cultural contra os Yanomami, as doenças que já se espalharam, o posto da Funai abandonado, os medicamentos vencidos e jogados no chão, foram os dados principais levantados pela comissão.

Os componentes da "Ação pela Cidadania" estiveram no posto indígena de Surucucus e sobrevoaram as áreas de Waicás e do alto rio Uraricuera para observar as centenas de pistas clandestinas, de balsas e de maquinários para garimpagem, instalados em áreas indígenas.

Jagunços armados - No dia 11 de junho, o grupo reuniu-se com 150 lideranças do Conselho Indígena de Roraima nos locais da missão católica de Surumu. Os índios das várias regiões prestaram depoimentos e entregaram documentos, nos quais relataram o sofrimento e a luta desses povos e exigiram a demarcação da área única Raposa/Serra do Sol.

Os membros da comissão também estiveram na área indígena Makuxi da Maloca do Miang, invadida e destruída várias vezes pela polícia e fazendeiros da região, como declararam os Tuxaua Melquiades Peres Neto e José Peres. Durante o percurso, a comitiva parou nas fazendas Brasiléia e Redenção, situadas nas áreas indígenas, para ouvir os fazendeiros envolvidos no conflito, João Rebouças e José Américo Valentim. Dois agentes da polícia federal que integravam o grupo apreenderam cinco espingardas e três revólveres, que estavam em poder dos jagunços da fazenda.

Política de extermínio - Disposto a denunciar a situação ao Congresso Nacional, o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), falando em nome da comissão, configurou a existência de uma política deliberada de extermínio dos índios: "A situação em Roraima mostra a desatenção histórica do governo brasileiro. O preceito constitucional de respeito às terras indígenas é muito antigo. O que existe é um descumprimento da lei. Vamos usar o nosso poder de persuasão na Câmara, no Senado, nos jornais, na Justiça, para reverter esse quadro. Viemos propor uma aliança com os povos indígenas para que eles se organizem, lutem e tenham nas instituições o apoio da "Ação pela Cidadania". A união faz a força.

Visão desenvolvimentista - No último dia de visita, os componentes do movimento mantiveram contatos com as autoridades do novo Estado e com os diferentes segmentos da sociedade roraimense. Foi constatada a visão "desenvolvimentista" do governador Romero Jucá Filho bem como das autoridades militares e judiciárias no que diz respeito à política indigenista e à ocupação de terras. Nos encontros com a "associação dos garimpeiros" e com a Funai, ficou evidente a poderosa articulação da rede de alianças e interesses e a total omissão do poder local.

(Por Luis Eusebi e d. Aldo Mongiano)

PROFESSORES TIKUNA LANÇAM CARTILHA

Brasília (AGEN/Cimi) - Está sendo lançada pelos índios Tikuna, que habitam várias áreas no alto rio Solimões (AM), a cartilha "Popera I Ugutaerú Magutagawa", que em português quer dizer "livro para estudar na língua Tikuna". A cartilha irá beneficiar mais de 400 estudantes Tikuna de 19 comunidades que cursam a segunda e terceira séries. O lançamento está começando pelas comunidades do município de Tabatinga (AM). O responsável pela distribuição da publicação é o professor Tikuna Alírio Mendes de Moraes ou De'Tanucu, vice-presidente da Organização Geral dos Professores Tikuna Bilíngües (OGPTB).

A cartilha é composta por 35 textos que falam de elementos essenciais da cultura Tikuna. Para sua elaboração foram realizadas várias reuniões com professores indígenas. Da elaboração propriamente dita, participaram 103 professores Tikuna e a equipe de educação do Cimi na prelazia do Alto Solimões, com a assessoria lingüística e didática de Marília Faco Soares, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). "Popera I Ugutaerú Magutagawa" reúne a experiência de vários anos de trabalho na área da educação.

Conforme o Tikuna Alírio Mendes de Moraes, "é importantíssimo para o povo Maguta (autodenominação dos Tikuna) ter mais um livro feito na sua própria língua, porque ela não é emprestada de outros povos, para o governo saber e também os civilizados nos respeitarem. E também para os outros povos indígenas saberem fazer os livros deles, cada qual na sua língua".

Questões urbanas

PRESSÃO DE ORGANIZAÇÕES REVIGORA CRÉDITO HABITACIONAL

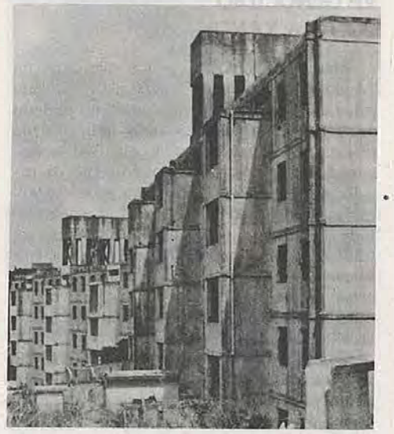
São Paulo (AGEN) - O governo federal atendeu, pelo menos parcialmente, o apelo de organizações populares ligadas à moradia e prefeituras de grandes cidades, e levantou a obstrução de investimentos e empréstimos a municípios, voltando depois de muito tempo inativo, a possibilitar verbas para o atendimento do déficit habitacional.

No meio do mês junho, uma caravana de organizações, a União dos Movimentos de Moradia, esteve visitando órgãos federais com a reivindicação de derrubar a resolução 1469 do Banco Central. Esta medida, fixando baixos limites de endividamento dos setores públicos, impediu o repasse de verbas da Caixa Econômica Federal a investimentos das Prefeituras, em especial na área de habitação, causando graves transtornos para os governos que acabavam de ser eleitos.

Com o lançamento do Programa Nacional de Habitação de Interesse Social, o governo exclui desse limite as cooperativas habitacionais (Cohabs), que voltam a poder requerer empréstimos para a construção de moradias.

Pompa - O programa nacional, lançado com pompa e publicidade no último dia 20 de junho,em Brasília,esconde a inatividade que a área federal vem tratando a questão da habitação popular neste governo. Há mais de ano sem ministério e sem planos concretos, o governo vinha desviando recursos oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para outras prioridades.

Nessa medida, foi reduzido o prazo de recolhimento do FGTS pelas empresas aos bancos e dos bancos privados à Caixa Econômica Federal. Com uma inflação alta, os mais de cinqüenta dias que o dinheiro recolhido ficava à disposição das empresas e bancos, reduziam seu poder aquisitivo, além de beneficiar bastante as empresas financeiras e os próprios empregadores. Os bancos, porém, ainda têm o resguardo de 30



dias para movimentar e investir essas verbas, operando na especulação privada com o dinheiro público.

As organizações contudo, não ficaram ainda satisfeitas com as medidas tomadas, consideradas tímidas, para combater o déficit de moradias nas cidades. Apenas mais 5% do FGTS vai ser convertido na Caixa Econômica para canalizar recursos para o setor habitacional. Para tanto, o governo promete a construção de cerca de cem mil moradias.

O investimento do fundo deveria ser ainda maior no setor de habitação, pois só na cidade de São Paulo, estima-se um déficit de mais de 1,5 milhão de moradias.

Ao destinar uma parcela significativa dos recursos para aquisição de moradias no valor de NCz$ 32.640,00, o governo demonstra que não vai dar total prioridade à habitação de baixa renda, para aliviar a população favelada e moradores de cortiços, mas investe com igual intensidade na construção e venda de moradias destinadas à população de classe média baixa.

PREFEITURA DE SP QUER ENSINAR POLÍTICAS DE TRANSPORTE

São Paulo (AGEN) - O Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal (Cepam), mais conhecido como Fundação Prefeito Faria Lima, da Prefeitura paulistana, está instituindo um curso sobre transportes a ser ministrado às autoridades de vários municípios do interior do Estado de São Paulo e também de outros Estados.

Indicar uma maneira de o município proporcionar às populações, serviços de transportes confiáveis, seguros e com tarifas justas. Este é o objetivo do curso, segundo a orientação de Pedro de Camargo, coordenador da área de transportes da Cepam.

A administração petista da cidade de São Paulo pretende com isso divulgar as propostas de formas pelas quais as administrações municipais possam autogerir os sistemas de transportes.

Com o auxílio logístico da capital, muitas prefeituras podem se tornar aptas a fundarem suas companhias municipais de transportes coletivos. O trabalho vai ao encontro da decisão das prefeituras petistas de uniformizarem propostas conjuntas para a estatização gradual do transporte coletivo.

Dentro do programa de Cepam, haverá também treinamento de tráfego, para que as cidades tenham condição de melhorar seus sistemas viários, com um trânsito mais seguro e fluente. O curso que se inicia agora em junho vai até novembro.



Antônio Britto, relator da subcomissão de Desenvolvimento Urbano

REFORMA URBANA JÁ COMEÇA A SER DISCUTIDA NOS ESTADOS

São Paulo (AGEN) - Implementar a reforma urbana nos Estados e municípios, regulamentando na prática dispositivos aprovados pela nova Constituição, mas ainda sem eficácia. Esse foi o tema da discussão do último dia 19 de junho entre organizações populares ligadas ao movimento de moradias, organismos públicos e os deputados, membros da subcomissão de Desenvolvimento Urbano de Câmara Federal, realizado na sede paulista do Instituto dos Arquitetos do Brasil.

A tarefa da subcomissão, presidida pelo deputado gaúcho do PMDB, Antônio Britto, é buscar nos Estados subsídios para a regulamentação da nova Constituição, no que se refere às áreas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento, transporte e organização territorial das cidades. Reuniões como esta já foram feitas no Rio, Porto Alegre, Salvador e Recife.

Os membros da subcomissão entendem que a estrutura institucional de que o governo dispunha para tratar da questão urbana já não existe mais.

Propostas - Em São Paulo, por outro lado, há um trabalho acumulado, realizado por entidades ligadas à moradia e membros do Plenário Pró-Participação Popular para inserir propostas mais específicas na Constituição Estadual, a fim de garantir que pelo menos no Estado, os avanços da Constituição Federal na área possam continuar.

Dando mais autonomia aos municípios na administração de suas regiões coligadas, abrindo espaço permanente para a participação popular na análise dos orçamentos, elaboração de projetos e execução de planos municipais, a proposta, porém, tem pouca chance de passar no resultado final da Constituição do Estado. A maioria dos deputados estaduais (50 dos 84) está umbilicalmente ligada ao governador Orestes Quércia (entre eles, membros do PMDB, PFL e PTB) e são refratários a continuação dos avanços da nova Carta.

Nas propostas que estão ganhando fôlego no atual anteprojeto da Constituição, reforça-se sobremaneira a influência do Estado nos municípios e contemplam-se barbaridades como a constitucionalização da regularização de loteamentos grilados. Não é à toa que a análise das verbas gastas pelo governo no último ano equipara o dispendido com a habitação com o destinado à sua publicidade promocional.

Ecologia

ECOPACIFISMO SERÁ DECISIVO NO PARLAMENTO EUROPEU

São Paulo (AGEN) - A unificação da Europa, com a abolição das fronteiras em 1992, será modulada sob o signo da coalizão entre socialistas, comunistas e verdes. Juntas, as três bancadas passaram a ocupar 261 cadeiras no Parlamento Europeu (PE), após as eleições de 18 de junho, o que constitui maioria no hemiciclo de Estrasburgo. Hemiciclo é o formato do plenário onde se reúnem os 518 eurodeputados , naquela cidade francesa.

A maioria de esquerda significa que a unificação européia tende a respeitar políticas de cunho social e ambiental. O contrário poderia ocorrer se as forças de centro e direita terminassem majoritárias no processo eleitoral. Por outra parte, o saldo das eleições ao PE representa um expressivo termômetro das reformulações que estão sendo processadas na arena política mundial, sobretudo no campo da esquerda.

Emergência verde - O primeiro sinal dessas reformulações que pode ser detectado é a importância cada vez maior assumida pelas preocupações ecológico-pacifistas, como havia previsto a AGEN (nº 152). A bancada verde no Parlamento Europeu foi a que mais cresceu nas últimas eleições, subindo de 20 para 39 assentos. A repercussão mundial alcançada pela devastação da Amazônia e pelo assassinato de Chico Mendes contribuíram para a emergência das inquietações de cunho ecológico nos últimos meses, com reflexos no embate eleitoral europeu.

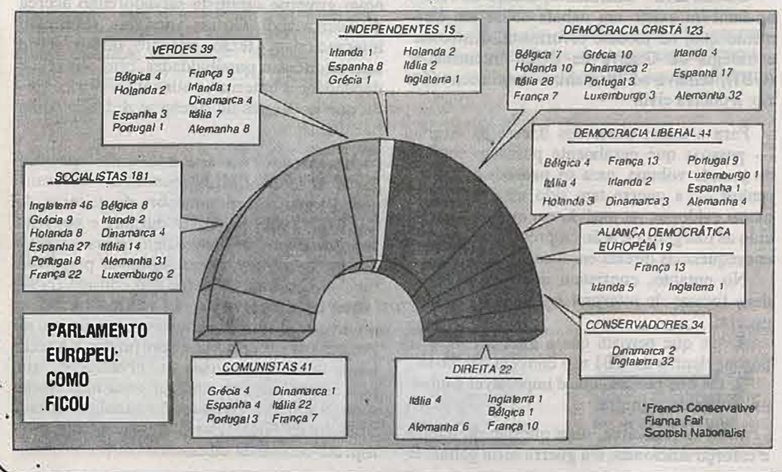
Os verdes tiveram seu melhor desempenho na França (nove representantes eleitos), Alemanha Ocidental (oito) e Itália (sete), países onde os movimentos ecológicos e pacifistas têm crescido de forma mais acentuada. Na Inglaterra, os verdes alcançaram 15% dos votos, mas não conquistaram cadeiras no PE, em razão da inexistência, naquele país, do sistema de representação proporcional.

O crescimento da representação verde no hemiciclo de Estrasburgo indica que os eurodeputados terão, necessariamente, de considerar a ótica ecológico-pacifista em suas decisões. Recentemente, o Parlamento Europeu aprovou, por exemplo, a indicação de que os 12 membros da Comunidade Européia não importassem o ferro produzido em Carajás, em função do desmatamento provocado pela extração do carvão. Deliberações como essa podem agora se multiplicar.

Nova esquerda - Um segundo sinal que pode ser balizado pelas eleições européias é a ascensão de uma nova esquerda, tendência já sintonizada pelo crescimento da bancada verde. Na Itália, o Partido Comunista (PCI) aumentou em 1% sua votaçao, elegendo 22 deputados, o que alguns analistas interpretaram como influência das inovações operadas nas linhas políticas do PCI. No geral, a bancada comunista do PE caiu de 48 para 41 cadeiras nas últimas eleições, realizadas poucos dias depois da crise na China.

A renovação do pensamento de esquerda também foi fundamental na opinião de observadores, para o crescimento da representação socialista, de 165 para 181 eurodeputados. O maior avanço da vertente socialista aconteceu na Inglaterra, com a conquista, pelo Partido Trabalhista, de 46 cadeiras, contra 32 obtidas pelo Partido Conservador. Foi a maior derrota eleitoral, na última década, da primeira-ministra Margareth Thatcher, até então considerada imbatível. Será este o reflexo de uma virtual decadência do neoliberalismo, tão em moda ultimamente? Além disso, Thatcher sai arranhada em sua — solitária — postura anti-unificação européia.

O recado parece claro. Os setores pró-unificação saíram fortalecidos. Mas não a unificação neoliberal, dos oligopólios, da privatização "irreversível". Do mesmo modo, acentua-se a irreversibilidade da formação de blocos geo-econômicos. Até quando a América Latina permanecerá a reboque da História? (José Pedro S. Martins)



TERMELÉTRICA PODE AFETAR MEIO AMBIENTE EM BACIA

Piracicaba (AGEN) - O comprometimento dos recursos hídricos da bacia do rio Piracicaba e o sensível aumento das chuvas ácidas poderão ser os resultados da instalação da usina termelétrica em Paulínia, município vizinho a Campinas, cujas obras poderão ser iniciadas no começo do próximo ano. Quem chamou a atenção para a degradação ambiental da região, já duramente atingida pela poluição da água e do ar, foi o professor Osvaldo Sevat, do Instituto de Geociências da Universidade de Campinas (Unicamp) e coordenador do Núcleo de Pesquisas Ambientais (Nepan) da mesma universidade.

Sevat foi um dos organizadores do dossiê cientffico da termelétrica, elaborado pela equipe multidisciplinar do Nepan. A instalação da usina vem preocupando entidades ambientalistas de toda a região, especialmente as de Piracicaba. O professor da Unicamp falou na última semana na Câmara Municipal deste município, a uma platéia formada por vereadores, secretários municipais, técnicos de vários órgãos e pesquisadores, a convite da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, que está sendo transformada em Secretaria do Meio Ambiente pela administração petista piracicabana, comandada pelo prefeitò José Machado.

No último dia 7, prefeitos de todos os municípios (43) da Bacia do Piracicaba estiveram reunidos em Sumaré, também próxima a Campinas, para discutir, entre outros pontos, a instalação da usina termelétrica em Paulínia.

Custos - A Companhia Energética de São Paulo (Cesp) justifica a instalação da usina com o déficit energético do Estado. Entretanto, a Companhia deixou de concluir várias usinas hidrelétricas, que poderiam sanar as dificuldades, além de deixar outras sem os principais equipamentos, conforme avaliação de técnicos.

Em duas projeções feitas por técnicos da Cesp, os custos da usina sempre serão maiores do que US$1 bilhão. O principal equipamento, uma caldeira, será importado do Japão, a um custo de US$585, emprestados pelo Export-Import Bank of Japan. Utilizará como combustível principal um óleo ultraviscoso, uma espécie de piche, obtido do resíduo de "fundo de torre", resultante do processamento do petróleo cru da Refinaria do Planalto (Replan). A tecnologia, assinalou o professor Sevat, é pouco conhecida no Brasil e no exterior. O equipamento será entregue pelo sistema "tum key", sem transferência de tecnologia.

Plebiscito - O prefeito José Machado, de Piracicaba, quer que o debate sobre a instalação ou não da usina termelétrica de Paulínia seja ampliado e envolva também a comunidade científica. Ele considerou como "interessante" a idéia da promoção de um plebiscito para discutir a questão, sugerida por prefeitos de Paulínia, Sumaré, Cosmópolis e Americana.

"O debate deve ser ampliado, mas não sei se o plebiscito seria o melhor caminho. Antes devemos envolver a comunidade científica no debate sobre a instalação da usina", disse o prefeito à AGEN.

Especial

EL SALVADOR: PERSPECTIVAS COM O NOVO GOVERNO





Solenidade em que Napoleón Duarte (à esquerda) transmitiu o cargo para Cristiani

San Salvador (AGEN) - Com o país paralisado devido à falta de eletricidade e transporte, como resultado da sobotagem guerrilheira, ocorreu, dia 1º de junho, a transição presidencial em El Salvador. Alfredo Cristiani, 42, herdeiro de uma das maiores fortunas do país, recebeu o cargo de Napoleón Duarte, que poucas horas depois viajava aos Estados Unidos, para continuar o tratamento do câncer no fígado que o levou a diminuir radicalmente suas atividades no último ano de seu governo.

O novo governo traz algumas novidades importantes: é a primeira vez, desde o golpe de Estado de 1979, que a equipe do Executivo provém dos grupos empresariais mais importantes. Até o momento, esses grupos tinham se recusado a participar do governo, que eles consideravam inaceitável em razão de seu conteúdo "reformista".

De fato, a vitória do partido Aliança Republicana Nacionalista (Arena) nas duas últimas eleições (em 1988, para o Poder Legislativo e municipal, e em 1989, para presidente) é interpretada como o resultado do fracasso do projeto reformista, financiado e apoiado pelos EUA.

Foram nove anos de esforços contraditórios para transformar a composição do leque político do país, com a intenção estratégica de tirar a base social e política da insurgência de esquerda, através de programas cooperativos, comunitários etc., que, no entanto, sempre foram limitados por sua direção vertical, pela interferência do governo e, geralmente, por sua utilização com fins políticos imediatistas por parte do Partido Democrata Cristão (PDC), no poder de forma direta ou indireta desde 1980.

A principal tendência política é, pois, de desilusão com a possibilidade de se modificar a estrutura social dentro da proposta social cristã do PDC. Em segundo lugar, as forças de direita reorganizaram-se para enfrentar a decadência reformista com uma plataforma política mais criativa na forma, melhor apresentada e menos identificada com a subordinação aos interesses dos EUA no país. As vitórias da Arena nas duas eleições mencionadas refletiram, assim, nem tanto um aumento significativo dos votos direitistas, mas uma redução dos votos reformistas.

Radicais contra pragmáticos - As prioridades iniciais do governo Cristiani não são difíceis de identificar: trata-se de sobreviver no poder durante os próximos meses, num país que já não tem os recursos mínimos para financiar a guerra e outras atividades mínimas do governo, face à queda da produção de café em 1987-88 (a queda foi de 50% em relação ao ano anterior, em função da guerra e da seca).

Somente um programa de austeridade muito rígido poderá levar o governo até que a safra de 1988-89 comece a ser vendida (a futuro) e novos dólares entrem nas contas estatais. Nesse momento, o governo Cristiani enfrentará suas primeiras decisões de longo prazo, em que as visões diversas sobre estratégias econômicas e políticas serão importantes para determinar o que fazer.

Por um lado, um grupo considerado "mais pragmático" — com Cristiani como principal representante — quer lentamente levar o país em direção a um programa de "reajuste estrutural", dentro das fórmulas concebidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Por outro lado, um grupo "mais radical", que certamente foi fundamental ao financiamento da campanha de Cristiani, está propondo uma terapia de "choque" para a economia, de tal forma a produzir uma mudança rápida em termos econômicos e sociais, que em sua opinião é imprescindível para elevar o nível de confiança empresarial e reiniciar o investimento privado no país, tanto nacional como estrangeiro.

Os dois últimos têm, em última instância, visões mais ou menos similares. Querem ver o país de volta a um modelo capitalista de mercado livre, em que a oferta de emprego constituiria a garantia principal do nível de vida da população, e no qual os programas sociais seriam altamente específicos. Por exemplo, dirigidos principalmente às crianças. A redução da atividade estatal é considerada condição "sine qua non" para ambos os grupos.

Guerra civil - Entretanto, dentro da Arena também existe um debate sobre um elemento que, no modelo reformista, dentro da estratégia de Guerra de Baixa Intensidade (GBI), tentava se apresentar como secundário: a guerra civil.

Para a maior parte dos líderes da Arena — pessoas que geralmente possuem capital de grande volume, para os padrões salvadorenhos — a guerra tem sido uma realidade muito evidente, na medida em que tem reduzido as margens de ação empresarial e trazido conseqüências diretas em suas atividades.

No entanto, coexistem dentro da Arena duas formas de interpretar a continuação da guerra:

1. Os que pensam que a guerra continua porque dentro da GBI não convém ganhá-la.
2. Os que pensam que é impossível ganhar militarmente a guerra.

Para os primeiros, seria questão de tempo e esforço adicionais, e a guerra seria ganha. E com isto seria possível iniciar a reconstrução do país.

Para os que pensam que não é possível ganhar militarmente a guerra, deve-se ganhá-la politicamente, com uma política de "unidade nacional" contra-insurgente, para isolar a guerrilha e o movimento popular de esquerda. Ou, caso isso não seja possível, a única saída seria negociar com a organização guerrilheira, a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN).

Como iniciativa concreta, o presidente Cristiani apresentou uma proposta de reuniões com a FMLN no dia de sua posse. Trata-se de uma proposta de forma, que define mecanismos de encontro, mas que nada aborda sobre o conteúdo da plataforma de reivindicações da FMLN, propondo modificações que aprofundariam as reformas sociais no país. A Arena, pelo contrário, propõe o retorno à situação anterior às reformas (impostas pelos militares golpistas em 1979-80).

A única questão de conteúdo já mencionada pela Arena, antes da posse de Cristiani, foi a proposta de simetria entre os "contras" nicaragüenses e a FMLN. Para a Arena, se os "contras" vão depor as armas, como parte das negociações entre os presidentes da América Central, a FMLN tem de fazer o mesmo. Para Cristiani, o ideal seria que os "contras" entregassem suas armas em El Salvador, e a FMLN na Nicarágua.

Não é possível dizer com certeza, neste momento, qual será a opção dos líderes do novo governo direitista salvadorenho acerca da guerra civil. Outras variáveis, sobretudo internacionais, terão impacto direto sobre suas decisões e possibilidades, pois o nível de dependência externa continuará elevado, ainda que os líderes da Arena se definam como nacionalistas.

E a principal variável interna, a capacidade de ação da FMLN, continuará determinando a margem de manobra do governo de Cristiani, assim como fez durante o governo anterior. Nesse sentido, é bem provável que a oferta de negociação apresentada por Cristiani no discurso de posse não consiga resultados imediatos. Mas, ao mesmo tempo, é óbvio que no futuro (previsível) o governo da Arena terá de optar por aprofundar a guerra ainda mais (com o risco da "libanização" que isso implicaria), ou encarar uma negociação séria, em que a comparação simplista com a situação da Nicarágua não poderá constituir aspecto central da discussão.

Documento

FMLN PROPÕE RETOMADA DE DIÁLOGO PELA PAZ



Guerrilha compromete-se a não atentar contra membros do governo

San Salvador (AGEN) - Dois dias antes da posse de Alfredo Cristiani na Presidência de El Salvador, a 1º de junho, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) lançou o documento "Proposta Política", que contém as sugestões da guerrilha para a retomada do diálogo de paz. Esta é a íntegra do documento:

"A instalação do governo da Arena a 1º de junho significa, para todas as forças políticas e sociais do país e para a comunidade internacional, um aprofundamento e prolongamento da guerra em El Salvador.

As medidas tendentes a aumentar a repressão, legalizar os esquadrões da morte sob a fachada de defesa civil, manter a total impunidade dos membros dos esquadrões implicados em casos como o de Monsenhor Romero, agravar o conflito social com a revogação direta ou indireta das incipientes reformas econômicas, e provocar demissões em massa de trabalhadores do Estado, cria um clima totalmente desfavorável para o diálogo entre as partes.

Frente à gravidade dessa situação, a FMLN faz um novo esforço e propõe um caminho prático para abrir possibilidades de diálogo e entendimento que conduzam à solução negociada e a uma paz duradoura em El Salvador.

1. Retomada do diálogo com os partidos políticos.

A FMLN considera que os partidos políticos que não participam do governo da Arena poderiam assumir um papel de propiciadores e gestores do diálogo, até conseguir a negociação direta entre o governo e a FMLN.

Na reunião de Oaxtepec, os partidos políticos estabeleceram a necessidade de continuar com as reuniões depois de 19 de março. A FMLN considera oportuno retomar agora a discussão e iniciar conversações em local e data consensualmente escolhidos.

Em tais reuniões entre os partidos de oposição e a FMLN, proporíamos a seguinte plataforma de compromissos que, consideramos, devem ser assumidos pelo novo governo e a FMLN, como medidas que levem à criação de condições para o diálogo e a negociação direta entre as partes.

2. Compromissos políticos.

2.1 Da FMLN:

a) Abster-se de todo tipo de atentado contra dirigentes políticos do governo de Cristiani.

b) Suspensão das paralisações nacionais do transporte e, conseqüentemente, suspensão da sabotagem ao transporte público.

c) Respeito à vida, liberdade e integridade física de familiares de dirigentes políticos e militares do governo, das Forças Armadas, respeito esse extensivo às suas residências.

d) Manter a suspensão do uso de plataformas de artilharia, conhecidas como "carros-bomba", nas cidades.

e) Respeito ao pessoal e à infra-estrutura dos Estados Unidos da América, em El Salvador.

f) Suspensão da sabotagem a postes de energia elétrica e centros comerciais das cidades.

2.2 Do governo da Arena.

a) Julgamento do ex-major Roberto D'Abuisson e de todos os implicados no assassinato de Monsenhor Romero. Em conseqüência, exclusão de toda forma de participação de D'Abuisson em qualquer dos organismos do Estado.

b) Desmantelamento efetivo dos esquadrões da morte e renúncia à idéia de criação legal ou encoberta da "defesa civil patriótica".

c) Libertação imediata dos dirigentes sindicais, ativistas do movimento popular e presos políticos que se encontram encarcerados; término imediato dos assassinatos, capturas, desaparecimentos e cercos militares, das invasões e ataques às universidades, sedes do movimento popular, igrejas e organismos sociais, e de toda forma de repressão contra os partidos de oposição.

d) Manter a reforma agrária, incluindo o decreto 207, e a nacionalização do sistema financeiro e do comércio exterior, tal como foi decretado pela junta de governo de 1980.

e) Liberdade irrestrita de informação para todos os órgãos de imprensa nacional e internacional, com o fim das ameças e intimidações contra os mesmos.

f) Manter o compromisso assumido pelo governo anterior, de permitir a saída do país aos feridos e mutilados de guerra da FMLN, e de respeitar a vida de familiares de dirigentes do movimento popular, dos partidos de oposição e da FMLN.

3. Negociação direta entre as partes.

Tendo sido criado um clima propício, a partir da gestão dos partidos e com o cumprimento dos compromissos propostos, a FMLN estaria disposta a iniciar de imediato o diálogo e as negociações diretas com o governo da Arena, que levassem à verdadeira democracia, às transformações sociais e à paz firme e duradoura em nosso país. A 6 de abril a FMLN apresentou uma proposta programática, que levaríamos a essa negociação.

4. Solução salvadorenha.

A FMLN mantém-se favorável a um acordo de cessar-fogo, nos marcos de uma negociação global do conflito salvadorenho. Contudo, em atenção à dinâmica do processo negociador regional, expressamos que estaríamos dispostos a estabelecer esse acordo no momento em que, consensualmente, se aceite efetuar (com a devida supervisão internacional) um corte multilateral e simultâneo de abastecimentos militares de qualquer origem, a todos os governos e partes do conflito centro-americano."

El Salvador, 29 de maio de 1989.

Ass. Comando Geral da FMLN. Comandantes Francisco Jovel, Schafik Jorge Handal, Joaquín Villalobos, Eduardo Sancho, Salvador Sanchez Cerén.



Manifestações em frente à catedral de San Salvador

Política

SURPRESA: PESQUISA INDICA QUE PMDB NÃO MORREU

Rio de Janeiro (AGEN) - O PMDB não está morto. É o que se pode deduzir da pesquisa implementada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), a partir dos resultados das eleições municipais do ano passado, como base para tendências do eleitorado na campanha presidencial de 1989.

O Ibase estima em 65 milhões o número de eleitores neste ano, assim distribuídos por regiões, conforme a porcentagem de eleitores em cada uma delas, em 1986: Sudeste, 31,8 milhões (49% em 86); Nordeste, 15,6 milhões (24%): Sul, 11,1 milhões (17%); Centro-Oeste, 3,9 milhões (6%); Norte, 2,6 milhões (4%).

O Estado de São Paulo é a unidade da Federação com maior número de eleitores (24,3%), seguindo-se Minas Gerais (11,9%), Rio de Janeiro (10,9%), Rio Grande do Sul (7,6%), Bahia (6,3%), Paraná (6%), Pernambuco (4,2%), Ceará (4%), Santa Catarina (3,5%) e Goiás (2,3%). Os demais Estados somam 19% do eleitorado. Esses números explicam porque o candidato Leonel Brizola (PDT) desejava um nome de São Paulo para compor a sua chapa (o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antonio Medeiros), e porque os presidenciáveis Fernando Collor de Mello (PRN) e Mário Covas (PSDB) buscam um candidato a vice proveniente de Minas Gerais. Collor aparentemente já o achou — o senador Itamar Franco; Covas queria o prefeito de Belo Horizonte, Pimenta da Veiga, que declinou do convite.

A força partidária - O Centro de Dados do Ibase apresenta, em seguida, um quadro da força municipal dos maiores partidos políticos no país, elencando o eleitorado das cidades governadas por cada agremiação: PMDB, 15.000.039; PFL, 9.700.494; PDT, 8.708.816; PT, 7.860.981; PDS, 5.024.757; PTB, 4.692.421; PDC, 2.418.648; PSDB, 1.938.269; PL, 1.793.772 e PSB, 969.076.

O Ibase observa que esses números foram calculados estatisticamente, "a partir da população municipal em 1985 e da proporção eleitorado/população em 1986, a nível estadual, levando-se em conta o crescimento demográfico e a abstenção observada nos quatro últimos pleitos nacionais (1974, 1978, 1982 e 1986)". Do mesmo modo, a pesquisa não considera 76 municípios governados por pequenos partidos, e muito menos as alterações introduzidas com o "fenômeno Collor".

Comportamento - Com base nos últimos resultados eleitorais, o Ibase aponta as tendências, nos municípios de até 50 mil e de mais de 50 mil eleitores. Concluiu-se que, dentre os eleitores brasileiros, 33,5% são progressistas (255 municípios), 32,6% são conservadores (1884 municípios) e 33,9% não têm posição definida (1740 municípios). Aqui foram considerados os 4180 municípios brasileiros (em 1985), dos quais 3045 são de pequeno porte, representando 52% do eleitorado.

No bloco "progressista",o Ibase incluiu os municípios governados pelo PT (27 com até 50 mil, 11 com mais de 50 mil eleitores), PSDB (10 e 6), PDT (141 e 26) e PSB (29 e 5). Os "indefinidos" são governados pelo PTB (300 e 15) e PMDB (1391 e 34). co "conservador", estão o PDC (224 e 5), PDS (430 e 14), PFL (984 e 16) e PL (208 e 3).

Em termos regionais, o Ibase assinala que o PT, PTB e PL são fortes em São Paulo, o PDS no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o PDT no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná, e o PDC e PSDB em Minas Gerais. O PMDB, PFL e PSB estão espalhados por todo o país. Os dois primeiros detêm, juntos, 63% dos municípios, dos quais 61% em áreas rurais.

A pesquisa do Ibase indica, por último, as tendências do eleitorado urbano (29 milhões de votos), em 40 cidades paulistas, 12 fluminenses, 10 gaúchas e em 13 capitais de outros Estados (Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Curitiba, Goiânia, Belém, João Pessoa, Natal, Vitória, São Luis, Manaus e Florianópolis). As tendências do eleitorado urbano: PT, 21%; PDT, 20,6%; PMDB, 18,3%; PDS, 9,6%; PTB, 7,7%; PSDB, 7,0%; PFL, 6,8%; PL, 4%; PDC, 2,4% e PSB, 1,8%.

Formadores de opinião - Para o Ibase, "admitida a coerência do voto partidário e uma definição mais clara das tendências no eleitorado urbano, pode-se antever que as escolhas dos eleitores nas pequenas e médias cidades do interior terão peso decisivo nas próximas eleições". O país, acrescenta o Instituto, "vem mudando em termos políticos institucionais, mas os formadores locais de opinião, como o prefeito, o dono da farmácia, do armazém, do bar, da lanchonete, os professores, comerciantes, gerentes de banco, cabos eleitorais e ativistas locais, enfim, a teia dos chamados micropoderes, ainda influenciam localidades em que a população se relaciona pelos mais diferentes laços. É um universo que representa 50% do eleitorado, pessoas ainda ressabiadas, junto às quais a atuação dos candidatos, inclusive na televisão, terá de ser muito bem trabalhada. "Como o PMDB detém a máquina em 1.391 municípios de até 50 mil eleitores, certamente o partido de Ulysses Guimarães e Valdir Pires ainda pode sonhar com um melhor desempenho na campanha presidencial.

SUCESSÃO PRESIDENCIAL

ROBERTO FREIRE, DO PCB: PELA TOLERÂNCIA

São Paulo (AGEN) - O candidato do Partido Comunista Brasileiro (PCB) à Presidência da República, Roberto Freire, em sua campanha já visitou o presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, e o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Sales. Já foi a um terreiro de Candomblé em Salvador (BA), e a um **pagode** na Escola de Samba Unidos de Vila Isabel. no Rio de Janeiro (a presidente da escola, **Ruça**, mulher de Martinho da Vila, é vereadora pelo PCB na capital).

Com esse tipo de iniciativa, o postulante comunista pretende contribuir, conforme costuma dizer, para a elevação do nível da tolerância política e religiosa no Brasil. Em outros termos, deseja colaborar para o fortalecimento do processo democrático, ao tentar extirpar de vez o vírus do anticomunismo, que durante muitos anos contaminou a cultura política do país.

Empresários comunistas - Tendo participado de inúmeros programas de TV, o recifense Roberto João Pereira Freire, nascido a 20 de abril de 1942, tem podido expressar abertamente suas idéias. Em termos de pesquisas de opinião, aparece com no máximo 2% das preferências, índice que sobe na sua cidade natal. Em sua campanha, Freire, bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, conta com o apoio até de empresários, membros ou simpatizantes do "partidão", como os pecuaristas Euclides de Oliveira, Onofre da Costa Filho e Carnelino de Arruda Rezende, fazendeiro no Mato Grosso do Sul. Em São Paulo, o proprietário de uma grande indústria gráfica ofereceu 50 mil camisetas e 50 mil bolsas. Outras contribuições estão chegando. Em agosto e setembro o PCB promoverá campanhas de arrecadação de dinheiro junto às festas dos jornais dos Partidos Comunistas da Itália e da França — "L'Unità" e "L'Humanité", respectivamente.



Freire já foi ao bispo e ao dono da Globo

Em 1974 Roberto Freire elegeu-se deputado estadual em Pernambuco, pelo MDB. Em 1978 elegeu-se deputado federal, pelo mesmo partido, e nessa qualidade participou de missões parlamentares a Cuba (1980) e à União Soviética (1981). Reelegeu-se em 1982, pelo PMDB, e em 1986, já pelo PCB, tendo recebido 75.724 votos. É casado com Letícia Baltar Freire, com quem teve quatro filhas (Marta, Luciana, Cláudia e Mariana). O candidato a vice-presidente na chapa comunista é o médico Sérgio Arouca.

Economia

HIPERINFLAÇÃO E CALOTE PREOCUPAM EMPRESÁRIOS

São Paulo (AGEN) - Lideranças do empresariado, reunidas na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), prepararam e encaminharam sugestões ao Congresso Nacional para um novo plano econômico que diminua a possibilidade de hiperinflação no Brasil até a posse do novo presidente da República, em março de 1990.

A principal reivindicação dos empresários é de que não haja um calote na dívida pública interna, pois isso detonaria o processo hiperinflacionário.

As empresas brasileiras têm hoje baixo endividamento e poucos projetos de investimento. O dinheiro gerado nas operações é destinado a aplicação no mercado financeiro, principalmente no over lastreado em títulos públicos.

Se o governo der um calote na dívida pública interna — suspendendo o pagamento dos títulos — os bancos poderão entregar os papéis às empresas. Após o susto, as companhias poderão começar a especular com o dólar no paralelo fugindo do mercado financeiro. A correção dos preços dos produtos pelo dólar poderá desencadear a hiperinflação, como está acontecendo na vizinha Argentina.



Mário Amato, presidente da FIESP, um dos articuladores da proposta dos empresários

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, considerou a proposta dos empresários como "inoportuna", pois foi apresentada justamente no momento em que o governo recuperava o interesse do mercado financeiro pelos títulos públicos,e os juros pagos pelo Tesouro Nacional para a colocação dos papéis começavam a diminuir.

EXPORTAÇÕES: AGUARDANDO OS REAJUSTES

São Paulo (AGEN) - As exportações brasileiras perderam o fôlego em maio, e as importações avançaram em conseqüência do congelamento cambial e do acúmulo de defasagem, que está sendo eliminada com a volta da minidiária em junho. No mês passado, os exportadores seguraram o fechamento de câmbio à espera da máxi, que não veio.

As exportações em maio foram de US$ 2,837 bilhões, contra US$ 2,904 bilhões no mesmo período do ano passado. As importações cresceram de US$ 1,154 bilhão em maio de 88 para US$ 1,450 bilhão na mesma época de 89. O resultado foi que o saldo da balança comercial (exportações menos importações) caiu de US$ 1,750 bilhão em maio de 88 para US$ 1,387 bilhão em maio último.

O saldo acumulado no ano (US$ 7,02 bilhões) é, no entanto, o maior da década. As vendas para o mercado interno contribuíram, também, para diminuir a porcentagem das exportações no faturamento das empresas no mês em questão.

As minidesvalorizações do cruzado em junho estão acima das expectativas inflacionárias. Até o último dia 20, a desvalorização cambial acumulada foi de 21,25%, e a variação do Bônus do Tesouro Nacional (que reflete a inflação) atingiu 13,10% .

EMPREGO: PROCURA DIMINUI NO PAÍS

São Paulo (AGEN) - O número de pessoas procurando trabalho em relação à população economicamente ativa caiu de 4,08% em março para 3,94% em abril. Os dados são da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fibge). Os resultados nas regiões metropolitanas foram: Recife, 5,82%; Salvador, 4,47%; Belo Horizonte, 3,98%; Rio de Janeiro, 3,16%; São Paulo, 4,28%, e Porto Alegre, 2,99%, todos revelando queda em relação a março.

A proporção da população economicamente ativa (16,5 milhões de trabalhadores) que recebia menos de um Piso Nacional de Salários caiu de 19,45% em março para 16,76% em abril.

A nova política salarial irá funcionar em forma de "cascata". O salário total do trabalhador será dividido com base em três faixas. Para um salário de NCz$ 3 mil, os primeiros NCz$ 360,00 (278 BTNs , Bônus do Tesouro Nacional) serão corrigidos pelo IPC integral. Os NCz$ 2.640,00 intermediários (entre 278 e 1851 BTNs) serão reajustados pelo gatilho mensal de 5%, com recomposição ao final do trimestre. Os restantes NCz$ 600,00 ficam para livre negociação. Na faixa de 278 a 1851 BTNs, a parte que exceder 278 BTNs só terá no gatilho a diferença entre o IPC e 5%. No reajuste trimestral esses salários mais altos recebem os 5% que não foram concedidos por meio dos gatilhos.

RITMO ACELERADO PARA A INFLAÇÃO

São Paulo (AGEN) - A inflação avança acelerando o passo. É o que mostra a pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Na primeira quadrissemana de maio a variação foi de 10,21%; na segunda, de 11,12%; na terceira, de 12,78% e em maio de 16,59%. Na primeira quadrissemana de junho chegou a 19,90%.

A maior variação na primeira quadrissemana de junho foi a do preço médio do vestuário, com 32,39%. Em seguida vêm educação (com 28,85%) e transportes (25,21%).

A primeira semana de junho registrou o impacto do descongelamento da economia com o fim do Plano Verão. As tarifas públicas, tais como a de fornecimento de luz (que registrou alta de 8,6%) têm sofrido realinhamentos modestos, o que indica que seu impacto inflacionário ainda está por vir.

O Bônus do Tesouro Nacional (BTN) fiscal indicava, na semana passada, uma projeção da inflação para junho de 22,3%. A inflação oficial em maio, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fibge), foi de 9,94%.

CRESCEM VENDAS NO MERCADO INTERNO

São Paulo (AGEN) - As vendas no comércio varejista tiveram um crescimento real de 3,7% no mês de maio, se comparadas ao comportamento de abril. Os dados são de uma pesquisa preliminar da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP). As vendas foram ajudadas pelas promoções do Dia das Mães.

A rentabilidade de 10,49% das cadernetas de poupança em maio fez que houvesse redução nos depósitos e aumento nos saques. A perda da captação nas cadernetas em maio foi de 5% do saldo de abril. As pessoas preferiram antecipar as compras antes do descongelamento a aplicar nas cadernetas.

Em junho, a expectativa é de que a captação das cadernetas ainda seja negativa, ou seja, de que os saques superem os depósitos. A aceleração inflacionária faz que ocorram retiradas nas cadernetas para complementação salarial. A estimativa é de perda na captação das cadernetas de 2% em relação ao saldo de maio, apesar de a rentabilidade projetada para as cadernetas em junho ser de 23%.

Movimento operário

VOLTA REDONDA: SACUDINDO A POEIRA NA TRAGÉDIA

Volta Redonda (AGEN) - A cidade de Volta Redonda apareceu de forma trágica nas manchetes dos jornais de todo o país desde o dia 9 de novembro do ano passado, quando a repressão do Exército aos metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em greve, causou a morte de três operários, William, Walmir e Barroso. De lá para cá novos acontecimentos acentuaram o clima de tensão que passou a predominar na cidade.

A 21 de fevereiro, morria num acidente automobilístico (sob circunstâncias ainda não esclarecidas) o prefeito Juarez Antunes, do PDT. Por vários anos, Antunes liderou o movimento operário de Volta Redonda, que, ao lado do movimento dos metalúrgicos do ABC, em São Paùlo, se tornou um marco na história do sindicalismo brasileiro. A morte de Juarez, que antes de eleger-se prefeito foi deputado federal, voltou a comover a cidade. A perícia em torno do suposto acidente continua.

Nova comoção teria lugar a 2 de maio, com a destruição, em atentado terrorista, do Memorial 9 de Novembro, erguido para homenagear os operários mortos no ano passado. No dia seguinte, explodia o alto-forno nº 3, da CSN, com a morte dos trabalhadores Antônio Bento de Araújo e Jorge Luís Nunes. Apesar de todos esses fatos, ou justamente por causa deles, a ação dos movimentos sociais continua se processando, a partir, principalmente, de dois vértices: a Igreja e o Sindicato dos Metalúrgicos.

O Memorial 9 de Novembro, projetado por Oscar Niemeyer, deve ser reinaugurado no mês de julho. Abaixo dos nomes de William, Walmir e Barroso, haverá a seguinte inscrição: "Nem a bomba que destruiu este monumento poderá contrariar os que lutam pela liberdade e pela justiça social." A 21 de junho, foi lançado o movimento "De Volta Redonda a volta por cima".

CSN ENFRENTA SUA MAIOR CRISE

Volta Redonda (AGEN) - Com uma dívida de mais de NCz$ 2 bilhões, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de Volta Redonda, a maior siderúrgica da América Latina e a 9ª do mundo, enfrenta a sua maior crise financeira. Prova disso foi o comunicado feito à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio, de que a partir de junho a empresa iria suspender o pagamento do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que representa 5% da arrecadação total do Estado do Rio.

De acordo com o ofício enviado pela empresa ao secretário da Fazenda, Jorge Hilário, a partir deste mês a empresa não poderá pagar os NCz$ 8 milhões referentes ao mês de maio, e nem os NCz$ 10 milhões referentes ao mês de abril, que já estavam atrasados. O presidente da CSN, Juvenal Osório, confirmou que a situação é crítica, e que a decisão de suspender o pagamento do ICMS é inevitável, pois a empresa está totalmente descapitalizada, acumulando diversas dívidas.

O presidente da CSN está tentando obter, junto ao governo federal, a autorização para um empréstimo de NCz$ 350 milhões, suficientes para equilibrar a situação financeira da empresa, que emprega hoje mais de 23 mil funcionários (é a principal fonte de empregos de Volta Redonda). Segundo ele, a CSN está vendendo o aço pela metade do preço, trabalhando com as tarifas totalmente defasadas. Não são poucas as vozes a sustentar que a crise da CSN seja premeditada, visando a sua privatização, dentro dos atuais modelos neoliberais.



Explosão do alto-forno nº 3 agravou a crise da CSN

Explosão - A crise na CSN agravou-se com a explosão do alto-forno nº 3, a 3 de maio, que causou a danificação de todo o sistema hidráulico, elétrico e eletrônico, gerando o que diversos técnicos definem como "a pior situação vivida pela usina". Até que o regenerador destruído seja totalmente recuperado, o alto-forno nº 3, responsável por 70% da produção de aço da CSN, produzirá 6300 toneladas diárias de ferro gusa, ao invés das nove mil produzidas normalmente.

EMPRESA GEROU O MOVIMENTO ECOLÓGICO LOCAL

Volta Redonda (AGEN) - Fonte de riqueza e mobilização social, a CSN, em Volta Redonda, também é matriz do movimento ecológico da cidade. Há dois anos funciona o Movimento Ecológico SOS Paraíba, que constantemente reivindica da siderúrgica e de todas as empresas da região a recuperação biológica do rio Paraíba do Sul, que abastece grande parte da população do Estado do Rio de Janeiro. É, aliás, por causa da curva de quase 360 graus que o rio traça na cidade, que Volta Redonda tem esse nome.

No início de junho, a CSN lançou cerca de cinco mil litros de óleo, com forte cheiro de alcatrão, no rio Paraíba. Segundo técnicos da Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente (Feema), o óleo deve ter vazado da coqueria, uma unidade da siderúrgica que trabalha com produtos químicos extraídos do carvão.



Charles Fabiano, morto com tiros de metralhadora



Local onde o soldado foi assassinado

TENSÃO AUMENTOU COM A MORTE DE SOLDADO

Volta Redonda (AGEN) - Um prêmio de NCz$ 50 mil está sendo oferecido por oficiais do Exército, a quem der informações sobre os assassinos do soldado Charles Fabiano da Silva. O anúncio foi feito a 2 de junho, durante a missa de sétimo dia pela morte do soldado, realizada no galpão do quartel do 22º Batalhão de Infantaria Motorizado (BIMTz), em Barra Mansa. A missa, com a presença de cerca de 300 oficiais do Exército, foi celebrada pelo capelão da Academia Militar de Agulhas Negras, Duílio Antônio Antonini, e pelo padre Hilário, enviado especialmente por d. Waldyr Calheiros.

O soldado do Exército, Charles Fabiano da Silva, de 20 anos, morreu na madrugada de 26 de maio, no hospital da CSN. O soldado foi ferido a tiros de metralhadora e revólver quando tentou reagir ao ataque de dois homens, que roubaram seu fuzil automático leve (FAL).

Depois do assalto, os atacantes fugiram em um Fiat Uno preto, placa AS 6542, possivelmente de Niterói, segundo a polícia. O soldado João Carlos Batista de Andrade, que acompanhava Charles na ronda, descreveu um dos assaltantes: homem branco, alto, de cabelos compridos e encaracolados.

Depoimento - Segundo o pai de Charles Fabiano, José Joaquim da Silva, seu filho fazia ronda noturna nas casas dos militares, em Volta Redonda, desde a noite de 2 de maio, quando o Memorial 9 de Novembro foi destruído. Ele informou que Charles prestaria depoimento ao delegado Paulo Pacielo, que conduz o inquérito sobre a destruição do monumento.

No dia 28 de maio o presidente da Associação Integralista Brasileira (AIB), Anésio de Lara Campos Júnior, denunciou que o ativista de extrema direita, Ney Mohn, estaria envolvido no atentado ao Memorial. Mohn apresentou-se voluntariamente à polícia no dia 30, negando as denúncias. As investigações policiais prosseguem.

NA CIDADE, TODOS SE QUEIXAM AO BISPO

Volta Redonda (AGEN) - No elenco de manchetes que Volta Redonda tem oferecido ao país nos últimos meses, uma figura se destaca pela forma com que é encarada por todos: o bispo d. Waldyr Calheiros de Novaes, que há 23 anos serve de conselheiro tanto para os partidos de esquerda como de direita, para pobres e ricos, para patrões e empregados. Pela sua atuação serena e firme, a presença do bispo tem sido uma constante em todos os setores da sociedade. Em Volta Redonda, literalmente, todo mundo se queixa ao bispo.

Admirador de Elba Ramalho, dos baiões de Luiz Gonzaga, de todas as músicas que "cantem a história do povo brasileiro", de Milton Nascimento e de Chico Buarque — principalmente na sua fase de músicas de protesto —, d. Waldyr confessa gostar de ir à praia — principalmente as do Nordeste, sua região de origem —, ir ao teatro e ao cinema. Mas o seu forte mesmo é o trabalho que desenvolve na diocese.

Luta operária - Completando 25 anos de bispado, d. Waldyr Calheiros, aos 65 anos de idade, continua fazendo um questionamento sobre sua missão. "Numa cidade operária, onde o relacionamento entre trabalho e capital faz com que o trabalho saia perdendo, a Igreja, na sua doutrina social, coloca como primazia o trabalho. Por isso a opção do bispo a favor do trabalhador", explica-se.

Desde 1966, quando chegou a Volta Redonda, d. Waldyr tem trabalhado assiduamente em todas as comunidades, destacando três etapas distintas vividas nesse período. A primeira etapa, logo que chegou à cidade, caracterizou-se pelo silêncio dos operários em qualquer participação sindical, pois o país vivia em pleno regime militar. Nessa época, d. Waldyr foi detido e respondeu a processos por sua participação em defesa dos operários. Segundo ele, todos os pedidos que faziam eram de que ele fosse afastado de Volta Redonda, fato negado até mesmo pelo papa, que defendeu sua permanência junto à diocese.

A segunda etapa, segundo ele, foi no início da abertura política. Em Volta Redonda os operários começaram a se organizar pela oposição sindical, e a Igreja ofereceu os espaços para as reuniões. Foi na igreja Nossa Senhora da Conceição, no bairro operário do Conforto, que os trabalhadores começaram a se reunir. Ali nasceu também a candidatura de Juarez Antunes, que em 1983 foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda.

A terceira etapa é a fase atual, com a Igreja incentivando todas as categorias profissionais a participar de seus sindicatos.

Dessas três etapas, o bispo destaca três situações vividas no município, que marcaram época: "A fase mais difícil foi o início da abertura, quando se tentava organizar a oposição sindical para a tomada do Sindicato dos Metalúrgicos das mãos dos pelegos. A segunda fase foi um momento bem delicado. Na primeira greve da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1984, as igrejas de Volta Redonda serviram de cozinha para os operários que estavam dentro da usina. Todas as comunidades de base se reuniram para cozinhar para os metalúrgicos". Nessa época, também, ao invés de celebrar uma missa, o bispo preferiu realizar um ato ecumênico com a participação de membros de todas as Igrejas de Volta Redonda. "O momento mais doloroso de todos estes anos foi em novembro de 1988, com a morte dos três operários, William, Walmir e Barroso." D. Waldyr observa, quanto à sua atuação: "É bom lembrar que o bispo é independente, não vai a lugar algum. Todos eles, patrões e empregados, é que procuram o bispo."



D. Waldyr, o bispo dos operários

Ameaças - Não é de se estranhar que essa ativa participação política tenha gerado diversas ameaças ao bispo. "No dia 25 de novembro de 1988, dois policiais civis do Rio de Janeiro vieram à cúria, e na presença de um padre que tomei como testemunha, eles disseram que eu e Juarez Antunes, recém-eleito para a Prefeitura de Volta Redonda, estávamos sob a mira da morte, provavelmente num acidente de carro, fora de Volta Redonda, para despistar. Avisei Juarez sobre isso, e quando ele morreu um dos seus assessores disse: 'Bem que o d. Waldyr avisou.' "

"Uma outra ameaça", continua d. Waldyr "que interpretei mais como uma intimidação, foi no dia 8 de dezembro, quando recebi um convite para participar de um debate sobre salário e problema social, no Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro. No hall, alguém gritou: 'D.Waldyr!'. Ao atender, vi que tinha os olhos vermelhos, esbugalhados, e veio logo falando que conhecia muito o presidente da CNBB. Logo atrás, vinham mais dois indivíduos, e diante da insistência deles em falar comigo, disse que estava na hora de falar, e fui-me afastando para o elevador. Eles insistiram em entrar mesmo sem estarem inscritos, e, na impossibilidade, ficaram gritando que eu era subversivo, agitador e que não poderia falar. Afastados dali, logo depois a secretária recebeu um telefonema, dizendo que era da segurança da cúria de Volta Redonda, querendo saber o horário de encerramento do debate. Ela despistou o horário, reconheceu a voz de um dos homens que gritaram no hall, a conferência terminou fora da hora prevista e conseguiram tirar-me de lá sem problemas."

O bispo acredita que esse incidente tenha sido mais uma tentativa de impedir que ele falasse alguma coisa dos acontecimentos de Volta Redonda. Cinco dias antes ele havia dado uma longa entrevista à TVE, que foi impedida de ir ao ar. "Se quisessem me matar, teriam dado um tiro ali mesmo. Acho que foi mais uma intimidação, como fizeram há muitos anos com o bispo de Nova Iguaçu, d. Adriano Hipólito."

Como esquema de segurança, o bispo toma algumas precauções: "Uso um capacete de metalúrgico todas as vezes que vou à rua. Mudo algumas vezes de lugar, mas não me preocupo."

Sobre deixar Volta Redonda por causa das ameaças, d. Waldyr dá um sorriso maroto e diz: "Nunca. Só se houver um apelo do papa, mas aonde eu for será a mesma coisa."

Memorial e eleições - Sobre o Memorial 9 de Novembro, destruído a 2 de maio, d. Waldyr é enfático: "Mesmo com a destruição do Memorial, Volta Redonda jamais poderá abaixar a cabeça. Ela deve ter orgulho de poder oferecer um grito de indignação contra qualquer tentativa de atrapalhar o processo democrático."

D. Waldyr confia na realização das eleições presidenciais em novembro: "Acho que não há absolutamente clima para um novo golpe. O povo não vai aceitar." Analisando a atuação de alguns partidos e candidatos, o bispo destaca: "A eleição vai depender de um contexto, não se podem perder votos, tem de se jogar na certa." De Fernando Collor de Mello, seu conterrâneo — d. Waldyr nasceu na cidade de Murici, no Estado de Alagoas —, ele tem a seguinte opinião: "Acredito que o Collor passa melhor fora do que dentro do seu Estado. Lá ele não governou. Só puxou o tapete dos marajás. É um capitalista, interventor, burguês e de direita."

Entre as agremiações de esquerda, o bispo refere-se ao PT como um partido que traz uma proposta bastante participativa. Mas frisa: "Não acho que seja o único que possa oferecer base para uma reviravolta. O importante é que o grupo da direita não prolongue ainda mais a sua permanência no poder", conclui.

Movimento operário

ESQUERDA RESISTE, MAS SAI NOVA LEI DE GREVE

Brasília (AGEN) - Finalmente os integrantes do Congresso obtiveram quórum para a votação da lei de greve, prejudicada na última semana até mesmo pela decisão do campeonato fluminense de futebol, entre Botafogo e Flamengo, que atraiu os congressistas mais do que suas atribuições. Na sessão do dia 22, com a discordância do PT, PDT e PC do B, as duas maiores bancadas, do PMDB e PFL, definiram a aprovação do substitutivo do senador Ronan Tito (PMDB-MG).

A solicitação de uma leitura clara dos destaques que seriam votados foi ignorada, assim como o alerta dos partidos de esquerda sobre dispositivos considerados por eles restritivos ao direito de greve. O projeto de lei de conversão (assim chamado por ter modificado a medida provisória que o criou) foi aprovado por 244 votos a favor, 82 contra e quatro abstenções, na Câmara dos Deputados. A matéria não foi votada no Senado.

Quórum - A proposta aprovada pelos parlamentares tem algumas alterações em relação à medida provisória 59: no caso de assembléias deliberativas, transfere a fixação de quórum para o estatuto do sindicato, extinguindo a exigência de presença de 1/3 da categoria. Caberá à Justiça do Trabalho julgar a legalidade ou não da greve. Na parte dos serviços essenciais, os congressistas excluíram os funcionários do Banco Central, o transporte de alimentos e remédios, carga e descarga portuária, serviços postais, processamento de dados ligados à administração pública e as informações tecnológicas.

Permanecem enquadrados como serviços essenciais: tratamento e abastecimento de água, produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis, assistência médica e hospitalar, distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos, serviços funerários, transporte coletivo, captação e tratamento de esgoto e lixo, telecomunicações, guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares. processamento de dados ligados a serviços essenciais, controle de tráfego aéreo e compensação bancária.



Ronan Tito (PMDB-MG), autor do substitutivo da lei de greve

No caso dos serviços essenciais, foi aumentado o prazo da medida provisória de 48 para 72 horas. Essa é a antecedência com que as categorias deverão avisar sobre a realização da greve. A proposta aprovada pela Câmara acaba com a requisição civil para garantir o cumprimento das atividades essenciais, mas permite a convocação de servidores. Quanto aos abusos de greve, está prevista a criminalização de entidade sindical.

COM GREVE ILEGAL, BÓIAS-FRIAS VÃO AO TST

Sertãozinho (AGEN) - Depois de ver sua greve decretada ilegal por seis votos contra três, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) em Campinas, dia 21, os cortadores de cana e tratoristas das regiões de Ribeirão Preto e Campinas decidiram, no último dia 22, recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília.

Outra deliberação foi a de não retomar a greve deflagrada há 15 dias na região de Ribeirão Preto, com adesões de até 70 mil trabalhadores rurais, e há uma semana, em Campinas. O comando de greve explicou que "os juízes classistas votaram favoravelmente à preliminar dos usineiros".

Informou também que as reivindicações da categoria nem foram apreciadas, e a alegação para considerar o movimento ilegal recaiu sobre a sugerida falta de representatividade do Sindicato dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo. Embora ele tenha sido legalmente registrado em cartório, não foi reconhecido pelo TRT sob a argumentação de que "a entidade foi criada depois do acordo homologado com o sindicato patronal, em maio". Esse acordo salarial foi fechado entre o Sindicato dos Fabricantes de Álcool do Estado de São Paulo e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Estado. Piso: NCz$ 168,00.

Os trabalhadores rurais continuarão se reunindo em assembléias, acompanhando o desenrolar dos acontecimentos e esperando justiça através do recurso. Os bóias-frias reivindicam piso salarial de NCz$ 290,00.

MULHER E TRABALHO: AINDA NA IDADE MÉDIA

Brasília (AGEN) - Milhares de mulheres brasileiras são submetidas a regras vexatórias "institucionalizadas" internamente por empresas em todo o país. Deixar o trabalho sem antes sofrer uma revista, tendo de "tirar as calças até os pés, sapato, blusa e exibir a ponta do absorvente higiênico, se estiver menstruada", é praticamente impossível em alguns locais, a não ser que a saída seja definitiva: demissão.

Essas revistas diárias e aviltantes, as exigências de testes de gravidez periódicos e a proibição de sindicalização foram denunciadas por funcionárias da De Millus, no Rio de Janeiro. Elas iniciaram greve, dia 2 de junho, reivindicando reajuste de 100 % sobre os salários atuais e exigindo o fim do episódio diário de cada funcionária se expor em nudez quase total, antes de encerrar o expediente. Essa realidade inclui quase três mil trabalhadoras nas duas unidades da De Millus.

Mas, de acordo com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, com sede em Brasília, "a De Millus não é um caso isolado; podem ser listadas centenas de outras empresas neste país, adotando o mesmo tipo de procedimento". Segundo a coordenadora da comissão de trabalho do Conselho, Marlene Libardoni, "o órgão tem protestado e denunciado atitudes discriminatórias, que neste caso particular transcendem a esfera trabalhista ferindo brutalmente a essência mínima dos direitos humanos".

Legislação - O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher tem atuado, segundo Marlene, junto ao Legislativo, articulando fórmulas para promover a alteração das leis, pressionando o Ministério do Trabalho para maior fiscalização ao empresariado em geral. De acordo com a integrante do Conselho, a Constituição determina princípios que devem ser regulamentados mais detalhadamente pela legislação ordinária.

Pretende-se, por exemplo, garantir mecanismos mais eficientes contra empresas que exigem testes de gravidez, revistas vexatórias e até mesmo laqueadura, que sem exceção são itens pertinentes também ao Código Penal . O Conselho e a Comissão de Trabalho da Câmara defendem punições mais severas aos infratores, adotando-se valores de multas mais eficazes, que atuem como inibidores dessas práticas.

Em promoção conjunta, a Comissão de Trabalho da Câmara e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher realizaram em São Paulo um seminário esclarecedor sobre as condições de trabalho da mulher e a necessidade de melhor fiscalização, tendo sido abordados, também, assuntos relativos às creches e a outras questões pertinentes ao universo da mulher trabalhadora.

Para o período de 28 a 30 deste mês está programado um seminário em Fortaleza (CE); em julho, na cidade de Manaus (AM), e em agosto na capital paranaense. Até o final de agosto, pretende-se articular um encontro possivelmente de âmbito nacional, a ser realizado em Brasília.

A CUT Estadual-SP, que já tem organizada a Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora, reuniu-se dia 21, em São Paulo, e pretende-se acionar uma campanha de caráter nacional sobre os Direitos da Mulher.

Segundo Maria Berenice Delgado, integrante do grupo, "extinguir a exigência (totalmente ilegal) de testes de gravidez, atestados de laqueadura e outras imputações discriminatórias contra a mulher já estão em várias pautas de reivindicação da classe trabalhadora, como no caso da categoria Metalúrgica".

No caso da De Millus (fábrica de roupas intímas femininas), que inclusive já demitiu 245 funcionárias alegando justa causa, está sendo estudada a abertura de inquérito por crimes contra os direitos humanos e organização do trabalho. O assunto está nas mãos do procurador geral da Justiça, Carlos Antônio Navega.

"ACORDO DE GUARIBA" MARCOU MOBILIZAÇÃO EM 84

São Paulo (AGEN) - Apesar de um momento de revés em sua luta constante por condições dignas de trabalho, os bóias-frias já obtiveram vitórias significativas que impulsionam sua crescente organização até hoje. Em maio de 1984, sua coesão de forças em Guariba, na região de Ribeirão Preto (SP), resultou num afrouxamento da intransigência patronal, e os dois lados se sentaram à mesa de negociações.

Antes disso, em 15 de maio, Guariba (uma cidade de 25 mil habitantes) amanheceu com dois mil bóias-frias revoltados com as exigências dos usineiros: aumento do corte, de cinco para sete ruas de cana. O aumento abusivo nas taxas da Sabesp acirrou ainda mais os ânimos: entre apedrejamentos e outras manifestações, eles ficaram de prontidão. Os apanhadores de laranja de Bebedouro também entraram em greve, solicitando melhoria salarial, e logo o movimento se alastrava por todo o interior paulista.

Dois dias depois, sindicatos, parlamentares do PT e PMDB, e o então secretário do Trabalho, Almir Pazzianotto Pinto, decidiram intermediar o diálogo entre usineiros e agricultores da região de Guariba, que encontraram um ponto de intersecção: empresários se dispunham a retomar o esquema do corte de cinco ruas, cedendo recibo de pagamento mensal envelopado (explicitando o valor do salário), concedendo descanso semanal remunerado, condução gratuita ao trabalho, complementação salarial em caso de acidentes de trabalho, e fornecendo equipamento individual de proteção. Na prática o acordo correspondia, na época, a um salário mínimo real de antigos Cr$ 240 mil. Em síntese, foram atendidos 90% das reivindicações: a maior vitória dos trabalhadores rurais em 20 anos de luta.

O acordo foi estendido para todo o Estado.

Igrejas

ENCONTRO SOBRE NÃO-VIOLÊNCIA REÚNE LÍDERES CRISTÃOS EM SP

São Paulo (AGEN) - Líderes cristãos presbiterianos, católicos, metodistas e luteranos participaram, no Instituto Pio 11, bairro da Lapa, em São Paulo, do 2º Encontro de Bispos e Líderes Cristãos da América Latina sobre a Não-Violência. Representavam o Chile, Bolívia, Argentina, Brasil, Panamá e Equador. O Encontro foi promovido pelo Serviço de Justiça e Paz na América Latina (Serpaj).

D. José Maria Pires, arcebispo da Paraíba, que participou de entrevista coletiva ao final do Encontro afirmou que "a não-violência é uma forma de espiritualidade". E perguntou: "Que sentido tem essa não-violência hoje, em um mundo impregnado de violência? Como tornar concreta uma não-violência ativa?"

O frei franciscano Leonardo Boff coordenou os debates sobre a relação da não-violência e a Teologia da Libertação. Os líderes cristãos concluíram que as duas são vertentes do Evangelho e a ele devem manter "total fidelidade". Enquanto a TL ilumina a caminhada dos pobres na América Latina, a não-violência constitui-se em um elemento de luta.

Guerras e mortes - No estudo realizado a partir do Antigo Testamento, percebeu-se que em toda a sua extensão existem inúmeras citações de guerras e mortes, além de tragédias e castigos. D. José Maria Pires, entretanto, destacou: "Há uma constante nisso tudo. O Deus é o Deus dos pequenos, o vingador dos pequenos, nunca a favor dos grandes."

Participaram 13 bispos católicos — entre eles, d. Paulo E. Arns —, um bispo evangélico, três pastores, três padres, dois leigos, oito membros do Serpaj e cinco observadores estrangeiros. Entre os presentes, o prêmio Nobel da Paz, Adolfo Perez Esquivel.

CAMPANHA PRÓ-D. PAULO LANÇADA EM PIRACICABA

Piracicaba (AGEN) - Com a campanha de coleta de assinaturas em apoio à indicação do cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, ao prêmio Nobel da Paz de 89, foi aberta no último dia 19, no campus Taquaral da Universidade Metodista de Piracicaba, (Unimep), a 2ª Semana dos Direitos Humanos. A semana é promoção da Reitoria, da Pastoral Universitária e do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos da Unimep.

Participaram do ato de abertura: o reitor, Almir de Souza Maia; Maria Nilde Masselani, professora da PUC de São Paulo; representantes da Secretaria Estadual da Educação; Raimunda Barbosa, do Serviço de Paz e Justiça da América Latina (Serpaj-Brasil), e Maria Antônia do Amaral, secretária-executiva do Movimento Pró-Nobel 89 a d. Paulo e da Comunidade dos Sofredores de Rua.

O reitor lembrou da importância da realização da Semana, "ao trazer para dentro da instituição o debate sobre os direitos humanos, num continente onde há muitos problemas nessa área". Garantiu também o apoio total da Universidade Metodista à indicação de d. Paulo Evaristo Arns ao Nobel da Paz deste ano. Foi o primeiro a assinar o abaixo-assinado de apoio à candidatura do cardeal católico.



O reitor da Unimep, Almir Maia, primeiro a firmar o abaixo-assinado pró-Nobel da Paz para d. Paulo.

América Latina

ALMINO PROMETE APOIAR CAMPANHA PELA NICARÁGUA

São Paulo (AGEN) - Uma comissão representantiva de movimentos e organizações populares e pelos direitos humanos encontrou-se no último dia 22 com o vice-governador de São Paulo, Almino Affonso, solicitando-lhe esforços no sentido de que o governo paulista ceda uma aeronave da VASP para transportar materiais arrecadados para o povo da Nicarágua.

Materiais para tratores e outras máquinas foram arrecadados pelo Comitê de Solidariedade à América Latina do ABCD e Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Já o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra promoveu uma campanha para arrecadar sementes e outros produtos a serem utilizados na safra agrícola nicaragüense. Como a safra naquele país da América Central começa em agosto, há necessidade de transporte imediato dos produtos arrecadados. Almino Affonso prometeu interceder junto ao governo para conseguir o transporte.

Também foi solicitado do vice-governador seu empenho na abertura de uma linha de crédito de US$ 20 milhões, pelo Banco do Brasil ou Banco do Estado de São Paulo (Banespa), para que a Nicarágua possa comprar, no Brasil, produtos e materiais de que necessita. Declarando-se "amigo da revolução sandinista", Almino também prometeu esforçar-se pela abertura da linha de crédito. Participou da audiência um membro da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) e da Associação dos Trabalhadores no Campo (ATC) da Nicarágua.

Memória

LEVANTE DE SOWETO ABALOU A ÁFRICA DO SUL

São Paulo (AGEN-CDHAL) - O governo racista da África do Sul promoveu um massacre no dia 16 de junho de 1976 nos subúrbios de Joanesburgo, quando foram mortas mais de 600 crianças. O episódio foi retratado no filme "Um grito de liberdade", recentemente exibido no Brasil e proibido naquele país.

A repressão foi acionada pelo fato de as crianças terem feito uma greve, naquele dia, contra a obrigatoriedade do ensino da língua africâner nas escolas primárias de todo o país. As causas do protesto não se restringiam somente a esse ponto, mas relacionavam-se também à qualidade de ensino, considerada péssima pelos negros.

Os livros de má qualidade, professores não-diplomados e mal remunerados, tudo isso provocou o movimento de protesto ao qual aderiram milhares de pessoas em marcha pacífica. A essas reivindicações específicas se juntaram outras, originárias dos contrastes urbanos que atingiram também os mulatos, cujas esperanças de integração na economia branca ficaram ameaçadas pelo afluxo de desempregados negros vindos de várias regiões. O edifício racista tremeu diante dos protestos.

A rebelião dos jovens desempregados de Soweto (South West Township — favela do sudoeste) mostrou aos brancos que a crise atingia as próprias cidades, onde os "europeus" se sentiam seguros e protegidos. A miséria dos bairros periféricos chegou bem perto do "paraíso" do apartheid e provocou uma polêmica que atingiu nível internacional, a respeito do racismo adotado pelo governo da África do Sul.

A morte a sangue frio de jovens e crianças pelas forças da repressão racistas, no entanto, trouxe algumas conquistas dentro do fechado regime. Conquistas ainda bem limitadas, mas que revelaram o espírito de luta que, a partir do Soweto, tomou conta dos negros.

Nesse sentido, o governo foi forçado a propor reformas no apartheid, para assimilar a incorporação dos novos trabalhadores necessários à manutenção do ritmo industrial e aumentar a oferta de empregos, impedindo uma explosão social entre os trabalhadores que haviam sido expulsos de suas regiões para a periferia das cidades.

Com a militância dos sindicatos negros sempre crescendo (desde 1980 promoveram mais de 200 greves reivindicatórias), o sistema racista foi forçado a se integrar à dinâmica do sistema econômico ocidental, quebrando a base dos setores mais conservadores.

Cresceu entre os mulatos a militância no movimento Consciência Negra, o que forçou o sistema a tentar, inutilmente, neutralizar essa influência. Apesar dessas conquistas, o ensino, reivindicação primeira no caso Soweto, ainda é de má qualidade, e hoje é crime faltar às aulas.

CUPOM DE ASSINATURA

Quero assinar o boletim semanal da AGEN pelo período de 1 ano. Para isso envio o cheque ou vale-postal de NCz$ 15,00 (individual) ou NCz$ 20,00 (entidades).

Nome ——————————————————
Endereço ——————————————————
Bairro ——————————— CEP ———————————
Cidade ——————————— Estado ———————————
País ——————— Nº do cheque ou vale-postal ———————
Telefone ——————————————————
Assinatura ——————————— Data ———————————

Obs.: No caso de vales-postais, deverão ser encaminhados somente à Agência do Correio Central de SP, CEP 01051.

Expediente

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro S. Martins (Mtb 17.572)
Redação: Guilherme Salgado Rocha, Maria do Rosário Lino e Beltrina Corte
Correspondentes e Colaboradores: Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs (Porto Alegre, RS), José Anchieta Ferreira (Linhares, ES), Flaminio Araripe (Acre), Carlos Boução (Pará), José Rosinaldo de França (Alagoa Grande, PB), Mário A. Evangelista (Piracicaba, SP), Marcelo Jatobá Maia (Itamaraju, BA), Helenice Netto (Volta Redonda, RJ), Newton Carlos e Isaac Akcelrud (comentaristas internacionais), Roberto Codas Friedmann (América Central), Esmeralda Villegas (Bogotá, Colômbia), Aníbal Pastor Niñez (Santiago), Juan Pezzuto, Regina Santos, Frei Betto, Elsa Lobo, Luzia Rodrigues, Francisco Catão, Paulo Schilling, Lenise Lantelme, Marcelo Semer e Milton Schwantes (São Paulo)
Divulgação e contatos: José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN 229 6734
Diretoria: Pedro Wilson Guimarães (Presidente), Antonio Carlos Fon (Vice-Presidente), Paulo Maldos (Secretário), José Lourenço Pechtoll (Tesoureiro)

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS
Av. Ipiranga, 1267
8º andar - 01039 - São Paulo - SP - Brasil
Fone: (011) 229-6734 Telex: 1125824 AECN-BR

IMPRESSO

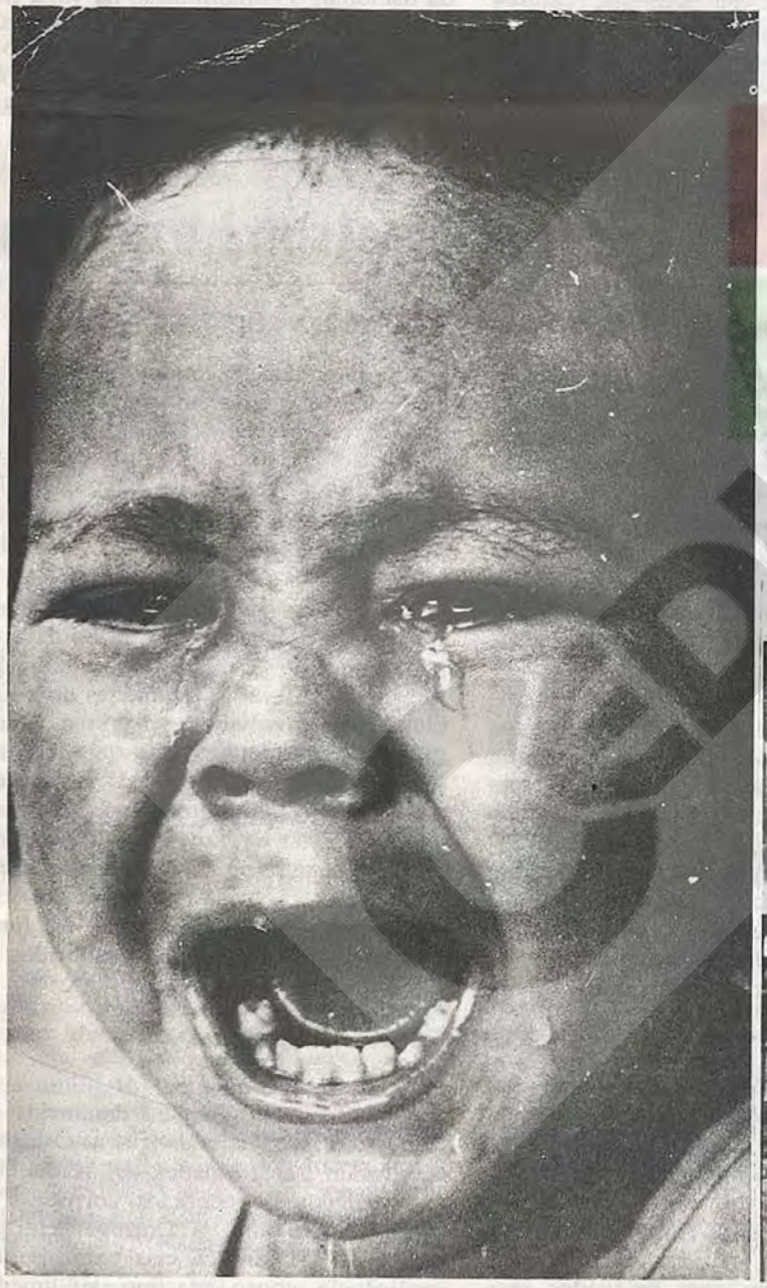
DEVOLUÇÃO GARANTIDA
DR/SP
ISR -40- 0987/89
U. POSTAL - AG. OSASCO

AGEN

Edição nº 160

13 de julho de 1989

Crianças do Brasil: vida por um triz



Seminário realizado semana passada no Rio de Janeiro debateu o assassinato de menores pelos "Esquadrões da Morte". Ao mesmo tempo, foi revelado relatório da Unicef indicando que 50 milhões de menores vivem na miséria no país. Qual o futuro das crianças do Brasil? Página 3. (foto Marcos Muzi)

Romaria da Terra no reduto da UDR

As Romarias da Terra tornaram-se um símbolo da luta popular. Página 4 (Foto Sérgio Marques)



- Igrejas: mais ecológicas e pacifistas (pág. 6)
- SP: ônibus sobe com o mínimo (pág. 7)
- Congresso desperta para a crise (págs. 8 e 9)
- Criada a Frente Popular Leste (pág. 10)
- Mulheres lançam boicote à lingerie (pág. 12)
- Osasco: recorde em acidentes de trabalho (pág. 13)
- Nobel da Paz: campanha por d. Paulo avança (pág. 15)
- Revolução da Nicarágua: 10 anos sem trégua (pág. 16)

Editorial

CEBS: UM NOVO PODER, POR UMA NOVA IGREJA

Frei Leonardo Boff está de novo censurado. Carlos Mesters e Marcelo de Barros também sofrem o cerco da ofensiva neoconservadora na Igreja Católica. A mobilização dos setores descontentes com a chamada Igreja Popular e com a Teologia da Libertação não poderia ficar fora da pauta de discussões do 7º Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base, que está sendo realizado nesta semana em Duque de Caxias (RJ).

As inovações introduzidas no meio católico pelas CEBs constituem ponto de referência obrigatório nas reformulações do conceito de prática política. Durante séculos, a estrutura hierárquica da Igreja reproduziu — e mesmo alimentou, num processo de duas faces — o modelo político centralizador. As decisões do soberano eram inquestionáveis. O "povo de Deus" apenas acatava as ordens emanadas das altas esferas do poder.

Com as CEBs, a Igreja recuperou um modo de ser participativo e democrático, como reflexo — e, também aqui, impulso — do anseio universal por uma prática exatamente inédita. As comunidades cristãs primitivas e inúmeros outros movimentos cristãos — como o liderado por Thomas Munzer, na Alemanha do século 16 — foram fertilizadas pela esperança de um modo de vida igualitário e, portanto, democrático.

Face a esse "novo jeito de ser Igreja", a reação das frações dominantes não poderia ser outra. Os donos do poder sempre se voltam contra as ameaças a seus privilégios. Outra dimensão das CEBs, a do ecumenismo radical, é também um elemento que incomoda, e muito, o corporativismo eclesial. Reforçar esses dois níveis das CEBs — democracia e ecumenismo — é contribuição fundamental na caminhada da humanidade por uma sociedade de todos e para todos.

Cartas

"O capitalismo é 'intrinsecamente mau', porque é o egoísmo socialmente institucionalizado, a idolatria pública do lucro pelo lucro, o reconhecimento oficial da exploração do homem pelo homem, a escravidão de muitos ao jogo do interesse e da prosperidade de poucos. A direita é reacionária por natureza, fanaticamente imobilista quando se trata de salvar seu próprio quinhão, solidariamente interessada naquela ordem que é o bem 'da minoria sempre'.

Diante desses aspectos há meios termos: 'centrão', centro-direita, centro-esquerda, é o sim... sim... não... não... evangélico. Os partidos capitalistas liberais de direita enganam os eleitores prometendo fazer 'reformas sociais', sem tocar nas estruturas injustas que mantêm a pirâmide social em que 5% da população detêm todos os poderes, terras e riquezas produzidas, causando o empobrecimento, a fome e a morte provocada. (...)

Diante de tal realidade surge uma alternativa com o PT, que propõe em suas metas bem definidas o socialismo. (...) O PT, juntamente com o PV, PSB e PC do B, tem como virtual candidato o deputado federal Luís Inácio Lula da Silva. (...) Neste momento histórico da vida nacional, o compromisso de votar na Frente Brasil Popular é defender a vida, contribuindo para 'derrubar os poderosos' deste sistema perverso, violento e criminoso que vigora no Brasil." (Isaías da Silva, Natal, RN).

Direitos humanos

AM: DEPUTADOS APROVAM EXTINÇÃO DA POLÍCIA CIVIL

Manaus (AGEN) - A extinção da Polícia Civil do Amazonas foi aprovada no último dia 4, após cinco horas de sessão, pela Assembléia Legislativa do Estado. Em seu lugar foi criada a Superintendência Geral de Polícia Judiciária, conforme projeto do governador Amazonino Mendes. Enquanto isso, as 37 delegacias da capital estão paradas e o policiamento está sendo feito pela Polícia Militar.

A extinção da Secretaria de Segurança coloca agora à disposição todos os 1058 servidores da instituição, que terão seu passado examinado. Muitos deles, especialmente os agentes da polícia e delegados, com o objetivo de assegurar seus cargos no novo órgão (que aproveitará policiais que tenham boa ficha funcional), começam a se mobilizar para impetrar ações na Justiça.

O ex-secretário de Segurança, delegado e deputado Raimundo Nonato Lopes, está envolvido em várias irregularidades de violência e corrupção atribuídas à Secretaria de Segurança. Entre elas, a criação recente do braço da Polícia Civil chamado "Polícia Comunitária", composta por seus cabos eleitorais e funcionando como milícia privada.

Foi justamente Nonato Lopes quem indicou ao governador a criação da Superintendência Geral de Polícia Judiciária, devido às várias denúncias de policiais civis envolvidos em crimes e em grupos de extermínio, fato que desgastou a imagem do governo. Para ele, mais fácil que moralizar o órgão existente, foi criar um novo — que Nonato, de uma maneira ou de outra, continuará dirigindo, através da Secretaria de Administração. Esta aproveitará os funcionários que não serão transferidos à Superintendência.

POLÍCIA DE SP QUER RESGATAR IMAGEM

São Paulo (AGEN) - Para fazer que a população tenha novamente confiança na Polícia Civil, desde a semana passada o diretor do Departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo (Degran), Jorge Miguel, e o delegado geral, Amândio Malheiros Lopes, estiveram com delegados seccionais, regionais e titulares de distritos, pregando a moralização da entidade.

Nas diversas reuniões, eles mostraram que "é preciso fiscalizar e orientar seus subordinados, exigindo disciplina e empenho no trabalho". O envolvimento de policiais civis, especialmente de delegados e investigadores, em extorsão, tráfico de drogas e estelionato é cada vez mais freqüente.

Todos os dias chegam denúncias à Corregedoria, mostrando que as delegacias foram transformadas em verdadeiros "balcões de negócios corruptos". Somente este ano, a Corregedoria já instaurou 751 sindicâncias para apurar negligência, abuso, péssimo atendimento e corrupção por parte de policiais civis.

Carandiru - Atualmente, entre os 28 detidos no presídio da Polícia Civil, há três ex-delegados e 16 investigadores, além de carcereiros e motoristas. A prisão foi criada em 1974 e instalada nos fundos da Penitenciária do Estado, no Carandiru, Zona Norte de São Paulo, com 12 celas.

SEMINÁRIO DEBATE ASSASSINATOS DE MENINOS DE RUA

Rio de Janeiro (AGEN) - Terminou no último dia 5 o seminário que discutiu o assassinato de 431 menores por grupos de extermínio especializados em matar meninos de rua na Baixada Fluminense. O debate se desenvolveu no plenário Teotônio Vilela, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, e foi promovido pela vereadora Lícia Maria Caniné (PCB), a "Ruça". Estiveram presentes mais de 150 organizações ligadas à luta dos direitos humanos.

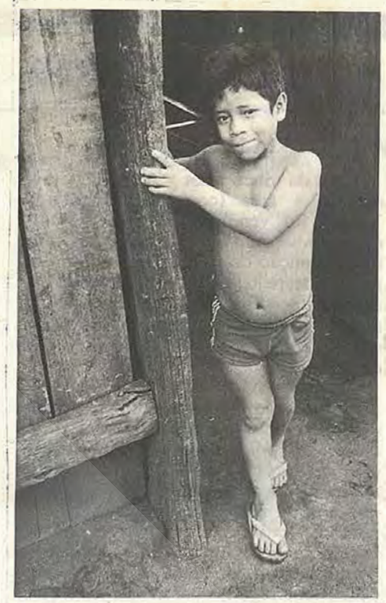
Os dados estão num documento com mais de 200 páginas elaborado por 20 organizações de defesa do menor, principalmente pela Pastoral do Menor de Duque de Caxias, que constatou que dentre os 150 menores atendidos no ano passado, 25 haviam sido assassinados.

O secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, rebateu os dados. Segundo ele, entre 1986 e 1988 ocorreram 153 mortes de menores nos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti e Volta Redonda. É um número que ele considera compatível com o contexto de violência no Estado.

A vereadora encaminhou o documento ao secretário, que entregou o dossiê à Comissão Especial que apura a matança atribuída a grupos de extermínio de crianças abandonadas. Saboya garantiu que a "subcomissão é composta de delegados extremamente independentes. Se houver suspeita de participação de agentes do Poder Público, essa comissão terá agilidade para atuar."

Foram convidados para o debate, e não compareceram, o secretário de Polícia Militar, coronel Manoel Elysio dos Santos Filho, e o procurador geral da Justiça do Estado, Carlos Antonio Navega. "Ruça" preside atualmente a Comissão Permanente de Direitos Humanos.

Dossiê - Para a elaboração do documento foram solicitadas informações sobre o número de registros de ocorrências dos últimos três anos, mês a mês, tipo de delito, faixa etária e o encaminhamento dado aos processos junto à Delegacia de Segurança e Proteção do Menor e ao secretário de Polícia Militar, coronel Manoel Elysio. Através de requerimento à Secretaria Municipal de Saúde solicitaram-se, também, informações sobre o número de entradas, nos hospitais, de menores vítimas de qualquer tipo de violência e o número de óbitos ocorridos nesse período. Outros requerimentos foram enviados à Prefeitura, à Secretaria de Polícia Civil e às delegaciais policiais que pudessem contribuir estatisticamente para o debate.



Meninos do Brasil: vítimas da miséria e da violência (foto arquivo)

50 MILHÕES DE MENORES BRASILEIROS VIVEM NA MISÉRIA

São Paulo (AGEN) - Chega a 49,6 milhões o número de crianças e adolescentes brasileiros — 86,4% do total — que têm pais que recebem até dois salários mínimos. E cerca de 11,5 milhões — o que significa 20% — vivem em condições de pobreza absoluta. Os dados fazem parte de um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a pedido do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Segundo o estudo, elaborado uma década após a promoção do Ano Internacional da Criança, em 1979, a situação sócio-econômica de adolescentes e crianças, sua condição na família, escolarização, inserção no mundo do trabalho e participação no orçamento familiar sofreram poucas alterações no Brasil.

Além disso, o analfabetismo aumentou de 31,7% no início desta década para 33,8% durante o Plano Cruzado. A análise mostra, ainda, que pouco se fez de efetivo para que o Brasil — sétima potência econômica do mundo capitalista — deixasse de ocupar o 48º lugar entre as nações no que se refere às condições de vida de seus habitantes.

Aidéticos - O retrato desolador de crianças e adolescentes se agrava pela contaminação da Aids. Segundo dados oficiais, existem no Brasil cerca de 250 crianças de até 14 anos com Aids. Porém, para a pediatra Regina Célia de Menezes Succi, do Hospital Emílio Ribas, de São Paulo, esse número inclui apenas as crianças que já apresentam os sintomas da doença, sem contar os meninos de rua.

A pediatra recomenda ser preciso educar mulheres viciadas em drogas ou parceiras sexuais de aidéticos com 20 anos, para que se abstenham de ter filhos. Afirma que as mães são responsáveis pelo contágio de no mínimo 70% das crianças com Aids.

PERMANECE A CERCA ELETRIFICADA EM PRESÍDIO DE PERNAMBUCO

Recife (AGEN) - Apesar de apoiar a decisão do Conselho Nacional de Política Criminal de Penitenciárias, de desativar a cerca elétrica, o secretário de Justiça, Roberto Franca, declarou que no momento não tem condições de cumprir a recomendação, pois o Ministério da Justiça "este ano não alocou um tostão em Pernambuco. Estamos trabalhando em obras de emergência."

O sistema elétrico produz descarga de 380 volts a um simples toque. A cerca mede aproximadamente um quilômetro de comprimento e circunda a penitenciária Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá, a 30 quilômetros de Recife. Em seis meses tal sistema já causou a morte de quatro presos.

Franca foi presidente da Comissão de Justiça e Paz da arquidiocese de Olinda e Recife. Entre as obras prioritárias citou a substituição de todo o telhado da penitenciária Barreto Campelo, que ameaçava desabar sobre as celas em que se alojavam 500 detidos. Para este semestre pretende-se dar início às obras nas instalações sanitárias, pois há celas interditadas devido a vazamentos que deixam as fezes expostas.

O projeto de construção de um muro de cinco mil metros de extensão e cinco de altura, em substituição à cerca, está orçado em NCz$ 200 mil, verba que o Estado não possui.

Leprosário - Segundo Roberto Franca, a prisão foi construída há algumas décadas para funcionar como leprosário, e originalmente não tinha muros. Mas, com o tempo, os apartamentos que deveriam servir aos doentes foram transformados em celas, e o edifício foi então circundado pela cerca elétrica, para evitar fugas.

No ano passado, o inspetor do Ministério da Justiça, Edson Raimundo Machado, em visita à penitenciária, apresentou uma alternativa: substituir a cerca por lâminas que seriam acionadas automaticamente quando um preso tentasse fugir, esquartejando-o. Franca, apesar de desconhecer a existência de tal sistema, não o adotaria, "por ser muito mais desumano do que a cerca elétrica".

Contudo, o conselheiro Sérgio Morais Pitombo estendeu a recomendação de destruir a cerca elétrica para todos os Estados que a usem em penitenciárias, pois somente em Pernambuco ela já ocasionou 12 mortes.

Terra

INCRA ATRASA REFORMA AGRÁRIA NO RN

São Gonçalo do Amarante (AGEN) - Sessenta e quatro famílias de posseiros, que há pelos menos 30 anos ocupam uma área de 174 hectares, estão ameaçadas de despejo pelo novo proprietário da fazenda, Francisco Marques, que entrou com ação judicial para expulsar os trabalhadores.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte (Fetarn) vem tentando impedir o prosseguimento da ação, mobilizando as organizações de direitos humanos e as ligadas à questão da terra. José Ferreira, secretário da Fetarn, disse à AGEN que "a realidade é crítica, e na situação vivida pelo Brasil, com uma inflação galopante e falta de alimentos na mesa do trabalhador, é um crime permitir que o gado invada uma área que tem 50% do seu total ocupados pela lavoura, além de outro tanto de culturas permanentes, como coqueiros, cajueiros e mangueiras".

Luta de cinco anos - A partir de 84, quando a área (conhecida por Poço Verde) foi vendida a Francisco Marques, começou a luta dos posseiros contra a intenção do proprietário de conseguir o despejo. O Incra não aceitou a argumentação da Fetarn, de classificar a área para fins de reforma agrária, mas como "empresa rural", impedindo sua desapropriação.

A situação agravou-se nos últimos dias pela ação do gerente da fazenda, conhecido por "Poroca", que ameaça os moradores armado de rifle, e pela marcação da audiência, a 26 de junho, que acabou não sendo realizada. As 64 famílias, intimadas, compareceram ao Fórum de São Gonçalo do Amarante, a 11 quilômetros de Natal, mas o advogado do fazendeiro, dizendo-se pressionado, acabou solicitando o adiamento. A nova data ainda não foi estabelecida pela Justiça.

INSTITUTO TENTA ACHAR TERRA NA BAHIA

Itamaraju, BA (AGEN) - A luta pela terra cresce no extremo sul da Bahia. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que realiza constantes mobilizações na área, intensifica as ocupações nas terras improdutivas. O município de Prado, a 54 quilômetros de Itamaraju, é atualmente o local onde existe o maior número de terras ocupadas na região, e provavelmente em todo o Estado, uma vez que as ocupações acontecem a cada dois meses. Em ocasiões especiais, na mesma semana chegam a ocorrer duas ou três.

Corte Grande: conflito - Há pouco aconteceu o conflito mais grave, no lugarejo denominado Corte Grande. Lá, uma área de 1243 hectares foi, segundo o MST, integralmente desapropriada pelo governo federal. Entretanto, o governo possui escritura de pouco mais de 600 hectares, a partir da entrada na Justiça de um de seus proprietários, que conseguiu reaver a outra parte.

Nesse local foi instalado pelo Ministério da Reforma Agrária, o projeto Nossa Senhora do Rosário, com o assentamento de 44 famílias. A situação está confusa, pois governo e proprietário não se entendem sobre a área a ser desapropriada, criando um impasse nas negociações.

Técnicos determinarão - O superintendente do Incra na Bahia, César Aleluia, disse à AGEN que "após determinação dos técnicos do órgão, descobrindo onde está a área particular e a do Incra, este deverá dar andamento ao processo a fim de ser desapropriada a terra restante".

Um acordo feito entre o MST e a UDR determina que os trabalhadores e o proprietário, Geraldo Imberte, não entrarão na área em litígio, respeitando a decisão dos técnicos. A Polícia Federal de Ilhéus foi solicitada para fiscalizar o acordo.

GRILEIROS IMPEDEM ASSENTAMENTOS NO MARANHÃO

São Luís (AGEN) - Para a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH) "está em curso, no Estado, promovido por grileiros, um processo de boicote aos assentamentos dos lavradores em diversas regiões".

A SMDDH cita como exemplos as grilagens de terras em andamento nas áreas Leite, Mato Grosso e Ladeira, desapropriadas pelo governo federal a 30 de dezembro de 85 através do decreto 92.263. Além de contrariar a determinação presidencial os grileiros estão desmatando essas áreas (9358 hectares), situadas entre os municípios de Itapecuru-Mirim, Vargem Grande e Presidente Vargas.

Capim e gado - A denúncia da organização de direitos humanos frisa que, na área Leite, os grileiros Moacir e Roberval (engenheiro do DNER) estão plantando capim e engordando seu rebanho. "O mesmo vem sendo feito na área Mato Grosso, cuja ex-proprietária, conhecida por Ceci, insiste em afirmar que as terras não foram atingidas pelo decreto".

Lavradores da região de Ladeira disseram à SMDDH que os latinfundiários César Viana e Cota Mamede contrataram pistoleiros para vigiar as terras. Em outro município, Itapecuru-Mirim, segundo a entidade maranhense, "os abusos que ocorrem na região contam com o apoio do prefeito local, José Lauande, que está pleiteando junto ao projeto Carajás a implantação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na área desapropriada".

CPT EM ASSEMBLÉIA NACIONAL NO FIM DO MÊS

Goiânia (AGEN) - Os grandes projetos, tanto na agroindústria como em barragens, ferrovias, turismo e irrigação, serão um dos temas da 7ª Assembléia Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que acontecerá de 31 de julho a 5 de agosto, nesta cidade.

Participarão cinco representantes de cada regional da organização (dois agentes de pastoral e três lavradores), bem como os bispos que acompanham as CPTs regionais. Além deles, toda a diretoria da organização, o Secretariado Nacional, representantes de organizações que desenvolvem trabalhos afins e convidados da diretoria também estarão presentes em Goiânia.

Política agrícola - O novo modelo capitalista no campo e seus grandes projetos, a reforma agraria e a Constituinte, a reação dos trabalhadores frente ao modelo desenvolvimentista, o aprofundamento da análise de conjuntura e o papel específico da CPT em relação à organização dos trabalhadores rurais e às Igrejas serão outros assuntos em debate em Goiânia.

A assembléia também é eletiva: serão eleitos, ou confirmados no cargo, o presidente, o vice e os representantes das cinco grandes regiões brasileiras em que a CPT se divide.

Síntese

ROMARIA DA TERRA

Uberaba (AGEN) - Estão acelerados os preparativos para a 11ª Romaria da Terra do Triângulo Mineiro, marcada para o dia 23 de julho em Uberaba. A manifestação terá início às 8h, com concentração no Ginásio de Esportes dos Irmãos Maristas. O encerramento está previsto para as 18h, no Santuário de Nossa Senhora da Abadia.

Participam da iniciativa membros de comunidades de base e movimentos populares de toda a região. Os bispos de Uberaba, d. Benedito de Ulhoa Vieira, e de Uberlândia, d. Estêvão Cardoso de Avelar, apóiam a romaria. O Triângulo Mineiro é considerado um reduto da União Democrática Ruralista (UDR). No dia 17 de março último realizou-se em Uberlândia um culto ecumênico em memória das vítimas da UDR, no momento em que o presidente licenciado daquela entidade, Ronaldo Caiado, lançava na cidade sua candidatura à Presidência da República.

OCUPAÇÕES VITORIOSAS

Teófilo Ottoni, MG (AGEN) - A CUT Regional de Mucuri, União dos Trabalhadores no Ensino, PO, CPT, PT, PDT, sindicatos, associações de moradores, deputados estaduais e diretórios estudantis assinaram uma nota de protesto à ação policial em duas ocupações no município de Novo Cruzeiro, próximo a Teófilo Ottoni. As ocupações nas fazendas Aruega e Sapezinho foram vitoriosas, pois o governo federal — atendendo à pressão das cerca de 650 famílias — desapropriou as áreas.

Povos indígenas

ADVOGADOS E JORNALISTAS PRESOS EM ÁREA INDÍGENA

Brasília (Cimi/AGEN) - Dois advogados e dois jornalistas do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que assessoravam e documentavam assembléias indígenas no alto rio Negro (AM), foram detidos no dia 27 de junho pelo comandante do 1º Batalhão Especial de Fronteira, Tenente Schrweder, na área indígena Laurete, junto à fronteira do Brasil com a Colômbia (região do Projeto Calha Norte). Apesar dos protestos dos índios, os quatro foram levados ao quartel do 1º BEF para interrogatório.

Em seguida, escoltados por oito soldados fortemente armados, foram levados de barco para o município de São Gabriel da Cachoeira (AM), ao qual chegaram na tarde do dia 29, quinta-feira. Conduzidos ao quartel do 5º BEF, foram novamente submetidos a interrogatórios e tiveram a documentação apreendida pelo tenente-coronel Romeu Dias Torres. Foram apreendidos, inclusive, filmes, cassetes, fitas de vídeo, mapas e cadernos de anotação. Depois foram liberados.

Na sexta-feira de manhã prestaram depoimento na delegacia de polícia de São Gabriel. Entretanto, o jornalista Julio Azcarate, de nacionalidade espanhola, foi proibido de deixar a cidade. Seus documentos foram apreendidos e ele corre o risco de ser expulso do país. Os advogados são Felisberto Ascenção Damasceno e Judithe Nadja Gaecez; o outro jornalista, também correspondente da AGEN em Manaus, é José Honório Garcia Rosha.

Os advogados e os jornalistas do Cimi estavam na área indígena a convite da Associação das Comunidades do Distrito de Taracuá, Rio Uaupes e Tiquié (Acitrut) e da União das Nações

AMAZÔNIA: ORGANIZAÇÃO DE ENCONTRO GERA POLÊMICA

São Paulo (AGEN) - Foi realizada em Manaus, no dia 14 de junho, uma reunião convocada pela organização civil regional Sociedade para a Preservação dos Recursos Naturais (Sopren), com o objetivo de organizar um amplo evento amazônico em outubro deste ano. Segundo a Sopren, o evento seria denominado 1º Encontro dos Povos da Floresta Amazônica — o que causou estranheza a alguns dos presentes, pois, para eles, não se estaria levando em consideração o 1º Encontro da Aliança dos Povos da Floresta, realizado em março, na capital do Acre.

Na reunião, de acordo com um dos participantes, houve pouca representatividade das organizações e falta de democracia nos encaminhamentos das propostas. Conclusão: a Aliança dos Povos da Floresta (APF), formada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e pela União das Nações Indígenas (UNI), bem como o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) — uma das principais organizações de apoio à causa indígena —, decidiram-se pela não-participação nos preparativos do Encontro.

Segundo os presentes, a Sopren e a Secretaria de Defesa do Meio Ambiente da Prefeitura de Manaus levaram à reunião propostas previamente fechadas. Conforme informações do Conselho Indigenista Missionário (Cimi Norte I), de Manaus, o coordenador da UNI-AM, Manoel Moura Tukano, achou estranho que a imprensa, desde março, estivesse noticiando o Encontro para o mês de outubro, enquanto ele nem ao menos havia sido convidado a participar da reunião do dia 14. Outra entidade que não foi consultada e que não concordou com a condução do processo foi a Comissão Permanente de Articulação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. Para o Cimi Norte I uma das causas desse episódio é o interesse localizado da Secretaria do Meio Ambiente de Manaus, na pessoa de seu titular, Frederico Arruda.

Comissão - O coordenador do programa Povos Indígenas no Brasil, do Cedi, Carlos Alberto Ricardo, presente à reunião, propôs que a comissão organizadora do Encontro fosse composta por três representantes de organizações locais de Manaus, que seriam escolhidos pelo fórum de organizações populares, por dois membros de organizações ambientalistas e por um representante de cada uma das seguintes entidades: UNI, CNS, SPBC e Prefeitura de Manaus.

Ao invés de definir os critérios para a constituição da equipe organizadora, a mesa passou a indicar nomes para uma comissão de 13 membros.

No dia 30 de junho o presidente do CNS, Júlio Barbosa de Aquino, e o coordenador da UNI, Ailton Krenak, divulgaram a seguinte nota de esclarecimento: "Considerando a evolução dos acontecimentos preparatórios à realização de um evento em Manaus, envolvendo a UNI e o CNS, gostaríamos de esclarecer que a Aliança dos Povos da Floresta não está convocando nenhum encontro amazônico para 1989 e, portanto, desautoriza a utilização de seu nome e das organizações signatárias em qualquer iniciativa nesse sentido."



Indígenas do Distrito de Iauarete (Unid), que de 20 a 22 e de 28 a 30 de junho, respectivamente, realizaram suas assembléias,em que trataram, inclusive, do Projeto Calha Norte. Para o Cimi a conduta dos militares tem caráter de intimidação dos índios, constituindo um abuso de poder. Além do fato de os advogados e jornalistas se encontrarem na área exercendo suas profissões, deve-se considerar que apenas os índios têm autoridade para determinar quem deve ou não permanecer em suas terras.

DEPUTADO QUER MAIOR PROTEÇÃO ÀS ÁREAS INDÍGENAS

São Paulo (AGEN) - O deputado Roberto Gouveia, do PT, entregou emenda ao anteprojeto da Constituição do Estado de São Paulo, estabelecendo que a faixa de cinco quilômetros que circunda as áreas ocupadas por comunidades indígenas seja considerada espaço territorial especialmente protegido, de acordo com a lei.

Entende o deputado que as 12 áreas indígenas existentes no Estado de São Paulo estão sendo agredidas e ameaçadas pela grilagem de terras ou pelo avanço dos espaços urbanos. Apenas no município de São Paulo, estão localizadas quatro áreas indígenas, que sofrem os efeitos do acentuado processo de urbanização. Roberto Gouveia considera essencial, portanto, a preservação de uma faixa contígua às terra indígenas, visando à proteção das comunidades e ao equilíbrio ambiental.

Áreas - As quatro áreas indígenas situadas no município de São Paulo são as do Jaraguá (12 pessoas), Parelheiros (200), M'Boi Mirim (no momento, sem índios) e Crucutu (40), no limite com São Bernardo do Campo. Todas elas são ocupadas pelo povo Guarani.

O povo Guarani também está presente nas outras oito áreas indígenas do Estado. Nas áreas de Icatu-Braúna, em Araçatuba (73 pessoas), Vanuire, em Tupã (166), e Araribá, em Avaí (250), também convivem os povos Kaingangue e Terena.

Na região litorânea estão as áreas de Boa Vista do Sertão do Pró-Mirim, em Ubatuba (60 pessoas), Barra do Una e Boracéia, em São Sebastião (150), Rio Branco, em Itanhaém (60), Serra dos Itatins, em Itariri (70), e em Peruíbe (150).

Ecologia

PREOCUPAÇÃO ECOLÓGICA ACENTUA-SE NAS IGREJAS

São Paulo (AGEN) - Ecologia e pacifismo são dois temas que constituem preocupação crescente no âmbito das Igrejas cristãs. Impulso significativo nesse sentido partiu do programa Justiça, Paz e Integridade da Criação (JPIC), do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), sediado em Genebra, Suíça. Uma conferência mundial sobre a questão será realizada pelo CMI em fevereiro do próximo ano, em Seul, Coréia do Sul. Em dezembro próximo, o programa JPIC será discutido em Quito, Equador, pelos delegados da América Latina à Conferência de Seul.

A próxima assembléia geral do CMI, prevista para fevereiro de 1991 na capital australiana, igualmente abordará problemática ecológica e pacifista, sob o tema geral "Vem Espírito Santo, renova toda a Criação". Do mesmo modo, uma pré-assembléia latino-americana sobre esse tema terá lugar em Salvador, Bahia, de 9 a 14 de julho do próximo ano.

Europa - "Paz e justiça pela integridade da Criação" é o título do documento final, de 32 páginas, da Assembléia Ecumênica Européia Paz com Justiça, promovida de 15 a 21 de maio passado, em Basiléia, Suíça, pela Conferência de Igrejas Européias (CEC) e Conselho da Conferência Episcopal Européia (CCEE). Participaram da Assembléia 570 delegados das Igrejas européias (seriam 662 delegados, mas 92 não se credenciaram a tempo).

O documento final da Assembléia foi aprovado com 90% dos votos. As armas nucleares foram ainda consideradas "um pecado contra a humanidade" por 175 delegados, que também se pronunciaram contra o espírito e a lógica da discussão nuclear. A repulsa a pagar o porcentual dos impostos equivalente aos gastos militares previstos no orçamento de um país foi outro ponto debatido em Basiléia, por sugestão de membros da delegação da Itália, país em que o movimento pela objeção fiscal é mais avançado.

Polônia - De 30 de agosto a 3 de setembro a capital da Polônia, Varsóvia, sediará o 3º Encontro Internacional pela Paz, iniciativa da Associação Homem e Religião. Participarão 150 delegados de 55 países de vários continentes. Entre outros, estarão presentes representantes de Igrejas cristãs, do islamismo, budismo cambodjano, chinês e vietnamita, confucionismo e xintoísmo. O Encontro será celebrado na ocasião do 50º aniversário do início da Segunda Guerra Mundial, a 1º de setembro de 1939, com a invasão da Polônia pelas tropas nazistas.

(J.P.S.M.)

PLANO DE ZONEAMENTO ECOLÓGICO PARA O MÉDIO PARAÍBA

Volta Redonda (AGEN) - A proibição da instalação de indústrias que eliminem substâncias não-degradáveis em seus efluentes finais e de usinas de reprocessamento combustível nuclear; o veto às indústrias que utilizam clorossoda, mercúrio ou qualquer substância cancerígena por via oral; o condicionamento de questões importantes, como a exploração mineral e a extração de areia em cursos d'água e bacias aluviais. Estas são algumas das medidas propostas pelo Plano de Macrozoneamento da Região do Médio Paraíba do Sul, que o Codivap (Consórcio para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba), a Sema (Secretaria do Estado de Meio Ambiente), Sedur (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano) e a Feema (Fundação de Engenharia do Meio Ambiente) vão tentar viabilizar junto ao governo do Estado do Rio.

Beneficiando os 41 municípios da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul no território fluminense, o Plano de Macrozoneamento vai atender, na sua primeira fase, à região do vale médio do rio, abrangendo os municípios de Itatiaia, Resende, Barra Mansa, Volta Redonda, Barra do Piraí e Piraí, justamente a região mais castigada pelo desenvolvimento industrial.

Um dos maiores objetivos do plano é o estabelecimento de uma legislação de ordenamento do solo da bacia, tendo como principal preocupação a questão ambiental, sob o ponto de vista da proteção dos remanescentes florestais e dos mananciais. No Brasil o macrozoneamento é implantado, em geral, nas regiões metropolitanas e nas bacias dos rios que articulam o desenvolvimento, como é o caso do Paraíba do Sul.

Um projeto de futuro - O produto final desse trabalho é a obtenção de uma legislação de ordenamento do solo da bacia, levando em consideração principalmente a questão ambiental, respeitando ao máximo os interesses regionais e unificando as leis federais, estaduais e municipais, para facilitar sua aplicação e a fiscalização da comunidade, sempre que necessário.

O projeto de lei (assim como os demais trabalhos que foram elaborados para o macrozoneamento da região) será apresentado ao governo do Estado, que o submeterá à apreciação da Assembléia Legislativa. Uma vez aprovado o projeto, deverá ser iniciado um trabalho junto aos municípios para que sejam elaboradas leis preservacionistas solidárias e complementares à legislação estadual.

Cultura

ARTE DA AMÉRICA LATINA TEM FEIRA NA UnB

Brasília (AGEN) - O 2º Festival Latino-Americano de Arte e Cultura (Flaac) será realizado em Brasília, de 4 a 13 de agosto, como promoção da Universidade de Brasília, das embaixadas dos países latino-americanos e do governo do Distrito Federal. A organização do festival quer abranger todas as áreas da produção cultural, como educação, cinema, vídeo, teatro, dança, fotografia, artes plásticas, literatura, música e arte popular.

Os interessados por outros detalhes sobre o evento podem telefonar para 061 274-0022, ramal 2573, ou 061 273-7180, com Cristina.

Síntese

VÍDEO EDUCATIVO

São Paulo (AGEN) - Acontecerá no anfiteatro de convenções e congressos da USP, em São Paulo, de 18 a 21 deste mês, o 1º Festival de Vídeo Educativo, organizado pelo curso de Rádio e TV da Escola de Comunicações e Artes (ECA) e Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT). Quaisquer informações podem ser obtidas pelo telefone 011 210-2122, ramal 679, com Douglas ou Meire.

COLLOR E GLOBO

Rio de Janeiro (AGEN) - Quem faz a ponte entre a Rede Globo e o candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, é sua ex-mulher, Lilibeth Monteiro de Carvalho.

Loira, olhos verdes, a simpática empresária Lilibeth é dona de uma grande liderança na capital do Rio de Janeiro. Namorada do ator Antônio Grassi, que em "O Salvador da Pátria" faz o papel do delegado Plínio Cohn, recepciona costumeiramente em seu apartamento no Leblon, Zona Sul do Rio, personalidades globais como Francisco Cuoco e Mayara Magri.

CAETANO E CIDADANIA

Rio de Janeiro (AGEN) - Caetano Veloso polemiza os direitos de cidadania assegurados pela nova Carta Magna do Brasil, em seu novo disco "ESTRANGEIRO", o mesmo nome do show apresentado no Canecão, Rio de Janeiro.

SHOW NA NICARÁGUA

Manágua (AGEN) - O cantor e compositor cearense Zé Vicente, conhecido no Brasil pelas canções cantadas em congressos de Igrejas cristãs, reuniões de CEBs e celebrações ecumênicas, apresenta-se no 7º Encontro do Secretariado Internacional Cristão de Solidariedade com a América Latina d. Oscar Romero, de 23 a 27 de julho na capital nicaragüense.

Questões urbanas



Newton Cardoso foi acusado de desviar verbas do Suds.

SECRETÁRIO DENUNCIA INTERESSES NA DEMORA DE INSTALAÇÃO DO SUDS

São Paulo (AGEN) - Os governos estaduais e o federal estão obstruindo intencionalmente a agilização dos projetos de descentralização da saúde, previsto pela nova Constituição. A afirmação é do secretário municipal de Saúde de São Paulo, deputado federal Eduardo Jorge (PT), e foi proferida na abertura do 2º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, que contou com a presença do ministro Seigo Tsuzuki.

O ministro da Saúde também reconheceu a demora na institucionalização do Sistema Único de Saúde e Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), mas disse que enviará o mais breve possível o texto que está sendo preparado por técnicos do Ministério, como a Lei Orgânica da Saúde, ao Congresso Nacional. A justificativa de Tsuzuki é a de tentar "construir um novo Ministério" e fazer a institucionalização "com calma, para que o sistema se firme no país".

Para Eduardo Jorge, porém, o problema é político, e não de ordem técnica. "Os governos estão concentrando poderes nas mãos de poucos e incentivando a prática do clientelismo, para conseguir maior apoio político", diz o secretário. Passando das generalidades para o caso concreto, Jorge acusa o governador mineiro, Newton Cardoso (PMDB), de embolsar recursos destinados à implementação do Suds, para complementar seu orçamento. Lá, a municipalização ainda não surtiu efeito.

Em São Paulo, Jorge foi o autor do projeto que prevê a descentralização da saúde na capital, saindo do controle do Estado para passar à administração municipal. O Estado seria responsável por destinar uma verba de NCz$ 30 milhões mensais para o convênio com a Prefeitura. O projeto já foi entregue ao secretário de Saúde do Estado, José Aristodemo Pinotti, mas ainda não teve resposta do governo.

Ineficiência - Lentidão e ineficiência parecem se coadunar com o tratamento destinado à saúde pelas próprias autoridades. Mesmo após admitir em entrevista a existência de um surto de meningite, o ministro Tsuzuki reafirmou que o governo não pretende realizar uma vacinação em massa das crianças brasileiras. Agora, depois de centenas de casos no país, Tsuzuki acredita que o importante é a prevenção, e que "a vacina é desnecessária". Assim mesmo, partiu em direção a Cuba para tratar da aquisição de dez milhões de doses da vacina cubana.

É no mínimo discutível que se pense na prevenção justamente depois da epidemia, e que só agora, depois de 300 casos diagnosticados em São Paulo, se iniciem os trabalhos de vacinação com o remédio cubano — que ainda vai demorar cerca de um mês para surtir efeito.

Pelo atraso, o secretário Pinotti culpa o ministro, que não teria autorizado a importação, e o próprio presidente, que a havia proibido no ano passado. Esqueceu-se de falar das trombadas da própria Secretaria, que levou técnicos a Cuba para aprender a mexer com a vacina, enquanto um médico cubano se colocava à disposição aqui mesmo, em São Paulo.

A lentidão no caso da meningite demonstra ineficiência. A lentidão na criação efetiva do Suds demonstra que só os dispositivos constitucionais não serão suficientes para convencer nossas autoridades. Exemplo claro se deu na Previdência: o próprio presidente José Sarney decretou medida provisória anulando uma conquista garantida aos aposentados pela Constituição de 1988 — a vinculação dos reajustes ao salário mínimo.

PREFEITURA VINCULA AUMENTO DE TARIFA DE ÔNIBUS AO MÍNIMO

São Paulo (AGEN) - A prefeitura de São Paulo decidiu vincular os reajustes de tarifas de transporte coletivo à variação do IPC, índice segundo o qual reajusta-se o salário mínimo. De acordo com a Secretaria Municipal de Transportes e a Companhia Municipal de Transporte Coletivo (CMTC), só haverá novos reajustes nas tarifas de ônibus da capital paulista após novo reajuste do salário mínimo.

A decisão era uma reivindicação antiga e vem frontalmente de encontro aos interesses dos proprietários de empresas que operam com a permissão da Prefeitura. Os aumentos vão deixar de ser determinados pelos custos do sistema, o que atrelava os reajustes aos aumentos de salário de motoristas e cobradores, dos preços de reposição e dos combustíveis. Quando houver desvio na relação de custos que se tornem "intoleráveis" para a continuação dos serviços, serão revistas as tarifas no reajuste seguinte.

O anúncio da decisão foi dado em informe publicitário nos principais jornais da grande imprensa paulista, com severas críticas à política econômica do governo federal, considerada um "desastre". Mas o anúncio veio junto com o novo aumento liberado para as tarifas (40%), 45 dias após o último. Apesar de contrariar a expectativa das empresas particulares, que pleiteavam aumento de 81%, a prefeita Luiza Erundina abafou outra crise que se iniciava no transporte coletivo.

Incentivo - A postura já virou regra. Sempre que há insatisfação dos donos de empresas, eles incentivam ou provocam a greve dos motoristas e cobradores, parando o funcionamento do serviço. Desta vez, quatro empresas que servem à região sul da cidade deixaram de cumprir um recente acordo coletivo (feito entre sindicatos patronais e de empregados da categoria) e levaram motoristas e cobradores à paralisação. A prefeita interviu, garantiu o funcionamento dos serviços, mas só com o novo reajuste conseguiu pôr fim à crise.

Com a disposição de realizar reajustes de tarifas somente quando houver compatível aumento do poder aquisitivo — pelo menos para a população de baixa renda —, Erundina faz justiça e pretende se poupar de ataques como aqueles que recebeu pelo primeiro aumento de sua gestão. Este, dado apenas um dia antes da decretação do Plano Verão, com congelamento de preços e salários, gerou muita controvérsia. As críticas foram, inclusive, internas ao partido, provindo do próprio candidato à Presidência, deputado Luís Inácio Lula da Silva.

A decisão do partido como um todo é caminhar para a estatização dos serviços de transporte coletivo nos municípios, para evitar que o lucro das empresas particulares permissionárias tenha condições de sobrepujar o interesse público. Para colocar essa idéia em prática será preciso romper o bloqueio dos grandes **lobbies** dos proprietários de empresas, e, além disso, conseguir recursos para as encampações necessárias. A prefeita de Santos, Telma de Souza, também do PT, está sentindo forte pressão (da oposição e do Judiciário) para interromper o processo de municipalização dos serviços de transporte e de saúde. Com Erundina, em São Paulo, não deverá ser muito diferente.

Síntese

AMEAÇAS EM ITAPEVI

São Paulo (AGEN) - Cerca de 65 famílias de posseiros na área suburbana de Itapevi, região oeste de São Paulo, estão sofrendo ameaças de morte e danos nas suas plantações por jagunços contratados para expulsá-los dali, denunciou à AGEN, Wilson Santos Pereira, membro do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco.

Há oito meses as famílias vêm resistindo às ameaças dos jagunços, mas desde o começo de junho as intimidações se intensificaram. Os jagunços chegaram a encostar um revólver na cabeça de um líder local, ameaçando-o de morte. É comum a presença de dois a três carros na região, e freqüentemente aparecem moradores espancados.

Na Prefeitura de Itapevi consta que o loteamento é espólio de Carlos de Castro, já morto. A Comissão Terra e Moradia já enviou ofício ao presidente da Câmara de Vereadores de Itapevi, denunciando o fato e pedindo apoio aos posseiros, já que muitos deles vivem há mais de 20 anos no local.

Política

ANTES DO RECESSO, CONGRESSO OCUPA VÁCUO DE PODER

Brasília (AGEN) - O vácuo de poder aberto pelo isolamento do governo José Sarney foi ocupado pelo Congresso Nacional, no final do primeiro semestre legislativo. O Congresso entrou em recesso a 1º de julho, mas será convocado extraordinariamente se o presidente da República editar novas medidas provisórias.

A maior derrota imposta pelo Congresso ao presidente José Sarney foi a derrubada, no último dia 28, do veto presidencial à nova política salarial, que prevê, entre outras medidas, um salário mínimo de NCz$120,00 para junho. No dia seguinte, 29 de junho, nova derrota presidencial, com a negativa do Congresso em apoiar a medida provisória nº 63, que desvinculava do salário mínimo — inclusive aos aposentados — os benefícios pagos pela Previdência Social. O governo alegava que o mínimo de NCz$120,00 poderia "quebrar a Previdência".

Como, porém, a vinculação foi mantida, a equipe econômica aumentou a alíquota do Finsocial de 0,5% para 1% do faturamento das empresas.

A queda da medida provisória nº 63 foi simbólica para a retomada das prerrogativas estabelecidas na nova Constituição brasileira para o Congresso Nacional. Se se mantivesse a medida, o texto constitucional, que prevê a vinculação dos benefícios da Previdência para assalariados e aposentados, sairia definitivamente arranhado, e o Congresso, desprestigiado. A impopularidade absoluta do governo José Sarney, alimentada pela volta da escalada inflacionária, contribuiu para que o Congresso recobrasse sua autonomia.

Do mesmo modo, a campanha presidencial, que começa a polarizar a opinião pública, colabora para o isolamento ainda maior do governo federal. Qual parlamentar, que apóie este ou aquele candidato à sucessão, teria coragem de manifestar-se em favor do presidente José Sarney? Nesta página e na seguinte, um balanço das atividades do Congresso Nacional em algumas áreas estratégicas para os movimentos e organizações populares.

DIREITA JOGA PESADO NA COMISSÃO AGRÍCOLA

Brasília (AGEN-Inesc) - As reuniões da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, que entrou em recesso a 1º de julho, foram monopolizadas pelos segmentos conservadores, conforme previa a AGEN (nº 149). No final do primeiro semestre legislativo, dois projetos polarizaram os debates na Comissão, constituída em sua maioria por parlamentares considerados de direita.

O primeiro desses projetos, de nº 1606/89, do deputado Gonzaga Patriota (PMDB-PE), dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), nos termos do artigo 62 das Disposições Transitórias da nova Constituição Federal. O artigo 2º do projeto prevê que o Senar será "organizado e dirigido" pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Na sessão ordinária da Comissão de Agricultura, no dia 21 de junho, enquanto o presidente da Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem), Attila Carvalho de Godoy, prestava depoimento, o deputado Alysson Paulinelli (PFL-MG), ministro da Agricultura no governo Ernesto Geisel, intercedeu junto ao presidente da Comissão, José Egreja (PTB-SP), pela inclusão do projeto 1606/89 na pauta do dia. Egreja, usineiro em Penápolis (SP) e eleito com o apoio da UDR, acatou o pedido, e logo após a exposição de Attila Godoy colocou o projeto em votação. Para dupla surpresa dos poucos membros progressistas da Comissão de Agricultura, o projeto já tinha um relator — Jorge Vianna, do PMDB baiano, que apoiou as teses da UDR no Congresso Constituinte. Vianna também já tinha um parecer pronto. Só faltava aprová-lo.



Vicente Bogo evitou que se consumasse o golpe...



... deflagrado por Alysson Paulinelli

Vistas - A manobra regimental, acatada pelo presidente da Comissão, foi imediatamente contestada pelos parlamentares progressistas, e um deles, o deputado Vicente Bogo (PSDB-RS), pediu "vistas" do processo. "Vistas", como lembra o Instituto de Estudos Sócio-Ecônomicos (Inesc), é um mecanismo que permite ao membro da Comissão examinar o processo e, depois de cinco sessões, devolvê-lo, anexando uma deolaração de voto.

O projeto 1606/89 será votado, então, só depois do recesso parlamentar. Nesse sentido, a Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA), integrada por uma série de movimentos e organizações populares, está se mobilizando para que o deputado José Egreja seja pressionado a retirar o projeto 1606/89 da pauta da Comissão, com o objetivo de levar o debate sobre a propositura à sociedade.

De acordo com o parágrafo único do artigo 1º do projeto 1606/89, o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural irá transferir ao Senar seus programas, projetos e atividades. Além de transferir competências, o projeto, no artigo 6º, garante a transferência do patrimônio — compreendendo os bens móveis, imóveis (avaliados em torno de NCz$ 38 milhões) e a documentação técnica, juntamente com os servidores (cerca de dois mil) — com ônus para a União, até o dia 31 de dezembro deste ano.

TDA - O segundo projeto que polemizou os trabalhos da Comissão de Agricultura, no final do primeiro semestre, é o de nº 1738, do deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE), que dispõe sobre a utilização de Títulos da Dívida Agrária (TDA). O projeto ainda não entrou na pauta de discussão, mas já causa inquietações para a CNRA.

Segundo o projeto, os TDAs poderão ser utilizados no pagamento do Imposto Predial e Territorial Rural (IPTR), débitos de financiamentos, prestação de fianças, depósitos ou caução, e até aquisição de terras públicas. O artigo 2º também estipula que os TDAs serão aceitos pelo seu valor real.

DIREITOS HUMANOS: NOVA LEGISLAÇÃO AINDA INCOMPLETA

Brasília (AGEN-Inesc) - O debate sobre direitos humanos intensificou-se no Congresso Nacional no final do primeiro semestre legislativo. Já em maio o Senado ratificou dois tratados internacionais que haviam sido assinados pelo governo brasileiro: a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura (e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes), aprovada por consenso na 39ª sessão da Assembléia Geral da ONU, em 1984, e a Convenção Interamericana de Prevenção à Tortura, deliberada na 15ª Assembléia Geral da OEA, em 1985, em Cartagena, Colômbia.

No dia 23 de maio as matérias foram aprovadas na Comissão de Relações Exteriores da Câmara e transformadas no decreto legislativo nº 4/89. Não necessitam, portanto, de ir a plenário. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União de 24 de maio.

Tortura - O Senado Federal também aprovou e enviou para apreciação da Câmara dos Deputados o projeto de lei 28/87, do senador Jamil Haddad (PSB-RJ), que define o crime de tortura. O projeto original foi acrescido de emenda apresentada pelo senador Edson Lobão (PFL-MA), assegurando o mesmo tratamento dado à questão da tortura aos crimes de terrorismo e tráfico de entorpecentes e drogas afins.

Outros 49 projetos de lei apresentados por vários parlamentares, regulamentando os incisos do artigo 5º da nova Constituição (que trata dos "Direitos e Deveres Coletivos e Individuais"), estão parados na Comissão de Constituição e Justiça, responsável pela análise dos aspectos técnicos e jurídicos das matérias legislativas. A paralisação no encaminhamento dos projetos ocorre devido à falta, ainda, de um regimento interno da Câmara.

COMISSÃO ADIA DECISÃO SOBRE DÍVIDA EXTERNA

Brasília (AGEN) - A Comissão Mista do Congresso que analisa o processo de endividamento externo do Brasil terminou a 27 de junho a primeira fase de seus trabalhos, destinada a ouvir o depoimento de juristas e membros do governo federal sobre a constitucionalidade dos acordos firmados pelo país com os bancos credores. O parecer da Comissão sobre a constitucionalidade dos acordos, que seria emitido a 29 de junho, acabou transferido para após o retorno dos trabalhos parlamentares.

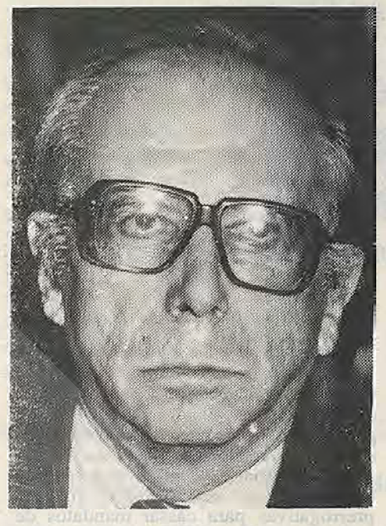
Nesse primeiro momento os trabalhos da Comissão foram esvaziados pela mínima presença de seus membros e pelo boicote completo da grande imprensa. Em muitos momentos as sessões de trabalho foram presididas por membros da Comissão, uma vez que seu presidente, deputado Waldeck Ornelas (PFL-BA), não comparecia.

Inconstitucionais - A maioria dos juristas que depuseram perante a Comissão Mista do Endividamento destaca a inconstitucionalidade dos acordos para a dívida externa firmados pelo governo federal, sem anuência do Congresso. Posicionaram-se nesse sentido o jurista Osny Duarte Pereira, o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Filgueiras Cavalcanti, o conselheiro da OAB, Luís Pinaud, e o procurador Sérgio Ferraz.

Em favor da constitucionalidade dos acordos com os credores, manifestaram-se o procurador geral da Fazenda Nacional, Cid Heráclito de Queiroz, e o chefe do Departamento Jurídico do Banco Central (BC), Luís Carlos Sturzenegger. Aliás, a sessão a que compareceu o funcionário do BC, a 14 de junho, foi uma das mais polêmicas da Comissão Mista do Endividamento.

No seu depoimento, Sturzenegger reconhece que o processo de endividamento foi uma necessidade dos bancos credores, uma vez que o sistema financeiro internacional encontrava-se saturado dos petrodólares resultantes dos "choques" implementados pelos países membros da Opep. Além disso, os empréstimos foram oferecidos a juros baixíssimos. De acordo com o funcionário do BC, o governo, com sua política desenvolvimentista, aproveitou o momento para implantar o modelo de crescimento a partir da poupança externa.

Segundo Luís Carlos Sturzenegger todos os acordos são legítimos, pois estariam baseados na lei 4595, de 1964, que autoriza o Banco Central a representar o país em contratos de créditos no exterior, dispensando a aprovação do Congresso Nacional.



Para Roberto Campos, soberania já era

Soberania - A posição do funcionário do BC seria contestada no dia seguinte, 15 de junho, no depoimento do presidente do Conselho Federal da OAB. Ophir Filgueiras Cavalcanti questionou a legalidade de todos os acordos do endividamento externo, por terem sido baseados em decretos-leis emitidos pelo governo militar — como o de número 1312, de 15 de fevereiro de 1974, do presidente Emílio Médici, que transferia ao presidente da República o poder de contratar empréstimos externos. Para o presidente da OAB esse decreto contrariava o texto constitucional da época. Em sua opinião, todas as Constituições brasileiras — inclusive a nova, promulgada a 5 de outubro último — são explícitas ao indicar que os acordos externos devem ser submetidos ao Congresso Nacional.

Do mesmo modo, o conselheiro da OAB, Luís Pinaud, rebateu os argumentos de Luís Carlos Sturzenegger, segundo os quais a soberania não tinha de estar presente nas negociações externas. Para Pinaud, tanto na Constituição brasileira, como no artigo 9º da Constituição dos Estados Unidos (lei a que estariam submetidos os acordos), a soberania nacional é irrenunciável. Na oportunidade manifestou-se o senador Roberto Campos (PDS-MT), para quem a soberania está obsoleta a nível internacional. Campos, ministro do Planejamento no governo Castello Branco e representante de grupos econômicos multinacionais, insinuou que todos os acordos feitos entre nações implicam em que se abra mão da soberania nacional.

QUESTÃO INDÍGENA TAMBÉM FICA PARA DEPOIS

Brasília (AGEN-Inesc) - A discussão sobre todos os projetos relacionados à questão indígena que deram entrada no Congresso Nacional foi adiada para o segundo semestre. Por outra parte, a avançada articulação na sociedade civil sobre o tema repercutiu no Parlamento, sobretudo na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor.

Os projetos que regulamentam a pesquisa e lavra de minerais em terras indígenas, assinados pelos deputados Octávio Elísio (PSDB-MG), Carlos Cadinal (PDT-RS) e Tadeu França (PDT-RS), continuam estacionados na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. O relator dos projetos, deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), ainda não conseguiu manter reunião com os autores para estabelecer uma estratégia de encaminhamento das matérias.

No Senado, o projeto regulamentando a pesquisa e lavra de minerais em áreas indígenas, elaborado pelas organizações indigenistas e assinado pelo senador Severo Gomes (PMDB-SP), foi para a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. O relator do projeto, senador João Castelo (PDS-MA), ainda não divulgou seu parecer.

No dia 21 de junho entrou em votação no plenário da Câmara o projeto de lei 2277/89, que altera o decreto-lei 227, de 28 de fevereiro de 1967, criando o regime de permissão de lavra mineral e extinguindo o regime de matrícula. Os relatores, deputados Gerson Peres (PDS-PA) e Gabriel Guerreiro (PMDB-PA), aprovaram a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da propositura, que acabou não sendo votada. O projeto não contempla uma diferenciação de tratamento às terras indígenas, conforme previsto pela nova Constituição. Por decisão do deputado Inocêncio de Oliveira o projeto foi retirado para nova publicação.

Fórum da Amazônia - A audiência pública do Fórum da Amazônia, na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, da Câmara dos Deputados, foi realizada a 14 de junho. O encontro teve como objetivo apresentar o Fórum da Amazônia ao Legislativo e expor suas posições frente ao programa Nossa Natureza, do governo federal.

Falaram à Comissão o representante da União das Nações Indígenas (UNI), Orlando Baré, do Instituto de Estudos da Amazônia (IEA), Mary Alegretti, e o assessor do Conselho Nacional dos Seringueiros, Mauro Barbosa. Até o momento o Fórum da Amazônia — articulação destinada a apresentar propostas alternativas para a região — é integrado pela Coppe/RJ (Coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia da UFRJ), Ibase, Fase, SBPC, ABA, Inesc, Fiocruz, CPI/SP, Cedi e NDI.



Ulysses, Waldir e Jarbas Vasconcelos: a tróica do PMDB (foto Jorge Araújo)

ULYSSES AINDA SONHA QUE PMDB PODE EMPOLGAR

São Paulo (AGEN) - Ele já foi o Senhor Diretas e Senhor Constituinte. Estes títulos, que obteve ao liderar por quase duas décadas a frente de oposições reunida no MDB, não parecem suficientes para levá-lo a subir a rampa do Palácio do Planalto, como sucessor do presidente José Sarney — agora o Senhor Coragem dos out-doors de campanha — Ulysses Guimarães, candidato a presidente da República pelo PMDB, aparece com escassos 5 ou 6% nas preferências do eleitorado.

Alguns explicam esse baixo desempenho pelo fato de sua imagem ter ficado definitivamente associada com o governo José Sarney. Ulysses contesta, dizendo que deixou de influir no governo federal desde a falência do Plano Cruzado. Trata-se, portanto, de "resgatar a imagem do PMDB", que ele teima em afirmar ser a sigla "de coração" do eleitorado. Este é, sem dúvida, o maior desafio na vida deste paulista de Rio Claro, 73 anos incompletos, casado com Ida de Almeida Guimarães, a dona Mora, com quem teve a filha Celina. O casal também tem um enteado, Tito Henrique da Silva Neto, um dos principais assessores de Ulysses.

Anticandidato - Ulysses iniciou sua militância política no movimento estudantil. Ele cursou Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, berço de diversas lideranças políticas, e chegou a vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1940. O seu primeiro mandato eletivo foi de deputado estadual pelo PSD, em 1947. Em 1950, elegeu-se deputado federal e, desde então, reeleito consecutivas vezes.

De setembro de 1961 a julho de 1962, foi ministro da Indústria e Comércio no gabinete parlamentarista de Tancredo Neves. Em seguida ao golpe militar de 1964, integrou uma comissão que redigiu o esboço de um Ato Constitucional, a ser votado pelo Congresso, que assegurava ao governo prerrogativas para cassar mandatos de parlamentares. A sugestão foi considerada branda pelo governo militar, que a 9 de abril editou Ato Institucional delegando poderes mais amplos ao Executivo.

Ulysses tornou-se um dos fundadores e segundo vice-presidente do MDB, após a extinção dos partidos políticos em 1965. Assumiu a presidência do partido em 1971, (hoje, o PMDB é presidido interinamente por Jarbas Vasconcelos) cargo que manteve até o início de 1989. Em 1973, Ulysses foi anticandidato à Presidência da República, nas eleições indiretas. O Colégio Eleitoral lhe deu 76 votos, contra 400 para o general Ernesto Geisel.

Nova República - O companheiro de chapa de Ulysses era o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Na campanha como anticandidato, Ulysses foi perseguido, na Bahia, por cães policiais. O governador baiano era Antonio Carlos Magalhães.

Com a derrota da emenda Dante de Oliveira, (que previa eleições diretas para a Presidência) em abril de 1984, Ulysses somou-se, entre outros, a Antonio Carlos Magalhães para apoiar a candidatura de Tancredo Neves à sucessão do presidente João Batista Figueiredo. O adversário de Tancredo era Paulo Maluf. Venceu o candidato da "Nova República", termo cunhado por Tancredo para designar o primeiro governo civil depois de tantos anos.

O deputado Ulysses Guimarães acabou sendo um dos homens mais fortes da Nova República que, depois da — quase — unanimidade nacional alcançada através do Plano Cruzado, naufragou-se em razão das sistemáticas medidas impopulares, como o retrocesso do Plano Nacional de Reforma Agrária. O passado político de Ulysses o credenciou à presidência do Congresso Constituinte. Sucessivos problemas de saúde o afastaram do processo de elaboração da nova carta constitucional, promulgada a 5 de outubro de 1988.

Contra todos os prognósticos, Ulysses conseguiu vencer a disputa interna no PMDB para a escolha do candidato do partido à sucessão de José Sarney. Nesse embate, teve o apoio do governador de São Paulo, Orestes Quércia, que era apontado como o mais provável candidato peemedebista. Os analistas políticos imediatamente sustentaram ter sido este mais um dos inúmeros lances inesperados da "raposa" Ulysses Guimarães. Conseguirá a raposa ir de caça a caçador na corrida ao Palácio do Planalto?

Vice autêntico - O candidato a vice-presidente pelo PMDB, Waldir Pires, era consultor-geral da República no governo João Goulart, até o golpe de 1964, quando exilou-se no Uruguai e, depois, na França. Voltou ao Brasil em 1970, ingressando na iniciativa privada. Em 1980, esteve com um pé no PTB — depois PDT — de Brizola. Foi ministro da Previdência Social nomeado por Tancredo Neves e, em 1986, elegeu-se governador da Bahia. Era o candidato da chamada "esquerda" do PMDB à sucessão do presidente José Sarney.

Movimentos sociais

CRIADA A FRENTE DE MOVIMENTOS POPULARES LESTE

São Paulo (AGEN) - Incentivar a participação dos movimentos populares na discussão orçamentária do município, Estado e União, e no processo de elaboração da Constituição Municipal, no próximo ano. Estes são dois dos objetivos da Frente de Movimentos e Entidades Leste (FML), criada no último dia 2 por deliberação do 1º Congresso dos Movimentos Populares da Zona Leste de São Paulo.

Participaram do Congresso cerca de 250 pessoas, representando os vários movimentos e organizações populares da Zona Leste. Essa região, que concentra aproximadamente um terço da população de São Paulo, é palco de expressivas lutas sociais, sobretudo nas áreas de habitação, transporte e saúde. É na Zona Leste que ocorre o maior número das ocupações de áreas vazias pelos sem-terra urbanos. Por sua vez, o Movimento Popular de Saúde, que floresceu na região, tem hoje uma participação direta na Secretaria Municipal de Saúde. O Movimento participará, por exemplo, da implementação do projeto de municipalização dos hospitais da rede pública, medida que está dependendo apenas da aprovação final do governador Orestes Quércia.

Erundina - O 1º Congresso dos Movimentos Populares da Zona Leste foi realizado no Centro Esportivo da Mooca. Pela manhã, estiveram presentes a prefeita Luíza Erundina, a secretária das Administrações Regionais, Adailza Espozatti, o administrador regional da Mooca, Valdemar Rossi, o diretor-presidente da Cohab, Miguel Reis Afonso, o secretário municipal de Saúde, Eduardo Jorge, o deputado estadual Roberto Gouveia e os vereadores Adriano Diogo e Henrique Pacheco, todos do Partido dos Trabalhadores.

Durante o Congresso foi composta a equipe de coordenação da FML, formada por 20 titulares e dez suplentes. A coordenação reúne-se no próximo dia 14 para definir os primeiros passos da Frente de Movimentos e Entidades Leste. A primeira iniciativa deve ser uma manifestação contra a carestia, em data a ser determinada.

Economia

BRASIL CAMINHA RÁPIDO PARA A MORATÓRIA

São Paulo (AGEN) - Com suas reservas na casa dos US$ 5,6 bilhões o Brasil adotou no último dia 30, medidas de proteção de significativo impacto junto aos setores financeiros internacionais. Desvalorizou a moeda em 12%, lançou títulos federais com remuneração baseada no dólar e centralizou toda e qualquer operação de câmbio nas mãos do Banco Central. A última medida preparou o terreno para aquilo que os credores privados da dívida brasileira começaram a chamar de moratória branca — não uma atitude política, mas atrasos que se podem prorrogar enquanto as reservas estiverem em situação crítica.

Já no dia 3, o Brasil deixou de pagar US$ 812 milhões ao Clube de Paris, organismo que reúne os governos credores e administra dívidas governamentais. Foi uma surpresa, tanto para os governos quanto para os bancos privados. Eles estavam convencidos de que uma suspensão no pagamento de juros começaria atingindo primeiro a dívida privada (foi o que ocorreu em 1987). Além disso, insistentes declarações do próprio governo sustentavam que o Brasil pagaria seus credores oficiais. Num momento de muitas dificuldades para se chegar a um acordo com o Fundo Monetário Internacional — instituição que, afinal de contas, é sustentada por governos —, tais declarações foram reiteradas pelo ministro Mailson da Nóbrega no dia 4. O ministro afirmou que a intenção não é suspender definitivamente o pagamento, mas que haverá atrasos de remessa de divisas sempre que as reservas brasileiras atingirem um nível crítico.

Multinacionais - A expectativa é de que a criação da BTN cambial (na sexta-feira) e a desvalorização do cruzado novo tenham impacto positivo sobre as remessas cambiais. Enquanto isso, mesmo os lucros das empresas estrangeiras que operam no Brasil não deverão ser remetidos ao exterior. A centralização do câmbio impõe um fila totalmente controlada pelo BC, que não pode deixar as reservas caírem abaixo dos US$ 5,6 bilhões. É de se supor que a medida não prejudicará muito as empresas multinacionais: a maioria delas havia acelerado o ritmo de remessa de seus lucros, aproveitando o estímulo da alta defasagem registrada entre o câmbio oficial e o paralelo, sobretudo a partir do Plano Verão.

O mais curioso é que, apesar de não ter assumido uma declaração de moratória da dívida externa, a equipe de Mailson da Nóbrega pode estar reprisando a ação de Dílson Funaro. Afinal, o nível das reservas cambiais do Brasil foi o motor principal para que o governo declarasse oficialmente a seus credores oficiais e privados que não mais pagaria os juros dos empréstimos contraídos.

POUPANÇA RENDE MENOS QUE OVERNIGHT EM JUNHO

São Paulo (AGEN) - O presidente Sarney promulgou no último dia 3 os projetos de política salarial e do salário mínimo, depois de quase dois meses de queda-de-braço com o Congresso Nacional. A proposta a que o governo era contrário passou a vigorar, instituindo um gatilho equivalente ao que superar 5% de inflação, a cada mês, e um ajuste trimestral para compensar a defasagem acumulada no período. O salário mínimo ficou em NCz$120,00, a despeito do veto anterior do presidente da República.

As reações do governo, preocupado com o impulso que seu déficit terá com os efeitos da legislação sobre as folhas de pagamento, não demoraram: o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, disse na sexta-feira que vai cortar verbas destinadas ao crédito rural e às obras públicas. O presidente da República, por sua vez, afirma que vai mudar os artigos 7º e 8º da nova política salarial, enviando medida provisória ou projeto de lei para alterar os dispositivos que permitem aos sindicatos prosseguirem com um processo trabalhista mesmo que o empregado renuncie a ele, e os que acabam com o efeito suspensivo nas apelações trabalhistas.

SALÁRIOS PROMULGADOS, MAS SARNEY NÃO DESISTE

São Paulo (AGEN) - As taxas do overnight premiaram o investidor mais do que a aceleração inflacionária. Grandes volumes de aplicação — quantias acima de NCz$ 100 mil — obtiveram uma taxa de 25,7% de rendimento líquido no curtíssimo prazo do mês de junho. Ao mesmo tempo, a poupança rendeu 25,45%, o correspondente à inflação de 24,83% mais 0,5% de juros. Tais resultados confirmam que o "feeling" do mercado estava certo — daí o aumento nas últimas semanas dos saques nos depósitos feitos em cadernetas de poupança.

O fato de que a cada novo plano econômico sucede uma nova escalada inflacionária, atingindo picos cada vez mais elevados (25% ao mês após o descongelamento do Plano Cruzado e às vésperas do Plano Bresser, e quase 35% em janeiro de 89, quando o governo lançou o Plano Verão), pode indicar que superaremos a barreira dos 30% em julho. Mas tudo indica que, desta vez, o custo de vida vá ainda mais longe, pois a desvalorização de 12% incentiva a alta dos preços no mercado interno. Foi, na verdade, uma medida tomada "com a faca no pescoço": manter a supervalorização do cruzado novo alimentaria ainda mais a fuga de capitais e encolheria o saldo da balança comercial nos próximos meses. Consertá-la, seria pôr mais lenha no fogo da inflação. O governo Sarney optou pela primeira hipótese e, com isso, será ainda mais difícil obter dinheiro do Fundo Monetário Internacional, que não aprova os altos índices inflacionários que o Brasil exibe como garantia para emprestar de novo.

Síntese

CASA PRÓPRIA MAIS DISTANTE

São Paulo (AGEN) - A Caixa Econômica Federal suspendeu todos seus empréstimos ao setor imobiliário. No último dia 29 as empreiteiras com financiamento para construção de moradias deixaram de receber pagamento da instituição financeira. Seu presidente, Paulo Mandarino, diz que a decisão decorre da queda dos depósitos em cadernetas de poupança. Na CEF, só no primeiro semestre, tal queda chegou a NCz$ 1,2 bilhão. A instituição detém 35% do volume de depósitos em todo o país.

A Caixa financiou a construção de 248 mil habitações no ano passado, enquanto que o restante do sistema, que detém 65% dos depósitos, viabilizou apenas 35 mil moradias. Mandarino disse que a suspensão durará até que se definam os novos rumos da poupança.

MAIS TRABALHO

São Paulo (AGEN) - O índice de desemprego em maio, no Brasil, foi de 3,37%. Um pouco menor do que em abril, quando a taxa ficou em 3,94%. Os dados foram divulgados no dia 3 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A falta de trabalho atingiu proporções maiores na região metropolitana de Recife, 5,29%. A Grande Rio foi a região que registrou menor falta de emprego no período: 2,61%.

Movimento operário

SEQÜESTRO DE SINDICALISTA PERMANECE MISTERIOSO

Campinas (AGEN) - Organizações, associações e sindicatos filiados à CUT Regional de Campinas estão sendo mobilizados para exigir apuração do seqüestro ocorrido na madrugada de 30 de junho para 1º de julho, em Limeira (SP), da presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cosmópolis (SP), Carlita Satou, que liderava a greve dos funcionários da usina Ester. Todos estão enviando mensagens ao delegado municipal de Cosmópolis e ao secretário estadual de Segurança Pública, Luís Fleury Filho.

Segundo o presidente da CUT Regional, Mauro Menuchi, existem "muitas evidências" de que os envolvidos no seqüestro de Carlita (encontrada viva, sem ferimentos, na manhã do dia 1º) são pessoas contrárias à greve dos trabalhadores rurais de Cosmópolis. Ele lembrou que a dirigente sindical já vinha sendo ameaçada de morte, o que tornou-se ainda mais freqüente com a deflagração da greve dos bóias-frias. As ameaças diziam, por exemplo, que Carlita seria "calada".

De acordo com Menuchi, os três filhos da sindicalista, todos menores, foram procurados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais por pessoas estranhas à família. Sabe-se, também, que seu local de estudo era alvo de rondas. O marido de Carlita foi liberado do serviço para permanecer com as crianças durante a greve. Carlita foi recentemente ameaçada por um indivíduo encarregado de contratar bóias-frias para a usina.

Piquete - Segundo uma pessoa que esteve com Carlita, ela tentava organizar um piquete na porta da usina Ester, na cidade de Limeira, onde 1300 trabalhadores estavam em greve há 17 dias, como parte da mobilização dos bóias-frias de São Paulo. Na madrugada do dia 12 ela teria ido até a casa de um indivíduo conhecido por 'Miro', que costumava pegar os funcionários para levar ao trabalho na usina. Antes de que pudesse dialogar com ele e chegar a sua casa, foi surpreendida ao descer do carro em que estava outro trabalhador.

Aos seus primeiros passos, com carros se aproximando, ela ouviu três disparos, e disse ao outro sindicalista que fosse embora, que ela se esconderia. Mas não houve tempo. Junto ao quarto disparo veio a palavra de ordem para que se entregasse. Carlita teria sido detida por dois homens, que lhe prenderam os braços às pernas e a colocaram no porta-malas de um dos carros. Ela também teria visto (não há confirmações oficiais) um carro semelhante ao da Polícia Civil.

Pelo tempo de percurso, Carlita deduziu, posteriormente, que a casa para onde foi levada provavelmente situa-se em Limeira. Ela foi colocada num quarto escuro, olhando para a parede e proibida de virar-se, sob a mira de um revólver junto a sua cabeça. Durante o tempo (que ela não soube precisar) em que ficou no local, ouviu ameaças de morte (extensivas, inclusive, a um de seus três filhos) para o caso de que não abandonasse a liderança da greve.

Carlita amanheceu num laranjal, amarrada. Segundo a fonte (que preferiu não se identificar), um dos homens, diante da baixa temperatura daquela noite, teria sugerido que ela fosse despida. A líder sindical não gritou por socorro, intimidada por insistentes latidos de cães. Foi encontrada por um vereador, amarrada a uma árvore no sítio Santo Antônio (em Cosmópolis), de propriedade de um funcionário da usina. Segundo Carlita, foi possível reconhecer "a voz do Joaquim e do Lobo", tidos como principais suspeitos do seqüestro.

De acordo com a fonte, pessoa amiga de Carlita, as ameaças de morte contra ela e sua família vêm acontecendo há pelo menos um mês. Os funcionários da usina Ester decidiram, em assembléia na tarde de segunda-feira, dia 3, suspender o movimento grevista.

A usina Ester é de propriedade de Sérgio Coutinho Nogueira, diretor-adjunto do Departamento de Energia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

FEMINISTAS INICIAM CAMPANHA CONTRA DE MILLUS

Brasília (AGEN) - Um boicote feminino nacional foi deflagrado no último dia 1º contra os produtos de lingerie fabricados pela De Millus. O "anti-slogan" ao consumo é "De Millus, feito com terror", e justifica-se pelos exames vexatórios a que vinham sendo submetidas diariamente as mais de duas mil trabalhadoras das duas unidades de produção existentes no Rio de Janeiro. Antes do término do expediente elas eram obrigadas, pelo menos até o fim do mês passado, a se submeter a revistas, tendo de tirar blusas, calças e calçados.

No dia 29 de junho, munidas de mandado judicial, conselheiras do Conselho Estadual de Defesa da Mulher (Cedim), lideradas por Branca Moreira Alves e acompanhadas pela representante da OAB, Comba Marques Porto, ainda puderam ver a revista — que foi presenciada, também, pela delegada-adjunta da 22ª DP, Jocelen Thiago.

Na parte da manhã, durante manifestação pública por volta das 12h, as operárias da De Millus foram proibidas de sair à rua e tiveram reduzido seu horário de almoço. A "justificativa", revelada mais tarde pelo diretor Marcílio Lemos, foi a de que as trabalhadoras haviam recebido o salário no dia 28, e poderiam ser assaltadas pelos manifestantes. (As pessoas presentes ao ato eram basicamente feministas, sindicalistas e jornalistas...)

Ao mesmo tempo, a própria promotora, Branca Moreira Alves, presidente do Cedim, as deputadas estaduais Jandira Feghali (PC do B) e Heloneida Studart (PSDB), e a vereadora Laura Carneiro (PSDB), tiveram proibido seu acesso à fábrica. Somente após concessão de mandado judicial expedido pelo juiz Leomil Antunes Ribeiro, da 34ª Vara Criminal, a entrada foi liberada para averiguações de "indícios de prática criminosa".

Diante da interrupção das revistas houve manifestações de alívio por parte das trabalhadoras, que comemoraram com aplausos o fim de tão evidente desrespeito à dignidade e aos direitos humanos.

Ministra - No dia 6 de julho a presidente do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, Jaqueline Pitanguy, encontrou-se com a ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, a quem relatou a visita das feministas à De Millus e solicitou uma ação enérgica do Ministério, adotando fiscalização intensiva em todas as empresas de confecção de peças íntimas no país, através das delegacias regionais de trabalho.

Síntese

TARTARUGA NA MINA

Salvador (AGEN) - Água na altura dos joelhos, homens carregando trilhos, respirando ar carregado de poeira — sem utilização de máscaras — e submetidos a níveis intoleráveis de ruído.

Os mineiros deram um basta a tal situação, vivida a 1500 metros de profundidade, na mineração Morro Velho, município de Jacobina, a 350 quilômetros de Salvador.

Em resposta, os mineiros acionaram a operação tartaruga. Como se não bastassem todas essas dificuldades de trabalho, a empresa, pertencente ao holding Anglo America Corporation (originária da África do Sul), também resolveu descumprir os pontos estabelecidos em dissídio. Os 1500 funcionários permanecem em operação tartaruga desde o dia 14, quando o TRT, julgando o dissídio da categoria, concedeu 50% de aumento real e o pagamento das horas extras a 100%, mais 100% de adicional noturno, e adicional de periculosidade fixado em 30%. Naquela data, a empresa demitiu 350 mineiros e suspendeu mais 250, por 15 dias.

CUT EM TOCANTINS

Tocantins (AGEN) - O congresso de fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), inicialmente previsto para o início deste mês, em Miracema do Norte (TO), não se realizará. De acordo com a CUT Nacional, a Comissão Pró-CUT, formada por presidentes dos sindicatos daquela região, reuniu-se recentemente na capital de Tocantins com a incumbência de preparar o congresso de fundação.

Diante dos dados apresentados por todos os integrantes do grupo, porém, chegou-se à conclusão de que ainda não é o momento oportuno para a fundação de uma regional, em virtude de falhas de infra-estrutura e, sobretudo, pela falta de recursos humanos para operacionalizar a proposta. Mesmo assim, a CUT permanece atuante no Estado, inclusive através de várias organizações sindicais fixadas em Tocantins.

OSASCO BATE RECORDE EM ACIDENTES DE TRABALHO

Osasco (AGEN) - No município de Osasco (área metropolitana de São Paulo) foram registrados, em 1988, mais acidentes de trabalho do que em sete Estados brasileiros juntos: Amazonas, Alagoas, Paraíba, Mato Grosso, Piauí, Rondônia e Acre. O recorde da região corresponde a 19.756 acidentes de trabalho. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do município, o nível de fiscalização é baixíssimo, o que contribui para a permanência do problema.

O Sindicato promoveu, de 4 a 6 de julho, o 10º Ciclo de Debates sobre Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, totalmente aberto ao público. Na terça-feira, às 19h, no Esporte Clube Cotiano, houve palestra sobre a fiscalização das empresas e a luta dos metalúrgicos de Santos (Cosipa) pelo reconhecimento da leucopenia como doença profissional. As abordagens foram feitas pela subdelegada regional do Trabalho, Lucíola Rodrigues, e pelo sindicalista Uriel Villas Boas, que é também diretor do Departamento Intersindical de Estudos de Saúde do Trabalhador (Diesat).

No dia 5, na Câmara Municipal de Taboão da Serra (rua Levy de Sousa e Silva, 150), a deputada estadual Clara Ant (PT), membro da Comissão do Trabalho, da Assembléia Legislativa, falou sobre emendas relativas ao tema (acidentes de trabalho e doenças profissionais) enviadas à Constituinte estadual. Falou também o advogado Antônio José de A. Rebouças, coordenador técnico do Diesat.

No último dia, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco (rua Erasmo Braga, 879), proferiram palestra o sindicalista Remigio Todeschinni, do Sindicato dos Químicos do ABC e secretário-geral do Diesat, e um pesquisador do mesmo órgão, o médico Francisco Lacaz.



Boletim do Sindicato dos Metalúrgicos, denunciando a omissão oficial frente aos acidentes de trabalho

Durante os debates foram divulgados dados alarmantes sobre a realidade da insegurança do trabalhador em suas atividades e sobre os números oficiais do INPS, registrando ocorrências dentro do tema. De 79 a 88 foram computados 156.767 acidentes de trabalho na região de Osasco, com 357 mortes e 667 trabalhadores aposentados por incapacidade permanente. Isso tudo sem contar diversas formas de mutilação. Foram registrados ainda 131 casos de doenças profissionais. Em Osasco, na área de metalurgia, há pelo menos 500 trabalhadores completamente surdos.

JORNALISTAS ESCOLHEM NOVA DIREÇÃO NACIONAL

São Paulo (AGEN) - A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) promove eleições para renovação de sua diretoria nos próximos dias 12, 13 e 14. Foram inscritas duas chapas: chapa 1, "Em Linha Direta", e chapa 2, "Por uma Fenaj de Todos".

Armando Rollemberg candidata-se à reeleição, na presidência, pela chapa 1, tendo como oponente o jornalista João Vicente Freitas Neto. Como 1º vice-presidente executivo das respectivas chapas figuram Luís Carlos de Assis Bernardes e Argemiro Humberto Ferreira.

Encontro estadual - No dia 12 de agosto o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo promove encontro estadual em sua sede (Rua Rego Freitas, 530, SP), em função do Congresso Nacional Extraordinário previsto para os dias 17, 18 e 19 de agosto, em Recife.

Pretende-se eleger durante esse primeiro Encontro Estadual os delegados ao congresso extraordinário e discutir temas que estão em pauta para o congresso nacional: estágios, estrutura sindical, criação do Departamento Nacional dos Trabalhadores em Comunicação da CUT, entre outros.

América Latina

COLÔMBIA DISCUTE DIREITOS HUMANOS

Bogotá (AGEN) - Durante os dias 29 e 30 de julho terá lugar na capital colombiana o 6º Fórum Nacional de Direitos Humanos, com o tema "Pelo direito à vida e à recuperação democrática na Colômbia". A promoção é do Comitê Permanente pela Defesa dos Direitos Humanos da Colômbia.

A garantia dos direitos humanos, o aperfeiçoamento da Justiça contra a impunidade, o fim da violência política e a eliminação dos grupos paramilitares constituem os principais objetivos do evento. O plebiscito e as reformas constitucionais que conduzam a uma democracia real e participativa no país também serão discutidos.

A discussão sobre a reforma constitucional, a reforma eleitoral democrática e as soluções políticas ao cumprimento de tratados internacionais, ocorrerá justamente uma semana após os parlamentares terem retornado às suas atividades no dia 20 de julho, ao fim de seis meses de paralisação.

Direitos Humanos - A Colômbia enfrenta hoje uma das maiores crises de direitos humanos de sua história. O problema da paz continua sendo um tema nacional de grande importância, já que milhares de líderes sociais, sindicais e políticos, entre outros, são assassinados por grupos paramilitares, em total impunidade.

No ano passado e neste primeiro semestre foram registrados genocídios nas regiões de Urabá, Córdoba, Boyacá, Santander e Antioquia. Em todos eles ficou comprovada a ação de esquadrões da morte, com envolvimento de militares.

Várias organizações de direitos humanos têm denunciado os crimes políticos e afirmado que a Colômbia "é um dos países de maior violência na América Latina e talvez no mundo". Entre elas está a Anistia Internacional, Americas Watch, Comissão Internacional de Observação Judicial (presidida pelo detentor do Prêmio Nobel da Paz. Adolfo Pérez Esquivel), Pax Christi, da Holanda, Justiça e Paz, da Alemanha Federal, Comissão Andina de Juristas e Grupo Especial para os Desaparecidos, da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Os temas a serem tratados no evento vão desde o diagnóstico da situação dos direitos humanos até as ameaças contra o Poder Judiciário por pistoleiros pagos por narcotraficantes e grupos paramilitares. Também a caracterização dos grupos de extermínio com a presença de mercenários, estrangeiros e a "limpeza" dos organismos de segurança de funcionários comprometidos nas violações dos direitos humanos serão temas em debate.

Abaixo-assinado - O Instituto Brasileiro de Amizade e Solidariedade aos Povos (Ibasp) está recolhendo assinaturas para serem remetidas ao governo colombiano, como forma de pressão internacional contra os grupos paramilitares que continuam assassinando impunemente líderes populares.

Segundo o secretário-geral do Ibasp, Miguel Anacleto Júnior, os abaixo-assinados "Pela paz e pela democracia na Colômbia" poderão ser remetidos para a organização: caixa postal 1268, CEP 50050, Recife, Pernambuco.

600 INTELECTUAIS ESCREVEM A BUSH PELA NICARÁGUA

Manágua (AGEN) - Seiscentos intelectuais de todo o mundo escreveram uma carta ao presidente dos Estados Unidos, George Bush, pedindo o fim do bloqueio econômico à Nicarágua, lembrando que as relações entre os Estados Unidos e a União Soviética vêm melhorando sensivelmente, o que poderia também ser possível entre os EUA e a Nicarágua, "um país pobre e pequeno, que tem sido arrasado pela guerra".

A íntegra do documento é a seguinte: "Senhor Presidente, durante os últimos oito anos, a Nicarágua tem sido submetida ao sofrimento de uma guerra devastadora. Até hoje essa guerra deixou um saldo de 29.113 mortes, 17.867 feridos, 14.460 órfãos, mais de 250 mil desabrigados e em torno de 12,2 bilhões de dólares em perdas materiais para o país.

A paz para a Nicarágua deve ser restabelecida de imediato. O processo de negociação e de diálogo firmado em Esquipulas II, e os acordos de Tesoro Beach a que chegaram os cinco presidentes da América Central, devem ser efetivamente apoiados, a fim de se obter uma paz verdadeira, que permita que esses países resolvam por si mesmos seus próprios assuntos, sem qualquer ingerência estrangeira.

Cremos que a boa fé deve traduzir-se em boas ações. Este é o momento para que se restaure o diálogo direto com a Nicarágua, o que seria a oportunidade para o desenvolvimento de um entendimento justo e a longo prazo entre os dois países. Os presidentes da América Central solicitaram esse diálogo quando foram firmados os acordos de Esquipulas. Essa petição merece uma atenção imediata.

Também cremos que a boa fé implique que os Estados Unidos levantem seu embargo comercial contra a Nicarágua, que tem sido declarado injusto, tanto pelas Nações Unidas como pelo GATT (Acordo Geral de Alfândega e Comércio).

Senhor Presidente: estaria sendo dado um passo transcendental se se anunciasse, dentro do período dos primeiros cem dias de sua administração, que os Estados Unidos cumpririam a sentença da Corte Internacional de Justiça, que implica pôr fim à toda ingerência interna nos assuntos nicaragüenses. Ao adotar tal atitude, se estaria honrando a tradição dos Estados Unidos de respeitar as instituições judiciárias e, portanto, se daria uma contribuição substancial ao fortalecimento da ordem jurídica internacional.

Ao mesmo tempo, quando as relações entre os EUA e a União Soviética parecem estar melhorando, e quando os conflitos militares em várias regiões do mundo estão sendo resolvidos, a América Central não deve ser uma exceção. Também na América Central se deveria alcançar uma paz negociada através do diálogo, do entendimento e da boa vontade.

Se é possível que as duas superpotências se entendam para melhorar as esperanças de paz de toda a humanidade, por que não poderia ser isso possível entre um país poderoso como os Estados Unidos e um país pobre e pequeno como a Nicarágua, que tem sido arrasado pela guerra?"



Chico Buarque: um dos signatários da carta a Bush

Intelectuais brasileiros - Entre os nomes mais conhecidos estão os seguintes: Jorge Amado; Miguel Arraes, governador de Pernambuco; Chico Buarque; Ivo Barbieri, reitor da Universidade do Rio de Janeiro; Ferreira Gullar, escritor; d. Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia; Thiago de Mello, poeta; Luiza Erundina; Rubem Fonseca, escritor; Paulo Freire, secretário de Educação da Prefeitura de São Paulo; Egberto Gismonti, músico; Pedro Ivo, governador licenciado de Santa Catarina; Fernando Morais, secretário de Cultura do Estado de São Paulo; Paulo Aires Mattos, bispo metodista; Lucélia Santos; João Cláudio Todorov, reitor da UnB; Fausto Wolff, escritor, e Nélson Werneck Sodré, historiador.

NEWTON CARLOS

VARGAS LLOSA RENUNCIA À SUA RENÚNCIA

Rio de Janeiro (AGEN) - O escritor peruano Mario Vargas Llosa, que faz questão de não ter partidos e se lançou candidato à Presidência do Peru como alguém acima da "politicagem", já não se importa em aplicar o velho jogo da política. Fez que renunciou, mas não renunciou. Só queria enquadrar dois caudilhos da direita, que apesar de caquéticos continuam sonhando alto.

Llosa tem os votos. As pesquisas confirmam. Enquanto a coligação "Esquerda Unida" briga internamente, o escritor sobe nas pesquisas. As últimas, antes da falsa renúncia, lhe davam mais de 40%. Mas os partidos da sua "Frente Democrática" estão em mãos do ex-presidente Belaunde Terry e de Bedoya Reys, que não desiste de um dia ser presidente do Peru, enquanto Belaunde só pensa em voltar.

Terceiro Mundo

ÁFRICA DO SUL: AUMENTA CAMPANHA CONTRA OPOSIÇÃO

Joanesburgo (AGEN) - O assassinato de David Webster, fundador do Comitê de Apoio aos Pais de Presos Políticos, no dia 1º de maio, foi mais um episódio na campanha do governo da Africa do Sul contra ativistas e organizações anti-apartheid. Outros incidentes foram a explosão de bombas em Khotso House, sede do Conselho Sul-Africano de Igrejas, em Khanya House, sede da Conferência Episcopal Católica, e em Cosatu House, o prédio do Congresso dos Sindicatos. Os culpados nunca foram identificados, e em muitos casos há evidências que incriminam a Polícia de Segurança.

Outro incidente nessa campanha foi a recente tentativa de envenenar o reverendo Frank Chikane, secretário do Conselho Sul-Africano de Igrejas, que foi internado quatro vezes num hospital: a primeira vez, quando estava na Namíbia, e as outras três nos Estados Unidos. O FBI está ajudando nas investigações a respeito, realizadas no campus da Universidade de Madison, EUA, onde Chikane se encontrava. Tudo o que o religioso tinha trazido da África do Sul, como roupas e bagagem, foi examinado, e os últimos testes de laboratório indicam que Chikane foi envenenado com organofosfato anticolinesterose.

Max Coleman, que como o reverendo Chikane é membro da Comissão de Direitos Humanos, reiterou o desafio que tinha apresentado ao ministro da Lei e da Ordem, Adrian Vlok, por ocasião do assassinato de David Webster, de investigar as atividades dos esquadrões da morte, começando pelos elementos da própria força policial.

Partidos - O "não-político" Llosa não desconhece, portanto, a importância de ter partidos organizados cobrindo sua candidatura. A Ação Popular (AP), de Belaunde, e o Partido Popular Cristão (PPC), de Bedoya, vinham brigando por votos municipais. Antes das presidenciais, no ano que vem, o Peru terá eleições municipais no final deste ano. Os dois caudilhos da direita decidiram medir forças, provocando desespero em Llosa.

A "Frente Democrática" começou a tremer. Llosa partiu para um gesto dramático, encenado com o seu talento de escritor. Renunciou à candidatura acusando os caudilhos briguentos de abrirem caminho ao "marxismo retrógrado e totalitário" ou a uma "aventura militar sangrenta". Mas logo se viu que não era deserção, e sim a reedição de um velho golpe. Deu certo, porque a direita peruana sabe o que Llosa também sabe: ele é o único em condições de enfrentar as esquerdas.

Esquerdas - Llosa "pacificou" o seu terreiro. Continua candidato. E forte. A "Esquerda Unida" não consegue o mesmo, o que prejudica a candidatura de Alfonso Barrantes, ex-prefeito de Lima, forte em votos. Mas ainda há muito chão pela frente.

Igrejas

NOBEL PARA D. PAULO: APOIOS CHEGAM A OSLO

São Paulo (AGEN) - A comissão que coordena o movimento pró-Prêmio Nobel da Paz para d. Paulo Evaristo Arns, sediada em São Paulo, iniciará nos próximos dias o envio dos primeiros abaixo-assinados ao Comitê responsável pela escolha do nome, em Oslo, na Noruega. Segundo a coordenação, na sede da campanha já há três caixas de papelão cheias de mensagens e assinaturas.

Chegaram abaixo-assinados de todos os Estados e regiões do país, à exceção apenas do ex-Território de Fernando de Noronha (hoje anexado ao Estado de Pernambuco). Cidades pouquíssimo conhecidas, como Novas Russas, no Ceará, Benedito Novo, em Santa Catarina, e Bananeira Antônio Gonçalves, no interior da Bahia, mobilizaram-se e enviaram seu apoio.

Os interessados em obter mais assinaturas podem escrever para a rua Mauá, 836, casa 35, CEP 01028, São Paulo, SP. O prazo de coleta e envio para São Paulo extingue-se por volta do dia 15 de agosto.

Cartaz vencedor - O júri popular elegeu o trabalho de Elda Broilo como o melhor, dentre os 210 inscritos, para ser o cartaz oficial da campanha. Na parte inferior está desenhada uma cerca de arame farpado, cujo nó vai, aos poucos, se transformando numa pomba. Elda é ligada ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra do Rio Grande do Sul. Quem desejar o cartaz pode escrever para o endereço acima.

BISPO CRITICA COLLOR PELO "PASSADO POLÍTICO NEGATIVO"

São Paulo (AGEN) - Um dia antes de seguir para a Suíça, onde participou, na última semana, de um acordo internacional sobre migrações, d. Antônio Possamai, 60, bispo de Ji-Paraná (RO), condenou os projetos de construção de hidrelétricas desenvolvidos pelo governo federal, "sem qualquer consulta ao povo ou às suas organizações", e criticou o presidenciável Collor de Mello, "dono de um passado político negativo".

Na Suíça d. Antônio participou do encontro da Comissão Católica Internacional dos Migrantes, em Genebra, como representante oficial da CNBB e do SPM. Ele observou que o Estado de Rondônia, considerado durante muitos anos como de alto índice imigratório, teve o fluxo de chegada de migrantes reduzido em 89. De um total de 200 mil a cada ano (a maioria proveniente do Paraná e do Espírito Santo), neste ano calcula-se que cerca de 50 mil migrantes tenham deixado seus Estados e se dirigido a Rondônia.

Síntese

1º INTERECLESIAL

Duque de Caxias (AGEN) - Começou na última segunda-feira, dia 10, o 7º Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base, que reunirá até amanhã, dia 14, cerca de duas mil pessoas nesta cidade fluminense. "Povo de Deus, na América Latina, a caminho da libertação" é o tema geral do Encontro, que está discutindo, por exemplo, o massacre das culturas indígenas e negra, no contexto dos 500 anos da evangelização do continente, a serem completados em 1992.

IGREJA E PERESTRÓICA

Moscou (AGEN) - "A perestróica e a Igreja na União Soviética" e "Problemas atuais do movimento ecumênico" são os temas em debate na reunião do Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), de 16 a 26 de julho, em Moscou.

Bíblia

REUNIR E ORGANIZAR

Milton Schwantes

O alvo do projeto de Deus é a organização de seu povo. Ao longo da História, vão aparecendo diversas concretizações deste projeto. A forma de organização varia. Vai assumindo contornos específicos.

Lá nos tempos de Sara e Abraão tratava-se de firmar e assentar a organização de grupos de pastores de ovelhas. Os textos de Gn 12-50 nos contam quão difícil era essa tarefa. Os conflitos eram muitos: entre homem e mulher (Sara x Abraão), entre mulheres (Sara x Hagar), entre irmãos (Jacó x Esaú, Ló x Abraão, José x seus irmãos). Mas, apesar de todas essas dificuldades, esses seminômades crescem em sua organização, tomando jeito de um povo articulado. A tal ponto se organizam que, quando escravizados no Egito, conseguem resistir, fazer frente ao terror do faraó e, enfim, libertar-se, rumo à "terra que mana leite e mel".

Já na terra da promessa, o povo de Deus encontra novas formas de organização. Agora são lavradores. Os desafios são outros. O povo se organiza em famílias, em clãs, em tribos. Em cada aldeia, esses laços tribais e familiares são estabilizados através de ritos, leis e costumes. A própria posse da terra é coletiva. Está de tal forma amarrada às estruturas clânicas e tribais que nem mesmo pode ser vendida. Esse sistema tribal se transformou na força decisiva para a resistência popular contra os novos faraós, que através de figuras como Abimeleque (Jz 9), de Salomão (1 Rs 2) e outros, tentaram subjugar os lavradores.

Por alguns momentos, parecia que os reis desarticulavam o povo. Em todo caso, tentaram fazê-lo. Montaram fortes exércitos. Mandaram massacrar vilas inteiras (2 Rs 15,16). Instituíram uma administração eficiente e extorsiva (1 Rs 4). contruíram templos para iludir a população (Jr 7). Esforço não faltou da parte dos reis. Mas seus planos não deram certo. Lá nas aldeias, os lavradores se deram conta do "conto do pacote" que lhes era passado. Denunciaram as arbitrariedades monárquicas. Insurgiram-se. Derrubaram reis. Exigiram justiça (2 Rs 21-23). De fato, por mais que tentassem, os monarcas não conseguiram domesticar os camponeses das aldeias.

A profecia é a manifestação mais madura dessa insubmissão dos lavradores. Os profetas sedimentaram a resistência. Elaboraram um projeto para o futuro, no qual as armas se tornassem instrumentos de trabalho (Is 2,4) e no qual o povo da terra pudesse voltar a viver em paz, "debaixo da sua videira" (Mq 4,4). Profecia é povo organizado, para resistir e viver um novo projeto.

Jesus recria seu povo. E o faz a partir de um enfoque particularmente radical. Parte dos mais sofridos, mais doentes, mais desumanizados. Começa por aqueles que estavam excluídos. Refaz o povo a partir do lixo, daqueles que nada são. Nesse meio, constitui discípulas e discípulos. Reúne as pessoas. Agrupa-as: "Onde dois ou três estiverem reunidos ... aí estou no meio deles." (Mt 18,20) E assim "o vale de ossos" (Ez 37) se põe de pé. Faz-se gente. Passa a ter nome. Toma-se organização.

Deus quer organizar. O poder da opressão quer desorganizar. Para alcançar esse alvo, os dominadores não raro se valem justamente de versões falsificadas da religião. Costumam desenvolver "amores" especiais pelos templos, por aquilo que espelha poder e força. Esse projeto do templo já vem desde o A.T. E aí, desde o início, foi criticado, pois "em casa nenhuma habitei desde o dia em que fiz subir os filhos de Israel do Egito" (2 Sm 7,6). Estas palavras de Natã foram secundadas pelos profetas: o templo é "covil de salteadores" (Jr 7,11).

Hoje, o projeto do templo e do poder volta a rondar comunidades e Igrejas. Uma vez mais se pensa que estruturas de poder, de mando e obediência seriam a solução. Gritam: "Templo! Templo!" (Jr 7,4) Mas o projeto do Deus Libertador não passa por aí. Seus caminhos são outros.

Memória

NICARÁGUA, DEZ ANOS DA REVOLUÇÃO SANDINISTA

São Paulo (AGEN/CDHAL) - No próximo dia 19 de julho, a Revolução Nicaragüense, inspirada no ideário de Augusto César Sandino, o "general de homens livres", estará completando o 10º aniversário.

Localizada no coração da América Latina, a Nicarágua, cansada de décadas de ditadura sob a mão de ferro de Anastácio Somoza, libertou-se em 1979 sob o comando da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Após o triunfo da Revolução Sandinista, quando milhares perderam a vida durante a insurreição, o governo liderado por Daniel Ortega iniciou a reconstrução nacional. Uma das primeiras medidas foi a realização em 1980 da Cruzada pela Alfabetização do povo. Hoje a Nicarágua apresenta um baixíssimo índice de analfabetos.

O governo sandinista fez a seguir a Reforma Agrária. Mais de 2 milhões de hectares foram distribuídos para 102.086 famílias camponesas e mais de 100 mil casas foram construídas tanto na área urbana como rural. Efetivou-se também o acesso livre e igual à educação e à saúde, pela construção de hospitais e escolas.

No entanto, este "mau exemplo" não pôde até nossos dias ser digerido pelos Estados Unidos, que não se conformam de a Nicarágua ser a inspiradora da liberdade para toda a América Latina.

A Nicarágua se viu acossada pelo imperialismo norte-americano durante todos estes 10 anos. O ex-presidente Ronald Reagan, retratado como "inimigo da humanidade" pelo hino sandinista, serviçal do complexo industrial-militar estadunidense, tudo fez em seu mandato para destruir a Revolução Sandinista, sem no entanto consegui-lo.

Sustentou com mais de 100 milhões de dólares, em cada ano, os "contras" que atacavam a pátria de Sandino, a partir de Honduras, no norte, e da Costa Rica, no sul, enquanto a Marinha bloqueava os portos nicaragüenses no Atlântico e no Pacífico. Tudo em vão.

Dois fatores foram determinantes na resistência: a firme disposição do povo de "tornar a pátria livre ou morrer", e a solidariedade internacional dos povos.

O Tribunal de Haia (Holanda) condenou o país agressor, e a Suprema Corte da ONU entendeu que embora não houvesse soldados norte-americanos combatendo no interior nicaragüense, não se diminuía a responsabilidade dos Estados Unidos, que supriam os "contras".

Hoje, embora a situação econômica continue precária, em consequência também do bloqueio norte-americano, e após a "Conferência de Esquipulas", a Nicarágua continua conquistando novos espaços junto à comunidade internacional e alimentando a esperança dos povos latino-americanos.

CUPOM DE ASSINATURA

Quero assinar o boletim semanal da AGEN pelo período de 1 ano. Para isso envio o cheque ou vale-postal de NCz$ 15,00 (individual) ou NCz$ 20,00 (entidades).

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____
Cidade _____ Estado _____
País _____ Nº do cheque ou vale-postal _____
Telefone _____
Assinatura _____ Data _____

Obs.: No caso de vales-postais, deverão ser encaminhados somente à Agência do Correio Central de SP, CEP 01051.

Expediente

Editor Responsável: Dermi Azevedo (Mtb 239)
Editor Assistente: José Pedro S. Martins (Mtb 17.572)
Redação: Guilherme Salgado Rocha, Maria do Rosário Lino e Beltrina Corte
Correspondentes e Colaboradores: Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs (Porto Alegre, RS), José Anchieta Ferreira (Linhares, ES), Flaminio Araripe (Acre), Carlos Boução (Pará), José Rosinaldo de França (Alagoa Grande, PB), Mário A. Evangelista (Piracicaba, SP), Marcelo Jatobá Maia (Itamaraju, BA), Helenice Netto (Volta Redonda, RJ), Newton Carlos e Isaac Akcelrud (comentaristas internacionais), Roberto Codas Friedmann (América Central), Esmeralda Villegas (Bogotá, Colômbia), Aníbal Pastor Niñez (Santiago), Juan Pezzuto, Regina Santos, Frei Betto, Elsa Lobo, Luzia Rodrigues, Francisco Catão, Paulo Schilling, Lenise Lantelme, Marcelo Semer e Milton Schwantes (São Paulo)
Divulgação e contatos: José Domingos Bragheto
Secretário Executivo: Edin Sued Abumanssur
Produção Gráfica: AGEN 229 6734
Diretoria: Pedro Wilson Guimarães (Presidente), Antonio Carlos Fon (Vice-Presidente), Paulo Maldos (Secretário), José Lourenço Pechtoll (Tesoureiro)

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS
Av. Ipiranga, 1267
8º andar - 01039 - São Paulo - SP - Brasil
Fone: (011) 229-6734 Telex: 1125824 AECN-BR

OSASCO 14.7.89 SP
BRASIL CORREIO ECT
0,11
M-88146 F-48258D

IMP 021001-9000E-U
CARITAS DIOCESANA NOVA IGUACU
R.CAP. CHAVES 60
26220 NOVA IGUACU RJ

IMPRESSO

DEVOLUÇÃO GARANTIDA DR/SP
ISR -40- 0987/89
U. POSTAL - AG. OSASCO

AGEN

184
11 de janeiro de 1990
NCz$ 5,00

Luteranos debatem a miséria no mundo

De 30 de janeiro a 8 de fevereiro, a Federação Luterana Mundial (FLM) realiza a sua 8ª Assembléia Geral, em Curitiba, Brasil. É a primeira vez que a FLM promove sua assembléia num país de maioria católica e na América Latina. A miséria, a dívida externa e a ecologia são alguns dos temas em debate pelos cerca de mil representantes de 55 milhões de luteranos.

Página 5.

Foto: Robson Martins



- Madeireiros ameaçam Cinta Larga em Rondônia... Pág. 3
- Decisão do Supremo encerra caso Fuchs... Pág. 4
- Abertura econômica garante perestroika... Pág. 6
- CUT discute estratégia frente a Collor... Pág. 8
- Ministério "collorido" será neoliberal... Pág. 9
- Kissinger volta a ser "eminência parda"... Pág. 13

Editorial

Movimentos sociais: os desafios para 90

O ano de 1990 começou com a rearticulação das forças políticas, consumada a eleição de Fernando Collor de Mello como presidente da República. Todos os indícios são de que Collor terá dificuldades para governar, pois a maioria dos partidos que têm bancada expressiva no Congresso já se declarou oposição. O próprio PMDB, dono da bancada majoritária, decidiu a 2 de janeiro ser oposição a Collor de Mello, ameaçando com expulsão do partido quem apoiar o governo "collorido".

Uma agravante para o governo Collor é o processo eleitoral que aos poucos está sendo deflagrado. A 3 de outubro serão eleitos novos governadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores. Será uma eleição fundamental, pois os novos membros do Congresso terão a incumbência de praticamente reescrever o novo texto constitucional, para completar o processo de transição para a democracia. Diante do agravamento da crise econômica e, conseqüentemente, dos problemas sociais, a tendência é de que a campanha eleitoral de 90 seja marcada por severa oposição ao governo central, o que contribuirá para o isolamento de Collor.

Todos esses elementos reforçam a necessidade de uma vigilância firme e constante ao Congresso e ao governo pelos movimentos sociais. A mobilização social será decisiva para que o Brasil saia da mais grave crise política, econômica e institucional de toda sua história. O governo federal e o Congresso a ser eleito a 3 de outubro não poderão mais ficar calados diante de uma realidade que beira à comoção social. Os donos do poder não podem continuar de ouvidos fechados para o grito de miséria que as ruas têm levantado.

Mais do que nunca, portanto, os movimentos populares devem estar ativos e articulados. O processo de participação política operado durante o Congresso Constituinte deve ser redobrado neste ano de 1990, que será decisivo para que o Brasil entre na rota da modernidade, com liberdade, paz e justiça social.

Cartas

DOS ESTADOS UNIDOS

• Estou muito satisfeito com o material da AGEN. Por estar longe, é canal muito bom de notícias e informações, e mais por estar dentro da fronteira norte-americana (é como estar na boca do leão); de todos os modos devemos seguir na luta contra o abuso capitalista, até derrubar o muro do egoísmo que separa as nações.

Trabalho na fronteira com braceiros latino-americanos, principalmente mexicanos. Temos duas missões, e também trabalho em Mexicali (México). Vamos começar com uma casa de migrantes menores, deportados.

Ademar Barilli
Imperial - Estados Unidos

DE TERESINA

• O boletim da AGEN é esperado com muita expectativa e lido não somente por nós, as irmãs, mas pelo povo da comunidade local, principalmente jovens e catequistas. É usado inclusive em debates de reuniões de comunidade, de jovens e catequistas, pois traz a realidade nua e crua, denunciando as injustiças que o povo vem sofrendo, e suas lutas, conquistas e vitórias. Isso ajuda muito na conscientização do povo. Queremos parabenizá-los pelo ótimo trabalho que vêm realizando através desse maravilhoso boletim.

E nós não desistiremos desta leitura tão boa, atual, crítica e real em suas notícias, não as distorcendo como acontece, no geral, com a imprensa.

Ir. Lucilla Thiele
Teresina - PI

DE SÃO PAULO

• Queremos fazer uma sugestão, por cuja viabilização nos corresponsabilizamos. Assim como estão dispostas (diagramadas) as páginas por assuntos (mulher, ecologia, terra, indígenas etc.) solicitamos abrir um espaço com o título "Negro". Nós, enquanto agentes de pastoral negros, nos corresponsabilizamos a alimentar essa coluna. Para tanto sugerimos a publicação do encarte do nosso boletim (novembro/dezembro). Solicitamos também que seja agendada na última página a nossa agenda/90, constante do mesmo.

Gratos pela costumeira atenção, queremos nos congratular com todos os que compõem a equipe desse conceituado órgão de comunicação popular, que cada vez mais se esforça para ser a voz dos despossuídos.

Ribamar
São Paulo - SP

DA ARGENTINA

• Faz pouco tempo chegou a minhas mãos, através de um amigo, o boletim da AGEN. Pareceu-me muito bom, sobretudo por uma série de informações muito úteis para nós, que estamos desinformados por uma série de motivos. Para nós, da Comissão Justiça e Paz, o boletim da AGEN será muito útil.

Miguel Armada
Córdoba - Argentina

As cartas para esta seção devem ser curtas e conter os nomes completos das pessoas, com endereço.
Para atender aos leitores a AGEN reserva a si o direito de publicar os trechos mais representativos das cartas recebidas.

Expediente

Editor responsável: Dermi Azevedo (Mtb 239).
Editor Assistente: José Pedro S. Martins (Mtb 17.572).
Redação: Maria do Rosário Lino
Arte: 2M Criação e Produção Gráfica.
Endereço: Rua Reigo Freitas -354 -1º and. cjto 17
Revisão: João Bazanelli Neto e Maria de Almeida
Composição: Renata Luciana A. Ramos
Correspondentes e Colaboradores: Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs (Porto Alegre, RS), José Rosinaldo de França (Alagoa Grande, PB), Mário A. Evangelista (Piracicaba, SP), Marcelo Jatobá Maia (Itamaraju, BA), Helenice Netto (Volta Redonda, RJ), Antonio Carlos Ribeiro (Rio de Janeiro), José Rocha (Manaus, AM), José Vicente Filho (Crateus, CE), Carlos Roberto da Costa (Ji-Paraná, RO), Jomar Ricardo da Silva (Campina Grande, PB), Patricia Ferri e Luis Eusebi (Boa Vista, RR), Adilar Altoé (Gurupi, TO), Acir Rickill (Ponta Grossa, PR), Marcos Colares (Teresina, PI), Pedro Jorge (Fortaleza, CE), Oldack Miranda (Salvador, BA), Artur da Silveira (Nova Iguaçu, RJ), Jaider Batista da Silva (Colatina, ES), Edna Flor (Araçatuba, SP), Humberto Cunha (Belém, PA), Fernando Antonio Gonçalves (Recife, PE), Newton Carlos, Isaac Akcelrud (comentaristas internacionais), Roberto Codas Friedmann (América Central), Hector Torrez (Bogotá, Colômbia), Aníbal Pastor Niñez (Santiago), Juan Pezullo, Frei Betto, Elsa Lobo, Luzia Rodrigues, Francisco Catão, Paulo Schilling e Milton Schwantes (São Paulo).
Divulgação e Contatos: José Domingos Bragheto.
Secretário Executivo: Edin Sued Abumansur.
Produção Gráfica: AGEN (229-6734).
Diretoria: Pedro Wilson Guimarães (Presidente), Antonio Carlos Fon (Vice-Presidente), Paulo Maldos (Secretário), José Lourenço Pechtoll (Tesoureiro).

Povos indígenas

Cinta Larga ameaçados por madeireiros

Espigão d'Oeste (AGEN/IECLB) - Os índios Cinta Larga do posto Capitão Cardoso, de Espigão d'Oeste, Rondônia, deixaram para trás, em novembro, a maloca coletiva e passaram a morar em casas de madeira, cobertas por telhas de "eternit". Não é só essa marca que o branco "civilizado" induz a esse povo indígena. Madeireiros da região distribuem balas e guloseimas gratuitamente. Os Cinta Larga conhecem o açúcar e o macarrão e têm fascínio pelo industrializado; só os mais idosos se dão conta da dependência a que estão se condenando.

"O branco sabe explorar o ponto fraco desse povo", avalia a indigenista Sandra Roseli Bertoti Neto, trabalhando no projeto Saúde, da IECLB, entre os Cinta Larga do posto Capitão Cardoso. Além de terem suas tradições feridas, os índios pagam um preço elevado para colocar o macarrão à mesa e morar numa casa "de gente". Tudo é pago, a preço vil, por troca de madeira retirada de suas terras. Na área indígena do parque Aripuanã, que abrange o posto Capitão Cardoso, atuam seis madeireiras, algumas multinacionais.

Homicídio declarado- Uma média de 15 caminhões por dia deixam o parque, carregados de madeira nobre para exportação, como mogno, cedro, cerejeira, ipê e frejó. Quando os índios recebiam NCz$160,00 por metro cúbico pela madeira, ela era vendida, na cidade, por NCz$3000,00 o metro cúbico. Além de explorados no preço, eles ainda servem de peões para os brancos e fazem, na mata, a localização dessas madeiras. A Polícia Federal autua essas madeireiras, mas depois a depredação continua, conta a agente de saúde.

O projeto Radam, de 1975, prevê a construção de duas hidrelétricas ao longo do rio Roosevelt, dentro do parque Aripuanã. "Suspeita-se de que a retirada de madeira nesta região vai na mesma direção das hidrelétricas. As duas hidrelétricas vão inundar metade do parque, e antes de que isso aconteça a madeira estará cortada", assinala Sandra. O parque Aripuanã, com mais de dois milhões de hectares, situa-se em terras de Rondônia e de Mato Grosso. O rio Roosevelt faz a divisa entre os dois Estados. O parque é habitat dos Zoró, Suruí, Cinta Larga, Arara e Gavião.

A idéia disseminada Brasil afora é que índio atrapalha o progresso. O mais absurdo se constata no próprio parque Aripuanã. Dentro da área Zoró começou a ser construída, em 1987, uma verdadeira cidade, Paraíso da Serra, com cerca de 200 famílias residentes. Paraíso da Serra localiza-se na divisa de Mato Grosso com Rondônia. Sandra critica, lembrando a atuação das madeireiras, a depredação do habitat indígena, a omissão da Fundação Nacional do Índio (Funai). "A política indigenista no país é um homicídio declarado", diz ela.

Tarefa perigosa- Quando o pastor Ismaier Tressmann, da IECLB, também trabalhando entre os Cinta Larga em Espigão d'Oeste, começou a ensinar métodos de medição de madeira, para que os indígenas não fossem ludibriados na venda do produto, a própria IECLB passou a ser difamada pelos madeireiros, acusada de vender madeira.

Os métodos que os madeireiros usam para impor seus interesses não têm limites. Ameaças são comuns. Obreiros luteranos ativos na área já foram avisados de que "acidentes" casuais podem acontecer. "Eu sinto medo. Às vezes a gente é colocada em situações que acabam com os nervos. Sei que posso morrer a qualquer hora", confessa Sandra.

A maior conquista desses obreiros junto aos Cinta Larga é a credibilidade que angariaram. Numa pastoral de convivência, o pastor Ismaier e Sandra incentivam sua cultura e procuram dar-lhes instrumentos para que batalhem pela autodeterminação. "Os próprios índios estão reivindicando uma formação bilíngüe para que possam lutar pelos seus direitos", conta Sandra. No campo da saúde, os indígenas preferem receber os cuidados da obreira da IECLB aos da Funai. "A gente respeita os valores da medicina tradicional indígena. Basicamente, sou subordinada ao pajé", afirma Sandra, que está há pouco mais de meio ano no posto Capitão Cardoso e ainda em fase de aprendizagem da língua dos Cinta Larga.

Invasão total- Nesse posto vivem cerca de 70 índios, e só três falam o português. Quando a enfermidade os acomete (o que não é raro), e o caso é mais grave, são conduzidos por Sandra para um hospital em Espigão d'Oeste ou Pimenta Bueno. O atendimento de saúde pública nesses municípios é precaríssimo, inclusive para brancos. A alternativa, então, é medicar-se numa clínica particular. Quem paga, ou melhor, adianta o dinheiro para o tratamento dos indígenas, são as madeireiras, que descontam o valor, depois, na retirada de madeiras.

"São migalhas", indigna-se Sandra. "Os brancos fazem benfeitorias na área indígena, colocam trator, gado, mas não é da cultura indígena trabalhar com tais ferramentas, pois eles não têm o hábito de acumular bens materiais", prossegue a obreira. A construção das casas "de gente branca" trouxe sérias conseqüências para a comunidade indígena. Eles se dividiram, não há mais relações de troca, as conversas diminuíram. Constata-se, ali, uma batalha entre valores capitalistas e valores comunitários.

Cinta Larga não come carne de gado. Exímios caçadores no uso do arco e da flecha, preferem o porco do mato, a anta, o veado, e espécies de aves. Até mesmo seu paladar corre o risco de ser violado. As motosserras estão espantando, com seu ronco, a caça preferida. Essas transformações todas acontecem com a conivência de alguns poucos líderes indígenas, cooptados pelas benesses proporcionadas pelos brancos. Os anciãos sabem, no entanto, que a ruptura de suas tradições orais, o individualismo e a quebra de sua cultura significarão, a médio prazo, o desaparecimento de mais um povo indígena. O "progresso" que o branco diz trazer não leva em conta a vida desses povos.

Iniciada "operação saúde" para Yanomami

Rio Branco (AGEN) - Começou no dia 3 de janeiro a operação Saúde, destinada a salvar os índios Yanomami. Apenas entre outubro e dezembro do ano passado, a malária matou mais de 50 Yanomami, só na área de Paapiú. A operação Saúde está incluída no plano maior anunciado pelo governo federal, de retirada dos milhares de garimpeiros do território Yanomami. A retirada, segundo o governo, contará com o apoio da Polícia Federal.

Também no dia 3 o Conselho Indigenista Missionário divulgou relatório afirmando que, durante o governo Sarney, a área indígena na Amazônia ocidental foi reduzida de 13.696.945 hectares para apenas 4.852.090. A área de 8.844.855 hectares retirada dos índios foi transformada pelo governo em "floresta nacional", o que permitiu sua ocupação por grupos econômicos.

Terra

STF encerra o caso Fuchs

Curitiba (AGEN/IECLB) - O Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu, por decisão unânime da 2ª Turma, habeas-corpus ao pastor Werner Fuchs, da IECLB, condenado em maio de 1987 pela 5ª Circunscrição da Justiça Militar, de Curitiba, a seis meses da detenção, com suspensão condicional da pena por dois anos. Com o julgamento do habeas-corpus foi anulada a ação penal pela ausência de tipicidade do crime imputado ao pastor. Com o reconhecimento de que não houve crime, o processo contra o pastor Werner Fuchs está encerrado.

Em discurso proferido no Dia do Colono de 1986, em Curitiba, o pastor Fuchs, então na coordenação da Comissão Pastoral da Terra do Paraná, denunciou o caso Papanduva, quando teria ofendido o Exército, segundo o Código Penal Militar (artigo 219). Fuchs fez referência a uma desapropriação de 7600 hectares de terra adjacentes ao campo de instrução Marechal Hermes, do Exército, localizado em Três Barras, Papanduva (SC). Em 1963, oficiais do Exército e funcionários da Justiça dão 48 horas de prazo para que os agricultores desocupem as terras.

Diante dos valores irrisórios de indenização oferecidos pelas terras, proprietários e herdeiros tentam inúmeros caminhos em busca de uma avaliação justa, ou, após anos de espera sem sucesso, da simples devolução ou permuta da área. Em relatório de 1986, o promotor de justiça Luís Adalberto Villa Real afirma: "Persiste entre os expropriados e seus sucessores um clima de inconformidade e revolta contra a situação reinante, posto que desapossados das áreas há 30 anos, até a presente data não foram, na maioria, indenizados."

Recursos - Em 15 de dezembro de 1987, o Superior Tribunal Militar (STM), em Brasília, julgou o recurso impetrado pelos advogados de Fuchs e manteve a condenação. Nova apelação ao STM foi julgada em 2 de setembro de 1988, que também manteve a sentença. Cabia, ainda, recurso ao Supremo Tribunal Federal. O STM entendia, no entanto, que o processo não poderia subir ao STF. Os advogados de Fuchs entraram com um agravo. O STF julgou o habeas-corpus no dia 22 de agosto de 1989.

Francisco Rezek foi o ministro relator, que, no seu voto, concedeu a ordem de habeas-corpus para anular a ação penal por atipicidade da conduta em exame. Acompanharam o voto do relator os ministros Célio Borja e Aldir Passarinho. Dias depois também saiu publicado o despacho do agravo, favorável. Michael Mary Nolan e Luiz Eduardo Greenhalgh foram os advogados de Werner Fuchs. Os expropriados de Papanduva, contudo, ainda aguardam uma solução.

Lavradores denunciam governador da Paraíba

João Pessoa (AGEN) - Trabalhadores rurais da fazenda Serra Verde, município de Araruna (PB), elaboraram em dezembro carta-denúncia relatando sucessivas ameaças de expulsão por parte do proprietário. O documento foi enviado ao governador do Estado, Tarcísio Burity, e a várias outras autoridades competentes. Segue a íntegra da carta:

"Nós, trabalhadores rurais, arrendatários há mais de 30 anos na fazenda Serra Verde (980 hectares), município de Araruna, viemos fazer ciente ao povo em geral que há mais de um ano estamos sofrendo ameaças de expulsão da terra, por parte do proprietário, senhor Ginaldo de Araújo Cordeiro.

A partir de novembro a situação tem-se agravado fortemente, com ameaças, destruição da lavoura pelo gado, calúnias, capangas na área

A partir de novembro a situação tem-se agravado fortemente, com ameaças, destruição da lavoura pelo gado, calúnias, capangas na área.

Queremos informar a população e denunciar às autoridades os últimos fatos ocorridos nestes últimos dias:

- 8 de dezembro: A polícia esteve na área, fazendo vistoria, com o objetivo de amedrontar os trabalhadores, ameaçando e recolhendo os instrumentos de trabalho, isso se estendendo até o dia 9.

- 9 de dezembro: A polícia prendeu 12 trabalhadores e expulsou da área as mulheres e as crianças. As condições de transporte dos presos eram péssimas, causando até desmaios.

- 10 de dezembro: 35 policiais, comandados pelo 4º Batalhão da Polícia Militar de Guarabira, com a ajuda da Polícia Civil (vale dizer que um dos policiais civis presentes é filho do proprietário; seu nome é Marcelo de Araújo Cordeiro, e orientava a ação policial), prenderam, sem ordem judicial, 58 trabalhadores, homens e mulheres, entre elas 18 crianças e gestantes. A polícia permaneceu na área intimidando e ameaçando com disparos a noite inteira.

Tudo isso que aconteceu nestes últimos dias, na área, foi do conhecimento, da responsabilidade e da ordem do senhor governador do Estado, Tarcísio Burity, conforme declaração do próprio capitão que comandava a ação policial.

Sabendo que é da competência e da responsabilidade do senhor governador Tarcísio Burity e da Secretaria de Segurança Pública, exigimos: retirada da polícia e a não-interferência da mesma na questão; retirada e desarmamento dos capangas que rondam a área; agilizar, junto aos órgãos competentes (Incra e governo federal), o processo de desapropriação da fazenda Serra Verde.

Exigimos a agilização do processo de desapropriação de fazenda Serra Verde

Sem mais, aguardamos as providências imediatas por parte do governador. Pedimos o apoio e a solidariedade do povo em geral para nossa luta tão justa."

Fazenda Serra Verde, 11 de dezembro de 1989.

Posseiros da fazenda Serra Verde, Araruna - PB.

Sem-terra despejados em situação crítica

Campo Grande (AGEN) - Continua crítica a situação das 350 famílias de lavradores que foram expulsas no dia 28 de dezembro da fazenda São Luís, no município de Bataiporã (MS); 40% dos lavradores são "brasiguaios" expulsos de suas áreas no Paraguai. Os lavradores já haviam sido despejados a 11 de outubro da fazenda Santa Lúcia, em Japeí (MS), ocupando a São Luís a 6 de novembro.

Todas essas fazendas são passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, segundo os lavradores. Os sem-terra já haviam concordado em sair da São Luís para uma área próxima, quando medida judicial de despejo foi cumprida por cerca de 800 policiais, 400 levados como reforço de Campo Grande.

Feridos - Durante a operação de despejo houve vários espancamentos, inclusive de crianças e mulheres, como Margarida Puk, 25 anos, três filhos, grávida. Ao final da operação policial, cinco lavradores ficaram desaparecidos. Posteriormente, organizações de direitos humanos localizaram três deles em uma delegacia. Os outros dois estavam hospitalizados. A maioria dos barracos foi queimada, junto com os pertences dos lavradores.

As 350 famílias de sem-terra foram então levadas para uma área denominada Casa Verde, em Nova Andradina, onde já existe um assentamento provisório com outras 500 famílias. A precariedade é total. Organizações populares e a Comissão de Direitos Humanos da OAB/MS mobilizaram-se para arrecadar alimentos.

Especial

Luteranos fazem assembléia inédita no Brasil

Curitiba (FML/IECLB/AGEN) - Inspirados pelo tema "Ouvi o Clamor do Meu Povo", cerca de mil pessoas, ligadas a 105 igrejas e representando 55 milhões de luteranos de todo o mundo, se reúnem no campus da Pontifícia Universidade Católica, em Curitiba, de 30 de janeiro a 8 de fevereiro de 1990, participando da 8ª Assembléia Geral da Federação Luterana Mundial (FLM). Entre os participantes encontram-se 400 delegados das igrejas membros com direito a voz e voto, dos quais 40% são mulheres e 20% jovens, além de acompanhantes, convidados, observadores ecumênicos e uma centena de jornalistas — a maioria deles estrangeira.

A assembléia geral é o encontro mais importante da FLM, que representa 93% dos luteranos de todo o mundo, pois determina as prioridades para sua atuação nos anos seguintes. Também elege, por votação secreta, os novos dirigentes da entidade para um mandato de seis anos. Debate as principais questões que afetam o mundo na época de sua realização — agora, a dívida externa, a pobreza, a violência, a militarização e os problemas ecológicos —, apontando caminhos para atuação das igrejas membros. E, como é o caso deste encontro, discute e vota propostas de alteração de sua Constituição, que visam a abrir caminhos para implantar um projeto de reestruturação para diminuir os custos financeiros da entidade, orçados atualmente em US$ 80 milhões.

Esta é a primeira vez, desde a fundação da FLM, há 42 anos, que luteranos de todo o mundo se reúnem num país de população predominantemente católica e no continente latino-americano. As assembléias anteriores se realizaram em Lund, Suécia, em 1947, sob o tema "A Igreja Luterana no Mundo de Hoje"; Hanôver, RFA, 1952, com o tema "A Palavra Viva numa Igreja Responsável"; Mineápolis, EUA, 1957, sob o tema "Cristo Liberta e Une"; Helsínqui, Finlândia, 1963, com o tema "Cristo Hoje"; Evian, França, 1970, sob o tema "Enviados ao Mundo"; Dar-Es-Salaam, 1977, com o tema "Em Cristo — Uma Nova Comunidade"; Budapeste, Hungria, 1984, sob o tema "Em Cristo — Esperança para o Mundo".

Tema desafiante - O encontro de Curitiba vai marcar uma mudança na postura da assembléia, a partir do desafio traduzido pelo tema "Ouvi o Clamor do Meu Povo". A frase, baseada numa expressão bíblica, que se encontra pela primeira vez em Êxodo, ecoa através de toda a Escritura. "O tema, porém", explica o secretário-geral da FLM, Gunnar Staalsett, "continua a se fazer ouvir na época atual, através do sofrimento de milhões de pessoas em todo o mundo que sofrem injustiças e da agonia de uma criação ameçada pela destruição."

A 8ª Assembléia também vai trabalhar em quatro subtemas, cada um deles enfocando uma expressão particular do tema geral e identificando uma área em que a Igreja é chamada a realizar seu trabalho e atendendo ao desafio "Ouvi o Clamor do Meu Povo por...": Vida em Comunhão, Salvação, Paz com Justiça, e Uma Criação Libertada. " A FMLN espera que os delegados das igrejas membros respondam a esses desafios fazendo uma confissão de fé para o mundo, trazendo uma orientação pastoral para a comunhão luterana e apontando as diretrizes para seu trabalho em futuro imediato", explica Gunnar Staalsett, num documento para leitura prévia dos delegados à assembléia. Esses compromissos citados pelo secretário-geral são assumidos pelas igrejas membros da FLM através do Documento Final, que é discutido e aprovado ao final de cada encontro.



Por indicação de várias igrejas membros, o pastor-presidente da IECLB, Gottfried Brakemeier, é candidato à presidência da Federação Luterana Mundial, nas eleições que serão realizadas na assembléia geral em Curitiba.

Nesta assembléia os delegados têm um extenso programa a cumprir. Entre outros pontos, devem avaliar os diversos relatórios da direção da FLM sobre os trabalhos executados nos últimos seis anos, participar das palestras e discussões sobre o tema e subtemas, entre eles "Ecologia e Desenvolvimento", a ser feita pela primeira-ministra da Noruega, Gro Bruntland. Depois, entram em debate as propostas de reestruturação e de alteração na Constituição da FLM, que devem ocupar seis sessões do programa. Na noite de 6 de fevereiro participam de uma vigília na catedral de Curitiba, em solidariedade aos povos que vivem em situação de sofrimento no mundo.

No penúltimo dia da assembléia, os delegados elegem o novo presidente (o atual é Johannes Hanselmann, da RFA, que substituiu o bispo húngaro Zoltan Kaldy, eleito na assembléia de Budapeste e que faleceu em 1987) e o novo Comitê Executivo (integrado hoje por Aida Haddad, da Jordânia; Augusto Ernesto Kunert, do Brasil; Soritua Nababan, da Indonésia; David Preus, dos Estados Unidos; e Suzannah Telewoda, da Libéria) para dirigirem a FLM nos próximos seis anos.

Integra ainda a programação o Dia da Igreja, marcado para o domingo, 4 de fevereiro, organizado pela 2ª Região Eclesiástica da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), que se realiza no ginásio de esportes Tarumã, em Curitiba, e para o qual são esperadas 12 mil pessoas de todo o país. Um coro de 400 trombonistas e um coral de 1200 vozes se apresentam nesse dia.

Federação representa 55 milhões de luteranos

Curitiba (FLM/IECLB/AGEN) - A Federação Luterana Mundial (FLM) é um instrumento e uma expressão da comunhão luterana. Atua como agente das igrejas de todo o mundo em áreas de interesse e ações comuns. Foi fundada em 1947, numa assembléia realizada em Lund, Suécia, onde participaram representantes de 47 igrejas luteranas dos cinco continentes. Sua sede localiza-se em Genebra, Suíça.

A FLM congrega hoje 105 igrejas membros, que representam 55 milhões de pessoas — 93% dos luteranos de todo o mundo. O maior contingente de luteranos se concentra no hemisfério norte, nos países da Escandinávia (Suécia, Noruega, Finlândia e Dinamarca) e nas duas Alemanhas (Ocidental e Oriental). Nos Estados Unidos, os luteranos constituem 2,5% da população.

O atual presidente da FLM é o bispo Johannes Hanselmann, da Alemanha Ocidental, que substituiu o bispo húngaro Zoltan Kaldy, eleito na assembléia de Budapeste, em 1984. Kaldy faleceu em 1987.

As decisões e linhas de trabalho aprovadas pela assembléia geral são colocadas em prática pelo Comitê Executivo, integrado pelo presidente, um secretário-geral, um diretor financeiro, cinco vice-presidentes e pelos representantes das comissões e departamentos (Serviço Mundial, Cooperação entre Igrejas, Estudos e Comunicação).

O orçamento anual da FLM atinge US$ 80 milhões, dos quais US$ 60 milhões são destinados a 70 projetos e programas em 70 países. Entre os múltiplos projetos apoiados pelos quatro departamentos da FLM incluem-se o apoio a diálogos ecumênicos em todo o mundo, desenvolvimento, missão e intercâmbio de experiências eclesiásticas das igrejas e acompanhamento em projetos de comunicação.

Economia

Abertura da economia garante a "perestroika"

Moscou (Novopress) - A União Soviética deve optar por uma política econômica completamente nova aderindo a todas as organizações internacionais, inclusive FMI, Gatt e Banco Internacional de Desenvolvimento. A opinião é de Nikolai Petrakov, membro-correspondente da Academia de Ciências da URSS, para quem a incorporação da URSS ao sistema da divisão internacional do trabalho é a prova mais importante do caráter irreversível da perestroika.

Em entrevista à Novosti, Petrakov afirmou que para intensificar o processo de reformas na URSS é necessário tornar a economia mais aberta. "À nova mentalidade política deve corresponder uma nova mentalidade econômica", acrescentou.

"Economia paralela" - A "economia paralela" deve ser levada necessariamente em consideração pelos deputados do povo, que, no segundo congresso, vão aprovar uma série de leis decisivas para o futuro da economia nacional, declarou ao jornal "Pravda" o vice-presidente do Conselho de Ministros da URSS, Iuri Masliukov. O entrevistado informou ainda que o governo pretende aplicar medidas contra os que enriquecem ilicitamente. A maioria dessas medidas baseia-se na reestruturação da economia, com tendência a abastecer o mercado de consumo, hoje fortemente abalado. Masliukov acrescentou que as medidas especificamente econômicas serão, naturalmente, combinadas com operações policiais contra os figurões da "economia paralela".

Feira do Pacífico - A Feira do Pacífico, realizada em Lima, Peru, veio confirmar as excelentes perspectivas que se abrem à cooperação econômica e comercial entre a União Soviética e a América Latina, disse à Novosti o diretor do pavilhão da URSS, Aleksandr Balabai. No decorrer da feira foram assinados contratos de exportação de artigos soviéticos no valor de 840 mil dólares, além dos 85 mil dólares de mercadorias vendidas diretamente em Lima.

Muitas empresas latino-americanas mostraram-se interessadas em fornecer seus produtos à União Soviética. Um contrato prevê, por exemplo, o pagamento de parte da dívida do Peru à URSS através da exportação de produtos semimanufaturados e matérias-primas.

Turismo estrangeiro - Em cinco anos de perestroika a Intourist, estatal soviética responsável pelo turismo na URSS, aumentou em 50% sua receita proveniente de visitantes estrangeiros, atingindo dois bilhões e 343 milhões de dólares. A média anual é de dois milhões de visitantes, apesar da fragilidade da infra-estrutura hoteleira, que dispõe de apenas 54 mil lugares em 107 hotéis. Pela alta rentabilidade do ramo turístico, a Intourist recusou recentemente proposta de empresários ocidentais para arrendamento de seus hotéis por prazos de 20 a 30 anos, por várias centenas de milhões de dólares.

Deputados do Congresso do Povo propuseram a formação de um grupo parlamentar para estudar a experiência mundial do setor turístico e aproveitá-la para aperfeiçoar o sistema soviético.

Pacifismo

Milhares de soldados foram desmobilizados

Moscou (Novopress) - A atividade das Forças Armadas Soviéticas orienta-se pela concretização da doutrina militar defensiva, anunciou em Moscou um porta-voz do Ministério da Defesa da URSS. No âmbito desse processo já foram desmobilizados 265 mil homens e retirados de operação nove mil carros de assalto, mais de 800 aviões de combate e 40 vasos de guerra.

Segundo informações da Novosti, outra orientação importante é o aperfeiçoamento qualitativo das Forças Armadas, objetivo que deve ser alcançado com despesas mínimas, já que até 1995 os gastos militares devem ser reduzidos em 50%.

Conservadores - De acordo com uma pesquisa de opinião pública realizada na URSS, muitas pessoas acham que os conservadores — no entender da maioria, representados pelo aparelho burocrático — ainda são uma força considerável. À pergunta "Estarão os burocratas em condições de prejudicar a perestroika e a glasnost?", 16% responderam que sim e 38,7% ficaram indecisos, o que significa que mais da metade dos entrevistados não crê na possibilidade de vencer a resistência dos conservadores às reformas, diz a Novosti.

Contudo, o deputado do povo, Ilia Zaslavski, afirma que a ala conservadora não dispõe de um programa de luta contra a crise e, conseqüentemente, não tem futuro. Mesmo se conseguir chegar ao poder, sua impotência e incapacidade se tornarão evidentes em um ano.

Questões urbanas

Habitação popular: sai o resultado do concurso

São Paulo (AGEN) - O júri do 1º Concurso Nacional de Projetos de Habitação Popular classificou no final de 1989 seis anteprojetos de casas populares que serão construídas no Jardim São Francisco e no Brás. O concurso, promovido pela Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano do município de São Paulo, em conjunto com a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab-SP), reuniu profissionais de todo o país e possibilitou a seleção de trabalhos de boa qualidade e adequados à produção de unidades habitacionais para a cidade.

Para o Jardim São Francisco (Setor 8) foram classificados os projetos de Guilherme Wendel de Magalhães, Demetre Anastassakis e Nuno de Azevedo Fonseca. Para o Brás estão classificados Roberto Cláudio dos Santos Aflalo Filho, Sílvio Enrich de Podestah e Marcelo Luís Ursini.

O júri concedeu ainda quatro menções honrosas e cinco destaques entre os projetos apresentados e não-classificados. As menções honrosas foram concedidas a projetos que apresentavam altíssima qualidade e foram votados por alguns membros do júri, mas sem viabilidade de implantação. Tais menções foram dadas a Héctor Ernesto Vigliecca Gani, Carlos Maximiliano Fayet, Décio Tozzi e Guilherme Zamower Neto.

As menções honrosas foram concedidas a projetos que apresentavam altíssima qualidade

Os destaques foram para os projetos de Ângelo Cecco Júnior, Joel Campolina, Ubirajara Giglioli, Luís Paulo Fernandez Conde e Mário Antônio da Silva Guerra Roque. O júri decidiu instituir tais destaques a título de reconhecer projetos que, embora não-votados, representam tendências importantes da arquitetura e merecem uma observação mais atenta.

Os trabalhos do 1º Concurso Nacional de Projetos de Habitação Popular estão expostos no Palácio das Convenções do Anhembi (Estúdio D). Na organização desse concurso participaram também o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e o Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo (Sasp).

Igrejas

Aparições aumentaram num ano de crise

Itatiba (AGEN) - Cerca de duas mil pessoas se acotovelavam na pequena praça em frente à igreja de São Bento, em Itatiba, cidade de 70 mil habitantes, a 60 quilômetros de São Paulo, no último dia 12 de novembro, quando o padre José Messias Moreira celebrava uma missa em louvor de Nossa Senhora Rosa Mística.

Antes da missa, essas mesmas pessoas haviam participado de uma procissão motorizada para recepcionar, num estádio de futebol da cidade, a chegada, em helicóptero, de uma imagem da santa, enviada da Alemanha e que agora adorna um dos principais altares da igreja de São Bento.

A paróquia, com status de santuário, é dedicada a São Bento, mas desde o último mês de abril, mais precisamente na Semana Santa, um fenômeno tem movimentado o bairro do Cruzeiro, onde se localiza a igreja: a aparição de uma imagem branca, nebulosa, com o formato convencional de uma santa, junto à cruz que fica sobre a torre da igreja. Esse foi, entretanto, apenas um entre vários casos de aparições de imagens, em 1989, que alguns observadores acreditam ser um dos sintomas da crise geral no país.

Os freqüentadores da paróquia de São Bento que presenciaram o fato se anteciparam em associar a imagem refletida com as aparições de Nossa Senhora Rosa Mística, um dos muitos títulos atribuídos a Maria, mãe de Jesus.

Na verdade, o que muita gente viu, filmou e fotografou foi um reflexo luminoso, sem qualquer nitidez. Ainda não há nada que comprove, concretamente, uma aparição de Nossa Senhora. Tanto é que na cidade muitas pessoas receberam a notícia em tom de deboche. Entendiam que o fenômeno não passava de uma imagem formada pelo reflexo do sol e da lua na vidraça localizada no pé da cruz que fica sobre a torre. Mas o fenômeno se repetiu várias vezes com o tempo nublado, após ter chovido.

Divulgação - A divulgação do fato pela grande imprensa atraiu a Itatiba milhares de pessoas de todas as partes do país. Os repórteres, contudo, não conseguiram registrar nenhum momento da aparição. As reportagens apresentadas pelos principais jornais do Estado e pela TV colocavam em dúvida a ligação da imagem refletida com alguma manifestação divina.

O padre José Messias Moreira, vigário da paróquia de São Bento, foi o primeiro a presenciar o fato. Ele não dá entrevistas e pede aos repórteres que respeitem essa atitude. Na realidade, trata-se de uma orientação superior. Como padre, ele não pode se posicionar oficialmente até que a Igreja estude exaustivamente o fenômeno, o que pode levar anos.

O bispo da diocese de Bragança Paulista, d. Antônio Pedro Misiara, ao qual está subordinada a paróquia de São Bento, esteve no local e nada presenciou. Dirigindo-se aos fiéis, motivou-os a rezar bastante a fim de que "recebam uma manifestação mais concreta de Nossa Senhora".

Normalidade - Atualmente, na cidade, o clima já é de absoluta normalidade. Passados já mais de nove meses desde a primeira aparição, a movimentação na igreja de São Bento fica por conta dos tradicionais paroquianos que já freqüentavam as celebrações anteriormente; somente aos domingos é que centenas de romeiros desafiam a débil infra-estrutura do bairro e, com suas imagens, flores, terços e velas dão ao local um aspecto típico dos grandes santuários.

O que retraiu a exaltação inicial dos moradores foi a forma como a grande imprensa noticiou o fenômeno. A forma sensacionalista das reportagens feriu o orgulho da população que viu sua cidade sendo confundida com vila, periferia de São Paulo ou até mesmo com Atibaia, cidade-estância distante cerca de 30 quilômetros de Itatiba.

A elite política local, à frente o vice-prefeito, Manoel Roberto Massaretti, do PDS, dono do único jornal da cidade, enviou uma série de notas de protesto para as redações dos grandes jornais e das emissoras de TV, pela forma pejorativa como foi tratada a cidade.

Mas foi essa mesma elite que acionou a grande imprensa, objetivando obter dividendos para uma das principais atividades econômicas da cidade, o móvel colonial, construído de forma semi-artesanal. Os empresários do ramo buscam de todas as formas atrair turistas com o slogan: "Itatiba, capital brasileira do móvel colonial".

A raiz dessa situação, adversa para a cidade, foi o fato de algumas pessoas terem olhado diretamente para a luz solar, sob a alegação de que uma das aparições da santa foi refletida no sol, posicionado na direção da torre da igreja. Pode ter sido uma lamentável ilusão de óptica, mas o certo é que várias pessoas perderam até 60% da visão de forma irreversível, com queimaduras na retina. Em uma de suas reportagens sobre o assunto, o jornal "O Estado de São Paulo" se referiu aos "ceguinhos de Itatiba".

A visão conservadora da elite local, contudo, tem apoiado e demonstrado interesse em todos os acontecimentos da paróquia de São Bento. A recepção de uma simples imagem de Nossa Senhora Rosa Mística, ainda que vinda da Alemanha, foi motivo para espetáculo pirotécnico, chuva de papéis picados e matérias de destaque na imprensa local.

Não há unanimidade - A crença numa aparição de Nossa Senhora, contudo, não é geral entre a população. Para o fotógrafo José Edson Rodrigues de Souza, tudo não passa de um mero reflexo e as pessoas estão equivocadas. A mesma opinião é compartilhada por sua mulher, Maria Célia: "Quando estávamos tirando uma foto, uma senhora da redondeza disse que aquela imagem existe desde a construção da igreja."

Mas é ilustrativo o depoimento das pessoas mais fervorosas. Maria Antonieta Borges, 59 anos, e seu filho José Carlos Borges, 33 anos, residentes a cerca de cem metros da igreja, foram espectadores privilegiados ao longo desses nove meses. Eles admitem, contudo, que não receberam nenhum outro sinal a não ser a visão daquela imagem, que dona Antonieta qualifica de "a coisa mais bonita que já viu". Na mesma situação está a maioria dos paroquianos que diariamente freqüentam a igreja para reuniões ou reza do terço.

A maior expectativa, no entanto, fica por conta do que pode revelar o padre Messias, tido como um exemplo de sacerdote por sua simplicidade e dedicação. Comenta-se na cidade que além da visão ele teria recebido uma mensagem. Ele não confirma, e nega-se a falar sobre o assunto. Nas homilias, conclama seus paroquianos a que tenham uma posição de humildade e espírito de oração, referindo-se ao fato de os moradores do bairro se sentirem privilegiados em relação às demais paróquias da cidade. Nesse aspecto o comportamento da população de Itatiba é bem provinciano. Além da paróquia de São Bento, há a de Nossa Senhora do Belém, na região central, de posição nitidamente conservadora, e a de Nossa Senhora de Fátima, no bairro do mesmo nome, onde flui um pensamento mais progressista, principalmente entre os jovens.

Espera-se que surja uma explicação oficial para o fenômeno nos próximos meses, por parte da Igreja ou da comunidade científica. A pintura, em tinta escura, das vidraças que refletiam a imagem não impediu que o fenômeno se repetisse, até mesmo, segundo algumas pessoas, dentro da Igreja. Um cartaz colocado num quadro de avisos paroquiais pede às pessoas que comuniquem alguma "graça alcançada", a qual será anotada num livro que registrará os acontecimentos relacionados com a aparição.

Por enquanto nada de extraordinário aconteceu, a não ser o fato, negativo, da queima da retina de algumas pessoas. No mais, com a venda de imagens, rosas, terços, fotos e fitas de vídeo, a pequena paróquia-santuário de São Bento parece mais uma filial de Aparecida do Norte. (Por Romualdo da Penha Júnior)

Mulher

Mulher celebra missa em igreja ortodoxa

Salvador (AGEN) - "A palavra de Deus não tem sexo." Essa frase foi proferida em tom emocionado por uma das espectadoras da primeira missa celebrada no Brasil por uma mulher. A celebração ocorreu dia 1º deste mês, pela manhã, na capela de São Lázaro, em Salvador. No altar, a dona de casa Janete Carvalho Espírito Santo, 42 anos, presbítera da Igreja Ortodoxa Católica Brasileira.

Para chegar a esse lugar na igreja, Janete Carvalho preparou-se durante três anos, com apoio de seu marido — único bispo de sua Igreja, em Salvador —, Evandro Gomes Brito. A missa foi assistida por mais de cem fiéis. A presbítera Janete Carvalho espera que a celebração tenha contribuído "para tornar mais conhecida no Brasil a Igreja Ortodoxa Católica Brasileira".

Campanha - A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) está encerrando os preparativos para a Campanha da Fraternidade deste ano, a ser desenvolvida após o Carnaval. O lema da campanha de 1990 é "Mulher e Homem: Imagem de Deus". No texto-base da campanha, a CNBB afirma que seu objetivo é levantar o debate sobre a situação da mulher na sociedade, a partir da constatação de que o universo feminino continua sofrendo toda espécie de discriminação e violência.

Movimento operário

CUT define posição frente a novo governo

São Paulo (AGEN) - A Central Única dos Trabalhadores (CUT) reúne sua executiva nacional nestes dias 10, 11 e 12. Da pauta consta análise de conjuntura nas áreas econômica e política, com abordagens sobre a hiperinflação, as primeiras medidas assumidas pelo presidente da República eleito, Fernando Collor de Mello (PRN), e a economia latino-americana. Será feita também uma avaliação sobre os resultados do segundo turno das eleições presidenciais e sobre a atuação da CUT nesse contexto. Será discutida ainda a posição do Congresso Nacional (articulações políticas) na sua relação com o novo governo federal. Na reunião serão discutidos os objetivos da CUT para 1990 e sua readequação a nível interno. Além disso, serão tomadas medidas de preparação para a reunião da direção nacional prevista para o mês de fevereiro, em data e local ainda não definidos.

Ainda no mês de dezembro, a CUT nacional concedeu entrevista coletiva à imprensa com seu posicionamento oficial sobre o resultado do segundo turno das eleições presidenciais. A CUT entende que o novo governo deve se pautar tendo em vista princípios de melhorias sociais abrangendo prioritariamente as áreas de saúde, alimentação, habitação, transporte e educação. A central defende também que para ocorrerem progressos nestas áreas algumas medidas tornam-se imperativas: não-pagamento da dívida externa, combate ao arrocho salarial, à inflação e à recessão, e efetivação da reforma agrária, entre outras.



Meneguelli, presidente da CUT: moratória da dívida continua sendo prioritária

Bancários querem pagamento semanal

São Paulo (AGEN) - Pagamento semanal de salários. Esse é um dos principais pontos defendidos pela categoria bancária, atualmente em negociações. O presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Gilmar Carneiro, tem como acertado, já para esta semana, o início das conversações sobre o tema com a presidência da Federação Nacional dos Bancos, a Fenaban. Os metalúrgicos também promovem encontro com o Grupo 19, que reúne empresários do setor metalomecânico, para negociações salariais.

No último dia 3, 19 sindicatos de petroleiros se encontraram para elaboração da pauta a ser entregue à Petrobrás. Seus funcionários fazem parte da minoria de trabalhadores que ainda não recebeu os 26% retirados da correção dos salários pelo Plano Bresser, em julho de 87. A categoria reivindica também a diferença entre o IPC de 70,28% de janeiro e o INPC de 35,48% do mesmo período.

As lideranças da área sindical de um modo geral estão atentas diante do fato de que a inflação de 53,6% de dezembro resulta em perda salarial de quase 40% aos trabalhadores

O comando nacional dos petroleiros solicitou a participação da ministra do Trabalho, Dorothéa Werneck, no sentido de retomar as negociações com a Petrobrás, suspensas em novembro de 89. As lideranças da área sindical de um modo geral estão atentas diante do fato de que a inflação de 53,6% de dezembro resulta em perda salarial de quase 40% aos trabalhadores que recebem a segunda parcela de seu pagamento no quinto dia útil do mês.

Metalúrgicos e Fiesp iniciam negociações

São Paulo (AGEN) - Reuniram-se no último dia 3 representantes dos sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo e de Guarulhos e integrantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Os trabalhadores reivindicam aumento real de salário que possa minimizar o impacto e os efeitos da alta inflacionária.

Os metalúrgicos defenderam também alterações na forma de pagamento. Eles querem a betenização dos salários, pagamento semanal ou antecipação de salários em um mês. Se aceita a proposta pela Fiesp, os salários de dezembro e janeiro seriam pagos hoje, e nos meses subseqüentes os metalúrgicos recebe-

Política

Ministeriáveis indicam governo neoliberal

Por José Pedro S. Martins

São Paulo (AGEN) - O ministério de Collor de Mello será neoliberal, com alguns toques reformistas, a julgar pelos nomes cogitados para ocupar as principais pastas e pelas medidas econômicas e sociais ventiladas nos bastidores e na imprensa. Devendo adotar uma postura privatista e de maior abertura da economia para o capital estrangeiro, o novo governo federal não seguirá, portanto, linhas de conduta radicalmente diferentes daquelas imprimidas pelo governo José Sarney.

As expectativas gerais concentram-se, neste momento, nas articulações para a definição do megaministro da Economia, que no novo organograma administrativo divulgado pela assessoria de Collor irá acumular as funções hoje assumidas pelos ministros da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio. O presidente Collor de Mello tem insistido em afirmar que pretende colocar no cargo um empresário de grande porte, que inspire confiança nos agentes econômicos. Essa hipótese afasta a possibilidade da principal assessora econômica de Collor, Zélia Cardoso de Mello, tornar-se ministra. Com certeza, porém, Zélia assumirá uma das secretarias — talvez a da Fazenda — que serão criadas com a estruturação do Ministério da Economia.

Os nomes - Entre os empresários citados para ocupar o Ministério da Economia destacam-se Elieser Batista, Mário Henrique Simonsen e Antônio Ermírio de Morais. Mesmo que para o cargo seja nomeado um técnico, ele sairá de um consenso entre o grande empresariado. Afonso Pastore, Pérsio Arida — um dos "pais" do Plano Cruzado — e Daniel Dantas são os tecnocratas com maiores chances para ocupar o megaministério.

A surpresa é Daniel Dantas, 35 anos, vinculado ao ex-ministro Simonsen e presidente da Icatu Participações, a **holding** que gere os negócios do banqueiro Antônio Carlos de Almeida Braga, do Bradesco, um dos maiores avalistas de Collor na campanha eleitoral. O fato de que Dantas foi chamado a Roma por Collor para detalhar, ao lado de Zélia Cardoso, o conjunto de medidas econômicas que será anunciado no dia da posse, reforça as chances de o discípulo de Simonsen tornar-se ministro. Jovem como Collor e praticamente desconhecido da opinião pública, Dantas teria o perfil ideal dentro da estratégia "collorida", usada com sucesso na campanha eleitoral, de manter distância, ainda que cosmética, dos nomes desgastados da política.



Roberto Marinho: por ele passa a nomeação do ministro da Infra-Estrutura

Um outro nome muito quotado para o Ministério da Economia, o do deputado José Serra (PSDB-SP), que tem bom trânsito entre parcela do grande empresariado, teria diminuído seu cacife, em função do constrangimento do PSDB em participar do governo Collor. O PSDB apoiou a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva no segundo turno, e não deseja perder a imagem de centro-esquerda que adotou na campanha presidencial e que foi responsável pelo bom desempenho do seu candidato, o senador Mário Covas, sobretudo em São Paulo.

Roberto Marinho - Outro grande sustentáculo de Collor na campanha, o empresário Roberto Marinho, deve indicar o nome do ministro da Infra-Estrutura. Esse novo ministério, também incluído no novo organograma administrativo, assumirá os encargos dos atuais ministérios da Comunicação, Transportes, Interior e Minas e Energia. Para ocupar o Ministério da Infra-Estrutura, que será igualmente subdividido em secretarias setoriais, os nomes cogitados são de Elieser Batista e do senador José Richa (PSDB-PR).

Os nomes quotados para os demais ministérios também enquadram-se no figurino neoliberal que Collor de Mello pretende imprimir em seu governo. Para o Ministério da Educação o nome ventilado é o do empresário João Carlos Di Genio, dono do Grupo Objetivo de Educação, e outro grande suporte de Collor na campanha. Em razão de seus interesses pessoais, Di Genio certamente teria, entretanto, a oposição da maioria do meio acadêmico. O senador Marco Maciel (PFL-PE), que aderiu a Collor no segundo turno, deseja voltar ao cargo que já ocupou no início do governo de José Sarney.

Se Olacyr, dono do banco Itamaraty, for confirmado como ministro, continuará a política agrícola fundiária seguida pelos últimos governos, voltada para a exportação

Para o Ministério da Saúde têm chances o cirurgião Adib Jatene, o diretor do Instituto do Coração, Giovani Bellotti, e o atual secretário de Saúde de São Paulo, José Aristodemo Pinotti, que pretende disputar a sucessão do governador Orestes Quércia. Já o Ministério da Previdência Social é disputado pelo senador Carlos Chiarelli (PRN-RS), um dos primeiros políticos a aderir à candidatura Collor de Mello. Para o Ministério da Agricultura, que deve continuar com as funções do Ministério da Reforma Agrária, o nome forte é o do empresário Olacyr de Morais, considerado o maior plantador de soja no mundo. Se Olacyr, dono do banco Itamaraty, for confirmado como ministro, continuará a política agrícola fundiária seguida pelos últimos governos, voltada substancialmente para a exportação.

Militares - No novo organograma administrativo divulgado pela assessoria de Collor, os ministérios militares serão reduzidos de seis para três. O Estado Maior das Forças Armadas e o Gabinete Militar ficarão subordinados diretamente à Presidência da República, e o Serviço Nacional de Informações (SNI) será extinto. Prosseguirão existindo, portanto, os ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica. Por enquanto, fala-se apenas no provável ministro do Exército. Os nomes quotados são do general Muniz Oliva, diretor da Escola Superior de Guerra, e do general Wilberto Lima, comandante militar da região Leste. Muniz Oliva é pai de Aluizio Mercadante Oliva, principal assessor econômico de Lula na campanha eleitoral.

Os nomes cogitados para o Ministério das Relações Exteriores são os do atual embaixador da Grécia, Marcos Coimbra, cunhado de Collor de Mello, e do atual embaixador do Brasil junto aos organismos internacionais em Genebra, Rubens Ricúpero. O Ministério do Trabalho é disputado pelos presidentes da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Antônio Rogério Magri, e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio Medeiros, os maiores líderes do chamado "sindicalismo de resultados". O provável ministro da Justiça de Collor será o deputado Bernardo Cabral (PMDB-BA), ex-relator do Congresso Constituinte e apoiado pelos empresários da Zona Franca de Manaus.

The Day After: os desafios do novo presidente

Paulo Furtado de Castro

Se a política é a arte do possível, a economia é a do factível. Promessas eleitorais não se traduzem necessariamente em programas governamentais, e o novo presidente enfrentará grandes desafios para corresponder às expectativas da população, em grande parte exacerbadas pelo calor da disputa eleitoral, e conseguir implementar as medidas necessárias para a economia voltar a crescer com estabilidade.

Inicialmente, do ponto de vista econômico, o país enfrenta a mais severa crise de sua história registrada, traduzida a longo prazo pela estagnação do PIB per capita nesta década e pelo declínio dos níveis de investimento e, a curto prazo, pela aceleração inflacionária com a ameaça permanente de hiperinflação. Por outro lado, as profundas transformações exigidas pela sociedade ao longo dos anos 80 ou foram frustradas ou se deturparam a tal ponto que, ao invés de produzirem mais bem-estar social, acentuaram as diferenças de renda e agravaram as desigualdades regionais. Pior: estimularam o surgimento de uma crise político-institucional de vastas proporções, onde convivem ingredientes explosivos. De um lado, há desânimo e descrença na possibilidade de que se possa a curto prazo superar esta fase dramática; de outro, há uma aparente incapacidade das instituições políticas de intermediarem soluções negociadas para os impasses nacionais. A administração pública encontra-se imobilizada, enquanto o Congresso está despreparado para exercer, com efetividade, suas novas atribuições e responsabilidades constitucionais. As forças políticas tradicionais foram rechaçadas pelos eleitores no primeiro turno da campanha presidencial mas as novas forças ainda não se consolidaram.

As possibilidades a curto prazo de implementação ou não das promessas eleitorais dependem, em grande parte, dos resultados econômicos no período entre a eleição e a posse do novo presidente. Esse período de transição no Brasil, que já é normalmente conturbado pela perda de eficácia dos instrumentos de política econômica e pelo acirramento das expectativas, encontra-se agora piorado pelo fato de que a atual administração econômica não dispõe de outra medida que não seja a elevação constante das taxas de juros. É um governo que se despede melancolicamente, ensaiando medidas tímidas para evitar a hiperinflação e uma crise política que o obrigaria, muito possivelmente, a seguir o exemplo argentino, e abreviar a transmissão do cargo.



Collor enfrentará no governo a mais grave crise do país

Crise de confiança - É natural, portanto, que a crise generalizada, de confiança seja um dos problemas mais urgentes a ser enfrentado pela nova administração. Pesquisas recentes de opinião pública evidenciam a suspeição popular sobre as instituições governamentais e empresariais do país, mostrando que as únicas entidades governamentais que sobrevivem ao crivo popular são aquelas com autoridade própria: o sistema judiciário, os militares e a política. As instituições mais confiáveis, contudo, são as que estão mais diretamente ligadas à população: a Igreja, as associações de bairro, os sindicatos. Vale dizer, quem tem a capacidade executiva para equacionar os problemas nacionais não é confiável; quem não a tem, é.*

Criaram-se, portanto, ao nível da percepção popular, impasses sobre a condução dos assuntos econômicos, e um questionamento profundo sobre as instituições brasileiras, principalmente as governamentais, tornando inevitável o surgimento de pressões, cada vez mais intensas, por transformações institucionais.

A capacidade do governo em administrar as crises econômicas, principalmente em propor políticas que minimizassem os custos sociais da recessão e domassem o processo inflacionário, a partir da crise financeira internacional, foi sendo gradativamente minada. Desde 86, por exemplo, o país tem sido submetido a sucessivos choques de política econômica, onde controle de preços e salários — mais destes que daqueles — combinado a promessas renovadas de cortes em despesas governamentais tem represado temporariamente a inflação, que logo retorna ao patamar anterior, com um pouco mais de ânimo, tão logo os choques se desfaçam. O resultado é o declínio na avaliação da administração e no grau de credibilidade do governo. Ademais, o próximo governo terá de aprender a conviver com os outros poderes constituídos, compartilhando a administração com o congresso e o Judiciário e abandonando o recurso a medidas casuísticas.

Crise do Estado - O Estado brasileiro entrou em crise, afetando drasticamente o financiamento do esforço necessário ao crescimento econômico e agravando ainda mais a crise de confiança no sistema. De um lado, os contribuintes se sentem espoliados pela conta que pagam por serviços de que não usufruem; de outro, uma grande parcela da população se sente frustrada pela precariedade e dificuldade de acesso aos serviços públicos básicos. Com a redemocratização do país, a sociedade começou a perceber que grupos empresariais privilegiados, com a cumplicidade de estamentos burocráticos, apropriavam-se de recursos públicos para benefício próprio. A profusão de subsídios e incentivos fiscais para benefício de uns poucos, aliada à deterioração dos serviços públicos para prejuízo de grande maioria da população colocou em pauta o debate sobre o papel do Estado na economia e dos contornos que sua ação empresarial deve ter.

* *Ver, a propósito, o trabalho de Orján Olsén, "Democratic Transition in Brazil: Emerging Values and Search for Leadership", Wapor Conference, Estocolmo, setembro de 1989.*

Regina Vilela



Recessão afeta duramente os salários dos trabalhadores.

As crises econômicas se sucederam, agravadas pelas políticas de maciças transferências de recursos reais ao exterior e elevações absurdas de custos financeiros, que desencadearam o descontrole inflacionário e o crescimento explosivo dos encargos da dívida interna. Os níveis de poupança experimentaram quedas substanciais ao longo dos anos 80. Na década de 70, para ilustrar, a poupança externa, entre inversões diretas e empréstimos de longo prazo, representava ao ano cerca de 4% do PIB. Atualmente, ao contrário, são remetidos ao exterior, a título de pagamento do serviço da dívida, 4% do PIB. O que significa dizer que, em poucos anos, houve uma perda de poupança da ordem de 8% do PIB. A poupança governamental tornou-se negativa em decorrência da queda da arrecadação tributária e da elevação dos juros da dívida interna. Assim, todo esforço de poupança recai sobre o setor privado da economia que, em função da falta de perspectiva econômica e da ciranda financeira, afasta-se da atividade produtiva.

Tecnologia - Por outro lado, com o esgotamento do modelo substitutivo de importações e os baixos investimentos observados na década, o parque industrial defronta-se com a necessidade de atualização tecnológica e expansão de capacidade produtiva. O processo de renovação tecnológica a nível internacional não está sendo acompanhado pelo país. Ao contrário, corre-se o risco de estar perdendo competitividade, uma vez que o Brasil sempre importou equipamentos e insumos mais modernos para tentar, mais adiante, através de acordos de transferência de tecnologia ou atração de multinacionais, internalizar a sua produção. A universidade brasileira e os institutos científicos, por exemplo, não obstante sua evolução nas últimas décadas, ainda não conseguiram se integrar ao esforço de modernização tecnológica. Também o sistema produtivo, exceto em casos excepcionais, não consegue incorporar os conhecimentos de ponta.

A tendência ao surgimento de novos blocos econômicos entre parceiros geograficamente próximos, que pode resultar em aumento de desvios de comércio e isolamento de países que fiquem fora de cada bloco, pode afetar negativamente a integração brasileira no comércio mundial e no fluxo de renovação tecnológica, dificultando ainda mais as possibilidades da retomada do crescimento econômico.

E as pressões não ficam por aí.

Os meios de comunicação de massa acelerando fortemente a difusão da cultura e dos padrões de vida ocidentais impulsionam as pressões por mudanças estruturais na organização da sociedade brasileira. Os contrastes são flagrantes: a oitava economia do mundo capitalista convive com imensos bolsões de miséria e pobreza absoluta. Os indicadores sociais são alarmantes. A população percebe mais claramente a diferenciação em todos os aspectos da vida. Os desníveis na escolaridade, no tratamento médico, na previdência social, no transporte, habitação e seus complementos são detectados por uma parcela cada vez maior da população, que exige, com o passar do tempo, uma distribuição maior dos benefícios sociais e sua incorporação à sociedade de consumo de massa.

As demandas sociais são imensas. Mais de um terço das famílias brasileiras se encontra em situação de pobreza absoluta, sendo que 15% vivem na miséria. Os níveis salariais são baixíssimos, com mais de 30% da força de trabalho ganhando menos de um salário mínimo. A concentração de renda é escandalosa: os 50% mais pobres da população têm acesso a cerca de 13,6% da renda, enquanto o 1% mais rico se apropria praticamente da mesma fatia, ou seja, tem cinqüenta vezes a renda per capita da metade mais pobre. As condições de vida e escolaridade são precárias: mais da metade das crianças com até 14 anos de idade vive em estado de pobreza, enquanto metade da população de 15 anos ou mais tem menos de quatro anos de escolaridade. Esses indicadores, regionalmente, são ainda piores. O Nordeste, por exemplo, tem mais de 48% da pobreza total do país e quase 70% da miséria rural brasileira.

Em conseqüência, a insatisfação social aumenta à medida que milhões de brasileiros vivem à margem da sociedade de consumo, em latente conflito com a prosperidade dos setores mais dinâmicos da sociedade, enquanto a crise econômica se alastra.

Diagnósticos e propostas - A dimensão da crise contribui para que os diagnósticos se assemelhem, de sorte que, segundo os assessores presidenciais, os desafios principais a serem enfrentados pelo próximo governo são a estabilização da economia, a retomada do crescimento econômico com distribuição de renda e a modernização do país. Para tal, tanto Collor como Lula entendiam ser preciso enfrentar a questão da dívida externa, da recomposição das finanças públicas, da reforma do Estado e da reinserção da economia brasileira em um contexto de novos blocos econômicos e grandes transformações tecnológicas. Interessante observar que as políticas sociais, nas duas concepções, embora prioritárias, ficaram sujeitas ao desempenho da economia. E que ambos, apesar de advogarem propostas diferentes no tratamento da dívida externa (moratória versus descentralização dos devedores), não falaram em pagar os encargos atrasados desde julho de 1989.

Outra convergência é a cautela com que explicitaram a forma pela qual aqueles objetivos seriam atingidos, principalmente em relação à política de estabilização a ser empregada no início do próximo governo. Evitaram ao máximo mencionar sugestões que pudessem acirrar as expectativas inflacionárias ou ocasionar perdas de apoio político. Choques de preços e salários e a política de giro da dívida interna eram contornados, restringindo-se os anúncios a medidas de médio e longo prazos para o combate à inflação (renegociação da dívida externa, reformas fiscais, administrativas e patrimoniais). Quando muito, falaram de "choques de credibilidade" e "entendimento nacional" e, pelo lado da FBP, da aplicação de redutores, da prática do contrato coletivo e da ampliação dos mecanismos de controle de preços com a participação dos trabalhadores nas câmaras setoriais. Quanto às taxas de juros, ambos concordaram que têm sido escorchantes e que de alguma maneira (embora não explicitassem como) os recursos aplicados na ciranda financeira deveriam migrar para a atividade produtiva.

Ambos prometeram combater a sonegação e revisar as renúncias fiscais, mas não disseram quais os incentivos e subsídios que seriam cortados nem estimaram seu impacto sobre as contas públicas. Havia promessas de reforma tributária (não obstante o Congresso ter acabado de aprovar uma), com "aperfeiçoamento" do imposto de renda e criação de novos impostos.

As divergências, entretanto, existiram notadamente em relação ao papel do Estado na economia. Para os neoliberais, a presença do Estado na atividade econômica é dispensável e desnecessária a não ser naqueles setores onde a iniciativa privada preferir manter-se ausente, e constitui um dos principais entraves à superação dos problemas econômicos atuais. Nesse contexto, pretendem um Estado mínimo restrito às funções tradicionais de administrador da Justiça e provedor de bens públicos, o que seria alcançado, no Brasil, através da privatização das empresas estatais e da participação de capitais privados no financiamento de serviços públicos. Em contraposição, a outra concepção seria de que o Estado ainda é fundamental para a retomada do crescimento econômico e para a distribuição de renda, desde que devidamente "desprivatizado", embora exista amplo espaço para a economia de mercado.

Enfim, os problemas são muitos, talvez até maiores do que as soluções apontadas pelas assessorias dos então presidenciáveis, e os recursos são poucos.

Paulo Furtado de Castro é economista do Ipea e consultor do Inesc.

Douglas Mansur



A oitava economia do mundo convive com a miséria

Sem medo de ser feliz

Marcos Colares

Quem tem medo de ser feliz? Esta é uma pergunta difícil de ser respondida, porém é facil indicar quem tem medo da felicidade da maioria do povo brasileiro. As elites dominantes, ávidas por manter os seus privilégios, tudo fizeram para evitar a chegada ao poder de um governo que contrariasse os seus interesses.

Felicidade é uma palavra por demais larga, comporta as mais diversas interpretações. Em sua simplicidade pragmática, Luís Inácio Lula da Silva, por diversas vezes em suas falas a traduziu através de "uma cervejinha com os amigos depois do trabalho" ou por "levar a família para almoçar fora no domingo". Essas coisas, aparentemente banais, significam uma ruptura com a estrutura escravizante à qual está submetida a maioria dos membros da nossa sociedade — logo, vai de encontro aos interesses da classe dominante.

Três décadas nos separam do último pleito para a Presidência da República vivenciado no Brasil. Muito mudou nesses anos, porém os trabalhadores bem pouco aproveitaram do que houve de positivo nessas mudanças.

No final dos anos 70 os movimentos sociais e os centros de assessoria popular começaram uma marcha que desembocou no processo eleitoral que acabamos de vivenciar. Economicamente conseguimos poucas vitórias; entretanto, no âmbito da política os nossos avanços têm conseguido importunar o sono de muitos "marajás".

Temerosos de que a bola de neve da politização continuasse a crescer, os detentores do poder econômico criaram mitos dos mais diversos — "Nova República" e "Plano Cruzado" são exemplos disso. Desde o início deste ano que uma parcela da imprensa alertou para o crescimento do fenômeno "Brizula" e para as suas possibilidades de vitória. Era preciso combater o avanço popular e para tanto fabricou-se mais um mito: "o caçador de marajás". Estava tudo pronto: havia o protagonista, os efeitos especiais e os patrocinadores; só faltava o público.

Fala-se muito em consciência política. Neste momento, diante da vitória de Collor de Mello podemos nos sentir tentados a dizer que ela inexiste ou que muitos não a têm. Infelizmente, não é tão fácil mensurar a consciência política ou detectar a sua existência, mas com certeza essa afirmação é inverídica. O que dizer dos milhares de pessoas que, apesar das dificuldades que lhe foram impostas, acreditaram na possibilidade de mudar a cara do Brasil? Ainda é fácil iludir a boa fé de muitos brasileiros com a sofisticação da mídia, pois a classe dominante durante séculos, inteligente e perversamente, criou abismos culturais e manipulou a informação.



Lula: pela democratização da "cervejinha"

Nesta eleição tivemos um torneiro mecânico migrante do Nordeste como instrumento de um sonho; ocorre que alenta-nos a esperança sabermos que outras lideranças de base estão emergindo e auxiliando no processo de politização de outros tantos.

O processo histórico da sociedade brasileira levou-nos a optar por um modelo de transformação da sociedade pela via eleitoral. Essa via comporta a vitória e a derrota; ocorre que algumas derrotas significam tal número de pontos que não significam fracassos. O somatório de forças em torno da candidatura Lula apresenta-se como um indicador do crescimento político alcançado.

Algumas lições precisam ser apreendidas dessa campanha. Creio que o atual momento aponta para a necessidade de vencermos o amadorismo de algumas ações, a concretização de uma maior disciplina por parte dos militantes em seus partidos e não-subestimação do poder das elites econômicas.

Os meses que estão por vir não podem nos alcançar de calças na mão. As atitudes devem ser, mais do que nunca, refletidas e oportunas. Boa parcela da população foi ludibriada. Compete-nos ajudá-los a desvendar a realidade mascarada. Porém, somente o comedimento de nossas ações poderá verdadeiramente ajudá-los a compreender a gravidade da situação. Atitudes impulsivas só fortalecerão o discurso demagógico da classe dominante e polarizarão os semelhantes.

Dizem que esta foi uma eleição solteira, pois concorria-se ao preenchimento de um único cargo eletivo. Creio que antes de mais nada esta eleição foi essencialmente grávida. Grávida de uma politização contagiante, envolvente, embriagadora. Creio que apesar do resultado as forças populares foram vitoriosas e saíram plenamente fortalecidas.

Sociólogo, professor universitário e escritor.

Newton Carlos

Kissinger volta a ser eminência parda dos EUA

***Rio de Janeiro (AGEN)** - Muito mais do que o secretário de Estado, James Baker, são duas as figuras que se movimentam com maior desenvoltura hoje em Washington, no trato das questões externas: o general reformado Bent Scowcroft, assessor de segurança nacional do presidente Bush, e Lawrence Eagleburger, número dois do Departamento de Estado, do qual Baker é titular.*

Os dois têm uma coisa em comum. Trabalharam para "Kissinger Associated", empresa de consultoria de Henry Kissinger, ex-secretário de Estado. Recebiam salários entre 500 mil e 900 mil dólares por ano, dando conselhos a governos, fazendo conferências pagas a peso de ouro.

***Eminência** - Kissinger é a eminência parda de Bush. "Volta a mandar em Washington o príncipe da Realpolitik", escreve o jornalista inglês Martim Walker. Realpolitik se entende como diplomacia do "realismo". Nada de considerações éticas. Importam resultados, ganhos etc. Scowcroft e Eagleburger foram mandados a Pequim em missão secreta, negociar a reaproximação entre Estados Unidos e China. O massacre da praça da Paz Celestial foi esquecido.*

Eagleburger trata agora do Panamá. O próprio Kissinger iria à China fazer conferência sobre investimentos. Cancelou a viagem depois que o "Wall Street Journal" revelou que ele estava metido em "China Ventures". Aplicação de 75 milhões de dólares no país que se transformou no centro de resistências a reformas democráticas no mundo comunistas. Um primor de Realpolitik.

Adaptação - Foi Kissinger quem iniciou as negociações que levariam aos acordos sobre a Zona do Canal do Panamá, assinados em 1977. Na época a Nicarágua ainda estava nas mãos do ex-ditador Somoza e a guerrilha de El Salvador não tinha importância. As coisas mudaram e muito. Os Estados Unidos precisam de seu Comando Sul, instalado na Zona do Canal, para vigilância militar do continente, A Realpolitik exigia a "adaptação" do Panamá.

América Latina

Clai repudia ocupação do Panamá

Quito (AGEN) - A direção do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai) divulgou o seguinte comunicado, no dia 20 de dezembro, em que condena a ocupação do Panamá por tropas dos Estados Unidos:

"O Conselho Latino-Americano de Igrejas, Clai, diante da invasão do Panamá, a perda de vidas e a violência da desinformação, em obediência ao mandato de nosso Deus para que denunciemos toda arrogância e injustiça, e depois de uma ampla consulta com suas Igrejas e organismos membros em toda a América Latina:

1) Condena veementemente a invasão do Panamá porque esse ato viola a soberania nacional, desconhece o princípio de autonomia dos povos e significa a tutela do mais forte, autoconstituído em arrogante guardião da democracia.

2) Denuncia e repudia:
- O uso de medidas econômicas, financeiras e comerciais para pressionar o povo panamenho nas urnas e nesse momento querer comprar seu silêncio ante a agressão.
- O retorno das superadas teses do tiranicídio e do golpe de Estado.
- A manipulação de métodos fundados na hipocrisia e na mentira.
- O uso de duplo critério, que tolera ditadores quando convêm e destitui governos quando não se enquadram em seus interesses imperialistas.

3) Conclama a solidariedade de todos os governos latino-americanos e do mundo inteiro ao povo do Panamá, vítima novamente da prepotência e do terrorismo do governo norte-americano.

Cedo ou tarde a verdade terá a última palavra e a justiça de Deus se fará sentir sobre os que invocam em vão seu nome."

Pelo Conselho Latino-Americano de Igrejas, bispo Federico Pagura, presidente; rev. Felipe Adolf, secretário-geral. Quito, 20 de dezembro de 1989.

Opinião

Governar com quem, cara-pálida?

Frei Betto

Collor ganhou, o Brasil perdeu. A vitória do novo presidente da República deve-se ao poder da mídia sobre essa imensa parcela de eleitores desorganizados, desinformados, vulneráveis aos oráculos da Rede Globo. Na reta final da campanha, eles foram induzidos a crer que Lula é um pai desalmado, um marajá disfarçado de operário — pois ganha uma fortuna como deputado e possui um aparelho de som tão sofisticado que nem o pobre do Collor tem condições de comprar — e responsável pelo seqüestro do empresário Abílio Diniz, conforme denunciou o jornal "O Rio Branco", do Acre, em sua edição no dia da eleição.

A diferença entre a direita e a esquerda é que a primeira age por interesses, e a segunda, por princípios. Na cruel decisão de manter os seus privilégios a qualquer custo, a elite dominante mostra a cara: os valores éticos que recheiam seus discursos perfumados são abandonados na prática e, no vale-tudo, a invasão da privacidade alheia justifica inclusive a manipulação de mágoas doentias. Para que SNI se o novo presidente dispõe de recursos mais hediondos?

De qualquer modo, o Brasil não será mais o mesmo. Lula sai dessa eleição como a mais expressiva figura política do país, sem o ônus de ter de responder às expectativas na nação, atolada numa crise incomensurável. A classe trabalhadora, afinal, chegou ao paraíso. Seu poder de mobilização ultrapassou os sindicatos, a CUT, e atingiu a esfera partidária. A sociedade civil organizada, os eleitores conscientes dos grandes centros urbanos, as figuras eminentes deste país nos vários ramos de atividades científicas, artísticas e intelectuais, ficaram com Lula. Collor tem a maioria dos eleitores, mas não tem a sociedade civil. Em suma, inicia seu governo aprofundando o fosso entre Estado e nação.

Com quem governará o ex-prefeito biônico de Maceió? Com aqueles que o apoiaram: os mesmos homens que mantiveram a ditadura militar e sustentaram o governo Samey. Ainda que recoberto por medidas populistas, será o governo dos grandes banqueiros, dos empresários que tratam as greves como caso de polícia, dos pelegos sindicais, dos especuladores. Será também o governo do coronelismo nordestino, pois Collor sabe que, se trouxer às populações carentes um mínimo de condições de vida acima da miséria crônica, ele perde seu eleitorado. Isso é grave, significa que também Collor, a exemplo dos caciques do Nordeste, fará da fome alheia a fonte de sua sustentação política. Votaram em Collor os que pensam pela cabeça dos outros ou com esta parte mais sensível do corpo humano: o bolso. Lula recebeu os votos da grande maioria consciente.

O ciclo autoritário, iniciado em 1964, prolonga-se por mais cinco anos. A diferença é que encontrará pela frente a resistência permanente dos partidos de oposição, da ABI, da OAB, da CNBB, da CUT e de todas as instituições sérias deste país. Atropelado na contradição entre as promessas de campanha e os compromissos de governo, Collor apelará para o velho recurso dos regimes impopulares: porá toda a culpa de sua incapacidade de superar a crise brasileira no PT e na CUT. Porque estará de mãos atadas para promover a distribuição de renda, fazer a reforma agrária ou suspender o pagamento da dívida externa.

O tempo, contudo, é implacável. Nada escapa a seu crivo. No próximo dia 3 de outubro a nação julgará o governo Collor.

Frei Betto é teólogo e escritor.

Panamá: a volta das esferas de influência

Newton Carlos

Rio de Janeiro (AGEN) - A Assembléia Legislativa panamenha, instituição de pouco crédito, não estava fora da realidade quando reconheceu "formalmente", poucos dias antes da invasão norte-americana, a existência de um estado de guerra entre Panamá e Estados Unidos. Não era esperada a invasão, e muito menos um ataque panamenho às bases que os EUA têm na zona do canal. O assunto ainda não eram tiros; era, sim, guerra econômica.

O cerco norte-americano chegava aos seus limites, com duas medidas recentes. A disposição de estrangular o regime do general Noriega ficava mais do que clara. Barcos com bandeira panamenha em portos dos EUA, afetando negócios de US$ 500 milhões anuais e impostos de US$ 40 milhões. Golpe duríssimo.

Suspeitas - Outra fonte de recursos, o canal, foi também trancada pelos EUA, com congelamento de receitas e nomeação "unilateral" de um administrador interino da via entre o Atlântico e o Pacífico. O nomeado, cidadão panamenho, ignorou apelos do governo do Panamá para não assumir. Declarou que a partir de 1º de janeiro estaria exercendo o cargo, com cobertura norte-americana.

Essa segunda medida não é somente de guerra econômica. Os dois países assinaram acordos em 1977, estabelecendo a devolução total da Zona do Canal ao Panamá até 1999. No período de transição o regime seria de administração mútua, mas o antecessor de Bush, o ex-presidente Reagan, republicano como Bush, nunca aceitou o acordo. Disse isso na campanha eleitoral e, como presidente, Bush nunca foi tão claro a respeito, mas as suspeitas são de que pense o mesmo.

Influência - A nomeação "unilateral" fortalece as suspeitas. Além disso, o general Noriega, acusado de ditador e bandido, de estar metido com traficantes de drogas, não poderia ser contraparte de acordo tão importante. Diante da invasão, afinal consumada, reaparecem "especulações" sobre resistências dos EUA em devolver a Zona do Canal, onde está seu Comando Sul, posto militar avançado com tarefas de vigilância no continente.

Ou só devolver tratando com um governo panamenho submisso. A invasão tornou-se inevitável, do ponto de vista norte-americano, porque a guerra econômica, mesmo levada a seus limites, não acabava com Noriega. Um especialista em contra-insurgência, Samuel Huntington, disse que esse tipo de guerra não adianta. Há sempre alguém disposto a socorrer com dólares. Com tropas é outra conversa.

Os EUA reiteram a tiros o que foi dito há pouco por Richard Boucher, porta-voz do Departamento de Estado. A América Latina continua sendo área de segurança (e de influência) dos EUA. E os EUA mostraram outra vez que não abrem mão de seu papel de policiais. Granada, Panamá etc. Não importa que a União Soviética se retire do leste europeu.

500 Anos

Vamos fazer nosso próprio inventário

São Paulo (AGEN/Opción) - Não podemos simplesmente celebrar o 5º centenário (tão polêmico) com festas ruidosas e pomposas como a Espanha e os governos latino-americanos querem. Também não o podemos celebrar com um eterno lamento, que nos deixe parados no nefasto 12 de outubro.

O desembarque europeu em terras americanas significou a morte de mais de 90 milhões de nativos e o rompimento a partir do exterior de um dos processos históricos que se estava vivendo neste continente. Toda essa violência e morte gerou uma dinâmica social que permitiu uma mistura de raças e culturas, mas também deu origem a uma nova identidade do homem e à sociedade latino-americana.

Mas em toda esta diversidade, como poderíamos definir a identidade cultural latino-americana? O que será nosso, genuíno, e o que não o é, depois desses convulsionados cinco séculos?

Somos diferentes - Um dos aspectos que configura a identidade cultural é a consciência que temos como grupo social, de possuir uma série de elementos e características que nos fazem perceber e sentir que somos diferentes de outros grupos.

Apesar do genocídio e etnocídio impulsionados pela Espanha, dezenas de grupos étnicos conseguiram sobreviver, tanto indígenas como negros trazidos da África, que continuam até hoje reivindicando os aspectos básicos de suas culturas e que os tornam assim distintos de outros grupos sociais.

Mas dessa mistura de europeus, indígenas e negros surgiu um homem novo, o latino-americano, donde sairiam em seguida as guerras da independência, as classes governamentais atuais.

Esses homens no poder deram as costas a seu próprio povo e olharam a Europa, e logo a seguir os Estados Unidos, tomando-os como um modelo a ser imitado.

Nesse sentido a ação burguesa cumpre um duplo papel: de um lado unifica e homogeneíza a população dentro de suas fronteiras, mas por outro lado procura diferenciar-se das outras unidades nacionais como nação.

É por isso que as classes dirigentes vêem na "diversidade" encontrada no interior dos países um sério obstáculo para a formação da nação e um impedimento para o desenvolvimento capitalista que procura manter os países no esquema produção-consumo.

Tudo se move - Os grupos indígenas têm raízes muito concretas, as quais lhes têm permitido uma clara definição a respeito de suas diferenças com os demais grupos sociais; há outros setores que continuam reacomodando-se dentro da estrutura social.

O deslocamento diário de mais de 500 mil pessoas do campo para a cidade em toda a América Latina tem dado uma nova fisionomia aos centros urbanos.

Diariamente os "cinturões da miséria" vêm se multiplicando, aí onde as cores se forjam, onde se constroem casas, dança-se, canta-se, forjam-se também lendas, mitos e atitudes solidárias de origem camponesa.

Nossas cidades estão sendo estruturadas com uma identidade onde se conjugam o barroco dos povoados construídos pelos espanhóis, o vidro, o alumínio da arquitetura contemporânea, o barro e o barraco das favelas.

Do seu lado, os indígenas, sem renunciar às suas culturas, adaptaram leis, decretos, usos e costumes da sociedade dominante, sem que isso implique em que estejam sucumbindo aos avanços da tecnologia.

Todo esse rompimento faz da América Latina uma reserva de diversidade cultural muito grande, onde aquilo que é próprio e o que é de fora se misturam em infinitas opções, impossíveis de delinear. (José Vakun)

O eclipse

São Paulo (AGEN/Opción) - Quando o frei Bartolomeu Arrazola se sentiu perdido, aceitou que nada mais poderia salvá-lo. A poderosa selva da Guatemala o havia prendido definitivamente. Diante de sua ignorância topográfica sentou-se com tranqüilidade esperando pela morte. Queria morrer ali mesmo, sem nenhuma esperança, isolado, com o pensamento fixo na distante Espanha, particularmente no convento de Los Abrojos, onde Carlos 5º lhe confiara que esperava no seu zelo religioso.

Quando acordou viu-se rodeado por um grupo de indígenas que, impassíveis, estavam dispostos a sacrificá-lo diante de um altar, que para Bartolomeu parecia o leito que queria para descansar.

Três anos naquele país lhe haviam dado um domínio médio sobre as línguas nativas. Falou alguma coisa. Algumas palavras foram compreendidas. Veio-lhe a idéia, fruto de sua cultura e talento e de seu conhecimento de Aristóteles. Recordou que naqueles dias um eclipse solar era esperado. Quis assim valer-se disso para enganar seus opressores e salvar a sua vida.

Se me matais — disse-lhes —, posso fazer que o sol se escureça totalmente. Os indígenas olharam para ele fixamente e Bartolomeu ficou supreso com a incredulidade de seus olhos. Uma pequena reunião aconteceu, e ele esperou com desdém.

Duas horas depois o coração do frei Bartolomeu Arrazola jorrava sangue sobre a pedra dos sacrifícios (brilhante sob a luz opaca dos sol eclipsado), enquanto um dos indígenas recitava sem pressa, uma por uma, as datas em que se produziriam eclipses solares e lunares, que os astrônomos da comunidade maia haviam previsto e anotado nos seus códigos sem a valiosa ajuda de Aristóteles. (Augusto Monterroso, escritor guatemalteco, cientista e historiador. Vive atualmente no México.)

Cupom de assinatura

PREÇO DA ASSINATURA DO BOLETIM DA AGEN

ANUAL
Individual - 15 BTNs
Entidade - 25 BTNs
América Latina - US$35
Outros países - US$70
SEMESTRAL
Individual - 8 BTNs
Entidade - 13 BTNs

Avenida Ipiranga, 1267, 8º andar, CEP 01039, São Paulo, SP, Brasil
Telefone: (011) 229-6734.
Telex: 11.25824 AECN - BR.

Desejo: ( )uma assinatura anual ( )uma assinatura semestral
( )renovar minha assinatura ( )informar meu novo endereço

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ **CEP** _____
Cidade _____ **Estado** _____
País _____ **Nº do cheque ou vale postal** _____
Telefone (_____ **)** _____
Assinatura _____ **Data** _____

(Vales postais deverão ser encaminhados somente à Agência do Correio Central de São Paulo, CEP 01051)

Memória

Mortes de dez anos ficaram no arquivo

São Paulo (AGEN/CDHAL) - Neste mês de janeiro são completados dez anos da morte de vários trabalhadores rurais em luta pela terra, como registra o dossiê "Assassinato no Campo", do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Todos os casos estão praticamente arquivados, e os mandantes e executores dos crimes, soltos. É a marca da impunidade, que tem estimulado a proliferação da violência no campo.

No dia 18 de janeiro de 1980, em Paripiranga (BA), foi morto Anfilófio Moreira dos Reis, que era advogado de vários sindicatos de trabalhadores rurais da região, como Nova Soure, Tucano, Ribeira do Pombal e Rio Real. O advogado foi morto a tiros, dentro de seu carro, pelo próprio motorista, Loiola, presumivelmente a mando de grandes fazendeiros. O caso ficou no esquecimento.

Antes, a 7 de janeiro, foi assassinado o trabalhador rural Francisco Sales Duarte, morador na localidade de Arraias, município de Jacundá (PA). O mandante do crime foi João Anastácio Queiroz, grileiro. Já a 26 de janeiro de 1980, foi morto o lavrador Francisco Jesus Silva, de 17 anos, no município de Esperantinópolis (MA). Francisco Jesus foi morto no povoado de Alagoinha pelo grileiro Daniel Martins, o "Baiano", a mando de seu irmão, Lourival Manoel Martins, o "Louro". Francisco recebeu um tiro no peito e outro no ouvido quando dançava com a namorada numa festa. Na época o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esperantinópolis acusou Lourival Manoel Martins de haver planejado o assassinato de lavradores de Alagoinha para facilitar a invasão de suas terras por grileiros.

Fevereiro e março - Também em fevereiro e março de 1980 ocorreram vários assassinatos de lavradores. Na noite de 27 de fevereiro, na localidade de Adustina, município de Paripiranga (BA), foi morto o menor Marcos Almeida Filho, durante tiroteio em que se envolveram as famílias Cajazeira e Marcionílio, que disputavam na Justiça uma área de terra. No tiroteio, também morreu o pistoleiro José Joviniano e houve seis feridos.

Em março foi assassinado, pelo pistoleiro Gregório, o lavrador José Dias dos Santos, líder de posseiros no município de Formosa do Rio Preto (BA). José Dias foi morto a mando do fazendeiro Félix Soares da Silva. Por várias vezes José Dias já havia denunciado, na Assembléia Legislativa, em Salvador, as ameaças de morte de Félix contra os posseiros da fazenda Cana Brava, que estavam há mais de 20 anos no local, plantando milho, arroz, feijão e cana.

No dia 27 de março foi morto o trabalhador rural Antônio Leite dos Santos, casado, nove filhos, na localidade de Roda Velha, município de Barreiras (BA), a mando do grileiro norte-americano Leonard Earl, que disputava terras com outro grileiro, José Orgete.

Agenda

JANEIRO

20 a 9/2 - Curso para professores de teologia.
Tema: eclesiologia.
Local: Faculdade de Teologia Nossa Senhora Assunção (São Paulo).
Promoção: Soter (Sociedade de Teologia e Ciência da Religião).
Informações: tel. 011 278-8600.

29 a 10/2 - Curso de Verão/90 do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep).
Local: PUC/SP, à rua Monte Alegre, 984 - Perdizes - São Paulo.

29 a 23/2 - Curso sobre história do protestantismo na América Latina.
Promoção: Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina (Cehila).
Local: Faculdade de Teologia da Igreja Metodista (São Bernardo do Campo - SP).
Informações: tel. 011 457-3733.

FEVEREIRO

5 a 10 - 6º Encontro do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH).
Local: Centro Mariápolis, km 47 da rodovia São Paulo—Cotia.
Tema: "Os DH e a Construção da Nova Sociedade Brasileira".

MARÇO

12 - Início do curso superior de capacitação de assessores da Pastoral da Juventude.
Local: Porto Alegre - RS.
Informações: tel. 0512 31-0362.

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS
Av. Ipiranga, 1267
8º andar - 01039 - São Paulo - SP - Brasil
Fone: (011) 229-6734 Telex: 1125824 AECN-BR

16 I 90 SP

Cr$ 1,61
M.6799 F.21442

IMP 02 1001-90
CARITAS DIOCESANA NOVA IGUACU
R.CAP. CHAVES 60
26220 NOVA IGUACU
RJ

IMPRESSO

DEVOLUÇÃO GARANTIDA DR/SP
ISR -40- 0987/89

AGEN

Nº 198
21 de maio de 1990
Cr$ 40,00

Greve geral pode sair em junho

A decisão do governo federal de extinguir o reajuste automático dos salários pelo índice da inflação prefixada alimentou a possibilidade de uma greve geral em junho, convocada pelas grandes centrais sindicais — CUT e CGT. A determinação governamental foi anunciada no último dia 16, quarta-feira — o reajuste automático dos salários continua valendo apenas para o salário mínimo; a maioria dos trabalhadores fica, portanto, sujeita à livre negociação salarial com os patrões, medida que recebeu o repúdio consensual entre líderes de centrais sindicais que sempre tiveram posições divergentes, como Jair Meneguelli, da CUT, e Luís Antônio Medeiros, da CGT. (Mais informações sobre o movimento operário na página 5.)

Sem-terra não desistem e querem reforma agrária já

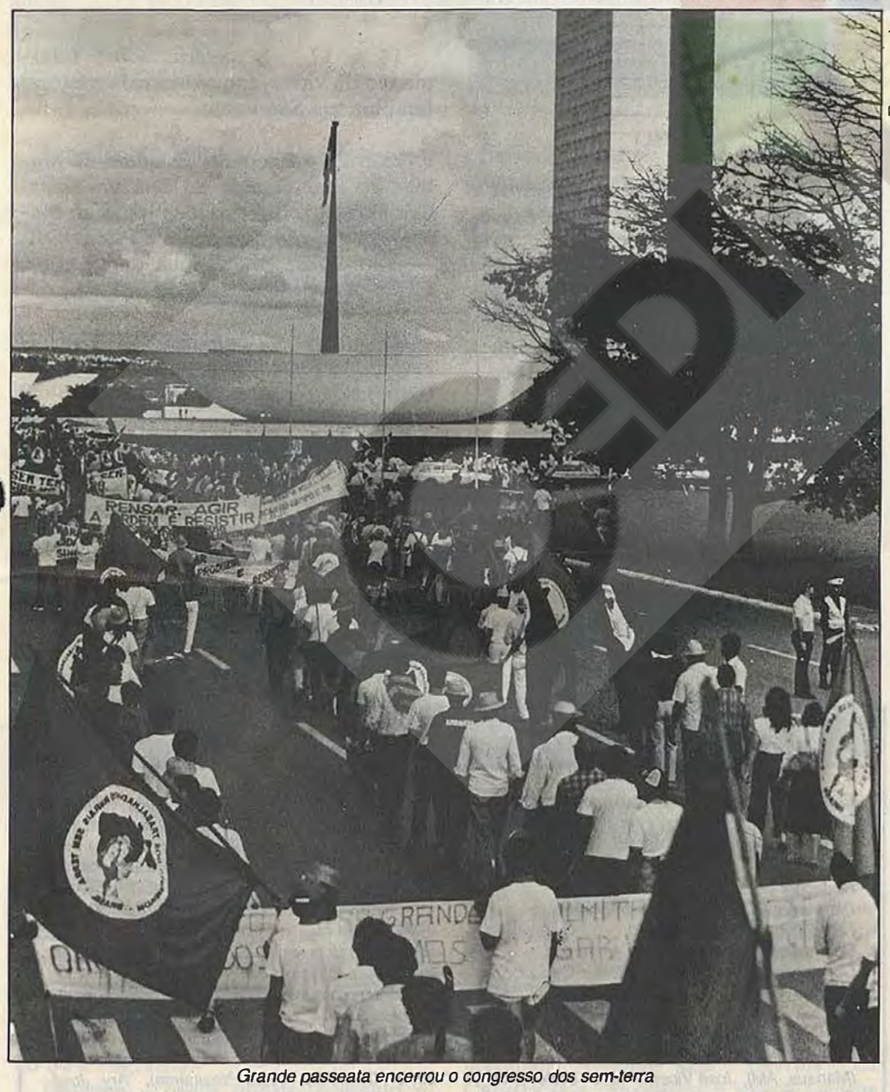


Foto: arquivo

Grande passeata encerrou o congresso dos sem-terra

O 2º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, realizado de 8 a 10 de maio em Brasília, reiterou a disposição de luta dos lavradores pela reforma agrária, mesmo contra a vontade política do governo Collor. Página 4.

Mulher é tema da Semana do Migrante de 90

São Paulo (AGEN) - O tema da Semana do Migrante deste ano é "Mulher: Reclama da Terra O Que É Teu!" A Semana do Migrante é realizada anualmente, de 17 a 24 de junho. O tema deste ano foi escolhido em função da dramática situação da mulher migrante. Atualmente, mais de 17 milhões de mulheres brasileiras vivem no campo, representando 55% da mão-de-obra empregada na agricultura e pecuária. Em função da situação de miséria e, muitas vezes, de violência a que é submetida, a mulher do campo tem migrado em massa para a cidade nos últimos anos.

Em São Paulo a Semana do Migrante, promovida pelo Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), será aberta a 17 de junho nas comunidades e paróquias, onde, nos dias seguintes, serão debatidos os diversos aspectos relacionados à mulher migrante. No dia 23 haverá o Festival de Teatro da Mulher Migrante, no auditório da Igreja da Paz (rua do Glicério, 225), a partir das 15h. A 24 de junho, o Dia do Migrante será lembrado com uma caminhada pelo centro da cidade.

Privatização ameaça 25 mil de demissão

Brasília (AGEN) - Mais de 25 mil trabalhadores têm a cabeça prestes a rolar pela boca do desemprego. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou no último dia 15 quais as empresas estatais que passarão pelo processo de privatização entre julho e agosto deste ano, com a realização do primeiro leilão. São elas: Usiminas, Companhia Siderúrgica de Tubarão, Aços Finos Piratini, Petroquímica União e Companhia Siderúrgica do Nordeste (Cosinor).

Não foi citada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), divulgada anteriormente como primeira vítima do processo. Alguns atribuem o adiamento da privatização na CSN meramente à falta de recursos para o pagamento de indenizações aos que forem demitidos; outros o interpretam como um espaço de tempo importante, conseguido pelos sindicalistas para intensificar as negociações.

Editorial

Mobilização contra golpe

As últimas determinações do governo Collor de Mello, como o anúncio da privatização de várias estatais e a extinção do reajuste automático dos salários pela inflação prefixada, contribuíram para elevar a temperatura nos meios político, econômico e social. As lideranças das maiores centrais sindicais, CUT e CGT, já cogitam a possibilidade de convocação de uma greve geral para junho, se não for previsto um mecanismo que garanta a reposição salarial da classe trabalhadora, que foi atingida em cheio pelo "esquecimento" da inflação recorde de março, para dizer o mínimo.

Em razão do carisma pessoal do presidente e do apoio ostensivo da mídia eletrônica, sobretudo da Rede Globo, as medidas contidas no plano de estabilização econômica chegaram a empolgar alguns estratos da sociedade. Entretanto, é nítida a queda sistemática dos índices de popularidade do presidente, à medida que o aparente descontrole sobre os destinos do plano Collor vai se acentuando.

Nesse sentido, o crédito de confiança que o presidente obteve de boa parte da população para implementar seu plano econômico parece estar se esvaindo a cada dia que passa. Mas o descontentamento não vem sendo tornado público apenas pela massa de assalariados, que mais sofreu com as medidas do choque econômico. Mesmo entre setores da burguesia que, de alguma forma, foram atingidos pelas medidas econômicas, mas que não tinham condições políticas de expressar seus protestos, as primeiras vozes de repúdio ao governo Collor estão sendo ouvidas. Críticas ao governo também partiram de representantes dos setores "duros" do Exército, como dos generais Newton Cruz e Euclides Figueiredo, que foram punidos por sua postura.

O movimento social deve estar atento, portanto, para identificar seus reais aliados na luta pela melhoria das condições de vida do povo brasileiro. Neste momento crucial da vida brasileira, é essencial a retomada da mobilização social, a exemplo da campanha pelas diretas, inclusive como forma de abafar as articulações dos grupos de direita que, sentindo o vácuo político no ar, podem tentar ocupar esse espaço.

Memória

A morte de Viviani, pela vida dos Katukina

Tefé (AGEN) - No dia 11 de março, morreu a bordo do barco "Ajuri", da prelazia de Tefé, no Amazonas, Viviani Guimarães Resende. Viviani faleceu vítima de malária falsíparа, contraída em seu empenho para salvar os índios Katukina de uma série de doenças causadas pelo contato com os brancos.

Viviani nasceu a 11 de outubro de 1961, em Jacarezinho (PR), filha de Sidney e Cecília Guimarães Resende. Chegou à prelazia de Tefé em 1986, para atuar na pastoral indigenista. Em 1987, Viviani e outra agente de pastoral, Sandra Mara Schmidt, fizeram contatos com o povo Katukina, no rio Biá.

Além das doenças, os Katukina sofrem a invasão de suas terras e a exploração dos comerciantes locais. No início deste ano, Viviani e uma equipe conseguiram vacinar quatro aldeias. Em razão do estado delicado de Viviani, a equipe decidiu regressar à cidade de Foz do Jutaí. Foram três dias de viagem para a descida do rio. Quando faltavam cinco horas para que a equipe chegasse a Foz do Jutaí, Viviani morreu a bordo do barco "Ajuri", que na língua indígena local significa mutirão.

O corpo de Viviani foi enterrado no dia 14 de março, em Curitiba, onde mora sua família. O padre Miguel Feeney, coordenador da pastoral indigenista de Tefé, destacou durante a missa de corpo presente toda a luta de Viviani em defesa da causa indígena. Assim o bispo de Tefé, d. Mário Clemente Neto, se manifestou sobre Viviani: "Mulher forte, determinada e inteligente. Era decidida a enfrentar tudo para alcançar seus ideais. Lutava pelo interesse da causa de maneira sistemática e organizada. E, apesar de tímida e reservada, sua presença era marcante na defesa de suas opiniões. Era muito querida pelos Katukina. Viviani nos deixa a todos um grande testemunho evangélico."

Agenda

JUNHO

2 - Conferência "Educação Escolar e Ajustamento do Trabalhador na Sociedade de Classes", por Carmen Sylvia digal Morais, no Centro de Cultura Social (CCS), à rua Rubino de Oliveira, 85, Brás, São Paulo. Outras conferências programadas pelo CCS para o mês de junho, sempre aos sábados, às 16h:

Dia 9 - "A atual Idade Média Brasileira", por Marco Antônio de Carvalho.

Dia 16 - "Anarquismo e Militância", por José Carlos Garcia de Abreu.

Dia 23 - "A Noção de Conciliação na Política Brasileira", por Maria Arminda do Nascimento Arruda.

Dia 30 - "Informação e Poder: a Doce Repressão na Mídia", por Luís Egipto de Cerqueira.

14 a 17 - Seminário sobre transmissão da vida, promovido pela pastoral familiar, em São Paulo.

21 a 23 - Encontro Estadual da Mulher do Rio Grande do Sul, em Santa Cruz do Sul. Informações junto ao Núcleo Diocesano de Justiça e Paz (NDJP — caixa postal 86, Linha Santa Cruz, CEP 96800, Santa Cruz do Sul, RS).

25 a 30 - 3º Congresso da Organização Nacional Indígena da Colômbia (Onic), em Bogotá. A Onic reúne 38 organizações indígenas regionais. Os direitos humanos, a mulher e as seitas religiosas são alguns dos pontos em discussão no congresso.

JULHO

15 - 3ª Romaria da Terra da diocese de Registro (SP), em Musácea, município de Miracatu.

Expediente

Editor-responsável: Dermi Azevedo (Mtb 239).
Editor-Assistente: José Pedro S. Martins (Mtb 17.572).
Redação: Maria do Rosário Lino.
Diagramação e Arte: Ana Isabela Irala.
Revisão: João Bazanelli Neto.
Composição: Renata Luciana A. Ramos.
Correspondentes e Colaboradores: Cacia Cortez (Campo Grande, MS), Edelberto Behs (Porto Alegre, RS), Mário A. Evangelista (Piracicaba, SP), Helenice Netto (Volta Redonda, RJ), Antonio Carlos Ribeiro (Rio de Janeiro), José Rocha (Manaus, AM), José Vicente Filho (Crateús, CE), Carlos Roberto da Costa (Ji-Paraná, RO), Patrícia Ferri e Luis Eusebi (Boa Vista, RR), Adilar Altoé (Gurupi, TO), Marcos Colares (Teresina, PI), Jaider Batista da Silva (Colatina, ES), Edna Flor (Araçatuba, SP), Newton Carlos, Isaac Akcelrud (comentaristas internacionais), Roberto Codas Friedmann (América Central), Juan Pezutto, frei Betto, Elsa Lobo, Francisco Catão, Paulo Schilling, Milton Schwantes (São Paulo) e Artur da Silveira (Nova Iguaçu-RJ).
Secretário-Executivo: Edin Sued Abumanssur.
Fotolito: Ajato.
Impressão e Acabamento: Gráfica Perez.
Diretoria: José Domingos Bragheto (Presidente), Silvio Schneider (Vice-Presidente), Ary José Vanazzi (Secretário), Elena Maria Rezende (Tesoureira).

Direitos humanos

Comissão de Justiça da Câmara define direitos fundamentais



Foto: Robson Martins

Menores: assunto para a Comissão de Constituição e Justiça

Brasília (AGEN) - Vários projetos regulamentando termos do artigo 5º da nova Constituição brasileira, que trata dos direitos fundamentais da pessoa humana, estão tramitando na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, da Câmara dos Deputados. Essa comissão é estratégica, uma vez que ela é responsável pela análise da constitucionalidade da maioria dos projetos debatidos na Câmara.

Em seu informativo com análises e dados sobre o processo legislativo, o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc) observa haver atraso na dinâmica da regulamentação dos termos do artigo 5º da Constituição, em razão dos interesses dos setores conservadores representados na comissão e do momento nacional de "tensão em torno de assuntos econômicos". Do mesmo modo, os parlamentares estão atentos ao calendário eleitoral, com vistas ao pleito de 3 de outubro, o que também contribui para atrasar o processo legislativo. Nesse contexto, o Inesc entende que "movimentos e entidades que lutam pelos direitos humanos devem intensificar a ação pela auto-aplicação de princípios e para a rápida e correta regulamentação legal". A vigilância popular sobre as atividades da comissão é ainda mais necessária em face dos poderes decisórios assumidos pelas comissões da Câmara, de acordo com o novo regimento interno do Congresso.

Projetos - Entre outros, segundo o Inesc, tramitam na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, da Câmara dos Deputados, estes projetos relacionados ao artigo 5º da Constituição:

1) PL 1000/88, de Paulo Paim (PT-RS), dispondo penalidades para crimes de discriminação ou distinção em função do trabalho. O relator é Jairo Carneiro (PFL-BA).

2) PL 1079/88, de Jorge Arbage (PDS-PA), sobre pedidos de informação de interesse pessoal ou geral feitos por cidadãos a órgão governamental. A esse projeto foram anexados outros, de vários deputados. Entre outros pontos, essa matéria refere-se à questão de informações sobre os desaparecidos políticos. O primeiro parecer da comissão foi favorável ao projeto de Jorge Arbage, considerado limitado. Por esse motivo, o deputado José Genoíno (PT-SP) pediu vistas do processo.

3) PL 1197/88, de Benedita da Silva (PT-RJ), definindo como crimes práticas discriminatórias contra a mulher. O relator é Marcos Formiga (PL-RN).

4) PL 2148/89, de José Genoíno, sobre os direitos autorais. Relator: Egídio Ferreira Lima (PSDB-PE).

5) PL 2154/89, de Horácio Ferraz (PSDB-PE), definindo a tortura como crime inafiançável. O projeto já tem parecer favorável, com duas emendas, do deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS).

Composição - Por seu caráter estratégico, a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação tem, entre seus integrantes, algumas das "estrelas" da Câmara dos Deputados e vários juristas e deputados ligados ao regime militar. A comissão é presidida por Theodoro Mendes (PMDB-SP), tido como um parlamentar moderado. Os três vice-presidentes figuram no campo conservador: José Dutra (PMDB), Mário Assad (PFL) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG), que foi candidato a vice-presidente da República na chapa de Paulo Maluf nas eleições do ano passado.

Pelo PMDB, destacam-se Nélson Jobim, ex-presidente da OAB-RS e que teve atuação expressiva na Constituinte; Michel Temer, que foi secretário da Segurança Pública no governo Franco Montoro, em São Paulo, e Nílson Gibson (PE), um notório direitista. Os outros peemedebistas da comissão, a maioria moderados e conservadores, são Agassiz Almeida, Arnaldo Moraes, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Manhães, João Natal, José Dutra, Leopoldo Sousa, Osvaldo Macedo, Renato Vianna, Rosário Congro Neto, Wagner Lago e Mendes Ribeiro (RS), jornalista que foi eleito com apoio da Rede Brasil Sul.

Entre os membros da comissão filiados ao PFL estão José Moura (PE), ligado ao senador Marco Maciel, e Paes Landin (PI), vinculado a Paulo Maluf. Os outros pefelistas são Eliezer Moreira, Evaldo Gonçalves, Horácio Ferraz, Jairo Carneiro, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Messias Góis e Ney Lopes. Pelo PDS, além de Bonifácio de Andrada, figuram Gérson Peres (PA), que se autodenomina "coveiro das diretas", por sua atuação na derrota da emenda Dante de Oliveira em abril de 1984, e Ibrahim Abi-Ackel, o ministro da Justiça no governo do general João Figueiredo que se envolveu no "escândalo das pedras preciosas".

Já o PSDB é representado na comissão por Arnaldo Martins, Jutahy Júnior (BA), José Guedes, Moema São Thiago (CE), Plínio Martins e Sigmaringa Seixas, um advogado ligado à CNBB e responsável pela liberação, pelo Superior Tribunal Militar, dos processos que possibilitaram a construção do Projeto Brasil Nunca Mais, da arquidiocese de São Paulo. Os representantes do PDT são Beth Azize (AM), Gonzaga Patriota e Ailvio Abreu.

O PRN do presidente Collor de Mello é representado por Dionísio Hage e Nélson Sabrá. O PTB, pelo líder Gastone Righi (SP) e por Benedito Monteiro, ex-procurador-geral do Pará, que foi cassado em 1964 quando era deputado estadual. Pelo PL, estão Ismael Wanderley e Marcos Formiga. Pelo PDC, Joaquim Haickel e José Maria Eymael (SP).

No campo da esquerda, ao lado dos membros do PDT e PSDB, estão Wagner Lago (PSB), Aldo Arantes (PC do B - GO), Roberto Freire (PCB-PE), Luís Eduardo Greenhalgh (PT-SP) e José Genoíno (PT-SP). Greenhalgh é um conhecido advogado ligado à luta pelos direitos humanos, e Genoíno participou da guerrilha do Araguaia.

Terra

Congresso dos sem-terra reúne cinco mil

Brasília (AGEN) - O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) realizou seu segundo congresso de âmbito nacional nos dias 8, 9 e 10 de maio em Brasília. Participaram cinco mil lavradores dos 19 Estados onde o MST está organizado. Ao final do evento foi aprovada a pauta de reivindicações ao novo governo. Os sem-terra reafirmaram a ocupação de terra como a principal forma de luta para a conquista da reforma agrária.

Instância máxima de decisão do MST, o congresso nacional se realiza a cada cinco anos. O primeiro congresso aconteceu em 1985 em Curitiba, Paraná. Assim como o primeiro, o segundo congresso teve um caráter de manifestação. A solenidade de encerramento do evento se deu com um ato público em frente ao Senado, após uma passeata que percorreu toda a Esplanada dos Ministérios.

A manifestação teve o apoio da Central Única dos Trabalhadores e de diversas organizações populares e sindicais. Jair Meneguelli, presidente da CUT, se pronunciou durante o ato e apoiou as ocupações de terra como forma de pressionar o governo a fazer a reforma agrária. Parlamentares do PSDB, PDT, PT, PSB, e PC do B também discursaram no encerramento e participaram de outras atividades do congresso.

Estrangeiros - Organizações camponesas de nove países da América Latina e de Angola (África) enviaram representantes ao congresso do MST. Os delegados estrangeiros tiveram oportunidade de fazer pronunciamentos em plenário na "tarde internacional", no dia 9.

Uma comissão de seis parlamentares recebeu em audiência na Câmara dos Deputados os representantes latino-americanos e africanos. Lá os convidados estrangeiros colocaram para os deputados suas principais preocupações: as relações do Brasil com outros países latino-americanos na negociação da dívida externa, o combate ao narcotráfico e a ameaça de os EUA invadirem Cuba.

Audiências - O documento contendo as reivindicações do MST foi entregue ao ministro da Agricultura, Antônio Cabrera Filho, em audiência na tarde do dia 10. Cabrera ouviu as exigências dos sem-terra, mas não se comprometeu a cumpri-las. O MST estabeleceu três medidas de emergência e seis outros pontos com mais 41 medidas para serem aplicadas durante os cinco anos de mandato.

Egídio Brunetto, da coordenação nacional do MST e porta-voz da comissão de 15 lavradores presentes à audiência, considerou como condição para a implementação de qualquer projeto de reforma agrária as seguintes medidas: desapropriação de todas as áreas onde há acampamentos, suspensão de todas as ações de despejo em andamento e solução das áreas de conflito. O MST deu um prazo de 60 dias para que o governo tome providências quanto a essas questões. Cabrera, no entanto, afirmou ser "impossível" atender às exigências "em tão curto espaço de tempo". Pressionado, o ministro pediu que o MST "indicasse" os acampamentos para que técnicos do ministério os pudessem visitar. Cabrera, entretanto, não garantiu providências até junho.

Ao final do encontro, o MST declarou ao ministro que após o prazo determinado os trabalhadores resolverão por si os conflitos, através da luta concreta. Para atenuar os ânimos, Cabrera fez um convite ao MST para que integrasse o Conselho Nacional de Política Fundiária, órgão do ministério que pretende reunir fazendeiros e trabalhadores para discutir a política de reforma agrária do governo. Egídio rebateu o convite, afirmando que o MST só aceitará integrar o órgão caso sua composição seja paritária.

Lula - O deputado Luís Inácio Lula da Silva fez um pronunciamento no congresso do MST na tarde do dia 9. "Os trabalhadores farão a reforma agrária, o governo queira ou não", disse Lula.

A coordenação nacional do MST entregou a Lula um manifesto de apoio a sua decisão de não candidatar-se às eleições parlamentares deste ano. O manifesto teve o apoio dos delegados, que o aprovaram por aclamação. Lula, emocionado, reforçou sua intenção de colaborar mais com a organização do movimento popular e afirmou que pretende visitar muitos acampamentos e assentamentos pelo Brasil.

Apoio - Durante todo o congresso o MST recebeu manifestações de apoio. Entidades como a CUT, CNBB, CPT, Abra, Cimi e UNE intervieram na solenidade de abertura do evento. Parlamentares federais de todos os partidos progressistas acompanharam as atividades. Os deputados estaduais petistas Adão Pretto (RS), Luici Choinask (SC), Pedro Tonelli (PR) e Hilário Marques (CE) também estiveram presentes.

Audiências - O MST reuniu-se ainda, durante o congresso, com o presidente do Senado, Nélson Carneiro (PMDB-RJ), o presidente interino da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), e com o líder do governo na Câmara, deputado Renan Calheiros (PRN-AL). Os sem-terra entregaram aos parlamentares 12 reivindicações específicas, que dão ênfase à política fundiária, política agrícola e Justiça no campo. O MST manifestou apoio a vários projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, como o projeto de Lei Agrícola (PL 4086/89) apresentado pelo senador Nélson Carneiro e que já foi aprovado pelo Senado, o projeto de lei sobre a previdência rural (PL 2570/89) apresentado pelo deputado Florêncio Paixão, e três projetos apresentados pelo deputado Antônio Marangon, que tratam da regularização das cooperativas de produção agropecuária, da reforma agrária e da necessidade de rito sumário para as desapropriações.



Foto: Carlos Carvalho

Representantes do MST recebidos pelo ministro Cabrera

Movimento operário

Operários pressionam e governo recua

Volta Redonda (AGEN) - Funcionários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) desocuparam no último dia 14, segunda-feira à noite, as dependências da usina, após assembléia e início de conversações com a administração da empresa. A ocupação, feita na manhã do mesmo dia por mais de 20 mil operários — praticamente todo o efetivo da usina —, segundo o sindicato dos metalúrgicos daquela cidade, deu-se como uma forma de luta pacífica em defesa dos empregos e da própria usina, considerada patrimônio popular de Volta Redonda e que o governo quer privatizar. A desocupação, de acordo com o diretor financeiro do sindicato, Bartolomeu Citeli, foi decidida em assembléia diante da disposição da empresa em discutir todo o processo de saneamento pretendido pela usina.

De acordo com Citeli, desde o dia 19 de abril o sindicato vinha buscando negociar com a nova administração da CSN, mas não obtinha reciprocidade quanto a sua disposição. A unidade dos trabalhadores, entretanto, fez surtir uma resposta positiva, e a direção da usina concordou em abrir um canal de negociações. Ainda no dia 14, segundo Citeli, a previsão de três mil demissões foi reduzida para 1300, em Volta Redonda. E, como ele mesmo explica, "desses 1300 trabalhadores, 800 vão se aposentar, alguns estão mesmo pedindo para sair e outros fazem parte do pessoal administrativo".

Ele salientou também que desde o dia 14 os 1300 trabalhadores receberam a concessão de licenças remuneradas por 31 dias, e somente após esse período ocorrerão as dispensas. Nesse espaço de tempo, conforme relatou Citeli, o sindicato tem intenção de estudar caso a caso e, a partir daí, possivelmente permitir redução ainda maior das demissões, com base em propostas alternativas. Entre elas figura o caso de funcionários ociosos num setor mas que podem ser transferidos a outro departamento, onde haja falta de mão-de-obra.

Militares - Outra proposta do sindicato é que a relação de dispensas seja encabeçada por um contingente de militares da reserva empregados na CSN, que têm permanecido intocáveis desde o golpe de 64. Segundo a entidade sindical, esses oficiais têm direito até mesmo a habitação (um dos maiores problemas sociais dos últimos tempos) em área exclusiva, semelhante a uma vila militar, bastante próxima da usina. Além disso, os militares não arcam com despesas de aluguel, gás e luz elétrica.

O novo presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, Roberto Procópio Lima Neto, afirmou que só após receber a lista com os nomes dos militares relacionados poderá deliberar sobre o assunto.

CNBB já debate CF 91 sobre mundo do trabalho

Brasília (AGEN) - A Campanha da Fraternidade de 1991, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), terá como tema "A Fraternidade e o Mundo do Trabalho". O lema da CF 91 também acompanha a mesma caminhada: "Solidários na Dignidade do Trabalho".

Entre as principais razões para a realização da CF 91, o texto preparatório indica que a Igreja está, hoje, atenta aos sinais dos tempos. Alguns deles: a questão econômica e o trabalho no centro da questão social no Brasil atual; as rápidas e profundas transformações; a insistência dos papas na questão social e do trabalho, e a preocupação crescente da pastoral global com a questão do trabalho. O texto respalda-se sobretudo no fato de que "a Igreja não pode se omitir".

O objetivo geral situa-se na perspectiva da evangelização da Igreja no Brasil. Pretende-se que os modos e os meios de evangelização evoluam, adequando-se à nova realidade do mundo moderno e à dinâmica das transformações contínuas, que exigem o enfrentamento de novos problemas e desafios. Enfim, objetiva-se que a Igreja assuma o mundo do trabalho como chave histórica da evangelização no mundo contemporâneo.

Suas propostas específicas incidem sobre as necessidades de reconstrução da fraternidade a partir das relações no trabalho; da celebração do centenário do ensino social da Igreja (*Rerum Novarum*), com sua difusão à luz de nossa realidade; da contribuição, a partir da realidade do trabalho, na preparação do quinto centenário da presença da Igreja na América Latina.

Está relacionada ainda a necessidade de valorizar e dinamizar uma pastoral global que considere o mundo conflitivo dos trabalhadores, promover a missão das pastorais sociais na pastoral de conjunto da Igreja, dar aos cristãos uma visão crítica sobre a situação do trabalho no Brasil e denunciar todas as injustiças, anunciando os valores do Reino. É vista também como primordial a valorização das organizações dos trabalhadores, favorecendo nelas o compromisso e a participação dos cristãos.

CUT pode convocar greve geral em junho

São Paulo (AGEN) - A Central Única dos Trabalhadores (CUT) já aquece a classe trabalhadora com a possibilidade de greve geral nacional, cogitada para o mês de junho. Em passeata de protesto contra o Plano Collor, realizada no último dia 10, no final da tarde, cerca de seis mil trabalhadores manifestaram no centro de São Paulo seu descontentamento com a recessão provocada pelo governo Collor. Segundo o integrante da executiva nacional da CUT e presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Gilmar Carneiro, "o ato público foi o primeiro passo para a concretização de greve geral contra a recessão causada pelo governo Collor". Além da categoria bancária, participaram da manifestação representantes do funcionalismo público e metroviários. Na praça da Sé, onde terminou a concentração, muitos populares endossaram as palavras de luta pela defesa da dignidade da classe trabalhadora.

Collor revê decreto depois de desencontros

Brasília (AGEN) - No último dia 15, o presidente Collor de Mello teve de enfrentar as conseqüências de mais um desencontro de decisões no alto escalão de sua equipe. Publicado pelo Diário Oficial da União, o decreto presidencial 99.251 não durou 24 horas e teve de ser revogado. O decreto reduzia o salário de servidores públicos colocados em disponibilidade, que passariam a receber proporcionalmente a seu tempo de serviço.

O decreto presidencial, criticado consensualmente por juristas devido a sua inconstitucionalidade, expurgava gratificações e benefícios em casos de cargos de confiança. Sua publicação, por ordem do secretário da Administração, João Santana, deu-se sem o parecer jurídico do Ministério da Justiça e da Consultoria Geral da República.

Depois de muitas colisões de informações e de despachar com o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, e o consultor-geral da República, Célio Silva, o presidente se viu compelido a decidir pela revogação de seu próprio decreto. A publicação do decreto pelo Diário Oficial da União chegou mesmo a surpreender Cabral e Silva, que disseram não ter analisado a matéria.

Além desse episódio, que parece ter irritado profundamente o ministro Bernardo Cabral e mesmo o presidente Collor, outra medida governamental considerada ilegal teve de ser revogada. Trata-se da resolução 1076, que instituía a cobrança do imposto sobre operações financeiras (IOF) sobre pagamentos, com tempo hábil para serem efetuados ainda em cruzados novos.

Economia

Movimentos lutam contra a dívida externa

Brasília (AGEN) - Os movimentos e organizações populares que lutam contra a dívida externa apenas agora estão retomando os debates sobre a questão. As discussões estavam praticamente paralisadas desde o final do ano passado, em função do período de férias e, depois, da polêmica desencadeada em torno do plano de estabilização econômica do governo Collor de Mello. Como a dívida externa não foi incluída nas medidas formadoras do plano Collor, o debate foi deslocado para pontos específicos, como desemprego e recessão.

Neste momento, porém, em que o governo inicia seus contatos com a comunidade financeira internacional, a exemplo do que fez a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, na primeira semana de maio, nos Estados Unidos, a discussão sobre a dívida externa volta automaticamente a integrar a agenda dos movimentos e organizações populares. São retomadas agora, por exemplo, as propostas aprovadas no Encontro Nacional sobre a Dívida Externa, realizado de 13 a 15 de setembro do ano passado, em Brasília.

O encontro foi promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), e contou com o apoio de várias organizações populares. Entre as sugestões deliberadas, estavam a realização de seminários locais e regionais sobre a dívida, a elaboração de material didático em linguagem acessível sobre a temática, e a criação de um comitê nacional e de comitês regionais e estaduais contra a dívida externa. Nos dias 19 e 20 deste mês, em Manaus, foi promovido o 1º Seminário Regional sobre a Dívida Externa, pelo Regional Norte 1 do MNDH, que engloba os Estados do Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre. Outros seminários regionais estão previstos para Porto Alegre, Recife, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Comissão mista - Outra deliberação do Encontro Nacional sobre a Dívida Externa foi posta em prática logo em seguida: o envio, ao Congresso Nacional, de uma carta assinada pelo conjunto das organizações participantes do encontro, reivindicando a retomada dos trabalhos da Comissão Mista sobre a Dívida Externa. De fato, a pressão das organizações populares contribuiu para que o Congresso Nacional decidisse, a

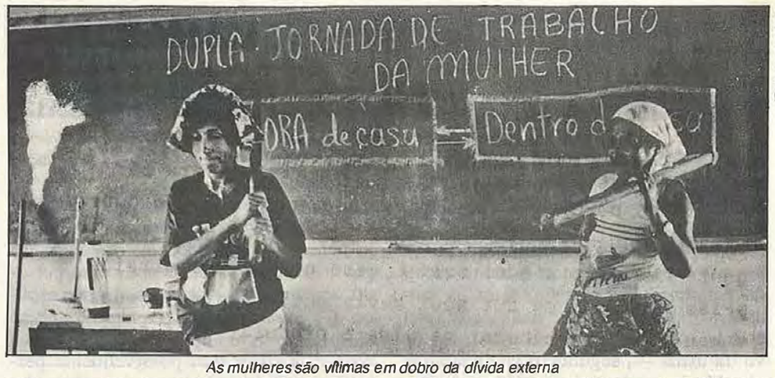


Foto: arquivo

As mulheres são vítimas em dobro da dívida externa

4 de outubro de 1989, aprovar a composição de uma nova comissão mista para tratar da dívida, uma vez que nessa data estavam sendo encerrados os trabalhos da comissão anterior.

A formação de uma comissão mista para promover o "exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro" foi prevista no artigo 26 das disposições transitórias da nova Constituição brasileira, promulgada a 5 de outubro de 1988. A partir dessa data, a comissão teria um ano para realizar seus trabalhos.

Contudo, a comissão mista apenas foi instalada a 11 de abril de 1989, o que lhe deixou menos de seis meses para proceder ao debate do processo do endividamento externo brasileiro. Por si mesmo, esse atraso para o início dos trabalhos demonstrava o descaso do Congresso com relação à questão.

A 12 de setembro de 1989, a comissão mista discutiu seu relatório final, que incluía um projeto do deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS) prevendo, entre outros pontos, a suspensão do "pagamento do principal, juros e demais acessórios da dívida externa da República Federativa do Brasil, até que o Supremo Tribunal Federal decida sobre a constitucionalidade dos contratos relativos aos mencionados débitos". Por discordar dos termos do projeto do deputado Irajá Rodrigues, o relator da comissão mista, senador Severo Gomes (PMDB-SP), pediu demissão do cargo.

As conclusões da comissão foram debatidas, depois, no plenário do Congresso Nacional, a 4 de outubro. Por não ter sido aceito pelo sucessor de Severo Gomes no cargo de relator da comissão mista, o deputado Luís Salomão (PDT-RJ), o projeto de Irajá Rodrigues foi encaminhado à Câmara dos Deputados. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, o parecer do relator da matéria, deputado Renato Viana (PMDB-SC), foi favorável. Em seguida, o projeto foi encaminhado à Comissão de Relações Exteriores, onde teve outro parecer favorável, do relator Bocayuva Cunha (PDT-RJ). Porém, o deputado Francisco Benjamin (PFL-BA) pediu vistas do processo, e o projeto voltou à discussão.

As outras conclusões da Comissão Mista da Dívida Externa continuam paradas. Seu encaminhamento e novas discussões sobre o processo de endividamento externo brasileiro foram transferidos para a nova comissão mista, formada a 7 de novembro passado. Como o encerramento de seus trabalhos está previsto para 29 de abril de 1991 — depois do término do mandato de seus integrantes —, tudo indica que as discussões serão novamente tumultuadas, prejudicando a luta da sociedade brasileira contra a dívida externa. E isso apesar da composição relativamente favorável aos interesses populares da nova comissão mista.

Composição - A nova Comissão Mista da Dívida Externa, do Congresso, é presidida pelo deputado Mussa Demes (PFL-PI), de extração conservadora. O vice-presidente, senador Dirceu Carneiro (PSDB-SC), sempre foi um aliado dos movimentos populares. O relator é o deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), que por seu trabalho na comissão mista anterior deve apresentar um parecer favorável à luta contra a dívida externa.

Outros membros da comissão são aliados naturais dessa luta, como os senadores Mansueto de Lavor (PMDB-PE), Wilson Martins (PSDB-MS) e Jamil Haddad (PSB-RJ), e os deputados Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), Hermes Zanetti (PSDB-RS) e Luís Salomão (PDT-RJ). Entre os parlamentares que devem pôr obstáculos à luta contra a dívida está o senador Roberto Campos (PDS-MT), que, na qualidade de ministro do Planejamento no governo Castelo Branco (1964-1967), foi um dos maiores responsáveis pelo próprio processo de endividamento externo brasileiro.

Os demais membros da comissão mista: senadores Aluísio Bezerra (PMDB-AC), Ruy Bacelar (PMDB-BA), Jorge Bornhausen (PFL-SC), Marco Maciel (PFL-PE), Moisés Abrão (PDC-TO) e Louremberg Nunes Rocha (PTB-MT), e deputados Sérgio Spada (PMDB-PR), Raimundo Bezerra (PMDB-CE), Leur Lomanto (PMDB-BA), Francisco Diógenes (PDS-AC), Márcia Kubitscheck (PRN-DF) e Gastone Righi (PTB-SP).

Ecologia

Eleições já mobilizam candidatos

São Paulo (AGEN) - Os candidatos ecológicos às eleições parlamentares de 3 de outubro próximo já estão se movimentando no sentido de ampliar suas bases de apoio. O Partido Verde, que teve problemas com seu registro provisório na Justiça eleitoral, irá concorrer e pensa em eleger pelo menos quatro deputados federais: o escritor e jornalista Fernando Gabeira, no Rio de Janeiro, o cantor e vereador Gilberto Gil, na Bahia ou Rio de Janeiro, o cantor Belchior, em São Paulo, e o ex-presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), Fernando César Mesquita, em Brasília. No PSDB, o deputado Fábio Feldman (SP), mais conhecido parlamentar ecológico, disputa a reeleição.

Nos demais partidos de esquerda também estão sendo lançados candidatos ecológicos. Ainda em janeiro deste ano, o PT recebeu um significativo reforço em seu bloco de ecologistas, com o ingresso no partido do deputado estadual Carlos Minc, do Rio de Janeiro, que estava filiado ao PV. Com Minc, ingressaram no PT cerca de 300 ecologistas, sindicalistas e membros de movimentos sociais do Rio. Na solenidade que marcou o ingresso de Minc e dos demais no PT, a 12 de janeiro, foi lançado o manifesto "Onda Verde no Vermelho", que aponta para a necessidade de o PT aprofundar o debate ecológico no partido.

Um dos parlamentares do PT identificados com a questão ambiental é o deputado estadual João Alfredo, provável candidato da Frente Brasil Popular ao governo do Ceará. João Alfredo é presidente da Comissão do Meio Ambiente, da Assembléia Legislativa cearense, e recentemente apresentou anteprojeto de lei regulamentando o artigo 264 da Constituição estadual do Ceará, que prevê a obrigatoriedade do estudo de impacto ambiental (EIA) no processo de licitação, aprovação e execução de qualquer obra, de caráter público ou privado.

Igualmente manifestam preocupações ecológicas no PT os vereadores Gert Schinke, de Porto Alegre (RS), e Pedro Dallari, de São Paulo (SP), virtuais candidatos a deputados estaduais nas próximas eleições.

Povos indígenas

Indígenas continuam luta para regulamentar direitos

São Paulo (AGEN) - Enquanto prossegue indefinida a política indígena do governo Fernando Collor de Mello, as comunidades indígenas prosseguem na mobilização por seus direitos. Em várias reuniões recentes, representantes das comunidades indígenas reiteraram sua disposição em continuar pressionando o Congresso Nacional e o governo federal no sentido de regulamentar e garantir os direitos indígenas previstos na nova Constituição brasileira.

De 16 a 19 de abril último, foi realizada em Manaus (AM) a 2ª Assembléia Geral das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, com a participação de 162 lideranças, representando 20 organizações de 33 nações indígenas dos Estados do Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre e Amapá. Participaram ainda, como convidados, dois líderes Kaingang, do Rio Grande do Sul.

A assembléia foi promovida pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), criada em abril do ano passado. A assembléia foi encerrada com uma passeata e ato público pelo centro de Manaus. Entre outras organizações, apoiaram as reivindicações dos participantes da assembléia o Cimi, Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e CUT, representada por seu vice-presidente, Avelino Ganzer. Vários parlamentares de partidos de esquerda e candidatos às próximas eleições também apoiaram o encontro.

Nova organização - Entre os dias 13 e 15 de fevereiro foi realizado em Chapecó (SC) o 1º Encontro Regional dos Povos Indígenas do Sul do Brasil, com a participação de 30 representantes de nove áreas indígenas. No encontro, foi aprovada a criação da Organização das Nações Indígenas do Sul (Onisul).



Foto: José Pedro S. Martins

Índios da Amazônia: luta e alegria

Também entre 13 e 15 de fevereiro, líderes e professores da área Xavante de São Marcos, em Mato Grosso, discutiram propostas para a regulamentação dos direitos indígenas previstos na Constituição. Na área São Marcos moram 1400 índios. Entre 28 e 30 de maio, acontece o 7º Encontro Interdiocesano Norte de Pastoral Indigenista, em Passo Fundo (RS).

Cupom de Assinatura

PREÇO DA ASSINATURA DO BOLETIM DA AGEN

ANUAL
Individual - Cr$1.200,00
Entidade - Cr$1.500,00
América Latina - US$35
Outros países - US$70

SEMESTRAL
Individual - Cr$600,00
Entidade - Cr$750,00

Avenida Ipiranga, 1267, 8º andar
01039 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 011 229-6734
Telex 11.25824 AECN - BR

Desejo: ( ) uma assinatura anual ( ) uma assinatura semestral
( ) renovar minha assinatura ( ) informar meu novo endereço

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____
Cidade _____ Estado _____
País _____ Nº do cheque ou vale postal _____
Telefone (_____) _____
Assinatura _____ Data _____

(Vales postais deverão ser encaminhados somente à Agência do Correio Central de São Paulo, CEP 01051)

América Latina

Presos políticos no Chile

Santiago (AGEN/CSP) - Continuam nos cárceres do Chile 420 presos políticos. O Movimento Dignidade e Justiça, formado em 1989, no marco de uma greve de fome dos presos políticos chilenos, está promovendo uma campanha internacional de solidariedade aos opositores do regime militar que continuam nas prisões do Chile. Um dos membros do movimento, Carlos Jorge Pino, ele mesmo um ex-preso político que participou da fuga massiva do último dia 30 de janeiro e foi recapturado, assinala que as promessas do presidente Patricio Aylwin com relação aos presos políticos ainda não se traduziram em fatos concretos.

Esquerda surpreende na Argentina

Buenos Aires (AGEN/CSP) - A esquerda argentina não-peronista, que durante anos — incluindo o regime militar e os governos de Raul Alfonsín e Carlos Menem — permaneceu no ostracismo, deu uma prova de força nas comemorações do Dia do Trabalho, a 1º de maio último, ao reunir 70 mil pessoas na Plaza de Mayo. O avanço da esquerda independente na Argentina tem sido interpretado como resultado do fracasso do plano econômico do governo peronista. No momento, os setores de esquerda que se opõem ao governo Menem são os comunistas e o Movimento ao Socialismo (MAS). A Juventude Peronista também é crítica com relação a Menem.

Negros do Cone Sul reúnem-se

Montevidéu (AGEN/CSP) - A sala de congressos da Prefeitura Municipal de Montevidéu, Uruguai, sediou de 3 a 5 de maio o 1º Encontro de Entidades Negras do Cone Sul. Participaram da cerimônia de abertura, entre outros, o prefeito de Montevidéu, Tabaré Vazques, e representantes da Unesco, do Comitê de Migrações Internacionais e das Igrejas católica e anglicana, respectivamente, bispos Gotardi e Godfrey, o qual relatou seu recente encontro com o bispo anglicano da África do Sul, Desmond Tutu. No encontro de Montevidéu foram debatidas formas de ação conjunta para lutar contra todo tipo de discriminação.

Newton Carlos

Batalhas no Báltico

Rio de Janeiro (AGEN) *- Os países bálticos, há meio século repúblicas soviéticas, já sofreram todos os tipos de ocupações ao longo de sua história. Mas conseguiram preservar identidade, cultura etc. A pequena Lituânia, cuja história remonta aos tempos medievais, é um bom exemplo.*

Russos, poloneses e alemães. Invasões e alianças ambíguas. Os lituanos nunca se deixaram germanizar, e o primeiro registro de batalha com russos data de 1030. Em 1106 conseguem impor sua supremacia, que durou 600 anos.

Pacto *- Os russos só conseguiram fixar-se no Báltico no século 18, com Pedro, o Grande. A derrota da Rússia na Primeira Guerra Mundial permitiu que os países do Báltico voltassem a ser nações soberanas. Mas o pacto entre Hitler e Stálin, em 1939, resultou em novas ocupações (primeiro os russos e depois os alemães) e na anexação à União Soviética.*

A partir daí a Lituânia, Estônia e Letônia sofreram um outro tipo de coisa, talvez pior. Tentativas de russificação à força. Russos que se instalaram como se estivessem em cada nação e que hoje batem de frente com os anseios de independência. Criou-se o "inimigo interno".

Lutas *- Na Lituânia os russos contam com força numérica não muito grande, mas com muita arrogância. Na Estônia, com bastante força, e na Letônia, com muita força. Os letões descendentes de russos já quase empatam com os nativos letões. Assim sendo, lituanos, estonianos e letões, além de lutarem por sua independência, também enfrentam emigrantes russos que até tentam invadir seus Parlamentos.*

AGEN
Av. Ipiranga, 1267
8º andar - 01039 - São Paulo - SP - Brasil
Fone: (011) 229-6734 Telex: 1125824 AECN-BR



IMP 1002-90 920
COM. DIOC. JUSTICA E PAZ
RUA AIMORE, 08
MOQUETA
26000 NOVA IGUACU RJ

IMPRESSO

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
DR/SP
ISR -40- 0987/89

TEXTOS DE APOIO À CONJUNTURA

10/90

MNDH

MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

1492/1992

América Latina: rumo à 4ª Conferência do Episcopado Católico



Foto: Agência Folhas / Bettina Musatti

Volta à "grande disciplina" na Igreja preocupa padre Comblin

Dentro do programa das comemorações do quinto centenário da chegada de Cristóvão Colombo àquilo que hoje se chama América Latina, o episcopado desse continente realizará sua quarta conferência em Santo Domingo, em outubro de 1992. Padre Joseph Comblin, teólogo belga que mora no Brasil desde 1958, pinta um quadro geral da vida da Igreja católica na América Latina desde a conferência de Medellín, em 1968. Nessa conferência constatou-se o surgimento de uma Igreja cuja atenção prioritária se voltava para a pobreza maciça das sociedades latino-americanas. Padre Comblin faz uma avaliação e apresenta perspectivas, sem meias palavras. A entrevista foi publicada recentemente em Bruxelas, no boletim do Centro de Informações de Imprensa (CIP).

Parte do Boletim AGEN 218 .

CIP - Como é que a Igreja latino-americana está se preparando para a comemoração de Santo Domingo?

J. Comblin - Você sabe, é difícil falar de uma Igreja latino-americana. A evolução das Igrejas locais não é a mesma em todos os países, devido ao fato de que o Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) deixou de ser um lugar de intercâmbio. Isso remonta a 1972, quando o episcopado do continente, reunido em Sucre para designar a nova equipe dirigente, viu o núncio apostólico intervir na hora em que a eleição chegava ao fim. Diante do desenrolar do escrutínio, que não seguia a direção esperada por ele, o Vaticano impôs d. Pironio como presidente e d. López Trujillo como secretário-geral, um cargo-chave, pois trata-se do único membro de tempo integral da equipe.

Essa intervenção transtornou toda a estrutura do Celam, que se transformou numa máquina de guerra da Santa Sé, a serviço de uma determinada política: promover a volta à "grande disciplina". Os bispos se encontraram mais isolados do que antes, e Igrejas que ainda ontem eram internacionais estão hoje fechadas em disputas internas. Isso afeta muito a consciência latino-americana.

CIP - O que motivou essa intervenção de Roma?

J. Comblin - Foi precisamente essa consciência latino-americana. Dentro do episcopado surgiam nessa época figuras como Hélder Câmara (Brasil), Leónidas Proaño (Equador), José A. Daumert (Peru) e Ramón Bogarin (Paraguai), o qual deveria ser o presidente do Celam...

Esses bispos, os primeiros desde o século 16 a se dissociar dos colonizadores, tinham compreendido que era preciso construir a Igreja a partir das necessidades percebidas e vividas por eles mesmos, e não em função de imperativos ditados de fora. Em resumo, era urgente descolonizar a Igreja latino-americana. É isso que explica a desconfiança de Roma, como também, aliás, da maioria de seu clero.

Essa geração de Medellín está hoje fora do circuito. Muitos morreram, outros estão doentes ou aposentados.

Aliás, seria urgente organizar uma espécie de patrística desses grandes prelados, isto é, conservar e estudar seus escritos, que correm o sério risco, sobretudo nas sedes episcopais isoladas, de se deteriorar e perder para sempre.

Essa geração de bispos é uma memória histórica muito preciosa. O que será que vamos conservar da memória histórico de Medellín?

CIP - Essa geração não foi substituída?

J. Comblin - Não há, hoje, uma geração capaz de substituí-la. Roma deseja que os bispos sejam os mais apagados possíveis. A recente política das nomeações mostra bem essa tendência.



Foto: Agência Folhas / Fabio M. Salles

Bispos proletas sofrem efeitos da guinada neoconservadora

No Brasil, atualmente, ainda encontramos os dois tipos de prelados, em proporções mais ou menos iguais. Mas, certamente, não por muito tempo. Em outros países, como o Chile ou o Peru, a proporção já mudou.

Roma está desmantelando o que a geração de Medellín havia construído. O caso mais conhecido é, sem dúvida, o de Recife, onde tudo aquilo que d. Hélder Câmara tinha permitido que se realizasse está sendo sistematicamente destruído.

"Ele fez tamanha desordem que é preciso recomeçar do zero", dizem em Roma. Efetivamente constatamos uma vontade muito forte de liquidar sua herança, e a Santa Sé designou para tanto um homem particularmente inábil.

CIP - Essa consciência latino-americana, cujo ponto central é a presença e a solidariedade da Igreja com a massa dos pobres, quem a vai despertar? Quem será capaz de dar continuidade à geração de Medellín?

J. Comblin - Compete aos leigos assumir suas responsabilidades, aproveitar a ocasião que lhes é dada de poder se expressar. Aliás, o direito canônico os autoriza a se organizar em associações.

Com efeito, quem mais poderia fazê-lo? Vimos que os bispos serão cada vez mais controlados. Os padres? Não devemos ter ilusões a esse respeito. As diretrizes que virão do próximo sínodo dos bispos, que terá lugar em outubro próximo, já são conhecidas: será preciso, antes de mais nada, fechar as portas dos seminários para evitar qualquer contato com o exterior.

É quase certo que vamos voltar a uma formação tradicional. Os padres continuarão a fornecer assistentes para os movimentos de elite, e não para os movimentos populares.

Quanto aos religiosos, eles não têm mais autonomia desde que a Confederação Latino-Americana de Religiosos (Clar) — que já estava na mira da nova equipe imposta por Roma no Celam — foi chamada à ordem. Ao lhe impor um novo secretário-geral, no lugar de uma religiosa que havia sido eleita conforme os estatutos que haviam, no entanto, sido aprovados por ela própria, a Santa Sé fez com a Clar o que já havia feito com o Celam: transformou-se num seu refém, um instrumento a serviço de sua política. A Clar deixou de existir como um lugar de convergência.

Embora seja verdade que as congregações mais importantes, como a dos jesuítas, têm meios para não se deixar intimidar, a situação é dramática para as pequenas congregações.

CIP - Estarão os leigos prontos para assumir seu papel?

POVO DE DEUS NA AMÉRICA LATINA A CAMINHO



Foto: Douglas Mansur

CEBs: esperança de profetismo na Igreja latino-americana

J. Comblin - Sob os regimes militares, há uns 20 anos, a repressão enfraqueceu muito os movimentos populares, e isso contribuiu para desmobilizar os leigos. Nesse momento era o clero que falava. Mas agora que as novas democracias estão ampliando seus espaços de manifestação, os leigos que pertencem à classe média podem se exprimir. Eu entendo por classe média a minoria que tem acesso à instrução, que pode, portanto, se informar e ser formadora de opinião — o que, evidentemente, não é o caso das massas. Há 20 anos esses leigos têm esse espaço para poder falar, mas, infelizmente, eles nem sempre têm aproveitado essa possibilidade.

CIP - Como explicar a desmobilização da elite cristã?

J. Comblin - Na América Latina as faculdades são máquinas para dar cursos, e não lugares onde se ensine a pensar, onde se procure fazer a articulação entre a fé e as responsabilidades do cristão numa sociedade em gestação.

A voz que predomina na universidade é a dos movimentos baseados numa espiritualidade forte, como o Opus Dei, Comunhão e Libertação, os Focolari, a Renovação Carismática...

Em São Paulo, os 400 mil estudantes universitários só têm, entre seus assistentes, três padres diocesanos. Os outros pertencem aos movimentos que acabei de citar.

Esses movimentos se desenvolveram sob a cobertura dos regimes militares, o que supõe a privatização de qualquer pensamento.

O fato de as universidades não ensinarem a pensar também faz, como conseqüência, que as pessoas se fixem sobre o imediato (por exemplo, no campo político, ganhar as próximas eleições), e não a longo prazo. Encontramos poucas pessoas capazes de pensar num futuro a uma geração de distância.

Acrescentam-se a isso as seqüelas da fase revolucionária, em que tudo estava efetivamente concentrado sobre a conquista do poder político por grupos progressistas populares, utilizando-se dos meios os mais rápidos possíveis.

A queda de Allende no Chile (1973) marcou um estancamento fatal, que paralisou todos os projetos progressistas e reduziu ao silêncio uma esquerda intelectualmente traumatizada. Os recentes acontecimentos no leste europeu não vão facilitar as coisas, pois reforçam a idéia de que o caminho marxista-leninista — que aliás está em retrocesso há mais de dez anos, devido a seu fracasso em quase todo o continente — leva realmente a um impasse.

CIP - As massas pobres ficam, então, entregues a si mesmas?

J. Comblin - Com efeito, a incapacidade de fazer projetos a longo prazo desviou as pessoas do objetivo essencial: uma ação paciente e perseverante no meio do povo. Ora, toda mudança na sociedade é impossível sem a intervenção das massas. Encontra-se aí um grande desafio. Os movimentos de esquerda deveriam ter militantes que se dedicassem à conscientização do povo. Isso porque os movimentos revolucionários em geral nunca estiveram em contato com a massa: ela só tinha de acompanhar. Além disso, utilizavam uma linguagem que lhe era estranha.

Os líderes populistas, ao contrário, sabem comunicar-se perfeitamente bem com o povo. No início, há pouco mais de 20 anos, não se deu importância a isso. Hoje eles estão em plena efervecência, sobretudo os pentecostais, e alguns bispos estão muito preocupados. É que eles são milhares de missionários — pois cada convertido é um missionário — batendo de porta em porta, e as adesões já chegam a milhões de pessoas em todo o continente. Moro na região Nordeste do Brasil, onde, nos lugares mais distantes, só se vê um padre de seis em seis meses. Em minha vila, de dois mil habitantes, vi surgirem em quatro anos quatro novas igrejas. Isso certamente deve corresponder a uma necessidade.

Enquanto isso, a Igreja dispõe de pouco pessoal: mais ou menos 50 mil padres para toda a América Latina. No Brasil eles são 13 mil para uma população de 150 milhões de habitantes, e metade deles já são idosos ou se dedicam a atividades burocráticas. No Nordeste há, em média, um padre para

cada 50 mil habitantes. O que estamos esperando para promover o laicado?!

Se não prepararmos rapidamente milhões de leigos, dentro de 20 anos não vai sobrar muita coisa. O catolicismo tradicional se esgota rapidamente. A urbanização não é estranha a esse processo. Nas zonas urbanas, cada dia mais povoadas, a televisão contribui muito para o desaparecimento da religião tradicional e dos valores familiares ligados a ela. É por isso que é urgente, para a Igreja, restabelecer os contatos interpessoais. Ela não poderá fazê-lo sem os leigos.

CIP - As CEBs não poderiam desempenhar esse papel?

J. Comblin - Sim, desde que elas existam e sejam libertadas do jugo clerical. Elas não existem na Argentina e são clandestinas no Equador, na Colômbia e na América Central. No México elas só estão presentes em quatro ou cinco dioceses.

No Brasil elas estão inscritas no programa da conferência episcopal, mas nem por isso está tudo resolvido. Alguns bispos que as apóiam precisam levar em conta a resistência de um clero que não modificou sua prática pastoral e que quer decidir tudo. Ao contrário das comunidades fundamentalistas, as comunidades de base são pouco missionárias, permanecem dentro da estrutura católica herdada da Idade Média, em que a paróquia detém o monopólio: cada comunidade de base tem seu território.

CIP - Os leigos se sentem aceitos?

J. Comblin - O clero continua onipresente. Instaurar uma verdadeira prática democrática na sociedade ocidental já levou tanto tempo... Na Igreja, então, nem se fale. A democracia implica que os problemas sejam sempre situados numa perspectiva comunitária, isolando as questões individuais, e que as decisões sejam tomadas coletivamente, em vista do bem comum.

Ora, na Igreja católica continuamos com o sistema antigo: é o desejo do príncipe que continua a prevalecer, a menos que possamos cerceá-lo (o padre ou o bispo) e encontrar um meio de mudar sua decisão.

Para que os leigos se levantem é preciso que sejam levados a sério, que sejam reconhecidos e apoiados em seu trabalho.

Enquanto não houver uma estrutura jurídica adequada vai ser difícil sair do clericalismo e do autoritarismo. Existe hoje na Igreja o que eu chamaria de "autoritarismo amoroso", que é paralisante, uma espécie de chantagem em nome da amizade, do amor, da paz: não magoar, evitar os conflitos.

A situação é completamente diferente entre os pentecostais e em outras seitas fundamentalistas. Eles têm milhares de pastores (forma-se um pastor em pouco tempo), pessoas que descobriram que são missionárias. E que ficam ainda mais entusiasmadas porque, tendo sido batizadas na Igreja católica, antes não podiam ser missionárias.

Se a Igreja católica demorar muito, outras seguirão o mesmo caminho. Isso porque estamos num continente onde o "mercado religioso" está mais forte e mais aberto do que nunca, onde todo o papel social passa pela religião. Para as massas pobres, confrontadas com problemas econômicos insuperáveis, a religião é realmente a grande saída.

CIP - Pelo que o senhor diz, a salvação da Igreja, na América-Latina, está nas mãos dos leigos?

J. Comblin - Isso está muito claro. E há ainda na Igreja na América Latina milhões de missionários em potencial. Mas para que eles se revelem é preciso que se sintam reconhecidos. A perspectiva de não poder se engajar freia neles o desejo de formação.

Ora, Roma não encoraja essa evolução. Portanto, é como se isso fosse proibido. O bom católico é aquele que não faz nada, que não cria nenhum problema.

Eu repito que há milhões de vocações no meio dos leigos, porém não para o modelo de Igreja que lhes é proposto. É preciso ir contra a política atual.

Para Roma, a grande prioridade é o aumento das vocações sacerdotais. Ora, mesmo que houvesse um milagre seria impossível dobrar o número de padres em uma geração. E mesmo supondo que esse milagre acontecesse, ao mesmo tempo a população também dobraria, e tudo ficaria na mesma.

É por isso que é preciso ter a coragem de reconsiderar a política atual. Apostar nos leigos é o melhor investimento que podemos fazer.

Em todo caso, concentrar toda a estratégia no clero é um suicídio para a Igreja na América Latina. E, no entanto, é isso que estamos fazendo.

Enquanto isso, a opção pelos pobres está se diluindo. Grupos como, por exemplo, o Comunhão e Libertação, trabalham sobretudo para reconstituir uma cultura católica: é a "nova evangelização", e o programa é o mesmo que é usado na Europa. Dentro dessa perspectiva, falar em opção preferencial pelos pobres é ser um desmancha-prazeres.



Foto: Douglas Mansur

CEBs: a principal experiência popular na Igreja latino-americana

MNDH - MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Este serviço de intercomunicação é publicado sob a responsabilidade do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH).
Sede Nacional: SDS - Edifício Venâncio 6º, Bloco O, 39, Sala 109, CEP 70302, Brasília, DF - Telefone 061 321-4751.
Conselho Editorial: Conselho Nacional do MNDH.
Editor Responsável: Dermi Azevedo (Reg. Prof. nº 239 Mtb Drt/Rn).
Contatos com a Editoria: Agência Ecumênica de Notícias (AGEN) - Avenida Ipiranga, 1267, 8º Andar, CEP 01039, São Paulo, SP - Telefone 011 229-6734, das 8 às 19 horas, de segunda a sexta-feira - Telex 11.25824 AECN-BR.
As cartas e outras informações devem ser enviadas de forma adequada, com a devida identificação dos remetentes. Cabe à Editoria selecionar o material a ser publicado, de acordo com o Conselho Editorial.

Norte 1 (AC, AM, RO, RR) - CDDH - CNBB Regional - Avenida Epaminondas, 722, Caixa Postal 958, CEP 69010, Manaus, AM - Telefone 092 233-8072.
Norte 2 (PA, MA, AP) - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - Rua Senador Manoel Barata, 47, Sala 302, CEP 66020, Belém, PA - Telefone 091 225-4677.
Nordeste (CE, RN, PB, PE, AL, BA, SE, PI) - CDDH João Pedro Teixeira, Praça Coronel Antônio Pessoa, 102, Centro, CEP 58100, Campina Grande, PB - Telefone 083 321-4375.
Leste 1 (ES, RJ) - CDDH Petrópolis - Rua Carlos Gomes, 180, Caixa Postal 90581, CEP 25621, Petrópolis, RJ - Telefone 0242 42-2462.
Leste 2 (MG) - CDDH Juiz de Fora - Rua Henrique Surerus, 30, CEP 36013, Juiz de Fora, MG - Telefone 032 211-8677.
Sul 1 (SP) - Agência Ecumênica de Notícias (AGEN) - Avenida Ipiranga, 1267, 8º Andar, CEP 01039, São Paulo, SP - Telefone 011 229-6734.
Sul 2 (PR, SC, RS) - CDDH Joinvile - Rua 15 de Novembro, 353, Sala K, Caixa Postal 778, CEP 89200, Joinvile, SC - Telefone 0474 22-8989.
Centro-Oeste (GO, MT, MS) - Instituto Brasil Central - Rua 240, Lote 19, Quadra 93, Setor Universitário, CEP 74210, Goiânia, GO - Telefone 062 225-2801.

(Encarte da AGEN) Lada

Antigamente, o deus Baal. Hoje, o deus Capital.

09/90

Jean-Pierre Cavalié

A lógica baalista (capitalista) do ter conduz-nos à injustiça, pois, para ela, os bens valem mais que as pessoas. Conduz-nos também à guerra, porque esta aparece como o meio mais seguro de defender os bens e de os fazer crescer. Na lógica javista (evangélica) do ser, tudo é diferente. O objetivo não é ter mais, mas partilhar. A guerra não é mais necessária e a paz torna-se o único horizonte com que todos sonham.

É o que diz o pastor francês Jean-Pierre Cavalié, em artigo publicado recentemente na revista francesa "Cultures & Foi" (nº 136-137). Trata-se de uma reflexão bíblico-teológica muito atual sobre o capitalismo liberal, tão em moda hoje. Se seguirmos o pensamento do autor, concluiremos que o capitalismo não passa de um bem disfarçado sistema idolátrico, gerador de morte, em tudo semelhante ao sistema baálico (os Baals eram deuses donos dos meios de produção de riqueza), que os profetas bíblicos corajosamente denunciaram e combateram em nome da vida das maiorias pobres. Essas vítimas inocentes que o ídolo (hoje, o capital, com sua discriminatória economia de mercado) sempre exige em sacrifício, para poder garantir a vida faustosa das minorias privilegiadas. A tradução é da equipe do jornal "Fraternizar", de Lisboa.

Para esta reflexão, segui particularmente os textos bíblicos de Josué, Juízes, Samuel e o Livro dos Reis, que, na origem, constituíam um único livro, cujo autor final escreveu na época da conclusão do exílio em Babilônia, no ano de 587. O objetivo do autor era procurar compreender por que se havia chegado à derrocada do exílio. E a hipótese de que parte (ou melhor, a confissão de fé por que se orienta), é de que não foi Deus (Javé) quem rompeu a aliança com o povo, mas este que lhe foi infiel, ao aceitar "seguir", adotar outros deuses, sobretudo os Baals. Disse "seguir", porque adorar alguém leva sempre a qualquer lado. E o autor, influenciado pela corrente profética do norte (reino de Israel), afirma que "seguir os Baals" leva à morte. E a prova aí está: o exílio e a destruição do país.

Um tal período é, pois, um tempo de "crise", nos dois sentidos do termo, de desordem e catástrofe, por um lado, e de juízo de Deus, por outro. É dessa constatação existencial e pragmática, como é a morte de um país, e que alguns atribuem às práticas idolátricas, que, pouco a pouco, nascerá o monoteísmo teológico. Proclamar que há um único Deus não é um problema filosófico, mas existencial. Isto é, chegou-se ao monoteísmo, não por via ideológica, mas porque ele se revelou o único caminho da libertação e da vida.

Em tal contexto, o Deuteronomista — pois é este o nome do autor — parte da história de Israel e de Judá, e com ela ensaia ler a palavra de Deus, particularmente à luz do conflito entre Javé e Baal.

A primeira coisa a reter é que, mais do que falar de Baal, devemos falar de "baalismo", porque estamos em presença, não de uma divindade da fertilidade, aliada a Asterté, deusa da fecundidade, mas antes em presença de um sistema religioso e ideológico bastante complexo que condiciona o conjunto da realidade social, econômica, política e ideológica. Vejamos com mais pormenor.

O BAALISMO

1) **Uma religião do ter** - Os Baals, na origem, são deuses da trovoada, que acabam por tornar-se deuses da natureza e, finalmente, deuses da produção — sobretudo agrícola, porque a agricultura era a fonte essencial de vida naquela época.

Baal significa dono, proprietário. Os Baals são os senhores de um lugar e/ou de um fenômeno natural. Em poucas palavras, podemos dizer que eles são os proprietários dos meios de produção da vida. O baalismo está, pois, baseado sobre a propriedade privada dos meios de produção; é uma religião da produção, uma religião produtivista.

2) **Uma religião mercantil** - Mas essa religião é ainda muito mais complexa. Como os Baals possuem os meios de produção da vida, os seres humanos, para poder viver, devem prestar-lhes culto. Como são eles os deuses da natureza, só a eles nos podemos dirigir para que cheguemos a ter mais trigo, mais chuva, e menos catástrofes naturais (moscas, gafanhotos, secas).

Ora, como todos ou quase todos os deuses da época, também os Baals não se preocupam muito com os seres humanos, muito menos com conceder-lhes alguma coisa gratuitamente. O culto é o único meio de obter dos deuses o meio de viver, numa espécie de troca, de negócio: se eu lhe oferecer em sacrifício tantos animais, você me garante em troca uma boa colheita e filhos.

Desse modo, o baalismo é uma religião mercantil, na qual os crentes têm uma relação comercial com a divindade. O rito, o culto, a oferenda, são o investimento assente no princípio do ter mais: eu sacrifico as primícias da colheita para garantir que ela renda o máximo.

3) **Uma religião de ricos** - Desde logo, quanto mais alguém possui e mais sacrifícios oferece, mais benefícios pode alcançar da divindade. É como a loteria: quanto mais se arrisca, mais probabilidades se têm de ganhar..



D. Tutu: denúncia do deus Baal na África do Sul

Nessa lógica, quanto mais rico for alguém, mais pode enriquecer.

Isso não impede (e talvez até explique) que essa religião, tal como a loteria hoje, fosse extremamente popular.

4) Uma religião de intermediários - Pouco a pouco, o volume de sacrifícios aumenta e as técnicas divinatórias e sacrificiais tornam-se cada vez mais complexas. Um tal tipo de culto acaba necessariamente por precisar de intermediários, sacerdotes e profetas. De fato, havia 450 profetas de Baal contra Elias (I Livro dos Reis 18,19-22). A submissão à divindade passa obrigatoriamente pela submissão a seus intermediários. É nessa base que se estabelece a ligação entre a religião, a política e a economia.

5) Uma religião da morte - O baalismo é também, e sobretudo, uma religião da morte, na medida em que não concede a vida senão em troca de um sacrifício (imolação) dos produtos agrícolas, dos animais e, em alguns casos mais graves, dos seres humanos. E isso, não por sadismo, mas porque é o que se tem de mais querido.

Assim, quando alguma coisa corre mal, quando há uma crise (seca, epidemia, desastre militar), é sinal de que os deuses estão descontentes, porque alguém cometeu uma falta. Nessas circunstâncias, mais do que procurar a causa, procuram-se os culpados. É a famosa política do bode expiatório que todos conhecemos bem, segundo a qual uma maldição só é resgatável pela morte e pelo sangue.

6) Uma religião guerreira - Religião do ter, o baalismo é igualmente uma religião guerreira, porque a guerra é um meio de defender, de ver crescer o ter, sejam bens materiais, seja o próprio território.

Assim, antes de uma guerra, consulta-se a divindade e, em certos casos, avança-se para a luta com um objeto sagrado que representa a própria divindade, ao qual se atribui um poder mágico de vitória (cf. I Livro de Samuel 4 e seguintes, em que se fala da Arca da Aliança).

7) Uma religião da fecundidade - Religião da produção, o baalismo é também uma religião da fecundidade. A mulher, tal como a terra, é considerada um meio de produção. É por isso que Baal tem como aliada Asterté, deusa da fecundidade.

Na prática, a mulher é tratada como um objeto, cujo dono (*baal*) é o homem (cf. o harém dos reis: quando se muda de rei, o novo rei começa por tomar posse do harém do rei anterior; no Egito, enterrava-se todo o harém com o faraó falecido).

8) A ideologia religiosa dominante num mundo mercantil - Por tudo isso, somos levados a concluir que o baalismo foi a religião dominante dessa região, pelo menos durante o período dos juízes e dos reis. Esse sistema ideológico e religioso corresponde ao sistema econômico mercantil dominante na época que vê crescer as trocas comerciais, das quais a Fenícia foi, durante muito tempo, dona e senhora. Parece bem, pois, que Baal tenha aqui sua origem.

D. Paulo: denúncia do deus Baal no Brasil

O NEOBAALISMO "LIBERAL" E PRODUTIVISTA

Tal como eu, também vocês devem estar surpreendidos com os espantosos paralelismos existentes entre esse velho baalismo e a ideologia dominante atual, "liberal" e produtivista, particularmente no aspecto que aqui nos interessa.

Com o sistema capitalista "liberal" não estaremos em presença duma religião que não só não se confessa, mas até se esconde sob o manto da laicidade, da objetividade e da ciência? Não estaremos em presença duma religião da vida quotidiana, como era o baalismo? Não estaremos em presença de um neobaalismo?

1) Produtivismo e propriedade privada - Se as manifestações e as produções da natureza hoje já não são divinizadas, não é verdade que o são em seu lugar as da ciência? Não é verdade que hoje se espera da ciência toda a espécie de milagres, quer para se conseguir o mínimo vital, quer para se obter o luxo? Numa palavra, não é dela que se espera a vida?

Na história da humanidade, nenhum sistema foi até hoje tão produtivista como o capitalismo liberal. A maior parte das descobertas científicas não tem senão este objetivo: "sempre mais", como bem o resumiu François de Closet.

O dogma da propriedade privada dos meios de produção está algo alterado depois dos anos 50, com a transnacionalização das empresas. Permanece, entretanto, como um dos pilares essenciais do liberalismo. O grande movimento das privatizações aí está a prová-lo.

2) A salvação pela exportação - O século 20 está marcado pelo aumento considerável das trocas comerciais internacionais. Hoje, todos os países do mundo são mais ou menos interdependentes. A mensagem fundamental do FMI (Fundo Monetário Internacional) é de que a salvação vem pela exportação: para sair da crise, os países do Terceiro Mundo devem apertar o cinto, isto é, sacrificar-se, para fazer baixar a procura e as importações. Por outro lado, devem produzir mais, para exportar mais e poder pagar a dívida.

Nesse sistema, à semelhança do sis-

tema baálico, a gratuidade não tem sentido. A vida não pode ser resultado do dom, mas do mercado. Eu apenas viverei se vendo e compro. O capital ocupa agora o lugar do animal que então se sacrificava no culto, como investimento para mais se enriquecer...

3) Se quer tornar-se rico, seja rico - É já um lugar-comum constatar que, no sistema liberal, o fosso entre os ricos e os pobres aumenta de forma espetacular, quer seja nos países desenvolvidos, quer nos do Terceiro Mundo. Quer seja entre os indivíduos, quer entre as classes ou os países. A lógica do sistema diz que, para alguém enriquecer, tem de ser rico já de início.

4) O peso dos intermediários - Qual o maior problema de nosso mundo, tanto no Primeiro Mundo (Ocidente) e no Segundo Mundo (países socialistas) quanto no Terceiro Mundo (África, Ásia e América Latina)? Muitos respondem: os intermediários. E é verdade, pelo menos a nível econômico: sua multiplicação faz subir os preços e isso custa caro à sociedade, porque eles são um tipo de gente que não produz. Mas também é verdade a nível político: a democracia que aí temos não consiste em escolher intermediários? E é verdade ainda a nível social: apesar das inegáveis vantagens, não é verdade que as burocracias são causa de numerosas injustiças?

5) A "Boa Nova" do sacrifício - Finalmente, e isto é o mais importante, a moral liberal é uma "Boa Nova" do sacrifício, individual e coletivo. Num extremo da escala temos o grande capitalista e a empresa transnacional. Para viver como vivem, são obrigados a sacrificar uma parte de seus haveres em investimentos. Para ganhar mais, para continuar competitivos. Numa palavra, para continuar a viver. Em certos casos, fala-se de "capital de risco", e o risco é a morte. As últimas operações espetaculares entre grandes empresas multinacionais aí estão a lembrar-nos de que faz parte da lógica desse sistema comer os outros para poder continuar a viver.

Num outro extremo da escala, a moral é semelhante: em tempo de crise, para restabelecer a situação e acalmar os deuses do mercado, é preciso sacrificar uma parte dos bens, isto é, de nosso nível de vida (que é já muito baixo para muitos), e sacrificar alguns seres humanos, isto é, os pobres e os desempregados. Dizem-nos, com efeito, que para resolver o problema do desemprego importa começar por recuperar a saúde das empresas, e para tanto é preciso "aliviá-las", ou seja, pôr no desemprego uma parte do pessoal. Por outras palavras, se bem se compreende, para suprimir o desemprego, é preciso criar desemprego.

Tal como no sistema baálico, o mal é apresentado como o remédio: as demissões para combater o desemprego, a pena de morte para combater os criminosos, a bomba para combater a bomba. E isso é feito, não por maquiavelismo, ou sadismo. A exemplo do que sucedia no baalismo, continuamos prisioneiros duma lógica, dum sistema de pensar e de agir.

O sistema de sacrifício precisa de bodes expiatórios, e por isso parte à procura de um culpado (e de preferência nunca o que é tido por bom) mais do que das verdadeiras causas e de um remédio eficaz. Os pobres, os desempregados, e sobretudo os imigrantes, não representam atualmente esse papel em nossos países?

6) A geração Rambo - O Ocidente é militarista? Os movimentos de paz correm o risco de ser exceções que só confirmam a regra. O número de guerras depois do início do século, a capacidade de "supermatar" que diversos países possuem, a energia e o dinheiro destinados à produção de armamento, a subida das extremas direitas e a ideologia militarista que preenche a maior parte das produções cinematográficas aí estão a chamar-nos à realidade. Até a relação íntima que se observa entre a predominância das trocas comerciais e a guerra encontra-se no liberalismo. Numerosas guerras, para não dizer todas, fizeram-se por ambição econômica. E sempre custam somas fabulosas. A França, por exemplo, que é o terceiro produtor-vendedor de canhões do mundo, consegue equilibrar, graças a esse macabro comércio, sua balança de pagamentos, garantindo desse modo a vida de alguns à custa da morte de muitos outros.

Conclusão - Concluo esses paralelismos, seguramente muito rápidos, dizendo que existe uma semelhança espantosa entre o baalismo e o capitalismo liberal, e que este último parece-me ser, no fundo, um sistema ideológico e também religioso.

Esse sistema, baálico e neobaálico, foi denunciado pelos profetas, depois por Jesus e pelos primeiros cristãos, como uma idolatria e uma religião da morte.

A REAÇÃO PROFÉTICA E MESSIÂNICA

Não disponho de tempo para estudar em detalhe esse assunto em sua evolução histórica. Limito-me a caracterizá-lo em grandes traços.

No princípio, Javé foi considerado como um Baal. Só pouco a pouco, através das provações da história, é que Deus fez compreender aos profetas que Ele era de natureza totalmente outra. E porque a maior parte das pessoas continuava a confundi-los, os profetas empenharam-se a fundo em diferenciá-los.

1) O transformador-libertador - No primeiro capítulo do Gênese vemos que Javé não é, como muitas vezes se pensa, um demiurgo (divindade que cria o mundo a partir do nada) conservador, que teria criado o mundo de uma vez por todas, um mundo em que os seres humanos não teriam nada a fazer senão "conservar" as coisas criadas e pedir a Deus que os alimentasse e fizesse viver.

Javé não criou a partir do nada, pois no início havia o caos, o famoso *tohu-bohu*. Ele transforma o que existe e que não permite a vida, para aí criar um espaço onde a verdadeira vida poderá expandir-se, onde o ser poderá nascer.

Primeira grande diferença fundamental: enquanto Baal é um deus conservador do *ter*, Javé é um deus transformador do *ser*.

2) A esperança do reino - Javé não é, como Baal, o deus de um lugar particular, nem de coisas, nem de fenômenos naturais. Ou seja, ele não é o deus do ter. É o deus de um povo (seres humanos), e particularmente de um povo dominado. Ele é o deus do ser. É verdade que se apresenta como o único proprietário da terra, mas faz dos seres humanos seus co-gerentes.

Como deus da natureza, Baal segue o ritmo cíclico das estações: nasce, expande-se, dorme ou morre, para voltar a nascer. E assim sucessivamente.

Javé, ao contrário, é um deus nômade que acompanha seu povo. Tem como características a permanência e a constância, isto é, a fidelidade. Em vez dum ritmo cíclico, Ele avança, quebra os círculos viciosos que voltam sempre ao ponto de partida, e cria o tempo histórico do reino para sempre, do reino que está em vias de realização e que jamais será eterna ilusão. Ao contrário de Baal (ou de Marduk, na Mesopotâmia), Cristo ressuscita de uma vez por todas, inaugurando desse modo o reino para sempre.

3) A humildade e a conversão: os dois pilares do culto - Para adorar Javé, para o consultar, para se dirigir a Ele, não se precisa de intermediários, como sucedia na prática baálica, nem de técnicas divinatórias, nem de riquezas. E muito menos é preciso flagelar o corpo. Um único intermediário basta, sem gritos, nem lágrimas. O que conta é a fé, a humildade e o arrependimento. No cristianismo, falar-se-á da confissão dos pecados e da conversão.

No javismo, quando alguma coisa não vai bem, não é preciso procurar

um bode expiatório, mas confessar em conjunto as faltas. Não são pre[illegible]s sacrifícios, mas converter-se (Cf. Levítico 16).

4) O anti-sacrifício e a graça - Uma das particularidades do javismo profético e do cristianismo é a afirmação da graça. O que Deus nos dá não é a recompensa de nossas boas ações, nem a justa resposta ao culto que lhe prestamos, mas um dom gratuito que Ele nos faz primeiro. Assim, com a criação, Ele nos dá de início tudo o que é preciso e para toda as pessoas. Para viver não é preciso promover sacrifícios, mas aceitar na fé este dom para o partilhar entre todos. A vida nasce da fé e da partilha. O mesmo acontece com a libertação: ela é oferta de Deus a seu povo no Egito. Igualmente, o reino de Deus, supremo presente de Deus para a humanidade.

Desse modo, enquanto o culto baálico é antes de tudo um pedido, um requerimento, o culto javista é uma resposta, uma ação de graças e uma conversão, face ao amor primeiro e gratuito de Deus. No javismo profético não há qualquer relação comercial com Deus, porque este não se deixa comprar; Ele é um ser livre que se dá livremente. Sua justiça não está ao sabor do jogo da balança; ela não é a resposta justa ao que cada um investiu no culto e no rito. Não! Sua justiça é parcial, pois favorece o pobre e o dominado, para que todos possam viver livremente e em paz.

O apóstolo Paulo, retomado mais tarde por Lutero e pelos reformistas, desenvolverá essa idéia da salvação pela graça. Somos salvos gratuitamente, porque somos todos igualmente pecadores. Mas, uma vez salvos, devemo-nos comportar como seres livres que libertam.

Será a partir do mesmo princípio básico — "é preciso dar de início os meios de viver" — que alguns sugerem a criação de um "subsídio universal" que permitiria a cada um viver, independentemente do salário?

5) A teologia da coragem - A lógica baálica do ter nos conduz, já o dissemos, à injustiça, porque os bens, as coisas, ficam à frente das pessoas; nos conduz também à guerra, porque ela aparece como o meio mais seguro de defender os bens e de os ver crescer. Exatamente como o sistema de defesa nuclear, ela repousa sobre o medo: medo de falhar, de ser agredido, medo de Deus.

Na lógica javista do ser, tudo é diferente. Se tudo é dado de início e a todos, por que ter medo e agredir-se? O objetivo não é ter mais, mas partilhar. A guerra não é necessária, a paz torna-se o único horizonte com que se sonha. Essa lógica é antimilitarista, na medida em que afirma que não são as armas que podem salvar, mas apenas Deus. O objetivo número um é, então, converter o povo, não armá-lo, mesmo que um dia ele se possa ver obrigado a lutar.

Levando um pouco mais longe a análise, o Deuteronomista propõe a seguinte leitura: por trás de toda escravidão, há um ídolo; por trás de todo ídolo, há medo. Em outras palavras, quando nos deixamos dominar pelo medo, acabamos por idolatrar quem nos atemoriza e nos submetemos a ele. A chave da libertação é a coragem, que não é um ato de ingenuidade, mas de fé em Deus. Esse problema é capital, porque o medo encontra-se na raiz de numerosas injustiças e de numerosos comportamentos belicosos. Por medo do desemprego, aceitamos os despedimentos; por medo dos imigrantes, aceitamos as expulsões; por medo dos grupos terroristas, aceitamos o terrorismo de Estado; por medo da guerra, aceitamos a "guerra nas estrelas", e assim por diante.

Não é verdade que o novo homem, ao viver na justiça e na paz, não encontrará mais qualquer motivo para ter medo?

6) Para resumir - Não expusemos dogmas, nem certezas teológicas, mas apenas pistas de reflexão, a partir da leitura "Baalismo e Javismo". Para resumir, a propósito deste assunto, proporei o seguinte:

A criação não é um ato terminado e consumado, mas o começo duma libertação criadora de vida. Como tal, não é algo a "salvaguardar", mas antes a prosseguir, mediante múltiplos atos de "criações libertadoras" do ser humano, única "imagem de Deus"; a destruição e o açambarcamento da criação são formalmente proibidos.

A justiça de Deus consiste em favorecer o "pequeno", o dominado, para restabelecer o equilíbrio e abolir para sempre as injustiças e as desigualdades. Como no-lo mostra explicitamente o Livro de Jonas, por exemplo, ou os Evangelhos, cume de sua justiça, mesmo face aos pecadores, é, não a condenação à morte, mas o perdão e a graça.

A paz de Deus é o primeiro qualificativo (juntamente com a justiça) do reino de Deus. Ela substitui a lógica do ter (que é a fonte da ambição, da exploração, dos sacrifícios, das guerras) pela do ser (que se concretiza na partilha, no amor, no perdão).

Como cume destes três aspectos, intimamente ligados entre si e que são a originalidade do javismo profético depois do cristianismo, fica a afirmação da "graça de Deus", isto é, que a salvação é dada desde o início, gratuitamente, e que o reino não é para ser merecido, mas acolhido.

Ao recusar toda relação mercantil com Deus, como manifestação de idolatria que conduz à morte, o javismo e o cristianismo quiseram também abolir toda relação mercantil entre os seres humanos e a natureza que lhes foi confiada e que os acolhe, assim como entre os seres humanos e seus semelhantes.

Semelhante conflito entre a lógica do ter e do ser, entre o baalismo e o javismo, está longe de ter terminado. De seu resultado depende a realização do reino de Deus. Uma de nossas múltiplas responsabilidades de cristãos não é, então, desmascarar as idolatrias modernas, ou, como nós aqui dizemos, neobaálicas, as quais não apenas contrariam o projeto de Deus, mas, o que é pior, levam à morte? É então de concluir que o verdadeiro monoteísmo da vida quotidiana torna-se subversivo a favor da vida

MNDH-MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Este serviço de intercomunicação é publicado sob a responsabilidade do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH).
Sede Nacional: SDS - Edifício Venâncio 6º, Bloco O, 39, Sala 109, CEP 70302, Brasília, DF - Telefone 061 321-4751.
Conselho Editorial: Conselho Nacional do MNDH.
Editor Responsável: Dermi Azevedo (Reg. Prof. nº 239 Mtb Drt/Rn).
Contatos com a Editoria: Agência Ecumênica de Notícias (AGEN) - Avenida Ipiranga, 1267, 8º Andar, CEP 01039, São Paulo, SP - Telefone 011 229-6734, das 8 às 20 horas, de segunda a sexta-feira - Telex 11.25824 AECN-BR.
As cartas e outras informações devem ser enviadas de forma adequada, com a devida identificação dos remetentes. Cabe à Editoria selecionar o material a ser publicado, de acordo com o Conselho Editorial.

Norte 1 (AC, AM, RO, RR) - CDDH - CNBB Regional - Avenida Epaminondas, 722, Caixa Postal 958, CEP 69010, Manaus, AM - Telefone 092 233-8072
Norte 2 (PA, MA, AP) - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - Rua Senador Manoel Barata, 47, Sala 302, CEP 66020, Belém, PA - Telefone 091 225-4677.
Nordeste (CE, RN, PB, PE, AL, BA, SE, PI) - CDDH João Pedro Teixeira, - Praça Coronel Antônio Pessoa, 102, Centro, CEP 58100, Campina Grande, PB - Telefone 083 321-4375.
Leste 1 (ES, RJ) - CDDH Petrópolis - Rua Carlos Gomes, 180, Caixa Postal 90581, CEP 25621, Petrópolis, RJ - Telefone 0242 42-2462.
Leste 2 (MG) - CDDH Juiz de Fora - Rua Henrique Surerus, 30, CEP 36013, Juiz de Fora, MG - Telefone 032 211-8677.
Sul 1 (SP) - Agência Ecumênica de Notícias (AGEN) - Avenida Ipiranga, 1267, 8º Andar, CEP 01039, São Paulo, SP - Telefone 011 229-6734.
Sul 2 (PR, SC, RS) - CDDH Joinvile - Rua 15 de Novembro, 353, Sala K, Caixa Postal 778, CEP 89200, Joinvile, SC - Telefone 0474 22-8989.
Centro Oeste (GO, MT, MS) - Instituto Brasil Central - Rua 240, Lote 19, Quadra 93, Setor Universitário, CEP 74210, Goiânia, GO - Telefone 062 225-2801

1 9 8 7

CEDIM

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

EDIÇÃO EXTRA DO BOLETIM

Superior Tribunal Militar confirma condenação de Werner Fuchs

Brasília e Curitiba (AGEN) - Em sua sessão do dia 15 de dezembro último, o Superior Tribunal Militar (STM) manteve a sentença da Auditoria da 5ª Região Militar de Curitiba (PR) que, a 26 de maio passado, condenou o pastor Werner Fuchs, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) a seis meses de reclusão, com direito a sursis. O pastor luterano ficará em liberdade condicional. Ele é acusado de ter ofendido as Forças Armadas em um discurso que fez, no dia 25 de julho de 1986, quando defendia a devolução de terras no município de Papanduva (SC), pertencentes a lavradores e que foram desapropriadas para a ampliação de um campo de treinamento do Exército.

Julgamento inesperado

Foi inesperada, para a IECLB e para o Comitê de Solidariedade ao pastor Werner Fuchs, a realização da sessão do STM a 15 de dezembro passado. Ambos aguardavam que a sessão do Superior Tribunal Militar ocorresse no início de 1988. O parecer do relator do processo, ministro Aldo Fagundes, foi totalmente favorável à absolvição de W. Fuchs, mas, por 10 votos a 4, o STM manteve a sentença da Auditoria Militar de Curitiba. A defesa do acusado foi feita pelos advogados Nelson Olivas e Luís Eduardo Greenhalgh que interporão recurso à decisão do STM.

"Preso político"

Em nota à imprensa, a direção da IECLB manifesta a sua inconformidade com o fato de que, durante a chamada "nova república", um civil esteja sendo julgado em um tribunal militar. Do mesmo modo, a IECLB observa que continua a mesma a situação das famílias de agricultores de Papanduva, cujas terras foram desapropriadas. Por esses motivos, o Comitê Werner Fuchs considera o pastor luterano "o primeiro preso político da nova república".

Entretanto, outros civis - agricultores de Papanduva - estão sendo julgados a nível dos tribunais militares. No início de dezembro, pouco antes da sessão do STM, a Auditoria Militar de Curitiba absolveu três agricultores desapropriados: João Schadeck, José Resende Ribas e Nataniel Resende Ribas. Outros dois agricultores desapropriados, Hamilton Gonçalves de Oliveira e Edilson José de Oliveira, também serão julgados pela mesma Auditoria Militar.

Uma ampla campanha a nível da opinião pública nos primeiros meses de 1988 antecedendo o julgamento do recurso será implementada pela IECLB e Comitê de Solidariedade ao pastor Werner Fuchs. O pastor Fuchs deverá integrar uma delegação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que irá a Genebra, Suíça, para, perante o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, depor sobre a situação vivida pelos trabalhadores rurais brasileiros.

AV. IPIRANGA, 1267 - 14.º ANDAR - TELEFONE: 229-6734
01039 - SÃO PAULO - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA-SP

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

CONIC acompanha

O julgamento do recurso impetrado pelo pastor Fuchs no dia 15 de dezembro foi acompanhado por representantes de cada uma das seis denominações que integram o CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil). No dia 10 de dezembro, o pastor Werner Fuchs recebeu o título de "Defensor dos Direitos Humanos" no Paraná, concedido pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Ponta Grossa (PR), o mais antigo no estado. Em 1982, o religioso havia recebido da Assembléia Legislativa do Paraná menção honrosa por sua luta na CPT, em especial no caso dos desapropriados de Itaipu.

Caso Papanduva data de 1956

Curitiba e Papanduva (AGEN) - Uma área de 7.614 hectares, situada entre os municípios de Papanduva e Três Barras, em Santa Catarina, foi declarada de utilidade pública em dezembro de 1956, pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Essa área seria somada a uma outra, de 1.800 ha, pertencente ao Exército, para a ampliação de um campo de treinamento. Na ocasião, o ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott, foi autorizado a promover a desapropriação, com recursos do orçamento de 1957. Entretanto, segundo um documento da CPT/Paraná, apenas em 1963 as cerca de 50 famílias ocupantes da área - somente cinco delas eram consideradas grandes proprietárias- foram notificadas, por oficiais do Exército e funcionários da Justiça, que teriam de deixar a área em 48 horas, baseados no decreto 40.570/56.

Indenizações

De acordo com a CPT, grande partedos proprietários deixa a área. Para o gado dos agricultores - que não pôde ser vendido - o Exército estabeleceu um regime de arrendamento das pastagens. Algumas famílias foram despejadas na praça central de Canoinhas (SC) com todos os seus pertences. Na época, foi criado um movimento pela reavaliação ou devolução das terras, que ressurgiu, em 1979, em Papanduva, com o nome de Núcleo Rural Papuan. No mesmo ano, o Núcleo pede ao então presidente general João Baptista Figueiredo que fosse revogado o decreto assinado por Juscelino Kubitschek. Ainda segundo a CPT, o presidente Figueiredo informou que o Exército estava encarregado de regularizar as indenizações.

Nada foi feito para refularizar a situação e, em 1980, 150 famílias ocupam a área, sendo expulsas três dias depois. Na edição de 20 de setembro daquele ano, o jornal "O Estado de São Paulo" publica estas declarações do general Jofre Sampaio, então comandante da 5ª Região Militar: "Não pretendemos mesmo continuar usando como campo de instrução uma área de terras férteis como aquela. Temos todo interesse em conseguir uma outra área improdutiva e, se possível, deixar os agricultores voltarem às suas antigas propriedades."

"Nova República"

AV. IPIRANGA, 1267 - 14.º ANDAR - TELEFONE: 229-6734
01039 - SÃO PAULO - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA-SP

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Lavradores denunciam violências no Bico do Papagaio

São Paulo (AGEN) - A situação generalizada de violências contra os trabalhadores rurais e agentes pastorais comprometidos com a reforma agrária, na região do Bico do Papagaio (norte de Goiás, sul do Maranhão e sul do Pará), foi denunciada, em visita à AGEN, no último dia 17, pelos lavradores Antônio Evangelista de Almeida, da fazenda Bela Vista, em Conceição do Araguaia (PA), Andrelina Francisca dos Santos, de Colinas de Goiás (GO) -mãe do lavrador José de Deus, assassinado em 12 de outubro último, em Colméia (GO), na Fazenda Vale do Juari -, Luís Rosa de Melo, de Colinas, Ildete França de Araújo, agente pastoral da diocese goiana de Miracema do Norte e pelo padre Patrício O'Sullivan, vigário da paróquia de Pedro Afonso, nessa mesma diocese. Eles vieram a São Paulo a convite do cardeal arcebispo paulistano, d.Paulo Evaristo Arns, para participarem de uma celebração na catedral da Sé, no domingo, 19 de dezembro, sobre as violências cometidas contra os trabalhadores rurais em todo o país. Estiveram,também, visitando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, acampados sem terra da zona leste de São Paulo e a Câmara Municipal paulistana.

De acordo com dados levantados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Regional Araguaia-Tocantins, trazidos pelos visitantes, durante o ano de 1987 foram mortos, nessa região, 31 lavradores, enquanto 140 foram ameaçados de morte, 123 foram feridos e espancados. Entre as famílias, 1006 foram ameaçadas de despejo, 245 foram despejadas. No rol de violências, 162 casas foram queimadas e 135 lavradores foram presos, enquanto 700 trabalhadores rurais foram submetidos a trabalho escravo. Os dados ainda estão incompletos. No médio-norte goiano, nas últimas semanas, foram ameaçados de morte todos os membros das 52 famílias de posseiros já cadastrados pelo Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad) para assentamentos em áreas desapropriadas, assim como os lavradores Ione Valadares Campos (gravemente ferido no dia 18 de julho deste ano, quando seu irmão Vilmone Campos da Silva foi assassinado pelo fazendeiro Luís Espíndola Cardoso Júnior e seus pistoleiros. Quando estava internado em Conceição do Araguaia, pistoleiros tentaram de novo matar Ione), Damião, cunhado de Vilmone e testemunha do crime, Cícero Francisco dos Santos (irmão de José de Deus Francisco do Nascimento, assassinado no dia 12 de outubro de 1987 pelo fazendeiro Luís Espíndola Cardoso Jr.), seu irmão Danilo e outros pistoleiros), Andrelina Francisco dos Santos, mãe de José de Deus, Antônio Francisco do Nascimento, irmão de José de Deus, as testemunhas do assassinato desse lavrador (Cesário Ferreira dos Santos, Carlos Silveira Lopes, Domingos Pereira da Silva, Luís Rosa de Melo, Elias Pereira da Silva, Valdemar Gonçalves da Silva, José Souza Brito, Sebastião Feliciano Gomes, Raimundo Pereira do Nascimento, Josafrá Pereira de Brito, João Alves da Silva, Divino Henrique Duarte, Divino Mariano Leme, Antônio Pereira da Silva, Antônio Pereira da Silva, Osmarildo, Adão Feitosa Rodrigues e Aquiles Fernandes Lima),além dos padres Martinho Murray (vigário da paróquia de Novo Planalto, em Co-

AV. IPIRANGA, 1267 - 14.º ANDAR - TELEFONE: 229-6734
01039 - SÃO PAULO - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA-SP

linas de Goiás e que, no dia 27 de outubro último, foi perseguido três vezes por uma camionete com fazendeiros e pistoleiros), Patrício O'Sullivan, Ricardo Rezende e Henrique des Roziers e dos agentes pastorais Ildete França de Araújo e Arturo Powers. Estão também sob ameaça de morte - pelos corretores de imóveis do município de Pedro Afonso, Félix Guimarães e Nemésio de Oliveira - 14 posseiros que tiveram suas casas queimadas, especialmente Demétrio Pereira da Silva, José Batista dos Santos, Gilberto Ribeiro Batista, João Batista dos Santos, Raimundo Cordeiro, Elpídio Lopes, Otávio Pereira Primo Sena, Francisca Lozeira de França (viúva de Mercídio Ferreira de Souza, assassinado por pist oleiros, em 1º de junho último, a mando dos dois corretores de imóveis).

Milícias privadas

Para o lavrador Luís Rosa de Melo, de Colinas, a situação no norte goiano "é muito custosa e ninguém pode ir trabalhar na roça, com medo dos pistoleiros", acrescentando que "se a gente fica nas cidades, sofre e se sai, sofre ainda mais". Andrelina Francisca diz que "as famílias estão todas largadas e as mulheres não sabem onde se encontram os seus maridos". Ele teve um filho assassinado e tem outro ameaçado de morte. Até hoje, ninguém foi sequer indiciado pelo crime. O padre Patrício diz que, em 1985, "os lavradores ainda tinham alguma esperança na reforma agrária, mas de lá para cá a esperança diminuiu muito, havendo poucas desapropriações e nenhuma imissão de posse". Explica que "os pistoleiros agem impunemente, acobertados pela polícia e os pôliciais, por sua vez, costumam dar batidas e tomar os instrumentos de trabalho dos lavradores". Em Gurupi, norte goiano, atua uma milícia privada, formada por policiais reformados de Goiás, sob o comando do tenente Divino Oliveira. Essa milícia foi contratada pela Cooperativa Mista Vale do Javaé Ltda. (Coperjava) que também cuidou de alojar os pistoleiros numa casa abandonada a 100 metros da casa do lavrador Miguel Ribeiro da Silva, um posseiro há oito anos no projeto Rio Formoso, no município de Formoso do Araguaia, em Goiás.

Estado do Tocantins

Os lavradores e agentes pastorais manifestam-se preocupados quanto à criação do novo estado do Tocantins, na região do Bico do Papagaio, considerando que os maiores defensores da nova unidade federativa são os deputados José Freire (PMDB-GO) e Siqueira Campos (PDC-GO), notoriamente ligados à União Democrática Ruralista (UDR). "O poder no novo estado ficará com aqueles que sempre esmagaram o povo", dizem os lavradores. Por último, afirmam que, apesar de tudo isto, "cresce a organização dos trabalhadores, surgem novos sindicatos e o povo se une para enfrentar toda essa violência". Andrelina Francisca diz esperar que, em 1988, "as terras sejam libertadas para o povo poder trabalhar".

AV. IPIRANGA, 1267 - 14.º ANDAR - TELEFONE: 229-6734
01039 - SÃO PAULO - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA-SP

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Contrariando o espírito das palavras do general Jofre Sampaio, o Exército fecha, em 1985, a estrada principal que dá acesso ao campo de treinamento, determinando a prisão de quem entrasse na área sem autorização. Nesse ano, os agricultores Nataniel Resende Ribas, José Resende Ribas e João Florindo Schadeck são acusados de subtrair madeira da área. "Na verdade, diz o documento da CPT, foi a administração do campo que avançou a divisa para dentro das terras de João Schadeck e a madeira extraída era de propriedade dos agricultores, conforme reiteradas decisões da Justiça Federal - secção judiciária de Santa Catarina". Com efeito, os três agricultores foram absolvidos no início de dezembro de 1987.

Em 1985, segundo o boletim "Informação IECLB", o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad) é encarregado de propor uma solução rápida para o caso de Papanduva. Diante do imobilismo do Mirad, os agricultores acampam em frente à sede do Incra, em Florianópolis (SC). Um grupo de trabalho, formado pelo Incra e pela 5ª Região Militar, estuda a viabilidade de mudança do campo de treinamento do Exército para uma área de latifúndios - no total de 2.600 hectares - em Água Doce. Nesta localidade, está situado o maior latifúndio de Santa Catarina, com 9 mil ha.O relatório do grupo de trabalho está em mãos do Exército, mas as suas conclusões não foram divulgadas.

A condenação de Fuchs

No dia 17 de junho de 1986, o Procurador da Justiça, João Carlos Kutz, em uma carta ao governador de Santa Catarina, Espiridião Amin, reconhece que o Exército ocupa irregularmente a área, tanto que a União não consegue registrá-la em seu nome. O número de atingidos, em 30 anos, subiu de 500 para 2000 pessoas. A 25 de julho de 1986, o pastor Werner Fuchs, então coordenador da CPT/Paraná, em manifestação pelo Dia do Agricultor, defronte ao Palácio Iguaçu, sede governamental do Paraná, em Curitiba, denuncia toda essa situação. Suas declarações são consideradas ofensivas pelo Exército, que o processa. A 26 de maio de 1987, a Auditoria da 5ª Região Militar de Curitiba condena o pastor a seis meses de prisão, com direito a sursis. O cumprimento da pena se daria em liberdade condicional, pelo período de dois anos. A sentença foi confirmada a 15 de dezembro pelo Superior Tribunal Militar, apesar do parecer do relator, ministro Aldo da Silva Fagundes, favorável à absolvição do religioso. O pastor está recorrendo da sentença.

.....

A EQUIPE DA AGEN ABRAÇA TODOS OS SEUS SÓCIOS, COLABORADORES, CORRESPONDENTES E ASSINANTES, NESTAS FESTAS DE NATAL E ANO NOVO. E DESEJA QUE EM CADA UM SEJA RENOVADA A ESPERANÇA NUMA VIDA DIGNA PARA TODOS OS HOMENS E MULHERES COM VISTAS À REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA, DA PAZ E DOS DIREITOS HUMANOS.

.....

AV. IPIRANGA, 1267 - 14.º ANDAR - TELEFONE: 229-6734
01039 - SÃO PAULO - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA-SP

1990

CEDIM

Follha março 90

32% de mulheres mestras e doutoras.

Na verdade, a discriminação é um círculo vicioso difícil de ser rompido na medida que grandes veias sociais são suas articuladoras. No mundo da arte, a mulher é vista com olhos masculinos: é objeto, é tema, é matéria-prima. Na mídia, é peça, é produto para anunciar outro produto quando não é o próprio.

Nos cargos políticos, ainda tem que comprovar-se um ser pensante. Faz 59 anos que as mulheres conquistaram o direito do voto. Mas sua ocupação em cargos políticos ainda é meta estratosférica. Segundo o texto-base da CNBB "existem hoje 27 deputadas federais, diversas estaduais, prefeitas, vereadoras, além de secretárias de Estado e duas ministras, nos últimos 10 anos". Nos recintos da Câmara dos Deputados de Brasília, mesmo sendo apenas 27, as mulheres fizeram presença, com destaque para Benedita da Silva que é negra e portanto duplamente discriminada.

Movimentos populares - O texto-base da Campanha da Fraternidade 90 constata que é no âmbito dos movimentos populares que a presença da mulher se faz sentir ainda com maior intensidade: "Não é difícil ver a mulher da periferia carregar filhos a tiracolo para participar de reuniões, passeatas, greves, assembléias. É a mulher fazendo política". Essa realidade é interpretada como "forma de resistência".

O documento explica porquê: "Os movimentos populares de mulheres, especialmente no Brasil e na América Latina, surgem muito vinculados à existência de um Estado autoritário. É a forma da resistência. A emergência da participação da mulher é facilitada exatamente porque neste momento histórico, os espaços tradicionais e institucionais — que são os grandes espaços de poder — estão ofuscados. Os espaços informais passam a ser os espaços políticos importantes e, por serem informais, ficam fora do controle masculino".

É "na medida em que foram crescendo as organizações dos movimentos populares, foi crescendo também a consciência e a participação da mulher nas lutas reivindicatórias e políticas. Hoje, a mulher participa dos movimentos populares e associações como: terra e moradia, saúde, educação, creche, saneamento e transporte". E outros.

"No campo, participam junto com os companheiros na luta pela terra; reivindicações; defendendo a natureza ameaçada pelos grandes projetos, barragens, poluição industrial. Nos diversos locais formam associações e movimentos de domésticas, lavadeiras, costureiras." Tomam consciência de sua importância e também de que a sua é uma árdua caminhada contra os preconceitos.

Preconceitos que devem ser banidos e punidos de acordo com a nova Constituição que garante às mulheres algumas de suas conquistas: uma delas, a licença-maternidade de 120 dias. Mas lei no papel não é necessariamente realidade prática. E agora empresas que antes exigiam teste de gravidez, também obrigam as mulheres a apresentar atestado de esterilidade. O direito à saúde e assistência, aliás, é um dos grandes desafios para a população feminina.

Mulher na comunicação - A Campanha da Fraternidade de 90 aborda dois aspectos. Um referente à mulher profissional da comunicação e outro à imagem veiculada pelos meios de comunicação. Conforme informações do Sindicato dos Jornalistas de Brasília, 60% dos profissionais de comunicação são homens; 70% dos melhores salários são dos homens, que ocupam cargos de chefia; 30% dos atuantes em sindicatos são mulheres.

Quanto ao outro lado da comunicação, o texto-base da campanha comenta: "A imagem da mulher veiculada pelos grandes meios de comunicação reforça e atualiza os preconceitos e a discriminação impostos a ela, ao longo dos séculos (...); é apresentada numa relação de submissão e dependência ao homem, como aquela que não tem opinião própria, considera-se como valor supremo a beleza de seu corpo, que passa a ser objeto de exploração na publicidade."

No contexto de discriminação e, agora, de marginalidade, a mulher sente agudizado o peso da inconseqüência social sobre ela: desde as meninas de rua ou mulheres negras que ainda pagam o preço pela melanina (pigmentação escura) em sua pele e às quais são relegados trabalhos humildes, sem acesso a salários melhores.

A figura da mulher prostituta, por sua vez, é das mais estigmatizadas dentro do sistema social vigente. Segundo pondera o documento da CNBB, "a mulher envolvida é atingida mental e fisicamente, enquanto o homem se embrutece para nem sequer sentir a culpa moral que carrega". Lembra que "a prostituição é favorecida também pela dupla moral que impera na sociedade e afeta as famílias: esposas, filhas, noivas e namoradas devem ser 'protegidas' e o homem é incentivado a procurar a satisfação sexual com as prostitutas". Fora da casa.

Os livros didáticos e até mesmo dicionários contribuem para transmitir, e portanto perpetuar, concepções diferenciadas. O próprio dicionário Aurélio Buarque de Holanda define: "homem público é o indivíduo que se consagra à vida pública"; "mulher pública: meretriz, prostituta".

"O homem, mesmo sendo prostituto", avalia o documento da CNBB, "transita pelo mundo sem esse estigma e sem marcas."

Mulher na Igreja - Enfocando a Igreja primitiva, o texto-base da Campanha da Fraternidade comenta: "Na Igreja primitiva, a mulher participava ativamente da comunidade eclesial e da obra de evangelização. Mulheres e homens trabalhavam lado a lado na construção do Reino. Certas mulheres exerciam funções de liderança. Ainda no segundo século havia mulheres diáconas. Mas, aos poucos, elas desaparecem dos quadros oficiais da Igreja, que se fecha no clero constituído só de homens. As duas classes — clero e leigos — vão se tornando mais claras, com seus papéis mais definidos. O modelo da Igreja se torna sempre mais patriarcal; o papel da mulher é drasticamente reduzido."

Mas com o Concílio Vaticano 2º, as conferências de Medellín e Puebla, a ação católica entra com uma nova conscientização sobre o papel da mulher. Até então, desde os tempos primitivos, no Brasil, as mulheres ocupavam-se da manutenção, limpeza e ornamentação dos templos; organização de procissões; socorros a padres, párocos; na catequese; nas irmandades e ordens terceiras.

Mas a partir do concílio e das conferências citadas, ela ocupa seu espaço nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), quantificadas em 200 mil CEBs somente no Brasil. Mas apesar do leque de atividades que ela conquista, a partir das CEBs, em pastorais específicas, e outras formas de serviço aliadas aos movimentos populares, por exemplo, "quanto à liturgia, na maioria dos casos atua em caráter de suplência, sem que possa presidir e atuar nas funções litúrgicas. Se o ministério da palavra foi aberto aos leigos, homens e mulheres, o ministério estável de leitor continua reservado aos leigos homens".

Se por um lado a Igreja Católica no Brasil conta com 500 mil catequistas mulheres, por outro, e "apesar de sua grande contribuição na construção da comunidade eclesial e do Reino de Deus, ela, a mulher, ainda está longe de uma participação no nível de igualdade, também em número, com os homens na área da formação dos padres e demais ministros, na teologia, na preparação dos documentos pastorais e nas decisões finais". A conclusão do documento, neste item, entende que "tal participação depende tanto da mulher que precisa preparar-se e ocupar o espaço que lhe cabe, como da abertura da hierarquia para dar à mulher o lugar na Igreja ao qual ela tem direito".

O texto-base da Campanha da Fraternidade 90, sobre "Mulher e Homem: Imagem de Deus", fala ainda das mulheres religiosas representadas por 39 mil figuras femininas, enquanto existem apenas 11 mil religiosos. Aborda também o papel da mulher em outras Igrejas cristãs e sua participação ministerial; sua atuação junto ao Conselho Mundial de Igrejas, além de estabelecer uma reflexão antropológica atual.

Teologicamente, hoje, retoma-se o projeto inicial de Deus quando se afirma que a plenitude tanto da mulher quanto do homem está em Deus. E ambos foram feitos a sua imagem e semelhança. É reforçado ainda, no apelo da Campanha da Fraternidade, o traço feminino da trindade: "Todo o fundamento bíblico nos permite afirmar que o mistério de Deus, comunidade trinitária do amor, se revela também no feminino, e que a mulher é tão plenamente sua imagem quanto o homem. Tanto no Pai, como no Filho e no Espírito Santo, podemos perceber traços da revelação feminina de Deus. O Filho e o Espírito Santo, operando no seio da história, fazem acontecer a revelação da origem sem origem, que mostra seu rosto de Pai e de Mãe e que o Novo Testamento define como amor."

Jesus, Maria, apóstolos e discípulas são a realidade concreta e absoluta deste amor.

E D I T O R I A I S

1 9 9 3

CEDIM

Gostaríamos ainda que as indicações fossem acompanhadas de uma pequena justificativa e um currículo do(a) indicado(a) a ser encaminhado para a nossa sede nacional.

A escolha será feita pelo nosso Conselho e Secretariado.

- Período para encaminhamento das indicações:
  De 01 de setembro a 20 de outubro
- Anúncio do Escolhido
  03 de novembro
- Entrega do Prêmio em solenidade a ser realizada na cidade de Salvador-BA, no dia 27 de janeiro de 1994.

As indicações deverão ser encaminhadas à sede do MNDH no SCS - Quadra 2 - Bloco D - Ed. Oscar Niemeyer - Sala 1001 - CEP 70316-900 - Brasília-DF.

M·N·D·H
MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02
Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001
Fone: DDI 005561 - 225-3337
Fax: DDI 005561 - 225-7157
CEP 70.316-900 - Brasília-Brasil

LUTA PELA VIDA, CONTRA A VIOLÊNCIA



6º PRÊMIO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

1 · 9 · 9 · 3

CEDIM

O MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - MNDH - é um movimento civil, democrático, ecumênico e suprapartidário, que congrega, atualmente, centenas de entidades que lutam na defesa e na promoção dos direitos humanos, ao lado dos despossuídos e marginalizados, contribuindo para o avanço da luta social na perspectiva da construção de uma sociedade democrática, pluralista e libertadora, com base na história e na cultura de cada povo.

Fundado em 1982, o MNDH é a principal articulação brasileira de promoção dos direitos humanos como pressuposto básico da vida democrática. Está organizado em todo o país, em oito Regionais. Sua direção política, cabe ao Conselho Nacional, integrado por dois representantes de cada Regional, com apoio do Secretariado Nacional, com quatro integrantes.

Possui um eixo de ação - A LUTA PELA VIDA, CONTRA A VIOLÊNCIA - e conta com três programas de trabalho, em tomo deste eixo: Violência e Cidadania, Comunicação e Formação. Realiza encontros Nacionais, com a participação de representantes de suas entidades filiadas.

O MNDH, desde sua fundação, trabalha em tomo de questões ligadas à violência contra crianças e adolescentes, mulheres, índios, negros, trabalhadores urbanos e rurais, entre outros segmentos da população. Promove e participa das lutas pelo direito à moradia, à terra, à saúde, à educação e à segurança pública. Apóia, também, iniciativas pela democratização da informação e pelos direitos de todos os setores oprimidos na sociedade brasileira e latino-americana.

O MNDH no ano de 1993 completa 11 anos de serviços prestados à luta pela democracia, liberdade, participação popular, enfim, de construção da cidadania plena para homens e mulheres de todas as faixas etárias, credos, etnias e culturas no Brasil.

A partir de 1988, instituiu seu prêmio nacional de direitos humanos. Desde então tem buscado homenagear segmentos da sociedade brasileira, organizações e pessoas que, pelo compromisso, dedicação e esperança, destacaram-se na caminhada da construção desta utopia de liberdade, esperança e fé, construir um mundo onde todos (as) vivenciem a paz e a dignidade social.

Foram homenageados(as) desde então: D. Paulo Evaristo Ams, a Comunidade Indígena Yanomami, a sindicalista rural Maria Aparecida Pereira, a deputada Benedita da Silva, o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, D. Pedro Casaldáliga, Frei Leonardo Boff e o sociólogo Herbert de Souza.

O processo ampliado de indicações, realizado em 1992, comprovou o alto grau de interesse, compreensão e seriedade deferidas ao prêmio nacional de direitos humanos. E é com esta mesma compreensão que novamente nos dirigimos a todos(as) para solicitar indicações de nomes de pessoas ou entidades que, através de sua prática, estejam contribuindo para fazer desse ideal uma realidade em nosso país.

O Conselho Nacional do MNDH, para o ano de 1993, definiu que entregará, extraordinariamente, dois prêmios nacionais, o primeiro à Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE, entidade que há 20 anos vem desenvolvendo inúmeros serviços à luta pelos direitos humanos no Brasil. A definição do segundo homenageado(a) seguirá de acordo com o estabelecido anteriormente.

1989

CEDIM



A inexistência de idéias predeterminadas

As questões da democracia e da cidadania, e sua relação com os proclamados direitos humanos podem ser encaminhadas a partir da postura marxista de que os homens "em sua efetividade" são "o conjunto das relações sociais". (3) Este ponto de partida tem, para o que nos interessa aqui, várias conseqüências teóricas.

Uma delas está ligada com o que dissemos de passagem no item anterior. Trata-se, como falou Marx, dessas "batelas idealistas" que tentam "explicar a prática a partir da idéia".(4) Conforme a concepção idealista, haveria a idéia "pura" já anteriormente dada a toda e qualquer realidade. A prática seria a realização da idéia. Assim, por exemplo, com relação à democracia, já haveria uma idéia pura de democracia (existente não sabemos em que pré-lugar, ou pré-tempo, ou pré-livro, ou inventada por um pré-alguém). À proporção que os homens fossem vivendo, eles estariam "realizando" essa idéia, tornando-a na prática cada vez mais próxima ou distante da tal idéia. O mesmo diz a concepção idealista a respeito de outros fatos, como a liberdade, a família, a justiça, o amor, a igualdade, os direitos humanos, o Estado, a revolução etc.

Uma das conseqüências, pois, para alguém que parte da concepção marxista do homem é que não existem as idéias predeterminadas de democracia, cidadania e direitos humanos. Estas ou quaisquer outras idéias são construídas por homens historicamente determinados. Democracia, cidadania e direitos humanos são estabelecidos em circunstâncias concretas. São-sendo, na expressão usada por Roberto Lyra Filho.

Nenhuma democracia surge por um passe de mágica.

Segundo a concepção idealista, e para ficar apenas no campo dos direitos humanos, deveríamos defender esses direitos em nome do "ser humano em geral", independentemente de suas situações econômicas, políticas, de classes etc. Essa visão etérea de homem leva-nos de volta aos tais pré-lugares, pré-tempos, pré-alguéns. Defender os direitos humanos em geral e o homem em geral é uma "fantasia filosófica", no dizer de Marx e Engels. (5) Significa dessituá-los, destemporalizando-os e descespacializando-os. Significa jogá-los fora das relações sociais, torná-los a-históricos.

É precisamente esta visão que o papa João Paulo 2º proclamou no discurso inaugural à 3ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano de Puebla, pronunciado em 28 de janeiro de

Que formas toma hoje o processo revolucionário?

1979: "Tenhamos presente, por outro lado, que a ação da Igreja em campos como os da promoção humana, do desenvolvimento, da justiça, dos direitos da pessoa, quer estar sempre a serviço do homem, e ao homem tal como o vê na visão cristã da antropologia que adota. Não necessita, pois, recorrer a sistemas e ideologias para amar, defender e colaborar na libertação do homem..."(6)

Lutar pelos direitos humanos é um exercício de cidadania.

Na época, o jornal Le Monde comentou com espanto a posição extra-ideológica ou de pretensa neutralidade ideológica, a-histórica de João Paulo 2º. (7) Uma posição dessas, por ser idealista — estar a serviço do homem em geral, isto é, da idéia do homem em geral —, além de ser falsa, é reacionária e, por conseqüência, anti-revolucionária. Subjacente a ela existe a pressuposição de um sujeito imanente na história: os cristãos (a Igreja, diz o papa), por força da própria doutrina cristã (o papa fala em "antropologia"), têm por "missão histórica" promover o homem (em geral), o desenvolvimento (em geral), a justiça (em geral), os direitos da pessoa (em geral), antes mesmo de se assumirem concretamente como cristãos. Quer dizer, os cristãos por serem cristãos automaticamente estariam sempre promovendo o homem, o desenvolvimento, a justiça, os direitos da pessoa etc. O essencial de uma tal concepção, é que ela se torna invulnerável à crítica, pois estando as idéias de homem, de desenvolvimento, de justiça, de direitos humanos etc. pré-fixadas, por mais que se consiga criticar as ações concretas dos cristãos concretos, jamais se podem criticar as idéias em si às quais suas ações sempre se reportam, que são "puras", isto é, perfeitas por essência. Ora, o que é perfeito não pode, a priori, ser atingido por qualquer crítica. Como contrapartida prático-política, também não se podem criticar os guardiães dessas idéias puras e perfeitas, ou seja, o clero, a começar pelo ápice da hierarquia eclesial, o papa, que se por acaso fosse contestado apelaria para a pureza e perfeição daquelas idéias, morrendo nessa praia de areias desertas qualquer onda de contestação.

Os direitos humanos nascem com os homens, e não em algum pré-tempo.

Algo parecido ao caso citado ocorre também com a doutrina marxista, e já nos referimos a isso no primeiro item, quando ela autorizaria a concluir que nas sociedades socialistas os direitos humanos seriam mais respeitados, pelo simples fato de estas sociedades serem socialistas, podendo-se dizer o mesmo para os fatos da democracia e da cidadania. Assim, por mais que conseguíssemos contestar as ações dos socialistas concretos, em seus países concretos, estes sempre encontrariam refúgio seguro na pureza e perfeição das idéias marxistas, que, como preconiza o idealismo, seriam inatacáveis por qualquer crítica, viesse da esquerda ou da direita, dos próprios marxistas ou de seus adversários.

Se o marxismo fosse isso, tornar-se-ia um dogma imprestável, e poderíamos com justeza chamá-lo de "cão morto". De nada mais serviria para aquilo para o qual surgiu: uma contribuição séria para a teoria revolucionária do proletariado sob o sistema capitalista e para o proletariado nos países socialistas.

A democracia como núcleo de nossa discussão

A outra conseqüência teórica para quem parte da concepção marxista do homem decorre na anterior e já acenamos para ela: se não existem idéias predeterminadas sobre coisa alguma, são então os próprios homens que as criam e as devem criar à porporção que põem em prática as relações sociais, isto é, as relações econômicas, políticas etc.(8)

Aqui chegamos a um ponto da discussão que consideramos, segundo nossa opinião, o ponto mais importante para os propósitos deste texto. Referimo-nos à questão da democracia. A constituição de uma série de idéias que historicamente serão enfeixadas sob a denominação geral de "direitos humanos" nasce das experiências democráticas feitas pelos homens através dos tempos. Por outra parte, a questão da cidadania também surgirá com as experiências democráticas. Temos, pois, que o núcleo da nossa discussão será a questão da democracia.

A experiência histórica nos indica que quanto mais ditatorial, centralizador, despótico, oligárquico, absolutista um sistema político, mais antidemocrático ele é. São nesses desmomentos históricos que mais se violentam os chamados direitos humanos, não necessariamente a série completa deles, talvez a grande maioria, mas não necessariamente todos. (9) É num tal desambiente antidemocrático que decresce assustadoramente o exercício da cidadania.

Os direitos humanos são-sendo.

Há, então, uma relação constatável entre democracia, direitos humanos e cidadania? Tudo indica que sim, hoje mais que no passado. Tudo indica que a luta pela concretização social dos direitos humanos — sejam estes quais forem, e não interessa nesse momento elencá-los — se concretiza na luta pela democracia. Lutar a favor dos direitos humanos é lutar pela democracia. Lutar pelos direitos humanos é um exercício de cidadania. A cidadania cresce à medida que cresce a democracia. Lutar pela democracia é lutar pelos direitos humanos e pela cidadania.

O que acabamos de dizer não é um mero jogo de palavras, por mais que possa parecer. Há antes, um jogo relacional entre democracia, direitos humanos e cidadania. Eles se estabelecem conjuntamente, apesar de variarem as condições históricas de seus estabelecimentos, que podem ser tantas quantas forem as experiências democráticas ou, e também, as antidemocráticas.

O que há de comum neste jogo relacional é a superação dos elementos centralizadores da vida de uma sociedade, sejam esses elementos econômicos, políticos, ideológicos, cognitivos, culturais ou de qualquer espécie. Vejamos isso mais de perto.

Quando uma teoria, que pode ser a marxista, se torna dogmática, é porque centralizou-se cognitivamente de tal modo entre seus seguidores que estes são capazes de praticar os atos mais antidemocráticos em nome justamente da democracia proletária. É isso que chamamos de "elemento centralizador", de tipo cognitivo/ideológico neste caso. Pois, estes marxistas, para poderem voltar ao caminho democrático precisam romper com o elemento centralizador que os impede de crescer numa democracia que, até teoricamente, já seria mais avançada que a democracia capitalista. A questão é que nenhuma teoria em estado normal salva ninguém de antemão. E em estado anormal, isto é, dogmatizada, produz exatamente efeitos destrutivos. Para o que nos interessa aqui, esses efeitos se chamam antidemocracia, antidireitos humanos, anticidadania.

Já que no item anterior falamos da Igreja (católica), gostaríamos de recordar o desmomento histórico por que passou aquela organização religiosa, quando, no correr da época medieval, o fenômeno da dogmatização foi meridianamente exemplar em seu interior hierárquico, o que provocou os tribunais da inquisição, instrumentos de triste memória antidemocrática.(10)

Todavia, o melhor exemplo para nós que vivemos no sistema capitalista é o elemento centralizador econômico, que nesse caso se chama classe dominante, ou melhor, os proprietários dos meios de produção. De fato, e todos sabemos, principalmente depois das análises de Marx e Engels sobre o capitalismo, que é a propriedade particular dos meios de produção o elemento centralizador que produz a fundamental antidemocracia nas sociedades capitalistas. Isto não quer dizer que o capitalismo seja absolutamente antidemocrático. Tanto isto é verdade, que nas sociedades capitalistas podem existir, e efetivamente existem, instituições relativamente democráticas, como as eleições diretas, o parlamento, as leis (inclusive a sua confecção), a educação (a rede escolar), a informação (os meios de comunicação de massa) etc. Também é verdade que houve um salto qualitativo na experimentação democrática quando o capitalismo superou historicamente o feudalismo.

O critério último (e, pois, o primeiro) da teoria é a prática.

Entretanto, como a burguesia se constituiu em proprietária privada dos meios de produção, continuou a desenvolver, em outro nível, é claro, um elemento centralizador que dela faria historicamente uma classe antidemocrática. Voltamos a repetir que disso não se conclui precipitadamente um absoluto ambiente burguês antidemocrático. No caso da burguesia, poderíamos dizer como disse Lênin: a burguesia instalou uma democracia de classe.(11) É evidente, de sua classe, favorecedora de seus interesses de classe — e, no entanto, democracia, inclusive com muitos reflexos positivos para a classe proletária.

Apesar de a teoria marxista reconhecer o salto qualitativo provocado pela burguesia, a mesma teoria — por ser em última instância revolucionária e não apenas criticamente analítica — abre perspectivas revolucionárias para a classe não-proprietária dos meios de produção. A saber: o proletariado deve organizar-se para superar o elemento centralizador que produz a antidemocracia básica no sistema — a propriedade burguesa. É isso que se proclama com todas as letras no Manifesto de Marx e Engels: a luta pelo socialismo se caracteriza pela abolição da propriedade burguesa e não pela abolição de qualquer tipo de propriedade.(12)

"Toda vez que uma teoria tenta estabelecer-se fora do horizonte da prática, ela vira pura abstração".



A teoria marxista é um apelo direto à revolução. Traduzindo, a teoria marxista mostra que, para ampliar a democracia na face da terra, é preciso superar (e aí está a revolucionaridade) o foco antidemocrático que rege o capitalismo, a propriedade de tipo burguês.

Defender os direitos humanos em geral é uma fantasia filosófica.

Deve-se agora trazer para a discussão o seguinte: sendo o socialismo a superação prática e não apenas teórica dos elementos centralizadores burgueses, cujo foco é a propriedade particular dos meios de produção, poder-se-ia legitimamente afirmar que o socialismo fosse mais democrático que o capitalismo? Pode-se, sim, uma vez que efetivamente a maioria, que é a classe trabalhadora, passa a ser, de forma coletiva, a proprietária dos meios de produção. A coletivização desses meios é o fato essencial do processo revolucionário socialista e, por isso, o essencial do novo salto qualitativo democrático. Ela cria as condições concretas para a invenção da democracia socialista. Atente-se para o que dissemos: a democracia socialista não é dada pronta no ato revolucionário da coletivização. Nenhuma democracia surge como por um passe de mágica, porque a vida não é um conto de fadas ou um milagre. Se tivéssemos este tipo de idéia acerca do socialismo, além de ser um infantilismo de esquerda, estaríamos prontos a justificar historicamente todos os atos — fossem econômicos, políticos, ideológicos etc. — praticados nos países socialistas. Estaríamos prontos a defender — em nome da teoria dogmatizada — tanto a necessidade do assassinato de Trotsky como o massacre de Pequim, entre outros possíveis exemplos.

Se o modo de produção socialista cria as condições concretas para inventar uma democracia qualitativamente superior à democracia capitalista, cria também as condições para ampliar qualitativamente a concretização dos direitos humanos e da cidadania, que, como antes vimos, interrelacionam-se com a democracia.

Mas tudo isso precisa de comprovações práticas. Não basta recorrer magicamente à teoria para sair por aí proclamando que "os direitos humanos são mais respeitados no socialismo que no capitalismo". Ou tomar o texto de Lênin antes citado, onde ele enfaticamente afirma que "a democracia socialista é um milhão de vezes mais democrática que qualquer democracia burguesa. O poder soviético é um milhão de vezes mais democrático que a mais democrática república burguesa"(13), e nele baseados, ingenuamente aceitar que tudo o que se pratica em qualquer país socialista seja um milhão de vezes mais democrático que nos países capitalista. Precisamos urgentemente de nos desdogmatizar se quisermos ser revolucionários.

Tudo o que falamos nesse item a respeito da democracia pode ser resumido assim: a democracia precisa ser construída, de forma prática e de forma teórica. Não existe um padrão de democracia que nos sirva de referência pura, ao qual possamos recorrer para saber se estamos dele nos aproximando ou nos afastando. O que existe são experiências democráticas já feitas ou se fazendo. As já feitas nos permitem hoje ter uma determinada idéia de democracia. Se nossa idéia de democracia não superar o âmbito capitalista é claro que desenvolveremos nossos esforços para tão-somente aperfeiçoá-la (é o que propõe, entre outros, um Norberto Bobbio)(14), ou, o que é o mesmo, reformá-la. Como em toda reforma, não haverá neste caso mudanças radicais. Isto significa que não se superará o elemento centralizador do sistema capitalista, a propriedade burguesa. Não se superará um determinado limite que esta mesma forma de propriedade impõe. Isto terá como conseqüência que poderemos aperfeiçoar esta democracia (com

Há uma relação constatável entre democracia, direitos humanos e cidadania?

Quanto mais os cristãos superarem o dogmatismo de sua doutrina, mais terão contribuições para a construção da democracia.

repercussão nos direitos humanos e na cidadania) apenas até onde o limite permite. O socialismo é fruto de um processo revolucionário que supera esse limite, colocando as condições para avançar na democracia.

É bom acrescentar, no que toca à questão democrática — e nela incluindo os direitos humanos e a cidadania —, que, ao mesmo tempo em que estivermos lutando para romper com os limites impostos pelo capitalismo, isto é, nos organizando para o socialismo, devemos lutar pela expansão máxima da democracia dentro dos próprios limites capitalistas. Saberíamos fazer avançar a democracia socialista, inventando-a em novos e diferentes moldes, se não tivéssemos mexido sequer um dedo na experimentação democrática dentro de nossas limitadas condições atuais? Mesmo assim, o processo revolucionário exige que não fiquemos contemplando narcisamente os possíveis passos democráticos dados dentro dos limites capitalistas. Nossa luta quer romper com os limites, quer instaurar uma nova sociedade, que por sua vez terá novos limites, mesmo que mais amplos. O processo revolucionário nos indica que uma nova sociedade tem início no interior da velha sociedade. É por esse motivo que podemos dizer que o socialismo começa antes do socialismo, no sentido de que, hoje, em plena modernidade, será levando a democracia capitalista ao máximo que estaremos conduzindo-a revolucionariamente para a democracia socialista.

Problematizar para avançar

O presente texto não quis ser um receituário, porque com receitas nem a teoria nem a prática avançam. Seu objetivo foi colocar em discussão certos pressupostos que, hoje mais que nunca, precisam com toda honestidade e radicalidade ser esclarecidos. Seja dito, entretanto, que não tivemos a pretensão de esgotar a discussão. Nenhuma discussão se esgota, do contrário deixa de ser discussão.

Outrossim, devido às características desse trabalho, não pudemos nos aprofundar em aspectos que deveriam merecê-lo. Assim, por exemplo, a questão do relacionamento entre a teoria e a prática, problematizada de forma evidente por Marx na 11ª tese sobre Feuerbach. Não é que devamos jogar no lixo as teorias, e menos ainda a teoria marxista. E nem é o caso de cairmos no extremo do praticismo, dando todo valor à prática. O problema mesmo reside, como diz bem Otaviano Pereira, em que "toda vez que uma teoria tenta estabelecer-se fora do horizonte da prática, ela vira pura abstração".(15) A esse fenômeno demos, no correr do texto, o nome de dogmatização. Segundo quisemos deixar claro, os defensores da democracia, dos direitos humanos, do socialismo etc., facilmente podem estar imersos no sono dogmático. Insistimos, por esse motivo, nesse fenômeno tóxico dos dias de hoje a respeito do qual pouco se tem discutido. Isso é assim por que nos colocaram na cabeça que já nascemos com uma "missão histórica" e tudo o que fizermos está bem feito, mesmo que façamos nada ou que, se o fizermos, a teoria nos salva por antecipação. Esta postura é idealista e nada é mais contraditório para um marxista que andar nas costas de Marx com asas de anjo.

A teoria marxista é um apelo direto à revolução.

Outra questão que mereceria um sério aprofundamento, apesar de ela perpassar todo o texto, é a da modernidade. O núcleo da discussão deveria girar em torno do seguinte: é característico da modernidade a consciência da necessidade da crítica. Sendo assim, evapora-se qualquer tentativa de absoluta ortodoxia, pureza, "consciência feliz", inaceitáveis para a modernidade. A volta às origens, para lá buscar apoio ortodoxo, é antimoderna. Este tipo de volta mostra, de fato, uma consciência dogmatizada, incapaz de superar-se.

O processo revolucionário indica que uma nova sociedade tem início no interior da velha sociedade.

Faz parte do moderno, hoje, rediscutir a revolucionaridade presente na teoria marxista. Que formas toma hoje o processo revolucionário? Como devemos hoje "abolir a propriedade burguesa"? É nesse sentido, e assim o colocamos no presente texto, que uma discussão moderna em torno da revolução precisa analisar com toda a atenção (e tensão) a questão da democracia, e muitas outras que nem sequer abordamos (por exemplo, a liberdade, a violência, a justiça, o "centralismo democrático", as "vanguardas" etc.).

Enfim, nosso texto quer ser uma contribuição para a problematização. É inegável que aprendemos muito mais com aqueles que problematizam as teorias e as práticas do que com aqueles que servilmente as aceitam.



Mulher

Consulta de mulheres debate pobreza no mundo

Tânia Krutzka

Cidade do México (IECLB-FLM-AGEN) - A opressão social e econômica, a dívida externa do Terceiro Mundo, a pobreza, a violência, a militarização e a devastação do meio ambiente. Estes foram os principais pontos em discussão na 4ª Consulta Internacional de Mulheres (CIM), realizada de 29 de agosto a 6 de setembro na Cidade do México, em promoção da Federação Luterana Mundial (FLM).

Participaram da 4ª CIM, desenvolvida no Centro Luterano do México, 83 líderes de Igrejas luteranas de 50 países, das Américas Latina e do Norte, África, Ásia, Europa Ocidental e Oriental. As conclusões da reunião serão apresentadas e discutidas pela 8ª Assembléia Geral da Federação Luterana Mundial, que reunirá cerca de dois mil luteranos de todo o mundo em Curitiba (PR), de 30 de janeiro a 8 de fevereiro de 1990.

Foi a primeira vez, em seus 42 anos de existência, que a FLM reuniu líderes dos principais grupos culturais num país do Terceiro Mundo tão marcado pelos mais profundos contrastes econômicos e que convive corajosamente com o medo das tragédias naturais — ainda são visíveis no centro da capital mexicana os efeitos do terremoto de 1985. As três consultas anteriores realizaram-se na Suécia, em 1969, em Sri Lanka, em 1976, e na Suíça, em 1984. O tema da 4ª CIM, "Abre Teus Olhos", buscou a conscientização das mulheres, através das análises das várias formas de opressão, que limitam o desenvolvimento.

Sob este prisma, as mulheres luteranas examinaram, entre outros itens, a disfunção do sistema econômico mundial e a dívida do Terceiro Mundo, as conseqüências da militarização e do armamentismo e os problemas dos refugiados. "Necessitamos desesperadamente deste processo de conscientização. Enquanto não entendermos totalmente o sistema mundial de opressão, estaremos correndo o perigo de colaborarmos com ele e de não encontrarmos as sementes para a formação de uma nova comunidade humana", assinalou a líder luterana Mussimbi Kanyoro, 35 anos, diretora do Departamento de Mulheres na Igreja e na Sociedade da FLM, que dirigiu os trabalhos da 4ª CIM no México.

Estruturas do poder - A questão da pobreza foi debatida, na 4ª CIM, a partir de exposição de Raquel Rodríguez, representante da Costa Rica. Segundo ela, a situação de pobreza e seus efeitos, como a fome e desnutrição (que hoje atingem 450 milhões de pessoas no mundo), surgem de um sistema econômico-político internacional baseado em desigualdades, onde a cultura ocidental, "patriarcal e branca vem dominando nos últimos 500 anos". Por isso, afirmou, "não devemos nos surpreender que sejam as mulheres negras, indígenas, mulatas e mestiças, ou quem tenha qualquer outra diferença, as vítimas imediatas dessa forma de estruturar a vida baseada na dominação, subordinação e dependência".

Em face desse quadro, Raquel Rodríguez considera um dever das mulheres cristãs buscar soluções para reverter o "sistema injusto, que produz injustiça e morte", e construir outro, baseado no respeito à vida plena, o que em seu entender é possível com "um pouco de ternura e muito de justiça", a partir da atuação feminina nas estruturas de poder.

Desafios dos 90 - Os desafios às mulheres para os anos 90 foram levantados na 4ª CIM pela queniana Mussimbi Kanyoro, diretora da FLM: "Com certeza vamos precisar mudar nossas estratégias. Precisaremos avançar ainda mais no processo de conscientização. Para os anos 90 devemos descobrir novas formas de capacitar as mulheres para que possam enfrentar os novos desafios, entre os quais se encontra a questão do poder e seu paralisante efeito sobre as Igrejas, a sociedade e as famílias."

O tema da 4ª Consulta Internacional de Mulheres, "Abre Teus Olhos", foi apresentado pela teóloga brasileira Wanda Deifelt, para quem todas as mulheres estão "ligadas à luta pela vida".

Militarismo nas Filipinas e África denunciado

Cidade do México (IECLB-FLM-AGEN) - A situação específica das mulheres das Filipinas, da Palestina e da África mereceu atenção especial na 4ª Consulta Internacional de Mulheres.

Filipinas - Um relatório enviado pela Liga Nacional de Mulheres das Filipinas revelou às participantes da consulta que a presidente Corazón Aquino assinou um acordo com o governo dos Estados Unidos, em 1988, concordando com a manutenção das bases militares norte-americanas no país até 1990, em troca de US$ 962 milhões. O relatório afirma ainda que a presença de soldados dos EUA tem provocado o aumento do número de casos de AIDS, da prostituição e de crianças abandonadas, além da ameaça nuclear.

África e Palestina - A diretora do Departamento de Ajuda aos Refugiados de Uganda, Sara Ntiro, disse que os mais de 60 golpes de Estado verificados na África desde 1966 mostram que o militarismo não resolve os problemas políticos, sociais e econômicos do continente.

Já a representante de Jerusalém, que não quis revelar seu nome à imprensa por temer perseguições, mostrou que as mulheres palestinas estão lutando lado a lado com os homens por seus direitos à autodeterminação e estabelecimento de um Estado independente em seu próprio território.

Questões urbanas

Participação popular: PT lança seu projeto

São Paulo (AGEN) - "A Prefeitura no Bairro". Este é o nome do novo programa que está sendo lançado pela prefeita de São Paulo, Luiza Erundina (PT), e sua Secretaria das Administrações Regionais. A idéia é aproximar a administração dos bairros periféricos da cidade.

Para a secretária das Administrações Regionais, Aldaíza Sposatti, o importante é que a população se aproxime dos problemas de seus bairros e desenvolva proposta de melhorias articuladas com a Prefeitura.

Zona Leste - O organismo que será responsável pela execução do projeto é o Núcleo Regional do Planejamento. Através dele, moradores de vários bairros vão ter à sua disposição um corpo técnico de engenheiros, médicos, agentes vistores, especialistas em habitação popular, além de máquinas, equipamentos, caminhões e funcionários operacionais, que devem prestar serviços à população local ouvindo suas reivindicações diretamente.

A prioridade inicial dos trabalhos vai se dar na Zona Leste, que tem a maior população carente da cidade de São Paulo. Além de atender às reivindicações imediatas, a Prefeitura vai realizar a "Operação Cata-Bagulho", para recolher o que já não serve mais aos moradores, e a "Operação Limpeza", arborizando ruas e pintando guias e sarjetas. O projeto "A Prefeitura no Bairro" resgata o debate no interior do PT sobre a participação popular nas decisões de governo.

1 9 8 6

CEDIM

AGEN
Agência Ecumênica de Notícias
Boletim experimental nº 0 Fevereiro de 1986

Redação: Avenida Higienópolis, 983 - CEP 01238 - São Paulo - SP - tef. 011 667273

Sumário

DIREITOS HUMANOS

Centros de Defesa dos Direitos Humanos da Paraíba realizam encontro 1

Jaime Wright e a gênese do 'Brasil Nunca Mais'..... 1

Encontro Nacional dos Direitos Humanos debate sua organização e Constituinte 3

AMÉRICA LATINA

Nicarágua - O preço da agressão 5

Documento do Secretariado Internacional Cristão de Solidariedade com América Latina sobre o terremoto do México 7

Igreja Guatemalteca no Exílio denuncia distribuição de "fuzis espirituais" ... 8

Impossível ocultar o conflito 9

Israel: um sócio confiável 10

Honduras - o preço da presença norte-americana..... 12

IGREJAS

CEBs realizarão 6º Encontro..... 13

Missionário luterano recebe prêmio 14

Jovens estudam livro de Rute..... 15

MOVIMENTOS SOCIAIS

Clamor faz sugestões para Constituinte..... 16

Líder popular acusado por latifundiários..... 17

Constituinte sem povo: nada de novo..... 18

"Salvador é uma grande invasão", diz Antônia, da Federação de Bairros..... 19

CEDIM

Centros de Defesa dos Direitos Humanos da Paraíba realizam encontro

Patos,Pb, (AGEN) -Nos dias 14 e 15 de dezembro de 1985, estiveram reunidos nesta cidade os Centros de Defesa dos Direitos Humanos do Estado da Paraíba. Participaram do encontro representantes de João Pessoa(2), Guarabira(1),Santa Rita(1), Catolé da Rocha(1) e Patos(1). Os principais objetivos discutidos foram: articulação das entidades de defesa dos direitos humanos no estado; preparação do Encontro Nacional realizado em Olinda no mês dejaneiro de 86 e a articulação dos Centros de Direitos Humanos em torno da luta pela terra.

A mobilização e participação dos movimentos populares na elaboração da Constituinte também foram abordadas pelos participantes. De acordo com as conclusões levantadas, "a solução para as 'mazelas' do País não está na Constituição, mas na organização do povo" .

As seguintes sugestões refletem o produto das discussões sobre o assunto: - a Constituição deverá conter disposições acerca da formação de conselhos comunitários municipais, para fiscalizar os trabalhos da Prefeitura evitando que o dinheiro do povo seja jogado fora; - Autonomia para os Municípios desapropriarem as terras urbanas para fins de utilidade pública; - Criação da Justiça Agrária.

Foram discutidos três temas prioritários: trabalho, violência e reforma agrária. As entidades presentes afirmaram que a "intensificação da concentração das terras, a falta de financiamento para os pequenos produtores e o fato dos latifundiários estarem se armando, tem aumentado a violência no campo".

Consideraram também, que "o plano de Reforma Agrária não vai mexer nas estruturas do sistema capitalista e é inferior ao Estatuto da Terra". De acordo com algumas conclusões, "a reforma agrária a ser implantada pode formar uma classe burguesa no meio rural, porque os trabalhadores que receberem terras desapropriadas poderão se transformar em pequenos usineiros ou venderem seus lotes para os profissionais liberais". Denunciaram que a falta de condições de trabalho impede que os pequenos proprietários continuem nas suas terras.

Afirmando que a "grande dependência política do povo" é uma das causas da desunião dos trabalhadores, concluiram que é necessária a "criação de um Código do Trabalho, um fundo para questões trabalhistas, um salário desemprego e uma nova maneira de se calcular o salário mínimo."

Jaime Wright e a gênese do 'Brasil Nunca Mais'

São Paulo (AGEN) - Jaime Wright, 58 anos, é um dos poucos pastores presbiterianos, em todo mundo, que trabalham dentro da Igreja Católica, por nomeação oficial. Ele é colaborador do cardeal - arcebispo de São Paulo, d.Paulo Evaristo Arns, na área de direitos humanos. Como tal, foi um dos coordenadores do Projeto Brasil Nunca Mais - o mais completo documento já publicado no país sobre a questão da tortura.

Em depoimento exclusivo à AGEN, o pastor Wright conta como o dossier, depois transformado em "best seller" de não - ficção, foi elaborado:

"Durante o período da intensa repressão política no país - entre 1968 e 79 - as entidades de direitos humanos, especialmente aquelas ligadas à Arquidiocese de São Paulo, inicia o pastor Wright, preocupavam-se basicamente com os efeitos dessa

repressão. Eram as denúncias de torturas, desaparecimentos, sequestros e até de mortes que se avolumam no período. "Sendo membro do Clamor (Comitê de Defesa dos Direitos Humanos nos Países do Cone Sul) aprendi, juntamente com alguns companheiros, algumas das causas da repressão no Brasil, Uruguai, Chile, Paraguai e Bolívia".

Aproximava-se a abertura política e com o fim da censura, as organizações de direitos humanos concluíram que alguma coisa precisava ser feita para se eliminar as causas da repressão. "Isto porque, eliminando-se as causas, não se têm mais os efeitos da repressão". Numa manhã de agosto daquele ano (1978) quando seguia acompanhado de um amigo para o aeroporto, para receber de volta do exílio o educador Paulo Freire, Jaime Wright teve uma idéia, - "aparentemente maluca para a época"- de copiar os processos que tramitavam na justiça militar. Explica ele: "Sabíamos que, naqueles processos, vários prisioneiros políticos haviam denunciado torturas e mortes durante o período de prisão. E pela primeira vez, é importante assinalar, poderíamos contar com os documentos oficiais".

Wright lembra que em todos os outros períodos anteriores de repressão documentos importantes foram destruídos. No caso da ditadura de Getúlio Vargas, o chefe de polícia Felinto Muller permitiu que um "incêndio", ocorrido no Rio de Janeiro, destruísse toda a documentação, da mesma forma que os documentos testemunhos da escravidão desapareceram por recomendação de Ruy Barbosa.

"Estávamos preocupados em copiar esta documentação antes que alguém resolvesse destruí-la", diz Wright. A idéia ganhou corpo em agosto de 79."Se conseguíssemos uma pequena amostragem dos processos, teríamos um material suficiente", diz ele, ao acrescentar que o projeto foi cercado do maior sigilo, de modo que apenas ele e o cardeal Arns tinham conhecimento do que se tratava. "Conseguimos obter as cópias sem que nenhum acidente nos denunciasse", afirma.

Durante o período de seis anos, a equipe responsável pelo Projeto Brasil Nunca Mais - que chegou a reunir 35 pessoas, inclusive os autores - trabalhou incansavelmente, dedicando-se em regime de "full time". Os técnicos na área de computação (havia dois computadores, que depois tabularam nomes e episódios) até o fim não souberam dos objetivos do trabalho.

Os resultados que começaram a surgir foram melhores do que os esperados. A equipe pretendia recolher uma amostra de 10% dos processos militares, mas conseguiu xerocopiar quase a totalidade dos processos envolvendo presos políticos que passaram pelas auditorias militares. A maior parte de 1 milhão de cópias foi extraída dos arquivos do Superior Tribunal Militar, em Brasília. Quando uma portaria interna passou a vetar a retirada dos processos para fora do ambiente físico do arquivo, diz Wright, a equipe já havia completado seu trabalho.

O material coletado foi transportado então para São Paulo, onde começou a ser examinado por uma equipe de especialistas. De forma quase acidental, a equipe foi duplamente beneficiada: ao lado dos processos militares, descobriu-se que anexados a estes havia publicações referentes a 50 entidades clandestinas. Assim, pôde ser formada a primeira biblioteca da esquerda brasileira durante o período 1964-79. São 1.170 publicações, devidamente ordenadas, que ficarão à disposição de historiadores e pesquisadores em geral.

A equipe trabalhou em quatro lugares diferentes em São Paulo. Toda vez que surgia a suspeição de que alguém de fora poderia ter tomado conhecimento do Projeto BNM, a equipe era transferida para outro local. "Para tanto, bastava um telefo

nema mal explicado", diz Wright. Este não foi o único obstáculo. O pastor conta que reler todo o material foi um trabalho muito difícil, bem como sistematizá-lo. "Para recolher, por exemplo, os nomes dos torturadores, não bastava simplesmente ler todos os processos." Neste caso, uma pessoa ficou encarregada de verificar todos os processos e transcrever num formulário já preparado para a equipe, todos os trechos que continham denúncias de torturas. Tal tarefa consumiu 2.700 páginas...

O pastor Wright frisa a importância dessa tarefa. Confrontado com o julgamento, o torturado cria coragem e denuncia os torturadores, cônscio de que está sujeito a todo tipo de represálias. Esta circunstância particular, segundo ele, confere uma total credibilidade ao depoimento. O projeto "A", ou seja, a pesquisa inicial que deu origem ao livro - um resumo das revelações coletadas - enumera os nomes de 444 torturadores. Essa lista negra, contudo, deve ser pelo menos três vezes maior, porque os nomes limitam-se aos históricos dos processos.

Tudo foi feito para que o livro pudesse chegar ao público sem problemas de confisco. Assim, omitiu-se a lista de torturadores - para evitar que um processo judicial o retirasse das livrarias - e à editora (Vozes) foi recomendado que não fizesse qualquer tipo de propaganda. A imprensa, ao descobrí-lo - segundo Wright a revista Veja foi a primeira a fazer uma reportagem sobre "Brasil Nunca Mais" - passou a dedicar grandes espaços e a comentá-lo.

O livro chegou em silêncio ("quase clandestinamente") às livrarias, a 15 de março de 1985. 15 dias depois já liderava a lista das obras de não-ficção mais vendidas no País. Mas, conforme lembra Wright, trata-se de apenas uma amostra das 6.945 páginas de pesquisa. "O quadro dos torturadores, por exemplo, é um entre 111", diz ele. Mais de 40 mil pessoas que, direta ou indiretamente, participaram do processo de repressão no país foram listadas, em ordem alfabética (carcereiros, policiais do setor de capturas, juízes, escrivães etc). Outras 7 mil, segundo calcula, foram julgadas. Muitas, como a deputada Beth Mendes (PMDB-SP) foram levadas ao cárcere, torturadas, mas foram soltas e jamais julgadas.

O projeto Brasil Nunca Mais, que se transformou na maior documentação sobre torturas jamais obtida no país, foi enviado a várias capitais européias e aos Estados Unidos. Wright conta que vários pesquisadores já enviaram cartas solicitando que esse valioso arquivo seja aberto para que possam estudá-lo. Os pedidos serão examinados caso a caso.

Encontro Nacional dos Direitos Humanos debate sua organização e Constituinte

Olinda - (PE) - (AGEN - - Com a participação de 182 delegados, representando 97 centros, comissões e outros organismos de direitos humanos, além de 67 convidados, realizou-se em Olinda, Pernambuco, de 22 a 26 de janeiro passado, o 4º Encontro Nacional do Movimento de Direitos Humanos, uma articulação não governamental iniciada em 1982, em Petrópolis, RJ, por iniciativa de um grupo de entidades ligadas às Igrejas Cristãs, com apoio do teólogo franciscano Leonardo Boff e de leigos. O encontro deste ano esteve centralizado na organização do movimento e na discussão dos direitos humanos na nova Constituição brasileira, a ser redigida a partir de 1987. Com exceção do estado de Rondônia - muito distante do local do encontro - todos os demais estados estiveram representados nos debates.

Do primeiro encontro, há quatro anos, participaram 35 entidades. Diante do crescimento da articulação, os responsáveis pelo movimento sentiram a necessidade de promover uma melhor organização do trabalho, reforçando os regionais - Norte 1 e 2, Nordeste, Leste 1 e 2, Sul 1 e 2 e Centro-Oeste - e discutindo o estabelecimento de uma comissão nacional, eleita diretamente em Olinda, com mandato de dois anos, com sede inicial em Goiânia, Goiás, onde será também realizado o próximo encontro, em 1988. A nível inter-regional, está programado um encontro para 1987, em Minas Gerais. Outra importante decisão organizativa foi a de criar secretarias de apoio à comissão nacional, entre as quais uma de assuntos jurídicos e outra administrativa.

D.Hélder

Na abertura do encontro, dia 22 de janeiro, o antigo arcebispo de Olinda e Recife, d. Hélder Câmara, afirmou que "se torna cada vez mais urgente que haja pessoas firmemente decididas a levar à prática os direitos humanos, em todos os níveis, proclamando que todos os homens têm direito à vida, à liberdade e à segurança profissional." Denunciou, nesse contexto, as campanhas oriundas do Primeiro Mundo para reduzir, custe o que custar, a natalidade na América Latina, Ásia e África". Referindo-se à Constituinte no Brasil, defendeu "uma palavra clara, na nova Constituição, sobre as obrigações sociais ligadas ao direito de propriedade". Por último, afirmou que, se não houver Reforma Agrária agora no Brasil, "estará sendo perdida a última oportunidade para que o problema da terra seja resolvido pacificamente no país" e que "o governo não tem o direito de abusar da paciência do povo".

Princípios

Outra decisão importante do encontro foi a aprovação da 'Carta de Princípios do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos', afirmando que "a caminhada pelos direitos humanos é a própria luta do nosso povo oprimido, através de um processo histórico que se inicia durante a colonização e que continua hoje, na busca de uma sociedade justa, livre, igualitária, culturalmente diferenciada e sem classes" e enfatizando que "os direitos humanos são, fundamentalmente, os direitos das maiorias exploradas e das minorias espoliadas, cultural, social e economicamente, a partir da visão mesma destas categorias".

A partir desta definição, o Movimento fixou os seguintes objetivos, como questões de princípios: "1. Estimular a organização do povo, para que se conscientize da sua situação de opressão, descubra formas para conquistar e fazer valer seus direitos e para se defender das violências e arbitrariedades, promovendo, em todos os níveis, uma educação social e política para os direitos humanos" de modo que este esforço possibilite que "o hbmem torne-se, cada vez mais, sujeito da transformação das atuais estruturas; 2. Lutar, com firmeza, para garantir a plena vigência dos direitos humanos, em qualquer circunstância, defendendo a punição dos responsáveis pelas violações desses direitos e a justa reparação para as vítimas; 3. Incentivar e garantir a autonomia dos movimentos populares, ultrapassando os interesses institucionais, partidários e religiosos, considerando a pluralidade de opinião e reafirmando a opção fundamental, que é compromisso com os oprimidos; 4. Ter claro o seu papel, suas limitações e potencialidades, sua identidade, repudiando qualquer forma de instrumentalização e se caracterizando como uma entidade não governamental; 5. Combater todas as formas de discriminação por confissão religiosa, diversidade étnico-cultural, opinião política, sexo, cor, idade, defi-

ciência física e/ou mental, condição econômica e ideologia."

Constituinte

Os participantes do encontro decidiram, por outra parte, fazer todos os esforços para que as reivindicações dos movimentos populares sejam consideradas na nova Constituição. Para isto, intensificarão os debates sobre o caráter, alcances e limitações do Congresso Constituinte, apoiarão o Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte e apoiarão candidatos, dos vários partidos,com propostas mais abertas para o povo, que se disponham a uma atuação popular em Brasília. Foram apresentadas, nos debates, as mais diversas e criativas experiências em torno da Constituinte, em todas as regiões brasileiras.

Quanto à questão da terra, na nova Carta, os militantes de direitos humanos propõem que sejam considerados temas como a função social da propriedade, a limitação do acesso à terra, no Brasil, para estrangeiros e transnacionais, a definição do módulos máximos para a posse da terra rural e urbana, confisco de áreas, estatização dos cartórios, criação da Justiça Agrária, ampliação do instrumento jurídico do usucapião, tributação progressiva sobre áreas urbanas vazias, e, em síntese, a recuperação do sentido pleno da função social da propriedade, dentro de um processo de Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores.

Bastidores

Um balanço crítico do 4º Encontro indica uma série de elementos motivadores de reflexão, acompanhando seja o avanço dessa articulação nacional, seja as mudanças conjunturais. O Movimento cresceu e continua crescendo. Com isto, vai lentamente saindo do guarda-chuva da Igreja Católica, onde nasceu e se transfere para o universo, mais leigo e menos conotado com as instituições eclesiásticas, da sociedade civil brasileira como um todo. Cresce, também, consequentemente, a luta pela hegemonia, somando-se interesses partidários, grupais e até mesmo etnocêntricos.Aparentemente, a liderança do Movimento ainda não discutiu (inclusive porque não houve, por enquanto, iniciativas que provoquem a discussão) como será absorvida, nessa articulação, a demanda de filiação de entidades defensoras dos direitos humanos, por exemplo, dos homossexuais ou de outras minorias oprimidas na sociedade e contempladas na Carta de Princípios, item 5.

Por outra parte, ao contrário do encontro anterior, neste não houve a presença de nenhum bispo católico titular. Nem mesmo o novo arcebispo de Olinda e Recife, d. José Cardoso Sobrinho, compareceu para dar boas vindas aos militantes.

Nascido de baixo para cima, o Movimento é uma realidade em constante crescimento e mudança, representando um espaço fundamental para a troca de experiência das pessoas, grupos e entidades que lutam pelos direitos humanos no Brasil. E este encontro foi encerrado com vários apelos à unidade para facilitar o processo de transição interna e o enfrentamento dos problemas cada vez mais graves em todo os setores ligados aos direitos fundamentais dos empobrecidos no Brasil.

AMÉRICA LATINA

Nicarágua - O preço da agressão

Manágua (Agen/ANN) - A agressão militar dos Estados Unidos contra a Nicará-

gua começou em 1980, um ano depois do triunfo da Revolução Popular Sandinista, com o recrutamento de ex-soldados somozistas. Mas foi somente em 1983 que Washington compreendeu que não seria possível uma vitória da contra-revolução a curto prazo. O seu principal objetivo, então, passou a ser a destruição econômica com a intenção de minar as bases sociais da revolução.

Um dos setores mais atingidos foi o da produção primária. A guerra provocou, praticamente, o colapso da extração de minérios, pesca e produção madereira, que se encontravam nas zonas conflitivas. As perdas da produção de café e de grãos básicos, além da destruição de instalações produtivas foram muito sérias. O cálculo de tudo o que se deixou de exportar somado ao que foi importado para compensar os déficits produtivos para o consumo nacional, ultrapassou os 221 milhões de dólares entre 1980 e 1984. Se forem acrescentados os custos dos bens de capital destruídos, o total direto das perdas será de 321 milhões de dólares.

Paralelamente à agressão militar, o governo dos Estados Unidos bloqueou um programa bilateral de ajuda de 36 milhões de dólares e sabotou projetos de créditos de 145 e 19 milhões de dólares que já contavam com a aprovação técnica do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e do Banco Mundial, respectivamente.

A diminuição dos recursos externos produzida pelas ações militares e pelo boicote financeiro totalizaram de 1980 a 1984, 521 milhões de dólares.

Impacto indireto

Numa economia tão aberta como a nicaraguense, a soma das importações e exportações equivale a 40% do Produto Interno Bruto - PIB - e com uma brecha externa deficitária da ordem de 500 milhões de dólares anuais, o efeito direto da agressão sobre a disponibilidade de divisas, teve uma repercussão imediata na produção interna.

Dessa maneira, a escassez de agro-químicos, meios de transportes matérias primas e peças de reposição para a indústria e construção, teve uma incidência negativa nessas atividades.

Enfrentar a agressão exigiu o aumento considerável dos gastos com a defesa, o que em 1985 equivaleu à metade do orçamento nacional. Isto implicou na redução das verbas destinadas aos serviços sociais e novos impostos apesar de que o aumento do déficit fiscal foi inevitável.

A expansão da demanda monetária, num marco de oferta restringida, provocou um efeito inflacionário que se converteu num "imposto de guerra" contra a população. Alguns cálculos preliminares indicam que o aumento dos preços em 1985 atingiu 400%.

Condições de Vida - As ações contra-revolucionárias são dirigidas especialmente para destruir os novos serviços sociais que a Revolução introduziu nas comunidades rurais. O corte na verba nacional prejudicou a quantidade e a qualidade desses serviços. As camadas mais humildes da população que carecem de outras alternativas, dado o seu pobre poder aquisitivo, foram as mais afetadas. Contudo, os trabalhadores foram os que mais resistiram à quebra que a inflação produziu nas suas receitas reais.

O impacto da agressão foi mais sério e direto nas regiões montanhosas e selváticas do norte, sul e oeste. Aproximadamente, um milhão de pessoas, um terço da população nacional, vive nestas regiões. Desse total, 250 mil foram transferidas e obrigadas a se refugiarem nos povoados ou acampamentos por causa da guerra.

Nestas zonas, entre 1980 e 1984, foram destruídas oito escolas e assassina-

dos 149 professores. 231 escolas foram abandonadas por causa das ações terroristas, ficando desatendidos 25.700 alunos do curso primário e 10.100 do programa de educação de adultos. 89 postos de saúde foram destruídos ou abandonados e 28 trabalhadores da área médica foram mortos, incluindo dois médicos europeus, e 42 sequestrados.

Houve um freio no controle epidemiológico alcançado nos primeiros anos da Revolução, sobretudo no que se refere à malária e poliomilite. Cerca de 225 mil pessoas ficaram sem atendimento médico.

A destruição atingiu, também, os complexos habitacionais, sistema de luz elétrica, comunicações e transporte coletivo. A falta de mão-de-obra causada pelo êxodo camponês e pela incorporação masculina nas frentes de guerra e a desarticulação do intercâmbio comercial, dificultada pela impossibilidade de penetração na área, provocaram o desmoronamento da economia camponesa.

Enfrentando o perigo permanente de um ataque contra-revolucionário, a população ficou sujeita à uma produção de subsistência ou à emigração para as principais cidades do país. Manágua, capital da Nicarágua, passou de 600 mil habitantes em 1979 para um milhão na atualidade.

Na região do Pacífico, os efeitos da guerra foram indiretos. A escassez de divisas provocou o estancamento da produção industrial por falta de insumos importados e dificultou a importação de alimentos que a agricultura não pode prover. O consumo per cápita médio - alimentos, vestuário, etc. - foi em,1984,20% menor do que em 1982.

Essas restrições afetaram o setor da saúde e o transporte coletivo urbano.Em 1984, houve momentos em que metade das ambulâncias e dos ônibus estavam fora de serviço por falta de peças de reposição. O aumento do orçamento militar em detrimento do civil também incidiu negativamente sobre os serviços públicos e a atenção sanitária e educativa. Além disso, repercutiu no abastecimento das cidades já que diante do problema da escassez se priorizou o setor rural.

A defesa requer aproximadamente, 10% do consumo nacional dos artigos de primeira necessidade; - açúcar, milho, feijão, arroz, sabão, sal e óleo - 24% da capacidade produtiva de vestuário e 45% dos calçados.

A política de dar prioridade ao campo significa que não serão construídas novas escolas, hospitais, casas ou instalações de água e luz nas cidades. A queda do salário real, calculada em 50% entre 1982 e 1984, deve-se somar à deterioração do salário social.

Todas essas cifras e cálculos, apesar de demonstrarem claramente os danos impostos pelo governo norte-americano, deixam de lado o aspecto humano. O trauma psico-social que o conflito deixa no indivíduo, na família e na comunidade, é o prejuízo mais grave e doloroso que a nação deve suportar. Isto se prolongará por muitos anos, mesmo depois que seja alcançada a paz. Para isso não existe nenhuma indenização.

Documento do Secretariado Internacional Cristão de Solidariedade com América Latina sobre o terremoto do México

México, D.F.(AGEN) - O Secretariado Internacional Cristão de Solidariedade

com a América Latina, Oscar A. Romero, analisa, em documento divulgado pelo Centro Regional de Informações Ecumênicas, as consequências e desafios advindos das catástrofes sísmicas ocorridas na cidade do México nos dias 19 e 20 do mês de setembro de setembro de 1985.

Diante da perda de milhares de vidas humanas, da destruição da infra-estrutura básica dos setores da habitação, comércio, produção, serviços e comunicações, surge "a possibilidade de desenvolver e fortalecer um setor social, não estatal, da economia e da propriedade". Propõe que se favoreçam "formas autogestivas e cooperativas", que superem a ótica assistencialista e permitam a reativação do trabalho e da construção de casas populares.

Analisando detalhadamente a situação atual, o Secretariado Internacional apresenta algumas estratégias globais para a reconstrução, salientando a necessidade de se propiciar "a continuidade da participação popular" no processo de reconstrução.

Sugere a suspensão pelo prazo de um ano, do pagamento da dívida externa; incentivo (controlado) às inversões privadas; adoção de uma política econômica que garanta o salário, o emprego e os direitos econômicos e sociais das classes populares.

Ressaltando a importância da participação direta da população, é incentivada a criação de "uma sólida unidade nacional para a reconstrução". Contudo, alerta que nessa unidade nacional, deve-se incluir "as classes populares, a iniciativa privada, o Estado e toda a sociedade civil".

Agradecendo a solidariedade internacional, o documento reafirma que é imprescindível manter a soberania popular e nacional para que a "reconstrução seja transformadora, participativa e permita que os pobres sejam protagonistas desta nova e dolorosa fase histórica".

O texto sublinha, na reflexão evangélica os acontecimentos, que a situação é difícil não somente por causa da falta de domínio do homem sobre a natureza, mas também é motivada pela permanência constante do "pecado que causa uma situação de morte lenta entre os indígenas, camponeses, trabalhadores, crianças e velhos".

Esse pecado é resultado da concentração do poder, da propriedade da terra e da falta de sensibilidade e vinculação com o povo por parte das autoridades, acrescenta.

Lembrando um Deus Pai que afirma a vida e se compromete com o homem nas situações difíceis e de morte, o Secretariado Internacional Cristão de Solidariedade com a América Latina conclama a todos os cristãos ou não a incentivarem a "solidariedade espontânea que surge entre os pobres, assumindo a sua causa, numa comunidade realmente evangélica, generosa e co-responsável, que seja luz e fermento na sociedade".

Igreja Guatemalteca no Exílio denuncia distribuição de "fuzis espirituais"

Guatemala (AGEN) - A Igreja Guatemalteca no Exílio denuncia a existência de um plano nacional de evangelização massiva de camponeses. Com esta intenção chegariam na Guatemala até o final do ano passado, cerca de 8.000 missionários fundamen

talistas norte-americanos.

De acordo com a denúncia, esse plano vai ao encontro dos interesses do governo guatemalteco que pretende "intensificar o controle e a vigilância nas aldeias modelo e nos polos de desenvolvimento", através da distribuição de um milhão de Novos Testamentos entre as forças de segurança governamentais. Os grupos fundamentalistas como "A Igreja do Verbo", "Cristão Renascidos", e "expansão do Evangelho" propagaram a nível nacional, a distribuição dos "fuzis espirituais", forma usada por eles para denominar os Novos Testamentos.

A Igreja Guatemalteca no Exílio alerta que "a religião está sendo utilizada com objetivos políticos por grupos neo-conservadores ligados ao governo de Reagan que pretendem desvirtuar os movimentos populares na América Central, atacar a Teologia da Libertação e preparar as pessoas psicologicamente para uma possível invasão estadunidense." A pregação de uma doutrina espiritual e apocalíptica confunde a população e assegura a penetração ideológica do "American Way of life".

Nesse sentido, continua a denúncia, "o que Reagan não pode fazer abertamente contra a posição da Igreja progressista e dos grupos de defesa dos Direitos Humanos, o faz através das atividades dos fundamentalistas, direitistas e pseudo-cristãos que sustentam a política de intervenção na América Central. Enquanto a origem o propósito desses grupos é obscura, nos Estados Unidos eles contam com recursos financeiros ilimitados, assim com o apoio do governo para realizarem atividades missionárias no exterior".

Impossível ocultar o conflito

Nicarágua,(AGEN) - A Vice-ministro das Relações Exteriores da Nicarágua, Nora Astorga presidiu a delegação nicaraguense que participou recentemente do debate sobre a América Central na Organização das Nações Unidas -ONU.

Em seu discurso, a vice-ministro afirmou que as possibilidades de que exista um consenso sobre uma solução para o conflito da América Central, "são poucas e praticamente inexistentes, se o Grupo de Contadora (México, Venezuela, Panamá e Colombia) não considerar que o problema central da região é a agressão dos Estados Unidos".

A aprovação pelo Congresso dos 27 milhões de dólares, o envio de aviões, lanchas e mísseis terra-ar para a contra-revolução instalada nos territórios de Honduras e Costa Rica significam, segundo a representante do governo nicaraguense, "um perigo não somente para Nicarágua mas também para os demais países da região".

Mencionando a atuação negativa dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas em relação ao seu país, Nora Astorga expressou a necessidade de que Contadora e os países da região entendam "o perigo do aumento da agressão desenvolvida pela administração Reagan contra a Nicarágua, para que se possa tratar seriamente de resolver a crise". Os fatos ocorreram rapidamente; a política dos Estados Unidos visa provocar um enfrentamento entre a Nicarágua e os países vizinhos, bases da contra-revolução, o que serviria de motivo para que a administração norte-americana lançasse uma intervenção militar direta, em curto prazo, acrescentou.

A vice-ministro nicaraguense declarou que o seu país "seguirá participando nas

negociações apoiadas pelo Grupo de Contadora, com uma atitude flexível e construtiva, mas não poderá evitar que se toque no ponto central do problema". De acordo com as cifras apresentadas no seu discurso, essa "guerra ilegal e imoral" já causou 3.652 mortes, 4.043 feridos, 7.582 órfãos, a destruição de casas de 240 mil pessoas e aproximadamente 1.300 milhões de dólares de danos e perdas econômicas.

Nora Astorga finalizou dizendo: "a Nicarágua continua disposta a explorar e encontrar novas fórmulas e mecanismos bilaterais de acordo com as gestões do Grupo de Contadora, para alcançar a paz, máxima aspiração dos nossos povos centro-americanos".

Israel: um sócio confiável

Washington , (AGEN) - A partir da década de 60, Israel começou a ter um papel importante no desenvolvimento e treinamento das forças armadas centro-americanas, sendo superado somente pelos Estados Unidos. No final de 10 anos, Israel converteu-se num dos principais provedores de armas para El Salvador, Guatemala e a Nicarágua somozista.

Os primeiros assessores que chegaram a Honduras em 1981 para treinar os grupos de ex-soldados somozistas dispersados depois da queda do ditador Somoza, foram israelitas. Em 1978, quando a administração Carter cortou a ajuda a Anastácio Somoza, Israel se apressou em proporcionar armas e equipamentos. O mesmo aconteceu com a Guatemala em 1977 e com El Salvador.

Ainda que a participação israelita na América Central seja ocultada, Tel Aviv sempre está disposto a se envolver na região quando os Estados Unidos têm restrições internas ou a oposição do Congresso para por em prática a sua política. No ano passado, as vendas de armas de Israel para os governos centro-americanos se elevaram a 22 milhões de dólares. Esta cifra não inclui os gastos com treinamento militar e assessores, que têm um papel importante na preparação das forças de segurança mais repressivas do istmo: o serviço de inteligência da Guatemala.

Tecnologia - No início dos anos 70, Israel tornou-se o maior vendedor de armas para a Guatemala, além de treinar e enviar tecnologia em computação para o exército. Com a suspensão da ajuda militar da administração de Jimmy Carter, os fuzis norte-americanos Garand e M-1 foram substituídos, rapidamente, pelo Galil israelita. Passados três anos, os militares guatemaltecos possuíam 15 mil fuzis Galil, 11 aviões Arava, 10 veículos blindados RBY-MKI; lançadores de granadas e três lanchas patrulheiras Dabuer. A primeira fábrica de munições da América Central foi construída na região de Cobán com a ajuda de Israel.

Os assessores treinam a polícia em técnicas de interrogatório, através de um sistema computadorizado operado e mantido pelos israelitas. Dessa maneira, os policiais têm um acesso rápido as informações sobre a população civil. Existem indícios de que 80% da população possa ser registrada com esse sistema. Além disso, instalaram um sistema de computação capaz de detectar "atividades suspeitas" mediante a avaliação do consumo de eletricidade de um determinado edifício. Israel também proporcionou radares e técnicos em contra-insurgência.

O chefe do exército guatemalteco assegurou, em 1981, que "o soldado israeli-

ta era um modelo para os (nossos) soldados".

Um ano antes da queda do ditador Anastácio Somoza, Tel Aviv provia armas armas importantes para a Nicarágua. Chegavam vários equipamentos como 500 sub-metralhadoras Uzi, morteiros, munições e barcos patrulha. Segundo informações dos jornais israelenses, aviões Arava eram usados para bombardear os bairros pobres de Manágua. Depois do triunfo da revolução popular sandinista, a ajuda Israelita continuou..., mas desta vez, dirigida aos "contras" organizados pela Agência Central de Inteligência - CIA.

Em 1984, com a proibição do Congresso a ajuda norte-americana aos contra-revolucionários, Israel lhes enviou lança-granadas RPG-7 e fuzis AK-47 de origem soviética,que foram capturados das forças da Organização para a Libertação da Palestina - OLP, no Líbano. Washington pressionou Tel Aviv, Taiwan, Guatemala e El Salvador para que continuassem ajudando os rebeldes.

Outros Beneficiários - Há nove anos, Israel vendeu aviões franceses Super Mystère B-2 Marcel para assalto, três aviões de transporte Arava e um jato de transporte Westwind e equipamento militar norte-americano para Honduras. Atualmente, esse país tem a força aérea mais desenvolvida da região centro-americana.

Por outro lado, o primeiro acordo importante sobre armas feito com El Salvador, data de 1973, quando foram vendidos a esse país 49 aviões. Entre eles estavam 18 jatos Ouragan franceses de 1950, seis jatos de treinamento Fouga Magisters e 25 Arava de transporte.

Durante essa década, 80% das importações salvadorenhas de armas provinham de Israel. No ano passado quando se denunciou que as forças armadas salvadorenhas estavam usando napalm, o chefe da força aérea, coronel Rafael Bustillo, admitiu que a instituição o havia adquirido no final de 1970 de Israel.

As relações diplomáticas com a Costa Rica se estabeleceram há muitos anos, mas foi com o presidente Luís Alberto Monge em 1982 (social-democrata), que a embaixada situada em Tel Aviv foi transferida para Jerusalem. A Costa Rica foi o primeiro país a desafiar uma resolução da Organização das Nações Unidas - ONU, que desconhece a Cidade Santa como capital israelita porque esta metrópole é considerada patrimônio mundial. Dois anos depois, em 1984, El Salvador tomou a mesma iniciativa transferindo a sede da sua representação diplomática. Com a transferência da embaixada costarriquenha foram anunciados os planos de melhoramento da guarda civil deste país, contando então, com o envio de armas e assessores israelitas.

Desde a formação do Estado de Israel em 1948, esse país tem sido um aliado estratégico dos Estados Unidos no Oriente Médio. O secretário assistente para assuntos do Oriente Médio e da Ásia Sul, Richard Murphy, afirmou diante do Comitê de Relacões Exteriores do Senado norte-americano que "os Estados Unidos têm um compromisso histórico com a segurança e viabilidade de Israel, que se estendeu nos últimos trinta anos".

Desta forma, Israel é um dos países que encabeçam a lista para o recebimento de assessoria militar dos Estados Unidos. Para o ano fiscal de 1986, foram solicitados 1.000 bilhão de dólares em vendas de armamentos; isto equivale a 400 milhões a mais do que foi pedido no período anterior. Também foi pedido 1.000 bilhãd de dólares em fundos de apoio econômico.

Enquanto o orçamento de Israel continuar crescendo, este país continuará um amigo leal dos Estados Unidos, sempre disposto a colaborar em qualqoer coisa, não importando o que seja, na região Centro-americana.

Honduras - O preço da presença norte-americana

Honduras,(AGEN) - O avanço da luta popular na América Central, especialmente o triunfo da revolução sandinista na Nicarágua e fatores de caráter interno determinaram que a partir de 1979, Honduras se envolvesse nos planos contra- insurgentes norte-americanos para a região, segundo avaliação do COFADEH - Comitê de Famílias de Desaparecidos e Presos de Honduras.

Como resultado desse envolvimento, Honduras é, atualmente, um país ocupado pelas tropas estado-unidenses. Nos últimos três anos, o seu território se transformou num campo de treinamento para mais de 20 mil soldados. Estão funcionando dois poderosos radares, sete bases militares, armadilhas anti-tanque e foram construídas estradas de comunicação para vários pontos próximos à fronteira com a Nicarágua.

Entretanto, a ocupação militar não significou nenhuma vantagem econômica e social para o país. Os gastos com a aquisição de combustível para o desenvolvimento das manobras militares, a compra de novos aviões de combate e de transporte de tropa, de tanques e canhões e o melhoramento de várias instalações do exército, causaram um aumento da dívida externa e das obrigações fiscais. A administração Reagan negou às autoridades hondurenhas um pedido de ajuda de 1 bilhão e 400 mil dólares para os próximos quatro anos. A assitência prioritária foi destinada a El Salvador.

Num país cuja atividade econômica depende principalmente da agricultura e da exploração florestal, a ocupação militar também significa a destruição de importantantes recursos naturais que dão lugar à construção de instalações e estradas.

Somam-se às alarmantes condições de miséria, insalubridade, analfabetismo e desemprego, das quais o povo hondurenho tem sido vítima há séculos, o aumento da prostituição, a presença de novas doenças venéreas como "a flor de Viet-Nam" e AIDS, o crescimento do tráfico de drogas e além disso, a população é vítima da prepotência do militar norte-americano. Denúncias recentes demonstram vários exemplos de vexames vividos pelos hondurenhos, entre eles o atropelamento de um estudante universitário, em 1984, a violação de um menor de idade em Camayagua, local onde está instalado o quartel geral das tropas; espancamento de outro menor na região ocidente do país, próximo à base de Cocuyagua e as investigações e prisões dos habitantes das comunidades de Yoro, onde se desenvolveu, em abril, a manobra conjunta "Chicatic".Vários oficiais norte-americanos estão envolvidos nos interrogatórios de camponeses e dirigentes populares sequestrados. O caso mais recente é o de Porfírio de Jesus Martinez, presidente da Cooperativa "Los Angeles", em Pavón, Estado de Yoro, que foi acusado de "subversivo" e torturado no quartel geral do exército.

Além das consequências do aumento das doenças venéreas, prostituição e drogas, o alinhamento hondurenho com os Estados Unidos, leva a população a enfrentar os efeitos de uma guerra preventiva, que tenta sufocar qualquer mobilização de protesto popular, evitando o desenvolvimento de uma luta social nas proporções das de El Salvador e Guatemala. Como resultado dessa guerra preventiva contra-insurgente, mais de 147 pessoas, incluindo centro-americanos e estrangeiros de outras nacionalidades,desapareceram nos últimos quatro anos; mais de 200 foram assassinados por motivos políticos e mais de 25 permanecem presos nas cadeias do país.

Somou-se à ação dos grupos de segurança, a emissão de uma lei anti-terrorista (Decreto nº 33 de 1982), que proíbe a realização de greves, ocupação de terras, edifícios e centros de trabalho. Isto ilegalizou as principais formas de luta do movimento popular hondurenho.

O alto comando militar continuou implementando os planos contra-insurgentes contra a população, introduzindo algumas variantes ao estilo do General Gustavo Alvarez Martínez. Os sequestros continuaram, mas agora, os cidadãos que resistem às selvagens torturas permanecem durante alguns dias em prisões clandestinas sendo, posteriormente, enviados para os Tribunais de Justiça sob acusação de atentarem contra a segurança do estado. Este foi o procedimento utilizado para capturar mais de 25 presos políticos que estão aguardando sua sentença na Penitenciária Central de Tegucigalpa e San Pedro Sula.

Os presos, na maioria camponeses, celebradores da palavra e sindicalistas, denunciaram, depois de uma greve de fome iniciada em protesto aos maus tratos sofridos na prisão, que permaneceram sequestrados em prisões clandestinas, e foram ameaçados por terem feito o protesto.

No mês de dezembro passado, diante das pressões populares, uma comissão oficial formada pelos altos chefes militares, apresentou um informe sobre a situação dos desaparecidos. O relatório isentou o exército de qualquer responsabilidade sobre o desaparecimento de pessoas, atribuindo essas ações a grupos armados de procedência estrangeira (contra-revolucionários nicaraguenses), que atuam no país. Um informe que deveria ser apresentado em março passado, foi adiado indefinidamente pelas autoridades militares que aproveitaram a crise vivida pelo país naquele momento. Várias reclamações posteriores, inclusive provindas de alguns chefes do exército, foram ouvidas pelo regime e pela alta cúpula militar.

Nesse contexto, apesar de que as negociações sobre o tratado de 1954 não trouxeram os resultados esperados, a posição dos militares hondurenhos continua firme no que diz respeito à implementação no interior do país, da política insurgente. Essa conduta tenta sufocar o descontentamento crescente da população causado pela presença norte-americana no país. Pois, ainda que o governo e o exército tenham se envolvido no conflito regional, amplos setores da sociedade hondurenha não concordam com a intervenção do país numa guerra com a Nicarágua, com a expulsão dos refugiados salvadorenhos e com o apoio dado aos contra-revolucionários. Além disso, exigem esclarecimentos sobre a situação dos desaparecidos, o julgamento e a pena para os culpados e a desarticulação dos grupos paramilitares que operam livremente.

IGREJAS:

CEBs - Realização 6º Encontro

Goiânia,(AGEN) - O 6º Encontro Intereclesial das Comunidades de Base se realizará na cidade de Trindade, em Goiás, de 21 a 25 de julho. O tema escolhido para este ano é "O Povo de Deus em busca da Terra Prometida".

A responsável pela preparação do encontro, Marlene de Castro Ossami, informou que será distribuída uma cartilha básica com as propostas para aprofundamento e reflexão nas comunidades. Segundo ela, este material "é indispensável para as pessoas que vão para Trindade".

O tema proposto será estudado a partir de três dimensões distintas: política (Nova sociedade, Nova terra), social (Terra para morar e trabalhar) e religiosa-es

catológica(Terra Prometida).Aproximadamente 1.500 pessoas participarão do 6º Encontro, que, para Marlene Castro, terá um caráter diferente porque a proposta deverá ser "partilhada e celebrada".

Visando o bom andamento das atividades preparatórias, será realizado o Encontro da Coordenação Ampliada Nacional, na cidade de Trindade, de 24 a 27 de abril, com a participação de três representantes (2 da base e 1 agente de pastoral)de cada regional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. Os objetivos são: fazer uma síntese da caminhada nacional, preparar a pauta e eleger uma coordenação para o Encontro Inter-eclesial.

Marlene Castro ressalta que este ano haverá, pela primeira vez, uma participação oficial das Igrejas Evangélicas. Estarão representadas as 7 igrejas membros do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs-CONIC -(Metodista, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Episcopal, Presbiteriana Unida, Cristã Reformada (húngara), Evangélica Reformada (holandesa), Católica Apostólica Romana e Presbiteriana Unida .

Missionário luterano recebe prêmio

São Leopoldo,RS.(AGEN) - O pastor Ricardo Wangen, missionário da American Lutheran Church (ALC) e em serviços pastorais na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), foi agraciado com o prêmio "Dr. Paul A. Boe para serviço Cristão Humanitário" de 1986. A distinção, criada em 1982 pelo Departamento de Serviço e Missão da ALC, é concedida a pessoas cuja vida e trabalho exemplificam um esforço de unir palavra e ação em âmbitos significativos da atividade cristã.

"A gente fica estimulada, é verdade, mas não gostaria que isso fosse badalado, porque os pobres que lutam são os verdadeiros premiados", reagiu Wangen, que foi escolhido entre 48 candidatos. O prêmio, de 500 dólares, será entregue no dia 25 de julho no Caroll College, Waukeska, Wisconsin, durante o seminário anual da Associação Luterana de Relações Humanas da América. Wangen é professor da Escola Superior de Teologia, da IECLB, e está a serviço no Brasil desde 1956.

O pastor luterano é um dos líderes criadores do movimento de Justiça e Não-Violência, núcleo Sul, integrado ao Serviço de Paz e Justiça (SERPAJ). Este grupo fundou, em Alvorada, o primeiro abrigo para mulheres maltratadas na área da Grande Porto Alegre. O Centro de Valorização da Mulher, com apoio das mulheres da comunidade, ampara maltratadas, oferecendo abrigo, também para os filhos, por 48 horas.

Além do Justiça e Não-Violência, Wangen está engajado nas pastorais com prostitutas e com deficientes, esta através da Fraternidade dos Doentes, uma "comunidade de cadeira de rodas e muletas", como define o pastor. Neste trabalho, Wangen procura enfatizar a dignidade do doente, através de textos bíblicos, e fazer com que eles se apoiem mutuamente. O grupo da Fraternidade de Alvorada, cidade próxima a Porto Alegre, integra pentecostais, umbandistas, católicos e luteranos.

Paulo Boe, nome da distinção, é pastor aposentado da ALC e destacou-se pelo seu engajamento em favor dos povos indígenas dos Estados Unidos. Ele foi um dos poucos brancos que teve contato com os índios durante o conflito de Wounded Knee, e recusou-se, depois de intimado a depor, a revelar ao FBI os contatos que manteve com os indígenas. Por isso, esteve na iminência de ser preso pela polícia federal dos Es

tados Unidos.

Jovens estudam livro de Rute

Sobradinho,RS (AGEN) - Já na sua sétima edição anual, o Acampamento Repartir Juntos, da IECLB, congrega jovens preocupados com a vivência da fé na vida do dia-a-dia, com o consequente engajamento na realidade em que vivem. No Acampamento de Sobradinho (a 5 horas de Porto Alegre, via rodoviária), reunido de 12 a 19 de janeiro, foi estudado o livro de Rute, uma parábola que, segundo o professor Milton Schwantes, da Escola Superior de Teologia, fala de três asssuntos principais: pão, matrimônio e terra.

Schwantes frisou, também, que são duas mulheres, Rute e Noemi (de nomes simbólicos), entre as mais marginalizadas na sociedade (por serem mulheres, viúvas e sem filhos) que reorganizam o povo de Deus, subjugado, ao tempo em que o livro foi escrito, pelos persas, buscando a libertação. E ela virá pela descendente de Obede (que quer dizer servidor), culminando num Estado de serviço e não de dominação.

O jornalista Dermi Azevedo, editor da revista Tempo e Presença, disse,no acampamento, que "a missão da Igreja é ser um sinal de serviço desta libertação que o próprio Cristo viveu e testemunhou". O pastor Huberto Kirchheim, da Região 4 da IECLB, trouxe exemplos da atuação de Jesus, como a cura de enfermos, a multiplicação dos paẽs, a transformação da água em vinho nas bodas de Canã e o ressuscitar do filho da viúva de Naim.

Kirchheim destacou que o cristão não se deve fixar no milagre em si, mas ver o que Jesus quis ensinar através destes milagres. Assim, "é preciso perguntar porque alguns têm pão em demasia e outros não o tem", frisou o pastor. Quando Jesus para o cortejo e ressuscita o filho da viúva, ele está dizendo que Deus é o Deus da vida. Por isso os cristãos, hoje, devem parar com o desfile funesto da morte, presente em tantas facetas no mundo de hoje, destacou o pastor regional.

Depois de estudarem o livro de Rute e motivados pelo tema da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) para 1986 - Por Jesus Cristo, paz com justiça -, 50 jovens do Acampamento "Repartir Juntos" fretaram um ônibus, dia 16 de janeiro, e se deslocaram de Sobradinho a Santa Cruz do Sul (cerca de 90 quilômetros de distância) para aderirem aos piquetes dos agricultores defronte às indústrias do fumo.

Num clima de muita emoção, os colonos se abraçaram aos jovens e comentaram que pela primeira vez sentiam de perto o apoio da Igreja nesta luta. Enquanto as indústrias ofereciam 240%, os fumicultores reivindicavam 318% de aumento para o seu produto. Unidos, boicotaram a entrega do fumo e formaram os piquetes. Por fim, conseguiram um aumento de 255%, muito aquém do reivindicado.Do movimento, porém, tiraram grandes lições.

O Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, é conhecido por suas plantações de fumo, produzido, em boa parte, em pequenas propriedades. Em Santa Cruz do Sul,maior cidade da região, estão concentradas as indústrias do fumo, muitas delas transnacionais. O boicote dos agricultores teve início no dia 9 de janeiro, suspenso uma semana depois com o aceno do aumento de 255%. Os agricultores não queriam perder o

produto, que é perecível.

Pensando na próxima safra, os fumicultores tiraram quatro propostas em assembléia realizada em Santa Cruz do Sul, no dia 24 de janeiro. Eles pretendem reduzir a área de plantio do fumo, para ingressar em outras culturas; querem fixar o preço do fumo da próxima safra antes de maio, e corrigi-lo através de OTN; pretendem criar uma comissão de produtores para acompanhar a classificação oo fumo durante a comercialização e não fazer qualquer pedido de insumos antes da venda de toda a produção.

Antes de se deslocarem para Santa Cruz do Sul, os jovens avisaram os pastores locais e a Cia Souza Cruz de que fariam a manifestação, de apoio aos fumicultores.Ao chegarem na cidade, junto à indústria, um pequeno pelotão de dez soldados da Brigada os aguardavam e foram avisados que a manifestação não seria possível sem a autorização da Secretaria de Turismo.

"Mas nada impede que usemos as calçadas ao invés da rua", reagiu um dos jovens, adepto do movimento Justiça e Não-Violência. Perplexo, o guarda teve de concordar e até auxiliou os manifestantes, parando o trânsito, quando num cruzamento de rua. A manifestação foi encerrada diante da igreja evangélica local, onde os jovens e os fumicultores, ajoelhados, rezaram o Pai Nosso. O "Repartir Juntos" de Sobradinho reuniu mais de 300 jovens gaúchos.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Clamor faz sugestões para Constituinte

Recife,Pe. (AGEN) - No IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado na cidade de Recife (PE), o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos nos Países do Cone Sul - CLAMOR -, apresentou algumas sugestões sobre o asilo político, a extradição e expulsão de refugiados políticos que poderão auxiliar na elaboração do texto sobre Direitos Humanos na Constituinte. Reproduzimos, abaixo, a proposta:

1º - O asilo político no Brasil deve erigir-se, por norma constitucional, em direito de todo perseguido político no Estado de origem ou em outro, criando-se os mecanismos adequados para a sua garantia jurisdicional.

- Violações de direitos humanos não poderão ser alegadas como causa justificadora de asilo político. Os acusados de violação de direitos humanos, no Estado de origem ou em outro, não terão direito ao asilo territorial ou político.

2º - A extradição do refugiado político para o País de que proveio deverá ser negada, não só quando fundada na acusação ou condenação por crime político, mas também quando, embora visando à sanção por crimes comuns, a hipótese possa configurar extradição política disfarçada, inclusive por não oferecer o Estado requerente, no momento histórico considerado, garantias de fato de um julgamento isento.

- No caso de se conceder a extradição, o governo brasileiro deve indicar ao País que receberá o extraditado quais as acusações às quais este deverá responder em processo.

3º - A expulsão e a deportação do refugiado, ou do estrangeiro que haja pleiteado

o asilo, deve submeter-se a amplo controle jurisdicional, e deve ser vetada sempre que, mesmo indiretamente, possa resultar no retorno forçado ao Estado de origem, com riscos para os direitos humanos do interessado.

- A expulsão deve ser proibida se o estrangeiro tiver cônjuge brasileiro ou filho brasileiro sob sua dependência.

4º - Deve-se assegurar a aplicação no Brasil das convenções internacionais sobre direitos humanos, e garantir a qualquer do povo o direito de recorrer ao Supremo Tribunal Federal para denunciar transgressão do governo brasileiro a normas ou convenções internacionais, que está obrigado a respeitar.

5º - Deve-se assegurar, por norma constitucional, a imprescritibilidade dos crimes de desaparecimento forçado, sendo passíveis de responsabilização criminal não só os agentes desses crimes, mas também os Estados.

- O Estado não poderá correr prescrição nas ações de responsabilidade criminal ou reparação civil, nos casos de tortura, desaparecimento e assassinato de pessoas, praticados por seus agentes.

6º - As resoluções sobre a manutenção ou não de relações diplomáticas com este ou aquele país devem ser atribuição do Congresso Nacional.

7º - A Constituição deve assegurar, de modo claro, além dos direitos humanos, os direitos da criança.

Líder popular acusado por latifundiários

Mato Grosso, MT(AGEN) - O líder popular Rodolfo Alexandre Inácio, conhecido como Cascão, está sendo acusado pelos latifundiários do Nordeste do Estado de ser o responsável pela morte de dois pistoleiros. Os crimes aconteceram em datas diferentes; o primeiro ocorreu em 1981, quando ele transportava lavradores num caminhão de frete. O segundo foi em maio de 1984. Segundo o acusado "naquele dia estava a 400 quilômetros (da Fazenda Tatuibi), trabalhando como assessor da prefeitura de Cenara".

Cascão vive, com a família em Luciara, há dez anos, na região compreendida pelos municípios de São Félix do Araguaia, Canarana e Santa Terezinha. Este local é conhecido pelos constantes conflitos de terra entre latifundiários e posseiros e pela atuação pastoral do bispo da Prelazia de São Felix, Dom Pedro Casaldáliga.

Passados quase dois anos do segundo crime pelo qual é acusado, Cascão acredita que a reativação dos processos contra ele "é uma nítida tentativa de intimidação dos latifundiários contra a minha possível candidatura a prefeito de Luciara e também uma maneira, mesmo que indireta, de golpear o movimento sindical e o trabalho da Igreja".

A partir de 1970, quando empresas nacionais e multinacionais, de grande porte, como a Liquifarm, Yanmar (japonesa), Tapetes Ita, Banco de Crédito Nacional, Cartório Medeiros (São Paulo) e Grupo Sílvio Santos, são incentivadas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAN - a realizarem projetos na região, muitos posseiros são expulsos. Segundo os lavradores, os conflitos de terra nessa região envolvem latifundiários, políticos do Partido Democrático Social - PDS - e a Polícia Militar. Muitas vezes, para intimidar os lavradores, são contratados pisto

leiros que recebem por cada orelha que entregam.

Nesse contexto conflitivo, a acusação de Rodolfo Alexandre, o líder popular que desenvolve um trabalho político sério com o apoio da Igreja e das prefeituras locais, é retomada pelos latifundiários que desejam que ele seja condenado a mais de cem anos de prisão por dois crimes que Cascão afirma não ter cometido.

Repudiando a acusação contra o líder popular, as entidades representativas do Movimento Popular Regional, lançaram um documento em que responsabilizam os latifundiários e as forças políticas dominantes da cidade de Luciara, pelo que lhe possa acontecer. Apelam a todas os grupos democráticos e progressistas para que acompanhem os processos e se solidarizem com todos os perseguidos. Assinam os sindicatos de trabalhadores rurais de São Felix do Araguaia, Luciara, Santa Teresinha, Ribeirão/Cascalheira, associação de Moradores de Porto Alegre e Canabrava-Ampaca, e as prefeituras municipais de Santa Teresinha, São Félix do Araguaia e a Prelazia desta cidade.

Constituinte sem povo: nada de novo

Rio de Janeiro (AGEN) - "Constituinte sem povo não cria nada de novo", afirma o manifesto lançado no Rio de Janeiro pelo Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte, movimento fundado com o apoio de quase 50 entidades civis. Entre os tópicos de um abaixo-assinado que será divulgado oficialmente em Brasília, em março próximo, destaca-se a denúncia de usurpação, pelo Congresso nacional, do poder constituinte, através de emenda constitucional que delegou essa tarefa aos deputados e senadores a serem eleitos em novembro de 86 e aos senadores empossados em 82.

Para atingir seu principal objetivo - assegurar a defesa dos interesses populares na próxima Constituinte -, o Plenário programou ampla mobilização nacional destinada a conscientizar a população. Uma das principais iniciativas será a apresentação de uma ação popular contra os "constituintes penetras", ou seja, os senadores que permanecerão em seus cargos por força da emenda constitucional.

Entre as atividades programadas, o movimento propõe-se a elaborar um ante projeto de texto constitucional contendo as propostas populares. Com término fixado em outubro deste ano, o documento será utilizado como base de um "termo de compromisso" dos candidatos às eleições de 15 de novembro.

Além disso, uma comissão especial vai contatar partidos políticos e entidades nacionais que já se vêm posicionando favoravelmente à Constituinte com participação popular; professores serão sensibilizados a discorrer sobre o tema em salas de aulas, assim como personalidades políticas e artísticas nos eventos dos quais participem. Durante a reunião de dezembro, realizada no Rio, ficou decidido que deputados e senadores que se colocam contra as lutas populares serão publicamente denunciados, caso se candidatem a uma vaga nas eleições de novembro.

O manifesto

O abaixo-assinado "repudia a forma como foi conduzida pelo Executivo e pela maioria do Congresso" a discussão e votação da emenda, "menosprezando todas as manifestações da sociedade civil a ela contrárias". Lembra que foi negada a pro-

posta de plebiscito feita pelo relator da Comissão Mista, deputado Flávio Bierrembach. Exige, por outro lado, "como pré-condição à eleição do Congresso Constituinte ", que o legislativo revogue a legislação autoritária em vigor (tais como a Lei de Segurança Nacional e a Lei de Greve); modifique a proporcionalidade dos votos na próxima eleição de novembro e defina prazo máximo de um ano para a elaboração da nova Constituição, além de coibir, por lei, o abuso do poder econômico durante a campanha.

Os signatários do manifesto comprometem-se a votar somente em candidatos que assumam o compromisso de incorporar no texto constitucional os direitos econômicos, sociais e políticos da maioria da população. "Intimam o Congresso que se instalará com poder constituinte a negar participação dos senadores eleitos em 82. Reivindicam, finalmente, que sejam submetidas a referendo popular propostas que, embora aprovadas, tenham tido pelo menos 1/3 de votos contrários à sua aprovação. O mesmo procedimento, esperam que seja adotado em relação às propostas rejeitadas. A nova Constituição deve ser "uma forma de comprometimento de toda a Nação na sua defesa enquanto Lei Magna do país", conclui o documento.

"Salvador é uma grande invasão", diz Antônia, da Federação de Bairros

Salvador,BA (AGEN) - A beleza da Baía de Todos os Santos, o esplendor da arquitetura das igrejas e o sol das movimentadas praias conseguem esconder, para o viajante menos avisado, a grande miséria em que vive boa parcela dos quase dois milhões de habitantes da região metropolitana desta capital. "Salvador é uma grande invasão", diz Antônia Garcia, da Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABs).

As casas construídas sobre palafitas nos alagados e as invasões de terra nas periferias da cidade "foram maneiras que o pessoal encontrou para conquistar espaços e o seu lugar para morar", prossegue Antônia. Foi assim que surgiram o Rio Sana, as Malvinas, o Pela Porco, o Cai Duro e tantos outros bairros, nascidos da luta do povo, que teve, em muitos casos, de enfrentar a polícia e os tratores.

Saudades da Terra

José Mariano dos Santos, 46 anos, dois filhos, foi um dos primeiros moradores do Rio Sena. "Quando vim para cá isso tudo era mato", recorda-se o pedreiro, que migrou de Monte Gordo (a cerca de 70 quilômetros da capital) para Salvador a fim de tentar melhor sorte na vida. Hoje o bairro tem 4 mil habitantes e José sente saudades de suas duas tarefas de terra (cerca de um hectare). Se tiver oportunidade, volta para o seu chão.

"Tendo a farinha a gente não morre de fome. E lá a farinha não falta. Aqui , terminou o dinheiro a fome aperta", conta o baiano, que trabalha como autônomo."Para uma firma empregar a gente hoje em dia é a coisa mais difícil do mundo", alega. A história de Arlindo Fernandes Bispo, 43 anos, pescador profissional, não é muito diferente. Ele veio da Serrinha (a 170 quilômetros da capital), e fala com saudades do seu lugar de origem.

"Aqui não tem escola organizada, não tem desenvolvimento algum", queixa- se Ana Lúcia Souza, 32 anos, cinco filhos, natural de Itabela (a cerca de 700 quilômetros de Salvador). Ela é uma das voluntárias que trabalham na escola do Rio Sena, organizada pelos próprios moradores da vila. Ana cuida das crianças do maternal.

Ao todo são 80 crianças, divididas em duas turmas e dois turnos, uma no maternal, outra em fase de alfabetização.

Aproveitamento de Sucatas

A escola do Rio Sena, localizada na Rua Floresta - que de rua apenas tem o nome e nada a distingue de uma picada -, também é o ponto de encontro da Associação da vila. O prédio, construído com varas e enchimento de barro, teto de zinco, não mede mais de quatro metros por cinco. A escola tem quadro-negro, um armário de ferro, nove, talvez, dez, bancos e três classes, construídas de sobras de madeira.

Aliás, as professoras, voluntárias e sem formação específica, só podem trabalhar com as crianças recorrendo a sucatas, desde latas de cerveja, copos de iogurte e embalagens de papelão. Outra luta das mulheres da vila é por creches, que, aos poucos, começam a brotar nas periferias, dando chances, assim para que também a mulher entre no mercado de trabalho, mesmo que seja o informal (lavanderia, faxineira).

"O poder público nunca conseguiu planejar nem coordenar o crescimento de Salvador", afirma Antônia, explicando que a FABs surgiu em 1979, então apoiada por oito associações, "para enfrentar o poder público e evitar o clientelismo, ligado aos políticos do governo". Hoje, mais de 100 associações de bairro estão integradas à FABs, que tem como um de seus grandes desafios organizar a população dos bairros na sua luta por condições básicas, como saúde, educação, transporte e moradia.

Vida mais digna

Um detalhe interessante nesta luta do povo marginalizado é o envolvimento da mulher, muito mais engajada nas associações de bairros do que os homens. Antônia tem uma explicação: os homens estão mais envolvidos no emprego, no biscate. Chega fim de semana, ele vai para o dominó, para o futebol, e a mulher se encontra, enquanto isso, na associação. Outro fator, a mulher, por ficar mais em casa, sente mais as carências da vila. É a falta de água, a falta de assistência médica, o ônibus que não existe, a escola que não foi à vila, a própria falta de comida.

"Temos de lutar para conquistar uma vida mais digna", diz Antônia com muita ênfase."Acho que a sociedade é injusta e desigual, e desde a adolecência tenho perguntado por que esta desigualdade", conta ela, justificando seu envolvimento na luta dos movimentos populares. Creche, escolas, água, luz, urbanização, saúde, transporte são reivindicações dos bairros que surgem de invasões.

De cabeça erguida

Esta infra-estrutura toda, o governo, através do projeto João de Barro, está dando pronta para quem quiser morar em minúsculos cubículos, de tijolos, na Fazenda dos Coutos, localizada atrás de outro bairro que nasceu de uma invasão, conhecido por Malvinas. Acontece, porém, que cerca de 50% da população economicamente ativa de Salvador, segundo Fátima, atua no mercado informal. São os moradores destas vilas, sem renda fixa, muito deles sem qualquer garantia de renda, e que não se arriscam a firmar um contrato com o BNH. É o caso dos moradores das Malvinas.

A prestação mensal destas casas de blocos, como as chamam em Salvador, esta em Cz$ 17 mil (julho). Nem esta quantia os vileiros querem arriscar: "depois, estamos de cabeça erguida, não devemos nada a ninguém. Construímos nossos barracos segundo nossas condições e cada um a seu gosto", argumenta Lúcia Dias Bittencourt, vice-presidente da Associação Beneficente Cultural Paulina das Malvinas.

Expulsos da Avenida Paralela pelos tratores da Prefeitura, os moradores buscaram outra área para o assentamento de seus barracos. Isto foi em junho de 1983, e o novo núcleo foi batizado pelos moradores de Malvinas. A Prefeitura tentou introduzir, mais tarde, outro nome: Final Feliz. Não vingou.

Os "malvinenses" tiveram que enfrentar muita luta para poder permanecer no chão que esciolheram para os seus barracos. "Tive que chamar por Deus e vir para cá quando nos tiraram da Paralela", conta Mirian dos Santos Carvalho, cinco filhos, grávida, e que tem queixas quanto ao atendimento dos postos de saúde pública.

Só para o cemitério

A Paralela, segundo os moradores das Malvinas, dava uma péssima impressão para quem vinha a Salvador, via rodoviária. Ficava perto do Aeroporto e era, alegam os moradores, uma terra muito cara para ser desapropriada e loteada para vileiros. Por isso foram expulsos, com muito sofrimento. Depois de conseguir o consentimento do motorista de ônibus que faz a linha para a Paralela, uma vizinha de Mirian, junto com sua filha, desmontou o barraco e trouxe as tábuas, em seguidas viagens de ônibus, até um pedaço do percurso. Mas teve de carregar as tábuas na cabeça todo o restante do trajeto até as Malvinas, onde o ônibus não entrava. Da Paralela até as Malvinas são 45 quilômetros.

Hoje os moradores das Malvinas, devido à força da sua Associação, integrada na FABs, sentem-se seguros no lugar onde moram. "Podem vir com a conversa que vierem, com as ameaças de deslocamento, daqui a gente só sai pro cemitério", garante Lúcia. "Com todo o sofrimento que a gente passou até chegar nas Malvinas e conseguir o que conseguimos junto à Prefeitura, eu me sinto tão orgulhosa..." A confissão brotou espontâneamente, acompanhada de um sorriso, de dentro da Lúcia, companheira de luta de Antônia na luta popular.

E por que lutas, Antônia? "Integrei a Juventude Católica e desde cedo li a Bíblia. Nela vi um Cristo, exemplo de uma pessoa que não aceitou a injustiça". Completou, depois: "Aqui em Salvador, o povo sempre foi vencedor nas invasões".

Companheiros,

Com este boletim número zero, a AGEN inicia sua caminhada. Esperamos que vocês levem à assembléia do próximo dia 15 suas críticas e sugestões. E solicitamos, desde agora, que nos enviem subsídios para os próximos boletins, seja exemplares das publicações editadas pelas entidades que vocês coordenam ou de que participam, seja informações ainda não tratadas como notícias.

A equipe.

CEDIM

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Boletim nº 79 - 19 de novembro de 1987.



A questão urbana tem se tornado uma das mais dramáticas e explosivas no Brasil. No período de 10 a 13 de dezembro próximo, a cidade de Cachoeira do Carmo, em Minas Gerais, irá sediar o IV Encontro da Articulação Nacional do Solo Urbano, que refletirá sobre os rumos dos movimentos pela moradia. Ver em Solo Urbano. (foto Douglas Mansur)

DESTAQUES DESTA EDIÇÃO

* Movimentos católicos causam controvérsia no Sínodo dos Bispos.....pág 3.
* Diretas-88 podem levar à manutenção do presidencialismo.....pág 4.
* Projetos de telecomunicação abrangem América Latina.....pág 11.

AV. IPIRANGA, 1267 - 14.º ANDAR - TELEFONE: 229-6734
01039 - SÃO PAULO - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA-SP

AGEN

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Sumário

IGREJAS

Movimentos católicos: controvérsia no Sínodo dos Bispos.....3
Poder condiciona compartir rcumênico de recursos.....4
Premiado na Alemanha, "Pé na Caminhada" vai a Cuba.....4

NOVA CONSTITUIÇAO

Diretas-88 pode levar à manutenção do presidencialismo.....4
Criação do Estado de Tocantins deve beneficiar a UDR.....6
Direita articula-se. Há um golpe em marcha?.....6

DIREITOS HUMANOS

Greve de fome termina em Juazeiro: um balanço.....8
Desmate ameaça seringueiros, denuncia sindicalista.....8

MOVIMENTOS SOCIAIS

Em dezembro, Romaria pela Moradia.....9
Favelados decidem se aceitam mutirão do governador.....9
Ação Católica Operária comemora 25 anos.....9
FETAEMGE contesta absolvição de fazendeiro acusado de homicídio.....9
Articulação prepara-se para Constituintes estaduais.....10

AMÉRICA LATINA

Projetos de telecomunicações abrangem América Latina.....11
Bispos apóiam planos de paz na América Central.....12

EXTRA

Semana Ecumênica denuncia violência contra o menor.....13
Festival do Migrante movimenta Zona Leste.....14

AGEN - AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Diretoria

Presidente: D. Sumio Takatsu
Vice-Presidente: Frei José de Rezende Ribeiro - O P
Secretário Executivo: Rev. Edin Sued Abumanssur
Tesoureiro: José Lourenço Pechtoll
Editor Responsável: Dermi Azevedo (Reg. Prof MTb 239)
Editor Assistente: José Pedro Soares Martins (Reg. Prof MTb 17.572)
Correspondentes e Colaboradores: Teresa Urban - Curitiba (PR) Emiliano José - Salvador (BA) Omar da Rocha Jr - Salvador (BA) Roberto Garcia Andrade - Rio Branco (AC) Marluze do Socorro Pastor Santos - São Luiz (MA) - Cássia Cortez - Campo Grande (MS) Luciano de Almeida - Natal (RN) Edelberto Behs - Porto Alegre (RS) e Valdemar de Oliveira Neto (Recife - PE)
Redator da Edição em Inglês: Cathal V Cullen
Fotografia: Regina Vilela
Divulgação e Contatos: Padre José Domingos Bragheto
Secretária Administrativa: Edalea R da Silva
Auxiliares de Escritório: Sueli de Sousa e Marcelo Santana
Impressão: CEMI Gráfica e editora Ltda
Conselho Fiscal: Silvio Scheneider, Daniel Rech, Jether Pereira Ramalho, Marcos Rodrigues da Silva, Pedro Wilson Guimarães e Luis Longuini Neto.
Conselho Editorial: Paulo Ayres Mattos, Walter Altmann, Jaci Maraschin, Zwinglid Motas Dias, Ismael Martignago, Edelberto Behs, Antonio Cerveira de Moura e Laan Mendes de Barros

AV. IPIRANGA, 1267 - 14.° ANDAR - TELEFONE: 229-6734
01039 - SÃO PAULO - BRASIL - END. TELEGR.: ECUMÊNICA-SP

IGREJAS

Movimentos católicos: controvérsia no Sínodo dos Bispos

Cidade do Vaticano e São Paulo (AGEN) - A presença dos vários movimentos e organizações na Igreja Católica foi um dos temas mais controversos no Sínodo dos Bispos sobre "A vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo", realizado em outubro, no Vaticano.

Uma das intervenções mais polêmicas a respeito foi a do cardeal arcebispo de Fortaleza (CE), d.Aloísio Lorscheider, que, em referência direta aos chamados "movimentos do Espírito", de recente implantação (como o Movimento de Renovação Carismática), salientou que os movimentos de leigos "não deveriam perder de vista que hoje, mais do que no passado, se impõe a opção evangélica, profética ou solidária, pelos pobres.".

Acentuando que os movimentos são capazes de despertar a fé no mundo moderno, o bispo brasileiro afirmou:"Os movimentos devem aperfeiçoar-se em uma sincera obediência e comunhão com o pastor local. Os bispos regem as igrejas locais a eles confiadas, e a eles pertence toda a orientação referente ao culto e ao apostolado. A comunhão com o pastor supremo requer previamente a comunhão com o pastor local." E acrescentou, com uma crítica à "certos movimentos que não se fazem presentes quando os demais se reúnem para aprofundar os problemas pastorais e que,pelo contrário, recebem orientações de um centro cultural diverso". As palavras de d.Aloísio se somam às dos setores que contestam a independência de certos movimentos com relação aos bispos locais, bem como a identificação desses movimentos com pensamentos estranhos à realidade brasileira.

Comunhão e Libertação

Quase que respondendo à intervenção de d.Aloísio - e de outros bispos que se pronunciaram por uma maior identificação entre os movimentos e os bispos locais - o fundador do movimento Comunhão e Libertação, Luigi Giussani, que participou do Sínodo por nomeação do Papa,assinalou que as velhas estruturas da Igreja nem sempre se adaptam ao mundo moderno, o que, a seu ver, por si só, justifica a existência dos movimentos. Pedindo que os bispos respeitem a esses novos carismas, ressaltou: "A disciplina na Igreja floresce na comunhão viva com o sucessor de Pedro, lugar da paz última para todo fiel".

O prelado da Opus Dei, Álvaro de Portillo, manifestou seu apoio às afirmações de Giussani, sublinhando que "a promoção eclesial dos leigos deve ser entendida sobretudo em referência à imensa maioria dos leigos, os quais não estão vinculados, nem nunca o estarão, a associações ou movimentos, não estando, nem nunca estarão inseridos em estruturas eclesiásticas. É a estes a quem há de se estimular a sentirem-se verdadeiramente Igreja".

Uma outra intervenção polêmica sobre a questão foi a do presidente do Pontifício Conselho para os Leigos, o bispo Paul Corbe, para quem apenas de uma perspectiva espiritual e não política se pode dar resposta às realidades eclesiais, salientando que todos os movimentos podem ser considerados Igreja, na medida em que estão vinculados à cátedra de Pedro.

Ordenação da mulher

O papel das Comunidades de Base e a ordenação da mulher foram outros dois assuntos polêmicos no Sínodo dos Bispos sobre os leigos. Causou surpresa a manifestação de Leonardoo Legazfi, arcebispo de Cáceres, nas Filipinas, que pediu consideração para a possibilidade de que "os dirigentes de Comunidades de Base de diversos tipos possam ser escolhidos, sem exclusão das mulheres, para a ordenação sacerdotal".

Nesta mesma linha, o arcebispo de Cazama, Zâmbia, Elias Mutane, sugeriu ao Sínodo que os leigos tenham o poder oficial de administrar os sacramentos do Batismo e da Unção dos Enfermos, além de serem testemunhas oficiais do Matrimônio. Entretanto, apesar de uma ou outra posição isolada, a tendência majoritária entre os bispos - conforme se verificou no Sínodo - foi a de não aceitar a ordenação das mulheres.

Assembléia das Igrejas

A questão da presença dos movimentos na vida da Igreja foi muito discutida na Assembléia das Igrejas do Regional Sul-1 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) realizada de 6 a 8 de novembro, em Itaici, município de Indaiatuba, interior de São Paulo. O desenrolar dos debates no Sínodo foi exposto pelo presidente da CNBB, d.Luciano Mendes de Almeida. A respeito, o presidente do Conselho Nacional de Leigos (CNL), Antônio Geraldo de Aguiar, comentou o fato de que a Opus Dei, a Comunhão e Libertação e a Renovação Carismática tinham representantes com direito a voto no Sínodo,enquanto outros movimentos,como os do Cursilho e Focolari, participaram apenas como observadores.

Poder condiciona compartir ecumênico de recursos

El Escorial, Espanha (CMI-AGEN) - O compartir de recursos entre Igrejas, organismos e movimentos ecumênicos e agências e instituições doadoras, está determinado por estruturas de poder fortemente ligadas aos sistemas econômicos e financeiros mundiais. Este foi um dos motes dos debates entre 312 representantes de igrejas de 73 países, de diferentes tradições cristãs, que participaram da consulta "Compartir Ecumênico de Recursos", promovida pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI), de 24 a 31 de outubro, em El Escorial, Espanha.

As reflexões, na consulta, partiram de três exposições, a primeira delas, feita pelo secretário geral do CMI, o pastor metodista uruguaio Emilio Castro, que abordou as implicações da dívida externa para os países em desenvolvimento. Quando vemos que a mortalidade infantil cresce proporcionalmente ao crescimento da dívida externa, afirmou Emilio Castro, nos damos conta de que estamos pagando essa dívida com o sangue e a vida de nossas crianças.

O secretário geral do CMI acrescentou que a dívida externa é a expressão mais trágica de uma divisão econômica, financeira e de poder, que desmente, de maneira feroz, a nossa pretensão de solidariedade e comunhão.

Referindo-se à desproporção do poder econômico existente entre as Igrejas do Norte, Castro exortou (comparando essa situação com as Igrejas do Sul) a um compromisso mútuo para "criar as estruturas para resistir e superar a realidade atual".

Justiça internacional

As duas outras exposições que precederam aos debates em grupos, foram feitas por Konrad Raiser, professor universitário da Alemanha Federal, e por Sithembiso Nyoni, animadora rural em Zimbábue, que destacaram a necessidade de se lutar pela justiça internacional nos níveis econômico e político e pela possibilidade de plena participação dos pobres e marginalizados na tomada de decisões no que diz respeito à divisão de recursos. Após as reflexões bíblicas e as contribuições dos grupos regionais, foi elaborado um documento final, igualmente discutido nas sessões plenárias.

O documento final contém reflexões teológicas e propostas de ação concretas, visando o compartir ecumênico de recursos e assinalando o compromisso das Igrejas e do movimento ecumênico em fixar um sistema de valores fundamentalmente novo, identificado, moral e materialmente, com os pobres e que denuncie e combata todos os níveis de tudo o que representa profundas causas e estruturas de injustiça, insistindo pelo estabelecimento de uma nova ordem política e econômica internacional e enfrentando os mecanismos internacionais que privam os povos do Sul de recursos.

Premiado na Alemanha, "Pé na Caminhada" vai a Cuba

São Paulo (AGEN) - O filme "Pé na Caminhada" que, em outubro passado, venceu o festival de cinema do Terceiro Mundo, promovido pelo governo da Alemanha Federal, participa, em dezembro próximo, de um outro festival, em Havana, Cuba. Produzido pela Verbo Filmes, com direção de Conrado Berning e roteiro de d.Pedro Casaldáliga, o filme "Pé na Caminhada" é o primeiro longa-metragem realizado sobre a ação pastoral da Igreja Católica no Brasil, a partir de sua opção preferencial pelos pobres.

Já à disposição em vídeo-cassette, o filme "Pé na Caminhada" está sendo traduzido em diversos idiomas. A Verbo Filmes também prepara outro documentário, com o título provisório "500 anos da invasão", sobre a passagem, em 1992, dos cinco séculos da presença européia na América. O endereço da Verbo Filmes é: Rua Verbo Divino, 993, Chácara Santo Antônio, Cep 04719, São Paulo, SP, fones 011.5485744 e 2474490.

NOVA CONSTITUIÇÃO

Diretas-88 pode levar à manutenção do presidencialismo

Brasília (AGEN) - A decisão da Comissão de Sistematização do Congresso Constituinte, adotada em 15 de novembro, data da proclamação da República, de reduzir o mandato do presidente José Sarney para quatro anos, pode levar à alteração da tendência parlamentarista congressual. Observadores acreditam que, com o fortalecimento da hipótese da realização de eleições presidenciais diretas em 1988, os potenciais candidatos à sucessão de Sarney passarão a lutar pela manutenção do presidencialismo.

A redução do mandato presidencial só poderá ser modificada em plenário pela maioria dos constituintes - 280 de um total de 559 -.Se, na Comissão de Sistematização, o Planalto não obteve a maioria necessária - 47 votos - à manutenção do mandato de cinco

anos, é quase impossível alcançar a maioria dos 200 votos em plenário. O agravamento da crise política e institucional é maior do que as promessas palacianas aos partidários do mandato de cinco anos, e a realização das diretas em 1988 têm sido vista, inclusive a nível dos círculos de poder, como a única maneira pacífica de consolidar o processo de transição.

Somado a esse fator conjuntural, outro elemento garantiu a vitória do mandato de quatro anos na Comissão de Sistematização: os interesses eleitorais de alguns de seus membros, teoricamente inclinados a apoiar os cinco anos. Pelo PFL, todos os constituintes que votaram pelos quatro anos têm interesses eleitorais em 1988 ou em 1990: Alceni Guerra é candidato ao governo do Paraná, Carlos Chiarelli é candidato à sucessão do governador Pedro Simon no Rio Grande do Sul, Francisco Dornelles quer ser candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro, Antônio Carlos Mendes Thame é candidato à Prefeitura de Piracicaba (SP). Por exemplo, se Thame ficasse com os cinco anos, o beneficiado poderia ser outro membro da Comissão de Sistematização, o deputado federal João Herrmann Neto (PMDB-SP), que votou pelos quatro anos e que, também, postula a Prefeitura de Piracicaba. Do mesmo modo, o deputado Francisco Rossi, do PTB, também ficou com os quatro anos, pois pretende candidatar-se à Prefeitura de São Paulo no próximo ano.

Emenda Jorge Hage

A emenda votada pela Comissão de Sistematização, que decidiu pela redução do mandato de Sarney, é de autoria do deputado federal Jorge Hage (PMDB-BA), com o seguinte texto: "O mandato do atual Presidente da República terminará em 15 de março de 1989". A emenda recebeu 48 votos, contra 45 daqueles que apoiavam o mandato de cinco anos.

Na mesma sessão, a Comissão deliberou pela instalação do parlamentarismo, já a partir de 15 de março de 1988. Entretanto, além da possibilidade de que os candidatos à sucessão de Sarney passem a lutar pela manutenção do presidencialismo, se o parlamentarismo for confirmado em plenário, ele deverá ser implantado apenas a 15 de março de 1989. Em 1988, serão realizadas as constituintes estaduais e votadas as leis complementares à nova Constituição, o que inviabilizaria a implantação do parlamentarismo já. Assim votaram os membros da Comissão de Sistematização a favor ou contra o mandato de quatro anos para o presidente Sarney:

A favor dos quatro anos

PMDB: Abigail Feitosa (BA), Ademir Andrade (PA), Almir Gabriel (PA), Artur da Távola (RJ), Bernardo Cabral (AM), Carlos Mosconi (MG), Celso Dourado (BA), Cristina Tavares (PE), Egídio Ferreira Lima (PE), Fernando Bezerra Coelho (PE), Fernando Henrique Cardoso (SP), Fernando Lyra (PE), Francisco Pinto (BA), Haroldo Sabóia (MA), João Hermann (SP), José Fogaça (RS), José Inácio Ferreira (ES), José Paulo Bisol (RS), José Richa (PR), José Serra (SP), Mário Lima (BA), Nelson Carneiro (RJ), Nelson Jobim (RS), Nelton Friedrich (PR), Maurílio Ferreira Lima (PE), Paulo Ramos (RJ), Pimenta da Veiga (MG), Antônio Britto (RS), Severo Gomes (SP), Sigmaringa Seixas (DF), Virgildásio de Senna (BA).

PFL: Alcenir Guerra (PR), Antônio Carlos Mendes Thame (SP), Carlos Chiarelli (RS), Francisco Dornelles (RJ) e Sandra Cavalcanti (RJ).

PDS: Antônio Carlos Konder Reis (SC).

PDT: Brandão Monteiro (RJ), José Maurício (RJ) e Lysâneas Maciel (RJ).

PTB: Francisco Rossi (SP).

PT: Luís Inácio Lula da Silva (SP) e Plínio de Arruda Sampaio (SP).

PDC: Siqueira Campos (GO).

PC do B: Haroldo Lima (BA).

PCB: Roberto Freire (PE).

PSB: Jamil Haddad (RJ).

PMB: Antônio Farias (PE).

Contra os quatro anos

PMDB: Alfredo Campos (MG), Aloízio Campos (PB), Carlos Sant'Anna (BA), Cid Carvalho (MA), Fernando Gasparian (SP), Ibsen Pinheiro (RS), João Calmon (ES), José Freire (GO), José Geraldo (MG), José Ulisses de Oliveira (MG), Manuel Moreira (SP), Milton Reis (MG), Nilson Gibson (PE), Raimundo Bezerra (CE), Renato Vianna (SC), Rodrigues Palma (MT), Theodoro Mendes (SP), Wilson Martins (MS).

PFL: Afonso Arinos (RJ), Aloysio Chaves (PA), Arnaldo Prieto (RS), Christovam Chiaradia (MG), Gilson Machado (PE), Eraldo Tinoco (BA), Francisco Benjamin (BA), Inocêncio Oliveira (PE), José Jorge (PE), José Lins (CE), José Santana de Vasconcelos (MG), José Thomaz Nonô (AL), Luiz Eduardo Magalhães (BA), Marcondes Gadelha (PB), Mário Assad (MG), Oscar Correia (MG), Osvaldo Coelho (PE), Paulo Pimentel (PR) e Ricardo Fiúza (PE).

PDS: Darcy Pozza (RS), Gerson Peres (PA), Jarbas Passarinho (PA), José Luiz Maia (PI) e Virgílio Távora (CE).
PTB: Gastone Righi (SP) e Joaquim Bevilácqua (SP).
PL: Adolfo Oliveira (RJ).

Criação do Estado de Tocantins deve beneficiar a UDR

Brasília (AGEN) - A criação do Estado de Tocantins, a partir do desmembramento do Estado de Goiás, decidida pela Comissão de Sistematização, na sessão de 15 de novembro último, atende aos interesses da União Democrática Ruralista (UDR), na opinião de observadores da cena política de Brasília. Os autores da emenda favorável à criação do Estado do Tocantins, os deputados Siqueira Campos (PDC-GO) e José Freire (PMDB-GO), têm vínculos com a UDR.

A emenda de Campos e Freire obteve 82 votos a favor, 5 contra e 5 abstenções. Siqueira Campos obteve apoios à emenda entre os constituintes progressistas, pois em troca comprometeu-se a votar pelo mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, na Comissão de Sistematização. Na mesma sessão, a Comissão decidiu pela transformação dos territórios federais de Roraima e Amapá em Estados, com a aprovação da emenda do deputado federal Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

O futuro Estado de Tocantins, cuja criação será decidida em plebiscito pela população dos municípios que ele abrangeria, 120 dias depois de promulgada a nova Constituição, compreende a região Norte de Goiás, incluindo o chamado "Bico do Papagaio", que é uma das mais tensas áreas atingidas pelos conflitos pela posse da terra no Brasil.

Leilão da UDR

O leilão promovido pela UDR em Brasília, no dia 15 de novembro, arrecadou Cz$ 73 milhões 125 mil cruzados e seu sucesso deveu-se, em grande parte, ao lobby de propaganda montado pela entidade nos meios de comunicação da "grande imprensa" no Brasil. Ao todo, foram vendidos 6.119 animais. Entre as manifestações de exibicionismo dos proprietários e latifundiários, algumas chamaram a atenção: um galo de briga chegou a ser vendido por 110 mil cruzados. Um bode de chapéu por 10 mil cz e três bonés autografados por Ronaldo Caiado, presidente da UDR, foram vendidos por 60 mil cruzados. Os visitantes recebiam laranjas, melancias e cebolas de graça. O ingresso custava 100 cruzados e dava direito a água mineral, cerveja e uísque servidos à vontade. O local do leilão foi a Granja do Torto, lugar de retiro e moradia de vários Presidentes da República.

Direita articula-se. Há um golpe em marcha?

Brasília (AGEN) - Uma pergunta tem tirado o sono dos políticos, lideranças sindicais e movimentos populares, nos últimos dias: estará em marcha um novo golpe, que leve a direita "linha dura" ao poder? A indagação é motivada por uma crescente articulação entre as forças conservadoras, em todos os níveis, ocorrida nas últimas semanas.

Duas metas parecem estimular a articulação entre as forças de direita: 1.Impedir os avanços sociais desenhados pelas votações na Comissão de Sistematização do Congresso Constituinte; 2.Preparar a tomada do poder, seja por vias não democráticas, seja pela disputa de votos, diante da aparente irreversibilidade das eleições presidenciais em 1988, concomitantes aos pleitos municipais.

Visando alcançar esses objetivos, diversos interesses se conjugam, como os do presidente Sarney, lutando por manter o mandato de cinco anos e o presidencialismo, e o dos grandes fazendeiros que defendem a manutenção do sistema fundiário concentrado. Como pano de fundo, o projeto de transnacionalização da economia brasileira, inserido na nova fase do capitalismo mundial.

Surpresas na Constituinte

Como previa a AGEN no início do processo constituinte, a nova Constituição brasileira não alteraria o modelo econômico e político do país. Entretanto, algumas conquistas em termos de direitos coletivos e individuais eram esperadas, por diversos fatores. Inicialmente, o congresso eleito em novembro de 1986 é o primeiro composto por maioria de representantes do meio urbano, que são mais sensíveis às reivindicações sociais impostas pela modernidade. Por outra parte, a dinâmica no Congresso difere dos trabalhos empreendidos pelos parlamentares em suas bases. A pressão da opinião pública e da imprensa é maior sobre o Congresso, o que, às vezes, leva um parlamentar de extração conservadora a adotar posições mais avançadas. Além disso, o agravamento da crise condiciona a necessidade de o Parlamento

adotar medidas que tocam a raiz dos problemas estruturais do país.

Assim, esperava-se que o Congresso Constituinte, apesar de sua maioria conservadora, adotaria algumas posições avançadas em termos de conquistas sociais. Foi o que se viu nos relatórios de muitas subcomissões e comissões temáticas. A mesma tendência seria verificada depois na Comissão de Sistematização que reúne a elite das lideranças políticas brasileiras e onde até tradicionais expoentes do conservadorismo, como o senador Afonso Arinos (PFL-RJ), e o deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), têm se posicionado em diversas matérias favoráveis aos avanços sociais.

Reforma Agrária, não

Cinco tendências no Congresso Constituinte, de forma geral, passaram a preocupar os segmentos conservadores: 1.o estabelecimento de barreiras à exploração mineral por empresas particulares nas áreas indígenas; 2.A instituição de mecanismos que facilitem a reforma agrária; 3.A criação de limites à ação do capital estrangeiro no país, o que dificultaria o projeto de transnacionalização da economia; 4.A implementação de conquistas sociais significativas, como a estabilidade no emprego; 5.No plano político a realização de eleições presidenciais já em 1988. Além da adoção do parlamentarismo, embora este ponto divida até os setores de esquerda.

De fato, o que se viu nas primeiras fases do processo constituinte confirmava o temor dos setores conservadores quanto a esses pontos. Por exemplo, o relator da Subcomissão que tratou da questão indígena, o deputado Alceni Guerra (PFL-PR), apesar de sua origem conservadora, emitiu um parecer considerado positivo pelas forças pró-índio. Do mesmo modo, a reforma agrária impunha-se como uma necessidade para o país, inclusive como pressuposto para a modernização capitalista, a exemplo do que ocorreu na Coréia do Sul, país considerado modelar por setores de ponta do capitalismo no Brasil.

A criação de barreiras à ação do capital estrangeiro também mostrou-se uma forte tendência, a partir dos debates em torno da reserva de mercado na área da informática. Igualmente, o agravamento da crise mais sentido pela classe trabalhadora contribuiu para o estabelecimento de conquistas sociais como a estabilidade no emprego, enquanto o quadro dramático nos níveis político e institucional colaborou para o fortalecimento do desejo das diretas-88.

Em suma, os segmentos conservadores, nacionais e estrangeiros, passaram a se sentir ameaçados quanto aos seus interesses particulares. O primeiro setor que,desde o início do processo constituinte, tem se mobilizado intensamente é o dos fazendeiros, em particular aqueles reunidos na UDR (união Democrática Ruralista). Entretanto, pelo radicalismo demonstrado pelas lideranças da UDR, a entidade chegou a ficar distante de potenciais aliados, como as tradicionais SRB (Sociedade Rural Brasileira), CNA (Confederação Nacional da Agricultura) e OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). Hoje, todas essas entidades consideram o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, como uma liderança inconteste dos fazendeiros.

Livre iniciativa

Outro segmento passou a pressionar, por todos os meios, o Congresso Constituinte: as grandes mineradoras, preocupadas com a possibilidade de institucionalização de barreiras à exploração nas áreas indígenas. Este temor levou à campanha veiculada pelo jornal "O Estado de São Paulo" contra o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que resultou na criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, no Congresso Nacional.

Paulatinamente, os representaantes dos outros setores que passaram a se sentir ameaçados, começaram a se aglutinar, tendo surgido, em profusão, nos últimos meses, siglas como a União Democrática Urbana (UDU), Ação Cívica de Recuperação Nacional (ACRN), Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES) e, mais recentemente, a União Brasileira de Empresários (UBE).

A conjugação de todos esses interesses levou à criação da Frente Nacional pela Livre Iniciativa (FNLI). No meio militar, os próceres da linha dura também voltaram a se expressar, através da Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD), financiada por grandes empresários, como Ingo Hering, das Indústrias Hering, de Santa Catarina. De maneira paralela, voltou às ruas a organização Tradição, Família e Propriedade (TFP), enquanto até a Ação Integralista Brasileira (AIB) ensaia o retorno à cena política.

Novo golpe?

Com todos esses ingredientes, a hipótese de um novo golpe de estado passou a frequentar, diariamente, o noticiário da grande imprensa. Fontes bem informadas de Brasília, consultadas pela AGEN, não acreditam nessa possibilidade. Elas entendem

que as forças conservadoras estão empenhadas em assegurar os seus interesses na nova Constituição. Qualquer que seja o sucessor do presidente Sarney, ou mesmo o primeiro-ministro - no caso da implantação do parlamentarismo -, ainda que fosse uma liderança mais à esquerda, como Leonel Brizola, ou Mário Covas, ele não teria como alterar o novo texto constitucional.

Foi, então, o somatório de interesses contrariados que levou à criação do chamado "centrão" que tenta modificar o regimento interno do Congresso Constituinte para fazer valer os seus pontos de vista. De acordo com os observadores em Brasília, ao estimular a formação do "centrão", o presidente Sarney pretendia desacreditar os trabalhos constituintes, o que justificaria a convocação, por ele, Sarney, de eleições gerais em 1988, com a formação de uma nova Assembléia Constituinte. Esta seria a única saída para recuperar a imagem do Presidente.

A manobra do "centrão" atende, nesse sentido, à segunda meta da articulação conservadora: a preparação para uma nova tomada do poder, pela via das urnas ou da força, em 1988. No momento, são dois os candidatos em potencial das forças conservadoras à sucessão de Sarney: o empresário Antônio Ermírio de Moraes e o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves. A articulação da direita tornou-se poderosa. Um dos prováveis candidatos à Prefeitura de São Paulo, o deputado Guilherme Afif Domingos, já admitiu a existência de uma caixinha de 35 milhões de dólares para "investimentos" na Constituinte, até o final das votações, em Brasília.

Conforme admitiu o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, em São Paulo, recentemente, essa entidade fará tudo para que suas teses não sejam derrotadas no novo texto constitucional. O presidente da UDR paulista, Roosevelt Roque dos Santos, em entrevista ao "Relatório Reservado", afirmou que falta a mobilização da classe média para uma intervenção da direita. "Por enquanto, o que existe é um grande descontentamento pela perda do poder aquisitivo", disse Roque dos Santos que, em breve, substituirá Ronaldo Caiado no comando nacional da UDR. Dizendo-se "cansado" e "com problemas familiares para resolver", - uma de suas filhas sofre de grave doença -, Caiado ficará dois meses em férias na França.

DIREITOS HUMANOS

Greve de fome termina em Juazeiro: um balanço

Juazeiro (AGEN) - O atendimento por parte do governo baiano às reivindicações dos trabalhadores levou ao fim a greve de fome de 22 pessoas, entre religiosos - como o bispo,d.José Rodrigues - e agentes de pastoral, na diocese de Juazeiro, na Bahia. O fim da greve de fome, realizada em solidariedade aos trabalhadores que sofrem as consequências da seca, foi decidido a 8 de novembro, em missa celebrada na catedral de Juazeiro.

A 11 de novembro, em reunião com representantes dos trabalhadores da região, membros do governo baiano aceitaram atender as reivindicações básicas: 1.Reestruturação das comissões municipais, encarregadas de implementar as medidas contra a seca. Segundo os trabalhadores, as atuais comissões vinham constituindo-se em fontes de corrupção; 2.Transporte de água em caminhões-pipas sob o controle dos sindicatos; 3.Controle da distribuição das cestas de alimento também pelos trabalhadores; 4.Formação de frentes de trabalho.

O primeiro a entrar em greve de fome, a 23 de outubro, foi o vigário de Pilão Arcado (BA), padre Guilherme Meyer. A 2 de novembro, o padre Amâncio, de Campo Alegre (BA), decidiu aderir ao jejum, no que foi seguido, no dia seguinte, por d.José Rodrigues e outros religiosos, além dos agentes de pastoral. Ao todo, jejuaram, em solidariedade aos trabalhadores, 22 pessoas, incluindo dois religiosos, todos da diocese de Juazeiro e também da diocese de Rui Barbosa (BA).

Desmate ameaça seringueiros, denuncia sindicalista

Rio Branco (AGEN) - O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Acre, Francisco Mendes, que recentemente ganhou da ONU o Prêmio Global 500 pela sua posição em defesa dos povos da floresta amazônica, denunciou, na semana passada, em Rio Branco, que mais de 300 alqueires do seringal São José e do seringal Cachoeira, a 20 km de Xapuri, estão ameaçados por ações de desmate por parte dos fazendeiros.

Em Xapuri, distante 200 km de Rio Branco, existem várias áreas relacionadas pelo Conselho Nacional de Seringueiros e pelo governo estadual, como prioritárias para fins de reservas extrativistas. Esta região, que os fazendeiros tentam devastar, é rica em

seringueiras, castanheiras, outras espécies de madeiras de lei e extrativistas, como a copaíba.

Empates

O clima em Xapuri é tenso, mas, até o momento, não foi registrado nenhum conflito. A cordenadora da Comissão Pastoral da Terra no Acre, Ana Rosa, disse à AGEN que já foram tentadas várias reuniões entre as partes que, até agora, não chegaram a um acordo. Francisco Mendes afirmou que os seringueiros estão dispostos a resistir de forma pacífica e organizada, até que cessem as ameaças de desmates, durante dias e semanas, se for possível utilizando, como instrumento de luta, os empates. Esta forma de reação, muito utilizada na região, consiste no acampamento dos seringueiros na área ameaçada de devastação.

Segundo dados da publicação da CPT "Conflitos de Terra no Brasil 1986", foi na década de 70, durante o início do processo de colonização no Acre, que começaram os conflitos. Em 1986, foram registrados sete conflitos, envolvendo 221 famílias e 1105 pessoas. No geral, as tensões ocorrem entre agropecuaristas e seringalistas contra posseiros e seringueiros.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Em dezembro, Romaria pela Moradia

São Paulo (AGEN) - No dia 6 de dezembro próximo, de todos os pontos da cidade de São Paulo sairão grupos de sem-teto e pessoas que apóiam a luta pela moradia, em direção ao Santuário da Penha, zona leste paulistana. É a Romaria pela Moradia, promovida pelos movimentos sociais e pela Arquidiocese de São Paulo. Todos os bispos de São Paulo, inclusive o cardeal-arcebispo d.Paulo Evaristo Arns, estarão participando da caminhada. A expectativa é de que sejam reunidas milhares de pessoas.

Favelados decidem se aceitam mutirão do governador

São Paulo (AGEN) - Neste dia 25 de novembro, na Câmara Municipal de São Paulo, o Movimento Unificado das Favelas irá decidir se aceita ou não os termos das propostas de urbanização, feitas pelo governador Orestes Quércia. São semelhantes ao "mutirão" empregado há três anos pelo então governador de Goiás, Íris Rezende, hoje ministro da Agricultura. Pela qualidade das habitações proporcionadas pelo governo goiano, a iniciativa de Rezende passou a ser conhecida pelos movimentos populares daquele estado como "mentirão".

Ação Católica Operária comemora 25 anos

Santo André (AGEN) - A Ação Católica Operária (ACO) do Brasil comemora, no dia 29 de novembro, os seus 25 anos de atuação no país. Para marcar a data, um encontro de confraternização ocorrerá no dia 28 próximo, às 19 h, com a inauguração da sede regional da ACO, à rua Fernão Dias, 14, Utinga, em Santo André (SP). No encontro, com a presença de militantes da ACO de todo o país, de representantes de movimentos populares, entidades sindicais, políticos e de Igrejas, haverá o lançamento do livro "A história da ACO". No final, um forró animará os participantes do encontro.

A ACO foi criada a partir de duas assembléias de trabalhadores em 1962: uma em São Luís (MA), de 8 a 15 de julho e a outra em São Paulo, de 1 a 4 de novembro, até a criação oficial do organismo a 29 de novembro de 1962.

TERRA

FETAEMGE contesta absolvição de fazendeiro acusado de homicídio

Belo Horizonte (AGEN) - A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMGE) está distribuindo nota de protesto contra a absolvição, por júri popular, do fazendeiro Boaventura José de Magalhães, que, a 6 de outubro de 1985, matou com dois tiros o lavrador Júlio Rodrigues de Miranda, além de ferir a sua esposa Cipriana da Cruz Rodrigues. O julgamento do fazendeiro foi realizado a 25 de setembro passado. A sentença final: seis meses de prisão, que Boaventura cumprirá em liberdade, "tendo em vista seus bons antecedentes".

Na nota, a Fetaemge assinala ser esta "a primeira vez que um latifundiário senta no banco dos réus", sob a acusação de assassinato de um trabalhador rural. Lembra a Federação que, desde 1962, Júlio Rodrigues de Miranda, com mais sete famílias, morava na fazenda Riacho dos Cavalos-Mandiocal, no município de Bonfinópolis de Minas.

Em 1972, a fazenda foi adquirida por Boaventura e seu irmão Raimundo. A partir daquele ano, as famílias de lavradores "começaram a sofrer todo tipo de ameaças". Por exemplo, os fazendeiros "jogavam capim em todas as lavouras e colocavam o gado para comer o pouco que as famílias plantavam", além de destruir cercas e queimar casas. Em 1982, a casa de Júlio Rodrigues de Miranda foi derrubada. No mesmo ano, o filho de Júlio, Itamar Rodrigues de Miranda, 13 anos, foi ameaçado de morte.

No dia 6 de outubro, do ano passado, relata a FETAEMGE, Júlio e sua esposa encontravam-se desarmados quando foram abordados por Boaventura José de Magalhães e dois jagunços, montados a cavalo. Foi quando o fazendeiro matou Júlio Rodrigues, feriu - com um tiro pelas costas - a sua esposa Cipriana e ameaçou de morte a um outro lavrador e a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí (MG), Maria Aparecida Rodrigues de Miranda, outra filha de Júlio.

O julgamento

O julgamento de Boaventura ocorreu, finalmente, a 25 de setembro último. O fazendeiro era acusado do assassinato de Júlio e da tentativa de homicídio contra Cipriana. Cerca de 350 trabalhadores estavam presentes. Pela manhã, notava-se a presença de um pequeno número de fazendeiros. À tarde, com a mobilização feita pela UDR, o número de fazendeiros aumentou consideravelmente, "disputando espaço com os trabalhadores e tentando tumultuar o julgamento", nas palavras da Federação.

A Federação salienta que o juiz responsável atuou com isenção, mas lamenta que "as cartas já estavam marcadas", frisando que "o conteúdo das perguntas formuladas às testemunhas de acusação demonstrava que elas já tinham opinião formada e posição de classe favorável à absolvição do latifundiário". Por volta das 21 horas, foi anunciado o resultado da votação do júri: por seis votos a um, o fazendeiro Boaventura foi absolvido da acusação de assassinato do lavrador, sob o argumento de ter agido "em legítima defesa". Por sete votos a zero, Boaventura foi também absolvido por ter tentado matar Cipriana da Cruz Rodrigues. Ao final, o juiz proferiu a sentença de seis meses de prisão para o fazendeiro que cumprirá a pena em liberdade.

SOLO URBANO

Articulação prepara-se para Constituintes estaduais

São Paulo (AGEN) - A Articulação Nacional do Solo Urbano está preparando-se para dar continuidade à luta pela reforma urbana a nível das Constituintes estaduais e municipais, que se seguirão aos trabalhos do Congresso Constituinte. "Devemos utilizar este momento para unificar bandeiras a nível nacional, estadual e municipal", propõe o texto preparatório para o 4º Encontro da Articulação, que será realizado de 10 a 13 de dezembro, em Cachoeira do Carmo (MG). Reunindo os grupos, movimentos e entidades que lidam com a questão da moradia nos centros urbanos, a Articulação nasceu de forma organizada de um encontro realizado, em São Paulo, em setembro de 1984, reunindo militantes de movimentos sociais e agentes pastorais de 11 Estados. Foi uma iniciativa da Copmissão Pastoral da Terra (CPT) que vinha recebendo muitos pedidos para atuar também nas cidades.

Eleições/88

O texto preparatório ao 4º Encontro da Articulação observa que, em razão das Constituintes estaduais e municipais, que adaptarão aos Estados e municípios as decisões do Congresso Constituinte, poderão surgir tarefas em torno de novas emendas populares, como a da reforma urbana, encaminhada ao Congresso com a assinatura de mais de 150 mil eleitores.

Outra preocupação da Articulação refere-se às eleições de novembro de 1988."Os movimentos devem ter propostas próprias e confrontá-las com as dos candidatos, utilizando as eleições para provocar o debate sobre as questões de terra e moradia nas cidades", diz o texto.

No texto, a Articulação adverte para as tentativas de divisão dos movimentos pela moradia feitas pelos governos, além da procura de esvaziá-los, através de propagandas sobre a construção de milhares de casas, como sendo dádiva desses governos. Outra tentativa de esvaziamento ocorre através da cooptação de lideranças menos comprometidas com a luta pela moradia.

Para enfrentar essas situações, a Articulação defende que se tenha " uma visão clara do papel dos movimentos de moradia no contexto da luta pela transformação geral da sociedade e das suas limitações internas". Quanto às ocupações, elas constituem "uma forma de luta que o movimento tem para conseguir suas reivindicações", e não a solução final para o problema da moradia, o que só ocorrerá, segundo a Articulação, quando houver uma verdadeira reforma urbana.

AMÉRICA LATINA

Projetos de telecomunicação abrangem América Latina

São Paulo (AGEN) - Dois projetos de telecomunicação via satélite, de alcance em todo o continente latino-americano, estão em fase de implementação. Enquanto isto, o empresário Roberto Marinho, dono das Organizações Globo, que inclui a TV Globo, consolida o controle sobre o sistema de telecomunicações no Brasil, em razão do acordo assinado a 14 de outubro último, pelo qual a Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações) cede, à Victory Comunicações, de propriedade de Marinho e de Amador Aguiar, presidente de honra do banco Bradesco, o direito de utilização do satélite Brasilsat, avaliado em um bilhão de dólares, pagos pelos cofres públicos.

Um dos projetos de telecomunicação, de abrangência continental, está sendo implementado pela União Latino-Americana e do Caribe de Rádio e Televisão (a sigla é ULCRA), com apoio do CIESPAL, com sede em Quito, Equador e Fundação Friedrich Ebert, da Alemanha Federal, além do Intelsat e assessoria técnica da Ásiavisão, Eurovisão e Intervisão, da Organização Internacional de Rádio e Televisão. A Fundação Friedrich Ebert é ligada ao Partido Social-Democrata da Alemanha Federal.

O projeto, denominado Latinvision, em fase de estudos de implantação, prevê a troca de notícias televisivas por satélite entre os países da América Latina e do Caribe, alcançando 36 nações, sendo 19 de língua espanhola, além do Brasil, doze países de língua inglesa, um de francês e três de expressão holandesa, somando cerca de 400 milhões de habitantes.

Renovação Carismática

Outro projeto está sendo implementado no âmbito do Movimento de Renovação Carismática Católica. Em agosto de 1985, delegados de 19 países, participantes do 9º encontro carismático católico latino-americano, realizado em San José , Costa Rica, decidiram apoiar a criação da Associação Latino-Americana de Evangelização, através dos meios de comunicação social. Com sede em Bogotá, Colômbia, a Associação passou a ser chamada Lumen-América Latina, tendo, como objetivo, cordenar as atividades do movimento carismático católico nos meios de comunicação de massa. O principal núcleo de formação de quadros para a produção de programas de rádio e televisão é o Centro Carismático de Dallas, no Texas, chamado "God is the Light" ("Deus é a Luz").

No Brasil, a entidade encarregada de coordenar a ação do Movimento Carismático nos meios de comunicação é a Associação do Senhor Jesus, sediada em Campinas, SP. Vários técnicos da Associação já fizeram estágio no centro de Dallas.

A aquisição de um satélite para transmissão dos programas carismáticos para toda a América Latina e mesmo Estados Unidos e Europa, é um projeto que tem participação financeira da família alemã Brenninkmeyer, que é proprietária, entre outros negócios, da cadeia de lojas C&A. A família Brenninkmeyer, radicada na Holanda, mantém a Fundação Benevolentia (Boa Vontade) que tem ajudado vários projetos, inclusive no Brasil. Segundo a AGEN apurou sobre uma reunião realizada pela Lumen em Dallas, Texas, em maio do ano passado, com a presença de representantes da Benevolentia e de uma delegação do Vaticano, se não fosse possível a aquisição do satélite, seria alugado um canal de um satélite já em órbita.

Marinho, dono do espaço

O contrato assinado entre a Embratel e a Victory, no último dia 14 de outubro, transfere às Organizações Globo e ao grupo Bradesco, o completo domínio sobre a tranmissão de dados via satélite, no Brasil. Os dois complexos empresariais poderão, a partir do contrato, cobrar o preço que quiserem, de indústrias e bancos, pela prestação dos serviços do Brasilsat.

A assinatura do contrato gerou uma imediata reação por parte dos funcionários da Embratel, que saíram às ruas do Rio de Janeiro em protesto contra a medida. Os funcionários dessa estatal brasileira temem que esteja em andamento um projeto de privatização do sistema brasileiro de telecomunicações, em favor, principalmente, das Organizações Globo. O antecedente foi a aquisição, por Roberto Marinho, da NEC do Brasil que lhe foi repassada praticamente de graça pelo Ministério das Comunicações, do espólio do empresário Mário Garnero. A NEC é uma das principais produtoras de equipamentos eletrônicos e de telefonia no país.

Bispos apóiam planos de paz na América Central

São Paulo (AGEN) - Em carta aberta, 21 bispos católicos e evangélicos do Brasil, Bolívia e México, reunidos em São Paulo, manifestaram seu apoio aos acordos de Esquipulas 2, que estabelecem as linhas para a pacificação na América Central. Datada de 27 de outubro passado, a carta é dirigida "às Igrejas e aos povos da América Central, Paz e Libertação no Senhor Jesus", e tem o seguinte conteúdo:

"Pastores da Igreja Católica e de Igrejas Evangélicas, do Brasil e de outros países, reunidos em Embu, Estado de São Paulo, Brasil, em um encontro de estudo e de espiritualidade, nos dirigimos a todos vocês, irmãos, nesta hora crucial para a América Central, para manifestar-lhes, mais uma vez, a nossa fraterna comunhão.

O tratado de paz de Esquipulas 2 nos deixa com uma nova esperança, ao mesmo tempo que nos convoca a uma maior solidariedade.

Sabemos que a paz na América Central não depende apenas da heróica vontade de seus Povos. Conhecemos as reais dificuldades de entendimento entre os mesmos signatários de Esquipulas. Somos muito conscientes dos interesses e interferências alheias que tentarão impedir novamente a Paz na América Central.

Contudo, confiamos no Deus da Vida e da Paz; confiamos no valor de tantos filhos e filhas dessas terras que já selaram com o seu próprio sangue um tratado maior de Paz; cremos na consciência e na decisão históricas dos Povos Centro-Americanos.

As Igrejas da América Central têm, nesta hora, uma ocasião evangélica singular de serem Boa-Nova para seus Povos. Com a oração, com a palavra, com a ação e, na medida do possível, nós queremos acompanhá-los, irmãos queridos, com a nossa oração e com a nossa solidariedade.

Para que a Paz na América Central seja uma Paz verdadeira, fecundada pela Graça do Evangelho da Paz e fundada nas legítimas aspirações dos seus Povos. Uma Paz com dignidade. Baseada na Justiça social. Ao serviço das maiorias secularmente despossuídas. Sem privilégios minoritários. Com a plena autonomia dos povos centro-americanos e em uma efetiva centroamericanidade de diálogo e de intercâmbio.

Dessa Paz na América Central depende, em boa parte, a libertação, a paz, e a unidade de toda a América Latina e Caribe.

Por isso, apoiamos incondicionalmente todas aquelas iniciativas surgidas nos distintos que tendem a proporcionar uma informação mais objetiva dos conflitos e a promover ações concretas de solidariedade e de apoio em favor da América Central.

Renovamos-lhes estes votos de comunhão e de esperança - que são também os votos de milhões de irmãos de toda Pátria Grande - e lhes abraçamos fraternalmente, em Jesus Cristo, o Libertador".

A nota é assinada pelos bispos da Igreja Metodista da Bolívia, Rolando Villena e Zacarias Mamani, pelos bispos católicos do México, d.Sergio Méndez Arceo e d.Samuel Ruiz, além de d.Bartolomé Carrasco, pelos bispos católicos do Brasil, d.Tomaz Balduíno, de Goiás Velho (GO), d.Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia (MT), d.José Maria Pires, de João Pessoa (PB), d.Manoel Pereira da Costa, bispo emérito de Campina Grande (PB), d.Apparecido José Dias, de Registro (SP), d.Luiz Gonzaga Fernandes, de Campina Grande (PB), d.Olívio Teodoro, d.Rino Carlesi, de Balsas (MA), d.Mário Clemente Neto, de Tefé (AM), d.Matthias Schmidt, de Rui Barbosa (BA), d. Jorge Marskell, de Itacoatiara (AM), d.José Brandão de Castro, de Propriá (SE), d. Antônio Fragoso, de Crateús (CE), d.Waldir Calheiros, de Volta Redonda (RJ) e de d.Celso Pereira de Almeida, de Porto Nacional (GO).

.....

ENVIE SUAS INFORMAÇÕES PARA A AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS - AGEN,
um espaço alternativo semanal dedicado, prioritariamente, à caminhada
dos movimentos sociais e populares do Brasil e da América Latina.
FAÇA UMA ASSINATURA DO BOLETIM DA AGEN
colaborando para a construção deste instrumento a serviço da unidade
dos cristãos, dos direitos humanos e da construção da nova sociedade.
APROVEITE A CHEGADA DAS FESTAS NATALINAS
e ofereça uma assinatura do boletim da AGEN como presente para entidades e comunidades dos meios populares que têm dificuldades financeiras para receberem regularmente esta publicação.

.....

EXTRA

Semana Ecumênica denuncia violência contra o menor

São Paulo (AGEN) - Apesar das promessas eleitorais, a violência contra o menor, em todos os níveis, tem-se intensificado nos últimos meses. A constatação marcou os debates da VII Semana Ecumênica do Menor, realizada de 12 a 15 de novembro em São Paulo, em Promoção da Comissão Ecumênica do Menor e Secretariado Arquidiocesano da Pastoral do Menor.

Cerca de 500 pessoas, de várias partes do Brasil, que trabalham em projetos ligados à promoção do menor, participaram da Semana, cujas atividades foram desenvolvidas no Centro Pastoral São José, no bairro Belém. Os debates e exposições foram ilustrados com a apresentação de slides e do filme "Pé na Caminhada", produzido pela Verbo Filmes.

Constituinte omissa

A abertura da Semana Ecumênica do Menor, no dia 12, contou com a presença do presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, do bispo metodista Nelson Luis Campos Leite e do pastor luterano Eugênio Foehringer. Em entrevista, d. Luciano, que é responsável pela Pastoral do Menor, criticou a omissão do Congresso Constituinte frente à problemática do menor. "Esperávamos que o direito à vida fosse respeitado com clareza, em defesa do nascituro, desde o primeiro momento de sua concepção", afirmou o bispo, lamentando o descaso das autoridades em face da escalada da violência contra o menor, que se manifesta através de torturas, interrogatórios e uma total falta de defesa jurídica, "o que resulta num desamparo crônico no que se refere à sobrevivência dos menores de rua e infratores precoces". Para o presidente da CNBB, apenas as efetivas reformas urbana e agrária resolverão o problema do menor no Brasil.

As atividades práticas da Semana Ecumênica do Menor foram iniciadas com um painel sobre a realidade do menor na América Latina, com a presença de representantes dos povos de El Salvador, Nicarágua, Chile e Paraguai. O debate foi coordenado por padre José Domingos Bragueto, do Movimento de Cristãos pelos Direitos Humanos na América Latina (CDHAL). No painel, foi destacada a emergência da solidariedade entre os povos latinoamericanos, como forma de superação da situação de dependência e miséria que vive o continente.

Política unitária

No segundo dia dos debates, a 13 de novembro, sexta-feira, foi divulgada uma "Carta Aberta à População do Estado de São Paulo", subscrita por um conjunto de entidades e movimentos, como a Comissão Ecumênica do Menor, Comissão Justiça e Paz, PUC-SP, Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua, Serviço Nacional Justiça r Não Violência, CPT, Movimento dos Sem Terra, Frente Nacional dos Trabalhadores, Pastoral Operária, Associação Brasileira dos Juristas Democráticos e Secretaria de Diaconia da Igreja Presbiteriana Independente.

Na Carta - apresentada à imprensa por d. Luciano, pela equipe da Pastoral do Menor, por Hélio Bicudo e por Jairo Fonseca, da Associação Brasileira dos Juristas De-

mocráticos - as entidades e movimentos denunciam a duplicidade de políticos relacionadas à questão do menor a nível do governo de São Paulo. A Carta denuncia, especificamente, a manutenção da Febem - Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor - no âmbito da Secretaria da Promoção Social, apesar de ter sido criada, pelo governador Orestes Quércia, a Secretaria do Menor.

A Carta também critica a manutenção da característica da Febem como sendo "depósito de menores". A ausência de adequado atendimento médico, a situação de menores doentes e feridos, vítimas de violência, que ficam vários dias sem providências para exame pelo IML, o "cabide de empregos" em que se transformou a Febem e a incapacidade de técnicose monitores para tratar do problema do menor, são alguns dos pontos denunciados na Carta em relação à instituição. A atual presidenta da Febem, que assumiu o cargo há cerca de dois meses, é mulher do Secretário da Promoção Social do Governo Quércia, Vergilio Dalla Pria, originário dos quadros do PDS.

Menores na Penitenciária

O descaso das autoridades brasileiras diante da questão do menor, em especial no caso dos menores abandonados e infratores, foi exemplificado com uma denúncia de Jairo Fonseca, da Associação Brasileira dos Juristas Democráticos. No dia da apresentação da Carta Aberta, a 12 de novembro, o Tribunal de Justiça de São Paulo havia deliberado, por unanimidade, indeferir o habeas corpus impetrado por Rui Carlos Machado Alvim, Procurador do Estado, em benefício de cinco menores infratores que estão ilegalmente detidos na Casa de Custódia de Taubaté. Pela atual legislação, o menor de 18 anos é considerado incapaz, não podendo ser preso.

Comentando a denúncia, d. Luciano Mendes de Almeida a considerou um grave precedente, principalmente pelo fato de o país estar vivendo momento de elaboração de uma nova Constituição. Para o bispo, a medida do Tribunal de Justiça de São Paulo ao "subverter a ordem jurídica", pode ser interpretada como "um atestado de incompetência do sistema educacional da sociedade brasileira". D. Luciano considera "um acinte que pessoas esclarecidas e formadas passem por cima das leis do país".

Também criticando a medida do Tribunal, Hélio Bicudo observou que o único precedente de manutenção de menores em instituições penitenciárias havia ocorrido "durante a ditadura militar", quando menores acusados de homicídio haviam ficado no Presídio Tiradentes. O advogado Jairo Fonseca informou que seria impetrado um recurso contra a decisão do Tribunal, pela ilegalidade da medida.

A VII Semana Ecumênica do Menor terminou no dia 15 de novembro, domingo, com a apresentação das sínteses dos trabalhos em grupo, por estados e regiões, e com a reunião de grupo a nível nacional, para pensar a continuidade da caminhada.

Festival do Migrante movimenta Zona Leste

São Paulo (AGEN) - O 1º Festival de Música do Migrante movimentou as regiões de São Paulo de maior concentração de migrantes, em particular a Zona Leste. Realizado nos dias 1º e 14 de novembro, o Festival foi promovido pelo Centro de Estudos Migratórios e

Serviço Pastoral dos Migrantes, com apoio da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, Centro de Pastoral dos Migrantes de Rondônia, Centro Santo Dias de Direitos Humanos, Grupo de Alfabetização do Jardim Elba e da Gianini, que forneceu os prêmios aos vencedores.

A música vencedora do Festival foi "O Negro e o Migrante", de Edjane, Valfredo e Antonio, que moram no Jardim Elba, na Zona Leste. O segundo lugar ficou com "O grito camponês", de Valter e Galbas, e o terceiro posto, com "Esperança de um Migrante", de José Pedro Cavalcanti, de Vicente de Carvalho. Os prêmios de melhor arranjo, interpretação e apresentação ficaram com o Grupo "Zé Paraná e sua turma", que apresentou "Esperança de um Migrante".

Vários grupos de música regional e popular participaram do Festival, como convidados, como o Moxetó, de Sertania (PE), o Abassaí, de São Bernardo do Campo, o grupo latino "Raza Índia", e o Grupo União e Olho Vivo. No dia 14, o cantor e compositor Silvio Brito apresentou um show especial. No corpo de jurados, radialistas, membros daqueles grupos e representantes de movimentos populares e da Secretaria de Cultura do Estado. Ao todo, cerca de 800 pessoas participaram dos dois dias do Festival, das várias regiões da Grande São Paulo e do interior do Estado. Para 1988, os organizadores pensam em promover um Festival a nível nacional, além da segunda edição do evento a nível regional, em São Paulo.

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Desejo uma assinatura anual do **Boletim AGEN**. Para isso estou enviando um cheque nominal ou vale postal à **AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS - AGEN**, Av. Ipiranga, Nº 1267 - 14º andar CEP 01039 - São Paulo/SP - Brasil - no valor de 1,5 OTN (Cz$ 636,00).

Nome: _____

_____ Telefone: ( ) _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Nº cheque ou vale postal: _____

Assinatura _____ Data: _____

AGEN
AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

Boletim Nº 70 - 17 de Setembro de 1987.

Sumário

IGREJAS

Instalada a CPI para apurar acusações contra o CIMI.....1
Perseguição contra CIMI aumenta em todo país.....2
Preso o pistoleiro que atirou em padre Cavazutti.....3
Bispos pedem apuração rigorosa da morte de Marcos Freire.....4
Igrejas pedem liberdade para Ortigoza.....4

NOVA CONSTITUIÇÃO

Movimentos populares traçam estratégia.....5
Conservadores temem a pressão popular na fase final da Constituinte.....6

DIREITOS HUMANOS

Campanha Teotônio Vilela pelos direitos humanos no sul.....7

MOVIMENTOS SOCIAIS

Jovens trabalhadores denunciam capitalismo.....8
Sem terra de São Miguel encontram-se com Quércia.....9

AMÉRICA LATINA

Encontro de Solidariedade debate plano de paz.....10
Seis mil soldados dos EUA estão no Equador.....10
Entidades apóiam Congresso de Desaparecidos em El Salvador.....11
Comitê denuncia esquadrões da morte em Honduras.....11
Parlamentares indígenas encontram-se no Panamá.....11

ECONOMIA

Cientista critica plataformas de exportação.....12

TERCEIRO MUNDO

Campanha pela libertação de líder sul-africano.....13

EXTRA

Campanha contra Igreja agora atinge a CPT.....13

AGEN - Agência Ecumênica de Notícias

Diretoria
Presidente: D. Sumio Takatsu
Vice-Presidente: Frei José de Rezende Ribeiro - O.P.
Secretário: Rev. Edin Sued Abumansur
Tesoureiro: José Lourenço Pechtoll
Editor Responsável, Dermi Azevedo (Reg. Prof. Mtb 239)
Editor-assistente, José Pedro Soares Martins
Secretária Administrativa, Edaléa R. da Silva
Conselho Fiscal: Silvio Schneider, Daniel Rech, Jether Pereira Ramalho, Marcos Rodrigues da Silva, Pedro Wilson Guimarães e Luis Longuini Neto.
Conselho Editorial: Paulo Ayres Mattos, Walter Altmann, Jaci Maraschin, Zwinglio Mota Dias, Ismael Martignago, Edelberto Behs, Antonio Cerveira de Moura, Laan Mendes de Barros.
Redator da Edição em Inglês: Cathal V. Cullen
Fotografia: Regina Vilela
Divulgação e Contatos: Henrique Pereira Júnior
Auxiliares de Escritório: Sueli de Sousa e Marcelo Santana
Impressão: CEPE

IGREJAS

Instalada a CPI para apurar acusações contra o CIMI

São Paulo (AGEN) - Foi instalada, a 3 de setembro, a Comissão Parlamentar mista de Inquérito (CPI) para apurar as acusações feitas pelo jornal "O Estado de São Paulo", contra a ação do CIMI - Conselho Indigenista Missionário. Segundo o jornal, em série de reportagens publicada a partir de 9 de agosto, ao defender os direitos dos povos indígenas sobre as riquezas minerais do subsolo de suas terras, o CIMI estaria apoiando cartéis multinacionais de mineração.

A composição da CPI é equilibrada - há quase o mesmo número de progressistas e conservadores. Progressistas são os senadores do PMDB Ronan Tito (MG), Severo Gomes (SP), Almir Gabriel (PA), Nelson Wedekin (SC) e Pompeu de Souza (DF), e os deputados José Carlos Sabóia (PMDB-MA), Octávio Elísio Alves Britto (PMDB-MG), Vasco Alves (PMDB-ES) e Lysâneas Maciel (PDT-RJ). Na cota de conservadores, estão os senadores Olavo Pires (PMDB-RO), Alexandre Costa (PFL-MA), João Menezes (PFL-PA), e Jarbas Passarinho (PDS-PA), e os deputados Gidel Dantas (PMDB-CE), Eraldo Trindade (PFL-AP), Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Gerson Peres (PDS-PA).

A CPI é presidida por Cardoso Alves, tido como ligado à UDR, e tem como vice-presidente Ricardo Fiúza, ligado ao setor militar. O relator, Ronan Tito, tem ligações com a ala progressista da Igreja Católica. O diretor-responsável do "Estadão", Júlio Mesquita Neto, primeiro a ser ouvido pela CPI. O depoimento estava marcado para 10 de setembro, mas, como Mesquita alegou doença, foi transferido para a semana seguinte.

Objetivos da Campanha

Desde o primeiro momento, ficou claro para as entidades indigenistas que a série de reportagens faz parte de uma estratégia das grandes mineradoras para afastar o CIMI das áreas indígenas. Esta versão foi várias vezes reiterada em debate realizado dia 20 de agosto e promovido pela Fundação Pedroso Horta, do PMDB, em Brasília. Na mesa de debates, estavam d. Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB, os constituintes Mário Covas (PMDB-SP), Luis Henrique (PMDB-SC) e Severo Gomes (PMDB-SP), o ex-deputado Mário Juruna e Vanderlindo de Carvalho, presidente da CONAGE - Coordenação Nacional dos Geólogos.

No debate, na presença de cerca de 40 constituintes, d. Luciano provou que os documentos apresentados pelo "Estadão" foram forjados. Para o bispo, a campanha tem três principais objetivos: 1. Desestabilizar a ação da Igreja, jogando a opinião pública contra ela. 2. Influenciar as decisões dos constituintes, visando alterar os avanços até agora alcançados pelos povos indígenas. 3. Impedir que a nova Constituição assegure os direitos sobre a utilização do subsolo por parte das populações indígenas, o que se confirmou no anteprojeto apresentado por Bernardo Cabral.

Roberto Marinho tem interesses

A nível da imprensa, a campanha contra o CIMI, partindo do "Estadão", logo passou a ser veiculada por outros jornais da grande imprensa, como o "Correio Brasiliense" e "O Globo". Do mesmo modo, o "Jornal Nacional", da Rede Globo, deu cobertura à visita de

alguns índios Tukano ao Rio de Janeiro, onde defenderam a implantação do Projeto Calha Norte nas regiões de fronteira. O grupo Globo tem interesses diretos na questão, pois o seu presidente, Roberto Marinho, é sócio de uma das maiores mineradoras do país, a British Petroleum, em associação com o grupo Monteiro Aranha.

A implantação do Calha Norte é, com efeito, um dos objetivos da campanha contra o CIMI, na avaliação de entidades que apóiam a causa indígena. Numa análise do primeiro substitutivo de Bernardo Cabral, o INESC - Instituto de Estudos Sócio-Econômicos - assinala que o capítulo sobre os direitos indígenas foi "completamente retalhado, caracterizando um retrocesso na questão dos direitos indígenas, inclusive, quando comparado à legislação atual", o que já seria uma consequência da campanha contra o CIMI. Pelo texto, adverte o INESC, "nada impedirá a exploração mineral nos territórios indígenas". Na proposta apresentada pelas entidades indigenistas, a pesquisa e lavra em território indígena só seria permitida se fosse caracterizada a inexistência de outras reservas no território nacional, se fosse considerada de interesse nacional e a exploração seria exclusividade da União. Esses requisitos não constam do substitutivo.

Outros cortes importantes foram feitos, salienta o INESC. "O novo texto não reconhece a plurietnicidade brasileira, não permite aos índios a cata, faiscagem e garimpagem de suas próprias terras, não determina prazo para demarcação das áreas indígenas, e permite a remoção dos grupos indígenas de suas terras se for de 'interesse da soberania nacional'". É neste ponto que, para o INESC, "fica demonstrada a intenção de legitimar o Projeto Calha Norte, removendo as populações indígenas que ocupam áreas de fronteira, o que atingiria cerca de 50% da atual população indígena.

Brossard apóia campanha

A campanha contra os direitos indígenas passou a contar, igualmente, com o apoio do ministro da Justiça, Paulo Brossard. Em palestra na Escola Superior de Guerra, o ministro afirmou que o CIMI ameaça a soberania nacional, ao defender o caráter "plurinacional" do Brasil. Brossard também disse isto a d. Luciano Mendes, quando este lhe entregou cópia dos documentos que comprovam a falsidade das acusações do "Estadão".

A série de reportagens do "Estadão" estará em discussão no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, dia 21 de setembro, às 20 horas, em debate do qual participarão, entre outros, o senador Severo Gomes, a antropóloga Manoela Carneiro da Cunha, e um representante do CIMI, do "Estadão", do "Retrato do Brasil" e da revista "Senhor".

Perseguição contra CIMI aumenta em todo país

São Paulo (AGEN) - A perseguição contra o CIMI não se restringe às áreas indígenas onde são encontradas reservas minerais. Em outras partes do país, tem-se intensificado, nos últimos meses, a campanha de perseguição contra a ação do Conselho Indigenista Missionário.

No final de agosto - poucos dias depois de publicada a série de reportagens em "O Estado de São Paulo" -, as irmãs Ângela, Leila e Fernanda, ligadas ao CIMI - Leste, foram impedidas de entrar na Área Indígena Maxakali em Bertópolis (MG). O chefe do posto

local da FUNAI, Toninho, lhes comunicou ter recebido ordens do administrador regional da FUNAI, em Governador Valadares, Lúcio Flávio Coelho, proibindo a entrada das irmãs na área Maxakali. A mesma ordem havia sido dada para área de Água Boa. Segundo Toninho, as ordens partiram do presidente da FUNAI, Romero Jucá Filho.

De imediato os índios presentes protestaram e se revoltaram contra a medida, prometendo expulsar de sua área o administrador da FUNAI, caso ele fosse lá. O território dos Maxakali em Minas Gerais é recortado por um corredor de fazendas, uma delas pertencentes ao major da reserva Manoel Pinheiro dos Santos, ex-chefe da FUNAI no estado. O administrador Lúcio Flávio Coelho, por sua vez, no início de 1987, permitiu a introdução de mais de 50 meeiros na área Maxakali e a construção de estradas que iriam beneficiar os fazendeiros. O CIMI denunciou a situação e a FUNAI ordenou a proibição da entrada das irmãs na área indígena, ordem reiterada no final de agosto.

XAKRIABÁ

O CIMI-Leste também tem sido frequentemente proibido de manter contatos com os índios Xakriabá, em Itacarambi (MG), por ordem do mesmo Lúcio Flávio Coelho. As terras dos Xakriabá têm sido invadidas pelos fazendeiros da região, sob comando do próprio prefeito de Itacarambi, José Ferreira de Paula. A 12 de fevereiro passado, três índios foram mortos em chacina comandada pelo grileiro Francisco de Assis Amaro, denuncia o CIMI.

A 12 de agosto último, o Xakriabá Selvino Ferreira, de 67 anos, foi preso em Itacarambi, sem qualquer motivo. Uma questão que tem preocupado o CIMI-Leste é a construção de uma barragem da Codevasf na região norte de Minas, que deverá causar a inundação do território Xakriabá. Alguns índios teriam sido pagos pela FUNAI para assinar uma lista de apoio à barragem. Além disso, foi prometida a construção de escolas, estradas e perfuração de poços artesianos nas aldeias. As promessas não foram cumpridas, mas as obras da barragem estão em estado avançado.

Preso o pistoleiro que atirou em padre Cavazutti

Goiânia (AGEN) - Preso, a 4 de setembro, o pistoleiro Marcelino Antonio confessou ter sido o executor do atentado contra padre Francisco Cavazutti, ocorrido a 27 de agosto, num povoado entre Mossâmedes e Mirandópolis, na diocese de Goiás Velho (GO). Em razão do atentato, padre "Chicão", um italiano de 53 anos, pode perder totalmente a visão. Transferido para São Paulo, o religioso está sob cuidados intensivos, embora consciente. Os médicos que o acompanham lutam para recuperar a visão de seu olho direito.

A comunidade de Sanclerlândia, onde padre Cavazutti é vigário, desconfia das razões dadas por Marcelino para ter cometido o atentado. Em seu depoimento, o pistoleiro disse que teria baleado o padre por motivos pessoais - especificamente, a negativa, há tempos, do padre, em batizar um dos filhos de Marcelino. Entretanto, de acordo com a comunidade de Sanclerlândia, Marcelino seria responsável por outros crimes na região.

Observa d. Tomás Balduíno, bispo de Goiás Velho, estar surgindo nas regiões de conflito de terra um tipo de pistoleiro que, contratado por um grande fazendeiro para executar alguém, também é pago para assumir a completa responsabilidade pelo crime. Em

troca, o fazendeiro promete que lutará pela libertação ou diminuição da pena do pistoleiro.

Em agosto, outros dois religiosos receberam ameaças de morte na diocese de Goiás Velho - padre Carlos Parada, vigário de Fazenda Nova, e irmã Lúcia Paulo Camata, religiosa que trabalhava em Carmo do Rio Verde, município onde, em outubro de 1985, foi morto o líder sindical Nativo da Natividade. Em face das ameaças de morte, irmã Paula - parente do senador Gerson Camata (PMDB-ES) - teve de se transferir (AGEN nº 68). Ainda em Carmo do Rio Verde, foi morto, a 9 de agosto passado, o advogado Wellington Zalique, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município.

Bispos pedem apuração rigorosa da morte de Marcos Freire

São Paulo (AGEN) - Bispos católicos de dioceses onde estão ocorrendo conflitos de terra entendem que as autoridades competentes devem fazer uma apuração rigorosa do acidente com o jato Hawker Siddeley 125 da FAB, que causou a morte do ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, e do presidente do INCRA, José Eduardo Vieira Raduan, e mais sete pessoas. De acordo com as primeiras investigações, a aeronave teria se chocado com o chão, antes de explodir, logo após ter decolado do aeroporto de Carajás, no sul do Pará.

Observa d. Tomás Balduíno, bispo de Goiás Velho (GO), que a hipótese de atentado deve ser sempre levada em conta, quando se trata de acidente com aviões, especialmente quando causa a morte de autoridades. D. Tomás lembra, ainda, que Marcos Freire ocupava uma "posição polêmica", e que a reforma agrária tem a sua maior adversária na UDR - União Democrática Ruralista.

Piloto e proprietário de um pequeno avião, d. Tomás já sobrevoou o aeroporto de Carajás, e acredita não haver possibilidade de a neblina ou o tamanho das árvores terem influído no acidente com o avião do ministro. O bispo mostra-se pessimista quanto ao futuro da reforma agrária: "Ela explodiu antes do avião com o ministro. O governo Sarney já fez a sua opção política por não implementar a reforma agrária no país".

Bispo de Conceição do Araguaia (PA), d. Patrício José Hanrahan compartilha da opinião de que os responsáveis pela apuração do acidente devem trabalhar com a hipótese de atentado, notando que, por estar em área de segurança máxima, o aeroporto de Carajás é bem policiado. D. Patrício mostra-se igualmente reticente quanto ao futuro da reforma agrária, pois "os grandes latifundiários não querem saber da função social da propriedade".

Igrejas pedem liberdade para Ortigoza

Assunção (AGEN) - O Comitê de Igrejas para Ajudas de Emergência está apoiando a campanha pela libertação do capitão Napoleón Ortigoza, detido a 17 de dezembro de 1962, sob a acusação, juntamente com outras pessoas, de liderar um complô para a derrubada do general Alfredo Stroessner, no poder desde 1954 no Paraguai. O complô teria sido planeja

do por um grupo de militares que, durante a investigação, o atribuíram ao capitão Ortigoza.

Após ser torturado, Ortigoza foi condenado à pena de morte pela justiça militar. A pena seria, depois, comutada em 25 anos de prisão. Seu primeiro advogado foi agredido e expulso do país, quando começava a encontrar provas contundentes para demonstrar a inocência do acusado. Atualmente, Ortigoza é defendido pelo CIPAE, embora as gestões não tenham prosperado.

Ortigoza encontra-se incomunicável desde o primeiro dia de prisão. Apenas puderam vê-lo, nos últimos anos, sua mãe e uma das filhas. Legalmente, Ortigoza poderia estar em liberdade condicional desde fevereiro de 1980, o que não foi concedido sob o argumento de "má conduta". O capitão permanece só em uma cela, com problemas de saúde, mas não recebe a visita nem de advogados nem de médicos. Outro detido no mesmo caso, Domingo Regalado Britez, morreu na prisão, e um terceiro, Escolástico Ovando, depois de vários anos de prisão foi solto, por força de uma enorme pressão interna e externa. O CIPAE está pedindo o apoio de todos os organismos cristãos e de direitos humanos do continente e outros pontos do mundo à luta pela libertação de Ortigoza. O endereço do CIPAE é: Gral. Diaz 429 - Assuncion - Paraguay.

NOVA CONSTITUIÇÃO

Movimentos populares traçam estratégia

São Paulo (AGEN) - A votação do substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), na Comissão de Sistematização, nas duas últimas semanas de setembro e início de outubro, é a fase mais importante do processo constituinte. Por isso, os movimentos populares irão intensificar a sua ação, com vistas a tentar sensibilizar os integrantes da Comissão.

Pelo desenrolar do processo constituinte, foram organizados vários grupos, interpartidários, com destaque para os de esquerda, o do consenso, do "Centro Democrático", entre outros. Nenhum desses grupos conta com os 280 votos necessários para obter maioria absoluta nas votações em plenário, a partir de 5 de outubro. Dessa forma, o projeto de Constituição que sairá da Comissão de Sistematização dificilmente será modificado. Toda atenção, portanto, está para a Comissão. Composta por 93 membros, suas decisões dependerão de 47 votos.

Toda atenção para Brasília

Reunida no início de setembro, em Brasília, a Articulação Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte traçou a estratégia para potencializar a pressão dos movimentos sociais nesta fase decisiva do debate constitucional. A articulação convocou uma nova reunião dos representantes dos movimentos populares, para os dias 16, 17 e 18, com três principais objetivos: 1. Estudar o substitutivo do relator Bernardo Cabral, verificando o que foi considerado ou não do ponto de vista dos movimentos, e identificar para que emendas - populares ou de constituintes - será necessário pedir destaque, garantindo sua

consideração pela Comissão de Sistematização. O pedido de destaque é uma forma do constituinte se comprometer com a votação, que é feita nominalmente. 2. Solicitar a um constituinte que peça destaque à respectiva emenda. 3. Conversar com cada um dos membros da Comissão, buscando o apoio de no mínimo 47 deles, para garantir a aprovação da emenda.

Em face da importância dessa fase de votação na Sistematização, para a qual os movimentos sociais irão destinar atenção máxima, a Articulação Nacional sugere que sejam feitas pressões a partir das próprias cidades (telegramas, atos públicos, vigílias) sobre os constituintes; que os representantes em Brasília acompanhem todo processo; e que sejam organizadas caravanas, por pequenas que sejam, para que as galerias do Congresso não fiquem vazias durante as votações.

A Articulação entende, porém, que o acompanhamento e pressão devem prosseguir, na fase das votações em plenário. Para esse período, que irá do início de outubro até o final do ano, a Articulação sugere que sejam organizadas sucessivas caravanas, para contrabalançar as pressões contrárias aos interesses populares, que serão igualmente intensificadas.

Maiores informações com o Secretariado Nacional dos Plenários Pró-Participação Popular na Constituinte, a/c FAMERJ, r. Visconde do Rio Branco, 54, 4º andar, Rio de Janeiro - 20060, telefone (021) 222. 9832, ou com Intercomunicação, a/c IEE-PUC, r. Monte Alegre, 984, São Paulo - 05014, telefone (011) 62. 2189.

Conservadores temem a pressão popular na fase final da Constituinte

São Paulo (AGEN) - O Congresso Constituinte entra em sua fase decisiva, com o início da votação, em plenário, do substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral. Neste momento, a pressão popular está sendo vista, pelas entidades representativas da sociedade civil, como mais do que nunca essencial para garantir a defesa dos direitos do povo brasileiro na futura Constituição.

Os segmentos conservadores deram mostra de temer a pressão organizada durante a defesa das 122 emendas populares encaminhadas à Comissão de Sistematização, no período de 26 de agosto a 4 de setembro. Naqueles dias, a presença em plenário de constituintes ligados a setores conservadores foi mínima. Ao todo, a Sistematização recebeu 151 emendas - aquelas não assinadas pelo mínimo regimental de 30 mil eleitores, foram aceitas após a subscrição por um parlamentar.

A pressão popular é decisiva na reta final da Constituinte, nota o INESC - Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, inclusive como uma maneira de barrar as manobras de bastidores que estão sendo articuladas, com vistas a um possível "consenso" em torno de alguns temas. Nota o INESC que, "para muitos constituintes, o acordo para a votação é interessante, porque funciona como 'cortina', atrás da qual eles poderão se esconder, para não se comprometerem diante de seu eleitorado".

Consenso conservador

Nos bastidores, longe da observação pública, os grupos que defendem teses conservadoras articulam o "consenso". Concluído o acordo, "não há quem possa impedir a estes

constituintes, de se venderem para o eleitorado como progressistas que defenderam a parte avançada da proposta global", alerta o INESC. A entidade observa que, para evitar essa manobra, os grupos progressistas deverão apresentar 15 emendas envolvendo a todos os temas polêmicos da Constituinte (reforma agrária, papel das Forças Armadas, estabilidade no emprego, por exemplo). No momento da votação, os progressistas pedem destaques, para que cada assunto seja votado em separado do substitutivo do relator Bernardo Cabral.

Esse artifício, segundo o INESC, fará com que cada parlamentar pronuncie seu voto individualmente, perante as galerias. Os grupos progressistas acreditam que desta forma poderão ser assegurados alguns avanços em relação ao texto constitucional que está nascendo do consenso entre grupos conservadores e moderados, tudo dependendo, contudo, da pressão popular.

Aliança com os militares

Já prevendo a intensificação da pressão popular, os segmentos conservadores buscam, no setor militar, o seu ponto de apoio para impedir os avanços, como comprova o discurso do presidente Sarney no início de setembro, em Piquete, São Paulo, na inauguração de uma fábrica de explosivos. Na oportunidade, Sarney teceu elogios ao ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, que dias antes, durante reunião do ministério, fizera duras críticas ao trabalho do Congresso Constituinte.

Três pontos, particularmente, têm encontrado resistências da cúpula militar: 1. A anistia e reintegração, com recebimento dos atrasados, de todos os militares cassados pelo golpe de 1964. 2. A limitação dos poderes constitucionais das Forças Armadas. 3. A descentralização na arrecadação de tributos. (Pelo primeiro substitutivo Cabral, a receita da União diminuirá em cerca de 20%, enquanto aumentará a arrecadação dos Estados em 15% e a dos Municípios em 30%. Com isso, o poder político da União fica naturalmente atenuado.)

Especificamente quanto à diminuição de seus poderes, as Forças Armadas estão preocupadas, por exemplo, com a subordinação das polícias militares aos governos estaduais. Atualmente, as PMs são vinculadas às próprias Forças Armadas. Para alguns observadores, este fato explicaria a forma ostensiva com que as PMs estão atuando nos últimos meses, na repressão aos considerados delinquentes.

DIREITOS HUMANOS

Campanha Teotônio Vilela pelos direitos humanos no sul

Porto Alegre (AGEN) - Com a presença, entre outros, de Hebe de Bonafini, presidente das Madres de la Plaza de Mayo, da Argentina, e de d. Cândido Padin, bispo de Bauru (SP), foi lançada, dia 9 de setembro, em sessão solene na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, a Campanha Teotônio Vilela pelos Direitos Humanos.

Com o objetivo de lutar contra a tortura e todos os tipos de violações aos direitos humanos, a Campanha é promovida pela Comissão de Direitos Humanos, Segurança Social e

Defesa do Consumidor (CDHSSDC) da Assembléia Legislativa gaúcha, com apoio do Comitê Brasileiro pela Anistia, Casa da Amizade Brasileiro-Uruguaia, Comissão de Justiça e Paz da CNBB e Ordem dos Advogados do Brasil-secção/RS.

O lançamento da Campanha constou da sessão solene, com a entrega da coleção completa, em 12 volumes, de "Brasil Nunca Mais", e de sessão especial da CDHSSDC, pela revogação da Lei de Segurança Nacional. Há poucos meses, setores de direita tentaram envolver o presidente da Comissão, deputado Mário Madureira, do PMDB, em crime eleitoral, sob a alegação de que ele não teria entregue o automóvel referente a um bingo que promoveu para pagar a sua campanha eleitoral em 1986.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Jovens trabalhadores denunciam capitalismo

São Paulo (AGEN) - A "causa fundamental" da situação de miséria e exploração em que se encontra a classe trabalhadora brasileira tem como "causa fundamental e determinante" o fato de que "vivemos numa sociedade capitalista". A opinião está contida no Manifesto do 4º Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores, realizado de 4 a 7 de setembro, em Osasco (SP).

Participaram do Congresso, promovido pela JOC (Juventude Operária Católica Brasileira), cerca de 800 pessoas, das quais, 650 como delegados, eleitos nos 200 congressos de base de diversas categorias e bairros, realizados em 50 cidades de 15 estados brasileiros, nos primeiros meses de 1987.

Diagnóstico

"Estamos submetidos a péssimas condições de vida e trabalho. Moramos em bairros, favelas, vilas e cortiços nas periferias das cidades, em casas de baixíssima qualidade, além dos altos custos dos aluguéis. O transporte é insuficiente e precário. Não temos espaço para o lazer, faltam escolas e assistência à nossa saúde", afirma o Manifesto, ao fazer um diagnóstico da realidade dos cerca de 25 milhões de jovens trabalhadores brasileiros.

Apontando o capitalismo como causa dessa situação, o Manifesto afirma, ainda, que "a internacionalização da economia, orientada para defender os interesses do grande capital, subtrai os interesses da classe trabalhadora, sobretudo dos países do terceiro mundo". Uma das principais características da internacionalização da economia, para os participantes do Congresso, é "o controle exercido pela classe dominante sobre as instituições da sociedade, limitando a participaçaõ dos trabalhadores e, sobretudo, dos jovens trabalhadores, nos seus organismos de classe".

Entre outras reivindicações, os participantes do 4º Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores acentuam: eleições diretas já, não-pagamento da dívida externa, jornada de trabalho de 40 horas semanais liberdade e autonomia sindical, reforma agrária e urbana, sob o controle dos trabalhadores, "punição dos mandantes e assassinos dos trabalhadores

rurais, bem como a cassação das entidades terroristas como a UDR". Como reivindicações específicas dos Jovens Trabalhadores, o Manifesto aprovado no Congresso relaciona o direito ao voto aos 16 anos, não-obrigatoriedade do serviço militar, reserva de mercado para os jovens que buscam o primeiro emprego, facilidade no horário de trabalho para o jovem trabalhador estudante.

Como compromisso, os participantes do Congresso indicam o de "avançar num processo formativo e organizativo, criando e fortalecendo grupos de trabalhadores, sobretudo jovens, que proporcionem a descoberta da realidade em todos os seus aspectos". Os jovens se comprometem, também, a continuar "contribuindo para o fortalecimento de nossas organizações classistas com caráter de base, massivo, autônomo e unitário. Com isso, acreditam que "estaremos sendo agentes de nossa própria história, a história da classe trabalhadora", finaliza o Manifesto.

5º Congresso

Entre outras resoluções, os participantes destacaram a necessidade de realização do 5º Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores, provavelmente dentro de um período de 4 anos. Para isso, foi criada uma comissão, com a participação de um jovem de cada estado, de dois representantes rurais e de representantes da JOC, para encaminhar a realização do próximo Congresso.

O 1º Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores foi em 1961, no Rio de Janeiro. O 2º, previsto para 1964, acabou não ocorrendo, por força do golpe militar (aconteceram apenas os congressos de base, em 1963). O 3º Congresso foi realizado em 1983, em São Paulo, com a participação de cerca de 620 delegados.

Sem terra de São Miguel encontram-se com Quércia

São Paulo (AGEN) - A Pastoral da Terra e Moradia da Região de São Miguel, na Zona Leste de São Paulo, promove dia 20 de setembro, domingo, uma reunião com o governador Orestes Quércia. No encontro, os sem terra e sem casa de São Miguel irão cobrar a promessa do governador, feita a 12 de abril passado na praça da Igreja de São Miguel, de construção de 50 mil casas para a região, sendo 20 mil na primeira fase.

Para a Pastoral da Terra e Moradia, essa quantia é muito pouca para São Miguel, considerado como o terceiro núcleo populacional do Brasil. Na reunião com o governador, prevista para ter início às 14 horas, na Igreja de São Miguel, os moradores irão discutir a forma de construção das casas prometidas. A Pastoral está propondo que elas sejam construídas em regime de mutirão. Também sugere a criação de uma "usina" na região, para a fabricação de materiais de construção.

A Pastoral da Terra e Moradia de São Miguel está solicitando às várias organizações que escrevam ao governador Orestes Quércia, pedindo uma solução urgente à problemática da moradia na região. O endereço do governador é: Palácio dos Bandeirantes - Avenida Morumbi, 4.500 - CEP 05650 - São Paulo - Capital. A Pastoral também pede que se telefone ao governador, para pedir a sua presença na reunião do dia 20 de setembro. O telefone do Palácio dos Bandeirantes: (011) 211-5522 - ramais 133/138/207/445.

AMÉRICA LATINA

Encontro de Solidariedade debate plano de paz

Brasília (AGEN) - Realizou-se no período de 4 a 6 do corrente, na Universidade Nacional de Brasília, o 6º Encontro Nacional de Solidariedade aos Povos da América Latina. O evento contou com a participação de aproximadamente cem pessoas, que representaram 41 entidades de solidariedade dos diversos estados brasileiros.

O ato de abertura foi no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos deputados, às 16:30 horas, com a presença de diversos parlamentares, além do representante da organização de Libertação da Palestina no Brasil, Fawzi El Mashni, e do embaixador da Nicarágua, Jorge Jenkins.

Na abertura, uma das tônicas foi a assinatura do Plano de Paz para a América Central. Segundo o embaixador da Nicarágua, apesar dos Estados Unidos tentarem boicotar toda e qualquer tentativa de Paz na América Central, pois não têm interesse em nenhuma solução pacífica, "assinamos um acordo importante que levará a um cessar-fogo até o final do ano na América Central", disse.

Os participantes do encontro foram convidados a conhecer a embaixada da Nicarágua em Brasília, e para lá se dirigiram. Em seguida, no prédio da CONTAG, houve um debate a respeito da Dívida Externa, com Luiz Fenelon, economista vinculado ao INESC.

No dia 4 de Setembro, foram feitas várias colocações a respeito da conjuntura latino-americana, em particular sobre a situação do Paraguai, do Chile e de El Salvador. Após estas colocações, foram formados diversos grupos, onde os participantes puderam debater a situação destes países e ainda fazer uma avaliação dos trabalhos de solidariedade que vêm realizando nos diversos estados. Foram tiradas também diversas conclusões com propostas de atuação até o 7º Encontro Nacional.

Uma das questões mais debatidas foi a respeito das "brigadas brasileiras para a apanha do café na Nicarágua". Os delegados das entidades acabaram aprovando, no final do encontro, dentre outras moções, uma coordenação nacional que neste ano tratará de organizar a 3ª brigada brasileira que deverá seguir para a Nicarágua em princípios do próximo ano.

Seis mil soldados dos EUA estão no Equador

Quito (AGEN) - Seis mil soldados norte-americanos encontram-se na região amazônica do Equador, desde o primeiro semestre deste ano, construindo uma estrada de caráter estratégico. O Congresso Nacional e os partidos políticos progressistas, assim como as centrais sindicais e organizações camponesas, já pediram a retirada dos soldados, mas o presidente Leon Febres Cordero assegurou que é sua a responsabilidade pela manutenção, em território equatoriano, dos militares dos EUA. Pelo seu conservadorismo e pela sua estreita vinculação com o governo republicano de Washington, Febres Cordero é chamado, em Quito, como o "Reagan dos países andinos". Os comandantes das tropas viajam constantemente de Quito para a selva e, na capital do Equador, hospedam-se no luxuoso hotel

Intercontinental Quito.

Entidades apóiam Congresso de Desaparecidos em El Salvador

San Salvador (AGEN) - Entidades de defesa dos direitos humanos de todo mundo estão manifestando o seu apoio à realização, em El Salvador, de 20 a 25 de novembro próximo, do VII Congresso da Federação Latinoamericana de Associações de Familiares de Detidos-Desaparecidos (FEDEFAM). O governo de Napoleón Duarte havia proibido a realização do Congresso da FEDEFAM em território salvadorenho no ano passado, mas, agora, tem aumentado o apoio internacional à realização do encontro em novembro próximo, em San Salvador.

Entre outros grupos e entidades, já manifestaram seu apoio à realização do VII Congresso da FEDEFAM em El Salvador o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil), Anistia Internacional, Associação Internacional contra a Tortura (Suíça), Movimento pelo Desarmamento, a Paz e a Liberdade (França), Cristãos Latinoamericanos no Exílio (Bélgica) e Tortura Nunca Mais (Brasil). O endereço da FEDEFAM é: Apartado Postal 2444 - Carmelitas 1010-A - Caracas - Venezuela.

Comitê denuncia esquadrões da morte em Honduras

Tegucigalpa (IPS-AGEN) - O Comitê dos Direitos Humanos de Honduras (CODEH) denunciou, ante o Congresso dos Estados Unidos, que naquela nação centroamericana operam "esquadrões da morte" com assistência norteamericana. O presidente do CODEH, Ramon Custodio, enviou carta ao embaixador norteamericano em Honduras, Everett Briggs, informando que a denúncia foi feita junto ao Senado e a Câmara dos deputados dos EUA, em Washington.

Na carta ao embaixador, Custodio assinala que o sequestro do jovem Mario Guifarro, diretor do CODEH na cidade de Ceiba, ao norte do país, efetuado entre 7 e 9 de agosto, mostra que continuam as operações do batalhão 3-16, um corpo de inteligência militar, que recebe assistência técnica do governo Reagan. O dirigente do CEDEH foi interrogado sobre as atividades da organização, enquanto era submetido a sessões de tortura. Dois dias depois, foi abandonado em Jutiapa, a cerca de 60 quilômetros do local do sequestro.

Segundo o CODEH, o batalhão 3-16 é a unidade de inteligência das Forças Armadas de Honduras que realizou, de 1982 a 84, o sequestro de mais de cem hondurenhos e estrangeiros, acusados de ter vínculos com a esquerda.

Parlamentares indígenas encontram-se no Panamá

Cidade do Panamá (AGEN) - Representantes da Bolívia, Equador, Guatemala, Nicarágua, México, Peru e Panamá participaram, de 27 a 29 de agosto, na Cidade do Panamá, do Primeiro Encontro de Parlamentares Indígenas na América Latina. O Encontro foi aberto pelo ministro de Governo e Justiça do Panamá, Rodolfo Chiari de León, em nome do presidente Eric Arturo del Valle.

O Encontro foi realizado no marco dos preparativos à lembrança dos 500 anos de

descobrimento e evangelização na América Latina. A integração dos povos indígenas da América Latina, a implicação do narcotráfico nas regiões indígenas e a virtual criação da Comissão Interparlamentar de Povos Indígenas foram alguns dos temas do Encontro.

ECONOMIA

Cientista critica plataformas de exportação

São Paulo (AGEN) - O titular do Ministério da Indústria e Comércio (MIC), José Hugo Castelo Branco, anunciou que em outubro estará pronto o primeiro estudo sobre a implantação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs). Os estudos estão sendo feitos por uma comissão interministerial (Fazenda, Planejamento e MIC). Informações procedentes de Brasília indicam que o ministro da Fazenda, Luis Carlos Bresser Pereira, é contra a criação das ZPEs, mas o governo Sarney já tomou a decisão de levar o projeto até o fim, dentro da estratégia de maior internacionalização da economia brasileira. O Nordeste e possivelmente a Amazônia são as regiões que receberiam os complexos industriais previstos para as plataformas de exportação.

A criação das ZPEs tem encontrando resistência em vários setores, inclusive na comunidade científica. Ex-secretário de Tecnologia Industrial do MIC e criador do Pro-Álcool, o professor J.W. Bautista Vidal afirma, em artigo publicado no boletim "Todos Somos Constituintes", do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte, da Universidade de Brasília:

- O governo, que se vestia até muito recentemente em pele de cordeiro, aparentando defender os interesses nacionais, descamba para a internacionalização da nossa economia e do nosso patrimônio. Quer nos transformar em entreposto comercial, como são Hong-Kong e Cingapura. Como é bem conhecido, esses entrepostos servem aos interesses, os mais ilegítimos, das potências industriais. Neles, vale tudo, do tráfico de drogas, ao comércio da prostituição, a nível internacional, além do mais deslavado contrabando. Suas atividades principais são dominadas por apátridas e dependem, em sua totalidade, do controle externo. Certos interesses internacionais podem imobilizar as atividades econômicas desses entrepostos em 24 horas, tal é a dependência que sofrem.

De acordo com Batista Vidal, atualmente diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da UnB, os objetivos desses entrepostos nada têm a ver com aqueles de uma nação soberana. Sem objetivos históricos, sem cultura própria, geridos por fins imediatistas, em muitos casos amorais, envolvendo o que há de mais sórdido no sub-mundo internacional". O cientista entende que "tudo isto se pretende fazer com o nosso país, com o apoio dos partidos políticos situacionistas, inclusive líderes proeminentes do PMDB, pelo menos com suas conivências".

Cobiça internacional

Instaladas na região Norte, as Zonas de Processamento de Exportação, para Bautista Vidal, exporiam a região Amazônica, "estratégica sob todos os pontos de vista, à

cobiça internacional e ao processo de deterioração e desvinculação da nossa cultura e dos nossos interesses, prelúdio do seu desmembramento do Brasil". Lembra o cientista que na Amazônia "se localiza o maior potencial permanente energético do planeta terra, de modo garantido, ao contrário das hipotéticas possibilidades futuras da fusão nuclear".

Frisa o cientista que, "com essa trajetória, não há dúvidas que essa região passará a ser palco de trágicas disputas entre as superpotências, visando o seu domínio; isto é, se converteria naquilo em que, nos últimos dez anos, se converteu o Oriente Médio, quase com guerras permanentes na região. Ou seja, o Oriente Médio está para a energia do passado, assim como a região amazônica ficará em relação à energia do futuro. É isto o que se pretende?", indaga-se J.W. Bautista Vidal.

TERCEIRO MUNDO

Campanha pela libertação de líder sul-africano

São Paulo (AGEN) - Está sendo lançada, a nível internacional, uma campanha pela libertação de Moses Mayekiso, líder sindical sul-africano, preso a 28 de junho do ano passado e ameaçado de receber a pena de morte pela justiça do apartheid. A campanha é coordenada pelo Comitê "Friends of Moses Mayekiso", formado em Londres.

Moses é secretário-geral do segundo maior sindicato independente da África do Sul, o Sindicato dos Metalúrgicos, e está detido desde 28 de junho de 1986. Moses participava de um encontro de sindicalistas em Estocolmo, Suécia, quando, a 12 de junho do ano passado, o governo racista da África do Sul decretou o estado de emergência. O regime de Pretória recusou-se a renovar o seu passaporte, que expirava a 14 de junho. Mesmo assim, Moses retornou ao país, a 28 de junho, sendo preso logo em seguida.

Em abril passado, Moses foi acusado de alta traição e, por isso, sofre a ameaça de receber a pena de morte. O Comitê Amigos de Moses Mayekiso pede que sejam enviadas cartas ao governo sul-africano, solicitando a libertação de Moses, pelo endereço: P. W. Botha - President - Union Buildings - Pretoria 0001 - Republic of South Africa. Cartas de solidariedade podem ser enviadas para: Friends of Moses Mayekiso - c/o Acorn House - 314-320 Grays Indd Road - London WC1X 8 DP - Inglaterra.

EXTRA

Campanha contra Igreja agora atinge a CPT

São Paulo (AGEN) - A campanha articulada contra a ação social da Igreja Católica e dos setores evangélicos progressistas, iniciada pelas acusações do jornal "O Estado de São Paulo" contra o CIMI - Conselho Indigenista Missionário -, agora atinge a CPT - Comissão Pastoral da Terra, novamente através das páginas daquele periódico paulistano. Da

mesma maneira que as acusações contra o CIMI, as críticas à CPT têm endereço certo: o Congresso Constituinte, que entra em sua fase decisiva.

Há tempos que o "Estadão" vem criticando a ação da CPT, que a seu ver tem apoiado as "invasões violentas" de latifúndios improdutivos, por parte dos trabalhadores sem-terra. De modo sistemático, o jornal tem aberto espaços para declarações de bispos conservadores, como d. Vicente Scherer e d. Boaventura Kloppenburg, criticando a ação da CPT e do Movimento dos Sem Terra.

Na edição de 13 de setembro, domingo, o "Estadão" publica a informação de que "ativistas sandinistas" estariam orientando a implantação de guerrilhas na região do Araguaia, no Pará. De forma específica, o jornal aponta para os posseiros "fortemente armados" da fazenda Bela Vista, em Conceição do Araguaia.

Morte de padre é preparada

As novas acusações contra a CPT são semelhantes àquelas dirigidas contra o CIMI pelo mesmo "Estadão", pois repete uma suposta "ameaça contra a soberania nacional". No caso do CIMI, a sua ação pastoral estaria "beneficiando os cartéis multinacionais" de mineração. No caso da CPT, as invasões de terra estariam contando com o apoio de sandinistas.

Em nota divulgada dia 14, segunda-feira, a direção nacional da CPT publicou nota, entitulada "UDR e Jornal O Estado de São Paulo preparam o assassinato do padre Ricardo Rezende", rebatendo as acusações do periódico. Para a CPT, o jornal "toma a si o encargo de criar na opinião pública o clima propício para que a UDR, através de suas milícias armadas, execute o assassinato do padre Ricardo Rezende Figueira, coordenador da CPT Araguaia-Tocantins".

A nota afirma que o clima de violência em que se encontra a região do Araguaia é o mesmo que antecedeu à morte do padre Josimo Tavares, assassinado a 10 de maio de 1986, em Imperatriz (MA). Lembra a CPT que, "antes e depois do assassinato, o mesmo jornal publicou declarações de diretor da UDR, o médico Altair Veloso, que se referia ao padre Josimo como 'bandido notório, indiciado por incitação a assassinatos'". Agora, observa a CPT que, em declarações ao "Estadão" (edição de 14.09.87), o presidente nacional da UDR, Ronaldo Caiado, considera o padre Ricardo Rezende como "bandido de alta periculosidade". Para a CPT, "trata-se claramente da indicação de uma sentença de morte. O 'grande chefe' indica o inimigo e suas milícias o executam".

Acrescenta a nota que a CPT "responsabiliza a UDR, na pessoa de seu presidente, que responderá na Justiça por suas declarações, o sr. ministro da Justiça, os proprietários do jornal O Estado de São Paulo, por qualquer violência que venha ocorrer ao padre Ricardo Rezende". A CPT conclui fazendo um apelo "ao sr. presidente da República, para tomar as medidas urgentes e indispensáveis de proteção à vida do padre Ricardo, sob pena de conivência criminosa pela sua morte".

No dia 15 de setembro, terça-feira, o bispo de Conceição do Araguaia, d. Patrício José Hanrahan, tentou e não conseguiu manter contato com o juiz Eronides Souza Primo, em cujas declarações o jornal paulistano baseou as suas acusações contra a CPT. Ao contrário do que afirma o jornal de que a fazenda Bela Vista foi "invadida" recentemente, há posseiros que há oito anos ocupam parte daquela propriedade.

Movimento Nacional dos Direitos Humanos
Regional Leste I
Encontro do Estado do Rio de Janeiro

Dia 04 de junho de 1992, das 8h às 17h

01 - Ira Maria Maciel (Cidadania e D. Humanos)
02 - Marcia (Petrópolis)
03 - Fernando (Petrópolis)
04 - Gilson Cardoso (Bento Rubião)
05 - Marcia Santos de Castro (Bento Rubião)
06 - Araujo Maria de Oliveira (Bento Rubião)
07 - Alex. Ferreira Magalhães (Bento Rubião)
08 - Pedro (C.D.H. Duque de Caxias - João Cândido)
09 - Rosemeriz (C.D.H. Duque de Caxias - João Cândido)
10 - Antoninho (C.D.H. Duque de Caxias - João Cândido)
11 - Socorro (C.D.H. Duque de Caxias - João Cândido)
12 - Silvania (C.D.H. Duque de Caxias - João Cândido)
13 - Lucinha (C.D.H. Duque de Caxias - João Cândido)
14 - Carla (C.D.H. Duque de Caxias - João Cândido).
15 - Azulicka (C.D.J. e Paz. N.I.)
16 - Sada (C.D.J. e Paz - N.I)
17 - Frei Luís (C.D.J. e Paz - N.I)
18 - Salomão (C.D.J. e Paz - N.I)
19 - ~~Educador~~ (C.D.J. e Paz - N.I)
20 - Fernando (C.D.J. e Paz - N.I)
21 - Braúlio (C.D.J. e Paz - N.I)
22 - Bartira (MAB)
23 - Vera Caetano (MAB)
24 - Eloi (MAB)
25 - Solange (MAB)
26 - Wellington (MAB)
27 - Alcides Borges (Ass. dos exc. alunos da Funabem)
28 - Edézio Valentim (Ass. dos ex. alunos da Funabem)

29- Elias Avelino (~~A.~~ dos esc. Alunos da Famabeu)
30- Salvino ~~A-JUP~~ Piauí (AJUP. Apoio Jurídico Popular)
31- Ana Maria Vicente (M.C. Contra Violência - V. Redonda)
32- Vilma Stifani (C.D.H. Volta Redonda)
33- Denise Nonato (C.D.H. Volta Redonda)
34- Lúcia Muniz (C.D.H. Volta Redonda)
35- Sueli Maria (C. POSSEIROS URBANOS Volta Redonda)
36- Raquel Pires (M.C. Contra Violência - Volta Redonda)
37- Martha Dale (M.C. Contra Violência - Volta Redonda)
38- Marcirene Leina (M.C. Contra Violência - V. Redonda)

CEDIM

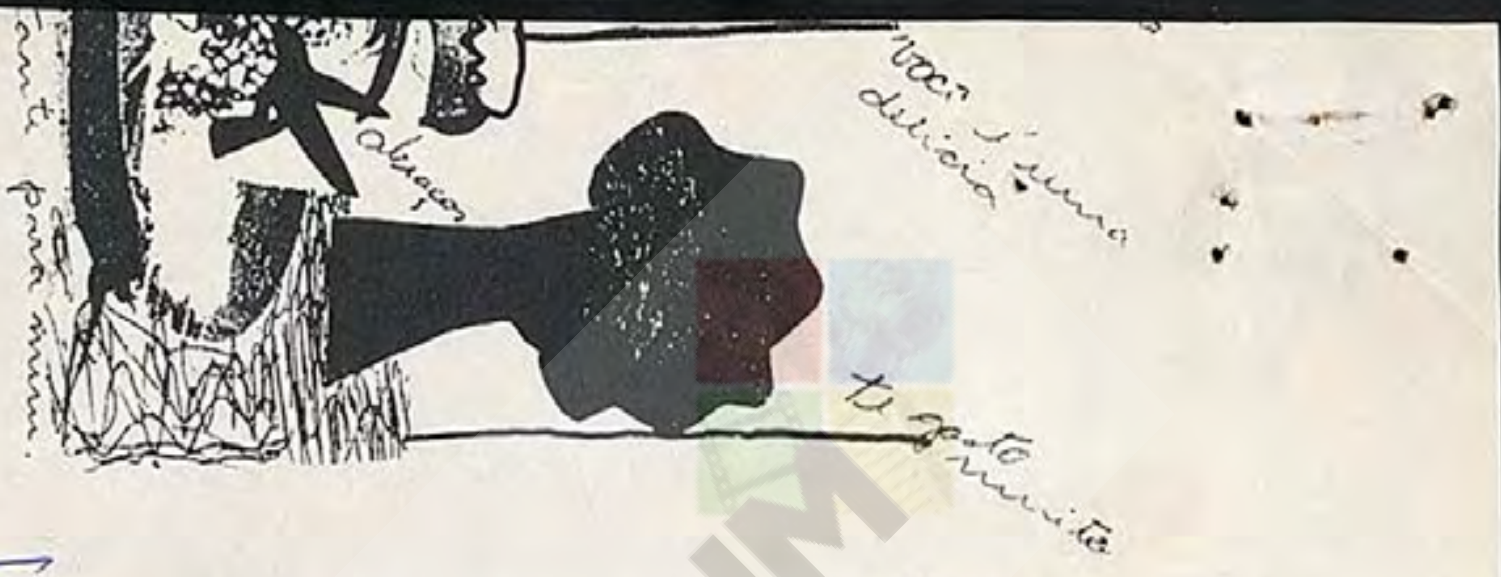
Dra Maria Nacil

chega dia 04.07.92

FALTA = Oscar.

Marcia e Fernando

de Petropolis - 04.07.92 VIRE



Fernando vai trazer
a Carta de Princípios
com bastante quantidade
não precisa ... tirar xerox

Rosa C.D.D.Hs. (1)

Rua Turuzinha, 600

Jacarepe

CEP. 22.773-100 / Serra Espírito Santo

(021) 252 2279 Telefone/

~~C. D. B. Rubia~~

04.07

OK

1, Gilson Cardoso /

2, Mércio Santos de Castro /

3) Anajir Mª. de Oliveira /

4) Alex - Ferreira Magalhães /

Centro de D. Humanos

Bento Rubião

MAB

1) Bartira
2) Ivo Caetano
3) Eloi
4) Bolanger
5) Weldington

Soda Ba... David
Directora Vice... nto
Caritas Diocesana de N. Iquique

CEDIM

Centro de Direitos Humanos - D. Casaldáliga Candido:

1) Pedro
2) Rosemary
3) Antonieta
4) Socorro
5) Silvania
6) Lucinha
20 não no sábado.
7) Carla

04/
05/

1º Encontro do Regional Oeste

04/05

MAY
MAYO

MONDAY
LUNES

MAIO
04
SEGUNDA

8:00
9:00 1) Azulinka / OK
10:00 2) Salomão /
11:00 3) Sada /
12:00 4) Frei Seus /
13:00 5) Quadri /
14:00 6) Fernando /
15:00 7) Brásilio /
16:00
17:00
18:00
19:00
20:00

19/12/98



Trimano

ARTICULAÇÃO NACIONAL

REPENSAR O CAMINHO

A defesa dos direitos humanos no Brasil tem colaborado, nos últimos anos, para o fortalecimento da luta popular. São mais de trezentas organizações, entidades ou movimentos em todo o país. Como definir diretrizes de ação em nível nacional e, ao mesmo tempo, resguardar a dinâmica própria do trabalho de base?

Daniel Rech

A articulação das entidades que atuam na área dos direitos humanos no Brasil é uma iniciativa valiosa e necessária, no sentido de obter uma conjugação de esforços, troca de experiências e mútuo apoio. Partindo da atuação local dos pequenos núcleos, pretende-se construir uma articulação forte que interfira decisivamente na defesa dos direitos humanos dos setores populares.

Esta articulação é o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, do qual faço parte. Nos últimos anos ela teve de enfrentar, a par dos múltiplos problemas vinculados à realidade brasileira, alguns tropeços que mereceram discussão não só em seus encontros nacionais, mas também nas instâncias de base que, muitas vezes com espanto, outras vezes com impaciência, e sempre com dedicação e persistência, seguiram a caminhada desde o início de sua fundação.

Gostaria de contribuir com a discussão de uma destas questões que nos remete não só à prática geral na área dos direitos humanos, mas principalmente à questão institucional das articulações, organizações e movimentos.

Unidade e diversidade

Analisar a articulação de entidades que se dedicam à área dos direitos humanos não é fácil. Não só pelo fato de que existem muitas (o Movimento Nacional reúne em torno de trezentas), mas, principalmente, pelo fato de que existe uma diversidade impressionante entre elas.

Nos últimos anos, houve um esforço de unificar estas entidades e são marcos especiais da discussão institucional os encontros nacionais de Olin-

da e Goiânia. Nesses encontros discutiu-se fundamentalmente a possibilidade de se juntar tanto os pequenos movimentos sociais locais, alguns mais estruturados que outros, como as organizações de assessoria e mediação, num único recipiente que seria uma organização nacional, equivocadamente chamada de "movimento" (porque se trata de uma "organização" ou "articulação"), dando uma linha unitária de atuação, mas sendo instituição e voz representativa de todas estas iniciativas de base.

Penso que este esforço não considerou com a ênfase necessária duas questões fundamentais:

— que as intervenções desses movimentos locais pelos direitos humanos em suas áreas de atuação têm características diferenciadas não só no que se refere à sua prática, mas especialmente no que se refere à sua natureza de movimento — e, com isso, se diferenciando das organizações. Isto tornava especialmente difícil encontrar um denominador comum para todos;

— que, tendo natureza de atuação diferentes, movimentos e organizações necessitavam de uma relação especial de mútuo apoio por terem objetivos comuns, mas jamais se conseguiria uma unidade de estratégias e táticas de atuação na base, mesmo porque existem perspectivas muito diferenciadas na prática de cada uma destas entidades, nas vinculações e na análise que fazem da Igreja (a que a maioria está ligada), da justiça (onde atuam ou se reportam), da transformação social (que desejam e lutam para isso).

Prática e diretriz

Apesar disso, nestes últimos anos, houve uma preocupação muito grande no sentido de fazer com que houvessem direções centralizadas das iniciativas nas áreas não só dos direitos humanos, mas também na condução política de todas as manifestações dos trabalhadores. Penso que aí existe um equívoco na medida em que se esqueceu que cada uma das entidades de direitos humanos, como outros organismos de mediação e serviço, tinham atividades específicas e não podiam simplesmente se submeter a uma direção unificada que lhes determinasse os rumos a seguir.

As próprias organizações sociais e populares incorreram em equívoco quando, não considerando diversidades e lutas específicas, quiseram baixar diretrizes comuns de estratégia e tática para todo o Brasil. Isso não funcionou porque se esqueceu que a intervenção social é feita pelo grupo local e que isso é mais fundamental que a manifestação generalizada da entidade nacional, que pode abranger uma parcela da opinião pública, mas não forma, laboriosa e didaticamente, a consciência dos trabalhadores, dos oprimidos, em seu local de trabalho e moradia.

O que entra na idéia

Uma pesquisa feita por encomenda dos grandes jornais brasileiros (e não divulgada por interferência direta da Rede Globo), indica que a formação da opinião pública sobre a compra de qualquer produto é feita muito mais pela comunicação impressa do que pela televisão. A não ser que a televisão repita ao cansaço a mensagem comercial.

Isso não significa que as coisas escritas são melhores que as visuais. A vantagem, neste caso da pesquisa, se explica pelo fato de que a idéia escrita permanece mais tempo na frente do leitor que uma imagem, em tempo extremamente caro, passa pelos olhos do espectador no vídeo.

O fundamental, pois, no processo de informação e formação de consciência está na insistência e repetição da idéia. É que sempre demoramos muito para nos convencer de alguma coisa. Para se obter resultados é necessário um trabalho continuado e permanente, sem o que temos dificuldade de manter uma idéia no âmbito do convencimento por muito tempo.

Este exemplo da televisão e da repetição lembra que, muito mais que uma manifestação centralizada de uma organização nacional, no que se refere à formação de opinião e posicionamento, as atividades diretas dos movimentos locais são muito mais eficientes. Isso, aliás, é confirmado pelo fato de que foram as atividades localizadas de base, bastante restritas mas insistentes, que construíram a gama de consciência que desembocou num avanço da organização dos trabalhadores em nível nacional.

O futuro da articulação

Então, penso que o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos deve ser uma articulação de experiências locais, subsidiando e divulgando a prática política e organizando o apoio e a solidariedade mútuos, e não o inverso.

Entendo que os últimos encontros levaram muito próximo a esta inversão de posições. O problema é que se colocou como fundamental a criação de uma estrutura nacional e, a partir dela, se procurou determinar uma política para todos os que integrassem a articulação. Aqui, penso, corre-se o risco de os organismos locais desconhecerem as diretrizes nacionais e se afastarem de uma articulação como expressão de ação conjunta, quando o ideal é que os organismos locais, através de sua prática, passem a determinar a direção das iniciativas de uma articulação nacional.

Isso aprofunda a convicção de que o mais importante na articulação são os movimentos ou organizações locais, de base, as atividades de defesa dos direitos humanos das camadas populares do campo e das cidades, com pessoas determinadas, dedicadas e insistentes, que se reúnem em torno de objetivos muito bem delimitados. São estes organismos, estas pessoas que constróem a rede de sustentação da articulação nacional de defesa dos direitos humanos.

Luzes e contratos

Finalmente, devemos abandonar as velhas características das esquerdas como, por exemplo, a "tradição iluminista e contratual" no dizer de José de Souza Martins. Especificamente no que se refere às Igrejas, de onde provém a maioria dos movimentos e organizações de base vinculadas à defesa dos direitos humanos, a relação precisa considerar o apoio fundamental das mesmas e a religiosidade popular, em que, a par da dedicação à defesa dos direitos, se soma uma característica tradição de fé e novas relações de mútuo respeito e fraternidade entre os trabalhadores e os seus dirigentes.

As intervenções desses movimentos locais pelos direitos humanos têm características diferenciadas não só no que se refere à sua prática, mas especialmente no que se refere à sua natureza de movimento

"O espaço ganho pelos trabalhadores dentro da Igreja (e isso foi ganho por eles) é um espaço que a gente não pode exigir do trabalhador que abandone. Ele não pode abandonar este espaço porque foi uma conquista dele. Os trabalhadores converteram os bispos. Muitos bispos foram convertidos pela luta dos trabalhadores. A Igreja do Brasil avançou graças a esta presença dos movimentos sociais no seu âmbito. Isso foi bom para a Igreja, foi bom para os trabalhadores", disse José de Souza Martins em palestra no Rio de Janeiro, em outubro passado, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por ocasião da assembléia da Associação dos Juristas Populares (Ajup), e que transcrevo a partir de anotações, sem revisão do autor.

Quanto ao aspecto "contratual" o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH) não pode continuar gastando séculos e séculos de tempo e toneladas de saliva para discutir estatutos e regimentos. O nosso estatuto já está determinado na prática das entidades que compõem a articulação. A institucionalidade, proposta e pretendida nos últimos encontros, precisa voltar à sua insignificância, para que possam aparecer as lutas concretas e a necessidade de apoio, solidariedade e divulgação das iniciativas locais.

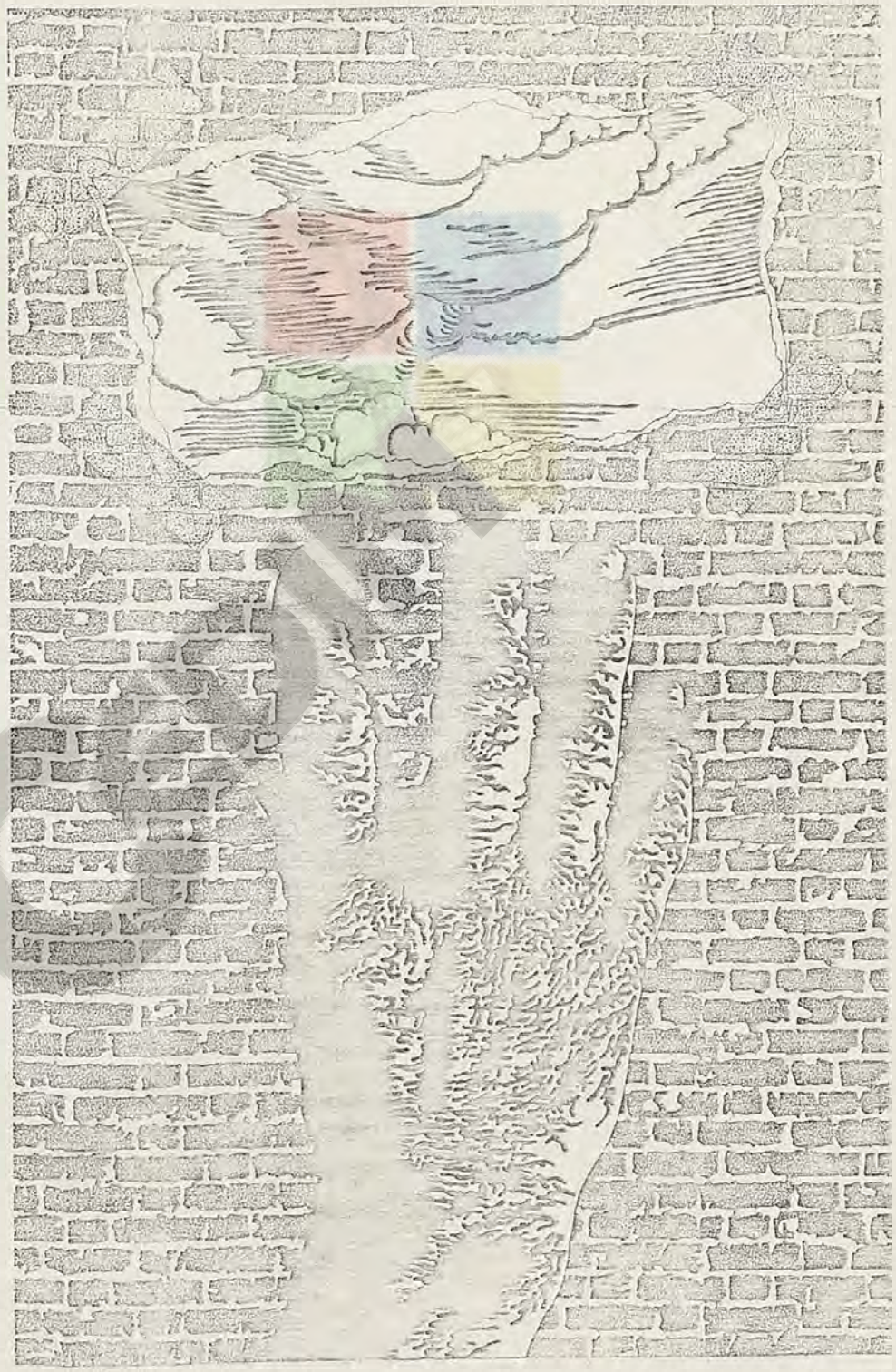
Conclusão

Espero que este texto seja visto como uma contribuição para o debate sobre os caminhos da articulação nacional dos direitos humanos. Por isso, também, não vou concluir, mas apenas aproveitar a oportunidade para citar mais uma vez José de Souza Martins, a partir de anotações de sua palestra anteriormente citada, sem revisão:

"Eu penso que valeria a pena pensar a conjuntura em termos de um desbloqueamento dos movimentos sociais e uma espécie de atenuação das organizações como meios e veículos de expressão de certas lutas populares. É mais fácil mobilizar na periferia, no campo, um grupo popular em torno de um objetivo que parece mais ou menos imediato e que, na verdade, não é, de modo a permitir que ele pedagogicamente avance na direção de uma definição mais política, mais clara e mais objetiva de sua luta e da sua consciência."

Daniel Rech é advogado e assessor jurídico da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O mais importante na articulação são os movimentos ou organizações de base, as atividades de defesa dos direitos humanos das camadas populares, com pessoas dedicadas que se reúnem em torno de objetivos delimitados



1 9 8 2

CEDIM

Avaliacao do SIN

Prezados companheiros,

O SIN (Serviço de Intercâmbio Nacional) existe desde 1982. Teve seus objetivos explicitados no II Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em janeiro de 1982, em São Paulo.

Objetivos:

1º) Veicular fatos concretos referentes, sobretudo, a violações dos Direitos Humanos no Brasil e na América Latina, entre pessoas engajadas na luta pela defesa desses mesmos direitos;

2º) Canalizar o apoio expresso das Entidades e pessoas em uníssono, na defesa de cada um dos grupos em seus direitos;

3º) Proceder ao arrolamento contínuo de Entidades promotoras e defensoras dos direitos fundamentais do ser humano, objetivando atraí-las a esse esforço de ação coordenada.

Durante esses 5 anos, a equipe do SIN, sempre procurou juntamente com a colaboração dos CDDHs, Comissões de Justiça e Paz, assim como das Entidades específicas, preencher os objetivos que lhe foram propostos. Alguns serviços do Intercâmbio foram aprimorados através das atribuições que lhe foram acrescentadas pelo II Inter-Regional e graças a contribuição de avaliações e sugestões que de vez em quando chegaram à sede do SIN.

Hoje, a equipe envia a cada integrante do Serviço de Intercâmbio uma proposta de avaliação do SIN. É uma avaliação curta, entretanto fica aberta a outros pontos que vocês julgarem importantes. Antecipadamente o SIN agradece o compromisso de devolução da avaliação.

Propomos dois pontos em cima dos quais os companheiros poderão opinar, e um pedido de sugestões:

1) Sob o aspecto técnico e burocrático o que vocês consideram positivo ou negativo por parte da Equipe ou por parte dos grupos que nos enviam matéria para ser divulgada?

2) Sob o aspecto pedagógico quais os efeitos positivos ou negativos que vocês vêem na atuação do SIN?
- O que pode melhorar por parte da Equipe e por parte dos que integram o Serviço?

3) Que sugestões práticas vocês oferecem a Equipe?

Agradecemos sua participação no aprimoramento do SIN e esperamos que o resultado possa ser útil no III Encontro Inter-Regional e na caminhada que prosseguiremos em 1987.

Nosso abraço portador, no compromisso do Servir à Vida.

Dívida Externa

Análise



Boletim da Dívida Externa - Maio/Junho - Nº Ø

BRADY: O NOVO PLANO DO ESTADOS UNIDOS PARA A DÍVIDA EXTERNA

No final do mês de março, logo após os acontecimentos da Venezuela, o Secretário do Tesouro Norte-americano, Nicholas Brady, anunciou um novo plano para, segundo ele, "aliviar" a dívida externa dos países do terceiro mundo. Pelo fato de os países credores tomarem consciência de que a América Latina está à beira de uma explosão, por causa do seu endividamento, o Plano quer abrir oportunidade aos credores de comprar no mercado secundário, diretamente dos bancos credores, títulos da dívida externa.

COMO GANHAR DINHEIRO FÁCIL - "OPERAÇÃO CATRACA"

Quando o governo brasileiro lançou o Plano Verão, duas medidas foram de especial interesse para os especuladores: desvalorização do cruzado em 17% com o posterior congelamento do dólar oficial e elevação das taxas de juros das aplicações a curto prazo. Assim, um especulador que tenha seu dinheiro aplicado no exterior a juros de 11% ao ano, é claro que ele vai trazer seu dinheiro e aplicá-lo no Brasil, onde renderá mais de 20% ao mês. Bom, não?

O MASSACRE DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - FMI

No dia 27 de fevereiro último, a Venezuela foi palco de um dos mais sangrentos massacres já ocorridos na América Latina. Após cinco dias de revolta popular, contra as medidas adotadas pelo recém eleito presidente Andrés Pérez, cerca de duas mil pessoas foram mortas, embora o governo reconheça oficialmente que o número não "ultrapassa a trezentos". Com uma dívida de 33 bilhões de dólares, o governo venezuelano foi obrigado a firmar uma carta de intenções com o Fundo Monetário Internacional-FMI. É tão criminoso o FMI que impõe sua política de austeridade quanto os governos submissos. Acordo semelhante foi assinado recentemente entre o FMI e o Brasil.

BISPOS DO BRASIL DEBATEM A DÍVIDA EXTERNA

Os membros da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, reunídos em sua Assembléia Geral, se manifestaram preocupados com os problemas causados pelo crescente endividamento do Brasil. Os bispos propõem que nossa dívida externa seja submetida a "uma auditoria pública, com a participação do Poder Legislativo e de organizações representativas da sociedade civil, para identificar a sua justa composição a partir das responsabilidades sobre suas origens e modos de utilização". A CNBB se manifestou com esta opinião, através do documento nº 42, "Exigências Éticas da Ordem Democrática".

ÍNDICE

Página 03 - Editorial
Página 05 - Brady: o novo plano do Estados Unidos para a dívida externa
Página 07 - A questão ecológica
Página 08 - Operação Catraca - como ganhar dinheiro fácil
Página 09 - O massacre do Fundo Monetário Internacional - FMI
Página 11 - Os sinais de crise na economia internacional
Página 13 - Dívida externa - consulta nacional
Página 14 - Bispos do Brasil debatem dívida externa
Página 15 - Deságio aumenta e a dívida fica boa para especuladores
Página 15 - Mailson acha boa a proposta de perpetuar a dívida externa
Página 15 - James Baker é credor do Brasil
Página 16 - Grandes bancos concentram títulos da dívida brasileira
Página 16 - "Prato feito" para ecologistas
Página 17 - Retrato do Brasil
Página 19 - Entidades do Movimento Social criam Comitê contra Dívida Externa

EXPEDIENTE:

Este boletim é uma publicação de responsabilidade das seguintes entidades.

Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos
SuS Ed. Venâncio VI, Bloco "O", Sala 109 - CEP 70302
Telefone (061) 321 4751 - Brasília-DF.

Cáritas Brasileira - Secretariado Nacional
SGAN Av. L2 Norte, Quadra 601-B - CEP 70830
Telefone (061) 226 0696 Telex 614156

Redação. Luiz Fenelon
Colaboradores: Augustino Veit e Romoaldo de Souza
Capa. Oscar

1992

CEDIM

Programação

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Nova Iguaçu, 04 de agosto de 1992

Prezados Companheiros!

Queremos comunicar-lhes o nosso próximo Encontro do Regional Leste 1, dos MNDH. Será nos dia 11, 12 e 13 de setembro de 1992, em Petrópolis.

Estamos mandando essa comunicação com bastante antecedência para possibilitar a maior participação dos grupos ao Encontro.

O local será o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, rua Monsenhor Barcelar, 400. Telefone: (0242) 42-2462. É preciso levar lençol, fronha e toalhas. A casa oferece cobertor e travesseiro.

A proposta do Encontro é a seguinte:

I - Conteúdo

1. Dificuldades e avanços das lutas de cada grupo
2. Análise de conjuntura
3. Informes
4. Reestruturação do Regional
5. Propostas de articulação das lutas conjuntas

II - Programação e Metodologia

. Dia 11 de setembro, sexta-feira:

À noite: 1. Credenciamento
2. Apresentação
3. Discussão e aprovação da pauta
4. Formação das equipes de trabalho:
   4.1 - animação
   4.2 - secretaria
   4.3 - coordenação

REGIONAIS DO MNDDH – Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos/Sede:74000-Goiânia-GO · R. 240,Lt19,Q93-S.Univ. (062)2255030.

1.Norte 1 – 69.900 · R.Branco · AC · C.P. 473 · Palácio do Bispo – (068)-2244555
2.Norte 2 – 66.000 · Belém · PA · R. Manoel Barta, 47 – (091)-2242385
3.Nordeste – 60.057 · Fortaleza · CE · R. Pedro Borges, 33-S/605 – (085)-2261953
4.Leste 1 – 26.000 · N. Iguaçu · RJ · R. Capitão Chaves – (021)-7677677
5.Leste 2 – 36.570 · Viçosa · MG · R. Arthur Bernardes, 51 – (031)-8911780
6.C.Oeste – 74000 · Goiânia · GO · R. 240, Lt.19 Q.93–S.Univ. – (062)-2255030
7.Sul 1 – 02318 · S.Paulo · SP · Av. Antonello de Messina,772 – (011)-2042333
8.Sul 2 – 90.000 · P.Alegre · RS · R.Andrade Neves,100 · S/1304–(0512)-219136

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

. Dia 12 de setembro, sábado:

Manhã:
1. Café
2. Animação
3. Grupos: Avaliação do trabalho: avanços e dificuldades
4. Intervalo
5. Plenário

Tarde:
1. Animação
2. Análise de conjuntura
3. Intervalo
4. Debate sobre a análise de conjuntura
5. Jantar
6. Recreação

. Dia 13 de setembro, domingo:

Manhã:
1. Café
2. Animação
3. Informes do Regional e Nacional
4. Grupo: Estruturação do Regional
   Propostas de lutas integradas
5. Intervalo
6. Plenário
7. Almoço/encerramento

Observação: 1) Seria bom se os grupos levassem, por escrito, o seu trabalho, porque facilitaria a feitura de um Boletim do Regional.

2) As despesas do encontro ficam por conta do Regional.

3) A devolução da ficha de inscrição deve ser mandada para:
Nova Iguaçu: Comissão de Justiça e Paz
Rua Capitão Chaves, 60
26.221-010 - Nova Iguaçu - RJ - Tel.:(021) 767-7677
767-2987

Recebam o nosso abraço amigo

Sara Bueno David
p/Comissão Organizadora

REGIONAIS DO MNDDH – Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos/Sede:74000-Goiânia-GO · R. 240,Lt19,Q93-S.Univ. (062)2255030.

1.Norte 1 – 69.900 · R.Branco · AC · C.P. 473 · Palácio do Bispo – (068)-2244555
2.Norte 2 – 66.000 · Belém · PA · R. Manoel Barta, 47 – (091)-2242385
3.Nordeste – 60.057 · Fortaleza · CE · R. Pedro Borges, 33-S/605 – (085)-2261953
4.Leste 1 – 26.000 · N. Iguaçu · RJ · R. Capitão Chaves – (021)-7677677
5.Leste 2 – 36.570 · Viçosa · MG · R. Arthur Bernardes, 51 – (031)-8911780
6.C.Oeste – 74000 · Goiânia· GO · R. 240, Lt.19 Q.93–S.Univ. – (062)-2255030
7.Sul 1 – 02318 · S.Paulo · SP · Av. Antonello de Messina,772 – (011)-2042333
8.Sul 2 – 90.000 · P.Alegre · RS · R.Andrade Neves,100 · 8/1304–(0512)-219130

Programação

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Serra 09 de Setembro de 1992.

Prezados Companheiros!

Queremos comunicar-lhes o nosso próximo Encontro do Regional Leste 1, dos MNDH. Será nos dia 16,17 e 18/outubro de 1992, em Petrópolis.

Estamos mandando essa comunicação com bastante antecedência para possibilitar a maior participação dos grupos ao Encontro.

O local será o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, rua Monsenhor Barcelar, 400. Telefone: (0242) 42-2462. É preciso levar lençol, fronha e toalhas. A casa oferece cobertor e travesseiro.

A proposta do Encontro é a seguinte:

I - Conteúdo

1. Dificuldades e avanços das lutas de cada grupo
2. Análise de conjuntura
3. Informes
4. Reestruturação do Regional
5. Propostas de articulação das lutas conjuntas

II - Programação e Metodologia

. Dia **16 de outubro**, sexta-feira:

À noite: 1. Credenciamento
2. Apresentação
3. Discussão e aprovação da pauta
4. Formação das equipes de trabalho:
   - 4.1 - animação
   - 4.2 - secretaria
   - 4.3 - coordenação

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

. Dia 17/outubro, sábado:

Manhã:
1. Café
2. Animação
3. Grupos: Avaliação do trabalho: avanços e dificuldades
4. Intervalo
5. Plenário

Tarde:
1. Animação
2. Análise de conjuntura
3. Intervalo
4. Debate sobre a análise de conjuntura
5. Jantar
6. Recreação

. Dia 18/ outubro, domingo:

Manhã:
1. Café
2. Animação
3. Informes do Regional e Nacional
4. Grupo: Estruturação do Regional
   Propostas de lutas integradas
5. Intervalo
6. Plenário
7. Almoço/encerramento

Observação: 1) Seria bom se os grupos levassem, por escrito, o seu trabalho, porque facilitaria a feitura de um Boletim do Regional.

2) As despesas do encontro ficam por conta do Regional.

3) A devolução da ficha de inscrição deve ser mandada para:

Carapina: Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra
Rua: "E", Nº 01 - Cx.Postal 191
Carapina - Serra/ES Tel: 027 - 228 2908-
Fax: 027 - 228 2908

Recebam o nosso abraço amigo

P/Comissão Organizadora

CEDIM

ESPECIAL
DIREITOS HUMANOS
BOLETIM DO MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Vale a pena? – *página 2*



Denúncias chegaram a 87 casos – página 6

Vale a



Com o objetivo de servir de subsídio à discussão foi tomada a decisão de escrever estas linhas a respeito do memorando informativo do SIN – Serviço de Intercâmbio Nacional.

Devido à magnitude que a luta pela defesa dos Direitos Humanos começa a assumir no Brasil, hoje, se torna fundamental que todo e qualquer recurso de ordem material ou humana seja muito bem dirigido para objetivos específicos claramente definidos, não se dando margem a desperdício ou dispersão de qualquer espécie.

Neste contexto se coloca o problema. Qual a validade dos memorandos do SIN? Qual sua eficácia em termos políticos? Não seria melhor direcionar dinheiro, aparato e militantes para outras funções?

Acredito que estas dúvidas já devam ter passado por muitos de nós que conhecemos os memorandos e fazemos parte do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos.

Um primeiro aspecto que gostaria de apontar diz respeito à minha experiência particular.

Ao ir trabalhar na região do extremo-norte do estado de Goiás, conhecida como "Bico do Papagaio", me vi de repente num meio ambiente absolutamente novo e estranho" para mim. E, sob determinados aspectos, hostil.

Como conseqüência do trabalho que realizava, estava constantemente em viagens pelo sertão, onde era impossível assistir aos noticiários da TV. Mesmo na cidade emque morava, o acesso aos principais jornais do país era difícil e inconstante.

Nós todos sabemos que tipo de informação estes órgãos de imprensa veiculam, mas o fato é que nem essa informação era acessível.

Nestas circunstâncias os memorandos serviram como uma importante fonte sobre o que ocorria no resto do país. Como as pessoas estavam se mobilizando e que tipo de problemas enfrentavam.

No seu texto se obtém informações que passam despercebidas mesmo a jornais "alternativos", mas que em si constituem fatos relevantes na luta pelos Direitos Humanos no Brasil. Saber disso, saber que outras pessoas estão na "luta" em outros lugares era um notável estímulo a prosseguir o trabalho. Este reforço moral se mostrando muito importante nas condições de isolamento em que estava.

Isso levou-me a uma primeira conclusão: no mínimo, os memorandos do SIN servem de rica fonte de informação sobre Direitos Humanos para as pessoas que os recebem. O que já é uma constatação de nível político, uma vez que pessoas bem informadas tem melhores condições de refletir e atuar politicamente.

Agora, no que diz respeito ao aspecto político mais imediato cabe uma outra reflexão. Acredito que a dúvida central se concentra na eficácia de fazer aquilo que o memorando nos pede. Se vale a pena ficar mandando cartinhas e telegramas para ministros, governadores, etc. Se ao estarmos fazendo isso não estamos perdendo tempo e dirigindo mal os poucos recursos que temos.

Sob qualquer ótuca que se coloque o problema entendo que não, isto é, os memorandos têm sua eficácia e precisamos çar a Democracia.

Aquelas "vítimas" (destinatárias) de nossas cartas que são somente burocratas, so apoio àqueles que por ali veiculam suas denúncias. Um padre ameaçado de morte no interior do Pará se sentirá, psi-

Pedro Luiz Dalcero é advogado. Trabalhador na Comissão Pastoral da Terra – Araguaia–Tocantins, no Bico do Papagaio.



Celebração do Aniversário de Declaração Universal dos Direitos Humanos

1. Fazem hoje 39 anos desde que a ONU aos 10 de dezembro de 1948 aprovava a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O nosso País, o Brasil, encontrava-se entre os que a assinavam na época. Estávamos apenas saindo da Grande Guerra de 1939–1945 e a própria ONU dava os seus primeiros passos. Desde então esta Declaração tem feito a sua estrada, constituindo reflexão de uma Carta Encíclica do Papa João XXIII, a "Pacem in Terris", aos 11 de abril de 1963, que, naquele ano, caía na quinta-feira santa, a solenidade da Ceia do Senhor.

A Encíclica de João XXIII quis ser uma consideração cristã da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tornou-se famoso o princípio posto por este papa, afirmando que quatro eram as colunas mestras da sociedade: a **justiça**, a **verdade**, a **liberdade** e a **caridade**, que são também as colunas mestras dos direitos humanos fundamentais.

2. A idéia dos direitos universais do homem teve a sua origem no tempo junto com o Liberalismo. Esta idéia fazia parte da ideologia liberal e foi assim que se tornou instrumento do pensamento político mundial. Eram os direitos às **liberdades políticas** e civis. A linha que os animava e que anima ainda a própria Declaração Universal da ONU é a de uma linha acentuadamente **individualista**. Neste sentido houve no decurso dos anos um prgresso. Ampliaram-se os direitos para a **vida econômica** e **social**. Por sua vez, as comunidades e os grupos foram adquirindo voz mais forte. Os direitos individuais devem ser vistos dentro do direito dos grupos e das comunidades.

3. A Igreja, eu diria mesmo as Igrejas Cristãs, procura dar a sua visão mais aprofundada a partir da própria luz da fé, a fim de que os cristãos entendam o grande valor que os direitos humanos, vistos em toda a sua amplitude, representam **para a paz** e a **justiça** no **mundo de hoje**.

O ponto de partida é Jesus Cristo.

Em Jesus Cristo, Deus dignifica o homem, fazendo-o participante de sua justiça e de sua misericórdia, dando-lhe a vida e tudo o que faz parte da vida. Esta vida, que nos foi dada em Jesus Cristo e por Ele, não significa somente vida eterna nem apenas salvação eterna, mas significa também o direito de usufruir uma vida plena, uma vida feliz aqui no mundo, o direito de formar uma sociedade justa e fraterna. O grande acontecimento "E o Verbo se fez carne" (Jo 1,14) traz esta exigência dentro de si. Jesus Cristo é o primogênito de toda a criatura (Col 1,15). Nele foram criadas todas as coisas... tudo foi criado por ele e para ele (Col 1,16). A criação será levada à sua plenitude, que é Cristo, através da nossa participação. A nossa participação no esforço, ou como se gosta de dizer, na luta pelo bem estar do mundo, é indispensável. Socialmente somos responsáveis uns pelos outros e pela criação inteira. O próprio Apóstolo São Paulo nos lembra que a criação inteira está esperando com ânsia a nossa libertação, porque, uma vez libertados nós, também ela ficará livre da corrupção (Rom 8,19-22).

Em Jesus Cristo Pai fez **uma aliança de vida e de paz** com os homens que, na atual economia da salvação, somos **pecadores**. O fato de Deus nos ter amado e buscado a nossa libertação apesar do nosso pecado, está a indicar o valor imenso que possui cada criatura humana e, naturalmente, todas juntas. Cada um de **nós custou o sangue de um Deus**! Por este fato não há criatura humana desprezível, sem valor. Cada criatura humana possui um valor **incomensurável**.

Se Deus assim procedeu na sua justiça conosco, não nos condenando, mas tornando-se profundamente **solidário** com cada um de nós, não nos assiste o direito de colocar ninguém à margem, não podemos agir de outra maneira do que advogando a causa de **todos** os homens, ajudando-os a alcançar a justiça, tornando **realidade seu direito** a **uma vida plena**. É preciso apoiar tudo o que faz a vida possível, o que contribui para a sua preservação, desenvolvimento e enriqueci-

mento. Isto significa, em outras palavras, que nós apoiamos a paz, a justiça social, os direitos humanos. Direitos humanos são os direitos elementares de todas as pessoas em relação à vida.

4. A nossa libertação em Cristo é assim a nossa responsabilidade de prestar serviço aos outros. A promessa de Deus significa sua existência sobre nós. Portanto, direitos em princípio envolvem responsabilidade; o direito do indivíduo implica responsabilidade para com a comunidade; e, naturalmente, o direito do indivíduo é limitado pelos direitos da comunidade. Aliás, somente os direitos da comunidade tornam possíveis os direitos individuais.

5. Considerados sob este aspecto, os direitos humanos, alicerçados na aliança de Cristo com a humanidade, não representam em primeiro lugar uma reivindicação pessoal, mas sim uma responsabilidade, uma oportunidade de prestar serviço solidário a pessoas sofredoras. Os sofrimentos dos oprimidos apelam à nossa solidariedade, pois eles têm o direito de se oporem à exploração injusta e de resistirem a mecanismos ou estruturas que dão condições para que a exploração do homem pelo homem prevaleça ou condene milhões de pessoas a uma experiência marginalizada ou de miséria. Nessa aliança Deus chamou todos os homens à vida plena. Os direitos humanos não são somente o critério pelo qual se mede a exploração do homem pelo homem, mas também a existência marginalizada de milhões de pessoas.

Entende-se, com facilidade, a importância que possuem os direitos humanos fundamentais numa sociedade como a nossa cada vez mais marcada pela violência, pelo ódio, pela incompreensão, pelo endurecimento das posições, por um egoísmo exacerbado.

6. Puebla (1270) lembra que a declaração dos direitos fundamentais da pessoa humana, hoje e no futuro, é e será parte indispensável a missão evangelizadora das igrejas. E quais os direitos que a Igreja proclama?

6.1 **Direitos individuais**: direito à vida (a nascer, à procriação responsável), à integridade física de opinião, à participação nos bens e serviços, a construir o próprio destino, ao acesso à propriedade e "ourras formas de domínio privado sobre os itens exteriores" (GS 71).

6.2. **Direitos sociais**: direito à educação, à associação, ao trabalho, à moradia, à saúde, ao lazer, ao desenvolvimento, ao bom governo, à liberdade e justiça social, à participação nas decisões que dizem respeito ao povo e ao País.

6.3. **Direitos novos**: direito à própria imagem, à boa fama, à privacidade, à informação e expressão objetivas, à objeção de consciência "contanto que não se violem as justas exigências da ordem pública" (DH 4), e a uma visão pessoal do do mundo.

6.4. **Direitos internacionais**: o direito a uma convivência internacional justa entre as nações

7. Falando dos direitos, é preciso não esquecer as obrigações, os deveres.

O meu direito é o dever do outro, como o direito do outro é o meu dever. É necessário ressaltar este aspecto. Não existe direito humano absoluto; os meus direitos ou os do meu grupo ou da minha comunidade são limitados pelos direitos dos outros indivíduos ou grupos ou comunidades.

Entretanto, os cristãos que fundamentam suas atitudes em Jesus Cristo, ao invés de inicialmente perguntarem por seus direitos, perguntam pelas suas tarefas e responsabilidades que são postas sobre eles pela imerecida justiça de Deus e que os habilita a provarem sua gratidão e solidariedade para com o mundo. O cristão se sente responsável para servir com amor ao próximo. Isto forma a base de sua participação na luta pelos direitos humanos em favor de todos os oprimidos e discriminados. A relevância social dos direitos humanos chama todo cristão a exercer solidariedade para com todos os homens em particular para com aqueles que necessitam de tal solidariedade, e a tornar disponível para com o próximo tudo o que está sob sua guarda. Promovendo tal atmosfera nas suas comunidades e na opinião pública, os cristãos criam condições para uma efetivação mais profunda e mais ampla dos direitos humanos. Nestes esforços sentimo-nos em união com todos os homens de boa vontade que estão lutando por uma paz justa e por uma vida verdadeiramente humana.

Aloísio Card. Lorscheider

Fortaleza, 10 de dez – de 1987.

DIREITOS HUMANOS

BOLETIM DO MOVIMENTO NACIONAL
DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Boletim do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos.
Publicação mensal do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos.
Comissão Nacional: Isabel Cunha (Regional Norte II), Roberto Andrade (Regional Norte II), Celso de Souza (Regional Nordeste), Seda Baroud David (Regional Leste I), José Antonio Dias (Regional Leste II), Pedro Wilson Guimarães (Regional Centro-Oeste), Luiz Carlos Smiderle (Regional Sul I) e Agustinho Veit (Regional Sul II).

Responsável Executivo: Serviço de Intercâmbio Nacional (SIN) – Caixa Postal 90.581 – 25600, Petrópolis, RJ.

Produção Gráfica: Rema Artes Gráficas, Rua Evaristo da Veiga, 16/604, Rio de Janeiro, RJ. Tel.: 262-9906

Conselho Editorial: Márcia Miranda, J. Thomaz Filho, Dulce Bastos, Fernando Gonçalves e Leonardo Boff.



pena?

Pedro Luiz Dalcero (*)

ção era acessível.

Nestas circunstâncias os memorandos serviram como uma importante fonte so-

são: no mínimo, os memorandos do SIN servem de rica fonte de informação sobre Direitos Humanos para as pessoas que os

Sob qualquer ótuca que se coloque o problema entendo que não, isto é, os memorandos têm sua eficácia e precisamos avaliá-la muito bem para também não esperarmos demais deles.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar, pois ficamos meio desacostumados a isso, que, exceto o Poder Executivo Federal, todos os nossos outros governantes foram eleitos e, teoricamente, tal sistema deve se manter indefinidamente. Assim não é muito confortável a políticos ambiciosos ficarem recebendo cartas e telegramas cobrando providências sobre algo que esteja ocorrendo em seus estados. Fazer essa cobrança é um mero exercício de cidadania e apenas contribuir para reforçar a Democracia.

Aquelas "vítimas" (destinatárias) de nossas cartas que são somente burocratas, se não têm nenhuma responsabilidade para com o povo, ao menos a tem para com aqueles políticos que os indicaram e evidentemente não gostariam de ficar mal com eles.

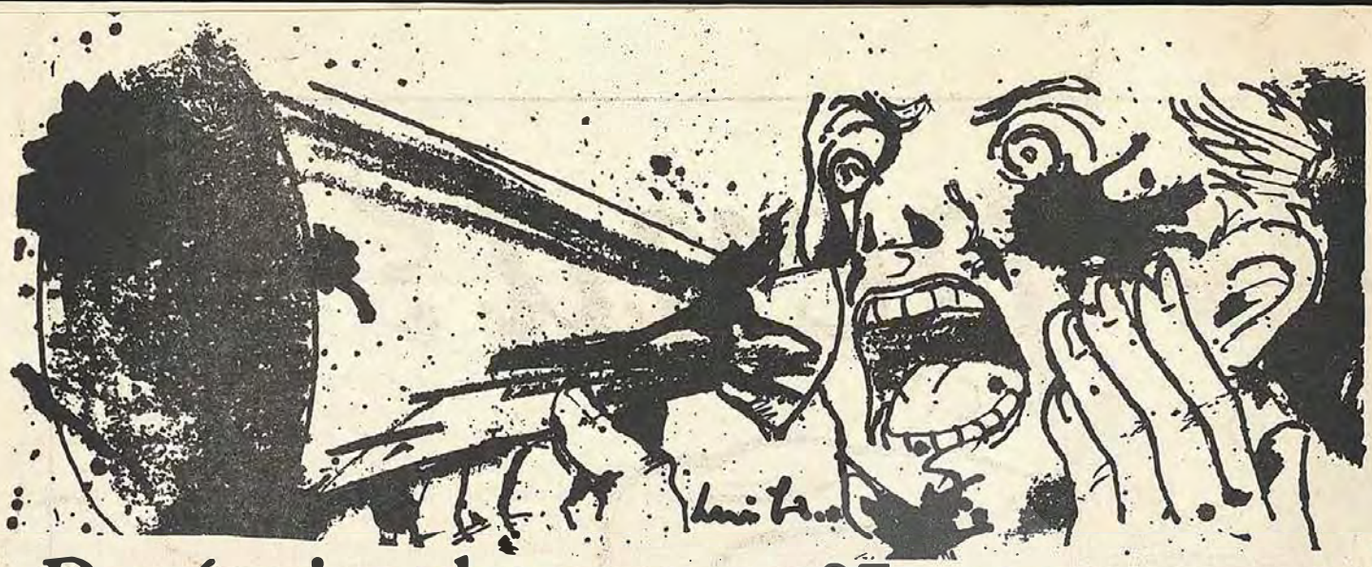
Resumindo, o que no Direito se chama de Clamor Público pode funcionar para obrigar uma autoridade a fazer ou deixar de fazer alguma coisa.

Cabe observar, num outro sentido, que se forem seguidos à risca os procedimentos recomendados pelo memorando (enviar cópias à entidade denunciante), ele atuará como um poderoso apoio àqueles que por ali veiculam suas denúncias. Um padre ameaçado de morte no interior do Pará se sentirá, psicologicamente, muito mais seguro para prosseguir na sua luta se souber que várias entidades pelo país estão pleiteando pela sua segurança. Da mesma forma, posseiros urbanos ou rurais se sentirão mais fortes ao saber que outros companheiros de outras regiões apoiam suas reivindicações. Tal aspecto psicológico não pode ser descartado, especialmente tendo em vista inocentes memorandos. Não acho necessário abordar seu aspecto mobilizador – aqui é bom lembrar que mobilização não é só greve e passeata.

Na verdade, vejo os memorandos como que inseridos na mesma problemática, mais ampla, da utilização eficaz dos procedimentos legais, administrativos e de outra ordem que nos são fornecidos pelas instituições que aí estão. A dúvida sobre os memorandos é a mesma dúvida sobre se vale a pena investir num processo legal, se, enfim, a Justiça é mesmo corrupta e comprometida, e a Lei, burguesa. Se contribui para a organização popular ter suas entidades reconhecidas e respeitadas pelo sistema, se este mesmo reconhecimento e respeito pode ser uma tentativa de cooptação. Esta sim, talvez, seja uma importante discussão que ultrapasse os limites dos memorandos.

Como observação final apenas uma pergunta, que não se dirige aos responsáveis pelos memorandos evidentemente, mas ao Movimento de Direitos Humanos como um todo: alguém pode definir com precisão o que é a luta pelos Direitos Humanos no Brasil? Um patrão que não quer dar aumento aos empregados está apenas envolvido num conflito sindical da sociedade capitalista ou violando Direitos Humanos? No mesmo conflito, se os empregados fazem greve e a polícia baixa a porrada, ela estará apenas "mantendo a ordem" ou agindo contra Direitos Humanos fundamentais?

Pedro Luiz Dalcero é advogado. Trabalhador na Comissão Pastoral da Terra – Araguaia–Tocantins, no Bico do Papagaio.



Denúncias chegaram a 87 casos

O ano de 1987 acumulou mais denúncias de violação dos direitos humanos no campo, do que os dois anos anteriores. Dos 87 casos veiculados pelo Serviço de Intercâmbio Nacional (SIN) do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, 58 são referentes a problemas gerados por conflitos de terra, ou seja: nada menos que 66% das denúncias divulgadas pelo SIN até 6 de novembro de 1987.

Em 1986, houve 25 casos relacionados ao campo, o que significa um aumento da média de incidentes por mês, que passou de 2 para 4 casos em 1987. Destes, os mais freqüentes são os atos de violência contra posseiros (espancamento, torturas, despejos), totalizando 16 ocorrências. Os assassinatos de trabalhadores rurais e de seus aliados na luta pela terra continuam também ocorrendo com freqüência: 8 denúncias de assassinatos foram divulgadas pelo SIN em 1987, além de 8 casos de ameaças de morte e uma tentativa de assassinato.

Houve também memorandos denunciando violência no campo referente a: terras indígenas invadidas (3), luta pela Reforma Agrária (4), acampamentos (3), pedidos de apuração de crimes (3). Estes casos foram quantitativamente semelhantes aos acontecidos em 1986.

Já em relação aos conflitos urbanos, o problema manifestado com maior freqüência foi o abuso de autoridade, com 5 denúncias, referindo-se também a torturas praticadas por policiais. Dos 21 casos denunciados, 2 eram de assassinatos, 1 de ameaça de morte, 2 de demissões arbitrárias, 1 de acampamento, 1 sobre atentado, 1 de expulsão de terreno ocupado, 1 sobre propaganda de repressão policial por radialista, 1 de protesto contra projeto pedindo pena de morte, 1 sobre campanha difamatória contra a Igreja Católica, 1 sobre processo eleitoral desrespeitado, 1 sobre ocupação, 1 sobre discriminação de negros, 1 sobre greve e 1 sobre crianças carentes.

Em relação às denúncias internacionais, o SIN elaborou 4 memorandos denunciando assassinatos; 2 sobre abuso de autoridade, 1 sobre desapropriações e 1 sobre a luta pelos Direitos Humanos. Entre estes casos está o do assassinato do coordenador geral da Comissão de Direitos Humanos não governamental de El Salvador, Herbert Anaya, no dia 26 de outubro.

SIN — O Serviço de Intercâmbio Nacional recebe denúncias de diversas entidades, nacionais e internacionais, e de pessoas ligadas à luta pelos direitos humanos. A partir das denúncias são feitos memorandos — onde os fatos são relatados conforme a solicitação — que são enviados a 486 entidades ligadas ao SIN. O trabalho de intercâmbio continua quando as entidades que recebem os memorandos enviam cartas de solidariedade aos denunciantes e/ou às autoridades e organizações responsáveis pelo acompanhamento (solução, punição, apuração) dos casos relatados.

Violência em debate

A violência, para os participantes do Encontro Regional Leste I, em Petrópolis (RJ), nos dias 14 e 15 de novembro de 1987, é evidenciada em situações cotidianas, principalmente contra o pobre, o negro e a mulher. Segundo eles, os sinais de violência estão na polícia que é conivente com "grupos marginais", apoia patrões e grileiros, invade barracos e tortura pessoas; no "poder público a serviço da classe dominante, criando falsas lideranças, provocando situações de confronto, na falta de moradia; nas demissões em massa e no desemprego; nos menores abandonados, que são usados pelo sistema para tráficos e roubos".

Dentre os causadores dessas situações de violência, os participantes do encontro responsabilizaram em primeiro lugar o sistema capitalista ("sistema concentrador de riquezas nas mãos da minoria enquanto a maioria vive na miséria"). O segundo grande gerador de violência, para os encontristas, foi a situação política e econômica atual.

Para enfrentar a violência, o movimento popular tem procurado "multiplicar" suas lideranças e "veicular denúncias através dos meios alternativos de comunicação, atos públicos, ações judiciais, criação de grupos de apoio para situações emergenciais". Na avaliação dos representantes do Regional Leste I do Movimento de Direitos Humanos, "o povo não tem condições de enfrentar a violência do crime organizado e da polícia". Para eles, "é necessário que o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos desencadeie uma mobilização nacional permanente por reformas agrária e urbana autênticas".

M O V I M E N T O R E G I O N A L

D E D I R E I T O S H U M A N O S

L E S T E I - P A S T A Nº 1

- ORTANIZAÇÃO

ANOS: 1981/83/85/86/87/88/89/90/
91/92/93/94

CEDIM

CEDIM

O R G A N I Z A Ç Ã O

- FICHAS DE INSCRIÇÃO
- PROGRAMAÇÃO
- PROPOSTAS
- PROPAGANDA
- REGIMENTO INTERNO / Estatuto
- SUBSÍDIOS

O R G A N I Z A Ç Ã O

- *FICHAS DE INSCRIÇÃO*
- *PROGRAMAÇÃO*
- *PROPOSTAS*
- *PROPAGANDA*
- *REGIMENTO INTERNO* / Estatuto
- *SUBSÍDIOS*



F I C H A S D E I N S C R I Ç Ã O

CEDIM

S E M D A T A

CEDIM

FICHA DE INSCRICAO

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SR-3 - Sub-Reitoria para Assuntos Comunitarios
PROGRAMA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

SEMINARIO SOBRE REVISÃO CONSTITUCIONAL

Dados Pessoais

Nome:

Endereco:

Bairro: | CEP: | FAX: | Tel:

Cidade: | Estado:

Dados Profissionais

Instituicao:

Funcao:

Endereco do Trabalho:

Tel: | FAX: (ou Telex) | Cidade: | Estado:

LOCAL DO EVENTO

Colégio Santa Catarina (Escola de Enfermagem)
Rua Monte Caseiros, 288 Tel. (0242)431606

Obs: Os participantes devem levar, lençol, fronha e toalha de banho.

CEDIM

M N D H MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

FICHA DE INSCRIÇÃO

ENTIDADE : INSTITUTO APOIO JURÍDICO POPULAR

NOME : SALVINO J. S. MEDEIROS

ENDEREÇO : Av. Beira Mar, 216/401

TELEFONE : 262-3406 CX. POSTAL :

NOME : Fábio Gama Brown

ENDEREÇO : Av. Beira Mar,216/401

TELEFONE : 262-3406 CX. POSTAL :

NOME : Pedro Roberto da Silva Pereira

ENDEREÇO : Av. Beira Mar,216/401

TELEFONE : 262-3406 CX. POSTAL :

OBS. 1) As despesas do Seminário ficam por conta do Regional.

2) O local do Seminário será no Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, rua Monsenhor Barcelar Nº 400, Petrópolis, RJ, Tel. (0242) 42-2462 .

3) A casa oferece cama, cobertor e travesseiro; é preciso levar sómente lençol, fronha e toalhas .

* Neste encontro fraterno, muita gente vai dar o seu grito de guerra pela vida, que ecoará por todo o mundo em nossos pensamentos.

Feliz Vida .

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF

1992

CEDIM

Recibo de Depósito

Conta nº - dv
173.972-7

Para crédito de
Pedro de Assis Ribeiro de Oliveira

Em dinheiro - Cr$
230.000,00

Em cheques - Cr$

BANCO DO BRASIL

0 140792 230.000,00RC02918

Recebemos a importância autenticada mecanicamente

Encontro Estadual do M.N.DDH/92
Despesa

CEDIM

72-7 PEDRO DE A R OLIVEI * 2995

As importâncias depositadas em cheques somente serão disponíveis após decorridos os prazos de liquidação fixados pelo Sistema Nacional de Compensação, ressalvado ao Banco o direito de estornar o valor dos cheques não cobrados, quando, a seu critério, tiver sido antecipadamente liberado.

CEDIM

1 9 8 7

CEDIM



CPT

COMISSAO PASTORAL DA TERRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
CX. POSTAL 1243 · CEP 20001 · RIO DE JANEIRO · RJ
TEL. (021) 285.6840

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1987

Aniversário da Vitória popular da Nicaraguá de 1987

Companheiros,

Recebemos a sua carta-convite para o Encontro do Regional Leste 1 de Direitos Humanos, a ser realizado de 31.07 a 02.08.

Infelizmente não poderemos participar, devido aos compromissos previamente assumidos, antes do convite saibam entretanto, que estamos solidários e unidos à luta pela vida que vocês desempenham.

Agradecemos reconhecidos a sua lembrança e auguramos os melhores êxitos para este encontro.

José Policarpo Silva
Coordenação CPT/RJ

CEDIM

Direitos Humanos/Exp.

Comissão Diocesana de Justiça e Paz
Nova Iguaçu - RJ

FICHA DE INSCRIÇÃO

IV Encontro do Regional Leste 1 de Direitos Humanos/84
Data: 23,24 3 25 de novembro de 1984
Local: Centro de Formação de Líderes
Rua Aimorés, 08 - Moquetá
26000 - Nova Iguaçu - RJ - Tel. (021) 767-2370

INSTRUÇÕES ÚTEIS

1. As inscrições devem ser enviadas até o dia 16 de novembro para o seguinte endereço:
   Comissão Diocesana de Justiça e Paz
   Rua Capitão Chaves, 60
   26000 - Nova Iguaçu - RJ.- Tel. (021) 767-7677
2. Os participantes terão, somente, as despesas da passagem. ×
3. O jantar no dia da entrada será servido às 19,30h. Sim
4. A casa oferece roupa de cama e toalha.
5. Período do Encontro: início - dia 23 - sexta-feira: às 20,30h.
   término - dia 25 - domingo: às 16h.

---

01) Nome: _____
Grupo a que pertence: _____
Endereço: _____
_____

02) Nome: _____
Grupo a que pertence: _____
Endereço: _____
_____

03) Nome: _____
Grupo a que pertence: _____
Endereço: _____
_____

Nova Iguaçu, 28 de setembro de 1984.

Sada Barroud David - Presidente

CEDIM

Programação

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Nova Iguaçu, 04 de agosto de 1992

Prezados Companheiros!

Queremos comunicar-lhes o nosso próximo Encontro do Regional Leste 1, dos MNDH. Será nos dia 11, 12 e 13 de setembro de 1992, em Petrópolis.

Estamos mandando essa comunicação com bastante antecedência para possibilitar a maior participação dos grupos ao Encontro.

O local será o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, rua Monsenhor Barcelar, 400. Telefone: (0242) 42-2462. É preciso levar lençol, fronha e toalhas. A casa oferece cobertor e travesseiro.

A proposta do Encontro é a seguinte:

I - Conteúdo

1. Dificuldades e avanços das lutas de cada grupo
2. Análise de conjuntura
3. Informes
4. Reestruturação do Regional
5. Propostas de articulação das lutas conjuntas

II - Programação e Metodologia

. Dia 11 de setembro, sexta-feira:

À noite: 1. Credenciamento
2. Apresentação
3. Discussão e aprovação da pauta
4. Formação das equipes de trabalho:
   - 4.1 - animação
   - 4.2 - secretaria
   - 4.3 - coordenação

REGIONAIS DO MNDDH – Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos/Sede:74000-Goiânia-GO - R. 240,Lt19,Q93-S.Univ. (062)2255030.

1.Norte 1 – 69.900 - R.Branco - AC - C.P. 473 - Palácio do Bispo – (068)-2244555
2.Norte 2 – 66.000 - Belém - PA - R. Manoel Barta, 47 – (091)-2242385
3.Nordeste – 60.057 - Fortaleza - CE - R. Pedro Borges, 33-S/605 – (085)-2261953
4.Leste 1 – 26.000 - N. Iguaçu - RJ - R. Capitão Chaves – (021)-7677677
5.Leste 2 – 36.570 - Viçosa - MG - R. Arthur Bernardes, 51 – (031)-8911780
6.C.Oeste – 74000 - Goiânia - GO - R. 240, Lt.19 Q.93–S.Univ. – (062)-2255030
7.Sul 1 – 02318 - S.Paulo - SP - Av. Antonello de Messina,772 – (011)-2042333
8.Sul 2 – 90.000 - P.Alegre - RS - R.Andrade Neves,100 - S/1304–(0512)-219130

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

. Dia 12 de setembro, sábado:

Manhã:
1. Café
2. Animação
3. Grupos: Avaliação do trabalho: avanços e dificuldades
4. Intervalo
5. Plenário

Tarde:
1. Animação
2. Análise de conjuntura
3. Intervalo
4. Debate sobre a análise de conjuntura
5. Jantar
6. Recreação

. Dia 13 de setembro, domingo:

Manhã:
1. Café
2. Animação
3. Informes do Regional e Nacional
4. Grupo: Estruturação do Regional
   Propostas de lutas integradas
5. Intervalo
6. Plenário
7. Almoço/encerramento

Observação: 1) Seria bom se os grupos levassem, por escrito, o seu trabalho, porque facilitaria a feitura de um Boletim do Regional.

2) As despesas do encontro ficam por conta do Regional.

3) A devolução da ficha de inscrição deve ser mandada para:
Nova Iguaçu: Comissão de Justiça e Paz
Rua Capitão Chaves, 60
26.221-010 - Nova Iguaçu - RJ - Tel.:(021) 767-7677
767-2987

Recebam o nosso abraço amigo

Sada Bassul David
p/Comissão Organizadora

REGIONAIS DO MNDDH – Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos/Sede:74000-Goiânia-GO - R. 240,Lt19,Q93-S.Univ. (062)2255030.

1.Norte 1 – 69.900 - R.Branco - AC - C.P. 473 - Palácio do Bispo – (068).2244555
2.Norte 2 – 66.000 - Belém - PA - R. Manoel Barta, 47 – (091)-2242385
3.Nordeste – 60.057 - Fortaleza - CE - R. Pedro Borges, 33-S/605 – (085)-2261953
4.Leste 1 – 26.000 - N. Iguaçu - RJ - R. Capitão Chaves – (021)-7677677
5.Leste 2 – 36.570 - Viçosa - MG - R. Arthur Bernardes, 51 – (031)-8911780
6.C.Oeste – 74000 - Goiânia - GO - R. 240, Lt.19 Q.93–S.Univ. – (062)-2255030
7.Sul 1 – 02318 - S.Paulo - SP - Av. Antonello de Messina,772 – (011)-2042333
8.Sul 2 – 90.000 - P.Alegre - RS - R.Andrade Neves,100 - S/1304–(0512)-219130

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Movimento Nacional dos Direitos Humanos
Regional Leste 1
Encontro Regional
Dias 11, 12 e 13 de setembro de 1992
Local: Petrópolis

Ficha de Inscrição

Nome: _____

Entidade: _____

Endereço: _____

_____

Data: Dias 11, 12 e 13 de setembro de 1992

Local: Centro dos Direitos Humanos de Petrópolis
Rua Monsenhor Barcelar, 400
Petrópolis - RJ

Observações:

1. Pedimos que devolvam a ficha até o dia 31 de agosto de 1992 para o seguinte endereço: Comissão de Justiça e Paz
   Rua Capitão Chaves, 60
   26.221-010 - Nova Iguaçu - RJ
2. Telefones para contato: 767-7677
   767-2987
3. As diárias serão assumidas pelo Regional Leste 1
4. Os participantes devem levar de casa lençol, fronha e toalha

REGIONAIS DO MNDDH – Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos/Sede:74000-Goiânia-GO - R. 240,Lt19,Q93-S.Univ. (062)2255030.

1.Norte 1 – 69.900 - R.Branco - AC - C.P. 473 - Palácio do Bispo – (068)-2244555
2.Norte 2 – 66.000 - Belém - PA - R. Manoel Barta, 47 – (091)-2242385
3.Nordeste – 60.057 - Fortaleza - CE - R. Pedro Borges, 33-S/605 – (085)-2261953
4.Leste 1 – 26.000 - N. Iguaçu - RJ - R. Capitão Chaves – (021)-7677677
5.Leste 2 – 36.570 - Viçosa - MG - R. Arthur Bernardes, 61 – (031)-8911780
6.C.Oeste – 74000 - Goiânia - GO - R. 240, Lt.19 Q.93–S.Univ. – (062)-2255030
7.Sul 1 – 02318 - S.Paulo - SP - Av. Antonello de Messina,772 – (011)-2042333
8.Sul 2 – 90.000 - P.Alegre - RS - R.Andrade Neves,100 - S/1304–(0512)-219130

1990

CEDIM

Companheiros (as) Paz!

Fizemos no dia 10 último uma reunião com representantes das 3 comissões do Regional tendo em vista a preparação do nosso Encontro Estadual.
Ficou colocada a seguinte proposta:

Dia 17 - sexta feira: 18 horas: chegada
19 horas: início dos trabalhos
re-criação da experiência do Seminário de Formação deBrasília, sob a coordenação de Marcia e Zamara.

Dia 18 - sábado: 7:30: café
08 horas: trabalho em grupos (se for o caso) em torno do documento do Forum Permanente Contra a Violência.
12 horas: almoço
13:30 : recomeço dos trabalhos com plenário e discussão
16:30 : discussão e aprovação da ficha de levantamento das entidades do Regional.
18 horas: Jantar
Noite livre para lazer

Dia 19 - domingo: 07:30 : café
08 horas: continuidade da discussão sobre o Forum Contra a Violência e encaminhamentos práticos.
12 horas: almoço
13:30 : Encaminhamentos e planejamentos
17 horas: Encerramento

O Encontro será na nova sede do CDDH - Petrópolis, na Rua Monselhor Bacellar, 400.

Para quem vier de ônibus: via Quitandinha: descer no ponto da Maloca, atravessar a ponte, subir a rua, passar defronte à Igreja Terra Santa, e procurar o nº 400, pois já está na rua Monselhor Bacellar.

Via Bingen: descer no ponto da Praça da Liberdade, localizar o relógio das Flores e subir à rua à esquerda. É só procurar o nº 400, pois já é a Rua Monsenhor Bacellar. A casa fica no alto da rua, depois da subida.

Tragam, por favor, roupa de cama e, se possível, um cobertor.

Um grande abraço, até lá

Luciana Mª Ferreira
p/ Jose Américo Jr.

Petrópolis, 13 de agosto de 1990.

Companheiros (as) Paz!

Fizemos no dia 10 último uma reunião com representantes das 3 comissões do Regional tendo em vista a preparação do nosso Encontro Estadual.
Ficou colocada a seguinte proposta:

Dia 17 - sexta feira: 18 horas: chegada
19 horas: início dos trabalhos
re-criação da experiência do Seminário de Formação deBrasília, sob a coordenação de Marcia e Zamara.

Dia 18 - sábado: 7:30: café
08 horas: trabalho em grupos (se for o caso) em torno do documento do Forum Permanente Contra a Violência.
12 horas: almoço
13:30 : recomeço dos trabalhos com plenário e discussão
16:30 : discussão e aprovação da ficha de levantamento das entidades do Regional.
18 horas: Jantar
Noite livre para lazer

Dia 19 - domingo: 07:30 : café
08 horas: continuidade da discussão sobre o Forum Contra a Violência e encaminhamentos práticos.
12 horas: almoço
13:30 : Encaminhamentos e planejamentos
17 horas: Encerramento

O Encontro será na nova sede do CDDH - Petrópolis, na Rua Monselhor Bacellar, 400.

Para quem vier de ônibus: via Quitandinha: descer no ponto da Maloca, atravessar a ponte, subir a rua, passar defronte à Igreja Terra Santa, e procurar o nº 400, pois já está na rua Monselhor Bacellar.

Via Bingen: descer no ponto da Praça da Liberdade, localizar o relógio das Flores e subir à rua à esquerda. É só procurar o nº 400, pois já é a Rua Monsenhor Bacellar. A casa fica no alto da rua, depois da subida.

Tragam, por favor, roupa de cama e, se possível, um cobertor.

Um grande abraço, até lá

p/ Jose Américo Jr.
Luciana Mª Ferreira

P R O P A G A N D A

1 9 9 2

CEDIM

1988

CEDIM



dos Direitos Humanos

de lutas

de defesa da vida

VAMOS SONAR ESPERANÇAS E SERVIR A VIDA NUM MUNDO MELHOR

Todos nós, que temos sido desrespeitados nos nossos direitos:

- pela nossa cor
- por ser mulher
- no nosso trabalho
- por ser criança de rua
- por ser idoso
- por não ter onde morar
- pelo nosso empobrecimento
- por morar na favela
- ou por não ter trabalho
- por ter de fazer filas e mais filas
- por estar aposentado
- pelas repressões policiais e militares

Por tudo isto e muito mais, devemos nos encontrar dia 9 de dezembro próximo, às 19 horas, na Câmara Municipal.
(Um mês depois da "noite do terror" que abalou nossa cidade)
Estaremos reunidos para DENUNCIAR INJUSTIÇAS e SONAR ESPERANÇAS, todos juntos, com nosso Bispo D. Waldyr.

Dia 9/12/88, às 19 horas
Local: Câmara Municipal

Comissão de Direitos Humanos
Diocese de Volta Redonda

24/11/88

1986

CEDIM

Proposta Regional Leste I
09107186

MNDDH

Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos
Regional Leste 1 - Rio de Janeiro e Espírito Santo

Rua Capitão Chaves, 60 - 26000 - Nova Iguaçu - RJ Tel. (021) 767-7677

SERVIR À VIDA

Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos
Regional Leste I de Direitos Humanos
Rio de Janeiro e Espírito Santo

Proposta-convite para o I Encontro de Entidades e Pessoas do Est. do Rio

Prezados Companheiros,

Em 12 de junho passado, membros da Coordenação do Regional Leste I do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, fizemos uma reunião que contou com a presença do companheiro Leonardo Boff. Foi ocasião de conversarmos sobre as inquietações que sentimos, produzidas por nosso trabalho em defesa dos Direitos Humanos.

O que significa lutar pelos Direitos Humanos hoje? O que é que produz nossa identidade de grupo que trabalha e luta especificamente pelos Direitos Humanos? Quais as afinidades, as quais exigem,a bem da eficiência, que nos encontremos de vez em quando? Como podemos cooperar para que cada um de nossos grupos receba a força do conjunto e dê ao nosso conjunto a sua força particular?

Como vê,companheiro,as perguntas são muitas. Pensamos em começar a discutí-las num Encontro Estadual. O que você acha da proposta? Contaremos com a participação de Leonardo Boff e de um cientista social do IBASE.

Marcamos este primeiro Encontro de todas as Entidades envolvidas na luta pelos Direitos Humanos para:

Dia 29, à noite, 30 e 31 de agosto de 1986.
Local: Centro de Formação de Nova Iguaçu
Rua Aimorés, 08 - Moquetá - Tel:(021) 767-2370

A casa oferece roupa de cama e banho. Segue a ficha de inscrição. O número de participantes é livre.Será cobrada uma taxa de Cz$ 180,00 por pessoa. Pedimos que a resposta nos seja dada até o dia 15 de agosto.

Telefones para contato: (021) 767-7677
(0242) 42-2462

Esperando que aceitem o nosso convite, deixamos nosso abraço fraterno.

Sadia Barsoud David

p/ Coordenação do Regional Leste I

Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos
Regional Leste I de Direitos Humanos

FICHA DE INSCRIÇÃO

I Encontro de Entidades e Pessoas do Estado do Rio

Data: 29,30 e 31 de agosto de 1986.
Local: Centro de Formação de Líderes
Rua Aimorés, 08 - Moquetá
26.000 - Nova Iguaçu - RJ.

Tel: (021) 767 - 2370

INSTRUÇÕES ÚTEIS:

As inscrições devem ser enviadas até o dia 15 de agosto para o seguinte endereço:
Secretaria do Regional Leste I do MNDDH
Rua Capitão Chaves, 60 - Centro
26.000 - Nova Iguaçu - RJ
Tel: (021) 767-7677

O jantar no dia da entrada será servido às 19,30h

Período do Encontro:

Início: 29 de agosto - Sexta-feira à noite
Término: 31 de agosto - à tarde

1) Nome: _____
Grupo a que pertence: _____
Endereço: _____

2) Nome: _____
Grupo a que pertence: _____
Endereço: _____

3) Nome : _____
Grupo a que pertence: _____
Endereço: _____

Nova Iguaçu, 04 de julho de 1986.

_____

p/ Coordenação do Regional Leste I

CEDIM

Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos
Comissão Nacional

I REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DO MOVIMENTO DE DEFESA DOS D. HUMANOS

Olinda /Pe - 27/01/86.

RESOLUÇÕES:

1. O nome da Entidade Nacional é MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS e sua sigla é MNDDH.
2. À Comissão Nacional caberá o papel de articulação e representação do MNDDH; sendo esta limitada a consulta da maioria dos Regionais de Direitos Humanos.
3. A Comissão Nacional é composta por um representante de cada Regional (na atualidade são oito Regionais) , podendo ser substituído a qualquer momento a critério do respectivo Regional.
4. Cada Regional tem um representante e um suplente.
5. A Sede do MNDDH é móvel acompanhando a sede do próximo encontro. Assim, a sede será em Goiânia no período de 1986/1988.
6. O Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos manifestará publicamente em sua sede junto aos meios de comunicaçãosocial, ouvida a Comissão Nacional e o Regional onde fatos/acontecimentos justificarem em face de violação dos Direitos Humanos.
7. A Comissão Nacioanl proporá e ajudará a realizaçãc de estudos e aprofundamentos sobre temas de Direitos Humanos, principalmente aqüeles relativos à Reforma Agrária, Saúde, Educação etc.
8. O MNDDH será oficialmente representado pelo Regional/Sede e Comissão Nacional.
9. A Comissão Nacional será mantida por verba destinada ao SIN até julho de 1986.
10. Decidiu-se pela necessidade de se criar uma Secretaria Jurídica para o MNDDH.
11. Foi deliberada a criação, quando necessária, de Secretaria/Serviços,como o SIN, que terão direito à voz nas reuniões da V Comissão Nacional, quando convocadas.
12. O SIN continuará de posse do arquivo histórico do MNDDH. Ficou decidido que cada Regional, na medida do possível, organizará e manterá um arquivo histórico.
13. À Comissão Nacional caberá elaborar a pauta do próximo encontro Nacional.
14. O próximo Encontro Nacional será em Goiânia, em janeiro de 1988.
15. Ao Regional Sede caberá a elaboração de pautas de reuniões da Comissão Nacional.
16. O Regional/Sede manterá um arquivo com a finalidade de ajudar na organização do V Encontro Nacional de Direitos Humanos.
17. Ao Regional/Sede caberá a organização da infra-estrutura do próximo Encontro Nacional.
18. O Serviço de Intercâmbio Nacional - SIN , continuará com suas funções de serviço de intercâmbio, em Petrópolis - RJ.
19. Todos os Regionais de Direitos Humanos que quiserem ajuda da CESE devrão mandar projetos até o dia 15/3/86.

20. Ficam mantidos os Encontros Inter-Regionais. O III Encontro Inter-Regional será realizado em Minas Gerais, de 06 a 08 de março de 1987. Caberá ao Regional Leste II juntamente com a Comissão Nacional sua organização. Participam um representante por cada Estado, mais dois por cada Regional, sendo o Coordenador de cada Regional membro nato (membro da Comissão Nacional/MNDDH), mais um reprsentante de cada Secretaria ou serviço.

21. Os Encontros Inter-Regionais são de natureza consultiva.

22. A próxima reunião ficou marcada para o dia 20/03/1986, em Goiânia.

CEDIM

1988

CEDIM

1987

CEDIM

UMA INTERVENÇÃO NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO
(PT/SP e Presidente da ABRA)

Extraído do Boletim "Questão Agrária e Constituinte". CEDEC

AO FALARMOS DE REFORMA AGRÁRIA, DO QUE ESTAMOS FALANDO? Trata-se da intervenção do Estado na correção ou na modificação de um aspecto da estrutura agrária. É toda vez que a estrutura agrária está demasiadamente concentrada, quando a terra está muito concentrada, provocando inclusive uma subdivisão extrema no outro polo, quer dizer, quando ocorre a concentração e/ou fragmentação, em geral surge uma situação econômica, social e política que gera a intervenção direta do Estado. É uma intervenção cirúrgica do Estado para modificar o quadro estrutural da terra. Isso é reforma agrária. É um processo complexo, com vários planos e níveis, e com várias dimensões.

Há uma dimensão econômica na reforma agrária. O problema de produzir ou não produzir certas coisas e não outras coisas, produzir para dentro ou produzir para fora, são dimensões do problema da reforma agrária. Há aspectos sociais. O aspecto da pobreza, o aspecto da discriminação racial, o aspecto da discriminação de classes [illegible]pária na Índia, por exemplo, é um dos aspectos sociais do problema agrário hindu. E há problemas políticos que dizem respeito ao poder no campo. Qual é o grupo, qual é o segmento da população rural que tem poder? Quem tem poder sobre os outros e como é que se faz este equilíbrio de poder no campo? São questões implicadas nesta intervenção do Estado para corrigir um quadro que pode ser até fotografado, como é hoje.

Quando eu falo de reforma agrária, eu estou falando de intervenção do Estado brasileiro para modificar o quadro de distribuição da terra. O segundo aspecto que nós vamos distinguir quando falamos de reforma agrária é a divisão entre reforma agrária e revolução agrária. Reforma Agrária é um processo conduzido, controlado por um Estado, mais conduzido ou mais de um poder instituído. Revolução Agrária é quando os camponeses tomam conta da terra por conta própria. Na Bolívia o que houve foi uma revolução agrária.

Nós estamos tratando de reforma agrária.

Terceiro. Nós temos que distinguir tipos de reforma agrária. Nós não podemos comparar uma reforma agrária socialista com uma reforma agrária capitalista. Existem reformas agrárias socialistas e reformas agrárias capitalistas.

A reforma agrária capitalista é a que se dá no âmbito de um Estado capitalista. A reforma agrária socialista é a que se dá num âmbito ou de uma revolução socialista ou de um Estado socialista. Se o quadro básico do poder é um quadro de dominação burguesa, não se pode falar de uma reforma agrária socialista. Não tem a menor condição de realizar isto. Você pode introduzir princípios que tendam para um socialismo numa reforma agrária capitalista e viceversa.

Então, a reforma agrária que nós vamos falar aqui, é uma intervenção do Estado; é uma intervenção de um Estado que é, até agora, segundo se olha na Constituição, um Estado capitalista. Então, nós vamos falar de uma reforma agrária capitalista.

E o quarto e básico fator: reforma agrária é uma função do poder, das classes, dos grupos, dos setores que querem modificar uma estrutura agrária e do poder das classes dos grupos e dos setores que querem conservar aquela figura da concentração da terra.

É preciso atentar para o fato de que temos uma agricultura extremamente agressiva, que se transforma com uma grande velocidade e que está imbricada na produção industrial desse país. Nós temos hoje uma indústria de defensivos, uma indústria de tratores, uma indústria de insumos, nós temos uma estrutura de comercialização que está profundamente ligada à produção agrícola. Então, nós não estamos falando de uma reforma agrária para produzir no país.

A agricultura capitalista brasileira está dividida em 3 setores grandes: um é o setor do latifúndio e do grande capital. Quer dizer, o latifúndio é uma reminiscência do passado e está se modernizando rapidamente, porque se não, não subsiste. É comprado, é comprado pelo capital monopolista. O grande capital ligado com a indústria e com a produção de alta produtividade. Este grande capital tem muita terra como reserva de valor e como reserva de mercado. Ele tem hoje muita terra além do que ele precisa para sua produção como reserva de valor e como reserva de mercado.

Nós temos um outro setor na agricultura brasileira que é o setor do pequeno proprietário e do médio proprietário, que é um homem que enfrenta hoje enormes dificuldades, realmente.

Em terceiro, nós temos os párias do campo, que são os trabalhadores rurais, os posseiros, os diaristas, também conhecidos como bóias-frias.

O que é fundamental de dizer nisto, é que não é real que este país não tenha política agrícola. Esse país tem uma fantástica política agrícola. E uma política agrícola que deu enormes resultados, uma política agrícola que foi extremamente estável durante muito tempo. O crédito, a assistência técnica, a pesquisa agrícola, deram saltos espantosos no Brasil. Só que foram todos dados em função do poder no campo. Do poder que existe no campo. E o poder que existe no campo é o poder do grande capital monopolista no campo. Esse é o problema da reforma agrária brasileira. Porque? Porque ao mesmo tempo em que produz, e produz com grande velocidade, este processo de transformação do capitalismo, e este capitalismo rural ele gera também conflito. Conflito de latifundiário com posseiro, conflito de posseiro com posseiro, conflito de posseiro com índio, conflito de latifundiário com índio. Está inundando o país com isso. Segundo, ele afeta fortemente a ecologia, com um processo de desmatamento que os ecologistas consideram criminoso. E terceiro e mais grave, ele gera pauperização. Pauperização no campo e pauperização do campo na cidade.

Ainda há mais: nós temos um processo de migração que foi de 15 milhões de pessoas nestes últimos dez anos. É um dos processos de migração campo-cidade mais rápido de que se tem notícia.

Finalmente, quais os objetivos da reforma agrária brasileira? Os objetivos óbvios de uma reforma agrária brasileira são dois. Primeiro, uma democratização do campo. O que nós queremos é democratizar, porque essa concentração da terra representa a concentração de poder representa a concentração de recursos. E isso tem, inclusive, uma repercussão clara em todo o processo democrático do país. Então, a reforma agrária se insere no quadro de uma luta mais ampla para trazer a cidadania à todos os brasileiros. E ela vai, a meu ver, privilegiar os seguintes objetivos: 1) a produção mercantil simples, o paqueno e o médio produtor; 2) o capitalista moderno, sem monopólio da terra; 3) o capitalismo moderno, cooperativo com os trabalhadores rurais. Acho que são os grandes objetivos.

O segundo grande objetivo é a eliminação da pauperização, porque é impossível que um país conviva com a pauperização permanente de parte importante de sua população e conviva numa democracia. A democracia supõe um mínimo de igualdade, o que é incompatível com o outro processo. E essa é a razão fundamental da reforma agrária. E no caso brasileiro não existe nenhum outro programa mais barato para terminar com a pauperização. Nenhum outro. É impossível criar em algum outro setor da economia um emprego permanente mais barato do que na agricultura. E este é o fundamento econômico da reforma agrária hoje no Brasil.

Quais são as causas de tirar a terra de um cidadão, para o Partido? São: o não uso, o mal uso, o pouco uso e o tamanho. Nos primeiros casos, por motivos sociais e econômicos, no segundo por motivo de monopólio.

No pagamento da terra, o princípio do Partido dos Trabalhadores é: nós pouco ressarcir o dano, quando houver dano. Verificada a existência de dano com a tomada daquela terra, se ressarce o dano, não se paga o valor da terra. Porque não se vai fazer um negócio agrícola. Vai se fazer uma intervenção corretiva numa estrutura que não tem força política para se sustentar. Se ela tiver força política para se sustentar, vai se pagar uma parte da terra.

Por outro lado, o controle dos trabalhadores. O PT não quer uma reforma agrária tecnocrática feita pelos agrônomos, engenheiros e veterinários do INCRA. Ele não quer uma reforma agrária feita pelos políticos. Ele quer uma reforma agrária feita pelas organizações dos trabalhadores rurais, que devem dizer onde estão as terras, que devem dizer como querem explorar estas terras, que devem dizer como querem receber a terra, porque para nós o fundamental na reforma agrária é

SIN
serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos
RUA CARLOS GOMES, 180 CP 90581
25680 PETROPOLIS, RJ TÉL.: (0242)42-2462
SERVIR A VIDA

CARTA DE PRINCÍPIOS DO MNDDH

A caminhada pelos direitos humanos é a própria luta do nosso povo oprimido, através de um processo histórico que se inicia durante a colonização e que continua hoje, na busca de uma sociedade justa, livre, igualitária, culturalmente diferenciada e sem classes.

Neste sentido, o MNDDH - Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos - afirma que os direitos humanos são, fundamentalmente, os direitos das maiorias exploradas e das minorias espoliadas cultural, social e economicamente, a partir da visão mesma destas categorias.

Para cumprir seus compromissos, o nosso Movimento baseia-se nos seguintes princípios:

1. Estimular a organização do povo, para que se conscientize de sua situação de opressão, descubra formas para conquistar e fazer valer seus direitos e para se defender das violências e arbitrariedades, promovendo, em todos os níveis, uma educação social e política para os direitos humanos. Este esforço deve possibilitar que o homem torne-se, cada vez mais, sujeito da transformação das atuais estruturas.

2. Lutar, com firmeza, para garantir a plena vigência dos direitos humanos, em qualquer circunstância, defendendo a punição dos responsáveis pelas violações desses direitos e a justa reparação para as vítimas.

3. Incentivar e garantir a autonomia dos movimentos populares, ultrapassando os interesses institucionais, partidários e religiosos, considerando a pluralidade de opinião e reafirmando a opção fundamental, que é o nosso compromisso com os oprimidos.

4. Ter claro o seu papel, suas limitações e potencialidades, sua identidade, repudiando qualquer forma de instrumentalização e se caracterizando como entidade não governamental.

5. Combater todas as formas de discriminação por confissão religiosa, diversidade étnico-cultural, opinião política, sexo, cor, idade, deficiência física e/ou mental, condição econômica e ideologia.

Unidos, lutaremos pela realização desses compromissos, caminhando, assim, para a construção de uma **NOVA SOCIEDADE** e do **HOMEM NOVO**, no Brasil, na América Latina e no mundo.

Olinda, 26 de janeiro de 1986
IV Encontro Nacional de Direitos Humanos
(cf. SEDOC 195 - outubro 1986, cols 340s.
Ed. Vozes. Petrópolis-RJ)

SIN
serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos
RUA CARLOS GOMES. 180 CP 90581
25680 PETRÓPOLIS. RJ TEL.: (0242)42-2462
SERVIR A VIDA

RESGATANDO A HISTÓRIA DO MOVIMENTO NACIONAL

I ENCONTRO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Petrópolis, 20-24/1/1982

Situação dos grupos

Origem — A grande maioria surgiu a partir da metade da década de 70. Entre os presentes, apenas os CDDHs de São Paulo e a CDJP de Nova Iguaçu tinham origem mais remota. Como já foi aludido no início do presente relatório, todos iniciaram suas atividades pressionados pelo desrespeito aos direitos humanos, por fatos concretos onde o homem foi injustiçado e violentado na sua dignidade. Na área rural esses fatos se reduzem a problemas de posse de terra e da falta de condições de sobrevivência das grandes maiorias. Na área urbana são o crescimento das favelas, a marginalização dos empobrecidos, a violência policial legalizada. Mais precisamente, os dois grupos acima citados surgiram como reação aos atos arbitrários do Dói-Códi paulista e ao seqüestro de D. Adriano Hipólito.

Item 3 — A quase totalidade dos grupos presentes mantém boas relações com os seus respectivos bispos. Apesar de serem organismos autônomos (no caso dos CDDHs) são apoiados em suas lutas com grande liberdade de atuação. As CJP estão profundamente ligadas à cúria local tendo estas a participação mais definida dos bispos. O mesmo acontece com a IECLB. Infelizmente existem ainda exceções.

Item 4 — Alguns grupos recebem ajuda da Igreja local (secretário, advogado). Outros se mantêm através de contribuições dos membros do grupo e de associados e recebendo uma ajuda de fora. Em geral, a manutenção é mista: o próprio grupo complementado por outra instituição.

Item 5 — Todos atuam na denúncia das várias violações dos direitos humanos através dos meios de comunicação (imprensa, rádio e TV). Possuem uma linha de atuação ao nível de conscientização promovendo cursos e palestras. Estas têm como principal objetivo o esclarecimento sobre os direitos da pessoa, leis trabalhistas, fé e política. Finalmente, desenvolvem uma prática de apoio e solidariedade em relação às questões locais (problemas de posse da terra e de ocupação do solo urbano; violência policial, torturas e libertação de presos; problemas com estrangeiros e refugiados políticos; questões trabalhistas e apoio à greve por justa causa; assessoria popular e assistência jurídica; incentivo e apoio para uma verdadeira mobilização popular através de sindicatos associações de bairros, etc.; estudo e aprofundamento da Palavra de Deus através de grupos de reflexão da Bíblia e de CEBs.

Item 6 — Falta de advogados conscientes e dispostos a uma verdadeira defesa dos direitos humanos; falta de agentes qualificados; desatualização, oposição e indiferença de boa parte de autoridades eclesiais nos mais diversos níveis — bispos, padres e religiosos; acomodação do povo e má formação política.

Conclusões finais

A partir das 15 horas do dia 22 até o final do Encontro na noite do dia 23 todos os trabalhos seguiram a dinâmica de estudo e propostas em grupos pequenos para posterior apresentação e aprovação em plenário. Pontos refletidos e aprovados:

— É necessária e indispensável a articulação dos organismos de todo o território nacional para melhor organização e fortalecimento da luta pela justiça e paz.

— A realização do II Encontro de Direitos Humanos em janeiro de 1983. Local ainda não confirmado — São Paulo ou Vitória.

— O grupo Ação, Justiça e Paz de Petrópolis — RJ ficou responsável pelo serviço de intercâmbio entre os diversos grupos, até o próximo Encontro.

— As entidades presentes foram divididas em quatro regionais com uma responsável pela articulação e mobilização a nível regional. NORTE: Acre e Pará; NORDESTE: Paraíba e Rio Grande do Norte; SUDESTE: Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais; SUL: S. Paulo, S. Catarina e Rio Grande do Sul.

— Prioridades para 1982: debates sobre Fé e Política, apoio à luta pela Reforma Agrária, questão do Solo Urbano, a violência policial e adesão ao debate sobre educação e direitos humanos, no quadro da Campanha da Fraternidade 82.

— Um Documento Final do Encontro para as autoridades civis e religiosas, entidades competentes e imprensa.

(cf. SEDOC 151 - maio 1982, cols 1032s. Ed. Vozes. Petrópolis-RJ)

c) Exposição e debate sobre o **SERVIÇO DE INTERCÂMBIO NACIONAL — SIN**

— Entidade responsável pelo SIN e suas atribuições

De acordo com sugestão aprovada durante o I Encontro (cf. Documento referente ao SIN, no final deste relatório), segundo a qual os organizadores do Encontro se incumbiriam do SIN até o Encontro seguinte; com a organização do II Encontro, a Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados, por conseguinte, ficaria com o encargo do SIN. São Paulo, entretanto, não aceitou essa tarefa, justificando falta de infra-estrutura. Aliás, foi também essa a justificativa de todas as entidades convidadas. Apesar de se levar em consideração as dificuldades expostas por Petrópolis, o plenário sugeriu que o GAJP continuasse por mais um ano à frente do SIN. Até porque seria mais fácil para esse grupo em vista de toda uma experiência adquirida. Petrópolis aceitou a sugestão estabelecendo duas condições, aprovadas por todos os presentes. Em primeiro lugar, estavam descartadas quaisquer propostas de continuação desse serviço após o III Encontro — o prazo máximo estabelecido para uma mesma entida foi de 2 anos. Em segundo lugar que os Regionais assumissem de maneira mais radical as suas responsabilidades apoiando de modo mais efetivo o SIN.

Quanto às atribuições, além da responsabilidade administrativa do serviço de intercâmbio, enquanto troca de informações, foi também aprovado em plenário o poder de representatividade do SIN. Dessa forma, o GAJP enquanto responsável pelo SIN, passa a ter função representativa em alguns casos e ocasiões de maior repercussão e urgência (ex.: no julgamento dos padres franceses, etc...), podendo delegar essa presença a uma outra entidade do SIN mais próxima do local em questão.

Provisoriamente, para efeito de representar todos os participantes do intercâmbio, em eventos de significação nacional, convencionou-se denominar este movimento de «Conselho Ecumênico de Entidades de Defesa dos Direitos Humanos».

Regionais: Função e critério de divisão

Quanto à função, ficou estabelecido que, em suas respectivas regiões, a entidade responsável pelo regional teria as mesmas responsabilidades do SIN. No que se refere à divisão, manteve-se o critério geo-econômico já em vigor. Segue abaixo a relação da nova distribuição dos regionais e seus responsáveis:

NORTE (AC, PA, MA, RO): Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Acre;

NORDESTE (CE, RN, PB, PE, BA): CNBB/NE-II — Centro de Defesa dos DHs;

LESTE I (MG): Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos;

LESTE II (ES): Comissão Justiça e Paz de Vitória;

LESTE III (RJ): Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Nova Iguaçu;

SUL I (SP): Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco;

SUL II (PR, SC, RS): Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Joinville;

CENTRO-OESTE (GO, MS): Comissão Justiça e Paz de Goiânia.

Metodologia de trabalho

Todo o processo de comunicação desenvolvido pelo SIN durante o período de 1982 foi mantido por ser o mais viável e mais rápido. Entretanto, pequenas modificações foram introduzidas com o objetivo de agilizar as informações e diminuir a sobrecarga da entidade central. Assim, por exemplo, nos casos de muita urgência, foi sugerido que o grupo solicitante de apoio enviasse a correspondência diretamente aos participantes do SIN e que este fosse apenas notificado por causa da documentação. Também em casos de divulgação de material ficou a possibilidade de contato direto entre as entidades ou através dos regionais.

Para melhor avaliação da participação dos grupos nas respostas aos apelos recebidos, os participantes do II Encontros se comprometeram a enviar para o SIN cópias ou avisos das medidas tomadas.

Com o objetivo de facilitar a luta na defesa dos direitos dos oprimidos, o representante da CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço) assumiu o compromisso de apoiar financeiramente, mediante um projeto, o SIN. Na medida de suas necessidades, os regionais poderiam contar com essa ajuda para organizarem seus encontros, e o SIN para as despesas de comunicação e para a fase de organização do III Encontro.

Articulação com outros movimentos e organizações que defendem os Direitos Humanos em áreas específicas

No intuito de se discutir esse problema foi feita uma reunião com representantes do SIN-GAJP e dos movimentos que atuam em área específica presentes no II Encontro (CIMI, CPT, Movimento de Defesa dos Favelados, Secretariado de Justiça e Não-Violência, MORHAN, Grupo União e Consciência Negra, UCBC e Anistia Internacional). Acreditamos que os questionamentos e as questões aí levantados são de grande importância para o avanço das lutas pelos Direitos Humanos no Brasil. Todos viam a necessidade de maior união e apoio nas lutas para maior força e divulgação. Em conseqüência das considerações feitas, resolveu-se o seguinte:

— que para os Encontros Nacionais de cada um dos movimentos aí representados seriam convidados um ou dois representantes dos demais movimentos na qualidade de observadores;

— que para os Encontros Regionais dos respectivos movimentos seria possível convidar representantes dos Regionais dos demais grupos;

— que no caso de correspondência, o grupo remetente a enviaria não para todas as entidades dos demais movimentos mas apenas para os núcleos nacional e regionais desses movimentos;

— que para obter soluções de acordo com as necessidades de cada movimento o SIN elaboraria um questionário e o enviaria aos seus núcleos centrais;

— que cada um dos movimentos de área específica dentro de suas caminhadas procuraria aprofundar a luta mais ampla pelos Direitos Humanos de todos os oprimidos e marginalizados.

f. SEDOC 162 - junho 1983, cols 1179ss. Ed.Vozes. Petrópolis)

III ENCONTRO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Vitória, 25-28/1/1984

Táticas para uma ação eficaz:

— Ter um tempo para a organização interna da caminhada de direitos humanos discutindo:
— o que é um centro de defesa ou uma comissão justiça e paz?
— qual a defesa a ser feita? — o que são direitos humanos?
— Incentivar a criação de novos núcleos de direitos humanos.
— Fortalecer as articulações a nivel regional e nacional e intensificar o intercâmbio via SIN.
— Aprofundar a articulação com as entidades de defesa dos direitos humanos de áreas específicas a nível local, regional e nacional.
— Desenvolver um trabalho pedagógico (sem manipular ou querer substituir o povo) visando o conhecimento e conscientização dos direitos do povo, com conseqüente formação de uma consciência nacional sobre cidadania. Para este fim utilizar os mais diversos meios de informação: produzir cartilhas, audiovisuais, cartazes, folhetos, boletins, imprensa alternativa, rádio, etc.; promover e participar de seminários, cursos. debates e outros.
— Articular-se com o movimento popular apoiando-o em suas lutas.

d) *4º trabalho dos grupos: Articulação Nacional — avaliação e sugestões.*

O objetivo é o de rever a nossa experiência de articulação nacional nestes dois anos, desde que aconteceu o I Encontro em Petrópolis (janeiro de 1982). Naquela oportunidade surgiram os três mecanismos de articulação entre os grupos, hoje existentes: — encontros nacionais; — regionais; — serviço de intercâmbio nacional (SIN). (Cf. SEDOC 15 — junho/83, cols. 1185s).

e) *Plenário:* foram as seguintes as deliberações da plenária acerca da articulação nacional:

Encontros Nacionais

— Periodicidade: de 2 em 2 anos encontros nacionais amplos para os representantes de todos os CDDHs e CJPs e para representantes nacionais dos movimentos de área específica.
— Encontros inter-regionais: intercalando com os encontros nacionais serão realizados encontros com representantes dos regionais de 2 em 2 anos.
— Data: o próximo encontro nacional será em janeiro de 1986.
— Local: nordeste. A cidade deverá ser escolhida pelo próprio regional durante o seu próximo encontro, quando será também definido o responsável por sua preparação e organização.

Regionais

Uma constatação importante foi feita a partir da preparação para este encontro: é essencial que os regionais se organizem e se articulem mais profundamente. Quanto à divisão dos regionais, foram feitas várias propostas que modificavam e trocavam vários estados de seus respectivos regionais. Por fim, ficou resolvido que a questão seria aprofundada nos próximos encontros regionais para uma definição final, de acordo com a viabilidade real da proposta e a possibilidade dos grupos. Em princípio os regionais e seus respectivos responsáveis ficaram assim estabelecidos:
— Norte I (AC e RO). CDDH do Acre.
— Norte II (PA e MA): Sociedade Paraense de Defesa dos DHs.
— Nordeste I (CE, RN, PB, PE): CNBB/NE-II — CDDH de Recife.
— Nordeste II (BA): Comissão Justiça e Paz de Salvador.
— Leste I (MG): Comissão Arquidiocesana de DHs de Belo Horizonte.
— Leste II (ES e RJ): Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Nova Iguaçu.
— Sul I (SP): CDDH de Osasco.
— Sul II (PR, SC, RS): Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre.
— Centro-Oeste (GO, MS, MT): CJP de Goiânia.

Observação: para a divisão acima só foram incluídos os estados onde já existem grupos articulados com o SIN (ver SEDOC 14 — maio 1982 cols. 1030s).

SIN — Serviço de Intercâmbio Nacional

— *Avaliação:* o SIN. como serviço, tem desempenhado um bom papel na troca de informações entre as entidades e nos pedidos de solidariedade. Houve consenso quanto à sua importância e quanto à necessidade desse serviço para o fortalecimento e união de uma ação conjunta a nível nacional. Constatou-se que muitas entidades não conseguem responder a demanda do SIN por causa de suas necessidades financeiras e precariedade de infra-estrutura (de material e de pessoal). Observou-se também que o SIN ainda não se fez suficientemente conhecido para muitas entidades existentes que não entraram ainda na caminhada.
— *Sugestões:* o SIN deve procurar recuperar sua história para melhor informação e compreensão de seus mecanismos de atuação, por todos aqueles que participam ou vierem a participar de seus serviços. Procurar contatar novas entidades e motivar a formação de novos grupos dando as informações que estejam dentro de suas possibilidades. Se não há possibilidade de atender a todos os pedidos, priorizar as cartas de solidariedade pois reforçam a capacidade de resistência do povo e aprofundam a união dos oprimidos. Tentar propiciar um acompanhamento mais efetivo dos casos veiculados divulgando o seu andamento, as providências tomadas, os resultados conquistados. A correspondência enviada para o SIN deve ser clara e conter explicitamente seu objetivo, ou seja, ser transformada em memorando ou circular para ser enviada a todos os participantes ou se trata apenas de correspondência individual para o Grupo Ação Justiça e Paz de Petrópolis.
— *Local:* o SIN permanece em Petrópolis até o próximo encontro nacional, pelo menos.
— As ações devem ser sobretudo preventivas (e não meramente emergenciais), populares (e não elitistas), de ataque (e não apenas de defesa), sempre em cima da realidade mas pressupondo uma visão da sociedade global.

Dimensões específicas das ações

— Educação.
— Articulação.
— Apoio e denúncia.

Questionamentos

— Pode a ajuda financeira externa causar dependência? Como enfrentá-la? Como chegar ao autofinanciamento?
— Não estarão muitas entidades distantes do povo? Como caminhar com o povo?
— Os encontros nacionais deverão ter um objetivo determinado (um ponto a ser alcançado) ou devem ser principalmente uma ocasião de troca de experiências e de fortalecimento da união?

(cf. SEDOC 172 -junho 1984,
cols 1259s. Ed.Vozes.Petrópoli

Atribuições do SIN:

a) Aperfeiçoamento dos serviços atuais:

- Apresentação mais pedagógica e melhor diagramada das denúncias.
- Tratamento analítico das denúncias.
- Acompanhamento dos casos veiculados.
- Buscar apoio de comunicadores comprometidos para assessoramento na elaboração das comunicações e do informativo.
- organização de um cadastro dos grupos que participam do SIN.
- Edição de um informativo com as lutas mais significativas.

b) Novos serviços:

- Organização de um banco de dados com informações relevantes para o movimento dos direitos humanos.
- Apoio para a realização de estudos e pesquisas de temas novos, do interesse da luta pelos direitos humanos.
- Buscar contato para um trabalho articulado com órgãos de estudo e assessoria já comprometidos nessa linha de ação (IBASE, CEAS, CERIS, CEHILA, etc.).
- Intercâmbio de subsídios na medida que sejam solicitados pelos grupos.
- Favorecer o intercâmbio de pessoas para estágios de capacitação, troca de experiências, cursos e visitas aos lugares de conflito (formação de quadros).

— Atribuições do SIN com a Comissão de Apoio

a) Aperfeiçoamento dos serviços atuais:

- Estabelecer critérios para o encaminhamento das denúncias e das informações (o que é relevante para todos os grupos, aquilo que é do interesse do próprio regional, o que interessa aos que têm problemas afins).
- Ajudar a definir os mesmos critérios para as respostas das entidades.
- Avaliar se os gastos efetuados pelo SIN são adequados à eficácia obtida.
- Estimular as articulações regionais e a nacional.
- Estimular e assessorar na formação de novos grupos.
- Buscar aprofundar o relacionamento com outros grupos afins.
- Auxiliar na preparação e realização de encontros nacionais e inter-regionais.

b) Novos serviços:

- Ajudar na organização de uma secretaria nacional.
- Posicionar-se frente as violações dos direitos humanos através de declarações nos meios de comunicação.
- Realizar reuniões sempre que necessário, para melhor encaminhamento dos trabalhos.
- Elaborar uma lista de nomes de parlamentares que, por sua postura e por seu discurso, deva receber a correspondência do SIN como mais uma forma de pressão ou uma nova frente para a luta pela justiça.

— Atribuições do SIN e/ou da Comissão de apoio:

- Buscar informações sobre agências de financiamento e assessorar os grupos para a obtenção de recursos.
- Tentar maior relacionamento com a imprensa através de jornalistas comprometidos a fim de ocupar espaços na grande imprensa.
- Dar continuidade às decisões dos encontros nacionais e inter-regionais.
- Buscar aprofundar o relacionamento com a CNBB e outras Igrejas para um maior apoio às lutas populares, sem perder a autonomia criando um vínculo de dependência.
- Promover uma mais profunda articulação com a América Latina através de entidades como Clamor, Anistia Internacional, Comissão de Defesa dos Direitos do Povo — CODEPO do Chile, Centro Valdivieso da Nicarágua, Centro Paz e Justiça da Argentina, COLUSPAD, Comitê de Solidariedade aos Povos da América Latina, CONDEPAZ e através de outras que contatemos.

Ao final da plenária ficou decidido que se iria tentar executar todos esses pontos na medida do possível. Foram escolhidas três prioridades a serem cumpridas a partir do encontro inter-regional:

— a elaboração do informativo;
— a preparação do IV Encontro Nacional;
— o posicionamento frente às violações dos Direitos Humanos.

Programou-se uma reunião do SIN com a Comissão de Apoio para o 1º semestre de 1985, maio ou junho. O SIN deverá convocar e sediar a reunião.

— Pistas para o aperfeiçoamento da articulação do regional:

- Encontro entre os regionais que têm problemas afins.
- Encontros especiais como sobre violência policial, de advogados engajados na luta do povo por seus direitos.
- Fortalecimento da articulação com outras entidades.
- Discussão e esclarecimento sobre a função do regional.
- Tentar uma maior mobilização de regional através de uma questão comum.
- Localizar e apoiar grupos do interior.
- Buscar apoio financeiro para a manutenção do regional.
- Criar e fortalecer um meio de comunicação no regional, que valorize e divulgue as lutas e vitórias em defesa dos direitos humanos.
- Realizar palestras, debates e cursos sobre temas relevantes para a defesa dos direitos humanos.
- Intercâmbio de pessoas para aperfeiçoamento e troca de experiências.
- Maior articulação dos regionais com o SIN.

(cf. SEDOC 195 - outubro 1986, cols 301ss. Ed.Vozes.Petrópolis-RJ)

M·N·D·H MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Ofício nº 16/92.

Brasília, 14 de julho de 1992.

Aos
Centros, Comissões e Entidades Afins.

Prezados (as) Companheiros (as),

Em decorrência de diversas solicitações estamos encaminhando mais alguns cartazes da Campanha em Favor da Vida, Folder do V Prêmio Nacional, como também, material sobre a II Jornada de Lutas, com texto complementar.

Na oportunidade, informamos que o material produzido - cartaz - para a Campanha em Favor da Vida, tem alçancado uma otima receptividade. Estamos procurando apoio junto as editoras Paulinas e Vozes para a impressão de mais cartazes.

Gostaríamos de obter informações acerca da implementação da II Jornada de Lutas - atividades realizadas, dificuldades e avanços. Neste sentido, também, informações quanto ao processo de construção da Pró-Central dos Movimentos Populares em seu município e/ou Estado.

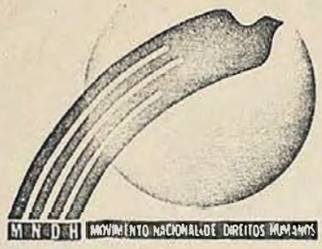
Comunicamos que até o momento recebemos algumas indicações para o V Prêmio Nacional. Continuamos aguardando contribuições.

Reiterando nossas esperanças na pronta resolução da crise ética e política que se avolumou em nosso país, desde já agradecemos e saudamos a todos.

Abraços,

VALÉRIA GETULIO B. SILVA
Secretária Executiva

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF



DIREITOS HUMANOS: UMA LUTA CONTRA AS VIOLÊNCIAS, A FAVOR DA VIDA, DA CIDADANIA E DA DEMOCRACIA.

"A caminhada dos Direitos Humanos é a própria luta do povo oprimido, através de um processo histórico que iniciou durante a colonização e que continua hoje, na busca de uma sociedade justa, livre, igualitária e culturalmente diferenciada".(*)

"Direitos Humanos é uma luta das maiorias exploradas e das minorias espoliadas cultural, social e economicamente, a partir da visão mesma destas categorias".(*)

Na história do Movimento Nacional de Direitos Humanos no Brasil (MNDH), vemos que houve uma luta permanente contra a violência que destrói a vida, a liberdade, a consciência, a cidadania.

A luta pelos DH no Brasil é uma luta que tem diferentes momentos na história. A ditadura militar de 1964 forçou a criação de movimentos na defesa da vida dos exilados, presos e torturados políticos, tendo as Igrejas, a ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), coordenado esta defesa dos direitos políticos.

No período da "abertura lenta e gradual" (iniciada em 1975) o MNDH foi além da defesa da integridade dos presos políticos. Participamos com parlamentares, intelectuais, artistas ... das campanhas pela anistia, contra a Lei de Segurança Nacional , apoio aos movimentos sindicais, as greves do ABC paulista, que marcaram este período.

Após 1979 ampliou-se a luta pelos DH e a preocupação específica com as camadas marginalizadas da população. Tratava-se da luta pela conquista de direitos no plano sócio-econômico e político-cultural, isto é, direitos relativos à moradia, saúde, trabalho, educação, organização comunitária... A partir disto também estava presente a defesa contra os abusos ao preso comum, contra o qual se dirigiu todo o aparato repressivo criado pelo regime militar.

Muitas pessoas desafiadas pela flagrante violação dos direitos da grande maioria da população, começaram a atuar em grupos, dando origem aos Centros de Defesa dos Direitos Humanos (CDDHs), uns junto às Paróquias nas igrejas e outros junto a movimentos populares e sindicais.

O terceiro momento do MNDH se dá na luta pela redemocratização da sociedade, onde ampliam-se as entidades que se arti

(*) Carta de Princípios do MNDH, Olinda 1986

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF

culam na defesa dos direitos políticos e sociais. A expressão desse período é forte na campanha pelas diretas já, que foi uma luta de muitos.

A etapa seguinte caracteriza-se pela ampliação da luta para os direitos econômicos, sociais e culturais. A opção pelos empobrecidos, frutos de violência econômica e cultural, firma o MNDH e fortalece as alianças nacionais com as forças democráticas progressistas no campo popular, sindical, político, institucional... As relações mais significativas se deram com as Igrejas (Católica e Evangélicas), a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), a CPT (Comissão Pastoral da Terra), a CUT (Central Única dos Trabalhadores), as ONGs (Organizações Não Governamentais), a Pró-Central dos Movimentos Populares, Fórum de Entidades contra a Dívida Externa, Procuradorias , Conselhos dos Direitos da Criança e Adolescente, Movimento Negro.

Analisando as bandeiras de luta, enquanto um meio de expressar e ajudar a produzir unidade ao MNDH, vemos que a luta contra as VIOLÊNCIAS, perpassa toda a história dos Direitos Humanos. Violência, expressa no início, na questão dos perseguidos políticos; depois, violência contra o preso comum; a não execução da reforma agrária; a exploração do trabalhador no campo e na cidade; a segregação e exploração do negro, da mulher, das crianças, dos índios... a dívida externa, os baixos salários, o não atendimento às políticas de saúde, transporte, habitação, aposentados, a defesa do meio ambiente...

Essas bandeiras têm sido definidas em cada Encontro Nacional desde 1982, e, expressam prioridades nacionais em cada período conjuntural. Na última Assembléia Nacional realizada em Brasília, em 1992, ficou definido que o EIXO DO MNDH é:

A LUTA A FAVOR DA VIDA

CONTRA AS VIOLÊNCIAS da Estrutura do Estado e da Ideologia

BUSCANDO CONSTRUIR a cidadania em relações democráticas

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF



Os programas prioritários são:

MEIOS DE LUTAR A FAVOR DA VIDA
CONTRA A VIOLÊNCIA

FORMAÇÃO

deve colaborar para que os militantes de DH, Movimentos Populares e Sindicais:
-apreendam a metodologia da práxis;
-participem na organização e sistematização do fazer e do saber popular.

COMUNICAÇÃO

deve colaborar para que os militantes de DH, Movimentos Populares e Sindicais:
-forcem a democratização da informação nos MCS;
-criem meios alternativos de comunicação.

A luta contra a violência, a favor da vida nos DH, visa a transformação social.

O MNDH coopera neste processo fazendo assessorias e/ou assumindo lutas de Movimentos Populares e Sindicais. A prática dos DH varia na sua forma organizativa segundo os CDDHs, os Estados ou Regiões. O conteúdo da luta: contra as violências, a favor da vida, é o indicador fundamental do que é o MNDH.

O MNDH foi-se organizando e articulando através dos CDDHs, da formação de oito Regionais e de um Secretariado Nacional com sede em Brasília. O órgão principal do MNDH é a Assembléia Nacional que se realiza a cada dois anos, sendo que o Conselho Nacional é composto por dois representantes dos Regionais.

Direitos Humanos: uma luta desafiadora e de muitos na medida em que o Brasil vive numa profunda crise ética, vendendo gradativamente a soberania, concentrando os bens e a renda, inviabilizando a cidadania e as relações democráticas.

A identidade do MNDH, na prática, está em permanente gestação. A sua explicitação é uma busca sucessiva no contexto, na história e na ética, através de permanente reflexão da prática local, nacional, latino-americana e mundial.

MATERIAL PRODUZIDO PELA SECRETARIA DE FORMAÇÃO (Marisa, Roque e José Pancotto) - junho/92 - Caxias do Sul/RS

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Rua São Francisco Xavier, 524 – RJ – CEP 20550

VILA ISABEL 17VIII92 RIO DE JANEIRO - R.J.

$ = 5,00 SELO

H-102239
F-20705

COMISSÃO de JUSTIÇA E PAZ
Rua Capitão Chaves, 60
Nova Iguaçu - RJ

26221-010

RPC

CEDIM

Ira Maria Maciel

Remetente: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Sub-Reitoria para Assuntos Comunitarios
R. Sao Francisco Xavier,524 - Sala T.006
20.550 - Rio de Janeiro - RJ
Endereço: Tel: 284-8322 Ramais: 2169 / 2194

CEP

ASSOCIAÇÃO DOS EX-ALUNOS DA FUNABEM

RUA VINTE E QUATRO DE MAIO, 43 - ROCHA - RIO DE JANEIRO/RJ

CEP 20951 — TEL. 281-0560

Rec. Utilidade Pública Municipal N.º 332/82

Registrado no Cons. Nacional Serv. Social / MEC Proc: N.º 232207/81

CARIOCA 17.6.92 RIO DE JANEIRO RJ

BRASIL CORREIO $ 000,00 BRASIL

M68356 F-55461-0

COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ

RUA CAPITÃO CHAVES Nº 60

NOVA IGUAÇÚ - RJ

CEP 26.221.010

RPC

CEDIM

ASSOCIAÇÃO DOS EX-ALUNOS DA
FUNABEM - RJ
RUA VINTE E QUATRO DE MAIO N.º 48
SÃO FCO XAVIER CEP 20551
RIO DE JANEIRO - RJ.

CEDIM

UM POUCO DE HISTÓRIA

Em princípio de novembro de 1979 surgia o CDDH – o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, de Petrópolis – com o nome de Grupo Ação, Justiça e Paz, com reuniões quinzenais às segundas-feiras à noite. Desde o início, a preocupação central foi a das condições de vida da maioria da população, que trabalha mas é colocada de lado na hora da repartição dos frutos desse trabalho.

Um dos primeiros fatos marcantes na vida do CDDH foi o apoio aos operários da Cometa. Os 230 operários dessa indústria têxtil ficaram por 8 meses em 1978 e 6 meses em 1979 sem receber seus salários. A mobilização foi para angariar alimentos para os operários e para pressionar a empresa a entrar em acordo com eles.

Depois, em abril de 1980, veio o apoio à greve dos metalúrgicos do ABC paulista. Este fato e mais a palestra "O cristão e a luta pela justiça" proferida por Frei Leonardo Boff no Colégio Santa Isabel, no mês seguinte, foram o marco que revelou a Petrópolis a existência do CDDH.

O trabalho voltado para as comunidades começou com a formação de agentes de saúde dentro de uma linha de conscientização para a saúde comunitária.

Em fins de 1981, vieram as enchentes sobre Petrópolis. Centenas e centenas de desabrigados. O Governo Federal promete a construção de 1.500 casas. Seis meses depois, só promessa. O CDDH convoca os desabrigados para uma assembléia. Forma-se a Comissão dos Desabrigados. Passeatas, reuniões na Prefeitura, em Petrópolis, e no BNH, no Rio. Em 1988, nova calamidade com as chuvas de fevereiro: desabamentos, mortes, muitos desabrigados. O trabalho com os sem-teto de Petrópolis se amplia, sobretudo depois dos primeiros meses, quando a calamidade deixou de ser manchete.

Outro fato marcante: em janeiro de 1982, reuniram-se em Petrópolis, a convite do CDDH, 33 entidades de defesa dos direitos humanos, de todo o País, com o objetivo de trocar experiências e somar forças. Surgiu assim o Serviço de Intercâmbio Nacional – SIN –, uma forma de comunicação alternativa entre as entidades de direitos humanos no País, para reforçar a solidariedade aos oprimidos e conseguir maior eficiência na pressão junto aos poderes públicos. Era o embrião do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, de que o CDDH é membro atuante, participando da Comissão Nacional de Formação.

PROGRAMAS ATUAIS DO CDDH

A finalidade do CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos, de Petrópolis – é assessorar o movimento popular. Para melhor cumprir este objetivo, o CDDH estabeleceu, a partir de 1988, alguns programas de atuação. Nossa opção é pelos empobrecidos, a maioria da população, que é posta à margem da sociedade na hora de participar dos resultados de seu próprio trabalho. Por isso o CDDH visa incentivar, apoiar e fortalecer o poder popular através de um projeto democrático e participativo, tanto no campo social como no campo eclesial.

Programa do Movimento Popular e Comunitário

Acompanhamento das comunidades para que se organizem democraticamente, discutam seus problemas e busquem coletivamente as soluções. O acompanhamento se dá através de cursos, seminários, encontros de formação e com a presença junto às comunidades na hora de suas lutas por melhores condições de moradia, saúde, educação e transporte.

Programa Rural

Presença na área rural de Petrópolis e São José do Rio Preto junto aos pequenos produtores e trabalhadores rurais assalariados incentivando sua organização em vista de melhores condições de trabalho e de vida. Incentivo à criação de uma entidade representativa do trabalhador rural e busca de técnicas alternativas de produção e comercialização.

Programa de Saúde

Visa despertar as comunidades para um novo entendimento de saúde. O principal é a luta por condições humanas de vida: trabalho com salário justo, moradia digna, transporte decente, educação e atendimento médico acessível para todos.

Programa Operário/Sindical

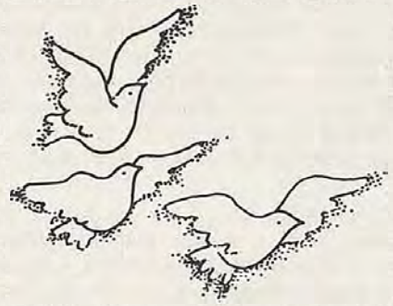
Acompanhamento permanente aos sindicatos que o solicitam. Cursos e encontros para capacitação sindical, confecção de boletins. Apoio a chapas comprometidas com o avanço da organização dos trabalhadores.

Programa de Assessoria Jurídica

Acompanhamento jurídico às comunidades e entidades do movimento popular, trabalhando com a lei através dos recursos processuais disponíveis para garantir os direitos fundamentais da população.

Programa de Pedagogia e Comunicação Popular

Formação para as lideranças populares através de encontros e cursos. Confecção de vídeos, cartilhas e audiovisuais sobre as questões populares, a organização das comunidades e a luta para que o poder público não se omita na solução dos problemas da maioria da população.



ALGUMAS PUBLICAÇÕES DO CDDH

- Cristãos: como fazer política - Clodovis Boff e outros. Editora Vozes, Petrópolis. 1987.
- Invasão na noite - amanhecer na moradia: a luta dos sem-teto de Petrópolis - CDDH, Petrópolis. 1987.
- Movimentos sociais - saúde e a questão da verba pública - Victor V. Valla. 1988.
- Os cristãos e a militância político-partidária - Leonardo Boff e outros. 1988.
- Participação popular e saúde - Victor V. Valla e Eduardo N. Stotz. 1989.
- Sobre a reforma urbana - Miguel L. Baldez. 1989.
- Sobre o papel do Direito na sociedade capitalista: ocupações coletivas - Direito insurgente - Miguel L. Baldez. 1989.

SERVI RÀ VIDA

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos, de Petrópolis – CDDH –, existe, como grupo organizado, desde dezembro de 1979. Pessoas com um mesmo ideal – justiça e paz para todos! – resolveram unir suas forças e trabalhar pela concretização desse ideal. Por isso, o CDDH surgiu com o nome de Grupo Ação, Justiça e Paz.

Num mundo marcado pela dominação, pelos conflitos e pelas desigualdades estruturais, numa situação de injustiça institucionalizada, lutar pela Paz é lutar por condições dignas de vida para todos. E se o poder está nas mãos de uns poucos que insistem em decidir pelo destino de muitos, então é preciso colocar-se do lado dos empobrecidos e marginalizados. Esta é a luta do CDDH. Queremos ajudar na construção de uma nova sociedade, mais justa, mais fraterna.

Ninguém, nenhuma instituição dá direitos às pessoas. Elas já nascem com seus direitos. Mas a maioria da população não tem os seus direitos respeitados. A maioria da população está espoliada de seus direitos. É preciso reconquistar esses direitos e garantir que sejam respeitados. Essa conquista só é possível com o Movimento Popular organizado: sindicatos, associações de moradores, grupos de mulheres, grupos de consciência negra. Esta é a luta do CDDH: ajudar a maioria da população, os empobrecidos, a se organizarem, a refletirem sobre as causas de sua situação e a lutarem por melhores condições de vida.

Queremos uma sociedade verdadeiramente democrática. E democracia quer dizer participação com decisão da maioria. Por isso queremos que o povo participe. Não só na hora de votar. Mas que também possa influenciar nas decisões que dizem respeito às suas condições de vida: moradia, trabalho com salário justo e suficiente, saúde, educação para si e para os filhos, transporte decente, rede de água e esgoto, luz, coleta do lixo, segurança, lazer...

Queremos uma sociedade onde o fruto do trabalho de todos seja bem repartido entre todos, onde não haja essa escandalosa distância entre alguns que têm uma enormidade e a grande maioria que não tem nem o suficiente para sobreviver. Queremos uma sociedade sem esbanjamento e sem miséria.

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos não quer substituir a população, mas estar com ela na luta pela vida. Queremos VIDA PARA TODOS!

CARTA DE PRINCÍPIOS DO MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

A caminhada dos direitos humanos é a própria luta do nosso povo oprimido, através de um processo histórico que se inicia durante a colonização e que continua hoje, na busca de uma sociedade justa, livre, igualitária, culturalmente diferenciada e sem classes.

Neste sentido, o MNDDH – Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos – afirma que os direitos humanos são, fundamentalmente, os direitos das maiorias exploradas e das minorias espoliadas cultural, social e economicamente, a partir da visão mesma destas categorias.

Para cumprir seus compromissos, o nosso Movimento baseia-se nos seguintes princípios:

1. Estimular a organização do povo, para que se conscientize de sua situação de opressão, descubra formas para conquistar e fazer valer seus direitos e para se defender das violências e arbitrariedades, promovendo, em todos os níveis, uma educação social e política para os direitos humanos. Este esforço deve possibilitar que o homem torne-se, cada vez mais, sujeito das transformações das atuais estruturas.

2. Lutar, com firmeza, para garantir a plena vigência dos direitos humanos, em qualquer circunstância, defendendo a punição dos responsáveis pelas violações desses direitos e a justa reparação para as vítimas.

3. Incentivar e garantir a autonomia dos movimentos populares, ultrapassando os interesses institucionais, partidários e religiosos, considerando a pluralidade de opinião e reafirmando a opção fundamental, que é o nosso compromisso com os oprimidos.

4. Ter claro o seu papel, suas limitações e potencialidades, sua identidade, repudiando qualquer forma de instrumentalização e se caracterizando como uma entidade não-governamental.

5. Combater todas as formas de discriminação por confissão religiosa, diversidade étnico-cultural, opinião política, sexo, cor, idade, deficiência física e/ou mental, condição econômica e ideologia.

Unidos, lutaremos pela realização desses nossos compromissos, caminhando, assim, para a construção de uma Nova Sociedade e do Homem Novo, no Brasil, na América Latina e no mundo.

Olinda, 26 de janeiro de 1986.

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
Petrópolis



Servir à Vida



Rua Monsenhor Bacelar, 400
Caixa Postal 90581
25685 Petrópolis, RJ
Fone: (0242) 42-2462

CARTILHA ELEITORAL



Arte final: Nino

Ilustração: Alexandre Rivero

Produção: Federação das Associações de Moradores de Petrópolis
Apoio: SEOP (Serviço de Educação e Organização Popular)
CDDH(Centro de Defesa dos Direitos Humanos)

LIÇÃO Nº1 PRA QUE VOTAR?



Não votar é deixar os pilantras da política pintar e bordar. Eles adoram estas atitudes, porque assim eles ficam mais soltos para comprar votos, roubar dinheiro público e fazer tranqüilos suas maracutaias.



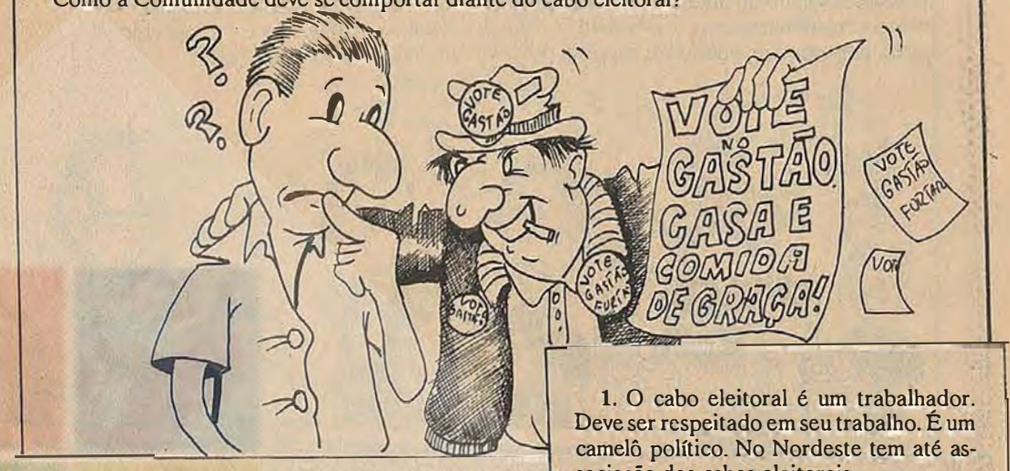
Nestas eleições procure se informar. Participe de sua associação, de sua igreja, de seu clube, de seu partido e procure estar por dentro dos candidatos, de sua vida, de seus trabalhos e sobretudo de seus amigos. Candidato que fala bonito e fala no povo pobre, mas vem apoiado pelos Poderosos da cidade, cuidado com ele: é lobo em pele de ovelha.



LIÇÃO Nº2 CABO ELEITORAL

O cabo eleitoral é uma pessoa contratada por um político para fazer campanha. Recebe dinheiro por esta tarefa. Se o seu candidato vencer, recebe também cargos públicos.

Como a Comunidade deve se comportar diante do cabo eleitoral?


?
VOTE GASTÃO
VOTE NO GASTÃO. CASA E COMIDA DE GRAÇA!
VOTE GASTÃO FURTA
VOTE GASTÃO FURTA
VOTE GASTÃO FURTA

LIÇÃO Nº 3 VEREADOR

Em outubro deste ano vai haver eleição para vereador em Petrópolis. Você provavelmente já conhece alguns vereadores. Quando você tem algum problema na Prefeitura ou precisa de algum documento, material de construção ou um favor para sua família, você recorre imediatamente a um vereador. Afinal, ele está na Prefeitura e é conhecido de gente importante e poderosa. E ganha por cima um bom salário, pode ajudar.





. O vereador é um representante do povo. É eleito por ele. Tem um mandato popular. O povo deve eleger uma pessoa que ajuda, orienta, e luta não só pelo seu bairro. mas por todo o Município. Vereador tem de estar onde o povo está.



O vereador é um educador popular. Ele explica o funcionamento da máquina burocrática da Prefeitura. Ensina ao povo quais são seus direitos. Luta junto com ele para que esses direitos sejam cumpridos.

LIÇÃO Nº4 ELEIÇÃO E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES



Como deve a Associação se comportar frente aos candidatos?

A Associação é independente. Ela não é um partido. Ela é de toda a comunidade. É um espaço democrático aberto a todos os candidatos amigos do povo, independente de partido.

A Associação é independente, mas não é indiferente diante das eleições. Ela tem que tomar uma posição e orientar os moradores. O critério básico é a vantagem para toda a comunidade e não a vantagem pessoal do Presidente da Associação.



3. A Diretoria da Associação deve passar informações seguras sobre os diversos candidatos. Quando não tem informações deve chamar o candidato para ele expor suas idéias. A Associação deve estimular os moradores a votar. Voto em branco ou nulo favorece as elites que só se lembram do povo em época de eleição.

Quando a Diretoria se vendeu a um candidato, quando pelegou para ganhar dinheiro ou vantagens, você tem o direito de protestar e denunciar. Presidente de Associação é para lutar pelos interesses do povo e não pelos seus próprios interesses. Organize sua comunidade e exerça seu direito de votar com consciência.

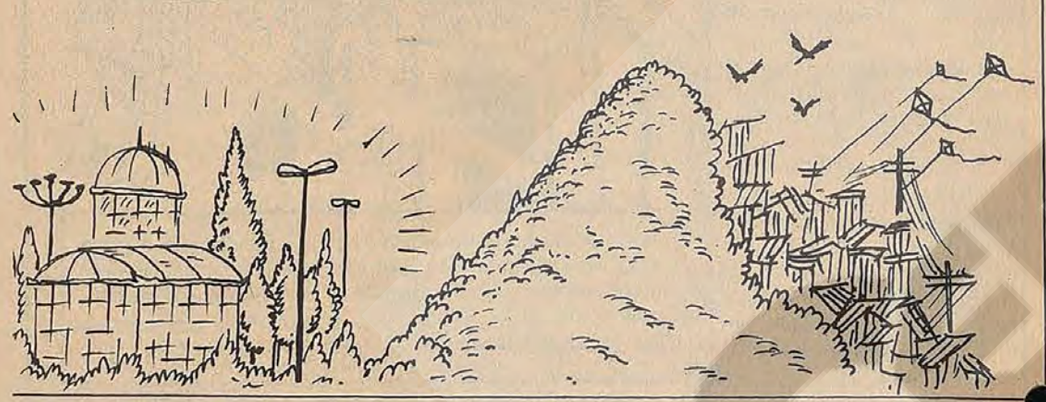


O GOVERNO FAZ O SUCESSOR?

LIÇÃO Nº5



Um governo popular atende às necessidades dos pobres desde o primeiro dia de seu governo. Um projeto popular não cuida do centro, para depois cuidar da periferia. Ele atende os dois ao mesmo tempo, com preferência sempre pelos bairros onde moram os pobres e trabalhadores.



As obras são importantes. Mas tão importantes quanto as obras, são as atitudes do governo. Pergunte-se se durante o atual governo municipal houve honestidade, se houve esforço, se houve democracia, se houve cumprimento da lei, se houve participação, se houve respeito aos direitos do cidadão, se os pobres foram bem atendidos e tratados.



Todo o governo tem obrigação de fazer obras e administrar bem o dinheiro público. Então, pense bem antes de votar. Não é só porque o Prefeito fez uma servidão, um esgoto ou um muro de contenção que você vai votar no candidato indicado por ele. Esta é a obrigação dele. Para isto foi eleito. E fez com dinheiro público. Pense com tua própria cabeça.





FIM.

PARTICIPE! VOTE CERTO!

FAMPE - Federação das Associações de Moradores de Petrópolis é integrada pelas seguintes Entidades.

Associação do Alto Independência
Associação Frente para o Mar
Associação S. João Batista
Associação Unidos Venceremos
Grupo dos Sem Teto
Associação do Alto Siméria
Associação da Manoel Torres
Associação da Rua 24 de Maio
Associação Comunidade S. Jorge
Associação do Alto da Derrubada
Associação Unidos da Jacuba
Comissão do Morro do Queimado
Associação de Vila Cosntância
Centro Comunitário do Contorno
Sociedade Comunitária Habitacional
Associação da Vila Rica
Associação da Rua Osvero Villaça
Sociedade da Rua Henrique Paixão
Comunidade Nossa Senhora Aparecida
Associação de São Joaquim
Associação do Bairro Esperança
Associação da Vila S. José
Associação da República do Peru
Associação Nossa Senhora Aparecida
Associação da Rua Luiz Salomão Viana
Associação da Atílio Marotti
Associação dos Mananciais da Alcobaça
Associação do Bairro Morin
Comissão da Visconde do Bom Retiro
Associação do Ingelhein
Associação da Dias de Oliveira
Associação do Morro Vista Alegre
Associação do Morro do Calango
Associação do Bataillard
Associação da Rua Barão do Rio Branco
Associação da Vila Felipe
Associação das Pedras Brancas
Associação do Quarteirão Brasileiro
Associação da Rua Amazonas
Associação do Poço dos Peixes
Associação da Madame Machado
Associação do Bairro Floresta
Associação da Comunidade S. Francisco
Associação de Cascatinha
Associação do Castelo S. Manoel
Associação do Caxambu de Cima
Associação da Espera Feliz
Comissão da Rua Honduras e Nicarágua
Associação da Posse
Associação de Pedro do Rio
Associação do Bonfim
Associação do Quitandinha
Associação do Sertão do Carangola
Associação de Santa Izabel
Associação dos Produtores do Bonfim
Associação das Vilas Operárias de Cascatinha

Associação do Vale das Videiras
Associação do Morro da Prefeitura
Centro Comunitário da R. Lopes Trovão
Centro Educacional S. Jorge
Comissão da Comunidade S. Rafael
Associação da Rua João de Deus



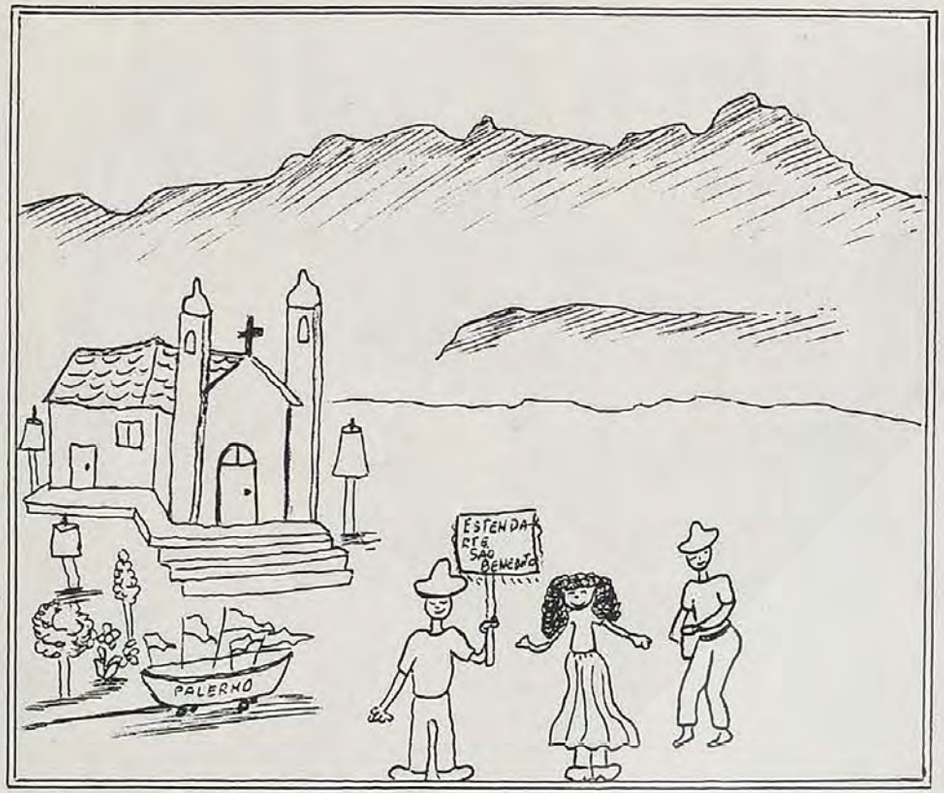


VIOLÊNCIA

Não!

HISTÓRIA DO CDDH EM DEFESA DA VIDA

CEDIM



...ERA UMA VEZ...

Era uma vez uma cidade chamada Serra. O povo dessa cidade vivia mais ou menos bem. A cidade era dividida em três distritos, cada um com sua característica própria. A Serra Centro,como o nome diz,era o ponto forte da cidade, lá se desenvolvia o comércio e o que pode existir em uma pequena cidade. Carapina era um lugar de passagem para uma outra cidade chamada Vitória, e Nova Almeida era um lugar à beira mar onde o que se desenvolvia era a pesca.

Tudo caminhava normalmente, até que a cidade da Serra se viu incluida num projeto para ser uma grande cidade industrial. Esta cidade estava sob o regime de ditadura, como todo o país. Não havia organizações populares, apenas a Igreja defendia os direitos humanos....



...surgem os problemas...



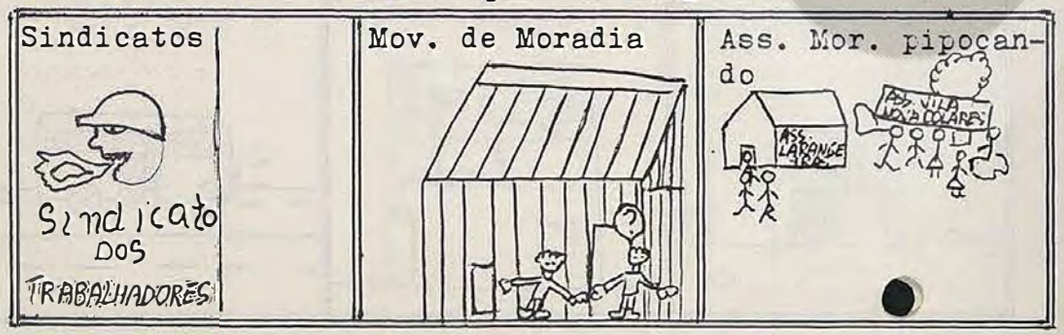


Cresce a especulação imobiliária.

Diante desse quadro, o povo percebe que não pode ficar assim e busca os meios de defesa. As CEBs são as primeiras a se movimentar na defesa do povo. Começam a surgir as Associações de Moradores. O povo se organiza e em 1981 faz uma grande manifestação a favor da saúde.

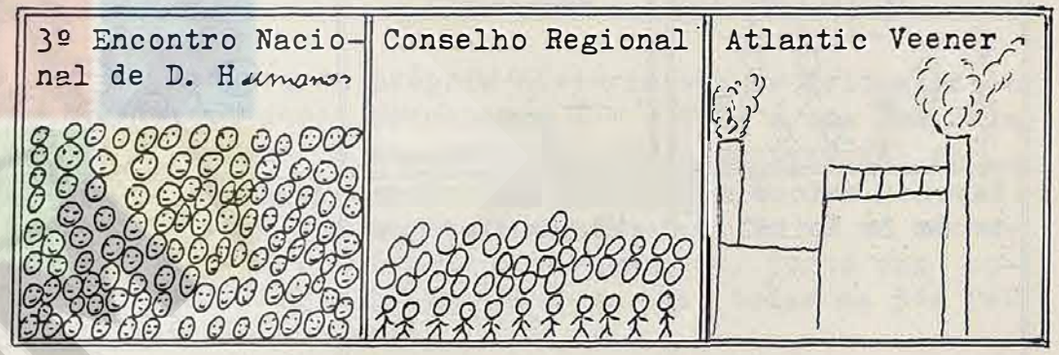


Começam a crescer as organizações populares para combater os diversos desafios que vão surgindo.

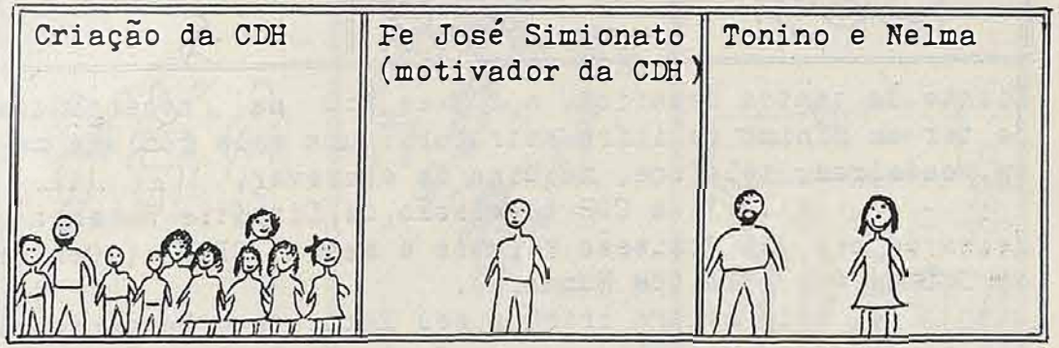


Em janeiro de 1984, acontece em Vitória, perto da Serra, o IIIº Encontro Nacional dos Direitos Humanos. Em fevereiro acontece a reunião do Conselho das CEBs da Região Pastoral da Serra.

Havia acontecido, na indústria madeireira do Atlantic Veener, o esmagamento de duas mulheres por uma empilhadeira. Os trabalhadores estavam indignados com o que acontecia na cidade: vários tipos de violência.



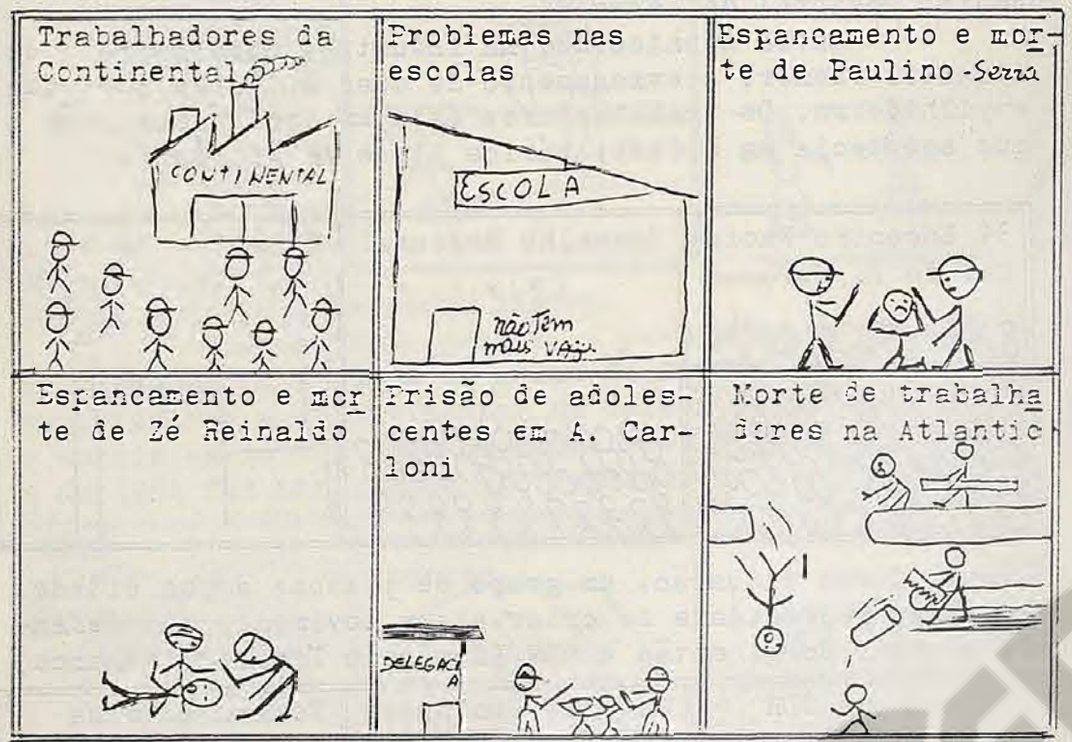
Diante desta situação, um grupo de pessoas dessa cidade, se vê na necessidade de criar algum movimento que defenda a vida. Surge então a CDH (Comissão Direitos Humanos)



Esta comissão contava com a participação do Pe. José, Pe. Tonino, Nelma, Marta, irmã Ana Helena, Elzira, Seu Alberto, Eugênia, Rosa, Pe. Roberto. Esse pessoal se reunia nas 1ªs e 3ªs terças feiras do mês, como até hoje.

Várias pessoas passaram por essa comissão, umas ficaram outras assumiram outras atividades.

A conjuntura da cidade foi mudando, crescendo o grau da violência e a CDH se envolvendo cada vez mais com o povo.



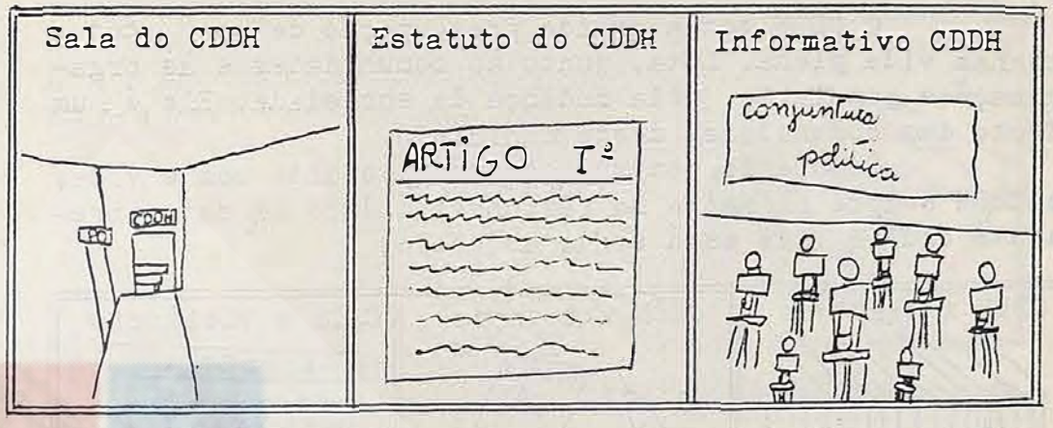
Diante de tantos desafios, a CDH se viu na necessidade de ter um mínimo de infra estrutura: uma sala com uma mesa, cadeiras, telefone, máquina de escrever.

Em 1987, a CDH (Comissão de Direitos Humanos), deixa de ser uma comissão e passa a ser um CDDH (Centro de Defesa dos Direitos Humanos).

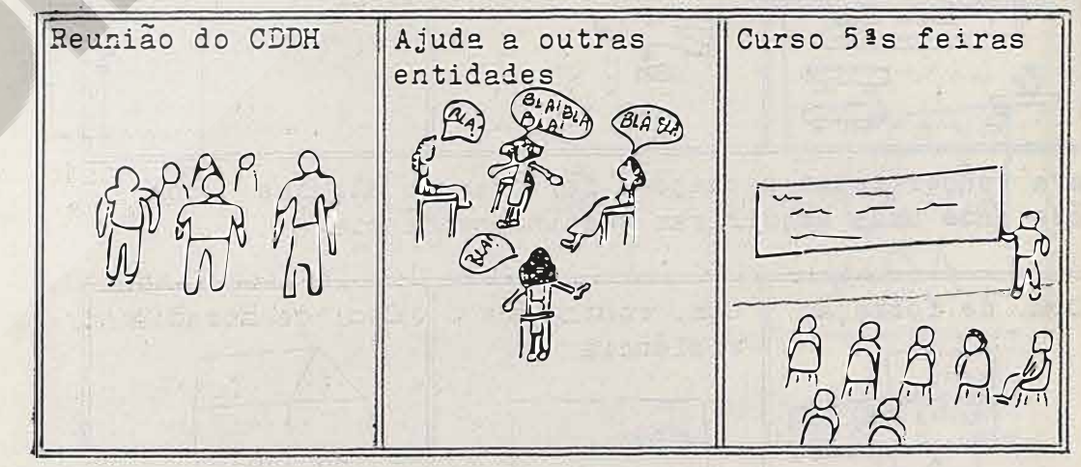
Este centro criou o seu Estatuto baseando-se nos princípios evangélicos e na Carta de Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Cria-se um informativo para manter informada a população da cidade sobre as diversas atividades que acontecem.

Novas organizações vão surgindo. O CDDH sempre faz uma avaliação de suas atividades procurando cada vez mais estar a serviço do povo.



Através da própria história vai se delineando o caráter da entidade. Percebe-se que o CDDH é uma entidade que não deve tomar o espaço de outras organizações populares, mas incentivar e acompanhar a criação das que ainda não existem e apoiar as já existentes. Se vê na necessidade de formar e informar o povo e cria, junto com outra entidade (INAP), noites de formação (todas as 5ªs feiras durante dois meses).



Na história desta cidade, o CDDH vai tomando corpo, no meio das comunidades e na defesa da vida deste povo.

O CDDH tem a grande preocupação de que todos tenham vida plena. Luta, junto às comunidades e às organizações populares, pela mudança da sociedade. Ele é um fruto das comunidades deste município.

Diante do compromisso tão profundo com a vida, o CDDH sempre se sente na responsabilidade de estar presente onde a vida está sendo ameaçada.

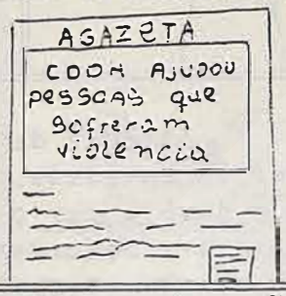
CDDH x despejos



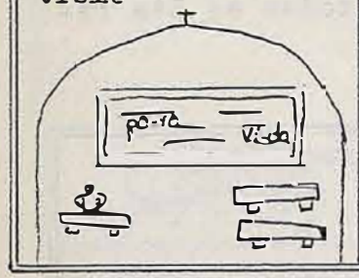
CDDH x doenças



CDDH x violência



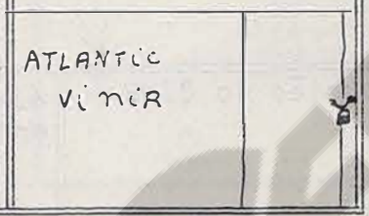
CDDH x analfabetismo



CDDH x grupos de estermínio

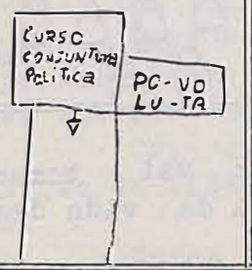


CDDH x exploração do trabalho



Para vencer estas situações foi criando algumas comissões onde umas adquiriram sua independência.

Com. de formação



Com. contra a violência



Com. de moradia



Com. alfabetização



Com. comunicação



Com. CRIANÇA - ADOLESCENTE



Tem uma ligação muito forte com várias organizações que também atuam na melhoria da vida do povo.

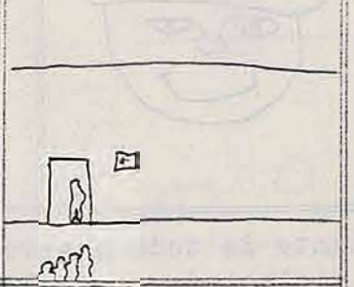
FAMS



FAMOPES



Sindicato



CDDCA (Centro Defesa Criança Adolescente)



Igrejas

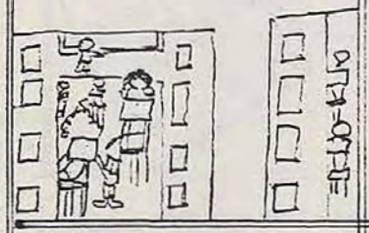
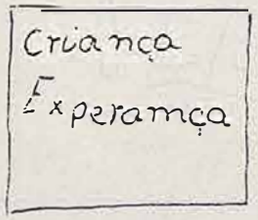


Forum

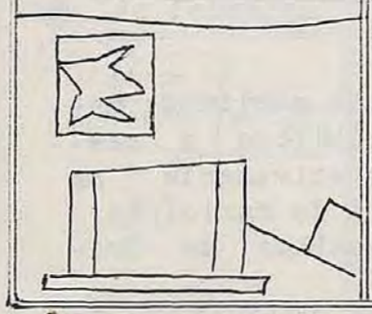


Ajuda a promover e promove seminários, atos públicos, manifestações populares. Cobra dos órgãos públicos a responsabilidade para com o povo. Participou ativamente na elaboração da Estatuinte e da Lei Orgânica do Município. Está participando na formação dos Conselhos da Criança e do Adolescente.

Sempre foi solidário contra os assassinatos no campo.

Seminários	Lei Orgânica	Cons. Cri. e Adol.
		
Chico Ramos	Leo (purinha)	Verino Sossai
		

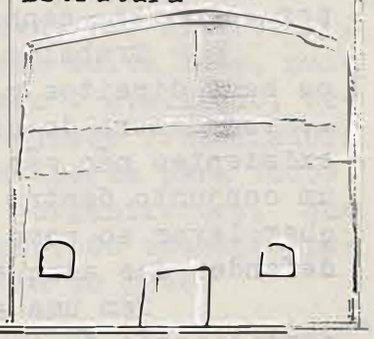
Diante de todo o envolvimento com a vida do povo sofrido e violentado, o CDDH é uma ameaça para esta nossa sociedade opressora, que segue os projetos de um sistema cada vez mais explorador e desumano, por isso começaram as ameaças ao CDDH. A sala foi arrombada duas vezes, três membros (Ana Helena, Gilmar e Oscar), foram ameaçados de morte através de agressões e telefonemas anônimos.

Sala arrombada	Pessoas ameaçadas	Reunião do CDDH
		

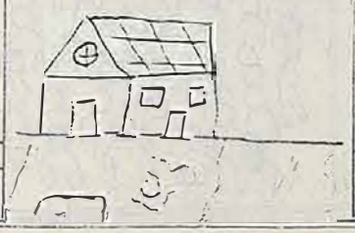
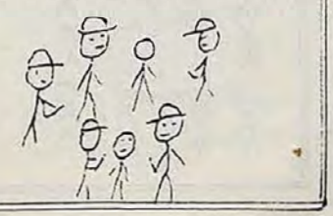
O CDDH se articula a nível Estadual, Regional (com rio de Janeiro forma o Regional Leste I) e com o MNDH (Movimento Nacional de Direitos Humanos).

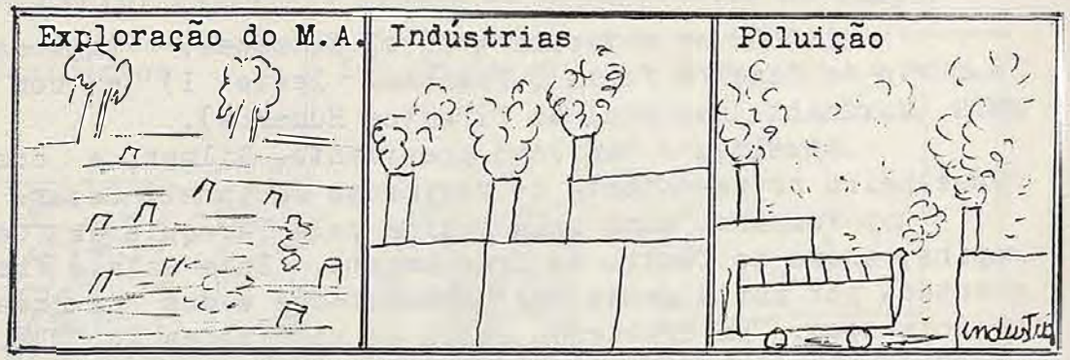
Atualmente tem como presidente, Gilmar, e como conselheiro representante no Movimento Nacional, Oscar.

Funciona numa sala cedida pela Paróquia de Carapina, anéxa ao Centro de Treinamento. Esta sala é frequentada por muita gente das comunidades e das diversas organizações. Vêm crescendo muito as atividades do CDDH.

Grupo do CDDH	Conselheiros MNDH	Estrutura
		

A cidade da nossa história hoje mais do que nunca precisa do CDDH, pois grande é o número de ocupações existentes, o problema dos Conjuntos Residenciais, muitas indústrias que exploram e poluem, poucas escolas, serviço de saúde precário, exploração do meio ambiente, falta de saneamento básico, crime organizado. Diante de tal quadro a vida na cidade da Serra está muito ameaçada, é preciso que todas as entidades que acreditam na vida, permaneçam firmes e unidas.

Conj. Residencial	Saúde precária	Crime organizado
		



O CDDH tem caráter ecumênico, embora não tenha, por enquanto, nenhum membro de outras igrejas.

Trabalha junto ao povo para que o mesmo conheça os seus direitos e saiba defendê-los. Analiza os acontecimentos dentro do contexto social existente, pois os casos existentes não são casos isolados, mas sim fazem parte de um conjunto dentro do sistema. Não é um pronto socorro, quer levar ao povo a consciência de se organizar para se defender dos ataques do sistema em cima do povo.

Tem uma atuação firme junto aos trabalhadores participando de suas assembléias e dando-lhes apoio nas greves. Teve uma participação ativa em diversas greves como: greve dos Metalúrgicos da CST; greve dos trabalhadores da Atlantic; Greve Geral. Junto às outras entidades, participou da manifestação contra a violência no trabalho na porta da Atlantic, pois a mesma deixava os seus trabalhadores morrerem violentamente, sem proteção contra os acidentes.

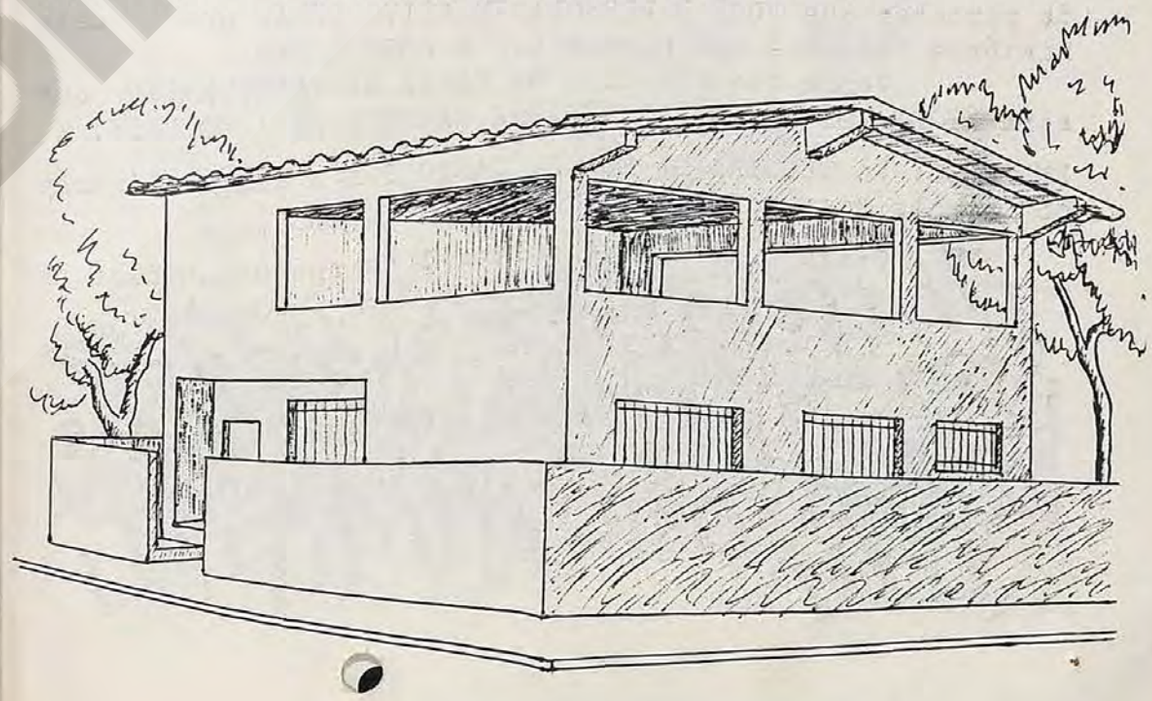


Carlos Roberto

Hoje a sala do CDDH se tornou pequena para toda essa movimentação da vida, seus arquivos, seus livros, revistas, e jornais, relatórios, atividades internas e externas, reuniões, atendimento ao povo. Percebe-se que para podermos continuar com o nosso serviço, é necessária uma estrutura maior.

Por isso foi construida uma sede para o CDDH. Para sua realização contamos com a força das comunidades, dos diversos movimentos e entidades. Contamos também com a ajuda financeira da Diocese de Lucca (Itália), do "Grupo Campus" de Pordenone (Itália), Tonino, Pe. Roberto e com a assessoria de Paulo Roberto, Dilvo, Pe. Alberto....

Que esta sede, conquistada com muita luta, muito sofrimento, muita discussão, reflexão e avaliação, seja importante para todo o conjunto da Classe Trabalhadora e do povo. Que esta sede seja uma casa aberta para todos, acolhedora, a serviço do povo e suas organizações, que possa estar sempre a serviço da formação, da educação popular e do verdadeiro resgate da cultura do povo.



Esta sede só terá sentido de ser, se você que acredita na vida e faz história, assumir como sua, divulgando em sua comunidade, nos Movimentos Populares,nas entidades comprometidas com a vida, participando das diversas discussões e atividades do CDDH, enviando pessoas que possam ser representantes no CDDH, avaliando a caminhada do CDDH no meio do povo, dando sugestões do que deve ser feito para não perder nosso caráter popular, assumindo junto a luta contra o sofrimento do povo numa opção transparente e preferencial pelo pobre.

Só assim poderemos dizer que existimos numa prática evangélica baseada no Evangelho de João cap. 10,ver. 10: "Eu vim para que todos tenham vida e vida em plenitude.",e acreditando na transformação da sociedade. Sendo mais ousados ainda, com a grande utopia de ver o Reino de Deus construido entre nós.

No deslanchar da história desta cidade,você pôde perceber que VOCÊ É PERSONAGEM ATIVO DELA, que esta história também é sua história. O CDDH É SEU!

Venha contribuir na FESTA DE INAUGURAÇÃO que será no DIA 08 DE AGOSTO DE 1992 NA SEDE NOVA DO CDDH.

ENDEREÇO: NA ESQUINA DA RUA E. SANTO COM A RUA "E" (atrás do Cimento Nassau), EM CARAPINA.

Traga a atividade cultural da sua comunidade.





FESTA DA VIDA

CEDIM

CDDH Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra

Rua "E" Nº 01 - Corapina - Serra ES - Fone: (027) 228 29 08

Impresso na Matriz do Bom Pastor-Campo Grande-ES

1 9 8 4

CEDIM

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS DO SIN NO ANO DE 1984

(período jan/84 a jan/85 exclusive o inter regional)

1- Manutenção do SIN

Comunicação telefônicas	Cr$ 2.589.849
correio	Cr$ 2.625.384
Material de expediente	Cr$ 4.275.216
Pessoal mais encargos sociais	Cr$ 8.914.688
Locomoção (combustível)	Cr$ 756.967
Mimiógrafo elétrico (aquisição)	Cr$ 7.000.000
TOTAL	Cr$26.162.104

2- Divulgação e aquisição de material

Jornais	Cr$ 131.600
cartilhas	Cr$ 247.500
Livros e revistas	Cr$ 281.300
TOTAL	Cr$ 660.400

3- Encontros

Regionais	Cr$ 1.597.694
Nacional(III Enc. N.D.Hs -Vitória)	Cr$ 103.470
TOTAL	Cr$ 1.701.164

4- Viagens (gastos totais)

4.1) III Encontro N.D.Hs.

Data: janeiro

Quem: Fr. Leonardo Boff, Ir. Dulce, Márcia e Sérgio

Objetivo: Avaliação e prosseguimento do Serviço de Intercâmbio

Resultados: Ver relatório do III Encontro

4.2) Reunião preparatória do Encontro de Agentes da CESE

data: abril

Local: Salvador -BA

Participante : Márcia Miranda

Objetivo: Colaborar na escolha da pauta e metodologia do encontro a partir da experiência e enfoque dos D.Hs.

Resultado: Proposta de se convidar um representante de cada regional do SIN para o referido encontro com o intuito de fortalecer a caminhada. Divulgação para os participantes da reunião a diretoria da CESE do SIN

4.3) Encontro regional do Leste I (MG)

Data: Maio

Local: Belo Horizonte

Participante: Fernando G. Rodrigues

Objetivo: Esclarecimento e informações sobre o funcionamento do SIN; Atribuições do Regional; Informações sobre o Enc. da CESE tomada de opinião sobre a realização do Inter Regional.

Rssultado: Formação de uma coordenação com representantes de cada ponto do estado; Criação do SIR- Serviço de Intercâmbio Regional; tirou-se dois representantes para estar nos encontros da CESE e INTER Regional.

4.4) Assembléia da CESE

data: Junho

Local: Porto Alegre - RS

Participante: Márcia Miranda

Objetivo: Convidada como representante do projeto de apoio ao SIN, para assistir a assembléia e eleição da nova diretoria , juntamente com mais dois representantes do projeto da CESE

Resultado: Carta/SIN 13/83 de 25/05/84.

4.5) Encontro Regional do SUL II

data: agosto

Local: Joinville

Participante: Fernando G. Rodrigues

Objetivo: Informar e avaliar o andamento do SIN, Levar à discussão sobre o Inter-Regional, Tirar representante para o encontro da CESE e para o congresso da UCBC

Resultados: Tirou-se prioridades de luta para o regional: terra, desemprego, violência policial, sindicalismo.Análise da conjuntura e perspectiva de luta dentro do processo de redemocratização. Coordenação do Regional com representantes de cada estado

gastos: Cr$360.917

4.6) Encontro de Agente de Projetos da CESE

Data: agosto

Llcal: Salvador - BA

Participante: Márcia Miranda

Objetivo: convidada para representar o projeto do SIN

Resultados: aprofundamento da gestão: a formação do poder popular e o movimento dos D. Humanos(importância do aperfeiçoamento e formação de quadros). Pauta e participação para o grupo de estudo específico na UCBC.(Tema escolhido : A comunicação e os Direitos Humanos). Diretrizes e critê -

4.7) Reunião com representantes GAJOP

Data: setembro

Local: Rio

Participante: Fernando

Objetivo: esclarecimento sobre o SIN e material informativo(SEDOCs) para serem levados a reunião da Ilsa na Colômbia

Resultado: Encaminhamento do nosso histórico, ao ILSA, visando um eventual contato.

gastos: Cr$ 3.120.

4.8) Encontro de Comitês de Solidariedade a América Latina

Data: setembro

Local: São Paulo - SP

Participante: Rui Monteiro

Objetivo: apoio e serviço

Resultado: em andamento

gastos: Cr$ 115.195

4.9) Teixeira de Freitas

data: setembro

local: Teixeira de Freitas - BA

Participante: Fernando

Objetivo: Informar sobre a criação do CDDH, experiências de ação e articulação

Resultado: Criação do CDDH/sul da Bahia

Gastos: Cr$ 69.410.

4.10) Encontro Regional Norte I

data: Novembro

Local: Rio Branco - AC

Participante: Fernando G. Rodrigues

Objetivo- Articulação do Regional

Resultado: Avaliação dos trabalhos junto às Associações de Moradores, Estimular surgimento de entidades de Direitos Humanos no interior do estado.

Gastos: Cr$ 1.029.765

4.11) Encontro Regional Nordeste

Data: 11 a 14 de outubro

Local: Camaragibe -PE

Participante: Dulce Bastos

Objetivo: Informar sobre o SIN e incentivar a participação dos CDDHs do Nordeste na articulação Nacional.

Resultado: Em consequencia da exposição sobre o SIN, o grupo reuni

quando concretizará a articulação dos centros participantes, bem como o acordo da data e local do encontro nacional de Direitos Humanos.

Gastos: Cr$ 587.028

4.12) Congresso UCBC
data: novembro
Local:Piracicaba- SP
Participantes: Fr.Leonardo, Fernando, Adriana, Márcia
Objetivo: coordena trabalhos do grupo específico sobre direitos humanos e a comunicação.
Resultados: reunião extraordinária com os representantes de Goiânia que irá sediar o próximo encontro para fazer acertos finais na pauta e organizar o inter Regional. Referente ao estudo na UCBC. Divulgar para todos os participantes deste grupo de reflexão um relatório das reflexões com intuito de ampliar e aprofundar as reflexões indicadas durante o congresso, assim como de divulgar e ampliar a discursão daqueles que lutam pelos direitos.
Manter o espaço conquistado no congresso da UCBC.

gastos: Cr$ 438.500

4.13) Encontro Regional do Nordeste
Data: 11 a 13 de janeiro de 1985
Local: João Pessoa - PB
Participante: Dulce Bastos
Obejtivo: Debater o papel das entidades de direitos Humanos junto aos movimentos populares. Informar sobre a articulação Nacional. Preparar a pauta proposta para o encontro de Inter Regionais
Resultado: Boa representatividade de outros grupos de CDDH da região. Iniciada a articulação regional. Criada uma coordenação regional, escolhida a cidade para o encontro Nacional e a cidade encarregada do Regional. Tirada uma equipe que operacionalizara todo o trabalho relativo ao IV encontro em Janeiro de 86

TOTAL GASTOS VIAGENS - Cr$ 2.719.405

OBSERVAÇÃO: Encontros Regionais Leste II
Além das viagens citadas, normalmente sempre esteve presente um representante da comissão de trabalho do SIN nos encontros do nosso regional: Sérgio M. Guimarães.

5) Total das dispesas em 1984:

Manntenção SIN	Cr$ 26.162.104
Material p/divulgação	Cr$ 660.400
Encontros	Cr$ 1.701.164
viagens	Cr$ 2.719.405

ENTIDADES ATUANTES* NO SIN POR FREQUÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO

Total de memorandos 86 Memorandos (até 05/01/85)

Total de entidades listadas recebendo memorandos= 352

	nº	%
CJP Vitória - ES	18	21%
CDDH de Juiz de Fora - MG	69	80%
CDDH de Petrópolis - RJ	52	60%
CDDH de Ponta Grossa - PR	48	56%
Morhan Nacional - S.Bernardo Campo - SP	31	36%
INESC - Brasília - DF	29	34%
Comite de Solidariedade D. Oscar Romero	26	30%
CDDH de Viçosa - MG	22	26%
CJP de S. Luis - MA	18	21%
CJP de Volta Redonda - RJ	18	21%
CDDH de Betim - MG	17	20%
CJP de Santa Catarina - SC	14	16%
UNIMEP-Piracicaba - SP	9	10%
Com. Dioc. Dhs Cacchoeiro de Macacu - RJ	9	10%
Comissão Pró Índio - SP	7	8%
Comissão de Direito a Moradia - ES	7	8%
CJP Teófilo Otoni - MG	6	7%
CDDH de Belo Horizonte - MG	6	7%
MJDH de Porto Alegre - RS	6	7%
CDDH de João Pessoa - PB	5	6%
CDDH de Interlagos - SP	5	6%
CDH Passo Fundo - RS	5	6%
OAB - Osasco - SP	5	6%
CDDH de Santos Dumont - MG.	4	5%
CPT de Contagem - MG	4	5%
CDDH de Campina Grande - PB	4	5%
Grupo Est. D. Humanos de Londrina - PR	4	5%
CPT Araguaia-Tocantins.	4	5%
CDDH de Frei Inocêncio - MG	3	3%
CDDH de Nilópolis - RJ.	3	3%
CDDH de Joinville - SC	3	3%
CDDH de Osasco - SP	3	3%
CPT de Crateús - CE	3	3%
Morhan Parnaíba - PI	3	3%
Frente Soc. C. União das Mulheres Crateús - CE	3	3%
Caritas Bras. Secretariado Nacional-Brasilia DF	3	3%
C.Interparoquial DDHS Sen. Pompeu e Milhã - CE	3	3%
C.D. Promoção DH de Fortaleza - CE.	3	3%
CDDH de Guarabira - PB	2	2%
CDDH de Stª Maria - RS	2	2%
CDDH de Campinas - SP	2	2%
Seminário Maior do Nordeste de Minas - MG	2	2%
Fundo Samuel da Ig. Evang. Reformada - SP	2	2%
Juventude Op. Cat. Brasileira - SP.	2	2%
Sociedade Paraense DHs - PA	2	2%
Movimento Educação de Base Natal - RN	2	2%
Mov. de Justiça e D.Hs Nova Prata - RS	2	2%
CDDH de Linhares - ES	2	2%
CDDH de Uberlândia - MG	2	2%
CPT do Acre - AC.	2	2%
M.J.D.Hs. do Parana	2	2%
Comissão Arqd. de J. e Paz de Goiânia - GO.	2	2%
Casa dos Trabalhadores de Apucarana - PR	1	1%
Comunicadores da Reg. Nordeste III BA/SE.	1	1%
Comunidade Universitária Campus de S.Carlos - SP	1	1%
Centro Documentação Comunicação Popular 1º Maio - SP.	1	1%
Grupo União e Consciência Negra - Lins - SP	1	1%

COMENTÁRIOS

Se todas as entidades tivessem se manifestado uma vez em cada memorando (284 x 86) teriamos 24.424 manifestações (100%), quando temos apenas 515 ou seja 2,11% das manifestações de solidariedade pedidas.

Outro ângulo de análise mostra a porcentagem de manifestações por entidade, em relação ao total de 86 (memorandos(100%) de oportunidades de manifestações dadas pelos memorandos enviados pelo SIN.

Ainda outro ângulo de análise mostra que das 284 (100%) entidades, em média, que receberam memorandos do SIN, apenas 57 (20%) atenderam as solicitações dos memorandos enviados.

É preciso lembrar que esses dados são obtidos a partir dos arquivos, podendo portanto, não corresponder à realidade. As entidades podem ter se manifestado sem remeter cópia ao SIN.

OBS.: O SIN conta com 352 endereços que recebem memorandos, estando entre elas diversos bispos, pessoas que se interessam em criar novos grupos, entidades de imprensa alternativas e entidades financiadoras, que não entraram em conta para efeito de estatísticas.

EDITORIAL

Companheiros!

Com grande disposição e limitados recursos é que começamos esta publicação.

Nosso objetivo é proporcionar a interpretação dos acontecimentos econômicos nacionais e suas vinculações com a economia internacional, principalmente em relação ao processo de endividamento externo.

O estudo e acompanhamento da dívida externa, que estamos efetuando já há alguns anos, nos levou a acreditar firmemente que ela é o principal problema econômico vivido pelo Brasil. É ela que impede novos investimentos, condicionando o crescimento e desenvolvimento econômico e social. Não há nada de original nestas conclusões. Também não é novidade a concepção de que a solução do problema da dívida não será conseguida sem mudanças de qualidade no tipo de desenvolvimento e crescimento e em novas bases para o relacionamento econômico do Brasil com os países desenvolvidos.

Excetuando estes princípios básicos, não temos receitas prontas nem soluções mágicas a oferecer.

Temos a disposição de analisar os atuais problemas econômicos a partir da ótica do interesse dos trabalhadores em contraposição as falsas concepções técnicas que se fundamentam na dinâmica do capital.

Estamos conscientes das nossas limitações, mas não acreditamos que elas sejam uma barreira para nossa contribuição.

Tentaremos tratar a economia usando a linguagem do dia-a-dia, evitando os termos especializados, mas, pelas características dos temas tratados, esperamos que nossos leitores sejam pessoas interessadas em sair da superfície dos acontecimentos econômicos, para identificar neles os interesses dos trabalhadores.

Para cumprir melhor os objetivos descritos, consideramos que será de suma importância que leitores e entidades representativas dos movimentos populares e sindicais, partidos e entidades de igreja, enviem sugestões e artigos para serem publicados.

Também é nossa intenção manter um vínculo estreito com as iniciativas que distintos setores da sociedade estão tomando, frente à questão da dívida externa. Destacamos as manifestações das Igrejas contra o pagamento da dívida; os trabalhos das entidades de apoio e assessoria; e, as campanhas do movimento sindical.

Devido à contradição entre as metas propostas e os recursos extremamente limitados, trabalharemos da seguinte forma:

- nossa tiragem será feita de acordo com a solicitação das entidades que nos apoiam diretamente;
- exemplares extras, em número limitado, serão enviados às entidades de caráter nacional e pessoas que possam promover nossa publicação;
- oferecemos assinaturas individuais, a preço de custo, para todos quantos se interessem em sustentar esta iniciativa.

Para as entidades que queiram difundir a publicação entre seus membros ou área de influência, manifestamos nossa disposição em ampliar a tiragem, desde que encontremos formas de viabilizar os custos.

Solicitamos que entrem em contato com as entidades responsáveis por esta publicação.

Como podem ver, nosso projeto dependerá da aceitação e interesse que vocês derem a ele.

Estamos seguros que cobrirá uma necessidade do movimento social e por isso não temos dúvida quanto as possibilidades de recebermos apoios.

Contamos com vocês, principalmente na união de nossos esforços na luta **contra o pagamento da dívida externa**.

Os Editores.

CEDIM

BRADY: O NOVO PLANO DO ESTADOS UNIDOS PARA A DÍVIDA EXTERNA

No início do mês de março, depois dos acontecimentos da Venezuela, o Secretário do Tesouro Norte-americano, Nicholas Brady, anunciou um novo plano para aliviar a dívida externa dos países do terceiro mundo.

A proposta, que já ficou conhecida como **Plano Brady**, difere pouco da proposta apresentada pelo ex-ministro Bresser Pereira no final de 1987. Bresser foi severamente repreendido pelo Secretário do Tesouro na época, James Baker e, possivelmente, essa foi a principal causa de sua demissão. Hoje sabe-se que James Baker era acionista de um importante banco credor do Brasil, obtendo enormes lucros com os pagamentos efetuados pelo Brasil em 1988.

Agora a situação está mudando, os países credores já tomaram consciência que a América Latina se encontra à beira de uma explosão de consequências imprevisíveis. Com razão, temem perder a mina de ouro que somos nós.

Frente à este quadro e a ineficência do Plano Baker, tentativa anterior de atenuar o problema, Estados Unidos lança agora com grande estardalhaço o novo Plano.

No Brasil a revista Veja esgotou rapidamente sua edição de 15 de março com a manchete sensacionalista de que o problema da dívida externa tinha acabado. A situação não é bem assim.

O Plano Baker fracassou, pois além de destinar recursos relativamente insignificantes, frente a dimensão da dívida, previa, como solução, a retomada de empréstimos dos devedores com o consequente crescimento econômico. Nada disso aconteceu, a economia não funciona segundo desejos das autoridades econômicas, mas de acordo com suas próprias leis. Nem os banqueiros foram loucos de emprestar a países quebrados, nem esses países cresceriam automaticamente se recebessem empréstimos, enquanto a economia internacional se encontrava em crise.

O Plano Brady agora proposto, não muda nada. Trata-se de uma nova empulhação. O ponto forte do Plano é abrir aos devedores oportunidade de comprar no mercado secundário, diretamente dos bancos credores, títulos da dívida externa.

Atualmente os títulos que se encontram à venda, sofrem consideráveis descontos. No caso do Brasil, os pequenos bancos que que

rem ficar livres dos títulos brasileiros oferecem até 72% de desconto. Os títulos de outros países obtêm descontos iguais ou maiores. Como os bancos sabem que a dívida é impagável, querem se livrar desses títulos de qualquer maneira.

Aparentemente dotado de grande generosidade, Estados Unidos oferece aos devedores, possibilidades de comprar sua dívida com até 20% de desconto. Títulos que hoje são vendidos a 30% do seu valor, nos são oferecidos a 80%. É generosidade demais.

Normalmente se argumenta que os títulos agora oferecidos não se encontram no mercado. Bem, podemos recomendar que os banqueiros os coloquem à disposição do mercado para ver o que acontece. Seguramente seu preço despencará a níveis inferiores aos atuais. No caso do Peru, por exemplo, os títulos já têm desconto de mais de 90%.

O mecanismo proposto por Brady, trata de revalorizar os títulos. Na medida em que eles passem a ser comprados com desconto de 20%, nenhum banco aceitará descontos maiores. Estaríamos estupidamente pagando mais por uma dívida que ninguém acredita que poderá ser paga. Os países que pagarem, receberão os descontos de 20%, os que não pagarem terão seus títulos ainda mais desvalorizados, pois não obterão compradores.

Outro aspecto a destacar no plano, é seu caráter limitado aos créditos dos bancos privados. O Brasil por exemplo, de uma dívida de 120 bilhões de dólares, deve aos bancos privados, em torno de 70 bilhões de dólares. Um desconto de 20% desse valor dará um total de 14 bilhões de dólares. Esse desconto só seria efetivo ao pagar 56 bilhões de dólares da dívida, o que é impossível a curto prazo, e antes que aconteça, a dívida crescerá, neutralizando o desconto. Tudo isso significa que o problema da dívida não será solucionado por este tal de **Plano Brady**.

É preciso ainda destacar que, como Estados Unidos considera sua proposta totalmente favorável para os países endividados, exige em contrapartida, que assumamos compromissos de implantar a política econômica por ele indicada. São as famosas condicionalidades, o chamado programa de ajuste estrutural e austeridade, defendido pelo FMI e Banco Mundial.

O Congresso Nacional deve fazer uso de suas atribuições constitucionais, impedindo que sejam feitos novos acordos e anulando os já feitos com o Banco Mundial e o FMI, violando nossa soberania.

A QUESTÃO ECOLÓGICA

Como consequência do assassinato de Chico Mendes, se desencadeou internacionalmente uma campanha de preservação da Amazônia, e créditos do Banco Mundial para a região foram suspensos.

A reação do governo brasileiro e setores empresariais foi violenta. Passaram a acusar as multinacionais como interessadas na internacionalização da Amazônia, pondo no mesmo saco ecologistas, indigenistas, banqueiros e governos estrangeiros.

De repente o governo e a direita passaram a defender com unhas e dentes a soberania nacional. Soberania expressa na construção de estradas, hidroelétricas e mineradoras. Tudo construído com os fabulosos empréstimos dos bancos internacionais. Acusam, com relativo grau de veracidade, que a venda de territórios brasileiros em troca de parcelas da dívida externa é uma proposta entreguista que fere profundamente nossos interesses de nação.

Como é expressada esta proposta, por porta-vozes do governo, deve ser firmemente rejeitada por todos os brasileiros. Trocar parte de nosso território por juros da dívida externa é inaceitável pela renúncia à soberania e também por significar o reconhecimento e valorização de uma dívida ilegítima e extorsiva.

Mas, esse nacionalismo limitado e com propósitos interesseiros, manifestado pelo governo, está completamente capenga. Ao mesmo tempo que grita contra a suspensão de créditos internacionais, o governo mantém acordo com o FMI e o Banco Mundial, desde julho do ano passado, onde se compromete a políticas econômicas impopulares concentradoras de riqueza, e totalmente favoráveis às multinacionais. São políticas que tornam baratas nossas riquezas, principalmente a mão-de-obra, levam à expansão da agricultura exportadora e projetos de mineração, provocando danos ecológicos irreversíveis.

Também comprometem o pouco que resta de indústria nacional ao favorecer a entrada das multinacionais ao mercado interno. Dilapidam o patrimônio público ao privatizar as empresas estatais, responsáveis pela infraestrutura industrial que possibilitou o crescimento econômico brasileiro e que se hoje não são rentáveis, foi justamente por subsidiar a preços baixos, o crescimento da indústria privada.

A falsa soberania que aplaude o Plano Brady e as condições de

política econômica impostas por ele, deve ser repudiada. A verdadeira soberania é a elaboração pelos brasileiros de uma política econômica independente, que privilegie o mercado interno, o poder aquisitivo das massas populares e a libertação do estrangulamento da dívida externa.

OPERAÇÃO CATRACA - COMO GANHAR DINHEIRO FÁCIL

Duas medidas integrantes do Plano Verão, foram de especial interesse para os especuladores:

- desvalorização do cruzado em 17% com o posterior congelamento do dólar oficial para estimular as exportações;
- elevação das taxas de juros das aplicações a curto prazo: over e poupança.

Estas medidas deram possibilidade para que ocorresse uma das maiores operações especulativas de todos os tempos da história do Brasil.

Como funciona a **operação catraca**?

Vamos imaginar que no momento em que é imposto o Plano Verão, um especulador qualquer está de posse de US$ 100.000,00. É praticamente indiferente se estão aplicados no Brasil ou no exterior. Caso estejam em uma conta no estrangeiro, eles rendem 11% de juros ao ano. Assim, no final do ano, o especulador receberá de volta US$ 111.000,00. Com a elevação de juros provocada pelo Plano Verão, o especulador traz os seus dólares do exterior e aplica no mercado financeiro, recebendo por ele ao final do mês, mais de 20% de juros. Da aplicação de US$ 100.000,00 transformados em cruzados, ele recebe de volta o equivalente a US$ 120.000,00, o que significa receber de juros em um mês no Brasil, o equivalente ao dobro da aplicação anual no exterior.

Quando a diminuição das taxas de juros ou aumento do dólar ameaçar a operação - é o que está acontecendo no momento - o especulador transforma rapidamente em dólar suas aplicações e as envia para os bancos internacionais onde perdem em rentabilidade embora ganhe em segurança.

Quais as repercussões e consequências para a economia brasileira dessa operação?

Imediatamente temos um certo controle da inflação, pois todo o consumo supérfluo e investimento produtivo se dirige para a poupança e o over em busca de altos rendimentos. Também o dólar no paralelo mantém uma certa estabilidade pois o fluxo da moeda americana passa a ser de ingresso no mercado brasileiro.

A contrapartida é que o governo se comprometa a pagar juros referentes ao capital aplicado, sem que ele receba o equivalente aos juros que paga, o que resulta em maior endividamento interno. O governo fica devendo cada vez mais aos especuladores.

Em resumo o quadro é o seguinte:

- economia estancada;
- altos rendimentos com a especulação financeira;
- o governo cada vez mais endividado;
- expectativa de retomada da inflação.

Resultado:

O especulador nacional ou estrangeiro, aumenta em duas vezes o seu rendimento em apenas um mês. Nós ficamos com a conta repassada pelo governo através dos aumentos contínuos dos impostos e preços.

O MASSACRE DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - FMI

No dia 27 de fevereiro, iniciou-se o que viria a ser um dos piores massacres ocorridos na América Latina nos últimos anos. Como reação aos aumentos da gasolina e dos transportes, autorizados pelo governo da Venezuela, a população saiu às ruas em protesto e foi recebida à bala. No final de cinco dias de revolta popular, chegava-se a falar em dois mil mortos. O governo venezuelano reconheceu só trezentos.

Este foi o resultado de mais um acordo do Fundo Monetário Internacional - FMI com países individados da América Latina.

Com uma dívida externa de 33 bilhões de dólares, da qual não consegue pagar os serviços, o governo venezuelano foi obrigado a firmar uma carta de intenções com o Fundo (semelhante à assinada pelo governo brasileiro no ano passado) que entre outras coisas incluia o aumento de 90% da gasolina e 30% nos transportes.

Ironicamente Venezuela viveu períodos de grandeza até o fi

nal dos anos 70, devido à produção de petróleo e do endividamento externo. Toda a imensa fortuna em dólares que passou pelo país foi parar nos bancos estrangeiros, desviada através de fuga de capitais. As elites e multinacionais se apropriaram dos dólares que estão muito bem aplicados no Estados Unidos e em outras partes do mundo. Para o povo venezuelano ficaram as dívidas e a vida miserável nos ranchos caraquenhos (favelas de Caracas). Estima-se que há, em propriedade de milionários venezuelanos no exterior, o equivalente a toda a dívida externa daquele país.

Além da indignação produzida pelas poucas cenas transmitidas pela televisão e fotos publicadas em revistas brasileiras, onde se via que a população estava sendo caçada e executava nas ruas; é assustador como a morte coletiva já entrou no cotidiano da América Latina, causando reduzido impacto na opinião pública.

A maneira como aconteceram os fatos e o que pode haver por traz delas, é uma lição que deve ser aprendida rapidamente pelos movimentos e lideranças sociais do continente sob o risco que se repitam.

Carlos Andrés Pérez havia tomado posse como presidente da Venezuela duas semanas antes. Era considerado um líder democrático, representando a esperança dos seus eleitores e de uma posição internacional contra os interesses dos Bancos Credores e do FMI.

Tudo indica que, no poder, ele optou por manobrar politicamente, aceitando as imposições do FMI, aplicando as medidas de austeridade com força total, buscando causar impacto junto à população. A revolta era esperada e o exército atuou como se estivesse em guerra, executando sumariamente a população desarmada. Seguramente haveria outros meios de conter a manifestação sem sangue.

Com os resultados esperados, o governo venezuelano suspende o pagamento da dívida, consegue novos empréstimos com o FMI e tratamento especial para a Venezuela de parte dos bancos credores, além de acusar a imposição do FMI como diretamente responsável pelo sucedido.

Carlos Andrés Pérez busca, assim, assumir novamente a posição de liderança entre os políticos latino-americanos que disfrutava desde que havia sido presidente no período entre 1974 e 1979.

Apesar de estar cada vez mais transparente que os ajustes econômicos impostos para pagar a dívida externa estão submetendo

o 3º mundo a uma verdadeira guerra, os governos locais são responsáveis direto pela política que aplicam e por isso têm que prestar contas. É tão criminoso o FMI que impõe sua política de austeridade, quanto os governos submissos que a executam a ferro e fogo.

OS SINAIS DE CRISE NA ECONOMIA INTERNACIONAL

Ao contrário do que sempre recomenda para os países endividados que buscam auxílio financeiro junto aos bancos internacionais, o Estados Unidos, durante o governo Reagan, manteve sua popularidade subsidiando o consumo dos cidadãos norte-americanos. Como a moeda internacional é o dólar, é fácil para ele pagar suas importações sem que receba do exterior as divisas equivalentes. Basta o governo fabricar mais dólares para comprar o que quiser.

Como todos os países do 3º mundo estão endividados e ansiosos para vender, concorrendo entre eles mesmos, o Estados Unidos se beneficiam adquirindo a preços cada vez mais baixos, as mercadorias exportadas pelos países endividados. No entanto a economia funciona como um conjunto de coisas, onde tudo que acontece de um lado repercute no outro.

O governo norte-americano, para financiar seus gastos e evitar a fabricação excessiva de dólares, arrecada moeda também através do aumento das taxas de juros. Assim controla a inflação e atrai capital do exterior, além de receber mais pelos juros da dívida.

Com o dólar valorizado as importações aumentam, aumentando também o consumo, enquanto as exportações diminuem. Há alguns anos que o Estados Unidos convive com um crescente déficit público, saldo comercial negativo e aumento de sua dívida externa.

Em 1987, no dia 19 de outubro, toda a chamada "comunidade financeira internacional", levou um tremendo susto com a quebra da Bolsa de Nova York. Foram torrados mais de 1 trilhão de dólares na crise financeira.

Através de mecanismos financeiros onde o governo americano financia as empresas para recomprar suas próprias ações, a crise foi controlada. Outros sintomas da crise foram controlados por meio de processos semelhantes no ano passado, como quando o gover

no socorreu o sistema de poupança norte-americano. Mas as causas da crise não foram controladas. No começo deste ano a inflação americana chegou a 1% no índice de preços por atacado. Esse nível de inflação é alarmante para um país do porte do EUA, com inflação tradicionalmente baixa e titular da moeda que funciona como meio de pagamento internacional

A inflação no EUA ou onde quer que seja, é simplesmente a perda de valor de uma moeda, quando ela não consegue manter a confiança, quando as pessoas deixam de acreditar que ela vale. Quando a "comunidade internacional" resolve trocar os dólares em seu poder, por mercadorias e vê que a produção norte-americana é insuficiente para atender o mercado, a oferta de dólares passa a superar a oferta de mercadorias, levando à desvalorização do dólar. É o momento que precede à crise geral que se deflagaria com uma corrida para transformar a moeda (dólar) em riqueza real (ouro ou mercadorias).

Para evitar isso a política econômica aplicada é o aumento dos juros, o que começa tudo novamente em um novo patamar até estourar a crise.

Hoje o EUA se debate entre duas opções dramáticas: 1º) tratar de fazer ajustes internos do tipo que aplica sem escrúpulos, nos países do terceiro mundo, com todas as repercussões internas deles decorrentes, como arrocho e recessão; 2º) continua com a política de avestruz, tratando de sustentar artificialmente sua economia, extorquindo os países endividados e empurrando a crise com a barriga.

Como na economia internacional, quando o EUA espirra, nós ficamos com pneumonia, qualquer das duas opções terá consequências extremamente graves para nós. Uma recessão econômica no Estados Unidos significará quebra nas nossas exportações, recessão interna e desemprego.

A única alternativa que temos é a redução de nossa dependência da economia internacional, particularmente a norte-americana, reforçando o mercado interno e estimulando a integração econômica com parceiros do terceiro mundo. O passo inicial para projetar uma economia independente é parar de pagar a dívida externa.

DÍVIDA EXTERNA - CONSULTA NACIONAL

Nos dias 27 a 30 de março, representantes das Igrejas Cristãs, reuniram-se para analisar a dívida externa e o peso que ela exerce sobre o povo brasileiro. Junto com observadores de Igrejas de outros países da América do Norte e Europa. Foram ouvidos parlamentares, sindicalistas, candidatos à presidência da república, assessores.

Na reunião foi avaliado que a dívida e os juros dela decorrentes são responsáveis pelo agravamento do quadro social e econômico da maiorida da população. Chegou-se à conclusão que a dívida é uma questão política na medida em que implica em dependência do país devedor aos credores.

Discutiu-se a relação dívida e teologia, pois como ela determina a vida e a morte das pessoas, necessita ser abordada pelos cristãos a partir do enfoque bíblico-teológico.

Além de definir linhas de ação, a Consulta tomou a seguinte posição estratégica:

"À luz de todas estas considerações e crendo que, como cristãos, somos co-responsáveis pelos destinos da nação brasileira, afirmamos nossa convicção de que a presente dívida externa brasileira não deve ser paga porque já foi paga e porque a continuidade de seu pagamento somente agravará mais ainda a expoliação do já sofrido povo do Brasil. Sabemos que esta tomada de posição levantará inevitáveis conflitos de interesses. É a nossa escolha estar ao lado das maiorias empobrecidas de nosso país."

A Consulta Nacional sobre dívida externa, foi promovida pelo CONIC - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs e CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço.

BISPOS DO BRASIL DEBATEM DÍVIDA EXTERNA

Reunidos em Assembléia Geral, os membros da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, através do documento nº 42, **Exigências Éticas da Ordem Democrática**, se manifestaram preocupados com os problemas causados pelo crescente endividamento do Brasil. No documento, a CNBB propõe inclusive que nossa dívida seja submetida a uma auditoria pública.

Transcrevemos, a seguir, parte do documento:

"36. Externamente, o País já foi obrigado a exportar, para os países ricos, entre 1980 e 1987, 50,4 bilhões a mais do que as divisas que entraram no país. Quando o Papa, na encíclica "Sollicitudo Rei Socialis", aborda o problema da dívida externa, parece que está se referindo diretamente ao Brasil. João Paulo II, verifica que o fato de os países em desenvolvimento aceitarem, a título de empréstimo, o capital estrangeiro, "transformou-se num mecanismo contraproducente", um freio do desenvolvimento e, em certos casos, "uma acentuação do subdesenvolvimento. E isto porque os países devedores são obrigados a exportar capital, necessário para aumentar, ou, pelo menos, manter o seu nível de vida. "Não é lícito pagar a dívida simplesmente às custas da fome, da miséria e do subdesenvolvimento do nosso povo". Esta dívida tornou-se fator de novo colonialismo, em que os povos do Terceiro Mundo, como o Brasil, devem pagar pesados tributos, comparáveis aos piores períodos da história humana. Todos os dados nos mostram que a dívida externa "é hoje um dos mais eficazes instrumentos da diminuição da vida e implantação da morte, instrumento de pecado coletivo e usurpação do domínio de Deus".

115. — necessidade de a dívida externa ser submetida a uma auditoria pública, com a participação do Poder Legislativo e de organizações representativas da sociedade civil, para identificar a sua justa composição a partir das responsabilidades sobre suas origens e modos de utilização. Isto foi expresso pela Constituição, quando afirma a necessidade de "exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro".

DESÁGIO AUMENTA E A DÍVIDA FICA BOA PARA ESPECULADORES

Isto é/Senhor, 05/04/89

"Os títulos da dívida brasileira chegaram a um ponto tão baixo no mercado secundário que passaram a ser uma alternativa interessante para especuladores de todos os tipos.

Os títulos da dívida brasileira atingiram seu ponto mais baixo no dia 13 de março último, quando foram negociados a 28% do seu valor. Por exemplo: 100 dólares de dívida podiam ser comprados por apenas 28 dólares, aumentando posteriormente seu valor para 32% do valor nominal. Por quê esses títulos são atrativos? Os juros internacionais em dólar estão em 11% ao ano. Os títulos brasileiros a preço tão baixo, estão sujeitos a recuperação caso o Brasil consiga encontrar um mecanismo internacional para pagar a dívida ou comprar seus títulos como prevê o Plano Brady, o que proporcionará grandes lucros aos especuladores, muito mais do que mantendo seus dólares às taxas de juros do mercado. Alguns analistas acreditam que há bancos brasileiros participando dessas transações."

MAILSON ACHA BOA A PROPOSTA DE PERPETUAR A DÍVIDA EXTERNA

O Estado de S Paulo 31/03/89

"Um dos bancos credores apresentou ao Brasil a sugestão de **eternizar a dívida externa**, comprometendo-se a pagar os juros de 4,5% ao ano. A proposta foi feita na reunião do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Os credores exigiram **apenas** o aval do FMI e Banco Mundial. Mailson achou boa a proposta, mais afirma que ela é somente uma possibilidade em estudo." **Haverá alguma diferença da proposta acima com a escravidão?**

JAMES BAKER É CREDOR DO BRASIL

O Estado de S Paulo, 16/02/89

"O anterior Secretário do Tesouro Norte-americano e atual Secretário de Estado, James Baker II, foi o responsável pelo anterior plano para tratamento da dívida externa que ficou conhecido

com o seu nome, **Plano Baker**.

O mencionado Plano não resolveu o problema dos países endividados. No entanto os grandes bancos credores continuaram obtendo grandes lucros. Será apenas coincidência o fato de James Baker ser o proprietário de US$ 250 mil de ações do Chemical Bank e US$ 558 mil de ações em outros bancos e companhias de petróleo?

O Chemical Bank é credor de US$ 4,5 bilhões no terceiro mundo, sendo US$ 2,5 bilhões com o Brasil."

Isso explica o "puxão de orelhas" que Baker deu no ex-Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, quando ele tentava conseguir negociar descontos para o pagamento da dívida brasileira.

GRANDES BANCOS CONCENTRAM TÍTULOS DA DÍVIDA BRASILEIRA

Folha de S Paulo, 26/03/89

"- quinhentos e quarenta e oito bancos deixam de ser credores do Brasil;

- em julho de 1986, oitocentos e cinquenta e nove bancos possuiam créditos brasileiros;

- apenas duzentos e sessenta e um bancos participaram do último acordo com o Brasil em setembro de 1988.

Isto significa que os pequenos bancos, principalmente os norte-americanos, desfizeram-se dos títulos brasileiros que se concentraram nos grandes bancos. Os bancos preferem verder os títulos que possuem com até 72% de desconto a esperar que o Brasil pague sua dívida."

Qualquer valorização dos títulos da dívida proporcionará grandes lucros aos bancos que compraram os títulos em branco.

"PRATO FEITO" PARA ECOLOGISTAS

Segundo artigo publicado na revista Veja, de 29 de março último, a primeira proposta concreta e detalhada a respeito da participação de entidades estrangeiras no controle da Amazônia, partiu de onde menos se esperava, do próprio governo brasileiro.

O Ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, apresentou a uma platéia de congressistas americanos a sua idéia de criar uma reserva ecológica na Amazônia, numa área de 1 milhão de hectares. Em troca, o Brasil seria aquinhoado com um desconto de 1 bilhão de dólares em sua dívida externa.

RETRATO DO BRASIL

Área: 8.511.965 km², quinto país do mundo em extensão
População: 144.427.586 (1988 estimada)
182.332.474 (2000 projetada)
PIB: US$ 325,2 bilhões (1987)
Taxa de crescimento: 0,5% (1988)
Taxa de crescimento da população: 2% (aproximada)
Serviço da dívida externa: US$ 17 bilhões ou 5,2% do PIB (1988)
Piso Salarial do País: NCZ$ 81,40
Taxa mais alta de renda, segundo a Receita Federal NCZ$ 26 bilhoes
ou US$ 55.000,00
População que recebe até um salário mínimo: 19,4% (1988)
População urbana: 50% (1965) 73% (1987)
Expectativa de vida: 57 anos (1965); 65 anos (1985)
Crianças abaixo de 5 anos afetadas por desnutrição: 55%
Crianças abandonadas: 16 milhões (1987)
Desnutrição como "causa mortis", abaixo de 5 anos: 69%
População com déficit alimentar acima de 400 calorias/dia (**pobreza absoluta**): 35 milhões (25% em 1986)
População subnutrida (consome menos de 2.240 calorias/dia): 27 milhões (38% em 1961) e 90 milhões (65% em 1986)
População vivendo em condições sub-humanas nas 95 cidades com mais de 100.000 habitantes: 20 milhões (21% da população urbana
População favelada: 12 milhoes (12,4% da população urbana em 1986)
Trabalhadores rurais sem terra: 12 milhões
Trabalhadores rurais migrantes permanentes: 4 milhões (10%)

DÍVIDA EXTERNA

Transferência líquida de capital financeiro:
América Latina (1980-1986) = US$ 121,1 bilhões
Brasil (1980-1987) = US$ 50,4 bilhões

- suficiente para:
. realizar três vezes a Reforma Agrária (US$ 18 bilhões) re-situando 12 milhões de trabalhadores rurais sem terra ou com terra insuficiente para sobreviver com suas famílias;
. construir conjuntos residenciais capazes de abrigar 11,2 milhões de pessoas

Período 1980-1987:
. Brasil pagou = US$ 120,3 bilhões como Serviço da Dívida Exter-

na e US$ 82,0 bilhões só de juros

. Saldo Comercial do período: US$ 50,7 bilhões (transferidos de bens de serviços reais)

. Apesar disso, a dívida cresceu 89%, de US$ 64,2 bilhões para US$ 121,3 bilhões

. Sem a rolagem, o serviço da dívida teria sido US$ 160 bilhões

. A transferência líquida de US$ 90 bilhões (ou US$ 25 bilhões a mais que o total das receitas de Orçamento Geral da União).

. Só em 1985, o Brasil pagou como serviço da dívida externa o equivalente a 5,8% do PIB e 53% das exportações

. Em 1982, havia pago 7,7% do PIB e 102,3% das exportações

Serviço em 1988: juros e amortizações pagos pelo Brasil = US$ 17 bilhões (a quantia mais elevada dos últimos cinco anos), equivalente a 5,2% do PIB

Cotação dos títulos brasileiros no Mercado Internacional: US$ 0,28 por dólar (28/02/89). Por este valor, a dívida real (tomando o valor aproximado de US$ 120 bilhões) seria US$ 42 bilhões.

FATORES LIGADOS AO ENDIVIDAMENTO EXTERNO QUE AUMENTAM A INFLAÇÃO

Serviço da dívida externa pública: Em 1987, cerca de US$ 10 bilhões ou aproximadamente 4% do PIB

DÍVIDA INTERNA: US$ 42 bilhões (em LFTs, janeiro/89): custo mensal de remuneração: 25% nos 9 dias úteis entre 16 e 25 de janeiro, foi igual a US$ 3,15 bilhões; projetado para 1989 = US$ 72 bilhões (preço de dezembro de 1989) ou 22% do PIB.

- Valor correspondente aos serviços da dívida externa e interna é superior a todos os itens de despesa do orçamento federal: seria suficiente para comprar de volta, em títulos, toda a dívida externa a preços do mercado livre.

Perda de Receita: procedente dos **incentivos** e **subsídios** - a maior parte ao setor privado

. Incentivos (reduções ou isenções de impostos) = 3,8% PIB 1987

. Subsidiados a empresas rurais e agroindustriais exportadoras, estatais etc = 5,26% do PIB 1987

FONTES: Ensaio "Brasil - As causas das injustiças e a Missão das Igrejas" 12/88.
ARRUDA, M. "Empobrecendo o Brasil Via Endividamento Externo 12/88
ARRUDA, M. "Esboço de Política Alternativa para Romper o Círculo Vicioso do Endividamento Externo 01/87
Jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ENTIDADES DO MOVIMENTO SOCIAL CRIAM COMITÊ CONTRA DÍVIDA EXTERNA

Reunídos em Brasília, em 16 de maio, representantes de Entidades do Movimento Popular, Movimento Sindical e Igrejas, criaram o **Comitê Contra a Dívida Externa.**

Os objetivos do Comitê são acompanhar o funcionamento da Comissão Mista Sobre o Endividamento Externo, no Congresso Nacional, participar ativamente de uma Campanha Nacional Contra a Dívida, produzindo material, desenvolvendo palestras, além de apoiar as iniciativas populares sobre o assunto.

Também ficou decidido apresentar à Comissão do Congresso, no dia 08 de junho, uma carta reivindicando que entidades representativas, sejam ouvidas e que possam acompanhar todas as atividades de investigação do endividamento brasileiro.

É a seguinte, a relação das entidades que compõem o Comitê:

- Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos-MNDDH; Serviço Nacional de Justiça e Não-Violência-SERPAJ; Comissão de Justiça e Paz-CJP; Associação de Educação Católica-AEC; Cáritas Brasileira; Federação Nacional de Enfermeiros; Central Única dos Trabalhadores-CUT; Federação Nacional dos Jornalistas-FENAJ; Sindicato de Assistentes Sociais; Sindicato dos Médicos; Sindicato dos Servidores Públicos; Igreja Anglicana de Brasília; Pastoral Universitária e Instituto de Estudos Sócio-Econômicos-INESC.

Além destas entidades, manifestaram o seu apoio e interesse pelas atividades do Comitê, o Conselho Federal da OAB, o CEAN/Unb e o Fórum da Campanha Brasil Contra a Dívida Externa.

Finalmente este Comitê deverá apoiar os trabalhos de divulgação do Tribunal Internacional sobre a Dívida Externa, que será realizado em setembro, em Lima, no Peru.

Como iniciativa da Cáritas e do Movimento de Direitos Humanos, será editado um Boletim sobre a Dívida Externa, chamado **Análise.**

NR: Sempre temos enfrentado todo tipo de colonialismo. Cultural, Educacional, Costumes. Tudo, até o de linguagem vem forçando-nos com termos que não são parte integrante da nossa linguagem. Nesta edição, em sinal do combate ao colonialismo lingüístico, a gente deixa de tratar Estados Unidos como uma coisa no plural. Portanto ao invés de os Estados Unidos são... diremos Estados Unidos é... como qualquer outra nação deverá ser tratada no singular. Apesar das Gramáticas opressoras.

REGIMENTO INTERNO e Estatuto

CEDIM

ESTATUTO DO CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE PETRÓPOLIS.

CARTÓRIO

E S T A T U T O

Capítulo I

Da denominação, sede, duração, natureza e objetivos:

Art. 1º - O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, que, também, denominar-se-á, conjunta ou separadamente, Grupo de Ação, Justiça e Paz de Petrópolis, é uma entidade de estudos e de trabalho, sem fins lucrativos, com sede, administração e foro em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, com duração por tempo indeterminado.

Art. 2º - A concepção do mundo em que se baseia e norteia a entidade, acha-se inscrita nos documentos da Igreja (Puebla e Doutrina Social da Igreja Metodista), e é o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis - Grupo de Ação, Justiça e Paz - constituido para assegurar a defesa dos seguintes fins e objetivos:

a) - Uma clara e inequívoca opção pelos empobrecidos e marginalizados, no que se refere à realidade política, econômica, social e cultural da América Latina;

b) - Ampliar o ecumenismo junto às demais confissões cristãs, e aos homens de boa vontade, através de estudos e práticas comuns, tendo como fundamento a luta pela Justiça e Paz;

c) - Refletir e agir sobre as diversas situações de injustiça que se fazem presentes em nossa sociedade, tanto nos casos de flagrante desrespeito aos direitos humanos fundamentais como nas condições sociais e estruturais sub-humanas de vida, engendradas pelo sistema sócio-político-econômico vigente;

CARTÓRIO 1º 6.º OFÍCIO

d) - Denunciar casos concretos de violação dos direitos humanos, providenciando apoio aos injustiçados;

e) - Analisar as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, visando sua profunda transformação para torná-las mais justas, no sentido de proporcionar a todos os direitos elementares inerentes à vida;

f) - Buscar promover a unidade de ação, entre os diversos movimentos comunitários locais, bem assim o fortalecimento dos modos de manifestação e organização populares; dando para tanto, seu respaldo e subsídio;

g) - Coligir e interpretar dados e informações a respeito dos problemas internacionais, nacionais, estaduais e municipais, as causas e consequências da dependência econômica, política, social e cultural, e transmitir os resultados de tais estudos aos organismos interessados e à opinião pública;

h) - Estabelecer relações e estreitá-las com os organismos e entidades que, em qualquer parte do mundo, venham se ocupando das questões econômicas, políticas, sociais e culturais ligadas, direta ou indiretamente, às aspirações de Justiça e Paz;

i) - Fomentar a consciência, no sentido de que as pessoas se engajem na promoção e na defesa dos direitos humanos;

j) - Implantar núcleos do Centro de Defesa dos Direitos humanos, nos diversos locais da cidade, onde se apresente necessidade premente;

l) - Adotar quaisquer medidas e providências que entender necessárias à realização de seus fins e objetivos.

Art. 3º - O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis é formado pelas seguintes categorias de membros:

a) - membros fundadores: os que subscrevem o presente ato de constituição;

b) - membros-colaboradores: os que prestam auxílio material ou serviços profissionais especializados, na qualidade de assessores ou consultores técnicos;

c) - membros efetivos: os que solicitarem sua admissão posterior à entidade.

§ 1º - os membros-colaboradores somente serão admitidos na qualidade de membros efetivos, após solicitação de admissão dirigida à Diretoria que, previamente, dará seu parecer, submetendo-o à deliberação da assembléia-geral.

§ 2º - Idêntico procedimento será adotado para os que desejarem se tornar membro-efetivo.

§ 3º - A Assembléia poderá permitir em suas reuniões a presença de pessoas estranhas ao Centro, em caráter estritamente de observação.

Capítulo II

Da organização:

Art. 4º - Constituem órgãos do Centro:
- A Assembléia Geral e
- A Diretoria.

Art. 5º - A Assembléia Geral, órgão máximo da entidade, caracterizada pela presença dos associados, fundadores e efetivos, reunir-se-á:

I) ordinariamente: no período de 1º de março a 31 de dezembro, e quinzenalmente.

a - na primeira reunião anual deliberará sobre o relatório de atividades, balanço e contas da Diretoria;

b - em época própria, elegerá sua Diretoria.

II) extraordinariamente: sempre que a urgência e relevância dos assuntos assim o exigirem.

§ 1º - A convocação extraordinária será feita pela Diretoria

CARTÓRIO 1º 6.º Of. 10

ou 1/3 (um terço) dos associados.

§ 2º - As reuniões da Assembléia serão presididas por um coordenador e um relator, escolhidos por um determinado período.

§ 3º - Dos trabalhos de cada reunião, lavrar-se-á ata, em livro próprio.

Art. 6º - O quorum para instalação e funcionamento da Assembléia é o de 1/3 dos associados, à exceção feita quando da admissão dos associados constantes nas alíneas b e c do art. 3º, que será de 2/3.

§ único - O quorum para deliberação da Assembléia, dar-se-á por maioria simples.

Art. 7º - Compete à Assembléia-Geral:

a) - eleger, anualmente, seu Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros, podendo reconduzí-los;

b) - elaborar, periodicamente, o programa de atividades do Centro;

c) - Definir e manifestar o ponto de vista do Centro em todos os assuntos relacionados com os seus objetivos;

d) - deliberar sobre a reforma deste estatuto, inclusive sobre sua administração;

e) - Aprovar o Regimento Interno do Centro.

Art. 8º - A Diretoria do Centro poderá indicar tantos assessores e consultores técnicos quantos entender necessários ao eficiente desempenho de suas atividades, bem assim Comissões ou Grupos de Trabalho Setoriais, sempre ad referendum da Assembléia-Geral.

Art. 9º - Compete ao Presidente, obedecidas as diretrizes e recomendações da Assembléia, a administração e representação ativa e passiva, judicial e extra-judicial do Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

§ 1º - Firmar, com o Secretário e o Tesoureiro, conjunta e respectivamente, os papéis referentes a cada uma dessas funções.

§ 2º - Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos.

Art. 10º - Compete ao secretário e ao tesoureiro a guarda dos arquivos, documentos e valores pertencentes ao Centro, sob a responsabilidade de cada um.

§ 1º - Firmar com o Presidente os papéis referentes a cada uma dessas funções.

§ 2º - Ao 2º Secretário e ao 2º Tesoureiro compete substituir os respectivos titulares, em suas faltas e impedimentos.

Capítulo III

Do Patrimônio.

Art. 11º - O patrimônio da entidade será constituído pelas contribuições materiais, donativos e subvenções que lhe forem destinadas.

Capítulo IV

Das Disposições Gerais e Transitórias:

Art. 12º - Os serviços prestados ao Centro, por seus membros, não serão remunerados, à exceção do contrato de trabalho para fim específico.

Art. 13º - Nenhum membro do centro responderá solidária e subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade.

Art. 14º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral, ou em seu recesso - Art.5º letra a - pela Diretoria.

Art. 15º - No recesso da Assembléia Geral a Diretoria poderá deliberar, em caráter extraordinário, sendo as decisões referendadas pela Assembléia, posteriormente, no reinício de suas atividades.

Art. 16º - A Assembléia Geral adotará e aprovará o regimento interno do Centro, objetivando regular suas relações internas e a de seus membros.

Art. 17º - A extinção da pessoa jurídica poderá ser decidida por 2/3 (dois terços) dos seus membros efetivos e em Assem

bléia Geral para tal fim convocada, o seu patrimônio, nesta hipótese, será destinado, a juízo da mesma Assembléia à instituição de finalidade semelhante, localizada no Estado.

Art. 18º - O presente Estatuto, uma vez aprovado pelos membros que constituem o grupo fundador do Centro, será registrado no Cartório competente.

Frei Bartlis Rezende

Antonio Augusto Teixeira

Ana Lucia T. Pinto

Beatriz Salgueiro de Freitas

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS
REGISTRADO NO L.º A-2 SOB O Nº 1439 fls. 144 v.
PETROPOLIS 14 DE 7 DE 1982

A N E X O

CARTÓRIO
6.º OFÍCIO

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis/Grupo Ação, Justiça e Paz será sediado, provisoriamente, à rua Paulino Afonso, 477-fundos, nesta cidade.

Os sócios fundadores são os seguintes: Freis Jaime Ferreira Lopes, David R. Santos, Jésus M. de Almeida Lima, Sérgio Messias Guimarães, Emílio Santi Piro, Basílio Rezende, Leonardo Boff, Rev. Azoil Zerbinato, Nádia Roeder Friaça, Héllida de Oliveria, Anna Maria M. S. Rattes, Maria Odete Teixeira, Breno Garcia Cabral, Ruy de Souza Monteiro, Márcia M. Monteiro Miranda, Vitória Aparecida de A. Bastos, Antonio Augusto Teixeira, Gustavo Adolpho L. Friaça, Ana Lúcia T. Pinto Beatriz Salgueiro dos Santos; que assinam e subscrevem as tres (3) vias dos estatutos.

A diretoria da entidade é composta dos seguintes membros, com seus respectivos cargos e que assinam o presente:

Presidente: Márcia M. Monteiro Miranda
Vice-Presidente: Ruy de Souza Monteiro
Lº Secretário: Sérgio Messias Guimarães
2ª Secretária: Maria Odete Teixeira
1º Tesoureiro: Jesus M. de Almeida Lima
2ª Tesoureira: Héllida de Oliveira

Márcia M. M. Miranda
Márcia

Ruy de Souza Monteiro
Ruy

Sérgio Messias Guimarães

Maria odete Teixeira
Odete

fr. Jesus Mário de Almeida Lima

Héllida de Oliveira
Héllida

...dicação Com
...l Cesar Vieira e
...Horizonte Ltda.
...rbosa) — Ao con-

...Ordinária — A. —
...marães) — R. —
... (Dr. Luiz Silva)
... 92 está correto.
...solicitando o saldo
...s. 18).

...DO DA 2a. VARA
...COMARCA DE
...POLIS —
...a C. Barreto
...razo de quinze dias,
...ado ALCIDES PRO-
...DOS SANTOS
...RCIAL VIEIRA DE
...ito da Comarca de

...odos quantos o pre-
...razo de quinze dias,
...nem conhecimento,
...otor Público, em
...o, denunciou ALCI-
...USTINIANO DOS
...osé Torquato Justi-
... de Inocência Gon-
...lomo incurso no ar-
... I (rompimento de
...o Penal. E como não
...citado pessoalmen-
...r em lugar incer
...presente edital cha-
... denunciado a com-
...o, que funciona n:
...971, dia 27 de ju
... fim de ser interro-
...s demais termos do
... até final sentença
...ob pena de revelia.
...ge ao conhecimento
...do acusado, mandou
...edital, que será pu-
... DE JUSTIÇA e afi-
...costume.
...s 01 de julho de 1982.
...Castro Barreto, Escri-
...o.
...EIRA DE SOUZA
...e Direito

...TO DA VARA DE
...COMARCA DE
...POLIS-R—

...ÇÃO E INTIMAÇÃO
...ne 30 dias

...NY DO COUTO FA-
...eito da Vara de Fa-
...de Petrópolis, Estado
...or nomeação na

...nos que o presente
...u dele conhecimento
...NTIMADA a Sra. MA-
...RA LOPES, brasilei-
... encontra em lugar
...ido para que tome
...ÇÃO DE DIVÓR-
...seu marido SEBAS-
... LOPES, brasileiro,
...e manutenção, re-
...o na rua Darmstad,
...nesta cidade, bem
...O da mesma para
...e Juízo no próximo
...) DE 1982, ÀS 15:00

representada pela duplicata mercantil com venda à prazo, emitida em 03.07.81. Face à certidão do Sr. Oficial de Justiça quanto ao paradeiro da Executada, foi mandado expedir o presente edital de citação para que a mesma pague o principal e acessórios em 24 horas ou indique bens à penhora, sob pena de serem penhorados tantos quantos bastem para garantir a execução. Outrossim, fica a executada ciente que lhe foi arrestado o seguinte: "DOMINIO ÚTIL do prazo de Terras (lote de Terreno) n.º 1 da quadra n.º 20 do Bairro Quitandinha, nesta cidade, com a superfície de 978,00m2. E para que chegue ao conhecimento do executado e passado o presente, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. DADO e passado nesta cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, aos trinta dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e dois. Eu (assinatura ilegível), Escrivão, subscrevo.

LEON GILSON ALVIM SOARES
Juiz de Direito

(3407)

JUÍZO DE DIREITO DA 3a. VARA CÍVEL DA COMARCA DE PETRÓPOLIS

ESCRIVANIA DA 3a. VARA CIVEL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS, PARA CONHECIMENTO DO PÚBLICO EM GERAL E PRINCIPALMENTE DE TERCEIROS INTERESSADOS, NA FORMA ABAIXO:

O DOUTOR LEON GILSON ALVIM SOARES, Juiz de Direito da 3a. Vara Cível desta Comarca de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, por nomeação na forma da lei, etc...

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que se processa perante este Juízo e Cartório, sediado no Edifício do Forum, o Protesto Judicial requerido por MARGARIDA FINKEL DOS REIS contra MANOEL CORRÊA DE LIMA FILHO, objetivando resguardar seus direitos, e evitar que, futuramente, o suplicado venha intentar uma ação de usucapião sobre a propriedade rural, denominada "Sitio Nuvens", localizado fora do perimetro urbano do 5º Distrito deste Municipio de Petrópolis, com a superfície de 10 alqueires e 10.900m2, confrontando com seus diversos lados com herdeiros e sucessores de Manoel Corrêa de Lima Junior Hildebrando Teixeira da Costa, Manoel do Primo e Maria Antonia, Margarida Rufino da Rosa e outros, e ainda com terras de propriedade denominada 'Prosperidade'. E, para que o presente Edital chegue ao conhecimento dos interessados mandei extrai-lo, sendo afixado no lugar de costume e publicado no Diário Oficial da Comarca, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Petrópolis-RJ, aos dezoito dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e dois. Eu, (assinatura ilegível), escrivão subscrevo.

LEON GILSON ALVIM SOARES
Juiz de Direito

JUIZO DE DIREITO DA VARA DE FAMILIA DA COMARCA DE PETRÓPOLIS — RJ.

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 30 DIAS

...Filho Gonçalves Leite Ferreira da Silva, Elsa Rodrigues Athayde, Eliana Athayde Vaz Guedes, Margaret Blanco Ferreira.

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE PETRÓPOLIS/GRUPO AÇÃO, JUSTIÇA E PAZ
RESUMO DOS ESTATUTOS

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis e/ou Grupo Ação, Justiça e Paz, fundado em 1º de novembro de 1979, sediado nesta cidade, na rua Paulino Afonso, 477 — fundos, com os fins de promover a defesa dos direitos humanos, dos empobrecidos e marginalizados, com duração por tempo indeterminado, na hipótese de extinção da entidade, seu patrimônio será destinado à instituição congenere, localizada neste Estado, e a referida entidade é representada pelo Presidente em Juízo e fora dele ativa e passivamente, sendo certo que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais e não tendo fins lucrativos. Os estatutos são reformáveis por deliberação de 2/3 da Assembléia Geral e os membros Diretores não percebem qualquer lucro, ordenado ou gratificação. A Diretoria atual é composta: — Presidente: Márcia M. Monteiro Miranda — Vice-presidente: Ruy de Souza Monteiro — 1º Secretário: Sergio Messias Guimarães — 2a. Secretária: Maria Odete Teixeira — 1º Tesoureiro: Jesus M. de Almeida Lima — 2a. Tesoureira: Hellida de Oliveira. Os sócios fundadores são os seguintes: Freis Jaime Ferreira Lopes, David R. Santos, Jesus M. de Almeida Lima, Sérgio Messias Guimarães, Emilio Santi Piro, Basilio Rezende, Leonardo Boff, Rev. Arol. Zarbinato, Nádia Roeder Friaça, Hellida de Oliveira, Anna Maria M. S. Rattes, Maria Odete Teixeira, Breno Garcia Cabral, Ruy de Souza Monteiro, Márcia M. Monteiro Miranda, Vilbria Aparecida de A. Bastos, Antonio Augusto Teixeira, Gustavo Adolpho L. Friaça, Ana Lucia T. Pinto, Beatriz Salgueiro dos Santos.

(7322)

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
3a. SUBSEÇÃO PETRÓPOLIS

C O N V O C A Ç Ã O
ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria da 3a. Subseção da OAB-RJ, Petrópolis, de acordo com o art. 40 do Regimento Interno da OAB-RJ, em atendimento a solicitação de Advogado legalmente inscrito nesta Jurisdição, convoca os Srs. Advogados inscritos nos quadros desta Subseção, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no próximo dia 15 (quinze) de julho às 18:00 horas, na sede da Subseção sita na rua do Imperador, n.º 970-sl. 2, nesta cidade para deliberarem a seguinte ordem do dia:

a) Posicionamento da Classe em relação a conceitos emitidos na entrevista concedida pelo Sr. João Eslo Caldara, no dia 12 de junho p.p., à Rádio Imperial, desta cidade, no programa "Debates".

A Diretoria

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

SDS - Ed. Venâncio VI, bloco O, 39, sala 109, 70302, Brasília, DF - (061) 321-4751

REGIMENTO INTERNO DO REGIONAL LESTE I - MNDDH

1. O Regional Leste I afirma que os Direitos Humanos são fundamentalmente, os direitos das maiorias exploradas e das minorias espoliadas cultual, política, social e economicamente, a partir da visão destas categorias, conforme a carta de princípios aprovada no IV Encontro do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos.

Para cumprir seus compromissos, o nosso Movimento baseia- se nos seguintes princípios:

I. Estimular a organização do povo, para que se conscientize de sua situação de opressão, descubra forças para conquistar e fazer valer seus direitos e para se defender das violências e arbitrariedades, promovendo em todos os níveis, uma educação social e política para os direitos humanos . Este esforço deve possibilitar que os homens tornem- se , cada vez mais, sujeitos da transformação e superação das atuais estruturas.

II. Lutar, com firmeza, para garantir a plena vigência dos direitos humanos, em qualquer circunstância, defendendo a punição dos responsáveis pelas violações desses direitos e a justa reparação para as vítimas.

III. Incentivar e garantir a autonomia dos movimentos populares, ultrapassando os interesses institucionais, partidários, religiosos, considerando a pluralidade de opinião e reafirmando a opção fundamental, que é o nosso compromisso com os empobrecidos.

IV. Ter claro o seu papel, suas limitações e potencialidades, sua identidade, repudiando qualquer forma de instrumentalização e se caracterizando como uma articulação não governamental.

Regionais do MNDDH
Norte I (AC, AM, RO, RR) - CDDH Manaus - av. Epaminondas, 722, CP 958, 69011, Manaus, AM - (092) 233-8072
Norte II (PA, MA, AP) - Sociedade Paraense de Defesa dos DH - rua Senador Manoel Barata, 47, sala 302, 66020, Belém, PA - (091) 225-4677
Nordeste (CE, RN, PB, PE, AL, BA, SE, PI) - CDDH J. Pedro Teixeira - pça Cel. Antônio Pessoa, 102, centro, 58100, Campina Grande, PB - (083) 321-4375
Leste I (ES, RJ) - CDDH Petrópolis - rua Carlos Gomes, 180, CP 90581, 25621, Petrópolis, RJ - (0242) 42-2462
Leste II (MG) - CDDH Juiz de Fora - rua Henrique Surerus, 30, 36013, Juiz de Fora, MG - (032) 211-8677
Sul I (SP) - Centro Santo Dias - av. Higienópolis, 890, sala 19, 01238, São Paulo, SP - (011) 825-4414
Sul II (PR, SC, RS) - CDDH Joinville - rua 15 de Novembro, 353, sala K, CP 778, 89200, Joinville, SC - (0474) 22-8989
Centro-Oeste (GO, MT, MS, DF, TO) - Instituto Brasil Central - rua 240, lote 19, quadra 93, Setor Universitário, 74210, Goiânia, GO - (062) 225-2801

V. Incentivar a criação de novos centros e comissões, promover a articulação com entidades afins, numa política que tem como vertente que direitos humanos são os direitos dos empobrecidos.

2. O MNDDH - Regional Leste I, é a articulação permanente das entidades que lutam pelos Direitos Humanos, instaladas nos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

3. A integração de novas entidades de Direitos Humanos, fica condicionado a participação nas lutas da Regional Leste I, bem como o compromisso de assumir integralmente os princípios citados no ítem I.

4. As entidades novas encaminharão a Regional (através de sua executiva), a composição da entidade local e formas de atuação. A deliberação do ingresso ou não no Regional Leste I, será feita nos encontros estaduais.

5. O Regional Leste I será constituído:
   a) pelo Encontro Regional
   b) pelo Encontro Estadual
   c) pela Coordenação Regional
   d) pela Coordenação Estadual
   e) pela Secretaria Executiva Regional.

6. O Encontro Regional se realizará uma vez por ano, sempre no segundo semestre.

7. Nos Encontros Regionais será necessário o "quorum" de 50% mais um de todas as entidades que integram o Regional Leste I e para as deliberações sobre as seguintes questões:
   a) escolha da Coordenação
   b) escolha dos representantes junto ao Conselho Nacional do MNDDH
   c) firmar convênios e aceitação de doações de pessoas físicas e jurídicas
   d) modificar seu regimento interno
   e) aprovar prestação de contas.

8. Os Encontros Estaduais realizar-se-ão uma vez por ano, sempre no primeiro semestre e deliberarão sobre as articulações e lutas conjuntas.

9. Cada entidade de Direitos Humanos que integra o Regional terá o direito a dois (2) votos, nos Encontros Estaduais e Regionais não importando o número de seus participantes.

10. Se houver necessidade a coordenação convocará encontro extraordinário que deverá ser convocado no máximo com 15 dias de antecedência

11. A Coordenação Regional será constituída de quatro (4) representantes, sendo dois (2) de cada estado, eleitos nos respectivos Encontros Estaduais.

12. A Coordenação Estadual será constituída de um (1) representante de cada entidade filiadas e comissões de trabalho formada nos encontros Estaduais (formação e violência).

13. A Secretaria Executiva terá caráter Regional e será assumida por uma entidade do Regional eleita no Encontro Regional.

14. Integram o Regional e Estaduais as entidades que participam até o presente dos Encontros.

Petrópolis, 16 de setembro de 1989

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Movimento Nacional dos Direitos Humanos
Regional Leste 1
Encontro do Estado do Rio de Janeiro

Ficha de Inscrição

Nome: ALCIDES BORGES DE CARVALHO FILHO

Entidade: ASSOCIACÃO DOS EX-ALUNOS DA FUNABEM

Endereço: RUA VINTE E QUATRO DE MAIO Nº 43 - ROCHA - R.J.

Vai chegar na véspera para dormir?

Sim [X] Não [ ]

Data: Dia 04 de julho de 1992, das 8h às 17h

Local: Centro de Formação
Rua Aimorés, 08 - Moquetá
Nova Iguaçu - RJ

Observações:

1. Pedimos que devolvam a ficha até o dia 26 de junho de 1992 para o seguinte endereço: Comissão de Justiça e Paz
   Rua Capitão Chaves, 60
   26.220 - Nova Iguaçu - RJ
2. Telefones para contato: 767-7677
   767-2987
3. A diária será assumida pelo Regional Leste 1

CEDIM

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Movimento Nacional dos Direitos Humanos
Regional Leste 1
Encontro do Estado do Rio de Janeiro

Ficha de Inscrição

Nome: Edízio Valentin

Entidade: Associação dos Ex. Alunos da Fumabem

Endereço: Rua Vinte e quatro de maio, Nº 43.
Rocha - R.J.

Vai chegar na véspera para dormir?

Sim [X] Não [ ]

Data: Dia 04 de julho de 1992, das 8h às 17h

Local: Centro de Formação
Rua Aimorés, 08 - Moquetá
Nova Iguaçu - RJ

Observações:

1. Pedimos que devolvam a ficha até o dia 26 de junho de 1992 para o seguinte endereço: Comissão de Justiça e Paz
   Rua Capitão Chaves, 60
   26.220 - Nova Iguaçu - RJ

2. Telefones para contato: 767-7677
   767-2987

3. A diária será assumida pelo Regional Leste 1

CEDIM

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Movimento Nacional dos Direitos Humanos
Regional Leste 1
Encontro do Estado do Rio de Janeiro

Ficha de Inscrição

Nome: Elias Avelino dos Santos

Entidade: Associação dos Ex. Alunos

Endereço: Rua Cinco de quatro de maio, Nº 43 - Pedra - RJ

Vai chegar na véspera para dormir?

Sim [X] Não [ ]

Data: Dia 04 de julho de 1992, das 8h às 17h

Local: Centro de Formação
Rua Aimorés, 08 - Moquetá
Nova Iguaçu - RJ

Observações:

1. Pedimos que devolvam a ficha até o dia 26 de junho de 1992 para o seguinte endereço: Comissão de Justiça e Paz
   Rua Capitão Chaves, 60
   26.220 - Nova Iguaçu - RJ
2. Telefones para contato: 767-7677
   767-2987
3. A diária será assumida pelo Regional Leste 1

CEDIM

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Movimento Nacional dos Direitos Humanos
Regional Leste 1
Encontro do Estado do Rio de Janeiro

Ficha de Inscrição

Nome: SILVINO JOSÉ S. MEDEIROS

Entidade: AJUP - INST. APOIO JURÍDICO POPULAR

Endereço: AV. BEIRA MAR, 216/401
20021. RIO DE JANEIRO

Vai chegar na véspera para dormir?

Sim [X] Não [ ]

Data: Dia 04 de julho de 1992, das 8h às 17h

Local: Centro de Formação
Rua Aimorés, 08 - Moquetá
Nova Iguaçu - RJ

Observações:

1. Pedimos que devolvam a ficha até o dia 26 de junho de 1992 para o seguinte endereço: Comissão de Justiça e Paz
   Rua Capitão Chaves, 60
   26.220 - Nova Iguaçu - RJ
2. Telefones para contato: 767-7677
   767-2987
3. A diária será assumida pelo Regional Leste 1

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Movimento Nacional dos Direitos Humanos
Regional Leste 1
Encontro do Estado do Rio de Janeiro

Ficha de Inscrição

Nome: ANA MARIA VICENTE SOARES.

Entidade: MOVIMENTO COMUNITÁRIO CONTRA VIOLÊNCIA

Endereço: Av. Cristiano Reis Marilles, 419 Vista Alegre.
27400- Barra Mansa - RJ.

Vai chegar na véspera para dormir?

Sim ☐ Não ☒

Data: Dia 04 de julho de 1992, das 8h às 17h

Local: Centro de Formação
Rua Aimorés, 08 - Moquetá
Nova Iguaçu - RJ

Observações:

1. Pedimos que devolvam a ficha até o dia 26 de junho de 1992 para o seguinte endereço: Comissão de Justiça e Paz
   Rua Capitão Chaves, 60
   26.220 - Nova Iguaçu - RJ
2. Telefones para contato: 767-7677
   767-2987
3. A diária será assumida pelo Regional Leste 1

CEDIM

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Movimento Nacional dos Direitos Humanos
Regional Leste 1
Encontro do Estado do Rio de Janeiro

Ficha de Inscrição

Nome: VILMA STEFANI

Entidade: Comissão Direitos Humanos de Volta Redonda - RJ

Endereço: R. Monteiro Lobato, 5 apto. 302

Vai chegar na véspera para dormir?

Sim ☐ Não ☒

Data: Dia 04 de julho de 1992, das 8h às 17h

Local: Centro de Formação
Rua Aimorés, 08 - Moquetá
Nova Iguaçu - RJ

Observações:

1. Pedimos que devolvam a ficha até o dia 26 de junho de 1992 para o seguinte endereço: Comissão de Justiça e Paz
   Rua Capitão Chaves, 60
   26.220 - Nova Iguaçu - RJ
2. Telefones para contato: 767-7677
   767-2987
3. A diária será assumida pelo Regional Leste 1

CEDIM

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Movimento Nacional dos Direitos Humanos
Regional Leste 1
Encontro do Estado do Rio de Janeiro

Ficha de Inscrição

Nome: Denise Nonato da Silva

Entidade: Comissão de Direitos Humanos - V.R

Endereço: Av. do Contorno - 3039 - Mangueira.
BMansa - R.J.

Vai chegar na véspera para dormir?

Sim ☐ Não ☒

Data: Dia 04 de julho de 1992, das 8h às 17h

Local: Centro de Formação
Rua Aimorés, 08 - Moquetá
Nova Iguaçu - RJ

Observações:

1. Pedimos que devolvam a ficha até o dia 26 de junho de 1992 para o seguinte endereço: Comissão de Justiça e Paz
   Rua Capitão Chaves, 60
   26.220 - Nova Iguaçu - RJ
2. Telefones para contato: 767-7677
   767-2987
3. A diária será assumida pelo Regional Leste 1

CEDIM

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Movimento Nacional dos Direitos Humanos
Regional Leste 1
Encontro do Estado do Rio de Janeiro

Ficha de Inscrição

Nome: Lúcia Muniz Telles

Entidade: Comissão Direitos Humanos - V.R.

Endereço: Monteiro Lobato, 05/302 - S. João
Volta Redonda - RJ.

Vai chegar na véspera para dormir?

Sim ☐ Não ☒

Data: Dia 04 de julho de 1992, das 8h às 17h

Local: Centro de Formação
Rua Aimorés, 08 - Moquetá
Nova Iguaçu - RJ

Observações:

1. Pedimos que devolvam a ficha até o dia 26 de junho de 1992 para o seguinte endereço: Comissão de Justiça e Paz
   Rua Capitão Chaves, 60
   26.220 - Nova Iguaçu - RJ
2. Telefones para contato: 767-7677
   767-2987
3. A diária será assumida pelo Regional Leste 1

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Movimento Nacional dos Direitos Humanos
Regional Leste 1
Encontro do Estado do Rio de Janeiro

Ficha de Inscrição

Nome: Suely Maria de Araújo Costa

Entidade: Comissão de Posseiros Urbanos

Endereço: Rua Germano Monteiro nº 51 Bairro Retiro Volta Redonda

Vai chegar na véspera para dormir?

Sim ☐ Não ☒

Data: Dia 04 de julho de 1992, das 8h às 17h

Local: Centro de Formação
Rua Aimorés, 08 - Moquetá
Nova Iguaçu - RJ

Observações:

1. Pedimos que devolvam a ficha até o dia 26 de junho de 1992 para o seguinte endereço: Comissão de Justiça e Paz
   Rua Capitão Chaves, 60
   26.220 - Nova Iguaçu - RJ
2. Telefones para contato: 767-7677
   767-2987
3. A diária será assumida pelo Regional Leste 1

CEDIM

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Movimento Nacional dos Direitos Humanos
Regional Leste 1
Encontro do Estado do Rio de Janeiro

Ficha de Inscrição

Nome: RAQUEL PIRES

Entidade: MOVIMENTO COMUNITÁRIO CONTRA A VIOLÊNCIA

Endereço: RUA CELIO MOREIRA - 445 - SÃO LUIZ
VOLTA REDONDA - RJ CEP. 27285-

Vai chegar na véspera para dormir?

Sim ☐ Não ☒

Data: Dia 04 de julho de 1992, das 8h às 17h

Local: Centro de Formação
Rua Aimorés, 08 - Moquetá
Nova Iguaçu - RJ

Observações:

1. Pedimos que devolvam a ficha até o dia 26 de junho de 1992 para o seguinte endereço: Comissão de Justiça e Paz
   Rua Capitão Chaves, 60
   26.220 - Nova Iguaçu - RJ
2. Telefones para contato: 767-7677
   767-2987
3. A diária será assumida pelo Regional Leste 1

CEDIM

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Movimento Nacional dos Direitos Humanos
Regional Leste 1
Encontro do Estado do Rio de Janeiro

Ficha de Inscrição

Nome: Martha Dale

Entidade: Mov. Comunitário contra a Violência

Endereço: Rua Monteiro Lobato 5/302 - São João.
27253- Volta Redonda - R.J.

Vai chegar na véspera para dormir?

Sim ☐ Não ☒

Data: Dia 04 de julho de 1992, das 8h às 17h

Local: Centro de Formação
Rua Aimorés, 08 - Moquetá
Nova Iguaçu - RJ

Observações:

1. Pedimos que devolvam a ficha até o dia 26 de junho de 1992 para o seguinte endereço: Comissão de Justiça e Paz
   Rua Capitão Chaves, 60
   26.220 - Nova Iguaçu - RJ
2. Telefones para contato: 767-7677
   767-2987
3. A diária será assumida pelo Regional Leste 1

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Movimento Nacional dos Direitos Humanos
Regional Leste 1
Encontro do Estado do Rio de Janeiro

Ficha de Inscrição

Nome: Marcirene Laisna Faria

Entidade: Mov Comunitário Contra Violência - V.R.

Endereço: Rua 12 nº 151 Dom Bôsco Volta Redonda

Vai chegar na véspera para dormir?

Sim ☐ Não ☒

Data: Dia 04 de julho de 1992, das 8h às 17h

Local: Centro de Formação
Rua Aimorés, 08 - Moquetá
Nova Iguaçu - RJ

Observações:

1. Pedimos que devolvam a ficha até o dia 26 de junho de 1992 para o seguinte endereço: Comissão de Justiça e Paz
   Rua Capitão Chaves, 60
   26.220 - Nova Iguaçu - RJ
2. Telefones para contato: 767-7677
   767-2987
3. A diária será assumida pelo Regional Leste 1

CEDIM

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Movimento Nacional dos Direitos Humanos
Regional Leste 1
Encontro do Estado do Rio de Janeiro

Ficha de Inscrição

Nome: Carla Lucina Lima

Entidade: Centro de Direitos Humanos João Cândido

Endereço: Rua Brigadeiro Lima e Silva nº 2000 apt 2

Vai chegar na véspera para dormir?

Sim ☐ Não ☒

Data: Dia 04 de julho de 1992, das 8h às 17h

Local: Centro de Formação
Rua Aimorés, 08 - Moquetá
Nova Iguaçu - RJ

Observações:

1. Pedimos que devolvam a ficha até o dia 26 de junho de 1992 para o seguinte endereço: Comissão de Justiça e Paz
   Rua Capitão Chaves, 60
   26.220 - Nova Iguaçu - RJ
2. Telefones para contato: 767-7677
   767-2987
3. A diária será assumida pelo Regional Leste 1

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Movimento Nacional dos Direitos Humanos
Regional Leste 1
Encontro do Estado do Rio de Janeiro

Ficha de Inscrição

Nome: _____

Entidade: _____

Endereço: _____

_____

Vai chegar na véspera para dormir?

Sim ☐ Não ☐

Data: Dia 04 de julho de 1992, das 8h às 17h

Local: Centro de Formação
Rua Aimorés, 08 - Moquetá
Nova Iguaçu - RJ

Observações:

1. Pedimos que devolvam a ficha até o dia 26 de junho de 1992 para o seguinte endereço: Comissão de Justiça e Paz
   Rua Capitão Chaves, 60
   26.220 - Nova Iguaçu - RJ
2. Telefones para contato: 767-7677
   767-2987
3. A diária será assumida pelo Regional Leste 1

CEDIM

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Movimento Nacional dos Direitos Humanos
Regional Leste 1
Encontro Regional
Dias 11, 12 e 13 de setembro de 1992
Local: Petrópolis

Ficha de Inscrição

Nome: Ira Maria Maciel

Entidade: UERJ

Endereço: Rua São Francisco Xavier, 524 Maracanã RJ.

Data: Dias 11, 12 e 13 de setembro de 1992

Local: Centro dos Direitos Humanos de Petrópolis
Rua Monsenhor Barcelar, 400
Petrópolis - RJ

Observações:

1. Pedimos que devolvam a ficha até o dia 31 de agosto de 1992 para o seguinte endereço: Comissão de Justiça e Paz
   Rua Capitão Chaves, 60
   26.221-010 - Nova Iguaçu - RJ
2. Telefones para contato: 767-7677
   767-2987
3. As diárias serão assumidas pelo Regional Leste 1
4. Os participantes devem levar de casa lençol, fronha e toalha

CEDIM

REGIONAIS DO MNDDH – Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos/Sede:74000-Goiânia-GO · R. 240,Lt19,Q93-S.Univ. (062)2256030.

1.Norte 1 – 69.900 · R.Branco · AC · C.P. 473 · Palácio do Bispo – (068)-2244555
2.Norte 2 – 66.000 · Belém · PA · R. Manoel Barta, 47 – (091)-2242385
3.Nordeste – 60.057 · Fortaleza · CE · R. Pedro Borges, 33-S/605 – (085)-2261953
4.Leste 1 – 26.000 · N. Iguaçu · RJ · R. Capitão Chaves – (021)-7677677
5.Leste 2 – 36.570 · Viçosa · MG · R. Arthur Bernardes, 51 – (031)-8911780
6.C Oeste – 74000 · Goiânia · GO · R. 240, Lt.19 Q.93–S.Univ. – (062)-2255030
7.Sul 1 – 02318 · S.Paulo · SP · Av. Antonello da Messina,772 – (011)-2042333
8.Sul 2 – 90.000 · P.Alegre · RS · R.Andrade Neves,100 · 8/1304–(0512)-219130

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Movimento Nacional dos Direitos Humanos
Regional Leste 1
Encontro Regional
Dias 11, 12 e 13 de setembro de 1992
Local: Petrópolis

Ficha de Inscrição

Nome: SALVINO JOSE S. MEDEIROS

Entidade: INSTITUTO APOIO JURIDICO POPULAR – AJUP

Endereço: AV. BEIRA MAR, 216 GRUPOS 401/701

Data: Dias 11, 12 e 13 de setembro de 1992

Local: Centro dos Direitos Humanos de Petrópolis
Rua Monsenhor Barcelar, 400
Petrópolis - RJ

Observações:

1. Pedimos que devolvam a ficha até o dia 31 de agosto de 1992 para o seguinte endereço: Comissão de Justiça e Paz
   Rua Capitão Chaves, 60
   26.221-010 - Nova Iguaçu - RJ
2. Telefones para contato: 767-7677
   767-2987
3. As diárias serão assumidas pelo Regional Leste 1
4. Os participantes devem levar de casa lençol, fronha e toalha

REGIONAIS DO MNDDH – Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos/Sede:74000-Goiânia-GO · R. 240,Lt19,Q93-S.Univ. (062)2255030.

1.Norte 1 – 69.900 · R.Branco · AC · C.P. 473 · Palácio do Bispo – (068)-2244555
2.Norte 2 – 66.000 · Belém · PA · R. Manoel Barta, 47 – (091)-2242385
3.Nordeste – 60.057 · Fortaleza · CE · R. Pedro Borges, 33-S/605 – (085)-2261953
4.Leste 1 – 26.000 · N. Iguaçu · RJ · R. Capitão Chaves – (021)-7677677
5.Leste 2 – 36.570 · Viçosa · MG · R. Arthur Bernardes, 51 – (031)-8911780
6.C.Oeste – 74000 · Goiânia · GO · R. 240, Lt.19 Q.93–S.Univ. – (062)-2255030
7.Sul 1 – 02318 · S.Paulo · SP · Av. Antonello de Messina,772 – (011)-2042333
8.Sul 2 – 90.000 · P.Alegre · RS · R.Andrade Neves,100 · 6/1304–(0512)-219130

Encontro do Regional Leste I do MNDDH

INSCRIÇÃO

NOME Vilma Stefani ~~e Ivo~~

ENDEREÇO Rua Monteiro Lobato, 5 ap. 302

CIDADE Volta Redonda - RJ TELEFONE (0243) 42-1253

NOME DENISE N. da SILVA

ENDEREÇO Santo Agostinho

CIDADE Volta Redonda - RJ TELEFONE

NOME

ENDEREÇO

CIDADE TELEFONE

As despesas de estadia (Cz$ 250,00), duzentos e cinquenta cruzados serão cobertas por você e seu grupo, ou numa impossibilidade serão assumidas pelo Regional Leste I do MNDDH. As despesas da viagem serão assumidas também pelo grupo e esporadicamente pelo Regional.

Nova Iguaçu, 07 de julho de 1987.

CEDIM

Encontro do Regional Leste I do MNDDH

I N S C R I Ç Ã O

NOME Antonio Alves Filho

ENDEREÇO R. Paulo de Frontin 376/B Prosperidade / Duque

CIDADE Duque de Caxias TELEFONE

NOME

ENDEREÇO

CIDADE TELEFONE

NOME

ENDEREÇO

CIDADE TELEFONE

As despesas de estadia (Cz$ 250,00), duzentos e cinquenta cruzados serão cobertas por você e seu grupo, ou numa impossibilidade serão assumidas pelo Regional Leste I do MNDDH. As despesas da viagem serão assumidas também pelo grupo e esporadicamente pelo Regional.

Nova Iguaçu, 07 de julho de 1987.

CEDIM

Encontro do Regional Leste I do MNDDH

INSCRIÇÃO

NOME Cícera Santos Guedes

ENDEREÇO Rua 04 - Qd. 6 - Lote 2 - Laranjeiras

CIDADE Serra TELEFONE 2280504

NOME Elzira Eler Luz

ENDEREÇO Rua Marte - 128 - Bairro Barro Branco -

CIDADE Serra TELEFONE 2280504

NOME

ENDEREÇO

CIDADE TELEFONE

As despesas de estadia (Cz$ 250,00), duzentos e cinquenta cruzados serão cobertas por você e seu grupo, ou numa impossibilidade serão assumidas pelo Regional Leste I do MNDDH. As despesas da viagem serão assumidas também pelo grupo e esporadicamente pelo Regional.

Nova Iguaçu, 07 de julho de 1987.

CEDIM

Direitos Humanos/Exp.

Comissão Diocesana de Justiça e Paz
Nova Iguaçu - RJ

FICHA DE INSCRIÇÃO

IV Encontro do Regional Leste 1 de Direitos Humanos/84
Data: 23,24 3 25 de novembro de 1984
Local: Centro de Formação de Líderes
Rua Aimorés, 08 - Moquetá
26000 - Nova Iguaçu - RJ - Tel. (021) 767-2370

INSTRUÇÕES ÚTEIS

1. As inscrições devem ser enviadas até o dia 16 de novembro para o seguinte endereço:
   Comissão Diocesana de Justiça e Paz
   Rua Capitão Chaves, 60
   26000 - Nova Iguaçu - RJ.- Tel. (021) 767-7677
2. Os participantes terão, somente, as despesas da passagem. ×
3. O jantar no dia da entrada será servido às 19,30h. Sim
4. A casa oferece roupa de cama e toalha.
5. Período do Encontro: início - dia 23 - sexta-feira: às 20,30h.
   término - dia 25 - domingo: às 16h.

---

01) Nome: _____
Grupo a que pertence: _____
Endereço: _____
_____

02) Nome: _____
Grupo a que pertence: _____
Endereço: _____
_____

03) Nome: _____
Grupo a que pertence: _____
Endereço: _____
_____

Nova Iguaçu, 28 de setembro de 1984.

Sada Barroud David - Presidente

CEDIM

II JORNADA NACIONAL DE LUTAS

II Jornada Nacional de Lutas



O Brasil tem hoje uma população economicamente ativa de 60 milhões de trabalhadores. Destes, 20 milhões têm carteira assinada, 10 milhões são trabalhadores rurais e 30 milhões são trabalhadores desempregados, sub-empregados ou estão na economia informal que cresce em grande escala. São os "descamisados e os pés descalços" na luta pela sobrevivência.

A população brasileira tem enfrentado sérias dificuldades para garantir seus direitos à saúde, moradia, educação, transporte, emprego, saneamento básico..., isto é conseqüência de uma política de desenvolvimento não voltada para os programas sociais, que implica um déficit habitacional de 16 milhões de moradias; na privatização da saúde; no ensino público sucateado; no extermínio de crianças e adolescentes; na esterilização de mulheres; não demarcação das terras indígenas; no êxodo rural e no desrespeito aos direitos humanos.

No ano de 1991, realizamos a I JORNADA NACIONAL DE LUTA PELA TERRA. Em todo o país a Pró-Central de Movimentos Populares, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, o Movimento da Defesa dos Favelados, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e a Central Única dos Trabalhadores, realizaram manifestações e atividades conjuntas, iniciando um rico processo de unificação de lutas pela REFORMA AGRÁRIA E REFORMA URBANA, articulando campo e cidade.

Dando continuidade a este processo, realizaremos este ano a II JORNADA NACIONAL DE LUTAS, entendendo a importância do avanço da unificação das lutas dos Movimentos Populares que buscam acúmulo de forças com o objetivo de contrapor este modelo econômico que exclue os trabalhadores do exercício de seus direitos.

A II JORNADA NACIONAL reafirma o momento histórico dos Movimentos Populares que a passos firmes buscam sua articulação, tornando a REFORMA URBANA, REFORMA AGRÁRIA e a CIDADANIA bandeiras de lutas cada vez mais fortes, presentes no cotidiano da população.

JORNADA NACIONAL DE LUTAS - CALENDÁRIO

Dia 20/07 - Segunda-feira

Eixo - CONTRA A DISCRIMINAÇÃO, O PRECONCEITO E A VIOLÊNCIA

BANDEIRAS

- questão racial - 500 anos
- extermínio de crianças e adolescentes
- valorização da mulher
- garantia da aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente
- democratização, transparência, participação popular nas instituiçoes da Polícia para garantir os Direitos Humanos.

Dia 21/07 - terça-feira

Eixo - AUTONOMIA E GARANTIA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS

BANDEIRAS

- respeito à diversidade étnica e cultural
- demarcação das terras indígenas
- fim da violência contra os índios
- retirada dos invasores das terras indígenas e reassentamento dos posseiros
- recursos para demarcação das terras e assistência.

Dia 22/07 - quarta-feira

Eixo - SAÚDE E PREVIDÊNCIA

BANDEIRAS

- reforma sanitária
- SUS - Sistema Único de Saúde público e gratuito, de boa qualidade sob o controle da população
- municipalização da saúde
- realização das conferências de saúde em todos os níveis
- práticas alternativas, em perspectiva de luta
- fiscalizar os órgãos de saúde nos níveis municipal, estadual e nacional
- saneamento básico
- saúde da mulher: postos municipais, prevenção e pré-natal
- reconhecimento da profissão da mulher trabalhadora rural
- aposentadoria para a mulher trabalhadora rural aos 55 anos
- aposentadoria ao homem trabalhador rural ao 60 anos

Dia 23 e 24/07 - quinta e sexta-feira

Eixo - TERRA PARA MORAR - TERRA PARA PLANTAR

BANDEIRAS

- urbanização das favelas
- transparência na administração do FGTS
- aprovação urgente da LDU
- prestação da casa própria conforme reajuste do salário mínimo
- aluguéis: reajuste semestral e contrato de cinco anos vinculado ao salário mínimo
- assentamento imediato de todas as famílias acampadas
- liberação do Procerra para todos assentamentos
- solução dos conflitos de terra
- regulamentação da lei da Reforma Agrária
- contra o modelo atual de construção de barragens
- crédito rural subsidiado para os pequenos agricultores
- salário digno
- fim da violência e impunidade



A cada dia que passa surgem novas clínicas particulares. A saúde, que deve ser pública e gratuita, está sendo sucateada.





A casa para morar torna-se um sonho quase impossível.

No Brasil existem milhões de meninos e meninas de rua, fruto do sistema que nos é imposto pelo FMI. A cada dia são assassinadas três crianças e o governo ainda diz que criança é prioridade. Porém, este país é impróprio para menores.





Quando o Brasil foi invadido em 1500, iniciou-se o período de saque das nossas riquezas. Os índios que vivem em harmonia com o meio ambiente são exterminados pelos latifundiários, que exploram a natureza, matando a vida. Dos 5 milhões de índios que habitavam a América do Sul, hoje sobraram apenas 200

A situação no campo não é diferente. Sem uma política agrícola séria, os agricultores perdem suas terras aos bancos e são obrigados a migrar para as cidades, pensando que vão encontrar uma vida melhor.





A mulher, além da dupla jornada, precisa lutar contra a discriminação contra o preconceito, e contra a esterilização em massa.
É preciso que façamos da luta da mulher uma

Desenhos: Nanci e Laerte
Produção: Comissão de Divulgação da
Pró Central de Movimentos Populares
Movimento Nac. de Luta Pela Moradia

Agora, nós sabemos que é possível construir uma vida e uma sociedade justas.



O ditado popular diz: "**A UNIÃO FAZ A FORÇA**", e é por isso que os movimentos em nível nacional se uniram para promover esta JORNADA DE LUTAS e **unificar** na mesma semana nossas reivindicações em todo o Brasil.

Neste sentido, fazemos a união do CAMPO com a CIDADE, em todos os recantos do país, brigando pelos nossos direitos, com os movimentos comprometidos com as nossas reivindicações.

Enquanto o governo sucateia a economia, se entrega ao FMI e envolve-se num mar de lama de corrupção, o Movimento Popular vai às ruas para mostrar sua indignação e apoiar a CPI até as últimas consqüências, exigindo punição dos culpados.

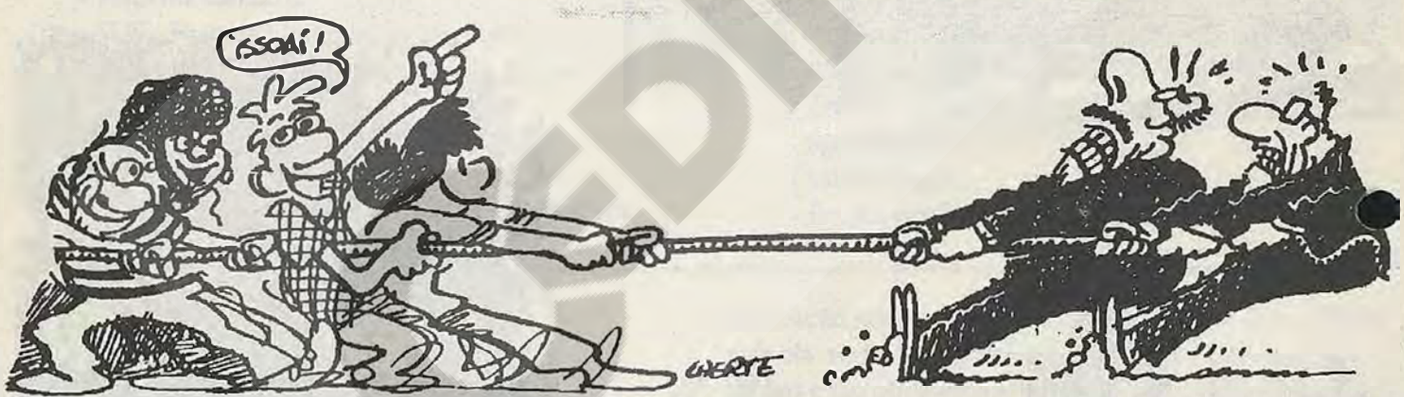


É preciso dar um basta a essa situação, e nós sabemos que a vida só muda com luta e organização.

Por isso, nessa JORNADA lutamos contra a VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE; CONTRA A DISCRIMINAÇÃO E O PRECONCEITO E A ESTERILIZAÇÃO EM MASSA DAS MULHERES.

E QUEREMOS TERRA PRÁ MORAR E TERRA PRÁ PLANTAR; SAÚDE MUNICIPALIZADA SOB O CONTROLE DA POPULAÇÃO; GARANTIA DA APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA.

REFORMA URBANA, REFORMA AGRÁRIA E CIDADANIA.



FORMAS DE LUTAS

Caminhadas, passeatas, debates, teatros de rua, amostras fotográficas nos bairros e no centro das cidades, entrega de reivindicações aos governos locais e estaduais, ocupação de secretarias, ocupações simbólicas e muitas faixas e cartazes denunciando a situação, entre outras formas de mobilização coerentes com

Pró CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES

MNLM - Movimento Nacional de Lutas pela Moradia
MOPS - Movimento Popular de Saúde
MNMMR - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MNDH - Movimento Nacional de Direitos Humanos
MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
Movimento Popular de Mulheres - MS
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
MBYA - Guarani
MDF - Movimento em Defesa dos Favelados
Fórum Nacional de Entidades Negras
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
CUT - Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
CPT - Comissão Pastoral da Terra

1 9 9 3

CEDIM

Programação

M.N.D.H MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Of.Sec.Exec.Nº 646 93

Brasília, 22 de novembro de 1993.

Do: Secretariado Nacional
Aos(As): Centros e Comissões

Assunto: 8º ENCONTRO NACIONAL MNDH

Prezados(as) Companheiros(as),

Conforme resolução do Conselho Nacional, os(as) delegados(as) dos Centros e Comissões integrantes do MNDH terão sua inscrição assegurada no 8º ENCONTRO NACIONAL após terem participado dos respectivos ENCONTROS PREPARATÓRIOS no âmbito dos Regionais. Neste sentido, as inscrições para o ENCONTRO NACIONAL serão feitas através das Secretarias Regionais, tendo por base a inscrição de 01(hum) delegado que participou do ENCONTRO PREPARATÓRIO REGIONAL.

Na perspectiva de uma maior inteiração do conteúdo e programação do 8º ENCONTRO em anexo seguem:

. Pauta do Encontro

. Roteiro 01 - Diagnóstico dos Centros, Comissões e Regional. Este diagnóstico deverá ser feito em princípio por cada entidade, depois enviado a Secretaria Executiva Regional que deverá redigir o diagnóstico do Regional. Portanto, é de fundamental importância que todos(as) contribuam.

. Roteiro 02 - Avaliação. Esta avaliação deverá ser construída nos ENCONTROS REGIONAIS, sendo que deverão ser sintetizadas em cartazes à partir da discussão Regional. Devendo ser enviadas ao Secretariado Nacional até o dia 20.12.93.

. As fichas definitivas de inscrição do 8º ENCONTRO deverão ser enviadas, através dos Regionais, à Comissão de Justiça e Paz de Salvador, Praça da Sé nº 01 - Centro - CEP 40042-210, Salvador/BA, até 15.12.93.

Objetivando uma maior integração dos(as) delegados(as), solicitamos que todos(as) levem para o coquetel de abertura do 8º ENCONTRO: Frutas, comidas e bebidas típicas; para a Feira de Exposição e Vendas de Artesanos, publicações etc.; para a montagem de uma história visual do Movimento, fotos das atividades locais, Regionais e Nacionais; não esqueçam dos instrumentos musicais.

.../

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF

M.N.D.H MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

.../

Cada Regional terá 10(dez) minutos para sua apresentação típica na Abertura do ENCONTRO. Não esqueçam de preparar.

Até breve!

ROQUE M. B. GRAZZIOTIN
Conselheiro Nacional

VALÉRIA GETÚLIO B. E SILVA
Secretária Executiva

CEDIM

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF

MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
VIII ENCONTRO E ASSEMBLÉIA NACIONAL
SALVADOR/BAHIA - 24 À 29 DE JANEIRO DE 1994
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS RUMO AO SÉCULO XXI

PROGRAMA

24.01.94 - Segunda-Feira

- Durante o dia: . chegada das delegações ao Centro de Treinamento de líderes (CTL), em Itapoã,
- Colocação nas paredes dos cartazes e painéis produzidos no Regional com diagnóstico feito;
- Organização das equipes de trabalho e grupos de estudo;
- Conhecimento do ambiente do Encontro.
- 20horas: solenidade de abertura do VIII ENCONTRO E ASSEMBLÉIA NACIONAL: XICO DE ASSIS
  Programa do Encontro, apresentação das delegações de cada Regional (10min.), através do que lhe é típico, e coquetel com aquilo que cada um levou para partilhar com os companheiros de todo o Brasil.

25.01.94 - Terça-Feira

06h30m - exercício de harmonização com a natureza
07h30m - café
08h30m - dinâmica grupal
- informações gerais sobre o trabalho do Encontro
09horas- trabalho em pequenos grupos: com participantes dos 08 Regionais para elaboração do diagnóstico dos DH no Brasil, através das ações dos CDHs e Regionais, bem como as perspectivas, o roteiro nº 01 do diagnóstico está em folha anexa.
10h30m - intervalo
11horas- produção de uma síntese dos trabalhos de grupos elaborada pelos relatores
- elaboração de uma síntese, com expressão corporal, pelos demais participantes
12h30m - almoço
14horas- dinâmica grupal
- plenária: com apresentação das sínteses produzidas
15h15m - intervalo
15h45m - painel: ANÁLISE DA CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL E OS DIREITOS HUMANOS
Assessoria: Dep.Fed. Jacques Vagner
Sr. Milton Santos (Sec. Finanças de Salvador)
17horas- debate com os painelistas
19horas- jantar
20horas- lazer: show musical

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF

M N D H MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

26.01.94 - Quarta-Feira

06h30m - exercício de harmonização com a natureza
07h30m - café
08h30m - dinâmica grupal e avaliação do dia anterior
09horas- painéis simultâneos
- painel 01: O NOVO ORDENAMENTO CONSTITUCIONAL E JURÍDICO DO BRASIL NA VISÃO DOS DIREITOS HUMANOS
painelistas: . Dr. Hélio Bicudo
. Repres. da Procuradoria Geral da República
coordenação: . Eduardo Loureiro
- painel 02: CONVENÇÕES, TRATADOS E ACORDOS INTERNACIONAIS DO BRASIL NA ÁREA DOS DIREITOS HUMANOS
painelista: . Dr. Antônio Cançado Trindade
Coordenação: . Firmino Fecchio
10h30m - intervalo
11horas- debates
12h30m - almoço
14h30m - dinâmica grupal
15horas- painel: DIREITOS HUMANOS NO BRASIL, ALGUNS ELEMENTOS HISTÓRICOS, CONJUNTURAIS E PERSPECTIVAS
painelistas: . Marisa Formolo/Roque Grazziotin
. Pedro Wilson Guimarães
. José Queiroz
Coordenação: . Ruscelino Araújo Barboza
16h30m - intervalo
17horas- trabalho em pequenos grupos (os do dia anterior), considerando: - as prioridades históricas (carta de princípios, bandeiras de luta, decisões da última assembléia)
- os desafios conjunturais específicos ao MNDH, a partir do diagnóstico nacional e internacional
- as tendências conjunturais e estruturais
RESPONDER:
CARACTERIZAR A IDENTIDADE QUE O MNDH DEVE ASSUMIR A PARTIR DE 1994
18h30m - síntese dos relatórios das conclusões dos grupos
19horas- jantar
20horas- plenária
coordenação: Secretariado Nacional
21horas- lazer: show artístico

27.01.94 - Quinta-Feira

06h30m - exercício de harmonização com a natureza
07h30m - café
08h30m - dinâmica grupal e avaliação do dia anterior
09horas- oficinas e painéis - atividades paralelas
(conforme inscrição prévia no dia 24.01.94)

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF



OFICINA 01 - EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS
Participantes: 02 pessoas por regional
Assessoria: Roque, Marisa, Alcino
Coordenação: Socorro

OFICINA 02 - RACISMO, VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS
Participantes: 02 pessoas por regional
Assessoria: Luiz Alberto
Coordenação: Kátia

OFICINA 03 - CRIANÇA, ADOLESCENTE E DIREITOS HUMANOS
Participantes: 02 pessoas por regional
Assessoria: Augustino e César Lacerda
Coordenação: Adeíde

OFICINA 04 - A QUESTÃO DE GÊNERO E DIREITOS HUMANOS
Participantes: 02 pessoas por regional
Assessoria: União de Mulheres SP e Cleyde
Coordenação: Isabel

PAINEL 01 - BIOÉTICA E DIREITOS HUMANOS
Participantes: 03 pessoas por regional
Assessoria: Dra. Eliane Azevedo e Roberto Aguiar
Coordenação: Carlinhos

PAINEL 02 - MONITORAÇÃO DO DESEMPENHO DO ESTADO NA ÁREA DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
Participantes: 03 pessoas por regional
Assessoria: GAJOP, CENTRO SANTO DIAS, NEV
Coordenação: Ana

PAINEL 03 - TERRA E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DA LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS
Participantes: 03 pessoas por regional
Assessoria: CPT, MST, MNLM
Coordenação: Dimas Neves

OBSERVAÇÃO: A memória de cada atividade deverá ser feita por dois relatores de cada grupo e a síntese será produzida pelos relatores e coordenação, com o apoio das assessorias. O texto da síntese dos mesmos será entregue a todos os participantes, assim que estiver concluída.

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF



12h30m - almoço
14horas- passeio pelos lugares históricos de Salvador
18h30m - jantar
20horas- entrega Prêmio Nacional de Direitos Humanos
. Coordenadoria Ecumênica de Serviços - CESE
. Dr. Hélio Bicudo
Local: Auditório da Reitoria da UFB
Coordenação: Conselho Nacional, Pedro Wilson
Secretariado Nacional, Valéria Brito

28.01.94 - Sexta-Feira

06h30m - Exercício de harmonização com a natureza
07h30m - café
08h30m - dinâmica grupal e avaliação do dia anterior
09horas- avaliação do MNDH: apresentação da avaliação do CN/SN e Regionais (Conforme roteiro - proposta), plenária
10h30m - intervalo
11horas- trabalhos de grupo (15 grupos)
- síntese da avaliação
12h30m - almoço
14h30m - análise das propostas de geopolítica, estrutura, funcionamento, eixo e prioridade para o MNDH, com vistas ao novo milênio
- continuidade dos trabalhos de grupo
16h30m - intervalo
17horas- síntese das propostas produzidas nos 15 grupos (produzir 5 sínteses)
19horas- jantar
20horas- plenária das avaliações e propostas para o MNDH com vistas a conjuntura e ao novo milênio

29.01.94 - Sábado

06h30m - Exercício de harmonização com a natureza
07h30m - café
08h30m - celebração ecumênica dos novos sinais de mudança que surgem no cotidiano dos militantes e do MNDH
(CELEBRAÇÃO DA PRÁTICA/POLÍTICA)
09h15m - dinâmica de integração e avaliação do dia anterior
09h30m - continuidade da plenária das avaliações e propostas para o MNDH
12horas- intervalo
12h30m - almoço
14horas- eleição das instâncias diretivas do MNDH
. aprovação das moções
. avaliação do Encontro
16horas- encerramento

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF



REGIONAL:
ENTIDADE:
ENDEREÇO:

ROTEIRO PARA DIAGNÓSTICO (Nº 01)

01 - Situação do CDH: Atividades que mais tem se envolvido

1.1. _____
1.2. _____
1.3. _____

02 - Equipe: Nº Componentes _____ Liberados _____

03 - A entidade esteve organizada:
Por comissões? Sim ___ Não ___
Quais: _____
_____

04 - Citar 03(três) ações que tiveram sucesso na promoção dos DH

_____
_____
_____

05 - Citar 03(três) dos maiores desafios para o CDH levar em frente o seu trabalho:

_____
_____
_____

06 - Quais as perspectivas para o CDH e para o MNDH

_____
_____
_____
_____
_____

Observação: As Entidades devem enviar este diagnóstico para a Secretaria Regional para que ela produza um diagnóstico único do Regional que deverá ser apresentado no VIII Encontro através de cartaz. Este cartaz deverá ser afixado na plenária e os participantes de cada Regional deverão ter cópia do mesmo em uma folha datilografada para os Trab.Grupo.

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF

CEDIM



REGIONAL:
ENTIDADE:
ENDEREÇO:

ROTEIRO PARA DIAGNÓSTICO (Nº 02)

01 - Atuação do MNDH

. em nível local
. em nível micro-regional
. em nível estadual
. em nível regional
. em nível nacional
. em nível internacional

Parâmetros: concretização ou não de seus objetivos (cf. carta de princípios e resoluções dos encontros nacionais)

02 - Estruturas organizativas do MNDH

. em nível local
. em nível micro-regional
. em nível estadual
. em nível regional
. em nível nacional

Parâmetros: coerência ou não entre as estruturas organizativas do Movimento e seus objetivos e metas a curto, médio e longo prazos

03 - Proposta e perspectivas do Movimento

. em nível local
. em nível micro-regional
. em nível estadual
. em nível regional
. em nível nacional
. em nível internacional

Parâmetros: aferir as propostas em termos de exequibilidade, eficiência, eficácia, participação dos segmentos envolvidos, corresponsabilidade e qualidade política

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF

Programação

ENCONTRO REGIONAL LESTE I/MNDH--ES/RJ

Estaremos realizando nos dias 10,11 e 12 de setembro de 1993, um Seminario Estadual e o Encontro Regional de Direitos Humanos, no Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra/ES.

Proposta de pauta:

10.09 - Sexta-feira: Seminário Estadual - 19:00 hs

Violência e o Papel da Polícia (Salvino - AJUP/RJ)

Comunicação e D.Humanos - (Dermi Azevedo -MNDH/SP)

22:00 hs - Encerramento

11.09 - Sábado Encontro Regional

08:00 hs- Análise de Conjuntura

- Trabalhos de grupo
- Debate/Plenária

14:00 hs - Informes do Nacional - Sugestões p/Encontro Nacional

16:00 hs - Avaliação do Regional e Estadual

20:60 hs - Encerramento

12.09 - Domingo Encontro Regional

08:00 hs - Planejamento

- Trabalho em grupo
- Eleição de Conselheiros (Secretaria Executiva)

14:00 hs - Encerramento

Pedimos confirmação por telefone - 027. 228 2908.

Ao chegar em Vitória, pegar ônibus até o terminal de Carapina e telefonar para que alguém vá busca-los. Abraços fraternos

I N F O R M A T I V O S

- *BOLETINS*
- *EDITORIAIS*
- *FOTOGRAFIAS*

B O L E T I N S

1990

CEDIM

IV ENCONTRO

CEDIM

Dubnidvos

TEXTO 02

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL

AS CONQUISTAS A SEREM MANTIDAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NÃO!AO RETROCESSO REPRESSOR

Considerando a proximidade da anunciada revisão constitucional, o Fórum DCA recomenda:

Os artigos 227 e 228 são intocáveis.

A discussão em torno do rebaixamento da maioridade penal está posta na cena nacional.

As forças conservadoras da sociedade e a imprensa sensacionalista batem-se insistemente por tal alteração, apresentando-a como a solução para o problema da violência urbana. A tese vem ganhando apoio em amplos segmentos da sociedade, em decorrência sobretudo do sentimento de insegurança da população, ante à ineficácia dos poderes públicos, no combate satisfatório à criminalidade.

As distorções sobre tal questão são gigantescas e precisam ser corrigidas, se quisermos ter sucesso em nossa luta pela manutenção da maioridade penal nos 18 anos.

A primeira grande distorção consiste em pensar que os atos infracionais praticados por adolescentes representam parcela significativa dos crimes ocorridos no país.

Segundo levantamento realizados em vários estados do Brasil, os crimes praticados por maiores de 18 anos representam cerca de 90% do total. Assim, os adolescentes, estariam praticando apenas 10% das infrações. Obviamente, pois, o problema da segurança pública e sua solução não se resume, nem pode ser centrado, em torno das particularidades de fração tão pequena deles, ou seja, aquelas praticadas por adolescentes.

O segundo grande ponto que precisamos ter em mente é que essas forças conservadoras insistem em confundir inimputabilidade penal dos maiores de 18 anos com "impunidade", ou total irresponsabilidade.

É mentirosa a visão de que os adolesentes autores de infrações penais não respondem pelo ato que praticam. Respondem, sim,e o fazem as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, sendo submetido a julgamento, dentro do devido processo legal.

No Estatuto, para o jovem autor de infração penal, estão previstas medidas, chamadas sócio-educativas, que vão desde a advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, até a internação, que é a medida de privação de liberdade. A medida de internação, considerando apenas o aspecto da priva'cão de liberdade, é idêntica às penas criminais.

A grande distinção entre as penas criminais e a internação prevista no ECA é que a pena é, perante a lei, basicamente um "castigo" que se aplica ao adulto que cometeu crime. Ao contrário, a internação prevista no ECA tem um caráter sócio-educativo, ou seja, visa prioritariamente a reiserção, do ponto-de-vista do trabalho, da educação e da cultura, do jovem autor de infração penal na sociedade. E o ECA buscou esse posicionamento ético ante a constatação de que o adolesente, como pessoa que ainda vive o processo de amadurecimento físico, psicológico e emocional, merece, além de uma simples censura e castigo da sociedade, a oportunidade de, através das medidas pedagógicas, mudar seu comportamento.

As experiências decorrentes dos quases três anos de vigência do ECA indicam o êxito e a eficácia das medidas sócio-educativas como aptas ao enfretamento da questão do adolescente envolvido em ações delituosas, quando adequadamente aplicadas.

A Constituição Federal ao prever a possibilidade de privação de liberdade ao adolescente infrator - rompendo com a hipocrisia do anterior sistema - extirpou o equívoco daqueles que não distinguem inimpuntabilidade de impunidade. A inimputabilidade apenas afasta o menor de 18 anos do Procedimento Criminal e seu sancionamento pela Lei Penal, porém o jovem não se faz irresponsável. Na esteira da Constituição Federal o ECA impõe a responsabilização do infrator, sujeitando-o à privação de liberdade.

O período de internamento, no módulo máximo de três anos considerada a condição de pessoa em desenvolvimento do adolescente e o próprio período de metamorfose que caracteriza esta fase, faz-se apto - se adequadamente executado - a reiserção do jovem à sociedade. Num paralelo com o sistema aplicável ao adulto - que cumpre pena no falido sistema penitenciário, hoje resumido a um castigo - o período de três anos de internamento se faz equivalente a uma pena de 9 anos de reclusão(que é uma pena séria, cominada a crimes de muita gravidade). Por exemplo: se um adulto praticou um roubo a mão armada, a pena que vai receber, como regra, deverá se situar ao redor de 5 anos e 4 meses de reclusão, observados os critérios do Código Penal. Desta pena vai cumprir preso apenas 1/3 dela, ou seja, mais ou menos de 2 anos, dada a sistemática da Lei de Execução Penal. Estes dois anos são em Presídios ou em celas delegacias sem o mínimo de condições de um adequado acompanhamento pedagógico, terapêutico e psicoterápico, na campanhia de outros piores adultos, com um histórico de vida de uma criminalidade.

Já pelo ECA, se um adolescente praticar o mesmo fato, sujeita-se a uma internação, em medida sócio-educativa, cumprida entre iguais, de até três anos.

A questão não é de reduzir a idade de responsabilidade penal, mas de cumprimento em todo o país das medidas que o ECA prevê. Na maioria das regiões do País esta prioridade do Estado Brasileiro não vem sendo cumprida pelos Poderes Constituídos, levando a população à perplexidade. Onde existem experiências adequadas em execução, como no RS, o índice de reicidência entre adolescente e a própria criminalidade neste segmento, vem reduzido.

Neste contexto se faz falaciano dizer que a capacidade de eleitoral facultativa decorrente do voto aos 16 anos não compreende a idêntica responsabilização do jovem pela lei. As medidas sócio-educativas do ECA seja nas hipóteses de crime eleitoral ou outros, não são raras vezes revertem-se de um caráter de maior rigor do que o próprio sistema que atinge o adulto, fazendo-se aptas a uma adequada resposta.

No caso de acidente de trânsito, outro exemplo oportuno - sem adentrar no mérito da postulação das elites que querem a concessão da Carteira Nacional de Habilitação-CNH aos 16 anos - há que se ter em mente que no sistema do ECA, a responsabilização do adolescente que causa um acidente grave o sujeito às medidas sócio-educativas que correspondem até mesmo a sua colocação em uma casa em semi-liberdade, ao pouco que o adulto que pratica o mesmo fato se sujeita na grande maioria dos casos, uma simples multa ou a "sursis"(suspensão condicional da pena), sem maiores interferências em sua liberdade.

Outro grande equívoco nesta questão da redução da idade é entender que ela se resume a discussão de se o jovem sabe ou não que o que ele faz é errado quando pratica uma infração penal. Pensando-se assim poderíamos chegar ao absurdo de dizer que uma criança de sete anos deve receber uma pena criminal - em um presídio- porque ele sabe que matar alguém é errado ou porque sabe que furtar o lápis do amiguinho na escola também é.O problema não se resume no aspecto do discernimento. O enfoque correto do tema é buscar o que é mais adequado e eficaz à reinserção do adolescente infrator na comunidade, considerando a sua condição de pessoa humana em desenvolvimento, dentro da realidade político-econômico da Nação, da própria falência do sistema penitenciário, pelo que a fixação da idade em 18 anos vem se revelando em adequada solução de política criminal. O que falta é a efetiva implementação das medidas sócio-educativas previstas no Estatuto.

Quanto ao art. 227 e seus parágrafos e incisos sua intocabilidade decorre da circunstância de elencarem direitos e garantias individuais, que, a exemplo daquelas incrustadas no art. 5o. da Constituição Federal, são tidas como "cláusulas pétreas" da Constituição, decorrência do explicitado no art.60, parágrafo 4o. IV, da Carta.

Demais, os princípios que comtempla, são a própria ressão da normativa internacional estabelecida pela Convenção dos Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil, e, portanto, direitos e garantias incluídas no sistema nacional por força da expressa disposição do art. 5o., parágrafo da Constituição Federal.

O art. 227, em harmonia com o art. 204, consagra o princípio da democracia participativa - elemento essencial do processo democrático que resultou no modelo constituinte adotado. É portanto uma cláusula "PÁTRIA", em consonância ao princípio fundamental constante no art. 1o. da Constituição, em seu parágrafo único: Todo poder emana do povo, que o exerçe por meio de representante eleitos ou indiretamente.

CEDIM

PROPOSTA PARA O DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO

A Comissão Executiva do Regional Nordeste, responsável pela organização do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, reunida em Olinda nos dias 21 e 22 de outubro corrente, no Centro Luiz Freire, concluiu pela remessa do texto em anexo na condição de subsídio para reflexão inicial sobre o tema "Constituinte e Direitos Humanos", por parte das entidades que participam da nossa caminhada.

A elaboração do referido texto esteve sob a responsabilidade do GAJOP e contou com a inestimável colaboração de profissionais liberais identificados com as causas populares, pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Centro Teotônio Vilela, Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife e CNBB Nordeste II.

A Comissão acredita que este tema será objeto de importantes discussões entre os participantes do Encontro Nacional com vistas à elaboração de um documento, a ser aprovado em Assembléia, que reflita as preocupações do movimento quanto ao tratamento a ser dado às questões "terra", "trabalho" e "violência" pelos futuros constituintes brasileiros. O texto que estamos enviando é bastante amplo, mas gostaríamos de lembrar que, no transcorrer do Encontro, suas contribuições devem versar especialmente sobre os temas acima relacionados e a Constituinte.

Visando favorecer o trabalho de vocês, organizamos o texto de modo a destacar os principais temas relativos aos Direitos Humanos, inclusive aqueles ligados aos três temas principais. Julgamos que, apesar de o tema interessar ao conjunto da sociedade, devemos privilegiar o enfoque que concebe os Direitos Humanos como direitos dos empobrecidos, dos explorados, das classes dominadas. Admitir esse enfoque significa redimensionar o problema em toda sua extensão, proporcionando inclusive o surgimento de novos direitos em defesa dos setores mais desfavorecidos da sociedade.

A Comissão entendeu ser possível a elaboração e aprovação no IV Encontro Nacional de um documento de firmes convicções sobre os temas. O documento teria uma linguagem acessível, devendo conter, no entanto, os pontos essenciais a serem apresentados e cobrados aos Constituintes pelo conjunto dos integrantes do MNDHs.

O programa do IV Encontro será posteriormente divulgado, mas, desde já, podemos adiantar que a discussão sobre "Constituinte e Direitos Humanos", com enfoque especial sobre a questão da terra, trabalho e violência, constará da última etapa das discussões. Diferentemente do procedimento a ser adotado com relação aos documentos "Carta de Princípios" e "Estatutos", cujas sugestões deverão ser remetidas à Secretaria do Encontro (GAJOP), os CDDHs deverão levar sugestões a respeito da "Constituição e Direitos Humanos" diretamente para o IV Encontro.

Desde já nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

A SECRETARIA DO IV ENCONTRO NACIONAL
DE DIREITOS HUMANOS

CEDIM

DIREITOS A VIDA

1o. PRINCIPIOS GERAIS RELATIVOS AOS DIREITOS DO HOMEM

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

É importantíssimo que uma Constituição contenha alguns princípios básicos norteadores das demais disposições constitucionais sobre Direitos Humanos. São princípios de cunho mais geral, podendo ser mais concretos ou tendendo a apresentar-se como abstratos. Quanto a esse ponto nossas sugestões baseiam-se em alguns pactos e Tratados Internacionais de Direitos Humanos, porém acrescentamos várias contribuições originais que,em nosso entender, enriquecem o texto.

PROPOSTA

9 - Todos tem direito à vida, à integridade física e moral e ao livre desenvolvimento de sua personalidade. Respeitá-la e protegê-la é obrigação do Estado e de todos os indivíduos.

10 - Respeitadas as disposições constitucionais sobre a matéria, é reconhecida a validade dos tratados e convenções de Direitos Humanos firmados em organizações das quais o Brasil faça parte, independentemente de ratificação expressa dos mesmos.

11 - Todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias e de repelir pela força qualquer agressão, inclusive quando proveniente de autoridade pública.

12 - Outra disposição contra o arbítrio é aquela que estabelece que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

13 - A dignidade humana é inviolável e a ela são inerentes os seguintes direitos: habitação, trabalho, alimentação, saúde, educação e transporte.

14 - Sugerimos também estabelecer a responsabilidade civil do Estado e demais entidades públicas de forma solidária com seus agentes por ações e omissões praticadas no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, que resultem em violação de direitos, liberdades e garantias ou prejuízos para outrem.

15 - No item anterior determinamos a responsabilidade civil por desrespeito aos direitos humanos. Neste, sugerimos considerar penalmente responsáveis os agentes do Estado que venham a cometer violações de Direitos Humanos no exercício de suas funções ou a

pretexto de exercê-las.

JUSTIFICATIVA

A nossa proposta engloba os princípios relativos aos Direitos Humanos de caráter mais geral mas nem por isso menos importante em um trabalho nesse nível. A vida talvez seja o mais importante dentre todos os Direitos do Homem. Particularmente para o homem mais pobre, a luta pela vida assume uma dimensão de grande importância . Todos os demais Direitos do Homem existem em decorrência desse bem tão valioso. Para que o homem possa viver plenamente, alguns direitos tem que ser resguardados, dentre eles, a integridade física e moral e o livre desenvolvimento da personalidade do indivíduo.

Almejamos também dar uma maior ênfase as conquistas internacionais em favor dos Direitos Humanos. Por esse motivo, procuramos na proposta de No. 10 conferir mais força aos Tratados e Convenções Internacionais firmados para protegê-los.

O Direito de resistência previsto expressamente apenas em algumas constituições, deve ser incorporado ao texto de nossa Carta Magna de forma explícita o suficiente para servir efetivamente aos oprimidos.

A lei deve ser um dos parâmetros, e não apenas o único nem o mais importante, da ação humana. Ninguém deve ser constrangido pela força de quem quer que seja a fazer algo além daquilo que a norma determina.

A proteção da vida implica também na previsão de certos direitos que a assegure. Para uma vida digna e feliz devem ser garantidos expressamente os Direitos enumerados de forma não taxativa no item 13.

Uma garantia imaginada para a proteção dos Direitos Humanos previstos em nossa proposta foi a previsão em termos constitucionais da responsabilidade civil do Estado, das entidades públicas e de seus agentes por quaisquer violação a esses direitos. Do mesmo sentido a nossa previsão de responsabilidade penal para os agentes do Estado que desrespeitarem e violarem os Direitos Humanos.

2o. A IGUALDADE

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

Esse capítulo surgiu em inúmeras constituições em decorrência do princípio da isonomia. Visa evitar o estabelecimento de privilégio de qualquer natureza.. Assegurar a igualdade significa garantir às pessoas que se encontrem numa mesma situação os mesmos direitos e deveres.

PROPOSTA

16 - Todos os homens são iguais perante a lei. Uma lei não pode ser criada visando discriminar alguém, no mesmo sentido,uma lei não pode ser aplicada discriminatoriamente. É evidente que a desigualdade,seja econômica ou social,implica em tratamento desigual.

17 - Ninguém poderá ser prejudicado ou favorecido por causa de seu sexo, descendência, idade, raça, idioma, origem social, instrução, situação econômica, crenças, preferência sexual ou convicções políticas, morais ou religiosas.

18 - A discriminação será punida por lei penal sem embargo de apuração da responsabilidade civil.

JUSTIFICATIVA

O princípio da igualdade acolhido por nós e transformado na proposta em tela, firma-se na necessidade de tratarmos igualmente aqueles que encontram-se em posição de igualdade, e diferentemente aqueles que são desiguais. Pessoas diferentes umas das outras devido à condição social inferior, educação e nível de formação, etc., devem, possuir certos direitos que lhes são próprios e decorrem da peculiaridade de sua situação. Trata-se enfim de superar a igualdade formal em prol de uma igualdade substantiva que valorize as dessemelhanças humanas na criação e na aplicação do direito.

No item 17 ampliamos as hipóteses de discriminação, procurando abranger todas as suas espécies, prevendo ainda penalidade para aqueles que violarem o dispositivo constitucional que procura evitá-la.

3o. A VIDA E A INTEGRIDADE FISICA

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

Em um País frequentemente atormentado pela escalada da violência, inclusive violência policial, faz-se necessário adotar na Constituição certas medidas que possam impedir a agudização do sofrimento dos setores pobres da população, justamente aqueles que mais sofrem com a violência em todos os níveis, inclusive aquela patrocinada pelo aparelho repressivo do Estado.

PROPOSTA

19 - Não haverá pena de morte, prisão perpétua nem banimento.

20 - Ninguém poderá ser submetido a tortura, maus tratos ou penas cruéis, degradantes ou desumanas.

JUSTIFICATIVA

Voltamos a abordar, desta feita de forma mais estrita o problema da vida e da integridade física.

No item 19 resolvemos propor a inclusão da proibição da pena de morte, prisão perpétua e banimento por compreender-mos que tais penas são absolutamente contrárias e irreconciliáveis com os Direitos do Homem, particularmente com o direito à vida. Se a proposta for aceita significará, em termos práticos, uma maior dificuldade para aqueles que desejam o recrudescimento da repressão contra o homem. No mesmo sentido segue a nossa proposta de No. 20.

4o. A LIBERDADE PESSOAL

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

As sugestões abaixo listadas decorrem da necessidade de proteger a dignidade humana contra quem quiser privá-lo de sua liberdade. A liberdade é inerente ao homem e ninguém pode cerceá-la impunemente.

PROPOSTA

21 - Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança. Ninguém pode ser privado de sua liberdade, salvo em virtude da lei.

22 - Ninguém poderá ser submetido a escravidão, a formas análogas de servidão, situações degradantes ou exploração do trabalho.

23 - Ninguém poderá ser constrangido a executar trabalhos forçados. Porém, não devemos considerar trabalhos forçados aqueles decorrentes da relação de emprego, da condição de cidadão ou impostos em caso de perigo ou calamidade que ameaça a vida ou o bem-estar da comunidade.

JUSTIFICATIVA

No primeiro item deve ficar claro que a única limitação da liberdade no indivíduo decorre da lei. Por exemplo: Se alguém é preso

sem fundamento legal sofreu uma lesão em sua liberdade, porém o homicida que cumpre pena na penitenciária está privado de sua liberdade não em virtude do arbítrio das autoridades mas em função da lei que pune o homicídio.

O segundo item está voltado para a defesa do trabalhador que, muitas vezes, a exemplo do que ocorre com certa frequência em certas regiões do Brasil, é praticamente escravizado pelo patrão.

Finalmente, o último item proíbe os trabalhos forçados, mas esclarece alguns casos que não devem ser considerados como tal. O primeiro é decorrente da relação de emprego. Se alguém trabalha como Pedreiro na Construção Civil, o trabalho específico que desempenha é normal e provém de sua condição de empregado. O segundo caso contempla os deveres do cidadão. Se o cidadão é convocado para trabalhar como mesário nas eleições, esse não é um trabalho forçado, posto que decorre da condição de cidadão. Por fim, o terceiro caso se justifica com base na solidariedade social que deve existir nas catástrofes que ameacem a comunidade.

5o. A PROTEÇÃO JUDICIAL

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

Na defesa da liberdade a atuação judicial é insubstituível. Assim como os homens valem-se de seus direitos políticos para resguardar a liberdade, também o direito à proteção judicial deve ser invocado com essa finalidade.

PROPOSTA

24 - Todos têm direito à proteção judicial. A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual ou coletivo.

25 - Ninguém será preso a não ser em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade judicial competente.

26 - A prisão em flagrante de qualquer pessoa será comunicada imediatamente ao Juiz competente que a relaxará se não for legal.

27 - O Estado deverá oferecer assistência judiciária à população carente de recursos financeiros, bem como a todos aqueles que dela necessitarem em circunstâncias especiais.

28 - A lei não prejudicará o Direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

JUSTIFICATIVA

Na verdade a proteção judicial em todos os níveis constitui uma garantia a mais na proteção e no resguardo de direitos. A obrigação de julgar, a previsão legal dos casos em que pode se dar a prisão, a Assistência Judiciária e irretroatividade da lei contra direitos, são propostas indispensáveis a qualquer Constituição de um Estado que pretenda ser democrático.

6o. DIREITO A SAÚDE E AO BEM-ESTAR SOCIAL

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

A saúde e o bem-estar são fundamentais para uma vida digna. Os compromissos que uma Constituição deve conter passam obrigatoriamente pelo estabelecimento de Direito dos Trabalhadores à saúde e ao bem-estar.

Mede-se o desenvolvimento de uma sociedade também pelos índices relativos à saúde da população e dados referentes ao auxílios social do Estado. O Estado liberal clássico, supostamente neutro e ausente no campo social, evita o envolvimento com as questões de bem-estar social dos trabalhadores. A doutrina política liberal, hoje completamente ultrapassada na sua forma estrita, foi superada completamente pelo esforço e desenvolvimento da luta do proletariado.

PROPOSTA

Í - O Direito ao bem-estar social é extensivo a todos. O Estado, visando garantir o bem-estar social e saúde, deve tomar as seguintes providências:

I - Fornecer assistência sanitária, hospitalar e médica-preventiva;

II - Criar e manter colônias de férias e clínicas de repouso, recuperação e convalescença;

III- Garantir os seguintes benefícios previdenciários mediante contribuição da União, empregador e empregado:

a) auxílio-doença;
b) auxílio-velhice;
c) auxílio-invalidez;
d) pensão;
e) aposentadoria;
f) seguro contra acidentes de trabalho;
g) auxílio-maternidade;
h) pecúlio por morte;

i) seguro-desemprego;
j) auxílio-reclusão.

2 - A contribuição do empregado não deve exceder a 5% de seu salário.

3 - Os benefícios previstos no item 01, salvo o seguro contra acidentes de trabalho, o auxílio-maternidade, o pecúlio por morte e o seguro-desemprego, não poderão ser inferiores a média dos três últimos salários percebidos pelo segurado por ocasião de sua entrada em benefício, nem inferior ao salário mínimo.

4 - A assistência sanitária, hospitalar e médico-preventiva deve ser prestada prioritariamente por hospitais e clínicas de saúde estatais.

5 - A gestão da previdência social compete ao M.P.A.S. em conjunto com representantes sindicais indicados pelas Centrais de Trabalhadores.

6 - A União destinará 5% de seu orçamento para a Previdência Social.

JUSTIFICATIVA

O bem-estar social compreende não apenas a área de saúde propriamente dita, mas também o setor previdenciário de benefícios (auxílios, seguros, etc.).

Os benefícios propostos englobam os já existentes, inclusive o seguro-desemprego, e trazem consigo um desafio: Como transformá-los em meios que proporcionem realmente segurança ao povo? Algumas medidas já estão contidas em nossa proposta, outras dependerão do poder de pressão e da organização popular.

O trabalhador foi a maior vítima da recessão econômica atravessada pelo Brasil. Durante os vinte anos de regime autoritário suportou todos os descalabros da política governamental impedido que estava de se rebelar contra a situação. Por esta e por outras razões, a contribuição do empregado não deve exceder 5% de seu salário, sendo menor que a contribuição da União e do empregador.

O sistema de cálculo atualmente em vigor para os benefícios previdenciários, é uma das grandes injustiças do atual sistema. A inflação gigantesca praticamente impede que o trabalhador se aposente. Isto porque a aposentadoria ou outro qualquer benefício significa na prática uma violenta redução de seu ganho mensal. Afinal, quem deseja que seu nível de renda pessoal caia em quase 50%? A nossa proposta busca apresentar uma solução para o problema. A maioria dos auxílios, todas as pensões e as aposentadorias seriam fixadas pela média dos três últimos salários do beneficiário. Através dessa fórmula a renda do trabalhador não cairia bruscamente e estaríamos evitando as fraudes que poderiam surgir se determinássemos que o benefício fosse

equivalente ao último salário do beneficiário. Os benefícios previdenciários supra-citados não podem ser inferiores ao salário mínimo, o menor salário benefício deve ser,ao menos, compatível com as necessidades mínimas do trabalhador.

A saúde deve ser encarada como um encargo a ser assumido pelo Estado. A medicina privada é incompatível com a necessidade que tem o povo de medicina boa e barata. As clínicas e hospitais locupletam-se dos recursos governamentais oferecendo muito pouco em contrapartida. Por este motivo, a saúde da população deve estar a cargo de órgãos do Estado. Apenas nos setores onde for indispensável a utilização da rede médica-hospitalar privada, o Estado realizará convênios e acordos.

As duas propostas de maior relevo são aquelas ligadas ao percentual que o Estado destinará à saúde e bem-estar da população e a gestão da Previdência Social.

Defendemos que a Constituição estabeleça um percentual fixo (5%?) de seu orçamento para a Previdência Social.

Acreditamos que a previdência deva ser voltada para servir prioritariamente aos trabalhadores que, na maioria dos casos, não possuem assistência médica adequada de qualquer natureza. Devemos reconhecer que os principais interessados numa Previdência Social eficiente e dinâmica são os próprios trabalhadores. Por este motivo, nada mais justo que a gestão da previdência caiba não apenas ao Ministério, mas ao conjunto dos trabalhadores. É claro que esses representantes sindicais não devem ser escolhidos pelo governo, pois é necessário que eles tenham vínculos e compromissos apenas com seus companheiros e não com as autoridades governamentais. Dessa forma os representantes dos trabalhadores na gestão da previdência devem ser indicados pelas Centrais de Trabalhadores.

7o. DIREITO DE ACESSO À PROPRIEDADE E À PERCEPÇÃO DE SEUS FRUTOS

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

Defendemos o direito dos homens à propriedade e à percepção de seus frutos. Entendemos porém que o Estado tem um importante papel na garantia desse direito. O Estado deve encontrar os meios que possam permitir que a propriedade não consagre e favoreça a ampliação das desigualdades entre os homens, mas, ao contrário, possa cumprir uma função social de alta relevância, garantindo sobretudo uma vida digna ao trabalhador e sua família. A antiga fórmula romana "utendi, fruendi et abutendi" (usar, fruir e abusar) consagra apenas a injustiça. A propriedade deve voltar-se para o bem do homem, por esse motivo deve ter sempre em primeiro plano a finalidade social.

PROPOSTA

1 - O Estado deve assegurar a propriedade privada desde que ela realize as funções econômicas e sociais. As referidas funções econômicas e sociais são atingidas quando a propriedade absorve a mão-de-obra disponível, quando os trabalhadores participam da distribuição da riqueza em igualdade de condições com os patrões, quando essas atividades sejam condizentes com as aspirações nacionais expressas nos programas de desenvolvimento governamentais.

2 - A especulação não realiza a função econômica-social da propriedade.

3 - A propriedade privada que não realiza sua função econômico-social poderá ser expropriada, se o Estado tiver para ela destinação econômica que promova o bem-estar da coletividade.

4 - O Poder Público poderá promover a desapropriação desde que decretada para fins de utilidade, necessidade pública ou interesse social.

5 - A desapropriação terá que proceder-se sempre de justa indenização, paga em títulos de dívida pública ou em moeda nacional segundo regulamentação da lei.

6 - O Estado deve permitir a livre iniciativa privada que realize o desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo patrocine o bem-estar social da coletividade.

7 - O Estado deve estimular e apoiar a propriedade coletiva dos principais meios e fatores de produção. A lei definirá nesse caso, os benefícios fiscais e financeiros, bem como o favorecimento ao crédito e auxílio técnico.

8 - Visando assegurar a função social da propriedade, o Estado promoverá, no que diz respeito à política urbana, o aproveitamento agrícola das terras improdutivas, a desapropriação de latifúndios com a finalidade de fixar o camponês na terra, a criação de impostos progressivos sobre a propriedade improdutiva, a criação de programas de subsídio econômico e assistência técnica a pequena e média empresa agrícola.

No que diz respeito à política urbana, o Estado deve promover a desapropriação por utilidade pública para fins de urbanização, fixar tabela de impostos progressivos sobre os vazios urbanos fixados em lei, criar lei específica ampliando institutos de controle do uso do solo urbano.

9 - O Estado deve elaborar Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico - PNDE - periódicos, que serão submetidos a aprovação popular sob as formas previstas em lei. O objetivo dos PNDEs é a perfeita racionalização dos recursos visando o desenvolvimento segundo a vontade do povo brasileiro. As relações comerciais e financeiras internacionais ou não e a iniciativa privada também estão subordinadas aos PNDEs.

10 - O Estado intervirá nas empresas públicas ou privadas que

desrespeitem o que estabelecer o PNDE vigente.

11 - O Estado deve proibir relações econômicas e a inexistência de um efetivo controle na remessa de lucros ao exterior; a aplicação de dividendos ou lucros foras das orientações dos PNDEs; a formação de cartéis, monopólios ou oligopólios; a formação de empresas com capital monetário de origem internacional ou transnacional; qualquer forma de abuso econômico.

12 - E privativo do Estado a exploração dos recursos minerais, hídricos, energéticos e florestais da Nação.

JUSTIFICATIVA

A existência da propriedade privada num regime político que a assegura deve, pelo menos, estar subordinada a certas funções sociais. Sabemos que o capitalismo brasileiro, apelidado corretamente de selvagem, reduziu de forma violenta o nível de vida da população. O Regime Militar modernizou o País às expensas dos trabalhadores e concentrou mais ainda a renda nas mãos das grandes indústrias,do setor financeiro e latifúndios, privilegiando sobretudo os grupos estrangeiros. A tentativa de reparar os males causados por política tão nefasta implica em considerar a propriedade privada subordinada à função social. A propriedade privada só realizaria sua função econômico-social quando garantisse o trabalho e a distribuição das riquezas oriundas da produção em igualdade de condições com o capitalista. No mesmo sentido, a propriedade privada teria de estar subordinada aos ditames governamentais expressos nos planos de desenvolvimento.

Procuramos deixar claro em apenas uma frase que a especulação não realiza a função econômico-social da propriedade. A consequência deste item reflete-se nos demais, pois ao Estado incumbe garantir que a propriedade privada realize essa função econômico-social, no caso, aqueles que especularem poderão ter sua propriedade expropriada tendo em vista o bem-estar da coletividade.

O item 5 traz consigo uma importante contribuição. A indenização por conta do ato que desapropria a propriedade privada pode ser realizada tanto em moeda nacional quanto em títulos de dívida pública, o que não é permitido no direito vigente.

Acreditamos,porém,que o Estado deve ultrapassar seus limites atuais. Para tanto, ao mesmo tempo em que assegura a propriedade privada individual deve incentivar a apropriação coletiva dos meios de produção, fomentando assim novas formas de organização da propriedade.

O item 8 toca na propriedade urbana e rural. No item 6 já abordamos novamente a necessidade de desenvolvimento econômico aliado ao bem-estar social da coletividade. Na verdade, tendo em vista o estarrecedor quadro econômico nacional onde a concentração de renda demonstra claramente a pobreza da maioria de nossa população, faz-se imprescindível examinar a questão do solo rural e urbano para inverter

nossa situação. No Brasil, a participação dos 50% mais pobres na renda era de 17,4% em 1960, caiu para 14,9% em 1970 e 12,2% em 1983. Os 20% mais ricos que detinham uma participação de 54,8% do solo nacional em 1960, elevaram-se para 69,9% em 1983. São dados por demais evidentes e que dispensam maiores comentários.

A reforma agrária é uma das soluções indispensáveis para reduzir as disparidades e os desníveis de renda. O INCRA, ao anunciar a entrega de 1.000.000 (hum milhão) de títulos de propriedade esconde a verdade, pois inclui "simples licenças de ocupação, anuências para tomada de crédito rural, licitações de grandes glebas para capitalistas, além das autorizações a títulos concedidos a posseiros" (2). Temos evidentemente consciência das limitações que possui a norma no impulsionamento das transformações sociais. O Governo autoritário criou leis favoráveis ao homem do campo como a Lei de Usucapião Especial e as alterações no Imposto Territorial Rural (Lei No. 6.746 de 10.12.79) que, no entanto, não tiveram qualquer repercussão prática . Contudo, a previsão legal da desapropriação de áreas urbanas e rurais para fins sociais apenas favorece a luta dos trabalhadores ao lhes fornecer o indispensável respaldo legal para suas reivindicações.

A subordinação da economia nacional às aspirações do povo brasileiro foi outra de nossas preocupações na elaboração desta proposta. Em nossa opinião, o governo deve estabelecer a condução econômica do País com vistas ao atendimento da vontade do povo, principalmente às camadas mais pobres da população. Constitui uma falha permitir que a iniciativa privada possa contrariar o desenvolvimento nacional em nome de certos valores prejudiciais aos interesses populares.

Visando coibir os abusos do Poder Econômico, o Estado deve tomar as medidas alegadas no item 11 em favor do povo. Trata-se de controle estatal indispensável sobre a economia do País. Evitar as burlas que as empresas multinacionais utilizam para cometer toda sorte de atitudes prejudiciais à nossa economia é dever do Estado e da sociedade.

O último item refere-se ao monopólio estatal sobre determinados setores da economia, "Até o fim da Segunda Grande Guerra, em 1945, os produtos vegetais, entre os quais predominava largamente a lenha, eram responsáveis por mais de 80% do consumo energético brasileiro" (3), atualmente, porém, o quadro é bastante diverso, para o desenvolvimento de um País é necessário que ele disponha de recursos energéticos abundantes e baratos. A lenha foi substituída pela energia elétrica e petróleo que passaram a se constituir em recursos estratégicos para o País. Por este motivo se justifica a detenção por parte dos Estados dos direitos exclusivos de exploração desses recursos.

(2)Retrato do Brasil
Pág. 370
(3)Retrato do Brasil
Pág. 229.

8o. DA PROTEÇÃO A VELHICE

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

Os idosos, como pessoas que um dia foram responsáveis diretas pela construção do País, merecem tratamento especial que lhes garantam boa condição de vida no momento em que fazem jus ao descanso de vários anos de trabalho.

PROPOSTA

1 - A pessoa idosa terá tratamento digno e especial,definido na legislação previdenciária.

I - O idoso fará jus a benefícios previdenciários que lhe assegure o sustento próprio e assistência médico-social completa.

II - A assistência médico-social acima instituída compreenderá tratamento médico completo, psicológico, estadia em casas de repouso, e moradia em lares comunitários.

III - Também o idoso que jamais tenha contribuído para a Previdência Social, contanto que não disponha de recursos próprios ou alheios que lhe garanta vida digna, terá direito a aposentadoria justa e benefícios médico-sociais completos.

JUSTIFICATIVA

Além dos benefícios pecuniários e médicos, já contemplados pela lei previdenciária vigente, faz-se necessário ampliá-los até chegar aos benefícios sociais especiais, dentro dos quais cabem os referentes a tratamento psicológico, estadia em casas de repouso, e moradia em lares comunitários.

A partir de uma idade considerável estatuída por lei específica da Previdência Social - idade esta que se sugere seja 65 anos - propugnamos que qualquer pessoa, embora nunca tendo contribuído para a Previdência, desde que desamparada materialmente, tenha direito aos vários benefícios previdenciários de natureza pecuniária, como também aos benefícios médico-sociais, o que contribuirá para minorar as dificuldades de sobrevivência até então encontradas por elas.

Não só o longo tempo de atividade durante suas vidas, e conseqüentemente necessidade de repouso e estabilidade na vida, como a própria redução da capacidade de sobrevivência, justificam as propostas acima apresentadas.

Além das condições de vida dignas acima delineadas, aos idosos deve-se respeito e manutenção das garantias de participação ativa nos movimentos sociais.

SUGESTÃO

Direito à eutânasia para os casos de vida vegetativa.

9o. TRABALHO E RELAÇÕES DE EMPREGO

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

O desenvolvimento de uma sociedade justa só é possível quando os direitos dos trabalhadores são respeitados, e mais do que isto, são plenamente assegurados na Constituição.

ALTERAÇÃO AO ARTIGO 165 DA ATUAL CONSTITUIÇÃO

PROPOSTA

Os direitos assegurados aos trabalhadores na Constituição devem visar a melhoria de suas condições sociais:

I - Salário-mínimo capaz de satisfazer as necessidades pessoais e familiares;

II - O salário-mínimo reajustado de acordo com o aumento real do custo de vida; nível de desenvolvimento das forças produtivas e acumulação para o desenvolvimento econômico da família;

III - Salário-mínimo profissional previsto em lei ou convenções coletivas de trabalho;

IV - Salário-família a todos os trabalhadores, sejam rural ou urbano;

V - Pagamento por parte do empregador aos seus empregados, das despesas normais com gastos de educação, saúde e transporte, quando se tratar de atividade rural ou explorativa de recursos minerais estabelecidos além dos perímetros urbanos;

VI - Salário de trabalho noturno superior ao diurno;

VII - Duração diária do trabalho não excedente a 7 horas,

exceto o trabalho do menor que não será superior a 4 horas;

VIII- Férias anuais remuneradas, mesmo sendo coletivas;

IX - Criação do Turismo Social, mantidos por Associações Classistas e pelo Ministério da Previdência Social, desenvolvendo redes de hotéis para repouso e férias dos trabalhadores;

X - Garantia ao empregado após a cessação do contrato de experiência, em regra 90 dias, caso não seja aceito, cabe a indenização justa;

XI - Estabilidade ao trabalhador. A despedida só será motivada por justa causa ou força maior prevista em lei;

XII - O trabalhador despedido será indenizado e o Fundo de Garantia será liberado;

XIII- Reconhecimento do direito a greve ao trabalhador. Haverá restrições quando tratar de atividades essenciais à comunidade;

XIV - Pagamento de seguro desemprego por seis meses, nos casos de necessidade econômica comprovada, calamidade que acarretar a diminuição ou perda da produção de bens ou serviços, bem como nas grandes crises econômicas nacionais ou regionais;

XV - Proibição de diferença de salários e de critérios de admissão por motivo de sexo, cor e estado civil, preferência sexual, religião, convicção políticas ou ideológicas;

XVI - Ao menor deverá ser assegurado salário proporcional à sua jornada de trabalho que nunca será inferior a 50% do salário do trabalhador adulto;

XVII- Participação nos lucros de acordo com o desenvolvimento da atividade produtiva e expansão do mercado.

* Eleger representantes para gestão e direcionamento da Empresa.

* Participar na elaboração da legislação do trabalho e dos planos econômicos-sociais que contemplem a respectiva atividade produtiva.

* Em caso de insolvência, concordata, falência, concurso de credores ou liquidação extra-judicial, comissões de empregados integrarão a administração da Empresa.

* Os débitos de natureza fiscal-trabalhista poderão ser convertidos em ações ou cotas de participação do empregado no capital da Empresa.

XVIII- Os sindicatos e associações profissionais podem estipular convenções coletivas de trabalho com eficácia obrigatória para os pertencentes à categoria representada;

XIX - Trabalho noturno para os maiores de 18 anos sem distinção de sexo;

XX - Repouso semanal remunerado e nos feriados civis e religiosos, de acordo a tradição local, exceto com relação aos serviços essenciais onde haverá revezamento entre os funcionários;

XXI - Aposentadoria aos trinta anos de trabalho, com salário integral.

JUSTIFICATIVA

Uma estrutura jurídica visando à implantação de um sistema de segurança aos direitos dos cidadãos, é vital.

A Constituição atual,apesar dos princípios que asseguram os direitos dos trabalhadores, trouxe inevitáveis conflitos. E é por isso que uma nova Carta Constitucional deve trazer inovações que melhor reflitam a realidade existente.

Às inovações dos princípios foram feitas no sentido de assegurar a manutenção dos direitos dos empregados, tais como: salário justo de acordo com as necessidades básicas; estabilidade no emprego, respeitadas suas peculiaridades, como fonte de bem-estar social (ela deverá revelar um critério firme de compatibilização de interesses, através do qual se sintam os empregados participantes efetivos na produção e nos lucros); jornada de 35 horas, exceto casos e condições previstas em lei; condições de lazer através do Turismo Social; reconhecimento ao direito de greve a toda categoria de trabalhadores, regra geral e permissiva, a exemplo da O.I.T., podendo restringir este direito quando se tratar de atividades essenciais à comunidade, através de Lei Ordinária; princípio de isonomia salarial; salário-família aos trabalhadores de campo, garantindo com mínimo de equilíbrio nas relações do trabalho urbano e rural, com vista a um avanço nas garantias do Direito do Trabalhador Rural.

Outra inovação é quanto às despesas normais com gastos de educação, saúde, e transporte que serão feitas pelo empregador quando se tratar de atividade rural ou explorativa de recursos minerais estabelecidos além dos perímetros urbanos.

Todas as inovações ou aperfeiçoamento de algumas normas foram no sentido de que sejam assegurados os direitos como aspiração de

cunho político nos princípios básicos da Ordem Econômica e Social da Constituição.

10o.DO MEIO AMBIENTE

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

É indispensável que a nova Constituição a ser elaborada atente na exata medida das necessidades que o assunto requer, para a preservação do meio ambiente e qualidade de vida do povo brasileiro, proibindo a devastação das nossas matas e florestas e penalizando os que inescrupulosamente tentarem mutiliar a natureza.

PROPOSTA

1 - Todos têm o direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de defendê-lo.

2 - Incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares:

a) Proibição do desmatamento de áreas que mantêm o equilíbrio natural e das destinadas a pesquisa e lazer;

b) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos;

c) Ordenar o espaço territorial de forma a construir paisagens biologicamente equilibradas;

d) Instituição de pena para mutilação ou derrubada de árvores e plantas, sem autorização do órgão competente de controle do meio ambiente;

e) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e estabilidade ecológica.

3 - É conferido a todos, o direito de promover, nos termos da lei, a prevenção ou a cessação dos fatores de degradação do ambiente, bem como, em caso de lesão direta, o direito à correspondente indenização.

JUSTIFICATIVA

O estágio de maturidade de um povo é demonstrado, dentre outras coisas, pelo respeito que tem à natureza e a si próprio.

Não se permite que os interesses do grande capital sejam postos acima dos interesses da grande maioria da população que necessita de condições naturais de vida.

Nem mesmo em nome de necessidades de alto valor, tais como, emprego, iluminação, limpeza, etc., admitir-se-á que se destrua ou mutile a natureza.

Ao contrário, não apenas proibidas Constitucionalmente e por legislação ordinária, tais práticas devem ser objeto de penas.

Finalmente, vale ressaltar a importância de, em havendo lesão direta, a lei estabelecer o direito à indenização correspondente.

DIREITOS DA CIDADANIA

10. A CIDADANIA

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

Toda constituição deve contar um capítulo dedicado à regulamentação dos Direitos Políticos do Homem. Este capítulo deve abarcar todo o complexo de normas que disciplinam o gozo e o exercício, a perda e a suspensão desses direitos. São os Direitos Políticos atribuídos a uma pessoa que a torna cidadã. A cidadania implica na participação do indivíduo na política do Estado, principalmente no que diz respeito à formação e composição dos governos.

É a cidadania que confere aos homens toda liberdade política para interferir nos rumos do País. Cidadania significa, em resumo, liberdade e condições para o indivíduo participar da vida pública nacional. Esta é a razão de incluirmos este ponto numa discussão sobre os Direitos Humanos.

PROPOSTA

1 - A nova Constituição deve considerar brasileiros os nascidos em território brasileiro, embora de país estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu País.

Da mesma forma, deve considerar brasileiros os nascidos de pai ou de mãe brasileira, desde que devidamente registrados.

Por último, se lei ou Convenção Internacional considerar alguém como cidadão, este o será para todos os efeitos.

2 - A nacionalidade brasileira adquirida segundo as hipóteses taxativamente previstas anteriormente, não pode ser tomada de forma

alguma. O brasileiro só perderá sua nacionalidade se a ela renunciar expressamente.

3 - Quanto ao problema da extradição, apresentamos duas sugestões:

a) Ninguém poderá jamais ser extraditado, ou

b) Uma pessoa só poderá ser extraditada em decorrência de crime previsto em Convenção Internacional.

4 - O Brasil concederá asilo aos perseguidos políticos.

5 - Todo e qualquer cidadão brasileiro poderá exercer livremente a atividade política.

6 - No que diz respeito ao problema do voto, temos igualmente duas opções: A primeira assegura a universalidade do sufrágio, o voto facultativo, direto e secreto. A segunda também consagra o sugrágio universal e o voto direto e secreto, admite porém o voto obrigatório, distinguindo-se por este motivo da primeira.

7 - Este ponto apresenta duas sugestões em relação à idade para o exercício do direito de voto:

a) Os brasileiros maiores de 18 anos podem votar e ser votados.

b) Os brasileiros maiores de 16 anos podem votar e os maiores de 18 ser votados.

8 - Toda pessoa tem o direito de associar-se a outra para promover, exercer e proteger seus interesses políticos, independente de autorização judicial.

JUSTIFICATIVA

1 - A NACIONALIDADE, A EXTRADIÇÃO E O ASILO

É a nacionalidade que indica o Estado ao qual o indivíduo está ligado.

A grande novidade da proposta reside no papel que o Direito Internacional passa a ter para declarar a cidadania. Outra importante inovação diz respeito a perda da nacionalidade. Segundo a nossa proposta ficam excluídas as hipóteses previstas na Constituição atual de perda de nacionalidade, salvo a renúncia expressa.

Resolvemos também impedir a extradição de nacionais ou pelo menos limitá-la as normas internacionais. Ao prever a extradição por crimes previstos na Convenção Internacional, pensamos particularmente no genocídio. Ao lado da proibição total ou parcial da extradição de

brasileiros, decidimos propor em nível constitucional, assim como o faz outras constituições, o direito de asilo aos perseguidos políticos. Esta proposta foi suscitada em decorrência das perseguições políticas que tem lugar sobretudo em nossa América.

2 - OS DIREITOS POLITICOS (o voto - a atividade política)

O direito de voto é o direito de contribuir para formar, através do eleitorado, os órgãos representativos do Estado e dos entes públicos. O direito de ser eleito, quer dizer, o direito do cidadão, na posse de determinados requisitos de capacidade e de elegibilidade, apresentar-se como candidato nas eleições. (1)

É a capacidade eleitoral que determina o direito de votar e ser votado. A capacidade eleitoral ativa refere-se à aptidão para votar, e a passiva, aptidão para ser votado.

O direito ao voto, consagrado em nossas cartas constitucionais, sempre sofreu uma série de restrições. A maioria do povo brasileiro sempre sofreu sérias limitações em sua participação política. No Império, a constituição de 1824 previa um Senado vitalício, participação decisiva do Imperador na escolha dos senadores, limite de idade em mais de 40 anos e renda líquida anual de 800.000 réis para que um cidadão pudesse ser eleito. A Câmara dos deputados era composta exclusivamente por pessoas com renda líquida superior a quatrocentos mil réis (art. 95). Para exercer o direito de voto, algumas restrições também eram impostas, vejamos quais:

I - Os menores de 25 anos, com exceção dos casados, militares (mais de 21 anos), os bacharéis e os clérigos de ordens sacras.

II - Os religiosos que vivam em comunidade claustral.

III - Os criados de servir.

IV - Os libertos e os que não tiverem renda líquida anual de 200.000 réis por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego. Esta lista não é exaustiva, fornece porém uma idéia do exercício do direito de voto no Império.

Já próximo ao fim do Império, o número de eleitores era de apenas 145.296 pessoas numa população de 11.973.000, 1,2% da população.

A República velha acabou com o voto censitário, porém

(1)-Wilson Accioly,Instituições de Direito Constitucional, pág. 519. continuou a excluir mulheres, analfabetos, mendigos, praças de pré e os religiosos em regime de claustro. A idade mínima para ser eleitor foi reduzida para 21 anos. Estabeleceu o voto facultativo. O primeiro Presidente brasileiro eleito diretamente, Prudente de Morais (1894),

obteve sua eleição dentre apenas 2,2% de votantes numa população de 15.500.000 habitantes.

A Revolução de 30 trouxe mudanças quanto ao direito do voto. O Código Eleitoral de 1932 reduziu o limite de idade dos eleitores de 21 para 18 anos, criou a Justiça Eleitoral e tornou o voto secreto e obrigatório. Todas essas medidas de caráter evidentemente democrático contribuíram para ampliar a participação dos brasileiros na atividade política.

Em linhas gerais o voto, conforme o disposto no Código de 32 permanece em suas características básicas até hoje. Porém, o direito de voto nem sempre foi exercido livremente, para a escolha do Presidente da República, por exemplo, os brasileiros votaram durante quase toda República velha sob odioso e férreo controle por parte das oligarquias. Ressalte-se que o primeiro Presidente da República, Mal. Deodoro da Fonseca, foi eleito indiretamente assim como seu vice, Mal. Floriano Peixoto, que o substituiu posteriormente. No primeiro governo Vargas (1930-1945) não foi permitido aos brasileiros a escolha de seu Presidente, só em 1945 surgiu o direito de votar diretamente para Presidente, direito este que perdurou até o golpe militar de 64. Durante os 95 anos de nossa história republicana, o brasileiro teve o direito de votar para Presidente pelo período de 55 anos.

A nossa proposta visa garantir o direito de voto para todos os cidadãos, todavia, resolvemos salientar duas sugestões. O voto deve ser obrigatório ou facultativo. Em defesa do voto facultativo devemos assinalar que as liberdades políticas não devem ser restringidas por imposições de qualquer natureza. O voto deve exprimir o nível de conscientização de cada indivíduo. A defesa do voto obrigatório implica em considerá-lo não apenas um direito mas também um dever. O voto obrigatório teria também uma função de educar politicamente, seria um meio entre outros de educação de massas. Um argumento de cunho bastante prático favorável ao voto obrigatório ressalta o domínio exercido pelos latifundiários no interior do País. Com o voto facultativo, as massas urbanas se desinteressariam pelas eleições, enquanto o "Coronel" utilizaria sua influência para garantir o comparecimento das populações interioranas.

Apresentadas nossas duas propostas quanto ao voto, aguardamos sugestões quanto ao ponto.

Duas propostas também são apresentadas quanto a capacidade eleitoral no que tange à idade do eleitor. Alguns dentre os nossos sugerem a manutenção dos 18 (dezoito anos) como idade mínima para o exercício do direito do voto, outros crêem que a partir dos 16 (dezesseis) o brasileiro já estaria psicologicamente e também politicamente apto. A questão é controversa. Qual a opinião de vocês?

Os itens 5 e 8 inovam ao não permitir a ingerência de autoridade judicial para limitar o direito político de associação. Visa garantir aos Partidos Políticos plena liberdade de funcionamento.

11o. A INVIOLABILIDADE DE DOMICILIO

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

A inviolabilidade de domicílio é uma decorrência do direito de refúgio que possui uma pessoa. A inviolabilidade humana é algo de valioso que deve ser protegido. O Estado deve encontrar limites ao exercício de seu poder e esse limite são justamente os direitos do homem. A residência e o domicílio representam barreiras contra os desmandos e a ingerência do Estado em nossas vidas.

PROPOSTA

1 - A residência e o domicílio são invioláveis. A entrada na residência e domicílio só pode ser ordenada contra a vontade do cidadão, mediante autorização escrita da autoridade competente nos casos em que a lei expressamente admitir.

JUSTIFICATIVA

A existência desse item justifica-se inteiramente no momento em que constatamos a frequência e intensidade da repressão policial sobre as camadas mais desfavorecidas da população. A ilegalidade da prática policial é incontestável, cabendo aos centros de defesa dos direitos humanos, mais que nunca, utilizar o dispositivo legal para esclarecer a população e tentar coibir os desrespeitos perpetrados impunemente pela polícia.

12o.A LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO, PERMANENCIA E REGRESSO

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

E a liberdade de locomoção em todas as suas formas: a livre circulação, permanência e regresso.

PROPOSTA

1 - Todos tem direito a circular e permanecer em qualquer ponto do território nacional.

2 - Todos tem direito de emigrar, sair ou regressar ao território nacional.

3 - Esses direitos só são limitados pela lei.

JUSTIFICATIVA

Qualquer brasileiro ou estrangeiro deve ter o direito de circular e permanecer em qualquer lugar do nosso país. É um direito que deve ser ampliado também para os estrangeiros, afinal de contas não podemos deixar de reconhecer o papel extremamente relevante que alguns deles desempenharam e desempenham ainda na formação da consciência de nosso povo.

Ainda neste sentido devemos defender o direito de emigrar, sair e regressar ao território nacional. Devemos combater qualquer restrição profunda a estes direitos sob pena de favorecimentos aos interesses dos poderosos na manutenção das injustiças.

Compreendemos entretanto ser necessário um certo controle legal a esses direitos. É correto permitirmos, por exemplo, que qualquer pessoa possa permanecer ou ter livre acesso às instalações da usinas atômicas, quando sabemos que certos problemas que possam vir a ocorrer em nosso interior serão fatais?

13o.A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E INFORMAÇÃO

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

Impedir que o homem se expresse e possa ser informado livremente é uma violência típica dos regimes autoritários de governo. Porém, mesmo nas democracias, podemos verificar que o direito de expressão e informação sofre sérias limitações. As classes dominadas são, sem qualquer dúvida, as principais vítimas da suspensão dessas liberdades. A censura impede apenas aos pobres o acesso à atividade pública e às informações sobre os rumos e decisões políticas que podem lhes afetar. Por este motivo, devemos oferecer sugestões que garatam plena informação aos mais carentes, assegurando também que eles possam exprimir livremente suas opiniões.

PROPOSTAS

1 - Todos tem o direito de expressar e divulgar livremente o seu pensamento por quaisquer meios de comunicação existentes, bem como o de informar e de ser informados sem impedimentos de qualquer ordem.

2 - A violação de qualquer comunicação entre as pessoas deve ser probida.

3 - Não deve haver censura política de qualquer natureza, mas será proibida a propaganda em favor da guerra e a apologia de ódio a nações, povos, etnias ou religiões.

4 - A lei deve disciplinar os espetáculos de diversão pública, que poderão ser submetidos a censura classificatória, bem como a propaganda comercial, que não poderá ser falsa ou induzir a comunidade em evento.

5 - A televisão deve estar sujeita a regime especial de censura.

6 - As atividades de censura e regulação acima mencionadas deverão estar a cargo de órgãos cuja composição incluirá legítimos representantes da comunidade.

7 - Todos tem o direito de tomar conhecimento do que consta nos registros governamentais a seu respeito e do fim a que se destinam as informações, podendo exigir a retificação dos dados e a sua atualização. Os dados obtidos através da informática não poderão servir para fins de repressão política.

JUSTIFICATIVA

O primeiro ponto tem um conteúdo genérico, sendo uma síntese daquilo que entendemos como liberdade de expressão e de informação.

Procuramos também marcar uma posição contrária a violação de qualquer espécie de comunicação inter-pessoal. Sobretudo quando sabemos o empenho que teve a repressão em impedir a troca de informações sigilosas entre pessoas, a maioria das quais contrárias ao regime militar.

Acreditamos que a censura política é uma arma poderosa contra os oprimidos, por este motivo advogamos a sua supressão. Contudo achamos por bem sugerir a proibição da propaganda em favor da guerra e a apologia de ódio e nações, povos, etnias ou religiões por compreender que tais manifestações de conteúdo político encerram não o amor mas o ódio entre os homens, sendo sobretudo a expressão fascista da intolerância e desrespeito ao semelhante.

Defendemos a existência de censura classificatória para os espetáculos de diversão pública. Acreditamos que um espetáculo não deve ser proibido ou censurado parcialmente, porém deve ser estabelecida uma classificação por faixa de idade para o ingresso em cinemas, teatros, etc., de acordo com a maturidade psicológica das pessoas. Quanto a isso, a idade ainda se constitui no melhor referencial.

Ao contrário das salas de espetáculos de diversão pública, locais onde o espectador dirige-se espontâneamente, a televisão invade as moradias, penetrando mais ousadamente em nossas vidas. Por este motivo, enquanto acreditamos ser a censura classificatória suficiente para os espetáculos de diversão pública, julgamos que para a televisão exista um regime especial de censura.

Tanto a censura classificatória quanto a censura especial

para a televisão deve estar a cargo de órgãos especialmente compostos com essa finalidade. Achamos que é imprescindível a presença de legítimos representantes da comunidade como uma forma de tornar esses órgãos mais sintonizados com os valores políticos, ideológicos e morais presentes na sociedade.

Em algumas Constituições recentes estão previstas algumas atitudes que o indivíduo ou a coletividade pode tomar contra os desmandos e o excessivo controle do Estado sobre suas vidas. Ao mesmo tempo, devemos despertar para o papel desempenhado pelo computador na sociedade moderna. Devido ao seu imenso poder, a informática deve ser regulada de modo a coibir tentativa de utilizá-la para fins atentatórios à liberdade e à vida humana.

14o.A PROTEÇÃO JUDICIAL

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

Neste tema estão incluídas algumas das garantias criminais e civis. As garantias aqui enumeradas visam fornecer instrumentos para que a sociedade possa defender-se adequadamente dos abusos provenientes das autoridades públicas. Neste sentido, podemos dizer que pelo menos algumas dessas garantias provêm da magna carta inglesa. Tradicionalmente, os Estados autoritários costumam tornar letra morta tais dispositivos devido ao seu caráter democrático e protetor da pessoa humana.

PROPOSTA

1 - Todos devem ter direito à proteção judicial. A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de Direito Individual ou Coletivo.

2 - Ninguém será preso a não ser em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade judicial competente.

3 - A prisão em flagrante de qualquer pessoa será comunicada imediatamente ao juiz competente que a relaxará se não for legal.

4 - O Estado deverá oferecer Assistência Judiciária à população carente de recursos financeiros, bem como a todos aqueles que dela necessitar em circunstâncias especiais.

5 - A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

6 - Inexistirão foro privilegiado e tribunais de exceção.

JUSTIFICATIVA

A obrigatoriedade de apreciação de lesão de direito individual ou coletivo por parte do Poder Judiciário configura o chamado controle judicial. Em relação às Constituições anteriores inovamos fundamentalmente num ponto. Ao passo que nossa atual Constituição prevê o controle judicial apenas quanto as lesões ao direito individual, nós sugerimos também o controle quanto às lesões aos direitos de toda coletividade.

No segundo item trata-se da legalidade da prisão. Impedir que alguém possa ser preso arbitrariamente é função de toda Constituição que pretenda garantir os Direitos Humanos em sua plenitude. Não inovamos neste ponto, o nosso texto confirma em linhas gerais as redações deste dispositivo existentes desde a carta Constitucional de 1824.

A comunicabilidade da prisão é outra garantia existente nos Estados Democráticos. Em 1937, a carta Constitucional da ditadura não previu essa garantia. É evidente que os regimes de exceção, mesmo existindo a comunicabilidade da prisão nas Constituições, violam o dispositivo legal. Quando a comunicabilidade sequer é inserida no ordenamento jurídico a situação se agrava ainda mais.

A nossa proposta mantém a obrigação do Estado em prestar assistência judiciária aos necessitados. Todavia, isto não significa que pretendamos a manutenção da assistência nos moldes atuais, entendemos, no entanto não ser tema que mereça um grande detalhamento em nível constitucional. Garantida a obrigação do Estado através do princípio geral anunciado, cumpre ao legislador regular a matéria em lei específica.

Confirmamos também o princípio da irretroatividade da lei. A lei não pode regressar no tempo para prejudicar alguém, por exemplo: se uma pessoa praticou um ato absolutamente legal em 1983, e se dois anos mais tarde surge uma lei que considera o ato criminoso, a pessoa que praticou o ato em 1983 não pode sofrer consequência pela sua ação.

Na luta contra os privilégios, as Constituições eliminaram a existência de foros privilegiados. Contudo, durante o Estado-novo foi criado o Tribunal de Segurança Nacional, visando auxiliar na repressão política contra os comunistas. O julgamento de Presidente da República, Ministros de Estado, Magistrados e Militares não configura a existência de foros privilegiados mas apenas de foros especiais.

15o. ALGUMAS GARANTIAS LEGAIS

1. O DIREITO DE PETIÇÃO

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

Historicamente o direito de petição teve **status** constitucional com a magna carta (1215). No Brasil, a Constituição Imperial já assegurava o direito de petição, confirmado posteriormente por todas as nossas Constituições Republicanas. Atualmente, o direito de petição está posto em nosso ordenamento jurídico com a seguinte redação: "É assegurado a qualquer pessoa o direito de representação e de petição aos poderes públicos, em defesa ou contra abusos de autoridade".

PROPOSTA

1 - Todos tem o direito de apresentar por escrito, individual ou coletivamente, petições ou reclamações aos Poderes Públicos, em defesa de direitos ou contra abusos de autoridade, bem como o de participar nos procedimentos administrativos.

2 - As petições ou reclamações devem ser respondidas até no máximo 180 (cento e oitenta) dias após seu encaminhamento.

3 - A participação nos procedimentos administrativos será regulada por lei, observados os princípios do contraditório, da livre produção de provas e do livre acesso às informações administrativas.

4 - É facultada às pessoas jurídicas o exercício dos direitos de petição e participação dos procedimentos em defesa de direitos coletivos ou difusos, desde que vinculados com seus objetivos institucionais.

JUSTIFICATIVA

É patente a ineficácia do direito de petição como garantia constitucional. A bem da verdade, devemos admitir que pouquíssimas vezes o povo pode utilizar este direito por uma série de razões, mas principalmente pela inexistência de prazos para a resposta por parte dos poderes públicos. Com o intuito de transformar o direito de petição num instrumento realmente eficaz inovamos substancialmente o conteúdo do instituto.

a) a fixação de prazo para resposta à petição.

b) o direito de petição é meramente individual, propomos que possua também um caráter coletivo. Assim, não apenas uma pessoa teria direito de peticionar, mas um grupo ou várias pessoas coletivamente.

c) reconhecemos que atualmente os litígios tem lugar também e sobretudo na esfera administrativa do Estado. Os órgãos da burocracia estatal se constituem numa importante instância de resolução dos conflitos. Pretendemos por isso viabilizar a participação dos cidadãos nos processos

decisórios da administração pública como forma de evitar o autoritarismo estatal.

d) propomos também o direito de petição às pessoas jurídicas desde que haja vinculação entre o pedido e os seus objetivos institucionais. Esta é uma maneira de garantir esse direito a entidades da sociedade civil, tais como: sindicatos, conselhos de moradores, grupos de defesa de minorias, etc.

2. A AÇÃ POPULAR

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

A ação popular visa sobretudo a preservação da moralidade administrativa, objetiva também impedir lesões ao patrimônio público. A ação popular é pouco utilizada principalmente por alguns defeitos que ela apresenta em nossa legislação e que a torna pouco eficaz. Em nossa proposta procuramos aperfeiçoá-la.

PROPOSTA

1 - Qualquer pessoa, física ou jurídica, individual ou coletiva, será parte legítima para propor Ação Popular, independentemente da Constituição de advogado, que vise impedir ou anular atos que sejam lesivos ao patrimônio público.

2 - No item acima devemos tomar a expressão "patrimônio público" como sendo não apenas os bens físicos que constituem o patrimônio dos entes públicos da administração direta ou indireta e sociedade de economia mista, mas também os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético ou histórico, que sejam de domínio, uso e fruição pública.

JUSTIFICATIVA

A substituição da expressão "qualquer cidadão" constante no nosso atual texto constitucional por " qualquer pessoa, física ou jurídica", visa dar representação judicial às associações civis para ingressarem com ação popular seja individual ou coletivamente.

Propomos, também, que a ação popular vise anular ou impedir ações lesivas, de modo a abranger a possibilidade de ação popular preventiva, não permitida esta última pela atual legislação.

O alargamento de conceito de "patrimônio público", já explícito, quer prevenir quanto à possibilidade de interpretação restritivas.

16o. O HABEAS-CORPUS E O MANDADO DE SEGURANÇA

EXPLICAÇÃO INICIAL

A origem do habeas-corpus remonta à idade média, o mandado de segurança porém, é criação brasileira deste século. Na atualidade a finalidade do habeas-corpus e do mandado de segurança está explícita no artigo 153 de nossa Constituição Federal. Apesar de inúmeros problemas, o habeas-corpus é ainda um importante instrumento para assegurar direitos. Todavia, como nossa preocupação é o aperfeiçoamento cumpre-nos formular sugestões que possam torná-lo mais útil na defesa dos pobres.

PROPOSTA

1 - Qualquer pessoa ou terceiro em seu nome poderá, sem necessidade de mandato, impetrar habeas-corpus sempre que, ilegalmente, sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, expressão ou reunião, mediante autoridade judicial competente.

2 - O habeas-corpus será impetrado, sempre gratuitamente onde se ache a autoridade judicial competente, a qualquer momento, inclusive no período noturno, aos sábados, domingos e feriados.

3 - O habeas-corpus não tem fórmula pré-estabelecida, e poderá ser impetrado verbalmente ou por escrito, seja através de petição, carta, telegrama ou qualquer outro modo e deverá ser respondido em vinte e quatro horas, a contar do momento do pedido.

4 - O mandado de segurança srá concedido para proteger direito líquido e certo não amparado por habeas-corpus, seja qual for a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de Poder.

JUSTIFICATIVA

A abrangência do habeas-corpus foi ampliada em detrimento do mandado de segurança. O habeas-corpus que em nossa atual legislação é garantia contra cerceamento da liberdade de locomoção é ampliado, passando a englobar e proteger a liberdade de expressão e reunião, amparadas hoje pelo mandado de segurança. Por que propomos tais modificações? A razão se encontra na celeridade da concessão do habeas-corpus que, malgrado todas as imperfeições existentes, é remédio de pronta ação, ao contrário do mandado de segurança.

Outra inovação se prende ao pedido de habeas-corpus. Defendemos o ponto de vista de que o habeas-corpus deve ser requerido

também de forma oral. Isto facilitaria sua utilização pelas pessoas carentes e analfabetas, ou mesmo pelas pessoas que, sabendo escrever, tem receios em se expressar por via escrita.

O habeas-corpus deve poder ser impetrado, confirmando a legislação em vigor, por qualquer pessoa, sem a necessidade de constituir advogado com esse fim. A autoridade judicial deve anunciá-lo não importa a hora ou o lugar onde se encontre.

O mandado de segurança, a semelhança do que ocorre hoje, assegurará outros direitos não protegidos pela habeas-corpus.

17o. SUSPENSÃO DE GARANTIAS E ESTADO DE SITIO

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

O Estado de Sítio e a suspensão das garantias são medidas consagradas na Constituição e justificadas sob a alegação de serem instrumentos de defesa do Estado contra o terrorismo e agitação interna, grave ameaça ou perturbação da ordem pública.

PROPOSTA

1 - Inexistirão Estado de Sítio ou quaisquer outras medidas de emergência ou salvaguardas que suspendam, mesmo temporariamente e mediante controle, os direitos humanos e suas garantias.

2 - Nenhuma autoridade ou Tribunal poderá impedir que os direitos humanos e suas garantias sejam exercidos.

3 - Os direitos e garantias previstas na Constituição não excluem a existência de outras decorrentes do sistema político vigente.

JUSTIFICATIVA

Alguns estudiosos afirmam a necessidade da existência do Estado-de-Sítio. Justificam essa posição alegando que o Estado precisa de meios eficientes de defesa contra as desordens e agressões externas e internas. O Estado-de-Sítio seria um instrumento em favor da democracia.

As constituições existentes acolhem, pelo menos boa parte delas, o Estado-de-Sítio ou a suspensão das garantias. A Constituição brasileira atual prevê o Estado-de-Sítio em seu capítulo V (art. 155 ao 159).

Duas são as hipóteses de decretação do Estado-de-Sítio no

Brasil: grave pertubação da ordem ou ameaça de sua irrupção e a guerra. Com a decretação do Estado-de-Sítio são suspensas boa parte dos direitos, particularmente os políticos, e as garantias constitucionais.

A nossa proposta elimina simplesmente a hipótese de decretação do Estado-de-Sítio. Ao contrário daquilo que apregoam os tratadistas e a doutrina, a suspensão dos direitos e garantias jamais concorrem para a defesa da democracia. Na verdade devo afirmar que desconheço sequer um único momento onde o Estado-de-Sítio tenha sido usado em benefício do povo. A experiência e a história constitucional brasileira demonstram claramente sua utilização em proveito das elites como um instrumento inibidor de transformações sociais. Por esta razão defendo a extinção pura e simples do Estado-de-Sítio juntamente com quaisquer outras medidas ou salva guardas da mesma natureza.

O item dois é oferecido como um reforço ao anterior. Visa impedir qualquer tentativa de legitimação de ato que suspenda os direitos humanos e suas garantias.

O último item não é propriamente relativo ao capítulo acerca do Estado-de-Sítio, todavia trata-se de um enunciado da maior relevância. Direitos humanos não deve ser algo ligado apenas à Constituição. Devemos compreendê-los direitos vigentes mesmo fora do texto constitucional. Nesse caso, nossas propostas apenas relacionam alguns direitos mas não todos, por ser praticamente impossível enumerá-los taxativamente.

18o. CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

Criação, a nível constitucional, com **status** de poder estatal, do Conselho Nacional de Direitos Humanos, com a finalidade de promover os direitos humanos e fiscalizar as violações cometidas pelos órgãos e poderes do Estado e pela sociedade em geral.

PROPOSTA

Do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

O Conselho Nacional de Direitos Humanos tem por competência formular e executar a política nacional de defesa dos direitos humanos.

São atribuições desse Conselho:

1 - Receber representação e denúncia de violações dos direitos humanos, apurando sua procedência e encaminhando às autoridades competentes.

2 - Promover a tarefa de educação e esclarecimento da sociedade sobre a significação dos direitos humanos.

3 - Fiscalizar o cumprimento,por partes dos demais poderes,da política nacional de direitos humanos. Para tanto, poderia instituir comissões Estaduais e Regionais com poderes de realizar diligências que repute necessária a verificação da procedência da denúncia, ouvir toda e qualquer autoridade que esteja indicada como violadora ou executora de ações ou política ao respeito dos direitos humanos, requisitar os documentos e informações que julgar necessários a qualquer particular ou repartição e transportar-se para qualquer lugar do território nacional para a realização de suas atribuições. O orçamento anual da união incluirá despesa destinada ao conselho.

4 - Cooperar com os organismos internacionais de proteção aos direitos humanos.

Por fim, nossa proposta é que este órgão seja integrado pelos seguintes membros#

I - Ministro da Justiça.

II - Representante do Ministério das Relações Exteriores.

III - Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

IV - Presidente do Supremo Tribunal Federal.

V - Presidente da Associação Brasileira da Imprensa.

VI - Representante dos Partidos Políticos com assento no Congresso Nacional.

VII - Representante das Centrais de Trabalhadores.

- Por lei ordinária seria estabelecida sua forma de funcionamento.-

JUSTIFICATIVA

A trajetória política do País e especialmente a história dos últimos 21 anos de governo militar nos mostra que a prática constante de violações dos direitos humanos faziam parte da razão matenedora do próprio regime.

A nível institucional, no plano jurídico-formal, os direitos humanos sempre representaram abstrações genéricas para as camadas populares de nova sociedade, sem nenhuma compondente efetivação e garantia na prática. Inúmeras associações , conselhos e entidades classistas, nos períodos mais negros do regime levantavam a bandeira dos dos direitos humanos para denúnciar violação desses direitos nos

planos políticos, econômicos e sociais, porém a correspondente garantia e satisfação nunca houve.

Atualmente vivemos o período de transição democrática onde a sociedade civil e particularmente as classes populares, com muito esforço, buscam exercer amplamente o direito de cidadania, que necessariamente será conquistado com a efetivação e garantia dos direitos humanos.

Neste sentido, defendemos a proposta, para que a próxima Assembléia Nacional Constituinte se destaque não apenas pela amplitude das conquistas políticas, mas também pela criação de órgãos novos para fazer valer essas e outras conquistas, instituindo desta forma o Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Analisamos, todavia, que a submissão deste órgão a qualquer dos poderes estatais levaria ao desvirtuamento de seus princípios e funções, principalmente na ingerência da política estatal para o cumprimento de suas tarefas, tendo sempre que realizar a chamada "analise de ocasião" ou da "conjuntura política" para poder realizar seus objetivos, o que nos faz crer na perda da independência de agir enquanto órgão.

A idéia de criação deste órgão com poderes de um "4o. Poder" da República surgiu pela análise de algumas experiências europeias desenvolvidas pelos "Defensores do Povo". (Ombudsmam)

CEDIM

MOVIMENTO DE EVANGÉLICOS EM APOIO À CANDIDATURA DA FRENTE BRASIL POPULAR LUIS INÁCIO LULA DA SILVA

A nossa fidelidade ao Evangelho de Cristo, que nos alimenta e nos inspira na construção do seu Reino de Justiça e Paz, exige de nós a luta por uma sociedade democrática estruturada de forma a garantir uma vida digna para todos, onde os direitos básicos e fundamentais das classes populares sejam prioridadedes do governo. Coerente com essa posição e depois de examinar as propostas dos dois candidatos que disputam o segundo turno das eleições presidenciais, vimos publicamente manifestar nosso apoio ao candidato Luis Inácio Lula da Silva, no próximo dia 17 de dezembro. Esta opção foi fruto de estudo detalhado das vidas e das propostas dos dois candidatos.

A vida de Lula, pelo seu sofrido e humilde passado de trabalhador metalúrgico que conhece realmente na prática o sofrimento dos pobres, o seu impressionante discernimento político forjado nas lutas populares e sindicais, a coerência do seu Programa de Governo que não apresenta proposta pessoal mas fruto de ampla e profunda discussão política nacional com os diversos setores da sociedade, levaram-nos, como bispos, pastores, pastoras e lideranças das mais representativas denominações evangélicas, a nos comprometer, decisiva e publicamente, com a proposta democrática da Frente Brasil Popular.

Vivemos uma oportunidade histórica de se fazer justiça aos milhões de trabalhadores de nossa pátria que, com sacrifício de suas vidas, produzem riquezas que não estão revertendo para melhorar suas precárias condições de vida. Ao contrário, constituem-se em fontes de acumulação para uma minoria privilegiada, que deseja manter de todas as formas essa estrutura injusta em que nos encontramos.

Estamos convencidos de que somente uma candidatura realmente popular, respaldada por uma frente tão ampla de grupos e movimentos populares e apoiada por expressões de todos os segmentos sociais, incluindo grandes setores das igrejas cristãs, será capaz de proporcionar as mudanças inadiáveis e urgentes que o Brasil exige.

As igrejas evangélicas, como instituições eclesiásticas, não têm e não podem ter candidato oficial. A manipulação que se tem feito de que a família evangélica está comprometida organicamente com qualquer candidato não corresponde à verdade. A insinuação de que os evangélicos já fizeram opção ideológica por aquele que representa e defende o atual sistema econômico e político, injusto e discriminador, carece de fundamento e é repudiada como instrumento eleitoreiro para iludir as classes populares. Não negamos, entretanto, o direito de segmentos das igrejas evangélicas fazerem sua opção por programa que seja mais condizentes com os interesses populares e com os ideais básicos de sua fé evangélica. E isso encontramos na proposta da Frente Brasil Popular.

Reafirmamos nosso compromisso com a democracia. Proclamamos, livre e entusiasticamente, nosso apoio à candidatura da Frente Brasil Popular de Luis Inácio Lula da Silva como a que mais autenticamente representa os direitos e anseios do povo brasileiro.

Fazemos votos de que o Deus da Vida e da Paz esteja com o povo brasileiro neste momento tão decisório de nossa Pátria.

Rio, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Vitória, Belém, Salvador, Recife, Fortaleza, Natal, Maceió, Campinas.

Informativo Nacional

Novembro de 1989

Informativos

A QUE PONTO CHEGAMOS...

Rubem Alves

"Vejam só a que ponto chegamos. Agora ele está querendo ser presidente... Não se enxerga? A começar pelos ancestrais, que não são coisa que se recomende. Há fortes boatos de descender de uma mulher de costumes frouxos e suscetível a amores proibidos. O pai, ao que parece, não conseguia se fixar em emprego algum, e alguns chegam mesmo a descrevê-lo como tendo alma de vagabundo. É certo que não seria nunca escolhido como "operário padrão". E que dizer do lugar onde nasceu? Estado dos mais atrasados, sotaque típico, crescido em meio à rudeza dos que não se refinaram para as lides públicas. Podem imaginar o seu comportamento num banquete? Seria vergonhoso... Cotovelos sobre a mesa, empurrando a comida com o dedão, falando de boca cheia... Seria um vexame nacional. Acresce o fato de não haver nem mesmo terminado o curso primário, sua educação formal se restringindo a ler, escrever e fazer as quatro operações. Como trabalhador braçal, excelente. Na verdade, alí é o seu lugar. Como acontece com as pessoas que trabalham muito com o corpo e pouco com a cabeça, seu corpo se desenvolveu de forma invejável. Testemunhas oculares relatam mesmo que, em certa ocasião, não vacilou em se valer dos seus músculos para dobrar um grupo de adversários. Mas,o que assusta mesmo, é o seu radicalismo em relações às questões do trabalho, especialmente o campo. Pois não é da iniciativa e do capital dos patrões que vem a riqueza do país? E agora este matuto quer colocar o carro na frente dos bois... Se sua política agrária for colocada em prática é certo que vamos ter uma convulsão social no país. O nosso sistema de produção vai ser desmantelado, com imprevisíveis consequências para a economia. Mas pior do que isto serão as consequências sociais. No final, parece que os empregados tomarão conta de tudo, aos patrões não restará outra alternativa que deixar o país... "Love it or leave it..."

Podem guardar seus sorrisos e sua raiva porque isto que escrevi não é sobre quem vocês estão pensando. É sobre Abraham Lincoln. E o que eu disse sobre a sua vida pode ser encontrado na Enciclopédia Britânica, para quem quiser conferir. Imaginei como é que a conversa rolaria na rodinhas das UDRs e KKKs da época, ante a insólita possibilidade de que um ex-lenhador sem curso primário viesse a ser o presidente do país. Como se sabe Lincoln foi eleito, os escravos foram libertados, houve uma enorme convulsão social, pois os donos de escravos se recusavam a aceitar a liberdade dos negros, e aqueles que não se ajustaram cumpriram a sua promessa:emigraram. Para onde? Muitos para o Brasil. E foi assim que nasceram as cidades de Santa Bárbara do Oeste e Americana. Por que o Brasil? Porque, se não podiam ter escravos lá, poderiam continuar a ter escravos aqui. Nunca imaginei que esta seria uma boa razão para se optar pelo Brasil: para se continuar a ter escravos.

Mas os tempos mudaram. Mudaram? Parece que ainda hoje o mesmo horror existe ante a possibilidade de que um operário venha a ser presidente do país. E as conversas que rolam por aqui não devem ser muito diferentes das que rolaram por lá. Parece que a história está cheia de situações parecidas e é só por isto que podemos aprender dela. Quem sabe a memória do ex-lenhador que se candidatou a presidente dos USA pode nos ajudar a colocar em perspectiva este fato insólito de um operário que se candidata à presidência do Brasil.

Rubem Alves é teólogo, filósofo, professor da UNICAMP, autor de vários livros.

Os direitos humanos e a construção de uma nova sociedade.

A sociedade brasileira vive hoje momentos extremamente difíceis. A crise econômica é cada vez mais grave e atinge sobretudo, como é costume no nosso país, os mais pobres.

Em 1985 ,mais da metade da população brasileira era pobre ou miserável: 53 milhões de pessoas eram pobres -- ganhavam até 1/2 salário mínimo per capita. E 24,5 milhões de pessoas eram miseráveis, isto é,ganhavam até 1/4 do salário mínimo per capita(em uma população total de 135 milhões de pessoas)(nota 1). Das 48 milhões de crianças, 38 milhões eram pobres ou miseráveis. Em 1961, 38% da população consumia menos de 2240 calorias por dia, isto é, era subnutrida. Em 1986, esta proporção tinha subido para 65%: o que significa que dois terços da população (90 milhões de brasileiros) eram subnutridos. O salário mínimo de 1986 equivalia a apenas 46% do valor do salário mínimo de 1940. Em outras palavras, com o salário mínimo de 1986 só se podia comprar 46% do que se comprava em 1940. A concentração da renda no país se intensificou nos últimos 30 anos: o 1% mais rico da população, que ganhava 11,9% da renda nacional em 1960, passou a ganhar 14,7% em 1970 e 16,9% em 1980; ao passo que os 50% mais pobres - a metade mais pobre da população - passou, no mesmo período, de 17,4% para 14,9% e para 12,9%. Estes dados só fizeram piorar nos últimos anos.

No campo, estamos em plena lei da selva ou, o que é a mesma coisa, na vigência da lei do mais forte: em 23 anos, de 1964 a 1987, foram assassinados 1017 trabalhadores rurais. A quase metade destas mortes ocorreu a partir de 1985 (458). O que é mais grave é a conivência da polícia e das autoridades governamentais com estes assassinatos. Por outro lado, constata-se ainda no Brasil a existência do trabalho escravo: trabalhadores rurais empregados durante vários meses sem poder sair e que muitas vezes são mortos quando tentam fugir. A Comissão Pastoral da Terra da região Araguaia-Tocantins levantou que, entre 1984 e 1987, houve prática de trabalho escravo em 24 imóveis (fazendas) desta região envolvendo cerca de 2300 trabalhadores, sendo que nos últimos 8 anos houve pelo menos 41 assassinatos.

A dívida externa continua sangrando o nosso país: em 1988, só de serviço da dívida o Brasil pagou 17 bilhões de dólares, o que daria para construir 7,7 milhões de casas populares, suficientes para 30 milhões de pessoas. Para evidenciar o quanto isto é grave basta saber que o Brasil é o 5o. maior produtor mundial de alimentos; no entanto, dois terços de nossa população é subnutrida. Os alimentos são exportados, a fim de pagar a nossa dívida: não são utilizados para matar a fome dos brasileiros.

O que estes dados nos mostram é que o principal direito que está sendo negado ao povo brasileiro é o direito à vida. Temos de lutar para garantir o direito de viver da maioria do nosso povo: "direito de viver como gente" e não como animal ou como escravo.

Esta situação não existe por acaso: há setores que se beneficiam da pobreza e da miséria. Os mais ricos, os grandes banqueiros, os grandes empresários industriais, os grandes proprietários de terra,

estes setores sociais não têm interesse em mudar este quadro. O Estado brasileiro é um Estado que vive de recursos públicos (os impostos pagos pela população), mas que os utiliza a serviço de grupos privados, a serviço destes setores. Estado este caracterizado por deixar na impunidade a utilização de recursos públicos em proveito próprio (corrupção) e os crimes cometidos contra trabalhadores (os assassinatos no campo). Para estes setores sociais não interessa o fim da inflação - eles ganham com ela -, não interessa que o Estado seja realmente público -que os recursos públicos sejam destinados ao serviço do público, que o poder judiciário faça efetivamente justiça. Interessa-lhes a continuação da situação atual.

Apesar deste quadro social extremamente negativo para a grande maioria da população, é preciso reconhecer que algo de novo está ocorrendo: os setores populares não se deixam mais massacrar sem reagir. Nos últimos quinze anos vem crescendo de todos os lados a mobilização da sociedade civil. De norte a sul do país surgem movimentos populares exigindo, defendendo seus direitos, reivindicando, se organizando. Negros, mulheres, seringueiros, favelados, posseiros, bóias-frias, operários, estudantes, sem-terra, bancários, funcionários públicos, se mobilizam em favor de suas reivindicações. Não é mais um povo desorganizado, disperso, fácil de ser dominado e explorado: a cada momento novos sujeitos sociais se constituem em torno de um objetivo comum a garantir. Lutam para defender o que já conseguiram, mas também para conquistar novos direitos. Os direitos sociais e políticos reconhecidos pela Constituição de 1988 foram conquistados por esta mobilização da sociedade civil.

No Brasil, os direitos humanos foram a arma da resistência da sociedade civil contra a opressão da ditadura: contra a tortura, pelo direito de defesa, pela liberdade de expressão, de reunião, de organização, pela democracia, pela anistia aos perseguidos políticos; contra o arrocho salarial, pelo direito de organização dos trabalhadores, pelo direito de greve. Hoje trata-se de lutar pela plena cidadania dos trabalhadores, pelo cumprimento da Constituição - o que implica na votação das leis complementares e na regulamentação de várias leis já aprovadas. Trata-se, especialmente, neste momento, de utilizar este direito que reconquistamos depois de 27 anos - o direito de eleger diretamente o presidente da República - para colocar o Estado a serviço da sociedade, isto é, desprivatizá-lo. É preciso que as verbas públicas deixem de favorecer uma pequena elite particular para servir ao bem de todo o povo, particularmente dos mais pobres. Qualquer que seja o resultado destas eleições, será preciso continuar a lutar para que os dois terços que hoje são excluídos dos benefícios sociais possam não apenas participar deles mas possam também aceder ao nível de decisão política, do qual sempre foram marginalizados.

Ivo Lesbaupin

IVO LESBAUPIN

4/novembro/89.

Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos - MNDDH
Setor de Diversão Sul - Ed. Venâncio VI
Bloco "C" - N.º 39 - Sala 109
Fone: (061) - 321-4751
70.392 — Brasília - DF.

F O T O G R A F I A S

V ENCONTRO

CEDIM

5º Encontro?






DIREITOS


DOS

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

SDS - Ed. Venâncio VI, bloco O, 39, sala 109, 70302, Brasília, DF - (061) 321-4751

NOTA À OPINIÃO PÚBLICA

Reunidos em Brasília, nos dias 25 a 27 de agosto de 1989, em sua segunda reunião ordinária, o Conselho Nacional e o Secretariado Executivo do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos - MNDDH - dirigem-se à opinião pública para compartilhar uma série de preocupações com o momento social, político e econômico do Brasil e da América Latina.

1. Diante da campanha eleitoral em andamento para a Presidência da República, o Movimento expressa sua preocupação com a ênfase dada às pessoas dos candidatos e não aos programas e propostas de governo. Ao mesmo tempo, denuncia a manipulação da opinião pública através das pesquisas de tendências eleitorais, sem que haja a devida transparência sobre a metodologia utilizada. Resultados que revelariam determinado posicionamento dos eleitores já são apresentados, através dos meios de comunicação, como se indicassem tendências definitivas.

Na avaliação do Movimento, está sendo acionada uma poderosa máquina publicitária para favorecer o candidato Collor de Mello, escolhido como o nome ideal para manter inalteradas as estruturas que fazem do Brasil um dos países de maior desigualdade social e econômica em todo o mundo. Em seu discurso, este candidato utiliza mensagens claramente antidemocráticas, a começar pela desvalorização da atividade política e pela recusa a participar dos debates.

2. No campo econômico, o Movimento constata os efeitos devastadores da política oficiosa de hiperinflação. Os salários estão profunda

Regionais do MNDDH:
Norte I (AC, AM, RO, RR) - CDDH Manaus - av. Epaminondas, 722, CP 958, 69011, Manaus, AM - (092) 233-8072
Norte II (PA, MA, AP) - Sociedade Paraense de Defesa dos DH - rua Senador Manoel Barata, 47, sala 302, 66020, Belém, PA - (091) 225-4677
Nordeste (CE, RN, PB, PE, AL, BA, SE, PI) - CDDH J. Pedro Teixeira - pça Cel. Antônio Pessoa, 102, centro, 58100, Campina Grande, PB - (083) 321-4375
Leste I (ES, RJ) - CDDH Petrópolis - rua Carlos Gomes, 180, CP 90581, 25621, Petrópolis, RJ - (0242) 42-2462
Leste II (MG) - CDDH Juiz de Fora - rua Henrique Surerus, 30, 36013, Juiz de Fora, MG - (032) 211-8677
Sul I (SP) - Centro Santo Dias - av. Higienópolis, 890, sala 19, 01238, São Paulo, SP - (011) 825-4414
Sul II (PR, SC, RS) - CDDH Joinville - rua 15 de Novembro, 353, sala K, CP 778, 89200, Joinville, SC - (0474) 22-8989
Centro-Oeste (GO, MT, MS, DF, TO) - Instituto Brasil Central - rua 240, lote 19, quadra 93, Setor Universitário, 74210, Goiânia, GO - (062) 225-2801

mente corroídos, afetando gravemente o poder aquisitivo da maioria da população. Os indicadores sociais básicos revelam o aprofundamento da miséria e da fome. Toda esta política antipopular baseia-se na adoção de programas econômicos fundamentados no neoliberalismo econômico, com efeitos sociais já verificados, por exemplo, no Chile e na Bolívia.

O governo federal continua a dar um tratamento incorreto aos problemas da dívida externa e da dívida interna. No primeiro caso, continua saindo do país um enorme fluxo de recursos financeiros, enquanto o bloco de credores externos continua a atuar de forma violatória à soberania nacional. Internamente, o final do governo Sarney é marcado por uma escalada de privatização de empresas estatais, sem ampla consulta nem ao Congresso, nem às demais entidades representativas da sociedade brasileira.

3. No campo social, o Movimento verifica o agravamento de uma série de situações e a implantação de várias políticas que ferem frontalmente os direitos humanos. Aqui estão algumas dessas situações e políticas:

3.1.O governo - em todos os níveis - responde ao agravamento da crise sócio-econômica com uma política repressiva cada vez mais sofisticada. É cada vez maior a lista dos ameaçados de morte, entre os dirigentes populares e agentes pastorais no campo e na cidade. Nas delegacias, a tortura aos prisioneiros é uma prática rotineira. Os mandantes dos crimes contra as lideranças dos trabalhadores permanecem impunes, de forma generalizada. Em alguns Estados, como Minas Gerais, o governo estadual favorece a política de transformar a Polícia em canal de esvaziamento dos movimentos populares dos bairros, através de "conselhos de segurança", estimulando, também, a delação.

3.2. Acentua-se, ao mesmo tempo, a campanha contra os direitos humanos, através da mídia impressa e audiovisual, atingindo os militantes dessa luta de forma cotidianamente difamatória e caluniosa. A propaganda em favor da pena de morte é retomada com muito alarde, enquanto o deputado federal José Lourenço tenta fazê-la passar, como emenda, no Congresso; na prática, a escalada de violência rural e urbana já chega a configurar um estado de guerra não declarada em que a principal vítima é a maioria da população trabalhadora.

3.3. No campo religioso, o Movimento vê, com muita preocupação, a ocorrência de uma série de fatos e atitudes que indicam o uso da religião a serviço da dominação. É grave a atuação de certos grupos supostamente religiosos - como a chamada "igreja universal do reino de deus" - que exploram as carências e a boa fé do povo em favor de interesses inconfessáveis de caráter comercial.

Mais recentemente, um outro fato lamentável, na área da Igreja Católica, chamou a atenção dos militantes dos direitos humanos. Em Recife, o arcebispo local, d. José Cardoso Sobrinho, chamou a Polícia Militar para expulsar lavradores que ocupavam o pátio da residência episcopal e que tinham reivindicações a fazer ao pastor da Igreja recifense.

Nenhum argumento justifica a atitude do arcebispo. Vale lembrar que a Igreja recifense teve como pastor um homem como d. Hélder Câmara - uma das maiores vítimas da repressão policial-militar no Brasil - e que foram policiais os executores do padre Antônio Henrique, nos anos da repressão ditatorial. O Movimento pede a d. José que reveja sua atitude e se converta aos empobrecidos, em nome do Evangelho de Jesus.

4. Na conjuntura latino-americana, o Movimento observa, com profun

da preocupação, o agravamento da violência na Colômbia. De janeiro a julho deste ano, são cerca de 6 mil assassinatos no país vizinho. A resposta repressiva aparece, mais uma vez, como ineficaz diante de uma profunda crise baseada em condições de injustiça institucionalizada.

5. Diante deste quadro, o Movimento reafirma seu compromisso com a mobilização e organização do povo brasileiro em favor dos seus legítimos direitos. Somente um povo organizado é capaz de ir revertendo, no dia a dia, essa correlação tão desigual e injusta de forças.

Faz, também, um apelo a todas as organizações co-irmãs, a todas as instituições mais representativas da sociedade brasileira, para que se somem numa luta corajosa em defesa da vida, em todos os seus aspectos.

Neste contexto, propõe-se a trabalhar para que, nas eleições de 15 de novembro, seja eleito um Presidente disposto a servir à maioria da população brasileira e não a interesses oligárquicos, excludentes e elitistas.

Brasília, 27 de agosto de 1989

CONSELHO NACIONAL

SECRETARIADO EXECUTIVO

DO MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - MNDDH

Regionais do MNDDH:
Norte I (AC, AM, RO, RR) - CDDH Manaus - av. Epaminondas, 722, CP 958, 69011, Manaus, AM - (092) 233-8072
Norte II (PA, MA, AP) - Sociedade Paraense de Defesa dos DH - rua Senador Manoel Barata, 47, sala 302, 66020, Belém, PA - (091) 225-4677
Nordeste (CE, RN, PB, PE, AL, BA, SE, PI) - CDDH J. Pedro Teixeira - pça Cel. Antônio Pessoa, 102, centro, 58100, Campina Grande, PB - (083) 321-4375
Leste I (ES, RJ) - CDDH Petrópolis - rua Carlos Gomes, 180, CP 90581, 25621, Petrópolis, RJ - (0242) 42-2462
Leste II (MG) - CDDH Juiz de Fora - rua Henrique Surerus, 30, 36013, Juiz de Fora, MG - (032) 211-8677
Sul I (SP) - Centro Santo Dias - av. Higienópolis, 890, sala 19, 01238, São Paulo, SP - (011) 825-4414
Sul II (PR, SC, RS) - CDDH Joinville - rua 15 de Novembro, 353, sala K, CP 778, 89200, Joinville, SC - (0474) 22-8989
Centro-Oeste (GO, MT, MS, DF, TO) - Instituto Brasil Central - rua 240, lote 19, quadra 93, Setor Universitário, 74210, Goiânia, GO - (062) 225-2801

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

SDS - Ed. Venâncio VI, bloco O, 39, sala 109, 70302, Brasília, DF - (061) 321-4751

Circular do MNDDH

IMPORTANTE

1) Estamos enviando o primeiro boletim "ANÁLISE" publicado pelo MNDDH e CÁRITAS, com periodicidade bimensal.

2) Atenção: Devido a uma série de reclamações que recebemos ' das Agências internacionais que financiam projetos, solicitamos a todos os Centos e Movimentos de Direitos Humanos que informem a Secretaria se têm ou não financimentos e com que agências. Pedimos a colaboração de todos para que possamos prestar uma assessoria e evitar ' mal entendidos.

3) Informamos que a partir da próxima edição do Jornal D.H. toda distribuição, recebimento de assinaturas e pedidos estarão sob a responsabilidade da companheira DARCI ANDAZIA AZEVEDO cujo endereço' é: Rua Brigadeiro Galvão 229 - CEP. 01150 - SÃO PAULO - SP - FONE: (011)671811.

Solicitamos o máximo de empenho dos companheiros na promoção' de assinaturas.

Brasília, 12 de julho de 1989.

SECRETARIA EXECUTIVA

Regionais do MNDDH:
Norte I (AC, AM, RO, RR) - CDDH Manaus - av. Epaminondas, 722, CP 958, 69011, Manaus, AM - (092) 233-8072
Norte II (PA, MA, AP) - Sociedade Paraense de Defesa dos DH - rua Senador Manoel Barata, 47, sala 302, 66020, Belém, PA - (091) 225-4677
Nordeste (CE, RN, PB, PE, AL, BA, SE, PI) - CDDH J. Pedro Teixeira - pça Cel. Antônio Pessoa, 102, centro, 58100, Campina Grande, PB - (083) 321-4375
Leste I (ES, RJ) - CDDH Petrópolis - rua Carlos Gomes, 180, CP 90581, 25621, Petrópolis, RJ - (0242) 42-2462
Leste II (MG) - CDDH Juiz de Fora - rua Henrique Surerus, 30, 36013, Juiz de Fora, MG - (032) 211-8677
Sul I (SP) - Centro Santo Dias - av. Higienópolis, 890, sala 19, 01238, São Paulo, SP - (011) 825-4414
Sul II (PR, SC, RS) - CDDH Joinville - rua 15 de Novembro, 353, sala K, CP 778, 89200, Joinville, SC - (0474) 22-8989
Centro-Oeste (GO, MT, MS, DF, TO) - Instituto Brasil Central - rua 240, lote 19, quadra 93, Setor Universitário, 74210, Goiânia, GO - (062) 225-2801



P R O P O S T A S

1 9 9 4

CEDIM

Propostas

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS
DE NOVA IGUAÇU - RJ
Rua Antônio Wilman, 230
CEP: 26.215.020
CGC: 30.206.171/0001-32

M.N.D.H.
MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1994.

Prezados Amigos,

O MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - M.N.D.H., em seu 8º ENDH, realizado em Salvador (janeiro/94), deliberou que para melhor encaminhamento das discussões em torno dos Direitos Humanos, promoveria seus trabalhos em quatro programas, a saber: 1. Relações de Gênero, Racismo e Discriminação; 2. Justiça e Segurança Pública; 3. Políticas Públicas; 4. Organização.

O PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS, concluiu em plenária no Seminário Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos, realizado em Peruíbe/SP (abril/94), o seu plano de trabalho:

OBJETIVOS:

1. GERAIS:

1.1. Implementar a intervenção política do MNDH na área das políticas públicas, com vista a uma transformação estrutural da sociedade brasileira em favor da hegemonia da maioria excluída de sua população, garantindo a democratização e um projeto de desenvolvimento auto-sustentável que respeite as diversidades regionais.

1.2. Contribuir para que essas políticas sejam marcadas pelas perspectivas dos Direitos Humanos, universais, indivisíveis, e interdependentes; concretizando a concepção dos Direitos Humanos como referência ética para a sociedade e para cada um dos seus cidadãos.

CENTRO DE DIREITOS HUmanOS
DE NOVA IGUAÇU - RJ
Rua Antônio Wilman, 230
CEP: 26.215.020
CGC: 30.206.171/0001-32

1.3. Promover, no âmbito interno do movimento, uma conscientização cada vez maior sobre o significado das políticas públicas, procurando, ao mesmo tempo, criar espaços de formação e capacitação dos militantes do MNDH, nesse sentido.

1.4. Desenvolver ações articuladas e/ou parceria com outros movimentos e entidades da sociedade civil com vistas a concretização das políticas sociais.

2. ESPECÍFICOS:

2.1. Implementar intervenções específicas do MNDH nas políticas públicas de Reforma Agrária, Reforma Urbana, Trabalho (relações trabalhistas, emprego e renda), Saúde, Educação, Criança e Adolescente, Comunicação e Cultura, Ciência e Tecnologia, Transporte, tanto em termos de diagnóstico da realidade, quanto em termos de proposta e de ações transformadoras.

2.2. Articular as entidades filiadas que se dedicam especificamente a essas políticas, para efetivação dos programas de políticas públicas do MNDH.

2.3. Articular o MNDH com outras organizações da sociedade civil que atuam nessas áreas.

Tamanho desafio para estruturação e implementação destas metas, foi confiado a duas entidades indicadas e aprovadas pelo movimento no nível estadual (CDH de Nova Iguaçú e Grupo Pela Vidda), responsabilizando-se pela articulação do Programa de Políticas Públicas no estado do Rio de Janeiro.

Entendemos que o mapeamento de nossa realidade se faz necessário, para efetivarmos uma legítima atuação na esfera das políticas públicas, conhecendo os projetos desenvolvido pelas entidades que compõem o MNDH em nosso estado.

Sendo assim, enviamos o questionário em anexo, objetivando levantar dados mínimos indispensáveis para iniciarmos nosso trabalhos, contando com o retorno de sua entidade dentro do prazo estipulado (até 15 de agosto de 1994).

Desde já agradecemos a atenção dispensada, na certeza de que sua participação muito contribuirá para juntos lutarmos por políticas públicas que favoreçam os

Propostas

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS
DE NOVA IGUAÇU - RJ
Rua Antônio Wilman, 230
CEP: 26.215.020
CGC: 30.206.171/0001-32

M.N.D.H.
MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1994.

Prezados Amigos,

O MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - M.N.D.H., em seu 8º ENDH, realizado em Salvador (janeiro/94), deliberou que para melhor encaminhamento das discussões em torno dos Direitos Humanos, promoveria seus trabalhos em quatro programas, a saber: 1. Relações de Gênero, Racismo e Discriminação; 2. Justiça e Segurança Pública; 3. Políticas Públicas; 4. Organização.

O PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS, concluiu em plenária no Seminário Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos, realizado em Peruíbe/SP (abril/94), o seu plano de trabalho:

OBJETIVOS:

1. GERAIS:

1.1. Implementar a intervenção política do MNDH na área das políticas públicas, com vista a uma transformação estrutural da sociedade brasileira em favor da hegemonia da maioria excluída de sua população, garantindo a democratização e um projeto de desenvolvimento auto-sustentável que respeite as diversidades regionais.

1.2. Contribuir para que essas políticas sejam marcadas pelas perspectivas dos Direitos Humanos, universais, indivisíveis, e interdependentes; concretizando a concepção dos Direitos Humanos como referência ética para a sociedade e para cada um dos seus cidadãos.

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS
DE NOVA IGUAÇU - RJ
Rua Antônio Wilman, 230
CEP: 26.215.020
CGC: 30.206.171/0001-32

Direitos Humanos.

Atenciosamente,

GRUPO PELA VIDDA

CDH de NOVA IGUAÇÚ

LOCAIS PARA REMESSA DO QUESTIONÁRIO:

- Baixada Fluminense

CDH de NOVA IGUAÇÚ
A/C ZULEICA
RUA ANTÔNIO WILMAN, 320 - MOQUETÁ
CEP: 26.215-020 - NOVA IGUAÇÚ - RJ
TEL: 768-3822 E FAX: 767-8797

- Volta Redonda e adjacências

CDH de VOLTA REDONDA
A/C LURDINHA
AV. DO CONTORNO, 3039 - MANGUEIRA
CEP: 27.330-010 - BARRA MANSA - RJ
TEL: (0243) 43-1801

- Rio de Janeiro e demais

GRUPO PELA VIDDA
A/C LILIAN OU MIRIAM
RUA SETE DE SETEMBRO, 48/12º ANDAR - CENTRO
CEP: 20.050-000 - RIO DE JANEIRO - RJ
TEL: 224-1654

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS
DE NOVA IQUAÇU - RJ
Rua Antônio Wilman, 230
CEP: 26.215.020
CGC: 30.206.171/0001-32

M.N.D.H.

MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

QUESTIONÁRIO DO PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

I. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:

1. Nome oficial da entidade: _____
_____

2. Sigla pela qual é conhecida: _____

3. Endereço: _____
_____

a. Caixa Postal: _____
b. Cidade: _____
c. Telefone: _____
d. Fax: _____

II. DADOS INDICATIVOS DA ATIVIDADE NA ÁREA DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

1. Áreas de trabalho no Programa de Políticas Públicas:

a. ( ) Reforma Agrária
b. ( ) Reforma Urbana
c. ( ) Trabalho
d. ( ) Saúde
e. ( ) Educação
f. ( ) Criança e Adolescente
g. ( ) Comunicação e Cultura
h. ( ) Ciência e Tecnologia
i. ( ) Transporte

2. Grupos aos quais dirige as atividades do Programa:

a. ( ) Crianças
b. ( ) Jovens
c. ( ) Mulheres
d. ( ) Deficientes
e. ( ) Indígenas
f. ( ) Refugiados
g. ( ) Trabalhadores
h. ( ) Presos
i. ( ) Outros (especifique)
_____

3. Área geográfica que atende: _____

4. De que forma sua entidade vem atuando, tendo por base as respostas dadas nas perguntas anteriores ?
_____
_____
_____
_____
_____

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS
DE NOVA IGUAÇU - RJ
Rua Antônio Wilman, 230
CEP: 26.215-020
CGC: 30.206.171/0001-32

5. Trabalha com a comunidade (especifique local) ? Que tipo de atividade desenvolve nesse meio ?

6. Considerando os outros atores da comunidade e grupos com os quais trabalha, quais as articulações, parcerias que tem e quais os desafios que enfrenta para execução dos objetivos de sua instituição ?

7. Qual o tipo de problema que enfrenta com o Poder Público para a plena realização dos objetivos de sua instituição, tendo como pano de fundo os Direitos Humanos ? (sugestão: envie boletins e outros comunicados que esclareçam a questão)

8. Tem publicações ? Quais ? Qual a periodicidade ? A quem se destina (público alvo) ?

9. Se a sua entidade trabalha com Reforma Agrária ou Reforma Urbana, como articula sua luta com as outras áreas de políticas públicas ?

10. Se a sua entidade trabalha com outras áreas de políticas públicas, como articula e qual a relevância que atribui a questão da Reforma Agrária e Reforma Urbana ?

11. Tem interesse, considera importante que o MNDH promova seminário para discutir a questão da Reforma Agrária e Reforma Urbana à luz das políticas públicas como um todo, na esfera estadual ?

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS
DE NOVA IGUAÇU - RJ
Rua Antônio Wilman, 230
CEP: 26.2015-020
CGC: 30.206.171/0001-32

12. Qual a contribuição (material, humana, publicações, etc.) que poderia fornecer para realização do seminário ?

13. De que forma sua entidade pode enriquecer a discussão sobre políticas públicas dentro do MNDH ?

OBS: OS QUESTIONÁRIOS DEVERÃO SER REMETIDOS ATÉ O DIA 15 DE AGOSTO PARA OS LOCAIS INDICADOS ANTERIOMENTE.

CEDIM

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Relatório da reunião da Comissão Estadual de Direitos Humanos realizada no dia 27/08/93, na Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu. Participantes: AJUP, BENTO RUBIÃO, NOVA IGUAÇU, PETROPOLIS E VOLTA REDONDA.

A Pauta da reunião:

1º - Encontro do Regional Leste 1, nos dias 11 e 12 de setembro de 1993
2º - Desmembramento do Regional Leste 1.
3º - A questão do Estadual do RJ

1º - Inicialmente, discutiu-se uma proposta de metologia para a 1º parte: Análise de conjuntura sobre a Violência e o Movimento Popular. Conclusão para essa parte: A) trabalho de grupo com o seguinte roteiro:

* a questão partidária
* a ética e a moral
* interferência dos grupos de extermínio e do tóxido no MP

B) plenário
C) fala do assessor

Essa parte terá duração

2º - Quanto ao desmembramento do RJ e ES. concluimos que nesse momento devemos ter uma conversa como tentativa de buscar melhor articulação e organização entre os Estados, bem como superar as dificuldades de informação. Além disso, negociar a questão da divisão dos recursos financeiros, inclusive conversando com a CESE.

3º - A questão do Estadual do RJ

Questões levantadas:

A) Foram lembradas as propostas tiradas em Encontro Regional anterior e que constam no relatório.
B) Os Centros estão sobrecarregados de tarefas.
C) Faltam de retorno das fichas que foram levantadas pelo MNDHs
D) Importância de um projeto de formação para as bases, favorecendo o conhecimento dos direitos sociais.
E) Fortalecer o Estadual do RJ
F) Consulta através de uma ficha para os grupos que trabalham com DHs no RJ
G) Marcar uma reunião com a Comissão Estadual do RJ, logo após o Encontro Regional.

Sem mais, encerrou-se a reunião.

Nova Iguaçu, 02 de setembro de 1993

Doc 1

Grupo Ação Justiça e Paz

CDDHs de Petrópolis - RJ

Proposta de Pauta

A data para o III Encontro Regional foi determinada, em / assembléia, durante o II Encontro: 25 de setembro de 1982, às nove/ horas. O encerramento está previsto para as dezessete hores. O lo-/ cal escolhido foi a Casa de Oração (ATENÇÃO: os participantes deverão se encontrar um pouco antes da hora prevista para o início dos/ trabalhos, no Centro de Formação - Moquetá - NI. Dalí seguiremos / juntos para o local do encontro).

Coube ao GAJP elaborar uma proposta para o temário de pauta do referido encontro. Qualquer contribuição para o enriquecimento dessa proposta será bem aceito dada a importância do assunto. / Pedimos apenas que estas contribuições nos sejam informadas com antecedência: por carta ou por telefone (431606 ou 421177). Desde já/ agradecemos as colaborações.

Proposta de Pauta:

= A BAIXADA FLUMINENSE E MINHA VISÃO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS
Palestra de D. Adriano Hipólito

= Leitura e avaliação do relatório do II Encontro Regional.

= Informes e relatos das atividades locais das entidades presentes.

= Reflezão: esquema de temário como contribuição para o 2º Encontro Nacional de Direitos Humanos.(Cabe informar que existe uma especial atenção para a questão da Violência. É um problema constante na correspondência do serviço de intercâmbio. Será também o tema da próxima Campanha da Fraternidade).

Contamos com a sua presença. Que o Senhor da História nos oriente e anime na caminhada de defesa dos direitos dos pequenos, / dos esquecidos pela sociedade.

Maria M. Miranda

Petrópolis, 10 de setembro de 1982

II Encontro de Entidades de Direitos Humanos

Região Leste e Juiz de Fora

Realizou-se no dia 14 de agosto de 1982, no Centro de Formação, Moquetá, Nova Iguaçu - RJ, o II Encontro das Entidades de Direitos Humanos da Região Leste e Juiz de Fora.

Entidades representadas:

- Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Nova Iguaçu
- Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Juiz de Fora
- Diocese de Itaguaí
- Grupo Ação Justiça e Paz - CDDHs de Petrópolis

Pauta do dia:

- Leitura do relatório da reunião anterior, do dia 5 de junho pp.
- Avaliação do I encontro regional e do próprio regional
- Informes sobre o Serviço de Intercâmbio e sobre as atividades locais das entidades presentes.
- Resoluções finais

Leitura do relatório:

O relatório foi lido pela Zuleika, da Comissão de Justiça e Paz de Nova Iguaçu. Braulio, membro da mesma entidade, teceu oportuna apreciação sobre a especificidade do relatório em relação à Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Nova Iguaçu.

Em relação às conclusões gerais do I Encontro, foram tomadas as seguintes resoluções:

- Os relatórios do 1º semestre pp. das atividades de cada entidade, em 15 cópias, devem ser remetidos para Nova Iguaçu, até o final do mês de agosto.
- Relatórios semelhantes, referentes ao atual semestre, serão elaborados até a 2ª quinzena de dezembro.

- Nova tentativa de contato com a OAB. ficou a cargo do GAJP - Petró-/ polis. (Referência ao item 3)

- Nova tentativa de contato com o Regional Leste 1 da CNBB. ficou a / cargo de Nova Iguaçu (referência: item 3)

- Foi redigida uma carta, endereçada à Iramaia Benjamin - Comitê Bra-/ sileiro Pela Anistia e assinada pelas entidades presentes. Lamentava-/ se a ausência desta entidade e a não feitura do temário de pauta para a II Encontro Regional, conforme decisão em plenário.

Avaliação do I Encontro Regional:

O enfoque dessa avaliação foi bem mais abrangente, não se restringindo apenas ao I encontro. A reflexão central foi o papel do Regional. Como aprofundar a união entre as entidades? O que isto significa de concreto na defesa dos direitos humanos?

Nova Iguaçu:

- Validade dos encontros regionais, permitindo maior intercâmbio entre os grupos.

- Importância dos relatos das atividades locais como troca de experiências e de informações relacionadas a fatos concretos.

- O regional tem função libertadora: aprofunda e fortalece a frente nacional contra o Sistema Capitalista Selvagem.

- Importância do trabalho das entidades de defesa dos direitos humanos para visão mais concreta da realidade. Contribui na diretriz dos trabalhos pastorais das dioceses.

- É importante a dimensão mais ampla do regional, mas, urge manter "os pés no chão" - aprofundar a caminhada. Não se limitar à cúpula → o povo deve conhecer, aprovar e participar.

Juiz de Fora:

- Os encontros são válidos pela troca de idéias - maior aprofundamento

- Importância do regional como respaldo para cada entidade, principalmente nos casos em que as dioceses não confirmam uma ação libertadora integral.

- Maior possibilidade de divulgação de fatos concretos, documentos, /

estudos, levantamentos etc. pelo serviço de intercâmbio.

Itaguaí:

- Os encontros regionais são necessários para reforçar o Regional. Só fortalecendo os regionais se alcançará melhor organização a nível nacional.
- Importância da ação pastoral missionária - o maior engajamento social sensibiliza as dioceses.

Petrópolis:

- A importância dos regionais se deve à extensão do território brasileiro - são pontos de contato.
- Os regionais são os alicerces do movimento nacional. Devem contactar os grupos próximos para uma maior capilarização do movimento.
- O regional deve motivar e apoiar a formação de novas entidades.

Informes:

Foram dados alguns informes do serviço de intercâmbio e relatos das experiências locais das entidades presentes. A partir daí refletiu-se sobre es práticas de defesa dos direitos humanos numa perspectiva de contribuição para a libertação integral da sociedade, para a construção do Reino de Deus.

Serviço de intercâmbio:

- Assinalou-se a ampliação do intercâmbio entre as entidades que defendem os direitos humanos. O serviço foi iniciado entre as 34 entidades presentes no 1º encontro de DHs (janeiro de 1982). Até o momento o número se elevou a 90 entidades.
- A CPT de Belém solicita a divulgação do Dia Nacional de Protesto pela prisão dos padres franceses e dos posseiros - 31-08-1982. Deixou-se para cada grupo, a opção de faze-lo segundo suas possibilidades (missa culto ecumênico, caminhada, vigília de oração etc...)
- Betim, Belo Horizonte e Teófilo Otoni expressaram a dificuldade de se orgarnizar o encontro regional, por ser o ano de eleições.
- Congresso da UCBC - será realizado de 29-10-1982 a 2-11-1982, na PUC de São Paulo. Os grupos de defesa de direitos humanos estarão presen-

tes em um painel organizado pelo serviço de intercâmbio: "Meios alternativos de comunicação."

Nova Iguaçu:

- Falta de material humano para promoção de atividades relevantes em / direitos humanos na diocese.
- A CDJP de Nova Iguaçu desenvolve um trabalho em cima de fatos concretos tão urgentes que carece o espaço para a prevensão de situações de profundo desrespeito aos direitos humanos.
- Há uma preocupação de não se interferir nos movimentos populares, / tanto a nível da base quanto das diretorias desses movimentos.
- A CDJP-NI tem o levantamento e fichário sócio-econômico de sua região.
- Conjunto Pistóia: conjunto habitacional construido em 1971 e ocupado posteriormente pelo povo. Foi formada uma comissão de moradores para / agilizar, junto ao BNH. sua desapropiação.
- Favela da Viga: foi feito um trabalho, em mutirão, para compra do / terreno, isto é, recompra e reconstrução dos barracos queimados.
- Parque Estoril: situação de grilagem da terra em tentativa de resolução.
- Proposta: o regional cobrir o registro histórico dos casos concretos para divulgação e enriquecimento dos grupos.

Juiz de Fora:

- Relato da situação conflitante entre o CDDH e o bispo local.

Itaguaí:

- Foi assinalado o empenho da diocese em desenvolver uma pastoral voltada para os problemas sociais: pastoral da saúde, pastoral da terra,/ pastoral do pescador.
- A dinâmica do trabalho é do tipo "pronto-socorro": não há tempo para a conscientização do povo, para que, assuma com maior clareza, sua missão libertadora da sociedade.
- O problema mais agravante da diocese é a questão da terra: no momento são oito pontos ameaçados.

Petrópolis:

- O serviço de intercâmbio tem tomado bastante tempo do GAJP. Contribuição no aprendizado de metodologia de trabalho, em dados concretos / da situação real dos oprimidos em todo território nacional, no aprofundamento dos pontos crucias de desrespeito dos direitos humanos.
- Maior conhecimento do grupo fora de Petrópolis: é necessário aprofundar o trabalho local.
- O grupo já adquiriu autonomia de atividade: foi registrado como entidade civil independente de qualquer instituição.
- Conscientização política: curso de seis palestras, "Fé e Compromisso Político", enfocando o assunto a partir de vários níveis. Divulgação e distribuição de cartilhas políticas para reflexão dos vários grupos de periferia.
- Apoio e presença no movimento de reivindicação dos desabrigados: os representantes das localidades atingidas com o apoio de outras comunidades e do GAJP decidiu realizar concentração, passeata e culto ecumênico. O objetivo é lembrar as vítimas que morreram e cobrar do govêrno municipal e federal as promessas feitas na época da calamidade.

Resoluções finais:

- Contato com outras dioceses para esclarecimento quanto aos encontros regionais e sua importância na defesa dos direitos humanos.
- Itaguaí manterá contato com Niterói e Volta Redonda.
- Petrópolis manterá contato com Nova Friburgo.
- Nova Iguaçú manterá contato com Caxias.
- PRÓXIMO ENCONTRO: dia 25-09-1982, às 9horas na Casa de Oração. Os / participantes deverão se encontrar no Centro de Formação - Moquetá - Nova Iguaçu.

Petrópolis, 10 de setembro de 1982

Maria M. Miranda

Sadala

14 e 15/11/87

Movimento Nacional de defesa dos Direitos Humanos



Subsídios

SIN
serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos
RUA CARLOS GOMES, 180 CP 90581
25680 PETRÓPOLIS, RJ TEL.: (0242)42-2462.

SERVIR À VIDA

CEDIM

De acordo com o que foi deliberado em reuniões da Comissão Nacional a partir de agora estaremos enviando a vocês subsídios para a preparação de nosso V Encontro Nacional de Direitos Humanos.

SIN
serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos
RUA CARLOS GOMES, 180 CP 90581
25680 PETRÓPOLIS. RJ TEL.: (0242)42-2462
SERVIR À VIDA

Queridos companheiros de caminhada,

Estamos nos aproximando de mais um Encontro Nacional do MNDDH a se realizar de 27 a 31 de janeiro de 1988 em Goiânia. Como foi decidido em Olinda durante o IV Encontro, o caráter decisório dessa Assembléia como instância máxima do MNDDH determina nossa responsabilidade, de cada participante, no encaminhamento político do próprio movimento. Nesse sentido queremos contribuir para a discussão que os grupos já estão fazendo sobre questões que deverão ser decididas, para que a participação tenha como base o conhecimento aprofundado das referidas questões e seus desdobramentos políticos no processo de atuação do movimento. Como primeiro subsídios, queremos compartilhar com vocês algumas reflexões e um pouco da memória dos Encontros Nacionais já realizados.

I - QUANTO À IDENTIDADE DO MNDDH E SEU PERMANENTE PAPEL ESTRATÉGICO

1) Origem dos grupos: os grupos de Defesa dos Direitos Humanos surgiram e continuam a surgir a partir de fatos concretos, de violações reais dos direitos do povo oprimido/marginalizado e dos seus aliados. Em torno desses fatos começam sua luta e se organizam para a defesa mais permanente dos que têm seus direitos espoliados pelo sistema dominante.

2) Contexto inicial da origem dos grupos: época de fechamento político e de repressão do movimento popular pela ditadura militar, época de tortura e desaparecimento daqueles que se opunham politicamente ao governo/sistema; época em que não havia espaço para a organização/ ação do movimento popular e sindical. Nessa época, embora a verdadeira causa das violações dos direitos humanos no Brasil estivesse ligada à implantação/manutenção/aprofundamento de um sistema baseado na expropriação dos trabalhadores, o que aparecia mais claramente era a violação dos direitos políticos, consequência da forte opressão deflagrada contra setores da sociedade brasileira. Nesse sentido, vários e distintos grupos/movimentos/setores se uniram para a reconquista dos direitos políticos. O fator aglutinador era a derrubada da ditadura militar. Naquele contexto histórico era difícil a conscientização/construção de um projeto alternativo de sociedade e de sua viabilização concreta como condição necessária para uma maior observância dos direitos dos marginalizados. O que unia era SER CONTRA o autoritarismo militar e menos o SER A FAVOR de um determinado projeto político/econômico/social (para melhor conhecimento dessa situação aguarde próximos subsídios).

3) Contexto atual das lutas em defesa dos direitos humanos: com "a abertura" e a saída dos militares do governo, mudaram as formas de dominação. O projeto político da "Velha República" mudou de roupa, mudou de aparência, mudou de tática e se apresentou como "Nova República". Mas por detrás da nova forma/roupa/aparência/tática, manteve um sistema que não possibilita a observância dos direitos das grandes maiorias; sistema construído sobre relações sociais injustas e desiguais, onde a acumulação do capital por parte de uma minoria gera/implica a exploração daqueles que são obrigados a vender sua força de trabalho.

A experiência das lutas populares no nosso país tem mostrado que é impossivel a observância dos Direitos Humanos no sistema capitalista, porque aí não existem condições reais para o respeito aos direitos mais fundamentais à vida e aos meios de mantê-la com dignidade. Nesse sentido, apesar do "relativo" processo de democratização, tem crescido a consciência de que lutar eficazmente pelos Direitos Humanso no Brasil é em primeiro lugar, tentar eliminar uma das causas mais permanentes das violações através da superação da ordem capitalista, que desde há muito vigora em nosso país.

* à guiza de exemplificação e os assassinos continuam impunes. Prova disto é o número de memorandos enviados ultimamente.

4) Papel do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos: seu papel é e deverá ser sempre um papel estratégico, isto é a construção de uma sociedade alternativa que crie condições para se viver estruturalmente os direitos humanos. Uma sociedade verdadeiramente democrática, onde o povo participe do poder/governo para defender seus próprios interesses e anseios a partir das maiorias marginalizadas/ descriminadas. Isto é bem diferente de uma democracia burguesa e excludente, onde o povo participa apenas na hora de votar e onde a ~~minoria~~ maioria dos que participam do poder em nome do povo na verdade defendem os seus interesses pessoais e/ou interesses de minorias possuidoras de todos os direitos. Uma sociedade construída sobre um sistema onde o fruto do trabalho dos que produzem seja partilhado com justiça por todos aqueles que participam do processo de produção. Isto é bem diferente de um sistema onde o fruto do trabalho de uma maioria é apropriado por uma minoria. Uma sociedade realmente pluralista que respeite e ofereça espaço para distintas tradições culturais e para diferentes manifestações de fé tendo como critério fundamental para essa convivência igualitária tudo aquilo que ajuda à humanização de seus membros (caráter ~~pessoal~~) e que favorece às relações sociais para concreta comunhão - caráter social.

O contrário de uma suposta igualdade onde cultura e fé são impostas a partir de setores dominantes que se acreditam superiores, possuidores da verdade e capacitados para determinar o que é certo e errado, o que é bem e mal, o que é verdadeiro e falso, sempre a partir de seus interesses particulares ou de sua visão parcial.
Nesse sentido o papel estratégico permanente do MNDDH é ser parte de um processo de construção dessa sociedade através do apoio e fortalecimento de um projeto político participativo e popular. Por isso seu papel implica profunda vinculação às lutas populares, fortalecimento das organizações populares em sua autonomia e permanente análise crítica da conjuntura econômica-política-ideológica (cultural) a partir dos marginalizados.

5) Função do MNDDH: tendo em vista seu papel estratégico, o MNDDH pode desempenhar várias e diferentes funções tanto no que se refere ao Movimento como um todo como no que se refere aos regionais e grupos locais. Aqui cabe sempre partir da realidade e priorizar o fortalecimento do poder popular e/ou do poder dos marginalizados/discriminados.
Atento às forças da conjuntura e com clareza do seu papel, o MNDDH procura das respostas imediatas que ajudam avançar as lutas populares. Para isso tendo lucidez de adequar sua prática ao que melhor contribua para reverter o quadro estabelecido.

Algumas funções do MNDDH como um todo:

ao nível de uma conscientização crítica e libertadora: resgatar o fato de que toda pessoa têm direitos, já nasce com eles e por isso deve vivenciá-los ou, quando espoliada, reconquistá-los (não é verdade que alguém ou alguma instituição é que dá direitos às pessoas); resgatar, informar e apoiar o povo na luta pela observância dos direitos que existem na legislação e que representam conquistas históricas das lutas populares, o que chamaríamos a luta pela cidadania;

ao nível da pedagogia: apoiar o surgimento de um novo tipo de cidadão, social e solidário que já expressa nas práticas ensaiadas nos grupos/movimentos populares que não produzem as relações de opressão da sociedade burguesa e possibilita o verdadeiro sujeito histórico da construção de uma nova ordem de cunho popular e participativo.

ao nível das lutas: apoiar e incorporar-se nas lutas das organizações/movimentos que já se estruturam para a defesa e realização de direitos fundamentais como moradia, terra, saúde, trabalho e outros.

ao nível da articulação: evitar ações isoladas e procurar sempre agir em conjunto com outros grupos/movimentos específicos que visam também reforçar a construção do poder popular.

ao nível da comunicação: veicular denúncias de violações de direitos humanos entre os grupos/movimentos populares no Brasil

e na América Latina e entre os demais meios de comunicação nacionais e estrangeiros com objetivo de pressionar as autoridades/órgãos responsáveis e reforçar também os laços de solidariedade que fortaleçam a resistência e a luta.

ao nível político: embora a luta principal do MNDDH seja pelos direitos dos empobrecidos e marginalizados e a partir deles, não deve, entretanto, deixar de denunciar outras violações que se dão ao nível do político, do ideológico e do cultural e enfrentá-las com práticas alternativas.

b) Algumas funções dos Regionais:

- concretizar ao nível regional o que se refere ao todo, a partir do contexto da região, com suas lutas específicas;
- apoiar o surgimento de novos grupos e incentivar os existentes, mediante visitas e a realização de encontros regionais;
- ser capaz de elaborar um quadro atualizado das violações dos direitos humanos no Regional e refletir sobre suas causas conjunturais e estruturais.

c) Algumas funções dos grupos/entidades locais:

- realizar ao nível local o que se refere ao MNDDH como um todo e ao Regional;
- ter a flexibilidade de em função de seu objetivo político ser capaz de desempenhar aquela função que a realidade exige na conjuntura concreta;
- apoiar movimentos organizados na perspectiva do projeto popular através de participação em suas lutas e do oferecimento de subsídios necessários;
- desempenhar uma função supletiva quando movimentos de defesa dos direitos específicos, ainda não surgiram (por exemplo, na questão da terra, do negro, do índio, do trabalho, da mulher marginalizada e outros), incentivando a criação/organização destes movimentos populares.

II - QUANTO À LEGALIZAÇÃO DO MNDDH

Antes de entrarmos diretamente nos prós e contras da legalização do MNDDH deveríamos nos colocar as seguintes questões: por que e para que a legalização.

Pensamos que a decisão por uma determinada forma de organização, pela legalização ou não do movimento supõe consciente ou inconscientemente a definição de uma prática política. Embora estejamos todos comprometidos com a defesa dos direitos humanos a partir dos empobrecidos e marginalizados. Pensamos entretanto que a divergência se dá na priorização do encaminhamento prático, ou priorizamos a ação sobre o estado e seus órgãos, abrindo aí brechas, ocupando espaços e participando do poder para estas instâncias, impedir as violações dos direitos humanos e fortalecer a organização popular ou enfatizamos o fortalecimento das organizações populares

independentes e autônomas para a conquista de seus direitos e para construção do poder popular, base de uma nova sociedade, e somente a partir daí valorizando a ocupação de espaços no poder como conduto de representação do povo junto às instâncias políticas oficiais. Diríamos ainda que subjaz a esta questão uma visão que se preocupa com o legal como respaldo para o avanço das forças populares e uma outra que prioriza o real como força que se impõe por si mesma a partir da representatividade de sua própria organização, construí - da muitas vezes contra o legal (exemplo a CUT, ocupações dos Sem - Terra e outros).

Pontos a favor da legalização:

- respaldo legal para quem vai representar o movimento nos mo - mentos de crise;
- respaldo legal dos que representam o movimento junto ao estado e a seus órgãos;
- entrada mais fácil nas instituições oficiais, ministérios, secretarias e outros organismos públicos;
- facilitação na elaboração de convênios/contratos/ acordos com órgãos da administração oficial e instituições de caráter social ligadas ao governo;
- acesso facilitado na postulação de verbas e outras ajudas oficiais.

Pontos a favor da não-legalização:

- risco de institucionalização e perda das vantagens da flexibilidade que lhe advém pelo fato de conservar-se como movimento
- risco de legitimarmos o legal em relação a um estado que na análise do próprio MNDDH é anti-popular e não cumpre as leis que beneficiaram o povo;
- a legalização supõe aceitar a lógica do poder dominante e do estado atual, que exatamente quer a legalização dos movimentos populares para com mais facilidade poder cooptar suas lideranças e atrelá-los a uma política paternalista que termina por tirar a autonomia dos movimentos populares e impedir a acumulação necessária de forças para avançar um projeto político autenticamente popular;
- legalizar o MNDDH implica aceitar as regras do jogo do estado e suas instituições que exigem: "só aceitamos falar com associações de moradores/ movimentos legais". Aqui caberia lembrar uma frase do General Golbery de Couto e Silva, "a maior ameaça dos movimentos populares e o segredo de sua força reside em sua não institucionalização";
- criação de dificuldades aos movimentos/grupos que pertencem a outras instituições nacionais (CPT, CIMI, Movimentos de Defesa do Favelado, Movimento das Prostitutas e outros Movimentos legados à Igreja), pois se veriam confrontadas com a questão da dupla fidelidade, abrindo espaço para o enfraquecimento da luta pelos direitos humanos;

Enfim a Comissão Nacional deveria representar o poder partilhado do MNDDH para fora dele mesmo e ser o porta-voz da base do Movimento (Regional e grupos locais) para dentro.

b) Secretaria Executiva

A experiência acumulada durante estes dois anos de funcionamento da Comissão Nacional, revelou a necessidade de se ter alguém ou um pequeno grupo responsável pelas execução das decisões da Assembléia Nacional encaminhadas pela Comissão Nacional. Muitas falhas da Comissão Nacional são decorrência do excesso de trabalho decada representante e das grandes distâncias brasileiras.

Algumas funções da Secretaria Executiva e do eventual liberado

- executar o que foi decidido pela Assembléia Nacional e pela Comissão;
- participar da caminhada dos Regionais;
- representar e pronunciar-se em nome do MNDDH nos casos flagrantes de violação dos direitos humanos ou em outros casos em que isso se faz importante;
- devolver aos Regionais e aos grupos locais as questões que surgem na caminhada e que tenham relevância para todo o Movimento Nacional;
- a secretaria executiva deve servir de ponte entre a Comissão Nacional e os Regionais/grupos locais e vice-versa.

Local de permanência da Secretaria Executiva: alguns pontos a serem considerados:

- um lugar onde haja a possibilidade de operacionalizar, com mais facilidade, as iniciativas aprovadas e contatos com órgãos de assessoria/contatos com a imprensa nacional e estrangeira;
- oferece-se facilidade de locomoção para os membros da secretaria no sentido de melhor possibilitar sua presença nos acontecimentos flagrante violações de Direitos Humanos, manifestações inter-entidades e acompanhamentos dos regionais com rapidez e menos gastos;
- um lugar que tanha a possibilidade de acolher o eventual liberado;
- onde exista um grupo que reflita, de modo mais ou menos permanente a caminhada do movimento;
- onde exista uma infra-estrutura que já funcione e que garanta a eficácia do trabalho.

c) Quanto ao SIN

Sobre as funções do SIN, enviamos anexo as resoluções tomadas pelo Movimento até agora.

Em função do aumento das solicitações e do crescimento do número de pessoas e Entidades que pedem para receber a correspondência enviada pelo SIN, pensamos que este serviço representa um canal de comunicação dos movimentos populares que pouco espaço encontram nos meios de comunicação dominantes.

Tentando cumprir o serviço de divulgação das violações dos Direitos Humanos, conseguimos recentemente um contato semanal com a BBC de Londres que se mostrou interessada em cobrir essa temática, estando disposta a passar os materiais a outros meios de comunicação estrangeiros.

IV - CONTRIBUIÇÃO ESPECÍFICA DO MNDDH NA LUTA POPULAR

Análise da violência

Sem abandonar as prioridades já formuladas pelo MNDDH (terra, trabalho e violência) pensaríamos ser oportuno enfatizar a questão da violência. As outras questões, terra e trabalho, tem sido bastante cobertas por organismos específicos como entidades sindicais, articulação nacional do solo urbano e outros.

Praticamente nada muodu em relação a violência na "última fase da mais longa transição democrática do mundo". O combate ao crime, por exemplo, continua sendo feitos pelas linhas convencionais e ultrapassadas que marcam sempre a atuação policial no Brasil". A ausência de controle social democrático sobre os órgãos responsáveis pela segurança e justiça criminal. "O uso da tortura como instrumento "normal" de trabalho, a existência nas prisões de mulheres , de indivíduos com penas já cumpridas há anos, o extermínio sistemático de criminosos ou suspeitos e que atinge números aterradores, são exemplos da violência que se abate cruamente sobre as camadas empobrecidas". Em levantamento realizado pelo SIN, das mortes provocadas no estado do Rio de Janeiro, primeiro semestre de 1987, apurou-se a assutadora cifra de 1267 mortos.

Nesse sentido nossa contribuição a partir de uma análise crítica dos mecanismos que mantém e reforçam a ordem social que gera a violência e viola os direitos das maiorias deveria ser mais sistemático e elaborada. (ver a proposta do projeto sobre a violência).

Este material bem como outros que enviamos posteriormente, visam ajudar nossa reflexão em nossos grupos para que nos preparemos melhor para o V Encontro Nacional. Estimamos que seja válidas. Oxalá o V Encontro, preparado objetiva e criticamente, se consolide mais e mais na promoção e defesa dos Direitos Humanos, particularmente das "maiorias" oprimidas.

Petrópolis, 13 de novembro de 1987.

Marcia Mª Monteiro de Miranda

Fernando Gonçalves Rodrigues

Dulce Bastos

Movimento Nacional de defesa dos Direitos Humanos



Subsídios II

SIN
serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos
RUA CARLOS GOMES, 180 CP 90581
25680 PETRÓPOLIS, RJ TEL.: (0242)42-2462
SERVIR À VIDA

SUBSÍDIO nº II

(Movimento Nacional de Defesa dos Dir. Humanos)

- Pauta do V Encontro Nacional 2

- Indicativos da Comissão Nacional para estruturação do Movimento para discussão no Encontro 3

- Pressupostos para o debate da criação de uma Entidade Nacional 6

- Estrutura, conjuntura e Direitos Humanos 12

CEDIM

SIN
serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos
RUA CARLOS GOMES, 180 CP 00581
25680 PETRÓPOLIS, RJ TEL.: (0242)42-2462
SERVIR À VIDA

Petrópolis, 7 de dezembro de 1987

Companheiros e companheiras,

Durante a última reunião da Comissão Nacional realizada em Petrópolis - RJ nos dias 26 e 27 de novembro foram discutidos e aprovados mais alguns pontos da preparação do V Encontro Nacional de Goiânia. A partir das informações sobre os diversos Regionais também foram refletidas e aprovadas algumas questões sobre a organização do Movimento nacional que deverão ser deliberas na assembléia desse encontro.

Desejamos partilhar com vocês estas considerações e estes posicionamentos da Comissão Nacional para que sejam avaliadas e refletidas em seus grupos locais objetivando uma participação mais efetiva de seus delegados.

1) Quanto à programação do V Encontro Nacional de Direitos Humanos:

27/1 - 20hs - ABERTURA GERAL
(mesa, apresentação e manifestação dos participantes e das entidades convidadas, apresentações culturais)

28/1 - 8hs - Painel sobre a CONJUNTURA LATINO-AMERICANA
(Pedro Ribeiro de Oliveira, Cláudio Nascimento, Leonardo Boff - confirmados)

14hs - Grupos
Levantamentos/constatações/respostas/práticas do MNDDH como expressão local, regional e nacional.

20hs - Atividades livres: culturais, vídeos, debates sobre temas específicos, celebrações e outras.
Reunião dos painelistas, relatores e coordenação.

29/1 - 8hs - VIOLÊNCIA na cidade e no campo
(convidados: Hélio Pellegrino, Paulo Sérgio Pinheiro, Pe. Ricardo Resende)

10hs - CONSTITUINTE/CONSTITUIÇÃO
(João Gilberto, Pedro Dallari - confirmados)

14hs - Grupos
Respostas/pistas/objetivos/propostas do MNDDH

20hs - Plenária de Comunicação dos relatos dos grupos

30/1 - 8hs - Painel: MNDDH - histórico/atividades/alternativas de organização/representação/legalização/avaliação

10hs - Grupos: avaliação e alternativas

14hs - Grupos: encaminhamentos e decisões

16hs - PLENÁRIA: decisões e encaminhamentos dos grupos

31/1 - 8 hs - PLENÁRIA GERAL: discussão e votações sobre o MNDDH
14 hs - PLENÁRIA GERAL: continuação
17 hs - ENCERRAMENTO

2) Quanto aos serviços e coordenação:

- A Comissão Nacional é responsável pela coordenação do Encontro, incluindo sua preparação;
- O Regional Centro-Oeste, hospedeiro do Encontro, formará as equipes de serviços;
- O SIN ajudará nos serviços de secretaria do encontro e relatório final.

3) Quanto a participação dos delegados:

- é necessário que as entidades leiam, avaliem e reflitam a série de subsídios que estarão sendo enviados pelo SIN;
- é essencialmente necessário, como condição de uma participação mais responsável e atuante, que os delegados dos grupos/entidades locais conheçam e tenham refletidos seus posicionamentos com referência às questões que serão debatidos e votados ;
- solicita-se que os delegados tragam relatórios de suas lutas mais significativas, das atividades dos seus regionais, cartazes e material para murais pois haverá local para exposição;
- cada entidade local terá direito a um delegado;
- cada Regional terá direito a um delegado pelo Regional.

4) Quanto à participação de entidades específicas e afins:

- Além das entidades específicas que tradicionalmente vêm participando da nossa caminhada (CPT - CIMI - MDF - MORHAN - Consciência Negra) ficou aprovado o convite a outras entidades que tenham representatividade Nacional para fortalecer a luta pela defesa dos Dir. Humanos. Entre estas, foram lembradas também entidades Latino Americanas visando uma maior integração/apoio mútuo nas lutas contra nossa comum opressão. Esses companheiros participarão como convidados. Segue abaixo algumas entidades/pessoas indicadas/ aprovadas pela Comissão Nacional para serem convidadas para o Encontro:

- CUT Nacional, CGT Nacional, ABRA,CONTAG, IBASE, INESC, CNBB- Linha 6, Articulação Nacional do solo Urbano, AJUP, CEBI, CEAS, Serviço Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia, CESE, ANAMPOS, Anistia Internacional, CDHAL, ASSEAF, Pastor Werner Fuchs, Ivo Lesbaupin, D. Tomas Balduíno, Comision para la Defensa de los Derechos Humanos en Centroamérica (CODEHUCA) - Costa Rica, Instituto Americano de Derechos Humanos - Costa Rica, O São Paulo, SEDOC, AGEN , CEDI, Centro de Pastoral Vergueiro, SERPAJ, ILSA - Colombia,CDHES (Centro de Direitos Humanos de El Salvador) - El Salvador, Serviço de Paz e Justiça do Uruguai, Conselho Mundial de Igreja, CELADEC - Perú, Hugo Garcia - Buenos Aires, Cláudio Martinez - Buenos Aires, Cláudio Gonzalez Orbina - Chile, Oscar e Ana Gatica - Argentina, UCBC, Liga Mexicana de los Derechos Humanos - México.

- Cada Regional poderá convidar uma entidade/movimento popular que participe de sua caminhada como possibilidade de fortalecimento da luta. O respectivo regional ficará responsável pelo convite, entrega de subsídios, informações diversas e esclarecimentos do tipo de participação desse companheiro como convidado.

5) Quanto à legalização:

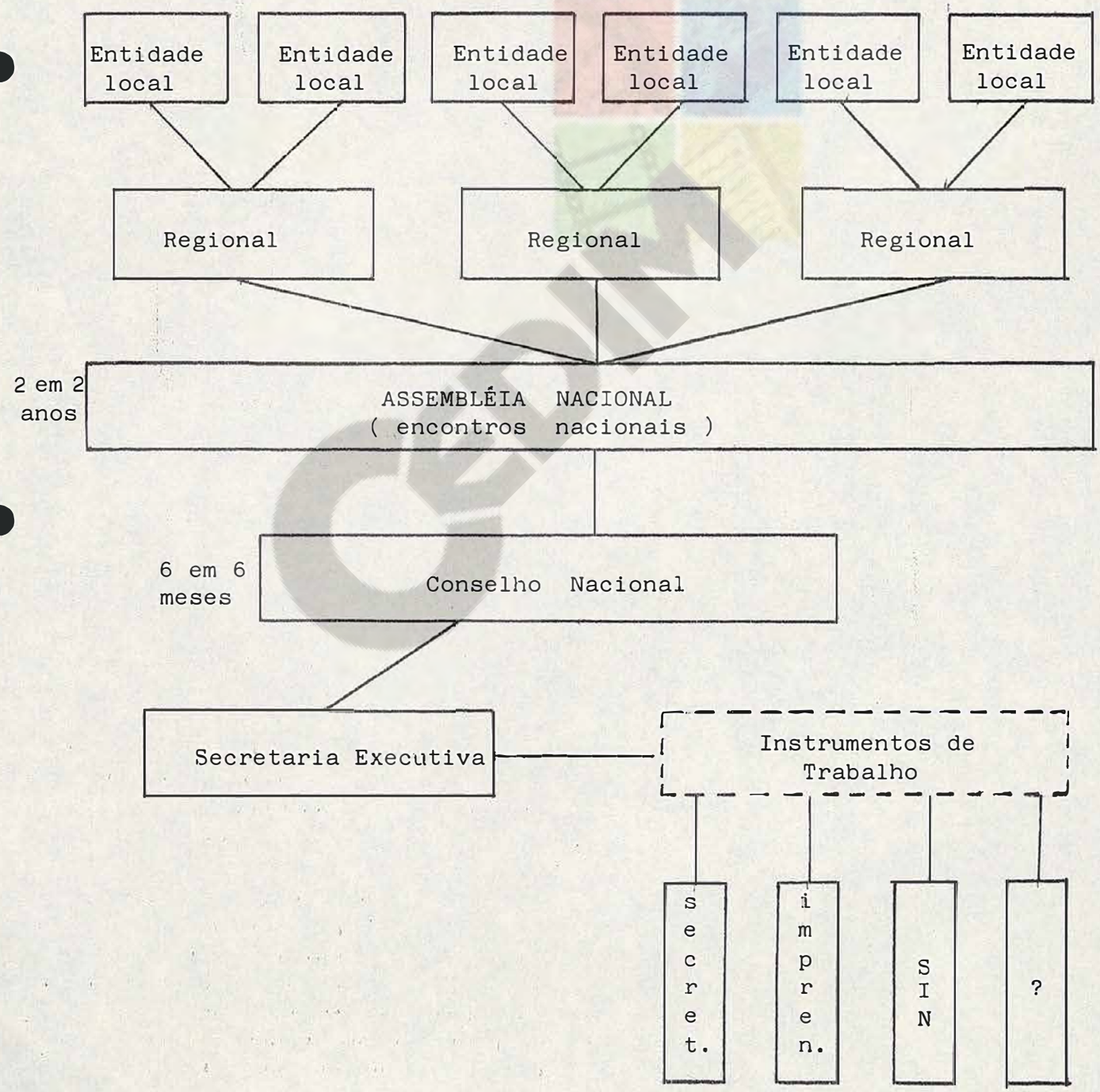
A Comissão Nacional constatou que a maioria dos Regionais ainda opta pela não legalização. Em função disso não haverá circulação de "minutas de estatutos" como tinha sido previsto anteriormente. Isso não tira de pauta a apresentação do tema para discussão, aprofundamento e amadurecimento.

6) Quanto à estruturação:

Considerando que possivelmente não haverá estatutos, a Comissão Nacional entende como fundamental rever a estruturação do Movimento Nacional a partir da experiência desses dois anos pós-encontro de Olinda tendo como objetivos principais:

- o fortalecimento da articulação;
- o fortalecimento das lutas;
- a viabilidade funcional para a execução do que é deliberado.

6.1) Pensamos e sugerimos o seguinte quadro:



6.2) Competências e composição desses setores:

. Assembléia Nacional - como sempre tem sido, composta pelos delegados dos grupos/entidades locais, com a função deliberativa para as linhas gerais políticas do Mov. Nacional em Defesa dos Direitos Humanos (consultar subsídios I e II)

. Conselho Nacional:

a) Formação

- um representante por cada 10 entidades articuladas no Regional;

OBS: o Regional que tiver número de entidades inferior a 10 (dez)também terá direito a um representante;

- o liberado da Secretaria Executiva será membro nato do Conselho;
- um representante de cada "instrumento de trabalho" também participará das reuniões do conselho.

b) Competências: ver subsídios I e II

. Secretaria Executiva:

a) Formação

- será composta por 3 membros, entre eles um deverá ser o liberado que coordenará os trabalhos;
- a escolha desses membros ficará a cargo da assembléia do V Encontro levando em consideração os critérios;
- os membros da secretaria executiva devem ser escolhidos em função da proximidade geográfica (funcionalidade prática + contensão de gastos)

b) Competências: ver subsídios I e II

7) Quanto a possíveis alterações dos Regionais:

O Regional que estiver pensando em alterações geográficas de seus limites, deverá remeter a proposta de alteração devidamente justificada à Comissão Nacional, antes do V Encontro.

8) Quanto às prioridades da conjuntura atual:

Sem abandonar as prioridades já formuladas pelos MNDDHs(terra, trabalho, violência), pensamos ser oportuno enfatizar a questão da violência, enfocando principalmente Segurança Pública e Justiça Criminal . Pensamos ser importante constatar que as questões referentes à terra e ao trabalho tem sido bastante refletidas/criticadas/avaliadas/cobertas por organismos específicos como CPT, Articulação Nacional de Solo Urbano, Campanha Nacional pela Reforma Agrária, entidades sindicais e outras.

Atualmente, o senso comum das massas não tem resposta coerente para o problema da insegurança pública e da violência criminal.O pensamento da direita, inclusive atribuiu à impunidade dos criminosos e o aumento da violência criminal, em parte, à política de defesa dos Direitos Humanos que estaria "a serviço dos bandidos".

A justificação da tortura, da vingança institucionalizada, do assassinato de suspeitos, tem hoje boa recepitividade nas massas.

Necessitamos recuperar, na atual Conjuntura histórica, até mesmo certos valores do humanismo, dos direitos dos cidadãos. diante do avanço do irracionalismo do pensamento de direita, que seduz o senso comum, temos que lutar pela conquista de um grande espaço na luta ideológica (ver subsídio I) para se ter sucesso na luta pela defesa dos Direitos Humanos.

Sistematizado por Márcia Miranda e Augustino Veit

SIN
serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos
RUA CARLOS GOMES, 180 CP 90501
25600 PETROPOLIS, RJ TEL.: (0242)43-2462
SERVIR À VIDA

I - PRESSUPOSTOS PARA O DEBATE DA CRIAÇÃO DE UMA ENTIDADE NACIONAL

(Augustino Veit - Reg. Sul II
Mov. Justiça e Dir. Hs. de
Porto Alegre - Reg. Sul)

1 - A ORIGEM DO ILUMINISMO

Os enunciados atuais sobre os direitos humanos tem sua origem nas formulações do racionalismo iluminista que - marcando a ascenção da burguesia como classe social - passou a igualar os indivíduos perante a lei, independente de sua classe social. Nesse contexto de ascenção da burguesia, a expressão fundadora do iluminismo no campo do direito, sem dúvida, foi a obra " Dos delitos e das penas " do milanês Cesare Bonesana , o Marquês de Beccaria (1738-1794).

Cesare de Beccaria,inspirado no humanismo racionalista da filosofia francesa-do século XVIII, insurgiu-se contra as injustiças e arbitrariedades dos processos criminais da época: "contra a tradição jurídica, invoca a razão e o sentimento; faz-se - porta-voz dos protestos da consciência pública contra os julgamentos secretos,o juramento imposto aos acusados, a tortura, a confiscação, as penas infamantes, a desigualdade ante o castigo, a atrocidade dos suplícios; estabelece limites entre a justiça divina e a justiça humana, entre os pecados e os delitos; condena o direito de vingança, e toma por base do direito de punir a utilidade social; declara a pena de morte inútil e reclama a proporcionalidade das penas aos delitos, assim como a separação do poder - judiciário e do poder legislativo" (1).

A obra de Beccaria, "reagindo contra as distinções sociais exclusivamente baseadas nos privilégios de certas classes" traduz no campo do direito os fundamentos do liberalismo igualitário de Voltaire, Rousseau e Montesquieu (2). A obra de Beccaria é aqui refletida não apenas por sua importância histórica. Mas principalmente, por constituir, até hoje, fundamental referência teórica do humanismo liberal do direito e da justiça burguesa: direitos formalmente igualitários mas que não se realizam, de fato , para todos os cidadãos.

A radicalidade do pensamento burguês em ascenção no século XVIII, ecoa, ainda hoje, como um forte apelo à razão. As formulações do liberalismo igualitário tem um - sentido crítico que, em alguns aspectos, transcendem as classes que o originaram. Como se pode perceber nessa formulação do próprio Beccaria: "sempre se verificará a multi - plicação dos delitos à medida que aumentarem os motivos do seu cometimento" (3). Num contexto em que a maioria da população está submetida a condições de vida que, objetivamente, impelem para a criminalidade, a discussão dos direitos humanos e do cidadão - adquirem atualidade e prioridade.

A oportunidade histórica da obra de Beccaria, que antecipava as transforma - ções "na ordem política e na administração do Estado", pode ser creditada à sua rebeldia "contra as distinções sociais exclusivamente baseadas nos privilégios de certas - classes" (4). Hoje, num contexto em que os privilégios de certas classes ainda constituem entrave à distribuição da justiça e à realização dos direitos, a discussão dos direitos humanos e a luta política pelo seu reconhecimento e realização não é menos importante do que a que começou a ser travada por Beccaria e seus contemporâneos.

2 - A CONCEPÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS ATRAVÉS DA HISTÓRIA

Até chegarmos a obra de Beccaria, as condições sobre os direitos do homem refletiram as condições históricas:

a) No Escravismo, os cidadãos eram divididos entre os homens e as "coisas", e as "máquinas humanas". Os indivíduos eram diferenciados legalmente a partir das classes-

que integravam: os homens e a "rês", os homens que podiam ser proprietários de homens e os escravos.

b) No Feudalismo, homens não mais podiam ser proprietários de homens, mas os servos eram de tal forma atados à terra que encontravam-se inteiramente subjugados aos Senhores Feudais. Surgiram mediações do direito que não qualificavam os servos como proprietários dos Senhores Feudais, mas que amparavam relações de dominação quase-tão bárbaras quanto o escravismo.

c) No Capitalismo, com a ascenção da burguesia como classe dominante, fundam-se as bases modernas da dominação de classe. Constroem-se paradigmas abstratos de cidadania que é formalmente afirmada na legalidade, mas que se realiza apenas parcialmente.

3 - AS DECLARAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos do Homem proclamada a 10 de dezembro de 1948 pela Assembléia das Nações Unidas é a síntese moderna do direito burguês. É a afirmação de um conjunto de princípios genéricos que não identificam as causas históricas que impedem que esses direitos sejam, objetivamente, negados às maiorias.

As formulações sobre os direitos genéricos do homem, entretanto, não se resumem a esse documento, explicitando-se também em diversas outras fontes, assumidas internacionalmente, e que especificam direitos políticos, econômicos, civis, culturais, das crianças, das mulheres, dos deficientes físicos, dos deficientes mentais, entre outros.

Os diversos documentos (declarações, pactos, tratados, etc) contituem um útil referencial para compor um detalhado programa de defesa objetiva da pessoa humana. Na generalidade desses documentos e seus preincipios vagos e abstratos, pode-se extrair importantes referências para a luta política.

4 - A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL, HOJE

A criação de um organismo nacional de defesa dos direitos humanos no Brasil, hoje, deve partir de duas premissas:

a) Os direitos humanos especificam-se no conjunto dos direitos de cidadania atribuídos a cada indivíduo e a defesa desses direitos não pode desconsiderar a realização efetiva da cidadania.

b) Entre os direitos a serem defendidos por uma entidade de defesa dos direitos humanos destacam-se aqueles que envolvem responsabilidade do Estado.

Essas duas premissas são a base das seguintes recomendações para a criação de um organismo nacional de defesa dos direitos humanos:

a) Os direitos humanos e o conjunto dos direitos e liberdades que compõe o conceito de cidadania tem, no Brasil, um sentido que suplanta suas possibilidades de realização, ist é, as formulações modernas sobre os direitos e liberdades dos indivíduos incluem possibilidades de avanço social que não se realizam "de fato" para a maioria da população. Um aspecto político decisivo da luta pela defesa dos direitos humanos e dos cidadãos, portanto, e a defesa desses direitos em conjunto com as condições sociais e econômicas para a sua realização objetiva.

b) A luta em defesa dos direitos humanos e dos cidadãos exíge um completo esclarecimento da natureza desta cidadania à luz do ordenamento jurídico existente. O esclarecimento da população sobre seus direitos (até hoje conquistados), ainda que formais, é aspecto fundamental desta luta.

c) A luta em defesa dos direitos humanos e dos cidadãos envolve também a luta pela ampliação do conceito de cidadania vigente no atualordenamento jurídico.

d) A luta em defesa dos direitos humanos, embora se expresse na defesa de todo e qualquer "direito de cidadania", deve concentrar-se naqueles direitos e liberdades fundamentais que envolvem responsabilidade do Estado.

e) A atuação política de um órgão nacional em defesa dos direitos humanos e do cida - dão, porém, deve caracterizar-se pela amplitude da mobilização. Deve atingir "to - dos aqueles que, juristas ou não, tem a ver, pela sua profissão, pública ou priva- da, com os direitos e as liberdades fundamentais do Homem, e de cuja ação ou omis- são pode desde logo brotar, mesmo involuntariamente, uma qualquer ofensa ou viola- ção de qualq9er desses direitos ou dessas liberdades garantidas" (5).

f) Em síntese, a maior atribuição de uma entidade nacional de defesa dos direitos hu- manos seria a de apanhar a melhor expressão do humanismo genérico que impregna as diversas declarações e tratados internacionais - bem como os princípios que inte - gram o ordenamento jurídico do país - e traduzi-los num humanismo concreto. E inse rir esse humanismo na luta política, transformando os princípios, postulados e mes mo dispositivos legais em instrumentos de questionamento e crítica da ordem soci- al vigente que impede sua efetiva realização.

g) Uma entidade desta natureza, por outro lado, não deve nem competir, nem superpor a tividades, nem promover qualquer tipo de esvaziamento nas diversas entidades hoje- existentes e que estão voltadas para a defesa, genérica ou específica, dos direi - tos humanos e dos cidadãos. A atuação dessa entidade deverá complementar - e até - mesmo fortalecer - as entidades específicas. Essa entidade deverá buscar uma arti- culação na atuação das entidades específicas e o seu sucesso deverá resultar da - competência política com que realizar essa missão.

h) Uma das principais missões da entidade será, justamente, a formulação - através de aprofundados estudos e debates - do significado contemporâneo, na realidade concre ta do Brasil, da luta pela defesa dos direitos humanos e do cidadão.

i) Outro desafio a ser enfrentado por essa entidade será a questão da segurança públi ca. No momento, o senso comum das massas não tem resposta coerente para o problema da insegurança pública e da violência criminal. O pensamento da direita, inclusive, atribui à impunidade dos criminosos e o aumento da violência criminal, em parte, à política de defesa dos direitos humanos que estaria "a serviço dos bandidos". A - justificação da tortura, da vingança institucionalizada, do assassinato de suspei- tos, tem hoje boa receptividade nas massas. Necessitamos recuperar, na atual con - juntura histórica, até mesmo certos valores do humanismo racionalista de um Becca- ria. Diante do avanço do irracionalismo do pensamento de direita, que seduz o sen- so comum, temos que lutar pela reconquista de um grande espaço na luta ideológica, para se ter sucesso na luta em defesa dos direitos humanos.

II - PROPOSTAS PARA A CRIAÇÃO DE UMA ENTIDADE NACIONAL

A criação de um órgão nacional de defesa dos direitos humanos, que pode ser - expressa (em conteúdo, e não necessariamente com essa denominação) como um "Centro Defesa dos Direitos Humanos e do Cidadão", detalha-se aqui com as seguintes

ÂMBITO NACIONAL

1) A entidade terá uma instância nacional dirigida por um Conselho integrado por re - presentantes das instâncias regionais.

2) Essa instância regional terá como finalidade:

   a) Traçar a política nacional de atuação da entidade.

   b) Manter um Banco de Dados (nos moldes dos mantidos pelo IBASE) sobre violação - dos direitos humanos e do cidadão e da experiência, nacional e internacional,da luta em defesa desses direitos.

   c) Editar publicações e relatórios sobre a situação dos direitos humanos no país e relatando a experiência da luta em defesa desses direitos.

   d) Editar um manual - para distribuição pública - que exponha os direitos humanos- e dos cidadãos e unifiq9e nacionalmente a atuação da entidade.

   e) Planejar a realização de cursos (metodologia e materiais) de formação de "defen sores populares dos direitos humanos e do cidadão" que serão os responsáveis di retos pela implementação da política da entidade.

f) Implementação de grandes campanhas anuais (nos moldes das efetuadas pela SBPC) com temas ligados aos direitos humanos e do cidadão. Deverá ser buscado apoio dos meios de comunicação de massa, especialmente os veículos impressos (tal como estes apoiam campanhas como a do "Movimento em Defesa pela Livre Iniciativa)

g) Realização de eventos de carater nacional (Congressos, Seminários, Simpósios, - etc.) sobre o tema direitos humanos e do cidadão.

3) Uma tarefa urgente para a entidade será a deflagração de um debate nacional sobre a questão da segurança pública, baseado no enfoque de que "a garantia de segurança do cidadão é aspecto fundamental na luta em defesa dos direitos humanos". O enfoque preliminar para o delineamento desse debate, pode amparar-se nas seguintes condições:

a) Reconhecimento da importância da auto-organização da comunidade na busca da segurança pública.

b) Estímulo à criação de um movimento de organização de cidadãos em ruas, quarteirões, bairros ou distritos, para - em conjunto com as autoridades públicas-prover o policiamento e a guarda desses locais.

c) Avaliar possibilidade de ampliar esse conceito de segurança pública a outras atividades, tais como auto-organização popular e comunitária para serviços de - socorro de emergência, combate a incêndios, primeiros socorros, etc., como forma de estimular a solidariedade popular.

d) Ter cuidado, na formulação desses projetos, com a possibilidade de aparelhamento desses núcleos de organização por determinados interesses políticos, o que se poderia conseguir, por exemplo, com a exigência de que todos os partidos políticos mantivessem representantes oficiais nesses núcleos.

ÂMBITO LOCAL OU REGIONAL

4) Criação de instâncias (sedes, sucursais, secções ou algo do gênero) regionais ou - locais da entidade, dirigidas por Conselhos integrados por todas as entidades envolvidas na defesa dos direitos humanos e do cidadão nesse âmbito.

5) Criação de um "Serviço de Defesa dos Direitos Humanos e do Cidadão", em âmbito local ou regional, que terá as seguintes finalidades e características:

a) O Serviço manterá um plantão de 24 horas de equipe de "Defensores Populares dos Direitos Humanos e do Cidadão", treinadas para orientar e agir em defesa dos cidadãos.

b) O Serviço terá como meta consistir na "primeira e na última instância" a ser recorrida pelos cidadãos.

c) O Serviço atenderá chamadas (preferivelmente através de um número abreviado de 3 digitos) sobre todo e qualquer assunto de interesse do cidadão (como por exemplo: necessidade de informações sobre o funcionamento de órgãos públicos, violência policial, reclamação de consumidores lesados, discriminação racial, mau atendimento em hospitais, etc.).

d) O atendimento será efetuado por pessoas qualificadas, devidamente treinadas para - "em primeira instância - orientar sobre que órgão recorrer e como efetuar o recurso a esse órgão. (Por exemplo, discriminação racial, encaminhamento a entidade de movimento negro ou a delegacia especializada; violência contra mulher, a grupo de mulheres ou à delegacia especializada; consumidores lesados, à SUNAB ou ao PRODECOM ou equivalente; e assim, por diante.

e) Esse tipo de atendimento deverá envolver um encaminhamento efetivo de cada caso recebido. Preferencialmente, o Serviço deverá contar com recursos técnicos (aparelho telefonico) que permita ao atendente ("Defensor Popular dos Direitos Humanos e do Cidadão"), mantendo o reclamante na linha, pô-lo em contato direto com o órgão para o qual foi feito o encaminhamento, e assim testemunhando o início do atendimento.

f) Nesse encaminhamento inicial, o Serviço explicará ao cidadão reclamante quais - os seus direitos que estão em jogo.

g) Esse modo de atuação deve garantir a articulação do Serviço - e da própria entidade - com as várias entidades atuantes em defesa do cidadão.

h) Como "última instância", o Serviço assumirá qualquer caso que - encaminhado a algum órgão ou entidade específica - não tenha sido convenientemente acompanhado ou resolvido. Isto é, se os direitos do cidadão não forem defendidos pelas entidades que tem obrigação de faze-lo (órgãos públicos) ou se dispõe a faze-lo (entidades associativas ou políticas) o Serviço se encarregará de assumir o caso, denunciando se necessário a omissão ocorrida.

i) Para assumir esses casos, o Serviço recorrerá à sua equipe própria de "Defensores Populares dos Direitos Humanos e do Cidadão", que serão pessoas qualificadas para atender os casos recebidos de forma ampla ou de forma especializada em determinadas áreas.

j) O Serviço também poderá atuar recorrendo a serviços de órgãos públicos, como representantes do Ministério Público, advogados públicos, policiais, etc.

K) De qualquer modo, é interessante ressaltar que a intervenção direta do Serviço nos casos em que se envolver, será antes de tudo uma intervenção política.

l) O Serviço manterá articulações com a imprensa, procurando a cobertura jornalística adequada a cada caso em que intervir.

m) Todas as ocorrências levadas ao conhecimento do Serviço deverão ser registradas, assim como o acompanhamento e soluções dadas.

n) O Serviço montará um completo cadastro das pessoas e entidades que deverão ser procuradas para os casos encaminhados (dirigentes de órgãos públicos, de entidades políticas, jornalistas, advogados, médicos, etc.). Os contatos mantidos pela entidade, no encaminhamento de casos, resguardadas as necessidades formais, deverão explorar ao máximo a boa-vontade e o relacionamento pessoal dos seus membros. Isso será conseguido se a entidade tiver uma "ótima" imagem pública: Todo esforço deverá ser feito para que a entidade não seja um organismo "estigmatizado" por nenhum setor. Isto é, a "nobreza" de suas funções deverá consistir em anteparo ideológico contra as resistências e os eventuais conflitos em que se posicione.

6) Manutenção e implementação de cursos de formação dos "Defensores Populares dos Direitos Humanos e do Cidadão" que serão credenciados para atuar em nome da entidade.

(1) BECCARIA, C. "Dos delitos e das penas". Rio de Janeiro, Edições de Ouro, s.d. p.6.

(2) MORAIS, Evaristo de. "Prefácio da Tradução". In: BECCARIA, op.cit. p.9.

(3) MORAIS, op.cit. In: BECCARIA, op.cit. p.16.

(4) MORAIS, op.cit. In. BECCARIA, op.cit. p.9.

(5) CAMPINGS, Jorge. "Direito Internacional dos Direitos do Homem". Coimbra, Coimbra-Editora, 1984. p.7.

SIN
serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos
RUA CARLOS GOMES. 180 CP 90581
25680 PETROPOLIS. RJ TEL.: (0242)42-2462
SERVIR À VIDA

ESTRUTURA, CONJUNTURA E DIREITOS HUMANOS

(Este texto é apenas um subsídio para reflexão e estudo dos Centros de Defesa e Comissões de Direitos Humanos sobre temas polêmicos. Não traz receitas nem pretendemos conter verdades indiscutíveis)

Texto elaborado pelo Prof. José J. Queiróz, contribuição: Centro Santo Dias, CDDH Guarulhos e CDDH Vila Paulistana.

I - ONDE ESTAMOS ?

1. De onde viemos

É sempre importante perguntarmos DE ONDE VIEMOS.

Nascemos como Colônia de Portugal, na época, metrópoli poderosa no conjunto do capitalismo mercantil. O importante para Portugal era produzir açúcar para o mercado europeu. Os senhores de engenho, em busca de mão de obra, escravisaram os índios. Não deu certo. Mataram-nos. Nossos índios continuam ainda sendo mortos pelos novos colonizadores. Depois, os senhores trouxeram os negros da África como escravos. E escravos os negros continuam sendo até hoje apesar do "ventre livre" e da abolição. Grandes glebas para grandes engenhos foi a nossa primeira "reforma agrária". Até hoje a situação pouco mudou.

A igreja foi muitas vezes complacente com o massacre dos índios. Depois abençoou o chicote do senhor do engenho no lombo do escravo e lhe garantiu o céu se fosse um bom escravo, obediente às ordens do senhor. Hoje, diante da escravidão do século XX, a igreja mudou ?

Quando a cana de açúcar entrou em decadência e Portugal também perdia o domínio colonial para a Inglaterra, os senhores de engenho, aliados à classe média e à burguesia comercial emergente, levaram o Príncipe Regente à proclamar a "INDEPENDÊNCIA". Foi apenas uma troca de domínio. Em vez de Portugal é a Inglaterra que exerce seu mando sobre nós e sobre o produto do nosso trabalho. Tivemos que pagar a Portugal uma grande indenização pela nossa "independência". A Inglaterra bancou esse dinheiro. Desinteressadamente ? Foi a nossa primeira dívida externa. Até hoje o nosso individamento, que não para de crescer, é um labirinto onde se perde totalmente a nossa economia vinculada ao capitalismo internacional.

Os senhores de engenho são derrotados pela burguesia agrária dos cafeeiros. São estes que proclamam a nossa República para proteger os seus interesses setoriais mediante a criação de um Estado Federativo. Desde então o nosso sistema eleitoral não passou de pequenas farsas ou de grandes comédias manipuladas pelos interesses da classe dominante. Os partidos nascem como máquinas eleitorais coordenadas por um conjunto de hierarquias e lealdades conhecidas como "coronelismo".

Com a ascenção da burguesia industrial e, mais ainda, com a implantação do predomínio das multinacionais, o coronelismo teve seu poder enfraquecido. Entretanto, ele permanece operante em vastas áreas do país. Aliás, a impressão que se tem é que ele está renascendo com acentuado vigor nas relações políticas município-estado governo federal. De seus currais políticos do Maranhão, foi guindado casualmente ao máximo cargo executivo o Coronel Sarney. Ulisses parece ser o gramde Coronel do PMDB , disputando esse predomínio com vários outros concorrentes dentro do partido; Quércia e sua Frente Municipalista copia o modelo; figurões do PFL e do PDS, que ocupam posições de destaque no cenário político, utilizam-se do mesmo esquema. Até a nomeação de Ministros depende da briga dos coronéis ...

Outro fator determinante ao longo de nossa história é o papel das Forças-Armadas. Nossa República é proclamada por um marechal do Exército, sem nenhum apoio - das classes populares, quando a nossa economia passa a ser controlada pela burguesia - cafeeira. Desde então, as Forças Armadas exercem o papel de tutela do nosso regime "democrático", preservando com o poderio das armas, quando necessário, o domínio dos grupos econômicos que se sucedem no cenário político. A I República foi palco de várias - intervenções militares não só contra movimentos populares mas também contra oligarquias rebeldes. "Nesse período, as Forças Armadas, incluindo aí também as Forças Públicas Estaduais, jamais se limitaram a simples ornamento do Estado. Foram aparelhos efetivamente empregados pela burguesia agrária para esmagar rebeliões camponesas, movimentos populares e resolver conflitos entre oligarquias" (Pedro A. Ribeiro de Oliveira, Religião e Dominação de Classe, Vozes, 1985, pag.229).

2. Aqui e Agora. A Segurança Nacional e suas implicações sócio-econômico-políticas.

Mas o papel das Forças Armadas torna-se preponderante nos tempos modernos, quando penetra nos quatéis a Doutrina da Segurança Nacional.

Após a II Guerra Mundial, o mundo assim dito desenvolvido dividiu-se em - dois grandes blocos: o bloco capitalista, agora liderado não mais pela Inglaterra, cujo império decaíra, mas pela potência emergente, os Estados Unidos da América do Norte, e o bloco comunista, liderado pela União Soviética (o bloco chinês, embora fugindo da liderança soviética e se colocando muito próximo dos interesses americanos, é considerado pela Doutrina da Segurança Nacional como parte do Bloco Comunista).

A Doutrina da Segurança Nacional apresenta-se, entre nós, como uma geo-política, que responde à seguinte indagação: qual o papel geográfico e político da América Latina, em especial do Cone Sul e do Brasil neste panorama mundial dividido em dois grandes impérios ?

2.1 - Princípios básicos da geo-política

a) Dualismo

A geopolítica da Segurança Nacional se embasa numa visão dualista ou maniqueísta do mundo. A humanidade está dividida em dois grandes impérios. O império do bem , cristão, humano, democrático, justo. É o ocidente capitalista. A tutela desse império cabe à superpotência do bem e da democracia, os Estados Unidos da América do Norte. Do outro lado, está o império do mal, da mentira, da atrocidade, do materialismo. É o império comunista que tem como chefe e príncipe dos demonios, a União Soviética.

b) Guerra constante e universal

Entre esses dois impérios não há trégua. Citemos o maior ideólogo dessa Dou - trina entre nós, o General Golbery: "Homens de todas as latitudes e de todas as raças- a guerra é global -; homens de todas as idades - a guerra é permanente -; homens de todas as profissões e dos credos mais diversos - a guerra é total -. Devemos pois olhar bem de frente essa Esfinge dos novos tempos para decifrar-lhe o mistério tremendo que em si mesma encerra e fortalecemo-nos na defesa da Liberdade que é exigência essencial e indispensável da condição humana, para que nem na guerra acabemos por soçobrar, vencidos, nem por ela soçobre, afinal, conosco, a Humanidade inteira" (Gen. Golbery do - Couto e Silva, Conjuntura Política Nacional. O Poder Executivo. Geopolítica do Brasil. Ed. José Olimpio, 3ª Ed. pags. 9-10)

c) Integração

Face a esse panorama irreversível, é inevitável a integração dos fracos aos - fortes, dos subordinados ao país lider. É o que afirma com toda crueza, Spykman, o representante dessa Doutrina nos Estados Unidos: "Quem não aceitar a criação de um espaço vital, que incorpore todo o Continente Americano com base em uma economia planificada, com produção controlada e direção centralizada no comércio internacional, não poderá sobreviver. Nenhum dos Estados aceitará de bom grado as modificações imprescindíveis para criar essa economia regional... Somente a conquista do hemisfério pelos Estados Unidos e a implacável destruição das economias ora existentes poderá realizar a in

tegração necessária" (Citado em Paulo Shiling, O Imperialismo Brasileiro, pag.21).

d) Fatalismo

Só resta nos países periféricos a aceitação fatalista da geopolítica do império americano. Ainda o Gen. Golbery: "As pequenas nações se vem da noite para o dia reduzidas a condições de Estados pigmeus e já se prevê o seu melancólico fim, devido aos planos de inevitáveis integrações regionais; a equação de poder no mundo se reduz a um pequeno número de fatores e nele se percebem como pequenas constelações feudais... Não existe outra alternativa para nós se não aceitar os planos de integração e aceitá-los conscientemente". (Op.cit, pag.52)

2.2 - A predestinação do Brasil. Teoria do destino manifesto.

Como os Estados Unidos tem o destino manifesto de serem o baluarte da civilização ocidental frente a ameaça do materialismo comunista, assim também o Brasil, no Atlântico Sul e no Cone Sul está predestinado a exercer a função de sub-império ou de satélite privilegiado da Superpotência. Esta predestinação se deduz de sua posição geográfica (a vastidade e estratégica de sua extensão territorial) econômia (suas imensas riquezas) e culturais (sua tradição cristã). É imprescindível que o Brasil exerça essa função porque a Superpotência não tem condições de cuidar sozinha da sua defesa no Atlântico Sul. Neste sentido, cabe ao Brasil ser o gendarme da Segurança do Ocidente - "cristão" nesta parte do Hemisfério.

Esta visão geopolítica vem permeando e contaminando todo o sistema sócio-econômico e político brasileiro das últimas décadas, com consequências práticas de profundo alcance.

2.3 - A Estrutura Política do Estado

Ela atinge em primeiro lugar, a própria estrutura política do Estado. Nessa estrutura, o princípio fundamental, no ápice da pirâmide política, é a própria Segurança Continental e Mundial. A filosofia política que sustenta essa segurança é o Conceito Estratégico Nacional ou o conjunto de estratégias destinadas a defender o Continente. São essas estratégias que dominam e comandam as diretrizes governamentais. O objetivo nacional deve ser a arrancada para o desenvolvimento e elevação do país ao nível de uma grande potência. Para isso as diretrizes governamentais devem firmar quatro estratégias que garantirão o desenvolvimento com segurança: a estratégia política, a estratégia econômica, a estratégia psico-social (incumbida de informar e "orientar" a opinião pública) e a estratégia militar.

Até poucos anos atrás, a geopolítica da Segurança exigiu a predominância da estratégia militar na estrutura política que quase todos os países da América do Sul. Por esta razão, assistimos ao terrível desfile de golpes e a implantação de ditaduras militares em quase todo o Continente para salvar a "Paz" Americana ameaçada pelos movimentos de esquerda. Em todos esses golpes, houve ingerência da Cia, do Pentágono. A Escola Superior de Guerra e os militares brasileiros exportaram em larga escala técnicas e táticas de golpe e de repressão política para os países vizinhos.

A preponderância da estratégia militar foi o fator responsável pela violenta sistemática violação dos Direitos Humanos do Cone Sul e no Brasil. Institucionalizou a tortura e reforçou a truculência do aparato policial-militar. Agigantou o executivo, transformou o legislativo em vaquinha de presépio, contaminou o poder judiciário. Castrando a participação da sociedade civil nas decisões, impossibilitou qualquer espécie de controle e deu margem aos maiores desmandos, que desembocaram numa corrupção sem limites que envolve todo o país, de alto a baixo, num mar de lama.

2.4 - A economia da Segurança. Crescimento e miséria

Garantindo a segurança do Capitalismo no Hemisfério, o Brasil conseguiu uma grande arrancada de desenvolvimento econômico. O capital internacional se transferiu para cá em massa. O parque industrial cresceu. Do 40º lugar que ocupávamos entre as maiores economias do mundo, passamos para o 8º. Nosso crescimento se deu ao lado da -

destruição do parque industrial de países latino-americanos como Argentina, Uruguai , Chile. Petrodólares e Eurodólares correram em abundância para cá atraídos pelos juros privilegiados e pela mão de obra barata.

Mas esse crescimento é também a nossa miséria. Grande parte dos empréstimos - se perderam nas malhas da corrupção. Outros foram enterrados em obras faraônicas, inacabadas ou sem retorno para o povo. A injusta distribuição favoreceu a transferência - cada vez maior das rendas da classe pobre para a burguesia nacional e internacional e para a classe média. Daí o crescimento da miséria ao lado do desenvolvimento econômico. Socialmente falando, o Brasil é um dos países mais abandonados. No sinistro campeonato da fome, ele já ocupa o 6º lugar no mundo.

2.5 - A geopolítica da Segurança e a Nova República

O fim da ditadura militar não significou absolutamente o fim do predomínio da Doutrina da Segurança Nacional. Esta continua balizando os rumos do país no período de transição. A passagem do bastão de comando das mãos dos militares para a Nova República de Tancredo-Sarney teve sem dúvida um direcionamento, por trás dos bastidores, destinado a salvaguardar os interesses do capital internacional e a aliança entre o Brasil e o império do capitalismo. A permanência operante da Doutrina da Segurança Nacional explica o fracasso das diretas-já, explica a criação da Aliança Democrática, para-sustentar a Nova República, que reúne partidos conservadores esvaziados de qualquer - compromisso com a transformação social do país; explica o caminho imposto de uma Constituinte congressual; explica a decpitação da Soberania dessa Constituinte; explica a implantação do Plano Cruzado como esforço extremo para salvar da derrota os partidos - que sustentam essa transição conservadora.

O Plano Cruzado fracassou, como era de se esperar, mas conseguiu seu objetivo político: colocou no poder o PMDB, partido desfigurado, heterogêneo, eleitoreiro, neo-populista e loteador de cargos e poderes. Mas a ânsia em ganhar as eleições obrigou a reprimir além dos limites o vulcão inflacionário. O Plano arriscou uma tímida redistribuição da renda; alargou o consumo para certas faixas da população; provocou uma passageira euforia de novos empregos. Mas acabou sendo implodido pela ganância de lucros - sem limite, que caracteriza a nossa burguesia nacional e internacional.

A balança comercial desequilibrou-se. As reservas se esgotaram. O desperdício nunca foi reprimido. A corrupção disparou. Mordomias e gastos faraônicos continuaram à solta. Consequência: não há dinheiro para pagar os juros da astronômica dívida externa. E o assim chamado "calote", tantas vezes recusado pelas autoridades monetárias do país, já é uma realidade. O capital estrangeiro se retrai. A hiperinflação bate às portas. O mercado interno dispenca. A estagnação e o desemprego já campeiam com o seu sinistro - cortejo de fome e violência. É a crise do capitalismo periférico brasileiro em proporções jamais atingidas até hoje.

II - PARA ONDE VAMOS ?

As crises do capitalismo desnudam as suas contradições. Põe às claras a exploração que lhe é intrínseca e possibilitam enxergar, por trás das falsidades ideológi - cas, a realidade da degradação humana. Os mitos se esfacelam. O mito Tancredo foi colhido pela morte. O mito da Nova República já desvendou sua face autoritária: pacotes, decretos-leis, incursões militares em locais de trabalho, truculência policial contra operários e bóias frias, alianças e conchavos espúrios, a volta do coronelismo, do nepotismo. Tudo indica que nada mudou. Da ditadura dos militares passamos a uma ditadura - sem farda sob a espreita do militarismo. O peso pesado do capital internacional massacra o povo e está de volta aquele princípio, que por um rápido instante pareceu afastado: É preciso exportar e pagar os interesses do capital internacional às custas da miséria do povo. A mentira institucionalizada como forma de governo lançou sobre os poderes constituídos um descrédito universal e irrecuperável. Estamos vivendo num país cada vez mais ingovernável.

A crise do Brasil, que é também da América Latina, pode ter dois desfechos . Uma saída possível é a reabsorção do Brasil e dos demais países em crise, no seio do hemisfério capitalista, com o revigoramento da geopolítica que já descrevemos. Se atendermos a uma recente análise de Alain Touraine, os países ricos estão diante de um dilema: "tem que decidir se é indispensável para a sua sobrevivência uma América Latina democrática (?) e capaz de manejar seus problemas econômicos e sociais ou se não há -

maiores inconvenientes em o Continente se transformar num vasto território subdesenvolvido dominado por uma economia afundada e uma política clientelística, deixando a algumas empresas multinacionais organizar os setores incorporados às economias desenvolvidas". É evidente que essa segunda solução é perigosa para a Segurança Nacional pois - criaria uma situação explosiva e um desequilíbrio que nenhum país industrializado seria capaz de controlar. Por alguns anos mais os Estados Unidos podem manter a dramática ilusão de que uma combinação de "marines" em apoio a grupos contra-revolucionários- e a ajuda econômica a governos debilitados podem manter a "paz" americana em todo o - Continente; porém não por muitos anos". E eis o caminho de reintegração apontado por- Touraine: "É indispensável organizar uma grande conferência internacional entre os quatro principais componentes do sistema ocidental: América do Norte, Europa Ocidental , Japão e países recém-industrializados do Extremo Oriente e da América Latina. Não somente para resolver os problemas da América Latina "enferma" mas também para salvar o mundo inteiro da catástrofe econômica e política inevitável se continuar desenvolvendo uma economia financeira distante da economia produtiva e que conduz os Estados Unidos, a Grã-Betanha e a França, assim como a América Latina rumo à desindustrialização através de uma economia especulativa... Esta crise destrói primeiro os países mais débeis, periféricos, porém ameaça também aos países centrais". (Alain Touraine, Artigo em A Folha de São Paulo, 03/06/87 pag.A 44).

Outro caminho diametralmente oposto ao apontado por Touraine é a via para o- socialismo. O Brasil como toda a América Latina, não é um país enfermo, que poderá ser curado com uma integração mais adequada na economia dos países ricos. A América Latina é um Continente explorado e sugado pelo capitalismo nacional e supranacional. Somente- destruindo os mecanismos desta exploração do homem pelo homem será possível vencer as crises constantes que afundam nossos países no abismo da desumanidade. E a negação deste sistema só é possível com o triunfo do socialismo. Cuba e Nicarágua já optaram por- este caminho e, apesar de todas as dificuldades, enveredam para a consolidação do sistema socialista.

O projeto socialista, em que pese a diversidade dos modelos contém algumas linhas básicas.

A primeira é a constatação de que o trabalho humano é a verdadeira medida do- valor de tudo o que se produz sobre a terra. Não é o capital, nem a mercadoria, nem o dinheiro a base da civilização e da cultura. Por esta razão, o projeto socialista coloca o trabalho humano como fundamento da nova sociedade. E é imprescindível que o trabalho seja realmente livre. Esse reino da liberdade implica em que o trabalho não seja- mais uma mercadoria que alguns provilegiados, os donos do capital e dos meios de produção, compram para em cima dele lucrar, arrecadar excedentes econômicos, acumular,poupar ou gastar, deixando quem produz na miséria. Implica em devolver ao trabalhador o- fruto do seu trabalho da maneira mais adequada possível. Como meta ideal, implica em exigir que cada trabalhador contribua para o todo social conforme suas forças a fim de receber da sociedade os bens que lhe competem conforme suas necessidades. Isso só é - possível mediante a socialização dos meios de produção.

Nesse estágio do projeto, a aboloção da fonte de toda a desumanidade, que é a propriedade privada, será também "o fim da alienação humana, a verdadeira apropriação- da natureza humana através do e para o homem. Será o retorno do homem a si mesmo como um ser social, isto é, realmente humano, um regresso completo e consciente, que assimila toda a riqueza da evolução e a natureza entre o homem e seu semelhante...É a resposta ao enigma da História...("Karl Marx, Manuscritos Econômicos e Filosóficos, Ed.em E. Fromm, Conceito Marxista do Homem, Zahar, 3º Ed., 1964, pag. 123)

III - COMO CHEGAR LÁ ?

Supondo que seja este o projeto que anima os corações e as mentes do pessoal, que milita nos Direitos Humanos, a pergunta mais empenhativa é essa: como chegar lá ?

O projeto socialista está presente, inspira ou rege grande parte da humanidade contemporânea. E se implantou mediante uma pluridade de caminhos. Razão pela qual - seria absurdo querer trazer este ou aquele modelo como sendo o infalível ou o mais eficaz.

A teoria somente aponta algumas pistas.

Não é impossível implantar o projeto socialista mediante a via política. Um- partido, com o apoio consciente e efetivo das massas, toma o poder pela via do voto e executa a transformação das estruturas sociais. Na América Latina, o Chile de Allende-

foi uma tentativa. Não deu certo. As forças reacionárias, nacionais e internacionais - massacraram o incipiente socialismo e implantaram uma das mais cruéis ditaduras da história, que perdura até hoje.

O caminho mais trilhado para o socialismo tem sido a luta armada. Na América-Latina, dois exemplos de revolução socialista vitoriosa: Cuba e Nicarágua.

Uma revolução, entretanto, é algo tremendo, exige o sacrifício de milhares de vidas humanas. Por isso, consoante ao espírito cristão, expresso pelo grande teólogo - Tomás de Aquino, só pode se desencadear quando não há outro meio de eliminar a tirania que oprime o povo.

Toda revolução requer condições objetivas muito concretas. A primeira é a crise aguda e irremediável da estrutura dominante. A velha estrutura está em agonia e o - novo está para nascer. Sintoma evidente dessa agonia se tem quando a classe dominante-não consegue mais dirigir a classe subalterna com os seus instrumentos de transmissão, propagação e manutenção da ideologia. Os partidos tradicionais deixam de ser reconhecidos como polarizadores das massas, envelhecem e se esvaziam inteiramente de qualquer - significado para o povo. A desconfiança generalizada penetra em todos os órgãos da opinião pública. A classe dominante já não possui mais o consenso dos dominados. É a crise da autoridade.

Essa crise acontece, em geral, por duas razões: ou porque a classe dominante-fracassou em um dos seus grandes projetos políticos ou porque amplas massas passaram - da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em - seu conjunto, já constituem uma espécie de revolução. Às vezes, essa luta das massas toma características caóticas e desorganizadas (banditismo, saques, incêndios, seques - tros). Esse caos, em geral, não leva a nenhuma transformação social; ao contrário, pode provocar a intervenção das forças de direita e fazer regredir o processo.

Dentro da crise aguda do sistema é que se implanta a luta pela superação do-regime opressor.

O primeiro passo é a ruptura da classe subalterna com a classe dirigente e - com a sua ideologia. É a construção de uma visão de mundo cada vez mais coerente com a prática dos dominados e a denúncia clara destemida das contradições e da desumanidade-do sistema dominante.

Essa luta ideológica deve fazer-se acompanhar de uma formação intensiva de - quadros e lideranças oriundas da própria classe subalterna.

Não há revolução sem massas organizadas e politizadas. Uma revolução de vanguardas desvinculadas das massas é uma revolução de elites e só pode desembocar numa - outra subjugação do povo sob o rótulo de socialismo. Por isso é fundamental confiar - nas massas, acreditar que possam chegar e compreender e agir em função de tarefas - transformadoras, sempre que sejam convenientemente mobilizadas. É preciso respeitá-las. Respeitar seus interesses espontâneos e seus interesses a longo prazo. Isto se deve - traduzir em propor tarefas que, embora relacionadas com seus interesses estratégicos a longo prazo, partam sempre de seus interesses espontâneos imediatos. Consultá-las. Recolher suas idéias e opiniões em face dos fatos. Não lhes dar tudo pronto, vindo de cima. Informar-lhes sobre a situação histórica, sobre a conjuntura e a estrutura, sobre-os caminhos da luta. Educá-las. Elevar seu nível de consciência partindo de suas próprias lutas. Organizá-las. Isto é, buscar formas que lhes possibilitem a máxima participação. Mobilizá-las. Cada fato conjuntural pode ser uma brecha para uma ação política e estratégicas das classes populares.

Só depois deste longo e paciente aprendizado de luta é que desabrocharão do - povo as condições objetivas para um possível movimento revolucionário armado, última - instância a que se deve recorrer para transformar a sociedade desumanizante num convívio de irmãos, sob o signo da paz, fruto da igualdade.

Movimento Nacional de defesa dos Direitos Humanos



CEDIM

Subsídios III

QUESTÃO AGRÁRIA
VIOLÊNCIA NO CAMPO

SIN
Serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos
RUA CARLOS GOMES, 180 CP 90581
25680 PETRÓPOLIS, RJ TEL.: (0242)42-2462
SERVIR À VIDA

SUBSÍDIO nº III

Questão Agrária e Violência no Campo

- "Violência no Campo"
uma análise da violência a partir
de documentos do MIRAD 1

- "A UDR ou a Democracia com Controle
Remoto" (Secretariado Nacional da
CPT) 5

Neste texto, temos uma boa análise de
quem é a UDR sua estratégia e princi-
pais teses políticas defendidas, assim
como as consequências negativas de sua
atuação no meio rural e junto as auto
ridades ministeriais.

- "Uma intervenção na estrutura judiciária
Plínio de Arruda Sampaio (presidente da
ABRA e Deputado Constituinte PT/SP). 25

SIN
serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos
RUA CARLOS GOMES, 160 CP 90581
25680 PETRÓPOLIS, RJ TEL.: (0242)42-2462
SERVIR A VIDA

VIOLÊNCIA NO CAMPO

As conclusões do relatório da Coordenadoria de Conflitos Agrários do MIRAD a respeito de conflitos de terra ocorridos no primeiro semestre de 1987 demonstram o agravamento da situação de violência no campo, gerada pela concentração da propriedade da terra no país.

Segundo o relatório, a omissão e até conivência de autoridades públicas diante da generalização da criminalidade no campo pode comprometer o processo de transição por que passa o país, gerando um clima de insegurança que propicia ações cada vez mais violentas.

No primeiro semestre de 1987 morreram 99 pessoas direta ou indiretamente envolvidas em conflitos de terra no país. Alguns assassinatos revestem-se de grande ousadia e traços de crueldade que indicam haver o interesse de humilhar e aterrorizar a vítima e não apenas eliminá-la. Entre as ações praticadas são comuns os estrupos, a decapitação e o decepamento de órgão das vítimas, em sua maioria posseiros. Entre os 99 listados encontram-se 5 crianças, 8 índios, 9 empregados de fazenda, 4 pistoleiros, 1 clérigo, 2 advogados, 3 policiais e 66 trabalhadores rurais, incluindo posseiros, lavradores e pequenos produtores. Estes representam 67% do total de óbitos, seguidos pelos "empregados de fazenda", com cerca de 10% do total de mortes no período. Nesse quadro não se tem registro de fazendeiros mortos por questão de terra.

Dos 38 imóveis rurais nos quais se verificaram mortes no período citado, 6 já são reincidentes, ou seja, já foram palco de outros assassinatos nos anos de 1985 e 1986. A Fazenda Agropecus no município de Redenção, estado do Pará, é a que apresenta maior número de mortes, 13 ao todo, sendo 12 no ano de 1986 e uma no primeiro semestre de 1987. Algumas fazendas, como o Projeto Tucumã, já têm processos de desapropriação foramlizados. Urge que a tramitação desses seja agilizada.

O documento indica ainda que as zonas críticas de tensão social ampliaram-se nas regiões de fronteira agrícola como Rondônia e Mato Grosso e em regiões onde se verifica carreação de recursos econômicos através de políticas governamentais e da concessão de incentivos fiscais. Esses parecem ser os casos da inclusão de fazendas localizadas nos municípios de Monção, Turiaçu e Grajaú, no estado do Maranhão, que vêm recebendo recursos da SUDENE.

De acordo com o relatório do MIRAD, a violência que se verifica no estado do Maranhão relaciona-se também com a implantação dos pólos siderúrgicos ao longo da ferrovia Carajás, dentro do Programa Grande Carajás.

A maior parte das mortes ocorridas no primeiro semestre de 1987 verifica-se na Região Nordeste (39 casos). sendo o estado do Maranhão o que registra maior número de óbitos (17 nesse período). Segue-se o estado da Bahia, com 15 casos e o Pará com 12. A região Norte apresenta 24 casos de mortes, seguida pela região Centro Oeste com 23, a região Sudeste com 19 e a Sul com 9. Dpois do estado do Pará, são os estados de Mato Grosso e Rondônia que apresentam maior número de mortes nesse período, com 10 ocorrências em cada.

Ao analisar a distribuição do número de mortes por mês o documento demonstra que janeiro foi o mês mais violento do semestre, com 26 óbitos (26% do total), seguido pelo mês de junho com 24 mortes (24% do total).

Estima a Coordenadoria de Conflitos do MIRAD, com base nos registros e levantamentos disponíveis, que dois mil e quinhentos imóveis rurais constituem-se focos de tensão e conflito social, estando envolvidas nesses conflitos mais de quinhentas mil famílias de trabalhadores rurais. Tais conflitos distribuem-se em cerca de hum mil e duzentos municípios e envolvem várias formas de violência, abrangendo áreas de ocupação antiga, áreas onde predominam formas modernas de exploração agrícola e regiões de ocupação recente.

Além da violência física que vítima homens, mulheres e crianças na luta pela terra, outras práticas caracterizam a tensão social e os conflitos no campo: despejos em mandato judicial ou mesmo legais, mas cheios de falhas; presença de milícias privadas; prisões arbitrárias e ilegais; cárcere privado; coerção ; atrocidades e sevícias físicas, inclusive contra mulheres e crianças; ameaças de mortes; pressões psicológicas; perseguições e violências policiais; destruição de roças, colheiras, moradias e benfeitorias; eliminação de anomais; desmatamentos e incêndios criminosos; furtos e roubos de bens e produtos; bloqueio de caminhos, estradas e vias de acesso, com proibição de trânsito; proibição de acesso a açudes e aguadas; proibição de comercialização da produção; e proibição do trabalho.

Esta situação vincula-se a determinadas formas de uso da terra e emprego da força de trabalho, caracterizadas pela grilagem de terra; o não uso da terra legalmente possuída; práticas ilegais de arredamento, parceria e outras formas de relações de produção; e o descumprimento generalizado dos direitos trabalhistas que chega à prática de trabalho escravo.

São também decisivos para o agravamento desse problema, os erros e a má condução das ações governamentais na destinação e utilização da terra. Essas distorções encontram-se nos processos de licitação e leilões de terras públicas; projetos de colonização; regularização fundiárias; desapropriações e desalojamentos por obras públicas; na política de incentivos fiscais; na demarcação de áreas indígenas; e na morosidade dos processos de desapropriação por interesse social.

Informa ainda o relatório da Coordenadoria de conflitos do MIRAD que, segundo denúncias da CPT Araguaia/Tocantins, somente em Conceição do Araguaia, no estado do Pará, três trabalhadores foram feridos a bala, 94 foram espancados, 37 estão ameaçados de morte, 103 foram presos arbitrariamente, 85 famílias foram despejadas, 914 trabalhadores estão submetidos a regime de trabalho escravo e 26 casas foram destruídas.

Analisando as causas gerais da ocorrência de conflitos sociais no campo, a Coordenadoria de Conflitos do MIRAD aponta especialmente duas políticas governamentais que considera potencializadoras desses conflitos. a política de incentivos fiscais e a política de regularização fundiária.

Quanto a primeira destaca-se "a pressão econômica sobre a estrutura fundiária em virtude da atuação dos organismos de desenvolvimento regional, através dos programas de incentivos fiscais em regiões de fronteira agrícola" (pag.35). A aquisição de grandes extensões de terra, a baixo custo, com a finalidade de transformá-la em rexerva de valor vem gerando fortes contradições que se refletem na existência de grandes extensões de terras inaproveitadas e enorme contingente de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.
Nessas regiões as terras são muitas vezes conseguidas através da grilagem ou de documentos forjados, resultando na expulsão, de forma violenta, dos trabalhadores de suas posses.

De acordo com avaliações da SUDENE, SUDAM e IPEA, a política de incentivos fiscais e subsídios tiveram um desempenho aquém do esperado no que tange ao desenvolvimento agrícola do Norte e do Nordeste, embora os recursos a ela destinados tenham sido muito significativos. "Os projetos em pauta para aprovação pela SUDAM, (em agosto de 1986) totalizam incentivos da ordem de Cz$ 1,57 bilhão, valor este superior ao orçamento do MIRAD para aquele ano, de Cz$ 1,2 bilhão". (pag. 37)

Constata-se que os cronogramas de implantação dos projetos não são cumpridos nos prazos estipulados em virtude, principalmente, do desvio de recursos, e os imóveis beneficiados com tais políticas continuam classificados como latifúndios por exploração, mesmo decorrido tempo razoável desde o início da implantação dos projetos.

Além disso, verifica-se também, que os critérios para concessão de incentivos fiscais refletem-se no processo de expulsão de camponeses de suas terras, pois os recursos são utilizados para a contratação de pistoleiros, tratores e outros instrumentos, utilizados nos processos de expulsões.

Segundo o documento da Coordenadoria de Conflitos do MIRAD a concentração da propriedade, que tem origem no processo de grilagem e de aquisição de glebas sem titulação em áreas de incidência de incentivos fiscais é mais significativa quanto maior for o aporte de recursos globais a título de incentivo governamental. A região abrangida pelo Projeto Grande Carajás é citada como exemplo,

Em relação à política de regularização fundiária desenvolvida pelos órgãos públicos até passado recente, o relatório da Coordenadoria de Conflitos Agrários do MIRAD (CCA/MIRAD) cita o exemplo da ação do GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia/Tocantins) na bacia do Araguaia/Tocantins, que resultou no fomento à concentração fundiária na região, com a criação de

latifúndios e minifúndios. Estima-se que ali existam cerca de 500 mil posseiros.

Originalmente subordinado ao Conselho de Segurança Nacional, o GETAT* passou para o âmbito do MIRAD, quando da sua criação, mas sua política chocou-se com os objetivos do I PNRA.

De acordo com a CCA/MIRAD, "os conflitos agrários são agravados em virtude da própria ação fundiária do órgão responsável". Existe uma excessiva burocratização dos precedimentos desapropriatórios, que envolve em muitos casos, uma sucessão de vistorias, revisões e atualizações cadastrais que fazem com que os processos se arrastem por vários meses e até anos, dificultando a solução dos problemas e honerando em demasia os cofres públicos. Á morosidade da tramitação desses processos corresponde uma agudização dos conflitos nas áreas objeto de desapropriação.

Contribui ainda para o agravamento considerável da questão, a crise institucional do Poder Judiciário e o mal funcionamento dos órgãos públicos, especialmente a polícia. As ações desencadeadas pelo estado com o objetivo de amenizar a situação tem tido efeito oposto, por serem voltadas contra os mais carentes e, portanto, desprovidos da assistência dos órgãos públicos. O relatório da CCA cita o exemplo da "Operação Desarmamento", realizada pelo Governo do estado no Sul do Pará, que causou profundas sequelas na população de posseiros ali residentes dada a brutalidade, a arbitrariedade e o caráter terrorista com que se revestiu.

Concluindo o seu relatório a Coordenadoria de conflitos Agrários do MIRAD apresenta algumas recomendações que contribuiriam para a definição de ações coordenadas ao poder público visando a amenizar os conflitos pela posse e uso da terra.

Tais sugestões envolvem as ações do MIRAD no âmbito interno e externo, no que se refere à agilização dos processos de desapropriação e ao desenvolvimento de ações coordenadas que permitam o cumprimento das medidas preconizadas pelo PNRA, e a atuação do Ministério junto a outros órgãos públicos, especialmente o Ministério da Justiça. Essas recomendações, se efetivamente acatadas, poderiam contribuir para o início da solução de situações litigiosas que geram a grande violência e os conflitos verificados no meio rural.

* O GETAT foi extinto em 1987 pelo então Ministro Dante de Oliveira.

(Documento produzido por Joaquim Soriano e Elisabeth Freitas, consultores do INESC especialmente para este subsídio)

SIN
serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos
RUA CARLOS GOMES, 180 CP 90581
25680 PETRÓPOLIS, RJ TEL.: (0242)42-2462
SERVIR À VIDA

A UDR ou a Democracia com Controle Remoto

"Para nós, produtores rurais, governo democrático é aquele que faz o que nós queremos e até impomos, não o que nos quer ditar normas".

R.CAIADO em ESP 23/4/87

Há mais de dois anos nasceu no Brasil a UDR- União Democrática Ruralista - que na época, parecia ressurgimento de um passado abolido. Os novos coronéis erravam de século. Na mesma época, em pleno debate sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), vários organismos - CNBB, CONTAG, CUT, MST, CPT -se empenhavam em defender uma reforma agrária autêntica.

Havia ainda a crença que setores do capital industrial e financeiro estavam apoiando tal projeto, tendo em vista as repercussões no mercado interno.

De maio de 1985 até julho de 1987, assistimos ao crescimento da UDR, multiplicando por 30 seus efetivos em 1 ano avançando contra o PNRA, elegendo forte bancada na Constituinte (cerca de 60 parlamentares), fazendo alianças com poderosos grupos empresariais.

A UDR conta hoje com 132 regionais em 19 estados, somando 150 mil sócios. Ronaldo Caiado, seu presidente nacional, se orgulha de pertencer a "maior entidade civil de produtores rurais da América do Sul" (1) com ambição de atingir os 4 milhões de produtores rurais.

O objetivo e a defesa de privilégios, sob o disfarce da bandeira dos direito à propriedade, à livre iniciativa, e manutenção do regime democrático. A UDR representa hoje o avanço de um projeto conservador de sociedade para controle efetivo dos excluidos do campo e da cidade. "Raposas, traidores, lobos" são aqueles que não concordam com esse neo-liberalismo, como o Senador Mário Covas, a "esquerdinha de butique" e os falsos pastores da Igreja progressista (1).

I- Quem é quem na UDR?

O aparecimento de uma entidade como a UDR traz desafios às teorias sociais, às democracias, bem como à pastoral da Igreja.

A UDR nasceu das falhas dos canais vigentes que representavam a burguesia rural. Ela entrou na brecha deixada por partidos e entidades ligadas ao Governo como a CNA (Confederação Nacional da Agricultura); a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) e a SRB (Sociedade Rural Brasileira).

Representantes da oligarquia rural (principalmente os pecuaristas) constituem a pedra de fundação (2), e até hoje continuam sendo alicerce da entidade no eixo Goiás, São Paulo, Minas Gerais. Os pecuaristas se apresentam como a fina flor da classe empresarial rural, que conta também com a participação de grandes grupos econômicos e financeiros, como os Bancos Bradesco, Real, Unibanco, Bamerindus.

Dados oficiais revelam a enorme concentração do rebanho bovino. 2 mil brasileiros são donos de 96 milhões de cabeças de gado (3), enquanto as pastagens naturais e artificiais ocupam 56% das terras (IBGE, Censo Agropecuário, 1980)

No entanto, muitos produtores médios e pequenos entraram nas fileiras da UDR, impelidos pelo endividamento nos bancos, ou atraídos por uma propaganda hábil e demagógica. A UDR anunciou inclusive modificação dos seus estatutos para incorporar parceiros, arrendatários, meeiros (4), na tentativa de mascarar a existência de interesses antagônicos no campo e de se legitimar, através da ampliação de suas bases.

Esse antagonismo, na verdade, pode se esconder, seja por razões econômicas ou razões históricas e regionais. A falta de política agrícola agrediu a grandes e pequenos. Por outro lado, o jornalista e sociólogo Lúcio Flávio Pinto lembra que a esmagadora maioria dos fazendeiros da Ilha do Marajó (Pará) não se associou à UDR (5).

O fator mais significativo é perceber que a UDR é ponta de lança de um projeto extremamente bem articulado das forças conservadoras no Brasil. A história tem suas ironias. Na década de 30, o líder chinês Mao-Tse-Toung previa, no Terceiro Mundo, a tomada das cidades pelo cerco dos camponeses. No Brasil, na alvorada do terceiro milênio, uma oligarquia rural dá volta por cima, prepara suas bases para ocupar as cidades e faz alianças com detentores do capital industrial e financeiro.

Hoje, os defensores do capital estão na ofensiva, com plena cobertura dos Meios de Comunicação Social, levando a bandeira da livre iniciativa, da propriedade e do regime democrático. As cartas parecem roubadas. A UDR se proclama a favor da Reforma Agrária, das "diretas-sempre", se diz preocupada pela questão social. R. Caiado não deixa de se declarar democrata-liberal e até católico praticante (6).

Essas observações servem para mostrar que o terreno da linguagem e da ideologia é extremamente minado. A opção preferencial da Igreja pelos pobres corresponde o slogan do governo Sarney "tudo pelo social". A receber a pecha de conservador, Caiado revida: "na verdade, progressistas somos nós. Nada mais retrógrado, reacionário do que o casamento de Marx com a Bíblia", declara ele, citando D. Pedro Casaldáliga, D. Tomas Balduino, Frei Leonardo Boff (6). Pouco adianta entrar em polêmica com troca de anátemas ou cair numa interpretação simplificada da situação. Fundamental é tentar perceber os fatores sócio-econômicos que levaram ao aparecimento da UDR como novo ator social. Em segundo lugar, cabe revelar a atuação e estratégia e demistificar as teses sustentadas por essa entidade.

II - FATORES SÓCIO-ECONÔMICOS

Três elementos foram decisivos para criação e expansão da UDR: o Plano Nacional de Reforma Agrária, a Constituinte e o fracasso do Plano Cruzado. Os dois primeiros itens serão tratados na análise da atuação da UDR. Convém salientar os efeitos nefastos do Plano Cruzado para Agricultura.

Na euforia de 1986, muitos médios e pequenos proprietários rurais fizeram empréstimo, a juros de 10% ao ano. O sonho se tornou pesadelo em 1987 com a cobrança dos juros de 15-17% ao mês, mais a correção monetária (7). Multiplicaram-se falências de pequenas propriedades, aumentando o êxodo rural, rumo às cidades e à Amazônia. No Paraná, no Vale do Ivai, região compostas de 16 municípios, o próprio Banco do Estado se envolveu para evitar leilões de 300 pequenas propriedades (8). Na cidade de S. João do Ivai, 29 pequenos estabelecimentos foram vendidos em 2 dias para pagar os bancos (9).

Esta situação dramática constituiu um campo fértil para reivindicações amplas e permitiu o avanço da UDR.

* Em janeiro de 1987, 600 mil pessoas protestaram no Rio Grande do Sul contra a política agrícola do governo. Essas manifestações foram organizadas pela FARSUL (Federação da Agricultura do RS). A UDR estava presente, mas não liderou (10).

* O "Alerta do campo à Nação", no dia 12/02/87 em Brasília reuniu cerca de 30.000 produtores rurais. O protesto foi organizado pela Frente Ampla Agro-pecuária (composta da CNA, OCB, SRB e Federação da Agricultura de Minas Gerais). Caiado roubou a cena e se projetou como a grande figura do momento. Exaltado, ele chamou o Governo Sarney de "corrupto e incompetente" (11). Colocações que criaram desconforto das lideranças patronais ligadas ao Governo.

*"O Dia Nacional de Paralização no campo", no dia 10/3/87, mobilizou cerca de 1 milhão de pessoas em todo o País. A UDR tentou dirigir o movimento, sem contudo conseguir. No entanto, os Meios de Comunicação deram grande destaque ao Caiado, enquanto na verdade, a Frente Ampla Agropecuária, mobilizou um número maior de produtores.

* "A marcha cívico-democrática", em Brasília, reuniu cerca de 40.000 pessoas. O grande destaque foi a participação do coronel do exército Brilhante Ustra, ex-agente do OOI-CODI e torturador de presos políticos durante a década de 70 (12). A UDR apareceu como a Única entidade organizadora do evento, deixando na sombra a Frente Ampla Agropecuária. Caiado se deslocou em 14 estados visitando 23 cidades para convocar os regionais (13). Meeiros e arrendatários foram trazidos para carregar faixas dos patrões, a favor da propriedade e da livre iniciativa (14).

* Das primeiras manifestações de janeiro/87 até julho, a UDR triplicou seus efetivos, passando de 50 mil (15) a 150 mil sócios (16) segundo dados da imprensa nacional.

* Outro fator contribuiu para o crescimento dessa entidade. A UDR entrou na ofensiva, ameaçando de inundar a justiça com milhares de ações cautelares contra as cobranças dos bancos. A entidade contratou 18 juristas, alguns com nome nacional, como Washington Montei-

ro de Barros de São Paulo, Humberto Theodoro de Brasília e prome - teu tomar a defesa dos pequenos produtores sejam arrendatários ou meeiros (17). O Ministro Funaro adotou, pouco tempo depois algumas medidas, comentadas com arrogância por Caiado: "para nós, produtores rurais, governo democrático é aquele que faz o que nós queremos e até impomos, não o que dita normas (18).

* Convém ainda apontar falhas e falta de discernimento por parte dos Movimentos Populares e entidades como CONTAG, CUT, CPT, MST . Não se trabalhou quase em cima da crise econômica que assolou os pequenos produtores. As manifestações de trabalhadores rurais organizadas por sindicatos combativos nos estados do Sul não se distinguiram dos protestos patronais a não ser pela repressão policial. Os trabalhadores rurais foram duramente reprimidos pela PM, enquanto as reivindicações dos grandes produtores tiveram todo o apoio das autoridades.

III - ATUAÇÃO E ESTRATÉGIA DA UDR

Este trabalho a nível de manifestações e no plano jurídico é significativo da atuação da UDR. Nota-se uma grande flexibilidade a versatilidade, com ampla cobertura da imprensa e televisão. De um lado, há lances que parecem choques frontais de grande impacto."O governo é composto de homens levianos, de burocratas que nada produzem", proclama Caiado em abril/87 (19). Três meses de - pois, o mesmo homem chega a ser considerado pelo Presidente Sarney "o mais novo e autêntico fenômeno da política brasileira" (20). A passeata do dia 11 de julho impressionou Sarney que deu sinal para o Governo abrir as portas à UDR.

A primeira audiência formal com um ministro ocorreu em 23/7/87. Caiado foi recebido por Iris Resende, Ministro da Agricultura, enquanto a diretoria da UDR se encontrava com Antônio Carlos Magalhães, Ministro das Comunicações (18).

No dia 10 de agosto, Caiado conseguiu audiência com José Hugo Castelo Branco, ministro do Comércio e Indústria, à frente de umca comissão de Cafeicultores (21). No dia 19 do mesmo mês, a UDR, através de seu presidente e 19 dirigentes regionais, foi recebida pelo chefe do Gabinete Civil da Presidência, ameaçando pres - sões e manifestações amplas, caso a Constituinte aprovasse a imissão imediata de posse (22). Em 02/09/87 Marcos Freire do MIRAD, recebia Ronaldo Caiado no mesmo dia em que o INCRA processava a UDR por calúnia e difamação.

Pode-se distinguir 3 fases principais na atuação da UDR:

1 - FASE DE CONSOLIDAÇÃO

A primeira meta da UDR em 1985 foi atingir grandes pecuaristas em vários estados. No combate contra o PNRA, a UDR não entrou em primeira linha. Flávio Telles de Menezes da SRB e Flávio Brito da CNA apareceram mais nos debates. Ficou patente que o apelo à questão social por parte do governo não colava com as necessidades do capitalismo. Os aliados potenciais da burguesia industrial se tornaram, na prática adeversários desse Plano de Reforma A -

grária: Luxma, Adubos Trevo, Agroceres, Cotrisa, Bamerindus, Alcoa Aluminium, Companhia Paulista de fertilizantes, Associação nacional de Defensivos Agrícolas, para citar alguns grupos (23).

O PNRA, assinado em 10/10/85, nasceu morto. As desapropriações, como instrumento principal para Reforma Agrária, passaram ao segundo plano.

2 - FASE DE EXPANSÃO

A diretoria nacional da UDR foi constituída em 12 de julho de 1986. A UDR contava naquela época 5.000 sócios. A entidade Regional de Reforma Agrária, dando orientação aos proprietários e contratando vários técnicos para esse fim. Em segundo lugar, decidiu influir decisivamente na Constituinte, contribuindo para eleger uma forte bancada suprapartidária de 60 parlamentares (24).

3 - FASE DAS CONQUISTAS E DAS ALIANÇAS

No primeiro semestre de 1987 a UDR tem alvejado vários objetivos: conquistar a hegemonia no movimento de reivindicações no campo; emperrar a Reforma Agrária (a UDR entrou com mais de 500 ações na justiça contra desapropriações); ampliar as suas bases; exigir a extinção do MIRAD; impedir qualquer avanço social significativo na Constituinte através de um poderoso lobby e jogo de alianças.

a) um dos campos mais importantes de atuação foi a Comissão de Ordem Econômica, para combater os três pontos mais polêmicos da Reforma Agrária: definição da função social da propriedade, limites da propriedade, critérios para desapropriação (25).

A UDR investiu pesado.

* Tentou nomear o relator da Sub-Comissão de Política e Reforma Agrária e perdeu por um voto (26).

* Voltou à ofensiva para derrubar o relatório de Oswaldo Lima Filho (PMDB-CE) em 23-24/05/87 e conseguiu impor o substitutivo de Rosa Prata (PMDB-MG). A tragicomédia envolvendo o deputado Benedito Monteiro do Pará é reveladora de todo um clima de forte pressão. O saldo final foi a aprovação de 2 itens do substitutivo apenas. A UDR marcou forte presença nas galerias, para cada membro da CONTAG tinha 3 da UDR. CUT e MST ficaram ausentes.

* Novos lances aconteceram antes e durante a votação da Comissão da Ordem Econômica que ocorreu em 13/06/87. De um lado, ameaças contra vários deputados. O Jornal do Brasil publicou um telegrama recebido pela Deputada do Amapá, Raquel Capiberibe (26). Do outro lado, uma articulação foi montada por Afif Domingos (PL-SP), Dilfim Neto (PDS-SP), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Alyssom Paulinelli (PFL-MG), para derrubar o projeto do Senador Severo Gomes (28).

37 parlamentares, de um total de 63, apoiaram 3 substitutivos em oposição ao relatório: um sobre a questão urbana, um sobre a Reforma Agrária do deputado Jorge Viana (PMDB-BA) e o terceiro relativo a princípios gerais da economia, de Irapuan Costa Junior (PMDB-GO), conhecido adversário da Reforma Agrária (29). A votação ocorreu no dia 13 de junho num clima de grande tensão. Mem

bros da UDR e trabalhadores rurais ligados à CONTAG quase chegaram a enfrentamentos físicos no Congresso. 70 acesso para assistir a votação foi depois vetado.

As manobras dos conservadores provocaram a retirada de 23 parlamentares. Os 3 substitutivos foram por tanto votados por apenas 42 deputados e senadores. O texto sobre a R.A. tinha os pontos exigidos pela UDR: "a função social é cumprida quando o imóvel é ou está em curso de ser racionalmente aproveitado"; pagamento prévio e justo antes das desapropriações; recusa da imissão de posse imediata; títulos da Dívida Agrária (TDA)somente para a terra nua.

Este resultado representou a derrubada dos 17 pontos apoiados por 17 entidades e que chegaram a colher 1 milhão e 200 mil assinaturas. Com esta votação foi selada a articulação entre os segmentos da sociedade contrários a qualquer modificação básica na ordem sócio-econômica.

b) A tática das ALIANÇAS corresponde à vontade ferrenha de não perder nem um anel, menos ainda os dedos. A publicação do IBASE "Políticas Governamentais" de julho 87 relata: "segundo o RELATÓRIO RESERVADO, 1072, a UDR, depois de receber um discreto apoio de um grupo de pequenos bancos privados coordenado pelo empresário Olacyr de Moraes, presidente do Banco Itamaraty e grande proprietário e produtor de soja, teria agora um "apoio mais sólido" depois da reunião de R. Caiado com Amador Aguiar (BRADESCO), Sebastião Camargo (BANCO GERAL DO COMÉRCIO) e com a alta direção do BANCO ITAÚ. Aos poucos vai-se consolidando uma aliança entre o que há de mais perverso no capitalismo brasileiro" (30). A partir de junho a cúpula da UDR, e especialmente R. Caiado, multiplicou os contatos com setores empresariais, os mais diversos: Associações Comerciais, Federação Nacional dos Diretores Lojistas (31). Alas universitária e jovem da UDR apareceram no Paraná e em São Paulo, bem como criou-se a UDU (União Democrática Urbana) (32). Em agosto, Caiado anunciou que iria dedicar 2 dias por semana a fazer contatos, para criar, antes de novembro, uma entidade nacional, capaz de agregar representações classistas de iniciativa privada tanto no campo como na cidade (33).

c) O apoio dos MEIOS DE COMUNICAÇÃO foi um elemento decisivo para o avanço da UDR. Não se soma a quantia de entrevistas, artigos, debates que apareceram na imprensa, rádio e televisão sobre essa entidade. O ESTADO DE SÃO PAULO merece o destaque de ser o jornal do latifúndio por excelência, saiu nesse jornal, com grande manchete, o artigo "Vitória total dos liberais na economia" (34).

As enormes diferenças no campo entre as várias categorias(pecuaristas, meeiros,arrendatários, peões) sumiram por passe de mágica no grande espelho dos MCS. Utilizando somente a palavra "produtor rural", a UDR tenta uma união fictícia, querendo dissociar os trabalhadores rurais de seus órgãos de representação.

Os grandes meios de comunicação social são reflexo do tipo de democracia desejada: uma minoria mandam o resto executa. É significativo o silêncio da imprensa sobre grandes manifestações de trabalhadores rurais, ocorridas nesses últimos meses: 25.000 pessoas na Romaria da Terra em Lapa-PR, em 05 de julho; em Rondônia 12.000 pessoas participaram da Romaria da Terra em Jí-Paraná, no dia 20 de junho. Os meios de comunicação não relataram absolutamente nada sobre esses eventos. Os agricultores são mencionados apenas quando servem de massa de manobra para a UDR.

Há ainda um outro aspecto. Essa entidade tem investido fortemente nos meios audio-visuais para sua comunicação interna. Para sensibilizar sobre os perigos da R.A., são usados filmes e video-cassetes de maneira permanente. Em maio de 1985, Plínio Junqueira Júnior (um dos fundadores da UDR) mostrou filmes feitos por ele na região de Paranapanema em São Paulo. Hoje a UDR tem nos seus arquivos grande quantia de videotapes sobre assentamentos e desapropriações para provar o fracasso da R.A. do Governo.

d) A FORÇA DO DINHEIRO

Por fim, alguns dados que revelam a fortíssima infra estrutura financeira da UDR.

Segundo os jornais, o orçamento de 1986 foi superior a 60 milhões de Cruzados (35).

A passeata em Brasília, dia 11 de julho, foi um esbanjo de recursos: 30 barracas grandes de circo, 1000 apartamentos reservados nos hóteis, 2 caminhões frigoríficos, sendo um com 8.000 kg de carne. Quase toda a cúpula da UDR veio de avião particular ou fretado. O total das despesas (transporte, estadia, alimentação) dessas 40.000 pessoas foi assumido pela UDR (36).

IV - As Teses da UDR

A UDR não é um partido no sentido clássico, mas conseguiu angariar diferentes forças políticas para defender enormes privilégios sob a bandeira da livre iniciativa e da propriedade.

* percebeu desde o início a fragilidade das representações de sua classe ligadas ao governo (CNA, sindicatos patronais, cooperativas);

* conseguiu formular claramente propostas de unificação suprapartidárias, apontando como inimigos "os retrógrados estatizantes",os Movimentos populares, a Igreja progressista;

* articulou rapidamente segmentos interessados, em vários estados;

* conquistou e dominou espaço nos MCS, e aprimorou a sua comunicação interna com meios sofisticados;

* criou equipe de assessores competentes na parte jurídica e jornalística;

* aproveitou as falhas e a desorganização do INCRA/MIRAD para tecer críticas ferrenhas.

Toda esta estratégia tem sua raíz nas teses defendidas pela UDR com unhas e dentes.

1 - DEFESA EXACERBADA DA PROPRIEDADE

a) Para a UDR, as propriedades rurais existentes são resultado do trabalho audacioso, recompensa para quem enfrentou todas as adversidades. "Entre homens honrados e decentes, civilizados, a propriedade só existe pelo fruto do seu trabalho", declarou Salvador Farina, presidente da UDR de Goiás (37).

Nesta visão histórica distorcida, desaparecem o latifúndio, a concentação da terra, a grilagem, o suborno de cartórios, a falsificação de documentos, a violência solta, impune e seletiva contra os trabalhadores rurais.

"Latifúndio é uma palavra para agredir o produtor rural", declarou Ronaldo Caiado na Assembléia Legislativa de Goiás em 19/03/87. "É muito melhor uma terra que tem o gado sendo criado do que deixar como as terras do governo que não tem nada". (38).

No Brasil segundo a UDR, existe apenas um grande latifúndio, constituído pelos 112 milhões de hectares do governo. Do mesmo modo, a concentração fundiária é um mito. E a falta de política agrícola que torna um imóvel improdutivo (39). Quanto a violência contra posseiros e índios, trata-se de um assunto tabú. Para a UDR só existe o "terrorismo fundiário" implantado pelo INCRA e por organizações planejadas por "Aiatolás seguidores do Boff"(40)

Na realidade, segundo dados do IBGE (Censos Agropecuários de 1980), menos de 1% das propriedades detém 45,10% da área cadastrada. Em 1984, as propriedades acima de 10.000 ha representavam 0,1% do total dos imóveis, somando 24% da área toda. No outro extremo, 83% das propriedades abaixo de 100 ha, somando 14,4% da área, ou seja, 0,1% dos imóveis possuia muito mais terra do que 83% do total dos estabelecimentos.

O professor Hélio Jaguaribe comenta no seu relatório, elaborado a pedido do governo: no Brasil os 10% mais ricos tem acesso a 46,2 da renda total. Essa fortíssima concentração de renda no topo da pirâmide social faz do Brasil o país de mais alta taxa de desigualdade do mundo (41).

QUADRO FUNDIÁRIO

Classe de imóveis rurais (ha)	nº imóveis	%	área
Abaixo de 100	3.705.261	83,0%	14,4%
Entre 100 e 10.000	723.403	16,3%	61,6%
Acima de 10.000	4.550	0,1%	24,0%
Total	4.433.214	595.371.399 ha	

FONTE: INCRA 1985 BASE 1984

---

b) O direito à propriedade é intocável

Para a UDR, tentar ferir esse direito é desastabilizar a produção, criar o caos, um retrocesso econômico irreparável. O presidente da UDR do Paraná, Abelardo Luis Lupion Mello, diz: "a UDR não abre mão do tamanho da propriedade, pois ela é do tamanho da coragem e competência do produtor" (42).

Na verdade, os pequenos produtores, que detém apenas 12% das terras, são responsáveis pela produção de 80% da alimentação básica desse país, lembra José Graciano da Silva (43).

Em 1980 nas propriedades de menos de 50 ha, a percentagem de lavoura em relação à área toda era de 41% nas propriedades de 1.000 a 10.000 ha, esta proporção caia para 6%, e nas propriedades de mais de 10.000 ha. para 2% apenas (44).

c) A Terra é fonte de poder

Este é o argumento supremo para recusar qualquer tentativa de democratizar a propriedade. A UDR repete que os assentamentos realizados até hoje, apenas reproduzem no campo as favelas da cidade. Pretendendo reativizar a posse da terra, Flávio Telles de Menezes, presidente da SRB, usou deste argumento numa colocação na sub-comissão de Reforma Agrária: "o arrendatário é o capitalista mais completo, visto que não tem terra, aluga tudo e faz a terra produzir". E concluiu que não é preciso ter acesso à terra para haver produtividade (45).

Para a UDR, os grandes produtores rurais são os únicos a ter "vocação agrícola", conhecimento e capital para desenvolver a agricultura. Os excluídos da terra devem ficar onde estão, de preferência como peões e arrendatários. A UDR sempre recusa a palavra SEM-TERRA, "termo criado pela esquerdinha de butique e pela Igreja do BOFF" (46). Dados mais recentes confirmam a existência de pelo menos 8 milhões de famílias sem terra no pais (47). A meta final do PNRA, assinado em 10/10/85, era beneficiar 1,4 milhões de famílias até 1989, ou seja, atingir 17% dos sem terra do país.

Esse objetivo nunca será realizado: o próprio governo tornou público o recuo, anunciando uma redução de 70% das metas de assentamentos para 1987/88. Serão assentadas 280 mil famílias até o final de 1988 e não 750 mil como indicava o PNRA (48).

Em quase de 2 anos de vigência do PNRA, foram beneficiadas apenas 25.516 famílias (ate 01/06/87): menos de 10% da meta de 450 mil. É preciso ainda especificar que muitas dessas famílias, consideradas assentadas, foram apenas regularizadas nas suas posses onde moravam há anos.

2 - DEFESA DA LIVRE INICIATIVA

a) A visão extremamente classista leva os membros da UDR a uma distorção profunda da realidade. Para eles, só existe o capital como fonte de progresso: "a riqueza desse país vem da iniciativa privada. O Brasil cresceu com a iniciativa privada" (49). Nessa versão da história, aparecem apenas os velhos e novos bandeirantes.

Esta capa de liberalismo não deve criar ilusão. No Brasil o liberalismo tem sua raiz na oligarquia rural. Difere profundamente do liberalismo europeu (50). Uma declaração de Ronaldo Caiado vem ilustrar esta idéia: "eu preciso dizer que o clima dentro de uma propriedade rural é mil vezes melhor do que em qualquer outro setor da iniciativa privada" (51).

A mistificação é completa. Fazendas perdidas na Amazônia aparecem como expressão do capitalismo mais avançado. Mas as críticas acirradas contra a corrupção do governo, se guardam bem de tocar na questão dos incentivos fiscais, política esta iniciada em 1966 com a criação da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e do BASA (Banco da Amazônia s/a).

Uma pesquisa do IPEA (Instituto do Planejamento Econômico e Social), revela os dados seguintes: de 1976 a 1985 foram abandonados 90 apreendimentos financiados pela SUDAM com prejuízo global de 1,66 bilhões de cruzados (52).

Segundo o mesmo instituto, de 94 empreendimentos fiscalizados, apenas três apresentavam alguma rentabilidade. No relatório citado, cabe destacar algumas conclusões: "os projetos incenti

vados pouco tem contribuido para aumentar o produto regional. Sua produção e venda atuais representam 17,7% do que fora previsto. Nota-se uma concentração de benefícios em favor de elementos que fizeram dos incentivos um negócio especulativo, e instrumento para garantir a posse da terra".

A verba prevista para a SUDAM em 1987 (na base de OTN de dezembro/86), Cz$ 41 bilhões, corresponde a cerca de 6 vezes a verba recebida pelo MIRAD (Cz$ 7 bilhões) para assentar nesse ano 80 mil famílias (53).

É impressionante que neste choro todo, reclamando o fim do déficit público, não se toca nesta "vaca sagrada" dos incentivos fiscais. E o dinheiro descontado do Imposto de Renda devido.

Além do mais, segundo o relato anual (1985) da Coordenadoria de Conflitos Agrários (CCA) do MIRAD, resulta o seguinte : "os números maiores de mortes relativas a micro.região homogênea , mostram que as áreas mais conflitivas são aquelas que receberam incentivos fiscais". Pará e Mato Grosso concentram 71,3% dos projetos da SUDAM. Denúncias provenientes de Igrejas, sindicatos, e até de delegacias regionais de trabalho, relatam a existência de milhares de casos de trabalho escravo em todo o país. A CCA do MIRAD publicou em dezembro de 1986 uma lista de 167 fazendas explorando mão-de-obra escrava. O Pará liderava com 39 casos, seguido por São Paulo com 37 casos. Na verdade, os casos ocorridos são muitos superiores aqueles citados. Em setembro de 1986, a DRT de Rondônia relatava: "já é de aproximadamente 1.000 o número de trabalhadores liberados nas diversas diligências realizadas nas propriedades denunciadas, sendo que cerca de 30% constitui-se de menores. No primeiro semestre de 87, a CPT Araguaia-Tocantins tem denunciado trabalho escravo em pelo menos 33 fazendas do regional (54). Em vários estados da Amazônia legal, os latifundiários, preocupados com a R.A. tem ampliado o uso de trabalhadores em regime de escravidão para realizar grandes derrubadas e tentar apresentar benfeitorias. As custas do suor, sangue e morte de peões, latifúndios improdutivos se maquiaram em "empresas rurais".

b) Para a UDR, a livre iniciativa é a vara mágica que levará esse país à prosperidade e ao bem estar. "Nós não podemos ir contra o que deu certo - declara R. Caiado numa entrevista no mundo inteiro é a diminuição da população no campo, o aumento da tecnologia, da produtividade por hectares e o aumento da renda. Mecanização da agricultura com pouca gente no campo. Nos Estados Unidos chegou-se à proporção de 4% da população no campo" (55).

A redução da realidade sócio-econômica ao binômio liberalismo versus estatização é falácia. Não se trata de entrar no mérito de uma questão complexa. No entanto, a referência neo liberal a "o que deu certo" merece reflexão. A respeito do modelo de agricultura em vigor nos Estados Unidos, os Bispos Norte Americanos fizeram no ano passado os seguintes comentários: "a propriedade da terra torna-se cada vez mais concentrada, enquanto estabelecimentos atualmente em bancarrota, se juntam às propriedades existentes e firmas industriais. A diversidade de propriedades com a participação ampla dos agricultores estão diminuindo neste setor da economia como em outros" (56). "Um movimento em direção a um pequeno número de enormes fazendas, empregando assalariados, seria um retrocesso desse pluralismo institucional".

Vale ressaltar que no Brasil, no século passado,a lei de terras de 1859 proibiu o acesso à terra para quem não podia pagar. "Os Estados Unidos, ao contrário - lembra o mesmo documento - iniciaram este século com a propriedade da terra produtiva ampla -

mente distribuída. As leis sobre as preferências de compra para ocupantes (Pré-Emption Acts) e as leis de distribuição de terras(Homestead Act 1862)foram uma parte importante desta história".

c) A quem se opõem a seu projeto, a UDR lança as críticas maiores acerbas: eles são os"radicais-retrógrados", (57) representantes da minoria esquerdizante que quer aterrorizar a maioria que produz e que antes era silenciosa.

Na verdade, o quadro real está bem diferente. Uma pesquisa realizada pelo Professor Fleisher, da Universidade de Brasília, tem revelado que cerca de 24% dos parlamentares da atual Constituinte, tem atividades ligadas ao setor agropecuário, enquanto mais de 25% são oriundos dos setores financeiros (58).

3 - SISTEMA DIRIGIDO DE "DEMOCRACIA"

A UDR é representativa do moralismo conservador: "os políticos, segundo Caiado, carecem de firmeza política.Não tem postura e mudam de curso como uma nave à derive". Quanto ao Governo , ele é composto de homens corruptos e incompetentes. Os produtores e empresários apenas tem a capacidade para dirigir este país (59).

"Um novo entendimento social deve ser feito entre todos os representantes da iniciativa privada: comércio, indústria , bens de serviço" (58). Curioso pacto social que elimina os milhões de trabalhadores.

O objetivo declarado da UDR é impedir a participação das classes trabalhadores na questão da R.A. e no processo político. Para isso, ela se tem empenhado em dividir os trabalhadores rurais, buscando a hegemonia no movimento de reivindicações. Por outro lado, a UDR tentou por todos os meios impedir a expansão de organizações como o Movimento dos sem Terra. Ela tem atacado acirradamente entidades de apoio e de serviço aos trabalhadores como a CNBB, CPT.

Essa tática corresponde à uma operação de dissuasão para tentar deixar frente a frente os ruralistas de um lado e os milhões de trabalhadores rurais de outro. A UDR tem insistido para entrar em contato com os trabalhadores sem intermediários: governo, Igreja, entidades.

A UDR representa, na sociedade brasileira, a vertente profunda que se opõe à qualquer participação das massas. Como lembra bem José de Souza Martins: "esse liberalismo alicerça o mando e não o mandato" (60). É esse o tipo de democracia da UDR:construída a revelia dos direitos dos 40 milhões de brasileiros desnutridos, dos 80 milhões que vivem apenas de 2 salários mínimos, de cerca de 30 milhões de analfabetos.

V - A UDR E A VIOLÊNCIA NO CAMPO

O crescimento da UDR tem coincidido com o aumento da violência no campo. Se, de um lado, não pode se afirmar que a UDR tem deixado a sua marca atrás de cada morte no campo, do outro lado esta entidade tem contribuido para o aumento da violência pela defesa cegà do monopólio das terras.

A UDR tem adotado nos últimos meses uma tática cuidadosamente planejada. Com algumas exceções, a cúpula da UDR tem mudado seu estilo agressivo, característico dos anos 1985-86. Em 86

R. Caiado chegou a declarar numa emissora de rádio de Conceição do Araguaia (PA), que a UDR tinha patrocinado os anúncios pagos da TFP, tentando "legitimar a reação armada diante do esbulho" (61). Hoje Caiado nega qualquer ligação com a TFP, e reitera seu respeito às leis do país.

Neste cipoal de declarações, a árvore não pode esconder a floresta. A UDR sempre deixou claro o seu objetivo: impedir a realização de uma autêntica R.A. Portanto, é preciso distinguir entre o nível das declarações e a brutalidade dos fatos relativos à violência no campo.

Uma observação preleminar: o prisma dos jornais é deformante. A guerra que se trava no campo entra pela porta de serviço dos jornais e, de modo geral, as matérias tem caráter sensacionalista e reducionista. Os conflitos de terra são tratados até hoje como casos de polícia, a paz no campo sendo determinada por operações de desarmamento. Em Belém do Pará o estado mais conflitivo quanto à questão da terra - os jornais relatam as lutas pela posse da terra nas últimas páginas. Trata-se do espaço reservado para o refugo da sociedade. Os conflitos de terra continuam sendo assinalados à brigas em zonas de prostituição. Nos demais jornais nacionais, bóias-frias morrendo de caminhões tombados, tem apenas direito a pouquíssimas linhas.

a) QUADRO GERAL DA VIOLÊNCIA

1 - A violência no campo continua solta, seletiva e impune. O fim da ditadura militar não significou tregua para os trabalhadores rurais, muito pelo contrário. O PNRA foi a forma escolhida pelo governo para canalizar as reivindicações do campo e conter a violência. Mas o tiro saiu pela culatra, deixando soltas as bruxas. Segundo dados do Secretariado Nacional da CPT, o número de famílias envolvidas em conflitos de terra tem progredido constantemente desde 1983. Os dados citados são inferiores a levantamentos feitos pelo MIRAD.
Movimento dos Sem Terra e outras entidades, em razão de critérios adotados.

BALANÇO DA VIOLÊNCIA

	nº de conflitos	famílias envolvidas	assassinatos
1983	315	38.507	48
1984	484	67.788	116
1985	636	85.854	125
1986	634	118.481	105

Fonte: CPT Nacional

Em 1987, até a data de 18 de agosto, foram assassinadas 62 pessoas (trabalhadores rurais, agentes e advogados), sendo 17 só no estado do Pará. Em mais de 2 anos e meio de vigência da "Nova República", 292 trabalhadores morreram no campo em conflitos de terra. Neste mesmo período, o PNRA beneficiou apenas 25.516 famílias, enquanto no ano de 1986, 118.481 famílias foram envolvidas em lutas pela posse de terra.

2 - Há constantes que predominam nessa guerra silenciosa no campo: mortes seletivas e impunes; predominância da violência nas áreas de fronteira e de expansão do capitalismo, envolvimento crescente de pistoleiros e policiais militares e civis.

a) os assassinatos são seletivos e atingem as lideranças (sindicais, religiosas...) Nos primeiros oito meses de 1987, foram mortos 3 líderes sindicais, 3 advogados (Evandro Cavalcanti no Pernambuco, Paulo Fontelles no Pará e o Advogado estagiário Wellington Zalliqui em Goiás) e 1 religioso, irmão Vicente Cañas, no Mato Grosso. No dia 27/08/87, o Pe. Francisco Cavazzuti, vigário de Mossânedes e de Saclerlândia, na diocese de Goiás, foi gravemente ferido por um pistoleiro, perdendo as duas vistas. Listas de pessoas ameaçadas de morte tem sido divulgadas periodicamente, destacando-se ultimamente agentes de pastoral e sindicalistas na diocese de Goiás e no estado do Pará. Uma lista de 26 nomes de líderes religiosos e sindicais, junto com um documento assinado por 29 entidades, foram entregue ao governador do Pará em junho passado. As organizações populares exigiram o afastamento imediato de dois secretários estaduais ligados à UDR.

b) A impunidade dos crimes cometidos continua total.

A Comissão dos Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas) divulgou, em fevereiro de 1987, seu relatório anual. Neste documento consta que de 1985 até o primeiro semestre de 1986, 386 pessoas teriam morrido em conflitos de terra no Brasil. A resposta do governo brasileiro à ONU, apresentou apenas 27 casos de violação aos direitos humanos, decorrentes de conflitos pela posse da terra, ocorridos nos últimos 5 anos. Dos 27 casos escolhidos, apenas 1 foi resolvido (62).

No dia 25/7/87 era abatido pela polícia, numa fazenda de Xinguara (PA) o pistoleiro João Bernardes dos Santos, vulgo "sete dedos", responsável pelo assassinato de um Juiz do Norte de Goiás. Foi revelado que este pistoleiro era o autor da morte de 50 pessoas em Goiás e Pará (63). Pode-se deduzir que, se não fosse a morte do juiz, a procura desse pistoleiro teria sido sempre protelada. No campo, a vida de um juíz, vale pela vida de 50 trabalhadores.

Uma demonstração do desprezo das autoridades em relação à violência no campo veio a público através da pessoa do Ministro da Justiça, Paulo Brossard. Inaugurando uma reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, feita a pedido do ministério, no dia 02/09/87 em Conceição do Araguaia, o Ministro saiu do encontro 5 minutos depois do início, a pretexto de falta de segurança. Cerca de 600 lavradores, vindos de todos os cantos do Pará, assistiram incrédulos a essa encenação cínica.
Esta é a objetividade do Ministro da Justiça.

c) O Norte do país continua sendo o palco mais violento na luta pela posse da terra. São precisamente as áreas da Amazônia onde a UDR quer empurrar a R.A, e a colonização, onde se registram o maior número de conflitos de terra. O Pará se destaca nesta macabra listagem: dos 292 casos registrados pela CPT desde 1985, 90 assassinatos ocorreram neste estado. No mês de fevereiro de 1987, ondas de violência, perpetrada por pistoleiros e soldados da PM, se alastraram na região dos Castanhais no distrito de São Geraldo, município de Xinguara e São Félix do Xingu (PA). Em abril e agosto desse ano, posseiros da fazenda Bela vista, em Conceição do Araguaia, enfrentaram situações de verdadeiro terror: 16 casas destruídas, vários posseiros torturados, 2 lavradores assassinados. Todos esses fatos foram denunciados vigorosamente pelos Bispos na região.

Ultimamente registrou-se a morte de 8 trabalhadores e 1 advogado estagiário em apenas uma semana no mês de agosto: 5 no Para , 3 em Goiás e 1 no Ceará.

Rondônia, que recebe por ano mais de 200 mil migrantes, tem sido o cenário de crescente violência no campo: 6 mortes de trabalhadores rurais no primeiro semestre de 87. Uma fonte do governo federal revelou ao Jornal da Tarde, em julho deste ano: "o conflito está latente. Esperam apenas que a Constituinte se defina garantindo a propriedade, para a guerra explodir. Haverá um massacre em Rondônia" (64).

d) O envolvimento conjugado das polícias militares, civis e do crime organizado, constitui um dos mais graves competentes dessa situação.

Em 1986 a imprensa relatava que vários efetivos da PM do Mato Grosso e de Goiás tinham ingressado nas milícias dos fazendeiros (65). Em 1987 no Pará, a operação terror nos castanhais da região de Marabá e do baixo Araguaia foi comandada pelo atual secretário da segurança pública, o coronel Antônio Carlos da Silva Gomes. O cerco dos posseiros por soldados da PM na região da Bela Vista tem se mantido a ferro e fogo desde abril deste ano.

O crime organizado, longe de ser combatido, alastrou-se ainda mais com o advento da Nova República. Denúncias aparecem na imprensa como pontas de iciberg, revelando o mundo subterrâneo da matância planejada. A firma "Solução" sediada em Goiânia, foi envolvida no massacre de posseiros, ocorrido no Vale do Juari, Norte de Goiás em fevereiro de 1986. A imprensa revelou a ligação entre a UDR e essa empresa (66). Uma outra firma, a "Sacopã", sediada em Manaus, se dedica a "atividades de segurança rural, especializada em posseiros e garimpeiros". Segundo a revista Veja (67), esta firma mantém 400 homens equipados com armas de vários calibres. Em 1985 tinha como sócios o ex-comandante da PM de Rondônia, o coronel reformado Antônio Fernandes e o chefe de polícia do Comando militar da Amazônia, o coronel da ativa João Batista de Toledo Camargo. Contratada por grandes grupos de mineração como a Paranapanema e a Taboca, a Sacopã tem sido responsável por grande violência no garimpo do Rio Traira (RN), pela tentativa de assassinato contra o Pe. Ângelo Pansa, no Rio Xingu (PA), em abril de 1985. No mês de julho de 87, três agentes da firma, maquiados em peões da fazenda Guanabara em Roraima, tentaram violentar uma índia Macuxi. Foram detidos 16 horas pelos índios. Depois, numa farsa judicial, 19 membros dessa aldeia, ficaram presos 16 dias. A Igreja local e D. Aldo Mongiano foram vergonhosamente atacados, acusados de ter incitado os índios à revolta (68).

Em março de 1987, dois agentes da polícia civil de Brasília, Cláudio Acioly e Bruno Eckerman eram mortos na fazenda Nazaré, em Conceição do Araguaia. A versão oficial continua relacionada com uma suposta emboscada de posseiros, encerrando o caso de milícias privadas. A imprensa, com base nos depoimentos das famílias, revelou uma ampla rede, envolvendo pessoas ligadas ao SNI, Forças Armadas, Polícia Civil, Militar e Federal. Além de realizar represálias contra posseiros, os policiais mortos participavam de contrabando de ouro (69).

Depois do atentado contra o Pe. Francisco Cavazzuti, o Governador de Goiás reconhecia a existência da pistolagem no estado, prometendo tomar todas as medidas cabíveis. No entanto, poucos dias antes, o secretário de Segurança Pública, Ronaldo Jayme imputava a causa da tentativa de assassinato ao próprio padre, acusando-o de incentivar invasões de terra. A vítima já era considerada réu antes da abertura do inquérito.

b) ENVOLVIMENTO DA UDR

Conhece-se uma árvore pelos seus frutos. A UDR, pela defesa cega e absoluta do monopólio das terras, tem responsabilidade enorme nesta situação de violência institucionalizada.

1 - Em relação à compra de armas, a cúpula, em geral, tem cuidado de negar qualquer ligação com os leilões realizados. No entanto, uma entrevista de Salvador Farina, Diretor nacional e Presidente da UDR de Goiás, é esclarecedora: "hoje já podemos confessar que, realmente, compramos armas com leilões. No primeiro leilão, realizado em Goiânia, adquirimos mais 2.480 armas e aí proliferam as UDRS. Hoje nós temos mais ou menos setenta mil armas, representando a cabeça de cada homem da UDR, homens que deixaram de ser omissos na história do nosso país" (70).

2 - Em relação ao crime organizado no campo, a UDR nega até a existência das milícias particulares. As provas do envolvimento de membros da UDR continuam difíceis e precárias por várias razões. Os atentados encomendados são geralmente executados por profissionais do crime que deixam o mínimo de evidências. Sabe-se também da frequência da chamada "Queima de Arquivo", a execução de pistoleiros suscetíveis de saber demais. Não são poucas as vezes que, por incompetência ou má fé, os inquéritos policiais resultam na destruição de provas ou se concentram sobre as atividades das vítimas, como no caso do Pe. Francisco Cavazzuti.

Feitas estas considerações, pode-se apresentar alguns casos. Depois da morte do Pe. Josimo Tavares, em 10/05/86, a UDR fez tudo para caracterizar o crime como um ato de vingança, sem ligação com o problema da terra. Altair Veloso, Diretor Nacional da UDR, classificou o Pe. Josimo de "Bandido Notório, indiciado por incitação a assassinatos (71). R. Caiado mandou para a Folha de São Paulo documentos conseguidos na polícia tentando provar os "verdadeiros" motivos do crime.

No caso do conflito da Fazenda Agropecus e Forquilha, no sul do Pará, que teve como resultado, entre várias baixas, a morte de Tarley Andrade, filho do Tesoureiro Nacional da UDR, Jairo Andrade, as torturas e espancamentos contra os 6 posseiros presos foram extremamente violentas. As ameaças de represálias se concretizaram com a morte do posseiro Antônio Bispo dos Santos, corrida em Redenção no dia 26/02/87, com tentativa de ocultação do cadáver.

3 - Quanto à questão do trabalho escravo, o posicionamento da UDR é duplo. De um lado condena verbalmente esta prática. Por outro lado, nega qualquer responsábilidade por parte dos fazendeiros quanto a atuação dos emprenteiros ou "gatos" (72). Trata-se justamente do cerne da questão: a violação sistemática dos direitos mais fundamentais da pessoa humana se deve à quase impunida-

de a esses crimes. A multa irrisória leva à manutenção e ampliação desta prática.

4 - A UDR tem sido uma das entidades mais decididamente contrárias a aplicação do tímido PNRA do governo, e tem usado as táticas mais variadas. Ela inspirou e incentivou o medo no meio dos produtores rurais, levando o fantasma do comunismo. Criou inúmeras dificuldades nas comissões agrárias; inundou o judiciário com grande quantidade de ações contra as desapropriações, contribuindo para que a Justiça se torne "o AI - 5 da reforma agrária" para citar a palavra de José Francisco, presidente da CONTAG (73). A UDR impediu vistorias a serem feitas por técnicos do INCRA em várias propriedades, como no município de Presidente Olegário, em Minas Gerais (74).

No estado de Goiás, um único assentamento de 41 famílias foi conquistado na fazenda Mosquito em 1986, enquanto a meta do ano era de 13.500 famílias. Os latifundiários tentaram por todos os meios impedir a imissão de posse. R. Caiado tentou descaracterizar a conquista declarando que o assentamento respondia a uma disputa política na região e não a resolução de um problema social.

Um outro desfecho com consequências trágicas é relacionado com o caso do Vale do Juari, no município de Colméia em Goiás. A área foi desapropriada em julho de 1986. Já ocorreram 5 mortes, 3 despejos violentíssimos, queima e destruição de dezenas de casas. No dia 18/07/87 o lavrador Vilmone Campos da Silva era assassinado a tiro pelo filho do fazendeiro. Um dia antes, a polícia Federal estava na área para investigação. Os supostos donos da fazenda estão totalmente descapitalizados ficando patente o envolvimento dos latifundiários ligados à UDR para sustentar os pistoleiros e P.M. presentes na área.

No Rio Grande do Sul, 1.300 famílias acampadas na Fazenda Annoni desde 29/10/85 estão ainda aguardando o assentamento definitivo. No primeiro semestre de 1987, a justiça cancelou três desapropriações. No total de 9 desapropriações o INCRA em março deste ano conseguiu apenas uma imissão de posse (75). Diante dessa situação, no dia 18/07/87, 40 lavradores sem terra da Annoni decidiram ocupar a Fazenda Juvenal, em Cruz Alta. A UDR levou 2 caminhões com homens armados e cavalos para se juntar a Brigada Militar. Depois do despejo, a UDR pagou anúncio para elogiar a atuação da PM. O Bispo de Cruz Alta, D. Jacó Roberts Ilgers recebeu ameaças de morte depois de ter pedido o desarmamento dos latifundiários.

VI - A UDR E A IGREJA

" A reintegração dos excluídos impunha a redução dos próprios privilégios, por isso os excluídos que tomavam consciência de sua exclusão deviam ser tachados de hereges, independentemente de sua doutrina"

Humberto Eco- O NOME DA ROSA

A UDR, desde a sua criação, tem adotado em relação à Igreja, a seguinte política: dividir a Igreja, para afastá-la de seus compromissos com os excluídos contrapondo alguns bispos e padres aos demais e cobrando dela um papel puramente assistencialista e espiritual, como seu único papel no mundo.

1 - A UDR tem demonstrado uma preocupação constante em criar cisão dentro da própria Igreja, enaltecendo a "Igreja tradicional" e fulminando a Igreja progressista. Essa Igreja é definida pela UDR como aqueles que se esquecem de Deus e pregam a luta de classes. Os "falsos progressistas" são D. Pedro Casaldáliga, D. Tomas Balduíno, Frei Betto, Frei Boff. Estas pessoas estão sendo acusadas pela UDR de utilizar a Igreja para convulsionar e destabilizar o país (76). São os mesmos argumentos utilizados pelas forças de repressão na época da ditadura.

D. Benedito Ulhôa Vieira, Arcebispo de Uberaba (MG), tem sido alvo, desde o ano passado de críticas acirradas por parte da UDR. Em junho de 1986, D. Benedito tinha declarado que a R.A. no Triângulo Mineiro esbarrava na ação exacerbada da UDR. Essa entidade desencadeou uma campanha acusando o Episcopado de desvio de verbas e chamava os Padres estrangeiros de refugo. D. Benedito respondeu com uma longa carta pastoral em outubro de 1986 (77).

Há por parte da UDR tentativas de utilizar as missas como instrumento de propaganda e de prova da intolerância da Igreja. Em junho de 1986, a morte do capataz Braz Dornelles em Xinguara (PA) foi a oportunidade para a UDR montar um cenário exigindo missa. A família do finado recusou entrar no esquema montado por Caiado, que queria apresentar o capataz como um mártir da terra, semelhante ao Pe. Josimo.

Em junho de 1987, o representante da UDR de Bagé (RS), Carlos Xavier, mandou publicar na imprensa convite a autoridades e produtores rurais para que participassem da missa de ação de graças "pelas vitórias até agora alcançadas na Constituinte". O Bispo de Bagé, D. Laurindo Guizzardi, proibiu a missa, explicando numa nota que "assumir caráter político em causa da polêmica é instrumentalizar o ato eucarístico para fins alheiros a sua finalidade". O presidente da UDR do RS, Gilberto Scopel de Morais classificou a decisão do bispo com um "ato sectário e discriminatório"(78). Em julho desse ano, D. Benedito, Arcebispo de Uberaba, foi de novo atacado. Os padres se solidarizaram recusando celebrar a missa pedida por formandos de zootecnia de Uberaba. Caiado era paraninfo. Um padre de Tupã (SP) veio celebrar, adotando na sua pregação todas as teses da UDR (79).

2 - Esta tática de dividir a Igreja tem como objetivo principal afastá-la de seu compromisso pastoral a favor dos excluidos da cidade e do campo. A UDR concentra principalmente seus ataques contra os Pastores comprometidos e entidades ligadas às Pastorais sociais e que são acusadas de implantar o terrorismo no país com o dinheiro vindo de fora. Recentemente em agôsto passado, numa palestra na Escola Superior de Guerra, R. Caiado voltou a atacar a Igreja. Declarou que tinha documentos do Banco do Brasil comprovando o repasse de recursos de entidades estrangeiras a várias dioceses e entidades ligadas à Igreja no Brasil (80). Para a UDR em 14 estados e 23 cidades, preparando a mobilização em Brasília, o estado de São Paulo relatava: "os maiores aplausos

são reservados às críticas aos padres e bispos, agitadores da Pastoral da Terra, adeptos do "quanto pior, melhor" (81).

Os assassinatos e atentados seletivos como a truculência verbal contra a Igreja correspondem a mesma estratégia da extrema direita: pressionar, amedrontar os membros da Igreja e encurralá-los no campo espiritual. São significativas as palavras de Hugo Romeu Saraiva, presidente regional da UDR do Maranhão."o que não é justo é a participação da CNBB que não plantou, nem gerou riqueza e está influenciando na Constituinte" (82). O recado deixado pela cúpula e os membros da UDR é claro. A Igreja fala da questão social, da opção pelos pobres, mas não entende nada do assunto. Só aqueles que produzem podem realizar o social. Os outros, que não concordam, são acusados de querer dividir a miséria e de trazer o conflito, a pretexto de resolver a questão social (83).

Em várias ocasiões, Bispos e Igrejas locais tomaram posição clara frente às acusações e atuação da UDR.
Em maio de 1985, os onze bispos do Maranhão consideraram auto excomungados o Governador Luiz Rocha e os dirigentes da UDR regional, por serem co-responsáveis da violência contra trabalhadores rurais no estado (84).
Em 25/10/86, D. Antônio Possamai, Bispo da diocese de Ji-Paraná em Rondônia divulgou uma nota alertando os fiéis contra a propaganda desencadeada pela UDR. Antes das eleições de novembro de 1986 os três bispos de Espirito Santo pediram aos católicos para não votarem nos candidatos da UDR e não se afiliarem à entidade (85).

Goiânia, 21/9/87

Comissão Pastoral da Terra

Secretariado Nacional

ÍNDICE DAS REFERÊNCIAS

(1) Afinal, 07/07/87; Estado de São Paulo, 19/07/87
(2) Regina Bruno-UDR, os sem terra dos patrões, PIPSA, UNESP, Mimeógrafado . 1987 pg. 11-12
(3) Jornal do Brasil 20/07/86
(4) ESP, 08/07/87; 19/07/87
(5) O liberal (Belém) 20/06/87
(6) Afinal)7/07/87; O Popular (Goiânia) 19/07/87
(7) Jornal do Brasil 15/04/87; ESP 15/04/87
(8) ESP 06/03/87
(9) Diário da Manhã (Goiânia) 21/02/87
(10) ESP 14/01/87
(11) Senhor 17/02/87; ESP 13/02/87
(12) IBASE - Políticas Governamentais - julho/87 pg. 9
(13) ESP 08/07/87
(14) Jornal de Brasília 12/07/87
(15) Senhor 27/01/87
(16) Gazeta Mercantil 24/07/87
(17) J.B. 21/04/87
(18) ESP 23/04/87
(19) Diário da Manhã 08/04/87
(20) Gazeta Mercantil 24/07/87
(21) J.B. 12/08/87

(22) J.B. 20/08/87
(23) R. Bruno citado pg. 06
(24) AGEN, nº 44-19/03/87
(25) Retratos do Brasil 13-19/08/87
(26) J. Brasília 08/04/87
(27) J.B. 04/06/87
(28) J.B. 13/06/87
(29) Correio Brasiliense 13/06/87
(30) Políticas Governamentais julho/87 pg.9
(31) J.B. 29/05/87
(32) ESP 19/07/87; Veja 09/09/87
(33) J.B. 12/08/87
(34) ESP 14/06/87
(35) ESP 03/04/87; J.B. 22/04/87
(36) J. de Brasília 11/07/87
(37) O Germinal - Centro Oeste abril/87
(38) Afinal 07/07/87
(39) Senhor 21/01"87
(40) ESP 08/07/87
(41) H. Jaguaribe-Brasil 2000- Paz e Terra pg. 18
(42) Correio de Notícias - Curitiba 13/07/87
(43) Senhor 17/03/87
(44) H. Jaguaribe- op. citado pg. 160
(45) Informativo INESC sobre ANC 04/05/87
(46) O Popular 19/07/87
(47) J.B. 24/06/87
(48) J.B. 24/06/87; ESP 24/06/87
(49) ESP 12/07/87
(50) José de Souza Martins - Não há terra para plantar neste verão - Vozes - pg. 73
(51) Afinal 07/07/87
(52) Isto é 15/07/87
IPEA, Avaliação dos Incentivos fiscais dez/85 pg. 49
(53) ESP 30/06/87
(54) Isto é 15/07/87
(55) Afinal 07/07/87
(56) A justiça econômica e a Doutrina Social da Igreja Conferência dos Bispos Norte Americanos nov.86 nº 255 e 235
(57) J. de Brasilia 11/07/87
(58) ESP. 05/04/87
(59) Afinal 07/07/87
(60) Martins - op.citado pg. 74
(61) Senhor 02/06/87
(62) Folha de São Paulo 17/02/87; 18/02/87
(63) O Popular 18/08/87
(64) Jornal da Tarde 02/07/87
(65) Isto é 15/01/86
(66) O Popular 18/05/86
(67) Veja 06/11/85
(68) J.B. 19/08/87
(69) Correio Brasiliense 07/09/87; J.B. 08/08/87
(70) Germinal Centro Oeste abril 87
(71) ESP 28/09/86
(72) ESP 27/12/86

(73) Jornal de Brasília 21/06/87
(74) Estado de Minas (MG) 26/06/87
(75) ESP 05/03/87
(76) O Popular 19/07/87
(77) O São Paulo 17-23/10/86
(78) ESP 23/06/87; 24/06/87
(79) ESP 18/07/87
(80) O Popular 19/07/87; Afinal 07/07/87; J.B. 13/08/87
(81) ESP 08/07/87
(82) O Debate (MA) 06/08/87
(83) O Popular 19/07/87
(84) ESP 24/05/86; J.B. 21/06/86
(85) J.B. 09/11/86; A Gazeta, Vitória 06/11/86

CEDIM

Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos - MNDDH

Comissão Nacional

II REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DO MOVIMENTO DE DEFESA DOS D. HUMANOS

INTRODUÇÃO:

Este relatório visa representar, sucintamente, as discussões e deliberações da II reunião da Comissão Nacional do Movimento de Defesa dos Direitos Humanos, ocorrido nesta capital, no dia 20 de março do corrente ano. Participaram desta reunião:

Regional Sul I - Luiz Carlos Sniderle
Regional Sul II - Augustinho Veit
Regional Leste I - Sada Barcud David
Regional Leste II - José Antônio Rodrigues Dias
Regional Norte II - Izabel Marques Tavares da Cunha
Regional Nordeste - Marcos Antônio Colares
Regional Centro-Oeste - Pedro Wilson Guimarães
SIN - Márcia Miranda

Sendo discutidos os seguintes pontos de pauta:

I - Avaliação do IV Encontro Nacional - Olinda / PE
II - Atribuições da Comissão
III - Projeto CESE
IV - Programação das próximas reuniões
V - Outros assuntos de interesse da Comissão

I- AVALIAÇÃO DO IV ENCONTRO NACIONAL - OLINDA/PE:

Pontos positivos:

- Crescimento dos Regionais e ação mais integrada;
- Maior seriedade;
- Melhor organização;
- Maior participação graças ao Encontro Inter-Regional em Goiânia/85;
- Regional Leste I com boa preparação e posicionamento mais integrado;
- Local bom;
- Boa atuação do assessor;
- Lazer muito bom;
- Visualização da realidade nacional;
- Plenária sem posições fechadas;
- Infra-estrutura boa.

Pontos negativos:

- Frustração quanto ao tema Constituinte;
- Não houve maior aproveitamento nas Assembléias;
- Falta de maior preparação dos Regionais;
- Insegurança da mesa na condução dos trabalhos;
- Pouco tempo para trabalho de grupo;
- Falta de discussão sobre Conjuntura;
- Os Coordenadores dos Regionais se abstiveram de ficar à mesa, delegando esta função à pessoas inexperientes, gerando a desarticulação da mesa e sua insegurança;
- A Secretaria não devolveu à plenária as questões discutidas anteriormente;
- Elementos agitadores na plenária;
- Não houve reembolso das despesas de transporte das pessoas que não utilizaram o avião;
- Gastos excessivos com o frete de um avião;
- Pessoas não aprovadas pelo seu Regional participaram via GAJOP;
- Não participação do SIN nos grupos e plenárias gerada pela falta de segurança e clareza do aspecto político do Movimento do Encontro.

Sugestões:

- Manter a dinâmica do IV Encontro com relação aos pontos polêmicos;
- Maior controle dos delegados, por parte dos Regionais;
- Que cada Regional arque com as despesas de passagens dos seus delegados
- Possibilitar a participação de outras pessoas interessadas, além dos delegados, desde que custeem suas despesas;
- Maior tempo para discussão em grupos;
- Aprofundar os temas políticos no início do Encontro e os internos no final;
- A Secretaria deverá fazer um feed-back;
- Revisão do critério de escolha dos delegados - 1 por Centro;
- Colocar o nome da cidade de origem do delegado no crachá.

II - ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO NACIONAL:

- A Comissão Nacional, através de notas, etc. o fará mediante consulta de pelo menos metade mais um dos Regionais (tomada de posicionamento). Nesta consulta deverá constar o nome dos Regionais.

- A Sede do MNDDH permanecerá no período de (2) dois anos, vinculado ao m nome do Instituto Brasil Central que conta com os requisitos legais e está localizado em Goiânia.

- O MNDDH se fará presente em eventos nacionais, adotando o critério de localização.

O Movimento deverá buscar espaço junto ao Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana, mantendo a sua autonomia.

- Deverá ser feita uma consulta sobre temas aos Regionais, antes de se iniciar campanhas eventuais ou permanentes ou dossiês em nome do Movimento.

- Sugere-se que: com a aprovação do Projeto sobre o Mutirão contra a violência - solicitado pelo Pará ao Governo Federal , que os Regionais , produzam dossiês sobre o tema violência.

- O SIN passa a ser denominado de Boletim Nacional do Movimento de Defesa dos Direitos Humanos. Seu conteúdo será assumido a cada dois (2) meses por um Regional.

- A Comissão deverá orientar os Regionais para que estes tenham conhecimento de quando e o que mandar para o Boletim Nacional, visando o seu aperfeiçoamento.

- O SIN fará uma coletânia das notícias sobre Direitos Humanos que saírem nos folhetos do IBASE e da AGEN e repassará aos Regionais.

- O SIN repassará ao IBASE e AGEN as notícias do MNDDH.

III - PROJETO DA CESE:

Aprovado com retificação de rubrica.

IV - PROGRAMAÇÃO DAS PRÓXIMAS REUNIÕES:

1. Próxima reunião: 14 e 15 de junho/86, em Brasília ou Petrópolis - início às 8:00 h, dia 14 e término às 12:00 h, dia 15.
2. Quarta reunião: 27 e 28 de setembro - local a definir.
3. Quinta reunião: 13 e 14 de dezembro - local a definir.
4. A Comissão se reunirá cinco (5) vezes ao ano.

V - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA COMISSÃO:

1. Encontro Inter-Regional dias 6, 7 e 8 de março de 1987, em Minas Gerais (Sede a ser definida).

2. Regional Sul II - Em Ponta Grossa ocorreu a posse da Coordenação do Regional - Marly.

   - Encontros marcados para os dias 20 e 21 de abril de 1986.
   - Em Santa Rosa e Ijuí foram fundados dois centros de Direitos Humanos.
   - Existe a proposta de se discutir a questão dos Direiots Humanos nas Universidades e Escolas, nas disciplinas de Moral e Cívica e OSPB.

3. Regional Nordeste - Ocorrerá o Encontro Regional em maio de 1986.

4. Regional Sul I - Reunião de Avaliação do IV Encontro Nacional no dia 12 de abril de 1986.

5. Solicitação do SIN: Avaliar o pessoal e uso do computador em conjunto, com os Regionais Leste II e Sul I.

6. Autorizado contato da Comissão através do Regional Sede com o INESC e ILDH.

7- Assinatura de cada Regional de publicações do IBASE.

8. O SIN fará projeto à CESE de 5.000 mil dólares, para o primeiro semestre de 1986. Haverá ressarcimento de passagens da segunda reunião com esta verba.

9. Manifestações em favor da reabertura da Rádio Nove de Julho de São Paulo (SP).

10. Manifestações de protesto contra as ameaças do Presidente dos EUA, Ronald Reagan, à Nicarágua

    - Atentado em Juiz de Fora.
    - Contra a entrada do Brasil de torturadoees do Haiti

11. Aprovada a participação da Comissão Nacional, como organismo fundador da Agência Ecumênica de Notícias - AGEN/SP, recomendando a assinatura do seu boletim e envio de notícias.

12. A Comissão Nacional apoiará o pedido da Regional Nordeste, sobre as as despesas do IV Encontro Nacional.

13. O relatório da I Reunião da Comissão não foi enviado por ter sido o mesmo extraviado em Olinda. O mesmo já foi reproduzido.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA DIOCESE DE VOLTA REDONDA - 22.02.86

Propostas

SUGESTÕES PARA O REGIMENTO INTERNO
DO REGIONAL LESTE I

I . COORDENAÇÃO

1. A Coordenação é formada por entidades indicadas pelo Regional. Cada uma das referidas entidades, escolhe o seu representante e envia à Secretaría Regional a ata dessa eleição.

2. A Coordenação terá, ao menos, tres membros.

3. Seu mandato é de dois anos.

4. Atribuições:

- encaminhar projetos, mantendo o Regional bem informado.
- convocação de encontros extraordinários
- serviço de secretaría
- cadastramento de entidades e de assessoria técnica
- articulação com a imprensa e outras entidades
- dar continuidade às decisões dos encontros
- intercâmbio: visitas, estágios, etc
- posicionamento político diante das violações caracterizadas dos DH a nível regional, nacional e internacional
- viabilização dos encontros nas datas marcadas pelo Regional.
- prestar contas, anualmente, ao Regional, do movimento financeiro.

II. ENCONTROS REGIONAIS

1. Deve decidir sobre o nº de cursos e encontros do ano seguinte e fazer o respectivo calendário.

2. Decidir sobre o encaminhamento dos projetos financeiros e a aplicação das verbas recebidas.

3. Os grupos devem custear total ou parcialmente, quando carentes, as passagens para os encontros e cursos regionais.

4. Critérios de participação:

- Só os grupos já articulados e cadastrados
- Os participantes devem:
  . estar participando da caminhada
  . dar tempo integral
- tres pessoas por,entidade,com direito a voto.
- Não deve haver rotatividade total dos delegados dos grupos. Em cada ano deve haver uma pessoa fixa de cada entidade.

Luicia M. Felles
p/ Comissão de Direitos Humanos

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

SDS - Ed. Venâncio VI, bloco O, 39, sala 109, 70302, Brasília, DF - (061) 321-4751

REGIMENTO INTERNO DO REGIONAL LESTE I - MNDDH

Art.1º- O Regional Leste I afirma que os Direitos Humanos são fundamentalmente, os direitos das maiorias exploradas e das minorias espoliadas cultural, política, social e economicamente, a partir da visão destas categorias, conforme a carta de princípios aprovada no IV Encontro do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos.

Art.2º- Para cumprir seus compromissos o nosso Movimento baseia-se nos seguintes princípios:

I. Estimular a organização do povo, para que se conscientize de sua situação de opressão, descubra formas para conquistar e fazer valer seus direitos e para se defender das violências e arbitrariedades, promovendo em todos os níveis, uma educação social e política para os direitos humanos. Este esforço deve possibilitar que homens e mulheres tornem-se, cada vez mais, sujeitos da transformação e superação das atuais estruturas.

II. Lutar, com firmeza, para garantir a plena vigência dos direitos humanos, em qualquer circunstância, defendendo a punição dos responsáveis pelas violações desses direitos e a justa reparação para as vítimas.

III. Incentivar e garantir a autonomia dos movimentos populares, ultrapassando os interesses institucionais, partidários, religiosos, considerando a pluralidade de opinião e reafirmando a opção fundamental que é o nosso compromisso com os empobrecidos e marginalizados.

IV. Ter claro o seu papel, suas limitações e potencialidades, sua identidade repudiando qualquer forma de instrumentalização e se caracterizando como uma articulação não governamental.

V. Incentivar a criação de novos centros e comissões, promovendo a articulação com entidades afins, numa política que tem como vertente que direitos humanos são sobretudo os direitos dos empobrecidos e marginalizados.

Art.3º- O MNDDH- Regional Leste I, é a articulação permanente das entidades que lutam pelos Direitos Humanos, instaladas nos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

DA INTEGRAÇÃO DE NOVAS ENTIDADES

Art.4º- A integração de novas entidades de Direitos Humanos, fica condicionada à participação nas lutas e encontros (estaduais/regionais) do Regional Leste I, bem como o compromisso de assumir integralmente os princípios citados no ítem I.

§ único- A deliberação do ingresso ou não no Regional Leste I, será feita nos encontros estaduais com a apresentação de uma entidade anteriormente filiada.

Art.6º- Integram o Regional e Estaduais as entidades que têm participado dos Encontros da Regional Leste I, até a presente data.

Art. 7º-São instâncias do Regional Leste I:

a) O Encontro Estadual
b) O Encontro Regional
c) A Coordenação Estadual
d) A Coordenação Regional

DOS ENCONTROS ESTADUAIS

Art.8º- Os Encontros Estaduais realizar-se-ao uma vez por ano, sempre no primeiro semestre e deliberarão sobre as articulações e lutas conjuntas.

Art.9º. Compete a cada estado deliberar sobre o caráter e a composição de sua Coordenação, quando se fizer necessário.

DOS ENCONTROS REGIONAIS

Art.10- O Enc-ntro Regional se realizar-se-á uma vez por ano, sempre no segundo semestre.

Art.11- O "quorum" necessário para deliberar sobre as questões abaixo citadas será de 50% mais um, das entidades que integram o Regional Leste I.

a) Escolha da Coordenação
b) Escolha dos representantes junto ao Conselho Nacional do MNDDH
c) Firmar convênios e aceitação de doações de pessoas físicas e jurídicas
d) Modificar seu Regimento Interno
e) Aprovar prestação de contas

Art.12- Cada entidade de Direitos Humanos que integra o Regional terá direito a 2 (dois) votos, nos Encontros Estaduais e Regionais não importando o número de seus participantes.

Art.13. A ausência consecutiva e sem justificativa de entidades articuladas, nos encontros do Regionais Leste I, durante o período de 1 (um) ano, implicará no seu desligamento até uma nova solicitação, obedecido o disposto no artigo 5º.

DA COORDENAÇÃO REGIONAL

Art.15. A Coordenação Regional é composta por 5 (cinco) representantes, dos quais: 3 (três) são efetivos e 2 (dois) suplentes.

§ 1º- A Coordenação será eleita anualmente, nos Encontros Regio-

SDS - Ed. Venâncio VI, bloco O, 39, sala 109, 70302, Brasília, DF - (061) 321-4751

ser aprovada nos Enocontros Regionais convodados extraordinariamente para este fim.

§ 3º- Na eleição da Coordenação serão mantidos 2 (dois) membros da Coordenação anterior e substituídos 3 (três), cabendo ao Encontro Regional definir quem se mantém e quem será substituído.

Art.16. Compete a Coordenação Regional:

a) representar politicamente o MNDDH;
b) articular o Regional, preparar e convocar os Encontros;
c) elaborar projetos para articulação e lutas do Regional e administrar os recursos através da secretária;
d) representar o Regional no Conselhos Nacionais do MNDDH;
e) coordenar os trabalhos da secretaria e comissões de trabalho.
f) convocar Encontros Extraordinários

§ único-Os Encontros Extraordinários, serão convocados, no mínimo, 15 (quinze) dias antes de sua realização.

DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art.17. A Secretaria Executiva terá caráter regional, eleita por um período igual ao da Coordenação, e será assumida por um entidade do Regional.

§ 1º- A entidade eleita para assumir a secretaria executiva deverá ter um representante efetivo na Coordenação.

§ 2º -A Secretaria Executiva será responsável pelos serviço de secretaria e tesouraria do Regional.

S U B S Í D I O S

1 9 9 1

CEDIM

Subsídios

Petrópolis, 25 de março de 1991.

Companheiro(a), saúde!

Segue anexo o formulário da pesquisa encomendada pela Secretaria do Movimento Nacional. Por favor, responda e envie o quanto antes para a Secretaria do Regional (Petrópolis) para que possamos passar os dados para o Nacional.

O atraso no envio deste formulário se deu porque nosso Regional já estava aprontando uma pesquisa própria, mas que foi suspensa por falta de dinheiro. Em breve enviaremos a programação do Regional.

Aguardando sua breve resposta , desejamos força na caminhada!

Abraços.

Luciana M.ª Ferreira
p/ José Américo de Lacerda Jr.

CEDIM

PROFISSÃO QUE EXERCE

Prof		Advog		Agric		Oper		Estud		Ag.Past		As. Social		Psic		Outros	
M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F

14.Cadastro de profissionais que apoiam o MNDH,com os quais a entidade pode cor tar para colocar nas áreas de Formação,Comunicação e Violência(Em folha anexa relacionar o cadastro dos profissioanais).

Nome:..... Profissão:.....

Endereço:.....Cep:.....

Telefone:..... Órgão em que trabalha:.....

Área de apoio a entidade:.....

Entrevistado:

Função na entidade:

Localidade e data:

Assinatura:

ORIGEM DA MILITÂNCIA							
Partido Político		Movimento Sindical		Igreja		Outros	
	F	M	F	M	F	M	F

CEDIM

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA
GABINETE DO PREFEITO

Em, 17 de janeiro de 1.991.

MENSAGEM Nº 002/91

Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Casa Legislativa o anexo Projeto de Lei que institui o Programa de Apoio ao Estudante Universitário Voltarredondense, para o custeio, pelo Município, dos estudos de graduação superior de cidadãos naturais de Volta Redonda.

Ao submeter esse Projeto de Lei à aprovação dessa nobre Câmara Municipal, faço-o com a convicção de cumprir uma das mais alentadas aspirações de realização do meu governo - a de assegurar aos jovens, nascidos em Volta Redonda, o acesso ao ensino de nível universitário, independentemente de sua condição social.

Infelizmente, por circunstâncias históricas, cujo questionamento, agora, não cabe avançar, Volta Redonda oferece à Juventude somente uma única graduação superior de caráter público e gratuito: a de engenharia industrial metalúrgica. Todas as demais, entre elas, filosofia, educação física, medicina, odontologia, engenharia civil e ciências contábeis, são ministradas em cursos pagos pelo estudante.

O Programa de Apoio ao Estudante Universitário Voltarredondense, instituído pelo Projeto de Lei em apreço, corrige essa grave distorção, democratizando o acesso do jovem natural de Volta Redonda aos estudos de nível universitário. Com

Exmº Sr.
Ver. José Israel dos Anjos
DD. Presidente
CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA
NESTA

isso, a Cidade resgata um grande débito para com os seus filhos.

Dia virá em que as outras instâncias de Poder, repensando o papel prioritário e emergente da Educação, universalizarão o ensino público e gratuito em todos seus níveis. Até que isso aconteça, e pelos meios de que possa dispor, é dever irrenunciável de cada Comunidade de sua gente...

Com essas ponderações, dirijo-me aos ilustres Vereadores, na certeza de contar com o seu solidário apoio e a sua aprovação ao Projeto de Lei ora encaminhado.

Atenciosamente,

Arqto Wanildo de CArvalho
Prefeito

PROJETO DE LEI MUNICIPAL

Institui o Programa de Apoio ao Estudante Universitário Voltarredondense e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Volta Redonda aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituído o Programa de Apoio ao Estudante Universitário Voltarredondense, para administrar o custeio, pelo Município, dos estudos universitários de cidadãos naturais de Volta Redonda, nos termos estabelecidos por esta Lei.

Artigo 2º - O Município assegurará o custeio dos estudos universitários de cidadão nascido em Volta Redonda, matriculado ou que venha a se matricular em instituição de ensino superior legalmente reconhecida e sediada nesta cidade, na data da publicação desta Lei.

Parágrafo Único - São excluídos do benefício a que se refere este artigo os cidadãos nascidos em Volta Redonda graduados em curso de nível universitário, de qualquer natureza ou sede.

Artigo 3º - O custeio de que trata esta Lei é válido somente para uma única graduação universitária, sendo vedado ao beneficiário, sob pena de perda definitiva e irrecorrível do direito:

I - desistir dos estudos;

II - ser reprovado, na forma do regimento da instituição em que estiver matriculado;

III - trancar matrícula, salvo por motivo de enfermidade grave que lhe impeça a frequência ao curso, a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º - O trancamento de matrícula a que se refere o inciso III deste artigo é admitido somente uma vez.

§ 2º - Perderá direito ao benefício de que trata esta Lei, e em caráter definitivo, o aluno que apresentar rendimento escolar insuficiente para promoção, de acordo com os critérios de avaliação constantes do regimento da instituição de ensino superior em que esteja matriculado.

Artigo 4º - É vedado, ao servidor público municipal beneficiado por esta Lei, requerer o benefício de que tratam os artigos 212 a 215 e seus parágrafos da Lei Municipal nº 1931, de 26 de outubro de 1984.

Artigo 5º - Fica o Executivo autorizado a celebrar convênio com entidades mantenedoras de instituições de ensino superior que ministrem cursos de nível universitário no território do Município de Volta Redonda, nas condições referidas no artigo 2º, para o pagamento, pelo Município, do custeio de que trata esta Lei.

Parágrafo Único - O convênio referido neste artigo assegurará, expressamente, entre outras obrigações:

I - o pagamento, pelo Município, da anuidade escolar do beneficiário, em prestações, com reduções, periodicidade e datas de vencimento firmadas de comum acordo entre as partes convenentes;

II - o fornecimento, pela instituição de ensino superior ao órgão competente do Município, da relação mensal dos alunos beneficiários regularmente matriculados no último dia do mês anterior, dos desistentes e dos de matrícula trancada; e, a cada semestre, da relação dos alunos enquadrados no §2º do artigo 3º desta Lei;

III - a garantia, pela instituição de ensino superior, de devolver, imediatamente, ao aluno, quaisquer parcelas da semestralidade recebidas anteriormen

te à concessão deste benefício.

Artigo 6º - A obtenção do benefício de que trata esta Lei, mediante a utilização de meio fraudulento, independentemente das cominações penais a que estejam sujeitos, obrigará o infrator e a quem haja colaborado para a fraude, por ação ou omissão, a ressarcirem o Município dos prejuízos dela resultantes.

Parágrafo Único - Se servidor municipal, o infrator ou conivente a que se refere este artigo será exonerado ou demitido a bem do Serviço Público.

Artigo 7º - A administração do Programa de Apoio ao Estudante Universitário Voltarredondense, de que trata esta Lei, fica a cargo do Gabinete do Prefeito.

Artigo 8º - As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 9º - Esta Lei será regulamentada através de Decreto do Executivo, no prazo de trinta dias, contados de sua publicação.

Artigo 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Leis Municipais nº 1809, de 22 de dezembro de 1982, e nº 2218, de 6 de julho de 1987.

Volta Redonda,

voga a lei 1809

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA
GABINETE DO PREFEITO

C.M

DECRETO Nº 3.576

Cria Gratificação por Tarefas de Confiança, Símbolo GTC-2.

O Prefeito Municipal de Volta Redonda, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 7º, § 3º, do Decreto nº 3.181/89 que impossibilita o pagamento de horas extras aos servidores que não mecanizam cartão de ponto;

CONSIDERANDO que os Guardas Municipais, à disposição do Prefeito Municipal, não possuem local fixo de trabalho que possibilite a autenticação mecânica do cartão de ponto;

CONSIDERANDO que, frequentemente os referidos Guardas ultrapassam o horário normal de sua jornada de trabalho, por exercerem tarefas de confiança e zelarem pela segurança pessoal do Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de se fazer justiça quanto ao pagamento do tempo de trabalho extraordinário que vêm prestando junto ao Executivo,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Ficam criadas 03 (três) Gratificações por Tarefa de Confiança, Símbolo GTC-2, no âmbito da Secretaria Municipal de Governo (Departamento de Segurança Patrimonial) que deverão ser atribuídas somente aos Guardas Municipais que se encontrarem à disposição do Prefeito Municipal em exercício.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.576

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Volta Redonda, 30 de janeiro de 1991 - 36º de Fundação da Cidade.

Arqtº Wanildo de Carvalho
Prefeito Municipal

2ª de cada

POLITICA DE RECURSOS HUMANOS

O Presidente apresenta e submete à aprovação da Diretoria o anexo Política de Recursos Humanos e Relações Trabalhistas.

CEDIM

5398.

APROVADA EM REUNIÃO DA DIRETORIA DE 02/12/91

RELAÇÕES COM EMPREGADOS

. Estimular e implantar instrumentos participativos, visando a colaboração dos empregados na vida organizacional (ex: Programas de Qualidade).(*)

. Oferecer aos empregados, abertura para manifestar aos seus superiores: opiniões, reclamações e reivindicações, tanto de natureza coletiva como individual, agindo em consequência e fornecendo feed-back, oportunamente. (*)

. Formalizar as atividades e agrupamentos sociais dos empregados.

RELAÇÕES COM GERENTES E SUPERVISORES

. Todo gerente/supervisor é responsável por prevenir e corrigir problemas de Relações Trabalhistas no setor organizacional sob o seu comando; devendo manter-se informado a respeito de tudo o que for necessário saber, para tanto. (*)

. Os resultados obtidos pelo gerente/supervisor na prevenção, correção e comunicação oportuna aos seus superiores de problemas trabalhistas, serão considerados, formalmente, como critérios de avaliação de desempenho.

. A direção da empresa manterá os Gerentes/Supervisores permanentemente informados a respeito das Políticas de Relações Trabalhistas. (*)

. A direção da empresa outorgará aos gerentes/supervisores, autoridade condizente com a responsabilidade exigida em matéria de relações trabalhistas. (*)

. A direção da empresa dispensará aos gerentes/supervisores, tratamento diferenciado do restante dos empregados, de maneira que os interesses deles não sejam representados, pelo Sindicato, até onde for possível. (*)

. [illegible] incluir, como prioridade, a administração de recursos humanos.

ÓRGÃO DE RECURSOS HUMANOS

- A SH deve prestar assessoria técnica à linha hierárquica na tomada de decisões, no âmbito das relações de trabalho. (*)

- A SH é responsável por colocar à disposição da linha hierárquica os conhecimentos e meios técnicos que permitem aprimorar o processo decisório em relações trabalhistas.

- A SH deve liderar, operacionalmente, o processo de negociação coletiva.

- A SH deve propor à direção da empresa a atualização das políticas de RT, interpretando os anseios de empregados, supervisores, gerentes, comunidade, governo, etc.

- A SH deve centralizar os contatos mantidos pela empresa com o Sindicato dos Trabalhadores, proagindo, sempre que possível.

- A SH deve monitorar os processos de administração de Recursos Humanos, de maneira a mantê-los afinados com as políticas de Relações Trabalhistas.

COMUNICAÇÕES

. Manter canal de comunicações aberto, nos dois sentidos da linha hierárquica. (*)

. Desenvolver através da linha hierárquica, sistemas informais de comunicação, capazes de serem ativados em momentos de crise trabalhista.

. Captar e processar oportunamente, com justiça até a última instância possível, as sugestões/reclamações dos empregados.

. Promover o tema das Relações Trabalhistas em níveis de gerência /supervisão, através de informações, troca de idéias, etc.

GREVE

. A empresa deve deixar claros e transparentes, através da linha hierárquica, todos os procedimentos operacionais e administrativos a serem adotados antes, durante e após uma greve.

. Todos os níveis de supervisão deverão trabalhar em caso de greve, bem como fazendo o que estiver ao seu alcance por remediar a situação dentro do âmbito de ação de cada qual. (*)

. A direção da empresa deve respeitar, até onde for possível e recomendável, o princípio de "não negociar sob pressão" sempre e quando as fontes de pressão sejam (ou pareçam ser) racionais e o alvo for especificamente a empresa.

. A responsabilidade direta pelo gerenciamento de uma crise é do chefe do setor organizacional, em que essa crise ocorre e do [illegible]. (*)

. A SH deve ser informada e consultada pela linha hierárquica, assim que uma ameaça de crise se tornar patente.

. UM Plano de Emergência deve sempre estar pronto e em condições de ser ativado em caso de crise.

. A direção da empresa manterá todos os empregados convenientemente informados antes, durante e após a greve ser deflagrada.

. Punir sumariamente o empregado que se comportar agressivamente com relação a todos os empregados, normas ou ativos da empresa, em momentos de crise trabalhista.

. Horas paradas durante uma greve, não serão pagas em hipótese alguma.

. Uma crise deverá ser sempre objeto de minuciosa análise por parte da diretoria da empresa e da equipe gerencial, após encerrada.

RELAÇÕES SINDICAIS

- Restringir o ativismo sindical no recinto da empresa ao estabelecido em lei ou em Convenção Coletiva.

- Desestimular o uso de recursos da empresa para fins pró- sindicais, em qualquer circunstância.

- Bloquear qualquer tentativa sindical destinada a se infiltrar nos órgãos de associação ou comunicação vigentes na empresa (CIPA, COOs, etc).

- Evitar a ingerência do Sindicato no dia-a-dia da empresa, eliminando, antecipadamente, os motivos pelos quais tal ingerência poderia vir a acontecer.

- Eliminar oportunamente os ativistas sindicais.

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

(Aplicáveis também a uma situação de crise)

- A direção da empresa não negocia direitos/prerrogativas de gerenciamento.(*)

- O negociador patronal deve sempre exercitar o seu poder de barganha, procurando conceder o possível e recomendável.

PROGRAMAÇÃO

1994

CEDIM

Programação

PROJETO "SEMINÁRIO DO REGIONAL LESTE 1

REFORMA AGRÁRIA E URBANA: "O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO"

1- Antecedentes e Justificativa

O MNDH tem como uma de suas bandeiras históricas a questão da terra. Por força do engajamento direto de inúmeros CDHS, vem, desde sua origem, denunciando a situação de violência e concentração de terras reinante no meio rural. Responsável pela expulsão de milhares de trabalhadores rurais, que passam a migrar continuamete em busca de "Terra Prá Plantar". Num segundo momento, "descobre", junto com outros movimentos sociais, a dramática situação, dos centros urbanos brasileiros, refletida na ausência de qualidade de vida nas cidades, onde a maioria empobrecida não encontra atendimento as suas crescentes necessidades, como habitação, transporte, educação, lazer etc.

Nesta linha, a discussão sobre a reforma agrária e reforma urbana é algo de constante nas atividades e encontros promovidos pelo MNDH. A partir do "sopro revitalizador" da articulação de discussões desta ordem ocorrido na última Assembléia Nacional - em Salvador, Janeiro P.P., o Regional Leste 1 realizou seu encontro anual, buscando tanto adaptar-se a nova estrutura, como identificar prioridades dentro do que o MNDH se propõe.

Foi então identificado como prioridade, no contexto do programa de Políticas Públicas em nivel regional, a questão tema do presente seminário.

Anotaram-se, no referido encontro regional, vários pontos que justificam tal deliberação.

Em 1o. lugar a necessidade de uma melhor organização das lutas pela Reforma Urbana. Enquanto no meio rural já temos atores/sujeitos sociais bem definidos, protagonizando esta luta (como CPT, MST, CUT-RURAL etc.. - diga-se de passagem, participantes do MNDH no Regional), no meio urbano temos movimentos bastantes fragilizados e que não conseguem se articular adequadamente. Assim, não se tem uma proposta de Reforma Urbana. Elaborada e defendida em nível nacional, pelos movimentos urbanos. Estes acabam voltando-se para questões muito imediatas ae pontual.

Em 2o. lugar, a necessidade de comprometer mais o MNDH com a questão rural. Conquanto todos os compromissos e bandeiras históricas, nota-se com nitidez, que o MNDH é um movimento predominantemente urbano, ficando a questão rural excessivamente deixada em 2o. plano. Além disso, há um senso

comum que nos faz pensar que os conflitos rurais existem somente no Maranhãoo, no Pará, em Goiás, no Paraná e Rio Grande do Sul. Porém, os movimentos rurais articulados em nosso regional tem nos feito ver que no Rio de Janeiro e Espírito Santo estes conflitos são reais e graves, como nos outros estados citados.

Em último lugar, a necessidade de articularmos a luta por estas duas reformas, os movimentos do campo e da cidade. Esta articulação pode se dar tanto no nível da produção, com a criação de sistemas de escoamento direto ao consumidor, como no nível político, de apoio e reforço mútuo, contribuindo para o processo de formação das lideranças dos movimentos urbanos e rurais, quando adquirem uma compreensão mais abrangente dos fatores e causas determinantes da conjuntura rural e urbana. No Espírito santo, se conseguiu, há um ano atrás um passo concreto nesta direção: a criação do "Forum Permanente das Entidades do Campo e da Cidade", com a participação de mais de 30 entidades. O espaço do seminário servirá para avaliarmos esta experiência, e discutir mecanismos concretos de efetivação desta articulação no Rio de Janeiro.

Portanto, a proposta do seminário, sinteticamente, é aprofundar a compreensão destas questões e a articulação das entidades nelas engajadas, no âmbito do MNDH, vendo sempre a reforma agrária e reforma urbana enquanto medidas co-relacionadas e inter-dependentes.

CEDIM

24-25-26/11/94 PROGRAMA

5a. feira - Manhã - abertura - relato de como chegamos até o Seminário

- dinâmica de apresentação das entidades quem somos; que fazemos e como, conquistas, dificuldades, perspectivas e questionamentos que surgem.

- Tarde - Análise de Conjuntura - a partir do quadro inicial colocado na apresentação, fazermos uma análise da conjuntura urbana e rural em nosso Regional, como apoio das assessorias;

- A análise será feita em forma coletiva e de mutirão.

Deverá apontar
- forças
- oportunidades
- debilidades ...
- ameaças

na luta pelas reformas Agrária e Urbana

As colocações serão reunidas e sintetizadas para os dias seguinte.

Painel (assessores): a concepção de reforma Agrária e reforma Urbana, no atual contexto brasileiro e Regional

6a. Feira - Manhã - Divisão em dois grupos -

(1) movimentos rurais e (2) movimentos urbanos, com seus respectivos assessores

- objetivo: de posse do diagnóstico traçado, discutir alternativas que o movimento pode criar e desenvolver

: apontar questões prioritárias a serem enfrentadas

: pensar em possíveis iniciativas comuns, a serem suportadas por um conjunto de entidades.

- apresentação das conclusões e debates

- Tarde - Em plenária ou em grupos mistos discutir a integrão movimentos do campo e da cidade.

- Dinâmica para motivar discussão: teatro forum (a ser conduzido pelos grupos de teatro do aprimido)

- Painel: O papel do estado e seus órgãos nas Políticas de Reforma Agráriua e Urbana - INCRA, Secretaria de Habitação, Judiciário, Ministério Público etc.

SÁBADO

- Desdobramentos/conclusões

- aprovação de propostas que o grupo se sente capaz de assumir e planejamento de sua execução.

- discussão a respeito da articulação proposta pelo MNH nessas questões (caráter, relação c/outros programas)

Tarde - painel sobre os movimentos existentes nas áreas urbana e rural, e nossa relação com os mesmos.

- articulação com os Coletivos Nacionais de Reforma Urbana e Reforma Agrária do MNH.

- consolidação de coletivos regionais neste sentido

- informes e deliberações finais

Encerramento - Festa com Chopinho e churrasco.

S E M D A T A

CEDIM

PROPOSTA PARA FORMAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

1- INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira está ficando cada vez mais complexa. As formas de dominação e correspondentemente as resistências do povo e dos movimentos populares e sociais também assumem sempre mais expressões novas. O processo de libertação avança penosamente com um custo social e histórico extremamente alto da parte dos grupos oprimidos e marginalizados.

A violação dos direitos humanos está inscrita na própria dinâmica do sistema social excludente que sempre imperou no Brasil: o capitalismo dependente, associado e anti-popular. As várias políticas configuram, muitas vezes, violações ora manifestas ora ocultas dos direitos dos oprimidos. O ritmo das violações por parte das forças dominantes e do próprio Estado é superior ao ritmo da denúncia e da defesa dos direitos pisoteados.

Num quadro assim faz-se mister preparar melhor os agentes comprometidos com a defesa dos direitos humanos a partir e junto das vítimas. O Movimento Nacional dos Direitos Humanos entende que a luta pelos direitos humanos representa um momento da luta maior do povo oprimido e de seus aliados na perspectiva de uma nova ordem e na superação histórica do sistema de exclusão e de opressão. É urgente preparar ao nível teórico-metodológico e prático, quadros que possam enfrentar os desafios atuais sempre cambiantes que vem da realidade conflitiva e causadora de violações da dignidade humana, particularmente, dos mais empobrecidos.

Em função disso estamos apresentando um ante-projeto de formação ao nível nacional e regional que atenda a esta demanda sentida. Internamente ao MNDDH faz-se necessário qualificar melhor os militantes dando-lhes condições teóricas de entender o funcionamento da sociedade e por quê das violações dos direitos humanos e proporcionar-lhes encaminhamentos práticos para junto com o povo organizado oferecer resistência à opressão e avançar rumo à uma transformação da sociedade. Externamente ao MNDDH importa reforçar o bloco histórico e social dos que querem uma nova sociedade cujo funcionamento propicie uma realização melhor da dignidade humana, saber articular-se com os movimentos sociais quando existem, e quando não existem concorrer para o seu surgimento.

Desta forma, o MNDDH dá a sua contribuição na construção e no fortalecimento do sujeito da transformação social que é o povo organizado, consciente de seus direitos e preparado para defendê-los quando for preciso violados.

II- LINHAS PEDAGÓGICAS DO TRABALHO POPULAR

Os Direitos Humanos exigem níveis de diversos tipos, como: o nível filosófico que o sustenta; a reflexão acerca do contexto social em que se exercita; as formas de trabalho em diferentes contextos educativos; critérios de seus conteúdos; procedimentos de avaliação e de investigação mais apropriados.

1- Aspectos metodológicos

A gênese histórica da preocupação com os Direitos Humanos (fundamentalmente de caráter jurídico) unida ao peso da tradição cientificista de educação leva muitas vezes a utilizar enfoques metodológicos que não resultam coerentes, por exemplo, com as tentativas de democratização da saber ou de promover a tomada de consciência crítica e ação política.

As contradições entre o discurso e as práticas se traduzem também em seus componentes metodológicos. Muitas vezes se observam métodos de transmissão autoritária, excessivos, que violentam os participantes.

Evidentemente os programas carecem de um planejamento suficiente e de uma avaliação apropriada, que reduziria as possibilidades de improvisação e, por outro lado, dê ao professor um campo experimental nesta matéria.

É fundamental avançar no desenvolvimento de um estilo educativo que em seus métodos, seja concordante com a aspiração de promover novas formas de convivência, fundada na solidariedade, na justiça, na liberdade e na verdade.

2- Metodologias apropriadas

2.1- Desenvolver nos participantes as capacidades de serem autores na geração de normas que contribuam para organizar a convivência em uma comunidade humana, de tal modo que todas e cada uma das pessoas que as forma, possam viver dignamente.

2.2- Integrar em sua experiência de vida aqueles valores, atitudes, comportamentos e conhecimentos, que lhes permitam analisar criticamente as ameaças que existem para o desenvolvimento da vida nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais em que se desenvolvem, possibilitando ao mesmo tempo, que explorem formas alternativas de convivência dignificadora. Analisar criticamente as ameaças que existem para o desenvolvimento da vida, explorando formas alternativas de convivência.

A vida é um processo complexo, onde entre outras coisas se deve enfrentar permanentemente um dilema que tem relação com as possibilidades e limitações que existem para que cada pessoa ou grupo social encontre sua identidade.

Nesta busca de identidade, o que se espera da educação é que proporcione aqueles elementos que, no plano da consciência, permitam resolver estes dilemas de tal modo que possibilite o mais amplo desenvolvimento pessoal e social.

Nesta perspectiva, um programa de educação para Direitos Humanos estabelecerá seus objetivos e seus conteúdos em torno das situações que estão afetando o desenvolvimento da vida em suas relações políticas, sociais, econômicas e culturais, experimentadas pelos participantes, para que a partir destas, se busquem formas alternativas que permitam superar as estruturas desumanizantes detectadas.

Para tanto um programa educativo para Direitos Humanos deverá propor como temas geradores, situações tais como a violência e o autoritarismo (nas relações familiares, nacionais ou internacionais), analisando suas manifestações concretas no contexto da vida dos participantes, ajudando a dar os conhecimentos para que possam interpretar seu caráter ético ou científico, na medida em que isto colabora para uma reflexão e ação consciente, frente aos dilemas que devam resolver os participantes.

Se entende que um programa educativo apenas terá cumprido uma mínima parte do que é proposto, se houver contribuído para elaborar níveis de criticidade e hábitos aprendidos de concretizar quando se trabalha em uma condição ativa, capaz de transformar aquilo que criticamente se denuncia.

3- Integrar a experiência de vida, valores, atitudes, conhecimentos e comportamentos

Um processo educativo para direitos humanos não pode restringir-se a análises exclusivas das grandes aspirações que, em muitas ocasiões, se transformam em abstrações que não representam a nenhum grupo concreto, sendo que se necessita contemplar, fundamentalmente, as manifestações mediante as quais, homens e mulheres de diferentes formas vivem seus direitos e obrigações, construindo seus códigos referindo-se à liberdade, justiça e solidariedade.

Nesta perspectiva, se supõe que é mais fácil que os participantes de um processo educativo integrem à sua experiência de vida aqueles valores, atitudes, comportamentos e conhecimentos, que os transformem em agentes dos direitos humanos: se lhes oportunidades a investigar a transformação cultural, o sentido que estão tendo os diferentes modos de convivência, detectando os fatores de libertação e de alienação que estão presentes, não somente para que tenham uma visão crítica, e sim para que busquem respostas criativas e transformadoras daquilo que não possibilita um desenvolvimento mais humano, e afirmar que se pode exercer o direito à livre criação de cultura.

Facilitar um processo onde o educativo chegue de uma investigação sobre a realidade, supõe propor alternativas para que os participantes assumam a responsabilidade de ser agentes de sua educação, assim como de elaborar um conhecimento que lhes pertence.

Ter visão! Não cruzar os braços!

4- Organizar os fatores que intervem em um processo educativo

Supõe em primeiro lugar, enfatizar a participação e a atividade de quem é sujeito do processo. Para tanto as atividades que se programam e materiais que são empregados, deverão ser capazes de ativar a potencialidade que possui os seres humanos para encontrar respostas transformadoras para os problemas em que estão imersos.

Para que isto ocorra, não cabe um rol de docentes clássicos, e é por isso que a função de animação e de orientação deve receber a denominação de facilitador: para pôr em relevo sua ação, como educador, é preferível fazer-se boas perguntas que entregar respostas acabadas.

Em segundo lugar a organização dos elementos deve levar em conta que a tarefa de educar se desenvolve dentro de um ambiente que possibilite vivenciar e experimentar o respeito e a dignidade de cada um dos participantes.

De pouco servirá realizar uma refinada análise do autoritarismo, em um marco de relações e metodologias autoritárias; e trabalhar o tema da violência no meio da sociedade, se as relações que estabelecemos com os participantes são violentas ou pautadas pela violência ou revisar as virtudes da democracia em um contexto de experiências anti-democráticas.

Proporcionar oportunidades educativas, que se orientam a convencer sobre a importância de lutar pela construção de modos de convivência, que enfatizam a dignidade da vida; é uma tarefa que deve surgir do convencimento profundo, experimentado na vivência de que a própria dignidade tenha sido respeitada e que é valioso promovê-la e defendê-la.

5- Diretrizes de um programa educativo para os Direitos Humanos

5.1- Que os participantes se identifiquem com uma ou várias situações que impliquem problemas para o normal desenvolvimento da convivência, através da observação de sua realidade.

5.2- Uma análise dos significados culturais que acarretam estes problemas, pondo em relevo as oportunidades e limitações que não concorrem para a convivência, destacando as contradições e determinando forças que provêem do passado, tais manifestações atuais e suas perspectivas no futuro. Isto supõe que se preste atenção, tanto aos fatores culturais próprios da realidade como às contribuições de sentido que podem proporcionar a ética, as ciências e as normas jurídicas.

5.3- Uma tomada de decisões que leve os participantes a determinar, em cada situação, o que se deve e o que se quer preservar, o que se deseja modificar e aquilo que convém suprimir, para lograr formas de convivências humanizadoras.

5.4- O que se espera de cada participante não é a aplicação de conceitos previamente estimados por um mestre, a uma leitura da realidade, mas pelo contrário, que os elaborem desde suas perspectivas mediante uma análise crítica orientada pela ação.

6- Desenvolvimento de programas educativos baseados em metodologias educativas para fomentar os Direitos Humanos

6.1- Certos modelos didáticos que vão abrindo espaços inovadores

Se aceitamos uma dupla fonte para determinar os conteúdos de um processo educativo, aqueles que emergem da realidade cultural dos participantes e aqueles que têm seu fundamento nas evidências éticas, científicas ou jurídicas, devemos trabalhar com programas onde as atividades e os recursos didáticos possam contemplar esta dupla dimensão, isto significa que não podem ser tão estruturados que não permitam que se expresse a experiência grupal; tampouco que sejam tão desestruturados, isso poderia anular a intencionalidade do processo.

Por isso é aconselhável fazer uso do termo semi-estruturado para fazer referência a uma opção por desenhar atividades e materiais de caráter aberto, que dê preferência como ponto de partida ao diagnóstico que fazem os próprios participantes de suas convicções; para avançar em seu questionamento, com a contribuição de outros dados, caso sejam necessários, com vistas a estimular as capacidades transformadoras daquilo que não parece gratificante e humanizador.

Nesta perspectiva entendemos que são modelos didáticos inovadores aqueles que apresentam propostas de ação educativa, baseadas em problemas relevantes.

que mais importa é o processo, e não necessariamente o produto.

A geração destes modelos, supõe um processo de elaboração, um teste e uma comprovação sobre o terreno, que permita ir obtendo evidências acerca da capacidade que apresentam para estimular a reflexão e o compromisso com a transformação da realidade.

6.2- Formação na ação

Este estilo de formação implica:

a) em parte, submeter a experiência que possue sobre seus direitos, a um processo de reflexão coletiva, problematizando esta experiência com contribuições tanto conceptuais como metodológicas.

b) que os educadores experimentem os modelos didáticos inovadores em sua realidade de maneira que vão adquirindo segurança em suas próprias possibilidades de fazer sua metodologia.

c) ir revisando os resultados desta ação em novos momentos de reflexão coletiva.

Se trata de unir investigação e ação educativa, entendendo que os deveres e direitos se vivem de acordo com a cultura de um meio concreto. Sobretudo, por dentro de cada problema que se relaciona com a vida e com a convivência humana, há pessoas que sentem que têm necessidade e que buscam caminhos para alterar aquilo que não lhes satisfaz.

Em suma, que todos sejam participantes deste processo educativo no duplo papel de educandos e educadores.

7- A guisa de conclusão

Se observarmos a América Latina, vemos que em matéria de direitos humanos, temos muito caminho a percorrer para que estes valores se materializem na vida cotidiana. Por um lado porque o contexto sócio-político em que vivem muitos países, impõe barreiras para estruturar um espaço social onde o respeito à dignidade humana seja uma possibilidade real. Por outro lado, porque tem prevalecido uma interpretação que enfatiza a análise e a ação de defesa, com menor preocupação pela tarefa de promoção, mediante uma denúncia marcada pelo que ocorre a nível nacional e internacional e em tom menor pelo que ocorre na família, na escola ou no lugar de trabalho, dentro de uma visão predominantemente jurídica.

Ademais disto, existem muitos elementos que dão impulso a uma tarefa de educar para direitos humanos, sobretudo se entendemos que pode não ser uma "técnica" de sensibilização, de uma filosofia barata: que cada pessoa possa integrar as formas de convivência que está vivendo, de uma maneira tal que por mais contraditórias em solidariedade, justiça e liberdade.

III- OBJETIVOS

1- Objetivos gerais:

- proporcionar embasamento teórico-prático quanto aos direitos humanos que referencie e possibilite maior qualidade ao nível político-organizativo do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos;
- apropriar-se de uma Metodologia de Trabalho Popular que vise a transformação da sociedade a partir da construção conjunta de um Novo Projeto Político.

2- Objetivos específicos:

- explicitar o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para atuar de maneira mais concreta e coerente com as diferentes realidades do país;
- contribuir para que os militantes do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos apropriem-se, recriem e criem o conhecimento;
- proporcionar aos militantes do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos maior conhecimento dos diversos métodos de análise da sociedade;
- aprofundar o instrumental metodológico dialético;

- estudar os diferentes modelos de sociedade;
- fortalecer conhecimento sobre a estrutura da sociedade capitalista, suas formas de exploração, conseqüências e as diversas instâncias de organização popular;
- socializar as experiências educativas possibilitando o fortalecimento dos trabalhos dos regionais de Direitos Humanos;
- fornecer subsídios quanto a formação, em nível regional e nacional;
- incentivar nos encontros específicos de cada entidade e/ou regional de direitos humanos a reflexão e a busca de ações mais efetivas quanto a todos os tipos e níveis de violência: policial, ao menor, na terra urbana e rural, à mulher, no trabalho, transporte....

IV- **PLANO DE TRABALHO** (discutir nas áreas)

1ª etapa: apresentação da "proposta de formação" ao Conselho Nacional do MNDDH. (apresentações por áreas)

2ª etapa: distribuição da "proposta de formação" para todas as entidades do MNDDH pela Secretaria Executiva no prazo de 15 dias afim de possibilitar o estudo da mesma nos Encontros Regionais e reuniões das entidades locais.

3ª etapa: Seminário Nacional

Objetivo: a partir de avaliação da conjuntura sócio-econômica e da luta pela defesa dos Direitos Humanos refletir e elaborar uma concepção de formação para militantes em Direitos Humanos.

Temário: concepção e visão histórica dos Direitos Humanos; referencial teórico do MNDDH; metodologia do trabalho popular.

Participação: levando-se em conta que os destinatários desse seminário terão a dupla função de colaborar no processo de construção do "programa de formação do MNDDH" e de implementar nas suas áreas de atuação, este mesmo programa deve-se observar os seguintes critérios na escolha dos participantes:

a) ocupar função de articulação dentro do MNDDH ao nível nacional - membros do Conselho Nacional
b) ocupar função de articulação dentro do MNDDH ao nível Regional dentro de um limite de dois representantes por estado.
c) cada Regional poderá indicar até 2 representantes tendo em vista o objetivo do Seminário.

Data prevista: 23 a 29/01/89

Local: Instituto Cajamar - SP.

Assessoria:

Observação: para avaliar o processo de discussão da 2ª etapa, preparar o Seminário Nacional e refletir com os respectivos assessores. Deverá ocorrer uma reunião da Comissão de Formação do Conselho Nacional antes da data prevista para o Seminário (início de dezembro).

4ª etapa: implantação sistemática do programa de formação nos Regionais em 1989

5ª etapa: proposta mínima

a) realização de cursos anuais, ao nível nacional, dentro do programa de formação do MNDDH
b) realização de cursos de formação na linha do programa do MNDDH, em todos os Regionais, com o objetivo de construir um projeto político.

VI- **TEMÁRIO**

1- Metodologia do Trabalho popular

2- Questões fundamentais

. análise dos Sistemas Sociais
. análise de conjuntura
. análise da luta de classe
. análise do Movimento Popular e suas relações com (Estado, Igreja, Sindicato, Partido)
. elaboração de um projeto histórico para o Brasil

3- Questões específicas

. análise crítica das Declarações Históricas dos Direitos Humanos
. análise e apropriação da Nova Constituição na perspectiva popular
. direitos humanos emergente das práticas populares.

4- Temas relevantes

. violência
. reforma agrária (terra)
. menor
. mulher
. ecologia

CEDIM

PROGRAMA DE FORMAÇÃO
DO MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

(A cargo da Comissão de Formação)

1. OBJETIVOS

1.1. GERAL

Promover a formação política e capacitação metodológico-pedagógica dos agentes do MNDH em vista da inserção das lutas e movimentos populares em um projeto econômico-político-cultural de transformação da sociedade (para o socialismo).

1.2. ESPECÍFICOS

1.2.a. Promover cursos a nível dos bairros para os agentes locais dos movimentos e das lutas populares, conforme o conteúdo programático proposto pela Coordenação Nacional.

1.2.b. Promover seminários a nível Regional e Nacional de avaliação da inserção política dos movimentos populares e da metodologia adotada.

1.2.c. Estabelecer e editar uma sequência (programa) de subsídios escritos (publicações) para uso na formação dos agentes.

PROPOSTA DE CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA E CAPACITAÇÃO METODOLÓGICO-PEDAGÓGICA.

MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS .

1) Pensa-se que Cursos e/ou Seminários de Formação do MNDH devam ter como ponto de partida a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU - 1948), por ser este um documento usado como referência por todos os CDDHs como motivação e justificação da sua ação. A análise crítica dos limites da Declaração Universal dos Direitos Humanos abre espaço à reflexão política sobre as contradições do sistema capitalista e à discussão da necessidade de sua superação.

2) Situada a Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu contexto histórico, a análise do seu texto remete à sua inspiração na Ideologia Liberal. Torna-se necessário, pois, a crítica dessa Ideologia e situá-la em suas origens e motivações (interesses). Esse passo parece necessário por ser comum a inserção no MDH de pessoas de "boa vontade" que comungam essa visão do mundo. A análise crítica do Liberalismo deve abrir espaço à crítica de sua matriz: A Economia Capitalista.

3) A análise do Capitalismo é o passo seguinte e central, indispensável à tomada de consciência e posição pela sua superação. Essa análise do Capitalismo deve contemplar o aspecto histórico, denotando sua transitoriedade e destacando-se suas contradições.

4) A consciência da transitoriedade, das contradições e da necessidade de superação do capitalismo impõe a discussão das possibilidades dessa superação e a análise da alternativa socialista. Essa análise deve contemplar a história do Socialismo mundial e o caráter dos socialismos reais europeus, bem como os pensadores e revoluções socialistas na América Latina.

5) Os Cursos e Seminários, motivados pelas práticas do MDH, visam alcançar essas práticas, na linha do objetivo geral definido da "inserção das lutas e movimentos populares em um projeto econômico-político-cultural de transformação da sociedade para o socialismo". Sendo assim, o Curso/Seminário não pode passar por "ilustrativo", mas discutir as práticas e criar instrumentos para fazê-la avançar rumo ao objetivo proposto. Nesse sentido, o ponto final deste conteúdo programático é a discussão metodológica. O Curso deve "fornecer" instrumentos metodológico-pedagógicos tanto em nivel teórico como prático.

Seguindo os passos aqui propostos, resulta uma proposta de conteúdo de formação assim constituída:

1. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS
   a. História e contexto de sua origem.
   b. Análise de seu texto: limitações e filiação ideológica.
   c. As práticas dos CDDHs a partir da avaliação da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

2. O LIBERALISMO
   a. Histórico e contexto de sua origem.
   b. O liberalismo como ideologia e sua presença no discurso da classe dominante no Brasil.

3. O CAPITALISMO
   a. Histórico.
   b. Economia Capitalista.
   c. Politica.
   d. Ideologia.

4. O SOCIALISMO
   a. Histórico.
   b. O Socialismo real na Europa.
   c. O Pensamento Socialista na América Latina.
   d. As Revoluções Socialistas na América Latina.

5. METODOLOGIA E PEDAGOGIA
   a. A Metodologia da Práxis (Dialética)
   b. A Pedagogia Libertadora (Paulo Freire)
   c. A Construção do Socialismo a partir da prática nos Movimentos Populares.

CEDIM

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Curso de Introdução ao Estudo do Marxismo (Proposta)
Programa Geral (2 Blocos)

I. EMENTA

Concepções filosóficas básicas: materialismo e idealismo. Dialética e teoria dialética do conhecimento. O marxismo como filosofia da práxis. A alienação econômica. Socialismo utópico e socialismo científico. Revolução. A revolução russa. A contra-revolucionaridade da religião.

II. OBJETIVOS GERAIS

1) Proporcionar aos militantes do MNDDH conhecimentos introdutórios sobre o pensamento marxista.

2) Desenvolver nos militantes do MNDDH a capacidade teórica e crítica indispensável à autonomia intelectual de cada um dos participantes.

III. UNIDADES PROGRAMÁTICAS - BLOCO 1 - FILOSOFIA

UNIDADE 1: Concepções filosóficas básicas

a) Conteúdo: Análise do materialismo e do idealismo através de história da filosofia. Materialismo pré-marxista e materialismo marxista. Idealismo pré-hegeliano e idealismo hegeliano.

b) Bibliografia básica:

- POLITZER, Georges. Princípios elementares de filosofia. S.Paulo, Edit. Moraes, 1985.
- ENGELS, F. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In MARX e ENGELS. Obras Escolhidas. S.Paulo, Alfa-Omega, s.d., vol. 3. (Ed. em espanhol: Ed. Progresso, Moscou, 1978).
- PRADO JR., Caio. Dialética do conhecimento. S.Paulo, Brasiliense, 1980, 6ª ed.
- PRADO JR., Caio. O que é filosofia. S.Paulo, Brasiliense, 1981, 2ª ed. (Col. Primeiros Passos, 37).
- BIJOVSKI, B. Erosión de la filosofía "sempiterna". Moscou, Ed. Progresso, 1978.

UNIDADE 2: Teoria dialética do conhecimento

a) Conteúdo: A dialética como método de pensamento em contraposição à metafísica. A lógica dialética. O relacionamento. O dinamismo dos processos pensantes. A linguagem e a deformação do movimento do pensamento e do conhecimento.

b) Bibliografia básica:

- PRADO JR., Caio. Introdução à lógica dialética. S.Paulo, Brasiliense, 1979, 4ª ed.
- KOPNIN, P.V. A dialética como lógica e teoria do conhecimento. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- PRADO JR., Caio. Dialética do Conhecimento. Op. cit. ("Lógica Dialética", pp. 531-671).
- GENRO FILHO, Adelmo. "Do medo à dialética", in Marxismo, filosofia profana. Porto Alegre, Ed. Tchê, 1986, pp. 23-47.
- LENIN. Cahiers philosophiques. Moscou, Ed. du Progrès, 1982, ("Sur la question de la dialetique", pp. 339-347; "Resumé de la "Science de la logique" de Hegel", pp. 182-226).
- MARX. Para a crítica da economia política. (In MARX, S.Paulo, Abril Cultural, 1978, 2ª ed., Col. Os Pensadores, pp. 101-125, "Introdução"),
- SCHAEFER, Sérgio. A lógica dialética. Porto Alegre, Ed. Movimento, 1985.

UNIDADE 3: O marxismo como filosofia da práxis

a) Conteúdo: O conceito de práxis. A práxis em Feuerbach e em Hegel. A práxis em Marx: filosofia da práxis.

b) Bibliografia:

- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da práxis. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- GENRO FILHO, Adelmo. "Do medo à dialética", in op. cit., pp. 23-47.
- MARX. Teses sobre Feuerbach. In MARX, op. cit., Col. Os Pensadores, pp. 49-53.
- MARX e ENGELS. Manifesto da Partido Comunista. S.Paulo, Global, 1986, 6ª ed.

UNIDADE 4: A questão da alienação

a) Conteúdo: O conceito antropológico de alienação no jovem Marx. A concepção de alienação econômica.

b) Bibliografia:

- MARX. Manuscritos econômico-filosóficos. In FROMM, Erich. Conceito marxista do homem. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, 7ª ed. pp. 83-170.
- MANDEL, Ernest. A formação do pensamento econômico de Karl Marx Rio de Janeiro, Zahar, 1980, 2ª ed., pp. 158-211.
- VÁZQUEZ, A.S. Filosofia da práxis. Op. cit.

==========

IV. UNIDADES PROGRAMÁTICAS - BLOCO 2 - TEMAS BÁSICOS DO MARXISMO (I)

UNIDADE 5: Socialismo utópico e socialismo científico

a) Conteúdo: O socialismo utópiço de Saint-Simon, Fourier e Owen. O socialismo científico de Marx e Engels.

b) Bibliografia:

- ENGELS, F. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In MARX e ENGELS. Obras Escolhidas. S.Paulo, Alfa-Ômega, s.d., vol. 2, pp. 283-336.
- MARX. Crítica ao Programa de Gotha. In MARX e ENGELS. Obras Escolhidas, op. cit., vol. 2, pp. 205-225.
- GENRO FILHO, Adelmo. Contra o socialismo legalista. Porto Alegre, Ed. Tchê, 1987.

UNIDADE 6: Reforma ou revolução

a) Conteúdo: O reformismo ou as vias legais para o socialismo. Os limites do sindicalismo. A organização da classe trabalhadora. O partido revolucionario. A revolução e o Estado Capitalista.

b) Bibliografia:

- LENIN. O Estado e a revolução. In Obras Escolhidas. S.Paulo, Alfa-Ômega, 1980, vol. 2, pp. 219-305.
- LUXEMBURG, Rosa. Reforma ou revolução? Lisboa, Edit. Estampa, 1974, 4ª ed.
- GENRO FILHO, Adelmo. "Teoria e Revolução", in Teoria e Política, Ano 2, nº 8, S.Paulo, Brasil Debates Edit., 1987, pp. 32-53.
- LENIN. Como iludir o povo. S.Paulo, Global, 1980, 3ª ed.

UNIDADE 7: Lênin e a Revolução Russa

a) Conteúdo: As condições sociais da Rússia antes de 1917. Bolcheviques e mencheviques. Duas táticas da social-democracia. A teoria leninista da organização.

b) Bibliografia:

- LENIN. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. S.Paulo, Abril Cultural, 1982 (Col. Os Economistas).
- LENIN. Que fazer? In Obras Escolhidas, op. cit., vol. 1, pp. 79-214.
- GRUPPI, Luciano. O pensamento de Lênin. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- GENRO, Tarso e GENRO FILHO, Adelmo. Lênin, coração e mente. Porto Alegre, Ed. Tchê, 1985.
- LENIN. Um passo em frente, dois passos atrás. In Obras Escolhidas, op. cit., vol. 1, pp. 215-376.
- LENIN. Duas táticas da social-democracia na revolução democrática. In Obras Escolhidas, op. cit., vol. 1, pp. 381-472.
- MANDEL, Ernest. A teoria leninista da organização. S.Paulo, Edit. Aparte, 1984.

UNIDADE 8: Análise da contra-revolucionaridade da religião

a) Conteúdo: A questão da alienação religiosa segundo Feuerbach. As sociedades classistas e a religião. A função reacionaria da religião. Marx e Engels e a religião. Os limites da religião: sua concepção (filosófica) idealista metafísica da realidade.

b) Bibliografia:

- MARX e ENGELS. Sobre a religião. Lisboa, Edições 70, 1976, 2ª ed.
- LENIN. Sobre o significado do materialismo militante. In Obras Escolhidas, op. cit., vol.3, pp. 563-570.
- MARX. O Capital. S.Paulo, Abril Cultural, 1983, Vol. 1, Tomo 1, Cap. I, 4: "O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo", pp. 70-78.
- VÁZQUEZ, A.S. Filosofia da praxis. Op. cit. ("Feuerbach e a crítica da religiao").
- HAINCHELIN, Charles. As origens da religião. S.Paulo, Hemus, 1971.

V. AVALIAÇÃO

Após a conclusão do Curso, cada participante deverá elaborar, até data a ser marcada, uma monografia sobre qualquer um dos pontos ou questões discutidas nos encontros.

VI. Calendário do Curso, Coordenadores dos Blocos e/ou Unidades: a serem ainda estabelecidos.

C.D. Bento Rubião — Leste 1

Projeto Violência

APRESENTAÇÃO:

Esta proposta de pesquisa parte de indagações do Movimento Nacional de Direitos Humanos. A partir da reunião do..... o M.N.D.H. sugeriu que os diversos Centros de Defesa desenvolvessem pesquisas, coladas à sua experiência, que pudessem fornecer subsídios para a discussão sobre violência.

O CDEBR considerou oportuna tal sugestão. Primeiro porque os técnicos que compoem o Centro de Defesa de Direitos Humanos Bento Rubião têm se defrontado, em sua prática, com essa questão, em vários momentos - processos judiciais para expulsão de posseiros, invasões de terras, enchentes, debates sobre políticas habitacionais em início de governos. A posição do Centro, nessas situações, dita-se pela intuição, carecendo de dados que fundamentem seus argumentos. Em segundo lugar, face à recente operação Mosaico, essa lacuna torna-se mais presente, evidenciando que o tratamento convencional que se dá a violência, sobretudo pela imprensa, não da conta da complexidade do problema, além de apresentar uma visão unilateral da questão, que acaba sendo a única.

Neste sentido, várias pessoas, diferenciadamente ligadas ao CDEBR, estavam convencidas da necessidade e da procedência de uma investigação sistemática sobre a violência nas favelas do Rio. Este empreendimento trataria de enfocar o assunto de outro prisma, introduzindo novos elementos no debate corrente, de forma a relativizar esta visão monopolizadora, bastante prejudicial para os moradores de favelas.

Com este intento, tais pessoas, ligadas ao CDEBR, que moram em áreas faveladas e/ou ali têm alguma forma atuação, iniciaram discussões sobre o assunto visando delinear uma proposta de pesquisa. Para garantir um rigor teórico metodológico no encaminhamento do projeto, o grupo solicitou a assessoria de pesquisadores da área de ciências sociais, para fundamentar teóricamente a investigação, assim como para treinamento dos futuros pesquisadores, que não tinham experiência anterior nesse domínio. Evitava-se assim o viés militante na análise, sem deixar de lado a vivência que estas pessoas tinham com o campo, enquanto atributo positivo.

Inúmeras foram as dificuldades para concretizar tais expectativas. Vários foram os encaminhamentos para estruturar uma proposta de pesquisa que desse conta do enfoque pretendido: entender a **violência** do ponto de vista daqueles envolvidos com práticas tidas como criminosas.

Para trabalhar com essa perspectiva, considerava-se a favela como um universo socialmente regulado através de grupos - igreja, associação, escola de samba, além da "contravenção" e do "crime organizado". Tais grupos seriam entendidos como processadores de conflitos. A violência, inicialmente, poderia ser pensada como conflito que tais grupos não pudessem solucionar.

Aí surge a mais grave dificuldade. Embora tendo ligação com o universo da pesquisa, os futuros pesquisadores perceberam que não tinham acesso aos indivíduos que deveriam constituir uma das peças fundamentais na estruturação desse enfoque de grupos : os grupos dos

"bandidos". Isto não quer dizer que os pesquisadores não os conhecessem, ou que não se encontrassem eventualmente com eles. A dificuldade residia no fato do tema da pesquisa constituir-se num **assunto delicado**. isto é, um assunto que não poderia ser tocado, sem trazer possíveis complicações.

Tratava-se então de estruturar um projeto de pesquisa que pudesse tratar de forma consequente da questão da violência, sem maiores riscos . A partir daí configurava-se um problema metodológico, que deveria dar conta da não acessibilidade, sem perder de visto objeto original de investigação: a violência nas favelas.

Buscou-se uma nova formulação do problema onde pergunta-se como a noção de violência é socialmente construida, a partir de grupos organizados, em algumas áreas faveladas.

1. TEMA

A violência foi elevada ao nível de **problema nacional** nos últimos anos, em função de um suposto aumento da criminalidade. Esta problematização tem como corolário duas ideias, que ficam implícitas, e que servem como pano de fundo contra o qual a violência se destaca: a ideia de excepcionalidade, e o mito da pacificidade do povo brasileiro. Ambas, intimamente interligadas, sugerem que uma nação pacífica, sacudida por uma onda de truculência inédita/excepcional, clama por soluções eficientes. (ver OLIVEN R.G. 1982)

Esse drama se desenrola num palco, onde se defrontam, como atores principais, a autoridade (sobretudo a polícia), o bandido e a população da cidade.[1] Na verdade estes atores são plurais. Diversas esferas da administração e do judiciário, se contrapõem aos bandidos (crime organizado, tóxico, contravenção), envolvendo diversos segmentos sociais tidos como cúmplices, aliados, protegidos ou vítimas.

O cenário se completa com os significados impressos às ações, pelos diversos atores, assim como pela imprensa, partidos, associações e movimentos (inclusive de direitos humanos). As discussões ao redor da pena de morte, assim como as posições assumidas por diversos setores da população a propósito das operações anti-tóxico, deixam transparecer o quanto tais temas são contraditórios, e evidenciam o carater ideológico que os recobrem. Além das ações, os sujeitos também são objeto de avaliações, e de fato classificam-se mutuamente. Os bandidos, por exemplo, podem ser negativamente vistos e até linchados pela população ou, ao contrário, são objeto de admiração. Sua trajetória é frequentemente

---

[1] A pacificade brasileira só é colocada em questão quando frações da classe dominante, e da classe média, se mobilizam contra uma prática nada nova entre nós. Isto ocorre quando estes setores são vitimados pelas práticas de dominação, até recentemente usadas exclusivamente contra a classe trabalhadora. A violência retratada no abuso de autoridade e na tortura são trazidos para a frente do cenário, embora de forma limitada e tímida. Não se elaboram meios eficazes de combatê-los, e não se questionam as práticas microscópicas e cotidianas perpetradas sobre as camadas populares. Por outro lado, as ações ilícitas da classe dominante não são consideradas violentas. Há, portanto, uma seletividade na problematização da violência, e esta - tomada num sentido mais amplo - , longe de ser exceção, é fator constitutivo do tecido social.

* Comunicação apresentada no I ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE DEMOCRATIZAÇÃO, DIREITO E SOCIEDADE, PUC-RIO, 1986.

ligada à ideia de que, sendo migrantes, e não integrados à vida urbana, encontram meios de sobreviver às margens da sociedade.

Paralelamente ao alardeado crescimento da violência, ocorre um fortalecimento do poder policial: aumento de pessoal e de equipamento. Segundo Adorno S.* as duas coisas ocorrem paralelamente, e são circularmente causais. Desta forma, o aumento do poder de polícia tem como correlato o aumento da violência institucional (abuso de autoridade, tortura), assim como uma transformação qualitativa da prática criminal - a ação não planejada cede lugar ao crime organizado.

As assessorias jurídicas a movimentos populares, que sempre se depararam com a violência da autoridade, se deparam agora com o alardeado crime organizado. Não se pode afirmar que não haja conflitos entre moradores e "bandidos". Alguns relatos nos indicam casos onde ocorreu atuação associada. No entanto a imprensa, e a população em geral, compartilham, grosso modo, a ideia de que os morros são violentos e, no máximo, que a população favelada é vitima, ou, em contra partida, cúmplice desta ação anti-social.

Dentro das ciências sociais, não é nova a perspectiva que contrapõe violência oficial à criminalidade: a violência oficial, como forma de dominação, se opõe á violência do pobre que, como ação anti-hegemônica, assume um significado político de classe.

Tal visão, no entanto, peca por ser uma construção exterior à classe trabalhadora. Trabalhando com a visão interna dos moradores da Cidade de Deus, Zaluar propõe que a identidade do trabalhador pobre (ZALUAR A., 1985), se constroe por oposição ao não trabalho, tanto do rico, como do bandido. Embora o bandido seja, para o trabalhador pobre, gente como nós, há sem dúvida um abismo intransponível entre eles, marcado pela dignidade de provedores da familia, com que esses últimos se distanciam dos primeiros.

O problema com o qual se depara, então, é o de compreender a violência de forma contextualizada. Isto significa que não se pode desde já, tomar o crime organizado como uma forma de violência ex ante, e propor-se a estudá-lo como tal, per se. Pretende-se estudar a violência a partir da identificação das representações sociais que os os segmentos envolvidos com a aludida violência fazem sobre esta, chegando a uma visão interna ao problema. Esta é a unica forma de se escapar a determinismos e visões preconcebidas, evitando o viés na análise.

2. HIPÓTESES INICIAIS.

O crime organizado torna-se dramático nas áreas pobres - as batidas policiais se dão normalmente em áreas faveladas, e é a população residente que arca com o onus dessa forma de violência. (Isto não quer dizer que o crime está nas favelas, mas significa que é essa fração dele que é objeto da ação policial.) Poder-se-ia supor que estes grupos fossem mal quistos pela população, uma vez que atraem tais ações. No entanto a imprensa nos dá relatos frequentes das boas relações mantidas entre bandidos e seus vizinhos: as diversas manifestações em delegacias por ocasião da prisão de bandidos, assim como a popularidade do "Escadinha" no Juramento são testemunho deste aparente paradoxo. Ora se isto acontece, há que se

entender porque, e como.

Acredita-se que esta seja uma forma simplista de pensar o problema, insuficiente para dar conta de toda sua complexidade. Não se pode supor que aquilo se identifica como **violência** seja atributo de um grupo social específico, nem que seja excepcional. No entanto, para amplos setores urbanos, a violência tem uma origem social e espacialmente localizada: os pobre agentes da violência e esta ocorre nas áreas onde eles vivem. Por outro lado, aceita-se comumente a ideia de que a violência é circunstancial, não estanto colada a questões sociais mais estruturais.

Contra esta visão, coloca-se a presente proposta de investigação. Supõe-se que a violência é um atributo cultural, bastante mais estruturado do que se afirma corriqueiramente. Neste sentido ela perpassa todos os segmentos sociais, o que descaracteriza uma visão tradicional da violência colada às camadas pobres, estas vistas como classes perigosas. Supõe-se ainda que não sendo um atributo localizado, tal alocação é ideológica. Ela é portanto socialmente respaldada, reforçada pelos meios de comunicação de massa, e suporte legitimados de práticas policiais de repressão.

Sendo a violência estrutural, poder-se-ia pressupor que as camadas pobres, elaborem uma visão própria da violência. Pretende-se dizer com isto que a visão dos pobres urbanos, pode ser tanto uma contraposição à formulação ideológica, articulada, ou complementar à visão que os estigmatiza, como pode noutro sentido conceber a violência de modo diverso - no primeiro caso, atribuindo a violência às camadas que os vitimizam (polícia, governos, classes dirigentes, ricos etc.) e no segundo identificando violência à falta de emprego, condições de moradia, falta de saude, transportes urbanos, salários, etc...

Tais formulações tem o estatuto de hipóteses iniciais de trabalho, que permitem uma primeira aproximação com o problema.

Indaga-se, na investigação ora proposta, quais são as representações sociais que a população da favela tem sobre violência, para se ter alguns dados iniciais que permitam o encaminhamento da questão, que não se esgota ai. A partir dai espera-se apreender a lógica interna que preside essa relação morador/bandido/polícia - desde o ponto de vista do morador - e quais são as variáveis pouco conhecidas e portanto não visualizadas que permitiriam apreender esta realidade com o grau de complexidade que ela se expressa empíricamente.

3. OBJETO DO ESTUDO

Trata-se de um estudo exploratório, que busca identificar as representações sociais sobre violência, que se expressam, a partir de grupos organizados, nas favelas cariocas.

Para efeito desta investigação serão considerados **grupos organizados** aqueles que se estruturam ao redor de interesses coletivos, tais como associação de moradores, bem como outros voltadas para o lazer ou religião.

Fala-se de grupos organizados porque pressupõe-se que os indivíduos não se encontram isolados nesse universo social. Neste sentido, ao se falar de morador não se fala de uma categoria isolada. Por outro lado, enfatiza-se que a sociabilidade é construida neste processo de múltiplas inserções. A concepção de violência nesta medida é diferencialmente construida.

Embora a noção de violência vá ser buscada enquanto construção interna ao grupos, trabalha-se com algumas hipóteses, no sentido de compor um conceito de violência, a partir do qual se operacionaliza a pesquisa. Deste modo, supõe-se que violência está ligada a outras noções tais como: crime, impunidade, honra, justiça, força, dentre outras. Isto não impede que outras percepções de violência sejam construidas a partir de noções que não essas pressupostas. Estas diretrizes permitem uma primeira aproximação empirica, e fornecem elementos para a elaboração de um roteiro para as entrevistas.

Pretende-se identificar as diversas concepções de violência dadas pelas diferentes inserções dos indivíduos dentro dos diversos grupos, o que caracterizaria sua forma de inserção mais ampla no universo da favela.

4. OBJETO EMPÍRICO

Dado o carater exploratório da pesquisa justifica-se tentar contemplar diversas favelas, para se obter uma base de dados que permitiria identificar singularidades significativas de um contexto para outro. Toma-se como referencial empírico de análise duas favelas na zona norte da cidade, e duas na zona sul.

Esta escolha definiu-se ao redor do que se pode considerar um assunto delicado. Pesquisar significa envolver-se com o objeto que, neste caso, coloca o pesquisador num campo minado pelos embates entre polícia, bandidos, e a população residente. Em função disto a definição da área de investigação, e do objeto, deu-se a partir de debates com com pessoas envolvidas, de forma diferenciada, com este universo, que vêm a compor a equipe de pesquisa, definida ao longo desses debates.

Pretende-se obter, a partir das respresentações sociais sobre violência, dados originais, que possam servir de contraponto à visão corrente sobre o assunto, relativizando-a na medida em que se introduz novas versões, até então não legitimadas.

O objetivo complementar dessa investigação é introduzir, no debate público, um novo referencial que, mostre a violência sob nova ótica, permitindo redimensionar o papel e o lugar das populações faveladas nesse drama.

Para tanto pretende-se divulgar o produto da investigação, através de debates públicos, com a participação dos diversos agentes e instituições envolvidos com o problema. Espera-se com isto trazer elementos para o debate, mostrando a complexidade do tema, e seu conteudo ideológico. Já que se trabalha com a questão da violência como uma questão estrutural, não se imagina que através de tais procedimentos, chegue-se a uma chave para solução do problema.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.

A primeira etapa constitui uma revisão bibliográfica sobre o tema da violência, com ênfase especial nos estudos de caso feitos.

A segunda etapa, podendo se desenvolver concomitantemente à primeira, consistiria no treinamento da equipe da pesquisa, no sentido de capacitá-la para o trabalho de campo.

A terceira etapa tem como objetivo mapear o universo de investigação empírica, estabelecendo critérios que permitirão compor uma amostragem qualitativa.

a. Para tanto adota-se como estratégia de pesquisa predominante a observação participante, e o registro em diário de campo, além de entrevistas com roteiro fixo. Este caminho permite confrontar as representações fornecidas em situação formal (entrevista) com aquelas registradas informalmente, na convivência em campo.

b. Paralelamente pretende-se fazer um levantamento mais extensivo dentro dos grupos organizados, utilizando-se questionários, que permitam a caracterização socio-econômica das pessoas que compoem este universo. Pretende-se cobrir melhor as diversas categorias levantadas através das entrevistas qualitativas. Estima-se um tempo de quatro meses de trabalho de campo, composto de visitas diárias ao campo, inicialmente através dos informantes já contactados. Ao longo deste trabalho a equipe processará uma reflexão crítica sobre sua atuação em campo.

c. Complementarmente ainda pretende-se obter informações mais genéricas:

   1. Numero de moradores.
   2. Número de unidades residenciais.
   3. Número de grupos domésticos.
   4. Tipos de formatos associativos existentes (na localidade e fora).
   5. Membros destas associações.

6. PESSOAL ENVOLVIDO NO PROJETO

EQUIPE

Coordenação:

Consultoria:

Pesquisadores:

Estagiários:

7. ORÇAMENTO

Especificação	Valor OTNs
a. Material de escritório	30
b. Pessoal:	
Coordenação:	
Consultoria	
4 pesquisadores	
4 estagiários	130
Datilógrafa (400hs.)	
c. Outros Serviços:	20
Reprografia (5000 cópias xerox)	55
Passagens e deslocamentos	20
d. Despesas de pronto pagamento	
e. Material bibliográfico	80
f. Processamento de dados	
TOTAL	1.006

8. CRONOGRAMA

	1989 JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
REVISÃO BIBLIOGRAFICA	.....	.....										
TREINAMENTO EQUIPE												
PREPARAÇÃO DE CAMPO						.....						
APLICAÇÃO DE QUESTIONARIO						.....	.....	.....				
TRABALHO DE CAMPO												
REUNIÕES EQUIPE/CONSULTORIA	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
PROCESSAMENTO DADOS							.....					
REUNIÕES EQUIPE	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....		
DISCUSSÃO FINAL									x			
RELATÓRIOS				x	x		x			x		
EDIÇÃO/DIVULGAÇÃO RELATÓRIO FINAL										x		

CEDIM

BIBLIOGRAFIA

LEEDS A. e LEEDS E.:
1978 - "A sociologia do Brasil Urbano". Rio de Janeiro, Zahar.

OLIVEN Ruben George:
1978 - "Violência e cultura no Brasil". Petrópolis, Vozes.

SANTOS Boaventura de Souza:
1977 - "The law of the oppressed: the construction and reproduction of legality in Pasargada", in Law and Society Review, vol 12.

ZALUAR, Alba:
1985 - "A máquina e a revolta". S. Paulo, Brasiliense.

CEDIM

I. PRESSUPOSTOS PARA O DEBATE DA CRIAÇÃO DE UMA ENTIDADE NACIONAL

1. A ORIGEM NO ILUMINISMO

Os enunciados atuais sobre os direitos humanos tem sua origem nas formulações do racionalismo iluminista que — marcando a ascenção da burguesia como classe social — passou a igualar os individuos perante a lei, independente de sua classe social. Nesse contexto de ascenção da burguesia, a expressão fundadora do iluminismo no campo do direito, sem-dúvida, foi a obra "Dos delitos e das penas" do milanês Cesare Bonesana, o Marquês de Beccaria (1738-1794).

Cesare de Baccaria, inspirado no humanismo racionalista da filosofia francesa do século XVIII, insurgiu-se contra as injustiças e arbitrariedades dos processos criminais da época: "contra a tradição jurídica, invoca a razão e o sentimento; faz-se porta-voz dos protestos da consciência pública contra os julgamentos secretos, o juramento imposto aos acusados, a tortura, a confiscação, as penas infamantes, a desigualdade ante o castigo, a atrocidade dos suplícios; estabelece limites entre a justiça divina e a justiça humana, entre os pecados e os delitos; condena o direito de vingança e toma por base do direito de punir a utilidade social; declara a pena de morte inútil e reclama a proporcionalidade das penas aos delitos, assim como a separação do poder judiciário e do poder legislativo" (1).

A obra de Beccaria, "reagindo contra as distinções sociais exclusivamente baseadas nos privilégios de certas classes" traduz no campo do direito os fundamentos do liberalismo igualitário de Voltaire, Rousseau e Montesquieu (2). A obra de Beccaria é aqui referida não apenas por sua importância histórica. Mas principalmente por constituir, até hoje, fundamental referência teórica do humanismo liberal do direito e da justiça burguesa: direitos formalmente igualitários mas que não se realizam, de fato, para todos os cidadãos.

A radicalidade do pensamento burguês em ascenção no século XVIII, ecoa, ainda hoje, como um forte apêlo à razão. As formulações do liberalismo igualitário tem um sentido crítico que, em alguns aspectos, transcende as classes que o originaram. Como se pode perceber nessa formulação do próprio Beccaria: "sempre se verificará a multiplicação dos delitos à medida que aumentarem os motivos do seu cometimento"(3). Num contexto em que a maioria da população está submetida a condições vida que, objetivamente, impelem para a crminalidade, a discussão dos direitos humanos e do cidadão adquirem atualidade e prioridade.

A oportunidade histórica da obra de Beccaria, que antecipava as transformações "na ordem política e na administração do Estado", pode ser creditada à sua rebeldia "contra as distinções sociais exclusivamente baseadas nos privilégios de certas classes" (4). Hoje, num contexto em que os privilégios de certas classes ainda constituem entrave à distribuição da justiça e à realização dos direitos, a discussão dos direitos humanos e a luta política pelo

seu reconhecimento e realização não é menos importante do que a que começou a ser travada por Beccaria e seus contemporâneos.

2. A CONCEPÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS ATRAVÉS DA HISTÓRIA

Até chegarmos à obra de Beccaria, as concepções sobre os direitos do homem refletiram as condições históricas:

a) No Escravismo, os cidadãos eram divididos entre os homens e as "coisas", as "máquinas humanas". Os indivíduos eram diferenciados legalmente a partir das classes que integravam: os homens e a "rés", os homens que podiam ser proprietários de homens e os escravos.

b) No Feudalismo, homens não mais podiam ser proprietários de homens, mas os servos eram de tal forma atados à terra que encontravam-se inteiramente subjugados aos Senhores Feudais. Surgiram mediações do direito que não qualificavam os servos como proprietários dos Senhores Feudais, mas que amparavam relações de dominação quase tão bárbaras quanto o escravismo.

c) No Capitalismo, com a ascenção da burguesia como classe dominante, fundam-se as bases modernas da dominação de classe. Constroem-se paradigmas abstratos de cidadania, uma cidadania que é formalmente afirmada na legalidade, mas que se realiza apenas parcialmente.

3. AS DECLARAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos do Homem proclamada a 10 de dezembro de 1948 pela Assembléia das Nações Unidas é a síntese moderna do direito burguês. É a afirmação de um conjunto de princípios genéricos que não identificam as causas históricas que impedem que esses direitos sejam, objetivamente, negados às maiorias.

As formulações sobre os direitos genéricos do homem, entretanto, não se resumem a esse documento, explicitando-se também em diversas outras fontes, assumidas internacionalmente, e que especificam direitos políticos, econômicos, civis, culturais, das crianças, das mulheres, dos deficientes físicos, dos defificientes mentais, entre outros.

Os diversos documentos (declarações, pactos, tratados, etc.) constituem um útil referencial para compor um detalhado programa de defesa de defesa objetiva da pessoa humana. Na generalidade desses documentos e seus preincípios vagos e abstratos, pode-se extrair importantes referenciais para a luta política.

4. A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL, HOJE

A criação de um organismo nacional de defesa dos direitos humanos no Brasil, hoje, deve partir de duas premissas:

a) Os direitos humanos especificam-se no conjunto dos direitos de cidadania atribuídos a cada indivíduo e a defesa desses direitos não pode desconsiderar a realização efetiva da cidadania.

b) Entre os direitos a serem defendidos por uma entidade de defesa dos direitos humanos destacam-se aqueles que envolvem responsabilidade do Estado.

Essas duas premissas são a base das seguintes recomendações para a criação de um organismo nacional de defesa dos direitos humanos:

a) Os direitos humanos e o conjunto dos direitos e liberdades que compõe o conceito de cidadania tem, no Brasil, um sentido que suplanta suas possibilidades de realização, isto é, as formulações modernas sobre os direitos e liberdades dos indivíduos incluem possibilidades de avanço social que não se realizam "de fato" para a maioria da população. Um aspecto político decisivo da luta pela defesa dos direitos humanos e dos cidadãos, portanto, é a defesa desses direitos em conjunto com as condições sociais e econômicas para a sua realização objetiva.

b) A luta em defesa dos direitos humanos e dos cidadãos exige um completo esclarecimento da natureza desta cidadania à luz do ordenamento jurídico existente. O esclarecimento da população sobre seus direitos (até hoje conquistados), ainda que formais, é aspecto fundamental desta luta.

c) A luta em defesa dos direitos humanos e dos cidadãos envolve também a luta pela ampliação do conceito de cidadania vigente no atual ordenamento jurídico.

d) A luta em defesa dos direitos humanos, embora se expresse na defesa de todo e qualquer "direito de cidadania", deve concentrar-se naqueles direitos e liberdades fundamentais que envolvem responsabilidade do Estado.

e) A atuação política de um órgão nacional em defesa dos direitos humanos e do cidadão, porém, deve caracterizar-se pela amplitude da mobilização. Deve atingir "todos aqueles que, juristas ou não, têm a ver, pela sua profissão, pública ou privada, com os direitos e as liberdades fundamentais do Homem, e de cuja ação ou omissão pode desde logo brotar, mesmo involuntariamente, uma qualquer ofensa ou violação de qualquer desses direitos ou dessas liberdades garantidas" (5).

f) Em síntese, a maior atribuição de uma entidade nacional de defesa dos direitos humanos seria a de apanhar a melhor expressão do humanismo genérico que impregna as diversas declarações e tratados internacionais - bem como os princípios que integram o ordenamento jurídico do país - e traduzi-los num humanismo concreto. E inserir esse humanismo na luta política, transformando os princípios, postulados e mesmo dispositivos legais em instrumentos de

questionamento e crítica do ordem social vigente que impede sua efetiva realização.

g) Uma entidade desta natureza, por outro lado, não deve nem competir, nem superpor atividades, nem promover qualquer tipo de esvaziamento nas diversas entidades hoje existentes e que estão voltadas para a defesa, genérica ou específica, dos direitos humanos e dos cidadãos. A atuação dessa entidade deverá complementar - e até mesmo fortalecer - as entidades específicas. Essa entidade deverá buscar uma articulação na atuação das entidades específicas e o seu sucesso deverá resultar da competência política com que realizar essa missão

h) Uma das principais missões da entidade será, justamente, a formulação - através de aprofundados estudos e debates - do significado contemporâneo, na realidade concreta do Brasil, da luta pela defesa dos direitos humanos e do cidadão.

i) Outro desafio a ser enfrentado por essa entidade será a questão da segurança pública. No momento, o senso comum das massas não tem resposta coerente para o problema da insegurança pública e da violência criminal. O pensamento da direita, inclusive, atribui à impunidade dos criminosos e o aumento da violência criminal, em parte, à política de defesa dos direitos humanos que estaria "a serviço dos bandidos". A justificação da tortura, da vingança institucionalizada, do assassinato de suspeitos, têm hoje boa receptividade nas massas. Necessitamos recuperar, na atual conjuntura histórica, até mesmo certos valores do humsnismo racionalista de um Beccaria. Diante do avanço do irracionalismo do pensamento de direita, que seduz o senso comum, temos que lutar pela reconquista de um grande espaço na luta ideológica, para se ter sucesso na luta em defesa dos direitos humanos.

II. PROPOSTAS PARA A CRIAÇÃO DE UMA ENTIDADE NACIONAL

A criação de um órgão nacional de defesa dos direitos humanos, que pode ser expressa (em conteúdo, e não necessariamente com essa denominação) como um "Centro de Defesa dos Direitos Humanos e do Cidadão", detalha-se aqui com as seguintes propostas:

ÂMBITO NACIONAL

1) A entidade terá uma instância nacional dirigida por um Conselho integrado por representantes das instâncias regionais.

2) Essa instância nacional terá como finalidade:

a) Traçar a política nacional de atuação da entidade.

b) Manter um Banco de Dados (nos moldes dos mantidos pelo IBASE) sobre violação dos direitos humanos e do cidadão e da experiência, nacional e internacional, da luta em defesa desses direitos.

c) Editar publicações e relatórios sobre a situação dos direitos humanos no país e relatando a experiência da luta em defesa desses direitos.

d) Editar um manual - para distribuição publica - que exponha os direitos humanos e dos cidadãos e unifique nacionalmente a atuação da entidade.

e) Planejar a realização de cursos (metodologia e materiais) de formação de "defensores populares dos direitos humanos e do cidadão", que serão os responsáveis diretos pela implementação da política da entidade.

f) Implementação de grandes campanhas anuais (nos moldes das efetuadas pela SBPC) com temas ligados aos diretos humanos e do cidadão. Deverá ser buscado apoio dos meios de comunicação de massa, especialmente os veículos impressos (tal como estes apoiam campanhas como a do "Movimento em Defesa pela Livre Iniciativa).

g) Realização de eventos de caráter nacional (Congressos, Seminários, Simpósios, etc.) sobre o tema direitos humanos e do cidadão.

3. Uma tarefa urgente para a entidade será a deflagração de um debate nacional sobre a questão da segurança pública, baseado no enfoque de que "a garantia de segurança do cidadão é aspecto fundamental na luta em defesa dos direitos humanos". O enfoque preliminar para o delineamento desse debate, pode amparar-se nas seguintes condições:

a) Reconhecimento da importância da auto-organização da comunidade na busca da segurança pública.

b) Estímulo à criação de um movimento de organização de cidadãos em ruas, quarteirões, bairros ou distritos, para - em conjunto com as autoridades públicas - prover o policiamento e a guarda desses locais.

c) Avaliar possibilidade de ampliar esse conceito de segurança pública a outras atividades, tais como auto-organização popular e comunitária para serviços de socorro de emergência, combate a incêndios, primeiros socorros, etc., como forma de estimular a solidariedade popular.

d) Ter cuidado, na formulação desses projetos, com a possibilidade de aparelhamento desses núcleos de organização por determinados interesses políticos, o que se poderia conseguir, por exemplo, com a exigência de que todos os partidos políticos mantivessem representantes oficiais nesses núcleos.

ÂMBITO LOCAL OU REGIONAL

4) Criação de instâncias (sedes, sucursais, seccões ou algo do gênero) regionais ou locais da entidade, dirigidas por Conselhos integrados por todas as entidades envolvidas na defesa dos direitos humanos e do cidadão nesse âmbito.

5) Criação de um "Serviço de Defesa dos Direitos Humanos e do Cidadão", em âmbito local ou regional, que terá as seguintes finalidades e caracteristicas:

a) O Serviço manterá um plantão de 24 horas de equipe de "Defensores Populares dos Direitos Humanos e do Cidadão", treinadas para orientar e agir em defesa dos cidadãos.

b) O Serviço terá como meta consistir na "primeira e na última instsancia" a ser recorrida pelos cidadãos.

c) O Serviço atenderá chamadas (preferivelmente atraves de um número abreviado de 3 digitos) sobre todo e qualquer assunto de interesse do cidadão (como por exemplo: necessidade de informações sobre o funcionamento de órgãos públicos, violencia policial, reclamação de consumidores lesados, discriminação racial, mau atendimento em hospitais, etc.).

d) O atendimento será efetuado por pessoas qualificadas, devidamente treinadas para - "em primeira instância - orientar sobre que órgão recorrer e como efetuar o recurso a esse órgão. (Por exemplo, discriminação racial, encaminhamento a entidade de movimento negro ou a delegacia especializada; violência contra mulher, a grupo de mulheres ou à delegacia especializada; consumidores lesados, à SUNAB ou ao PRODECOM ou equivalente; e assim, por diante).

e) Esse tipo de atendimento deverá envolver um encaminhamento efetivo efetivo de cada caso recebido. Preferencialmente, o Serviço deverá contar com recursos técnicos (aparelho telefônico) que permita ao atendente ("Defensor Popular dos Direitos Humanos e do Cidadão), mantendo o reclamante na linha, pô-lo em contato direto com o órgão para o qual foi feito o encaminhamento, e assim testemunhando o início do atendimento.

f) Nessa encaminhamento inicial, o Serviço explicará ao cidadão reclamante quais os seus direitos que estão em jogo.

g) Esse modo de atuação deve garantir a articulação do Serviço — e da própria entidade — com as várias entidades atuantes em defesa do cidadão.

h) Como "última instância", o Serviço assumirá qualquer caso que — encaminhado a algum órgão ou entidade específica — não tenha sido convenientemente acompanhado ou reasolvido. Isto é, se os direitos do cidadão não forem defendidos pelas entidades que têm obrigação de fazê-lo (órgãos públicos) ou se dispõe a fazê-lo (entidades associativas ou políticas) o Serviço se encarregará de assumir o caso, denunciando se necessário a omissão ocorrida.

i) Para assumir esses casos, o Serviço recorrerá à sua equipe própria de "Defensores Populares dos Direitos Humanos e do Cidadão", que serão pessoas qualificadas para atender os casos recebidos de forma ampla ou de forma especializada em determinadas áreas.

j) O Serviço também poderá atuar recorrendo a serviços de órgãos públicos, como representantes do Ministério Público, advogados públicos, policiais, etc.

k) De qualquer modo, é interessante ressaltar que a intervenção direta do Serviço nos casos em que se envolver, será antes de tudo uma intervenção política.

l) O Serviço manterá articulações com a imprensa, procurando a cobertura jornalística adequada a cada caso em que intervir.

m) Todas as ocorrências levadas ao conhecimento do Serviço deverão ser registradas, assim como o acompanhamento e soluções dadas.

n) O Serviço montará um completo cadastro das pessoas e entidades que deverão ser procuradas para os casos encaminhados (dirigentes de órgãos públicos, de entidades políticas, jornalistas, advogados, médicos, etc.). Os contatos mantidos pela entidade, no encaminhamento de casos, resguardadas as necessidades formais, deverão explorar ao máximo a boa-vontade e o relacionamento pessoal dos seus membros. Isso será conseguido se a entidade tiver uma "ótima" imagem pública: todo esforço deverá ser feito para que a entidade não seja um organismo "estigmatizado" por nenhum setor. Isto é, a "nobreza" de suas funções deverá consistir em anteparo ideológico contra as resistências e os eventuais conflitos em que se posicione.

6) Manutenção e implementação de cursos de formação dos "Defensores Populares dos Direitos Humanos e do Cidadão" que serão credenciados para atuar em nome da entidade.

CEDIM

(1) BECCARIA, C. "Dos delitos e das penas". Rio de Janeiro, Edições de Ouro, s.d. p.6.

(2) MORAIS, Evaristo de. "Prefácio da tradução". In: BECCARIA, op.cit. p.9.

(3) MORAIS, op.cit. In: BECCARIA, op.cit. p.16.

(4) MORAIS, op.cit. In: BECCARIA, op.cit. p.9.

(5) CAMPINOS, Jorge. "Direito internacional dos direitos do homem". Coimbra, Coimbra Editora, 1984. p. 7.

1 9 9 0

CEDIM

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES

NOME	REGIONAL
ELIÉZIO MOURA DE SOUZA	NORTE I
ROSINEIDE CORDEIRO	NORTE I
SORAYA RACHID	NORTE I
ERON SOUZA COELHO	NORTE II
HUMBERTO CUNHA	NORTE II
JOSÉ H. BENATTI	NORTE II
ROSILENE D. MONTENEGRO	NORDESTE
ADALBERTO MENDES PINTO	NORDESTE
ALDENICE RODRIGUES	NORDESTE
FERNANDO G. RODRIGUES	LESTE I
MÁRCIA MIRANDA	LESTE I
ZAMARA ARAUJO	LESTE I
RAQUEL PIRES	LESTE I
GILSON CARDOSO	LESTE I
CLOTILDE LAMARA	SUL I
WILSON DOS SANTOS PEREIRA	SUL I
INÁCIO DA SILVA	SUL I
DERMI AZEVEDO	SUL I
MARIELLA TAMBURELLI	SUL I
MARIZA FORMOLO DALLA VECCHIA	SUL II
ANA BARÃO LUDWIG	SUL II
CARMELA PANINI	SUL II
ROQUE GRAZZIOTIN	SUL II
MARIANINHA PUHL	SUL II
PAULO RICHLI	SUL II
CARLOS ROBERTO VIEIRA	LESTE II
VALÉRIA GETÚLIO	C. OESTE
UBIRAJARA	C. OESTE
ROMOALDO DE SOUZA	C. OESTE
MARGARIDA GENEVOIS	SUL I
MADALENA ALVES	SUL I
IRA MARIA MACIEL	LESTE I
SANDRA TIBANA	C. OESTE
RAIMUNDA DO SOCORRO RODRIGUES	NORTE II
AZULEICKA S. RODRIGUES	LESTE I
EDUARDO LOUREIRO	NORDESTE
BRASÍLIO GUERRA	NORDESTE
CLEYDE CANUTO OLIVEIRA	CESE
LUIZ GONZAGA DANTAS	NORDESTE
ROBERTO VIANA	NORDESTE
CARLOS ROBERTO DA COSTA	NORTE I
LORENA ESCALONA	CEAAL-CHILE
AUGUSTINO PEDRO VEIT	SEC.EXCUTIVA
NEIDE APARECIDA DOS SANTOS	SEC.EXECUTIVA
VALÉRIA OLIVEIRA	SEC.EXECUTIVA
OSCAR GATICA	LESTE I

IV ENCONTRO

1986

CEDIM

22-26/1/86

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Documento Final

As entidades que no Brasil lutam pela defesa dos pobres, oprimidos, explorados e marginalizados estiveram reunidas em Olinda, de 22 a 26 de janeiro do corrente ano, no IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS.

Este Encontro teve a finalidade de avaliar a situação real dos Direitos Humanos no país hoje, compartilhar experiências e posicionar-se quanto a questões fundamentais do momento atual.

Noventa e uma (91) entidades aqui representadas que atuam na defesa do homem do campo e da cidade deram um relato impressionante e assustador sobre o aumento do índice de violência contra o trabalhador. No campo ela decorre dos constantes conflitos pela posse da terra que geram um rosário de assassinatos, destruição de roças, expulsão de famílias, perseguição a líderes sindicais com a impunidade protegida dos autores e mandantes. Na cidade a situação não é diferente e decorre principalmente do desemprego, do subemprego e da marginalização de milhões de pessoas, gerando a falta de moradia, a deteriorização das condições de vida, saúde, higiene, a falência dos serviços públicos e o aumento da violência policial contra a população marginalizada.

O quadro aqui descrito demonstra claramente que a violência está institucionalizada em nosso país, multiplicando e generalizando as situações de violação dos direitos humanos cujas responsabilidades recaem sobre os governos e o sistema. Nessa situação a vontade popular não é respeitada. Anseios fundamentais como a convocação imediata de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana é adulterada para uma Assembléia Congressual, limitada em seus poderes e competências. Identicamente, a Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores, necessidade histórica do homem do campo, foi reduzida a mero arremedo de reforma.

As condições são adversas mas importa lutar, aproveitando os espaços conquistados e os ampliando, pois urge que a vontade popular seja respeitada pelos governantes. Somente assim, serão asseguradas mudanças que vão alterar o quadro existente. Os direitos do povo não podem mais ser adiados.

Essa questão que desafia, hoje, todas as entidades que lutam pela prevalência dos direitos humanos: estimular a participação do povo nas organizações populares e sindicais para conquistar e fazer valer os seus direitos, lutando intransigentemente pela conquista de uma sociedade livre, justa

igualitária, enfim uma sociedade sem classes.

Conscientes de que os avanços e as vitórias conquistados até agora têm sido fruto da organização, coragem e combatividade do povo, e sentindo a necessidade de unidade nessa luta as entidades reunidas no IV ENCONTRO NACIONAL decidiram pela criação do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos - M.N.D.D.H.

O Movimento Nacional será pluralista, não governamental, supra-partidário, autônomo e se estruturá com o objetivo de elevar o nível de conscientização do povo com relação a seus direitos, abrindo espaço para o avanço das lutas populares na caminhada pela libertação.

O M.N.D.D.H. será articulado e representado por uma Comissão Nacional, composta por um membro efetivo e seu respectivo suplente de cada regional que forma o Movimento com sede inicialmente em Goiânia.

O IV ENCONTRO NACIONAL face às discussões encaminhadas nos grupos de trabalho, estabeleceu propostas de luta nas questões relativas à terra, ao trabalho e à violência, a destacar resumidamente:

TERRA

- Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores;
- Recuperação do sentido pleno da função social da propriedade e da posse;
- Reforma fundiária urbana;
- Ampliação do direito ao acesso à terra individual ou coletivamente, especialmente a improdutiva e a grilada;
- Limitação das grandes propriedades de estrangeiros e dos grandes projetos;
- Erradicação da especulação agrária;
- Criação da justiça agrária;
- Utilização das terras devolutas para interesse social;
- Demarcação imediata das terras indígenas.

TRABALHO

- Mudança das leis trabalhistas e criação do Código de Trabalho;
- Modificação da estrutura sindical, garantindo sua liberdade e autonomia;
- Estabelecimento do salário desemprego;
- Garantia de estabilidade no emprego;
- Direito irrestrito da greve;
- Garantia e ampliação do direito de assistência à maternidade e garantia e ampliação da proteção do trabalho do menor;
- Redução da jornada de trabalho;
- Mudança no sistema previdenciário separando a área de Saúde da Previdência Social.

VIOLENCIA

- Desenvolver campanhas contra a pena de morte e tortura, pelo respeito aos direitos dos presos e pela punição dos torturadores e mandantes;
- Desmilitarização das polícias estaduais;
- Extinção dos Tribunais Militares para julgamento de crimes comuns;
- Abolição das medidas de emergência;
- Extinção do instituto do Estado de Sítio e equivalentes;
- Direito de voto e sindicalização de cabos e soldados;
- Extinção do Conselho de Segurança Nacional;
- Fim das leis de exceção;
- Mudança na legislação relativa ao menor, garantia efetiva dos seus direitos e erradicação da violência contra ele;
- Revogação da lei Afonso Arinos e equiparação do direito de nacionalidade aos africanos;
- Luta pela eliminação das discriminações raciais, sexuais, religiosas e étnicas.

Para o M.N.D.D.H., a materialização destas propostas significa um passo decisivo na caminhada dos direitos fundamentais do homem e representa a reiteração do compromisso fundamental de SERVIR A VIDA.

CEDIM

IV ENCONTRO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

OLINDA - PE.

A manhã e tarde do 1º dia do Encontro foi destinada totalmente à discussão da questão da organização interna do movimento. Os participantes foram divididos em três mini-plenárias, que por sua vez sub-dividiram-se em grupos, para discutir o documento síntese elaborado pela Comissão de Apoio e que continha os principais pontos polêmicos relacionados com o tema.

O referido documento síntese e proposta de discussão foi o seguinte:

A Comissão de Apoio do IV Encontro Nacional de Entidades de Direitos Humanos, visando facilitar o encaminhamento da discussão sobre os Estatutos, e com base nas sugestões recebidas dos regionais, reunidos nos dias 20 e 21 de janeiro de 1986, em Olinda, destacou os seguintes pontos considerados polêmicos:

1) LEGALIZAÇÃO OU NÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS: deve-se entender por legalizar o movimento a aprovação dos Estatutos Sociais, pela Assembléia Nacional, e o registro dos mesmos em Cartório.

2) CARÁTER DA ENTIDADE:

a) seria constituída uma entidade nacional para apenas articular as demais entidades de direitos Humanos;

b) ou seria uma entidade nacional com poder de representação e articulação.

3) ÓRGÃOS EXECUTIVOS: consideram-se órgãos executivos: a Comissão Nacional, as Comissões Regionais e seus órgãos de apoio (secretarias):

a) SIN - Secretaria,

b) localização

4) INTER REGIONAL: entenda-se por inter-regional a assembléia de representantes dos regionais.

5) DISTINÇÃO ENTRE AS ENTIDADES FILIADAS E COLABORADORAS: entenda-se por entidades filiadas aquelas que tenham por principal objetivo a defesa e promoção dos direitos humanos, com aprovação das assembléias regionais; entenda-se por entidades colaboradoras todas aquelas que contribuam, de forma relevante, para o movimento;

a) direito a voto.

OBSERVAÇÃO: Os representantes do NI e NII esclareceram que seus Regionais não conseguiram se reunir para refletir e tirar posições a respeito dos Estatutos e da Carta de Princípios. Manifestaram-se em nome das entidades às quais pertencem.

CONSIDERAÇÕES:

Ponto 1. Quanto à questão da LEGALIZAÇÃO OU NÃO DO MOVIMENTO, surgiram duas propostas:

- os Regionais Leste II, Sul II, Sul I, Norte II e Nordeste manifestaram-se pela legalização;
- os Regionais Leste I e Centro Oeste manifestaram-se pela não legalização, sendo que o Centro Oeste está dividido, enquanto regional, em duas posições: uma pela legalização e outra pela articulação.

Ponto 2. Quanto ao CARÁTER DA ENTIDADE, foram feitas as seguintes propostas:

- os Regionais Leste II, Sul II e Sul I votaram pela representatividade;
- os demais Regionais se posicionaram no sentido de em caso de legalização, optaram pela representatividade.

Ponto 3. Órgãos Executivos:

a) SIN e secretarias

Quanto aos ÓRGÃOS DE APOIO À COMISSÃO NACIONAL surgiram as seguintes propostas:

- os Regionais Leste I, Leste II e Sul II propuseram que o SIN acumule funções de Secretaria Executiva da Comissão Nacional;
- O Regional Norte I não tem posição definida;
- o Regional Sul I se manifestou defendendo a criação de uma secretaria executiva, desvinculada do SIN;
- o Regional Norte II se manifestou defendendo que a Comissão Nacional poderia ter mais de uma secretaria, sendo que o SIN seria absorvido por uma delas;
- o Regional Nordeste se manifestou defendendo 2 posições:

a) o SIN deve acumular a função de secretaria executiva;

b) a Comissão Nacional contaria com mais de uma secretaria, o SIN seria a secretaria de intercâmbio Nacional e a secretaria executiva funcionaria na cidade onde vai ser sediado o próximo Encontro Nacional.

- o Regional Centro Oeste se manifestou defendendo, também, 2 posições:

a) o SIN acumularia as funções de secretaria executiva a qual ficariam subordinados 3 serviços:

a.1. o SIN
a.2. serviço de articulação e posicionamento
a.3. serviço de organização do próximo Encontro.

b) Localização da Comissão Nacional ou Coordenação Nacional:

Quanto a localização da Comissão Nacional surgiram as seguintes propostas:

- os Regionais Leste I e Leste II manifestaram-se por Petrópolis;
- o Regional Sul II se manifestou por S. Paulo ou Petrópolis;
- o Norte II se manifestou por um local no centro do país;
- o Norte I não manifestou posição definida;
- o Sul I se manifestou por São Paulo;
- o Centro Oeste e Nordeste manifestaram-se defendendo 2 posições:

a) em Petrópolis;
b) no Regional que vai sediar o próximo encontro.

c) Comissão ou Coordenação Nacional e sua composição:

Quanto à Comissão Nacional e sua composição, surgiram as seguintes propostas:

- os Regionais Sul II, Sul I e Norte II manifestaram-se por um representante por Regional;
- o norte I e Leste II manifestaram-se por um representante por Regional mais um do SIN;
- o Nordeste e Leste I, manifestaram-se por um representante por Regional, mais um do SIN ou por um representante de cada Regional mais um representante dos órgãos de apoio.

OBSERVAÇÃO:

a) os Regionais que manifestaram-se pela representatividade do SIN na Comissão Nacional, implicitamente defendem o seu direito de voto nas reuniões da Comissão Nacional;
b) os Regionais Leste II e Norte I não manifestaram posição definida a respeito do direito de voto do SIN na Com. Nacional.

Ponto 4. Inter-Regional:

Quanto a questão da Assembléia INTER REGIONAL surgiram as seguintes propostas:

- os Regionais Leste I, Centro Oeste, Leste II, Sul II e Nordeste manifestaram-se pela manutenção da Assembléia Inter-regional;
- o regional Sul I manifestou pela sua extinsão;
- o Norte I e Norte II não têm posição definida a respeito.

Ponto 5. DISTINÇÃO ENTRE AS ENTIDADES ASSOCIADAS OU FILIADAS E COLABORADORAS

- os Regionais Leste I, Norte II não tem posição definida;
- o Sul II, Leste II, Centro oeste e Nordeste manifestaram-se pela proposta inicial de Estatutos, apresentada pelo Nordeste (Capítulo II - "Das Entidades Associadas");

OBSERVAÇÃO:

a) o Regional Centro Oeste e Nordeste defendem o direito de voz e voto, que seria exercido na Assembléia Nacional, para cinco organizações, de caráter nacional, que têm acompanhado a caminhada dos direitos humanos desde seu início. São elas: CIMI CPT, MORHAN, GRUPO CONSCIÊNCIA NEGRA e MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS FAVELADOS;

b) o Regional Sul I manifestou-se de acordo com sua proposta de emenda aos estatutos, ou seja, de que as entidades colaboradoras não terão direito a voto.

AS ATIVIDADES DO 2º DIA DE ENCONTRO: VOTAÇÃO

RELATÓRIO DA PLENÁRIA GERAL DO DIA 24 DE JANEIRO DE 1986

Ás 9:45, fez-se a composição da Mesa com os mesários: Isa, Vieira e Carlos; secretários: Gilson e Dulce; assessores Luis Alberto Gomes.

Exposição de Luis Alberto:

1. Explica o funcionamento da plenária e análise das mini-plenárias.

. Salienta as distorções e confusões nas plenárias (excesso de questões de ordem, questionamentos...)

. Aponta como positivo se usar como argumentação ou fundamentação a prática e as lutas do movimento no dia-a-dia.

. Não se pode abstrair as discussões, burocratizá-las, apegando-se a norma teóricas e dogmáticas.

. É preciso resgatar a caminhada do Movimento nacional de Defesa dos Direitos Humanos.

. Aponta a alteração da pauta e o ponto norteador deve ser o serviço não mais um forum de poder, portanto sermos honestos, claros, concisos, jogo limpo, cartas na mesa.

Em seguida foi feita a apresentação da pauta:

. criação da entidade
. caráter
. nome
. formas de estruturação
  - comissão (órgãos que a compoẽm)
  - localização

- mini-regionais
- filiação
. legalização

OBSERVAÇÃO: escolhido três (3) escrutinadores: Beto, Gilcéria e Guilherme e mais três (3) colaboradores, sendo a plenária geral dividida em três (3) blocos, para facilitar a contagem dos votos. Sondagem dos delegados presentes com direito a voto - 152 (cento e cinquenta e dois) delegados.

CRIAÇÃO DA ENTIDADE NACIONAL

Nas mini-plenárias, ficou evidente o consenso a respeito da necessidade de criação de uma entidade nacional. Essa aspiração esteve presente durante todas as discussões realizadas no dia anterior.

VOTAÇÃO:

Primeira proposta:

favoráveis à criação da entidade 144

Segunda proposta:

contrários à criação da entidade.....01
abstenções 05
Total dos votos 150

RESULTADO: APROVADA A CRIAÇÃO DE UMA ENTIDADE NACIONAL.

CARÁTER DA ENTIDADE

Nas mini-plenárias não houve divergências quanto ao caráter de ARTICULAÇÃO da entidade. Entretanto apareceram propostas divergentes que dão a essa entidade:

a) um caráter exclusivo de articulação;

b) um caráter de articulação e representação plena;

c) um caráter de articulação e representação limitada.

Fundamentação:

Caráter exclusivo de articulação - Argumentou-se que esse caráter exclusivo facilitaria a relação entre os grupos de Direitos Humanos, pois não necessitariam estar estaturizados. Que visa a busca de uma unidade nacional, através de maior contato entre as comissões e reestruturação das regionais.

Caráter de articulação e representação plena -Argumentou-se que a entidade nacional deve transceder o caráter de articulação. Deve ter caráter de representação plena, o que implica num posicionamento sempre que ocorrer violação de Direitos Humanos, não necessitando recorrer a consultas aos regionais e entidades de base para essas manifestações.

Caráter de articulação e representação limitada- O caráter fundamental da entidade é de articulação, mas é necessário que assuma o caráter de representação no tocante a problemas específicos, decorrentes de violações de Direitos Humanos; é necessário que tenha voz a nível nacional em certos momentos. Deve-se adotar alguns critérios para essa representação: CONSULTAS AOS REGIONAIS.

OBSERVAÇÃO: a tendência das mini-plenárias foi de que a entidade não tenha apenas caráter de articulação, mas que assuma a função de representação, ainda que limitada.

A ARTICULAÇÃO É CONSENSUAL EM TODOS OS GRUPOS.

Preliminar: tem representação ou não?

VOTAÇÃO:

Primeira proposta:

a favor da representação.....124

Segunda proposta:

contra a representação.....19
abstenções 05
Total de votos 148

RESULTADO: APROVADO O CARÁTER DA REPRESENTAÇÃO

TIPO DE REPRESENTAÇÃO - PLENA OU LIMITADA

Proposta de afunilamento:

A entidade nacional representará e se manifestará sempre que ocorram graves violações de direitos humanos, no entanto em casos normais e em outras manifestações, que não sejam decorrentes de violações flagrantes, só agirá depois de consultar os regionais, suas bases.

VOTAÇÃO:

a favor do afunilamento..... 72
contrários 66
abstenções..... 14
Total de votos 152

RESULTADO: APROVADA A PROPOSTA DE AFUNILAMENTO DA REPRESENTAÇÃO LIMITADA.

NOME DA ENTIDADE NACIONAL

Foram apresentados dois nome:

a) Comissão Nacional de Direitos Humanos

b) Coordenação Nacional de Entidades de Direitos Humanos.

Fundamentação:

a) trata-se de terminologia usada para comissões de base e reflete coletivo de grupos. Opõe-se ao nome de Coordenação porque este implica em delegar mais um poder à entidade nacional, além dos de articulação e representação.

Primeira proposta: COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
Segunda proposta: COORDENAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES DE DIREITOS HUMANOS
Terceira proposta: COMISSÃO NACIONAL DE ENTIDADES DE DIREITOS HUMANOS
Quarta proposta: MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
Quinta proposta: CONSELHO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

OBSERVAÇÃO:

Foi retirada a proposta número 5 (cinco) em virtude do nome da entidade governamental ligada ao Ministério da Justiça ser muito semelhante.

VOTAÇÃO:

Primeira proposta: COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS..... 02
Segunda proposta : COORDENAÇÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS.....41
Terceira proposta: COMISSÃO NACIONAL DAS ENTIDADES DE DIREITOS HUMANOS.....20
Quarta proposta : MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.....74

Total de votos 137

Nome da entidade - MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.

FORMA DE ESTRUTURAÇÃO

APRESENTAÇÃO:

a) COMISSÃO NACIONAL
Secretaria (SIN)

b) COMISSÃO NACIONAL
Secretaria
SIN (Serviço)

c) COMISSÃO NACIONAL
SIN (Serviço)

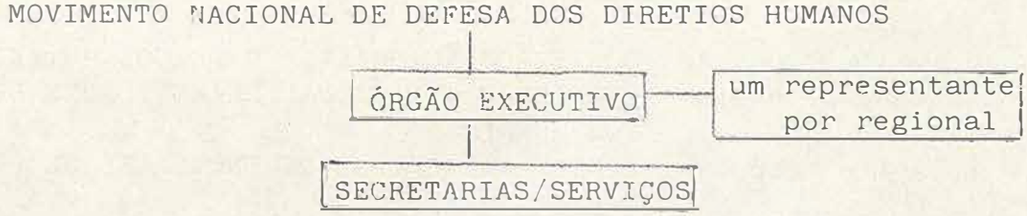
a) SIN como secretaria executiva;

b) SIN como um dos serviços da secretaria;

c) SIN como um serviço subordinado à Comissão Nacional.

OBSERVAÇÃO:

A tendência é considerar que o SIN não deve ser entidade autônoma, mas um serviço à disposição da Comissão Nacional.



5.1. CRIAÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO

VOTAÇÃO: Aprovada por contraste visual a criação de um órgão executivo.

5.2. NOME DO ÓRGÃO EXECUTIVO

Primeira proposta: COMISSÃO NACIONAL
Segunda proposta : COORDENAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
Terceira proposta: SECRETARIADO DO MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
Quarta proposta: COMISSÃO NACIONAL DO MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.

OBSERVAÇÃO:

Foram retiradas as propostas segunda e quarta.

VOTAÇÃO:

Primeira proposta: COMISSÃO NACIONAL.....87
Terceira proposta: SECRETARIADO DO MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.....49
Abstenções..... 4
Total de votos 146

RESULTADO:

Nome do Órgão executivo: COMISSÃO NACIONAL

5.3. COMPOSIÇÃO

Proposta: um (01) representante por Regional e o adendo de um (01) suplente por Regional.

VOTAÇÃO:

RESULTADO: Aprovação consensual da proposta

5.4. ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO

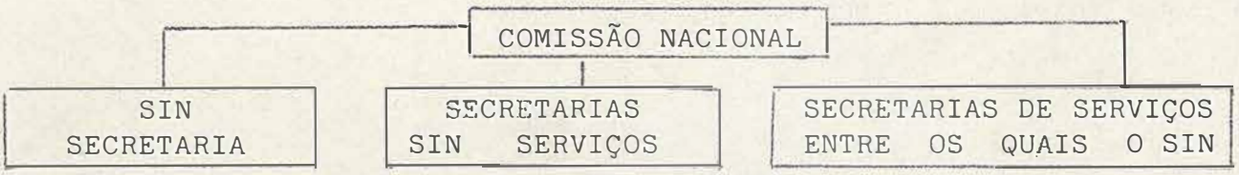
Primeira proposta: discutir agora
Segunda proposta : discutir após a questão da legalização.

VOTAÇÃO: por contraste visual

RESULTADO: DISCUTIR APÓS A QUESTÃO DA LEGALIZAÇÃO

5.5. ÓRGÃOS DE SERVIÇOS

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS



Primeira proposta: SIN
Segunda proposta : SECRETARIA e o SIN COMO SERVIÇO SUBORDINADO
Terceira proposta: SECRETARIAS DE SERVIÇO ENTRE AS QUAIS O SIN

VOTAÇÃO:

Primeira proposta: SIN - SECRETARIA..... 0
Segunda proposta : SIN SUBORDINADO À SECRETARIA..... 10
Terceira proposta: SECRETARIAS DE SERVIÇO ENTRE AS QUAIS O SIN .....Resultado majoritário

RESULTADO:
VENCEDORA A PROPOSTA: SECRETARIA DE SERVIÇO ENTRE AS QUAIS O SIN.

INTER-REGIONAL

Houve duas posições:

a) devem-se manter, com mudanças

b) eliminar

Fundamentação:

a) Inter-regional é necessária porque as assembléias nacionais se realizam com um intervalo de tempo muito grande. É necessário que se preencha esse espaço a nível de avaliação, encaminhamento e preparação da Assembléia Nacional.
A permanência da inter-regional pressupõe que haja mudanças.

b) deve-se eliminar porque a realização de vários encontros implica necessariamente em gastos vultosos, que oneram o movimento e prejudicam a caminhada. Com a existência da Comissão Nacional, são desnecessárias as inter-regionais.

VOTAÇÃO:

Primeira proposta: MANTER COM MUDANÇAS	83
Segunda proposta : ELIMINAR	60
Abstenções	11
Total de Votos	154

6.1. CARÁTER DO ENCONTRO INTER-REGIONAL

VOTAÇÃO:

Inter-regional com caráter consultivo	96
Inter-regional sem caráter deliberativo	02
Inter-regional com caráter deliberativo	07
Total de votos	105

RESULTADO:
O INTER-REGIONAL TERÁ CARÁTER CONSULTIVO

7 - FILIAÇÃO

Não houve discussão em todas as plenárias sobre os critérios de filiação e de admissão de colaboradores. A tendência é que as entidades colaboradoras tenham somente direito à voz.

Em uma das plenárias, foi votado que o critério de ingresso das entidades colaboradoras seria o seguinte: uma entidade nacional tem de ser aprovada pelo Encontro Nacional; se a entidade é de caráter regional, deverá ser aprovada pelos regionais.

VOTAÇÃO:

Primeira proposta:	Colaboradoras com direito a voz filiadas c/ direito a voz e voto...	99
Segunda proposta:	Não existe distinção entre as entidades. Todas as entidades fazem parte do Movimento	41
Abstenções.....		06
Total de votos.....		146

Para esclarecer a distinção entre filiadas e colaboradoras o assessor Luis Alberto fez a seguinte colocação:

"Os organismos regionais e municipais são os encontros regionais, e pensando no passado, foi isso o que aconteceu. Os encontros regionais absorveram todos esses movimentos regionais que são movimentos fundadores. No caso dos movimentos nacionais, seria essa assembléia, a Assembléia Nacional, a que tem atribuições de fazer a distinção entre colaboradoras e filiadas. Então, insisto sobre isto, nós apenas votamos, e foi uma votação muito esmagadora, que não é o caso de voltar sobre elas.

Nós votamos que há dois tipos: filiadas e colaboradoras. Na caminhada nós já temos todos esses grupos e movimentos que fundaram esse Movimento (MNDDH). Daqui por diante, os movimentos novos que vão querer participar, eles vão entrar via Regional, e o Regional irá discutir sobre o caráter da prática, se els têm uma prática que lhes permite ser avaliados como filiados ou colaboradores.

No caso de ser nacional, aí não compete ao Regional mas ao Nacional.

Além disso tem outro ponto que deve ser levado em conta: que isto não é estático. Pode ser que uma entidade de um Regional decida ser filiada e pela sua prática ela vai provar que realmente está comprometida. Se for colaboradora, ela passará para filiada. Há toda uma dinâmica aqui.

Resumindo: nós votamos coisa muito simples que eu acho que não exclui ninguém, apenas aprovamos que há categorias: a categoria de filiada e a de colaboradora. A colaboradora não tem direito a voto. Foi só isso que votamos. Eu acho que está claro e que não há confusão".

8- LOCALIZAÇÃO

Foram as seguintes locais apontados; estão colocados seguindo a ordem de preferência na votação:

- Goiânia
- Local central
- Petrópolis
- Nordeste

OBSERVAÇÃO:

1) Houve discussão se a sede será móvel, ou fixa.

2) A composição da Comissão Nacional e o local onde se sediaria a secretaria (fixa ou móvel) foram levantados, mas não discutidos em todas as mini-plenárias.

8.1. SEDE

Primeira proposta: TER SEDE
Segunda proposta : NÃO TER SEDE
RESULTADO: O MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS POSSUIRÁ UMA SEDE.

A votação foi feita por contraste visual.

8.2. SEDE FIXA OU MÓVEL

Primeira proposta: TER SEDE FIXA 39
Segunda proposta : TER SEDE MÓVEL (2 em 2 anos) 97
Abstenções 02
Total de votos 138

8.3. LOCAL DA SEDE MÓVEL

PROPOSTAS: GOIÂNIA 80
PETRÓPOLIS 02
NORDESTE 00
LOCAL CENTRAL 00
LOCAL PRÓXIMO ENCONTRO.....73
Total de votos 155

RESULTADO: GOIÂNIA É A PRIMEIRA SEDE MÓVEL DO MOVIMENTO

OBSERVAÇÃO:

Na plenária da noite iniciada às 20:30 hs., a mesa foi substituída ficando assim composta: Maneto, Marga, Gilson, Liliam

9- LEGALIZAÇÃO

Houve duas propostas: a) legalizar
b) não legalizar.

Fundamentação:

a) Argumentou-se em favor do item a que o momento político exige a estruturação legal da entidade.Que há necessidade imperiosa de legalização da Comissão Nacional, visando a institucionalizar a prática concreta das comissões a nível nacional. Essa legalização tem por objetivo organizar e respaldar todos os trabalhos levados a nível nacional. Deve-se legalizar para que o movimento tenha personalidade jurídica e tenha as regras do jogo estabelecidas, sem perda de autonomia.

b) A favor da hipótese b, alegaram os riscos de burocratização e centralização do movimento que a legalização do movimento acarretaria. Houve preocupação em analisar a legitimidade da representação da Comissão Nacional. Considerou-se que a legalização seria uma amarra e que, na atual conjuntura, cercearia a participação de outras entidades, como a Comissão Justiça e Paz. A hipótese completou no entanto, a necessidade de estabelcer normas internas para a Comissão Nacional.

VOTAÇÃO:

Primeira proposta: PELA LEGALIZAÇÃO 26
Segunda proposta : PELA NÃO LEGALIZAÇÃO 99
Abstenções 07
Total de votos 132

RESULTADO: APROVADA A NÃO LEGALIZAÇÃO

10- CARTA DE PRINCÍPIOS

Seguiu-se a leitura da minuta da CARTA DE PRINCÍPIOS Sobre ela manifestaram-se 14 companheiros, que sugeriram várias modificações.

Foi sugerido por alguns companheiros que os relatores da Carta reunissem com os relatores das mini-plenárias e redigissem uma nova carta.

DECISÃO PAROVADA POR UNANIMIDADE PELA PLENÁRIA.

Gr. 2
R marechal Deodoro
nº 209. Sindicato dos
Jeitos disse enfrente ao
forum

PROPOSTA DE PAUTA

Sábado - 14 de novembro

8:30 hs: Apresentação individual/aprovação de pauta/coordenação e demais serviços do encontro.

10: hs: Apresentação do tema VIOLÊNCIA para introduzir o trabalho dos grupos/ divisão dos grupos/cafezinho.

10:30hs: Trabalho em grupos/almoço e tempo livre.

14: hs: Plenário/cafezinho.

15: hs: Exposição Analítica sobre a Violência.

PARTICIPAÇÃO:

Hélio Pellegrino (psicanalista, escritor)

Marcos Bretas (pesquisador - casa Rui Barbosa)

Gilson Cardoso e Itamar Silva (Diretores da Associação de Moradores do Morro Santa Marta)

19:30hs: Projeção de vídeos sobre a Violência no Morro Santa Marta (urbana) e no Araguaia (rural) seguida de debate.

Domingo - 15 de novembro

8: hs: Introdução para os trabalhos dos grupos sobre as questões:

a) Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos: avaliação do Movimento/ da Comissão Nacional/ do SIN/ dos memorandos; legalização do Movimento Nacional, benefícios e consequências negativas; secretaria executiva, necessidade/ viabilidade/ competência/ local; e outros.

b) Regional Leste 1: organização interna; aperfeiçoamento da articulação interna e do apoio mútuo nas lutas; agenda para 88; escolha do representante para a Comissão Nacional; escolha da coordenação do regional e da secretaria; e outros.

9: hs: Trabalho em grupos/cafezinho.

10: hs: Plenário/ debate/ aprovação das questões/ almoço/ continuação da plenária/ avaliação do encontro e outros informes.

IV ENCONTRO NACIONAL do MNDDH

Olinda, 22-26 de janeiro de 1986.

CEDIM

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

- RELATÓRIO GERAL -

Abril/86

CEDIM

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Documento Final

As entidades que no Brasil lutam pela defesa dos pobres, oprimidos, explorados e marginalizados estiveram reunidas em Olinda, de 22 a 26 de janeiro do corrente ano, no IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS.

Este Encontro teve a finalidade de avaliar a situação real dos Direitos Humanos no país hoje, compartilhar experiências e posicionar-se quanto a questões fundamentais do momento atual.

Participaram no IV Encontro 182 delegados, representando 97 comissões, centros e outros organismos de Direitos Humanos, além de 67 comunidades.

Noventa e sete (97) entidades aqui representadas que atuam na defesa do homem do campo e da cidade deram um relato impressionante e assustador sobre o aumento do índice de violência contra o trabalhador. No campo ela decorre dos constantes conflitos pela posse da terra que geram um rosário de assassinatos, destruição de roças, expulsão de famílias, perseguição a líderes sindicais com a impunidade protegida dos autores e mandantes. Na cidade a situação não é diferente e decorre principalmente do desemprego, do subemprego e da marginalização de milhões de pessoas, gerando a falta de moradia, a deteriorização das condições de vida, saúde, higiene, a falência dos serviços públicos e o aumento da violência policial contra a população marginalizada.

O quadro aqui descrito demonstra claramente que a violência está institucionalizada em nosso país, multiplicando e generalizando as situações de violação dos direitos humanos cujas responsabilidades recaem sobre os governos e o sistema. Nessa situação a vontade popular não é respeitada. Anseios fundamentais como a convocação imediata de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana é adulterada para uma Assembléia Congressual, limitada em seus poderes e competências. Identicamente, a Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores, necessidade histórica do homem do campo, foi reduzida a mero arremedo de reforma.

As condições são adversas mas importa lutar, aproveitando os espaços conquistados e os ampliando, pois urge que a vontade popular seja respeitada pelos governantes. Somente assim, serão asseguradas mudanças que vão alterar o quadro existente. Os

direitos do povo não podem mais ser adiados.

Essa questão que desafia, hoje, todas as entidades que lutam pela prevalência dos direitos humanos: estimular a participação do povo nas organizações populares e sindicais para conquistar e fazer valer os seus direitos, lutando intransigentemente pela conquista de uma sociedade livre, justa, igualitária, em fim uma sociedade sem classes.

Conscientes de que os avanços e as vitórias conquistados até agora têm sido fruto da organização, coragem e combatividade do povo, e sentindo a necessidade de unidade nessa luta, as entidades reunidas no IV ENCONTRO NACIONAL decidiram pela criação do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos - M.N.D.D.H.

O Movimento Nacional será pluralista, não governamental, supra-partidário, autônomo e se estruturará com o objetivo de elevar o nível de conscientização do povo com relação a seus direitos, abrindo espaço para o avanço das lutas populares na caminhada pela libertação.

O M.N.D.D.H. será articulado e representado por uma Comissão Nacional, composta por um membro efetivo e seu respectivo suplente de cada regional que forma o Movimento com sede inicialmente em Goiânia.

O IV ENCONTRO NACIONAL face às discussões encaminhadas nos grupos de trabalho, estabeleceu propostas de luta nas questões relativas à terra, ao trabalho e à violência, a destacar resumidamente:

TERRA

. Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores;

. Recuperação do sentido pleno da função social da propriedade e da posse;

. Reforma fundiária urbana;

. Ampliação do direito ao acesso à terra individual e a coletivamente, especialmente a improdutiva e a grilada;

. Limitação das grandes propriedades de estrangeiros e dos grandes projetos;

. Erradicação da especulação agrária;

. Criação da justiça agrária;

. Utilização das terras devolutas para interesse social;

. Demarcação imediata das terras indígenas.

TRABALHO

. Mudança das leis trabalhistas e criação do Código de Trabalho;

. Modificação da estrutura sindical, garantindo sua liberdade e autonomia;

. Estabelecimento do salário desemprego;

. Garantia de estabilidade no empreço;

. Direito irrestrito da greve;

. Garantia e ampliação do direito de assistência à maternidade e garantia e ampliação da proteção do trabalho do menor;

. Redução da jornada de trabalho;

. Mudança no sistema previdenciário separando a área de Saúde da Previdência Social.

VIOLÊNCIA

. Desenvolver campanhas contra a pena de morte e tortura, pelo respeito aos direitos dos presos e pela punição dos torturadores e mandantes;

. Desmilitização das polícias estaduais;

. Extinção dos Tribunais Militares para julgamento de crimes comuns;

. Abolição das medidas de emergência;

. Extinção do Instituto do Estado de Sítio e equivalentes;

. Direito de voto e sindicalização de cabos e soldados;

. Extinção do Conselho de Segurança Nacional;

. Fim das leis de exceção;

. Mudança na legislação relativa ao menor, garantia efetiva dos seus direitos e erradicação da violência contra eles;

. Revogação da lei Afonso Arinos e equiparação do direito de nacionalidade aos africanos;

. Luta pela eliminação das discriminações raciais, sexuais, religiosas e étnicas.

CEDIM

Para o M.N.D.D.H., a materialização destas propostas significa um passo decisivo na caminhada dos direitos fundamentais do homem e representa a reiteração do compromisso fundamental de SERVIR A VIDA.

CEDIM

A ABERTURA DO IV ENCONTRO

— Um texto relatando a solenidade de abertuda do Encontro, com uma síntese das colocações de D. Helder, Rev. Helmut Borges e Rev. Mozart Noronha, deverá ser acrescida ao presente relatório pela equipe do SIN.

CEDIN

A COMISSÃO DE APOIO AO IV ENCONTRO

Por decisão do II ENCONTRO INTER-REGIONAL DE DIREITOS HUMANOS realizado em Goiânia-Goiás, durante os dias 24 a 27 de fevereiro de 1985, foi criada uma Comissão de Apoio ao IV Encontro Nacional com o objetivo de orientar o processo de organização do evento. A Comissão de Apoio foi composta, formalmente, por um representante de cada regional, um representante da equipe de trabalho do SIN e um representante da equipe da Secretaria do Encontro.

A Comissão de Apoio ao IV Encontro reuniu-se pela 1ª vez em agosto de 1985 na Cidade de Petrópolis-RJ, e procurou dar encaminhamento às decisões do Encontro Inter-regional no sentido de viabilizar no IV Encontro a discussão e aprovação da criação de um organismo de articulação de caráter nacional. Nesta reunião entre outras importantes decisões destaca-se a aprovação de uma pauta preliminar para o Encontro, que definia os dois temas centrais: A Constituinte e a Organização Nacional do Movimento. Quanto ao encaminhamento da discussão sobre a criação de um organismo de caráter nacional ficou decidido que a Secretaria do Encontro deveria redigir uma proposta inicial de Estatutos e Carta de Princípios para provocar a reflexão e discussão dos grupos e, neste sentido, a Comissão de Apoio aprovou um esboço de estatutos, contendo os principais elementos que deveriam estar presentes no documento da secretaria.

A Comissão de Apoio voltou a reunir-se dois dias antes da abertura do IV Encontro Nacional, em Olinda, assumindo a partir de então a condução dos trabalhos. O Assessor do Encontro, Luiz Alberto Gomes de Souza, acompanhou também os trabalhos da Comissão. O principal trabalho realizado foi a elaboração de uma síntese com os principais pontos polêmicos que superassem a discussão técnica dos Estatutos e viabilizasse a discussão substantiva quanto a criação de um organismo nacional de Direitos Humanos. A Comissão de Apoio participou de todos os passos do IV Encontro, promovendo incontáveis reuniões de avaliação e encaminhamento, podendo a ela ser creditada uma parte da responsabilidade pelo sucesso e pelas dificuldades e erros do IV Encontro. Ao término do Encontro a Comissão de Apoio foi dissolvida, com a instalação da Comissão Nacional do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos.

Além da Comissão de Apoio duas outras comissões contribuiram para a realização do IV Encontro: A Comissão Executiva do Regional Nordeste, que participou do processo de preparação na qualidade de organismo representativo do Regional responsável pelo Encontro e a Comissão local, composta pelo CDDH da CNBB-NE 2, CJP da

Arquidiocese de Olinda e Recife e o GAJOP, que respondeu pela secretaria do Encontro.

A programação geral do IV Encontro foi a seguinte:

PROGRAMA DO IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

SEGUNDA-FEIRA - 20/01/86

15: 00 horas - reunião da Comissão de Apoio.

TERÇA-FEIRA - 21/01/86

9:00 horas - reunião da Comissão de Apoio.

13:00 horas - almoço.

15:00 horas - continuação da reunião da Comissão de Apoio.

QUARTA-FEIRA - 22/01/86

14:00 horas - reunião entre mesários e Comissão de Apoio.

19:00 horas - composição da mesa
- saudação do Regional Nordeste aos participantes (D. Helder)
- apresentação de cada regional
- apresentação da equipe de trabalho do SIN
- explicação acerca da organização e dinâmica do Encontro.

QUINTA-FEIRA - 23/01/86

7:00 horas - café da manhã.

8:00 horas - discussão acerca da proposta de estatutos em três plenárias.

12:00 horas - intervalo para o almoço.

14:00 Horas - discussão acerca da proposta de carta de princípios em três plenárias.

18:00 horas - jantar.

20:00 horas - "debatendo nossa prática": reunião dos grupos de comum interesse.

- reunião entre mesários e comissão organizadora para discussão e avaliação do 1º dia do Encontro.

- reunião dos relatores para produção de texto e preparação da plenária geral.

SEXTA-FEIRA - 24/01/86

7:00 horas - café da manhã.

8:00 horas - reunião plenária geral para aprovação de estatutos e carta de princípios.

12:00 horas - intervalo para o almoço.

14:00 horas - ato político de auto-convocação da Assembléia de Direitos Humanos.

14:30 horas - formação das plenárias para discussão do tema "violência, Terra, Trabalho na Constituinte".

18:00 horas - jantar.

20:00 horas - teatro popular (tema: Constituinte)

- debate.

SÁBADO - 25/01/86

7:00 horas - café da manhã.

8:00 horas - continuação de debate da tarde anterior.

12:00 horas - intervalo para almoço.

14:00 horas - reunião plenária geral para aprovação das deliberações sobre o tema discutido.

17:00 horas - plenária de encerramento do Encontro.

18:00 horas - jantar.

20:00 horas - apresentação da TV VIVA.

DOMINGO - 26/01/86

7:00 horas - café da manhã.

8:00 horas - livre - passio turístico a pé (opcional).

13:00 horas - almoço.

16:00 horas - congraçamento entre os participantes (festa popular).

SEGUNDA-FEIRA - 27/01/86

9:00 horas - reunião da Comissão Nacional provisória.

TERÇA-FEIRA - 28/01/86

8:00 horas - reunião da Comissão Executiva do Nordeste.

AS ATIVIDADES DO 1º DIA DE ENCONTRO: DISCUSSÃO

A manhã e tarde do 1º dia do Encontro foi destinada totalmente à discussão da questão da organização interna do movimento. Os participantes foram divididos em três mini-plenárias, que por sua vez sub-dividiram-se em grupos, para discutir o documento síntese elaborado pela Comissão de Apoio e que continha os principais pontos polêmicos relacionados com o tema.

O referido documento síntese e proposta de discussão foi o seguinte:

A Comissão de Apoio do IV Encontro Nacional de Entidades de Direitos Humanos, visando facilitar o encaminhamento da discussão sobre os Estatutos, e com base nas sugestões recebidas dos Regionais, reunidos nos dias 20 e 21 de janeiro de 1986, em Olinda, destacou os seguintes pontos considerados polêmicos:

1. **LEGALIZAÇÃO OU NÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS:** deve-se entender por legalizar o movimento a aprovação dos Estatutos Sociais, pela Assembléia Nacional, e o registro dos mesmos em Cartório.

2. CARÁTER DA ENTIDADE:

   a) seria constituída uma entidade nacional para apenas articular as demais entidades de direitos humanos;

   b) ou seria uma entidade nacional com poder de representação e articulação.

3. **ÓRGÃOS EXECUTIVOS:** Consideram-se órgãos executivos: a Comissão Nacional, as Comissões Regionais e seus órgãos de apoio (secretarias):

   a) SIN - Secretaria,

   b) localização

4. **INTER-REGIONAL:** entenda-se por inter-regional a assembléia de representantes dos regionais.

5. **DISTINÇÃO ENTRE AS ENTIDADES FILIADAS E COLABORADORAS:** entenda-se por entidades filiadas aquelas que tenham por principal objetivo a defesa e promoção dos direitos humanos, com aprovação das assembléias regionais; entenda-se por entidades colaboradoras

todas aquelas que contribuam, de forma relevante, para o movimento;

a) direito a voto.

OBSERVAÇÃO: Os representantes do NI e NII esclareceram que seus Regionais não conseguiram se reunir para refletir e tirar posições a respeito dos Estatutos e da Carta de Princípios. Manifestaram-se em nome das entidades às quais pertencem.

CONSIDERAÇÕES:

Ponto 1. Quanto à questão da LEGALIZAÇÃO OU NÃO DO MOVIMENTO surgiram duas propostas:

- os Regionais Leste II, Sul II, Sul I, Norte II e Nordeste manifestaram-se pela legalização;
- os Regionais Leste I e Centro-Oeste manifestaram-se pela não legalização, sendo que o Centro-Oeste está dividido, enquanto regional, em duas posições: uma pela legalização e outra pela articulação.

Ponto 2. Quanto ao CARÁTER DA ENTIDADE, foram feitas as seguintes propostas:

- os Regionais Leste II, Sul II e Sul I votaram pela representatividade;
- os demais Regionais se posicionaram no sentido de em caso de legalização, optaram pela representatividade.

Ponto 3. Órgãos Executivos:

a) SIN e Secretarias

Quanto aos ÓRGÃOS DE APOIO À COMISSÃO NACIONAL surgiram as seguintes propostas:

- os Regionais Leste I, Leste II e Sul II propuseram que o SIN acumule funções de Secretaria Executiva da Comissão Nacional;
- o Regional Norte I não tem posição definida;
- o Regional Sul I se manifestou defendendo a criação de uma secretaria executiva, desvinculada do SIN;
- o Regional Norte II se manifestou defendendo que

a Comissão Nacional poderia ter mais de uma secretaria, sendo que o SIN seria absorvido por uma delas;

- o Regional Nordeste se manifestou defendendo 2 posições:

  a) o SIN deve acumular a função de secretaria executiva;

  b) a Comissão Nacional contaria com mais de uma secretaria, o SIN seria a secretaria de intercâmbio nacional e a secretaria executiva funcionaria na Cidade onde vai ser sediado o próximo Encontro Nacional.

- o Regional Centro Oeste se manifestou defendendo, também, 02 posições:

  a) o SIN acumularia as funções de secretaria executiva a qual ficariam subordinados 3 serviços:

     a.1. o SIN
     a.2. serviço de articulação e posicionamento
     a.3. serviço de organização do próximo Encontro

  b) Localização da Comissão Nacional ou Coordenação Nacional:

Quanto a localização da Comissão Nacional surgiram as seguintes propostas:

- os Regionais Leste I e Leste II manifestaram-se por Petrópolis;
- o Regional Sul II se manifestou por São Paulo ou Petropólis;
- o Norte I não manifestou posição definida;
- O Norte II se manifestou por um local no centro do país;
- o Sul I se manifestou por São Paulo;
- o Centro Oeste e Nordeste manifestaram-se defendendo 2 posições:

  a) em Petropólis;

  b) no Regional que vai sediar o próximo Encontro.

c) Comissão ou Coordenação Nacional e sua composição:

CEDIM

Quanto à Comissão Nacional e sua composição, surgiram as seguintes propostas:

- os Regionais Sul II, Sul I e Norte II manifestaram-se por um representante por Regional;
- o Norte I e Leste II manifestaram-se por um representante por Regional mais um do SIN;
- o Nordeste e Leste I manifestaram-se por um representante por Regional, mais um do SIM ou por um representante de cada Regional mais um representante dos órgãos de apoio.

OBSERVAÇÃO

a) os Regionais que manifestaram-se pela representatividade do SIN na Comissão Nacional, implicitamente defendem o seu direito de voto nas reuniões da Comissão Nacional;

b) os Regionais Leste II e NOrte I não manifestaram posição definida a respeito do direito de voto do SIN na Comissão Nacional.

Ponto 4. Inter-Regional:

Quanto a questão da Assembléia INTER-REGIONAL surgiram as seguintes propostas:

- os Regionais Leste I, Centro Oeste, Leste II, Sul II e Nordeste manifestaram-se pela manutenção da Assembléia Inter-regional;
- o Regional Sul I manifestou pela sua extinção;
- O Norte I e Norte II não têm posição definida a respeito.

Ponto 5. DISTINÇÃO ENTRE AS ENTIDADES ASSOCIADAS OU FILIADAS E COLABORADAS

- os Regionais Leste I, Norte II não tem posição definida;
- o Sul II, Leste II, Centro Oeste e Nordeste manifestaram-se pela proposta inicial de Estatutos, apresentada pelo Nordeste (Capítulo II - "Das Entidades Associadas");

OBSERVAÇÃO:

a) o Regional Centro Oeste e Nordeste defendem o di

reito de voz e voto, que seria exercido na Assembléia Nacional, para cinco organizações, de caráter nacional, que têm acompanhado a caminhada dos direitos humanos desde seu início. São elas:CIMI, CPT, MORHAN, GRUPO CONSCIÊNCIA NEGRA e MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS FAVELADOS;

b) o Regional Sul I manifestou-se de acordo com sua proposta de emenda aos estatutos, ou seja,de que as entidades colaboradoras não terão direito a voto.

A noite foi reservada para permitir uma intensa troca de experiências entre os grupos participantes do Encontro, com a participação de grupos e movimentos do Estado de Pernambuco. Foram formados sete grupos de interesse, que sem obedeceram a uma pauta prédeterminada, propiciaram uma interessante e produtiva aproximação entre os grupos, a partir da identificação mútua daqueles que vivenciam em seu trabalho lutas e experiências comuns. Os grupos de interesse formados foram os seguintes:

a) SINDICALISMO
b) MENOR
c) A QUESTÃO DA MULHER
d) MOVIMENTO NEGRO
e) REFORMA AGRÁRIA
f) VIOLÊNCIA E DIREITOS DOS PRESOS
g) TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO
h) O PAPEL DOS ADVOGADOS NA LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS.

Embora tenha sido solicitado, apenas o grupo de advogados produziu um documento intitulado o "Direito está Errado",reproduzido ao final deste relatório, e propôs a criação de uma secretaria jurídica nacional com o objetivo de articular/apoiar os advogados que atuam no movimento.

AS ATIVIDADES DO 2º DIA DE ENCONTRO: VOTAÇÃO

RELATÓRIO DA PLENÁRIA GERAL DO DIA 24 DE JANEIRO DE 1986

As 9:45 h., fez-se a composição da Mesa com os mesários: Isa, Vieira e Carlos; secretários: Gilson e Dulce; assessor: Luís Alberto Gomes.

Exposição de Luíz Alberto:

1. Explica o funcionamento da plenária e análise das mini-plenárias.

. Salienta as distorções e confunsões nas plenárias (excesso de questões de ordem, questionamentos...).

. Aponta como positivo se usar como argumentação ou fundamentação a prática e as lutas do movimento no dia-a-dia.

. Não se pode abstrair as discussões, burocratizá-las, apegando-se a norma teóricas e dogmáticas.

. É preciso resgatar a caminhada do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos.

. Aponta a alteração da pauta e o ponto norteador deve ser o serviço não mais um forum de poder, portanto sermos honestos, claros, concisos, jogo limpo, cartas na mesa.

Em seguida foi feita a apresentação da pauta:

. criação da entidade

. caráter

. nome

. formas de estruturação
- comissão (órgãos que a compoêm)
- localização
- inter-regionais
- filiação

. legalização

Observação - escolhido três (3) escrutinadores: Beto, Gilcéria e Guilherme e mais três (3) colaboradores, sendo a plenária geral dividida em três (3) blocos, para facilitar a contagem dos votos. Sondagem dos delegados presentes com direito a voto - 152 (cento e cinquenta e dois) delegados.

1 - CRIAÇÃO DA ENTIDADE NACIONAL

Nas mini-plenárias, ficou evidente o consenso a respeito da necessidade de criação de uma entidade nacional. Essa aspiração esteve presente durante todas as discussões realizadas no dia anterior.

VOTAÇÃO

Primeira proposta:

favoráveis à criação da entidade 144

Segunda proposta:

contrários à criação da entidade 01
abstenções 05
Total dos votos 150

RESULTADO: APROVADA A CRIAÇÃO DE UMA ENTIDADE NACIONAL.

2 - CARÁTER DA ENTIDADE

Nas mini-plenárias não houve divergências quanto ao caráter de ARTICULAÇÃO da entidade. Entretanto apareceram propostas divergentes que dão a essa entidade:

a) um caráter exclusivo de articulação;

b) um caráter de articulação e representação plena;

c) um caráter de articulação e representação limitada.

Fundamentação:

Caráter exclusivo de articulação - Argumentou-se que esse caráter exclusivo facilitaria a relação entre os grupos de Direitos Humanos, pois não necessitariam estar estatutarizados. Que visa a busca de uma unidade nacional, através de maior contato entre as comissões e reestruturação das regionais.

Caráter de articulação e representação plena - Argumentou-se que a entidade nacional deve transcender o caráter de articulação. Deve ter caráter de representação plena, o que implica num posicionamento sempre que ocorrer violação de Direitos Humanos, não necessitando recorrer a consultas aos regionais e entida

des de base para essas manifestações.

Caráter de articulação e representação limitada - O caráter fundamental da entidade é de articulação, mas é necessário que assuma o caráter de representação no tocante a problemas específicos, decorrentes de violações de Direitos Humanos; é necessário que tenha voz a nível nacional em certos momentos. Deve-se adotar alguns critérios para essa representação: CONSULTAS AOS REGIONAIS.

Observação:

A tendência das mini-plenárias foi de que a entidade não tenha apenas caráter de articulação, mas que assuma a função de representação, ainda que limitada.

A ARTICULAÇÃO É CONSENSUAL EM TODOS OS GRUPOS.

Preliminar: tem representação ou não?

VOTAÇÃO

Primeira proposta:

a favor da representação 124

Segunda proposta:

contra a representação 19
abstenções 05
Total dos votos 148

RESULTADO: APROVADO O CARÁTER DA REPRESENTAÇÃO

3 - TIPO DE REPRESENTAÇÃO - PLENA OU LIMITADA

Proposta de afunilamento:

A entidade nacional representará e se manifestará sempre que ocorram graves violações de direitos humanos, no entanto em casos normais e em outras manifestações, que não sejam decorrentes de violações flagrantes, só agirá depois de consultar os regionais, suas bases.

VOTAÇÃO

a favor do afunilamento 72
contrários 66
abstenções 14
Total de votos 152

RESULTADO: APROVADA A PROPOSTA DE AFUNILAMENTO DA REPRESENTAÇÃO LIMITADA.

4 - NOME DA ENTIDADE NACIONAL

Foram apresentados dois nomes:

a) Comissão Nacional de Direitos Humanos

b) Coordenação Nacional de Entidades de Direitos Humanos

Fundamentação:

a) trata-se de terminologia usada para comissões de base e reflete coletivo de grupos. Opõe-se ao nome de Coordenação porque este implica em delegar mais um poder à entidade nacional, além dos de articulação e representação.

Primeira proposta: COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Segunda proposta : COORDENAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES DE DIREITOS HUMANOS

Terceira proposta: COMISSÃO NACIONAL DE ENTIDADES DE DIREITOS HUMANOS

Quarta proposta: MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Quinta proposta: CONSELHO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.

Observação:

Foi retirada a proposta número 5 (cinco) em virtude do nome da entidade governamental ligada ao Ministério da Justiça ser muito semelhante.

VOTAÇÃO

Primeira proposta: COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS 02

Segunda proposta: COORDENAÇÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS 41

Terceira proposta: COMISSÃO NACIONAL DAS ENTIDADES DE DIREITOS HUMANOS 20

Quarta proposta: MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 74

Total de votos 137

RESULTADO:.

Nome da entidade - MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.

5 - FORMA DE ESTRUTURAÇÃO

APRESENTAÇÃO:

a) COMISSÃO NACIONAL — Secretaria (SIM)

b) COMISSÃO NACIONAL — Secretaria — SIN (Serviço)

c) COMISSÃO NACIONAL — SIN (Serviço)

a) SIN como secretaria executiva;

b) SIN como um dos serviços da secretaria;

c) SIN como um serviço subordinado à Comissão Nacional.

Observação:

A tendência é considerar que o SIN não deve ser entidade autônoma, mas um serviço à disposição da Comissão Nacional

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS



5.1. CRIAÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO

VOTAÇÃO: Aprovada por contraste visual a criação de um órgão executivo.

5.2. NOME DO ÓRGÃO EXECUTIVO

Primeira proposta: COMISSÃO NACIONAL

Segunda proposta: COORDENAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Terceira Proposta: SECRETARIADO DO MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Quarta proposta: COMISSÃO NACIONAL DO MO MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.

Observação:

Foram retiradas as propostas segunda e quarta.

VOTAÇÃO:

Primeira proposta: COMISSÃO NACIONAL 87

Terceira proposta: SECRETARIADO DO MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 49

abstenções 10

Total de votos 146

RESULTADO:

Nome do órgão executivo: COMISSÃO NACIONAL

5.3. **COMPOSIÇÃO**

Proposta: um (01) representante por Regional e o adendo de um (01) suplente por Regional.

VOTAÇÃO:

RESULTADO - Aprovação cosensual da proposta.

5.4. **ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO**

Primeira proposta: discutir agora

Segunda proposta: discutir após a questão da legalização.

VOTAÇÃO: Por contraste visual.
RESULTADO: DISCUTIR APÓS A QUESTÃO DA LEGALIZAÇÃO

5.5. ÓRGÃOS DE SERVIÇOS

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS



Primeira proposta: SIN

Segunda proposta: SECRETARIA e o SIN COMO SERVIÇO SUBORDINADO

Terceira proposta: SECRETARIAS DE SERVIÇO ENTRE AS QUAIS O SIN

VOTAÇÃO

Primeira proposta: SIN = SECRETARIA 0

Segunda proposta: SIN SUBORDINADO À SECRETARIA 10

Terceira proposta: SECRETARIAS DE SERVIÇO ENTRE AS QUAIS O SIN ..... RESULTADO MAJORITÁRIO

RESULTADO:

VENCEDORA A PROPOSTA: SECRETARIA DE SERVIÇO ENTRE AS QUAIS O SIN.

6. INTER-REGIONAL

Houve duas posições:

a) devem-se manter, com mudanças

b) eliminar

Fundamentação:

a) Inter-regional é necessária porque as Assembléias Nacionais se realizam com um intervalo de tempo muito grande. É necessário que se preencha esse espaço a nível de avaliação, encaminhamento e preparação da Assembléia Nacional.
A permanência da inter-regional pressupõe que haja mudanças.

b) deve-se eliminar porque a realização de vários encontros implica necessariamente em gastos vultosos, que oneram o movimento e prejudicam a caminhada. Com a existência da Comissão Nacional, são desnecessárias as inter-regionais.

VOTAÇÃO:

Primeira proposta:	MANTER COM MUDANÇAS	83
Segunda proposta:	ELIMINAR	60
	abstenções	11
	Total dos votos	154

6.1. CARÁTER DO ENCONTRO INTER-REGIONAL

VOTAÇÃO:

Inter-regional com caráter consultivo	96
Inter-regional sem caráter deliberativo	02
Inter-regional com caráter deliberativo	07
Total de votos	105

RESULTADO:

O INTER-REGIONAL TERÁ CARÁTER CONSULTIVO.

7. F I L I A Ç Ã O

Não houve discussão em todas as plenárias sobre os critérios de filiação e de admissão de colaboradores. A tendência é que as entidades colaboradoras tenham somente direito à voz.

Em uma das plenárias, foi votado que o critério de ingresso das entidades colaboradoras seria o seguinte: uma entidade nacional tem de ser aprovada pelo Encontro Nacional; se a entidade é de caráter regional, deverá ser aprovada pelos regionais.

VOTAÇÃO:

Primeira proposta: Colaboradoras com direito a voz filiadas com direito a voz e voto 99

Segunda proposta: Não existe distinção entre as entidades. Todas as entidades fazem parte do Movimento 41

abstenções 06

Total de votos 146

Para esclarecer a distinção entre filiadas e colaboradoras o assessor Luís Alberto fez a seguinte colocação:

"Os organismos regionais e municipais são os encontros regionais, e pensando no passado, foi isso o que aconteceu. Os encontros regionais absorveram todos esses movimentos regionais que são movimentos fundadores. No caso dos movimentos nacionais , seria esta assembléia, a Assembléia Nacional, a que tem atribuições de fazer a distinção entre colaboradoras e filiadas. Então , insisto sobre isto, nós apenas votamos, e foi uma votação muito esmagadora, que não é o caso de voltar sobre elas. Nós votamos que há dois tipos: filiadas e colaboradoras. Na caminhada nós já temos todos esses grupos e movimentos que fundaram esse Movimento (MNDDH). Daqui por diante, os movimentos novos que vão querer participar, eles vão entrar via Regional, e o Regional irá discutir sobre o caráter da prática, se eles têm uma prática que lhes permite ser avaliados como filiados ou colaboradores.

No caso de ser nacional, aí não compete ao Regional mas ao Nacional.

Além disso tem outro ponto que deve ser levado em conta: que isto não é estático. Pode ser que uma entidade de um

Regional decida ser filiada e pela sua prática ela vai provar que realmente está comprometida. Se for colaboradora, ela passará para filiada. Há toda uma dinâmica aqui.

Resumindo: nós votamos coisa muito simples que eu acho que não exclui ninguém, apenas aprovamos que há categorias: a categoria de filiada e a de colaboradora. A colaboradora não tem direito a voto. Foi só isso que votamos. Eu acho que está claro e que não há confussão".

8. L O C A L I Z A Ç Ã O

Foram os seguintes os locais apontados; estão colocados seguindo a ordem de preferência na votação:

- Goiânia
- Local central
- Petrópolis
- Nordeste

Observação:

1. Houve discussão se a sede será móvel ou fixa.
2. A composição da Comissão Nacional e o local onde se sediaria a secretaria (fixa ou móvel) foram levantados, mas não discutidos em todas as mini plenárias.

8.1. S E D E

Primeira proposta : TER SEDE

Segunda proposta: NÃO TER SEDE.

RESULTADO - O MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS POSSUIRÁ UMA SEDE.

A votação foi feita por contraste visual.

8.2. SEDE FIXA OU MÓVEL

Primeira proposta: TER SEDE FIXA 39

Segunda proposta : TER SEDE MÓVEL
(2 em 2 anos) 97
abstenções 02
Total de votos 138

CEDIM

8.3. LOCAL DA SEDE MÓVEL

Propostas: GOIÂNIA 80
PETRÓPOLIS 02
NORDESTE 00
LOCAL CENTRAL 00
LOCAL PRÓXIMO ENCONTRO 73
Total de votos 155

RESULTADO: GOIÂNIA É A PRIMEIRA SEDE MÓVEL DO MOVIMENTO.

Observação:

Na plenária da noite iniciada às 20:30 hs., a mesa foi substituída ficando assim composta: Maneto, Marga, Gilson e Lilian.

9. L E G A L I Z A Ç Ã O

Houve duas propostas: a) legalizar
b) não legalizar

Fundamentação:

a) Argumentou-se em favor do item a que o momento político exige a estruturação legal da entidade. Que há necessidade imperiosa de legalização da Comissão Nacional, visando a institucionalizar a prática concreta das comissões a nível nacional. Essa legalização tem por objetivo organizar a respaldar todos os trabalhos levados a nível nacional. Deve-se legalizar para que o movimento tenha personalidade jurídica e tenha as regras do jogo estabelecidas, sem perda de autonomia.

b) A favor da hipótese b, alegaram os riscos de burocratização e centralização do movimento que a legalização acarretaria. Houve preocupação em analisar a legitimidade da representação da Comissão Nacional. Considerou-se que a legalização seria uma amarra e que, na atual conjuntura, cercearia a participação de outras entidades, como a Comissão de Justiça e Paz. A hipótese contemplou, no entanto, a necessidade de estabelecer normas internas para a Comissão Nacional.

VOTAÇÃO:

Primeira proposta: PELA LEGALIZAÇÃO 26
Segunda proposta : PELA NÃO LEGALIZAÇÃO 99
abstenções 07
Total de votos 132

RESULTADO: APROVADA A NÃO LEGALIZAÇÃO

10. CARTA DE PRINCÍPIOS

Seguiu-se a leitura da minuta da CARTA DE PRINCÍPIOS. Sobre ela manifestaram-se 14 (quatorze) companheiros, que sugeriram várias modificações.

Foi sugerido por alguns companheiros que os relatores da Carta se reunissem com os relatores das mini-plenárias e redigissem uma noca Carta.

DECISÃO APROVADA POR UNANIMIDADE PELA PLENÁRIA.

CEDIN

AS ATIVIDADES DO 3º DIA DE ENCONTRO: CONSTITUINTE

A discussão do segundo e principal tema do Encontro: A Constituinte, foi realizada na manhã (mini-plenárias)e tarde (Plenária Geral) do dia 25 de janeiro. Os grupos foram convocados a contribuir com propostas que pudessem orientar a luta do movimento em torno do processo futuro da assembléia constituinte. O material preparatório distribuido e elaborado pelos grupos de Pernambuco não inibiu, antes incentivou a participação de todos. Os resultados do intenso trabalho das mini-plenárias foram apresentados na Plenária da tarde e, após o acrescimo de sugestões aí sugeridas, ficaram assim documentados.

RELATÓRIO DA MINI-PLENÁRIA TERRA E CONSTITUINTE

O presente relatório contempla:

1 - Listagem de aspectos que caracterizam a situação rural e urbana brasileira;

2 - Atividades que vêm sendo desenvolvidas pelos grupos em seus locais de atuação;

3 - Propostas para o texto constitucional;

4 - Pistas para a articulação em torno da Constituinte.

1 - SITUAÇÃO RURAL E URBANA

1.1 - SITUAÇÃO RURAL

- 1/3 da população é rural;
- O latifúndio:
  . expulsa trabalhadores rurais;
  . possibilita a transferência do trabalhador rural em bóia-fria;
  . concentra-se, muitas vezes, em terras de especulação;
  . estimula a violência no campo, pela criação de milícias próprias;
  . o latifundiário concentra o poder econômico e político(ex: nossos deputados federais e senadores).
- O minifúndio:
  . expulsa o trabalhador rural, porque não permite seu

sustento;

. o minifundiário recorre à venda da terra para ficar nela como empregado do novo dono ou meeiro;

. muito minifúndio está virando sítio de lazer.

- A empresa rural:

. abrigo de latifundiários para não serem atingidos pela Reforma Agrária;

. cresce o número de empresas rurais;

. as multinacionais e bancos se apossam de grande quantidade de terra.

- A expulsão da terra se dá, além do minifúndio e do latifúndio:

. em áreas de barragens, onde muitas vezes estão as terras mais férteis;

. em áreas de grandes projetos governamentais, geralmente para beneficiar grandes empresas;

. em áreas de reserva;

. devido ao preço aviltante dos projetos agrícolas (falta de uma política agrícola adequada);

. devido à grilagem, titulação fria de áreas;

. a migração forçada de trabalhadores em projetos de assentamentos mal assistidos, sendo que os trabalhadores acabam na periferia urbana.

- A violência crescente no campo:

. não há justiça agrária;

. os trabalhadores rurais começam a se organizar cada vez mais, inclusive as mulheres rurais na luta por direitos iguais ao homem.

- Não existe terra disponível neste país, o que determina duas saídas apenas:

. a resistência na terra;

. a ocupação de terras.

- A descrença no projeto governamental do governo para a Reforma Agrária, que estimula a violência no campo por não responder às necessidades reais do campo:

. os grupos mais conscientes têm clareza de que os próprios trabalhadores farão a Reforma Agrária;

. tendência pela posse coletiva de terras como resistência.

1.2 - SITUAÇÃO URBANA

- 2/3 da população brasileira está na cidade;
- Origem dos ocupantes da terra na cidade: o êxodo rural e o alto custo de vida;
- Existência de loteamentos clandestinos sem infra- estrutura;
- O confronto de órgãos públicos e ocupantes das áreas urbanas;
- A manipulação da lei: a ocupação dos pobres é reprimida e a dos ricos é garantida;
- Ocupação especulativa imobiliária de áreas de Marinha pelas classes privilegiadas, privatizando as praias e desrespeitando locais de moradia e trabalho dos pescadores;
- O confinamento dos "expulsos" para áreas distantes do centro das cidades;
- A tendência hoje é mais pela negociação do que pelo despejo dos ocupantes;
- O uso coletivo da terra é uma tendência;
- A cooptação das lutas populares (apadrinhamento) pelos governos estaduais e municipais tendem a enfraquecer os movimentos autênticos, com fins eleitorais;
- Estocamento de lotes pelos loteadores até que os próprios moradores dos outros lotes dêem a infra-estrutura da área.

2 - ATIVIDADES DOS GRUPOS

2.1 - A NÍVEL RURAL

- Resistência dos trabalhadores ruruais, em PE., que terão nas terras invadidas por águas de barragem:atos públicos, exigência de definição da área a ser invadida , exigência de terra por terra;
- Acompanhamentos organizados no RS., ocupação organizada de terras (Fazenda Anoni);
- Retomar as terras agricultu̇ráveis que haviam sido transformadas em sítios de lazer, no RJ.;

- Resistência dos posseiros no RN.;
- Esclarecimentos sobre Constituição e Constituinte e Reforma Agrária.

2.2 - A NÍVEL URBANO

- Negociação com órgãos públicos, acompanhando audiências;
- Luta pela legalização de loteamentos clandestinos, inclusive em áreas públicas;
- Organização de Comitê Popular "Terra para Morar" (Teófilo Otoni - MG);
- Prestação de assessoria jurídica, educacional e política em casos de ordem de despejo, em alguns casos continuando após a vitória;
- Mutirões para construções de casas;
- Elaboração de cartilhas sobre moradia;
- Assessoria aos movimentos populares na participação na elaboração de leis: ex.: lei das favelas (Recife);
- Orientação em relação à Constituinte: antes, durante e depois;
- Princípio de ações: a intervenção jurídica para ganhar tempo para trabalhar a organização popular e conseguir maior unidade.

3 - PROPOSTAS PARA O TEXTO CONSTITUCIONAL

Defendemos o direito das pessoas à propriedade, seja individual ou coletiva, e à percepção dos seus frutos.

Será, no entanto, direito das pessoas decidir se querem usar a propriedade de forma coletiva ou de forma familiar ou individual.

Ao Estado caberá o papel de garantir a implementação das decisões nas comunidades e de encontrar meios que possam permitir que a propriedade não consagre e favoreça a ampliação da desigualdade entre as pessoas, mas, ao contrário, possa cumprir uma função social de benefício coletivo.

A propriedade deve voltar-se para o bem comum e, por esse motivo, deve ter sempre como primeiro plano a sua finalidade so

cial. Acima da propriedade encontra-se sempre o princípio da vida , da sobrevivência de todos.

A Democracia é o regime da maioria, e a maioria do povo brasileiro é pobre e o que tem, quando muito, é posse e não propriedade. Assim sendo, independentemente de as regras abaixo elencadas obterem vigência na Constituição ou em leis complementares e ordinárias posteriores, com prazo de promulgação nunca inferior a dois anos, propomos que o novo regime jurídico, que brevemente se inaugurará com a futura Constituição Federal, abrigue os seguintes princípios:

1 - O Estado deve assegurar a propriedade que se destina à manutenção e sobrevivência individual ou coletiva de seus ocupantes e/ou trabalhadores e ao abastecimento e moradia da sociedade brasileira como um todo.

2 - A especulação é contrária à função econômico-social da propriedade, e como tal, pode acarretar a perda desse direito.

3 - A propriedade privada que não realiza a sua função econômico-social deverá ser confiscada e destinada aos trabalhadores que dela necessitam ou que nela se proponham trabalhar, organizados ou individualmente, para a sua manutenção e abastecimento das populações vizinhas.

4 - Nenhum conflito entre posse e propriedade será decidido pela instância jurídica sem consideração à função social que uma e outra estiverem exercendo. O Poder Público somente recorrerá à desapropriação quando ficar evidenciado o caráter de utilidade ou necessidade pública para o funcionamento das atribuições próprias dos órgãos públicos, o pleno funcionamento das organizações sociais e a solução dos conflitos entre posse e propriedade. A desapropriação por interesse social somente ocorrerá em casos excepcionais,sobre terra produtiva ou com morada habitual, considerando necessidades inadiáveis de benefício coletivo. Em todos os outros casos, caberá o simples confisco.

5 - Em caso de desapropriação, o Poder Público deverá proceder a justa indenização, com base nas declarações do legítimo proprietário relativas ao recolhimento dos impostos devidos à sociedade, paga em títulos de dívida pública, após descontadas todas as obrigações devidas ao erário público.

6 - Fica proibido o confisco ou a desapropriação de propriedades de organizações de trabalhadores e que delas estejam retirando sustento próprio e realizando abastecimento coletivo.

7 - O Estado deve permitir a livre iniciativa privada desde que esta realize o desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo patrocine e contribua com o bem estar social da coletividade.

8 - O Estado deve estimular e apoiar a propriedade coletiva dos meios e fatores de produção. A lei definirá, nesse caso, no prazo de 02 anos os benefícios fiscais e financeiros, bem como o favorecimento ao crédito e auxílio técnico.

9 - Visando assegurar a função social da propriedade, o Poder Público competente promoverá, no que diz respeito à política agrária, o levantamento geral e discriminação das propriedades existentes, a utilização das áreas improdutivas por trabalhadores sem terra, o assentamento dos trabalhadores em seus estados de origem e em terras com um mínimo de condições de produção e sobrevivência, a criação de impostos proporcionais à extensão/ocupação/produção/produtividade da terra, a criação de programas de subsídio econômico e assistência técnica à pequena e média empresa e ao trabalho desenvolvido pelas diferentes formas próprias de organização dos trabalhadores.

10- No que se refere à política do solo urbano, o Estado deve promover a destinação imediata dos lotes abandonados para o benefício das pessoas sem moradia, e a extensão dos benefícios urbanos, como luz, água, esgoto, transporte, saúde e educação, para todos os bairros em igualdade de condições.

11- A posse de reconhecida função social merece proteção igual a da propriedade. Tanto no que se refere ao solo urbano como ao solo rural, a posse, seja coletiva, familiar ou individual, após trabalho e duração de pelo menos três anos, converter-se-á em propriedade assim declarada por sentença do Juiz e registrada no Cartório de Imóveis.

12- As propriedades rurais não poderão ultrapassar o tamanho máximo de quinhentos (500) hectares e não será permitido a um mesmo proprietário, ser titular de mais de uma propriedade.

13- Na área urbana, somente poderá pertencer a um mesmo proprietário o total máximo de cinco (05) imóveis, sejam ou não construídos, desde que não estejam sendo utilizados por membros de sua família.

14- Não será permitida a propriedade rural para empresas com capital majoritário multinacional. As propriedades nesta situação reverterão imediatamente ao patrimônio público, respeitadas as posses de trabalhadores existentes nas mesmas. Terão prioridades na aquisição das terras disponíveis, desde que demonstrada a sua necessidade e decisão para o aproveitamento produtivo das mesmas, as entidades de trabalhadores que desejarem explorar a terra de forma coletiva.

15- A política agrícola do governo será determinada pela prioridade ao pequeno produtor e terá como ponto central o estímulo à produção de alimentos para o povo brasileiro.

16- A política de colonização será substituída pela política dos assentamentos determinada por decisão majoritária do conjunto dos trabalhadores envolvidos, havendo preferência de que sejam realizados nos estados de origem e em condições mínimas de produção, assistência técnica, financiamento e acesso aos benefícios da educação, saúde e escoamento da produção.

17- O Estado deve realizar um efetivo controle sobre as relações das empresas multinacionais com o exterior. A remessa de lucros estará subordinada à aprovação dos conselhos de empresa formados majoritariamente pelos trabalhadores da mesma.

18- A aplicação dos lucros e dividendos estará balizada por plano de governo, onde o princípio central será o salário justo dos trabalhadores e o benefício da população como um todo.

19- Será proibida a formação de cartéis, monopólios e oligopólios, bem como a formação de empresas em território brasileiro com capital exclusivamente transnacional.

20- É privativa do Estado a exploração dos recursos minerais, hídricos, energéticos e florestais da Nação, com exceção dos situados nas terras indígenas, cuja destinação e exploração não podem ser decididas sem o consentimento dos índios.

21- As terras indígenas serão reconhecidas e demarcadas imediatamente. As comunidades indígenas, organizadas em nações étnicas, se tornarão proprietárias das terras a elas destinadas, não cabendo ao Estado brasileiro domínio sobre o solo e sub-solo, mas apenas sobre o espaço aéreo, acima de 5.000 pés, desde que o tráfego não prejudique ou interfira gravemente em suas condições de vida e cultura.

22- A função social da propriedade - critérios:

- Terras a estrangeiros e empresa, limitação de área.
- O direito e acesso à propriedade coletiva ou particular.
- R.A. dentro da Constituição.
- Plebiscito para desapropriação.
- Módulo máximo - rural e urbano .
- Confisco de áreas com interesse social.
- Estatização de cartórios.
- Limitar o direito de herança se a família não a ocupa diretamente ou a utiliza.
- Discriminação terras devolutas.
- A questão da terra indígena.
- Democratização, justiça e necessária reforma judiciária:
  . recurso de responsabilidade do governo;
  . leis de aval da terra;
  . mudanças de leis de competência à desapropriação.
- Garimpo; o subsolo - legislar.
- Projeto de leis populares.
- Organização popular deve poder fiscalizar o Legislativo.
- Criação da justiça agrária.
- Auto-aplicação das normas constitucionais.
- Mudança da visão de propriedade:
  . perde p/não uso;
  . ampliar o usucapião - terra dominiais e devolutas;
  . usucapião urbano p/áreas de interesse social;
  . tributação progressiva sobre vazios urbanos.
- O Estado deve assegurar terra com função social contra especulação - perda da terra.
- Só em casos extremos pode ser desapropriada terra que está servindo de sustento ou de moradia.
- Impostos proporcionais à extensão e produção.
- Concessão de uso da terra.
- Que se inclua na Constituição como limite ao direito de propriedade, a sua perda pelo não uso. Em decorrência autorize o Poder Público a desconstituição do direito de propriedade por este motivo.

- Que se amplie o usucapião às terras públicas dominiais , especialmente as terras devolutas.
- Que se institua o usucapião urbano para as áreas de interesse social.
- No concernente às desapropriações, que se caracterize a justa indenização de forma a abranger não somente os custos materiais, mas também o custo social para a comunidade atingida.
- Que se estabeleça a tributação progressiva sobre os vazios urbanos.
- Preservação dos sítios remanescentes dos quilombos, apoiando-os economicamente, mas impedindo a sua auto-destruição.
- O direito à diferenciação no tamanho do módulo rural máximo, de acordo com a nossa diversidade cultural. (Ex. povos coletores da Amazônia, seringueiros, castanheiros etc). Criação das reservas extrativistas.

23- Terra indígena:

. ..demarcação e desintrodamento imediatos;
. reassentamento concomitante de posseiros;
. direito a solo e subsolo explicitados;
. reconhecimento e garantia de participação do movimento indígena organizado em todas as decisões que afetam os interesses das nações indígenas.

24- Criação das reservas garimpeiras.

25- Desligar BNH do mercado de capitais ou extingui-lo e limitar teto de UPCs.

26- Definir uma política habitacional para população de baixa renda mesmo.

Obs: - buscar uma Constituição detalhada;
- referendum popular à Constituição!

BANDEIRAS DE LUTA
A nível nacional

1 - Recuperação do sentido pleno da função social da propriedade e afirmação da função social da posse.

2 - Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores.

3 - Reforma Fundiária Urbana.

4 - Criação, reformulação do judiciário e criação da Justiça Agrária.

5 - A auto-aplicação das normas constitucionais.

4 - PISTAS PARA ARTICULAÇÃO

Cabe aos Movimentos de Defesa dos Direitos Humanos:

1 - Trabalho educativo sobre a Constituinte e Constituição junto às suas comunidades, com objetivo de conscientização;

2 - Trabalhar de forma articulada com outras entidades;

3 - Criar Comitês Pró-Constituinte nos seus municípios, entre entidades;

4 - Elaborar cartilhas para esclarecimento;

5 - Intercâmbio entre grupos de direitos humanos;

6 - Criar uma secretaria no Movimento Nacional para estimular intercâmbio ou

7 - Trabalhar com a "Plenária Nacional Pró-Participação Popular n a Constituinte".

RELATÓRIO DA MINI-PLENÁRIA TRABALHO E CONSTITUINTE

1 - CONSTITUINTE

1. Da Convocação

. Repúdio a forma de convocação da Assembléia Nacional Constituinte, congressual, não impossibilita a participação popular embora dificulte e ilegitime.

2. Dos meios de participação popular na Constituinte

A. Antes da elaboração da Constituição

a) Criação de plenárias nas comunidades de trabalho, moradia etc., para o levantamento de propostas a ser encaminhadas ao Congresso Constituinte. Posteriormente ocorreria a criação de plenárias Municipais e Estaduais.

b) Acesso aos meios de comunicação social.

c) Ampliar o trabalho de educação e conscientização de base com a elaboração de cartilhas, utilização do teatro popular, estudo sobre a prática dos partidos políticos, a convocação dos candidatos para mesas redondas (inclusive com a exigência de assinatura de um documento por escrito por parte dos candidatos).

d) Lançamento de candidaturas, por exemplo do Movimento de Consciência Negra, à Constituinte ou emprestar apoio às candidaturas comprometidas com os movimentos populares.

e) Eleger um número suficiente de representantes que pudessem inviabilizar a Constituinte congressual, levando a auto-dissolução e a convocação de uma Constituinte exclusiva.

f) Denunciar a ingerência de capital nacional e estrangeiro na eleição dos constituintes.

g) Mobilização popular, como nas "Diretas Já", com denúncias sobre os "maus políticos" que tenham um desempenho contrário aos interesses populares.

h) Impedir a participação dos senadores eleitos em 1982 na Assembléia Nacional Constituinte.

i) Não existir domicílio para candidatos e eleitores.

j) Término da proporcionalidade na eleição para Deputados e Senadores para a Assembléia Nacional Constituinte.

B. Durante a elaboração da Constituição

a) O M.N.D.D.H. deverá manter um convite de vigilância em Brasília, ligado ou não a outras entidades, como instrumento de informação ao movimento popular e eventual cobrança aos constituintes.

b) Inserir na Constituição um mecanismo de auto-execução.

c) Criar um mecanismo de controle popular para as autoridades públicas que não cumpram o seu papel.

C. Depois da elaboração da Constituição

a) Submeter a um plebiscito popular as questões polêmicas antes de promulgação do texto final.

LEMBRAMOS QUE:

* Mesmo que as nossas lutas não atinjam os objetivos pretendidos, terá valido a pena a politização do povo decorrente deste trabalho.

* A fase pós-constituinte é tanto ou mais importante que a primeira (estudo do texto para um posterior cobrança dos direitos).

2 - CONSTITUINTE E TRABALHO

. Criação do Código do Trabalho e alteração de legislação sindical fascista, ficando garantida a liberdade de autonomia e organização sindical.

. Novo cálculo para o salário mínimo.

. Estabilidade.

. Extinção gradual de contribuição sindical obrigatória.

CEDIM

. Fundo para pagamento das verbas pleiteadas na Reclamação Trabalhista por parte do Estado sendo o mesmo reembolsado posteriormente pelo empregador.

. Criação do Salário-desemprego.

. Ampliação do Tribunal do Trabalho.

. Ratificação pelo Congresso Nacional de Convenção 87 de OIT.

. Redução da Jornada de Trabalho para 40hs.

. Direito de greve irrestrito.

. Fim de prescrição bienal do trabalho rural e urbano.

. Aposentadoria aos 30 anos de serviço.

. Estabilização do Sistema de Saúde.

. Gestão do Min. da Previdência Social em conjunto com representantes das Centrais dos Trabalhadores.

. Desvinculação entre a Previdência e Saúde, sendo a 1ª destinada aos trabalhadores e a 2ª ao povo em geral.

. Prisão administrativa dos empregadores no caso de não pagamento do salário-mínimo e demais direitos trabalhistas nas matérias de fato.

. Multa rigorosa no caso de atraso de pagamento de salário.

. Teto para o salário máximo e limite de propriedade.

. Extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários ao bóia-fria.

. Extinção da CLT e legislação complementar sobre o FGTS.

. Criação de uma política salarial (Reajuste Trimestral ou Escala Móvel).

. Não extensão do regime do FGTS ao trabalhador rural, nos termos ora vigentes, para que continue garantida sua estabilidade.

. Mudança no capítulo referente a proteção ao trabalho do menor e da mulher.

. Garantias trabalhistas especiais ao estudante.

. Fiscalização do registro obrigatório na CTPS.

. Que o valor do benefício decorrente de aposentadoria seja o seu último salário, e os índices de reajustes obedeçam aos mesmos da categoria.

. Aumento na contribuição da União para a Previdência Social.

. Extinção dos salários vitalícios e dos privilégios exclusivos em todas as categorias.

. Estabelecimento de um percentual mínimo obrigatório de admissão de trabalhadores negros, nas empresas públicas e privadas, urbanas e rurais, correspondente a proporção de negros na localidade. Ficando também garantida a mesma proporcionalidade na folha de pagamento.

. Visando o pleno emprego de força de trabalho, na definição de políticas econômicas, dever-se-á incentivar e priorizar, em qualquer região do país, a implantação de unidades produtivas que absorvam o maior contigente de mão-de-obra.

. Que os encargos de previdências sociais tenham como base de cálculo o faturamento de empresa.

. Criação de conselhos de empresa, formados por empregados e empregadores, para fiscalizar a implementação de sistemas automatizados.

. Garantia no emprego para todos os hansenianos que sejam diagnosticados e que tenham condições de trabalho.

. Seja garantida a aposentadoria por invalidez.

. Proteção à mulher do agricultor.

. Que as empresas que possuam estudantes assumam o custeio da sua educação.

. Os órgãos decisórios das empresas deverão ser compostos por 1/3 de funcionários.

. Só poderão demitir sem justa-causa as empresas nas quais o salário máximo não seja mais que 20 vezes o piso salarial.

. Consignar no orçamento da União 5% para a Previdência Social.

. Unificação da Previdência Social Urbana e Rural, com os mesmos benefícios sendo concedidos a todos os trabalhadores.

. Ninguém poderá ganhar mais que 10 vezes o valor do salário mínimo.

. Que o aposentado e o desempregado possam continuar participando do do Sindicato com todos os direitos.

. Obrigatoriedade das empresas empregarem um percentual de deficientes físicos.

. Criação da figura do Corregedor da Justiça do Trabalho.

. Acesso ao serviço público somente através do concurso sem limite de idade.

. Extinção do Imposto Sindical imediatamente.

. Legislação específica do estudante trabalhador.

. Que a contribuição sindical seja cobrada pelos órgãos de classe.

. Ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores domésticos.

CEDIM

RELATÓRIO DA MINI-PLENÁRIA VIOLÊNCIA E CONSTITUINTE

Discutindo-se o tema, partiu-se do roteiro traçado na programação:

. Troca de experiência; análise das realidades;
. Instrumentos de luta;
. Pistas.

1. As realidades com modificações mínimas se identificam nos meios principais de luta, partindo das próprias necessidades.

De uma forma unitária todas as fontes de trabalho contra a violência na cidade e no campo, têm sido norteadas, no sentido de desmitificar o tema violência como violência do pobre (assaltos, homicídios etc). Denuncia-se a violência do sistema econômico que se materializa na violência da terra, do solo urbano, do trabalho, do menor abandonado, da polícia e da criminalidade financeira e comum.

Estes itens estão sendo analisados nos debates sobre a Constituinte.

2. Instrumentos de luta

. Em síntese os grupos estão trabalhando o tema violência e constituinte, no contexto total do problema Assembléia Constituinte.

. Os instrumentos utilizados são mais ou menos uniformes; todos na linha de educação popular.

. Usam-se os espaços das Igrejas, das escolas etc.

As técnicas ou meios têm sido: cartilhas, audio-visuais, teatros populares, caminhadas ou passeatas, atos públicos, palestras, criação de comitês e participação na Plenária Nacional Pró-Constituinte Popular.

3. Pistas

. Participação na Plenária Nacional Pró-Constituinte Popular.

. Criação de um banco de dados, onde seriam colhidos exemplares de material produzido pelos grupos ou Centros DDH sobre o tema. Esse banco que poderia ser formado pela Comissão Nacional serviria de fonte para os diversos grupos, uma forma de unificação dos meios de trabalho.

. Caminhadas, passeatas e todas formas de mobilização popular.

. Uma forma inusitada foi sugerida:

- a desobediência civil pura e simples, se a Assembléia Constituinte que é congresso, não acompanhar as tendências populares.
- as formas eficazes de desobediência seriam escolhidas pelas bases.

. Uma moção de repúdio enviada ao Congresso e à própria Comissão Afonso Arinos, contra a mesma.

. Apresentação de propostas norteadas pelos princípios da luta pela defesa dos Direitos Humancs, aos partidos políticos,exigindo destes o compromisso com os objetivos.

. Que os Movimentos de Defesa de Direitos Humanos batalhem para elegerem seus candidatos à Constituinte, escolhendo aqueles realmente comprometidos com a luta popular. Que a campanha seja eficaz para garantir o espaço.

. Utilização o mais possível dos veículos de comunicação social para a eficácia da luta.

Algumas propostas foram feitas para serem apresentadas aos Constituintes, e são as seguintes:

PROPOSTAS

. Desmilitarização das Policias Estaduais.

. Extinção dos Tribunais Militares para crimes comuns.

. Julgamento severo dos responsáveis por crimes de torturas ou Abuso de Poder cometidos contra presos ou detidos.

. Independência absoluta, autonomia financeira dos três poderes.
. Democratização do Poder Judiciário e escolha pela comunidade dos Corregedores da Justiça.
. Qualquer pessoa física ou jurídica individual ou coletivamente será parte legítima para propor Ação Popular independentemente da constituição de advogado, que vise impedir ou anular atos lesivos ao patrimônio comum.
. Assistência Judiciária gratuita e eficaz aos necessitados, por indicação livre do necessitado.
. Publicização dos serviços cartorários da Justiça.
. Manutenção da cidadania do preso comum mesmo após a condenação.
. Direito de anistia aos presos comuns, condenados anteriormente à nova lei Penal.
. Contra a inclusão no texto constitucional da Pena de Morte e Prisão Perpétua.
. Imprescritibilidade da Ação Penal para os crimes de desaparecimento forçado de pessoas.
. Contra a Prisão Cautelar.
. Instituição da Ação Penal Pública contra qualquer ato de violação aos Direitos Humanos.
. Pelo Direito de Mobilização e Resistência Popular contra atos considerados ilegítimos.
. Criação de Defensoria Pública nos presídios e nas delegacias com a responsabilidade civil e criminal por atos de omissão dos defensores.
. Revogar a lei Afonso Arinos, criando outra em seu lugar. Nesse novo dispositivo, a discriminação racial deverá ser considerada crime e não apenas contravenção penal e entre as penas, deve constar a cassação de alvará a estabelecimentos que impeçam a entrada de pessoas negras ou que as discriminem de forma humilhante, em seu interior.
. Acabar com o racismo vigente no Itamaraty, procurando formar diplomatas negros e deixar de "vender" ao mundo uma imagem de Brasil predominantemente branco, e onde existe uma "democracia racial".

A questão da violência é central para os CDDH's, explicitar que o direito não está sendo o suficiente em nosso país, todos sabemos das práticas de tortura e violência praticados pela polícia, principalmente no caso de furto e roubo onde se quer proteger o patrimônio da classe dominante.

direitos para podermos cobrar juntos com as comunidades qualquer prática contrária aos direitos garantidos.

Algumas possibilidades para se assegurar:

1 - Participação de defensoria junto às deleçacias se tornando responsável junto com o diretor do estabelecimento por práticas de violência.

2 - Comunicação à família de qualquer detenção em 12 horas.

QUESTÕES NÃO RESSALTADAS NO DOCUMENTO

Explicitação do princípio da isonomia: "É ilícita a desigualdade para promover a igualdade".

Titularidade de ação judicial não restrita à pessoa ou responsável em caso de violação dos direitos humanos.

Que seja incluída na nova Constituição, a possibilidade de acesso dos cidadãos aos dados disponíveis a seu respeito nos órgãos de segurança do Estado, tais como o SNI e a Polícia Federal e que se garanta o direito de exigir a destruição destas fichas.

Que a síntese das colocações aprovadas no 4º Encontro dos CDDH's receba o formato de um programa mínimo, o qual seria apresentado aos parlamentares ou candidatos a redigirem a Constituição e legislação primária, para que estes ou se comprometessem a defendê-lo, ou o repudiassem publicamente. Seria o placar das Diretas dos Direitos Humanos.

Modificação da legislação de comunicação, possibilitando a criação de TVs comunitárias, rádios comunitárias etc.

PROPOSTAS

- Que as entidades populares tenham direito a horário gratuito na imprensa falada e escrita e cadeia de rádio e televisão.
- Imprescritibilidade nos crimes cometidos por torturadores contra presos.
- Seja excluído do texto constitucional qualquer provisão de "Estado de Sítio", medida de emergência ou estado de emergência.

. Direito de voto e sindicalização a cabos e soldados.

. Que os assuntos referentes a Constituinte - Constituição sejam encaminhados à Plenária Nacional Pro Participação Popular na Constituinte, e não por uma secretaria de serviços do Movimento Nacional de Direitos Humanos.

. Proibição de candidaturas a qualquer cargo eletivo ou acesso a cargos públicos de pessoas civis ou militares envolvidos em casos de torturas.

. Funcionário público civil e militar em qualquer ato de tortura ou corrupção seja afastado, sem remuneração até decisão judicial definitiva.

. Que seja incluída na Constituição a violência sofrida pelas prostitutas nas delegacias, sofrendo humilhações etc.

. Acabar com obrigação do serviço militar tendo como alternativa o serviço civil.

. Reformular a legislação sobre o menor, tendo como subsídio inclusive a proposta da Associação dos Ex-alunos da FUNABEM.

. Extinção do Conselho de Segurança Nacional.

. Revisão do papel constitucional das forças armadas.

. Os Corregedores da Justiça (Juiz e Desembargador) serem eleitos pelo povo juntamente com os membros do Poder Legislativo.

. Os delegados de polícia, Corregedores, sejam também eleitos pelo povo.

. Criação da figura do "defensor do povo" para os crimes contra a coletividade, nos moldes do "OMBUDSMAN" dos países Nórdicos, eleito juntamente com os membros do judiciário.

CEDIM

PLENÁRIA FINAL - 1ª PARTE - DIA 25 DE JANEIRO DE 1986

Na noite do dia 25 de janeiro teve início a Plenária Final do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos. Constatado o grande volume de questões a serem ainda discutidas foi decidido que a Plenária Final seria realizada em duas partes, ficando o término do Encontro transferido para a manhã do domingo 26 de janeiro, após o culto ecumênico.

Em seguida, procedeu-se à leitura da nova redação da Carta de Princípios. Novos questionamentos foram apresentados e a decisão sobre a Carta transferida para a manhã do domingo. As propostas trazidas pelos grupos relativas à constituinte foram mais uma vez debatidas e consensualmente aprovada a proposta de que não deveriam ser votadas uma a uma e sim todas consideradas como contribuição do movimento para a luta a ser desenvolvida por todos.

Foram discutidas e votadas ainda as seguintes questões(*):

1 - LOCALIZAÇÃO DO PRÓXIMO ENCONTRO NACIONAL

RESULTADO: Goiânia sediará o V Encontro Nacional de Direitos Humanos em janeiro de 1988.

2 - LOCALIZAÇÃO DO PRÓXIMO ENCONTRO INTER-REGIONAL

RESULTADO: O Regional Leste II (Minas Gerais) sediará o próximo Encontro Inter-Regional de Direitos Humanos, a ser realizado no 1º Semestre de 1987.

3 - LOCALIZAÇÃO DO SIN

RESULTADO UNÂNIME: O SIN permanecerá em Petrópolis.

4 - CRIAÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS

RESULTADO: A Comissão Nacional discutirá e decidirá sobre a criação de novos serviços.

PLENÁRIA FINAL - 2ª PARTE - DIA 26 DE JANEIRO DE 1986

Na Plenária Final foram aprovados o Documento Final do IV Encontro, a Carta de Princípios do Movimento e um conjunto de moções apresentadas pelos participantes, além do tempo destinado ao pronunciamento dos organismos de caráter nacional filiados ao movimento. A Plenária Final transcorreu num clima de franco congraçamento e celebração da luta pelos Direitos Humanos no Brasil como caminhada ao lado dos emprobecidos pela sua libertação.

Na íntegra,a Carta de Princípios que deve inspirar e orientar o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos.

CARTA DE PRINCÍPIOS
DO
MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

A caminhada pelos direitos humanos é a própria luta do nosso povo oprimido, através de um processo histórico que se inicia durante a colonização e que continua hoje, na busca de uma sociedade justa, livre, igualitária, culturalmente diferenciada e sem classes.

Neste sentido, o MNDDH - Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos - afirma que os direitos humanos são, fundamentalmente, os direitos das maiorias exploradas e das minorias espoliadas cultural, social e economicamente, a partir da visão mesma destas categorias.

Para cumprir seus compromissos, o nosso Movimento baseia-se nos seguintes princípios:

1. Estimular a organização do povo, para que se conscientize de sua situação de opressão, descubra formas para conquistar e fazer valer seus direitos e para se defender das violências e arbitrariedades, promovendo, em todos os níveis, uma educação social e política para os direitos humanos. Este esforço deve possibilitar que o homem torne-se, cada vez mais, sujeito da transformação das atuais estruturas.
2. Lutar, com firmeza, para garantir a plena vigência dos direitos humanos, em qualquer circunstância, defendendo a punição dos responsáveis pelas violações desses direitos e a justa reparação para as vítimas.

3. Incentivar e garantir a autonomia dos movimentos populares, ultrapassando os interesses institucionais, partidários e religiosos, considerando a pluralidade de opinião e reafirmando a opção fundamental, que é o nosso compromisso com os oprimidos.

4. Ter claro o seu papel, suas limitações e potencialidades, sua identidade, repudiando qualquer forma de instrumentalização e se caracterizando como uma entidade não governamental.

5. Combater todas as formas de discriminação por confissão religiosa, diversidade étnico-cultural, opinião política, sexo, cor, idade, deficiência física e/ou mental, condição econômica e ideologia.

Unidos, lutaremos pela realização desses nossos compromissos, caminhando, assim, para a construção de uma Nova Sociedade e do Homem Novo, no Brasil, na América Latina e no mundo.

Olinda, 26 de janeiro de 1986
IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS.

MOÇÕES E OUTROS DOCUMENTOS

- Moções aprovadas
- Documento apresentado pelo MORHAN
- Documento apresentado pelo CLAMOR
- Documento dos Advogados "O Direito está errado"
- Convite para o IV Encontro com breve histórico da caminhada do Movimento
- Listagem dos grupos participantes, em sistema de endereçamento por computador

CEDIM

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - OLINDA - PERNAMBUCO

Moção de protesto face a ato do Hospital Padre Bento

Guarulhos - São Paulo

Os participantes do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em Olinda-PE., de 22 a 26 de janeiro de 1986, se dirigem ao Hospital Padre Bento, Guarulhos (São Paulo) para protestar pelo uso de Thalidomida em paciente grávida, contrariando recomendações que disciplinam o uso deste medicamento.

Olinda, 26 de janeiro de 1986.

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - OLINDA - PERNAMBUCO

Moção de protesto face a ato do Governo do Estado da Bahia

Os participantes do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em Olinda, de 22 a 26 de janeiro de 1986, se dirigem ao governo do Estado da Bahia para protestar diante de ato do Secretário de Saúde, o qual criou uma comissão para encaminhar a desativação da Colônia de Águas Claras (Salvador), desconsiderando o direito à terra, e sem consultar os pacientes.

Olinda, 26 de janeiro de 1986.

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - OLINDA - PERNAMBUCO

Moção de apoio pela criação de grupo de trabalho sobre a ques dos hansenianos

As Entidades de Defesa dos Direitos Humanos, reunidas no IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em Olinda, PE., de 22 a 26 de janeiro de 1986, apoiam a luta pela garantia do direito à cidadania (terra, saúde, trabalho, educação , etc) aos hansenianos que há dezenas de anos foram compulsoriamente isolados nos asilos-colônias de todo o país.

Neste sentido, as Entidades presentes decidem por encaminhar ao Sr. Presidente da República, solicitação de criação de grupos de trabalho sobre a questão do hanseniano, compostos pelas diversas Secretarias Estaduais de Saúde e pelo MORHAN, com vistas a realizar e acompanhar o processo de desativação dos asilos-colônias.

Olinda, 26 de janeiro de 1986.

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - OLINDA - PERNAMBUCO

Moção de apoio à luta do Movimento de Defesa dos Favelados por moradia

Os participantes do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em Olinda-PE., de 22 a 26 de janeiro de 1986, apoiam o Movimento de Defesa dos Favelados (MDF), na sua luta por moradia, inclusive comprometendo-se a participar, através de todas as entidades presentes a este Encontro, do "Dia Nacional de Luta Pela Moradia", que acontecerá no próximo dia 25 de fevereiro de 1986, dia este que foi escolhido em homenagem aos favelados de Vila Socó (Cubatão), que morreram na explosão dos gasodutos da PETROBRÁS.

Aprovado no V Congresso Nacional dos Favelados, realizado no Recife, no mês de julho passado, o Dia Nacional de Luta Pela Moradia será marcado por manifestações em todo o Brasil.

Tendo sido solicitada audiência ao Presidente José Sarney e ministros do setor, e não havendo até agora confirmação, os participantes do Encontro decidem também por exigir de parlamentares e assessores da Presidência, a concessão da aludida audiência a se realizar também no dia 25/02/86.

Olinda, 26 de janeiro de 1986.

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - OLINDA - PERNAMBUCO

Moção de Apoio ao Movimento Negro

Os participantes do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em Olinda-PE., de 22 a 26 de janeiro de 1986, se posicionam no sentido de apoiar não somente os movimentos negros no Brasil que estão na luta pelos Direitos Humanos, mas também dos países africanos que estão lutando pela transformação social e pela libertação dos regimes autoritários existentes, como acontece com o APARTHEID na África do Sul.

Fortalecendo o apoio, compromete-se o MNDDH a propiciar, em seus trabalhos, a realização de discussões da questão do negro, bem como a garantir de fato a presença de comissão de negros pertencentes a Entidades comprometidas com a luta dos Direitos Humanos.

Olinda, 26 de janeiro de 1986.

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - OLINDA - PERNAMBUCO

Moção solicitando medida do Sr. Ministro da Justiça

Os participantes do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em Olinda-PE., de 22 a 26 de janeiro de 1986, pedem a Sua Excelência, o Ministro da Justiça, Dr. Fernando Lyra, a imediata expulsão do território nacional do cidadão chileno Sergio Arredondo Gonzalez pelo motivo de sua participação na Comitiva Militar que assassinou 72 chilenos, entre os dias 16 a 19 de outubro de 1973.

Este cidadão, Coronel do Exército chileno, reside atualmente em São Paulo, onde representa a CODELCO - empresa estatal chilena do cobre.

Que o governo brasileiro reconheça que a presença dessa pessoa é nociva à democracia em nosso País.

Olinda, 26 de janeiro de 1986.

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIRITOS HUMANOS - OLINDA - PERNAMBUCO

Moção exigindo medida do Sr. Ministro da Justiça

Os participantes do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em Olinda-PE., de 22 a 26 de janeiro de 1986, apoiam a luta pela liberdade do cidadão paraguaio REMIGIO GIMENEZ GAMARRA, casado com brasileira, que residiu durante anos em nosso país e que, em 1978 foi preso pela Polícia brasileira de forma arbitrária e ilegal em Foz de Iguaçu e entregue à Polícia paraguaia. A promotoria requereu em seu favor a aplicação da pena de morte.

Remigio Gimenez encontra-se em greve de fome há 45 dias como última medida para que seu caso encontre uma solução justa e definitiva.

As entidades presentes solicitam urgentes e efetivas providências do governo brasileiro no sentido de interferir na solução imediata de sua situação, e desde já, o responsabilizam pelas consequências trágicas que possam advir desta greve de fome.

Olinda, 26 de janeiro de 1986.

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - OLINDA - PERNAMBUCO

Moção de apoio a medida da "Nova República"

Os participantes do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em Olinda-PE., de 22 a 26 de janeiro de 1986, repudia a atitude tomada pelo governo da "Nova República", que indicou para assumir a Superintendência da Polícia Federal do Estado do Pará, o Sr. Roberto Felipe de Araújo Porto, denunciado pelo livro "Tortura Nunca Mais", e pela Prefeita Mª Luiza , de Fortaleza, como torturador na época negra do Regime Militar. O Encontro Nacional acredita que a postura de um governo é de garantir os direitos humanos sem polícia e torturadores, forma muito usada na ditadura militar.

Olinda, 26 de janeiro de 1986.

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - OLINDA - PERNAMBUCO

Moção solicitando medida do Sr. Ministro da Justiça

Os participantes do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em Olinda-PE., de 22 a 26 de janeiro de 1986, decidiram solicitar do Exmo. Sr. Ministro da Justiça, providências reais no sentido de serem apurados os crimes que vitimaram lideranças dos trabalhadores rurais brasileiros, crimes esses que os governos estaduais não têm interesse em apurar e punir seus responsáveis, criando uma situacão muito especial.que é a de não haver hoje nenhum mandante ou responsável pela morte de trabalhador que tenha sido punido.

Queremos que haja Justiça sem discriminação.

Olinda, 26 de janeiro de 1986.

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - OLINDA - PERNAMBUCO

Moção de repúdio à Comissão de Alto Nível

Os participantes do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em Olinda-PE., de 22 a 26 de janeiro de 1986, repudiamos formalmente a criação e o funcionamento da Comissão Constitucional, presidida pelo jurista Afonso Arinos, que se antepõe - com o aval do governo - ao debate nacional sobre a nova Constituição. Não podemos aceitar que sejam ouvidos, sobre a nova Carta Magna, os mesmos personagens que, durante os 20 anos recentes de nossa história, oprimiram e esmagaram o nosso povo.

Denunciamos que se pretende manter, na nova Constituição, com o aval dessa Comissão, a mesma doutrina de Segurança Nacional que ainda inspira regimes fascistas como os do Chile e do Paraguai.

Conclamamos as igrejas, partidos políticos identificados com as causas populares e outras entidades da sociedade civil, a se somarem a essas nossas preocupações.

Propomos à sociedade civil brasileira que a Plenária Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte seja utilizada como um dos canais mais importantes para que os interesses do nosso povo sejam considerados no urgente debate sobre a terra.

Olinda, 26 de janeiro de 1986.

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - OLINDA - PERNAMBUCO

Moção de repúdio à convocação autoritária da Assembléia Nacional Constituinte

Os participantes do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em Olinda-PE., de 22 a 26 de janeiro de 1986, nos dirigimos às Conferências Religiosas Cristãs para darmos nosso apoio para que permaneçam se manifestando contra o processo constitucional conduzido pelo governo, como injusto e ilegitimo.

Firmamos nossa posição de que a Assembléia Constituinte seja específica e eleita em separado, com a revisão das proporções de representatividade e real eliminação da legislação autoritária.

Olinda, 26 de janeiro de 1986.

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - OLINDA - PERNAMBUCO

Moção de apoio a luta de trabalhadores

Nós, os participantes do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em Olinda-PE., de 22 a 26 de janeiro de 1986, sendo sabedores da situação dos posseiros da Fazenda SAPUCAIA - Bananeiras-PB - Diocese de Guarabira, queremos nos posicionar a favor dos mesmos nos seguintes termos:

A Fazenda Sapucaia é um latifúndio de 1000ha, e há muitos anos, mais de 100 trabalhadores trabalham e moram na Fazenda. Porém, ultimamente a Fazenda foi comprada e o novo proprietário está proibindo os posseiros arrendatários a plantar nas suas posses.

Movidos pela necessidade, os agricultores resolveram fazer funcionar suas roças em forma de mutirão. Acontece que no 1º mutirão a polícia impediu o trabalho sem qualquer decisão judicial a respeito. Apesar de a Secretaria de Segurança Pública da Paraíba ter se comprometido a não intervir sem decisão judicial, ontem, dia 24, a polícia procurou pessoas que apoiam os trabalhadores e ofenderam com palavrões, além de prometer cadeia.

Diante do exposto, decide a Assembléia deste Encontro pelas seguintes providências:

1. Enviar telegramas/cartas ao Secretário de Segurança Pública no sentido de que a polícia só compareça ao local do conflito a pedido dos trabalhadores para garantir sua posse.

2. Carta e telegrama ao Governador da Paraíba, Sr. Wilson Braga,no sentido de intervir para a solução do conflito.

3. Cartas ao INCRA solicitando a DESAPROPRIAÇÃO do imóvel para a definitiva solução dos conflitos e a paz social no país.

Olinda, 26 de janeiro de 1986.

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - OLINDA - PERNAMBUCO

Moção de solidariedade a Nelson Mandela e sua mulher Winnie

Nós, militantes de todo o Brasil que participamos do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, em Olinda-PE., de 22 a 26 de janeiro de 1986, queremos manifestar-lhes nossa plena solidariedade na luta que vêm realizando, em condições tão desumanas, para que desapareça, da África do Sul e do mundo a praga do racismo.

Através de vocês, somos solidários ao valoroso povo sul africano - particularmente ao povo negro - na esperança de que chegue logo o dia da libertação e que as forças democráticas e populares prevaleçam nesse país da África.

Olinda, 26 de janeiro de 1986.

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - OLINDA - PERNAMBUCO

Moção de solidariedade e apreço ao Frei Leonardo Boff

Que os participantes do IV Encontro Nacional do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos manifestam a Frei Leonardo Boff o seu reconhecimento e gratidão por toda a sua luta pelos empobrecidos, fonte permanente de inspiração e esperança para todos os que se irmanam nesta luta.

Olinda, 26 de janeiro de 1986.

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - OLINDA-PERNAMBUCO

Moção pelos desaparecidos políticos no Brasil

Nós, participantes do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em Olinda-PE., de 22 a 26 de janeiro de 86, dirigimo-nos às entidades representativas dos mais diversos setores da sociedade civil no Brasil, fazendo um apelo para que não deixem ficar no esquecimento a terrível realidade dos 122 desaparecidos políticos, durante os vinte anos da ditadura militar em nosso país.

Propomos a essas entidades que somem esforços aos familiares dos desaparecidos políticos para que seja esclarecida urgentemente esta situação e para que os responsáveis pelos seqüestros, torturas e assassinatos sejam identificados, processados e punidos com base na lei.

Olinda, 26 de janeiro de 1986

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - OLINDA - PERNAMBUCO

Moção de Solidariedade às Comunidades Cristãs Populares da Nicarágua

Nós, participantes do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em Olinda-PE., de 22 a 26 de janeiro de 86, manifestamos a nossa solidariedade aos irmãos das comunidades cristãs populares da Nicarágua, comprometidas com o processo de transformação social, econômica, política e cultural nesse país centro-americano, liderado pelo Governo Sandinista.

Nosso apoio torna-se cada vez mais forte à medida em que se multipliquem todas as formas de opressão contra o povo e o governo nicaraguenses, com apoio declarado do Governo Reagan e das antigas forças somozistas.

Lamentamos os assassinatos diários de camponeses, agentes de saúde, educadores e outros militantes de base, nesta escalada intervencionista e criminosa, que manipula, inclusive, as tradições cristãs do povo nicaraguense.

Recebam, portanto, nossa solidariedade e nosso apoio, com o desejo de que, iluminados pelos ideais de Augusto César Sandino, continuem firmes, consolidando as conquistas da Revolução Sandinista.

Olinda, 26 de janeiro de 1986

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - OLINDA-PERNAMBUCO

Moção de Solidariedade ao povo Salvadorenho, em sua luta de libertação nacional

Como participantes do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado de 22 a 26 de janeiro de 1986,em Olinda-PE, dirigimo-nos aos companheiros da Frente Farabundo Martí para a libertação nacional de El Salvador, manifestamos nossa solidariedade na dura luta que vêm realizando para que este país se liberte das seculares cadeias de opressão e dominação.

Bem sabemos dos sacrifícios que esta luta tem imposto ao valoroso povo salvadorenho, mas reafirmamos a nossa convicção de que a vitória chegará, com a perspectiva de um país justo, soberano e fraterno.

Olinda, 26 de janeiro de 1986

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - OLINDA-PERNAMBUCO

Moção de apoio à denúncia de desaparecimento de ex-alunos da FUNABEM, feita pela ASSEAF - Ass. dos Ex-alunos da FUNABEM-RJ.(*1)

Os participantes do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado de 22 a 26 de janeiro de 1986, em Olinda-PE., apoiamos a denúncia formulada pela ASSEAF - Assessoria dos Ex alunos da FUNABEM a respeito do desaparecimento de 3 (três) associados, estando desempregados, buscavam em pequenos furtos em Supermercados, sua sobrevivência.

Apesar dos desaparecimentos, as autoridades policiais não admitiram a prisão de nenhum deles. Exigimos das autoridades o aparecimento de CLÁUDIO DA SILVA, SÉRGIO REIS e JOSÉ MARCIANO vivos, para que justiça seja feita.

A prática do extermínio não pode continuar a existir e os esquadrões da morte devem ser desbaratados para que reine a justiça e a paz para os explorados.

Olinda, 26 de janeiro de 1986.

(*1) anexa à moção segue a denúncia da ASSEAF, devidamente documentada com matérias de jornal.

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - OLINDA - PERNAMBUCO

Moção de repúdio a juristas

As entidades de defesa dos direitos humanos reunidas no IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em Olinda-PE, de 22 a 26 de janeiro de 1986.

CONSIDERANDO que a alteração da estrutura fundiária, de modo a garantir o acesso e o cultivo da terra pelos trabalhadores rurais, é uma das condições prioritárias à implantação de uma real democracia no país;

CONSIDERANDO que a tensão no campo e os atos indiscriminados de violência praticados pelos latifundiários e fazendeiros contra os trabalhadores rurais e suas famílias têm se agravado nesses últimos 12 meses, face ao anúncio, pelo Governo Federal do Plano Nacional de Reforma Agrária;

CONSIDERANDO que a imediata e efetiva implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária, em que pese seu alcance limitado e a timidez de suas proposições, é um dos caminhos de que dispõe o Poder Civil para se contrapor à violência e a impunidade dos grandes proprietários rurais;

CONSIDERANDO, por fim, que a utilização de argumentos legais para justificar agressões aos direitos humanos e à dignidade da pessoa humana, além de constituir apologia à violência, é um ato social e eticamente condenável;

Resolvem aprovar a moção de repúdio à atitude dos renomados juristas, ORLANDO GOMES, professor catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia e, SÍLVIO RODRIGUES, professor catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que, através de consulta formulada por uma comissão de fazendeiros apoiada pela TFP, elaboraram amplos pareceres, justificando, legalmente, através da figura do "desforço" imediato, a possibilidade de resistência à mão armada pelos fazendeiros na defesa de seu patrimônio, pareceres esses publicados, sob o patrocínio da TFP e sob a forma de ineditoriais, no DIÁRIO DE RIBEIRÃO PRETO (SP) de 12 de janeiro de 1986, e no DIÁRIO DE PERNAMBUCO de 21 de janeiro de 1986.

Resolvem, também, que a presente moção de repúdio seja enviada diretamente, pela Secretaria do Encontro, aos aludidos professores.

Olinda, 26 de janeiro de 1986.

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - OLINDA - PERNAMBUCO

Moção de repúdio às agressões contra funcionários e parlamentares, dia 15 de janeiro do corrente, no Parque Ibirapuera, Prefeitura de São Paulo

Os integrantes do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em Olinda-PE., de 22 a 26 de janeiro de 1986, manifestam seu repúdio às agressões perpetradas por forças policiais contra parlamentares e funcionários municipais demitidos, que exerciam o direito constitucional de livre manifestação no Parque Ibirapuera.

É penoso constatar que o governo do Estado de São Paulo, por conivência ou incompetência, permitiu que policiais militares se travestissem de capangas do Prefeito Jânio Quadros, usando cacetetes de madeira de há muito proibidos pela própria corporação. Tal arreganho no reprimir só pode ser debitado à certeza da impunidade.

Que os integrantes de tais governos, que se xingavam nos palanques ontem, mas se fazem sócios de tão macabras empreitadas contra o povo, hoje, não venham dizer amanhã, às vésperas das eleições à Constituinte, que estão comprometidos com o resgate da cidadania e com a afirmação dos direitos fundamentais do homem.

Olinda, 26 de janeiro de 1986.

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - OLINDA - PERNAMBUCO

Moção de observação ao Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para ausência de uma atuação concreta na questão do Direito do Menor

Chamamos a atenção do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, no seu IV Encontro Nacional, realizado em Olinda-PE., de 22 a 26 de janeiro de 1986, para o fato de haver, até a presente data, pouca contemplação por parte das entidades de Direitos Humanos para a maior violação destes direitos no Brasil, que é o abandono de 40 milhões de menores que não têm tido acesso à educação, à saúde e à dignidade humana.

Escudados na menoridade comete-se inúmeras arbitrariedades contra menores no Brasil, desde o simples direito de defesa, que lhes é negado, ante a possividade da sociedade e das organizações evoltadas para defesa dos direitos humanos que se sentem inibidas para atuar nesta questão.

O Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos não será abrangente se não considerar prioritariamente, esse contigente de explorados, que precisam ser respeitados enquanto menores, para que possam respeitar e exigir respeito aos Direitos Humanos, quando se tornarem adultos.

Olinda, 26 de janeiro de 1986

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - OLINDA - PERNAMBUCO

Moção de Repúdio à Violência Discriminatória da Polícia Militar de Pernambuco

Os participantes do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos realizado em Olinda-PE., de 22 a 26 de janeiro de 1986 , manifestam seu indignado repúdio ao preconceito racial embutido na filosofia de trabalho da Polícia Militar de Pernambucc, e inquestionavelmente explicitado contra AMILTON GUSTAVO DE SÁ BARRETO, participante desse Encontro.

Dia 22 de janeiro corrente, às 22 hs. Amilton, que é negro, foi destacado dentre outros transeuntes brancos, que também subiam a ladeira que dá acesso ao Seminário de Olinda onde se hospedam os delegados do Encontro, sendo minuciosa e humilhantemente revistado pelos policiais, que só desistiram de levá-lo preso para averiguações, quando leram o "crachá" de delegado de um Centro de Defesa que Amilton portava.

Para policiais assim, tão pobres de competência e tão ricos de preconceitos, Amilton fez-se suspeito só por ser negro. Repudiamos tal discriminação, que, sobre ser flagrante violação aos direitos humanos, só contribui para uma imagem nada dignificante da Corporação Policial.

Olinda, 26 de janeiro de 1986.

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - OLINDA - PERNAMBUCO

Moção de repúdio aos parlamentares que apoiaram o Congresso Constituinte

Nós, participantes do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, reunidos em Olinda-PE., de 22 a 26 de janeiro de 1986, repudiamos publicamente a decisão dos parlamentares que votaram a favor do Congresso Constituinte, traindo, assim, as aspirações e o desejo da sociedade civil brasileira, que luta por uma Assembléia Nacional Constituinte democrática e soberana, específica e voltada exclusivamente para as tarefas constitucionais.

Situados em vários partidos, estes parlamentares votaram de acordo com as suas conveniências e ambições, atropelando os seus próprios eleitores, e ferindo a consciência cívica dos brasileiros.

Apelamos aos eleitores para que definam o seu voto, nas próximas eleições, a partir da verificação de como os candidatos à reeleição ao Congresso, se comportaram na votação sobre a Constituinte.

Olinda, 26 de janeiro de 1986.

Morhan

OVIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DO HANSENIANO
Av. Índico, 545 - Jardim do Mar - CEP 09700
Fone: 414-2837 - C G C 43.329937/0001-18
São Bernardo do Campo - São Paulo

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

O Movimento de Reintegração do Hanseniano - MORHAN, entidade sem ns lucrativos, fundada em 06 de junho de 1981, constitui-se de pacien- e pessoas interessadas no combate à hanseníase no Brasil e no mundo , tando já organizado em 20 estados através de 37 núcleos, sendo dirigido r uma coordenação nacional com sede no município de São Bernardo do Cam - São Paulo; e tem por finalidade promover medidas educativas que vi- a prevenção, diagnóstico precoce, tratamento, reabilitação, informa- o e conscientização do hanseniano, sua família e sociedade, objetivando sua mais completa reintegração social e vem a público para denunciar a ave situação da hanseníase no Brasil.

O MORHAN dispõe de informações que refletem o descaso dos órgãos ficiais de Saúde Pública à problemática do Hanseniano, e DENUNCIA:

1) A assistência médico-sanitária destinada a estes pacientes é ita tardiamente e além disto, há falta sistemática de medicamentos, pra tamente inexistindo no momento ações de prevenção e recuperação de inca cidades. Cerca de 42% dos pacientes diagnosticados e conhecidos não es- sendo tratados, segundo a DNDS - Divisão Nacional de Dermatologia Sa- taria, e segundo a OMS, para cada caso registrado existem três desconhe os.

2) Não existe a nível nacional uma política real e efetiva, objeti ndo a educação sanitária e a conscientização tanto da população em ge- como especificamente dos hansenianos que sofrem as consequências do te preconceito social, historicamente existe em relação a estes pa- ntes pela sociedade.

3) A assistência hospitalar destinada aos hansenianos, regra geral, calamitosa segundo os padrões internacionais recomendados pela OMS e é ente nos hospitais gerais públicos e privados. Neste caso a recusa de tamento dos pacientes ocorre por falta de conhecimento dos médicos de de, por desconhecimento do problema e também falta de envolvimento do MPS que, na prática, financia a assistência médica. No caso dos Hospi

tais especializados, todos de âmbito de governos estaduais, a assistência é negligente, imprudente e carente de competência, apesar de sua destinação específica. O exemplo mais recente ocorreu no Hospital Padre Bento (Guarulhos - S.Paulo) quando a paciente H.S., procedente da Bahia, com três meses de gestação tomou Talidomida prescrita pelo médico Dr. Marcos Vergueiro Renauld sendo avaliada dois dias depois pela Dra. Beatriz Palma de Carvalho Pereira, ginecologista e Diretora Clínica desse hospital, sem o devido conhecimento dos efeitos teratogênicos desse medicamento por parte da referida paciente. Tais procedimentos são consequência do descaso e abandono que a saúde pública vem sofrendo nas últimas décadas.

4) A Assistência ambulatorial, igualmente deficiente não proporciona aos doentes o direito de acesso aos atuais conhecimentos científicos da doença e embora este conhecimento recomende que os pacientes sejem tratados nos ambulatórios ou Centros de Saúde que eles escolham, vem ocorrendo grave desrespeito aos direitos humanos. Há informações que o MORHAN dispõe de que estes ambulatórios ou Centro de Saúde vem sistematicamente obrigando estes pacientes a se tratarem nos locais escolhidos pelos técnicos , contrariando não só a vontade do paciente, como, inclusive, recomendações dos órgãos oficiais que conferem ao paciente o direito de escolher o seu local de tratamento. Isto ocorre por absoluta falta de interação entre os profissionais que prestam serviços,a clientela destes ambulatórios e a população desinformada.

5) Existem entidades, algumas até mesmo fantasmas, e pacientes despreparados ou mal intencionados que se auto-denominando defensores dos hansenianos utilizam-se de práticas altamente negativas, solicitando dinheiro à população em geral, a qual, desinformada, muitas vezes atendem a estes apelos impedindo ou dificultando o real desenvolvimento dos trabalhos sérios de conscientização e reivindicação que o Morhan se dispõe a fazer. Estas práticas são comuns particularmente no estado de Minas Gerais e especialmente na cidade de Betim, onde existe um antigo sanatório, de onde partem mensalmente milhares de cartas para todo o Brasil.

6) O isolamento compulsório instituído desde 1920 até a década de 60 constitui-se em ato discutível muitas vezes e que está abolido. A assistência ambulatorial ainda hoje deficiente conduz grande número de pacientes a hospitais especializados, que poderiam ser assistidos a nível ambulatorial.

As consequências das internações desnecessárias até hoje permeiam a consciência coletiva. O atual estágio do tratamento do hanseniano requer atualmente assistência hospitalar geral, não especializada, o que, infelizmente não temos.

As atuais colônias, constituem-se em problemática social não resolvida a contento do ponto de vista do doente, lá internado compulsoriamente, estando em vigor uma atitude oficial de desativação destas colônias de hansenianos em alguns Estados. O exemplo mais recente disto ocorreu recentemente na Bahia, onde o Secretário de Saúde através da portaria 584/85 designou uma comissão para encaminhar a desativação da colônia de Águas Claras (Salvador - Bahia); o que não ocorreu face a inesperada reação do MORHAN, da Comissão de Justiça e Paz, Parlamentares e outras pessoas sensibilizadas com o problema.

Esta desativação que vem sendo praticada pelos meios oficiais, à revelia dos pacientes, que não são consultados e não tem respeitado o direito de opinar se a eles interessam ou não, pode muitas vezes constituir-se em problema social grave, pois força o hanseniano a conviver numa sociedade desinformada que não está preparada para recebe-lo adequadamente e de que ele tem direito. Por outro lado, as terras ocupadas há dezenas de anos por estes pacientes, a quem serão destinadas? Os pacientes serão indenizados pelos danos físicos e morais que sofreram com as internações muitas vezes violentas? E a competição destes pacientes incapacitados no mercado de trabalho de uma sociedade profundamente desigual e discriminatória?

A hanseníase é doença como outra qualquer doença infecciosa, ocorrendo com maior frequência nas camadas mais empobrecidas da população. O atual modelo econômico, repetindo os mesmos esquemas de governos anteriores, leva o país a uma dependência do capital estrangeiro, conduzindo-o a uma recessão intolerável que só pode leva-lo a um agravamento da situação. Além da falta de dados oficiais confiáveis, existem evidências de alastramento desta doença. Além do estabelecimento de programas de controle específicos da doença, o Morhan vem a público para afirmar que toda esta problemática é fruto de uma política econômica e social autoritária a nível nacional e manifesta-se conclusivamente pelo desejo de que sejem realizadas eleições diretas para Presidente da República e para todos os níveis inclusive no Distrito Federal - além de uma reforma agrária ampla como forma de redistribuição de riquezas, com o controle dos trabalhadores, bem como uma Assembléia Nacional Constituinte Livre e Soberana, com ampla participação popular.

Acreditamos que todos estes problemas dos hansenianos e da popula-

ção em geral poderão ser solucionados com maior brevidade por um governo comprometido e legitimado pelo voto direto de toda a população deste país.

Que os direitos humanos dos hansenianos sejam respeitados.

Que o povo deste país escolha em eleições livres e diretas todos seus dirigentes.

Que todos tenham direito a terra para trabalhar e morar, pois é este modelo econômico responsável pela hanseníase e por todas desigualdades sociais.

Defendemos categoricamente uma Assembléia Nacional Constituinte Livre e Soberana, por ser anseio da população. Tendo em vista que mais uma vez a maioria foi frustada pelos que hoje estão no poder, não podemos abrir mão. Embora contra nossa vontade devemos participar do processo hoje estabelecido para garantir nosso espaço de luta e participação.

Morhan - Movimento de Reintegração do Hanseniano
Av. Índico, 545 - Jardim do Mar
09700 - São Bernardo do Campo - SP
tel. (011) 414.28.37 Cx.Postal 471

Clamor faz sugestões para Constituinte

Recife,Pe. (AGEN) - No IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado na cidade de Recife (PE), o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos nos Países do Cone Sul - CLAMOR -, apresentou algumas sugestões sobre o asilo político, a extradição e expulsão de refugiados políticos que poderão auxiliar na elaboração do texto sobre Direitos Humanos na Constituinte. Reproduzimos, abaixo, a proposta:

1º - O asilo político no Brasil deve erigir-se, por norma constitucional, em direito de todo perseguido político no Estado de origem ou em outro, criando-se os mecanismos adequados para a sua garantia jurisdicional.

- Violações de direitos humanos não poderão ser alegadas como causa justificadora de asilo político. Os acusados de violação de direitos humanos, no Estado de origem ou em outro, não terão direito ao asilo territorial ou político.

2º - A extradição do refugiado político para o País de que proveio deverá ser negada, não só quando fundada na acusação ou condenação por crime político, mas também quando, embora visando à sanção por crimes comuns, a hipótese possa configurar extradição política disfarçada, inclusive por não oferecer o Estado requerente, no momento histórico considerado, garantias de fato de um julgamento isento.

- No caso de se conceder a extradição, o governo brasileiro deve indicar ao País que receberá o extraditado quais as acusações às quais este deverá responder em processo.

3º - A expulsão e a deportação do refugiado, ou do estrangeiro que haja pleiteado

o asilo, deve submeter-se a amplo controle jurisdicional, e deve ser vetada sempre que, mesmo indiretamente, possa resultar no retorno forçado ao Estado de origem, com riscos para os direitos humanos do interessado.

- A expulsão deve ser proibida se o estrangeiro tiver cônjuge brasileiro ou filho brasileiro sob sua dependência.

4º - Deve-se assegurar a aplicação no Brasil das convenções internacionais sobre direitos humanos, e garantir a qualquer do povo o direito de recorrer ao Supremo Tribunal Federal para denunciar transgressão do governo brasileiro a normas ou convenções internacionais, que está obrigado a respeitar.

5º - Deve-se assegurar, por norma constitucional, a imprescritibilidade dos crimes de desaparecimento forçado, sendo passíveis de responsabilização criminal não só os agentes desses crimes, mas também os Estados.

- O Estado não poderá correr prescrição nas ações de responsabilidade criminal ou reparação civil, nos casos de tortura, desaparecimento e assassinato de pessoas, praticados por seus agentes.

6º - As resoluções sobre a manutenção ou não de relações diplomáticas com este ou aquele país devem ser atribuição do Congresso Nacional.

7º - A Constituição deve assegurar, de modo claro, além dos direitos humanos, os direitos da criança.

O DIREITO ESTÁ ERRADO

No momento em que se coloca a questão dos direitos humanos sob a ótica do direito, temos que, necessariamente pensar qual o direito. A quem se dirige este direito que vige hoje no Brasil.

Pensar não este direito que nos é apresentado empacotado, pronto, reflexo de um Congresso Nacional não legítimo, majoritariamente burguês, atrelado aos altos grupos econômicos.

Mas pensar em um novo direito. O direito que não é codificado, mas que surge da necessidade de existir de um novo povo sem vez e voz.

Ao pensar na justiça social pensamos neste direito. O direito fruto da realidade que vive o cidadão brasileiro, fruto da necessidade de resgatar a cidadania.

Ao procurar a justiça social encontramos este direito. Um direito que, visto sob a ótica estatal, está do avesso. E nos comprometemos a assumir a postura de tentar consolidar esses novos direitos.

Consolidar através do respeito aos valores e as características étnicas e regionais do nosso povo. Consolidar dando prioridade absoluta a liberdade e a igualdade. Não a liberdade de ser do sigual, mas a busca incessante da verdadeira liberdade consubstanciada na igualdade de direitos e oportunidades.

O direito com o qual nos comprometemos renasce a cada dia. Acompanha as mudanças sociais e não quer que a sociedade se adapte a ele. É um direito dinâmico que se apresenta como instrumento da sociedade, de suas mudanças, de suas conquistas.

É um direito que surge como opção para uma solução pacífica para os nossos conflitos. Uma solução que depende do avanço das organizações populares, pois se estratifica enquanto catalizadora desse avanço.

Um direito permanentemente inacabado, que não será, jamais a definição do correto, pois se aperfeiçoa com a dialética da própria vida. Que não é, enquanto proposta, definitivo, que é, sendo.

Um direito, enfim, que seja integrado à realidade nacional, uma realidade única, a que emerge da força da organização popular e da consciência generalizada que é necessário unir os cidadãos para uma tomada de posição: o direito é a efetivação do pensamento popular. E só tem sentido enquanto instrumento para viabilizar a consecução desse pensamento, que nasce dos conflitos e do crescimento da luta pelo resgate da dignidade e da existência livre do nosso povo.

A J O P
CENTRO DE ASSESSORIA JURÍDICA ÀS ORGANIZAÇÕES POPULARES

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

O IV Encontro Nacional de Direitos Humanos está próximo, e será realizado nos dias 22 a 26/01/86, em Olinda.

Esse Encontro representa um momento muito importante de nossa história enquanto movimento. Por isso, antes de mais nada, gostaríamos de resgatar os passos mais significativos dessa nossa caminhada.

I

P A S S O S

O lema desde o início foi SERVIR À VIDA. Já faz 04 anos de caminho andado, os passos foram dados, alguns obstáculos superados, mas nos restam sempre os desafios...

1 - 1982 - 1º passo

Realização do I Encontro Nacional de Direitos Humanos em Petrópolis-RJ, com 35 entidades presentes.

Objetivos:

Tomar conhecimento de vários grupos que defendem os Direitos Humanos, possibilitar um primeiro contato afim de conhecer as lutas empreendidas, trocar experiências, criar laços de união e fortalecer a busca da justiça, o único alicerce da verdadeira paz.

Consequências desse 1º passo:

. A necessidade de descobrir outras entidades atuantes na

vinte e sete de janeiro, 181 — olinda — pe — cep 53.000 — telefone: 429 3444 — cgc 08.342.432/0001-49

defesa dos Direitos Humanos para reforçar a caminhada comum.

. A necessidade de se motivar e apoiar a criação de novos grupos que lutem pela justiça.

Decisões:

. A formação de 04 regionais (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul), dentre as 35 entidades presentes, com finalidade de apoiar a Articulação Nacional.

. A criação do SIN (Serviço de Intercâmbio Nacional) para manter e aprofundar o contato entre as entidades, veicular informações significativas para a luta pelos Direitos Humanos e ao mesmo tempo motivar solidariedade aos expoliados nos seus direitos.

. Repúdio e pressão às autoridades competentes.

. A realização do II Encontro Nacional.

2 - 1983 - 2º passo

Realização do II Encontro Nacional de Direitos Humanos em Taboão da Serra-SP, com 64 entidades presentes.

Objetivos:

Fortalecer a luta pelos Direitos Humanos, aprofundar a articulação e avaliar a caminhada.

Consequências desse 2º passo:

. A necessidade de expandir mais pelo Brasil, o trabalho iniciado em torno do Movimento Nacional dos Direitos Humanos.

. A necessidade de fortalecer a articulação a nível dos regionais e aperfeiçoamento do SIN.

Decisões:

. Redefinição das regiões que de 04 passaram para 08 (Norte, Nordeste, Leste I,II,III, Sul I,II, Centro-Oeste).

. Articulação com outras entidades que defendem direitos específicos, ou determinados setores marginalizados de nossa sociedade.

. Definições de prioridades de lutas comuns: Terra, Trabalho, Violência.

. A realização do III Encontro Nacional.

3 - 1983/Novembro - 3º passo

Realização do I Encontro Inter-Regional - Rio de Janeiro.

Objetivos:

Possibilitar aos regionais através de seus representantes participação mais efetiva na preparação do Encontro Nacional.

4 - 1984 - 4º passo

Realização do III Encontro Nacional de Direitos Humanos em Vitória-ES., com 87 entidades presentes.

Objetivos:

Avaliar e fortalecer a caminhada.

Conseguências desse 4º passo:

. A necessidade de fortalecer e aprofundar o mecanismo da Articulação Nacional através dos regionais.

. A necessidade de se criar uma Entidade Nacional que dê respaldo ao Movimento.

rua vinte e sete de janeiro, 181 — olinda — pe — cep 53.000 — telefone: 429-3444 — cgc 08.142.432/0001-49

Decisões:

. Redefinição geográfica dos regionais a partir da funcionalidade de sua Articulação Interna (Norte I e II, Nordeste, Leste I e II, Sul I e II e Centro-Oeste).

. A alternância de Encontros Nacionais (02 em 02 anos) com Encontros Inter-Regionais.

5 - 1985 - 5º passo

Realização do Inter-Regional - Goiânia com participação de todos os regionais.

Objetivos:

Avaliar a articulação a nível dos Regionais e Nacional e a luta pelos Direitos Humanos no contexto histórico da "Nova República".

Avanço:

Presença de representantes eleitos dos vários Estados e Regionais.

Consequência desse 5º passo:

. Refletidas as necessidades concretas dos grupos e regionais e em cima dessas foram traçadas pistas para o aperfeiçoamento da articulação e para organização do IV Encontro Nacional.

Decisões:

. Criação de uma comissão de apoio ao SIN e ao Regional Nordeste do Encontro Nacional, constituída por um representante de cada Regional.

6 - 1985 - Junho 6º passo:

Realização da 1ª reunião da comissão de apoio -Petrópolis - RJ.

Objetivos:

Preparar o IV Encontro Nacional.

Avanco:

Esforço de todos para que o Encontro de janeiro seja de todos, cada um com seu compromisso pessoal, como grupo e como Regional.

II

CARACTERÍSTICAS PERCEBIDAS NA CAMINHADA DOS QUATRO ANOS

. Os grupos de Direitos Humanos e o próprio Movimento Nacional tem sempre como ponto de partida o povo expoliado de seus direitos. Os casos flagrantes de desrespeito à vida,principalmente, dos mais pobres,forçam a organização de pessoas solidárias à causa do oprimido.

. Como consequência o ideal que nos une é o SERVIÇO À VIDA. O movimento é ecumênico possibilitando a participação de adeptos de todas as igrejas e crenças, por isso o movimento é marcado pela abertura em acolher entidade e companheiros.

. O Movimento Nacional dos Direitos Humanos na maioria das vezes trabalha lado a lado com as igrejas,das quais recebe muito apoio; é solidária à mesma causa: a construção da Fraternidade, através da luta pela justiça.Entretanto, o movimento é autônomo e desligado de qualquer instituição.

. Os grupos em geral e sobretudo o Movimento Nacional não

são vinculados a partidos políticos nem têm militância político-partidária enquanto entidades ou movimentos . Preserva-se o direito de todos e de cada um de ter opção e militância política a partir de sua consciência e liberdade. Entretanto, dentro do Movimento o compromisso é a luta pela defesa dos Direitos Humanos, SERVIR À VIDA.

. Direitos Humanos na concepção que surgiu a partir da prática dos grupos é entendido em 1º lugar como Direito à vida e aos meios de conservá-la com dignidade. Na nossa realidade brasileira são os direitos concretos à alimentação, à habitação, à terra, ao trabalho, à saúde, à educação e a não ser vítima da violência institucionalizada. São os direitos sociais, a partir dos mais desrespeitados em seus direitos, isto é, a partir dos mais pobres, dos mais marginalizados, dos mais oprimidos.

" Todos têm direito a ter direitos mas nós lutamos especialmente pelos que não têm nem direito a ter direitos".

III

A PREPARAÇÃO DO IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

O GAJOP - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares, contando com a valiosa colaboração da CNBB II e a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, foi escolhido como a entidade responsável pela organização do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos.

São objetivos do evento:

1) A criação da Comissão Nacional de Direitos Humanos, formalmente constituída através de estatuto e carta de princípios, contendo as linhas básicas norteadoras da luta pelos Direitos Humanos;

2) A realização de um ato de auto-convocação da Constituinte dos Direitos Humanos. Nesse ato devemos expressar nosso repúdio pela forma elitista e excludente que caracteriza a Constituinte Congressual e reafirmar nossa disposição de luta pela participação popular no processo de elaboração da nossa carta Constitucional. Reuniremos, ainda, propostas das entidades participantes quanto ao tratamento a ser dado às questões " violência ", " terra " e " trabalho " pelos futuros Constituintes.

Diante dos relevantes objetivos aqui enunciados, temos a grata satisfação em convidar um representante dessa entidade a participar conosco deste IV Encontro Nacional dos Direitos Humanos.

Para sua apreciação enviamos em anexo a programação do referido evento, bem como a ficha de inscrição a ser preenchida pelo interessado e posteriormente remetida a esta Secretaria no seguinte endereço:

SECRETARIA DO IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
GAJOP - Gabinete de Assessoria Jurídica às Org. Populares
Rua 27 de Janeiro, nº 181 - Carmo
53.000 - Olinda - PE.
Fone: (081) 429-3444

Desde já, deixamos a nossa explícita garantia de hospedagem e alimentação.

As inscrições deverão ser feitas até o dia 10 de zembro próximo.

No aguardo de sua manifestação, colocamo-nos a inteira disposição para quaisquer outras informações e esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cordialmente,
GAJOP - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares

Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares - GAJOP

IV ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Demonstrativo de Utilização de Recursos - Agosto, 1985 a Fevereiro/Março, 1986.

IV Encontro Nac. Direitos Humanos	AGO -85	SET -85	OUT -85	NOV -85	DEZ -85	JAN -86	FEV -86	T O T A I S
1.RECEITA	16.728.000	800.446	38.799	45.240.360	3.711.973	312.997.735	47.000.000	496.517.313
1.1 CESE	16.728.000	---	---	45.045.000	---	106.400.000	---	168.173.000
1.2 OXFAM	---	---	---	---	---	55.000.000	---	55.000.000
1.3 Contribuições:								
- Ação Quaresmal Suíça	---	---	---	---	---	102.800.000	---	102.800.000
- MISEREOR	---	---	---	---	---	---	47.000.000	47.000.000
- Diversos	---	---	---	---	---	39.680.000	---	39.680.000
1.4 Renda Líquida Over-Night	---	800.446	38.799	195.360	3.711.973	9.117.735	---	13.864.313
1.5 Crédito a Realizar - C.E.F.	---	---	---	---	---	---	-?-	70.000.000
2.ITENS DE DESPESA	3.300.000	7.813.959	3.972.884	4.185.803	5.056.935	75.849.911	654.687.588	754.867.080
2.1 Pessoal/Secret	2.200.000	3.823.900	2.764.900	3.364.900	2.505.900	6.747.369	9.444.621	30.851.590
2.2 Material	---	126.000	1.139.050	---	1.532.638	5.668.300	2.144.400	10.610.388
2.3 Comunicação	---	880.859	68.934	88.390	1.018.397	2.251.063	2.201.693	6.509.336
2.4 Aliment/Hosped	---	---	---	732.513	---	25.539.900	117.586.274	143.858.687
2.5 Diversos	---	---	---	---	---	12.942.535	2.600.000	15.542.535
2.6 Ajuda Custos Viag.Entidades	1.100.000	2.983.200	---	---	---	22.700.744	---	26.783.944
2.7 Res.Técnica - Passag.Aéreas	---	---	---	---	---	---	520.710.600	520.710.600
3. DEFICIT coberto empréstimo CLF	---	---	---	---	---	---	---	258.349.767

SERVICO DE INTERCAMBIO NACIONAL
CAIXA POSTAL - 90.581
RUA CARLOS GOMES, No. 180
BINGEM
25.600 PETROPOLIS RJ

COMISSAO DIOCESANA DE JUSTICA E PAZ
CAIXA POSTAL 04
RUA EPAMINONDAS OTONI, No. 04
39.800 TEOFILO OTONI MG

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
D' ARQUIDIOCESE DE JUIZ DE FORA
RUA CONSTANTINO PALETA, No.174-A
36.100 JUIZ DE FORA MG

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DO ACRE
PRACA DA CATEDRAL, S/N
CAIXA POSTAL 473
69.900 RIO BRANCO AC

ASSOCIACAO DAS DONAS DE CASA DE
ARIQUEMES
6 RUA-SETOR 2 - CENTRO LUTERANO
78.920 ARIQUEMES RO

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DE INTERLAGOS
RUA NOSSA SENHORA DE NAZARE, No. 101
CIDADE DUTRA
04805 SAO PAULO SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DE OSASCO
AV.SANTO ANTONIO, No. 1436
06000 OSASCO SP

SOCIED.PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - SDDH
RUA MANOEL BARATA, No.47, 3o. ANDAR
SALA 302
66.000 BELEM PA

COMISSAO PASTORAL ARQUIDIOCESANA DE DIREITOS HUMANOS
RUA ESPIRITO SANTO, No.1059,SALA 801
EDIFICIO PIO XII
30.000 BELO HORIZONTE MG

COMISSAO DE JUSTICA E PAZ
PRACA N.S.APARECIDA, No. 134
CURIA DIOCESANA
38.400 UBERLANDIA MG

GRUPO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DA CNBB EM MANAUS
AV.JOAQUIM NABUCO, No. 1023
69.000 MANAUS AM

C.D.D.H. - NUCLEO BOQUEIRAO
A/C MARILIA COSTA GUIMARAES
RUA GUAIBE, No. 104
11.100 SANTOS SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DE VILA PAULISTANA
RUA ANTONELLO DA MESSINA, No. 772
VILA PAULISTANA
02318 SAO PAULO SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DE SANTO ANDRE
PRACA DO CARMO, No. 36
09000 SANTO ANDRE SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DE VICOSA
RUA ARTUR BERNARDES, No. 41
36.570 VICOSA MG

COMISSAO DE DEF.DOS DIREITOS HUMANOS
CAIXA POSTAL 17
PAROQUIA DE SAO FRANCISCO DE ASSIS
32.500 BETIM MG

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DE SANTOS DUMONT
PAROQUIA DE SAO MIGUEL DAS ALMAS
CAIXA POSTAL 98
36.240 SANTOS DUMONT MG

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DE COARI
RUA Pe. MARIO, S/N
69.460 COARI AM

CENTRO OSCAR ROMERO(COMIS.REGIONAL SP)
AV.ENGENHEIRO ARMANDO DE ARRUDA
PEREIRA, No. 2313
JABAQUARA
04309 SAO PAULO SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
RAIMUNDO EDUARDO DA SILVA
RUA MANOEL MORENO TORRES, No. 60
09300 MAUA SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DE MOGI DAS CRUZES
RUA BARAO DE JACEGUAI, No. 509
08700 MOGI DAS CRUZES SP

06000 OSASCO SP

COMISSAO DE DIREITOS HUMANOS REGIAO
EPISCOPAL DE ITAPECIRICA DA SERRA
RUA LOUIS BOULANGER, No. 173
CAMPO LIMPO
05788 SAO PAULO SP

COMISSAO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL
DOS D.H. E MARGINALIZADOS
AV. HIGIENOPOLIS, No. 890-SALA 19
SANTA CECILIA
0 38 SAO PAULO SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
TEOTONIO VILELA
RUA DIOGO RIBEIRO, No. 11
VILA ALBERTINA
02355 SAO PAULO SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DE PERUS
RUA OSCAR DA CUNHA CORREIA, 1-A, S/01
PERUS
05202 SAO PAULO SP

CDDH
RUA ROBERTO NOGUEIRA LIMA, 366
56.800 AFOGADOS INGAZEIRA PE

FRENTE SOCIAL CRISTA DE CRATEUS
RUA JULIO LIMA, No. 1014
63.700 CRATEUS CE

C.J.P.

RUA MIGUEL ALEIXO - IGREJA MATRIZ
08000 SAO MIGUEL PAULISTA SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DE CAMPINAS
RUA IRMA SERAFINA, No. 110
13.100 CAMPINAS SP

CENTRO SANTO DIAS DE DIREITOS HUMANOS
AV.HIGIENOPOLIS, No. 890 - SALA 19
SANTA CECILIA
01238 SAO PAULO SP

COMISSAO JUSTICA E PAZ - SP
AV.HIGIENOPOLIS, No. 890 - SALA 23
SANTA CECILIA
01238 SAO PAULO SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
FREI TITO - A/C de GABRIEL
RUA VERGUEIRO, No. 7290
VILA FIRMINO PINTO
04272 SAO PAULO SP

CENTRO DE APOIO AOS MOVIMENTOS
POPULARES DE SERGIPE
49.000 ARACAJU SE

CDDH
RUA MAL.DEODORO DA FONSECA, No. 440
58.884 CATOLE DO ROCHA PB

ED. POLITICA

RUA SERRA DO CAPIVARUCU, No. 500
JARDIM ELBA
SAO PAULO SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DA REGIAO SE
RUA GUAPORE, No. 335
LUZ
01109 SAO PAULO SP

COMISSAO REGIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
DA LAPA
RUA AFONSO SARDINHA, No. 62
LAPA
05076 SAO PAULO SP

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DE GUARULHOS
AV.OTAVIO BRAGA DE MESQUITA, No. 800
07000 GUARULHOS SP

CLAMOR
AV. HIGIENOPOLIS, No. 890
SANTA CECILIA
01238 SAO PAULO SP

CDDH - MORHAN
COLONIA LOURENCO MAGALHAES BAIRRO
VERMELHO - BUGIU
49.000 ARACAJU SE

SOCIEDADE MARANHENSE DOS DIR.HUMANOS
TRAV. Pe. GUOSA, No. 846
65.600 CAXIAS MA

C.D.P.D.H.

C.N.B.B. - NE-I

RUA FELINO BARROSO, No. 405
FATIMA
60.000 FORTALEZA CE

C.P.T.

RUA 13 DE MAIO, S/N
CENTRO
63.000 IGUATU CE

CDDH - ASS. E ED. POPULAR

CAIXA POSTAL, 93

58.000 JOAO PESSOA PB

S.A.R.

RUA JUNDIAI', 554
TIROL
59.000 NATAL RN

C.J.P.

RUA FRANCISCO RODRIGUES, No. 165

58.700 PATOS PB

CDDH

CASA PAROQUIAL DE STA. RITA

58.300 SANTA RITA PB

CNBB - NE-IV

RUA DESEMBARGADOR FREITAS, No. 1599

64.000 TERESINA PI

CDDH

CAIXA POSTAL 54

55.300 GARANHUNS PE

CARITAS

CAIXA POSTAL, 35

63.000 IGUATU CE

C.P.T.

CAIXA POSTAL, 27

62.930 LIMOEIRO DO NORTE CE

CDDH

RUA CATEDRAL ARCOVERDE, No. 23

55.200 PESQUEIRA PE

C.P.T.

RUA PASCAL CRISPINO, No. 193

63.900 QUIXADA CE

CENTRO INTERPAROQUIAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
CAIXA POSTAL, 22

63.600 SENADOR POMPEU CE

CDDH

RUA AURELIANO DE ABREU, No. 1314
CENTRO
64.000 TERESINA PI

CENTRO DE ORIENTACAO DOS DIREITOS HUMANOS
CAIXA POSTAL, 17

58.200 GUARABIRA PB

CDDH

CAIXA POSTAL, 13

58.000 JOAO PESSOA PB

ED. POLITICA

RUA BARAO DE ANADIA, No. 110

57.000 MACEIO AL

CDDH

RUA DA CONCEIÇÃO, 1198

55.545 PALMARES PE

C.J.P. E CNBB - NE-II

RUA DO GIRIQUITI, No. 48
BOA VISTA
50.000 RECIFE PE

C.J.P. E CNBB - NE-III

PRACA DA SE, No. 01

40.000 SALVADOR BA

CENTRO PIAUIENSE DE ACAO CULTURAL

CAIXA POSTAL, No. 394

64.000 TERESINA PI

CEDIM

RUA CONS.JOAO LOURENCO, No. 120

62.680 TIANGUA CE

HUMANOS - A/C MARCOS KUNIMER
RUA 02 DE DEZEMBRO, No. 117
CENTRO
57.000 MACEIO AL

RUA JUNDIAI', 554
TIROL
59.000 NATAL RN

C.D.D.H.
D. PAULO CARDOSO
CAIXA POSTAL 16

56.300 PETROLINA PE

C.D.D.H.SUB-MEDIO SÃO FRANCISCO
A/C CELSO
TRAV. D.PEDRO II, No. 234

56.460 PETROLANDIA PE

C.D.D.H. DE ARARAPINA E BODOCO
A/C EDVALDO ALVES E REMO
CAIXA POSTAL 17

56.280 ARARIPINA PE

MNDDH
NACIONAL

Relatório IV ENCONTRO NACIONAL do MNDDH.

Olinda,

CEDIM

S I N

1 9 8 5

CEDIM

SIN
serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos
RUA CARLOS GOMES, 180 CP 95581
25680 PETRÓPOLIS, RJ TEL.: (0242)42 2452
SERVIR À VIDA

CESE
C.Postal 041
40.000 - Salvador/BA

Relatório para a renovação de Projeto 11.421

- Nome do projeto: S I N
- Ano de início: janeiro de 1982
- Período a que se refere este relatório: janeiro a dezembro de 1985
- Entidade responsável: Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis-RJ
- Comissão de Trabalho: Fernando Gonçalves Rodrigues
  Dulce Pastos
  Ruy de S. Monteiro
  Marcia M. Miranda
- Conta bancária: UNIBANCO - agência 078 - conta 106.989/3
- CGC: 27219757/0001 - 27

2. AÇÕES QUE ESTAVAM PREVISTAS

As atividades elencadas nos itens "Objetivos Gerais" e "Objetivos Específicos" de nosso projeto anterior datado de 25/04/85 e enviado a CESE naquela época.

3. AÇÕES QUE FORAM REALIZADAS

3.1. Comunicação e informação:
- Memorandos expedidos: 87
- Circulares expedidas: 18
- Comunicados expedidos: 05
- Levantamentos bibliográficos: 2 (um por semestre)

3.2. Avaliação dos memorandos: ver anexo I

3.3. Colaboração nos encontros Inter-Regionais e Nacionais
- II Inter-Regional de Goiânia: redação final do relatório de encontro; apoio financeiro para o custeio das passagens dos representantes daqueles regionais impossibilitados de o fazerem; ajuda e informações necessárias para a preparação do encontro; divulgação das resoluções do encontro através do relatório, para os regionais, como base para o IV encontro nacional.
- Preparação do IV Encontro Nacional:
  a) Realização da reunião da Comissão de Apoio (constituída de um representante de cada regional) em junho de 1985, na sede do CDDH de Petrópolis, ficando sob a responsabilidade do SIN secretariar os trabalhos (redação da minuta do relatório das decisões da reunião) e auxiliar nas despesas de hospedagem e locomoção dos participantes.
  b) Participação de dois membros do Sin na reunião preparatória do IV Encontro, realizada em outubro de 1985, no GAJOP - Olinda, responsável pela Secretaria executiva do encontro.
  c) Elaboração do projeto par a Ação Quaresmal Suiça visando apoio financeiro para as despesas de passagens do IV Encontro.
  d) Contato inicial com a Misereor para possibilitar um projeto do CDDH do Regional Nordeste II da CNBB a fim de obter apoio financeiro pa-

serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos
RUA CARLOS GOMES, 180 CP 95581
25680 PETRÓPOLIS, RJ TEL.: (0242)42-2452 SERVIR À VIDA

3.4. Presença e participação nos Encontros Regionais com o intuito de informar e esclarecer sobre o movimento e sobre o SIN
- Janeiro: Encontro Regional do Nordeste em Recife
- Julho: Encontro Regional Leste II em Belo Horizonte
- Agosto: Encontro Regional do Norte I em Rio Branco
- Setembro: Encontro Regional do Leste II em Santos Dumont
- Setembro: Encontro Regional do Rio de Janeiro em Teresópolis
- Setembro: Encontro Regional do Sul I em Rio Negro

3.5. Busca e multiplicação em encontros, [illegible] o serviço à vida pela defesa dos direitos humanos, [illegible] os quais o SIN tenha sido convidado.
- Janeiro: Encontro Nacional dos Sem-Terra em Curitiba.
- Março: "Formada pelos Direitos Humanos na América Latina" em "Tiradentes, no painel sobre "A ação dos povos latino-americanos diante das situações de opressão". Promoção dos "Cadernos pelos Direitos Humanos na América Latina"
- Junho: Encontro do ILSA em Villa de Leyva - Colômbia.
- Julho: Seminário de Educação Popular em Goiânia
- Agosto: Movimento Nacional pela Constituinte em Brasília
- Outubro: Congresso da UCBC em Belo Horizonte - MG

3.6. Apoio para a formação de novos centros
- Palestra sobre Direitos Humanos em Ipatinga/MG - março
- Palestra sobre Direitos Humanos e a Caminhada do SIN na Semana da Pastoral Social em Curitiba - setembro
- Participação na reunião dos colaboradores da coleção "Teologia & Libertação" realizada em Petrópolis - julho
- Informações e divulgação sobre estatutos e funcionamento das entidades através de solicitações por telefone e por cartas.

3.7. Integração de novas entidades e movimentos específicos
- O primeiro memorando de 1985 foi enviado para 346 integrantes do SIN e o último memorando desse mesmo ano, para 374.

3.8. Elaboração e edição de um boletim
- Criação do Boletim do SIN, com periodicidade mensal.
- Primeiro número: Abril de 1985
- Tiragem mensal: 1000 exemplares
- Nº de destinatários: 800
- Nº de assinaturas feitas: 75

3.8. Cadastramento das entidades participantes do SIN
- Estudos iniciais com o assessoramento do IBASE para a elaboração de uma ficha de cadastramento e registro em computador.

4. AÇÕES NÃO REALIZADAS

Apoio financeiro aos Encontros Regionais pois este item foi retirado do projeto geral do SIN e destinado diretamente aos regionais interessados cabendo a eles a responsabilidade de prestação de contas.

5. PARTICIPAÇÃO

Embora não se tenha instrumento preciso para apurar a participação das diversas entidades nas solicitações enviadas pelo SIN e o alcance dessas informações quanto ao número de pessoas que atinge, o ano de 1985 revelou um crescimento visível tanto nas respostas às solicitações de apoio e denúncia como na participação e organização dos regionais.

7. AVALIAÇÃO

7.1. Participação tem sido crescente desde 1982
- Nos encontros nacionais: I Encontro / janeiro 82 ..... 33 entid.
  II Encontro / janeiro 83 ..... 64 entid.
  III Encontro / janeiro 84 ..... 87 entid.
- Na correspondência do SIN: em 1982 e início [illegible] foi enviado para 50 ent.
  [illegible] 83 ..... 140 entidades
  [illegible] 84 ..... 265 entidades
  [illegible] 1985 ..... 316 entidades
  [illegible] 87/85 ..... 574 entidades
- No pedido de apoio e denúncia: 1982 ..... 27 memorandos
  1983 ..... 65 memorandos
  1984 ..... 89 memorandos
  1985 ..... 87 memorandos

7.2. Benefícios
- Organização e fortalecimento da luta pelos Direitos Humanos no Brasil
- Explicitação e fortalecimento de uma nova concepção de direitos humanos como direitos dos pobres e marginalizados - direito à vida e aos meios de mantê-la com dignidade.
- Organização e fortalecimento dos regionais.
- Organização e fortalecimento das entidades locais
- Articulação e união que possibilitou a criação do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos
- Eleição da Comissão Nacional como órgão articulador do Movimento, constituída por um representante de cada regional e com a presença de um membro de cada um dos serviços do Movimento.

7.3. Dificuldades apontadas pelas entidades locais.
- Falta de pessoal qualificado.
- Falta de tempo disponível do pessoal
- Falta de pessoal liberado
- Falta de advogados comprometidos
- Falta de infra-estrutura material
- Pressões externas de instituições, tanto no campo religioso como no campo da sociedade civil
- Cooptação de agentes, interferência de partidos políticos e de grupos sectários
- Falta de visão histórica do processo de libertação

7.4. Controle dos recursos
- Habitualmente são acompanhados e controlados pela equipe de trabalho do SIN
- Uma ou duas vezes por ano o relatório das despesas do semestre ou do ano é distribuído para os participantes dos Encontros Nacionais, do Inter-Regional ou apresentadas nos Encontros Regionais. O relatório referente a 1985 já foi entregue à Comissão Nacional sendo aprovado durante a 1ª reunião em Olinda, no dia 27 de janeiro de 1986 para servir de base para o atual pedido de renovação de projeto.

8. PERSPECTIVAS PARA O SIN

8.1. Mudança de rumo
O projeto de manutenção do SIN passará a fazer parte do Projeto do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos cabendo sua aprovação e responsabilidade à Comissão Nacional. Ao SIN caberá a elaboração do relatório e renovação de projeto para ser apresentado e aprovado pela

serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos
RUA CARLOS GOMES, 180 CP 93581
25680 PETROPOLIS, RJ TEL.: (0242)42 2452
SERVIR À VIDA

- Atribuições: elaboração e edição do Boletim do [illegible]

Observação: as demais tarefas do SIN deverão ser elencadas e aprovadas pela Comissão Nacional. Provavelmente o trabalho de comunicação e informação será mantido e aperfeiçoado.

6.3. Outras iniciativas

Novos serviços dependerão das assembléias [illegible], Inter-Regionais e da Comissão Nacional.

6. ORÇAMENTO DE MANUTENÇÃO DO SIN

Os custos previstos para a manutenção do SIN no período de JULHO/86 a JUNHO/87 levando-se em consideração a continuidade dos trabalhos relatados acima:

. MATERIAL DE EXPEDIENTE		
papel, fretes, xerox, mat. de escritório etc	US$	2.000
. COMUNICAÇÃO		
telefone	US$	1.300
correio	US$	1.600
jornais e boletins	US$	96
. VIAGENS E LOCOMOÇÃO		
viagens	US$	1.600
locomoção local	US$	300
. PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	US$	12.500
. BOLETIM		
confecção, impressão, papel, serviços etc	US$	6.500
CUSTO TOTAL DO PROJETO	US$	25.396

Observação: a forma de pagamento poderá continuar a ser em quatro parcelas, em julho, outubro, janeiro e abril.

Petrópolis, fevereiro de 1986
p/ Serviço de Intercâmbio Nacional

Maria M. Miranda

serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos
RUA CARLOS GOMES, 182 CP 8081
TELEX (021) 21452
SERVIR A VIDA

LEVANTAMENTO DAS DENÚNCIAS VEICULADAS PELO SIN DURANTE O ANO DE 1985 - DADOS COMPUTADOS ATÉ O MEMORANDO 87 - 09/01/86.

1	- Conflitos de terra		16	57.5%
	- Assassinatos	10		
	- Trabalhador Rural X Fazendeiro (patrão)	4		
	- Índios	7		
	- Trabalhadores Rurais/patrão/Governo	3		
	- Impunidade de crimes	4		
	- Campanha pela Reforma Agrária	3		
	- Repressão policial a posseiros e/ou agentes pastoral	3		
	- Acampamento de sem-terra	4		
	- Atentado contra posseiros e/ou líderes sindicais rurais	3		
	- Ameaças de morte	3		
	- Projetos de colonização	1		
2	- Repressão política da oficialidade local a grupos de colonização		6	7.5%
3	- Flagelados (seca)		1	1,25%
4	- Poluição		2	2, 5%
5	- Conflitos Internacionais		4	5, 0%
	-África do Sul	2		
	-Chile	2		
6	- Violência policial (esquadrão da morte)		2	2, 5%
7	- Conflitos trabalhistas(patrão X Estado X empregado)		8	10,0%
8	- Eleições sindicais manipuladas		3	3,75%
9	- Arbitrariedades administrativas		1	1,25%
10	- Constituinte		1	1,25%
11	- Deficiência de assistência médica		1	1,25%
12	- Legislação autoritária		1	1,25%

CEDIM

1989

CEDIM

MNDDH

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

SDS - Ed. Venâncio VI, bloco O, 39, sala 109, 70302, Brasília, DF - (061) 321-4751

Da: Secretaria Executiva

Para: Entidades filiadas ao Mnddh

Assunto: Relatório da segunda reunião ordinária/1989 do Conselho Nacional e do Secretariado Executivo do Mnddh, realizada de 25 a 27 de agosto de 1989, no Instituto Presbiteriano, em Brasília, DF.

O Conselho Nacional e o Secretariado Executivo do Mnddh estiveram reunidos ordinariamente em Brasília, de 25 a 27 de agosto de 1989 e adotaram as seguintes decisões:

1. 6º Encontro Nacional do Mnddh

O encontro será realizado em Santo André (SP), no período de 22 a 27 de janeiro de 1990, em colaboração com a Prefeitura Municipal, Sindicatos dos Metalúrgicos, Químicos e Motoristas e Condutores, Centro de Projetos Alternativos de Comunicação (Pacom) e Diocese de Santo André.

Como segunda hipótese de local, ficou aprovado Belo Horizonte (MG) na primeira semana de 1990., digo, primeira semana de março de 1990.

A programação do encontro (com base no tema central "Os direitos humanos e a construção da nova sociedade brasileira") será a seguinte:

22.1.1990, segunda-feira:

20 h - Sessão solene de abertura no Teatro Municipal. Entrega dos Prêmios Nacional e Internacional de Direitos Humanos (ver mais adiante).

23.1.1990, terça-feira:

8 h - Painel de análise de conjuntura:

. balanço dos resultados das eleições presidenciais no Brasil e outros países da América Latina - Vladimir Pomar e Newton Carlos.

. conjuntura econômica e política - Marcos Arruda, Betinho, Paulo Schilling e Aloísio Mercadante.

Regionais do MNDDH:
Norte I (AC, AM, RO, RR) - CDDH Manaus - av. Epaminondas, 722, CP 958, 69011, Manaus, AM - (092) 233-8072
Norte II (PA, MA, AP) - Sociedade Paraense de Defesa dos DH - rua Senador Manoel Barata, 47, sala 302, 66020, Belém, PA - (091) 225-4677
Nordeste (CE, RN, PB, PE, AL, BA, SE, PI) - CDDH J. Pedro Teixeira - pça Cel. Antônio Pessoa, 102, centro, 58100, Campina Grande, PB - (083) 321-4375
Leste I (ES, RJ) - CDDH Petrópolis - rua Carlos Gomes, 180, CP 90581, 25621, Petrópolis, RJ - (0242) 42-2462
Leste II (MG) - CDDH Juiz de Fora - rua Henrique Surerus, 30, 36013, Juiz de Fora, MG - (032) 211-8677
Sul I (SP) - Centro Santo Dias - av. Higienópolis, 890, sala 19, 01238, São Paulo, SP - (011) 825-4414
Sul II (PR, SC, RS) - CDDH Joinville - rua 15 de Novembro, 353, sala K, CP 778, 89200, Joinville, SC - (0474) 22-8989
Centro-Oeste (GO, MT, MS, DF, TO) - Instituto Brasil Central - rua 240, lote 19, quadra 93, Setor Universitário, 74210, Goiânia, GO - (062) 225-2801

. conjuntura sindical - Lúcia Oliveira e Oswaldo Bargas.

. movimento popular no Brasil e outros países da AL - frei Betto e Pedro Pontual.

Observações: Esta análise será feita em dois momentos - das 8 às 10 e das 10h30 às 12 h. A coordenação contactará os painelistas pela ordem acima citada. Incluirá também alguns painelistas de outros países da AL, tais como Fabiola Letelier, do Chile e o Centro de Estudos da América.

12 h - Almoço.

14 h - Painel sobre a dívida externa - Paulo Schilling, Lauro Campos e Marcos Arruda.

15h30 - Intervalo.

16 h - Debates com os painelistas.

18 h - Jantar.

20 h - Painel sobre grandes projetos sócio-econômicos e meio ambiente - Conselho Nacional dos Geólogos, Luiz Pinguelli Rosa, Lúcio Flávio Pinto e Fernando Gabeira.

24.1.1990, quarta-feira:

8 h - Painel sobre violência urbana e rural - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, CPT Nacional, Núcleo de Estudos da Violência da USP e Fórum Permanente contra a Violência, do Rio.

10 h - Intervalo.

10h30 - Painel sobre o papel das Forças Armadas - José Genoíno Neto e Geraldo Cavagnari.

12 h - Almoço.

14 h - Painel sobre a nova Constituição Federal, Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais - Dalmo Dallari, Plínio Sampaio, Miguel Baldez, Fábio Konder Comparato e Pedro Dallari.

15h30 - Intervalo.

16 h - Debates com os painelistas.

18 h - Jantar.

20 h - Noite cultural - A ser definida pela coordenação oportunamente.

25.1.1990, quinta-feira:

8 h - Direitos humanos, democracia e cidadania:

A Secretaria Executiva enviará um texto-base, sobre este tema, antes do encontro, dirigido a todos os centros que deverão fazer discussões prévias. Este texto seguirá até finais de setembro. Em anexo, um roteiro com algumas perguntas que deverão ser respondidas e enviadas à Secretaria até o final de novembro. A Secretaria sistematizará estas respostas em várias teses, devolvendo-as aos centros e regionais.

Atenção: a realização desse debate nos grupos sobre o texto-base e o envio das respostas à Secretaria Executiva são condições "sine qua non" para que sejam aceitas as inscrições dos centros no 6º encontro.

Nesta quinta-feira, haverá inicialmente, em plenário, uma síntese de motivação - feita pelo José Queiroz -, seguindo-se trabalhos grupais. Esta atividade ocupará toda a parte da manhã.

12 h - Almoço.

14 h - Plenária geral para as conclusões grupais sobre o tema do dia.

15h30 - Intervalo.

18 h - Jantar.

20 h - Noite livre.

26.1.1990, sexta-feira:

8 h - Painel: balanço dos trabalhos do Mnddh de 1988/1990 e síntese final dos debates sobre dh, democracia e cidadania.

Responsabilidade pelo painel: Conselho e Secretariado.

10 h - Intervalo.

10h30 - Debates sobre a síntese final a respeito de direitos humanos, democracia e cidadania. E também sobre o relatório de atividades do Movimento.

12 h - Almoço.

14 h - Trabalho de grupos sobre prioridades e bandeiras de luta do Movimento no período 1990/1992.

15 h - Intervalo.

15h30 - Continuação dos grupos sobre o mesmo assunto.

17h30 - Plenária sobre prioridades/bandeiras de luta.

18 h - Jantar.

20 h - Noite cultural.

27.1.1990, sábado:

8 h - Continuação da plenária sobre prioridades/bandeiras de luta.
Aprovação das prioridades e bandeiras de luta.

12 h - Sessão solene de encerramento.

13 h - Almoço.

...

O Conselho confirmou - quanto aos critérios de participação - a resolução da reunião ordinária de março/89: um representante por centro e/ou entidades filiadas aos regionais do Movimento, todos com o status de delegados, com direitos a voz e voto.

O Conselho aprovou também o convite, com o direito de voz e voto, para um representante de cada uma das seguintes entidades:

1. Movimento de União e Consciência Negra.
2. Movimento de Reintegração dos Hansenianos, MORHAN.
3. Conselho Indigenista Missionário, CIMI.

4. Comissão Pastoral da Terra, CPT/Nacional.

5. Central Única dos Trabalhadores, CUT.

6. Movimento de Defesa dos Favelados, MDF.

7. Movimento Nacional da Mulher Marginalizada.

8. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

9. Conselho Nacional dos Seringueiros.

10. Pró-Central dos Movimentos Populares.

11. União das Nações Indígenas.

12. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST.

...

Participarão também do encontro convidados do exterior. Os convites serão feitos pela coordenação. Os convidados pagarão suas passagens.

...

Ficam confirmados os critérios financeiros a nível nacional aprovados pelo Conselho em março pp: cada centro/entidade filiada ao Movimento pagará a passagem de seu representante. O Movimento assume as passagens do Conselho, Secretariado e assessores.

...

A responsabilidade política e administrativa do encontro cabe ao Conselho Nacional, ao Secretariado Executivo e à comissão executiva do Regional Sul-1 do Movimento (Estado de São Paulo).

...

2. Prêmios Nacional e Internacional de Direitos Humanos

O Conselho decidiu outorgar, em 1989, o seu Prêmio Nacional de Direitos Humanos às seguintes pessoas: Davi Yanomami, representando a nação Yanomami, de Roraima; Benedita da Silva, em nome da mulher negra; Maria Aparecida, líder sindical rural de Unaí, MG, pela mulher lavradora;

operário de Volta Redonda, RJ, preferencialmente o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos local; e o bispo São Félix do Araguaia, MT, d. Pedro Casaldáliga. Essas pessoas expressam diversos segmentos da luta de libertação do povo brasileiro, pela construção de uma nova sociedade.

Uma outra decisão do Conselho é a de entregar o Prêmio Internacional de Direitos Humanos ao povo palestino, na pessoa do comandante Yasser Arafat, líder da Organização pela Libertação da Palestina (OLP). De acordo com a reflexão feita na reunião de Brasília, a luta do povo palestino pela sua autodeterminação e pela sua pátria merece o apoio de todos os homens e mulheres que amam a justiça e a paz no mundo.

A Secretaria Executiva manterá contato formal com a representação da OLP no Brasil para verificar a possibilidade da vinda do comandante Arafat ao 6º encontro nacional para receber o prêmio.

3. Caso do CDDH João Pedro Teixeira, de Campina Grande, PB

O Conselho reafirmou a decisão do Conselho Regional do Nordeste sobre este caso em 28 de julho pp. em Recife. E decidiu também que o Conselho Regional acompanhe atentamente o caso, em contato com a Secretaria Executiva.

4. Caso d. José Cardoso Sobrinho

O Conselho condenou a atitude do arcebispo de Recife, d. José Cardoso Sobrinho, de chamar a PM para expulsar lavradores da residência episcopal, em dias recentes. Apoiou a nota da Comissão Justiça e Paz de Recife e decidiu incluir o caso em sua nota à opinião pública, desta reunião.

5. Pró-Central dos Movimentos Populares

Com base nos informes recebidos sobre o congresso da Pró-Central em Belo Horizonte, o Conselho decidiu sugerir que os Regionais estudem o tema, busquem contatos com pessoas/entidades envolvidas neste processo da

Pró-Central para posterior deliberação.

6.Prêmio Nobel Alternativo para a CPT

O Conselho decidiu apoiar a iniciativa de companheiros da RFA em entregar esse prêmio à CPT. Os Regionais, a seu critério, enviem cartas confirmando este apoio. Isto deverá também ser feito pela Secretaria.

7.Redivisão geográfica dos regionais

O assunto foi devolvido aos Regionais para aprofundamento. Sugeriu-se que haja intercâmbio de experiências neste campo, como, por exemplo, a do Norte 2, de micro-regiões.

8.Missões internacionais no Brasil

O Movimento articulará a visita ao Brasil de duas missões internacionais de direitos humanos, no início do próximo ano. Uma da Pax Christi Internacional, para ver a situação da violência urbana e outra da Federação Internacional dos Direitos Humanos, de Paris, para ver a situação dos direitos humanos no país, em geral. Os Regionais serão solicitados a participar da organização e da programação de contatos. Os delegados participarão, como convidados, do encontro nacional.

9.Jornal dos Direitos Humanos

O Conselho sugere que os regionais e centros debatam a edição mais recente do Jornal dos Direitos Humanos, com o tema das eleições presidenciais e enviem suas observações à Secretaria Executiva. Para este debate, são sugeridas duas perguntas: 1.Qual a linha política do Movimento? 2. Partidarização ou não partidarização do Movimento.

10.Ecologia e direitos humanos

O Conselho aprovou a participação do Movimento, através dos regionais que têm experiências no setor do meio ambiente, no programa sobre meio ambiente e ecologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro(UERJ).

11. Direito de voto dos membros do Secretariado Executivo

O Conselho decidiu consensualmente pelo direito de voz e voto dos membros do Secretariado Executivo nas reuniões do Conselho Nacional.

12. Suplemento do Movimento no boletim da Agen

O Conselho tomou conhecimento e aprovou a publicação de suplemento no boletim semanal da Agência Ecumênica de Notícias contendo denúncias e mobilizações dos centros filiados.

13. Política financeira

Cada centro filiado deverá informar urgentemente à Secretaria Executiva se tem financiamento de agências internacionais de projetos e que agências são essas. Isto para evitar duplicidade de pedidos de ajuda e, deste modo, problemas para todos.

Outras deliberações neste item:

. A Secretaria só dará informações sobre agências a pedido expresso de centros filiados.

. O Movimento investirá mais, a curto prazo, em contatos com agências dos países escandinavos e da América do Norte. A médio prazo, estudará outras possibilidades de contatos.

. Os Regionais levantarão dados sobre os procedimentos de pedidos de utilidade pública para o Movimento e/ou entidades filiadas com personalidade jurídica.

. Serão também estudadas as possibilidades de obtenção de recursos públicos na área cultural.

14. Listagem de entidades

Os Regionais e a Secretaria organizarão, o mais rapidamente possível, uma listagem dos centros e entidades filiadas ao Movimento para efeito de conhecimento do Mnddh como um todo. E para referências pedidas à Secreta-

ria por outras entidades do Brasil e do exterior.

A Secretaria enviará, ainda esta semana, uma listagem de entidades para os Regionais. Estes têm um prazo até 15 de outubro para devolver esta listagem com todos os dados atualizados.

15.Outras decisões

15.1.A próxima reunião do Conselho Nacional e Secretariado será realizada no dia 20 de janeiro de 1990, sábado, já em Santo André, local do 6º encontro.

15.2.Até o próximo encontro, o Conselho sugere aos Regionais que - mesmo elegendo novos conselheiros - que os atuais membros do Conselho permaneçam em suas funções até janeiro de 1990, para efeito de continuidade do trabalho voltado especificamente para o encontro nacional.

15.3.Quanto ao Programa de Formação, Programa de Violência e Programa de Comunicação, o Conselho sugere que - em seus próximos encontros - os Regionais indiquem pelo menos três militantes filiados para que componham equipes permanentes de trabalho.

Por exemplo: cada Regional indicará três filiados, pelo menos,para comporem uma equipe do Programa de Formação. Esta equipe permanente trabalhará diretamente ligada à Secretaria Executiva, ligando-se à direção do Movimento através do secretário responsável pelo Programa. Sugere-se uma leitura do relatório do Programa de Formação.

Os nomes e endereços dos escolhidos deverão ser comunicados à Secretaria com a maior brevidade possível.

15.4. Síntese de tarefas definidas pelo Conselho para a Secretaria:

15.4.1.Visita do Conselho e Secretaria a Santo André para concluir os acertos relativos ao 6º encontro (Orlando, Augustino e Dermi).

15.4.2.Formalizar os contatos com os palestrantes e assessores.

15.4.3.Envio do texto-base do 6º encontro para todos os centros. Prazo: até o final de setembro/89.

15.4.4.Comunicar-se com as personalidades escolhidas para os prêmios nacional e internacional de direitos humanos para informar sobre a decisão do Conselho.

15.4.5.Enviar listagem de agências financiadoras de projetos para as secretarias regionais.

15.4.6.Enviar listagem de entidades de direitos humanos para os Regionais verificarem se os centros listados existem efetivamente e quais são os seus endereços corretos, indicando ainda se participam ou não dos regionais.

15.4.7.Enviar papel timbrado do Mnddh para a secretaria do Norte 2.

15.4.8.Enviar exemplares a mais do boletim da Agen com o suplemento do Mnddh para os regionais.

15.4.9.Enviar uma circular a todos os centros comunicando sobre o suplemento semanal do Mnddh/boletim Agen, recomendando que enviem informes à redação.

15.4.10.Abertura de espaço no boletim Agen para divulgar publicações dos centros.

15.4.11.Enviar cópias dos estatutos da Sociedade de Apoio aos Direitos Humanos para os conselheiros e Secretariado.

Brasília, 27 de agosto de 1989

CONSELHO NACIONAL/SECRETARIADO EXECUTIVO DO MNDDH

1 9 8 8

CEDIM

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
GRUPO AÇÃO, JUSTIÇA E PAZ DE PETRÓPOLIS

RELATÓRIO DA REUNIÃO DE 12/12/88 SOBRE O PROGRAMA DE FORMAÇÃO

No dia 13 de dezembro, no convento franciscano Santo Antônio, no Largo do Carioca, no Rio de Janeiro, realizou-se um encontro da Comissão do Conselho Nacional encarregada do Programa de Formação do MNDDH com assessores, para discutir esse programa e preparar o seminário a realizar-se nos dias 6 a 10 de março de 1989 no Colégio Assunção, também no Rio de Janeiro. Estavam lá presentes: Augustino Veit (Secretário Executivo do MNDDH), Márcia (Regional Leste I), Roberto (Regional Norte I- Rio Branco), Nadir (Norte I- Ji-Paraná), Adalberto (Nordeste- Recife), Carlos (Leste II- Uberlândia) e Marcos Arruda ()ACS, Rio de Janeiro), Ivo Lesbeaupin (ISER- Rio de Janeiro) e Leonardo Boff.

A discussão foi muito fecunda e iluminadora. Destacamos aqui somente quatro pontos mais relevantes:

1. A urgência da formação em direitos humanos.

Todos estavam concordes em considerar a formação uma urgência de primeira ordem no MNDDH. É uma exigência do próprio compromisso pelos direitos humanos. As análises das violações dos direitos humanos, particularmente dos oprimidos, remetem a uma consideração das várias conjunturas e estas a um estudo aprofundado da estrutura da nossa realidade social e histórica. Esse aprofundamento demanda uma apropriação de categorias de análise cada vez mais sofisticadas e críticas. Ademais importa considerar os avanços práticos do próprio movimento popular e a emergência de valores e níveis de consciência que apontam para uma nova sociedade e para uma vivência mais coerente dos direitos humanos. Precisamos nos qualificar melhor, assim como os nossos militantes, para que possamos nos inte-

grar de forma mais eficaz às lutas populares, para que nossa participação seja firme na construção do novo-alternativo.

2. Definição mais clara da identidade do MNDDH

Essa questão sempre suscitada, particularmente, por aqueles que começam sua militância no movimento parece começar a ganhar contornos mais claros. A luta pelos direitos humanos é parte de uma luta maior de transformação da sociedade para que os cidadãos possam viver melhor seus direitos e se considerem sujeitos construtores das relações sociais. O MNDDH atua sempre na perspectiva dos direitos humanos; faz suas análises também sob a ótica dos direitos, de sua violação ou de sua observância, sempre também atento à emergência de novos direitos a partir da mobilização do próprio povo. Importa atuar junto e com outras entidades para que elas insiram em sua luta também a perspectiva dos direitos humanos. Assim se propicia a discussão de temas e dimensões nem sempre abordadas por outras entidades, movimentos: valores, novas atitudes, processo de formação do homem novo e da mulher nova, projeto nacional que possibilite maior participação e deste modo a vivência social dos direitos humanos. Parece caber ao MNDDH, especificamente, inserir a temática dos Direitos Humanos em todos os campos onde avança o projeto revolucionário do alternativo, pois a temática é indispensável e constitutiva do projeto democrático, de cunho popular e igualitário.

3. A integridade da formação

O objetivo da formação consiste em conseguir que o formando atinja autonomia no pensar e no agir. Para isso é fundamental partir do próprio formando, de suas experiências, de suas idéias, de suas interrogações e do seu nível de consciência. Somente a partir disso lançar recurso às ciências, aos dados críticos e aos instrumentos de conhecimento. A formação deve visar a integralidade de perspectivas; importa sempre manter unidos conteúdos e método. A educação visa sempre a apropriação dos instrumentos de análise e de conhecimentos para descodificar e transformar a realidade, realizar também a própria existência em suas múltiplas dimensões de saber, de pensar, de criar significações, de entrar em comunhão

enriquecê-lo na medida em que é re-criado a partir de novos desafios.

Em função da nossa realidade social importa que na formação, sempre a partir dos próprios participantes, levantar um quadro teórico de interpretação de nossa sociedade, a função das classes, do Estado, o surgimento do novo sujeito histórico no seio dos movimentos populares. Questões visualizadas como importantes: a questão do poder e dos aliados que também querem a transformação da sociedade; a questão dos movimentos populares, de sua identidade, do projeto que esposam, da articulação entre eles e por fim, a questão do Estado com seus aparelhos e contradições internas. Em todos estes campos importa não perder a perspectiva dos direitos humanos: em que medida um tal e tal exercício de poder viola ou propicia uma maior concretização dos direitos humanos? de que forma os movimentos populares seminalmente vivem já uma forma diversa de participação e de democracia, permitindo uma vivência maior dos direitos humanos? As mesmas questões podem ser colocadas ao Estado.

Por fim, viu-se a necessidade de divulgar os direitos contidos na nova constituição, fazer cartilhas, organizar seminários e passar ao povo a consciência de sua cidadania.

4. A formação de quadros.

Há grande mobilização na sociedade civil e nos movimentos populares. Mas faltam quadros com capacidade crítica para pensar as práticas que favorecem a reflexão no seio dos militantes, por fim, que ajudem a sistematizar as experiências refletidas. Nos seus regionais, os participantes dos cursos e seminários promovidos pelo MNDDH deverão incentivar a reflexão e ser também eles formadores que se auto-formam sempre de novo em contacto com os militantes.

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
GRUPO AÇÃO, JUSTIÇA E PAZ DE PETRÓPOLIS

QUESTIONÁRIO SOBRE FORMAÇÃO MNDDHs

I- Destinatários

1. Existem ações formadoras em seu regional, em sua cidade? Que tipo de ação (seminários, encontros de estudo e debates)?
2. Para quem se destinam?
   - 2.1. É para dentro (auto-formação)?
   - 2.2. É para fora (para dirigentes, pessoas de base, sindicalistas)?
3. Quais os critérios para a escolha dos participantes?

II- Metodologia e conteúdos

1. Que tipo de assessores convidam?
2. Como está sendo feita a formação (metodologia)
   - 2.1. Há uma integração de auto-formação? Inclusive dos assessores?
   - 2.2. Que técnicas são usadas (conferências, grupos, debates, audio-visuais, teatro, videos)?
3. Que conteúdos foram abordados?

III- Dificuldades e avanços

1. Na formação que tipo de relação é estabelecida com outras entidades (igrejas, sindicatos, movimentos populares e outras)?
2. Que obstáculos encontraram?
   - 2.1. por parte dos participantes
   - 2.2. por parte dos assessores
   - 2.3. por parte da metodologia
3. Que avanços foram verificados
   - 3.1. com referência à autonomia das lideranças?
   - 3.2. com referência à mobilização das bases?
   - 3.3. com referência ao surgimento de novas lideranças?
4. Que temáticas foram abordadas prioritariamente?

IV- Sobre o Seminário

1. Que temáticas deveriam ser abordadas no programa de formação do MNDDH?
2. Quais as suas expectativas (de seu grupo/regional) em rela-

1 9 9 1

CEDIM

MNDH
(arquivar)
1

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA NACIONAL
SÃO PAULO, 16 A 18 de março de 1991

A Secretaria Executiva Nacional esteve reunida nos dias 16 a 18 de março último, na Casa de Encontros Sagrada Família, em São Paulo, para avaliar o seu trabalho e organizar a agenda do MNDH nos próximos meses. Motivos de força maior impediram que este relatório seguisse antes para os companheiros, o que está sendo feito agora. Participou também da reunião a companheira Valéria, pela equipe do escritório nacional.

1.Viagem da Marisa à Europa

Foram mantidos contatos muito positivos para o Movimento. O projeto global será enviado para várias agências, acompanhado por projetos específicos para algumas outras. Dos contatos, ficou ainda mais evidenciada a necessidade de reforçar a discussão sobre o compartilhar de recursos entre as entidades do próprio Movimento e sobre formas de autosustentação.

2.Cronograma de atividades

Maio/91:

16 a 19 -Curso sobre história e concepção dos direitos humanos em Goiânia-Regional Centro-Oeste
24 a 26 -Encontro sobre Comunicação Popular Alternativa em Lages (SC) - Regional Sul II
24 a 26 -Curso sobre a subjetividade da militância, em Belo Horizonte (MG) - Regional Leste II

Junho/91

6 a 8 -Seminário sobre as raízes da violência, em Rondonópolis (MT) - Regional Centro-Oeste
9 e 10 -Conselho do Regional Centro-Oeste em Rondonópolis
21 e 22 -Encontro sobre dívida externa em Natal
29 e 30 -Jornada Regional de Articulação-Regional Sul II, em Caxias do Sul (RS)

Julho/91

19 a 21 -Oficina de sistematização - Regional Centro-Oeste
24 e 25 -Debates sobre o MNDH: balanço e perspectivas. Brasília. Atividade a nível nacional
26 a 28 -Encontro de representantes dos programas de Formação, Violência e Comunicação, com o Conselho e a Secretaria Executiva Nacional, em Brasília
29 e 30 -Reunião do Conselho Nacional e Secretaria Executiva em Brasília
31 -Reunião de trabalho da Secretaria Executiva Nacional em Brasília.

Haverá, ainda, em julho, encontro do Regional Nordeste, em data a ser confirmada.

Agosto/91

9 a 11 -Seminário sobre socialismo - um debate necessário, em Brasília - Regional Centro-Oeste

16 a 18 -Terceiro encontro de formação na área jurídica, em Laurentino (SC) - Regional Sul II

Haverá, ainda, neste mês, seminário sobre forças armadas e democracia, em data a ser marcada, em São Luis (MA)-Regional Norte II

Setembro/91

5 a 7 -Seminário sobre forças armadas e democracia em Anápolis (GO)

8 e 9 -Reunião do Conselho Reg.Centro-Oeste em Anápolis (GO)

7 e 8 -Encontro do Regional Leste II. Local a definir

29 e 30 -Encontro Inter-Regional Sul I Centro-Oeste em Araçatuba (SP).

-Encontro Interestadual Norte I (RO e AC)

-Seminário sobre dívida externa em Belém - Regional Norte II

Outubro/91

11 a 13 -Encontro de Formação Regional Sul I em Cajamar (SP)

25 e 26 -Encontro de Formação do Regional Nordeste em Recife

Em datas a serem marcadas, haverá, ainda, este mês, Encontro Regional de Articulação do Sul II, em Ponta Grossa (PR), e interestadual Norte (AM e RR).

Novembro/91

1 a 3 -Reunião do Conselho Nacional e Secretaria Executiva, em Brasília.

7 a 9 -Curso sobre o papel da assessoria e metodologia do trabalho popular, em Goiânia - Regional Centro-Oeste

15 a 17 -Encontro Reg.de Formação - Sul II- Caxias do Sul (RS)

Dezembro/91

10 -Comemorações do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Janeiro/92

Encontro Nacional do 10. aniversário do MNDH, em Brasília.

3.Processo de Avaliação do Movimento

Com vistas ao 10. aniversário do MNDH, a Secretaria refletiu longamente sobre o processo de avaliação. O encaminhamento tirado da reflexão é o de que essa avaliação deverá ser feita de forma planejada, sistemática, participativa e contínua, começando de imediato até chegar ao Encontro Nacional de 1992.

Neste sentido, a Secretaria pede aos Regionais e a todas as entidades filiadas ao MNDH que se organizem imediatamente para esta avaliação. Cada Regional deverám escolher um assessor-convidado (que conheça a história do Movimento, que tenha participação comprovada na construção do Movimento a nível regional e/ou nacional e que se

disponha a acompanhar essa avaliação). Os oito assessores-convidados (um por Regional) deverão participar, em Brasília, nos dias 24 e 25 de julho, dos debates sobre o Encontro Nacional, os quatro membros da Secretaria Executiva, além das três integrantes do escritório nacional.

O processo de avaliação deverá basear-se na resposta às seguintes questões:

1.Balanço da situação dos direitos humanos no Brasil na última década.

2.A eficácia da ação no campo dos direitos humanos, hoje, aqui e agora.

3.Aprofundamento do debate sobre o conceito de direitos humanos (enfocando, por exemplo, a relação entre democracia e direitos humanos, cidadania e direitos humanos, valores como igualdade, liberdade e fraternidade e os direitos humanos).

4.Perspectivas da luta pelos direitos humanos no Brasil e o MNDH neste contexto.

A Secretaria sugere que cada Regional reúna - para esse debate - todo o pessoal historicamente ligado à luta pelos direitos humanos em cada região do país, assim como personalidades interessadas nesta luta.

Todo o resultado dessa ampla reflexão deverá ser resumido em teses sobre o MNDH que deverão ser trazidas para o Encontro de Julho. Os Regionais que conseguirem fazer a discussão mais cedo, solicitamos que enviem os resultados à Secretaria Nacional.

4.Programa dos Eventos de julho/91 em Brasília

4.1. Debates sobre o MNDH: Balanço e Perspectivas

Data: 24 e 25 de julho

Local: Brasília (em local a ser definido pela equipe)

Participantes: 16 do Conselho, 4 da Secretaria, 3 do escritório nacional, 8 assessores (1 por Regional), somando 31 pessoas.

Metodologia de trabalho: A partir de leitura prévia das teses e das avaliações feitas em cada Regional, busca de sistematização e aprofundamento. O material resultante será devolvido às bases para aprofundamento.

4.2. Encontro dos Representantes dos Programas

Data: 26 a 28 de julho

Local: Brasília

Participantes: 16 do Conselho, 24 dos Regionais (um por programa de Violência & Cidadania, Comunicação e Formação, 4 da Secretaria Nacional, 7 secretários dos Regionais e 3 do escritório de Brasília), somando 54 pessoas.

Metodologia de trabalho: Após uma abertura em conjunto, com um primeiro debate sobre o resultado da pesquisa nacional (coordenada pelo Programa de Formação), os participantes dividir-se-ão por programas). Em cada programa, farão o confronto das experiências em cada área, no primeiro dia. No segundo dia, participarão de painéis com assessores e no terceiro dia definirão as perspectivas por programas, as quais serão aprofundadas e aperfeiçoadas no Encontro Nacional de 1992. Haverá, por último, um plenária conjunta de encerramento.

Debate específico do Programa de Comunicação: No primeiro momento, os participantes apresentarão suas experiências com relacionamento com os meios de comunicação de massa em termos de luta pelos direitos humanos. Apresentarão as dificuldades, os avanços e as perspectivas neste sentido. No segundo momento, farão - com apoio de assessores - uma reflexão sobre a luta pela democratização da informação e da comunicação no país. Serão convidados, para este debate específico, assessores como os deputados federais José Genoíno e José Dirceu, que tratam deste tema.

Debate específico do Programa de Violência & Cidadania: Será feito, primeiro, um balanço das experiências do MNDH nesta área (apresentando-se, por exemplo, os primeiros resultados de uma pesquisa sobre violência, que o Benatti idealizou e da Campanha em Defesa da Vida). No segundo momento, haverá debate específico sobre o atual ritmo de violência no país, da violência estatal á violência privada (empresarial, familiar, etc.). Deverão ser convidados, como assessores, o antropólogo Roberto da Matta (ou Gilberto Velho),o psicólogo Rubem Alves e o sociólogo Paulo Sérgio Pinheiro.

Debate específico do Programa de Formação: Inicialmente, será avaliada a pesquisa em andamento. No segundo momento, será aprofundado o tema da produção coletiva do conhecimento e o poder popular. Deverá ser aprofundada, assim, a reflexão sobre a metodologia da práxis.

5.Outros temas discutidos pela Secretaria

5.1. Pró-Central:

O conjunto do MNDH deve recolher opiniões das forças progressistas sobre a Central dos Movimentos Populares (igrejas, partidos, movimento sindical, movimento popular em cada região), levando-as como subsídios para a reunião de julho em Brasília. Nota-se a persistência de uma grande confusão conceitual entre ONGs, entidades de assessoria, etc. O MNDH ainda não tem clareza sobre a sua percepção por parte dos que hegemonizam a discussão dessa Central.

5.2. Pesquisa:

Recomenda-se que os Regionais providenciem imediatamente as respostas, enviando-as à Secretaria Nacional. Marisa e Pedro Wilson ficam encarregados de dialogar sobre o processamento dos dados.

5.3. Campanha pela Vida:

Decidiu-se contratar a confecção de um cartaz sobre a vida, indicando-se o artista plástico Jayme Leão para fazê-lo. A mesma arte do cartaz será utilizada na capa de um folder sobre a campanha pela vida e o MNDH. Em termos políticos, a ação do MNDH pela vida será concentrada no Congresso Nacional e feita em conjunto com outras entidades. O tema do suplemento e texto de apoio de abril/maio será sobre a vida.

Neste mesmo item, os Regionais devem continuar desenvolvendo atividades específicas. O Sul I promoverá, ainda neste semestre, audiências públicas sobre a vida, com apoio da bandada do PT na Assembléia Legislativa paulista (serão ouvidos segmentos vítimas de violências de todo tipo: mulheres, negros, índios,

operários, lavradores, aidéticos, homossexuais, crianças e adolescentes, entre outros). O Norte II acompanha CPI sobre a violênca e promove fórum sobre o tema.

O Programa de Violência & Cidadania elaborou questionário para uma pesquisa sobre a violência a ser feita pelos Regionais. A Secretaria sugere que a realidade da violência em cada Estado seja aferida com o cruzamento dos dados colhidos em três fontes: dados oficiais, dados da imprensa e dados coletados na prática dos CDDHs e outras entidades da sociedade civil.

5.4. Avaliação do Conselho e Secretaria

A Secretaria sugere que a pauta da reunião de julho (Conselho e Secretaria) envolva reflexão sobre o papel e funcionamento do próprio Conselho, inclusive sobre a atuação dos conselheiros junto aos Regionais.

5.5. Concurso nacional de redação sobre direitos humanos

O MNDH sugere aos Regionais a idéia de lançar um concurso nacional de redação sobre direitos humanos - com o tema "Direitos Humanos e a Promoção da Vida" - destinado a estudantes de 1o. e 2o. graus. Cada Regional deverá organizar o concurso em sua área. Isto significa buscar contato com entidades da área educacional (oficial e particular) - para colaborar conosco. Implica também em fazer o lançamento do concurso, bolar um júri regional (3 a 5 pessoas que entendam de direitos humanos e de redação), acionar os meios de comunicação da área. Algumas outras dicas: os textos deverão ter, no máximo, 60 linhas (maior do que isto fica muito difícil para julgar e para ler); deverão ser datilografados em espaço dois.

O cronograma será este:

01 de junho -lançamento do concurso (onde for possível). Data alternativa: 10 de maio.

10 de julho -prazo final para recebimento dos trabalhos (definir onde com entidades de educação, tipo sindicatos de professores)

10 de setembro -entrega dos prêmios aos vencedores nos Regionais

10 de outubro -anúncio dos vencedores a nível nacional

10 de novembro-entrega dos prêmios aos vencedores a nível nacional.

Os prêmios regionais deverão ser conseguidos pelos Regionais. Por exemplo: viagens turísticas no âmbito do própiro Estado com despesas pagas; coleção de livros ou discos ou fitas de vídeo, etc. Procurar patrocinadores. Os prêmios nacionais serão buscados pela Secretaria Nacional. Será feito contato com editoras (Vozes, Paulinas, FTD, Brasiliense, etc.) para negociar publicação dos melhores trabalhos.

Em tempo: A sugestão é que sejam selecionados os 5 melhores trabalhos a nível regional. Dos 40 trabalhos de todo o país, serão escolhidas 5 melhores redações de todo o Brasil.

6.Destinação do acervo do MNDH

A Secretaria considera oportuno destinar à biblioteca da Universidade de Brasília (UnB) todo o material excedente disponível na sede sobre direitos humanos. Sugere que os Regionais também se preocupem com isto. Em vez de jogarem materiais (livros, publicações, etc.) fora, que destinem isto para bibliotecas públicas, socializando

informações e garantindo uma memória organizada da luta pelos direitos humanos.

7.Conclusão

Participaram da reunião em São Paulo o secretário executivo Augustino Veit, o secretário de violência & cidadania José Héder Benatti, a secretária de formação Marisa Formolo, o secretário de comunicação Dermi Azevedo (que elaborou o relatório) e a companheira Valéria pela equipe do escritório nacional. Um abraço a todos.

SECRETARIA EXECUTIVA NACIONAL DO MNDH

CEDIM

MOVIMENTO NACIONAL
DE
DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS



DESENHO DE CLAUDIUS

Terra e Violência

REGIONAIS DO MNDDH — Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos/Sede: 47000 – Goiânia – GO – R. 240, Lt19, Q93-S.Univ. (062)225-5030

1. **Norte 1** — 69900 – Rio Branco – AC – C.P. 473 – Palácio do Bispo – (068)224-4555
2. **Norte 2** — 66000 – Belém – PA – R. Manoel Barata, 47 – (091)224-238[illegible]
3. **Nordeste** — 60057 – Fortaleza – CE – R. Pedro Borges, 33-S/605 – (085)[illegible]-1953
4. **Leste 1** — 26000 – Nova Iguaçu – RJ – R. Capitão Chaves – (021)76[illegible]
5. **Leste 2** — 36570 – Viçosa – MG – R. Arthur Bernardes, 51 – (031)891-1780
6. **C. Oeste** — 74000 – Goiânia – GO – R. 240, Lt.19 Q93-S.Univ. – (062)225-5030
7. **Sul 1** — 02318 – São Paulo – SP – Av. Antonello de Messina, 772 – (011)204-2333
8. **Sul 2** — 90000 – Porto Alegre – RS – R. Andrade Neves, 100 – S/1.304 – (0512)21-9130

MNDH

RELATORIO DO II SEMINARIO NACIONAL DOS PROGRAMAS E REUNIAO DO CONSELHO

"10 ANOS DE LUTA PELO DIREITO A VIDA"

BRASILIA
24 A 28 DE JULHO/91

CEDIM

íNDICE

APRESENTAÇÃO

I. Pauta 1

II. Participantes 2

III. Abertura
Violência 2
Meios de Comunicação 6
Formação 9

IV. Retomada das decisões do Seminário Nacional dos Programas em Julho/90 15

V. Apresentação da Avaliação dos Programas 17

VI. Exposição dos dados das pesquisas dos CDDHs e sobre Violência 22

VII. Apresentação da análise e avaliação produzida pelo MNDH e Regionais 22

VII.1.Textos Apresentados
Texto 1 - Avaliação da Caminhada - Reg. Leste II 22
Texto 2 - Reflexões a Respeito do MNDH
Pedro Wilson 24
Texto 3 - "Avaliação" - Reg. Nordeste 29
Texto 4 - Jornada Regional de Articulação
Reg. Sul II 33
Texto 5 - Direitos Humanos: Uma década de Construção
Antônio Cesar Cotrim
Valéria Getúlio Brito
Irene maria dos Santos
Sandra de Faria 41

VII.2.Síntese das Discussões 43

VII.3.Síntese das Discussões sobre a identidade do MNDH 45

VIII.Análise e avaliação da Secretaria Nacional, dos Regionais e Conselho

VIII.1.Relato do Secretariado 47

VIII.2.Síntese das Discussões 48

IX. VII Encontro Nacional do MNDH 49

X. Prêmio Nacional de DHs 49

APRESENTAÇÃO

Este é o relatório do II Seminário Nacional dos Programas do MNDH.

Sua elaboração se deu a partir das sistematizações realizadas no próprio Seminário e dos textos apresentados.

Optamos pela transcrição das apresentações feitas pelos assessores para que todos os Centros tenham acesso às discussões e informações trazidas ao Seminário.

Cumprimos, também, deliberação dos participantes, de que os textos apresentados constituam os primeiros subsídios ao VII Encontro Nacional de Direitos Humanos, por isso os reproduzimos na íntegra.

Procuramos, ainda, traduzir as reflexões iniciais sobre os programas e a identidade do nosso movimento.

Os encaminhamentos a respeito do nosso Encontro e Prêmio Nacional de Direitos Humanos estão, também, registrados.

Esperamos, enfim, que o relatório se constitua objeto de discussão entre todos os companheiros do MNDH a fim de que possamos cnegar ao nosso VII Encontro preparados para as grandes decisões que, certamente, o momento nos exigirá.

RELATÓRIO DO II SEMINÁRIO NACIONAL DOS PROGRAMAS E REUNIÃO DO CONSELHO/MNDH

Brasília 24 a 28 de julho de 1991

I.PAUTA

Dia 24.7

.Abertura
.Apresentação dos Participantes
.Análise de Conjuntura Nacional e Internacional e os Direitos Humanos
.Retomada das Decisões do Seminário Nacional dos Programas julho/90
.Apresentação da Avaliação dos Programas, produzida em cada regional
.Sistematização das avaliações apresentadas
.Exposição dos dados das pesquisas dos CDDHs e sobre Violência

Dia 25.7

.Apresentação da análise e avaliação produzida pelo MNDH em torno de:
  a.história dos 10 últimos anos
  b.eficácia do MNDH hoje
  c.concepção de DH
  d.perspectivas
.Painel de assessores
.Esclarecimentos e debates

Dia 26.7

.Estudo e crítica dos textos produzidos em torno da história, eficácia e concepção dos DH no Brasil
.Troca da síntese produzida em grupo
.Plenária com apresentação da síntese e crítica dos estudos em grupo

Dia 27.7

.Análise e avaliação da Secretaria Nacional, dos Regionais e Conselho
.Plenária
.VII Encontro Nacional de DH - definir:
  .data/local
  .temática
  .participantes e convidados
  .comissões de trabalho
  .subsídios preparatórios
  .assessoria
.Plenária
.Prêmio Nacional de DH

Dia 28.7

.Plenária de encaminhamentos
.Encerramento

II.PARTICIPANTES:

-José Lacerda Brasileiro	Nordeste
-Wilson Santos Pereira	Sul I
-Mário Sérgio Lima Correia	Nordeste
-Maria Magdalena Alves	Sul I
-José Heder Benatti	Norte II
-Ruscelino Araújo Barboza	Norte I
-Roque Grazziotin	Sul II
-Carlos Roberto Vieira	Leste II
-Feliciano Candido Parente	Norte I
-Marisa Formolo D.Vecchia	Sul II
-Romoaldo de Souza	Centro Oeste
-Melilo Dinis do Nascimento	Nordeste
-Valéria Getúlio B.Silva	Centro-Oeste
-Antonio Cesar Cotrim	Centro-Oeste
-Pedro Wilson Guimarães	Centro-Oeste
-Aldenice Rodrigues Teixeira	Nordeste
-Márcia Miranda	Leste I
-Roberto Barbosa	Sul II
-Darcy R. Marochi	Sul II
-Gilson Cardoso	Leste I
-Oscar Gatica	Leste I
-Magno José Cruz	Norte II
-Antonio Roberto Cardoso	Norte II
-Francisco de Assis P. Silva	Leste II
-Cleyde Delamar C. Oliveira	CESE
-Humberto Guidotti	Norte I
-Augustino Pedro Veit	Sec.Nacional
-Netinha	Sec.Nacional
-Valéira Oliveira	Sec.Nacional
-Neide	Sec.Nacional

III.ABERTURA

EDSON CARDOSO - professor e militante do MNU

PROGRAMA DE VIOLÊNCIA

Eu sou professor de Literatura do Colégio Marista.

Num país como o nosso, tenho certeza, neste momento não poderei abordar todos os aspectos sob a rubrica tão ampla como a violência. Com certeza o debate poderá ir além do que colocarei.

Primeiro é a questão da cidadania. Eu tenho dito, inclusive para os meus alunos, que só existe legitimidade na fala de um indivíduo quando ele se refere a si mesmo. Toda tentativa de abordar o coletivo, mesmo que ele comece a falar do seu bloco de moradia, das condições do prédio, pode levar outrem a supor logo que ele é candidato a síndico e tem algum plano, algo escondido, alguma

vantagem que queira obter pelo fato de estar apontando as condições do bloco. Se ele se referir à questões mais amplas, ele quer ser candidato a vereador, a deputado, sempre em função da obtenção de vantagens pessoais. Mas se ele falar de si mesmo, das suas conquistas pessoais, que acabou de saldar sua casa na Caixa Econômica Federal, ou de qualquer projeto seu, há uma legitimidade para sua fala individual, mas nada que ultrapasse o próprio indivíduo é entendido como uma condição desse indivíduo estar, viver em sociedade.

E fora do Brasil conseguiu-se fazer com que não tenhamos possibilidade de construir, se continuar desse jeito, uma Nação, nos ver como cidadãos, na medida em que não se permite que o indivíduo se preocupe com nada além de si, da sua vidinha familiar etc. Sair daí para o que o cerca, o que move este indivíduo é visto como espúrio, ilegítimo, muito desonesto, inclusive.

Nós, militantes, encontramos esta dificuldade, que considero uma forma de violência extrema: bloquear as condições da cidadania, que a meu ver se estruturam naquilo que o indivíduo tem na relação com o seu meio, com o que está em volta de si. Então, tudo o que for meu projeto pessoal, tudo o que diz respeito a minha vida particular, está bem e circula, mas qualquer preocupação além disso, não tem legitimidade entre nós. Pensar sobre violência é considerar tudo que impede um projeto de Nação. Este é um dos aspectos que eu queria enfatizar.

O outro aspecto tem a ver com a minha militância mais direta e que, acredito, num Movimento de Direitos Humanos, ser condição essencial. Neste sentido, agradeço o convite, porque aqui em Brasília temos tido um relacionamento muito positivo e não se pode dizer que vocês têm se furtado a um reconhecimento de que o Brasil é uma sociedade pluriétnica.

Esta é uma violência extrema, e o que nós chamamos de esquerda no Brasil, peca profundamente por não reconhecer esta plurietnicidade. Já existe uma violência básica neste não reconhecimento, ou seja, nós continuamos reconhecendo segmentos diferenciados na população brasileira em termos de etnia, em termos de inserção na sociedade, em termos de condições de vida concreta, quando isso nos convém. Por exemplo, numa conjuntura eleitoral, como a disputa pela Presidência da República, o Lula no seu material de campanha citava pesquisas do CEADI e DIEESE, dos anos 80, que mostravam o tratamento diferenciado para o negro no mercado de trabalho, no Brasil. Estes dados são conhecidos deste 1984, e mostram objetivamente as dificuldades neste mercado de trabalho: diferença de salários, o acréscimo de horas extras. Enfim, estes dados são largamente reconhecidos no Brasil e levantados pelo DIEESE, tão respeitado, inclusive, além da área estritamente sindical. Não conheço nenhum dado da realidade levantado pelo DIEESE que não tenha sido imediatamente incorporado como bandeira de luta por entidades do campo progressista, exceto este, desta existência de mecanismos de discriminação no mercado de trabalho para um determinado segmento da população. Porém, na campanha eleitoral, o Lula em seu material de campanha falava da base dessa discriminação econômica e dizia que isto podia ser visto num quadro que continha dados do DIEESE revelando a discriminação do negro.

Passou a campanha, desaparece a preocupação dessas lideranças políticas, desaparece como reivindicação prioritária.

Continuamos com o velho discurso para o reconhecimento da plurietnicidade. Como continuamos? Pelo lado mais conservador discutindo a existência de um segmento específico com acepção histórica diferenciada e ameaçadora da unidade nacional, ou seja, nós teríamos em um momento, um tempo nítido, um lugar, onde índio, negro e branco se uniram, nós não sabemos precisar este momento, mas aponta para o tempo da Princesa Isabel, Proclamação da República, é vago, mas nós sabemos que houve um momento na nossa história em que estas três etnias se unificaram numa raça chamada povo brasileiro e a partir daí qualquer discurso que tenta fazer diferenciações a este respeito atenta contra os interesses e a segurança do Estado.

Este é o discurso conservador, só que todo tempo a classe dominante brasileira se afirma como branca, se propagandeia e se referenda num universo europeu.

Também nós atentamos, ao reivindicar nossa especifidade, contra a unidade da classe trabalhadora. Levantar esta especificidade constitui uma ameaça aos trabalhadores, que devem permanecer em unidade. Ora, o próprio marxismo que estas pessoas invocavam, não sei hoje, deixava claro que o que justifica a organização independente é uma vinculação específica ao modo de produção e se os negros têm uma vinculação específica no modo de produção como qualquer pesquisa pode apontar, como classe trabalhadora super explorada, justifica sua organização independente. Isto você tomando postulados em que a esquerda se referenda.

Do lado da esquerda, qual é o discurso?

Quando se fala que nós, os negros, devemos ter uma organização independente, autônoma, as pessoas pensam que queremos com 80 milhões de seres formar um "gueto". Imaginem, quem tem 80 milhões de pessoas não forma "gueto", tem que ir para o centro das decisões. Nós não estamos querendo formar um "gueto" com nossa organização independente, autônoma. Estamos dizendo que os negros têm que de forma autônoma construir um projeto de sociedade brasileira para todos.

Nós, os negros, temos uma inserção histórica tão diferenciada que esta história nos obriga a uma tarefa, uma missão que é democratizar a sociedade brasileira. Nenhum projeto democrático já elaborado nos inclui, já o nosso terá que incluir os outros. Esta é a grande verdade.

Pela nossa inserção histórica teremos que ser capazes de saber que tipo de sociedade queremos e temos que ter um projeto político. é neste estágio que estamos.

Então esta violência de negar a existência da sociedade pluriétnica tem desdobramentos, consequências dramáticas no dia-a-dia. Permite, por exemplo, que a polícia possa atirar e matar um homem negro como se ele não existisse como tal, ou seja, por ser alguém que se apresenta dessa maneira é alguém que cometeu um delito, um delito fundamental por ter nascido da maneira como nasceu com determinados atributos.

Nós temos desdobramentos dessa violência em todos os campos, no campo da imagem, nos meios de comunicação, na educação e basicamente a violência física do extermínio que é a violência racial extrema. Nós continuamos a dizer que são os pobres que estão sendo mortos e não assumimos como violência racial. Sim, os pobres estão sendo atingidos, mas há um pobre especialmente atingido em tudo isso.

Já em 1949 o Abdias Nascimento fez uma carta aberta ao chefe de polícia do Rio de Janeiro, e se queixava na carta, e denunciava exatamente as condições do relacionamento entre a polícia e a população negra do Rio de Janeiro. Ele dizia que era tão arbitrária e violenta a forma de relacionamento da polícia com esse segmento da população, que poderíamos até dizer que essas pessoas pareciam ter cometido um delito, que é o delito de ser uma pessoa negra, ou seja, um ser delituoso, você por existir com essas determinadas características, você comete um delito, e tem que ser punido. Então, pouco importa se você fez ou não fez. Acontece que você está sendo punido por ser como é.

Essa violência que é explicada, exclusivamente, pelo arrocho salarial, o desemprego, o Estado não tem política de saúde, não tem de coisa nenhuma, a única política que ele tem é reprimir, e ele vai reprimir num momento de crise como este. Tudo bem, isto é verdade, é. Mas ocorre que existe dentro disso aí, no bojo disso aí, uma política do Estado de reprimir e de agredir o segmento diferenciado que ele não aceita, que ele não incorpora na sua idéia de nação brasileira.

O Collor quando sai do Brasil e afirma os laços da cultura brasileira com a Europa, a maneira como nós recebemos os príncipes ingleses, nós não recebemos os príncipes ingleses em Brasília, por exemplo, com faixas, mesmo tendo a UnB seus núcleos de integração latinoamericana, que tem uma porção de reflexão acumulada, nós não fomos pra porta do Itamarati dizer aos príncipes que as Malvinas são argentinas, pelo contrário, os príncipes transitaram no Brasil dentro de uma redoma de absoluto desejo de ser aquilo que eles são, eles representam o nosso ideal, aquilo que nós queremos ser. Ou seja, uma sociedade que a essa altura, depois de 500 anos de esmagamento por essa concepção colonialista, ainda vai escrever carta, mostrar álbum, circular em todas as páginas, que nós queremos ser isso que eles são.

Agora, quando você tem qualquer segmento que venha desse mundo não branco, nós tratamos de uma outra maneira. Só que estamos fazendo isso com, fundamentalmente, 80 milhões de pessoas, acrescente a isso mais os índios, você está fazendo exatamente com aqueles que nós chamamos dos oprimidos, no geral, dos trabalhadores, no geral, enfim, essa violência que nós estamos fazendo, mesmo enquanto ativistas, mesmo no campo progressistas.

Não nos damos conta que reforçamos esse assassinato, essa prisão, essas condições de manicômio etc, etc.

A esquerda, mesmo aquela esquerda no Brasil que alimenta projetos revolucionários, nunca se deu conta de que só é possível sustentar projetos revolucionários no Brasil, de mudança de estrutura da sociedade brasileira, se incorporar essa percepção da plurietinicidade da sociedade brasileira, de que existe um segmento massacrado historicamente.

Nos recusamos a isso porque nosso referencial é todo europeu, estudamos em livros europeus, sabemos tudo da idade média européia, mas não sabemos dos nossos anos de colonização do Brasil. Um ativista quer mudar a sociedade brasileira, ele é capaz de falar de futuro, quantos de nós já ouviu falar do futuro para onde nós caminhamos, e que o futuro é socialista. Nós fomos capazes de conceber um futuro sem presente e sem passado. Se você perguntar a qualquer criança se existe futuro sem presente e sem passado, ela vai

dizer que isso é uma aberração, mas um militante de esquerda, quadro dirigente que quer mudar a sociedade não viu ainda essa aberração, ou seja, ele quer construir um futuro em que o presente que está aqui, agora, de esmagamento de um povo não conta e o passado desse povo que trabalhou 350 anos de graça para acumular, pra construir essa sociedade, também não conta. Então, que socialismo é esse que eu vou construir?

Eu me lembro muito da fala de um espanhol que diz "caminhante não há caminho, o caminho se faz ao caminhar". Se eu ao caminhar salto essas lutas, evidentemente que meu socialismo vai ser uma bandeira rota, onde encontrarei essas lacunas, porque ele não vai ser construído se não for com meus próprios passos, e meus passos é saltar isso porque isso não interessa, saltar aquilo por que aquilo não interessa. Enfim, que diabo é isso que eu estou construindo? Ele pensa que vai construir a partir de uma data, o que ele não sabe é que ele já está construindo essa sociedade do futuro. Portanto, não há futuro sem presente e sem passado. No Brasil não há como construir um futuro sem considerar e assumir estes dados da realidade. Esta forma de violência com desdobramentos em outras formas de violência.

Eu chamei a atenção de dois aspectos e com certeza deixei de lado um leque enorme e espero que os debates possam nos enriquecer.

MURILO RAMOS - professor da Universidade de Brasília

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

Falar de comunicação na nossa realidade é falar também e, fundamentalmente, de violência e desinformação. Temos um sistema de comunicação profundamente elitista, autoritário e centralizador. Eu gostaria de refletir sobre isto e também pensar que alternativas temos, se é que é possível pensar alternativas e romper com um processo histórico longo, mas é preciso começar de alguma forma, rompendo com as amarras dos sistemas dominantes, particularmente com a indústria cultural, com o sistema de televisão, que são os mais repressivos e presentes nas nossas vidas.

Pegando carona na fala do Edson Cardoso e olhando as manchetes dos jornais de hoje (24.07.91), duas delas me chamaram a atenção. A primeira diz "Servidor tem aumento de até 237%", é uma manchete absurda, violenta e tremendamente enganadora. Eu estou participando da greve dos servidores e sei que a realidade é bem outra. É um exemplo de como a mídia, diariamente nos violenta. Há também uma entrevista no Correio Braziliense de hoje com o escritor baiano João Ubaldo Ribeiro, autor do livro O Sorriso do Lagarto, comentando a ausência de personagens negros na Minissérie que está passando na Rede Globo, porque no original há negros que não aparecem no vídeo da Globo, quer dizer, há aí um outro exemplo que revela a deturpação de valores, de imagens.

Estas coisas eu coloco como início da nossa conversa. Quero trazer para nosso debate idéias da tese que fiz no EUA sobre a relação do trabalhador, da classe operária com a mídia. Me fixei nas greves do ABC paulista de 1978, com o ressurgimento do movimento

sindical. Busquei então saber como se dava esta relação do movimento sindical com dois grande jornais burgueses, o Jornal do Brasil e o Estado de São Paulo. Sem entrar nos detalhes da tese, queria mostrar o tratamento, a imagem, os estereótipos que criam quando cobrem as greves. Aí me baseei em trabalhos de um grupo universitário da Escocia, ligado ao Partido Socialista Inglês que se especializou em tratamento da mídia britânica sobre greves. Este grupo publicou três livros. O primeiro tem como título "Notícia ruim"; o segundo, "Mais notícias ruins" e o terceiro, "Realmente Notícias Ruins". Em todos a tese central é esta,ou seja, em todo movimento sindical grevista a imagem que é projetada na mídia é sempre negativa. Greve sempre aparece como prejuízo à coletividade, como desordem pública. E mais, a disparidade entre os espaços dados às autoridades, ministros, patrões e aos trabalhadores é gritante.

Tive oportunidade, durante o meu trabalho, de entrevistar repórteres da Rede Globo sobre a cobertura que faziam das greves e eles como profisionais me contaram dos esforços que faziam para driblar a censura. Um deles chegou a afirmar categoricamente que trabalhadores em greve não tinham espaço, expressando-se com a seguinte frase: " Aqui na Globo bandido não fala." Por outro lado, verifiquei várias vezes o então Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, pronunciar-se contra as greves paulistas, quer dizer, uma autoridade que não tinha nada a ver com os trabalhadores de São Paulo.

Esta imagem de bandido, de baderneiro que a mídia cria do trabalhador se constitui numa violência extrema porque fere um direito de cidadão fundamental que é o direito de se organizar e lutar por melhores condições de vida.

Bem, eu gostaria de partilhar alguns dados sobre o sistema que é extremamente centralizado. Somos hoje 150 milhões de brasileiros. Segundo o IBGE, 75% da população é urbana e 25% rural. Por região, nós estamos assim localizados: 75% no sul e sudeste; 3% no norte; 16% no nordeste e 5% no Centro-Oeste. Em termos de concentração renda: acima de 20 salários mínimos, a classe A representa 2,4% da população; de 10 a 20 salários mínimos, 4,9%; de 5 a 10 salários mínimos, 10,7% e até 1 salário mínimo são mais de 80% da população.

Se a gente coteja estes dados com o quadro da mídia eletrônica, especialmente com a televisão, os resultados são realmente assustadores.

O Brasil é um país no qual cerca de 65% dos domicílios tem televisão, 75% tem rádio. O território brasileiro, verticalmente, é 100% coberto por sinais de televisão. A Rede Globo cobre todo território nacional. É um poder brutal de comunicação. Nós temos hoje no Brasil autorizadas cerca de 196 emissoras de TV.

Em termos de imprensa escrita, a realidade é bem distinta. O Brasil tem pouco menos de 2 milhões de exemplares diários, o que revela bem o grau de poder aquisitivo e de analfabetismo no país. E mais, mostra que nós estamos à mercê da mídia eletrônica. Então, quando se enfatiza o poder da Rede Globo, não há exagero. Destes 2 milhões de jornais diários pode-se estimar 4 leitores para cada exemplar, ou seja, nós temos em torno de 8 milhões de brasileiros que lêem diariamente um jornal.

Quero trazer alguns exemplos do poder da televisão, para discutir alternativas possíveis.

Todos nós estamos lembrados da tentativa de fraude eleitoral que ocorreu nas primeiras eleições para governadores, quando se armou todo um esquema, envolvendo TRE, autoridades e a Rede Globo como principal instrumento para legitimar esta fraude institucional. O que estou dizendo pode ser comprovado por uma entrevista dada a PlayBoy por um dos homens que vieram ao Brasil a serviço da Globo e ainda hoje se encontra no país, embora tenha sido demitido, naquele momento. Se chama Homero Sanches Decosa, um panamenho naturalizado americano, apelidado "El brujo", um homem especializado em pesquisa de opinião, programações de novelas, propagandas etc. Foi ele quem alertou o Brizola sobre a fraude. Naquela entrevista, "El Brujo" relata detalhes, dizendo que o Roberto Marinho viajou para o Japão a fim de não se envolver diretamente, deixando seu filho a cargo das operações fraudulentas.

Um outro exemplo é a campanha das "Diretas Já" que até às vésperas da votação da Emenda foi uma não notícia para a Rede Globo, o que significa, jornalisticamente, um absurdo. Isto mostra o poder de manipulação, de influência nas decisões políticas do país.

O outro exemplo claro foi o último debate dos candidatos à presidência da República nas vésperas das eleições, fazendo toda repercussão negativa e sempre relacionando o candidato da Frente Popular com o sequestro do Abílio Diniz, até hoje não esclarecido.

Este é o quadro e estas são as grandes dificuldades com as quais nos deparamos. Que saídas se apresentam? Um primeiro passo é conseguir que o tema dos meios de comunicação deixe de ser assunto só dos jornalistas ou de alguns setores organizados. Enquanto o movimento popular, sindical, enfim todos os setores organizados não colocarem a comunicação em sua pauta de discussão não haverá alternativas. Aqui quero me referir ao MNDH que exemplarmente tem como uma das prioridades a comunicação. Este é um ponto inicial importante, ou seja, ter como fundamental o tema comunicação, que a sociedade reconheça a sua importância.

No plano institucional nós temos que lutar para que a comunicação tenha status de política pública. Meio ambiente, transporte, habitação etc têm status de política pública, a comunicação não tem. Portanto, este é um outro ponto de discussão que deve fazer parte das nossas reivindicações.

A nível de legislação pela primeira vez a Constituição Federal de 1988 reservou um capítulo sobre meios de comunicação social, artigos 220 a 224. Isto é um avanço considerável. Agora é preciso cuidar da regulamentação desses artigos nos quais há três aspectos que necessitam da nossa atenção especial. O primeiro é a questão da Regionalização. Temos que conseguir estruturas regionalizadas para veicular as culturas, as necessidades de cada região do país. O segundo aspecto diz respeito à criação do Conselho Nacional de Comunicação Social como órgão auxiliar do Congresso Nacional para fiscalizar. O terceiro ponto é a criação de um sistema público de radiodifusão que congregue as rádios e acabe de vez com as concessões ou outorgas com interesses políticos.

Finalizando, quero chamar a atenção para a regulamentação da TV a Cabo para evitar que se crie novo monopólio. Esta matéria

exige nossa atenção sob pena de, novamente, ficarmos sem acesso a estes canais que estão sendo criados.

SANDRA MAGDA VON T. SOUZA CARMO - professora da Universidade de Brasília

PROGRAMA DE FORMAÇÃO

Vou falar como professora, educadora, sobre o trabalho que desenvolvo em determinados grupos.

Guimarães Rosa tem uma fala que diz que professor não é aquele que só ensina, é aquele que de repente aprende. A educação nada mais é do que um processo pelo qual vamos construindo formas de linguagem, dentro de uma densidade da dramaticidade humana. Quando estamos em um movimento de construção, como o MNDH, o Forum de Mulheres, o MNU ou projetos, pesquisas de desenvolvimento de novos referenciais, como é o caso do projeto de democratização dos meios de comunicação de massa, toda vez que estamos num espaço criador e, principalmente, em que a construção tem que ser passo a passo não podemos trabalhar com datas. O tempo interno das pessoas é muito importante, vinculado ao tempo histórico que estamos vivendo.

Num processo educativo a primeira coisa que ocorre é a subversão do caráter alienante do trabalho. As pessoas começam a criar, pensar junto e a instituir um espaço de diálogo onde o outro começa a aparecer. Não como um ser abstrato mas, principalmente, como um companheiro. O processo educativo onde a gente tenta a socialização dessas informações, a socialização do conhecimento, a democratização, vinculando o processo educativo ao processo de formação. O grande desafio no processo de formação e que permeia essa visão transformadora do processo educativo e não reprodutora, como é a realidade tangível e cheia de contradições no Brasil, é que ela é antes de tudo o desafio dessas relações humanas.

Quando a gente está dentro de movimentos em que a justeza da causa é uma simbologia por si própria, porque a defesa da integridade do homem é a defesa de tudo aquilo que o avilta, que o aniquila, dentro de um sistema que está quase que recrudescendo, uma das maneiras de se trabalhar a impressão de impotência diante das coisas é tentar mudar os referenciais. Só o processo educativo é capaz de fazer isso. Os ativistas dos DHs não inventam a ação da sociedade, em educação, mas mudam o caráter e tiram a educação da influência da classe dominante. Esse é o papel básico da educação. A gente às vezes não soluciona o problema imediato da fome, porque isso é dentro de outras instituições políticas, especialmente o espaço do parlamento. A gente trabalha com duas diferenciações: o problema da construção dessas leis, dessa regulamentação, outra é o posicionamento fundamental do direito, um o processo de construção das leis, outro é a garantia desses direitos, que permeia toda a construção dessas leis.

Para mudar o caráter das coisas só através de uma consciência da justeza da causa, que não vale por si só, mas que está sempre em movimento, em potência, por isso, às vezes dá a sensação que os movimentos em defesa daqueles que são diferenciados fisicamente, que é o gênero, o problema da mulher, que é o negro, o

problema das minorias étnicas, não minorias em termos quantitativos, e o problema do etário, que é a criança, que vira objeto de autoridade ou a 3a. idade que fica discriminada.

Quando trabalhamos esse tipo de coisa é profundamente difícil termos uma identidade, uma visão monolítica, uma visibilidade na sociedade, é uma coisa complicadíssima, porque ela é tão profundamente contraditória, é tão cheia de inserções dentro de uma estrutura muito hierárquica que o processo de companheirismo, o processo de complexidade e da multiplicidade é perdida. Por isso, quando a gente não tem influência política, uma resposta da sociedade, quando a gente não tem esse status de troca dentro das decisões políticas é como a própria natureza do trabalho que a gente exerce, porque ele está constantemente em construção. Vamos ter de saber educativamente como garantir ganhos para nossa causa.

Isso é um processo educativo, a descoberta, o desafio dessas relações humanas é exatamente o momento em que a gente constrói uma integridade, tem uma visibilidade social nessa nossa luta, principalmente quando a gente tem a maior linguagem de difusão, que é a mídia da TV, que faz exatamente, que bandido não fale, então subversivo não pode falar, o transgressor não pode falar. Essa negação da nossa fala é a coisa mais perversa, é a violência simbólica maior que existe dentro de uma sociedade ou de uma tentantiva de se construir uma sociedade democrática.

Quando trabalhamos, temos basicamente duas coisas dentro do processo, uma é a expansão do desejo próprio de ser, a gente se filia a uma causa porque a gente é aquilo, aquilo representa simbolicamente o que a gente deseja ser, aquele que está companheiramente trabalhando, inserido em algo que na verdade transcende o imediato, e a segunda função básica educativa é a função politizadora. Ela tem um trabalho não só de satisfazer o meu desejo, de me dar prazer, de me dar satisfação própria porque é a manifestação do meu desejo, como também ela é politizadora porque trabalha de acordo com a circunstância, a construção dos novos referenciais, ela muda o caráter e a fisionomia para que possa ser trabalhado isso de uma outra forma e não a forma reprodutiva. Como exemplo eu dou o início da minha militância, na Igreja Católica. A idéia do opressor e do oprimido era muito estanque para nós. Mas era aquilo que era o nosso momento. A idéia de se trabalhar sem essa fluidez, sem essa complexidade, sem essa sutileza era muito comum. A idéia de meio ambiente, do problema das linguagens, da representação simbólica, do processo do imaginário, nem passava pela cabeça da gente. A gente era militante messiânico, missionário, mas na verdade, o desejo era ter companheiros. Era alguma coisa que o socialismo estava na esquina, era predeterminado. O mundo não pode continuar oprimido desse jeito, a gente não pode continuar colonizado pelos imperialistas, a gente não pode ficar esmagado mais, então a gente tem de fazer uma subversão. Era uma coisa um pouco romântica, mas que de alguma forma forjou toda uma geração.

A construção de novas maneiras de perceber a realidade, de construir a realidade, ou seja, essas novas maneiras que o indivíduo encontrou de alfabetizar as pessoas, nada mais são do que trazer esses elementos para dentro do meu espaço de experiência, para dentro da minha práxis. É fundamental essa metodologia da práxis. Ela trabalha especialmente com conteúdos, com um processo acadêmico de

pesquisa, com uma descoberta e um desafio disso, mas acima de tudo pelo meu direito de experimentar com a minha própria voz, com meus próprios passos, com minha própria experiência aquilo que eu acho que é significativo. Nada vai pra frente se a gente não experimenta, se a gente só reproduz porque se identificou com alguém que é Marx, que é Freud, ou que é Adorno, ou que é qualquer coisa nesse sentido. Eles são referenciais nossos, eles não são modelos de conduta.

Quando a gente só trabalha com modelos de conduta a gente reproduz um pensamento que bem ou mal pode ser até uma representação do pensamento progressista, mas não deixa de estruturalmente ser uma reprodução. Historicamente as coisa foram se ampliando e a gente deixando de lado uma série de conceitos dogmáticos, que a gente acreditava evangelicamente que iam construir o mundo. Eu sei porque eu tenho muitos dilemas internos, eu pertenço a um partido que acabou de ser totalmente desestruturado do ponto de vista de instituição, que é o PCB. Todo esse desafio de reconstrução não é reconstruir ruinas, é que os referenciais são outros.

O marxismo não consegue explicar as relações afetivas de gênero, não consegue explicar mais o porque das pessoas se sentirem tão seduzidas pelos programas de TV, dessa maneira. Não tem na teoria marxista, na teoria do materialismo dialético nada que explica, tem fundamentos que podem avançar nisso, mas não necessariamente que explicam essas relações entre as pessoas.

Ainda trabalhamos nos movimentos com uma necessidade muito grande de garantir um espaço político nas decisões para cidadania com sujeitos que, às vezes, não têm face, que, às vezes, não conseguimos ver o rosto. Na educação é muito importante vermos esse espaço total de contradição, e por favor, não pense que é um espaço de sofrimento. Antes, na luta pelos DHs, era uma coisa terrível, a gente tinha de ser igual, se despojar de toda a nossa identidade burguesa para de repente ser aceito pelo grupo popular. Nas favelas, principalmente, onde a gente trabalhava, ou no campo, as pessoas como eu tinha dois vestidos e um sapato. Por que ter prazer, por exemplo, amoroso, era uma coisa incompatível com a política. Porque o sofrimento da população era grande demais. Notem que essa evolução e esse espaço de sofrimento foi gradativamente substituído por outras coisas. Hoje a gente não pode trabalhar sem aprender.

Depois que apareceu a física quântica, o processo energético; depois que passamos a saber das influências cósmicas, como é que podemos ter uma visão monolítica? Como é que podemos ter um partido específico que represente o pensamento nacional? Não dá para trabalhar a instituição como se trabalhava antes.

Então, temos uma série de sujeitos nessa relação do desejo nosso de construção com essa visão politizadora. Essa visão politizadora, antes de tudo desmascara esses mecanismos dissimulados e dissimuladores de dominação de classe que transformam tudo em bem de consumo. A primeira coisa que a ditadura fez com Che Guevara, aqui eu falo ditadura, eu não falo ditadura da mídia, foi botá-lo em camiseta, posteriormente, é claro, foi transformar num bem de consumo. Num marketing, numa maneira de ser banalizado. é a primeira coisa que eles fazem, é pegar o problema da reforma agrária, é pegar o problema de qualquer coisa e transformar isso na banalização da notícia. é a primeira coisa que se faz em termos de comunicação, para tentar desvirtuar a densidade dramática que existe no problema de

conflitos de terra, que existe na questão do meio ambiente. O meio ambiente, então, é um exemplo disso, primeiro associa a fotografia etc, impede a maioria das pessoas de aprofundar as contradições, fica uma coisa epidérmica, porque vira um bem de consumo, não vira um bem de produção. Notem como a coisa ocorre. Nesses tipos de espaços conflituosos há vários sujeitos. A primeira coisa que lidamos é com um sistema que era antes muito abstrato. Na época da ditadura era o sistema que impedia a gente. As elites têm uma capacidade de fazer um arranjo para manter as suas estruturas de dominação, das maneiras mais diversas, usando a estética, usando a plasticidade, usando o jogo de sedução com a afetividade, é uma coisa impressionante. A tv é um exemplo claro disso. Esse diálogo que os movimentos têm de ter com os aparelhos de Estado é uma das coisas mais difíceis. Podemos fazer um diálogo de confronto, de denúncia o tempo todo, mas aí não avançamos, tem de ter uma outra maneira de se trabalhar isso, as relações de qualquer espécie que possamos fazer acabam revertendo contra nós, porque tudo está sendo trabalhado para o azeitamento da máquina capitalista, tudo está sendo trabalhado em nome de uma modernização, tudo está sendo trabalhado para que o povo brasileiro tenha as garantias de qualidade de vida, e como é que de repente vai ter meramente um confronto. A gente caiu nisso, que era o confronto eterno com isso. Existe realmente um conflito sério, existe uma necessidade de denúncia, mas também está parecendo que precisamos de mais alguma coisa, o segundo sujeito.

O segundo protagonista dos nossos movimentos, às vezes, é uma massa anônima que a gente está defendendo, essa massa anônima que é vítima da violência, que é sofrida, que não tem consciência. É como fala o Graciliano Ramos, ele sabe que ele é oprimido, mas ele não vê estrutura suficiente para superar esse tipo de coisa. Olhávamos as pessoas, às vezes, como instrumento e objeto revolucionário, e não deixava de ser basicamente objeto de autoridade, ela não tinha corpo, ela não tinha olhar, ela não tinha cheiro, ela era uma causa para nós. O direito de conviver com essas pessoas para elas terem o seu corpo próprio é que é o grande avanço dos movimentos populares hoje. Notem, no primeiro caso, da relação da nossa linguagem com os aparelhos do Estado, usamos muito uma linguagem-mercadoria, que á linguagem da barganha; no segundo caso, com a massa anônima, tendíamos a usar uma linguagem mística. Criávamos, dentro do "poder da causa", a possibilidade de ir para a frente, aí temos de criar a solidariedade histórica com as entidades que partilham da mesma causa e cuja linguagem é profundamente transgressora. Essa é a linguagem que teremos de aprender a falar. É a linguagem obviamente da práxis. É aquela linguagem que não aceita, em hipótese nenhuma, alguma coisa sem duvidar dela. Podemos ter certeza das nossas causas, mas duvidamos muito das estratégias pelas quais estamos chegando lá.

E, finalmente, existe esse espaço que é a mídia, que normalmente é a mídia da tv, que não é a mídia impressa como já foi colocado aqui, e que dá o nosso contorno. Quantas vezes a gente não fica furioso pelo modo estereotipado como a tv nos mostra? Quantas vezes a gente não fica criando, de propósito, fatos políticos, para aparecer na tv? O movimento docente está fazendo isso. Está criando assunto, notícia. Se não criarmos esses assuntos e notícias, a gente vai ter que pagar por um espaço que devia ser direito nosso. O que

está acontecendo, então, a gente tem esses diálogos internos todos, cheios de contradição e vem a difusão para a opinião pública e coloca o contorno, o limite, o tamanho, o modo da gente fazer, do jeito que eles querem.

Gente, é campo de luta demais, é muito fôlego para poder acabar com tudo isso, e temos o grande espaço nosso, que é o espaço do grupo, em que as pessoas estão construindo coisas. Neste, realmente, a linguagem não é só transgressora, ela é antes de tudo para partilhar e edificar. Então, não temos uma participação lá só porque estamos nos sentindo bem. Temos uma participação, basicamente, para qualificar os argumentos, para mostrar, para dividir as dúvidas e necessidades e, principalmente, quando estamos no grupo, não podemos esquecer, em hipótese alguma, que não tem lá só um cidadão, só uma pessoa que quer crescer junto, tem também o sujeito do inconsciente. O que atrapalha a maioria das construções de grupo, é a omissão desse sujeito do inconsciente. Trazemos esse tipo de herança, que não conseguimos, às vezes, conversar.

Eu estou num movimento, que é o Forum de Mulheres, estamos até trabalhando essa questão da Lei Orgânica. A dificuldade de conversar com uma pessoa que partilha as mesmas coisas que a gente, que está querendo alguma coisa progressista, a fala com as pessoas é das coisas mais difíceis que existem, porque a gente tem a tendência de querer colocar o ponto de vista e ser reconhecido. Isso é do inconsciente, queremos ser aceitos, queremos nos afiliar, não queremos ter só identidade, não somos um político qualquer que vai lá só firmar posição e fazer um discurso de afirmação. Queremos pertencer a alguma coisa, isso faz com que a gente não consiga, às vezes, trabalhar num projeto concreto que é um projeto de trabalho, no caso da Lei Orgânica, especificamente a questão da mulher. Eu não falo de divergências do tipo de conteúdo, como é o caso, por exemplo, da legalização ou da descriminalização do aborto, que é um problema seríssimo, porque mexe com uma porção de coisas, e que, regra geral, o PT não aceita, ou não tem uma discussão mais aprofundada sobre isso. Esse tipo de colocação, coisas dessa natureza, que vão mudar a estrutura das relações entre as pessoas, não alteram apenas uma estratégia de trabalho, elas alteram, principalmente, as relações entre as pessoas.

Quando Paulo Freire fez os seus célebres círculos de cultura, onde as pessoas diziam o que elas achavam que era o tijolo, gente, povo, palavras como essas, ele não estava alfabetizando as pessoas dogmaticamente, ele estava dando às pessoas o seu tempo interno para elas criarem os seus significados a respeito das coisas. Quando as pessoas falavam o que elas pensavam a respeito do voto, mesmo que fosse dentro da chamada consciência ingênua, aquilo é que o ponto pelo qual a pessoa tem que começar. O grupo nos movimentos populares é, por natureza, o momento da experiência democrática mais significativa, às vezes, não resolve os problemas concretos que a gente está querendo resolver, que é o assassinato dos meninos de rua, essa violência simbólica contra as etnias, contra o gênero, não resolve o problema dos conflitos agrários, mas cria uma organicidade que nunca mais essa força será retirada. Pode ser ingenuidade da minha parte, mas todos os movimentos em que eu participei e que as pessoas mergulhavam fundo na sua sombra e na penetrabilidade da sombra do outro, quer dizer, naquilo que está escondido, que ele não

conseguiu resolver ainda na fala, quando a gente arriscava o direito, mesmo que demorasse mais tempo, de fazer essa prática democrática dentro do grupo, essa organicidade nunca mais se perdia. É mais ou menos semelhante com a turma que a gente tinha na escola, que era ligado aos sonhos da gente, que era ligado a alguma coisa dessa natureza.

A tendência para termos visibilidade social, projeção social, principalmente quando temos canais de comunicação que são manipulados pela classe dominante, é termos uma integridade, termos uma hierarquia. Então, as diferenças entre as pessoas não são trabalhadas como diferenças, na sociedade em geral, principalmente na sociedade ocidental, elas são trabalhadas como desigualdades. A primeira coisa que se faz, e os meios de comunicação, os livros infantis e os textos didáticos fazem isso, é não admitir diferenças. Todo mundo é "classe trabalhadora", isso é um lado. O segundo, é trazer essas diferenças num sistema hierárquico, de desigualdade. Então, o homem e a mulher são diferentes, e as relações entre eles são contraditórias e muito arriscadas, difíceis e profundamente prazerosas. Sim, o que a sociedade vai fazer é não poder trabalhar com as diferenças, porque isso ela perde o controle. Elas têm que trabalhar com as desigualdades, as hierarquias. O mecanismo mais dissimulado e mais perverso é que dentro de um grupo a primeira coisa que se faz é criar hierarquias. É inconsciente? Não. É uma defesa para se ter visibilidade externa. É a maior perversidade que a gente pode fazer dentro de uma práxis democrática. E hoje, quando a gente está trabalhando com a complementarização, a complexidade e a multiplicidade, e não mais com a hierarquia que a gente não quer, se não a gente não teria criado os movimentos, teria continuado com as instituições partidárias. Se os movimentos apareceram, e apareceram de forma artesanal exatamente porque não aceitam o princípio da hierarquia, mas o da complementariedade. O avanço deles tem que ser como o avanço das espirais, é abrangendo, é expandindo. Quando caimos no erro de criar um modelo ou uma hierarquia dentro do grupo, nós estamos trabalhando para a destruição desse grupo e para uma instituição monolítica.

Na verdade o que eu estou propondo é que as relações que são fundamentadas nessa comunicação, nesse posicionar que é essa tomada de consciência não podem, em hipótese nenhuma, ser um mecanismo de dominação interna. A gente corre esse risco, eu sei porque eu sou professora, eu não falo nem como militante, porque até hoje eu estou aprendendo, é porque é dificílimo trabalhar com organismos, entidades e movimentos que não são predeterminados, que não podem ser planejados, porque eles têm que ser vividos.

Finalmente, os dois pontos básicos que queremos trabalhar, num processo educativo, é que ele deve criar novos parâmetros.

Quando o Antônio Cândido trabalhou com o princípio chamado "Dialética da Malandragem", ele mostrou duas coisas muito fundamentais ("Dialética da Malandragem" é um ensaio que ele fez sobre Memórias de Um Sargento de Milícias), e ele fez um trabalho mostrando que a cultura brasileira é muito inserida na flexibilidade. Ela é, antes de tudo, uma cultura que fica sempre além e aquém da norma. Ela é profundamente transgressora, por isso essa dificuldade em aceitar, por exemplo, o modelo japonês, que é, antes de tudo, bélico. Não é a toa que eles eram samurais. A China é que é agrária.

Ela que enfia suas raízes na terra. Na cultura japonesa (é tanto que a arma que eles estão usando agora é o avanço) eles destroem o concorrente. Eles não compartilham a tecnologia deles, substituem, o processo é excludente, não é de soma. É por aí que estou dizendo, do ponto de vista da natureza da cultura, não quer dizer que a cultura japonesa não tenha os seus momento de uma beleza dramática, no caso do uso das máscaras, esses filmes que eles produzem, como Jaspion, eles são todos mascarados, isso é um processo do imaginário, do íntimo. Ou os americanos, eles não têm democracia lá. O que eles têm é um respeito muito grande pela lei e pela ordem, e uma punição violenta para quem não respeita isso. A lei e a ordem não existem sem nós. Bastou alguém dizer aqui que tem que ser feito desse jeito, pra eu querer fazer de outro. Se é da cultura brasileira, se é do projeto, porque a gente não aproveita esse tipo de coisa. Vamos ter as leis, mas o que o Brasil descobriu embrionariamente é que o maior espaço de construção da cidadania está dentro desses movimentos coletivos, porque a gente não trabalha com leis, a gente trabalha com direitos, o que é um pouquinho diferente. Com a capacidade de dar contorno, corpo a esses direitos. Esse é o nosso processo educativo, é a capacidade que nós temos de construir, de ter uma legitimidade na linguagem tão múltipla, capaz de poder comunicar a essência do que a gente quer com qualquer tipo de interlocutor. Agora isso tem que estar dentro da gente. Essa capacidade de ter produzido essa linguagem democrática, porque, se não, pra cada interlocutor a gente vai falar de um jeito.

IV.RETOMADA DAS DECISÕES DO SEMINÁRIO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO, VIOLÊNCIA E COMUNICAÇÃO EM JULHO/90

Tendo como objetivo um processo de avaliação, retomou-se as metas estabelecidas no I Seminário Nacional dos Programas.

Programa de Violência

.Seminário Nacional sobre "Raízes da Violência Rural e Urbana" - Dezembro;
.Acompanhamento sistemático das atividades legislativas, da matéria de segurança pública, penal, pena de morte, tortura, controle externo da política pelo ministério público;
.Realização de um seminário sobre a política de segurança pública - Regional Nordeste/Recife;
.Campanha Nacional de Defesa da Vida, com os temas: tortura, pena de morte e esquadrões - junto com o seminário em dezembro;
.Cada regional encaminhe para o nacional, já, subsídios sobre o enfrentamento da violência;
.Levantamento das terras onde se cultiva maconha, propondo a sua expropriação para Reforma Agrária;
.juri popular sobre a violência da cidade - setembro/91
.realização de oficinas do papel e a condição do judiciário, do ministério público e a questão do sistema penitenciário brasileiro, no ordenamento democrático do país - maio/91;

.Constituir uma equipe de advogados a nível nacional (três pessoas) e regional, se possível, para acompanhar os casos de maior interesse do MNDH - até agosto/91;
.Levantamento dos advogados que atuam nos CDDHs e da disponibilidade de tempo dos mesmos para integrar essa equipe;
.Realização de um cadastro nacional sobre pistoleiros e justiceiros;
.produzir uma dossiê nacional sobre violência urbana;
.banco de dados sobre a violência em suas diferentes manifestações.

Programa de Comunicação

.Ocupação da realidade local e regional;
.Distribuição dos materiais produzidos para as agências financiadoras;
.Apresentar um folheto em 3 línguas para divulgar o Movimento no exterior;
.Produzir um relatório em vídeo das atividades desenvolvidas para serem enviadas para o exterior;
.Curso para aprofundamento sobre comunicação - março/91
.Cursos de rádio, vídeos - setembro/91
.Implementar as atividades de documentação;
.Participação em Forum da área de comunicação;
.Levantamento dos jornalistas/radialistas que são sensíveis para a causa;
.Manter contatos com as universidades;
.Apoiar e acompanhar as rádios livres;
.Concursos de reportagens sobre os Direitos Humanos;
.Sugestões para o Prêmio Nacional;
.Os Regionais deverão enviar relatório mensal para o Nacional sobre suas atividades;
.Campanha nacional de correspondentes populares;
.Encontro nacional sobre comunicação com as comissões de formação e violência - com encontros regionais anteriores;
.Comunicações internas - troca de materiais produzidos pelos Centros/comissões - enviar para os respectivos secretários (formação, violência e comunicação), bem como para a Secretaria Nacional.

Programa de Formação

.Objetivo básico: "promover e apoiar um processo de formação, integrar a partir das situações dos regionais, considerando os programas de violência e comunicação";
.Metodologia: trabalhar a formação a partir do cotidiano, a prática constante das pessoas, mas sempre respeitando o processo vivenciado por cada regional;
.Agentes: a Comissão Regional e Nacional e a Secretaria de Formação;
.Atividades: 4 atividades básicas sub-divididas:

Conhecer as situações dos Regionais a partir de três atividades básicas:

.Pesquisa diagnóstico (localizando a situação de cada Centro e do Regional em pontos comuns e específicos. Iremos utilizar a experiência de dois Regionais que já têm algo sistematizado nesta linha;

.Intercâmbio de experiência - precisamos dar continuidade ao que começamos: sistematizar os nossos trabalhos e intercambiá-los, mas não só isto, como também, de subsídios, de divulgações informativas em geral e de arquivo.

Incluir a questão financeira, levantando quanto cada Centro tem em projetos e quem financia, para que possamos fazer uma projeção a fim de suprir os Centros que não têm verba. Pois, suplementação é possível conseguir junto às entidades que já financiam. Que fique claro que não há intenção de interferência, porém precisamos de uma política de conjunto, se não ficará muito difícil conseguirmos finaciamentos.
.Uma reunião até o final de 90 para avaliar o desenvolvimento do trabalho, e outro instrumento interno de comunicação até o final de 90;
.Seminário Nacional em julho de 1991, interligando os 3 programas, dentro da mesma metodologia.

V.APRESENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO, VIOLÊNCIA E COMUNICAÇÃO

Regional Sul I (SP)

O Regional Sul I constatou a necessidade de conhecer melhor a situação dos CDDHs. As prioridades do regional eram terra e trabalho. A tentativa de se agrupar em comissões em torno dessas prioridades não deu certo.

Estão tentando organizar as 3 comissões conforme as prioridades do MNDH. As atividades do Regional têm acontecido e as visitas aos CDDHs têm contribuído para a melhoria do nível de articulação.

Os encontros, por possibilitarem trocas de experiências entre os grupos também têm sido importantes no processo de integração do regional.

Regional Leste II (MG)

O Regional Leste II realizou, no período de 1988 a 1990, dois cursos sobre metodologia.

No final de 1990 as equipes dos Centros, a partir de um processo de avaliação, decidiram se reestruturar e definiram para 1991 um processo de reflexão que seguiria um fio condutor: a subjetividade. Assim, realizaram em maio o curso de formação "Subjetividade na Militância - o desejo e o prazer", assessorado pela psicóloga Emely Vieira.

No encontro do regional, em setembro, farão um estudo sobre a violência e o homem e em novembro pretendem concluir uma pesquisa sobre o que a população pensa a respeito da violência no estado de MG.

No âmbito da Campanha em Defesa da Vida, participam do Forum pela Vida, que tem enviado telegramas e cartas para deputados e senadores mineiros, repudiando a emenda que trata do plebiscito popular sobre a pena de morte.

Está previsto para o mês de novembro um curso sobre a leitura crítica da comunicação.

Participam do Comitê Mineiro pela Democratização da Comunicação.

Apontam como dificuldades o número reduzido de militantes e a falta de recursos específicos para cada programa.

Regional Centro-Oeste (DF, GO, MS, MT, TO)

O Regional Centro-Oeste, por não ter tido condições financeiras de realizar um encontro com todos os membros dos programas (violência, comunicação e formação), conselheiros e secretaria executiva, solicitou contribuições de cada Centro e Comissão que compõe o regional e utilizou também, como espaço para discussão e produção, a oficina de sistematização ocorrida de 19 a 21 de julho. A partir disto, apresentam como contribuição para as avaliações dos 10 anos do MNDH dois textos.

Ao definir sua programação para o ano, o regional dividiu as atividades por estados, buscando com isto uma maior participação. Existem momentos que envolvem todos os centros e comissões e outros que dão prioridade a um estado.

Os cursos de âmbito geral acontecem em Goiânia e, excepcionalmente, em outro estado do regional que esteja necessitando de apoio político.

Está incentivando encontros, cursos, debates e seminários em todos os estados.

O regional está articulado também com o Sul da Bahia e o Norte de São Paulo, estando previsto um encontro em Araçatuba no final de setembro.

Será realizado um encontro entre os Regionais Centro-Oeste e Sul I em Três Lagoas/MS.

O regional buscou, ao elaborar sua programação, informar, discutir, conhecer e aprofundar questões vinculadas aos programas, objetivando contribuir no avanço das atividades dos centros e comissões.

O número reduzido de militantes gera um acúmulo que acaba inviabilizando uma série de atividades. Outro problema é a falta de recursos financeiros, já que poucas entidades recebem ajuda econômica.

Regional Norte II (PA, MA, AP)

O Regional Norte II dividiu-se em micro regiões pela extensão do regional: Belém, Baixo-Amazonas, Médio-Amazonas e Maranhão.

A última reunião do regional foi em janeiro de 1991.

As entidades estão fazendo trabalhos isolados nos diferentes programas, mas não existe articulação.

Os conselheiros não puderam viajar, dificultando o avanço do regional.

O regional reunia-se de 2 em 2 meses para analisar sua prática e passou a escrever sobre as experiências (Bacabau, Caxias, São Luis).

O Regional Leste 1 tem discutido a questão da formação, aprofundando as categorias que ainda não estavam claras. Promoveu uma análise a partir de um capítulo de novela, o que facilitou o envolvimento de algumas pessoas. Foi um momento muito rico que possibilitou o aprofundamento das categorias de análise da subjetividade e da inter-subjetividade.

Constata que houve um esfriamento local e regional na área da formação.

A pesquisa do regional não foi desenvolvida por problemas financeiros no ano de 1990.

No Espírito Santo o trabalho na área de formação foi mais dinâmico e articulado com a questão da violência. Houve articulação com outras entidades.

Estão realizando, no estado, um curso de formação com um encontro por mês, durante 2 anos.

Não há uma equipe específica para a questão da violência.

O estado já realizou 4 cursos sobre comunicação.

A nível regional está previsto um seminário contra a pena de morte.

No Rio de Janeiro, o Fórum Contra a Violência, na Defesa da Vida continua suas atividades e foi criado o Fórum da Criança. O Jornal Vida não está circulando por questões financeiras.

Participam da discussão de implantação do Conselho Tutelar.

Estão presentes na discussão da Eco-Favela 92 e acreditam que o governo tentará fazer uma "limpeza" na cidade para a Eco-92. Estão preocupados e atentos a essa possibilidade.

No regional os centros rurais, de luta pela moradia e de mulheres fortalecem a resistência.

O regional tem dificuldades financeiras e de articulação. A questão da violência é muito grave e alguns centros do Espírito Santo chegaram a fechar pelas ameaças permanentes que vinham sofrendo.

A perspectiva, no entanto, é boa pois no meio de toda a violência tem surgido experiências positivas.

Regional Norte I (AC, AM, RO, RR)

O Regional Norte I só conseguiu formar as equipes dos programas a partir de 1990 e as dificuldades econômicas impediram, até o momento, que as equipes se reunissem para planejar suas atividades e trocar experiências.

Apesar disso várias atividades estão sendo realizadas, sobretudo na área de formação e violência, a partir dos encontros interestaduais, regionais e atividades realizadas pelas micro-regiões ou por centros individualmente.

Na área de formação: Oficina de Direitos Humanos, Curso de formação de monitores jurídicos, participação de alguns centros no curso sobre a realidade amazônica, estudo sobre a lei orgânica e leis complementares, seminário sobre Dívida Externa e meio ambiente, curso sobre metodologia e conjuntura.

Na área de violência: organizaram dossiês sobre violência contra a mulher, violência contra o menor, segurança pública. Realizaram um seminário sobre a violência e os meios de comunicação social e participam, em Manaus, do "Fórum em Defesa da Vida".

Na área de comunicação: Realizam programas radiofônicos e editam o boletim trimestral "Vida é".

O Regional enfrenta dificuldades de comunicação interna (um telegrama demora até 7 dias para chegar ao destinatário).

Os centros mais organizados/articulados são aqueles que estão localizados nas capitais e em sedes de prelazias/dioceses.

Regional Nordeste (CE, RN, PB, PE, AL, BA, SE, PI)

O Regional Nordeste é formado por 32 CDDHs em 8 estados.

O programa de comunicação ainda não foi viabilizado, entretanto, as discussões no Conselho têm avançado para o entendimento de que a comunicação é uma estratégia importantíssima para o Regional Nordeste e que devemos ocupar sistematicamente os espaços na mídia.

O plano de ação para 91 foi elaborado com base nas orientações do nacional e do VII Encontro do Regional NE. Ele explicita os objetivos, estratégias, e o produto a ser realizado pelo regional.

As comissões de formação e violência representam um dos produtos planejados para 91 e a continuidade de uma experiência que já dura mais de 2 anos.

A visão metodológica das comissões é de um processo de acompanhamento sistemático das diversas iniciativas dos centros e de desempenhar o papel de catalizador e sistematizador da diversidade das experiências no NE.

O método utilizado tem sido a realização de visitas aos centros. Foram programadas 16 para o ano de 91.

A comissão de formação elaborou um cronograma das atividades de formação realizadas pelos centros, onde ficou evidente a variedade: cursos e debates sobre metodologia de educação popular, controle da criminalidade, violência e cidadania (diagnóstico), história dos movimentos sociais no campo, história do Brasil a partir da mulher, índio, negro, políticas públicas, estágio em Direitos Humanos, curso de Direitos Humanos etc.

A comissão teve dificuldades técnicas, inibindo seu desempenho de catalizadora e sistematizadora. Vem solicitando uma assessoria para sua auto-capacitação, para depois implementar a formação das diferentes equipes.

A comissão contra violência tem desenvolvido seu programa. Realizou o 1o. Encontro Regional sobre violência institucional, onde participaram 25 Centros de Direitos Humanos e onde surgiu a proposta de criação de um banco de dados no regional. Este banco de dados tem provocado um movimento muito grande no interior dos centros que

trabalham com a questão da violência (discussão de critérios, conteúdos e o uso do sistema do banco de dados).

Já foi explicitada pela comissão a necessidade de obter uma assessoria em políticas públicas e na área de informática.

Além dos programas outras atividades têm sido desenvolvidas, a exemplo do seminário sobre a Dívida Externa, que foi um sucesso, o seminário sobre a pena de morte e o encontro com comunicadores.

O regional programou para outubro a realização do encontro de sistematização do programa de formação.

Regional Sul II (PR, SC, RS)

Na Assembléia Regional realizada em 1989, na cidade de Chapecó-SC, foi deliberado que, pelas necessidades que os grupos encontravam na questão metodológica, seria dado prioridade à questão da formação em nível regional.

Em Torres-RS, em janeiro de 1990, houve a reunião de articulação do grupo que iria assumir o Regional Sul II no biênio de 90/91. Nesta reunião foi definido o programa a ser seguido para concretizar as decisões da Assembléia Regional.

Programou-se um curso de 4 etapas (uma por semestre) para aprofundar a questão metodológica no programa de formação, e encontros regionais na área jurídica e de comunicação.

A partir da tentativa de trabalhar a comunicação e a violência dentro de uma metodologia participativa confirmou-se que a formação é o elo de ligação entre os programas.

A prática demonstrou também que o planejamento dos conteúdos é definido pela própria metodologia decidida coletivamente.

Até fins da década de 80, os Centros de Direitos Humanos não estavam organizados em programas. Após a decisão do MNDH existe um esforço para implantar os três programas e articulá-los entre si. Alguns não mudaram o trabalho, mas localizaram as tarefas na perspectiva dos programas. Em alguns CDDHs foi criada uma equipe executiva para coordenar o trabalho de cada programa. Todos têm aceitado muito bem este tipo de organização. Os CDDHs que iniciaram após a decisão do MNDH conseguem trabalhar melhor os programas que os CDDHs mais antigos.

A maior dificuldade é a instrumentalização dos militantes. O programa de violência está sendo desenvolvido de acordo com as necessidades que se apresentam. Surgiram vários comitês pela vida, reunindo diversas entidades, com o objetivo de fazer campanha contra a pena de morte. Em nível regional anualmente é realizado um curso sobre "Direito Alternativo".

O programa de formação foi o que mais avançou neste período, devido a prioridade dada a ele. Além do curso sobre metodologia alternativa, algumas sub-regiões organizaram ciclos de estudo entre os municípios mais próximos, onde aprofundaram as discussões sobre metodologia e análise da realidade de uma maneira participativa. Em todos os encontros que se realizaram no regional, foi adotada essa maneira participativa na análise de conjuntura e estrutura. Este sistema permitiu um grande avanço na democratização do saber e na possibilidade dos militantes se capacitarem mais nas lutas.

O programa de comunicação realizou um Encontro Regional específico, através de 4 oficinas: Documentação, Comunicação Visual, Rádio e Vídeo. A maioria dos CDDHs estão procurando elaborar materiais de comunicação alternativa. Foram produzidos vídeos sobre meio ambiente, moradia, saúde.

As dificuldades do regional são: reestruturar os CDDHs mais antigos no que concerne aos programas, ampliar os quadros, preparar os CDDHs para se apresentarem nos meios de comunicação social.

O estado do Paraná no período do último ano desarticulou-se em grande parte perante o Regional Sul II, seja através do desaparecimento de 2 entidades situadas em regiões importantes, seja através da não incorporação e participação mais efetiva junto às atividades desenvolvidas pela coordenação regional, existindo atualmente somente um CDDH (Ponta Grossa) em fase de reestruturação, e a articulação de uma Comissão (Foz do Iguaçu).

VI-EXPOSIÇÃO DOS DADOS DAS PESQUISAS DOS CDDHs E SOBRE VIOLÊNCIA

Pesquisa dos CDDHs:

Decidiu-se continuar o levantamento para que seja realmente um senso e possa trazer elementos para o VII Encontro. No atual estágio representa uma tendência do MNDH.

Os regionais conversarão com os Centros que não encaminharam a pesquisa para que seja respondida até 30.09.91.

O Regional Sul II e a Secretaria de Formação colocaram todo o material de análise produzida e questionários a disposição de quem quisesse assumir a continuidade do trabalho.

A Secretaria de Formação continuará responsável pela análise dos dados

Pesquisa sobre violência:

Foi enviada para os regionais através das secretarias ou dos conselheiros a fim de que repassassem aos Centros que se localizam nas capitais.

Os regionais apresentaram diversas dificuldades para o seu encaminhamento, tais como: em alguns estados os dados solicitados não estão informatizados nos órgãos públicos, a exigência de pessoas disponíveis para fazer pesquisas.

A sugestão para o encaminhamento da pesquisa é passar o trabalho que exige mais tempo aos Centros que possuem estagiários.

A Secretaria Executiva ficará encarregada, junto com a Secretaria de Violência, de tabular os dados. Esse trabalho será feito com uma assessoria técnica na área de informática.

O prazo definido para a devolução das pesquisas pelos Regionais é 30 de outubro.

VII-APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE E AVALIAÇÃO PRODUZIDA PELO MNDH E REGIONAIS EM TORNO DE:

.História dos 10 últimos anos
.Eficácia do MNDH hoje
.Concepção de Direitos Humanos
.Perspectivas

VII.1-Textos Apresentados

TEXTO 1

AVALIAÇÃO DA CAMINHADA - Regional Leste II

Para este semestre estavam previstas, no projeto finaneiro da CESE, duas reuniões do Conselho Regional e um Curso de Formação. Estes eventos permitem a articulação dos CDDHs e entidades afins de nosso Estado, além de um reflexão comum de nosso regional.

Neste final de semestre percebemos que as ações previstas foram realizadas com resultados positivos. Além disso tivemos um período de reorganização de CDDHs, como o de Pouso Alto; a criação de novos Centros de Formação, do Centro de Uberaba, que não havia participado anteriormente de nossas atividades regionais, apesar de manter contato com a secretaria e a coordenação há alguns anos.

O Curso de Formação atingiu o resultado esperado, tendo grande aceitação dos 34 participantes. Além disso, alguns CDDHs do interior de Minas Gerais já solicitaram a repetição do curso em seus municípios, viabilizando a participação de um número maior de membros de seus CDDHs e entidades afins.

O que se percebe, atualmente, é um avanço, a nível qualitativo, em nossa caminhada. O curso, cujo tema foi SUBJETIVIDADE NA MILITÂNCIA permitiu a reflexão de nossa prática pessoal e de grupo, cotidianamente. Além disso, teve como objetivo ser uma forma de preparação para o XIV Encontro MNDH/Regional Leste II em setembro próximo.

Este curso é resultado de um trabalho conjunto das Equipes de Formação, Violência e Comunicação com o Conselho Regional. Afinal, foi traçada uma linha de ação e reflexão para 1991 sobre a temática da SUBJETIVIDADE que norteará as atividades das três equipes.

O MNDH/Regional Leste II tem desenvolvido suas atividades e reflexões em conjunto com o Secretariado Nacional do MNDH, firmando cada vez mais esta articulação, inclusive fornecendo materiais para este Secretariado.

Dentro desta preocupação, o Regional Leste II está participando do Comitê Mineiro pela Democratização da Comunicação. Assim, iniciamos a discussão sobre o processo de Comunicação no País, em nosso Estado. Para tal, os CDDHs estão recebendo textos e outros materiais produzidos para reflexão.

Mas, nem tudo são flores. Por isto neste período também enfrentamos dificuldades. O intercâmbio entre os CDDHs e entre CDDH e Secretaria e Coordenação Regional é uma destas dificuldades. Afinal, Minas Gerais é um Estado imenso e às vezes, o contato por telefone ou correio e em encontros não é suficiente.

Mesmo recebendo recursos da CESE, a questão financeira é um grande problema, já que estes recursos não são suficientes para financiar estas viagens. Acreditamos que, em determinados momentos, é necessário visitas aos CDDHs em seus municípios.

A questão financeira também dificulta a melhor estruturação das Equipes de Violência, Formação e Comunicação.

Mas esta dificuldades não têm impedido nossa caminhada. Mesmo não sendo suficiente para todos os planos, temos recebido valiosa contribuição da CESE, que permite a realização de alguns destes planos que garantem o mínimo de organização e estruturação de nosso Regional.

Diante dos fatos acima, podemos concluir que nosso MNDH/Regional Leste II percorreu um grande trecho desta caminhada. E neste percurso surgiram novos companheiros, fortificamos nossa união e nos sentimos mais valentes. Hoje, estamos mais animados para enfrentar a luta pelos direitos humanos em nosso Estado contando com o apoio da CESE.

TEXTO 2

REFLEXÕES A RESPEITO DO MNDH

"A Caminhada pelos Direitos Humanos é a própria luta de nosso povo empobrecido, oprimido, através de um processo histórico que se inicia durante a colonização e que continua até hoje, na busca de uma sociedade justa, livre, fraterna, igualitária, culturalmente diferenciada e sem classes."

Olinda, 1985.

1.Introdução

O Movimento nasceu das lutas pela redemocratização do Estado e da sociedade brasileira. Nasceu da resistência, da anistia, das diretas-já, da luta contra a violência no campo e na cidade, da luta pela vida, digna de ser vivida, principalmente do povo empobrecido e marginalizado pela concentração de renda e poder neste Brasil, pelo capitalismo nacional e internacional. No começo dos anos oitenta (serão mesmo perdidos?) a tortura, o desaparecimento de presos políticos, suavizavam-se; em contra partida, agora, os alvos eram as populações das periferias urbanas metropolitanas e os lutadores do campo, índios, posseiros, sindicalistas, negros, religiosos, advogados, seringueiros, e os meninos e meninas de rua. Surgem CJPs (sem peias vaticanas) e CDDHs em todo o Brasil com interligações próprias com o movimento social, com a sociedade civil, buscando romper o cerco da mídia conservadora. Alegria de gente entrando na luta, tristeza de se ver o aumento da violência urbana e rural.

Em 1982/83/85, realizam-se encontros em Petrópolis, Taboão da Serra e Vitória. Foram encontros de articulação, constituição do Movimento em dimensão nacional. Busca-se rumo. Busca-se objetivos mais definidos e concretos. Busca-se pluralidade e principalmente identidade nos tempos pós militarismos manifestos (continuam mandando até na programação da descida da rampa planaltina). Foram encontros ricos, confrontadores, denunciadores da violência praticada contra o povo pobre. Os militantes apontam para Olinda onde chegam até num avião verde e amarelo, carregado de dúvidas e esperanças.

Assim, vêm Olinda, Goiânia e São Paulo, em 86, 88 e 90, momentos de definição, ampliação, articulação, comunicação e principalmente de consolidação do Movimento como instrumento de e a serviço das classes subalternas, de busca de uma sociedade justa e fraterna, democrática e libertadora. O Movimento avança no centro e norte (com questões relativas a amazônia, barragens, queimadas, ouro, constituinte, constituição, seringueiros, Chico Mendes, Padre Josimo, Tião da Paz, Nativo..., migrações, narcotráfico, violência geral e impar); no nordeste (cerca, seca, usineiros, latifúndio, migrações, pobreza, Margarida, assassinatos, corrupções politiqueiras...); no sul e leste (violência e mais violência, baixada fluminense, justiceiros, favelados, jogo, drogas, banditismo, corrupção institucionalizada, mídia manipulada, pressões curiais vaticanas contra a teologia da libertação, Leonardo Boff, desemprego, repressões aos movimentos sociais, poluição, analfabetismo, doenças, ocupações, pobreza crescente...) Isto significa organização do Movimento. Espalha-se por todo Brasil e vai de 50 para 250 Centros e Comissões de Direitos Humanos nos 8 regionais.

O Conselho e o Secretariado agilizam a luta contra a violência. Denúncias e anúncios. Buscam, também, a comunicação, a formação e a representação em diferentes lugares, foruns, campanhas, instituições e abrem o olhar para a América Latina. Buscam mais concretamente uma sustentação contínua com a CESE e depois com outras entidades.

Surgem divergências, confrontos adiados e superados pelos objetivos maiores do Movimento, um lugar de servir a vida do povo empobrecido e massacrado pelos pacotes que vecejam neste período do governo pastoso, corrupto, ineficiente (para o povão de Deus) e repressivo do Sarney (relembrem a CSN) até o governo furta cor. São tempos de consolidação, o Movimento consolida-se porque a nova-velha República não muda muito depois dos militares em termos de acabar e controlar a violência já dita no Bico do Papagaio e na Baixada Fluminense, para somente citar dois exemplos.

O Movimento faz opção pelos empobrecidos, firma-se politicamente, articula-se com as forças democráticas progressistas do campo político, sindical e popular (Igrejas, OAB, ABI, CUT, Pró-Central, ONG's, Movimentos de Minorias, mídia alternativa) através de campanhas, seminários, articulações, viagens, reuniões e premiações.

Crescemos muito em quantidade e qualidade e agora precisamos qualificar ainda mais: pessoal, informações, atividades e articulações horizontais (troca de experiências, formação solidariedade, comunicação, eficácia) e verticais (direção, apoios, clareza de objetivos, objetividade na ação).

2.Ir Além

É preciso, desta maneira, sair de uma visão e atuação defensiva dos Direitos Humanos para promoção, proteção destes direitos. Uma luta mais agressiva preventiva e promotora da vida humana com campanhas mobilizadoras, pressões por mudanças sociais, solidariedades pessoais, comunitárias/familiares, societárias e planetárias. É necessário conquistar e formar mais gente. Ganhar e fazer mais mídia libertadora. Ganhar mais forças democráticas e assim alargar os horizontes das lutas e conquistas dos Direitos Humanos. O saldo da década que não foi tão perdida (surgiram diversos movimentos a CUT, Sem Terra, avanços das CEB's, união dos povos da floresta, constituição, solo urbano...). É certo que houve no final a grande frustração com a derrota programada/manipulada de Lula e ainda que as eleições estaduais e municipais não significaram mudanças substanciais na vida dos pobres, com excessão de algumas prefeituras com administrações populares. Na verdade, a política econômica adotada no Brasil está a caminho do quarto mundo não do primeiro. O que podemos constatar pelas doenças perigosas que voltam à cena da vida do brasileiro, pela concentração da renda, pelo poder e posse rural, industrial, comercial e bancária, pelo aumento e retomada do pagamento da dívida externa; tudo isto gerando a diminuição da qualidade e expectativa de vida do povo que está em 60 anos (o que se agrava quando o governo propõe aposentadoria aos sessenta e cinco anos de idade certamente pagando no mundo do além).

O Movimento tem fortalezas e fragilidades. As fortalezas se expressam nas disponibilidades renovadas de muita gente, na continuidade e surgimento de muitos centros, no crescimento das articulações, na unidade geral, na hegemonia democrática, nas renovações, no debate aberto, no crescimento de expressão interna e externa, na representação e no reconhecimento do Movimento, na formação própria e aberta ao movimento social.

O Movimento tem, também, fragilidades, como as ambiguidades, a difícil sustentação material e financeira dos centros, as frustrações, a exaustão, a ineficiência na luta contra a violência em muitos lugares, as descontinuidades, o despreparo de assessoria, a mídia, a pouca liberação de pessoal preparado, nas disputas, nas poucas respostas às solicitações internas, nas mudanças repentinas; ainda, faltam reconhecimentos e maior articulação com o Brasil além fronteiras e com os setores mais abrangentes de nossa sociedade.

Assim, nossos próximos seminários, encontros regionais e VII Encontro Nacional, em Brasília, em janeiro de 1992, devem refletir que, além de organizar-se e consolidar-se, o movimento deve, agora, ampliar, avançar, articular, capacitar, comunicar e tornar, desta maneira, seus horizontes mais largos e eficazes na luta pelos direitos humanos que são liberdade, democracia, pluralidade, igualdade, trabalho, moradia, saúde, salário justo, educação, transporte, lazer, cultura, e principalmente vida dígna e direito à felicidade pessoal, familiar e social.

É preciso que ultrapassemos, com análises críticas e concretas, esta sensação de perda das utopias, com as mudanças do Leste Europeu e a já citada exaustão cívica depois de dez anos de

lutas intensas e fracassos difíceis de serem assimilados. É urgente reconhecer que a queda do muro de Berlim é ganho real dos Direitos Humanos, é a queda de vez da maquiagem feita em nome do socialismo, cujo real foi bem diferente do anunciado, mas que teve conquistas que ninguém pode ignorar, mesmo com intensa propaganda do neoliberalismo. O Capitalismo continua a ser um sistema de crise, opressão e exploração social. Existem vitórias e especialmente crença e perspectiva de vida melhor e de direitos humanos reais.

É preciso tornar emergente uma estratégia para a luta dos direitos humanos que visualize objetivos próximos, medianos e distantes. Objetivos próximos que incidam no combate à violência no campo e na cidade, na formação, na valorização e promoção de lideranças, no trabalho de conscientização/organização e lutas concretas em campanhas em favor da vida, na comunicação, na articulação, na ampliação da equipe/secretariado em Brasília, na articulação junto ao governo, executivo, legislativo, judiciário, procuradoria, junto aos organismos internacionais na continuidade das articulações preferenciais junto aos setores populares e abranger mais a sociedade civil.

Objetivos medianos e distantes na linha da formação, da comunicação libertadora, solidariedade, cidadania, democracia socialista, história e memória, diversidade, indivíduo e coletividade, educação massiva, crítica, convivência material, espiritual e comunitária, ecologia, promoção e proteção sempre da vida, uso da ciência para o conforto e progresso socializador do gênero humano.

Assim, há hoje lugar para a luta dos direitos humanos como haverá sempre além da sociedade liberal, incorporando sem medo, valores constituídos e universalmente assimilados como da humanidade e não como de um determinado sistema social. Os direitos humanos (homens e mulheres) estão no começo e no fim, que será sempre um começo.

3.Querências Qualificadoras

Ousamos lembrar algumas querências que, certamente com outras, pensadas dentro e fora do Movimento, poderão qualificar mais nossas ações pela promoção da vida, digna de ser vivida. Vejamos algumas agora:

1.A caminhada do Movimento está correta. Avançamos muito. É preciso, dada a nossa dura e tensa realidade, muito mais em termos de combate a violência, de comunicação, de formação e de organização a serviço dos Direitos Humanos e cidadania.

2.Tem gente dentro e fora do Movimento que pensa que a luta pelos Direitos Humanos está ultrapassada ou acabada nos limites da redemocratização. É uma visão velha, ortodoxa e estática, existindo naqueles que pensam que somente partido e sindicato resolvem os problemas da sociedade. Como a luta pelos Direitos Humanos permeia toda a sociedade, eles, no capitalismo, possibilitam uma luta contra as opressões e explorações econômicas, políticas e ideológicas, e no socialismo renovado possibilita uma maior redemocratização das relações interpessoais e sociais, dando maior satisfação para homens e mulheres enquanto indivíduos e coletividade.

3.Queremos ampliar o horizonte de nossas interligações e articulação para abranger mais gente, mais setores sociais urbanos e rurais.

4.Queremos reforçar nossas integrações e alianças com setores progressistas dos partidos políticos, dos movimentos sindicais e populares.

5.Queremos trabalhar com as entidades chamadas de ONG's - educação e cultura popular, assessoria, ecologia, negros, mulheres, crianças e adolescentes, ecumenismo, índios e idosos.

6.Queremos caminhar mais com organismos representativos e nacionais da sociedade civil, como: CNBB, OAB, CONIC, CPT, CIMI, CESE, FENAJ, ANDES/CNTE, CUT, SERPAJ...

7.Queremos articular e participar de foruns, conferências, reuniões como FONEP, UCBC, conferência de saúde, CBE, SBPC...

8.Queremos trabalhar com setores das Universidades, pesquisa e extensão, a formação e o debate sobre os Direitos Humanos formando mais gente para o trabalho dos Centros.

9.Queremos articular mais com a América Latina e Terceiro Mundo.

10.Queremos saber, aprender, trabalhar, alinhar e ter autonomia diante das correlações políticas.

11.Queremos nossas estruturas mais leves, mais transparentes, eficazes, abertas e democráticas a nível local, regional e nacional.

12.Queremos trabalhar o institucional sem perder identidade e objetivos, princípios, diretrizes e compromissos históricos assumidos.

13.Queremos trabalhar com os setores públicos populares: Prefeitura, bancadas parlamentares, organismos setoriais...

14.Queremos explicitar mais e melhor nossas atividades básicas: trabalho direto, assessoria, assistência jurídica, social e política, articulação e representação. Trabalho próprio e de suplência (quando os sujeitos próprios não existem ou não agem autenticamente).

15.Queremos saber, aprender, ajudar, interligar atividades, ações para atingir os chamados setores sociais desorganizados, vítimas constantes da manipulação da mídia eletrônica e de populismos conservadores.

16.Queremos saber e decidir sobre uma interligação entre as lutas dos Direitos Humanos e a questão do meio ambiente/ecologia.

17.Queremos pensar, explicitar nossa participação na construção da Central dos Movimentos Populares.

18.Queremos, por fim, descobrir formas e meios para tornar mais edicazes nossas lutas pelos Direitos Humanos.

19.Queremos estimular encontros que nos fazem repensar nossas ações, e para isso é que surgem as Oficinas de Sistematização, com uma metodologia nova e eficaz.

4.Conclusões Inacabadas

Vivemos impasses, crises, problemas mil nessa realidade nacional. Somos desafiados a crer que sendo os Direitos Humanos um tema permanente daqueles que lutam por uma sociedade justa e fraterna, devem contribuir para romper os cercos desta conjuntura

dolorida para milhões, constituída pelos desânimos, as faltas de alianças, as manipulações e dominações dos poderosos, a falta de quadros quantitativos e qualitativos, a falta de relação entre trabalho de base e de massa, as mobilizações sociais pressionadoras e reivindicadoras de interesse dos trabalhadores das cidades e dos campos, a falta de avaliações concretas de nossas ações em diferentes níveis ou instâncias de engajamento pessoal, comunitário e coletivo.

É verdade que temos muitas faltas, mas, também, sempre temos nossas histórias, projetos, utopias, engajamentos, disponibilidades, paixões, argumentos e vontades para sacudir a poeira e dar a volta por cima, de braços dados, construindo e aprumando novos horizontes, abrindo estradas para que por elas transitem os Direitos Humanos, a cidadania de mulheres e homens, novos e solidários, imperfeitos, sempre sujeitos da história, nossa história que nos é dada a viver e transformar.

Goiânia, julho de 1991
Pedro Wilson Guimarães
Coord.Regional Centro-Oeste/MNDH

TEXTO 3

"AVALIAÇÃO" - REGIONAL NORDESTE

1.Pra Começo de Conversa

As aspas servem para vários fins na língua nacional. Por exemplo, elas podem ser usadas para indicar o uso de uma palavra fora do contexto habitual. Como no caso de nosso título. Isto não é uma avaliação. É, mais verdadeiramente, uma "avaliação". O nosso regional optou por uma abordagem mais problematizada que avaliativa. Portanto, o valor costumeiro que se dá a um processo avaliativo deve ser relativizado.

A programação de debates sobre o "Movimento Nacional de Direitos Humanos: Balanço e Perspectivas" (aqui, outro fim das aspas) parece-nos importantíssima. A sua contemporaneidade é o traço mais marcante e que deve ser investido. Contudo, no processo de preparação dos vários estados e suas articulações de entidades de direitos humanos questionou-se a capacidade de envolvimento da proposta. Fomos pegos meio que de surpresa. A falta de um conhecimento anterior e de mais tempo não nos possibilitou mais elementos que caracterizassem um bom produto.

Pedagogicamente, não foi construido do nacional para o regional, do regional para os estados e para as entidades um processo mais participativo. Tal equívoco metodológico complicou também as nossas pretensões avaliativas. A oportunidade de envolver mais pessoas históricas ou o público externo e que tem algum tipo de relação com questão de direitos humanos não pôde ser concretizada.

Outra questão importante é o próprio processo em curso. A produção do material que serviu de base para esta sistematização se deu das mais variadas e possíveis formas. Se ganhamos em riqueza e pluralidade de formas, perdemos na tarefa de dar uma certa homogeneidade à linguagem. Mesmo assim, valeu a pena ver entrevistas, debates mais acadêmicos, encontros informais, pequenos textos, relatos como opções de trabalho dos companheiros.

A sistematização por si, estabelece-se como um esquema abstrato onde várias experiências particulares são generalizadas. A maior parte de nosso material expressou a descrição de fatos históricos que pouco a pouco formaram o presente mosaico. Se o esquema teórico, abstrativamente, permite que cada um reconheça no todo e geral a sua experiência prática, ao mesmo tempo, pode retirar a vitalidade tão presente em cada narrativa.

O nosso trabalho sistematizador tem outro defeito crônico. Ao sistematizar os relatos não foi feito apenas um trabalho técnico-metodológico específico. Certamente, esta sistematização é uma das sistematizações possíveis. E revela uma concepção de prioridades entre os problemas arrolados e uma ênfase relativa entre o que é principal e o que é secundário que deve ser levado em consideração e questionado. O próprio estilo de abordagem e registro tem duas motivações particulares.

O conjunto de problemas introduzem o texto e o debate. Eles são divididos em quatro partes diferentes e anteriormente propostas. À análise das prioridades e das estratégias do MNDH no regional, seguir-se-á a discussão em torno da eficácia da ação no campo dos direitos humanos. Depois traçaremos o grau de aprofundamento do conceito de direitos humanos e as várias perspectivas das nossas lutas.

O nosso projeto de avaliação aqui vai. Ainda temos uma "avaliação". Pelo jeito, muitos caminhos deverão ser feitos até que as aspas dêem lugar a uma expressão mais pura, simples e usual. Vamos correr os riscos de se expor à aventura.

2.BALANÇO DA SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL NA ÚLTIMA DÉCADA: ANÁLISES DAS PRIORIDADES E ESTRATÉGIAS

Não se pode falar de década do movimento de direitos humanos sem se reportar ao período anterior. A recuperação da nossa memória, geralmente, tem como ponto de referência o golpe militar de 1964 e toda a tortura aos presos políticos. Desse ponto de partida, a grande prioridade de então era combater a tortura e denunciar os crimes da ditadura. Muitos dos depoimentos giram em torno das alternativas e estratégias de ação que tentavam garantir o direito à vida dos opositores do regime militar. Foi um momento que possibilitou uma certa vitória dos militantes dos direitos humanos sobre a repressão, baseados quase sempre nas Igrejas Cristãs e em organismos como Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - e Associação Brasileira de Imprensa - ABI.

Num segundo momento, quando os direitos de cidadania política são o mote central, o ponto de referência é a campanha de redemocratização do país, marcado pela Campanha das "Diretas Já". Nesse instante há uma forte participação de outros grupos/setores

mais identificados com o espaço coletivo de organização política. É a hora das multidões nas ruas e de grandes comícios/mobilizações.

Mais recentemente, foi se delineando na pauta do movimento a luta pelos direitos sócio-econômico-políticos mais fundamentais. Após o período ditatorial a situação da população não muda. Inversamente aos nossos projetos e desejos, houve um vistoso crescimento exponencial da miséria nacional acompanhado de espantosos índices de violência social, política e institucional. Saiu plano entrou plano e o quadro de nossa sociedade está cada vez mais torto.

Paralelamente, o movimento vai se fragmentando e se multiplicando. Ao invés de uma bandeira, há várias bandeiras. No nosso regional, incorpora-se a pauta do nacional: Terra, Trabalho e Violência. Quando se fala em Terra não se luta apenas no campo, mas se estruturam muitas lutas e entidades sobre a questão do solo urbano. Outra questão destacada foi o trabalho da Constituição.

Como problemas desta realidade inscrevem-se novos desafios. A fragmentação traz consigo uma certa incapacidade de uma articulação ao plano regional ou nacional. Ao mesmo tempo em que se fortalece na organização, se dispersava na organicidade. A relação das entidades com as demandas da sociedade é meramente reativa, pouco propondo, menos ainda antecipando-se como educadores.

Há uma perspectiva monopolar e umbigocêntrica do próprio movimento. A restrição a um micro-universo origina um desconhecimento mútuo da sociedade e do movimento. Desconhecendo-nos não há possibilidades de realização de uma linguagem comum que medie uma comunicação dialogada.

Sem dúvida, a palavra que pode expressar o encerramento da década é CRISE. Com o tempo, fomos nos encostando numa parede de problemas que parecem pesar mais que nossa capacidade de superá-los.

Nem sempre a visão é pessimista. A CRISE pode vir acompanhada de elementos otimistas. Muitos falam em oportunidades para saltos qualitativos, avanços consideráveis, ampliação da questão dos direitos humanos etc.

Se é possível medir a degradação da situação dos direitos humanos ou verificar que, apesar da existência do MNDH, as violações não regrediram, mas, ao contrário aumentaram, não nos é possível nem medir nem verificar como a situação estaria se o MNDH não existisse. Possivelmente, bem pior do que está. Ao final da década, se existe uma consciência pública de que o país ostenta um seríssimo déficit no capítulo dos direitos humanos (por vezes compartilhada até mesmo pelos governantes), decorre do trabalho que o MNDH vem desenvolvendo todos esses anos.

Os programas do MNDH (Formação, Comunicação, Violência & Cidadania) realizaram-se de maneira diferenciada. De um lado, a programação ocorreu como algo mais recente e com uma sistemática própria no regional. Por exemplo, o programa Comunicação não apresenta a mesma concretude e desenvolvimento que os outros. Questões que intrigam: auto-suficiência, voluntarismo, ativismo, imediatismo, programatismo e outros "ismos" mais.

3.A EFICÁCIA DA AÇÃO NO CAMPO DOS DIREITOS HUMANOS

O que entendemos por eficácia? Eis o primeiro problema. Como medi-la? Com quais resultados, dados ou cifras? O segundo e o

terceiro. Qual a relação entre eficácia/eficiência e competência? Outro mais.

Seja como for e como se resolva estes problemas, há uma constatação: estamos tentando.

Na verdade, muitas entidades ainda não incorporaram tal preocupação. Não há uma reflexão que coloque a questão, não há tempo pelo ativismo e, muito frequentemente, nos espaços de articulação não se debate o tema.

Indaga-se a possibilidade de uma ação eficaz com a completa ausência de um discurso comum regional e/ou nacional. O corporativismo do movimento, também, impede a projeção do movimento como um ator político considerável na sociedade. Sem uma agenda regional e/ou nacional que seja viabilizável nas várias instâncias e que assuma uma certa caracterização, a eficiência fica comprometida. E ter uma agenda não é apenas eleger um tema, mas é trabalhá-lo na sociedade, tornando-o um assunto público e de interesse da opinião pública.

A dimensão profissional dos grupos compromete a ação eficaz. Há um baixo nível de profissionalização, ao lado de um alto nível de militância. A formação dos agentes das entidades é esquecida para a dedicação ao mito da militância. Ao invés de militantes, temos cada vez mais militontos.

No plano da eficácia surge a insistente questão financeira e estrutural. A crise faz-nos pensar sobre auto-sustentação, relação com as entidades financeiras e se com mais dinheiro seríamos mais eficazes. Pode-se correr o risco de não pautar a ação sem o necessário suporte estrutural e econômico.

Outra questão que parece se relacionar com o tema da eficácia é a especialização. Eleger uma prioridade que ao mesmo tempo especialize a luta e articule-a com amplos setores da sociedade. O que se exemplifica é a problemática da Violência.

Deve-se considerar, ainda, a relação da eficácia com o impacto social. Quando, nos primeiros momentos, as violações atingiam mais as classes médias havia uma maior repercussão. Com a virada do alvo para as classes "populares" o poder de reação e repercussão diluiu-se tremendamente. Tal reelaboração dos atores sociais evidencia uma sociedade de classes, e para além, de incluídos e excluídos ("Apartheid Social").

4.O CONCEITO DE DIREITOS HUMANOS

A terceira questão está intimamente relacionada com a anterior. Para se entender o aprofundamento do debate sobre o conceito de direitos humanos, entretanto, deve-se problematizar também o que entendemos por conceito.

Ora, toda conceituação é perigosa. Como os conceitos são construções lógicas, estabelecidas de acordo com um quadro de referências, eles adquirem seu significado dentro de esquema de pensamento no qual são colocados. Não podemos confundir as coisas da lógica com a lógica das coisas.

Porém, os conceitos nos auxiliam no processo comunicativo. Se ele reflete corretamente as forças que operam no mundo, o nosso trabalho fica mais fácil. A sua representação da realidade favorece a que falemos das mesmas realidades quando conversamos. O conceito de

direitos humanos é construído a partir de várias contribuições. Desde os discursos liberais, aos discursos socialistas, passando pelos discursos teológicos/religiosos, os direitos humanos vêm modificando a sua representação conceitual. Não significa, entretanto, que não aconteça um núcleo central, uma "essência", que, polido com o tempo, defina valores, atitudes, discursos e debates.

Constata-se que no Nordeste, dentro do movimento, há uma transformação desse núcleo central incluindo e relacionando as questões coletivas e individuais na perspectiva da transformação da sociedade. Quanto à sociedade, há uma relativa consciência das violações sistemáticas dos direitos humanos. A questão é saber o quanto a consciência ingênua ou culpada interfere na elaboração de uma consciência crítica e que realize ações consistentes.

5.PERSPECTIVAS

A questão das perspectivas apresentou uma variedade de propostas para os nossos próximos passos. Sistematicamente, deveríamos colocar da seguinte maneira: perspectivas dos direitos humanos e do MNDH.

No plano mais amplo dos direitos humanos, é fundamental elaborar um discurso comum, respeitando a diversidade nacional, que incorpore a democracia e o socialismo como valores interligados e dependentes. Ao mesmo tempo, inserir na pauta nacional o tema dos direitos humanos, na dimensão política, social e ética.

Quanto ao MNDH fala-se em especialização sobre o tema Violência. Já outros sugerem a manutenção da tripla priorização (terra, trabalho e violência). Alguns defendem a descentralização organizativa e concomitante regionalização, enquanto outros desejam estreitar as relações organizativas. Propõe-se o comprometimento de partidos políticos com o tema.

Parece importante capacitar e profissionalizar os agentes dos Centros, melhorando suas estruturas e a sua política financeira.

A dimensão prospectiva não se dá a curto prazo. O investimento é longo, mas urgente.

6.PRA CONTINUAÇÃO DA CONVERSA

Como podemos notar, a elencação da "avaliação" em pontos é mais organizativa e didática que real. Há uma implicação tal entre os discursos, relatos, histórias e pessoas que é impossível separar. A nossa tentativa preliminar é construir o debate. Avaliar a nossa caminhada é determinante. Faz-nos sujeitos de nossas lutas ao invés de objetos de um cálculo egocêntrico de troca de interesses de grupos ou pessoas. É a oportunidade de desnudar-se sem o preconceito das pudentas partes ou a vergonha das gordurinhas que o tempo acumula. É o desvelar de nossos corpos com a felicidade de quem se prepara para a vida, deste "eros" nosso de cada dia.

A conversa continua...

TEXTO 4

JORNADA REGIONAL DE ARTICULAÇÃO - REGIONAL SUL II

OBJETIVO:
1.Iniciar o resgate histórico do MNDH no Regional Sul II
2.Avaliar e analisar os programas de Comunicação, Formação e contra a Violência nos Estados e Regional
3.Preparação da Assembléia Regional e 4a. Etapa de Formação

PROGRAMA:

O resgate da história será feito em etapas através de varias fontes. Neste encontro trabalharemos prioritariamente com fontes orais.

1.DEPOIMENTOS INDIVIDUAIS E MESA REDONDA

Depoimentos individuais: Darci Marochi (PR), João e Justina Fachini, Ana Luduig e Vilson Pedrosa (SC), Jair Kriscke, Paulo Carbonari, Roque Grazziontin, Marisa Formolo D. Vecchia, Marianinha Puhl, Loé Ramos Moreira, José Pancotto (RS) e Cleyde Canutto (CESE).

Na 1a. rodada estabeleceram-se critérios e pontos significativos do resgate histórico:
A.Vamos recuperar dados ou recuperação da história?
B.Como nasceu cada Centro de DH?
C.Quais os fatos que proporcionaram a criação de cada Centro?
D.Centros que iniciaram e já não mais existem?
E.Qual o perfil e o papel hoje do MNDH e sua eficácia e perspectiva?
Resgatar a identidade.

A recuperação histórica é muito importante e poderá ajudar numa perspectiva para o MNDH. Por aí, se achará a identidade do Movimento. Isso ainda não foi feito. Achamos que é um elemento muito importante.

DEPOIMENTO DO RS

No início da década de sessenta surge, em Porto Alegre a Comissão de Justiça e Paz. Após o golpe de 64, começam a surgir atritos entre os Movimentos da Ação Católica Especializada, a Comissão de Justiça e Paz com alguns elementos da hierarquia da Igreja Católica, especialmente Dom Vicente Scherer. Uma parte dos elementos da Comissão de Justiça e Paz continuou se reunindo na Sede do Movimento Familiar Cristão, e, em março de 1979, oficializaram o Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre.

O MJDH trabalhava com presos políticos, Sem Terra e a Anistia Internacional. Foram uma referência a nível estadual e nacional na defesa dos direitos humanos. Atualmente, a atividade prioritária do MJDH, além do atendimento de casos, desenvolvem o programa Educar para os Direitos Humanos.

Em 1979, o Augustino Veit foi contratado para a secretaria do MJDH, sendo o primeiro liberado para este tipo de atividade.

Santa Maria, em 1979, foi criado um Centro de DH ligado à Diocese e à Universidade de Santa Maria. Posteriomente, por problemas internos deixou de atuar. Hoje, está ressurgindo um novo Centro de DH através de pessoas ligadas a Pastoral Universitária.

Caxias do Sul, em 1983, por ocasião da Assembléia "Igreja e o Mundo do Trabalho" realizada no mês de agosto, foi proposto e aprovado a criação de um Centro de DH. Em 1o. de maio de 1984, momento em que a Igreja junto com as entidades sindicais e organizações populares celebravam o dia dos trabalhadores, deu-se a instalação e assinatura oficial da ata de fundação do Centro de DH. Foi o 1o. Centro no Estado que nasceu com o perfil de Pastoral dos Direitos Humanos. Este Centro surgiu da reivindicação do movimento operário e comunitário, dedicando-se prioritariamente à questão da violência policial e às lutas do movimento sindical e popular, também se dedicou a formação da consciência crítica através de seminários e painéis. Em 1990 e 1991, Caxias é a sede do Regional Sul II e da Secretaria Nacional de Formação.

Em 1986, a Igreja Episcopal do Brasil fundou o Centro Desmond Tutu, cujo trabalho é voltado principalmente em resolver questões jurídico-familiares e atendimento de casos.

Farroupilha, 1984, a partir do incentivo do Centro de DH de Caxias do Sul e com o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais, surgiu o Centro de DH de Farroupilha ligado as lutas do Movimento Popular, principalmente nas questões de habitação e meio ambiente, destacando-se a preservação do Arroio do Ouro ameaçado pela instalação de uma fábrica da Coca-Cola.

Bento Gonçalves, em 1985, como o Centro de Farroupilha o Centro de DH de Bento Gonçalves foi incentivado pelo Centro de Caxias dentro da política de ampliações de núcleos na região da Serra Gaúcha. A preocupação inicial maior foi quanto à violência no meio popular e à luta pela questão da saúde através de enfermeiros e médicos que assumiram o desafio.

Venâncio Aires, em 1985, o Centro de Venâncio Aires surgiu ligado às lutas do movimento popular e sindical com apoio da Pastoral Operária.

São Leopoldo, surgiu ligada a Escola Superior de Teologia da Igreja de Confissão Luterana, a Comissão de Justiça e Não Violência.

Santa Cruz do Sul, em 1987, a Diocese de Santa Cruz do Sul formou um Núcleo Diocesano de Justiça e Paz com preocupação com a Doutrina Social da Igreja.

Cruz Alta, foi criado um Núcleo de Promoção dos Direitos Humanos Justiça e Fraternidade procurando dar assistência às pessoas necessitadas.

Arroio do Meio e Novo Hamburgo, nestas duas cidades houve a criação de Centros, sendo que, com o decorrer do tempo, foram desativados.

Atualmente estão se articulando novos núcleos de DH nos municípios de Garibaldi, Ijuí e Alto Uruguai.

Nos municípios de Porto Alegre e Caxias do Sul, foi criado através de projetos de lei a obrigatoriedade da inclusão de conteúdos sobre DH nos currículos de ensino do 1o. Grau. Foram também criados nas Câmaras de Vereadores e na Assembléia Legislativa, Comissões de DH.

DEPOIMENTOS DO PR

A questão dos DH, também no PR, nasce através da Comissão de Justiça e Paz, em Curitiba, a qual hoje está desativada por questões internas.

Curitiba, em 1983, além da Comissão de Justiça e Paz, foram realizadas várias atividades e tentativas com diversos movimentos e pastorais, a fim de criar e firmar o Centro de DH. Hoje, estão aguardando apoio de entidade financiadora para rearticular suas atividades.

A Comissão de DH Heleno Fragoso, que tinha ligação com a CJP, tem atrapalhado a tentativa de organização do Centro de DH, inclusive na possibilidade de financiamento ao Centro, pois esta Comissão já recebe ajuda do exterior.

Ponta Grossa, em 1983, o Centro de DH começou através de contatos com a Comissão de Justiça e Paz de Curitiba e a Pastoral Universitária. A fundação do CDH aconteceu no rastro da Campanha Fraternidade Sim, Violência Não. Hoje atuam mais com a área sindical e popular (favelas), buscando a formação de novos quadros. Está havendo articulação com setores mais progressistas da Igreja, como a Pastoral Operária, Comunidades e Partidos Políticos.

Há dificuldades de ver claro a identidade do CDH, tomar uma postura mais autônoma, rediscutir os programas, ter vida própria. No início havia uma postura de vínculo direto (presença constante em acampamentos, favelas, zona rural) e foi feito uma campanha significativa a favor dos "menores escravos" que teve premiação Estadual de Direitos Humanos. Esta premiação teve a duração de dois anos (1984/1985). A luta dos Sem Terra teve papel destacado junto ao CDH, em Garapuava, Castro e Ponta Grossa. O caso da prisão do jornalista Mazarolo despertou muita solidariedade.

Ponta Grossa foi sede da Secretaria Regional do Sul II, no anos de 1986 e 1987.

Londrina, em 1985, criou-se um grupo de apoio ao trabalhador junto com a Pastoral Operária. Predominância na área sindical. Até 1990 houve uma aproximação com Ponta Grossa. A partir da crise económica de 1990 o CDH ficou bastante desarticulado.

Cascavel, em 1986, um grupo universitário, a PJ, professores e um vereador do PT, forma um CDH que durou apenas um ano (ano eleitoral). Não teve continuidade.

Foz do Iguaçu, em 1990, a partir da Pastoral das Migrações surge junto à Diocese um Centro de DH, para atendimento de casos e com a preocupação do problema migratório da fronteira. É um grupo iniciante.

Um marco na história do PR foi a questão da luta pela terra destacando-se a violência contra menores escravos, trabalhadores de fazendas, e a luta sindical.

DEPOIMENTOS DE SC

Joinville, setembro de 1978, foi criado o 1o. Centro de DH. Teve origem na Igreja com a presença de D. Paulo Evaristo apoiando a Pastoral Operária e as CEB's. Por ser uma cidade muito tradicional, não podiam denunciar ocorrências, e a PO denunciou a morte de

operários no local de trabalho. O Bispo estava ausente e quando regressou recriminou a atitude tomada pela PO, e disse que não deveriam ter usado a Igreja nesta denúncia. A partir deste fato, o grupo se dividiu e com novo assessor, desvinculados da Igreja, começaram a luta pelos problemas populares, oposição sindical, conservação do solo urbano e loteamentos irregulares. Tornaram-se referência de luta na oposição sindical.

Em 1984-1985, trabalharam junto com a PO e o movimento sindical na elaboração de propostas junto à Constituinte com mais 15 entidades. O Centro esteve presente nas lutas estaduais e regionais, tendo coordenado o Regional Sul II em 1984/85 e 1988/89.

Hoje o Centro de DH está mais ligado a Igreja e está se consolidando um núcleo mais independente no Bairro Floresta.

Criciúma, em 1980, criação de um CDH ligado à Igreja. Houve desavenças internas entre militantes da Igreja e do PCB, sendo extinto depois de pouco tempo de duração.

Blumenau e Gaspar, em 1982/83, formaram uma única Comissão. Posteriomente, procuraram caminhar separados, sendo que Gaspar encontra dificuldades de se articular.

Em 1988 Blumenau fundou seu próprio CDH, ligado a um grupo da Igreja.

Itajaí, em 1986, com o apoio da Igreja foi criado o CDH. Surgiu a partir da violência policial, sendo que atuam nas questões populares, principalmente a questão da moradia e solo urbano.

Brusque, em 1989, grupo independente da Igreja que nasceu tentando articular as lutas populares. Viram que o CDH seria um instrumento de presença nas lutas, nas comunidades. é formado por militantes oriundos da Pastoral da Juventude e militantes do movimento ecológico.

Rio do Sul, em 1989, o CDH nasce com o apoio das Irmãs Catequistas. Agrupam as lutas do movimento popular e ecológico das cidades do Alto Vale do Itajaí. Estão estruturados em núcleos com base nos três programas do MNDH.

Chapecó, em 1989, um grupo de estudantes universitários ligados a D.José Gomes atua junto a problemática da terra e na questão indígena. Não estabeleceram uma organização de DH própria.

Lages, em 1988, ocorreu a 1a. tentantiva da criação de um CDH com a ajuda de pessoas de Joinville. Em 1989 com a morte de um sindicalista, foi criado o Forum Permanente de D.U.Vianey. Hoje, existe como articulação de pessoas de Lages e dos municípios vizinhos. Com o acompanhamento do Regional, Mariza e Roque, foi realizado um encontro de formação e articulação da região Lageana. Está se firmando como núcleo de DH.

Os CDHs de SC agem bastante de forma emergencial e educativa. Estão presentes nas lutas quando elas ocorrem (transporte coletivo, caristia e desemprego). Os CDHs mais novos de adaptam mais facilmente aos Programas do MNDH do que os Centros mais antigos.

EFICACIA DAS LUTAS

Percebemos que antes que surgisse oficialmente o MNDH, existiam nos três Estados grupos ou movimentos em defesa dos Direitos Humanos, com origem diferenciada.

RS- Destacou-se na defesa dos presos políticos.

Porto Alegre, devido a sua proximidade de fronteira com os países do Cone Sul, e a militância existente, destacou-se no acompanhamento e na defesa dos presos políticos. Desempenhou um papel importante no processo de resistência democrática frente ao período ditatorial.

SC- Destaque para o movimento operário, solo urbano.
Atuação na luta conjuntural do movimento operário e popular. Em apenas três Centros permanecem as mesmas pessoas como referência. Muitos frutos novos.
PR- A questão da terra foi o destaque principal.
As lutas mais comuns do Regional Sul II foram a questão da violência policial e urbana, a questão da terra e o solo urbano.

Tendo em vista a mudança da sociedade, qual a contribuição dos Centros de DH do Regional Sul II?

-A articulação e a atuação conjunta dos CDHs com outros Movimentos aumenta a eficácia;
-A participação conjunta nas lutas populares busca resolver os problemas imediatos e, também, a organização popular;
-é importante estar presente na caminhada que vai acontecendo, porém cada movimento deve seguir a sua autonomia;
-Por falta de projeto mais definido a médio e a longo prazo, as pessoas participam por questões pessoais;
-Se houvesse programas mais definidos se evitaria a atuação apenas emergencial e a evasão de militantes;
-O Movimento de DH perde a sua identidade quando não assume o seu papel com um projeto próprio dentro da sociedade;
-O Movimento de DH precisa assumir uma identidade clara e ter, assim uma face própria junto a sociedade.

PAPEL DO MOVIMENTO?

Constata-se que os Centros de DH possuem um espaço que outros movimentos (Igreja, Partidos, Sindicatos...) não têm conseguido. Por isso o questionamento: o papel do MNDH é estar junto, apoiar, ser dirigente ou assessoria das lutas populares?
Os Centros do Regional Sul II, na pesquisa de 1991, 40% responderam que atuam como Movimento e fazem assessoria; 20% como movimento popular; 26,5% como assessoria e 13,5% com outras formas de trabalho.
Os Centros de DH contribuiram para que a classe trabalhadora avançasse em consciência e organização:
-criou-se muitas ferramentas de luta, ajudando a produzir muitas informações para reforçar o saber popular (ocupações, transporte...);
-deu respaldo para as lutas, com maior conhecimento dos seus direitos;
-é um ponto de referência (procurado pelo movimento popular).
A natureza do Regional é caracterizada como ARTICULAÇÃO. Foi eficaz internamente, pois começaram a surgir novos núcleos nos Estados (80% dos CDHs surgiram após 1982), e também colaborando com o Movimento Nacional.

Antes da criação das Coordenações Regionais a articulação era feita através dos Encontros Estadual e Regional.
A Secretaria do Regional Sul II, foi exercida da seguinte maneira.
-1982/83: RS - MJDH de Porto Alegre
-1984/85: SC - CDDH de Joinville
-1986/87: PR - CDDH de Ponta Grossa
-1988/89: SC - CDDH de Joinville
-1990/91: RS - CDDH de Caxias do Sul
A participação no 1o. Encontro Nacional em 1982 teve a participação, em Petrópolis, de Porto Alegre e Joinville. Já em 1983, em São Paulo, quando houve a divisão em 8 Regionais, o Sul II tinha como referência, além dos dois CDHs citados, Ponta Grossa do PR.
O 1o. Encontro Inter-Estadual aconteceu em 1984 em Joinville, tinha como bandeiras: Violência e Terra. Com a assessoria do Betinho, já era levantada a questão não só de defesa dos DH, mas como construir a CIDADANIA.
A articulação se fazia a partir de lutas comuns a defender. Se trabalhava muito a partir de questões imediatas, não se carrega a idéia da utopia da luta, que é uma questão permanente a nível ideológico e político.
Percebemos que não pode ser uma luta de CUT, PT, IGREJA... é preciso ser mais ampla, não só direitos de igualdade mais restritos (saúde, educação, moradia...), é preciso universalizar mais a luta, envolvendo setores médios e outros grupos não partidários. Precisamos aprender a buscar aliados e saber fazer alianças.
Ultimamente, com o surgimento das Coordenações por Programas nos Estados, houve um grande avanço na articulação democrática, formando equipes, que se tornaram mais responsáveis pelos encaminhamentos dos trabalhos.
A última experiência de coordenação do Regional revela que este serviço não pode ficar na responsabilidade de uma pessoa, ele é muito mais produtivo e eficaz se for assumido por um CDH, onde o Centro escolhe, acompanha e assessora os responsáveis.

2.AVALIAÇÃO E ANÁLISE DOS PROGRAMAS

Na Assembléia Regional realizada em 1989, na cidade de Chapecó-SC, foi deliberado que, pelas necessidades que os grupos encontravam na questão metodológica, seria dado prioridade à questão de formação em nível Regional.
Em Torres, Janeiro de 1990, houve a reunião de articulação do grupo que iria assumir o Regional Sul II para o biênio de 90/91. Nesta reunião, foi definido o programa a ser seguido para concretizar as decisões da Assembléia Regional.
Programou-se um curso em 4 etapas (uma por semestre) para aprofundar a questão metodológica no Programa de Formação; e encontros à nível Regional na Área Jurídica e de Comunicação.
Como trabalhar Comunicação e Violência dentro de uma metodologia participativa?
Confirmou-se que:
-A Formação é o elo de ligação entre os Programas.
-A prática demonstrou que o planejamento dos conteúdos é definido pela própria metodologia decidida coletivamente.

Até fins da década de 80, os Centros de DH não estavam organizados em Programas. Após a decisão do MNDH existe um esforço dos CDHs para seguir os três programas e articulá-los entre si. Alguns não mudaram o trabalho, mas localizaram as tarefas na perspectiva dos 3 Programas. Em alguns CDHs foi criada uma equipe executiva para coordenar o trabalho de cada Programa. Todos têm aceitado muito bem este tipo de organização. Os CDHs que iniciaram após a decisão do MNDH conseguem trabalhar melhor que os Centros mais antigos.

A maior dificuldade é de instrumentalizar os militantes. O Programa de Formação foi o que mais avançou neste período, devido a decisão do Regional. Na Violência cada um está atuando de acordo com as necessidades que se apresentam. Surgiram vários comitês pela vida, reunindo várias entidades, com o objetivo de fazer campanha contra a pena de morte. Em nivel Regional anualmente é realizado um curso especifico de "Direito Alternativo".

Na Formação, além de desenvolver o curso Regional em 4 etapas, sobre Metodologia Alternativa, algumas sub-regiões organizaram ciclos de Estudo entre os municípios mais próximos, onde aprofundam metodologia e análise da realidade de uma maneira participativa. Em todos os Encontros que se realizam no Regional foi adotado o sistema de se fazer Análise de Conjuntura e Estrutura de forma PARTICIPATIVA. Este sistema permitiu um grande avanço na democratização do saber e a possibilidade dos militantes se capacitarem mais nas lutas junto com outros segmentos da sociedade.

Na Comunicação, foi realizado um Encontro Regional específico sobre o assunto, através de 4 oficinas: Documentação, Comunicação Visual, Rádio e Vídeo. Percebemos no Regional um avanço significativo sobre a importância deste Programa. A maioria dos CDHs estão procurando elaborar materiais de Comunicação Alternativa. Foram produzidos vídeos sobre meio ambiente, moradia, saúde.

Em nível Regional, os Programas estão em fase de implantação gradual. Houve um fortalecimento da articulação Regional e o aumento das equipes de DH.

As dificuldades gerais do Regional são: reestruturar os CDHs mais antigos quanto aos Programas; ampliação de quadros; recursos financeiros para os CDHs; pessoal preparado para representar os CDHs nos Meios de Comunicação Social.

3.PROPOSTAS E PREPARAÇÃO DA ASSEMBLÉIA REGIONAL

Foi reforçada a idéia de que cada CDH tenha um responsável por cada um dos três Programas: FORMAÇÃO, VIOLÊNCIA E COMUNICAÇÃO. Esse responsável, tem a incumbência de fazer a articulação do Programa respectivo junto ao Estado e ao Regional.

.Formação:
-Seguir o aprofundamento da metodologia participativa.
-A formação faz a ligação dos demais Programas.
-No RS, desenvolver o projeto "Educar para os DH".

.Violência:
-CAMPANHA EM DEFESA DA VIDA

-Cada CDH deve indicar um responsável pela Campanha em Favor da Vida, que deverá participar do Encontro Jurídico Regional a ser realizado em Laurentino (agosto). Neste Encontro levar o resultado da pesquisa sobre violência e o que estamos fazendo sobre "Pena de Morte".
-Documento a ser enviado aos parlamentares, manifestando-se contra o Plebiscito e sua inconstitucionalidade.

.Comunicação:
-Documentação: que cada CDH forme um banco de dados, arquive documentos da imprensa (importância para a história do movimento e dos fatos).
-Que no próximo Encontro de Comunicação se leve documentários, vídeos, boletins, para troca de experiências.

TEXTO 5

DIREITOS HUMANOS: UMA DÉCADA DE CONSTRUÇÃO

Ao buscarmos resgatar e refletir sobre a situação dos Direitos Humanos no Brasil, na última década, utilizaremos como eixo de análise a evolução histórica dos movimentos sociais dentro da perspectiva de superação do ideário liberal, no processo de construção da hegemonia da classe trabalhadora; portanto, que suplante a concepção de Estado de Bem-Estar implantada no sistema Capitalista, bem como supere as deficiências estruturais do Socialismo até então concebido dogmaticamente.

Neste sentido, a década de oitenta aponta-nos, a partir do restabelecimento (ainda que relativo) dos direitos políticos aviltados durante o regime militar, caminhos onde não se busca apenas a defesa do indivíduo em si, como também a defesa daquilo que é coletivo, em especial os direitos econômicos e sociais, com significativo avanço no que tange aos direitos da Humanidade, a exemplo da questão ecológica.

As entidades que compõem o Movimento Nacional de Direitos Humanos surgem, então, em decorrência das necessidades locais e, a partir disso, definem-se os diferentes graus de inserção nos movimentos sociais.

A articulação desenvolvida a partir de 82 entre entidades de direitos humanos embasou-se na perspectiva de uma atuação conjunta objetivando ações conexas, cujo ápice foi a própria conformação do Movimento.

O processo de organização dos Direitos Humanos enquanto Movimento foi, paulatinamente, ganhando reconhecimento a nível internacional e nacional. Isto, como decorrência do direcionamento de suas lutas numa perspectiva histórica de organização do homem (indivíduo-sujeito desse processo) para a efetivação da cidadania (abrangendo a sociedade como um todo).

Múltiplos foram os trabalhos realizados neste período numa compreensão de que a CIDADANIA consubstancia-se em direitos básicos como educação, saúde, moradia, transporte, acesso ao trabalho,

liberdade de expressão, organização, associação, sindicalização, proteção ambiental entre outros...

As ações implementadas pela articulação inicial do Movimento junto aos oprimidos e marginalizados e as exigências que esta opção impõe, levaram-no a buscar uma estrutura adequada que lhe garantisse uma melhor atuação a nível nacional. Isto é fácil de se perceber ao serem analisadas as diferentes estruturas (p.ex. em Petrópolis, em Goiânia e em Brasília) como também as suas várias metas e atuações implantadas periodicamente (de acordo com a conjuntura), porém, sem jamais desviar-se de sua proposta base: a DEFESA DA VIDA!

Portanto, Petrópolis expressou a primeira fase de articulação. Neste período, através da estrutura criada para funcionamento do SIN, viabilizou-se o início de um intercâmbio de informações/denúncias e, também, o incentivo, apoio e solidariedade às diferentes exigências. A comissão nacional, criada a partir de 1984, passa a dar ao serviço já implantado, um caráter de real representação das lutas nos âmbitos regionais.

O caráter itinerante vivido com a sede nacional em Goiânia, propiciou ao conjunto das entidades, avançar nas discussões acerca de uma sede definitiva, aprofundando o debate sobre a estrutura e organização do movimento, em sua dimensão política.

A decisão majoritária (do V Encontro Nacional) em fixar a sede do Movimento Nacional de Direitos Humanos em Brasília, confirmou-se como correta, no que tange ao processo de organicidade do Movimento, enquanto entidade e articulação junto às diferentes expressões dos movimentos sociais repesentativos dos trabalhadores.

Pode-se identificar uma maior organicidade alcançada pelo movimento através:

-da passagem de uma coordenação nacional para um Conselho Nacional;

-da constituição das secretarias (Executiva, Formação, Comunicação e Violência) e a efetivação de seus respectivos planos de trabalho;

-da consolidação das Secretarias Executivas Regionais;

-do crescimento quantitativo dos Centros de Direitos Humanos em todo o país;

-do crescimento teórico dos militantes dos Direitos Humanos, propiciado pelos cursos, encontros, seminários, promovidos pelos Regionais e/ou com as Secretarias;

-pela ampliação e consolidação de relações, apoio e solidariedade recíprocos entre o Movimento e diversas entidades, organizações e organismos da sociedade civil organizada, de caráter nacional ou internacional.

O Movimento vivenciou juntamente com os segmentos progressistas da sociedade as dificuldades e decepções impostas ao conjunto da nação e, particularmente, a posse do Governo Collor, que vem explicitando os marcos de dependência e submissão ao capital transnacional, em que se sustenta o projeto neoliberal de desenvolvimento.

O Movimento não fica imune às mudanças que se sucedem no contexto internacional, evidenciadas nos países dos chamados blocos capitalista e socialista. Essas mudanças têm permeado as discussões e

gerado diferentes posições e análises dos fatos ocorridos, estimulando o debate sobre o papel dos Direitos Humanos na construção da nova sociedade. Exigindo, portanto, a explicação das diversas concepções de Direitos Humanos e consequentemente definições de seu papel na realidade brasileira.

Essas dificuldades somam-se às de caráter organizativo e estrutural do próprio movimento, expressas na heterogeneidade de origem e formação dos centros e comissões; nas diferentes perspectivas de ação determinadas, na maioria das vezes, pelas realidades locais, estaduais e regionais; nas diferentes condições estruturais e financeiras dos centros e do próprio Movimento enquanto instância nacional. Pelas diversidades de entendimento dos trabalhos das áreas de Formação, Comunicação e Violência, as quais alcançam um papel de referência no Movimento, no entanto, não se consolidam enquanto estrutura organizativa do mesmo em suas diferentes instâncias. Os obstáculos principais a esta consolidação decorrem da ausência de recursos financeiros específicos, que possibilitem a liberação de pessoal e a melhor estruturação das secretarias face aos planos de trabalho previstos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A construção do Movimento Nacional dos Direitos Humanos no Brasil justifica-se na luta pela transformação desta sociedade, buscando a conquista de uma sociedade democrática, pluralista, participativa, onde a ruptura da hegemonia da classe dominante propicia a todos os cidadãos o acesso igualitário aos bens básicos para sobrevivência e a todos os bens produzidos no país, conforme deliberação do VI ENCONTRO NACIONAL, participante da conquista da sociedade socialista.

No sentido de contribuir para esta mudança atuamos na direção da defesa da vida e da cidadania, por meio do apoio à criação e consolidação do poder popular, na defesa do cumprimento dos direitos jurídicos conquistados e contra a violência de uma classe sobre a outra.

Entende-se que, certamente, fortalecerá a cidadania que é o efetivo exercício de liberdade e participação de homens e mulheres, pelo trabalho, na riqueza material e espiritual de um país combatendo, em suas diversas formas, com políticas bem definidas, considerando, inclusive, o momento conjuntural, a violência, que é tudo aquilo que rompe com os direitos do gênero humano, principalmente aquilo que atinge a vida (tortura, fome, miséria, ignorância, morte...).

Não há como falar em cidadania sem invocar expressamente o respeito aos Direitos Humanos conceituados como direitos inerentes à História e conquista da Humanidade. É direito à vida, à liberdade, à organização, à democracia, à riqueza natural e produzida pelo gênero humano.

Goiânia, julho de 1991.

Antônio César P. Cotrim - coord.reg. CO
Valéria Getúlio B. Silva - secr.exec.
Irene Maria dos Santos - Prog.Form.Reg.CO
Sandra de Faria - PDH-UCG

VII.2-SÍNTESE DAS DISCUSSÕES

.História dos 10 últimos anos

-A luta pelos Direitos Humanos é inerente ao ser humano, perpassando, entre outros momentos, o Cristianismo, a Revolução Francesa, a Constituição Americana, a Revolução Russa de 1917 e a Declaração Universal dos DH.

-O contexto de repressão política e econômica a partir de 1964 marca o surgimento dos grupos de Direitos Humanos.

-O MNDH teve um caráter originário ecumênico, sendo a Igreja Católica um dos segmentos importantes na luta pelos DH. Outras instituições como a OAB e a ABI também contribuíram muito.

-A luta e a conquista da Anistia, mesmo parcial, estimulou o surgimento de grupos e fortalecimento das lutas pelos DHs.

-Os desafios desse contexto colocaram entre outras, a questão dos direitos violados pelo regime militar e propiciaram o avanço na luta pelos direitos sociais e econômicos.

-A autonomia dos Centros de Direitos Humanos é uma característica da organização do MNDH.

-O MNDH é fruto de um processo que partiu de uma etapa inicial de articulação, para a constituição de um movimento nacional em 1986.

.Concepção:

-A questão dos Direitos Humanos não comporta uma concepção única e permanente, pois exige uma constante redefinição frente às circunstâncias históricas.

-Os Direitos Humanos não se limitam aos direitos individuais, mas abrangem toda uma gama de direitos políticos, coletivos (econômicos, sociais e culturais) e direitos dos povos (solidariedade, auto-determinação, etnia, ecologia).

-A luta pelos Direitos Humanos como melhoria das condições de vida a partir do trabalho localizado deve ter como perspectiva a transformação global.

-A concepção de Direitos Humanos ultrapassa o sistema, seja ele capitalista, socialista, social-democrata, tendo, porém, um caráter próprio em cada um deles.

-A Carta de Olinda, que se constitui a Carta de Princípios do MNDH, reflete um amadurecimento da nossa concepção de DHs.

.Eficácia:

-O processo de crescimento e de qualificação da intervenção, bem como a busca de articulação fazem do MNDH uma referência a nível dos Centros e em certa medida a nível regional, nacional e internacional.

-O descorporativismo do MNDH deve ser buscado através do trabalho com a diversidade e da articulação com diferentes segmentos sociais.

-Percebe-se que na atual conjuntura dos DHs convivemos com avanços, especialmente no âmbito das conquistas formais, como o

Estatuto da Criança e do Adolescente, e alguns retrocessos na esfera política, como o extermínio de crianças.

-O MNDH não conseguiu marcar presença permanente nos meios de comunicação social e quando conseguiu poderia ter capitalizado mais a seu favor.

-A existência do MNDH influenciou a melhor compreensão das relações entre as causas e efeitos da violação dos DHs, possibilitando denúncias mais eficazes e articulação de solidariedade.

.Perspectivas:

-Articulação de atividades locais programadas a partir das bandeiras de luta de âmbito nacional.

-Democracia como elemento essencial e indissolúvel na prática e na luta pelos DHs.

-Ampliação da política de alianças do MNDH, saindo do campo CUT/PT e indo atingir, além destes, outros grupos e pensamentos, inclusive instâncias do poder público.

-A questão dos DHs diz respeito a todos os homens, independente de sua classe social e o Movimento deve abarcar essa luta no seu âmbito geral. A sua prioridade, no entanto, deve continuar a ser os empobrecidos na história do Brasil.

-Reforço da presença do MNDH no cenário nacional, a partir do fortalecimento da articulação das bases (grupos de DHs).

VII.3-SÍNTESE DAS DISCUSSÕES SOBRE A IDENTIDADE DO MNDH

A intenção do presente texto é demarcar a identidade do MNDH. Esta identidade se construirá a partir do nosso reconhecimento das relações internas e externas que permeiam a luta pelos Direitos Humanos.

O processo de elaboração destes aspectos preliminares deu-se por intermédio do debate e das reflexões nos grupos e plenária no nosso seminário. A tentativa é problematizar estas questões, resgatar nosso momento histórico e provocar outras discussões.

Três questões foram colocadas:

1.A partir das nossas práticas, o que é ser movimento popular e/ou assessoria?

2.Considerando as constatações de que a tendência majoritária dos CDDHs se define como assessoria e os demais como movimento popular, o MNDH deve optar entre uma ou outra identidade?

3.Quais as relações de articulação que fortalecem a luta pelos Direitos Humanos a nível regional e nacional (interna e externamente)?

De início, constatamos que nossas práticas são estruturadas a partir das relações com as lutas do cotidiano. Estas relações exigem-nos várias posturas e formas de inserção. Convivemos, ao mesmo tempo, com experiências de assessoria articuladas organicamente com o

povo e com momentos de ocupação de determinados espaços característicos do movimento popular.

Essa realidade plural nos coloca alguns problemas de fundo. Por exemplo, o que é movimento popular? Qual a dimensão do trabalho de assessoria? É técnica, política ou tudo isso e algo mais? Qual a imagem e os preconceitos que o movimento popular institui para a prática de assessoria?

A ausência de um projeto político causa-nos uma indefinição dos nossos papéis na sociedade e na sua transformação. Uma necessária especificidade que nos constitua como um dos movimentos de direitos humanos e, ao mesmo tempo, traduza um discurso comum e nacional, é uma tarefa urgente. Como um primeiro indicativo de projeto político, o tema violência relacionado com a democratização da sociedade brasileira e a afirmação da cidadania surge como um eixo central.

Tal problemática vem da perspectiva de esgotamento do modelo de "assessoria" como fim último do MNDH. Com a autonomia dos "assessorados", objetivo de qualquer assessoria libertadora, não é mais necessária a existência do Movimento.

Assim, a busca de uma identidade do MNDH é um momento essencial na definição de nossa especificidade, realidade e futuro no contexto social em que estamos metidos. Tal "identificação" substitui a preocupação da segunda questão. Ao optarmos por um modelo de inserção que nos coloque como sujeitos políticos, encaramos as dimensões de assessoria, apoio e articulação do movimento popular, como forma de nossa existência. A subjetividade que nos caracteriza e que já existe na prática, infere uma outra visibilidade social ao MNDH.

De qualquer modo, é importante resgatar um pouco do debate que levou-nos a uma definição como esta. Os grupos devem aprofundar a reflexão a partir de suas práticas, objetivando uma contribuição do VII Encontro.

O MNDH não é tipicamente movimento popular. A sua origem predominante é entre as classes médias e de formação educacional superior. Ao estabelecer um processo de auto-conhecimento se deseja superar a visão restrita ou corporativista que outros setores da sociedade têm dos direitos humanos. E aqui é fundamental definir melhor o nosso objeto de ação e a nossa representatividade. O MNDH representa seus Centros somente, ou a sociedade como um todo? Quem confere esta representatividade?

Como outra possibilidade surgida nos grupos, explicita-se a busca da autonomia, como uma conquista dos Centros, e que conduz a uma especificidade. Ressurge o tema da violência e cidadania.

As relações de articulações que fortalecem a luta pelos direitos humanos, no regional, no nacional, inter e externamente, não são apenas táticas, mas estratégias ativas para o fortalecimento da democracia. Como algumas sugestões temos a tentativa de privilegiar o diálogo com o Estado, sobretudo com o judiciário, o Ministério Público e legislativo, desmistificando-os.

No plano interno, as bases devem ser fortalecidas enquanto se constrói uma estrutura necessária para dar uma dimensão nacional às lutas locais. Os regionais devem constituir-se como articuladores dos Centros, os Conselhos devem ser reformulados e a dimensão de articulação deve ser implementada para além do plano formal.

O desconhecimento das instâncias e de suas competências deve dar lugar a um Movimento mais articulado dos Regionais com a Secretaria, e dos Centros com os mesmos. Há a proposta de modificar-se a idéia de regiões geográficas, e o incentivo de encontros entre regionais.

Muito se conversou e ainda mais se conversará. O importante é não perder o diálogo como elemento construtor de nossas relações e de nossos avanços.

VIII-ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA SECRETARIA NACIONAL, DOS REGIONAIS. E CONSELHO

VIII.1-Relato do Secretariado

Augustino - Secretário Executivo

Considera que o acompanhamento aos regionais tem se tornado mais eficaz, apesar de não ser ainda o ideal.

Tem trabalhado as bandeiras de luta do MNDH, especialmente as questões Dívida Externa e Forças Armadas. Ressalta, neste sentido, a realização do Encontro sobre Dívida Externa em Natal, que contou com uma excelente participação de representantes de todo o estado do Rio Grande do Norte e outros.

Destaca as seguintes atividades da Secretaria:
-Promoção e acompanhamento de denúncias e medidas de contenção à violência no sul da Bahia.
-Articulações contra a pena de morte a nível do Congresso Nacional, dos regionais etc.
-Reuniões, promoção de solidariedade, denúncias sobre violência no campo.
-Participação em atividades da greve geral.
-Participação no Encontro da Associação Americana de Juristas.
-Participação no Fórum de ONG's
-Promoção e acompanhamento de denúncias e medidas de contenção à violência nos garimpos.
-Atuação junto ao Ministério da Justiça
-Articulação, junto a outras entidades, da emenda para o Fundo de Moradia
-Articulação, junto a outras entidades, de um movimento contra a violência.

Avalia que a articulação entre o Secretariado foi mais eficaz com a Secretaria de Formação.

Benatti - Secretaria de Violência

Avalia que faltou comunicação entre as secretarias e também da sua secretaria com os regionais.

Destaca como atividade da secretaria a pesquisa sobre violência que está em andamento e pretende ampliar o número de dados sobre a questão.

Marisa - Secretaria de Formação

Partiu de um trabalho já iniciado pela equipe anterior.

Destaca como atividades da Secretaria:

.Elaboração do programa e relatório do I Seminário dos Programas, realizado em 1990.

.Elaboração do projeto de pesquisa dos CDDHs a partir do roteiro dos Regionais Nordeste e Leste 1.

.Apresentação do Movimento a entidades financiadoras na Europa, por ocasião de viagem profissional, e elaboração de relatório entregue aos Conselheiros e Regionais informando os resultados.

.Detalhamento do Programa de Formação para o projeto apresentado e aprovado pela NOVIB.

.Tabulação dos dados das pesquisas que retornaram à Secretaria.

.Viagens para cursos nos Regionais.

.Visitas aos Regionais.

.Correspondência aos Regionais.

As principais dificuldades são a falta de retorno por parte dos regionais e a pouca articulação do Secretariado como equipe.

Secretaria de Comunicação

O Secretário, Dermi Azevedo, não pôde comparecer ao Seminário.

Ressaltou-se como atividades nessa área a participação do MNDH no Movimento pela democratização dos meios de comunicação e o acompanhamento da Formação da Frente Parlamentar pela Democratização dos Meios de Comunicação.

VIII.2-Síntese das Discussões

Secretaria Executiva Nacional

Atuou bem.

A descentralização da representação do MNDH é um aspecto positivo.

Deve procurar consultorias que a ajudem no trabalho de planejamento e elaboração política. Essa consultoria pode ser buscada dentro do próprio Movimento, junto às entidades que têm acumulado conhecimentos específicos a partir de sua prática (ex.: a questão racial), ou junto a outras entidades ou instituições.

O papel político da Secretaria Executiva Nacional deve ser reforçado.

Sugere-se que o MNDH busque se credenciar junto à ONU e/ou outros organismos internacionais coletivos.

Conselho

O Conselho precisa ter seu papel explicitado.

O Seminário propõe que o Conselho deve se reunir ordinariamente 1 vez por ano, ficando aberta a possibilidade de convocação de reuniões extraordinárias, quando necessário.

O Conselho Nacional deve ter um papel de fiscalizador, de implementador das diretrizes definidas nos Encontros Nacionais e de

representação política, especialmente no âmbito regional, e não o papel administrativo que tem assumido nas suas últimas reuniões.

Sugere-se que o projeto financeiro do Regional contemple verbas para atuação do Conselho, já que uma das dificuldades encontradas foi a falta de apoio financeiro nos regionais, essencial ao desenvolvimento de suas atividades.

Secretarias Regionais

Desempenha importante papel de articulação.

Secretaria Nacional - Programas

.Faltou agilidade no encaminhamento dos programas.

.As Secretarias Nacionais devem buscar uma estrutura interna que permita o planejamento e a elaboração de um estratégia de ação.

.Deve-se buscar maior clareza na definição do papel da Secretaria Executiva e qual deve ser sua relação com as outras Secretarias.

.Faltou retorno por parte de alguns regionais.

.Os programas devem continuar, com redefinição do papel das equipes e secretarias.

.Cada regional deve ter comissões para viabilizar os programas e os Centros devem efetivamente se engajar em equipes.

IX- VII ENCONTRO NACIONAL DO MNDH

Tema: 10 Anos de Luta pelo Direito à Vida
Data: 22 a 26 de janeiro de 1992
Local: Brasília
Os objetivos do Encontro são:
.Avaliar e comemorar os 10 anos do MNDH
.Aprofundar a reflexão sobre a nossa prática
.Definir quais são as nossas perspectivas

Os Sub-temas do Encontro devem priorizar uma visão filosófica e antropológica dos DHs. Foram sugeridos pelo Seminário os seguintes: ética, Violência, Comunicação, Revisão Constitucional de 1993 e Perspectivas dos DHs na nova década.

A elaboração definitiva da pauta ficará a cargo da Secretaria Executiva Nacional que deverá formar uma equipe com militantes e/ou assessores para auxiliá-la.

Os assessores que irão participar do Encontro deverão ter um engajamento nos movimentos sociais.

O trabalho de avaliação dos 10 anos do MNDH deve contar com militantes que participaram do MNDH e estão atuando em outros movimentos.

A preparação do Encontro deve levar em consideração a questão do lazer e, nesse sentido, deve haver uma tarde livre, além de outras atividades.

X- PRÊMIO DE DHs

Em função da comemoração dos 10 anos do MNDH, decidiu-se instituir este ano a entrega de uma medalha de DHs a ser concedida por cada regional a entidades ou pessoas que se destacaram na luta pelos DHs. O companheiro Xico Assis, do CDDH da Arquidiocese de BH, criará o logotipo para as medalhas. Estas medalhas serão entregues juntamente com o Prêmio Nacional de DHs, no VII Encontro Nacional.

Haverá também a criação pelo MNDH de um selo comemorativo dos 10 anos, que deverá ter o mesmo logotipo da medalha.

As indicações para o Prêmio Nacional de DHs deverão chegar à Secretaria Executiva até o dia 30.09 e deverão ser acompanhadas de um histórico. A Secretaria, após receber as indicações, encaminhará a eleição através de consulta telefônica aos conselheiros.

Caso nenhum dos indicados atinja 50% + 1 dos votos, deverá haver o 2o. turno da votação.

CeDIM



MNDDH
Teste 1

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO PARA DISCUSSÃO SOBRE A CRIAÇÃO DA CENTRAL DOS MOVIMENTOS POPULARES

LOCAL: CIEP JOSÉ PEDRO VARELA
RIO DE JANEIRO

PROMOÇÃO: ARTICULAÇÃO NACIONAL DO SOLO URBANO - RJ
REGIONAL LESTE I DO MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

CEDIM

DISCUSSÃO SOBRE A CRIAÇÃO DA CENTRAL DOS MOVIMENTOS POPULARES

A Articulação Nacional do Solo Urbano - RJ e o Regional Leste I do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos ao organizarem o Seminário tiveram como objetivos:

- iniciar a discussão a nível estadual da proposta da ANAMPOS- Articulação Nacional dos Movimentos Populares sobre a criação da Central Nacional dos Movimentos Populares;

- propiciar a reflexão sobre a proposta, através de envio de alguns textos;

- debater em conjunto e aprofundar algumas questões de interesse do Movimento Popular, avaliando sua atuação e unificação de suas lutas.

CEDIM

APRESENTAÇÃO

1- Articulação Nacional de Solo Urbano-ANSUR - Flora El-Jaick Maranhão

A Articulação Nacional do Solo Urbano é uma organização autônoma, com estrutura e administração próprios, composta por assessores, lideranças de movimentos populares e representantes de entidades de apoio ligadas às lutas pela posse da terra, pela moradia e reforma urbana em todo o território nacional.

A ANSUR não pretende substituir ou dirigir os movimentos populares, mas fortalecê-los e multiplicá-los através da troca constante de experiências, do fornecimento de subsídios e da unificação das bandeiras de luta.

Surgiu em 1984 por sugestão e apoio da CPT - Comissão Pastoral da Terra, quando foi realizado o primeiro Encontro Nacional, em face do crescimento das lutas urbanas pela posse da terra e pela moradia.

A Articulação já promoveu três Encontros Nacionais e um Seminário Nacional na cidade de Petrópolis-RJ, sobre "Reforma Urbana e Constituinte", em fevereiro de 1987.

Finalidades da ANSUR:

- assessoria aos Movimentos Populares na luta pelo solo urbano;
- apoiar e estimular a unificação das lutas e movimentos em torno da questão urbana;
- elaborar e fornecer subsídios aos movimentos, promovendo seminários, encontros, entre outros;
- estimular e contribuir na aproximação e integração das lutas dos movimentos urbanos aos rurais.

Hoje a ANSUR está presente em 15 (quinze) Estados, divididos em regiões num total de 11 (onze) Coordenações Regionais: 2 (duas) do Norte, 3 (três) do Nordeste, 1 (uma) no Centro-Oeste, 3(três) no Nordeste e 2 (duas) no Sul.

2- Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos - Marcia Miranda

Origem: O início de articulação nacional entre as entidades/movimentos de defesa dos direitos humanos se deu com a realização do 1º Encontro Nacional de Direitos Humanos em 1982 - Petrópolis - RJ. Já naquela época o objetivo era "unir para fortalecer" uma caminhada iniciada individualmente já que cada grupo local tinha surgido espontaneamente de necessidades concretas (violações de direitos humanos na sua região) tendo por isso práticas/características/objetivos imediatos diversos. Ao longo da caminhada o Movimento como tal foi se consolidando e hoje se tem claro que o MNDDH busca a transformação das relações sociais - econômicas/políticas/culturais - através da constituição/fortalecimento do poder popular.

Identidade: o papel do MNDDH é o de apoiar e fortalecer a constituição do poder do movimento popular/sindical. Como consequência sua função é de acordo com o contexto de cada grupo, desempenhar um papel supletivo. Por exemplo: onde não existe o movimento popular/sindical combativo na linha da transformação social deve ajudar a criá-lo, onde já existe deve apoiá-lo/servi-lo, assessorá-lo, com ele estar articulado.

Enfoque: a partir de sua prática o MNDDH desenvolveu e desenvolve uma reflexão e uma tomada de posição frente aos oprimidos e marginalizados, por isso, sua referência primeira são as causas populares. Daí que, como condição de uma ação coerente é necessário sua inserção, sua participação democrática e sua relação recíproca como e nos movimentos populares.

Organizacão: atualmente o MNDDH está dividido em 8 (oito) regionais que foram criados a partir das entidades de defesa dos direitos humanos(centros/comissões/movimentos) existentes em cada região.

. Regional Norte I	AC/AM/RO/RR
. Regional Norte II	PA/MA/PI
. Regional Nordeste	CE/RN/PE/SE/AL/BA
. Regional Leste I	RJ/ES
. Regional Leste II	MG
. Regional Sul I	SP
. Regional Sul II	PR/SC/RS
. Regional Centro Oeste	GO/MS/MT/DF

Instâncias de decisão: há uma relação recíproca entre as diferentes instâncias de decisão existentes no MNDDH. É das assembléias regionais que se constitui o Conselho Nacional pois são nelas que se elegem os representantes dos regionais para o conselho.

Entidades Locais: elegem seus delegados para as assembléias regionais/nacionais

↓ ↑

Assembléias Regionais: elegem seu representante para o conselho e definem as entidades locais que participam da Assembléia Nacional

↓ ↑

Assembléia Nacional: define a política, o plano de ação e as prioridades do MNDDH

↓ ↑

Conselho Nacional: encaminha e aprofunda as deliberações da Assembléia Nacional

↓ ↑

Secretariado Executivo: executa o que foi deliberado pela Assembléia Nacional e encaminhado pelo Conselho Nacional

Projetos para 1988-89: o MNDDH vai investir em projetos de Formação - Ação que já vêm sendo implementados pelo Conselho Nacional e pela Secretaria Executiva. Por ocasião da 1ª reunião do Conselho Nacional após o V Encontro Nacional, tentando implementar parte do Programa de Ação do MNDDH para o próximo biênio, decidiu-se por centrar forças sobre três projetos. Cada um terá à frente um membro do Secretariado e e alguns membros do Conselho Nacional.

a) Formação
   - Secretariado: Augustino Veit
   - Conselho: Lúcia e Celso (NE) Maria José (Norte I) Marcia(Leste I) Fachini (Sul II) Pedro Wilson (Centro Oeste)

O Conselho entendeu que esse projeto é prioritário face à necessidade de propiciar formação permanente aos militantes que lutam pelos Direitos Humanos através de cursos e subsídios.

b) Violência
- Secretariado: Fernando Rodrigues
- Conselho: Jacira (Leste II) Mariano (SUL I) Marga (Norte II)

O projeto definirá inicialmente a partir de um curso seus alcances e limites. Pensa-se em uma minuta do projeto que articule capacitação dos militantes aliando a ação (denúncia e luta) à pesquisa para embasamento das denúncias e que crie formas de resistência da população oprimida assim como mecanismos dentro do MNDDH para assessorar e respaldar os militantes que atuam nessa área. Entende-se que a ação do MNDDH deve levar em conta a divisão de classes da sociedade brasileira.

c) Comunicação
- Secretariado: Dermi Azevedo
- Conselho: Orlando (Sul II)

Este projeto desempenhará duas funções básicas:
. transformar o boletim em um jornal (tamanho tablóide) dos Direitos Humanos com uma tiragem maior para atingir dentro e fora do MNDDH. Seu Conselho Editorial será o próprio Conselho Nacional;
. prestar assessoria de imprensa ao MNDDH.

3- **Articulação Nacional dos Movimentos Populares - ANAMPOS - Milton José Lyrio Simonetti**

Exposição sobre o histórico da ANAMPOS

4- **Trabalhos em grupo**

Foram formados três grupos que debateram as questões seguintes:

a) avaliação do Movimento Popular no Estado do Rio e no Brasil;
b) importância da unificação do Movimento Popular no contexto atual;
c) discussão sobre a proposta de unificação nacional do Movimento Popular.

Relatórios dos grupos

GRUPO I

a) A avaliação foi feita apenas do Estado do Rio, quando foi visto que há uma grande desorganização do Movimento Popular com causas variadas entre outras: falta de lideranças, a miserabilidade do povo dificultando o trabalho de conscientização, a falta de teorização da prática do próprio movimento buscando o avanço desse movimento, a forte atuação governamental cooptando e freiando o movimento com programas assistenciais....
O grupo chegou ao consenso que o povo, por ser muito miserável, luta apenas por reivindicações cotidianas. Sabe-se entretanto que conscientizar apenas com reivindicações não é possível.

b) O grupo tirou que é muito importante a unificação, mas ainda tem que ser amadurecida essa idéia, por estar o movimento popular muito desmobilizado. Não adianta criar a Central sem que ela se inicie com força.

Foram colocados como aspectos da unificação:
- avanço político com a unificação, aumentando a discussão integrada;
- a importância da Central para, inclusive, fazer reivindicações e avanços conjuntamente "misturando" as lutas;
- investir na oposição de entidades do movimento não integradas na luta popular (entidades pelegas);
- questionar com as comunidades as necessidades básicas cotidianas e os programas governamentais que procuram suprí-las.

c) Foi tirado exclusivamente a necessidade de multiplicação da discussão sobre unificação dentro das comunidades e ainda com encontros regionais e/ou por grupos específicos.

GRUPO II

a) A discussão foi limitada à questão regional e, se deu pela experiência própria de cada um, entendeu-se que:
- não existe movimento popular no Estado do Rio com um nível organizacional razoável, mas sim "movimentos" fragmentados que encaminham diversas lutas em vários locais.

b) Todas as falações deixaram bem clara a necessidade da unificação para troca de experiências, para a real possibilidade de mudanças e para uma maior resistência do movimento popular frente a opressão do sistema.
Eventos como a Constituinte demonstraram essa necessidade, de uma articulação nacional.

c) O momento é prematuro para a formação de uma Central, pois deve-se discutir com as comunidades sua organização e formas de luta, para buscar unidade das lutas de todos os movimentos, mobilizando assim a unificação dos Movimentos Populares, respeitando a dinâmica de cada movimento.

Deve-se lutar pela consciência de um Movimento Popular de transformação social.

Reprodução do material da ANAMPOS e sua divulgação, para ampliar a discussão, junto aos movimentos, sobre a unificação.

GRUPO III

a) A inserção do poder público, nas comunidades atuando e cooptando vem trazendo um fluxo e refluxo não desejável.
Essa inserção, que não vem para resolver, mas para dispersar, cumpre a sua "tarefa", enquanto a nós, cuja tarefa é aglutinar para avançar, estamos titubeantes. Precisa-se das experiências para reforçar a organização popular.
Tem-se atribuído ao engajamento político-partidário o refluxo do movimento comunitário.
A atividade político-partidária não pode servir de trampolim, e então, o movimento há de acompanhar a trajetória de seu representante, impedindo que se percam seus candidatos.
Não se deve recusar a discussão partidária. O que acontece, muitas das vezes, é que as discussões se dão pelas diferenças e não pelo consenso. Só se vai avançar quando as diversas vertentes do movimento se ligarem pelo que têm de consenso. Essa necessidade pode ser resolvida pela Central.

b) Os diversos companheiros não têm ainda a visão de que as lutas não são isoladas.
Não unificar, mas unir no sentido de unidade, ou seja, ligar pelos objetivos e não pelo processo.
Nesse sentido é importante unificar. Difícil é saber como.
Entendeu o grupo então que deve haver troca de experiências para que todas as vertentes do movimento se conheçam e possam identificar os pontos comuns.

c) Novamente unificação puxaaa idéia de uniformidade. Fala-se pois em unidade. Começar o processo pelas bases, tentando alí a unidade. Na medida em que se resolve na base, prepara-se o processo nacional.
Esquecer a questão de prazo e agir na medida do possível. Prazos próximos, com esforços renovados.
Evitar repetir o modelo, sem esquecer a necessidade da articulação.

Conclusões

- Pouco se conhece, ou mesmo, não se tem conhecimento do Movimento Popular a nível nacional: há necessidade, portanto, desse conhecimento para poder avaliar sua atuação.

- No Estado do Rio de Janeiro o Movimento Popular está desorganizado não existe, portanto, enquanto unidade e sim enquanto movimentos fragmentados que encaminham diversas lutas em vários locais. As causas apresentadas, entre outras, foram: a falta de liderança; a miserabilidade do povo dificultando o trabalho de conscientização, pois lutam por reivindicações imediatas; a forte atuação governamental coptando e freiando o movimento com programas assistenciais; a falta de teorização da prática do próprio movimento na busca de avanços: a falta de discussão sobre a atuação político-partidária de seus militantes provocando, muitas das vezes, o refluxo da comunidade, quando deveria buscar o consenso naquilo que identifica as diversas vertentes do movimento.

- A unificação do Movimento Popular foi considerada importante e necessária, porém precisa ser mais amadurecida essa idéia, tendo em vista a desmobilização do Movimento Popular e o encaminhamento das lutas ainda serem feitas, na maioria das vezes, isoladamente.

- O processo de unificação deve começar pelas bases, discutindo sua organização e formas de luta, para buscar unidade das lutas de todos os movimentos, preparando assim o processo nacional.

Encaminhamentos

- Realização de encontros locais, regionais e/ou por grupos específicos para multiplicação da discussão sobre a unificação e troca de experiências.

- Reprodução do material da ANAMPOS para divulgação e ampliação da discussão, no interior de cada entidade e junto aos Movimentos Populares, sobre a unificação.

- Levar a discussão para dentro do movimento, envolvendo as suas bases.

- Realização de Encontro Estadual da ANAMPOS, em abril de 1989, para avaliar o encaminhamento da discussão sobre a unificação das lutas, criação da Central de Movimento Populares e para tirar delegados para o Encontro nacional da ANAMPOS.

LISTA DE PARTICIPANTES

1. AMOAPRA
   Marcelo Martins Barreira
   Rua Antônio Basílio, s99/103 - Tijuca
   20.511 - Rio de Janeiro - RJ.

2. COMISSÃO POPULAR DE JUSTIÇA E PAZ DE TERESÓPOLIS
   Valdir Eduardo Ribeiro
   Rua Roberto Rosa, 489 casa 11 - Tijuca
   25.975 - Teresópolis - RJ.

3. MOVIMENTO DE DEFESA DO MENOR
   Graciete Sant'Anna do Nascimento
   Rua Quissamã, 2012
   25.600 - Petrópolis - RJ.

4. CENTRO COMUNITÁRIO DO CONTORNO
   Valmir Fachini
   BR 040 Km 82 - Contorno
   25.670 - Petrópolis - RJ.

5. SETOR DE EXTENSÃO E PESQUISA DA UFRJ - FACULDADE DE DIREITO
   Paulo César Moreira
   Rua Marcorvo Filho, 08
   28.620 - Rio de Janeiro - RJ.

6. MOVIMENTO LEIGO JUSTIÇA E PARTICIPAÇÃO
   Nancy Marques Rocha
   Rua Manoel Rodrigues, 28 - Village
   28.600 - Nova Friburgo - RJ.

7. ZONAL BANGÚ - FAMERJ
   Rua Ciranda, bl. 43, apt. 507, conj. Pedro I
   Realengo
   21.750 - Rio de Janeiro - RJ.

8. Antônio Vieira Xinaiba
   Cx. Postal - 93.446
   25.961 - Teresópolis - RJ.
   TEL: 742.3123

9. MOVIMENTO COMUNITÁRIO CONTRA A VIOLÊNCIA
   Martha Dale
   Rua 25 b, nº 44, Vila
   27.620 - Volta Redonda - RJ.

10. COMISSÃO DO MENOR
    Maria Inês Maia de Azevedo
    Rua 156, nº 220 - Laranjal
    27.255 - Volta Redonda - RJ.

11. CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE PETRÓPOLIS
    Maria da Glória Guerra / Marcia Miranda
    Rua Carlos Gomes nº 180
    25.680 - Petrópolis - RJ.
    TEL: (0242) 42.2462

CEDIM

12. COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
Vilma Stefani
Rua Monteiro Lobato, 5/302
27.253 - Volta Redonda - RJ. TEL: (0243) 42.1253

13. CENTRO ACADÊMICO CÂNDIDO DE OLIVEIRA
Rua Moncorvo Filho, 08 - Centro
23.620 - Rio de Janeiro - RJ.

14. ANAMPOS
Milton José Lyrio Simonetti
Cx. Postal - 934
29.001 - Vitória - ES.

15. AJUP
Francisco Silva Telles
Av. Beira Mar, 216/401 - Centro
Rio de Janeiro - RJ.

15. CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE VOLTA REDONDA
Lúcia Muniz Telles
Rua Monteiro Lobato, 05/302
27.253 - Volta Redonda - RJ.
TEL: (0243) 42.1253

16. FAMERJ
Adel Carlos
Av. Visconde do Rio Branco, 52
Rio de Janeiro - RJ.

17. CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS BENTO RUBIÃO
Av. Rio Branco, 156 s/ 1331
20.040 - Rio de Janeiro - RJ.

18. COMISSÃO DE MORADORES DE BOIUNA
Leila C. Barros
Rua dos Botânicos, travessa A c/6
Jardim Boiúna
Rio de Janeiro - RJ.

19. Articulação Nacional de Solo Urbano
Flora El-Jaick Maranhão
Rua Conselheiro Macedo Soares, 63/301 - Lagoa
22.471 - Rio de Janeiro - RJ.
TEL: (021) 286.3278

20. ORGANIZAÇÃO P. MULHER
Maria da Glória Borges Amorim
Rua 535E, nº 45/12
N. Sra. das Graças
27.260 - Volta Redonda - RJ.

21. COMISSÃO DE POSSEIROS URBANOS DE VOLTA REDONDA
Maria de Lourdes Lopes Fonseca
Alameda Novo Horizonte, 12 - Vila Boa Esperança
27.180 - Volta Redonda - RJ.

CEDIM

22. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE RIO MORTO E ADJACÊNCIAS
Dulce Mendes de Vasconcelos
Rua 62, qd. 67, lt. 01
Jardim Nova Guaratiba - Campo Grande
23.045 - Rio de Janeiro - RJ.

23. Denise Nonato da Silva
Rua Visconde Cunha Bueno, 53
Santo Agostinho
27.180 - Volta Redonda - RJ.

CEDIM

ANOTAÇÕES

MOVIMENTOS POPULARES HOJE NO BRASIL:

MOVIMENTO POPULAR - é recente, conforme existe hoje. Nasceu em 60: povo como força política e histórica. POVO emergindo de uma MASSA. O que sempre existiu foi a massa oprimida, resuktado da colonização européia com seus laços sociais e culturais esfacelados. O que sobreviveu não conseguiu organização própria. Resistiu como indivíduos, exceção: quilombos. O povo nunca foi organizado. A organização começa com o POPULISMO, conduzido pela burguesia; sindicatos organizados pelo Estado: PTB.
Em 30 e 40, apesar da ação oficial, a massa começa a incomodar e surge o golpe de 64 (ou revolução, se vista pela ótica do povo; enquanto posição do povo).
O regime de Segurança Nacional tenta voltar o povo a ser massa.
Militares preferem falar em NAÇÃO e não em POVO.
Papel importante da Igreja. Houve também a "opção dos pobres pela Igreja".
Fato imprevisto do golpe de 64: o aparecimento das organizações populares.

MOVIMENTO POPULAR E SUAS FASES:

1a) até 1973: os Movimentos Populares lutam pela sobrevivência. Pensam nos seus problemas.

2a) 1974-84: fase da resistência. Camponeses lutam para não sair da terra. Luta pelo salário, pelo transporte, pela luz, pelo esgoto, etc.

3a) 1985...: toma a iniciativa da luta, Passa da defesa ao ataque. Visa o poder. Fase difícil. Projetos diferentes; estratégias diferentes; tendências diferentes. Falta coordenação para o ataque.

DESAFIOS:

a) falta condutor de direção política. Canais para o Movimento Popular chegar ao poder. Saber conviver com o pluralismo.

b) Conquistar e conduzir a massa:
Como transformar o trabalho de base em trabalho de massa (???) (Pastoral de massa...)

c) Formar quadros para dar direção ao trabalho de base.

RELAÇÃO DA IGREJA COM DIREITOS HUMANOS:

01) Importância das igrejas: reside em não ter importância em si mesmas. Estão a serviço. Fonte de inspiração contínua no Evangelho que quer construir o novo homem, a nova mulher. Mensagem libertária. Igreja entendida melhor como movimento do que como instituição que se cristaliza.

02) Lado da imersão da Igreja: a Igreja mesmo foi animadora desse processo. Caráter nacional da igreja (setores). Instituições populares entrando e batizando

a Igreja. A Igreja explicita (e ameaça) a crítica ao Sistema Capitalista.

03) A Igreja não só faz crítica, mas também tem um projeto com práticas alternativas.

É um marco histórico da Igreja da América Latina. A luta pelos Direitos dos Povos é o mesmo que a luta pela vida.

Há resistência a essa atitutde libertária da Igreja: cursilhos, movimentos caristmáticos, etc, são reforço ideológico do Sistema que aí está. Práticas voltadas para o indivíduo.

O Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH) é uma frente como outras.

Estamos vivendo a construção de uma nova sociedade. Outros elementos da caminhada, além da Igreja Católica: as igrejas evangélicas. Essas chegaram a um século. Chegaram não comprometidas com o Projeto Colonialista, mas com a Democracia Liberal.

Veja a coordenação do Centrão: força de decisão conservadora. Há países da América Latina que chegam a 30% da população. No Brasil são 13 milhões com tendência conservadora e avanço nas classes populares.

Nem tudo é complot do Imperialismo. A Direita está olhando esse fato com carinho e competência.

A bancada evangélica foi chamada pelo Governo e ofereceu 108 milhões de cruzados para formar em Brasília uma coordenação tipo CNBB.

Sinal positivo da luta pelos Direitos Humanos no Brasil: seu aspecto ecumênico.

Movimento ecumênico: sacramento da unidade (conjunto) e da universalidade do Movimento Popular.

SEMINÁRIOS

CEDIM

1 9 92

CEDIM

MNDH

SDS ED.VENANCIO VI SALA 109
70302 - BRASILIA - DF 061.225-3337

Brasília, 18 de setembro de 1991

Companheiros e Companheiras,

Estamos encaminhando o relatório do II Seminário Nacional dos Programas e Reunião do Conselho.

Além de informar as discussões e deliberações, o presente relatório constitui o primeiro subsídio preparatório para o VII Encontro Nacional, especialmente no que se refere à avaliação dos 10 anos do MNDH. Com ele, estamos dando início a um processo de trocas que só terá sucesso com a colaboração de todos.

Enviaremos outros subsídios preparatórios ao Encontro.

Para que tenhamos um processo realmente participativo é necessário que todos enviem também sua contribuição para que repassemos aos CDDHs. Os textos devem estar ligados ao tema do Encontro, à estrutura do MNDH, aos programas ou a outro assunto que seja considerado relevante.

Estaremos recebendo essas contribuições até o final de novembro.

De outra parte, informamos que. o Movimento está viabilizando um vídeo sobre os 10 anos. Os nossos companheiros de Natal ficaram responsáveis por esta tarefa. Todavia, sabemos que muitos companheiros possuem material sobre Encontros Regionais, Nacionais, bem como sobre trabalhos dos Centros. Por isso solicitamos encarecidamente a todos que enviem o mais rápido possível fotos, vídeos e outros materiais que julgarem importante ao Centro de Natal no seguinte endereço:

Centro de Documentação e Memória Popular
Rua Vigário Bartolomeu, 635/607 Ed. 21 de março
Caixa postal 338
59025 Natal-RN Tel: 084.221-5932

Esperamos pois, que todos se engajem no processo preparatório do nosso VII Encontro para torná-lo capaz de responder aos novos desafios.

Um abraço,

Augustinho Pedro Veit
Secretário Executivo MNDH.

Seminários 17.12.92

M·N·D·H MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

SEMINÁRIO NACIONAL APROFUNDA EIXO DO MNDH E DIMENSÃO POLÍTICA DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DAS ONGs

O aprofundamento do eixo político do Movimento Nacional de Direitos Humanos - a luta pela vida, contra a violência - e da dimensão política da organização administrativa e financeira na atuação das Organizações Não-Governamentais, além do levantamento de sugestões para o planejamento do MNDH, em 1993, foram os aspectos mais destacados do 3º Seminário Nacional que o Movimento promoveu em Brasília, na casa de encontros da CONTAG, de 7 a 11 de dezembro de 1992. Neste período, realizaram-se também a segunda reunião anual do Conselho e Secretariado Nacionais e a entrega do 5º Prêmio Nacional de Direitos Humanos ao sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. O MNDH participou também, oficialmente, da sessão plenária da Câmara dos Deputados em comemoração ao aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro. Esteve também presente em solenidades na Procuradoria Geral da República, no gabinete da presidência do Senado Federal e no lançamento de um vídeo sobre a violência no campo, produzido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

MNDH e a conjuntura

O seminário - do qual participaram representantes dos oito Regionais do Movimento, além do Conselho e do Secretariado Nacionais - foi aberto dia 7, às 9h30, pela Secretária Executiva, Valéria Brito. Foi feito, logo no início, um minuto de silêncio em memória de Francisco de Assis, secretário executivo do Regional Leste 2 do MNDH, que morreu em junho passado. Logo depois, os técnicos em dinâmica de grupo Clemente e Alcino, do Habeas Corpus, de Recife, apresentam os elementos básicos da animação grupal a ser utilizada durante os trabalhos. Destacaram a necessidade de uma visão mais global do ser humano na militância, a importância de uma renovação metodológica nos movimentos sociais e populares, o papel fundamental da mística no trabalho de transformação social.

Já dentro desta dinâmica, os participantes dividiram-se em grupos para responderem à pergunta "Qual a fonte principal, do pon-

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF



to de vista pessoal, que inspira hoje o meu compromisso no campo dos direitos humanos?". Neste primeiro momento, cada um escreveu suas respostas individualmente, socializando-as depois em grupos. Foram assinaladas as seguintes respostas: "amor e justiça; valores cristãos; liberdade; a vida; esperança; a vida em plenitude; compromisso com a humanidade; os textos sobre totalitarismo de Simone Weil e Hannah Arendt; razão; busca de justiça; construção de uma nova sociedade/vida plena; realidade de opressão; injustiças; busca da felicidade para todos/construção da democracia; sou responsável pelo mundo e pela vida que nele existe; fé na vida; luta pela vida; a necessidade de justiça para os oprimidos; justiça; solidariedade; direitos humanos; a minha formação; violência geral e solidariedade". Outras motivações apontadas: "fé transformadora; a minha preocupação com a miséria dos empobrecidos; a igualdade e a democracia; promoção da vida;a crença no direito à felicidade para mim e para todos".

Uma pergunta complementar sobre "quais são os novos sinais' que surgem na minha ação como militante de direitos humanos" obteve uma série de respostas, entre as quais a necessidade da reconstrução teórica do ideário dos direitos humanos, para redimensionar a prática; os direitos do ser de cada um; mais profissionalismo; a integração à luta por parte de vítimas de violações de direitos humanos; o desenvolvimento de parcerias e o fortalecimento das instituições democráticas.

A terceira pergunta referiu-se aos dados mais marcantes da atual conjuntura internacional. Foram assinalados, entre outros, estes itens: formação de novos blocos econômicos e políticos; o ressurgimento do neonazismo; a onda de racismo e xenofobia; o impacto da queda da URSS; a exclusão dos países pobres; os efeitos do bloqueio econômico norte-americano a Cuba; a manipulação das informações na mídia; a relação entre neoliberalismo e a dívida externa do Terceiro Mundo; o debate sobre ecologia, biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

Cidadania e Planejamento

Na continuidade do seminário, toda tarde do dia 7/12 e toda

a manhã do dia 8 foram dedicadas ao debate sobre a questão administrativa e orçamentária como meio pedagógico e político para a construção da cidadania. Neste debate, o assessor foi Uaçaí, da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE). Todo o seu esforço voltou-se para demonstrar a importância de superar a visão tradicional e despolitizada dos aspectos administrativos e financeiros nas instituições dos movimentos sociais e populares.

Em sua palestra introdutória ao segundo momento temático do seminário (Cidadania e Planejamento), Uaçaí destacou que a organização administrativa, assumida em sua dimensão política, é fundamental para a construção de uma autêntica cidadania. No segundo período da tarde do dia 7, os participantes debateram em grupos, por Regionais, como acontece o planejamento administrativo e político em cada Regional, seguindo-se plenária. Em síntese, os relatos indicaram que a realidade é bastante diversificada no conjunto do país e que falta ainda uma discussão aprofundada - como a feita no seminário de Brasília - sobre a importância de integrar os aspectos administrativos e financeiros na dinâmica política dos Regionais e de suas entidades integrantes, como um todo.

Uma segunda pergunta debatida pelos grupos - "Quais as necessidades concretas dos Regionais e entidades quanto à contabilidade e outros aspectos da administração financeira?". Entre outras, foram citadas as seguintes: falta de técnicas adequadas para o estabelecimento de custos internos e externos; difuculdade para o estabelecimento e execução de uma política salarial; desconhecimento da legislação trabalhista e de suas modificações; dificuldade de compatibilizar a remuneração dos responsáveis pelas entidades com as exigências da atual legislação; dificuldades quanto às técnicas de elaboração dos projetos financeiros; necessidade de estabelecer políticas voltadas para a autosustentação das entidades de direitos humanos, sem, no entanto, transformá-las em micro-empresas mercantis.

Em sua síntese final, Uaçaí sugeriu que o MNDH apóie a multiplicação de iniciativas como esta de debater o tema administrativo-financeiro, numa nova abordagem. Sugeriu o levantamento, nos Regionais,

de nomes de profissionais comprometidos com o aspecto financeiro e administrativo dentro das ONGs dos movimento sociais e populares, para uma progressiva aglutinação, assim como a realização de seminários específicos nos Regionais sobre o tema. Pediu atenção para as questões trabalhistas, alertando que muitas entidades populares já tiveram até mesmo de fechar as portas por causa disto. Enfatizou a necessidade da transparência interna e externa nas organizações sociais e populares.

O EIXO POLÍTICO DO MNDH E SUAS IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS

O terceiro momento temático do seminário de Brasília esteve voltado para o aprofundamento do eixo político do MNDH (Luta pela vida, contra a violência) e suas implicações teóricas e práticas. Um painel inicial a respeito do tema foi realizado dia 8, às 14 h, com a participação de Cecília Pires, da Universidade Federal de Santa Maria (RS), Pedro Wilson Guimarães, da Universidade Católica de Goiânia (GO) e Emir Sader, da Universidade de São Paulo (SP). Sader destacou a vigência no Brasil de um discurso sobre a morte, baseado na ideologia do medo e enfatizou a urgência de os movimentos sociais e populares debaterem caminhos para superar esta realidade.

Cecília Pires mostrou a contradição entre a igualdade formal oferecida pelo capitalismo e a desigualdade real que o caracteriza. Apontou para o antagonismo entre uma ética do consenso, propugnada pelo Estado capitalista e uma autêntica ética da responsabilidade, baseada no reconhecimento da significação do sujeito para consigo mesmo e para com a sociedade.

Destacou a luta pela vida como o consenso decisivo para o MNDH, entendendo - como elemento básico nesta luta - a promoção dos direitos dos oprimidos.

Pedro Wilson Guimarães mostrou como a luta por uma nova geração de direitos humanos, no mundo todo, convie com a não vigência dos direitos das gerações mais antigas, a começar pela Carta da ONU de 1948. Defendeu a competência, a eficiência e a eficácia nas ações do MNDH contra a violência. Enfatizou, por último, o papel da comunicação, "tão fundamental quanto as questões administrativa e financei-

ra". Seguiram-se debates em plenário.

O EIXO DO MNDH, OS PROGRAMAS E A PRÁTICA DOS REGIONAIS

Na sequência temática e metodológica do seminário, realizou se nova etapa de trabalho em grupos, dia 8/12, para debater, inicialmente, até que ponto a prática dos Regionais é coerente ou não com o eixo do Movimento, aprovado no encontro nacional de janeiro de 1992. E até que ponto a prática dos Regionais é também coerente com os objetivos e prática dos Programas de Violência & Cidadania , Formação e Comunciação.

Mais uma vez, em plenária, prevaleceu a opinião sobre a diversidade das ações dos Regionais no cumprimento ou não das resoluções nacionais, considerando não somente as características de cada região geográfica do país,como também a caminhada de cada Regional. De modo geral, o eixo central é tido como referência para todo o trabalho, embora numa perspectica muito defensiva.

A nível nacional, faltam propostas efetivas de luta contra a violência, sobretudo de políticas públicas nesta área fundamental da vida em sociedade.

Outro consenso em todos os grupos: a formulação do eixo é muito genérica. Um desafio concreto é o de explicitar o que significa, na teoria e na prática, a luta pela vida.

Quanto aos Programas, a realidade não é diferente. Na Formação, por exemplo, embora tenha havido avanço no entendimento quanto à metodologia da práxis, há uma grande dificuldade, nos Regionais e nas entidades, de explicitá-la no dia-a-dia, em conjunto com as atividades. Na Comunicação, verifica-se ainda uma visão predominante de caráter instrumentalista (ênfase quase exclusiva aos meios) e não do processo de Comunicação, em seu caráter estratégico. Em todos os Regionais, há iniciativas isoladas nos três Programas que precisam ser integradas.

Uma palavra também permeou todo esse debate: como promover a visibilidade do MNDH. Várias sugestões neste sentido foram feitas no momento seguinte dos trabalhos, em que os participantes levaram sugestões para o planejamento das ações do Movimento, doravante.

Estas sugestões convergiram, entre outros, para os seguintes pontos, aprofundados e encaminhados posteriomente pelo Conselho e Secretariado Nacionais: definição de uma prioridade básica para cada Programa: Violência - Desenvolvimento de debates sobre políticas públicas; Formação - Definir caminhos para capilarizar a metodologia da práxis; Comunicação - Aprofundamento do debate sobre Política de Comunicação e continuidade das iniciativas de capacitação nos meios de comunicação social. Na violência, foi também destacada a necessidade de estender para todo o país, através dos Regionais , a experiência do MNDH/Nordeste quanto ao Banco de Dados.

Como elementos para o planejamento nacional, foram também apontadas as sugestões de refletir bem, durante o ano de 1993, sobre a geografia do MNDH (a atual divisão geográfica dos Regionais), a questão da gestão administrativa e financeira, a organização dos Regionais, assim como sobre temas emergentes no país que terão impacto em toda a sociedade (plebiscito sobre sistema e forma de governo e revisão constitucional, sobretudo).

ANIVERSÁRIO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Como parte integrante da sociedade civil, o MNDH participou, dia 10 de dezembro, de várias solenidades ligadas ao aniversário da Carta da ONU de 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A principal atividade foi a sessão plenária da Câmara dos Deputados sobre o evento, dia 10/12, às 9h30, sob a presidência do deputado federal João Paulo Pires (PT/MG).

Numa deferência para com o MNDH, os participantes do seminário foram convidados a ocuparem lugares no plenário, onde regimentalmente o acesso é restrito. Discursaram sobre a data representantes de todos os partidos políticos. A iniciativa de promover a sessão e de convidar o MNDH foi do deputado federal Roberto Franca, do PSB de Pernambuco. Em seu discurso, Roberto Franca afirmou que o MNDH "vem, há mais de 10 anos, se estruturando em todo o país, defendendo sobretudo o direito à vida, tão desrespeitado". A maioria dos demais deputados também fez referências ao MNDH.

Enquanto ocorria a sessão da Câmara, uma delegação do MNDH,

formada pelos secretários de Comunicação, Dermi Azevedo e de Formação, Roque Grazziontin, participou de solenidade na presidência do Senado em que várias entidades (OAB, CNBB, ABI e FENAJ) entregaram ao presidente, senador Mauro Benevides (PMDB/CE) documento pedindo rapidez na tramitação do Conselho Nacional de Comunicação Social, órgão previsto na Constituição Federal como órgão auxiliar do Congresso.

À destacar ainda que, no final da sessão da Câmara, a secretária executiva do MNDH, advogada Valéria Brito, entregou ao presidente da mesa documento do Fórum contra a Violência no Campo (que o Movimento integra) sobre violações dos direitos humanos no Brasil. O mesmo documento foi entregue no período da tarde, pelo representante do Conselho Nacional do MNDH, Humberto Cunha, ao Procurador Geral da República, Aristides Junqueira, em solenidade que contou com a presença de Procuradores de diferentes estados e representantes de entidades como: CIMI, CPT, MST, CUT, OAB, entre outras.

Ainda no programa de comemorações do dia 10, o MNDH participou, na sede da OAB, na noite do dia 9, do lançamento do vídeo sobre violência no campo, produzido pela Ordem dos Advogados do Brasil e dirigido pela cineasta Tânia Quaresma.

PRÊMIO ENTREGUE A BETINHO

A dimensão da esperança na luta pela transformação da sociedade foi experimentada na noite de 10 de dezembro, no Teatro Dulcina, por ocasião da entrega do Prêmio Nacional de Direitos Humanos / 1992 ao sociólogo mineiro Herbert de Souza, o Betinho. A solenidade foi marcada pela descontração e pela quebra de qualquer protocolo. Betinho discursou várias vezes, a pedidos e enfatizou a importância de acreditar na vida, de ter esperança, como elementos básicos para toda luta social e política. Lembrou que, apesar de tudo, em sua própria vida, procura nunca desanimar. No início e no final da solenidade, foi cantada a música "O bêbado e o Equilibrista", de João Bosco e Aldir Blac, que fala da "volta do irmão de Henfil", sonhada para depois do fim da ditadura e do exílio. Falaram pelo Movimento, nesta entrega do Prêmio, Pedro Wilson Guimarães e Marisa Formolo Dalla Vecchia. A estatueta-símbolo foi entregue a Betinho por Humberto Cunha.

Terminada o seminário, o Conselho Nacional e o Secretário Nacional do Movimento reuniram-se dia 11/12 para complementar os trabalhos.

Brasília, 17 de dezembro de 1992.

LISTA DOS PARTICIPANTES

.Ma. Perpétuo Socorro
Reg.Norte I

.Ruscelino Barbosa
Reg. Norte I

.Feliciano Parente
Reg. Norte I

.José Antônio Pancotto
Reg. Sul II

.Cleyde C. Oliveira
Rep. CESE

.Aldenice Teixeira
Reg. Nordeste

.Tereza Cariri
Reg. Nordeste

.Fermino Fechio
Reg. Sul I

.Tereza Cristina Borba
Reg. Nordeste

.Michel Jacques Colin
Reg. Nordeste

.Eduardo Loureiro
Reg. Nordeste

.Luiz Gonzaga Dantas
Reg. Nordeste

.Humberto Cunha
Reg. Norte II

.Cecília Pires
Reg. Sul II

.Dimas Santana S. Neves
Reg. Centro-Oeste

.Iriomar José R. Souza
Reg. Norte II

.Ana Helena Andreão
Reg. Leste I

.Ana Beatriz B. Ludvig
Reg. Sul II

.Kátia Regina A. Barros
Reg. Norte II

.Fábio Alves dos Santos
Reg. Leste II

.Marcelo Frank do Nascimento
Reg. Leste II

.Ma. Teixiera Gomes (Oneide)
Reg. Nordeste

.Isabel Peres
Reg. Sul I

.Maria Madalena Alves
Reg. Sul I

.Gilmar Ferreira de Oliveira
Reg. Leste I

.Roque Grazziotin
Secretariado Nacional



.Oscar Gatica
Reg. Leste I
.Irene Maria dos Santos
Reg. Centro-Oeste
.Jayme Benvenuto Lima Jr.
Reg. Nordeste
.Regina Sueli de Sousa
Reg. Centro-Oeste
.Tertuliano C. Pinheiro
Reg. Nordeste
.Chiang Kai Xeque B.B.Jr
Reg. Centro-Oeste
.Clemente
Rep. Habeas Corpus
.Alcindo da Silva
Rep. Habeas Corpus
.Valéria Brito
Secretariado Nacional
.Augustino Veit
Brasília-DF
.Dermi Azevedo
Secretariado Nacional
.Pedro Wilson
Reg. Centro-Oeste
.Marisa F.D.Vecchia
Assessora
.Antônio Cesar Coutrim
Reg. Centro-Oeste
.Mário Sérgio
Reg. Nordeste
.Sônia Maria Rodrigues
Reg. Centro-Oeste

.Uaçaí Magalhães Lopes
Assessor
.Neide A. Santos
Secretaria - Brasília-DF
.Netinha
Secretaria - Brasília-DF
.Emir Sader
Assessor

CEDIM

VI ENCONTRO

1990

MNDH

MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

SDS - Ed. Venâncio VI, bloco O, 39, sala 109, 70302, Brasília, DF - (061) 225-3337

RELATÓRIO DO VI ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

05 a 10 de Fevereiro
VARGEM GRANDE PAULISTA

CEDIM

DOCUMENTO FINAL DO VI ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Ao encerrar seu sexto encontro nacional realizado de 5 a 10 de fevereiro em Vargem Grande Paulista (SP), o Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH - dirige-se à opinião pública brasileira e internacional para apresentar algumas avaliações conjunturais, preocupações e propostas, com vistas a uma maior democratização da sociedade, com base na justiça social e na participação sócio-político-econômica dos cidadãos.

1) Às vésperas da posse do presidente da República eleito em dezembro passado, o Brasil vive um momento gravíssimo de crise social, econômica e política, caracterizado, basicamente, pela deterioração das condições de vida da grande maioria da população, no contexto de um modelo econômico cada vez mais concentrador de renda, excludente e elitista.

2) Agravada no final do governo Sarney, a crise econômica afigura-se como ainda mais séria na administração Collor de Mello, caso se confirmem as perspectivas de adoção de uma política neoliberal, fazendo recair sobre os trabalhadores de baixa e média rendas todo o peso de medidas antiinflacionárias.

É também altamente preocupante - por seus componentes políticos, econômicos e sociais - a perspectiva de implantação de medidas voltadas para a transnacionalização ainda maior da economia brasileira, incluindo uma política agressiva de privatização de empresas estatais e de submissão aos credores internacionais, na questão da dívida externa. Antes mesmo de começar o próximo governo, já se registram casos de demissão em massa em algumas empresas estatais.

3) Na perspectiva da construção de uma sociedade democrática, o MNDH considera também como um elemento complementar de preocupação, na conjuntura que se avizinha, a perspectiva de adoção, pela próxima administração federal, de uma estratégia populista, baseada na deslegitimação do papel do Poder Legislativo, assim como no controle, na cooptação e na repressão aos movimentos populares de todo o país.

4) O Movimento Nacional de Direitos Humanos propõe a todas as entidades da sociedade civil, e a todos os brasileiros que defendam a democracia com justiça social, que se mantenham unidos e vigilantes na defesa das conquistas democráticas inseridas na Constituição Federal promulgada em outubro de 1988. Propõe, também, que a sociedade discuta, ampla e criticamente, todas as medidas a serem adotadas pelo governo Collor de Mello, na perspectiva dos interesses nacionais e populares.

5) Atenção especial deve ser dada, na atual conjuntura do país, à escalada da violência rural e urbana. No campo, a violência é cada vez mais coletiva, seletiva e organizada, assumindo uma dimensão especial nos Estados de Mato Grosso, Pará e Espírito Santo. As dificuldades para realizar a reforma agrária e a vitória de Collor dão novo ânimo aos latifundiários para a continuidade da verdadeira guerra que movem contra todos os militantes e entidades que defendem a reforma agrária.

Nas cidades, a violência policial e a retomada da atuação dos esquadrões da morte e dos grupos de "justiceiros" configuram um clima permanente de violação dos direitos humanos, de intimidação dos movimentos sociais e populares, através do medo, com a anuência, a omissão e a colaboração, em muitos casos, das próprias autoridades.

6)Os povos indígenas continuam a sofrer os efeitos mortais de uma política de expansão econômica sobre suas terras, com base em interesses capitalistas de grupos brasileiros e estrangeiros. Neste momento, o povo mais diretamente ameaçado de extermínio é o Yanomami, de Roraima, submetido, além do mais, à farsa da anunciada retirada de garimpeiros de seus territórios ancestrais.

7) Esse cerco aos povos indígenas agrava-se com a estratégia militar de abertura dos espaços fronteiriços para os grandes projetos econômicos, através de programas como o Calha Norte e o Calha Sul. Apesar dos protestos da sociedade civil, esses programas continuam a ser implantados sem considerar aspectos básicos em termos de transparência e respeito às populações diretamente atingidas.

8) Do mesmo modo, os grandes projetos econômicos governamentais e privados continuam a penalizar, de todas as formas, os indígenas, trabalhadores rurais e pequenos proprietários de terras, em todo o país.

9) No plano internacional, o Movimento denuncia e repudia a invasão norte-americana ao Panamá, violando todos os princípios do direito internacional e resultando no assassinato de milhares de cidadãos. Denuncia também as ameaças à soberania da Colômbia, Peru e Bolívia, por parte do governo norte-americano, sob o pretexto de combate ao narcotráfico, assim como a continuidade de uma política agressiva do Departamento de Estado contra a revolução sandinista da Nicarágua, através do apoio aos "contra". Repudia, igualmente, o indulto concedido pelo presidente Carlos Menem, da Argentina, aos envolvidos na violação aos direitos humanos pela ditadura militar do país.

10) Esta nova fase da política do governo norte-americano na América Latina insere-se na estratégia da chamada "guerra de baixa intensidade", chegando mesmo a incluir o apoio a regimes formalmente democráticos, mas tutelados pelos militaes, além do apoio a medidas repressivas contra os movimentos populares e suas lideranças.

11) Diante desse quadro, o Movimento Nacional de Direitos Humanos resume sua conclamação à sociedade civil, nos seguintes pontos:

. Manutenção de uma atitude vigilante e crítica diante da atuação do governo Collor de Mello, continuando o trabalho de educação política e organização popular, em todos os níveis.

. A curto e a médio prazos, intensificar os esforços de organização e esclarecimento do eleitorado para as eleições de outubro próximo, decisivas para o fortalecimento do Poder Legislativo, em função dos interesses da maioria e para a conquista de governos estaduais democráticos.

. Somar-se às iniciativas dos partidos políticos progressistas e do movimento sindical combativo, voltadas para a organização dos trabalhadores, diante da perspectiva de uma política econômica neoliberal e recessiva.

. Assumir decisivamente a luta pelos direitos dos povos indígenas à sua autodeterminação e ao respeito a suas terras e a sua identidade cultural.

. Somar-se à mobilização internacional contra a invasão do Panamá e pelo respeito aos princípios da soberania e da autodeterminação dos povos.

Vargem Grande Paulista
12 de fevereiro de 1990

MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

CEDIM

VI ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

O VI Encontro Nacional do MNDDH realizou-se no período de 5 a 10 de fevereiro de 1990, no Centro Mariápolis Araceli, em São Paulo, tendo como tema "Os direitos humanos na construção da nova sociedade brasileira". Contou com a participação de 141 delegados eleitos pelos Centros e Comissões de Direitos Humanos, bem como por entidades afins, filiadas aos Regionais. Também participaram do Encontro assessores e convidados especiais, totalizando 170 pessoas envolvidas diretamente em sua realização.

No transcorrer do Encontro foram debatidos os seguintes pontos:

6.2.90 - terça-feira:

8 h -Painel de análise de conjuntura
Newton Carlos e Rogério Valle
12h -almoço
14h -Painel sobre a dívida externa
Marcos Arruda
16h -Debates com os painelistas
18h -jantar
20h -Painel sobre grandes projetos sócio-econômicos e meio ambiente-Luiz Pinguelli Rosa

7.2.90 - quarta-feira:

8 h -Painel sobre violência urbana e rural
Miriam Mesquita P.Castro (Núcleo de Estudos da Violência da USP), Jerônimo Nunes (CPT) e Hélio Bicudo
10,30 h -Painel sobre o papel das Forças Armadas
Cap.Sérgio Murilo, Dep.José Genuino Neto e Luiz Eduardo Greenhalgh
12h -almoço
14h -Painel sobre a nova Constituição Federal, Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais
Fábio Konder Comparato
16h -Debates com os painelistas
18h -jantar
20h -noite cultural

8.2.90 quinta-feira:

8 h -Direitos Humanos, democracia e cidadania
Inicialmente uma motivação - feita por José Queiroz - seguindo-se trabalhos grupais.
12h -almoço
14h -Plenária Geral para as conclusões grupais sobre o tema do dia.
18h -jantar
20h -noite livre

9.2.90 sexta-feira:

8 h -Painel:balanço dos trabalhos do MNDDH de 1988/1990 e síntese final dos debates sobre dh, democracia e cidadania.

15.00 h - Debates sobre a síntese final a respeito de direitos humanos, democracia e cidadania. E também sobre o relatório de atividades do Movimento.
12h - almoço
14h - Trabalho de grupos sobre prioridades e bandeiras de luta do Movimento no período de 1990/1992
15.30 h - Continuação dos grupos sobre o mesmo assunto
17.30 h - Plenária sobre prioridades/bandeiras de luta
18h - jantar
20h - noite cultural

10.2.90 - sábado

8 h - Continuação da plenária sobre prioridades/ bandeiras de luta. Aprovação das prioridades e bandeiras de luta
12h - Sessão solene de encerramento
13h - almoço

I- Abertura Oficial do VI ENCONTRO NACIONAL DO MNDDH

A abertura do VI Encontro Nacional do MNDDH ocorreu no dia 5 de fevereiro de 1990, no Centro de Convenções do Parque Anhembi, em São Paulo, tendo como enfoque principal a luta pelas mudanças estruturais no Brasil e, especialmente, pela vigência dos direitos humanos, individuais e sociais. O MNDDH procurou, a fim de reafirmar esses objetivos, homenagear, através do Prêmio Nacional de Direitos Humanos do ano de 89, lutas que, aparentemente diversas, têm em comum o princípio da busca da dignidade em sua plenitude.

Ao premiar a Deputada Benedita da Silva, a Benê do Morro da Sangueira, o MNDDH entende que sua luta representa em última instância, a luta de toda uma raça em busca do exercício pleno da cidadania, num país em que ser negro significa o fardo da culpa até prova em contrário.

Na luta desigual entre o latifundio e os sem-terra, onde os poderosos contam com milícias particulares e conivência policial, os trabalhadores rurais contam com sua organização, com a determinação de que lutam por um ideal de justiça e contam com lideranças como Expedita Aparecida, a Cida de Unaí, que, com sua atuação frente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí e à CUT, amplia a discussão mobilizando toda a sociedade na luta pela reforma agrária sob o controle dos trabalhadores.

O grito Yanomami, que clama pela integridade de sua Nação, evoca todos os seus ancestrais e demais povos ao grito definitivo de liberdade e respeito à vida.

A organização sindical independente significou um golpe mortal para a ditadura, a resistência dos trabalhadores de Volta Redonda ao massacre perpetrado por estas mesmas forças, revigora e dignifica a luta da classe trabalhadora.

A opção evangélica pelos despossuídos se expressa, mais que nunca, no compartilhar, seja na Nicarágua ou no Araguaia, da caminhada cotidiana em prol da sociedade justa e fraterna, que será construída, acreditamos nós, a partir de onde essa diversidade assume o seu caráter comum, na luta pela vida.

A cerimônia de premiação dos perseguidos e discriminados, representados pela Dep.Benedita da Silva, D.Pedro Casaldáliga, Comunidade Indígena Yanomami, o Sindicato dos Metalurgicos de Volta Redonda e Maria Aparecida, contou com presença de agentes de pastoral que faziam o curso de verão do CESEP, representantes de Centros de Direitos Humanos de todo o país, além de personalidades como o Cardeal-Arcebispo de São Paulo, D.Evaristo Arns (agraciado com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos de 1988); o ex-candidato da Frente Brasil Popular à Presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva; o Bispo de Boa Vista, D.Aldo Mongiano; o ex-Ministro da Saúde do Panamá, Renan Esquivel; o Presidente do PCdoB, João Amazonas; o Secretário de Negócios Jurídicos da Prefeitura Paulistana, Hélio Bicudo (representando a Prefeita Luiza Erundina); o Vice-Prefeito de São Paulo, Luiz Eduardo Greenhalgh e o Vice-Presidente da CUT, Avelino Ganzer, além de outros convidados. O Grupo Teatro União e Olho Vivo, coordenado por Idibal Pivetta, fez uma apresentação especial com músicas brasileiras e latino-americanas.

D.Paulo Evaristo Arns foi homenageado pelos aproximadamente 500 participantes da sessão de abertura do encontro e destacou, em vários momentos, a urgência da continuidade da luta pelos direitos humanos. Fez referência especial às vítimas da ditadura militar e à situação dos índios Yanomami, ameaçados de extermínio em Roraima. Homenageou, nesse contexto, os Bispos de Boa Vista, D.Aldo Mongiano e o Presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), D.Erwin Krautler, ambos jurados de morte por latifundiários e testas-de-ferro do grande capital.

Após entregar o Prêmio de Direitos Humanos de 89 ao Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Marcelo Felício, Lula afirmou que o Brasil enfrentará uma conjuntura ainda mais difícil a partir de março próximo com o governo Collor. Disse também que a derrubada do muro de Berlim foi algo muito importante, mas que o noticiário sobre as mudanças do Leste Europeu excluem propositalmente os avanços conseguidos pelos trabalhadores no contexto do socialismo. Destacou depois que persiste, no Brasil e na America Latina, o muro da vergonha representado pela miséria e pelas injustiças sociais.

Lula defendeu ainda o fim do amadorismo diante das ameaças de morte contra militantes dos movimentos populares, dirigentes sindicais e agentes pastorais.

Os índios Yanomami disseram porque são contrários à presença dos garimpeiros em suas terras. O metalúrgico Felício falou da resistência dos metalúrgicos de Volta Redonda à repressão patronal, policial e militar. Previu tempos difíceis, a curto prazo, com a execução da política privatizante e neoliberal de Collor. Cidinha contou o drama de uma mulher sindicalista, cujo pai foi morto pelo latifúndio. O Padre Paulo Santos e a Irmã Irente Franceschini leram mensagem de Casaldáliga sobre a luta pelos direitos humanos no contexto da latino-americanidade.

Benedita da Silva, deputada do morro da Mangueira, evangélica e um dos símbolos da luta anti-racista no Brasil, falou sobre o significado do prêmio recebido na busca de uma sociedade justa, igualitária, livre de discriminações. Pediu também a atenção de todos para a África do Sul, face à libertação de Nelson Mandela, conquistada pela luta da sociedade civil.

II-PAINÉIS

Análise de Conjuntura
Debatedores: Newton Carlos e Rogério Valle

Segundo o jornalista Newton Carlos a América Latina entrou definitivamente na etapa política da disputa do poder pelo voto, acrescentando ainda que as tentativas de conquistar o poder pelas armas, em vários países do continente, não deram resultado. Ele citou como exemplo o caso de El Salvador, onde em sua opinião a Frente Farabundo Marti para Libertação Nacional (FMLN) fez uma ofensiva em grande escala, recentemente, para forçar o governo da direitista Arena a negociar em condições adequadas a paz na Nação Salvadorenha.

Para ele, o governo norte-americano utiliza, por outra parte, os regimes democráticos na América latina de forma tutelada, a serviço de uma política contra-insurgente. Citou, por exemplo, o projeto "vendendo democracia" chefiado na Califórnia por Abrahan Lowenthal, justificando a intervenção do Pentágono nos países do continente para manter esse tipo de tutela. Em síntese, foi destacado que há, de fato, um processo de redemocratização em fase de consolidação na América latina, defedendo uma posição de mudanças através dos regimes representativos, diante do que considera o "esgotamento", seja dos métodos guerrilheiros de esquerda, seja dos golpismos de direita.

Segundo o sociólogo Rogério Valle, do ISER, pela primeira vez o debate político conquistou espaços sociais que, antes das últimas eleições presidenciais, eram exclusivos das elites dominantes. Destacou que, em vez de representarem apenas uma rotineira troca de nomes no governo, as eleições serviram para gerar uma experiência inédita de debate político. Como questões abertas para os debates nos movimentos sociais, Valle apresentou o relacionamento entre essa experiência eleitoral e a dinâmica dos movimentos populares, enfatizando até que ponto esse novo quadro configurará uma nova forma de organização política.

Para Valle, as medidas possivelmente recessivas a serem adotadas pelo governo Collor de Mello poderão lançar o país em um tal clima negativo que os movimentos sociais poderão adotar uma postura reivindicatória e defensiva. Em sua opinião, uma postura como essa seria negativa e contraproducente.

Dívida Externa
Debatedor: Marcos Arruda

Segundo o economista Marcos Arruda, o contexto geopolítico mundial apresenta grandes mudanças, que não podem deixar de ser consideradas pelos movimentos sociais e populares.

Um dos primeiros eixos dessas mudanças, é o processo de unificação social, econômica e política da Europa, voltado para 1992, no marco das mudanças sócio-políticas dos países socialistas do leste europeu.

Nesse sentido, é de se prever, de acordo com o economista, a criação de uma confederação de nações européias até o final deste

século, relacionando-se de forma cada vez mais competitiva com os demais blocos de poder no mundo. Um outro eixo central do poder no mundo de hoje, destacou Arruda, é o formado pelos Estados Unidos e o Canadá, tendo a América Latina como um "mero apêndice". Na Ásia, por sua vez, avança o bloco político e econômico hegemonizado pelo Japão, baseado na acumulação cada vez maior de capital, alimentada pela exploração de uma mão-de-obra farta e barata. O eixo japonês coloca-se sempre mais em confronto com os eixos europeu e canadiano-estadunidense.

Ao comentar as perspectivas imediatas do Brasil sob o governo Collor de Mello, Arruda afirmou que o futuro presidente será um baluarte fundamental na transnacionalização da economia brasileira. No plano social, será um defensor de medidas para aumentar o mercado consumidor de 20 milhões de pessoas, como hoje, para 60 milhões, deixando como subprodutos e no esquecimento os demais 80 milhões, justamente os que não pesam, para o sistema capitalista, nem como consumidor, nem como produtores.

Ainda quanto às reformas no leste europeu, Arruda fez uma importante observação. Trata-se, nessas reformas - perguntou -, de passar do Estado total para o mercado total? Isso significaria implantar um projeto de sociedade que reduz o ser humano ao que pode possuir e produzir?

- Grandes Projetos Sócio-Econômicos

Debatedor: Luiz Pinguelli Rosa

Segundo o professor Luiz Pinguelli Rosa, na década de 70 foram criados grandes projetos em países em desenvolvimento e com potencial para contrair empréstimos e absorver o excedente em dólares, gerados pela conversão dos petrodólares que se acumularam com a alta do petróleo.

Em 1964 existiam vários obstáculos a esses projetos megalomaníacos, que encontravam no movimento popular e sindical impecilhos à acumulação de renda, e mão-de-obra barata, necessárias a sua implementação. A partir do golpe militar esses obstáculos se tornaram mais fracos e os projetos acontecem, uns produtivos como Tucuruí, outros improdutivos como o projeto nuclear e projetos agrícolas como o pró-álcool.

Começa a despertar, em todo o mundo, a consciência de que o impacto produzido no meio ambiente por esses grandes projetos e o seu custo social as vezes não compensam, mesmo sendo produtivos, é o caso de Balbina. Esses danos, que vão da devastação de florestas ao deslocamento de populações inteiras em condições absolutamente precárias e à invasão de áreas indígenas, geram hoje protestos não só a nível de Brasil, mas já a nível internacional.

A conjuntura política brasileira é delicada, já que após todo um processo de lutas, foi eleito, pelo voto, um representante das mesmas forças que prendiam e matavam na época da ditadura, ajudado pela Globo e pela desinformação. "Não temos ditadura que tomou o poder pela força, mas temos pessoas no poder que representam as forças da repressão política".

Do ponto de vista dos grandes investimentos poderemos ter problemas com a política adotada pelo presidente eleito de captação

de recursos indistintamente, pois isso pode vir a significar o agravamento do modelo econômico brasileiro, já que, se entrar o capital, mais grandes projetos serão implantados.

A essa onda de investimentos altamente predatórios a sociedade civil deve resistir buscando alianças internacionais.

A união do movimento popular é imprescindível.

- Violência Urbana e Rural

Debatedores: Jerônimo Nunes, Miriam Mesquita Pugliese Castro e Hélio Bicudo.

Participaram do painel sobre violência a socióloga Míriam Mesquita, do Núcleo de Estudos da Violência da USP, o jurista Hélio Bicudo, secretário de Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo e o padre Jerônimo Nunes, secretário executivo da CPT. Eles analisaram vários aspectos da escalada de violência nas médias e grandes cidades do país.

Para o Padre Jerônimo, o assassinato de Chico Mendes, no final de 1988, colocou os latifundiários na defensiva durante algum tempo. A repercussão internacional que os grupos ecológicos deram a esse crime colocou a Amazônia e a preservação dos povos da floresta em debate no mundo todo, inclusive nas esferas financeiras internacionais. O presidente da UDR do Acre demitiu-se e a opinião pública diminuiu os espaços de manobra dessa organização de latifundiários.

O ano passado, destacou Jerônimo, foi ano eleitoral e o candidato da UDR à Presidência da República, Ronaldo Caiado, tentou desfazer-se da imagem de truculência que é a marca registrada de sua organização. Esse contexto talvez explique, para a CPT, a diminuição do numero de assassinatos e conflitos no campo. A CPT registrou, em 1988, 621 conflitos, envolvendo 403.733 pessoas além de 93 assassinatos por questões de terra. Tal violência, em 1988, abrangeu um total de 19.973.897 hectares. Já sobre o ano passado, um balanço ainda provisório registra 389 conflitos, com 49 assassinatos, 164.603 pessoas envolvidas, numa área de 148.750 hectares.

"Esses dados", destacou Jerônimo, "apontam para um lado escuro do capitalismo brasileiro. A repercussão trágica de seu avanço na terra, em cima de posseiros, índios, seringueiros e pequenos proprietários, só continuará enquanto a sociedade civil não enfrentar a sério essa questão. O modo como o capitalismo expropria e mata os povos da terra não resiste a um debate à luz do sol entre pessoas civilizadas."

Pela analise da CPT, as eleições de 1989 significaram um grande avanço para as forças populares, mas as forças reacionárias fortaleceram-se em muitas áreas do interior. Isso permitiu a atuação conjunta de policiais civis e militares e de pistoleiros, em ações repressivas contra os trabalhadores, incluindo torturas, proibição do direito de ir e vir, sequestro e destruição de benfeitorias.

Entre os casos mais conhecidos estiveram o massacre durante a ocupação da fazenda Santa Elmira, no Rio Grande do Sul, incluindo o envenenamento de seis crianças com agrotóxicos; a repressão aos posseiros do Centro do Aguiar, no Maranhão, levando 49 lavradores a

se refugiar na mata durante mais de seis meses (alguns ainda estão escondidos) e à proibição de atos religiosos; o genocídio contra os índios Yanomami de Roraima, além de despejos em Bananeiras e Gurugi, na Paraíba.

O crime organizado teve destaque no Espírito Santo, com o assassinato de quatro líderes sindicais rurais. Esses crimes estão ligados à atuação do sindicato do crime, com ramificações político-policiais, culminando, no final do ano, com a execução do padre francês Gabriel Maire, em Vila Velha (ES). "O crime aperfeiçoou-se tecnologicamente e age com impunidade, no campo e na cidade", afirmou Jerônimo Nunes.

O secretário da CPT disse ainda que a diminuição do número de assassinatos "não significa" diminuição da violência no campo. Destacou que os grandes projetos de mineração, as barragens, os demais macroinvestimentos no interior do país, "não estão aí para dar vida ao último, ao lavrador". A Igreja, disse Jerônimo, sonha com um novo modelo de desenvolvimento a partir das vítimas. E isso afeta os interesses de todos aqueles que preferem o capital à vida.

A violência nas cidades foi analisada depois pelo advogado Hélio Bicudo. Ele apontou como causa fundamental dessa situação a persistência de um sistema político e econômico injusto, que favorece os privilegios de uma minoria. Enfatizou que o povo sofrido do Brasil sempre foi vítima da violência, desde a primeira colonização até o quadro de hoje, marcado pela injustiça institucionalizada.

A convite do arcebispo de Vitória, D.Silvestre Scandian, Bicudo esteve recentemente em Espírito Santo para examinar os autos do caso do padre Gabriel Maire. "Verifiquei que houve um verdadeiro simulacro de investigação para esconder os reais responsáveis pelos crimes", destacou Bicudo.

A professora Míriam Mesquita fez um histórico dos trabalhos e objetivos do Núcleo de Estudos sobre a Violência da USP.

O Núcleo existe há 2 anos e conta com pesquisas feitas a partir de 1972.

A proposta do Núcleo não é se restringir a relatórios acadêmicos, e sim subsidiar com pesquisas e análises científicas tanto os grupos que trabalham a nível da prática a problemática da violência como a elaboração de propostas de políticas públicas que levem em consideração a participação da sociedade civil.

Outro objetivo do Núcleo é a formação de pesquisadores na área da violência, que durante muito tempo se constituiu como um tema marginal no meio acadêmico, o que gerou várias resistências ao trabalho, que no entanto, resistiu e hoje já tem parte do trabalho informatizado e à disposição da sociedade.

- Papel das Forças Armadas
Debatedores: Sérgio Murilo, Genoíno Neto e Luiz Eduardo Greenhalgh

A sociedade civil brasileira precisa conhecer mais profundamente a realidade das Forças Armadas e discuti-la amplamente, na perspectiva dos interesses nacionais. A sugestão foi feita no painel sobre "As Forças Armadas e a Democracia", pelo Capitão da reserva da

Marinha, Sérgio Murilo Pinto, pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos da Unicamp, pelo deputado federal José Genoíno Neto e pelo vice-prefeito de São Paulo, Luiz Eduardo Greenhalgh.

Sobre o resultado das últimas eleições, na perspectiva militar, Murilo disse que Collor de Mello não atendia ao perfil ideal das Forças Armadas (o preferido dos militares era Afif Domingos), mas que o resultado do primeiro turno levou esse segmento a escolher o futuro presidente. Para isso influíram basicamente dois motivos, segundo Sergio Murilo: 1) O modelo de crescimento econômico defendido por Collor, baseado na abertura irrestrita ao capital estrangeiro, satisfaz aos interesses da Escola Superior de Guerra e dos setores entreguistas nas três armas; 2) Collor anuncia também sua intenção de apoiar os grandes projetos econômicos e militares, incluindo o aperfeiçoamento da infra-estrutura bélica.

De acordo com Murilo, os militares vêm intervindo de forma sistemática na vida política brasileira pelo menos há cem anos, variando apenas a forma de intervenção. Destacou, porém, como fator igualmente básico, o militarismo civil das elites brasileiras. Lembrou que o golpe de 1964, teve o apoio não só das elites empresariais, mas também de "parcela significativa" da sociedade civil. Para modificar esse quadro, enfatizou, é preciso lutar por mudanças que interfiram na sociedade como um todo, e não somente sobre os militares.

Mais recentemente, explicou, o general Geisel propôs a adoção de uma abertura "lenta, gradual e segura", como parte do planejamento militar de distensão política. Com o agravamento da crise econômica em 1984, os militares preferiram entregar o poder a um presidente civil, tutelado. Duas exigências foram colocadas nessa transição: evitar qualquer discussão sobre a punição e/ou julgamento dos militares envolvidos em crimes contra os direitos humanos na fase da repressão política, e garantir verbas para os orçamentos militares, sobretudo para os projetos de expansão do exército (Fl-90), Marinha (submarino atômico em construção na base de Iperó, interior paulista) e Aeronáutica (missão espacial completa).

Já o advogado Greenhalgh destacou que o país deixa, de certa forma, de ser tutelado pelos militares com base na doutrina de segurança nacional (DSN), sendo essa tutela substituída pela doutrina da "guerra de baixa intensidade" (GBI) ou dos "conflitos de baixa intensidade" (CBI), elaborada nos Estados Unidos. Nesse sentido, destacou, o Estado diminui sua intervenção direta nos conflitos sociais e passa a atuar através da colaboração de organismos paramilitares e entidades afins, tais como UDR, o CCC e os sindicatos do crime.

Eduardo Greenhalgh alertou os movimentos sociais e populares para que se preparem para o enfrentamento dessa política, que incluirá, por exemplo, a intensa manipulação da mídia contra a oposição ao governo Collor, a desqualificação moral dos opositores e uma atuação ainda mais organizada e seletiva dos grupos repressivos contra lideranças populares.

Para José Genoíno Neto, a relação das Forças Armadas com o aparelho estatal e com o poder civil é um tema fundamental de debate. Destacou que, antes mesmo de haver sociedade civil no país, já havia uma máquina estatal transportada de Portugal para o Brasil. O autoritarismo oficial foi sendo forjado no decorrer da história do

Brasil, na repressão às mobilizações populares. Destacou depois que a transição política recente no país foi uma das mais conservadoras do mundo, comparável à do Chile de Pinochet. Acrescentou que as Forças Armadas brasileiras conquistaram a legalização de sua tutela sobre o Estado e a sociedade no texto da nova Constituição, tornando-se ainda mais "intocáveis, impermeáveis e autônomas".

Genoíno falou ainda sobre o forte grau de militarização da administração direta e indireta no país (o orçamento da União ainda mantém verbas para as assessorias de segurança e informação dos ministérios). Destacou que a chamada "comunidade de informações" se recicla periodicamente, violando os direitos individuais previstos no texto constitucional (grampeamento de telefones, controle das idéias e do direito de ir e vir dos cidadãos).

- Constituição Federal, Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais

Debatedor: Fábio Comparato

Segundo o jurista Fábio Comparato, o trabalho desenvolvido pelo MNDDH, apesar de não obter espaços na grande imprensa, é um trabalho semeador e dá seus frutos na hora devida, desde que, aliado à paixão que nos move, tenhamos instrumentos técnicos adequados à luta. Assim, só através da democracia os direitos (de classe, de região, etc) podem ser despertados.

No campo municipal o jogo político é mais pessoalizado, exceto nas grandes cidades, que reproduzem a impessoalidade.
Um terço da população brasileira vive em grandes cidades, o que por si já justificaria um tratamento diferenciado no processo de elaboração das leis orgânicas, que o modo de vida das megalópoles é extremamente diferenciado. Um dos aspectos dessa especificidade é o crescimento demográfico acelerado que produz um processo de desagregação, de conflitos de geração, etc, que ainda não foram devidamente estudados.

A tradição das constituições brasileiras é a falta de autonomia, o município sempre foi uma agregação oficial, uma criação burocrática. Assim, o domínio coronelista do interior do país foi uma ligação entre o poder patriarcal local e a organização burocrática municipal. Isso persiste até hoje.

A Constituição de 1988 ensaiou uma primeira fase de autonomia municipal. Os municípios até então não tinham o poder de se ordenar, eram regulados pelas constituições federais e leis orgânicas estaduais. A atual Constituição prevê a elaboração de leis orgânicas municipais. Essa autonomia não foi completa, contudo, porque o interesse tradicional contra a autonomia é forte e agrega ao lado do potentado local, interesses da especulação imobiliária.

No ponto referente a desapropriação de áreas urbanas, incluso na questão da Reforma Urbana, que deveria tratar o solo urbano como um bem público, surgiram os interesses anti-autonomistas, submetendo a questão à Constituição Federal.

É nos grandes municípios que se realizam as decisões eleitorais e Fábio Comparato aponta duas diretrizes básicas de atuação:

1- Aproximação dos órgãos de poder político com a comunidade fora da relação de clientelismo individual.

7- Responsabilidade política dos representantes do poder sujeita ao controle da comunidade.

Algumas Constituições Estaduais já promulgadas proviram a organização, em alguns municípios, por distritos que, contudo, só podem ser regulados de acordo com lei complementar, voltando novamente a prevalecer os interesses anti-autonomistas.

A proposta apresentada por Comparato é que as administrações distritais e regionais não deveriam ser compostas apenas por executivos e sim por Conselhos Distritais formados por membros eleitos em cada distrito e cuja função seria:

-colaborar no planejamento municipal

-aprovar o orçamento-programa no início de cada gestão

-aprovar anualmente o orçamento de custeio dos serviços municipais

-aprovar as mudanças nas leis de zoneamento

-exercer controle direto sobre o administrador distrital

-ter poder de abrir auditorias junto aos tribunais de contas do município e do estado

É necessário estabelecer mecanismos de responsabilidade local, devendo o administrador prestar contas ao distrito.

O Encontro recebeu a visita da Coordenadora da Rede Mulher Hoema Viezer, Ernesto Zelayandia, representante da FMLN no Brasil e Renan Esquivel, ex-Ministro da Saúde do Panamá, que fizeram breves intervenções seguidas de debates. Também esteve presente ao Encontro o jornalista Rubens Lemos, reafirmando sua denúncia contra o futuro Ministro da Aeronáutica, brigadeiro Sócrates Monteiro, fato que gerou represália a repórteres, conforme matéria publicada no boletim da MNDH, que anexamos ao relatório.

Todos os painéis foram seguidos de debates que tiveram o objetivo de subsidiar as diretrizes políticas e as posteriores resoluções do MNDDH.

O tema do Encontro "Direitos Humanos, democracia e cidadania" iniciou-se com a motivação feita pelo prof. José Queiroz que levantou os seguintes pontos:

Para conseguir os Direitos Humanos Reais devemos:

1-Diante da atual conjuntura política assumir uma atitude de vigilância/denúncia de fatos informando o que está por trás do que está acontecendo, e propor alternativas ao projeto burguês.

Propor medidas para:

2-Pressionar as observâncias das declarações (universal e nacional) para que ocorram de fato. E que as promessas de palanque existam realmente.

3-Sustentar/deflagrar as bandeiras da espécie humana/questão ecológica

4-Luta sindical/política

Dar as mãos à luta operária - aliada para construir uma sociedade sem classes.

Política: Na atual conjuntura a luta armada está fora de cogitação. Hoje é necessário ganhar o poder pelo voto - luta eleitoral, concreta e imediata, optando por partidos de esquerda.

5- Internacionalizar o Movimento de Direitos Humanos
Fazer com que o MNDDH vá além de suas fronteiras.
6- Ocupar espaços políticos:
O MNDDH deve ocupar os espaços sindicais/comunicação/ações visando divulgar/lutar para que o projeto seja conhecido.

Seguiu-se a discussão em grupos que se baseou também no texto elaborado pela comissão encarregada de sistematizar as contribuições das entidades filiadas e colaboradoras do Movimento que apresentamos a seguir:

APRESENTAÇÃO

Os Direitos Humanos constituem mais um processo na resistência da classe trabalhadora, em sua defesa material e histórica na luta de classes. Lutar, hoje pelos Direitos Humanos significa lutar por toda uma gama de direitos sociais, econômicos, políticos e culturais. Portanto, a luta pela garantia dos direitos humanos adquiriu um caráter coletivo, um caráter de classe. Já não queremos mais garantir os direitos do cidadão apenas na sua individualidade, mas os indivíduos no seu conjunto de relações sociais, no seu conjunto de classe.

Embora a resistência à opressão seja pretérita - no Brasil vem desde a sua conquista a partir de 1500 - a bandeira em defesa dos direitos humanos é relativamente nova. Em função da luta social (a partir de 68) e sua consequência para o conjunto da sociedade, onde tanto os trabalhadores em geral, quanto os filhos da classe dominante, sobretudo da pequena burguesia - como ela própria - passaram a sofrer uma repressão brutal, desumana, de puro arbítrio e de torturas extras e oficiais. A partir disto, em especial a classe pequeno burguesa e setores da classe trabalhadora empunharam a bandeira em defesa dos direitos humanos, como uma ação concreta de denuncia, e também como forma de se contrapor à violência estatal e para-militar. Essa bandeira foi um instrumento político novo e surge na inexistência de qualquer outra garantia jurídica à disposição dos cidadãos.

Inicialmente muitas Igrejas Cristãs foram as únicas aliadas institucionais na defesa dos direitos humanos, vindo posteriormente se agregar outras entidades como a OAB, ABI, etc. Assim constituí-se o núcleo básico inicial, que posteriormente viria acrescentar à bandeira dos direitos humanos a luta pela restauração do Estado de Direito.

Entretanto, a luta pelos direitos humanos/Estado de Direito, cresceu, foram agregados no leque inicial várias entidades, entre essas a Anistia Internacional, múltiplas associações de bairro e comissões de fábrica, CEB's e diversas categorias, embora, este leque ganhasse a amplitude social na caminhada foi-se reduzindo, ou seja, com o atendimento parcial encontrado na Anistia aos presos e exilados e a redução da tortura política, restabelecimento do Habeas Corpus e a revisão da Lei de Segurança Nacional - 83 - ainda nos governos militares viu-se esmorecer o ímpeto e a união daquelas forças que tendo atendidas as suas demandas principais e imediatas, sentiram exaurida a causa, dispensando o instrumento do qual se serviram.

Essas conquistas iniciais, que reportam aos direitos básicos da pessoa humana, representam as garantias consolidadas gradualmente de liberdade de expressão, de locomoção, de associação, de pensamento, de reunião e de greve.

Se para alguns setores engajados nessas lutas a situação era satisfatória, crescia entre os movimentos de trabalhadores as demandas de uma segunda geração dos Direitos Humanos mais próximos dos reclamos cotidianos de sua realidade, contra as desigualdades sociais. Iniciaram-se então movimentos mais abrangentes Contra a Carestia, o Arrocho Salarial, o desemprego, pela posse da Terra urbana e rural e outros.

Se na primeira geração tratava-se de restaurar garantias do cidadão frente ao Estado, esta outra ia além, na construção de direitos sociais, oponíveis coletivamente à estrutura de poder, obrigando a fixação de prioridades e ações governamentais.

Aqui não encontramos mais como outrora, a classe pequeno burguesa, e as suas representações afastaram-se das demandas ampliadas dos trabalhadores.

A luta pela observância daquelas garantias básicas da primeira concepção conceitual de Direitos Humanos, continua colocada, pois se a tortura, a invasão de domicílio etc, findou para uns, permanece uma violação constante para outros - presos comuns provindos da classe trabalhadora.

Sendo assim, que a apropriação e formulação dos Direitos Humanos no Brasil passa a se dar a partir dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Nesse sentido, entendemos a verdadeira transformação que o conceito de Direitos Humanos sofreu a partir desse período, rompendo a concepção liberal que limita à compreensão do que é lei e ordem numa perspectiva transclassista ou supra-classista, assumindo sua expressão socialista de mudanças estruturais de poder e obrigações do Estado.

A partir desse divisor de águas têm-se na década de 80 uma total identificação dos Direitos Humanos com os trabalhadores, enquanto classe.

Se no início da década a luta pelas garantias sindicais levou à criação da Central Única dos Trabalhadores - CUT - a expressão dos trabalhadores de participar da política partidária, fortaleceu as demandas pelos direitos sociais. Vivemos neste final dos anos 80 a ampliação (uma vez mais), do conceito dos Direitos Humanos.

Nesta década se inicia uma "nova" perspectiva, um desafio - um estágio de defesa dos Direitos Difusos - para o MNDDH. Sobretudo, os da luta ecológica, em especial a busca de se ter ar respirável, terra e água não poluídas. No entanto, essa luta dos Direitos Humanos no aspecto ecológico tem que ser priorizada na determinação de quem está destruindo o planeta? E a quem ela beneficia? Tudo isso, como forma de atingir o eixo central da destruição. Afinal, quem polui não reside no meio da poluição, quem envenena a terra não come o produto intoxicante. Assim, a defesa dos Direitos Difusos é mais uma defesa classista contra o modo destruidor do capital.

Esta "nova" geração se liga mais do que nunca a luta social e tem que ser enfretada pelo MNDDh sob esta ótica, sob pena de ter que construir a sociedade nova sobre cinzas.

Colocamos ainda como preocupação as implicações políticas e éticas do desenvolvimento científico vinculados exclusivamente a

classe dominante detentora do capital imperialista, deixando entrever, até mesmo, a possibilidade da manipulação genética para a criação tanto de homens gênios - dirigentes - quanto andróides, ou seja, a retomada do conceito de eugenia, o mesmo que deu sustentação ideológica ao nazismo.

I- CARÁTER DO MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS:

O caráter do MNDDH é de um Movimento autônomo, pluralista, democrático, supra-partidário, civil e ecumênico, que congrega entidades que lutam na defesa dos Direitos Humanos ao lado da classe trabalhadora, contribuindo para o avanço da luta social na perspectiva da construção da sociedade socialista, democrática, pluralista, libertadora, que respeite a história e cultura de cada povo no processo da universalização da humanidade.

A autonomia do MNDDH encontra tão-só dois limites, isto é um de borda que é o limite dentro da classe trabalhadora, onde respeitamos os outros e estes nos respeitam por ser imperativo da ação democrática e responsável da luta; o outro definitude que é o limite - intransponível - da luta com a classe dominante, pois se transpormos sob qualquer hipótese este limite descaracterizaremos totalmente nossa luta, inclusive passar à traição da luta de libertação dos oprimidos.

A Revolução política em curso nos países no Leste Europeu demonstrou, entre outras coisas, que socialismo é sinônimo de liberdade. Assim, de nada adiantou a repressão dos stalinistas sobre a massa trabalhadora, esta agora retoma e tenta por fim ao desvio da proposta socialista, degenerada pela traição da casta burocrática que insiste em corromper a sua caminhada.

Portanto, o Movimento deve ter um projeto histórico voltado para a implantação do socialismo no Brasil, com uma permanente contribuição de sua militância para que o povo tenha uma visão transformadora e revolucionária. Neste sentido é importante caracterizar - mesmo que no rigor científico seja redundância - o socialismo como democracia para se contrapor no mínimo ao bonapartismo burocrático. De pluralista como forma de garantir o direito de divergência - conservação dos direitos da minoria frente a maioria. Pluripartidário como condição básica de respeito às mais diversas concepções. Libertador por ser algo que busca a realização da subjetividade humana e individual, que luta pela extinção do Estado burguês e abre perspectiva para a construção de uma outra forma organizativa e superior da sociedade humana.

II- ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS:

Se é verdade que houve, está havendo uma mudança - gerações avançadas - sob o caráter dos Direitos Humanos, cuja superação dialética já tem demonstrado ser esta uma situação dinâmica e em movimento, devemos doravante, no mínimo, adequar nossa ação ao novo compasso/entendimento histórico, a começar pela exclusão do termo defesa que indica um limite e um comportamento estático, então sob a nova ótica devemos, doravante, nos denominarmos de MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - MNDH, expressão mais ampla e adaptável a nova

realidade a qual permite a afirmação de novos direitos que vão muito além da defesa.

III- FUNÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS:

3.1- A NÍVEL INTERNACIONAL:

.Intensificar a articulação internacional dos Direitos humanos, inclusive integrando Fóruns Continentais;

.Abrir canais para possibilitar a efetiva solidariedade entre os trabalhadores, sobretudo, da América Latina e Terceiro Mundo.

3.2- A NÍVEL NACIONAL:

a. Articulação Externa:

.Informar, denunciar e lutar com entidades afins contra qualquer agressão aos Direitos Humanos, assumindo sempre uma posição clara e fundamentada nos princípios do MNDDH;

.Tornar-se ponto de referência para as discussões que contribuam para as alterações estruturais necessárias para que se atinja a observância plena dos Direitos Humanos;

.Implementar uma política de comunicação a nível nacional, que assegure e amplie a ressonância da luta, tornando o Movimento uma referência obrigatória nos debates e encaminhamentos dos Direitos Humanos no Brasil.

b. Articulação Interna:

.Gerar intercâmbio, tanto a nível das entidades componentes do MNDDH, quanto das entidades latino americanas, podendo começar com a troca de materiais produzidos, bem como, de eventuais traduções e textos de significativa importância;

.O MNDDH deve intervir no Congresso Nacional, formulando propostas, articulando-se com outras entidades ligadas aos movimentos populares, apoiar propostas dos movimentos sociais, pressionar o Congresso para aprovação dessas propostas.

3.3- A NÍVEL REGIONAL:

.Articulação internacional, atuando efetivamente na formulação de uma política de integração de fronteiras;

.Capacitar os grupos, realizar seminários, encontros, cursos de formação, manifestações, campanhas, etc;

.Divulgar os princípios, objetivos, trabalhos do MNDDH através dos meios de comunicação;

.Estar presente efetivamente, encampando as lutas pelos Direitos Humanos.

3.4- A NÍVEL LOCAL:

.Fomentar/participar das articulações/lutas locais;

.Ser expressão e referência para discussões/lutas pelos Direitos Humanos, através de assessorias, apoio, manifestações e etc;

.Registrar e sistematizar os fatos históricos locais.

IV - PONTOS PARA ORIENTAR ATUAÇÕES E POSTURAS ESPECÍFICAS:

4.1- REFORMA AGRARIA:

.Apoio efetivo à luta por uma Reforma Agrária, que esta seja acompanhada por uma política agrícola adequada ao agricultor participante do processo.

4.2- REFORMA URBANA:

.Apoio efetivo à luta por uma Reforma Urbana, que seja acompanhada por uma politica de urbanização.

4.3- TRABALHO:

.Apoio efetivo à luta por autonomia sindical, salário compatível com as necessidades, entre outras, numa linha de fortalecimento dos sindicatos e oposições da linha cutista.

4.4- MINORIAS:

.Lutar pela cidadania efetiva do menor, do negro, da mulher, do homossexual, do índio - respeitando sua condição étnica, deficientes físicos e outros.

4.5- DÍVIDA EXTERNA:

.Defender o não pagamento da Dívida Externa;

.Participar de Fóruns que visem a internacionalização e politização desta temática sob a ótica dos trabalhadores.

4.6- FORÇAS ARMADAS:

.Dar continuidade às discussões sobre o Papel e Atuação das Forças Armadas na América Latina.

4.7- VIOLÊNCIA:

.Combater a violência institucionalizada para-militar e aquela com apoio, conivência ou omissão institucional;

.Estabelecer mecanismos de defesa aos militantes ameaçados de morte.

4.8- MEIO AMBIENTE:

.Assumir efetivamente a defesa da ecologia, como expressão de um dos estágios da luta pelos Direitos Humanos.

4.9- CIÊNCIA E SOCIEDADE:

.Iniciar uma discussão interna sobre a questão, buscando a articulação com cientistas brasileiros, através da SBPC, Universidades, com o intuito de diminuir a distância existente entre a produção teórica a militância de vanguarda e as bases.

4.10-FORMAÇÃO:

O MNDDH procurará fundamentar-se numa leitura científica dos acontecimentos históricos, embasada na prática concreta, utilizando-se de metodologias/teorias críticas, dialéticas capazes de levarem pessoas/grupos/classe trabalhadora a uma compreensão, engajamento e transformação desta realidade social dominante e opressora numa nova sociedade socialista que seja justa, livre, solidária e fraterna. Neste sentido deverá:

.Criar espaços de análise crítica das diversas práticas de luta pelos Direitos Humanos - estes poderiam ser encontros ou talleres, onde os militantes pudessem expor, sistematizar e, a partir daí, teorizar sobre a prática tanto individual como coletiva. Nestes espaços se poderia desenvolver uma visão mais ampla da militância pelos Direitos Humanos e voltar à prática com pistas para a superação de impasses e com novas propostas de trabalho, dentro de uma estratégia de luta mais claramente definida;

.Realizar cursos ou seminários de formação teórica básica para os militantes, principalmente os de prática mais recente, onde se possa construir um referencial de análise com os militantes pelos Direitos Humanos a nível nacional;

.Criar espaços de análise da estrutura social brasileira e das diversas manifestações dessa estrutura - ao nível da política, da economia, da ideologia, da vida institucional, da prática jurídica, legislativa ,etc. Essas análises também poderiam ser ao nível de cada região, relacionando-as sempre com a estrutura da sociedade como um todo;

.Como forma de contribuir o MNDDH deverá produzir subsídios que reflitam a riqueza das experiências desenvolvidas em relação às teorias apresentadas colocando-as ao debate e a avaliação sistemática;

. O MNDDH deverá buscar apoio/assessoria/novos instrumentos junto a entidades que tem experiência na área de formação junto ao movimento popular à exemplo da FASE, IBASE e CEPIS;

.Criar o hábito do estudo, que é obrigatório, no mínimo à direção;

.O MNDDH para enfrentar os desafios apresentados e os que surgirão necessita de um constante preparo dos seus militantes, mantendo-os em permanente formação . Só assim é que seremos capazes de contribuir efetivamente no acúmulo de forças para uma organização capaz de construir uma sociedade de indivíduos humanamente distintos, socialmente iguais e completamente livres.

4.11-FINANÇAS

.O MNDDH deve apresentar às entidades financiadoras um projeto global envolvendo, principalmente, os Centros/Comissões que dispõem de poucos ou nenhum recurso financeiro/projetos;

.O MNDDH deverá discutir com suas entidades e decidir a melhor política financeira, é preciso que assessore os Centros/Comissões para que estes aprendam a fazer seus próprios projetos. Como também, ter informações acerca das atividades as quais foram enviados e/ou aprovados projetos, objetivando evitar o acúmulo de projetos numa só entidade nacional ou internacional;

O MNDDH deverá estudar/buscar formas alternativas de auto sustentação a nível nacional, regional e local.

4.12-COMUNICAÇÃO

.Fortalecer a divulgação de denúncias e informações de interesse do MNDDH, através da AGEN, evitando a multiplicação de meios para o mesmo fim;

.O MNDDH deverá buscar a implantação de um departamento de audio-visuais através de sua assessoria de comunicação, isto ajudaria muito os Centros/Comissões que não dispõem de recursos/condições de elaboraram esses instrumentos.

* CONSELHO NACIONAL composto por dois representantes de cada Regional, sendo no total de 16 pessoas, o Secretário Executivo e os membros dos Departamentos.

* DIRETORIA composta por 8 membros escolhidos no Conselho Nacional, sendo 4 efetivos e 4 suplentes.

O Conselho Nacional, a Diretoria e os Departamentos do MNDH poderão sempre que necessário, buscar/formar consultorias e/ou as

BALANÇO DO MNDDH 88/89

No balanço das atividades do MNDDH durante os dois últimos anos foram registrados como avanços as articulações com outras entidades para diversas lutas. Foram lembrados os seminários realizados sobre o Papel das Forças Armadas, seminários sobre Dívida Externa, Reforma Agrária, etc. Igualmente registrou-se a ampliação de contatos e articulação com entidades de Direitos Humanos e outras afins da América Latina e Europa, fortalecendo-se dessa forma como referência para as diversas lutas em prol dos Direitos Humanos.

Ressaltou-se também o encaminhamento das pesquisas sobre a violência em convênio com o Núcleo de Estudos da Violência da USP, bem como a vinda de uma delegação internacional organizada pela Pax Christhia para fazer um relatório sobre a violência urbana.

Em relação ao Programa da Comunicação registrou-se a conquista de maiores espaços nos diversos meios de comunicação, especialmente na imprensa alternativa.

Quanto ao Programa de Formação, ressaltou a importância das diversas iniciativas e esforços existentes no interior do Movimento, promovendo e participando de cursos e encontros de formação de Direitos Humanos.

De outra parte, registraram diversas deficiências e dificuldades a nível interno do MNDDH, como a necessidade de uma maior articulação e intercâmbio dos regionais e estes com a Secretaria Executiva. Muitos Centros de Direitos Humanos ficam restritos aos seus trabalhos localizados sem uma articulação com seus regionais.

Avaliou-se também que o Movimento como um todo deve sair da sua postura, ainda muito defensiva, isto é, o Movimento deve tomar mais iniciativas propondo projetos alternativos, ocupar maior espaço a nível de opinião pública.

Trabalhos em grupos para discutir prioridades e bandeiras de luta do MNDDH 1990/1992

01- Bandeiras de Luta
02- Prioridades
- gerais
- violência
- formação
- comunicação
03- Estrutura/organização
04- Governo Collor/eleições 90
05- Articulação/aliança

Após apresentação dos relatórios dos grupos foram debatidos e aprovados os seguintes pontos:

01- Bandeiras de Luta
- Violência
- Democracia
- Dignidade
- Cidadania

Tendo sido levantados na discussão os seguintes aspectos:

Estratégia política do MNDDH:

.Lutar pela construção de uma sociedade socialista, aprofundando o debate sobre o socialismo e os direitos humanos nas suas diversas concepções e adotando como tática o debate externo sobre democracia, cidadania e direitos básicos.

Democracia:

.Aprofundar a autonomia do Movimento frente ao Estado, aos Partidos Políticos, às Igrejas e demais organizações.

.Lutar ao lado das outras organizações da sociedade civil pela democratização da comunicação no Brasil.

.Continuar a debater os grandes projetos governamentais e privados sócio-econômicos-ecológico-político.

.Continuar as pressões sobre o Poder Legislativo a nível federal, estadual e municipal visando assegurar os avanços democráticos já conquistados.

Cidadania:

.Fortalecer as iniciativas dos movimentos popular e sindical.

.Fortalecer uma maior organização das mulheres na sociedade em geral e no Movimento de Direitos Humanos em especial.

.Continuar apoiando a organização e as lutas do povo negro e de suas organizações.

.Apoiar a luta dos povos indígenas pelo seu direito à terra e ao respeito a sua identidade cultural.

.Continuar a luta em favor das reformas agrária e urbana.

.Manter a posição contrária ao pagamento da Dívida Externa, por ser esta injusta e impagável e nesse sentido organizar comissões paritárias envolvendo as entidades da sociedade civil e dos movimentos popular e sindical.

Violência:

.Lutar pelo estabelecimento de políticas democráticas de segurança pública com base nos direitos individuais e sociais inclusos na Constituição Federal.

.Lutar pelo esclarecimento da situação dos desaparecidos políticos vítimas da Ditadura Militar e pela punição dos civis e militares envolvidos nesses crimes, como também pelo aperfeiçoamento do instituto do habeas data.

.Promover campanha contra a tortura

.Continuar o debate sobre o papel das FFAA no regime democrático

.Continuar o debate sobre a guerra de baixa intensidade.

02- Prioridades

1. Formação

.Continuar promovendo atividades de formação em Direitos Humanos em todos os níveis da educação formal e informal.

.Aprofundar a metodologia participativa nos cursos e encontros de formação.

.Considerar os aspectos culturais e emocionais no trabalho de formação em Direitos Humanos.

.Incluir nos cursos de formação debates sobre as transformações em andamento nos países socialistas e sobre o modelo político para o qual essas mudanças estão voltadas.

.Integrar na formação a produção teórica com a experiência das bases e das lideranças.

.Resgatar, sob uma perspectiva popular, a história do Brasil e da América Latina.

.Garantir que a formação tenha uma dimensão pluralista, buscando sempre a articulação entre teoria e a prática.

.Integrar os programas de formação do Movimento com iniciativas congêneres desenvolvidas por outras entidades.

.Aprofundar o estudo das várias estratégias políticas e econômicas existentes a nível mundial em seus vários sistemas sócio-econômicos-políticos adotados.

.Promover estudos sobre atuação e os mecanismos de funcionamento do poder judiciário a nível local, regional e nacional.

.Promover intercâmbio de experiências entre os advogados comprometidos com as lutas populares e as lideranças de base.

.Publicar um subsídio contendo os documentos básicos do Movimento para uso nas entidades de Direitos Humanos.

.Elaborar/publicar subsídios sobre os Direitos Básicos incluídos nas Constituições Federal, Estaduais e nas Leis Orgânicas Municipais.

.Promover a profissionalização de quadros do MNDDH a nível nacional, regional e local na medida das necessidades e possibilidades.

.Realizar cursos de formação apenas a nível regional, sendo que estes deverão ser preparados pela equipe de formação nacional.

2. Comunicação

.Utilizar todos os instrumentos de comunicação social para divulgação dos temas de interesse dos Direitos Humanos tais como:

.democracia, cidadania, violência, socialismo, entre outros, buscando assim um maior esclarecimento da opinião pública.

.Buscar espaço para os temas ligados aos Direitos Humanos junto às emissoras de rádio das Igrejas Cristãs brasileiras e nas que contam com administrações democráticas e populares.

.Definir estratégias para uma comunicação de massas na área dos Direitos Humanos.

.Propor as demais ONGs a abertura de uma discussão sobre a possibilidade de se dispor de um veículo mais amplo de comunicação com caráter unitário.

.Viabilizar uma campanha publicitária para promover o Movimento e suas bandeiras junto à opinião pública.

.Aprofundar os mecanismos internos de comunicação.

.Organizar e capacitar as equipes regionais de comunicação.

.Promover cursos e estágios de comunicação para os militantes de Direitos Humanos.

.Buscar a divulgação e o incentivo a cultura popular em suas diversas expressões.

.Organizar um centro de documentação sobre todos os CDDHs do Brasil.

.Manutenção do Jornal do Movimento, suspendendo sua publicação até a chegada dos recursos contidos nos projetos e colaboração dos Centros e militantes, mantendo o encarte da AGB/N, supletivamente.

.Redigir uma nota sobre a questão da transnacionalização em curso.

3. Violência

.Buscar aprofundar o conhecimento sobre o fenômeno da violência e suas raízes.

.Promover prioritariamente uma ampla campanha nacional contra a tortura, bem como contra as causas e conseqüências da violência rural e urbana.

.Promover estudos científicos sobre o fenômeno econômico, político, social e cultural da violência, recorrendo também ao uso de pesquisas.

.Realizar uma campanha nacional contra a impunidade dos mandantes e executores de violências urbanas e rurais, sobretudo aquelas que atingem as classes trabalhadoras, as mulheres, os menores, os negros, os índios e as minorias sexuais.

.Denunciar todas as formas de violência e opressão institucionalizada, para-militar com apoio, anuência ou omissão institucional.

.Lutar pela garantia da integridade física e psicológica dos cidadãos em geral e dos militantes dos Direitos Humanos em espefcial.

.Elaborar subsídios sobre o enfrentamento da violência.

.Promover o mais amplo intercâmbio de experiência dentro e fora do Movimento.

.Lutar pela reformulação das leis que se referem ao julgamento de crimes cometidos por policiais militares e o Habeas-data.

.Definir com os partidos políticos progressistas, com o Congresso Nacional, com a OAB e outras entidades da sociedade civil uma política democrática de segurança pública e lutar pela sua implantação.

.Continuar a apoiar e participar dos trabalhos do Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio.

.Continuar a apoiar as organizações dos trabalhadores na luta por maior segurança no trabalho e desenvolvimento da medicina do trabalho.

.Buscar formas de combater a violência do cotidiano - trânsito, acidentes de trabalho, entre outros.

.Levar as denúncias sobre as violações dos Direitos Humanos a Comissões do Congresso, ONU e Conselho Nacional da Pessoa Humana, entre outros.

.Promover uma ampla discussão sobre a omissão do poder judiciário.

03- Estrutura

O VI Encontro Nacional decide:

.Tendo em consideração a necessidade da afirmação de novos direitos que vão muito além da pura defesa, eliminar esse termo da sua denominação por indicar um limite e um comportamento estático, passando a se chamar Movimento Nacional de Direitos Humanos.

.Ampliação da Secretaria Executiva para quatro membros:

- Secretaria Executiva
- Secretaria de Comunicação
- Secretaria de Violência
- Secretaria de Formação

.Instituição de Secretarias Executivas em todos os Regionais. Formação de equipes compostas por três membros, responsáveis a nível regional pelos programas de violência, formação e comunicação..

.Manter a periodicidade dos Encontros Nacionais e realizar reuniões do Conselho e das Secretarias Executivas dos Regionais com a Secretaria Executiva Nacional de 6 em 6 meses.

Indica:

.Criação de uma assessoria jurídica do MNDDH composta por um advogado(a) indicado por cada Regional para atender situações de emergência.

.Priorizar a liberação dos Secretários Executivos dos Regionais, responsáveis pela articulação Regional e num segundo momento a liberação da Equipe Executiva Nacional.

.Informatizar toda a infra-estrutura do Movimento.

.Buscar formar alternativas de auto-sustentação financeira, inclusive de contribuições financeiras dos militantes do Movimento.

.Iniciar debates a nível regional sobre a criação de uma diretoria nacional, como também da diminuição ou manutenção do atual número de conselheiros.

.Definir, em regime de urgência, a nível regional e do Conselho Nacional critérios de participação nos Encontros Regionais e Nacionais.

04- Governo Collor/Eleições 90

.Discutir mecanismos políticos de contraposição ao discurso e a pratica populista e de direita do governo Collor.

.Apoiar a articulação de uma frente progressista de oposição ao governo.

.Divulgar uma nota do Movimento reafirmando seus compromissos políticos no início de uma nova administração federal alertando para a possibilidade de medidas anti-nacionais e anti-populares do governo Collor.

.Empenhar-se em um trabalhalho de educação política voltado para as eleições dos próximos anos e o plebiscito de 1993 a fim de reverter a votação dada a direita nas eleições presidenciais de 1989.

.Buscar uma aproximação com os candidatos as próximas eleições para sugerir a inclusão das bandeiras dos Direitos Humanos em suas plataformas de campanha.

.Fazer o levantamento do perfil dos candidatos a nível nacional.

.Preparar na Secretaria Executiva Nacional uma cartilha popular sobre as eleições de 90.

05- Alianças/Articulações

.Buscar alianças com entidades que lutam pela Reforma Agrária e Urbana, contra o pagamento da Dívida Externa, pela preservação da natureza, pela auto-determinação dos povos indígenas e pela democratização do papel das FFAA.

.Articular-se com comitês de solidariedade e entidades que promovem a integração e a unidade latinoamericana.

.Estudar a viabilidade de promover e participar de Encontros Continentais de Direitos Humanos.

.Divulgar amplamente o Movimento no exterior.

. Organizar fóruns regionais de debates sobre as iniciativas governamentais em todas as áreas com ampla divulgação dos resultados.

ENCAMINHAMENTOS FINAIS

VII Encontro Nacional:
- . Local: Brasília
- . Período: O Conselho definirá a data em 1992

Através de Eleição foram escolhidos:
- . Secretário Executivo: Augustino Veit
- . Secretária de Formação: Marisa Vecchi
- . Secretário de Comunicação: Dermi Azevedo
- . Secretário de Violência: José Benatti

NOTA OFICIAL DO MNDH-VI ENCONTRO NACIONAL

Tendo em vista depoimento prestado pelo jornalista Rubens Lemos, perante a plenária do VI Encontro Nacional de Direitos Humanos, no qual relata as circunstâncias de sua prisão, torturas sofridas e interrogatório por parte de um oficial da Aeronáutica, o MNDH vem de público manifestar-se:

1. É preocupante que o Brigadeiro Sócrates da Costa Monteiro escolhido pelo presidente eleito Fernando Collor de Melo, tenha sido o homem identificado como interrogador do jornalista nos porões do DOI-CODI, em Recife-PE, nos anos mais tenebrosos da ditadura militar;

2. O DOI-CODI, braço de repressão das Forças Armadas no período de excessão que o país viveu, é notoriamente conhecido como organismo que assassinou dezenas de patriotas e torturou em seus calabouços milhares de brasileiros comprometidos ou não com a resistência ao regime militar;

3. A nação brasileira espera e todas as pessoas de bem têm o direito de exigir que os fatos nos quais o Brigadeiro Sócrates da Costa Monteiro é acusado de envolvimento, sejam ampla e devidamente esclarecidos, para que não se tenha no cargo de Ministro de uma das Armas, uma pessoa comprometida com o passado de violência nos Direitos Humanos, com o crime e a tortura.

4. Posterior à denúncia do jornalista Rubens Lemos, foi apresentado em vídeo depoimento de outro ex-preso político no DOI-CODI do Rio de Janeiro, na Barão de Mesquita, o funcionário da Petrobrás, Benedito Justino dos Santos, que formulou a denúncia ao Centro de Memória Popular e à Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Natal, RN, no qual reconhece que foi interrogado também pelo futuro Ministro da Aeronáutica Sócrates da Costa Monteiro.

Diante do exposto, pedimos que esta nota seja aprovada pelo plenario deste encontro e que a mesma seja encaminhada a OAB Federal, Ministério da Aeronáutica e ao Presidente eleito Fernando Collor de Melo.

ANEXOS

I- VIOLÊNCIA AVANÇA NO BRASIL, CONSTATA O MNDDH

A violência rural e urbana é crescente em todo o país, atingindo diretamente os esforços para a organização popular. Essa constatação foi feita pelo Conselho Nacional do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH), em sua reunião durante o sexto encontro do Movimento, realizado em Várgem Grande Paulista, município da Grande São Paulo. A violência mais intensa registra-se no interior do Pará, principalmente no município de Itaituba, com um clima de terror mantido por latifúndios que intimida a população e as próprias autoridades locais.

O problema da violência não se limita apenas a questões fundiárias, em que o fazendeiro Wyrland Freire é um dos principais personagens. A questão inclui também a luta pelo ouro e outros minérios valiosos, envolvendo poderosos grupos e quadrilhas, além do narcotráfico e do contrabando. Itaituba tornou-se um dos principais eixos para o tráfico de drogas e de seu aeroporto decolam diariamente cerca de 200 pequenos aviões. Há inúmeros casos de assassinatos de mulheres grávidas que têm os ventres abertos por armas brancas. Nessa região do Pará, fronteiriça a Amazonas, as lideranças dos movimentos populares e sindicais são obrigadas a viver de forma semiclandestina, ameaçadas de morte.

Os depoimentos de militantes urbanos de direitos humanos, apresentados no encontro Nacional, não são menos alarmantes. De acordo com o Fórum Permanente contra a Violência, do Rio de Janeiro, a ditadura militar perseguiu e matou lideranças, enquanto hoje a onda de violência - útil à preservação do sistema capitalista - mantém o próprio povo com medo e paralisado. Em algumas áreas da Baixada Fluminense, perto do Rio, vigora um toque de recolher a partir das 21h, imposto pelas circunstâncias violentas.

Em praticamente todas as médias e grandes cidades do país radialistas a serviço da repressão policial fazem propaganda diária contra os direitos humanos.

O agravamento da situação da violência nos bairros populares é uma das principais preocupações das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da arquidiocese de São Paulo e das dioceses paulistanas de Campo Limpo, Santo Amaro e São Miguel Paulista, além da de Osasco, na Grande São Paulo. De acordo com pesquisa que está sendo feita pela diocese de Campo Limpo, na zona sul da cidade, ocorrem cerca de 200 assassinatos semanais em 40 paróquias e os trabalhadores sofrem violência tanto por parte dos policiais civis e militares quanto por parte de quadrilhas organizadas.

Em quase todos os bairros, conforme a pesquisa, atuam grupos dos chamados "pés-de-pato", que colaboram com a polícia e participam de casos cada vez mais frequentes de execuções extrajudiciais. Muitas vezes eles atuam em associação com os denominados "justiceiros" grupos que matam pessoas acusadas de crimes, fazendo "justiça" com as próprias mãos. As CEBs contestam essa concepção particular de justiça.

Desesperados diante do avanço da violência, os dirigentes das CEBs associam-se aos movimentos sociais em busca de saídas voltadas

para a prevenção da criminalidade e para o reforço da organização popular.

Em denuncia publicada no jornal "Vida", bimensal do fórum, as entidades do Rio dizem que "o povão violentado concorda que o bandido tem que morrer, quando justamente seus filhos, os filhos do povão de pobres, que estão sendo dizimados".

A denúncia acrescenta que o povo está abandonado pela Justiça e passa cruelmente a identificar a eliminação das pessoas como sendo a justiça, o justiçamento. O fórum critica, depois, "a deslavada hipocrisia dos demagogos que pleiteiam a oficialização da pena de morte, quando, na realidade, ela está sendo bestialmente executada entre nós, todos os dias".

O fórum denuncia, ainda, "a incompetência, a insensibilidade, a corrupção e o direcionamento assassino do aparelho policial, que é preenchido com os filhos dos pobres para proteger os privilégios dos ricos e para conter, reprimir e eliminar os filhos dos pobres, seus irmãos de classe social". Para o fórum, o povo da periferia social urbana "encontra-se em estado de sitio forçado, submetido ao toque de recolher, trancando-se em seus casebres de laje e sem telhado, após o dia de estafantes viagens e trabalhos, inibido de sair de casa pela violência, sem viver as dimensões sociais da vida".

(Boletim da AGEN, 15.02.90)

II- UM NOVO COMPROMISSO NESTA CAUSA COMUM

É normal convocar para certos encontros de maior representatividade o que se costumou chamar de "forças vivas". Vocês, contrariando também nisso as boas maneiras da boa Sociedade, convocaram as "forças mortas" ou matadas ou que se pretendem matar:

- Os Povos indígenas
- O Povo negro
- A Mulher marginalizada
- O Trabalhador rural
- O Operário da cidade
- A Igreja dos pobres
- Os filhos ou companheiros dos Mártires.

Também nisso todos vocês, membros do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, estão se mostrando partidários da fracassada utopia vitoriosa do Deus daquele Crucificado, que já venceu a morte e é a Humanidade Nova em pessoa e em plenitude.

Eu, bispo, agradeço o gesto da premiação assim coletiva dessa cortada turma dos "perseguidos e discriminados" por causa da Justiça, nas lutas da Libertação, na procura teimosa do Reino. Coletividade somos; somos um Povo inteiro, uma só Caminhada, a marcha global dos sonhadores livres.

Acho até oportuno que seja um agente de Pastoral da Igreja de São Félix do Araguaia e não o bispo fisicamente quem receba o Prêmio, para que melhor se entenda que o bispo sozinho não é ninguém. É uma Igreja toda - a de São Félix do Araguaia, no caso e toda aquela Igreja, que no Brasil, na Pátria Grande, no Mundo, tenta proclamar e implantar os Direitos Humanos, que são também Divinos para quantos

acreditamos que a pessoa humana - mulher e homem - é imagem viva de Deus Vivo.

A Carta de Princípios do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, promulgada em Olinda, aos 2 de janeiro de 1986, definia "a caminhada pelos direitos humanos" como "a própria luta do nosso povo oprimido, através de um processo histórico que se inicia durante a colonização e que continua hoje, na busca de uma sociedade justa, livre, igualitária, culturalmente diferenciada e sem classes".

Essa luta do povo oprimido do Brasil - indígena, negro, mestiço, crioulo, pobre - comunga com a luta semelhante de todos os outros povos irmãos do Continente. E, nesta véspera do V Centenário de um "descobrimento" que não o foi e de uma "evangelização" que muitas vezes deixou de sê-lo, a luta comum pela Libertação de todo o Continente e contra o Mundo dividido em primeiro e segundo e terceiro, em ordem a um Mundo fraternalmente uno, torna-se mais urgente, mais lúcida, mais apaixonadamente nossa.

Podemos acrescentar, todavia, que "a caminhada pelos direitos humanos" se inicia bem mais longe: na mesma alvorada da Humanidade. E prosseguirá, incansável, contestada, invencível, até a sua plenitude na manhã do amanhã de Deus.

Os Direitos Humanos são a própria Dignidade Humana, a Vida Humana em última instância. Dentro de um Universo todo ele humanizadamente querido.

São os direitos individuais de cada pessoa - mulher ou homem, criança ou adulta, íntegra ou deficiente, mas são também os direitos inalienáveis dos grupos étnicos e culturais, os direitos autonômicos dos Povos, tão escandalosamente ignorados ou destruídos pela supertécnica, mercantilista e mercenária Civilização deste final de século XX.

Os direitos humanos individuais das democracias e geo-políticas que conhecemos em demasia facilmente ficam num humanismo liberaloide e privado.

Existe já o Direito dos Povos?

Os Estados Unidos invadem impunemente o Panamá ou tentam proibir a nova Nicarágua ou financiam massacres permanentes em El Salvador e a Sociedade internacional limita-se a um protesto diplomático de um dia. (Estou falando do lado de cá da perestroika, que do lado de lá ainda não chegou!).

O FMI e os outros deuses cruéis continuam a sustentar oficialmente a maior guerra que a História Humana já viu - a Dívida Externa assassina de milhões e milhões de seres humanos - e a Humanidade civilizada cala, consente, chora, mata também.

Irmãs, irmãos, companheiros de luta e de esperança: obrigado. Pelo Prêmio. Mas sobretudo pela Caminhada que todos vocês fazem e que nós tentamos, com vocês, seguir.

Ser premiado com este tipo de premiação só pode significar um novo compromisso nesta causa comum. Tentaremos responder à sua confiança fraterna. O que os amigos acham que somos obriga a gente a sonhar e a ser.

Sabemos muito bem, todos nós, o quanto estão longe do ideal divino os Direitos Humanos neste nosso Mundo dilacerado. Na escultura de Elifas Andreato e na trágica realidade do Brasil, da América, do Mundo, a maior parte da Humanidade está ainda algemada, proibida, de joelhos...

Não nos falte a fraqueza nem a coragem nem a união. Não nos faltará a força d'Aquele, que por solidariedade total perdeu até a figura humana e é hoje o glorioso Vencedor da injustiça e da morte.

Carta de D.Pedro Casaldáliga
(Por ocasião da entrega do 2o.Prêmio
Nacional dos Direitos Humanos - ano de 1989).
São Paulo, 5 de fevereiro de 1990

III

1. Somos Regional Centro Oeste
Rompendo no Agreste
As barreiras da fome e desinformação
Quem vive naquelas bandas
E que vê de perto
Como se concretiza a manipulação
Embora perto de Brasília
Onde se concentra o poder maior
De decidir a vida de toda nação
Temos vergonha de estarmos próximos
A tal podridão
Não escondemos o que rola de corrupção
Pode negar que esse eleito é canastrão

2. Somos regionais Leste
Mistura pioneira do Congo e do Samba
Pra denunciar
A contradição do progresso
E miséria da vida
Turismo e morte em todo lugar
E a luta vai avançando com a esquerda
Forçando barra, virando mesa
Aonde for e der
Uma ação forte nascendo do trabalhador
Pra quem não vê a violência latente no Rio
No Espírito Santo a polícia disse que não viu
Um padre morre, nem mesmo quem o agrediu

3. Somos Regional Nordeste
Enfrentando preconceitos
A indústria da seca e da opressão
Pra ver na luta do povo
A saída exata, acabar de vez com a exploração
Com tanta gente vivendo sem terra e sem pão
Só quem não viu as campanhas na televisão
Não descobriu que a grana foi para outras mãos
E a gente vai investindo na organização

4. Somos Regionais Norte,
Desafiando a sorte na luta contra a morte
A um melhor porvir

É voz e a vez do seringueiro
Índios, lavradores, demais trabalhadores
Pra resistir
À investida contra o "Grande Projeto" Governamental
Só que não vê a miséria na mineração
E as siderúrgicas causando destruição
Fica à distância sem tomar qualquer decisão

5. Somos Regionais do Sul pra desvendar imagens
Exemplos de progressos, evoluções
Por trás "injustiça velada", mão-de-obra escrava
Sub-vida humana por contradição
A luta toma-se cada vez maior pra organização
Só quem não lembra de "Rose" e da opressão
Ou do Fixote, exemplo de execução
Pode pensar que isso é exemplo de Nação.

MOÇÕES

I - Moção de Solidariedade aos Negros da África do sul

As últimas medidas adotadas por De Kleik, atual presidente da República da África do Sul, mostram o quanto nefasta é a ideologia da falsa supremacia de uma raça, bem como demonstram que tais resoluções - fruto único e exclusivamente da luta de negros e não-negros contra o regime de segregação racial, - ainda estão muito aquém das reais reivindicações do povo negro daquele país que não tem garantido sequer o direito sagrado do voto democrático e universal, e, muito menos, a garantia de forma concreta da libertação do seu líder político Nelson Mandela.

Os participantes do VI Encontro Nacional do MNDDH, ocorrido de 5 a 10 de fevereiro de 1990, em Vargem Grande, São Paulo, em apoio aos negros e não-negros da África do Sul que lutam pelo fim do "apartheid", e com a clareza que o problema daquele país, ainda que de outra forma, também está presente no Brasil, reafirmam seu compromisso de luta por um mundo sem discriminações e explorações, e, ratificam sua solidariedade ao povo negro sul-africano na obstinada batalha de reconquistar sua cidadania e sua dignidade de seres humanos.

II- Moção de Solidariedade a El Salvador

O MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, reunido neste VI Encontro Nacional, durante os dias 5 a 10.2.90 em Vargem Grande Paulista, São Paulo, Brasil, resolve:

1. CONDENAR o governo de El Salvador pelo incremento da violação aos Direitos Humanos e pela perseguição a Igreja, Movimento Popular, Universidade e a oposição política;

2. CONDENAR o não cumprimento dos Protocolos de Genebra e tratados do Direito Humanitário Internacional, referentes a evacuação e atendimento médico aos feridos e mutilados de guerra da FRENTE FARABUNDO MARTÍ PARA LIBERTAÇÃO NACIONAL-FMLN;

3. CONDENAR a continuação da política intervencionista e militarista do Governo Bush com respeito a El Salvador e toda América Central.

Portanto exortamos o Congresso Norte Americano a suspender a ajuda militar ao governo de Alfredo Cristiani e favorecer assim uma solução política negociada;

4. EXIGIMOS de Alfredo Cristiani a suspensão do Estado de Sítio, implantado em Novembro de 89, o fim da repressão e da perseguição e a retomada do diálogo com a FMLN.

III- Proposta - "TORTURA NUNCA MAIS"-SP:

Criação de um Tribunal Latino-Americano, constituido por representantes de Entidades Credenciadas junto a Fedefam, para denunciar assassinatos políticos, desaparecimentos forçados, perseguições, torturas, massacres, extermínios de comunidades indígenas, a que são sumetidos os povos da América Latina. Sob a égide da Fedefam, este Tribunal Internacional, composto por representantes dos países membros, encarregar-se-á de avaliar fatos políticos que ofendam a cidadania dos povos, endossar denúncias provenientes das Entidades credenciadas e encaminhar protestos aos diversos organismos internacionais de direitos humanos.

Com um Conselho operativo, ele poderá encaminhar dossiês de cidadãos latino-americanos que sejam vítimas de crimes de lesa-humanidade. Poderá ser um Tribunal nos moldes do "Bertrand Russell", tendo como patrono o nome de ilustre defensor de nossas Américas, pela soberania de nossos povos e escolhido por consenso neste forum. "Todo aquele que não luta para defender os seus direitos, não merece ter direitos".

IV- Moção de apoio:

Nós, participantes presentes do VI Encontro Nacional dos Direitos Humanos, realizado na cidade de Várgem Grande, São Paulo, nos dias 5 a 10.2.90, que reuniu representantes de entidades de direitos humanos de todo o país, repudiamos os acontecimentos que vem afetando a população do município de Januária-MG.

1. A "Rádio Voz do São Francisco" divulgava um programa produzido pelo CDDH de Januária, em espaço concedido pela diocese de Januária-MG. Este programa foi cortado pelo proprietário da rádio local, Cleuber Brandão Carneiro, Deputado Estadual do PFL e Vice-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

2. A rádio transmite diariamente um programa policial "Patrulha da Cidade" (se você não quer ser notícia não caia nas mãos da polícia), onde o racialista Célio Olimpo menospreza e debocha das pessoas detidas comentando apenas os efeitos e nunca as causas reais da violência.

Diante dos fatos expostos, os participantes do VI Encontro Nacional de Direitos Humanos repudiam categoricamente essas ações que dificultam, ainda mais, a construção da nova sociedade.

V- Repúdio à invasão do Panamá pelos EUA:

Nós participantes do VI Encontro Nacional do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH), reunidos no município de Vargem Grande, estado de São Paulo, queremos manifestar publicamente o nosso mais veemente repúdio à invasão do Panamá por tropas norte-americanas, e à decisão do atual governo imposto pelos Estados Unidos, de mandar prender os membros do Conselho Geral de Estado do governo anterior, fatos estes que ofendem os princípios de soberania e autodeterminação dos povos.

Protestamos contra a ordem de prisão decretada contra dr. José Renán Esquivel, brilhante estudioso da pediatria na América Latina, que tanto tem contribuido para o avanço da ciência neste século. O dr. Esquivel foi o criador do Ministério da Saúde em seu país e idealizador dos Comitês de Saúde com princípios que norteiam a saúde comunitária em nosso continente.

Toda a América Latina está de luto pelos milhares de panamenhos assassinados pela administração Bush e se sente solidária a este sofrido povo violentado em sua soberania.

Exigimos a imediata retirada das tropas de ocupação norte-americanas e o restabelecimento de uma autêntica democracia panamenha.

VI- Às Autoridades Governamentais:

Ilmo. Senhores:

No município de Araruna, na Paraíba, mais de 40 famílias trabalham nas terras da fazenda "Serra Verde", há mais de 10 anos, alguns até a 40 anos. Essa propriedade possui 900 he.

Em fins do ano de 1988 esses trabalhadores, arrendatários, começaram a sofrer pressões para deixar a terra. Essas pressões se agravaram a partir do início de 1990 com a ocorrência de uma série de atos graves. Os proprietários, junto com um policial, num total desrespeito aos direitos dos trabalhadores, portando armas tipo espingarda 12, invandindo a posse dos trabalhadores, tomando-lhe instrumentos de trabalho, cortando cercas, proibindo o consumo de água e lenha, aterrorizando os trabalhadores apontando-lhes armas, fazendo-os se separar dizendo que iam matá-los.

As autoridades ditas competentes se mantiveram omissas diante das denúncias efetuadas, em clara conivência com os proprietários.

Diante do exposto, o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, vem exigir da Secretaria Pública do Estado da Paraíba, do Governador da Paraíba, do INCRA, Ministério da Justiça e do Presidente, providências urgentes, no sentido de:

1. garantir a segurança de vida dessas famílias;
2. Desapropriar a área de conflito;

3. Punir o policial participante e apurar a atuação do delegado, nesse caso.

VII - Moção de Apoio

O MNDH reunido no seu VI Encontro, em Vargem Grande-SP nos dias 5 a 10 de fevereiro, manifesta a mais profunda solidariedade ao Povo Palestino na sua heróica luta pela auto-determinação. Diante de tantas humilhações, injustiças, perseguições e massacres, o MNDH reafirma seu compromisso de apoiar intransigentemente a causa Palestina.

De outra parte, o MNDH exige do governo brasileiro uma posição clara e firme que possa contribuir no processo de pacificação do Oriente Médio, pacificação essa que significa não só o reconnecimento, mas o apoio integral ao povo palestino na luta pela construção de seu próprio Estado totalmente independente.

Vargem Grande Paulista, SP
5 a 10 de fevereiro de 1990

CEDIM

Denúncia contra ministro: represália contra repórteres

'argem Grande Paulista (AGEN) - ter sido objeto de qualquer apu-o, até agora, a denúncia do jornalis-ubens Lemos contra o futuro minis-da Aeronáutica, brigadeiro Sócrates nteiro, continua fazendo vítimas en-os profissionais da comunicação. No no dia 15 o jornalista Dermi Azeve-editor-responsável da AGEN e órter da sucursal paulista de "O bo", foi demitido sumariamente pe-liretor de redação do jornal, Evandro los de Andrade. Ele havia escrito fcia sobre esse caso (ver o texto nes-página) e a demissão foi "explicada", ca e exclusivamente, pela redação da fcia, publicada, aliás, de forma redu-a e deturpada em relação ao original.

Antecedentes - A denúncia de Lemos publicada pelo "Diário de Natal", ão dos Diários Associados, em 23 de eiro último, com o seguinte título de meira página: "Ministro identificado no torturador — Ex-exilado conta o e sofreu nas mãos do brigadeiro Só-tes, então oficial do DOI-Codi". O órter Flávio Marinho, que entrevis-Rubens Lemos, foi demitido suma-mente dias depois. Sofreram também resálias patronais — por terem lido e torizado a publicação da matéria — jornalistas Luciano Herbert e Aloísio cerda.

Na edição do dia 24 o "Diário de tal" publicou a notícia na primeira gina, com o título "Ministro não tor-turou Rubens Lemos", seguida de uma nota oficial do Centro de Comunicação Social do Ministério da Aeronáutica. A nota diz que a afirmativa de Lemos "não é veraz", atribuindo-a "a uma desesperada tentativa de desestabilização do novo governo, aos olhos da opinião pública, por parte de pessoas interessadas na perturbação da ordem constituída".

O próprio futuro ministro disse em Brasília não admitir, repudiar e abominar atos de tortura, lamentando que "um erro de identificação" o estivesse atingindo. Entre vários ex-presos políticos e advogados que atuaram na Justiça militar houve reações contraditórias à denúncia. O ex-preso político Benedito Justino, funcionário da Petrobrás, confirmou a denúncia de Lemos, acrescentando ter sido também torturado por Sócrates Monteiro, no DOI-Codi do Rio de Janeiro. Mas o vice-prefeito de São Paulo, Luiz Eduardo Greenhalgh, atribuiu a denúncia a "um equívoco" do jornalista norte-rio-grandense. Opinião semelhante foi manifestada por José Arnaldo, ex-prefeito de Olinda (PE) e ex-preso político.

Nota oficial - Rubens Lemos prestou depoimento aos 200 participantes do sexto encontro nacional de direitos humanos, em Vargem Grande Paulista (SP), no último dia 9. No dia seguinte o Movimento Nacional de Direitos Humanos divulgou nota oficial, afirmando ser "preocupante" a denúncia de Lemos. O MNDH acrescenta que "o DOI-Codi, braço de repressão das Forças Armadas no período de exceção que o país viveu, é notoriamente conhecido como organismo que assassinou dezenas de patriotas e torturou, em seus calabouços, milhares de brasileiros comprometidos ou não com a resistência ao regime militar".

"A nação brasileira", diz a nota, "espera, e todas as pessoas de bem têm o direito de exigir, que os fatos nos quais o brigadeiro Sócrates da Costa Monteiro é acusado de envolvimento sejam ampla e devidamente esclarecidos, para que não se tenha no cargo de ministro de uma das armas uma pessoa comprometida com o passado de violência aos direitos humanos, com o crime e a tortura."

Os militantes de direitos humanos assistiram a um vídeo da Comissão Justiça e Paz da arquidiocese de Natal (RN) em que Benedito Justino dos Santos apresenta seu endosso à denúncia de Lemos. A nota do MNDH está sendo encaminhada ao presidente Collor de Mello, à OAB federal e ao Ministério da Aeronáutica.

Reações - Diante da represália aos jornalistas que escreveram sobre esse caso, a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais (Fenaj) decidiu estudar a questão e encaminhar providências em defesa do exercício profissional e da liberdade de imprensa.

A notícia enviada a "O Globo"

***São Paulo (AGEN)** - O ex-preso político e funcionário da Petrobrás, Benedito Justino, lotado em Natal (RN), endossou, no último fim de semana, a denúncia feita há quinze dias pelo jornalista Rubens Lemos, ex-assessor de imprensa do ex-ministro Dante de Oliveira na Prefeitura Municipal de Cuiabá, acusando o futuro ministro da Aeronáutica, brigadeiro Sócrates da Costa Monteiro, como co-responsável pela prática de torturas durante o regime militar.*

O ministro — que considerou "injuriosas" as denúncias de Lemos — dará entrevista amanhã às 19h, em São Paulo, depois de um encontro com representantes da aviação desportiva brasileira, na sede do aeroclube paulistano. O Ministério da Aeronáutica estaria também reunindo elementos para processar o jornalista por calúnia e difamação.

Benedito Justino denunciou em Natal que também teria sido submetido a torturas por parte do futuro ministro, na sede do DOI-Codi carioca, em um quartel da rua Barão mos prestou depoimento à Comissão de Direitos Humanos da OAB, seção paulista, no último sábado. Ele apresentou também suas denúncias contra o brigadeiro Sócrates aos 200 participantes do sexto encontro nacional de direitos humanos, encerrado no último domingo em Vargem Grande Paulista, na Grande São Paulo. As denúncias de Rubens foram, porém, contestadas pelo vice-prefeito de São Paulo, Luiz Eduardo Greenhalgh, que foi advogado de presos políticos durante o regime militar. De acordo com Greenhalgh, as vítimas de torturas sempre reconhecem seus algozes, mas, neste caso específico, Rubens Lemos "cometeu um equívoco".

Em seu depoimento à OAB e aos militantes de direitos humanos, Lemos disse que está recebendo ameaças de morte pelo telefone. Segundo Rubens, pessoas que se apresentam como membros do "esquadrão da morte" estão telefonando para sua casa em Natal, fazendo ameaças contra sua esposa e filhos, que

A notícia que "O Globo" publicou

Sócrates vai defender-se da acusação de jornalista

SÃO PAULO — O futuro Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Sócrates da Costa Monteiro, dará entrevista amanhã defendendo-se da acusação do jornalista Rubens Lemos de que teria sido co-responsável pela prática de torturas. O Ministério da Aeronáutica estaria reunindo elementos para processar o jornalista por calúnia e difamação.

O ex-preso político Benedito Justino, funcionário da Petro-

VI ENCONTRO NACIONAL MNDH
5 A 10.2.90
VARGEM GRANDE PAULISTA-SP

NOME	ENT	END.ENT	CEP	CIDADE	UF
TEREZINHA MARIA MANSUR	CDDHEP-AC	TRAV.CABANELAS,40	69900	RIO BRANCO	AC
JOSE RAIMUNDO DE SOUZA	CDDH	AV.EPAMINONDAS,722	69010	MANAUS	AM
FELICIANO CANDIDO PARENTE	REG.NORTE I-MNDDH	R.Pe.JOSE MARIA	69460	COARI	AM
MARIA DE FATIMA F.NASCIMENTO	CESE	R.DA GRACA,164	40120	SALVADOR	BA
EDIVOE VELMAR CANUTO OLIVEIRA	CESE	R.DA GRACA,164	40120	SALVADOR	BA
ALAN EMANUEL C.TRAJANO	COM.JUSTICA E PAZ DE SALVADOR	PCA.SE,01 - APG.SALVADOR	40000	SALVADOR	BA
MICHEL JACQUES MARIE COLIN	CDDH "D.OSCAR ROMERO"	PCA.REVOLUCAO,49 - PERIPERI	40000	SALVADOR	BA
LELSO PEREIRA DE SOUZA	COM.JUST.PAZ DIOC.PAULO AFONSO	RES.EPISC.-AV.GETULIO VARGAS	48600	PAULO AFONSO	BA
UNALDO DE SENA SANTOS	CDDH ITABERABA	PCA.ROSARIO,460	46880	ITABERABA	BA
MARIA TEIXEIRA GOMES(ONEIDE)	CDDH SEN.POMPEU E MILHA	R.J.CARLOS SAMPAIO,205	63600	SEN.POMPEU	CE
MARGARIDA MARIA SALES	CTO.DEFESA E PROMOCAO DIR.HUMA	R.GOERAL,S/N - CATEDRAL	60000	FORTALEZA	CE
MARCO ANTONIO GONCALVES	SERPAJ-BRASIL	SDS ED.VENANCIO V S/313	70302	BRASILIA	DF
JOSE ADELSON DA CRUZ	MEB-MOV.EDUCACAO DE BASE	SCS Q.3 No.79 ED.JOAO PAULO II	70300	BRASILIA	DF
ROMUALDO DE SOUZA	COMITE PELA REFORMA AGRARIA	CP 040232	70312	BRASILIA	DF
JULIO MARCOS BERNANY BAIGER	CONS.INDIG.MISSIONARIO-CIMI	CP 11.1159	70084	BRASILIA	DF
WELLINGTON L. DE ALMEIDA	INESC	SDS ED.VEN.200 B/50 S/441	70333	BRASILIA	DF
AUGUSTINO PEDRO VEIT	SECRETARIA EXECUTIVA MNDDH	SDS ED.VEN.VI SALA 109	70302	BRASILIA	DF
EDILZA MARIA S.FILIPINI	MOV.MORADIA VILA VELHA	IGREJA CATÓLICA ARIBIRI	29100	VILA VELHA	ES
MARCILIO ABDALLA GUERRIERI	ART.MOV.POP. VIANA-CBS	CP 706	29001	VITORIA	ES
LUIZ ALVES PEREIRA	CONVIDADO	R.INDEPENDENCIA,S/N	29164	SERRA-CARAPINA	ES
ALVARO REIS	CDDH SERRA	R.INDEPENDENCIA,S/N	29160	SERRA-CARAPINA	ES
ROSA MARIA M.MIRANDA	CDDH SERRA/REP.REG.LE I/MNDDH	R.INDEPENDENCIA,S/N	29160	SERRA	ES
BENIGNO LUCIO ALVES	CDHH ANAPOLIS	TRAV.OLIMPIO B.DE MELO,54	75100	ANAPOLIS	GO
REGINA SUELI DE SOUZA	CDDH DO IBRACE	R.240 Q.93 L1.19 - ST.UNIVERSI	74000	GOIANIA	GO
IRENE MARIA DOS SANTOS	COM.JUSTICA E PAZ	R.BRASIL R. C-18,770	76737	MOZARLANDIA	GO
VANI MARIA DE PAIVA	COM.PAROQ.DEF.DIR.HUMANOS	CASA PAROQUIAL	76130	SANTA HELENA	GO
DANIEL RECH	CPT	R.20,251 - CENTRO - CP 749	74000	GOIANIA	GO
SONIA MARIA O. ARAUJO	PROG.DIREITOS HUMANOS-UFG	PCA.UNIVERSITARIA,1440 - ST.UN	74000	GOIANIA	GO
ELMAR RODRIGUES BRANDAO	FUNDACAO EMAS	SEXTA AVENIDA,15 - CP 62	75360	MINEIROS	GO
VALERIA GETULIO B. SILVA	SEC.EXEC.REG.CENTRO OESTE/MNDH	R.240.QD.93 L1.19 - ST.UNIVERS	74210	GOIANIA	GO
PEDRO WILSON GUIMARAES	MNDDH	R.37 LT.15 G.A No.24 -J.GOIAS	74120	GOIANIA	GO
ROBSON RAIMUNDO SILVA PEREIRA	SOC.MARANHENSE DEF.DIR.HUMANOS	BECO DO COQUEIRO,64 - CENTRO	65000	SAO LUIS	MA
IRINEU JOSE DIAS SOUZA	CDDH "ANTONIO GENESIO"	PCA.DESEMBARGADOR ANTONIO/EDIF	65900	IMPERATRIZ	MA
MARIO LUIZ CRUZ	CTO.CULTURA NEGRA MARANHAO	R.DOS GUARAJUBAS,S/N - BACURI	65000	SAO LUIS	MA
JOSE OSVALDO PERFEITO	CDDH BETIM	PCA.EXPEDICIONARIOS,60	32630	BETIM	MG
ADEMAR DA SILVA DIAS	CDDH E SOLID.ENTRE OS POVOS	R.BARAO DE POCO ALTO,456	37466	POCO ALTO	MG
CLAUDIONEI ARAUJO DA SILVA	CDDH BARBACENA	R.PE.M.JOSE MARIA,57	36443	BARBACENA	MG
DANIEL TELLES	CDDH BETIM	PCA.EXPEDICIONARIOS,60	32630	BETIM	MG
MARIA ANGELICA M. RIBEIRO	CDDH JUIZ DE FORA	R.HENRIQUE ELLERMAN,30 S/34	36010	JUIZ DE FORA	MG
PE.SILVANO SILVA TAVARES	SERV.FRANC.JUST.PAZ E ECOLOGIA	AV.DOS MINERIOS 355 - B.JARAGUA	38400	UBERLANDIA	MG
GUIMARAES MARIANO SANTANA	CDDH UBERLANDIA	R.MARIA,820	38400	UBERLANDIA	MG
PAULO GUALBERTO DE SOUZA	CDDH DIVINOPOLIS	AV.AMAZONAS C.POSTAL 545 B.Sao	35500	DIVINOPOLIS	MG
CARLOS ROLFFTO VIEIRA	CDDH UBERLANDIA/REP.REG.LE II	R.ARLINDO TEIXEIRA,567	38400	UBERLANDIA	MG
GERALDO PEREIRA DE MATOS	CDDH JANUARIA	R.CICERO TOSTES,230 - F.MOSS	39480	JANUARIA	MG
JOSE ANTONIO RODRIGUES DIAS	CDDH VICOSA	R.ARTUR BERNARDES,41	36570	VICOSA	MG
JOAO LUIZ	CDDH LEOPOLDINA	R.MANOEL LOBATO,52	36700	LEOPOLDINA	MG
XICO DE ASSIS	COM.PAST.DIREITOS HUMANOS/MG	R.ESPIRITO SANTO,854/1202	30160	BELO HORIZONTE	MG
MARCOS ALEX AZEVEDO DE MELO	CDDH "MARCAL TUPA'I DE SOUZA"	R.PRINCESA,561 S 103	74100	JATAI	GO
ANTONIO CESAR PINHEIRO COTRIM	CDDH DIOC.TRES LAGOAS	R.JOAO [illegible],450	79600	TRES LAGOAS	MS

VI ENCONTRO NACIONAL MNDH
5 A 10.2.90
VARGEM GRANDE PAULISTA-SP

NOME	ENT	END_ENT	CEP	CIDADE	UF
RICARDO BRANDAO	COM.DIR.HUMANOS OAB/MS	R.JOSE SANTIAGO,121	79100	CAMPO GRANDE	MS
MARLI KELLER LINDNER	CDDH "HENRIQUE TRINDADE"	AV.DO TRABALHADOR,3419	78001	CUIABA	MT
CARLOS ALBERTO MALDONADO	CDDH DIOC.CACERES	AV.7 SETEMBRO,154	78700	CACERES	MT
ANGELA REGINA G.S.G.GIMENEZ	CDDH DIOC.RONDONOPOLIS	CP 150	78500	RONDONOPOLIS	MT
JESUS PINA	PRELAZIA S.FELIX DO ARAGUAIA	CASA PAROQUIAL	78655	P.ALEGRE NORTE	MT
ELEDICE MARIA C. GOMES	REP.REG.CO/MNDDH	AV.TRABALHADOR,34-9 - CORUMBE	78000	CUIABA	MT
RAIMUNDA DO SOCORRO RODRIGUES	SEC.REGIONAL NORTE I/MNDH	R.MANOEL BARATA,47 S/302	66020	BELEM	PA
BARBARA GORAYEB	SOC.PARAENSE DEF.DIR.HUMANOS	R.MANOEL BARATA,47 S/302	66020	BELEM	PA
ANTONIO ROBERTO F. CARDOSO	CDDH ABAETETUBA	R.D.PEDRO II,701	68440	ABAETETUBA	PA
MARIUZA HELENA DA CRUZ SILVA	MOV.MULHERES CAMPO E CIDADE	MANOEL BARATA,47 S/305	66020	BELEM	PA
ANTONIO EDER J.DE SOUZA COELHO	COM.PASTORAL DIREITOS HUMANOS	TRAV.DOS MARTIRES,393	68100	SANTAREM	PA
MARIA DE FATIMA MATOS SILVA	CTO.ESTUDOS E DEFESA NEGRO/PA	CP 947	66000	BELEM	PA
MARIA BIBIANA RODRIGUES	MOPS-MOV.POPULAR DE SAUDE	R.SILVA CASTRO/S.CRISTOVAO 86	66000	BELEM	PA
JOSE HEDER BENATTI	SDDH - NUCLEO	CP 277	68500	MARABA	PA
ROSA MARGA ROTHE	SPDDH-REP.REG.NORTE II/MNDH	R.MANOEL BARATA,47/302	66000	BELEM	PA
DARIO GERALDO SCHAEFFER	UNIPOP/BELEM	CP 1098	66000	BELEM	PA
VERA LUCIA GONCALVES PADILHA	SOC.PARAENSE DEF.DIR.HUMANOS	R.MANOEL BARATA,47 S/302	66020	BELEM	PA
MARY JOSEPHINE McELROY	CDDH ARQUIDIOCESE PB	AV.Gal.OSORIO,S/N - CP 13	58000	JOAO PESSOA	PB
JOSE LACERDA BRASILEIRO	ASCAC	R.FRANCISCO RODRIGUES,165	58700	PATOS	PB
ROSENO DE LIMA SOUZA	CDDH DIOC.GUARABIRA	TRAV.D.PEDRO II,30	58200	GUARABIRA	PB
ROSILENE D.MONTENEGRO (LENA)	CEPOCS	CP 481	58100	CAMPINA GRANDE	PB
J. ALEXANDRE F. GUEDES	CDDH JOAO PEDRO TEIXEIRA	PCA.Cel.ANTONIO PESSOA,162	58100	CAMPINA GRANDE	PB
EDUARDO J. R. LOUREIRO	SAMOPS	R.Sen.JOAO LIRA,697	58015	JOAO PESSOA	PB
ADELMIR RODRIGUES TEIXEIRA	GAJOP	R.27 DE JANEIRO,181 - CARMO	53110	OLINDA	PE
MARILENA MOTTA D.ARAUJO	SOS CRIANCA	R.CAIS JOSE MARIANO,306	52000	RECIFE	PE
RODRIGO PELLEGRINO AZEVEDO	CTO.CULTURA LUIZ FREIRE	R.27 DE JANEIRO,181 - CARMO	53110	OLINDA	PE
JOSE ADELMO C.TORRES	CDDH GARANHUNS	AV.STO.ANTONIO,S/N	55549	GARANHUNS	PE
ADALBERTO MENDES F.VIEIRA	CONVIDADO	R.GERVACIO PIRES,404	50200	RECIFE	PE
LUCIA DE SA BARRETO	CTO.D.HELDER CAMARA	R.GERVACIO PIRES,404	50060	RECIFE	PE
GILDA GUIMARAES	GRUPO MULHERES SEM CASA	R.MARCILIO DIAS,23 - C.BARRETO	51221	RECIFE	PE
JOSEMAR GANHO	CDDH CURITIBA	R.PAULA GOMES,703	80510	CURITIBA	PR
MARLI BONATTO	MOV.SINDICAL RURAL			UNIAO VITORIA	PR
ROBERTO M. BARBOSA	CDDH PONTA GROSSA	R.SANT'ANA,791 S/II 2o.ANDAR	84100	PONTA GROSSA	PR
JOSE ANTONIO J.CASTRO	CDDH/PR	PAULA GOMES,703	80000	CURITIBA	PR
ZAMANA ARAUJO SANTOS	CTO.JUV.P/ PARTIC. POPULAR	R.JOAQUIM SILVA,11/907	20241	RIO DE JANEIRO	RJ
GILSON CARDOSO	CDDHBR	AV.RIO BRANCO,156	20043	RIO DE JANEIRO	RJ
SALVINO JOSE S. MEDEIROS	AJUP-INST.APOIO JUR.POPULAR	AV.BEIRA MAR,216/401	20021	RIO DE JANEIRO	RJ
APOLLONIA SAMPAIO RODRIGUES	COM.DIOCESANA JUSTICA E PAZ	R.CAP.CHAVES,60	26220	NOVA IGUACU	RJ
MARIA SEVERA DA SILVA	CDDH "BENTO RUBIAO"	AV.RIO BRANCO,156 S/1331	20040	RIO DE JANEIRO	RJ
MARCIA MIRANDA	CDDH PETROPOLIS		25680	PETROPOLIS	RJ
GILDA ALVES	JUVENTUDE ECUMENICA		20240	RIO DE JANEIRO	RJ
PIERRE C.M. LEBOULANGER	MOV.COMUN.CONTRA A VIOLENCIA	R.258 NO.44 - V.STA.CECILIA	27260	VOLTA REDONDA	RJ
JOSE AMERICO L.JUNIOR	CDDH PETROPOLIS		25680	PETROPOLIS	RJ
DENISE NONATO DA SILVA	COM.DIR.HUMANOS V.REDONDA	R.258 NO.44 - V.STA.CECILIA	27260	VOLTA REDONDA	RJ
MARIA DE LOURDES L.FONSECA	COM.POSSEIROS URBANOS	R.258 NO.44 - V.STA.CECILIA	27260	VOLTA REDONDA	RJ
IRA M. NADIEL	NUC.DIREITOS HUMANOS UERJ		20550	RIO DE JANEIRO	RJ
ROBERTO OLIVEIRA MONTE	CDDH E MEMORIA POPULAR	R.Vig.BARTOLOMEU,635,ED.Cl MAR	59020	NATAL	RN
LUIZ GONZAGA BARTAS	CTO.DEFESA E ACAO POPULAR	R.PROJETADA,S/N	59160	PARNAMIRIM	RN
TERTULIANO CABRAL PINHEIRO	COM.JUSTICA E PAZ	ED.Cl DE MARCO S/606 - CENTRO	59020	NATAL	RN

VI ENCONTRO NACIONAL MNDH
5 A 10.2.90
VARGEM GRANDE PAULISTA-SP

NOME	ENT	END_ENT	CEP	CIDADE	UF
NADIR DA CONCEICAO PEIXOTO	REG.NORTE I/MNDDH	CP 312	78930	JI-PARANA	RO
AILTON GONCALVES REIS	CDDH/RR	R.FLORIANO PEIXOTO	69300	BOA VISTA	RR
PAULO CESAR CARBONARI	COM.DIR.HUMANOS PASSO FUNDO	SEN.PINHEIRO,304 - CP 52		PASSO FUNDO	RS
MARISA V.F.D.VECCHIA	CDDH CAXIAS DO SUL	R.CASEMIRO DE ABREU,121	95080	CAXIAS DO SUL	RS
MARIANINHA FUHL	CDDH DIOC.CAXIAS DO SUL	R.SINIMBU,1756	95001	CAXIAS DO SUL	RS
JOSE ANTONIO PANCATTO	CDDH FARROUPILHA	R.ERNESTO FELTER,110 - FUNDOS	95180	FARROUPILHA	RS
LETICIA RODRIGUES DA SILVA	MOV.JUST.DIR.HUMANOS VEN.AIRES	R.ANTONIO CARLOS,1159	95800	VENANCIO AIRES	RS
ROGUE GRAZZIOTIN	CDDH - REP.REG.SUL II/MNDDH	AV.CASEMIRO DE ABREU,121	95080	CAIXAS DO SUL	RS
ANA BEATRIZ BARON LUDVIG	CDDH BRUSQUE	R.NOVA TRENTO,277	88350	BRUSQUE	SC
MARIA DA GRACA BRAZ	CDDH	CP 778	89200	JOINVILLE	SC
JUSTINA FACHINI	CDDH	CP 778	89200	JOINVILLE	SC
AURELIANO MANOEL DE MACEDO	NUC.DIR.HUMANOS FLORESTA	CP 778	89200	JOINVILLE	SC
RENILDES COMONDOLLI	CDDH BRUSQUE	R.NOVA TRENTO,277	88350	BRUSQUE	SC
MARIO BORBA	NUC.DIR.HUMANOS BOA VISTA	CP 774	89200	JOINVILLE	SC
CATARINA DE FAVERI	CDDH TAIO	R.Pe.EDUARDO,224 - CP 101	89190	TAIO	SC
CARMELA PANINI	CDDH ALTO VALE DO ITAJAI	CP 307	89160	RIO DO SUL	SC
VILSON LAUDELINO PEDROSA	CDDH	R.MATO GROSSO,184		LAGES	SC
TEREZA NEUMA MUNIZ CARIRI	CDDH PROPRIA	R.LOPES TROVAO,117	49900	PROPRIA	SE
CLOTILDE LANARO	COM."TEODORO DIRLEY" DIR.HUMAN	PCA. FREDERICO OZANAN,01	04286	SAO PAULO	SP
VALERIA ALVES DE SOUZA	CTO."OSCAR ROMERO" DIR.HUMANOS	AV.ENG.ARMANDO A.PEREIRA,2313	04309	SAO PAULO	SP
ROBERTO GRANDMAISON	COM.ARQ.DIR.HUM.MARGINALIZ/SP	AV.HIGIENOPOLIS,890 S/19	01238	SAO PAULO	SP
SPSO/CUT-NACIONAL	CUT-NACIONAL	R.OURIDOR PELEJA,112	04128	SAO PAULO	SP
LUCILA PIANI GONCALVES	CDDH CAMPO LIMPO	R.LOUIS BOULANGER,173	05788	CAMPO LIMPO	SP
TEREZINHA NEUMAN B.TOLEDO	CEPIS	R.MIN.GODOY,1484	05015	SAO PAULO	SP
BENEDITO DOMINGOS MARIANO	CDDH "SANTO DIAS"	AV.HIGIENOPOLIS,890	01238	SAO PAULO	SP
MICHAEL MARY NOLAN	CLAMOR	HIGIENOPOLIS,890 S/9	01238	SAO PAULO	SP
MARIA MADALENA ALVES	CDDH "GASPAR GARCIA"	R.GUAPORE,335		SAO PAULO	SP
CIDA RANGEL	CDDH "PAULO FONTELLES DE LIMA"	R.ARTUR NASCIMENTO JUNIOR,92	04793	SAO PAULO	SP
IANA PROFETA RIBEIRO	CDDH "HENRIQUE S.FILHO-HENFIL"	R.GUAIBE.104 - APARECIDA	11035	SANTOS	SP
EDILSON SERGIO BORELLA	CDDH ARACATUBA	R.SANTO GIAMUSSO,478	16045	ARACATUBA	SP
MARIA APARECIDA R.BARION	CDDH J.B.F.	R.JOSE FERRAZ DE CAMARGO,196	13400	PIRACICABA	SP
LIGIA MARIA DAHER GONCALVES	COM.DIR.HUMANOS OAB/SP	PCA.SE,385 3o. ANDAR	01001	SAO PAULO	SP
PABLO GONZALEZ OLALLA	CDDH Pe.EZEQUIEL RAMIN	R.Dr.CLEMENTINO,572 - BELEM		SAO PAULO	SP
MARIA JOSE SALES VIANA	MST NACIONAL	R.MIN.GODOY,1484	05015	SAO PAULO	SP
SERGIO MURILLO PINTO	NEE - UNICAMP	UNICAMP		CAMPINAS	SP
INACIO DA SILVA	CDDH CAMPO LIMPO	R.SERRA ESPERANCA,85	05788	SAO PAULO	SP
MARCOS JOSE P.SILVA	CDDH CAMPO LIMPO	R.SERRA DA ESPERANCA,85	05788	SAO PAULO	SP
FERMINO NETO	CDDH J.B.F.	R.VIEGAS MUNIZ,466 - CENTRO	13400	PIRACICABA	SP
NAIRZA CARDOSO SARAIVA	GR.TORTURA NUNCA MAIS/SP	R.ANTONIO CARLOS,196-61-B	01309	SAO PAULO	SP
LEONIDIA E.ALCANTARA (CIDA)	CDDH SANTO ANDRE	PCA.DO CARMO,36	09006	SANTO ANDRE	SP
JOSE DOMINGOS BRASHETO	CDHAL	CP 30.775	01051	SAO PAULO	SP
LUIZ CARLOS SMIDERLE	CDDH V.PAULISTANA	AV.ANTONELLO DA MESSINA,772	02318	SAO PAULO	SP
CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA	CDDH OSASCO	AV.SANTO ANTONIO,1436	06030	OSASCO	SP
MARIELA DAMBURRELLI	CDDH "JOAO BOSCO BURNIER"	AV.GILBERTO DINI,20-BOM CLIMA	07190	GUARULHOS	SP
ORLANDO FANTAZZINI NETO	CDDH - REP.REG.SUL I/MNDDH	AV.GILBERTO DINI,20-BOM CLIMA	07190	GUARULHOS	SP
DERMI AZEVEDO	REP.REG. SUL I/MNDDH	AV.IPIRANGA,1267 8o. ANDAR	01039	SAO PAULO	SP

1992

M·N·D·H MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

RELATÓRIO

Reunião da Coordenação do Conselho Nacional e do Secretariado Nacional do MNDH

Instituto Israel Pinheiro, Brasília (DF)
15 a 18 de agosto de 1992

A Coordenação do Conselho Nacional e o Secretariado Nacional do MNDH estiveram reunidos em Brasília, de 15 a 18 de agosto de 1992, tendo adotado as seguintes decisões:

1- Pedido de Impeachment de Collor

O Movimento Nacional de Direitos Humanos, considerando a gravidade da conjuntura política e o envolvimento do presidente Fernando Collor de Mello no "esquema PC Farias" - como comprovou a CPI mista no Congresso Nacional - resolve apoiar o pedido de impeachment do Presidente da República.

Resolve igualmente solicitar providências ao Procurador Geral da República, Aristides Junqueira, para que processe o Presidente da República junto ao Supremo Tribunal Federal.Neste sntido, o SN tomará providências necessárias de caráter jurídico e político.

Ainda neste contexto, o MNDH divulgará um cartaz para marcar a sua posição diante do caso PC/Collor, com as palavras de ordem "Corrupção é violência.Pela ética na política".

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF



2-Reciclagem Administrativa:

O Movimento apóia a iniciativa da CESE e de agências européias de ajuda ao desenvolvimento no sentido de promover seminários e cursos voltados para a capacitação administrativa das entidades dos movimentos sociais e populares.Na próxima reunião ampla do CN/SN em Brasília, no final deste ano, será reservado um espaço específico para que um técnico da CESE faça uma espécie de reciclagem da direção do Movimento neste sentido.

3-Plebiscito Sobre Forma e Sistema de Governo:

Considerando a proximidade do plebiscito sobre sistema e forma de governo, marcado para 21 de abril de 1993, o MNDH resolve promover ampla consulta junto a todas as suas entidades filiadas sobre parlamentarismo, presidencialismo e monarquia.O objetivo da consulta é saber o que as entidades estão refletindo sobre o tema e sobre a mobilização popular em torno dessa questão.

4-Revisão Constitucional de 1993:

Outro tema sugerido para debate das entidades filiadas é o da revisão constitucional prevista para 1993.É fundamental mobilizar, desde agora, a sociedade civil e, especificamente, as bases do MNDH para impedir retrocessos nas conquistas verificadas na Carta Magna em vigor desde 1988.Quaisquer iniciativas em andamento neste sentido devem ser informados ao escritório nacional.

5-Pró-Central dos Movimentos Populares:

Será providenciado um estudo isento, estilo informe,para o

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF

reflexão do MNDH, sobre todos os aspectos ligados à formação da Pró-Central dos Movimentos Populares.Este estudo será amplamente divulgado junto às entidades filiadas.

6-Parcerias:

Para incentivar o desenvolvimento de parcerias, a coordenação do CN e o SN recomendam às entidades filiadas que façam um amplo levantamento, em suas áreas de atuação, de entidades com as quais o Movimento possa desenvolver ações conjuntas.

7-Mercosul:

È solicitada ao Regional Sul-2 a produção de subsídios sobre o Mercado Comum da Região Sul (MERCOSUL) e suas implicações na sociedade brasileira como um todo e nos movimentos sociais e populares em particular.

8-Narcotráfico:

O CN/SN devem colocar na sua pauta de trabalho a preparação de um Seminário ou Jornada específica de estudos sobre a questão do narcotráfico no Brasil e na América Latina, em todas as suas dimensões.

9-Centro Federal de Inteligência:

O Projeto enviado ao Congresso, recententemente, pelo presidente Fernando Collor criando o Centro Federal de Inteligência é muito preocupante.Com ele Collor pretende encontrar trabalho para os antigos arapongas do SNI. O CN/SN devem providenciar de imediato acesso ao projeto e seu estudo, com a consequente socialização das informa -

ções junto às entidades filiadas.

10-Caso Hoyos:

Para melhor explicar a situação do brasileiro Sebastião Hoyos, preso na suíça, e conseguir sensibilizar as entidades do MNDH para o caso, assim como ampliar as alianças em sua defesa, serão produzidos em texto (com tradução inclusive para o inglês) e um cartão postal com tiragem inicial de 05 mil exemplares. As providências serão implementadas pelo SN e pelo companheiro Humberto Cunha, de Belém, que vem acompanhando de perto este caso.

11-Prêmio Nacional de Direitos Humanos:

A Secretária Executiva, Valéria Brito, remeterá de imediato uma circular às entidades filiadas, colocando os nomes já indicados para a escolha do Prêmio Nacional de Direitos Humanos/92, com resenha curricular, destacando o fato de que continua aberta a possibilidade de novas indicações, até 30 de setembro próximo. O local da entrega do Prêmio será escolhido em funçaõ do Seminário Nacional de Dezembro, dos custos e das possibilidades de repercussão na imprensa.

12-Seminário Nacional de Dezembro :

O Seminário Nacional de Dezembro será realizado em São Paulo ou Brasília, em funçaõ dos custos. A data será de 07 a 12 de dezembro de 1992. A programação será organizada pelo SN. Para o projeto financeiro, a Secretária Executiva ativará de imediato contatos com entidades financiadoras e parlamentares progressistas.

13-Produção de Textos Ligados às Lutas do MNDH:

Considerando a necessidade de aprofundar a reflexão sobre temas cotidianamente trabalhados pelo Movimento, é decidida a produção de subsídios teóricos sobre temas como cidadania, ética, política, violência e democracia, entre outros.

14-Eixo Político do Movimento e Seus Fundamentos Filosóficos:

Diante da necessidade de aprofundar a reflexão sobre a identidade do MNDH, é indicado para entrar na pauta do seminário de dezembro o tema do "eixo político do Movimento e seus fundamentos filosóficos."

15-Luta pela Vida:

O Movimento deve providenciar estudos interdisciplinares sobre a luta pela vida. Neste sentido, os estudos devem incluir reflexões e análises sobre o que é a vida em suas várias dimensões. Deve incluir, nestes estudos, para subsidiar as entidades filiadas, temas como o aborto, a bioética, a eutanásia, o patenteamento de seres vivos, entre outros. Cabe ao SN definir os passos concretos para executar esta decisão.

16-Pesquisa Nacional Sobre a Violência Criminalizada:

O projeto deve ter continuidade, a partir do Regional Nordeste, estendendo-se às demais regiões do país, com acompanhamento do Programa de Violência e Cidadania. A pesquisa deve considerar todas as fontes de dados (imprensa, poder público, entidades filiadas ao MNDH e demais ONGs). Na reunião nacional de dezembro, o Movimento deverá ter em mãos um projeto de expansão do projeto.

17-Informatização:

Devem ser socializadas as experiências de informatização dos trabalhos nas entidades filiadas. Isto pode ser feito através de subsídios e estágios acessíveis às entidades filiadas.

18-Bibliografias:

Devem também ser produzidas e socializadas pelos Regionais, entidades filiadas e CN/SN, bibliografias específicas sobre os vários campos de atuação do Movimento.

19- Pesquisa desenvolvida pelo Programa de Formação:

Publicada a fase descritiva da pesquisa sobre o MNDH, trata-se agora de desenvolver a fase de contextualização. Os Regionais devem cumprir essa tarefa, em contato permanente com a equipe do programa de formação (através dos companheiros Roque e Marisa).

20- História do MNDH:

A história do MNDH deve ser escrita com base em critérios científicos. Um primeiro passo será o histórico dos antecedentes da luta pelos Direitos Humanos no Brasil e o segundo, a história do Movimento a partir de 1982. Para isto a Secretaria de Formação recorrerá a profissionais universitários na área de história e, na segunda fase, recolherá testemunhos dos fundadores do Movimento.

21- Serviços de Direitos Humanos nas Ordens Religiosas:

O CN/SN e os Regionais abrirão processo de diálogo e parceri

a com os serviços de Direitos Humanos que vêm sendo constituídos pelas ordens religiosas.Exemplos: Franciscanos, Espiritanos,dominicanos.

22- Agência Ecumênica de Notícias:

Como entidade filiada.à AGEN e tendo a Agência Ecumênica de Notícias entre suas filiadas, o MNDH apoiará decisivamente a AGEN em sua nova fase de atividades, iniciada na recente assembléia de julho. Subsidiará os dirigentes da AGEN na escolha de correspondentes e colaboradores e fará campanhas de assinaturas de suas publicações. Por sua vez a AGEN continuará divulgando as atividades do Movimento e de suas entidades filiadas.

23- Situação Funcional do Escritório Nacional em Brasília:

A coordenação do CN e SN examinaram ampla e profundamente a situação funcional de escritório-sede em Brasília.Dentro de um processo de negociação com os funcionários, adotaram as seguintes decisões:

23.1- Alteração da jornada de trabalho para quatro horas com redução salarial. O horário será definido pela Secretaria Executiva e pelo Secretário de Violência e Cidadania.

23.2-Será imediatamente colocado na carteira funcional o salário integral dos funcionários, com os devidos encargos sociais.

23.3-Deverá ser feito todo um levantamento interno dos valores reais pagos até esta data.Estes valores serão computados caso haja recisão contratual.

23.4-Foram cancelados todos os benefícios extras às obrigações sociais pagas pelo MNDH.

23.5- Caso haja necessidade de ampliação da carga horária de 04 horas em decorrência de alguma atividade do Movimento, as horas extras trabalhadas serão pagas em conformidade com a lei.

23.6- De agosto a dezembro/92, será implementado um período de reorganização funcional, incluindo treinamento em informática, verificação da produtividade e da qualidade do trabalho. Em dezembro, o CN/SN farão uma avaliação desses itens para decisões eventuais a serem tomadas oportunamente sobre o quadro funcional.

23.7-É também mantido até dezembro/92 o sistema de antecipação quinzenal do pagamento do salário.

23.8-Serão pagas as diferenças salariais referentes às quantias restantes de maio e junho/92 e julho/92, com o pagamento de agosto/92.

23.9-Será providenciado reajuste mensal dos salários, de acordo com a inflação, pelo índice do governo federal, como antecipação.

23.10-São mantidos os salários da Secretária Executiva e do Secretário de Violência e Cidadania, com base nos mesmos critérios do item 23.9.

23.11-A remuneração dos funcionários (exceto os dois secretários) será de cr$ 1.200.000,00 a partir de setembro, mais a inflação do mês de agosto, paga com o salário de setembro.

24- Conclusão:

A reunião de Brasília incluiu ainda uma análise da conjuntura brasileira e latino-americana e uma visão geral sobre o andamento da vida do Movimento nos Regionais.

No início dos trabalhos, os participantes recolheram-se em momentos de reflexão, saudade e oração pelos companheiros de caminhada que deixaram esta vida: Francisco de Assis e Zilá de Souza, de Be-



lo Horizonte; Jorge, de Campo Grande; D. Mattias Schmidt, de Rui Barbosa e José Novaes, os dois da Bahia.

A reflexão concluiu que a nossa luta pela vida deve incluir a preocupação conosco mesmos (nosso corpo, nossa mente) e com os que estão bem próximos de nós. Tão próximos que frequentemnte não os enxergamos.

Valéria Getúlio de Brito e Silva

Secretária Executiva

CEDIM

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF



Participantes da Reunião:

Pedro Wilson Guimarães, Humberto Cunha, Aldenice Teixeira, Valéria Brito, Roque Graziottin, Augustino Veit, Dermi Azevedo (que redigiu este relatório), Marisa Formolo Dalla Vecchia e Uaçaí (assessor da CESE), que participou de parte do encontro.

CEDIM

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70,316-900 - Brasília-DF

MNDH

MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

RELATÓRIO da REUNIÃO do CONSELHO e SECRETARIADO NACIONAIS

O Conselho e o Secretariado Nacionais do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) estiveram reunidos no Centro Recreativo,Esportivo e Cultural (CREC) da Vila Marlene,da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, em 2 e 3 de maio de 1992.Os trabalhos foram muito produtivos,marcados por uma discussão política de alto nível.Foram adotadas as seguintes resoluções nas várias atuações do Movimento:

1-Situação dos Regionais:o CN/SN detiveram-se,de modo particualr,na análise dos Regionais Norte I e Norte II.Valéria Brito irá a Manaus proximamente para assessorar nas questões administrativas e na preparação do encontro regional de julho.Acompanhada de Eduardo Homem, do NE, irá também ao Maranhão para analisar in loco as questões do Regional.

2-Papel Político do Conselho Nacional:a reunião adotou 11 decisões relativas ao Conselho Nacional,com base na decisão adotada no Encontro Nacional de brasília,em janeiro último.Foram estas as decisões:

a-O CN terá uma coordenação própria com três titulares e um suplente.

b-O CN deve ter maior presença, representatividade e participação interna e externa na vida do Movimento.

c-O CN é expressão política do MNDH,juntamente com o Secretariado Nacional.

d-Os Conselheiros são motivadores e articuladores da implementação das atividades dos Regionais.

e-Um dos coordenadores do CN assumirá a coordenação da Sociedade de Apoio aos Direitos Humanos.

f-O CN deve ser consultado com mais frequência pelo SN.

g-O CN deve orientar campanhas nacionais,estabelecendo diretrizes.

h-O CN deve produzir estratégias para aprofundar a organicidade do Movimento,com vistas à realização dos objetivos do MNDH.

i-O CN deve cumprir a decisão do Encontro Nacional:é integrado por dois representantes por Regional, sem exceções.

j-As reuniões do CN devem continuar sendo realizadas semestralmente.

SDS - ED. VENÂNCIO VI - BLOCO O - Nº 39 - SALA 109 - 70.302 - (061) 225-3337 - BRASÍLIA - DF

MNDH

MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1-A coordenação do Conselho Nacional - com um mandato de dois anos, a partir desta reunião de São Bernardo do Campo - será formada pelos conselheiros Pedro Wilson Guimarães (escolhido para presidir a Sociedade de Apoio aos Direitos Humanos) , Humberto Cunha e Aldenice (como titulares) e Marcelo Franck, como suplente.

3-Novos Critérios para o Prêmio Nacional de Direitos Humanos :com base na premissa de que o Prêmio deve atingir,progressivamente, a sociedade civil como um todo, o CN decidiu que as indicações para esta premiação devem partir de todos os cidadãos e cidadãs interessados.para isto deve ser feita toda uma motivação, através da divulgação do Prêmio, elaborando-se um cartaz com a foto da estatueta de Elifas Andreatto.

Será seguido - já nesta nova sistemática - o seguinte cronograma:

Prazo para indicação do Prêmio: 1º de junho a 30 de setembro
Anúncio de escolhido: 12 de outubro de 1992
Entrega do Prêmio: 10 de dezembro de 1992

Mensalmente o SN informará aos Regionais sobre o andamento das indicações.

A computação das indicações será feita pelo SN e Coordenação do CN.

4-Nova logomarca do Movimento:Não foram aceitas as várias propostas apresentadas por diversos artistas.Em lugar delas,foi escolhido - como base gráfica e artística para a nova logomarca - o símbolo dos 10 anos do MNDH,do artista Venâncio Pinheiro,de Natal(RN).Com ele o Secretariado Nacional fará entendimentos quanto ao valor a ser pago como prêmio /gratificação.O Centro de Documentação e Memória Popular de Natal ficou de se entender com o artista para detalhar o que o CN/SN querem da nova marca.

5-Critérios para publicações:

5.1-As publicações do Programa de Foramção e do Programa de Comunicação devem ser distribuídas gratuitamente para as entidades filiadas.

5.2-Os Regionais podem fazer publicações sobre direitos humanos,tendo como critérios:a colocação do nome do MNDH,sua logomarca,os endereços do Nacional e dos Regionais numa das contra-capas.

5.3-Cada entidade filiada ao MNDH deve colocar,abaixo de seu logotipo e/ou razão social,a frase "Filiado(a) ao Movimento nacional de Direitos Humanos".

5.4-Os textos de apoio,selecionados pelo Programa de Comunicação,devem ter uma tiragem um pouco mais ampliada para distribuiçaõ e venda fora do Movimento.

SDS - ED. VENÂNCIO VI - BLOCO O - Nº 39 - SALA 109 - 70.302 - (061) 225-3337 - BRASÍLIA - DF

5.5-A pesquisa sobre o MNDH/91 deve ser adaptada para publicação, priorizando-se a sua publicação junto aos Centros, bibliotecas e entidades diversas do país e do exterior.

6-Compra de faxes : O Movimento fará uma distribuição de faxes adquiridos através do projeto da Diakonia. O SN elaborará termo de empréstimo destes equipamentos para os Regionais, uma vez que a propriedade é do Movimento (MNDH).

Numa primeira etapa, os faxes serão emprestados aos Regionais Leste I (com instalação em Serra/ES). Leste II (em Belo Horizonte), Centro Oeste (em Goiânia) além de Caxias do Sul (Rio Grande do Sul), pelo Sul II. A instalação no Sul I (em SP) ficará para uma segunda etapa. Quanto ao Regional Nordeste, o SN aguardará uma definição regional. Enviará porém a este Regional a importância equivalente a US$ 1.000.

7-Decisões Relativas aos Programas:

7.1-O projeto preparado pelo Regional Nordeste sobre a violência institucional é adotado como ponto de partida para uma ação mais científica e planejada do MNDH no campo da violência. Caberá ao CN, através de sua coordenação e ao SN, através do programa específico, adequá-lo a um perfil nacional. Todas as informações sobre o decorrer do processo de implantação do projeto devem ser socializados. Os Regionais devem estabelecer debates a respeito.

7.2-Programa de Formação: o aprofundamento da metodologia da práxis é reafirmado em todos os níveis. A prioridade do programa é a integração do conjunto das atividades do Movimento nesta perspectiva. A pesquisa sobre o MNDH/91 deve, agora, ser contextualizada, com vistas a uma segunda etapa. Em todo o trabalho de Formação do Movimento, leve-se sempre em conta a história do MNDH.

7.3-Programa de Comunicação: colocam-se prioritariamente os seguintes objetivos para o programa: Aprofundar os debates e estudos sobre a Teoria da Comunicação numa perspectiva crítica, neste sentido, em torno do eixo central do MNDH, aprofundar os estudos sobre as dimensões simbólica e ideológica do processo de comunicação; capacitar os quadros do Movimento em todos os níveis no campo da comunicação; estabelecer mais contatos com profissionais da área para que se engajem e/ou colaborem com o MNDH, favorecer a luta por uma política democrática de comunicação e informação no país; acompanhar e articular, com o SN, a política de publicações do Movimento; acompanhar e apoiar as atividades dos Regionais nesta áres.

MNDH

MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

7.4-Secretaria Executiva:o CN/SN aprofundaram, na reunião de SBC, o papel específico da Secretaria Executiva.São seus papéis específicos a articulação inter-regional; a articulação externa do Movimento juntamente com o CN e o SN e a administração dos recursos humanos e materiais da sede nacional.

8-Recomendações Gerais ao SN :O CN recomendou ao SN que siga as determinações do encontro nacional, relativas à isonomia orçamentária entre os Programas,à gestão coletiva das atividades e à constituição informal de assessorias em cada área.Destacou que esta recomendação não significa que o SN não venha cumprindo e seguindo as decisões do encontro nacional.

Neste sentido,em termos de assessoria,o CN/SN acolheram Marisa Formolo Dalla Vecchia,ex-secretária nacional de Formação,como assessora especial dos dois colegiados.O programa de comunicação já tem como assessores o jornalista Miguel de Oliveira e o advogado Pedro Estevam Alves Pinto Serrano.O Programa de Violência tem como assessor o advogado Eduardo Homem.

9-Critérios para representação do Movimento:O critério da gestão coletiva vale também para a representação do Movimento. Neste sentido,foi aprovada uma norma que pode ser assim resumida:

Nas atividades do próprio Movimento,na sede ou noutras regiões do país:programar antecipadamente a representação.

Nas atividades para as quais o movimento for convidado:dividir as tarefas de representação,equitativamente,com base na programação própria do MNDH,ou seja , sem prejudicá-la.

10-Legalização da situação funcional dos profissionais do MNDH: Com base nos recursos disponíveis e na situação do mercado salarial em Brasília , o SN e a coordenação do CN procederão de imediato à legalização da situação funcional dos profissionais que estão a serviço do Movimento na sede nacional.Quando a proposta salarial estiver elaborada os conselheiros serão chamados a opinar,através de telefone,fax, ou diretamente, quando for o caso.

A reunião do SBC examinou ainda as contas do Movimento, avaliou o seminário nacional de comunicação e violência - realizado de 28 de abril a 1º de maio e fez,finalmente, a avaliação da própria reunião do CN/SN.

São Bernardo do Campo,maio de 1992
Conselho Nacional/Secretariado Nacional
Movimento Nacional de Direitos Humanos

SDS - ED. VENÂNCIO VI - BLOCO O - Nº 39 - SALA 109 - 70.302 - (061) 225-3337 - BRASÍLIA - DF

17.12.92

M·N·D·H MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL/SECRETARIADO NACIONAL DO MNDH ADOTADAS NA REUNIÃO REALIZADA EM BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 1992.

Reunidos na casa de encontros da CONTAG, em Brasília, em três momentos, entre os dias 7 a 12 de dezembro de 1992, os integrantes do Conselho Nacional e Secretariado Nacional do MNDH adotaram as seguintes resoluções:

1.NORMAS SOBRE AUSÊNCIAS DE CONSELHEIROS NAS REUNIÕES DO CN

Os conselheiros que, por quaisquer motivos, não puderem participar das reuniões do Conselho Nacional, deverão comunicar a ausência com antecipação, por escrito, de preferência, ao coordenador do CN. Do mesmo modo, não poderão indicar substitutos a título pessoal como seus representantes nessas reuniões. Como já aconteceu nas reuniões anteriores de São Bernardo do Campo e Brasília, o CN reafirma a norma de que os Regionais são representados no CN por dois conselheiros, exclusivamente.

2.GESTÃO COLETIVA DO PROGRAMA VIOLÊNCIA E CIDADANIA

Diante da renúncia do secretário nacional do Programa Violência e Cidadania, o CN/SN reiteram a gestão coletiva do eixo do Movimento Nacional de Direitos Humanos. Neste sentido, será desenvolvido um plano de trabalho, a partir das diretrizes estabelecidas nesta reunião de Brasília, envolvendo os secretários de Formação, Comunicação e Secretária Executiva, além do próprio Conselho. Será também contratada uma pessoa para gerir a área administrativa da sede nacional, subordinada no dia-a-dia à Secretária Executiva, de modo a liberar essa secretária para as suas tarefas políticas específicas.

3.MUDANÇAS NA COORDENAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL

Os conselheiros Marcelo Frank e Oscar Gatica assumem vagas na Coordenação do Conselho Nacional, diante da renúncia de Aldenice Teixeira e da vaga aberta na suplência, diante da passagem de Marcelo Frank para a titularidade.

4.DIRETRIZES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS PARA A GESTÃO DA SEDE

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF

M N D H MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

NACIONAL

O CN aprova algumas diretrizes político-administrativas para embasar a gestão da sede nacional em Brasília: prioridade dos critérios políticos sobre os burocráticos; identificação a mais racional possível das demandas da Secretaria Executiva e da sede; racionalização de funções e tarefas; definição clara de papéis para o quadro funcional: as tarefas de representação política e a gestão administrativa, a nível de tomada de decisões, cabem ao Conselho Nacional e ao Secretariado Nacional. Estas instâncias são representadas, no dia-a-dia da sede nacional, pela Secretária Executiva.

5. PROCEDIMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO DO (A) AUXILIAR ADMINISTRATIVO (A)

Para a contratação do (a) auxiliar administrativo (a) para a sede nacional, serão adotados os seguintes cronograma e procedimentos:

Até 15.1.1993: Definição do perfil de trabalho do(a) auxiliar. Instância de aprovação deste perfil: SN/Coordenação do CN em sua reunião de janeiro.

Até 30.1.1993: Divulgação da oferta desta vaga e recebimento de currículos. Os candidatos deverão anexar ao currículo uma proposta de funcionamento administrativo da sede nacional de uma entidade como o MNDH. Este item será pesado na seleção.

Até 15.2.1993: Prazo máximo para a seleção, mediante entrevistas e análise curricular e para a contratação, ouvidos, pelos meios usuais, a coordenação do CN e o SN. Selecionado o funcionário, começará a trabalhar de imediato, seguindo-se plenamente o critério do período de experiência, conforme a CLT.

6. SECRETÁRIA EM TEMPO INTEGRAL

A partir de janeiro de 1993, a secretária da sede nacional (Neide) passa a ter período integral de trabalho, conforme as normas trabalhistas.

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF

7.PRO LABORE PARA OS SECRETÁRIOS NACIONAIS NÃO LIBERADOS

A partir de janeiro de 1993, os secretários nacionais não liberados em tempo integral para o Movimento terão um pro labore no valor correspondente a US$ 180, reajustado mensalmente conforme o índice oficial da inflação. Este pro labore será transferido aos secretários de Formação e Comunicação através das entidades às quais estão vinculados profissionalmente.

8.NOVOS CRITÉRIOS SALARIAIS

A partir de janeiro de 1993, serão estas as referências salariais na sede nacional do Movimento: Secretária Executiva - de 10 salários mínimos ao valor correspondente a US$ 800; Auxiliar Administrativo(a) - de 6 salários mínimos ou valor correspondente a US$ 500 ou 650; secretária - de 4 salários mínimos a US$ 400 e contador (a) - de 2,5 salários mínimos a US$ 200. O reajuste será mensal conforme a inflação oficial.

9.PRO LABORE PARA A ASSESSORIA AO CONSELHO NACIONAL/SN

A assessoria do CN/SN, conforme a que vem sendo prestada pela companheira Marisa Formolo Dalla Vecchia, será remunerada pontualmente, com base em critérios de remuneração adotados pelas ONGs. Uma indicação de referência para esta remuneração é a adotada pela CESE para seus colaboradores. Levantamento neste sentido será feito pela Secretária Executiva.

10.POLÍTICA DE PROFISSIONALIZAÇÃO A LONGO PRAZO

Sempre na perspectiva de um serviço mais eficiente, na busca da implementação de seu eixo político, o MNDH aprofundará, no decorrer do próximo ano, estudos para uma mais ampla profissionalização' de seus quadros dirigentes e executivos (por exemplo, a nível de Secretariado Nacional).

11.ELEMENTOS PARA O PLANEJAMENTO DO MNDH EM 1993

11.1.PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

Prioridade: Estabelecimento de uma Política de Comunicação do Movimento, em torno de seu eixo, voltada para dentro e para fora do MNDH.

Fórum de decisões: Coletivo Nacional integrado pelos responsáveis regionais pelo Programa, juntamente com o Secretário Nacional.

Atividades:

- Realização de seminários regionais sobre Política de Comunicação e o eixo do MNDH:

. Norte 1: setembro ou outubro/93.

. Nordeste: fevereiro de 93.

. Norte 2: definirá data a curto prazo.

. Sul 2: agosto de 93.

. Leste 1: abril de 93.

. Leste 2: março ou maio de 93.

. Centro-Oeste: define data em janeiro.

. Sul 1: define data a curto prazo.

AS PROPOSTAS DE DATA DEVEM SER COMUNICADAS COM ANTECEDÊNCIA À SECRETARIA EXECUTIVA E AO SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO PARA A DEVIDA PROGRAMAÇÃO.

.Realização de campanhas publicitárias em torno do eixo, com ênfase para a questão da impunidade. Detalhamento na reunião da Coordenação do CN/SN.

.Potencialização das denúncias sobre violação dos direitos humanos, por todos os meios disponíveis.

.Capacitação no uso dos instrumentos de comunicação social.

EM TODAS AS ATIVIDADES - DESTE E DOS OUTROS PROGRAMAS - SERÀ CONSIDERADA A INTEGRAÇÃO E COMPLEMENTARIEDADE METODOLÓGICA (INTERFACE).

. Serão também preparados subsídios sobre os aspectos de Comunicação nos projetos de revisão constitucional e na Lei de Informação Democrática, ainda não votada pelo Congresso Nacional.

. O Programa deverá também ficar atento às violações dos direitos humanos sofridas pelos jornalistas e comunicadores sociais.

. O Coletivo Nacional do Programa ajustará sua agenda de reuniões às de caráter nacional para efeito de economia.

11.2. PROGRAMA DE FORMAÇÃO

Prioridade: Política de Formação com base na metodologia da práxis.

Fórum de decisões: Coletivo Nacional

Atividades:

.Seminários Regionais sobre política de formação, envolvendo os seguintes aspectos: sistematização de experiências, capacitação administrativa e financeira dos Regionais e CDHs, planejamento e formulação de programas, abordagem de temas conjunturais (por exemplo, revisão constitucional, plebiscito sobre forma e sistema de governo, papel das forças armadas, situação dos povos originários, políticas públicas, entre outras).

.Concretização, a nível nacional, de um Programa de Democratização das Instituições Estatais nas áreas da Justiça e da Segurança Pública. Um dos instrumentos neste sentido será o acervo sistematizado cientificamente, através do Banco de Dados sobre violência, já em funcionamento no Regional Nordeste e a ser estendido progressivamente, a partir de 1993, a todos os demais Regionais.

Instrumentos:

.Contextualização da pesquisa nacional de 1991 (de acordo com as possibilidades dos Regionais).

.Reconstrução da história do MNDH (projeto de pesquisa a ser estabelecido pela Secretaria de Formação).

Neste sentido, assegurar a presença da Secretaria Nacional de Formação em atividade prevista para Recife, em janeiro de 1993, envolvendo o GAJOP e a Catholic Relief Service, da Igreja Católica Romana dos EUA, em torno da identidade das ONGs que atuam na área dos direitos humanos.

12.AGENDA DE 1993 A PARTIR DA REFERÊNCIA DE ATUAÇÃO NACIONAL

12.1.Seminários regionais de formação sobre direitos humanos, cidadania e revisão constitucional. Período proposto aos Regionais: março a maio de 1993.

O CN/SN propõem que sejam convidados, como assessores para estes seminários, constitucionalistas sensíveis à problemática dos direitos humanos. Sugerem também uma cole-

ta de todos os subsídios disponíveis sobre a revisão constitucional, assim como das propostas sobre o tema já preparadas por segmentos importantes das elites (Febraban, CNI' e outros setores empresariais).

12.2. Seminários regionais de Comunicação. Ver item 11.1.

12.3. Reuniões plenárias do Conselho Nacional/Secretariado Nacional:

Primeira em Goiânia, em junho de 1993, sobre revisão constitucional e direitos humanos, já sistematizando os resultados dos seminários regionais sobre o mesmo tema, realizados de março a maio.

Segunda em local a ser definido pela Coordenação do CN/SN (na reunião de janeiro) para preparar o encontro nacional de 1994.

12.4. Reuniões do Secretariado Nacional, mais um integrante da Coordenação do Conselho Nacional, através de um sitema de rodízio:

janeiro - no Centro-Oeste (local e data a definir ainda ' este ano).

maio - 4 a 7, no Lar Escola Maria Imaculada, em Itapecirica da Serra (SP).

agosto - data e local a definir.

outubro - 30/9 a 3/10, no Lar Escola Maria Imaculada, em São Paulo.

dezembro - data a definir. Local: em Brasília ou onde for entreque o Prêmio.

12.5. 8º ENCONTRO NACIONAL DO MNDH/94

Local: Salvador, Bahia

Tema: Cidadania e direitos humanos: rumo ao século 21 (esta é a essência do tema, cuja forma definitiva será decidida nas reuniões já citadas nos itens 12.3 e 12.4).

Alguns critérios de participação:

. Como é norma dos encontros nacionais, cada entidade filiada'

terá direito a um representante com direito a voz e voto.

. O MNDH não financiará as passagens dos representantes das entidades filiadas. Desde agora, todas as entidades devem ficar cientes desta decisão, através dos Regionais.

. Cada Regional deverá suprir as despesas de passagem de seu (sua) Secretário(a) Executivo(a).

. O MNDH se encarregará das passagens dos Conselheiros Nacionais e dos integrantes do Secretariado Nacional.

. Todas as formas solidárias e autogestionárias devem ser favorecidas para garantir a mais ampla participação possível das entidades filiadas no encontro de 1994.

13. REPRESENTAÇÃO DO MNDH EM CONSELHOS

A representação do MNDH em Conselhos de diversa natureza será escolhida do fórum formado pelo CN/SN. Os representantes escolhidos reportar-se-ão a esta instância para relatarem suas atividades, ou por iniciativa própria ou quando solicitados, sem que isto implique em sua participação regular seja no CN, seja no SN.

14. REPRESENTAÇÃO DO MNDH NO CONANDA

Com base nos critérios definidos no item anterior, o companheiro Augustino Veit é escolhido para representar o MNDH no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), na atual gestão.

Participaram da reunião do CN/SN em Brasília os conselheiros Pedro Wilson Guimarães, Antônio Cesar Coutrim, Ruscelino Araújo Barbosa, Marcelo Frank do Nascimento, Oscar Gatica, Kátia Regina A. Barros, Fábio Alves dos Santos, Fermino Fechio, Ana Beatriz Baron Ludvig, Socorro Prado, Eduardo Loureiro, Tertuliano Cabral, Aldenice Teixeira, além de Valéria Brito, Roque Grazziotin, Dermi Azevedo e Augustino Veit (Secretariado Nacional), Marisa Formollo Dalla Vecchia, assessora e Cleyde Canuto Oliveira, representante da CESE. Ressaltamos que os Conselheiros do Nordeste fizeram um rodízio em sua participação.

Brasília, 17 de dezembro de 1992.

CN/SN

1 9 8 7

CEDIM

SIN
serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos
RUA CARLOS GOMES, 180 CP 90581
25680 PETRÓPOLIS, RJ TEL.: (0242)42-2462
SERVIR À VIDA

IX REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DO MNDDH

Salvador, 1 e 2 de outubro 87

Presentes:

Augustino Veit	regional Sul II
Luiz Carlos Smiderle	regional Sul I
Pedro Wilson Guimarães	regional Centro Oeste
Sada Baroud David	regional Leste I
Jacira de Moura Sender	regional Leste II
Celso Pereira de Souza	regional Nordeste
Roberto Garcia	regional Norte I
Marga	regional Norte II
Fernando Gonçalves Rodrigues	Serviço de Intercâmbio Nacional

Outras pessoas do MNDDH que participaram em alguns momentos:

Maneto	Centro Luiz Freire/GAJOP -PE
Marcos Bretas	Casa Rui Barbosa - RJ
Fátima	CESE - BA
Baginha	Com. Justiça Paz - BA
Moura	INESC
Aneide	CDDH/Rondônia

---

1) Leitura de carta da AGEN dirigida à secretaria da comissão e informe da próxima reunião do Conselho da AGEN a se realizar no início de fevereiro de 1988, em São Paulo.

2) Foi proposta a extinção dos memorandos, por considerar que os mesmos não estão surtindo efeito de pressão sobre as autoridades, as autoridades as quais se dirige. Questiona-se as entidades tem respondido em quantidade significativa estes memorandos. De outro lado a evidência maior da necessidade da manutenção dos serviços dos memorandos é a solicitação crescentes dos pedidos.

   - ficou decidido fazer uma avaliação mais pormenorizada a partir de dados colocados pelo SIN. A Comissão Nacional indicou a AGEN para promover esta análise juntamente com a equipe do SIN e Augustino, representante da Comissão Nacional. Se a avaliação concluir pela ineficácia deste instrumento de canalização de apoio e denúncia, a proposta é que a AGEN veicule estas denúncias em forma de notícia pelo seu Boletim

   - esta "equipe de avaliação dos memorandos" deverá apresentar a Comissão Nacional um relatório matemático, crítico-avaliativo da

3) A AGEN fará a assessoria de imprensa ao V Encontro do MNDDH. A cobertura do encontro estará aberta a outros jornalistas e jornais.

4) Campanha Nacional pela Reforma Agrária:

- Numa rápida avaliação da Campanha, o MNDDH reconheceu sua ausência às reuniões da CNRA e reafirmou seu apoio político a esta luta e responsabilizou o companheiro Pedro Wilson de fazer o acompanhamento.

- as reuniões da CNRA têm se realizado na maior parte das vezes em Brasília e centrado suas ações sobre o Congresso Nacional Constituinte.

5) Constituinte

- É dominante uma visão cética do avanço que a Constituinte possa significar, ou melhor trazer.

- a Constituinte tem sido progressista no capítulo dos direitos individuais e conservadora nas questões sociais e econômicos.

- o projeto atual de constituição está remetendo questões fundamentais para a lei ordinária.

- as questões que estão sendo aprovadas na comissão de sistematização dificilmente serão mudadas pela votação em plenários. Considerando que qualquer proposta apresentada em plenário precisará de 1/3 dos congressistas para aprová-la e nenhum grupo tem esta quantidade de votos.

* Convênio com o INESC:

a exceção do regional Leste II, avaliou-se que a comunicação tem atendido as expectativas. Alguns representantes dos regionais avaliam que a visão de conjuntura apresentada nos últimos meses tem sido mais realista.

6) Apresentação de proposta para criação de um Banco de Dados sobre a Violência no Brasil:

a) a idéia deste projeto nasceu a partir de uma reunião de pesquisadores convocada pelo Centro Luiz Freire, onde estiveram também algumas entidades de Direitos Humanos (Comissão Justiça e Paz de Vitória, Movimento de Justiça e Direitos Humanos/Porto Alegre, GAJOP, Centro Luiz Freire e SIN).

b) O projeto consistirá:

- coleta de dados de abrangência Nacional, com informações coletadas primordialmente a partir da imprensa infocando temas como: violência provocada por agentes públicos, violência em conflitos sociais e etc;

- trimestralmente promoverá uma tabulação dos dados acompanhada de uma análise crítica das causas desta violência, atuação dos órgãos públicos, etc, dando divulgação das análises juntamente com a denúncia. (Veja minuta do projeto).

c) Colocações:

- abordar o fenômeno da violência como um fenômeno estrutural, e não só o imediato que aparece;
- estabelecer uma convivência necessária entre a pesquisa e a denúncia (militância);
- enfocar as manifestações de violência também com as diferenciações regionais;
- o projeto deveria atingir também os gastos públicos efetuados com a promoção da Segurança e a que realmente isto significa em benefício da população;
- o trato com a violência é uma das coisas mais conflitivas. Como enfrentar uma violência que é legitimada pelo povo? É crescente a idéia de que bandido não é humano;
- "A violência é uma coisa totalmente descoberta e onde as Entidades de Direitos Humanos encontram uma de suas bandeiras mais identificada pela consciência comum;
- o que é a violência para o povo e o que é a violência para a burguesia?

d) Foi aprovado o encaminhamento do projeto a todas as entidades para que estas comecem a discutí-lo. No V Encontro será debatido, emendado e assumido pelo movimento.

7) Avaliação do MNDDH

- "os Centros têm um trabalho intenso, a função da Comissão Nacional é fazer ecoar esta prática e isto não vem acontecendo, muitas vezes por falta de disponibilidade dos membros da Comissão".
- "O movimento está agindo de forma muito amadora. Os representantes na Comissão Nacional estão muito absorvido pelos trabalhos locais".
- "Pouca articulação entre as instâncias do Movimento. Secretarias regionais, SIN - Comissão Nacional".
- "Ausência de um veículo de informação mais intenso".
- "A Comissão Nacional não oferece alternativas para o Movimento. Ex: necessidade de formação de quadros"
- "Pouca divulgação do material produzido pelas entidades do Movimento.
  Ex: vídeo do Tribunal da Terra da SPDDH".
  Nestes dias o regional Sul está usando este vídeo pelo estado.
- "O Movimento está marginal do poder político".
- Capitalizar iniciativas regionais e até locais a nível do Movimento Nacional. Isto é passar a idéia de conjunto também nas iniciativas particulares.
- Dificuldade de planejar dada as diferenças dos grupos.

8) Liberados

- O Movimento não foi mais eficiente por falta de liberados.
- [illegible] falta de critérios e falta

- A profissionalização da articulação a nível nacional remete também aos regionais a necessidade de que haja liberador ao nível do regional para maior agilidade.

9) Secretaria Nacional

- Sentida a necessidade de que haja uma secretaria a partir de onde o liberado nacional se desloca.
- Critérios para sua instalação: funcionalidade, nível de sustentação local, elementos de mobilidade.

10) Comissão Nacional

Sugestões

a) Substituição da Comissão Nacional por um Conselho que reunisse menos vezes o papel de fazer a reflexão mais geral do Movimento e acompanhar e dar subsídios para atuação da secretaria.
A Comissão refletiu ainda, sobre a continuidade dos trabalhos iniciados e que para não perder a memória seria interessante que se avaliasse nos regionais a importância de manter alguns elementos da Comissão no Conselho.

b) Criação de uma Secretaria Executiva para encrementar a articulação e encaminhar as lutas, "jogar o movimento para fora".

c) Proposta: liberar uma pessoa para atuar a nível nacional a partir do V Encontro e estabelecer um período de dois anos para que os regionais também tenham pessoas liberadas para o trabalho.

11) V Encontro Nacional

a) Programação (proposta)

Dia 27 - 20 hs - ABERTURA GERAL (mesa, apresentações culturais, manifestações dos participantes, entidades convidadas).

Dia 28 - 8 hs - Painel sobre a CONJUNTURA LATINOAMERICANA
(convidados: Cláudio Nascimento, Leonardo Boff, Hélio Pellegrino, Fr. Betto)
14 hs - Grupos mistos
Levantamentos/ constatações/respostas/práticas do MNDDH como expressão local, regional e nacional
20 hs - Atividades livres/culturais/vídeos/celebrações/debates com temas específicos.
Reunião dos painelistas/relatores/coordenação.

Dia 29 - 8 hs - VIOLÊNCIA na cidade e no campo
(convidados: Hélio Bicudo, Paulo Sérgio Pinheiro, Hamilton, Pe. Ricardo Resende)
10 hs - CONSTITUINTE/CONSTIUIÇÃO
(convidados: João Gilberto, Pedro Dallari, José Geraldo)
14 hs - Grupos

Dia 30 - 8 hs- Painel: MNDDH - histórico/atividades/alternativas/ organização/representação/legalização/avaliação
10 hs- Grupos: avaliação e alternativas
14 hs- Grupos: discussão/encaminhamentos/decisões
16 hs- Plenária: decisões/encaminhamentos dos grupos

Dia 31 - 8 hs- PLENÁRIA GERAL: discussão e votação sobre o MNDDH
14 hs- PLENÁRIA GERAL: continuação dos encaminhamentos do MNDDH
17 hs- ENCERRAMENTO
Assessores diretos: Leonardo Boff, Queiroz, Pedro Pontual.

OBS: A coordenação do Encontro está a cargo da Comissão Nacional do MNDDH. O Regional Centro-Oeste estará responsável pelas equipes de serviço. Solicita-se relatórios de lutas, cartazes, subsí - dios e materiais elaborados por sua entidade/movimento para serem expostos/vendidos.

b) Boletim especial

Elaborar um boletim especial com um posicionamento de cada membro da Comissão Nacional. (os artigos deverão estar no SIN, até dia 15 de outubro).

c) Finanças

- Fazer um detalhamento das despesas e enviar a CESE para levanta - mento de recursos.
- O Movimento Nacional não se compromete com passagens dos delega - dos. Cada Entidade ou Regional busque encontrar outros meios. Como por exemplo: cortezia junto as empresas aéreas, junto a Depu - tados estaduais e federais (o INESC se dispôs a fazer alguns contatos neste sentido).

d) Convidados

O SIN e a secretaria do encontro ficaram encarregados de fazerem os convites

c) Celso ficou encarregado de elaborar uma minuta de estatuto com base nos documentos já produzidos.

f) Divulgação

Confeccionar um cartaz (secretaria do Encontro)

g) Participação

1 delegado por entidade
1 delegado por regional
1 delegado pela coordenação/comissão regional.

12) Regionais

Leste II: No último Encontro Regional foi feita a substituição do representante do regional na Comissão Nacional. As razões estão expostas no relatório do referido regional. José Antônio Dias foi substituído por Jacira de Moura Sender. Foi lida a carta de José Antônio.

b) Calendário de Encontros Regionais e representantes da Comissão que estarão presentes:

10 e 11/10 - Sul II - SIN
23 - 26/10 - Norte II - SIN
24/10 - Sul I - Pedro Wilson
14 e 15/11 - Leste I - Augustino Veit
28 e 29/11 - Leste II - Sada David

13) Aprovação de contas da Comissão Nacional

- Lida e aprovada após alguns esclarecimentos.

14) Encaminhamentos

- Moção de apoio ao CIMI em função da difamação desencadeada pelo "Estadão" e carta a CESE que também foi mencionada.
- Chile: 15 presos políticos foram condenados a morte no Chile. INESC e Pedro Wilson ficaram encarregados de elaborar uma nota as autoridades daquele país.
- Uruguai: A sociedade Civil se organizou para protestar contra a anistia concedida aos militares. Deverão fazer um grande ato para entrega de assinaturas exigindo a revogação. Foi aprovada a ida de Augustino Veit a este evento.
- 10 de dezembro - dia internacional dos Direitos Humanos. INESC e Pedro Wilson ficaram de articular um pronunciamento no Congresso Constituinte sobre Direitos Humanos.

  Foi sugerido que cada regional procure fazer manifestações, confeccionar cartazes, etc.

  Outras idéias foram levantadas, porém concluiu-se que não havia possibilidade de concretizá-las.

- Congresso a UCBC

  O SIN ficou encarregado de representar o Movimento.

15) Próxima reunião da Comissão

dias 26 e 27 de novembro em Petrópolis, encerrando às 12:00 hs do dia 26/11.

SIN
serviço de intercâmbio nacional pela defesa dos direitos humanos
RUA CARLOS GOMES, 180 CP 9058
25580 PETRÓPOLIS, RJ TEL.: (0242)42-2402
SERVIR À VIDA

X REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DO MNDDH

Petrópolis, 27 e28 de novembro 87

PRESENTES:

Augustino Veit-	Regional Sul II
Luis Carlos Smirdele-	Regional Sul I
Celso Pereira de Souza-	Regional Nordeste
Pedro Wilson Guimarães-	Regional Centro Oeste
Sada Baroud David-	Regional Leste I
Jacira Sander-	Regional Leste II
Márcia Miranda -	SIN

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:

Isabel Marques - Regional Norte II
Roberto Garcia - Regional Norte I

1- A Comissão Nacional abriu espaço para apresentação da proposta da ASSEAF (Associação de Ex-alunos da Funabem/RJ - sobre a realização de um TRIBUNAL LATINO-AMERICANO DO MENOR, que se pretende, seja realizado em março/88. A comissão apreciou a proposta e encaminhou a definição e estabelecimento de contatos para o V encontro, convidando , desde já, a ASSEAF para participar do Encontro.

2- INFORMES REGIONAIS

2.1) REGIONAL LESTE I

- realizou encontro nos dias 14 e 15 p.p. com a presença de aproximadamente 60 delegados de 30 entidades específicas de DDH. O encontro nestes moldes objetiva estimular o surgimento de centro ou comissões de Direitos Humanos dentro dos movimentos. Isto já vem acontecendo na CONTREM . (Comissão do Trem- movimento que luta melhoria

- O movimento no Regional esta mais articulado tendo retomado a articulação no Espírito Santo e o Rio de Janeiro abriu espaço articulando-se com outras entidades.

- A temática da violência manifesta nos dois Estados foi aprofundada no encontro enfocando-a sobre oprisma estrutural. Sobretudo se falou do tema a partir da experiência de luta dos moradores do Morro Santa Marta.

- O "Malandro" da boca de fumo tenta hoje tomar as associações de Moradores para dominar toda a população do Morro e este interessa ao Estado, por que impede a organização da comunidade.

EVENTOS

. Dia internacional de Direitos Humanos: CJP/Nova Iguaçu
Ato de criação do conselho comunitário do Menor.

. Manifestação contra a violência em Nilópolis: CDDH-P
Lançamento de vídeo e cartilha sobre ocupação

2.2) REGIONAL CENTRO-OESTE

próximo encontro regional: 11-13/12/87
Sugestões: que os movimentos se estrutura a partir dos estados em substituição a forma atual de regionais.

-que a sede do movimento seja em Brasília.

Radiografia da região:

- Brasiguaios vai "estourar" de novo
- caso jaguaripe, flagrante violência cometidas por jagunços
- pressão da UDR sobre a constituinte
"Se não resolve a UDR passa por cima"
- dificuldade de encontrar advogados comprometidos com a luta popular.
- pressão muito forte sobre agentes populares e advogados.
- acampamento de sem-terra
- acidente do Césio
acidente revelou a incopetência da CNEN para enfrentar o problema.
- o acidente não trouxe a discussão do programa nuclear Brasileiro.
- Criação do Comitê das vitimas da radiação articulado com outros comitês internacionais.

- o regional vê como positivo a ida de D. Gregori para a região.

EVENTOS

. Semana da paz- ciclo de debates colocando a questão da destruição ambiental.
. caminhada dos Mártires

2.3) REGIONAL LESTE II

- O regional se empenha em organizar as entidades de DDH, a articulação esta caminhando.

EVENTOS

= Encontro articulação Nacional de Solo Urbano
- O regional realizara curso/encontro nos próximos dias 28 , 29 e 30/11/87
- Dia internacional de D.H - CDDH Uberlândia - círculo de Debates. CPDH/Belo Horizonte -círculo de Debates

2.4) REGIONAL SUL I

- O regional atravessa uma crise interna apresentando - se com dois grupos. Articulações vêm sendo desenvol - vidas no sentido de superar as divisões. O regional deverá realizar um encontro para discutir a questão

2.5) REGIONAL NORDESTE

- A comissão regional se reune nos próximos dias 28 e 29/11/87
- O próximo encontro regional esta programado para os próximos dias 8,9 e 10/01/88 , em Natal.

Radiografia da região

- Mudança de Bispo repercutiu negativamente no trabalho com o povo na região do submédio São Francisco.
- A SUDENE está controlada por Antônio Carlos Magalhães.
- Assentamento dos desabrigados da Barragem em terras irrigadas.

EVENTOS

. Tribunal Nacional dos crimes do Latifúndio realizado em Salvador - BA

2.6) REGIONAL SUL II

- o regional realizou encontro enfocando a questão da violência propos a criação de grupos de auto - defesa nas comunidades pregadoras para a segurança, saúde e outros aspectos da vida comunitária, bem como outras propostas para o MNDDH.

- O encontro elegeu novos representantes para a comissão Nacional. Sendo o representante Fachini e suplente Justina ambos de Joinvile- SC

Radiografia do Regional:

- o regional realizará uma série de manifestações no dia internacional dos direitos Humanos

  . Porto Alegre -RS, manifestação naAssembléia Legislativa

  . Joinvile - SC , colocações nas paróquias

  . Ponta Grossa - PR , colocações nas paróquias

3) PREPARAÇÃO DO ENCONTRO

Quanto aos serviços e coordenação:

- A Comissão Nacional é responsável pela coordenação do Encontro, incluindo sua preparação;
- O Regional Centro-Oeste, hospedeiro do Encontro, formará as equipes de serviços;
- O SIN ajudará nos serviços de secretaria do encontro e relatório final.

Quanto a participação dos delegados:

- é necessário que as entidades leiam, avaliem e reflitam a série de subsídios que estarão sendo enviados pelo SIN;
- é essencialmente necessário, como condição de uma participação mais responsável e atuante, que os delegados dos grupos/entidades locais conheçam e tenham refletidos seus posicionamentos com referência às questões que serão debatidos e votados ;
- solicita-se que os delegados tragam relatórios de suas lutas mais

Quanto à participação de entidades específicas e afins:

- Além das entidades específicas que tradicionalmente vêm participando da nossa caminhada (CPT - CIMI - MDF - MORHAN - Consciência Negra) ficou aprovado o convite a outras entidades que tenham representatividade Nacional para fortalecer a luta pela defesa dos Dir. Humanos. Entre estas, foram lembradas também entidades Latino Americanas visando uma maior integração/apoio mútuo nas lutas contra nossa comum opressão. Esses companheiros participarão como convidados. Segue abaixo algumas entidades/pessoas indicadas/ aprovadas pela Comissão Nacional para serem convidadas para o Encontro:

- CUT Nacional, CGT Nacional, ABRA,CONTAG, IBASE, INESC, CNBB- Linha 6, Articulação Nacional do solo Urbano, AJUP, CEBI, CEAS, Serviço Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia, CESE, ANAMPOS, Anistia Internacional, CDHAL, ASSEAF, Pastor Werner Fuchs, Ivo Lesbaupin, D. Tomas Balduíno, Comision para la Defensa de los Derechos Humanos en Centroamérica (CODEHUCA) - Costa Rica, Instituto Americano de Derechos Humanos - Costa Rica, O São Paulo, SEDOC, AGEN , CEDI, Centro de Pastoral Vergueiro, SERPAJ, ILSA - Colombia,CDHES (Centro de Direitos Humanos de El Salvador) - El Salvador, Serviço de Paz e Justiça do Uruguai, Conselho Mundial de Igreja, CELADEC - Perú, Hugo Garcia - Buenos Aires, Cláudio Martinez - Buenos Aires, Cláudio Gonzalez Orbina - Chile, Oscar e Ana Gatica - Argentina, UCBC, Liga Mexicana de los Derechos Humanos - México.

- Cada Regional poderá convidar uma entidade/movimento popular que participe de sua caminhada como possibilidade de fortalecimento da luta. O respectivo regional ficará responsável pelo convite, entrega de subsídios, informações diversas e esclarecimentos do tipo de participação desse companheiro como convidado.

Quanto à legalização:

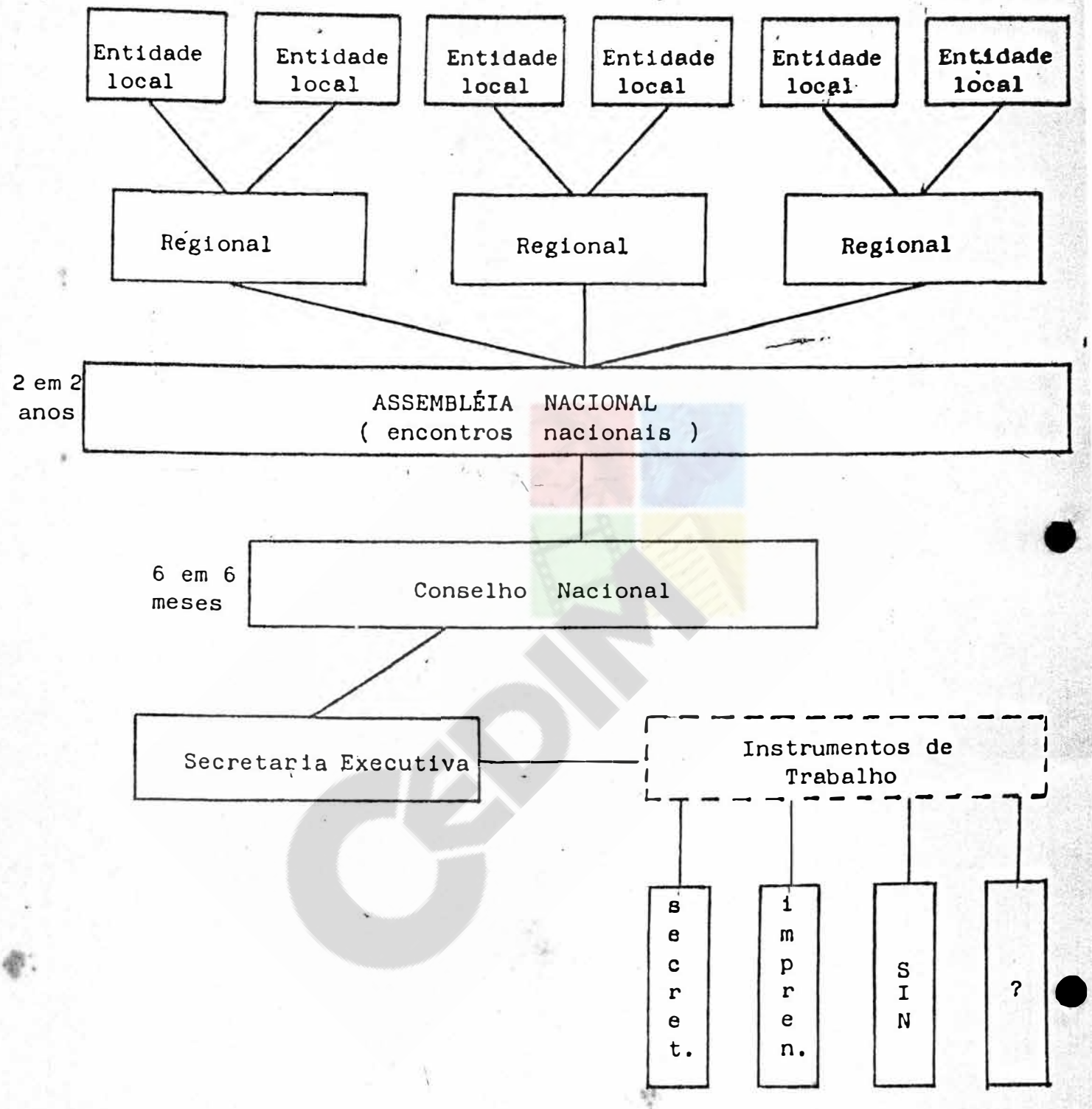
A Comissão Nacional constatou que a maioria dos Regionais ainda opta pela não legalização. Em função disso não haverá circulação de "minutas de estatutos" como tinha sido previsto anteriormente. Isso não tira de pauta a apresentação do tema para discussão, aprofundamento e amadurecimento.

Quanto à estruturação:

Considerando que possivelmente não haverá estatutos, a Comissão Nacional entende como fundamental rever a estruturação do Movimento Nacional a partir da experiência desses dois anos pós-encontro de Olinda tendo como objetivos principais:

- o fortalecimento da articulação;
- o fortalecimento das lutas;

Pensamos e sugerimos o seguinte quadro:



) Competências e composição desses setores:

. Assembléia Nacional - como sempre tem sido, composta pelos delegados dos grupos/entidades locais, com a função deliberativa para as linhas gerais políticas do Mov. Nacional em Defesa dos Direitos Humanos (consultar subsídios I e II)

. Conselho Nacional:

a) Formação

- um representante por cada 10 entidades articuladas no Regional;

OBS: o Regional que tiver número de entidades inferior a 10 (dez) também terá direito a um representante;

- confecção de prospectos do MNDDH - elaborado pelo SIN e impresso pela secretaria do V encontro.
- confecção de cartaz - sob responsabilidade da Secretaria do V encontro

4) a Comissão avaliou que esta ocorrendo um fechamento da igreja e um acirramento das forças de direita a nível do Estado e da sociedade

5) CONVÊNIO COM INESC

A Comissão Nacional deverá encontrar um momento (V Encontro?) para avaliar o convênio e discutir sua continuidade ou não. Não seria mais eficiente o movimento por si mesmo realizar este trabalho?

6) O Movimento Nacional confeccionou cartaz em comemoração ao Dia Internacional de Direitos Humanos, distribuidos pela secretaria da Comissão Nacional durante a reunião.

7) O regional Norte I não se fez representar na reunião e solicitou a verba referente acs custos que teriam com sua viagem para o regional pensando já em ter esta reserva para enviar delegados ao V Encontro. A comissão aprovou o pedido e resolveu estendê-lo também ao regional Norte II que também não esteve presente

8) A Comissão Nacional no Encontro nacional da articulação Nacional de solo Urbano nos dias 10,11 e12/12, porém não definiu quem iria

9) A Comissão Nacional volta a se reunir no dia 26 de janeiro de 1988, véspera do V Encontro, às 14:OC horas , em Goiânia.

Petrópolis, 28 de novembro de 1987

SERVIÇO DE INTERCÂMBIO NACIONAL

Em tempo. Quanto ao ponto 1

- fazer divulgação através do SIN e dos grupos locais;
- participar da elaboração e divulgação do Tribunal a nível do MNDDH;
- A ASSEAF colocou os vídeos por ela produzidos(Meninos/meninas de Rua e "Menores abandonado p/ Brasil"), a serviçodo MNDDH.

b) Competências: ver subsídios I e II

. Secretaria Executiva:

a) Formação

- será composta por 3 membros, entre eles um deverá ser o liberado que coordenará os trabalhos;
- a escolha desses membros ficará a cargo da assembléia do V Encontro levando em consideração os critérios;
- os membros da secretaria executiva devem ser escolhidos em função da proximidade geográfica (funcionalidade prática + contensão de gastos)

b) Competências: ver subsídios I e II

Quanto a possíveis alterações dos Regionais:

O Regional que estiver pensando em alterações geográficas de seus limites, deverá remeter a proposta de alteração devidamente justificada à Comissão Nacional, antes do V Encontro.

Quanto às prioridades da conjuntura atual:

Sem abandonar as prioridades já formuladas pelos MNDDHs(terra, trabalho, violência), pensamos ser oportuno enfatizar a questão da violência, enfocando principalmente Segurança Pública e Justiça Criminal . Pensamos ser importante constatar que as questões referentes à terra e ao trabalho tem sido bastante refletidas/criticadas/avaliadas/cobertas por organismos específicos como CPT, Articulação Nacional de Solo Urbano, Campanha Nacional pela Reforma Agrária, entidades sindicais e outras.

Atualmente, o senso comum das massas não tem resposta coerente para o problema da insegurança pública e da violência criminal.O pensamento da direita, inclusive atribuiu à impunidade dos criminosos e o aumento da violência criminal, em parte, à política de defesa dos Direitos Humanos que estaria "a serviço dos bandidos".

A justificação da tortura, da vingança institucionalizada, do assassinato de suspeitos, tem hoje boa recepitividade nas massas.

Necessitamos recuperar, na atual Conjuntura histórica, até mesmo certos valores do humanismo, dos direitos dos cidadãos. diante do avanço do irracionalismo do pensamento de direita, que seduz o senso comum, temos que lutar pela conquista de um grande espaço na luta ideológica (ver subsídio I) para se ter sucesso na luta pela defesa dos Direitos Humanos.

Sistematizado por Márcia Miranda e Augustino Veit

3.1) MATERIAL PRODUZIDO EM FUNÇÃO DO V ENCONTRO

- Subsídios - sob a responsabilidade do SIN
- Boletim Especial - sob responsabilidade do SIN
- confecção de camisetas - regional Sul II
- confecção de broches - SIN

M O V I M E N T O N A C I O N A L D O S

D I R E I T O S H U M A N O S - P A S T A Nº 3

- RELATÓ RIO
- SEMINÁRIOS
- SIN

CEDIM

RELATÓRIOS

1993

CEDIM



RELATÓRIO DA VIAGEM DO SECRETARIADO NACIONAL À EUROPA

29 de maio a 3 de julho de 1993

Contatos políticos e de apresentação de projetos com agências e outros organismos europeus foram mantidos pelo Secretariado Nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos, através dos secretários Valéria Brito e Dermi Azevedo, durante o período de 29 de maio a 3 de julho de 1993. A seguir, um relatório sintético sobre os entendimentos mantidos e seus desdobramentos.

Inglaterra

1. CAFOD - Entregue o projeto global. A agência comprometeu-se a estudá-lo, ficando de receber mais materiais sobre o Movimento que foi apresentado no seu conjunto, com entrega do folder.

2. CHRISTIAN AID - Já apóia o Movimento através da CESE. Foi informada sobre o andamento geral dos trabalhos, encontro nacional e projeto do banco de dados.

Escócia

3. SCIAF - Foi mantido com esta pequena agência católica da Escócia, em Glasgow, o primeiro contato formal do Movimento. Recebeu o folder e outros materiais. Um de seus representantes virá ao Brasil no segundo semestre, data ser marcada e terá encontro conosco.

Alemanha

4. MZF - A Missão Central Franciscana já conhece o Movimento através do CDDH de Petrópolis. Mostrou-se também aberta para estudar

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF

os projetos do Movimento, sem, no entanto, abrir perspectivas concretas de apoio, nem fechar as portas.

5. EZE - Tem no IBASE o seu principal parceiro no Brasil. É uma agência protestante sediada em Bonn. Mostrou-se interessada em receber maiores informações sobre os trabalhos do Movimento, além dos que já constavam do folder e do projeto global.

6. EMW - Agência protestante com sede em Hamburgo. Atua prioritariamente na área da comunicação. Mostrou-se interessada em apoiar o Programa de Comunicação do Movimento, através das publicações e seminários.

7. ADVENIAT - Agência católica de Essen, Alemanha. Recebeu o projeto global. Sua ênfase é o trabalho pastoral. Indicou outras agências com abertura para trabalhos de caráter mais social.

Holanda

8. ICCO - Esta agência protestante holandesa, da cidade de Ad Zeist, apóia indiretamente o Movimento atráves da CESE. Foi feita uma visita de cortesia, com uma troca de pontos de vista sobre a realidade brasileira e sobre o papel das ONG's. A ICCO comprometeu-se a manter o Movimento informado sobre o andamento do diálogo com os seus parceiros no Brasil.

Bélgica

9. CNCD - O Conselho Nacional de Cooperação para o Desenvolvimento reúne agências belgas que têm programas de cofinanciamento com o governo da Bélgica. Poderá dar apoio de até U$ 8,000 para o Encontro Nacional de 94.

10. NCOS - É a versão flamenga do CNCD. Aceita receber, para exa

me antes de outubro, pedido de até U$ 8,000 para o Encontro Nacional. Tanto o CNCD quanto o NCOS apoiam projetos de desenvolvimento comunitário, meio ambiente e organização popular, projetos eseses abaixo de U$ 10,000.

11.BRODERLIJK DELEN - Agência católica da região flamenga da Bélgica que trabalha com fundos oriundos de doações feitas pelas comunidades durante a quaresma. Apóia projetos de desenvolvimento comunitário. O responsável pelo Brasil estava em nosso país, mas um de seus assessores sugeriu o envio do projeto global do Movimento.

12. ENTRAIDE ET FRATERNITÉ - Versão de lingua francesa da agência' anterior. Também apoia pequenos projetos e ficou de examinar as propostas do Movimento.

13. CIDSE - É a coordenação das agências católicas em todo o mundo Tem sede em Bruxelas. Neste sentido, não financia projetos, mas tem o papel de apoia-los ou não. Seu representante recebeu-nos bem e foi informado sobre o andamento geral dos trabalhos do Movimento

14. COMISSÃO DAS COMUNIDADES EURÓPEIAS - É uma entidade diretamente vinculada aos países que integram a Comunidade Econômica Européia. Seus dois representantes nos receberam muito bem, e abriram a possibilidade de um eventual apoio ao projeto global do Movimento.

Áustria

15. BRUDER IN NOT - Agência católica da diocese austríaca de ' Innsbruck. Apóia pequenos projetos, Recebeu as informações básicas sobre o Movimento e sugeriu vários contatos com outras agências ' da Austria. Recebeu também, para estudo o projeto global.

Dentro da limitação do tempo-e considerando também os fins de semana - visitamos, 15 agências nos países citados. Recebemos também sugestões para contatarmos outras agências, entre as quais:

1 - Misereor (com a qual já temos contatos).
2. Pão para o Mundo.
3. Fundação Friedrich Naumann.
4. Fundação Konrad Adenauer.
5. Fundação Friedrich Ebert.
6. KED/RFA.
7.DU/RFA.
8.CARITAS ALEMÃ
9. AGEH/RFA.
10.Associação dos Homens Católicos da Áustria, entre outras.

CONTATOS POLÍTICOS

Durante a Conferência Mundial dos Direitos Humanos , na Áustria por ocasião da viagem a outros países da Europa, mantivemos que resolvemos chamar de "políticos", termo instrumental para designar entendimentos que não resultam diretamente em ajudas financeiras, mas que abrem importantes espaços para intercâmbio do Movimetno com organizações e articulações do exterior. Eis um resumo sobre esses contatos.

1. Serviço Universitário Mundial. Sede na Alemanha.Apresentará nosso projeto do banco de dados e a fundações alemãs e quer intercâmbio permanente.

2. Movimento alemão de objetores de consciência. Com sede em Aachen, na Alemanha. O diálogo resultou no início de entendimentos com vistas à possibilidade de prestação de serviço militar alternativo de jovens alemães em nossas entidades, no Brasil, durante dois anos. Eles já conquistaram a possibilidade de prestarem este serviço no exterior. Irão enviar-nos material sobre o movimento e esperam carta inicial nossa.

3. Grupos austríaços de solidariedade com o Brasil. Estivemos reunidos com 10 desses grupos durante um fim de semana em Baanberg, na Áustria. Querem aprofundar os contatos com grupos brasileiros, em todas as áreas dos movimentos sociais.

4. Federação Internacional de Mulheres Universitárias. Contato mantido durante a Conferência de Viena. Reúne 150 mil mulheres universitárias em 59 países, inclusive o Brasil. Toda mulher universitária com curso superior concluído pode filiar-se.

5. Instituto Cardijn. Com sede em Louvain, Bélgica, forma, durante três anos. líderes sindicais católicos de todo o mundo.

6. Instituto Robert Schumann. Instituto católico europeu de formação de jornalistas. Por enquanto, só admite estudantes europeus. Mas quer intercâmbio conosco (publicações, visitas etc.)

7. Instituto Católico para Relações Internacionais. Com sede em Londres, o ICIR trabalha na solidariedade internacional sobretudo com países e povos do terceiro mundo. Foi formalizado um contato para troca de informações e campanhas conjuntas.

8. Anistia Internacional. Fizemos uma visita à sede da AI em Londres. Trocamos idéias sobre o massacre do Carandiru. Quer receber a listagem de nossas entidades para contatos diretos, quan-

do tiver necessidade de informações sobre casos de violência.

9. Conselho Mundial da Paz. Participamos em Basel, Suiça, da Assembléia do CMP sobre o tema " Construindo um mundo de paz e em uma justa ordem mundial"."Há possibilidade de filiação do Movimento ao CMP que trabalha prioritariamente em projetos voltados para a causa pacifista e pelo desenvolvimento.

10. Associação contra a Impunidade na América Latina (ACIAL). ' com sede em Bruxelas, tem interesse em juntar esforços com o MNDH para intensificar a luta contra a impunidade.

11. Cristãos Latino-Americanos no Exílio (CLE). Outra articulação européia com sede em Bruxelas e com mais de 20 anos de atuação juntos aos exilados de todo o continente. Passamos um domingo com esse grupi, perto de Bruxelas.

Nos próximos dias, enviaremos aos companheiros(as) um relatório complementar com o endereço das agências.

Valéria Brito e Dermi Azevedo.

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF

MNDH MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

8h - Café

8:30 - Apresentação de propostas sobre a escolha do Prêmio Nacional de Direitos Humanos

10h - Cafezinho

10:30- Apresentação das teses e propostas sobre a geografia do Movimento (trabalho em grupos)

12h - Almoço

14h - Apresentação dos resultados dos grupos e tomada de decisões

16h - Cafezinho

16:30- Discussão sobre Banco de Dados Nacional e debate

18:30- Jantar

20h - Lazer

Dia 11 de julho, domingo

8h - Café

8:30 - Apresentação dos relatórios de atividades e relatório financeiro do primeiro semestre de 1993/Planejamento do segundo semestre/Relatórios sobre a Conferência de Viena e visitas às agências

9:30 - Debates

10:30- Cafezinho

11h - Informes Regionais e calendário geral do segundo semestre

12h - Almoço

14h - Continuação dos informes e calendário

15h - Cafezinho

16h - Encaminhamentos finais

18:30- Encerramento e jantar

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF



Grupo 1 - Ordem econômica, Direito Urbano e Direito Ambiental. Assessores: Nelson Saule Jr. (Polis) e Pedro Sérgio dos Santos (IBRACE)

Grupo 2 - Direitos e garantias constitucionais da cidadania. Assessores: José Geraldo

12h - Almoço

14h - Grupos de trabalho: Grupo 1 - Direito Indígena. Assessoria: CIMI

Grupo 2 - Controle externo do Poder Judiciário. Assessoria: Décio (Bancada PT)

16h - Cafezinho

16:30- Grupos de trabalho: Grupo Único - Priorização de leis complementares à atual Constituição. Assessoria: Décio e Wellington (INESC)

18h - Jantar

19:30- Apresentação dos resultados dos grupos e tomada de decisões

22h - Lazer

9 de julho, sexta-feira: TEMA DO DIA - ENCONTRO NACIONAL

8h - Café

8:30 - Apresentação e discussão da proposta da coordenação do CN e SN para o encontro de Salvador

9:30 - Debates e esclarecimentos

12h - Almoço

14h - Continuação dos debates

16h - Cafezinho

16:30- Definições finais sobre o tema

18:30- Jantar

20h - Lazer

Dia 10 de julho, sábado

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax. (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF

MNDH MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

REUNIÃO DO CONSELHO E SECRETARIADO NACIONAIS EM GOIANIA, EM JULHO/1993

Data: 8 a 11 de julho de 1993

Local: Instituto São Francisco, Rua 222, Setor Coimbra,
Telefone: (062) 233 0284

Participantes:

16 Conselheiros (2 por Regional)
Secretários(as) Executivos(as) Regionais
Secretariado Nacional
Assessora do CN/SN (Mariza)
Assessores convidados (Décio, da assessoria da bancada do PT na Câmara dos Deputados/ José Geraldo-UnB/ Maria José-CPT/ Wellington-INESC/ Pedro Sérgio-IBRACE/ Nelson Saule Junior-POLIS)

PROGRAMA E PAUTA:

7 de julho, quarta-feira:

Durante o dia: chegada dos participantes

19h - Abertura

8 de julho, quinta-feira

TEMA DO DIA: REVISÃO CONSTITUCIONAL

8h - Café

8:30 - Grupos de trabalho:
Grupo 1 - Organização, papel do Estado e políticas sociais. Assessor: José Geraldo (UnB)

Grupo 2 - Direitos sociais. Assessores: assessoria do deputado federal Paulo Paim (PT/S) E Maria José (CPT Nacional)

10h - Cafezinho

10:30- Grupos de trabalho:

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA COORDENAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL E SECRETARIADO NACIONAL REALIZADA EM GOIÂNIA NO PERÍODO DE 11 A 13 DE JANEIRO /93

A Coordenação do Conselho Nacional e o Secretariado Nacional do MNDH estiveram reunidos em Goiânia, na sede do IBRACE, de 11 a 13 de janeiro de 1993, na primeira reunião deste ano. Foram estes os temas tratados, com os respectivos encaminhamentos:

1 - NOTA OFICIAL SOBRE PENA DE MORTE

Diante da campanha em favor da pena de morte, liderada pela Rede Globo de Televisão, o MNDH resolve publicar nota oficial, já divulgada, com íntegra em anexo.

2 - ANÁLISE DE CONJUNTURA

Na análise conjuntural, foram destacados, entre outros, os seguintes acontecimentos e fatos políticos: desfecho bem sucedido do processo de impeachment de Collor; tentativa do novo governo de retomar o pacto social, através do chamado "condomínio da governabilidade", preparativos do plebiscito de 21 de abril; conservadores saem na frente com propostas sobre revisão constitucional; debates sobre reforma partidária; novo quadro a partir das eleições municipais; recrudescimento do noticiário sobre violência no contexto da campanha pela pena de morte; pontos importantes a serem votados na convocação extraordinária do Congresso; após uma certa euforia no início do governo Itamar, a maioria cai na real e se apavora diante do agravamento da carestia e da miséria. A classe média se proletariza cada vez mais. A violência urbana e rural ganha novo fôlego. Na Amazônia, as terras dos Yanomami continuam sendo invadidas por garimpeiros. No Nordeste, con

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Salà 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF

tinua a seca e se registram ameaças de morte a sindicalistas. Os linchamentos na Bahia causam muita preocupação. No Sudeste, multiplica-se a onda de violência. O caso Daniella Perez gera comoção pelas suas características. Em Minas, causa revolta e perplexidade o assassinato da menina Míriam. Em São Paulo, a imprensa registra mais desemprego e o consumo de remédios veterinários pelo povo, na região limítrofe com o Paraná e Mato Grosso. No Sul, cresce a tensão entre sem terra, governo e latifúndio. No Centro-Oeste, continua o drama dos brasiguaios no Mato Grosso do Sul e seguem, sem maiores alterações, os casos de violência urbana e rural. Na cena política, um dado importante é a vitória dos Partidos Progressistas em várias capitais e cidades do interior do país. Sem se deixar de pensar nas graves derrotas em São Paulo e na região do ABC.

No cenário internacional, destaques para a expansão do Mercosul; vitória da maioria contra a privatização no Uruguai, em recente plebiscito; expansão do narcotráfico, tendo o Brasil como rota; dolarização total da economia argentina; sequência da ditadura militar no Haiti; continuidade do bloqueio econômico a Cuba e aprofundamento da solidariedade continental a esse país; resultados controvertidos, com ênfase para o retrocesso, na Assembléia dos bispos católicos em Santo Domingo; a boa notícia do Nobel da Paz/92 para Rigoberta Menchú; a proximidade do governo Cliton nos EUA; o início oficial da nova comunidade econômica européia; a instabilidade na África e a intervenção norte-americana na Somália, com o aval da ONU, em nome de "razões humanitárias". Quando da reunião, ainda não havia ocorrido a nova fase da guerra dos EUA, França e Grã-Bretanha contra o Iraque.

3 - NOVA GEOGRAFIA DO MNDH

A definição de uma nova geografia para o MNDH, com vistas ao fortalecimento da articulação em torno da luta pela vida, contra a violência, já está incluída na pauta do Encontro Nacional de 1994.

Neste sentido, a Coordenação do CN/SN apresentam a todas instâncias do MNDH, como contribuição aos debates, uma primeira tese sobre o tema. Trata-se de uma abordagem inicial do assunto, a ser exaustivamente debatida pelas entidades que compõem o Movimento. O CN/SN pedem aos Regionais e às entidades de base, assim como a todos os Conselheiros, que também produzam textos sobre este tema.

Na concepção da Coordenação do CN e do SN, o fortalecimento do MNDH deve acontecer com base no fortalecimento das articulações estaduais. As estruturas regionais devem constituir-se num suporte o menos burocrático possível ao trabalho das entidades de base. Neste sentido, em vez de burocratizar os regionais ou de aumentá-los em termos numéricos, trata-se, prioritariamente, de fortalecer a articulação do Movimento nos Estados.

Neste sentido, a representação estadual junto às demais instâncias de decisão coletiva do Movimento torna-se, nesta tese, algo vital para a consolidação do Movimento Nacional de Direitos Humanos.

Na nova geografia, os Regionais deveriam, em princípio, corresponder às regiões geográficas do país. O MNDH, então, deveria redis cutir sua atual divisão regional, por exemplo: passando a ter 5 Regionais (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Os (as) secretários (as) destes regionais formariam, juntamente com um (a) secretário (a) executivo (a) nacional, o Secretariado Nacional. Por sua vez, o Conselho Nacional seria formado por um (a) representante de cada Estado em que o MNDH estiver articulado. Como a instância política permanente do Movimento, entre um e outro Encontro Nacional, o Conselho Nacional ficaria bastante fortalecido com esta presença direta das bases estaduais.

Como ficariam os atuais Programas? Quanto ao eixo, o seminário e a reunião do CN/SN Brasília (dezembro de 1992) já deram um passo significativo, transformando o Programa de Violência & Cidadania ' numa responsabilidade coletiva do Conselho e do Secretariado Nacional, em termos de planejamento e gestão a nível nacional. Quanto aos

Programas de Comunicação e Formação, dentro desta tese, continuariam a ser executados enquanto tais, como programas, com o mesmo tipo de gestão.

Por outra parte, cresce no Movimento a tendência de atuações temáticas. O encontro de Salvador deverá discutir que temas devem ser predominantes na atuação do Movimento, em termos de eficácia, corresponsabilidade e visibilidade.

Ao debater este tema, em Goiânia, o CN/SN refletiram sobre experiências de regionalização que deram certo e errado. Deram certo, por exemplo, as experiências da CNBB e da CPT, justamente porque reforçaram o enraizamento estadual, como suporte dos regionais. Não vem dando muito certo a regionalização da CUT, por ser confusa e, de certo modo, superestrutural.

São estes, pois os primeiros pontos da reflexão do CN - através de sua coordenação - e do SN, para um debate a ser amplamente realizado e aprofundado em todo país.

4 - CRÍTICA E AUTOCRÍTICA DO MNDH

Com base na sua responsabilidade política, a Coordenação do CN e SN refletiram também sobre o Movimento, com vistas a 1994, numa linha de crítica e autocrítica. Três pontos foram considerados cruciais para uma revisão do trabalho do Movimento:

1 - A postura defensivista - não basta ser contra as violações aos direitos humanos e não é suficiente defender-se;

2 - As propostas dispersivas - é preciso concentrar esforços em propostas de mudanças em todos os níveis que incidam em novas posturas diante dos direitos civis, a começar pelas políticas públicas;

3 - A postura generalista - embora a diversidade das ações das entidades que integram o Movimento constitua uma de suas

maiores riquezas, é preciso - a nível do MNDH como tal - reforçar ' uma certa especialização, em torno de prioridades, com vistas a uma maior eficácia e eficiência de seu trabalho.

5 - CAMPANHA CONTRA A IMPUNIDADE

Nesta perspectiva, a Coordenação do CN/SN sugerem e propõe aos Regionais e às entidades de base que se somem a uma ação nacional contra a impunidade. O primeiro passo nesse sentido é a escolha, por Regional, de um caso de impunidade que deva ser objeto de uma campanha de mobilização nacional e regional. Essa campanha será feita de acordo com as possibilidades materiais do Movimento e incluirá a confecção de cartazes e uma ampla divulgação, assim como abaixo-assinados às autoridades (a começar pela Procuradoria Geral da República e pelo Ministro da Justiça).

O leque da impunidade é muito amplo. Vai de crimes de colarinho branco até os crimes hediondos e o assassinato de lideranças populares e sindicais. A sugestão é de que os Regionais levem em conta esse leque tão amplo e considerem também que os casos devem refletir o impacto desses casos na opinião pública.

O prazo para o encaminhamento do caso selecionado a Brasília é 7 de abril próximo. Os Regionais podem aproveitar essa escolha para listar todos os casos de impunidade conhecidos em suas respectivas áreas e enviar essa listagem para a sede nacional, sempre com o maior número de informações possíveis.

6 - SUPLENTES PARA OS CONSELHEIROS NACIONAIS

Em seus próximos encontros ou assembléias regionais, as instâncias regionais do Movimento devem escolher dois suplentes para os dois conselheiros regionais junto ao Conselho Nacional. Os nomes

devem ser comunicados à sede nacional.

7 - QUESTÕES LIGADAS À SEDE NACIONAL

7.1 - Contratação de Assistente Administrativo

Até 28 de fevereiro de 1993, o MNDH receberá,em Brasília, currículos de profissionais interessados em preencher a vaga de Assistente Administrativo,com um salário em torno de 6 salários mínimos. Suas atribuições serão as seguintes:

* Realizar o controle orçamentário;

* contribuir em estratégias para captação de recursos;

* administrar os recursos financeiros - efetuando prestações de contas, controle de somas a receber e a pagar, em caixa, cuidar das aplicações no mercado financeiro;

* cuidar do almoxarifado e dos estoques;

* adquirir materiais e contratar os serviços básicos da sede;

* contribuir na seleção de pessoal e supervisionar o trabalho dos funcionários;

* ajudar na realização de eventos, serviços de apoio,compra e reserva de passagens, entre outras tarefas.

O (a) Assistente ficará subordinado à Secretária Executiva e terá responsabilidade hierárquica sobre os outros funcionários da sede.

Deverá ter,no mínimo, o segundo grau,com um ano de experiência na área. Ao apresenar o currículo, o candidato (a) deverá também apresentar proposta por escrito sobre o funcionamento da sede do MNDH.

No máximo até 15 de março será feita a seleção e contratação.

7.2 - Secretária

São atribuições da secretária da sede nacional:

* Receber, classificar e expedir correspondências;

* cuidar das pastas, relatórios e impressos, em termos de organização e arquivo;

* organizar e controlar o acervo bibliográfico;

* manter atualizada a agenda de endereços;

* datilografia geral e serviços de computação;

* reprografia de documentos e sua encadernação;

* secretariar reuniões, quando solicitada,e executar outras tarefas compatíveis à sua função.

7.3 - Serviços de Contabilidade

De acordo com a reformulação dos trabalhos administrativos da sede, a Secretária Executiva estudará como encaminhar a tramitação dos serviços de apoio contábil, de acordo com as atribuições do administrativo e das necessidades do serviço.

8 - ATIVIDADES CENTRAIS DE 1993 NO CONJUNTO DO MOVIMENTO

Ao examinar o calendário do Movimento em 1993, a Coordenação do CN/SN consideram como atividades centrais deste ano, no conjunto do MNDH, as duas seguintes:

1 - No primeiro semestre, entre março e junho, a realização de seminários regionais sobre Direitos Humanos, Cidadania e Revisão Constitucional.Nestes seminários, com a participação de constitucionalistas e outros assessores, deverão ser considerados elementos básicos ligados aos temas da segurança pública, direitos individuais e coletivos, política de comunicação, nos debates prévios à Revisão da Carta de 1988.

2 - No segundo semestre, preparação do VIII Encontro Nacio

nal de Salvador, em 1994.

9 - HISTÓRICO DO MNDH

Cabe ao Programa de Formação coordenar o trabalho de pesquisa histórica sobre o Movimento, formando uma equipe de trabalho que inclua pelos menos um (a) historiador (a). Deverá recolher subsídios junto à CPT Nacional (que também está escrevendo seus 20 anos de história) e à CEHILA. Este trabalho não se limita a 1993 e pode ultrapassar um ano. Em março, a proposta deverá estar concluída. Não se trata de uma avaliação do Movimento, mas de um resgate de sua história.

10 - SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O BANCO DE DADOS SOBRE A VIOLÊNCIA CRIMINALIZADA

Para cumprir com a decisão anterior de estender o Banco de Dados sobre a Violência Criminalizada a todo o país, fica decidida a realização de um seminário nacional em São Paulo, nos dias 8 e 9 de maio próximo, com o seguinte conteúdo:

1 - Passos dados até agora no Regional Nordeste e noutros Regionais, neste sentido;

2 - aspectos técnicos da implantação do Banco;

3 - possibilidades de parcerias nos Regionais para implantar a experiência;

4 - aspectos da gestão política e administrativa.

Para o seminário, haverá dois tipos de participantes: o responsável pela adminstração política do Banco em cada Regional (onde não houver, que seja escolhido um, através de contatos entre os Conselheiros Regionais) e um técnico em informática que vá trabalhar neste projeto. São, portanto, dois representantes por Regional O Regional Nordeste realizará a assessoria deste seminário.

O Movimento cobrirá as despesas com hospedagem e alimentação , além de 40% das despesas de passagens dos dois representantes. Logo mais haverá informe sobre o local do seminário.

A Coordenação do CN e o SN decidiram que os dados ligados a este projeto devem ficar concentrados na sede nacional, em Brasília, que já se equipa neste sentido.

Uma outra recomendação: OS REGIONAIS DEVEM VER URGENTEMENTE QUE INFRAESTRUTURA OS CDHs E AS ENTIDADES FILIADAS TÊM QUE POSSA SERVIR DE APOIO À EXTENSÃO DO BANCO DE DADOS.

O seminário debaterá também o uso dos dados sobre a violência dentro da política global do Movimento, numa linha propositiva.

11 - ENCAMINHAMENTOS LIGADOS AO ENCONTRO NACIONAL DE 1994

11.1 - Delegados

* O critério básico é de um delegado por entidade filiada;

* a lista de delegados deverá ser encaminhada à sede nacional em Brasília pelo Regional, a quem caberá a homologação da listagem;

* devem ser realizados Encontros Regionais preparatórios ao Nacional, no segundo semestre deste ano;

* os integrantes do Conselho Nacional, do Secretariado e os (as) Secretários (as) Executivos Regionais são delegados natos ao Encontro.

11.2 - Subtemas

Dentro do tema geral "Cidadania e Direitos Humanos: rumo ao Século 21", são sugeridos os seguintes subtemas, a serem detalha

dos nas próximas reuniões do CN/SN e nos Regionais e entidades de base:

* Racismo e discriminação.

* Aspectos ligados aos direitos humanos na bioética, engenharia genética e nos avanços cientifícos em geral.

* A questão de gênero.

* Nova ordem Constitucional.

* Avaliação do resultado do Plebiscito de 21/4/93.

* Convenções Internacionais sobre direitos humanos e sua aplicação.

* Perspectivas da democracia no final do século, no Brasil e no exterior.

* Situação da Violência.

* A questão ecológica, no pós-Eco/92.

* A situação da criança e do adolescente.

* Balanço da política de comunicação no Brasil.

Uma primeira idéia metodológica é a de promover um painel geral de análise de conjuntura, na abertura do Encontro e de realizar dois painéis simultâneos temáticos, no desenrolar dos dias do Encontro. Pela manhã, seriam realizados painéis sobre temas gerais. As tardes seriam reservadas para o debate das questões internas do Movimento (perfil, nova geografia, gestão, prioridades etc). As noites seriam destinadas ao lazer e à cultura (feira das regiões, barracas, festivais de vídeo popular e música, venda de livros e espaço para lazer/prazer).

A filmagem será coordenada pelo Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Natal. Durante o Encontro, será entregue o VI Prêmio Nacional de Direitos Humanos/1993.

12 - MOVIMENTO PELA ÉTICA NA POLÍTICA

O MNDH, através de Valéria Brito, retomará de imediato sua participação neste Movimento pela Ética na Política.

13 - CAMPANHA NACIONAL COM PRÓ-CENTRAL

O Movimento apoiará campanha que a Pró-Central dos Movimentos Populares promoverá, em conjunto com outros Movimentos Nacionais sobre " A Vida, Contra a Violência, a Fome e Miséria".

14 - ASSINATURAS DO AGEN FAX

Os Regionais devem providenciar a assinatura do boletim diário AGEN FAX. O preço é de CR$ 350.000,00 para seis meses. Este valor será aumentado em fevereiro. O MNDH assinou o boletim Véspera para os Conselheiros (as) Nacionais e Secretarias Executivas Regionais. Até agora, a AGEN vinha enviando o boletim fax gratuitamente para os Regionais. Os custos de transmissão subiram muito, impossibilitando essa cortesia. É através do AGEN FAX que o Movimento divulga diariamente suas notícias, inclusive na edição inglesa, enviada ao exterior. Façam, portanto, cheques nominais para a AGEN no valor acima, enviando-os à Avenida Ipiranga, 1267, 8º andar, CEP: 01039-000, São Paulo/SP.

15 - DOSSIÊS VÉSPERA

Em conjunto com a AGEN, o MNDH também está publicando dossiês mensais sobre temas de interesse do Movimento.O primeiro foi sobre o governo Cliton e o próximo tratará sobre o eixo. O de fevereiro terá como tema a impunidade. Contribuições devem ser enviadas à AGEN, aos cuidados do editor - Dermi Azevedo.

16 - FAMILIARES DOS DESAPARECIDOS

O MNDH dará uma atenção toda especial ao trabalho dos

familiares de presos e desaparecidos políticos durante a ditadura' de 64. Neste sentido, Valéria Brito contactará o deputado federal Nilmário Miranda (PT/MG), coordenador da Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre o tema. Apoiará também, através do Regional Sul I, os trabalhos do Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado (IEVE), razão social da Comissão de Familiares que atuava , até dezembro, na Prefeitura paulistana, com apoio da prefeita Luíza Erundina.

17 - CONVIDADOS DOS PAÍSES DO CONE SUL PARA VIII ENCONTRO NACIONAL

O Regional Sul II contactará entidades e militantes dos direitos humanos do Paraguai, Uruguai e Argentina objetivando um maior intercâmbio de informações, solidariedade e ações conjuntas' dentro da preocupação com o tema do Mercosul, e posterior participação no VIII Encontro Nacional.

18 - CAMPANHA DA FRATERNIDADE SOBRE MORADIA

Recomenda-se aos Regionais e entidades de base que se empenhem na Campanha da Fraternidade deste ano, promovida pela CNBB, sobre a questão da moradia. Atuação conjunta com a Igreja Católica, diante deste grave problema.

19 - AGENDA NACIONAL DO MNDH/1993

JANEIRO

21 e 22 - Goiânia: Seminário sobre Violência promovido pelo Regional Centro-Oeste, IBRACE,CPT e IFAS. Participantes pelo Movimento: César e Irene.

30 - São Paulo/SP: Reunião da articulação contra o Racismo e a Discriminação, com a presença do MNDH,CLAI,OAB,Movimento Democrático contra o Nazismo , CONIC e Instituto do Negro. Local: AGEN. Pelo Movimento: Valéria, Dermi e Madalena.

FEVEREIRO

1 a 5 - Belo Horizonte/MG: Curso sobre Processo Penal, promovido pelo MNDH e CPT Nacional.Pelo Movimento:Valéria e César.

3 a 6 - Fortaleza/CE: IX Encontro Regional Nordeste "Violência:Desafio à Cidadania". Pelo Movimento: Roque, Aldenice, Eduardo e Tertuliano.

4 - São Paulo/SP: Reunião do Fórum Estadual de ONG's. Pelo Movimento: Dermi e Madalena.

13 e 14 - Rio do Sul/SC: Encontro Estadual sobre Mercosul, promovido pelo Regional Sul II. Pelo Movimento:Roque e Ana.

15 a 17 ou 19 a 21 - Bélem/PA: Seminário sobre Revisão Constitucional e Plebiscito sobre forma e sistema de Governo. Pelo Movimento: Humberto Cunha, Kátia e Iriomar

18 a 23 - Carnaval.

MARÇO

6 - Passo Fundo/RS: Encontro Estadual sobre Criança e Adolescente , promovido pelo Regional Sul II. Pelo Movimento: Roque e Ana.

12 a 14 - São Paulo: Reunião da Pró-Central dos Movimentos Populares. Pelo Movimento: Dermi, Fermino ou Valéria e Madalena.

12 a 14 - Goiânia/GO: XIII Encontro Regional Centro-Oeste. Pelo Movimento: Pedro,César,Valéria e Irene.

27 e 28 - Caxias do Sul/RS: Seminário Regional sobre Mercosul. Pelo Movimento: Roque, Ana e Pedro Wilson.

ABRIL

4 a 11 - Semana Santa.

21 - Plebiscito sobre Forma e Sistema de Governo.

MAIO

1 - Dia Mundial dos Trabalhadores.

4 a 7 - Itapecirica da Serra/SP: Reunião da Coordenação do CN e SN . Pelo Conselho: Marcelo Frank.

8 a 9 - São Paulo/SP: Seminário Nacional sobre Banco de Dados sobre Violência Criminalizada. Pelo Movimento: dois representantes por Regional (um responsável pelo projeto e outro um técnico de informatica), SN.

JUNHO

26 e 27 - Caxias do Sul/RS: Seminário Regional sobre Revisão Constitucional. Pelo Movimento:Ana e Roque.

JULHO

1 a 4 - Goiânia/GO: 1ª Reunião/93 do Conselho Nacional (pleno) e Secretariado Nacional. Local: CTL - Jardim das Aroeiras, Km 6,s/n - fone: 062 2261863. Pauta:Síntese dos seminários Regionais sobre Revisão Constitucional; Detalhamento do VIII Encontro Nacional de 1994.

30 e 31 - São Paulo/SP: Assembléia da AGEN. Pelo Movimento: Valéria' Brito e Fermino Fecchio.

AGOSTO

7 e 8 - Lages/SC: Seminário para operadores jurídicos (advogados e

estudantes de Direito) sobre Revisão Constitucional. Pelo Movimento: Roque e Ana.

28 e 29 - Rio do Sul/SC: Seminário Regional sobre Política de Comunicação. Pelo Movimento: Dermi.

SETEMBRO

3 a 5 - Brasília/DF: Reunião da Coordenação do CN/SN. Pelo Conselho: Pedro Wilson e Oscar Gatica.

11 - Lages/SC: Reunião do Conselho Regional Sul II. Roque a Ana.

OUTUBRO

25 a 29 - Belo Horizonte/MG: Congresso Pró-Central dos Movimentos Populares. Pelo Movimento: Carlinhos, Marcelo Frank (confirmar participação)

29 a 31 - Salvador/BA: 2ª Reunião do Conselho Nacional (pleno) e SN. Pauta: Preparativos finais do VIII Encontro Nacional.

NOVEMBRO

1 - Salvador/BA: Término da 2ª Reunião do Conselho Nacional.

2 e 3 - Salvador/BA: Reunião da Coordenação do CN e SN.

13 e 14 - Lages/SC: Assembléia do Regional Sul II. Pelo Movimento: Valéria Brito, Roque e Ana.

DEZEMBRO

6 a 8 - Caxias do Sul/RS: Reunião da Coordenação do CN e SN. Pelo Conselho: Ana.

10 - Dia Universal dos Direitos Humanos.

1994

JANEIRO

20 - Salvador/BA: Reunião da Coordenação do CN e SN.

25 a 29 - Salvador/BA: VIII ENCONTRO NACIONAL DO MNDH.

OBSERVAÇÕES

1 - Vários Regionais ainda não decidiram seu calendário final para o ano. Sugerimos que o façam brevemente, considerando as decisões do Seminário Nacional de Brasília (dezembro/92), inclusive as programações ligadas aos Programas de Formação e Comunicação.

2 - Insistimos na necessidade de Seminários Regionais no primeiro semestre sobre Revisão Constitucional (incluindo o eixo e política de comunicação, entre outras)como subsídio para o Seminário de Goiânia em julho.

3 - Para que a Campanha contra a Impunidade possa realmente surtir efeito é imprescindível o empenho/agilização das informações sobre os casos de violência de cada Regional. Neste sentido, solicitamos que os casos encaminhados tragam dados pormenorizados , assim poderemos melhor fundamentar nossas solicitações de apuração dos mesmos junto aos órgãos competentes.

Participaram da reunião de Goiânia/GO, de 11 a 13 de janeiro de 1993, o coordenador do Conselho Nacional Pedro Wilson,a Secretária Executiva Valéria Brito e os Secretários de Comunicação Dermi Azevedo (relator do relatório) e de Formação Roque Grazziotin O CN/SN agradecem à equipe do IBRACE toda a atenção que foi dada aos trabalhos.

COORDENAÇÃO DO CN E SN.

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA COORDENAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL E DO SECRETARIADO NACIONAL, REALIZADA EM ITAPECIRICA DA SERRA (SP), DE 4 A 7 DE MAIO DE 1993

A preparação do Encontro Nacional de 1994, a Conferência Mundial dos Direitos Humanos em Viena, a campanha contra a impunidade e a reunião plenária do CN/SN, em Goiânia, em julho próximo, foram alguns dos temas da reunião que a Coordenação do Conselho Nacional e o Secretariado Nacional do MNDH realizaram no Convento Maria Imaculada, em Itapecirica da Serra (SP), de 4 a 7 de maio de 1993. A seguir, a pauta cumprida e seus encaminhamentos:

1. SEMINARIO NACIONAL SOBRE O BANCO DE DADOS DA VIOLENCIA CRIMINALIZADA

A expectativa é a de que o seminário nacional, realizado de 8 a 9 de maio, em São Paulo, possa resultar na consolidação do projeto Banco de Dados em nível nacional, como mais um serviço à disposição do Movimento, na luta contra as causas e as conseqüências da violência criminalizada no país. Além de debater a pauta do seminário, o CN/SN apontaram algumas etapas para o período posterior a esse evento, quais sejam a socialização de seus resultados nos Regionais, um levantamento completo sobre os recursos humanos e materiais a serem acionados, além de interligação dos sistemas de computação das entidades filiadas.

O aproveitamento dessa rede de computadores já existentes nas entidades filiadas ao MNDH, em cada Regional, possibilitará a compra de novos micros para Regionais onde não existe essa disponibilidade. Foram citados, por exemplo, como possibilidades de integração à rede do Banco de Dados, os sistemas informatizados do Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV/USP) e da Agência Ecumênica de Notícias (AGEN), em São Paulo; da AJUP e do CDDH de Petrópolis, no Rio de Janeiro e da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, de Belém (PA) . Neste sentido, o MNDH, através do Secretariado, fará consultas formais às entidades sobre essa possibilidade. Se for feita essa racionalização, dentro de um espírito de parceria, o MNDH poderá comprar micros para as secretarias executivas dos Regionais Leste 1 (Espírito Santo), Centro-Oeste (Goiânia) e Leste 2 (Belo Horizonte).

2. REDE DE FAXES

Além de faxes de entidades filiadas ou particulares, utilizados por organizações e militantes, em todo o país, o Movimento já dispões de oito faxes alocados, mediante contratos de comodato, aos Regionais Sul 2, Sul 1, Leste 1, Leste 2, Nordeste, Norte 2, Centro-Oeste e na sede nacional. Um outro será destinado, agora, para uso da equipe executiva local do encontro nacional de 1994, em Salvador, retornando posteriormente a Brasília.

3. CONFERENCIA MUNDIAL DOS DIREITOS HUMANOS

O MNDH estará presente em Viena, em junho próximo, para acompanhar os trabalhos da Conferência Mundial dos Direitos Humanos, convocada pelas Nações Unidas. Participará também da conferência paralela das ONGs. Juntamente com outras ONGs brasileiras (Fase, Ibase, Inesc, MST, Rede Mulher, Abong, Agen, CPI, ANAP, Centro Santo Dias e outras), o Movimento ajudou a preparar e participou de duas reuniões preparatórias realizadas em Brasília. A primeira, em 14 de abril, no Inesc, somente no campo das ONGs e a segunda, dia 15 de abril, no Ministério das Relações Exteriores, por convite do ministro Fernando Henrique Cardoso, para uma troca de impressões entre o governo federal e as ONGs, a respeito da Conferência de Viena. Impressionou às ONGs a massa de informações disponíveis no governo federal sobre os indicadores da grave crise sócio-econômica que atinge a grande maioria do povo brasileiro. Impressionou também uma certa demonstração de impotência do governo para deter os abusos contra os direitos humanos e a violência, na sua esfera de atuação especifica, assim como diante da atuação do aparato repressivo policial.

Um outro seminário será realizado em Brasília, nos dias 20 e 21 próximos, na sede da OAB, com a participação de representantes das ONGs que irão a Viena. Pelo Movimento, estarão em Viena a Secretária Executiva, Valéria de Brito, o Secretário de Comunicação, Dermi Azevedo, a assessora do Conselho e do Secretariado, Marisa Formolo e a Secretária Executiva do Regional Sul-1, Maria Magdalena Alves. Estarão também representantes de entidades filiadas ao Movimento, como é o caso do GAJOP de Olinda(PE), Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, Centro Santo Dias, IBRACE de Goiânia, CDDH DE Caxias (MA), AGEN, Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP), CPT Nacional, Movimento de Meninos e Meninas de Rua, SERPAJ e a OAB Federal.

O Seminário de Brasília debaterá o mesmo temário de Viena, como preparação dos delegados brasileiros: revisão e avaliação das propostas sobre direitos humanos, em nível mundial e continental e os caminhos para a superação de obstáculos; os direitos das minorias e dos povos indígenas; os direitos das mulheres e dos povos negros; violência urbana e rural; relacionamento entre direitos humanos, desenvolvimento e democracia, com ênfase ao papel das ONGs e à participação popular, no campo das relações Norte/Sul, além de um debate sobre as principais violações aos direitos humanos, hoje, e de situações específicas de racismo, xenofobia, violência étinca e de intolerância religiosa (elementos presentes, por exemplo, na situação da antiga Iugoslávia).

A reunião de Itapecirica concluiu que, além do documento comum das ONGs do Brasil a ser levado a Viena, o próprio Movimento levará um documento seu, com uma síntese das abordagens específicas do MNDH, nestes 11 anos de trabalho.

As informações recebidas das mais diversas fontes nacionais e internacionais indicam que a Conferência de Viena será cercada de uma série de dificuldades. Há uma tendência dos países mais ricos do mundo de limitarem a intervenção das ONGs nas decisões da Conferência, embora seja importante que, pela primeira vez, essas entidades tenham acesso, mesmo limitado, aos debates dos governos sobre o tema. Os setores não governamentais que atuam de forma mais organizada são os ligados às mulheres e aos povos indígenas. Na avaliação da Anistia Internacional, por exemplo, já será uma conquista manter-se, pelo menos, o atual status quo internacional em termos de tratados, convenções e normas sobre o tema dos direitos humanos. Não se pode, porém, prever de forma cabal como será e o que ocorrerá em Viena. As ONGs latino-americanas que irão a Viena terão também um último encontro preparatório em Quito, Equador, na última semana de maio.

4. CONTATOS COM AGENCIAS EXTERNAS

Os delegados do MNDH para Viena cumprirão também, antes e depois da Conferência, uma extensa agenda de contatos com agências de apoio a projetos. Levarão consigo vários projetos do MNDH e também de suas respectivas entidades e ONGs, que assumirão, na maioria dos casos, os gastos de viagem. Neste caso, prevalece o espirito de parceria entre o MNDH e essas ONGs filiadas ao Movimento, através dos Regionais.

A viabilização, portanto, dessas viagens serão asseguradas da seguinte forma: Dermi Azevedo - passagens aéreas e estadia em Viena, assmidas pela AGEN, sendo que para as visitas às agências serão por terra e despesas asseguradas via MNDH/Projeto; Valéria Getúlio - passagens aéreas assumidas pelo Comitê Europeu / Instituto Ludwig, mesma forma as visitas/despesas seriam cobertas via Projeto.

Acerca das viagens de Marisa Formolo Dalla Vecchia e Roque Grazziotin à Itália, informamos que estas são decorrentes de dois convites recebidos via MLAL para participação em eventos/seminários no período de junho e agosto. Neste sentido, a viabiliazação dessas participações dá-se através de MLAL, sendo que os contatos com as agências na Itália, França e Espanha serão, também, mediante Projeto.

5. PUBLICAÇÕES

Foram levantados e sugeridos vários temas para as próximas edições do Dossiê Véspera, Teoria&Prática e Coleção Direitos Humanos. Esses temas estão ligados à preparaação dos debates sobre as perspectivas dos direitos humanos neste final de século a serem feitos no encontro nacional de 1994 em Salvador.

O CN/SN sugerem aos militantes do Movimento, em todo o país, que também contribuam com essa reflexão, escrevendo artigos para as nossas publicações.

Nesse campo, acaba de ser publicado um folheto ilustrado sobre direitos humanos pela Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador e está no prelo uma cartilha sobre violência, preparada pelo Regional Leste 1 e CDDH de Petrópolis.

6. ARTICULAÇÃO ANTI-RACISTA E ANTI-DISCRIMINATÓRIA

As entidades que integram essa Articulação continuam reunindo-se mensalmente. A experiência da Articulação (que reúne ONGs e pastorais dos campos de direitos humanos, movimentos ecumênicos e setores vítimas do racismo e da discriminação) tende a se expandir para outros Estados. O Espírito Santo já demonstrou interesse nesse sentido.

A reunião de Itapecirica registrou a preocupação das entidades que integram a Articulação (MNDH, CONIC, CLAI, Instituto do Negro, União das Mulheres de SP, Serviço Pastoral dos Migrantes, Grupo Lambda, IEVE e OAB, além do Serviço à Mulher Marginalizada) com o agravamento da violência contra os negros e com a reação que alguns grupos esboçam no movimento negro (recurso à luta armada, numa linha de autodefesa). São grupos e movimentos ainda pequenos, mas a reação indica a gravidade da violência sofrida por esse povo. Recentemente, em Santo André (SP), um jovem negro foi assassinado por neonazistas.

A Articulação prepara um seminário nacional, a ser realizado provavelmente em Brasília, no segundo semestre deste ano, sobre uma política propositiva contra o racismo e a discriminação, na revisão constitucional.

7. CAMPANHA CONTRA A FOME

O MNDH está contribuindo, na medida de suas possibilidade, para o sucesso da campanha contra a fome, em fase de implantação, em todo o país. Tem participado de várias reuniões em Brasília, São Paulo e noutras capitais sobre o tema. A reunião de Itapecirica constatou, porém, uma série de problemas nessa área: falta um eixo mais definido para a campanha. Confundem-se as iniciativas governamentais e da sociedade civil não governamental. Não está claro onde se quer chegar, embora o princípio básico do trabalho seja a fome. Falta uma ligação orgânica entre a luta contra a fome e as lutas pela reforma agrária, pelo pleno emprego, salários justos e contra o pagamento da dívida externa. Nos próximos dias, o Movimento participará de reuniões de comunicadores sociais em São Paulo (publicitários, radialistas, jornalistas e profissionais de televisão) que vão debater o que fazer no seu campo específico para apoiarem a campanha. Todas essas questões voltarão a ser debatidas, principalmente a questão do eixo dessa iniciativa.

8. VIDEO SOBRE DIREITOS HUMANOS

Continuam os contatos entre o Movimento e a TVT, de São

Paulo, para a produção de um vídeo sobre direitos humanos, por iniciativa da TVT (ligada aos metalúrgicos de São Bernardo do Campo). O MNDH colocará seus subsídios e produções (de filiadas como o CDH-MP de Natal e a TV Viva, de Olinda) à disposição dessa iniciativa, ainda sem prazo para conclusão.

9. PREPARAÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL DE 1994

9.1 - EQUIPES DE TRABALHO

Uma importante reunião preparatória ao Encontro de janeiro/94 foi realizada em Salvador, em 22 de abril último, com a participação de Valéria Getúlio, além de representantes da Comissão Justiça e Paz de Salvador, CESE, Centro Oscar Romero, PUC e Mosteiro de São Bento. Foram dados informes gerais sobre o Movimento e sobre o tema central do encontro ("Direitos Humanso na perspectiva do século 21"). Foram confirmadas as primeiras equipes de trabalho: Secretaria (Cristina), Imprensa (Lúcio), Recepção (CDH Oscar Romero), Saúde (Hélio), Credenciamento, Lazer e cultura (Cristina), Livraria e venda de produtos (pessoal da PUC), Redação (Dermi e Milton Moura), Metodologia (Roque, Marisa e Cleyde), Segurança. todo o trabalho local terá o apoio dos dirigentes do Regional Nordeste e dos integrantes do Conselho e Secretariado Nacionais. Uma segunda reunião da equipe local foi realizada dia 3 de maio, sob a coordenação de Michel e Baginha, da CJP da Arquidiocese de Salvador. O local da entrega do Prêmio Nacional de Direitos Humanos será, em princípio, o Palácio da Aclamação, local histórico da capital baiana.

9.2 - PROPOSTA DE PROGRAMA DO ENCONTRO

É esta a proposta de programa do encontro, a ser definitivamente debatida, emendada e aprovada na reunião do Conselho e Secretariado Nacionais em Goiânia, na segunda semana de julho próximo:

24 de janeiro de 1994, segunda-feira:

Durante o dia - Chegada dos particpantes ao CTL em Itapoã.
20h - Abertura oficial do encontro e apresentação das delegações participantes.

25 de janeiro de 1994, terça-feira:

9h - Trabalho em grupos para a elaboração de um diagnóstico coletivo sobre a situação da violência no Brasil.
(violência urbana e rural)

11h - Plenária

13h - Almoço

16h - Painel de análise da conjuntura nacional e internacional,

Julio de Santa Ana (CESEP) ou Cristovam Buarque (UnB) e Ana Maria Ezcurra (IDEAS, Buenos Aires). Moderador: Pedro Wilson Guimarães.

17:30- Debate

19h - jantar

21h - Lazer

26 de janeiro de 1994, quarta-feira:

8h - Café

9h - Painéis simultâneos sobre os seguintes temas:

1. Racismo, discriminação e a questão de gênero - Luiza Bairros (UFBA), Regina Arakak (MS) e Grupo Ylê-a-Yé, de Salvador. Moderador: Aldenice

2. A questão da criança e do adolescente - Wanderlino Nogueira (UFBA/Fórum DCA) e Mário Volpi (MNMMR). Moderador: Oscar Gatica

12h - Plenária geral sobre os desafios levantados para a luta pelos direitos humanos em cada tema. Coordenam a mesa: Ruscelino Silva Neto e Marcelo Frank

16h - Painel introdutório aos debates vespertinos sobre as questões específicas do MNDH:

1. Síntese dos desafios da conjuntura internacional - Pedro Wilson Guimarães

2. Ênfases assumidas pelo MNDH na sua história - Mariza Formolo

3. Desafios para os direitos humanos numa visão prospectiva - José Queiroz

17:30- Trabalho em grupos em torno da pergunta: "Considerando as tendências da atual conjuntura mundial, com seus reflexos nos continentes e países, e considerando o acúmulo do Movimento até agora eos desafios que se apresentam, que caráter e que identidade o MNDH deve assumir a partir de 1994?"

19h - Jantar

20:30- Plenária sobre o trabalho dos grupos

22h - Lazer

27 de janeiro de 1994, quinta-feira:

8h - Café

9h - Painéis simultâneos sobre os seguintes temas:

1. Novo ordenamento jurídico e constitucional do Brasil e os direitos humanos - Hélio Bicudo (deputado federal PT/SP) e Procuradoria Geral de República (drs. Alvaro ou Ella). Moderador: Eduardo Loureiro

2. Convenções, tratados e acordos internacionais do Brasil na área dos direitos humanos - Antonio Augusto Cançado Trindade (UnB) e Jorge Durão (FASE/ABONG). Moderador: Valéria Getúlio

3. Bioética e Direitos Humanos - Roberto Aguiar (UnB),Pastoral da Saúde da CNBB (Pe. Leo Pessini ou Pe. Guy) e Sociedade Brasileira para o Progesso da Ciência, SBPC (presidência). Moderador: Roque Grazziotin

12h - Plenária geral sobre os desafios levantados para a luta pelos direitos humanos em cada tema. Coordenam a mesa: Dimas e Ana Ludwig

13h - Almoço

15h - Turnée por Salvador

18h - Jantar

20h - Entrega do VI Prêmio Nacional de Direitos Humanos no Palácio da Aclamação

28 de janeiro de 1994, sexta-feira:

8h - Café

9h - Painel sobre as perspectivas da democracia, no fianal do século, no Brasil e no mundo - Paulo Sérgio Pinheiro (USP), Maria Teresa Sadek (IDESP) e Daniel Here (FENAJ). Moderador: Dermi Azevedo

12h - Plenária sobre os desafios à luta pelos direitos humanos a partir da questão da democracia. Coordenam a mesa: Fermino Fecchio e Socorro Prado

13h - Almoço

15h - Síntese introdutória à fase seguinte dos trabalhos grupais, com base no conjunto de desafios levantados até agora nos painéis: Roque Graziottin.

15:30- Trabalho em grupos sobre o tema: "Prioridades de atuação do MNDH a curto, a médio e a longo prazos"

17h - Plenária sobre o trabalho grupal. Coordena a mesa: Valéria Getúlio

19h - Jantar

20h - Síntese das propostas sobre a geopolítica do MNDH. Secretariado Nacional

20:30- Trabalho em grupos sobre as propostas de geopolítica do Movimento

22h - Lazer

29 de janeiro de 1994, sábado:

8h - Café

9h - Plenária sobre o trabalho grupal de sexta à noite sobre geopolítica, estrutura econômico-financeira e administrativa do Movimento. Coordena: Oscar Gatica

13h - Almoço

15h - Eleição das instâncias diretivas do Movimento. Coordenam: Pedro Wilson, Marcelo Frank e Oscar Gatica

18h - Encerramento

19h - Jantar

9.3. TEMA DO ENCONTRO/CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

É sugerida a releitura das resoluções constantes do relatório do CN/SN sobre a reunião em Brasília, de 7 a 12 de dezembro de 1992, item 12.5.

10. **PREMIO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS/1993**

O CN/SN debaterão em julho, em Goiânia; formas para agilizar a participação das entidades filitadas ou não ao MNDH no proceso de indicação de nomes de pessoas e entidades. A Coordenação do CN e o SN sugerem que sejam entregues dois prêmios já a partir da escolha deste ano.

11. SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA DA SEDE

Os trabalhos da nova fase administrativa da sede nacional prosseguem normalmente, com base nos critérios constantes nos itens 4 e 5 das resoluções do CN/SN de dezembro de 1992.

12. REUNIÃO DO CONSELHO E SECRETARIADO NACIONAIS EM GOIANIA, EM JULHO/1993

Data: 8 a 11 de julho de 1993

Local: Instituto São Francisco, Rua 222, Setor Coimbra.
Telefone: (062) 233 0284

Participantes:

16 Conselheiros (2 por Regional)
Secretários(as) Executivos(as) Regionais
Secretariado Nacional
Assessora do CN/SN (Mariza)
Assessores convidados (Décio, da assessoria da bancada do PT na Câmara dos Deputados/ José Geraldo-UnB/ Maria José-CPT/ Wellington-INESC/ Pedro Sérgio-IBRACE/ Nelson Saule Junior-POLIS)

PROGRAMA E PAUTA:

7 de julho, quarta-feira:

Durante o dia: chegada dos participantes

19h - Abertura

8 de julho, quinta-feira

TEMA DO DIA: REVISÃO CONSTITUCIONAL

8h - Café

8:30 - Grupos de trabalho:
Grupo 1 - Organização, papel do Estado e políticas sociais. Assessor: José Geraldo (UnB)

Grupo 2 - Direitos sociais. Assessores: assessoria do deputado federal Paulo Paim (PT/S) E Maria José (CPT Nacional)

10h - Cafezinho

10:30- Grupos de trabalho:

Grupo 1 - Ordem econômica, Direito Urbano e Direito Ambiental. Assessores: Nelson Saule Jr. (Polis) e Pedro Sérgio dos Santos (IBRACE)

Grupo 2 - Direitos e garantias constitucionais da cidadania. Assessores: José Geraldo

12h - Almoço

14h - Grupos de trabalho: Grupo 1 - Direito Indígena. Assessoria: CIMI

Grupo 2 - Controle externo do Poder Judiciário. Assessoria: Décio (Bancada PT)

16h - Cafezinho

16:30- Grupos de trabalho: Grupo Único - Priorização de leis complementares à atual Constituição. Assessoria: Décio e Wellington (INESC)

18h - Jantar

19:30- Apresentação dos resultados dos grupos e tomada de decisões

22h - Lazer

9 de julho, sexta-feira: TEMA DO DIA - ENCONTRO NACIONAL

8h - Café

8:30 - Apresentação e discussão da proposta da coordenação do CN e SN para o encontro de Salvador

9:30 - Debates e esclarecimentos

12h - Almoço

14h - Continuação dos debates

16h - Cafezinho

16:30- Definições finais sobre o tema

18:30- Jantar

20h - Lazer

Dia 10 de julho, sábado

8h - Café

8:30 - Apresentação de propostas sobre a escolha do Prêmio Nacional de Direitos Humanos

10h - Cafezinho

10:30- Apresentação das teses e propostas sobre a geografia do Movimento (trabalho em grupos)

12h - Almoço

14h - Apresentação dos resultados dos grupos e tomada de decisões

16h - Cafezinho

16:30- Discussão sobre Banco de Dados Nacional e debate

18:30- Jantar

20h - Lazer

Dia 11 de julho, domingo

8h - Café

8:30 - Apresentação dos relatórios de atividades e relatório financeiro do primeiro semestre de 1993/Planejamento do segundo semestre/Relatórios sobre a Conferência de Viena e visitas às agências

9:30 - Debates

10:30- Cafezinho

11h - Informes Regionais e calendário geral do segundo semestre

12h - Almoço

14h - Continuação dos informes e calendário

15h - Cafezinho

16h - Encaminhamentos finais

18:30- Encerramento e jantar

13. SEMINARIO SOBRE CIDADANIA E REVISAO CONSTITUCIONAL.

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D" - 10º andar - Sala 1001 - Fone: (061) 225-3337 - Fax: (061) 225-7157
CEP: 70.316-900 - Brasília-DF

PERSPECTIVAS

O Movimento será um dos copatrocinadores, ao lado da ANAP, CIMI, CPT, OAB e FASE, de um seminário sobre cidadania e revisão constitucional/perspectivas, destinado a advogados das lutas sociais, a ser realizado de 28 a 31 de julho próximo, em Brasília.

Haverá 200 participantes de todo o país, a maioria dos quais da própria ANAP. As inscrições estarão abertas até 10 de julho, na sede do Movimento, em Brasília. Os participantes e/ou suas entidades deverão cobrir os gastos de passagens. A hospedagem e a alimentação serão por conta das entidades organizadoras e copatrocinadoras.

Será debatida a seguinte temática: 1. Organização e papel do Estado e políticas sociais; 2. Direito Indígena; 3. Direitos Sociais; 4. Ordem Econômica, Direito Urbano e ambiental; 5. Direitos e garantias constitucionais da cidadania.

14. ASSEMBLÉIA GERAL DA AGEN

A revisão estatutária será o tema central da assembléia anual da Agência Ecumênica de Notícias, em 30 de julho próximo. Como entidade sócia fundadora, o Movimento será representado, na assembléia, por Valéria Getúlio. A AGEN enviará proximamente o anteprojeto de reforma estatutária.

15. CAMPANHHA CONTRA A IMPUNIDADE

Os conselheiros e secretários regionais deverão levar para Goiânia, em julho, todo o material sobre os casos mais notórios de impunidade nos seus Regionais. Antes disto, a AGEN estará publicando matérias sobre esses casos. O Movimento elaborará cartazes sobre os temas mais destacados, ou seja, sobre os caso mais notórios e levará também, caso sejam recebidas anteriormente, essas denúncias para a Conferência de Viena.

16. SUSTENTAÇAO FINANCEIRA DOS REGIONAIS

Durante a reunião de Goiânia, em julho, deverá ser reservado um momento para uma reunião específica da coordenação do Conselho, SN e Secretários Executivos Regionais sobre a questão da sustentação financeira dos Regionais.

17. ORGANIZAÇAO INTERNA ATUAL DOS REGIONAIS

Um levantamento sobre a atual organização interna dos Regionais, feita em Itapecirica, indica o seguinte quadro:

Centro/Oeste: 2 conselheiros nacionais e 2 suplentes, 1 representante por estado, mais um suplente e uma secretária executiva, que formam o Conselho Regional. Os programas são

assumidos pelos representantes estaduais.

Sul 2: 2 conselheiros nacionais, um secretário executivo regional, 1 representantes do PR no Conselho Regional, coordenadores estaduais em SC e RS, responsáveis pelos programas de formação, violência e comunicação no RS e SC que formam todos o Conselho Regional.

Sul 1: 2 conselheiros nacionais e 2 suplentes, 1 secretária executiva regional, 4 coordenadores de subcomissões. Os 2 conselheiros nacionais os 4 coordenadores de subcomissões formam a Coordenação Regional, todos eleitos em encontros regionais.

Leste 1: 2 conselheiros nacionais, 1 secretária executiva regional, 3 conselheiros estaduais do Rio, 3 conselheiros estaduais do ES. Todos eles acumulam coletivamente os programas e formam o Conselho Regional.

Leste 2: 2 conselheiros nacionais, 2 suplentes, 1 secretária executiva regional.

Nordeste: 2 conselheiroos nacionais e um suplente nacional,
1 secretária executiva regional e um conselho fiscal, além de subcomissões de solo urbano, criança e adolescente, violência urbana e violência rural. Os conselheiros nacionais e o suplente formam o Conselho Regional.

Norte 1 e 2: 2 conselheiros nacionais e 2 suplentes, uma secretária executiva regional, cinco coordenadores de microregiões. Formam o conselho regional. Os programas são assumidos coletivamente. Os dois regionais têm a mesma estrutura.

O levantamento preliminar indica que apenas dois regionais (Sul 1 e Leste 1) têm regimentos internos. Os Regionais devem enviá-los à sede para que sejam socializados com todos os outros, para discussão e conhecimento dos regimentos internos.

18. COMISSÕES QUE ATUAM NOS DIVERSOS REGIONAIS

A realidade atual do Movimento indica, nos Regionais, uma acentuação do trabalho temático através de comissões específicas, agrupando diversas entidades filiadas. Este trabalho também é feito em parceria com outras entidades fora do quadro de filiados do Movimento.

São seis essas comissões:

1. Criança e Adolescente

2. Moradia e Solo Urbano

3. Racismo e Discriminação

4. Mulher

5. Violência Urbana

6. Violência Rural

Os atuais Programas de Formação e Comunicação aparecem como atividades que perpassam todos esses trabalhos. O Banco de Dados começa a se estender ao conjunto do país com uma característica de serviço/instrumento.

19. SEGUNDA TESE DA COORDENAÇÃO DO CONSELHO E SECRETARIADO COM VISTAS AO ENCONTRO NACIONAL DE 1994

Na reunião de Goiânia (11 a 13 de janeiro de 1993), a Coordenação do CN e o SN discutiram uma primeira tese sobre a nova geografia do Movimento, incluindo instrumentalmente, na expressão "nova geografia", tudo o que se refere à nova etapa do MNDH a partir do encontro nacional de 1944, em Salvador. Em outras palavras, ao falar de "nova geografia", essas instâncias entenderam estarem falando do perfil, caráter e características do Movimento, de sua projeção, de sua estrutura e organização interna, das instâncias de direção e representação de suas bases, das alianças e arituculações, entre outros itens.

Nesta reunião de Itapecirica, a Coordenação do CN e o SN retomaram essa primeira tese e refletiram profundamente sobre todos os seus aspectos, reafirmando alguns pontos e reformulando outros.

Foram colocadas várias premissas para essa contribuição do Movimento:

1. Ao formularem essas reflexões, com vistas a 1994, as instâncias diretivas consideram que estão cumprindo o papel de acionar uma discussão necessária por parte de todas as demais instâncias do MNDH, nas bases e nos Regionais e no plano nacional;

2. não se trata de formular dogmas, nem de defender visões estáticas e sectárias, mas de preparar, desde agora, com todo o cuidado e atenção, uma discussão que não poderá ser iniciada em Salvador. Pelo contrário: Salvador será o momento para que essa discussão seja completada com decisões e encaminhamentos que contemplem o acúmulo dos debates nas entidades locais, estaduais, regionais e de abrangência nacional;

3. é urgente, do ponto de vista do CN/SN, que essa discussão seja priorizada;

4. Além de ser priorizada, a discussão deve ser socializada para permitir que todos dela.compartilhem.

A partir dessas premissas, um primeiro entendimento da coordenação do CN e SN é o de que é muito importante e fundamental o fortalecimento do Movimento nos Estados. Fortalecimento aí quer dizer não somente a constante qualificação do trabalho das entidades filiadas, mas também o incentivo à formação de novas entidades de direitos humanos e todo um trabalho de parceria, articulação e alianças com outras organizações da sociedade civil. é o que, aliás, foi recomendado no encontro nacional de Brasília.

A discussão básica sobre a geografia do Movimento, em sentido estrito, ou seja, sobre a sua atual repartição geográfica em oito Regionais, deve ser feita, evidentemente, pelos próprios Regionais.

Quanto aos Regionais, a proposta é que sejam fortalecidos com.a representação de cada Estado, como já acontece hoje e que os Regionais com um só Estado debatam a experiência das microregiões, para agilizar o trabalho.

SECRETARIADO NACIONAL

A reunião de Itapecirica debateu a questão do Secretariado nacional a partir da constatação de que existem dois modelos, dois paradigmas, para a sua constituição: 1. O modelo atual centrado nos programas e na secretaria executiva nacional; 2. um outro modelo baseado no apoio às atividades nacionais, independentemente e em termos cooperativos com os programas. Ou seja, os dois modelos são válidos.

A proposta da reunião é a de que o Secretariado tenha quatro integrantes, dos quais dois liberados para trabalhar com base em Brasília e dois semi-liberados, com a continuidade da gestão coletiva da atuação do Movvimento, em termos executivos.

Em outras palavras, não se trataria de eleger um secretário para um programa, outro para outro, mas de eleger um colegiado executivo que assuma suas tarefas em nível nacional, de acordo com as linhas traçadas no encontro nacional e encaminhadas pelo Conselho Nacional, como instância política do Movimento.

SECRETARIAS EXECUTIVAS REGIONAIS

A necessidade de uma pessoa liberada, pelo menos parcialmente, nos Regionais, para as tarefas da Secretaria Executiva Regional, é outra realidade evidente, para a qual o Movimento deve preparar-se.

TENDENCIA DE TEMATIZAÇÃO

A prática vem indicando, por outra parte, uma forte tendência de atuação, a nível regional, das entidades do Movimento, em cima de temáticas específicas, com comissões, subcomissões e/ou grupos de trabalho. Como já foi dito, a formação e a comunicação perpassam e apóiam os trabalhos em todos esses campos. A idéia é a de aprofundar o estudo sobre essa nova ênfase dentro do Movimento, nascida da práxis.

PERIODICIDADE DAS REUNIÕES DAS INSTANCIAS

É sugerida, nesta segunda tese, uma nova periodicidade para as reuniões das instâncias do Movimento:

Encontros Nacionais - de três em três anos (algumas razões: fortalecimento do trabalho nas bases locais, estaduais e regionais; custo)

Reuniões do Conselho Nacional - duas vezes por ano, com cerca de uma semana de trabalho cada uma.

Encontros Regionais - uma vez por ano

Reuniões dos Conselhos Regionais - duas vezes por ano

Reuniões do Secretariado Nacional e da Coordenação do Conselho - quatro vezes por ano

Comissões temáticas - ritmo de reuniões determinado pela sua prática

Ficam, portanto, colocadas essas discussões e posições para que os companheiros e companheiras possam continuá-las e aprofundá-las.

20. REFLEXÃO SOBRE O TEMA DO ENCONTRO NACIONAL DE 1994:

A questão dos direitos humanos na perspectiva dos próximos anos e do início de um novo século defronta-se com novos, antigos e permanentes desafios. O quadro mundial apresenta uma realidade de globalização, marcada pelo fosso que separa o Norte e o Sul. Dentro dessas próprias regiões, persistem aprofundam-se e não tendem a desaparecer, a curto, médio e a longo prazos, os grandes contrastes entre minorias enriquecidas e maiorias excluídas e marginalizadas.

O apartheid social ganha, inclusive, uma conotação "legal", uma legitimidade forçada. Em sua expressão política, traduz-se por exemplo, na tentativa de legitimar a violação da soberania e da autodeteminação dos povos. Prevalece, cada vez mais, a lógica do mercado global, que transforma os países e as nações em unidade de negócios, disputadas pelos grandes deste mundo (G-7).

O desafio do liberlismo absoluto, do laissez-faire, não é novo. É reapresentado sob o manto da modernidade e da pós-modernidade, através do neoliberlismo. O mundo é visto, pelos seus pretensos donos, como um campo imutável para que o capital continue reproduzindo-se e imperando.

Novas questões apresentam-se como realidades e desafios: a questão ambiental, que afeta a ricos e a empobrecidos e coloca em risco a sobrevivência da Terra; os aspectos econômicos, ecológicos e éticos dos avanços científicos nas áreas da engenharia genética, da bioética, da informática e da telemática; a crescente organização da mulher para exigir a mudança de um modelo machista de organização da vida e da sociedade: a crescente consciência étnica, que não se confunde com etnocentrismo e xenofobia.

Os protagonistas de todas essas lutas somam-se cada vez mais ao Movimento Nacional de Direitos Humanos, seja através da entrada de entidades dessas áreas nos quadros do MNDH, seja através de uma crescente parceria e de ações articuladas.

Em todo esse contexto, a exigência da democracia aparece em todas as lutas. Aparece, contudo, ligada indissoluvelmente à vigência de uma democracia que não se resuma somente aos aspectos representativos e formais, mas inclua, necessariamente, o enfrentamento e a solução do gravíssimo problema da exclusão social, política, econômica e cultural.

Diante de um quadro tão complexo, uma primeira atitude é de angústia e até mesmo de desespero, diante desta nova etapa da barbárie. em temos puramente racionais e lógicos, não se pode ter uma visão otimista. A atual "ordem" mundial não está pensada para um período de curto prazo. Está estruturada para se consolidar neste fim de século e no próximo.

A idéia de que isto não poderá continuar sempre assim alimenta-se nas motivações profundas de fé religiosa ou humanista. Crer na vida é uma motivação que evita a queda no desespero niilista. Até mesmo porque a vida é dinâmica e assume novas forma, novas dimensões, diante dos desafios. Em outros momentos da história, outros homens e mulheres terão certamente pensado que nada mais iria mudar o mundo.

De toda maneira, o Movimento - como, aliás, todos os militantes, pessoas e organizações - deve aprofundar, com profundo realismo, o estudo sobre o estado atual do mundo e suas perspectivas. E em cima disso traçar as suas linhas e programas de atuação.

21. AGENDA NACIONAL

Agenda cumprida até agora:

Janeiro

1 a 13 - coordenação do CN/SN em Goiânia

8 a 11 - Reunião Preparatória Cartilha sobre o plebiscito e programa radiofônico em Terezina-PI

11 a 13 - Reunião coordenação Conselho e Secretariado - Goiânia

20 - Reunião da Pró-Central de Movimentos Populares e MNDH sobre fome. Valéria

21 e 22 - Seminário sobre violência promovido pelo Regional Centro-Oeste, através do IBRACE, CPT e IFAS. Participantes pelo Movimento: Irene, Dimas e Chang

29 - Reunião com a Pró-Central em SP sobre fome. Dermi

30 - Reunião da articulação contra o racismo e a discriminação, com a presença do MNDH, CLAI, OAB, CONIC, Movimento Democrático contra o Nazismo e Instituto do Negro. Local : sede da AGEN. Pelo Movimento: Dermi, Madalena e Roque

Fevereiro

1 a 5 - Curso de processo penal em Belo Horizonte. César e Valéria

2 a 6 - Assembléia Regional Nordeste em Fortaleza, Roque

4 - Reunião em São Paulo: Reunião do Fórum Estadual de ONG's. Pelo Movimento: Madalena

8 a 10 - Visita à CESE sobre projeto história MNDH, Roque

13 e 14 - Encontro estadual sobre o Mercosul, promovido pelo Regional Sul-2.Em Rio do Sul(SC). Roque e Ana

18 a 23 - Carnaval

Março

4 - Reunião Pró-Central de Movimentos Populares, SP, Dermi

6 - Encontro estadual criança e adolescente, Passo Fundo, RS, Roque e Ana

10 - Fórum contra a violência no campo, Brasília, Valéria

12 a 14 - Reunião da Pró-Central dos Movimentos Populares, SP, Madalena

23 - Reunião campanha contra a fome, sede CUT Nacional, SP, Valéria, Dermi e Madalena.

24 e 25 - Reuniões no Rio (IBASE) sobre Conferência de Viena e contatos com AJUP (Fórum violência campo) e CERIS (projetos). Valéria

26 a 28 - 13a. Assembléia do Regional Centro-Oeste, Goiânia, Valéria, Pedro Wilson

27 - Reunião da Articulação Anti-Racista, SP, Dermi e Madalena

27 a 28 - Seminário Regional sobre o Mercosul, Sul 2, Caxias do Sul, Roque e Ana

28 a 30 - Julgamento mandante assassinato Marçal de Souza, Ponta Porã, MS. Dermi

29 e 30 - Avaliação ONG's do Nordeste, em Recife, Roque, Aldenice e Eduardo

Abril

2 a 4 - Reunião do Comitê contra a fome, SP, Madalena

5 e 6 - Secretariado Nacional em Brasília

7 - Reunião com advogados do CIMI, Brasília, Valéria

14 - Reunião preparatória de ONG's para Conferência de Viena, Valéria, Fermino Fecchio

15- Reunião/seminário no Itamaraty entre governo federal e ONG's sobre Viena, Valéria, Fermino

15 a 18 - Encontro estadual do ES, Seminário sobre Política de Comunicação e debates, em Vitória e Serra, Dermi

21 - Plebiscito sobre sistema e forma de governo

22 e 23 - Reuniões em Salvador sobre encontro nacional de 1994, Valéria

24 e 25 - Reunião do colegiado da ANAP, Brasília, Valéria

27 - Reunião da Articulação Anti-Racista, SP, Dermi e Madalena

29 - Encontro de entidades do DF filiadas ao Regional Centro-Oeste. Valéria

30 - Viagem de Madalena à Europa

Maio

1 - Dia Mundial dos Trabalhadores

3 - Visita à asembléia da CNBB em Iaici. Dermi

4 a 7 - Reunião da Coordenação do CN e SN em Itapecirica da Serra-SP. Pelo Conselho, Oscar Gatica

8 e 9 - Seminário sobre banco de dados e violência criminalizada. Dois representantes por Regional, um dos quais responsável pelo projeto e outro um técnico em informática, São Paulo

10 - Reunião do CEPIS, SP, sobre Viena, Valéria

12 e 13 - Reunião do Comitê contra a Fome com comunicadores, SP, Dermi

13 - Seminário sobre trabalho escravo, Brasília

28 - Viagem Dermi à Europa

29 - Encontro estadual do Sul-2 (RS) para analisar integração MNDH/entidades de direitos humanos do Cone Sul em Porto Alegre. Roque

29 e 30 - Encontro latino-americano de ONG's para Viena. Em Quito, Valéria

Junho

Seminário Regional sobre violência Leste I

4 - Viagem Valéria à Europa

4 a 6 - Oficina de Planejamento estratégico estadual, Regional Leste I

5 e 6 - Seminário sobre Central dos Movimentos Populares, em SP, Fermino

15 - Viagem da Marisa à Itália

16 a 28 - Seminário estadual Reforma Agrária e Reforma Urbana - O desafio da integração - Vitória-ES Oscar Gatica

25 e 26 - Seminário do Regional Sul 2 sobre revisão constitucional. Caxias do sul. Roque e Ana

15 e 26 - Seminário Revisão Constitucional e direitos humanos - Serra-ES. Oscar Gatica

28/5 a 3/7 - Conferência de Viena e contato com agências. Dermi e Valéria

Julho

3 a 8 - 1a. Semana da Consciência Krenak, Resplendor-MG, Oscar Gatica

8 a 11 - Reunião do Conselho Nacional (pleno) e Secretariado Nacional. Pauta: 1. Síntese dos seminários regionais realizados no primeiro semestre sobre revisão constitucional; 2. Detalhamento do encontro nacional de 1994, Goiânia

17 e 18 - Seminário Regional sobre Reforma Constitucio nal, Rio de Janeiro, Regional

19 - Viagem do Roque à Itália

26 a 30 - Assembléia Geral do CIMI, Goiânia, Pedro Wilson

30 e 31 - Assembléia geral da AGEN, SP, Valéria e Fermino Fecchio

28 a 31 - Seminário sobre revisão constitucional,ANAP/MNDH e outras entidades, Brasília

31 a 1/8- Assembléia Regional Norte 1 em Manaus. Valéria

Agosto

7 e 8 - Seminário para operadores jurídicos sobre Revisão Constitucional, Lages, SC, Ana

28 e 29 - Seminário Regional Sul 2 sobre Politcia de Comunicação, em Rio do Sul/SC, Dermi

30 e 1/9- Encontro estadual de Moradia, Vitória/-ES, Oscar Gatica

Setembro

3 a 5 - Conselho Nacional (Coordenação) e SN, Brasília. Pelo Conselho: Pedro e Oscar

6 a 12 - Oficina de Comunicação, Encontro Estadual do ES, Dermi

11 - Reunião do Conselho Regional Sul 2, Lages, SC, Roque e Ana

Outubro

25 a 29 - Assembléia de fundação da Central dos Movimentos Populares, Belo Horizonte, Marcelo e Fábio

29 a 31 - Reunião da coordenação do CN e SN em Salvador. Oscar

Novembro

2 e 3 - Reunião plenária do Conselho Nacional e SN em Salvador

13 e 14 - Assembléia do Regional Sul, em Lages/SC. Roque, Ana e Valéria

Assembléia Regional Centro-Oeste (data a marcar). Dermi

Dezembro

6 a 8 - Coordenação do CN e Secretariado em Caxias do Sul/RS, Marcelo

10 - Dia Mundial dos Direitos Humanos

25 - Natal

Janeiro/1994

1 - Dia Mundial da Paz

20 - Reunião plenária do CN e SN em Salvador

25 a 29 - Encontro Nacional 1994

Participaram da reunião da coordenação do CN e do SN: Oscar

Gatica (CN), Valéria Getúlio, secretária executiva, Roque Grazziotin, secretário de formação e Dermi Azevedo, que redigiu este relatório.

Itapecirica da Serra, 7 de maio de 1993

Coordenação do Conselho Nacional/Secreatriado Nacional

CEDIM

MNDH

MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

SDS - Ed. Venâncio VI, bloco O, 39, sala 109, 70302, Brasília, DF - (061) 225 - 3337

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

PROGRAMAS: FORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E VIOLÊNCIA

CEDIM

26 a 29 de julho de 1990

Brasília - DF

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Programas: Comunicação, Formação e Violência

Brasília - 26 a 29.07.90

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO
2. PROGRAMA DESENVOLVIDO

Dia 26.07 - Abertura

.Informe - A questão da Violência, Comunicação e Formação no MNDH

.Aprovação do programa

Dias 27/28 e 29/07

.Explicitação de algumas categorias de análise de experiências e da conjuntura

.Análise da Conjuntura
Trabalhos por programa:
-Relato de experiências sistematizadas
-Análise da experiência escolhida
-Propostas de trabalho 90/91

.Metodologia da Práxis

.Avaliação do Seminário e encaminhamentos
(Pró-Central/Prêmio Nacional)

3.CONSIDERAÇÕES

4.ANEXOS
I - Programa do Seminário
II - Participantes

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório contem a sistematização do Seminário Nacional de Direitos Humano - Comunicação, Formação e Violência - realizado em Brasília, nos dias 26,27,28 e 29 de julho de 1990.

A palestra sobre o Socialismo e as experiencia apresentadas pelos Regionais, não estão reproduzidos, neste documento. Os

Regionais interessados poderão solicitar cópia junto à Secretaria Nacional, em Brasília

O conteúdo aqui apresentado está descritos no índece.

O trabalho desenvolvido por programas consta no texto de forma agrupada, a fim de que pudessemos facilitar ao leitor uma visão de conjunto.

Nosso compromisso assumido no Seminário, reafirmou um dos primcipais princípios da Carta de princípio do Movimento: estimular a organização do povo, para que se conscientize de sua situação de opressão, descubra formas para conquistar e fazer valer seus direitos e para se defender das violências e arbitrariedades, promovendo, em todos os níveis, uma educação social e política para os direitos humanos. Este esforço deve possibilitar que o homem trone-se cada vez mais sujeito da transfromação das atuais estruturas.

2.PROGRAMA DESENVOLVIDO

Dia 26.07.

A abertura do Seminário Nacional de Direitos Humanos aconteceu com o pronunciamento do Secretário Executivo do MNDH, Augustino Veit; a apresentação individual dos participantes dos 8 regionais; dos delegados de outras instituições nacionais e internacionais, a discussão e aprovação do programa e a comunicação sobre as questões de Comunicação, Formação e Violência na história do MNDH.

Abertura

O seminário iniciou com a apresentação dos delegados dos oitos regionais, do assessor: Marcos Arruda, da representante do CEA-Chile: Lorena Scalona, dos responsáveis pela Secretaria Nacional de Violência: José Benatti; Formação: Marisa Virgínia Formolo Dalla Vecchia; Comunicação: Dermi Azevedo e a representante da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE): Cleide Delmar.

Após a apresentação houve o lançamento do livro: **Imagem Reflexiva**, de Jofre Masceno que contém um registro de um grupo de trabalhadores rurais, sem terra, no acampamento junto à BR 153, saída leste de Goiânia. Destacamos esta obra por ser um documentário que traduz pela imagem fotográfica, a participação e resistência na luta pela terra.

Jofre agradeceu e destacou o apoio do IBRACE (Goiânia), da Universidade Católica de Goiânia. Destacou ainda, a importância e a facilidade de trabalhar com a **IMAGEM**, não só com os envolvidos, mas com os que queremos comunicar e envolver na luta.

Foi feito, um destaque sobre a importância da sistematização dos trabalhos no MNDH, na área de Formação, publicado sob o título:

"Coleção: Direitos Humanos - no.1"

Informe: as questões da Violência, Comunicação e Formação no Movimento Nacional de Direitos Humanos: Augustino Veit, destacando alguns pontos funfamentais:

-Quero dizer um pouco das dificuldades que encontramos para organizar esse Encontro.É o primeiro que nós realizamos com os três programas juntos. Até então fizemos encontros onde discutimos as questões gerais. Já tivemos um encontro de formação e este é o primeiro onde reunimos pessoal encarregado da implementação dos três programas. Esse Seminário é muito importante, é histórico.

Acompanhei alguns regionais e deu para sentir o esforço muito grande para terem um mínimo de preparação. Achamos que este Seminário deve ser um dos mais importantes, porque vamos realmente ter que definir diretrizes, metodologia e instrumentos para a implementação dos programas, a nível nacional. E, por ser o primeiro seminário dos três programas, achamos importante fazer uma pequena retrospectiva histórica de como chegamos a esse ponto.

Nós, quando começamos em 1982, organizamos o 1o. Encontro Nacional com 33 entidades presentes. Tínhamos claro uma concepção dos Direitos Humanos, não mais restrita àquelas concepções tradicionais, entendíamos que falar de Direitos Humanos, era falar de uma gama de direitos políticos, sociais, econômicos e culturais que estavam sendo violados e não mais aqueles direitos apenas dos presos políticos.

Dentro desse leque que se abriu nos Direitos Humanos, tivemos que priorizar algumas áreas de atuação.

No primeiro. Encontro tiramos prioridades, não em termos de programas, mas em termos de bandeiras de luta: a questão da Violência, Trabalho e da Terra.

Seguimos com essas três prioridades, se não me engano, até o terceiro Encontro Nacional, quando a partir do quarto, Encontro incorporamos como prioridade a questão da Constituinte, para a fase preparatória e já começávamos a falar da necessidade de preparar a Constituinte.

No quinto Encontro, que foi em 1988, mudamos a prioridade, deixamos trabalho, terra e constituinte e priorizamos a questão da Comunicação e da Formação, como meios para trabalhar a questão da Violência. No 5o.Encontro não foi tirado como programa,o que foi feito na primeira reunião do Conselho, que se realizou em Petrópolis. Lá é que implementamos como programa esses três pontos: Violência, Formação e Comunicação e até agora,- vejam que isso foi em 1988 - não temos conseguido juntar e tirar uma política crítica, uma concepção metodológica nossa, conjunta, nos três programas. Por isso que eu digo que este seminário é o primeiro e daí a sua importância.

Uma crítica que nós poderíamos fazer é: em que avançamos? Só depois do sexto.Encontro é que conseguimos definir um pouco mais a nível de concepção metodológica essas questões. Acho que a crítica que tem que ser feita é que não atentamos para a necessidade de elaboração mais metodológica do conjunto do Movimento, e trabalhamos as questões de forma muito pontual. Pegamos as questões em função de uma conjuntura. Na época achávamos que o trabalho era muito importante, então conjunturalmente trabalhávamos isso. Depois a conjuntura nos colocou a violência na terra, e toda a questão da Reforma Agrária e nós de novo em cima de uma avaliação conjuntural priorizamos as nossas bandeiras. Depois veio a Constituinte, também colocada para nós dentro da conjuntura.

Isso tem que ser avaliado, porque trabalhar as questões de forma pontual não nos traz uma qualificação como é exigida dentro do Movimento.

O grande avanço foi quando chegamos a esse momento em que tentamos tratar as questões temáticas, programáticas com uma concepção metodológica unificada dentro do Movimento. Isso está sendo um grande avanço, no nosso entendimento.

Não queremos de novo pegar de forma estanque a questão da Violência, da Formação, da Comunicação e trabalharmos isoladamente. Queremos trabalhar os três programas dentro de uma mesma concepção metodológica, buscando uma unificação maior do Movimento.

Eram essas colocações que queria fazer, para mostrar um pouco em que rumo vão caminhar nossos trabalhos estes três dias de encontro e a importância que o nosso encontro adquire.

Só uma questão: acho que um registro que também é importante para o Movimento, foi e está sendo, é dentro da preocupação que nós temos em não deixar as coisas soltas e produzir relatórios de forma muito espontaneísta, sem um registro categórico, que a Cleyde acho que poderia dar um depoimento da diferença que ela sente quando acompanha os trabalhos nos seminários, nos encontros e dos relatórios.

Aprovação do programa

.Objetivo do Seminário:

Avaliar e articular os programas de Formação, Comunicação e Violência, tendo em vista os princípios do MNDH.

.Função:

Ser uma "experimentação metodológica da construção coletiva do conhecimento e explicitar a integração da prática dos programas, no MNDH, respeitando a sua especificidade, tendo como atores fundamentais os militantes, na avaliação e análise das práticas, na perspectiva da transformação social.

Sabemos que é uma experiência nova para o MNDH articular a nível nacional, os três programas, mas é uma questão relevante, para que o Movimento não perca o caráter unitário, na diversidade de questões em que atua.

Dias 27, 28 e 29

No dia 27, o trabalho foi desenvolvido por programa, onde os integrantes das equipes apresentaram as experiências sistematizadas nos regionais ou nos Centros. Após a escolha de uma experiência, foi feita a sua análise em grupo, segundo categorias sugeridas e escolhidas. Em plenária foi avaliada a análise da experiência e a relação com os desafios conjunturais, a análise do socialismo na conjuntura nacional e internacional e a metodologia da práxis como uma opção metodológica para construir a transformação social. Os trabalhos finais se desenvolveram em grupos, a fim de avaliar o seminário e propor ações , por programa, por regional, apresentadas e sistematizadas em plenária.

O trabalho iniciou com uma explicitação , em plenária, sobre categorias que poderíamos usar na análise das experiências.

O mais importante para a apresentação inicial é a proposta do como fazer esse trabalho. Começamos pelos objetivos outra vez, para entendê-los melhor. Na verdade a gente está muito acostumado a

assumir que todo mundo tem a mesma concepção da coisa e quando pega e olha por dentro, vê-se que há uma diferença muito grande de concepção. Então é importante começar procurando homogeneizar a idéia que temos de avaliação.

A proposta desse Encontro é essencialmente de avaliação dos programas. A avaliação não como objetivo em sí, mas como meio para chegarmos a um planejamento articulado dos três programas. Esse é o objetivo maior. Fazer um plano que nos permita levar à prática uma ação articulada dos três programas. A avaliação é um passo indispensável.

Isso não é coisa só nossa, qualquer empresário faz isso todo tempo para poder planejar a ação da sua empresa e até o seu orçamento e sua realização durante o ano. Eles precisam primeiro avaliar o desempenho da empresa, e isso eles fazem, às vezes, até melhor que nós.

Na nossa perspectiva a avaliação é muito importante pela razão fundamental seguinte: ela significa partir da prática já realizada e do conhecimento acumulado, porque toda avaliação é uma teorização da nossa prática. é um momento que a gente recua e procura entender a prática, dentro de um contexto maior, procurando entender a prática com os impactos reais e não só intencionais que ela está tendo. É uma busca no fim das contas para examinar qual a compatibilidade que tem a prática com a proposta do objetivo que deu origem a ela. Tudo isso é avaliação, por isso ela é indispensável. E este, para o Movimento, é um momento crucial, por isso estamos dando um passo atrás do envolvimento de cada dia para refletir, teorizar, sistematizar essa prática e procurar com base nela, planejar uma ação muita mais coerente. é claro que na avaliação temos oportunidade de questionar os próprios objetivos a que tínhamos nos proposto. Este é um outro elemento importante, pois não só ela permite comparar a prática com os objetivos, mas ela permite também questionarmos se os objetivos estavam adequados ao projeto nosso a longo prazo e se estavam adequados com a realidade. Por exemplo: gnhar o município quer dizer que agora iremos construir ali o socialismo. Muito bem, está colocado aí o objetivo. E depois de dois anos de prática vamos avaliar e verificamos que não andamos um passo na construção de alguma coisa que pode apontar para o socialismo. é um bom momento de verificarmos se o objetivo estava adequado à realidade. Dá para construir socialismo como tal, um projeto socialista num município? Isolado de todo o país, de toda dinâmica da sociedade como um todo? E, subordinado ao governo capitalista e toda uma lógica capitalista que domina o país? Então é o momento de reavaliar o próprio objetivo, de modo que estamos agora no momento de por tudo em questão

Esta é a idéia da avaliação: colocar tudo em questão. E foi muito importante trazer esta proposta de não começar a avaliação aqui no encontro, mas começar a avaliação já antes. Esta proposta de todos os regionais trazerem avaliações já elaboradas, reflexões sobre a prática nos três programas de modo que a gente aqui pudesse mais que tudo compartilhar, afinar mais a nossa avaliação e principalmente socializá-la; criar uma avaliação que vai além dos regionais, que se torne uma avaliação do Movimento a nível nacional. E isso é justamente a base para que depois possamos fazer um

planejamento do Movimento a nível nacional e se desdobre num planejamento regional.

A outra dimensão fundamental que está aqui nos objetivos é questionarmos os métodos que temos adotado e compará-los com uma proposta metodológica global, que seja coerente com os objetivos que nos colocamos. Quer dizer, o modo como estamos fazendo o nosso trabalho está construindo aqueles objetivos ou não. Não é só o conteúdo do nosso trabalho que é importante, é o como estamos fazendo o nosso trabalho, o próprio processo de como fazer o trabalho está construindo ou não os objetivos a que nos propomos.

Essa questão metodológica é chave no encontro inteiro, por isso vamos avaliar a compatibilidade, a coerência entre os métodos e os objetivos.

Vamos colocar nesse ponto - A situação em que está o Movimento, e a realidade nossa, país, região, etc... (isso é o que chamamos AQUI e AGORA).;

Do lado de cá: nós temos o que podemos chamar de projeto. Um projeto de socialismo, um projeto de nova sociedade, projeto de nova mulher e novo homem e nova criança. Estão colocados adiante. Projeto quer dizer, jogar para a frente, é onde queremos chegar com o estudo.

Repare entre a realidade e o que pretendemos, existe um enorme abismo. E esse abismo é cheio de armadilhas. Por que? Porque colocado assim simbolicamente no quadro, ele pode aparecer como duas realidades iguais: a realidade atual e a realidade projeto de nova sociedade. Pode parecer que isso é um ponto colocado lá no futuro, que é uma espécie de estrada para o futuro e que a nossa tarefa é simplesmente andar por esta estrada, até chegar àquele ponto, que está nos esperando lá adiante. Tem muita gente que acha isso e teoriza com a idéia que foi muito criticada por Sérgio Schaefer, neste textinho que nós recebemos, de um socialismo que é individual, que vai acontecer no mundo como resultado das contradições atuais, ponto final.

Essa é uma idéia dogmática, doutrinária, que pode parecer muito materialista, dialética, mas que no fundo esconde uma visão metafísica da história. É a ilusão de que há um ponto de chegada já pronto nos esperando lá adiante, isso não existe um futuro já pronto, o que existe é passado e presente, o futuro está embutido nisto, nesse hoje, neste aqui e agora, tudo mais está para construir, tudo está para ser construído por nós num largo processo.

Isso aqui é mais do que tudo visão, projeto, uma coisa que jogamos hoje para adiante como visão, como pretensão, como farol.

De modo que mais que tudo este é um projeto de construção, não é nada pronto. E aí se trata de criar, de definir linhas de ação, que sejam capazes de nos levar até à construção desse projeto.

Essas são as linhas, as estratégias de ação. Por que estratégias? Elas são orientadas por grandes objetivos colocados bem adiante na história. Temos um trabalho muito grande por fazer agora, para definir essas linhas estratégicas, que orientem nosso caminhar, sabendo que isso aqui na verdade não existe, vai sendo construído no caminhar, como diz o poeta espanhol Antonio Machado, "Se faz o caminho ao andar". É no andar que vamos abrindo caminho, vamos construindo.

Outra questão fundamental para nós é qual é o ponto de partida?

O ponto de partida - projeto - é um ponto de partida fundamental para o objetivo que temos, mas esse é só uma parte do ponto de partida. É o chamado ponto de partida abstrato, o projeto é sempre uma abstração. Então, ter o projeto é fundamental. Para o ser humano ter um projeto é transceder o momento que estamos vivendo: O AQUI E O AGORA. Por isso, é tão fundamental termos clareza de nossos objetivos, como primeiro passo de nossa caminhada. E isso aí é característico do ser humano, nenhum outro ser do universo - que conhecemos até agora - tem esta consciência, esse grau de evolução da consciência que permita a eles "transcender" o aqui e o agora a que estamos amarrados.

O ser humano é o único ser que conhecemos, que tem esta capacidade de colocar seus objetivos, renunciando a benefícios imediatos em função de uma construção de médio e longo prazo, com uma visão de tempo que qualquer outro ser que conhecemos tem. E isso nos coloca em um ponto de partida, um ponto de partida abstrato, o projeto, os objetivos, de coisas que estão à distância para serem construídas desde agora, que viraram realidade mesmo não sendo "realidade" hoje.

Podemos dizer então "utopia". Só que uma "utopia" viável, que colocamos energia, vontade e ação para construir esta utopia; e transformá-la em "topia", isto é, em uma coisa no tempo e no espaço "real", materializada, construída.

Mas não é suficiente ter um projeto abstrato, nós temos que ter um ponto de partida comum e concreto. E esse ponto de partida concreto não é outro senão o AQUI E AGORA. Pois é fundamental - além de ter clareza do projeto - ter um profundo conhecimento da conjuntura, da estrutura e da dinâmica do Movimento, da realidade em que estamos.

Daí a importância de termos todos estes elementos articulados, para podermos fazer a "caminhada". E o caminho da avaliação é o momento de perguntar: como está o nosso projeto? Qual é o grau de adequação de realismo que tem nosso projeto? Qual é o grau de fundamentação, de adequação que tem ele? Quais são os conceitos, as categorias, as noções que são base desse projeto que temos como base? Elas são claras? São definidas? E qual é o grau de conhecimento da realidade atual, do Movimento, da região, do país, do mundo, das contribuições dessas realidades e dos fatores que determinam o Movimento para essa realidade? Qual é a clareza que têm as nossas "linhas" de ação estratégicas para que estejam orientando as nossas ações táticas imediatas, locais, particulares, específicas? Qual é o grau de conecção que as nossas ações imediatas e específicas têm com uma linha de ação mais geral e imediata de estratégia?

Tudo isso são questões para serem levantadas em nossa prática. A questão é até que ponto cada ação local, específica, imediata e tática está articulada com linhas de ação estratégicas não-imediatas, gerais e globais, ou regionais, nacional e global? Qual é o vício, distorção de uma ação tática não articulada com a estratégica? É o ativismo. Isto é, a ação imediata por ela própria. Estamos satisfeito de estar atuando e dizendo: "Pô estou trabalhando prá caramba". Mas sem se perguntar o que construi hoje em função

desse grande projeto, até que ponto eu/nós fomos um pouquinho que seja além do ponto que estávamos ontem ou antes dessa ação?

E essa resposta vem a partir de termos linhas estratégicas que estejam orientando nossa ação imediata. Essa que é a ligação entre a tática e a estratégia.

A TÁTICA é uma ação em cima de uma meta imediata. Mas essa meta não existe por si própria, ela só existe em função de alguma coisa mais além. Na guerra de onde vem todo esse universo de categorias o "além" é a vitória da guerra. Tudo o que tiver acontecido no palco da guerra, tem um aspecto tático. De ser só uma batalha ou uma ação que pode levar um pouquinho mais adiante, no sentido da vitória na guerra. Mas o grande objetivo estratégico é a vitória.

Ou então, um exemplo muito mais próximo de nossa experiência: um campeonato mundial de futebol. O objetivo maior é o campeonato mundial, cada partida que jogarmos até os treinos só têm um objetivo, que é fortalecer a nossa capacidade de ganhar o campeonato mundial.

É por isso que, às vezes, vemos um time jogar com bastante freio uma partida com um adversário meio fraco. Pôxa, mas deveríamos estar ganhando de 5 x 0 e estamos no 0 x 0? Que história é essa? A razão é estratégica, e o treinador acha que o time não vai precisar gastar todos os melhores jogadores, qualidades e esforços com um time de menor categoria. Tem que guardar os "bons" para uma partida mais difícil. Quer dizer, isto tem tudo a ver com essa questão dos objetivos de longo prazo e das linhas estratégicas que orientem a nossa ação imediata.

Agora somos chamados a avaliar a relação entre as ações que temos desenvolvido nos três programas e as linhas estratégicas que nos conduzem a grandes objetivos estratégicos. Estão em jogo para serem avaliados: os objetivos, sendo que estes são de vários tipos como os meios estratégicos e de longo prazo, significando os mais abrangentes, os mais gerais. E tem os objetivos mais imediatos, mais táticos.

Para justamente distinguir os objetivos estratégicos podemos colocar o nome de METAS como objetivos de mais curto prazo, isto é, tomar aquela montanha. Aquela montanha é só uma parte da guerra, está lá um forte do inimigo e temos que ir lá, cercar e combater até tomar, mas sem nos iludirmos de que aquilo já é a vitória da guerra. Temos que procurar conhecer as forças do inimigo, e as nossas, como também as fraquezas de cada lado, quantos soldados e armas vamos precisar para tomarmos aquela montanha; e quanto vamos economizar por parte. Tudo isso por quê? Porque a luta continua, a montanha não é a vitória na guerra.

Vamos avaliar os objetivos como se está avaliando as estratégias - as linhas estratégicas. Vamos estar avaliando as práticas, as ações mais imediatas, específicas e particulares. É um dos esquemas que podem nos ajudar a entender melhor o nosso objetivo. Agora aqui dentro temos uma série de coisas que também entram nessas categorias do roteiro sugestão.

Vejamos acontecimentos que podem ser: econômicos, políticos, sociais, culturais e ideológicos. É claro que isto tudo que fazemos no papel, no pensamento são exercícios de abstração do real, tentativas de apreender o real no plano do pensamento. O real é

aquele processo em si, esse é uma unidade. Alí, estão as dimensões econômicas, políticas, sociais, objetivas e subjetivas. Todas as dimensões articuladas e unificadas no real; separar isto artificialmente para pensar o real é um outro processo; é um processo que em parte podemos dizer que é um processo de "falsificação" do real. E o perigo é nos perdermos na falsificação e nunca voltarmos na realidade do real.

Por quê a falsificação? Porque para analisarmos o real (e como estamos ainda numa fase tão pré-histórica da humanidade) precisamos usar a razão, o raciocínio. O nosso processo de análise se dá por decomposição do real em partes, em aspectos, em fragmentos, para podermos olhar um de cada vez, para depois poder examinar a articulação que tem um com o outro, até chegar a uma visão de totalidade.

Análise - em grego quer dizer:"compartilhar, fragmentar para examinar".

É isso que vamos fazer e estamos fazendo cada vez que examinamos a realidade, decompondo-a em vários aspectos. Só que parar nisso é fatal. É nos perdermos ou perdermos a visão do real. E ficar perdido, amarrado em fragmentos da realidade. Uma parte indispensável do trabalho de reflexão crítica do real é a SÍNTESE. Que é a outra ação oposta à análise. É recompor a totalidade do real, reintegrar e rearticular o real na sua totalidade.

Este momento posterior ao da análise é indispensável, tendo que vir de "mão dadas" para ganharmos uma visão de totalidade. Que nunca é uma visão tão completa, sendo simplesmente uma aproximação maior do real no plano do pensamento, no plano da compreensão, do conhecimento. Por quê? Porque o real continua em movimento, se transformando. Ele geralmente é uma complexidade muito maior do que somos capazes de apreender com nossos instrumentos de conhecimento atuais.

Por mais que nos esforcemos, vamos estar apenas nos aproximando do "real concreto".

Daí a necessidade de estarmos sempre pesquisando, avaliando a atuação e planejando a nova etapa de ação sobre o real.

Escolhido o acontecimento, temos uma série de processos seguintes, sendo que o primeiro é redefinir os objetivos. No caso da avaliação estaremos examinando ou reformulando quais foram os objetivos desta ação que fazemos.

Sabemos muito bem quanta gente entra a atuar sem ter claro os objetivos, só pela "sede" de fazer alguma coisa. O nosso esforço é para que a nossa ação seja cada vez mais consciente, por isso é que devemos ter cada vez maior clareza do que queremos como ação, clareza sobre o objetivo da primeira questão.

Os objetivos eram adequados? Já que estamos em uma outra etapa em que já atuamos para realizar esses objetivos na prática, podemos nos perguntar eram eles adequados? Eram eles suficientemente abrangentes?

Tendo analisado o que chamamos de ponto de partida abstrato, que são os nossos objetivos, agora analisaremos nossos pontos de partida concretos que é a nossa ação como tal se desenvolvendo em determinados cenários, envolvendo certos atores que são eles próprios forças sociais e que, portanto, são dinâmicos e têm forças, fraquezas, debilidades, contradições e interesses.

Essas categorias que estão aqui colocadas, vão nos servir para examinarmos a ação como tal, para além dos objetivos, que foram um marco abstrato de nossa ação. Por exemplo, no caso dos meninos de rua, os cenários são, primeiro de tudo, a rua. O cenário da rua envolve uma quantidade de atores, desde os próprios sujeitos - os meninos de rua - as suas famílias, a polícia. Outro fator fundamental para os meninos de rua, é a população e a maneira como ela reage em relação às crianças e as instituições várias que estão ligadas à problemática delas, desde as instituições do Estado, FUNABEM, até a Igreja; grupo de ação em relação à criança abandonada, etc.

Todo esse conjunto de atores precisa ser mapeado e examinado ator por ator. Avaliando cada um deles segundo uma série de critérios. Para que? Para que vejamos desembocar na avaliação dos atores a questão fundamental da interação entre eles. Essa relação é: contraditória, conflituosa ou de aliança, de apoio mútuo em busca de determinados objetivos.

Aqui colocamos também o objetivo de cada grupo, ligados aos seus interesses.

Depois de descrever e examinar a ação como tal podemos chegar a avaliar a relação de forças. Só podemos avaliar a interação entre os atores, quando tivermos clareza das forças/fraquezas de cada um deles, dos objetivos, do caráter de alianças, de coalisão ou de conflitos desses interesses. Tudo isso é que nos permite, então, avaliar essa relação de forças entre os atores. Permite, também, responder a essa pergunta: quando é que cada ator está sendo sujeito ou objeto do processo e da ação também. O processo é o processo em si. A ação é a ação de nós enquanto Movimento sobre o processo.

Na nossa perspectiva a libertação tem a vez com a constituição dos atores sociais como sujeitos dos seus próprios processos. Será fundamental avaliar quanto cada ator está sendo, está se capacitando como sujeito.

A relação com a estrutura é a existente entre a ação local no imediato, ação conjuntural como todo o sistema que condiciona aquela realidade e aquele processo. Por exemplo: podemos passar a vida procurando construir casa onde os menores abandonados tenham onde dormir e comer. Qual é a relação entre esta ação e a estrutura que gera crianças abandonadas em nossa sociedade? A falta dessa correlação faz com que essa ação assistencial de criar casas e atender só, - não digo que não seja importante - mas atender só a necessidade imediata das crianças pode ajudar a perpetuar os fatores que geram crianças abandonadas.

A relação com a estrutura é quando nossa ação está só amarrada ao imediato, local, específico, e quando é que nossa ação aponta para os fatores estruturais da violação dos direitos humanos.

Em relação a TÁTICAS, dizemos que são todas as ações que estão amarradas a uma meta imediata, que tenham um âmbito mais específico e imediato - mesmo não locais - às vezes uma ação nacional, mas tática. Por exemplo: A luta para incluir na Constituinte propostas de artigos e de legislação sobre a Reforma Agrária, baseada no interesse dos trabalhadores da agricultura. Essa é uma luta tática a nível nacional e teve seu fim com a promulgação da Constituição. E ela se circunscreve numa luta ESTRATÉGICA maior que é a luta pela Reforma Agrária com participação dos trabalhadores da terra.

Essa é a dimensão tática de uma ação. Temos que examinar essa dimensão tática e quanto ela está articulada à dimensão estratégica da luta. Isto é, quanto é que as emendas que conseguimos fazer passar na Constituição - como legislação - contribuem ou não para a grande transformação na estrutura fundiária no campo brasileiro. Esta é a razão.

A que ESTRATÉGIA está conectada cada prática?

Finalmente PERSPECTIVAS.

Diante de tudo que foi examinado de nossa ação, essas perspectivas se dividem em duas.

A primeira pergunta das perspectivas é uma pergunta síntese: Qual é o caráter e o elemento mais marcantes que definem o movimento dessa ação?

Pode ser por exemplo: o ativismo desta ação, ou pode ser a profunda coerência da ação com os objetivos estratégicos. Agora podemos fazer a 2a.pergunta: Qual o marco determinante de nossa ação, ou do movimento da ação? Este é um aspecto, o outro, as perspectivas desta ação que significa o que vamos fazer para superar o ativismo que é traço dominante. Isto é, está amarrado às metas imediatas, não tem conecção entre a ação imediata conjuntural específica e os fatores estruturais determinantes.

Aí vêm as perspectivas que são, na verdade, examinarmos o que aconteceria, qual o cenário que podemos visualisar, caso continuemos atuando, como estamos, para onde vai a luta, para onde vai o processo.

E a outra pergunta é como corrigir, superar as deficiências que nós definimos, reconhecemos em nossa ação? Como superar a estreiteza, o ativismo, o imediatismo, o teoricismo, o distanciamento da realidade mais profunda? E que instrumentos utilizaremos para superar isso. Na verdade a visão perspectiva e prospectiva nos leva a um planejamento adequado de nossa ação futura, que é o grande objetivo deste Encontro.

Examinemos agora: METODOLOGIA e INSTRUMENTOS.

A METODOLOGIA, como conjunto de procedimentos orientados por determinados objetivos que nos permitem realizar determinada ação, usando determinados métodos, instrumentos teóricos, técnicas, conceitos, categorias, etc...Esse conjunto inclui os objetivos, as definições, as técnicas do "modo de proceder". Esse conjunto incluindo o "como" estamos fazendo, os objetivos e os instrumentos, as técnicas que usamos para realizar esse conjunto é a METODOLOGIA.

A metodologia é uma proposta em abstrato, é o conjunto de idéias de proposições sob "como fazer".

O MÉTODO, portanto, a concretização da metodologia numa situação concreta com objetivos determinados por um grupo determinado. A metodologia é um conjunto abstrato de procedimentos determinados por certos objetivos. O método é extraído da metodologia numa situação concreta por um grupo concreto. Mas,o que vamos avaliar, na verdade, são os métodos que criamos na nossa ação para realizar aqueles objetivos desenvolvendo a ação.

Vamos examinar e avaliar métodos de trabalho. Portanto, temos dois elementos de avaliação: conteúdo de nossa avaliação e métodos para pôr em prática aqueles conteúdos.

O método é importante porque às vezes você faz um trabalho de excelente conteúdo, mas aquele trabalhador que é a vítima da

violação dos direitos humanos vai ser um mero receptor de idéias, recebendo aquela enchente de idéias maravilhosas, daquele educador que sabe tudo, que é o agente dos direitos humanos. O conteúdo DEZ, método ZERO, porque não promoveu em nada a vítima dos direitos humanos a sujeito de um processo.

Assim, entramos na discussão sobre a relação nossa enquanto educadores dos direitos humanos e as vítimas dos direitos humanos, que estão reduzidas a objeto da história. A tarefa do educador se não for promovê-las a sujeito de sua própria história, e de seu próprio conhecimento, não é libertador. E, portanto, também somos violadores dos direitos humanos daquelas vítimas no momento em que temos conteúdo dez e metódo zero. Por isso, a importância de avaliarmos os métodos da relação nossa, inclusive, como educadores, comunicadores, ativista contra a violência.

Quando analisamos métodos enquanto instrumentos, por exemplo, na comunicação: o rádio, o jornal, o sociodrama, o discurso, a aula, um debate de grupo, chuva de idéias ou jogos são técnicas de comunicação de trabalhos coletivos, elas não têm importância em si, elas só têm importância enquanto contribuem para o método que desenvolva a capacidade dos participantes de se tornarem sujeitos de um conhecimento e de uma prática.

Se nosso objetivo é "fazer cabeças", vamos adotar método adequado para isso; se nosso objetivo é desenvolver sujeitos críticos, os métodos vão ter que estar adequados a este objetivo, e os instrumentos igualmente.

Os instrumentos são simplesmente técnicas para servir aos métodos que servem a estes objetivos.

Vamos examinar os instrumentos que estamos utilizando e qual o grau de coerência metodológica deles, e quanto eles estão servindo aos grandes objetivos que temos com a nossa ação pelos direitos humanos.

Análise de Conjuntura

A análise de conjuntura foi produzida pelo grupo de formação e coletivamente complementada pelos grupos da comunicação e violência.

Definimos, em vista desse próprio Encontro, que a análise será nacional, na técnica do campo de futebol, pois é o nosso cenário, e nesse jogo disputam dois times: o dos direitos humanos e dos violadores dos direitos humanos. Sendo que temos que definir que tipo de jogo faremos, definindo o nosso objetivo, que é: identificar, a nível nacional, os problemas dos direitos humanos nesse atual momento.

Análise inicial da conjuntura - Comissão de Formação

ARQUIBANCADAS

Reservas	Igrejas Conservadoras e Forças Armadas (bandeirinhas)
1. CUT	1. UDR

2. MNDH	2. Governo Collor
3. Partidos Populares	3. FMI
4. Setores Comprometidos da Igreja	4. Sindicatos Pelegos
5. Mov.Populares:Dívida Externa, culturais, sexuais, raciais, serviços	5. Sindicatos Patronais
6. Entidades de Assessoria	6. Polícia
7. Alguns Gov.Munic.Populares	7. Grandes empresários
8. Setores Universitários	8. MCS
9. Setores do meio artístico	9. Partidos conservadores
10.Sindicatos combativos	10.Sistema Educacional
11.Setores Progres.Igrejas	11.Movimentos Populares

Juiz=Estado

Time Direitos Humanos	Time dos Violadores

Onde está e quem é a bola?
Onde está a massa desorganizada?

Assim, no nosso time vimos que jogam: a CUT, o MNDH, partidos populares, movimentos populares, raciais,sexuais, etc..., alguns setores universitários, das igrejas e do meio artístico; entidades de assessoria...

No outro time jogam: a polícia, o governo Collor e todo o seu aparato, os MCS, UDR, os sindicatos pelegos, patronais, os grandes empresários, partidos conservadores, toda as alas conservadoras da Igreja, da sociedade... e também o movimento popular conservador, pois às vezes jogam fortalecendo o time dos violadores inconscientemente ou se deixando manipular.

O juiz dessa partida é o Estado que se diz neutro; um dos bandeirinhas é a Igreja conservadora e o outro são as Forças Armadas que dão sustentação ao sistema, por isso não são neutros, mas aparentam sê-lo.

Vimos também que no campo têm as posições: uns mais à frente, outros mais atrás, alguns na defesa, mas o importante para nós é saber: quem é a bola? o que é a bola? e onde ela está? Onde está a massa desorganizada da sociedade?

Algumas pessoas do grupo até acharam que a bola é essa massa. Mas será que o povo é a bola, ou estaria na arquibancada sentado, enquanto estamos jogando por ele?

É importante saber da bola, pois é ela que define as relações de forças, as contradições. O povo desorganizado de fato está na arquibancada? A bola é de fato o poder? - pois a luta dos dois times é pelo poder.

É importante discutir, também o movimento popular e suas relações consigo mesmo, discutindo a questão da Central dos Movimentos Populares. Eles são combativos e jogadores nossos. O MNDH tem uma relação muito maior com o movimento popular do que com o movimento sindical, e se não analisarmos direito podemos estar comprometendo o nosso próprio trabalho. Temos que ver que só por sair do povo "espontaneamente" não significa que vá ser

progressista, prova disso é a CGT e a eleição do Collor. Existe o movimento popular clientelista do lado dos violadores e o combativo do lado dos Direitos Humanos. Com isso, concluimos que tem muitos segmentos organizados que não vão nos ajudar nunca.

É um quadro difícil, de conjuntura difícil, mas que aponta uma série de coisas importantes. Estamos jogando e temos que saber quem é o nosso treinador, pois só assim iremos definir a forma do jogo.

Temos que discutir também o caráter dos meios de comunicação que o MNDH tem, não seria interessante para o Movimento ter um encarte com caráter formativo?

No caso dos bandeirnhas, o que vai revelar o lado que eles e o juiz estão é o trabalhar a análise de cunjuntura que vai revelando o verdadeiro caráter que está tendo o atual ator em cada posição que ocupa. O Estado por exemplo, é o Estado dirigido pelo Collor, teoricamente eles são neutros, estão aí para regular os conflitos, botar as coisas em ordem. Na prática a gente vê que prevalecem certos interesses, que conduzem a ação do Estado para um outro sentido. É só no movimento da análise que identificamos que uma instituição teóricamente neutra, joga mais para um do que para outro. A Igreja da direita vive dizendo que não é política, nem partidária, o Vaticano idem, e quem é mais político do que o Vaticano? No entanto temos que colocá-los onde o discurso deles está. Vemos que o jogo inteiro está viciado, temos que ver como o jogo funciona, identificando os papéis, tirar a máscara dos atores, vendo as forças e fraquezas como eles estão se ralacionendo e, ver aí a questão dos Direitos Humanos.

Temos que ver não só as quatro linhas, mas analisar o que está fora delas também, sair do campo ir lá fora buscar o lado de lá para que possamos então, realmente, tentar entender esse confronto. Temos que estar atentos para as coisas pequenas que aparecem no imediato, mas que nem sempre são as mais fortes que aparecem na conjuntura. Ver, também o conjunto de forças que atuam de um lado e de outro. É ter consciência que o povo vai do lado de quem consegue "marcar mais gols", jogar melhor. O que estamos vendo, é que a direita é muito mais articulada, sabe jogar muito bem e nós da esquerda não estamos conseguindo avançar. Com esse governo Collor as coisas vão se agravar cada vez mais e os direitos humanos vão ser cada vez mais desrespeitados, caminha mesmo para um buraco. Não podemos deixar de levar isso em conta, pois o governo está muito bem articulado, equipado e sem dúvida sabendo jogar muito bem.

Só para esclarecer, o movimento popular foi colocado naquele time dos violadores, porque discutindo a conjuntura do MNDH, levamos em conta uma metodologia que articule os três programas, para a construção de algo alternativo. E nesse sentido consdideramos que, embora com um conteúdo revolucionário, muitos dos movimentos populares atuam para reforçar a sociedade que está aí, dentro daquilo que ela tem de violações que não respeitam os Direitos Humanos, quanto a maneira de trabalhar, quanto a metodologia. O conteúdo é revolucionário, mas na prática a metodologia é autoritária, ela divide a realidade, ela compartimenta o ser humano, esquecendo que ele tem sentimentos, que tem ternura, que tem a dimensão do simbólico, reduzindo a sociedade que queremos a um futuro que não começa a ser vivido no presente.

O jogo pelo poder é muito mais complicado do que um jogo de futebol. Onde se coloca o povo neste jogo? É complicado colocá-lo na arquibancada e nos colocarmos como os atores que estão fazendo a história. Em muitos momentos o povo é o ator da história, estão aí as eleições passadas. Muitas vezes o nosso papel é muito mais de técnico, de ajudar a instrumentar para que realmente o povo seja sujeito do processo. Nesse sentido temos que por a população em campo mesmo.

É interessante que nesse encontro tenhamos uma avaliação bastante realista. Levando em conta o que tem de líderes sindicais morrendo, todas as derrotas que estamos sofrendo: eleições diretas, derrota na constituinte, eleições passadas...Não conseguimos explicitar a nossa relação com o público que diz:" aconteceram cinco mortes. Já melhorou muito, é preciso matar mais cinco". Como trabalhar com um público, como estabalecer relações com esse público para reverter o senso comum que ele tem, de que a matança tem que ocorrer? Esta complexidade nós não sabemos trabalhar. Historicamente temos simplificado esta questão, dizendo que esta questão tem uma causa que é a estrutura que coloca de uma lado a classe dominante e de outro a pobreza, e a pobreza que é a causa da violência . E não estamos nos dando conta que, por razões históricas, a própria sociedade tem se tornado violenta.Que mecanismo em termos de comunicação vamos usar, já que temos a fama de sermos defensores de bandidos?

O Forum Contra a violência no Estado do RJ ao criar um logotipo para o seu jornal, está tentando reverter isso, ao vincular a sua luta à defesa da vida, à promoção da vida.

A conjuntura agora é outra, as forças que estão com a hegemonia na sociedade às vezes são até as mesmas, com outra roupa, com outra linguagem, mas estão subordinadas a um outro projeto de sociedade, que já não é do Sarney, não é aquela estagnação, é um projeto dinâmico no qual os atores no poder, com todos os atos de incompetência que estão revelando.Por exemplo: Bernardo Cabral, Zélia, as medidas que entram e saem de novo, tudo isso, apesar disso, estão mostrando muita competência. Estão na ofensiva, estão tomando iniciativas, encurralando os setores populares, conseguiram primeiro com as eleições tirarnos da disputa da hegemonia no campo do Estado. Agora, fomos alijados do campo da sociedade, aí é que nós estamos lutando por hegemonia. Estamos perdendo, como disse um companheiro com muita correção, até no espaço social a hegemonia de falar de uma situação que é ruim para todo mundo.

Isto é parte da realidade desta conjuntura. Outro elemento importante que ele colocou: o projeto de modernizaçao não tem um eixo nacional, tem o eixo global. O eixo do projeto de Collor é transformar o Brasil em mais um espaço de competição global. Competição no mercado internacional que está cada vez mais controlada por gigantescos conglomerados globais, que não têm nenhuma fidelidade com os países de onde eles se originam, e têm uma preocupação só: controlar o mercado a nível global. Os espaços nacionais servem de trampolim para esses grupos, e o Brasil também tem esses grupos presentes. Desde os Bradescos, Itaus, passando por grupos tipo as grandes empreiteiras que estão operando internacionalmente, até as empresas estatais-transnacionais são de base brasileira e estatais e operam em outras partes do mundo também. (Petrobrás, Embraer...).

De modo que nós estamos aí numa economia globalizada e na qual o espaço brasileiro está se globalizando cada vez mais, nesse quadro não adianta falar em burguesia nacional. Ela está não só subordinada, mas completamente amarrada pelo grande capital.

E falar em grande capital nacional contra transnacional é ilusão. O grande capital é transnacional, mesmo que ele tenha base brasileira, os empresários do grande capital, eles pensam globalmente.

A lógica deles é o mundo, não é o Brasil, não é o espaço brasileiro. Por isso é que o Mário Henrique Simonse, ele se veste de roupagem de ex-ministro da Fazenda ou do Planejamento. Na verdade ele é um banqueiro internacional, e a lógica dele vai toda no sentido dos interesses do grupo a que ele representa, que é o City Corts de Nova York, onde é o vice-presidente. E onde ele vai todo mês se reunir com o resto da diretoria.

Esse tipo de mentalidade é que está prevalecendoo hoje. E alguns deles estão ocupando espaço no Estado, ou estão se preparando para isso. Como é o caso do próprio Henrique Simonse que é um potencial Ministro da Economia no lugar da Zélia.

Imaginem o que não vem por aí. Ele foi um dos principais geradores da Dívida Externa brasileira durante o governo Geisel. Pois bem, ele voltaria a ser ministro da economia, se fracasse o projeto que hoje está sendo jogado no plano econômico, que é este de liberação acelerada da economia, entrega para famosas "leis de mercados", forças de mercado, o jogo dos preços, o jogo dos salários, e das principais relações existentes na economia. Eles estão fazendo com grande controle através de política sempre centralizada neles, sem consulta à sociedade, na forma de medidas provisórias e de decretos, procurando ganhar a maioria no congresso. Aí entra o caso das eleições, como um fator de grande importância, muito contraditório para o governo. Ele está ganhando na base do grito, na base do convencimento, da persuasão da sociedade. Mais do que da realização das suas políticas.

Normalmente seria uma situação altamente contraditória, o governo Collor teria que fazer muitas concessões à sociedade, para ela estar contente e votar nos seus candidatos. Não é isto que ele está fazendo, ele está amarrado ao ideal de liquidar a inflação mesmo que, matando o doente, isto é, matando os atores sociais mais fracos. Primeiro de tudo os trabalhadores, o desemprego não é problema do mercado, quer dizer, direito ao trabalho não entra na lógica e nem na ética do mercado. O mercado não lida com direitos humanos, o mercado lida com transações econômicas e financeiras. Portanto, desemprego é um custo social, um reajuste que vai beneficiar outros países. Dizem eles: que se danem, que morrram de fome, que possa sair um guerrinha que mate mais depressa, melhor ainda. Ou se há atitudes de violência urbana então, isto até ajuda, porque mata um monte de gente que é indesejável.

Na verdade esse projeto de modernazação ele tem uma característica, quer dizer, ao modernizar, ao concentrar ainda mais capital na mão de maiores grupos nucleantes, eliminando grupos menores que são comidos, anexados e passam a fazer parte de grupos ainda mais fortes que controlam mais determinados mercados. Esse processo vai realizar uma modernização da economia brasileira, e ao

lado dela uma marginalização ainda mais aguda, de parcelas enormes da população.

Essas transformações que estão ocorrendo a nível global, estão ocorrendo no Brasil também. Hoje temos 52% da população economicamente ativa trabalhando nos setores de serviço. Quer dizer, a classe operária é uma minoria, a classe trabalhadora urbana e rural estão batidas pela classe que hoje trabalha em serviços. Isso muda o perfil da sociedade, isto está acontecendo de uma forma muito mais aguda no mundo. Vai ainda se agudizar na medida que se vai produzindo informática, modernização, computarização. Quer dizer, cada vez mais nos países do hemisfério norte, você precisa de trabalhadores altamente intelectualizados com uma finalidade que é, administrar máquinas. Elas sim, são as produtoras, e nós trabalhadores nos reduzimos a administradores de máquinas, apertadores de botões ou alguns trabalhadores de manutenção daqueles aparatos produtivos e de serviços. Isso vai mudar o perfil da classe social, porque gradualmente vão desaparecendo os trabalhadores produtivos, que vão se tornando totalidade ou quase totalidade do setor produtivo, os trabalhadores administrativos, intelectuais, com uma capacidade maior, estudo maior para poder fazer aquelas funções.

E o resto da sociedade? Já que o resto não vai ser útil para a produção, nem para os serviços ou uma parte dos serviços também, vai jogar fora uma parcela dos trabalhadores, na medida em que formos informatizados. Para onde vai essa gente? A resposta do cartel é a seguinte: são dispensados como produção, é descartável. É a parte descartável da humanidade. E os direitos Humanos, isso não conta? Para o mercado essa gente não conta mais, ela é dispensável para a humanidade. Se tevesse um jeito colocava todos numa grande nave espacial e jogava por aí, em algum outro canto, que se virem por lá. Como não podem fazer isso, fazem então uma sociedade dicotômica como é o Rio de Janeiro. Alguns bairros altamente ricos, belos e tudo cercado de miséria e pressões de todos os lados, e para isso tem que ter altos muros, guardas na porta e tudo mais.

Esse comentário mais amplo sobre a conjuntura, nos interpela essencialmente sobre as grandes debilidades do nosso lado. Eles no poder estão fazendo o papel deles, estão seguindo a lógica do capital. É o capital mesmo se reproduzindo, retificando, coedificando a sociedade inteira.

E nós que temos uma outra lógica? O ser humano é o centro da história. Por que não estamos conseguindo prevalecer com a nossa mensagem? Com a nossa utopia, com a nossa esperança, com as nossas propostas de organização? Temos que fazer um exame profundo de nós próprios, de consciência, de organização, de capacidade, de comunicação; da nossa linguagem simbólica junto ao povo. Temos que nos perguntar: por que estamos tão fracos? Num momento de tantas contradições, em que podiamos estar de ponta de lança do processo, puxando a luta social, estamos tão desarticulados quanto à massa desorganizada.

Está faltando muita coisa. No resto do Encontro vamos procurando cada vez mais partindo do que nós caracterizamos na avaliação: de nossa atuação precária, parcial que teve mais riqueza ao ser feita nas regiões do que ao ser sintetizada aqui, pois estamos fazendo um trabalho apressado. Vamos ter que ir extraindo elementos dessas avaliações, para essa pergunta fundamental: como é que o MNDH,

com seus três programas, vai planejar a sua ação para enfrentar essa conjuntura? Como enfrentar esse desafio, essa etapa de grande debilidade do Movimento Social brasileiro e de suas direções? E essa tendência ao agravamento ainda maior dos Direitos Humanos no Brasil, na América Latina e no 3o. mundo?

PROGRAMA: Violência

Os trabalhos sistematizados apresentados pelos regionais foram:

-Forum Permanente Contra a Violência (Reg. Leste I);
-Programa Grupo de Trabalhos - Violência do MNDH (Reg. Nordeste);
-Violência Física Sexual contra as Mulheres (Reg. Norte)
-SOS Itajaí - Mirim: Violência Ecológica (Reg. Sul II)

obs: O Primeiro foi escolhido para ser analisado.

Forum Permanente Contra a Violência:

O Forum sirgiu em 1989 em consequência da crescente onda de violência, chegando a tal ponto que em 1986 foi o centro da discussão dos candidatos ao governo do Estado do Rio de Janeiro, e até hoje ocorrem execuções sumárias pelos justiceiros, invasão das favelas pela polícia militar, guerra das quadrilhas etc. Dentro deste quadro, as entidades civis de todo o Estado se mobilizam, em especial da Baixada Fluminense, Volta Rodonda e Petrópolis, a fim de tomar medidas concretas contra a violência.

APRESENTAÇÃO DOS GRUPOS

1o. Grupo - Violência

Título da Experiência: FORUM PERMANENTE CONTRA A VIOLÊNCIA - Reg Leste I

ACONTECIMENTO

.Sequestro; aumento da criminalidade; matanças; quadrilhas; invasões de favelas; estupros; campanha eleitoral de 1986 (o então candidato, hoje governador, fez sua campanha com a bandeira contra a violência, era assim o "cara que ia solucionar", no Estado, a violência e como é sabido de todos, a violência se acirrou muito mais depois), o crime organizado contra a vida, violência contra lideranças.

OBJETIVOS

Dentro desse projeto do Forum destacamos os seguintes objetivos:
-buscar alternativas para interferir nessa realidade;
-conscientizar a população;

-articulação entre as entidades afins;
-combate à impunidade.

CENÁRIO - Aonde acontece a violência.

-Nas ruas, nas favelas, nas delegacias, nos centros urbanos, nos cortiços, nos pequenos centros urbanos.

A violência se dá nos grandes, médios e pequenos centros, pois é uma questão mais generalizada. Nesse cenário, a impunidade é expressão de todos os lugares, é geral.

Avaliação do Programa- 1o. Semestre de 90

Várias são as constatações avaliativas. Destacamos algumas: a conjuntura desfavorece e amortece todas as discussões mais profundas sobre a questão da não violência, da defesa da vida. Os MCS fortalecem o papel do Estado e do sistema capitalista na questão e, fazem o jogo da manipulação para desmoralizar os movimentos de defesa profunda da vida.

Outro elemento colaborador na execução do programa é a pouca articulação das entidades que atuam contra a violência. Os Direitos Humanos têm tentado ser um agregador de forças, mas o contexto tem dificultado.

Além destes, outro elemento é o pequeno número de militantes liberados nos Centros de Direitos Humanos, nos Regionais e na Executiva Nacional (não há liberação do Secretário de cada Programa) para atender a demanda e articular forças. Algumas ações nacionais não puderam ser viabilizadas em relação a: Dívida Externa, Forças Armadas, seminários regionais sobre a violência, seminários estaduais, produção de material informativo local.

ATORES

Foram trabalhados por nós em dois níveis:

no cámpo institucional: temos como atores:
-o Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
-o aparato de repressão.
No campo da sociedade civil:
-o movimento popular organizado;
-as Igrejas, os Direitos Humanos, o crime organizado, o povo (caracterizamos aí os segmentos que não estão engajados, não se encontram ou pertencem a nenhum tipo de movimento. São pessoas soltas, são a maioria).
-A comunicação de massa, os meios de comunicação de massa.

RELAÇÃO DE FORÇAS

Dentro dessa relação de forças fizemos os seguinte quadro:

O Estado com sua composição (Executivo, Legislativo e Judiciário), seguido pelo aparato como um braço desse Estado: a polícia(que tem vinculação com os esquadrões, com o crime organizado). Também, dentro desse aparato o povo de uma forma geral.

Um sustentando o outro, e aqui os meios de comunicação de massa que intervêm e formam a opinião a partir do Estado. Teríamos um outro segmento dessa relação de forças que seriam as próprias ONGs, as Igrejas, sindicatos, movimentos populares.

TÁTICA

A tática adotada foi a articulação entre as entidades, busca de assesssoria, pressão sobre as autoridades com envolvimento das vítimas.

ESTRATÉGIA

Na estratégia colocamos uma grande interrogação. Não houve definição sobre esta questão.

PERSPECTIVAS

Buscar meios de comunicação, objetivando a sua sensibilização para a questão da violência.

Encontrar e criar meios que levem, que deêm segurança às vítimas e testemunhas. Isso enquanto perspectivas.

METODOLOGIA

Instrumentos: pesquisas, encartes, dossiês, teatro,vídeos, jornais, fitas etc

VIOLÊNCIA NÃO! DEFESA DA VIDA SIM.

Sobre a terminologia: "Programa Violência" que corresponde as nossas propostas.

ESTAMOS LUTANDO CONTRA A VIOLÊNCIA, pela defesa da vida, para que não haja violência. É preciso encontrar uma outra terminologia.

A partir de várias constatações, por exemplo, de que a intermediação na revolução dos conceitos sociais, não se dá através do Estado e sim da própria sociedade, que por sua vez é cultural/violenta, e que o Estado procura legitimar-se, justificar-se pela própria violência, que a violência policial e conivência do judiciário são condições para manutenção desse sistema capitalista, agressivo e violento, o programa de violência se justifica para que o MNDH possa contemplar as seguintes dimensões:

-o papel do Estado com seus poderes constituídos e aparatos de manutenção.

-as raízes da violência rural e urbana, violência cultural que vem desde 500 anos atrás.

-a naturalidade com que a violência é percebida, que legitima a prática da mesma.

-como aprimorar as relações inter-pessoais em vista de uma sociedade nova que estamos propondo.

Para quem? Com quem?

-Com os segmentos organizados da sociedade.

-Para os segmentos marginalizados da população indefesa, a fim de sensibilizá-la para o projeto que estamos apresentando dessa nova sociedade.

Como?

Nós elaboramos esse projeto para 1990 -propomos:

a)Seminário Nacional sobre "Raízes da violência rural e urbana". Isso em dezembro.

b)O acompanhamento sistemático das atividades legislativas, da matéria de segurança pública, penal, pena de morte, tortura, o controle externo da política pelo ministério público, a partir de já. (achamos que não podemos nos omitir nesse momento de dar nossa contribuição nesse sentido).

c)Realização de um seminário sobre a política de segurança pública - programado pelo Regional Nordeste, de Recife, na 3a. semana de agosto.

d)Campanha nacional de defesa da vida, com os temas: tortura, pena de morte e esquadrões. Ela seria lançada conjuntamente com o seminário em dezembro.

e)Que cada regional encaminhe para o nacional, já, subsídios sobre o enfrentamento da violência, para que até o seminário de dezembro a gente tenha isso em mãos, lidos, sistematizados, para podermos apreciar no seminário.

f)Levantamento das terras onde é cultiva maconha, propondo a sua expropriação para Reforma Agrária (isto será esclarecido melhor pela Valéria).

Temos previsão de:

a)Um juri popular sobre a violência da cidade. Englobando: menor, negro, mulher e minorias - Setembro/91.

b)Realização de oficinas do papel e a condição do judiciário, do ministério público e a questão do sistema penitenciário brasileiro. Então qual seria o papel desses três órgãos no ordenamento democrático do país - maio/91.

c)Constituir um equipe de advogados a nível nacional (três pessoas) e regional dependendo da situação e condição de cada regional para dar acompanhamento dos casos de maior interesse do MNDH até agosto de 91.

d)Para viabilizar isto teríamos que fazer um levantamento dos advogados que atuam nos CDDHs, e da disponibilidade de tempo de cada um para integrar essa equipe.

e)Realização de um cadastro nacional sobre: pistoleiros e justiceiros.

f)Essas três últimas propostas dependem de condições até financeiras para poder realizá-las. Ficam na pendência, então, de discutirmos a sua viabilidade para o próximo ano.

g)Produzir um dossiê nacional sobre violência urbana.

h)Banco de dados sobre a violência em suas diferentes manifestações.

PROGRAMA: Comunicação

EXPERIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA

Várias experiências de comunicação alternativa, voltadas para os interesses dos movimentos sociais e populares, foram relatadas durante o Encontro. Estas experiências abrangem desde a produção de vídeos até a publicação de jornais e à atuação de uma agência de notícias, e o desenvolvimento de uma experiência de rádios livres.

O Regional Sul II registrou a produção de dois vídeos: "A produção do vinho", uma iniciativa do Centro de Direitos Humanos de Farroupilha (RS), com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local (que documenta a exploração dos lavradores na produção vinícola) e "SOS Vale do Itajaí", produzido pelo CDDH de Rio do Sul e Brusque (SC). Este vídeo debate a questão ambiental do Vale do Itajaí (SC) onde a poluição industrial já contaminou 80% dos mananciais e já provocou a destruição de 70% das matas.

Na área radiofônica, a principal experiência apresentada é a das rádios livres de Goiânia (GO). A experiência foi implantada em Goiás há aproximadamente cinco anos, logo após o primeiro Encontro Nacional de Rádios Livres, realizado na Universidade de São Paulo (USP). Neste encontro, foi criado o Coletivo Nacional de Rádios Livres. No ano passado, Goiânia foi sede do segundo Encontro Nacional de Rádios. Durante os dois dias de trabalho, uma rádio livre foi instalada no Centro de Treinamento de Líderes (CTL), da Arquidiocese de Goiânia, transmitindo, para toda a cidade, entrevistas, programas de auditório e notícias. A iniciativa tem o apoio do Regional Centro-Oeste do MNDH, do IBRACE, da Federação Goiana de Inquilinos e Posseiros, de sindicatos e profissionais de comunicação. Uma das metas da equipe que cuida dessa experiência é a de promover a instalação de rádios livres nos bairros populares de Goiânia.

Foi resumida, em seguida, o início de uma nova etapa na experiência da Agência Ecumênica de Notícias (AGEN), com sede em São Paulo, incluindo a transmissão diária de dois boletins informativos para cerca de 100 destinatários, entre os quais emissoras de rádio, entidades nacionais da sociedade civil, igrejas e sindicatos. A AGEN - em cuja sede funciona o Regional Sul I do MNDH - publica também os suplementos de intercomunicação do Movimento e editará proximamente, com a Secretaria de Comunicação do MNDH, materiais de apoio nos três programas (formação, violência e comunicação).

Uma outra experiência apresentada foi a do jornal "Resistência" da Sociedade Paraense de Direitos Humanos. Um dos meios de comunicação mais atingidos pela ditadura militar, o "Resistência" sofreu censura sistemática, teve sua sede incendiada, seus profissionais ameaçados e presos. Depois de profunda crise financeira, o jornal foi relançado recentemente e, agora, amplia sua divulgação, sempre a serviço do movimentos populares e sociais do Norte do país. O "Resistência" ganhou, entre outros, o Prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. O jornal trabalha, também, em estreita colaboração com o Regional Norte II do MNDH.

Já o Regional Centro-Oeste do Movimento apresentou, também, a experiência de produção do vídeo "Agricultura Alternativa", produzido pelo 4o.ano de Radialismo da Universidade Federal de Goiás. Produzido no ano passado, o vídeo apresenta experiências de agricultura alternativa desenvolvidas por pequenos proprietários das regiões goianas de Itapuranga, Vianópolis e Ceres. Mostra um paralelo entre a agricultura baseada em insumos naturais e uma outra baseada em agrotóxicos.

2o.Grupo - COMUNICAÇÃO

Título da experiência escolhida:
FORUM PERMANENTE CONTRA A VIOLÊNCIA (Reg.Leste I-RJ)

Do ponto de vista da comunicação, analisaremos:
a)os acontecimentos
b)a manipulação dos meios de comunicação em relação a violência no Rio de Janeiro.

OBJETIVO

Rompimento da manipulação dos grande meios de comunicação e construção de novas linguagens que democratizem a informação e confrontem as idéias em vista à construção de uma nova sociedade que supere a violência.

CENÁRIO

Violência no grande Rio com morte de trabalhadores, sequestro, extermínio de menores, violência policial, ameaça, medo, protesto, deturpação de notícias, tráfico de drogas, autoritarismo e corrupção dos poderes públicos.

ATORES

De um lado os grandes meios de comunicação de massa que omitem as causas da violência e propõem o fortalecimento do Estado, permitindo a ideologia da classe dominante, são bem articulados e financiados, gozando da proteção do Estado, conseguem ser ágeis e bem equipados com boa distribuição dos seus produtos, sendo eficientes conseguem fazer penetrar melhor na massa a ideologia que defendem.
De outro lado os meios alternativos de comunicação que se ressentem da falta de compreensão por parte das entidades e da militância do papel da comunicação no processo de luta, encontra dificuldade de financiamento para modernizar - se, tem dificuldade de articular-se, de produzir e distribuir seus materiais, sendo amadores e pouco eficientes, tem dificuldade de transmitir a ideologia de luta para uma nova sociedade.

RELAÇÃO COM A ESTRUTURA

é uma relação de conflito limitado com o Estado, é contraditória na medida em que atinge pontos apodrecidos da estrutura, mas não a estrutura em si.

Por outro lado, acumula forças, inclusive com adesão de pessoas ou setores da própria estrutura aos objetivos do projeto.

ESTRATÉGIA

Na estratégia, localizamos três pontos:
1o.Elaboração de propostas coletivas de superação da violência;
2o.Criação de mecanismos institucionais contra a violência;
3o.Procura de novas linguagens que permitam a nossa mensagem penetrar na consciência popular.

TÁTICA

Na questão da tática, são quatro pontos:
1o.articular Centros de Direitos Humanos, paróquias, entidades do movimento popular.
2o.estabelecer pressão direta, sistemática e permanente sobre os Poderes constituídos.
3o.divulgação sistemática a nível nacional e internacional.
4o.formulação e concretização visual da idéia de vida em contraposição tanto a violência, quanto a de protetora de bandido, levantada pelo sistema contra o Movimento.

PERSPECTIVAS

.Revisão da comunicação e das formas de abordagens do público.

.Visão de sensibilizar e produzir engajamento de modo à superar vários pontos:

.A não compreesão da visão da população e da manipulação que os meios de comunicação de massa fazem acerca do fenômeno da violência .

.Que o povo tem muitas aspirações da burguesia, ao invés de não violência, este povo muitas vezes quer mais violência, legitima e, é conivente com esta violência.

.A grande imprensa não divulga os eventos do Movimento, é difícil reunir o povo, a resposta não é ágil e não tem a mesma força da grande imprensa. A visão que se tem é pouco antropológica, limitada e às vezes até autoritária.

MÉTODOS

.Contato com pessoas progressistas do Estado para criação de mecanismos institucionais.

.Utilização de jornal e mecanismos alternativos de comunicação.

.Articulação de entidades para contato e divulgação, estabelecendo uma rede de distribuição de informações.

.Criação de mecanismos de segurança que evitem a destruição de acervos e permitam o acompanhamento e a evolução da documentação.

INSTRUMENTOS

Jornal; vídeo; textos; cartas e ofícios às autoridades; documentação do que sair na Imprensa; cadastro de entidades, poderes constituidos e lideranças; oficinas e cursos para preparação de comunicadores populares; cartilha orientando como fazer um jornal; dossiês para a Anistiia Internacional; logotipos.

observações:

1a.os instrumentos utilizados são rudimentares e precisam ser melhorados e ampliados.
2a.o MNDH deve articular-se com as entidades nacionais e internacionais e partidos de esquerda visando possuir jornal, programas de TV, rádio, etc.
3a.o projeto trabalha comunicação, violência e formação de forma integrada.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA/1o.semestre de 90.

.Retomada da AGEN, como instrumento de comunicação para o MNDH.
.O Movimento esteve presente na grande imprensa, mas não penetrou nas rádios e TVs.
.Encarte do MNDH no Boletim AGEN, que não seja só repasse de notícias, mas um meio de aprofundar temas. Publicidade das ações do MNDH.
.Documentação também é comunicação e uma maneira de conservar a história.

PROPOSTAS PARA 90/91

Objetivos

Estabelecer uma política de comunicação, tendo em vista a transformação da sociedade, onde o sujeito é o povo oprimido.

Métodos

.Compartilhar experiências
.Partir da realidade local e regional

1.Ocupação mais imediata de rádios nos Regionais:
2.Distribuição dos materiais produzidos para as agências financiadoras;
3.Apresentar um folheto em 3 línguas para divulgar o Movimento no exterior;
4.Produzir um relatório em vídeo das atividades desenvolvidas para serem enviadas para o exterior;
5.Cursos: aprofundamento sobre comunicação - março/91 ou violência;
6.Cursos de rádio, vídeos - setembro/91;
7.Implementar as atividades de documentação;
8.Participação em Forum da área de comunicação;
9.Levantamento dos jornalistas/radialistas que são sensíveis para a causa;
10.Manter contatos com as Universidades;

11.Apoiar e acompanhar as rádios livres;
12.Concurso de reportagens sobre os Direitos Humanos
13.Sugestões para o prêmio nacional
14.O Regional deverá enviar relatório mensal para o Nacional sobre suas atividades.
15.Campanha nacional de correspondentes populares
16.Encontro nacional sobre comunicação com as comissões de formação e violência - com encontros regionais anteriores
17.Comunicações internas - troca de materiais produzidos pelos centros/comissões - enviar estes materiais para os respectivos Secretários (formação, comunicação e violência). Todos os materiais deverão, também, ser enviados a Secretaria Executiva.

PROGRAMA: Formação

As experiências sistematizadas em Formação foram:
1.Jornadas de Formação - Reg.Sul II
2.Ciclo de Estudos: Uma tentativa de sistematizar a formação no CDDH - Reg.Sul II
3.Relatório: programa de formação 89/90 - Reg.Nordeste
4.Reunião preparatória ao Seminário Nacional - Reg.Leste I

Foram escolhidas as duas experiências que têm abrangência regional:
1.Jornadas de formação: Reg.Sul II
2.Relatório: programa de formação 89/90 - Reg.Nordeste

3o.Grupo - FORMAÇÃO

ACONTECIMENTO

Não há um acontecimento ou fato, mas sim um processo que estávamos avaliando, um processo de reuniões, de encontros e de acontecimentos.

OBJETIVOS

Desencadear um processo sistemático de formação.
No Sul: uma articulação das três comissões: Violência, Formação e Comunicação, para elaborar programa articulado a partir dos Centros, entendendo que formação não está desligada dos outros programas.
No Nordeste: com o objetivo de avaliação de todo o processo já advindo de formação até agora, e também conhecer a pessoa do militante de Direitos Humanos como pessoa, não só como militante, dentro do processo de formação.
Avaliamos o processo de formação a nível Regional.

CENÁRIO

Regional Sul II: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul
Regional Nordeste: 9 Estados, com análise conjuntura do Nordeste.

ATORES

Os próprios militantes do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, os coordenadores dos três programas; no caso do Nordeste é a comissão de formação do Nordeste, também, alguns convidados de outros movimentos sociais, principalmente no Sul, de pastorais, do movimento popular.

Temos, também, algumas características para estes atores. No Sul existia um certo desnível acadêmico da militância, alguns com um pouco mais de conhecimento, de teorização, outros com pouco menos. E na medida do possível tinha que se respeitar esses níveis.

Depois, também, muitos dos atores tinham certos limites entre a relação da teoria e da prática e também limite pessoal para poder analizar e atuar dentro da conjuntura com relação à comunidade.

RELAÇÃO DE FORÇAS

Vimos como relação de forças aquelas contradições existentes no próprio relato das atividades, por exemplo: os Centros em etapas diferentes, às vezes se faz um encontro estadual, tem gente que está mal começando com uma idéia meio romântica do MNDH. Isso é uma constatação de relação de forças.

No Sul uma constatação que fizemos, também, foi que um terço dos Centros estavam desativados/desarticulados; de 32 Centros formalmente organizados, apenas 20 estavam atuando.

Outro aspecto da relação de forças é que o programa de estudo sede lugar à aprendizagem e conhecimento da prática.

1a.Reunião do Sul, fizemos toda uma programação dentro da formação e a primeira experiência em Santa Catarina; chegou na hora de programar o próximo encontro já na avaliação aquilo que tínhamos previsto seria tema da próxima etapa, não aconteceu. Sugeriram outros temas, que nós da coordenação não previamos que seria sugerido. Contamos a nossa desinformação, também, no sentido das necessidades de cada Centro.

RELAÇÃO COM A ESTRUTURA

Percebemos, também, que na prática não houve relação com estrutura, o nosso processo de formação não levou a uma relação dos acontecimentos com a estrutura. Também, há um certo discurso generalizado sobre a sociedade e por isso existe pouca relação com as táticas.

Foi sentido no processo que as práticas de formação possuem limites com respeito ao que era articular a atuação de formação e a conjuntura e esta com a estrutura. Isto foi constatado durante o processo como limite na formação dos militantes dos Direitos Humanos. E essa constatação passa a ser avanço na medida em que se consegue perceber a fragilidade e vai atuar em cima dela.

ESTRATÉGIA

-Capacitar militantes para a ação transformador.

-Responder as espectativas de um programa de formação alternativo.

TÁTICAS

Foram usadas as visitas do CDH no Sul, a pesquisa no Nordeste e, os próprios encontros, as reuniões de articulação regional de análises da realidade; a relação da realidade com as pessoas e a realidade dos Centros, Estados e regionais, a fim de animar e fortalecer os Centros.

MÉTODOS E INSTRUMENTOS

A escolha dos métodos tem sido em função dos princípios da metodologia e dos instrumentos disponíveis e ou possíveis.

PERSPECTIVAS

Com relação a perspectivas, a formação que é visualisada se mantém no nível dos militantes de Direitos Humanos.

No grupo nós levantamos que os militntes dos Direitos Humanos são muitos grupos que estão passando pelo processo de formação . por exemplo: temos os militantes de outros grupos que não estão vinculados ao Centro, e estão participando dos nossos estudos, de reflexoes, dos nossos encontros. Tem o pessoal ligado ao sindicato, ao Movimento Popular de diferentes naturezas; e outro detalhe ninguém de nós, ou poucos de nós , atuamos só nos Centros de Direitos Humanos. A maioria de nós está engajado num trabalho ou junto ao sindicato, ou a um grupo de mulheres, de meninos. Isso significa que a formação de militantes que os DH estão construindo não é para si, é diretamente para quem atua ou indiretamente para quem asessora, é na verdade um processo de formação mutiplicador, embora, se mantenha a nível de militância. Por exemplo uma situação concreta: o grupo que faz parte de CDDH de Farroupilha, eles atuam no sindicato e trabalham junto a 40 grupos de agricultores utilizando a metodologia de análise de conjuntura que se faz dentro do grupo de estudo do Movimento e na qual eles participam tanto no Movimento como sindicato, então não dá para dizer que se é militante para dentro do Movimento.

Questionamos também, até que ponto a formação é tão complicada que não se pode separar para dentro e para fora do Movimento. Ela pode estar tendo um objetivo de capacitar formadores, quer dizer, estar trabalhando pela militância, para que esta seja multiplicadora de formação junto ao MP.

No Regional Sul II, continuarào as jornadas de articulação e os encontros estaduais. A avaliação e o ponto de chagada de um, determina a etapa metodológica e o conteúdo do próximo.

Propor conteúdos para que novas pessoas possam assumir: para formar novas lideRanças em ambos os regionais.
Que o processo seja feito por todos, também, a tentativa de elaborar um material com técnicas defirentes, tentar juntar as técnicas que sào usadas, os instrumentos que sào usados e elaborar material para trocas de cooperação no processo formativo.

REFLEXÕES DO GRUPO

Formação: Por que?

Porque a formação passou a ser preocupação de uma prática mesmo que ainda não sejam prática generalizada, discutida e aprofundada, mas que é uma preocupação dos movimentos populares e o MNDH, a partir de uma constatação de que a nossa prática/trabalho não está alcançando os resultados esperados.

Somos as pessoas, e nos colocamos quanto formadores, e de repente nos deparamos em momentos de frustração: a de não ver os resultados do nosso trabalho.

A formação de militantes é a de uma consciência crítica da sociedade visando a sua transformção. é um processo. É fazer formação assim é recomeçar, é recriar a história. é fazer história.

O que estamos vendo é que tem vários casos de pessoas dos grupos que, ou deixam a militância, ou então, são cooptados pelos poderes dominantes.

Assim sendo, a formação surge como uma exigência dos movimentos populares e para nós dos Direitos Humanos num dado momento histórico de nossa luta. Logo, a formação foi entendida como uma exigência histórica, quer dizer, o nosso momento de organização exige que voltemos atenção prioritária para um processo de formação mais sistematizado dentro do Movimento.

Por outro lado, a história da formação dentro do Movimento tem origem diversificada, ou seja, cada Regional, cada Centro tem a sua particularidade, tem a sua iniciativa com a formação.

Mas, em todos os casos em que surgiu a formação, ela se fundamentava na tentativa de suscitar conhecimento para a transformação da nossa sociedade, da nossa realidade.

Para quem?

Para o militante, pois ele não é o dono da verdade e também precisa de orientação. Discutimos muito o militante tentando senti-lo como um todo. Partimos muito do trabalhar essa dimensão humana.

Deve ser, também, para a base, ou seja, os grupos que assessoramos. Que a formação deve ser numa dimensão multiplicadora, ou seja, aqueles que passam pelo processo, devem ré-criá-lo. (Recriar é bem diferente de re-passar; as nossas experiências com formação têm sido mais de re-passar e não recriar).

Só que temos que recriar dentro do próprio Movimento e fora, nos grupos que assessoramos, e assim os grupos devem recriá-lo de novo. Temos que ter essa condição de fazer com que os grupos sejam um processo propagador, multiplicador, que ele se expanda.

Como?

Respeitando as diversidades, não ir com receitas, mas partir das diversidades, necessidades dos grupos.

Trabalhando todas as dimensões da formação, ou seja, a formação integral, não é só da militância, mas a formação, na dimensão humana completa.

Não deve ser repassado conteúdo, mas ser sempre: recriação, sistematização, construção coletiva. Resultando daí um conhecimento coletivo, cumulativo, e este seria, levar adiante um acúmulo de

experiência e conseqüentemente um conhecimento cumulativo dessas experiências sempre crescendo. Essa conhecimento coletivo, se inseriria no processo do que se acredita ser o novo, fazer o novo, construir o novo aqui e agora.

O desafio é realizar nos espaços dos programas: locais, regionais, nacional, o que a história exige e o que teoricamente se almeja.

O recriar, ou a criatividade, deve ser não só incentivada, como praticada. Daí porque vimos que deveria trazer para aqui técnica. Não ser criativo é nos acomodar na facilidade, no domínio da palavra, é não revelar nossas limitações e, portanto, não superá-las.

Vimos que por sermos aqui a grande maioria de formação universitária, pessoas "instruidas", intelectualizadas, temos uma facilidade com a palavra e aí escondemos nossas limitações falando muito ou pouco, mas falando. E aí nos inibimos para criar através de práticas, e isso é de certa forma repassado para os grupos que assessoramos.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO - 1o.semestre-90

Regional Norte I

.Não há um programa regional, nem articulado, o que existe em termos de iniciativa é uma comissão do CDDH-CNBB de Manaus.
.No Encontro Regional Norte I de julho foi criada uma comissão de formação.
.Estamos trabalhando muito com professores, buscando uma nova mentalidade.
.Foi a partir de 1990 que se concretizou mais a prioridade da formação - encontros regionais (um por ano). A formação visa os militantes e os movimentos.

Regional Norte II

.Não há um programa regional, mas existe a iniciativa por Centros
.A formação em conjunto está se dando nos Encontros Regionais
.Há proposta de reunião de planejamento para agosto.
.Foram formadas comissões que pudessem atender toda região.

Regional Nordeste

.Vem desenvolvendo um programa há 3 anos. Em 90 realizou uma pesquisa para caracterizar o Nordeste e fazer o projeto em Direitos Humanos
.Formação faz parte do planejamento de atividades do Regional, como prioridade, também dos Estados e CDDHs
.Estavam previstos 4 encontros para 1990. Por problemas financeiros e outros, foram cancelados dois. Os encontros são em níveis diferentes: para iniciantes e em continuidade.
.Houve um avanço, pois conseguimos desenvolver um trabalho sistemático e coletivo.
.No desenrolar do processo os CDDHs não atenderam de forma esperada, pois a participação foi reduzida nos encontros e na elaboração do plano de formação.

„Os militantes mais antigos estão com dificuldade de entrar nesse processo formativo.
„Constatamos que é preciso aprofundar a análise teórica dos militantes, a fim de superar os discurso generalizado e superficial da sociedade.

Regional Centro-Oeste

„Dificuldades com extensão do Regional
„Tem convênio com a CUT-Goiás, INFAS (Instituto de Formação e Assessoria Sindical) e CPT
„Atividades promovidas pelo Regional para dentro e para fora: Encontro Forças Armadas, Encontro Dívida Externa„
„Apoio com a Cáritas Brasileira, CESE, AEC (projetos de educação popular)
„Equipe de formação tem um representante de cada Estado (membros interinos)
„Muitas dificuldades por causa do plano Collor.
„Curso em junho/90 - formação política (apoio: Milão)

Regional Leste II

„Não houve atividade de formação nesse semestre
„Plano Collor desmobilizou, dificultou muito as atividades do Regional
„Tem encontro marcado para 1990 - após as eleições.

Regional Leste I

„Formou comissões em 1989, dentro dos encontros estaduais e regionais que aconteceram„
„Constatou que o Forum Contra a Violência estava também tendo um papel de formação„
„A comissão de formação começou questionando o seu papel e a concepção de formação; estão ainda levantando o para que e o porquê„
„Propõe esse caráter metodológico do nacional para os encontros regionais e comissões
„Importante trabalho coletivo em torno do Forum contra a Violência e a criação do jornal VIDA„

Regional Sul I

„O Regional previu no Encontro de março escolher os responsáveis pelas comissões. Porém, o encontro foi adiado, devido a pouca participação
„Em maio, foram formadas as comissões e os escolhidos os representantes para o nacional
„Os trabalhos foram mais atividades intensas nos respectivos Centros de Direitos Humanos.
„A executiva regional não tem liberado e nem infra-estrutura, isto dificulta a articulação regional, as visitas e acompanhamento do trabalho
„A Comissão de Justiça e Paz realiza o trabalho de formação em direitos humanos a vários grupos. A partir deste mês estamos

desenvolvendo um convênio com a Secretaria do Município de São Paulo, aos professores.

Regional Sul II

.Em setembro de 89, foram escolhidos os coordenadores das comissões: um por programa em cada estado do Regional e os representantes para a comissão nacional.
.Após o VI Encontro Nacional,foi realizado em fevereiro de 90 um encontro de articulação entre os coordenadores estaduais dos programas e traçado um plano por programa para 90/91. A prioridade ficou para formação.
.Foram realizados um encontro de formação em cada estado (3), seguindo a análise da prática dentro das categorias de análise de conjuntura e das experiências que estamos trabalhando neste seminário nacional.
.Foi realizada a visita aos Centros de cada Estado, pelo articulador estadual e corrdenador do Regional Sul II.
.Produzimos a sistematização de algumas experiências na formação, violência e comunicação com vistas ao seminário nacional.

PROPOSTAS DA FORMAÇÃO

1.Objetivo básico do programa para 90/91 é o de "promover e apoiar um processo de formação integral a partir das situações dos regionais, considerando os programas de violência e comunicação".
2.Metodologia - trabalhar a formação a partir do cotidiano, a prática constante das pessoas,mas sempre respeitando o precosso vivenciado por cada Regional.
3.Agentes - a Comissão Regional e Nacional e a Secretaria de Formação.
4.Atividades - 4 atividades básicas sub-divididas:
Conhecer as situações dos Regionais a partir de três atividades básicas:
4.1-Pesquisa (localizando a situação de cada Centro e do Regional em pontos comuns e específicos. Por exemplo: quantos Centros há em cada Regional? Quantos liberados?...) Iremos utilizar a experiência de dois Regionais que já tem algo esquematizado nessa linha.
4.2- Intercâmbio de experiência - o grupo decidiu que ge preciso dar continuidade ao que começamos: sistematizar os nossos trabalhos e intercambiá-los, mas não só isto, como também, de subsídios, de divulgações informativas em geral e de arquivo.
Proposta: Incluir a questão financeira, levantando quanto cada Centro tem em projetos e quem financia. para que possamos fazer uma projeção a fim de suprir os Centros que não tem verbva. Pois, suplementação é possível conseguir junto às entidades que já financiam. Isto tem que ser feito, deixando claro que não temos intenção nenhuma de interferência, mas se não tivermos uma política de conjunto, ficará muito difícil conseguirmos financiamentos.
4.2.1- de subsídios
4.2.2- material produzido
4.2.3- divulgação
4.2.4- arquivo

4.3- Visitas
5.Uma reunião até o final de 90 para ir avaliando o desenvolvimento do próprio trabalho, e tenha outros instrumentos internos de comunicação até o final de 90.
6.Seminário Nacional em julho de 1991, interligando os 3 programas, dentro da mesma metodologia.

METODOLOGIA DA PRÁXIS - Marcos Arruda

O texto onde conto a experiência de 4 a 5 anos de assessoria aos metalúrgicos da Usi-Minas, no interior de Minas Gerais, traz uma sistamatização da metodologia da práxis e o conhecimento que está na base desta metodologia. Estão apresentados 5 passos que utilizei para fazer análise de conjuntura uma atrás da outro, em diferentes momentos da luta sindical do grupo para: avaliar a situação e com base na avaliação da aa;ão, analisar a conjuntura e planejar a nova a;ão. Através desse processo, por um lado, fazendo metodologia. Os cinco passos são os seguintes:

Primeiro Momento: absolutamente chave, onde fazemos um desenho relativo ao simbolo. O primeiro momento do processo de TEORIZAÇÃO DA PRÂTICA. No plano da teoria sempre referenciada à essa prática, porque ela é participativa não é realidade, porque a prática é a prática, a realidade é todo um processo que está escondido ali naquela prática e que precisa ser desvendado pelo nosso trabalho de teorização.

A prática é como o acontecimento que a gente tem, éo acontecimento que nào é a realidade, ele esconde a realidade é a ponta do Iceberg da realidade. Ele não é toda a realidade. O trabalho teórico é desvendar o real daquele acontecimento. Nós vamos trabalhar começando com o seguinte: DEFINIR OBJETIVOS.

Entra o momento crucial do trabalho da práxis, tendo uma primeira referência concreta que é a prática dos participantes, mas nós precisamos de uma outra referância, que é a abstração. A referencia ou objetivo, o que é que aquele grupo está querendo. Questionar profundamente para sempre jogar para a frente os objetivos daquele grupo, para que eles cheguem a um estágio de inquietude, incertezas, que é a incerteza em relação ao objetivo de mais longo prazo. porque ele é que dá sentido a isso que estamos fazendo agora, a falta dele, tira o objetivo, ou pior ainda, da um sentido diferente ao que gostaríamos. é a tal história da educação neutra: um educador neutro, um cientista neutro argumenta que não é problema dele, pois ele é um matemático, um físico, depende de quem vai usar e se alguém usar para fazer uma bomba atômica o problema não foi dele, ele só trabalha a teoria, argumenta, ele só é um cientista. Mas, mesmo com todo o discurso de neutralidade a ciência não é neutra, ela já carrega um objetivo em si, queiramos ou nào.

O nosso objetivo como educador pe despertar a consciência dos participantes a respeito de para onde eles querem ir. Repare a diferença, um manipulador, vai instigar no grupo os seus objetivos, e o educador da práxis, vai ajudar o grupo a descobrir e definir os seus objetivos. Não somos concientazadores de ninguém,ninguém

conscientiza ninguém e nem se agrupa sozinho. Quer dizer, não porque não seja possível conscientizar, o sistema está aí conscientizando de forma alienada, os meios de comunicação estão aí para fazer esse papel o tempo todo, isso que é o pior. Nós nào conscientizamos ninguém para a liberdade, porque o sujeito da conscientização é o proprio oprimido, pois dentro da própria opressão já existe a semente da libertação.

O educador é apenas um abalador que ajuda a despertar, mas o sujeito oprimido é que desperta, que abre os olhos, que descobre a sua condição de oprimido, ele é que tem que recolher forças e dar as mãos para superar essa condição. Nossa segurança está aqui no real. Este é o primeiro passo para o trabalho desta metodologia.

O Segundo Momento: começa o trabalho de pesquisa daquela situação que queremos compreender, ou quando já pesquisamos é a descrição desta situação. Momento fundamental, onde existe toda uma metodologia de pesquisa. Este é o momento onde começamos a descrever as nossas experiências de formaçào, cominicação e regras contra a violência.

O Terceiro Momento: é um momento teórico difícil, complexo, e é aquele que nós adiantamos neste trabalho, era de nós criarmos, primeiro sistematizarmos o material que fomos descrevendo, ou definirmos as prioridades, os elementos mais importantes daquele material pesquisado. é o momento de sistematizar, de priorizar,- a priorização dos atores que numa conjuntura são mais importantes juntos, na outra que ele sai de cena, fica fora, e entram outros na hegemonia, passam a ser prioritário para analisarmos as relações. Por isso temos que primeiro estabelecer os elementos prioritários e depois partir para definição das categorias, dos conceitos, dos critérios para analizarmos aquela situação.

Quarto Momento: é o da análise da situação, a análise de conjuntura é o quarto momento da teorização. Estamos acostumados a falar, a pensar na análise de conjuntura no quarto momento misturado. Esta quarta etapa do trabalho é comparada cuidadosamente com os dados anteriores, enclusive com essa distinção muito importante entre a descrição da prática, a pesquisa, a busca das evidências apresentadas pela prática e a análise da prática são duas coisas muito diferentes, separadas. Quanto melhor separarmos, mais vamos fazendo com facilidade as duas coisas, até não precisar separar mais. Porém, aí já não é mais um exercício intelectual, aí já acontece dentro da gente e você já pensa, mas esse é o resultado de um longo processo de exercício e de trablho com a metodologia, separando pesquisa, descrição e trabalho analítico.

Finalmente vem o trabalho difícil de análise - é o momento em que se faz a decomposição da realidade para estudar diferentes aspectos e depois procurar entender a inter-relaçào entre eles.

Quinto Momento: o da síntese. é o momento em que a gente procura entender a totalidade, coloca de volta juntos, reintegra os elementos que havíamos separado artificialmente para analisar e produzir uma visão geral, única daquele sistema, daquela situação, daquele realidade.

Ao fazer todo esse processo, vamos encontrar no meio dele necessidades, acúmulos. Quando surgir qualquer coisa dessas, temos que voltar a pesquisar, ou então falta clareza para seguirmos. Se for preciso temos que ir para os livros, para a pesquisa com um consultor elementar. A hitória, os conhecimentos teóricos da metodologia, os conhecimentos da escritura, tudo isso vai entrar como instrumento de trabalho para nos equipar a fim de melhor teorizar nossa prática, compreender com mais profundidade a relação entre aquela prática imediata e conjunturale a estrutura e o momento histórico da realidade dessa relação que parte do mais global e estratégico. Isso em termos de visão de totalidade do processo real.

Depois que completamos essa síntese integradora, podemos então desembocar num processo de planejamento da nossa ação. E esse planejamento é justamente o caminho inverso. partindo agora de uma visão global e estratégica adquirida nesse exercício de teorização, podemos caminhar de volta para o local imediato, que é o nosso espaço de ação concreta, para dividir dessa visão global as linhas estratégicas e táticas que vamos abordar em função dos nossos objetivos. Reparem, aqui há um processo que chamamos em motodologica "embutido" que vai do particular ao geral, do local ao global, do imediato para o mediato. é alí, no local e no agora, que temos que estar atuando, ali precisamos de linhas de ação imediatas, mas não isoladas, articuladas num processo de acumulaçào de forças, de experiências e resultados dentro dos objetivos de curto, médio e longo prazo. Nesse mesmo processo há uma série de onjetivos parciais, que vão servindo de metas para irmos avançando. As vezes há até o objetivo de recuar que faz parte do processo, da luta.

A meta de recuar depois da eleição: recuo do Movimento Popular, do PT, para que? Para reacumular forças, para reavaliar, para decobrir o que perdemos nas eleições, o que ganhamos e planejar a capitalização desses ganhos. Aparentemente parece que pardemos, mas perdemos só as eleições e uma análise nos mostra que ganhamos em termos políticos, educativos de massa, ganhamos no processo eleitoral, levando a todos os cantos do país e do exterior um projeto de sociedade diferente para o Brasil. Então, como capitalizar em cima dessa vitória? O recuo pode ser também uma meta. Esse conjunto: ação tática, linhas estratégicas e objetivos é que fazem com que um exército tenha condições de ganhar uma guerra. Daí a necessidade desermos bons em tudo isso, sermos bons e conhecer nossas próprias forças, conhecer as forças do inimigo, conhecer o terreno, termos clareza dos objetivos a mais longo prazo e sermos capazes de definir as estratégias que nos levam à construção daqueles objetivos, não através de um salto no espaço, mas sim de uma ação cotidiana, de cada momento, de cada espaço onde há condições de estarmos lutando.

Em cada passo desses iremos reavaliando caminhada para construirmos os objetivos. Reparem, nós mal começamos o trabalho, agora, para avaliarmos a relação, a co-relação de forças, precisamos compreender quais as forças, fraquesas, interesses e o modo de relação de cada um deles. Isso é analisar, é ir além da descrição que fizemos, uma tarefa que tem que se fazer em nossos estados , em cada Centro para poder definir com clareza a realidade deste conjuntode forças socias que está gerando violência e que estão combatendo a mesma. Para termos este quadro o mais real possível, e atuarmos sobre

essa realidade da maneira mais eficaz possível, temos que conhecê-la profundamente.

No caso do grupo de violência há uma visão ampla, profunda da problematica, mas a ação está limitada, circunscrita ao fato, ao imediato. Estamos na defensiva e não sabemos como sair dela, nós não conseguimos ver a possibilidade de fazer com que as pessoas se sintam um pouco menos inseguras, sintam um "calço", um apoio. Qual o desafio do combate aos fatores determinantes da violência? Como podemos atuar em cima de cada fator envolvido? Isso significa um trabalho profundo sobre os atores.

Tudo isso era para dizer a vocês que sentir-se inseguro faz parte do avanço. O desafio maior é que em outras ocasiões se coloque um plano de avaliação, se encontre os conceitos e critérios mais adequados para avaliar.

Em relação ao trabalho dos Direitos Humanos, acredito que uma das coisas que pode melhor nos equipar para combater, principalmente na área de formação, é verificarmos a necessidade de no trabalho de formação, procurarmos redefinir o ser humano. Estamos trabalhando com direitos humanos , o ideal é que a maioria veja o Movimento de Direitos Humanos pelo mundo afora, tomando como presuposto que todo mundo está de acordo com o conceito, e que é uma causa justa e obra de todos. Mas o capitalismo com sua lógica mercantilista, codificadora reduz o ser humano a uma dimensão, por isso é que no sistema de mercado total, não há espaço para o ser humano integral, só há espaço para meio ser humano, fator de produção. É lógico que para um capitalista que pensa assim, Direitos Humanos é uma abstração, não tem nada a ver com a realidade programática dos negócios, é assim que eles falam: "Esse negócio de ética, de moral, isso tudo é coisa fútil, nós falamos de negócios, essa é a realidade, seja um programático, seja um realista". E isso fala um capitalista cristão de empresa multinacional.

É fundamental, para o MNDH, liderar um processo com aquilo que estávamos discutindo ontem, sobre o socialismo: A necessidade de pensarmos no ser humano como indivíduo e como sociedade. Enquanto não tivermos uma resposta de como atender a todos os direitos humanos e as necessidades do ser humano, pessoa e sociedade,não vamos ter solução para o drama da humanidade. Vamos descobrir quem é o ser humano pessoa, quais os seus elementos de realidade atual e potencial. Na verdade nos nacemos com quantidade potencial, tanto individual como coletivamente e esses potenciais não são geralmente visíveis, é como a realidade escondida, cabe a nós desvendar, desenvolver, porque é no processo de desenvolvimento que eles se constituem, que eles passam de potenciais para atuais.

Marx tem uma visão tão dinâmica do ser humano, concebendo os próprios sentidos acostumadamente chamados de cinco, como parte do nosso corpo que se desenvolvem dentro de um processo, estão em construção e quanto mais forem trabalhados, educados, maior amplitude alcançam do real, e portanto, melhor definem o que é o ser humano: O centro da nossa lógica, o de organizar a sociedade em torno desse núcleo, desse valor central.

Que socialismo é esse que estamos construindo agora, em cada momento, em cada ação e em cada relação que fazemos? Esse é o desafio de práxis porque a práxis não é só projeto só pode ser

construida na prática, no dia-a-dia . É a mesma coisa que está nas manchetes. Não adianta grandes discursos, grandes sabedoria sobre o amor, se ele não é uma prática. Ele é um sino que toca, mas que não faz mais do que tocar, aí nesse caso o maor seria a práxis mais elevada de todos, porque é a prática da comunhão, é a prática da integração dos seres humanos, do dar-se para o outro, formando a totalidade que é a humanidade, que é o universo. Mas não é mais por acaso, mas por vontade, por desejo, por paixão, por tesão, por consciência e, isso é processo de humanização.

Acredito que através dessa proposta metodológica, nós podemos construir, caminhar no sentido de todo o processo de transformação desde o mais pessoal, até o mais social e histórico.

Vou determinar aqui, porque já invadi muito o tempo, se o tempo permitisse, iréamos mergulhar um pouco mais nos detalhes de tudo isso. Achei melhor tocar nas questões da teoria da práxis e deixar este material para vocês refletirem na continuidade do Seminário. Obrigado.
(sem revisão do outor).

DISCUSSÃO SOBRE A CENTRAL DOS MOVIMENTO POPULARES

Embora não estivesse, inicialmente, na pauta, foi discutido no Seminário a questão do Processo de criaçãp da Central dos Movimentos Populares. Constatou-se que há em muitas regiões quase total falta de informações sobre o assunto. Por outro lado, em vários Estados os Centros estão engajados ou estão acompanhando a organização e todo processo de discussão. A nível nacional, o MNDH tem apoiado e participado dos encontros, inclusive da Plenária Nacional, realizada em Brasília. Ao final das discussões, reiterou-se a posição do VI Encontro Nacional de Direitos Humanos que decidiu apoiar a criação da Central, com a recomendação de que todos os Regionais e Centros acompanhem a discussão.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Como nos capacitar a fim de contribuir para que o povo oprimido sistematize a história, transformando a sociedade?

A metodologia da práxis é uma alternativa. Ainda somos aprendizes da aplicação dessa metodologia, do planejamento estratégico, ficamos no imediato, contudo a visão, a concepção de que a aprendizagem se dá dentro de um processo, significa um avanço para a superação.

Ao escolhermos as prioridades em formação, comunicação e violência, não o fazemos com uma visão conjuntural, mas estamos assumindo uma posição estratégica no combate às violações dos direitos humanos. Os princípios do Movimento e a metodologia da práxis são dois caminhos estratégicos para o Movimento planejar suas ações a médio e longo prazo.

A primeira observação sobre o Encontro é que fizemos uma experiência com uma novidade metodológica que quebra o que fazíamos até agora. Não usamos, no cotidiano, essas categorias, esse modo de trabalhar, de avaliar, e a primeira vez sempre gera uma série de dúvidas, de inseguranças. Essa metodologia tem uma proposta que rompe

acadêmicos, dos doutores. A metodologia da práxis rompe com este esquema e mostra que o SABER pode ser apropriado por qualquer sujeito que tem uma vivência , uma prática sistematizada, teorizada. Ao reconnecer isso, passamos a reconhecer um novo sujeito, justamente aquele que tem estado à margem da história. E aí está a nossa definição política. Nós não reconhecemos mais o saber só no espaço das academias, dos doutores, dos governos. o SABER também é construído pelo povo trabalhador. Não só é um redefinição do SABER e da sua fonte, e dos seus proces de construção, mas também uma redefinição do sujeito desse saber.

Nosso Encontro contribuiu nessa redefinição da nossa proposta metodológica de trabalhar os três programas e toda nossa atividade. Ela tem como ponto de partida aceitar o desafio de subverter e renovar os conceitos, sujeitos e prática.

AVALIAÇÃO FINAL

Destacamos algumas das avaliações feitas, por regional.

Norte I - Valeu. Percebemos que a formação é uma questão mais ampla que o próprio MNDH. Em relação ao nosso trabalho aprendemos e abrimos nossos horizontes na caminhada das comissões. O importante é que deu impulso para o regional. A questão do socialismo poderia envolver outras experiências.

Norte II - O Seminário ajudou a avaliar, apoiar e a estimular o regional e aprofundar a visão do conjunto nacional. A questão do socialismo precisa mais estudos.

Nordeste - Foi positivo o trabalho conjunto, pois conseguimos dar um passo em conjunto. O Seminário foi muito denso. Precisamos repensar a preparação de um próximo com perspectivas de sistematização: material de estudo.

Centro-Oeste - O Seminário contribuiu muito no conhecimento do coletivo e dos programas específicos. o objetivo foi atingido. É preciso democratizar as informações internas. A metodologia uniforme para os três programas. Tempo: insuficiente e local indequado.

Leste I - Foi inovador na metodologia. A proposta começou um processo novo de integração real dos 3 programas. O conteúdo do Seminário foi bem formulado. Assessor:competente e sensível. As técnicas de relaxamento mostram-se importantes e provam a necessidade de considerá-las. Local: inadequado. Metodologia: foi um pouco atropelada. É preciso maior aprofundamento. Aponta para a SISTEMATIZAÇÃO, como uma necessidade básica.

Revelações: uso de categorias comuns de análise revelou a nossa incoerência entre teoria x prática, e o nosso distanciamento (regionais e CDDH) com o povo que queremos conscientizar.

Leste II - O objetivo foi atingido. Metodologia é um desafio. Deve ser retomada a nível regional. O nosso problema maior é a questão da violência.

Sul I - O Seminário possibilitou avanços no conhecimento real e articulação dos regionais. O objetivo foi atingido. Local inadequado. Metodologia: foi um experimento, é preciso aprofundar, o tempo foi pouco.

Os regionais deverão atuar numa visão de conjunto e por comissões.

Sul II - O objetivo proposto foi atingido, na medida em que conseguimos perceber como está a situação de cada programa e a profunda necessidade de os mesmos se articularem. A questão da metodologia, como sendo o elemento integrador, é uma questão de unidade do Movimento. O avanço desta etapa, em nível nacional, deverá continuar nos regionais, Estados e Centros, devendo ser acompanhado e avaliado em todas as instâncias organizativas.

A metodologia é o profundo desafio em nosso processo edicativo de formação, que tem como referência a transformação social.

CESE - Concordou com os vários pontos avaliados pelos regionais, mas questionou a articulação de todas as proposta tiradas pelas comissões. Manifestou preocupação quanto a amarração e encaminhamento conjunto das propostas dos três programas.

Ao final comunicou que a CESE pretende fazer uma consulta sobre Direitos Humanos no Brasil.

Pontos Comuns

O objetivo foi significamente, atingido.

A continuidade, na perspectiva da atuação específica e interligada dos programas, é um desafio a ser aprofundado e assumido nos regionais e CDH, através da questão metodológica e conjuntural.

O tempo foi insuficiente para uma pauta assim consistente, mais foi possível um avanço nacional, em especial, no sentido do conhecimento dos regionais e da necessidade de assumir e integrar os três programas e os níveis de competência no MNDH.

É preciso remeter verbas aos responsáveis pelas secretarias para que possam receber e enviar material aos regionais e à Secretaria Executiva.

Os programas de comunicação e violência, também, deveriam incluir nas propostas para 90/91 os três primeiros pontos do programa de formação: a pesquisa, comunicação interna, arquivo e sistematização das experiências são questões comuns, próprias do MNDH como um todo, nos três programas.

O próximo Seminário Nacional a ser realizado em julho de 91, deverá ser mais um passo no aprofundamento do que é específico para cada programa e no conjunto do MNDH, tendo a questão da METODOLOGIA e os princípios do Movimento, como o eixo interligador do seu conteúdo, apontando para a sistematização.

Brasília, 17 de outubro de 1990.

Dia 28

8h -Partido do conhecimento produzido das experiências, do aprofundamento da teoria, das prioridades do Movimento Nacional de Direitos Humanos e a questão do Socialismo aprofundar alguns dos elementos metodológicos nos 3 programas:

COMUNICAÇÃO	FORMAÇÃO	VIOLÊNCIA
1- Por quê Para quem? Como?	1- Por quê Para quem? Como?	1- Por quê Para quem? Como?
2- Produção e uso de alternativas em vídeo, rádio, jornal e periódicos	2- Definição no processo, dos níveis, etapas, instrumentos na formação em DH, nas diferentes instituições e movimentos.	2- Definição do papel do Estado na segurança pública e na violência institucionalizada e o estabrlrcimento de mecanismos de defesa da sociedade civil.

3- Elaborar propostas nacionais de trabalho para o período de 1990/91, por programa: COMUNICAÇÃO, FORMAÇÃO, e VIOLÊNCIA, tendo em vista a transformação da sociedade brasileira.

MÉTODO -Grupos por programa do MNDH
19h 30min -Jantar
Noite -A programar

Dia 29

8h -Reunião, por Regional, a fim de avaliar o encontro e articular as propostas entre os programas de formação, comunicação e violência.

11h -Plenária- Apresentação da avaliação e das propostas de cada Regional e sua articulação nacional.

12h -Almoço e encerramento

(Se houver necessidade o trabalho poderá continuar à tarde).

Obs:

1-As experiências sistematizadas poderão ser a nível de:

-Movimento popular e sindical
-Centro de Direitos Humanos
-Articulação Estadual e/ou Regional.

2-Na análise das experiências é importante que esteja explicitado o o tipo de relação estabelecido entre os envolvidos no processo de formação.

3-Assessor: Marcos Arruda e Carlos Eduardo Eche

CEDIM

P R O G R A M A

OBJETIVO - Avaliar e articular os programas de comunaicação,formação' e violência, tendo em vista os princípios do MNDH, a metodologia e as decisões do VI Encontro Nacional, bem como os desafios e prioridades' do Movimento Nacional de Direitos Humanos.

LOCAL - -BRASÍLIA

DATA - -26 de julho de 1990

PARTICIPANTES - Um representante em cada um destes programas, por regional, o(a) Secretário(a) Regional e os integrantes da Secrtetaria ' Nacional.

PROGRAMA:

Dia 26

20h -Abertura

20h 15min -Painel -Como tem sido tratada a questão da violência, formação e comunicação na histria do MNDH.

-Debates em plenária.

MÉTODO -Estes trabalhos serão desenvolvidos em plenária, com a participação de todos os integrantes deste Seminário.

Dia 27

8h -Apresentação e análise de experiências sistematizadas em ' centros de DH, por regional, em movimentos populares e/ou sindical, ' nas áreas da comunicação, formação e violência.

12h -Almoço

13 30min -Análise do conhecimento coletivo produzido nas experiências sistematizadas e relatadas em grupos,quanto à adequação da metodologia e dos instrumentos que vêm sendo utilizados para concretizar os objetivos.

15h 45min -Intervalo

16h -Produzir, por programas, uma análise de cojuntura e estabelecer com as experiências analisadas, a fim de avaliar se as mesmas ' são respostas aos desafios conjunturais do país.

18h -Em plenária, sistematizar essa análise de conjuntura e a sua relação com as experiências produzidas nos grupos de comunicação , formação e violência.

19h 30min -Jantar

20h 30min -Socialismo é alternativa para o Brasil. Qual? Como?

CEDIM

1 9 9 0

D. Hum.

Locate 1

1990

REGIONAL LESTE I (RJ-ES)

1. Reunião preparatória para o Seminário Nacional dos Programas do MNDH (Comunicação, Formação e Contra a Violência).

2. Local: casa de Formação de Nova iguaçu
Duração: 5 a 6 de julho
Participantes: componentes das 3 referidas equipes e da coordenação do Regional inluindo o Secretário Executivo.
Comunicação: Ira Maria Maciel - UERJ, José Américo de Lacerda Jr. (Juninho) - Secretário Executivo CDDH/Petrópolis.
Formação: Rosa Maria Nascimento Miranda - coordenação CDDH/Serra, Zamara Araújo - Juventude e Participação Popular, Marcia Miranda - CDDH/Petrópolis.
Contra a Violência: Raquel Pires - CDDH/Volta Redonda, Azuleika Rodrigues - Comissão Justiça e Paz de Nova iguaçu, Fernando Gonçalves Rodrigues - CDDH/Petrópolis, e mais : Paulo S. Ayres Lins - CDDH Colatina/ES.

3. Dinâmica: reflexão e avaliação no grupo a partir das experiências sistematizadas e apresentadas pelos grupos presentes.

4. Das experiências apresentadas foram escolhidas:
. luta pela moradia (CDDH/Petrópolis) por ser uma questão grave e prioritária para o povo e por ser uma experiência comum dos grupos presentes, com muitos desafios e dificuldades.
. forum permanente contra a Violência por ser uma experiência que está envolvendo vários grupos do estado do Rio e por ser urgente.

5. Objetivos:
. a partir do relato das duas experiências, analisá-las (o desenvolvimento das etapas do processo com suas dificuldades/avanços/desafios, procurando identificar suas causas tendo em vista as várias e diferentes dimensões que constituem a totalidade humana) à luz do conhecimento(prático e teórico) acumulado por cada participante tendo como parâmetro o resultado buscado/desejado (a sociedade que se almeja construir) a fim de elaborar respostas/soluções novas/alternativas.
. a partir do próprio processo de reflexão e discussão no grupo perceber com maior clareza o que é sistematizar e, coletivamente, tomar posse desse conhecimento.

6. Metodologia:
. a partir da prática (experiência)
. a partir do contexto onde as experiências se dão
. a partir da totalidade: das várias dimensões que constituem a realidade objetiva e subjetiva
. a partir de uma visão dinâmica das experiências
. a partir da participação diferente mas igualitária de todos os participantes durante todas as etapas da reunião (escolha da dinâmica, das experiências e do horário; na discussão e na valorização das colaborações/intervenções; no aproveitamento das sugestões dadas; na distribuição das funções e tarefas).

7. Constatações do grupo consideradas negativas para o processo de organização popular:

. dicotomia entre a tomada de decisão e a execução do que foi decidido
. atuação dos grupos de Direitos Humanos e movimentos sociais considerando apenas a formação política/econômica
. desvalorização e desconsideração dos aspectos afetivos e culturais na dimensão pessoal e na social
. desiquilíbrio no uso das ciências (super valorização da sociologia da economia, da política e da filosofia e desvalorização da antropologia, da psicologia, das tradições culturais e das dimensões simbólicas, entre outras)
. robotização dos militantes que muitas vezes se tornam "chatos" (afastam mais do que cativam) prepotentes, insensíveis, estreitos na visão... o oposto do que se deseja como homem/mulher novos
. transmissão de nossas angústias e tensões - queremos construir fóra o que não construímos dentro de nós (falamos e pregamos libertação e vivemos subjugados pela construção da libertação, vivemos dominados por um ritmo que não nos dá tempo para tentarmos viver o integral em nós mesmos)
. violação da cultura do povo e de sua história pessoal pela própria "libertação"
. centralização, por falta de confiança nos que estão começando: por medo do mal feito ou do menos bom, o processo se torna excludente, autoritário, centralizado e não se cria espaço e condições de crescimento pessoal e coletivo (visão não processual, não dinâmica de crescimento/aprendizado humano)
. sectarização que impede a convivência com ideologias diferentes mas não contraditórias (não se aceita as diferenças) o que resulta na falta de capacidade de conviver, integrar e aprender dos e nos conflitos (nem conflitos externos nem os nossos conflitos interiores)
. tendência ao imediatismo, "a impor ritmos", tanto por parte da população como dos militantes e agentes (falta de percepção do ritmo da mudança, de paciência, de capacidade de ouvir e de sentir os outros) com conseqüente criação de "modelos" e intenção de"enquadramento"
. absolutização de conceitos e de verdades por falta de aprofundamento do seu significado
. ações desenvolvidas a partir de referencial e modelos importados
. atuação dupla: votações de tipo mecânica criando uma concordância aparente e depois agindo de forma diversa do que se votou
. dispersão de lutas, pela criação de inúmeras propostas de frentes feitas ou puxadas pelas mesmas pessoas, gerando superposição e impossibilidade de avanços mais profundos
. falta de sustentação do coletivo por não se levar em conta a individualidade natural das pessoas e o seu lado negativo que é o individualismo
. falta de respeito, de ética e de valorização da palavra gerados por um contexto de repressão com seus inúmeros instrumentos ieológicos
. pretensão de mudar a história em conflito sem integrar o conflito na história, sem se integrar no processo e de dentro do conflito e do processo gestar a mudança
. monopolização do saber vivenciado nas diferentes experiências comunitárias: o povo, muitas vezes, não se dá conta que está criando o novo povo a urgência das lutas pelas necessidades fundamentais não deixa tempo para que ele pense, crie em conhecimento/saber a partir dessas experiências e se aproprie dele deixando que esse conhecimento seja detido apenas por alguns

. não reconhecimento da agressividade existente no ser humano, de seus limites e contradições, como elementos que o constituem mas que, ao mesmo tempo, podem ser integrados e superados (visão pro - cessual = dinâmica de ser humano) e não reprimidos ou rotulados(vi são idealista e moralista = estática e maniqueísta)
. surgimento de um poder paralelo controlado pelo econômico, que gera medo no povo, cria o "mito da marginalidade", aliena e impede a organização do povo como plano estratégico de ação para sustentar o sistema (o povo, mesmo alguns mais conscientizado, acaba apoiando a ideologia da punição dos "marginais" e a existência dos gru - pos de extermínio)

8. Considerações e sugestões de ações que reforcem o processo de cons trução do novo:
. desenvolvimento de uma visão mais dinâmica do processo histórico considerando e integrando os elementos imprevisíveis e não controláveis pela vontade humana e que são superados pela própria força do ritmo da história
. desenvolvimento de experiências concretas de trabalho e construção coletiva tipo cooperativas
. integração das várias ciências e conhecimentos humanos, das várias dimensões da pessoa (subjetivas e objetivas), das relações inter - pessoais e sócio-econômicas, dos elementos culturais e simbólicos, das necessidades de luta e de lazer
. estudo e divulgação da formação do povo brasileiro para que se sai ba com mais clareza que é o povo brasileiro (sua antropologia, sua cultura, suas necessidades, sua psicologia, sua visão do mundo e das coisas, seus sonhos e fantasias)
. integração dos elementos importantes dos MCS (ex-novelas), que cap tam a fantasia da população e utilizam o mágico da realidade, como oportunidade de refletir e desenvolver uma atitude nova e alternativa
. desenvolvimento da sensibilidade capaz de captar os anseios do povo, os momentos onde emerge a necessidade de alimentar a sua dimen são simbólica e/ou de lazer que não podem ser programadas e determinadas, mas que surgem naturalmente a partir do contexto (fatos , ocasiões, datas etc) porque celebração e festa só acontecem de ver dade quando há clima
. criação de outras formas de discutir a violência e que considerem e preservem a necessidade de segurança das pessoas quando discutem estes problemas (ex: um grupo discutir e aprofundar situações seme lhantes às suas, mas que aconteceram em outros lugares)
. esforço de se manter ligado e integrado nos processos para a par - tir de dentro gerar o novo e não de fóra querer controlar ou deter minar os passos a serem dados
. desenvolver a capacidade de distinguir diferenças construtivas e contradições deturpadoras e enfraquecedoras do processo

9. Pontos considerados positivos como avanço frente à sociedade que se quer:
. integração e trabalho coletivo gerados pelo Fórum Permanente Con - tra a Violência (muitas das falhas e limitações do nosso trabalho e de nossa visão de transformação tem sido desafiadas e em parte superadas por causa do contato mais próximo e permanente com a questão da violência)
. criação do Jornal "Vida"
. integração e trabalho mais permanentemente articulado das 3 equi- pes do Regional Leste I (gerando: maior exercício de democracia e aceitação de diferentes visões, maior valorização de diferentes ti pos de "saberes", atuação coletiva na prática concreta, visão mais integral do ser humano e da realidade, maior desafio para a inte -

10. Proposta de ação conjunta no sentido de superar as constatações negativas frente ao objetivo desejado:
   . elaborar um calendário de visitas às entidades que compõem o Re - gional
   . fazer um levantamento da identidade de cada entidade/grupo e de seus membros
   . tentar conhecer o perfil integral das pessoas com quem nos rela - cionamos nas lutas
   . buscar adequar os métodos de trabalhos ao contexto e às pessoas na sua totalidade
   . buscar integrar os grupos mais afastados nas ações coletivas do Regional
   . elaborar e atuar coletivamente nos três programas articulados.

11. Conclusões sobre o que seja sistematizar a partir da própria prática desenvolvida pelo grupo durante a reunião.
   Sistematizar consiste em:
   . teorizar a partir de todos os ganchos que aparecem nas experiênci as práticas = elaborar um saber novo a partir da luta
   . perceber as falhas/limitações e propor saídas novas fundamentadas nos diferentes tipos de saber (prático e teórico)
   . elaborar um conhecimento novo apropriado pelos que o elaboraram.

12. Observação:
   . foi sentido no grupo uma necessidade maior de refletir e discutir as angústias e desafios surgidos nas práticas dos presentes e nas experiências analisadas do que entender com clareza o que é siste matizar.

Propaganda

1992?

SEMINÁRIO

M•ORADIA

MORADIA:

EXPERIÊNCIAS COM

PARTICIPAÇÃO POPULAR



PROMOÇÃO: Programa Terra e Habitação

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

BENTO RUBIÃO

Núcleo Arco Arquitetura / Comunidade

Universidade Santa Úrsula

MORADIA:
Experiências com
participacão popular

Diante do difícil quadro da falta de moradias no Brasil e o fracasso dos programas habitacionais oficiais nos últimos 30 anos, surge, com base em experiências concretas de articulação entre movimentos populares, ONG's, universidades e governos locais, alternativas de contrução e conquistas de moradias para a populaçao empobrecida,com resultados inovadores.

Nossos seminário ouvirá algumas destas experiências e no final buscará elaborar um documento com propostas para o Estado do Rio de Janeiro, que possa aproveitar os resultados de outras cidades.



EXPOSITORES E EXPERIÊNCIAS:

DATA 09/12 - Urbanização de Favelas

PREFEITURA MUNICIPAL DE Sto ANDRÉ
Alexandre Reschke
LIDERANÇA COMUNITÁRIA DE Sto ANDRÉ
Silvio Duarte dos Santos
LIDERANÇA COMUNITÁRIA (Sta MARTA) / CDDH BENTO RUBIÃO
Itamar Silva
EX - CHEFE DO GABINETE DA SMDS - RJ
Cesar Benjamin (a confirmar)

DATA 10/12 - O Estado do Rio de Janeiro e a Moradia

COOPERATIVA HABITACIONAL DE NOVA HOLANDA / FAFERJ
José Carlos de Souza

NÚCLEO ARCO USU/CDDH BENTO RUBIÃO
Ricardo de Gouvêa Corrêa

COOPERATIVA HABITACIONAL DE ANGRA DOS REIS
Miriam Ribeiro do Nascimento

PREFEITURA DE ANGRA DOS REIS
Secretário Gonçalo Guimarães

SECRETARIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO
Secretário Fernando Lopes (a confirmar)

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Secretário Luiz Paulo Corrêa

DATA 11/12 - Propostas

elaboração em grupos e plenária das conclusões e propostas do seminário

OBJETIVOS

- Unir técnicos, ONG's, movimentos populares, univercidades e poder público, na busca de propostas para o problema da moradia popular.

- Ouvir e debater, com outras cidades do Brasil e da America Latina, o problema e as soluções para a moradia popular;

- Elaborar propostas que ajudem os movimentos populares conquistar e/ou ampliar políticas públicas, legislações e linhas de financiamento para o setor.

EXPOSITORES E EXPERIÊNCIAS:

DATA 07/12 - Experiências na América Latina

FUCVAM - COOPERATIVAS DO URUGUAI
Miguel A. Rojas

CENTRO COOPERATIVISTA URUGUAIO
Milka Ivankovic

DATA 08/12 - A Cidade de São Paulo e a Moradia

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇAO E DESENVOLVIMENTO URBANO
Secretária Ermínia Maricato

PASTORAL DA MORADIA
Padre Ticão

CAAP - CENTRO DE ASSESSORIA A AUTO GESTÃO POPULAR
Leonardo pessina

UNIÃO DE MORADIA - SP
Benedito Barbosa (Dito)



Gostaríamos ainda que as indicações fossem acompanhadas de uma pequena justificativa e um currículo do indicado a ser encaminhados para a nossa sede nacional.

A escolha será feita pelo nosso Conselho e Secretários.

- **Período para encaminhamento das indicações: De 01 de julho a 30 de setembro;**
- **Anúncio do Escolhido: 12 de outubro;**
- **Entrega do Prêmio em solenidade a ser realizada na cidade do premiado, no dia 10 de dezembro.**

Aguardamos as indicações

M N D H MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

SCS - Ed. Oscar Niemeyer - Quadra 02 - Bloco "D"
10º andar - Sala 1001 - Fone (061) 225-3337
Fax (061) 225-7157 - CEP 70.316-900 - Brasília-DF

V PRÊMIO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS



Reprodução da Escultura de Elifas Andreato

1992

Luta pela Vida contra a Violência

MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

CEDIN

O MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS foi fundado em janeiro de 1982, através da articulação de diversos segmentos que se organizaram a partir da luta contra a tortura e pela anistia.

Como seria de se esperar em um país como o Brasil, no decorrer de todos esses anos o leque de bandeiras abraçadas pelo Movimento cresceu e se diversificou abrangendo a luta contra a tortura, contra presos comuns, pela democracia, cidadania, reforma agrária, urbana e muitas outras.

A estrutura definida para atender a essas demandas é uma organização a partir de Centros e Comissões de Defesa dos Direitos Humanos, que estão presentes em várias cidades, aglutinados em oito regionais e Conselho Nacional.

Foram constituídas, ainda, quatro Secretarias Nacionais para atender as prioridades estabelecidas nos Encontros Nacionais: Violência e Cidadania, Formação, Comunicação e Executiva.

No último Encontro Nacional, realizado em janeiro de 1992, foi reafirmado como eixo do MNDH a LUTA PELA VIDA, CONTRA A VIOLÊNCIA.

O Prêmio Nacional dos Direitos Humanos, instituído pelo MNDH em 1988, reflete um pouco o que tem sido a trajetória do Movimento, levada adiante pelos seus 236 Centros que têm entre as maiores demandas cotidianas a luta contra a violência que atinge de diversas formas os trabalhadores expoliados de nosso País.

É assim, nessa opção clara pelos despossuídos que os nossos militantes vão transformando, junto com outros segmentos, a dor em esperança e tentando descobrir, como o poeta, "que tragédia é essa que cai sobre todos nós".

Ao premiarmos, no decorrer desses anos, D. Paulo Evaristo Arns, a Comunidade Indígena Yanomami, a sindicalista rural Maria Aparecida Pereira, a deputada Benedita da Silva, o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, D. Pedro Casaldáliga, Frei Leonardo Boff e o sindicalista rural e cantador Luís Vila Nova, tentamos não só homenagear esses companheiros de caminhada, mas também fazer ecoar todos esses gritos que clamam pela construção da Nova Sociedade e do Homem Novo.

Até o ano de 1991 o processo de indicação do prêmio era interno. As indicações eram feitas por nossos CDDHs.

A partir desse ano estamos abrindo espaço para que todos que lutam por uma sociedade justa, livre, igualitária, culturalmente diferenciada e sem classes, possam também indicar nomes de pessoas ou entidades que, através de sua prática, tenham contribuído para fazer desse ideal uma realidade em nosso país.

Para nós é muito importante que todos enviem indicações a fim de que possamos fazer dessa escolha um momento a mais de troca de impressões e expressões em nossa luta.

- Prosti-
- tuição

1996

vid. / Prost.

O GLOBO
Data 22 / 01 / 96
Caderno ____ Pág. 18

Angra entraria na rota da prostituição

Policiais infiltrados inibem o uso de cocaína e maconha em Búzios e o consumo de bebidas cresce entre adolescentes



OS JOVENS freqüentadores de Búzios dançam e bebem durante toda a noite e terminam a festa comemorando o nascer do sol numa das praias do balneário

O GLOBO 2
Data 22 / 01 / 96
Caderno ____ Pág. 18

• BÚZIOS. O empresário Rodrigo Otávio Menezes Jesualdi, de 45 anos, preso semana passada em Búzios sob a acusação de tráfico de drogas e que responde a inquérito por corrupção de menores, investe também na Costa Verde. Jesualdi estava construindo uma casa no condomínio Porto Real Resort, em Conceição de Jacareí, próximo a Angra dos Reis, onde pretendia receber turistas (sobretudo estrangeiros) para fazer programas com adolescentes. A informação foi dada ao GLOBO este fim de semana, em Búzios, por policiais que investigam os planos de Rodrigo.

O condomínio Porto Real Resort fica às margens da Rodovia Rio-Santos. Um oficial do Serviço Reservado da Polícia Militar, que vem participando das investigações, disse ontem que a polícia já conhecia a pretensão do empresário de expandir seus negócios para o litoral sul do Rio.

Em Búzios, o envolvimento do empresário (dono da boate La Siesta) com a prostituição infantil não chega a surpreender as pessoas que o conhecem.

— Ele vai pagar pelo que não é dele. Embora ele gostasse de usar cocaína e de levar as meninas para a casa dele, todo mundo sabe que ele não é isso tudo que estão dizendo no jornal — disse um ex-empresário do Rio, que adotou Búzios há 12 anos.

Jesualdi, preso na Divisão de Recursos Especiais na Barra, depois do escândalo da semana passada ainda teve prejuízo com a interdição da sua casa noturna, a boate La Siesta, na Praia da Armação dos Búzios. Segundo a polícia, a boate funcionou como um centro de aliciamento de menores e de distribuição de drogas. Além da La Siesta, em Búzios, Jesualdi tem uma participação na boate New Sargitarius Club, em Belo Horizonte, freqüentada por empresários de Minas.

Fim de semana discreto no consumo de drogas

A operação policial realizada semana passada em Búzios (uma quadrilha foi presa por prostituição infantil, tráfico de drogas e armas e roubo de carros) não interferiu na vocação turística e muito menos nos hábitos dos jovens freqüentadores do balneário mais charmoso do Brasil. O cigarro de maconha, que antes passava de mão em mão abertamente nas praias de Búzios, anda circulando mais discretamente depois do escândalo da semana passada. Os jovens estão mais cautelosos, com medo de serem surpreendidos por algum policial infiltrado entre os banhistas. Em contrapartida, são cada vez mais comuns os adolescentes bêbados e desmaiados pelas ruas.

— Agora o pessoal está se segurando mais. Quem tem drogas só passa para quem conhece. Quem quer e não conhece ninguém vai ficar na mão, porque a cidade está cheia de policial disfarçado — disse um rapaz com forte sotaque mineiro, que durante a madrugada de ontem se espremia debaixo de chuva, com dezenas de adolescentes, para entrar na Boate Pachá, um dos lugares preferidos da juventude que invade o balneário nesta época do ano.

Menores entram nas boates sem qualquer restrição

O fuso horário da noite de Búzios alimenta as loucuras. O vai e vem de jovens na Rua das Pedras (a passarela mais animada do balneário) só começa a partir das 23h. E a noite só esquenta mesmo quando os decibéis nas boates (a Pachá, a Olé e a Búzios 40 Graus) atingem os níveis mais altos, a partir de 1h. Uma festa que só termina às 8h.

O preço cobrado pelo ingresso nas boates (R$ 10) não intimida ninguém. Muito menos os menores de 18 anos, que não sofrem qualquer tipo de restrição para entrar nas boates. E neste fim de semana, se as drogas sumiram das pistas de dança, o consumo de bebidas alcóolicas pelos jovens foi desenfreado.

Qualquer um bebe o que bem entende. Na madrugada de ontem, na Pachá, uma jovem aparentando 18 anos desmaiou por excesso de bebida e precisou ser carregada pelos colegas. ■

Vid. / Prontuário

O GLOBO
Data 18/01/96
Caderno _____ Pág. 11

Prostituição e tráfico em Búzios



O DELEGADO aposentado Miguel Bechara, dono de uma boate em Belo Horizonte: detido em sua casa em Búzios

O GLOBO
Data 18/03/96
Caderno ____ Pág. 11

Polícia acaba com rede de exploração de menores, prende sete pessoas e apreende armas

Hilka Telles

A tranqüilidade das férias em Búzios foi quebrada ontem por uma gigantesca operação policial contra a prostituição infantil, o tráfico internacional de drogas, o contrabando de armas e o roubo de carros. Numa ação que vinha sendo planejada desde outubro passado, cerca de 40 policiais atacaram simultaneamente seis alvos no balneário. Num deles foi preso o chefe da rede de prostituição de menores: o empresário Rodrigo Otávio Menezes Jesualdi, de 45 anos.

Na casa do empresário foram apreendidas fitas de vídeo em que meninas de 10 a 16 anos aparecem nuas, sendo selecionadas por ele para se prostituírem. A polícia também encontrou fotografias de menores nuas e em poses eróticas. Em algumas das fotos se via duas ou três meninas com aparência de 12 a 13 anos fazendo sexo com Rodrigo. Todas as meninas são de famílias pobres.

Mais seis pessoas foram detidas, entre elas o delegado aposentado de Minas Gerais Miguel Bechara, de quem Rodrigo é sócio na boate New Sagitarius Club, a mais famosa casa de shows eróticos de Belo Horizonte. Policiais que participaram das investigações disseram que a New Sagitarius Club é ponto de prostitutas de luxo freqüentado pela alta sociedade da capital mineira e que algumas menores de Búzios, com idade acima de 15 anos, eram levadas para lá.

Além do delegado aposentado Bechara, que já comandou o Grupo Anti-Seqüestro (GAS) da polícia de Minas Gerais, foram detidos três franceses. Dois deles foram liberados por falta de flagrante, mas Patrick Scheve, de 33 anos, ficou preso porque está em situação irregular no Brasil desde 1994.

A operação começou de manhã, com 40 homens do Centro de Inteligência de Segurança Pública (Cisp) — que desenvolveu todo o trabalho investigativo —, da Polícia Federal, da Polícia Militar e da Divisão de Repressão a Entorpecentes (DRE) da Polícia Civil. A ação foi simultânea. Um grupo de policiais invadiu a mansão de Rodrigo Jesualdi, no Marina Porto, quadra 67, onde foram apreendidos pequena quantidade de cocaína, as fitas de vídeo, os álbuns fotográficos e algumas armas.

O segundo alvo foi a casa dos franceses, na Rua Maria Joaquina 566, na Praia do Canto. Ali nada foi encontrado. O delegado aposentado Miguel Bechara foi detido em sua casa, no luxuoso condomínio Ilha dos Caboclos, na área das marinas.

O quarto ponto estourado foi a loja do armeiro Luiz Carlos Solon, de 38 anos, na Estrada José Bento Ribeiro Dantas, a 20 metros da delegacia de Búzios, onde havia mais armas. A boate La Siesta, de propriedade de Rodrigo Jesualdi e do francês Patrick Scheve, na Rua das Pedras, centro de agitação da cidade, foi o quinto alvo.

A boate, segundo a polícia, era o ponto onde se fazia a prostituição. Os policiais apuraram que o empresário recebia US$ 500 por programa agenciado com as meninas e pagava entre R$ 15 e R$ 20 às menores que freqüentavam sua boate.

O sexto local estourado foi a casa do despachante do Detran Nilson Lima Chablich, na Rua Alfredo Silva, na Praia dos Ossos. Agentes do Cisp informaram que Nilson "esquentava" os carros roubados para Rodrigo Jesualdi.

Nove menores foram identificadas através das fotografias. Em depoimento acompanhado por um curador de menores e pela advogada Cristina Leonardo, presidente do Centro Brasileiro de Defesa da Criança e do Adolescente, as meninas contaram que Rodrigo Otávio gostava de fazer sexo e praticar atos libidinosos com as que tinham menos idade (entre 10 e 13 anos), deixando as mais velhas (acima de 14 anos) para os clientes da boate.

O pai de quatro delas, um caseiro da mansão do dono da boate La Siesta, contou em depoimento que Rodrigo Otávio acostumava dar festas em sua casa, que seria freqüentada até por deputados de Minas Gerais.

Crime filmado em vídeo

Fita com denúncia mostrava a prostituição de meninas no balneário

Em outubro passado o Centro de Inteligência de Segurança Pública (Cisp) recebeu denúncia sobre a prostituição infantil de luxo em Búzios. Uma fita de vídeo enviada aos policiais era a prova cabal e uma equipe foi designada para intensa investigação, que durou três meses.

Durante esse tempo, muitas vezes os agentes viram aviões de pequeno porte aterrissarem no aeroporto de Búzios (onde não há qualquer fiscalização) para o desembarque de caixas que eram destinadas à mansão de Rodrigo Jesualdi, dono da boate La Siesta.

— Sabíamos que eram cocaína e armas, mas nada podíamos fazer para não prejudicar as investigações. Se apreendêssemos as caixas, eles saberiam que estávamos ali e não descobriríamos mais nada — disse um dos policiais.

O sinal verde para a operação foi dado na segunda-feira pelo general Nilton Cerqueira, secretário de Segurança Pública.

O GLOBO
Data 18/01/96
Caderno ___ Pág. 11

Fortaleza de empresário detido tem esquema especial de segurança

Microcâmeras, sensores, alarmes sonoros, cães doberman e cercas eletrificadas para impedir invasão


Divulgação/O Dia
RODRIGO: PRESO

• Num local onde até os aparadores de copos de uísque eram decorados com desenhos de posições sexuais, a privacidade é essencial. Para garanti-la, o empresário Rodrigo Otávio Menezes Jesualdi mantinha em sua mansão 18 itens diferentes de segurança, que iam desde cachorros doberman a cercas eletrificadas, microcâmeras e sensores que faziam disparar alarmes sonoros. Para que a ação policial pudesse ter êxito, um agente do Cisp se infiltrou na casa. Sua missão era verificar o sistema de segurança, para que ele fosse neutralizado no momento da operação policial.

— Havia sensores em todas as janelas e na parte dos fundos da mansão, que dá acesso à marina. Ali também havia um arame no chão, camuflado, onde certamente qualquer desavisado tropeçaria se tentasse entrar na casa. O alarme dispararia imediatamente. Havia quatro microcâmeras instaladas: duas na sala e duas no portão principal. Toda movimentação era gravada em fita, que era vista por Rodrigo no vídeo do quarto — contou um policial.

— Nos fundos e nas laterais do terreno foram instaladas cercas eletrificadas. O portão principal, que se abria com controle remoto, também era eletrificado. No quintal, três cachorros da raça doberman ficavam soltos.

Rompido o sistema de segurança e preso Rodrigo Jesualdi, os policiais só se chatearam com o fato de terem encontrado apenas pequena quantidade de cocaína, algumas poucas armas e US$ 30 mil na mansão. No total, dez armas foram apreendidas, entre elas uma escopeta, uma metralhadora e uma pistola. Mas as fotos das meninas nuas chocaram a todos.

— Muitas delas não tinham nem seios, nem pêlos pubianos. São crianças, mesmo. Dá revolta ver um crápula aliciando meninas que poderiam ser nossas filhas. Ele se aproveita do fato de os pais das crianças serem pessoas desinformadas, ignorantes mesmo — disse outro policial.

Segundo um dos coordenadores da operação, a prostituição de menores levou a polícia à descoberta do tráfico de drogas, contrabando de armas e carros roubados.

— Descobrimos como funciona todo o esquema de tráfico de drogas de Búzios. Como o tóxico chega, por onde e por quem é distribuído na cidade, em que pontos ocorre a venda. O esquema para "esquentar" carros roubados também foi descoberto. Quatro carros roubados foram apreendidos — disse um investigador.

Até a noite de ontem os presos e as nove menores localizadas ainda estavam prestando depoimento à polícia, em Búzios. No fim da noite, os presos ligados ao tráfico de drogas foram transferidos para a Divisão de Repressão a Entorpecentes, no Rio. Entre eles, o empresário Rodrigo Jesualdi. Para a mulher do delegado Miguel Bechara, sócio e amigo de Jesualdi, tudo não passou de uma intriga do francês Patrick Scheve.

— Ele e Rodrigo brigaram por causa da sociedade na boate La Siesta, e ele acabou intrigando o meu marido — disse Elizabeth Bechara. ■

Violência / Prostituição

O GLOBO
Data 07 / 01 / 96
Caderno ____ Pág. 10

COMÉRCIO SEXUAL: *Mais de 30 agências atendem a clientela VIP*

Brasília: a prostituição corre atrás do poder

Polícia enfrenta barreiras para coibir ação de agenciadores

Globo 10 // 07.01.96

Hugo Marques

• BRASÍLIA. A cidade projetada como modelo para o século XXI acompanha o crescimento vertiginoso do negócio mais antigo do mundo. Mais de 30 agências funcionando em áreas residenciais, exploram a prostituição em Brasília, oferecendo mulheres a executivos e políticos. Os classificados dos jornais brasilienses estão sempre repletos de anúncios. Mas a polícia reclama que sua maior dificuldade para enfrentar o comércio do sexo está numa parte especial da clientela, formada por autoridades.

— Não se consegue identificar os grandes clientes. O Congresso, por exemplo, é um estado independente. Já me senti impotente por não conseguir prender alguém, ou ter que esperar a pessoa sair do Congresso para prender. A gente sabe o que existe lá, mas não consegue chegar. Às vezes até desiste de investigar — conta Lúcia Lacerda, delegada de Costumes da capital.

A titular da Delegacia de Mulheres (Deam), Débora Menezes, observa que as 30 agências já rastreadas são apenas a ponta do iceberg. A Deam já infiltrou seis agentes nessas agências para tentar conseguir flagrantes.

— Onde há o poder, há mais facilidade para camuflar as coisas — lamenta a delegada Débora.

O GLOBO encontrou pelo menos duas mulheres agenciando prostitutas dentro do Congresso. Uma delas, C., de 28 anos, admite que faz programas.

— A maioria dos deputados não se mete com isso, mas alguns fazem de seus gabinetes verdadeiras casas com frigobar e sofá — confirma um dos responsáveis pela segurança do Congresso.

Ex-presidente da Câmara e atual líder do PFL, o deputado Inocêncio de Oliveira foi um dos poucos que se dispuseram a falar abertamente sobre o assunto.

— Isso aqui é uma cidade igual a qualquer outra. Entram mil pessoas por dia — disse ele, salientando, contudo, que as dificuldades alegadas pela polícia não podem ser desculpa para omissão. ■

A PROSTITUIÇÃO NA CAPITAL

Grupos	Idade	Preço médio	Local do programa
Menina	10 a 14	R$ 15	Carros
Adolescente	15 a 18	R$ 30	Carros
Militar	18	R$ 80	Motel e apartamento
Mulher	18 a 28	R$ 150	Hotel e apartamento
Travesti	18 a 35	R$ 50	Carro e motel

FONTE: Pesquisa da assistente social Patrícia Campanatti, além de classificados de jornais locais, boates e consultas diretas.

Resenhas

CEDIM

Violência

Policiais são acusados de espancar e matar preso

(O Globo, 10, 03/01/96)

Um delegado e um detetive foram afastados de suas funções acusados de terem torturado e espancado até a morte o preso Luiz Henrique Fernandes dos Santos, o Riquinho, de 36 anos, e condenado a 30 anos de prisão por assalto. O caso aconteceu numa das celas da Divisão Anti-Seqüestro, no Rio, no dia 25 de novembro e o corpo do preso foi abandonado numa estrada. Os policiais alegaram que o preso havia fugido quando era levado para uma diligência.

O caso acabou sendo descoberto através de investigações reservadas realizadas por policiais da Corregedoria de Polícia, a partir do relato de um outro preso. Há suspeitas de que mais policiais estejam envolvidos no caso que não é o primeiro a ocorrer no Rio. Um funcionário da Fundação Oswaldo Cruz também foi morto em 1993 ao ser torturado por policiais da mesma divisão.

Suspeito de seqüestro é morto dentro da DAS

(Jornal do Brasil, 18, 03/01/96)

O assaltante foragido da Justiça Luiz Henrique Fernandes dos Santos, o Riquinho, de 36 anos, acusado de participação em seqüestros, foi assassinado na sede da Divisão Anti-Seqüestro, possivelmente após ter passado por uma sessão de tortura. O caso foi desvendado pelo diretor da divisão, que afastou um delegado, um detetive e um cabo como responsáveis pela morte do preso. Outro delegado teria ocultado o cadáver do preso, que terminou enterrado como indigente num cemitério da Zona Oeste da Cidade.

O Instituto Médico Legal confirma que o preso morreu em conseqüência de violência. O foragido sofreu parada cardíaca após ser espancado e asfixiado com um saco plástico amarrado à sua cabeça.

O preso foi submetido à interrogatório na Divisão Anti-Seqüestro um dia após ter sido levado de uma delegacia, na Zona Norte, onde estava preso. Depois ele desapareceu. Policiais envolvidos no caso alegaram que o preso escapara quando era levado da delegacia para a divisão. O chefe de Polícia Civil, Delegado Hélio Luz, disse que os acusados terão que responder criminalmente pelos atos.

Divisão já foi motivo de denúncia

(Jornal do Brasil, 18, 03/01/96)

Casos de tortura na Divisão Anti-Seqüestro não são novidade. Em agosto do ano passado, uma seqüestradora afirmou ter presenciado dois anos atrás o espancamento do funcionário da Fiocruz Jorge Carelli numa sala da divisão. Ela disse ter visto o funcionário num local que os policiais chamam de sala do pau, onde os suspeitos eram interrogados e torturados. Até hoje, o corpo de Carelli não foi encontrado.

Um policial confessou ao JORNAL DO BRASIL, na época, que a prática de maus tratos é a melhor forma de obter informações. De acordo com o policial, o choque elétrico é o instrumento mais eficiente de que a polícia dispõe nos interrogatórios. Outros métodos são o afogamento em balde d'água e o tic-tac do relógio - som de uma gravação que é ampliada alcançando níveis insuportáveis.

Nova onda de seqüestros no Rio

(O Globo, 18, 11/01/96)

Nos primeiros dez dias do ano, a polícia do Rio registrou a ocorrência de três seqüestros - três vezes mais do que o registrado no mesmo período do ano passado.Os seqüestrados são o dono de restaurantes, de uma metalúrgica e de uma construtora. Se a média este ano se mantiver neste nível, o número de casos poderá ser maior do que os 107 registrados em 1995.

Vigilantes acusados de facilitar assaltos

A polícia pediu a prisão temporária de sete vigilantes de uma empresa de transporte de valores acusados de terem facilitado um assalto ocorrido em novembro a uma agência bancária, no Centro do Rio. Cada vigilante teria recebido R$ 10 mil para não reagir. Os ladrões levaram do banco R$ 410 mil.

O antidoping da Polícia Civil

(O Globo, 18, 11/01/96)

O Secretário de Segurança Pública do Rio, general Nilton Cerqueira, quer que os policiais que participarem de operações no Estado sejam submetidos a exame antidoping. A Assessoria Jurídica da Secretaria já iniciou estudos para saber se a realização do exame em policiais é constitucional. A Associação dos Delegados de Polícia anunciou que processará o secretário de segurança, porque a medida torna os policiais, aos olhos da sociedade, suspeitos.

Policiais mineiros exploram meninos

(Jornal do Brasil, 16, 07/01/96)

Meninos de rua de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, estão sendo explorados por policiais que cobram por proteção ou chegam a cobrar RS 2 mil para tirá-los da prisão. A descoberta foi feita por profissionais que trabalham há dois anos com os meninos nas ruas e constataram que muitos deles se viam obrigados a praticar pequenos furtos para repassar o dinheiro aos policiais.

Com medo de vingança, os meninos preferem se calar. Quando a primeira denúncia surgiu, três menores desapareceram e até hoje ninguém sabe o que lhes aconteceu. Vários meninos têm sido vítimas de espancamentos e ameaças de morte por parte de policiais e preferem fugir com medo de morrer.

Brasil, nunca mais

(Jornal do Brasil, 04, 03/01/96)

Uma família argentina que passeava em Uruguaiana, no Sul do Brasil, foi assaltada e ferida com golpes de faca. O governo do Rio Grande do Sul, que ajudou o argentino a elaborar uma cartilha com informações sobre a segurança no Brasil, pagou as despesas médicas das vítimas, as passagens aéreas de volta e reembolsou os US$ 1.500 roubados pela quadrilha. Dois dos assaltantes foram presos e o terceiro fugiu. A família argentina disse que nunca mais voltará ao Brasil.

Viol. Mulata

O caso de espancamento e morte de um preso não é o primeiro a acontecer na Divisão Anti-Seqüestro do Rio. Um funcionário da Fiocruz desapareceu há dois anos depois de ser preso numa batida policial numa favela do Rio. Ele teria sido espancado e morto por policiais, sob a suspeita de pertencer ao tráfico de drogas. O Globo, 10, 03/01/96

Três seqüestros foram registrados nos primeiros dez dias do ano no Rio. O número é três vezes superior ao registrado no mesmo período do ano passado. E a polícia pediu a prisão preventiva de sete vigilantes de uma empresa de transporte de valores acusados de terem facilitado um assalto a uma agência bancária. Cada vigilante teria recebido R$ 10 mil para facilitar o assalto.
JB, 18, 03/01/96

O Secretário de Segurança Pública do Rio, General Nilton Cerqueira, está sugerindo que os policiais envolvidos em operações sejam submetidos a exames antidopings, semelhantes aos aplicados em atletas. O objetivo é saber se os policiais estão drogados.
O Globo, 18, 11/01/96

Policiais de Belo Horizonte estão sendo acusados de explorarem meninos de rua, de quem chegam a tirar até R$ 2 mil para livrar da prisão. Os meninos seriam obrigados a praticar pequenos furtos para repassar o dinheiro a policiais. JB, 16, 07/01/96

De nada valeu a ajuda do governo do Rio Grande do Sul à Argentina na elaboração de um manual contra a violência no Brasil, destinado aos turistas. Uma família foi assaltada e ferida a faca quando passeava em Uruguaiana. O Governo do Estado pagou todas as despesas médicas, as passagens aéreas e reembolsou os US$ 1.500 roubados pelos ladrões, mas os turistas garantem que não voltam mais ao Brasil. JB, 04, 03/01/96

Mais de 30 agências que exploram a prostituição funcionam em áreas residenciais de Brasília, oferecendo mulheres a políticos e executivos. A polícia reclama de dificuldades para acabar com o comércio do sexo porque uma parte especial da clientela dessas agências é formada por autoridades. O Globo, 10, 07/01/96

Os quatro mil sem-terra que ocupam uma fazenda no Rio Grande do Sul decidiram não cumprir a ordem de despejo dada pela Justiça. Eles só aceitam sair da fazenda se tiverem a garantia de que serão assentados em outras áreas. JB, 4, 15/01/96

A Igreja Universal vai promover grandes manifestações contra a TV Globo, pela exibição de um vídeo com denúncias contra o "bispo" Edir Macedo. As manifestações acontecerão no Rio, em São Paulo e em Brasília. JB, 4, 04/01/96

A Igreja Universal não conseguiu comprar o Teatro do Coliseu, maior casa de espetáculos localizada no Norte de Portugal. O teatro seria transformado em templo. A compra foi impedida por um acordo entre a Associação dos Amigos do Coliseu do Porto e a Comppanhia de Seguros Aliança/UAP. Em Honduras, a Igreja está atuando ilegalmente, pois o Ministério da Justiça não concedeu autorização. Os líderes da igreja, brasileiros, poderão ser deportados. JB, 04, 04/01/96

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil entregou ao Presidente Fernando Henrique Cardoso documento sobre a Campanha da Fraternidade de 1996. O documento contém críticas ao modelo neoliberal adotado no País e apontado como responsável pelas desigualdades sociais. Pede também mais ética na política e reclama de distorções na lei eleitoral que estimulam a corrupção. JB, 03, 04/01/96

O tema da Campanha da Fraternidade, que será iniciada no dia 21 de fevereiro, é "Fraternidade política: justiça e paz se abraçarão". É a primeira vez que a campanha aborda exclusivamente um tema político, desde a sua criação, em 1963. JB, 03, 04/01/96

Parte dos 70 presos políticos do Brasil de 1971 comemou 25 anos do último banimento do regime militar no País, com um jantar num restaurante do Rio. Familiares e amigos participaram do encontro.

Dezesseis áreas indígenas, totalizando 3.632.142 hectares, foram homologadas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. A maior fica no Amazonas e a menor no Rio de Janeiro. JB, 03, 06/01/96

As estradas federais que cortam o Brasil estão em situação de total abandono e vêm provocando a morte de 11.800 pessoas, além de deixarem 48 mil feridos. Os números correspondem à queda de 40 aviões jumbo lotados. JB, 7, 14/01/96

O abandono das estradas já criou uma nova profissão: a dos falsos tapadores de buracos. Famílias inteiras se dedicam a tarefa, na região Nordeste do País, em troca de algumas moedas. JB, 8, 14/01/96

US$ 5 bilhões deverão ser investidos no Brasil por empresas estrangeiras já instaladas no País. Os maiores investimentos estão concentrados no setor automobilístico, seguido pelo farmacêutico, metalúrgico e eletroeletrônico. JB, 12, 03/01/96

O Brasil tem hoje 797 empresas multinacionais instaladas no mundo. São empresas que têm o controle do capital nas mãos de brasileiros e instalaram subsidiárias em outros países. A criação do Mercosul foi um dos fatores que estimulou o crescimento dessas empresas. JB, 12, 03/01/96

A entrada maciça de dólares para investimentos não garantirá o equilíbrio das contas externas do Brasil. De acordo com um professor de economia da PUC-Rio, a acumulação de reservas em dólares, apesar de ser um fator animador para o país, também é motivo de dor de cabe;a, pois obriga o Governo a emitir títulos públicos para enxugar o excesso de dinheiro que pode provocar a volta da inflação. O Globo, 44, 07/01/96

A Brahma vai inaugurar na Zona Oeste do Rio uma fábrica com capacidade para produzir 1,2 bilhão de litros de cerveja por ano. Serão gerados 2.100 empregos diretos e 12.500 indiretos. Com o Real, a população de baixa renda voltou a participar do consumo no mercado de produtos populares e bens de classe média mais baratos. O consumo nas classes C, D e E cresceu até 50%. O Globo, 49, 07/01/96 – Jolivan Beltrão

Mas apesar de tanta euforia, o desemprego continua a ser um problema sério no Páis. Só a Grande São Paulo tem, em números de novembro, 1,137 milhão de pessoas sem emprego, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). E a situação não deve se modificar este ano. JB, 11, 04/01/96

A Polícia Federal está investigando as empresas Becket Corporation e Accente Financial Corporation, que atuam ilegalmente como instituições financeiras e são suspeitas de promoverem a lavagem de dinheiro. A investigação é um desdobramento dos levantamentos sobre o esquema que envolve Paulo César Farias, tesoureiro da campanha do ex-Presidente Fernando Collor, que hoje mora nos Estados Unidos. JB, 03, 13/01/96.

A escritora Glória Perez, autora da novela "Explode Coração", exibida pela TV Globo, recebeu o apoio de um grupo de ciganos contra o pedido de liminar apresentado por uma advogada, também cigana. A advogada alega que a autora está desvirtuando o comportamento dos ciganos na novela, especialmente pela cena em que uma personagem cigana perde a virgindade antes do casamento. JB, 17, 03/01/96.

1995

CEDIM

Vol. Urbano

JORNAL HOJE
Data 14 / 12 / 95
Caderno ..... Pág. 3

Governador

Empresário é seqüestrado ao sair a pé da academia

O empresário Afonso Rego, de 35 anos, foi seqüestrado na noite de anteontem no bairro do Rocha, na Zona Norte do Rio, quando voltava, a pé, de uma academia de ginástica para a garagem da frota de táxis de sua família, na Rua Conde de Porto Alegre. Por volta das 21h de anteontem, Afonso caminhava ao lado de seis colegas, pela Rua Garnier, a menos de 500 metros da firma, quando três homens armados com um fuzil AR-15, outra arma pesada e uma pistola, renderam o empresário. O local é escuro e pouco movimentado naquele horário.

Segundo um dos amigos do empresário, que teve uma das armas apontadas para suas costelas, os bandidos logo avisaram ao restante do grupo: "Não se preocupem, queremos apenas ele". A academia, que é dirigida pelo professor Carlos Alberto Marques, funciona nas instalações do Sindicato dos Rodoviários do Rio, na Rua Ana Néri.

Os parentes de Afonso já receberam, na madrugada de ontem, um telefonema dos seqüestradores pedindo o resgate. Afonso dirige a empresa Táxi Império Ltda, do pai do empresário, o português Pascoal Rego, que desse tem outros negócios. Pascoal, que tem mais 13 filhos, está viajando em companhia da mulher. A família mora na Ilha do Governador.

Na garagem, funcionários e motoristas obedeceram a ordem de não dar informações e negaram o seqüestro. Afonso, segundo vizinhos e empregados, é uma pessoa bastante reservada. Ele costumava chegar na academia de carro, dirigido por um motorista da Táxi Império, e voltava a pé para a firma, sempre pelo mesmo caminho. O irmão de Afonso, Pascoal Filho, também freqüenta as aulas de ginástica, mas não foi visto hoje por lá.

A Divisão Anti-Seqüestro (DAS) já está investigando o seqüestro de Afonso, o segundo ocorrido este mês, de acordo com os números oficiais. Continuam seqüestrados Ana Lúcia Felix, no dia 23 de outubro, e o estudante André Luiz Cardoso, de 20 anos, no último dia 2. Nunca foi cobrado o resgate de Ana Lúcia e a própria família da moça questiona a razão do seu desaparecimento. Já André, foi seqüestrado por três homens na saída de um bar a 200 metros de sua casa, em Rio Bonito, no interior do Estado. Filho do industrial Sebastião Wiliam de Almeida Cardoso, o estudante foi levado em seu próprio carro, uma Parati, abandonada mais tarde em Itaboraí, município vizinho a Rio Bonito.

DAS fica fora do problema

A mais recente grande onda de seqüestros no Rio, que começou em outubro e só agora parece fazer marola, mobilizou todos os setores da sociedade e diversos órgãos das Polícias Civil e Militar que não são especializados no assunto. A população contribuiu como pôde, por meio do **Disque-Denúncia**. Apenas a Divisão Anti-Seqüestro parece ter ficado alheia ao problema, apesar do empenho do seu diretor, o delegado Paulo Maiato, em estabelecer união com a Polícia Militar. Dos últimos 16 casos solucionados, em apenas seis as vítimas foram libertadas pela Polícia _ dessas libertações, só duas tiveram a participação da DAS.

Seques-

tros

1996

Vrol. / seqüestro

O DIA
Data 26/04/96
Caderno POLÍCIA Pág. 9

Pesadelo atravessa a Baía

Depois de uma trégua, a polícia enfrenta agora quatro casos de seqüestros, dois deles em São Gonçalo



Acabou a trégua. A polícia andou comemorando a redução do número de seqüestros no estado, mas desde quarta-feira já há quatro reféns mantidos em cativeiro. Nada tão ruim quanto em 1995, quando se chegou a mais de 10 seqüestros em andamento. Só na quarta-feira foram levados por quadrilhas, em ações ousadas em São Gonçalo, dois rapazes, um de 17, outro de 22 anos. Na terça-feira já havia sido libertado pela polícia um comerciante de 82 anos, levado 30 horas antes em Nova Iguaçu.

"É um caso setorizado, restrito a São Gonçalo", defende o chefe de Polícia Civil, Hélio Luz. "Coisa de segundo escalão, porque prendemos 200 seqüestradores no último ano."

O delegado Herald Spindola, diretor da Divisão Anti-Seqüestro, informa que oficialmente estão em cativeiro Marcelo Lins (desde o dia 7) e Hermínio Rosa Soqueiro (desde o dia 8). A partir de quarta-feira, Domênico Larusso e Diógenes Monteiro. "A polícia está reprimindo intensamente o tráfico de drogas no bairro do Galo Branco, em São Gonçalo", acrescenta Hélio Luz. "As quadrilhas ficam descapitalizadas, e seqüestram para conseguir dinheiro."

Dos quatro seqüestros em andamento, três envolvem sócios de empresas de ônibus, alvos freqüentes porque o setor trabalha com dinheiro vivo – o que parece confirmar a explicação do delegado Hélio Luz. O pai de Diógenes Monteiro é dono de lojas de material de construção, e a família não tem tido muita sorte ultimamente: foram vários assaltos nos últimos meses.

Mesmo sem muita ajuda das famílias, a polícia entrou firme nas investigações sobre o seqüestro dos dois rapazes, e está fazendo batidas em morros e favelas de São Gonçalo.

(9) O DIA
Data 26/04/96
Caderno POLÍCIA Pág. 9

Salvador Scofano



Depois de 30 horas de sofrimento, Célio Fernandes foi libertado por policiais da Divisão Anti-Seqüestro

PERSEGUIÇAO POR 3 QUILÔMETROS

Domênico Emanuelle Siqueira Lorusso, 22 anos, filho do empresário Domênico Lorusso, um dos sócios da Viação Mauá, em São Gonçalo, foi levado após ação ousada dos seqüestradores na rua mais movimentada da cidade, a Avenida Kennedy, no final da noite de quarta-feira. Segundo a família, até o início da noite de ontem os seqüestradores ainda não haviam feito contato. Esse foi o segundo seqüestro envolvendo a família. Em abril, o tio do rapaz e sócio da Mauá, Antônio Lorusso, também foi seqüestrado.

O seqüestro ocorreu às 21h30, quando pai e filho saíam do trabalho, na garagem da Viação Mauá, no bairro de Boaçu, em São Gonçalo. Dividida em três carros, a quadrilha partiu atrás da camionete Brasinca dirigida por Domênico Emanuelle. Percebendo que estava sendo seguido, o rapaz acelerou e tentou escapar. Houve perseguição pelas ruas da cidade por três quilômetros, até a Avenida Kennedy, onde a Brasinca foi fechada e alvejada por tiros de pistola – três acabaram atingindo o carro.

Os dois foram retirados da camionete e postos em dois carros, que seguiram rumos diferentes. Menos de uma hora depois, às 22h30, o pai do rapaz foi libertado na Estrada de Piratininga (Niterói), e voltou para casa de carona. Geovani Lorusso, primo do rapaz, contou que seu tio foi agredido pelos bandidos e está internado no Hospital São Paulo. "Ele (Domênico pai) já fez duas pontes de safena e está muito nervoso", disse Geovani.

A polícia ainda não tem suspeitos, mas acredita que o Vectra preto (placa LAI 2126), abandonado batido, com vários tiros e placa fria, na Avenida Paiva, em Neves, Niterói, tenha participado da ação. O Vectra – apreendido na 73ªDP (Neves) – fora roubado por quatro homens armados e vestidos de terno, na manhã de quarta-feira, no pátio da igreja Nova Vida, em Alcântara. O depoimento do empresário Domênico Lorusso pode esclarecer se o Vectra foi um dos carros usados no seqüestro.

(3) O DIA
Data 26/07/96
Caderno POLÍCIA Pág. 9

GANGUE DE TERNO LEVA ESTUDANTE

– O Diógenes está?

– Quem está falando? Onde está o meu filho?

– Pode deixar, ele está muito bem.

– Não faça mal a ele!

– Não se preocupe. Esse garoto vale ouro.

O rápido diálogo telefônico entre Hamilton Abreu Monteiro, 46 anos, e um dos seqüestradores de seu filho Diógenes de Souza Monteiro, 17 anos, às 20h30 de quarta-feira, deu início a mais um drama de sua família. O homem exigiu R$ 3 milhões para libertar o filho do empresário, dono de lojas de material de construção e concessionária de carros. Até a tarde de ontem não houve um novo contato.

Ainda triste com a morte de um tio há uma semana em acidente de carro, em Rio Bonito (RJ), Diógenes foi surpreendido por dois homens vestidos de terno em frente à Osorius Concessionária, no Mutondo, em São Gonçalo. Eles levaram a pulseira e o relógio de ouro de seu primo Pablo Rodrigues e fugiram com Diógenes no carro de seu pai, um Saveiro vinho, placa KTH-5799.

Na rua, um passante, talvez policial, achou estranho ver um homem de terno na carroceria do Saveiro, e trocou tiros com o grupo, perto do Ceasa, no Colubandê. Em frente ao Supermercado Makro, às margens da Rodovia Amaral Peixoto, os dois homens passaram para um Gol bege, de placa não anotada, seguindo em direção a Niterói.

"Não quero comentar nada. Esperamos um próximo contato", disse o pai do garoto, ao sair da 72ªDP (Mutuá). A Divisão Anti-Seqüestro entrou no caso.

NO CATIVEIRO, TV COMO PASSATEMPO

Durou menos de 30 horas o sofrimento do comerciante Célio Fernandes, de 82 anos, diabético e cardíaco, seqüestrado na tarde de terça-feira do ferro-velho de sua propriedade, no bairro de Santa Rita, em Nova Iguaçu. Ele foi libertado na noite de quarta-feira por policiais da Divisão Anti-Seqüestro (DAS), que estouraram o cativeiro na Rua Clarice Ladeira, 80, casa 1, no bairro Monte Castelo, a 10 quilômetros do local do seqüestro. Foram presos Vanderlei Oliveira de Sousa, de 29 anos; Reinaldo Mendes Torres, de 31, e Carlos Henrique da Silva, de 26.

Debilitado, o comerciante, que toma vários rémedios diariamente, contou que não foi maltratado nem sentiu medo de morrer. "Na idade em que estou, não tenho o direito de sentir medo de mais nada", disse. "Passei todo o tempo assistindo à televisão e esperando o tempo passar."

Os seqüestradores confessaram ser clientes de um posto de combustíveis do comerciante, em Mesquita, e que pretendiam exigir R$ 120 mil de resgate. Os primeiros a serem presos foram Vanderlei e Reinaldo, que indicaram o local do cativeiro.

Viol. Doméstica

O DIA
Data 23/04/96
Caderno POLÍCIA Pág. 20

Medo do outro lado da roleta



● *Os donos de empresas de ônibus se cercam de seguranças armados ou tentando ser discretos nos pontos de ônibus. Geralmente são ex-policiais com ligações no submundo do crime. Patriarca de uma das famílias mais tradicionais do ramo, José Lavouras foi vítima de um seqüestro terrível em que a família pagou duas vezes o resgate e os bandidos o jogaram no fundo de um poço*

De 0 a 10, os donos de empresas de ônibus dão 8 para a preocupação que têm hoje com os seqüestros

Ana Cristina Miguez



O seqüestro, na quarta-feira, de Domênico Emanuelle Siqueira Lorusso, 22 anos, filho de um dos donos da Viação Mauá, em São Gonçalo, fez com que o medo voltasse às vidas dos empresários do setor de transporte coletivo. Alvos freqüentes desse tipo de crime — cinco foram levados por bandidos desde julho do ano passado, e três continuam em cativeiro —, os donos das empresas de ônibus passaram a investir pesado na segurança pessoal e a tomar o que eles chamam de "medidas cautelares", como evitar rotinas — por exemplo, fazer o mesmo trajeto diariamente. Ainda assim, o medo prevalece.

"Numa escala de um a 10, nossa preocupação com o seqüestro é oito", confirma Luiz Carlos de Urquiza Nóbrega, superintendente da Federação das Empresas de Transportes Rodoviários do Leste Meridional (Fetranspor), que reúne 220 empresas. Ele acredita que é a liquidez — ou dinheiro vivo — o principal fator que faz dos donos de empresas de ônibus vítimas preferenciais dos seqüestradores. "Assim

O DIA
Data 25/07/96
Caderno POLÍCIA Pág. 20

como os donos de supermercados, é uma atividade com dinheiro na mão, à vista de todos", lembra. Urquiza não detalha as medidas que estão sendo tomadas para enfrentar os seqüestros — "Não tornamos públicos esses procedimentos".

Mas conta que uma saída foi colaborar financeiramente com a campanha **O Rio Contra o Crime**, de estímulo ao uso, pela população, do telefone do **Disque-Denúncia**, da Secretaria de Segurança. O chefe de Polícia Civil, Hélio Luz, confirma que o dinheiro vivo nas empresas de ônibus atrai os seqüestradores. Mas ele diz que esse dinheiro não vem apenas das passagens. "Vários empresários operam com caixa 2", garante Luz. Segundo ele, outro fator que contribui para que esses empresários sejam seqüestrados é a utilização de ex-policiais expulsos de suas corporações como seguranças. "Esses policiais acabam **atravessando** informações sobre os patrões."



(3) O DIA
Data 25 / 04 / 96
Caderno POLÍCIA Pág 20



O PERIGO MORA DENTRO DAS GARAGENS

Para Hélio Luz, seguranças empregados por donos de empresas de ônibus também cometem crimes com freqüência. "Eles vêem os patrões violarem a lei e acabam acreditando que fazendo o mesmo têm garantida a impunidade", diz. Em 30 de junho, *O DIA* publicou reportagem mostrando alguns destes crimes.

■ Março de 1990: O pedreiro Cláudio Marcelin levou cinco tiros de seguranças da empresa Rio-Ita, após discussão. Dois líderes comunitários que estavam com Cláudio foram ameaçados de morte. A ONU pediu garantia de vida para os dois.

■ Maio de 1991: O lojista Alexandre Rodrigues, 21 anos, do Rio Sul, batucava com amigos em ônibus da linha 484 (Olaria-Copacabana), da Viação Auto Diesel. Um segurança da empresa matou-o com quatro tiros por estar fazendo "bagunça". O segurança Hailton Rocha, o Macalé, 51 anos, está preso.

■ Novembro de 1991: Jair José da Silva, 15 anos, filho do técnico do Fluminense Jair Pereira, foi baleado e morto por segurança da Auto Viação Bangu. João do Lixo está preso.

■ Outubro de 1992: M.G.R., então com 11 anos, foi obrigado por motorista e trocador a lavar dois ônibus da Rio Ita, por não ter dinheiro para a passagem. Os responsáveis pela empresa responderam a inquérito por constrangimento ilegal. Há mais dois casos de menores obrigados a trabalho forçado na Rio Ita.

■ Dezembro de 1992: Os seguranças Gilson e Rangel da Rio Ita, com o patrulheiro rodoviário Paulo Rosa, foram acusados de perseguir e atirar em dois ônibus piratas na Rodovia Niterói-Manilha.

■ Agosto de 1993: Wellington da Silva, 17 anos, foi espancado até a morte pelos seguranças Edilson, Martins, Pezão e Anax da Viação Flores.

vid. / sequelas

O DIA
Data 25 / 04 / 96
Caderno POLÍCIA Pág. 20

A rotina de terror da família Lavouras

A família Lavouras, da Baixada Fluminense, só não se acostuma aos seqüestros porque ter pesadelo não é uma rotina agradável. Sempre visados pelas quadrilhas, os Lavouras já enfrentaram cinco seqüestros, um deles com fim trágico. O primeiro foi em janeiro de 1991, quando Manoel Alves Lavouras, então com 60 anos, um dos sócios da empresa de ônibus Trel, de Duque de Caxias, foi levado pela primeira vez. Manoel voltou a ser seqüestrado em maio — desta vez com pagamento de resgate, no valor de 200 mil dólares — e em junho de 1994.

O irmão de Manoel, José, foi seqüestrado em fevereiro de 1993. A família pagou dois resgates, num total de 500 mil dólares, e dois meses depois a polícia descobriu que José tinha sido morto no cativeiro, logo após o pagamento do segundo resgate. Três seqüestradores foram presos e, na época, houve suspeita de que parte do dinheiro do resgate tinha ficado com agentes da Divisão Anti-Seqüestro (DAS).

Ermínio Rosa Soqueira, 51 anos, um dos sócios da Viação São Jorge, tornou-se o quinto integrante da família Lavouras vítima de seqüestro. Ele foi levado por seis homens quando chegava à sede da empresa, em Belford Roxo, no em 8 de julho — e continua em cativeiro.

De julho de 1995 até hoje, a DAS registrou mais quatro casos de seqüestro envolvendo famílias do setor de transportes coletivos: Maria da Glória Iglesias de Souza, gerente da Viação Acari, seqüestrada em 13 de setembro e libertada em 13 de outubro de 95; Manoel de Souza Pinto, um dos sócios da Viação Alpha, levado no dia 23 de abril deste ano e libertado em 10 de maio; Marcelo Lins Pinto, genro de um dos diretores da Viação Real — seqüestrado em 7 de julho, continua no cativeiro —, e Domênico Emanuelle Siqueira Lorusso.

Vcd. / Seqüestro

JORNAL DO BRASIL
Data: 29/07/96
Caderno ... Pag 09

Seqüestro visava pagar campanha

Para financiar sua campanha eleitoral, Osmar dos Santos Júnior, 44 anos, candidato a vice-prefeito de Piquete, cidade no interior de São Paulo, planejou o seqüestro do comerciante indiano Padan Chand Jaim, 40 anos, no dia 12 de junho. Sócio de uma firma que negociava pedras preciosas e semipreciosas do Brasil para a Índia, Padan foi executado no mesmo dia do seqüestro com um tiro de revólver calibre 38 na testa. Seu corpo foi queimado com gasolina junto a pneus num matagal no Morro do Cavado, próximo à Estrada da Matriz, em Campo Grande, na Zona Oeste.

O delegado Cláudio Nascimento, da Divisão Anti-Seqüestro (DAS), que chefiou a operação que culminou na prisão dos seis integrantes da quadrilha na sexta-feira, disse que Osmar lhe contou que, ao capturar o indiano, não tinha intenção de mantê-lo em cativeiro. "Eles não queriam ter nenhum gasto. Por isso mataram friamente", afirmou o delegado.

Peritos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli e policiais da DAS estiveram ontem de manhã no local em que Padan foi executado e encontraram um pé de sapato, pedaços de ossos (provavelmente de fêmur) e farrapos de roupas. O material será levado para o Instituto Médico Legal, onde haverá um exame de DNA, solicitado pela família do comerciante para confirmar se a ossada é realmente do indiano. Ontem à tarde, a mulher de Padan, Uchao, acompanhada de seu sobrinho e do irmão do comerciante, estiveram no local dos assassinato, em Campo Grande, para um ato religioso.

vid. / Sequestro

JORNAL HOJE (1)
Data 30/05/96
Caderno Pág. 1

Filho de político é seqüestrado na Baixada

O empresário Ricardo Espírito Santo, filho do ex-deputado Silvério Espírito Santo, foi seqüestrado quando chegava em casa, na Rua Joaquim Peçanha, 130, Parque Lafayete, Duque de Caxias. Até às 17 horas de ontem, nenhum pedido de resgate fora feito a família, que afirma não ter condições de fazer qualquer tipo de pagamento. Segundo testemunhas, Ricardo estava caminhando com a filha, Maitê, de um ano e oito meses, quando foi abordado por um homem negro, que o aguardava na calçada, e tinha a cobertura de três homens brancos, num carro, preto ou azul, cuja marca não foi identificada. Por ser muito pequena, o seqüestrador permitiu ao empresário entregar a menina a tia, Maria Almeida de 75 anos, que mora no número 1260 da Rua Joaquim Peçanha. O seqüestro de Marcos Vinicius Borghi Pereira, filho do presidente do Country Club de Nova Iguaçu, continua em mistério. **Página 7**



O ex-deputado Silvério Espírito Santo exibe a foto do filho Ricardo, seqüestrado por quatro homens na frente da filha

JORNAL HOJE
Data 30/05/96
Caderno ____ Pág. 1

JORNAL HOJE (3)
Data 30/05/96
Caderno ____ Pág. 7

Seqüestrado filho de político em Caxias



O empresário Ricardo Espírito Santo, foi seqüestrado por quatro homens, quando chegava em casa, no Parque Lafayete

JORNAL HOJE
Data 30/05/96
Caderno ____ Pág. 7

Quatro homens armados seqüestraram anteontem às 19h30, o empresário Ricardo Espíríto Santo, 30 anos, quando chegava em casa, na Rua Joaquim Peçanha, 130, Parque Lafayete, Duque de Caxias. De acordo com o pai da vítima, o ex-deputado estadual, Silvério Espírito Santo, o filho foi levado em frente à casa da tia, que mora na mesma rua. Até ontem às 17 horas, nenhum pedido de resgate fora feito a família, que afirma não ter condições de fazer qualquer tipo de pagamento.

Segundo testemunhas, Ricardo estava caminhando com a filha, Maitê, de um ano e oito meses, quando foi abordado por um homem negro, que o aguardava na calçada, e tinha a cobertura de três homens brancos, num carro, preto ou azul, cuja marca não foi identificada. Por ser muito pequena, o seqüestrador permitiu ao empresário entregar a menina, a tia Maria Almeida de 75 anos, que mora no número 1260, da Rua Joaquim Peçanha.

Silvério disse que a família não tem bens que justifique um seqüestro, mas ao mesmo tempo não admite hipótese de vingança. "Meu filho é dono de uma pequena loja de roupas em Piabetá e me ajuda na administração de um prédio de aluguel em Vilar dos Teles. Faço um apelo para os seqüestradores fazerem contato para podermos explicar isto a eles", apelou o Silvério.

Bastante abalado, o ex-deputado que durante 24 anos representou o município na Assembléia Legislativa, lembrou que Ricardo usa um tipo de lente que necessita ser lavada com um líquido especial. "Por favor comprem ao menos o medicamento", pede o pai. Silvério é presidente do PMDB em Caxias e secretário geral da regional do partido.

Família é tradicional

Família tradicional em Duque de Caxias, o seqüestro de Ricardo está movimentando desde deputados aos vizinhos, que disseram estar abalados com o que aconteceu. "Temos esta casa que foi construída há mais de 70 anos. Na época em que tinha mandato me preocupava que um dos meus três filhos fossem seqüestrados, não agora que não tenho nada. Gastei muito em duas campanhas malsucedidas para deputado federal", contou Silvério.

Durante todo o dia de ontem, foi intenso o movimento de carros e pessoas na pequena rua do Parque Lafayete. Apreensivos, cada um dos parentes e amigos mudavam de expressão a cada toque de telefone. Na parte da tarde o deputado Tuninho Duarte, que esteve prestando solidariedade a família, se ofereceu para ajudar na negociação, pois já sofreu na própria pele o drama do seqüestro. Ele conta que na época só conseguiu contato 10 dias depois do pai estar em cativeiro.

A mulher e a mãe de Ricardo, Eloisa e Teresa Espírito Santo respectivamente, estão á base de calmantes. Eloisa estava dentro da casa da tia, quando o marido foi seqüestrado.

Seqüestro de Quinho ainda é mistério

Depois de 51 dias, o seqüestro do empresário Marcos Vinicius Borghi Pereira, 35 anos, o Quinho _ filho do presidente do Country Club de Nova Iguaçu, Wislaine Borghi _ continua um mistério. Ele foi levado na madrugada do dia três de abril quando saia do seu areal, no Bairro Engenheiro Pedreira, em Queimados. No único contato, os seqüestrados não chegaram a pedir resgate, mas o afastamento da polícia.

De acordo com o delegado titular da 52ª DP (Nova Iguaçu), Luis Omena, os mergulhadores do Corpo de Bombeiros chegaram a procurar o corpo do empresário no seu areal, em função de uma denúncia anônima, mas nada foi encontrado. Até agora, oito pessoas foram ouvidas pela polícia. "Estamos empenhados em localizá-lo.

Vicd. Seqüestro

JORNAL HOJE
Data 23/05/96
Caderno Pág. 7

Presos mais três acusados de seqüestros

Ronaldo Soares e Andréia Maia

Um dia depois da prisão de Carlos Alberto de Barros Firme, o Caveirinha _ integrante da quadrilha que no ano passado sequestrou o estudante Eduardo Eugênio Gouveia Viera Filho e o empresário José Zeno _ a polícia do Rio conseguiu ontem capturar outros três criminosos ligados a quadrilhas de sequestradores. No início da tarde, Hélio Ricardo Nunes da Luz, o Nem, também ligado aos sequestros de Eduardo Eugênio e José Zeno, foi preso em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Quase que simultaneamente em Bonsucesso, bairro da Zona Norte, ocorreram as prisões de Alessandro Martins dos Santos, o Russo, e Carlos Alberto Gama, o Cabeça.

Hélio Nunes, que é foragido da Justiça de Linhares, no Espírito Santo, foi preso por policiais do 15º BPM (Duque de Caxias) na favela do Vai Quem Quer, na localidade de Capivari, em Duque de Caxias. Os policiais chegaram até ele graças a uma denúncia anônima. Nem foi preso com dois revólveres Taurus calibre 38 e uma metralhadora Intratek. Ele foi levado para a 60ª DP (Campos Elíseos) e depois encaminhado para a Divisão Anti-Sequestro (DAS). Segundo o comandante do 15º BPM, coronel Sérgio Patuzi, Nem integra a quadrilha de Miguelzinho, que participou dos sequestros de Eduardo Eugênio e José Zeno.

Já Alessandro Santos, que é desertor da Aeronáutica, e Carlos Gama foram presos na favela Baixa do Sapateiro, em Bonsucesso, por policiais do 22º BPM (Benfica). A prisão resultou de investigações que vinham sendo feitas há duas semanas por integrantes do Serviço Reservado do Batalhão. Russo e Cabeça são acusados de pertencer à quadrilha que em outubro do ano passado seqüestrou o empresário Sebastião Huguinin Leal, dono de uma clínica em Bonsucesso. Na 21ª DP (Bonsucesso), eles disseram ter recebido R$ 10 mil, cada um, para tomar conta do cativeiro do empresário. Os policiais esperavam prender, ainda hoje, o restante da quadrilha da qual Russo e Cabeça fazem parte.

Em depoimento na DAS, Carlos Alberto Firme, o Caveirinha, disse que recebeu R$ 22 mil para vigiar o cativeiro do empresário José Zeno. Caveirinha foi preso ontem em uma casa na praia do Peró, em Cabo Frio, na Região dos Lagos. Segundo policiais do 25º BPM (Cabo Frio), responsáveis pela prisão, a casa onde Caveirinha foi preso seria usada como cativeiro num futuro sequestro. De acordo com a polícia, as despesas da casa eram financiadas pela quadrilha de Nelson Ferreira Filho, o Nelson Gabino, líder do tráfico de drogas no Morro da Mineira, no Catumbi.

Viol. Urbana

JORNAL HOJE (1)
Data 21/05/96
Caderno ..... Pág. 7

Mistério no seqüestro em Nova Iguaçu



Marcos Vinicius Borghi Pereira, o Quinho, foi sequestrado no dia três de abril, quando saía de seu areal, em Queimados

JORNAL HOJE (2)
Data 21/05/96
Caderno ..... Pág. 7

Adriana Cruz

Depois de 48 dias, o seqüestro do empresário Marcos Vinicius Borghi Pereira, 35 anos, conhecido como **Quinho** _ filho do presidente do Country Club de Nova Iguaçu, Wislaine Borghi_ ainda continua um mistério. Ele foi levado na madrugada do dia três de abril, quando saia do seu areial, em Queimados. Mas no único contato dos seqüestradores com a família, no início do mês passado, não houve pedido de resgate. Eles exigiram apenas o afastamento da polícia.

Bastante abatido André Borghi, um dos irmãos mais apegados a Marcos Vinicius, reforçou, ontem à tarde, que para suportar o duro golpe do seqüestro, agarra-se a esperança de uma nova ligação dos seqüestradores. "É muito difícil. Meus pais estão sofrendo . Não trabalho mais. Fico em casa de pés e mãos atadas. Mas temos fé. '', desabafou André.

Na avaliação do delegado titular da 52ª DP (Nova Iguaçu), Luiz Omena, onde o seqüestro de Quinho foi registrado como desaparecimento, a falta de contato com a família, é uma estratégia inexplicável. "Não existe um padrão de negociação. Na verdade o que há são dúvidas, mas estamos investigando o caso em conjunto com a Divisão Anti-Seqüestro", afirmou Omena.

De acordo com o delegado substituto da 52ª DP, João Batista Byron, que está acompanhando a apuração dos fatos, oito pessoas ligadas a Marcus Vinicius já foram ouvidas. A polícia, inclusive, convocou os mergulhadores do Corpo de Bombeiros para fazer buscas no Areial do empresário, em Queimados. O objetivo era achar o corpo de Marcus, mas nada fora encontrado. "A homicídios está empenhada nas diligências. Estamos fazendo de tudo para localizá-lo.", garantiu Byron.

Vol. Sequestro

JORNAL HOJE (1)
Data 3 / 5 / 96
Caderno _____ Pág. 5

Polícia de Meriti apura um seqüestro muito mal contado



Chiara contou uma estória bastante complicada sobre seu suposto seqüestro na delegacia de Meriti

JORNAL HOJE
Data 3 / 5 / 96
Caderno ..... Pág. 5

Policiais da 64ª DP (São João de Meriti), prenderam na noite de anteontem Alberto Ferreira de Almeida, 45 anos, e Alberto Ferreira de Almeida Júnior, 25, **Beto Brasília**. Os dois foram agarrados no bairro de Quintino, Zona Norte do Rio. Eles são acusados no suposto seqüestro, no último dia 24, em Vilar dos Teles, São João de Meriti, da vendedora desempregada Chiara Lígia Barbosa da Silva, 26 anos. Em seu depoimento, **Beto Brasília** garante que não forçou Chiara a acompanhá-lo. Ela nega. Mesmo sem trabalhar, Chiara tem um Tempra e um apartamento. Um detetive informou que a desempregada é namorada do ex-PM Maia, que está preso na 73ª DP (Neves).

Na Delegacia, Chiara contou que conheceu **Beto Brasília** antes do último carnaval, quando ela estava trocando o pneu de seu carro em Madureira. Ficaram amigos e passaram a trocar telefonemas. Dias depois, Chiara foi para a Região dos Lagos e bateu com o Tempra. **Beto Brasília** se propôs a ajudá-la e ofereceu-lhe um Santana, sem lhe entregar a chave e documentos do carro. "Em uma blitz em Jacarepaguá, a polícia nos abordou e encrencou com o carro, mas nos liberou", revelou. Chiara acrescentou que depois deste incidente, **Beto Brasília** pediu que ela depusesse contra os policiais, que, segundo ele, haviam lhe levado um Apolo e algumas peças de ouro. Desconfiada, ela concordou.

Aos detetives, Chiara contou que no último dia 24 fora visitar a mãe Josélia Barbosa da Silva, 47 anos, em Vilar dos Teles, quando foi interceptada por um táxi onde estavam **Beto Brasília** e outra pessoa dentro. Chiara foi levada para uma casa num bairro que ela não sabe identificar. Ela ficou com os seqüestradores em Rocha Miranda e Piedade, até serem presos em Quintino. "Eu ligava sempre para a minha mãe, que gravava as conversas", contou. "Acho que ela tem algum **caso** com este tal de **Beto Brasília**", sentenciou um detetive que não quis se identificar.

CEDIM

Vcd. Urbana

JORNAL HOJE (1)
Data 26/04/96
Caderno ____ Pág. 1

Mulher lidera grupo que tenta seqüestrar mais um empresário

Uma mulher loira liderou um grupo de quatro homens que matou um segurança e um capitão reformado da Polícia Militar, numa tentativa de seqüestrar o empresário Sérgio Luís Reis Lavoura, um dos sócios da Viação Flores. O empresário tem um histórico de crimes desta natureza na família: há três anos, seu pai, José Alves foi seqüestrado e morto no cativeiro, e há dois, seu tio, Manoel Lavoura, seqüestrado duas vezes e libertado depois do pagamento de resgates. Já o empresário Marcos Vinícios Borgh, o Quinho, continua desaparecido há cerca de um mês. **Página 3**

JORNAL HOJE
Data 26/04/96
Caderno ____ Pág. 3

Mulher lidera tentativa de seqüestro

Andréia Maia

Uma mulher loira liderou um grupo de quatro homens que matou um segurança e um capitão reformado da Polícia Militar, segundo a polícia, numa tentativa de sequestrar o empresário Sérgio Luís Reis Lavoura, de 35 anos. Um dos sócios da Viação Flores _ a maior empresa de ônibus da Baiada Fluminense _, o empresário tem um histórico de crimes desta natureza na família: há três anos, seu pai, José Alves foi sequestrado e morto no cativeiro, e há dois, seu tio, Manoel Lavoura, sequestrado duas vezes e libertado depois do pagamento de resgates. A tentativa de sequestro ocorreu no final da noite de quarta-feira, na Rua Aquidabã, bairro de Lins Vasconcelos, na Zona Norte.

Tudo começou com o assalto ao capitão reformado da PM, Sérgio Genésio Vieira, de 34 anos, na Rua Silvério, no bairro de Cascadura, na Zona Norte. Os criminosos dominaram o militar e o arrancaram do volante do seu carro, o Logus placas GNA-8762. Vieira nem sequer teve tempo de reagir: foi morto com vários tiros à queima roupa. Com o carro do militar, os criminosos seguiram para o Lins de Vasconcelos, próxima à casa do empresário Sérgio Lavoura. Lá, trocaram tiros com os seguranças e um deles, Sebastião José de Farias foi morto com um tiro no coração, enquanto o segundo, Xavier Fernandes Coelho, que também é policial civil, foi baleado e está internado no Hospital Naval Marcílio Dias. Com o tiroteio os criminosos fugiram com o Logus e o carro do empresário que estava com os seguranças, o Santana branco, placas KTF 4731. Mais tarde os dois veículos foram encontrados. O Logus perfurado a bala e o Santana incendiado. O caso provocou uma onda de boataria, segundo a qual a família Lavoura havia sido vítima de mais um sequestro. Até mesmo a Divisão Anti-Sequestro foi acionada para investigar. Ontem pela manhã, porém, Sérgio Lavoura desmentiu que havia sido sequestrado. "Não fui sequestrado", disse em seu escritório. Ele evitou fazer comentários sobre a tentativa de sequestro. No interior do Logus, os policiais encontraram documentos de Lavoura, que estavam numa pasta em seu Santana, e a carteira do capitão assassinado pelos criminosos.

De acordo com testemunhas, o capitão Genésio Vieira estava chegando à sua casa, na Rua Silveiro, quando foi arrancado do carro por quatro homens que fizeram vários disparos com fuzis AR-15, enquanto uma mulher loira atirava para o alto na tentativa de espantar as pessoas que assistiam a tudo. Após o crime, o grupo jogou o corpo do policial em um barraco próximo a uma quadra de futebol de salão e fugiu com o carro da vítima. Segundo a polícia, durante a tentativa de sequestro, Lavoura estaria no seu carro com seus seguranças e com o tiroteio teria fugido. Em nota divulgada à imprensa, o empresário desmente o incidente e alega o que houve foi um assalto a um carro de sua empresa.

O GLOBO
Data 20 / 01 / 96
Caderno ____ Pág. 20

Vtol. Seqüestro

Bandidos soltam seqüestrado

Empresário paga resgate e é libertado.

Filho de dono de borracharia é levado por outra quadrilha

• Seqüestrado por bandidos no dia 4 passado, o empresário Francisco Morato Brasil, dono de uma metalúrgica em Inhaúma, foi libertado ontem por seus captores em Itaguaí, mediante o pagamento de resgate, segundo confirmaram fontes da Polícia Ele fora levado pelos criminosos quando voltava de uma festa, num incidente registrado inicialmente por sua família na 16ª DP (Barra da Tijuca) como desaparecimento — no dia 5, houve o primeiro contato da quadrilha, fixando o valor do resgate. Ainda ontem foi divulgado novo seqüestro no Rio: o de Anderson da Silva Ribeiro, filho do dono de uma borracharia, levado na terça-feira passada na Rua do Bispo e desde então desaparecido.

Logo após ser libertado pelos bandidos, Morato ligou para a família, que foi buscá-lo em Itaguaí. Ele estava barbado e mais magro e foi diretamente para a residência de um parente na Barra da Tijuca. A família não quis divulgar o resgate, nem permitiu entrevista. Ela manteve a Divisão Anti-Seqüestro (DAS) fora da caso, mas a polícia realizará várias operações nas favelas de Engenho da Rainha e Urubu, já que a informação é de que ele teria sido seqüestrado por Miguel Silveira Miranda, o Miguelzinho, chefe do tráfico nas duas favelas e que foi preso pela Divisão de Capturas da Polinter há duas semanas.

Logo após a libertação, o diretor da Divisão Anti-Seqüestro, Paulo Maiato, foi informado de que Morato prestará depoimento na próxima semana e revelará detalhes sobre os dias em que foi mantido em cativeiro. Segundo um amigo da família, durante todas negociações com os seqüestradores foram utilizados vários locais de contato para que a polícia não soubesse o local do pagamento do resgate. Os parentes temiam pela vida de Morato, já que os seqüestradores foram muito agressivos durante o processo de negociacão. Um membro da família informou que Morato ainda está em estado de choque. São quatro vítimas de seqüestro ainda em cativeiro no estado, segundo as estatísticas oficiais da nova onda de seqüestros, inciada na primeira semana de 1996. As vítmas são o empreiteiro Luís Carlos Mercante, de Niterói, Jóaquim Mário de Souza Moreira, Fabiano Mancalossi e, agora, Anderson.

Trafico de Drogas

1996

Vcd. Traduci

O DIA
Data 25/07/96
Caderno POLÍCIA Pág. 13

PM ocupa a Favela do Aço



Moradores aprovaram a operação policial, que tem o objetivo de acabar com poder do traficante 'Kiko'

Acabar com o tráfico de drogas na área, prender seus líderes, encontrar armas e, principalmente, devolver a paz aos moradores. Com estes objetivos, 140 policiais-militares e civis ocuparam, às 7h de ontem, a Favela do Aço. Segundo o comandante do Regimento de Cavalaria Enir Cony dos Santos (RP-Monte), coronel Gilberto Pereira de Araújo, a comunidade aprovou a ocupação porque já não suportava mais a violência do traficante Sérgio Luís Mendes, o **Kiko**. "Agora, vamos ter paz. Os pagodes e churrascos na praçinha voltarão", vibrava uma moradora, que preferiu não se identificar.

Ex-gerente de Pedro Jorge Gouveia Filho, o **Pedrinho do Vilar Carioca** ou **Pedrinho Maluco**, foragido, e de Rubem Ricardo da Silva, o **Rubinho do Aço**, preso, **Kiko**, segundo a polícia, mata e manda matar quem trai o tráfico, e espalha os corpos pelas ruas da favela, que tem cerca de cinco mil moradores.

Quebra-molas, manilhas, pedras e troncos de árvores que impediam a entrada dos carros dos policiais foram retirados e a Rio Luz aumentou a iluminação nos locais considerados mais perigosos. PMs estão reconstruindo uma casa, que era ocupada pelos traficantes, para instalar o Posto de Policiamento Comunitário. Treze homens, suspeitos de ligação com o tráfico, foram [illegible]tidos e foi encontrada pequena quantidade de maconha e cocaína.

A ocupação, por tempo indeterminado, foi feita por equipes do 27º Batalhão da Polícia Militar (Santa Cruz), Batalhão de Choque e de cinco delegacias da Metropol VII: 35ª DP (Campo Grande), 36ª DP (Santa Cruz), 48ª DP (Seropédica), 50ª DP (Itaguaí, sede da Metropol VII) e 51ª DP (Paracambi).

Vcol. Tráfico

JORNAL HOJE ①
Data 24/05/96
Caderno ____ Pág. 7

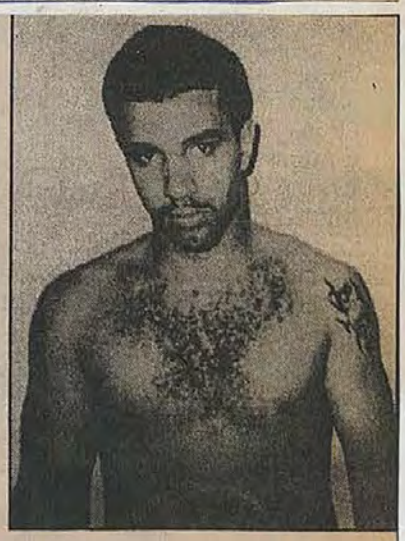
Comércio fecha portas após a morte de um traficante

O traficante Djalma Mendes Vieira, o **Jiló** - que era ligado ao comércio de drogas de Vigário Geral -, morreu ontem pela manhã, ao trocar tiros com policiais do 15º BPM, na favela Vila Operária, em Duque de Caxias. Na "batida", a polícia prendeu o segurança da empresa Finpres Ltda., Sérgio Fernandes Moreno. Ele dizia na favela que era o porta-voz do tráfico de Vigário Geral e pedia para os comerciantes fecharem as portas, em sinal de protesto pela morte do traficante. Os policiais apreenderam no local um fuzil AR-15, 556 **sacolés** de cocaína e um telefone celular que era usado por **Jiló**. O traficante era fugitivo da 19ª DP (Tijuca) e da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos Auto Terrestres (DRFVAT), na Gamboa. Ontem por volta das 12:30h, o comércio na favela permanecia fechado.

Há dias o batalhão estava recebendo informações das atrocidades praticadas pelo traficante **Jiló**, na favela da Vila Operária. Meses atrás, o bandido matou seis pessoas no local, culpando-as pela prisão do seu comparsa conhecido como **Canecão**. Um dos mortos era um garoto de 15 anos que teve os dedos das mãos decepados.

Passava um pouco das 6h, de ontem, quando os integrantes do Policiamento Motorizado Especial (PAMESP - expediente) invadiram a favela da Vila Operária para acabar com uma reunião dos traficantes no alto do morro. Os policiais cercaram o local, quando **Jiló** e seus comparsas - todos armados de fuzis e pistolas - avistaram os PMs e começaram a atirar. Os policiais revidaram e os bandidos correram pelas vielas da favela. **Jiló** tentou fugir pelo lado de baixo, e ao se deparar com os PMs, começou a atirar. O revide da polícia foi imediato e na troca de tiros o traficante foi alvejado mortalmente.

Quando Jiló caiu morto, o seu celular começou a tocar. Um policial atendeu e uma pessoa do outro da linha se identificou como **Sandro** - homem de confiança do traficante Ulisses, de Vigário Geral -, dizendo que ia matar um PM por dia. Ele desafiou os policiais e disse que o seu Omega fica estacionado em um posto de gasolina na Avenida Bulhões Marcial, em Vigário Geral. A polícia desconfia que um homem identificado como **Geléia** deverá assumir o controle do tráfico na favela da Vila Operária nas próximas horas.



Djalma Mendes Vieira, o Jiló

JORNAL HOJE (2)
Data 24/05/96
Caderno ____ Pág. 7



Ontem, por volta das 12:30h, o comércio da favela Vila Operária estava fechado. Medo dos traficantes

vid. Trafego

O DIA
Data 12 / 05 / 96
Caderno ____ Pág. 2

SEGUNDA EDIÇÃO

Eram todas de uma mesma família. Rio Cidade também causa acidente

Atropelador mata cinco

Uanderson Fernandes



● *O Santana avançou o sinal e foi pego em cheio pelo ônibus na Visconde de Figueiredo, na Tijuca*

SÃO PEDRO DA ALDEIA - Embriagado, Nilton Pires de Medeiros, 33 anos, seguia na noite de sexta-feira, de São Gonçalo para uma festa de parentes na sua casa, em Cabo Frio. Na altura de Pedra Linda (São Pedro da Aldeia), Km 2 da rodovia Amaral Peixoto, o motorista atropelou seis evangélicas que acabavam de deixar um culto da Igreja Assembléia de Deus. Cinco morreram. Apesar da tragédia, Nilton, que chegou a capotar com o carro, foi liberado da 125 ªDP (São Pedro da Aldeia) depois de pagar a fiança máxima de R$ 100. Sem sinal de arrependimento, embora vá responder a cinco inquéritos por homicídio culposo e um por lesões corporais.

A frieza de Nilton impressionou os policiais de São Pedro da Aldeia. Ao deixar a delegacia, por volta das 9h30 de ontem, ele foi até seu carro (Monza, prata, LJE-9145), observou os estragos, retirou o extintor e o toca fitas e foi embora no carro de parentes. Devido a tragédia, o prefeito da cidade, Rodolfo Pedrosa, decretou luto oficial por três dias.

Na noite anterior, o motorista já surpreendera a cidade. Segundo moradores, enquanto o filho, Juliano Melo de Medeiros, 13 anos, com escoriações, recebia atendimento no Hospital Missão de São Pedro, no centro, Nilton foi até um bar para beber mais.

Os mortos são Maria Edith da Silva América, 45 anos, sua filha Aparecida Américo (teria de 10 a 15 anos), Cremilda de Oliveira (entre 40 e 45), sua sobrinha Ana Lúcia de Oliveira, 5 , Ana Rosa de Oliveira, 30, mãe de Ana Lúcia. Cláudia Regina da Costa Oliveira, 30 anos, grávida de oito meses, está internada no Hospital Missão São Pedro e seu estado é regular.

Morte e revolta na Tijuca

Bastou apenas quatro dias de mudança no trânsito para a rua Visconde de Figueiredo se transformar de paraíso em inferno. Depois de dois atropelamentos e uma batida sem vítimas, ontem, houve o primeiro acidente grave, com a morte de Ari de Souza Leal. Revoltados, os moradores, inicialmente, fecharam a Rua Conde de Bonfim e depois a própria Visconde de Figueiredo, em protesto contra as alterações causadas pelas obras do Projeto Rio Cidade.

Por volta das 8h, um ônibus da linha 217 (Andaraí-Carioca) bateu no Santana, placa YR-9376, que avançou o sinal na esquina com a Rua Heitor Beltrão. O motorista do carro Ari de Souza Leal, aparentando 70 anos, morreu na hora.

Na quarta-feira, antes da inversão de mão na Rua Visconde de Figueiredo, que, agora, recebe os carros que antes trafegavam pela Rua Pareto, os moradores procuraram o secretário municipal de Transportes, Márcio Queiroz, como tentativa de voltar atrás na decisão. Segundo Rosane Torres, a resposta foi que era preciso um documento com 1.500 assinaturas para qualquer providência. As obras são do Projeto Rio Cidade.

Vid. Tráfico

O DIA
Data 18 / 04 / 96
Caderno ____ Pág. 14

▸ Menores em Bangu

Os menores A.M.C. e R.N.D., ambos de 13 anos, foram presos ontem por policiais do 14º BPM (Bangu), na Vila Aliança, em Bangu, com 180 trouxinhas de maconha. Os meninos foram levados à 34ª DP (Bangu) e depois encaminhados à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA).

Narcot / Tráfico

O GLOBO
Data 04/04/96
Caderno ___ Pág. 13

Polícia apreende 200 quilos de cocaína



POLICIAL MOSTRA os pacotes de cocaína, com desenhos de cavalos, apreendidos na casa de um dos bandidos

É a maior quantidade da droga recolhida por policiais no Rio: ela estava prensada em tabletes

• Policiais federais apreenderam ontem de manhã 200 quilos de cocaína pura em tabletes de um quilo cada marcados com o desenho de cavalinhos. Essa foi a maior apreensão da droga no Rio de Janeiro e a maior do Brasil neste ano. À tarde, mais uma grande apreensão: 800 quilos de maconha. A erva, em blocos prensados, foi apreendida na Via Dutra, em Resende, por policiais rodoviários federais que participavam da segunda operação do Conselho de Segurança Pública da Região Sudeste (Condest).

O recorde carioca anterior de apreensão de cocaína fora batido pelos próprios agentes da Delegacia de Prevenção e Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal: há sete anos, 162 quilos da droga foram achados nas rodas de um caminhão. A cocaína apreendida ontem seria revendida na Europa por US$ 12 milhões (US$ 60 mil, o quilo). Cinco traficantes foram presos e US$ 14 mil apreendidos.

A cocaína pertencia à quadrilha do traficante peruano Alberto Latorre Seminário, de 42 anos, e, segundo a Polícia Federal, veio da Colômbia. Seminário, que controla também o dinheiro da compra e venda de drogas da quadrilha, chegou ao Rio dia 28 de março para comprar a cocaína e enviá-la para a Europa. Foi localizado e seguido pelos agentes desde então. Ele entrou em contato com o brasileiro Júlio César Sabino Costa, "gerente" da quadrilha no Brasil e encarregado de intermediar a compra de drogas junto aos colombianos Emílio Amezquita Florez e seu filho Maurício Amezquita, ambos responsáveis pelo ingresso da droga em território brasileiro, por via terrestre, até sua entrega a Júlio. Eles foram presos num hotel na Zona Sul.

O GLOBO
Data 04/04/96
Caderno ____ Pág. 13

O brasileiro Luiz Alberto Sabino, irmão de Júlio César, era encarregado de armanezar a droga. Os pacotes de cocaína foram encontrados em sua casa, na Rua Clarimundo de Melo 537, na Piedade, onde ele foi preso juntamente com o irmão. Apenas um membro da quadrilha conseguiu escapar: o colombiano Hugo César Acosta. Os outros cinco foram indiciados por tráfico internacional e associação para o tráfico de drogas. Segundo a Polícia Federal, a cocaína seria enviada para a Europa em pequenas quantidades por "mulas" (pessoas contratadas apenas para realizar esse serviço).

Os 800 quilos de maconha foram apreendidos no quilômetro 306 da Via Dutra (Rio-São Paulo), na altura de Resende. Segundo o chefe de operações da 7ª delegacia da Polícia Rodoviária Federal, José Carlos de Souza, a droga estava no caminhão Ford F4000 placa de Mato Grosso do Sul IL 0636, estacionado no acostamento da estrada, no sentido Rio de Janeiro, com um pneu furado. Ele acredita que os traficantes perceberam a aproximação da equipe de policiais e abandonaram o veículo. A maconha estava debaixo de sacos de laranjas.

Cerca de 50 policiais — entre eles, as principais autoridades na área de Segurança Pública do Rio de Janeiro — e a mais sofisticada aparelhagem computadorizada foram utilizados na Condest. A operação foi realizada em 17 pontos de divisas dos estados do Rio, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. Além da maconha, foram apreendidas quatro armas e foi interceptado um ônibus de "sacoleiros" que vinha do Paraguai.

O chefe de Polícia Civil, delegado Hélio Luz; o subsecretário para assuntos especiais, coronel Noaldo Alves Silva; o diretor do Centro de Inteligência (Cisp), coronel Sérgio Krau; e o subsecretário operacional, Helmo Dias, participaram da Condest. Em cada um dos 17 pontos estabelecidos como alvos da operação havia um carro equipado com uma sofisticada aparelhagem computadorizada, pela qual se pode averiguar de imediato a placa de carros abordados pelos policiais e saber exatamente em que local está o carro da polícia. ■

Vool Tráfego

O GLOBO
Data 02/03/96
Caderno Pág. 16

Onze pessoas ficam feridas em acidente em Jacarepaguá

Caminhão bate em ônibus de figurantes de novela da Rede Globo

• Onze pessoas ficaram feridas ontem de manhã no acidente entre um caminhão e um ônibus da Petrópolis Tur lotado de figurantes que participariam de uma gravação, em Pedra de Guaratiba, para a mininovela "O Fim do Mundo", de Dias Gomes, com estréia prevista para maio, na Rede Globo. Segundo testemunhas, a colisão, que aconteceu por volta das 10h50m, próximo ao número 11.742 da Estrada dos Bandeirantes, em Jacarepaguá, foi provocada pelo motorista do caminhão, Silas Leite Bueno, de 27 anos. Ao tentar se desviar de uma carreta que parara bruscamente, ele bateu de frente no ônibus que trafegava em sentido contrário.

Os feridos foram levados para o Hospital municipal Lourenço Jorge, na Barra da Tijuca. A maioria, com ferimentos leves, foi medicada e liberada. Apenas três pessoas ficaram em observação: uma criança de três anos que estava no caminhão e dois rapazes do ônibus. A menina sofreu traumatismo craniano e os dois jovens tiveram fraturas diversas. Os médicos da emergência disseram, porém, que nenhum dos três corria risco de vida.

Com o choque, o caminhão Mercedez Benz ACE 2560 ficou atravessado na pista, bloqueando parcialmente o tráfego. Ele teve a lateral direita da cabine destruída. O ônibus KNG 0881 ficou com a frente danificada. O motorista do coletivo, Carlos Alberto de Goes, de 44 anos, sofreu ferimentos leves nos braços e nas pernas. Ele disse que trafegava a cerca de 50 km/h. O motorista do caminhão, Silas Leite, alegou não ter tido outra saída a não ser bater no ônibus. Ele transportava três toneladas de ferro de Jacarepaguá para o Centro.

— Se não me desviasse do caminhão da frente, a minha filha, que estava na cabine, poderia ter morrido — alegou Silas. ■

Vad. Tráfico

O GLOBO
Data 22/03/96
Caderno ____ Pág. 16

Parede móvel protegia esconderijo do tráfico em Acari

Cabo de aço era usado como tranca. No cômodo, policiais apreenderam cocaína, fuzil e 1.600 balas



UM POLICIAL AO LADO do material achado no esconderijo da Favela de Acari

Edgar Arruda

• A polícia do Rio já sabe desde ontem que, além do poder de fogo dos traficantes, terá que enfrentar um novo tipo de arquitetura voltada aos interesses dos bandidos. Policiais da Coordenadoria de Inteligência e Apoio (Cinap) e da Divisão de Recursos Especiais da polícia descobriram um esconderijo quase perfeito que era utilizado pela quadrilha de traficantes da Favela de Acari: um quarto oculto por uma parede móvel, travada por meio de um cabo de aço escondido dentro de um ralo.

Os policiais admitem que só conseguiram descobrir o esconderijo porque tinham informações sobre a sua existência na casa usada pelos traficantes. Dentro do quarto — com cerca de três metros quadrados — foram encontrados cinco quilos de cocaína já embalados para a venda, um Fuzil Automático Leve (FAL) de fabricação argentina e 1.600 balas do calibre 7,62. O quarto era suficientemente grande para abrigar uma pessoa. Por isso, os agentes da Cinap não descartam a hipótese de que o local fosse usado para esconder seqüestrados durante operações policiais na favela.

Os 40 policiais que participaram da blitz de ontem chegaram a Acari por volta das 9h e se dividiram em três equipes: uma fechou a saída para a Avenida Brasil, outra o acesso para a Via Dutra, enquanto a terceira entrava na favela para localizar o esconderijo. Os policiais precisaram vasculhar 12 casas até encontrar a que procuravam. Em todas, eles enfiavam as mãos nos ralos das cozinhas, já que tinham a informação de que o segredo dos bandidos estava ali.

Somente na décima segunda casa, tiveram sucesso. Na cozinha do imóvel de dois quartos, os policiais bateram nas paredes, mas não perceberam qualquer coisa de anormal. Mas quando um deles puxou um cabo de aço escondido no interior do ralo, veio a surpresa: a parede, com 20 centímetros de espessura, coberta por ladrilhos, na verdade servia como porta do quarto secreto, onde estavam a munição, o fuzil e a cocaína.

Os policiais acreditam que a casa fosse usada por algum integrante da quadrilha do traficante Derico, que está controlando o comércio de drogas na área desde a prisão de Jorge Luiz dos Santos, que se matou na prisão.

— Esconderijos iguais a esse já devem existir em Acari e até mesmo em outras favelas. É uma obra que requer muita habilidade. Vamos investigar agora quem e como construiu esse esconderijo — disse o coordenador da Cinap, Silas Diniz. ■

Vrol / Tráfico

O GLOBO
Data 21 / 01 / 96
Caderno ____ Pág. 39

Polícia prepara operação para achar armas e drogas em Búzios

De acordo com investigações, contrabando chega de avião vindo do Paraguai



O EMPRESÁRIO Rodrigo Jesualdi, dono da boate La Siesta: acusado de chefiar a quadrilha de exploração de menores

• Com base nas informações que estão se acumulando no Disque-Denúncia, a polícia deverá realizar nos próximos dias uma nova operação em Búzios em busca de locais onde são estocadas drogas e armas contrabandeadas. De acordo com as denúncias recebidas pelo serviço, o armamento que chega ao balneário vem sobretudo do Paraguai e desembarca no aeroporto da cidade. As informações para a execução da nova operação no balneário, onde quarta-feira foi desbaratada uma quadrilha de exploração de menores, estão sendo analisadas pelos agentes do Centro de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública (Cisp).

O chefe do Cisp, coronel Sergio Krau, confirmou ontem que o número de ligações feitas ao Disque-Denúncia aumentou significativamente após a operação em Búzios na semana passada.

Segundo a avaliação de um dos oficiais responsáveis pelo planejamento da operação passada, que resultou na prisão do empresário Rodrigo Otávio Menezes Jesualdi, de 45 anos, um dos donos da Boate La Siesta, a investida da polícia espantou as pessoas envolvidas com o tráfico de drogas e com a máfia da prostituição infantil.

Ainda de acordo com o oficial, a ação impediu que as pessoas envolvidas com o crime armassem um esquema para a retirada das drogas e das armas. Jesualdi está preso na Divisão de Recursos Especiais e é apontado como o chefe da quadrilha que vinha agindo em Búzios.

Um oficial da PM, envolvido nas ações no balneário, confirmou que já foram iniciados os entendimentos entre a Secretaria de Segurança e a Polícia Federal para a realização de uma blitz conjunta:

— A Federal esteve com a gente desde o início prestando uma valiosa colaboração. Eles (os federais) têm informação, sobretudo com relação aos estrangeiros radicados lá em Búzios. ■

Tráfico

JORNAL HOJE
Data 15 / 02 / 96
Caderno ... pg. 1ª

Traficantes em Meriti

Foto: Cristina Monteiro



Uma quadrilha internacional de tráfico de drogas (foto), que faz conexão com traficantes de Madrid, na Espanha, foi presa anteontem à noite, por policiais da 64º DP, na casa 23, da Rua Engenho de Dentro, em Vilar dos Teles, São João de Meriti, e a 500 metros do 21º Batalhão de Polícia Militar. Com o grupo, foi apreendido um quilo e meio de cocaína pura. Página 3

JORNAL HOJE
Data 15 / 02 / 96
Caderno 1 Pág. 3

Quadrilha internacional presa em Meriti

Foto: Cristina Monteiro



A quadrilha, presa em São João de Meriti, era comandada pela espanhola Assuncion Sanches

Maria Madalena Angelo

Uma quadrilha internacional de tráfico de drogas que faz conexão com traficantes de Madrid, na Espanha, foi presa anteontem à noite por policiais da 64º DP, na casa 23 da Rua Engenho de Dentro, em Vilar dos Teles, São João de Meriti, e a 500 metros do 21º Batalhão de Polícia Militar. Com o grupo, comandado pela espanhola Asuncion Mendiola Sanches, 38 anos, foram apreendidos um quilo e meio de cacaína pura, um colete cheio da droga para ser usado por uma **mula** (nome dado a quem transporta o material), uma balança de precisão e três colheres usadas no preparo da droga.

De acordo com policiais do Serviço de Investigação Geral, a quadrilha foi presa em flagrante quando preparava uma espécie de colete para ser usado por uma das três **mulas**, num vôo que sairia do Aeroporto Internacional do Galeão amanhã. Quando foram surpreendidos, por volta das 23 horas, o grupo estava articulando sobre quem faria a entregada da carga. Asuncion, relatou à polícia que o custo da viagem sairia por US$ 16 mil, apesar de não revelar a quem entregaria a droga em Madrid. O quilo da mercadoria está avaliadó no mercado, segundo um detetive, por US$ 30 mil. Renato Borges, 43 anos; Leila Dutra de Amorim, 41; Orlando Pereira, 45; Paulo Cesar Reis, 34; e Maria Fernanda também foram presos e recambiados para a Polícia Federal, na Praça Mauá. Apesar de não terem muitas informações sobre a atuação da quadrilha do Brasil, os policiais trabalham com a hipótese de o grupo estar usando o imóvel, na Baixada Fluminense, apenas para não despertar suspeitas na Zona Sul, onde moram, considerada uma área mais visada. Hospedada no quarto 209 do Rio Palace Hotel, o mesmo hotel que abrigou o megastar Michael Jackson, no último domingo, a espanhola da cidade de Fuente El Fresno não revelou se tem residência fixa no Brasil.

A droga que, segundo a Polícia, vem da Bolívia, passa pelo Rio e segue para Madrid, é conseguida através de uma "ponte" feita por Orlando Pereira. Milão, na Itália, já fez parte da conexão, segundo relato de Asuncion. A contar pelo número de viagens marcadas no passaporte, Maria Fernanda e Leila já efetuaram mais de três viagens para fora do Brasil. Maria recebeu US$ 7 mil por uma delas. É ela quem confecciona os coletes e fraudas onde são colocadas a coca, para ludibriar a Polícia Federal nos aeroportos.

Para chegar aos traficantes, que foram presos na casa de uma tia de Orlando, foram seis dias de investigação, resultado da Operação **Astra** desencadeada por todas as delegacias da Baixada Fluminsense, com conhecimento do chefe de Polícia Civial, Hélio Luz. Na 64ª DP, através de algumas prisões, foi revelado a atuação de traficantes no município. De acordo com políciais, em cima destes levantamentos espera-se chegar a outros nomes.

Vol - Tráfico

O GLOBO
Data 20/01/96
Caderno ___ Pág. 14

Polícia Federal vai agir em Búzios

Dossiê sobre o tráfico, controlado por máfia internacional, orientará uma intensa operação policial na cidade



O EMPRESÁRIO Rodrigo Otávio Jesualdi Menezes: mudança para uma delegacia na Barra por motivo de segurança

O GLOBO
Data 20/01/96
Caderno ____ Pág. 14

Renato Homem e Ronaldo Braga

• A Polícia Federal vem investigando as atividades dos grupos que traficam drogas em Búzios. Uma alta fonte do Departamento de Polícia Federal garantiu ontem ao GLOBO que uma ação só não foi desenvolvida ainda porque os agentes estavam esperando o momento oportuno para desencadear a operação. É pensamento do superintendente da PF no Rio, delegado Jairo Kulman, propor ao secretário de Segurança, general Nilton Cerqueira, uma ação conjunta com o aparelho policial do Estado, a fim de desarticular a máfia internacional que se instalou no balneário. O chefe de Polícia Civil, delegado Hélio Luz, disse ontem que a polícia continuará investigando o crime organizado na cidade.

— Búzios não é território livre para a prática de crime nenhum. Búzios é igual à favela, a qualquer outro lugar. Talvez Búzios até pouco tempo atrás brilhasse mais do que Ipanema. — disse o delegado, referindo-se ao consumo de cocaína.

A investigação, patrocinada pela Divisão de Prevenção e Repressão a Entorpecentes, esbarra na falta de policiais e de recursos da Superintendência do DPF no Rio. O dossiê, elaborado a partir das investigações feitas pelos federais, relaciona os nomes de cinco pessoas (dois brasileiros, dois argentinos e um chileno) diretamente envolvidas com o tráfico na Região dos Lagos, especialmente em Búzios e em Cabo Frio. Os dois brasileiros, cujos nomes vêm sendo mantidos em sigilo, seriam comerciantes conhecidos em Búzios, ligados à indústria têxtil e ao turismo (seriam donos de pousadas).

O envolvimento de estrangeiros radicados em Búzios com o tráfico de entorpecentes já era do conhecimento do DPF. Há cerca de dois anos durante a Operação Rio I, policiais federais de outros estados enviados a Búzios como reforço já haviam detectado o problema. Os contatos mantidos pelos turistas com traficantes colombianos é considerado pelos policiais como o grande incentivo para o fortalecimento e o crescimento do tráfico de drogas no balneário.

Um dado importante considerado pelos federais refere-se à fragilidade do sistema de segurança do aeroporto de Búzios. Ano passado a Delegacia de Repressão a Entorpecentes começou uma investigação após receberdenúncia de que boa parte da droga consumida e distribuída na Região dos Lagos a partir de Búzios era desembarcada de helicópteros, as mesmas aeronaves que durante o verão cruzam os céus da região transportanto empresários e turistas estrangeiros.

No documento, que será encaminhado às autoridades estaduais, a Polícia Federal aponta o aeroporto de Búzios e o grande número de mansões com decks como fatores que contribuem para o desenvolvimento do tráfico na região. Agentes do Centro de Inteligência da Segurança Pública (Cisp) que se encontram ainda na região, disseram que a prisão do empresário Rodrigo Otávio Menezes Jesualdi, de 45 anos, agitou o balneário, fazendo com que muita gente que se relacionava com ele deixasse a cidade. Dono da boate La Siesta, na Rua das Pedras, em Búzios, Jesualdi foi indiciado por tráfico de drogas e responderá a inquérito por corrupção de menores.

A polícia, assegurou uma fonte do Cisp, permanecerá em Búzios fazendo o cruzamento dos nomes de todo mundo que tinha ligações com Jesualdi.

— Búzios sempre foi uma área de exclusão. Não é de hoje que se sabe que lá era território livre dos traficantes — disse um delegado da Polícia Civil, acrescentando que durante o período que esteve na DRE tomou conhecimento de que a droga que abastecia os viciados de Búzios chegava também em motocicletas.

As boates de Búzios são locais ideais para o tráfico, segundo um oficial do Cisp que participou das investigações:

— Lá o agito começa à 1h e só termina às 8h.

Um major da PM disse que qualquer ação da polícia para combater o tráfico em Búzios deve ser precedida de autorização:

— Em Búzios tem aquele velho problema do tráfico de influência. Aquilo é um território largado. O consumo de drogas é muito grande, sobretudo no verão, quando todo mundo vai para lá.

O chefe de Polícia Civil, Hélio Luz, disse ontem que Búzios será novamente sacudida por uma ação policial. As investigações vêm sendo desenvolvidas pelo Serviço Reservado da PM e por agentes do Cisp. A polícia quer agora identificar a rota usada pelos traficantes ligados a Jesualdi para levar a droga para Búzios.

— Búzios sempre foi uma área onde a polícia não podia entrar, em razão do poder econômico de seus freqüentadores. Parece que isso agora está mudando — disse um assessor de Hélio Luz. ■

OPINIÃO

ÂNIMO E DESÂNIMO

• POR QUE não tem curso superior, o empresário que transformava meninas em prostitutas — as provas são arrasadoras — vai para um xadrez comum na Divisão de Repressão a Entorpecentes.

É ANIMADOR e aumenta a confiança da sociedade na polícia verificar que pessoas endinheiradas (e com policiais nas suas relações de amizade) também são presas e, a lei permitindo, vão para celas destinadas aos chamados delinqüentes comuns.

SERÁ DESANIMADOR se Rodrigo Jesualdi, o rufião de crianças, conseguir comprar a sua fuga da cadeia.

Viol. Indício

O GLOBO
Data 19/01/96
Caderno ____ Pág. 13

Franceses ameaçados e expulsos da boate

Ex-sócios acusam o empresário detido

• Os franceses Georges Mancini e seu pai, Jean-Andre Mancini, disseram ao delegado José de Freitas, da Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE), que foram ameaçados de morte pelo empresário Rodrigo Jesualdi. Há um ano os dois deram sociedade a Rodrigo na boate La Siesta, cujo prédio é de propriedade da ex-mulher de Georges, Brigitte Ceccaldi, que mora na França. Foi feito um contrato de comodato por três anos, mas a sociedade durou apenas três meses. Os franceses disseram que se desentenderam com Rodrigo porque não gostavam da sua conduta. Freqüentemente ele chegava drogado à boate, segundo afirmaram. Eles disseram que foram afastados do negócio:

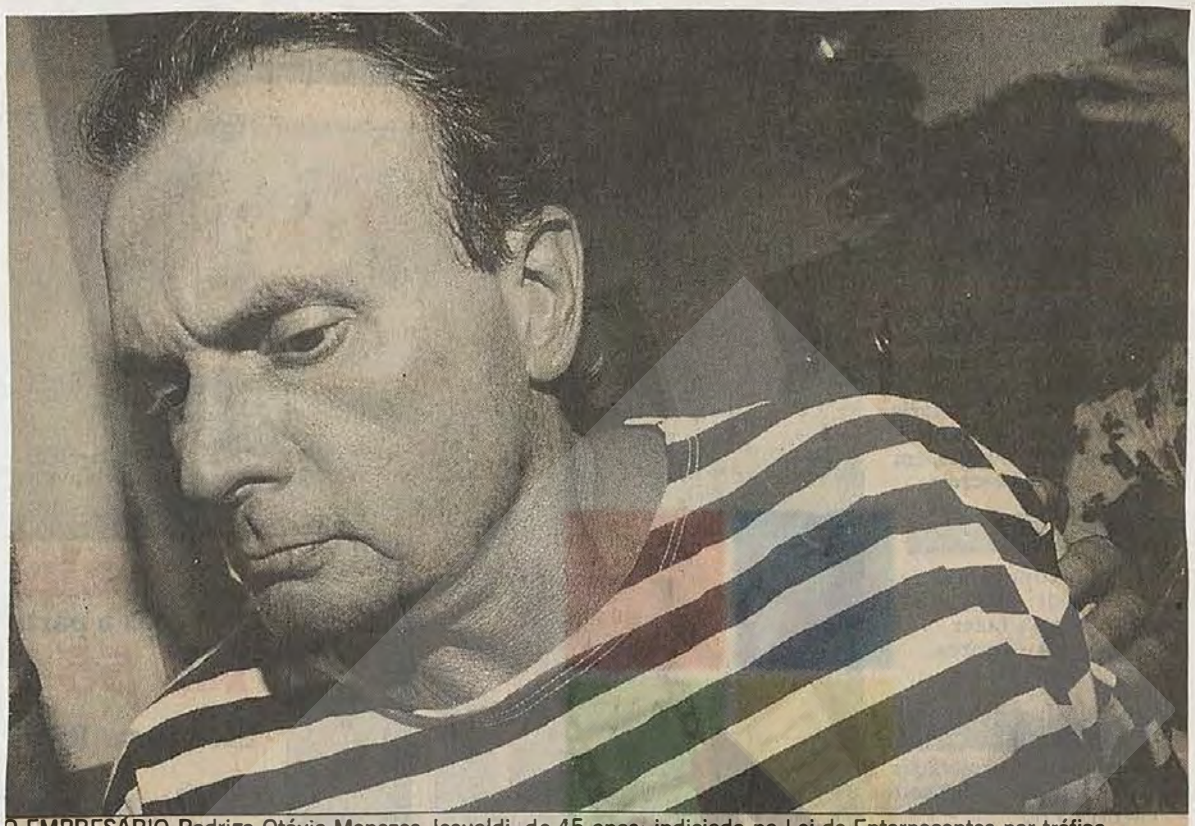
— Quando percebemos as atitudes estranhas dele, quisemos tirá-lo da sociedade. Como estávamos ilegais no país, com visto apenas de turistas, ele se aproveitou que não podíamos entrar na Justiça, nos afastou do negócio e nos ameaçou de morte se o perturbássemos — disse Georges. — Nós precisávamos de alguém para tomar conta da boate, enquanto ficássemos na França.

Na casa dos franceses, os policiais nada encontraram de suspeito. Há cerca de três meses, Jean-Andre e o filho Georges conseguiram o visto de permanência no Brasil. Os franceses foram liberados depois de terem prestado depoimento na DRE. Patrick Jean Louis Cesario, o outro francês detido na operação de anteontem em Búzios, foi liberado e obrigado a voltar para a França. Ele estava há dez anos em situação irregular no Brasil.

Vod Tráfico

O GLOBO
Data 19/01/96
Caderno ____ Pág. 12

Dono da boate La Siesta é indiciado por tráfico de drogas em Búzios



O EMPRESÁRIO Rodrigo Otávio Menezes Jesualdi, de 45 anos: indiciado na Lei de Entorpecentes por tráfico

Empresário responderá a inquérito por corrupção de menores. Polícia diz que ele distribuía cocaína

Renato Homem

• O empresário Rodrigo Otávio Menezes Jesualdi, de 45 anos, foi indiciado ontem pela polícia no Artigo 12 da Lei de Entorpecentes, sob a acusação de tráfico de drogas (foram achados em sua casa 44 gramas de cocaína). Uma disputa entre Jesualdi e seus ex-sócios levou a polícia a antecipar a operação em Búzios. Os policiais queriam surpreendê-lo receptando cocaína, o que deveria acontecer nos próximos 20 dias. Jesualdi foi preso quarta-feira em Búzios e tinha gás paralisante e até aparelhos para dar choque.

O subdiretor da Divisão de Repressão a Entorpecentes (DRE), delegado José Januário Freitas, enquadrou Jesualdi também no Artigo 18 da Lei de Entorpecentes, por considerar que ele se aproveitava de ser empresário da noite para fazer a distribuição de drogas entre os freqüentadores de sua boate, a La Siesta, situada na Rua das Pedras. Um oficial da PM que participou das investigações disse em depoimento prestado ontem na DRE não ter dúvidas de que Jesualdi era o responsável pelo fornecimento de drogas em Búzios. Para autuá-lo em flagrante, foram decisivos para a polícia os depoimentos prestados pelas menores exploradas sexualmente pelo empresário e os relatos dos policiais envolvidos na investigação que acabou por desarticular a máfia do sexo instalada na região.

Rodrigo Jesualdi foi preso em flagrante e deverá dividir a carceragem da DRE com outros 59 presos. Há, no entanto, a possibilidade de ele ser transferido hoje para uma outra delegacia especializada. Por não ter curso superior, o empresário não tem direito ao benefício de prisão especial. Ele vai responder ainda a inquérito por corrupção de menores, cujo crime ainda não está caracterizado para a polícia, apesar das evidências. Rodrigo Otávio Jesualdi também foi autuado por manter em casa dois revólveres sem registro e responderá ainda por furto de eletricidade: a polícia descobriu um sofisticado esquema de desvio de energia elétrica em sua casa ■

José Frágoso

O GLOBO
Data 19 / 05 / 96
Caderno ___ Pág. 12

Polícia esperava apreender muita cocaína em Búzios

Delegado não ficou na casa de Jesualdi e foi detido quando saía da cidade. Para policiais, ele escondeu a droga

Hilka Telles e José Luiz de Pinho

• Um imprevisto fez com que a polícia não encontrasse a grande quantidade de cocaína que esperava apreender na operação de repressão à prostituição de menores em Búzios. O delegado aposentado Miguel Bechara, que sempre se hospedava na casa do empresário Rodrigo Jesualdi, alugara uma casa em Búzios duas semanas antes e os policiais não sabiam. Quando a casa de Jesualdi foi estourada, perdeu-se pelo menos duas horas até que se conseguisse o endereço do delegado e um mandado de busca e apreensão. Os policiais chegaram à casa, no condomínio Ilha dos Caboclos, quando Bechara já havia deixado o local.

— Ele foi preso na saída da cidade, com a mulher dentro do carro. Estava fugindo. Mas por que o delegado não fugiu logo? O que ele ficou fazendo? Isso nos leva a pensar que a cocaína que esperávamos encontrar estava sendo escondida, enquanto procurávamos o endereço da casa de Bechara — disse um policial do Centro de Inteligência (Cisp) da Secretaria de Segurança.

De acordo com esse policial, o último carregamento de cocaína chegou a Búzios dez dias antes de a operação ser realizada. Acondicionada em caixas, a droga veio num avião de pequeno porte que aterrissou no aeroporto de Búzios, bem próximo à casa do empresário Rodrigo Jesualdi.

— As caixas foram para a mansão de Rodrigo Jesualdi. Acreditamos que, depois, a droga tenha sido transportada para a casa que Bechara alugou, mas revistamos o imóvel e não encontramos nada. Sabemos que a droga não saiu de Búzios. Deve estar escondida em algum lugar que ainda desconhecemos — disse o policial.

O delegado Miguel Bechara caiu em contradição depois do depoimento de ontem na Divisão de Repressão a Entorpecentes. Bechara negou qualquer vínculo com o empresário, mas em seguida disse que Jesualdi é seu amigo há dez anos, conhece a família do empresário e costuma freqüentar sua casa em Búzios. Bechara negou ser sócio de Jesualdi na boate New Sagitarius Night Club, especializada em shows eróticos, em Belo Horizonte.

— Nunca fui sócio dele. Apenas tenho uma firma que presta serviços de segurança (Cesp-Minas) à boate dele. Nada mais — disse Bechara.

O delegado foi liberado depois de prestar depoimento. O serviço de segurança que a firma de Bechara presta já envolveu o delegado e seu filho, Miguel Bechara Filho, em outro caso policial de contrabando de armas também em Búzios. Há um ano e meio Bechara Filho foi preso por policiais do 25º BPM (Cabo Frio) numa pousada em Búzios com grande quantidade de munição e armas, como escopetas, metralhadoras e pistolas.

Vcol. Tráfico

O GLOBO
Data 15/01/96
Caderno ____ Pág. 12

Guerra do tráfico mata seis e policiais militares são encurralados na Vila do João

Bandidos arrancam seis telefones para evitar ligações para o disque-denúncia

gbb 12 // 15-01-96 D.H.

Antônio Werneck

• — Tenente, tenente! Estamos encurralados aqui. Peça reforço. Estamos cercados. Manda mais gente para cá. Manda mais gente. Para cá, perto da ponte.

Favela da Vila do João, complexo da Maré. Pelo rádio, o soldado desesperado pedindo socorro, parece ter saído de um filme de Oliver Stone. Mas estava longe de ser ficção: encurralado, ele e seus companheiros — inferiorizados em número e armamentos — mantiveram durante 30 minutos da madrugada de ontem um cerrado tiroteio com bandidos, nascidos na favela e atirando para matar. Foi o terceiro dia de uma batalha que começou na madrugada de sexta-feira e deixou um saldo de seis mortos. O reforço aos policiais em apuros chegou por volta das 4h: eram 32 homens do Batalhão de Choque, 15 do 22º BPM (Benfica), 15 do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e cerca de 20 do 16º BPM (Olaria).

Ao fim da ocupação, os policiais conseguiram apreender dois fuzis AR-15, munição, um sinalizador de uso exclusivo das Forças Armadas, um celular e, surpreendentemente, seis telefones particulares. Os aparelhos, segundo os PMs, foram arrancados por ordem dos traficantes das casas dos moradores considerados suspeitos de estarem ligando para o Disque-Denúncia (253-1177), o serviço telefônico criado pela Secretaria de Segurança Pública. Há algum tempo os policiais investigavam denúncias de que em várias favelas no subúrbio o tráfico estava destruindo orelhões e arrancando aparelhos de moradores acusados de estarem repassando informações à polícia. Até então uma simples suspeita, os policiais conseguiram ontem a prova que faltava.

O confronto deixou pelo menos cinco pessoas feridas, entre elas o soldado Luiz Fernando Gonçalves, lotado no Batalhão de Choque e baleado de raspão na barriga. Internado no Hospital Central da Polícia Militar, no Estácio, ele foi operado e não corre risco de vida. Dos outros feridos, apenas um foi identificado: o mecânico Rogério Cândido da Silva, de 17 anos, morador da Vila do João, baleado no joelho direito quando deixava um baile funk no momento em que o tiroteio começou. Ele foi submetido a uma cirurgia no Hospital Geral de Bonsucesso e passa bem.

Os mortos — nenhum deles identificado até o fim da tarde de ontem — pertencem à quadrilha do bandido Odir dos Santos, chefe do tráfico na Vila do João, que teve seu território invadido sexta-feira de madrugada pelo grupo rival da vizinha Vila dos Pinheiros, comandado pelo bandido Gleique dos Santos, o Kito. A PM, avisada pelos moradores que ligaram para o Disque-Denúncia, entrou na favela sexta-feira, saiu de manhã do mesmo dia e voltou a ocupá-la ontem de madrugada.

O tenente-coronel Vinicius Cavalieri, comandante do 22º BPM, liderou as duas investidas da polícia ao complexo. Ontem de manhã, chegou a falar em nove mortos (de sexta até ontem), mas voltou atrás nos números e confirmou seis corpos nos três dias. Na sexta-feira de madrugada, quando os bandidos iniciaram a troca de tiros, ele entrou na Vila do João, e, embora não queira admitir, pela primeira vez teve medo de morrer. Escondido atrás de um poste, foi obrigado a encolher a barriga para evitar ser atingido.

— Um menino com uma metralhadora Browning quase me mata. Sozinho, ele ficou atirando na gente por uns 20 minutos. Depois, pulou uma cerca e desapareceu — lembrou Cavalieri. ■

Tráfico Drogas

O GLOBO
Data 15/01/96
Caderno ____ Pág. 1

Hélio Luz combate 'apitaço' nas areias de Ipanema

Delegado diz que as pessoas que usam este artifício estão sendo coniventes com o tráfico de drogas

Globo 12 // 15-01-96 D.H. Jurgen

• O Chefe da Polícia Civil, delegado Hélio Luz, disse ontem que não vai tolerar "áreas reservadas para o tóxico", referindo-se aos jovens que fumam maconha nas areias de Ipanema e usam apitos para avisar sobre a presença da polícia. Ele afirmou que esses jovens não são diferentes dos meninos que empinam pipas e soltam foguetes nos morros para alertar os traficantes sobre a chegada dos policiais. O delegado da 13ª DP (Ipanema), Homero Graça Filho, apreendeu no fim de semana 142 apitos e 160 panfletos do movimento "Quem apita amigo é", e instaurou inquérito para apurar a autoria dos panfletos.

— Isso é um movimento de apologia ao crime — disse Luz. — Eu acho que está havendo uma grande hipocrisia. A classe média cobra eficiência da polícia, mas quer que essa eficiência fique limitada ao furto e ao roubo. Não podemos combater o furto e o roubo e deixar uma área reservada para o tóxico. O que é isso, a guerrilha do brilho?

Para o chefe da Polícia Civil, as pessoas que participam desse movimento em Ipanema estão sendo coniventes com o tráfico de drogas. Nos panfletos apreendidos pelos policiais da 13ªDP, são feitas críticas à ação da polícia ("apite tão mais alto quanto maior for o absurdo da repressão policial"). Num dos trechos, o movimento Quem apita amigo é recomenda: "Na dúvida, radicalize." Embora tragam o nome do movimento, os panfletos apreendidos não têm assinatura de qualquer um de seus membros.

Hélio Luz disse também que vai abrir sindicância para apurar por que o delegado F .usto Candiago, da 40ªDP (Honório Gurgel), não estava na delegacia ontem à tarde quando policiais do 23º BPM (Leblon) chegaram ao local com Paulo Roberto Garcia Machado, preso na praia de Ipanema, sob a acusação de ter matado o PM Moiséis Lopes dos Santos. Ao chegar à delegacia, Fausto disse que ia autuar Paulo Roberto por vadiagem, já que não havia mais flagrante. Luz mais uma vez ficou contrariado:

— Se autuar por vadiagem, eu o auto por abuso de poder. ■

Violência contra a Vida

JORNAL DO BRASIL
Data: 22/ JJ .. 196
Caderno: INTERPAX NACIONAL JJ

Mundo quer abandonar refugiados



Já de volta a seu país, ruandenses continuam a passar privações, enquanto esperam transporte do governo para suas aldeias

JORNAL DO BRASIL
Data: 22/11/96
Caderno: INTER-Pag. 14
NACIONAL

Pressões por cancelamento de missão da ONU no Zaire beiram o racismo, denuncia alta funcionária da União Européia

Gisenyi, Ruanda — AFP

BRUXELAS — A responsável pelo setor de ajuda humanitária da União Européia, Emma Bonino, acusou ontem a comunidade internacional de estar assumindo uma atitude de indiferença muito próxima do racismo, ao se desinteressar pela sorte de 700 mil refugiados de Ruanda que ainda permanecem abandonados no Leste do Zaire. "Quantas vidas precisam estar em perigo, quantas pessoas precisam estar desaparecidas para justificar um deslocamento de tropas pelo mundo dito civilizado? Como é estabelecido esse limite?", perguntou ela no Parlamento Europeu. E arrematou: "Será a cor de sua pele o motivo que nos leva a acreditar no seu destino inevitável, sempre ligado a um ciclo de massacres?"

Segundo Emma Bonino, a criação de uma força multinacional de ajuda — a princípio aceita mas agora posta em discussão — é fundamental para as equipes de apoio humanitário terem condições de salvar vidas no Zaire. Sem essa proteção — disse — seus integrantes podem ser mortos ou tomados como reféns.

Na mais severa crítica à lentidão da comunidade internacional em reagir ante a crise no Zaire, Bonino acusou particularmente os Estados Unidos de estarem adiando a decisão do envio de tropas, na esperança de que o problema se resolva por si mesmo.

Em Genebra, o responsável da Federação Internacional da Cruz Vermelha para a região dos Grandes Lagos Africanos, Piero Calvi Parisetti, anunciou ontem, com base em fotos tomadas de aviões a grande altura, a localização de cerca de 800 mil refugiados em um raio de 200 quilômetros em torno das cidades de Bukavu e Uvira, no Leste do Zaire. Desse total, 650 mil pessoas se deslocavam em várias direções, enquanto 150 mil estavam aparentemente instaladas junto ao Lago Kivu. Por sua vez, um porta-voz do Programa Mundial de Alimentos, das Nações Unidas, afirmou que mais de 100 mil refugiados hutus começavam ontem a caminhar em direção à fronteira, numa aparente segunda fase do êxodo de retorno a seu país, Ruanda.

Lagos — Desmentindo declarações do governo de Ruanda, de que a maioria dos nacionais do país que fugiram para o Zaire em 1994 já retornaram, o representante do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (Acnur), Filippo Grandi, confirmou ontem, na cidade de Goma, a permanência de 700 mil deles em uma área entre os lagos Kivu e Tanganica.

Marcada inicialmente para terça-feira e depois transferida para ontem, só hoje será realizada, em uma base militar americana de Stutgart, Alemanha, a reunião de representantes dos países que ofereceram homens para a força multinacional de ajuda. O encontro é coordenado pelo Canadá, que comandará essa força se ela for efetivada, e que continua insistindo na necessidade de que isso ocorra.

A França, de onde partiu a idéia da força multinacional, também faz questão de que ela seja constituída, mas os Estados Unidos, que pelos planos iniciais compareceriam com o maior contingente (cerca de 4 mil homens) já cancelaram esse projeto e declararam-se dispostos a enviar apenas mil soldados, especialistas em logística e intendência.

Em Londres, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampréia, informou que o país está reconsiderando sua decisão de enviar tropas. "As condições mudaram e boa parte dos refugiados já voltou para Ruanda", disse. O assunto será discutido em reunião do Estado-Maior das Forças Armadas e a decisão final será anunciada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso depois de consultar os países aliados do Brasil.

JORNAL DO BRASIL
Data: 22/ JJ /06
Caderno: INTER-PAG. 14
NACIONAL

Drama se arrasta há décadas

MEMÓRIA

A disputa entre os tutsis e os hutus de Ruanda e Burundi, ex-colônias belgas no Centro da África, vêm produzindo intermitentes fluxos de refugiados das duas etnias desde 1959, quando os dois países se tornaram independentes.

O drama mais recente aconteceu em 1994, quando o presidente hutu de Ruanda morreu na queda de seu avião, atingido por um míssil. O assassinato do presidente levou o Exército ruandense, então dominado pelos hutus, a promover um massacre de 800 mil tutsis e hutus moderados, favoráveis à partilha do poder entre as duas etnias. Depois do genocídio, os tutsis assumiram o poder em Ruanda, levando 2 milhões de hutus a buscar refúgio no vizinho Zaire, temendo represálias do novo governo.

Esses hutus viviam em campos no Leste do Zaire, sustentados pela ONU, até o mês passado, quando tutsis de nacionalidade zairense iniciaram uma revolta naquela região contra o governo de Mobuto Sese Seko, que está no poder em Kinshasa (a capital zairense) há 35 anos. Os rebeldes tutsis zairenses, chamados baniamulenge, tomaram Goma, a principal cidade da região, impedindo que os campos de refugiados hutus fossem abastecidos. Sem suprimentos, os refugiados começaram a voltar para Ruanda, onde são recebidos com desconfiança. Embora a maioria seja de civis desarmados, há entre eles milicianos hutus que participaram do genocídio de 1994.

JORNAL DO BRASIL
Data 29/11/96
Caderno INTERNACIONAL 14

Em Ruanda, um amargo regresso

ALFONSO ALMADA
El País

GISENYI, RUANDA — Mais de 40 quilômetros estão gravados nos pés descalços de Bernadette Dusahimana, de 35 anos, um menino de duas semanas no peito e outros dois que caminham a seu lado. Ela voltou do Zaire, após um exílio de dois anos e meio, disposta a se estabelecer de novo na comuna de Rwerere, na cidade de Gisenyi, próxima à fronteira zairense. Mas encontrou ocupadas a casa e as terras que deixou em julho de 1994, quando o triunfo dos tutsis da Frente Patriótica Ruandense levou mais de 2 milhões de hutus ao exílio. "Os vizinhos nos recebem bem, nos saúdam, mas não nos deram nada", diz Bernadette.

Depois do genocídio de mais de 800 mil tutsis e hutus moderados, há dois anos, um quarto da população ruandense, a maioria hutus, fugiu do país, temendo a vingança do novo governo tutsi. Agora, o retorno de mais de 500 mil refugiados, iniciado subitamente na sexta-feira passada, provoca novas problemas.

Em Rwerere, o prefeito e o chefe militar presidem uma concorrida assembléia de todos os responsáveis administrativos do distrito, na presença de representantes do Alto Comissariado da ONU para Refugiados. O chefe militar pede que se evite toda revanche contra os hutus recém-chegados e faz uma chamado "pela reconciliação de todos os ruandenses", mas em seguida adverte que a intenção do governo é "fazer justiça e prender todos que tiveram culpa" no genocídio de 1994.

Mas a questão mais inquietante se refere à propriedade da terra. O prefeito lembra que o governo estabeleceu com toda clareza que os retornados têm pleno amparo da lei para recuperar o que lhes pertence. Ele apela à boa vontade de todos para que evitem enfrentamentos.

Pátio — Ester Nazbonimpa chegou segunda-feira à sua casa de Rwerere e a encontrou ocupada. Passou a noite no pátio com os seis filhos. Não se atreveu a falar com os que ocupam sua casa porque voltou sem marido, perdido em algum lugar de Ruanda. "Não temos comida, nem água, nem teto", diz ela. "Se não há comida, se a casa está ocupada, se ainda não chegou a ajuda das organizações humanitárias, que podemos fazer?", pergunta.

A maioria dos casos se parece com o de Ester, por isso é insólita a história de Theoneste Ntibaheba. Parado junto à paupérrima casa de adobe junto com uma das duas mulheres e cinco filhos, Theoneste oferece um "exemplo de reconciliação". À esquerda do grupo está Mirindi Gasore, que tinha ocupado a casa. Em segundo plano, à porta da casa, a segunda mulher de Theoneste. À direita dela, sentada, a mulher de Gasore, com um filho ao peito.

Uma das mulheres de Theoneste é tutsi e fugiu para o Zaire com quatro filhos e a mãe em abril de 1994, quando começou o genocídio. Theoneste, que é hutu, seguiu os passos da primeira mulher em julho, acompanhado da segunda esposa. A sogra tutsi foi a primeira a voltar, ainda em 1994, e encontrou a casa vazia e saqueada. Em dezembro daquele ano, Mirindo Gasore, um tutsi, ocupou uma parte da casa de Theoneste com a mulher e o filho. No sábado, depois de fugir a pé do Zaire, Theoneste voltou com as duas mulheres e seis filhos. Proprietário e ocupante, um hutu e um tutsi, decidiram conviver até que o segundo possa levantar sua própria casa. "Temos que nos compreender e ajudar uns aos outros", diz Theoneste com sua voz grave.

Violência contra a Vida
(Internacional)

JORNAL DO BRASIL
Data: 16/11/96
Caderno: INTERNACIONAL Pág. 23

Maré humana na África

Mais de 700 mil refugiados caminham do Zaire de volta para Ruanda, mas ONU mantém plano de enviar força de paz à região



JORNAL DO BRASIL
Data: 16/11/96
Caderno INTERNACIONAL 23

GOMA, ZAIRE — Uma verdadeira maré humana, formada por 700 mil refugiados, deslocava-se ontem do Leste do Zaire para a vizinha Ruanda, informou na cidade de Goma o representante local do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), Ray Wilkinson. Grande parte dos refugiados é de ruandenses da etnia hutu, que haviam deixado seu país após o massacre de 800 mil pessoas, há dois anos. Agora, eles estão sendo pressionados a partir por causa dos combates entre o Exército zairense e grupos guerrilheiros da etnia tutsi que atuam na região onde haviam se estabelecido.

Segundo a Acnur, a movimentação tornou-se possivel depois que os rebeldes tutsis liberaram um corredor de cinco quilômetros, entre o campo de Mugunga, onde estavam milhares de refugiados, e a área de fronteira.

Também ontem, e apesar das informações sobre o êxodo, o Conselho de Segurança da ONU aprovou o envio da força multinacional que já vem sendo formada para, sob o comando do Canadá, socorrer os refugiados ruandenses.

A notícia do deslocamento em massa foi saudada pelo governo americano. Segundo o porta-voz da Casa Branca Mike McCurry, a movimentação dos refugiados "é encorajadora". Ainda assim, como a situação continua complicada e não se tem informação exata a respeito dos numeros, os planos de participação na força multinacional continuam mantidos.

Em Roma, a chefe da agência das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Catherine Bertini, disse estar informada da passagem de apenas dez mil pessoas pela fronteira, enquanto 75 mil estavam ali reunidas com o mesmo propósito, mas a entrada em Ruanda é demorada porque todos são submetidos a uma revista pela polícia local, pois é proibida a passagem com armas. Também Catherine Bertini considerou ser muito cedo para se dizer se esse êxodo pode afetar os planos para o deslocamento de uma força multinacional para a área. "É uma boa notícia, pois nosso interesse é o de ajudar as pessoas. Se elas, voluntariamente, decidiram voltar para Ruanda, tanto melhor, mas nós continuaremos a apoiá-las asempre que necessário", disse.

Os refugiados que agora voltam são em sua quase totalidade membros da etnia hutu, que fugiram de Ruanda em 1994, depois do genocídio da população tutsi. Muitos desses refugiados participaram do massacre e por isso temiam as penas a que seriam certamente condenados quando voltassem. Há dias, no entanto, o governo ruandense garantiu que não haveria represálias, mas, de qualquer maneira, o temor ainda existe.

O campo de Mugunga e outros das imediações do corredor em direção à fronteira estavam desertos ontem à noite, e neles só se viam ratos disputando os poucos restos deixados pelos que o abandonaram. Foram também encontrados os corpos de 28 pessoas mortas a machadadas. Alguns refugiados que concordaram em falar responsabilizaram pelos crimes os rebeldes zairenses da etnia tutsi. Outros os atribuíram a milicianos hutus.

Segundo os repórteres Christianne Amanpour e Mike Hanna, da rede de televisão CNN, os refugiados que caminham para a fronteira estão em melhores condições do que seria de esperar, pois apesar de seu estado geral de carência receberam comida e água, como parte da ajuda chegada no início da semana à cidade de Goma.

O êxodo levou ontem o governo de Ruanda a dizer, por seu representante nas Nações Unidas, que o envio da força multinacional já não é necessário, "pois o drama dos refugiados está chegando ao fim". Porta-vozes da organização, contudo, insistiram na necessidade da operação, enquanto diplomatas de vários países que dela participarão manifestaram a esperança de que o Conselho de Segurança autorize imediatamente o deslocamento da força multinacional.

JORNAL DO BRASIL
Data: 15 / JJ / 96
Caderno: INTER-NACIONAL Pág. 18

Drama domina Cúpula da Fome



Faminta, mulher desmaia ao sair de um barco que a levou de volta a Goma, de onde fugira há duas semanas

JORNAL DO BRASIL
Data: 15/11/96
Caderno: INTER-PAX. 18
NACIONAL

ARAUJO NETTO
Correspondente

ROMA — A tragédia do Zaire dominou o segundo dia da cúpula mundial sobre a alimentação, promovida pela FAO. Depois do dramático alerta lançado pela diretora-executiva do Programa Alimentar Mundial (PAM), Catherine Bertini, o vice-primeiro-ministro zairense, Mutambo Bakawa Isenda, usou seus dez minutos na tribuna para repelir as acusações (ditas e repetidas contra seu país) de principal fomentador das desordens e do conflito.

Com voz enérgica, Bakawa apresentou o Zaire, seu governo e seu povo como vítimas da presença maciça e prolongada dos refugiados ruandenses. "Os milhares de refugiados que, hoje, vivem no Leste do Zaire pertencem a Estados que não podem se eximir das suas responsabilidades, de receber de volta seus compatriotas."

Bakawa fez um apelo à comunidade internacional que está se preparando para uma intervenção humanitária no país geograficamente reconhecido como o "coração da África": "Qualquer ajuda humanitária aos refugiados do Burundi e de Ruanda deve ser depositada e distribuída nos países de origem, não em território zairense."

Apelo que, para muitos participantes e observadores da Cúpula de Roma, foi julgado uma reafirmação do propósito de impedir que a força multinacional organizada pelas Nações Unidas tenha acesso e possa cumprir sua missão em terras do Zaire. Hipótese que, se confirmada, tornaria mais alarmante o aviso feito pela diretora do PAM sobre a condenação que pesa sobre os refugiados.

"Dentro de um mês, se a força multinacional não entrar na região dos Grandes Lagos, 80 mil crianças com menos de três anos estarão condenadas a morrer de desnutrição e de doenças que se alastram entre milhares de refugiados. Nos últimos meses, pelo menos 20 mil pessoas morrem a cada semana nas terras de fronteiras do Zaire. Quarta-feira, um acordo entre rebeldes e autoridades da ONU, para proceder à distribuição de alimentos em Goma, foi desfeito por disparos de morteiros. Hoje, tentaremos recomeçar essa distribuição, pacientemente, mas com poucas esperanças," disse Catherine Bertini, que terminou a leitura de seu discurso confessando a grande frustração que ela e seus colaboradores sentem: "Sentimo-nos prontíssimos para ajudar os refugiados. Faltanos apenas o acesso à zona em que se encontram esses desesperados".

O presidente de Cuba, Fidel Castro, eleito um dos seis vice-presidentes da Cúpula de Roma, chegou ontem à noite e hoje discursará sobre os prejuízos que a Lei Helms-Burton, americana, vem causando à ilha. A reunião entre Fidel e João Paulo II, no entanto, continua um mistério. Fontes do Vaticano disseram "até o momento, Fidel não solicitou uma audiência", mas se o fizer, "as portas estarão abertas".

O GLOBO
Data 13/11/96
Caderno ___ Pág. ___

Cem líderes mundiais se reúnem em Roma para discutir o combate à fome



POLICIAIS DA BRIGADA antiterrorismo tomam posição no telhado da sede da FAO em Roma, como parte do sistema de segurança que mobiliza 12 mil pessoas

(2) O GLOBO
Data 13/ JJ /96
Caderno Pág.

Cúpula é aberta hoje pelo Papa, que poderá receber líder cubano Fidel Castro

• ROMA. Cerca de 11 mil crianças morrem de fome por dia no mundo, o que significa uma morte a cada oito segundos. É com esta situação drástica, que afeta os países do Terceiro Mundo, que a reunião de cúpula da ONU organizada pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) vai se debater a partir de hoje na capital da Itália.

A reunião contará com a participação de delegações de 173 países, entre os quais cem chefes de Estado e de Governo. Será aberta pelo Papa João Paulo II, que deve ler pessoalmente uma mensagem na sede da FAO. Falarão em seguida o presidente da Itália, Oscar Luigi Scalfaro, e o secretário-geral da ONU, Butros Ghali.

Há uma grande expectativa em torno da chegada do presidente de Cuba, Fidel Castro, e da possibilidade de este vir a se encontrar com o Papa. O porta-voz do Vaticano, Joaquín Navarro Valls, já disse em várias ocasiões que o Pontífice receberá Fidel se este pedir uma audiência.

O presidente cubano, que até ontem estava no Chile, onde participou da VI cúpula ibero-americana, pode ser eleito hoje um dos vice-presidentes da reunião, que se prolonga até domingo.

O principal objetivo da conferência, que consta da declaração política e do plano de ação que serão aprovados, é reduzir para metade, até o ano 2015, o número de famintos que existem no mundo e que hoje são calculados em 841 milhões de pessoas. Destas, pelo menos 70% são mulheres, sempre as mais afetadas pelas guerras civis e pelas catástrofes naturais. De acordo com a FAO, pelo menos 500 milhões de mulheres sofrem de anemia e de carência de ferro, o que representa graves conseqüências para os recém-nascidos.

O plano de ação a ser aprovado inclui sete compromissos que serão assumidos por todos os países participantes. Entre eles constam a garantia de criação de um ambiente político-social e econômico propício, a erradicação da pobreza; a adoção de medidas para que todos tenham acesso aos alimentos, garantindo emprego, acesso à terra, ao crédito e à água; a aplicação de políticas de desenvolvimento sustentado que incluam incentivos à produção de alimentos e medidas para combater as secas, a desertificação, as pragas e a erosão dos solos, bem como para evitar as catástrofes naturais; a utilização dos investimentos públicos e privados para aumentar as atividades ligadas à agricultura. Os Governos se comprometem a aplicar este plano de ação.

Medidas especiais foram adotadas em Roma para garantir a segurança dos seis a sete mil delegados da conferência. Cerca de 12 mil policiais e pessoal especializado foram mobilizados para proteger todos os participantes. Os policiais ocuparam posições nos pontos estratégicos da cidade, como os aeroportos de Fiumicino e Ciampino, a estação de trem de Roma, as 180 embaixadas da cidade e os 86 hotéis reservados às delegações.

As medidas de segurança causarão um certo transtorno à cidade, já que o trânsito será cortado em todas as ruas que cercam a sede da FAO, num raio de dois quilômetros. Cerca de metade dos funcionários da FAO ficarão em casa durante a reunião, para deixar disponíveis suas salas e telefones para os cerca de 1.400 jornalistas que estão fazendo a cobertura do evento. ■

1995

Vid. ficha anexa

JORNAL HOJE
Data 28 / 12 / 95
Caderno ..... Pág. 1



Na foto, os Bombeiros carregam o menor como se fosse animal

Polícia caça assassino de menor

Chocante

Entidade promete denunciar no Ministério Público uso da padiola que removeu corpo

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belford Roxo entra hoje com uma representação no Ministério Público contra o Corpo de Bombeiros, por ter carregado o corpo do menino Edvan José de Carvalho da Silva, de 5 anos – morto pelo tio em Belford Roxo anteontem – amarrado em uma padiola improvisada. A foto publicada ontem no JH chocou a população. **Página 5**

Reprodução



Edvaldo, o assassino de Edvan

JORNAL HOJE
Data 28 / 12 / 95
Caderno ..... Pág. 5



Na avaliação do presidente do Conselho dos Direitos da Criança, o cadáver do pequeno Edvan foi removido como um porco

Remoção de menino morto será denunciada à Justiça

Maria Madalena Angelo

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belford Roxo está entrando hoje com uma representação no Ministério Público contra o Corpo de Bombeiros, por terem carregado o corpo do menino Edvan José de Carvalho da Silva, de 5 anos, amarrado em uma padiola improvisada. O documento pede ainda rigor na apuração dos fatos. "Parece que estão carregando um porco. Não é possível que o Corpo de Bombeiros não tenha material", reclamou o presidente do Conselho, Sergio Marques.

A representação está baseada na foto publicada na edição de ontem do **JORNAL DE HOJE**. Por causa disto, Sergio procurou respostas na Corporação, mas segundo ele, o oficial de dia, cujo nome não soube revelar, respondeu que não há explicação. Caso seja constata a falta de recursos do Corpo de Bombeiros, Sergio informou que a o próximo passo será responsabilizar o governo do Estado pela omissão. A maioria dos militares vem a tempos reclamando da falta de condições de trabalho. Segundo um deles, não há luvas, botas e até uniformes.

Na opinião do presidente, não houve a preocupação dos Bombeiros de minimizar a dor da família que assistiu ao quadro. "O crime em si já foi um choque para a família. Enquanto o corpo estava em local de difícil acesso, até entendemos. Mas, por que não houve a mudança para algo mais decente?", perguntou Sergio, acrescentando que o transporte do corpo teria de ser feito de outro modo. Como a Justiça está em período de recesso até o dia 2 de janeiro, a representação será encaminhada ao Fórum de São João de Meriti, onde há um plantão do MP. Os avós do Maria Valdivina de Carvalho e Severino Francisco da Silva tiveram uma crise nervosa ao verem o corpo do neto ser retirado do matagal. Apesar dos apelos dos amigos e familiares eles permaneceram no local conhecido como Dique até a chegada da perícia.

A Fundação Educacional e Cultural de Belford Roxo (Fumbel) conseguiu que a Funerária São Salvador realizasse os serviços do enterro do garoto gratuitamente. O pai, o ajudante Pedreiro José Pedro da Silva, não teve condições de arcar com os custos. Até às 16 horas de ontem a criança ainda não havia sido sepultada, apesar de a funerária ter marcado com os pais às 14 horas para levar o corpo até o Cemitério Municipal de Belford Roxo.

Polícia ainda está caçando criminoso

O resultado da necrópsia realiza-

Polícia ainda está caçando criminoso

O resultado da necrópsia realizada no corpo do menino Edvan José Carvalho da Silva atestou fratura de crânio provocada por objeto contundente. Ao contrário da suspeita que foi levantado pelo delegado Nilton Gama, da 54º DP, não há sinais de violência sexual. Durante a madrugada de ontem, o cerco a Erivaldo Antonio da Silva, apontado como assassino de Edvan aumentou. O delegado já tem elementos para qualificar o crime como hediondo.

Apesar de ter esgotado ontem as buscas na casa de parentes do acusado, Nilton Gama acredita que conseguirá elucidar o caso. "Estamos aguardando as peças técnicas para pedirmos a prisão temporária de Erivaldo'', contou. "Com isto, terei 30 dias para esclarecer em que circunstâncias aconteceram os fatos''. Se o acusado aparecer terá que explicar por que chegou com a espingarda quebrada e o sumiço do cabo. São pontos que a polícia quer esclarecer para solucionar o caso.

Abalada e sem palavras, a mãe do menino, Mirian Carvalho da Silva, 20 anos, quer justiça. Em casa com as duas filhas que restaram ao casal,_ Josiane e Josineide Salvador da Silva _ 18 meses e dois meses de idade respectivamente _, disse que um dia antes do crime o marido José de Carvalho conversou e bebeu durante horas com o cunhado Erivaldo. "Não sei se conseguirei esquecer a morte brutal de meu filho. Tem um grande buraco dentro de mim. É difícil suportar'', lamentou Mirim chorando e com olhar vago.

Erivaldo, que morava ao lado da casa de Edvan, na Rua Chapoliam, 939, chegou da Paraiba pouco mais de quatro meses. Biscateiro, tinha como principal distração caçar preá com uma espingarda. Os documentos entregues pela mulher do acusado estão recolhidos na 54º DP. Na opinião do delegado, a única maneira de Erivaldo ter fugido é de carona de caminhão. Segundo a avó da criança, na Paraiba os parentes já foram avisados do crime e caso o criminoso apareça no local será capturado.

O delegado pretende ouvir hoje o depoimento da mulher de Erivaldo. Segundo familiares da vítima, ela pode estar escondendo o local onde o marido pode ser encontrado.



Mirian, mãe de Edvan (com uma das filhas no colo) disse que espera Justiça para a morte do filho

JORNAL: O DIA
Domingo, 20/8/95.



Carlos Alberto, que reside no mutirão com outras 63 famílias, denuncia ameaças de despejo

A violência na disputa por terra

Há 107 anos persiste um drama. Segundo José Cláudio Alves, a luta pela terra foi motivo de vários conflitos, principalmente entre o início do século e a década de 60, quando a falência das fazendas provocou a criação de loteamentos.

O sociólogo divide os conflitos por terras em duas fases. A primeira aconteceu no início do século, quando o fim das plantações de cana-de-açúcar transformou as fazendas de Duque de Caxias em loteamentos. Cerca de 50 anos depois, a história se repetiu em Nova Iguaçu, com o fim dos laranjais. Em ambos os casos, grileiros expulsaram à força trabalhadores que antes ocupavam as terras. Quando resistiam, os enfrentavam a fúria da polícia.

Há 22 ocupações na cidade, com os moradores ameaçados de expulsão. É o drama de 64 famílias que há cerca de três anos moram em um terreno invadido, na Rua E, Bairro da Posse. Segundo o presidente do mutirão, Carlos Alberto de Souza, 40 anos, um homem já foi à área acompanhado por dois PMs dizendo ser dono do terreno, mas os invasores decidiram permanecer à espera de que a área seja desapropriada pela prefeitura.

JORNAL DO BRASIL
Data: 07/07/95
Caderno _ Pag. _

O Real e o Legal

JBm 07-07-95 Alberto Dines

O prefeito César Maia quer proteger menores de 13 anos desacompanhados, retirando-os das ruas entre meia-noite e 4h da manhã. Mais uma vez a Constituição é invocada para defender o direito do menor a perambular pela madrugada, e não para dar-lhe casa, comida e escola quando lhe falta o lar; ou quando é utilizado pelos pais ou por um intermediário na exploração do sentimento coletivo. O espetáculo é antigo, mas se agravou por falta de providências para acabar com o uso de menores por maiores, pais ou estranhos. A inércia do poder público funcionou como incentivo a esse negócio que o Estatuto da Criança e do Adolescente consagrou como intocável.

De dia a cena deprimente faz parte da paisagem, mas à noite causa revolta ver menores, atuando sob orientação de um maior, convenientemente a distância para não ser visto, pedindo dinheiro nos cruzamentos de trânsito. Menores na rua tarde da noite não são questão social exclusiva, pois os que têm endereço também precisam da proteção da lei nos bares e nos *baixos* onde são iniciados em drogas e bebidas. Quem não sabe? Estão fora das atribuições do Juizado de Menores? Eles também são parte do problema que o Estatuto da Criança e do Adolescente tornou sagrado e cuja solução ficou mais difícil. O Estatuto é filho do mesmo equívoco que gerou a Constituição de direitos sem deveres. É preciso *desestatutizar* com urgência a responsabilidade do poder público em relação a menores, os que têm e os que não têm família, e aqueles para os quais pais não contam.

Se menor não é responsável, quem então se responsabiliza? O caminho da lei aponta os pais ou alguém no lugar deles. Ou então é o poder público que se responsabiliza pelo menor sem família. Mas o poder público não se entende. É preciso acabar com o jogo de empurra, no qual todos se esquivam. Na Grã-Bretanha, no ano passado, a Justiça comum condenou à tutela estatal, até alcançarem a maioridade, dois menores de 9 e 12 anos que mataram uma criança de 5 anos. No Brasil envolveu-se o menor, inclusive criminoso, numa aura de impunidade subentendida como direito, sob o patrocínio do Estado e de um falso paternalismo social que se recusa a ver as coisas como se apresentam. A única proteção é impedir a publicação do seu nome ou da sua fotografia. O resto pode.

O secretário de Segurança Pública, coronel Nilton Cerqueira, está provando que a confiança da sociedade na autoridade é decorrência dos governantes para agir, e não apenas verbalizar. Acaba de acertar na mosca com a ordem de prender os *flanelinhas*: provou logo que atuam como olheiros dos ladrões de automóveis nas ruas, cujo único documento que exibem são as flanelas.

A taxa de roubo caiu pela metade. De 120 casos por dia, veio para 60 logo na inauguração da medida. E já anunciou que a próxima etapa serão os ferros-velhos, onde se depenam os carros roubados. Esse é um dos problemas que pedem disposição, e o secretário de Segurança tornou público que vai prender quem oferecer proteção paga à porta dos teatros e casas noturnas de diversão, sem apresentar documentação legal. Vale o exemplo que pode servir de modelo.

O GLOBO
Data 02/07/95
Caderno ..... Pág. ....

CORPO-A- CORPO

ENTREVISTA/Márcio Mouthé, promotor

Globo 02.07.95 Alita Souza meninas

'Maus tratos levam à fuga'

Nos últimos dois anos o promotor da 2ª Vara de Menores, Márcio Mouthé, entrou com três ações civis contra o Estado. As ações se referem ao mau atendimento prestado em todas as unidades que cuidam de menores infratores. Uma das irregularidades mantidas é a internação conjunta, sem contar a idade e a gravidade do ato infracional.



O GLOBO — A que o senhor atribui um índice tão alto de reincidência entre as meninas infratoras?

MÁRCIO MOUTHÉ — À péssima qualidade do atendimento. No Santos Dumont, o ócio é total e não há respeito ao artigo 123 do estatuto, que estabelece a separação das internas de acordo com a compleição física, número de infrações e gravidade do ato infracional. Lá, todas dormem no mesmo alojamento. Não há camas, só colchonetes no chão e nem armários para que possam guardar seus pertences. É difícil entender: são apenas 26 meninas internadas atualmente. Com tão poucas, era para o Estado oferecer um atendimento de excelente qualidade e não é isso que acontece.

O GLOBO — Isso não desmoraliza o atendimento?

MOUTHÉ — Claro. Elas fogem sem ter o atendimento necessário, expondo ainda mais a sociedade a estes riscos. Elas passam pelo sistema, perdendo a possibilidade de ressocialização antes da maioridade. A Justiça aplica as medidas, as meninas cumprem, mas isso não está adiantando nada. Quando elas saem ou fogem, acabam retornando à atividade anterior.

O GLOBO — O senhor tem informações sobre o índice de evasão nas três instituições do Estado?

MOUTHÉ — Esse índice já chega a 90%. Em abril deste ano, na Escola João Luiz Alves foram internados 16 menores infratores. No mesmo mês fugiram 17. De janeiro até agora 150 meninos fugiram. Se a lei tivesse sendo cumprida, não haveria um índice tão alto.

O GLOBO — Como estão caminhando as ações na Justiça?

MOUTHÉ — Ganhamos em todas as instâncias e o Estado continua descumprindo as decisões judiciais.

Marcos André Pinto



No educandário, desejo de ser livre

O GLOBO
Data 02/07/95
Caderno ____ Pág. ____

Vivendo no mundo da fantasia

Sua docilidade, simpatia e o jeito firme e seguro de articular as palavras se destacam em meio às demais. Maria Isabela virou Maria Isabela na brincadeira da escolha dos nomes para homenagear a filha de um ano e quatro meses. Ela mesma tem apenas 15. O primeiro contato faz com que se tenha a certeza de que está ali por excesso de rigor da juíza. A história que conta, bem poderia caber em qualquer romance:

— Me apaixonei pelo pai da minha filha e os dois achamos que estava na hora de nascer Isabela. Construímos uma casa bem bonita, perto da casa da minha mãe, que também é grande e bonita. Ela nasceu e quando tudo parecia ir muito bem, me envolvi com amigos meus viciados em droga. Deixei-os entrar na minha casa, fumar, cheirar, e acabei aqui dentro. Mas logo vou sair.

A realidade: como a maioria, Maria Isabela é reincidente. Há cerca de dois anos foi levada para o Educandário por prostituição. Agora, está envolvida com um grupo ligado ao tráfico e consumo de drogas. Internada há 21 dias, só na última quarta-feira a mãe fez contato com a assistente social. Não procurou há mais tempo porque não tinha dinheiro para pagar uma ligação interurbana.

Entre a depressão e a euforia

Quatro borboletas já pousaram em Jenifer. Ela adora esses insetos por achar que trazem sorte. Por isso, tatuou no pescoço suas asas coloridas. Jenifer veio do interior do estado e esta é a sua segunda passagem pelo Santos Dumont. Motivo: envolvimento com tráfico de drogas. Tem 17 anos e desde os 12 anda solta, fugindo das garras do padrasto que a maltratou. Está internada há um mês e a mãe ainda não apareceu para visitá-la.

Cara de menina e olhar triste, Jenifer vive entre a euforia e a depressão. Assim como acredita na sorte das borboletas, na semana passada pensou em se matar. Ela deveria estar em tratamento para se livrar das drogas, mas não há vagas na rede pública. No educandário, ela aguarda audiência com o juiz, mas teme ter que voltar para casa.

— Para lá eu não quero ir. As pessoas da minha cidade são muito fofoqueiras e adoram me criticar — disse a menina.

Caminhos quase sempre sem volta

Uma tem um filho na barriga há oito meses e outra tem um filho de um ano que está sendo cuidado pela avó. As histórias de Vanessa e Madona são muito parecidas. Ambas deixaram suas casas muito cedo, fugindo da violência. Vanessa viu o pai e o irmão serem assassinados e, nos últimos sete anos, divide seu tempo entre as ruas de Copacabana e o Educandário Santos Dumont, onde já entrou 22 vezes, por roubo ou furto. Vanessa é o nome fictício que inventou, homenageando uma prima de quem gosta muito.

Pelo nome que escolheu já dá para imaginar seu desejo escondido. Madona, de 17 anos, é uma negra alta e bonita. Saiu de casa para fugir das surras do pai e também foi parar nas ruas de Copacabana onde, segundo ela, conheceu a vida do crime. Esteve na escola até a terceira série, mas não pensa em voltar a estudar. Sua única vontade atualmente é de fugir do educandário, como já fez outras vezes.

— Qualquer coisa, menos escola. Eu já gostei de estudar, agora não gosto mais. O que eu queria saber já sei: ler e a escrever — afirma Madona, que embora pense muito no filho, ainda não sabe o quer da vida.

Vid.

O GLOBO
Data 04/07/95
Caderno ..... Pág. ....

Ricardo Leoni



Policial examina flecha idêntica à que quase matou o menino Francisco

Flechada fere gravemente menino na Urca

O menino Francisco Alves dos Santos, de 12 anos, está internado em estado grave no Hospital Miguel Couto, depois de ter sido atingido por uma flecha que lhe perfurou o pulmão esquerdo, o diafragma, o fígado, o baço e o intestino. Francisco foi ferido na noite de domingo na Praça Cacilda Becker, na Urca, quando voltava com colegas de uma festa junina na Praia Vermelha, e parou por volta das 22h para assistir a uma briga. Havia cerca de 50 adolescentes na praça e de um prédio partiram as três flechas, todas com ponta de aço. Um outro rapaz, Gustavo Pimentel Maciel, de 14 anos, também ficou ferido no braço direito, mas sem gravidade.

Alguns moradores dos prédios próximos chegaram a chamar a polícia, mas quando a primeira patrulha da PM chegou a briga já terminara e Francisco e Gustavo já tinham sido socorridos e levados para o Hospital Rocha Maia, em Botafogo, de onde foram transferidos para o Miguel Couto. Um tio do garoto e outras duas testemunhas afirmam que as três flechas partiram do segundo andar de um prédio da praça, mas até a noite de ontem os policiais da 10ª DP (Botafogo) não tinham identificado o agressor.

O delegado-substituto Ricardo Franco do Nascimento trabalha com a hipótese de as flechas terem sido lançadas por um morador, que tentava dispersar os adolescentes que brigavam. O delegado apresentou uma flecha — com 45 cm, feita de material plástico e com ponta metálica. A flecha tem um desenho de um alce e as inscrições Forestville, Connecticut — provavelmente o local onde foi fabricada, nos Estados Unidos. Ela foi encontrada ontem de manhã, nas proximidades do Iate Clube.

Ao chegar ao Hospital Miguel Couto, à meia-noite, Francisco estava em estado tão grave que todos os médicos que estavam na emergência foram mobilizados para o atendimento e todo o sangue disponível foi usado durante a cirurgia.

— O ferimento atingiu cinco órgãos e tem cerca de 35 centímetros — disse Paulo Pinheiro, diretor do hospital.

Um primo de Francisco, Bruno Cerqueira Lima, de 13 anos, disse que as flechas foram disparadas do segundo andar do Edifício Nádia, quando dois garotos — conhecidos como Guilherme, da Rua Lauro Müller, e "Neném", do Leme — brigavam, em meio a cerca de 50 jovens. Segundo Bruno, logo depois que a primeira flecha foi disparada, houve correria, mas Francisco ficou parado, sendo atingido. Gustavo foi ferido depois.

O GLOBO
Data 07/07/95
Caderno ... Pág. 1-05



▲ Crianças da América Latina fazem trabalho pesado em nova foto polêmica de Oliviero Toscani para campanha publicitária da Benetton. A Justiça alemã proibiu a publicação dos anúncios.

Viol.

O GLOBO
Data 28/06/95
Caderno ____ Pág. ____

Giovani Pereira



Interno da Febem: segundo presidente, um 'campo de concentração'

Globo 28-06-95 Brasil

'Inferno' na Febem-MG

Internos andam nus e comem as próprias fezes

WALTER HUAMANY

BELO HORIZONTE — Afastados do convívio social e familiar, muitos deles há 20 anos, 180 deficientes mentais internados na Febem de Minas "vivem num inferno", conforme definição da própria diretora da fundação, Terezinha Álvares. À luz do dia, eles rasgam as roupas, andam nus, comem as próprias fezes e se autoflagelam repetidas vezes nas seis casas que compõem a Escola Paulo Campos Guimarães, no Barreiro, região Oeste da capital. Nessas casas, que têm nomes singelos como "Bem Me Quer", "Arco Íris", "Menina Flor", "Pequeno Polegar", "Pingo de Gente" e "Casa de Menino", apenas seis funcionários especializados tomam conta dos internos. Não há médicos para atender os feridos, que dependem de vagas nos hospitais públicos.

— Ninguém quer emprego aqui, pois a média salarial é de apenas R$ 100, e a extinção da Febem, em dezembro, já foi anunciada — disse Terezinha Álvares. — A escola ainda recebe alimentos e remédios, mas não consegue contratar funcionários.

Os poucos funcionários que permanecem na lavanderia, na cozinha e na coordenação das seis casas, muitos deles em desvio de função, são chamados de heróis pela diretora.

— Não temos fonoaudiólogos, médicos, psiquiatras nem enfermeiros. Algumas crianças ficam amarradas para não comer as fezes nem se sujar com elas rolando no chão — contou.

O presidente da Febem de Minas, James Eustáquio Ladeia, disse que a unidade do Barreiro é uma espécie de campo de concentração. Segundo ele, um seminário que começa hoje debaterá os problemas da instituição.

— É difícil consertar uma instituição que vai acabar em dezembro. Mas temos que tentar — disse.

Ladeia reuniu-se ontem durante 40 minutos com o governador de Minas, Eduardo Azeredo. Este também reconheceu que o modelo da Febem está falido e disse que o Governo estadual e a Prefeitura de Belo Horizonte vão assumir parte da assistência médica aos internos da Febem.

JORNAL: O GLOBO
Domingo, 21/5/95

O GLOBO
Data 21/05/95
Caderno ____ Pág. ____

Violência em casa atinge 500 mil crianças a cada ano

SIMONE BIEHLER MATEOS

SÃO PAULO — A cada ano, cerca de 500 mil crianças são vítimas de violência doméstica no Brasil. Metade delas é espancada e, em decorrência disso, 25 mil acabam mortas ou com seqüelas psicomotoras e neurológicas, às vezes permanentes. O restante é de casos de negligência e abandono (22%), tortura psicológica (11%) e abuso sexual (8%). A covardia e a violência desses episódios se evidenciam quando se constata que a metade das vítimas tem menos de 7 anos, sendo 17% menores de 2 anos. A maioria das agressões tem como autores os próprios pais, que, com freqüência, estão apenas reproduzindo os espancamentos sofridos na sua própria infância.

— A maior parte e os piores casos de violência contra crianças ocorrem no seio da família e em 70% deles os agressores são os próprios pais — diz o pediatra Hélio de Oliveira Santos, diretor do Centro de Atendimento aos Maus-Tratos na Infância (Crami) de Campinas.

Os números são resultado de projeções feitas a partir de dados coletados em dez anos de trabalho do Crami de Campinas — que acompanhou mais de três mil casos — e de outros dez centros mais recentes espalhados pelo interior do estado. De acordo com o Crami, cerca de 36 mil meninas e quatro mil meninos são violentados sexualmente por ano no Brasil e, ao contrário do que se pensa, os agressores mais freqüente são os próprios pais, vindo depois os padrastros e outros parentes próximos.

— Existe um fator cultural determinante na maior parte dos casos de abuso sexual. É o raciocínio, muitas vezes até verbalizado, de que "eu dei a vida, alimento, educo; logo, tenho o direito de iniciar sexualmente" — explica a psicóloga Dalca Chaves de Almeida, coordenadora do Núcleo de Referência às Vítimas da Violência da Clínica Psicológica da Sedes Sapientiae.

Ao contrário do que se pensa, a violência contra os filhos não é um hábito exclusivo das famílias pobres: ela se distribui quase que proporcionalmente pela pirâmide social. Segundo Santos, além das seqüelas físicas, as agressões constantes ou violentas quase sempre resultam em distúrbios psíquicos, algumas vezes permanentes:

— É comum a idéia de que um tapinha não faz mal e é bom para educar. Só que, quando esse tapa se repete 365 dias ao ano, se converte numa tortura psicológica brutal — diz Santos.

Alguns fatores parecem predispor os pais a maltratrar os filhos. Com freqüência, eles próprios, quando crianças, foram maltratados e, depois, reproduzem modelos aprendidos na infância. Cerca de 43% desses agressores apresentam distúrbios de comportamento e 12%, problemas de alcoolismo. Em menor escala, a desagregação familiar, o desemprego, a toxicomania e, raramente, distúrbios psiquiátricos também estão associados ao perfil dos pais que maltratam os filhos. Fatores sócio-econômicos, educacionais e culturais explicam 40% das agressões.

Repetição pode levar ao suicídio

Entre as alterações de comportamento mais freqüentes nas crianças agredidas estão: regressão no desenvolvimento, tiques nervosos, insônia, incontinência urinária e fecal, ansiedade, dor de cabeça ou de estômago, depressão, até casos extremos de auto-mutilação e tentativas de suicídio. Já nas vítimas de violência sexual são comuns as fobias, como o medo de estranhos, do escuro ou de sair de casa, e a perda de interesse pelo sexo oposto, no caso de adolescentes. Em crianças, muitas vezes se notam brincadeiras sexuais exageradas, que às vezes reproduzem a violência a que foram submetidas.

Quanto às seqüelas que se arrastam até a maturidade, segundo o Crami, sabe-se que a maior parte dos pacientes de consultórios psiquiátricos sofre de traumas relacionados a agressões sofridas na infância. Os problemas mais freqüentes são: dificuldades de relacionamento afetivo e sexual, insônia, emagrecimento extremo por anorexia, medo de andar só e tendências suicidas. Crianças agredidas também mostram uma maior propensão ao uso de drogas quando adultas e, no caso de abuso sexual, se acrescenta uma propensão à prostituição: um alto percentual de prostitutas foi violentada na infância. Além disso, as vítimas de abusos sexuais costumam crescer com uma preocupação distorcida com relação ao sexo, com uma grande insegurança para dominar situações de convivência social e interpessoal e com disfunções sexuais que podem chegar à incapacidade total para o orgasmo.

O GLOBO
Data 21/05/95
Caderno _____ Pág. ____



Crianças vítimas de violência doméstica: pais repetem covardia e violência a que foram submetidos na infância

O grande desafio: romper a barreira do silêncio

SÃO PAULO — Combater "o complô do silêncio" é o maior desafio dos profissionais que trabalham para acabar com casos de pais que maltratam os filhos. A experiência mostra que a maioria desses episódios só costuma vir à luz quando as conseqüências chegam à morte da vítima ou a seqüelas graves. Mesmo nesses casos, a maioria acaba camuflada no hospital sob a etiqueta de "acidentes domésticos".

— Preparar os médicos para identificar os espancamentos é fundamental. Mas devemos também preparar os professores para identificar as agressões — diz a psicóloga Dalca Chaves de Almeida, coordenadora do Núcleo de Referência das Vítimas da Violência da Clínica da Sedes Sapientiae.

O núcleo ofereceu tratamento psicológico gratuito a alguns dos casos mais graves encaminhados pelo S.O.S. Criança de São Paulo. Ao todo, foram dez crianças e adolescentes e três pais agressores que passaram pela clínica, por determinação do juiz, que às vezes impõe o tratamento como condição para restituir aos pais a guarda dos filhos. Nesses casos, conta Dalca, o primeiro passo é sensibilizar os pais para a necessidade do tratamento, que não pode ser à força.

Entre os comportamentos que podem indicar que uma criança está vivendo um problema desse tipo, a psicóloga menciona a criança que passa a se isolar, que dorme na sala ou que perde o apetite. Nada disso, porém, necessariamente é resultado de espancamentos. Cabe ao professor estar preparado para fazer a aproximação, averiguar o problema e, em caso de dúvida, procurar auxílio.

Já no caso de abuso sexual, os sinais costumam ser mais claros. É comum entre as crianças vítimas dessas agressões uma ênfase exagerada nas brincadeiras sexuais, um vocabulário sexualizado e a encenação de situações por elas vividas.

O GLOBO
Data 21/05/95
Caderno ____ Pág. ____



T., de 7 anos: vontade de voltar a viver ao lado da mãe, que, por sua vez, teme vingança do ex-marido

O. tem crises nervosas quando ouve voz da mãe

SÃO PAULO — O. tem apenas 6 anos mas exibe pelo corpo, sobretudo na cabeça, inúmeras cicatrizes. E que sua mãe costumava surrá-lo, quase sempre com pauladas na cabeça, sob a alegação de que era muito levado. Além disso, como O. urinava na cama, seus pais o puseram para dormir nos fundos da casa. Ali o encontraram as assistentes sociais do S.O.S. Criança, nu e em meio a vestígios de fezes nas paredes.

Pendurada sob a mesa da cozinha, a equipe do S.O.S. também encontrou uma cinta de couro destinada, segundo a própria mãe, aos castigos que O. pudesse merecer pelas artes que fazia. Além disso, segundo os vizinhos, o menino muitas vezes era deixado pela mãe sem alimentação ou amarrado. O pai, servidor do Hospital das Clínicas, nega ter maltratado o garoto.

Em conseqüência das surras, O. apresenta sérios problemas neurológicos, fonoaudiológicos e psicológicos. Ele treme e tem crises nervosas cada vez que ouve a voz da mãe. Agora, junto com outras 14 crianças, todas vítimas de maus-tratos, vive num abrigo do S.O.S. Criança. Ali ele está recebendo as primeiras avaliações psicológicas e médicas, enquanto aguarda uma decisão judicial sobre sua custódia. Caso o juiz determine, seus pais poderão perder o pátrio poder, o que tornaria O. disponível para adoção.

O GLOBO
Data 21/05/95
Caderno____ Pág.____

Agressões deixam seqüelas físicas e psicológicas

N., 2 anos, ficou retardado; M., de 5, emudeceu

SÃO PAULO — M. tinha 5 anos quando viu o pai espancar o irmãozinho N., de menos de 2 anos, até deixá-lo inconsciente. As surras, eventuais na casa daquele funcionário público de classe média, jamais tinham chegado a esse nível de violência. Em conseqüência da agressão, N. sofreu um trauma cerebral e ficou retardado. M. emudeceu e fechou-se completamente para o mundo. O episódio foi denunciado pelo médico que atendeu N. no pronto-socorro e os dois irmãos foram encaminhados ao S.O.S Criança e daí, por decisão judicial, para uma internação na Febem.

Foram precisos dois anos de tratamento para que M. conseguisse freqüentar a escola da Febem e recuperasse a capacidade de aprendizagem e mais um ano para que recebesse alta. Segundo a psicóloga, a etapa entre os 5 e os 8 anos é um momento delicado, onde a criança desenvolve o aspecto social da sua personalidade, precisando muito para isso dos modelos materno e paterno.

— Uma criança maltratada nessa etapa sofre uma quebra na formação da sua personalidade, perde a confiança nos seus modelos. Cabe à terapia fazê-la recuperar essa confiança e voltar a ver o adulto como estímulo ao crescimento e não como ameaça.

Os pais de M. e N. também receberam tratamento psicológico, obrigados por decisão judicial. Durante os três anos em que os filhos estiveram internados na Febem, eles os visitaram cada semana. No fim, após avaliação psicológica e por decisão judicial, recuperaram a guarda das duas crianças.

Padrasto de T. a estuprava diariamente

SÃO PAULO — Apesar de alta e esbelta, T. tem apenas 7 anos, o que não foi impedimento para que, durante semanas, o padrasto a estuprasse diariamente, cada vez que a mãe saía para trabalhar e a deixava no barraco na favela onde viviam. O irmão, de 9 anos, acabou contando tudo para a mãe, que denunciou o marido à polícia.

O agressor foi preso mas a mãe, temendo que ele seja solto e volte em busca de vingança, preferiu internar os dois filhos mais velhos num abrigo do S.O.S. Criança destinado a vítimas de violência doméstica. Há seis meses no abrigo, tristonha e cheia de saudade da mãe e do irmão, T. só sonha em voltar a morar em sua casa:

— Quero voltar com a minha mãe, mas sem o meu padrasto. Ele me machucava muito. Eu chorava, mas ele fazia aquilo comigo todo dia. Era só a minha mãe sair... — relembra a menina.

No abrigo, T. convive com C., de 11 anos, que as educadoras suspeitam que também tenha sofrido algum tipo de abuso sexual, embora esteja internada como vítima de espancamento: seus pais a surravam com fio elétrico, mangueira e cabo de vassoura, quase sempre por ela ter consumido algum alimento sem pedir autorização. A suspeita nasceu do exagerado interesse que C. demonstra por brincadeiras sexuais, num comportamento típico de crianças que sofreram este tipo de abuso e que tendem a reproduzir gestos e atos de que foram vítimas.

O GLOBO
Data 16/04/95
Caderno O PAÍS Pág. 08

Excepcional é atropelado e espancado até a morte em SP

16-04-95 cl ams

SÃO PAULO — O comerciante João Soares Barbosa, de 31 anos, dono de uma pizzaria no bairro de Itaquera, na Zona Leste da capital paulista, atropelou e espancou até a morte Márcio do Nascimento Costa, de 16 anos. Márcio era um excepcional, com idade mental de apenas oito anos. O comerciante cometeu o crime depois de surpreender o adolescente tentando arrancar o limpador de pára-brisa da Caravan pertencente à sua pizzaria.

Primeiro, João Barbosa atropelou Márcio, passando por cima de suas pernas com uma picape. Depois, com o rapaz caído, Barbosa atacou-o a socos e pontapés. Com as duas pernas já quebradas, Márcio desmaiou, foi jogado na caminhonete do comerciante e levado por ele até a mata do Parque do Carmo. Lá, foi espancado até a morte.

Ao ver o atropelamento e o espancamento posterior, o colega do rapaz Herval Jackson da Silva, de 17 anos, correu com amigos ao 103º Distrito Policial para pedir ajuda à polícia.

O delegado do distrito, João Roberto Lemos Barbaça, acredita que Márcio tenha sido também violentado sexualmente pelo comerciante. O corpo do adolescente, ao ser encontrado ontem de manhã atrás do restaurante O Beco, um dos mais movimentados da região, estava sem roupas.

— Foi um crime bárbaro. Estou quase convicto de que houve violência sexual — disse o delegado Barbaça.

O comerciante Barbosa, que não tem antecedentes criminais, nem se preocupou em fugir. Ele foi preso ontem mesmo quando saía de sua casa, na rua Diego de Figueroa, para ir para sua pizzaria, na rua Silvio Barbini, no mesmo bairro.

O crime revoltou a população local, principalmente no conjunto da Cohab José Bonifácio, onde o rapaz assassinado morava. Segundo os policiais, muitas pessoas, indignadas com o crime, pretendiam invadir a pizzaria de Barbosa e depredar o estabelecimento.

O GLOBO
Data 23/03/95
Caderno ___ Pág. ___

Cão mata bebê de 1 ano em supermercado de São Paulo

Glob 23 03 95 nians

SÃO PAULO — Um cão fila brasileiro atacou e matou ontem à tarde o menino João Marcos Eduardo Bezerra, de 1 ano, dentro do supermercado Chiadda, em São Bernardo do Campo. A mãe da criança descuidou-se e o filho foi para os fundos do supermercado onde o cão estava preso a uma corrente. Ao saber do episódio, o dono do estabelecimento, Cássio Chiada, sentiu-se mal e foi hospitalizado.

O caso foi registrado na 6ª Delegacia de Polícia de São Bernardo. Cássio Chiada foi indiciado em inquérito policial pelo crime de omissão de cautela na guarda de animais.

O fila brasileiro é um cão de forte musculatura, com altura média de 70 centímetros. A raça é muito feroz.

O GLOBO
Data 18/03/95
Caderno O PAÍS Pág. 10

Pais mantinham criança em jaula no quintal da casa

BELO HORIZONTE — A Polícia Civil de Minas libertou ontem uma criança de 1 ano e 11 meses que estava sendo mantida presa numa jaula de madeira pelos próprios pais. Leandro de Souza Santos foi levado para o hospital Odilon Behrens em estado grave e corre risco de vida. Seus pais, Gilson José dos Santos e Laura de Jesus dos Santos, foram presos em flagrante. Laura também é acusada de, há cerca de sete meses, ter matado outro filho, Israel, irmão gêmeo de Leandro.

Os maus tratos sofridos por Leandro só foram descobertos porque a polícia mandou que dois detetives fossem à casa de Gilson para intimá-lo a depor sobre a morte de Israel. Chegando lá, eles encontraram o garoto trancado num cubículo de madeira coberto por uma chapa de alumínio, armado no quintal da casa. Leandro estava sem roupas, subnutrido, apresentava marcas de violência pelo corpo e tinha febre.

— Levamos o menino imediatamente para o hospital, mas o caso dele é muito grave — disse o delegado Edson Moreira, da 5ª Delegacia de Homicídios, responsável pela apuração do caso.

Dentro da casa os detetives encontraram ainda outras três crianças, de 3, 4 e 5 anos, filhas de Laura de Jesus. Embora não estivessem presas, elas também apresentavam sinais de desnutrição e espancamento. De acordo com o delegado, as três foram encaminhadas para uma instituição pública que trata de crianças carentes em Belo Horizonte.

Edson Moreira não tem mais dúvidas de que Laura foi a responsável pela morte de Israel, em julho do ano passado. Segundo ele, o garoto — que, na época, tinha apenas 1 ano e 2 meses — foi espancado pela mãe porque se recusava a comer:

— Diante da recusa de Israel, ela começou a enfiar com força o garfo cheio de comida na boca da criança. Em seguida, jogou o garoto contra a parede. O alimento deve ter parado na garganta e provocado sua morte — disse o delegado, acrescentando que não prendeu Laura porque, na ocasião, não tinha provas contra ela.

violência / crianças / Adol

O GLOBO
Data 04/03/95
Caderno ..... Pág. ___

Bolo com veneno de rato causa morte de menino

Rio 04-03-95

crianças

Um bolo envenenado provocou a morte de Tiago Ferreira Benedito, de 9 anos, e a intoxicação de seus três irmãos. O menino morreu ontem na clínica Pronil, em Nova Iguaçu, onde estava em coma profundo há oito dias, internado logo após comer o pedaço maior do bolo. A polícia constatou que o alimento, comprado no supermercado Novo Mundo, em Belfort Roxo, tinha veneno de rato. Segundo o pai das crianças, o pastor Mariano Ferreira Benedito, Tiago passou mal na quarta-feira antes do carnaval e foi internado no mesmo dia. Na mesma noite, seus irmãos Samuel, de 14 anos, Eliel, de 11, e Manuel, de 13, também foram internados com intoxicação.

O GLOBO
Data 18/02/95
Caderno ____ Pág. ____

Papa condena a matança de menores

Glob 18-02-95 inaes

CIDADE DO VATICANO — O Papa João Paulo II condenou ontem, no Vaticano, o extermínio de meninos de rua no Brasil. A crítica foi feita durante reunião com bispos brasileiros, que foram recebidos em audiência coletiva e apresentaram informações sobre a situação de suas dioceses. De acordo com o Papa, o assassinato de meninos de rua é o último estágio de um problema maior, de raízes sociais, que impede crianças de terem educação básica e uma vida digna.

A reunião dos bispos com o Papa acontece a cada cinco anos. João Paulo II criticou outros problemas, como a violência, a difusão das drogas, os divórcios, as uniões irregulares, os anticoncepcionais, a esterilização, o aborto e a delinqüência juvenil.

O GLOBO
Data 06/02/95
Caderno O PAÍS Pág. 05

Pai envenena as 4 filhas, mata uma e tenta o suicídio

RECIFE — Depois de envenenar as quatro filhas menores com cianeto de potássio misturado no café, o engenheiro desempregado Aloísio Vieira, de 35 anos, tentou cometer suicídio tomando o veneno com suco de laranja. A caçula Raquel, de 10 anos, morreu pouco depois de tomar o café. O pai e as outras três filhas estão em coma em UTIs de três hospitais de Recife. A mãe, Consuelo, foi a única a se salvar porque, alegando falta de apetite, não tomou café nem quis o suco preparado pelo marido.

A tragédia aconteceu no fim da manhã de sábado no bairro da Iputinga, onde a família mora. A princípio, a polícia chegou a suspeitar da culpa de Consuelo porque ela, além de escapar do envenenamento, admitiu que tinha medicado as crianças com um purgante contra vermes. Mas, ao chegar à casa das vítimas, o delegado Antônio Novaes achou um frasco de veneno no lixo. Era o cianeto de potássio.

Nas investigações, a Polícia já descobriu que Aloísio tinha fases de forte depressão e ano passado também tentara o suicídio. Em casa e com amigos ameaçava sempre se matar e levar com ele toda a família. No dia do crime Aloísio foi com as filhas e a mulher comprar material de trabalho para ela (Consuelo é artista plástica). Escondido dela e das crianças, ele comprou o cianeto de potássio numa loja de produtos farmacêuticos.

— A mulher e as filhas ficaram no carro enquanto ele foi comprar — disse o delegado.

Os médicos dizem que Aloísio, Rita, de 12 anos, Rebeca, de 11 anos, e Renata, de 13 anos, tiveram paradas cardíacas. Os quatro estão internados nos hospitais da Restauração, Barão de Lucena e Getúlio Vargas.

Mãe atribuiu sintomas a efeito de remédio

RECIFE — Desesperada, a artista plástica Consuelo Valença disse ontem que, ao levar as quatro filhas às pressas para o hospital, achava que elas estavam passando mal por causa do remédio para vermes.

— Não sabia que ele tinha comprado veneno. Sei que ele foi na Medical comprar outras coisas. Só comecei a estranhar quando ele, que não tomou nenhum remédio, começou a ter a mesma reação das crianças, dilatando as pupilas e tendo convulsões — contou Consuelo.

Ao depor na polícia, ela confirmou que há cerca de um mês o marido tinha sugerido que a família morresse unida. Consuelo disse ainda que, ano passado, o marido tentara o suicídio tomando grande quantidade de comprimidos.

O médico Tadeu Bezerra Cavalcante, do Hospital da Restauração, disse ontem que o estado de saúde de Aloísio é gravíssimo, assim como o das outras três crianças, que estão em coma, respirando com a ajuda de aparelhos. Na Rua Comendador Alves de Carvalho, na Iputinga, ninguém quer comentar a tragédia.

JORNAL DO BRASIL
Data: 04/02/95
Caderno ___ Pág. ___

Pai mata as duas filhas e se suicida

Folha
22.01.95

SÃO PAULO — O empresário paulistano Sebastião Rodrigues de Farias, 45 anos, matou a tiros suas duas filhas — as gêmeas Stefani e Isabele, de 7 anos — e depois se suicidou, de manhã na garagem do prédio onde morava, um um condomínio de classe média-alta, em Moema, Zona Sul de São Paulo. A tragédia ocorreu por volta das 8h, quando Sebastião, dono de uma indústria de filtros para automóveis, saia de casa para levar as meni nas na escola, como fazia todas as manhãs.

Ao chegar à garagem, Sebastião chamou pelo interfone a empregada Luciene Maria da Silva e pediu que ela descesse para pegar alguns objetos. Ela pegou a correspondência, tomou o elevador e ouviu tiros. O empresário disparou com seu revólver contra as duas garotas, acertando dois tiros em cada uma na região do coração. Em seguida atirou duas vezes contra o próprio peito. Stefani morreu no local e Isabele ainda foi levada para o Hospital do Servidor Público, mas não resistiu aos ferimentos e morreu. No local da tragédia havia uma carta e um bilhete, manuscritos nos quais Sebastião detalha os motivos do duplo assassinato e suicídio. Explicou que havia problemas de relação com a mulher, Joy Delber de Farias, de quem estava se separando e contou que não tinha mais ânimo para viver.

Carta — Num dos trechos da carta, em tom dramático, escreveu: "Eu jamais deixaria minhas filhas crescerem com você". Joy havia saído de casa pela manhã e, ao saber da tragédia, teve sucessivas crises de nervos e foi internada. Stefani e Isabele eram as únicas filhas do casal, que não vivia bem havia tempo. "Os problemas entre os dois são a única explicação. Ele era uma excelente pessoa, morava há tempos no prédio e todos os moradores gostavam dele", disse o delegado Eduardo de Camargo Lima, do 27º DP. A polícia começa a ouvir as testemunhas.

Vio-
lên-
cia
Pasta
Nº
3

CEDIM

Violência
(pasta nº 3)

- Crianças e Adolescentes

- Contra a Vida
- Cultural

- Idosos
- Militar
- Politica
- Prostituicão
- Resenhas
- Sequestros

-

- Tráfego
- Trafico de Drogas
- Urbana

Contra Crianças e Adolescentes

1996

Vrd. contra Criança.

JORNAL HOJE
Data 3 / 5 / 96
Caderno ____ Pág. 5

Médico acusado de corrupção e abuso sexual

BELO HORIZONTE - O médico José Celso Garcia de Araújo, de 41 anos, foi preso quarta-feira, em Belo Horizonte, acusado de corrupção e abuso sexual contra menores. Segundo a Polícia Militar, o médico, solteiro, mantinha em sua casa, na Zona Norte da cidade, os meninos C.A.L.C., de 11 anos; W.G.S., de 16, e L.E.P., de 12. Os três confirmaram que Araújo pagava-lhes R$ 15,00 para que permitissem "a prática de atos libidinosos".

Na casa do médico, invadida pelos policiais, foram encontrados um cachimbo para fumar crack e diversas fotos pornográficas. Araújo defendeu-se de todas as acusações. Ele disse que os menores moravam em sua casa com o consentimento dos pais. "Eles cuidavam das coisas para mim, molhavam o jardim, tratavam dos cachorros e dos porquinhos da Índia", afirmou.

Vod. contra Crianças

JORNAL DO BRASIL
Data: 30/04/96
Caderno CIDADE Pg. 23

Menores executados são identificados

■ Detetive investiga assassinato de dois jovens que viviam nas ruas de Botafogo

MARCELO MOREIRA

Enquanto os olhos do mundo se voltavam para o salão do II Tribunal do Júri, onde se julgava um dos acusados da chacina da Candelária, fora dele, um policial solitário se empenhava para resolver outro caso de menores assassinados no Rio. Longe dos olhos de entidades de defesa dos direitos humanos e da atenção da população, o detetive Jamil Warwar, da Divisão de Defesa da Vida, conseguiu descobrir a identidade dos dois menores mortos a tiros na última terça-feira na Estrada Novo Mundo, no alto do Morro de Dona Marta.

Robson Guerreiro Bittencourt, 16 anos, e Isaias Teixeira Rosa, 17, também eram meninos de rua, como os da Candelária. Viviam perambulando pelas ruas de Botafogo e sobreviviam tomando conta de carros que estacionavam no bairro. O detetive, que começou a investigar o caso na última quarta-feira, ainda não sabe o motivo e nem quem são os autores do crime. Ao contrário da chacina da Candelária, quando a polícia se mobilizou e conseguiu prender os acusados dias depois do crime, o caso dos meninos mortos de Botafogo só conta com o esforço de um policial para que se prendam os assassinos.

"Ainda é cedo para falar alguma coisa, mas pelo que consegui apurar, eles praticavam pequenos furtos em Botafogo e podem ter sido mortos a mando de uma de suas vítimas ou por ela própria", arrisca o detetive, conhecido por ter, em mais de 30 anos de polícia, se especializado em montar quebra-cabeças como este. "Temos que checar todas as possibilidades e ir eliminando hipóteses até que se chegue ao criminoso", ensina Warwar.

Hoje, as famílias das vítimas, que moram em Belford Roxo e em uma das favela na região da Maré, próxima à Linha Vermelha, começam a ser ouvidas. A partir do depoimento de amigos e parentes, o detetive Jamil Warwar espera encontrar alguém que tenha visto o momento em que eles foram seqüestrados ou que saiba se eles vinham sendo ameaçados. Mesmo que os criminosos não sejam descobertos, a polícia já podem comemorar uma vitória. O caso dos jovens mortos em Botafogo não está entre os 30% das mortes ocorridas no Rio onde as vítimas sequer são identificadas.

Os dois rapazes foram assassinados a tiros de escopeta na manhã de terça-feira da semana passada. Seus corpos foram deixados em um matagal perto da Favela Santa Marta e os peritos levaram mais de 30 horas para examinar o local do crime. A proximidade das mortes com o início do julgamento fez com que representantes de organizações não governamentais se interessassem pelo caso.

A artista plástica Ivone Bezerra de Melo, diretora da ONG *Se essa rua fosse minha* acompanhou todo o trabalho da polícia e exigiu que os responsáveis fossem descobertos. Dois dias depois do ocorrido, a atriz Sônia Braga distribuiu camisetas com a matéria do **JORNAL DO BRASIL** estampada na frente e fez campanha para que o extermínio de menores no Rio tivesse um fim. Nos últimos 12 meses, segundos dados oficiais do Juizado de Menores, 1,3 mil crianças e adolescentes foram mortas na cidade.

Vid. Criança/Adol.

O GLOBO
Data 28/04/96
Caderno Rio. Pág. 23

Para diagnosticar o mal, é preciso estar sempre atento

28-04-96 D.H.

O abuso sexual não costuma deixar lesões físicas fáceis de serem observadas

• Para o psiquiatra infantil Christian Gauderer, que tem vários trabalhos sobre o assunto, o abuso sexual em crianças ocorre com uma freqüência muito maior do que se imagina. Com a experiência que traz dos atendimentos que faz em sua clínica, na Zona Sul do Rio de Janeiro, ele lembra que o tema traz dois tabus: o sexo e a sexualidade da criança.

— O crime acontece e, na maioria das vezes, nossa reação se limita a um "por que é que alguém não faz alguma coisa"? Para complicar, este é um fenômeno de difícil detecção, pois muitas vezes não costuma deixar lesões físicas, além de gerar uma conspiração de silêncio em torno da criança. Se o agressor estiver fora da casa, as famílias colaboram mais com o médico, mas mesmo assim é sempre um clima de mal-estar emocional muito grande. Mas quando ele pertence à família (geralmente um irmão ou o padrasto), os outros membros preferem se calar, por vergonha ou medo.

Gauderer lembra que o profissional que atende uma vítima de abuso sexual não pode adotar uma postura de negação ou minimização do problema. É preciso estar atento: qualquer sinal, sintoma, comportamento ou outra manifestação pode sugerir abuso sexual. Ele fala ainda da importância de se realizar testes diagnósticos para constatar a existência de esperma, levando em conta que esta é uma prova legal:

—A colheita de história, assim como o exame físico, devem ser adequadamente documentados, pois têm importância legal-jurídica, ou seja, o profissional deve ter em mente que a sua avaliação e diagnóstico poderão vir a ser contestados frente a um tribunal. É preciso ter coragem de adotar medidas enérgicas contundentes, mesmo frente a ameaças diretas ou indiretas. O Juizado de Menores, a Assistência Social ou a força policial devem ser convocados quando a segurança da criança está em risco — conclui Gauderer.

Pol. Públicas / Assist.

O GLOBO
Data 28/04/96
Caderno ... Pág. 19

Nas escolas como nas ruas: menores sem assistência

pg 19 // 28-04-96 D.H. manus

De pincel a fogões, falta de tudo nas casas de recuperação

Nelito Fernandes

• Márcia, de 16 anos, chegou ao Educandário Santos Dumont, único do estado para recuperação de meninas infratoras, na semana passada. Negra como a maioria das 21 meninas que estão lá, ela tem o olhar assustado e triste. Junta as mãos entre as pernas, dá um sorriso que faz sobressair ainda mais as bochechas e diz:

— Matei meu pai com um tiro na testa. Por isso estou aqui.

A ruiva Andréa, de 15 anos, destoa das outras meninas pela aparência. Filha de classe média alta, ela começou a vender drogas aos 11 anos. No mês passado foi presa pela terceira vez, com um carro roubado.

— Guindei (puxei) a mulher pelos cabelos, dei na cara dela e mandei ralar (sair). Agora estou presa, mas vou me recuperar. Aqui é o inferno, mas é a porta para o céu.

Se dependerem dos institutos de recuperação de menores, as duas dificilmente serão ressocializadas. Os cursos técnicos não funcionam, há escassez de material, os salários estão atrasados e não há ensino regular de Primeiro Grau, por falta de professores. O estado não tem verba nem previsão de quando terá. Recuperação nestes centros é uma palavra tão fictícia quanto os nomes de Andréa e Márcia.

O Santos Dumont deveria oferecer quatro cursos: corte e costura, cabeleireiro, culinária e terapia. Três das quatro antigas máquinas de costura estão quebradas. As 18 alunas do curso de cabeleireiro têm de dividir um único secador de cabelo, que de vez em quando explode, em curto circuito. Escova de dente velha vira escova de unha. Há três anos a escola espera por uma telha, para tapar o buraco no pátio. Para conseguir comprar o pouco material que têm, as garotas pintam o cabelo dos funcionários e, em troca, recebem esmaltes. O diretor, Newton de Souza, está afastado, acusado de ter espancado seis internas.

O Padre Severino tem uma fábrica de vassouras e outra de vime paradas. Os 195 garotos estão acomodados em más condições desde que a escola foi destruída, há dois anos. O novo centro custou R$ 314 mil, já está pronto há 20 dias mas não funciona: espera apenas a presença do governador para ser inaugurado.

Na Escola João Luis Alves somente dois dos oito cursos profissionalizantes funcionam. Os meninos aprendem mecânica num Aerowillis fabricado em 1962. Em nehum dos três institutos há cursos regulares de Primeiro Grau: falta professor.

Os funcionários dos institutos estão em greve porque os salários atrasam sempre. Nos Criams faltam agentes: em Santa Cruz só dois trabalhavam na semana passada. Na Penha, o cardápio era arroz e feijão.

Como o quadro da educação para menores é negro, o resultado é previsível. No ano passado, dos 509 adolescentes recolhidos, 300 ganharam as ruas.

O descaso com os menores custa caro aos cofres públicos. O promotor Márcio Mouthé impretou ação contra o estado. Por não oferecer condições aos menores, o estado tem que pagar multa diária de 100 Uferjs. A cada quatro meses, engorda R$ 4 milhões.

— Não existe ressocialização. A sensação que tenho é que nestas condições o nosso trabalho não dá em nada — diz.

O juiz da 2' Vara, Geraldo Prado, vai propor na semana que vem numa reunião na secretaria municipal de Desenvolvimento Social que o município revitalize os 22 Criams, administrados pelo estado. A solução definitiva, para o juiz, seria a construção dos dez Centros de Atendimento Intensivos (CAIs), que descentralizariam o atendimento.

A responsabilidade pelo menor passou da União para o estado em 93. O governo federal repassaria os recursos, que seriam administrados pelo estado. A construção dos CAIs estava prevista. Segundo o subsecretário-adjunto da Justiça, Carlos Alberto Lopes, o convênio terminou em dezembro e até agora não foi aditado. Por isso, não há dinheiro.

— Estamos raspando até o fundo do tacho. Gostaríamos de cumprir o estatuto, mas não há recursos.

O estado precisa de R$ 12 milhões. Os CAIs custariam, segundo a secretaria de Justiça, R$ 4, 5 milhões. A União promete aditar o contrato ainda este mês.

— Se temos dificuldade até para comprar a comida e pagar aos funcionários, como vamos oferecer os cursos profissionalizantes? — perguntou Lopes. ■

vol - Direitos Crianças/Adol

O GLOBO
Data 28/04/96
Caderno RIO Pág. 23

O drama dos jovens sob o teto do inimigo

Em 90% dos casos, o agressor é da própria família e não é denunciado

Amelia Gonzalez

• Encolhida no sofá da sala, ela puxou a coberta, conformada. Queria mesmo era ter ido ao aeroporto com a tia, buscar um parente afastado. Não pelo parente, que nem conhecia, mas pelo passeio. Só que o dinheiro não dava para pagar três passagens. Foi a irmã mais nova, ela ficou. Paciência. O sol tinha acabado de nascer e fazia um pouco de frio. Absorta em seus pensamentos, F. nem percebeu que o tio, um homem mais velho, dos seus 50 e tantos anos, acordou, chegou perto e sentou na beira do sofá. Pediu que ela pusesse a cabeça no seu colo, começou a fazer carinho e, sem mais nem menos, passou as mãos entre as suas pernas:

— Gritei com ele, mandei tirar as mãos, mas ele não parou e começou a fazer mais, mais e mais. Consegui me desvencilhar e fui correndo pro banheiro. Antes de eu trancar a porta ele entrou, tornou a me agarrar, me beijou à força. Eu já tava chorando, mas ele continuou. Depois, disse que se eu falasse uma palavra pra minha tia, ele me expulsava de casa.

O relato de F., uma adolescente de 15 anos, grávida de cinco meses, interna do Centro de Atendimento Integrado Bernard Kaden, em Santa Cruz, começa a ficar confuso nesse ponto. Ela conta um caminho tortuoso, que aos poucos a equipe do Centro tenta costurar para chegar à realidade que F. tenta esconder de si própria: o filho que carrega na barriga, e que ela tem intenção de dar quando nascer, é fruto de uma relação incestuosa com o tio.

Assim como tantas outras crianças, ela faz parte de uma cruel estatística com a qual médicos e especialistas vêm se defrontando e aprendendo a lidar cada vez mais: a de meninos e meninas vítimas de abusos sexuais. Quase 90% das vezes, dentro da própria casa, como explica Luciano Abreu de Miranda Pinto, chefe do ambulatório de pediatria do Hospital Pedro Ernesto:

— Quando o parente é que comete o abuso, o que é a maioria dos casos que atendemos aqui no hospital, nós classificamos o crime de intra-familiar. Em geral, a criança é trazida pela mãe, que sabe do que aconteceu mas apresenta como queixa uma febre, dor de barriga, qualquer outra coisa. Tem vergonha ou medo de dizer a verdade, mas quer que algum médico veja a menina ou o menino. Aos poucos vai-se percebendo que é uma criança muito arredia, que não se deixa ser tocada, fica grudada à mãe, parece ter medo de tudo. A partir destes sinais e de uma série de entrevistas concluímos o diagnóstico de abuso sexual — conta.

Médicos não aprendem a diagnosticar o abuso

As medidas adotadas até chegar ao diagnóstico e depois dele, no entanto, Luciano aprendeu na prática, com a própria experiência de atendimento em hospitais públicos, já que não trouxe da universidade onde estudou nenhum conhecimento teórico para enfrentar este tipo de caso.

— É impressionante. Parece que só agora é que os profissionais começaram a querer enxergar esse problema que, afinal de contas, existe há muito tempo. Acho que os médicos deveriam ser preparados para lidar com isso desde a faculdade. Vivemos num país que não assiste suas crianças como deveria, e todos nós sabemos disso — diz ele.

Diagnóstico pronto, criança tratada. A partir daí, começa o maior problema dos profissionais que lidam com esse tipo de paciente. Segundo a assistente social Claudia Domingues Guimarães, que ajuda Luciano e mais dois médicos na tarefa de assistir as crianças abusadas sexualmente que chegam ao hospital Pedro Ernesto, se elas voltam para casa têm chance de morrer. Ou, pior, continuar sendo vítima, nas mãos

O GLOBO
Data 28/04/96
Caderno RIO Pág. 23

do abusador que, quase sempre, é aquele que garante a sobrevivência da família:

— Ficamos, na maioria das vezes, sem saber o que fazer com elas. No hospital, não podem ficar. Precisamos ter tempo para procurar uma família substituta ou mandá-la de imediato para uma instituição. Só que, como todos nós sabemos, instituição de menores é uma coisa que não funciona. Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, teríamos que contar com casas chamadas de abrigos emergenciais. Mas isso ficou só no papel — comenta Claudia.

Para o promotor Márcio Mouthé, da 1ª Vara de Menores, falta mesmo é informação. Poucos conhecem, por exemplo, o Artigo 130 do Estatuto, uma medida cautelar que permite ao Juizado de Menores retirar o abusador da casa da vítima. É uma medida que preserva a criança e pode ser requerida por qualquer pessoa, desde que procure a Justiça. É só ligar para o telefone de plantão do Juizado, lembra Marcio.

Problemas também na hora de procurar a Justiça

No entanto, também para pedir o apoio da Justiça existem problemas. É que qualquer providência só pode ser tomada se a pessoa ofendida, no caso a criança vítima de abuso, demonstrar vontade. Mas, o que fazer com o medo, a ameaça, a falta de perspectiva de vida? Para muitas, a única saída é fugir de casa. Como conta a jovem M., com um filho de cinco meses, internada no Centro:

— Minha mãe morreu lá no Norte, onde morávamos com ela, meu padrasto, onze irmãos e eu. Sem dinheiro para manter a gente, ele mandou cada um pra um lugar. Eu vim para o Rio, morar com uma tia. Mas desde o início comecei a perceber que o marido dela me olhava com olho grande. Não foi bom. De vez em quando chegava perto de mim, passava a mão, fazia convites. Contei para a minha tia, mas ela pedia para eu ir levando, que não dava para se separar dele. Fugi três vezes, mas em todas elas tive que voltar porque a diretora do meu colégio conseguia me achar. Até que meu primo, o filho do meu tio, e eu começamos a namorar escondido. Me entreguei para ele. Não estava apaixonada, não pensava em casar com ele, muito menos em ter um filho. Tanto, que queria mesmo que ele nem soubesse disso. — conta.

M. estuda a quinta série aos 15 anos. Pensa em continuar estudando, mas não sabe o que vai ser dela e de seu filho:

— Não sei. Acho que vou ter que resolver ainda várias coisas na minha vida para depois pensar em futuro — diz.

Mas este não é um problema só de M., considera o pediatra e presidente da Fundação para a Infância e Adolescência, Lauro Monteiro Filho. O futuro das vítimas infantis de abusos sexuais é também, em parte, da responsabilidade do estado e da sociedade:

— O abuso é praticado, 90% das vezes, por alguém que a criança conhece, ama e confia. E na grande maioria das vezes há também a conivência da mãe, pois o homem tem o poder econômico. Sem ele não há como sobreviver em casa. Por isso é preciso tratar a família, dar a ela uma cesta básica. Quando cai nas mãos do estado, de uma instituição, essa criança já está maltratada. E onde vamos botar uma menina que foi abusada pelo próprio pai? Para casa não pode voltar, é chamada de prostituta, maltratada muitas vezes pelo próprio abusador. Por isso digo que a prevenção tem que ser feita com a família. — diz Lauro Monteiro.

O presidente da FIA, acostumado a lidar com esses casos no dia-a-dia, lembra ainda que essas meninas e esses meninos podem colaborar, no futuro, para aumentar outro triste quadro de abandono da infância: a prostituição infantil. ■

Viol. Criança / Adolescente

O GLOBO
Data 18/04/96
Página 4

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

Obs: m^t importante

O lado escuro

Ref 4 II 18-04-96 D.H. mauro/gustavo

• Glorinha, 34, tem um metro e meio de altura e um tigre dentro do corpo. Aos 12 anos, virgem, foi vendida para o Japão por uma cafetina do Rio de Janeiro. Entrou com documentos falsos, foi revendida a um técnico em siderurgia, viveu lá três anos, teve gêmeos, voltou para o Brasil quando o dono foi mandado trabalhar em Vitória. Preferiu prostituir-se a continuar com o japonês. Perdeu os gêmeos. Teve mais seis filhos.

Em 1986 foram assassinadas em Vitória 180 mulheres, a maioria prostitutas, e ninguém foi preso ou condenado. Para se defender, Glorinha organizou a Associação Damas da Noite. Quatro anos mais tarde, criou o Sindicato das Minorias Sexualmente Discriminadas do Espírito Santo, que tem hoje 6.800 associados, o único do Brasil a ter registro no Ministério do Trabalho.

Esse nome politicamente correto foi-lhes imposto, porque o que queriam mesmo era se chamarem Sindicato das Putas, Lésbicas e Travestis.

É raro encontrar-se, no Brasil, uma prostituta que tenha curso secundário e saiba inglês, como Glorinha, que aprendeu a língua no Japão e continuou a estudar quando voltou. Mais raro ainda, que a prostituta tenha sentimento de classe, raiva bastante para organizá-la e inteligência para entrar em contato com outros grupos de mulheres, aqui e no exterior.

No ano passado, Glorinha participou da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mulheres, em Beijing, onde foi parar graças às contribuições de suas colegas e das associações de prostitutas da Europa e dos Estados Unidos.

Glorinha está em Brasília, com a colega Maria de Lurdes Barreto, organizadora das mulheres da zona de Belém do Pará, participando do Seminário Contra a Exploração Sexual da Infância e Adolescência, que termina amanhã.

Veio com uma missão específica: denunciar o rapto de mulheres, que são embarcadas em porões de navios para servir aos tripulantes e, por vezes, levadas para portos longínquos, onde são abandonadas. Conta:

— Em Vitória, nós só temos o apoio de uma delegada, uma juíza e do prefeito Paulo Hartung. O Governo do estado não se interessa. Este ano, já conseguimos impedir a partida de um navio que levava oito mulheres, sendo duas menores. Elas foram desembarcadas, mas não aconteceu nada com o capitão ou com a tripulação. Nem a polícia, nem a Justiça, nem mesmo a Capitania dos Portos preocupam-se com este tipo de crime.

Desde janeiro já assassinaram 12 mulheres da nossa categoria e o assunto é tratado como se fôssemos bichos. Conseguimos prender um assassino, um lavador de carros que já tinha assassinado outra mulher, mas o juiz estipulou uma fiança de três mil reais, ele pagou e agora está na rua.

As histórias de Lurdes são parecidas. Alta, forte, velha, ainda vive na zona de Belém. Orgulha-se de ter sido a primeira mulher a entrar no garimpo de Serra Pelada, ao tempo em que lá eram proibidas cachaça e mulher.

O GLOBO
Data 18/04/96
Caderno O País Pág. 21

Diz que, em Belém, há meninas de 11 anos que transam com seis homens por noite. Nos garimpos, quase todas as prostitutas são menores de idade. "Garimpeiro quer carne fresca. Mulher de mais de 20 anos eles mandam embora", informa.

O seminário foi aberto pelo governador Cristóvam Buarque, que faz do atendimento à infância a viga mestra do seu Governo, com a presença da dra. Ruth Cardoso, do ministro Nelson Jobim, da senadora Benedita da Silva, das deputadas Rita Camata e Marta Suplicy. Até LilibetPalme, viúva do primeiro-ministro da Suécia, Olaf Palme, estava presente, como coordenadora do encontro mundial que se realizará em Estocolmo. Marilu Guimarães deputada pelo PFL de Mato Grosso do Sul e criadora da CPI do Menor, disse:

— Já tomamos o depoimento de mais de 400 pessoas, recebemos denúnicas do Brasil inteiro, temos diagnósticos minuciosos sobre a situação das crianças de rua da maioria das cidades grandes, sabemos da exploração sexual de meninas e meninos e, em muitos casos, sabemos até quem são os principais exploradores. Durante uma sessão da CPI chegamos a dar voz de prisão a um tal de Buda, um dos maiores e mais cínicos traficantes do Rio Grande do Sul. ele ficou preso três horas, chamou o seu advogado e foi-se embora, rindo da nossa cara. Fizemos um relatório completo, apresentamos sugestões ao Ministério da Justiça e demos início a projetos de lei. Depois deste seminário, iremos ao encontro mundial de Estocolmo e, passado este evento, não temos mais desculpas para ficarmos só em estudos. Temos de ter ações concretas.

Temos de mobilizar a vontade política de governantes, legisladores, magistrados, policiais. Precisamos de uma cruzada suprapartidária. Criança prostituída não tem partido. Não dá mais para tratarmos um problema deste tamanho só na conversa.

Um número impressionante de pessoas e instituições já deixaram de conversa e passaram à ação, no Brasil inteiro. Por vezes têm ajuda oficial, por vezes não a têm. Mas não ficam mais parados. Alguns têm um trabalho nascido das próprias comunidades.

Outros têm base religiosa, geralmente católica ou protestante, mas há também os ligados a terreiros de candomblé e de umbanda. Há iniciativas governamentais. Todos conseguem melhorar a vida dos menores.

Na sessão da tarde muitos grupos mostraram e debateram as suas experiências. Formam um comovedor tecido de solidariedade. É o lado da luz, neste túnel de desesperança. Amanhã veremos.

Vid / Crian Ado

O GLOBO
Data 29/03/96
Caderno ____ Pág. ____

Adolescente é baleado, favelados fecham avenida e tumultuam o trânsito em Niterói



EM MEIO À FUMAÇA, um policial usa a vassoura para limpar a Alameda São Boa Ventura, que fora fechada por protestos de moradores de duas favelas

Moradores acusam policiais e as armas são apreendidas para exame de balística

Nelito Fernandes

• A família do adolescente Rubinei Leôncio de Figueiredo Júnior, de 14 anos, viveu ontem o seu dia de cão. Morador da Favela Vila Ipiranga, no Fonseca, Rubunei estava chegando da escola quando foi atingido na cabeça por uma bala que, segundo testemunhas, foi disparada por policiais civis que teriam entrado na favela atirando. Eram 11h45m. Meia hora depois, a favela explodiu em revolta. Dezenas de moradores atearam fogo a pneus, empurraram latões e fecharam a Alameda São Boa Ventura, em protesto.

Em outro ponto da mesma alameda, moradores da Favela Lagoinha fecharam as pistas para protestar contra a morte de um traficante. O dia de cão particular dos Figueiredo virou um inferno coletivo, com três horas de pânico e engarrafamento numa das principais avenidas de Niterói.

Policiais do 12º Batalhão tentavam acalmar os ânimos, mas só conseguiam deixar os moradores mais irritados. Comerciantes fecharam as portas das lojas e motoristas deram meia volta. No retorno, acabaram encontrando a outra confusão. Rubinei entrou em coma e está internado em estado grave no Hospital Universitário Antônio Pedro. Segundo o chefe da equipe, Roberto Carlos de Brito, são pequenas as chances de ele sobreviver.

— Meu filho foi atingido pelas balas de um assassino — disse a mãe do garoto, Isabela Maria Costa, enquanto segurava um caderno ensangüentado do filho.

Isabela ouviu os disparos e saiu para ver o que tinha acontecido. Chegou ao local conhecido como Largo, a poucos metros de seu barraco, e viu o filho caído. Segundo parentes, a polícia não

O GLOBO
Data 22/09/96
Caderno _____ Pág. ____

deixou a mãe socorrer o garoto.

— Um PM apontou uma metralhadora para ela e disse que ia estourar seus miolos. Ela desmaiou — disse uma tia do rapaz.

Rubinei é filho de um cabo da PM já falecido e fazia biscate como carregador num supermercado. Ontem, ele assistira às aulas de Geografia e História no Colégio José Bonifácio e voltava para casa antes de começar a trabalhar. Os 15 policiais que participaram da operação são da Metropol 12. Esta foi a primeira ação da unidade, inaugurada na terça-feira. O diretor da Metropol, Eide Trindade de Lima, acha difícil que o crime tenha sido praticado por seus homens:

— Se você morasse na Ipiranga, diria que foram os marginais? — perguntou.

Segundo o delegado, os policiais estavam na favela procurando um depósito dos traficantes Leomar e Baianinho. Quando entraram na Ipiranga, foram recebidos a tiros. Um traficante teria baleado o rapaz para criar a confusão. Lima diz que os moradores foram incitados a protestar. O delegado substituto da 78ª DP (Fonseca), Heralmir Gomes, que registrou o caso, recolheu as armas de todos os policiais e mais duas que eles dizem ter apreendido. O exame de balística sairá em 15 dias.

Na favelas da Lagoinha e Caramujo, o tumulto foi por volta de 12h30m. Protestanto contra a morte de Calu, o maior traficante de Niterói, assassinado com 30 facadas, moradores também atearam fogo a pneus. A polícia esteve na favela e tirou os obstáculos da pista. Uma hora depois, os favelados voltaram a fechar a avenida. Desta vez, os policiais subiram o morro atrás dos responsáveis, mas ninguém foi preso. ■

Vol. contra escravos

JORNAL HOJE
ata 23/03/96
Caderno ..... Pág. 06

Dificuldades no campo

Na verdade, os sulistas vêm logrando ostentar indicadores muito favoráveis mesmo na área rural, pois a taxa de analfabetismo no campo ficou em apenas 2,8% em 1993, na faixa de 10 a 14 anos. No Nordeste, foram dramáticos 41,6%, o que torna mais difícil para a população do campo da região agregar-se a formas de trabalho mais modernas.

Outra boa notícia extraída da PNAD é que a taxa de fecundidade no Brasil caiu de 3,40 filhos por mulher em 1986, para 2,58 em 1993. Houve, portanto, uma queda de 24,12% em apenas sete anos. Refletindo essa redução, e também a da mortalidade, a população brasileira envelheceu. Em dez anos, o porcentual da população com mais de 60 anos de idade passou de 6,6% para 8,0%, enquanto caiu de 26,5% para 21,7% o número de crianças com menos de 10 anos.

A redução da fecundidade deve-se não apenas à melhoria do nível de instrução da população, como também ao crescente ingresso de mulheres no mercado de trabalho. Em 1981, 32,9% das mulheres em idade ativa trabalhavam, taxa que subiu para 39,2% em 1990 e para 42,2% em 1993. Em cada 100 mulheres com 10 anos de idade ou mais, 47 eram economicamente ativas. A presença delas no mercado não só aumentou, como também parece ter mais qualidade que a masculina: enquanto somente 16,3% dos homens ocupados tinham em 93 o segundo grau concluído, na população feminina ocupada esse porcentual chegava a 23,2%.

Trabalho infantil atinge 3,5 milhões de crianças no país entre 10 e 14 anos

Ao mesmo tempo em que conseguiu melhorar o nível de instrução da população, o Brasil fracassou em tirar as suas crianças do mercado de trabalho, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1993. Ao todo, 3,5 milhões de crianças entre 10 e 14 anos de idade são trabalhadoras. Elas representam cerca de 20% do total de pequenos brasileiros nesta faixa etária e também 5,2% da população ocupada total, que em 93 era constituída por 66,5 milhões de pessoas.

Um dos mais perversos agravantes desse quadro, segundo os técnicos do IBGE, é que na maioria dos casos as crianças não recebem remuneração. Elas são usadas principalmente em atividades agrícolas. Nas regiões em que isso ocorre com maior intensidade, a taxa de escolaridade nessa faixa etária é correspondentemente menor, o que significa que o futuro ingressos delas no mercado de trabalho está comprometido.

Assim, no Noroeste, onde são 1,6 milhões de crianças em atividade, ou 27,5% do total, 16,6% das crianças estavam fora da da escola. Do total de crianças economicamente ativas, 65,7% eram meninos e 34,3% meninas. Um dado curioso é que na Região Sul há maior igualdade entre os sexos: 61,5% eram dos trabalhadores desta faixa eram do meninos e 38,5%, meninas.

Viol. Crianç

O GLOBO
Data 18 / 03 / 96
Caderno _____ Pág. ____

Promotoria também vai apurar chacina em Minas

Globo 5 | 18.03.96 D.H mans

• BELO HORIZONTE. A Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos em Minas Gerais vai fazer uma investigação paralela para identificar os autores da chacina de três menores de rua ocorrida na última sexta-feira em Belo Horizonte. Os adolescentes Júnior Sandro Marques, de 16 anos, Jamil Martins Romão, de 15, e Gilmar Ferreira de França, de 14, foram assassinados a tiros e os seus corpos amarrados uns aos outros. Um grupo que seria integrado por policiais civis e autodenomina Grupo Reação assumiu a autoria do crime em carta deixada numa caixa de correio. A Promotoria conta ainda com o depoimento de dois meninos de rua que teriam visto dois homens botando as vítimas num Gol verde. ■

Vod. Acacio

O GLOBO
Data 16 / 03 / 96
Caderno ____ Pág. 9

Estado de M



SANTOS MOREIRA, secretário de Segurança de Minas: chacina mostra a ação de um grupo de loucos ou psicopatas

Grupo de extermínio confessa a chacina de três menores em BH

Globo 9/1 16-03-96 D.H. Acacio

Carta condena Governo por 'miséria alarmante' dos policiais

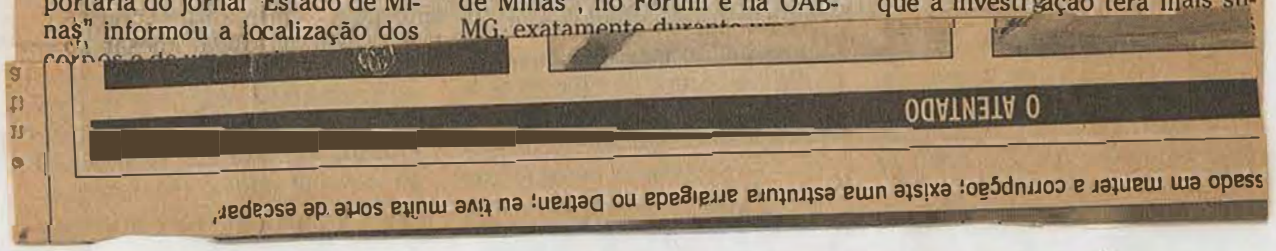
• BELO HORIZONTE. Um grupo de terror e extermínio que seria integrado por policiais civis, autointitulado Grupo Reação, assumiu a autoria do assassinato de três menores encontrados às margens de uma estrada na periferia de Belo Horizonte, na madrugada de ontem. Os menores, aparentando entre 13 e 16 anos, foram achados pela PM com perfurações à bala na cabeça e amarrados uns ao outros pelos pulsos com cordas de náilon.

Um telefonema anônimo para a portaria do jornal "Estado de Minas" informou a localização dos corpos e de uma [illegible] tina". A carta contém fotos de Azeredo e Moreira, com ofensas aos dois. Além de corrupto, Moreira é chamado de "robocop gay" e Azeredo, de "FDP". E ameaça, com um aviso sinistro: "Ritual de sangue não pára mais".

O grupo é o mesmo que assumiu a autoria de seis atentados a bomba em Belo Horizonte em fevereiro e março de 1995. Foram postas bombas num cinema do Centro, na casa do coronel PM reformado Felizberto Egg, no Sindicato dos Jornalistas, no "Estado de Minas", no Fórum e na OAB-MG, exatamente durante [illegible]

comprovada a participação de policiais civis no crime, a punição será exemplar. Moreira afirmou que são fortes as suspeitas de que a chacina e os atentados a bomba tenham sido cometidos pelas mesmas pessoas. Para ele, a chacina foi uma "ação de loucos ou psicopatas".

Na época das bombas, a Secretaria prometeu rigorosa apuração, mas as investigações prosseguem até hoje e os responsáveis não foram identificados. Agora, porém, Moreira está convicto de que a investigação terá mais su-



Vid contra Criança/
Ado

O GLOBO
Data 21/07/96
Caderno 1 Pág. 21

Menores se prostituem em Copacabana

Mèninas procuram turistas em boates da Zona Sul

• O bairro de Copacabana é campeão na exploração de menores. Uma máfia de empresários, a grande maioria espanhóis, movimenta e administra há mais de duas décadas o sexo na Zona Sul do Rio. Além de garotas de programa adultas, meninas de menos de 21 anos se prostituem em boates. Cicciolina, Erótika, Barbarela, Scotch Bar, Hi Fi, Frank's e Help são as casas noturnas de Copacabana onde mais se encontra menores à espera, principalmente, de turistas.

— Prefiro trabalhar com turista porque turista é *gastoso* (gastador). Eles não ficam regateando preço como os brasileiros — afirmou R., de 20 anos, sem saber que falava com um repórter do GLOBO.

R. exibia sensualmente o corpo num minúsculo biquíni preto, na boate Cicciolina, na Avenida Princesa Isabel. A boate reabriu há quatro meses. Ela foi uma das 20 interditadas ano passado pela polícia justamente por explorar a prostituição de menores e realizar shows de sexo explícito.

Recém chegada de Belo Horizonte, R. divide apartamento com duas amigas, Camila e Patrícia, ambas de 21 anos, na Rua Barata Ribeiro. Ao saber que R. acabara de revelar a idade, Patrícia chamou-a num canto e a repreendeu.

— Eu menti para você. Não tenho 20 anos, tenho 21 — tentou consertar R., depois da reprimenda.

Além do número 100 — porque R$ 100 é a média de custo de cada programa, seja em reais ou em dólares, com direito a três camisinhas —, o número 21 é o mais falado pelas garotas de programa nas boates, por causa da idade. Orientadas pelos mercadores do sexo, a maioria afirma ter essa idade por dois motivos: as menores, para não se comprometerem; e as que têm quatro ou cinco anos a mais para dar a ilusão de mais juventude aos clientes.

Na boate Erótika, na Avenida Prado Júnior, seduzida pela promessa feita pelo repórter de receber R$ 50 a mais do valor do programa, a menor A. revelou ter apenas 17 anos.

— Não tenho outra opção. Preciso ajudar minha família. Se for procurar emprego, vou ganhar mal e ser explorada pelo patrão. Por isso, resolvi ganhar mais dinheiro explorando meu próprio corpo — disse A., afirmando ter, embora sem querer mostrar, uma carteira de identidade com a idade adulterada.

Os donos das boates fazem de tudo para facilitar o trabalho das garotas. Em troca, contam com elas para fazer o cliente gastar o máximo. ■

Viol. Criança / Adol.

O GLOBO
Data 19/01/96
Caderno ____ Pág. 12

Meninas em cárcere privado



AS MENINAS A. e B. e o pai em Búzios: denúncia de cárcere privado que não foi feita durante o depoimento à polícia no quartel do 25º BPM (Cabo Frio)

O GLOBO
Data 19/01/96
Caderno ____ Pág. 12

Portas e janelas eram fechadas, os cachorros eram soltos e as chaves eram escondidas

A parafernália de equipamentos de segurança que o empresário Rodrigo Otávio Menezes Jesualdi, de 45 anos, instalou na mansão do Marina Porto Búzios, na Armação dos Búzios, não tinha como único objetivo evitar a ação de assaltantes e policiais. Preso anteontem durante uma operação do Centro de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública (Cisp), Jesualdi, suspeito de envolvimento com quadrilhas de tráfico de drogas, contrabando de armas, prostituição infantil e roubo de carros, agora é acusado de cárcere privado. Duas irmãs aliciadas pelo empresário o acusam de tê-las prendido na mansão por algumas noites. Segundo as vítimas de 14 e 16 anos, a quem O GLOBO chamará de A. e B., Jesualdi evitava que elas fugissem ao anoitecer — os abusos, na maioria das vezes, começavam à noite —, fechando portas e janelas e escondendo as chaves. A denúncia, que escapou aos depoimentos tomados pela polícia, foi feita ontem à tarde durante entrevista na residência das meninas — uma casinha de três cômodos, num bairro da periferia de Búzios, onde moram de favor.

— Ele trancava a casa e não deixava a gente sair do quarto. Escondia todas as chaves e soltava os cachorros. No início, o Rodrigo não fazia nada, mas, depois, passou a ir ao nosso quarto para mexer com a gente — contou B., a de 16 anos, em concordância com a irmã e sob o olhar envergonhado dos pais.

A mãe das meninas prefere não comentar o episódio:

— Sou evangélica e minha igreja, a Deus é Amor, não permite essas coisas.

Mas o marido aceitou falar. Para tornar pública a decepção com Rodrigo Jesualdi, a quem considerava um bom homem:

— Quando a gente conheceu ele, *seu* Rodrigo não era uma pessoa ruim. Dava carona para as pessoas e até emprestava o carro para socorrer quem passava mal. Só que, por baixo disso, usava nossas filhas. Nunca pensei que o cara fosse um elemento assim. Quero perguntar se ele ia gostar que alguém fizesse isso com a filha dele (Jesualdi tem dois filhos menores).

O pai, a mãe e as filhas A. e B. conheceram o empresário Rodrigo Jesualdi nas visitas que faziam a uma irmã do pai, que já trabalhou na casa do empresário. A tia de A. e B. também teve as cinco filhas — hoje com 13, 16, 19, 20 e 22 anos — aliciadas por Rodrigo Jesualdi. Uma amiga delas, que atualmente tem 19 anos, foi a oitava a depor. Um comissário de menores de Cabo Frio e a advogada Cristina Leonardo, coordenadora do Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, acompanharam os depoimentos.

Para os pais, o maior constragimento aconteceu durante os depoimentos, quando foram obrigados a ver as fotos apreendidas na casa do empresário, com Rodrigo Jesualdi acariciando as menores nuas ou semidespidas. Enquanto os pais iam reconhecendo suas filhas no meio de tantas outras meninas (a polícia apreendeu mais de 400 fotos), as vítimas que depuseram apontavam nas fotos os seus próprios corpos.

No 25º BPM (Cabo Frio), as vítimas disseram que os aliciamentos aconteciam sempre da mesma forma: primeiro, as meninas eram convidadas a tomar banho na piscina de Rodrigo e, depois, chamadas a almoçar com ele. Também ganhavam bombons e balas, além de serem autorizadas a circular pelos luxuosos cômodos da casa, o que as deixava encantadas. As investidas vinham à noite: as que aceitavam dormir num dos quartos do empresário eram molestadas, fotografadas e filmadas, antes de ele pedir que fizessem sexo oral. Em seguida, Rodrigo cheirava cocaína, espalhada num pires, usando para isto o tubo plástico de uma caneta esferográfica. Para algumas meninas, ele dava dinheiro. Elas contaram ainda no depoimento que, quando viajava, o empresário voltava com presentes para elas.

— Ele cheirava um pó branco. Dizia que era balinha de côco ou remédio para não dormir, mas a gente sabia que era droga — contou uma delas.

Contra Idosos

CEDIN

Pol. Pub / Assist

JORNAL DO BRASIL
Data: 25.10.96
Caderno Pag 3

Morre mais uma vitima da casa Santa Genoveva

Mais um paciente da Clínica Santa Genoveva, no Rio, morreu, aumentando para 100 o número de vítimas desde abril. Gamaliel Barreto, de 50 anos, transferido para o Hospital Souza Aguiar há 20 dias, depois que a clínica fechou, morreu no dia 14, vítima de insuficiência respiratória. Segundo os médicos que o atenderam no Souza Aguiar, desde que chegou ao hospital Barreto apresentava um quadro clínico bastante complicado, agravado por desidratação e diarréia _ sintomas do surto bacteriano responsável por grande parte das mortes ocorridas na Santa Genoveva.

No processo que apura os óbitos registrados na clínica, Barreto era um dos 41 internos relacionados como vítimas de lesão corporal de natureza grave resultante de maus-tratos. A delegada Sônia Bello, da 7ª DP (Santa Teresa), informou que agora o nome do ex-interno passará a constar entre os 28 idosos que morreram em virtude dos maus-tratos recebidos na clínica.

Dos seis responsáveis pela Santa Genoveva denunciados pelo Ministério Público, seis tiveram prisão preventiva decretada pela Justiça _ entre eles os sócios da clínica, Mansur José Mansur e Eduardo Quadro Spínola _ cinco continuam presos. Eles podem ser postos em liberdade sexta-feira, depois que o juiz Cláudio Tavares, da 28ª Vara Criminal, ouvir o depoimento das testemunhas de acusação no processo. Após o interrogatório, o juiz vai decidir se revoga ou não a prisão dos acusados _ se eles não forem liberados, seus advogados vão entrar com pedido de habeas-corpus.

JORNAL DO BRASIL
Data: 29 / 06 / 96
Caderno CIDADE Pág. 24

A celebridade após o inferno

■ Seu Bento se transforma na estrela do HSE

Depois de driblar as irregularidades da clínica Santa Genoveva durante um ano e escapar da trágica lista de 99 internos mortos, Bento Lopes, 84 anos, se tornou o paciente mais popular do Hospital dos Servidores do Estado (HSE), onde está internado desde sexta-feira. "Eu sobrevivi ao inferno e ainda passei de morto-vivo a celebridade. Como se não bastasse, ainda consegui rever minha filha. Pena que já esteja com saudades da Lúcia", dizia ontem seu Bento às inúmeras pessoas que, por curiosidade, visitaram o ocupante do leito 14 da enfermaria de ortopedia do HSE.

No dia seguinte ao reencontro com sua filha Lúcia Pulcherio Lopes, 52, de quem havia se separado há oito anos, o ex-maquinista das oficinas do Arsenal da Marinha, mostrou que sua popularidade não se restringe apenas a pacientes e visitantes do HSE: ele também já conquistou o carinho da equipe de enfermagem, dos médicos e dos assistentes sociais. Ontem, Maria Isaias da Silva, 44, funcionária da limpeza do HSE visitou seu Bento com um bolo de cartões da Megasena e da Quina para que ele preenchesse. "Acho que o vovô Bento vai dar sorte e, se eu ganhar, vou levá-lo para morar comigo", garantiu Maria.

"Essa moça é ótima, lavou toda a minha roupa só por carinho e amor", elogiou ele, como bom relações-públicas. Aliás, esse é o papel que ele mais representa na enfermaria. Qualquer paciente mais teimoso ou desobediente é logo comparado com o exemplo de conduto de seu Bento. "Quando algum doente não quer comer ou tomar banho, eu logo digo que o vovô Bento faz tudo direitinho e a pessoa obedece", contou a auxiliar de enfermagem Sônia Vilela.

Enquanto aguarda o resultado dos exames clínicos e convalesce das doenças — principalmente respiratórias — agravadas pelo péssimo atendimento da Santa Genoveva, seu Bento é paparicado 24 horas por dia e, nem em sonho, lembra a solidão que passou na clínica de Santa Teresa. "Vem gente aqui que eu nem conheço. Eu anoto o nome de todo mundo num caderninho para não esquecer. Estou mais popular que o Michel Jackson, aquele cantor que subiu no Morro Dona Marta", afirmou ele.

De quebra, seu Bento ainda tira uma casquinha das visitas dos outros pacientes. Nem que seja de passagem, quase todas as pessoas que passam pela enfermaria não deixam de dar um alô para o "velhinho simpático". O vendedor Sebastião Pires dos Santos, 77, é um dos novos amigos. "Acompanhei a história dele pelo jornal e queria conhecê-lo pessoalmente para saber maiores detalhes", justificou Sebastião. Com tanta agitação, ele ainda não tinha conseguido ontem curar a ressaca da emoção por ter reencontrado a filha. "Dormi apenas três horas. Desejo sempre estar com a Lúcia e aguardo ansiosamente a hora em que vou rever meus netos. Mas sou realista e sei que ela tem que harmonizar a vida para poder me levar. Agora, tenho que aproveitar essa fase para extrair o maior sumo possível e ficar bom logo".

Se depender de carisma, seu Bento não vai precisar de muito esforço para isso. Ontem, na hora do jantar, depois de conquistar a simpatia da funcionária que servia a refeição, ele ganhou duas sobremesas. "O senhor é aquele que veio da Santa Genoveva, então guarde essa sobremesa para comer mais tarde. Afinal de contas, o senhor deve ter passado muita fome lá", justificou a funcionária.

JORNAL DO BRASIL
Data: 21/06/96
Caderno CIDADE Pág. 24

Donos de clínica serão indiciados

■ Além de Mansur e Spínola, relatório de delegada deve responsabilizar dois médicos pelas 99 mortes na Clínica Santa Genoveva



A clínica Santa Genoveva ficou vazia no primeiro dia de fechamento

JORNAL DO BRASIL
Data: 23 / 06 / 96
Caderno CIDADE Pág. 04

No mínimo quatro pessoas devem ser incriminadas no inquérito que apura as mortes na Clínica Santa Genoveva. Sem querer adiantar nomes, pois deve concluir o relatório das investigações na próxima segunda-feira, a delegada titular da 7ª Delegacia Polical (Santa Teresa), Sônia Bello, afirmou que "vai indiciar todas as pessoas responsáveis". É quase certo que, além dos proprietários da clínica geriátrica — Mansur José Mansur e Eduardo Spínola —, os ex-diretores-médicos Amanda Rizental Pinto e Roberto Dias estarão citados no relatório da delegada.

Procurando manter o sigilo, para não alertar os advogados de defesa, Sônia Bello disse que está colhendo mais indícios para embasar o inquérito a ser encaminhado ao Ministério Público. Os responsáveis pelas mortes serão incriminados em pelo menos dois artigos do Código Penal: omissão de notificação de doença (artigo 269), com pena de seis meses a dois anos de detenção, além de multa; e homicídio culposo, resultado de imprudência, imperícia ou negligência (artigo 121, parágrafo 3º), com pena de detenção de um a três anos. Neste caso, se ficar comprovado que as mortes resultaram de inobservância de regra técnica profissional, a pena é aumentada em um terço.

"Ainda há muito a ser estudado, mas não há dúvidas de que o surto de diarréia tinha que ser notificado em até 24 horas depois de constatado. Não foram só os donos os responsáveis pelo o que aconteceu. Sei quais foram os crimes e quem vai ser indiciado", enfatizou. A delegada disse ainda que, após a conclusão do relatório, abrirá inquéritos separados para apurar as responsabilidades de médicos e enfermeiros. Em dois meses, 99 pacientes morreram na Santa Genoveva.

Para elaborar o relatório, a delegada cruzou as informações conseguidas nos depoimentos de proprietários, médicos, pacientes, enfermeiros, funcionários e até ex-empregados. "Há muitas contradições. E elas poderão revelar muitos aspectos fundamentais para a investigação", afirmou, lembrando que trabalhou em conjunto com o promotor Marcos Ramayana, da Central de Inquéritos do Ministério Público.

Ontem, primeiro dia após fechamento da clínica, o único movimento foi de funcionários. Eles demonstraram preocupação quanto ao futuro, pois não sabem se continuarão empregados. Os portões permanecem fechados aos jornalistas. Só abriram para carros da Cedae, do Ministério da Saúde e do INSS.

JORNAL DO BRASIL
Data: 18/06/96
Caderno ___ Pág. 11

Projeto transfere idosos de clínicas para casa

Pelo programa do Governo estadual, famílias receberiam treinamento para assistir pacientes

Maria Elisa Alves e Ricardo Miranda

• A Secretaria estadual de Saúde já encontrou um meio de salvar os pacientes idosos dos maus-tratos das clínicas conveniadas ao Sistema Único de Saúde no Rio: devolvê-los para suas casas e prestar assistência médica a domicílio sempre que necessário. O projeto, já aprovado pelo Ministério da Saúde, prevê que pacientes com seis tipos de doença recebam alta de hospitais e clínicas e sejam tratados por parentes, treinados pela secretaria. Segundo a subsecretária de Planejamento, Rosângela Bello, o serviço de internação domiciliar será implantado assim que terminar o cadastramento dos pacientes de 16 das 36 clínicas que estão sob intervenção por ordem do ministro da Saúde, Adib Jatene.

— A partir do levantamento, vamos saber quantos pacientes têm casa e quantos serão aceitos de volta pela família. Depois, poderemos montar as equipes necessárias para atendê-los — disse Rosângela.

De acordo com a proposta elaborada pelo coordenador de projetos especiais da secretaria, Fernando Olinto Fernandes, vão ser beneficiados os pacientes internados por causa de acidentes vasculares-cerebrais, seqüelas neurológicas, doenças cardíacas, fraturas, quadros terminais de câncer e cirurgias ortopédicas e eletivas. Cada idoso será atendido em casa por uma equipe de médicos, enfermeiras, fisioterapeutas, psicólogas, nutricionistas e assistentes sociais no mínimo uma vez por mês.

Por conta do projeto, a secretaria já está recuperando leitos nos hospitais Alberto Schweitzer, Pedro II e Anchieta. Eles serão usados para os casos em que os pacientes atendidos em casa precisem de tratamento de emergência.

Em Brasília, a Comissão de Seguridade da Câmara se reúne amanhã para votar um projeto que pretende demolir os asilos e manicômios do país, como forma de evitar novas tragédias, como a morte de 98 de velhinhos na Clínica Santa Genoveva, em Santa Teresa, desde abril. O projeto, de autoria do deputado Sérgio Arouca (PPS-RJ), cria o programa de apoio e assistência médico-social domiciliar, que tiraria dos asilos e hospícios e poria em casa os chamados pacientes crônicos atendidos pelo Sistema Único de Saúde ou pelos programas de assistência social.

Pelo projeto, o dinheiro hoje destinado pelo orçamento geral da União ao custeio dessas unidades seria usado para manter o paciente em casa. De acordo com o Ministério da Saúde, 20 mil pessoas poderiam se beneficiar com esse projeto, batizado de Programa de Desospitalização. Calcula-se que seriam destinados cerca de R$ 100 milhões por ano para o programa.

O projeto será custeado com 80% do custo médio de internação dessas pessoas, sendo 40% destinados ao paciente, na forma de auxílio pecuniário, e 40% ao município que implantar o plano. Esse benefício será pago enquanto persistirem as causas que determinaram a internação do paciente, podendo ser até vitalício. O programa também seria custeado com a alocação de 1,75% das receitas provenientes do IPI sobre a venda de cigarros e bebidas.

O pagamento do auxílio não poderá ser estendido a herdeiros do paciente. O benefício será corrigido na mesma data e pelo mesmo percentual da correção dos valores pagos pela União às instituições públicas e privadas que atendam a essa clientela. Pacientes crônicos de longa internação (aqueles internados há mais de um ano) precisariam, de acordo com o projeto, de um laudo médico que ateste a possibilidade de tratamento em regime domiciliar.

Em sua exposição de motivos, o deputado Arouca lembra os malefícios de longos períodos de internação, que, além do alto custo financeiro, têm elevado ônus social. "É inegável que, dispondo de meios materiais mínimos, a família proporcionará condições infinitamente mais adequadas de cuidados a estes cidadãos", diz a exposição de motivos. Caberá a cada município onde o beneficiário for assistido a organização de programas específicos de atendimento domiciliar. ■

OPINIÃO

NO COLO DO ESTADO

• POR TRÁS do que aconteceu na Clínica Santa Genoveva, outro problema vem à tona, e mexe com toda a sociedade brasileira: o da velhice abandonada. Idosos que não precisam de internação não deveriam ficar indefinidamente em instituições públicas — nem que houvesse verbas de sobra.

PARA OS idosos da Santa Genoveva que foram abandonados por suas famílias tenta-se, agora, soluções de emergência. Estudam-se, também soluções análogas àquelas imaginadas para menores abandonados — como dar à família algum dinheiro para que os mantenham em casa, o que é sempre mais barato que a internação oficial.

NADA DISSO será suficiente, entretanto, se fôr em frente a idéia de que o Estado é integralmente responsável por tudo — inclusive por parentes incômodos.

O GLOBO
Data 17/06/96
Caderno Rio Pág. 8

MAUS-TRATOS: *Autoridades ainda não sabem o que fazer com pacientes sociais removidos da Clínica Santa Genoveva*

idosos sem destino

Assistentes sociais do Ministério da Saúde começam hoje a procurar as famílias dos que foram abandonados

Patrícia Faria

Uma pergunta dura está preocupando as autoridades de saúde do Rio: o que fazer com os 75 pacientes sociais ainda internados na Clínica Santa Genoveva, em Santa Teresa, que fechará suas portas definitivamente amanhã? Abandonados pelas famílias e sem ter para onde ir, esses idosos não poderão ficar em leitos de hospitais públicos até o fim de suas vidas, mesmo porque, de acordo com avaliação de médicos do Ministério da Saúde, eles não precisam de internação. Assistentes sociais do Ministério da Saúde e da Secretaria estadual de Saúde começam hoje a procurar parentes dos idosos que foram abandonados na Santa Genoveva.

O objetivo do Ministério da Saúde é implantar a médio prazo um programa que incentive as famílias a ficarem com seus parentes em casa. O secretário estadual de Saúde, Luiz Antônio Medina, disse que entre as idéias para auxiliar o tratamento de idosos e acabar com internações desnecessárias está a de atendimento médico domiciliar, em que os médicos visitariam regularmente os idosos e seriam prestados também atendimentos de enfermagem. Além disso, as famílias poderiam até receber recursos do Sistema Único de Saúde (SUS). Em vez de pagar clínicas e hospitais como a Santa Genoveva, o Ministério da Saúde daria uma ajuda mensal às famílias carentes que receberem seus parentes de volta.

— São sugestões que estão sendo analisadas, principalmente o repasse de verbas a essas famílias. A idéia é criar um projeto-piloto, com assistência médica domiciliar garantida pelo Estado, em que parte do dinheiro do SUS poderá até servir como ajuda para as famílias realmente carentes. Mas veja bem: isso são estudos para a implantação de um programa novo de atendimento tanto para os idosos quanto para os doentes mentais, igualmente abandonados. Nada está definido — afirmou Medina.

Até o fim desta semana, os hospitais públicos precisam liberar os leitos que foram ocupados com pacientes transferidos da Santa Genoveva. Caso isso não ocorra, poderão ter sérios problemas, como explicou a representante do Ministério da Saúde no Rio, Maria Manuela Alves dos Santos:

— A sociedade está abandonando seus velhos, seus parentes. Eles não ficarão eternamente nos hospitais públicos, que necessitam desses leitos para atender à população. Parte desses pacientes será levada para hospitais da Santa Casa que prestam assistência aos que necessitam de longa permanência e também nas casas de saúde conveniadas que, de acordo com relatórios, depois de passarem por pequenas reformas, poderão abrirgar mais pacientes.

Hospital da Praça Onze que abrigará 60 idosos precisa de obras

De acordo com a representante do Ministério da Saúde no Rio, o Hospital São Francisco de Assis, na Praça Onze, que pertence à Universidade Federal do Rio de Janeiro, abrigará 60 idosos que foram transferidos da clínica em Santa Teresa. Ali, segundo ela, a lavanderia e a cozinha necessitam de reformas. No entanto, já foi encontrada uma solução.

— As roupas poderão ser lavadas em hospitais federais com grandes lavanderias, como o dos Servidores do Estado. Teve uma época em que até o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, no Fundão, nos ajudou e essa união de esforços vai colaborar muito. Já estamos pensando em comprar refeições para esses pacientes enquanto todas as obras necessárias não forem feitas no São Francisco e em clínicas conveniadas — explicou Maria Manuela.

Segundo ela, está na hora de se repensar os problemas de pacientes sociais. Até 1988, antes da extinção do Inamps, o Ministério da Previdência tinha verba para problemas sociais na saúde. Depois, parou de ser repassada.

O GLOBO
Data 15/06/96
Caderno ____ Pág. 13

Hospital recebe idosas com flores, carinho e camas limpas

Na ambulância, uma transferida disse que passara fome

Ricardo Leoni



UMA ENFERMEIRA conforta uma das idosas transferidas da Clínica Santa Genoveva para o Hospital Pedro Ernesto

Edgar Arruda

• No lugar do mau cheiro, paredes recém-pintadas, sem infiltrações nem mofo. Camas limpas e com flores nas mesinhas de cabeceira. E, principalmente, em vez do descaso, atenção e uma boa dose de carinho. Assim, oito pacientes que estavam até ontem à tarde na Clínica Santa Genoveva foram recebidas no Hospital Universitário Pedro Ernesto, em Vila Isabel.

A direção do hospital e o Núcleo de Atenção ao Idoso foram informados no fim da tarde de anteontem sobre a transferência das pacientes e, em menos de 24 horas, prepararam uma enfermaria especialmente para receber velhinhos saídas da Santa Genoveva. A enfermaria número 3, do 4º andar do prédio, antes destinada à recuperação de pacientes operados, foi pintada e recebeu oito camas e mesinhas de cabeceira. O próprio pessoal de enfermagem comprou vasinhos de violetas. Tudo pronto para receber as idosas, pacientes e funcionários passaram parte da tarde de ontem na expectativa de receber as novas pacientes.

A todo momento, internos de outras enfermarias, médicos, enfermeiros e residentes do Pedro Ernesto entreabriam a porta da enfermaria para saber se as novas ocupantes já haviam chegado e como estavam passando.

A expectativa só terminou às 16h50m, quando as quatro primeiras pacientes chegaram. A primeira delas, Joana, chegou numa maca. Verônica e Irene caminhavam amparadas por enfermeiros. Dona Sebastiana chegou numa cadeira de rodas. No corredor de acesso à enfermaria número 3, internos e enfermeiros observavam a entrada das idosas, que pareciam alheias ao que estava ocorrendo ao redor delas. Os médicos que acompanharam a transferência queixaram-se de que a falta de informações nos prontuários médicos das pacientes era total.

— As informações são sumárias. Quando entramos na Clínica Santa Genoveva, sentimos um forte odor de urina. As idosas que trouxemos para cá estavam com diarréia e pelo menos uma se encontra desidratada. Uma outra, dentro da ambulância, não parou de reclamar que estava com fome. O quadro desses seres humanos é muito triste — disse um dos enfermeiros que participaram da remoção.

Logo que chegaram ao Pedro Ernesto, as novas pacientes receberam um banho e começaram a ser examinadas pela equipe do Núcleo de Atenção ao Idoso. A intenção é definir o quadro clínico de cada uma das oito internas vindas da Santa Genoveva. O diretor do hospital, Francisco Barbosa Neto, disse que a permanência das pacientes vai depender da evolução clínica. ■

O GLOBO
Data 14/06/96
Caderno Rio Pág. 13

Família de paciente que morreu domingo pretende recorrer à Justiça contra asilo



FABÍOLA (À ESQUERDA) e Patrícia Delefeu, netas de Marietta, morta domingo: demora para receber atestado de óbito

Instituição acusada de não informar sobre o estado de saúde de uma das idosas

• No último domingo, a estudante Fabíola Delefeu, de 15 anos, recebeu a notícia da morte de sua avó. Internada há sete meses na Clínica Santa Genoveva, Marietta Delefeu, de 85 anos, apresentava há três semanas os sintomas da diarréia. A direção da instituição afirmou durante todo este tempo que a paciente passava bem e não corria qualquer risco de vida. No dia 26, no entanto, ela morreu. O cenário encontrado por Fabíola ao entrar no necrotério para ver a avó retrata o sofrimento dos idosos internados na clínica. Sete corpos de pacientes mortos na última semana estavam enrolados em lençóis velhos e presos com fitas de esparadrapo. Ela e a mãe tiveram de pedir ajuda a um homem que passava próximo ao necrotério para conseguirem desamarrar Marietta e prepará-la para ser enterrada.

Revoltados com o descaso e a negligência, os parentes das vítimas da Clínica Santa Genoveva querem agora explicações para tantas mortes. A família de Marietta pretende entrar com um processo na Justiça. Outra neta da paciente, Patrícia, está inconformada. Ela garante que o pai e a tia visitavam a avó pelo menos duas vezes por semana. Em nenhum momento, no entanto, a direção da clínica alertou os parentes sobre o surto e a gravidade do caso.

— Queremos entrar na Justiça para impedir que mortes como a da nossa avó continuem acontecendo. A população precisa acordar para o descaso com os idosos — afirmou Patrícia.

Clínica não queria dar a família o atestado de óbito

De acordo com Patrícia, a família enfrentou uma guerra para conseguir que a Clínica Santa Genoveva entregasse o atestado de óbito. Só depois de 12 horas da morte de Marietta e de muitas ameças, a direção da instituição concordou em dar o documento, necessário para que o corpo seja enterrado.

O GLOBO
Data 24/06/96
Caderno Rio. Pág. 13

— Uma parte de nossa família quer na verdae o fechamento desta clínica — garantiu Patrícia.

No atestado de óbito, os médicos da instituição puseram como causa da morte de Marietta "acidente vascular encefálico, arterioesclerose senil e hipertensão arterial". Patrícia, no entanto, nunca ouviu falar que a avó sofresse de qualquer uma dessas doenças. Segundo ela, Marietta tinha apenas uma paralisação nas pernas. Nos últimos dias, porém, a paciente não tinha forças nem mesmo para levantar as mãos e passava todo o dia deitada na cama. Mesmo assim, a clínica garantiu à família que a situação estava sobre controle e que não era necessário transferir a interna para um hospital.

— Os parentes têm o direito de saber tudo sobre os problemas e as doenças do paciente internado — argumentou Patrícia.

A imagem da avó deitada no necrotério ainda atormenta Fabíola. Segundo a estudante, Marietta emagreceu mais de dez quilos em menos de três semanas e estava coberta de feridas causadas pelo tempo em que foi obrigada a ficar deitada.

— Aquele lugar fede e é imundo. O Governo tem de investigar se existem outras clínicas como esta no país — afirmou Fabíola.

— A situação do velho no Brasil é muito triste.

A família de Marietta, no entanto, não é a única revoltada com as mortes na Clínica Santa Genoveva. Somente ontem oito pacientes foram transferidos para outras instituições por determinação de seus parentes. Segundo Patrícia e Fabíola, a versão apresentada pela direção da clínica de que um alimento deteriorado, distribuído durante a festa do Dia das Mães, teria provocado o surto de diarréia é falsa. Marietta já estaria apresentando os sintomas da diarréia muitos dias antes da comemoração.

Outra que está revoltada é Cilene de Souza Ferreira. Segundo ela, seu irmão Walter Ferreira de Souza, internado na clínica no dia 14, quatro dias depois da festa, também está com gastroenterite. Já o interno Alair Vilette revelou à irmã Maria Vilette que os pacientes estão sendo medicados com chá de broto de goiaba, porque não há remédios.

Os pacientes reclamam ainda que faltam cobertas e roupas para eles usarem. A clínica fica em uma das áreas mais frias do Rio e, mesmo assim, os internos são obrigados a tomar banho com água da fria. Muitos ficam descalços e não têm qualquer atividade programada para o dia.

Um das poucas a não reclamar foi Josane Vasconcelos. Ela transferiu sua avó Nair Teixeira, de 89 anos, de uma clínica particular, sem convênio com o SUS, para a Santa Genoveva há dois meses. Josane, que garantiu visitar a avó todas as quintas-feiras e domingos, disse não estranhar as péssimas condiçoes da clínica.

— Não tenho do que reclamar. Quem tem velinho em casa sabe que tem que conviver com o mau cheiro — afirmou Josane, que entrou na clínica com quatro pacotes de fraldas descartáveis nas mãos para a avó. ■

O GLOBO
Data 12/06/96
Caderno Rio Pág. 20

Clínica dos horrores só funciona mais 2 dias



ABRIGO CRISTO REDENTOR: atendimento a 300 idosos, com baixa taxa de mortalidade, mesmo com o atraso de um ano nas verbas da Fundação Leão XIII

O GLOBO
Data 12/06/96
Caderno RIO Pág. 20

Santa Genoveva vai ser fechada até depois de amanhã, com conclusão da transferência de todos os seus pacientes

Isabel de Paula

BRASÍLIA. O ministro da Saúde, Adib Jatene, disse ontem que até depois de amanhã deverá ser fechada a Clínica Santa Genoveva, de Santa Teresa, onde desde abril morreram 98 idosos. A chefe-adjunta do escritório regional do ministério no Rio, Maria Manoela Alves dos Santos, informou ao ministro, no fim da tarde, que dentro de dois dias a clínica já terá sido totalmente desocupada. Os pacientes estão sendo transferidos para hospitais públicos federais, estaduais e municipais. O relatório final da auditoria, iniciada ontem por agentes do Ministério da Saúde e das secretarias estadual e municipal da Saúde em 16 clínicas de atendimento a idosos do Rio, será entregue a Jatene no próximo dia 21 e poderá levar ao fechamento ou à intervenção em outras unidades de saúde.

Deputados da Comissão de Seguridade Social da Câmara, que visitaram a clínica anteontem, pediram ontem a Jatene que o Ministério da Saúde afaste Mansur José Mansur e Eduardo Spínola da direção das clínicas Santa Genoveva e Campo Belo. O ministro disse que, se a proposta for aprovada amanhã, em audiência pública da comissão, ele adotará a medida. Neste caso, o Governo corre o risco de ser desmoralizado por uma decisão judicial, uma vez que é ilegal a intervenção federal em clínicas privadas.

Vistoria revela falta de manutenção em clínica

Na primeira das clínicas vistoriadas ontem, a Casa de Saúde Nossa Senhora das Dores, em Cascadura, o inspetor de medicina da Secretaria estadual de Saúde José Pereira Camargo detectou falta de manutenção das dependências físicas. Segundo ele, as paredes descascadas e os pilares corroídos, além de oferecerem riscos de acidentes, transformam-se em focos de bactérias. Segundo Amado Zarur, diretor-geral da clínica, que pertence à Santa Casa de Misericórdia, a média de óbitos é de 13 idosos por mês.

— A clínica é muito antiga e, por isto, a manutenção é mais complicada. Mas a unidade está em boas condições, podendo ser classificada como uma clínica para idosos de bom padrão — atestou José Pereira.

Na Clínica de Repouso Campo Belo, em Jacarepaguá, os fiscais verificaram que o sistema de abastecimento de água sofreu melhorias, mas mesmo assim a água — que vem de um poço — só está sendo utilizada para a lavagem de roupas e limpeza. Para o consumo, os técnicos do ministério e das secretarias mantiveram a recomendação de ser servida apenas água mineral. Na Casa de Saúde Nossa Senhora das Graças, em Realengo, a inspeção revelou algumas irregularidades graves, como o aparelho de raios-X funcionando sem a autorização do Ministério da Saúde. As outras unidades vistoriadas ontem foram a Casa de Saúde Gabinal, em Jacarepaguá, e as duas unidades da Casa de Saúde Grajaú Ltda, na Tijuca e no Engenho de Dentro.

Os parlamentares — Jandira Feghalli (PC do B), Sérgio Arouca (PPS) e Ceci Cunha — criticaram a intervenção supervisionada adotada pelo Ministério da Saúde nas duas clínicas com problemas. Feghalli disse que Spínola e Mansur são donos de 11 clínicas de idosos, psiquiátricas e de hemodiálise, que vêm usando recursos públicos sem prestar serviços de qualidade aos pacientes. Segundo os deputados, o ministro concordou com a proposta de afastar imediatamente Mansur José Mansur do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que é presidido por Jatene e formado por representantes dos governos federal, estadual, municipal e representantes de entidades da sociedade civil.

— A Santa Genoveva tem que ser fechada nesta semana. Na sexta-feira passada, o próprio presidente Fernando Henrique disse que tem que fechar porque não dá para tolerar o que aconteceu lá — afirmou Jatene.

A Câmara dos Vereadores e a Assembléia Legislativa (Alerj) criaram duas CPIs para apurar o caos no atendimento a pacientes idosos e em fase terminal. Enquanto a da Alerj vai se restringir às clínicas, a da Câmara pretende apurar a responsabilidade dos gestores de órgãos públicos municipais — como a Coordenação de Vigilância e Fiscalização Sanitária — que deveriam fiscalizar os estabelecimentos médico-hospitalares.

O requerimento, da vereadora Leila Maywald (PSDB) foi aceito ontem pela Mesa Diretora da casa e tem o apoio de grande parte dos vereadores e líderes de bancada. Leila observa que os órgãos fiscalizadores foram, no mínimo, negligentes em sua função. A deputada estadual Lúcia Souto, da Comissão de Saúde da Alerj, disse que a CPI da Assembléia foi aprovada ontem devendo ser instalada na próxima terça-feira. Segundo ela, alguns dos deputados que compuseram a CPI das Autorizações para Internações Hospitalares (AIHs), deverão compor também a da Saúde.

Remédios de tratamento psiquiátrico para os idosos

A possibilidade de os médicos e enfermeiros da Santa Genoveva terem usado remédios de tratamento psiquiátrico para dopar e sedar os internos está sendo investigada pela Secretaria municipal de Saúde. Durante uma vistoria realizada anteontem, uma equipe da Prefeitura encontrou grande quantidade dos remédios Gardenal, Aldol e Diazepan, indicados para tratamento de epilépticos e pacientes com crises convulsivas. Médicos do Programa de Saúde Mental da Prefeitura estão, desde então, examinando 75 internos com problemas mentais ou que estavam sendo medicados com estes remédios. Em altas doses ou se tomados sem necessidade, eles baixam o nível de consciência e causam dependência química:

— Estes remédios são os famosos "sossega leão". Desconfiamos que muitos pacientes estavam medicados de forma errada com estes remédios — diz Hugo Marques, chefe do Programa de Saúde Mental da Prefeitura.

O GLOBO
Data 12/06/96
Caderno Rio Pág. 20

O resultado final dos exames deverá estar pronto no final da semana. A Secretaria Municipal de Saúde liberou ontem o resultado dos exames feitos em 126 pacientes e 17 funcionários: 38 dos internos estavam infectados com bactérias.

Outro que esteve na clínica ontem a tarde foi o ex-diretor médico da instituição, Roberto Dias que, na saída, no entanto, garantiu para os repórteres que poderia ter solucionado os problemas da instituição se tivesse tido mais tempo. Ele se demitiu da direção dois dias antes do GLOBO anunciar os maus-tratos sofridos pelos idosos.

Em São Gonçalo, o exemplo de tratar bem com pouca verba

Em São Gonçalo, a contabilidade aplicada no Abrigo Cristo Redentor é bem diferente da usada em boa parte das clínicas conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS). Com diárias que variam entre R$ 5 e R$ 6 — cerca de um terço do valor pago pelo governo a clínicas como a Santa Genoveva — a instituição atende todas as necessidades de 300 idosos. Isso apesar de, há um ano, não estar recebendo as diárias de 130 internos enviados pela Fundação Leão XIII. Mesmo com os problemas, consegue ter um orçamento equilibrado, dar um tratamento digno aos velhinhos e ter uma baixíssima taxa de mortalidade se comparado com a clínica de Santa Teresa. No abrigo, foram duas mortes em abril, três em maio e nenhuma em junho até ontem.

A mágica, disse o presidente do abrigo — uma entidade filantrópica sem fins lucrativos —, o comerciante aposentado José Calil Abuzaid, é trabalhar sério.

— Se eu recebesse R$ 500 por mês por cada interno, como esses donos de clínicas do SUS, poderia servir todos os dias filé mignon e camarão — ironizou.

Além da Fundação Leão XIII, que deveria estar pagando R$ 179 mil mensais por cada velhinho encaminhado para lá, o Abrigo Cristo Redentor mantém um convênio de 50 leitos com a Prefeitura de São Gonçalo. Por cada um destes pacientes, a instituição recebe R$ 150 mensais. A casa, que tem dez galpões e fica numa área de 40 mil metros quadrados, tem ainda uma parte destinada a pacientes particulares, cujas famílias pagam um salário-mínimo e meio por mês. Só com as diárias — mesmo se todas estivessem em dia —, afirmou Calil, a clínica não teria como manter 95 empregados, dar remédios e cinco refeições diárias parà os velhinhos. A solução, o presidente do abrigo encontrou em atitudes bem simples. Uma vez por mês, ele promove um almoço com convite pago num salão do próprio abrigo.

— Em cada almoço, que conta com a presença de políticos, comerciantes e gonçalenses em geral, conseguimos arrecadar até R$ 2 mil — contou Calil.

O abrigo ainda mantém duas lojas de roupas e objetos usados, uma na entrada da instituição e outra no Centro de São Gonçalo. Para reforçar o orçamento, aluga também o campo de futebol, que fica nos fundos do abrigo. Recebe a ajuda ainda de 500 sócios colaboradores. Diferente das clínicas conveniadas ao SUS, lá não se vê internos reclamando da comida, das instalações ou do tratamento.

— Isso aqui é muito bom. Não tem luxo, mas a gente é tratado direito — disse Branca da Silva Rondon, de 72 anos, filha do marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, uma das internas mais antigas da casa.

Os banheiros e os telhados dos galpões, que necessitam de obras, segundo Calil, já poderiam ter sido reformados se o Estado tivesse pago as diárias de 130 internos atrasadas há 12 meses. Segundo o presidente da Fundação Leão XIII, Ayrton Brozini, o pagamento foi suspenso depois que uma auditoria do Tribunal de Constas do Estado constatou que o abrigo estava recebendo por alguns pacientes que já tinham falecido ou deixado a casa.

— Isso não quer dizer que tenha sido realmente uma fraude, mas pode ter acontecido apenas um erro administrativo na clínica — afirmou o presidente Ayrton Brozini. ■

O GLOBO
Data 11/06/96
Caderno 2º Pág. 19

Dono de clínica tenta impedir vistoria

Proprietário da Santa Genoveva esconde o livro de registros

Gustavo Goulart

• O dono da Clínica Santa Genoveva, Eduardo Spínola, tentou impedir ontem o trabalho de uma comissão formada por deputados federais e estaduais, vereadores e representantes de entidades de profissionais de medicina. O grupo foi impedido por ele de ter acesso ao livro de ocorrências médicas da clínica para confirmar denúncia de que pacientes com problemas psiquiátricos estariam sendo removidos da Santa Genoveva para a Casa de Saúde Humaitá, em Jacarepaguá, também de sua propriedade. O presidente do Conselho Regional de Medicina, Bartholomeu Coelho, teve de redigir à mão um texto intimando Spínola a apresentar o livro em 24 horas. O dono da Santa Genoveva admitiu a repórteres que pelo menos seis pacientes foram removidos para Jacarepaguá anteontem, sob o argumento de que "estavam muito agitados". Segundo relatório elaborado por uma comissão da Secretaria municipal de Saúde, que vistoriou a Casa de Saúde Humaitá em janeiro, ela não perde em nada para a Santa Genoveva: "É um inferno", dizem os fiscais no relatório.

— A Santa Genoveva foi toda maquiada. Vi idosos abandonados nessas cadeiras, sujos, maltratados — disse a deputada estadual Tânia Rodrigues.

Na enfermaria 205, os deputados encontraram a paciente Eurídice Campos de Oliveira, de 68 anos, diabética, há dois anos internada ali apenas para fazer curativos. No laudo da vistoria feita pelo Cremerj mês passado, a clínica informou que até outubro só atendia pacientes sem possibilidades terapêuticas.

Eduardo Spínola disse ontem achar normal o número de mortes na Santa Genoveva (98 idosos em dois meses) e atribuiu a repercussão do episódio à tentativa de lobistas de desmoralizarem o ministro da Saúde, Adib Jatene.

— Isso tudo não passa de lobby para derrubar o CPMF e desmoralizar o ministro Jatene. Estamos cumprindo todas as determinações do Ministério da Saúde. Mas isso aqui é uma unidade para pacientes terminais. O número de mortes está dentro do normal numa unidade como essa. Tenho gravados depoimentos de cem familiares de pacientes elogiando o nosso atendimento. Mas disso ninguém quer saber. ■

— O relatório mostra que há pacientes abandonados sem banho e outros trancados nus. Mas o que eles querem é maquiar a Santa Genoveva, tirar os pacientes crônicos — disse o presidente do Sindicato dos Médicos, Luiz Tenório.

Ontem, Eduardo Spínola chegou a chamar a polícia para expulsar equipes de reportagem que acompanhavam a vistoria da comissão. O grupo era formado pelos deputados federais Sérgio Arouca, Jandira Feghalli, Ceci Cunha e Cidinha Campos, integrantes da Comissão de Seguridade e Família da Câmara; pelas deputadas estaduais Tânia Rodrigues e Lúcia Souto; pelo vereador Milton Nahum, presidente da Comissão de Saúde da Câmara Municipal; e pelo presidente do Cremerj, Bartholomeu Coelho.

— Isso aqui é pago com dinheiro público e, portanto, temos direitos aqui. A imprensa vai entrar. Senão, eu chamo o Ministério Público Federal e a polícia — gritou a deputada Cidinha Campos.

— A polícia eu já chamei. Isso é invasão de propriedade — respondeu Spínola.

Os parlamentares da comissão não precisaram circular muito:

O GLOBO
Data 09/06/96
Caderno Pág. 32

Dono da Santa Genoveva, 'expert' em antigüidades

Spinola, um dos sócios da clínica em que 97 idosos morreram, tem como hobby objetos antigos

Elaine Rodrigues e Elenilce Bottari

• Acusado junto com seu sócio Mansur José Mansur de pratica de maus-tratos em pacientes idosos, o que teria provocado a morte de 97 deles na Clínica Santa Genoveva, o psiquiatra Eduardo Quadros Spinola é um especialista em antigüidades. Sócio da firma R.S. Antigüidades e Obras de Artes, que funciona no Shopping da Gávea, Eduardo é antigo freqüentador de leilões do Rio e coleciona diversos objetos de arte e jóias antigos catalogados e muito bem conservados, avaliados em mais de R$ 200 mil. Com um patrimônio superior a R$ 2 milhões, Spinola vive confortavelmente em uma casa avaliada em R$ 400 mil, num condomínio fechado na Gávea e só anda acompanhado de seguranças.

Considerado por alguns de seus funcionários um homem truculento, Spinola parece ignorar a gravidade das acusações que pesam contra ele: saiu sorrindo da 7ª DP (Santa Teresa), onde foi prestar depoimento para esclarecer a morte em tão pouco tempo dos mais de 90 idosos internados em sua clínica. Segundo funcionários, a atitude de Spinola sorrindo diante das câmaras, acabou agravando ainda mais a crise entre ele e seu sócio Mansur José Mansur, que chegou a pedir-lhe — numa discussão — que evitasse aparecer ou dar entrevistas. Segundo esses mesmos funcionários, a própria situação da clínica é reflexo das desavenças entre os dois. Mansur, pretendendo investir na iniciativa privada, teria tentado sair da sociedade, vendendo sua parte para o sócio. Eduardo, no entanto, recusou a oferta acirrando os ânimos entre os dois.

Mas, se deixou abandonados os idosos da Santa Genoveva, por outro lado o empresário-médico sempre soube cuidar muito bem de seu patrimônio. Só sua sala de jantar com 17 peças foi avaliada, em 1994, em cerca de R$ 50 mil, o que daria para tratar de 97 idosos por um mês em sua clínica. Entre suas empresas, estão a Casa de Saúde Humaitá, a Clínica Santa Genoveva e a Clínica Sicard. Além da área médica, possui uma empresa de cimento, a Eduric, e a firma Spil Informática e Representação Ltda. Como psiquiatra, atende num consultório de sua propriedade, em Botafogo. Dono de cinco automóveis, gosta mesmo é de seu Subaru preto, avaliado em mais de R$ 40 mil.

Mesmo a veia política não o afasta da área de saúde. Ele ajuda nas campanhas do amigo, Roberto Jefferson, seu colega no PTB. Segundo correligionários petebistas teria sido o próprio Jefferson quem o teria convencido a abrir mão de sua candidatura à Prefeitura do Rio, em apoio à candidatura do deputado Sérgio Cabral Filho. Sua política de saúde como candidato era a defesa da privatização total do sistema de saúde. Em sua curta campanha de candidato, Eduardo tinha como slogan, "depois de um louco, só mesmo um psiquiatra para salvar a cidade". À frente da seção Rio da poderosa Associação Brasileira de Hospitais, o médico sempre defendeu o aumento de repasses para as clínicas credenciadas.

Eduardo é herdeiro de um quarto da sala do Shopping da Gávea onde funciona a loja de Antigüidades e de 25% de um prédio com três pavimentos na Rua Pacheco Leão, avaliados em R$ 200 mil. O GLOBO durante toda a sexta-feira tentou ouvi-lo, mas ele não foi encontrado. ■

JORNAL DO BRASIL
Data: 9 . 06 . 96
Caderno Cidade Pág. 31

p.2

mais alta que na China e nos Estados Unidos, e Rio lidera ranking

Os sinais da velhice

Onde há mais idosos (% da população)



Fonte:IUniversidade da Terceira Idade.

Estado civil dos idosos no Brasil (Em %)



Fonte:IBGE

Aumento projetado da população idosa nos países mais populosos

(Maiores de 60 anos)

	1950*	2025*	Aumento(%)
Brasil	2,1	31,8	1.514,3
México	1,3	17,5	1.346,2
Nogéria	1,3	16,5	1.230,8
Indonésia	3,8	31,2	821,1
China	42,5	284,1	668,5
Bangladesh	2,6	16,8	646,2
Paquistão	3,3	18,1	548,5
Japão	6,4	33,1	517,2
Índia	31,9	146,2	429,3
Estados Unidos	18,5	67,3	363,8

*Em milhões.

Fonte:Organização Mundial de Saúde

Território livre da terceira idade

Copacabana não engana quem observa seu calçadão de linhas sinuosas em qualquer manhã de sol. É o bairro dos idosos, multidão de passos lentos e cabelos brancos que, todos os dias, pula cedo da cama e, nas ruas, mostra como é numerosa. Segundo o médico Renato Veras, que desde 1983 se dedica à pesquisa de temas relacionados à velhice, 22% da população de Copacabana têm mais de 60 anos. "Aqui é o paraíso da terceira idade", diz Glória Monteiro Martins, 76 anos, há 25 na Rua Bolívar, onde é vizinha de outro idoso simpático, o antropólogo Darcy Ribeiro. "Copacabana é o melhor lugar do mundo. Conheço muitos países. É do mundo mesmo."

Como tantos outros idosos, dona Glória procurou Copacabana quando ficou viúva. "Chorei dez anos por meu marido. Tanto que não deu tempo de amar", filosofa. Com uma filha de 48 anos e uma neta de 20, dona Glória vivia em Madureira, no subúrbio, antes de se mudar. "Aqui, o idoso pode fazer qualquer coisa que ninguém repara", ela diz, antes de cair na risada. O casal Nery Nunes, 88, e Jacira, 70, também veio de Madureira. "Chegamos há 16 anos", recorda *seu* Nery, oito filhos, 25 netos. Companheira de caminhadas, dona Glória emenda, fazendo graça: "Nós ganhamos dinheiro no subúrbio e viemos gastar em Copacabana."

Sílvia Dias, 84 anos, 30 de Copacabana, procurou o bairro pela mesma razão de dona Glória — para fugir da solidão da viuvez. Casar de novo? "Não...", ela diz, baixando os olhos. Todas as manhãs, seu roteiro é: caminhar até o quiosque em frente ao prédio onde mora, na Avenida Atlântica, e ali tomar sol e beber água de coco. "É recomendação do meu médico." Dona Sílvia caminha amparada por bengala desde uma manhã em que, passando pela Avenida Nossa Senhora de Copacabana, levou um esbarrão de um assaltante e perdeu a bolsa e a firmeza nas pernas.

A firmeza que falta à dona Sílvia sobra ao auditor fiscal do Tesouro aposentado Alex Fernandes, 86 anos, há 48 na Rua Domingos Ferreira. "Escolhi Copacabana porque fazia esportes: levantamento de peso, luta livre, várias modalidades", ele conta, orgulhoso. "Fui um homem fortíssimo." Ainda é, seu aperto de mão confirma. "Estou velho, mas de pé", brinca.

Num tempo da vida em que as pequenas alegrias passam a ter o valor das grandes, dona Maria de Lourdes, "só Maria de Lourdes", 67 anos, sublima na alma um sonho que vai na contramão da maioria dos idosos do bairro. "Se tivesse dinheiro, iria morar em Juiz de Fora, onde está minha afilhada", diz ela, que mora com a irmã, Ivone, de 69 anos, e não tem filhos. Portuguesa, está em Copacabana há 32 anos. "Hoje, tem muita bagunça", justifica seu desencanto.

Diferente de dona Arlete Guimarães. Mora em Copacabana há 30 anos, veio de Minas Gerais. "Só trocaria este bairro por minha cidade, Bicas", ela diz da janela do segundo andar de seu edifício, na Avenida Barata Ribeiro. Gregório Duarte dos Santos, de 87 anos, há "50 e poucos" na Rua Joaquim Nabuco, não mudaria por nada. "Há lugar melhor do que esse aqui? Se houver me diga que eu mudo para lá", ele se diverte. Casado, sete filhos, 16 netos, nove bisnetos, *seu* Gregório fica sério logo em seguida, quando comenta a situação do idoso no Brasil: "O velho aqui é maltratado. No ônibus, então, é uma desgraça! Esse noticiário sobre a Clínica Santa Genoveva mostrou que o mundo está podre".

JORNAL DO BRASIL
Data: 7/06/96
Caderno Cidade Pág. 18

■ Líder do setor de clínicas na Bahia é aliado de José Mansur

MARCIA GOMES

SALVADOR — Oempresário Mansur José Mansur, um dos donos da Clínica Santa Genoveva, ao lado de Eduardo Spínola, tem como aliado o psiquiatra Silio Andrade, um velho amigo baiano. Juntos, os dois armaram um poderoso lobby em Brasília a favor dos hospitais da rede privada. Silio Andrade é vice-presidente da Federação Brasileira dos Hospitais, presidida por Mansur, e há mais de 30 anos é dono de três sanatórios em Salvador mantidos principalmente com recursos do SUS. No início da sua carreira o psiquiatra era conhecido em Salvador por suas ligações com os partidos de esquerda e, depois, passou a ser um dos líderes dos empresários no setor hospitalar pela cobrança dos débitos do governo federal.

Em sua opinião, a fiscalização realizada nas dependências da Clínica Santa Genoveva, no Rio, é um lobby para impedir a aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o imposto do cheque para beneficiar o setor de saúde. "Nas clínicas geriátricas, o índice de mortalidade é sempre muito elevado. Tudo isso é uma cortina de fumaça para impedir a aprovação do imposto no Congresso Nacional", disse Silio Andrade. Ele não conhece a Clínica Santa Genoveva, mas defende Mansur José Mansur lembrando que os hospitais que atendem aos pacientes do SUS estão sucateados. "Como é possível administrar um hospital falido? O padrão de atendimento cai muito e os pacientes são os que sofrem", disse ao comentar a morte de 88 idosos na clínica do amigo.

A dívida do governo federal com os hospitais da Bahia é de R$ 40 milhões. Segundo Silio Andrade, o governo do estado abriu uma linha de crédito especial no Banco do Estado da Bahia para socorrer os empresários da rede hospitalar privada. "Mas eu e o Mansur vamos pedir dinheiro toda hora ao governo federal. Não pagam a gente. Não temos dinheiro para a imprensa. Vocês estão gastando bala à toa. A CPMF não passa mais", disse, irritado ao ser questionado sobre a situação das clínicas privadas. A deputada estadual Alice Portugal (PC do B), da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa da Bahia, apresentou 142 casos de fraudes no SUS baiano, mas não conseguiu o número de assinaturas necessárias para instaurar uma CPI. "Existe um lobby forte para impedir a investigação destas fraudes. O SUS privilegia o sistema hospitalar privado em detrimento do setor público", disse a deputada.

Spínola queria internar mendigos em sanatórios

■ Prefeitura e SUS arcariam com gastos de implantação de projeto

FLAVIO ARAUJO

Não satisfeito em cuidar de clínicas para idosos e doentes mentais, o presidente da seção Rio de Janeiro da Associação Brasileira de Hospitais, Eduardo Spínola, tinha outro alvo: os mendigos. Em junho de 1993, durante o 9º Congresso Mundial de Psiquiatria, no Riocentro, Spínola — um dos proprietários da Clínica Santa Genoveva, onde morreram 93 idosos nos últimos dois meses, e sócio de Mansur José Mansur, investigado por fraudes pela Polícia Federal, como revelou o **JORNAL DO BRASIL** — assinou um protocolo de intenções com a então secretária municipal de Desenvolvimento Social, Laura Carneiro, com o objetivo de implementar na cidade o Programa de Assistência ao Doente Mental Mendigo (PADMM). A prefeitura depois descartou o projeto, mas Spínola continuou insistindo. Em novembro do ano passado, chegou a enviar ao prefeito César Maia um documento detalhando a proposta.

Segundo Spínola, há uma legião de "doentes mentais mendigos" vagando pelas ruas da cidade. Através do programa, estas pessoas seriam levadas para clínicas, onde receberiam tratamento adequado. "A situação dos doentes mentais mendigos dormindo ao relento, alimentando-se de sobras de lixo, é traumatizante e intolerável, expressando uma insensibilidade e desprezo pela vida humana degradada", diz, no relatório.

De acordo com o documento, a gestão do projeto ficaria a cargo do Instituto Brasileiro de Psico-Neuro Ciências (IBPNC), órgão do qual Spínola é presidente. As despesas seriam pagas com recursos do SUS (Sistema Único de Saúde) e da prefeitura. Caberia ao IBPNC contratar funcionários que seriam responsáveis pela identificação dos "doentes mentais mendigos" nas ruas e também por dar-lhes alta, depois de períodos de internação em clínicas.

"Depois dos idosos e dos doentes mentais, ele quer ganhar dinheiro à custa dos mendigos", acusa um dos assessores do prefeito, que teve acesso ao projeto. "Há um grande número de mendigos nas ruas e seria Spínola quem decidiria quais deles têm problema mental e por quanto tempo deveriam ficar internados. Os custos do programa, por sua vez, seriam da prefeitura", reclama. A iniciativa de implantar o programa em convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Social, de acordo com o assessor, seria uma forma de escapar da fiscalização do Ministério da Saúde.

O projeto de Spínola previa a terceirização da Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, que seria utilizada junto com a Fazenda Modelo, em Campo Grande, como local para atividades de ressocialização dos "doentes mentais mendigos". Já existe um decreto do prefeito César Maia de novembro do ano passado com o objetivo de elaborar estudos para a municipalização da Juliano Moreira. Terminado este processo, bastaria terceirizar sua administração.

Arquivo



Eduardo Spínola

Spínola propôs que a Juliano Moreira ficasse credenciada pelo SUS em psiquiatria. A prefeitura manteria todos os prédios e equipamentos a serem usados pelo IBNPC deveriam estar em perfeitas condições de uso. Todas as áreas em volta dos prédios da colônia ganhariam limites através de muros construídos pela prefeitura. A infra-estrutura incluiria um Núcleo de Coordenação e Pesquisa, um Centro de Admissão, unidades hospitalares e albergues ou colônias. O Núcleo teria como função controlar e avaliar o programa e seria sediado no próprio IBNPC, com manutenção, materiais e pessoal pagos pela prefeitura. O Centro de Admissão talvez ficasse na própria Juliano Moreira, com equipe selecionada pelo IBNPC.

JORNAL DO BRASIL
Data: 7 / 06 / 96
Caderno Cidade Pág. 18

JORNAL DO BRASIL
Data: 7 / 06 / 96
Caderno Cidade Pág. 18

Relatório aponta atendimento precário na Doutor Eiras

MONA BITTENCOURT

A Casa de Saúde Doutor Eiras, em Botafogo, que recebe pacientes particulares e conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS), é mais uma das clínicas psiquiátricas apontadas como caóticas pelo censo encomendado pela Secretaria Municipal de Saúde. No relatório dos pesquisadores, que estiveram na clínica durante os meses de outubro a dezembro de 95, são descritos casos de pacientes feridos sem atendimento, goteiras em enfermarias, cozinha suja, fezes pelo chão e doentes circulando nus pelos corredores. Além disso, foi constatado um número insuficiente de médicos e enfermeiros para o atendimento. Um dos fatos que mais chocou os pesquisadores foi a excessiva quantidade de prescrições de eletrochoques.

A Doutor Eiras apresenta diferenças no atendimento de acordo com a categoria dos pacientes. Os que recebem melhor tratamento são os particulares, que ficam em enfermarias com boas condições de higiene, e os pacientes conveniados do SUS — quando têm parentes que dêem complemento de verba para a instituição. Ainda assim, o Pavilhão Santa Tereza, para doentes desta categoria, foi descrito pelos pesquisadores como um local com "mau cheiro, péssimas condições de higiene com baratas, trouxas de roupa suja, fezes e urina espalhados pelo chão".

Em outro pavilhão, o Imaculada II, 50 mulheres com quadro crônico tinham apenas um médico assistente e uma auxiliar de enfermagem para seu atendimento. Além das péssimas condições de higiene, os pesquisadores encontraram uma paciente sangrando na cabeça e outra expelindo sangue pelo nariz sem serem socorridas.

Outro dado que mereceu atenção dos recenseadores foi a prescrição de medicamentos pelos médicos sem uma visita aos pacientes. "Esses profissionais atendem, em média, 30 a 40 pacientes. Em incontáveis prontuários figurava a anotação de quadro inalterado, conduta mantida ou paciente crônico, manter conduta", descreve o relatório. De acordo com os pesquisadores, após um estudo dos prontuários, foi observado que alguns pacientes são mantidos internados anos a fio, com base nesse tipo de conduta médica.

A prescrição de eletrochoques, indentificada nos prontuários dos pacientes como ECTs, mereceu um capítulo à parte no relatório dos pesquisadores da Doutor Eiras. "O prontuário registra seguidas séries de ECTs. Apenas as mais recentes: 16 de junho, prescrita uma série de 6. Em 27 de setembro, outra série de 6. Esta série foi interrompida em 4 de outubro porque a paciente teve vômitos. Foi feita avaliação clínica e a sessão foi retomada, concluindo com o 6º ECT em 25 de outubro. Agora, em novembro, já há nova série prescrita. Sem que perguntasse, a enfermeira comentou: a L. só com ECT. Ela vive assim. Passa um tempo bem, depois piora, fica agressiva, impaciente, importunando. Dessa vez, o doutor nem esperou, já vai entrar na ECT de novo", relata o pesquisador sobre a situação da paciente, internada há cinco anos na clínica.

Dependentes químicos têm à disposição alojamentos como o Madre Rosa e Unidade Certa, classificados no relato dos pesquisadores como "limpos, arejados" e "com organização e infraestrutura melhor".

O GLOBO
Data 04/06/96
Caderno ... Pág. ...

Secretaria estadual de Saúde construirá seis hemocentros

Objetivo é reduzir casos de Aids causados por transfusão em 15 municípios que não testam sangue

• Para evitar que o número de casos de Aids causados por transfusão no Rio de Janeiro aumente — somente em 1994, 257 pessoas contraíram a doença no estado depois de receber sangue contaminado — a Secretaria estadual de Saúde vai investir R$ 1.850.000 na construção de hemocentros em Niterói, Petrópolis, Nova Iguaçu, Três Rios, Itaperuna e Friburgo, responsáveis por 35% dos casos de transmissão do vírus HIV por transfusão em 94. Segundo a subsecretária estadual de Saúde, Rosângela Bello, o principal objetivo é atender aos 15 municípios, apontados por um relatório da secretaria, que não realizam testes sorológicos nas 10.094 bolsas de sangue coletadas anualmente, expondo seus pacientes ao risco de transmissão de doenças.

A previsão é de que os hemocentros comecem a ser construídos assim que o Ministério da Saúde, que entrou com uma parte da verba, aprove as plantas — o que deve acontecer no próximo mês. Enquanto eles não ficam prontos, a secretaria está orientando os 15 municípios sem controle de qualidade do sangue (Parati, Mangaratiba, Itaguaí, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira, Mendes, Guapimirim, Magé, Itaboraí, Trajano de Moraes, Miracema, Santo Antonio de Pádua, Itaocara, São Fidélis e Cambuci) a utilizar somente bolsas do Instituto Arthur Siqueira Cavalcanti (Hemo-Rio), considerado um centro de referência.

— Ainda não conseguimos provar, mas recebemos denúncias de que estes 15 municípios, que não notificam testes e têm leitos para casos agudos, faziam transfusões braço a braço. Elas são um perigo porque o sangue é coletado na hora da cirugia e não passa por teste — reclamou Rosângela.

A secretaria vai construir também 16 hemonúcleos para suprir os municípios com sangue controlado. Outra iniciativa para evitar novos casos de Aids por transfusão será o teste obrigatório de todos os kits para detecção do vírus HIV no Laboratório Central Noel Nutels. Ele já examinou experimentalmente 12 marcas de kits.Três delas davam resultados errados, mas ainda estavam em fase de testes para entrar no mercado. Segundo Oscar Berro, diretor do instituto, de cada cem amostras que chegam com teste positivo para Aids, cinco são negativas.

JORNAL DO BRASIL
Data: 07/06/96
Caderno Cidade Pág. 18

Mais três mortes na clínica

■ Diretores da Santa Genoveva só permitiram que corpos fossem levados para necropsia após delegada apresentar ordem judicial



Mais três pacientes morreram ontem na clínica geriátrica Santa Genoveva, em Santa Teresa, elevando para 93 o número de óbitos em dois meses naquela unidade conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS). Munida de uma ordem judicial, a delegada titular da 7ª Delegacia Policial, Sônia Belo, conseguiu que os três corpos fossem removidos para o Instituto Médico Legal (IML), onde será feita a necropsia para constatar a causa das mortes. A direção da clínica não queria permitir a transferência e impediu, no início da tarde, que o rabecão do Corpo de Bombeiros levasse os corpos. Parentes das vítimas que prestaram depoimento na 7ª DP garantem que dois dos três óbitos foram causadas por diarréia, em razão das más condições de higiene da clínica.

De acordo com o laudo médico da Santa Genoveva, Severino Clemente Vasconcelos, de 66 anos, teria morrido de câncer na próstata; Analieta Bispo de Santana (66 anos) e Alaíde da Costa Melo (65 anos) teriam sido vítimas de derrame cerebral. Maria Luíza Novaes, amiga de Alaíde, garantiu que a paciente estava com diarréia há quinze dias. Maria Luíza acrescentou que Alaíde realmente teve um derrame, só que isto foi há 14 anos. "As causas podem estar sendo maquiadas pela direção da clínica", alertou a delegada, que havia determinado, no início da semana, que todas os mortos na Clínica fossem levados para o IML.

Até quarta-feira, a determinação foi cumprida, mas ontem o rabecão foi impedido de levar os corpos. "Esta resistência pode agravar a punição dos proprietários", avaliou a delegada. Até o dia 30 de julho o promotor Marcos Ramayana deve denunciar os proprietários. "Eles serão julgados por homicídio culposo, porque foram negligentes. E também por omissão, pois não informaram à Saúde Pública que a clínica enfrentava um surto de diarréia" disse a delegada.

Eduardo Spínola, um dos sócios da clínica, caiu em contradição ao tentar explicar por que os corpos não foram imediatamente enviados ao IML. Primeiro ele alegou que os bombeiros se recusavam a fazer o transporte. Depois, disse à delegada Sônia Belo que a Secretaria Estadual de Saúde havia desobrigado a clínica a fazer a transferência. "Fui checar as informações e descobri que era mentira", disse Sônia Belo. Até o dia 05 de julho toda morte na Santa Genoveva será considerada supeita e exigirá necropsia, de acordo com a ordem expedida ontem à tarde pelo juiz de plantão Jaime Pinheiro Júnior.

Ontem foi dia de visitas para os parentes dos internos e Maria Aparecida da Silva não ficou chocada ao ser informada da morte do marido José Isaias da Silva, ocorrida na quarta-feira. Ela disse que houve uma melhora nas condições de higiene da clínica nos últimos dias, mas acrescentou que sempre precisou trazer alimentos para suprir as necessidades de seu marido.

JORNAL DO BRASIL
Data: 06/06/96
Caderno: Cidade Pag. 23

Ministério veta clínicas

Chefe do escritório regional do Rio determina que hospitais federais não transfiram mais pacientes para unidades conveniadas



Policiais estiveram na Santa Genoveva para realizar perícia e verificaram que as condições de tratamento na clínica melhoraram após as denúncias

JORNAL DO BRASIL
Data: 06/06/96
Caderno Cidade Pág 23



O chefe do escritório regional do Ministério da Saúde, Nildo Aguiar, determinou ontem que os hospitais federais do Rio de Janeiro não transfiram pacientes para a Clínica Santa Genoveva e para as outras 34 casas de acolhida de enfermos Fora de Possibilidade Terapêutica (FPT), existentes no Estado. Nildo determinou ainda que todos os pacientes da Santa Genoveva — 280 até a noite de ontem — sejam transferidos o mais rápido possível para a rede pública. Os pacientes poderiam ficar no Centro Psiquiátrico Pedro II (Engenho de Dentro), no Hospital Olivério Kramer (Realengo) e no Hospital Anchieta (Caju), conforme informou o presidente do sindicato dos médicos do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Tenório.

Na segunda-feira, Tenório participará de uma reunião com o ministro da Saúde, Adib Jatene, e com o ministro da Admnistração Federal, Luiz Carlos Bresser Pereira. "Estimo que sejam necessários 350 novos leitos para a transferência dos pacientes da Santa Genoveva e das demais clínicas insalubres, como a Campo Belo, em Jacarepaguá" afirmou Tenório, que não acredita na viabilidade da transferência em menos de trinta dias. " Seria necessário ainda mais 100 médicos e muitos auxiliares de enfermagem", avaliou o sindicalista. Segundo ela, das 35 clínicas para pacientes FPT do Estado, seis pertencem aos proprietários da Santa Genoveva, Mansur José Mansur e Eduardo Spínola.

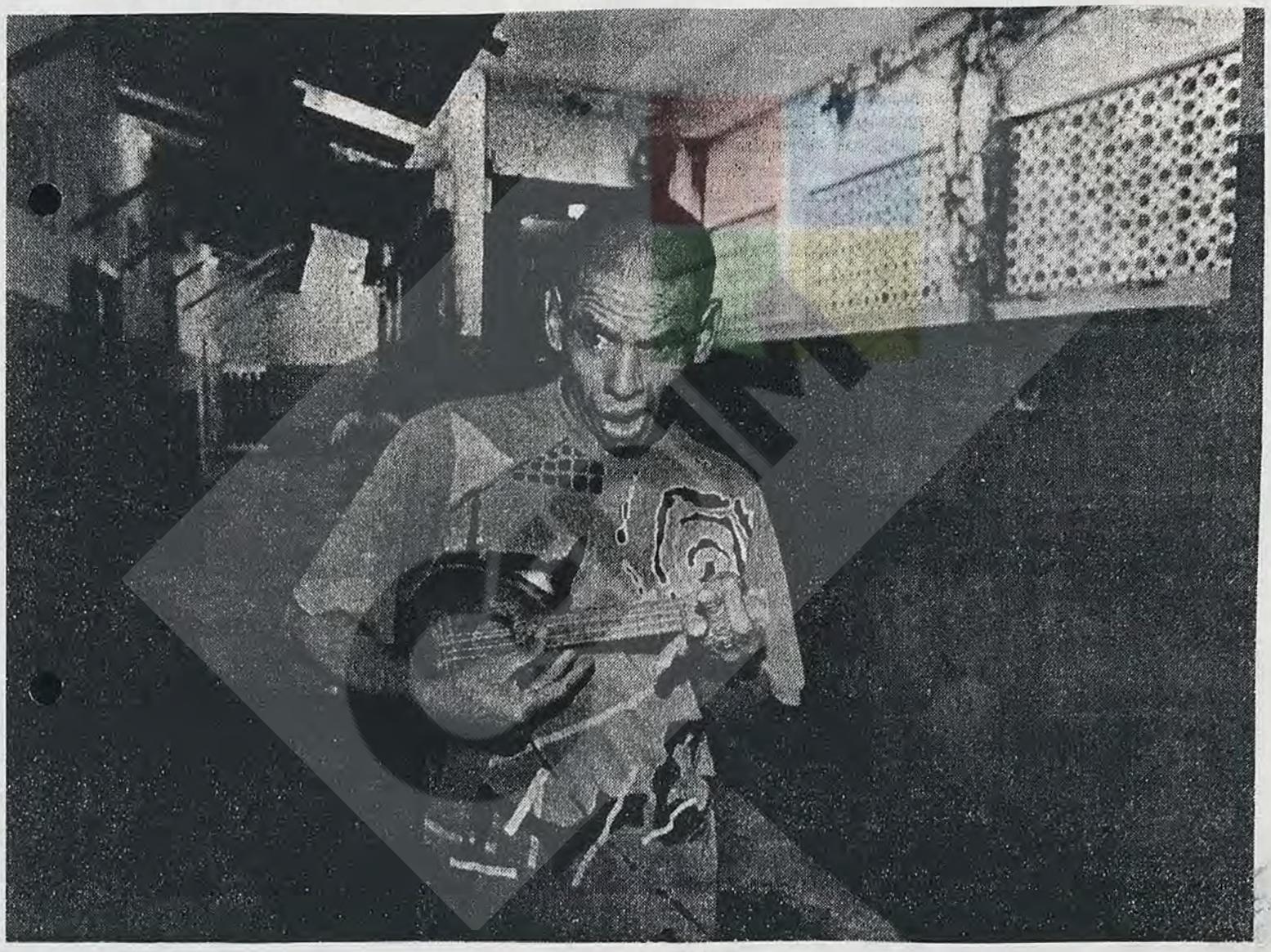
"Eles possuem ainda mais cinco clínicas de hemodiálise no Rio. Temo que aconteça por aqui a mesma tragédia ocorrida recentemente em Caruaru", afirmou Tenório. Os hospitais de hemodiálipertencentes a Mansur e Spínola são: Hospital Santa Cruz em Niterói; Clínica Sicard em Campinho; Clínica Santel, em Campo Grande; Clínica Dom Bosco, em Nova Iguaçú, e Clínica Santa Cecília, em Caxias.

De acordo com o presidente do sindicato dos médicos, cada paciente internado na Santa Genoveva rende aos proprietários R$ 17,96 por dia, referente ao repasse do Ministério da Saúde. " O total mensal por paciente é de R$ 500 mensais. Como a clínica tem cerca de 300 internos, os donos arrecadam cerca de R$ 15 mil por mês. "Portanto, seria falsa a declaração dos proprietários de que eles teriam que investir dinheiro do próprio bolso para manter a clínica", afirmou Tenório.

JORNAL DO BRASIL
Data: 06/06/96
Caderno Cidade Pág. 24

Spínola tentou impedir censo em clínicas

■ Dono da Santa Genoveva dizia que doentes mentais ficariam estressados com a presença de recenseadores da secretaria de Saúde



JORNAL DO BRASIL
Data: 06/06/96
Caderno Cidade Pág. 02

FLAVIO ARAUJO



Transparência não é o forte do médico Eduardo Spínola, presidente da seção Rio de Janeiro da Associação Brasileira de Hospitais e dono de várias clínicas no Estado . Spínola tentou de todas as formas impedir a realização do censo da Secretaria Municipal de Saúde sobre as clínicas psiquiátricas da cidade, conveniadas com o Sistema Único de Saúde (SUS), realizado no ano passado. Como não conseguiu, apelou para um último recurso: propôs que as próprias equipes das clínicas fizessem o levantamento. Em agosto de 95, chegou a visitar o secretário de Saúde, Ronaldo Gazolla, levando um documento com as propostas da Associação Brasileira de Hospitais.

Ética — "Ele tentou impedir o censo, alegando que ele não era ético", lembra o coordenador de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde, Hugo Fagundes. Diante da negativa de Gazolla, Spínola listou uma série de alegações para que as clínicas fossem as responsáveis pelo levantamento.

Ele afirmou, por exemplo, que a atuação de uma equipe da Secretaria poderia levar o interno a sofrer de estresse ou ansiedade. Se a equipe da própria clínica fosse responsável, segundo ele, haveria maior facilidade para obter as informações. O médico, por conhecer bem o paciente, prestaria informações confiáveis .

"Depois, ele criou uma série de dificuldades para nós. Não permitiu, por exemplo, o trabalho nos fins de semana", afirmou Hugo. A atitude de Eduardo Spínola deixa claro que há muito a esconder, fato comprovado por relatos dos recenseadores, publicados ontem no **JORNAL DO BRASIL**. Na Casa de Saúde Humaitá, da qual Spínola é dono, por exemplo, "doentes esqueléticos, passam o dia deitados nus, em colchões de espuma sem roupa de cama, ao lado de suas próprias fezes", descreve um relatório.

Resultados — Realizado de outubro a dezembro do ano passado em 20 clínicas psiquiátricas da cidade — sendo 12 particulares —, os resultados finais do censo só serão divulgados em agosto. Seus resultados preliminares, no entanto, com dados sobre 11 estabelecimentos , já dão uma idéia do quanto a situação é grave. Na maior parte das clínicas, por exemplo, o paciente só recebe com alguma regularidade o atendimento psiquiátrico. Nada de psicólogos, assistentes sociais ou fisioterapeutas.

O GLOBO
Data 06/06/96
Caderno _____ Pág. ____

Traficantes de drogas ficam escondidos na Santa Genoveva e assustam o promotor

Sete homens armados com fuzis e pistolas ocupam o asilo para fugir de policiais

• Em vez dos idosos na Clínica Santa Genoveva, traficantes. Essa foi a surpresa do dia para o promotor Marcos Ramayana, encarregado de investigar as mortes na clínica, ao chegar ontem à noite em Santa Teresa, numa visita não anunciada. Sete homens, fortemente armados com fuzis e pistolas, se escondiam na Santa Genoveva.

— Quem é o senhor? — foi a primeira pergunta feita pelos bandidos.

Ramayana, de terno e gravata, foi rápido no raciocínio e se fez passar por médico da clínica. Os traficantes não acreditaram muito e mostraram logo desconfiança. A saída do promotor foi inventar então que estava ali para visitar um paciente que não estava passando muito bem de manhã quando da visita médica matinal. O promotor foi, então, liberado para ver o paciente.

Um policial acredita que os traficantes tenham se escondido na clínica para fugir da operação que estava sendo realizada em toda a cidade ontem.

Antes disso, pela manhã, o presidente do Sindicato dos Médicos do Rio, Luiz Tenório, disse que os 280 pacientes da clínica deverão ser removidos para os hospitais Olívério Kramer e Pedro II, assim que houver leitos disponíveis, o que deve acontecer até o fim do mês. Ele disse que a decisão de retirar os doentes FPT (Fora de Possibilidade de Tratamento) das clínicas particulares para hospitais públicos já foi tomada pelo Ministério da Saúde. Nesta sexta-feira, uma comissão conjunta da Secretaria estadual de Saúde e do escritório de representação do Ministério da Saúde dará início a uma auditoria contábil e médica na Clínica Santa Genoveva.

Na quarta-feira, Tenório e o representante do Ministério da Saúde no Rio, Nildo Aguiar, irão a Brasília pedir aos ministros Adib Jatene, da Sáude; e Bresser Pereira, da Administração, que contratem com urgência pessoal especializado para atender aos pacientes classificados como FTP. Ontem, Aguiar recomendou aos diretores dos hospitais públicos federais da cidade que não transfiram nenhum paciente para qualquer das 36 clínicas cariocas credenciadas pelo SUS para cuidar de doentes FTP.

Desde abril, 90 pacientes morreram na Clínica Santa Genoveva. Ontem foram dois: José Isaias da Silva, de 54 anos, de câncer na próstata; e Francisco Fernandes da Costa, de 49, de câncer linfático.

Além de já serem acusados pela Procuradoria-Geral do Estado

O GLOBO
Data 06/06/96
Caderno _____ Pág. ____

CLÍNICAS DOS HORRORES: *Bandidos cercam um representante do Ministério Público*

de homicídio culposo e negligência, na próxima semana os donos da Clínica Santa Genoveva, Mansur José Mansur e Eduardo Spíndola deverão ser expulsos do Sindicato dos Médicos do Rio. Na segunda-feira, a diretoria do Sindicato vai convocar uma assembléia-geral para dar início ao processo de expulsão.

Por causa das péssimas condições da Clínicas Santa Genova que provocaram alto índice de mortes no local, a Secretaria estadual de Saúde está estudando a possibilidade de atender a domicílio pacientes classificados como FPT.

Delegada vai ouvir ainda os funcionários da clínica

Ontem, a delegada Sônia Bello, titular da 7ª DP (Santa Teresa) passou a tarde na Assembléia Legislativa ouvindo os deputados Tânia Rodrigues (PT), Lúcia Souto (PPS) e Henry Charles(PSDB), da Comissão de Saúde da Alerj, que estiveram na Santa Genoveva dia 30. Ela deixou para ouvir hoje e amanhã, na delegacia, os funcionários da clínica.

— Nós fizemos para a delegada um relatório do que vimos lá, principalmente na cozinha, onde havia alimentos deteriorados, o freezer estava sujo, tinha sapo na geladeira e não havia filtro. Encontramos velhinhas na enfermaria sentadas em cadeiras de madeira e com muita água no chão, o que nos levou a supor que elas tomaram banho ali mesmo. Só havia água fria nos banheiros. De acordo com as papeletas de prescrição, a última visita dos médicos havia sido feita dia 28. Os remédios estavam em bandejas sem especificação sobre os pacientes que deveria tomá-los ou o número de seus leitos — disse a deputada Tânia Rodrigues.

Ela acrescentou que os deputados querem também desmascarar os donos da clínica quanto ao fato que ali só havia doentes crônicos e terminais:

— Havia dois paraplégicos de 23 anos e um menino de 18, além de outros jovens que foram internados com uma patologia e haviam desenvolvido outra. O Wendel dos Santos, por exemplo, é paraplégico e deverá ter que amputar as pernas por que suas escaras são tão grandes que os ossos das duas pernas estão à mostra. — denunciou Tânia.

A deputada acrescentou ainda que está tentando a transferência de Wendel para o Hospital de Traumato-Ortopedia e a do outro paraplégico, internado lá há dois meses, para a ABBR, onde ele deverá ficar internado para fazer fisioterapia. ■

O GLOBO
Data 05/06/96
Caderno ____ Pág. 1

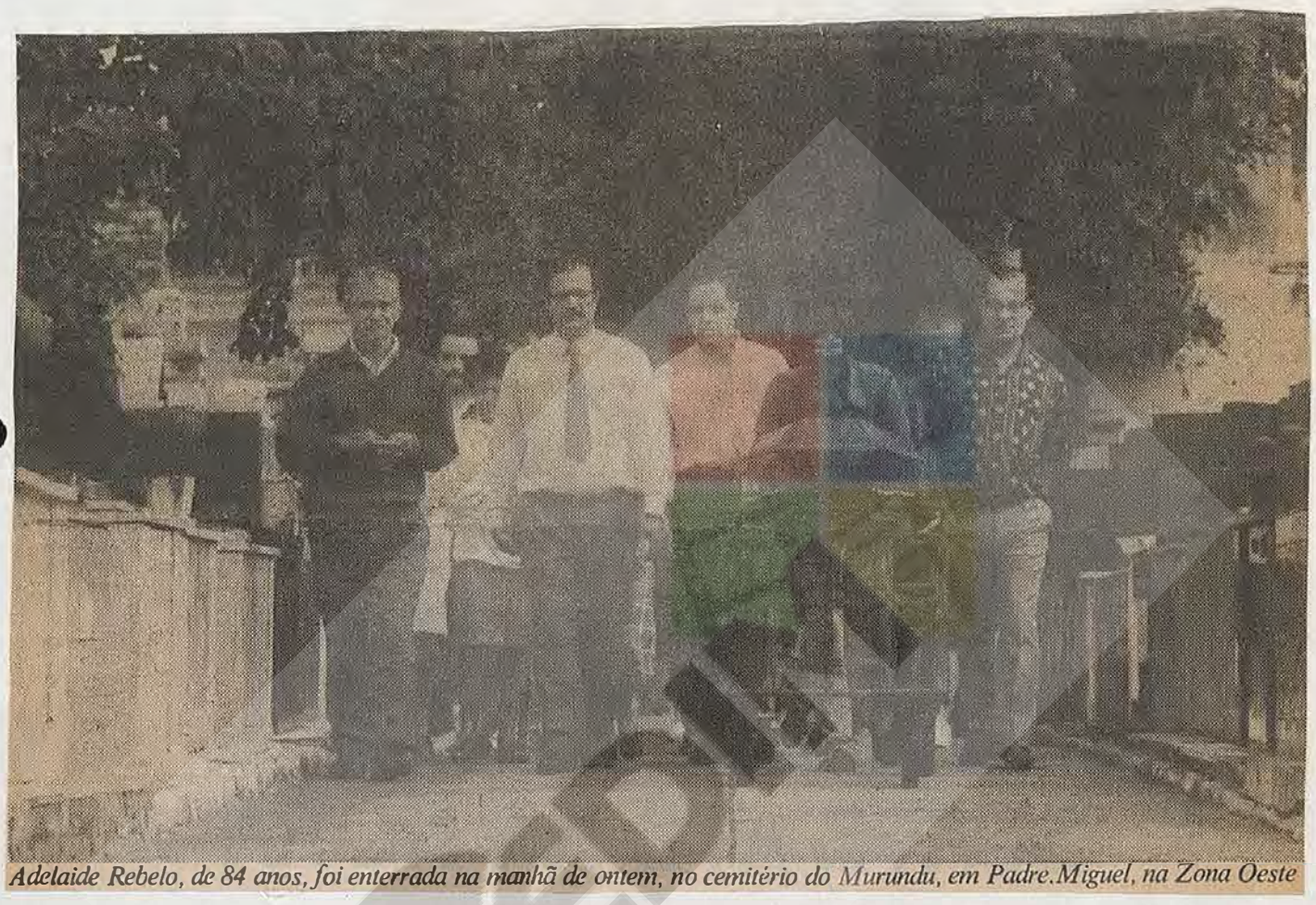
Proprietários de clínica vão ser acusados de homicídio

Procuradoria-Geral de Justiça ordena a abertura de inquérito

• Os proprietários da Clínica Santa Genoveva, onde morreram 88 idosos nos últimos dois meses, responderão a inquérito por homicídio culposo e negligência médica. A abertura do inquérito contra Mansur José Mansur e Eduardo Spíndola foi determinada ontem pelo procurador-geral de Justiça, Hamílton Carvalhido. O promotor Marcos Ramayana acompanhará as investigações. A Procuradoria recebeu ontem notícia-crime encaminhada por deputados que participaram da vistoria.

JORNAL DO BRASIL
Data: 04/06/96
Caderno ___ Pág. 20

Revolta marca dois enterros



Adelaide Rebelo, de 84 anos, foi enterrada na manhã de ontem, no cemitério do Murundu, em Padre Miguel, na Zona Oeste

■ Parentes e amigos de internos culpam clínica por morte de idosos

A família do aposentado Rosário Vitorino de Oliveira, de 77 anos, sabia que ele não estava nada bem, que a internação na Clínica Santa Genoveva serviria apenas para ganhar mais tempo. A família da dona-de-casa Adelaide Ferreira Rebelo, de 84 anos, sabia que ela sofria de osteoporose, uma doença grave, mas não capaz de matar de uma hora para outra. Ainda surpresas pela velocidade dos acontecimentos, as duas famílias tiveram que seguir ontem de manhã o mesmo rito: sepultar seus entes queridos.

Das 50 pessoas que estiveram presentes ao enterro de Rosário no Cemitério de Irajá, quase todas eram fiéis da Igreja Presbiteriana de Parada de Lucas, que se cotizaram para pagar o sepultamento. "Ele ia sempre à igreja, mesmo se arrastando com a perna inchada. Apesar de ser muito pobre, *seu* Rosário era muito alegre e otimista, uma pessoa muito querida", lembrou, emocionado, o aposentado Eliezer Paes Leal, um dos membros da igreja.

Rosário deixou uma família pequena: a mulher, uma filha e um neto. Somente a filha Ruth foi ao cemitério de Irajá. A família decidiu interná-lo na na Santa Genoveva, porque não tinha mais condições de tratar Rosário em casa. Com a esclerose em estado avançado, alternava momentos de lucidez com outros de completa inconsciência. As seqüelas de um derrame prejudicavam seus movimentos, o que o obrigava a andar permanentemente com uma bengala. Outra preocupação era o coração, já que sofrera um infarto.

"Quando foi internado, já estava muito mal. Isso não significa, porém, que a clínica não tenha responsabilidade. Só o laudo do Instituto Médico Legal vai dizer a causa da morte. E é o que queremos saber", disse Francisléia Leal, mulher de Eliezer.

Falta de cuidados — Essa é a mesma preocupação da família da dona-de-casa Adelaide Ferreira Rebelo, que sofria de osteoporose (degeneração dos ossos) e foi enterrada no Cemitério do Murundu, em Padre Miguel. "Internamos numa clínica porque ela já não se alimentava mais, precisava de soro, estava desidratada. Mesmo assim, temos certeza de que seu estado piorou lá dentro por falta de cuidados adequados. Osteoporose não mata assim num piscar de olhos", afirmou Janaína Rebelo Knauer, neta de Adelaide.

A desconfiança da família tem motivos concretos, segundo outro neto de Adelaide, Marcos Rebelo, que visitou a avó na quinta-feira passada. "Ela conversou bastante, parecia bem. Mas o que mais chamou minha atenção foi o cheiro, uma coisa horrível, mistura de fezes com urina", contou. Janaína também testemunhou cenas que não condizem com um local cuja função seria tratar a saúde dos idosos. "Estava passando no corredor, quando uma velhinha muito magra me chamou, pedindo um biscoito. Prometi levar na próxima visita. Agora, nem sei se ela ainda está viva".

Entre as 60 pessoas que foram ao sepultamento de Adelaide — a maioria parentes e vizinhos —, se mostravam revoltados com as propinas exigidas por funcionários do IML para apressar a liberação do corpo. "Dei R$ 20 para o atestado de óbito, R$ 10 para vestir o corpo, R$ 10 para o corpo descer para o térreo e R$ 10 para o carro da funerária sair", denunciou Marcos.

JORNAL DO BRASIL
Data: 04/06/96
Caderno Pág. 09

Bactérias foram causa das mortes

A Clínica Santa Genoveva, em Santa Teresa, servia alimentação contaminada. Os indícios de que as 88 mortes em apenas dois meses estão associadas a infecções provocadas por bactérias transmitidas pela comida ou pela água foram confirmados ontem: de 108 amostras de fezes coletadas nas enfermarias femininas, na sexta-feira, 32 contêm bactérias causadores de desidratação por diarréia — a *Shigella* ou a *Salmonella*. O resultado das análises foi divulgado ontem à noite pelo diretor do Laboratório Central de Saúde Pública, Noel Nutels, Oscar Berro. Dos 32 casos comprovados de infecção na Clínica Santa Genoveva, 26 são de contaminação pela *Shigella* e seis pela *Salmonella*. "São duas bactérias encontradas principalmente na comida e na água. É um sinal flagrante de deterioração dos alimentos", disse Oscar Berro, que espera ter amanhã os resultados dos outros exames. Ele observou que as diarréias causadas pelas duas bactérias podem levar à morte porque enfraquecem com rapidez o organismo, se o doente não for logo tratado.

Presidente se diz "chocado"

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso ficou "chocado" com as mortes de 88 idosos na Clínica Santa Genoveva, em Santa Teresa. A informação é do o porta-voz da Presidência da República, embaixador Sergio Amaral. Ainda segundo o porta-voz, "há indícios claro de desleixo no atendimento dos idosos", mas o fechamento da clínica vai depender do resultado das investigações que estão sendo feitas na clínica pelo Ministério da Saúde.

Sérgio Amaral afirmou que o presidente ficou satisfeito com as providências tomadas pelo ministro da Saúde, Adib Jatene. O porta-voz negou, porém, que o ministro tenha agido mais rápido diante das denúcias sobre a clínica carioca do que no episódios das mortes de pacientes do Instituto de Doenças Renais de Caruaru, em Pernambuco. Jatene visitou a clínica de idosos três dias depois das primeiras denúncias na imprensa. No entanto, o ministro só decidiu ir a Recife quase dois meses após a primeira morte de paciente renais em Caruaru. Segundo Sergio Amaral, na clínica de idosos a causa da morte era conhecida. Já em Pernambuco, houve demora em identificar o motivo das mortes dos internos.

JORNAL DO BRASIL
Data: 03/06/96
Caderno: Pág 14

Deputada pede CPI para apurar falhas

Indignada com o resultado da visita do ministro da Saúde, Adib Jatene, à Clínica Santa Genoveva, a deputada Solange Amaral (PFL) está entrando hoje com um pedido de CPI na Assembléia Legislativa para investigar as clínicas supervisionadas pela Secretaria Estadual de Saúde. "O ministro demonstrou que é muito condescendente e muito amigo dos donos dos hospitais", disse a vice-presidente da Comissão do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado.

A deputada rebate as declarações de Jatene — que achou insuficiente a verba diária de R$ 17,80 destinada para cada paciente da clínica — e faz as contas. "Tomando como média os 300 pacientes da clínica, eles recebem R$ 5.340 por dia e R$ 160.200 por mês. Até maio foram mais de R$ 800 mil, quase um milhão arrebatados do SUS (Sistema Único de Saúde) para dar comida estragada, água contaminada e remédios insuficientes para doentes terminais", protesta.

Ela aponta a morte de mais três idosos na Genoveva para reafirmar o "pouco caso do ministro, que sequer falou em suspender os convênios ou verificar pagamentos. Se essas pessoas tivessem sido removidas para um hospital, ainda no sábado, poderiam ter sido salvas", critica. Depois da tragédia, ela diz estar recebendo muitas denúncias contra outras instituições do gênero. "Eu faço um outro convite ao ministro para dar um pulinho no Abrigo Cristo Redentor, que tem administração pública", declara.

O deputado federal Sérgio Arouca (PPS) informou ontem que vai solicitar ao Tribunal de Contas da União uma auditoria nas unidades que pertencem aos donos da Clínica Santa Genoveva. O deputado suspeita que por trás da contabilidade dessas unidades existam fraudes envolvendo recursos do Sistema Único de Saúde. "A situação na clínica é comovente, um absurdo. Um Carandiru no Rio de Janeiro. O pior é que foi preciso que mais de 80 pessoas morressem para que o escândalo do abandono se tornasse público", acusa Arouca.

A deputada estadual Lúcia Souto já convocou uma audiência pública no Rio para apurar as responsabilidade dos donos da clínica Santa Genoveva e de autoridades da saúde nas mortes dos idosos. Estão intimados a participar da audiência os donos e responsáveis pela clínica, o representante do Ministério da Saúde no estado, os parentes das vítimas e a delegada Sônia Melo, que esteve na clínica.

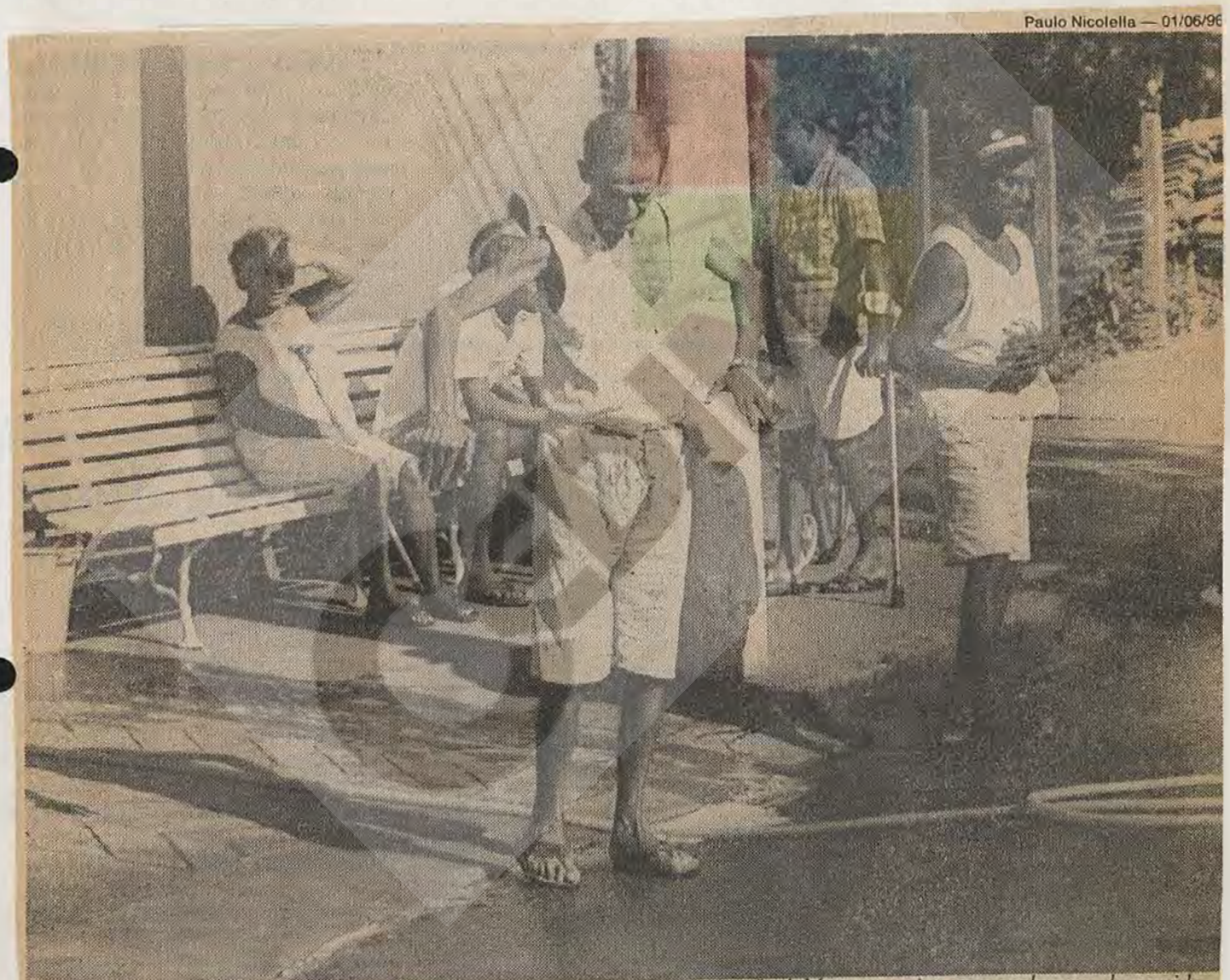
"Não se pode tratar o problema como uma questão isolada. Devem existir várias clínicas em situação semelhante, matando dezenas de pessoas", diz a deputada. Lúcia Souto pretende, ainda, pedir uma audiência ao Ministério Público e solicitar que o órgão denuncie Marnsur José Mansur e Eduardo Espindola por crime de homicídio. "Isso é assassinato. Abandono e desrespeito. Não podemos assistir a tudo isso sem fazer nada", disse Lúcia.

Apesar da situação de abandono em que vivem, os pacientes da Santa Genoveva podem continuar a viver na clínica onde 87 pessoas morreram nos últimos dois meses. O secretário estadual de Saúde, Antônio Luiz Medina, disse que o destino dos idosos ainda não está definido. "Antes a gente tem que saber se existem outras clínicas com estrutura para receber os pacientes da Santa Genoveva. Se não houver, eles vão ter que ficar lá mesmo", afirmou.

A inspeção da Vigilância Sanitária nas clínicas geriátricas do estado, feita em parceria com o governo federal, começa amanhã. Além da vistoria nos asilos, a secretaria vai aguardar o fim das autópsias nos mortos para decidir sobre a transferência dos pacientes da Santa Genoveva. "Na quinta-feira todas as clínicas já terão sido vistoriadas", acredita.

O GLOBO
Data 03/06/96
Caderno ____ Pág. 14

Má impressão em dia de visita



Na Clínica Santa Cecília, em Caxias, também de propriedade de Mansur José Mansur, os internos reclamam da comida

O GLOBO
Data 03/06/96
Caderno ____ Pág. 14

■ Na Santa Cecília, em Caxias, o medo é de que o drama se repita

LUCIANA NUNES LEAL

Quem entra na Clínica Santa Cecília, em Duque de Caxias — denunciada ontem pelo **JORNAL DO BRASIL**, por juntar pacientes terminais e doentes mentais — tem logo uma impressão ruim. Ao lado do pátio interno da clínica —que também pertence a Mansur José Mansur, um dos donos da Santa Genoveva— há um terreno que serve de depósito de lixo e mobília velha. Caixotes empilhados, fogão, camas hospitalares quebradas e sacos de lixo abertos ficam a 15 metros da uma área comum, por onde transitam empregados, pacientes e visitantes. Durante o horário de visita, ontem, das 15h às 16h, porém, os parentes dos internos não pareciam se importar com a proximidade da sujeira. Estavam apavorados com um problema muito pior: as péssimas condições de atendimento da clínica de Santa Teresa.

"Vi tudinho na televisão. O lugar onde fica a água estava cheio de lodo, imundo. Não gosto nem de pensar no sofrimento de quem está lá dentro", comentava com outros parentes de internos a dona-de-casa Leonor Corrêa da Silva, que aguardava na fila a hora de ver o pai. Ela preferiu não dizer o nome do velhinho, internado há dois anos, mas não escondeu a preocupação por ter apenas uma hora, três vezes por semana, para ver o pai. "A gente fica num dilema. Não tem condição de manter uma familiar em casa, mas tem medo de que possa precisar de alguma coisa", disse Leonor.

Os visitantes de ontem se mostravam aliviados e garantiam que as condições de atendimento na Santa Cecília não são tão precárias quanto as da Santa Genoveva. "Mas que no fundo a gente fica apreensiva, isso fica", comentou uma senhora que esperava para ver o filho, internado há quatro anos.

Era uma espécie de *síndrome da clínica Santa Genoveva*. As conversas giravam em torno das quase 90 mortes em dois meses, da desnutrição e das crises de diarréia dos velhinhos de Santa Teresa.

Pelo menos nas enfermarias, a Clínica Santa Cecília parece muito mais bem cuidada do que a Santa Genoveva. Quartos e banheiros são limpos, apesar da infiltração em algumas paredes. Mesmo assim, há uma grande tristeza na hora da visita. Ontem, pelo menos metade dos pacientes não foi procurada por nenhum parente ou amigo. Grupos de oração das igrejas evangélicas se encarregam de confortar os velhinhos abandonados pela família. Lêem trechos da Bíblia e distribuem folhetos com mensagens de otimismo. Alguns internos choram. Outros praguejam. Enfermeiras tentam limpar os pacientes que urinam e defecam na cama, muitos deles em estado tão grave de esclerose que ficaram dementes.

Os parentes que vão à clínica aproveitam a hora para dar comida, ajeitar frutas em pequenas cestas, trocar a roupa de cama. "Prefiro trazer lençóis e fronhas porque tenho certeza que estão limpas e não estão rasgadas", disse uma senhora. "Eles agradecem quando a gente traz, porque sobra roupa de cama para os doentes que não têm ninguém".

Como constatou o **JORNAL DO BRASIL** na manhã de sábado, há doentes mentais entre os velhinhos. Não existem enfermarias separadas para eles, mas os outros internos não reclamam. "Eles não nos incomodam ", disse um interno que preferiu não se identificar, mas aproveitou a oportunidade para reclamar da comida. "Antigamente tinha tomate, eu adoro tomate. Mas de um tempo para cá, é sopa toda hora", disse. No jargão das clínicas, essa refeição é chamada de "sopa de pelanca". Com a diminuição dos repasses federais, a alimentação é um dos primeiros setores a sofrer cortes de despesas.

■ Secretaria de Saúde condena o convívio de idosos e doentes mentais

O superintendente de Saúde Coletiva da Secretaria Estadual de Saúde, Durval de Souza Mota, disse ontem que a Clínica Santa Genoveva não é credenciada para tratamento psiquiátrico, embora preste esse tipo de atendimento. No sábado, o **JORNAL DO BRASIL** flagrou uma doente mental divindindo a enfermaria com os idosos na Casa de Saúde Santa Cecilia, em Duque de Caxias — que também pertence a Mansur José Mansur, um dos sócios da Santa Genoveva. De acordo com Durval, a Secretaria poderá determinar a transferência dos pacientes psiquiátricos que forem encontrados em clínicas sem estrutura para atendê-los.

O secretário de Saúde, Antônio Luiz de Medina, disse que não pode afirmar que a situação da Santa Cecília também é ilegal. "Medicamente, porém, não se deve misturar esses pacientes. Eles precisam ter atendimento diferenciado", observou. Durval Mota garantiu que, na vistoria que será feita em todas as clínicas da cidade destinadas ao atendimento de doentes terminais, os técnicos analisarão os doentes psiquiátricos caso a caso.

"Existem várias questões, como de um desses pacientes estar numa situação de abandono. Mas, a princípio, uma clínica que prestar atendimento a doentes mentais precisa ter toda uma organização estrutural e de corpo clínico condizente, que inclui psquiatras, psicólogos e auxiliares de enfermagem treinados", afirmou.

Após a vistoria que fez ontem na Clínica Santa Genoveva, Durval de Souza Mota disse que a casa de saúde não atendia pacientes potencialmente agressivos. Pouco depois, na porta da clínica, Maria Amaro de Macedo, de 37 anos, contou que seu irmão, João, de 45 anos, costumava agredir médicos e enfermeiros. "Ele tem problemas neurológicos. Há muito tempo, entrou numa fase calma, mas já chegou a estragar uma festinha promovida pelos médicos", lembrou.

Comissão avalia condições de 36 clínicas

A Secretaria Estadual de Saúde e o Ministério da Saúde começam a vistoriar amanhã todas as 36 clínicas que abrigam pacientes classificados como Fora de Possibilidade Terapêutica (FPT). Desde ontem, uma comissão está encarregada de levantar dados sobre o número de leitos e o perfil dos pacientes das 24 unidades do Rio e de 12 do interior do Estado, que, juntas, somam 5 mil leitos credenciados. A partir de amanhã, 10 equipes formadas por médicos e técnicos da Secretaria e do Ministério da Saúde sairão em campo para avaliar as condições de tratamento dos pacientes.

A hipótese de interdição e descredenciamento da Santa Genoveva está, a princípio, descartada, até elaboração de diagnóstico definitivo das condições de atendimento e das causas das 88 mortes. O trabalho deve estar concluído até o fim desta semana. O secretário municipal de Saúde, Ronaldo Gazola, anunciou ontem que o município vai intervir na clínica. Segundo ele, a prefeitura fará uma "gerência supervisionada", o que inclui o repasse de R$ 240 mil de verbas do Sistema Único de Saúde (SUS) à clínica, que o Ministério da Saúde não paga desde novembro. Quando o ministério autorizar o pagamento atrasado, o dinheiro será devolvido à prefeitura.

Com a intervenção, os internos continuarão na clínica, ao contrário do que determinou o ministro da Saúde, Adib Jatene. "Mas, para mantê-los lá, vamos verificar a qualidade dos alimentos, o estado do frigorífico, vamos monitorar a água consumida lá e acompanhar exames e medicamentos", contou Gazola.

A solução não está no hospital

ISRAEL TABAK

Se o Ministro Adib Jatene quiser realmente privilegiar a medicina comunitária no país — como garantiu ao **JORNAL DO BRASIL** — pode incluir desde já no seu programa a Clínica Santa Genoveva e todas as outras especializadas em doentes terminais e psiquiátricos que vivem às custas do dinheiro do ministério. Para isto basta oferecer a cada família — para que cuide dos seus parentes em casa — os cerca de R$ 500 que ele paga mensalmente a estas clínicas.

Esta solução — viável em 90% dos casos, segundo a experiência internacional — é mencionada em vários estudos feitos nos últimos anos por especialistas em assistência médica, no Brasil. Um desses estudos, quando o atendimento ainda estava a cargo do extinto Inamps, foi engavetado, por pressão dos donos de hospitais. Mas os dados permanecem atuais. O trabalho provou que as internações dos doentes FPT (Fora de Possibilidade Terapêutica) e psiquiátricos são o *filé mignon* dos hospitais que vivem às custas do SUS, gastando uma soma desproporcional de recursos, se comparada com as outras especialidades.

Os dados oficiais de 1995 confirmam o que o estudo já demonstrara há 10 anos. Em 1995, os doentes FPT e psiquiátricos foram responsáveis por 10.82% das internações no Estado do Rio, mas consumiram 34.84% dos recursos. E o mais grave: comparando o número total de internações da época do estudo e o de 1995, verifica-se um aumento de quase 50%, enquanto em outros países era intensificado o atendimento domiciliar. O estudo mostra a experiência de países como Inglaterra, França, e Alemanha, que substituíram, com sucesso, os asilos e *depósitos* de doentes mentais pela assistência familiar. A solução proposta e que está até hoje no papel, seria viável em 90% dos casos, excluindo-se os de sociopatas, de absoluta necessidade de internação e os de doentes que não têm família. Esses números foram obtidos através de análises de prontuários médicos, nas duas especialidades, feitas durante inspeções multisciplinares nos hospitais do SUS. Ficou comprovado que em 85% dos casos, esse tipo de paciente não consome mais do que R$ 3 por dia, em média, em medicamentos. A chance desta solução ser vitoriosa no Brasil é ainda maior do que nos países onde a experiência já existe, em razão dos dados específicos sobre renda, mostrados pelo IBGE.

Os números indicam que 75% da população economicamente ativa ganha até três salários mínimos. E mais: 15 milhões de aposentados ganham um salário mínimo. Portanto, uma subvenção de cerca de 5 salários mínimos converteria o doente em arrimo para a grande maioria das famílias. O paciente se transformaria, no mínimo, num patrimônio, a ser zelado.

Isto facilitaria o trabalho dos agentes comunitários e de seus supervisores médicos, que os visitariam em intervalos regulares pré-estabelecidos. O programa contribuiria para melhorar a distribuição de renda no país: só no caso do Estado do Rio, os cerca de R$ 100 milhões pagos por ano aos hospitais, ao invés de circular pelo caixa de meia dúzia de empresários, implementaria a renda de cerca de 60 mil famílias.

Pol. Rio / Assist.

O GLOBO
Data 03/06/96
Caderno 1 PÁG. 9

Jatene ordena fechamento da Santa Genoveva

Donos da clínica serão punidos pelas mortes com ações penais e unidade será descredenciada do Sistema Único de Saúde



UM RABECÃO DO CORPO de Bombeiros remove o corpo de mais um dos mortos da Clínica Santa Genoveva para o IML, para a realização da autópsia

Hugo Marques e Inês Amorim

• Ao ser informado sobre a morte de mais quatro pacientes da clínica Santa Genoveva, ontem, o ministro da Saúde, Adib Jatene, afirmou que vai fechar a instituição, onde 88 internos morreram nos últimos dois meses. Antes de determinar o fechamento da clínica, no entanto, o ministro disse que é preciso providenciar a transferência de todos os pacientes para outros hospitais geriátricos. Jatene afirmou ainda que os responsáveis serão punidos.

— Se puder, transfiro todos os pacientes entre hoje e amanhã. Estamos procurando vagas em outros hospitais do Rio e de cidades próximas. Depois disso vou fechar a clínica e descredenciá-la do SUS. Pretendo punir os donos da Santa Genoveva com ações penais nas áreas administrativa, cível e criminal — disse Jatene, sem esconder sua indignação com as novas mortes.

O ministro da Saúde passou o dia de ontem mantendo contatos pelo telefone, de São Paulo, com a Vigilância Sanitária e com a Secretaria Estadual de Saúde do Rio, tentando viabilizar o mais rapidamente possível a transferência dos pacientes para locais mais seguros e higiênicos. Jatene ainda não tinha dados suficientes para definir que tipo de punição os donos da Santa Genoveva sofrerão, mas deixou claro que eles serão responsabilizados criminalmente pelas mortes.

Só ontem morreram mais quatro pacientes da Santa Genoveva: Carlos Viana, de 70 anos, Rosário

O GLOBO
Data 03/06/96
Caderno 1 Pág. 9

Vitoriano de Oliveira, de 77, e Adeláide Ferreira Rebello, de 84, faleceram durante a madrugada de sábado para domingo. A quarta vítima foi Farid Abdom, de 82 anos. Transferido sábado para o Hospital Souza Aguiar em estado grave e morreu às 15h30m de ontem. As causas das mortes só serão conhecidas depois que forem feitas as autópsias no Instituto Médico-Legal, para onde os corpos foram removidos.

De Istambul, onde participa da Segunda Conferência Sobre Assentamentos Urbanos (Habitat 2), o prefeito César Maia, ainda sem saber da decisão do ministro, determinou que a Secretaria Municipal de Saúde intervenha na clínica, adotando uma administração conjunta. O prefeito em exercício, Gilberto Ramos e o secretário Municipal de Saúde, Ronaldo Gazolla, decidiram, também sem saber ainda que Jatene tinha mandado fechar a clínica, fazer uma reunião hoje, às 12h, com Mansur José Mansur, um dos sócios da Santa Genoveva, para decidir quais serão os procedimentos adotados.

Uma das idéias seria contratar profissionais para a instituição. Se isso acontecesse, médicos do Município iriam esbarrar com colegas que trabalham para a Secretaria Estadual de Saúde nos corredores da instituição de Santa Teresa. Depois de uma visita à clínica na manhã de ontem, uma comissão liderada pelo governador em exercício, Luiz Paulo Corrêa da Rocha, pelo secretário Estadual de Saúde, Antônio Luiz de Medina e pelo presidente da Cedae, José Maurício Nolasco, determinou, entre outras coisas, que uma equipe da Secretaria acompanhe os trabalhos médicos na Santa Genoveva até o resultado da investigação epidemológica ser concluído. Isso deve acontecer até o fim da semana.

Cisternas estavam com mais de 30 centímetros de lodo

Como uma das hipóteses para a causa da diarréia que atingiu vários internos é contaminação da água que abastece a clínica, a comissão decidiu esvaziar e limpar as quatro cisternas da instituição, que serão enchidas com água clorada fornecida por carros-pipa. Ao esvaziar as cisternas, a equipe da Cedae constatou que havia mais de 30 centímetros de lodo nas caixas d'água. Ou seja, mesmo que as águas vindas das fontes não estivessem sujas ficariam impróprias para o consumo. Mostras de água já foram colhidas e estão sendo analisadas.

Outra medida tomada pela comissão é o levantamento do perfil dos pacientes, pois, apesar de ser credenciada apenas para o tratamento de pacientes terminais e crônicos, a clínica atende ainda a doentes mentais e mutilados.

— A mistura de doentes não é recomendável do ponto de vista médico, pois cada paciente necessita de um tratamento diferenciado. A direção da clínica argumenta que o número de mortes é grande porque só há doentes terminais, mas acabamos de verificar que isso não é verdade. Cada doença tem uma taxa de óbito diferente — disse o secretário de Saúde.

Além da mistura de pacientes com doenças diferentes, o que mais chamou a atenção de Luiz Paulo foi o pequeno número de funcionários trabalhando e a presença de poucos familiares, mesmo sendo domingo.

— É um quadro muito duro. São pessoas desassistidas não só de cuidados médicos, mas também de afeto — disse o governador em exercício, acrescentando que a visita o fez lembrar da tragédia na enchente de 1988, quando era diretor do Departamento Geral de Obras do Município e vistoriou a clínica após um deslizamento de terra que matou vários internos.

Ainda assustados com a notícia de que vários pacientes estavam doentes, conforme denúncia publicada quinta-feira no GLOBO, alguns parentes aproveitaram o domingo para visitar seus familiares. A auxiliar de enfermagem Maria de Macedo, de 37 anos, contou que seu irmão, João Amaro de Macedo, de 47 anos, que sofre de problemas mentais e está internado na Santa Genoveva há quatro anos, teve diarréia, mas agora passa bem.

— Na quinta-feira retrasada, estive aqui para visitá-lo. A chefe de enfermagem reuniu todos os familiares para avisar que vários pacientes estavam com diarréia e, por isso, ela iria suspender a carne e fazer uma dieta só de arroz, batata e cenoura. Ela inclusive pediu para na próxima visita nós levarmos remédio para diarréia — contou Maria, que visita o irmão pelo menos uma vez por semana para buscar suas roupas para lavar em casa.

Maria de Macedo confirmou ainda que a clínica sofre problemas de higiene:

— O chão quase sempre está molhado de urina e os quartos têm um cheiro muito forte. Além disso, há pouquíssimos funcionários para tantos doentes.

Parentes de alguns pacientes tentam transferência

Preocupada com a situação do pai, João de Oliveira Filho, de 40 anos, que ficou paralítico por causa de um derrame, Rejane de Almeida Soares, de 18 anos, pretende transferi-lo de clínica.

— Ele não reclama, mas fiquei muito assustada com esta história toda. Eu e meu irmão vamos ver se conseguimos outro lugar para ele ficar — disse.

Apesar de todas as denúncias de mau atendimento e de condições precárias de higiêne da clínica, o bombeiro hidráulico aposentado Abdias de Souza, de 58 anos, que estava internado na Santa Genoveva há dois meses com problemas renais e recebeu alta ontem, disse que estava satisfeito com o tratamento e qu nunca viu nada de estranho lá.

Paralelamente às medidas tomadas na clínica de Santa Teresa, onde constatou-se uma alto índice de mortalidade nos últimos dois meses, a Secretaria Estadual de Saúde prometeu fazer vistorias nas outras clínicas estaduais que atendem a pacientes fora de possibilidade terapêutica (FTP) para que este quadro não se repita. A Secretaria checará ainda se há possibilidade de transferência dos doentes da Santa Genoveva. ■

Pol. Prob. / Assist -

O GLOBO
Data 02/06 96
Caderno 1 Pág. 36

Santa Genoveva pode ser descredenciada do SUS



O MINISTRO ADIB Jatene em visita à Clínica Santa Genoveva: cautela na avaliação das condições do lugar onde 84 idosos morreram nos último dois meses

O GLOBO
Data 02/06 /96
Caderno 1 Pág. 36

Ministro da Saúde visita o local onde morreram 84 idosos nos últimos dois meses e diz que é preciso estudar a situação

Alba Valéria Mendonça

Durante uma visita ontem à Clínica Santa Genoveva, em Santa Teresa, onde 84 idosos morreram nos últimos dois meses, o ministro da Saúde Adib Jatene não descartou a possibilidade de a clínica ser descredenciada do Sistema Único de Saúde (SUS), que paga R$ 17,80 por paciente/dia. Segundo Jatene, por enquanto, as possibilidades de remoção dos idosos é restrita, principalmente porque são doentes em fase terminal, muitos inclusive abandonados pelas famílias.

— Vamos fazer um recadastramento de toda a rede hospitalar para ver se há como transferir os pacientes. Reconhecemos que há irregularidades e que houve descaso no tratamento, mas não podemos fechar a clínica antes da conclusão do levantamento — disse Jatene lembrando que o Ministério da Saúde trabalha com limitações enormes e rebatendo críticas de que as ações só são deflagradas após denúncias de tragédias, como a da Santa Genoveva, denunciada na quarta-feira passada pelo GLOBO.

Já o presidente da Assembléia Sérgio Cabral Filho, que acompanhava o ministro na visita, foi mais enfático. Para ele, que criticou o modelo de tratamento prestado aos idosos, o local se parece com um cemitério de vivos. Ele discordou da direção da clínica, que alegou falta de recursos para melhorar as condições dos pacientes.

— Não há baixa remuneração que justifique remédicos sem identificação. Fiquei muito chocado com o que vi lá dentro.

O• ministro Adib Jatene lembrou também que a baixa remuneração paga pelo SUS não justifica a falta de cuidados básicos com os idosos. Mas foi cauteloso e até mesmo condescendente em sua avaliação sobre a situação do local, alegando que é preciso primeiro fazer um levantamento para depois determinar que tipo de punição a clínica receberá.

Jatene determinou que seja feito um levantamento completo sobre todas as outras clínicas do estado que cuidam de pacientes Fora de Possibilidade Terapêutica (FPT), para saber se há possibilidade de transferir os 320 idosos internados na Santa Genoveva. Até o final da próxima semana, deverá estar concluído o relatório contendo informaçãos sobre os dados epidemiológicos, que poderão determinar se houve ou não negligência no tratamento dos pacientes. O proprietário da clínica Mansur José Mansur prometeu entregar na segunda-feira os documentos exigidos pelo ministro, como a lista de médicos e funcionários por paciente.

O próprio ministro encontrou diversas irregularidades

Acompanhado do secretário estadual de Saúde, Antônio Medina, do presidente da Assembléia Legislativa, Sérgio Cabral Filho, e dos integrantes do Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Idosa, durante a visita à clínica o próprio ministro encontrou irregularidades. Medicamentos não tinham identificação e vidros de soro estavam empilhados no chão sem acondicionamento apropriado. Segundo um dos acompanhantes, chamou a atenção do dono da clínica, dizendo que ele havia afrouxado na administração do hospital. Mas informou que os doentes com quem conversou disseram estar sendo bem tratados.

— Mesmo sendo médico, não há como não sair chocado da clínica — comentou Jatene. — Mas não podemos punir antes de apurar totalmente os fatos. A média de obitos na clínica varia de 30 a 40 pacientes por mês. Vamos checar se está dentro da normalidade e só depois podemos estabelecer punições.

Mansur José Mansur, dono da Santa Genoveva, negou que houvesse negligência no tratamento dos pacientes. Ele alegou que o alto número de óbitos se deve também ao aumento das internações, que em maio passaram de 280 para 330. E afirmou que o índice de mortalidade está dentro dos padrões normais para clínicas especializadas em tratamento para pacientes FPT. Reclamando da falta de recursos, ele admitiu que em algumas raras vezes ataduras usadas são lavadas e reutilizadas. Disse que a clínica trabalha com seringas de vidro, mas com agulhas com ponteiras de plástico, que são descartáveis. Negou que falte alimento para todos os internos e disse não saber porque a cozinha foi interditada.

A delegada Sônia Bello, que acompanha o caso, esteve também ontem fazendo uma visita à clínica e tomou o depoimento de um dos pacientes, que confirmou as péssimas condições de higiene em que os internos viviam. Segundo ela, a testemunha contou que a comida era servida aos pacientes pelos mesmos funcionários que cuidavam da faxina.

— Foi assustador o que encontramos lá dentro. Mas a testemunha não quer se expor. Como outros pacientes, ela não têm família e teme ser mandada para a rua se falar algo contra a clínica — disse Sônia.

Na segunda-feira, às 14h, a Polícia ouvirá a administradora da clínica. Na quarta-feira, será a vez de Eduardo Espíndola, um dos donos da clínica, prestar depoimento.

Os dois pacientes que foram removidos para o Hospital Souza Aguiar continuam em estado gravíssimo. Farid Abdom, de 82 anos, e José Florêncio da Silva, de 78 anos, foram internados na sexta-feira com diarréia e desnutrição acentuada. Ambos passaram por um processo de reidratação e estão sendo tratados com antibióticos.

O GLOBO
Data 31 / 05 / 96
Caderno _____ Pág. 11

Santa Genoveva foi inspecionada durante todo o dia por deputados e representantes dos governos

Em dois meses, 84 idosos mortos



UM IDOSO SOLITÁRIO no terreno da Clínica Santa Genoveva, onde deputados e membros do governo encontraram três corpos de idosos

O GLOBO
Data 31 / 05 / 96
Caderno ____ Pág. 11

Num refrigerador de comida dos internos, é encontrado até um sapo em decomposição

Daniela Matta e Victor Javoski

A abertura do portão da Clínica Santa Genoveva revelou ontem a existência de uma casa dos horrores em Santa Teresa. Nos últimos dois meses, 84 idosos internados na instituição morreram, segundo dados obtidos nos livros de registro de óbitos pela comissão de deputados e representantes do Governo estadual e municipal que vistoriaram ontem a clínica. Do total, 52 mortes ocorreram só no mês de maio. A fiscalização, feita depois da reportagem publicada ontem pelo GLOBO, encontrou ainda três corpos na clínica. Um deles, já em decomposição, estava desde terça-feira sobre a bancada do necrotério. Os outros dois mortos dividiam o espaço em uma câmara frigorífica, um deles congelado desde o dia 16.

A Polícia Civil instaurou ontem um inquérito para apurar as mortes consideradas suspeitas pela delegada Sônia Bello, da 7ª DP. O Governo estadual e a Assembléia Legislativa também vão investigar os casos. A clínica agora está sob intervenção direta do estado. Nos refrigeradores usados para guardar a comida dos internos, foi encontrado até um sapo em decomposição, além de refeições dos dias anteriores, leite fora da validade e carne estragada. O secretário estadual de Saúde, Antônio Medina, afirmou ontem pela manhã que não descarta a hipótese de que a clínica venha a ser interditada.

— As condições encontradas aqui foram péssimas. Além disso, o número de óbitos é assustador — afirmou Mauro Modesto de Brito, coordenador de Vigilância Epidemiológica da Secretaria estadual de Saúde.

Fiscais ainda não sabem quantos morreram por causa da diarréia

O objetivo das investigações agora é descobrir a causa e a responsabilidade pelos óbitos dos internos. Os fiscais ainda não sabem dizer quantos dos 84 pacientes mortos nos últimos dois meses faleceram em decorrência da diarréia que atingiu, pelo menos, 60 dos 320 idosos este mês. Os resultados dos exames laboratoriais só ficarão prontos no domingo. O diretor da clínica, Roberto Dias, se confundiu ontem ao dar aos repórteres o número oficial de óbitos causados pela diarréia: primeiro disse que eram 21, pouco tempo depois baixou o número para 13.

— Este lugar é simplesmente terrível. Não é fatalidade. É negligência — afirmou a deputada estadual Lúcia Souto.

Nas enfermarias femininas e masculinas, os fiscais também encontraram irregularidades. Banheiros imundos, ralos destampados e médicos de plantão que não apareceram durante todo o dia, além de diversas irregularidades administrativas. Há dois meses, o responsável técnico pela clínica, Amanda Rosental Pinto, se afastou do cargo. A saída, no entanto, não foi comunicada à Secretaria estadual de Saúde. Além disso, 33 prontuários dos 60 pacientes com sintomas da diarréia não tinham sido localizados pelos fiscais até o final da tarde de ontem. Outros nove prontuários não tinham dados básicos sobre os sintomas e a medicação dada aos pacientes.

Segundo Mauro Modesto de Brito, será difícil precisar qual a causa das 84 mortes. Ele encontrou, nas primeiras horas da inspeção, pelo menos 18 motivos. Ao ver em uma das enfermarias idosos descalços e aparentemente mal tratados, ele reclamou do descaso. No banheiro, verificou que não havia higiene e, muito menos conforto.

— Os idosos são obrigados a tomar banho com água gelada que sai de um cano na parede. Não há sequer chuveiro no banheiro — criticou.

A delegada da 7ª DP passou parte da tarde de ontem tomando depoimento dos funcionários e dos representantes dos Governos estadual e municipal que participaram da inspeção. A imprensa, no entanto, foi proibida de entrar na Santa Genoveva pela direção da clínica. Segundo o grupo que vistoriou a instituição, a água contaminada de uma nascente que abastece a clínica é uma das possíveis causas da diarréia aguda dos internos. Segundo denúncias dos próprios funcionários, os operários que trabalham em uma obra da GeoRio para contenção de encosta na nascente defecam e urinam na fonte. A água é canalizada diretamente para uma caixa e a instituição não possui sequer um filtro. Roberto Dias afirmou que a água foi analisada na clínica particular Santa Cecília, com a qual a Santa Genoveva mantém convênio, mas não apresentou o resultado do exame. Ele reafirmou que a bactéria que causou a diarréia aguda estava em algum alimento levado por familiares dos 320 internos para a festa de Dia das Mães.

— Estou espantado com essa repercussão, já que o caso é banal: pode contrair-se qualquer piriri comendo um hamburger em uma lanchonete da esquina — analisou Roberto.

Os fiscais tiveram que ameaçar com a interdição da clínica para que um dos donos aparecesse. Nenhum dos médicos ou diretores quis se responsabilizar pela instituição e a polícia teve que notificar um dos sócios da Santa Genoveva, Eduardo Espínola.

Diretor altera número de mortes e diz que média não foi ultrapassada

Roberto Dias alegou que não comunicou as mortes à Secretaria Municipal de Saúde porque o número de óbitos nos últimos 17 dias não ultrapassou a média mensal da clínica, que é de 15 a 20 óbitos por mês. Em entrevista ao GLOBO na quarta-feira, porém, o diretor médico afirmara que cerca de três doentes morriam num espaço de 30 dias.

— Suspeitamos que os internos estivessem doentes há muito mais tempo, já que encontramos um boletim médico com data de 1º de maio, dizendo o seguinte: "O paciente continua com diarréia" — afirmou Lúcia Souto.

O depoimento de Sonia Santana, mulher do paciente Jair Santana, confirma essa suspeita: ela disse que seu marido está com os sintomas da doença há mais de 20 dias. A corretora de seguros Ana Maria Abson, filha do paciente Farid Abdon, de 81 anos, também chegou à clínica revoltada.

— Meu pai foi internado apenas com um fêmur quebrado. No domingo, reclamou de um pouco de diarréia. Na quinta já o encontramos no soro e no oxigênio, completamente debilitado, com risco de vida. Mas ninguém na clínica nos telefonou para avisar do estado de saúde dele, que era grave. Eles só avisam quando morre — disse Ana Maria. ■

O GLOBO
Data 31/05/96
Caderno ____ Pág. 11

Corpo é encontrado fora da câmara frigorífica

Por causa da fiscalização, clínica passa agora por uma faxina de emergência

• O ponto alto do circo dos horrores da Clínica Santa Genoveva é o necrotério. Nele, foram encontrados ontem os corpos de Hugo Fernandes, Maria Nilza da Conceição e Altamiro Marques, um deles morto desde o dia 16, congelado há exatos 15 dias. Um dos homens, morto na terça-feira, não foi nem mesmo guardado na câmara frigorífica; foi encontrado sobre uma bancada, com sinais de decomposição evidentes, como o mau-cheiro. Os outros dois dividiam o mesmo espaço.

Nos atestados de óbito, só há nome e data da morte de cada um. Não há menção à causa do falecimento, hora, nem cor dos cádaveres. A delegada Sônia Belo, da 7ª DP (Santa Teresa) determinou a remoção dos cádaveres hoje para o Instituto Médico-Legal para apurar as condições das mortes.

De acordo com a legislação estadual de fiscalização sanitária todos os corpos devem ser encaminhados ao IML após 48 horas do óbito, caso não sejam reclamados por parentes, caso dos três cadáveres encontrados na Santa Genoveva.

Na enfermaria 105, três dos quatro pacientes morreram desde segunda-feira. Só restou Antônio Bernardino da Silva, de 75 anos que, para não ficar sozinho, foi transferido para o leito 3, da enfermaria 202. Ontem, Antônio só foi encontrado pela sua filha Marluci Rodrigues, de 43 anos, com a ajuda de outros pacientes. Segundo Marluci, o corpo médico da clínica não sabia informar o paradeiro do seu pai.

— Cheguei a pensar no pior. Quando me viu, ele se jogou nos meus braços e começou a chorar. Amanhã (hoje), vou tirá-lo daqui — afirmou Marluci.

A notícia divulgada pelo GLOBO ontem de que pelo menos 29 idosos já tinham morrido, levou cerca de 150 parentes de internos para o único portão da clínica. Eles só puderam verificar a situação dos familiares depois de 15h30m.

— Isso fede, sinto repúdio. A fiscalização tem que vir aqui de surpresa — disse a irmã da esclerosada Maria de Lourdes , de 76 anos, sem querer se identificar.

Na volta da visita, os depoimentos de todos os parentes relatavam a melhora nas condições de higiene nos corredores e enfermarias da clínica.

— Isso aqui está um brinco — afirmou Aparecida dos Santos. Seu pai, Narciso, de 93 anos, está com diarréia desde o dia 16, mas já apresenta sinais de recuperação.

Para as deputadas Lúcia Souto e Solange Amaral, ficou claro que a clínica sofreu uma faxina de emergência. O depoimento dos internos davam conta de pelo menos uma mudança significativa: os jarros de cerâmica, que serviam de depósito de água, foram substituídos por galões de água mineral. Antes, não havia um ponto de água filtrada em toda a clínica. Mesmo assim a entrada de repórteres foi proibida e o quadro encontrado foi definido pela deputada Solange Amaral como assustador.

— As condições de higiene são tão precárias que o próprio corpo médico, mesmo com luvas descartáveis, funciona como transmissor de infecções quando vai de uma enfermaria para outra — disse Solange.

Família diz que maus tratos são antigos

Paciente perdeu 19 quilos e quase morreu após dois meses na clínica

• Em dois meses internado na clínica Santa Genoveva, Waldemar Papaleo, de 69 anos, perdeu 19 quilos e ganhou uma infecção bacteriana que só não o matou porque sua família o transferiu no final de abril. Da clínica, só ficaram péssimas lembranças. Como a da noite em que Waldemar, internado porque sofre do Mal de Parkinson, se levantou para ir ao banheiro, caiu e — sem ter um único funcionário para socorrê-lo — passou a noite toda no chão, onde acabou urinando.

Após visitar a casa de saúde, o engenheiro Carlos Pinto — que ajudou a família a transferir Waldemar — saiu de lá certo de que a clínica era, na verdade, um depósito de doentes:

— As famílias é que têm que comprar os medicamentos, até mesmo os mais simples, como floratil, porque a clínica não os fornece na quantidade adequada — afirmou o engenheiro.

Ele contou que, quando se internou, em fevereiro, Waldemar pesava 74 quilos. Ao sair, estava com 55 quilos:

— Ele sofria do Mal de Parkinson, mas falava e conseguia caminhar. Nunca teve problemas de pressão, nem do coração. Seu quadro clínico era excelente e acho que só por isso não morreu.

Carlos Pinto criticou o fato de a clínica não manter pessoal suficiente para cuidar dos doentes. Segundo ele, pacientes comentavam que, à noite, apenas duas auxiliares de enfermagem ficam de plantão para cuidar dos dois andares.

Cultural

1996

Vid. Cultural

JORNAL HOJE (1)
Data 25/05/96
Caderno ____ Pág. 7

Cena de estupro em novelada TV Globo gera polêmica

Adriana Ferreira
Clébio Luiz

O estupro voltou a ser assunto em foco com a exibição, na noite de terça-feira, de uma cena da novela ``O Fim do Mundo'', da Rede Globo, entre os personagens Tião Socó (José Wilker) e Gardênia (Bruna Lombardi). Abordar um tema delicado como esse na televisão é, para muitos, um dado de realidade que não pode ser ignorado. Alguns entrevistados acreditam que o essencial é se encontrar uma forma ideal para discutir um assuntou polêmico.

Um dos protagonistas da cena do estupro, José Wilker, acha difícil analisar a situação da novela. ``É um universo de ficção, de uma gente estranha, cuja moral é meio apocalíptica'', observa. Wilker não vê problemas em se mostrar um estupro em um horário relativamente cedo, quando crianças ainda estão acordadas. Ele contou que sua filha de 11 anos assistiu a cena e que depois ficou com uma preocupação: se Gardênia perdoava ou não Tião. ``É preferível a criança assistir em casa, ao lado dos pais, que depois poderão discutir o assunto, do que ficar sabendo das histórias por coleguinhas'', pensa.

O psicanalista Alberto Goldin considera ingenuidade acreditar que as crianças ``vão se perverter vendo uma cena como essa''. ``O mais grave é achar que a criança é idiota'', argumenta. Para Goldin, não se pode deixar de mostrar coisas que acontecem no dia a dia das cidades. Além do mais, diz, a televisão mostra cenas tão violentas ou mais que o estupro. ``A toda hora vemos cenas de assassinatos'', comenta.

A escritora Marina Colasanti lembra ainda que mais importante que abordar qualquer cena envolvendo a violência é o desenvolvimento que o assunto terá depois. ``O acerto ou não de se tocar no assunto será dado pela sequência e o desenvolvimento do tema'', analisa.

Para o autor de novelas Ricardo Linhares não deve existir censura na escolha de um assunto polêmico a ser tratado na televisão. ``Todos os assuntos são válidos e o que deve existir é bom senso na abordagem'', pondera. O antropólogo Paulo Magalhães concorda com Linhares. Paulo acha que não deve se criar uma censura para se tratar de assuntos delicados e polêmicos como o estupro. ``O Estado não tem que decidir e é responsabilidade da sociedade apagar ou não a televisão'', pensa. O antropólogo diz que é favorável à criação de debates públicos em torno de temas polêmicos. ``Esse tipo de coisa leva à educação política de um povo'', comenta. Mas Paulo faz uma ressalva: ``É necessário que sejam apresentadas diferentes opiniões sobre o fato que está sendo enfocado pois só assim se abre espaço para o debate''.

JORNAL HOJE
Data 23/05/96
Caderno ____ Pág. 7

Baixada

A população da Baixada reagiu indignada a "ousadia" da televisão que apresentou uma cena de estupro em um horário onde muitas crianças estão na sala, de olhos grudados na "telinha". Não é de hoje que a televisão mostra cenas polêmicas. Na minisérie Engraçadinha, que foi ao ar no ano passado, mostrou Cláudia Raia "transando" com Alexandre Borges em plena chuva. O programa ia ao ar às 22h30m.

Para o aposentado Sebastião Milton, as cenas eróticas e de violência não deveriam ser mostradas na televisão. "A tv está deseducando o povo. Não é admissível que uma cena de estupro seja exibida às 21h. Neste horário têm muitas crianças na sala, inclusive os meus netos", comentou.

A polêmica aumenta quando se trata da Rede Globo. A auxiliar de escritório, Edna Silveira, 28 anos, acredita que a emissora está "apelando". "A Globo não precisa usar este artifício. A cena do estupro foi muito forte para as crianças", finalizou.

Fotos: Cristina Monteiro



"A televisão está incitando às pessoas à violência. Constantemente vimos cenas fortes no horário em que muitas crianças estão na sala assistindo. A televisão precisa colaborar no processo de educação do povo. As cenas eróticas e de violência podiam ir ao ar de madrugada", Cristina Teodoro, 20 anos.



"Acredito que o principal papel da televisão é colaborar com a educação e a cultura de um povo. Passar cenas eróticas e de violência às 20h é inadmissível. Neste horário muitas crianças estão acordadas e assistem tudo. A cena do estupro na novela "O fim do mundo" resume tudo", Rosemar da Silva, 35 anos.



"Sou avô e bisavô e não admito que uma cena de estupro vá ao ar às 20h. Quando estou vendo televisão e aparece cenas eróticas e de violência, desligo porque os meus netos não merecem ver isto. A televisão só está passando imoralidade. Estas cenas eróticas e de violência nem deveriam ir ao ar", Sebastião Milton.

Violência
Extermínio e chacinas

JORNAL HOJE
Data 31/05/96
Caderno ..... Pág. 1/3

Cinco pessoas executadas em Rocha Miranda

Cinco pessoas foram mortas e uma ferida gravemente por um grupo de homens fortemente armados, que invadiu um bar em Rocha Miranda. **Página 3**

Cinco pessoas são mortas em Rocha Miranda

Cinco pessoas foram mortas e uma ferida gravemente por um grupo de homens fortemente armados e encapuzados que invadiu um bar no bairro de Rocha Miranda, na Zona Norte da cidade. O ex-sargento da Polícia Militar, Sérgio Afonso Mendonça, ex-soldado do Corpo de Bombeiros, Paulo Faccioli, Vanderlei Francisco da Conceição, Carlos Miguel de Souza e o sapateiro Jacide Rezende foram mortos com tiros de fuzis AR-15. O delegado da 40ª delegacia Policil, (Honório Gurgel), Renato Coelho, acredita que os criminosos procuravam apenas Afonso e Faccioli, que teriam divídas com traficantes de drogas e ligações com quadrilhas de ladrões de carro do morro Jorge Turco, também em Rocha Miranda.

O único sobrivente da chacina, o 2º sargento da Aeronáutica, Auricemar Leal Soares Nogueira, ferido nas pernas, está internado no Hospital da Força Aérea do Galeão, no Centro. O crime aconteceu na noite de quarta-feira no bar conhecido como do Russo, e a polícia acredita que os criminosos procuravam apenas Sérgio Afonso e Paulo Faccioli, que estariam ligados ao tráfico de drogas. Segundo testemunhas, os criminosos chegaram em dois carros, um Monza cinza e um Gol, cujas placas não foram anotadas, renderam as seis vítimas que estavam bebendo no bar. Eles mandaram Afonso e Faccioli saírem, dar alguns passos, e em seguida fizeram vários disparos. Logo depois, os bandidos chamaram o restante do grupo para a calçada e atiraram à queima-roupa. Após a chacina , os bandidos entraram no Monza e no Gol, e fugiram.

As vítimas foram socorridas pelos moradores, que muito assutados, não esperaram a chegada dos policiais do 9º Batalhão de Polícia Militar (Rocha Miranda). Um morador, identificado como Douglas Brizola, colocou os feridos na sua Kombi e os levou para o Hospital Carlos Chagas, em Marechal Hermes, na Zona Norte. De acordo com a equipe médica do Hospital, todos chegaram ainda vivos, mas não resistiram ao ferimentos. O único sobrevivente, o ex-sargento da Aeronáutica, Soares Nogueira, foi transferido durante a madrugada para o Hospital Central da Aeronautica.

1989

CEDIM

Violência

Policiais acusados de causar novo conflito

Entidades civis denunciaram a invasão do povoado São Sebastião, em Lago do Junco, a 316km de São Luís, por um grupo de supostos policiais liderados por Manoel Barbosa Lima — irmão do proprietário Adelino Pereira Lima — trazendo novamente à tona um conflito que teve a interferência do Governador Cafeteira. A ação policial, iniciada por volta de 1 hora da madrugada de terça-feira, teve como pretexto uma preventiva concedida pelo juiz da Comarca de Lago da Pedra, Francisco Teixeira Ferreira, ao delegado Manoel Vital da Costa, de Lago dos Rodrigues, visando a prisão de sete trabalhadores acusados pelo homicídio do pistoleiro Irismar Almeida Coimbra, na fazenda Nova Olinda, em Centro dos Aguiar, no início de junho.

Os policiais vasculharam casas, destruindo utensílios domésticos e prendendo nove lavradores (inclusive três menores), que foram amarrados e espancados. Oito deles foram liberados, depois de terem sido despidos e ameaçados de violência sexual, ficando um detido. Em seguida, o destacamento entrou nos povoados de Pau Santo, Ludovico e Centro dos Aguiar, prendendo Gentil e José Domingos Assunção, embora este não faça parte da lista de procurados.

Para a coordenadora da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, Célia Maria Correa, o delegado Vital quer fazer crer que existe um movimento guerrilheiro na região, como ficou evidenciado durante a prisão do lavrador Raimundo Dorneles — o *Camarão*, considerado como mandante da morte do jagunço. *Camarão* foi preso na última segunda-feira, depois de prestar depoimento, juntamente com mais três trabalhadores, sobre a invasão e derrubada de uma cerca na fazenda Nova Olinda, cujo proprietário se recusa a negociar com o Iterma os 1.040 hectares da área.

Entre os intimados figuram ainda, Francisco Pinheiro dos Santos, José Maria, Luis Sobrinho Barbosa, Newton Pereira dos Santos e Antônio Luciano da Costa. Para tentar evitar mais violências em Lago do Junco, a SMDDH, CPT, Cáritas e Fetaema vão expor o caso às autoridades locais e apelar mais uma vez para o Ministro da Justiça, José Saulo Ramos.

E. T. do M/F
22/09/89

10 X

Jornalista espancado por PMs

O jornalista George Monbiot, enviado especial da rede de comunicação BBC de Londres, foi brutalmente espancado por policiais de Centro dos Aguiar, município de Lago do Junco, quando fazia levantamentos para uma reportagem especial sobre reforma agrária. Além do espancamento, o jornalista teve seu equipamento apreendido por policiais comandados pelo sub-chefe da polícia local, Manoel Barbosa, que é irmão do latifundiário Adelino Pereira Lima, em litígio com lavradores por questões de terra.

Segundo informações do advogado Domingos Dutra, da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, George foi enviado ao Brasil para fazer uma série de reportagens sobre ecologia, reforma agrária e conflitos no campo. Ao saber do conflito do Centro dos Aguiar, ele resolveu investigar o assunto, entrando em contato com o Cel. Xavier, que lhe deu uma carta de recomendações para chegar ao local.

Proibição e espancamento

Com máquina e gravador à mão, o jornalista solicitou livre-trânsito ao subchefe Manoel Barbosa. Este, no entanto, não quis acatar a ordem do Cel Xavier e o proibiu de tirar fotografias. Como George possui um visto de livre-trânsito fornecido pela embaixada londrina, em Brasília, com a autorização do Palácio do Planalto, insistiu na realização de seu trabalho, mas Manoel recusou-se a acompanhá-lo. Em dado momento, ao tentar tirar uma fotografia de pistoleiros armados, teve seu equipamento apreendido e o filme danificado.

Revoltado, George tentou argumentar, mas os policiais e pistoleiros o espancaram e levaram-no para o posto policial, onde foi ameaçado de morte com um revólver no ouvido. Depois de algum tempo, George foi solto e teve a proteção da paróquia de Lago do Junco, onde se recupera das pancadas. Ontem mesmo ele entrou em contato com a embaixada londrina solicitando providências para o caso, sendo que a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos representou judicialmente a seu favor.

Relatório

Ao mesmo tempo, o jornalista prepara relatório técnico de sua viagem relatando a violência e a arbitrariedade com que a polícia do município trata a população. "A polícia não está mais respeitando nem os jornalistas de fora. Se isso está acontecendo com profissionais, imaginem o que não fazem com os trabalhadores rurais que são presos injustamente", ponderou o advogado Domingos Dutra.

George também entrou em contato com a revista Veja para que publique o fato e desperte a opinião pública para os conflitos que acontecem no Maranhão e o clima de terror instalado pela polícia no interior. Ele hoje viaja a Belém para continuar seu trabalho, mas promete voltar a São Luís para conversar com o Governador Epitácio Cafeteira e interrogá-lo porque o governo não põe um fim à violência no interior.

Est. de MA 01/10/89.

VP
Original c/fls

George Monbiot

Nome: George Monbiot
Endereco; I St Barnabas Street
Jericho, Oxford OX 2 6BG
INGLATERRA;

Emprego: Jornalista, com o BBC de Londres e a empresa da publicacao, Michael Joseph Ltd.

Nasceu: Londres, Inglaterra, 27.1.63

Cidadania: Ingles

30 Setembro 1989

RELATORIO SOBRE ACONTECIMENTOS NO CENTRO DO AGUIAR, LAGO DO JUNCO, MARANHAO, DIAS 27 E 29 SETEMBRO, 1989.

No dia 27 Setembro andei do povoado Pau Santo para Centro do Aguiar, para ver a sitbacao sobre o posse das terras. Quando chegei, encontrei Manoel Barbosa, sentardo fora da casa dele. Eu pedi fazer fotografias, e ele deixou me fazer duas dele. Pedi fazer uma entrevista com gravador, para o BBC de Londres. Ele recusou, entao comecei a perguntar sobre a situatao da terra, sobre relatoriosda tortura do povo por ele, e sobre as razoes porque tantas casas foram fechadas la. Enquanto falamos, tres homens se aproximaram da casa. Eles tinham cabelo longo, roupas civis e armas de fogo. Um levava uma espingarda com canos curtos e u m revolver, outro levava um fifle, o terceiro um revolver e algemas. Eles entraram na casa da Manoel Barbosa.

Perguntei a Manoel 'Quem sao eles?' Respondeu 'poloiciais.' Perguntei 'porque eles nao usar uniformes?' Respondeu 'foram pescar! O Manoel seguiu os homens (pistoleiros) na casa, eles falaram um pouco, e os pistoleiros sairam da casa de novo. Enquanto saiam, tentei fazer uma fotografia. Um levantou seu rifle e disse 'nao brinqur comigo, não brinquei com maquinas aqui.' Eles foram embora na direcao da fazenda do Adelino Barbosa.

Manoel Barbosa saiu da casa e perguntou 'que permissao tem para vir aqui?' Respondei 'tenho uma carta da Secretaria da Segurana do Sao Luis. Perguntou 'assinado por quem?'. Falei 'Coronel Francisco Xavier, Superintendente da policia civil do Interior.' Ele riu e falou que o capitao dos policiais que mora na fazenda do Adelino é o filho do Coronel Francisco, Capitao Moises Xavier. O Coronel Francisco Xavier tinho dito a mim em Sao Luis, tres dias atras, que ele sabia nada da situacao da terra no municipio da lago do Junco, e nada sobre os razoes para os mortes no Centro do Aguiar. Minha confianza nos policiais foi diminuindo.

Depois de cinco minutos, oito policiais militares, armados, andaram para a casa do Manoel, saindo da fazenda do Adelino, tendo em seu meio o Capitao Moisés Xavier. Botei minha mochila e aproximei-me, apresentando me em seguido ao Capitao Xavier. Este acenou com a cabeça. Aí os outros retiraram minha mochila, suspenderam minha camisa e examinaram minha calça e meus bolsos. Xavier mandou-me ficar no meio da rua. Os policiais foram a casa do Manoel que deu instruçoes a Xavier. Este acenou com a cabeça e mandou um policial a conduzir-me à casa.

Fora da casa Xavier exigiu minhas fitas e filmes. Eu recusei e falei que elas eram minha propriedade. Os policiais pegaram minha mochila de novo, esvaziaram-na e pegaram todas as fitas e filmes que puderam achar. Agarrei uma fita e recusei a soltá-la. Seis policiais pegaram-me, levantaram-me do chao, voltaram me a cara ao chao e torceram meu braço direito até machucar. Ficaram com a última fita.

10 X

Ficaram portanto com tres fitas e duas filmes. Pedi para eles devolver as coisas. Xavier recusou e falou que se trazo a carta de permissao a ele, ele vai devolver-lhes. A carta havia ficado com Sgto Vidal da Costa,nas do Lago dos Rodrigues quem recusou devolver-a, ainda que foi endereçado a todos os delegados da regiao. Xavier me expulsou do povoado.

No dia 29 de setembro voltei ao Centro do Aguiar num carro c om dois outros e a carta que tenho retirado do Sgto Vidal. Aproximamos da fazenda do Adelino Barbosa onde ficou um policial armado. Aproximei dele e pedi a falar com Capitao Xavier. A esse momento o Xavier apareceu, levando uma espingarda, com tres outros policiais. Mostrei a carta a ele. Leu e devolveu-a logo, falando.
-" ISTO NAO VALE NADA!".

Tentei a discutir com elem porque a carta deu-me a permissao a falar sobre as problemas com qualquer delegado no interior - e Manoel Barbosa é subdelegado. Ele deu sinal com a cabeça e tres policiais agarraram meus ombros e empurraram-me da zenda, fechando a cancela. Fiquei fora da cerca e pedi a devuluçao das minhas coisas Xavier botou cartuchos na espingarda e eu corri ate o carro, saltei a bordo e saimos rapido.....

Lago do JUNCO, aos 30.09,1989

GEORGE MONBIOT
30 9 89

CEDI

1992

Violencia Militar

REVISTA VEJA
DIA: 14/10/92 - BRASIL

O horror, o horror

Em meia hora, a Polícia Militar mata 111 presos da Casa de Detenção de São Paulo, no maior massacre penitenciário dos últimos vinte anos





O "Barba" tinha vendido uma porção de maconha ao "Coelho" na semana anterior e queria receber seus 15 000 cruzeiros — ou três maços de cigarros, na moeda da Casa de Detenção, parte do complexo presidiário do Carandiru. "Você é um pilantra", reclamou Barba. "Não serve para estar aqui", berrou antes de subir o lance de escadas entre o 2º e o 3º andares. Arrumou um pedaço de pau e voltou. Coelho já o esperava, de estilete em punho. Na confusão, o sarrafo mudou de mãos. Barba levou uma paulada e Coelho foi espancado pelos outros presos. A briga chamou a atenção das facções que reproduzem no Carandiru as áreas de atuação dos bandidos em São Paulo. O pernambucano Barba, Antônio Luiz Nascimento, 36 anos, condenado a 21 anos e quatro meses por latrocínio, agia na Zona Oeste de São Paulo. Coelho, Luís Tavares de Azevedo, 23 anos, também pernambucano, está cumprindo onze anos e sete meses por assalto a banco. Integra a falange da Zona Leste. Em poucos minutos, havia cinqüenta presos de cada lado.



João dos Santos, piauiense, 30 anos: cumpria cinco anos por assalto e ainda seria julgado por homicídio. Segundo seu tio Salvador de Assis, morreu com dois tiros acima da cintura. Estava com o rosto deformado e marcas de mordidas de cachorro.



José Carlos Inojoza, paulista, 34 anos: recolhido à Casa de Detenção em 1987, cumpria pena de sete anos e seis meses pelo assassinato de sua mulher e porte de drogas. Recebeu um tiro na perna e tinha diversos hematomas.



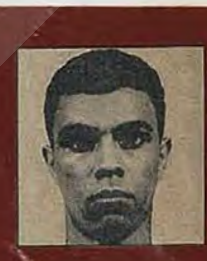
Osvaldino Moreira Flores, baiano: morreu no dia do seu aniversário, 2 de outubro, quando faria 37 anos. Pelo seu prontuário na cadeia, deveria estar solto. Sua pena, de dois anos e oito meses, venceu em 1990. Morreu com tiros no ombro esquerdo,



Antônio Fraga, carioca, 19 anos: preso com Vasquez, dividia com o amigo a cela na Detenção. Morreu com uma perfuração no peito e outra na cabeça. Até a quarta-feira, a burocracia do presídio informava que ele estava vivo.



João Carlos Rodrigues Vasquez, carioca, 25 anos preso em setembro por roubo de carro. Aguardava sua transferencia para o Rio de Janeiro. Segundo seu padrasto, Paulo Roberto da Silva, tinha ferimentos nas virilhas e mordidas nas pernas.



Juarez dos Santos, baiano, 24 anos: antes da prisão, trabalhava como conferente. Foi condenado a seis anos por homicídio e aguardava julgamento por outro assassinato. Recebeu um tiro na cabeça, outro no olho e um terceiro no coração. Tinha dois filhos.



Lucas de Almeida, paulista, 25 anos: chegou à Casa de Detenção em janeiro de 1990 para cumprir pena de cinco anos por assalto. Foi atingido por dois tiros nas pernas, dois nos braços e um na barriga. Sua mulher está grávida.



Claudemir Marques, paulista, 23 anos: com uma extensa ficha criminal, ficaria na prisão até o ano 2058. Segundo sua prima Benedita Aparecida, foi atingido por vários tiros e tinha marcas de mordidas pelo corpo.



Robério Azevedo Silva, baiano, 27 anos: preso em 5 de janeiro de 1989, cumpria pena de cinco anos e cinco meses por assalto. Seus familiares dizem que foi atingido por dois tiros: um no rosto, abaixo do olho, e outro no pescoço.



Valmir Marques, 24 anos: foi preso e morto junto com o irmão Claudemir. Somando-se todas as suas condenações ficaria preso até 2068. Tinha três filhos.
A família afirma que, a exemplo do seu irmão, foi espancado e baleado.

MILTON ABRUCIO JR. E MÔNICA BERGAMO

Trocavam socos, pauladas e estiletadas. Era 1 e meia da tarde da sexta-feira 2 de outubro. Começava ali, na disputa por três maços de cigarros, a morte de 111 homens, a maior carnificina presidiária de que se tem notícia nos últimos vinte anos. Começava ali o sórdido jogo de acobertamento protagonizado pelo governador Luiz Antonio Fleury Filho (*veja reportagem à pág. 26*). Explodia ali, a toda, a miséria do sistema penitenciário brasileiro (*veja à pág. 28*).

No bairro paulistano do Carandiru, Zona Norte da cidade, 300 detentos do Pavilhão 9 da Casa de Detenção acompanhavam um jogo de bola no pátio quando a briga começou. Os outros perambulavam pelas 435 celas do prédio de cinco andares. O pavilhão é o mais abarrotado do maior presídio do país. Projetada para 3 300 presos, a Detenção hospedava 7 119 naquele dia. No Pavilhão 9 cabem 1 000 detentos. Havia 2 069, na maioria primários. Todos pararam para ver ou participar do confronto. Só dez carcereiros tinham ido trabalhar. Deviam ser dezoito. Isso é da rotina de férias, faltas e licenças. Funcionários dos outros seis pavilhões saíram em socorro do chefe de vigilância do prédio, João Almir. Meia centena de agentes tentou trancar as celas do 2º andar e a porta que separa os dois pavimentos. Os detentos quebraram os cadeados. A briga recomeçou.

"O ALARME" – "Isso aqui é briga de ladrão, funcionário não tem nada que se meter", avisou um detento. Cercados pelos dois grupos, os carcereiros bateram em retirada. Donos do prédio, os presos acertavam desavenças antigas a pauladas e destruíam as instalações. Quebraram as dependências da administração, a sala dos carcereiros e a da chefia da segurança, no térreo. Sobraram intactos o templo de Umbanda e o salão da barbearia. "Soa o alarme aí", gritou o vigilante Carlito Siqueira para os policiais militares que vigiam a Detenção do alto das muralhas. Às 14h30, por alguns instantes o apito da sirene encobriu a balbúrdia no Pavilhão 9. Os carcereiros trancaram o portão principal. Por um telefone direto, o policial da guarita mais próxima acionou o 1º Batalhão de Polícia e Guarda, instalado atrás do presídio. Em menos de meia hora, 341 policiais enfileiravam-se do lado de fora.

O tenente-coronel Antônio Chiari alinhou seus 51 homens do 1º Batalhão de Choque, Rota. Seu colega Édson Faroro, do 2º Batalhão, comandava 125 soldados. Mais 74 PMs e treze cães do 3º Batalhão, sob a chefia do tenente-coronel Luiz Nakaharada, completavam a tropa de choque. No reforço, o capitão Wanderley Mascarenhas chefiava os 25 integrantes do Grupo de Ações Táticas Especiais, Gate. O Comando de Operações Especiais, COE, tinha dezesseis policiais no local. Outros 45 PMs davam cobertura. Na chefia do total de 341 homens postou-se o coronel Ubiratan Guimarães, do Comando de Policiamento Metropolitano, CPM. Ele foi avisado da revolta por telefone, pelo diretor da Casa de Detenção, José Ismael Pedrosa. "A coisa está feia", disse-lhe Pedrosa pouco depois do alarme. Ubiratan saiu imediatamente do gabinete. "Quero comandar isso pessoalmente", avisou ao chefe do Estado-Maior do CPM, Hermes Bittencourt Cruz.

AS BARRICADAS – A briga já durava uma hora e meia. Repórteres e câmaras de TV já estavam na frente da Casa de Detenção. Com a movimentação dos policiais, os presos do Pavilhão 9 trocaram a briga entre eles pela preparação de um combate contra os policiais. "Vimos a tropa de choque na televisão e escrevemos faixas pedindo negociação", diz o preso Antônio Pereira da Silva. "Como não aconteceu nada, empilhamos os colchões e colocamos fogo para preparar a defesa." Também jogaram óleo de cozinha nas escadas, para dificultar o acesso dos policiais. Apagaram as luzes com um curto-circuito na casa de força. Estouraram os encanamentos de água. Armaram uma barricada na entrada do pavilhão e passaram cadeados nos portões. Pelas grades das janelas, os detentos do Pavilhão 8, que reúne 1 194 reincidentes, acompanhavam a movimentação. Ofereceram-se para ajudar. "Pedimos que o diretor escolhesse uma comissão de negociação", diz Ary da Silva, 29 anos, condenado a dois anos por assalto. "Ninguém nos levou a sério."

O produto da matança na Casa de Detenção: a ação "enérgica" da PM congestiona o Instituto Médico Legal de São Paulo

As 15h30 o coronel Ubiratan recebeu a ordem para entrar no Pavilhão 9. Quem lhe deu a ordem foi o secretário da Segurança Pedro Franco de Campos, pelo telefone da sala do diretor Pedrosa. "Vocês têm autorização do governador Fleury para entrar", explicou o secretário, conforme o coronel contou depois a outros comandantes. "Esta situação pode complicar as eleições de amanhã", encerrou Pedro Franco. Da sala da diretoria até a muralha do pavilhão rebelado, o coronel Ubiratan, o diretor e o juiz Fernando Antônio Torres Garcia, um dos três que foram acompanhar a ação, passaram por seis portões. O sétimo estava fechado a cadeado e bloqueado por uma barricada de pedras, tijolos e ferros. Cinco soldados do Corpo de Bombeiros, chamado para debelar os focos de incêndio, derrubaram o portão com uma alavanca. Protegido por um pelotão de soldados que o envolviam com escudos, o diretor tentou negociar.

O Anúncio – "Todos devem se recolher a suas celas", berrou o diretor. Choveram pedras e telhas. Choveu até um vaso sanitário. "Percebemos que seria necessária uma ação enérgica", recorda o capitão Arivaldo Sérgio Salgado, comandante do COE. O diretor recuou e a ação enérgica foi iniciada. Com um grande alicate, homens do Gate e do COE cortaram os fechos da porta. Dividida em pelotões de vinte homens, a tropa de choque ocupou o térreo. Duas dezenas de presos renderam-se imediatamente. Policiais com escudos e coletes à prova de bala foram mandados para o andar de cima. Atrás deles, o coronel Ubiratan não avançou muito. Subia a escada quando um tubo de televisão explodiu poucos centímetros à sua frente. Quase desmaiou. Foi retirado do pavilhão pelo coronel Wilton Parreira Filho. Os chefes dos batalhões de choque assumiram o comando dentro do prédio. Nenhum agente penitenciário, nenhum juiz nem o assessor especial da Secretaria de Segurança, Antônio Filardi, enviado ao local por Pedro Franco, lembram-se de ter ouvido tiros até o momento da invasão pela polícia.

Eram 4 horas da tarde. Começam os trinta minutos decisivos, a meia hora de horror. Há pouca luz e muita fumaça no corredor de pouco mais de 2 metros de largura. A PM tem lanternas. Os presos correm entre as celas. Xingam os policiais. "Aqui é o choque", anunciam os soldados no 2º pavimento. "Chegou a morte", gritam, raivosos e ameaçadores. São alvejados por sacos de urina e fezes. Os presos brandem estiletes sujos de sangue. "Vocês vão morrer de Aids", desafiam os detentos. Uma saraivada de tiros ecoa pelo prédio. "O japonês entrou atirando para o alto e depois saiu metralhando dentro das celas", conta José Nonato da Silva, 29 anos, condenado a seis por assalto a mão armada. "Vi ele matar o 'Japão', o 'Kico', o 'Nenê', o Cláudio, o Paulo e o 'Bahia' ", completa Jair Osório, 28 anos, quinze de pena por latrocínio. O "japonês" é o coronel Nakaharada. Ele tem nas mãos uma metralhadora Beretta 9 milímetros, uma maravilha bélica capaz de cuspir dez balas por segundo. Entre sargentos e oficiais, há 43 pessoas na Detenção autorizadas a portar Berettas. Entram também 43 que

Os corpos empilhados no presídio: à espera da operação clandestina de retirada, durante a madrugada

levam facas na cintura. Cabos e soldados portam revólveres calibre 38 (tambor de seis tiros) e escopetas calibre 12, arma que pode abrir um rombo de 15 centímetros de diâmetro no peito de um preso.

O Fuzilamento — Pelo que ouvem no andar de baixo, os presos do 3º pavimento preparam-se para a rendição. "Como a polícia mandava bala lá embaixo, tiramos a roupa para provar que não atacaríamos", recorda Antônio Pereira da Silva, da cela 9303-I, que tem três ocupantes. "Eu fiquei atrás da porta, o 'Zebu' estava atrás da privada e o Zé Carlos ficou na cama." Os



...assassinado pelas costas e extermínio de todos os detentos em várias celas

policiais dão ordem para sair e deitar no chão, mas um deles manda deter Zé Carlos. "Esse aí, não", ordena aos colegas. "Encosta ele na parede", determina. E atira. "Virei para ver o que aconteceu", narra Antônio. "O PM enfiou a faca no meu pé e tentou me acertar o olho. Me defendi com a mão." Um corte profundo na mão direita avaliza seu depoimento. Na cela 9307-E, oito presos espremem-se no banheiro. Um permanece sentado na cama. Entra um policial atirando. "Estamos desarmados", grita Dionísio Paiva Filho, o "Didi", 29 anos, cinco anos e quatro meses de condenação por assalto a mão armada. De nada adianta. O policial dispara contra o preso que está na cama e sai.

Passam-se alguns minutos. Aparecem na mesma cela outros três soldados, também atirando. No banheiro, apontam para quatro detentos que estão no chão, encolhidos. Dois dos detentos são os cariocas João Carlos Rodrigues Vasquez e Antônio Márcio dos Santos Fraga. Foram presos em Tatuí, no interior paulista, por receptação de carro roubado, e esperam desde o mês passado a remoção para o Rio de Janeiro. "O guarda chamou um carioca e encostou o revólver na cabeça dele", relata Dionísio. "Perguntou se ele estava assustado, e ele respondeu pedindo pelo amor de Deus para não morrer." O PM atira três vezes. Dionísio sobreviveu. "Eu fiquei embaixo do 'Zé' e do Antônio", ele lembra. No meio da fuzilaria, Dionísio ouve a voz de um dos amigos. "Didi, eu estou morrendo", diz um dos homens sob o qual se esconde. "Me socorre, me ajuda", implora. Didi responde num sussurro: "Não posso. Se eu levantar os homens me matam". Não há mais resistência na Casa de Detenção. Só fuzilamentos.

Os "Zés" – "Quer morrer de faca ou de revólver?", pergunta um policial apontando a arma para a cabeça de um detento. "Ele não respondeu e morreu de tiro", lembra Ednaldo Pereira, 25 anos, da cela 9343-I, condenado a três anos e quatro meses por tentativa de roubo. "Viva o choque", gritam os soldados diante da cela 9339-E. Enfiam o cano da metralhadora pela abertura da porta e massacram oito prisioneiros. "Quase morri de medo", diz Reinaldo Aparecido Rodrigues, 35 anos, que assistiu à execução. "Eu e outro preso ficamos embaixo dos oito que eles mataram na nossa cela", narra Davi Ferreira de Lima, 26 anos, ocupante da 9402-E. Ambos saem feridos. "As balas atravessaram os corpos deles e acertaram na gente." Um andar acima, Luís Carlos dos Santos Silva, 24 anos, refugia-se na cela 9512-E junto com doze companheiros. Leva cinco tiros, pelas costas. "Quando apareceram, deitamos de bruços, bem no cantinho da cela", ele recorda. "Deram rajadas de metralhadora e mandaram levantar." Só quatro sobrevivem para obedecer. Todos os presos são "Zé" para os PMs. "Vem aqui, 'Zé' ", chamam. "Grita Rota aí, 'Zé' ", ordenam. "Morre aí, 'Zé'." Morrem todos os doze "Zés" da cela 9345-E, os onze da 9375-E, os cinco da 9385-E e os três da 9252-I, entre outras.

A varredura acaba quando a tropa alcança a última cela do 5º pavimento. Mas as sessões de sadismo ainda vão continuar. É o momento de levar os sobreviventes para o pátio. Para alcançar as escadas, os presos têm de passar por um corredor polonês, de cabeça baixa, entre chutes, coronhadas e ataques dos cães. "Tinha óleo no chão e eles



Rastros da violência praticada pelos policiais: o preso nu...



A faxina depois do massacre: os presos retiram os companheiros mortos



Os cães da Polícia Militar: repressão ao protesto dos parentes das vítimas

mandavam a gente correr", conta Milton Abrahão, 29 anos. "Se o cara caísse, morria." As narrativas coincidem. "Deram uma facada no sujeito bem do meu lado", diz Renato Barbosa, 20 anos. "Depois me mandaram carregar o cara junto com outro companheiro." Ainda há execuções. "Passei por cima de gente morta e vi que eles levavam feridos para a sala de esportes", recorda Jair Osório. A sala de esportes fica no 2º pavimento. Ela guarda aparelhos de halterofilismo, flâmulas e troféus das equipes esportivas dos detentos. "Eles foram fuzilados lá dentro", denuncia Osório. No pátio, Osório vê atiçarem cães sobre presos reunidos na barbearia.

Os Corpos — Há sangue por toda parte. E fezes. E urina. E óleo. Às 17 horas, treze detentos são retirados da Casa de Detenção e levados ao Pronto Socorro de Santana. Desses, oito estão mortos. Muito mais tarde, outros sete são encaminhados ao Hospital Mandaqui e dezenas recebem atendimento na enfermaria da prisão. Não há feridos graves para morrer durante a semana. O empilhamento dos mortos prossegue. Uma parte fica estocada no corredor do 2º andar, outro tanto na barbearia, mais alguns na sala de esportes e uns poucos espalhados pelo presídio. Alguns dos vivos são escolhidos para a faxina. O Gate e os batalhões de choque começam a retirada às 17h20. Nos dias seguintes alguns deles voltam à Casa de Detenção. Dessa vez para atiçar seus cães contra os parentes das vítimas que protestavam na frente do presídio. "Assassinos", gritam os parentes dos mortos.

"Vimos a reprodução das cenas de um campo de extermínio nazista", diz o sociólogo Paulo Sérgio Pinheiro. Essa é parte da anatomia da maior matança num único presídio de que se tem notícia nos últimos vinte anos, como atesta um fax da Fundação Penitenciária Internacional enviado da Suíça na quinta-feira ao ministro Maurício Corrêa, da Justiça. Em 1971, no presídio de Attica, no Estado americano de Nova York, a ação de 1 000 policiais contra 2 200 detentos, que controlavam a prisão há cinco dias, produziu quarenta mortos, entre eles dez reféns. Para exterminar cerca de 290 prisioneiros do Sendero Luminoso em três presídios, em 1976, o Exército peruano travou batalhas de até vinte horas. "Meu irmão morreu lá", conta o peruano Ernesto Manllia Ortega, 31 anos, preso no Pavilhão 9 da Casa de Detenção. "Tive medo de morrer como ele", diz Ortega, cujo irmão não pertencia ao Sendero. Em dezenove anos de pesquisas, o historiador paulista Hernâni Donato catalogou 3 010 batalhas na História do Brasil. "Se fosse catalogada, esta estaria entre as raras que só tiveram baixas fatais de um dos lados", diz o historiador. Na batalha do Carandiru, a PM fez em meia hora um quarto do total de vítimas que o país acumulou em sua participação na II Guerra Mundial.

É noite de sexta-feira. Boa parte dos PMs já voltou para o aconchego do lar. São casas modestas na periferia, já que ganham pouco mais de 1 milhão de cruzeiros por mês. Encaram os filhos, as esposas, os vizinhos. Acabaram uma longa e fatigante jornada de trabalho. Mataram 111 pessoas. Agora podem dormir. E sonhar.

Vida no meio do caos

Veja 14.10.92

Com prisões escabrosas e excesso de 73 000 presos, o país não debate a sério o sistema carcerário e ignora o que fazer com seus criminosos

O episódio da Casa de Detenção, em São Paulo, pertence a uma categoria de tragédias cotidianas que só chamam a atenção em circunstâncias especiais. Ocorrem mortes diariamente nas prisões do país. Algumas vezes há matanças com cinco, sete vítimas. Ninguém nota. Se tivessem morrido doze, treze presos na Casa de Detenção do Carandiru, é provável que tudo passasse mais ou menos despercebido. Uma revolta de detentos? Ora, sempre morrem alguns, é natural. A ocorrência de uma semana atrás chocou a opinião pública não porque seres humanos foram assassinados com perversidade. Chocou pelo número assustador das vítimas, pelo peso de mais de uma centena de cadáveres, pelo espetáculo indecente de uma multidão de corpos enfileirados dentro de caixões toscos, prontos para o sepultamento. Cadeia é assim mesmo: só desperta a sensibilidade dos cidadãos honestos quando a animalidade que nela existe ganha uma dimensão formidável.

Falta tudo nas cadeias brasileiras, a começar por vagas. As delegacias de polícia e as 210 prisões do país têm capacidade para abrigar 51 000 presos, mas nelas amontoam-se 124 000, num excesso de 73 000 pessoas. Quase metade da massa carcerária, 59 000 detentos, está alojada nos xadrezes dos distritos policiais, que foram feitos para recebê-los por pouco tempo, enquanto aguardam transferência para um presídio. A situação é pior ainda para os 65 000 detentos que cumprem pena nas prisões. Ali, eles convivem com quadrilhas, com o tráfico e o consumo de droga e com a corrupção de agentes penitenciários.

A superlotação é a face visível da situação escabrosa. No Recife, a penitenciária Anibal Bruno tem capacidade para 470 detentos, mas abriga 1 000. Há celas com até cinqüenta presos onde deveriam ficar apenas dez. Em Porto Alegre, o Presídio Central tem 700 vagas, mas vivem ali 1 700 presos. Numa antiga cela para dez pessoas, fincou-se um segundo andar para dar lugar a oito cubículos para dezesseis presos. "Às vezes choro na cela. Fico pensando quanto tempo estou perdendo", diz o presidiário Luis Fernando Amaral, detido há oito meses à espera de julgamento por homicídio. "Isso aqui é um lugar de horror." A superlotação não é só uma crueldade. Também é um incentivo à matança. Em 1985, em Belo Horizonte, 300 presos dividiam onze celas nas quais só havia espaço para quarenta e resolveram o problema com um ritual de eliminação. Com um sorteio, escolhiam um companheiro para morrer. De um saco plástico, retirava-se o nome da vítima. À noite, quando o escolhido estivesse dormindo, um colega saltava de um pequeno muro próximo ao banheiro da cela sobre seu estômago. Depois, enforcavam-no com uma camisa cheia de nós — a fatal "teresa", segundo a gíria das penitenciárias. Dias depois, morria outro e mais outro. Assim, quinze presos foram assassinados na loteria macabra.

Luta ideológica — A miséria do sistema penitenciário é universal, porque não há cadeia feliz, mas a situação em países civilizados é incomparavelmente melhor do que a brasileira. Mesmo assim, não se tem notícia de um debate sério no Brasil, em busca de soluções responsáveis. Com presos em excesso, carência de vagas e gente vivendo em condições subumanas, deixou-se que o sistema penal brasileiro permanecesse na mesma situação — na verdade, piorou muito com a explosão populacional e o próprio aumento da criminalidade.

Cadáveres sob a urna

Veja 14.10-92

O governador de São Paulo acoberta as mortes na Casa de Detenção do Carandiru para evitar o desgaste do PMDB no dia das eleições

O governador Luiz Antonio Fleury Filho tentou esconder dos eleitores de São Paulo os mortos da Casa de Detenção. No sábado às 10 horas, quando saiu de casa para votar, minimizou o episódio e apoiou a ação da polícia. No decorrer da semana, emparedado pela repercussão, mudou de comportamento. Depois de demitir todo o comando da PM e defenestrar o secretário de Segurança Pública, Pedro Franco de Campos, que além de auxiliar é seu amigo, o governador admitiu que os policiais cometeram um massacre. Prometeu encontrar os culpados. E anunciou uma nova era na polícia, "mais humana". Fleury se disse abatido com a violência, mas sustentou o improvável: segundo seu depoimento, soube do crime pouco antes do fechamento das umas — quase um dia depois da invasão.

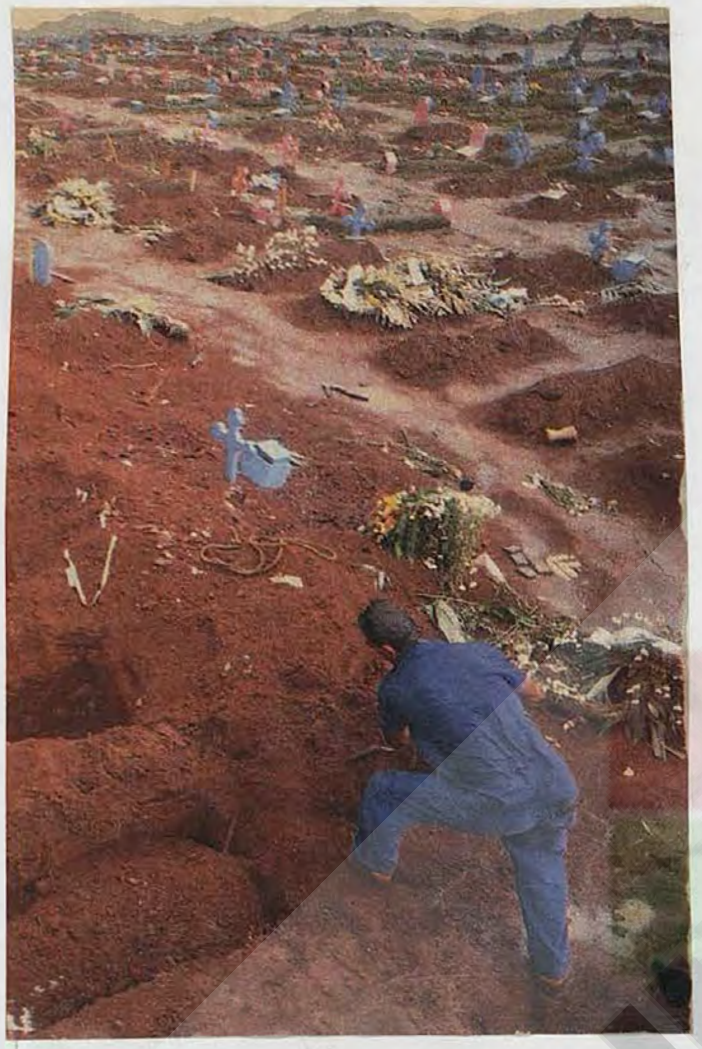
Os fatos apontam na direção oposta. Às 15 horas de sexta-feira, quando a central de comunicações da PM chamou o rádio portátil Motorola de prefixo 701252, o secretário Pedro Franco atendeu e ouviu o recado enviado pelo coronel Ubiratan Guimarães, comandante da PM: "O coronel está na Detenção, onde os presos estão rebelados. Ele precisa falar com o senhor". Em cinco minutos, Campos já conversava com Guimarães pelo rádio. "A situação é insustentável", avisou-lhe o coronel. "Vai ser preciso invadir."

Pedro Franco não deu a autorização. Precisava fazer antes outro telefonema. Ligou para seu colega da Secretaria de Governo, Cláudio Alvarenga, e avisou que precisava falar urgente com o governador sobre o tumulto na cadeia. Em Sorocaba, no interior do Estado, onde comia uma bacalhoada na casa do candidato do PMDB à prefeitura local, Alvarenga falou com Fleury nesse horário. Fleury confirma que recebeu o telefonema, mas garante que não se falou em presídio. "O assunto foi as eleições de Sorocaba", afirma. O fato é que, às 15h30, Pedro Campos pegou seu telefone e autorizou a PM a invadir a Detenção.

Conta Fechada — Pedro Franco daria mais seis telefonemas ao comandante da invasão, coronel Ubiratan Guimarães, até as 17h25, quando recebeu a primeira estimativa do número de mortos — entre 75 e oitenta cadáveres. Em todos os contatos, Pedro Franco sempre cobrou detalhes para "informar ao governador". As 17h35, quando retornava a São Paulo de helicóptero, Fleury alcançou o Motorola de Campos quando sobrevoava o município de Barueri e os dois conversaram. Segundo Fleury, não se falou em número de mortos. "Ordenei que ele só me revelasse os óbitos quando a conta estivesse fechada", diz Fleury. Curioso é que, meia hora depois, o governador telefonou para o deputado Ulysses Guimarães e revelou um número. "Ele me disse que os mortos poderiam ser mais de noventa", contou o parlamentar num almoço com jornalistas, na manhã de sábado. Durante a semana, Fleury e Ulysses negaram o teor da conversa. No desmentido, o deputado e Fleury deram versões contraditórias. "Nem falei sobre os presos", afirmou Ulysses. Já na versão de Fleury veio isto: "Apenas disse que a rebelião era grave".



O governador Fleury, que tentou dar a impressão de ter sido o último a saber: mudança de comportamento com a repercussão do caso





O ex-secretário Pedro Franco, que divulgou os 111 mortos apenas trinta minutos antes de acabar a votação: "Não digo que houve massacre"

Sexta-feira, na porta do Carandiru, ainda não havia anoitecido quando as peruas Veraneio cinza da PM começaram a deixar o presídio carregadas com treze presos baleados. No pronto-socorro de Santana, na Zona Norte, para onde foram levados, divulgou-se o único balanço do dia sobre a invasão: oito mortos e cinco feridos. Às 19 horas, numa entrevista, Pedro Franco admitiu as oito mortes. Nada mais. A esta altura, no interior da cadeia, os oficiais estimavam que poderia haver até 100 mortos. A retirada de apenas treze das vítimas fez parte de uma estratégia para confundir a imprensa. "Foi armação para não prejudicar o PMDB nas eleições", disse o coronel Ubiratan Guimarães a ex-subordinados, numa reunião posterior em que comunicou seu afastamento do comando da PM. "O Fleury nos traiu."

Corpos na Madrugada — Os policiais foram aplicados na tarefa de adiar a retirada dos corpos. O transporte dos cadáveres começou à meia-noite, quase sete horas depois da invasão, e durou quatro horas. A PM deixou o presídio de madrugada, com o número de mortos fechado em 98. Na manhã de sábado, mais treze corpos foram encontrados e chegou-se ao número definitivo. Às 11 horas, o comando da PM foi à Secretaria de Segurança para revelar o balanço. Lá, os policiais tiveram uma surpresa. Já se encontrava redigido um texto para ser encaminhado à imprensa com o número preciso de mortos. O texto só foi divulgado às 16h30, quando Campos anunciou em entrevista o banho de sangue. Outras autoridades sabiam do crime. Às 8 horas de sábado, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Odyr Porto, foi informado de que a Casa de Detenção vivera na véspera a maior chacina dos presídios brasileiros. Os portadores do comunicado, juízes de primeira instância, cometeram um equívoco na soma dos cadáveres e relataram que havia 110 mortos. Só Fleury assegura que não sabia de nada.

Quando foi votar, às 10 horas da manhã, o governador ainda defendia a PM. "A invasão foi adequada", avalizou. "Havia na detenção uma briga de quadrilhas muito bem armadas." Quanto ao secretário de Segurança, sua última preocupação foi com seu dever de informar o público. Pela manhã, saiu de helicóptero para votar em Moji-Mirim e depois almoçou no Comando Geral da PM, com alguns dos oficiais que haviam invadido a cadeia. Um dos presentes recorda que o secretário estava bem-humorado e, para não estragar a refeição — arroz, salada, bife e batatas fritas —, à mesa ninguém falou sobre o Carandiru.

A reação inicial do governador, que parecia não se abalar com o episódio, combina

com certa estatística que se dispõe a respeito de seu governo, um período em que os policiais bateram o recorde de violência. Há dez anos, no governo de Paulo Maluf, a Polícia Militar matava todos os meses 24 pessoas em confronto na região metropolitana de São Paulo. No primeiro ano do atual governo, a PM sustentava a média de 72 homicídios por mês. Neste ano, a média já é de 111, ou seja, um Carandiru por mês. Não se nota porque é extermínio em conta-gotas.

Em Nova York, os policiais matam sete vezes menos que a PM de São Paulo, embora a população nova-iorquina seja quase tão violenta quanto a paulista. Em Nova York, a média anual é de um homicídio para cada 4 330 habitantes. Em São Paulo, a relação é de um para cada 2 826, isto é, 50% maior. A comparação estatística derruba uma tese alardeada por Fleury. Para ele, a violência policial é reflexo da violência da sociedade. O desfecho da ação no Carandiru não indica mudanças na conduta dos policiais. Os substitutos dos comandantes afastados aprovam as mortes. "Faria da mesma forma", diz o coronel Ney Moreira dos Santos, substituto do coronel Ubiratan.

JOAQUIM DE CARVALHO e **MARCOS EMÍLIO GOMES**

São freqüentes os estudos sobre o assunto na França, na Inglaterra, na Suécia e nos Estados Unidos. No Brasil, o debate quando existe costuma se enroscar numa luta ideológica. Há o partido dos que militam radicalmente pela cartilha dos direitos humanos, para os quais a polícia é ruim e os presos são apenas vítimas da sociedade. Essa é a ala que atribui o crime unicamente ao desnivelamento de rendas observado entre as várias camadas da população. Por essa interpretação, o criminoso está isento de culpa individual — e a sociedade deveria quase envergonhar-se por enjaulá-lo.

O outro partido é formado pelos que promovem a subcultura de que preso deve sofrer o inferno para expiar sua culpa. Além da separação da sociedade por grades, segundo esse grupo, o detento merece o castigo de viver numa pocilga, onde impere a mais grossa animalidade. Não é muito numerosa a faixa das pessoas sensatas que aceitam o presídio como solução ruim mas necessária — e consideram que o preso deve ser tratado com dignidade, porque a privação da liberdade é punição suficiente.

A solução do problema carcerário requer uma discussão racional. Cada penitenciária construída no Brasil, para 500 presos, custa em média 15 milhões de dólares. Como existem 124 000 presos, e 175 000 mandados de prisão para serem cumpridos, o país precisaria de 500 novos presídios para abrigar todo mundo. Pelas contas do Conselho de Polícia Criminal e Penitenciária, do Ministério da Justiça, essa empreitada custaria aos cofres públicos a soma astronômica de 7,5 bilhões de dólares. Para completar, o Erário gastaria 600 milhões de dólares por ano para manter as prisões funcionando, ao custo de três a quatro salários mínimos mensais por preso. É uma fortuna exageradamente alta para o Erário, e é muito fácil imaginar que jamais será aplicada no sistema carcerário, enquanto 32 milhões de crianças e adolescentes viverem em condições de miséria. É exatamente esse ambiente adverso que toma mais necessária uma discussão séria em torno do assunto.

CORRUPÇÃO — Nenhum país saneou seu sistema penitenciário com medidas ideais. Há dificuldades mesmo nas nações do Primeiro Mundo. Na Itália, há vagas para 40 000 presos e existem 47 000. Nos Estados Unidos, a superlotação é tão grave que só seria aliviada com o investimento de 10 bilhões de dólares, o que é muito dinheiro. A vantagem dos EUA sobre o Brasil é que, diante das fortunas exigidas para solucionar a questão, travou-se lá um debate para buscar alternativas. Alguns Estados americanos optaram pelo caminho da privatização das prisões. No Estado do Texas, a Wackenhut Corrections Corporation, que administra prisões, gasta uma média de 37 dólares por dia para cada criminoso. Para o Estado, o mesmo preso custava 42 dólares. Ainda assim, a privatização é polêmica. Boa parte da população americana entende que a assistência aos presos é responsabili-

O Pavilhão 9 da Casa de Detenção, onde morreram mais de 100 presos: corrupção e tráfico de drogas

dade do Estado e não aprova a idéia de ver empresas privadas lucrando com presidiários. No Brasil, pensa-se na "terceirização". Ou seja: alguns serviços, como a cozinha ou a lavanderia de uma prisão, seriam explorados pela iniciativa privada. A idéia ainda está acanhada e tem circulação restrita. Está sendo debatida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, mas nunca foi testada na prática.

Para quem acha que o debate sobre o sistema penitenciário é algo que só interessa aos presos, há um equívoco a ser desfeito. A precária situação das prisões também contamina o Estado e, por extensão, a própria sociedade. A corrupção começa nas celas, mas sempre passa pelo portão dos pavilhões, chega à sala dos agentes penitenciários e às delegacias de polícia. "Tudo aqui dentro é corrupção. Com dinheiro e cigarro, você consegue quase tudo o que quer, principalmente comida", conta Sérgio Hamamoto, 22 anos, que cumpre pena de dez anos por estelionato na Casa de Detenção. Ali, num espaço construído para 3 300 presos, vivem 7 000. Entre os seus muros, a maconha circula quase livremente, e é comprada por agentes penitenciários, que mantêm contato com traficantes. O dinheiro, que gira na forma de maços de cigarro, compra regalias como uma cela menos cheia, um pavilhão menos perigoso ou um encontro amoroso num local mais discreto do presídio. No Rio de Janeiro, a penitenciária de Bangu 1, que já foi um inferno parecido com a Casa de Detenção, adotou um controle rigoroso para evitar o excesso de presos. Resultado: virou uma prisão melhor e menos corrupta que a Casa de Detenção.

A prisão de Bangu 1 não é apenas melhor para os presos. É melhor para o Rio de Janeiro e seus habitantes. Um presídio onde condenados vivem com dignidade facilita sua reeducação, ou ao menos não estimula uma degradação ainda maior. Em Brasília, a prisão da Papuda é considerada boa. "Ali se tem uma situação bem razoável", afirma o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, da Comissão de Direitos Humanos da OAB local. A Papuda tem celas individuais e coletivas, com até seis presos, a comida é feita por uma empresa privada e entregue em marmita quente trêz vezes ao dia. A última reivindicação dos 1 636 presos foi a ampliação do tempo de visita íntima, um momento em que podem ter encontros a sós com suas mulheres e namoradas, de quinze para trinta minutos. Com um tratamento digno para os presos, os moradores do Distrito Federal saíram ganhando. De 1990 para cá foram libertados 462 presos. Desses, apenas dezenove retomaram à Papuda. Pode-se supor que boa parte conseguiu voltar a uma vida longe da delinqüência.

Direção Contrária — A decência de um presídio também faz bem aos cofres públicos. Nos Estados Unidos, já se comprovou ser mais barato manter uma prisão com aparência de hotel cinco estrelas, onde não há muros nem um forte aparato de segurança, do que manter um presídio de segurança máxima. Na prisão de Danbury Camp, próxima a Nova York, onde o ex-banqueiro Antonio Gebauer cumpriu pena, há celas de 9 metros quadrados para dois presos, lanchonetes e salões de jogos e ginástica. Ali, um preso custa entre 13 e 20 dólares por dia. Nos presídios de alta segurança, o custo sobe a 70 dólares diários. No Estado de São Paulo,



A prisão de Danbury Camp, nos EUA: custo baixo apesar da aparência de hotel

J2

caminha-se na direção contrária. Em dois governos, o anterior e o atual, foram construídas 22 prisões, todas de segurança máxima, onde o preso fica 24 horas por dia com direito apenas a banhos de sol. Seria até mais barato. e talvez mais eficaz, construir prisões-albergue, onde os presos passam a noite e têm direito a trabalhar fora durante o dia. "Esse sistema aberto só funciona em cidades pequenas, onde é possível conhecer os presos bem e fiscalizar o cumprimento da pena", afirma o juiz Antonio Filardi Luiz, cotado para assumir a nova Secretaria para Assuntos Penitenciários de São Paulo, prestes a ser criada pelo Palácio dos Bandeirantes. "Do contrário, começa a gerar impunidade", diz Filardi.

O juiz João Baptista Herkenhoff, do Espírito Santo, tem opinião diversa. Ele examinou os processos criminais que passaram pela 1ª Vara Criminal de Vila Velha, na Grande Vitória, entre 1970 e 1980. Comparou os indiciados, acusados e réus que foram soltos das prisões com os que ficaram em prisão fechada. No grupo dos noventa que se beneficiaram de medidas liberais, sete voltaram a responder a processo. No grupo dos 116 que permaneceram na prisão, 25 sofreram novo processo. O resultado de sua pesquisa foi convertido no livro *Crime — Tratamento sem Prisão*. "Creio que as prisões têm sido um dos principais fatores no aumento da criminalidade", escreveu Herkenhoff. O sociólogo Sérgio Adorno, do Núcleo de Estudos da Violência, da USP, chegou a conclusão parecida. Comprovou, com dados estatísticos, que as prisões funcionam como fábrica de criminosos. Adorno examinou as fichas dos detentos da Penitenciária do Estado, entre 1974 e 1985, e descobriu que a taxa de reincidência mantinha relação com o tratamento recebido na prisão. Voltaram os que tinham recebido o maior número de punições, como advertências e prisão temporária em cela forte. Outro dado do seu levantamento: 81% dos reincidentes saíram da Casa de Detenção paulista, onde a vida é sabidamente infernal.

Como o sistema penitenciário do Brasil não passa por uma análise séria, não se sabe o que se terá no futuro. Prisões menores ou maiores? Abertas ou fechadas? Urbanas ou rurais? Com simples reclusão ou com exigência de trabalho por parte do preso? Há que se debater até a utilidade de um Código Penal escrito em 1940, numa época em que o Brasil era um país inteiramente diferente do que é hoje. Na semana passada, no calor do massacre na Casa de Detenção, o advogado Antônio Mariz de Oliveira defendeu uma revisão nesse sistema de penas. "A pena privativa da liberdade não é o instrumento adequado para a recuperação do delinqüente e a defesa da sociedade", escreveu ele, em artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*. "Cadeia apenas para os de comprovada



O Presídio Central, de Porto Alegre: dezesseis detentos em cubículos

periculosidade", concluiu Mariz, que já foi presidente da OAB paulista e secretário de Justiça e Segurança do Estado.

Uma reforma no Código Penal no sentido de prever penas mais liberais traria benefícios imediatos. Em primeiro lugar, aliviaria a superlotação. Em segundo, diminuiria os gastos do Estado para manter prisões gigantes. Por fim, faria um bem à sociedade ao evitar que um detido pelo furto de três pacotes de cigarros convivesse na cela com um condenado por dezessete homicídios e saísse da prisão mais criminoso do que entrou.

Bomba Incendiária — É óbvio que a questão carcerária não é prioridade no Brasil, mas é um barril de pólvora. Afinal, o que se pode exigir de alguém que tenha passado dez anos na penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, no litoral de Pernambuco? Ali, as celas inundam com 20 centímetros de água quando chove muito e as instalações sanitárias, entupidas, costumam espalhar pelas celas fezes e urina que deveriam correr pela rede de esgoto. Há seis meses, nessas terríveis condições sanitárias, um surto de cólera atingiu 86 detentos.

Há uma massa de agentes penitenciários despreparada para o ofício de cuidar de um preso e de uma prisão. Na Casa de Detenção, eles ganham entre 800 000 e 2 milhões de cruzeiros por mês e é uma rotina a falta ao serviço. O despreparo fatal aconteceu em outubro do ano passado quando trinta presos do presídio Ary Franco, na Zona Norte do Rio de Janeiro, morreram queimados com a explosão de uma bomba incendiária na cela, que elevou a temperatura do local a 1 500 graus centígrados, igual à dos altos-fornos das siderúrgicas. Quem atirou o artefato foi um agente penitenciário que queria conter um tumulto na cela.

O desleixo é tão grande que mesmo quando se busca uma alternativa cometem-se absurdos. O ex-ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, por exemplo, autorizou a construção de um presídio agrícola em Manaus com as portas das celas de aço inteiriço. Tornou a vida dos presos insuportável numa cidade onde a temperatura chega facilmente aos 40 graus centígrados. Na época, a moda eram os institutos penais agrícolas, onde os detentos podem trabalhar na sua própria horta. Foi outra experiência mal-sucedida. Em São Paulo, 39% dos detentos, segundo uma pesquisa feita em meados da década passada, vêm da zona urbana e só 8% de áreas rurais. Portanto, os presos se ocupavam com um ofício que dificilmente exerceriam ao sair da prisão. Até a laborterapia, a idéia de ocupar o preso com alguma atividade, acabou deformada. A maioria dos presídios que a aplicam oferece aos presos atividades como costurar bolas e fazer pregadores de roupa, ofícios que também não costumam exercer quando recuperam a liberdade. "A laborterapia, do jeito que está sendo aplicada, não serve para nada", afirma o professor Vinícius Caldeira Brandt, da Universidade Federal de Minas Gerais, que realizou uma pesquisa sobre o assunto. "Funciona apenas como passatempo para as horas de ócio."

Sem dinheiro e sem uma discussão frutífera, o Brasil caminha para novas explosões do porão. As autoridades não sabem o que fazer com os presos e divergem sobre a melhor maneira de tratá-los. "O fato é que os bichos do zoológico são mais bem tratados do que os presos", admite o presidente do Conselho de Política Criminal e Penitenciária, Edmundo Oliveira. Então, para que as prisões ao menos ascendam à condição de zoológico é preciso enfrentar o problema. E soluções para diminuir a delinqüência e fazer com que os criminosos de ontem possam ser os cidadãos corretos de amanhã existem. Em 1770, a Inglaterra descobriu um novo pedaço de terra para instalar os tentáculos do reino. Dezessete anos depois, percebeu que suas prisões estavam superlotadas e resolveu despachar uma multidão de condenados para o novo território. A colônia tornou-se livre e o país foi construído pela horda de condenados. Hoje, é uma grande nação chamada Austrália e está entre as mais bem-sucedidas do planeta, com uma população de 17 milhões de pessoas que vivem muito bem com uma renda per capita de 17 000 dólares. ■

Militar

1996

CEDIM

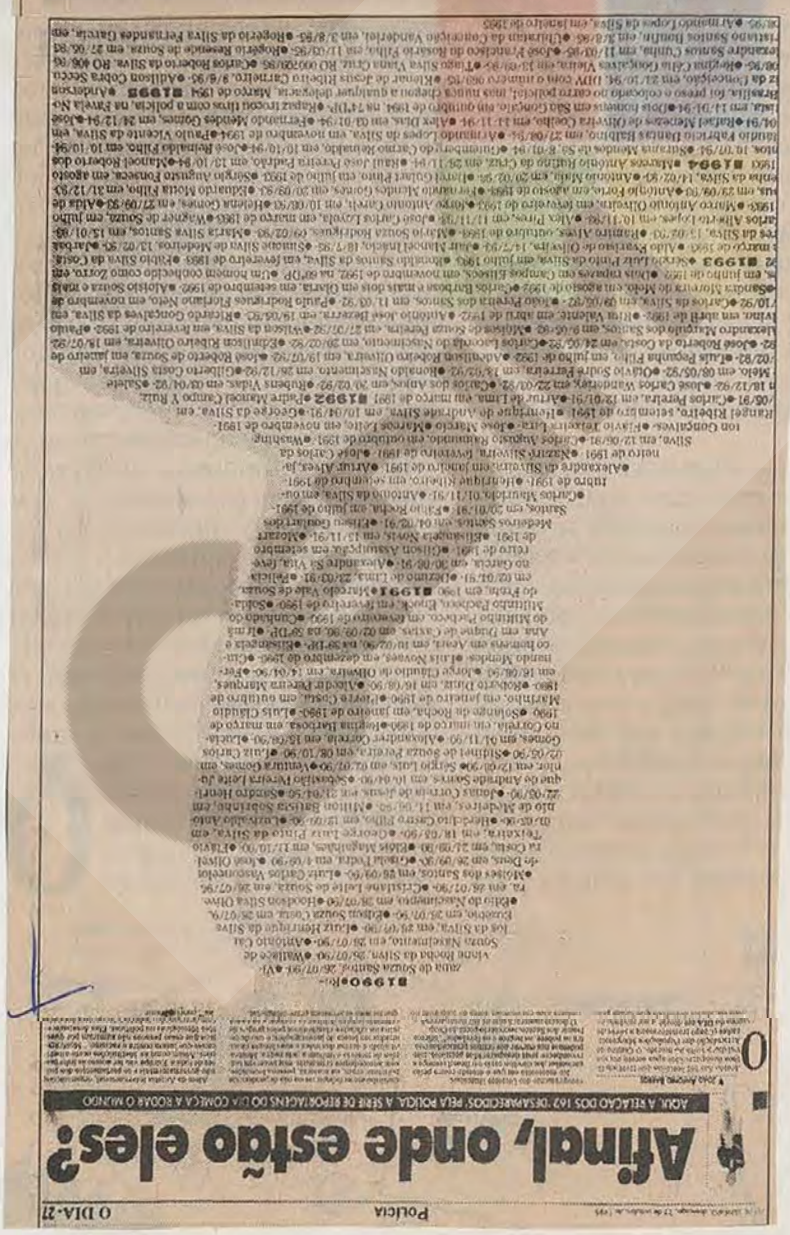
Ouro tem cara de mulh

Andréa Pontes

Sábado, 27 de julho de 1996, foi dia de escrever história. Jacqueline e Sandra tornaram-se as primeiras brasileiras a ganhar medalha de ouro em Olimpíadas. A primeira para o Brasil em Atlanta. E ainda temos chances de outras medalhas no basquete, no vôlei e no futebol. Nossas atletas viraram preferência nacional, capazes de arrancar dos comentaristas do futebol - machistas distraídos - frases como "esse gol é digno do futebol masculino" ou "elas treinaram

mesma faixa ganham dois, de exata.

A situação se repete na áre Em Andradina, SP, as mulhe trabalhadores rurais realiza mês passado, a I Conferência balhadores com Terra. A reiv ção era simples: terra. Uma dições para o Incra assentar u terra é que ele tenha família, mulher e filhos. Terminado o so de cessão, a mulher volta a sua função como trabalhador a de mulher de proprietário, acesso ao resultado da pla


Afinal, onde estão eles?
AGM, A ELEIÇÃO DOS 162 DESAMERICADOS, PELA POLÍCIA, A SERÉ DE BRASILIENS DO DIA COMEÇA A RODAR O MUNDO
Polícia
O DIA-27

O DIA
Data 31 / 07 / 96
Caderno ____ Pág. 3

no **DIA**, em outubro de 1995 — deixou os limites do Rio de Janeiro. Reconhecendo o trabalho do jornalista, que garimpou a história das dezenas de vítimas anônimas da violência, a Sociedade Interamericana de Imprensa concedeu a João Antônio o Prêmio SIP—Harmondio Arias, na categoria de Direitos Humanos.

Durante 30 dias, o repórter mergulhou nos arquivos sigilosos da Corregedoria da Polícia Civil e da Divisão de Defesa da Vida. Os números mostraram histórias impressionantes de pessoas humildes, a maioria trabalhadora, que tiveram sentença de morte decretada sem direito a defesa por morarem em bolsões de miséria e terem a pele negra. Entre João Antônio Barros desvendou o modo de agir dos matadores, que usaram quartéis como salas de tortura, coagiram testemunhas e se livraram de investigações e processos. Os exterminadores aprenderam a lição dos Anos de Chumbo: **sem-corpo-não-há-crime-e-sem-crime-não-há-punição.**

Tão vítimas quanto os desaparecidos, suas famílias passaram a peregrinar em busca dos corpos, perdidos em cemitérios clandestinos e no fundo dos rios. A série de reportagens alertou a Anistia Internacional e levou o chefe de Polícia Civil, Hélio Luz, a criar a Divisão de Desaparecidos, subordinada à Superintendência de Atividades Especiais.

Talento para investigar

O Prêmio SIP—Harmondio Arias foi concedido a João Antônio Barros (foto), do **DIA**, e a jornalistas do **El Colombiano**, de Medellín, Colômbia, que fizeram um suplemento dominical dedicado ao despejo forçado de moradores daquela cidade. A Sociedade Interamericana de Imprensa distribui anualmente esse e outros três prêmios nas categorias Relações Interamericanas, Ajuda à Comunidade e Drogas. O **DIA** foi o único jornal brasileiro premiado este ano, concorrendo com publicações americanas em inglês, português e espanhol.



Repórter do **DIA** desde junho de 1991, João Antônio Barros tem 33 anos e um gosto especial por reportagens investigativas. Formado pela Universidade Gama Filho, João Antônio começou escrevendo para o **Jornal Hoje**, da Baixada Fluminense, e trabalhou na **Última Hora**. Já no **DIA**, o jornalista foi vencedor do prêmio Wladimir Herzog de 1993 com outra série de reportagens, publicadas em junho daquele ano.

A reportagem premiada denunciava a participação de policiais militares em grupos de extermínio. Pouco depois da publicação, o Rio foi palco da chacina da Candelária. Quatro policiais foram julgados e condenados pela morte de oito meninos de rua.

Vol. Policial

O DIA
Data 25 / 04 / 96
Caderno POLÍCIA Pág. 20

A morte nas patas da cavalaria



A irmã e a sobrinha de Maria de Araújo querem uma indenização

Família acusa PMs de matar a mulher atropelada por cavalos que apostavam corrida no Centro

Maria de Araújo Prado foi atropelada por PMs a cavalo que apostavam corrida no dia 31 de janeiro de 1995, na esquina da Avenida Rio Branco com Rua da Assembléia, no Centro. Ela morreu pouco depois. Como não tinha filhos, a irmã, Cândida de Araújo Betta, e a sobrinha, Conceição Aparecida Betta, entraram na Justiça contrá o governo do estado. Ganharam, e vão receber indenização de cerca de R$ 40 mil. O governo não vai poder recorrer da sentença.

O advogado da família, Mario Antônio de Oliveira Couto, explicou que, como o governo perdeu o recurso que impetrou na 10ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, não pode fazer novas apelações.

A família pediu indenização por danos morais e materiais, e o juiz da 2ª Vara de Fazenda Pública, Jessé Torres Pereira Júnior, determinou que, por danos morais, o estado vai ter que pagar 100 salários mínimos. Por danos materiais, vai desembolsar R$ 23 mil, corrigidos, gastos com a internação hospitalar de Maria. Vai pagar ainda as custas do processo.

Contadores estão calculando a quantia exata que o estado vai ter que pagar. Os cálculos devem ficar prontos dentro de 15 dias, e o governo terá 48 horas para efetuar o pagamento. "O caso foi resolvido na Justiça em pouco mais de um ano. Acredito que isso seja animador e estimule mais gente a recorrer à Justiça Civil no país", disse o advogado.

Várias pessoas têm entrado com ação contra a prefeitura devido a acidentes causados pelo Rio Cidade. O advogado deu outros exemplos de situações nas quais o poder público pode ser processado: um acidente de carro provocado por sinal luminoso com defeito ou, até mesmo, um assalto numa hora em que, a princípio, deveria haver policiamento. "As pessoas devem ter a consciência de que podem e devem processar o governo. É uma forma de pressionar as autoridades".

Jcd. Rubrica

JORNAL DO BRASIL
Data: 23/04/96
Caderno CIDADE Pág 18

Exército prende militares que invadiram baile

Soldados usaram caminhão para intimidar funkeiros

Os 13 militares da Brigada de Paraquedistas do Exército que invadiram o Jacarepaguá Country Club, na madrugada de domingo, armados com fuzis e uniforme de campanha, foram presos ontem por ordem do Comando Militar do Leste. Os militares (12 soldados liderados por um sargento) responderão a uma sindicância sumária instaurada na Brigada de Paraquedistas da Vila Militar, na Zona Oeste, que num prazo de 30 dias poderá determinar a demissão sumária dos quadros do Exército.

Segundo o serviço de Relações Públicas do Exército, os militares agiram em causa particular, de forma indisciplinada e isolada - sem o conhecimento dos oficiais superiores. Os nomes dos envolvidos serão mantidos em sigilo até o final da sindicância. Eles pegaram o caminhão do Exército durante a madrugada, sem autorização do Oficial de Dia. A descoberta do desvio de material do Exército só foi possível porque os responsáveis pelo baile apresentaram queixa formal ao Comando Militar do Leste.

A invasão dos militares aconteceu durante um baile funk promovido pela equipe Furacão 2000. Encapuzados, os militares chegaram em um caminhão do Exército e assustaram os cerca de 2 mil jovens que estavam no baile. Cerca de 10 soldados permaneceram no caminhão, enquanto um outro grupo, com 12 militares, chefiados pelo sargento, entraram no clube paralisando o baile: "Tivemos medo de que acontecesse uma tragédia. Todos entraram em pânico e houve muito corre-corre e empurra-empurra", disse o promotor do baile, Marcos César Vidal, 47 anos.

Confusão — Lá dentro, segundo revelaram testemunhas, os militares disseram que estavam à procura de um homem que teria matado um soldado e roubado um fuzil Fal: "Não há qualquer registro de morte ou de roubo de armamento do Exército nas nossas unidades", disse o coronel Gerson, da 5ª Seção do Exército. A confusão provocada pelos militares só foi contornada depois que os seguranças ameaçaram denunciar a invasão ao Comando Militar do Leste: "Eles tiveram medo da denúncia e resolveram se retirar. Então nossos seguranças seguiram o caminhão até a unidade instalada no Campo de Gericinó, na Vila Militar", disse Vidal. Antes de partirem porém, um dos militares ameaçou revistar os funkeiros.

O episódio, segundo o oficial do Exército, aborreceu a alta direção do Exército porque representou um gesto de indisciplina e insubordinação. "Os militares serão punidos exemplarmente", observou.

Uma adolescente freqüentadora do baile disse que por alguns instantes temeu que os encapuzados fossem traficantes: "Imaginei que ocorreria uma fuzilaria aqui dentro", disse ela anteontem ao **JORNAL DO BRASIL**. Carlos Vidal disse também que temeu pelo pior: "Lembrei dos velhos tempos de confronto entre o Exército e estudantes, nos anos 60. Um monte de homens armados enfrentando jovens indefesos", comparou.

Jud. Federal

JORNAL DO BRASIL
Data: 12/05/96
Caderno: Pag 18

'Tremia todo, parecia que explodiria'

Acusado de usar dinheiro falso, jovem diz que levou choques e foi espancado por policiais

da Reportagem Local

Luiz Cezar Scwinzekel, 20, foi preso com a namorada no último dia 30 de março, no Shopping Ibirapuera (zona sul de São Paulo), acusado de fazer compras com cédulas falsas.

Espancado por policiais e seguranças do shopping, foi levado com a namorada ao 15º Distrito Policial. Ali, diz ter sido barbaramente torturado com choques elétricos, chutes e socos.

Luiz Cezar trabalha com o pai em uma pequena empreiteira. Procurados pela Folha, o 15º DP e o departamento de segurança do shopping não quiseram se manifestar. No último dia 6, ainda sob forte emoção e temendo represálias da polícia, ele deu o seguinte depoimento à Folha:

"Depois de algemado e espancado no shopping, fui levado com minha namorada para o 15º Distrito Policial.

Pedia até pelo amor de Deus para avisarem a minha família. Os policiais diziam que isso era coisa de filme. Disseram que eu tinha pinta de 'boy' e que iam pedir caro para me entregar para outros presos.

No dia seguinte, vieram com papéis para eu assinar. Disse que só assinava se lesse. Me deram tapas e me obrigaram a assinar.

Me levaram para uma cela escura em que estavam outros presos. Alguns deles me disseram que não ouviam direito por causa de choques nos ouvidos. Falavam que um dos torturadores se chamava 'Bahia'.

No mesmo dia fui levado para uma outra sala. Os policiais fecharam as cortinas. Um policial começou a me dar tapas.

Mandaram eu tirar a roupa, amarraram minhas mãos, meus pés, passaram um cano por dentro, e me penduraram. Batiam nos meus pés com cassetete de borracha. Estava morrendo de dor. Não queria mais viver. Pedia pelo amor de Deus para parar.

Eram seis policiais, mas só dois me batiam. Pararam para tomar sorvete e voltaram dizendo que iam me dar uma dose forte para refrescar minha memória.

Aí eles ligaram um fio na tomada, um no cano e outro no meu pé. Depois colocavam o fio nas minhas pernas e nádegas.

A dor era tão grande que eu não sei como não enlouqueci. Meu corpo tremia todo. Parecia que ia explodir. Quando eles pararam, eu não conseguia ficar de pé. Mas eles me obrigavam a andar.

Tive ânsia de vômito e pedi água. Vomitei muito e mandaram que eu limpasse com minha calça. Enquanto limpava, batiam com cassetete nas minhas costas.

Depois, quando fui levado para a sala que estava antes, pensei que estava louco. Achava que tinha gente saindo das paredes para me torturar. Quando conseguia dormir, acordava com o coração pulando. Parecia que alguma coisa corria dentro de mim.

Ainda não me recuperei. Como fiz a denúncia, agora há estranhos rondando minha casa."

Mod. Policiais

O DIA
Data 21 / 04 / 96
Caderno ____ Pág 21



Ex-policial com apelido de filme de terror é eleito, depois da morte, o suspeito de plantão dos grandes crimes

Sexta-Feira 13, parte Rio

▼ JOÃO ANTÔNIO BARROS

Bandido bom é bandido morto: não fala, não se defende. O ex-soldado PM Maurício da Conceição Filho, o **Sexta-Feira 13**, transformou-se, dois anos após a sua morte, no maior pistoleiro da história policial do Rio de Janeiro. Graças ao milagre da multiplicação dos depoimentos em fitas gravadas, Maurício da Conceição está envolvido, hoje, em três dos casos de maior repercussão ocorridos nos últimos cinco anos na Cidade: chacinas de Acari e da Candelária e na morte de Edméia do Nascimento, uma das mães de Acari.

É bem verdade que o ex-soldado nunca foi santo. Sua ficha funcional na Polícia Militar faz justiça ao apelido. Expulso em dezembro de 1990 por extorsão, porte ilegal de armas e homicídio, **Sexta-Feira 13** é listado em pelo menos 20 crimes apurados pelo Serviço Reservado da PM. E mais: seqüestrou, com outros policiais, o estudante André Scafura, neto do contraventor José Scafura, o **Piruinha**, para quem trabalhou como segurança na casa de show Sambola.

Era o diabo certo para pregar nas cruzes das fracassadas investigações e silenciar quem acusava os vivos pelos grandes crimes sem punição. A porta ficou aberta quando **Sexta-Feira 13** foi envolvido no assassinato dos oito menores da Candelária. Isto graças à denúncia do ex-soldado Sérgio Cerqueira Borges. Ele jura ter ouvido o nome do ex-PM Maurício da Conceição na confissão do serralheiro Jurandir Gomes – acusado de ter participado do crime –, quando dividia com ele a cela no Presídio Ary Franco.

E **Sexta-Feira 13** passou a ocupar o lugar de eterno suspeito. Aproveitando a onda de gravações-denúncias – iniciada com a apuração paralela feita por um grupo de acusados da chacina de Vigário Geral –, o também ex-policial Eduardo José Creazolla conseguiu, no ano passado, a prova de que precisava para retirar o seu nome da lista de suspeitos do desaparecimento dos oito rapazes e três moças da Favela de Acari e pela morte de Edméia do Nascimento. Na fita, um outro ex-PM – Claudiomar Santos – atribui os crimes a nada mais, nada menos, que ao já morto Maurício da Conceição.

O DIA
Data 21/04/96
Caderno 1 Pag 21

Ex-PM adorava matar

Um super-homem a serviço do extermínio ou farsa nos depoimentos. Poucos acreditam que **Sexta-Feira 13** se enquadre no perfil de assassino com bala na agulha para articular quase todos os grandes crimes ocorridos no Rio de Janeiro.

De acordo com alguns dos policiais que investigaram o ex-PM, Maurício da Conceição adorava matar, mas era esperto o suficiente para evitar os casos de repercussão e chamar a atenção pública. Tanto que ele só participou da morte dos meninos da Candelária para "limpar a honra" do protegido Emannuel Vinicius, o PM a quem ajudou a entrar na corporação e havia sido agredido por um menor no Centro do Rio.

Nos outros crimes – os desaparecidos de Acari e a morte de Edméia do Nascimento –, os policiais descartam a participação de **Sexta-Feira 13**. Os agentes do Serviço Reservado da PM acreditam que a inclusão do nome do ex-policial foi feita com apenas um objetivo: criar confusão e tornar os casos insolúveis. Acari, por exemplo, já se arrasta há quase seis anos entre as pilhas do processo e, quando começa a ganhar corpo, uma reviravolta – o depoimento do ex-PM Claudiomar Santos – faz a investigação retornar ao ponto de partida.

A morte de Edméia teve o mesmo rumo. Ao direcionar a investigação para dois mortos – os ex-policiais João Carlos da Silva Bistene, o **Peninha**, e **Sexta-Feira 13** –, o depoimento se choca com as declarações anteriores da testemunha-chave de Vigário Geral, o ex-informante I., e pára o andamento do já encostado inquérito. De tal forma que, certamente, o ex-PM Eduardo Creazolla conseguirá deixar a cadeia – está preso por tramar a morte da promotora Tânia Maria Sales Moreira – antes de ser processado pelo assassinato. Apesar do depoimento de I. incriminar o ex-soldado.



O DIA
Data 21/04/96
Caderno ___ Pág. 21

Antigos casos, novos culpados

CHACINA DE ACARI

Oito rapazes e três moças da Favela de Acari são seqüestrados por um grupo de homens no sítio Fim da Picada, em Magé, e nunca mais foram encontrados. O caso ocorreu em junho de 1990. Durante as investigações, soube-se que o grupo festejava um grande assalto no Rio de Janeiro e foi o produto do roubo a razão do sumiço das vítimas. Acredita-se que um grupo de policiais extorquiu e matou as 11 pessoas.

ANTES – A testemunha-chave da chacina de Vigário Geral, o ex-informante I., afirma que a extorsão e o desaparecimento dos moradores de Acari foram praticados por policiais lotados na época no 9º BPM (Rocha Miranda). Entre os acusados um se destaca: Eduardo Creazolla, identificado na região como **Rambo**. Os outros são os ex-PMs envolvidos com o grupo **Cavalos Corredores** e, alguns deles, acusados também de participarem da chacina de Vigário Geral e beneficiados recentemente com a liberdade.

AGORA – O depoimento de Claudiomar também fala em extorsão, mas muda os exterminadores. De acordo com ele, o seqüestro e a morte das vítimas foram obras de um grupo liderado pelos ex-policiais João Carlos da Silva Bistene, o **Peninha**, e Maurício da Conceição Filho, o **Sexta-Feira 13**. Um detalhe: os dois estão mortos.

MORTE DE EDMÉIA

– A líder das mães de Acari foi assassinada em 1991 quando deixava o Complexo Penitenciário Frei Caneca. Ela buscava informações de presos para descobrir a verdade sobre o desaparecimento dos 11 de Acari. Sua morte, concluiu a Polícia, estava ligada ao sumiço.

ANTES – Depois de uma fracassada investigação – chegou-se a julgar e a absolver um motorista de táxi –, a Polícia é informada, em 1993, que os policiais Alexandre Bicego, Pedro Flávio e Eduardo Creazolla são os autores do crime. Presos, eles são indiciados pelo assassinato.

AGORA – Com a mudança nos rumos da investigação do desaparecimento dos 11 de Acari, a apuração da morte de Edméia do Nascimento também dá uma guinada e aponta, novamente, para a dupla de falecidos: **Peninha** e **Sexta-Feira 13**.

Vid. Militar

O DIA
Data 18 / 04 / 96
Caderno ___ Pág. 15

Lei marcial contra motoristas na Vila Militar

Kombi que derruba cone do Exército é metralhada e general manda prender passageiros

▼ RICARDO FRANÇA

No estilo **prendo e arrebento**, o general Valdésio Guilherme de Figueiredo, comandante da 1ª Divisão de Exército, está usando a força e o fuzil para reeducar os motoristas que fazem barbeiragens na Vila Militar. As primeiras **baixas** civis do **Toquinho da Maldade** – apelido do general entre os moradores da região – foram Paulo Ricardo Eurico Júnior, 38 anos, e o estudante evangélico Lúcio Henrique da Cunha, 34 anos.

Por terem esbarrado com a Kombi do trabalho em um cone de sinalização de trânsito do Exército, na tarde de terça-feira, os dois foram espancados por soldados da 9ª Brigada e, há 48 horas, estão presos e incomunicáveis numa sala do batalhão.

A denúncia foi feita ao **DIA** pelos advogados Roberto Medeiros e Valeriana Canuto, da firma Empreendimento e Montagem Ltda., onde Paulo Ricardo e Lúcio trabalham. Segundo Medeiros, os dois e M., 17 anos, estavam na Kombi da empresa, que tem sede em Padre Miguel, quando tentaram ultrapassar um caminhão do Exército na descida do viaduto de Magalhães Bastos, na Vila Militar, às 12h30 de terça-feira.

Ao cortar pela esquerda, tentando desviar de um soldado, Paulo derrubou um dos cones de sinalização e foi obrigado a parar. A partir daí, contam os advogados, seis soldados passaram a espancar o trio. Um deles sacou a pistola 9mm e atirou quatro vezes na Kombi, que teve a lataria perfurada por dois tiros. Considerados suspeitos, Paulo e Lúcio foram levados para o quartel, M. foi liberado e a Kombi, cheia de cadeiras, apreendida.

Os advogados encaminharam ontem à tarde pedido de habeas-corpus à Auditoria Militar, na Praça da Bandeira, para libertar Paulo Ricardo e Lúcio. Hoje, Medeiros e Valeriana vão entregar petição à Auditoria do Exército contra o general Valdésio por abuso de autoridade, cárcere privado, constrangimento ilegal, lesões corporais e danos materiais.

Violência Militar

JORNAL DO BRASIL
Data: 04/02/96
Caderno ___ Pág. 8

Seis fugitivos de Goiás são presos após tiroteio

Pareja escapa do presídio mas alega que só quer garantir a integridade física dos reféns: 'Volto para cumprir minha pena'

Ana Paula Macedo e Marco Antônio Moreira

Enviados especiais

Roberto Stuckert Filho



TRÊS HORAS depois da fuga, soldados da Polícia Militar trocam tiros e interceptam carro com seis foragidos do Ceipago na entrada do Distrito Federal.

• GOIÂNIA e BRASÍLIA. Exatamente às 18h20m de ontem, depois de 140 horas de tensão, 40 presidiários rebelados no Centro Penitenciário Agroindustrial de Goiás (Ceipago), a 30 quilômetros de Goiânia, iniciaram a fuga, usando seis reféns como escudo. Três horas depois, um dos carros foi interceptado por uma barreira policial na entrada do Distrito Federal. Houve troca de tiros, o carro capotou, seis fugitivos foram presos e libertado o presidente do Tribunal de Justiça de Goiás, Homero Sabino de Freitas, que sofreu um corte na testa.

Irritado, o desembragador ameaçou processar o governador de Goiás, Maguito Vilela (PMDB), a quem chamou de irresponsável, por não ter avisado à polícia do Distrito Federal do acordo feito com os foragidos: um salvo-conduto de dez horas.. Homero Sabino afirmou ter corrido risco de vida com a ação da polícia.

Em Anápolis, outro grupo de presos decidiu libertar o tenente-coronel da PM Juarez Francisco de Albuquerque.

O líder do motim, Leonardo Pareja, uma hora depois da fuga, parou num Ômega com quatro pessoas dentro, no bar Capela, num bairro nobre de Goiânia. Ele comprou três garrafas de cerveja e três de refrigerantes. Pagou com uma nota de R$ 50 e deixou o troco garantindo uma rodada de bebida para quem estava no local.

O gerente do bar, Adão, reconheceu Pareja e perguntou se ele não deveria estar fugindo. Tranqüilo, respondeu que era o que estava fazendo : "Só parei para comprar umas cervejinhas".

Os amotinados fugiram em oito carros com os vidros laterais e traseiros cobertos por jornais e promovendo um forte buzinaço. Eles estão armados com 16 revólveres calibre 38 entregues pelo Governo e igual número de caixas de munição, além de R$ 100 mil. Seguiram em comboio em direção à BR-153 e, na periferia de Goiânia, o Verona FCC- 1193 desviou-se dos demais e entrou na zona urbana da capital. Os fugitivos arrancaram os jornais dos vidros, pararam nos sinais vermelhos exibindo ostensivamente as armas e foram aplaudidos.

Foram levados como reféns o presidente do TJ de Goiás, Homero Sabino; seu filho Aldo Sabino de Freitas; o secretário de Segurança, Antônio Lorenzo; o procurador Fábio Campos; o diretor do Forum de Goiânia, Silvestre Filho; e o juiz Zacarias Coelho.

Nos primeiros cinco quilômetros, o comboio foi escoltado por policiais civis. Os policiais voltaram assim que os oito carros dos amotinados chegaram à rodovia federal. Ao mesmo tempo, a polícia, que prometera esperar dez horas para iniciar a perseguição, mobilizou 40 homens para acompanhar de longe a fuga.

Segundo transmissão via rádio da polícia, um dos veículos sofreu um acidente na periferia de Goiânia. O automóvel, um Ômega, estava em alta velocidade e derrapou numa curva, batendo de raspão na traseira de uma caminhonete. O motorista conseguiu controlar o veículo e continuou em disparada.

A forma como a fuga dos amotinados foi anunciada foi inusitada. Às 15h15, o negociador dos rebeldes, Leonardo Pareja, condenado a nove anos e seis meses de prisão por assalto a mão armada, conseguiu autorização para dar entrevista coletiva, da comissão de negociação nomeada pelo governador Maguito Vilela (PMDB) para conter a rebelião. Tiveram acesso apenas as cinco emissoras de TV com sede em Goiânia e o fotógrafo de um jornal local. Ao lado do assaltante Afrânio "Carioca", que só tem mais dois meses de pena a cumprir, Pareja surpreendeu ao revelar que ele e o parceiro deixariam o presídio mas não pretendiam fugir.

— Vou para garantir a integridade física dos reféns. Assim que estiverem a salvo, volto para cumprir minha pena. Vou a pedido deles, para que possa dar conforto espiritual — disse .

Pareja negou que tenha planejado a rebelião. Disse que estava "de castigo" (numa solitária), por ter feito nova tentativa de fuga, quando foi solto pelos 40 rebeldes. As autoridades estaduais disseram que a visita da comitiva do Judiciário, para vistoriar as condições da prisão, havia sido anunciada com antecedência.

— Aqui no presídio, a lei mais forte é a do silêncio. Não sabia e se soubesse não poderia dizer, porque me transformaria num alcagüete, informante de tira, e seria morto no mesmo instante. Também rejeito esse papel de líder que a imprensa me dá. Fui chamado depois que começaram a surgir problemas e meus colegas me colocaram na função de negociador — explicou.

Calmo, articulado e falando pausadamente como de hábito, Pareja responsabilizou as falhas do sistema penitenciário, acrescidas de arbitariedades que teriam sido cometidas pela direção do presídio. Segundo ele, qualquer que seja o resultado da fuga dos prisioneiros, o motim é vitorioso, por chamar a atenção.

O salvo-conduto de dez horas oferecido pelo Governo só vale para Goiás. Os estados vizinhos montaram barreiras nas estradas de fronteira para impedir o acesso dos fugitivos. ■

Vid. Mídia

O GLOBO
Data 28/03/96
Caderno ____ Pág. 8

PM bate em estudantes e deputados em Brasília

Ailton de Freitas



ESTUDANTE FERIDA durante a manifestação na Esplanada dos Ministérios é socorrida por um colega e três policiais

O GLOBO
Data 28/03/96
Caderno 1 Pág. 8

Manifestação lembrou anos rebeldes: 4 presos e dez feridos

Isabel de Paula e Ailton de Freitas

• BRASÍLIA. Estudantes e policiais reviveram ontem em frente ao Ministério da Educação, na Esplanada dos Ministérios, cenas dos tempos da repressão militar ao movimento estudantil. Na capital governada pelo petista Cristóvam Buarque, a PM distribuiu golpes de cassetete, chutes e socos contra estudantes secundaristas e universitários que protestavam contra a política educacional do Governo. Houve quatro prisões e dez jovens feridos foram atendidos no pronto-socorro do Hospital de Base. Também foram agredidos os deputados federais Ricardo Gomyde (PC do B-PR) e Wolney Queiroz (PDT-PE). No fim da tarde, o major Valmir Schmidt Vieira, que comandou o policiamento, foi afastado pelo governador, que mandou abrir sindicância para apurar os fatos.

Cristóvam Buarque deixou de lado os compromissos de sua agenda para visitar os estudantes feridos no hospital. Em conversa com o deputado Ricardo Gomyde, o governador admitiu que o episódio foi absurdo. O caso mais grave foi o do presidente do DCE da Universidade de Brasília (UnB), Manoel Policarpo, o Neto, que desmaiou depois de ter sido puxado pelos cabelos e de levar golpes de cassetete na cabeça. Desacordado, Neto foi levado ao Hospital de Base, onde fez tomografia. Ele foi agredido porque se recusara a sair do carro de som que estava em frente ao Palácio do Planalto. A reação da polícia teria ocorrido para poupar o presidente dos protestos.

"Você vai apanhar como todo mundo"

O deputado Ricardo Gomyde disse que apanhou — teve cortes nos lábios e levou chutes no pescoço e nas costelas — porque tentou defender o estudante. Contou ainda que, quando apresentou a carteira de parlamentar, um policial lhe disse:

— Você vai apanhar como todo mundo.

Recorreu ao chefe da operação, major Vieira, para protestar contra os abusos, e também ficou surpreso com a resposta que, segundo ele, o major deu:

— Quem está na chuva é pra se molhar.

No fim da tarde, Cristóvam Buarque reuniu o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Orlando Silva, líderes secundaristas e deputados que foram à manifestação antes de decidir que providências tomar. A manifestação que, segundo os estudantes, reuniu dez mil estudantes, começou por volta das 11h, no início da Esplanada. O plano dos manifestantes era passar ao lado do Congresso, seguir para o Planalto e chegar ao MEC. No meio do caminho, os policiais tentaram impedir a passagem do carro de som próximo ao Planalto. A confusão começou quando a PM quis tirar os estudantes do carro à força. Os manifestantes reagiram e começou a pancadaria. Antes, fizeram um minuto de vaias a Fernando Henrique.

A UNE e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes) marcaram para hoje um dia nacional de luta dos estudantes. Eles vão pedir a instalação da CPI dos Bancos. ■

Vid Polícia

O GLOBO
Data 28/03/96
Caderno ____ Pág 12

Policial prendeu o homem errado



MÁRCIO CEZÁRIO, preso em Aracaju: para delegado Cidade de Oliveira, ele, Robertinho de Lucas e Felipe dos Santos são a mesma pessoa

O GLOBO
Data 28/03/96
Caderno ..... Pág. 12

Delegado, no entanto, diz ter provas de que Márcio é um dos nomes usados pelo traficante

Hilka Telles, Nívia Carvalho e Paulo Sérgio Marqueiro

O responsável pela investigação que levou à prisão de Márcio Cezário Diogo, em Aracaju, inspetor Ricardo Wilker, disse ontem que o preso não é o traficante José Roberto da Silva Filho, o Robertinho de Lucas. Segundo Wilker, Márcio é Jacaré, que assumiu o lugar de Robertinho depois que ele fugiu da favela. Porém, à tarde, o delegado Cidade de Oliveira, que preside o inquérito sobre o caso, afirmou que hoje provará, com documentos, que Márcio e José Roberto da Silva Filho são a mesma pessoa. O traficante usaria vários nomes, incluindo o de Felipe Marques dos Santos.

Para ganhar tempo e esclarecer quem é o preso e qual o seu papel na estrutura do tráfico em Parada de Lucas, os policiais recorreram à Justiça. O juiz Antônio Araújo Ribeiro, da 1ª Vara Criminal do Fórum de Santa Cruz, decretou ontem a prisão preventiva por 120 dias de Márcio, com base na lei 9.034, de 1995, que permite procedimentos especiais na investigação do crime organizado. O advogado Luiz Carlos Bragança, contratado para defender Márcio, disse que vai entrar com pedido de habeas corpus para seu cliente, o que a lei não permite. Para ele, Márcio está preso ilegalmente porque o crime de falsidade ideológica — única acusação contra seu cliente — é afiançável.

O elo entre os bandidos é o comerciante José Avelino dos Santos, sócio de Robertinho em empreendimentos no Rio e de Felipe, em Aracaju. O delegado Cidade de Oliveira disse que a polícia vai se empenhar para prendê-lo. Para o delegado, Avelino é quem financia o tráfico de drogas, controlado por Robertinho de Lucas. Avelino já foi citado no processo sobre o seqüestro da empresária Corine Coffin, no qual Robertinho foi condenado. Segundo o irmão de Robertinho, Marco Antônio da Silva, preso e liberado no último dia 13, o dinheiro arrecadado com o tráfico era depositado nas contas bancárias de Avelino. Ainda de acordo com ele, o comerciante mora há cerca de três anos em Aracaju com seus dois filhos adolescentes. Sua ex-mulher, Elza Pereira de Souza, é quem administra uma das padarias de Robertinho, em Parada de Lucas. Em seu depoimento na 39ª DP (Pavuna), no último dia 21, ela disse que parte do dinheiro arrecadado com a venda de drogas ficava escondido na padaria.

Foi Elza quem disse aos policiais que José Avelino era dono da churrascaria Posto Nelson, em Aracaju, cidade onde Márcio foi preso. Segundo ela, no Rio, Avelino era sócio de Robertinho de Lucas na firma Brasoespuma, em Cordovil, mas era o nome dela que constava no contrato social. Robertinho nunca permitiu que seu nome figurasse na documentação, para assim, escapar da Justiça, disse Elza. Robertinho, ainda de acordo com ela, é dono de dois açougues, uma peixaria, uma fábrica de móveis, uma confecção, uma locadora de vídeo, duas padarias e um clube.

Marco Antônio da Silva — que foi preso por policiais do 9º BPM (Rocha Miranda) confundido com o irmão — disse que Robertinho controla o tráfico na favela há oito anos. Segundo ele, os que trabalham no comércio de drogas circulam de motocicletas compradas à vista na Motocar, em Vicente de Carvalho. Os depoimentos de Marco e de Elza são confirmados por alguns documentos apreendidos pela polícia semana passada. Nas lojas e empresas que seriam de Robertinho de Lucas, os policiais da 39ª DP encontraram comprovantes de depósitos bancários na conta de uma tia de Avelino, uma relação de clientes da firma Motocar (todos moradores da favela) e a confirmação de que o traficante utiliza vários testas-de-ferro.

As padarias estão em nome de Deureny Soares Rocha e José Américo da Conceição; extratos de contas, em nome de Geraldo Antônio da Silva; e cheques, em nome de Marcelo Menezes de Oliveira, morto pela polícia no mês passado. Ele emprestou seu nome para que o traficante abrisse a locadora Scorpion, na favela. A firma Egito Discomania, que seria do traficante, está registrada em nome de Aroldo da Silva Rangel Filho, Gilberto Carlos Pacheco e Marilene Noberto da Silva Rangel.

César Maia afirma ter ficado com inveja 'da produção de factóides'

O chefe da Polícia Civil, Hélio Luz, disse ontem que Márcio Cezário Diogo é um nome falso, porque as certidões localizadas com o nome de Márcio correspondem a de uma menina de 4 anos e a de um rapaz de 22. De acordo com certidão lavrada no cartório da décima circunscrição, Márcio Cezário Diogo nasceu no dia 11 de fevereiro de 1974 na Casa de Saúde e Maternidade Irajá. O registro foi feito em 15 de agosto do mesmo ano pelo próprio pai, o pedreiro Sér-

(3) O GLOBO
Data 28/03/96
Caderno ____ Pág. 12

gio Nogueira Diogo. O tabelião Euclydes Pereira Cortez, responsável pelo cartório, disse que o documento é verdadeiro. Para a polícia, porém, Márcio, que teria 22 anos, poderia estar usando uma certidão autêntica, mas de outra pessoa. O documento foi usado para tirar, em dezembro de 1988, a primeira carteira de identidade (9.001.893-8) no Instituto Félix Pacheco (IFP), onde ele tem dois registros. A data de nascimento e a filiação conferem com os dados da certidão. Na segunda (11.153.476-4), expedida em março do ano passado, porém, a data de nascimento é diferente: 12 de outubro de 1978. Com a última, que é falsificada, Márcio passaria por menor.

A polícia recebeu ontem a informação de que o traficante Robertinho de Lucas teria tirado uma carteira falsa no IFP em nome de Celso Revolho Rojas. Os policiais conseguiram localizar o registro (09.587.556/3) no computador, mas a ficha com as impressões digitais não foi encontrada.

Toda a confusão deu inveja ao prefeito César Maia:

— Confesso o meu ciúme. O rei era o delegado. Agora, o general Cerqueira está disputando com Hélio Luz, quem é melhor na produção de factóides.

O DIA-A-DIA DA AÇÃO CONTRA ROBERTINHO DE LUCAS

• **13/03/96:** Preso, Marco Antônio da Silva informa à polícia que seu irmão José Roberto da Silva, o Robertinho de Lucas, estava em Sergipe, onde comprara um restaurante e um posto de gasolina.

• **20/03/96:** Com base no depoimento e com uma foto de Márcio Cezário Diogo, a polícia vai para Sergipe em busca de Robertinho. No Rio, durante uma blitz em empresas que seriam controladas por Robertinho em Parada de Lucas, são apreendidos documentos que levam a polícia ao restaurante Recanto do Paraibano, na Praia da Atalaia, em Aracaju.

• **24/03/96:** Um detetive que passara a freqüentar o Recanto da Paraíba, vê Márcio Diogo entrar no estabelecimento. Chama outros dois detetives pelo telefone celular, mas quando eles chegam o traficante está de saída. O policiais o seguem e descobrem seu endereço.

• **25/03/96:** Os policiais prendem Márcio, às 8h, na Praia da Atalaia. Ele tinha documentos com o nome de Felipe Marques dos Santos e negou ser Robertinho de Lucas. A polícia, porém, acredita ter prendido Robertinho. Às 21h, Márcio chega ao Rio e um comboio de 25 carros o leva para a 39ª DP. Lá, segundo a polícia, um traficante de Parada de Lucas preso o reconhece como Robertinho.

• **26/03/96:** A impressão digital de Márcio não confere com a de José Roberto da Silva. Márcio tem ficha limpa e, assim, pode ser liberado depois de paga fiança, pois o único crime que cometeu comprovadamente foi o de falsidade ideológica.

• **27/03/96:** De madrugada, os policiais que cuidam do caso garantem ainda que Márcio Cezário é Robertinho de Lucas e tentam conseguir na Justiça a prisão temporária de Márcio Cezário.

(21) O GLOBO
Data 28/03/96
Caderno ____ Pág. 12

Preso não é a mesma pessoa que comprou imóveis em Sergipe

• ARACAJU. O homem preso segunda-feira não é o mesmo que, usando o nome de Felipe Marques dos Santos, comprou um posto de gasolina, um restaurante e uma mansão em Sergipe. A informação é de empresários que negociaram com Felipe e de funcionários do restaurante Recanto do Paraibano, em Aracaju. As testemunhas deram a informação baseadas na foto do homem preso publicada ontem no GLOBO:

— Ele (Felipe) é bem mais escuro, mais baixo, mais forte e mais jovem — disse um dos garçons do restaurante.

Os funcionários também não viram semelhanças entre Felipe e Robertinho de Lucas, cuja foto também foi publicada ontem pelo GLOBO. Ainda segundo os empregados, logo após a prisão, Felipe e seu sócio, José Avelino dos Santos, desapareceram. ■

Viol. Polícia

(1) O GLOBO
Data 27/03/96
Caderno ____ Pág. 30

Um dia de confusão na polícia

Policiais dizem que Márcio Cezário é um grande farsante e chefia o tráfico na favela de Lucas

Hilka Telles, Liane Gonçalves, Nívia Carvalho e Paulo Sérgio Marqueiro

Uma grande confusão em torno da identificação do homem preso em Sergipe movimentou ontem a polícia do Rio. Trazido para a cidade como sendo José Roberto da Silva Filho, o Robertinho de Lucas, o suspeito foi identificado pelo Instituto Félix Pacheco (IFP), através de suas impressões digitais, como Márcio Cezário Diogo, que não tem antecedentes criminais. Policiais da 39ª DP (Pavuna), responsáveis pela prisão, sustentam que Márcio montou uma farsa para enganar a polícia fluminense nos últimos oito anos. Eles afirmam que Márcio controla a venda de drogas na Favela de Parada de Lucas e que o bandido adotou o apelido Robertinho de Lucas. Márcio foi autuado por falsidade ideológica porque estava usando documentos falsos com o nome de Felipe Marques dos Santos. Por ser um crime afiançável, ele poderá deixar a cadela a qualquer momento.

O GLOBO apurou ontem que certidões de nascimento de Felipe Marques dos Santos e Márcio Cezário Diogo, que teriam sido registradas num cartório de Magé, são falsas. A de Felipe estaria no livro 42, folhas 28, termo 2.256, no cartório que tinha como responsável o tabelião Antônio Silveira da Silva até 1991. No livro de certidões, está registrada Anita Fernandes dos Santos, nascida em 4 de julho de 1969. Quando foi preso em Sergipe, Márcio apresentou a certidão de nascimento de Felipe. E disse que perdera a carteira de identidade. De acordo com o IFP, Márcio tem certidão de nascimento no mesmo cartório, no livro B-18, folhas 185, termo 18.325. Este termo sequer existe. Para a tabelã Selma Sanches dos Santos, eles fraudaram as certidões usando um carimbo falso e forjando a assinatura do tabelião. Márcio tem ainda uma outra certidão registrada em cartório do Rio.

Bandido ofereceu R$ 1 milhão aos policiais para ser solto

A polícia chegou ao nome de Márcio quando ele assinou assinou na manhã de ontem uma ficha na delegacia. Surpresos, os policiais mandaram as impressões digitais para o IFP. O detetive Ronaldo Montalvão, que foi a Sergipe, contou que Márcio assumiu durante a viagem ser Robertinho de Lucas e que ofereceu R$ 1 milhão aos policiais para que fosse solto. O levantamento no IFP mostrou que o preso é Márcio Cezário Diogo, que tem dois registros com datas de nascimento diferentes. Os policiais começaram, então, uma investigação para tentar provar que Márcio é o verdadeiro chefe do tráfico em Lucas.

Um traficante preso confirmou em depoimento ontem que Márcio é conhecido na favela como Robertinho de Lucas. Este preso é um "fogueteiro", pessoa que alerta os traficantes sobre a chegada de policiais à favela, que está na carceragem na 39ª DP há um mês. Márcio, no entanto, é desconhecido dos policiais do 9º BPM (Rocha Miranda), que fazem o policiamento e mantêm um arquivo sobre os bandidos da região. O comandante do batalhão, tenente-coronel Marcos Paes, disse que nunca ouvira falar de Márcio, mas o oficial foi cuidadoso para não pôr em dúvida a versão dos policiais da 39ª DP:

— Se eles dizem que o preso é o Robertinho de Lucas, eu acredito.

Baseado no depoimento do "fogueteiro" e num arquivo feito pelos próprios policiais da 39ª DP, em que há a foto de Márcio identificado como José Roberto da Silva Filho, o delegado Cidade de Oliveira pediu ontem a prisão provisória de Márcio. O inspetor Ricardo Wilker explicou que sua equipe conseguiu a foto de Márcio durante as investigações sobre Robertinho de Lucas, iniciada em dezembro. Os policiais contaram que chegaram a Sergipe através das infor-

(9) O GLOBO
Data 27/03/96
Caderno ____ Pág. ____



UMA FOTO de Robertinho na polícia

mações passadas por Marco Antônio da Silva, preso pela PM há duas semanas em Lucas. Marco Antônio contou ser irmão de Robertinho de Lucas. Ele disse ainda que o traficante era dono de um posto de gasolina e de uma churrascaria em São Cristóvão (SE). Em nenhum momento, Marco Antônio citou o nome de Márcio. Os policiais reuniram três mandados de prisão contra José Roberto da Silva Filho e foram para Aracaju.

Em Sergipe, Márcio usava documentos falsos em nome de Felipe Marques dos Santos, de 35 anos. De acordo com levantamento feito pelo IFP, as impressões digitais de Felipe são iguais às de José Roberto da Silva Filho, que até então para a polícia seria o Robertinho de Lucas. Os policiais da 39ª DP disseram que José Roberto é o nome verdadeiro do traficante Jacaré, braço-direito de Márcio. José Roberto e Marco Antônio seriam primos de Márcio. Nesta versão, Márcio usaria Jacaré como testa-de-ferro, para manter seu nome limpo. O acusado negou em seu depoimento ser chefe do tráfico de drogas. Ele conta que ganhou na Raspadinha R$ 150 e foi convidado por José Avelino dos Santos para morar em Sergipe. Segundo Márcio, Avelino, um comerciante conhecido em Aracaju, comprou para ele uma casa, um carro e uma moto. O preso só não explicou porque Avelino seria tão bom, já que o dinheiro do prêmio acabara.

No casarão onde Márcio morava em Sergipe, os policiais encontraram uma certidão de ações e execuções, em que a Justiça Federal do Rio atesta que nada consta contra Felipe Marques dos Santos. Foram encontrados cinco demonstrativos de salário em nome de Felipe nos valores entre R$ 1.800 e R$ 2.400. De acordo com esses papéis, Felipe teria prestado serviço como vendedor para a Sociedade Hípica Brasileira, no Rio, entre junho de 1995 e fevereiro de 96.

O depoimento de Márcio na delegacia revelou alguns deslizes. Ele admitiu ser pai de Kássie e Rômulo, que constam como sendo filhos de Robertinho de Lucas na ficha da polícia. Ele contou ainda que Jacaré estava com ele em Sergipe até a semana passada quando, por sua ordem, voltou para o Rio. Segundo Márcio, Jacaré e outro traficante, conhecido como Nado, arrumaram confusão na cidade. Ele disse ter 18 anos, mas não sabe a data de nascimento. O preso alega sofrer amnésia por causa de um acidente de moto em Parada de Lucas. Os policiais da 39ª DP acham que o traficante tenha subornado algum funcionário do IFP para forjar documentos.

Felipe e José Roberto: impressões digitais são idênticas

As impressões digitais do homem preso em Aracaju conferem com as de Márcio Cezário Diogo, registrado no Instituto Félix Pacheco (IFP) do Rio sob dois números (9.001.893-8 e 11.153.476-4), mas são diferentes das de José Roberto da Silva Filho, que seria o nome verdadeiro do traficante Robertinho de Lucas. O primeiro registro de Márcio é de 20 de dezembro de 1988. Na época, ele declarou ter nascido em 11 de fevereiro de 1974. Ele teria apresentado certidão de nascimento de um cartório do Rio de Janeiro. O endereço que consta da ficha é Rua Pedro Ernesto 9, em Parada de Lucas. Em 4 de março de 1995, Márcio tirou outra carteira de identidade. A filiação é a mesma, mas a data de nascimento é diferente: 12 de outubro de 1978. O artifício pode ter sido usado para que continuasse como menor.

A confusão envolve também o nome de José Roberto da Silva Filho, que seria o traficante Robertinho de Lucas. Ele está registrado no IFP sob o número 4.639.639-6. De acordo com o registro, ele nasceu em 8 de novembro de 1959. José Roberto, porém, tem as mesmas impressões digitais de Felipe Marques dos Santos, cadastrado no IFP sob o número 11.424.684-6. A coincidência, porém, pára nas impressões digitais. Felipe teria nascido em 8 de novembro de 1960, de acordo com certidão de nascimento que teria sido lavrada num cartório de Magé. Segundo o IFP, carteira de identidade de Felipe foi expedida em 12 de setembro de 1995.

O GLOBO
Data 27/03/96
Caderno ____ Pág. 9

Polícia não sabe se prendeu Robertinho

• O homem preso anteontem em Sergipe como sendo o traficante Robertinho de Lucas foi autuado apenas por falsidade ideológica e pode ser libertado a qualquer momento. Trazido para o Rio, o suposto Robertinho foi submetido a exame datiloscópico que mostrou que ele é identificado no Instituto Félix Pacheco como Márcio Cezário Diogo. Para aumentar a confusão, Márcio usava documentos de um terceiro homem que teria as mesmas impressões digitais de Robertinho. Os policiais dizem que Márcio controla o tráfico e montou uma farsa para enganar a polícia nos últimos oito anos, se fazendo passar por Robertinho. **Páginas 10 e 11**

Rico e misterioso empreendedor

Em três meses, 'Felipe' investiu cerca de R$ 500 mil em Sergipe

• Em Aracaju, Márcio Cezário Diogo é Felipe Marques dos Santos, um jovem empreendedor carioca que chegou a Sergipe há pouco mais de três meses com o sonho de se estabelecer no lugar. Com o sonho e muito dinheiro no bolso. Em pouco tempo comprou um posto de gasolina na cidade de São Cristóvão, que fica a 30 quilômetros de Aracaju. Logo depois, adquiriu no estado o restaurante Recanto da Paraíba, por aproximadamente R$ 200 mil. Não ficou nisso: comprou o prédio por R$ 130 mil e o ponto, por R$ 70 mil. O negócio foi feito no nome de sua mulher, Maria Solange da Silva, e de um sócio conhecido como José Avelino dos Santos.

Felipe levava uma vida tranqüila e misteriosa. Falava pouco sobre o passado e parecia arredio quando insistiam em saber sobre a vida que levara no Rio. Aos curiosos, dizia apenas ter ganhado um prêmio na loteria e que, finalmente, realizava o desejo de viver no Nordeste. No seu dia-a-dia era um homem dedicado ao trabalho. Costumava ir diariamente ao restaurante e vez por outra também ao posto de gasolina. O divertimento predileto de Felipe era passear com um de seus carros — consta que teria três importados — pela região praiana. Felipe tem também uma mansão, adquirida por R$ 90 mil. Nela, a polícia encontrou um computador instalado e uma casa muito bem mobiliada, com televisão em cada cômodo.

Desde que a polícia prendeu Felipe, o sócio José Avelino dos Santos está desaparecido. Ele trabalha no ramo imobiliário, mas ninguém soube dizer se eles se conheciam antes de Felipe se estabelecer em Aracaju.

A prisão de Felipe surpreendeu os vizinhos e freqüentadores do restaurante. Quando a polícia do Rio fechou o cerco e começou a operação para prendê-lo, a polícia local chegou a ser acionada, pois pensava-se que estava sendo seqüestrado por bandidos. Foi necessária uma negociação. O secretário de Segurança Pública do Estado do Rio, general Nilton Cerqueira, conversou por telefone com autoridades locais para conseguir que a prisão de Felipe, que se acreditava fosse Robertinho de Lucas, prosseguisse.

Como a polícia carioca não pediu autorização à Secretaria de Segurança de Sergipe, Cerqueira teve que se explicar, argumentando que a operação fora deflagrada de uma hora para outra, sem que houvesse tempo para um comunicado oficial à polícia sergipana. O argumento foi aceito. ■

COLABOROU *Waldomiro Júnior (Salvador).*

(4) O GLOBO
Data 27/03/96
Caderno ____ Pág. 10



MÁRCIO CEZÁRIO DIOGO preso em Sergipe e identificado como o traficante Robertinho de Lucas: sem ficha criminal na polícia

Vool. Polícia

O GLOBO
Data 27/03/96
Caderno ____ Pág. 14

Ex-PM acusado de chacina é denunciado por morador de prédio onde vai trabalhar



Júlio César Guimarães

O EX-PM BORJÃO (ao centro) mostra aos policiais sua carteira profissional assinada. O síndico (à esquerda) ajuda o acusado da chacina a dar explicações

O GLOBO
Data 27/03/96
Caderno ____ Pág. 14

Engenheiro chama a Polícia para prender o novo zelador de edifício no Recreio

Marcelo Leite

• O ex-PM Sérgio Cerqueira Borges, o Borjão, acusado de envolvimento na chacina de 21 pessoas em Vigário Geral, pode ter seu sonho de ressocialização transformado em pesadelo. Ao chegar ontem ao Condomínio Novo Mar, no Recreio, onde trabalhará como zelador, ele foi surpreendido por um morador, que, se sentindo ameaçado, chamou a polícia para prendê-lo. Levado para a delegacia, Borjão — em liberdade condicional à espera de julgamento — foi liberado após a situação ser esclarecida.

Contratado pela Crase-Sigma Empreendimentos Imobiliários Ltda — a pedido do síndico Francesco Lamarca e de outros quatro proprietários —, Borjão foi denunciado à polícia por um morador com quem já teve problemas: o engenheiro César Marques da Rocha Filho. Avisado pela empregada que o ex-PM arrombava o cadeado do portão do prédio, César telefonou para o comando do 18º BPM (Jacarepaguá).

César só não sabia que Borjão arrombara o cadeado a mando do síndico, para que pudesse assumir o novo emprego. Para manter limpos o pátio, a garagem, os três andares do prédio e cinco apartamentos vazios (o engenheiro é o único morador do prédio), Borjão ganhará R$ 240 mensais — metade do que ele ganharia se não tivesse sido excluído da PM.

— Chamei a polícia para a Justiça saber que um chacinador foi contratado como zelador de um prédio onde mora um engenheiro que ele já tentou matar — disse César Filho, se referindo a uma briga que teve com Borjão quando o então PM trabalhava como caseiro num dos apartamentos do Novo Mar.

Mas Sérgio Borges reage:

— Só quero me reintegrar à sociedade. Me empregaram porque confiam na minha inocência. ■

Vid. Militar

O GLOBO
Data 16/01/96
Caderno ____ Pág. 36

PM força coronéis a ir para reserva

Oficiais são obrigados a assinar documento aceitando aposentadoria precoce em troca de promoção a que teriam direito

Antônio Werneck

• Crise à vista. Seis coronéis da Polícia Militar foram obrigados, por ordem do general Nilton Cerqueira, secretário de Segurança Pública, a assinar ano passado um documento pelo qual serão forçados a entrar para a reserva remunerada no mês de março. O documento foi apresentado aos oficiais pelo coronel Dorasil Corval, comandante-geral da Polícia Militar, em novembro passado, mês em que eles encabeçavam a lista dos tenentes-coronéis que deveriam ser promovidos a coronéis por merecimento. O pré-requisito para que a promoção fosse efetivada — o que acabou acontecendo no dia 27 de dezembro através de decreto assinado pelo governador Marcello Alencar — era de que eles se comprometessem a passar para a reserva.

A denúncia é do coronel Ivan Bastos, presidente do Clube de Oficiais da PM e do Corpo de Bombeiros. Ele garantiu que Cerqueira está forçando a baixa dos coronéis para abrir vagas para apadrinhados e lembrou que a coação do secretário é igual à Lei de rejuvenescimento que o ex-governador Leonel Brizola baixou no início do seu governo, para beneficiar oficiais de sua confiança. Segundo Bastos, passaram por esse constragimento os coronéis Jomar Costa Dias, Adelino Ferreira Filho, Sérgio Pinto Dias, Carlos Abel da Costa, Alcir da Silva Reis e Luiz Sérgio de Castro, todos forçados a assinar o documento.

Bastos lembrou que entre os oficiais que o general quer ver promovidos ao posto de coronel está o tenente-coronel Paulo Afonso Cunha, comandante do 23º BPM (Leblon), amigo de Cerqueira e apontado como virtual substituto do coronel Dorasil Corval Castilho, atual comandante-geral da PM. Além de Paulo Afonso, está na lista do secretário de Segurança Pública o tenente-coronel Marcos Paes, comandante do 9º BPM (Rocha Miranda).

— É o rejuvenescimento do rejuvenescimento. Não sou contra a promoção dos coronéis Paulo Afonso e Marcos Paes, mas o que não pode é pôr na reserva coronéis ainda novos. Coagir oficiais é crime — disse Ivan Bastos.

O tenente-coronel Carlos Alberto Ferreira de Azevedo, lotado na diretoria de Ensino da PM e quarto na lista de promoções, foi o único que se recusou a assinar o documento. Em represália, foi preterido pelo comando e sua vaga foi preenchida pelo tenente-coronel Luiz Sérgio de Castro. Azevedo terá nova oportunidade de promoção apenas em abril. Se for preterido novamente, ele deverá passar para a reserva automaticamente.

Procurados pelo GLOBO, os coronéis Jomar Costa Dias, comandante do 10º BPM (Barra do Piraí), e Carlos Alberto Ferreira de Oliveira alegaram que estão proibidos de dar entrevistas. Localizado no batalhão, Jomar Dias só fez um comentário: "A estrela chegou feito vinho avinagrado: tarde demais". Já o coronel Azevedo soltou a seguinte frase:

— Você pode tirar suas próprias conclusões.

Os outros coronéis foram procurados, mas não foram localizados. O GLOBO também tentou ouvir o general Nilton Cerqueira e o coronel Dorasil Corval, mas não conseguiu. Cerqueira, através de sua assessoria de imprensa, disse que não iria falar; enquanto Dorasil não retornou a ligação. ■

Vcol. Militar

O GLOBO
Data 03 / 01 / 96
1º Caderno Pág. 10

Policiais são acusados de espancar e matar preso

Antônio Werneck

• O delegado Clei Catão, um policial do Serviço Reservado da Polícia Militar e um detetive da Divisão Anti-Seqüestro (DAS) foram afastados ontem à tarde de seus cargos pelo delegado Manoel Vidal, corregedor-geral da Polícia Civil, acusados de torturar e espancar até a morte o bandido Luiz Henrique Ferreira dos Santos, o Riquinho, de 36 anos, condenado a 30 anos de prisão por assalto.

Riquinho foi morto na madrugada do dia 25 de novembro dentro da carceragem da DAS e seu corpo foi deixado na manhã do mesmo dia na Estrada do Redentor, no Sumaré. Para justificar a ausência do preso no xadrez, os policiais usaram um velho expediente da época da repressão militar: disseram que o preso havia conseguido fugir do carro da divisão, no momento em que os policiais o levavam para um diligência na favela Parque Alegria, no Caju. Os envolvidos contaram que foram recebidos a tiros pelos traficantes e o preso fugiu.

A morte aconteceu durante a madrugada, depois que Riquinho foi submetido a um brutal interrogatório. O assaltante, preso pelos policiais da 21ª DP (Bonsucesso), fora transferido no dia 24 de novembro para a carceragem da DAS. Segundo contaram os próprios policiais da delegacia de Bonsucesso, Riquinho não tinha envolvimento direto com seqüestro, mas poderia ajudar a polícia com informações sobre as atividades de seus cúmplices. Depois de passar à noite do dia 24 e a madrugada do dia 25 apanhando, o preso não resistiu e morreu. Quando o dia amanheceu, os policiais saíram com o corpo escondido no porta-malas de um carro oficial da DAS e o deixaram o cadáver no Sumaré.

O corpo só foi encontrado no dia 1º de dezembro pelos policiais da 7ª DP (Santa Teresa) em adiantado estado de putrefação, sendo removido para o Instituto Médico-Legal (IML) sem identificação. Sete dias depois, como indigente, o corpo foi sepultado numa cova rasa do Cemitério de Santa Cruz. Na quinta-feira passada, depois de investigações reservadas realizadas pelos policiais da Corregedoria de Polícia e pelo delegado Paulo Maiato, diretor da DAS, a partir de um desabafo de um preso, a história foi desvendada e o corpo foi localizado no cemitério e exumado. Um médico legista do IML e um perito do Instituto de Criminalística Carlos Éboli acompanharam o trabalho chefiado pelo delegado Edílson Gonçalves Chaves, subcorregedor da Polícia Civil. Durante cinco horas, eles percorreram covas até encontraram o cadáver de Riquinho. Através de depoimentos de policiais de plantão, e investigações que duraram mais de um mês, o delegado Manoel Vidal conseguiu reunir provas da farsa e localizar o corpo.

— A causa da morte ainda não foi determinada, porque não temos o exame de necropsia, mas não foi tiro — disse o delegado Hélio Luz, chefe de Polícia Civil.

Os três policiais envolvidos foram ouvidos na Corregedoria de Polícia Civil, durante toda a tarde de ontem. Eles não quiseram comentar o assunto, mas fontes garantem que há possibilidade de haver mais envolvidos no episódio, entre eles o delegado Waldeck, que estava na DAS naquele dia. Ele foi ouvido no fim da noite. A Corregedoria solicitou a prisão preventiva dos envolvidos.

A morte de Riquinho ocorreu em circunstâncias parecidas com a do zelador Jorge Antonio Careli, funcionário da Fiocruz, morto em 1993 na DAS durante seção de torturas. O corpo nunca foi localizado, mas o caso foi reaberto após o depoimento de Lindalva dos Prazeres, condenada por seqüestro, que revelou ter visto o rapaz ser torturado até a morte. Lindalva chegou a revelar que foi encarregada de limpar o sangue da sala de tortura. ■

Política

1996

Vida Política

JORNAL DO BRASIL
Data: 25/07/96
Caderno Pag 6

Laudo conclui que Lamarca não reagiu aos militares

O laudo do legista Nelson Massini concluiu que a ossada exumada no Cemitério do Caju (Rio de Janeiro) é do ex-capitão do Exército Carlos Lamarca, morto em 1974, no sertão da Bahia. De acordo com o laudo, Lamarca recebeu vários tiros no peito, o que comprovaria que o guerrilheiro não reagiu ao cerco militar, conforme versão oficial. "A história de que ele correu quando a polícia apareceu fica praticamente descartada", observa o deputado Nilmário Miranda (PT-MG), que vai apresentar hoje, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, a conclusão dos laudos de Massini.

Baseado no laudo, Nilmário Miranda, representante da Câmara dos Deputados na Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos, vai argumentar na próxima reunião da Comissão, prevista para o dia 1º de agosto, que o ex-guerrilheiro Carlos Lamarca morreu em local assemelhado a dependência policial, como prevê a lei.

Os laudos feitos por Massini serão entregues ao procurador da República e relator do processo na Comissão, Paulo Gonet Branco, que deu parecer contrário ao pedido de indenização feito pela família de Lamarca. Gonet alegou, juntamente com o general Oswaldo Pereira Gomes, representante das Forças Armadas na Comissão, que o processo do ex-guerrilheiro não se encaixava na lei de desaparecidos políticos. Nilmário alegará, ainda, que outras nove pessoas, mortas nas mesmas circunstâncias de Lamarca, tiveram seus processos aprovados. "Há, então, uma jurisprudência neste caso", acredita.

Segundo o artigo 4º da Lei 9.140, serão reconhecidas como desaparecidas e com direito a indenização as famílias das pessoas que participaram de atividades políticas e que morreram por causas não naturais, "em dependências policiais ou assemelhadas".

Vida Política

JORNAL DO BRASIL
Data: 23/04/96
Caderno ... Pag. 4

Lamarca queria fazer cirurgia radical

Médico negou-se a ferir a ética e fez apenas algumas alterações no rosto do guerrilheiro, que depois foram criticadas pela VPR



Hoje, Afrânio cobra R$ 2.500 pela operação que fez de graça em 1969

JORNAL DO BRASIL
Data: 23.07.96
Caderno Pag 4

TEODOMIRO BRAGA

BELO HORIZONTE — O médico que fez a cirurgia plástica em Carlos Lamarca em 1969, Afrânio Freitas Azevedo, recusou o pedido do guerrilheiro para que mudasse radicalmente sua fisionomia. "Ele queria que eu fizesse todas as alterações possíveis. Só aceitei fazer uma cirurgia que não transgredisse a ética profissional, como seria o caso de uma transfiguração", diz Afrânio. Ele forneceu detalhes da operação, que podem ajudar a confirmar se a ossada que está na Universidade de Brasília é mesmo a do guerrilheiro.

Por não ter modificado tanto as feições de Lamarca, a cirurgia não agradou a alguns integrantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) — entre eles, a companheira de Lamarca, Iara Iavelberg. "Ele ficou com o nariz menor e com rugas diminuídas, mas não deixou de ser o mesmo Lamarca. Para quem o conhecia antes, a mudança não deve ter sido significativa", reconhece Afrânio, que hoje trabalha em Uberlândia (MG) e cobra honorários de R$ 2.500 por uma cirurgia equivalente à que fez de graça em Lamarca.

A operação foi realizada na Clínica São João de Deus, em Santa Teresa, Rio, mantida por padres portugueses. Mesmo sem as alterações radicais que Lamarca queria, Afrânio acha que a cirurgia mudou o seu perfil e, com isso, ajudou-o a despistar a repressão política. "Ele era um dos homens mais procurados do país e a cirurgia deu-lhe mais algum tempo de clandestinidade", diz o médico. "Para quem só o conhecia de fotografia, Lamarca mudou muito com a operação. De perfil, ficou difícil dizer que era a mesma pessoa."

Na avaliação de Afrânio, as alterações realizadas tornaram o rosto de Lamarca "menos abrutalhado". "O rosto ficou mais delicado, com um perfil mais suave, em função da redução do nariz adunco, de porporções muito grandes. Com a retirada dos músculos corrugadores da sobrancelha, desapareceram as rugas que lhe davam aspecto tenso."

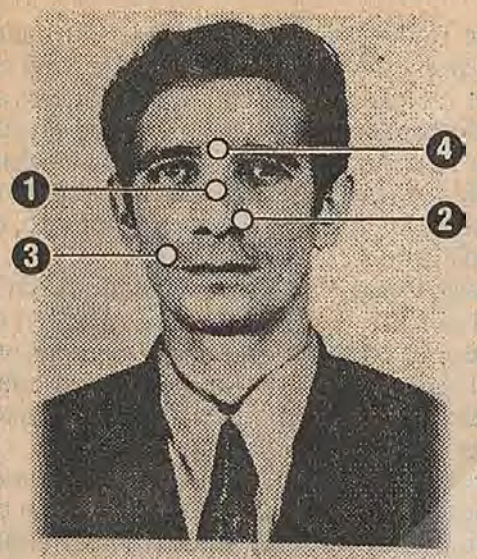
Afrânio se recorda da fisionomia de Lamarca, pois conversaram por mais de uma hora e meia, antes da cirurgia. "Era uma fisionomia de pânico, de quem estava fugindo, se alimentando mal. Ele tinha o rosto chupado, abatido, marcado por rugas muito pronunciadas. Rugas são sinais claros de tensão." Nessa conversa, o líder da VPR revelou grande determinação, segundo o médico: "Ele disse duas vezes: 'Se nós morrermos, outros tomarão o nosso lugar. O que não podemos é deixar de fazer. Alguém tem de fazer e eu estou preparado para isso'".

Mas Afrânio não teve condições de avaliar os resultados da cirurgia, realizada no início da manhã. Lamarca passou apenas uma noite na clínica e foi embora na manhã seguinte. Não retornou para retirar os pontos das cicatrizes e nem para outros procedimentos — como a massagem — que ajudariam a consolidar a cirurgia. O médico imagina que Lamarca certamente deve ter ficado com marcas dos pontos.

Segundo Afrânio, as seqüelas da operação podem ter influído na opinião negativa de Iara a respeito do trabalho. Ela achou que a operação ficou "uma porcaria", conforme comentou com companheiros. O médico sabe que a cirurgia decepcionou alguns dirigentes da VPR, que esperavam uma grande transformação no rosto de Lamarca. "Eu aceitei fazer a cirurgia sem perguntar quem ele era, mas não me propus a transgredir o código de ética profissional e fazer um Robocop..."

JORNAL DO BRASIL
Data 23/07/96
Caderno 1 Pág 4

As quatro mudanças no rosto do guerrilheiro



Carlos Lamarca

1- Lamarca tinha um nariz adunco e longo, que foi reduzido em um a um e meio centímetro na altura.

2- Os ossos laterais do nariz foram estreitados, deixando o nariz reto e baixo, num perfil mais delicado.

3- Lamarca tinha rugas muito pronunciadas que desciam do nariz para as partes laterais da boca. As duas rugas foram retiradas por ressecção e sutura e a pele da região foi preenchida com o próprio tecido.

4- O guerrilheiro também tinha uma ruga pronunciada entre as sobrancelhas, a chamada ruga glabelar, que faz o cenho franzido. Foram retirados dois músculos laterais e com isso a ruga desapareceu.

Desenhos segundo o cirurgião plástico



"Para quem só o conhecia de fotografia, Lamarca mudou muito. De perfil, ele já não era a mesma pessoa"

Afrânio Freitas Azevedo, médico

JORNAL DO BRASIL
Data: 23/07/96
Caderno Pag 9

Auxiliar se assustou

Os dois auxiliares de Afrânio Azevedo na operação de Lamarca continuam vivendo no Rio e dão importância diferente ao trabalho realizado há 27 anos. Para o anestesista Luís Alves Filho, 52 anos, Lamarca foi apenas "mais um número" nos vários serviços que fez naquele dia. Já o cirurgião plástico Amauri Santiago de Almeida, 66 anos, considera o episódio a sua colaboração na luta contra a ditadura militar.

Amauri faz questão de registrar que sua participação foi involuntária: tomou parte na operação porque costumava trabalhar com Afrânio, que tinha conhecido poucos anos antes na equipe de Ivo Pitangui. Sabia que o paciente era adversário do regime e levou "um susto" quando Afrânio disse de quem se tratava.

"Achei bom ter participado da cirurgia. Foi minha forma de colaboração contra o regime. Não me arrependo", afirma Afrânio. O anestesista Luís Alves Filho diz que na época somente se preocupava com o trabalho. "Quando me disseram que tinha participado da operação de Lamarca tiveram que me explicar quem era ele."

Vid. Políticos

JORNAL DO BRASIL
Data: 23/07/96
Caderno 1 Pág 9

A MORTE DE JK CRIME OU ACIDENTE?

Resgate da História

PAULO CASTELO BRANCO *

Quando, em 19/10/1986, o **JORNAL DO BRASIL**, com o título acima, encerrou uma série de reportagens sobre a morte do ex-presidente Juscelino Kubitscheck, sua viúva Sarah, pela primeira e última vez tratou do assunto como tendo sido um atentado — e não acidente, como fora afirmado pelas autoridades da época. Assim foi feito. Durante dez anos, e até a sua morte, nenhum amigo ou familiar aceitou falar sobre as suas afirmações.

Agora, com a sua morte, fui procurado por Serafim Jardim, presidente da Casa de Juscelino em Diamantina, terra natal do ex-presidente. Fiel escudeiro de JK e criador do museu que preserva a imagem do grande brasileiro, Serafim buscava um advogado que se dispusesse a examinar os autos do processo que apurou a morte do ex-presidente e Geraldo Ribeiro, seu motorista.

Ligado a Brasília e às idéias de Juscelino, tomei vista dos autos no Fórum de Resende e constatei as suspeitas de Serafim. Uma grande farsa emergia à cada página. Depoimentos contraditórios, ausência das fotos dos cadáveres "por ordem superior", inexistência de perícia visando possível sabotagem, afirmações de clarões e estrondos sobre o carro em que viajara JK, laudos extensos e sofisticados buscando justificar de forma irrefutável um acidente de automóvel, acusações infundadas sobre um motorista de ônibus, troca de perito, inúmeros pedidos de retirada dos destroços do carro do pátio da delegacia de Resende, mas que ali ficaram, inexplicavelmente, aguardado por quase 20 anos a chegada do delegado Robson Silva, disposto a investigar tudo.

As incompreensões são muitas, mas obtivemos o apoio do Ministério Público do Rio de Janeiro, que por intermédio da Promotora Débora Sarmento, acatou nosso pedido e requisitou investigações de possível atentado, além da determinação do secretário Hélio Luz, que nomeou delegado especial e exigiu investigações rigorosas.

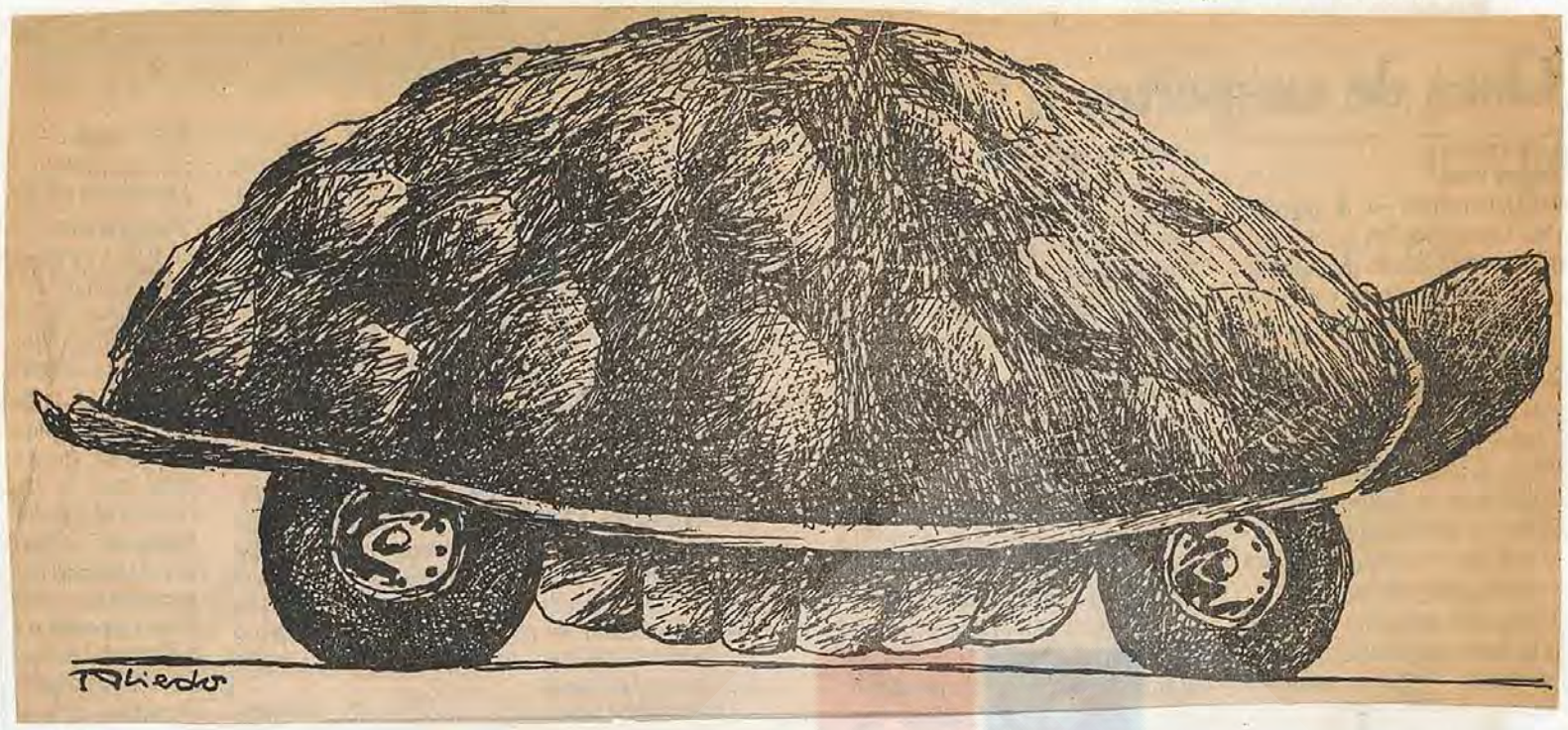
Pretendemos passar a limpo mais esta história escabrosa do nosso passado recente. Queremos ouvir as testemunhas da época, os policiais rodoviários, aqueles como o ex-presidente Figueiredo, que fortaleceu o processo de abertura democrática iniciado por Ernesto Geisel e que, com um simples depoimento, poderia esclarecer se a carta do ex-chefe da DINA do Chile a ele, relatando a preocupação do regime militar chileno com JK, é verdadeira ou não. Queremos ouvir Manoel Contreras, militar chileno condenado e preso pela morte do ex-chanceler Orlando Letelier em Washington um mês após a morte de JK.

Buscamos resgatar a História do Brasil preservando a memória de Juscelino Kubitscheck como um dos maiores brasileiros, e que foi impedido de voltar ao poder por atos antidemocráticos. Queremos, por fim, a ajuda de todos que possam colaborar esclarecendo o mistério que envolveu a morte de JK. Queremos somente que apareça a verdade.

* Advogado

JORNAL DO BRASIL
Data: 23/04/96
Caderno ____ Pág 9

Desperdício de dinheiro



CLAUDIO ANDRADE DE ALMEIDA REGO *

Em 1977 ou 1978, não me lembro ao certo, o empresário Tito Maciolli, dono da Viação Cometa, encarregou o escritório de advocacia em que trabalho até hoje, na época dirigido por meu pai, Orosimbo de Almeida Rego, especialista em direito de trasnportes rodoviários de passageiros, para acompanhar a ação penal, no Tribunal de Alçada da Capital, em que era réu o motorista Josias Nunes de Oliveira, envolvido casualmente no acidente que motivou a morte de Juscelino Kubitschek e seu motorista.

Naquela ocasião, trabalhávamos juntos, os doutores Orosimbo de Almeida Rego e Raymundo Lopes Machado e, como advogados, entre outros, Paulo Eduardo de Araújo Saboya e eu.

Em nosso escritório, como clientes, haviam cerca de cinqüenta empresas interestaduais de ônibus, e o encarregado do acompanhamento das ações criminais que envolvessem veículos de nossos clientes era eu, em todo Brasil.

O processo criminal do acidente que vitimou Juscelino, foi exaustivamente examinado e reexaminado, não apenas para defendermos com o devido afinco o motorista da Cometa mas, por sermos, Paulo Saboya e eu, militantes ativos contra a "revolução" militar, e termos, naquela época, interesse em averiguar se a morte de Juscelino tinha sido acidental, ou se o ex-presidente teria sido vítima de algum atentado.

Para confirmar que a morte de Juscelino tinha sido causada por imprudência e imperícia de seu motorista, cheguei a pensar em contratar Armindo Beux, o maior *expert* do assunto na época.

Não foi necessário o aval daquele perito para que tivéssemos a certeza que o acidente deu-se por excesso de velocidade do Opala que conduzia Juscelino dormindo no banco traseiro e imprudência de seu motorista, talvez causada por sono.

As testemunhas que viajavam, como passageiros no ônibus, mentem quando dizem ter visto a mecânica do acidente porque, quando o Opala tentava ultrapassar o ônibus, a mais de 130 quilômetros por hora, esbarrou levemente na lateral do coletivo, perdendo a direção e indo se chocar com caminhão que trafegava na outra pista. Nenhum passageiro, a não ser que viajasse em cima do ônibus e voltado para a traseira, poderia ter visto como se deu a colisão.

Mais. Se, porventura, nós, os advogados que defendíamos o motorista da Cometa, suspeitássemos de que teria havido qualquer vestígio de atentado contra a vida do ex-Presidente, teríamos denunciado o fato à imprensa internacional — inimigos que éramos e somos de governos totalitários. Eu, pessoalmente, sairia do país com o processo debaixo do braço para denunciar mais uma violência da ditadura, pois tinha trinta anos a menos.

A reabertura do inquérito acerca da morte de Juscelino, vai custar dinheiro aos cofres públicos, e a conta deve ser mandada para aqueles que só querem aparecer nos jornais.

* Advogado

Vida Política

JORNAL DO BRASIL
Data: 22/07/96
Caderno: BRASIL Pág. 4

Nova pista muda o caso Lamarca



A cirurgia em Lamarca mudou o perfil do nariz e eliminou sulcos na testa e face mas provocou o calo ósseo

JORNAL DO BRASIL
Data: 22/07/96
Caderno 1º Pág 4

■ Cirurgião que operou o guerrilheiro em 69, no Rio, diz que um calo ósseo no nariz poderá facilitar a identificação da ossada

Reprodução

TEODOMIRO BRAGA

BELO HORIZONTE — Um calo ósseo no nariz poderá confirmar se a ossada entregue pelos militares é realmente a do guerrilheiro Carlos Lamarca, morto no sertão baiano em 1971. Submetido a uma cirurgia plástica em 1969, ele teve o osso nasal quebrado e "empurrado para dentro", conforme revelou 27 anos depois ao jornal *Hoje em Dia*, desta capital, o cirurgião mineiro Afrânio Marciliano Freitas Azevedo, que já integrou a equipe de Ivo Pitanguy.

A operação foi realizada em agosto de 1969, numa clínica de Afrânio em Santa Tereza, no Rio, a Clínica de Cirurgia São João de Deus. Lamarca foi internado sob o nome falso de Paulo César de Castro e a cirurgia alterou o perfil de seu nariz e eliminou sulcos na testa e face. A mudança do nariz resultou num calo ósseo que, segundo Afrânio Azevedo, não desaparece com o tempo. Outro detalhe, revela, poderá ajudar na identificação da ossada que está na Universidade de Brasília (UnB): Lamarca não tinha a arcada dentária superior e usava uma dentadura.

Colaboração — Localizado pelo jornal *Hoje em Dia* em Uberlândia, a terra natal para onde voltou após a morte do pai, em 1980, Afrânio diz que não se arrepende do que fez: "Era uma forma de colaborar na luta contra a ditadura." Denunciado como o autor da cirurgia plástica em Lamarca por um dos seguranças do guerrilheiro presos pelo DOI-Codi, Wellington Moreira Diniz, Afrânio passou 33 dias numa solitária do DOI-Codi, no Rio. Ele alegou que não sabia da verdadeira identidade do paciente e o inquérito acabou arquivado por falta de provas.

Lembra Afrânio que a cirurgia começou às 8h e durou uma hora e 45 minutos. Ele foi auxiliado pelo médico cearense Amauri Luzardo Santiago de Almeida e pelo anestesista Luís Alves. O médico se lembra de uma mulher muito bonita que visitou Lamarca uma vez durante o período de recuperação e que mais tarde soube que era Iara Iavelberg, sua companheira.

Arcada — Afrânio constatou que Lamarca não tinha a arcada superior na hora de fixar o tubo que garantiria o suprimento de oxigênio durante a cirurgia. O cirurgião não sabe dizer se os dentes inferiores também eram artificiais. Essas informações foram transmitidas a um médico legista da UnB, que o procurou em busca de informações que possam contribuir para a identificação da ossada.

O líder da VPR queria que a cirurgia fosse realizada numa casa afastada, mas Afrânio se recusou a operar o guerrilheiro sem a infra-estrutura existente numa clínica. Ele garante que, ao fazer a cicurgia, sabia apenas que se tratava de um dos líderes da guerrilha procurados pela polícia. Somente uma semana depois, o médico Almir Dutton Ferreira, que havia convencido Afrânio a realizar a cirurgia, lhe revelou a verdadeira identidade do paciente.

Afrânio foi escolhido para a operação por suas ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), na década de 60. Almir Ferreira era um dos líderes da base médica da VPR. Antes de realizar a cirurgia, Afrânio teve duas entrevistas com o guerrilheiro. "Ele era uma pessoa muito tranqüila e preocupada com o que iria fazer. Sabia que estava sob a vigilância de um aparelho repressivo muito sólido, mas estava disposto a se sacrificar, pois não podia fugir da luta", contou o cirurgião ao jornal mineiro.

Versão — Hoje com 57 anos, Afrânio conta que combinou com Almir Ferreira que, se fosse preso e interrogado, diria que o operado tinha mostrado documentos que lhe pareceram verdadeiros e em instante algum imaginou que era um terrorista, como se dizia na época. Ele nada cobrou pelo trabalho, mas disse à polícia, como tinha combinado com Ferreira, que recebeu US$ 2.500 pela operação.

Ao saber de Almir Ferreira que havia operado Lamarca, Afrânio dirigiu-se imediatamente ao Aeroporto Santos Dumont, para conferir se era ele mesmo nos cartazes de "procurados" estampados nos principais pontos de saída do país. "Fiquei muito contente e envaidecido. Estava também muito tranqüilo pois não havia cometido crime algum", diz o cirurgião. Atualmente Afrânio coordena a campanha do candidato do PSDB à Prefeitura de Uberlândia, Paulo Sérgio Ferreira. Naquela cidade, ele foi secretário de Educação dos dois últimos prefeitos, Virgílio Gallasssi e Paulo Ferolla.

Baixada Vida Política

JORNAL HOJE
Data 25/05/96
Caderno ____ Pág. 3

Vereador entra em curral e dá tiros em B. Roxo

O vereador de Belford Roxo, Arnaldo Cabral, está sendo acusado por funcionários da Defesa Civil, de ter invadido o curral municipal, no Bairro São Bernardo, por volta das 19 horas de quinta-feira, e soltado 11 animais. Segundo eles, Arnaldo, que liderava um grupo de oito homens, disparou cerca de 13 tiros para o ar. O caso foi registrado na 54º DP (Belford Roxo).

Uma testemunha, que não quis se identificar, afirmando que está sob ameaça, contou que o vereador ameaçou o chefe do plantão, colocando um revólver na sua cabeça. Na delegacia, a informação é que o caso foi registrado como tiro a esmo. Ontem foi feita a perícia do local, que apresentava a cerca arrebentada. O vereador deverá ser chamado para prestar depoimento nos próximos dias.

Vid. Política

O GLOBO
Data 30/04/96
Caderno ____ Pág. 12

General da comissão especial anuncia que Exército vai ajudar na procura dos corpos

Foto do dossiê



A GUERRILHEIRA MARIA Lúcia Petit, morta pelos militares no Araguaia. A ossada encontrada em Xambioá há cinco anos e guardada na Unicamp pode ser dela

O GLOBO
Data 30/04/96
Caderno ____ Pág. 10

Representante das famílias de desaparecidos critica legista que examinou ossada

• BRASÍLIA. O general Oswaldo Gomes, representante das Forças Armadas na Comissão Especial que investiga as mortes e os desaparecimentos políticos durante o regime militar, disse que o Exército está disposto a cooperar para localizar todos os corpos de desaparecidos políticos, sejam eles do Araguaia ou não. O general acrescentou que a comissão já tinha decidido que esse problema seria tratado numa etapa posterior. Nesse momento, disse o general, a Comissão cuida de analisar pedidos de indenização de parentes de pessoas que morreram sob a guarda do Estado.

— Procurar corpos exige muita pesquisa, sobretudo no Araguaia. Os corpos dos nossos, nós carregávamos. Os dos guerilheiros eram enterrados nos locais onde tombaram. Aquela área é enorme e por isso não será tarefa fácil.

Quanto à afirmação de que os documentos publicados provam que guerrilheiros foram mortos depois de presos, discordo. Essa é uma dedução do jornal, que não ficou provada — disse ele.

O mistério que envolve o desaparecimento de Maria Lúcia Petit parecer estar chegando ao fim. Suzana Lisboa, representante das famílias dos desaparecidos políticos na Comissão Especial, vai exigir a análise de uma ossada encontrada há cinco anos em Xambioá e que desde então estão num laboratório da Unicamp. Segundo Suzana, a fotografia publicada na edição de domingo do GLOBO não deixa mais dúvidas sobre a sua identidade. A irmã de Maria Lúcia, Laura Petit, já marcou uma reunião com os legistas da Unicamp, na quinta-feira, onde apresentará as fotos publicadas. Os despojos encontrados em Xambioá guardam características idênticas às reveladas na foto do cadáver de Maria Lúcia: o crânio estava coberto por um saco plástico e todos os despojos foram envoltos numa lona de pára-quedas. No dia 15 de junho de 1972, segundo relato de moradores, Maria Lúcia usava calças compridas de brim cinza e camisa cáqui e cinto de couro. Tinha uma ferida de leishmaniose na mão.

— O legista Fortunato Badan Palhares não usou nenhum procedimento científico para afirmar que a ossada não era a de Maria Lúcia. Aqueles restos nunca foram efetivamente analisados. Agora, com essas revelações, vou pedir à comissão que exija a análise definitiva — disse Suzana.

Além dos detalhes revelados na foto produzida pelo militar que também guardou anotações sobre diversos guerrilheiros presos e mais tarde mortos, Suzana indica outro detalhe que contribue para firmar sua convicção: o fecho do cinto dos restos mortais de Xambioá era igual a um da Maria Lúcia. Segundo ela, Badan Palhares não tem agora como se recusar a proceder a investigação científica daquela ossada. Na ocasião, imaginou-se que a ossada deveria ser de Maria Lúcia ou de Áurea Elisa Pereira.

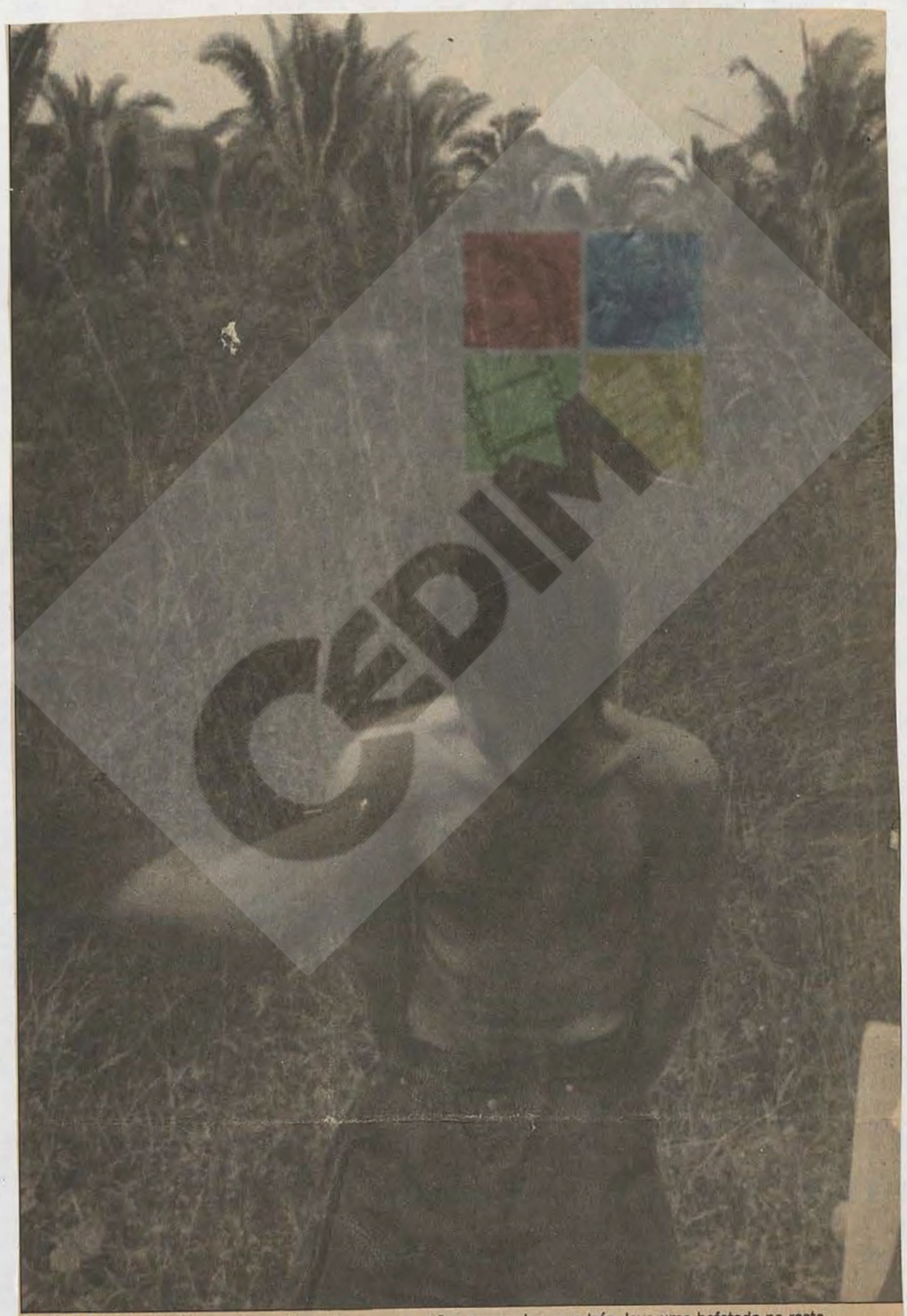
— Badan Palhares não procedeu investigações profundas porque o ex-guerrilheiro Dower Cavalcante sugeriu tratar-se dos restos da filha de um dentista da região, metralhada por não atender a uma ordem de um militar — afirmou Suzana.

Segundo o porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral, uma possível indenização aos parentes dos guerrilheiros mortos no Araguaia será analisada dentro dos encaminhamentos já feitos pelo Governo em relação aos desaparecidos políticos. Amaral garantiu que o Governo está empenhado para que os parentes das vítimas tenham uma justa reparação. ■

Vool dolitur

O GLOBO
Data 30/04/96
Caderno ___ Pág. 10

Família identifica preso apanhando em foto do dossiê



DOWER CAVALCANTE, de cabeça abaixada e com as mãos amarradas para trás, leva uma bofetada no rosto

O GLOBO
Data 30/04/96
Caderno Pág. 10

Infarto matou guerrilheiro que deixou escritos dois livros sobre a guerrilha,

numa homenagem aos companheiros mortos

Adriana Barsotti

• As provas sobre a crueldade da guerrilha do Araguaia, que tanto buscou durante mais de 15 anos de sua vida, o ex-militante do PC-doB Dower Cavalcante não pôde contemplar. Autor de dois livros incompletos sobre aquele movimento, ele morreu em 1992, aos 41 anos, vítima de infarto — quatro anos antes de sua família reconhecê-lo, ontem, como o guerrilheiro que está apanhando numa das fotos do dossiê militar sobre a luta armada, publicada domingo no GLOBO. Sem conseguir conter o choro, sua irmã Regina Cavalcante, que o criou, não tem dúvidas quanto à identificação.

— Pelo tórax largo, pelo abdômem e pelo nariz e pelas orelhas, tenho a certeza de que é o Dower. Cheguei a essa conclusão depois de analisar detalhadamente a foto junto com mais dois irmãos — revela.

Um deles, que prefere se manter no anonimato, confirma:

— O corte e a textura do cabelo são do Dower. Além disso, o tórax dele era bem mais largo que a bacia, como o corpo do homem da fotografia.

A irmã mais velha, Teresa Bonavides, faz coro.

— É o meu irmão. É uma emoção terrível reconhecê-lo assim, tão jovem — lamenta Teresa, que, sem conter as lágrimas, é obrigada a interromper a entrevista, pelo telefone, diversas vezes.

Guerrilheiro guardou seqüelas das torturas até o fim da vida

A foto chocou mais por ter flagrado o momento de uma das intermináveis sessões de tortura a que Dower foi submetido, a partir de sua prisão. Até o fim da vida, ele sofria com as seqüelas deixadas pelos choques elétricos nas mãos. No ano em que morreu, praticamente com aqueles membros paralisados, ele já não conseguia escrever nem apanhar objetos com firmeza. Desesperado para concluir os dois livros antes de morrer — Dower era vítima de hipertensão — abandonou a caneta e passou a registrar os relatos em fitas cassetes. O material foi confiado a um irmão que, por enquanto, não tem a intenção de publicá-lo.

— Ele sofria muito e se queixava de dores de cabeça constantes. Vivia sobressaltado e costumava ter alucinações. Certa vez, quando fui visitá-lo na prisão, em São Paulo, comentei sobre a gentileza de um dos carcereiros. Ele, desconsolado, me mostrou, então, os ouvidos cheios de pus — lembra seu irmão.

Solto em 1975, Dower se formou em medicina e não teve mais militância política. Seu primeiro desejo foi ver o mar.

— Quando o levei à praia, ele parecia uma criança de dois anos, com medo de tudo — conta a irmã Regina.

Livros eram espécie de compromisso com os mortos

Mas, ao contrário de outros sobreviventes, Dower não queria esquecer o passado. Começou a escrever seus dois livros — um sobre a guerrilha e outro sobre onde estariam enterradas as vítimas do movimento — ainda na prisão, em Fortaleza, onde cumpriu o fim da pena. Apesar do trauma, chegou a voltar três vezes ao Araguaia em busca de provas. Não interromperia a empreitada até o dia de sua morte, quando deixou cinco cartas, entre elas uma para o irmão, recomendando que publicasse a obra e outra para um editor de Fortaleza.

— Esse projeto era uma espécie de compromisso moral com os mortos — opina o irmão.

Foi em nome do mesmo compromisso que Dower deflagrou uma campanha, no Ceará, na década de 80, contra um general que se candidatara a deputado. Desafiou publicamente o militar a provar que não participara da tortura durante a ditadura, denunciando ter sido uma de suas vítimas. Mas a angústia tomou conta do ex-guerrilheiro nos últimos anos de sua vida e, segundo os parentes, ele entrou num processo de auto-destruição. Fumava cinco maços de cigarro por dia e, embora não pudesse engordar, comia compulsivamente.

— Ele sofria demais e, certa vez, chegou a prever sua morte — conta o irmão. ■

O GLOBO
Data 30/04/96
Caderno ___ Pág. 10

A rotina espartana dos militantes na guerrilha



ARMAS E OBJETOS dos guerrilheiros apreendidos pelas Forças Armadas

Apesar do esforço para se passarem por camponeses, a origem urbana dos guerrilheiros era notada

Aziz Filho, Consuelo Dieguez e Letícia Helena

Eles não chegaram a conhecer a TV em cores — cuja transmissão fora inaugurada pelo general Emílio Garrastazu Médici em 19 de fevereiro de 1972. Também não acompanharam o drama de "Selva de pedra" — o *hit* da televisão brasileira naquele ano. Quatro deles não viram chegar agosto — e, com ele, a inauguração do primeiro trecho da Transamazônica: foram mortos na primeira campanha do Exército contra a guerrilha. Começava aí o fim do sonho de 69 militantes do PC do B que se embrenharam nas matas do Araguaia para desencadear uma rebelião popular. Em 5 de janeiro de 75, o pesadelo teve a cena final com a prisão — e morte — dos três últimos remanescentes. Dos que ficaram do início ao fim, ninguém sobreviveu.

A história que leva o PC do B ao Araguaia começa em 66, quando os primeiros militantes chegaram a São Geraldo e São Domingos do Araguaia. Trabalhavam no campo para adquirir calos nas mãos e um tom de pele que disfarçasse a origem de cidade grande. A rotina era rigorosa: entre 5h e 5h30m, os moradores de cada casa — entre três e cinco — iniciavam a labuta. As tarefas domésticas eram divididas. Cada um lavava a própria roupa e havia uma escala para cuidar da cozinha. O cardápio variava. Homens e mulheres caçavam — veado, cotia, paca ou gambá — e pescavam. Como o arroz era raridade, a base da alimentação era a farinha.

— Nesses lugares, farinha é fundamental. É fácil de arrumar e dá a sensação de estômago cheio.

Pior foi um período que ficamos sem sal — lembra Elza Monnerat, do Comitê Central do PC do B, hoje com 82 anos.

Elza contraiu malária oito vezes na beira do Rio Araguaia, onde era obrigada a carregar uma pistola e uma carabina quando ia ao mato fazer as necessidades.

— Isso quando dava tempo de pegar a mochila. A malária é um desarranjo intestinal só — recorda, rindo do medo que sentia de onças pintadas e cobras.

O GLOBO
Data 30/04/96
Caderno ____ Pág. 10

Mesmo antes do Exército, todos dormiam fora em redes

As casas não tinham paredes internas. Todos dormiam do lado de fora e, no frio, usavam cobertores finos, semelhantes aos dos mendigos das cidades. Regilena Carvalho, outra sobrevivente, lembra-se de que, pouco antes de abril de 72, quando o Exército atacou, algumas precauções já tinham sido tomadas.

— Não passávamos as noites dentro de casa, mas em redes armadas dentro da mata — diz Regilena, que se entregou aos militares em julho de 72.

Integrante de um dos três grupos do Destacamento C dos guerrilheiros, Regilena passou três meses acampada na mata, interrompendo a vida agradável de camponesa num sítio onde plantava e colhia arroz, feijão, legumes e frutas, além de extrair castanha. Achar um jaboti era um troféu. A carne era macia e o bicho era capturado sem necessidade de correria e tiros.

A caça não era tarefa fácil. Para André Grabois, muito míope, então era mais difícil. Mas, como conta Crimélia Almeida, sua mulher, ele não perdia o humor.

— Uma vez ele conseguiu pegar um jacaré enorme porque o bicho estava quase morto. Ele inventou que tinha sido uma luta difícil. Quando ele vinha vindo pela estrada com o jacaré, um camponês elogiou a caça e, para espanto do homem, ele respondeu: "fica com este que eu vou buscar o outro que deixei na beira do rio".

Um ano e meio de vida dura, segundo Regilena, foi o suficiente para que mãos e pés parassem de sangrar. Mas o esforço espartano dos guerrilheiros para se confundirem com os camponeses nem sempre era bem sucedido.

— Tínhamos a pele mais clara e usávamos calças compridas. As pessoas estranhavam. Um dia um camponês disse para outro que a nossa Bíblia era diferente das outras — conta Regilena, hoje jornalista em Itajubá, Minas Gerais.

Difícil era para João Carlos Haas Sobrinho esconder sua condição de médico. Numa região infestada de doenças e miséria, muitas vezes ele se sentia obrigado a socorrer a população local. Mas como explicar o que um médico fazia naquele fim de mundo? Aproveitando o misticismo local, João Carlos se dizia curandeiro para disfarçar os atendimentos que eventualmente fazia, conta o ex-guerrilheiro e atual deputado federal José Genoíno Neto.

Operação para salvar mulher poderia denunciar médico

Numa ocasião, porém, João Carlos foi obrigado a mostrar suas habilidades. Uma moradora estava tendo um parto difícil, correndo risco de vida. A guerrilheira Luiza Garlipe, a Tuca — enfermeira que fazia as vezes de parteira — que atendia a mulher, foi pedir ajuda a João Carlos. Era caso de cirurgia. O médico ia ter que se expor. Foi uma decisão difícil, precedida de um pequeno debate entre eles. João Carlos optou por tentar salvar a mulher.

— Quando ele chegou à cabana viu que o bebê estava morto. A mulher sofria muito. Ele fez um bisturi com duas giletes, tirou o bebê e salvou a mãe. Foi arriscado, mas ele ali optou pela medicina — lembra o presidente do PC do B, João Amazonas.

A rotina dura incluía o trabalho na roça, treinamentos para combate e sessões de leitura de política e técnicas de guerrilha. O lazer era aos domingos, quando recebiam ou visitavam moradores da região. Os guerrilheiros montaram uma infra-estrutura que incluía antenas improvisadas sobre as árvores, permitindo a escuta da Rádio Tirana. ■

Vcd Político

O GLOBO
Data 28/04/96
Caderno ____ Pág. 15/16

A HISTÓRIA SECRETA: *Estudante citado como fonte de informações do Exército na guerrilha foi capturado em 72 e morto em 74*

João Amazonas de Souza Pedroso (46) "Cid"



PCB ↓ PC do B

VIVO

- filho de João de Souza Pedroso e Raimunda Leal Pedroso, natural do Pará, em 01 Jan 912. QB
- Res. - Romualdo de Seixas, 584 ap cgm Silvestre Rocha, 17/402 - Niterói
- membro do Comitê Central do PC do B - curso na China - cassado, condenado a 07 anos de reclusão.
- É o dirigente máximo na área.
- Não está na área (Tobias)

João Amazonas de Souza Pedroso - "Cid"
- filho de João de Souza Pedroso e Raimunda Leal Pedroso, natural do Pará em 01 jan 912 - res. Romualdo de Seixas, 584, GB, ou General Silvestre Rocha, 17/402, Niterói - membro do Comitê Central do PC do B - curso na China - cassado, condenado a 07 anos de reclusão - É o dirigente máximo na área
- Não está na área (Tobias)

João de Paula Monteiro Ferreira (53)



VIVO

NÃO LOCALIZADO

PC do B Ceará

- 5300 -

- filho de Norberto Ferreira Filho e Maria de Lourdes Monteiro, natural de Crateús, Ce, em 29 Out 45.
- estudou Medicina na UFCeará
- sobrinho do ex-deputado Deuzimas Lins Cavalcante
- amante de Tuta Cavalcante
- end. - Duque de Caxias, 823/808 - Fortaleza / Ceará.
- Preso em Ibiúna. Citado por GILBERTO TELMO SIDNEY MARQUES

João de Paula Monteiro Ferreira - não localizado
- filho de Norberto Ferreira Filho e Maria de Lourdes Monteiro, natural de Crateús, CE, em 25 out 45 - estudou medicina na UFCeará - sobrinho do ex-deputado Deuzimas Lins Cavalcante - amante de Tuta Cavalcanti - end. Duque de Caxias, 823/808, Fortaleza, Ceará - Preso em Ibiúna
- citado por Gilberto Telmo Sidney Marques

Pedro Alexandrino de Oliveira Filho (86)



"Peri"
"uns óculos"
"Foi da AP"

- filho de Pedro Alexandrino de Oliveira e Diana Piloli de Oliveira, natural de Belo Horizonte/MG, em 19 Mar 47
- registra antecedentes no PC do B/MG, tendo atuado no meio bancário em Belo Horizonte
- após o encontro onde morreu Adriana Fonseca Filho, seus documentos foram encontrados no local (Pedras).
- é possível que esteja integrando o Dst "C"
- identificado por Tobias Pereira Júnior

Pedro Alexandrino de Oliveira Filho "Peri", usa óculos, foi da AP
- Filho de Pedro Alexandrino de Oliveira e Diana Piloli de Oliveira, natural de BH/MG, em 19 Mar 47 - registra antecedentes no PC do B/MG, tendo atuado no meio bancário em Belo Horizonte - após encontro onde morreu Adriana Fonseca Filho, seus documentos foram encontrados no local (Pedras) - é possível que esteja integrando o Dst "C" - identificado por Tobias Pereira Júnior

José Carlos Haas Sobrinho (52)

"José" "Juca" "Antônio"



MORTO

- 737 -

- filho de Ildefonso Haas Sobrinho e Ilma Linck Haas, natural de São Leopoldo/RGS, em 24 Jun 44
- tem curso na China
- morto no Pará, em 30 set 72

João Carlos Haas Sobrinho - "José" - "Juca" - "Antônio"
- filho de Ildefonso Haas e Ilma Linck Haas
- natural de São Leopoldo/ RGS, em 24 Jun 44
- tem curso na China
- morto no Pará em 30 set 72

Regilena da Silva Carvalho (74) "Lena"



5928

PC do B/Pa

- filha de Bertulino Mendes Carvalho e Maria Aparecida Silva de Carvalho, natural de Pedral/MG, em 09 Jan 47
- casada com Jaime Petit da Silva e cunhada de Maria Lúcia Petit da Silva
- apresentou-se em 26 Jul 72 - liberdade em 28 Jul 72.

Regilena da Silva Carvalho "Lena"
- filha de Bertulino Mendes Carvalho e Maria Aparecida Silva Carvalho, natural de Pedral/MG, em 09 jan 47
- casada com Jaime Petit da Silva e cunhada de Maria Lúcia Petit da Silva

Rosalino de Souza (71) "Mundico"



MORTO

- tem dossiê na 6ª RM
- é bacharel pela Fac. Direito UFBa
- foi amante de Sara Silva
- na área, foi sub cmt do Dst "C"

- foi justiçado, pelos companheiros, em 16 ago 73
- Iniciou-se, segundo Tobias Pereira Jr

Rosalino de Souza - "Mundico"
- tem dossiê na 6ª RM
- é bacharel pela Fac. Direito UFBa
- foi amante de Sara Silva
- na área, foi sub cmt do Dst "C"

Elza de Lima Monerat (36)



"D. Maria"
"Velha"
"Velha Maria"
"Maria da Glória Lopes da Silva"

PC do B/GO

- filha de Luiz de Deus Monerat e Laudelina de Lima Monerat, natural do Est. do Rio, em 19 Out 913
- tem curso na China
- integra o CC do PC do B
- teria o pessoal p/ Marabá

VIVO

Elza de Lima Monerat - "D. Maria", "Velha", "Velha Maria", "Maria da Glória Lopes da Silva"
- filha de Luiz de Deus Monerat e Laudelina de Lima Monerat, natural do Est. do Rio, em 19 out 913
- tem curso na China

Tobias Pereira Júnior (12)

"Isaías" "Josias" "Marcus" "Sérgio"

PRESO

PC do B/Pa

- filho de Tobias Pereira e Emília Barreto Pereira, natural da GB (26 Nov 49)
- em 1971 - 3º ano de Medicina
- foi citado por Douglas Alberto Milnes Jones
- integra o Dst "C"
- foi preso em 18 DEZ 72, na região do Rio Gameleira, na casa do Zezão.

Tobias Pereira Júnior - "Isaías", "Josias", "Marcus", "Sérgio"
- filho de Tobias Pereira e Emília Barreto Pereira, natural da GB (26 nov 49)
- em 1971 - 3º ano de medicina
- foi citado por Douglas Alberto Milnes Jones - integra o Dst "C"

- apresentou-se em 26 jul 72
- libertada em 28 jul 72

- foi justiçado pelos companheiros, em 16 ago 73
- suicidou-se, segundo Tobias Pereira Jr.

- integrá o CC do PC do B
- levava o pessoal p/ Marabá.

Zezão.

Documentos comprovam mortes após as prisões

Pelo menos nove guerrilheiros dados como desaparecidos foram mortos depois de terem sido presos pelas Forças Armadas

Aziz Filho

• As fichas onde os militares anotavam a mão os dados sobre cada suspeito de integrar a guerrilha do Araguaia deixam claro que militantes do PC do B dados como desaparecidos não morreram apenas em combate. Alguns foram presos e deles nunca mais se teve notícia. Nas 54 fichas individuais às quais O GLOBO teve acesso, as execuções não ficam explícitas, mas as prisões de pessoas que nunca mais apareceram são registradas, com datas. Amareladas pelo tempo, as fichas formavam um bloco cujas folhas já se soltaram. Há datas de nove prisões e 15 mortes de guerrilheiros conhecidos, além de quatro prisões e uma morte de pessoas que o próprio PC do B não identifica.

O estudante carioca Tobias Pereira Júnior, o Josias, o mais citado como fonte de informação dos militares, foi preso, segundo a ficha número 82, em 18 de dezembro de 1972, na região do Rio Gameleira. Um relatório resumido — apenas com as datas das mortes — encaminhado à Comissão de Assuntos Externos do Senado em 1992 pelo Ministério da Marinha registra que Tobias foi morto em 15 de fevereiro de 74, aos 25 anos de idade — um ano e dois meses após o dia em que teria sido preso pelos militares.

José de Lima Piauhy Dourado, que tinha os codinomes Ivo e Zé Baiano, aparece como tendo sido preso em 25 de janeiro de 74 e "morto na mesma data". Tinha 27 anos. Na ficha 40, de Hélio Luiz Navarro de Magalhães, aparece como data da prisão o dia 4 de fevereiro de 74. Segundo o relatório do Ministério da Marinha, ele estava "gravemente ferido", com "capacidades de sobrevivência desconhecidas", e morreu no dia 14 do mês seguinte, aos 24 anos.

Um camponês que aderiu à luta, conhecido como Pedro Carretel, aparece na ficha 90 como tendo sido preso em 6 de janeiro de 74. A anotação diz que ele "apareceu estropiado em 6 de janeiro de 74 e foi entregue a força por moradores locais", possivelmente motivados pelas recompensas oferecidas pelos militares.

As anotações levantam duas hipóteses que não existiam para a morte de Rosalindo de Souza, o Mundico. Na ficha 77 está escrito que ele foi "justiçado pelos companheiros" em 16 de agosto de 73, mas, em seguida, aparece a frase: "suicidou-se, segundo Tobias Pereira Jr." Em outro relatório de 1992, do Exército, Mundico foi "morto em combate com as forças de segurança" em 16 de agosto. Segundo o relatório de Ângelo Arroyo, dirigente do PC do B e único sobrevivente da terceira campanha da guerrilha — só morreu em 1976, em São Paulo, no chamado "massacre da Lapa" — Mundico morreu em setembro de 73, "por acidente com a arma que portava". Tinha 33 anos.

As fichas contêm algumas informações equivocadas, principalmente em relação ao comando da ação armada e aos destacamentos a que pertenciam os combatentes. Os erros, segundo o militar que fez as anotações, se devem a dados falsos fornecidos pelos interrogados e às dificuldades de investigações na selva.

— Me colocaram em um tal de Bureau Político que não existia. Tinha a Comissão Militar, mas eu não fazia parte. Na minha ficha dizem que fiz curso na China. Eu estive lá, mas não fiz curso nenhum. Engraçado. Como é que eles arrumaram essa foto minha? Não me lembro dela — disse a ex-guerrilheira Elza Monnerat, integrante do Comitê Central do PC do B e encarregada de levar ao Araguaia os guerrilheiros recrutados pelo partido no Rio e em São Paulo.

José Toledo de Oliveira (codinome Vitor) foi morto em 29 de setembro de 72, com 32 anos. Kleber Lemos da Silva (Carlito ou Quelé) foi baleado ao tentar fugir, segundo a ficha 59, em 29 de junho de 72, próximo à localidade de Pau Preto, morrendo no local, aos 30 anos. Paulo Mendes Rodrigues, do Comitê Central do PC do B, foi morto em 25 de dezembro de 73. Na ficha de Uirassu de Assis Batista, o Valdir, a informação da data de sua morte, 11 de janeiro de 74, em Brejo Grande, foi posteriormente riscada a caneta. O relatório da Marinha diz que ele foi morto em abril de 74.

Também está rabiscada a data da morte de João Gualberto Calatroni (Zebão), 25 de dezembro de 73. O PC do B considerava a data de 14 de outubro de 73. A ficha de Jana Moroni Barroso diz que, em 7 de janeiro de 74, ela foi identificada como Cristina do destacamento A e que, em 11 de fevereiro de 74, foi morta, aos 25 anos. As circunstâncias não estão reveladas. O PC do B a dava como desaparecida desde janeiro, mas um relatório da Marinha diz que ela foi morta em 8 de fevereiro.

Jaime Petit da Silva, 28 anos, foi morto em 22 de dezembro de 73, na Grota do Cajá, segundo a ficha, o que coincide com os relatórios do Exército e da Marinha. O camponês Luiz Vieira de Almeida, que o PC do B imaginava ter sido morto em 1974, morreu, segundo registro na ficha 91, em 31 de dezembro de 73.

Há nas fichas informações sobre José Genoíno, Regilena da Silva Carvalho e Pedro Albuquerque Neto, presos no início da guerrilha e hoje vivos, e Glênio Fernandes de Sá, morto em setembro de 90 no Rio Grande do Norte.

As informações de Tobias, o desaparecido sem foto

Guerrilheiro foi preso sem o PC do B saber e teria sido usado para identificar companheiros

• As anotações dos militares confirmam uma suspeita da cúpula do PC do B: a de que o Exército usou o guerrilheiro Tobias Pereira Júnior — que consta da lista oficial dos desaparecidos — para identificar e localizar os companheiros. O diário não esclarece se Tobias, que usava o codinome Josias, foi torturado ou se a colaboração foi espontânea, mas uma data anotada em sua ficha pode esclarecer muita coisa: ele teria sido preso em 18 de dezembro de 1972. Mas segundo o relatório do dirigente Ângelo Arroyo, Tobias teria desertado somente um ano depois, quando "fugiu perto de uma base do inimigo". Se Tobias realmente foi preso em 72, pode ter feito um acordo com os militares para ser solto e atuar como um agente infiltrado na guerrilha.

Ele aparece como a fonte das informações em oito fichas. A observação "está na área" é atribuída a ele nas fichas de Elmo Corrêa, morto em maio de 1974; Guilherme Gomes Lund (25 de dezembro de 1973); Telma Regina Cordeiro Corrêa (janeiro de 1974); e João Carlos Wisnesky, que abandonou a guerrilha e mora no Rio. Ele informou também que João Amazonas não estava na região e que Rosalindo Souza, o Mundico, se matara. Não reconheceu Iran Caetano, equivocadamente apontado como guerrilheiro, mas identificou Pedro Alexandrino de Oliveira Filho, o Peri, morto em agosto de 74.

O militar responsável pelas fichas disse ao GLOBO que não interrogou Tobias e não acredita que ele tenha morrido no Araguaia. Em 93, um ex-soldado do Exército contou a amigos da ex-guerrilheira Elza Monnerat que vira o corpo do estudante num matagal. Segundo Elza, o ex-soldado contou que teve um choque ao ver o corpo de Tobias, que teria sido seu amigo. Segundo o relatório da Marinha, ele foi morto em 15 de fevereiro de 74.

A mãe e a irmã de Tobias, que moram no Rio, se recusam a falar do caso. No cartaz dos desaparecidos da guerrilha, feito pelo PC do B, Tobias é um dos poucos que não têm sequer uma foto.

O deputado federal José Genoíno (PT-SP), que foi preso no início dos combates, acha que não existem elementos para se afirmar que Tobias tenha realmente colaborado com o Exército.

— A gente vivia mudando de posição no mato, não havia endereço para localização. E nem todos se conheciam — afirmou.

Vvol. Política

O GLOBO
Data 28/04/96
Caderno _____ Pág. 17

A dor e a emoção de dois dos sobreviventes



LUZIA REIS, depois de presa pelo Exército em 72. Hoje ela se converteu à Igreja Messiânica, tem mágoas do PC do B e não quer mais saber de política

O GLOBO
Data 28/04/96
Caderno _____ Pág. 14

Reproduçã



GENOÍNO APÓS a prisão no Congresso da UNE de Ibiúna. A foto serviu para identificá-lo quando foi preso no Araguaia

Um segue na política e é deputado pelo PT; a outra quer esquecer o passado e hoje é evangélica

Adriana Barsotti e Consuelo Dieguez

• No dia 17 de abril de 1972, Geraldo saiu do local em que estava seu destacamento, o B, na região da Gameleira, com a missão de avisar aos companheiros do destacamento C que o Exército estava na área. Tomou todos os cuidados antes de entrar na região do Caiano. Um deles era procurar um sinal específico numa determinada árvore, espécie de senha para alertar se havia perigo na área. Não vendo as marcas, prosseguiu. Procurou durante o dia pelos companheiros, mas não achou ninguém. Já tinham fugido do local. Dormiu na mata e, na manhã do dia 18, quando voltava para seu destacamento, foi preso por PMs de Xambioá, que o acharam suspeito.

Amizade de cachorro denunciou Genoíno

Geraldo ainda tentou fugir, mas levou um tiro de raspão e caiu no meio de umas raízes. Foi agarrado e amarrado a uma árvore. Geraldo era o codinome de José Genoíno Neto, na época um jovem de 24 anos. Hoje, deputado pelo PT de São Paulo, Genoíno lembra com nitidez o dia da sua prisão, registrado na foto agora publicada pelo GLOBO.

— Como eles não tinham algemas, primeiro me amarraram naquela árvore até o pessoal do Exército chegar. Só então fui algemado. Eu dizia que era lavrador, que não conhecia o pessoal da guerrilha. O problema é que o cachorro do destacamento me conheceu e veio me fazer festa. Aí eles diziam que eu conhecia o pessoal, porque o cachorro me conhecia. Dei uma olhada feia para o bicho, que foi embora. Mas de noite, quando estava todo mundo dormindo, o cachorro voltou, me lambeu e encostou o focinho na minha cara. Naquele momento, chorei. O gesto do cachorro foi mais humano do que o de todos aqueles seres humanos à minha volta.

No dia 21, Genoíno foi transferido para Brasília de avião. Lá, sua identidade e sua condição de militante do PC do B foram descobertas com auxílio da foto tirada após sua prisão no congresso de estudantes em Ibiúna. Mais tarde, foi levado algumas vezes de volta ao Araguaia para reconhecer corpos de companheiros

— cenas que provocam até hoje pesadelos no deputado. Genoíno traz ainda as marcas da guerrilha. Não só no corpo — que exibe cicatrizes de leishmaniose contraída na mata, e das queimaduras de cigarro, adquiridas nas sessões de tortura — mas na memória. Não esconde a emoção quando lembra de Sueli Kanaiama, uma guerrilheira com quem viveu um amor platônico nos dois anos em que esteve no Araguaia.

(3) O GLOBO
Data 28/04/96
Caderno ____ Pág. 14

— Nós nunca tivemos nada. Era só um amor platônico. Ela tinha um cabelo liso, preto, bem comprido. Eu dizia para ela não deixar ninguém cortar seu cabelo, só eu. Depois, na cadeia, soube que ela tinha sido morta com mais de cem tiros. Foi horrível — conta, emocionado.

Companheira de prisão do deputado José Genoíno, a socióloga e economista baiana Luzia Reis tenta esquecer seu passado de guerrilheira desde que deixou o quartel do Setor Militar Urbano, em Brasília, em 1973. Ela ficou presa durante dez meses, e foi submetida a tortura. Hoje com 46 anos, a ex-militante do PC do B — convertida à Igreja Messiânica, casada e mãe de um filho — conta que ainda esbarra em dificuldades para reconstruir sua vida. Evita revelar seu atual emprego, temendo ser discriminada.

— Depois que fui solta, me candidatei a diversos concursos públicos, fui classificada, mas jamais convocada. Em todas essas ocasiões, fui chamada aos quartéis, onde me avisavam que eu desistisse de arrumar um emprego no estado — conta Luzia, tentando conter o choro.

Luzia foi presa depois que um camponês a denunciou

Em 1971, quando partiu para o Araguaia, Luzia, então com 21 anos, era estudante de Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia. Sua militância na política, que tivera início quando ainda freqüentava o curso secundário, se restringia ao movimento estudantil. Na guerrilha, mesmo inexperiente, conseguiu escapar de uma tropa do Exército, que acabara de prender o amigo Dower Cavalcante, correndo para a mata. Seria presa dois dias depois, na casa de um camponês que a delatou. Terminava ali o sonho de derrubar a ditadura que, para ela, durara menos de um ano.

— Foi muito doloroso meu processo de recuperação. Depois de libertada, voltei a morar com meus pais e a estudar com afinco. Nunca mais quis saber de política. Fui marginalizada pela direita e pela esquerda, inclusive pelo PC do B — conta, sem querer revelar o motivo de sua mágoa atual com o partido. ■

'Gelei da cabeça aos pés'

• "Quando vi a foto, há duas semanas, gelei da cabeça aos pés. Voltei ao dia 18 de abril de 1972, quando fui preso e amarrado àquela árvore. A foto despertou duas sensações diferentes. Uma, de emoção, revivendo uma época marcante na minha vida. Espectador de uma cena que eu vivera: eu, um jovem de 24 anos, amarrado naquela árvore, sem ter idéia de que a foto estava sendo tirada e, muito menos, do que iria acontecer comigo. A outra sensação foi de um racionalismo absoluto: era muito estranho ver aquela foto no Congresso, um cenário tão distante daquela época. Me lembrei quando cheguei a Brasília, em 21 de abril de 72, num avião do Exército, para ser interrogado. O Congresso era para mim algo muito distante. Quando estava preso no quartel do Setor Militar Urbano, comentei com alguns companheiros que no ano 2000 nós nos encontraríamos bem próximo ao Congresso para ver se a gente tinha tomado o poder. É um privilégio ser um sobrevivente. Ao mesmo tempo, uma responsabilidade: obrigação de me atualizar sem medo de rever o que considero intransigência e autoritarismo da esquerda.

"Cometemos erros na época da guerrilha. Mas temos que olhar tudo como um processo. Precisamos usar o pára-brisa e o retrovisor. Se usarmos só o pára-brisa, não vemos o passado. Se só olhamos o retrovisor, não vemos o futuro."

JOSÉ GENOÍNO, *ex-guerrilheiro, hoje deputado federal (PT-SP)*

O GLOBO
Data 28/04/96
Caderno ____ Pág. 17



SOLDADO DO EXÉRCITO vasculha objetos achados num acampamento dos guerrilheiros em plena mata



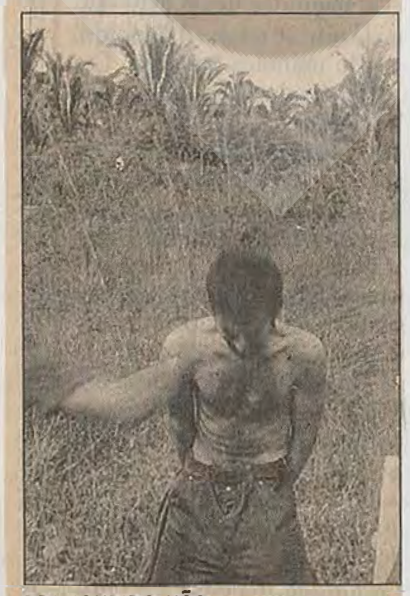
MORADORES DA região diante de um local que teria sido utilizado para o alojamento de tropas militares



TROPAS MILITARES que combatiam a guerrilha embarcam num avião Búfalo na região do Araguaia



OBJETOS EM PODER da guerrilha apreendidos por tropas do Exército e agrupados para uma foto



PRISIONEIRO NÃO identificado, com as duas mãos amarradas para trás recebe uma bofetada no rosto



A GUERRILHEIRA MARIA Lúcia Petit, depois de morta pelos militares. Ela foi abatida a tiros quando ia buscar comida na casa de um camponês. Maria Lúcia teve mais dois irmãos mortos na guerrilha

Vid. Política

O GLOBO
Data 28/04/96
Caderno Pág. 1/1

O GLOBO
Data 28/04/96
Caderno ____ Pág. 14

Fotos identificam guerrilheiros mortos no Araguaia

Obtidas pelo GLOBO junto a militar que participou do combate à guerrilha, anotações ajudam a revelar bastidores da luta

• Vinte e quatro anos após o início do confronto entre as Forças Armadas e guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil (PC do B) no Araguaia, fotos inéditas e documentos originais do Exército identificam, pela primeira vez, militantes presos e as circunstâncias em que alguns foram mortos. A documentação mais contundente sobre o único movimento rural armado contra o regime militar — cujo combate mobilizou o maior número de tropas brasileiras desde a Segunda Guerra Mundial — foi obtida pelo GLOBO através de um militar que participou da repressão à guerrilha. A ele cabia reunir informações sobre os militantes — eram 69, dos quais 59 morreram — e transcrevê-las para um bloco que até recentemente manteve em seu poder, junto com 43 fotos, 16 slides e três transparências.

São 66 páginas, anotadas a caneta: 12 com detalhes sobre a organização da guerrilha e 54 com a descrição dos participantes. Fotografias mostram Maria Lúcia Petit e Kleber Lemos da Silva mortos pelos militares. Maria Lúcia foi reconhecida na foto, semana passada, por sua irmã Laura Petit e por três sobreviventes da guerrilha: Criméia Almeida, Regilena Carvalho Leão de Aquino e Luzia Reis. Regilena e Luzia também identificaram Kleber. Os dois são dados como desaparecidos.

— É a primeira vez que vejo algo concreto sobre a guerrilha. Nenhum arquivo foi aberto pelo Governo, até porque documentos como esses deixam mal as Forças Armadas — disse o professor de história Rubim Santos Aquino, estudioso da guerrilha desde 82.

Sobreviventes se emocionam com as fotografias

As fotos mostram ainda o hoje deputado José Genoíno (PT-SP), com as mãos algemadas, em 18 de abril de 1972, quando foi capturado, e outros sobreviventes em poder dos militares: Luzia Reis e Dower de Moraes Cavalcanti (morto em 92). As fotos surpreenderam e emocionaram os sobreviventes. Genoíno diz que não consegue tirá-las da cabeça. Luzia, que ainda carrega forte trauma da época da prisão, não conteve o choro. O mesmo ocorreu com Regilena. Ela esteve com Maria Lúcia até véspera de sua morte, em 16 de junho de 72.

Segundo moradores do Araguaia, Maria Lúcia foi fuzilada ao se dirigir à casa de um camponês para buscar alimentos. A foto pode sanar a dúvida a respeito da única ossada até hoje exumada. Legistas da Unicamp que a examinam há cinco anos não chegaram a uma conclusão. Como os ossos foram encontrados envoltos numa lona de pára-quedas e com o crânio coberto com um saco plástico — circustâncias idênticas às da foto — tudo leva a crer que se trata de Maria Lúcia.

— Com a foto, espero que finalmente entreguem os restos mortais da minha irmã — diz Laura.

Bússola ajuda ex-guerrilheira a identificar companheiro

A marca registrada de Kleber, lembra Regilena, era a bússola sempre pendurada ao pescoço. Os documentos revelam que ele foi preso em 26 de junho de 72 e morto três dias depois. A ficha de Kleber no bloco, de número 59, aponta as circunstâncias de sua morte: "Em 29 de julho de 72, próximo a Pau Preto, tentou fugir e foi baleado, morrendo no local".

Duas outras fotos registram maus-tratos a presos ainda não identificados — um de olhos vendados e o outro apanhando. Outro preso só foi reconhecido por camponeses da região: seria Orlando Momenté, morto em 73.

Aos 84 anos, o presidente do PC do B, João Amazonas, um dos comandantes do movimento, se disse chocado com o material:

— São provas de grande valor histórico, porque o Governo jamais admitiu que os guerrilheiros foram mortos depois de presos. Agora, a selvageria cometida pelas Forças Armadas fica comprovada — afirmou ele. ■



KLEBER LEMOS, morto. Ele foi identificado por Regilena Carvalho e Luzia Reis



DOWER CAVALCANTE, ao ser preso pelos militares



O PRESO SERIA Orlando Momenté ou um camponês

O GLOBO
28/04/96
PÁG. 14

Vocal Política

O GLOBO
Data 28/04/96
Caderno ... Pág. 1º

Documentos identificam mortos do Araguaia

Exclusivo: dossiê militar revela a história secreta da guerrilha

Foto do dossiê



EM ABRIL DE 1972, aos 24 anos, o guerrilheiro José Genoíno, hoje deputado pelo PT, algemado após ser preso por soldados do Exército no Araguaia

O GLOBO
Data 28/04/96
Caderno ... Pág. 10

• Para os militares, este assunto já estava encerrado; para os parentes, restava chorar seus mortos, sem informações precisas e sem esperanças de enterrar os corpos. Agora, documentos inéditos conseguidos pelo GLOBO podem mudar essa página da História: a guerrilha do Araguaia. Pela primeira vez, 21 anos depois do fim do confronto, um dossiê com fotos e anotações feitas à época por um dos militares encarregados de registrar as ocorrências dos combates revela como, quando e onde morreram guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Laura Petit reconheceu a irmã Maria Lúcia numa das fotos, morta com um saco no rosto. Não conteve o choro:

— Eu queria tanto ter podido ajudá-la.

Para o professor de ciências políticas da UFF Luis Fernandes, os documentos têm um valor inestimável:

— É um furo histórico e documental.

CEDI

Vid. Política

O GLOBO
Data 28/04/96
Caderno ____ Pág. 34

A dor de Laura Petit ao reconhecer a irmã morta

Depois de 24 anos de incertezas, o desabafo: 'Mesmo sabendo da morte, havia sempre esperança'

• SÃO PAULO. Laura Petit chegou ao velho casarão onde funciona a União das Mulheres de São Paulo, no bairro de Bela Vista, aflita, após o telefonema que levantava a possibilidade de a foto de uma moça morta na guerrilha do Araguaia ser de sua irmã, Maria Lúcia. Vinha em busca de uma resposta que há 24 anos torturava sua família: as circunstâncias do desaparecimento da caçula da casa, que foi para o Araguaia com mais dois irmãos — Jaime e Lúcio — no início dos anos 70 e, como eles, nunca mais voltou. Ela não tinha dúvidas de que a irmã estava morta e a família até já recebeu o atestado de óbito. Mas, como o de todos os outros desaparecidos na guerrilha, o documento veio em branco, trazendo apenas o nome e a data da morte.

Laura tinha o olhar daqueles que buscam algo que temem encontrar. Pegou as fotos, ajeitou-se na cadeira, pôs os óculos e, com a voz baixa, mas firme, e uma expressão de dor, afirmou:

— É a Maria Lúcia.

Aí, como quem olha para um filho dormindo, prosseguiu, acariciando a foto:

— É ela. Tinha essa sombra nos olhos porque usava óculos. Antes ela tinha um cabelo comprido, depois cortou bem curtinho. Olha só esse queixo partidinho, o nariz arrebitado.

Depois chorou, de mansinho, com a dor de quem acaba de perder a irmã. Pela primeira vez ela entrava em contato com a realidade da morte da Maria Lúcia até então friamente informada pelos relatórios oficiais. Pela primeira vez ela tinha um corpo para chorar. Vieram as lembranças, não só da "Pituquinha", como a irmã era chamada — descrita por Laura como dona de um sorriso largo e enorme alegria de viver — mas também dos outros dois irmãos. Contou histórias deles, da vida em família, das personalidades. Lúcia, a mais nova, era professora, tinha 22 anos quando foi para o Araguaia; Lúcio, 24, e Jaime, 26, eram estudantes de engenharia.

— Acho que o Lúcio foi o último a morrer. Ele era o mais forte. O Jaime era muito emocional. Um colega deles da guerrilha contou que quando soube da morte da irmã ele sofreu tanto...

Laura acha que pressentiu a morte de Maria Lúcia, a quem era mais apegada:

— Dizem que ela morreu no dia 16 de junho de 72. Nesta época eu sonhei que ela estava com muito frio, que ela precisava de mim, acho que foi aí que ela morreu. Eu queria tanto ter podido ajudá-la.

As lágrimas já desciam fartas. E ela lembrou-se de outra tragédia familiar — a morte de sua filha de 4 anos.

— Quando minha filha morreu, abracei seu corpinho. Mas não era só o corpo dela que eu abraçava. Era o de Maria Lúcia, o de Jaime, o de Lúcio. Aí eu chorei tanto, chorei por minha filha e pelos meus irmãos. Estavam todos ali, no corpo de minha filha. Meu Deus, eu queria tanto ter abraçado a Maria Lúcia. Ninguém, Governo algum, pode impedir que a família abrace e agasalhe seus mortos. Eles nunca devolveram os corpos dos meus irmãos. Isso é uma maldade sem tamanho.

Laura soube primeiro da morte de Lúcia através de um relato do também guerrilheiro, e hoje deputado, José Genoíno, no fim de 72. Mas preferiu não dizer nada à mãe. Guardou o segredo até 79, quando veio a anistia:

— A minha mãe dizia: "Agora, com a anistia, eles vão poder voltar para casa". Ela esperava que entrassem a qualquer momento. Então, contei da morte da Lúcia. A dos outros nós tivemos a confirmação no ano passado, quando nos deram o atestado de óbito. Você não sabe a aflição que é estar sempre achando que se vai dar de cara com um irmão a cada esquina. Mesmo sabendo que está morto, sem o corpo e a revelação das circuntâncias da morte, sempre resta uma esperança de que estejam vivos. Com aquelas carinhas que tinham aos 20 anos. Ai meu Deus, que saudade... ■

1995

Vod. Tráfego

JORNAL HOJE
Data 14 / 12 / 95
Caderno ____ Pág. 5

Acidente com ônibus pirata mata criança e fere família

Menor morre em roleta russa

Uma "brincadeira" de roleta russa é a suposta causa da morte do menor R. M. B., de 16 anos. Ele levou um tiro no rosto, por volta das 21h de terça-feira, quando estava em companhia de um rapaz de 21 anos, identificado apenas por Gerson. A hipótese de roleta russa é sustentada pela vizinhança, que descarta a idéia de homicídio, visto o bom relacinamento entre ambos, o que afasta a possibilidade de um discussão.

O crime, que aconteceu na Rua Ipamerin, 236, em Edem, São João de Meriti, foi registrado ontem pela manhã no setor de Homicídios da 64ª DP (São João), pelo pai da vítima, Francisco Ramalho Martins Barros. O responsável pelas investigações, Edilson dos Santos, até o início da tarde ainda não tinha concluído se o crime era de suicídio ou homicídio. No momento do disparo, os dois rapazes estavam sozinhos na casa, onde Gerson _ que atualmente é proprietário de um chaveiro _ mora há cerca de três meses com o ex-patrão, Jone Rangel Teixeira, de 24 anos.

Em seu depoimento, Jone contou que, apesar da convivência, não sabe o sobrenome, nem maiores detalhes da vida do colega que, de acordo com ele, nunca teve nenhum desentendimento com R.. Silvio Rogério de Azevedo, que mora ao lado da casa de Jone, disse que só ouviu quando Gerson saiu correndo pela rua gritando que R. tinha dado um tiro na cabeça. Uma vizinha que é enfermeira, ainda tentou socorrer o rapaz, mas já era tarde demais.

Gerson ainda ficou alguns minutos próximo ao local do incidente, mas acabou fugindo apenas de bermuda e com uma pochete, onde levou seus documentos. No quintal da casa foi encontrado um revólver calibre 38, que só a perícia vai dizer se é a arma do crime. Jone afirmou não saber se o colega possuia algum tipo de revólver. O responsável pela investigação está apurando os fatos. Edilson ainda tem dúvidas quanto a hipótese de suicídio.

Seis pessoas de uma mesma família que ocupavam o Dodge polara vinho, placa YF 1109-RJ, dirigido por Fábio Correia Alves, 19 anos, se envolveram em um acidente com um ônibus pirata que fazia a linha Parque São Vicente-Central, anteontem, por volta das 22h no cruzamento da Avenida Joaquim da Costa Lima com a Rua Transversal, Vila Pauline, em Belford Roxo. A menina Fabilene Peres Alves, de um ano e meio morreu na colisão. O motorista do ônibus fugiu após o acidente e o veículo não teve a placa anotada.

Fábio Correia Alves e sua mulher Rosidete da Costa Peres, 19 anos ficaram em estado grave. Vanessa da Costa Peres, 15, Adelina da Costa Peres, 12 e Fabrício Peres Alves, de apenas 3 meses de idade sofreram ferimentos leves. As vítimas foram removidas para o Hospital Geral da Posse.

Um comerciante que não quis se identificar, contou que por voltas das 22h o Dodge Polara seguia em direção ao Lote XV. O ônibus pirata vinha da Central e seguia para São Vicente. O motorista parou o coletivo para um passageiro desembarcar. De repente o Dodge se desgovernou e bateu de frente com o ônibus. "Foi horrível. A sorte é que a ambulância chegou rapidamente", resumiu o comerciante. O carro ficou todo amassado. O choque foi tão forte que o painel do veículo soltou, a porta esquerda ficou toda avariada, o teto destruído e a frente retorcida. Em cima do capô tinha uma chupeta azul e um pacote de biscoitos de milho da marca Frank.

Ontem à tarde, a direção do Hospital da Posse informou que Fábio Correia Alves e Vanessa da Costa Peres foram liberados. Rosidete da Costa Peres, Adelina da Costa Peres e Fabrício Peres Alves ficaram em observação e devem ser liberados nas próximas horas.

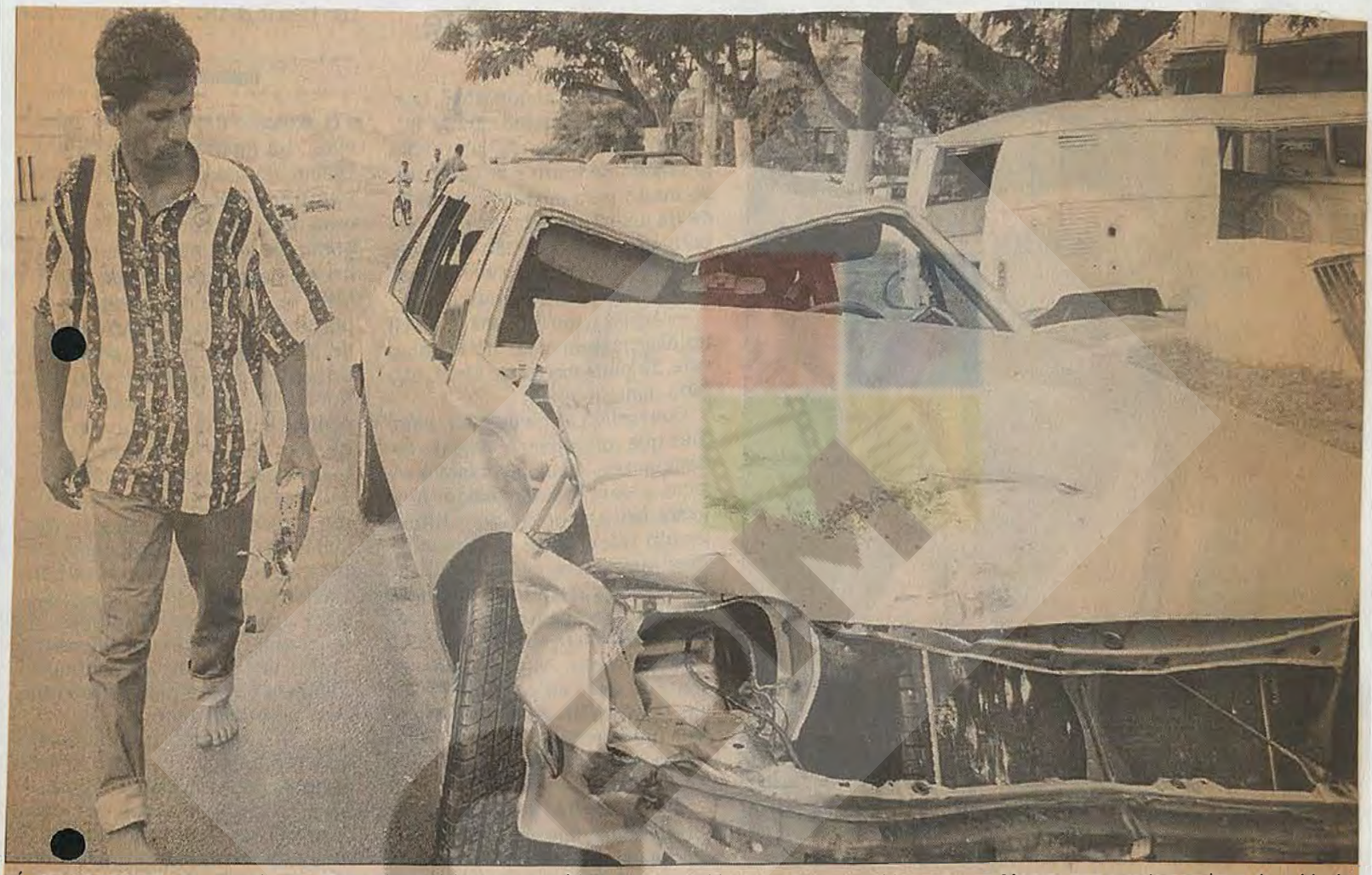
Tráfego

1996

Viol. Tráfego

O GLOBO
Data 12/05/96
Caderno Rio Pág. 34

Motorista bêbado mata cinco evangélicas



JÁ SOLTO DEPOIS de pagar fiança, Nilson de Medeiros, com o rádio na mão, verifica os estragos sofridos pelo seu Monza, que capotou na hora do acidente

Vítimas foram atropeladas na Rodovia Amaral Peixoto, em São Pedro da Aldeia, após sair de um culto

Solage Duarte

• — Cem reais? Eu não tenho esse dinheiro. Vou ficar preso por isso? Mas eu não sou bandido! E o meu carro? Como ficou o meu carro?

Ao ser informado por policiais sobre o valor da fiança que teria de pagar, foi assim que reagiu Nilson Pires de Medeiros, de 33 anos. Ele foi preso em flagrante na noite de sexta-feira, logo após atropelar seis pessoas, matando cinco, na Rodovia Amaral Peixoto, na altura de Praia Linda, em São Pedro da Aldeia. O acidente aconteceu quando ele voltava, embriagado, de uma festa em Cabo Frio para sua casa em São Gonçalo.

Cláudia Regina Costa de Oliveira, de 30 anos, grávida de oito meses, sofreu lesão na coluna e foi internada no Pronto-Socorro de São Pedro da Aldeia, enquanto esperava que a Prefeitura conseguisse um neurocirurgião em Cabo Frio ou Araruama para avaliar seu caso. Morreram Ana Rosa de Oliveira, de 30 anos, sua filha Ana Lúcia de Oliveira, de 5, e sua tia Cremilda de Oliveira, de 40. As outras duas mortas são Maria Edith da Silva Américo, de 40 anos, e Aparecida Américo, de 13. As vítimas haviam acabado de sair de um culto na Assembléia de Deus e caminhavam pelo acostamento da estrada quando foram atropeladas, por volta das 22h. O carro de Nilson, o Monza LJE 9145, capotou.

As mortes chocaram São Pedro da Aldeia e o prefeito Rodolfo Pedrosa (PMDB) decretou luto oficial por três dias. O comportamento do atropelador, que em nenhum momento se preocupou com as vítimas, revoltou os policiais. Por volta das 10h, quando a mulher e o irmão pagaram a fiança e ele foi liberado da 125ª DP (São Pedro da Aldeia), sua primeira providência foi ir até o carro para avaliar o estrago: a frente estava destruída e a capota, amassada. Nilson havia se preocupado em retirar o rádio, o extintor e o tapete, temendo que fossem roubados à noite.

— O triste é que a gente nada pode fazer. Não temos como man-

O GLOBO
Data 12/05/96
Caderno RJO. Pág. 34

tê-lo preso já que, apesar de culpado e apanhado em flagrante, ele tem que ser liberado. Segundo as leis do trânsito, ele cometeu apenas uma contravenção sujeita à fiança. A pena é de um a três anos de detenção por cada morte — disse um policial, observando que Nilson será processado por cinco homicídios culposos (sem intenção) e uma lesão corporal grave.

O filho de Nilson, Juliano Melo de Medeiros, de 13 anos, que estava no banco do carona, também se machucou no acidente. Foi socorrido no mesmo hospital e liberado. Os policiais contaram que, logo após o atropelamento, Nilson e Juliano foram levados para o Pronto-Socorro de São Pedro da Aldeia. Enquanto o filho era medicado e os policiais iam à a delegacia fazer o registro, Nilson abandonou Juliano e foi até um bar próximo. Segundo testemunhas, ele entrou no bar, sujo do sangue, e ordenou:

— Me dá um conhaque aí! Acabei de matar umas quatro pessoas e preciso beber para esquecer — teria dito ao balconista. Logo depois, os PMs o encontraram e o levaram para a delegacia.

No local do acidente, o mato alto obriga as pessoas a andarem perto da pista. ■

Vol. Tráfico

O GLOBO
Data 27/03/96
Caderno _____ Pág. ____

Sósias frustraram operações da polícia

Primo e irmão de Robertinho foram presos no lugar do traficante

• Não é a primeira vez que a polícia comemora a prisão de Robertinho de Lucas capturando a pessoa errada. O mesmo já aconteceu em duas ocasiões. Em janeiro de 1992, uma equipe da Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE) informou ter detido o traficante. O preso, no entanto, foi identificado como Marco Antônio Domingos Reis, balconista de uma pastelaria e primo do traficante. Alertado, o advogado de Robertinho foi à DRE e constatou que não era o seu cliente quem estava atrás das grades, embora as duas pessoas fossem parecidas. Mas há outra versão: a de que Robertinho teria trocado de lugar com o primo, depois de um acordo com policiais, na Avenida Brasil. Em agosto de 1991, nova confusão: Marco Antônio da Silva, irmão de Robertinho de Lucas, foi preso no lugar do bandido.

Na crônica das gafes da polícia, uma das maiores foi a que ocorreu em 28 de outubro do ano passado, quando foi divulgada a falsa notícia da libertação de Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira Filho, filho do presidente da Firjan. O próprio governador Marcello Alencar, eufórico, telefonou para a família do estudante seqüestrado, avisando que Eduardo fora resgatado. Cerca de duas horas depois foi a vez de o chefe da Polícia Civil, Hélio Luz, ligar desmentindo Marcello e deixando os parentes da vítima revoltados.

Outra mancada da polícia foi ter libertado Roberto de Souza Carvalho, o Rola-Bosta, também em outubro do ano passado. Rola-Bosta fora preso por PMs na ilha do Governador, acusado de participação no seqüestro do estudante Marcos Fernando Chiesa. Por falta de provas, no entanto, o bandido não ficou mais de um dia na Divisão Anti-Seqüestro (DAS). Mais tarde, descobriu-se que Rola-Bosta dirigira o Monza no qual o estudante fora levado ao ser seqüestrado.

Numa das ações mais desastradas dos últimos tempos, PMs trocaram tiros entre si, na noite de 26 de fevereiro passado, no Morro Dona Marta. A confusão aconteceu porque um dos grupos se esqueceu de dizer a senha. Começou, então, um violento tiroteio de cinco minutos.

Veic. Tráfego

JORNAL DO BRASIL
Data: 04 / 03 / 96
Caderno ____ Pág. 12

Atropelador pode ser libertado

CARLOS HENRIQUE PENA

O corretor de imóveis Luciano Ribeiro Pinto, que atropelou nove pessoas, matando três delas, no dia 22 de setembro de 1992, na Rua Barata Ribeiro, em Copacabana, pode ser punido com uma pena branda ou até mesmo ser considerado isento de pena. Conhecido como o Atropelador de Copacabana, Luciano será julgado quarta-feira, no II Tribunal do Júri, sob a acusação de homicídio doloso. O advogado Clóvis Sahione, que fará a defesa domotorista, adianta que se baseará no laudo médico que constatou que Luciano possui problemas mentais. Ele vai argumentar em favor da tese de homicídio culposo ou até mesmo pela inimputabilidade do réu, "por causa dos problemas psiquiátricos do acusado".

Recolhido ao Manicômio Judiciário Heitor Carrilho, no Complexo Penitenciário de Bangu, desde o dia 17 de agosto do ano passado, por determinação da juíza Maria Lúcia Capiberibe — que morreu há cerca de três meses — então titular do II Tribunal do Júri, o corretor foi condenado na área cível. O juiz Edson Queiroz, da 4ª Vara Cível, determinou que Luciano pagasse 400 salários mínimos às famílias do menino Felipe Lopes de Carvalho e da sua mãe Maura Helena Lopes Carvalho, por perdas e danos morais. O pagamento, efetuado pela família de Luciano, melhorou a situação do réu, acredita a presidente da Associção das Famílias de Vítimas de Violência (Afavi), Vera Dias Carneiro. Tanto que a defesa conseguiu por seis vezes adiar o julgamento do atropelador em uma articulação da defesa para mostrá-lo como uma pessoa de boa índole.

A possibilidade da libertação de Luciano revoltou Vera Dias. "Isto vem confirmar a impunidade que existe no trânsito no Brasil. Ao invés de matar com fuzis AR-15, algumas pessoas matam com o volante de um carro", disse. Sobre o laudo que atesta problemas mentais em Luciano, ela profetiza que, dessa forma, "nem precisaria de julgamento, pois já sabemos antecipadamente o resultado, que é a sua absolvição, apesar dos crimes horrendos que já praticou. A sua pseudo-internação é apenas uma manobra".



A defesa conseguiu adiar o julgamento do atropelador por seis vezes

O promotor José Muiños Piñeiro, que acompanha o seu colega Maurício Assayag na sustentação da tese de homicídio doloso, admite a doença mental de Luciano Ribeiro Pinto. No entanto, observa que, apesar de ter de tomar medicação controlada para epilepsia e outros problemas mentais, ele é usuário de drogas e de bebidas alcoólicas, "o que é totalmente incompatível". Piñeiro não nega a doença do acusado, mas questiona o laudo médico oficial, elaborado por profissionais do Instituto de Psiquiatria Forense, que presume que Luciano estaria com um ataque epilético no momento do atropelamento. "É impossível que alguém ateste epilepsia em Luciano sem ter estado no momento do acidente em que ele atropelou e matou as pessoas", garante.

O promotor acrescenta que o acusado, mesmo sabendo que é portador de doença grave e nos momentos de lucidez faz uso de drogas e de álcool "pode, perfeitamente, estar premeditando a prática de crimes". Piñeiro informa que o corpo de jurados decidirá se aceita o laudo como está ou se considera uma presunção. Se aceitar, Luciano será obrigado apenas a fazer tratamento ambulatorial. Caso contrário, poderá ser condenado a até 15 anos de reclusão.

Vcol. Tráfego

JORNAL DO BRASIL
Data: 04 / 03 / 96
Caderno ____ Pág. 12

Empresário se valia da impunidade

MEMÓRIA

Na manhã de 22 de junho de 1992, o empresário Luciano Ribeiro Pinto, então com 48 anos, dirigia alcoolizado e drogado em alta velocidade pela Rua Barata Ribeiro, em Copacabana, quando perdeu o controle de seu Fiat, bateu em dois carros, subiu a calçada na esquina com a Rua Figueiredo Magalhães e atropelou nove pessoas, matando Felipe Lopes Carvalho, 7 anos, sua mãe, Maura Helena Lopes Carvalho, e o porteiro José Gomes Simão.

Preso em flagrante, Luciano foi levado à 12ª Delegacia Policial (Copacabana) e liberado após pagar uma fiança equivalente hoje a R$ 10. Era sua 13ª passagem por delegacias. O empresário respondia a 12 inquéritos por crimes que variavam de acidentes de trânsito a furto, estelionato e consumo de drogas. No dia seguinte, o juiz Índio Brasileiro da Rocha, do 2º Tribunal do Júri, suspendeu a fiança e enquadrou Luciano por homicídio doloso, decretando sua prisão preventiva.

Mas o empresário só foi preso em março de 1993, ao ser reconhecido pelo detetive Paulo Cincinato. Ele passava na porta da 13ª DP (Ipanema), como se não ligasse para os dois pedidos de prisão que vigoravam contra ele. Cinco meses depois, policiais descobriram nove papelotes de cocaína com Luciano dentro da carceragem da Polinter.

O DIA
Data 29 / 12 / 89
Caderno 1 Pág. 9

● **Esfaqueado** – Domício Gouveia de Oliveira (52 anos) era vigia da Escola Ana Nery, na Rua dos Lírios, Bairro Santa Amélia, Belford Roxo. Ontem, foi encontrado morto a faca. A hipótese é de que teria evitado o arrombamento da escola.

● **Tocaia** – Milton Elias dos Santos (26 anos) passava pela Rua Celestino, em Mesquita, quando foi morto a tiros. O criminoso, segundo testemunhas, estava de tocaia.

O DIA
Data 29 / 12 / 89
Caderno 1 Pág. 8

Ex-PM mata assaltante estuprador

DUQUE DE CAXIAS (Sucursal) – Adailton Ferreira de Souza foi executado no final da noite de ontem, com 15 tiros de diversos calibres, por seu comparsa e chefe, o ex-PM Cesar Virgílio da Silva, e um tal de **Boquinha**. Eles colocaram Adailton dentro de um carro para ser assassinado e "desovado". Mas, ao pressentir a sua morte, tentou sair do veículo. O ex-PM sacou de dois revólveres de calibres diferentes, juntamente com o parceiro, e o executaram na Rua Capitão Frei Orlando, com Rua L, no Bairro Urussai.

Segundo testemunhas disseram aos policiais da 60ª DP, Adailton aterrorizava grande parte dos comerciantes e moradores, invadindo o comércio e residências para roubar e estuprar. Disseram ainda que todos já esperavam sua morte a qualquer momento, pelo fato de Adailton ter enganado seu chefe.

O DIA
Data 28 / 12 / 85
Caderno 1 Pág. 10

REGISTRO POLICIAL

PMs balearam traficante

Desde o início da tarde de anteontem que os soldados Italo e Nunes, do 14º BPM, integrantes da guarnição da RP 54-0810, estavam à procura do marginal Gil Soares de Freitas, o **Jorge Trouxa** (38 anos), gerente de um dos "donos" do tráfico de drogas na Vila Vintém, Realengo. Ontem, num beco daquela favela, houve o encontro, mas **Jorge Trouxa** reagiu à prisão atirando nos policiais. Resultado: acabou tombando com dois balaços, que o atingiram na testa e no pescoço. A vítima, internada em estado grave no Hospital Olivério Kraemer, estava armada com um revólver **Taurus** de calibre 38, mas não conduzia cocaína nem maconha. Posteriormente, os policiais descobriram o nome do "patrão" de **Jorge Trouxa:** Celso Luiz Rodrigues, o **Celsinho,** que seria testa-de-ferro de um comerciante da região Oeste.

● **Em Saracuruna** – Alguém telefonou para a 6ª DP e informou que havia um corpo de mulher estendido na Rua Carlos Maia, Saracuruna. Os policiais resolveram conferir e encontraram o cadáver de Lúcia Mendes de Carvalho (20 anos), que apresentava um ferimento na cabeça produzido por bala. A vítima vestia blusa e bermuda azuis e calçava tênis pretos. Segundo foi apurado, Lúcia era vista constantemente em companhia de um mulato, que seria seu amante.

● **Irmãos** – Os irmãos Hélio e Rodney Bahiense Duarte, respectivamente de 18 e 22 anos, foram executados a tiros na Rua Pereira Pinto, subida do Morro do Engenho da Rainha, local de venda de drogas. Até o momento as autoridades policiais da 24ª DP nada conseguiram apurar em torno da ocorrência.

● **Na cabeça-de-porco** – Jorge Luiz Venâncio dos Santos (38 anos) tombou com vários tiros na **cabeça-de-porco** da Rua Alice Figueiredo, 48, Bairro do Riachuelo, e acabou morrendo quando recebia os primeiros-socorros no Hospital Salgado Filho. Enquanto isso, Lindemberg da Silva (48 anos) era internado no Hospital Souza Aguiar com um tiro no abdome e Jorge José Mendes (69 anos) no Hospital Pedro Ernesto, com um ferimento na virilha. De acordo com as autoridades policiais da 25ª DP, os três teriam utilizado as armas durante a partilha ou **acerto de contas** na venda de drogas.

● **Não explodiu** – A guarnição dos bombeiros do quartel de Benfica, sob o comando do cabo Oliveira, agiu com presteza e evitou que um butijão de gás explodisse na residência de José Nadir Soares, Rua Tuiuti, 505-Fundos, Morro do Tuiuti, São Cristóvão. Houve incêndio na cozinha e fogo envolveu o butijão, que só não explodiu graças à intervenção dos bombeiros.

● **Não convenceu** – Luiz Carlos Machado Barros (22 anos) foi medicado de um ferimento no peito produzido por tiro e um outro na cabeça, a barra de ferro. Contou ao policial de plantão que passava pela Rua Dr. Jurumenha, esquina com a Rua Getúlio Vargas, Bairro Barro Vermelho, quando foi atacado por dois homens que atendem pelos apelidos de **Murinho** e **Ronaldo Índio**. Não entrou em detalhes e os policiais da 73ª DP vão investigar, pois a história não os convenceu.

● **Preso** – Policiais da 10ª Cia (Itaboraí) prenderam, ontem, Ivan Ribeiro, o **Ivanzinho** (19 anos), que dirigia o Escort XI 8363, roubado em Maricá. De acordo com o delegado Rogério Peixoto, **Ivaninho** é suspeito de vários assaltos na região.

O DIA
Data 26/12/89
Caderno 1 Pág. 6

REGISTRO POLICIAL

Mulher morta com 5 facadas

Silda da Graça Silva de Figueiredo, de 32 anos, foi encontrada morta na tarde de ontem dentro de sua casa, na Rua Santa Luzia, 26, na Favela Pára-Pedro, em Colégio. Ela foi assassinada com cinco facadas e policiais suspeitam que o criminoso seja o próprio amante da vítima, um homem conhecido por **Taparongo**, segundo informações de parentes de Silda. O caso foi registrado na 40ª DP (Honório Gurgel).

● **Homicídio nº 2** – O ex-integrante da Força Expedicionária Brasileira (FEB), Benevides Ramos da Silva, o **Bené**, de 67 anos, foi encontrado morto ontem com vários tiros na Estrada do Morro, Bairro Maria Helena, em Campos Elíseos. Parentes do ex-combatente disseram a policiais da 60ª DP, Campos Elíseos, que **Bené** saíra de manhã cedo de sua residência, na Rua Guatemala, Penha, dirigindo sua Kombi RN 3903, com a qual fazia serviços de frete, acompanhado de um homem mulato, desconhecido, que havia contratado seus serviços. A Polícia acha que o homem que estava acompanhando **Bené**, ao contratar seu serviço de frete, tinha a intenção de roubar o seu carro, já que o veículo não foi encontrado.

● **Homicídio nº 3** – Uma rixa entre dois vigias da firma Yamadata Engenharia (Travessa Menezes, 385, Jardim Alcântara, São Gonçalo) teve seu desfecho, na madrugada de ontem, com a morte de um deles e com o outro no CTI do pronto socorro daquele município. O vigia diurno, José Pereira de Lima, o **Zuza Pernambuco**, deu três tiros no noturno, José Francelino da Silva, acertando apenas um, no braço. Francelino, armado com uma faca tipo peixeira, se atracou com o rival e, ao final da luta, **Zuza** estava morto e Francelino gravemente ferido. Soldados da PM conduziram Francelino até o pronto socorro, onde ficou internado. Registro na 74ª DP (Alcântara).

● **Homicídios nºs 4 e 5** – Luís Roberto Fernando Maia, 33 anos, e João Carlos da Silva, 22, foram mortos a tiros durante a madrugada de ontem, na área da 35ª DP – Campo Grande. Luís, com um tiro no ouvido direito, foi morto na Rua Uirapuru, 73, em Santíssimo, e João Carlos na Rua Cachoeira do Sul, próximo ao Posto de Saúde do Bairro Jardim Maravilha, em Campo Grande. A Polícia ainda não possui nenhuma pista sobre os crimes.

● **Homicídios nºs 6 e 7** – José Carlos Carvalho Amorim, 21 anos, e José Benedito dos Santos, 27 anos, foram mortos a tiros anteontem à noite, por volta das 23 horas 30m, na Rua Clara de Araújo, 1128, Nova Iguaçu. Não há pistas sobre o duplo homicídio. Registro na 52ª DP – Nova Iguaçu.

● **Homicídio nº 8** – Márcio de Araújo Nogueira, 17 anos, foi morto domingo de manhã, dentro de uma padaria situada na Avenida Automóvel Clube nº 4.459, em Vicente de Carvalho, por um homem baixo, magro, moreno, de 30 anos presumíveis, que fugiu, em seguida. O desconhecido se aproximou da vítima quando ela se encontrava na fila para comprar pão e efetuou os disparos. Comentários no local davam conta de que um senhor também ficara ferido e que teria sido socorrido por populares, mas até à noite ele ainda não tinha sido identificado pela 29ª DP (Madureira).

● **Homicídio nº 9** – Luís Carlos Ribeiro, de 32 anos, foi morto a tiros, ontem, na Rua dos Construtores, em Pedra de Guaratiba. Policiais de 35ª DP (Campo Grande), que compareceram no local, apuraram que ele morava na Rua Celidônia, no mesmo bairro, mas ninguém soube dar qualquer informação sobre quem ou quantos teriam sido os assassinos.

● **Homicídio nº 10** – Policiais da 22ª DP Penha, encontraram, ontem, na Praia de Ramos, em meio a detritos que se acumulam naquele local o corpo de um homem preto, de 20 anos presumíveis, que apresentava várias marcas no corpo provocadas por tiros. A vítima não tinha documentos e os moradores da Praia de Ramos negaram já terem visto o homem naquela região. A polícia acredita que a vítima tenha sido morta em outro local e seu corpo jogado no mar.

● **Homicídio nº 11** – Um homem moreno, 25 anos presumíveis, vestindo calça **jeans** e camisa de malha branca, foi encontrado morto, ontem de manhã, na Rua Oscar Lopes, Parque Aliança, São João de Meriti, com o corpo crivado de balas. Policiais da 64ª DP, Villar dos Telles/São João de Meriti, apuraram com moradores que o crime foi praticado por três jovens, idade média de 20 anos, que após desferirem vários tiros em direção à vítima, jogaram seu corpo dentro de uma vala que corta a Rua Oscar Lopes. A polícia está apurando

● **Homicídio nº 12** – Policiais da 21ª DP, Bonsucesso, localizaram no início da manhã de ontem, na Rua Bento Ribeiro Dantas, em Manguinhos, o corpo de um homem de 24 anos presumíveis, morto com vários tiros no peito e abdômen, e que trajava bermuda branca e camiseta vermelha. Moradores da área afirmaram desconhecer a vítima além de nada terem ouvido durante a madrugada. A Polícia está investigando.

REGISTRO POLICIAL

Baleado nas costas ao fugir da blitz

Wilson Luiz Almeida, de 22 anos, foi baleado nas costas por policiais do BPRV, ontem de madrugada, durante uma **blitz** na Rodovia Washington Luiz, Km 110, próximo ao Posto São Cristóvão. De acordo com policiais, ele passava pelo local "em atitude suspeita" e reagiu à aproximação e tentativa de revista dos policiais, sacando um revólver e atirando. Foi levado para o Hospital Getúlio Vargas, onde se encontra internado em estado grave. A 60ª DP, de Campos Elísios, registrou.

● **Casal baleado** – Policiais da 15ª Delegacia (Gávea) estão tentando identificar os bandidos que invadiram, ontem de madrugada, o barraco 19 da Rua da Ladeira, na Cachopa, Favela da Rocinha, e balearam Gilberto Fernandes, 43 anos, e sua companheira Maria Beatriz de Jesus, 31. O casal foi socorrido no Hospital Miguel Couto.

● **Quatro tiros** – Crispin Amorim de Oliveira, de 20 anos, foi morto com quatro tiros quando passava na Rua Alberto Torres, em Neves, distrito de São Gonçalo. Policiais da 73ª DP disseram que a vítima estava envolvida com traficantes de drogas e pode ter sido morta como queima de arquivo.

● **Na vala** – Na Estrada do Gamboatá, no final da Rua Marques de Macedo, em Guadalupe, foi encontrado, ontem de manhã, o corpo de um mulato, aparentando cerca de 25 anos, morto a pauladas e atirado numa vala. Ele calçava tênis brancos e usava calças **jeans** e camisa clara, de acordo com o registro da 31ª DP, Ricardo de Albuquerque.

● **Engenheiro** – O engenheiro Clóvis Monteiro Braga Júnior, de 37 anos, morreu na manhã de ontem, quando seu Passat LS vermelho RJ UV-1063 colidiu com um dos pilares do elevado Paulo de Frontin, na avenida de mesmo nome, no Rio Comprido. Clóvis acabara de sair do Túnel Rebouças, vindo da Zona Sul. O acidente aconteceu quase em frente ao Hospital Central do Corpo de Bombeiros. O impacto foi tão violento, que a vítima morreu antes de ser socorrida. O engenheiro era natural de Florianópolis (SC) e viera daquela cidade há poucos dias para passar o Natal com seus pais, Clóvis Braga e Nair dos Santos Monteiro, que residem na Rua Professor Gabizo, nº 210, ap. 503, na Tijuca.

● **Quadrilha** – Policiais da 10ª CIPM, de Itaboraí, conseguiram desarticular uma quadrilha de assaltantes de residências, ladrões de carros e arrombadores de estabelecimentos comerciais, prendendo sete dos seus integrantes. A prisão ocorreu na madrugada de ontem, no Loteamento Apolo II, onde os criminosos instalaram uma base para partilha dos roubos. Em poder dos ladrões foram encontrados duas tevês a cores, várias carcaças de automóveis **depenados** e uma pistola Ina calibre 32. Foram presos Rodnei Silva dos Santos, de 18 anos, conhecido como **Farol**; Paulo Sérgio Machado, de 19, o **Paulinho**; Mário dos Santos, de 22, o **Bigu**; o menor L.L., de 16, conhecido como **Matamir**; Adilson Cordeiro de Carvalho, de 20 anos, o **Zé Facada**; Ademir Gomes da Silva, de 20; e Jorge da Conceição, de 23. Todos foram autuados e presos na 71ª DP – Itaboraí.

● **Táxi roubado** – O Passat táxi ano 86, placa TM 7599, cor padrão, chassi número 9DWZZZ327GPO56883 foi roubado no dia 9 deste mês, em Olaria. Gratifica-se com NCz$ 3 mil a quem der qualquer informação, pelo telefone 260-5604, com Edival.

● **"Scooby"** – O julgamento de Luiz Cláudio Horácio de Carvalho, o **Scooby**, 30 anos, foi transferido para 23 de janeiro. Ele é acusado de ter assassinado na madrugada do último dia 24 de janeiro o surfista e empresário, Alexandre Samuel Gouveia, de 23 anos, nos fundos de um bar em Itaipu, Niterói. O adiamento foi concedido pelo Juiz da III Vara Criminal de Niterói, Luiz Noronha, que ainda não examinou o resultado dos exames de balística do Instituto Carlos Éboli liberado apenas ontem.

● **Assaltada no HGV** – Um homem negro, 25 anos presumíveis, que vestia camisa verde e calça **jeans**, mesmo com a presença dos quatro seguranças que rondam o ambulatório do Hospital Getúlio Vargas, assaltou a paciente Lizete Tereza Leopoldo, de 24 anos, quando ela aguardava atendimento. Lizete teve de entregar ao assaltante o seu relógio de pulso e pequena importância em dinheiro. Registro da 27ª DP – Vicente de Carvalho.

● **Soldados** – Os soldados do Exército Josenil de Araújo Oliveira, Anselmo de Aguiar Oliveira e Josemar Freitas Cabral, todos de 19 anos, foram internados ontem no Hospital da Posse, depois que o Volks CJ-5718, em que viajavam, foi colhido por um ônibus sobre o viaduto que atravessa a Rodovia Presidente Dutra, no antigo Km 13, nesta Cidade. O ônibus pertence à empresa Evanil, FI-5072 e era dirigido por Arnaldi Monteiro Campelo, que explicou aos policiais da 52ª DP (Nova Iguaçu), que perdera o controle do veículo quando saía da estrada Plínio Casado e entrava no viaduto em virtude do estado escorregadio da pista.

● **Venda Velha** – Policiais da 64ª DP (Vilar dos Teles) estão tentando levantar pistas para esclarecer o assassinato de Osvaldo Bispo dos Santos, de 33 anos. Ele foi morto a tiros na noite de ontem, na Travessa João Paulo II, em Venda Velha, São João de Meriti.

O DIA
Data 22 / 12 / 89
Caderno 1 Pág. 8

O DIA
Data 23 / 12 / 89
Caderno 1 Pág. 8

Três mortos no carro em S. J. Meriti

SÃO JOÃO DE MERITI (Sucursal) – Três homens foram encontrados mortos, ontem à tarde, dentro da Brasília RJ-MR 2807, abandonada em frente ao número 28, da Rua Campista, no Bairro Jardim Sumaré, em São João de Meriti. Com vários tiros pelo corpo, os homens foram assassinados no banco traseiro do carro, pouco depois de terem sido flagrados depenando a Brasília.

Dos três mortos, apenas um foi identificado, como sendo Isaías Correia de Amorim, de 27 anos. Ele morava na Rua Prefeito Ribeiro, 25, no Bairro dos Cavalheiros, em Duque de Caxias. Os outros dois não possuíam qualquer tipo de documentação. Um deles era moreno, de aproximadamente 18 anos, e vestia uma bermuda branca e um tênis preto. O terceiro era branco, de 20 anos presumíveis, e vestia apenas uma bermuda jeans.

Já parcialmente depenada, a Brasília, segundo a Polícia conseguiu apurar, havia sido roubada na área da 17ª DP (São Cristóvão) e pertence a Walmor Martins do Carmo.

REGISTRO POLICIAL

Traficante morto a tiros na Baixada

Segundo os policiais da 52ª DP, o jovem Marcelo Pinheiro de Araújo (21 anos) teria envolvimento com traficantes de drogas. Ontem, ele passava pela Rua Venezuela, próximo ao "Iguaçu Basquete Clube", em Nova Iguaçu, quando foi atingido por dois tiros na (barriga e peito) e morreu. Várias pessoas que passavam pelo local informaram que dois homens praticaram o crime e, em seguida, fugiram juntos, a pé, como se nada tivesse acontecido.

● **De escopeta** – Populares encontraram o cadáver de um homem negro (24 anos presumíveis) na antiga Estrada Rio D'Ouro, entre Pavuna e Acari, na chamada Linha Verde. A vítima apresentava um ferimento nas costas produzido por bala de escopeta.

● **Tocaia** – Robson Delfino de Carvalho (23 anos) caminhava pela Estrada Velha da Barra, Barra da Tijuca, quando foi assassinado com vários tiros. O criminoso – os policiais da 16ª DP apuraram – estava de tocaia à espera da vítima.

● **Abandonado** – Simpático e sorridente, um menino de aproximadamente 4 anos de idade e que se diz chamar Antonio (Toninho) foi abandonado por sua mãe, por volta das 4 horas da madrugada, na Avenida Henrique Valadares, esquina da Rua Riachuelo, a poucos metros da cabine policial do 13º BPM. A criança não sabe dizer onde mora, muito menos o nome dos pais. Estava com fome e tomou lanche providenciado pelos soldados Borges e Ely, que o recolheram e o conduziram para a Divisão de Segurança e Proteção ao Menor, na Rua do Lavradio. Toninho vestia calça de malha azul claro, camisa branca de malha com mangas compridas e sandálias marrons, tipo "franciscana".

● **Desaparecido** – Jorge da Silva (39 anos) está desaparecido desde o último dia 12, quando saiu da residência, na Rua Rosa. da Fonseca, 104, Manguinhos, informando que iria ao Hospital Souza Aguiar a fim de submeter-se a exames para descobrir a origem das dores de cabeça que sentia diariamente, além da febre intermitente. Conhecidos seus informaram tê-lo visto num ponto de ônibus da Avenida Brasil, ocasião em que vestia calça jeans, camisa quadriculada e boné preto. Qualquer informação sobre o seu paradeiro poderá ser dada pelos telefones 260-3635 (Ivan) e 521-0695 (Ney) ou no seguinte endereço: Rua Rosa da Fonseca, 25, Manguinhos (Jorge Bombeiro).

● **Assaltado** – José Luiz dos Reis (23 anos) foi à agência do Banco Real, em Duque de Caxias, e sacou NCz$ 7.000,00 para as suas despesas com o Natal. Quando caminhava pela Avenida Duque de Caxias, no Centro, foi atacado por dois homens armados. Além do dinheiro, José Luiz ficou também sem os documentos.

● **Carro roubado** – Foi roubado ontem, em frente à porta da quadra da escola de samba Estácio de Sá, um fusca branco, ano de 79, placa NT 5494. Qualquer informação poderá ser dada para o diretor do Sindicato dos Rodoviários, Osvaldo Garcia, pelo telefone 273-3791, ou no endereço Rua Maia Lacerda, 170, Estácio. Será gratificado.

● **Banco** – Quatro homens armados, um deles usando óculos, assaltaram na manhã de ontem a agência do Unibanco da Av. Rio Branco, 156. Após renderem e tomarem as armas dos seguranças Ednei Santos Bonfim e Antônio José de Paula, levaram das caixas a importância de NCz$ 54.251,02, fugindo a pé. A 3ª DP, registrou.

Em outra investida, três homens chegaram no posto avançado do Banco Itaú, na Av. Graça Aranha, 57, 3º andar, onde funciona a "Minasgás, e já se preparavam para o assalto, quando um dos guardas, acionou o alarme. Os assaltantes resolveram fugir sem nada levar.

● **Marcelinho** – Um grupo de dez homens armados com revólveres – um deles usava ainda uma metralhadora Uzi, de origem israelense –, que ocupavam uma Brasília de cor laranja, um Monza preto e duas motocicletas, todos esses veículos de chapas não anotadas, assassinaram na noite de ontem o traficante e assaltante Marcelo Pinheiro de Araújo, o **Marcelinho**, que integrava o bando de **Di Menor**. O crime ocorreu nas proximidades do prédio 91 da Rua Venezuela, no bairro Pombal, no centro desta Cidade.

Os policiais da 52ª DP não conseguiram pistas para esclarecer as circunstâncias da morte de **Marcelinho** e ficaram impressionados com alguns moradores da rua, que festejaram o fato dizendo que sem ele o Natal seria bem melhor. Os policiais ficaram sabendo que o criminosos chegaram repentinamente e cercaram a vítima. Os ocupantes da Brasília e do Monza saltaram e fizeram vários disparos contra **Marcelinho**,

O DIA
Data 23/12/89
Caderno 1 Pág. 16

O DIA
Data 18 / 12 / 89
Caderno 1 Pág. 6
1ª folha

REGISTRO POLICIAL

Morto na fila de votação

Foto Paulo Makita



Maurício de Aguiar estava na fila para votar quando foi morto

Maurício de Aguiar Santos, 32 anos, chegou cedo para votar na Escola Municipal João Marques dos Reis, na Vila da Penha, mas não teve tempo de sufragar seu voto. Às 7h15m, dois homens apareceram e Maurício correu ao vê-los. A 10 metros da fila de eleitores, os desconhecidos o mataram a tiros, na Rua Camacoã. O soldado PM Eduardo, destacado pela Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos de eleição na escola, ouviu quatro disparos e correu para a rua, mas não viu os matadores. Embora houvesse dezenas de testemunhas, ninguém quis falar a respeito.

● **Fuga de presos** – Quatro homens, sendo um homicida, um assaltante a mão armada e dois presos por furtos, conseguiram escapar no final da madrugada de ontem dos xadrezes da 9ª DP, no Catete. Após serrarem as grades das celas 5 e 6, seis presos tentaram a fuga, mas só quatro tiveram êxito. São eles: Paulo César dos Santos, homicida; Francisco de Oliveira e Nivaldo dos Santos, presos por furto, e José Marques dos Santos, assaltante a mão armada. Esta é a segunda fuga que ocorre nesta delegacia em um período de 2 meses.

● **Mulher** – Janete Montenegro da Silva, 54 anos, foi assassinada na madrugada de ontem por um homem ainda não identificado. O crime aconteceu no interior de um bar da Estrada de Adrianópolis, bairro Três Corações, em Nova Iguaçu. Ela bebia com algumas amigas, quando surgiu um homem branco, de cabelos grisalhos, que sacou da arma e deu-lhe vários tiros.

● **Sargento** – O sargento do Exército Isael Reis da Silva, 23 anos, foi assassinado na tarde de sábado em uma barbearia na Estrada de Belford Roxo, em Jardim Bom Pastor. Assustadas, testemunhas só souberam informar aos detetives da 54ª DP (Belford Roxo) que dois homens fortes, um branco e um negro, entraram na barbearia e, silenciosamente, dispararam vários tiros no rosto, peito e nuca do sargento.

Vila Vintém, Bangu. Segundo o cabo Viana, da patamo 520813, no local havia um grupo suspeito, que, no momento em que os policiais se aproximaram, se dispersou. Um deles deixou no local um saco contendo a droga.

O DIA
Data 18 / 12 / 89
Caderno 1 Pág. 6
2º folha

● **Dois mortos** – Policiais da 39ª DP (Pavuna) estão sem pistas para esclarecer a morte de dois homens morenos, de 20 à 25 anos presumíveis, abatidos a tiros e "desovados" dentro da mala da Parati branca, placa WK-4956, roubada na área da 64º DP-São João de Meriti. Os corpos foram encontrados pela manhã na esquina das Ruas Embaú e Madagascar, em Acari. A Polícia suspeita que os dois desconhecidos foram mortos durante um acerto de contas com traficantes de drogas da Favela de Acari.

● **Traficante** – O entregador de drogas, conhecido apenas por Cesar **Dundun**, e que morava no conjunto habitacional da Rua Castorina Faria Lima, no Bairro da Portuguesa, foi assassinado com três tiros na madrugada de ontem, próximo à boate New Scorpius, na Rua da Colina, onde funciona o Centro Comercial Valentim Bouças, da Ilha do Governador. O seu comparsa Evaldo Santos, 40 anos, também saiu ferido com dois tiros no braço, e nas costas, sendo socorrido no Hospital Souza Aguiar em estado grave. Segundo policiais da 37ª DP, **Dundun**, que trabalha para o traficante **Miltinho**, dono das grandes bocas-de-fumo da Ilha do Governador, estava sentado na calçada do Centro Comercial, bem em frente à butique Vero Amore, onde bebia com Evaldo e a mulher dele, Tereza Cristina Lima. De repente, surgiram três homens no interior de um Chevette azul, de placa não anotada, que descarregaram suas armas nos dois bandidos, fugindo a seguir. Testemunhas disseram que o **Dundun** gostava de desrespeitar as mulheres que freqüentam a boate Scorpius, tudo fazendo crer que fora morto por um gigolô.

● **No bar** – Almir Soares da Costa, 48 anos, morador na Rua Edson, 1215, em São Gonçalo, foi assassinado dentro de um bar, onde bebia com amigo, perto de sua casa. O criminoso, segundo policiais da 73ª DP, estava pilotando uma moto, cuja placa também não foi anotada.

● **No Fundão** – José Carlos da Silva foi morto na Avenida 1 da Cidade Universitária do Fundão, na Ilha do Governador. O crime aconteceu na madrugada de ontem, em frente à Faculdade de Letras. A vítima que levou vários tiros no corpo e cabeça, era auxiliar de rampa no Aeroporto Internacional do Galeão. Registro na 37ª DP.

● **Colisão** – Um acidente na esquina das ruas Padre Telêmaco e Clarimundo de Melo, em Cascadura, deixou Luís Carlos de Lima, de 44 anos, com ferimentos na perna esquerda. O Fiat 147, placa TY-0558, dirigido por Gutemberg dos Reis e Silva, de 61 anos, ficou sem freio no momento em que o motorista fazia a curva, batendo num poste. Registro na 28ª DP (Madureira).

● **Na mala** – Um homem pardo, com 35 anos presumíveis, foi encontrado morto com vários tiros, no fim da noite de ontem no porta-malas do Monza cinza-metálico, placa ZL-6862, estacionado em frente ao número 274 da Rua das Laranjeiras. O mau cheiro que o corpo exalava chamou a atenção de populares, que comunicaram o fato à 9ª DP (Catete), onde o caso foi registrado.

● **Tóxico** – Policiais do 14º BPM (Bangu) apreenderam ontem 600 trouxinhas de maconha na Travessa Bibiana, s/n, em

● **Fuzileiro** – O terceiro sargento fuzileiro naval José do Socorro Alviz, 27 anos, foi assassinado, na madrugada de ontem, com cinco tiros no rosto, peito e braço, na Rua da Gávea, Bairro Copacabana, no centro deste município. Policiais da delegacia da área, 59ª DP, encontraram no bolso da vítima um documento expedido pela Secretaria de Polícia Civil liberando seu porte de arma, que, em virtude de um processo a que o militar respondia em São João de Meriti, tinha sido apreendido até o dia 12 deste mês. No local do crime, populares afirmavam desconhecer José do Socorro e só sabiam informar que o crime tinha ocorrido por volta das 3 horas.

● **Biscateiro** – Policiais da 54ª DP (Belford Roxo) não têm qualquer pista do assassinato do biscateiro Carlos Alberto de Souza, de 36 anos, ocorrido na noite de sábado na Rua Rocha Faria, no Bairro da Grama. Carlos Alberto, que morava na Rua Eduardo Meireles, no mesmo bairro, levou um tiro na testa.

● **Casal morto** – Um homem preto, de 25 anos presumíveis, e uma mulher branca, aparentando ter 40 anos, foram encontrados por populares na Estrada de Adrianópolis. O homem, que vestia bermuda verde, foi morto com um tiro na nuca, e a mulher, de calça jeans e blusa amarela, recebeu dois tiros nas costas.

O DIA
Data 12 / 12 / 89
Caderno 1 Pág. 12

Mais 12 assassinatos no fim de semana

Além do assassinato do técnico de televisão Adão Pereira Mota, em Belford Roxo, 12 outras pessoas foram mortas no fim de semana, no Grande Rio.

No bairro Xavantes, em Nova Iguaçu, o lavrador Alexandre Rogério Pinto da Rocha, 18 anos, foi morto a tiros na noite de anteontem em frente a um bar da esquina das Ruas Bertioga e Beberibe. O pai de Alexandre, José Carlos da Silva Pinto, disse que o filho morava no Espírito Santo, e ele o chamara para trabalhar na lavoura de café. Alexandre, que viajaria hoje para o Espírito Santo, saiu de casa, na Rua Bogari, às 22h de anteontem para dar uma volta, e logo depois a família ouviu os estampidos dos tiros. A 54ª DP (Nova Iguaçu) não tem nenhuma pista do criminoso.

Em São João de Meriti, policiais da 64ª DP estão tentando identificar o homem moreno, de cabelos crespos e aproximadamente 35 anos, encontrado morto ontem de manhã na esquina da Rua Urânio com Ônix, em Parque Alian. Assassinado com requintes de crueldade, o homem, que foi abandonado nu, apresentava marcas de tortura, perfurações a bala, o corpo parcialmente queimado e a orelha direita e o pênis cortados com uma pequena faca de cozinha, deixada junto ao cadáver.

Com tiros na cabeça, o corpo de um homem moreno, aparentando 21 anos, foi encontrado na manhã de ontem na esquina da Rua Caburi com Rua 3, no Parque Juriti, em São João de Meriti. De camisa e bermuda azul-clara, o homem não tinha qualquer documento.

O pintor de automóveis Fernando Siqueira Souza, 29 anos, foi morto a tiros, no início da noite de anteontem, em frente ao número 211 da Avenida Marcovil, em Jardim Bom Pastor, Belford Roxo. O crime, segundo testemunhas, foi cometido por dois homens que andavam de bicicleta. Um deles era negro e o outro ruço, com as mesmas características do marginal conhecido como **Di Menor.**

Com cinco tiros nas costas, rosto, pescoço e tórax, o ajudante de caminhão Aloísio Nunes, 25 anos, foi assassinado em frente à casa 118 da Rua Izaura no bairro Areia Branca, em Belford Roxo. Aloísio, que morava perto do local em que foi morto, na Travessa Ideuzina, voltava para casa, por volta de 1 hora da madrugada, quando foi surpreendido pelos matadores.

Foto Antônio Duarte



Peritos examinaram o corpo de Alexandre, no bairro Xavantes

O DIA
Data 11 / 12 / 89
Caderno 1 Pág. 11

Encapuzados matam técnico de TV

NOVA IGUAÇU (Sucursal) – Um grupo de homens encapuzados matou a tiros, na noite de anteontem, o técnico de televisão Adão Pereira Mota, 31 anos, após invadir sua casa, na Rua Cilo Costa, lote 8, quadra 27, no bairro Bom Pastor, distrito de Belford Roxo em Nova Iguaçu. Os homens armados que se diziam policiais, reviraram todos os cômodos da casa, onde estava também a mulher de Adão, Sandra Maria Gomes. Como não encontraram o que queriam – uma espingarda calibre 12 –, arrastaram o técnico de televisão para o banheiro e o mataram.

A mulher de Adão que foi levada para outro local por parentes contou que os encapuzados invadiram a casa por volta das 22 horas, quando Adão estava na cozinha e ela descansando no quarto. Os três filhos menores do casal estavam num templo da Igreja Universal do Reino de Deus, ao lado da casa.



Adão Pereira Mota

A porta da cozinha estava aberta e o técnico de televisão foi dominado pelos invasores, que o espancaram para que ele revelasse onde havia escondido a espingarda.

Como o técnico de TV, que trabalhava em Botafogo, insistia em dizer que era trabalhador, os encapuzados vasculharam toda a casa mas nada encontraram. Apesar dos apelos de Adão, que chegou até a mostrar a carteira de trabalho aos bandidos, eles o arrastaram até o banheiro, do lado de fora da casa, e o mataram com tiros na cabeça. As pessoas que estavam na Igreja Universal ouviram os disparos, correram para ver o que tinha acontecido e encontraram Adão caído no banheiro. Os encapuzados já tinham fugido.

Assassinado a tiros o PM do destacamento do Guandu

O soldado da Polícia Miitar Paulo Sérgio de Figueiredo Pereira, 28 anos, lotado no Destacamento de Policiamento Ostensivo do 24º BPM do Guandu, foi assassinado com cinco tiros pelo corpo, ao tentar impedir um assalto, na noite de sexta-feira, num local próximo à favela Beira-Rio, no Km 32 da antiga Rodovia Rio-São Paulo, Nova Iguaçu.

O assassino conseguiu escapar sem que ninguém soubesse descrever para os policiais da 55ª DP a sua aparência.

O cabo José Eduardo Coelho, que também estava de serviço no DPO de Guandu na noite de sexta-feira, disse que por volta das 20h estavam em um bar juntamente com o soldado Mauro do Vale, quando foi chamado pelo colega, que havia sido alertado pouco antes sobre um assalto a um ancião nas proximidades. Os três saíram para ir ao local pouco depois, com Paulo Sérgio à frente.

Os dois policiais disseram que não conseguiram ver o assassino – segundo eles, escondido na parte escura de uma rua, porém ouviram os tiros e ao correr ao local, encontraram o soldado caído. Paulo Sérgio foi socorrido pelos colegas e levado para o hospital Rocha Faria, onde morreu quando era medicado.

SÃO JOÃO DE MERITI

Os policiais da 64ª DP não tem nenhuma pista para esclarecer o assassinato de um homem não identificado, encontrado morto a tiros na madrugada de ontem, na esquina das ruas Tupi e Bucareste, bairro Jardim Metrópole, em São João de Meriti. A vítima era um preto, 35 anos presumíveis, trajando camisa amarela e uma sunga branca.

O DIA
Data 10 / 12 / 89
Caderno 1 Pág. 6

REGISTRO POLICIAL

Morto por 4 na porta de casa

Foto Ana Lúcia Araújo



O Escort pulou o canteiro da pista da Avenida Dom Henrique, atropelou dois e destruiu uma moto

Policiais da 64ª DP – São João de Meriti – estão investigando o assassinato de Anderson César Rebelo, de 23 anos, morto a tiros, a 20 metros da sua casa na Rua Acácio Novaes Pinheiro, 115, Centro de São João de Meriti. Os detetives Condongue e Gonzaga, da 64ª DP, estiveram no local e foram informados por testemunhas que o rapaz era aguardado por quatro homens que ocupavam uma Fiat amarela e ficaram tomando cerveja num botequim próximo. Quando Anderson passou, no final da tarde de anteontem, foi morto a tiros. Os criminosos fugiram em seguida.

O DIA
Data 9 / 12 / 89
Caderno 1 Pág. 15
1º Folha

O DIA
Data 5 / 12 / 89
Caderno 2 Pág. 10

REGISTRO POLICIAL

Preso pula da delegacia

Júlio de Sousa Sá (26 anos) vivia em companhia do homossexual Wilson dos Santos (31 anos), mais conhecido como **Walkiria**. Anteontem, os dois se desentenderam na residência e Júlio agrediu Wilson e tentou matá-lo com um facão. Preso e levado para a 17ª DP (São Cristóvão), o agressor estava sendo ouvido em cartório e alegava inocência, ao mesmo tempo em que pedia ao outro que retirasse a queixa. **Walkiria**, entretanto, fazia questão de levar o caso adiante. Desesperado, Júlio resolveu que não queria continuar mais vivendo. Passando sobre a mesa da escrivã Maria Lúcia Casqueira, jogou-se pela janela do 2º andar da delegacia, indo estatelar-se no pátio interno. Resultado: encontra-se agora internado com várias fraturas e escoriações no Hospital Sousa Aguiar. O homossexual assistiu a todos os lances sem se perturbar e ainda fez carga contra o ex-companheiro, taxando-o de "perigoso marginal procurado pela Polícia".

● **Mortos no "pega"** – Inúmeras pessoas encontravam-se na Praça Leonor Correia, Bairro da Trindade, São Gonçalo, assistindo a um movimento pega de veículos "envenenados". Não demorou muito e dois carros Gol - um branco e outro prateado - apareceram e seus ocupantes começaram a atirar a esmo. Resultado: atingiram no peito o pescador Hamilson José dos Santos e a jovem Nency Marins Contagem (22 anos). Os dois foram levados para o Pronto-Socorro de Alcântara, onde faleceram quando recebiam os primeiros socorros,

● **Desconhecido** – Populares encontraram o cadáver de um mulato de 30 anos presumíveis na Rua Amerindo Vanick, no Barreto, Niterói. A vítima, que levou vários tiros, vestia calça preta, camiseta branca e sapatos claros.

● **Executado** – Walter José das Neves (19 anos) caminhava pela Rua Dalva Tinoco, no Bairro Jardim Canaã, Comendador Soares, quando foi executado com vários tiros.

● **Acidente** – Carlos Alberto Rosa da Silva (23 anos) pilotava uma moto Honda 125, placa LE-138, pela Rua Breno de Sousa Alves, em Belford Roxo. A moto bateu na caminhonete placa RJ-QA 2744, que estava estacionada. Carlos sofreu graves ferimentos e morreu no Hospital da Posse, em Nova Iguaçu. Policiais da 54ª DP apuraram que a vítima conduzia um jovem na garupa, mas ele não foi identificado

● **Desmentido** – Edmílson Soares Teixeira é dono de duas barracas de frutas na Rua Lucídio Lago, 96, Méier. No último dia 2 foi acusado por policiais da Rede Ferroviária de ter roubado fios próximo à Estação do Méier. Ontem, em nossa Redação, declarou que estava junto à linha férrea, próximo a um pequeno riacho, quando chegaram dois agentes ferroviários – um deles de nome Peçanha e outro branco, alto e forte, de costeletas – que o acusaram de estar cortando os fios. Ressaltou que o policial alto e forte, utilizando sua própria faca, cortou cerca de 30 metros de fio a fim de incriminá-lo. Disse ainda que foi levado algemado para a Estação do Engenho de Dentro, local onde o espancaram a socos e com fio elétrico, após o que o conduziram para 23ª DP. Concluiu afirmando que o delegado de plantão, depois de ouvi-lo, entendeu que se tratava de engano e o liberou. Edmilson foi submetido sábado último no IML a exame de corpo de delito, sendo comprovadas as sevícias.

● **No ônibus** – José Marcos Rodrigues (35 anos) foi morto com dois tiros na cabeça, quando se encontrava viajando no ônibus que faz a linha 515, Mutuá/Niterói. A violência ocorreu quando o coletivo trafegava pela Avenida Paula Lemos, no Mutuá, quase em frnte à garagem da Viação Rio-Ita. O motorista Adilson de S. Rangel e o cobrador Paulo R. Rodrigues disseram aos policiais da 72ª DP não terem visto o autor dos disparos, já que tudo ocorreu de repente, em meio à grande confusão a partir do momento em que o criminoso atirou.

● **Tocaia** – Robson Adriano Gonçalves (24 anos) residia na Rua Nova Aurora, 70, São João de Meriti. Ontem, por volta das 18 horas 30m, passava pela Rua Joaquim Silva, na Lapa, quando um homem negro, que estava de tocaia, deu-lhe vários tiros e fugiu. Robson morreu no local.

● **Biscateiro** – Fernando Pinheiro do Vale era biscateiro (18 anos). Ele estava na Rua Cabreuva, na Vila Cruzeiro, Penha, quando foi morto a tiros. A 27ª DP tomou conhecimento, mas ainda não apurou nada.

● **Panela** – A moradora do apartamento 1010 da Rua Riachuelo, 333, Centro, esqueceu a panela de pressão no fogo e, em dado momento, começou a sair uma grande fumaceira por baixo da porta. Vizinhos alertaram a moradora e esta desligou o fogo. Momentos depois, entretanto, quando a moradora já estava dormindo, chegaram seis carros do Quartel Central do Corpo de Bombeiros para debelar o "incêndio" que estaria irrompendo no local. Depois das explicações, a dona da casa voltou a dormir.

● **Menor** – Ronaldo Alexandre da Silva (16 anos) foi encontrado morto na Estrada Circular, Bairro São Vicente, Belford Roxo. A vítima foi assassinada com um tiro na cabeça e dois nas costas.

● **Nas Paineiras** – Populares encontraram o cadáver de um mulato, de 30 anos presumíis, na altura do Km 2 da Estrada das Paineiras. A vítima levou vários tiros e estava sem os olhos.

● **Aposta** – Uma aposta entre um eleitor do candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, e outro do ex-Governador do Rio, Leonel Brizola, acabou em morte. O crime aconteceu no final da noite de domingo, dentro do Bar Santa Rita, na Estrada do Carro Quebrado, em Vila de Cava, quando um homem, identificado apenas como Flávio, foi cobrar de João Damasco Alves de Oliveira, de 33 anos, uma caixa de cerveja que haviam apostado ainda no primeiro turno das eleições. João disse que só pagaria a Flávio metade da caixa, porque Brizola havia sido roubado na apuração. O simpatizante do PRN sacou então de um revólver calibre 38 e deu vários tiros no brizolista. Policiais da 52ª DP (Nova Iguaçu) procuram Flávio, que foi descrito pelo populares como um branco, aparentando 20 anos, alto e forte.

O DIA
Data 4 / 12 / 89
Caderno 1 Pág. 4

REGISTRO POLICIAL

Assalto acaba em mortes

Dois homens entraram, de madrugada, na residência de Ivone Nascimento Silva (36 anos) na Rua Itaguaí, Quadra 69, Monjolos, São Gonçalo, Niterói. Além da dona da casa, dormiam tranqüilamente Neda Sebastiana de Oliveira (48 anos) e a empregada Tânia Ferreira dos Santos (14 anos). Foram justamente elas que despertaram com um ruído num dos cômodos. Alertadas, Ivone acendeu a luz e as três depararam com os ladrões.

O que comandava as ações ordenou que nenhuma gritasse, pois do contrário morreriam. Elas não obedeceram e começaram a gritar, acordando a vizinhança. Os ladrões começaram a atirar e, depois de vê-las no chão, trataram de fugir sem roubar nada.

Os vizinhos acorreram minutos depois e encontraram os cadáveres de Ivone e Neda, enquanto a menor Tânia contorcia-se e sangrava muito em conseqüência da gravidade dos ferimentos recebidos. Foi levada para o Hospital Antonio Pedro e lá se encontra sem muitas chances de sobreviver.

As autoridades policiais da 74ª DP compareceram ao local e estão diligenciando para identificar e prender os criminosos.

● **Tiroteio** – Um homem de cor preta, com 28 anos de idade presumíveis, vestindo apenas calção azul, trocou tiros na Favela Duque de Caxias com a guarnição do **Patamo** 52/0190, sob o comando do Sargento Dinizio, do 15º BPM. Depois de alguns minutos, foi ferido gravemente. Levado para o Hospital de Caxias, o desconhecido morreu quando recebia os primeiros socorros.

● **No Clube** – Fim de baile no Madureira Atlético Clube, na Rua Ministro Edgard Romero. Muitos rapazes e moças no local. De repente, um carro se aproxima e seus ocupantes abrem fogo contra as pessoas que estão saindo. Atingem duas delas: Carlos Eduardo dos Santos (17 anos) residente na Rua Maranhão, 196, casa 7, aptº 104, Méier, e Rogério José de Lima (22 anos), morador na Rua Oliva Maia, Morro São José. O primeiro, atingido na perna direita; o segundo, no abdome. Ambos estão agora internados no Hospital Carlos Chagas, e as autoridades policiais da 29ªDP investigam.

● **Ladrões** – Rosane Paula Soares (18 anos) fez um "programa", durante o dia, no apartamento de Raimundo Airton Magalhães Martins (59 anos) na Rua Cândido Mendes, 215, apto 104. À noite, voltou ao local em companhia do amante, Deolindo da Silva (26 anos), com a intenção de roubar. Raimundo reagiu e foi ferido gravemente com várias facadas. Vizinhos, entretanto, notaram que algo de anormal ocorria e telefonaram para o 1º BPM. Uma viatura foi para o local sob o comando do cabo Silva Filho e os criminosos, presos em flagrante. Levados para a 7ª DP, Rosane confessou tudo, informando que tivera um caso com a vítima e, mais tarde, voltara com o amante para roubar os seus pertences. Foram autuados e trancafiados no xadrez.

● **Facadas** – O comerciante Érico Evaristo Xavier Batista (72 anos) estava dormindo na residência (Rua Alberto Torres, 2091, Porto Velho, São Gonçalo) quando foi assassinado a facadas por dois homens. Sua mulher, Rosemary Cordeiro Ramos, foi quem abriu a porta para os criminosos, já que um deles identificou-se como sendo o filho Marcílio, que não reside com os pais.

O DIA
Data 1 / 12 / 89
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

Segurança elimina segurança

Os seguranças Paulo Henrique Ottoni Morais (21 anos) e Kleber Ribeiro Magno estavam de serviço no Apart-Hotel Eldorado, na Avenida Princesa Isabel, 500, Copacabana, quando Kleber tirou as balas do revólver **Taurus** que portava e convidou Paulo para fazer o mesmo, a fim de que pudessem passar o tempo brincando de bangue-bangue. Paulo gostou da idéia e retirou as balas da sua arma, deixando, entretanto, uma delas, por distração. Iniciada a brincadeira, eis que Paulo apertou o gatilho na direção do peito de Kleber e matou o colega.

Preso em flagrante, Paulo foi autuado por homicídio culposo na 12ª DP, devendo ser posto em liberdade tão logo efetue o pagamento da fiança. Kleber mostrava-se muito abatido com o que ocorrera e só fazia lamentar a morte do colega, a quem estimava muito.

● **No mar** – Os comerciantes Elder Manoel Callado e Antonio Fernando da Silva, proprietários do Restaurante Rei do Bacalhau, na Praia da Bica, 263, Ilha do Governador, saíam de uma agência bancária da Cacuia, quando foram assaltados por três homens armados, que roubaram não só os NCz$ 10.000,00 que conduziam, como o carro Escort XR-3, conversível, placa RJ-ZB 6969, de Antonio Fernando da Silva. Dado o alarme, entretanto, os ladrões foram encurralados pela guarnição da RP-54/0799 e deixaram o veículo rapidamente, ocasião em que um deles jogou todo o dinheiro no mar, fazendo o mesmo com as armas. Os policiais pediram ajuda ao Salvamar e apenas foram recuperados NCz$ 250,00; o resto perdeu-se. Dois dos ladrões conseguiram escapar, mas um deles foi levado para a 37ª DP e autuado em flagrante. É Alexandre Mota dos Santos (27 anos, Rua 13 de Maio, 132, Oswaldo Cruz).

● **Fuga** – Os presos da Galeria 2 do Presídio Esmeraldino Bandeira, em Bangu, serraram as grades das celas durante a madrugada de ontem e estavam prontos para escapar quando um dos policiais da turma de ronda percebeu o movimento e acionou o alarme. Dois deles ainda conseguiram chegar à rua, mas foram capturados. O total de presos que pretendiam fugir era de 17.

● **Ferido** – Ocupantes de um **Monza** escuro e uma **Brasília** amarela, final de placa 7025, trocavam tiros na esquina das ruas Montevidéu e Nicarágua, na Penha. Uma das "balas perdidas" atingiu Vicente Ferreira da Costa (36 anos), que está internado em estado grave no Hospital Getúlio Vargas.

● **Veneno** – Sem dizer os motivos, Sílvia Pacheco Gonçalves (20 anos), grávida de 4 meses e mãe de quatro filhos menores, tentou o suicídio ingerindo veneno contra ratos. Está internada no Hospital Getúlio Vargas em estado grave.

● **Outro** – Antonio Regina Lopes (35 anos) suicidou-se em sua residência (Rua Magé, 20, Piabetá) tomando também veneno contra ratos. Levado por parentes para o Hospital Getúlio Vargas, morreu quando era socorrido.

● **Reagiu** – O soldado Celso Caetano, do 4º BPM (São Cristóvão), passava pela Rua Coronel Tamarindo, em Padre Miguel, em companhia de sua mulher, Cleide Regina Rosálio. Nas proximidades do Buraco do Faim, foi assaltado por dois homens. Reagiu e foi ferido com um tiro no peito. O policial foi medicado inicialmente no Hospital Olivério Kramer e, em seguida, removido para o Hospital Sousa Aguiar, onde se encontra. Os ladrões fugiram levando o seu revólver.

● **Mistério** – Policiais da 60ª DP nada sabem sobre a execução a tiros de José Antonio de Oliveira (29 anos) e Silmar Marinho Pereira (42 anos), por volta das 21 horas, na Rua Belmiro Gouveia, em frente ao Lote 12, Quadra 4, Parque Fluminense, Duque de Caxias.

● **Preso** – Policiais da 53ª DP (Mesquita) prenderam Márcio Vieira de Sousa (22 anos), acusado de ter participado, com dois comparsas, do assalto ao Administrador Geral da Câmara de Vereadores de Itaguaí, Paulo Roberto Vidal Cirilo da Silva, de quem roubaram o **Monza** placa RJ-XU 3553, recuperado horas depois em São João de Meriti. Na ocasião do assalto, um dos bandidos – Denilson Dias Lopes – trocou tiros com vários soldados da PM e foi atingido na região glútea, sendo preso e medicado no Hospital da Posse. Graças às suas declarações, os policiais localizaram Márcio Vieira de Sousa. O terceiro marginal poderá ser capturado a qualquer momento.

● **Assalto** – Dois homens armados de revólveres assaltaram ontem, de manhã, a filial da Lojas Americanas da Rua das Laranjeiras, 49. Roubaram NCz$ 300.000,00, que se destinavam ao pagamento de salários e parte do 13º dos empregados. Os ladrões fugiram num **Escort** branco, placa RJ-UN 8186, de propriedade de Márcia Bruquer Margarino Torres, de quem o roubaram. A 9ª DP registrou.

● **Ladrão de carros** – Os soldados Durval, Marinosk e Stuart, do DPO (Destacamento Policial Ostensivo), de Piabetá, prenderam, ontem, o mecânico Francisco Carlos Freitas da Silva, em cuja oficina se encontravam vários carros roubados. A oficina funcionava no terreno da casa de Francisco, na Rua Álvaro Rocha, sem número, em Parada Angélica. O soldado Durval contou que um dos carros, uma Brasília branca, placa ZW-6771, foi roubada em março de 79 em Nilópolis. Foi encontrada também uma Fiat branca, cuja placa verdadeira, OZ-4601, estava em uma Variant vermelha. A placa desta, IJ-5796, foi encontrada dentro da Fiat. Francisco e os carros foram levados para a 70ª DP (Piabetá).

O DIA
Data 28 / 11 / 93
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

Morto a tiros no carro

Na Pick-Up Chevrolet C-10, placa RJ QH-4411, abandonada num local ermo da Avenida Automóvel Clube, em Rocha Miranda, foi encontrado o cadáver de um homem de 40 anos presumíveis, cabelos grisalhos, vestindo calça **jeans** e camisa de malha clara. O corpo tinha vários tiros.

● **Fuga** – Por volta das 3 horas da madrugada de ontem, ocorreu intensa movimentação de policiais em Copacabana, na área onde está localizada a 12ª DP, o que assustou os moradores. Motivo: os carcereiros Ruy e Arildo perceberam "ruídos estranhos" e constataram que os presos (cerca de 46) estavam tentando a fuga. Liderados por Nélson de Paula Lima (24 anos, assaltante a mão armada), os criminosos chegaram a arrancar duas barras da grade e tentavam cavar um túnel que daria acesso a uma das laterais do prédio, de onde conseguiriam a liberdade. Dado o alarme, policiais da DV-Sul e do 19º BPM entraram em ação e a fuga foi abortada em tempo.

● **Cadáver** – Populares encontraram ontem, num local ermo da Estrada do Sumaré, Km 5,5 o corpo de um homem em adiantado estado de decomposição. Policiais da 7ª DP registraram.

● **Ninguém viu** – Um homem negro, de 26 anos presumíveis, encontrava-se nas proximidades do Shopping Center Vilar dos Teles, na Rua Anastácio Correia – um local dos mais movimentados, quando foi assassinado com vários tiros. A vítima – que vestia apenas calça jeans – morreu no local e policial da 64ª DP não encontraram testemunhas.

● **Degolado** – Roberto Gonçalves Rocha (39 anos) era catador de papéis. Ontem, morreu degolado, em frente ao prédio nº 932 da Rua General Severiano, próximo à subida da Ladeira do Pasmado. A 10ª DP registrou.

● **Mãe e filho** – Rosilene Leonel Pinto e seu filho Alex Leonel, de 2 anos, cairam de um ônibus da Viação Trell, que faz a linha Parada Angélica/Caxias, e foram medicados no Hospital Getúlio Vargas. O menino sofreu ferimento profundo na cabeça e sua mãe teve contusões. Segundo testemunhas, o motorista imprimiu maior velocidade e não prestou socorro às vítimas, que residem na Taquara, em Santa Cruz da Serra.

● **"Puxador"** – No exato momento em que furtava um carro na Rua Professor José Alfredo, nas proximidades da 10ª DP, Paulo Roberto Gomes Jardim (29 anos) foi preso pelos detetives Almeida e Assis. Utilizando uma chave de fenda, Paulo foi surpreendido tentando abrir a porta de um veículo estacionado sob uma árvore.

● **Segurança** – Cosme Ferreira era segurança da empresa de ônibus Viação União. Foi morto a tiros ontem, ao volante do Volks placa RJ PO 4898, estacionado na Avenida Presidente Kennedy, em frente a uma fábrica de gelo, Bairro das Meninas, Campos Elísios. Cosme, segundo as autoridades policiais, teria reagido a assaltantes.

● **Sem pistas** – Elias Araújo de Oliveira (23 anos) foi assassinado a tiros próximo ao Conjunto Residencial da PM, na Rua Miguel Gustavo, 190, Bairro do Salgueiro, em São Gonçalo, e as autoridades policiais da 72ª DP não têm pistas para levá-las aos matadores.

● **"Guerra"** – Um homem brando (25 anos presumíveis) morreu a tiros na Rua Arthur Alves da Mota, quando passava por uma das vielas do Morro Menino de Deus, São Gonçalo. O detetive Ademir, da 72ª DP, apurou que ele foi vítima da "guerra" que dois grupos rivais vêm travando para ficar de posse da área na venda de drogas.

● **Mistério** – Jacira Maria de Jesus Neto (22 anos) foi abatida a tiros juntamente com o seu companheiro Luiz Fernando Gomes da Silva (20 anos), que está internado em estado grave no Hospital Sousa Aguiar. Os dois saíam da casa de habitação coletiva localizada na Avenida Paulo de Frontim, 748, Rio Comprido, quando foram baleados. O crime foi testemunhado por Argey Maria de Lima (moradora do quarto nº 2 daquela casa de cômodos). Ela declarou ao Inspetor Genes, da 6ª DP, ter visto dois homens negros atirando no casal. Acredita o policial que os criminosos pretendiam apenas executar Luiz Fernando e acabaram matando a moça também como "queima de arquivo".

● **Roubo** – Os motoristas Jorge Oscar Fernandes, da Transportadora Rodrigues (SP), e Ambrósio Dellavelle, da Transportadora Robrás (RS), estacionaram as carretas que dirigiam, respectivamente, CK-8444 (carregada de bicicletas) e BE 2383 (com um carregamento de galinhas) em frente ao Mercado São Sebastião, na Rua do Alho, Penha. Pretendiam, descaregar tudo ontem, segunda-feira. Durante a madrugada de domingo, foram roubadas oito bicicletas e oito galinhas. A 22ª DP registrou.

● **Buraco** – A médica Marivone Guimarães (30 anos) dirigia o carro Miura, placa RJ YT-0333, pela Rua Visconde de Santa Isabel, em Vila Isabel, para atender a um paciente. Em frente ao prédio nº 223, o carro bateu num enorme buraco aberto há mais de 1 mês pela Telerj, sem nenhuma sinalização. O Miura partiu-se em dois e a médica sofreu ferimentos leves, sendo socorrida por policiais do 6º BPM. Marivone reside na Barra da Tijuca e afirmou que vai processar a Telerj, reclamando ainda que a 20ª DP (Grajaú) recusou-se a registrar a ocorrência.

● **Tocaia** – Fernando Cesar Graciano (19 anos) residia na Rua Jerônimo Nascimento, 61, Jardim Independência, São Gonçalo. Ontem, ao aproximar-se de casa, foi morto com vários tiros. O matador estava lá algum tempo de tocaia.

● **Mistério** – Everaldo Marques, de 35 anos, foi encontrado morto na manhã de ontem, com diversos tiros no peito e na cabeça, nos fundos da casa 42 da rua Bela Vista, na localidade de Vila Pauline, em Belford Roxo. Ninguém admitiu ter visto ou ouvido sequer os estampidos e como a casa está fazia há algum tempo, os policiais da 54ª DP (Belford Roxo) estão em dificuldades para esclarecer o crime, que ocorreu durante a madrugada.

● **No Metrô** – Ao desembarcar na Estação do Metrô do Estácio, Adílson Alves de Oliveira (26 anos) tombou com vários tiros, morrendo instantaneamente. Apesar do movimento de pessoas, ninguém testemunhou o crime, que ocorreu na subida que dá acesso à Rua Machado Coelho. A 6ª DP tomou conhecimento.

● **Dormindo** – Quatro homens armados com revólveres invadiram a casa 297 da rua Paulo Roberto Correia, bairro Paraíso, em São João de Meriti, e fizeram vários disparos em Manoel Alves Lopes, que se encontrava dormindo com sua mulher Cleonice da Silva Santos. Manoel ainda foi levado para o hospital Geral de São João de Meriti, vindo a falecer ao receber os primeiros socorros.

O DIA
Data 27/11/89
Caderno 1 Pág. 4

REGISTRO POLICIAL

Mãe e filha mortas a tiros

Sandra das Graças, 48 anos, e sua filha, Rutiléia das Graças, 27, foram mortas a tiros na madrugada de ontem por vários homens que invadiram a casa em que moravam, na Estrada de Sepetiba, 4583 – fundos. Os assassinos, que entraram na casa quando todos os moradores já estavam dormindo, deixaram gravemente feridos o companheiro de Rutiléia, Luiz de Jesus, 30, e a afilhada de Sandra, Lucinez Berenice de Souza, 28.

Os feridos, porém, conseguiram escapar pelo matagal que cerca a residência e tiveram socorro de uma ambulância do Corpo de Bombeiros, que os levou para o Hospital Rocha Faria, em Campo Grande. De todos os moradores da casa, apenas o filho de Rutiléia, Rony das Graças Filho, 6, foi poupado.

O crime foi registrado na 36ª DP (Bangu). Os policiais acreditam que se trata de "queima de arquivo", admitindo que alguns dos mortos ou feridos tivessem envolvimento com bandidos.

● **No Bar** – Policiais da delegacia de Caxias encontraram na madrugada de ontem o corpo de um homem pardo, 30 anos presumíveis, conhecido apenas como Chicão, na Rua Catumbi, no Bairro Copacabana. Chicão, que trajava bermuda jeans e camiseta estampada, morreu com vários tiros no tórax e no peito. Segundo o perito criminal Walter Pereira, a vítima foi atingida quando bebia em um bar e de lá arrastada alguns metros.

● **Indenização** – Milton Moraes Martins teve uma calça queimada na lavanderia Novo Mundo, no condomínio Barramares, Barra da Tijuca. O caso foi parar na Justiça e na presença do juiz Severino Aragão houve acordo: Milton Morais recebeu NCz$ 2.600,00 de indenização.

● **Na veraneio** – O cadáver de um homem branco, de 40 anos presumíveis, foi encontrado morto a tiros numa camioneta Veraneio estacionada nos fundos do Ciep de Coelho Neto. O homem estava de calça de brim azul e descalço..

● **Comerciante** – O comerciante Arildo de Oliveira Viana, de 48 anos, casado, desentendeu-se com três homens no bar de sua propriedade, na Rua Maria do Nascimento, em Rio do Ouro, São Gonçalo, e foi por eles assassinado a tiros. Seu amigo José Alves de Souza, de 39 anos, também foi baleado e está no Hospital Souza Aguiar.

● **Bombeiro** – O bombeiro autônomo Jorge Pereira da Silva, de 24 anos, que trabalhava na Brigada de Incêndio do IBGE, morreu a tiros na porta de sua casa, na Rua Onze Unidos, 68, em Vigário Geral. O crime foi registrado na 39ª Delegacia Policial.

● **Estupro** – Napoleão Soares da Silva, de 34 anos, está preso na Delegacia de Rio Bonito, acusado de ter estuprado uma filha, de 2 anos. Ele foi denunciado pela irmã, Rosana Salles de Medeiros.

● **"Pega"** – Guarnições da Radiopatrulha e um choque da Polícia Militar foram deslocados para a Praça da Trindade, em São Gonçalo, onde mais de 10 rapazes e moças, em 10 carros, participavam de um pega, tirando o sono de moradores em plena madrugada. Os policiais foram recebidos a pedradas e houve até quem atirasse um coquetel molotov, que também tinha fezes na carga. Ao final, 20 pessoas foram detidas, entre elas o soldado da Aeronáutica José Machado da Silva Xavier e o soldado do Exército Flávio Mendes de Souza. Foram todos levados para a 72ª Delegacia Policial.

● **Colisão** – Alzeir Ribeiro de Almeida, com ferimentos leves, e José Bezerra de Pontes, em estado grave, foram levados para o Hospital Carlos Chagas, em Marechal Hermes, depois que o veículo que ocupavam, o Chevette KK-6077, envolveu-se em acidente com outros três automóveis na pista de descida da Av. Brasil, proximidades de Deodoro.

No desastre foram avariados o fusca ZS 3640, dirigido por Nivaldo Antunes da Silva, o Fiat Uno XL-5313, de Carlos Alberto Barreto, e a Variante SK-9016, guiada por Marísio Carlos Eunides.

● **Vingança** – O funcionário do Sindicato dos Arrumadores de Nova Iguaçu, Luiz Carlos dos Santos, de 33 anos, foi morto na madrugada de ontem com um tiro na cabeça, quando dormia em sua casa, na Avenida São Paulo 33, em Mesquita, Nova Iguaçu. Luiz Carlos foi assassinado por Paulo Sérgio da Silva Tavares, de 22 anos, sobrinho de sua esposa, Aparecida Maria dos Santos Tavares, de 29 anos. Segundo investigações iniciais dos policiais da 53ª DP (Mesquita), Paulo César agiu por vingança, cumprindo promessa que fez há vários anos de matar o tio, o qual espancou o pai do criminoso na sua presença.

● **Assalto** – O administrador geral da Câmara dos Vereadores de Itaguaí, Paulo Roberto Vidal, de 40 anos, foi assaltado por três homens na madrugada de ontem, no Morro Agudo, em Comendador Soares, Nova Iguaçu. Durante quase uma hora, permaneceu como refém dos criminosos, que o libertaram em São João de Meriti, fugindo depois com o carro da vítima, o Monza XU-3553. Paulo Roberto comunicou o crime a policiais militares, que acionaram as viaturas de rua, uma das quais, comandada pelo Cabo Farineli, prefixo 54-1240, do 20º BPM (Mesquita), localizou e perseguiu os criminosos, interceptando-os na Estrada do Prata, em Jacutinga, Mesquita. Após troca de tiros, o assaltante Denilson Dias Lopes, de 21 anos, foi atingido nas nádegas, sendo conduzido para o Hospital da Posse. Os outros dois conseguiram fugir. O caso foi registrado na 53ª DP (Mesquita).

● **Carro roubado** – Foi roubado ontem em frente à Igreja São José, na Lagoa, o veículo Volkswagen TP-6093, cor branca, chassis B-0108607/80, de propriedade de Geraldo Saboya. Qualquer informação pode ser fornecida aos tels. 247-5575 e 222-3123.

O DIA
Data 27 / 11 / 89
Caderno 1 Pág. 4

PM morto e outro ferido em assalto

DUQUE DE CAXIAS (Sucursal) – O soldado PM Oneir Gomes da Silva, 40 anos, 12 na corporação, que servia no 15º BPM (Duque de Caxias), foi assassinado na noite de sábado ao resistir a um assalto em frente à casa de seu irmão, Luís Gomes da Silva, na Rua Eteovina Chaves no Centro. Na troca de tiros com três homens, saiu ferido o soldado Mauro Sancas de Azevedo, 24 anos, que serve no 9º BPM (Rocha Miranda) e tentou socorrer Oneir. Os dois soldados estavam à paisana.

O crime

Luís Gomes contou aos detetives da 59ª DP que, momentos antes do crime, eles tinham chegada da casa do soldado, que morava na Rua Santa Marta, Bairro dos Cavalheiros, também em Caxias, onde tinham ido buscar as filhas de Oneir, para levá-las para a casa do tio. Ao estacionar o carro em frente à casa de Luís, o soldado resolveu esperar no carro, enquanto o irmão entrava com as crianças. Logo depois, os familiares ouviram barulho de tiros e encontraram o soldado caído, já morto, atrás do carro. Luís contou que ainda pegou a arma que estava na mão do irmão e tentou atirar nos três homens que subiam a rua em disparada.

Só com a chegada da Polícia é que foi encontrado, a alguns metros da casa, o soldado Mauro Sancas, que, segundo populares, ao ver Oneir atirando, contra os homens, também sacou sua arma. Mauro, com ferimentos no tórax, foi levado para o Hospital Municipal, e de lá, para o Hospital da Polícia Militar, onde permanece em observação com um quadro clínico favorável.

O DIA
Data 24 / 11 / 89
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

Apreendidas armas de China

Perto do barraco em que a Polícia prendeu anteontem, depois de um tiroteio, o traficante de tóxicos Evandro Luiz de Mello, o **China**, policiais militares do 22º BPM apreenderam ontem, em outro barraco, uma balança de precisão, grampeadores, papel vegetal, carimbos para marcar o preço da cocaína, pratos, colheres e pós para secagem da droga, uma carabina calibre 44, uma escopeta e a placa de táxi VT 3748, do Rio de Janeiro. A Polícia não tem dúvida de que o material apreendido pertença a **China**.

Policiais militares do 2º BPM (Benfica) informaram que ontem, um dia após a prisão de **China**, tido como benfeitor pelos favelados, o clima era de tranqüilidade na Favela de Manguinhos. Os moradores se queixaram de que ultimamente a disputa a bala de bocas-de-fumo entre **China** e outros traficantes era um motivo de preocupação para eles, que se sentiam inseguros.

Transferido

Para evitar uma tentativa de resgate, o delegado José Carlos Ferreira, da 21ª DP, transferiu ontem o traficante Evandro Luiz de Melo, o **China**, para a carceragem da 31ª DP, em Ricardo de Albuquerque. **China** foi preso anteontem após trocar tiros com PMs na Favela de Manguinhos.

● **Acidente** – Uma **Kombi** de propaganda eleitoral do candidato Fernando Collor de Mello, placa QG 1039, trafegava ontem pela estrada principal de Itacuruçá, dirigida por José Luiz de França. Na altura do Km 14, o veículo desgovernou-se e foi de encontro a uma árvore, ficando bastante avariado. Em conseqüência, além de José Luiz, receberam ferimentos os seus acompanhantes – Moysés Luiz de França, Damião Ambrósio da Silva e Gilberto Alves Santos. As vítimas receberam socorros no Hospital São Francisco Xavier, em Itaguaí, e as autoridades policiais da 49ª DP registraram.

● **Intoxicados** – Amintas Jorge de Aguiar (34 anos) e sua empregada Marisia Abdias da Silva (27 anos), além de outros moradores da Rua Maici, 155, Bairro do Dendê, Ilha do Governador, foram medicados no Hospital Paulino Werneck, depois de ingerirem café da marca Melita. Das vítimas intoxicadas, a mais grave é Marisia Abdias da Silva, que bebeu maior quantidade.

● **Facadas** – Francisco Bezerra de Oliveira (54 anos) discutiu com um homem num bar localizado em Éden, São João de Meriti, e foi morto a facadas. A 64ª DP tomou conhecimento.

● **Executado** – Um homem de cor preta, aparentando 25 anos, foi executado com vários tiros na Favela da Coréia, em Santa Cruz. Ele passava pela Rua da Fomenta quando foi cercado e morto pelos criminosos.

● **Feirante** – Um feirante ainda não identificado subia a passarela da estação de Comendador Soares, em Nova Iguaçu, quando tombou a tiros disparados por três homens que ocupavam um **Volks** de cor branca. A vítima possuia uma barraca de frutas na Rua Lafaiete Pimenta.

● **"Guerra** – Edmílson Siqueira da Silva (27 anos) encontrava-se na Avenida Brigadeiro Trompowsky, saída da Ilha do Governador, próximo à Avenida Brasil, em Bonsucesso, quando tombou crivado de tiros. De acordo com as autoridades policiais da 21ª DP, Edmílson residia na Rua da Paz, 40, Favela do Parque União, onde seria **gerente** de uma das **bocas** existentes na área.

● **Incêndio** – Luciano de Almeida (29 anos) estacionou o carro Del Rey, de sua propriedade, placa RJ-XS 6068, na garagem da residência. Por volta das 2 horas da madrugada, acordou com o veículo em chamas. Bombeiros de Campinhos não conseguiram evitar que o carro fosse destruído. A perícia vai determinar se houve crime.

● **Assaltante** – Os soldados Pereira e Maia, do 5º BPM, foram avisados de que os passageiros de um ônibus que faz a linha Triagem/Leme estavam sendo assaltados. Entraram em ação e prenderam Fábio Martins de Melo (19 anos) que, armado com um revólver de calibre 38, dominara o cobrador Victor Cesário e se apoderara da féria – um total de NCz$ 120,00. Foi autuado em flagrante na 9ª DP.

● **Congestionamento** – Marcos da Costa Regalo (23 anos) dirigia o Gol de propriedade da Loja de Móveis Marcelo e Maurício pelo Túnel Catumbi–Henrique Valadares, quando teve problemas com o veículo por falta de álcool. Aproveitando o "embalo" Marcos conseguiu estacionar o carro junto ao meio-fio da Rua do Riachuelo. Foi quando um ônibus que faz a linha Barão de Drummond– Leblon o abalroou, sem que o motorista Antonio Carlos Silva (40 anos) pudesse evitar. Logo em seguida, o ônibus que faz a linha Praça XV–Engenho de Dentro, dirigido por Paulo Roberto de Sousa Breves (30 anos), colidiu também com os dois veículos. Resultado: um grande engarrafamento ocorreu nas áreas adjacentes. Nenhum passageiro foi ferido. Apenas o motorista Paulo Roberto recebeu escoriações leves.

● **Camelô** – Um homem branco, de 30 anos presumíveis, que trabalhava como camelô, encontrava-se ontem arrumando algumas frutas na caminhonete DV-3375, estacionada em frente à Estação de Comendador Soares (Rua Lafaiete de Pimenta), quando um homem alto, vestindo **jeans**, aproximou-se e deu-lhe 2 tiros, fugindo em seguida. O camelô morreu no local.

● **Dois corpos** – Populares encontraram dois corpos na Rua Macacu, centro de Belford Roxo, e na rua Comendador Crivastono Cruz, Bairro de Santa Maria, Belford Roxo. O primeiro era branco, de 40 anos presumíveis, vestia camisa quadriculada e calça **jeans** e o segundo era mulato, de 30 anos ou menos, que vestia camisa cinza e **jeans**. Os dois foram executados a tiros.

● **Suspeitos** – As autoridades policiais de Caxias já têm dois suspeitos do roubo ocorrido no Centro Comunitário do Bairro Centenário, onde funciona uma creche. Foram levados um televisor em cores e inúmeras peças de roupas. Um deles é o caseiro Jorge Luiz de Oliveira; o outro é o guarda municipal Ademir, da Prefeitura de Duque de Caxias, que estão desaparecidos.

O DIA
Data 23 / 11 / 89
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

Família é presa com armas

Antônio Olímpio (40 anos) é proprietário de uma casa de habitação coletiva, localizada na Rua C, 112. Sebastião Freitas, o **Tião Facadas**, um dos moradores (32 anos), criava caso com vizinhos e, vai daí, acabou se envolvendo numa briga violenta com vários deles de uma só vez. Antônio Olímpio aproveitou para expulsá-lo da cabeça-de-porco, já que descobrira, anteriormente, que ele era assaltante de residências e homicida. **Tião Facadas** anunciou que se vingaria e ontem, acompanhado de Expedito José de Sousa (60 anos); o filho deste Expedito de Sousa (39 anos) e do neto M. (17 anos) foi ao local para matá-lo. Vizinhos alertaram Antônio Olímpio e este, pulando um muro, tratou de fugir, escapando da morte certa. Só que foi direto ao DPO de Japeri e fez a denúncia. Os policiais entraram em ação e conseguiram prender os acusados num trem que estava parado na Estação de Nova Iguaçu. Eles conduziam duas metralhadoras – uma Uzi israelense e outra Pazan-Mauzer – uma pistola de calibre 32 e outra de calibre 6.35.

● **Suicídio** – Rosemary Neves Araújo (13 anos) tentou o suicídio, ontem, na madrugada, disparando um tiro no peito. Ela encontrava-se na residência (Rua Ouro Fino, 191, Irajá) e foi socorrida por familiares, que a levaram para o Hospital Getúlio Vargas, onde se encontra internada em estado grave.

Rosemary não quis revelar os motivos que a levaram a tentar o suicídio, limitando-se a dizer, simplesmente: "Trata-se de uma longa história..." A 29ª DP tomou conhecimento.

● **Traficantes** – Marcelo Plaiso (19 anos) e Roberto Neves de Oliveira (29 anos) encontravam-se na Rodoviária de Santo Antônio de Pádua quando foram presos por policiais da 114ª DP. Motivo: conduziam 22 papelotes de cocaína e 100 gramas de maconha.

● **Na boca** – Policiais do 15º BPM estouraram uma boca-de-fumo na Rua Nova, Centro de Caxias. Os traficantes, que se encontravam em atividade, trataram de abrir caminho a bala e um deles acabou tombando com um tiro no peito. Era Antônio Carlos Oliveira (18 anos), que está internado em estado grave no Hospital Getúlio Vargas. Ele reside no Morro do Adeus, em Ramos.

● **Acidente** – O Fiat Uno RJ-UY 7008 enguiçou no Túnel Rebouças. Não demorou muito e o Escort RJ-XI 1328 chocou-se com a sua traseira, sendo atingido também, por trás, por outro Escort, placa RJ-XD 8560. Ricardo Fleischer (36 anos), Telcio Fernandes da Silva (37 anos) e Júlio Gomes (40), que dirigiam os veículos, sofreram ferimentos leves e foram medicados no Hospital Miguel Couto. O tráfego ficou completamente congestionado, estendendo-se a retenção até o Elevado Paulo de Frontin, no Rio Comprido.

● **Estelionatário** – Policiais da 9ª. DP prenderam José Luiz Mena Barreto (49 anos) no Flamengo Palace Hotel, onde estava hospedado e fazia despesas com um cartão de crédito que havia sido roubado de Luiz Augusto Corral. José Luiz – que já estourara a praça em NCZ$ 19.000,00 foi autuado em flagrante. Ele registrava antecedentes por estelionato e saíra do Presídio do Galpão da Quinta da Boa Vista no final de setembro último.

● **No baile** – Alexandre Ribeiro dos Santos (16 anos) encontrava-se participando do baile que se realizava no Clube Esportivo Paranhos, em Olaria, quando ocorreu um tiroteio. Uma das balas o atingiu nas costas. Ele está agora internado em estado grave no Hospital Getúlio Vargas. Este foi o segundo tiroteio que teve lugar no local. Quarta-feira última, vários jovens estavam na porta do clube quando ocupantes de um Chevette bege abriram fogo. Quatro jovens foram feridos e um deles morreu – Leandro Dutra, de apenas 11 anos. Os tiroteios são atribuídos a grupos rivais do Morro do Alemão e da Favela Nova Brasília.

● **Comerciário** – Manoel Frederico da Silva (40 anos, comerciário) chegava à residência, na Rua Xaventes, 14, casa 34, Praça da Bandeira, Vilar dos Teles, São João de Meriti, quando foi assassinado com um tiro na cabeça.

● **Executado** – Alberto Carlos André de Medeiros (19 anos) foi executado com vários tiros, quando passava pela Rua Senador Fernandes, próximo ao Clube Nilopolitano, em Nilópolis.

● **Mistério** – Tudo é mistério em torno da morte de um mulato, aparentando 25 anos, que foi encontrado à margem da Rua da Lapa, no Jardim Metrópolis, São João de Meriti. A vítima apresentava duas perfurações na cabeça produzidas por tiros e vestia calça de brim azul, camisa vermelha e tênis brancos. A rua é de muito movimento e por isso a presunção policial é a de que o homem teria sido morto em outro lugar e, simplesmente, ali jogado de algum carro.

● **Carro roubado** – Foi roubado ontem, em Icaraí, o carro Gol, placa RJ-VE 8315, ano 81, modelo 82, de propriedade de Roberto Ricão. Qualquer informação poderá ser dada pelo telefone 223-2444, Ramais 139/140.

O DIA
Data 16 / 11 / 89
Caderno 1 Pág. 4

Menor morre atropelado em Comendador Soares

O menor Carlos Henrique Fausto da Silva, 7 anos, faleceu às 18:40h de anteontem, na Casa de Saúde Nossa Senhora de Fátima, após ter sido vítima de atropelamento. O fato aconteceu por volta das 11 horas de segunda-feira, na rua Bernardino de Mello, em frente ao Ciep Getúlio Vargas, em Comendador Soares. O veículo atropelador, segundo as testemunhas da ocorrência, é a Brasília FQ (ou FG) 9440, RJ. A irmã do menor, Cristiane Fausto da Silva, 13 anos, está internada em estado de choque na mesma clínica onde Carlos Henrique ficou internado.

O menor sofreu fratura de fêmur, fratura do braço, ferimento contuso na cabeça e escoriações nas pernas e antebraços. Ele foi socorrido por um morador próximo ao Ciep, que o levou em seu carro, para a Casa de Saúde N. Sra. de Fátima. Lá, o menor recebeu tratamento de emergência, mas não resistiu aos ferimentos e morreu no começo da noite de anteontem.

A irmã de Carlos Henrique pode fornecer à polícia novas informações sobre o motorista atropelador. Para tanto, é aguardada a sua recuperação, pois ainda encontra-se em estado de choque. Cristiane, que residia com seu irmão na rua Djanira, nº 26, casa 37, Parque dos Artistas, em Comendador Soares, voltava do Ciep Getúlio Vargas para sua casa, em companhia de Carlos Henrique. Ao tentarem atravessar a rua Bernardino de Mello, a Brasília que, segundo populares, trafegava em alta velocidade, atropelou o menor e foi embora sem prestar socorro. O registro da ocorrência é da 56ª DP.

O DIA
Data 16 / 11 / 89
Caderno 1 Pág. 7

REGISTRO POLICIAL

Morto com dois tiros na cabeça

O comerciante Antônio Lopes da Silva (41 anos) foi assassinado na madrugada de ontem, com dois tiros na cabeça, ao reagir um assalto no ônibus em que viajava, da linha 24 "Palmeiras–Gragoatá". O fato ocorreu quando o coletivo trafegava pela Alameda São Boaventura, em Niterói. Segundo o motorista Almir Dutra da Silva, que dirigia o ônibus RJ AM 5957, ao comunicar a ocorrência na 78ª DP (Fonseca), o assantante estaria sentado ao lado do comerciante que ao ser comunicado de que seria assaltado, reagiu, e levou dois tiros na cabeça.

O fato causou pânico aos demais passageiros que procuraram sair apressadamente pela porta da frente, o mesmo fazendo o assassino que fugiu para lugar ignorado, não dando tempo a que alguém pudesse notar sobre o seu tipo para poder descrevê-lo.

● **No Bar do Debá** – O pintor de paredes Francisco Carlos Reis (26 anos) foi assassinado com quatro tiros nas costas e um no peito, na noite de sábado, quando tomava uma cerveja na birosca do **Debá**, na Rua Nossa Senhora da Conceição, quadra 1, lote 19, no Bairro Pilar, em Campos Elíseos.

● **Pelas costas** – Um homem mulato, de 22 anos presumíveis, que trajava bermuda vermelha, camisa de malha amarela e tênis azul, foi assassinado na madrugada de ontem, com sete tiros nas costas, na Rua Professor Lacê, em frente ao número 618, em Ramos.

● **Tiro na cabeça** – Luís Carlos Barroso, 30 anos, foi encontrado morto com um tiro na cabeça, ontem pela manhã, na Rua Santa Glicéria, localidade conhecida como Cancela Preta, bairro Manilha, em Bangu.

● **Filho de Bandido** – Com um tiro no pescoço, Maurício da Silva de Oliveira, 17 anos, foi assassinado na Rua Álvaro Tibério, em frente ao nº 129, Tanque, em Jacarepaguá, ontem de madrugada. Conforme apuraram os policiais da 32ª DP, a vítima era filho de Vicente de Oliveira, o **Vicentão**, um perigoso bandido que aterrorizava os moradores do Tanque, hoje regenerado.

● **Dez tiros** – Morreu, ontem, no Hospital Salgado Filho, Everaldo Marcelino de Araújo, 23 anos. Morador do Morro do Jacarezinho, Everaldo levou 10 tiros ao reagir a um assalto no Buraco do Lacerda, no Engenho Novo, na última quinta-feira. Atingido na cabeça, pescoço, costas, braços e pernas, ele estava se recuperando dos ferimentos depois de sofrer uma delicada cirurgia, mas teve uma recaída durante a madrugada e não resistiu.

● **Em Paciência** – Populares encontraram, na madrugada de ontem, por volta das 2 horas 30m, o corpo de Luís Fankilan Alves de Oliveira, de 23 anos, morto com vários tiros no peito e na cabeça. A vítima foi encontrada no final da Rua Joatuba, em Paciência.

● **Na esquina** – Benjamim dos Santos Moreira, de 23 anos, foi encontrado morto com vários tiros, por volta das 3 horas 30m de ontem, na esquina da Rua Auristela com Avenida Areia Branca, em Santa Cruz.

● **Tiros no rosto** – O mecânico Pedro Paulo da Silva, de 22 anos, foi morto, na noite de anteontem, com dois tiros no rosto, por um homem desconhecido, próximo à casa 3995, da Rua Caibá Schultez, no Bairro Itatiaia, em Duque de Caxias. O rapaz foi reconhecido pela mãe, Maria das Neves, que contou à Polícia que o filho não vivia com ela, aparecendo de vez em quando em casa, na Rua Cabuçu, 150, em Vila São Luiz. Segundo ela, Pedro não estava trabalhando, mas afirmou desconhecer qualquer envolvimento do rapaz com marginais.

● **Rambo** – Carlos Roberto Ribeiro de Abreu, de 35 anos, foi assassinado na noite de anteontem, em frente ao número 7, da Rua Central, em São João de Meriti. Segundo testemunhas, o homem, teria sido executado por integrantes da quadrilha do traficante conhecido como **Rambo**. Carlos Roberto, que morava na Rua Apolo, 98, na Pavuna, segundo informações obtidas pela polícia, tinha um pequeno ponto de venda de tóxicos.

O DIA
Data 15/11/89
Caderno 1 Pág. 10

No ônibus – Um homem mulato, com 25 anos presumíveis, que vestia calça jeans, camisa verde e branca e calçava tênis branco foi assassinado com quatro tiros de pequeno calibre, ontem cedo, no interior de um ônibus da Empresa Flores, que faz a linha Nova Iguaçu–Caxias. O crime ocorreu quando o coletivo, de placa FM-6037, dirigido por Joaquim da Silva, de 60 anos, e que tinha como cobrador Antônio Carlos Ferreira dos Santos, de 26, parou num dos muitos pontos da Rua Belquis, próximo à Praça da Bandeira. Muitos passageiros estavam saltando, quando foram ouvidos os disparos, o que fez com que se estabelecesse pânico.

Os criminosos, que segundo o delegado Celso Paula Bezerra eram três, conseguiram fugir entre os passageiros sem serem percebidos. O registro é da 64ª DP (Vilar dos Teles), que não tem nenhuma pista.

Baleado – Policiais do setor de homicídios da 52ª DP (Nova Iguaçu), até agora não conseguiram identificar o corpo de um homem, de cor parda, 35 anos presumíveis, que morreu a caminho do Hospital da Posse, com vários tiros pelo corpo. A vítima foi encontrada na Rua Geni Saraiva, no bairro Cerâmica, em Nova Iguaçu, sendo socorrida por uma viatura do Corpo de Bombeiros.

Cadáver – O corpo de um homem pardo, de 25 anos presumíveis, vestindo apenas uma bermuda jeans, foi encontrado em estado de putrefação e com vários tiros em frente ao número 2.300 da Estrada das Piabas, no bairro Santa Rosa, em Queimados. Policiais da 55ª DP nada conseguiram apurar sobre o crime.

O DIA
Data 14 / 12 / 93
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

Morta no carro roubado

O Volks de placa RJ VU-1379 – roubado no último dia 10 – estava estacionado há muitas horas na Rua Carlos Sampaio Correia, em Bangu, e chamou a atenção de alguns populares, que resolveram conferir e depararam, então, com um cadáver de mulher, no banco traseiro.

Policiais da 34ª DP compareceram ao local e identificaram a vítima. Tratava-se de Maria José Ervati Amorim (29 anos), que levou um tiro na cabeça.

● **Encapuzados** – Seis homens encapuzados e armados de revólveres invadiram a casa número 17 da Rua Maria Dummont, Bairro Riachão, Comendador Soares, e arrastaram para a rua Luiz Carlos dos Santos (24 anos) e o menor Carlos Boaventura da Silva (16 anos), que vinha chegando no momento, e executaram os dois com vários tiros na esquina das Ruas Jadete com Ana Nobre, Bairro Inconfidente, Queimados. As autoridades policiais da 55ª DP tomaram conhecimento e apuraram que Luiz Carlos dos Santos tinha envolvimento com traficantes de drogas e teria sido morto por vingança. Quanto ao menor, a hipótese provável é que seria executado como "queima de arquivo".

● **Bombeiro** – O soldado do Corpo de Bombeiros Paulo Roberto Sá dos Santos, de 31 anos, encontrava-se no Parque de Diversões localizado na Avenida Santa Cruz, quando quatro mulheres deixaram o local. Paulo pediu "um tempo" aos amigos e marcou um encontro com eles no próprio bar do Parque, para onde voltaria minutos depois. Saiu atrás das mulheres e não voltou mais. Foi encontrado morto, com vários tiros na cabeça, numa área de estacionamento das Casas da Banha, na Rua Oliveira Braga, centro de Realengo.

● **Execução** – Dois homens – um deles identificado como Cláudio Tavares de Lima (24 anos) – foram executados a tiros por vários homens no momento em que caminhavam, de madrugada, pela Rua Geny Saraiva, Bairro Cerâmica, Nova Iguaçu. O que permanece sem identificação – um mulato de 35 anos presumíveis, que vestia calça jeans e camisa branca – chegou a ser levado para o Hospital do Inamps, da Posse, mas morreu.

● **Casal** – Francisco José Fabiano brigou com sua mulher, Eliane José da Silva, na residência do casal (Rua Ana Peixoto, 1.309, Bairro Jacutinga, Mesquita) e tentou matá-la a golpes de faca. Em seguida, ao vê-la ensangüentada, tentou o suicídio com a mesma faca e um vizinho acorreu, levando os dois para a Casa de Saúde Nossa Senhora de Fátima, onde se encontram internados.

● **Amarrado** – Um homem branco, de 25 anos, foi encontrado morto na Rua Jorge da Silva, em Catumbi. Vestia calça jeans e tinha pés e mãos amarrados com fios elétricos. Apresentava várias perfurações no rosto e na cabeça produzidas por tiros.

● **Em casa** – Walmir Andrade da Silva (29 anos) estava na porta de casa quando foi assassinado com cinco tiros nas costas. O matador fugiu sem ser visto por ninguém e as autoridades da 6ª DP estão investigando.

● **No pescoço** – Luiz Edmundo Marçal dos Santos (26 anos) caminhava na direção da residência (Conjunto Gabinal Margarida, ap. 506, Bloco 9, Rua Ezequiel), quando foi atingido com dois tiros no pescoço. Está internado no Hospital Cardoso Fontes.

● **No pagode** – Um mulato de 35 anos presumíveis; que vestia **short** vermelho, camisa preta e tênis verdes, encontrava-se num pagode no Narciso's Bar (Estrada do Pré, 1789, próximo do Conjunto Habitacional da Marinha, Campo Grande), quando foi executado com vários tiros. De acordo com os policiais da 35ª DP, a vítima teria envolvimento com traficantes de drogas.

● **Flagrante** – O vigia Célio Cordeiro Monteiro (34 anos) foi preso em flagrante na Rua Maranhão, 442, casa 11, Méier, quando tentava abusar de dois meninos, sendo autuado na 25ª DP.

● **Na virilha** – Roberto Carlos Xavier (20 anos) saía de um baile realizado no Centro Recreativo Coimbra, na Rua Marcílio Dias, 117, Penha, quando foi baleado duas vezes na virilha. No Hospital Getúlio Vargas, disse ao policial de plantão que o autor dos disparos foi um homem que não conhece e que fugiu após a violência.

● **Tocaia** – Paulo Estevão da Silva (33 anos) estava chegando à residência, na Rua Manhuaçu, 50, Jacarepaguá, quando um homem, que estava de tocaia, deu-lhe vários tiros e deixou o local. Paulo morreu instantaneamente e as autoridades policiais da 16ª DP estão investigando.

O DIA
Data 13/11/89
Caderno 1 Pág. 1

REGISTRO POLICIAL

Envenenou os dois filhos

Jussara Virgínia da Silva (29 anos) brigou com a mãe de maneira violenta e decidiu que não queria mais viver. Assim sendo, na hora do almoço, misturou veneno para ratos na comida e deu aos filhos, Ana Cláudia (1 ano e 11 meses) e Cláudio (10 anos) ao mesmo tempo em que comia também. Resultado: A menina morreu logo, o menino encontra-se internado no Hospital Somic, de Duque de Caxias, em estado dos mais graves e Jussara recebeu socorro no Hospital Escola São José, onde se encontra em recuperação. O marido – que não foi identificado – ainda não apareceu. As autoridades policiais da 55ª DP tomaram conhecimento

● **Executado** – Populares encontraram o cadáver de um homem de 30 anos presumíveis, que jazia na Rua Dulce, em Olinda, próximo ao Cemitério Israelita. A vítima apresentava inúmeras perfurações produzidas por tiros e, segundo moradores da área, seu nome era Icomar Motta de Oliveira (31 anos) e residia na Rua Macedo Costa, 50, Paiol, bairro vizinho a Olinda. Ainda de acordo com os moradores, Icomar tinha envolvimento com tráfico de drogas e estava em liberdade há 3 meses mais ou menos. As autoridades policiais da 57ª DP confirmaram tudo.

● **Não voltou** – Argentino Soares da Silva (49 anos) residente na Rua São Vicente, Lote 13, Bairro Santa Teresa, saiu de casa ontem de manhã e não voltou mais: foi encontrado sem vida, com vários tiros, na Rua Bauru, Vila São Luiz, Duque de Caxias.

● **Investigações** – Interrompidas por algumas horas, as investigações para apurar a morte da menina Fernanda Fernandes, atingida com um tiro na Escola "Pequenas Estrelas", em Vila Isabel, serão reiniciadas hoje pelo delegado Carlos Alberto Popp, da 20ª DP. O criminoso poderá ser identificado a qualquer momento.

● **Cinco tiros** – Sidney Jorge dos Santos (29 anos) encontrava-se na residência (Rua Aembí, 170, Irajá) quando alguém bateu na porta ao mesmo tempo em que chamava pelo seu nome. Sidney veio atender e recebeu cinco tiros. Levado para o Inamps de Irajá, morreu durante o caminho.

● **Maconha** – Antônio Borges de Paiva (35 anos) e Paulo Roberto de Azevedo Gomes (29 anos) passaram em frente à cabina da PM localizada na Lapa e os policiais Linhares e Ubirajara desconfiaram deles. Quando tentaram abordá-los, os dois saíram correndo. Perseguidos, acabaram sendo presos 100 metros adiante, na Avenida Augusto Severo, sendo levados para a 3ª DP: Eles conduziam 15 trouxinhas de maconha e foram autuados em flagrante.

● **Tocaia** – Jorge Antônio Ferreira (25 anos) encontrava-se na casa de um parente, situada na Rua Iara, Vila Tiradentes, São João de Meriti. Ao sair, todavia, um homem, que estava de tocaia, deu-lhe vários tiros e fugiu. Jorge morreu no local e seu pai, Antônio Cirilo Ferreira, declarou às autoridades policiais da 64ª DP que o rapaz não tinha envolvimento com marginal.

● **Assaltantes** – Carlos Fernando Reis da Costa (24 anos) e sua namorada Adriana Carvalho Peixoto (21 anos) conversavam na Avenida Sernambetiba no Parati metálico, placa RJ-WE-8217, quando foram atacados por dois homens, que ocuparam o veículo e deram a partida. No Largo do Pechincha, em Jacarepaguá, os criminosos libertaram os jovens e estes, imediatamente acionaram a RP 54-1011, sob o comando do soldado Odair. Mais adiante, num sinal, os ladrões foram presos. Tratava-se de Luís Carlos Bandeira da Mota (19 anos) e Manuel Machado (19 anos) que foram autuados em flagrante na 32ª DP.

● **Mendigo** – Policiais do 12º BPM encontraram o cadáver de um mendigo de 30 anos presumíveis, que jazia – com o rosto desfigurado a pauladas e estava carbonizado da cintura para baixo – na Rua Taubaté, Bairro de São Francisco. Junto ao cadáver, havia um pedaço de madeira com arame farpado numa das pontas, que foi utilizado pelo matador.

● **Na boca** – O comerciante Paulo Jorge de Abreu Lopes (32 anos) foi morto com um tiro na boca à queima-roupa, sendo encontrado ao volante do Chevette de sua propriedade, placa RJ-ZO 4578, estacionado na esquina da Rua Brigadeiro Trompowsky com a Rua Ary Leão, Parque União, Bonsucesso. Segundo as autoridades policiais da 21ª DP, Paulo teria sido morto por vingança ou em briga de trânsito.

● **Atropelado** – Antônio Osmar de Maria (33 anos) tentou atravessar a Estrada Nova de Mauá, em Piabetá, quando foi atropelado e morto por um auto não identificado. A 70ª DP registrou.

● **Tiroteio** – Ao perseguir um Volks de cor creme (a placa não foi anotada), a guarnição da RP 0870, do 1º BPM foi cercada por marginais na subida da Favela da Falete, em Santa Teresa, travando-se violento tiroteiro. Com a chegada de reforços, entretanto, a situação foi contornada e os policiais, que haviam caído na cilada, salvos da morte.

O DIA
Data 13/11/89
Caderno 1 Pág. 7

REGISTRO POLICIAL

Envenenou os dois filhos

Jussara Virgínia da Silva (29 anos) brigou com a mãe de maneira violenta e decidiu que não queria mais viver. Assim sendo, na hora do almoço, misturou veneno para ratos na comida e deu aos filhos, Ana Cláudia (1 ano e 11 meses) e Cláudio (10 anos) ao mesmo tempo em que comia também. Resultado: A menina morreu logo, o menino encontra-se internado no Hospital Somic, de Duque de Caxias, em estado dos mais graves e Jussara recebeu socorro no Hospital Escola São José, onde se encontra em recuperação. O marido – que não foi identificado – ainda não apareceu. As autoridades policiais da 55ª DP tomaram conhecimento

● **Executado** – Populares encontraram o cadáver de um homem de 30 anos presumíveis, que jazia na Rua Dulce, em Olinda, próximo ao Cemitério Israelita. A vítima apresentava inúmeras perfurações produzidas por tiros e, segundo moradores da área, seu nome era Icomar Motta de Oliveira (31 anos) e residia na Rua Macedo Costa, 50, Paiol, bairro vizinho a Olinda. Ainda de acordo com os moradores, Icomar tinha envolvimento com tráfico de drogas e estava em liberdade há 3 meses mais ou menos. As autoridades policiais da 57ª DP confirmaram tudo.

● **Não voltou** – Argentino Soares da Silva (49 anos) residente na Rua São Vicente, Lote 13, Bairro Santa Teresa, saiu de casa ontem de manhã e não voltou mais: foi encontrado sem vida, com vários tiros, na Rua Bauru, Vila São Luiz, Duque de Caxias.

● **Investigações** – Interrompidas por algumas horas, as investigações para apurar a morte da menina Fernanda Fernandes, atingida com um tiro na Escola "Pequenas Estrelas", em Vila Isabel, serão reiniciadas hoje pelo delegado Carlos Alberto Popp, da 20ª DP. O criminoso poderá ser identificado a qualquer momento.

● **Cinco tiros** – Sidney Jorge dos Santos (29 anos) encontrava-se na residência (Rua Aembí, 170, Irajá) quando alguém bateu na porta ao mesmo tempo em que chamava pelo seu nome. Sidney veio atender e recebeu cinco tiros. Levado para o Inamps de Irajá, morreu durante o caminho.

● **Maconha** – Antônio Borges de Paiva (35 anos) e Paulo Roberto de Azevedo Gomes (29 anos) passaram em frente à cabina da PM localizada na Lapa e os policiais Linhares e Ubirajara desconfiaram deles. Quando tentaram abordá-los, os dois saíram correndo. Perseguidos, acabaram sendo presos 100 metros adiante, na Avenida Augusto Severo, sendo levados para a 3ª DP: Eles conduziam 15 trouxinhas de maconha e foram autuados em flagrante.

● **Tocaia** – Jorge Antônio Ferreira (25 anos) encontrava-se na casa de um parente, situada na Rua Iara, Vila Tiradentes, São João de Meriti. Ao sair, todavia, um homem, que estava de tocaia, deu-lhe vários tiros e fugiu. Jorge morreu no local e seu pai, Antônio Cirilo Ferreira, declarou às autoridades policiais da 64ª DP que o rapaz não tinha envolvimento com marginal.

● **Assaltantes** – Carlos Fernando Reis da Costa (24 anos) e sua namorada Adriana Carvalho Peixoto (21 anos) conversavam na Avenida Sernambetiba no Parati metálico, placa RJ-WE-8217, quando foram atacados por dois homens, que ocuparam o veículo e deram a partida. No Largo do Pechincha, em Jacarepaguá, os criminosos libertaram os jovens e estes, imediatamente acionaram a RP 54-1011, sob o comando do soldado Odair. Mais adiante, num sinal, os ladrões foram presos. Tratava-se de Luís Carlos Bandeira da Mota (19 anos) e Manuel Machado (19 anos) que foram autuados em flagrante na 32ª DP.

● **Mendigo** – Policiais do 12º BPM encontraram o cadáver de um mendigo de 30 anos presumíveis, que jazia – com o rosto desfigurado a pauladas e estava carbonizado da cintura para baixo – na Rua Taubaté, Bairro de São Francisco. Junto ao cadáver, havia um pedaço de madeira com arame farpado numa das pontas, que foi utilizado pelo matador.

● **Na boca** – O comerciante Paulo Jorge de Abreu Lopes (32 anos) foi morto com um tiro na boca à queima-roupa, sendo encontrado ao volante do Chevette de sua propriedade, placa RJ-ZO 4578, estacionado na esquina da Rua Brigadeiro Trompowsky com a Rua Ary Leão, Parque União, Bonsucesso. Segundo as autoridades policiais da 21ª DP, Paulo teria sido morto por vingança ou em briga de trânsito.

● **Atropelado** – Antônio Osmar de Maria (33 anos) tentou atravessar a Estrada Nova de Mauá, em Piabetá, quando foi atropelado e morto por um auto não identificado. A 70ª DP registrou.

● **Tiroteio** – Ao perseguir um Volks de cor creme (a placa não foi anotada), a guarnição da RP 0870, do 1º BPM foi cercada por marginais na subida da Favela da Falete, em Santa Teresa, travando-se violento tiroteiro. Com a chegada de reforços, entretanto, a situação foi contornada e os policiais, que haviam caído na cilada, salvos da morte.

O DIA
Data 13/11/89
Caderno 1 Pág. 10
1º folha

REGISTRO POLICIAL

Kombi explode no poste

A Kombi de placa RJ-RM 5894 trafegava velozmente pela Rua Venina, na Penha, transportando um carregamento de butijões de gás, quando, de repente, totalmente desgovernada, chocou-se com um poste e explodiu. O fogo envolveu logo o veículo, enquanto populares, assustados, procuravam abrigo nas casas comerciais, temendo o pior. O motorista do veículo – que não foi identificado – conseguiu escapar da morte por questão de segundos, já que saltou para fora na hora do choque. Uma unidade do Corpo de Bombeiros de Ramos entrou em ação e debelou as chamas. Segundo as autoridades policiais, o motorista teria fugido simplesmente por estar conduzindo os butijões ilegalmente, o que será objeto de investigações.

● **Facadas** – Wilson Ribeiro Cruz (25 anos) caminhava pela Rua Mar Grande, Cidade Alta. Próximo ao prédio 302, foi atacado por um assaltante. Reagiu e recebeu vários golpes de faca nos braços, ombro esquerdo e perna direita, tendo que ser medicado no Hospital Getúlio Vargas, prestando, em seguida, declarações às autoridades policiais da 22ª DP.

nal, dominado e levado para o Hospital Pinel.

● **Cadáver** – Populares encontraram o cadáver de um homem na Rua Barra Mansa, esquina com a Avenida Presidente Lincoln, Vilar dos Teles, São João de Meriti. A vítima apresentava quatro perfurações produzidas por tiros de pistola 7.65 e tinha, nos bolsos, oito cartões de crédito, todos com o nome de Sérgio Fonseca Ascenha.

● **Desastre** – Chovia muito na noite de anteontem e o motorista Raimundo Bezerra (48 anos), temendo um acidente por falta de visibilidade, parou o ônibus que dirigia, placa XN-5510, no acostamento da Avenida Brasil, na altura do Km 05, em São Cristóvão. Minutos depois, entretanto, por falta de visibilidade, também, Rubenildo Machado (37 anos), que dirigia o ônibus que faz a linha Irajá–Passeio, placa XL-7433, não pôde evitar que o coletivo fosse de encontro à traseira daquele ônibus, resultando em quatro pessoas feridas, todas medicadas no Hospital Sousa Aguiar: Roberto de Carvalho; Eliana Cunha Fernandes Dias, Jorge Luiz Roque e José Edson Freitas da Silva.

Rua Anhangüera, foi executado com várias facadas no pescoço.

● **Morte e roubo** – Você não tem direito a nada na parada, e está cobrando o quê? Sílvio Honório da Silva, de 46 anos, o **Paulistinha**, nem teve tempo de responder aos dois homens que o abordaram próximo de sua casa, na Rua do Registro, 21, em Adrianópolis, Nova Iguaçu, e recebeu diversos tiros, caindo morto. Os criminosos voltaram então calmamente para um carro Voyage escuro, que os aguardava a poucos metros com um terceiro desconhecido na direção, e foram embora. Para os policiais da 52ª DP (Nova Iguaçu), Cristina Fraga, de 24 anos, mulher de **Paulistinha**, contou que seu companheiro era gerente de um ponto de jogo de bicho que funciona na Rua Dom Walmor, no centro desta cidade, no número 221. Além disso ela esclareceu que os criminosos levaram a bolsa capanga do companheiro, que, segundo disse, estava com NCz$ 3 mil. A Polícia suspeita que **Paulistinha** morreu por ter **dado um banho**, isto é, ludibriado a banca, e foi descoberto.

O DIA
Data 11 / 11 / 89
Caderno 1 Pág. 10
2ª folha

● **Executado** – Flávio Aledias (34 anos) encontrava-se na Rua Torres de Oliveira, no Encantado, próximo ao Supermercado Guanabara, quando dois homens que ocupavam um carro escuro o executaram com oito tiros de calibre 45. O crime foi presenciado por um transeunte que, entretanto, não conseguiu anotar a placa do veículo que conduzia os criminosos.

● **Fogo** – Ubirair Frazão dirigia o caminhão de placa RJ-RE 7280, com inúmeros fardos de estopa, avaliados em NCz$ 20.000,00. De repente, parte da carga incendiou-se, o que provocou um engarrafamento de mais de 4 km ao longo da Ponte Rio-Niterói. De acordo com o ajudante Sérgio Jorge Teixeira de Oliveira, alguém teria atirado uma ponta de cigarro num dos fardos, provocando o incêndio. A carga era de propriedade da Fábrica de Estopas Gregoriana, localizada em Vaz Lobo e seria distribuída a diversos revendedores de Niterói.

● **Doente** – Acometido por uma crise, o doente mental Marcelo da Silva (22 anos) despiu-se completamente em frente à residência, na Rua Tavares Bastos, Flamengo. Armado com duas facas, anunciou que atearia fogo ao butijão de gás, ao mesmo tempo que ameaçava as pessoas que tentavam impedir a sua entrada em casa. Com a chegada dos bombeiros, o rapaz foi, afi-

● **Baleada** – Valdete Soares de Melo (23 anos) estava em Belford Roxo quando um homem de cor preta, alto, de 30 anos presumíveis, fez-lhe um convite indecoroso. Reagiu prontamente e o estranho não fez por menos: deu-lhe um tiro no peito e fugiu. Valdete encontra-se internada no Hospital Getúlio Vargas.

● **Esmagados** – A carreta de placa RJ-VM 6191 havia sido carregada com dezenas de caixas de cerveja e o caminhão-guincho, placa RJ-JM 6902 a içava para acoplá-la ao "cavalo-mecânico". Otton Ribeiro de Andrade (38 anos) vistoriava no momento a carroceria do guincho quando a carreta soltou-se acidentalmente e o atingiu em cheio, causando-lhe morte por esmagamento.

● **Muitos tiros** – Um homem de 30 anos, mais ou menos, foi encontrado sem vida na Rua Salvatore, em frente ao prédio 2338, bairro Colubandê. A vítima apresentava muitas perfurações produzidas por tiros. Segundo as autoridades policiais da 72ª DP, o homem teria sido executado por marginais ligados ao tráfico de drogas.

● **No pescoço** – O motorista Iranildo Martins da Silva (42 anos) estava desempregado. Residia na Rua Rodrigues Arção, 983, Nova Iguaçu. Ontem, por volta das 6 horas da manhã, saiu de casa para comprar jornal. Na

● **Tirado do ônibus** – Quatro homens mascarados invadiram no início da madrugada de ontem um ônibus da empresa Vera Cruz, que fazia a linha Belford Roxo Lote 15, na Avenida Joaquim da Costa Lima, e arrancaram um passageiro do coletivo. Era Everaldo Florêncio de Franco, de 21 anos, que residia na Rua Esopo, 158, no bairro Vale do Ipê, e que foi arrastado pelos criminosos até a avenida São Francisco (Nova Iguaçu), onde, em frente ao número 89, foi executado com muitos tiros. Policiais da 54ª DP (Bolford Roxo) estiveram no local, mas não conseguiram nenhuma pista dos criminosos.

● **Menor preso** – O Grupamento Especial de Praia que fazia ronda ontem à tarde na altura do Posto 9 em Ipanema prendeu em flagrante o menor WCO, 14 anos, que havia furtado a mochila do banhista Marco Antonio de Souza, que continha óculos, tênis e máquina calculadora, além de NCz$ 88,10. O menor, que foi preso pela quarta vez nos últimos meses por prática de furto e disse morar no Morro do Cantagalo, aproveitou-se do momento em que Marco Antonio se afastara de seus pertences para dar um mergulho e pegou a mochila. Depois de muito corre-corre, os soldados Oliveira, Raimundo, e o Cabo Bezerra, todos do 23ºBPM, Gávea, prenderam o menor e o levaram para o Batalhão, de onde ele será encaminhado para a Delegacia de Serviço de Proteção ao Menor – DSPM.

O DIA
Data 15/11/89
Caderno 1 Pág. 10

Gang de Rambo teria matado 10 pessoas

DUQUE DE CAXIAS (Sucursal) – A Polícia desta cidade, que há dias se vê às voltas com uma verdadeira "guerra" entre traficantes, nas favelas do Lixão e Vila Ideal, livrou ontem da morte o cobrador Sérgio Dias, de 24 anos, encontrado amarrado num barraco da primeira favela. Ele havia sido agarrado pelos muitos homens da quadrilha do traficante **Chiquinho Rambo** – atualmente preso no complexo penitenciário Bangu I –, que invadiram as duas favelas, tentando sufocar os traficantes **Sempre** e **Celinho**, e estava com sentença de morte decretada. Sérgio, na favela, é conhecido como **Brother**. Segundo a Polícia, tem envolvimento com os traficantes da área.

A Polícia está investigando a informação de que os invasores, que voltaram ontem de madrugada às favelas, usando um caminhão amarelo, teriam assassinado oito pessoas – além de Erivaldo Adelino Paixão e Naida Lúcia da Silva, cujos corpos foram resgatados –, que foram atiradas nas águas poluídas do Canal Meriti, que separa as duas favelas. Além disso, os invasores são acusados também de provocar tiroteios a todo momento e torturar mulheres e crianças para que apontem as pessoas ligadas aos traficantes da área.

Ontem de madrugada, logo depois do tiroteio, a Polícia voltou às duas favelas e prendeu dois suspeitos. Tratava-se do camelô Paulo Sérgio de Souza, de 29 anos, e Isnar Samuel de Oliveira, de 21, que foram levados para a 59ª DP. Só que eles tiveram que ser colocados em liberdade, pouco depois, já que contra eles não havia acusação alguma.

O DIA
Data 10/11/89
Caderno 1 Pág. 8

Arrancado do ônibus e morto por 8 homens

NOVA IGUAÇU (Sucursal) — Oito homens que ocupavam um Gol e uma moto CB 400 arrancaram o mecânico Renato Ferrari da Silva, de 24 anos, do interior de um ônibus da Viação São Jorge, linha Miguel Couto–Nova Iguaçu, onde viajava com sua companheira Sulamita Silva de Oliveira, 31 anos. Depois de espancado, ele foi morto com vários tiros na Rua Macário, em frente ao número 4, próximo à linha férrea, em Miguel Couto.

Por volta das 22 horas de anteontem, o Gol e a moto "fecharam" o coletivo, que passava na Estrada do Ambaí, na Posse, os homens saltaram, foram até o banco onde Renato estava sentado e levaram-no para o carro. Nenhum outro passageiro foi tocado pelo bando.

O DIA
Data 10/11/89
Caderno 1 Pág. 8

Pai-de-Santo – Luiz Cláudio Herculano de Oliveira, de 25 anos, o **Pai-de-Santo**, foi encontrado morto ontem, no Morro da Chatuba, em Mesquita, com diversos tiros pelo corpo. Luiz Cláudio já esteve preso na delegacia local (53ª DP) por tráfico de drogas, assalto e estupro. Era um dos remanescentes da quadrilha do **Guará**, traficante morto há cerca de 3 meses na mesma área por desconhecidos.

O DIA
Data 9 / 11 / 89
Caderno 1 Pág. 30

Executado – Paulo César dos Santos (24 anos) foi executado a tiros na Avenida Irmãos Guinle, em Queimados, e os policiais da 55ª DP não conseguiram apurar nada em torno da ocorrência.

Morto em casa – Dois homens, um mulato barbudo e outro encapuzado, invadiram na madrugada de ontem a casa número 126 da Rua Sueli no Bairro Vila Tânia, em Comendador Soares, e mataram a tiros Sérgio Cezário, de 22 anos. O crime foi presenciado pelo irmão da vítima, Augusto Cezário, 26 anos, que contou aos policiais que os matadores entraram na residência, deram os tiros e foram embora.

Segundo o inspetor Santos, da 56ª DP (Comendador Soares), Sérgio tinha várias queixas na delegacia de seu próprio irmão e da mãe acusando-o de espancamento.

Mais um – Na "guerra" entre traficantes de drogas que vem sendo travada pelo controle dos pontos existentes nas favelas do Lixão e Vila Ideal, em Duque de Caxias, mais um tombou sem vida, depois de trocar vários tiros: Erivaldo Adelino Paixão, o **Cabeludo** (21 anos).

O DIA
Data 8 / 11 / 89
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

Menina afogada na piscina

A menina Vera Lúcia Gomes Veríssimo (13 anos) estava brincando em sua residência, na Estrada da Fazenda da Tutóia, no Rancho Samurai, em Rio Bonito, enquanto sua mãe, Luzia Veríssimo, cuidava dos afazeres domésticos. Lá para as tantas, entretanto, ela precisou comprar alguns mantimentos numa "vendinha" não muito distante do rancho e, quando voltou, encontrou o corpo da filha boiando nas águas da piscina. As autoridades policiais de Araruama tomaram conhecimento.

● **Panela** — Moradores do apartamento 404 da Rua Riachuelo, 119, centro, saíram de casa e esqueceram uma panela no fogo. Não demorou muito e a fumaceira assustou os vizinhos. O fogo envolveu em poucos minutos a cozinha e, antes da chegada dos bombeiros, Isaías Miranda (29 anos), que faz parte da brigada anti-incêndio, da Embratel, conseguiu entrar no local, com ajuda de vizinhos. De posse do extintor do prédio, em poucos minutos dominou o incêndio.

● **Presos** — Dez presos que se encontravam no xadrez nº 6 da Delegacia de Vigilância e Capturas da Baixada serraram as grades e tentaram a fuga sendo, entretanto, dominados pelos policiais de plantão, que desconfiaram do barulho e resolveram conferir com a ajuda de policiais do 20º BPM, que chegaram como reforço, a situação foi controlada.

● **Desastre** — O Escort GL bege metálico, placa XJ-7231, dirigido por um motorista ainda não identificado, provocou um grande engarrafamento ontem pela manhã, na Avenida Brasil, na altura de Parada de Lucas, ao colidir com o ônibus da Viação Auto Diesel Ltda., linha Marechal Hermes–Castelo, placa XM-6406, e com o caminhão-tanque, carregado com combustível da Petrobrás, placa AV-3011. Não houve feridos, mas o motorista do Escort, após bater nos dois outros veículos, saiu correndo e abandonou o carro no meio da pista, causando o engarrafamento. Segundo Severino Martins da Silva, 56 anos, motorista do ônibus, que transportava dez passageiros do Centro para Marechal Hermes, o Escort trafegava pela pista seletiva, em alta velocidade, colidindo contra a mureta de separação da pista e depois contra o ônibus e o caminhão. O carro rodopiou várias vezes. Assim que conseguiu controlá-lo, o motorista o abandonou na pista e saiu correndo, ainda tonto. Policiais do Batalhão da Polícia Rodoviária, que providenciaram o reboque do veículo, encontraram no seu interior um revólver calibre 38, e desconfiam que ele tenha sido roubado. No seu pára-brisa dianteiro havia um adesivo da Secretaria de Polícia Civil do Estado.

● **Motel** — Foi encontrado morto com vários tiros no início da manhã de ontem Luiz Otávio Ermida dos Santos, 23 anos, num terreno baldio localizado atrás do Motel Champion, início da Via Dutra.

● **Cadáver** — Populares que saíam para trabalhar na manhã de ontem encontraram o cadáver de um homem preto, inteiramente nu, aparentando 20 anos, com vários tiros pelo corpo, em frente ao número 30 da Rua Hercília de Jesus, no Bairro Mangueira, em Comendador Soares.

● **Forró** — Um homem pardo, aparentando 30 anos, vestindo uma bermuda estampada azul e camisa marrom, foi encontrado morto a tiros na Avenida Governador Roberto Silveira, próximo ao **Forró do Xaxadão**, no centro de Nova Iguaçu.

● **Dois homens** — Mário de Souza, de 20 anos, e um homem pardo, que vestia calça jeans e camisa verde, foram encontrados crivados de tiros de escopeta no quilômetro 56 da linha férrea do ramal de Japeri, na altura da Estação de Engenheiro Pedreira. Detetives da 55ª DP (Queimados) conseguiram apurar apenas que Mário morava na Estrada Daniel, 820, no Bairro Santa Terezinha, também em Queimados.

● **Mais dois** — Luiz Eduardo da Silva Marinho, de 24 anos, o **Russinho**, que morava na Rua Albertino Garreiro, 71, no Bairro Ouro Verde, em Comendador Soares, foi morto a tiros na madrugada de ontem junto com um homem branco, que vestia apenas uma bermuda branca, na Rua Leopoldo Domingos, em frente ao número 139, no mesmo bairro onde a primeira vítima residia.

● **Facadas** — Antonio José da Silva (56 anos) encontrava-se na porta da residência, localizada na Rua Guerra Junqueira, Lote 21, Quadra 98, Bairro 7 de Abril, Paciência, quando foi assassinado com várias facadas.

O DIA
Data 9 / 11 / 89
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

Embarcaram morto no táxi

O motorista Júlio César Barbosa dos Santos (25 anos) dirigia o táxi de sua propriedade, placa RJ-TN 4367, na Ilha do Governador, à procura de passageiros. De repente, no Cocotá, quatro homens sinalizaram para que parasse. Obedeceu. O que comandava o grupo queria uma "corrida" até a Estrada do Dendê. Júlio César concordou imediatamente.

Quando o veículo trafegava próximo à Praia da Rosa, entretanto, recebeu a ordem de parar "bem ali", onde estava o cadáver de um homem. Embora estranhando, parou. O que dava as ordens sacou do revólver – sendo imitados pelos companheiros –, e mandou que transportasse o cadáver para bem longe e nem pensasse em voltar. Sem outra alternativa, Júlio colocou o defunto no carro e, para não morrer, deu a partida, afastando-se do local.

Depois de rodar com o morto, Júlio encontrou uma cabine da PM, no Cocotá, e contou o seu drama. Acompanhado, agora, por um dos policiais, levou o cadáver para o Hospital Paulinho Werneck, onde os médicos constataram o óbito, sendo a vítima identificada como Severino Araújo de Santana (34 anos). Apresentava várias perfurações produzidas por tiros, além de marcas de sevícias.

Depois de ouvido pelas autoridades policiais da 37ª DP, Júlio César foi considerado inocente e liberado. A vítima residia na Rua Boavista, Favela do Morro do Dendê.

● **Traficante** – Policiais da 21ª DP encontraram, ontem, o cadáver do traficante de drogas conhecido como **Tavinho**, dono de várias bocas-de-fumo na Favela da Varginha, em Manguinhos. **Tavinho** havia sido metralhado nas proximidades do Ciep da Rua Leopoldo Bulhões, provavelmente por outro traficante, identificado como **Quito**, da Vila Pinheiro, em Bonsucesso. De acordo com as autoriades policiais da 21ª DP, **Tavinho** foi quem chefiou o assalto à Fiocruz, de onde roubou NCz$ 292 mil.

● **Desconhecido** – Populares encontraram o cadáver de um homem na Rua Pereira Nunes, esquina com a Rua Baltazar Lisboa, Aldeia Campista. A vítima apresentava várias perfuraçõs produzidas por tiros e os matadores seriam dois motoqueiros.

● **Baleada** – Maria Aparecida Vieira, residente na Rua Tenente Abel Cunha, 110, casa 3, Jardim Higienópolis, foi encontrada ferida no ombro direito com um tiro. Socorrida pelo PM Waldemir Conceição Alves, lotado no 22ª BPM, Maria encontra-se internada no Hospital Sousa Aguiar, depois de receber os primeiros socorros no Hospital Geral de Bonsucesso. Maria é mulher do cabo PM Celso de Almeida Quaresma e as autoridades policiais não sabem ainda se ela foi baleada pelo policial ou se tentou o suicídio. A arma – um **Taurus** de calibre 38 – foi apreendida.

● **Suicídio** – Antonio Francisco do Nascimento (aposentado) foi repelido em seus carinhos pela companheira Enedina Francisca da Conceição (58 anos) e, por isso, agrediu-a com uma barra de ferro, além de esfaqueá-la nas costas. Praticada a violência, na casa do casal, localizada na Rua do Sapateiro, 56, Vila José Tobias, Magé, Antônio suicidou-se próximo a um campo de futebol, ingerindo grande quantidade de um medicamento. Enedina – que era casada com o aposentado há 7 meses, recebeu socorros na Casa de Saúde de Piabetá, e, em seguida foi removida para o Hospital Getúlio Vargas. A 70ª DP registrou.

● **Afogado** – Alcimar Teodoro Tavares, de 17 anos, estava empenhado na limpeza de um lago artificial para cria de peixes, de dois metros de profundidade, no Sítio Nossa Senhora Aparecida (Rua Paulino Siqueira, Rio Bonito), quando perdeu o equilíbrio e caiu, morrendo afogado. Meia hora depois, moradores do sítio deram por sua falta e encontraram o corpo.

● **Desaparecido** – Paulo Roberto Cardoso Machado, de 23 anos, está desaparecido há 2 anos e meio, quando morava em Beira do Taí, em Campos. Ele é moreno, alto, forte, usa cabelo curto e tem olhos castanhos. Sua mãe, Maria Cardoso Machado, está adoentada e a irmã Josete Cardoso Machado, residente à Rua Veríssimo Machado, 137 fundos, Rocha Miranda, 60, está fazendo um apelo para quem souber do seu paradeiro comunicar através do telefone 252-1536.

● **Assalto** – Três homens armados assaltaram ontem a Loja da Cyticol, na Rua Carvalho de Sousa, 322, em Madureira, de onde fugiram com a quantia de NCz$ 8.550. Os ladrões dominaram empregados e clientes e exigiram que todo o dinheiro fosse colocado dentro da mochila que um deles conduzia.

● **Paralelepípedo** – Populares encontraram o corpo de um homem na Estrada da Venda Velha, em São João de Meriti e acionaram o guarda ferroviário Marcos Antunes da Silva que, por sua vez, comunicou o fato às autoridades policiais da 64ª DP. A vítima apresentava inúmeros ferimentos na cabeça e no corpo em conseqüência de golpes de paralelepípedo. Ao lado do cadáver, havia um certificado de reservista do Exército, em nome de Adeílton Félix da Silva (26 anos), que seria a identidade do morto.

● **Documentos** – O inspetor Darci de Oliveira Soares, lotado na 1ª DP, Praça Mauá, perdeu no domingo, em Araruama, o distintivo de policial e a carteira funcional, e pede a quem os encontrou, entrar em contato pelos telefones 263-6080 ou 263-5831. O fato está registrado na 124ª DP, Araruama.

● **Pedreiro** – O pedreiro Edilson Domingos, de 26 anos, foi encontrado morto ontem, com vários tiros no peito e na cabeça, num trecho da Rua Otacílio Pessoa, no Bairro Novo Horizonte, neste município. Segundo seu pai, Sebastião Domingos, ele chegara em casa no domingo passado dizendo que iria sair de volta, pois havia recebido algum dinheiro e iria pagar uma dívida. Foi e não voltou. Sebastião só soube de sua morte ontem, quando amanheceu o dia, avisado por conhecidos da família. O registro é da 57ª DP (Nilópolis), que vai investigar.

● **Soldado PM** – Quatro desconhecidos que ocupavam, no final da madrugada de ontem, um fusca vermelho cuja placa ninguém conseguiu anotar, mataram a tiros o soldado da PM reformado Dorival Barbosa Magalhães, de 39 anos, em frente a um dos muitos bares existentes ao longo da Avenida Joaquim da Costa Lima, que liga o Centro de Belford Roxo a localidade de Lote XV, no Parque São Vicente. Algumas pessosa que passavam pelo local, a caminho dos pontos de ônibus para tomar condução, ainda chegaram a ver quando o militar reformado foi abordado pelos criminosos recebendo três tiros. A 54ª DP (Belford Roxo) fez o registro, e não tem nenhuma pista para iniciar as investigações.

● **Dois tiros** – O corpo de um homem preto, com 29 anos presumíveis, vestindo bermuda preta, foi encontrado morto na manhã de ontem com dois tiros (um) na cabeça, e peito, na Estrada do Amaral, em Nova Iguaçu. Segundo populares, o desconhecido teria sido executado por dois homens em um fusca branco. A 52ª DP (Nova Iguaçu) registrou.

O DIA
Data 6 / 11 / 89
Caderno 1 Pág. 8

10 homens assassinados a tiros em Nova Iguaçu

Reprodução



Paulo Ramos

NOVA IGUAÇU (Sucursal) – Cinco homens que freqüentavam o forró Do Pouca Telha, foram mortos separadamente, na madrugada de ontem por ocupantes de um Gol, de um Passat e de um Fusca, vistos por várias pessoas em diversas ruas do bairro Cerâmica, um dos mais violentos deste município. Das cinco vítimas, a única que tinha carteira de trabalho assinada, como auxiliar de serviço gerais de uma firma em Vigário Geral, Paulo Ramos, 39 anos, também foi o único assassinado por tiros de revólver calibre 38. As outras vítimas, Edmilson Correia Dias, 23 anos, Daniel Sampaio Rocha, Gustavo da Silva Caetano, 35 anos, e Gilson Correia Alves, 28, foram mortos a tiros de escopeta na cabeça e peito. Para os detetives da 52ª DP (Nova Iguaçu), os crimes foram praticados por um grupo de extermínio que atua na área.

As vítimas

Os primeiros a caírem foram os amigos Edmilson e Daniel, em frente a uma birosca, na Rua São Jorge. Daniel morava na Rua Professor Leonardo no próprio bairro, e Edmilson na Rua São Joaquim em Ponto Chic. Em frente da casa deste, três ruas depois, foi assassinado Gustavo da Silva, dono de uma birosca e biscateiro, nas horas vagas. No banheiro anexo ao Bar Asa Branca, na Rua Geni Saraiva, foi encontrado o corpo de Gilson, cujo rosto estava deformado por tiros de escopeta. Um homem dizendo-se soldado PM do DPO de Cabuçu, e irmão da vítima, afirmou que soube que, momentos antes de morrer, Gilson jogava sinuca em companhia de uma mulher loira com cicatriz de navalha no rosto, e assídua freqüentadora do Forró **do Pouca Telha**, onde normalmente os bailes acabam em tiros e brigas.

O último a ser morto, foi Paulo Ramos, assassinado na Rua Delfino sem número, em um terreno baldio. Sua irmã, Lucilena Ramos, 37 anos, disse que Gilson freqüentava o forró e que os moradores viram os carros cujas placas e cor não foram anotadas, rondando a área durante toda a madrugada.

Mais cinco

Flávio Magalhães, de 19 anos, Cláudio Pereira Siqueira, de 25, e Luciano Rodrigues Melo, de 18, foram encontrados mortos a tiros na madrugada de ontem dentro de um Gol branco sem placa, estacionado na Rua Doutor Simão, no bairro Carmari, em Nova Iguaçu. No centro da cidade, esquina das Ruas Caçapava com Martins, foi abatido, também a tiros, Frederico Geraldo da Silva, de 37 anos. Em outro crime, na Rua Lourenço Dias, no bairro de Caioaba, foi assassinado um homem negro, com 25 anos presumíveis, encontrado vestido apenas com uma bermuda branca e sem documentos. Os casos foram registrados na 52ª DP (Nova Iguaçu), onde não há pistas dos assassinos.

O DIA
Data 3 / 11 / 89
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

PM e detetive assassinados

O detetive Egberto Gomes de Mendonça Júnior, de 26 anos, foi morto, na madrugada de ontem, com um tiro na nuca, quando tentava abordar quatro homens suspeitos que estavam dentro de um Santana, estacionado próximo à esquina da Rua José Higino com Avenida Maracanã. Egberto estava em companhia de Alfredo Pereira da Silva, de 23 anos, que também foi ferido, com um tiro no peito, sendo removido para o Hospital do Andaraí, onde foi operado. Os dois bebiam num bar próximo ao local do crime quando o policial viu o Santana com seus ocupantes em atitude suspeita. Ao se aproximar, houve a reação, a tiros. Quando procurou fugir, recebeu um tiro, o mesmo acontecendo com Alfredo. Egberto, lotado na Academia de Polícia, não estava de serviço. O caso foi registrado na 19ª (Tijuca).

● **Soldado PM** — O soldado PM Rivaldo José França Costa, 37 anos, que servia no 9º BPM (Freguesia), foi assassinado, com vários tiros nas costas, quando conversava com amigos, na madrugada de ontem, em uma birosca na esquina da Estrada Luís de Lemos com Rua Antônio Pacheco em Miguel Couto. O irmão do PM, Ronaldo França, muito nervoso, contou que Rivaldo tinha 12 anos de Corporação e, atualmente, trabalhava como guarda de trânsito na Praça Seca, Jacarepaguá. Segundo ele, o soldado chegou em casa, na Rua Flecha 55, no Bairro Nova América, em Miguel Couto, quarta-feira à noite, trocou de roupa e saiu. O dono da birosca, José Gomes da Silva, embora estivesse na hora no local, afirmou não ter visto nada, enquanto que o irmão do soldado, sem maiores explicações, dizia ser o baixo salário que a PM paga o principal culpado do assassinato de Rivaldo.

● **Mistério** — Marco Aurélio Rodrigues de Carvalho, de 21 anos, foi morto a tiros, ontem à noite, em frente ao número 334 da Rua Monte Azul, no Jardim Paraíso, em Campo Grande. Segundo testemunhas, os assassinos eram dois homens. Um estava de bicicleta, abandonada no local, e outro a cavalo. O crime está em mistério para a 35ª DP – Campo Grande.

● **No fundão** — Um homem ainda não identificado, negro, de 35 anos presumíveis, foi encontrado morto, no fim da noite de anteontem, no pátio da Cidade Universitária do Fundão. A vítima apresentava marcas de espancamento no rosto e de cordas no pescoço, indicando que teria sido afixiada. O caso foi registrado na 37ª DP (Ilha).

● **Atropelado** — Severino Batista de Lira, de 79 anos, morreu, na madrugada de ontem, ao dar entrada no Hospital Miguel Couto, vítima de atropelamento na Avenida Niemeyer. Severino foi atropelado pelo ônibus da linha 177 (São Conrado–Estrada de Ferro), placa XM-6579, conduzido por Ailton Ferreira Terra, de 32 anos.

● **Assalto** — Baleado na coxa esquerda, João Horácio, de 52 anos, morreu, na madrugada de ontem, ao dar entrada no Hospital Souza Aguiar. Horácio foi baleado próximo à sua casa, na Rua Carlos Seidl 4, quadra 16, no Caju, para onde se dirigia. Ele foi internado por dois homens armados de revóveres. Ao tentar fugir, foi baleado. O caso foi registrado na 17ª (São Cristóvão), onde ainda não há pista dos criminosos.

● **Tiroteio** — Agentes P-2 (secretos) do 4º Batalhão da Polícia Militar realizam ontem diligência no Morro da Providência, Bairro da Saúde, após violento tiroteio, ninguém saiu ferido, – prenderam o traficante Roberto Chagas, 22 anos, com quem encontraram 166 trouxinhas de maconha, 178 papelotes e mais um saco com 15 gramas de cocaína. Embora a incursão policial tivesse reiniciado na parte da tarde, o marginal só foi levado às 22 horas para a Delegacia de Entorpecentes, depois de a Polícia Federal ter se recusado a aceitar o flagrante. Os PMs também prenderam outros quatro suspeitos que foram liberados por nada ter sido comprovado contra eles.

● **Mulher** — Solange Pereira Lima, de 27 anos, foi morta, na madrugada de ontem, com quatro tiros, na Rua João da Mata Peixoto, em Nova Cidade, Nilópolis. Policiais da 57ª DP (Nilópolis), onde o caso foi registrado, desconfiam que o crime tenha sido cometido por traficantes do bairro, com quem a vítima estaria envolvida. Solange morava na Rua Quintino Bocaiúva 45, casa 1, próximo ao local onde foi abatida.

● **Outra** — Populares encontraram na manhã de cntem, o corpo de uma mulher negra, de 25 anos presumíveis, estendido no chão da Rua Pompéia em frente ao número 448, em Engenheiro Porto. A mulher que vestia calça de lycra branca, camisa amarela e calçava um tênis azul, tinha várias perfurações de bala pelo corpo.

● **Bicheiro** — Policiais da 27ª DP (Vicente de Carvalho) vão investigar a morte do bicheiro Edson Viveiros Rodos Santos, o **"Ratinho"**, de 33 anos, assassinado a tiros na Av. N. Srª da Penha, em frente à casa 144. Ele chegou a ser levado ao Hospital Getúlio Vargas, onde disse que foi baleado pelos ocupantes de um "Gol" beje, cuja placa não pôde identificar. Há cerca de 1 ano, outro bicheiro foi morto naquele mesmo local.

● **Trificante** — Antônio Isaías, 31 anos, foi preso quando passava 30 trouxinhas de maconha para o traficante **Celsinho** no Beco do Cruzeiro, em Vila Vintém. Ele se encontra detido na 33ª DP (Realengo), enquanto que **Celsinho** consegui escapar. O 14º BPM vem fazendo o cerco ao traficante nos últimos dias e espera capturá-lo breve.

O DIA
Data 1 / 11 / 89
Caderno 1 Pág. 8

Brincadeira dá em morte

O surfista ferroviário Carlos Roberto da Silva, de 29 anos, morreu por volta das 8 horas de ontem, ao cair do alto de um trem do ramal de Nova Iguaçu. Segundo testemunhas, vários outros surfistas faziam exibições no teto da composição quando, ao chegar na Estação de Ricardo de Albuquerque, a vítima perdeu o equilíbrio e caiu, morrendo na hora.

● **No Metrô** – Édson Olegário da Silva, de 21 anos, foi baleado na coxa direita por seguranças do Metrô durante a madrugada de ontem, quando, em companhia de um comparsa que conseguiu fugir, invadiu um dos escritorios do Centro de Manutenção do Metrô, na Avenida Presidente Vargas, 2700, após quebrar a vidraça de uma das janelas, próxima ao chão. Os seguranças ouviram o barulho do vidro sendo quebrado e foram conferir. Viram, então, dois homens fugindo, um deles carregando um saco contendo material roubado do escritório. Algum tempo depois, Édson Olegário voltou e tentou, novamente, penetrar no local. Foi baleado na coxa direita e conduzido para o Hospital Souza Aguiar em uma Veraneio da própria empresa, placa RJ-2301. O supervisor de vigilância do Metrô, Renato José da Silva, não soube especificar o material que foi roubado, nem revelou a identidade do segurança que fez o disparo. O registro foi feito na 6ª DP – Cidade Nova.

● **Taxista** – O motorista Carlos Augusto Martins, 27 anos, foi baleado no pescoço quando dirigia o seu táxi, a Brasília placa TN-9505, na madrugada de ontem, pela Avenida Mem de Sá, no cruzamento com a Gomes Freire no Centro. O agressor (não identificado) deu dois tiros na direção do taxista atingindo-lhe o pescoço de raspão, e estilhaçando os vidros do veículo.

Após ser atingido, Carlos perdeu a direção do carro e bateu em dois automóveis que estavam estacionados em frente à Boate Carrossel. Eram o Del Rey, placa XE-6640, de Manoel Louzada Blanco, dono do Bar-Bilhar Velha Lapa, situado ao lado da boate, e o táxi Volks placa TQ-2499, de José Carlos Drumond Diniz. Levado para o Hospital Souza Aguiar, Carlos Augusto foi medicado e está fora de perigo. A 5ª DP-Mem de Sá registrou o fato.

● **Espancada** – A comerciária Delmira Lopes da Silva, de 34 anos, deu entrada no Hospital Getúlio Vargas com todo o corpo marcado por socos e pontapés dados pelo ex-companheiro, Antônio Moraes, de 43, guarda de segurança de uma empresa de valores. A vítima, que reside na Rua Aristóteles Ferreira, em Inhaúma, registrou a ocorrência na 27ª DP (Vicente Carvalho), mas até o início da tarde de ontem os policiais não sabiam do paradeiro do agressor.

● **Baleados** – Renato Francisco de Souza, de 19 anos, e Sílvio Gomes, de 44, deram entrada no Hospital Getúlio Vargas, com um tiro nas costas e no rosto, respectivamente. As vítimas contaram aos policiais de plantão que estavam no interior da Favela de Parada de Lucas quando foram atingidas ao passar próximo ao campinho de futebol na Rua 1º de Maio, onde havia um tiroteio. O registro foi da 39ª DP – Pavuna.

● **Blitz** – Cinco pessoas foram detidas e 120 papelotes de cocaína apreendidos durante uma blitz na Rocinha, realizada na madrugada de ontem, pelos policiais do 23º BPM (Leblon). A droga foi encontrada na casa nº 199 da Estrada da Gávea, em poder de Marcos Belo da Silva, de 26 anos, que inocentou os parentes. O traficante foi levado para o xadrez da 15ª DP (Gávea).

● **Desovado** – Com vários tiros na cabeça, o cadáver do faxineiro Gilberto Soares, de 21 anos, foi encontrado no banco traseiro do Gol placa UY-2137, roubado na jurisdição da 23ª DP-Méier e deixado na esquina das Avenidas Brasil e Londres, ao lado do Hospital Geral do Inamps de Bonsucesso. Na Carteira de Trabalho da vítima havia uma anotação referente ao seu último emprego, no Condomínio Beata II. Investigações a cargo da 21ª DP-Bonsucesso.

● **Videopôquer** – O cabo Roberto Alves, comandante da RP 54-0566, do 16º BPM, estourou uma casa de jogatina que funcionava na esquina das Ruas Tibiriçá e Jequiriçá, na Penha, onde havia oito máquinas de videopôquer. Ao comunicar a ocorrência às autoridades da 22ª DP-Vila da Penha, entretanto, o cabo Alves informou tratar-se apenas de sucata. O delegado Henrique Sampaio achou estranha a atitude do policial militar e mandou periciar o material apreendido. O imóvel, segundo consta, é propriedade de Marci Anastas Malares.

● **Santa Cruz** – Dois homens não identificados mataram com tiros na cabeça anteontem à noite, na Rua Três, em Santa Cruz, Paulo Silva Araújo, 24 anos, que morava na mesma rua. Ele ainda foi levado com vida para o Hospital Getúlio Vargas, onde morreu quando era medicado.

● **Queimado** – Perto de sua casa, na Rua Quinze, Conjunto da Liberdade, em Santa Cruz, foi assassinado anteontem à noite com tiros no rosto Luís Marcos de Araújo, 29 anos, que teve seu corpo queimado. O pai de Luís Marcos, Luís Barros, disse ao detetive Maury Barbosa, da 36ª DP, que há mais de 4 anos não via o filho, mas sabia ele era assaltante e traficante de tóxicos.

● **Biscateiro** – Desaparecido desde sábado, o biscateiro Gessi Cardoso dos Santos, 24 anos, foi morto ontem num trecho do Areal Brasil, que começa na altura do Km 8 da Estrada de Japeri. Gessi foi assassinado com dois tiros na cabeça, e residia na Estrada Miguel Pereira, 300, em Nova Belém, Vila de Seropédica. Segundo sua mãe, Maria da Guia Costa, viúva e de 55 anos, ela soube da morte do filho através da vizinha Amélia. Gessi costumava fazer biscates num depósito de bebidas de um tal Vidal, em Seropédica.

Os policiais da 48ª DP souberam que Gessi no sábado havia recebido pagamento e deveria voltar no domingo. Na noite de sábado ele saiu para uma festa de casamento e foi morto. A Polícia acredita em assalto, porque só encontraram seus documentos.

O DIA
Data 1 / 11 / 89
Caderno 1 Pág. 8

Delegado preso em blitz contra roubo de carros

Policiais da Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis realizaram uma batida na noite de segunda-feira, na Baixada Fluminense, tentando desbaratar uma quadrilha de ladrões de carros ligada aos diversos depósitos de ferro-velho espalhados ao longo da Rodovia Presidente Dutra. Na batida, o delegado aposentado José Malvão de Araújo foi detido quando dirigia um Gol branco, suspeito de participar dessa gang que, segundo investigações policiais, age em conjunto com mais de 60 ferros-velhos.

José Malvão foi levado para a DRFA, onde prestou depoimento, sendo liberado. Não houve flagrante, apesar de a Polícia garantir que o carro que ele estava utilizando tinha a placa remarcada.

Algumas peças de carros foram apreendidas pelo delegado-titular da DRFA, Luis Mariano, para perícia – entre elas placas de automóveis, recolhidas de latarias velhas nos ferros-velhos. Não houve nenhuma prisão. Ontem, os policiais da Delegacia de Roubos e Furtos realizaram uma nova batida durante a manhã, mas não tiveram êxito, segundo informou o diretor do Departamento de Polícia Especializada (a cuja DRFA é subordinada), Álvaro Luís.

José Malvão de Araújo está aposentado há mais de 5 anos (tem mais de 60 anos de idade) e serviu muito tempo em diversas delegacias da Região dos Lagos do Estado. Ele era delegado do antigo Estado do Rio de Janeiro (antes da fusão).

O DIA
Data 31/10/89
Caderno 1 Pág. 8
1ª folha

REGISTRO POLICIAL

Baleada no ponto de ônibus

Leonídia Almeida de Carvalho, 64 anos, deu entrada no Hospital Getúlio Vargas com um tiro na perna direita. Ela disse aos policiais de plantão que estava num ponto de ônibus da Rua Agrônrio de Menezes, próximo ao número 333, em Vaz Lobo, quando foi atingida por uma bala perdida. Leonídia contou que dois pivetes fugiam do ônibus da linha 711, Rio Comprido – Rocha Miranda, quando foram perseguidos por um Escort vermelho de onde foram disparados os primeiros tiros. Ao tentar fugir, correndo para o outro lado da rua, Leonídia foi atingida. O registro foi da 29ª DP (Madureira).

● **Correios** – Três homens armados assaltaram a agência dos Correios da Rua Maria Lopes, no Shopping Center de Madureira. Os assaltantes levaram três malotes com dezenas de cartelas de tíquetes-de-leite, e fugiram num Escort cinza placa XY 9810. O registro foi da 29ª DP (Madureira).

● **Traficante** – Nilson Gonzaga de Matos, 22 anos, foi preso na manhã de ontem com seis quilos de maconha embrulhados em vários sacos plásticos, na Rua Índia, em Palmiras, Cabo Frio. O traficante falou aos policiais da 133ª DP (Cabo Frio) que a maconha era trazida de Recife para Cabo Frio, onde Nilton trabalhava como caseiro, para então ser distribuída pela Região dos Lagos. Segundo os policiais da 133ª DP, o traficante é foragido da Delegacia de Sete Lagos, Minas Gerais, onde teria que cumprir uma pena de 5 anos por tráfico de drogas.

● **Arrombador** – Silvio Silva Soares, o **Gaguinho**, 20 anos, foi preso por policiais da 133ª DP (Cabo Frio) quando conduzia um Fusca cheio de eletrodomésticos roubados de diversas casas de veraneio da cidade. Levado à Delegacia, **Gaguinho** disse que apenas no bairro Canal da Ogiva já havia arrombado sete residências. Ele confessou que o produto do roubo era entregue ao açougueiro Benedito de Souza, o Bené, 22 anos, que também foi preso. Os objetos apreendidos com o ladrão estão na DP para que as pessoas cujas casas foram arrombadas reconheçam seus pertences.

● **Facada** – Um homem não identificado pela Polícia foi morto com uma facada no peito por um desconhecido, quando saía de uma festinha na Avenida Gomes Freire, próximo a um Brizolão, no bairro Pantanal. A vítima, que trajava calça bege, camisa listrada e jaqueta verde, aparentava 50 anos. Médicos da Defesa Civil ainda o levaram ao Hospital Geral de Duque de Caxias, mas ele morreu.

● **Morte suspeita** – Policiais da 3ª Delegacia registram como "suspeita" a morte do servente sergipano Antônio Nazário dos Santos, 30 anos, que se atirou ou foi atirado do prédio em obras da Rua 7 de Setembro, 54, na Praça XV, Centro do Rio. A vítima, que morava na obra, era funcionário da firma Sergem – Serviços Gerais de Engenharia – e disse momentos antes de ser encontrado morto que iria ao banheiro, sem demonstrar qualquer atitude suspeita aos colegas de trabalho. Os policiais investigam a possibilidade de uma vingança.

● **Vários tiros** – Um homem mulato, alto, de aproximadamente 30 anos, matou com vários tiros Sidney Freitas dos Santos, de 29 anos, na madrugada de ontem, na esquina das Ruas Otávio Tercino com Campista, em Cabuçu, Nova Iguaçu. O crime foi presenciado por Geraldo dos Santos Silva, de 52 anos, que disse na 55ª DP (Queimados) não conhecer a vítima e também o matador.

● **Em Queimados** – Valdenir Ternúpio da Conceição, de 21 anos, foi encontrado crivado de balas em frente ao número 362, da Avenida Pedro Jorge, próximo à estação ferroviária, em Queimados. O pai da vítima, Valter da Conceição, que mora na mesma rua do crime, no número 296, foi acordado de madrugada por um vizinho que lhe deu a notícia. Na 55ª DP (Queimados), ele disse que não sabe por que mataram seu filho, já que não sabia de nenhum envolvimento de Valdenir com o mundo do crime.

● **Assalto** – O gráfico Antônio Luiz de Jesus, de 27 anos, que morava na Rua Vitória, 187, Bairro Coréia – Mesquita, foi morto a tiros nesta madrugada, na Rua Minas Gerais, em frente ao 902 – próximo ao Campo do Potiguar, naquela localidade. O irmão de Antônio, Luciano Fernando de Jesus, 40 anos, contou aos policiais da 53ª DP (Mesquita), que a vítima era uma pessoa pacata e que não tinha inimigos. A morte de Antônio está sendo investigada, e a Polícia acredita que ele tenha reagido a um assalto.

O DIA
Data 31 / 10 / 89
Caderno 1 Pág. 8
2ª folha

● **Colisão** – O Del Rey placa UR-3950 colidiu de frente com o Parati WQ-1576 na esquina das Ruas Dr. Satamini e Professor Gabizo, na Tijuca. O motorista do Del Rey, Nicolino Anesino, 72 anos, morreu no local. Alcebíades Alves Costa Neto, que ocupava o banco do carona do Parati, dirigido por Vicente Alves Neto, foi levado para o Hospital Souza Aguiar com escoriações e contusões por todo o corpo. O motorista do Parati nada sofreu.

● **Metralhadora** – Sete homens armados invadiram, na manhã de ontem, a casa do comerciante Manoel Bernardino Vilela, na Rua Argos, 389, Guadalupe. Depois de prenderem toda a família em um dos quartos, fugiram levando jóias, eletrodomésticos e dólares. Na fuga, o bando usou o Escort placa VJ-8380 e o Monza XD-7712. Ao serem interceptados pela Radiopatrulha 540677, do 14º BPM (Bangu), os bandidos trocaram tiros com os policiais. Ocupantes de um Santana de cor escura, placa não anotada, que dava cobertura aos dois carros da quadrilha de assaltantes, deram rajadas de metralhadoras na RP. Ninguém foi ferido. O proprietário da casa não quis registrar a ocorrência na 31ª DP (Ricardo Albuquerque), alegando temer represálias.

● **Marteladas** – Jorge Antônio Nascimento, 20 anos, e sua tia, Sônia do Nascimento, deram entrada no Hospital Getúlio Vargas com vários ferimentos na cabeça causados por marteladas. Os dois brigaram em casa, na Rua São Miguel nº 4, Parque Proletário, na Penha, quando se agrediram com pedaços de paus e martelos. Segundo testemunhas, depois de ouvirem muitos gritos, constataram que os dois haviam desmaiado no chão da sala. O registro foi da 22ª DP (Penha)

● **Menos morto** – Carlos Alberto dos Santos Flinto, 16 anos, foi encontrado morto, no final da noite de domingo, na Rua Alexandre Primo, Barreira do Vasco, em São Cristóvão. Segundo agentes da 17ª DP, ele morava na Rua Santo Antônio, 73, perto do local onde morreu, e estava envolvido com bandidos da área, podendo ter morrido como **queima-de-arquivo** ou porque deu **banho** (calote) em algum traficante.

● **Sem pista** – Um homem não identificado, de cor branca foi morto a tiros, no final da noite de anteontem, em frente ao nº 640 da Travessa São José, Fonseca, Niterói. Não era conhecido dos moradores do local e a Polícia não possui nenhuma pista. Registro na 78ª DP – Fonseca.

● **Biscateiro** – O biscateiro Adílson Satil, 35 anos, foi morto a tiros, no início da madrugada de ontem, na Rua Eugênio Olegário Dantas, Bairro Califórnia, São Gonçalo. Segundo sua irmã, cujo nome não foi revelado pela Polícia, Adílson não tinha inimigos, mas que costumava beber demais. Registro na 72ª DP – São Gonçalo.

● **Cozinheira** – A cozinheira Jandira Perez de Faria, de 44 anos, foi morta a tiros na esquina das Ruas Amélia com Alice, em Comendador Soares, bairro onde também residia, na Rua Alberto Gama, 121. O único parente no local do crime, o sobrinho Rosinei Perez Ramos, 24 anos, disse aos policiais da 56ª DP (Comendador Soares) que sua tia tinha saído no domingo para ir a uma excursão e não foi mais vista. Ele disse também não saber de nenhum envolvimento de Jandira com crimes.

● **No peito** – Um homem branco, com 25 anos presumíveis, vestia camisa rosa, bermuda amarela, foi encontrado morto ontem, com dois tiros no peito, na Rua Leonel Veloso, em frente ao número 1, no Bairro Roseral, em Belford Roxo. Policiais daquela localidade, 54ª DP, estão investigando o crime.

● **Táxi roubado** – João Batista da Silva, de 33 anos, foi preso às 19 horas 37m de ontem, pela guarnição da RP 54-0587, do 17º BPM – cabo César e soldado Roberval –, quando dirigia um táxi roubado pela Rua Gustavo Augusto de Resende, na Estrada do Galeão, Bairro Portuguesa, Ilha do Governador. O carro – um Gol 88 –, fora roubado em 11 de setembro de 89, na área da 15ª DP (Gávea), de Carlos Roberto Vargas, que foi assassinado com seis tiros pelos ladrões.

O táxi – cuja placa original é TM-2529 – estava circulando com a placa TM-5104, de outro táxi Gol, também 88, roubado ontem, na Barra da Tijuca. Os PMs, ao avistarem o carro, notaram logo que a placa tinha o mesmo número da que o Centro de Operações havia passado, via rádio, como roubada, e o abordaram. João Batista alegou que o táxi não lhe pertencia e o estava dirigindo há apenas algumas horas.

Na 37ª DP (Ilha do Governador), ele contou aos policiais que uma pessoa, cujo nome não sabia, por conhecer apenas de vista, lhe propusera trabalhar com o carro, dividindo a despesa, e que – por estar desempregado – aceitara. O lucro seria dividido, mais tarde, perto da Escola Bahia, na Avenida Brasil, em Bonsucesso. O delegado Íris Félix de Souza autuou-o, em flagrante, no Artigo 180 (receptação).

O DIA
Data 30 / 10 / 89
Caderno 1 Pág. 7

REGISTRO POLICIAL

24 homicídios em 24 horas

Vinte e quatro pessoas foram assassinadas no Grande Rio na noite de sábado e madrugada de ontem, quase todas a tiros. Entre as vítimas, apenas uma mulher – Rita de Cássia da Silva, 25 anos, morta juntamente com o namorado José Paulo Barbosa Lopes, 33, quando saíam de um bar no Jardim Esplanada, Nova Iguaçu. De um Passat azul, de placa não anotada, desceram 3 homens que fizeram vários disparos contra o casal. José Paulo morava na Avenida Esplanada, 620, no mesmo bairro.

Outra mulher – Maria da Glória Moreira Borges – morreu com 1 tiro no lado esquerdo da cabeça. Seu marido, o soldado Rogério Maurício Carnaúba, do 23º BPM, contou na 30ª DP que ela se suicidou depois de uma discussão do casal, em sua casa, na Rua dos Indaiás, 34, Marechal Hermes. Mas a Polícia está desconfiando da história, a começar pelo fato de que a mulher não era canhota. As demais vítimas:

● **Dono de bar** – José Gonçalves Peirezo, 53, dono de um bar na Av. Suburbana, em Abolição. Foi morto com 1 tiro na cabeça ao reagir a um assalto praticado por 2 desconhecidos. Estava com o sogro, Dagmar da Cunha Passos, 76, que foi ferido a coronhadas.

● **Porta de casa** – Jussanã Modesto Ferreira, 20, funcionário do Supermercado Guanabara. Estava na porta de casa, na Rua Medeiros, 10, em Piedade, conversando com um parente, quando foram rendidos por três homens, que os levaram para uma rua próxima, onde se juntaram a outros quatro homens. Armados, os sete começaram a interrogá-los sobre uma boca-de-fumo. Em determinado momento, os dois fugiram correndo, mas Jussanã foi alcançado e morto a tiros. Seu parente (cujo nome a Polícia não quis revelar) disse ter reconhecido um dos assassinos como o bandido Cal, do Morro do Urubu.

● **Dois em Bangu** – José Henrique Martins, 28, filho do agente da Polícia Federal José Joaquim Martins, e seu primo Carlos Henrique Martins. Os dois foram encontrados no porta-mala do Escort UT-2693 perto do Motel Top Kap, em Bangu. José Henrique já estava morto, com quatro tiros. Carlos Henrique, também baleado, ainda foi levado com vida para o hospital, mas morreu no caminho.

● **Mortos no assalto** – André Antônio de Azeredo, 15 anos, e um amigo não identificado, também adolescente. Os dois estavam em uma festa de casamento na Rua Andrade de Araújo, em Nova Iguaçu, e saíram para urinar na rua, de madrugada. Foram assaltados por três homens e assassinados a tiros ao tentar reagir.

● **Sem identificação** – Um homem negro, encontrado morto em uma calçada, na Ilha do Fundão, com três tiros no rosto.

● **Facada na barriga** – Antônio Edinaldo da Costa, 17 anos, encontrado morto com uma facada na barriga em um terreno no Km 14 da Avenida das Américas, perto do Heliporto da Barra da Tijuca.

● **Assassinos na moto** – Marcelo Alvim, 25, morto a tiros na Rua da Inspiração, Vila da Penha, por 2 desconhecidos que estavam em uma motocicleta.

● **Metalúrgico** – Antônio Costa da Silva, 22, funcionário da Metalúrgica Moldeno, morto a tiros por desconhecidos, às 5 horas de ontem, na Rua Bulhões Marcial, Favela de Vigário Geral.

● **Dentro do Rio** – Um homem branco, não identificado, resgatado pelos bombeiros das águas do Rio São Francisco, em Santa Cruz.

● **Tiros na cabeça** – Flávio da Silva Pereira, 23, residente na Rua Albino, 43, Jardim da Fonte, Queimados, foi morto de madrugada por desconhecidos, perto de casa, com 2 tiros na cabeça.

● **Perto de casa** – Adão Marcelino de Freitas, 24, residente na Estrada André, 907, Bairro da Chacrinha, em Japeri, achado morto perto de casa com vários tiros na cabeça.

● **Homicídio na Prata** – André Pedro da Costa, 19, morto com dois tiros na cabeça e um nas costas na Rua da Prata, em Coelho da Rocha, São João de Meriti.

● **Outro em Bangu** – Um homem mulato, cerca de 20 anos, morto a tiros na Rua Bangu, perto do Cassino Bangu.

● **Bala na testa** – Jailton dos Santos Baiense, 18, morto por um desconhecido com um tiro na testa ao sair de uma festa, de madrugada, no Colégio Ferreira Pinto, em Vila Três, São Gonçalo.

● **Corpo na lixeira** – Um homem branco, cerca de 25 anos, achado morto com vários tiros em uma lixeira da Linha Verde, em Acari.

● **Morto em Santíssimo** – José Alfredo de Jesus Correa, 29, achado morto com vários tiros na Rua Anes Dias, em Santíssimo.

● **Desconhecido** – Um homem branco, encontrado morto a tiros na Rua Odilon Braga, Bairro Califórnia, São Gonçalo.

O DIA
Data 24 / 10 / 89
Caderno 1 Pág. 9

Mãe e filho atropelados e mortos

NOVA IGUAÇU (Sucursal) — Cleusa Mário Dias, de 28 anos, e seu filho Renan dos Santos Dias, de 8, morreram ontem quando eram medicados na emergência do Hospital da Posse, em Nova Iguaçu, em conseqüência do atropelamento de que foram vítimas na Rodovia Presidente Dutra, próximo a Austin. Mãe e filho foram colhidos no acostamento da pista São Paulo-Rio, pelo carro TX-3794, dirigido por Jessé Ferreira Domingos, 34 anos, que trabalha numa firma da Rua Alcindo Guanabara, 2.468, no Rio, que ainda bateu em uma árvore, sofrendo apenas escoriações.

Cleusa morava na Estrada Luiz Mario da Rocha, 252, no Bairro Pinheiro, em Austin. Segundo o detetive Ivan da 56ª DP (Comendador Soares) apurou no local, Jessé seguia em alta velocidade.

O DIA
Data 27 / 10 / 89
Caderno 1 Pág 8

REGISTRO POLICIAL

Roubada merenda da escola

Toda a merenda que abasteceria o Colégio Estadual Jardim Mereti, na Av. Presidente Lincon, que fica a 200 metros da 64ª DP (Vilar dos Teles), foi roubada na madrugada de ontem. Além de levarem a comida destinada à merenda dos alunos, como arroz, feijão, leite em pó, açúcar e frango, os ladrões quebraram cerca de 300 ovos e pisotearam no chão da copa e cozinha. A diretora do colégio, Sônia Maria Pinho dos Santos, registrou a ocorrência na 64ª DP e informou a suspensão das aulas devido à precária condição em que ficou a escola, com todas as portas e janelas quebradas, salas sujas, carteiras e cadeiras reviradas.

● **Dois mortos** – Carmenzildo José das Flores, 36 anos, e Silvana Rodrigues de Paula, 21 anos, morreram na madrugada de ontem, quando o Passat de placa GZ-5410, dirigido por Carmenzildo, colidiu com a Pick-Up azul, placa GX-2222 (DF), com Francisco Leite da Costa, 38 anos ao volante. O acidente ocorreu no Km 8 da BR 116, na localidade de Sambaitiba, Itaboraí. Carmenzildo e Silvana estavam no Passat onde também viajavam Regina Macedo Flores, 35 anos, mulher de Carmenzildo, e de Luísa Helena Pereira, 28 anos. Francisco, que viajava sozinho na Pick-Up, ficou ferido gravemente, enquanto Luísa e Regina tiveram escoriações. Todos foram para o Pronto-Socorro de Itaboraí. Registro na 71ª DP – Itaboraí.

● **Capotagem** – Uma pessoa morreu e quatro saíram feridas no acidente com o Chevette vinho placa ZX 9946, na pista central do Viaduto dos Marinheiros, sentido Zona Norte. O garson do Restaurante Panteras, na Praça Quinze, Manoel Aldeido Costa, 30 anos, morreu no local. O motorista do Chevette, Francisco de Assis Mesquita, 24 anos disse que foi **fechado** por um Gol branco, de placa não identificada, e ao tentar desviar capotou. No Hospital Souza Aguiar foram medicados com ferimentos leves: Cristina de Souza, 19 anos; Raimundo Nonato de Oliveira e o motorista Francisco. José Mario Loyola, 29 anos, foi internado no CTI em estado grave.

● **Esquartejado** – Policiais da 22ª DP, Penha, acharam ontem os membros (braço e perna) de um homem negro, 25 anos aproximadamente, esquartejado na manhã de terça-feira na Rua Chichuê, em Cordovial. Os despojos estavam contidos numa sacola plástica, jogada dentro de um valão, em frente ao número 213 da Rua Chichuê. A Polícia não tem pistas dos criminosos.

● **No botequim** – Jorge de Araújo Jordão Pires Coelho, 34 anos, foi morto a tiros, no início da madrugada de ontem, quando estava sentado no bar da Rua Romeu Donato, esquina com Engenheiro Nazaré, Abolição, por quatro homens que estavam no interior de um Gol, cuja placa não foi anotada. Registro na 24ª DP – Encantado.

● **Reboque** – Luís Henrique da Silva, 21 anos, e Sebastião Marlin Mariano, 37 anos, foram presos na madrugada de ontem pelos integrantes do Patamo 52-0042 do BPRV, com o cabo Vieira no comando, e conduzidos para a 34ª DP-Bangu. Os dois, com dois outros homens que conseguiram fugir, estavam rebocando um Passat todo **depenado** com o Monza vermelho de placa ZA-8699. No quilômetro 37 da Avenida Brasil, em Vila Kennedy, foram surpreendidos pelos policiais. Houve perseguição, mas os policiais conseguiram interceptar o Monza no Km 34 da Avenida Brasil e efetuaram a prisão. A Polícia está apurando a situação dos dois veículos e dos homens presos.

● **Traficante** – Danilo dos Santos Filho, 24 anos, foi morto com diversos tiros, nas primeiras horas da madrugada de ontem, na Rua 51, em frente ao lote 14, Favela Brás de Pina, no bairro do mesmo nome, cujo tráfico de tóxicos no local é dominado pelo traficante conhecido pelo apelido de **Bilola**. Segundo a Polícia, Danilo estava envolvido com tóxicos, deu um **banho** no traficante e por isso morreu. O registro foi feito na 22ª DP-Penha.

● **Segurança** – Paulo Roberto Carlos Pereira, de 29 anos, segurança da boca-de-fumo de Tom Zé no Morro do Pavãozinho, foi baleado na perna durante tiroteio com soldados da PM, que fizeram uma incursão na área. Ele foi levado para o Hospital Miguel Couto, onde se verificou que sofreu fratura exposta da perna ferida.

● **Armas e drogas** – Foram presos ontem, no apartamento 101 da Rua Ezequiel, bloco Um, Cidade de Deus, os traficantes Wagner de Souza Medeiros, de 18 anos; Marcos César Costa, 19; Júlio Martins de Andrade, 19; e Alexandre Rosa, 18. Com eles foram apreendidos um revólver e material próprio para embalagem de maconha. Os policiais do posto da Cidade de Deus também foram a uma casa sem número da Rua Daniel, no bloco A, ap. 401 e apreenderam outro revólver.

● **Três mortos** – Três homens não identificados foram mortos a tiros no Bairro Jacutinga, em Mesquita. O primeiro corpo de um homem, moreno, aparentando 20 anos, vestia apenas um **short-jeans** tinha vários tiros na cabeça e estava distante cerca de 200 metros dos outros dois cadáveres, já em estado de decomposição. Um era de homem negro, presumindo 25 anos, vestia bermuda rosa, camisa cor de abóbora, e o outro também de homem, de aproximadamente 20 anos, vestia **short** azul e camisa listrada cinza. Segundo PMs do 20º BPM (Nova Iguaçu), a região onde os três homens foram mortos é dominada atualmente por bandidos ligados ao **Comando Vermelho.**

● **Carro roubado** – A Brasília ano 80, verde, placa de Niterói, AZ-2023, foi furtada na noite de anteontem, em Piratininga. O veículo é facilmente notado por sua pintura recente, ainda brilhante. Qualquer informação sobre o veículo pode ser dada ao proprietário pelo telefone 709-1347.

O DIA
Data 26 / 10 / 89
Caderno 3 Pág. 10

REGISTRO POLICIAL

Morta a tiros e pedradas

NOVA IGUAÇU (Sucursal) — Policiais da 54ª DP (Belford Roxo) ainda não têm pistas dos assassinos de Edna Maria Gomes, de 34 anos, encontrada morta a tiros e pedradas na cabeça em frente ao número 529 da Rua Freitas Braga, no bairro de Andrade Araújo, em Belford Roxo.

A mulher, que segundo populares contaram aos policiais, morava só na Rua Manoel Corrêa, 160, casa 11 no mesmo bairro, trabalhava como camelô no centro de Nova Iguaçu, porém os agentes ainda não sabem se ela tinha algum envolvimento com crimes.

● **Vingança** — O comerciante Jorge Andrade e Silva, de 39 anos, foi morto a tiros em frente ao número 171 da Rua Suplício, em Mesquita, por três homens que o pegaram na porta de sua casa, na Rua Nilza Gurgel, 138, no mesmo bairro, por volta de 6 horas 30m de ontem.

● **Bebeu veneno** — Inconformada com a separação proposta pelo marido após uma discussão, Tania Mara Santos Pinto, de 24 anos, tentou o suicídio ingerindo uma grande quantidade de veneno para ratos. Levada às pressas no início da tarde para o Hospital Estadual Getúlio Vargas, na Penha, a mulher se encontra internada em estado grave no CTI.

Tania vive há 3 anos com o ambulante Paulo Oliveira, de 36 anos, período em que tiveram uma filha, Natássia Santos de Oliveira, de 7 meses. O casal mora na Rua Lima Drumond, 24, casa 2, em Vila da Penha.

● **Assassinado** — Rogério Evangelista Nogueira, 19 anos, o Ponês, foi morto com muitos tiros por volta das 21 horas 20m de anteontem, na Rua Getúlio Vargas, em frente ao nº 2.217, Bairro Santa Catarina, São Gonçalo. Registro na 73ª DP — Neves.

● **Traficante** — A guerra que vem sendo travada entre traficantes de quadrilhas rivais do Morro do Engenho da Rainha provocou mais uma baixa entre seus integrantes na madrugada de ontem, durante tiroteio na subida da Rua Amaro Ferreira. Um bandido não identificado — negro, aparentando 20 anos — do grupo de **Fernandinho**, acabou morto com um tiro na cabeça dado por um dos inimigos do bando de **Caveirinha**. Ele ainda foi socorrido às pressas pelo Cabo Pereira no Patamo 52-0022, do 3º Batalhão da Polícia Militar, mas morreu na mesa de operação do Hospital Salgado Filho.

● **Seqüestro** — Continua desaparecido o funcionário da Prefeitura de Niterói, Roberto Diniz Virte, 26, e o amigo Aldecir Pereira Marques, 27, seqüestrados, na tarde de terça-feira, por dois homens, em frente ao Ciep Mullulo da Veiga, na Av. Canal 16, na Engenhoca. Os dois foram levados no próprio carro de Roberto, o fusca branco, placa GY 3726. O caso foi registrado na DRF que até a tarde de ontem não tinham obtido nenhuma pista sobre o paradeiro dos rapazes.

● **Cocaína** — Cladecir Castro de Almeida, 26 anos, Claudenir Castro de Almeida, 25, e Rita de Cássia dos Santos, 27, foram presos pelos policiais da Delegacia de Vigilância Norte na Rua Macunaíma, subida do Morro Faz Quem Quer, em Vaz-Lobo. Com eles os policiais apreenderam um quilo de pasta de cocaína e um revólver Taurus calibre 38.

O DIA
Data 25/10/89
Caderno 1 Pág 9

Desmascarados 2 detetives

O detetive Walmar Sampaio dos Santos, o **Capela**, lotado na DV-Baixada, e o inspetor Geraldo Francisco de Farias, chefe do Setor de Apoio Operacional (SAO) da 54ª DP (Belford Roxo), foram acusados de extorquir funcionários do INPS na Baixada Fluminense. Os dois estão respondendo a sindicância sumária e a inquérito administrativo, terão prisão preventiva pedida e serão expulsos ao final das investigações. O delegado Geraldo Marques, titular da 54ª DP, é a primeira vítima do escândalo: foi afastado do cargo e substituído pelo colega Tito Lívio, da Corregedoria de Polícia Civil.

A extorsão praticada por **Capela** e Geraldo foi denunciada por um policial (sua identidade não foi revelada) da delegacia de Belford Roxo, revoltado com o comportamento dos colegas. Ao tomar conhecimento do fato, o Corregedor-Geral de Polícia, Heraldo Gomes, determinou investigação sumária. Os investigadores chegaram às vítimas, J. A. e J. A., tio e sobrinho, que contaram ter os policiais e um X-9 conhecido por **Manoel**, dono de um Volkswagen branco, ano 78, intimados os dois a comparecer à 54ª DP, nos dias 29 de setembro passado e 19 deste mês. Ali, foram obrigados a assinar uma folha de papel em branco.

Em seguida, os policiais determinaram a J. A. (o sobrinho), que lhes entregasse NCz$ 115 mil. Sem dispor do dinheiro, J. A. vendeu um automóvel e uma aparelhagem de som que possuía entregando NCz$ 50 mil aos policiais, que ameaçaram envolvê-lo "num inquérito brabo". em seguida, procuraram o tio, J. A., de quem exigiram NCz$ 200 mil. Este negou-se a pagar tal quantia, sofrendo ameaças de represálias, ocasião em que, revoltado, procurou o detetive denunciante, que telefonou à Corregedoria e informou sobre o crime praticado pelos colegas. Geraldo está preso e **Capela**, foragido.

O DIA
Data 25/10/89
Caderno 1 Pág. 10

REGISTRO POLICIAL

Morta na mala do Voyage

Uma mulher preta de 17 anos presumíveis, vestindo bermuda preta, uma miniblusa tipo pele-de-onça e tênis branco, foi encontrada morta, com um tiro na cabeça, dentro do porta-mala do Voyage prata placa XG 2619, em frente ao número 107 da Rua Abade Ramos, no Jardim Botânico. Segundo testemunhas, o carro foi abandonado desde a noite de segunda-feira, mas somente na manhã de ontem chamou a atenção devido ao sangue que escorreu até a calçada. O carro estava com a placa original e tinha sido roubado no último sábado na jurisdição da 10ª DP (Botafogo).

● **Três tiros** – Luís Augusto da Silva, 17 anos, foi morto com três tiros na cabeça, nas primeiras horas da madrugada de ontem, na Rua Rocha Carvalho, em frente ao nº 515, centro de Belford Roxo. Ele trabalhava como mecânico numa oficina na Pavuna. O fato foi registrado na 54ª DP-Belford Roxo.

● **Atropelado e baleado** – O soldado José Luiz Teixeira de Carvalho, de 24 anos, lotado no RP Monte, foi atropelado e morto a tiros, na manhã de ontem, na Estrada do Caboclo, em frente ao Lar Batista das Crianças, em Campo Grande. Segundo testemunhas, o policial estava fazendo a ronda na Escola Nereu Ramos, ao lado do Lar Batista, quando um Paraty placa ZL 9603, ocupado por quatro homens, o interceptou. Dizem os moradores do local que, depois de atropelar o PM, o motorista sacou de uma arma e atirou em sua direção. Dando início às investigações, os policiais, na tarde de ontem, encontraram o Paraty – foi roubado – abandonado na subida do Morro do Rebu, em Senador Camará

● **Seqüestro** – Policiais da 76ª DP ainda não conseguiram identificar a viatura Gol, prefixo não anotado, do 12º BPM, cujos integrantes estão sendo acusados de terem seqüestrado Ailton Pereira Gomes, 32 anos, no Terminal Rodoviário Sul, no Centro de Niterói. O fato, segundo a mulher de Ailton, Maura Regina, aconteceu às 18 horas de domingo passado, no ponto final do ônibus que faz a linha 33 (Niterói–Jurujuba). O detetive-inspetor Walter Quintanilha apurou apenas que Ailton, morador na Rua Itacaram, lote 25, quadra 51, Bairro do Pacheco, em São Gonçalo, envolveu-se numa discussão no ponto do ônibus e tentou fugir quando sentiu a aproximação dos PMs, sendo agarrado no meio da rua. Depois disso ninguém mais soube do seu paradeiro.

● **Espancou a filha** – Viviane Pereira da Silva, de 10 anos, foi socorrida na madrugada de ontem, no Hospital Paulino Werneck, com traumatismo craniano, vítima de violência praticada por seu próprio pai, Carlos Antônio Vieira da Silva, 35. Sua mãe, Tânia Mara Pereira Vieira da Silva, 34 anos, contou aos policiais da 37ª DP que havia repreendido a filha porque ela demorou mais que o previsto ao sair para fazer umas compras nas imediações da residência, na Rua Arthur Magioli, 180, fundos, Bairro Dendê, na Ilha do Governador. Como a menina passou a chorar, o pai irritou-se e, com um pedaço de pau, desferiu-lhe vários golpes, inclusive na cabeça, e depois fugiu.

● **Vingança** – Pedro Terto da Silva, 18 anos, foi assassinado com vários tiros na porta de sua casa, na Rua das Bandeiras, s/n, Parque Jardim Primavera, em Duque de Caxias. Os criminosos, segundo policiais da 60ª DP, foram três homens que estavam divididos em dois carros de marcas e placas não anotadas. Eles teriam acusados a vítima de ter assassinado o soldado PM José Carlos Pinto dos Santos.

● **Discussão e morte** – Um homem preto, jovem, conhecido apenas como Flávio, foi morto na madrugada de ontem com vários tiros em frente ao número 73 da Rua Silva Costa, em Anchieta. Agentes da 31ª DP apuraram no local do crime que Flávio fora abordado por dois homens com quem discutiu antes de morrer. Ele morava na Rua José Lourenço, 27, no mesmo bairro.

O DIA
Data 25/10/88
Caderno 1 Pág. 9

Gerente é assassinado no motel

NOVA IGUAÇU (Sucursal) – A Polícia de Queimados (55ª DP) está encontrando muitas dificuldades para investigar o assassinato de José Roberto Ferreira Pontes, de 30 anos, gerente do Motel Le Moulin, no Km 27,5 da Rodovia Presidente Dutra, ocorrido na madrugada de ontem. José Roberto foi morto a tiros no pátio interno do motel. Outros empregados disseram apenas ter ouvido os estampidos por volta das 3 horas da manhã. Quando acorreram para ver o que se passava, já encontraram José Roberto morto no pátio. Os policiais da 55ª DP apuraram que a vítima residia na rua Q, no Bairro Fanchem, em Queimados. Segundo seus familiares, era pessoa de comportamento explosivo.

O DIA
Data 24/10/89
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

Cadáver no carro roubado

Um homem não identificado, 25 anos presumíveis, foi encontrado morto com diversos tiros, no final da noite de anteontem, dentro de um Passat de cor branca, placa (RJ) NZ-7446, entre os bancos na Rua Coelho Lisboa, em frente ao nº 111, em Osvaldo Cruz. O veículo, segundo a Polícia, foi furtado horas antes do crime, na Rua Carolina Machado, em Bento Ribeiro. Policiais da 30ª DP – Marechal Hermes – estiveram no local.

● **Baleada** – Com uma bala na coxa esquerda, Sônia Regina de Souza, de 32 anos, deu entrada na madrugada de ontem no Hospital Souza Aguiar, dizendo ter sido atingida por um assaltante. Essa versão, no entanto, deixou intrigados os policiais, que encontraram no carro da vítima – a Brasília DH-0443 – um revólver Taurus calibre 38, com uma cápsula deflagrada. Ela contou que foi abordada por um homem armado, quando estava parada com seu carro em um sinal. Percebendo que iria ser assaltada, acelerou para fugir, sendo, então, atingida.

● **Baile** – Ricardo Silva Nogato, 16 anos, foi morto com três tiros nas costas, nas primeiras horas da madrugada de ontem, quando saía de um baile no Apolo Clube, na Rua D'Ouro, 1.556, Coelho da Rocha. A Polícia não conseguiu nenhuma testemunha, apesar do grande número de pessoas no local, como é comum acontecer nos finais de semana. Os policiais da 64ª DP – São João de Meriti – investigam.

● **Mais dois** – Carlos Renato Domingues dos Santos, de 18 anos, e Djavani da Conceição, de 14 anos, foram baleados nas nádegas quando saíam de um baile no Clube Deaje dos Santos, em Vilarinho, em Belford Roxo. O caso foi registrado na 54ª DP (Belford Roxo).

● **Recapturado** – O presidiário Osmar Marciano de Oliveira, 30 anos, foragido do Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, de Bangu, foi recapturado ontem por soldados do 16º BPM que estavam de serviço no Posto de Policiamento Comunitário da Praia de Ramos. Osmar, que está cumprindo pena de 6 anos em prisão semi-aberta por crimes de assalto a mão armada, furto, vadiagem e uso de drogas, foi surpreendido pelos policiais na boca-de-fumo da Travessa do Iate, 53. Tentou fugir, mas foi agarrado e levado para a 22ª DP, de onde será recambiado de volta ao presídio.

● **Caiu no canal** – Ricardo Rizzo morreu, na madrugada de ontem, quando o carro que estava dirigindo, um Lafrom de placa YU-7630, derrapou na Ponte do Ambrósio e caiu no canal, na região de Cabo Frio. Com Ricardo estava uma mulher, que não foi identificada pela Polícia. Presume-se que ela tenha sido cuspida antes de o veículo cair no canal e fugiu do local. O fato foi registrado na 133ª DP – Cabo Frio.

● **Vigilante** – O vigilante Wellington Silva, 22 anos, foi morto com vários tiros no corpo e na cabeça, próximo ao número 2.158 da Avenida Santa Cruz, em Realengo. O inspetor Waldir Nascimento, da 33ª DP, apurou que os criminosos foram três rapazes que fugiram sem ser identificados. A vítima, que morreu próximo ao Supermercado Rainha, trabalhava no setor de segurança da firma ARG, na Avenida Paulo de Frontin, 222, Rio Comprido.

● **Bebê afogado** – Róbson Ramos da Silva, 10 meses, morreu afogado no final da tarde de domingo, depois de cair na piscina da casa 195 da Rua Rio Duna, Praia da Brisa, em Sepetiba. A avó da criança, Joselita Mora da Silva, chegou a levá-lo à Casa de Saúde República da Croácia, em Itaguaí, mas ele morreu antes dos primeiros socorros. Muito abalada com a tragédia, dona Joselita só conseguiu esclarecer que ele tentava dar alguns passos à beira da piscina, quando caiu.

● **Algemado** – Com um tiro na testa foi encontrado morto domingo à tarde, um homem de cor parda, 35 anos aparentes, vestindo bermuda estampada e camisa de malha branca com a inscrição **Pirelli**. O corpo estava às margens do Rio São Francisco, no final da Avenida João XXIII, próximo à Cosigua, em Santa Cruz. Tinha os pulsos algemados.

● **Matou a mulher** – Maria de Fátima Fernandes da Silva, de 28 anos morreu com dois tiros no peito a caminho do Pam – Alcântara. A vítima foi assassinada pelo marido Jaldemir Freires da Silva, 32, na casa onde residia, na Rua Lindolfo Collor, 274, Bairro Raul Veiga, em Alcântara. Segundo testemunhas, o casal estava discutindo minutos antes de terem ouvido os disparos. Jaldemir Freires fugiu e até a tarde de ontem os policiais da 74ª DP (Alcântara) não sabiam de seu paradeiro.

● **Maconha** – Francisco José Ramos, 25 anos, foi preso domingo à noite com 35 **trouxinhas** de maconha na Rua Dr. Constantino, Loteamento Rolas, em Santa Cruz. Francisco, que trabalha para o traficante **Rubim**, ex-sócio de Sérgio de Souza Lima, o **Pitoco**, morto sexta-feira em tiroteio com a Polícia, foi surpreendido por policiais-militares do Regimento de Polícia Montada (RPMont), de Campo Grande, e autuado na 36ª DP (Santa Cruz).

● **Na Mangueira** – O garoto Marcos Vinicius da Silva, de 6 anos, morreu com fratura de crânio na noite de domingo, depois de cair da baliza na quadra da Estação Primeira de Mangueira. Levado para o Hospital Pedro Ernesto, por funcionários do clube, Marcos não resistiu aos ferimentos. O enterro do menino ontem à tar no Cemitério São Francisco Xavier, no Caju, foi financiado pela Escola de Samba Mangueira e pela cantora Alcione. Ainda muito abalada com a perda repentina de Marquinhos, um de seus três filhos, Luzinete Francisca da Silva contou que o acidente aconteceu após o seu retorno do enterro de sua mãe.

O DIA
Data 20 / 10 / 89
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

3 mortos em dois carros

Dois homens brancos foram encontrados mortos dentro do porta-mala do Voyage GL, de cor cinza metálico, do Rio de Janeiro, placa ZK-7012, estacionado na Rua Silveira Sampaio, em frente ao número 166, Freguesia, Ilha do Governador.

Um deles foi identificado. Era Ivanilson de Moura Pereira, de 22 anos, que vestia blusa azul com estampa preta, calça de veludo verde e estava descalço, portando carteira de identidade e título de eleitor. O outro homem não foi identificado. Trajava calça jeans e tênis azul-marinho, tendo uma tatuagem de uma rosa com o nome Isabela escrito embaixo do braço direito.

A moradora da casa 166, Nilza Siqueira, informou que, por volta das 19 horas 30m de terça-feira, escutou barulho de carro estacionando e pensou ser sua filha. Como não era, não se preocupou em olhar pela janela da varanda. Na manhã de ontem, porém, sentindo forte cheiro quando se aproximou do automóvel, resolveu verificar. Nilza abriu a porta do motorista, que não estava travada, e percebeu que as chaves estavam jogadas junto ao acelerador. Logo depois a Polícia encontrava os corpos que tinham ferimentos a bala e sujos de lama e areia. Policiais da 37ª DP ainda não têm pistas dos autores do duplo homicídio. Até a tarde de ontem, não havia sido identificado o proprietário do veículo.

● **Na Baixada** – Um homem branco, aparentando 30 anos, foi encontrado ontem crivado de tiros no porta-malas do Chevette azul, RJ XP-5775, na Estrada da Paca, no Jardim Roma, em Comendador Soares. Policiais da 56ª DP (Comendador Soares) estiveram no local e concluíram que a vítima deve ter sido seguida, pois há várias perfurações a bala na lataria.

A vítima, que vestia calça jeans, camisa branca com listras amarelas e uma sunga creme, foi abatida fora do carro e depois colocada no porta-malas, já que no chão haviam marcas de que o cadáver chegou a ser arrastado. O Chevette, além das marcas de bala na lataria, tinha os pára-brisas dianteiro e traseiro totalmente estilhaçados e o banco traseiro foi deixado 10 metros à frente do veículo.

● **Na linha do trem** – José Quintino de Oliveira de 28 anos, que morava na Rua Darcy Vargas, 451, no Bairro Jardim Gramacho em Caxias, foi encontrado morto com um tiro no ouvido, na linha férrea, próximo à Favela do Parque da Liberdade. Populares avisaram aos policiais da 60ª DP (Campos Elíseos) que foram ao local e nada conseguiram apurar sobre o crime.

● **Bateu na árvore** – O Gol de placa BZ 9366 colidiu numa árvore na Rua Padre Telêmaco, na altura do nº 172, em Cascadura. O motorista, Sidney Variense Carvalho, 37 anos, dirigia em alta velocidade porque fugia de dois assaltantes que o seguiam num carro não identificado. Ele disse aos policiais da 28ª DP (Campinho) que perdeu o controle do carro depois de uma derrapagem. Ficaram feridos José Carlos Andrade, 35 anos, Sueli Marques de Mendonça, 20 e Enedina Cristina da Silva, 20, que foram atendidos no Hospital Carlos Chagas.

● **Laboratório** – Um homem preto, de 25 anos presumíveis, vestindo camiseta branca e calça jeans, assaltou, na manhã de ontem, o laboratório fotográfico da Praça Mahatma Ghandi, 2, sala 609. O funcionário Alberto Diniz foi amarrado com um fio de telefone para que o assaltante recolhesse todo o material exposto: duas máquinas Nikon, quatro lentes, da mesma marca, filmes, filtros e uma bolsa de couro. O material roubado está avaliado em NCz$ 130 mil. O registro foi da 3ª DP (Castelo).

● **Assaltantes** – Paulo do Nascimento, 30 anos, e Lair Ferreira da Costa, 21 anos, foram presos ontem pelo soldado José Carlos Alves de Almeida, do 3º BPM, quando tentavam roubar a Brasília verde placa PT 8593, RJ. Armados com um revólver Taurus calibre 38, os dois assaltantes renderam a proprietária do automóvel, Regina Maia, na esquina da Avenida Suburbana com Rua Bamboré, no Méier, e fugiram. O soldado perseguiu os bandidos, que se entregaram sem reagir. Os assaltantes foram levados para a delegacia do Méier.

● **Empresa de ônibus** – Seis homens armados de revólveres e barras de ferro renderam, na manhã de ontem, cerca de 15 motoristas e cobradores de ônibus que chegavam para trabalhar na Empresa Paraense, na Rua Valentim Magalhães, 48, em Parada de Lucas. O bando recolheu dos guichês da empresa vários vales-transporte e dinheiro, no valor total de NCz$ 50 mil. Os assaltantes fugiram num Voyage de placa não anotada levando como refém o motorista José Batista da Silva, que foi deixado 2 horas depois na Av. Brasil, altura do Viaduto de Coelho da Rocha. O registro foi da 39ª DP (Pavuna).

● **Tóxico** – Isaías Silva Almeida, 27 anos, foi morto, anteontem à noite, por volta das 22 horas 15m, com vários tiros na cabeça, na Rua Belisário de Souza, Favela Vila Vintém, Padre Miguel. Desempregado, Isaías estava envolvido com o tráfico local de tóxicos. O fato foi registrado na 33ª DP – Realengo.

● **Cheques roubados** – O estelionatário Marcelo dos Santos Machado (18 anos, Rua Dr. Niemayer, 98, casa 6, Engenho de Dentro), foi preso em flagrante por policiais da 17ª DP quando tentava emitir cheques roubados no valor de NCz$ 15,8 mil nas firmas Silk Fotos Ltda (Rua João Ricardo, 37) e Seritécnica (Rua Professora Ester de Melo, 15), em São Cristóvão. A prisão de Marcelo só foi possível porque a proprietária da Seritécnica, Kaltum Fahac, usou o serviço do Tele-Cheque e constatou que o cheque nº PM 677034, agência Santana do Banco Itaú, em nome de Roberto Iram Maciel, havia sido roubado ano passado. Além de não receber a ordem de pagamento, tratou de alertar os demais companheiros do ramo de serigrafia. Quando Marcelo tentou repetir o golpe, Nélson Alfredo Costa, 40 anos, dono da Silk Foto, já estava avisado e só precisou chamar a Polícia.

● **Fuzileiro** – Mauro Pauquere Parleme, 40 anos, fuzileiro naval, foi morto na madrugada de ontem com três tiros no peito e um na cabeça, em frente ao nº 187 da Rua Félix da Costa, Belford Roxo. Ao lado do corpo a Polícia encontrou um revólver Rossi calibre 22, carregado. O fato foi registrado na 54 DP – Belford Roxo.

● **Na cabeça** – Com vários tiros na cabeça, foi assassinado a noite de ontem Marcelo Paulino de Souza, de 18 anos, Marcelinho residente a Rua da Conceição Travessa D, casa 6, na Vila Aliança. O corpo ficou jogado numa vala da Rua Coronel Tamarindo, em Bangu.

● **Fuga de presos** – Vinte e cinco presos que se encontravam nos xadrezes 3 e 4 da Delegacia de Santa Cruz já estavam preparados para fugir depois de terem serrado as grades, quando apareceu o carcereiro de plantão, que logo deu o alarme. Foi pedido reforço da RP Monte e logo a situação foi controlada voltando os presos para outro xadrez. Foram arrecadados várias serras e pedaços de sabão.

● **Em Bangu** – Um homem preto, de 28 anos presumíveis, foi assassinado a tiros no ponto final da linha de ônibus 277, na Rua Humberto Teixeira, em Bangu. Ele vestia calça cáqui e blusão azul e tinha ferimentos na boca e no peito. A 34ª DP registrou.

O DIA
Data 19/10/88
Caderno 1 Pág. 10

REGISTRO POLICIAL

Morta a tiro na janela

Maria da Penha Silva Miranda, desquitada, de 56 anos, foi assassinada ontem, com um tiro na testa, dentro do quarto do apartamento 101 do prédio 9 da Rua Amaral, Andaraí, onde morava. O zelador Sebastião Alvino da Silva, 26, disse na 19ª Delegacia Policial que a vítima estava debruçada no parapeito da janela, por volta de 2 horas da madrugada, quando dois homens que passavam na rua num Voyage verde metálico, de placa não anotada, fizeram disparos, atingido-a. Maria da Penha ainda foi socorrida por policiais do 6º BPM, mas morreu na mesa de operação do Hospital do Andaraí. Os criminosos fugiram em disparada.

● **Assaltantes** — Paulo Roberto dos Santos (18 anos, Rua Coronel Rocha, 8, Morro do Salgueiro) e Jorge Luiz Costa (24 anos, Rua Iguaíba, 389, Cascadura) foram presos, na madrugada de ontem, quando tentavam assaltar o motorista do táxi Brasília, placa FM-3527, Renato Silva da Paixão, 31 anos, na Rua Henrique Morise, no Grajaú. O assalto só não se consumou porque o cabo Sá, que fazia ronda no patamo 52-0203, do 6º BPM, surpreendeu a dupla com uma faca encostada no pescoço da vítima. Paulo e Jorge, que também tinham três papelotes de cocaína e uma trouxinha de maconha, foram levados para a 20ª DP, onde ficaram presos.

● **Vital Brazil** — Cinco homens bateram à porte da casa do engenheiro Salazar Figueiredo (Rua José Vergueiro da Cruz, 66 Bairro Vital Brazil, em Niterói), sendo atendidos por dona Emília Figueiredo, de 73 anos, mãe de Salazar. Ela reconheceu um dos homens como o pedreiro que já trabalhara na casa há algum tempo. Ele disse que voltava para continuar a obra. Logo, entretanto, todos revelaram suas intenções: era um assalto. D. Emília gritou, foi agredida a coronhadas e os criminosos fugiram em direção ao morro do Cavalão levando apenas um TV a cores. D. Adira Figueiredo, esposa de Salazar, não estava em casa na hora do assalto.

● **Pauladas** — Policiais da 75ª D.P. (Rio D'Ouro) estão atrás de um homem conhecido como Deílson, que assaltou e espancou a pauladas o deficiente físico Manuel Meiri da Silva Filho, de 53 anos. Deílson é vizinho da vítima, que está internada no CTI do Pronto-Socorro de São Gonçalo com Traumatismo craniano. A Polícia tem informações de que o marginal está agindo no Bairro Pacheco, em São Gonçalo, onde já assaltou diversas pessoas.

● **Seqüestro** — Sete homens negros, armados, que se identificaram como policiais, invadiram a residência do camelô Wagner Antônio da Silva, 20 anos, na Estrada do Magarça, 344, casa 5, em Campo Grande, e o seqüestraram tomando o rumo da Pedra de Guaratiba. Sônia Regina Garcia da Silva, mulher de Wagner, contou na 35ª DP, que o marido tem uma barraca na calçada da Rua Coronel Agostinho, não sabendo informar se ele estava envolvido com criminosos. Ela disse ainda que os seqüestradores estavam divididos em dois carros – uma Brasília branca e um Passat bege, placas não anotadas – quando chegaram em sua casa, por volta de 10 horas da noite de terça-feira, anunciando que levariam o camelô para realizarem "uma diligência de rotina".

● **Desacato** — O aspirante a oficial dentista do Exército Sérgio Ronaldo de Oliveira Soares, da Policlínica Militar do Rio de Janeiro, foi preso no final da noite de terça-feira, em Itaperuna, sob acusação de desacato ao Tenente Medeiros e ao Sargento Altacir Teixeira Puddor, da 5ª Companhia Independente da Polícia Militar. Segundo fontes da PM, o oficial estava dirigindo o Parati, placa de Niterói LC 7139, completamente embriagado e, ao passar por uma tropa de choque da PM, na Praça Santos Dummont, ofendeu o Sargento Altacir e o Tenente Medeiros com palavras de baixo calão. Levado para a 121ª DP, foi autuado em flagrante.

● **Quatro tiros** — Isaque Hermes Amaral, 42 anos, comerciante, foi morto nas primeiras horas da madrugada de ontem, com quatro tiros no rosto, na Rua Igarapé, em frente ao nº 15, Bairro Periquito, Duque de Caxias, por dois homens não identificados, que ocupavam um Opala de cor amarela, cuja placa não foi anotada. Essa foi a única informação obtida pelos policiais que estiveram no local. Registro na 59ª DP – Duque de Caxias.

● **Travesti** — Um travesti não identificado foi assassinado, no final da noite de terça-feira, na Travessa Guedes, próximo à Vila Mimosa, área do meretrício, na Cidade Nova. A vítima, que levou vários tiros, tombou em frente à barraca do Flamengo, trajando bermudão vermelho, camisa amarela e tênis preto. No registro da 6ª delegacia policial consta apenas que o travesti era magro, pardo e aparentava 22 anos.

● **Maconha** — Policiais do 14º BPM apreenderam ontem 71 trouxinhas de maconha num barraco da Estrada do Taquaral, próximo a um Brizolão, em Senador Camará, onde funcionava uma pequena **boca-de-fumo**. Os bandidos, que estavam no local, conseguiram fugir ao perceberem a aproximação da RP 54-0226 comandada pelo Cabo Sales. A droga foi levada para a 34ª.

● **Assassinos** — Estão presos na 69ª Delegacia Policial (Magé) Paulo Dias da Conceição, de 20 anos, o "Neguinho", e Adilson Ferreira de Souza, de 25, que na última sexta-feira assassinaram com um tiro na boca o menino Márcio José Alves Rodrigues, de 13 anos. O crime ocorreu na Rua Projetada, Parque Imperador, em Magé.

O DIA
Data 18 / 10 / 89
Caderno 1 Pág. 9

Polícia examina corpos e não acha o do vereador

Três esqueletos e dois corpos mutilados pelos peixes foram encontrados, ontem à tarde, numa vegetação sob a ponte do Rio São Francisco, em Santa Cruz. O delegado Sergio Falante, da 48ª DP-Seropédica, esteve no local suspeitando de que um dos cadáveres seria do Vereador Luís Henrique Rezende Novaes, presidente da Câmara dos Vereadores de Nova Iguaçu. Pela decomposição dos cadáveres, entretanto, tudo indica que as vítimas foram mortas há mais de 10 dias. O delegado Falante acredita que, com a passagem de uma draga na vegetação, podem aparecer pelo menos uns 10 esqueletos.

O delegado Falante acredita que a vegetação que cresceu no local, formando uma ilha, possa estar ocultando vários corpos e servindo de cemitério para os grupos de extermínio que atuam na Baixada. Fica bem embaixo da ponte rodoferroviária, na estrada antiga que liga Santa Cruz a Itaguaí.

Outro corpo

NOVA IGUAÇU (Sucursal) – A Polícia de Vila de Seropédica (48ª DP) descartou a possibilidade de ser do Vereador Luís Henrique Novaes, presidente da Câmara Municipal desta cidade e que foi seqüestrado há 11 dias, o cadáver encontrado na noite de anteontem, num terreno baldio na altura do Km 42 da antiga Rodovia Rio–São Paulo, na localidade de Campo Lindo, em Seropédica. O cadáver tem falta de dois dentes na arcada superior, ao contrário do vereador, que tem dentição perfeita, e essa foi um causas que levaram um grupo de amigos a não fazer o reconhecimento no posto do IML de Nova Iguaçu.

Dois rapazes

DUQUE DE CAXIAS (Sucursal) – Dois rapazes foram executados na madrugada de ontem, com muitos tiros – a maioria deles disparados à queima-roupa –, na pista de retorno que passa sob o viaduto do Km 1 da Estrada Rio–Petrópolis, nas proximidades do prédio da Imprensa Naval, no Parque Beira-Mar, nesta cidade. Graças à cópia xerox de uma carteira de identidade, um dos mortos pôde ser identificado. Era Jorge Gonçalves Viana, de 22 anos, cujo rosto estava desfigurado por cinco tiros.

Cada corpo estava de um lado da pista, na entrada do viaduto, sendo que o companheiro de Jorge não chegou a ser identificado. Era um rapaz moreno, com 18 anos presumíveis, que estava vestido com uma bermuda verde e rosa, camisa preta de malha e calçado com tênis cinza. Segundo o perito Rubens, que esteve no local acompanhado do inspetor Valdomiro, da 59ª DP (Caxias), os rapazes foram levados para serem executados naquele local, e tudo indica que foram obrigados a correr, para serem fuzilados pelas costas. Para o inspetor Valdomiro, os dois seriam ligados a traficantes das favelas de Parada de Lucas e Vigário Geral, já que o local onde foram executados, fica exatamente na divisa entre Caxias e o Rio.

Mais dois

NOVA IGUAÇU (Sucursal) – Dois homens brancos, que durante grande parte da segunda-feira rondaram a casa 827 da Rua Minas Gerais, no Bairro da Posse, nesta cidade, seriam os assassinos de Isaías Alves de Azevedo, de 27 anos, encontrado morto ontem por volta das 2 horas. Os desconhecidos foram vistos rondando a casa por Débora Helena da Silva, de 22 anos, noiva de Isaías, e pelo que o perito Cleber e os policiais da 52ª DP puderam constatar, os criminosos arrombaram a porta da casa e fuzilaram Isaías dentro do quarto. Como não levaram nada, a Polícia admite que tenha sido uma vingança.

Comerciante

NOVA IGUAÇU (Sucursal) – O comerciante Lourenço Avelino Batista, de 52 anos, foi assassinado no final da noite de segunda-feira passada no interior de um bar de sua propriedade, na rua Alcindo Bulhões Paes, no centro de Queimados. Lourenço foi atingido por quatro tiros, e tudo indica que o criminoso tenha sido Carlos Alberto Ribeiro, de 40 anos, morador na rua Marinho de Oliveira, 238, casa 7, no centro daquela localidade, que foi agarrado por diversas pessoas logo depois do encontro do cadáver e levado para a 55ª DP, onde negou o crime.

O DIA
Data 28 / 10 / 90
Caderno 1 Pág. 7

REGISTRO POLICIAL

Ladrão é morto no ônibus

Um homem mulato, aparentando 25 anos, e que trajava short preto e camisa branca, foi morto com dois tiros no peito, dentro do ônibus da empresa Amigos Unidos, linha 177 (Praça Mauá–São Conrado), próximo ao acesso do Morro do Vidigal. O motorista do coletivo, Aloísio Peixoto, 40 anos, contou na 15ª DP que o homem embarcou na Avenida Niemeyer, altura do Chapéu dos Pescadores, pagou a passagem ao cobrador Divaldo Oliveira Salles, 43, e, já perto do depósito da Cervejaria Brahma, tentou assaltar uma passageira com uma faca. Nesse momento, outro passageiro sacou de sua arma e fuzilou o bandido, que ainda foi levado para o Hospital Miguel Couto, onde chegou morto. O atirador aproveitou a confusão e fugiu sem ser identificado.

● **Incêndio** – Um incêndio destruiu na manhã de ontem o apartamento 523 de um edifício de 12 andares, no número 370 da Avenida Amaral Peixoto, em Niterói. O fogo ameaçou atingir os outros apartamentos, mas foi contido pelos bombeiros. Apenas os apartamentos 623 e 723 tiveram as vidraças quebradas, devido ao calor das chamas.

O incêndio começou num colchão do quitinete – todos os 396 apartamentos do prédio são de quarto e sala conjugados –, provocado por uma vela acesa por Rodrigo de Souza, de 4 anos, filho da empregada da dona do imóvel, Maria Madalena Coelho da Silva, de 70 anos. O edifício foi rapidamente evacuado e, em 15 minutos, os bombeiros chegaram ao local. Uma hora depois, as chamas já haviam sido controladas.

Durante o trabalho dos bombeiros, uma multidão se concentrou na Avenida Amaral Peixoto, acompanhando o combate às chamas. O trânsito teve que ser desviado por ruas próximas. No início da tarde, a situação se normalizou.

● **Supermercado** – Um curto-circuito causou princípio de incêndio, na madrugada de ontem, no depósito de lixo do Supermercado Rainha, na Praça de São Lucas, em Vila Cruzeiro, na Penha. Bombeiros de Ramos, comandados pelo sargento Gouveia, que foram chamados pelo segurança do supermercado Elias Duarte, chegaram rapidamente ao local e dominaram logo o fogo, que não chegou atingir outras dependências do supermercado.

● **Esfaqueado** – Policiais do DPO de Sepetiba socorreram, no início da noite de anteontem, um homem de meia-idade, bem vestido, que foi esfaqueado ao reagir a assalto na Rua da Praia. Os soldados conseguiram capturar dois dos quatro assaltantes – Luís Fernandes de Souza, 26 anos, e Antônio Wadi de Souza, 22 – também reconhecidos por outras vítimas das imediações. Atraídos pelos gritos do homem, os soldados encontraram-no atracado a um dos ladrões e bastante ferido. Levado para o Hospital Pedro II, em Santa Cruz, ele se encontra em estado grave. A PM não conseguiu achar qualquer documento que o identificasse e informou que Antônio tinha, além, de uma faca, um cartão de inscrição para o concurso de ingresso na corporação.

● **Comerciante** – O comerciante José Meireles, 40 anos, deficiente físico – não tinha uma das pernas – levou três tiros na cabeça e morreu, quando assistia à novela **Top Model**, da TV Globo, em sua residência, na Rua Paraopeba, Lote 14, Quadra 41, Bairro Jardim Gramacho, em Duque de Caxias. Irene Martinele Meireles, mulher da vítima, contou aos policiais da 59ª DP que o crime fora praticado por três homens não identificados. Os criminosos, que nada disseram para justificar o crime, quando invadiram a casa, fugiram a pé.

● **Assassinado** – Um homem branco, estatura mediana e cerca de 30 anos, foi assassinado, com um tiro no coração, quando passava em frente ao número 152 da Avenida Feliciano Sodré, onde funciona a sede da Associação dos Servidores da Previdência Social de São Gonçalo.

● **Desocupado** – Isaias Alves de Azevedo, 27 anos, morreu crivado de balas, na madrugada de ontem. Segundo testemunhas, ele já estava dormindo numa vila de quartos da Rua Minas Gerais, 819, bairro da Posse, em Nova Iguaçu, quando foi acordado por dois homens que o levaram para a calçada, onde conversaram, discutiram alto e depois o mataram. Os criminosos, dois mulatos, fugiram num fusca azul de placa ignorada. Policiais da 52ª DP disseram que a vítima não trabalhava e que pode ter sido morta por vingança.

● **Agente de vigilância** – Com vários tiros pelo corpo foi assassinado na noite de ontem, na rua João Vicente, em frente ao número 177, o agente de vigilância da Marinha Mercante, Aristides Maia, de 57 anos, de residência ignorada. Policiais da 28ª DP nada conseguiram apurar sobre as circunstâncias em que ocorreu o crime.

O DIA
Data 17 / 10 / 89
Caderno 1º Pág. 08

Incêndio mata duas crianças em Caxias

DUQUE DE CAXIAS (Sucursal) – Os irmãos Rodrigo Almeida da Cunha, de 5 anos, e Álvaro Figueiredo da Cunha Júnior, de 11, morreram carbonizados e asfixiados no quarto em que dormiam, no apartamento 103, no prédio 350, da Rua Santa Tereza, na Vila São Luís, em Caxias, quando um curto-circuito provocado por circulador de ar, incendiou o cômodo.

Os pais dos garotos, Álvaro Figueiredo da Cunha e Maristela Almeida da Cunha, dormiam no quarto ao lado e, por volta das 4 horas de ontem, quando o fogo se espalhou, ainda não haviam percebido o incêndio. Vizinhos, assustados com a grande quantidade de fumaça que saia do apartamento, avisaram ao casal, mas já era tarde e os menores foram encontrados sem vida.

Família pode saber hoje se o vereador está vivo

NOVA IGUAÇU (Sucursal) – O presidente da Câmara dos Vereadores desta cidade, Luiz Henrique Rezende Novaes, continua desaparecido e a família ainda alimenta a esperança de que esteja vivo em poder dos seqüestradores. O encontro de um cadáver na antiga Estrada Rio–São Paulo, altura de Muriqui, no Município de Mangaratiba, parcialmente carbonizado, movimentou a Polícia e a família na tarde de domingo. No entanto, no mesmo dia, o tio do vereador e delegado aposentado, José Carlos Nunes, foi até o IML de Angra dos Reis, para onde o corpo foi levado, e não o reconheceu como sendo de Novaes.

Apesar das feições desfiguradas do cadáver, o reconhecimento foi negativo devido ao fato de na arcada dentária estar faltando quatro dentes. Já que, segundo o dentista da família, Luiz Novaes tinha a dentição completa. O médico-legista Moacyr Bastos Couto Machado, que fez a necrópsia do corpo, atestou que os dentes que faltam não foram arrancados, pois não há marca ou cicatrizes recentes.

Com o pedido de afastamento da Imprensa e da Polícia, o sumiço do vereador está na estaca zero nas investigações. Os contatos feitos por telefone – por vozes diferentes – sempre para a Prefeitura de Nova Iguaçu ou para a casa de amigos do parlamentar na Zona Sul do Rio, até hoje não deram a confirmação de que Novaes está vivo. Exigência do empresário Luiz Carlos da Rocha Novaes, para que o resgate pedido, de NCz$ 100 mil e 10 mil dólares (NCz$ 95 mil no paralelo), seja pago. De acordo com o último contato, o provável seqüestrador prometeu para hoje uma fita gravada com a voz de Luiz Novaes respondendo perguntas que só ele saberia responder, ou ainda, lendo um jornal do dia.

O DIA
Data 11 / 10 / 89
Caderno 01ª Pág. 08

REGISTRO POLICIAL

Moça estuprada na clínica

Um homem armado de revólver e faca estuprou uma funcionária da Clínica de Estética e Emagrecimento, na Rua Haddock Lobo, 404, Tijuca, depois de assaltar os clientes e levar cerca de NCz$ 600 do caixa. Por volta das 9 horas, já haviam chegado à clínica quatro funcionárias e duas clientes, quando o assaltante, um homem magro, alto, de 30 anos presumíveis, invadiu a recepção e pediu que todos lhe entregassem o dinheiro. Depois de recolher o dinheiro do caixa, ele exigiu o dinheiro das clientes, além de jóias, relógios, anéis e cordões de ouro.

O assaltante deixou as vítimas presas em uma das salas e violentou A. M. S., uma das funcionárias que, embora ameaçada de demissão por parte do patrão, Emanuel Thiesen, registrou a ocorrência na 18ª DP (Praça da Bandeira). Na delegacia, outra funcionária, que não quís se identificar, disse aos policiais que há 1 mês a clínica foi invadida por quatro homens que, depois de realizarem o assalto, estupraram outra funcionária, que se demitiu temendo as ameaças dos patrões.

● **Ladrão morto** – Miguel da Conceição, de 21 anos, morreu ontem, ao dar entrada no Hospital Souza Aguiar depois de ter trocado tiros com policiais da rádio patrulha 540902, da 17ª DP. Ele pegou o táxi placa TQ 3433, dirigido por Carlos Alberto Santos, de 30 anos, na Rodoviária Novo Rio, e deu como destino a Rua Visconde de Niterói, em Mangueira. Chegando lá, Miguel da Conceição anunciou o assalto. O motorista fez sinal com o farol para a patrulha que passava no local, comandada pelo soldado Paulo Roberto de Jesus dos Santos. Ao perceber a chegada da Polícia, Miguel saltou e começou a dar tiros com um revólver calibre 38. A Polícia reagiu e o assaltante morreu ao dar entrada no hospital. O relógio Omega que Miguel roubou do motorista do táxi foi encontrado com o ladrão.

● **Feto no ônibus** – O feto de um menino de 4 meses, presumíveis, foi encontrado no banheiro do ônibus da Empresa Itapemirim, placa CZ-6400, que faz a linha Cachoeiro do Itapemirim – Campos. O motorista, Eduardo Freitas, disse aos policiais da 111ª DP (Campos) que só notou o feto depois do desembarque dos passageiros no terminal rodoviário naquele município.

● **Enforcado** – Valter Alves da Silva, 28 anos, foi assassinado a tiros de escopeta e revólver calibre 38. O corpo foi encontrado no portão do Cemitério de Lagoa de Cima, em Campos, e tinha uma corda amarrada em volta do pescoço. Policiais da 111ª DP (Campos) estiveram no local.

● **Parto na RP** – Foi no interior de uma viatura do 9º BPM que Jandira Santana Pinto, 25 anos, deu à luz um menino, auxiliada pelo cabo Almir Moreira Rodrigues e o soldado Edson Soares Dias. O fato ocorreu domingo à noite. Jandira passava mal em frente à sua residência, Rua Cajuru, 121, Cascadura, quando avistou a patrulha e pediu socorro. A caminho da Maternidade Herculano Pinheiro, em Madureira, começaram os trabalhos de parto, realizado pelos policiais. Mãe e filho passam bem.

● **Irmãos baleados** – Joanilson Cícero Ribeiro (18 anos, Rua Rego Barros, 97, Santo Cristo) foi assassinado com um tiro no peito e o seu irmão, José Celso Ribeiro, 16, ficou ferido com uma bala no braço. O crime ocorreu no final da noite de domingo, quando as vítimas passavam próximo ao prédio 360 da Praia de Botafogo, onde pegariam condução de volta para casa. Policiais da 10ª DP tiveram informações de que o autor dos disparos teria sido o bandido conhecido pelo vulgo de Baba, do Morro Cerro Corá, no Cosme Velho, com quem Joanilson alimentava uma rixa antiga. José Celso foi medicado no Hospital Rocha Maia e seu irmão morreu quando era socorrido no Hospital Souza Aguiar.

● **Matou o marido** – Jorge da Rocha, 25 anos, comerciante, morreu em sua casa, na Avenida Presidente Kennedy, 2380, Gramacho, Duque de Caxias, nas primeiras horas da madrugada de ontem, ao levar um tiro no pescoço. O disparo foi feito por sua mulher, Rosemary Costa da Rocha, que, no seu depoimento na delegacia, disse – sem convencer aos policiais – que estava brincando com o revólver de Jorge, quando acidentalmente movimentou o gatilho.

● **Suicídio na Barra** – O estudante Alexandre Haut Barcelar, solteiro, 24 anos, suicidou-se na madrugada de ontem, pulando da janela do apartamento 1.703 do prédio 454 da Rua Fala Amendoeira, Condomínio Novo Leblon, na Barra da Tijuca. Policiais da 16ª DP, apuraram que o suicida vinha se submetendo a tratamento psiquiátrico. O corpo de Alexandre caiu no pátio interno do condomínio, sem que um de seus irmãos, menor de idade, tivesse percebido o ocorrido na ausência dos pais, que estão viajando.

● **Motorista ferido** – José da Silva Pacheco, 39 anos, motorista, levou um tiro na coxa direita na madrugada de ontem, quando estava chegando perto de casa, na Rua Boa Vista, Morro do Dendê, Ilha do Governador. Socorrido pelo Patamo 520247, do 18º BPM, e conduzido para o Hospital Paulino Werneck, disse que não viu quem atirou. A 37ª DP, Ilha do Governador, está apurando.

● **Bateu no poste** – Kátia Lopes da Silva, 7 anos, com fratura no fêmur da perna direita, foi uma das vítimas do acidente anteontem à noite, por volta das 22 horas 05m, quando o Corcel 73, de cor azul, placa (RJ) SQ-1629, dirigido pelo seu pai, Valdecir Leite da Silva, 29 anos, bateu no poste, na Estrada Velha da Pavuna, altura do nº 3986.

Além de Valdecir e Kátia, ficaram feridos, embora com menor gravidade, os seus irmãos Kleiton Lopes da Silva, 6 anos, e Kleijou, 3 anos, com escoriações generalizadas. Todos foram atendidos no Hospital Getúlio Vargas.

● **Tiroteio** – Um tiroteio entre duas quadrilhas rivais na Rua Arnaldo Tavares, no Bairro Nova Cidade, próximo do campo do Nova Cidade, resultou na prisão de nove pessoas e um ferido em estado grave internado no Hospital Getúlio Vargas. Uma patrulhinha do 20º BPM (Nova Iguaçu), com apenas três soldados, foi deslocada para o local para intervir na briga dos marginais, mas, quando chegou, passou a ser o alvo dos bandidos que esqueceram a rivalidade entre si.

Alberto Soares da Silva, de 27 anos, no meio da troca de tiros foi baleado e socorrido pelos policiais. Na casa 421 da mesma rua do tiroteio, nove pessoas, entre elas duas mulheres, foram detidas para averiguação, encaminhadas à 57ª DP (Nilópolis) e liberadas mais tarde por não constar nada na ficha de identificação do IFP.

Os marginais, com a chegada do reforço da PM, fugiram em um Voyage branco e um Fusca azul. Segundo um soldado que participou da troca de tiros, seriam cerca de 15 homens.

● **Baleado** – Kleber de Jesus Ferreira, de 22 anos, foi baleado no rosto na tarde de ontem por ocupantes de um carro Itamaraty de cor branca, cuja placa não foi anotada, em Cordovil. O rapaz morreu no Hospital Getúlio Vargas.

O DIA
Data 16 / 10 / 89
Caderno ____ Pág. 07

REGISTRO POLICIAL

Sete baleados no ônibus

Sete pessoas foram feridas a tiros por um homem desconhecido que reagiu a um assalto no ônibus placa XM-9575, da empresa Novacap, linha 917 (Bonsucesso–Malet), conduzido por Rui de Oliveira Mano, de 47 anos. O tiroteio ocorreu na Praça Nossa Senhora do Amparo, em Cascadura, pouco depois que um grupo de aproximadamente 10 rapazes embarcou no ônibus, desarmados, para promover um arrastão entre os cerca de 30 passageiros. Assim que começou o saque, um homem começou a disparar. Muitas pessoas jogaram-se no chão para se proteger. Foram baleados os assaltantes José Antônio Gonçalves dos Santos, de 18 anos, Paulo Cesar Francisco, de 21 anos, R. F., de 16 anos, Jorge Luiz da Silva, de 18 anos e P. C. S., de 16 anos; e os passageiros Marcos Alexandre Calheiros, de 16 anos, e Anselmo Roberto Borges, de 33 anos. Todos foram levados para os hospitais Carlos Chagas e Salgado Filho. Em estado grave, os assaltantes Paulo César Francisco e P. C. S. foram transferidos para o Hospital Getúlio Vargas. O autor dos disparos fugiu assim que o ônibus parou, próximo à praça. Registro na 28ª DP (Campinho).

● **Mortos no baile** – M.S.C., de 16 anos, e Renivaldo dos Santos, de 20 anos, foram mortos na madrugada de ontem por três desconhecidos, durante um baile no Clube Araruama, na Rua Iracema, em São João de Meriti. Os três homens entraram no clube atirando, o que causou grande confusão, fazendo com que os freqüentadores buscassem refúgio sob as mesas ou na rua, numa desesperada tentativa de se proteger dos tiros. L.C.G., de 17 anos, saiu ferido, sendo levado para o Hospital Geral de Duque de Caxias, onde está internado. Os corpos de Renivaldo e de M.S.C. foram retirados da pista de dança pelos seguranças do clube, que os levaram para a Rua Iracema, em frente ao lote 8, quadra 16, a cerca de 100 metros do local do crime. O caso foi registrado na 64ª DP (São João de Meriti).

● **"Cochilo"** – O motorista Carlos Roberto Menezes, 29, bateu com o Monza preto, XH 7973, na traseira do ônibus XM 7679, linha 918 (Bonsucesso–Bangu), ontem, pela manhã, na Avenida Ministro Edgar Romero, em Madureira, sofrendo pequenos cortes e escoriações no rosto. Ele foi logo medicado na Policlínica Dona Beatriz, na Rua Doutor Jeovaniano, próximo ao local do acidente.

José Barbosa, 54, motorista do ônibus, contou que parou o veículo no ponto de ônibus e, quando deu a arrancada, sentiu um barulho de batida na traseira. Ele mesmo socorreu Carlos Roberto, que na sua opinião deveria estar "cochilando" ao volante.

● **Atropelado** – Antônio da Motta, de 59 anos, morreu no início da madrugada de ontem atropelado na altura do quilômetro 10 da Rodovia Presidente Dutra, em Belford Roxo. O motorista fugiu sem prestar socorro e seu carro não foi identificado. Registro na 54ª DP (Belford Roxo).

● **Vários tiros** – Carlos Alberto de Paulo, de 18 anos, foi encontrado morto com vários tiros na madrugada de ontem em frente ao número 22 da Rua Wilson Gil da Mota, no centro de São João de Meriti. O caso foi registrado na 64ª DP (São João de Meriti), cujos policiais ainda não têm pistas do assassino.

● **Em Anchieta** – Ciane Monteiro, de 34 anos, foi encontrado morto a tiros na madrugada de ontem, na esquina das Ruas Oliveira Bueno e Tomaz Edson, em Anchieta. Policiais da 31ª DP (Ricardo de Albuquerque), apuraram que Ciane morava na Rua Alcobaça, 762, em Anchieta.

● **Três mortos** – Arli Felício da Silva, de 43 anos, Luiz Carlos Vieira Pinto, de 35 anos, e Marcelo de Oliveira, de 22 anos, foram mortos a tiros no fim da noite de anteontem por quatro desconhecidos na Rua Silva Gomes, lote 5, quadra 8, em Maringá, Belford Roxo. Os três estavam jogando baralho na casa de Luiz Carlos – irmão de Arli – quando os assassinos chegaram. Maria Helena Gonçalves, de 31 anos, mulher de Luiz Carlos foi obrigada a sair de casa e, do lado de fora, ouviu os disparos. O caso foi registrado na 54ª DP (Belford Roxo).

● **Traficantes** – Maria das Dores Martins e Georgina Maria de Jesus Almeida foram presas na madrugada de ontem por policiais do 14º BPM (Bangu), que encontraram em suas casas cerca de dois quilos de maconha. Os policiais – da Polícia Reservada do Batalhão, a P2 – chegaram às duas mulheres através de informações obtidas com Janaína da Silva Lucas, presa na tarde de anteontem, quando tentava passar pequena quantidade da droga para o interior do presídio Esmeraldino Bandeira, onde seu marido – conhecido pelo vulgo de Carambola cumpre pena. Maria e Georgina também são acusadas de introduzir drogas na penitenciária, onde, como Georgina, têm parentes presos: Wilson Silva (filho da primeira) e Lúcio Ribeiro de Almeida (marido da segunda). A maconha foi encontrada no quintal da casa das duas mulheres. Maria das Dores mora na Rua Nuno de Andrade, 93, em Irajá, e Georgina, na Rua Costa Júnior, 34, em Vila Kennedy. O caso foi registrado na 34ª DP (Bangu).

● **Motorista** – O motorista Luiz Carlos de Souza foi encontrado morto, com uma bala na cabeça, no Fusca TM-8459, que ele dirigia e bateu no muro da casa 68 da Rua Garacetuba, na Vila da Penha. Policiais da 22ª DP acham que ele foi vítima de assalto e morreu ao tentar a fuga.

● **Colisão e morte** – A Kombi azul IF-8657 (licença de São Paulo) colidiu com o Fiat XE-2603, que estava estacionado na Avenida Brigadeiro Trompowsky, na Ilha do Governador, enquanto seu motorista, Domênico Capulli (32 anos), corrigia um defeito no motor. A Kombi bateu também em outra Kombi MT MY-5908, cujo motorista, Paulo Roberto Feitosa (27 anos), dava ajuda a Domênico. Os dois ficaram feridos, assim como Gilséia Guedes de Oliveira e o chofer da Kombi causadora do desastre, que não foi identificada, porque seus documentos não foram encontrados no local do acidente. Ele morreu quando era atendido no Hospital do Fundão. A perícia concluiu que a Kombi ficou desgovernada após chocar-se contra a mureta de proteção.

● **Traficantes** – Soldados do 7º BPM desconfiaram de três homens que ocupavam o Fusca GZ 1902 na Rua Salvatori, em Alcântara, e saíram em sua perseguição. Houve tiroteio e os suspeitos abandonaram o carro, fugindo em direção ao morro da Telerj. Dentro do automóvel foram encontrados 30 quilos de maconha.

● **Fazendeiro** – A Polícia de Casemiro de Abreu (128ª DP) registrou como suspeita a morte do fazendeiro José Camilo Mendes Neto (casado, 49 anos, Rua dos Poetas, 163, Bairro Jardim Pinheiro, em Macaé). O corpo foi recolhido no Km 201 da BR-101 (trecho entre Niterói e Campos). As primeiras investigações revelam que ele dirigia seu Gol, ano 1989, chapa NB 5370, e bateu na cabeceira de uma ponte. Com a suspensão danificada e dois pneus furados, ele foi para a pista pedir socorro, ocasião em que o carro foi abalroado pelo Fusca CJ 2615, dirigido por José Carlos da Silveira, detido horas mais tarde. Ele disse que houve discussão entre os dois, mas retirou-se e só depois soube da morte do fazendeiro. A Polícia, entretanto, admite que José Camilo tenha sido atropelado de propósito pelo carro dirigido por José Carlos.

● **Assassinada** – Policiais da 18ª DP estão investigando a morte da jovem Luciene Lima de Abreu, 18 anos, residente na Rua Campos da Paz, 22, Rio Comprido. Ela estaria conversando com o namorado, segundo testemunhas, quando um Volks amarelo parou e saíram três homens anunciando um assalto. Luciene correu recebendo um tiro na cabeça.

● **Viciado** – Pedro César da Cruz, 29 anos, morreu a tiros na Linha Verde, próximo à Favela de Acari. Policiais da 39ª DP acreditam que ele tenha ido à favela comprar drogas. O corpo não foi reconhecido por moradores também.

● **Arrombamento** – Aproveitando a ausência de moradores, marginais invadiram ontem o prédio nº 155 da Rua Conde de Bonfim e, valendo-se de um pé-de-cabra, arrombaram os apartamentos 803, 804 e 303. Levaram jóias e aparelhos eletrônicos. A Polícia não dispõe de nenhuma pista para investigações, já que o fato ocorreu no horário de almoço do porteiro. No mesmo edifício mora o comediante Carvalhinho.

1ª folha
O DIA
Data 15 / 10 / 89
Caderno ____ Pág. 12

Polícia identifica justiceiros

Carlos Militão

A Comissão Especial da Polícia Civil que investiga a atuação dos grupos de extermínio no Rio já identificou 11 membros destes grupos. Um deles está preso. Segundo as investigações esses grupos, em geral sediados na Baixada Fluminense, foram responsáveis pelo assassinato do Major reformado do Exército Luis Carlos Bernardes, que investigava irregularidades na Capemi e foi morto a tiros dentro de um frescão no Aterro do Flamengo, em março de 1985.

Os "justiceiros", como gostam de se definir, foram também os autores do seqüestro e assassinato da Diretora de Patrimônio do Fluminense, Irene Rodrigues Guimarães, em agosto de 1975, e da estudante Anneliese Olga Volkmann, seqüestrada próximo à Faculdade Hélio Alonso, em Botafogo, e morta a facadas em Realengo. O carro de Anneliese foi parar nas mãos de um desses grupos, o de Killing.

Integrado por policiais, ex-Policiais, um X-9 (informante da polícia), um falso oficial de justiça, comerciantes, bandidos comuns, parentes de políticos e funcionários de estatais, o bando de Killing diz cobrar o mínimo de NCz$ 2 mil para matar, e executariam apenas deliqüentes. As investigações porém mostram que o motivo das mortes pode ser apenas passional, ou financeiro. O bando de Killing, usando motocicletas, teria assassinado quatro homens em frente à Escola de Educação Física da UFRJ.

Reprodução



Agnaldo tinha uma falsa carteira de oficial de justiça, que foi apreendida

2º folha
O DIA
Data 15/10/89
Caderno ____ Pág. 18

Criada no Governo Brizola, a Comissão Especial de combate aos grupos de extermínio tem como principal dificuldade de trabalho o apadrinhamento dos integrantes dos bandos. A comissão funciona no prédio do antigo Dops, onde ninguém gosta de dar informações sobre o que se faz. O Secretário Executivo é o delegado Hélio Tavares da Luz, que se limita a dizer: "Não gostamos de nos exibir. Além do mais alguns colegas acham que estamos aqui para perseguir os outros. Investigamos grupos de extermínio. Se encontramos policiais entre eles só nos resta enquadrá-los".

As investigações agora se concentram no grupo de **Killing**, e uma parte dos integrantes foi identificada através das fotos publicadas em O DIA numa reportagem sobre o bando. Já prestaram depoimento como suspeitos de pertencerem ao grupo o cabo do 23º BPM Geraldo Nunes Varjão, o ex-PM Ernandes de Lima, o técnico de televisão Walter da Rocha Quitério, o segurança Juarez Rodrigues de Lima, Jorge Esteves de Oliveira, o ex-PM Jorge Oliveira de Souza, Sebastião Marcolino, o **Tião da Mineira**, Edson Alves da Silva, **o Feio**, e o cabo reformado do Exército Agnaldo Angelo da Silva.

Agnaldo apresentou uma carteira de oficial de justiça emitida em 19 de outubro do ano passado pelo então juiz da 1ª Vara Criminal de Duque de Caxias, Durval Halle. Atualmente ele trabalha na Corregedoria-Geral da Justiça, no Rio, e teria sido chamado a dar explicações ao Conselho da Magistratura.

Arquivo 29/09/89



Integrantes do grupo de Killing já foram identificados

1ª folha
O DIA
Data 15/10/89
Caderno ____ Pág. 18

Armas artesanais saem da Baixada

Rodolfo De Bonis

"Tudo pode virar arma. Qualquer objeto pode virar pistola automática potente ou até mesmo uma escopeta, como é o caso da muleta encontrada pela PM numa batida no Morro São José, em Jacarepaguá." A afirmação é de Wilson Vidigal, 49 anos, proprietário da Vidigal Vídeos, uma locadora de filmes em videocassete e de um bar em Duque de Caxias, considerado um dos maiores conhecedores de armas do Rio de Janeiro. Vidigal, que não é armeiro, lê tudo o que sai na imprensa nacional e internacional sobre o assunto desde 1945. Analisando a foto da muleta-escopeta que saiu nos jornais, afirmou que o mesmo mecanismo utilizado pelo armeiro que fez essa arma pode ser aplicado nos mais diversos objetos, como, por exemplo, bengalas e canos de descarga de automóveis.

Os armeiros que realizam este trabalho "artesanal e sofisticado" estão concentrados principalmente na Zona Oeste e na Baixada Fluminense. Eles bolam as mais diversas adaptações ou então recebem determinado molde como encomenda e trabalham em conjunto com diversos torneiros-mecânicos da área. Consertam qualquer tipo de armamento leve e também conseguem – sem exageros, é claro – fazer adaptações dignas de James Bond, o famoso 007. Um dos armeiros, que se identificou apenas pelas iniciais J.S.M. topou mostrar algumas dessas adaptações, pedindo em troca apenas uma coisa: que não fosse fotografado e nem mesmo identificado na reportagem.

Armeiro conhece os segredos

O roteiro é sempre o mesmo: nos momentos mais críticos, quando James Bond conclui que não tem mesmo saída, que está perdido, aparece, como num passe de mágica, seu fiel amigo e inventor de todas suas armas e truques: o agente Q. Com ares de professor, Q coloca a maleta 007 na mesa e explica para o agente 7 (que é diferenciado dos outros agentes da Coroa inglesa pelo prefixo 00, uma espécie de passe livre para matar) as últimas novidades, que vão dos óculos que permitem enxergar atrás de paredes grossas de concreto, até canetas que atiram como pistolas, passando pelos tinteiros-gravadores e outras coisas do gênero. O armeiro J. M. S. também colocou na mesa tudo o que pode fazer (ou alguns exemplos).

Começa, primeiramente, por uma flauta-doce igual a qualquer outra encontrada nas lojas de instrumentos musicais. J. M. S., sem contar detalhes da adaptação "para que bandidos não possam copiá-la", desatarrachou a parte superior da flauta e mostrou o tubo de aço colocado em seu interior, um pequeno detonador de mina ligado a uma mola, que permitiu que a flauta se transformasse numa arma equivalente à pistola Winchester calibre 44.

J. M. S mostrou duas "canetas calibre 22", adaptadas também dentro do mesmo esquema da flauta doce. "Você aperta o mesmo botão que aciona a ponta da esferográfica, para o tiro. Já vendi muitas destas para executivos e policiais", disse J. M. S. Segundo ele, "a muleta-escopeta foi um trabalho bem-feito e simples, porque utilizou o mesmo mecanismo da arma verdadeira: um cão (o objeto da arma que detona a espoleta da bala) e gatilho localizados na altura do descanso de mão da muleta".

Filmadora

O armeiro, que trabalha com um torneiro mecânico de Bangu, que preferiu não ser identificado, mostrou ainda como pode adaptar uma garrucha 6.35 numa máquina fotográfica e mesmo numa câmera de vídeo M-8 e PV-420, onde pode ser adaptada até uma pistola 9 milímetros ou um revólver calibre 38.

Adelino achou muleta-escopeta

A muleta-escopeta apreendida no dia 11 último, no Morro São José, em Jacarepaguá, por uma equipe do 18º BPM (Jacarepaguá) em conjunto com policiais do Posto de Policiamento Comunitário (PPC), chamou tanto a atenção dos policiais militares e dos policiais da 32ª DP que a arma-apoio acabou sendo enviada ao Secretário de Estado da Polícia Militar, Cel. Manoel Elísyo dos Santos Filho, ao invés do Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE), como esta previsto durante registro de ocorrência na delegacia.

A muleta seria ignorada se não fosse a curiosidade do soldado Adelino Vitório da Conceição, 42 anos, que, mesmo não tendo visto o filme O Dia do Chacal, cuja história foi escrita por Frederick Forsyth, achou estranho "a muleta estar jogada ao lado das armas".

"Durante a operação, na qual foram presos três traficantes da quadrilha de Marquinhos, fomos atacados por cerca de 20 pessoas, armadas com metralhadoras e escopetas. Não vimos, no entanto, ninguém atirar com a muleta, provavelmente uma pessoa boa das pernas, porque conseguiu fugir", disse Adelino, na delegacia de Jacarepaguá, enquanto mostrava a arma disfarçada, descoberta por ele. À tarde, naquele mesmo dia, o Comandante Geral da PM fez questão de assistir a uma exibição de tiros com muleta, feita pelo cabo Júlio, do 18º BPM. Até o momento, nem a PM nem a Polícia Civil conseguiu descobrir o nome do armeiro que fabricou a arma disfarçada.

2º folha

O DIA

Data 15/10/89

Caderno _____ Pág. 18

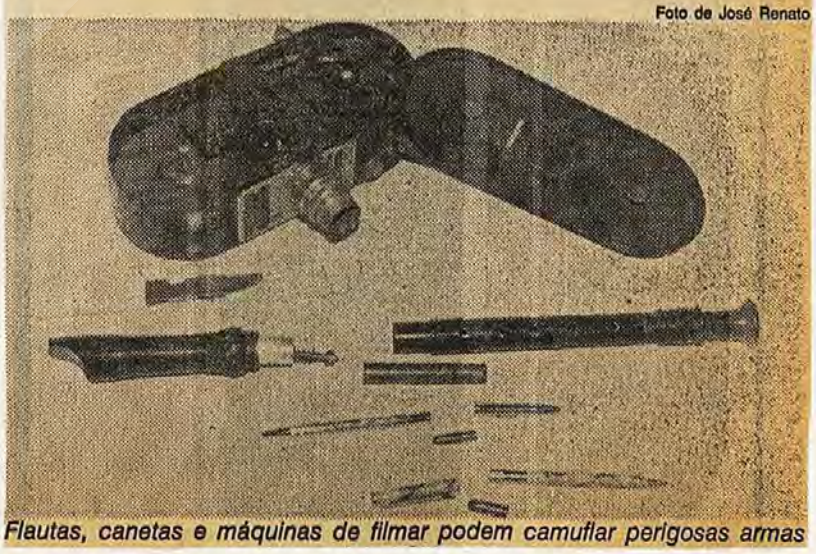


Vidigal sabe tudo sobre armas, mas prefere trabalhar com videocassetes



A muleta-escopeta está agora sendo examinada na Polícia Militar

Foto de José Renato



Flautas, canetas e máquinas de filmar podem camuflar perigosas armas

3ª folha
O DIA
Data 15/10/89
Caderno ____ Pág. 18

Traficantes escondem arsenais em favelas

Madrugada de 29 de junho de 1988. O Grupo Especial de Policiamento Descaracterizado do 3º Batalhão de Polícia Militar (Méier) invade a Favela do Jacarezinho atrás do traficante Ednaldo Soares da Silva, o **Naldo**, e sua gang, que, até o final de agosto de 87, era a tropa de Paulo Roberto de Moura Lima, o **Meio-Quilo**. Poucas prisões e pouca droga apreendida. A quantidade de armas, no entanto, foi, segundo noticiaram os jornais do dia 30, a maior já apreendida em bocas-de-fumo até aquele dia.

No meio das armas encontradas no paiol de **Naldo** – um fuzil-metralhadora calibre 17 mm, com tripé; um fuzil automático leve (Fal), AR-17, de fabricação americana (utilizado durante a Guerra do Vietnã) e de uso exclusivo das Forças Armadas; mini-escopeta 28; revólveres calibre 38; três granadas, entre outras armas – os policiais acharam uma metralhadora calibre 9 milímetros de fabricação caseira.

Tudo possível

"Para um armeiro, que conhece mecânica e está acostumado a montar e desmontar armas, não é difícil fabricar uma arma. Até mesmo uma metralhadora. O que deveria ser feito é obrigar-se os fabricantes de armas – Taurus, Rossi e outros – a dificultar ao máximo o acesso ao conhecimento desse mecanismo", disse Wilson Vidigal, que, como estudioso do assunto, é procurado por muita gente – estudantes, pessoas interessadas no assunto de um modo geral e até policiais e militares – para explicar como é que funciona determinada arma. Vidigal começou a se interessar por armas em 1945 – em Pelotas, RGS, onde nasceu –, quando viu seu pai, Colatino, e outros pilotos brasileiros comemorarem o final da Segunda Guerra dando tiros para o alto "com uma Pazam Mauzer 7.63, de fabricação alemã."

– Essa metralhadora, utilizada pela SS, acabou chamando a minha atenção a tal ponto que passei a estudar o seu funcionamento a fundo.

Em 1956, fiz um curso por correspondência, oferecido pelo **National American Collegie**, de Nova Iorque, para aumentar meu conhecimento, já que no Brasil não existe curso sobre o assunto. Apenas no Exército. Passei a acompanhar as publicações sobre armas americanas, européias, sempre levando em conta os progressos dessa técnica. Discuto com qualquer um sobre o assunto, mas não quero saber em mexer com armas, em consertar pistolas e revólveres. Prefiro conhecer teoricamente e trabalhar mesmo na minha locadora de vídeo e no bar, porque brincar com arma é uma coisa muito perigosa – disse Vidigal, afirmando que os filmes policiais que passam todos os dias na televisão e no cinema também "devem aguçar a criatividade dos armeiros que trabalham para bandidos".

É só vocẽ ver o caso da muleta-escopeta – prossegiu. – Só pode ter sido copiada mesmo do filme **O Dia do Chacal**. Fizeram a arma no formato da muleta e não adaptaram a muleta para virar uma escopeta. Um trabalho de artista mesmo. Pela foto não dá para perceber, de maneira alguma, que se trata de uma arma de grosso calibre, de uma 12.

O DIA
Data 15 / 10 / 89
Caderno 1ª Pág. 20

REGISTRO POLICIAL

Morto o artista plástico

O artista plástico Hugo da Paz Barroso, de 21 anos, e Alex Alves Campos, de 16 anos, foram encontrados mortos, no início da madrugada de ontem, por policiais da 64ª DP (Vilar dos Teles). Hugo foi assassinado dentro de sua própria casa, na Rua Bernardino Tiler, lote 66, quadra 20, em Coelho da Rocha, São João de Meriti. A cerca de 300 metros dali, na esquina das Ruas Safira e Souza Neves, em uma lixeira, estava o cadáver de Alex, que, dias antes, fora preso por policiais da 64ª DP e logo a seguir libertado. Os policiais acreditam que Alex tenha sido executado por vingança e que Hugo – que costumava receber o menor em sua casa – tenha morrido como queima de arquivo.

● **Assassinado** – Waldir de Araújo Filho, de 39 anos, foi morto a tiros, na madrugada de ontem, por três homens em frente da casa onde morava, na Rua Piracicaba, lote 17, Trindade. Logo após receber os tiros, Waldir foi socorrido por seu cunhado, Manoel José Garcia Freitas, que o levou para o Pronto-Socorro de Alcântara, em São Gonçalo, onde morreu ao dar entrada. O caso foi registrado na 72ª DP (São Gonçalo).

● **Assalto** – Marcelo da Silva Moraes, de 20 anos, o Moita, foi morto com vários tiros, no início da madrugada de ontem, na esquina das Ruas Antônio Carlos Monteiro e Santos Dumont, em Jardim Meriti, São João do Meriti. O autor dos disparos, Marcelo Bandeira de Jesus – preso em flagrante por policiais do 21º BPM (S. J. Meriti) – contou que agiu em legítima defesa. Disse que reagiu a uma tentativa de assalto por parte de Moita, atracando-se com ele e tomando sua arma, uma Smith Wesson calibre 38, com a qual disparou contra a vítima. Quando tentava fugir, Marcelo Bandeira foi preso e levado para 64ª DP (Vilar dos Teles), onde se encontra preso.

● **Motel assaltado** – Dois homens assaltaram, no início da madrugada de ontem, o Motel Espinguito, na Estrada do Uruni s/ nº, em Santa Cruz. Eles chegaram a pé ao motel e, armados com revólveres, dirigiram-se à recepção, onde renderam o gerente noturno, Arthur da Conceição Gomes, de 56 anos. Os assaltantes – um branco, aparentando 20 anos, e um negro, com 40 anos presumíveis – encontraram apenas NCz$ 1,5 mil no caixa, mas, mesmo assim, decidiram não assaltar os casais nos quartos. Após recolherem o dinheiro, fugiram também a pé. O caso foi registrado pelo Gerente na 36ª DP (Santa Cruz).

● **Colisão e morte** – Leonam Halo, de 50 anos, teve morte instantânea na noite de anteontem, na Avenida Brasil, quando seu Monza UP-9840 colidiu com o caminhão Mercedes SK-6663, conduzido por Carlos Goes de Castro, de 38 anos. O acidente ocorreu na pista central de descida (em direção ao Centro da Cidade), em Irajá. Leonem avançou o sinal luminoso no momento em que o caminhão entrava na Avenida Brasil, vindo do posto da Ceasa. O Monza ficou engavetado na carroçaria do caminhão. O caso foi registrado na 39ª DP (Pavuna).

● **Outro morto** – Roberto Carlos Batista, de 25 anos, morreu, no fim da noite de anteontem, em conseqüência de um acidente de trânsito entre o carro por ele conduzido, o MP Lafer, RT-1195, e o Volks SF-4000, no qual viajavam Eduardo Mendes de Oliveira e Lúcia Fernando Jacinto. O acidente ocorreu na esquina da Estrada do Dendê com a Rua Sena, na Ilha do Governador. Eduardo e Lúcia, feridos, foram levados para o Hospital Paulino Werneck. O caso foi registrado na 37ª DP (Ilha)

● **Ônibus roubado** – Quatro homens fardados de leão – uniforme de trocador e de motorista – roubaram, no final da noite de sexta-feira, o ônibus da Viação Verdun, linha 422 (Grajaú–Cosme Velho), que estava parado no ponto final da Rua Assaré, mas não foram muito longe, abandonando o coletivo 30 minutos depois na Rua Rosa e Silva, no Grajaú, de onde fugiram a pé. Tudo aconteceu quando o motorista do ônibus XN 4443, número de ordem 71246, Ademiro Mário da Silva, 54 anos, e o trocador Manuel Paulo de Queiroz, 57, tomavam cafezinho, enquanto aguardavam a vez de pegar passageiros. Nesse intervalo, o despachante Wilmário Cabral de Menezes, 28, achou estranho ver o ônibus em movimento dando partida sem passageiros e, pior, sem o motorista e o trocador. Foi uma correria até que, acionados, policiais da 20ª DP acabaram encontrando o ônibus abandonado a 6 quilômetros do local do roubo.

● **Motoqueiro** – Ademir Gomes Goulart, de 25 anos, morreu no início da noite de anteontem, ao dar entrada no Hospital da Posse, em Nova Iguaçu, depois que a motocicleta em que viajava colidiu contra uma árvore, perto do número 19 da Avenida Augusto Távora, em Cabuçu, Nova Iguaçu. A motocicleta Honda 125, XD-697, era conduzida pelo irmão de Ademir, Jorge Assis Gomes Goulart, de 28 anos, que também foi levado para o Hospital da Posse, onde se encontra internado. Os dois irmãos não estavam usando capacete, de acordo com registro na 55ª DP (Queimados), Nova Iguaçu.

● **Falso PM** – O forte cheiro de mato queimado que exalava de um dos apartamentos do Hotel Alpha Ritz, na Avenida Sernambetiba, Barra da Tijuca, acabou denunciando o falso PM Maurício Assumpção de Souza, 26 anos, e seu amigo Reinaldo Duarte, 27 anos. Maurício, que disse morar na Rua Clóvis Bevillaqua, 96, na Tijuca, e Reinaldo, na Rua Olegário Maciel, 175, Barra, estavam passando temporada no hotel há 1 mês, na condição de turistas. Como Maurício se registrou usando a patente de segundo sargento da Polícia Militar de São Paulo, o porteiro achou muito estranho o fato de ter um hóspede tira fumando maconha. Por isso, chamou a Polícia. Além de exibir documento falso, o PM portava um revólver calibre 38. Tudo acabou no xadrez da 16ª DP.

O DIA
Data 14 / 10 / 89
Caderno 1 Pág. 10

Traficante é morto pela PM

De dois traficantes de tóxicos que ontem trocaram tiros com policiais militares do 9º BPM, no Morro do Juramento, um morreu ao dar entrada no Hospital Carlos Chagas e o outro, depois de medicado no HCC, foi removido para o Hospital Salgado Filho. O que morreu tinha consigo um revólver calibre 38, papelotes de cocaína e papéis com o controle de uma boca-de-fumo, indicando nomes de olheiros e viciados. Nenhum dos dois foi identificado.

O tiroteio ocorreu em meio a mais uma Operação Asfixia, organizada pelo comando do 9º BPM para combater o tráfico de drogas em sua área de atuação. Os PMs contaram que, quando dois deles circulavam por uma das vielas do morro, foram atacados a tiros por um homem branco. Houve a reação dos PMs, que o balearam. Foi esse traficante que morreu ao dar entrada no HCC.

Quando os policiais militares chegaram ao Morro do Juramento, moradores trataram de alertar os traficantes: "Olha os homens aí. Estão cercando o morro". Na Favela de Acari, onde os policiais do 9º BPM também estiveram, o aviso foi dado de outra maneira: moradores soltaram foguetes, uma senha para que os traficantes tratem logo de fugir ou se esconder. Muitos bandidos subiram para a parte mais alta do morro e se esconderam em casas de moradores que nem conheciam. Como os PMs tinham ordem para não invadir residências, foi pequeno o número de presos durante a incursão do 9º BPM.

Os PMs contaram com o apoio da Delegacia de Entorpecentes, que enviou equipe chefiada pelo delegado Eduardo Batista, com cachorros farejadores da Companhia de Cães da PM e com a ajuda de dois militares do Exército, estes utilizando detetores de metais na tentativa de localizar armas escondidas pelos bandidos.

Colaboração

Embora moradores tenham alertado os traficantes sobre a presença dos policiais, o comandante do 9º BPM, Coronel Emir Larangeiras, disse que está satisfeito com o apoio da comunidade à atuação do batalhão no combate aos tóxicos. Citou como exemplo o convite que recebeu, para uma palestra, do padre Bruno Trombeta, da Sociedade São Dimas, com apoio do presidente da Associação dos Moradores do Conjunto Amarelinho, Pedro Paulo. Informou também que a Associação dos Moradores de Honório Gurgel, fechada há dois anos, reabriu este ano graças ao apoio do 9º BPM. O presidente da associação fora morto, juntamente com um sargento do 9º BPM, por ordem do traficante **Toninho Turco**.

O Coronel Larangeiras disse que o 9º BPM conseguiu interromper a atuação dos traficantes **Chiquinho Rambo**, da favela de Vigário Geral; **Carlinhos do Fubá**, da Favela do Fubá; **Berreco** e **Lilico**; e, finalmente, Darcy da Silva Filho, o **Cy de Acari**.

Os detidos na operação de ontem foram levados para a Delegacia de Entorpecentes, que fez uma triagem para verificar quais os que estavam com mandado de prisão.

Foto Ana Lúcia Araujo



Os dois homens baleados no Morro do Juramento foram levados de camburão para o Hospital Carlos Chagas

O DIA
Data 14 / 10 / 89
Caderno 1 Pág 10

REGISTRO POLICIAL

PMs acusados de assalto

Os soldados René Henrique Hernandez Tavares, 26 anos, e Willivan Narciso Dantas, 25, do 14º BPM (Bangu), foram presos na noite de quinta-feira e poderão ser expulsos da corporação, caso fique comprovada a denúncia de Claudemir Viana Gonçalves, de que foi roubado em NCz$ 60 por eles, durante uma revista. Os PMs estavam de folga e à paisana, quando abordaram Claudemir às 22 horas, sob o pretexto de procurar drogas, numa travessia clandestina da linha férrea, entre Realengo e Padre Miguel.

Depois da revista a que foi submetido, Claudemir sentiu falta do dinheiro e pediu providências a dois guardas ferroviários, que conduziram os soldados à 34ª DP (Bangu), onde foi registrada a queixa. O Batalhão foi notificado e o auxiliar de supervisão, Capitão Pedro Paulo da Silva, revistou os praças sem nada encontrar. De acordo com o Major Lenine de Freitas, Relações Públicas da PM, o 14º BPM instaurou uma sindicância sumária para apurar os fatos e mantém os soldados presos no quartel. René e Willivan ingressaram há 5 anos na corporação e poderão ser expulsos antes de concluída a apuração da Polícia, se dentro de 10 a 15 dias for constatada a culpa dos soldados na sindicância da PM.

● **"Fechada" e tiros** – Um ônibus da Viação Redentor, que faz a linha Taquara-Praça Mauá, dirigido por Nilton de Souza Nunes, teve o pneu dianteiro esquerdo furado a tiros, ontem pela manhã, pelo motorista do Kadett preto, placa WJ-7664, que fugiu em seguida.

De acordo com testemunhas, o motorista do ônibus, que transportava cerca de 20 passageiros, deu uma **fechada** no Kadett, que quase bateu em outros veículos, provocando a reação do seu motorista, que saltou do carro e deu vários tiros no pneu, fugindo em disparada.

● **Dois corpos** – Populares encontraram, por volta das 9 horas de ontem, os corpos de dois homens crivados de balas na Rua Maxiantock, altura do número 87, no bairro Bancários, Ilha do Governador. Um era pardo, com cabelo crespo e tinha aproximadamente 20 anos. Trajava camiseta azul-marinho com camisa amarela, calça jeans e tênis azul. O outro era branco, com 22 anos presumíveis, e vestia camisa branca com jaqueta e calça jeans e estava descalço. A 37ª D.P. (Ilha) registrou.

● **Tóxico** – Um motociclista não identificado matou, anteontem à noite, Paulo César de Moraes, 36 anos, morador da Rua Abreu Fialho, 23, Jardim Botânico. Ele levou cinco tiros no peito e morreu a caminho do Hospital Miguel Couto. Segundo depoimento de seu irmão, Jorge Luís Melo, os dois estavam nas proximidades de sua casa quando um homem, numa moto (marca e placa não anotadas), de capacete, passou pelo local atirando e fugiu. Chamado por soldados do 2º BPM que faziam a ronda pelo bairro, o inspetor Leônidas, da 15ª DP (Gávea), apurou que Paulo César teria algum tipo de envolvimento com toxicos – viciado ou traficante.

● **Escapou** – A obediência à lei impediu que policiais do 20º BPM (Mesquita) prendessem Carlos Alberto Ribeiro dos Santos, 28 anos, o **Beto Bombinha**, conhecido traficante do bairro Rocha Sobrinho, em Nova Iguaçu. Preso ontem à noite, no terreno em frente à sua casa, na Rua Doutor Carvalhaes, 320, ele escapou do flagrante por posse de um revólver colt 38 e 32 balas, plástico para acondicionamento de cocaína, uma balança de precisão, 145 trouxinhas de maconha e NCz$1.750 em dinheiro – simplesmente por não se encontrar perto do material no momento da chegada de um patamo comandado pelo sargento Josias. Sem outra alternativa, policiais da 53ª DP (Mesquita) libertaram **Beto Bombinha**, sendo registrada apenas a apreensão do que foi encontrado em sua residência.

● **Seqüestro** – Seqüestrado por três homens que ocupavam o Chevette cinza metálico, PU-0965, na tarde de quarta-feira passada, Rui Albano Lima, de 33 anos, pintor de paredes, continua desaparecido. O principal suspeito do sumiço do pintor é o escrivão de Polícia Luís André que, segundo a irmã de Rui, Sueli Lima, 50, trabalhava na 57ª DP (Nilópolis) e há 2 anos atentou contra a vida de seu irmão, quando o baleou no fêmur.

O seqüestro foi registrado na 64ª DP (Vilar dos Teles) pelo irmão de Rui, o segundo sargento do Exército Sérgio Albano Lima. Ele contou aos policiais que os três homens pegaram o pintor na Rua Célio de Azevedo, no Bairro Vila Norma, em Mesquita, próximo à "cabeça" de uma ponte, quando saiu de casa na Rua Toroposo, 100, no mesmo bairro, para comprar comida para os seus cachorros. No entanto, o motivo que há 2 anos levou Rui a ser baleado e agora estar desaparecido, não foi revelado à Polícia, pois a família disse nada saber do envolvimento de Rui com o crime.

● **PMs baleados** – O soldado Edilson José Martins dos Santos, da 17ª BPM, estava no posto policial de Vila Joanisa, Bairro Portuguesa, Ilha do Governador, quando um carro – marca e placa desconhecidas – passou com vários homens em seu interior, atirando em sua direção. Ferido no braço esquerdo, ele foi medicado no Hospital Paulino Werneck, e a ocorrência foi registrada na 37ª DP (Ilha). Já Delson Jerônimo da Silva, soldado do 14º BPM (Bangu), levou um tiro quando bebia em um bar na confluência das Ruas dos Estampadores e Francisco Barreto, em Bangu, após discutir com um desconhecido armado. Atendido no Hospital Alberto Schweitzer, foi transferido para o Hospital da PM.

O DIA
Data 14 / 10 / 89
Caderno 1ª Pág. 11

Traficante ameaça e é morto com 2 tiros

NOVA IGUAÇU (Sucursal) – Poucas horas depois de ter feito dois telefonemas para a 53ª DP (Mesquita), ameaçando atirar uma bomba no prédio, caso não fossem libertados seus comparsas – os traficantes **Jou** e **Cascão**, presos há algum tempo – Luís Charles Ribeiro, o **Charles 45**, de 22 anos, foi encontrado morto com dois tiros na cabeça. O cadáver foi encontrado em frente ao prédio 384 da Rua Elpídio, no bairro Vila Nova, Mesquita. Segundo os policiais locais, **Charles** vinha fazendo ameaças de atirar a bomba porque o ponto de venda de tóxicos da Chatuba, com a prisão dos dois traficantes, havia ficado sem seus líderes.

Os policiais esclareceram também que, ontem, logo depois dos telefonemas dados por Charles para fazer ameaça, dois homens pretos e altos, vestindo apenas **shorts**, e de revólveres na mão, investiram contra Charles que, distraído, assistia à garotada pegando doces na Rua Elpídio. Moradores contaram ainda que os dois homens encostaram as armas na cabeça da vítima e atiraram, para em seguida saírem rindo, e olhando para trás, enquanto caminhavam tranqüilamente para um morro existente nas imediações.

O DIA
Data 12 / 10 / 89
Caderno ____ Pág. 11

Muleta de bandido era uma arma

Policiais do 18° BPM (Jacarepaguá) e do Posto de Policiamento Comunitário (PPC) da Cidade de Deus, em operação realizada na madrugada de ontem no Morro São José, em Jacarepaguá, prenderam os traficantes Dalcy Francisco dos Santos, 22 anos, o **Dum**, e Fábio Luís Bastos, 18 anos, o **Gaio** – ambos integrantes do bando de **Marquinhos**, dono das bocas-de-fumo locais.

Com eles, a Polícia encontrou, jogados no chão, um revólver Rossi calibre 38; uma carabina **Urko**, 22 milímetros, e uma muleta, que seria deixada no local se não fosse a curiosidade do soldado Adelino Vitório da Conceição, 42 anos, que resolveu dar uma olhada mais de perto. Para a surpresa de todos, não se tratava de uma simples muleta e sim de uma escopeta calibre 12.

De aço

O soldado que descobriu que a muleta era uma escopeta disfarçada – Adelino, que estava na Patamo 52-00157 – notou que "aquela não era uma muleta comum" logo que a pegou no chão. "Muito pesada. Uma muleta é feita de alumínio, um metal leve e resistente. A falsa muleta é feita de aço. Quem vê de longe não nota a diferença. Até a borracha protetora que existe em todas as muletas não foi esquecida", disse Adelino.

O mecanismo de tiro é o mesmo de uma escopeta verdadeira e fica próximo ao descanso de mão da muleta. "O sujeito engatilha a arma praticamente sem fazer movimento algum. Atira também apenas colocando a arma na horizontal, sem precisar tomar posição especial. Um lance simples e muito bem bolado", reconheceu o soldado.

Projéteis intactos

A muleta-escopeta, que tem capacidade para dar apenas um tiro de cada vez – ao contrário das armas secretas dos filmes de James Bond, que disparam diversos tiros –, não estava com nenhum dos dois traficantes que foram presos nem pertencia a nenhum deficiente físico, "senão ele teria sido preso também porque o tiroteio foi grande. Assim que subimos o morro, os traficantes da quadrilha do **Marquinhos** abriram fogo, todos com metralhadoras e escopetas. Respondemos de imediato. Depois eles fugiram, escondendo-se entre os barracos. Um deficiente físico não conseguiria escapar da prisão e muito menos largaria a muleta para fugir", concluiu o soldado, dizendo ainda que os policiais encontraram ao lado da falsa muleta mais cinco projéteis de 12 milímitros intactos.



Dalcy (segurando a muleta que dá tiro) e Fábio foram os dois presos

Bando imita "Dia do Chacal"

Talvez tenha sido mera coincidência. Mas ao fabricar uma carabina sob a forma de uma inocente muleta, os dois traficantes estão simplesmente repetindo a idéia do livro recordista de vendas em todo o mundo: "O dia do chacal", escrito pelo especialista em **best sellers**, Frederick Forsyth, o mesmo que criou a série com os mercenários "Cães de Guerra". Os brasileiros conhecem a história principalmente pelo filme do mesmo nome (já exibido várias vezes pela Rede Globo) dirigido por Fred Sinnemann e estrelado por Edward Fox e Mihael Lonsdale.

Em "O dia do chacal", um assassino profissional é contratado pela direitista Organização do Exército Secreto (OAS), para matar o Presidente da França, Charles de Gaulle. Ninguém sabe a identidade correta do Chacal, sua idade, sua nacionalidade ou detalhes de sua vida. Contratado a peso de ouro, Chacal percorre metade da Europa até encontrar um armeiro que faça um fuzil de acordo com as suas especificações que ditar. O próprio armeiro ignora que as peças deste fuzil de alta precisão podem ser montadas na forma de uma muleta. E é na condição de um inválido veterano da 2ª Guerra Mundial que Chacal consegue enganar toda a segurança que cercava De Gaulle e, depois de mil peripécias, atingir um local de onde dispara contra o Estadista francês. Só não mata o Presidente porque, na hora do disparo, De Gaulle abaixa-se para beijar uma criança.

O DIA
Data 12 / 10 / 89
Caderno 1 Pág. 10

REGISTRO POLICIAL

Advogado é morto a bala

Morto por falar demais. É a hipótese, mais provável, segundo policiais da 73ª DP, para o assassinato do advogado (expulso da Ordem dos Advogados do Brasil) Jorge Quintino Ribeiro, de 53 anos, morador na Rua Gonçalo Gouveia (número desconhecido pela Polícia), Porto Novo, São Gonçalo. Ele foi encontrado anteontem por parentes numa rua próxima à sua – a Capitão Manuel, na calçada em frente ao número 471 – com quatro tiros na cabeça.

Policiais da 73ª DP que estiveram no local, chamados pelo soldado Silveira, da RP 54-1132 do 7º BPM (Alcântara), apuraram junto a seus parentes que Jorge estava bastante revoltado com a morte do filho, Sérgio Leandro, 25 anos, ocorrida 2 meses. Informações da 73ª DP (Neves-São Gonçalo) indicam que Sérgio tinha passagens pela DRFA e pela 72ª DP (Centro-São Gonçalo) por furto de automóveis, sendo conhecido dos investigadores do bairro onde morava. O advogado avisava a quem quisesse ouvir na vizinhança que "se vingaria e faria denúncias à imprensa".

Anteontem, parentes contactaram a PM para avisar da morte de Jorge Quintino, baleado na cabeça. Não há pistas da autoria do crime. Tudo o que se sabe é que um ladrão de automóveis, conhecido como Evaldo, age nas imediações.

● **PM atropelado** – O soldado PM Dorival Alcântara dos Santos, do 1º BPM – Centro –, ao perseguir três homens que estavam assaltando na Rua Machado Coelho com Júlio do Carmo, na Cidade Nova, onde estava de serviço, foi atropelado por um ônibus da linha 415, Usina-Leblon, placa RJ-4015, dirigido por Israel Vieira da Silva. Dorival sofreu traumatismo craniano e está internado no Hospital Souza Aguiar. A 6ª DP (Cidade Nova) registrou.

● **Baleado** – Juarez de Abreu Cordeiro, 35 anos, foi baleado no peito durante tentativa de assalto na madrugada de ontem, na Rua Apicaí, em frente ao número 19, na Penha. Juarez parou seu carro, a Belina CU 9230, placa do Rio, no sinal, quando foi cercado por um Gol amarelo e um Chevette branco. Ao prceber que ia ser assaltado, arrancou com a Belina, mas foi baleado. Ele ainda conseguiu chegar dirigindo ao Hospital Getúlio Vargas, onde ficou internado. A tentativa de assalto foi registrada na 22ª DP (Penha).

● **Colisão** – O caminhão Scania placa de Santa Catarina, YA-2832, colidiu na traseira do Mercedes placa EC-7085, dirigido por Ivan Cahoemath, no Quilômetro 49 da Estrada Rio–Teresópolis, sentido Rio. O motorista do caminhão fugiu. Ivan Cahoemath sofreu apenas contusões. O acidente provocou um congestionamento de 3 quilômetros durante toda a manhã de ontem.

● **Menino** – O menino Lincolin dos Santos, 5 anos, foi baleado no peito no final da noite de terça-feira quando estava no quintal de sua casa, na Rua Chile, 254, em Belford Roxo. Lincolin foi atingido por uma bala perdida durante tiroteio entre desocupados e levado para o Hospital Getúlio Vargas. O registro foi feito na 54ª DP (Belford Roxo).

● **Esfaqueado** – O corpo de um homem branco de meia idade (nenhuma outra particularidade foi fornecida pela Polícia), foi encontrado morto, esfaqueado no pescoço, perto das 17 horas de anteontem, na esquina da Avenida Automóvel Clube com a Rua Fernando Portugal, em Engenho da Rainha. Segundo o sargento Martins, do Patamo 52-0005 do 3º BPM (Méier), ninguém viu o crime e nenhum parente reclamou o corpo no Instituto Médico-Legal. A ocorrência está registrada na 24ª DP (Piedade).

● **Dez tiros** – Ocupantes de um Chevette branco (placa não anotada) deixaram ontem de madrugada, na Praça dos Trabalhadores, em Bangu, o corpo de um homem mulato, 30 anos presumíveis, trajando apenas bermuda jeans, com mais de 10 tiros. Testemunhas que viram o veículo afirmaram ao cabo Carlos Augusto, da RP 54-1132 do 14º BPM (Bangu), que a vítima não mora nos arredores. Policiais da 34ª DP (Bangu) fizeram o registro.

● **Maconha** – Cerca de 800 trouxinhas de maconha foram apreendidas, ontem à noite, no Morro do Vidigal, próximo ao Largo do Santinho, por PMs do Patamo 52-0271, do 23º Batalhão–Leblon. Os traficantes, à aproximação do camburão da PM, chefiado pelo sargento Benício, fugiram embrenhando-se nas vielas do morro. A maconha foi encaminhada à 15 DP – Gávea.

O DIA
Data 11 / 10 / 89
Caderno 1º Pág. 09



) acompanhou pessoalmente a queima de tóxicos em área da Polícia

Polícia queima cocaína, maconha e medicamento

A Secretaria de Polícia Civil queimou ontem 441 quilos de maconha, 22 quilos de cocaína e pequena quantidade de psicotrópicos da Central de Medicamentos (Ceme), com o prazo de validade vencido. O material, apreendido entre os meses de março e setembro, foi incinerado ao ar livre em um terreno da Secretaria, no Caju, na presença do Secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, do Subsecretário Estadual de Justiça, e presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes, Domingos Bernardo, e de autoridades militares.

Esta foi a segunda queima de drogas do ano e, de acordo com o titular da Delegacia de Entorpecentes, Eduardo Batista, a primeira, desde a aprovação do decreto 13587, de setembro último, que determina o exame prévio e posterior das substâncias apreendidas, o acompanhamento por autoridades policiais e da Secretaria de Saúde, durante a destruição e a construção de um forno especial para a incineração. O decreto obriga ainda a presença de representantes do Conselho de Entorpecentes e da Justiça e fixa a primeira terça-feira de cada mês para a incineração de entorpecentes.

Extraordinariamente a queima poderá acontecer, caso a quantidade de drogas apreendidas seja grande, fora das datas previstas para a destruição. A droga, queimada com ajuda de álcool e querosene, foi antes testada por um perito do Instituto Carlos Éboli, que constatou em testes a presença de cocaína no pó branco incinerado e a maconha. O forno com capacidade para 1,5 tonelada, deverá ser instalado, de acordo com o delegado Eduardo Batista, até o final do mês.

O DIA
Data 11 / 10 / 89
Caderno 1ª Pág. 08

REGISTRO POLICIAL

Dupla assalta hotel na Dutra

Dois homens armados invadiram o Hotel Presidente, na Rodovia Presidente Dutra, em São João de Meriti. Os assaltantes levaram NCz$ 400 e um relógio da recepcionista Licília Ferreira, que informou aos policiais da 64ª DP (São João de Meriti) que a dupla fugiu a pé.

● **Cadáveres** — Dois homens, um negro e um branco, 25 anos presumíveis, foram encontrados mortos a tiros, na Rua Granja, na subida do Morro do Sereno. Os policiais da RP 540327 do 16º BPM (Olaria) tomaram conhecimento do fato através de um telefonema anônimo. O registro foi da 27ª DP (Vicente Carvalho).

● **Em Meriti** — Um homem de cor branca não identificado, 30 anos presumíveis, trajando bermuda e camisa jeans, foi morto a tiros, nas primeiras horas da madrugada de ontem, na rua D. Clara, sem nº, Jardim Metrópole, São João de Meriti. Registro na 64ª DP — São João de Meriti.

● **Assalto** — Rogério Cabral de Lima, 18 anos, e o menor J. A. foram presos em flagrante, na manhã de ontem, quando tentavam assaltar o Bar Sheick, na esquina das Ruas General Roca e Praça Saens Pena, Tijuca. Os assaltantes foram surpreendidos pelos policiais da RP 541131 do 6º BPM (Andaraí), que faziam ronda no local. Com a dupla foi apreendido um revólver calibre 38. O registro foi da 19ª DP (Tijuca).

● **Dois mortos** — Os amigos Carlos Alberto dos Santos, 23, e Antônio da Silva, 20, foram mortos a tiros, no final da noite de anteontem, na esquina da Avenida Brasil com a Rua Rute Ferreira, saída da Favela de Ramos. Os corpos foram reconhecidos por Jurema, irmã de Carlos Alberto, de cuja residência, no interior da favela, eles tinham saído poucos minutos antes do crime. Os corpos foram encontrados por policiais do 16º BPM (Olaria), que acionaram para o local a equipe de plantão da 22ª DP, Penha.

Os policiais não encontraram testemunhas do crime e pelo menos os parentes de Carlos Alberto dos Santos não souberam dizer a que atribuir a ocorrência. Ele e Antônio da Silva pretendiam atravessar a Avenida Brasil na direção de outra favela, onde residiam, quando foram assassinados. Jurema, irmã de Carlos Alberto, disse que ele já fora interno num dos institutos da Funabem para menores delinqüentes, e policiais acreditam que os dois foram mortos por vingança.

● **Assassinato** — Washington Gonçalves de Melo, 19 anos, estava parado, anteontem às 23 horas, em frente à casa de sua namorada, no número 51 da Rua Augusta, Centro de São João de Meriti, quando um Passat vermelho (placa não anotada), estacionou ao seu lado. Dele desceram cinco homens armados, que atiraram e mataram Washington. Um deles levou sua moto CB-400, cor de vinho, placa SJ-754. Segundo informações da 64ª DP, o pai da vítima é o sargento William, do 4º BPM (São Cristóvão).

● **Ladrão** — Duas ocorrências em uma. Foi o que aconteceu às 21h 30m de anteontem na RJ 14, altura da entrada de Itaguaí, na RJ 18, quando o Gol bege PN-6148, conduzido por José Gomes Rebouças, 43 anos, atropelou as motos CB-400 prata, XG-799, e CG-125 amarela, QB-656, pilotadas por Aldeir de Souza, 35, e Damásio de Freitas, 40.

Ao socorrer os motociclistas, José Gomes deixou Arlindo Peixoto Gouveia, 37 anos, cuidando de seus veículos danificados, mas este foi agredido por três rapazes minutos depois, e a CG-125 foi roubada. A patamo 52-0359, do 24º BPM, comandada pelo cabo Borges, passava pelo local, foi alertada por Arlindo e alcançou Carlos Gomes dos Reis, 24, que fugia com a moto. O criminoso está detido na 50ª DP (Itaguaí) e os atropelados continuam internados no Hospital São Francisco Xavier.

● **Tiro acidental** — Lurdes Oliveira Cunha, de 30 anos, esposa do PM Jalmir Lima Cunha, 30, do 20º BPM (Nova Iguaçu), morreu com um tiro no rosto disparado acidentalmente ao guardar a arma de outro PM do mesmo batalhão, Roberto Tavares. O fato aconteceu quando o casal visitava a casa do soldado PM, também do 20º BPM, Marco Antônio Lacerda Campolino, na Rua Santa Catarina, 430, em Mesquita, neste Município, na noite de segunda-feira. Conforme contou na 53ª DP (Mesquita), o PM Jalmir estava na casa do colega de serviço, de quem é amigo, e outro colega de farda chegou na residência. Sua esposa se ofereceu para guardar a arma do policial em uma estante, e foi quando tropeçou e o cão do revólver, ao bater no chão, disparou atingindo-a no rosto. Levada para a Casa de Saúde Nossa Senhora de Fátima, Lurdes não resistiu.

1ª folha
O DIA
Data 11 / 10 / 83
Caderno ____ Pág. 9

Hekel admite a morte de vereador

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, Vereador Luís Henrique Rezende Novais (PDT), pode ter sido assassinado. Quem admite a hipótese é o subsecretário de Polícia Civil, delegado Hekel Raposo. Luís Henrique, 24 anos, está desaparecido desde a madrugada de sábado, quando saiu da casa da noiva, em Queimados. Seu carro foi encontrado domingo à tarde, incendiado, numa lixeira em Seropédica. A Polícia intensificou as investigações, visando a encontrá-lo, com dezenas de agentes da Coordenadoria de Apoio Operacional, DVC-Baixada, 55ª e 48ª DPs (Queimados e Seropédica).

Ontem, depois de manter contatos com os responsáveis por cada órgão policial, encarregado das investigações, Hekel Raposo disse ter ouvido os parentes do jovem político demoradamente. Eles disseram que Luís Henrique jamais se envolveu em problemas parecidos com os enfrentados pela Presidente da Câmara do Rio, Vereadora Regina Gordilho. A hipótese de vingança para o sumiço de Luís Henrique é considerada remota, mas não será desprezada pelos policiais.

Seqüestro

As investigações iniciais se voltam para os últimos passos dados pelo vereador, depois que, por volta 1 hora de sábado, foi visto saindo da casa da noiva, Valéria de Paula, 19 anos. Os policiais tentam encontrar alguém que avistou Luís Henrique no trajeto para casa. Apesar das buscas, alguns policiais admitem, assim como o delegado Hekel Raposo, ter o político sido seqüestrado e depois assassinado. Por ter ele reagido, seja fisicamente, seja admitindo sua condição de Presidente da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, para intimidar os criminosos teria sido eliminado. Neste caso, seu corpo deve ter sido desovado longe do local da interceptação.

Embora evitando avançar em interpretações que possam ser consideradas precipitadas, o subsecretário acredita não haver ligações entre o assassinato do Vereador Paulo Duarte Ribeiro, de Nilópolis, dia 4 último, as ameaças sofridas por Gênesis Pereira Torres, de São João de Meriti, e o desaparecimento de Luís Henrique. Para Hekel Raposo, o fato de os três terem integrado ou integrarem bancadas do PDT, é apenas "coincidência".

Rebate falso

No início da noite de ontem, policiais civis e militares vasculharam vasta região da Baixada de Campos, no Norte do Estado, porque um informante anônimo denunciou a desova do corpo do vereador iguaçuano naquela área. Nada foi constatado, mas a Polícia deve fazer novas buscas. Também está sendo investigada a informação de que um tal de **Benê Vascaíno**, dono de uma birosca em Seropédica, teria visto os seqüestradores de Luís Henrique. O fato teria chegado ao conhecimento do delegado Sérgio Falante, da 48ª DP, que não o confirmou.



Os policiais voltaram à lixeira de Seropédica para examinar o Escort incendiado do vereador

2ª folha
O DIA
Data 11 / 10 / 89
Caderno ____ Pág. 9

Namorada revela novas pistas

A Polícia está dando especial atenção ao depoimento feito ontem pela namorada do Vereador Luiz Henrique Novaes, a estudante e modelo fotográfico Valéria Paula da Silva, de 19 anos, que recebera a visita dele na noite de sábado em sua casa, em Queimados, poucos antes de seu desaparecimento. Ela disse acreditar que o desaparecimento do namorado possa ter sido em conseqüência de assalto ou então por motivos políticos.

Valéria contou que já namorara Novaes há algum tempo, mas que havia desfeito o compromisso ficando só com o então namorado, o comerciante Valdo Alves Soares da Silva, que mora no bairro Caenze e é dono de uma loja de autopeças de Nova Iguaçu. Só que, disse, durante todo esse tempo Novaes não desistiu e a assediava, tentando reatar o namoro, até que um dia – isto em maio passado – lhe contou que Valdo tinha outra mulher. Investigando, ela confirmou e decidiu romper em definitivo com ele, voltando a namorar Novaes, sem que Valdo até ontem tivesse tomado conhecimento de quem o havia denunciado. Valéria diz que Valdo, apesar de "nervoso", não é violento, e por isso não acredita tratar-se de uma vingança dele.

Quando passou a descrever os últimos momentos que teve ao lado de Novaes, Fátima deixou escapar mais uma pista para a Polícia. Ela contou que Novaes havia chegado em sua casa, em Queimados, às 19 horas 20m e saíram às 20 horas 30m para jantar na churrascaria La Dolce Vita, no Km 14 da Dutra, em Nova Iguaçu. Dali saíram para uma festa no bairro Monte Líbano, onde ela iria ser jurada de um desfile de trajes antigos. Chegaram à festa por volta das 23 horas, mas foram logo embora, 15 minutos depois, pois o desfile iria começar muito tarde e ambos tinham compromissos na manhã seguinte. Foram então para Queimados, onde ele a deixou em casa por volta de meia-noite e meia, e foi embora.

Durante o jantar, disse, Novaes lhe contara estar apreensivo porque havia brigado com um jornalista e fora ameaçado. Este jornalista ela soube ser Mauro Vasconcelos, naquela mesma noite, através de comentários na churrascaria. Novaes contou-lhe ainda que por pouco não fora agredido por Mauro na Câmara Municipal. Segundo ela, Novaes não disse os motivos desse desentendimento.

Telefonema

Por volta das 15 horas de ontem, uma voz de homem ligou para a telefonista da Prefeitura e, sem lhe dar chances de passar a ligação para o Prefeito Aluísio Gama, disse que tinha notícias de Luiz Henrique Novaes, mas que só as daria ao pai dele. Logo depois, o empresário e suplente de Deputado Luiz Carlos da Rocha Novaes, pai de Luiz Henrique, era avisado em sua casa, na antiga Rodovia Rio–São Paulo, km 32, em Guandu, e seguia para a Prefeitura. Durante cerca de 4 horas ele aguardou novo contato, mas este não foi feito e ele acabou desistindo.

Crime já tem suspeitos

NILÓPOLIS (Sucursal) – Passados 8 dias do assassinato do Vereador Luiz Paulo Duarte Ribeiro, de 40 anos, o delegado-titular da 57ª DP (Nilópolis), Jorge Mário Gomes, afirma que tem pistas dos matadores e ainda do possível mandante do crime. No entanto, até ontem ninguém havia sido preso pelos policiais que estão investigando o caso.

O Vereador, conhecido como **Luiz Pé Sujo**, em Nilópolis, gostava de jogos de azar, como **Biriba, pif paf** e pôquer, e na noite em que foi morto por dois homens que ocupavam um fusca azul, em frente à sua casa, na Praça Santos Dumont, 34, ele voltava do Clube Nilopolitano vindo de uma mesa de carteado.

Com o desaparecimento do Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu, Luiz Novaes, também do PDT, cuja tia Fátima Novaes é promotora do Fórum de Nilópolis, chegou a se comentar uma ligação entre os dois fatos, mas o delegado Jorge Mário não acredita nisto.

O delegado de Nilópolis afirmou ainda que espera poder prender os criminosos dentro de bem pouco tempo, pois já tem um levantamento do paradeiro dos dois homens que tocaiaram o parlamentar na noite do dia 3 passado.

3 folha
O DIA
Data 11/10/89
Caderno ____ Pág. 9

Patrulha foi vista junto à lixeira

NOVA IGUAÇU (Sucursal) – A não ser por um contato muito rápido, feito ontem para a central telefônica da Prefeitura desta cidade por um homem não identificado, que dizia "ter notícias" do vereador Luiz Henrique Novaes (PDT) mas que só as daria ao pai dele, continua em mistério o desaparecimento, desde sábado, do presidente da Câmara Municipal local. Durante o dia foram tomados os depoimentos da namorada de Novaes, a modelo fotográfico Valéria Paula da Silva, de 19 anos, e do biscateiro Sebastião Fausto Ciribeli, de 22. Os dois foram ouvidos no salão de jogos da mansão do pai do vereador, Luiz Carlos da Rocha Novaes, que foi transformada por algumas horas numa espécie de cartório da 48ª DP (Vila de Seropédica) pelo delegado Sérgio da Costa Falante.

A informação mais importante no entanto, era de que uma patrulhinha da Polícia Militar teria sido vista saindo da lixeira onde o carro do vereador foi incendiado, na madrugada de domingo. A única patrulhinha existente naquela área pertence ao DPO de Seropédica, a 500 metros da delegacia, e que na noite de sábado esteve encarregada do policiamento da festa da Igreja de Santa Teresinha, a mesma onde o vereador permaneceu algum tempo conversando com o amigo Sérgio Andrade, de quem se despediu por volta de 1 hora da madrugada, para desaparecer misteriosamente logo depois. O DPO nega que a patrulhinha, que naquela noite estava ocupada pelos PMs Surinaldo e Santos, tenha sido deslocada para a localidade de Fundão, onde fica a lixeira.

Buscas

No caso estão trabalhando policiais das delegacias de Seropédica (48ª DP), Queimados (55ª DP) e também da delegacia de vigilância da Baixada, sendo que a primeira está centralizado todos os depoimentos. Ontem, refazendo o roteiro do vereador a caminho de casa, os policiais chegaram à conclusão de que a solução do desaparecimento de Luiz Novaes está mesmo em Seropédica, isto porque, entre o momento em que ele se despediu de Sérgio, e o instante em que seu carro foi visto ardendo na lixeira por um comerciante conhecido como **Bené Vascaíno**, dono de um bar em Seropédica e que chegava de São Januário, onde assistira o jogo, passaram-se apenas 30 minutos. Com isso acreditam os delegados Elson Campelo e Pedro Paulo Abreu, da DV–Baixada, que Novaes e seus prováveis captores ou assassinos não poderiam ter ido muito longe.

O que restou do Escort XR-3 em que Novaes se encontrava, foi novamente examinado ontem por aqueles delegados. Eles estranharam, entre outras coisas, que todas as fechaduras do carro houvessem desaparecido, assim como três rodas e o estepe, as placas, o rádio e até mesmo o câmbio do veículo. Para eles, parece incompreensível que tenham deixado apenas uma roda, cujo pneu foi inteiramente consumido pelo fogo. Isto os levou a imaginar que o incêndio do carro na lixeira, possa ter sido obra de um segundo grupo, que teria encontrado o veículo abandonado, possivelmente depois de um seqüestro. Por hora, no entanto, disseram os delegados, tudo não passava de suposições.

A patrulhinha

A patrulhinha da PM só apareceu nas investigações a partir do momento em que os policiais souberam que na noite de sábado e madrugada de domingo um centro espírita próximo à lixeira havia feito uma sessão festiva, inclusive com toques de atabaques, e que na ocasião ocorrera uma briga, tendo sido pedida a ajuda da PM. Foi aí que localizaram o centro espírita, na Rua Vinte e Dois nº 263, a pouco mais de 500 metros da lixeira. Lá eles encontraram Sebastião Fausto Ciribeli, que mora ao lado do centro espírita, de propriedade de sua mãe, Maria Teresinha Ciribeli.

Sebastião contou que na verdade houve a festa, e já estava quase terminando, por volta de 3 horas 30m, quando do quintal viu por entre as ripas da cerca quando passou pela rua, vinda da lixeira para o asfalto, uma patrulhinha com o **bigorrilho** (lanterna vermelha e giratória do teto) apagado. Devido à escuridão, não pôde ver muito bem quem ia em seu interior, e se transportavam objetos. E foi só depois disso, quando a sessão havia terminado, que ocorreu o desentendimento entre os **ogãs Ênio e Beto**, que queriam brigar, mas foram logo apartados por ele próprio.

O cabo Bitencourt, que estava de serviço no DPO de Seropédica no sábado, negou que tivessem recebido qualquer pedido para socorro nas imediações da lixeira, e por isso mesmo nenhuma patrulhinha havia ido até lá. Ele, no entanto, não descartou a possibilidade de ser uma patrulha de outro setor do 24º Batalhão, que fica em Queimados, pois a rua que leva à lixeira também dá acesso como atalho para a Rodovia Presidente Dutra. Bitencourt confirmou que no sábado a patrulhinha de seu DPO havia ficado com os PMs Surinaldo e Santos, e estes vão ser chamados para depor ainda hoje.

O DIA
Data 10 / 10 / 89
Caderno 1ª Pág. 08

REGISTRO POLICIAL

PM morto no ponto do ônibus

Com dois tiros na cabeça e um nas costas, foi morto à 1 hora 30m de ontem, o soldado PM Luís Vieira Reis, 26 anos, que esperava ônibus num ponto da Rua Cândido Benício, perto da Rua Godofredo Viana, no Tanque. Socorrido pela equipe da patrulha 54-1009, Luís morreu no Hospital Cardoso Fontes. Ele servia no 19º BPM (Jacarepaguá).

● **Morte na marquise** – Cerca de 300 pessoas aglomeraram-se ontem de manhã, junto à Praça Saenz Peña, na Tijuca, para ver bombeiros de Vila Isabel resgatarem o corpo de Renata Raimundo de Souza, 27 anos, que se atirou de um apartamento do oitavo andar de um prédio da esquina das Ruas General Roca e Conde de Bonfim e caiu na marquise. Renata, que mora em Vitória, chegara ao Rio quinta-feira para se hospedar no apartamento de tios, de onde se jogou. Eles disseram que ela viera "fugida da casa dos pais", Núbio José de Souza e Maria Benedita Raimundo de Souza, que foram avisados e viajaram logo para o Rio.

● **Corpo na calçada** – Policiais do 3º BPM acharam no início da madrugada de ontem, na calçada da Rua Hermengarda, em frente ao número 619, no Méier, o corpo de Gilvan Alves da Silva, 23 anos, que fora morto a tiros. Ele vestia bermuda e camisa listradas.

● **Corpo na água** – Pouco depois de uma barca largar de Niterói, na noite de anteontem, a passageira Marilda Frota Barroso de Engen, 25 anos, se atirou no mar. Um marinheiro da própria mergulhou logo em seguida e conseguiu salvá-la. Marilda, que mora na Rua Henrique Valadares 98, apartamento 63, e tem duas filhas, não quis explicar por que tentara o suicídio. Disse apenas que recentemente fizera um tratamento psicológico.

● **Tiro no queixo** – Com um tiro no queixo, o soldado da Aeronáutica Rogério Portela de Jesus, 20 anos, tentou o suicídio por volta das 21 horas de anteontem, em frente ao número 723 da Rua 24 de Maio, em Sampaio. Ele está internado em estado grave no Hospital Salgado Filho, para onde foi levado pela patrulha 54-0378, do 3º BPM (Méier).

● **Tiro na barriga** – Com um tiro na barriga, foi encontrado morto no Morro da Matriz, no Engenho Novo, Sidney Neves Patrício, 26 anos. Sidney, que morava lá mesmo, tinha autuações por furto e receptação de objetos roubados na 25ª DP (Engenho Novo).

● **Morto a pedradas** – O mendigo João Batista da Silva, 29 anos, foi encontrado ontem morto a golpe de pedras, que deixaram sua cabeça esfacelada. Seu cadáver estava na Estrada do Mato, em frente à Fazenda Modelo, em Campo Grande – perto da Fundação Leão XIII, da qual ele era interno.

● **Tiro na cabeça** – Com cinco tiros na cabeça, foi morto ontem de madrugada Sebastião Xavier, 55 anos, dentro de sua casa, na Rua Paulo Soares 41, no bairro São Roque, em Queimados. Sebastião morava sozinho, e os vizinhos nada quiseram informar sobre o crime a policiais da 55ª DP.

● **Corpo no caminho** – Foi encontrado ontem de manhã o cadáver de Ivan Linhares, 36 anos, morto com tiros na cabeça no Caminho de Iguaçu, em Vila de Cava, Nova Iguaçu. O local do crime é deserto.

● **Tiros de madrugada** – Roberto Camargo de Melo, 23 anos, foi morto a tiros ontem de madrugada na Rua Araponga, no Morro do Sapo, bairro Centenário, em Duque de Caxias. O assassinato de Roberto, que morava na Rua Goiás, bairro Paulicéia, em Caxias, é mistério para policiais da 59ª DP (Duque de Caxias).

O DIA
Data 10 / 10 / 89
Caderno ____ Pág. 13

Grupo tira matador de hospital

SÃO PAULO (Sucursal) – Para resgatar o **justiceiro** João dos Santos, que estava internado na UTI do hospital Piratininga, no Bairro do Capão Redondo (Zona Sul), desde o último fim de semana, cerca de 100 pessoas invadiram o hospital e, sem disparar um tiro sequer, dominaram o guarda Arnaldo Magalhães de Lima, da Seccional Sul, e levaram o bandido. Policiais do 11º DP (Santo Amaro) e da Seccional Sul estão vasculhando toda a região de Santo Amaro para tentar localizar o **justiceiro**.

João dos Santos, que responde por 13 homicídios e estava ferido com oito disparos, fora preso por policiais militares na madrugada do último sábado, na Região do Capão Redondo, mas ao resistir à prisão fora baleado. As 20 pessoas que foram presas no hospital alegaram que nem mesmo conheciam o bandido e foram obrigadas a entrar no baú do caminhão usado para a invasão – as placas não foram anotadas – por quatro homens armados. O delegado seccional da Região Sul, Luis Spinola, descarta esta versão afirmando que todos são moradores de favelas da região dominada pelo **justiceiro**.

De acordo com o delegado, João dos Santos seria transferido para o Hospital da Penitenciária do Estado e até mesmo chegou a deixar o Hospital Piratininga, na noite de anteontem, mas não foi aceito. O médico de plantão, segundo o delegado, alegou que não havia vagas no hospital e mandou o **justiceiro** novamente para o hospital de origem.

A invasão começou às 4 horas de ontem. De acordo com a funcionária do Hospital Piratininga, Maria do Carmo Maciel, a ação foi rápida, sem violência e quase em silêncio. O guarda Arnaldo Magalhães de Lima, que escoltava o preso, e os enfermeiros foram dominados pelos homens que estavam armados, num total de quatro. A algema que prendia o **justiceiro** à cama foi arrebentada com a ajuda de um pé-de-cabra.

Até o início da noite de ontem, o **justiceiro** João dos Santos, que corre risco de vida devido aos ferimentos, não tinha sido encontrado pela Polícia, que já tem pelo menos quatro suspeitos do resgate do preso: são integrantes da quadrilha liderada por João dos Santos. O delegado seccional preferiu não divulgar os nomes nem mesmo os endereços dos suspeitos.

O DIA
Data 10 / 10 / 89
Caderno ____ Pág. 8

Dois morrem atropelados na Via Dutra

Por volta das 5 horas de ontem, o Gol branco XI–8764, placa do Rio, atropelou quatro rapazes que estavam num acostamento da Rodovia Presidente Dutra, altura de Agostinho Porto, perto da entrada da Bayer, e causou a morte de dois deles, não identificados. Eles tinham saído de um baile e estavam esperando uma oportunidade para atravessar a pista. Os atropelados que escaparam – Luís Carlos Conceição, 19 anos, e Adriano Trajano da Costa, 16 – foram socorridos no Hospital da Posse, em Nova Iguaçu, em estado grave. Luís Carlos teve traumatismo de crânio e Adriano fratura da tíbia e do perônio. É provável, segundo guardas da Polícia Rodoviária Federal, que o motorista do Gol estivesse embriagado, já que uma testemunha do acidente viu o carro zigue-zagueando na pista. Depois do atropelamento, o motorista fugiu, sem socorrer as vítimas.

O DIA
Data 09 / 10 / 89
Caderno 1 Pág. 1

Mulher toma veneno após matar o filho de 2 meses

Maria Cristina Vila dos Santos, 19 anos, após envenenar seu filho de 2 meses, Carlos Henrique Santana dos Santos, na tarde de ontem, na Rua Gênova, 330, Ricardo de Albuquerque, tentou suicidar-se ingerindo o mesmo produto, o raticida da marca Mata Rato, mas foi socorrida a tempo pelos vizinhos e encaminhada para o PAM de Guadalupe. O bebê morreu no hospital.

Segundo vizinhos, o fato ocorreu por volta das 16 horas de ontem, quando ouviram um grito desesperado que vinha da casa de Maria Cristina. Assustados, os moradores entraram na casa e viram ainda o bebê agonizante e ao lado do corpo, um pacote do produto Mata Rato. A mãe, ainda lúcida e sentindo muitas dores devido à grande quantidade de veneno que havia ingerido, clamava por ajuda. Imediatamente os vizinhos colocaram-na, juntamente com o bebê, num carro e os levaram para o PAM de Guadalupe. Apesar de ter chegado ainda com vida, Carlos Henrique morreu ao receber os primeiros socorros, enquanto a mãe, Maria Cristina, encontra-se em estado de coma.

Policiais da 31ª DP, Ricardo de Albuquerque, que registraram o caso, não souberam explicar os motivos que levaram Maria Cristina a assassinar o próprio filho. Eles esperam, caso ela sobreviva ao envenenamento, ouvi-la em juízo. Neste caso ela será presa por homicídio culposo.

O DIA
Data 9 / 10 / 89
Caderno 1 Pág. 1

REGISTRO POLICIAL

Fim de semana no Rio tem 15 assassinatos

Quinze pessoas foram mortas no fim de semana no Grande Rio. Uma das vítimas foi o presidente da Associação de Moradores de Costa Barros, Salvador Braulino Gonçalves, de 68 anos, assassinado a tiros na manhã de ontem em sua padaria, em Costa Barros, por quatro homens. Ele levou um tiro no peito e outro no rosto.

Houve ainda uma tentativa de homicídio: Zenildo Expedito da Conceição, 25 anos, voltava sábado à noite para casa, na Rua Barão de São Félix, 116, perto da Central, quando foi abordado por três homens bem vestidos e armados. Um deles lhe disse: "É você mesmo." E disparou sua arma contra Zenildo que, ferido no pescoço e nas nádegas, está internado em estado grave no Hospital Souza Aguiar.

• **Tiroteio** – Em tiroteio por volta das 23 horas de anteontem com policiais do 9º BPM, foi morto com uma rajada de metralhadora José Ricardo de Souza. Segundo os PMs, foi José Ricardo quem iniciou o tiroteio, ao sacar sua arma e atirar contra eles.

• **PM assassinado** – Baleado anteontem à noite na Avenida Cesário de Melo, perto do Centro de Campo Grande, o soldado PM Antônio Lopes, 39 anos, do Regimento de Polícia Montada (RPMont), morreu.

• **Na Ilha** – Foi encontrado morto a tiros anteontem à noite em frente a sua casa, na Rua Maldonado, 229, na Ribeira, Ilha do Governador, Júlio Francisco dos Santos, 21 anos. Mais tarde, um homem que não se identificou telefonou para as redações dos jornais informando que Júlio Francisco era o bandido conhecido como **Paraibinha do Dendê**. Acrescentou que a morte de **Paraibinha** está ligada à chacina cometida por encapuzados, na madrugada de anteontem, contra Alex André Medeiros Ferreira, Cláudia Ferreira da Costa e Rosângela de Fátima Inácio da Silva, em frente a um forró, na Ilha do Governador.

• **Tiro no ouvido** – O cobrador Walmir Olímpio da Luz, 22 anos, foi morto com um tiro no ouvido esquerdo anteontem à noite, quando trabalhava no ônibus FM 6056, da linha Nova Iguaçu–Duque de Caxias.

• **Em Bonsucesso** – Foi encontrado na Rua Bittencourt Sampaio, Favela Nova Holanda, em Bonsucesso, o corpo de um homem negro, de uns 30 anos, morto a tiros.

• **Três em N. Iguaçu** – Três homens foram mortos a tiros na madrugada de ontem em Nova Iguaçu: o carroceiro Manoel Geral do Pereira, de 33 anos, em frente ao número 55 da Rua Princesa Isabel, no Bairro Jardim Redento; José de Souza Ribeiro, de 36 anos, na Estrada da Lagoinha, próximo ao Km 37 da Rodovia Presidente Dutra, no Bairro Barão de Guandu; e um homem negro, de 30 anos presumíveis, de camisa amarela e calça azul, ao lado do número 108 da Rua Tupi, no Bairro Vila Pauline.

• **Ainda em Bonsucesso** – Policiais da 21ª DP identificaram 2 homens mortos a tiros na área daquela delegacia. Jorge Eduardo Souza Conceição, 17 anos, foi encontrado morto na Rua Bittencourt Sampaio, em frente ao número 18, Favela Nova Holanda, Bonsucesso. Na Favela da Maré, seqüência da Nova Holanda, Walmir de Souza, 31 anos, também foi morto com tiros.

• **Nas Paineiras** – Dois homens aparentando ter entre 20 e 25 anos – um mulato de camiseta branca e um negro de camiseta amarela com um cordão de metal no pulso esquerdo – foram encontrados mortos com vários tiros, na manhã de ontem, no Km 4,5 da Estrada das Paineiras.

• **Facadas** – José Carlos da Conceição Cardoso, 33 anos, foi morto com várias facadas no peito no início da manhã de ontem, por um homem conhecido apenas por **Luiz do Mangue**. O crime ocorreu numa birosca na Avenida Esperança, 27, Magé.

• **Meriti** – Com dois tiros no peito, Marcos da Silva Santos, de 24 anos, foi deixado na manhã de ontem em frente ao PAM de Éden, em São João de Meriti, por 3 homens que estavam em um Scort preto. Marcos morreu quando era socorrido.

Foto de Márcia Nascimento



Os corpos de 2 homens foram achados pela manhã nas Paineiras

O DIA
Data 04/10/89
Caderno ____ Pág. 10

REGISTRO POLICIAL

Policial morto no ônibus

O detetive da Polícia Civil, Paulo César Rabello, de 31 anos lotado na 13ª DP (Copacabana) foi morto com um tiro na barriga, na manhã de ontem ao reagir a um assalto no interior do ônibus 905, Manguinhos – Vila Cosmos. O motorista do ônibus, Marcos Antônio Ferreira disse aos policiais da 27ª DP (Vicente Carvalho) que dois assaltantes ameaçando-o com revólver, exigiram que parasse o veículo na Estrada Velha da Pavuna, próximo ao Conjunto dos Bancários. Quando a dupla começou a roubar os passageiros, o policial sacou do revólver e enfrentou os bandidos que atiraram em sua direção e fugiram na direção do Conjunto. O policial foi atendido no Hospital Getúlio Vargas, Penha, mas não resistiu.

● **Enxugados** – Claudionor da Conceição, 41 anos, que trabalhava na Status Chevrolet como enxugador de carro, foi morto ontem à noite, por volta das 23 horas 45m, com 4 tiros na cabeça, na Rodovia Washington Luís, Km 110,4, em frente ao posto Imperador, pista de subida. Claudionor estava caminhando tranqüilamente pela rodovia, conversando com um amigo, quando, de repente, em frente ao posto, surgiu o assassino de arma na mão, que o chamou de vacilão e desferiu-lhe quatro tiros certeiros e fugiu. O crime foi registrado na 60ª DP – Campos Elísios.

● **Eletricista** – Vanilson Carlos Lopes, 32 anos, eletricista autônomo, foi morto na madrugada de ontem com um tiro de escopeta na cabeça, nos fundos da sua residência, na Rua Concórdia, 83, Morro da Igreja, Venda das Pedras, em São Gonçalo, por quatro homens encapuzados que invadiram sua casa. A Polícia esteve no local, mas nada conseguiu apurar a respeito do crime. Registro na 71ª DP – Itaboraí.

● **Na Barra** – Uma mulher de 20 anos presumíveis, branca, vestida de calça jeans e camisa rosa de malha com mangas compridas, foi encontrada morta ontem, às 8 horas 30m, com um tiro desferido na nuca, no Quilômetro 21 da Avenida das Américas, em frente ao condomínio Rio Mar, na Barra da Tijuca. Ela calçava sapatos de camurça pretos, estava sem as roupas de baixo e tinha a cabeça quase raspada e pintada de zarcão. O corpo foi encontrado por soldados da Polícia Rodoviária e os policiais da 16ª DP (Barra da Tijuca) não têm pistas para esclarecer o crime.

● **Assalto** – Damião Luiz Siavhan, 37 anos, deu entrada, na manhã de ontem, no Hospital Getúlio Vargas, Penha, com um tiro no braço e na orelha esquerdos. A vítima falou aos policiais de plantão que foi baleada ao reagir a um assalto em frente ao número 224 da Rua Fortinete, em Vigário Geral, onde mora. O registro foi da 39ª DP (Pavuna).

● **Igreja** – Willian Costa, de 20 anos, foi preso na manhã de ontem quando tentava assaltar a Igreja Universal do Reino de Deus, na Estrada Velha da Pavuna, 3.610, Inhaúma. Willian e mais quatro homens foram surpreendidos pelos policiais da 27ª DP (Vicente Carvalho) que chegaram ao local através do pedido de auxílio de um morador da rua. Comparsas de Willian fugiram a pé. Com o preso os policiais apreenderam um revólver Taurus calibre 38.

● **Maconha** – A equipe de Serviço reservado do 14º BPM (Bangu) prendeu em flagrante, à zero hora 30m de ontem, Edmilson Galdino da Sila, 19 anos, com 43 trouxinhas de maconha. Ele morava na Rua Pedro I, 40, na **Favela 48**, em Bangu, e foi abordado pelos policiais na Rua Tibagi, perto do número 48, no mesmo bairro. A 34ª DP (Bangu) autuou o traficante

● **Desastre** – Maria Regina de Oliveira, 20 anos, morreu, na madrugada de ontem, vítima de um acidente com a Pick-up de placa MD 4388 (RJ), em que viajava em companhia de sua irmã Maria Cristina de Oliveira, Carlos Emanoel Melo de Oliveira, que dirigia o veículo, e Alexandre Pereira Costa. O acidente ocorreu no Km 73 da Estrada Juiz de Fora, Petrópolis, quando Carlos bateu na traseira de um caminhão Mercedez Benz, cuja placa não foi anotada. Maria Regina morreu no local, enquanto seus acompanhantes foram atendidos na Casa de Saúde Santa Teresa, com escoriações generalizadas.

O registro foi feito na 67ª DP – Petrópolis.

● **Pagamento** – Cinco homens que ocupavam um Santana metálico e um Fusca branco, placas não anotadas, assaltaram na tarde de ontem quatro homens, que levaram NCz$ 24.749,00, retirados momentos antes de uma agência bancária no Centro de Caxias, para pagamento dos funcionários da firma Superta Construções Ltda., da Rua Osório Mariano, 1635, Vila São Luiz, Caxias.

As vítimas, identificadas como José Patrício Ferreira (32 anos); o gerente Gabriel Hernandes Rodrigues (45 anos), funcionários da firma construtora e os seguranças da Transegur, Marcelo de Jesus Oliveira (27 anos) e Manoel Messias de Araújo (22 anos), contaram que, ao regressarem do banco no Chevette UX–0049 com o dinheiro, foram **fechados** por um Santana ocupado por três homens e por um Fusca com outros dois homens, que saltaram e renderam a todos, levando o dinheiro e as armas. O assalto ocorreu na Rua Osório Mariano e os ladrões fugiram em direção à Rodovia Washington Luís.

● **Desmatamento** – O motorista, proprietário do caminhão JS-7626, Antônio Silva Oliveira, foi autuado por crime de desmatamento, ontem à tarde, na 72ª – São Gonçalo, depois de ter sido preso na localidade de Portão da Rosa por PMs do Batalhão Florestal, conduzindo 14 metros cúbicos de madeira, procedentes da região do Mangue.

● **Baleada** – Dois homens armados tentaram roubar o carro de Maria Verônica Vasquez, 35 anos, na Rua Intendente Magalhães, em Campinho. Ao reagir ao assalto, Maria foi baleada na barriga e levada para o Hospital Carlos Chagas, sendo operada. Os assaltantes, que trafegavam numa Marajó cor chumbo, placa VG 4683, do Rio, fugiram sem levar o carro dela.

O DIA
Data 04 / 10 / 89
Caderno 1 Pág. 1



Apreendida muleta de grosso calibre

Incursão ao Morro São José, em Jacarepaguá, resultou na apreensão por parte dos policiais do 18° BPM de uma muleta-escopeta, (foto) calibre 12. Além da muleta-escopeta, a polícia recolheu um revólver 38, uma carabina Urco calibre 22, além de vários sacolés de cocaína e material para embalagem da droga. A muleta-escopeta tinha sistema de disparo. Seu ocupante, não identificado, conseguiu escapulir antes da chegada dos policiais. Leia na página 5.

• A presença do traficante Zacarias Gonçalves Rosa Neto, o "Zaca", em Americana, no interior de São Paulo, vem causando uma verdadeira transformação na rotina da cidade. Depois de receber denúncias de que a "Falange Vermelha" iria realizar uma operação para libertar o criminoso, as Polícias Civil e Militar reforçaram a segurança na cadeia pública. Página 5.

JORNAL HOJE
ata 1 / 10 / 89
Caderno ..... Pág. 6

Tiroteio em Nilópolis termina com um assassinado

Depois de um tiroteio no número 421 da rua Arnaldo de Carvalho, em Nilópolis (próximo ao campo de futebol do Nova Cidade), policiais que ocupavam a radiopatrulha 54-1184, do 20º BPM, encontraram Alberto Soares da Silva, de 26 anos, que agonizava no local e morreu ao ser conduzido para o Hospital Getúlio Vargas. Os PMs chegaram a tempo de prender Valdemiro Cardim da Silva, de 23 anos, seu irmão Marcelo Cardim da Silva e Antônio Carlos da Conceição Oliveira, de 24 anos, suspeitos de terem participado do tiroteio com o objetivo de assassinar as oito pessoas que se encontravam na casa 421, onde funciona uma boca-de-fumo.

Sem provas, no entanto, os três homens foram liberados após deporem na Delegacia de Nilópolis (57ª DP).

BOCA-DE-FUMO

Notificado de que ocorria um tiroteio com a participação de muitas pessoas, em Nilópolis, uma radiopatrulha comandada pelos soldados Hélio e Josias foram enviadas pelo 20º BPM para o local — casa nº 421 da rua Arnaldo Carvalho, próximo ao campo do Nova Cidade. Depois de efetuar as prisões dos irmãos Valdemiro e Marcelo e de Antônio Carlos da Conceição, além de providenciar socorro para Alberto Soares, os PMs conseguiram apurar que o tiroteio fora motivado por uma tentativa de assassinato em massa. O crime seria praticado por um grupo de homens que invadira a casa com a finalidade de tomar a boca-de-fumo que ali estava em funcionamento.

REAÇÃO

Também o delegado Jorge Mário Gomes, titular da 57ª DP, informou ter recebido naquela Distrital uma denúncia de que no local funcionava uma boca-de-fumo. De acordo com a denúncia feita à delegacia, as pessoas que seriam vítimas fazem parte de uma quadrilha de traficantes de tóxicos.e foram identificados como Adriana de Souza Paula, João Luiz de Oliveira, Paulo Sérgio dos Santos, Vanderlei Moraes dos Santos, Luiz Cláudio Dias, Alexandre Fernando da Silva, Alexandre Gomes Cavalirinho e Douglas Fair Banks Pereira Júnior.

Populares que se encontravam no local contaram aos policiais militares que tudo começou com a chegada à casa de uma dúzia de homens, cujo objetivo era o de assassinar os ocupantes e assumir o comando da boca-de-fumo. Como os de dentro reagiram, os invasores fugiram e os policiais só conseguiram encontrar quatro pessoas, contando com o homem que foi morto.

O DIA
Data 06/10/89
Caderno 1º Pág. 06

REGISTRO POLICIAL

Federal mata assaltante

O ladrão de carros, Sidney Arruda Porto, de 28 anos, morreu por volta da 1 hora de ontem, após troca de tiros com o delegado da Polícia Federal, Washington de Souza, na esquina da Ruas Ibicuí e Papuaí, na Vila da Penha. A mulher do delegado, Anita Maria Cerqueira de Souza, de 40 anos, que estava em companhia do marido, foi baleada na perna direita e levada para o Hospital Getúlio Vargas.

O delegado disse aos detetives da 38ª DP (Irajá) que Sidney e dois comparsas, armados de revólveres, tentaram assaltá-lo e roubar o seu carro, um Escort prata, placa WF 7300, quando estava parado no sinal. Os outros dois fugiram a pé. O delegado disse que um deles saiu baleado.

● **Casal** – Dois homens não identificados renderam ontem, por volta das 22 horas, Sérgio de Souza, 25 anos, e sua mulher Sônia de Souza, que estavam no Gol placa WF 6327 (RJ), no bairro de Brazilândia, em São Gonçalo. Os dois assaltantes seguiram com o casal até a Avenida Amaral Peixoto, em Niterói, onde o liberaram e fugiram com o veículo. O fato foi registrado na 72ª DP – São Gonçalo.

● **Tóxico** – Alfredo Ferreira Isidoro, de 40 anos, foi encontrado morto perto de sua casa, na Rua Pereira de Almeida, 77, na Praça da Bandeira. Ele recebeu vários tiros. A ocorrência foi registrada na 18ª DP (Praça da Bandeira). Policiais acreditam que o crime esteja relacionado a tóxicos.

● **Farmácia** – Dois homens de cor preta, armados de revólver, assaltaram, no início da madrugada de ontem, a Farmácia Levi, na Rua São Clemente, 107, em Botafogo. Após renderem a proprietária Genilda Lemos, 30 anos, levaram seu relógioe o da sua filha menor de idade. Como não havia dinheiro na caixa, eles queimaram medicamentos. Bombeiros do quartel do Humaitá estiveram na farmácia. Os dois assaltantes, de acordo com algumas testemunhas, fugiram num Volks azul de placa não anotada. Registro na 10ª DP.

● **Fuga de presos** – Trinta presos da Delegacia de Vigilância de Niterói serraram as grades das celas da Galeria A e tentaram fugir, na manhã de ontem, mobilizando cerca de 20 policiais do 12º BPM. Por pouco os presos não escaparam. Houve falatório, que chamou a atenção do carcereiro de plantão. A Polícia Militar usou gás lacrimogêneo para alcançar os fugitivos. Nas celas foram encontradas várias serras e estoques.

● **Dois incêndios** – Dois incêndios ocorreram na madrugada de ontem – um no Castelo e outro no Catete. Uma boate instalada na Avenida Beira Mar, 406, no Castelo, começou a pegar fogo entre 3 horas e 4 horas, mas a situação foi controlada sem dificuldades pelos bombeiros do Quartel Central; e um carro ficou destruído após incendiar-se numa garagem na Rua do Catete, 68, às 3h30m.

Se por um lado a situação na boate foi contornada facilmente – nem houve registro da ocorrência na 3ª DP (Castelo) – o incêndio da Brasília branca QB-7400, de propriedade de Josair de Paula Santos, 29 anos, despertou suspeitas. Para Josair, há algo de estranho no relato dos bombeiros do Quartel do Catete: eles teriam retirado gasolina do tanque do veículo, que era movido a álcool. Inconformado, o dono do carro fez questão de registrar a ocorrência na 9ª DP (Catete). "Como é que o fogo começa assim, se nem ao menos a ignição estava ligada?", indagou

● **Assassinado** – Com dois tiros nas costas, um na cabeça e outro no peito, foi assassinado na noite de ontem, na Rua Justino de Souza, em frente ao 148, em Areia Branca, um homem de cor branca, cabelos lisos, de aproximadamente 30 anos, que trajava calça e camisa jeans, tendo na mão direita uma touca.

● **Tiroteio** – Soldados do Serviço Reservado da PM, lotados no 3º BPM, Méier, faziam levantamento no Morro do Urubu, em Inhaúma, quando foram recebidos a tiros por um grupo de quatro homens liderados pelo traficante **Caveira**. Houve revide, ficando ferido Jorge Luís Paranhos da Costa (37 anos, residente no Morro do Urubu), que morreu no Hospital Salgado Filho. Com ele, os policiais encontraram um revólver calibre 38, 66 **trouxinhas** de maconha e 30 papelotes de cocaína. O fato foi comunicado à DV-Norte, onde foi lavrado o auto de resistência, e à 23ª DP (Méier).

● **No ônibus** – Um homem de cor parda, de aproximadamente 20 anos, trajando camisa verde e calça jeans, que se encontrava no interior do ônibus da linha Babi-Belford Roxo, morreu com dois tiros disparados por dois outros passageiros. Praticado o crime, eles desceram do ônibus e fugiram.

● **Esclarecido** – Um telefonema anônimo para a 56ª DP (Comendador Soares) informou aos policiais que o triplo homicídio ocorrido na madrugada de quarta-feira foi devido ao envolvimento das vítimas com o tráfico de tóxicos na área. Luis Ferreira Fernandes, de 27 anos, Aidê Teixeira, de 23, e o funcionário da Prefeitura do Rio, Ubirajara Pereira, de 35, foram mortos por uma quadrilha rival que pretendia tomar a boca controlada segundo o desconhecido por uma das vítimas.

O Detetive Fábio José, da SAO, encarregado das investigações espera poder identificar nas próximas horas os assassinos.

● **Armas e tóxico** – Uma denúncia anônima ao 14º BPM levou os componentes do Patamo 52-0042, comandados pelo sargento Wainer a uma casa sem número da Rua Belisário de Souza, Vila Vintém, em Realengo. Quando da chegada da viatura policial, várias pessoas que ali estavam fugiram. Os policiais recolheram dois rifles calibre 22, marca "CBC", sem número e sem munição; 5.300 "trouxinhas" de maconha e 95 "sacolés" de cocaína, tudo foi encaminhado à 33ª DP, Realengo.

● **Mistério** – Até a noite de ontem, policiais da 52ª DP (Nova Iguaçu) não conseguiram identificar o corpo de um homem branco, 30 anos presumíveis, vestindo uma camisa social vermelha e preta, calça cinza e cinto de couro marrom, sem sapatos. O corpo foi encontrado na Estrada de Adrianópolis em frente às Furnas, com dois tiros na cabeça de revólveres de calibres 32 e 22.

O detetive Marcolino, que esteve no local juntamente com o perito Lucas, encontrou próximo ao corpo um pedaço de papel com um número de telefone em nome de Antônio, sabendo depois se tratar de um consultório dentário, mas não conseguiu nada que pudesse identificar a vítima.

O DIA
Data 06 / 10 / 89
Caderno 1º Pág. 06

Três irmãos mortos

Três homens encapuzados, armados com escopetas e identificando-se como policiais, mataram os irmãos Rogério Gonzaga dos Santos, 24 anos, mecânico, Roberto Gonzaga dos Santos, 22 anos, segurança da empresa Rio Forte, e Reginaldo Gonzaga dos Santos, 20 anos, motorista da empresa Paladino, após invadirem a residência dos três, na rua Artur Marquês, 301, bairro Engenho do Porto, Duque de Caxias. Reginaldo deixou a esposa, Marta, grávida de seis meses.



Rogério Gonzaga dos Santos



Roberto Gonzaga dos Santos

Momentos antes de praticarem o crime os assassinos invadiram várias casas próximas à dos três irmãos, que estavam dormindo em companhia da mãe Maurina Firmina dos Anjos, 50 anos, e suas filhas, Heloisa, 19 anos, Lucinete, 13 anos, Luciana, 17 anos, Leonardo, de 3 meses, filho de criação, e o neto Dênis, de 1 ano e 3 meses. O outro filho adulto, Gilson, também mecânico, mora em Mauá.

Polícia mineira

Nervosa, mas ao mesmo tempo demonstrando resignação diante da tragédia, Maurina Firmina explicou que acordou com os gritos de "abra que é a Polícia". Momentos depois, sua casa foi invadida pelos encapuzados, que exigíram que os rapazes deitassem no chão, reviraram tudo e, sem dizer nada, mataram os três e fugiram. "Meus filhos moravam comigo e nunca tiveram envolvimento com a Polícia. Eles ainda tentaram mostrar os documentos, mas os homens não quiseram saber de nada. Quarta-feira à noite várias pessoas viram um Fusca cinza e um Chevette bege, com vários homens armados, rondando aqui em frente. Acho que eles fazem parte da polícia mineira, mas não sei porque mataram meus filhos", disse Maurina, cercada por vizinhos, parentes e curiosos, todos muito chocados com a violência do crime.

Policiais da 59º DP–Duque de Caxias – estiveram no local e nada conseguiram apurar. Limitaram-se a registrar a ocorrência.

Argentino baleado no Monza

NOVA IGUAÇU (Sucursal) – O executivo argentino Ernesto Jaime Bolton, de 57 anos, foi encontrado agonizante com um tiro de pistola 7.65, na cabeça, na mala do Monza TC-7916 de São Paulo, de propriedade da multinacional Cyanand Indústrias Químicas, na Rua Cirilo, no Bairro Juscelino, em Mesquita. As primeiras informações que chegaram à 53ª DP (Mesquita) dão conta de que Ernesto foi seqüestrado por quatro homens e teve o carro roubado na porta de sua residência na Rua Dr. Brás de Pina, 1751, apartamento 402, no Largo do Bicão, no Rio, na noite de anteontem. Ele ficou muitas horas desaparecido até ser encontrado baleado.

O Patamo 52-0273, do 20º BPM (Nova Iguaçu), comandada pelo sargento Osvaldo Leônidas da Silva, passava em ronda pelo Bairro Juscelino, quando um popular abordou os policiais e avisou que um Monza estava com as portas abertas e com o rádio ligado com volume alto e sem ninguém no interior. Os PMs foram averiguar. Ao se aproximarem do carro, ouviram gemidos vindos do porta-malas. Ao abrirem, depararam com o argentino sangrando muito e o levaram para a Casa de Saúde Nossa Senhora de Fátima, onde foi operado às pressas. Ele permanece em estado grave, no CTI.

Seqüestro

A esposa de Ernesto, que até o final da tarde de ontem não havia comparecido à 53ª DP, disse na 38ª DP (Braz de Pina), onde registrou o seqüestro do marido, que ele não se separava de uma pasta com documentos confidenciais, "onde toda a sua vida estava registrada". No entanto não forneceu mais detalhes aos policiais.

Os detetives da 38ª DP conseguiram apurar ainda, graças a ajuda de um vigia de perto da casa da vítima, que ele foi rendido e colocado no banco traseiro do carro. Os delegados Murilo Inácio Alves, da 53ª DP, e Elir Bitencourt, da 38ª DP, vão entrar em contato para investigar a ocorrência. A suspeita inicial é de que o crime esteja ligado aos documentos que Ernesto levava na pasta.

O DIA
Data 5 / 10 / 89
Caderno 1 Pág. 10

Médico e a mulher mortos no automóvel

DUQUE DE CAXIAS (Sucursal) – O médico Armando José Sibanto, de 40 anos, e sua esposa Nilcemita Ribeiro Sibanto também de 40 anos, foram encontrados mortos – cada um com um tiro na cabeça – dentro do Gol placa de Magé KQ-1091, estacionado nos fundos do Hotel Palmeiras, no Km 1 da Rodovia Washington Luiz, no Bairro Parque Beira Mar. O crime ocorreu durante a madrugada, mas os corpos só foram encontrados quando amanheceu o dia, graças a um telefonema anônimo dado para a Delegacia local, a 59ª DP.

As investigações estão sendo feitas sob rigoroso sigilo pelos policiais da 59ª DP, que alegam a possibilidade de prejuízo para as diligências, caso o que já foi apurado, seja divulgado. Na verdade, o que está dificultando a divulgação dos fatos é a possibilidade levantada pelos policiais de que o casal terial sido assassinado no interior do Motel Las Vegas, distante cerca de 500 metros do ponto onde o carro foi abandonado. Algumas notas de despesas do motel foram encontradas no bolso da calça do médico Armando José Sibanto, e se referiam a 4 caipirinhas e bolinhos de bacalhau que foram consumidos pelo casal.

Os policiais logo descartaram a possibilidade de assalto, tendo em vista que talões de cheque e dinheiro foram encontrados entre os pertences do médico e de sua esposa.

O DIA
Data 05/10/89
Caderno 1 Pág. 12

REGISTRO POLICIAL

Caiu na rede e foi morto

O comerciante Alexandre Rodrigues Ribeiro (23 anos) estava na loja de sua propriedade, no Km 1 da Rodovia Washington Luiz, Caxias, quando chegaram vários homens que queriam "todas as armas". Alexandre alegou que só negociava com fogos de artifício e que não dispunha de armas. Um dos homens jogou-lhe sobre a cabeça uma rede de pesca e o arrastou para fora do estabelecimento, onde seus comparsas deram-lhe 3 tiros na cabeça. O comerciante ainda foi levado para o Hospital Getúlio Vargas, mas faleceu.

O DIA
Data 4 / 10 / 89
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

Dentista roubado em casa

Quatro homens armados – um branco e três mulatos – invadiram a residência do dentista (aposentado) Armando Satanini, de 72 anos, na Estrada da Capoeira Grande, 216, Pedra de Guaratiba. Durante mais de 2 horas permaneceram no local à procura de valores. Armando e sua mulher, Pérola, assistiam a um programa de TV quando os criminosos chegaram, exigindo dinheiro, jóias e dólares. Sem violências, eles reviraram tudo e acabaram se contentando com um aparelho de som, duas TV a cores, um videocassete, um anel e a aliança do dono da casa. A mulher recusou-se a entregar a sua, e os marginais não se incomodaram. Eles levaram também a **Belina** da família, placa RJ-UM 5414.

● **Execução** – Dois homens foram executados ontem a tiros no Largo da Covanca, São João de Meriti. Seus nomes: Milton César Vasconcelos (20 anos), residente na Rua Guarani, 14, Bairro Trezentos, S. J. de Meriti, e Rogério Monteiro Vieira (15 anos), morador na Avenida Miguel Couto, 325, Largo do Guedes. Policiais da 64ª DP registraram.

● **Cadáveres** – Populares encontraram o cadáver de um homem mulato, de 18 anos presumíveis, na Rua Minuando, próximo a um valão, em Bangu. A vítima – que vestia apenas um **short** – levou vários tiros. Na mesma área, na Estrada do Quafá, vários moradores encontraram o cadáver de um homem de 40 anos presumíveis, mulato também, que vestia bermuda. Como a outra vítima, também foi morto a tiros.

● **Traficantes** – A guarnição do **Patamo** 52/0077, do 23º BPM, sob o comando do sargento Edmar, tirou de circulação ontem, na Avenida Borges de Medeiros, no Leblon, os traficantes de drogas Cláudio de Sousa (19 anos) e Luiz Cláudio de Oliveira (23 anos). Os dois conduziam 33 **sacolés** de cocaína.

● **Denúncia** – Vários telefonemas para o 14º BPM deram conta da existência de uma **boca-de-fumo** na Rua Marechal Joaquim Inácio, 776, Realengo. A guarnição do **Patamo** 52/0042. Só que ao chegarem e prenderem Renato Vieira de Cerqueira (24 anos) ao invés de encontrarem drogas, depararam com um motor de carro **Volks**, ano 81, a álcool, e um carro **Escort**, preto, placa RJ-XG 1327. Renato estava armado com um revólver de calibre 38 e 10 balas.

● **Escapou** – Hermínia de Sousa (40 anos) caminhava pela Rua João Vicente, em Marechal Hermes, quando foi atacada por dois assaltantes armados de faca. Por sorte, os soldados Átila e Wilson, do 9º BPM, viram o lance e foram em cima dos criminosos. Um deles conseguir fugir, mas o seu comparsa não teve a mesma sorte e foi preso, sendo autuado em flagrante na 30ª DP. É Ulisses da Silva Oliveira (19 anos).

● **Fuzilado** – Três homens armados de revólveres invadiram a casa da Rua Cataguazes, s/nº, Vila Fonte Nova, Austin, e seqüestraram José Roberto Laia (22 anos). A vítima foi levada para a Rua Ubá, 9, no mesmo bairro e assassinada com vários tiros. A 56ª DP está investigando.

● **Retenção** – Em decorrência de um acidente com um ônibus da empresa Salutaris e um caminhão do Exército, o tráfego na Avenida Brasil sofreu uma retenção que se estendeu de Parada de Lucas até o Caju. O choque ocorreu na pista seletiva de subida.

● **Espancada** – Carla Socorro da Silva (19 anos), residente na Rua Feijó, Baixa do Sapateiro, Bonsucesso, foi espancada ontem por seu vizinho Carlos Santana. Levada ao Hospital Getúlio Vargas, ela recusou-se a dizer os motivos da agressão.

● **Brasileirinho** – Dona Carlinda Josefa da Conceição, mãe de **Brasileirinho** – morto pela PM em julho do ano passado, em companhia dos traficantes **Naldo** e **Cassiano** –, desmentiu ontem que o traficante Jorge Alberto de Souza, 19 anos, assassinado no último dia 29, na Central do Brasil, fosse seu filho ou de seu marido Francisco Augusto Filho. Os jornais noticiaram Jorge Alberto, conhecido como **Ratinho**, era irmão de **Brasileirinho**, seguindo informações do inspetor Fernando da 13ª DP (Copacabana), que o prendeu 1 mês antes de seu assassinato.

O DIA
Data 3 / 10 / 89
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

Bancário apanha no ônibus

O bancário Marcos Vinicius Carneiro da Rocha, de 20 anos, residente no Engenho de Dentro, foi vítima, ontem de madrugada, da guerra entre turmas rivais que vêm agitando e dividindo aquele bairro, nos últimos meses. Identificado como membro da "Gang da Pracinha", ele foi espancado e roubado por cerca de 20 moças e rapazes, que se diziam integrantes da "Gang Ás de Ouro", no interior do ônibus da linha 636, Gardênia–Praça Saens Pena), na Tijuca. Conseguindo livrar-se dos agressores, por pouco o bancário não foi atingido por cinco tiros disparados por um deles e avisou à Polícia, que prendeu 5 dos rapazes.

O fato aconteceu por volta de 1 hora da madrugada. Marcos voltava da casa da namorada, em Jacarepaguá, quando foi reconhecido pelo grupo, que entrou no coletivo na esquina da Rua Adolfo Bergamini com Rua Pernambuco. Embora alegasse não fazer parte de grupo algum, o bancário foi cercado e agredido a socos e pontapés pelos rapazes, que se diziam seus inimigos, e ainda lhe tomaram um cordão de prata, um relógio, um talão de cheques e a carteira contendo documentos.

● **Presos** — Conseguindo se safar do grupo, Marcos pulou do ônibus ainda em movimento, a tempo de escapar de 5 tiros disparados em sua direção. Ele correu até um Patamo do 3º Batalhão, que passava pelo local naquele momento, contando o que havia acontecido. Os policiais conseguiram interceptar o coletivo prendendo Sérgio Lourenço, de 19 anos, Salvador de Oliveira Filho, de 22, e Carlos Alexandre Alves, Moacir Brito da Silva e Fábio Andrade, 18 anos. Todos foram identificados pela vítima e levados para a 26ª DP, de Todos os Santos, sendo autuados.

São eles: o Tenente-Coronel José Armando Cintra, do apartamento 301, de onde levaram um videocassete, um aparelho de som, 200 cruzados novos, 15 dólares, um televisor em cores, pratarias e um Voyage (placa UZ-6529). Já o apartamento 302, do Fiscal de Fazenda Carlos Edmonde de Almeida, os assaltantes levaram 8 litros de whisky importado, um televisor em cores, uma máquina fotográfica, um **micro-sistem** e um vídeo-cassete. Os policiais de 37ª DP informaram que o assaltante **Renan** é foragido do Presídio Esmeraldino Bandeira. O carro roubado pelo bando foi visto na Avenida Brasil minutos depois do assalto.

● **Em Copacabana** — Três homens armados com facas invadiram, na manhã de ontem, o apartamento 301 da Rua Mascarenhas de Morais, 49, em Copacabana. Os assaltantes renderam o porteiro Moisés Pereira dos Santos e dominaram a moradora Gisele Braga, que chegava num Chevette. Gisele foi obrigada a levar os 3 assaltantes para o apartamento dela, de onde foram levados dois televisores, um videocassete, jóias e dinheiro. Quando o trio saía do prédio, levando também um Monza de outro proprietário e a moradora Gisele, uma guarnição de radiopatrulha do 19º BPM (Copacabana) prendeu os ladrões. Na 12ª DP (Copacabana), eles foram identificados como João da Costa Avelã, 22 anos, Alexandre Luz Ribeiro e Claudenir da Silva Moreira, ambos de 18 anos. Na delegacia, os assaltantes tentaram incriminar o porteiro Moisés Pereira, acusando-o de ter facilitado o assalto. Os três foram autuados por roubo seguido de seqüestro.

● **Em Olaria** — Paulo Roberto Visconde Gonçalves, de 29 anos, foi encontrado morto a tiros, ontem de madrugada, na esquina da Rua Pirangi com Avenida Brasil, em Olaria. O crime foi registrado por policiais da 22ª DP, da Penha.

● **Na cabeça** — Um telefonema anônimo à RP Mont, na manhã de ontem, dava conta da existência de um cadáver de homem, em frente ao número 3 da Estrada das Chitas, na Pedra de Guaratiba. A vítima, um homem preto, 30 anos presumíveis, vestia calça de brim azul e camisa branca. Tinha vários tiros, principalmente na cabeça.

● **Espancado** — Policiais da 29ª DP (Madureira) vão apurar o assassinato de Cláudio da Costa Lima (solteiro, 18 anos). O corpo foi enterrado em um monte de estrume na chácara situada na Rua Bernardino de Andrade, s/nº, em Irajá. A morte de Cláudio foi causada por espancamento.

● **Desconhecido** — O corpo de um homem negro, alto, forte, 28 anos presumíveis, que vestia apenas uma sunga vermelha, foi encontrado caído na Rua do Anil, na Favela de Eden, próximo à torre da Light. A 64ª DP, Vilar dos Teles, registrou.

● **Sem documentos** — Um homem negro, 20 anos presumíveis, foi encontrado morto à margem da Rodovia Washington Luiz, no Km 122, Vila São Luiz, Caxias. A vítima, que não portava nenhum documento, vestia camisa xadrez nas cores azul e vermelho, bermuda branca e calçava tênis pretos. Tinha um ferimento a bala na cabeça.

O DIA
Data 2 / 10 / 89
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

Três torturados e mortos

Dois homens e uma mulher foram executados a tiros por volta das 19 horas, quando havia movimento de pessoas na área e ninguém testemunhou. Eles tombaram num terreno baldio situado na Avenida da Glória, Bairro Nova Aurora, Belford Roxo, e ela num campo de futebol próximo, sob uma das balisas.

Os dois homens tinham idades que variavam entre 20 e 25 anos. Um deles estava com uma corda amarrada ao pescoço e apresentava várias perfurações produzidas por tiros, vestia camisa marrom, mas a calça, de veludo, encontrava-se arriada na altura dos tornozelos. Seu companheiro havia recebido vários tiros e vestia blusa verde e cueca azul.

A mulher, de cor branca, estava totalmente despida sob a balisa, e tudo indica que, depois de ter sido estuprada pelos criminosos, acabou sendo executada a tiros.

● **Baleado** — Severino Francisco Correia (24 anos) encontrava-se na porta da residência (Rua Ajoara, 433, Bairro Interlândia, Belford Roxo) quando um carro passou e um dos seus ocupantes abriu fogo na sua direção. Severino, atingido na cabeça, foi levado para o Hospital da Posse, em Nova Iguaçu, e, de lá, removido para o Hospital Getúlio Vargas, onde se encontra com poucas chances de sobreviver.

● **Mercearia** — Três homens armados de revólveres assaltaram o Bar e Mercearia Manoel Vilaça, na Estrada Itaipu-Babi, 798, Belford Roxo, e fugiram com a importância de NCz$ 700,00, um relógio, um toca-fitas e uma caixa de cerveja. Os criminosos fugiram num Monza branco, placa RJ-ZH 6879, de propriedade de Carlos Magno Rodrigues, de quem haviam roubado, e que abandonaram na mesma estrada. Estranhamente, os ladrões deixaram no carro não só a caixa de cerveja como o toca-fitas.

● **Incêndio** — Dois homens alugaram um quarto anteontem na casa de habitação coletiva localizada na Rua dos Limadores, 45, Bangu e ontem, de madrugada, os vizinhos despertaram com os gritos deles, já que o quarto que ocupavam estavam em chamas e a porta totalmente fechada. Bombeiros de Realengo foram acionados, entraram em ação impedindo que as chamas se propagassem aos demais quartos – e salvaram uma das vítimas, que apresentava, entretanto, queimaduras do 1º, 2º e 3º graus; seu companheiro, infelizmente, havia sido carbonizado. A vítima recebeu os primeiros socorros no Hospital Olivério Kraemer, sendo removida, em seguida, para o Inamps do Andaraí.

● **Festa** — Com os votos de todos os servidores da Secretaria de Polícia Civil, a escrivã Terezinha Moreira Sampaio, foi eleita **Funcionária Padrão** da Polícia. A eleição fez parte das comemorações da **Semana do Policial**, que hoje se encerra com um jantar – **show** na Associação Atlética Portuguesa, na Ilha do Governador, a partir das 20 horas, com apresentação de Roberto Reis, da Assessoria de Comunicação Social da Polícia Civil. A grande atração é o cantor Agnaldo Timóteo.

● **Cadáveres** — Populares encontraram ontem os cadáveres de Ademir José Inácio (23 anos) e Luiz de Sousa e Silva (16 anos) que jaziam com vários tiros na Rua Carlos Sampaio Correia, Santíssimo. As autoridades policiais nada sabem sobre a ocorrência.

● **Boiando** — O corpo de um homem de cor preta, de 25 anos presumíveis, apareceu boiando nas águas do Rio Meriti, nos fundos do Clube Pavunense. A vítima vestia camisa listrada e calça jeans.

● **Condenada** — A juíza Maria Inês da Penha Gaspar, da 34ª Vara Criminal, condenou a 1 ano de prisão, por homicídio culposo, a jovem Fanny Faiman que, dirigindo o carro de sua propriedade em velocidade excessiva no cruzamento das Ruas Barreiros e Gonzaga Dugue, provocou a colisão com o carro de Adilson Ferreira Lima. Em conseqüência, não só Adilson como sua mulher Vânia receberam ferimentos enquanto a filhinha do casal, Marcela, perdia a vida. Por ser primária, Fanny teve direito a sursis.

● **Crueldade** — Um homem de cor preta, aparentando 25 anos de idade, foi executado com um tiro na cabeça num terreno baldio da Rua Dona Perpétua, Bairro Jacutinga, Mesquita. Ele vestia camisa amarela de mangas compridas e calça jeans e, antes de morrer, sofreu violências. Insatisfeitos, depois da execução, os matadores deceparam o pênis da vítima.

● **Acidente** — Um homem de cor branca, cabelo castanho claro dirigia o Volks azul, placa RJ-NX 4587, pela Avenida Brasil e, ao tentar ultrapassar o ônibus de turismo da empresa Fretamento, número de ordem 749, procedente de S. Paulo, não pôde evitar o choque com o coletivo e, em seguida, a batida na mureta divisória. Ele e seu acompanhante Cosme Enio do Nascimento, tentaram fugir, mas foram detidos pelos passageiros do ônibus. Cosme disse que não conhecia o motorista a quem acompanhava, alegando que pedira a ele uma carona no Posto 13. Quanto ao causador do acidente, este não tinha documentos, muito menos do veículo e recusou a revelar o nome. A não ser os danos materiais, ninguém recebeu ferimentos.

● **Na ribanceira** — Populares encontraram o cadáver de um homem branco, de 25 anos presumíveis, que jazia em uma ribanceira existente no final da Rua Arcozelo com Vale das Acácias, próximo a um Condomínio em construção, Bairro Vila Valqueire. A vítima estava com as mãos amarradas, vestia calça jeans e camisa vermelha e apresentava vários ferimentos produzidos por faca.

O DIA
Data 1 / 10 / 89
Caderno 1 Pág. 18
1ª folha

REGISTRO POLICIAL

Prostituta morta a tiro

Uma prostituta de 19 anos de idade e conhecida na Praça Tiradentes como **Baianinha**, foi assassinada com um tiro no rosto próximo ao estacionamento existente na Avenida Passos, 49. Local de concentração de muitas mulheres, uma delas viu, uns 20 minutos antes, a vítima discutir com um homem, cujas características não soube descrever com precisão.

Baianinha ainda tentou defender a vida atracando-se com o matador, mas este, mais forte, agarrou-a pelo pescoço, causando-lhe alguns arranhões e, em seguida, deu-lhe o tiro, fugindo. Policiais da 4ª DP compareceram ao local, mas não conseguiram apurar em torno da ocorrência, sendo informadas apenas que a vítima tinha uma filha de 6 meses.

● **Gargalo** — Tudo era animação num bar da Rua Conde de Bonfim, esquina com a Rua dos Araújos, na Tijuca. Samba pra valer, muita bebida rolando. Lá pelas tantas, dois homens começam a discutir, ninguém sabe os motivos. Partem em seguida para a briga, mas a turma do "deixa disso" entra em ação e os dois se separam. Mais alguns minutos, e voltam a discutir de novo. Desta vez, um deles quebra uma garrafa e, de posse do gargalo, golpeia seu oponente no pescoço. Este, sangrando muito, tomba sem vida, enquanto, o criminoso foge no exato momento em que chega ao local uma viatura do 6º BPM – Patamo 54/0828 – sob o comando do soldado Albuquerque. A 19ª DP é acionada logo em seguida e a vítima (que ao ser golpeada correu para a rua, onde morreu) foi identificada como Edson Pereira Gurgel (32 anos), residência ignorada.

tem, na Rua Bananal, em frente ao prédio 787, Bairro Jardim Leal. Duque de Caxias. As autoridades policiais da 59ª DP compareceram ao local e não conseguiram levantar nenhuma pista para esclarecer a ocorrência, que está envolta em mistério.

● **Ninguém viu** — Cláudio Martins Miranda (31 anos) passava pela Rua Domingos Lopes, em Campinhos, (uma rua das mais movimentadas) quando foi assassinado com dois tiros na cabeça. O detetive Alexandre, da 28ª DP entrou em ação, interrogou várias pessoas mas nenhuma delas forneceu qualquer detalhe para facilitar a elucidação do crime.

● **Vários tiros** — O comerciante Sebastião Camarã Rodrigues (40 anos) chegou à sua residência, na Travessa Generosidade, 213, Vila da Penha, dirigindo o **Puma** de sua propriedade, placa RJ-YQ 5840. Mas, nem conseguiu desligar o motor. Dois homens armados o dominaram, entraram no veículo, mantendo-o entre eles. Quando o bandido que comandava as ações deu a partida, o comerciante avisou-o que o veículo estava com pouca gasolina. O criminoso entrou na Avenida Brasil e, no primeiro posto parou para abastecer. No instante em que o homem do volante desceu para dar as ordens ao funcionário do posto, Sebastião tentou fugir e foi morto com vários tiros. O comerciante tombou já sem vida e os ladrões, mais que depressa, trataram de fugir a pé mesmo, sem se interessarem mais pelo veículo.

● **Fuzilados** — Luiz Antônio de Oliveira (33 anos) encontrava-se na residência, localizada na Rua José Alves da Costa (uma cabeça-de-porco) Vila Rosaly, São João de Meriti, em companhia da mulher – Creuzinha de Moreira Santos (31 anos). Por volta da meia-noite, vários tiros foram ouvidos pelos vizinhos que, entretanto, não abriram portas ou janelas. Quando o dia amanheceu, Luiz e Creuzinha foram encontrados sem vida na área externa do prédio.

● **No quintal** — A faxineira Maria Helena de Carvalho (50 anos) saía de casa para trabalhar em Botafogo quando notou que havia um cadáver no quintal. Ela reside na Travessa Nélson Alves Machado, 8, centro de São João de Meriti e, prontamente comunicou o fato às autoridades policiais da 64ª DP, que compareceram ao local e identificaram a vítima como Ronaldo Dias (26 anos), residente na Rua Santa Rita de Cássia, 30, Bairro Jardim Botânico. Seu irmão – Josebias Pereira, de 30 anos – declarou que Ronaldo estava desempregado e fora visitar a mãe, na Rua Santana, de quem conseguiu a quantia de NCz$ 20,00, para algumas despesas. Em seguida, foi visitar a ex-companheira Marilena da Silva Dias, para ver a filha de 3 anos. De acordo com os policiais, Ronaldo teria sido morto em outro lugar e **desovado** no quintal da faxineira.

O DIA
Data 1 / 10 / 89
Caderno 1 Pág. 18
2º folha

Cadáver – Populares encontraram o cadáver de Róbson de Oliveira Tributino (24 aos) que jazia com vários tiros na Rua Campos, Bairro Cavaleiro, Caxias. A 59ª DP registrou.

Estranho – Plínio Nelson Pereira de Azevedo passava pela Avenida Almeida Garreta, Bairro Capivari, Campos Elíseos, Caxias, quando foi morto com dois tiros – um na cabeça e outro na mão direita. Plínio – que tinha 50 anos – tombou a poucos metros de uma guarita onde dois guardas noturnos estavam de serviço. Estranhamente, ouvidos pelas autoridades policiais da 60ª DP, eles disseram que "estavam por fora" da ocorrência. Mesmo assim, os policiais arrolaram os dois como testemunhas, certos de que mentiam.

Facadas – Luiz Carlos de Almeida (38 anos) estava bebendo numa birosca da Rua da Mata, s/ nº, Vila Maria Helena, Campos Elíseos, Caxias, em companhia de um homem conhecido na área como Zé Paraíba. Em dado momento, os dois discutiram e ressentidos um com o outro, se separaram. Horas depois, Luiz Carlos apareceu sem vida próximo à birosca, em conseqüência de várias facadas. Zé Paraíba está desaparecido e, para as autoridades policiais da 60ª DP, ele seria o criminoso.

Mistério – Kléber Bragança (50 anos) foi crivado de tiros, on-

Flagrante – Cristiane Araújo Carneiro (18 anos) caminhava pela Rua Ourique, na Penha, quando foi dominada por dois homens armados. Era um assalto. Um deles tomou-lhe logo o relógio e quando pretendia apoderar-se de outros pertences, tratou de fugir correndo com o comparsa, ante à aproximação da RP 54/0278, cuja guarnição entrou em ação e conseguiu prender os criminosos em flagrante. Levados para a 22ª DP, os dois foram identificados como Itacy dos Santos (19 anos) residente na Rua Champolion, quadra L, lote 7, Belford Roxo e Fábio Eugênio Elias (20 anos) morador da Rua Nabucodonosor, 330, também em Belford Roxo.

Metalúrgico – O metalúrgico Aneão Bento Perez da Silva (50 anos) morreu asfixiado ontem, em conseqüência de um vasamento de gás garbônico ocorrido na plataforma de centrifugação da Cia. Metalúrgica Barbará, em Barra Mansa. De acordo com o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Cláudio Cruz, a vítima tentava fazer uma sangria na rede de gás para acender o maçarico que aquece o reservatório para ferro-fundido. De acordo com as normas de segurança, frisou, o trabalho deve ser realizado por duas pessoas e não apenas por uma, por se tratar de tarefa de risco.

Ladrões – Policiais do 6º BPM prenderam Geraldo Moisés Casemiro (32 anos) e Gilson Oliveira da Silva (41 anos) quando eles saíam do depósito de Doce Tijucano, na Rua Hadock Lobo,

Execução – O motorista Francisco Martins de Sousa (22 anos) dirigia um ônibus da Viação Vera Cruz, placa RJ-FI 5433, pelo centro de Nova Iguaçu quando 3 homens sinalizaram para que parasse. Obedeceu. Um deles, entretanto, pediu que a porta da frente fosse aberta, dando a entender que queria uma informação. O motorista obedeceu e os três entraram rapidamente no veículo e deram vários tiros num passageiro de cor preta, magro, cabelos encaracolados, que vestia bermuda verde, camisa branca e tênis pretos. A vítima morreu instantaneamente.

Carbonizada – Um incêndio destruiu totalmente o quarto onde dormia a menina Daniela Marinho, de 3 anos, filha de José Luiz Marinho e Valda Lúcia Santos. O fogo irrompeu – ninguém sabe como – no Lote 12 da Quadra 2 da Rua Átila, Bairro Jardim Redentor, em Nova Iguaçu, atingindo o quarto da criança, que morreu carbonizada.

Assalto – Dois homens armados de revólveres assaltaram o apartamento 304, na Rua Lôpes da Cruz 167, Méier, do contador Ubirajara Galvão, de 40 anos. Eles roubaram um videocassete e várias jóias de ouro no valor de NCz$ 20 mil, pertencentes à esposa do contador, Sônia de Lima Galvão. Ubirajara registrou a queixa na 25ª DP (Méier).

O DIA
Data 20/9/89
Caderno 1 Pág. 12

REGISTRO POLICIAL

Torturado e morto a faca

Um homem nu e amordaçado, não identificado pela Polícia, foi encontrado morto num campo de futebol da Rua São Geraldo, sem número, Bairro Pilar, Duque de Caxias. A vítima levou várias facadas e foi torturada antes de morrer.

● **Assaltantes** — Policiais do 18º BPM prenderam, ontem, na Cidade de Deus, William Gomes Francisco e Raimundo Mendes dos Santos, apreendendo um revólver de calibre 38, uma tevê colorida, um rádio AM-FM, dois aparelhos de som e várias garrafas de bebidas importadas — produto do assalto praticado, na última terça-feira, na residência do Coronel do Exército Gilmar Breno de Lima, na Rua Ministro Gabriel de Pisa, 155, Freguesia, Jacarepaguá.

● **Absolvidos** — No dia 7 de outubro de 1979, o menino Antônio Carlos Mansur, de apenas 2 anos e 9 meses, mais conhecido como Juninho, desapareceu da residência. Sete dias depois, entretanto, seu corpo foi encontrado na porta da fazenda de propriedade de Moacir Valente. A criança teria sido morta num ritual de magia negra naquela fazenda, de nome **Bom Vale**, localizada em Canta Galo. Resultado: o fazendeiro e seu empregado Fioti, foram linchados por uma multidão de moradores da área, que destruíram também quatro carros da Delegacia local. Ontem, em julgamento que começou às 13 horas e terminou às 4 horas, o Tribunal do Júri de Niterói, presidido pelo Juiz Luiz Noronha Duarte, concluiu que o menino não morreu em nenhum ritual de magia negra, tendo o júri absolvido também Alfredo Ferreira Oliveira e Ronaldo Nascimento, auxiliares do fazendeiro (que era pai-de-santo), acusados de terem participado do ritual.

● **"Isca"** — Lourival de Oliveira (38 anos) estava numa birosca na Rua Carolina Ferreira, 78, Bairro Areia Branca, Belford Roxo, onde bebia em companhia de uma mulher. Lá pelas tantas, dois homens o chamaram da porta. Prontamente, levantou-se e foi saber o que os desconhecidos queriam. Só que, ao pôr os pés do lado de fora, foi morto com vários tiros, enquanto sua acompanhante tratava de fugir.

As autoridades policiais da 54ª DP compareceram ao local e as primeiras investigações revelaram logo que a jovem que acompanhava a vítima teria servido de **isca**, atraindo-a até o local do crime.

● **Facada** — Roberto José de Sousa (39 anos) era biscateiro e morava na Rua Doutor Antônio, Lote 12, Jardim da Fonte, Queimados. Ontem, ele bebeu com Adolfo Casteano Alves e, ninguém sabe os motivos, desentenderam-se. Horas depois, Roberto foi assassinado em casa com uma facada no peito. Adolfo é suspeito, de acordo com os policiais da 55ª DP.

● **Na trave** — Antônio Luiz dos Santos (29 anos) foi amarrado numa das balisas do campo de futebol do **Erco**, na Rua Leonel dos Santos, Bairro da Mangueira, Comendador Soares, e executado com vários tiros no peito e na cabeça. De manhã, o corpo foi encontrado e ostentava um cartaz com os seguintes dizeres: — "Este não rouba mais."

● **Massacrado** — Moradores da Rua Caparaó, Comendador Soares, despertaram com muitos gritos. Só que ninguém abriu porta ou janela para ver o que estava acontecendo. Pela manhã, entretanto, encontraram o corpo de José Carlos Pinheiro da Silva (35 anos), que havia levado vários tiros, além de ferimentos ocasionados por pauladas e marteladas. As autoridades policiais da 56ª DP não têm pistas para o esclarecimento do massacre.

● **Suspeita** — As autoridades policiais da 22ª DP registraram, como suspeita, a morte de um homem pardo, de 35 anos presumíveis, encontrado com a cabeça esfacelada na Rua Honório Bicalho, em conseqüência de uma queda da passarela existente sobre a via férrea, nas imediações da Estação da Penha. A vítima teria sido atirada por marginais.

● **Condenado** — Em julgamento presidido pelo Juiz José Luiz Nunes, do 4º Tribunal do Júri, José Carlos Alves Fernandes foi condenado a 15 anos de reclusão, acusado de ter assassinado a tiros o pedreiro José Xavier Andrade diante da noiva Zirlene e de seus familiares, exatamente quando o festejava o noivado. A promotora Ana Maria Gaitás Bara ressaltou que o crime foi praticado por vingança, pois José pretendia matar o irmão da vítima mas, como não o encontrou na festa, resolveu matar o pedreiro, que chegou a implorar ajoelhado pela vida.

● **20 anos** — Submetido a julgamento no 4º Tribunal do Júri, Mauro Jorge de Sousa, o **Bodinho**, chefe da bateria do Salgueiro, foi condenado a 20 anos de prisão por ter assassinado, em companhia de mais três comparsas, Cosme da Costa Santos, o **Cosminho**, porque a vítima deixara a quadrilha de traficantes comandada por **Pedro Marreco**, este morto posteriormente por policiais comandados pelo delegado Hélio Vígio.

O DIA
Data 29/9/89
Caderno 1 Pág. 3

REGISTRO POLICIAL

Morto a bala e incendiado

Integrantes de um grupo de extermínio que vêm agindo em Magalhães Bastos dominaram um homem branco, com idade variando entre 18 e 22 anos. Depois de amordaçá-lo e amarrá-lo, conduziram-no numa Brasília branca até próximo a um terreno baldio na Rua Engenheiro Trajano de Medeiros, onde o executaram com vários tiros. Para que os policiais tivessem dificuldade em identificar o corpo, os assassinos embeberam as vestes do homem com gasolina e atearam fogo. Os matadores deixaram o local utilizando a Brasília e um Opala escuro, de acordo com testemunhas.

● **Carro roubado** – Foi roubado ontem, na Rua Marechal Floriano, em frente ao Clube dos 500, em Duque de Caxias, o Volks vermelho de placa RJ-RN 8310, de propriedade de Auriberto da Silva. Informações para 771-9849.

● **Atropelamento** – Ao tentar atravessar a Praia do Flamengo, próximo ao Hotel Novo Mundo, José Maria Batista Pereira (57 anos) foi atropelado e morto por um carro não identificado. A 9ª DP tomou conhecimento.

● **Suicídio** – Desgostoso, Valdecy dos Santos (41 anos) enforcou-se numa mangueira no Cemitério de Santa Cruz (Rua da Verdade, Santa Cruz) utilizando um fio de cobre. Funcionários da administração encontraram o cadáver e comunicaram o fato aos policiais da 36ª DP.

● **Cadáver** – Populares encontraram o cadáver de Rinail do Nascimento (19 anos), com 4 tiros, no Viaduto de Itatiaia.

● **Segurança** – Dilson de Oliveira (35 anos) era guarda de segurança. Ontem, ele se encontrava na esquina das Ruas Oscar Bueno e Barros Peixoto, quando foi assassinado com 10 tiros nas costas. A Polícia não tem pistas.

● **Aniversário** – Cosme Domingos Ferreira estava comemorando aniversário (41 anos) em sua residência, na Travessa 7, Vila Pinheiros, Manguinhos, quando foi executado com vários tiros. De acordo com o detetive César, da 21ª DP (Bonsucesso), a vítima fazia parte da quadrilha de traficantes de drogas da área, chefiada por **Gilbertinho**.

● **No peito** – Eduardo de Souza Silva (18 anos) foi visto em companhia de dois homens na Rua São Benedito, em frente à casa número 253, Bairro do Rola, Santa Cruz. Horas depois, populares o encontravam morto com 3 tiros no peito.

● **Ambulância** – Abel Antunes Bastos dirigia uma ambulância da Prefeitura de Cabo Frio pela Rodovia Cabo Frio/ Rio Bonito quando o veículo derrapou e capotou. Abel morreu no local e os quatro funcionários que ele conduzia receberam ferimentos diversos, sendo medicados no Hospital Darcy Vargas, em Rio Bonito.

● **Assalto** – Três homens armados invadiram o apartamento 102 do prédio nº 165 da Rua Fonte da Saudade, na Lagoa, residência do Capitão - de-Fragata Júlio César Ferreira da Silva (47 anos), que foi amarrado pelos criminosos. Minutos depois, os assaltantes fugiram levando dois videocassetes, uma tv a cores, um aparelho de som e jóias, além do carro Fiat, placa RJ UW-1314, de propriedade da vítima. Os ladrões deixaram no local o Chevette RJ IU-8989, certamente roubado.

● **Matou-se** – Uma mulher branca, de cabelos compridos (55 anos presumíveis) matou-se ontem jogando-se do apartamento 402 do prédio 515 da Rua Bulhões Marcial, em Parada de Lucas. A 39ª DP registrou.

● **2 baleados** – Paulo Marcos Gonçalves, de 18 anos, e Cídio Batista de Oliveira, 28, estão no Hospital Getúlio Vargas, na Penha, baleados na cabeça. Segundo os policiais da 27ª DP (Vicente de Carvalho), ambos são olheiros da boca-de-fumo situada na Rua 1, no Conjunto Residencial da Praça de Vicente de Carvalho. Os dois baleados foram levados para o pronto-socorro do HGV por dois homens, não identificados, armados com uma pistola calibre 45 e uma metralhadora. Ao tomar conhecimento do fato, o detetive Airosa vasculhou as dependências do hospital, mas não alcançou a dupla, que fugiu numa moto vermelha de placa não anotada.

● **Traficantes** – A guarnição do **Patamo** 52/0037, comandada pelo cabo Flávio realizava uma **blitz** na Favela de Acari, quando foi atacada a tiros por um grupo de homens. Houve reação e os marginais trataram de fugir. Só que dois deles não foram suficientemente rápidos e acabaram sendo capturados durante a perseguição. Conduziam um pacote com 100 gramas de cocaína e foram levados para a 39ª DP. Tratava-se de Adriano Gomes Damasceno (18 anos) e Romero Barbosa de Sousa (21 anos).

● **Desordeiros** – Policiais do 9º BPM que integravam a guarnição do **Patamo** 52/0179 sob o comando do cabo Joel suspeitaram de um grupo de rapazes que se encontravam numa esquina deserta de Vigário Geral e resolveram se aproximar. Eles correram e, ao mesmo tempo, atiraram, mas foram perseguidos e presos. Eram eles: Roque Santana dos Santos (32 anos); Moacir Silvester Júnior (23 anos); José Teixeira da Fonseca (24 anos); Oswaldino de Oliveira Silva (23 anos) e Carlos Alberto Ribeiro da Fonseca (23 anos).

● **Roubaram carro** – Dois homens que roubaram o "Fusca" vermelho, placa XH-4732, no Centro de Campo Grande, foram perseguidos pela RP-54-0718, comandada pelo cabo Creilson, do RP-Mont. Na estrada do Viegas, eles foram alcançados pelos patrulheiros, mas um deles escapou. O outro foi preso e levado para a 34ª DP., Bangu. É Paulo Roberto Pereira de Souza (solteiro, 25 anos, Av. Antares, travessa 61, bloco 79, Conjunto Antares).

● **Esquadrão** – O corpo de uma jovem, aparentando 20 anos, que vestia uma camisa vermelha e calça preta, e tinha uma tatuagem de uma caveira atravessado por duas espadas (o símbolo do esquadrão da morte) na perna direita, foi localizado ontem pela manhã por moradores em um terreno baldio na Avenida Benjamim Pinto, 1.148 no Centro de Belford Roxo. Policiais da 54ª DP (Belford Roxo) estiveram no local.

● **Na cisterna** – Um homem mulato, aparentando 30 anos, que trajava calça jeans, sem camisa, foi encontrado morto a tiros dentro da cisterna de um Ciep em construção, na Rua dos Estudantes, no Bairro Xavantes, em Belford Roxo. O corpo foi içado por Bombeiros de Nova Iguaçu e recolhido ao IML do Município. Policiais da 54ª DP, registraram.

● **Desaparecido** – Marcelo Roberto Ferreira do Amaral, 9 anos, está desaparecido desde às 10 horas de domingo, quando saiu da casa de sua avó na Rua José da Mota, em Ricardo de Albuquerque e resolveu acompanhar um caminhão de propaganda do candidato Leonel Brizola, que saía da Praça de Ricardo de Albuquerque. Marcelo estava usando um **short** verde e camiseta listrada branca e amarela. Quem tiver informações sobre o paradeiro de Marcelo pode entrar em contato com a família através do telefone 242-2363, do Arquivo Nacional, onde sua avó, Dulcinéa, trabalha, ou ainda em seu endereço, na Rua José da Mota, 382, em Ricardo de Albuquerque.

O DIA
Data 29/9/89
Caderno 1 Pág. 3

Acusados em corrupção vão a depoimento

NOVA IGUAÇU (Sucursal) – Presos pelo delegado-titular da Delegacia de Vigilância e Capturas da Baixada Fluminense, Elson Campello, o papiloscopista e presidente do diretório do PTB de Belford Roxo, Joel Gomes Leal, 54 anos de idade, e 18 de Polícia, e o traficante de tóxicos Jorge Luís Soares da Silva, 32 anos, o **Tenório**, foram interrogados ontem pelo juiz da 2ª Vara Criminal deste Município, Marcos Antônio de Backer. Os dois foram flagrados pelo delegado, quando **Tenório** colocou no bolso do policial NCz$ 50,00, no dia 13 deste mês, na porta da delegacia ao ser libertado por força de um alvará de soltura expedido pela 39ª Vara Criminal.

Perante o juiz, o policial e **Tenório** confirmaram a versão que contaram quando foram presos, de que o dinheiro era o pagamento de um empréstimo feito por Joel, chefe do Serviço de Informações Policiais da DVC-Baixada, ao preso que lhe pediu para fazer um lanche. No entanto, durante a conversa, Joel que também émembro da Igreja Universal do Reino de Deus, disse ao traficante "que se ele tivesse fé em Deus não ficaria preso por muito tempo", frase ouvida pelo delegado quando deu voz de prisão aos dois, na hora em que Tenório saía em companhia do seu advogado e do oficial de Justiça.

Preso desde o dia do flagrante no Ponto Zero, em Benfica, o papiloscopista Joel Gomes Leal acusa o delegado de persegui-lo, devido dias antes ter encaminhado ao Secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, um abaixo-assinado com 400 adesões, pedindo a destituição do delegado titular da 54ª DP (Belford Roxo), Geraldo Marques, por considerá-lo inoperante e bairro estar "abandonado pela segurança pública". Segundo Joel, o titular da DVC-Baixada estaria agindo em solidariedade ao colega e por isso o prendeu.

Tanto o policial quanto o traficante estão enquadrados nos artigos 333 e 317 do Código Penal (corrupção ativa e passiva) que prevê pena de 1 a 8 anos de prisão cada um.

O DIA
Data 27/9/89
Caderno 1 Pág. 10

Assassinato de crianças aumentou

O dossiê elaborado pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que constatou o assassinato de 82 crianças de janeiro a junho, em 15 Estados brasileiros, na avaliação do secretário-executivo do Ceap (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas), Ivanir dos Santos, embora represente mais uma contribuição ao problema, subestimou os números. De acordo com Ivanir, a quantidade de crianças mortas no Brasil pode alcançar números muito mais elevados.

Ivanir disse que somente no período de janeiro de 1987 a julho de 1988, em três municípios do Rio, uma comissão especial coordenada por ele e designada pela "Defense For Children International", órgão da ONU para a Infância e Adolescência, constatou a morte de 342 crianças em Caxias, Nova Iguaçu e Volta Redonda, em sua maior parte por grupos de extermínio. Segundo Ivanir, o número pode se multiplicar até por três, se fossem incluídos todos os Municípios do Estado.

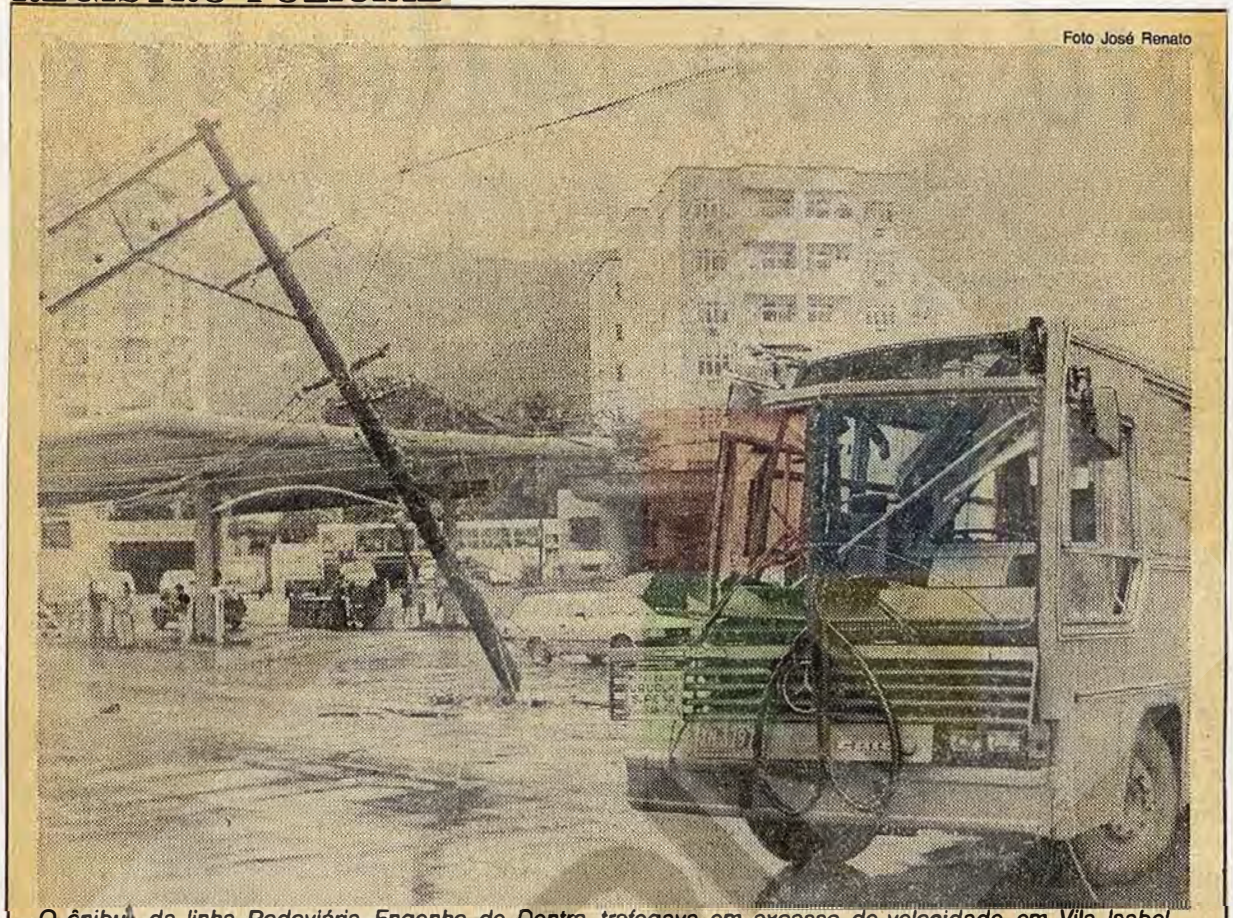
Encontro

Será realizado a partir de amanhã, em Brasília, o II Encontro Nacional de Menores de Rua, que contará com a presença de 750 crianças de todo o Brasil e de alguns países sul-americanos. Um dos objetivos do evento é denunciar o extermínio de crianças, como explica Helena Jansen, da coordenação nacional do encontro. "Denunciar e apresentar à sociedade a questão", afirmou.

O DIA
Data 21/9/89
Caderno 1 Pág. 12
1ª folha

REGISTRO POLICIAL

Foto José Renato



O ônibus da linha Rodoviária–Engenho de Dentro trafegava em excesso de velocidade em Vila Isabel

Ônibus bate em 2 postes na Vila

Um ônibus da Empresa Matias, que faz a linha Rodoviária–Engenho de Dentro, placa RJ-KN 3797, colidiu ontem com dois postes e derrubou parte de um muro na Rua Barão do Bom Retiro, em Vila Isabel. O veículo era dirigido em alta velocidade pelo motorista José Antônio Alves de Mendonça. Além do motorista, receberam escoriações os passageiros Nelson Rebelo de Carvalho e Maura Martins da Silva, medicados no Hospital Salgado Filho.

● **"Arrastão"** – Um ônibus que faz a linha Rio Comprido/São Salvador, placa RJ-XN 5345, deixou a Central dirigido pelo motorista Francisco César. O cobrador era Ricardo Antônio Ribeiro. Quando trafegava pelo Viaduto dos Marinheiros, vários homens iniciaram o **arrastão**: começaram a levar todos os pertences dos passageiros. Um deles estava armado e prometia "matar um". Foi quando um dos passageiros atirou contra os criminosos. O que estava armado (preto, de 35 anos presumíveis) recebeu um tiro no peito e, cambaleando, conseguiu descer do ônibus para logo em seguida morrer. Um dos assaltantes não foi suficientemente rápido para fugir e também foi ferido no peito, enquanto a passageira Leila Campista Gomes (23 anos) recebia um ferimento na perna esquerda. O ferido foi levado para o Hospital Souza Aguiar. Tratava-se de M.S.S. (16 anos), residente em Padre Miguel. A passageira foi medicada no mesmo hospital.

● **Assassinado** – Marinaldo de Souza Castro, de 38 anos, foi executado na madrugada de ontem, em frente a sua residência na Rua Santos Dumont, lote 20, quadra 23, no Bairro São Sebastião, em Duque de Caxias. Segundo Ângelo da Silva Castro, pai da vítima, seu filho foi morto por um homem que não soube descrever devido à escuridão. A 59ª DP registrou e investiga mais um homicídio.

O DIA
Data 28/9/89
Caderno 1 Pág. 12
2ª folha

● **Médicas** – Fim de plantão na Clínica Jacarepaguá, Rua Iriquitiá, 322, Jacarepaguá, aí por volta das 22 horas, e as médicas Sebastiana Ribeiro e Helenice Almeida Capeda, ambas de 28 anos de idade, deixaram o local. Quando entravam no Voyage de Sebastiana – cor cinza, ano 89, placa RJ-WG 9777 – foram dominadas por dois homens de cor branca, de 25 anos presumíveis, armados de revólveres.

As médicas ficaram à mercê dos criminosos durante algum tempo, mas, na Avenida Brasil, próximo a Bonsucesso, eles permitiram que elas desembarcassem e fugiram levando o veículo. Policiais da 32ª DP estão investigando.

● **PM ladrão** – O cabo do Exército Ruarley Egito Martins (21 anos) estava ao volante do Chevette placa RJ-XM 2355, de sua propriedade, estacionado na Rua Mário Mota, em Bento Ribeiro, quando foi atacado por dois homens armados. Os criminosos o seqüestraram e no mesmo bairro, na Rua Américo da Rocha, mandaram que descesse. Ruarley, ao ver-se livre, acionou o Patamo 52-0038, que sob o comando do sargento Santos, iniciou a perseguição aos ladrões com o apoio da RP 54-1118, do 9º BPM, chefiada pelo cabo Tibiriçá. A perseguição estendeu-se até a Avenida Marechal Alencastro Guimarães, em Ricardo de Albuquerque, quando o Chevette foi, afinal, interceptado. Os seus ocupantes abriram fogo. Os policiais responderam e um deles foi atingido de raspão, na cabeça e o outro, na coluna vertebral. Levados para o Hospital Carlos Chagas, os criminosos foram identificados como o PM Sérgio Baltazar de Oliveira (25 anos) e Carlos Alberto Barros (23 anos) – este em estado grave, correndo risco de ficar paralítico. O PM foi autuado em flagante na 30ª DP (Marechal Hermes).

● **Execução** – Três homens armados de revólveres e escopetas invadiram na madrugada de ontem o barraco de Eraldo Severino, de 45 anos, na Favela do Xangô, na Vila São Luís, em Caxias, e o mataram com vários tiros, seqüestrando ainda seu filho Antônio Carlos Bastos Severino, 20 anos. Na madrugada policiais da 59ª DP (Duque de Caxias) junto com um perito do ICE do Município estiveram no local e só acharam o corpo de Severino. Mais tarde, pela manhã o cadáver de Antônio Carlos também foi localizado crivado de tiros a cerca de 10 metros do barraco onde morava.

● **Na Ilha** – Seis homens armados assaltaram três apartamentos de um prédio localizado na Estrada da Bica, Ilha do Governador. O primeiro, 101, de Luiz Carlos Azevedo Lima; o segundo, 201, de Wilson Martins Esteves e o 301, de Simone Drumond Albuquerque. Os bandidos roubaram um total de 3 vídeocassetes, 4 aparelhos de Tv a cores, 4 relógios, jóias em quantidade, um carro Monza e um Escort, que abandonaram minutos depois na Rua Projetada, 2, Conjunto dos Bancários, na Praia da Bandeira.

● **Homicida** – Policiais da 7ª. Companhia Independente da PM prenderam o traficante e homicida Gilson Araújo de Carvalho, acusado de ter assassinado o cabo Bianor, do 17º BPM (Ilha do Governador), há cerca de 1 mês. O matador foi preso em sua casa, na Praia de Mauá, onde foram apreendidos vasos de barro com plantações de maconha.

● **Cadáver** – Moradores da Favela Risca Faca, Distrito de Inoã, Maricá, encontraram o cadáver de Ubiratan Correia da Silva (26 anos) com vários tiros no peito. Policiais da 82ª DP estão investigando.

● **Padaria** – Dois homens armados assaltaram uma padaria situada na Rua Ana Nery, 2104, próximo à Estação do Riachuelo, de onde roubaram NCz$ 4 mil e um revólver **Taurus** de calibre 32. Os marginais dominaram o proprietário da casa, Antero Diniz Paes, e 5 fregueses.

● **Traficante** – Policiais da Divisão de Polícia Federal de Niterói prenderam o traficante e homicida Nílton Guido, que se encontrava em frente à Prefeitura e conduzia 4 quilos de maconha.

● **Tiroteio** – Policiais do 6ª DP (Cidade Nova) foram recebi-

● **No ônibus** – Um ônibus da Viação Mangaratiba, placa RJ-SY 0523, trafegava pela Avenida Nilo Peçanha, centro de Duque de Caxias, dirigido por Fernando Rodrigues do Nascimento. A viagem transcorria normalmente quando um passageiro que estava no último banco pagou a passagem, passou pela roleta e, em seguida, já de revólver na mão, deu quatro tiros em outro passageiro, mais tarde identificado como Paulo Sérgio Alves Vidal (38 anos), que teve morte imediata. O criminoso fugiu e o motorista conduziu o coletivo até a 59ª DP, onde as autoridades policiais tomaram as providências cabíveis.

● **Seqüestro** – Wanderléa Coelho Almeida Cardoso, 24 anos, registrou queixa ontem de manhã na 36ª DP (Santa Cruz) pelo roubo da Paraty branca QI-8420, de Duque de Caxias e seqüestro de seu marido, Jorge Tadeu Almeida Cardoso, 26 anos, e seu primo Alexandre Brum Faria, 21 anos, na noite do dia 26. Segundo a mulher, os dois foram levados com o automóvel da porta de sua casa, na Rua Felipe Cardoso 2.777, bloco 2B, apartamento 705, em Santa Cruz, por três homens que se diziam policiais e chegaram num Opala preto. A Polícia suspeita da versão de Wanderléa, dona de uma locadora de automóveis junto com o marido, e ainda não tem nenhuma pista dos seqüestradores.

● **Tóxico** – Componentes do Patamo 52-0190, comandados pelo sargento Diniz, do 15º BPM, Caxias, em ronda normal pelo Bairro Vila Operária, naquele município, notaram que no bar e mercearia situado na Rua Joaquim Tenório, 28, dois homens entregavam um embrulho ao comerciante. Ao abrir o embrulho, o sargento encontrou 31 papelotes de cocaína e 50 trouxinhas de maconha. Os três foram levados para a 59ª DP, Duque de Caxias, sendo identificados como André Barbosa da Silva (24 anos), o comerciante; e Antônio Pessoa Fraga (24 anos) e Eduardo Brandão Santos (20 anos), que foram autuados e recolhidos ao xadrez.

O DIA
Data 28 / 9 / 89
Caderno 1 Pág. 13

Macaé apela contra violência na cidade

Com faixas, cartazes – e até um trio elétrico – centenas de moradores de Macaé (município localizado no norte fluminense) foram às ruas protestar contra a crescente violência da cidade. Os manifestantes interromperam o trevo da Avenida Amaral Peixoto por volta das 14h, causando um congestionamento no trânsito por mais de 2 horas.

A manifestação foi organizada pelas 36 associações de moradores do município, assustadas com os dados de violência registrados pela 130ª DP: só nos últimos 90 dias, a cidade teve 150 residências arrombadas e assaltadas, 70 carros furtados e – o mais grave – 20 pessoas assassinadas. Hoje haverá um ato de protesto em frente à Câmara Municipal e para sábado, dia 7 de outubro, está sendo organizada uma grande passeata pela paz.

O ato realizou-se no trevo da Petrobrás da Praia Campista e contou com a presença de muitos funcionários da empresa. Segundo os organizadores, o problema mais grava é a falta de vontade política das autoridades para com o problema. A Polícia Civil não tem sequer um carro e, quando há necessidade de deslocamento, chega sempre com algumas horas de atraso. Após a apresentação do Trio Elétrico, em um palanque improvisado, discursaram o presidente da Federação das Associações de Moradores de Macaé, Léo Zinnermman, e o presidente da Associação de Engenheiros da Petrobrás Rafael Brandão, além de algumas vítimas de assalto e violências. "A Cidade de Macaé exige providências urgentes", reivindicavam faixas e cartazes espalhados no local da concentração.

O DIA
Data 27/09/89
Caderno 1 Pág. 10

Quatro bancos assaltados na Cidade

Cinco homens armados de revólveres invadiram a agência do Banco Real, na Rua Cardoso de Morais, 221, Bonsucesso, e fugiram cinco minutos depois, levando NCz$ 36.815,00. Policiais da 21ª DP e do 16º BPM foram acionados, mas os ladrões conseguiram escapar.

Minutos depois, cinco homens armados (seriam os mesmos) atacaram a agência do Bamerindus, na Rua Silva Rabelo, 14, Méier, e depois de dominarem os guardas de segurança, tomando-lhes, inclusive as armas, obrigaram o gerente a abrir o cofre, de onde roubaram NCz$ 34.039,42.

À tarde, seis homens armados invadiram a agência do Unibanco, na Rua dos Romeiros, 173, Penha, e dominaram não só os guardas, como o gerente administrativo Claudio Diniz Herculano e o tesoureiro César Borba. Eles fugiram com NCz$ 51.264,48.

Também a agência do Banco do Estado do Piauí, na Av. Graça Aranha. Os quatro assaltantes trancaram os funcionários no banheiro e levaram NCz$ 17.160,39 dos caixas, além de dois revólveres Taurus calibre 38 dos seguranças.

O DIA
Data 27/9/89
Caderno 1 Pág. 8

Polícia diz que cresce no Brasil consumo de drogas

BRASÍLIA – O consumo e tráfico de drogas aumentou muito no Brasil nos últimos 2 anos. Até julho deste ano foram indiciados 1.469 traficantes e 474 viciados. Essas informações foram dadas por Paulo Marra, da Coordenação Central Policial, em palestra proferida ontem, aos alunos e professores das escolinhas de esporte do Distrito Federal sobre o combate às drogas que vem sendo travado em todo o território nacional pela Polícia Federal.

Em 1987 foram apreendidas 21.597.189 gramas de maconha contra 27.021.030 gramas em 1988. O quadro em relação à cocaína também é desalentador: 1.021.137 gramas em 1987 contra 1.964.039 gramas apreendidas no ano passado. De país de trânsito o Brasil, infelizmente, está se tornando também um país de consumo, disse Paulo Marra a uma platéia composta, em sua maioria, de crianças a partir dos 10 anos de idade.

Aeroportos

Um dos maiores perigos para envolvimento de inocentes no transporte de drogas está nos aeroportos, quando pessoas dirigem-se aos que estão embarcando com reduzida bagagem na mão e lhes pedem para levarem consigo envelopes ou pacotes. Nesse casos, ao concordar com o que teoricamente é um ato de gentileza, o viajante acaba arriscando-se a transportar drogas, o que lhe pode valer uma prisão flagrante e muito constrangimento, pois dificilmente a autoridade acreditará que ele é apenas um inocente util. Este foi um dos alertas lançados por Paulo Marra.

Durante a palestra foram exibidos os documentários "Operação Êxodo" e "Marabu", respectivamente sobre a desativação de um laboratório de coca em porto nacional e a extinção de plantações de epadu na fronteira do Brasil com a Colômbia. Nos dois casos foram documentadas também as prisões dos responsáveis.

O DIA
Data 26 / 09 / 89
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

Traficante morre em tiroteio no Muquiço

A guarnição do **Patamo 52/0037** realizava uma **blitz** na Favela do Muquiço, em Deodoro, quando, na Rua Tupaciguara, foi recebida a tiros de metralhadora. O sargento Jairo, que estava no comando, entrou em ação com os seus auxiliares e, durante alguns minutos, houve troca de tiros, até que dois bandidos foram baleados: Walcir Costa Loureiro (37 anos), que atirava com um 38 e morreu logo em seguida no local, e Luiz Carlos da Silva Maciel (28 anos), armado com uma garrucha. Este, gravemente ferido, foi levado para o Hospital Carlos Chagas, onde se encontra internado com poucas chances de sobreviver. Em seu poder, além da arma, os policiais encontraram 18 **trouxinhas** de maconha.

Os demais criminosos que faziam parte do grupo, inclusive o que portava a metralhadora, conseguiram fugir. A 30ª DP registrou a ocorrência, e o delegado Antonio Soares, pouco depois, solicitava reforços do 9º BPM, já que os boatos que circulavam na área davam conta de que inúmeros moradores da favela pretendiam fazer uma manifestação de protesto na porta da delegacia. O reforço chegou logo, mas ninguém quis se manifestar.

● **Atropelamento** – O menino Maxwell Ferreira Messias (6 anos) era filho de **João Messias** e residia na Travessa João de Barro, 4, Favela Marcílio Dias, Ramos. Ontem, como de hábito, saiu de casa para brincar com os amiguinhos da vizinhança e foi atropelado pelo caminhão de placa RJ-OK 2355, que trafegava pela Rua do Trigo, na Penha. O garoto morreu no local e a 22ª DP registrou.

● **Capturado** – Suspeito da morte de um agente penitenciário, ao resgatar de um camburão do Desipe o bandido da **Falange** conhecido como **Chiquinho Rambo** – fato ocorrido na Rua Bulhões Marcial, na entrada de Duque de Caxias – o traficante de drogas Luiz Carlos Tenório, o **Mandarino**, (20 anos), foi, afinal, capturado ontem, na Favela do Dique, no Jardim América, com dois comparsas – Everaldo Ribeiro e Waldemar Santana Pinho. Os três conduziam 51 **trouxinhas** de maconha e 71 **papelotes** de cocaína, além de um revólver de calibre 38. Foram autuados na 39ª DP.

● **Casal** – Janice da Silva Gonzaga (17 anos) estava namorando o jovem Glauco Siviano Colimoide Varjão (20 anos) num trecho escuro da Rua das Mangueiras, esquina com a Rua do Ipê, em Belford Roxo, quando dois homens chegaram atirando no casal. Resultado: Janice, baleada no peito, morreu no Hospital da Posse e Glauco, atingido no braço e perna esquerdos e também no tórax, encontra-se internado naquele hospital.

● **Por telefone** – Bandidos mataram a tiros Carlos Alberto Cândido (37 anos) e desovaram o cadáver na Rua Minas Gerais, em frente ao prédio nº 1295, na Posse. Logo em seguida, telefonaram para a 52ª DP dando todas as dicas sobre como o corpo poderia ser encontrado depois do **trabalho** feito por eles.

● **Executado** – José Sobral (66 anos) encontrava-se na residência, na Rua Juracy, 86, Banco de Areia, quando dois homens invadiram a casa e o levaram na base da violência para a Rua Barros Peixoto, onde o executaram com vários tiros. O genro da vítima – Márcio Rodrigues de Sousa (25 anos) – testemunhou o seqüestro e comunicou o fatoaos policiais da 53ª DP.

● **Cadáver** – Moradores do Bairro Retiro Feliz, em Belford Roxo, encontraram, na Rua Águia, em frente à casa nº 25, o cadáver de um homem pardo, de 20 anos presumíveis. A vítima vestia calça **jeans** e camisa vermelha e foi morto a tiros.

● **Sem mão** – Populares encontram o corpo de um mulato de 25 anos presumíveis na Estrada José Luiz da Silva, Bairro Jardim Primavera. A vítima vestia bermuda estampada, e, além de ter recebido vários tiros, estava sem a mão esquerda, amputada a faca pelos criminosos.

● **Em Queimados** – Outro que foi encontrado morto: Adalmir de Sousa (25 anos). Ele residia na Avenida Tinguá, 412, quarto 1, Queimados e também foi morto a tiros na esquina das Ruas Padre Marques e Maria Nogueira Brito.

● **No Ipiranga** – Ainda em Queimados, no Bairro Ipiranga, num trecho dos mais desertos da Estrada do Saco, um homem de cor negra, com 22 anos presumíveis, foi morto com vários tiros no peito e na barriga. A vítima vestia bermuda **jeans**, camisa verde e tênis preto.

● **Suicídios** – Uma mulher de 25 anos presumíveis, grávida provavelmente de 4 meses, morreu ontem ao cair de um dos 21 andares do Edifício Santos Wallis, na Rua Senador Dantas, 117, Centro. A vítima, que não foi identificada, vestia miniblusa azul, bermuda amarela e botas vermelhas. Teria pulado ou sido jogada por volta das 23 horas, caindo sobre a laje da lixeira geral do prédio. Tanto o porteiro Luiz Cavalcanti da Silva, quanto o vigia Maurílio Flor e Silva acorreram para socorrer a vítima, mas nada puderam fazer. A 3ºDP tomou conhecimento e está investigando.

– Manoel Lopes de Sousa Júnior, de 22 anos, suicidou-se por volta das 5 horas 30m da manhã de ontem, atirando-se do apartamento 1001 do prédio 51 da Rua Senador Vergueiro, no Flamengo, onde morava com a mãe Maria Santos Lima Verde Lopes. O corpo caiu na área da garagem 2 do prédio. Segundo o pai, Manoel Lopes de Sousa Júnior estava em tratamento psiquiátrico e vivia sob forte depressão.

Menores guardavam armas no Dª Marta

Policiais militares do 2º BPM (Botafogo) voltaram, ontem, a vasculhar o Morro Dona Marta, em Botafogo, na tentativa de capturar os integrantes das duas quadrilhas de traficantes – uma, comandada por Zacarias Gonçalves Rosa Neto, o Zaca, e outra, chefiada por **Jarbas da Rocinha** – que disputam o controle da venda de tóxicos na favela.

E.A.R., de 17 anos, e sua irmã M.C.A.R., de 16, foram presos em um barraco no Beco do Jagunço, na parte alta do morro. Com eles, a PM encontrou duas armas antigas – um mosquetão calibre 7 mm e um fuzil calibre 22. Houve troca de tiros com um bandido, que conseguiu escapar. No combate, um policial caiu em um barranco, machucou-se e foi removido para o Hospital da Polícia Militar (HPM) com suspeita de fratura na costela.

O comando do 2º BPM mudou a tática das incursões ao morro. Na segunda-feira, empregou grandes contingentes de policiais, 100 na parte da manhã e 200 à tarde, que vasculhavam a favela. Ontem, usou um efetivo bem menor: dois grupos de 12 homens, que subiram por caminhos diferentes, no início da manhã. Segundo o comandante do 2º BPM, Tenente-Coronel Waldir Ferreira Lopes, a nova orientação operacional visa a pontos específicos do Dona Marta, indicados pelos serviço de informações da PM, a P2.

Segundo o comandante, as incursões à favela vão continuar, com o objetivo de capturar os traficantes "e levar a paz aos moradores do morro". O tenente-coronel acredita que os dois grupos rivais ainda permanecem no Dona Marta, escondidos em barracos. Ele reconheceu a inferioriedade do armamento da PM em relação aos marginais, mas afirmou que os policiais, mesmo assim, estão preparados para enfrentá-los.

As incursões da PM ao morro iniciaram às 9 horas, sob forte chuva. Por dois pontos que o comandante não revelou, os policiais chegaram ao alto da favela, invadindo barracos indicados por **olheiros** da Polícia. Num deles, estavam E.A.R. e M.C.A.R., sua irmã. Ambos negaram qualquer envolvimento com os traficantes. Não explicaram, no entanto, o que estavam fazendo na parte mais alta do Dona Marta, em um barraco de propriedade de uma pessoa identificada apenas como **Beth** – que não estava em casa – e armados. O mosquetão tinha uma bala na agulha e duas outras de reserva. Para o fuzil não foi encontrada munição.

Achada a mulher de Jarbas

Cerca de 30 homens da Coordenação de Apoio Operacional (CAO), da 10ª DP e do 2º BPM – ambos de Botafogo – com o apoio do helicóptero Águia Zero, da Polícia Civil, fizeram uma nova incursão no Morro Dona Marta, na tarde de ontem, e conseguiram localizar a ex-mulher do traficante **Jarbas da Rocinha**. Trata-se da copeira Nilza Fátima de Souza, de 34 anos, que está separada do bandido há 5 anos, período que – segundo ela – **Jarbas** começou a se envolver no comefcio de drogas e foi expulso da favela.

Levada à 10ª DP para prestar esclarecimentos, em companhia do filho do casal, Júlio César, de 17 anos, a copeira informou a identidade do ex-marido: Jarbas Vieira Filho, com 36 anos, atualmente.

Outro rádio

Na incursão feita à tarde, vasculhando barracos que, possivelmente, estariam abrigando quadrilheiros de **Jarbas**, policiais encontraram mais um radiotransmissor adaptado para captar mensagens da PM e Polícia Civil, e que era usado pela quadrilha de **Zaca**. Este é o segundo rádio apreendido no morro, nos últimos 2 dias.

Foto Roberto Cerqueira



Nilza Fátima, ex-mulher de Jarbas, e o filho Júlio Cesar foram à 10ª DP

Energia volta a parte da favela

Depois de mais de 48 horas sem energia elétrica, em conseqüência dos tiros dados no transformador central do morro pelo grupo do traficante **Jarbas da Rocinha**, na madrugada de domingo, o fornecimento foi parcialmente normalizado ontem. O serviço de emergência da Light compareceu à favela na parte da manhã e religou os disjuntores de um dos dois ramais que abastecem a comunidade. Parte da favela, contudo, ainda vai permanecer às escuras, no mínimo até o fim da greve da Light o que pode ocorrer amanhã, com o julgamento das reivindicações da categoria no Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

O Transformador precisa ser substituído e este serviço a equipe de emergência não está capacitada a faze-lo.

Os tiros que atingiram o transformador provocaram um curto-circuito no equipamento, afetando os dois ramais que abastecem o morro. Os funcionários da Light fizeram os reparos mais simples e religaram os disjuntores da Rua Marechal Francisco de Moura, na entrada da favela, que haviam desarmado automaticamente, com os tiros.

A normalização parcial do abastecimento de energia foi festejada nos barracos beneficiados. Os rádios voltaram a tocar, comerciantes puderam reabastecer suas geladeiras com cervejas e refrigerantes, mas mesmo assim, a rotina continuava tensa no morro. O tenente-coronel Waldir Lopes, comandante do 2º BPM, também comemorou, esclarecendo que a iluminação ajuda na caça aos traficantes, evitando operações às escuras.

O DIA
Data 29/9/89
Caderno 1 Pág. 9

O DIA
Data 24/09/89
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

Traficantes presos com espingardas

A guarnição do Patamo 52/0015 prendeu, de madrugada, na Favela Vila Sapê, em Jacarepaguá, os traficantes de drogas Robson Gomes dos Santos (20 anos), residente na Rua Jaú, s/n, e João Carlos Ferreira (18 anos), morador na Rua Maria Norato, 1 – ambos os endereços naquela comunidade. Os criminosos conduziam uma carabina Urco, de calibre 22; duas espingardas Rossi, cano duplo, calibre 22; um walk-talk e farto material para embalar maconha e cocaína. Foram levados para a 32ª DP e autuados em flagrante.

● **"Guerra"** – Dois grupos rivais de traficantes de drogas que agem em Saracuruna se encontraram, ontem, mais de uma vez, na Avenida Presidente Roosevelt e trocaram tiros durante quase 1 hora. Cessado o tiroteio, estava morto Marco Antonio Delfim (18 anos), atingido no peito. As autoridades policiais da 60ª DP compareceram ao local e acreditam que outros traficantes tenham sido feridos também durante o confronto e, por isso, alertaram todos os hospitais.

● **Execução** – Populares encontraram o corpo de Wallace Germano Pequeno (21 anos) num terreno baldio próximo à casa onde morava, na Travessa Estrada de Ferro, 47, Nova Iguaçu. A vítima apresentava várias perfurações produzidas por tiros, e as autoridades policiais da 52ª DP não têm pista para chegar aos autores da execução.

● **No rosto** – Leonardo da Vinci Mendes foi assassinado com 3 tiros no rosto, tombando na Rua Major Ávila, 335, em frente à Comlurb da Tijuca. A vítima tinha 41 anos de idade e trabalhava como frentista num posto de gasolina.

● **Segurança** – O segurança Aloisio da Silva Zanon (27 anos) encontrava-se em seu posto de serviço no depósito da Casas da Banha, na Rua da Proclamação, 931, Bonsucesso, quando uma Brasília verde, de placa ignorada, parou de repente e o seu único ocupante fez vários disparos. Aloisio morreu e o criminoso fugiu.

● **Latrocínio** – Arizio de Sousa Dias (45 anos) chegou em casa, na Rua Vicente Del Vigio, 103, Santa Cruz, e, de pronto, estranhou que a porta estivesse aberta. Entrou e deparou com o cadáver da esposa, Marly da Silva Dias (42 anos), com sinais de enforcamento e a cabeça esfacelada. Notou logo que os criminosos haviam assassinado sua mulher para roubarem um rádio-relógio e um gravador. Ele mesmo compareceu à 36ª DP para comunicar a ocorrência.

● **Acidente** – Em conseqüência do choque entre o táxi placa RJ-TN 5482, dirigido por Luiz Pereira de Oliveira, um ônibus da Empresa Pégaso, placa RJ-XN 2472, e um outro ônibus da Turismo Transmil, placa RJ-FI 5082, dirigido por Cícero José do Nascimento, sofreram ferimentos Sônia Regina Rodrigues (33 anos) e Antonio Carlos da Silva (22 anos), que eram passageiros do coletivo da empresa Pégaso. O acidente ocorreu no Km 5 da pista de subida da Avenida Brasil, próximo a Manguinhos. As vítimas foram medicadas no Hospital de Bonsucesso.

● **Bebê** – Populares encontraram o corpo de um bebê do sexo feminino, dentro de uma bolsa de supermercado na calçada da Rua Tales Barbosa, no Fonseca, Niterói, bem em frente ao prédio número 61. As autoridades policiais da 78ª DP acreditam que a criança seria filha de uma doente mental de nome Merlene Viriato da Silva (35 anos) que horas antes comparecera à 6ª DP (Cidade Nova) para dizer que havia esquecido a filha num ônibus que se destinava a Niterói.

● **Incêndio** – Um incêndio provocado pela explosão de um lampião tipo "liquinho" (de butijão de gás) destruiu, parcialmente, o apartamento 602 do Edifício Esmeralda, na Rua Barão do Bom Retiro, 2563, Grajaú, residência de José Rego Soares, que nada sofreu. Os bombeiros do Grajaú e Vila Isabel agiram com presteza e evitaram que as chamas se propagassem aos demais apartamentos.

● **Do trem** – Marcos Flávio dos Santos (19 anos) viajava como pingente num trem e, na Estação de Maria da Graça, sofreu uma queda. Gravemente ferido, encontra-se internado no Hospital Salgado Filho.

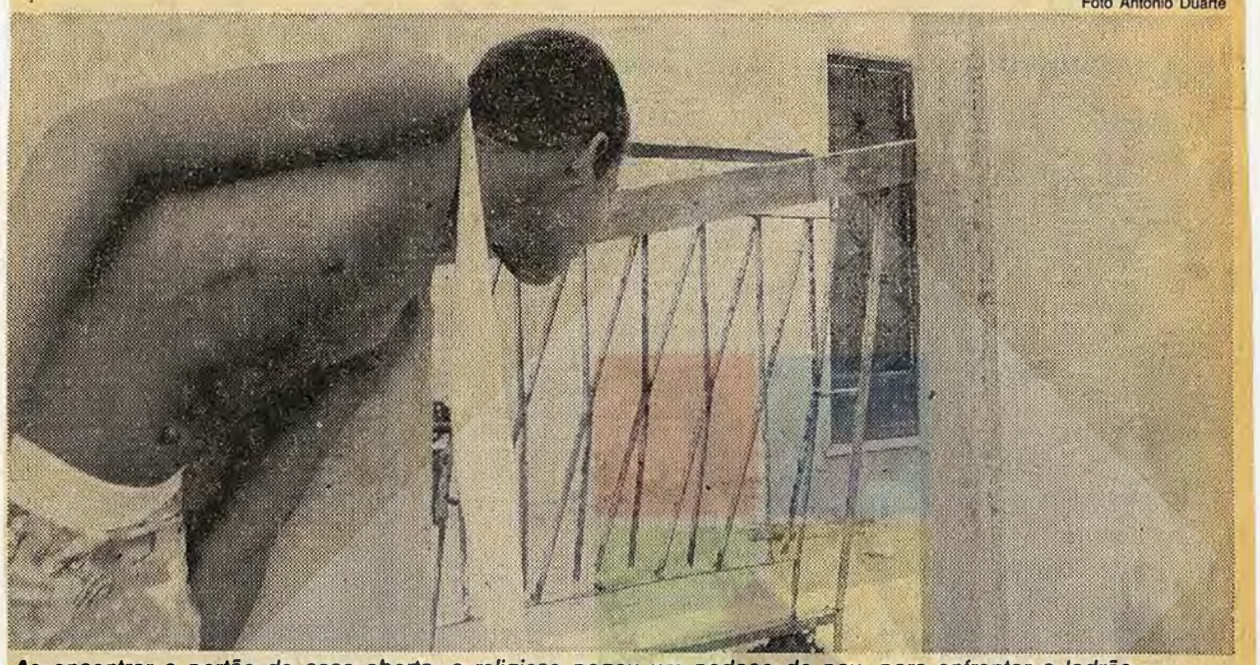
● **Cadáver** – Um homem de cor branca, com 20 anos presumíveis, foi encontrado na Rodovia Presidente Dutra, na altura do Km 6, em frente a uma lanchonete. A vítima vestia calça jeans, camisa vermelha e tênis brancos. No rosto, uma perfuração produzida por tiro.

● **Na vala** – Populares encontraram Gilberto Soares Mendes (18 anos), baleado nas costas e jogado numa vala da Rua 11 de Dezembro. Foi levado para o Hospital Getúlio Vargas e, segundo os médicos, ficará paralítico. A 52ª DP está investigando.

● **"Boca"** – A guarnição do Patamo 52-0186 tirou de circulação os traficantes de drogas Carlos Alberto Gonçalves Filho (21 anos), Jorge Luiz Juvenal (22 anos) e Antônio Carlos Gomes Santos (27 anos). Eles estavam na boca que mantinham na Estrada Paulo Medeiros, no Morro da Água Santa, onde foi apreendida uma pistola Beretta de calibre 7,65, com 8 cartuchos intactos; 11 papelotes de cocaína; 31 trouxinhas de maconha prensada; 95 sacolés; 100 gramas de chumbinho para espingarda; uma lata com 1 quilo de pólvora; seis cartuchos de calibre 28 e cerca de mil metros de pavio (estopim).

O DIA
Data 25/9/89
Caderno 1 Pág. 3

Foto Antônio Duarte



Ao encontrar o portão de casa aberto, o religioso pegou um pedaço de pau, para enfrentar o ladrão

Bispo da Igreja Brasileira assassinado a pauladas

SÃO JOÃO DE MERITI (Sucursal) – O Bispo da Igreja Apostólica Brasileira José Arruda Filho, 50 anos, foi assassinado a pauladas, na tarde de sábado, ao surpreender assaltantes em sua residência, na Travessa Ana Alves, 78, em São Matheus. Policiais da 64ª DP (Vilar dos Teles) desconfiam que os assassinos seriam conhecidos da vítima, já que eles tinham a chave da casa, que foi encontrada na fechadura da porta. Da casa, que estava sendo transformada em um orfanato para 80 crianças, eles levaram apenas um aparelho de som e não mexeram no corpo do Bispo, deixando para trás cordões e anel de ouro, relógio e NCz$ 3 mil 600.

Para os detetives, o bispo, ao chegar no portão de casa, percebeu movimentação e, usando um pedaço de madeira, que escorava o portão, tentou surpreender os assaltantes. Ele teria sido dominado e levado um violento golpe no rosto, com o pau. Assustados, os moradores das imediações só falaram que ele era uma boa pessoa que lá estava residindo há seis meses. Segundo o sobrinho Ricardo Negreiros, 26 anos, José, que também era advogado, foi sagrado bispo recentemente. Juto com familiares e amigos, ele tinha constituído a Missão Assistencial Nossa Senhora de Fátima, que manteria o orfanato. Para tanto, além das obras, ele já havia adquirido 50 beliches.

Reprodução



O Bispo Arruda fazia um orfanato

O DIA
Data 25/9/89
Caderno 1 Pág. 9

Crianças eram vendidas por US$ 3 mil

BRASÍLIA – Uma briga de casal permitiu à Polícia Civil da Ceilândia, cidade satélite de Brasília, desarticular no sábado uma quadrilha especializada em vender crianças, brasileiras para o exterior ao preço médio de US$ 3 mil. Pelo que foi apurado até agora, essas crianças vinham do interior de Goiás e de Goiânia e ficavam numa casa na Ceilândia até que fossem expedidos passaportes para retirá-las do País. A polícia suspeita do envolvimento de diplomatas que trabalham na embaixada da Itália.

Depois de ser espancada por seu companheiro e feri-lo com uma faca, Ercilene Félix dos Santos, 23 anos, resolveu denunciá-lo na 15ª Delegacia de Polícia como chefe da quadrilha. Levou os policiais até a sua casa. Lá, foram encontradas três crianças, Adriane, 12 anos, Diego, 3 anos, e um bebê de 3 meses sem nome. A Polícia prendeu o companheiro de Ercilene, Jefferson Pereira da Rocha, quando ele procurou se medicar no pronto-socorro da Ceilândia. Ele levou vários pontos na mão esquerda.

– Ele é o "peixe" menor, tem muita gente graúda envolvida neste caso, diz o delegado Ângelo Neto. Sua suspeita nasceu com os depoimentos de Jefferson e Ercilene, que já foram entregues ao departamento de Polícia Federal. Jefferson confessou que, há cinco meses, vem trabalhando para o advogado Avenir Ângelo e dois sócios, Manoel Pinheiro Filho e outro que conhece pelo sobrenome Souza. Sua função era retirar passaportes e documentação de viagem para as crianças.

Itália

Segundo ele, quem adquiria os menores era o advogado Avenir Ângelo. Recentemente – contou – duas meninas, Rosália e Roberta, de cinco anos presumíveis, foram vendidas a um casal de italianos e já se encontram fora do País. A Itália seria também o destino das três crianças encontradas na residência. Ercilene era encarregada de cuidar dos menores até a entrega dos documentos.

Mas, até a mãe de Jefferson, Eva Pereira Rocha, uma técnica de laboratório da UNB, acabou envolvida no caso. Sua empregada, Maria de Lourdes, também cuidava dos menores.

O DIA
Data 24 / 09 / 89
Caderno 1 Pág. 20

DIREITO DO POVO

Ainda o estatuto

Alyrio Cavallieri

O Projeto de Lei nº 1506 está na Câmara dos Deputaods em Brasília e propõe substituir o atual Código de Menores por um Estatuto da Criança e do Adolescente. Formaram-se dois grupos em torno do assunto: o do Estatuto e o do Código. Este é liderado pela Associação Brasileira de Juízes e Curadores de Menores e tem defendido a idéia de um consenso, a fim de que tenhamos as duas leis, pois que não haverá conflitos. Tudo é uma questão de boa vontade, pois as pessoas envolvidas são cidadãos competentes, inteligentes e o ideal de todos é cumprir a Constituição, fornecendo ao País uma lei protetora das crianças, dos adolescentes, dos menores e das famílias.

É possível que o Estatuto tenha que ser repensado, no ponto em que cria um conselho tutelar para cada 300 mil habitantes. Assim, o Rio de Janeiro teria uns 30 conselhos, cada um com cinco conselheiros e cinco suplentes, além dos serviços auxiliares, datilógrafos, funcionários, e, embora o projeto não mencione, assistentes sociais, psicólogos. A idéia é substituir a maior parte das atribuições dos Juizados pelos conselhos. Mas os Juizados continuariam, com outro nome, Juizados da Criança e do Adolescente.

Você está coçando a cabeça, leitor-contribuinte? É por isto que temos advogado a discussão ampla do projeto, que um grupo pretende aprovar às carreiras, no mês de outubro.

Vamos devagar com o andor que o santo etc.

Em todo o caso, pelo menos a Associação Brasileira de Juízes e Curadores de Menores está contra o açodamento. Pretende uma ampla discussão. Sem afobação.

ALYRIO CAVALLIERI é Juiz do Tribunal de Alçada Criminal.

Direito do Povo está à disposição dos leitores para esclarecer dúvidas e questões em todos os campos do Direito. As cartas só serão respondidas quando tiverem nome e endereço completos do remetente.

O DIA
Data 24/09/89
Caderno 1 Pág. 20

REGISTRO POLICIAL

Soldado assassinou advogado

O soldado do Exército Marcos Antônio Guarnieri, de 19 anos, assassinou a pauladas e por estrangulamento o advogado Jorge Martins de Souza, de 41 anos, morador no Recreio dos Bandeirantes. O soldado foi preso por uma patrulha da PM, na Estrada de Madureira, e contou o seguinte: estava a caminho do quartel, quando Jorge Martins parou seu Escort, RJ-UZ-2782, oferecendo carona. Aceitou mas, no Parque Michel, em Itaguaí, o carro parou e os dois se desentenderam. Sentindo-se ofendido, Marcos pegou um pedaço de pau e passou a agredir o advogado. Como ele estava custando a morrer, estrangulou-o com uma corda de náilon.

● **Baleado** — João Batista da Silva Graciano (27 anos, Rua Araí, bloco 39, apt° 201, Padre Miguel) foi encontrado morto a tiros na esquina da Rua Porto Nacional com a estrada Água Branca, em Padre Miguel. A 34ª DP registrou.

● **Mecânico** — O mecânico João Pereira Filho (casado, 51 anos) também foi assassinado a tiros, na madrugada de ontem. O corpo foi recolhido pela Polícia na esquina das ruas Sargento de Milícias e Cícero, na Pavuna.

● **Em casa** — Ao chegar em casa, Andre Luiz Alves da Silva (18 anos, Rua Bangüense, 108, Bangu) foi baleado na cabeça e teve morte imediata. Agentes da 34ª DP nada conseguiram apurar sobre o crime.

● **Desastre** — O caminhão-baú BY 4527 atropelou e matou um cavalo na Estrada Rio–Teresópolis, altura de Imbariê. O motorista, Jadiel Seabra, de 30 anos, perdeu o controle da direção e o veículo, desgovernado, feriu um pedestre, de 27 anos presumíveis, e a seguir invadiu uma casa. Jadiel teve o braço direito esmagado e morreu no Hospital Getúlio Vargas. Ficaram ainda feridos José Carlos Custódio, de 27 anos, Ezequiel Dias Machado, 37, e Manoel Ferraz, 25.

● **Segurança** — Antônio Máximo de Oliveira, de 34 anos, foi morto no fim da noite de anteontem por dois desconhecidos na Travessa Ferreira Borges, no Centro de Campo Grande, onde trabalhava como segurança noturno para moradores e comerciantes da região. A vítima morava na Rua Itubirdes Esteves, 84, também em Campo Grande. Pouco antes de ser morto, foi visto conversando com dois homens, que seriam os assassinos. Máximo levou um tiro na testa e outro na barriga e teve morte instantânea. O caso foi registrado na 35ª DP (Campo Grande).

● **Maconheiro** — Rick Nelson Rodrigues Pires, de 25 anos, e sua amante Maria Lídia Alves, de 29, foram presos com um revólver e 12 trouxinhas de maconha na Rua Tocantins, em frente ao número 5, no Bairro Fortinho, em Cabo Frio, por PMs da Companhia Independente de Polícia Militar da cidade, chefiados pelo sargento Moreira. Ao ser autuado na 133ª DP (Cabo Frio), Rick confessou que comprou a maconha no Morro do Tuiuti, em São Cristóvão, no Rio.

● **Sargento** — Após reagir a um assalto, o sargento-PM Aristóteles da Silva, de 40 anos, do 15° BPM, foi morto, ontem, com oito tiros, na Rua Artur Neves, próximo à Rodoviária Mascarenhas de Moraes, em Duque de Caxias. Aristóteles conversava com sua namorada, Ângela dos Santos, quando foi rendido por duas pessoas, que lhe tomaram sua capanga. Dentro, encontraram um revólver e a identificação de policial. Dispararam então oito tiros à queima roupa contra ele. O sargento era irmão do Coronel Jorge da Silva, Comandante da Escola Superior de Polícia Militar de Niterói. O caso foi registrado na 59ª DP (Duque de Caxias).

● **Soldado** — O soldado PM Darcy Pereira Divino, do 20° BPM (Mesquita), foi baleado, no final da noite de anteontem, na Rua Boulevard s/n°, Belford Roxo, em frente à casa de sua noiva. Dacy recebeu um tiro na coxa e outro no joelho, após reagir a dois homens que tentavam assaltá-lo. Ferido, o soldado foi conduzido para o Hospital da Polícia Militar, onde está internado. Além de seu revólver Taurus calibre 38, o soldado perdeu seu relógio e a carteira com documentos. O caso foi registrado na 54ª DP (Belford Roxo).

● **Casal** — Sérgio Vantuil Pereira Aguiar e sua mulher, Marcélia Franco Alves, foram assassinados com vários tiros, no fim da noite de anteontem, na residência do casal, na Rua Antônio Guerra, 153, em Nilópolis. O crime foi cometido por quatro homens, que fugiram num Gol branco, cuja placa não foi anotada. O caso foi registrado na 57ª DP (Nilópolis).

● **Dois mortos** — André Luiz Alves Martins e Carlos Alberto Martins morreram no início da madrugada de ontem, em conseqüência de colisão entre a motocicleta em que viajavam – Honda Turuna 125 cc, placa WC-672 – e o ônibus placa CN-2338, linha Campo Grande-Largo de São Francisco, conduzido por Vicente de Souza Lima, de 42 anos. O caso foi registrado na 17ª DP (São Cristóvão), onde o motorista de ônibus, chorando muito, não soube explicar as razões do acidente. Disse apenas que estava se dirigindo, sem passageiros, para a garagem da empresa, a Pégasso.

O DIA
Data 24 / 9 / 89
Caderno 1 Pág. 18

PM mata dois bandidos em carro roubado

Dois rapazes morreram e outro foi preso após troca de tiros com soldados da Polícia Militar na Rua Frei Sampaio, em Marechal Hermes. Tudo começou quando moradores avisaram à Rádio Patrulha que três jovens, que ocupavam o Voyage TU-6317, davam tiros para o alto.

Deslocaram-se para o local o cabo Tibiriçá e o soldado Walter, da patrulhinha 54-0118, e foram recebidos a bala. Houve reação e dois dos rapazes, Amilcar da Costa Silva, de 19 anos, e um branco, de 21 anos presumíveis, ficaram feridos, morrendo quando eram atendidos no Hospital Carlos Chagas. O terceiro componente do grupo, Cláudio Goulart, de 18 anos, morador na Rua Projetada, lote 3, nº 33, foi preso e autuado por porte de arma, desacato e resistência à prisão.

Por ele, a Polícia ficou sabendo que o automóvel que ocupavam havia sido roubado de Orlando de Oliveira Filho, na noite de sexta-feira, na Rua Goiás. Além do carro, os três ladrões tomaram de Orlando um revólver e 120 cruzados novos.

O DIA
Data 24 / 9 / 89
Caderno 1 Pág 18

Saqueada a carreta incendiada

NOVA IGUAÇU (Sucursal) – Moradores da altura do quilômetro 193 da Rodovia Presidente Dutra, Queimados, levaram cerca de 30 caixas de cerveja Kaiser da carreta FL-5455, que pegou fogo. Eram 4 horas 15m, quando o motorista Francisco Alves de Oliveira, 43 anos, que se dirigia da fábrica da Kaiser de Queimados para a de Bangu, sentiu um cheiro de queimado. Segundo ele, só deu tempo de parar no acostamento da rodovia, e, junto com o ajudante Paulo Robeto, pular da cabine. Em questão de segundos, todo o cavalo da carreta foi consumido pelas chamas. Sozinhos, os dois não puderam conter a multidão, que rapidamente chegou ao local. O saque só não foi maior porque logo chegou uma patamo do 24º BPM (Queimados), que também avisou aos bombeiros.

O DIA
Data 23/09/89
Caderno 1 Pág. 6

CBTU inaugura lavador para trem em Japeri

O presidente da CBTU, Emilio Ibrahim, inaugurou ontem, próximo à estação de Japeri, o primeiro lavador automático de trens com capacidade para lavar até cinco composições diariamente, cujas obras, que incluem a instalação de rede aérea, construções civis, aquisição e montagem dos equipamentos, foram orçadas em NCz$ 1.200 mil.

O lavador, totalmente automático, é de fácil manuseio e o processo de lavagem está dividido em duas fases: na primeira, o trem passa por uma plataforma, onde recebe jatos de detergente, e na segunda, a composição recebe jatos de água e é enxaguado pelos escovões. Por enquanto, a lavagem atingirá apenas as partes laterais e externas. Para o ano que vem, o lavador estará equipado para lavar também as partes internas e o teto do trem. Na oportunidade, Emílio Ibrahim foi homenageado por um grupo representante dos 147 ex-alunos aprendizes do Centro de Formação Profissional da CBTU no Rio de Janeiro – Escola Silva Freire – recém admitidos para trabalhar na empresa.

O DIA
Data 23/09/89
Caderno 1 Pág. 6

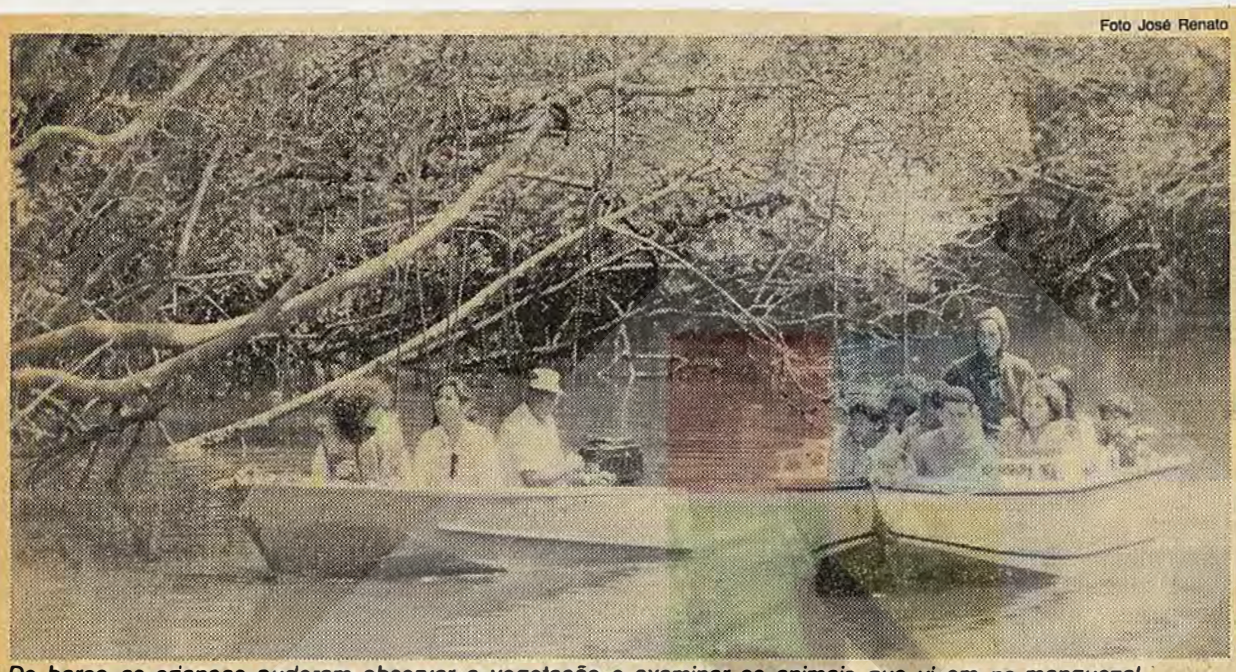
Comissão lança guia de saúde para o carioca

Facilitar o acesso aos serviços de saúde e fornecer aos profissionais de saúde informações sobre a diversidade de serviços prestados nas instituições. Esse é o objetivo do Guia de Saúde da Cidade do Rio de Janeiro, lançado ontem, com 10 mil exemplares, pela Comissão Interinstitucional de Saúde. Reunindo em 233 páginas os principais dados sobre atendimento público em 59 hospitais da Cidade, o guia será distribuído em hospitais, universidades públicas, postos de saúde e associações de moradores.

Nas primeiras páginas do guia o usuário vai encontrar explicações sobre os diferentes tipos de serviços – consultas, exames, vacinação, emergência, internamento – e as unidades médicas que podem prestá-lo. Ao localizar a instituição, o leitor terá a seu dispor diversas informações, que vão desde as especialidades médicas daquela unidade, até seu número de leitos e ambulatórios. "O guia é um passo importante para que os serviços públicos melhorem o atendimento, num esforço de integração entre as instituições na área de saúde", afirmou o Subsecretário Estadual de Saúde, Antônio Ivo.

O DIA
Data 23/09/89
Caderno 1 Pág. 6

Foto José Renato



De barco as crianças puderam observar a vegetação e examinar os animais que vivem no manguezal

Aluno do Ciep faz passeio para receber a Primavera

A chegada da Primavera foi comemorada por seis alunos do Ciep Mário Vaz, do Bairro Jardim Primavera, em Pedra de Guaratiba, com um privilegiado passeio ecológico promovido pela Secretaria Municipal de Cultura à reserva Biológica e Arqueológica do Exército, em Guaratiba. A proposta do passeio foi mostrar às crianças que o mangue não é uma "coisa suja" mas sim um ativo e importante sistema ecológico.

Participaram também do passeio representates da XXVI Região Administrativa – Pedra de Guaratiba –, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e do Instituto Estadual de Florestas (IEF). As crianças se mostraram encantadas com a visita ao manguezal. Jessé Teixeira da Silva, 12 anos, ficou admirado com a variedade de garças e caranguejos. Luis Fernando de Oliveira, 13 anos, disse que a devastação da natureza é uma crueldade. "Não existem mais pássaros, garças e águas limpas nos rios", reclamou o garoto.

Maria Augusta, da Secretaria de Cultura, explicou aos garotos que é preciso mudar a mentalidade da sociedade, que vê o mangue como um terreno impróprio para a construção e que precisa ser aterrado.

A Fundação Rio-Zôo comemorou a chegada da Primavera com a exposição de três animais nascidos recentemente: um babuíno verde, uma onça pintada e um macaco mão-pelada. Eles estavam isolados e somente ontem tiveram contato com o público, que era, principalmente, de crianças de escolas levadas por suas professoras. A diretora técnica e veterinária da Fundação Rio-Zôo, Sônia Prado Rodrigues, informou que é bom o estado de saúde dos 160 animais apreendidos pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), na Operação Liberdade.

O DIA
Data 23/09/89
Caderno 1 Pág. 6

Moreira anuncia "invasão social" no Morro do Borel

O Governador Moreira Franco disse ontem que pretende intensificar a presença do Estado no Morro do Borel, na Tijuca, e anunciou a instalação de 1500 novas ligações de água na favela, um projeto que a Cedae já começou a desenvolver e que será acelerado. O Governador prometeu ainda aumentar de dois para quatro os médicos do posto de saúde que funciona no morro.

Durante a coletiva Moreira não falou em prazos nem na verba que será destinada à "invasão social" do Borel, mas revelou que o projeto de reflorestamento de encostas não poderá ser realizado antes que o Banco Mundial libere recursos. Segundo Moreira, a atuação do Governo se divide em duas etapas: Assistência Social, que segundo ele é um trabalho constante e regular, e o combate ao tráfico, desenvolvido pelas Polícias Civil e Militar. Moreira disse que nesse campo a ação tem sido bem sucedida, com a prisão dos traficantes, e avisou que o Governo "não irá permitir que o Borel seja uma nova Medellín".

Encontro

As lideranças comunitárias dos Morros do Borel e Casa Branca na Tijuca, vão cobrar dos Secretários de Estado, ligados à área social, o cumprimento da Constituição, que impede a invasão de domicílio sem ordem judicial e a prisão de pessoas somente em flagrante ou com ordem judicial.

O encontro com os Secretários, organizado por Nelson Moreira Franco, Coordenador de Desenvolvimento Social do Governo, acontece hoje, às 18 horas, na sede da Associação dos Moradores do Borel, Rua São Miguel. O debate com os Secretários de Estado foi amplamente divulgado ontem pela diretora da associação, Maria da Glória Dias, através do serviço de altofalante.

– Não somos contra a presença da Polícia na comunidade – esclareceu Maria da Glória. Somos contra a maneira com que a Polícia chega à comunidade. Eles batem nas pessoas, invadem casas, atiram a esmo e humilham os moradores através de palavrões. Isso é um completo desrespeito à Constituição e aos Direitos Humanos.

O Coronel Antônio Carlos Líbano Garcia, comandante do 6°BPM, na Tijuca, informou que provavelmente na segunda-feira receberá o sinal verde do Secretário de Polícia Militar para instalar um DPO (Destacamento de Policiamento Ostensivo) no Morro do Borel. Isso, porém, alertou o coronel, deve vir acompanhado de uma forte intervenção social do Governo estadual no Morro. Noventa e nove por cento dos moradores do Borel, reconheceu o coronel, são pessoas honestas.

O DIA
Data 21/09/89
Caderno 1 Pág. 11

Mulher chora morte do filho

Reprodução



Alexandre

Pedidos de justiça e muitas crises nervosas marcaram o enterro do ajudante de vidraceiro Alexandre Tavares dos Santos, 17 anos, morto a tiros por policiais do 6º BPM (Tijuca), no Morro do Borel, Tijuca, na tarde de anteontem. Cerca de 100 pessoas, entre parentes e amigos, estiveram no enterro do rapaz, ontem, no Cemitério do Caju, onde protestaram contra a violência dos PMs e os acusaram de corruptos, viciados e traficantes de tóxicos e homicidas.

– Meu filho saiu de casa para comprar um refrigerante. Ele estava com outro menino, e no meio do caminho foi rendido por um PM, que atirou nele sem dó e piedade, embora meu filho pedisse para o policial não matá-lo. Depois que meu filho caiu no chão com um tiro no peito, o PM ainda deu uma rajada de metralhadora nele. Foi uma covardia, pois Alexandre era um bom menino, trabalhador, e não merecia isso. Depois que eles matam, sempre dizem que a vítima era um traficante.

Segundo Carmem Lúcia, "os PMs sobem o morro, matam, roubam objetos de valor dos moradores, tomam o tóxico dos traficantes, cheiram cocaína, fumam maconha, e ainda revendem o material quando fazem grande apreensão", denunciou. Sobre o episódio que culminou com a morte do rapaz, há pelo menos uma testemunha: Manoel Francisco Alves, carpinteiro autônomo.

O enterro foi cercado por emoção. Lágrimas, gritos de inconformismo, e faixas denunciando a ação da PM, como a estendida na cabeceira do caixão, minutos antes do enterro: "Queremos providências contra os PMs do Patamo 111 e a do sargento Rússo". A urna foi coberta por uma bandeira do Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos da Tijuca, do Borel, e desceu à sepultura rasa 74.530, da quadra 73.

O DIA
Data 21 / 09 / 89
Caderno 1 Pág. 10
Folha

REGISTRO POLICIAL

Mulher comeu a orelha do marido

Vera Lúcia da Silva (29 anos) é casada com João Severino da Silva (34 anos) com o qual reside na Rua Conselheiro Jobim, 404, Engenho Novo. Ciumenta ao extremo, criava sempre um caso quando ele, eventualmente, chegava em casa alguns minutos mais tarde que a hora normal. Acreditava sempre que era por outros motivos completamente diferentes dos que João alegava.

Ontem, mais uma vez, os dois brigaram. A mulher partiu para a agressão. João tentou se defender e ela não fez por menos: arrancou-lhe a orelha esquerda a dentada e comeu. Sangrando abundantemente, João Severino foi levado para o Hospital Salgado Filho, onde está internado. O detetive de plantão ouviu a sua história e comunicou a ocorrência à 26ª DP.

● **Abortou** — A menor L.B.S. (17 anos) empregou-se há 7 dias como doméstica na residência do engenheiro Fernando Melo Barbieri, na Rua Senador Vergueiro, 55, aptº 203, Flamengo, mas passava a maior parte do tempo deitada, sem fazer praticamente nada. Motivo: estava grávida. Ontem, o patrão chamou a sua atenção e os dois acabaram discutindo. Resultado: a menor abortou e, colocando o feto numa sacola de supermercado, atirou pela janela. A 9ª DP tomou conhecimento.

anos); Everaldo Ribeiro (18 anos) e Waldemir Santana Pinto (23 anos). No local foram apreendidos 76 sacolés de cocaína e 51 trouxinhas de maconha.

● **Desconhecido** — Marco Aurélio Roque Cândido (18 anos) foi baleado no peito na Estação de Mesquita. Ao ser medicado no Hospital Carlos Chagas, contou que discutira com um desconhecido e ele, de repente, sacou de um revólver, atirou e fugiu. A 53ª DP registrou.

● **Assaltantes** — Marco Antônio Viana Moreira, de 25 anos, e Antônio Carlos Pedreira dos Santos, de 29 anos, foram presos em flagrante na noite de anteontem quando assaltavam a residência do suboficial da Aeronáutica Joaquim Olímpio de Oliveira, de 51 anos, morador da Rua Frecera 170, na Cacuia, Ilha do Governador. Dois outros assaltantes conseguiram escapar levando NCz$ 400,00, um relógio, um anel de ouro e dois talões de cheques.

Os quatro assaltantes foram flagrados por policiais militares do 7º BPM (Ilha do Governador), chamados pela filha de Olímpio, que percebeu a invasão da casa e se escondeu em um quarto, pedindo ajuda por telefone. Apesar do cerco da PM, dois assaltantes conseguiram fugir pulando o muro dos fundos da casa. Os outros dois foram capturados ainda dentro da residência.

camisa, na Rua 31 de Março, no Parque Paulista, próximo à Rodovia Rio–Magé. A vítima vestia calça jeans e estava descalça. Policiais da 62ª DP (Imbariê) registraram e ainda não têm pistas dos assassinos.

● **Facadas** — Policiais da 27ª DP (Vicente de Carvalho) suspeitam que o homem branco, de 30 anos presumíveis, encontrado morto a facadas, no final da noite de anteontem, em frente a uma birosca de três portas de madeira, na Estrada José Rucas, 1307, Vila Cruzeiro, na Penha, tenha sido assassinado no interior do estabelecimento e jogado na rua.

Quando os policiais chegaram ao local, a birosca já estava fechada. A vítima, que vestia calça jeans, camisa vermelha e tênis preto, não era conhecida na área.

● **Paulada** — Um telefonema anônimo dado ao 15º BPM (Caxias) na manhã de ontem, avisou que na Rua Beira Rio, próximo ao Rio Saracaruna, no Paulista, em Imbariê, havia dois corpos de homens com ferimentos causados por paulada. Era um preto, aparentando 25 anos, que vestia calça caqui e camisa da mesma cor, e outro mulato com 22 anos presumíveis, descalço e sem camisa. Tinha as calças arriadas até a altura dos joelhos.

● **Baleada** — Rosiel de Souza Severo, de 51 anos, morreu ontem no Hospital Getúlio Vargas, para onde foi conduzida após receber três tiros, na Praça José de Almeida, na Penha. Moradora da Estrada Velha da Pavuna 480, em Inhaúma, ela foi baleada ao reagir a um assalto, sendo atingida no tórax, no antebraço esquerdo e na virilha. O caso foi registrado na 22ª DP (Penha).

O DIA
Data 21/09/89
Caderno 1 Pág. 10
2ª folha

● **Depósito** – Seis homens armados invadiram o depósito da Tele-Rio, na Rua Engenheiro Arthur Moura, 268, Bonsucesso. Depois de dominarem os vigias, roubaram vários aparelhos de videocassete e teve a cores, que transportaram em duas **pick-ups** Chevrolet de placas RJ-JV 1892 e RJ-JV 1881. Posteriormente, os veículos foram recuperados na Rua Zâmbia, em frente ao prédio nº 115 da Vila Kennedy.

● **Explosão** – Landri Gomes de Morais (48 anos) e sua mulher Ivanise dos Anjos Morais (38 anos) acordaram por volta das 6 horas da manhã na residência, na Rua Maia Lacerda, Estácio. Na cozinha, empenharam-se na troca do bujão de gás para que o café pudesse ser feito. Durante a operação, houve escapamento e ocorreu violenta explosão, que destruiu tudo. Landri e Ivanise receberam graves queimaduras e foram levados para o Hospital do Andaraí.

● **Assaltante** – Jorge Luiz de Brás (24 anos), residente na Rua Cinco Rios, Bloco 1, apto. 507, Barra da Tijuca, chegou ao PAM da Penha e disse ao PM Andrade que havia sido baleado por assaltantes. Estava muito nervoso e, assim que foi medicado, pediu para ir embora. O policial desconfiou e conduziu-o à 22ª DP, e fim de que ele registrasse a ocorrência. Lá, ele se enrolou por completo e não dizia coisa com coisa. Para azar seu, chegou Flávio Gomes de Melo para registrar o roubo do carro Gol de sua propriedade, placa de São Paulo JV 6337, detalhando que os dois homens que o atacaram ainda o colocaram na mala do veículo para abandoná-lo na Praça 11. Quando Jorge Luiz lhe foi apresentado, ele não vacilou: – "Esse era um deles..." Jorge foi autuado e trancafiado no xadrez e disse ter sido beleado em outro assalto.

● **"Boca"** – Seguindo uma denúncia, integrantes da guarnição da RP 54/0112, sob o comando do sargento Amaral, do 9º BPM, estouraram uma boca-de-fumo na Rua do Sossego, 162, Favela do Dique, Jardim América, onde prenderam Maria Alves Viegas (37 anos); Luiz Paulo da Silva (20

● **Menino morto** – O menor Máximo Laurentino da Silva (16 anos), filho de José Laurentino da Silva e Maria José da Silva, residentes em Piabetá, morreu às 6 horas da manhã de ontem no Hospital Souza Aguiar, depois de ter sido medicado na Casa de Saúde de Piabetá e Hospital Getúlio Vargas, em conseqüência de um violento golpe que recebera na cabeça. Ele tentou evitar que um colega do Colégio Alda Tavares, na Rua Brasil, no bairro onde morava, continuasse a ser espancado pelos baderneiros que costumam ficar na porta do educandário armados de canivetes, estiletes e **nunchaku** (arma feita com dois pedaços de pau envernizados presos por uma corrente giratória super-resistente). A suposição policial é a de que o menor teria sido agredido mesmo com um golpe de **nunchaku**, sofrendo fratura de crânio.

A direção da escola havia enviado ofícios às autoridades policiais da 70ª DP e da Polícia Militar, solicitando segurança para os alunos que eram freqüentemente espancados pelos grupos de desordeiros, mas nenhuma providência foi tomada.

● **Carbonizados** – Os corpos dos três homens nus – todos aparentando ser jovens foram encontrados por populares, parcialmente carbonizados, em um terreno baldio na Estrada do Pilar, no bairro Capivari, em Campos Elíseos. Segundo testemunhas, que a Polícia não revelou a identidade para protegê-las, uma Kombi passou no local, por volta de 1 hora e 30m e seus ocupantes jogaram os corpos. O perito do ICE de Caxias, Ivo Aleixo, constatou que os homens foram mortos por asfixia e depois tiveram os corpos embebidos em gasolina e queimados. Policiais da 60ª DP (Campos Elíseos) apuraram que uma das vítimas era homossexual, pois tinha as unhas pintadas. Não há nenhuma pista dos autores da matança.

● **Amarrado** – Um homem branco, aparentando 30 anos foi encontrado morto a tiros, com as mãos amarradas por sua própria

● **Dois homens** – Jérson Orlando de Souza, de 20 anos, foi encontrado morto na manhã de ontem, com vários tiros no rosto, na Estrada da Viração, no Morro da Viração, em Pendotiba, Niterói. Junto a ele foi encontrado o corpo de outro homem, este não identificado, branco e com 20 anos presumíveis, também baleado no rosto. Jérson morava na Rua Nossa Senhora do Amparo, 1256, em Friburgo.

● **São Gonçalo** – Um jovem mulato, de 18 anos, aproximadamente, foi encontrado morto, no início da madrugada de ontem, na Rua Nair Baio, em frente à agência de veículos Casal, no Bairro Almerinda, em São Gonçalo.

● **Caxias** – O corpo de um homem preto, aparentando 25 anos com vários tiros, no final da noite de anteontem, em frente ao nº 478 da Rua General Mitre, em Caxias. A vítima vestia calça jeans, e camisa azul. A 59ª DP (Caxias) está investigando.

● **Tiroteio** – Vários marginais de grupos diferentes se encontraram na Rua Pedro Torres, próximo ao Brizolão da Baixa do Sapateiro, e passaram a trocar tiros. Dalva Suely (33 anos), residente na área, passava tranqüilamente pelo local quando uma bala "perdida" a atingiu, matando-a.

● **Carro roubado** – Foi roubado ontem, às 12 horas 35m, na esquina das ruas Pernambuco e Gustavo Riedel, Eng. Dentro, o Volks azul placa XX-8117, de Victor de Oliveira Antunes Filho. Dentro do veículo estava uma bolsa a tiracolo com documentos. Quem tiver alguma informação pode telefonar para 593-2890 ou 292-2020, ramal 226.

O DIA
Data 21/09/89
Caderno 1 Pág. 9

Menor grava relato sobre as torturas

Confirmando todas as denúncias que tem feito sobre violência policial contra meninos de rua, a assistente social Maria do Amparo Cunha, responsável pelos programas de atendimento à crínça de rua da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, prestou ontem depoimento na Divisão de Segurança e Proteção ao Menor. No inquérito presidido pelo delegado Jorge Fructuoso, Maria do Amparo apresentou uma fita gravada pelo juiz de menores Libórnio Siqueira em que ele confirma ter ouvido diretamente de meninos de rua denúncias sobre torturas e violências policiais.

Em seu depoimento, Amparo negou as declarações do Secretário de Polícia Civil Hélio Saboya de que tivesse agido com omissão no caso, provando que já denunciara diversas vezes tanto a Polícia Militar quanto à Polícia Civil – inclusive ao próprio Secretário de Polícia, que recebeu um dossiê sobre o assunto – os maus-tratos às crianças de rua. Vera Fernandez, assistente social da SMDS na região do Largo do Machado, disse que estão sendo gravado depoimentos de crianças sobre as torturas cometidas no casarão abandonado do Parque Guinle, em Laranjeiras. Estes depoimentos serão apresentados em 30 dias.

O DIA
Data 20/09/89
Caderno 1 Pág. 12

Petrópolis pede segurança a Saboya

Uma comissão de moradores dos bairros da Posse e São José do Rio Preto, Distrito de Petrópolis, encontrou-se ontem com o Secretário Estadual de Polícia Civil, Hélio Saboya, para reivindicar mais segurança para a região, onde o índice de criminalidade está muito elevado. Na reunião, que durou cerca de 2 horas, a comissão formada por 20 pessoas entregou ao Secretário um abaixo-assinado contendo 2 mil assinaturas.

Segundo o Vereador Nelcir Costa, o Secretário não fez nenhuma promessa, mas convocou os delegados da 91ª DP (Três Rios) e da 68ª DP (Itaipava) e pediu que tomassem providências urgentes. Na próxima quinta-feira, a comissão se reunirá com os delegados, a fim de decidir as medidas a serem tomadas.

O DIA
Data 20/09/89
Caderno 1 Pág. 12

Quatro jovens mortos com muitos tiros em Mangueira

Alessandro Pero, de 18 anos, Nilton César de Medeiros, de 23 anos e um homem moreno, aparentando 20 anos, vestindo calça jeans, jaqueta de nylon azul escuro e tênis azul claro, não identificado, foram executados com vários tiros, principalmente na cabeça, na madrugada de ontem, na Rua Santos Melo, próximo ao Viaduto da Mangueira.

Antônio Carlos Guedes dos Santos, de 25 anos, sobreviveu à chacina até a manhã de ontem no CTI do Hospital Souza Aguiar, onde veio a falecer. Os quatro não eram conhecidos no local e foram encontados com as calças arriadas. "Para não correrem", segundo os policiais.

Populares disseram ter visto um Chevette e uma motocicleta se afastando do local após os tiros. Alessandro estava caído sobre o moreno não identificado, enquanto o corpo de Nilton foi encontrado a uma distância de 20 metros. Provavelmente, ele tentou fugir, mas foi baleado nas nádegas e nas pernas, sendo executado com vários tiros na cabeça, assim como os outros três. Os agentes da 17ª DP (São Cristóvão) estão tentando levantar os endereços das vítimas, bem como a identidade de uma delas.

Reprodução



Alessandro Pero e Nilton César, dois dos rapazes assassinados

O DIA
Data 20 / 09 / 89
Caderno 1 Pág 12

REGISTRO POLICIAL

Dois mortos no automóvel roubado

A guarnição da RP 54/0880, sob o comando do soldado Spínola, suspeitou do carro Gol prateado, placa RJ-ZL 7677, que estava estacionado na Rua Luiz Mendes de Morais, próximo à Rodoviária Novo Rio. As portas do veículo não haviam sido travadas e a luz interna estava acesa.

Os policiais fizeram uma vistoria e encontraram, na mala, dois cadáveres sob uma colcha estampada e dois tapetes de borracha. Os corpos eram de um mulato, de bermuda cinza e camisa branca, e de um branco, vestindo apenas bermuda verde. Este tinha algemas nos pulsos. Ambos estavam completamente sujos de lama. Os primeiros exames não revelaram ferimentos por tiros.

O Gol – segundo apuraram policiais da 17ª DP – fora roubado segunda-feira última, no Catete, por três homens armados de revólveres.

Foto Francisco Teixeira



O Gol com os dois corpos foi abandonado, com luzes acesas.

● **Travesti** – Populares encontraram o cadáver de um travesti de cor branca, cabelos louros, de 25 anos presumíveis, na Avenida Edson Passos, na subida do Alto da Boa Vista. A vítima foi executada a pauladas e tinha o rosto deformado. Policiais da 19ª DP acreditam que outro travesti seria o assassino, já que morava com a vítima, sob o viaduto local, próximo à Curva do Bandolim, e é acusado de ter esfaqueado uma outra pessoa naquela área.

● **Menino** – O menino Afrânio Gouveia, de 8 anos, que havia sido baleado pelo menor J. O., de 16 anos, na Estrada do Mendanha, próximo à residência, morreu ontem no Hospital Getúlio Vargas. Afrânio era filho de Arlindo Peixoto Gouveia.

● **Assalto** – O jovem Rodrigo Henning de Azevedo (18 anos) saiu da residência, na Rua Santo Amaro, 200, Glória, para dar um passeio com a moto de sua propriedade, Honda Turuna, vermelha, ano 83, QG-171. Só que não voltou mais e seu corpo foi encontrado com vários tiros na Avenida Professor Manoel de Abreu, no Maracanã. Policiais da 20ª DP acreditam que Rodrigo teria reagido a assaltantes.

● **Mendigo** – Populares encontraram o corpo de um homem de cor preta, vestindo farrapos, na Rua Maria Freitas, em Madureira. Foi morto a tiros.

● **Gráfico** – Outro que foi encontrado morto e com vários tiros: o gráfico Getúlio Ferreira da Silva (31 anos). O corpo foi encontrado na Rua 22 de Novembro, bairro Cubango, Niterói.

● **Pauladas** – O biscateiro Carlos Alberto Ribeiro de Oliveira (21 anos) foi assassinado a pauladas na porta da residência, na Estrada do Mucongo s/n, Bairro Cabuçu, Queimados. Os criminosos foram presos e levados para a 55ª DP: traficante Edson Ferreira Vitorino (18 anos) e Elizeu Garcia Cadena (27 anos) – este conhecido assaltante da região. Interrogados, eles disseram que executaram o biscateiro porque ele usava os seus nomes para intimidar os moradores do bairro.

● **Facadas** – Washington Rosa de Sousa Negreiros (30 anos) estava ao volante de uma Kombi (placa ignorada) que estacionara na Estrada Rio do Pau, Anchieta, quando chegaram dois homens armados que exigiram as chaves do veículo. Washington reagiu e foi morto com várias facadas.

● **Sargento** – O sargento da Marinha Paulo da Silva Cruz (34 anos) encontrava-se na Rua Manoel Machado, Bairro Ponte dos Leites, Araruama, conversando com dois homens que utilizavam uma moto. De repente, ouviu-se um tiro e o sargento estava morto. Os dois homens deixaram o local mas, perseguidos pela RP 54/0082, foram presos e levados para a 124ª DP. São eles, Daniel Fernandes de Oliveira (21 anos) e Marcelo Marins de Oliveira (18 anos). Interrogados, negaram a autoria do crime. Testemunhas, porém, os reconheceram.

● **Cadáver** – Populares encontraram o cadáver de Luiz Carlos Soares da Silva (38 anos) com vários tiros, na Rua dos Anjos, Bairro Alecrim, Engenheiro Pedreira.

● **Torturado** – Oito homens, que não se importaram em esconder os rostos – seqüestraram, torturaram e mataram com vários tiros Armando Raimundo, de 22 anos, o **Armandinho**, na porta de um barraco, no final da Rua Boa Viagem, no Morro do Sapo, no Bairro Centenário, em Caxias.

No bolso da vítima, os policiais da 59ª DP (Duque de Caxias) encontraram um ofício da 21ª Vara Criminal, com data de 11 de setembro, pedindo o seu comparecimento para interrogatório.

● **Quatro tiros** – Encontrado agonizando na manhã de ontem, com quatro tiros de grosso calibre no peito, Daniel dos Santos Martins, de 33 anos, foi socorrido por uma ambulância do quartel de Bombeiros desta cidade e levado para o Hospital da Posse. Mas nem chegou a ser atendido, pois morreu quando entrava na emergência. Daniel havia sido baleado na Rua Dona Perpétua, no bairro Santo Elias, em Mesquita, um dos lugares mais despoliciados de Nova Iguaçu.

O DIA
Data 19/09/89
Caderno 1 Pág. 9

Preso em Meriti estuprador de menor na Pavuna

NOVA IGUAÇU (Sucursal) – Amarildo Soares da Silva, de 24 anos, que na tarde de domingo seqüestrou e estuprou a menor E.A.C. de 12 anos, na Rodoviária de Pavuna, foi preso ontem à tarde por policiais da Delegacia de Vigilância da Baixada, na casa de sua irmã, identificada apenas como Maria, em São João de Meriti. Amarildo, depois de seviciar a menina em uma oficina perto da Rodoviária de Pavuna, levou-a para a casa da irmã, onde durante toda a noite, voltou a estuprá-la. Além de todo o constrangimento físico por que passou, a menina ainda foi conduzida num carro da Polícia, sentada ao lado do estuprador, de Belford Roxo até à 39ª DP, na Pavuna, onde o caso foi registrado. Segundo o detetive Ferreira, não havia outra viatura à disposição na DV.

Mais 12 mortos no Rio, Baixada e São Gonçalo

Um homem mulato, aparentando 25 anos, vestindo bermuda preta, camisa azul e tênis cinza, foi encontrado morto, com um tiro no ouvido direito e uma facada no rosto, num campo de futebol do Bairro de Oiticica, em Campo Grande, no final da noite de anteontem. Os policiais da 35ªDP estão investigando.

● **No sítio** – Pedro Teixeira, de 43 anos, foi encontrado morto com vários tiros, num sítio localizado na Estrada da Matriz, 6331, em Campo Grande, no final da noite de anteontem. Segundo agentes da 35ªDP (Campo Grande), ele teria arrombado a casa do caseiro conhecido como **Ademir** para roubar. O caseiro surpreendeu-o e matou-o, fugindo a seguir.

● **Tiroteio** – Alexandre de Oliveira, de 15 anos, morreu na madrugada de ontem, após ser baleado durante um tiroteio entre as quadrilhas dos traficante **Nai** e **Adílson Balbino**, no Morro da Mineira, Catumbi. O rapaz, que seria **olheiro de Nai**, chegou a ser socorrido por seu irmão, Claúdio de Oliveira, de 21 anos, que tentou levá-lo ao Hospital Souza Aguiar, mas ele morreu na escadaria que dá acesso ao Morro, na Rua Itapiru. Alexandre morava na Rua Van Erven, 132, fundos, Morro da Mineira.

● **Serralheiro** – O serralheiro Gilberto da Silva, de 29 anos, foi encontrado morto, no final da noite de anteontem, na Rua Baraúna, em frente ao número 239, no Bairro Areia Branca, em Belford Roxo.

● **São Gonçalo** – Um homem pardo, com 25 anos presumíveis e sem documentos de identificação, foi assassinado a tiros, no início da madrugada de ontem, na Rua São João Madeira, no Bairro Vista Alegre, em São Gonçalo. A vítima vestia bermuda creme e sandálias pretas.

● **Na linha do trem** – Um homem mulato, não identificado, com cerca de 30 anos, foi encontrado morto, ontem de madrugada, na Estrada do Jaceruba, no Bairro do mesmo nome, próximo à linha férrea, em Queimados. O corpo, em adiantado estado de decomposição, apresentava várias perfurações a bala na cabeça. O desconhecido usava um short azul, camisa de malha branca e uma capa de plástico azul.

● **Mais dois** – Márcio de Araújo Bispo, de 16 anos, e Antônio Ferreira Silva, de 20, foram mortos a tiros, no final da noite de domingo, à saída de um bar, na Rua Coelho Neto, 177, no Bairro Doutor Laureano, em Caxias.

Segundo policiais do 15º Batalhão, as vítimas eram integrantes de uma quadrilha de traficantes de drogas e foram mortos por um grupo rival, comandado pelo indivíduo conhecido como **Paulinho Dedo Nervoso**.

● **Casal** – Gilson Gonçalves da Silva, 26 anos, e uma mulher de cor negra foram encontrados mortos com vários tiros em todo o corpo, num barraco que fica na Rua Guandu, Bairro Itatiaia, São Gonçalo.

● **Menor** – O corpo do menor Reinaldo Gomes, 17 anos, foi encontrado ontem pela manhã na altura do número 5 da quadra 20 da Rua Coronel Ferreira Juvêncio Cabral, no Bairro Laguna e Dourados, em Caxias. Com 4 tiros na cabeça, Reinaldo foi abandonado às margens do Canal Meriti, que separa as Favelas de Vila Ideal e Lixão do Laguna e Dourados. O rapaz, que morava na Rua Euclides Chagas, 70, em Vila Ideal, chegara há 1 mês de Governador Valadares para morar no Rio com a irmã. Sem ter conseguido emprego ainda, Reinaldo saiu na noite de anteontem logo após o jantar, e foi encontrado morto.

● **3 tiros** – Ezequiel Silva de Souza, de 33 anos, foi morto durante a madrugada de ontem com um tiro na cabeça, e dois no peito, na Rua Nilza Gurgel, em frente ao nº 269, em Mesquita. Segundo testemunhas, que não quiseram se identificar, vários tiros foram ouvidos.

O DIA
Data 29/09/89
Caderno 1 Pág. 9

O DIA
Data 19/09/89
Caderno 1 Pág. 9

Mataram os colegas a marretadas

NOVA IGUAÇU – Policiais da 52ª DP (Centro) esclareceram ontem o assalto ao posto de gasolina Vip's, ocorrido na semana passada, na Rua Santos Dumont, no Centro deste Município, quando foram mortos, a marretadas, o frentista Nélson Vieira Machado, 30 anos, e o vigia de um prédio vizinho, Paulo Oliveira, de 48 anos. O latrocínio foi arquitetado pelo próprio vigia do posto, Joaquim Alves de Freitas Junior, 44 anos – que havia simulado uma fuga dos marginais – e o frentista João Batista Guedes, de 32 anos.

O caso foi esclarecido a partir da confissão de Maria Angélica de Araújo, de 19 anos, mulher de João, assassinado pelos próprios comparsas um dia depois do assalto. Temendo também ser morta, ela procurou a Polícia e revelou toda a trama. Com base nas informações, os detetives prenderam ontem de manhã o assaltante Carlos Alberto Ribeiro dos Santos, o Beto. O vigia Joaquim Alves de Freitas está foragido, assim como o quarto integrante do grupo, cujo nome Maria Angélica não soube informar.

Segundo ela, o assalto foi combinado uma semana antes, em sua casa, na Avenida Marechal Floriano Peixoto, 2.246, onde também foram feitas as máscaras utilizadas pelo grupo. No dia do assalto, segunda-feira passada, João, que trabalhava das 14 horas às 22 horas, não apareceu, sendo substituído por Nélson Vieira.

Por volta das 2 horas 30m, conforme combinado, João, Beto e o outro homem chegaram ao posto e renderam o frentista Nélson e o vigia do prédio vizinho, que conversavam. Apesar de mascarado, João foi reconhecido por Nélson, o que acabou lhe custando a vida e a do vigia, mortos a marretadas dentro do banheiro do posto.

O DIA
Data 19 / 09 / 89
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

Mulher foi embora e o PM tocou fogo na casa

O soldado Paulo Roberto Ribeiro, lotado no 9º BPM (Rocha Miranda) estava transtornado em sua residência, na Travessa Maria José, Campinho. Motivo: sua mulher resolvera deixá-lo e, horas antes, efetivamente, arrumara suas coisas e deixara o lar "para sempre".

Ninguém mais desatinado do que ele, a ponto de chamar a atenção dos vizinhos – que acreditaram mesmo que estivesse em crise de loucura. Não demorou muito e o policial não fez por menos: ateou fogo à casa e sofreu queimaduras, sendo medicado inicialmente no Hospital Carlos Chagas e, em seguida, removido para o hospital da corporação.

Muito embora os bombeiros de Campinho trabalhassem com rapidez não conseguiram evitar a destruição de todos os móveis.

● **Assalto** – Havia uma reunião de parentes no apartamento 303 da Rua Dias da Cruz, 484, Méier, residência de Luiz José Melo. Por volta das 22 horas, chegaram ao prédio três homens armados: um branco, de cabelos encaracolados, com 25 anos presumíveis e dois presos, de 30 anos mais ou menos – um deles com uma cicatriz no rosto. Casualmente, o genro de Luiz encontrava-se na portaria e ali foi dominado e obrigado a conduzir os criminosos ao apartamento, onde todas as pessoas reunidas foram presas no banheiro. Caminho livre, os ladrões levaram eletrodomésticos, um revólver Taurus de calibre 38, três relógios, uma calculadora, vários cordões, brincos e alianças de ouro, além da quantia de NCz$ 1.200,00.

● **Queda** – David Lima Gonçalves (42 anos) viajava em cima de um dos vagões de um trem da Rede Ferroviária. Na Estação de Triagem perdeu o equilíbrio e caiu. Resultado: sofreu afundamento do crânio e morreu.

● **Esfaqueada** – Teresa Cristina Barbosa (23 anos) encontrava-se na Praça Seca, Jacarepaguá, quando foi esfaqueada na mão e braço direitos, tendo que ser medicada no PAM. Policiais da 28ª DP registraram e estão à procura do agressor.

● **Bebê** – Uma denúncia anônima levou policiais da 9ª DP à Rua das Laranjeiras, em frente ao prédio nº 144, onde encontraram, num saco plástico, o corpo de um bebê recém-nascido, do sexo feminino.

● **Assaltante** – Um homem negro, alto, de 30 anos presumíveis, invadiu um apartamento na Cidade Nova, residência de Elza Ferreira Victor. Ela foi amarrada e trancada no banheiro. O assaltante, antes de fugir levando dois aparelhos de rádio, duas máquinas fotográficas e uma calculadora, tentou atacar a filha da dona da casa, de 16 anos, mas, ante a reação e os gritos da menina, resolveu deixar o local para não ser preso pelos vizinhos.

● **Baleados** – Ao término de um baile realizado na antiga sede do Botafogo, na Rua General Severiano, estourou um conflito entre adolescentes. Em conseqüência, dois menores (que nada tinham a ver com a confusão) foram atingidos a tiros: Renata Pinheiro (15 anos) e José Ricardo Paranhos (13 anos). Ela na perna esquerda e ele na virilha. Foram socorridos no Hospital Souza Aguiar. O autor dos disparos não foi identificado.

● **Seqüestro** – Policiais do Batalhão do Méier resgataram o bancário aposentado Teófilo Machado Neto, de 49 anos, no Jacaré, e prenderam um dos bandidos que tentavam seqüestrá-lo, na madrugada de ontem. Antes da tentativa de seqüestro, os bandidos assaltaram a casa de Teófilo, na Tijuca.

O cabo Sobral e o soldado Augusto suspeitaram do Monza verde, ZG-8458, roubado da casa do aposentado, que estava sendo usado por dois marginais e decidiram abordá-lo, quando passava em alta velocidade pela Rua 24 de Maio, no Méier. A perseguição durou até a esquina das Ruas Viúva Cláudio com José Maria Belo, no Jacaré. Um dos bandidos fugiu para a Favela do Jacaré, mas Ronaldo de Paula Cassiano, de 27 anos, foi preso sem esboçar reação.

● **Táxi roubado** – O soldado da Aeronáutica, que serve na companhia de pára-quedismo da Vila Militar, Fernando J. A. G. Filho, 19 anos, foi preso ontem, junto com André Marcelo da Silva, 18 anos, e Silvio Félix Luércio, 25 anos, no quilômetro 17 da Rodovia Presidente Dutra, Comendador Soares, dentro do táxi TN-0765, que roubara em Nilópolis do motorista Filvar Teixeira Reck. Embora armados, os rapazes não esboçaram qualquer reação ao serem interceptados pela Patamo da Polícia Militar, número 541186, comandada pelo cabo Rabelo, que fazia ronda pelo local, e por detetives da 53ª DP (Mesquita). Depois de autuados naquela delegacia, o soldado foi levado por uma escolta da Aeronáutica para a Vila Militar.

O DIA
Data 18 / 09 / 89
Caderno 1 Pág. 6

Recebem alta crianças intoxicadas por mingau

Apesar de liberadas pelo Hospital Getúlio Vargas, duas das crianças que ingeriram a mistura para mingau distribuída pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), que matou o menino Marco Batista do Espírito Santo, de 8 meses, continuam apresentando sintomas de intoxicação, segundo seus pais. Uma das crianças é Monique, de 3 anos, irmã de Marco. A garota ontem pela manhã continuava com o intestino desarranjado e com febre. A outra é o primo Rafael, de 6 meses, que também continua com diarréia. Ubiratan e Dulcinéa, pais da única vítima fatal, reafirmaram que um morador da rua, que não quis dar queixa, está com os filhos apresentando os mesmos sintomas.

Ontem pela manhã, um dia após enterrar o filho, na casa de Ubiratan, na Rua Lambari, em Madureira, era só revolta. Tanto ele quanto a esposa se queixavam revoltados contra o caixão, segundo os dois de caixote de alho, encomendado pela LBA.

Ubiratan tentou inutilmente trazer até a reportagem um morador da rua de nome Renato que segundo ele tem dois filhos apresentando os mesmos sintomas, mas a única coisa que conseguiu do vizinho foi a receita de um dos garotos de nome Rodrigo Reis, datada do dia 15 de setembro, do PAM de Jacarepaguá, recomendando remédios e dieta para diarréia.

O DIA
Data 19/09/89
Caderno 1 Pág. 7

Foto Lilian Louzada



Carlos Antônio de Oliveira, 17 anos, ficou 15 minutos preso nas ferragens e foi internado em estado grave

Menor com o táxi do tio bate em ônibus no Méier

O táxi Gol placa RJ-TN 2291, dirigido por Carlos Antônio Targino de Oliveira, de 17 anos, bateu, ontem pela manhã, de frente com o ônibus da Viação Rodoviária Matias, linha 249 (Água Santa – Tiradentes), placa XM 8815, dirigido por Ademar Antônio Silva, após tentar uma ultrapassagem na contramão, no cruzamento das Ruas Dias da Cruz e Borja Reis, no Méier. A única vítima foi Carlos Antônio , que ficou preso às ferragens do táxi. Foi socorrido pelo Corpo de Bombeiros e levado para o Hospital Souza Aguiar, onde ficou internado em estado grave.

O acidente, que aconteceu por volta das 11 horas, causou um pequeno engarrafamento no local. Segundo testemunhas, o táxi vinha em alta velocidade pela Dias da Cruz e tentou cortar o ônibus da linha 607, Cascadura, da Viação Acari, placa XM 9476. O motorista e os passageiros do ônibus nada sofreram.

Carlos Antônio, que ficou mais de 15 minutos preso nas ferragens até ser retirado por uma equipe do Corpo de Bombeiros, apesar de muito machucado, principalmente nas pernas, estava lúcido e contou que pegou o carro escondido de seu tio para dar uma volta.

Assim que o menor estava sendo levado para o hospital, o tio, que se identificou apenas como Joaquim, chegou ao local acompanhado por amigos. Muito nervoso, contou que chegou em casa pela manhã e, poucos minutos depois, deu falta do carro, saindo à procura do sobrinho. Embora todos informassem que o rapaz fora socorrido com vida, ao ver o estado do carro, com a frente totalmente destruída, Joaquim teve uma crise e desmaiou.

O DIA
Data 18/09/89
Caderno 1 Pág. 7

REGISTRO POLICIAL

Jovem é seqüestrada e estuprada

Gilcinéa dos Santos, 22 anos, foi seqüestrada na madrugada de ontem, na esquina das Ruas Aquidabã e Maranhão, no Bairro do Lins, por um mulato forte e alto, armado de revólver. O seqüestrador levou a moça em um Passat amarelo, abandonando-a horas mais tarde em uma rua do Méier, depois de tê-la estuprado.

Gilcinéa estava na companhia da amiga Maria Luiza Nunes de Oliveira, 22, ambas confeiteiras, quando o carro do seqüestrador se aproximou. As duas foram puxadas para dentro do Passat, mas, como Maria Luíza houvesse caído sobre o volante, disparando a buzina, foi empurrada para fora. O caso foi registrado na 25ª DP (Engenho Novo).

● **Cinelândia** — Leonardo da Silva, de 40 anos, levou dois tiros no rosto e três na barriga, no final de ontem, quando discutia com Marcos César de Oliveira Dutra, de 24, na Rua Senador Dantas, em frente ao Restaurante Amarelinho, na Cinelândia (Centro). O agressor tentou fugir, mas foi preso em flagrante pelos policiais do Patamo 520106, do 5º BPM (Praça da Harmonia). Ao chegar à 3ª DP (Castelo), Marcos César disse aos policiais que brigava com Leonardo porque este lhe devia NCz$ 350,00. A vítima está internada no Hospital Souza Aguiar, em estado grave.

● **Guaratiba** — Por motivos ainda ignorados um homem identificado apenas por Ademir, conhecido também como **Ruço do Trator**, baleou, ontem de madrugada, nas costas, o menor José Clodoaldo dos Santos, de 17 anos, na Estrada da Matriz, Ilha de Guaratiba. Clodoaldo está internado em estado grave no Hospital Rocha Farias. Ademir fugiu e está sendo procurado, por policiais da 35ª DP (Campo Grande).

● **Acidentes** — Duas pessoas morreram e 3 ficaram feridas em 2 acidentes envolvendo 3 motos na área da 35ª DP (Campo Grande). O primeiro foi na Estrada do Campinho, 2115. Antônio Bandeira de Melo, 37 anos, guiava a moto placa ZG-095, levando na garupa Fábio Lourenço Barros, quando colidiu de frente com outra motocicleta, de Alexandre Pessoa Dutra, placa ZG-890. Antônio morreu instantaneamente, e os outros foram levados para o Hospital Rocha Faria.

No outro acidente, na Estrada das Magarças, a moto de Marcelo Matias da Rocha, de 19 anos, desgovernou-se, indo de encontro a um muro. Luciana da Silva, de aproximadamente 23 anos, que estava na garupa, morreu na hora.

● **Maconha** — O travesti Nilton Gomes da Silva Pratis, de 24 anos, foi preso por soldados do 13º BPM (Praça Tiradentes) quando vendia maconha na esquina das Ruas do Lavradio com Senado, na madrugada de ontem. Em seu poder foram apreendidas 14 trouxinhas. Foi levado para a 5ª DP (Mem de Sá).

● **Suicídio** — Osmarino Carlos de Araújo, de 42 anos, suicidou-se, na madrugada de ontem, com um tiro no peito, na Rua Arinos, s/nº, em Jardim América. Ele chegou a ser levado num táxi para o Hospital Getúlio Vargas, onde morreu. A 39ª DP (Pavuna) registrou.

● **Prisão** — Policiais da RP 541073, comandada pelo soldado Gilberto, da 10ª CIPM, prenderam ontem os 5 assaltantes que no sábado arrombaram e roubaram a Mercearia C.L. Cardoso da Costa, na Rua Silva Porto, lote 15, quadra 59, Bairro Gebara, em Itaboraí. São eles: Valmir Gomes Alves, 26 anos; Hamilton dos Reis Nogueira, 21; Jarbas da Silva, 23; Odilon de Azevedo Leite, 22; e L.A.O., 14.

Os marginais foram flagrados em uma casa da Rua 32, no mesmo bairro, onde guardavam o material roubado – uma bicicleta de garga, outra de passeio, balança, dois rádios, uma máquina de calcular, 20 pacotes de cigarro, 40 de café e quatro fardos de carne seca, além de quantidade pequena de arroz e feijão. O registro foi feito na 74ª DP (Alcântara).

● **Afogamento** — O soldado da Polícia Militar, Marcos Moura Feijó, 36 anos, casado, morador de Bangu, lotado no 23º BPM (Leblon), foi encontrado ontem afogado, e o corpo em adiantado estado de decomposição na Praia de Itacoatiara, em Itaipu, Niterói. Marcos estava desaparecido desde o dia 8 último, e foi reconhecido por parentes pelas roupas. Segundo policiais da 81ª DP, onde o fato foi registrado, o corpo foi encontrado sem qualquer sinal de violência, e não há suspeita de crime.

O DIA
Data 17 / 9 / 89
Caderno 3 Pág. 10

REGISTRO POLICIAL

Dois assaltam empresa em Vaz Lobo

Dois homens assaltaram na noite de ontem a firma Indústria de Comércio Reple Ltda, na Rua Carolina Amado, 507, em Vaz Lobo. Um deles foi preso e identificado como Josué Maria Vieira, de 29 anos, residente na Rua Engenho do Mato. Ele identificou o outro assaltante somente pelo apelido, **Dati**.

Armados de revólveres, os dois chegaram à firma e renderam seu dono, **Ovídio Gonçalves Machado**, de 43 anos, e mais um empregado. Fugiram levando cordões de ouro, pulseiras e NCz$ 1.750 no Fiat Uno de Ovídio, que estava na garagem.

Dado o alarme, foram perseguidos por policiais da Delegacia de Roubos e Furtos de Cargas e acabaram batendo com o carro numa pedra à margem da estrada, perto da Estação do Engenho da Rainha. Tentaram continuar fugindo a pé, mas Josué foi preso pelos detetives Paulo Riter e Péricles.

● **Feridos** — Um tiro disparado por um cabeleireiro em uma lanchonete no Centro de Niterói feriu dois homens, na madrugada de ontem. O cabeleireiro, conhecido no local como **Dino**, discutiu com um desconhecido e acabou por sacar de um revólver e atirar contra ele. A bala atravessou o peito do homem e foi ainda atingir José Francisco Alves, de 35 anos, que estava sentado em outra mesa da Lanchonete Galeto, na Rua José Clemente, 20.

Os dois feridos foram levados para o Hospital Antônio Pedro. O cabeleireiro fugiu.

● **Traficantes** — Três homens foram presos na madrugada de ontem no Andaraí, após uma troca de tiros com PMs, e autuados por tráfico de tóxicos. Os policiais estavam fazendo a ronda em um Patamo, perto do Morro do Andaraí, e viram um grupo de cinco homens em atitude suspeita. Quando se aproximaram, os PMs foram recebidos a bala. Após troca de tiros, conseguiram prender Luís Carlos Gomes, de 22 anos, Emilson Ferreira da Silva, de 18 anos, e Janaildo da Silva Oliveira, de 18 anos. Em poder deles, os policiais acharam 193 trouxinhas de maconha e 24 papelotes de cocaína.

Na 20ª Delegacia, verificou-se que havia quatro mandados de prisão contra Luís Carlos. Os três detidos denunciaram os dois que conseguiram fugir como sendo **Jorge Matracae Helô**.

● **Assassinada** — A viúva **Nazareth da Silva Queiroz**, de 42 anos, foi assassinada a tiros, na noite de anteontem, na Rua Bernardino de Melo, próximo à passagem sob a via férrea, no Centro de Comendador Soares. Ela tinha jóias e dinheiro na bolsa e por isso agentes da 56ª DP (Comendador Soares) suspeitam que tenha sido morta por pessoa conhecida. A viúva morava na Estrada Plínio Casado, 145, Centro de Nova Iguaçu.

● **Vingança** — Cláudio Medeiros, de 22 anos, foi morto anteontem à tarde, com vários tiros e facadas, nas proximidades do nº 267 da Rua Monsenhor Inácio da Silva, em Turiaçu. Os policiais da 29ª DP (Madureira) acreditam que o motivo do crime possa ter sido vingança.

● **Soldado** — O soldado do Exército Fernando José de Araújo Garcia Filho, de 19 anos, e seus comparsas André Machado da Silva, 18, e Sílvio Gomes, 25, foram presos por agentes da 53ª DP (Mesquita) após roubar o táxi TN-0765 e seqüestrar o motorista Gilmar Teixeira Reck.

O trio roubou o carro na Avenida Getúlio de Moura, em Mesquita, levando Gilmar, mas decidiram liberá-lo logo depois. Porém, não perceberam que soltaram o motorista numa rua próxima à 53ª DP. Gilmar foi até à Delegacia e comunicou o fato aos detetives de plantão.

Os policiais iniciaram a perseguição aos assaltantes, prendendo-os em Morro Agudo.

● **Assaltantes** — O segurança da TV Globo Júlio César Policarpo Silva, de 29 anos, e o bombeiro da Brigada de Incêndio da emissora, Nilton Rabelo de Brito, de 32, foram presos, na madrugada de ontem, acusados de assaltar as pessoas que passavam pela Estrada Intendente Magalhães, esquina com Rua Senador Câmara, em Marechal Hermes.

Depois de quatro pessoas registrarem queixa na 30ª DP (Marechal Hermes) dos assaltos sofridos, a Delegacia movimentou um carro do 9º BPM (Rocha Miranda), cujos soldados prenderam a dupla. Cada um tinha um revólver calibre 38.

Na Delegacia eles foram reconhecidos por Jorge Varela, 25, Liliana Ribeiro Kzan Damasceno, 21, Carlos Roberto Varela, 19, e Maria Sueli Moreno, de 24 anos, como sendo os homens que os atacaram.

O DIA
Data 17/09/89
Caderno 2 Pág. 18

Foto Antônio Duarte



O técnico do Ibama com um dos 14 jacarés que foram apreendidos em Caxias e levados para o Zoológico

Ibama apreende 14 jacarés em 1 marcenaria de Caxias

DUQUE DE CAXIAS (Sucursal) – Quatorze jacarés-de-papo-amarelo, espécie em extinção na fauna brasileira, que eram mantidos em cativeiro no quintal da mercenaria Florestal Madeiras, localizada na Rua Nilo Peçanha, 2.033, Parque Lafayete, Caxias, foram apreendidos ontem por técnicos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Os técnicos tiveram o apoio de policiais do Batalhão Florestal da PM, em mais uma etapa da Operação Liberdade, desencadeada nos últimos dias pelo Ibama.

Além dos jacarés, de grande e pequeno portes, fiscais do Ibama também apreenderam no local cinco maritacas e quatro jabutis, que eram tratados por Roberto Carvalho Dutra, de 28 anos, proprietário da marcenaria. O comerciante não foi preso, porque estava provido de documentação, encaminhada ao Ibama, solicitando permissão para tratamento dos animais. Ele, no entanto, vai ter que responder a processo criminal por descumprir a Lei 5.197, que proíbe a caça, exploração, confinamento e comercialização de animais silvestres ou selvagens, assim como a venda de produtos de origem animal. O comerciante, que cria os jacarés há 16 anos, também estava desrespeitando a Portaria 250 do Ibama, que credencia apenas a criadores científicos o trato de animais silvestres ou selvagens em área rurais.

Apaixonado

Dizendo-se apaixonado pelos jacarés, que passeavam livremente pelo pequeno quintal, Roberto Carvalho Dutra disse que a atitude dos técnicos do Ibama e da Fundação Rio Zôo era demagógica e agressiva e negou que comercialize os cerca de 40 filhotes produzidos anualmente.

"Não sou clandestino. Ao pedir a permissão ao Ibama para tratá-los, informei quantos são e qual é a sua produção anual. Sou apaixonado por eles e tenho o maior interesse em preservá-los. Ficando no Jardim Zoológico, eles não vão resistir, pois lá não há estrutura adequada para abrigá-los. Não tenho sítio, mas tenho vários amigos que tém, onde poderia deixar os animais", disse ele, informando ainda que os jacarés, trazidos por ele há 16 anos da Lagoa Suruaca, em Linhares, Norte do Espírito Santo, consomem 20 quilos de carne por semana. "Se ainda estivessem lá, já teriam sido devorados pela população", defendeu-se.

Ainda irritado com a apreensão de seus animais de estimação, o comerciante garantiu que os jacarés, que chegam a medir um metro e meio de comprimento nunca provocaram nenhum acidente. "O perigo está em toda parte: ao atravessar a rua, ao acender um fogão ou segurar um periquito", disse Roberto.

Em observação

Os animais apreendidos foram levados para o Jardim Zoológico do Rio na Quinta da Boa Vista. Segundo o zootecnista Márcio Delgado, o órgão dispõe de boas condições de alojamento para os jacarés, que serão isolados dos demais e observados por técnicos. Eles só serão devolvidos ao seu dono se este apresentar um projeto ao Ibama e cumprir várias determinações técnicas do órgão, como contratar um agrônomo, biólogo, zootecnista ou veterinário e criá-los em área rural e em boas condições de alojamento e de higiene. Conforme determina a Lei 9.197, ele não poderá comercializá-los, pois trata-se de animais em extinção.

O jacaré-de-papo-amarelo, cujo nome científico é **Caiman latirostris**, é uma espécie em extinção, com **habitat** do litoral do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do sul, e bacias dos Rios São Francisco, Doce, Paraíba, Paraná e Paraguai. Seu comprimento pode chegar até 2,10m. Diferencia-se dos demais por ter apenas três séries transversais de grandes escudos nucais e focinho quase tão largo quanto comprido.

O DIA
Data 17/09/89
Caderno 1 Pág. 10

Vítima de intoxicação com comida da LBA é sepultada

Foi enterrado ontem, às 16 horas, no Cemitério São Francisco Xavier, no Caju, o menino Marco Batista do Espírito Santo, de 8 meses de idade. Marco, que havia sido internado no Hospital Getúlio Vargas, na madrugada de sexta-feira, junto com outras sete crianças e um adulto da mesma família, morreu intoxicado por uma mistura para preparo de mingau fornecida pela LBA e distribuída pela Igreja de São Brás, em Madureira. Os parentes do menino receberam alta, à exceção de Marcelo, de 9 meses, que continua internado no HGV. Segundo funcionários do hospital, Marcelo já está melhor, mas a família acredita que seu estado seja grave.

Os produtos que teriam causado a intoxicação e morte de Marco, fornecidos pela LBA, são duas misturas para preparo de alimento: a LBS05 (sopa de feijão com macarrão) e LBM12 (mingau sabor canela). Segundo Vilma Freitas Nepomuceno, coordenadora da Pastoral da Saúde da Igreja de São Brás, seria impossível que os alimentos tivessem sido contaminados no lugar onde estavam depositados. Ela mostrou a sala onde as 24 caixas do LBSO5 e outras nove do LBM12 estão estocadas, em local arejado e empilhadas sobre uma tábua, livre da umidade do solo.

Valdelino do Espírito Santo, tio de Marco, afirmou que, apesar da humildade das casas da vila onde mora a família, na Rua Lambari, em Madureira, os alimentos são guardados sempre em recipientes seguros, sem perigo de contaminação por ratos ou veneno. Ele disse que as diversas crianças intoxicadas ingeriram alimentos de sacos diferentes, que já teriam vindo contaminados. Valdelino assegurou que já houve casos iguais com pessoas vizinhas, que não se manifestam por medo de alguma represália. Disse, também, que alguns homens, que não quiseram se identificar, apareceram em sua casa, tentando encobrir a situação. Só não informou quantos e como eram.

A família de Marco vai esperar o fim das investigações para processar os culpados. Até ontem não haviam sido localizados os diretores da Olvebra Indústria Alimentícia, de Porto Alegre, e Alisul – Alimentos do Sul, de Duque de Caxias, fabricantes dos produtos. A LBA pagou as despesas do velório de Marco, além de ter comprado e doado aos membros da família intoxicados os remédios indicados pelo médico do HGV que os assistiu.

O DIA
Data 16/09/89
Caderno 1 Pág. 9

Assassino é preso na Baixada

NOVA IGUAÇU (Sucursal) – José Jesus de Souza, de 22 anos, foi preso na noite de ontem por policiais da 53ª DP (Mesquita), próximo a sua residência na Estrada da Vaz Alegre, s/nº, em Magé. Ele é acusado de ter assassinado, no dia 6 deste mês, Flávio Domingues Candido, 34 anos, na plataforma da estação ferroviária em Mesquita, com dois tiros no peito.

A vítima na ocasião, estava em companhia de Antônio Conceição Fraga, 19 anos. Antônio parou um carro que passava no momento e levou Flávio à Casa de Saúde Nossa Senhora de Fátima, em Nova Iguaçu, onde ele morreu.

O DIA
Data 16 / 09 / 89
Caderno 1 Pág. 9
1ª folha

Comida estragada da LBA mata uma criança

O menino Marco Batista do Espírito Santo, de 8 meses, morreu e oito pessoas de sua família ficaram internadas, na madrugada de ontem, no Hospital Getúlio Vargas, Penha, após ingerirem uma mistura para preparo de mingau fornecido pela Legião Brasileira de Assistência – LBA. De acordo com o chefe de equipe do HGV, cirurgião Carlos Machado, o alimento, que é distribuído por igrejas e associações de moradores nas comunidades carentes, pode estar contaminado.

Com vômitos e diarréia, Edna do Espírito Santo, de 24 anos, e sete crianças – Luís Fernando, 3 anos, Monique, 3, Simone, 2, Marcela, 2, Felipe, 1 ano e 11 meses, Rafael, 6 meses, e Marcelo, 9 meses, todos da família Espírito Santo – tiveram gastroenterite com início de desidratação, ficando internados. Marco Batista, que apresentou os mesmos sintomas, morreu. Segundo os pais do garoto, o arrumador Ubiratan do Espírito Santo, 32 anos, e Dulcinéa Batista dos Anjos, 32, ele foi o único a se alimentar 2 dias seguidos com os preparos dados pela LBA.

O alimento destinado a gestante e nutrizes (mistura para o preparo de sopa: feijão com macarrão) – LBS05 e o alimento destinado a crianças de 6 a 11 meses (mistura para o preparo de mingau sabor canela) – LBM12, fabricados pela Olvebra Indústria Alimentícia, de Porto Alegre, e Alisul – Alimentos do Sul, de Duque de Caxias, foram distribuídos, na última terça-feira, pela Igreja São Brás, em Madureira. Muitas famílias carentes dos Bairros de Madureira e Rocha Miranda receberam os produtos, entre as quais as das vítimas, que moram na Rua Lambari, 158, em Madureira.

Durante toda a madrugada o detetive de plantão no HGV, Nélson Rodrigues, ligou para as rádios, a fim de que fosse dado um alerta às comunidades da periferia de Madureira para não consumir os preparos. Amostras dos produtos foram recolhidas e enviadas para o Instituto Nacional de Controle de Qualidade e para a 29ª DP (Madureira).

O DIA
Data 16 / 05 / 89
Caderno 1 Pág. 9
2ª folha

Vítimas deixaram hospital

Todos os membros da família Espírito Santo, internados, na madrugada de ontem, no Hospital Getúlio Vargas, com vômitos e diarréia, estão fora de perigo e passam bem. Após ficarem internados por algumas horas no soro, eles receberam alta e voltaram para casa. Somente Édna, que também ingeriu o alimento, ainda reclama de dores na barriga.

Dulcinéia Batista dos Anjos, mãe da única vítima fatal, disse que seus três filhos (Marcos, Marcela e Monique) vinham apresentando problemas de diarréia há 6 meses, mesmo tempo em que começaram a consumir os alimentos doados pela LBA. Ela sempre levava seus filhos ao PAM de Irajá, onde os médicos medicavam e mandavam que voltassem para casa. Segundo Dulcinéia, seu filho passou mal na última quarta-feira, com vômitos e diarréia, assim que comeu o produto.

O restante do alimento encontrado na casa da família Espírito Santo foi recolhido por policiais da 29ªDP (Madureira) e encaminhados para perícia no ICE. O delegado titular Paulo Jorge aguarda um pronunciamento do órgão para a próxima segunda-feira.

Distribuição

Na Igreja de São Braz, em Madureira, responsável pela distribuição dos alimentos doados pela LBA nesta região, a encarregada Vanda Freitas Pinheiro afirmou que, até ontem, nenhuma das 190 famílias carentes que recebem mensalmente 2 quilos do produto fez qualquer tipo de reclamação. Segundo ela, o alimento tem data de fabricação de maio deste ano, com validade de 6 meses; portanto, até novembro próximo. A Saúde Pública esteve no local e levou algumas amostras para exame, enquanto a LBA suspendeu a distribuição da igreja. No local estão armazenados 25 quilos do alimento destinados a gestante e nutrizes e 9 quilos para crianças de 6 a 11 meses.

LBA garante qualidade do produto

A Superintendente Regional da LBA no Rio, Solange Amaral, explicou que não existe nenhuma possibilidade de envenenamento mesmo que o produto seja consumido com a validade vencida. A distribuição do alimento foi suspensa na igreja, até que o presidente nacional do órgão, Irapuan Cavalcanti, receba na segunda-feira o resultado da comissão de inquérito, formada por ele, que neste fim de semana irá apurar possíveis responsabilidades.

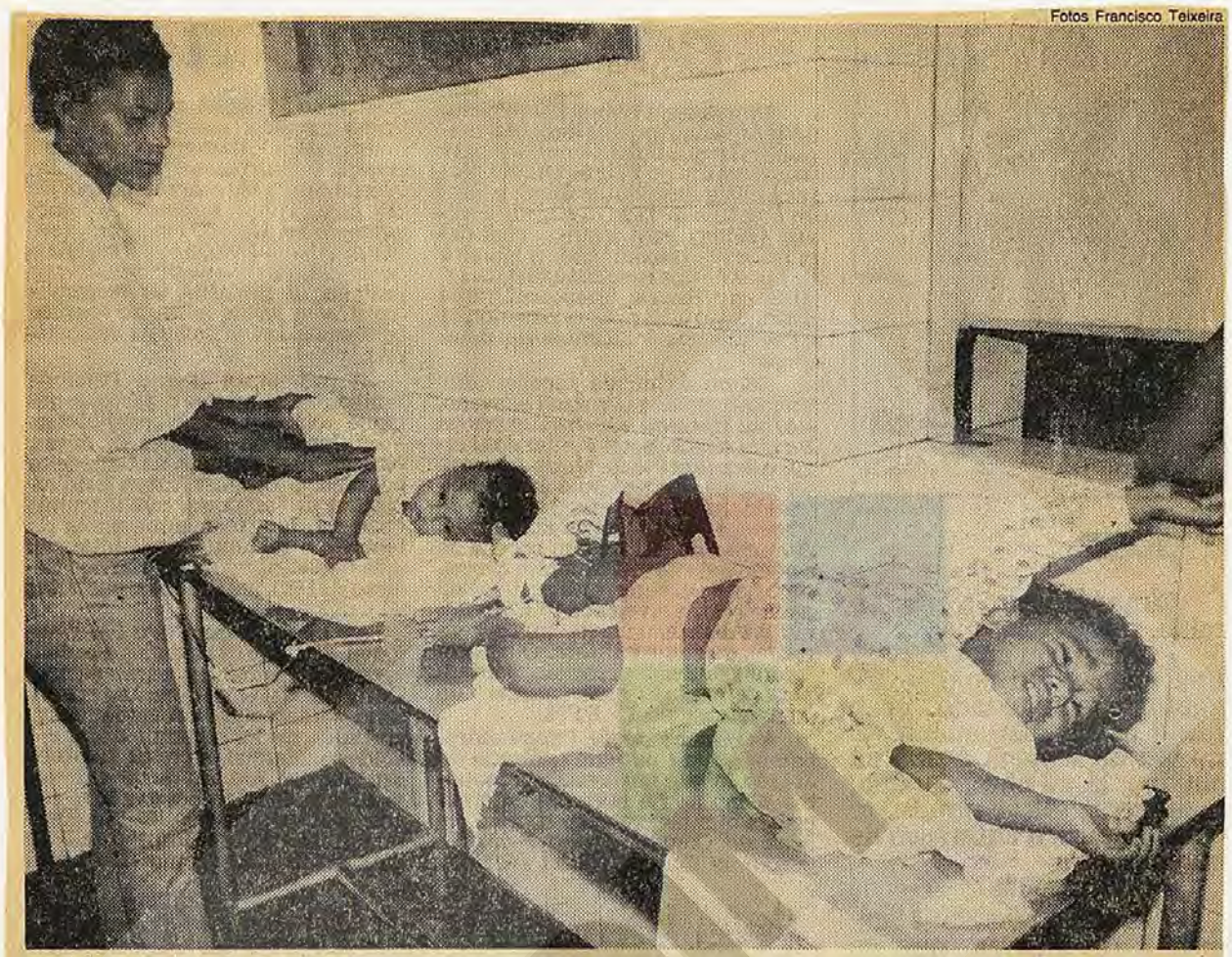
Logo que recebeu a notícia da internação da família que havia consumido um dos produtos doados pela instituição, a LBA determinou uma equipe formada por médicos pediatras e nutricionistas para a Igreja São Braz, onde foi constatado que a condição de armazenamento é boa. A superintendente da LBA diz que 170 mil outras famílias recebem mensalmente o mesmo produto em todo o Rio de Janeiro e não apresentavam os sintomas.

A distribuição de alimentos a famílias carentes faz parte do Programa de Complementação Alimentar do Governo Federal que, só no Rio de Janeiro, atende 170 mil pessoas através 121 postos. São cerca de 400 toneladas distribuídas na cidade, sendo que a Igreja São Braz recebe mensalmente 2200 quilos do alimento. Segundo Solange Amaral, em 11 anos de programa nunca houve qualquer problema relacionado aos produtos, fabricados pela Olvebra Indústria S.A., de Porto Alegre, e Alisul-Alimentos do Sul Ltda, de Duque de Caxias, entre outros.

Os produtos, nos sabores de chocolate baunilha e canela são acondicionados em sacos de 1 quilo. Sua fórmula é a base de leite em pó desnatado, amido de milho, açúcar, extrato e proteína de soja, gordura vegetal e cacau em pó, e rico em zinco, cálcio, ferro, vitaminas C e A. O alimento deve ser preparado com água bem fervida, como consta em explicações nos próprios produtos.

O DIA
Data 16/09/89
Caderno 1 Pág. 9
3ª folha

Fotos Francisco Teixeira







Duas das 7 crianças internadas; a mãe de Marcos. Dulcinéia, com outro filho; e Ubiratan, pai de Marco

O DIA
Data 16 / 9 / 89
Caderno 1 Pág. 9

Somem diretores da Alisul

DUQUE DE CAXIAS (Sucursal) – Nenhum dos diretores da Alisul (Alimentos do Sul Ltda), responsáveis pela fabricação do Alimento Destinado a Gestantes e Nutrizes (mistura para o preparo de sopa: feijão com macarrão) – LBSO5 – foi encontrado ontem, na fábrica, localizada na Rua dos Andradas, em Jardim Gramacho, neste Município.

Surpreendidos com a notícia de que a mistura para a sopa teria sido uma das responsáveis pela morte do menino Marco Batista do Espírito Santo, de 8 meses, e a intoxicação de oito pessoas de sua família, dois funcionários da empresa estranharam o fato. Segundo eles, a Alisul não distribuiu o alimento para o Rio de Janeiro e sim para outros Estados, como São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Os funcionários porém, nada souberam dizer sobre o Alimento Destinado a Crianças de 6 a 11 meses – LBM12. Dentro da empresa foram encontradas várias caixas do preparo para a sopa, com suas respectivas datas de fabricação. Os empregados no entanto, não souberam especificar a sua fórmula, alegando que o engenheiro responsável estaria em São Paulo.

No escritório do Rio de Janeiro da Alisul, na Rua do Ouvidor, 60, Centro, o diretor (Nelson) não foi encontrado. Um informante, que não quis se identificar, disse que ele está em Belo Horizonte e todos da empresa desconhecem a notícia de que o menino Marcos teria sido envenenado por um dos produtos da fábrica. De acordo com o informante, que não quis dar maiores informações, o contrato entre a Alisul e a LBA já terminou há cerca de 6 meses. A LBA, entretanto, informa que o contrato continua em vigor.

O DIA
Data 16/ 9 /89
Caderno 1 Pág. 9

Foto Viviane Rocha



As peças apreendidas serão anexadas ao processo do assalto à Caixa

Mulher vendia jóias que seriam roubadas da Caixa

A Polícia Federal apresentou ontem quase um quilo de jóias usadas, que suspeita serem do assalto à agência de Ramos da Caixa Econômica Federal. Estavam em poder do comerciante de ouro Roberto Augusto Coelho, 35 anos, em sua residência e oficina, na Rua Cirilo da Silveira, Campinho. Com Roberto, foi presa Sônia Maria dos Santos, 28 anos, que venderia a ele as jóias, por quantia não revelada. Os dois foram enquadrados provisoriamente no Artigo 180 do Código Penal, por receptação, por não apresentarem notas fiscais das jóias.

A dupla foi presa na quarta-feira passada, mas não confessou a participação no assalto à CEF de Ramos, ocorrido no final de agosto. De acordo com a relações públicas da PF, o agente Giovani Azevedo, um terceiro envolvido, Ivan Rodrigues Mesquita, companheiro de Sônia e que teria entregue a ela as jóias para a venda, ainda está sendo procurado. No pacote apreendido estão dezenas de anéis, cordões, pendantifes, pulseiras, broches, relógios, brincos, prata derretida e uma balança.

A apreensão será comunicada à CEF e anexada ao inquérito que apura o assalto. De acordo com Giovani, Roberto disse não saber como as jóias foram parar em sua casa e Sônia garantiu que não sabia o que continha o pacote que entregou a Roberto. Sônia foi presa no momento em que voltava à oficina de Roberto para receber o dinheiro pelas jóias. As investigações sobre o assalto prosseguem por parte da Polícia Federal.

O DIA
Data 15/09/89
Caderno 1 Pág. 8



À esquerda, o tóxico e a arma apreendidos. Ao lado, operários impedidos de trabalhar dormem em sacos

Menor ferido em tiroteio com tropa da PM no Borel

O menor ASP, 15 anos, foi baleado de raspão na cabeça, braço e coxa esquerdos, durante troca de tiros entre policiais do 6º BPM (Andaraí) e traficantes da quadrilha de Isaías da Costa Rodrigues, o **Isaías do Borel**. O tiroteio, que começou por volta das 8 horas, só terminou depois do meio-dia, tendo sido travado no local conhecido por Terreirão, no Morro do Borel, na Tijuca. Os PMs apreenderam 418 **trouxinhas** de maconha e um revólver **Taurus** calibre 38, que estavam com ASP.

Comandados pelo Capitão Figueiredo, 15 homens do 6º BPM fizeram uma incursão de rotina no morro. Num determinado trecho, foram recebidos a tiros de fuzil, metralhadoras e pistolas, por integrantes do bando de **Isaías do Borel**. Os policiais militares revidaram, fazendo os marginais recuar, com exceção do menor A, que carregava um saco plástico contendo a maconha. Os policiais, que haviam entrado pelo Morro do Cruz, atrás do Borel, para não chamar a atenção dos marginais, avançaram.

Reforço

Os traficantes receberam reforço de outros bandidos, mas, ante a pressão dos policiais, acabaram fugindo e abandonando o comparsa menor ferido, depois de sustentarem a troca de tiros por mais de 4 horas. A.S.P. foi levado para o Hospital do Andaraí, onde ficou internado na emergência do pronto-socorro, sob custódia. Tal era o temor de que o menor pudesse ser resgatado, que dois recrutas da PM, na sala de Polícia, revistaram minuciosamente a bolsa do repórter-fotográfico Alcyr Cavalcanti, de O DIA, temendo a entrada de arma no local. Nem mesmo a tampa de plástico das lentes escaparam à vistoria.

Profundamente irritado, o presidente da Associação de Moradores do Morro do Borel, José Ivan, manifestou seu protesto. Segundo ele, trabalhadores da Light, Telerj e Geotécnica, que faziam obras de contenção de encostas, e da Comlurb, que retiraria toneladas de lixo, não puderam trabalhar. Alguns operários aproveitaram para dormir sobre sacos de cimento e areia e montes de saibro, enquanto policiais e bandidos lutavam entre si. O responsável pelo recolhimento de lixo pela Comlurb avisou a José Ivan que "não vamos voltar".

O DIA
Data 15/09/89
Caderno 1 Pág. 8

Mulher acusada de matar a neta de seis meses

NOVA IGUAÇU (Sucursal) – A viúva Maria Cecília Cosme de Assis, de 46 anos, avó da menina Renata Cristina Chuluquebias, de 6 meses, encontrada esta semana estrangulada e morta, dentro de uma sacola plástica no fundo do poço de uma casa desocupada, no Bairro Vila Central, em Engenheiro Pedreira, ainda não foi ouvida pela Polícia de Queimados (55ª DP). Cecília é acusada pela nora Isabel Cristina Chuluquebias, de 19 anos, de ter assassinado a neta e atirado o corpo no poço. Cecília não se apresentou ontem, como estava previsto para prestar depoimento, mas disse à reportagem de O DIA, que está com a consciência limpa, e que "não iria matar o seu próprio sangue".

Renatinha desapareceu no dia 6 passado, uma quarta-feira. Nesse dia, por volta do meio-dia, Isabel pediu para a sogra tomar conta de seus três filhos, os gêmeos Renata e Renato, de 6 meses, e Alan, de 2 anos, pois precisava ir à casa de sua mãe, em Edson Passos, para pegar um berço. Cecília contou que, pouco depois, saiu também da casa, e foi até onde mora sua filha Maria de Fátima, de 29 anos, na Rua Plutão, 95, distante cerca de 500 metros. Ali ficou até por volta das 16 horas. Quando voltou, já não encontrou Renata. Renato e Alan estavam em casa, e nada haviam sofrido.

O DIA
Data 15/09/89
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

Casal assassinado a tiros na Baixada

O servente Paulo Henrique Vargas (19 anos) vivia com Rosane Pereira da Silva (16 anos) na Rua Cinco, 734, Favela do Mão Branca, Calundu, Belford Roxo. Na madrugada de terça-feira última estavam no barraco quando foram assassinados a tiros. Somente na quarta-feira, entretanto, vizinhos notaram que a porta da moradia estava aberta – o que não era hábito – e resolveram conferir. Como nenhum dos dois atendesse aos chamados, um deles entrou e deparou com os cadáveres. Aos policiais da 54ª DP que compareceram ao local, os moradores disseram que nada ouviram de anormal durante a madrugada em que ocorreu o crime.

● **Motoqueiros** – O motorista Paulo César Lázaro de Carvalho dirigia o táxi de sua propriedade pela Avenida Epitácio Pessoa e notou, próximo ao prédio nº 2.040, na Lagoa, que estava sendo seguido por dois homens que utilizavam uma moto Honda CB 400, vermelha, cuja placa não anotou. Não demorou muito e os motoqueiros emparelharam e um deles ordenou que parasse, ao mesmo tempo em que apontava um revólver. Paulo não obedeceu e recebeu um tiro no ombro esquerdo. Mesmo ferido, conduziu o veículo (placa RJ TN-5208) até uma cabine da PM, localizada na esquina com a Avenida Borges de Medeiros, sendo seguido à distância pelos criminosos. Quando os policiais se movimentaram, eles trataram de fugir, tomando o rumo do Túnel Rebouças. Paulo foi medicado no Hospital Miguel Couto e, em seguida, apresentou queixa às autoridades policiais da 14ª DP.

● **Quadrilha** – Ísis Terezinha Duarte, residente na Avenida Edgard Romero, 326, Madureira, telefonou para o 9º BPM, ao notar que quatro homens estranhos que ocupavam um Opala branco rondavam a sua casa. Os policiais que formavam a guarnição do Patamo 52/0070 foram para o local sob o comando do cabo Jeremix e conseguiram interceptar o veículo, prendendo os seus ocupantes, um deles armado de revólver. Levados para a 29ª DP, tratava-se de Marco Antônio da Silva (28 anos); Walter Cassiano da Silva (26 anos); José Luiz Araújo (29 anos) e Carlos Santos Nascimento (27 anos) e foram autuados por porte de arma e formação de quadrilha. Segundo o delegado de plantão, eles estariam à procura do filho da dona da casa e vão ter que dar melhores explicações.

● **Execução** – Jandir Félix da Silva (23 anos) foi assassinado na Barreira do Vasco com um tiro na cabeça. Os policiais da 17ª DP não conseguiram apurar quase nada em torno da ocorrência, sabendo apenas que a vítima atendia pelo apelido de **Paulista** e teria envolvimento com traficantes de drogas.

● **Assalto** – Três homens armados de revólveres assaltaram, ontem, de manhã, a casa nº 183 da Rua Crisólia, em Honório Gurgel, residência de Américo Paes de Loureiro, que foi trancado no banheiro. Os ladrões fugiram num Monza de placa RJ-VF 6478, levando uma tevê a cores, um aparelho de som, diversas peças de roupas e NCz$ 1.800,00. A 40ª DP registrou.

● **Identificados** – Familiares dos quatro homens encontrados mortos a tiros anteontem pela manhã no contorno da Estrada do Codin, em Xerém, reconheceram os corpos. Eram os irmãos Ricardo, 24, Alexandre, 20, Adriano, 19, e Robson de Oliveira, 21, seqüestrados da casa 23, quadra 88 da Rua Doutor Thouzeth, no Bairro Quitandinha, em Petrópolis.

Segundo o pai das vítimas, Agripino de Oliveira, a casa foi invadida às 3 horas da manhã de anteontem por cinco homens que, dizendo-se policiais e empunhando metralhadoras, levaram os quatro rapazes, sem molestar Agripino e sua mulher.

Policiais da 67ª DP (Petrópolis) continuam as investigações, e tudo o que se sabe até agora é que Ricardo e Robson trabalhavam em uma empresa de segurança e limpeza de lojas comerciais, a Servig, mas não se descobriu ainda se os dois eram vigilantes ou serventes. Alexandre e Adriano eram garçons de um restaurante do Centro de Petrópolis, e os assassinos eram brancos e usavam coletes. Os corpos já foram liberados do Instituto Médico-Legal de Duque de Caxias, e serão enterrados em Petrópolis.

O DIA
Data 14 / 09 / 89
Caderno 1 Pág. 8

Hospital entrega bebê errado para o enterro

O bebê Josué Pereira da Silva, de 3 meses, que morreu no último sábado no Hospital Cardoso Fontes, em Jacarepaguá, e deveria ter sido enterrado ontem, às 9 horas, não foi encontrado ontem no Hospital por seus pais. Ele pode ter sido enterrado no lugar de Wallace Oliveira da Silva, 6 meses, na última segunda-feira, às 16 horas. A confusão foi causada pelo reconhecimento errado do corpo da criança pelo pai de Wallace, Valdeci Ferreira da Silva, de 19 anos, e pelo fato de um funcionário do hospital não ter conferido os documentos dos pais com os nomes escritos na gaveta com o corpo.

O erro só foi percebido ontem, quando os pais de Josué, Gelson Rodrigues Pereira e Maria Aparecida da Silva, chegaram ao hospital para levar o corpo do menino para ser enterrado. Eles constataram que a criança não era Josué e os médicos descobriram que se tratava de Wallace, que morrera no dia 6. A família de Wallace foi procurada para tentar esclarecer o equívoco. O pai, Valdeci, explicou que o funcionário do hospital perguntou apenas se o nome da mãe era Maria Aparecida e puxou a gaveta com o corpo do bebê. A mãe de Wallace também se chama Maria Aparecida, só que de Oliveira e o empregado do hospital não conferiu os sobrenomes.

O DIA
Data 14/09/80
Caderno A Pág. 8

Vendedor de perucas morto no ônibus

SÃO JOÃO DE MERITI (Sucursal) – Com três tiros, disparados em meio a muitos xingamentos, o vendedor de perucas Renato Souza Monteiro, de 24 anos, foi assassinado na manhã de ontem por três homens e duas mulheres, dentro de um ônibus da linha Santa Maria–Pavuna, no antigo Km 10 da Rodovia Presidente Dutra. Os estampidos levaram ao pânico outros passageiros. O ônibus seguia para a Pavuna, e muitos nem esperavam que ele parasse em frente à firma Mont-Mor Veículos, na pista sentido Rio, para saltar e preferiram pular pelas janelas.

Renato, que embarcara no ponto final, no bairro de Santa Maria, em Belford Roxo, viajando até o Conjunto Grande Rio sentado num dos bancos da parte de trás, foi assassinado logo assim que passou a roleta. O cobrador Elizandro Burity Fonseca, de 18 anos, bastante nervoso, disse aos policiais da 64ª DP (Vilar dos Teles) que não havia visto nada e só ouvira os estampidos. O máximo que os policiais conseguiram foi ouvir os comentários de alguns passageiros, de que os cinco criminosos, na verdade, são assaltantes de ônibus que costumam agir naquela região.

O DIA
Data 13/ 9 /89
Caderno 1 Pág. 10

Grupo "Máscaras Negras" mata 2 homens na Baixada

NOVA IGUAÇU (Sucursal) – Severino Francisco do Nascimento, de 30 anos, foi assassinado na madrugada de ontem com muitos tiros na Rua Taquaral, no Bairro Vila de Cava. Ele fora seqüestrado pouco antes em sua casa, na Rua José Maia, 50, no mesmo bairro, por um grupo de quatro homens encapuzados, que o arrastaram para uma Brasília preta, e sem placas, que arrancou em seguida em meio à escuridão. Seus familiares saíram à procura, mas só muito tempo depois encontraram o cadáver.

Alguém telefonou para a 52ª DP reivindicando a autoria do crime em nome de um grupo de extermínio denominado **Máscaras Negras**. Através dos familiares de Severino, os policiais ficaram sabendo que, no domingo passado, o rapaz havia sido baleado de raspão no peito, por um bandido conhecido como **Xanxão**, lá mesmo em Vila de Cava. Socorrido no Hospital da Posse, Severino foi logo liberado.

O autor do telefonema anônimo esclareceu que Severino era assaltante e por isso fora morto, além de aproveitar a oportunidade para avisar também aos policiais que o próximo a morrer será **Xanxão**.

Um homem branco, com 40 anos presumíveis, vestido apenas com uma sunga branca, já que tanto a calça como a camisa azul estavam servindo para amordaçá-lo e amarrá-lo com as mãos às costas, foi encontrado morto na manhã de ontem, num caminho que passa nos fundos do Depósito Valente, no Conjunto Residencial Grande Rio, em São João de Meriti. O desconhecido, segundo o perito que esteve no local, foi morto com uma série de machadadas na cabeça, naquele mesmo local. Tal como ocorrera pouco antes na 52ª DP, em Nova Iguaçu, alguém que se dizia do grupo **Máscaras Negras**, num telefonema anônimo dado para a 64ª DP (Vilar dos Teles), avisava da existência do cadáver, indicava o local exato e reivindicava a autoria do crime.

Segurança

O vigilante José Abelardo Machado, de 30 anos, foi assassinado no interior do Depósito da Minasgás, na Estrada de Iguaçu, 51, no bairro Rancho Novo. Ele levou um tiro de calibre 22 no peito, na manhã de ontem, e foi encontrado morto pelo gerente do depósito, Vicente da Silva, que chegara pouco depois para dar início à distribuição do dia. Os criminosos levaram o revólver calibre 38 de José Abelardo, além de uma carabina, todos os documentos e ainda a camisa do uniforme da vítima.

Gritando

Perseguido durante a madrugada por um grupo de desconhecidos, Verneck Pereira de Souza, de 33 anos, gritou algum tempo por socorro, mas ninguém o atendeu e ele foi encontrado morto na manhã de ontem, com dois tiros na cabeça, num trecho da Avenida Nossa Senhora das Graças, no bairro Parque Fluminense, numa das margens de um valão. Verneck morava no mesmo bairro, na Rua São Miguel, lote 11, quadra B.

Ladrão

Expedito Silva Santos, de 30 anos, foi morto na madrugada de ontem com quatro tiros na cabeça, dois no tórax, e pauladas, na Rua Roberto Santos, Bairro Parque da Liberdade, Favela do Dique Dois, em Campos Elíseos. Sua irmã, Edméia Santos Nabuco, de 29 anos, residente na Rua Quarenta e Três, lote 12, quadra 12, em Brás de Pina, disse que se encontrava em casa quando chegou uma mulher desconhecida batendo em sua porta e dizendo que Expedito estava morto.

O DIA
Data 13/9/89
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

Dois feridos na briga de torcidas

As chamadas torcidas jovens do Botafogo, Flamengo e Vasco tomaram parte, ontem, no programa "Galeria Capital", da Rádio Capital (Rua do Bispo), sob o comando do radialista Garcia Júnior. O programa transcorreu num clima "quente", mas foi levado até o fim sem qualquer problema. Na rua, entretanto, as torcidas trocaram socos, pontapés e pauladas. Dois torcedores receberam ferimentos e tiveram que ser medicados no Hospital Sousa Aguiar: Germando (26 anos) e Leonardo. A guarnição da RP 54/0503 prendeu vários brigões, levando-os para a 18ªDP.

● **Execução** – Populares encontraram os cadáveres de Roterchilo Velasco (19 anos) e um homem preto e outro branco, na esquina das ruas Comandante Souto e Meringuabo, nas proximidades da Estrada do Mato Alto, em Jacarepaguá.

● **Boiando** – Policiais do 18º BPM viram o corpo de um homem boiando nas águas de um rio que passava próximo à Estrada do Pacuí, em Vargem Grande, Jacarepaguá. A vítima já estava em decomposição e teria sido morta há uns 3 dias.

● **No canteiro** – Marcos Antônio Paixão Góis (30 anos) foi encontrado morto no canteiro de obras do Metrô, localizado na Avenida Automóvel Clube, Pavuna. A vítima apresentava afundamento do crânio.

● **Caminhão** – Dois homens armados de revólveres roubaram o caminhão Mercedes Benz, placa RJ-ZK 0724, que estava carregado com 650 caixas de cigarros avaliadas em NCz$ 5 mil. O fato ocorreu na altura do Km 269 da BR-101, em Rio Bonito, e os criminosos, que utilizavam um Chevette não identificado, dominaram com facilidade o motorista Dorgival Pereira de Morais (43 anos).

● **Jóias roubadas** – Policiais da 132ª DP conseguiram recuperar, ontem, no esconderijo da quadrilha composta dos bandidos **Ruço, Neguinho, Mineiro** e **Dola**, o produto de alguns assaltos ocorridos nos últimos 15 dias a casas de veraneio da Região dos Lagos. Era uma casa abandonada localizada no Bairro Campo Redondo, em São Pedro D'Aldeia e, à chegada da turma de policiais, os criminosos conseguiram fugir num Monza cor de vinho, veículo também roubado de uma das residências atacadas.

No local, foram encontrados 2 quilos de jóias (entre brincos, pulseiras e anéis de ouro e prata); um aparelho de TV a cores; um de som 3x1; muitos eletrodomésticos; dois revólveres de calibre 32; um de calibre 38 e uma espingarda de calibre 16, tipo **Beretta**.

● **Biscateiro** – O biscateiro Werneck Pereira de Sousa (23 anos) saía ontem de casa, na Rua Nossa Senhora das Graças, lote 17, Quadra 3, Parque Muísa, Caxias, quando foi executado com 4 tiros. Um telefonema anônimo para os policiais da 60ª DP informou, logo em seguida, que o criminoso – um tal de **Sá** – cometera a violência porque o biscateiro costumava "comentar os seus crimes".

● **Jornaleiro** – O menor Adriano Pinto (13 anos), filho de Augusta Maria César Pinto, residia na Rua Barão de São Félix, 139, casa 2, Central do Brasil e trabalhava como jornaleiro. Ontem, em plena faixa de segurança da Avenida Presidente Vargas, próximo à Rodoviária, o garoto foi atropelado e morto por um Passat de cor branca, cuja placa ninguém anotou, sendo arrastado por mais de 50 metros.

● **No Jardim Botânico** – O funcionário público federal Carlos Roberto Vargas, de 47 anos, que dirigia um táxi Gol de placa não anotada, foi morto com 6 tiros, no final da noite de anteontem, ao tentar resistir a um assalto, na Rua J. J. Seabra, no Jardim Botânico. De acordo com testemunhas, o motorista estava parado próximo ao número 50 daquela rua, onde trabalhava no Colégio de Aplicação da UFRJ, quando três homens morenos se aproximaram e o dominaram, exigindo o dinheiro que ele possuía e as chaves do veículo.

O motorista reagiu, mas foi baleado e arrastado para fora do carro, que em seguida partiu em disparada, com os três ladrões. Socorrido por populares, o motorista foi levado para o Hospital da Lagoa, onde morreu. A Polícia não afasta a hipótese de vingança, dada as circunstâncias em que foi praticado o crime, com requintes de perversidade.

O DIA
Data 13/9/89
Caderno 1 Pág. 5

Sesi compra delegacia da Santa Luzia

O Sesi é o novo proprietário do terreno onde estão construídos oito prédios que compõem o ultrapassado conjunto arquitetônico da 3ª Delegacia Policial, na Rua Santa Luzia, no Centro. Ontem de manhã, na Secretaria de Polícia Civil, diretores regionais do Sesi (Serviço Social da Indústria), assinaram o termo de compra do terreno e depositaram no Banerj aproximadamente NCz$ 930 mil, correspondente a 2% do valor do imóvel. A delegacia tem prazo de 1 ano para desocupar os imóveis.

O DIA
Data 12/ 9 /89
Caderno 1 Pág. 8



O casal Jorge e Fátima da Cruz está inconformado com a morte do filho Marco Antonio

PM diz que houve reação na morte do estudante

O manobreiro Jorge Bezerra da Cruz e sua mulher, Fátima Paulina, pais do estudante Marco Antônio Bezerra da Cruz (16 anos), morto por soldados do Patamo 52/0038, lotados no 9º BPM (Rocha Miranda), de acordo com testemunhas, foram recebidos ontem pelo subcomandante daquele batalhão, Major Ney Robson Dias, na ausência do Comandante Emir Laranjeiras. Além de Marco, que morreu, recebeu ferimentos também o seu irmão Márcio Lúcio (17 anos) que, como ele, jogava cartas com vários amigos na calçada da Rua Junqueira em Rocha Miranda por volta das 20 horas de sexta-feira última, no momento em que os policiais chegaram atirando, conforme as acusações.

Inconformada, a mãe de Marco e Márcio disse que não havia motivo para tanta violência e que em hipótese alguma, houve troca de tiros – segundo a versão policial – entre os soldados e marginais. Ela garante que os policiais chegaram atirando.

Os pais dos rapazes informaram à reportagem, que vão pedir garantias de vida ao Secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, pois querem ver punidos os criminosos.

Dona Fátima Paulina garante também que entrará em contato com outras mães que, igualmente, tiveram seus filhos mortos pela PM, além de solicitar toda cooperação da Vereadora Regina Gordilho.

Prevalece versão

Ao regressar de uma incursão à Favela Pára-Pedro, o Comandante do 9º BPM, Emir Laranjeiras, afirmou, ao tomar conhecimento da visita dos pais da vítima que, por enquanto prevalece, para ele, a versão de que houve troca de tiros no local. – "Assim sendo, tudo aconteceu dentro da Lei. Marco foi encontrado com um revólver de calibre 38 a seu lado e contou com o socorro da guarnição. Por outro lado, a arma do soldado que admitiu ter atirado foi apreendida."

O Comandante declarou que nunca se recusou a receber as pessoas da comunidade e que ficou ressentido com a manifestação de protesto realizada anteontem, na frente do 9º BPM. "Antes de qualquer acusação deveriam ter me procurado". Depois de ligeira pausa, acrescentou: "Eu já perdi nove soldados em 5 meses e devo acusar quem?"

O DIA
Data 12/09/89
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

Passageiro mata e fere assaltantes

Três homens tentaram assaltar um ônibus que trafegava pela Avenida Brasil, próximo a Bonsucesso e um dos passageiros reagiu a tiros atingindo os três marginais. Um deles, Jairo Ribeiro de Jesus (18 anos), morreu. Os seus comparsas – menor M. I. S. (16 anos) e Pica-Pau – estão hospitalizados e as autoridades policiais da 21ª DP tomaram conhecimento.

● **Incêndio** – Um incêndio destruiu, ontem à tarde, a casa de cinco quartos da Rua Bela, 52 A, em São Cristóvão. Bombeiros de Benfica e Vila Isabel foram mobilizados, mas não conseguiram impedir que o fogo destruísse toda a casa.

A casa é de propriedade de Alice Nicolau de Sousa, que perdeu tudo, inclusive a televisão a cores comprada na última sexta-feira. Seus inquilinos, que ocupavam dois dos cinco quartos da casa de habitação coletiva, também tiveram prejuízo total. Alice teve uma crise nervosa e foi levada pelos Bombeiros ao Hospital Sousa Aguiar.

Segundo os moradores vizinhos, a instalação é velha, e constantemente vem caindo a energia da casa, por causa de um motor possante utilizado pela fábrica Anonimato, no número 66, quase ao lado.

O trânsito na Rua Bela foi fechado ao tráfego e uma equipe da Light esteve no local para desligar a energia dos prédios vizinhos por medida de precaução. A 17ª DP (São Cristóvão) registrou e solicitou perícia para apurar as causas do incêndio.

● **Baleado** – Maximino Ferreira da Silva (23 anos, Rua Barbosa de Araújo, 119, Caxias) é segurança do Colégio Fluminense, na Rua Barbosa de Araújo, 265, Parque Felicidade, Duque de Caxias. Ontem, ele estava no seu posto quando passou um carro, que ninguém identificou, e um de seus ocupantes fez disparos de revólver. Maximino, ferido na coxa direita, foi levado para o Hospital de Duque de Caxias.

● **Motorista** – O motorista Manoel Cardoso Sobrinho (53 anos) dirigia um ônibus da Viação Transportes Campo Grande, RJ-XN 5557, que faz a linha Parada de Lucas–Bangu, e, quando passava próximo ao Hotel Champion, na Avenida Brasil, em Irajá, um homem fez dois disparos de um carro em sua direção, atingindo-o no rosto. O criminoso seguiu em frente e a vítima, com ferimentos no nariz e no olho esquerdo, foi levada para o Hospital Getúlio Vargas.

● **Executado** – José Armando Almeida Santana (28 anos) foi visitar amigos em Belford Roxo e acabou sendo executado a tiros na Avenida São Francisco, Bairro do Vasco. A vítima residia na Rua Manoel Duarte, 1759, Parque Lafaiete, Caxias.

● **Acidente** – O agente Federal Álvaro Luiz Martins Foly (26 anos) dirigia o Escort placa RJ ED-4062, pela Avenida Emil Cleff, Bairro Ipu, Nova Friburgo. Perdeu a direção e não pôde evitar que o veículo batesse violentamente num barranco. A bancária Patrícia Quevedo Vassalo (23 anos) sofreu graves ferimentos, igualmente o agente e seus irmãos, Juvenal (25 anos) e Jorge Luiz (23 anos), que foram levados para o Hospital Antonio Pedro. A bancária morreu ao receber os primeiros socorros.

● **Cadáver** – Populares encontraram o cadáver de um homem negro, de 30 anos presumíveis, na Rua Marui Grande, Barreto, Niterói. A 80ª DP registrou e está investigando.

● **Radiopatrulha** – Na madrugada de domingo os seguintes batalhões da Polícia Militar lacraram os rádios das viaturas que atuavam no policiamento ostensivo: 1º Centro), 2º (Botafogo), 5º (Centro) e 13º (Centro). A medida foi determinada pelos comandantes para evitar as queixas sobre salários feitas por cabos e soldados através dos rádios das patrulhas e Patamos. Nos referidos batalhões, foram mantidas duas radiopatrulhas no pátio interno, operando em conexão com a central Maré Zero. Sempre que havia solicitação de socorro, as unidades móveis deslocavam-se até o ponto base da área de ocorrência e comunicavam o fato aos colegas, sendo então atendida a ocorrência. Ontem o serviço já estava normalizado, com os rádios dos veículos funcionando normalmente.

● **Major assaltado** – Dois homens armados de revólveres renderam o major PM reformado Alfredo Ari Neves, quando ele parou em um sinal na Rua Carolina Machado, em Madureira, ao volante de seu carro, o Santana placa ZH-8630. O militar foi levado pelos dois assaltantes que o abandonaram em Jacarepaguá, deixando-o a pé e levando seu veículo. O fato foi registrado pela 29ª DP, Madureira.

● **Medicamentos** – Vai ser apurado na 27ª DP (Vicente de Carvalho) o furto de medicamentos e aparelhos de pressão do HGV – Hospital Getúlio Vargas, fato na madrugada de ontem. O que causou mais estranheza à própria Polícia é que, apesar de haver grande movimento no hospital pela madrugada, com policiais e seguranças de uma firma que presta serviços naquele hospital, ninguém viu nada de anormal. Somente pela manhã é que foi constatado o arrombamento e a falta de materiais.

Sabe-se apenas que três aparelhos de pressão arterial, que são instalados na parede, desapareceram juntamente com grande quantidade de medicamentos, entre estes remédios controlados, que provocam dependência física e que são procurados por toxicômanos. A ação dos ladrões estendeu-se também ao setor de pronto-atendimento, ao setor ambulatorial e da farmácia do hospital.

Paralelamente ao inquérito policial, a direção do hospital instaurará um inquérito administrativo, a fim de apurar responsabilidades.

O DIA
Data 12/9/89
Caderno 1 Pág. 8

Encapuzados matam dois em posto de gasolina

NOVA IGUAÇU (Sucursal) – Três homens encapuzados assaltaram na madrugada de ontem o posto de gasolina Vip, na Rua Santos Dumont, 435, no Centro deste Município, e mataram a marretadas o frentista Nélson Vieira Machado, de 30 anos, e um vigia de um prédio vizinho ao posto, Paulo de Oliveria, 48 anos. Outro frentista que estava de plantão, Joaquim Alves de Freitas Júnior, conseguiu escapar do banheiro, onde os marginais trancaram os reféns, e foi pedir socorro à Polícia que, quando chegou, já era tarde: os dois homens estavam mortos e os ladrões fugiram levando cerca de NCz$ 5 mil, dois toca-fitas e uma tv portátil.

Por volta das 2 horas 30m os assaltantes chegaram ao posto e renderam o frentista Nélson e o vigia, que conversavam, obrigando sob mira de um revólver, o outro empregado a também obedecer às ordens. Levados para o banheiro, os marginais começaram a revirar o escritório à procura de dinheiro, achando um cofre do tipo **boca de lobo**, onde estava guardada a féria de sábado e domingo. Neste intervalo de tempo, Joaquim Alves fugiu em disparada para a rua em busca de ajuda, enquanto os marginais gritavam para que voltasse.

Assassinados

Em represália, os três encapuzados amarraram o frentista e o vigia e os abateram com vários golpes de marreta na cabeça.

O dono do posto e também tesoureiro do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado do Rio, Dewett Catambry Filho, disse que este é o sexto assalto neste ano, nos seus três postos na baixada, e em repúdio contra as mortes que classificou de uma "chacina", mandou confeccionar uma faixa com os dizeres "parabéns aos Direitos Humanos pelas duas vítimas massacradas". Dewett criticou ainda a Polícia que, segundo ele, dá toda a segurança a bancos e supermercados durante a semana, e nos feriados e finais de semana, quando estes estabelecimentos estão fechados, o efetivo de policiais diminui à metade e a população fica à mercê de crimes bárbaros como ao que aconteceu no posto. A 52ª DP (Nova Iguaçu) registrou.

O DIA
Data 11/09/89
Caderno 1 Pág. 7

REGISTRO POLICIAL

Ciúmes provocam homicídio

Maria das Graças Soares de Melo (25 anos) tinha muito ciúme do marido, Marcelo Alexandre Wagner Félix e, por isso mesmo, por qualquer motivo, criava caso com ele. Há dias, entendeu que a vizinha Edméia do Prado – que residia em frente à sua residência, na Rua Félix, 5, Bairro Tricampeão, Engenheiro Pedreira – estava se insinuando para o companheiro. Resolveu tirar satisfações e, ontem, as duas mulheres começaram a discutir acaloradamente. No auge da troca de insultos, o pai de Edméia, Rangel Rodrigues do Prado (44 anos) acorreu em defesa da filha e acabou matando Maria das Graças com um tiro na cabeça, fugindo em seguida.

● **Decapitado** – Anteontem, por volta das 23 horas, quatro homens encapuzados invadiram a casa nº 107, da Rua Vitalina, em Nova Iguaçu, residência de Maria Lopes da Silva, onde dominaram e seqüestraram seu filho José Lopes da Silva (18 anos) que levaram para o Bairro Vila Carmary, próximo a um campo de **peladas** conhecido como **Sangue e Areia**. Ao lado de uma árvore – onde havia sido afixado um cartaz com os dizeres "Viva Collor" – os criminosos torturaram barbaramente a vítima e em seguida, com um facão, deceparam-lhe a cabeça, que colocaram depois no centro do campo, a 100 metros de distância.

● **Proteção** – Gilberto dos Santos (27 anos) foi assassinado com vários tiros, tombando na Rua Guarani, Bairro Rancho Novo, Nova Iguaçu. Os moradores, penalizados, trataram de proteger o cadáver dos animais e improvisaram uma cobertura utilizando dois cavaletes e uma lona.

● **No olho** – Sebastião José Ribeiro (26 anos) residia na Rua Adamastor, 46, Bairro Xavante, Nova Iguaçu e ontem, foi morto com um tiro no olho esquerdo. As autoridades policiais da 54ª DP não conseguiram apurar nada em torno da ocorrência.

● **De sapatilhas** – Um homem branco, de 28 anos presumíveis, foi morto com um tiro no pescoço quando se encontrava nas proximidades da estação ferroviária de Gramacho. A vítima vestia bermuda marrom, camisa estampada e sapatilhas pretas.

● **Feirante** – O feirante Domingos Dias (31 anos) foi assassinado na porta da residência, na Rua Nossa Senhora de Fátima, Lote 7, Quadra 148, Parque São Francisco de Paula, Queimados. Segundo uma testemunha, um homem conhecido como **Edinho** mandou que uma vizinha chamasse o feirante e quando ele atendeu, recebeu vários tiros.

● **Segurança** – Populares encontraram, ontem, o cadáver do guarda de segurança Gilberto dos Santos (26 anos) que jazia na Rua Guarani, em frente ao prédio nº 119, Bairro Rancho Novo, Nova Iguaçu. Até o momento, tudo é mistério.

● **Execução** – Josias Gonçalves da Silva (18 anos) e Sebastião Vieira (38 anos) subiam a Rua Barão de Quissamã, no Morro da Chatuba, quando foram cercados por vários homens. Josias tombou com 5 tiros na cabeça, mas Sebastião – apesar de ter sido atingido também com vários tiros na cabeça e no peito – ainda conseguiu abrir caminho, entrar nos fundos da casa nº 87, onde acabou perdendo as forças e caiu para, em questão de mais alguns segundos, morrer. Moradores apenas ouviram os disparos e não souberam informar nada às autoridades policiais da 53ª DP.

O DIA
Data 11 / 09 / 89
Caderno 1 Pág. 7

Moradores acusam PMs da morte do estudante

Alunos do Colégio Independência e moradores da Vila Santa Teresa, em Rocha Miranda, fizeram manifestação ontem na porta do 9º BPM, para pedir a punição dos ocupantes de um Patamo que, acusam sexta-feira última, mataram a tiros, o estudante Marco Antonio Bezerra da Cruz (16 anos) e feriram seu irmão Márcio Lúcio Bezerra da Cruz (17 anos). A manifestaçao durou quase 2 horas e uma comissão de moradores será recebida hoje, às 10 horas, pelo Coronel Emir Laranjeiras, Comandante do Batalhão.

Embora os militares aleguem que a morte do estudante foi acidental, em conseqüência de uma troca de tiros com bandidos na Rua Jaqueira, em Vila Santa Teresa, os companheiros de Marcos Antonio estão dispostos a depor para, segundo eles, provar que "houve assassinato". Entre as testemunhas destaca-se Luíza Paulino da Silva, 56, que diz ter visto os PMs atirarem em Marco Antonio e impediram que fosse socorrido.

– Eles ameaçaram de morte até quem chegava perto de Marquinho para socorrê-lo. Pegaram ele pelos braços e pelas pernas e jogaram dentro do Patamo. Foi assassinato – garantiu, Luíza Paulino, que é tia de Marco Antonio.

O rapaz e alguns amigos estavam jogando baralho numa calçada da Rua Jaqueira, por volta das 20 horas de sexta. O Patamo nº 52.0038, com um sargento um cabo e dois saldados se aproximou da rua. Quando os policiais perceberam o grupo de jovens jogando, segundo Luíza, deram uma volta e reapareceram atrás deles.

Segundo alguns estudantes que estavam com Marco Antonio, os policiais deram uma rajada de metralhadora e feriram mortalmente o rapaz. Um dos PMs – percebendo o engano – chegou a comentar para um colega: "Viu o que você fez?" O pai de Marco Antonio, o manobreiro Jorge Bezerra da Cruz, 39, afirmou que os militares chegaram a chutar a cara de Marco Antonio após ele ter sido baleado.

– Não será a última vez que eles vão matar inocentes em morros e favelas – declarou por sua vez o mecânico de helicóptero Adauto José Torres (39 anos), que participava da manifestação na porta do 9º BPM. Para o pai do rapaz, Jorge Bezerra, os ocupantes do Patamo estavam "doidões" e por isso se descontrolaram. Ele diz que não vai sossegar enquanto não ver os "assassinos de meu filho presos e julgados". No transporte do corpo até o Hospital Carlos Chagas, em Marechal Hermes, os parentes de Marco Antonio constataram que um cordão de prata, os tênis e NCz$ 80,00 haviam sumido.

De luto

Hoje, às 8 horas, uma faixa negra será colocada na frente do Colégio Independência, na Av. dos Italianos, onde Marco Antonio estudava, em sinal de protesto dos seus colegas pelo desaparecimento prematuro do estudante. Mais tarde, às 10 horas, os estudantes pretendem acompanhar a comissão de moradores que irá ao Batalhão, para o encontro com o Comandante, Coronel Emir Laranjeiras.

O DIA
Data 10/09/89
Caderno 1 Pág. 5

Caxias ganha reforço na área de saúde

Os primeiros 93 médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, de laboratório e de rediologia do grupo de 1.037 candidatos aprovados no recente concurso para a área de saúde de Caxias já começaram a ser aproveitados nas vagas existentes. Esta semana a Secretária Municipal de Saúde divulgou edital de convocação dos aprovados, que ainda este mês vão começar a ser lotados nos Hospitais Geral de Duque de Caxias, Infantil Ismélia Silveira, de Emergências de Itatiaia, do Sase de Xerém – que está em reformas – e nos nove postos e subpostos de saúde espalhados pelos quatro distritos. Os outros 944 aprovados vão ter que aguardar a criação de novas vagas, já que até o final deste ano novos postos e subpostos de saúde vão ser construídos. O concurso tem a validade de 2 anos.

Segundo o presidente da Comissão do Concurso, médico Danilo Gomes, a chamada dos primeiros escolhidos começa ainda nos próximos dias: São 64 médicos, 3 enfermeiros, 2 bioquímicos, 15 técnicos de enfermagem, 5 técnicos de laboratório e outros 5 técnicos de radiologia. Na área médica, esses 64 médicos vão ser distribuídos pelas unidades de saúde nas seguintes especialidades: 10 ginecoogistas-obstetras; 5 anestesiologistas; 10 pediatras; 10 médicos clínicos; 2 cirurgiões infantis; 2 sanitaristas; 2 tisiopneumologistas; 3 cardiologistas; 10 para cirurgia geral; 5 trumato-ortopedia; 3 radiologistas e 2 para hemoterapia. Nessa última especialidade, a Secretaria de Saúde não conseguiu preencher as vagas, pois só um candidato foi aprovado.

Do contingente que foi aprovado, segundo a Secretaria de Saúde local, o maior número de profissionais é da clínica médica, com 194, seguindo-se a pediatria com 189; a de técnicos de enfermagem, com 181 profissionais; os técnicos de radiologia, com 121; enfermeiros com 89; 72 de cirurgia-geral; 35 de ginecologia-obstetrícia; 27 de sanitaristas; 42 técnicos de laboratório; 20 da área de radiologia; 12 de traumato-ortopedia e 12 de tisiopneumologia; 10 cardiologistas; 17 anestesiologistas; 8 bioquímicos; 7 cirurgiões infantis e um especialista em hemoterapia.

O DIA
Data 10 / 09 / 89.
Caderno 1 Pág. 5

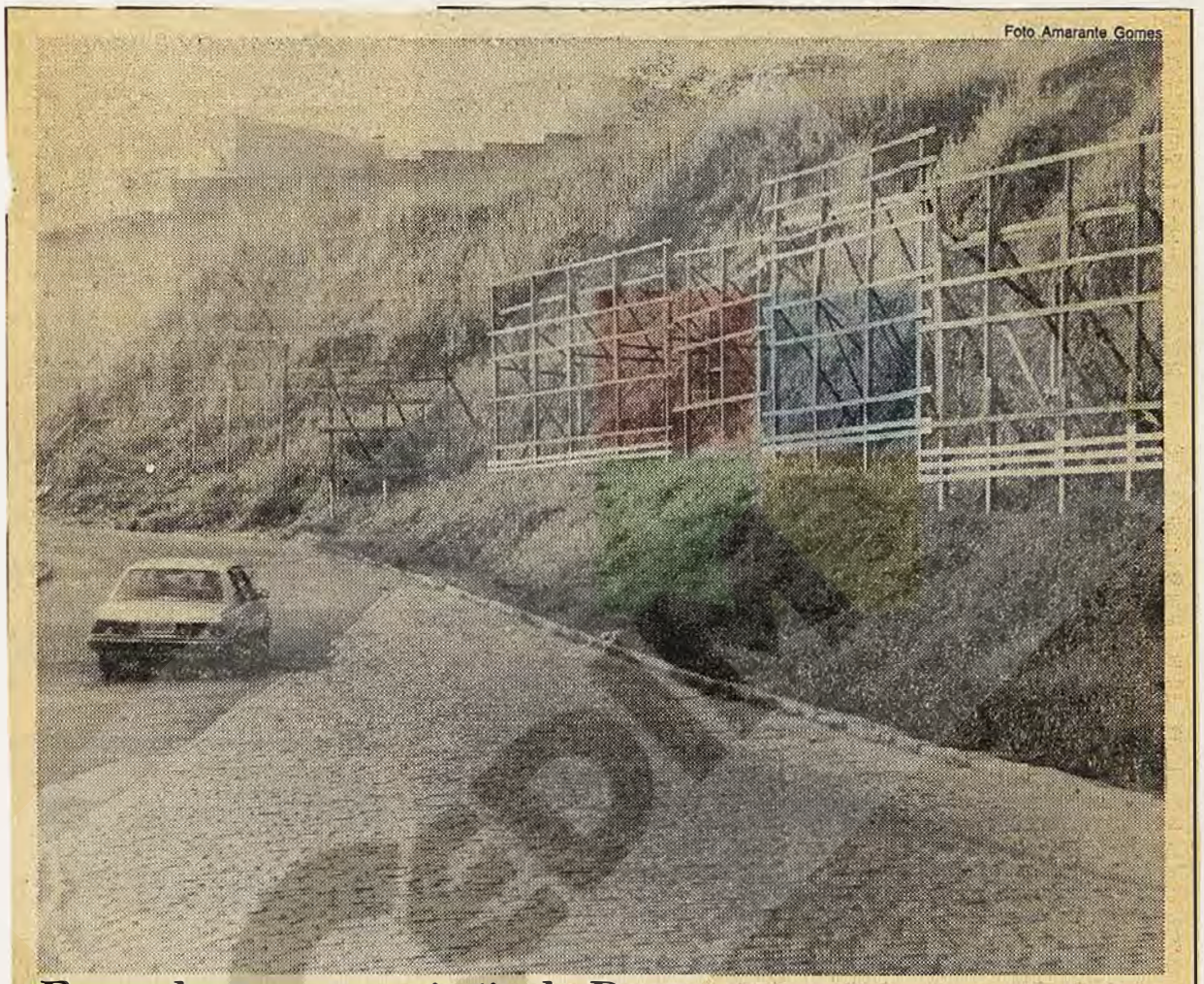


Foto Amarante Gomes

Fazenda remove painéis da Dutra

Preocupada em melhorar a imagem da entrada da Cidade, a Prefeitura Municipal de São João de Meriti iniciou, esta semana, a retirada de todos os 22 outdoors *(foto) – alguns com mais de 80 metros quadrados – que* enfeitavam *o acesso feito por Vilar dos Teles, junto à Via Dutra. A operação foi iniciada tão logo expirou o prazo dado pelo Secretário Municipal de Fazenda, Altair Soares, para que as empresas proprietárias dos painéis cuidassem elas próprias, da remoção. Segundo o secretário, a retirada foi decidida, já que não houve a renovação de licença para a manutenção dos painéis, todos afixados em solo público. Com caminhões e um trator, funcionários da Secretaria começaram a remoção e chegaram a arrancar seis* outdoors, *mas logo receberam ordens de interromper a operação, já que as quatro firmas proprietárias dos painéis – todas do Rio de Janeiro, se comprometeram a dar continuidade à retirada. O Secretário Altair Soares explicou que vai acompanhar de perto o cumprimento da promessa, e esclareceu que existe a necessidade de se fazer uma licitação pública, para que novos painéis sejam colocados em áreas municipais. Ainda segundo Soares, tão logo a retirada seja concluída pelas firmas, a Prefeitura realizará estudos para determinar locais onde os painéis serão permitidos.*

O DIA
Data 10/09/89
Caderno 1 Pág. 5

Serla anuncia o início de obras contra as enchentes

Depois de mais de 1 ano de espera, os moradores da Baixada finalmente vão ver iniciadas as obras de prevenção e recuperação dos locais atingidos pela enchente de fevereiro do ano passado. Pelo menos é o que garante o presidente da Serla (Superintendência Estadual de Rios e Lagoas), Délio Leal. Segundo ele, já na próxima semana serão iniciadas as obras de micro e meso drenagem de 56 bairros, além da drenagem e pavimentação de cinco estradas que cortam a região, num total de US$ 21 milhões 203 mil 348.

Os recursos são parte dos 156 milhões de dólares concedidos pelo Banco Mundial (Bird) ao Governo do Estado, para o Plano de Reconstrução e Defesa Contra Inundações no Rio de Janeiro. O programa de emergência engloba toda a região metropolitana. Ao todo, segundo Délio Leal, serão limpos mais de 200 quilômetros de rios e valões e pavimentados 112 quilômetros de estradas, onde serão colocados 2 mil metros quadrados de pontes e 3 mil 480 metros quadrados de contenção de encostas.

O maior trecho a ser limpo será a bacia do Rio Botas (70 quilômetros), que corta grande parte de Nova Iguaçu, beneficiando 700 mil famílias. O restante da operação será feita nos Rios Pavuna–Meriti, Inhomirim, Estrela e Saracuruna, de onde serão retirados 3 milhões e 200 mil metros cúbicos de entulho.

Para este trabalho, a Serla vai contar com 10 milhões de dólares destinados pelo Bird. "Será um banho de limpeza", anunciou com certo exagero o presidente da Serla, ao comentar que serão utilizados para a limpeza dos rios e valões nada menos que 200 caminhões, 80 tratores, além de dragas convencionais e flutuantes.

Foto Amarante Gomes



Délio Leal, da Serla, anuncia obras

Paralelo a isto, o DER, com uma verba também do Bird (24 milhões e 957 mil dólares) irá pavimentar e drenar 26 estradas na Região Metropolitana. Entre elas estão a Estrada Federal, que liga Vila de Cava a Tinguá (13 quilômetros); a Avenida Presidente Kennedy, em Caxias (17 quilômetros); a Avenida Automóvel Clube, do trecho da Pavuna a Nova Iguaçu (12 quilômetros); a Avenida Guandu, que liga a Rodovia Presidente Dutra a Engenheiro Pedreira; (8,6 quilômetros) e a Avenida Abílio Augusto Távora (3,75 quilômetros).

De acordo com Délio Leal, todas as obras têm previsão para terminar no máximo dentro de um ano, prazo determinado pelo próprio Banco Mundial, como condição para liberar o empréstimo. Coincidência ou não, neste mesmo período estará terminando o mandato do Governo Moreira Franco.

Segundo a relação da Serla, os locais listados para receberem as obras de recuperação são os seguintes: Nova Iguaçu – Parque São Bernardo, Lote XV, Centro, Bairro da Luz, Jardim Gláucia, Jardim Redentor, Jasmin, Alvorada, Miguel Couto, Heliópolis, Babi, São Francisco, Vilar Novo, Mesquita, Prata e Areia Branca; São João de Meriti – Parque Araruama e Analândia, Bairro dos 300, Jardim Sumaré, Éden, Agostinho Porto e São Matheus; Nilópolis – Manuel Reis, Cabuís, Paiol, Nova Olinda e Novo Horizonte; Caxias – Vila Rosário, Gramacho, Barro Branco, Parques Paulista, Estela e Jurema, Jardins Anhangá e Primavera, Vila Angélica, Barreiro, Bragança, Maria Helena, Pilar e Cidade dos Meninos.

Morador afirma que só acredita vendo

"Só vendo para crer. Eles disseram que iam começar no dia 1º e ninguém apareceu por aqui. Agora vamos ver o que vai acontecer." O comentário incrédulo do agricultor Severino Ramos Pereira, 45 anos, um dos raros moradores da esburacada e deserta Avenida Guandu – principal acesso a Engenheiro Pedreira, em Nova Iguaçu –, reflete o espírito dos moradores da região com relação às obras anunciadas pelo Governo do Estado. Escaldados pelas promessas não cumpridas e pelas obras eleitoreiras, eles preferem, desta vez, seguir a lei de São Tomé.

Esquecida no tempo e no espaço, a estrada, que em 82 chegou a receber uma fina borra de asfalto, é hoje um tormento para quem tenha de atravessá-la. São mais de 8 quilômetros de sofrimento, em meio a buracos, poeira e lama, onde os carros não conseguem passar da segunda marcha, e o melhor transporte são as carroças e bicicletas.

"Acho que Deus, quando criou o mundo, esqueceu desse lugar", comentou com ironia Severino, ao se referir às dificuldades enfrentadas pelos moradores do local, distante 28 quilômetros do Centro de Nova Iguaçu.

Nos dias de chuva, aí mesmo é que a estrada fica impraticável. Nessas ocasiões, o "salvador da Pátria" é Severino, que, com um pequeno e velho trator, é chamado, até mesmo de madrugada, para ajudar a desatolar os automóveis presos no barro.

"Eu já cheguei a tirar um caminhão de 14 toneladas do atoleiro", diz ele com orgulho, ecrescentando que, por causa desse ato, foi presenteado com um cabo de aço. O agricultor, porém, lamenta o abandono da região, que o levou a se transformar em herói da estrada.

O DIA
Data 10/09/89
Caderno 1 Pág. 16

Albeniza Garcia

Só este ano, nove policiais militares que servem no 9º BPM (Rocha Miranda) foram mortos em confronto com bandidos – a média é de uma morte por mês. O caso mais recente foi o do soldado Jair Gonçalves, morto quinta-feira por um ladrão com um tiro na cabeça quando tentava evitar que uma senhora fosse assaltada na esquina das Ruas Francisco Batista e Carolina Machado, em Madureira. Depois do 9º BPM, o batalhão com maior número de mortos por bandidos este ano é o 18º (Jacarepaguá), com quatro. Além disso, 7 PMs de outros batalhões foram mortos na área do 9º BPM.

O comandante do 9º Batalhão da Polícia Militar, Coronel Emir Larangeiras, tem uma explicação para o trágico recorde: na área de sua jurisdição fica um grande número de favelas em que se refugiam alguns dos traficantes de tóxicos e assaltantes mais perigosos do Rio, destacando-se entre elas a de Acari, onde o tráfico de drogas é controlado por Darcy da Silva Filho, o **Cy de Acari**. Segundo a Polícia, o traficante é um dos financiadores dos bandidos do **Comando Vermelho** que estão no Bangu I, presídio de segurança máxima do Estado.

Policiais militares informaram que a principal quadrilha de assaltantes e traficantes da Favela de Acari costuma matar seus inimigos e jogar os corpos no rio que passas junto ao morro. Foi lá que a Polícia prendeu assaltantes que tinham participado do recente assalto ao setor de penhores da agência de Ramos da Caixa Econômica Federal.

2 milhões

Oficiais do 9º BPM, informaram que é de 2 milhões a população da área de atuação do batalhão de Rocha Miranda. Além de Madureira, o maior bairro da área, o 9º BPM exerce atividades também em Cascadura, Quintino, Pavuna, Coelho Neto, Acari, Irajá, Vaz Lobo, Deodoro, Marechal Hermes, Vila Valqueire, Colégio e parte de Jacarepaguá.

Em alguns bairros, existem problemas específicos que fazem crescer as preocupações do comando do 9º BPM, como as manifestações que os bandidos obrigam os moradores de Acari a fazer contra a Polícia e os pegas de motoristas nos fins de semana, em Vila Valqueire. Mas o problema principal é o da violência dos bandidos, muitos deles ligados à facção **Comando Vermelho**, comandada pelos que estão presos no Bangu I. Na Favela do Pára Pedro, a única da área do 9º BPM que não tem bocas-de-fumo, seis pessoas foram chacinadas na semana passada.

Segundo o Coronel Emir Larangeiras, os pontos críticos para seu batalhão são as favelas dos morros do Fubá, Juramento, Faz Quem Quer, Serrinha, São José, Mundial, Lagartixa, Acari, Amarelinho, Pedreira, Joana D'Arc, Muquiço, parte da Favela de Parada de Lucas, Vigário Geral, Congonhas, Quiriri, Cajueiro e Primavera, além do Conjunto Oswaldo Cruz.

Nessas favelas, com grande número de traficantes de tóxicos em atividade, as maiores vítimas são as crianças de famílias muito pobres que são atraídas para o consumo e o tráfico de drogas muito cedo.

Menores viciados

– É preciso acudir nossas crianças o mais rápido possível, para que elas não se tornem os marginais de amanhã – alerta o coronel Emir Laranjeiras. – Elas são atraídas pelos traficantes, que depois de viciá-las passam a usá-las em suas bocas-de-fumo. A maioria delas é de famílias que não têm dinheiro nem para comprar um pão por dia. Elas são usadas pelos bandidos também para arrancar cordões dos pescoços das pessoas ou para arrombar casas comerciais. Para os bandidos, essas crianças têm a vantagem da impunidade, já que são menores de idade.

O comandante do 9º BPM revelou que, em algumas **batidas**, seu batalhão chega a deter 40 menores viciados:

– Chamamos seus pais, mas pouco adianta, porque são tantos os delitos já cometidos que as crianças já não têm recuperação.

O coronel Emir Laranjeiras explicou que a criminalidade na área de atuação do 9º BPM é audaciosa e atuante, com muitos assaltos que terminam em morte, devido à ligação direta dos assaltantes com o tráfico de drogas.

Oficiais do 9º BPM reconhecem que o batalhão não dispõe de infra-estrutura para uma vigilância eficaz, 24 horas por dia, em toda sua área. O importante para um combate melhor ao crime organizado, dizem eles, é a denúncia feita por moradores.

– Basta ligar para 190 e informar onde estão os traficantes de tóxicos e os assaltantes. Não é preciso ficar com medo deles, porque o sigilo é mantido por nós – disse um oficial.

O DIA
Data 10/9/89
Caderno 1 Pág. 18

REGISTRO POLICIAL

Irmãs agarram ladrões

O ônibus que faz a linha Cascadura/Praça Mauá trafegava normalmente pela Avenida Ernâni Cardoso quando quatro ladrões – um deles armado de revólver – anunciaram o assalto e começaram a "limpar" os passageiros, entre eles, as irmãs Glória Fátima e Sônia Regina Feliciano Magalhães, respectivamente de 20 e 23 anos de idade.

Tranqüilamente, entregaram seus pertences e permaneceram em seus lugares observando o movimento dos criminosos. Quando estes desembarcaram, elas fizeram o mesmo. Foram atrás deles e trataram de dominá-los. O que estava armado, apavorado, saiu correndo com arma e tudo, mas os comparsas não tiveram a mesma sorte e foram levados por elas para a 28ª DP (Campinho). Tratava-se de Marcelo Leite Viana (18 anos) e os menores P.R.S. (17 anos) e J.S.M. (16 anos). Em poder deles, os policiais encontraram jóias e dinheiro que haviam roubado dos passageiros.

● **Boiando** – O cadáver de um homem negro, de 50 anos presumíveis, apareceu boiando próximo ao Cais dos Aerobarcos, na Praça XV e, recolhido, foi removido por uma lancha para o IML. Segundo as autoridades policiais da 10ª DP, a vítima teria caído de uma das barcas durante o trajeto Rio–Niterói.

● **Nas costas** – Um homem negro, de 25 anos presumíveis, foi morto com um tiro nas costas em frente à casa de nº 65 da Rua Benjamino Gibli, Bairro da Figueira, Campo Grande. Populares encontraram o cadáver e acionaram uma equipe da 35ª DP, que tomou as providências necessárias.

● **Reagiu** – Quatro homens assaltaram a Confeitaria, Bar e Lanchonete Estado, de propriedade de Francisco Moreira da Silva (39 anos), localizada na Rua Peter Lung, Caju, e o comerciante, em dado momento, resolveu reagir. Um dos marginais deu-lhe um tiro na cabeça e ele tombou sem vida. O empregado José Melo Barbosa (28 anos) testemunhou a violência e descreveu o ladrão que atirou com um mulato, de 1m80 de altura.

● **Traficante** – Conhecido como Galego, o traficante de drogas Onaldo Acrescio de Lima (22 anos) foi executado com oito tiros quando passava pela Rua Figueiredo Camargo, Favela Vila Vintém, Padre Miguel. Galego fazia parte, segundo as autoridades policiais da 34ª DP, da quadrilha chefiada por Celsinho, que controla o tráfico na área. Os criminosos ocupavam um Opala branco, cuja placa ninguém anotou.

● **"Cavalo"** – Era conhecido apenas como Cavalo e aparentava ter 30 anos de idade. Ontem, foi assassinado com vários tiros na Travessa Jacopemba, na Penha. A 27ª DP tomou conhecimento e está apurando.

● **Executados** – Edmo de Sousa Freitas (24 anos) e Luciano Oliveira Lima (20 anos) foram encontrados sem vida na Rua do Riacho, em frente ao prédio nº 52, em Comendador Soares. Os dois apresentavam inúmeras perfurações produzidas por tiros e vestiam bermudas e jaquetas jeans. A 56ª DP compareceu ao local mas não conseguiu apurar nada em torno da ocorrência.

● **Acidente** – Um ônibus da Expresso Brasileiro Viação Ltda., placa de S. Paulo, HU-3635, trafegava vazio, pela Avenida Ribeiro Dantas, na Vila Pinheiro, dirigido pelo motorista Paulo Vicente da Silva, quando chocou-se com o Chevete placa RJ ZI-3207, dirigido por Josinar Melo Rodrigues (19 anos) que, em conseqüência, sofreu fratura da perna direita, além de muitas escoriações. A vítima ficou presa entre as ferragens do veículo e teve que ser retirada pelos bombeiros, sendo levada para o Hospital do Fundão, onde se encontra.

● **Moto** – O estudante Marcelo Orgal Raposo (22 anos) que residia na Rua Garcia Redondo, 100, Bloco A, apto. 501, Cachambi, pilotava a moto Honda de sua propriedade, CB-400, placa RJ-VF 630, pela Rua das Mangueiras, próximo à Avenida Suburbana, em Pilares, quando foi abalroado pelo auto-carga RJ-VR 0330, conduzido pelo italiano Santo de Luca. Resultado: o estudante morreu e sua acompanhante que viajava na garupa – Nívia Orgal Tixinine (19 anos) – recebeu ferimentos diversos e está internada no Hospital Souza Aguiar. O motorista do caminhão apresentou-se às autoridades policiais da 24ª DP.

● **Atropeladas** – As meninas Lucilene Mendes da Silva e Cristiane Cesário Frederico, respectivamente, de 10 e 12 anos de idade, foram atropeladas na Rua Engenheiro Francisco Passos, na Penha, pelo Volks placa RJ-WS 2935 e foram socorridas pelo motorista do veículo, Arthur Francisco da Costa Filho, que as conduziu para o Hospital Getúlio Vargas, onde se encontram em observação.

● **Solitário** – Um ônibus da Viação Auto-Diesel chegava ao ponto final da linha Pavuna/Castelo quando um homem com o antebraço direito gessado e armado com um revólver assaltou a cobradora do coletivo, Rosa Soares Veras, de que levou a quantia de NCz$ 140,00. O ladrão fugiu na direção da Praça XV.

● **Sargento** – O sargento Paulo Carvalho dos Santos, lotado no 7º CIPM, Magé, RG 1/11826, comandava uma RP na localidade de Nova Marília, em Magé e pretendia capturar os marginais conhecidos como Waldecy, Betinho, Cid e Bozo, que estavam escondidos num barraco. Ao chegar ao local, o policial invadiu sozinho o casebre e recebeu um golpe na cabeça desferido com um cabo de foice. Ficou tonto e deixou cair a arma, que o marginal Bozo apanhou e deu-lhe um tiro, atingindo-o, porém, de raspão, no pescoço. Os criminosos fugiram e o sargento foi medicado primeiramente no Hospital Municipal de Magé e removido posteriormente para o Hospital Sousa Aguiar.

● **Tocaia** – Manoel Jorge Antônio dos Santos (32 anos) caminhava pela Rua Triagem, 136, fundos, em Venda Velha, onde residia na casa nº 136 quando vários homens que estavam de tocaia interceptaram-lhe os passos e o executaram com vários tiros. Praticada a violência, os criminosos entraram num carro branco estacionado nas proximidades e fugiram.

● **Carro roubado** – O funcionário da Cehab-RJ, Benedito Vieira, teve o seu Voyage branco, XL 4482, roubado no estacionamento da Secretaria Estadual do Trabalho e da Habitação, sob o Viaduto Pedro Álvares Cabral, na Praia de Botafogo. Benedito registrou o fato na 10ª DP-Botafogo e pede que qualquer informação seja dada pelo telefone 286-4522.

● **Ameaçado** – O detetizador Sérgio Gomes de Almeida, de 32 anos, esteve na Redação de O DIA para denunciar as ameaças de morte que vem sofrendo. Segundo ele, no domingo passado, sua casa, em Realengo, foi invadida por 5 homens – entre eles Floriano Jordão, irmão da proprietária do imóvel – que surraram e balearam sua esposa, Sônia de Assis Barbosa, obrigando-os a deixar a casa. Sônia, segundo Sérgio, continua internada no Hospital Carlos

O DIA
Data 10 / 09 / 89
Caderno 1 Pág. 18

Assaltou dois casais e estuprou uma menor

SÃO JOÃO DE MERITI (Sucursal) – O mecânico Selmo Nogueira Coutinho, 27 anos, foi preso na madrugada de ontem em flagrante, por policiais do 21° BPM (Vilar dos Teles), depois de assaltar 2 casais de namorados, e estuprar a menor A.N.F.O., de 17 anos. Selmo Nogueira foi detido num terreno baldio da Rua São João Batista, Centro de São João de Meriti, quando tentava escapar da perseguição da patrulha 54-1201. Atingido na perna direita, Selmo foi medicado no Hospital São Francisco de Paula, e depois levado para 64ª DP (Vila dos Teles).

Segundo o menor Sidinaldo M. C., 17 anos, namorado de A.N.F.O., os dois voltavam às 4 horas da manhã de ontem de uma festa em Duque de Caxias, em companhia de outro casal amigo. Quando se dirigiam para a Rua Antônio Alves da Costa, em São Mateus, onde mora A.N., foram surpreendidos por Selmo Nogueira, na Rua São João Batista. Dizendo-se armado, e mantendo a mão direita por baixo da camisa, o mecânico, que reside no n° 287 daquela rua, exigiu que os rapazes lhe entregassem todo o dinheiro, e os pares de tênis.

Em seguida, aos berros, Selmo Nogueira levou a namorada de Sidinaldo para um beco escuro e mandou que os outros três saíssem dali. Ao fugirem, os amigos encontraram o carro do 21° BRM e avisaram ao cabo Paulo Sérgio Castro Nunes que A. tinha sido seqüestrada. A poucos metros dali, o grupo reencontrou a garota, que disse ter sido estuprada pelo rapaz e, abalada, confessou que não tinha sentido nada, porque já fora vítima de estupro aos 12 anos.

Os policiais militares saíram em perseguição ao estuprador, e o encontraram num terreno baldio da mesma rua. Em seu poder, os PMs apreenderam NCz$ 100,00 e os pares de tênis, roubados pouco antes.

O DIA
Data 18 / 9 / 89
Caderno 1 Pág. 18

Bêbado atacou companheira a dentadas

NOVA IGUAÇU (Sucursal) – Quando Cléa Maria da Silva, 36 anos, viu o seu companheiro chegar na casa, na Rua Juriti, em Aldeia Felicidade, Belford Roxo, já sabia que ele estava bêbado, e pronto para iniciar uma discussão. Mas Cléa Maria não esperava que, no meio da briga, sem motivo aparente, Darcy começasse a agredir-lhe a dentadas por todo o corpo. Ajudada por vizinhos, Cléa foi medicada no Hospital da Posse, em Nova Iguaçu, levando pontos no rosto. Registro na 54ª DP (Belford Roxo).

O DIA
Data 9 / 9 / 89
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

Espancou a sogra com barra de ferro

O despachante Ubiracy Gomes Barroso (47 anos) agrediu a socos, pontapés e golpes de barra de ferro sua companheira Anilza Modesto (35 anos) e a sogra Leoídes Monteiro da Silva (64 anos) – que foram medicadas no Hospital Cardoso Fontes e acusaram o agressor de ser falsificador de documentos. Policiais do 18º BPM (Jacarepaguá) foram à residência, na Avenida Alagoas, 1705, Gardênia Azul, e efetuaram a sua prisão, apreendendo no local, segundo o cabo Sá, placas "frias" de carro, certidões negativas em branco e fichas de inscrições de diversas casas comerciais, além de uma cópia de intimação para depor na Polícia Federal.

Ubiracy foi levado para a 32ª DP e, perante o delegado Carrera, negou a acusação de falsário. Uma verificação foi feita sobre a sua situação nos órgãos policiais, ficando constatado apenas que ele responde a sindicância na Polícia Federal por agressão. Diante disso, foi autuado no Artigo 129 (lesões corporais). Pagou fiança e obteve a liberdade.

● **Tragédia** – A menina Raquel Mary Honório (4 anos) estava com os irmãos Vinícius (7 anos) e Shirley (9 anos) no barraco onde residia, na Rua Arthur Macedo, Realengo, e começou a acender todas as velas de um pacote que encontrou no quarto. Resultado: o fogo atingiu um dos móveis e, em poucos instantes, o barraco estava em chamas. Vizinhos acorreram e salvaram Shirley e Vinícius, mas nada puderam fazer pela garotinha, que morreu carbonizada. O pai das crianças – biscateiro Severino Venâncio Honório – não se encontrava na residência, pois saíra para procurar trabalho.

● **Traficantes** – Policiais da Cidade de Deus prenderam, ontem, em flagrante, quando vendiam maconha, os jovens Graciano Rodrigo Santavila e Paulo Cesar Marques da Silva, ambos com 18 anos de idade. Ele, conduziam 19 trouxinhas e mais um pacote com 100 gramas de maconha.

● **Cadáver** – Populares encontraram o cadáver de Juvenil Veloso da Silva (19 anos) em frente ao Motel Arsenal, na Rua Antonio Bento, Rio Douro, São Gonçalo. As autoridades policiais da 75ª DP registraram.

● **Executado** – Roberto Barbosa Barcelos (21 anos) saía ontem, de madrugada, de um baile que se realizava na Rua H, Parque Mùisa, Duque de Caxias, e foi cercado por seis homens, que estavam à sua espera. Houve uma rápida discussão e os desconhecidos o executaram com vários tiros, fugindo em seguida.

● **Receptação** – Policiais da 10ª DP (Botafogo) encontraram num barraco situado na Rua Mundo Novo, 1200, o produto do roubo ocorrido na residência do comerciante Heitor Aureliano Pedro de Farias, que havia apresentado queixa. Tratava-se de um fogão de duas bocas; um botijão de gás de 3 quilos; uma japona de couro; uma bolsa de **nylon** e alguns gêneros alimentícios. No local, foram presos Antonio Borges (34 anos) e seu irmão Eduardo Borges (30 anos) – este recém-chegado de Teófilo Otoni, Minas Gerais, em busca de emprego. Na Delegacia, disseram que desconheciam o roubo e que apenas estavam guardando os objetos para três homens que não conheciam em troca dos gêneros alimentícios e que eles haviam ficado de voltar para reavê-los. Os dois foram autuados por receptação culposa.

O DIA
Data 9 / 9 / 89
Caderno 1 Pág. 10

Honras militares para PM morto em Madureira

Cerca de 1.500 pessoas acompanharam ontem, no Cemitério de Irajá, o enterro do soldado Jair Gonçalves, do 9º BPM (Rocha Miranda), morto anteontem por um ladrão, com um tiro na cabeça, quando tentava impedir que uma senhora fosse assaltada na esquina das ruas Francisco Batista e Carolina Machado. Jair enterrado com honras militares na catacumba 4.258, da Seção M, foi o nono policial militar daquele batalhão assassinado por bandidos.

O pai de Jair, Manoel Gonçalves, sofreu um derrame cerebral, por ocasião do enterro, e teve de ser atendido no Posto de Assistência Médica do Inamps de Irajá. Sua mãe, Verônica de Azevedo Gonçalves, teve uma crise nervosa e foi levada do cemitério por parentes, antes do corpo do filho ser sepultado. Jair, que deixa viúva Vânia da Silva Gonçalves e os filhos menores Aline, Vanessa, Cyntia e Felipe, tinha sete irmão, dos quais dois são soldados PM; um serve no 14º BPM (Bangu) e o outro no 1º BPM (Salvador de Sá).

Mais uma vítima

No fim da tarde de ontem, o sargento PM Paulo Carvalho dos Santos, da 7ª Companhia Independente da Polícia Militar (Magé), foi recebido a tiros por assaltantes no Bairro Nova Marília, em Magé, e um dos disparos o atingiu na cabeça. Paulo está no Hospital Souza Aguiar, no Rio, em estado gravíssimo.

O DIA
Data 9 / 9 / 89
Caderno 1 Pág. 10

Estudante assassinado a tiros próximo ao motel

NOVA IGUAÇU (Sucursal) – O estudante Marcus César Morier, de 26 anos, foi morto a tiros, no início da madrugada de ontem, em frente ao número 161 da Avenida Bernardino de Melo, em Juscelino, Nova Iguaçu. Com quatro tiros, dados na altura do peito e da cabeça, o corpo de Marcus foi encontrado próximo ao Hotel Ouros, numa área reconhecidamente perigosa. Os criminosos não foram vistos, mas, segundo os moradores, o crime teria ocorrido por volta da meia-noite, quando foram ouvidos vários gritos e disparos.

Sobre o corpo de Marcus estavam o seu caderno e uma carteira de documentos sem dinheiro. O fato, a princípio, levou a Polícia a acreditar na hipótese de assalto. Entretanto, a própria família, que reside no centro de Nova Iguaçu, não afasta a hipótese de o crime ter sido passional.

Segundo o jornalista Max Morier, pai de Marcus, o filho estava namorando uma japonesa conhecida apenas como Liléia, que tinha se separado há pouco tempo do marido. O fato de Marcus ter sido encontrado próximo ao hotel levou a família a reforçar as suas suspeitas, mas até o momento nada foi confirmado, e nem mesmo a mulher foi localizada.

Outra hipótese que passou a ser investigada no final da tarde pelo inspetor Egídio, da 52ª DP, diz respeito a uma possível ligação do assassinato de Marcus com o do ex-PM Roseni José Ribeiro, de 38 anos, também encontrado morto ontem, em frente ao número 1009 da Rua Manuel Duarte, em Mesquita.

Segundo informações, Roseni teria sido seqüestrado em sua casa, na Rua da Fazenda, 168. Com ele, estariam Marcus e outras quatro pessoas, cujos corpos, porém, não apareceram. O inspetor Egídio, contudo, não havia conseguido confirmar a versão até o final da noite de ontem. A única coisa que se sabe é que Roseni esteve lotado no 20º Batalhão e era atualmente funcionário da Prefeitura de Nova Iguaçu.

O DIA
Data 8 / 9 / 89
Caderno 1 Pág. 9

Menino seqüestra avião para fugir da família

UBERABA (MG) – Após se entregar pacificamente, o menor P.B.D., de apenas 13 anos que seqüestrou um avião navajo de propriedade do aerotáxi Pampulha e que estava a serviço da construtora Andrade Gutiérrez, quarta-feira, na cidade mineira de Nova Ponte, prestou depoimento na Polícia Federal de Uberaba durante quase 4 horas. Em seguida, foi recolhido à Delegacia de Menores, onde ficará detido até que seja submetido a exames psiquiátricos, por determinação da Juíza de Menores Heloísa Helena de Ruiz Combat. Também prestaram depoimentos à Polícia Federal o piloto do avião, Julio Caporali, e o co-piloto, Guilherme Mascarenhas.

Depoimento

O depoimento do menor-seqüestrador não foi liberado à imprensa, por determinação da Juíza, que, através do Promotor da Vara de Menores de Uberaba, Almir Moreira, alertou que nenhuma informação deste seqüestro poderia ser divulgada por envolver um menor; mesmo assim, através de uma janela semi-aberta da Delegacia de Polícia Federal, foi possível ouvir parte do depoimento do garoto. Ele revelou que a arma foi retirada da casa de um vizinho. Apesar de a Juíza dizer que ele queria apenas voltar às suas origens – pretendia ir para Pelotas ou Porto Alegre – o menor mostrou-se bastante revoltado com a família, deixando claro que este foi o motivo de sua atitude. Esta não é a primeira vez que o rapaz tenta fugir. Há poucos meses, ele pegou uma carona e foi para Belo Horizonte. Perambulando pelas ruas e sem dinheiro, P.B.D. foi detido pela Polícia Militar e encaminhado à unidade da Febem daquele município, onde permaneceu por alguns dias, sendo depois devolvido aos pais.

Entregou-se

A revolta com a família também foi percebida pelo comandante da aeronave. Segundo ele, durante os 15 minutos de vôo, entre as cidades de Nova Ponte e Uberaba, o garoto repetiu várias vezes que não poderia voltar para casa, pois seria castigado. O comandante disse que ele é um adolescente em estado de desequilíbrio. Durante o seqüestro, o menino não citou o nome da mãe, porém disse ao comandante que seu pai já o havia levado a um psicólogo, e posteriormente a um psiquiatra. O piloto o considerou como desequilibrado, mas não débil mental, citando o início da aventura, quando, com a pistola 635 apontada para a cabeça do co-piloto, o menino disse: "Eu não vou fazer nada se vocês me obedecerem. Eu sei que vocês têm família e tudo vai acabar bem."

O piloto Julio contou que aproveitou a inexperiência do menino, reduziu a velocidade do avião e disse que estava sem combustível, apesar de ainda ter 2 horas e meia de autonomia. O menino autorizou o pouso em Uberaba. Através de um código de emergência, Julio informou à torre de comando tudo o que se passava. Na pista, o piloto descarregou a bateria do avião, o que impedia uma nova decolagem. Logo a seguir P. B. D. entregou-se à Polícia.

O DIA
Data 8 / 2 / 89
Caderno 1 Pág. 8

Anciã passa 3 dias presa em apartamento

Alertados por vizinhos, policiais do 13º Batalhão (Praça Tiradentes), soltaram ontem Estela Macias de Lopes, uma mexicana de 74 anos, que estava trancada no apartamento 301 da Rua da Glória 122. Levada para a 9ª DP (Catete), D. Estela disse que estava presa há 3 dias sem comer. Na delegacia, os policiais deram frutas e queijo para ela se alimentar.

A mexicana morava com Franças Medeiros de Melo, 52 anos, a quem conheceu numa agência bancária. Franças, proprietária do apartamento, esteve na Delegacia acompanhada do noivo Joacir Pereira da Silva, de 18 anos, nas não quis falar com a imprensa. De acordo com o porteiro do edifício, Mário José da Silva, essa foi a segunda vez que D. Estela ficou presa no apartamento. Ele disse ainda que não acredita que ela tenha ficado tanto tempo trancada. O porteiro acrescentou que Franças já havia levado outras senhoras para morar com ela.

O DIA
Data 8 / 9 / 89
Caderno 1 Pág. 8

Aluno não paga mas faz prova

Numa decisão inédita, o Juiz federal André Koslowski concedeu liminar aos alunos da Fundação Rosemar Pimentel, de Volta Redonda, garantindo a eles participarem das provas das faculdades geridas pela instituição, embora estejam em atraso com as mensalidades. Ao tomar tal decisão, o juiz contraria a delegação 101 do Conselho Estadual de Educação, que permite aos estabelecimentos escolares impedir a participação nas provas, de alunos que não comprovem pagamento de mensalidades. A liminar foi requerida pelo diretório acadêmico da Fundação, através do advogado João Silveira.

O DIA
Data 8 / 9 / 89
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

Travesti mata mulher e filho

Elza Barbosa da Silva, de 49 anos, e seu filho Nelson Pacheco da Silva, 28 anos, foram mortos a tiros na madrugada de ontem dentro da casa onde moravam, na Rua Beira Rio, sem número, em Santa Cruz da Serra. Segundo os policiais da 60ª DP (Campos Elíseos), o crime foi cometido por um travesti que tinha rixa com Elza, dona de cinco quartos e uma birosca.

O assassino ainda revirou a casa à procura de dinheiro. O perito do ICE de Duque de Caxias, Carlos Senna, constatou que Nelson levou um tiro nas costas. Correu e morreu vinte metros adiante. O assassino era inquilino de Elza.

● **Atropelado** — O menino Renan Rodrigues de Souza, de 1 ano e 8 meses, morreu às 7 horas de ontem ao ser atropelado pelo ônibus da Viação Flores, placa FM 5759, linha Parque Aliança–Central do Brasil, dirigido por Herval Larrubia Granato, de 52 anos, em frente à sua residência, na Rua Uranos, lote 6, no Bairro Parque Alian, em São João de Meriti. Os moradores inocentaram o motorista, que prestou depoimento na 64ª DP (Vilar dos Teles).

● **Na cozinha** — Raphael de Oliveira Faria Filho, de 46 anos, foi assassinado com dois tiros, na madrugada de ontem, na cozinha da residência onde morava, na Rua Florípedes Rocha, 375, no Bairro Belford Roxo, em Nova Iguaçu. O registro foi feito pela 54ª DP (Belford Roxo).

● **Enforcado** — Populares encontraram, ontem, o corpo de um mulato de 25 anos presumíveis, na Estrada do Guandu, próximo ao prédio nº 900, em Campo Grande. O homem estava com as mãos e os pés amarrados e apresentava sinais de enforcamento. Não era conhecido na área, e as autoridades policiais da 35ª DP não conseguiram apurar nada em torno da ocorrência. Na Rua Baicuru, nas proximidades, moradores encontraram o cadáver de José Henrique Silva Acyoly, um albergado do Presídio Esmeraldino Bandeira, que apresentava várias perfurações produzidas por tiros.

● **Reagiu** — Eduardo Alves Rodrigues (19 anos), residente, na Rua Iguaçaba, 468, Cordovil caminhava pela Rua Iraçu, próximo à sua casa, quando foi atacado por dois homens. Reagiu para não ficar sem os seus pertences e foi morto com vários tiros. A 22ª DP está investigando.

● **Facadas** — Antônio Fernando da Silva (30 anos) desentendeu-se com um homem de nome Reginaldo, mais conhecido como Motorzinho, na entrada do Condomíio das Mansões, localizado na Avenida das Américas, km 11. No auge da troca de insultos, Motorzinho sacou de uma faca e deu-lhe 4 golpes, fugindo em seguida. Antônio morreu.

● **Execução** — Waldecy Andrade da Silva (27 anos) registrava entradas na 20ª DP. Ontem, na Rua Senador Nabuco, foi executado com vários tiros.

● **Vigilante** — Os vigilantes da firma Confederal Cláudio José Ribeiro (28 anos) e Wagner Brandão encontravam-se trabalhando no pátio do Parque Hotel, na Avenida Sernambetiba, 6000, quando se desentenderam. Wagner sacou do revólver e matou o colega a tiros. O delegado Renato Caravita, da 16ª DP, está investigando.

● **Pauladas** — Um mendigo de 50 anos presumíveis foi assassinado a pauladas na Rua Maia Lacerda, em frente ao prédio nº 36. Segundo as autoridades policiais da 6ª DP, outro mendigo, por questões de bebida, teria sido o autor do crime.

● **Colisão** — Um ônibus que faz a linha Praça XV/Honório Gurgel trafegava pela Avenida Brasil e, na altura do Km 19, em Irajá, chocou-se com o Volks dirigido por Wilson Barbosa de Araújo (34 anos). Receberam ferimentos as seguintes pessoas, todas medicadas no Hospital Carlos Chagas: Emma Luiza Peçanha (41 anos); Rosemira Machado da Silva (41 anos); Regina Gomes da Silva (24 anos) e Sandra Machado da Silva (21 anos). A 39ª DP tomou as providências cabíveis.

● **Soldado** — Uma mulher passava tranqüilamente pela Rua Francisco Batista quando, na esquina da Rua Carolina Machado, em Madureira, foi atacada por um assaltante. O soldado PM Jair Gonçalves (33 anos), lotado no 9º BPM (Rocha Miranda), viu o lance e entrou em ação. O ladrão deu-lhe um tiro na cabeça e fugiu. O policial foi levado para o Hospital Sousa Aguiar, sendo transferido para o CTI do Hospital Getúlio Vargas, onde faleceu.

● **Queimada** — A menina Alexandra Vieira da Silva, de 1 ano, morreu, ontem de manhã, no incêndio do casebre 300 da Rua Vaz Caminha, no Cachambi. Sua mãe, Dayse Lucidi da Silva, de 17 anos, foi encaminhada pela 23ª DP-Méier ao Juizado de Menores, já que de acordo com informações de vizinhos, tinha o hábito de deixar a menina sozinha em casa.

● **Dois mortos** — O aposentado Amaro Francisco da Rocha, 63 anos, e o sargento do Exército, Lauro Banhos Amorim, 47, morreram e a menina Carina Rodrigues da Rocha, 5, sofreu traumatismo craniano, ontem à tarde. Os três viajavam no Bugre ZQ-6305, dirigido por Lauro Banhos, que bateu de frente com o caminhão Mercedes-Benz, QH-4258, conduzido por José Cláudio Mariano de Aguiar, 31 anos. O acidente ocorreu na Estrada São João–Caxias, próximo ao nº 2.570, em São João de Meriti.

O DIA
Data 6 / 9 / 89
Caderno 1 Pág. 10

Mãe abandona crianças por cinco dias em apartamento

Foto Akyr Cavalcanti



Alexandre e a irmãzinha Roberta, subnutridos após 5 dias de abandono

Alertado por um telefonema anônimo, o soldado Marchesan, do 22º BPM (Benfica), libertou ontem duas crianças que estavam em cárcere privado: Alexandre e Roberta Mendonça, de 5 e 3 anos, respectivamente, que foram trancados em casa, na Rua Lagoa Dona Clara, 204, bloco 16, apartamento 404, em Del Castilho, pela mãe Cláudia Maria Mendonça, de 24 anos, desaparecida desde a última sexta-feira.

O policial encontrou as crianças muito magras, com aparência de desnutrição e ferimentos pelo corpo, brincando na sala do apartamento. O local, segundo o PM, era fétido e sujo. O pai de Alexandre e Roberta, Sérgio Mendonça, 24 anos, separado da mulher há quase 2 anos, esteve na 21ª DP (Bonsucesso), onde o caso foi registrado, e disse desconhecer que Cláudia desse aquele tratamento aos filhos.

Nada fizeram

O delegado Jamil Bughi autuou a tia-avó de Cláudia, Maria José da Silva, 59 anos, que mora no apartamento ao lado, e uma vizinha, Elza Maria Novaes Santos, 38 anos, por elas terem conhecimento do cárcere privado e não o denunciaram à Polícia. Elza mora com um irmão de Cláudia e ficava com as chaves da casa da cunhada para alimentar as crianças, enquanto Cláudia ia passar dias com o seu amante, identificado apenas como Marcelo e com o qual ela tem outro filho ainda bebê.

O PM Marchesan, que conversou com Alexandre através da porta e fez com que ele encontrasse uma chave e abrisse a fechadura, levou as crianças ao PAM de Del Castilho, onde elas tomaram banho, foram alimentadas e medicadas. Ontem mesmo Alexandre e Roberta submeteram-se a exame de corpo de delito no IML. A dúvida, agora, é se elas ficarão sob a guarda do pai, biscateiro desempregado, ou se irão para a Funabem.

O DIA
Data 6 / 9 / 89
Caderno 1 Pág. 10

PM evita o linchamento de estuprador

NOVA IGUAÇU (Sucursal) – O estuprador Reginaldo Francisco Marques, de 28 anos, o **Reginaldo Tarado**, foi salvo ontem por dois Patamos, com 10 PMs do 20º BPM (Nova Iguaçu), de ser linchado por moradores da Avenida Joaquim da Costa Lima, em Belford Roxo. Na manhã de ontem, tentou violentar as menores T. M. F., de 15 anos, e S. M. G., de 14 anos, num matagal nos fundos de uma metalúrgica. Com vários ferimentos, foi levado para a 54ª DP (Belford Roxo) e autuado em flagrante.

T. e S. contaram que viajavam num ônibus da Viação São José, linha Pavuna-Santa Amélia. Foram abordadas pelo marginal, que lhes apontou o dedo por baixo da camisa simulando uma arma. Com medo, as menores obedeceram à ordem de Reginaldo para descerem. Já na rua, ele obrigou T., levada para um matagal, a tirar a roupa, enquanto sua colega observava. De repente S. correu e, aos gritos, pediu ajuda aos moradores da localidade, que ao tomarem conhecimento se armaram de paus e pedras e chegaram a tempo de não permitir ao homem violentar T.

Ladrão preso

Wandes Macário, de 19 anos, foi preso na madrugada de ontem em um ponto de ônibus com vários eletrodomésticos, que acabara de furtar da casa de José Carlos Teixeira da Costa, de 23 anos, na Rua Conde de Aljesur, lote 10, quadra F, no Bairro São Francisco, em Queimados.

Wandes entrou na residência pelo basculante da cozinha, abrindo a porta enquanto todos ainda dormiam.

O DIA
Data 6 / 9 / 89
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

Menino de 5 anos incendiou a casa

NOVA IGUAÇU (Sucursal) – O menino José Luís Pereira, de 5 anos, o **Zezinho**, não imaginava o que sua brincadeira com uma vela acesa poderia causar. Na manhã de ontem, aproveitando a ausência da mãe Sônia Maria Pereira, empregada doméstica, ele incendiou a quitinete na Rua Manoel Duarte, 126, fundos, Nova Iguaçu. Ele morava lá com a mãe e dois irmãos: Taís, de 9 anos e Fabiano, de 1 ano.

Apesar do fogo ter destruído completamente a casa, nenhuma das três crianças saiu ferida. Ao perceber o que tinha feito, **Zezinho** correu para o portão, onde seus irmãos brincavam. Os vizinhos, ao verem as chamas, avisaram os Bombeiros de Nova Iguaçu, que em 10 minutos chegaram ao local, mas o fogo já consumia a casa.

O Tenente José Luís, comandante da guarnição do Corpo de Bombeiros interditou o imóvel, pois há risco de desabamento. As estruturas foram atingidas e várias rachaduras na parede davam o sinal de perigo.

● **Tiroteio** – Cinco marginais encontravam-se no final da Rua Quatro, Bairro Novo Horizonte, Piabetá, em atitude suspeita. Alguém telefonou para o posto policial, dizendo temer passar pelo local, tão certo estava de que seria assaltado.

Imediatamente, o Patamo 52/0144 foi deslocado para a área sob o comando do sargento Sidney, auxiliado pelos soldados Durval, Emílio, Marcos e Escarpine. Ante a aproximação dos policiais, os criminosos abriram fogo, estabelecendo-se, então, violenta troca de tiros.

Quatro deles conseguiram fugir abrindo caminho a bala, mas o quinto não teve a mesma sorte e foi gravemente ferido. Tratava-se de Moysés Rangel David, o **Betinho** (28 anos), que foi levdo pela guarnição para o Hospital Municipal de Piabetá, onde faleceu.

● **Acidente** – Jorge Luiz Batista de Oliveira (19 anos) dirigia o Opala bege, placa RJ-SO 2596, pela Avenida Epitácio Pessoa, na Lagoa, quando perdeu a direção e não conseguiu evitar que o veículo batesse no canteiro do Posto Itaipava e capotasse. Em conseqüência, além de Jorge Luiz, que ficou gravemente ferido, receberam escoriações diversas seu irmão Carlos Henrique (17 anos); sua mãe, Georgina Batista de Oliveira (39 anos) e os amigos Luiz Cláudio (18 anos) e Marvia Gomes David (14 anos). Foram todos medicados no Hospital Miguel Couto, onde Jorge Luiz está internado em estado de coma.

● **Segurança** – Antônio Pedro Sousa vendeu o Bar Toca do Guaiamu, localizado na Rua Expedicionário José Amaro, 1.417, Vila São Luís, Duque de Caxias, há cerca de 3 meses para Raimundo Nonato Cordeiro, e portanto, nada tem a ver com o que aconteceu anteontem naquele estabelecimento, quando dois rapazes – Edésio Oliveira de Lima e Arilson Nascimento Coelho – se apoderaram de uma tulipa e um paliteiro na hora de deixar o estabelecimento, sendo então seguidos e mortos a tiros (segundo as autoridades policiais) pelo segurança da casa.

O DIA
Data 5 / 09 / 89
Caderno 1 Pág. 8

Ônibus mata menina em rua sem sinal

Os moradores das proximidades da esquina das Ruas Francisco Real e Cônego de Vasconcelos, em Bangu, estão revoltados com a morte da menina Ednéa do Nascimento Moreira, de 14 anos, atropelada na noite de domingo, no local. O sinal que fica nesta esquina, uma das mais movimentadas do bairro, estava queimado há mais de 1 semana e os moradores já haviam feito vários pedidos de conserto ao Detran.

Ednéa estava atravessando a Rua Francisco Real quando foi atropelada pelo ônibus da linha 786, placa XM-4171 – RJ, da Viação Santa Sofia. A menina morreu no local, com esmagamento de crânio. Segundo testemunhas, o motorista Guilherme Spacca Rodella não parou na esquina da Rua Cônego de Vasconcelos antes de entrar na Francisco Real. Ontem, nenhum dos responsáveis pela Viação Santa Sofia foi encontrado na empresa.

O delegado Othon Alves, da 34ª DP, onde foi feito o registro do acidente, disse que vai instaurar inquérito para apurar as responsabilidades.

O DIA
Data 6 / 9 / 89
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

Fuga de presos em Água Santa

Cerca de 40 internos do Presídio Ary Franco, em Água Santa, tentaram a fuga depois de serrarem as grades do solário e utilizando uma corda improvisada com lençóis. Só que o alarme foi acionado e a maioria dos presos – que já se encontrava no pátio – voltou à cela A-5. Apenas três deles conseguiram a liberdade: Elias Borges (23 anos) – condenado por tráfico de drogas; Walter Machado de Oliveira (31 anos) – homicida e traficante e Júlio Victor Aguiar, o **Gringo** (41 anos) – traficante. Walter Machado de Oliveira não conseguiu ir muito longe e foi recapturado a uns 100 metros do presídio.

● **Festa** – Festa na Praça Nova Cidade, em São Gonçalo, local onde dois grupos rivais não se olham com bons olhos. Assim sendo, em meio à animação, explodia um conflito na base dos socos e pontapés. Tantas foram os confrontos violentos que, num deles – que acabou com a festa – Theuogênio Gomes da Silva (18 anos) foi morto a tiros em plena Avenida Nilo Peçanha.

Policiais da 72ª DP compareceram ao local e ficaram sabendo da grande rivalidade dos dois grupos de rapazes, razão da preocupação constante de todos os moradores da área.

● **No Quitungo** – Ubirajara Ferreira dos Santos (30 anos) reside na Rua Pedro Rufino, 642, Cordovil. Passava nas proximidades do Campo do Dourado Futebol Club, na Estrada do Quitungo, quando foi atingido com 2 tiros na barriga. Ubirajara encontra-se internado em estado grave no Hospital Getúlio Vargas.

● **Menor** – José Luiz Ferreira Ribeiro (17 anos) disse ao pai (que não quis se identificar) que ia "dar uma volta" e não voltou mais. Foi encontrado morto a tiros na Rua Vânia, próximo às torres da Light, no Bairro Pitoresco, Comendador Soares.

● **Aposentado** – Deoclécio Alves de Sousa (80 anos), aposentado, foi encontrado morto na residência (Rua Estrela Dalva, Lote 6, Quadra 2, Quandu) pela esposa Maria José Violante de Sousa (39 anos), que havia passado o dia fora. O corpo estava na sala e apresentava um ferimento na cabeça.

● **No Jacarezinho** – Evair Laurindo (30 anos) morreu a tiros na esquina das Ruas do Rio com Areal, local mais conhecido como Campo do Abóbora, Favela do Jacarezinho.

● **Dois mortos** – Edésio Oliveira de Lima e Arilson Nascimento Coelho (ambos com 18 anos) foram beber no Bar Toca do Guaiamu, na Avenida Expedicionário José Amora, Jardim Gramacho, Duque de Caxias. Depois de pagarem a conta, eles resolveram levar um copo (tulipa) e um paliteiro do estabelecimento. Não sabiam, todavia, que estavam sendo observados pelo segurança. Quando os dois deixaram o bar, o segurança pediu que eles devolvessem o que haviam levado. Houve discussão e o segurança não fez por menos: sacou do revólver e matou os dois com vários tiros.

● **Espingarda** – Djalma Ribeiro (30 anos) brigou a socos e pontapés com um homem conhecido no Bairro de Suruí, Magé, como **Fico**. Ao levar a pior, **Fico** teria dito que se vingaria. Ontem, Djalma Ribeiro foi morto com um tiro de espingarda em frente à sua residência, na Rua das Rosas, s/n, Jardim Santa Dalila.

● **Acidente** – O caminhão basculante da Limpeza Urbana da Prefeitura de Niterói fazia a remoção de entulhos na Avenida Feliciano Sodré, onde se encontrava estacionado. Lélio dos Santos Gurgel (30 anos) dirigia a **Kombi** placa RJ-VL 5502 e, perdendo a direção, não pôde evitar que o veículo se chocasse violentamente com a traseira do caminhão. Lélio ficou preso entre as ferragens e, ao ser retirado pelos bombeiros, faleceu.

● **Assalto a Expresso** – Oito homens armados de revólveres assaltaram, ontem, a empresa Expresso Mangaratiba, na Rua Almirante Barbosa, 218, Duque de Caxias. Os criminosos dominaram com facilidade os empregados José Antonio Mendes da Silva, Carlos Henrique Vaz e Mário Ricardo Gouvêa de Morais e, em seguida, o caixa Ademar de Oliveira Machado, de quem exigiram as chaves do cofre.

As chaves, entretanto, não se encontravam com nenhum dos funcionários da empresa e os ladrões, utilizando uma marreta, arrebentaram o cofre, de onde retiraram a importância de NCz$ 33.760,00 e inúmeros vales transporte. Na hora da fuga levaram também uma máquina de escrever. Os marginais deixaram o local num carro que não foi identificado.

● **Atropelado** – Damião da Conceição Veiga tentou atravessar a estrada que liga Rio Bonito a Araruama, no Km 124, e foi atropelado pelo Volks placa RJ-RC 1374, dirigido por Gérson Tavares de Azeredo, que prestou socorro à vítima, transportando-a para o Hospital Darcy Vargas.

● **Estuprador** – A menor R.G.S. (14 anos) passava ontem pelo Centro de Rio Bonito, quando reconheceu um dos homens que, há dias, a estuprara. Chamou os policiais Kurt Kant e Barros, do DPO de Rio Bonito, e apontou o criminoso, que foi preso e levado para a 125ª DP. Tratava-se de Carlos Henrique Dias da Silva (27 anos), que estava com prisão preventiva decretada por furto.

● **Assaltantes** – A guarnição do **Patamo** 52/0037, sob o comando do Tenente Vasconcelos, do 9º BPM, desconfiou dos ocupantes do táxi placa RJ-TN 8787, dirigido por Carlos Rangel, que trafegava pela Rua do Encanamento, Favela do Muquiço. Os falsos passageiros estavam armados com revólveres de calibre 38 e, na Delegacia, confessaram que, efetivamente, pretendiam assaltar o motorista. Tratava-se de Marcelo da Silva Nascimento (22 anos) e Cláudio Luiz da Conceição (21 anos).

● **Desfalque** – Acusado de ter dado um desfalque no Banco Amazônia, encontra-se preso, desde quinta-feira última, na Polinter, Augusto Barreira Pereira Júnior. Ele estava com prisão preventiva decretada pela 13ª Vara Federal, tendo sido localizado e preso numa cobertura do apart-hotel localizado na Rua Humaitá, em Botafogo.

● **Roubo de cargas** – Durante reunião no Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRV), da PM, em Niterói, foi criado o Conselho Estadual de Prevenção ao Furto e Roubo de Cargas. Do encontro participaram o delegado Álvaro Luiz de Souza, Diretor do Departamento de Polícia Especializada; o tenente-coronel Jorge Atalla, Comandante do BPRV; os Presidentes dos Sindicatos das Empresas Transportadoras de Cargas e dos Caminhoneiros, respectivamente, Rogério da Mata Machado e Nélio Botelho, e o delegado Antônio Agra Lopes, titular da Delegacia de Roubos e Furtos de Cargas.

Apesar de a primeira reunião do novo Conselho ter sido realizada num batalhão da Polícia Militar, o órgão está funcionando nas dependências do DPE, no 3º andar do prédio da Polícia Civil, na Rua da Relação, 42, Centro do Rio.

● **Detetives particulares** – Por determinação do Secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, foi constituída comissão que promoverá estudos, visando à regulamentação do registro de detetives particulares. A medida se destina a um maior controle das atividades exercidas por pessoas e firmas que se dedicam a esse tipo de serviço. A comissão será presidida pelo delegado Bernardino Alves da Fonseca, Chefe de Gabinete da SEPC, tendo a participação dos delegados Bismarck Sant'Anna, assessor jurídico, e Antônio Nonato da Costa, Diretor da Divisão de Segurança de Órgãos e Sistemas.

O DIA
Data 04 / 09 / 89
Caderno 1 Pág. 4

REGISTRO POLICIAL

Baterista da Império assassinado a tiros

Hermes Edmilson de Souza Bessa, de 30 anos, baterista das Escolas de Samba Tradição e Império Serrano, foi assassinado a tiros por cinco homens numa vila de quartos da Rua Carolina Machado, 590, em Madureira. A Polícia apurou que ele passava pela calçada quando foi agarrado pelos criminosos e levado para a vila, onde morreu com vários tiros. Ninguém no local sabe onde ele morava e a identificação foi possível através de duas carteiras encontradas em seus bolsos, dando-o como baterista das duas escolas.

● **Atropelados** – Adilson dos Santos, de 31 anos, e Clovis Antonio Rodrigues, de 34, foram atropelados e mortos, na noite de anteontem, quando atravessavam, abraçados e bêbados, a pista de descida da Avenida Brasil, altura do quilômetro 20, em Barros Filho, pelo Voyage prata, VG 9320. O motorista atropelador, Antonio Cavalcante Soares, de 42 anos, informou na 40ª DP – Rocha Miranda, que nada pôde fazer para evitar o duplo atropelamento, pois chegou a pisar no freio, mas já era tarde.

● **Facadas** – Damião Luís Cipriano, de 35 anos, foi morto a facadas, ontem de madrugada, em frente à Escola Municipal Leopoldo Machado, na Rua dos Topógrafos, centro de Queimados. Policiais da 55ª DP – Queimados estiveram no local, mas não conseguiram pistas para esclarecer o crime.

● **Ferido** – O Major PM Edmar Bonifácio da Silva, de 43 anos, saiu gravemente ferido de um acidente ocorrido no fim da noite de anteontem na Avenida Automóvel Clube, em frente ao número 12.330, em Irajá. O carro por ele conduzido chocou-se contra um poste. Edmar estava acompanhado de sua esposa, Maria da Glória Silva, e de uma amiga, Magali da Silva, que também sofreram ferimentos e foram internadas no Hospital Carlos Chagas. O oficial foi levado para o Hospital da Polícia Militar com suspeita de fratura no crânio.

● **Mendigos** – Dois homens morreram durante a madrugada na Praça Serzedelo Corrêa, em Copacabana. Eles dormiam ao relento nas imediações da praça, e durante o dia viviam de esmolas, que gastavam com bebidas. Para os policiais da 12ª DP, os dois homens teriam morrido de frio, porém, somente com o resultado dos exames de necrópsia é que se poderá saber a verdadeira causa mortis. Ambos não possuíam documentos, sendo um branco e outro preto, com idades entre 60 a 65 anos.

● **Mistério** – Manoel Fernando Mello Alves, de 28 anos, foi assassinado perto de sua casa, na Rua Manoel Cícero 78, em Brás de Pina, no início da madrugada de ontem. Ele saíra de sua casa na noite anterior, sem avisar para onde ia. Seu pai, Manoel Alves, que compareceu à 38ª DP (Brás de Pina), disse que ele não tinha inimigos e que era trabalhador. A hipótese de assalto foi afastada pelos policiais, já que o relógio e a carteira da vítima não foram roubados.

● **Ladrilheiro** – O ladrilheiro Gelcio José Corrêa, de 26 anos, foi morto com vários tiros, ontem de madrugada, em frente ao nº 35 da Rua A, na Favela Cavalo de Aço, em Santíssimo, onde residia. Policiais da 35ª DP-Campo Grande estão investigando o crime. Gelcio, que era trabalhador, chegou morto no Hospital Rocha Farias.

● **Menores** – Policiais do 20º BPM desbarataram na madrugada de sábado, em Belford Roxo, na localidade conhecida por Jardim Redentor, quadrilha de menores especializada em furtar veículos. Foram presos A.C.R., de 16 anos, M.A.S., 17 anos, M.A.O., 16 anos, e ainda duas menores – A.C.F., de 14 anos e E.C.S., de 13 anos.

Em poder dos ladrões foram encontradas a Brasília bege, 76, placa WW 4657, e o Volks de cor branca, NN 7994. Os veículos estavam escondidos na casa da mãe de um dos menores, A.C.R., chefe da quadrilha. Maria da Conceição Ripizzo, mãe do rapaz também foi levada para a 54ª DP – Belford Roxo. Os menores estão na Delegacia de Segurança e Proteção ao Menor.

Segundo apurarám os policiais, A.C.R., que afirma ter sido criado pelo banqueiro do bicho, Anísio Abrahão David, é suspeito de ter assassinado a pedradas na quinta-feira passada Flávia Isaac da Silva, de 14 anos, encontrada morta na Rua Nadir Vasconcellos, 12, Jardim Rendentor.

● **Cinco tiros** – Hélio da Silva Moreira, de 20 anos, foi encontrado morto com dois tiros na cabeça e três nas costas, no final da Rua Armando Sodré, subida do Morro do Alemão, em Olaria.

● **Dois corpos** – A 21ª DP registrou o encontro de dois corpos, ontem em Inhaúma. Um deles, de homem preto, de 20 a 25 anos, inteiramente despido, estava em frente ao número 654 da Rua Além Paraíba. Tinha marcas de torturas e ferimentos à bala. Outro cadáver estava na Rua Amaro Ramatis. Era de homem branco, também jovem, e igualmente estava despido e com marcas de torturas e ferimentos a bala.

● **Fugitivo** – A Polícia ainda não conseguiu localizar nenhum dos 14 presos que fugiram ontem da Delegacia de Entorpecentes. As investigações continuam, e os oficiais apontam como o fugitivo de maior periculosidade o traficante **Jorge Matraca**. A expectativa é de que, dentro de alguns dias, os fugitivos voltem aos seus lugares de origem, a maioria na Baixada Fluminense, onde serão procurados.

● **Facão** – Damião Luiz Sipriano, de 34 anos, foi assassinado com várias facadas, por volta das 22 horas de ontem, na Rua Topógrafos, no Bairro Riachão, em Nova Iguaçu. Policiais da 55ª DP (Queimados) encontraram ao lado do corpo uma bicicleta e um facão com cabo de madeira, de cerca de 50 centímetros, utilizado no homicídio.

Segundo os moradores do local, Damião foi morto por um grupo de homens desconhecidos, que o abordou quando ele regressava à residência onde morava, na Rua Jadete 13, pedalando a bicicleta que seu amigo, Vantuir Costa Magalhães, lhe emprestara para que ele fosse à uma festa, em companhia de um rapaz conhecido apenas como Gilberto.

● **Na cabeça** – Um homem moreno, de 25 anos presumíveis, foi assassinado com um tiro na cabeça, na madrugada de ontem, na Avenida Nova Olinda, no Bairro Nova Brasília, em Nova Iguaçu. Moradores do local encontraram o corpo pela manhã, mas não reconheceram o rapaz, que trajava camisa e calça pretas e estava sem documentos. A 52ª DP (Nova Iguaçu) registrou.

● **Espancado** – Deodato Alves de Souza, 79 anos, morava na Rua Estrela Dalva, número 7, casa 2, no Bairro Parque Guandu, em Engenheiro Pedreira, Queimados. Foi encontrado morto na sala de casa com ferimentos na cabeça, provavelmente causados por espancamento. Sua esposa, Maria José Violante de Souza, de 38 anos, retornava do serviço, quando deu com o cadáver.

O DIA
Data 04/09/99
Caderno 1 Pág. 7



Maria da Conceição

Mulher queima mão do filho para castigá-lo

SÃO JOÃO DE MERITI (Sucursal) – Maria da Conceição Souza Soares, de 31 anos, moradora na Rua Gil de Queiroz, número 57, Parque Analândia, em São João de Meriti, foi presa ontem por ter, na quarta-feira, queimado a mão de seu filho, Damião Souza Soares, de 8 anos, porque ele pegou um pedaço de galinha na panela, sem pedir. Desde então, a mulher, além de não ter feito curativo na mão da criança, o escondia dos vizinhos que, preocupados, ouviam os gritos.

Como até ontem a criança não parava de chorar, os vizinhos, revoltados, procuraram o Comissário do Juizado de Menores de Duque de Caxias. Evanir Batista, morador da mesma rua, que imediatamente acionou os detetives da 64ª DP (São João de Meriti). Na delegacia, Maria da Conceição contou que tem mais seis filhos entre as idades de 8 meses e 16 anos, e que nenhum deles estuda. Ela teria castigado Damião, "porque ele tem o costume de pagar coisas dos outros". Disse ainda que não fez curativo na mão de seu filho para que ele não repetisse mais o fato.

Cicatrizes

Ela tentou se defender, alegando ter problemas de nervos, já tendo feito tratamento em Cachoeiro do Itapemirim, onde teria sido internada três vezes. A criança foi encaminhada para o setor de queimados do Andaraí, no Rio, onde permaneceu em observação. Assim que receber alta, será levado a exame de copro de delito, já que tanto a Polícia como os médicos constataram cicatrizes por todo o seu corpo.

Segundo a criança, elas são conseqüência de colheres quentes, com que era queimado pela mãe. Apesar de revoltados com o fato, os policiais tiveram que libertar Maria da Conceição, já que não havia flagrante. Ela responderá em liberdade ao inquérito de lesão corporal de natureza grave.

O DIA
Data 4 / 9 / 89
Caderno 1 Pág. 8

Cadela que mordeu menino já voltou para o armazém

A cadela **Suzuki** deixou finalmente o Instituto de Medicina Veterinária Jorge Waissman, onde ficou internada desde o princípio do mês passado, em observação por suspeita de estar raivosa quando mordeu o menino Rafael, 6 anos, na Avenida Itaoca. A medida foi determinada pela Juíza Kátia Maria Amaral Pereira, na 14ª Vara Criminal. O **habeas corpus** a favor do animal foi pedido por Nélson José Bordalo, gerente dos Armazéns Gerais Morundu, onde vivia **Suzuki**. O Instituto de Veterinária informou serem normais as condições sanitárias da cadela.

CEDIM

O DIA
Data 03 / 09 / 89
Caderno 1 Pág. 6

Escolas não aceitam o que juiz determina

A decisão judicial de acabar com o sistema de liberdade vigiada para as mensalidades de escolas particulares só é válida em Brasília, segundo o presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, Roberto Dornas. Ele garante que o Juiz Sebastião Fagundes de Deus, da 3ª Vara do Distrito Federal, só tem poderes de primeira instância, não podendo, portanto, tomar decisões a nível nacional.

Anteontem, o Juiz concedeu uma liminar acabando com a liberdade vigiada, sistema pelo qual as escolas praticavam os aumentos e depois apresentavam suas planilhas de custos para a Sunab. O sistema vigorava baseado na Portaria 140 do Ministério da Fazenda e, a partir de agora, os ganhos no primeiro semestre não poderão ultrapassar os 144,06%. Não foi definida, contudo, a situação dos estabelecimentos que cobraram reajuste maiores que este limite.

Roberto Dornas acredita que a decisão do Juiz Sebastião Fagundes de Deus terá que ser discutida no Supremo Tribunal Federal, por ser matéria constitucional. Ele acrescentou que, pela nova Constituição, o Governo só pode intervir nas escolas em questões de educação para evitar a formação de oligopólios e monopólios.

Dorothéa

O controle no aumento das mensalidades escolares poderá retornar aos técnicos dos ministérios da Fazenda e da Educação, revelou ontem a Ministra do Trabalho, Dorothéa Werneck. Para ela, as passeatas dos estudantes são, de certa forma, uma busca de mudança.

Dorothea concorda que houve aumentos abusivos pelas escolas e defende como solução ideal um entendimento entre empresários donos de escolas e pais de alunos. "O controle das mensalidades tem a desvantagem da intervenção, da regulamentação do Estado", disse.

O DIA
Data 3 / 09 / 89
Caderno 1 Pág. 5
1ª folha

Escolas de B. Roxo em mau estado

Falta de professores é problema sério

Das 1.500 crianças matriculadas na Escola Estadual Bom Pastor, no bairro do mesmo nome, em Belford Roxo, pelo menos 500 estão sendo obrigadas a permanecer em casa, por falta de professores. Segundo a vice-diretora Nádia Teixeira de Souza, se no início do ano a direção da escola emitiu um comunicado ao Núcleo de Educação Comunitário (NEC) de Nova Iguaçu, informando que havia um déficit de dois professores, poucos meses depois a situação se agravou com o pedido de transferência de outros 18 profissionais, que não foram substituídos. Como conseqüência, todas as turmas de 1ª e 2ª séries acabaram.

Tanto o NEC-Nova Iguaçu, como a direção do colégio culpam o difícil acesso pelo impasse. A escola fica num morro e os funcionários levam cerca de 15 minutos caminhando do centro do bairro até o prédio da Rua Mariana Inácio dos Passos. Mas, a Bom Pastor é a escola pública mais próxima do local conhecido como **Gogó da Ema**, onde existem várias bocas-de-fumo, embora ninguém admita o fato como causa dos constantes remanejamentos e ausências de educadores.

– Quando tem rixas entre eles, sempre vem um aqui avisar, e as aulas são suspensas. Nunca fomos surpreendidos por eles – afirmou uma funcionária, que pediu para não ser identificada. Embora o colégio não tenha vigias, a vice-diretora informou que o prédio nunca foi assaltado. Há 1 mês era possível flagrar crianças estudando sentadas no chão, por falta de carteiras, mas Nédia Teixeira explicou que a última reforma na Bom Pastor aconteceu em 1985, e, de lá para cá, "muita coisa foi se estragando". Hoje, novos móveis já foram enviados.

Como sempre falta água e a cisterna, de cerca de 5 mil, litros não passa por limpezas periódicas, os alunos têm que trazer o líquido de casa, para matar a sede. As merendeiras costumam usar a reserva de um poço artesiano, que fica nos fundos do colégio, para cozinhar, embora a qualidade da água desse reservatório também não seja confiável.

Além de prejudicar a escola de 1ª à 8ª série, a escassez de água obriga Sonilda Cerqueira, diretora da Casa da Criança Bom Pastor, que fica ao lado do estabelecimento de ensino estadual, a abrir a creche apenas na parte da manhã. Mais de 100 crianças menores de 7 anos têm que voltar para suas casas na hora do almoço, embora seus pais tenham saído para trabalhar.

A vice-diretora da Escola Estadual Bom Pastor queixa-se ainda dos vazamentos e das goteiras, que inundam salas de aula quando chove, e do mato alto que costuma tomar o terreno de terra batida, que serve como quadra de esportes do colégio. Mas Nédia Teixeira está confiante na promessa da Secretária de Educação, Fátima Cunha, de que o Estado resolveria a maior dificuldade da Bom Pastor em 10 dias. Só que, segundo funcionários do NEC – Nova Iguaçu, ainda não chegou ao órgão qualquer comunicado oficial em relação ao preenchimento das 20 vagas em aberto na escola.

O DIA
Data 3 / 09 / 89
Caderno 1 Pág. 5
2º parte



As merendeiras usam a água pouco confiável do poço artesiano que fica nos fundos do colégio para cozinhar

O DIA
Data 3 / 09 / 89
Caderno 1 Pág. 5

3ª folha

Rose Maria

Cada professora da Escola Municipal Professor Paris tem em seu diário uma média de 30 alunos listados. Mas as cinco salas de aula em funcionamento no colégio da Rua Padre José Beste, em Belford Roxo, abrigam cerca de 45 alunos, desque que a Defesa Civil interditou as seis classes do Bloco B – o Pavilhão Doutor Arruda Negreiros – cujo teto ameaçava desabar, por causa dos vazamentos.

A diretora Leda Façanha, que há 21 anos está à frente da escola, afirmou que nenhuma turma foi dispensada, mas para fazer com que oito grupos de alunos estudem, por turno, em apenas cinco salas, a carga horária foi reduzida para 2 horas de aula por dia. Outra medida foi a adoção de um sistema de rodízio de estudantes por classes de uma mesma série, o que não permite, por exemplo, que a professora saiba quantos alunos tem ao certo, muito menos quem são eles.

– É um jogo difícil, mas está funcionando. Afinal, faltam apenas 3 meses para terminar o ano letivo – afirmou Leda Façanha. A diretora informou ainda que um eletricista da Prefeitura vem realizando consertos nas instalações elétricas do prédio, o que viabilizou que pelo menos as salas do primeiro pavilhão pudessem continuar sendo ocupadas. Os 1.400 alunos vem recebendo uma merenda especial – só sanduíches, biscoitos e sucos – já que o perigo de um curto circuito impede o uso de freezer e geladeira.

À espera do Bird

A Escola Municipal Professor Paris é um dos 14 estabelecimentos de ensino que aguarda a liberação da verba do Banco Mundial para ser reformada. Segundo o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, João Carlos da Silveira Loureiro, a licitação que escolheu a empresa Multipart Engenharia para executar as obras chegou até a ser suspensa há 3 meses, já que os recursos não chegaram a Nova Iguaçu.

Ainda de acordo com José Carlos da Silveira, das 118 escolas municipais, 59 estão em estado precário, o que fez o Prefeito Aluísio Gama autorizar reformas emergenciais. Trinta e duas serão reformadas pela Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu (Codeni), outras 14 por empreiteiras e o restante por administração direta.

O DIA
Data 3 / 09 / 89
Caderno 1 Pág. 5

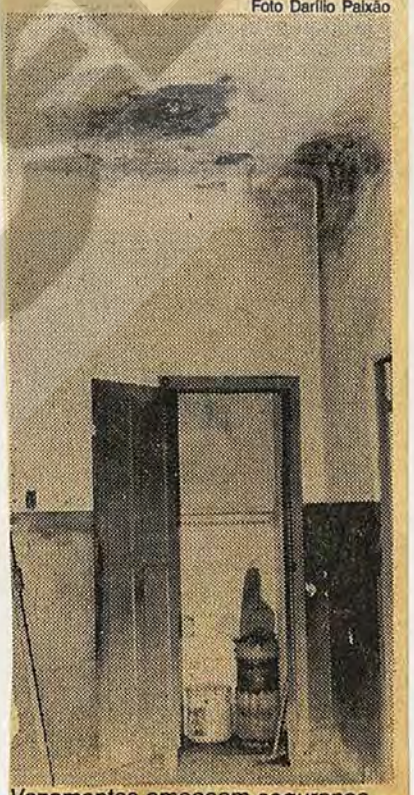
Construção de 1944

O primeiro pavilhão da Professor de Paris foi construído em 1944, e curiosamente, apesar dos vazamentos e dos problemas nas instalações elétricas, é o que apresenta melhor estado de conservação. Quatro salas do Bloco B foram construídas em 1960, e interditadas pela Defesa Civil, já que, além de as goteiras criadas por telhas quebradas comprometeriam lâmpadas e interruptores, os tacos estavam mofados e os quadros-negros esburacados.

As outras duas salas que tiveram que ser desocupadas foram construídas em 1985 e desativadas 2 anos depois. O teto abaulado ameaçava desabar sobre alunos de 1ª e 7ª série, e, quando partes do revestimento começaram a cair na cabeça dos estudantes, a diretora resolveu, por conta própria, interditar as salas.

– Um dos primeiros ofícios que enviamos solicitando reparos data de 1983. Mais 320 crianças poderiam ser matriculadas, pois não temos carência de professor, mas sou obrigada a recusar alunos no início de cada ano letivo, porque eles não vão ter onde estudar. E justo numa escola tão grande – assinalou Leda Façanha.

Foto Darílio Paixão



Vazamentos ameaçam segurança

O DIA
Data 2/09/89
Caderno 1 Pág. 8

Torturava menina e a avó atrás do centro espírita

NOVA IGUAÇU (Sucursal) – A menina Leandra Santana Nonato, de 4 anos, e sua avó Olívia Rodrigues Santana, 53 anos, vinham sendo torturadas e mantidas em cárcere privado pelo companheiro de Olívia, José da Silva, 36 anos, na casa onde moravam, na Rua Paissandu, lote 8, quadra 10, em Cabuçu, neste Município. Há cerca de 1 ano o homem vem praticando as violências contra a criança e sua companheira. Somente ontem, depois de denunciado pelas filhas de Olívia, Lindaci Santana Campos, 32, e Lúcia Rodrigues Santana, 27, é que José foi preso por PMs do DPO de Cabuçu e encaminhado à 55ª DP (Queimados).

As agressões contra a menina Leandra e sua avó começaram sem nenhum motivo, segundo contou Olívia à Polícia. José, que é encostado pelo INPS por problemas nervosos, não permitia que a companheira e a garota saíssem sem a sua companhia. Dentro de casa promovia uma sessão de tortura.

Leandra era pendurada de cabeça para baixo e, com os pés amarrados, sofria desde arranhões no rosto até beliscões no órgão genital. Sua avó, espancada a socos e pontapés, não podia reagir com medo de ser morta, já que José da Silva a ameaçava com uma faca.

Lindaci e Lúcia, conseguiram libertar a menina sexta-feira da semana passada, quando casualmente chegaram à casa da mãe e a encontraram com o rosto deformado e inchado de arranhões e pancadas. José, no entanto, afirmou que as escoriações da menina eram de um tombo que havia levado. Lindaci e Lúcia levaram Leandra, deixaram a mãe com o companheiro temendo uma reação dele ao perceber a ausência das duas, e foram à 55ª DP. Lá os policiais encaminharam a menina ao IML de Nova Iguaçu para fazer exame de corpo de delito. Os legistas constataram as violências.

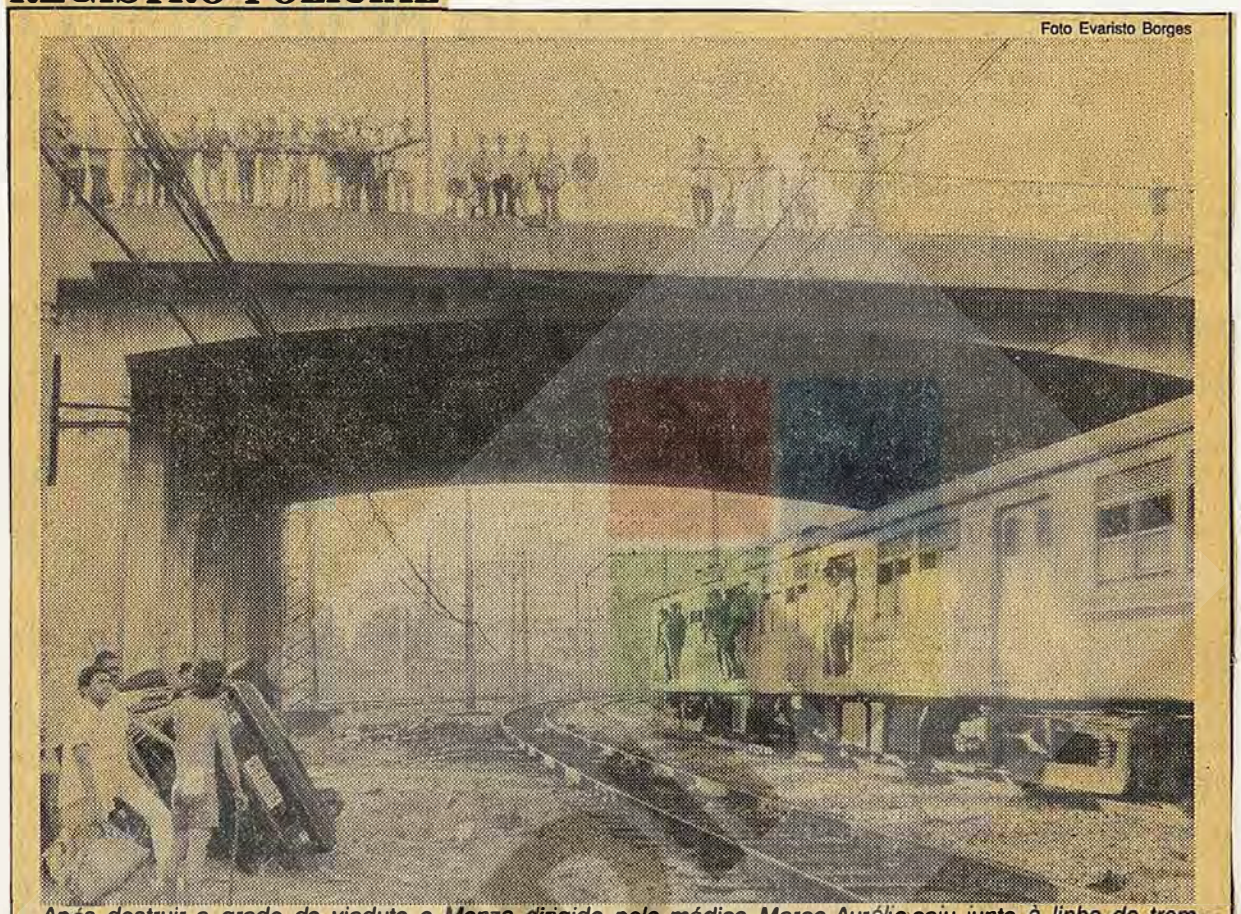
José da Silva, que na frente da casa onde mora mantém o Centro Espírita Zé Pilintra, quando começava a torturar a criança dizia à companheira que a menina estava "num parque de diversões". Enquanto a menina chorava e gritava de dor, José se dizia dominado por uma entidade e há cerca de 2 semanas tentou estrangular a enteada.

A família de Leandra já sofreu outro trauma antes de conhecer José da Silva. Em 86, a mãe da menina, Leci Rodrigues de Santana, 25 anos, foi assassinada a tiros pelo marido Almir José Camelo Nonato, por ciúmes, pois ele suspeitava estar sendo traído. Desde a morte da mãe, Leandra foi morar com a avó e com José, a quem chamava de pai.

O delegado da 55ª DP, José Menezes Santana, autuou José da Silva por agressão, cárcere privado e maus tratos. Ele poderá pegar mais de 20 anos de prisão.

O DIA
Data 2 / 09 / 89
Caderno 1 Pág. 8
1ª folha

REGISTRO POLICIAL


Foto Evaristo Borges

Após destruir a grade do viaduto, o Monza dirigido pelo médico Marco Aurélio caiu junto à linha do trem

Médico dorme e o carro cai do viaduto

O médico Marco Aurélio Azambuja Montes dirigia o Monza de sua propriedade, placa RJ WE-3193, pelo Viaduto de Triagem, em direção ao Méier. Eram 5 horas 30m da manhã. De repente – o médico teria cochilado ao volante – o carro desgovernou-se, bateu violentamente na grade de proteção e mergulhou de uma altura de 20 metros, caindo perto da linha do trem.

Moradores e populares retiraram Marco Aurélio das ferragens e os guardas ferroviários que estavam na área o transportaram num trem – que vinha de Belford Roxo – até D. Pedro II, de onde o levaram para o Hospital Souza Aguiar. Marco Aurélio sofreu fratura do crânio.

Muito embora o acidente não impedisse a circulação livre dos trens, nem por isso deixou de provocar uma retenção do trânsito no viaduto, em face da curiosidade dos motoristas, que paravam os veículos para saber o que havia acontecido, como e por que...

Sétimo Dia – Na Rua do Matoso, 97, Tijuca, dominando o vigia Sérgio Mota e o empregado Carlos Martins, que foram amarrados pelos criminosos. Estes fugiram levando NCz$ 60,00, um cofre de um metro de comprimento e pesando 200 quilos e e um carro Gol. A 18ª DP está investigando.

● Agredido – Edson Nascimento Ribeiro (23 anos) procurou socorros no Hospital Getúlio Vargas, vítima de violenta agressão a socos e pontapés numa firma comercial em Bonsucesso. Ele disse que o agressor é conhecido como Heitor.

● Grave – Elton Soares Caetano (24 anos) foi atacado a tiros por três homens próximo à residência, na Rua Assunção, Lote 37, Quadra 115, Vilar dos Teles. Os motivos são ignorados até o momento, já que a vítima se encontra internada em estado grave no Hospital Getúlio Vargas e sem condições de ser ouvida.

militar estava acompanhado dos jovens Márcio Gonçalves Moreno e Júlio César Araújo Lima, ambos de 21 anos, e foi levado com eles para a 39ª DP, sendo autuado por receptação, já que o proprietário não o reconheceu como um dos assaltantes, muito menos os dois rapazes que o acompanhavam. Posteriormente, sob escolta, Wilson foi levado para a sua unidade e os seus acompanhantes – que nada tinham a ver com o caso – acabaram sendo liberados.

● Traficantes – Soldados do Posto de Policiamento Comunitário da Favela do Jacarezinho foram em cima de um grupo de homens que se encontravam na localidade conhecida como **Pontilhão** e estes, ante a aproximação dos policiais, trataram de fugir. Deixaram, entretanto, no local, três quilos e meio de maconha em tabletes.

O DIA
Data 2 / 09 / 89
Caderno 1 Pág. 8
2º folha

● **Baleado** – Roberto Bezerra Alves (25 anos) foi baleado quando passava em frente ao Cemitério do Caju. Levado para o Hospital Getúlio Vargas, lá se encontra internado, enquanto a 17ª DP investiga.

● **Atropelado** – Francini Massini Marçal (41 anos) dirigia um ônibus da Viação Madureira-Candelária Ltda pela Avenida Meriti, na Vila da Penha, quando um caminhão, de placa ignorada, colidiu na traseira do coletivo. Imediatamente, Francini desceu do veículo para verificar os danos e foi atropelado por outro caminhão, que passava em alta velocidade. Morreu no local.

● **Protesto** – Mais de 200 pessoas ocuparam a Estrada Rio Bonito–Cabo Frio, na altura do Km 137, São Vicente de Paula, em sinal de protesto contra a falta de segurança na área e para exigir o asfaltamento da pista naquele trecho. Uma força de choque da PM e policiais rodoviários foram ao local a fim de evitarem incidentes.

● **Doente** – Frederico Silva Albuquerque Lacerda (41 anos) sofre das faculdades mentais e ontem, em crise, esfaqueou o pai, Luiz Cavalcanti de Albuquerque Lacrda '68 anos). Atingido na barriga, Luiz encontra-se internado no Hospital Miguel Couto e Frederico foi levado para a Casa de Saúde Dr. Eiras.

● **Esmagada** – David Lopes dos Santos (30 anos) teve a perna esquerda esmagada ao ser atropelado, na calçada, em frente à residência, na Rua Jurumi, 219, Grotão, Penha, por um ônibus que faz a linha Penha–Tiradentes, número de ordem 58136. Populares, revoltados, tentaram queimar o coletivo.

● **Igreja** – Dois homens armados entraram na Igreja Adventis-

● **Desovado** – Um mulato de 25 anos presumíveis foi assassinado com 12 tiros e desovado na Rua Codajás, na subida da Chácara do Céu, no Leblon. A vítima vestia bermuda estampada, camisa de malha e tênis cinza.

● **No táxi** – Três homens sinalizaram para o motorista Carlos Alberto Vidal Giacoia (36 anos), que dirigia o táxi RJ TN-2561 pela Avenida Paulo de Frontin, esquina com Barão de Itapagipe, no Rio Comprido. Obedeceu, e os três desconhecidos apontaram-lhe as armas e mandaram que sumisse. Livre dos criminosos, Carlos procurou a 18ª DP e fez o registro. Horas depois, era chamado para identificar um homem que estava morto no seu táxi, abandonado na Avenida Epitácio Pessoa, Lagoa. A vítima fora executada no banco traseiro com seis tiros. O motorista não reconheceu o homem como um dos três que o haviam assaltado.

● **Explosão** – Na noite de quinta-feira, em decorrência da explosão de botijões de gás guardados no depósito do Bar Gerê, na Rua Barão do Amazonas, 268, Centro de Niterói, o estabelecimento incendiou-se totalmente. A partir de então, um jovem de 16 anos, conhecido apenas como Mauro, não fora mais visto. Ontem quando os bombeiros procediam aos trabalhos de rescaldo, encontraram um cadáver, que seria do rapaz. O proprietário, Antonio Gomes, e o freguês Ernani Augusto da Silva receberam ferimentos e tiveram que ser medicados no Hospital Antonio Pedro.

● **Receptação** – Soldados do 9º BPM (Rocha Miranda) prenderam o soldado da Aeronáutica Wilson de Jesus da Silva (20 anos), que dirigia o carro **Gol**, ano 84, placa RJ-UO 3661, roubado na última quarta-feira, na Penha. O

● **Lamentável** – "A missa em si tudo bem, pois qualquer ser humano tem direito; agora, endeusar um assassino, responsável por vários homicídios e tráfico de drogas, revela uma distorção ética muito grande". Foram palavras do Secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, ao se referir à missa de 2 anos da morte do traficante Paulo Roberto Moura Lima, o **Meio Quilo**, que foi realizada na Favela do Jacarezinho. Saboya considerou "lamentável" o fato de Meio Quilo, um dos líderes da **Falange Vermelha**, ter-se tornado um ídolo naquela área carente.

● **Ciferal** – Dois homens armados de revólveres assaltaram a firma Ciferal, na Avenida Brasil, 8191, Ramos, de onde fugiram levando um malote contendo 10 mil cruzados novos. Os marginais dominaram os dois seguranças, dos quais arrebataram os revólveres e fugiram numa moto **Honda**.

● **No brejo** – Um homem de cor branca, aparentando 25 anos de idade, foi encontrado sem vida num brejo da Rua Dias Ribeiro, Parque da Suécia, Belford Roxo. A vítim,a estava apenas de **short** branco. Minutos antes de morrer, o homem tentou desesperadamente escapar e entrou na residência do gráfico **Edson de Aguiar** (20 anos), mas foi perseguido e dominado, sendo levado para o local onde o executaram com vários tiros.

● **Interdição** – O delegado Antônio Carlos Soares de Azeredo e o inspetor Humberto Matos interditaram, ontem, o Renascença Clube, localizado na Rua Barão de São Francisco, 54, Andaraí, por tempo indeterminado, até que as obras de proteção acústica sejam realizadas. A interdição do famoso "clube das mulatas" deveu-se como cumprimento de ordem judicial da 15ª Vara Cível, no processo movido pela Curadoria do Meio Ambiente, por perturbação da Lei do Silêncio.

O DIA
Data 2 / 09 / 89
Caderno 1 Pág. 8

Menina é morta a pedradas

NOVA IGUAÇU (Sucursal) – Flávia Isaac da Silva, de 14 anos, foi morta com muitas pedradas na cabeça, na Rua Nadir Vasconcelos, em frente ao número 12, no Jardim Redentor, em Belford Roxo. O crime aconteceu na noite de quinta-feira, mas, somente ontem pela manhã, uma vizinha encontrou o corpo da menor e comunicou o fato à sua mãe Marina Júlia da Silva, 29 anos.

O padrasto de Flávia, Ronaldo Coutinho, 33 anos, auxiliar de refrigeração, disse que a menina saiu de casa por volta das 20 horas, não sendo mais vista. Segundo Ronaldo, Flávia tinha uma vontade incontrolável de ir para a rua e ver o namorado, que a Polícia desconfia ser o autor do crime.

Marina Júlia, chorando e muito nervosa, não quis falar nada sobre a morte da filha. Apenas disse que não podia imaginar quem cometeu as barbaridades com a menina. A 54ª DP (Belford Roxo) registrou e investiga o homicídio.

O DIA
Data 1 / 09 / 89
Caderno 1 Pág. 8

REGISTRO POLICIAL

Menino vendia coca e maconha

O menor F.C. (14 anos) estava vendendo drogas na Rua Doutor Continentino, Favela do Bola, Santa Cruz, e foi preso por soldados do RP-Mont, comandados pelo sargento Torquato. Em poder do garoto foram encontrados 20 **papelotes** de cocaína, 100 **trouxinhas** de maconha e a quantia de 102 cruzados novos. Depois de ouvido na 36ª DP, F.C. foi encaminhado à Divisão Social de Proteção ao Menor.

● **Atropelamento** – Alunos das escolas técnicas Pereira Soares e Atlas, de Jacarepaguá, estavam numa passeata de protesto contra o aumento das mensalidades. Um Opala de chapa branca – XY 8789 – ocupado por um casal, atropelou a estudante Célia Maria dos Santos (24 anos), que recebeu socorros no PAM de Jacarepaguá e retirou-se. Seus colegas foram em peso à 32ª DP e protestaram contra o motorista, ao mesmo tempo em que forneceram o número da placa do veículo ao delegado Carrera – que prometeu investigar.

● **Esfaqueado** – Ao reagir a um mulato forte, que queria roubar a sua bolsa, Raimundo Marques de Sousa (28 anos) recebeu várias facadas e encontra-se internado no Hospital Miguel Couto. O fato ocorreu na Praça Inhangá, Copacabana, e a 12ª DP registrou.

● **Executado** – Edson Moreira da Silva (25 anos) foi visitar uma mulher de nome Maria Almeida Ramos Pereira, na Rua Projetada B, localidade de Três Pontas quando, minutos depois de se encontrar no local, chegou um carro com três homens, que o chamaram ao portão "para um papo". Os quatro conversaram durante algum tempo e tomaram até cafezinho, servido por uma vizinha. Só que, no momento em que a vizinha recolheu as canecas, os três homens que haviam chegado de carro executaram a tiros e figuram.

● **Cadáver** – Populares encontraram o cadáver de Jorge da Silva Marinho (18 anos) na Avenida Joaquim da Costa Lima, Bairro Vona, Belford Roxo. A vítima apresentava 10 perfurações produzidas por tiros e a 54ª DP (Belford Roxo) iniciou diligências.

● **Assalto** – Seis homens armados assaltaram a agência de Turismo Urbi et Orbi, na Rua João Torquato, 71, Bonsucesso, de onde roubaram grande quantidade de peças de reposição de ônibus e Kombis, utilizadas em excursões, além de uma **pick-up** cinza, placa RJ-JV 4560, de propriedade da firma. Os criminosos – que estavam armados de revólveres e metralhadoras – chegaram à agência por volta das 2 horas da madrugada e dominaram o vigia Clodoaldo da Silva Leão, de quem arrebataram o revólver de calibre 38, e o motorista Jorge Cailleauq, que ficou sem a aliança. O produto do roubo foi colocado numa Kombi branca e num Gol cinza, cujas placas ninguém anotou.

● **Casal** – Ruth da Costa (26 anos), residente na Travessa 15, casa 18, Favela Vila dos Pinheiros, Bonsucesso, e José Paulino da Silva (45 anos), morador na mesma favela, encontravam-se ontem de madrugada na esquina da Via 05 com Via 09, próximo às suas residências, quando foram executados a tiros.

● **Mendigo** – Populares encontraram o cadáver de um mendigo, na Avenida Brasil, Penha. A vítima vestia bermuda e camiseta branca, sendo desconhecida a causa da sua morte.

● **Engarrafamento** – Dois ônibus, de placas RJ-KJ 4859, da Viação União, e RJ-XM 9778, da Empresa Paraense, colidiram na Avenida Brasil, próximo à Penha, provocando, um engarrafamento de mais de 3 quilômetros.

● **Pagamento** – Três homens e uma mulher dominaram o motorista e representante da firma Casa José Silva no depósito da Rua Ana Nery, 924, Benfica, e fugiram com NCz$ 25.352,22, dinheiro destinado ao pagamento dos empregados.

● **Ladrão** – Os patrulheiros Guimarães e Roberto, da RP 54/0157, perseguiram e interceptaram o Volks azul, placa RJ-KY 4271, que trafegava velozmente por uma das ruas de Vassouras. Quem dirigia o veículo – que havia sido roubado em Volta Redonda, jurisdição da 94ª DP – era José Marcos Alves Pena (25 anos), fugitivo da Penitenciária de Vassouras, de alta periculosidade e conhecido **cabeça** de quadrilhas de ladrões de automóveis.

● **Baleada** – Vítima de agressão a tiro, com ferimento no braço direito, foi medicada no Hospital Duque de Caxias Viviane Fernandes Dias, Av. Brasil, 912 Vila São Luiz, Caxias). Ela contou ao policial de plantão que estava no interior da "Loja Toulon", na Av. Plínio Casado, 406, Centro de Caxias, quando foi atingida com uma bala da arma do segudança da firma, que ela sabe apenas chamar-se Roberto. O fato foi registrado pela 59ª DP, Duque de Caxias, que vai intimar o acusado a fim de saber como ocorreu o disparo.

● **Bandidos fogem** – Agentes do Serviço Reservado da PM tinham informações de que um grupo de bandidos assaltaria o carro de transporte de valores do **Bob's**, exatamente quando o veículo parasse naquele estabelecimento, na Avenida Brasil, em Bonsucesso, para recolher a féria. Sabiam, inclusive, que os criminosos utilizariam um Monza que havia sido roubado em Del Castilho (placa RJ-UW 7922). Estavam todos, portanto, em alerta nas imediações e quando o Monza com 4 homens chegou, foi logo perseguido, igualmente um Escort (placa UJ-2973 e um Opala) que davam cobertura. Na esquina da Rua Maria da Glória com Gerson Ferreira, os ocupantes do Monza abandonaram o veículo e fugiram, deixando vários uniformes de soldado da PM e uma carabina "Urco".

1995

Baixada / Vol. Urbano

JORNAL HOJE
Data 23/10/95
Caderno ____ Pág. 5

Pânico, correria e tiros no calçadão de Nova Iguaçu

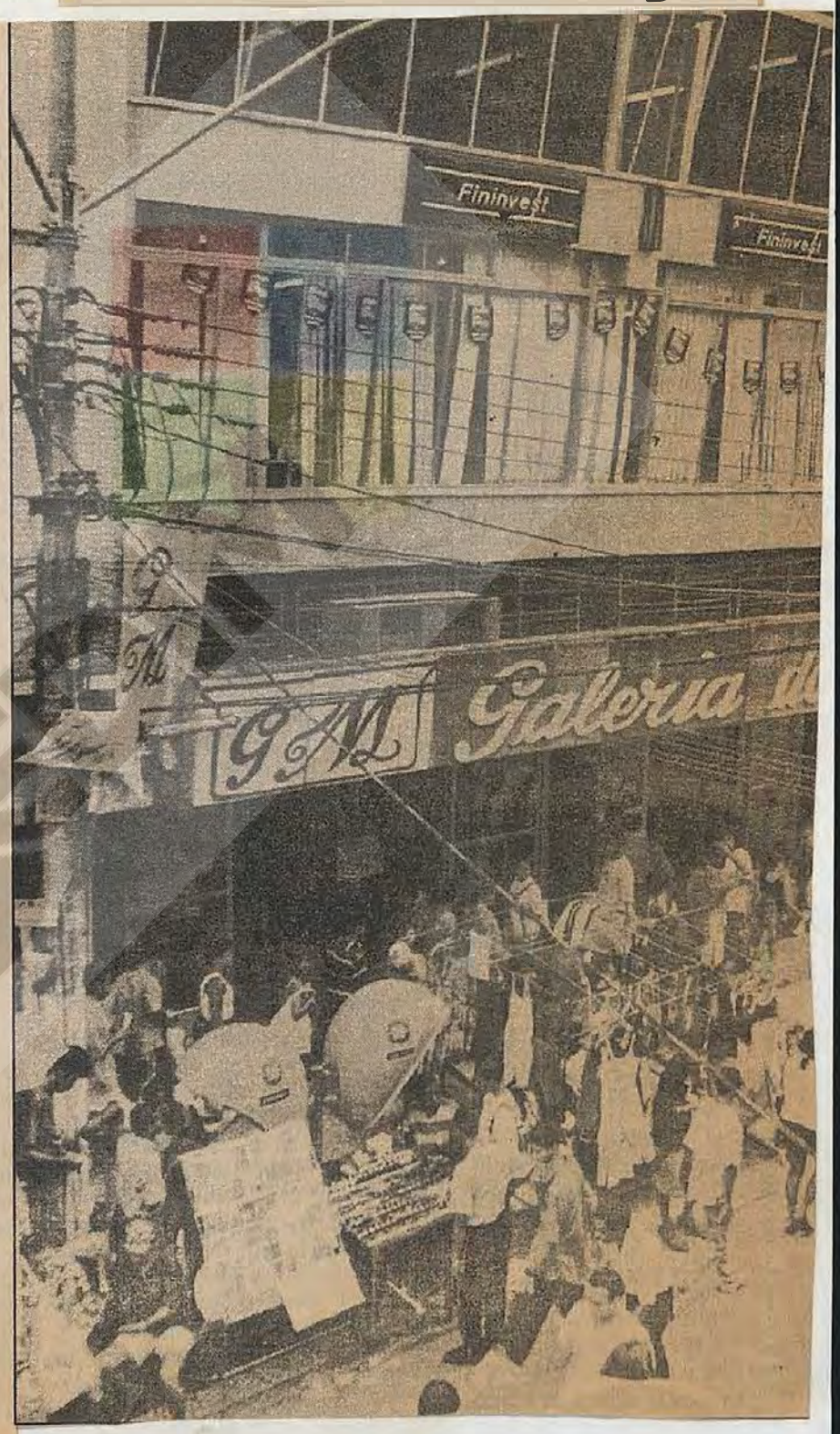
Assaltantes tentam invadir a Finivest

Nilber Bittencourt

Uma tentativa de assalto seguida de tiroteio, ontem, às 14h, na financeira Fininvest, localizada no Calçadão da Avenida Amaral Peixoto, no Centro de Nova Iguaçu, causou correria, confundida pelo maioria das pessoas que faziam suas compras de natal, como de arrastão. Várias pessoas por pouco não foram pisoteadas e as lojas fecharam suas portas. Os assaltantes foram identificados como três homens mulatos, fortemente armados, que fugiram a pé pelo Calçadão. A ação dos criminosos foi frustrada pelo segurança Elione Baiense de Melo, 48 anos, que ao entrar na agência, acabou sendo baleado com um tiro. O segurança foi levado para o Hospital da Posse e está fora de perigo.

A Fininvest fica próxima de um dos pontos que mais concentra gente no Calçadão: a esquina das avenidas Nilo Peçanha com Amaral Peixoto. No momento em que os homens sairam correndo da agência, um deles disparou vários tiros para o alto abrindo caminho na multidão e iniciando a correria. As lojas C&A, Sendas e Casas Chama fecharam suas portas para evitar saques. Mesmo assim a paralisação durou pouco. Minutos depois todas as lojas estavam reabertas e funcionando normalmente.

A agência do Fininvest, que funciona no prédio da Galeria dos Móveis, deve voltar a atender na próxima terça-feira. Policiais do 20º BPM (Mesquita) chegaram dez minutos depois do da tentativa de assalto e nem viram os assaltantes, apesar dos 30 homens do esquema especial para o natal.



Os assaltantes promoveram a fuga a pé no calçadão abrindo fogo e criando pânico entre transeuntes

Vid. Ibrame

JORNAL DO BRASIL
Data: 18.02.95
Caderno CIDADE Pág. 16

Ladrões matam publicitário em Botafogo

■ Em dia violento, Rio teve oito mortos, roubos a banco e tiros por causa de tênis



O publicitário Ernesto Frederico Hartmann, de 46 anos, foi assassinado pouco antes das 13h de ontem na porta da Escola Dinamis, na Rua Marquês de Olinda, em Botafogo, ao levar as duas filhas ao colégio. Dois bandidos atiraram à queima-roupa para roubar seu carro. O caso foi um dos mais chocantes de ontem, um dia violento no Rio.

Próximo ao lugar onde o publicitário foi morto, três corpos com marcas de tortura estavam num carro. Em Irajá, três traficantes também foram mortos. E em Piedade, um rapaz foi baleado ao recusar-se a entregar os tênis que calçava. Ao longo do dia, três bancos foram assaltados e um metralhado.

Como faziam habitualmente, o publicitário e a mulher, a médica Maria Regina Benevuto, foram levar à escola as filhas Paula e Patrícia, de 6 e 5 anos. Ernesto foi abordado por dois homens quando estava em pé ao lado do seu Fiat Premium esperando a mulher. Segundo testemunhas, Ernesto se assustou, fez um gesto brusco, que causou a reação dos ladrões.

Sem polícia — Atingido por dois tiros, ele foi levado numa ambulância dos bombeiros ao Hospital Miguel Couto, no Leblon, onde morreu durante cirurgia. Segundo moradores, os criminosos, que fugiram no Fiat do publicitário, têm entre 20 e 25 anos. Ernesto morava em Copacabana e foi assaltado a 600 metros da 10ª DP (Botafogo), numa rua movimentada, mas pouco policiada.

Ele tinha uma pequena agência — a Hart Publicidade — e foi diretor comercial da TV Manchete durante dez anos, onde começou como contato. "Ele era uma pessoa muito competente. Lamento essa violência na cidade", disse Carlos Marzagão, supervisor comercial da TV Manchete e ex-colega do publicitário.

Corpos — Situação não menos dramática teve como vítima o estudante Carlos José da Silva Filho, de 18 anos. Ele foi atingido na barriga, em frente à Universidade Gama Filho, em Piedade, por um dos três homens que tentaram roubar seus tênis. Ele foi operado no Hospital Salgado Filho e passa bem. De madrugada, a polícia encontrou na Praça Jóia Valansi, em Botafogo, três corpos no porta-malas de um Opala roubado. Após abandonar o carro com os corpos, os quatro bandidos roubaram o Santana de Eunício Fróes.

A violência, contudo, não se limitou à Zona Sul. Em Irajá, três homens — Francisco Oliveira, 32 anos, Orlando Filho, 24, e Charles Santos, 22 — foram mortos a tiros na Rua José Medeiros, por quatro ocupantes de um Monza. Já os três assaltos a banco elevam para 64 os casos registrados apenas este ano. Ontem, os bandidos roubaram de bancos um total de R$ 61,5 mil. Foram roubados a Caixa Econômica Federal, na Rua Jardim Botânico; o Unibanco, na Tijuca; o posto do Banco Rural do Mercado São Sebastião, na Penha; e metralhado o Banerj da da Rua Haddock Lobo. No Unibanco, os PMs reagiram e um bandido foi morto.

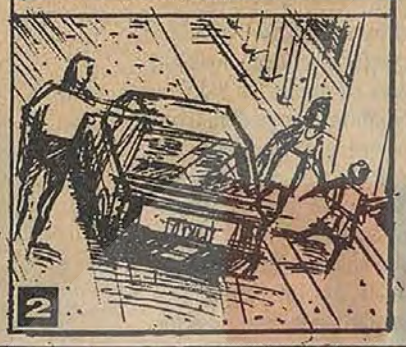
JORNAL DO BRASIL
Data: 18/02/95
Caderno CIDADE Pág. 16

ASSASSINATO NA PORTA DA ESCOLA



12h55 - O publicitário Ernesto Hartmann chega ao colégio Dínamis, acompanhado da esposa, a médica Maria Regina, para deixar as duas filhas.

A mulher e as crianças saem do carro e entram na escola. Ernesto também sai do carro e espera pela esposa em pé, ao lado da porta do motorista.





Ernesto é abordado por dois homens armados que querem o carro. O publicitário se assusta, faz um movimento brusco e recebe o primeiro tiro.



Mesmo baleado, Ernesto tenta fugir, mas recebe o segundo tiro e fica ferido no chão. Os ladrões fogem com o carro. O publicitário recebeu os primeiros socorros ainda na rua, mas não resistiu e morreu no Hospital Miguel Couto.

Bairro é o campeão de violência

MEMÓRIA

Botafogo é o bairro mais violento de toda a Zona Sul do Rio, de acordo com pesquisa feita pelo Serviço de Documentação do Hospital Miguel Couto. Pelo levantamento — elaborado com base no atendimento do setor de emergência do hospital, no primeiro semestre do ano passado —, 18,3% dos pacientes vítimas de tiros na Zona Sul foram baleados em Botafogo. O segundo lugar em violência ficou para Copacabana — bairro bem mais populoso —, e por significativa diferença de três pontos percentuais.

A mesma pesquisa indicou ainda que as áreas mais visadas pelos assaltantes no bairro são a Praia de Botafogo e ruas da Matriz, Álvaro Ramos e Capitão Salomão. Considerado pela polícia como o bairro que concentra um dos maiores índices de roubo de carros do Rio, Botafogo, segundo o levantamento do Miguel Couto, torna-se ainda mais perigoso nos fins de semana e entre 18h e 6h. A pesquisa indicou ainda que dos pacientes atingidas por arma de fogo, 90% são homens, e mais de 70% dos baleados têm idades que variam entre 15 e 40 anos.

JORNAL HOJE
Data 17 / 02 / 96
Caderno Pag. 3

Hospital é invadido por traficantes

Dois homens vestidos de policiais militares invadiram ontem, às 13h, o Hospital Carlos Chagas, em Marechal Hermes, na Zona Norte do Rio, para resgatar o gerente do tráfico de drogas de Acari, Reginaldo Correia, o **Popoca,** 23 anos, ferido numa operação do 9º BPM (Rocha Miranda) durante a madrugada. O resgate foi impedido por policiais da 30ª DP (Marechal Hermes) _ localizado a menos de 300 metros do hospital _ que foram avisados por um enfermeiro. Houve troca de tiros e o delegado Hércules Pires levou um tiro na perna. A tentativa de resgate acabou matando o tráficante. Cercado pelos policiais, os homens abandonaram **Popoca** no corredor do hospital, matando o traficante, que acabara de sair da cirurgia. Os homens conseguiram fugir.

A ação dos falsos policiais durou 15 minutos. Os homens chegaram na portaria, armados de fuzil AR-15 e pistolas, renderam o cabo PM Carlos Alberto, o detetive William Correia _ ambos do plantão policial _, e toda a equipe médica e os forçaram a levá-los à enfermaria onde **Popoca** estava se recuperando da cirurgia. Na enfermaria, localizada no 2º andar do prédio, os homens arrancaram o soro e dreno do traficante e o carregaram no colo em direção a saída. De acordo com o diretor médico do Carlos Chagas, Aramis Costa Filho, o resgate matou o traficante. "Eles mataram o colega. O homem tinha acabado de sair de uma cirurgia de três horas'', analisou. Aramis acrescentou ainda que os homens estavam muito nervosos, mas não fizeram mal a ninguém. "Eles não agrediram ninguém do hospital, apenas gritavam exigindo que os levássemos à custódia'', contou. Ao chegarem próximo a saída do hospital, o tiroteio começou e os homens fugiram, deixando o traficante no chão.

De acordo com o delegado Hércules Pires, uma pessoa esteve na delegacia e disse que tinha um pm criando confusão no hospital. "Chamei alguns homens e fui averiguar, quando cheguei na entrada lateral dei de cara com os dois policiais militares. Nesse momento começou o tiroteio. Como eu ia adivinhar que os homens estavam apenas fantasiados?'', perguntou ainda sob efeito de sedativos na delegacia. No momento do tiroteio havia cerca de 200 pessoas no interior do hospital. Na final da tarde, uma equipe, formada por homens do Centro de Inteligência de Apoio Policial (Cinap) estiveram na 30ªDP e se dirigiram para Acari.

Vid. Urbana

O GLOBO
Data 13/02/95
Caderno O PAÍS Pág. 05

Seis passageiros mortos e 30 desaparecidos em naufrágio

Seis passageiros morreram e cerca de 30 ainda estão desaparecidos, em conseqüência do naufrágio do barco "Comandante Rogério", ocorrido às 23h de sexta-feira, no Rio Solimões, no Amazonas. Os bombeiros interromperam as buscas nas primeiras horas de ontem — mais de 24 horas depois da colisão do barco com três troncos que flutuavam no rio — e as retomaram ao amanhecer, mas não acreditam na possibilidade de ainda haver sobreviventes. O número de desaparecidos foi calculado com base em declarações de pessoas que conseguiram se salvar, pois não havia lista de passageiros. A estimativa é de que o barco transportava cem passageiros.



Alguns dos corpos das vítimas do naufrágio do 'Comandante Rogério'

O comandante do barco, Cláudio Bailli, contou que o "Comandante Rogério" deixou o Porto de Manacapuru, a 180 quilômetros de Manaus, com destino ao lugarejo de Beruri. Transportava aproximadamente 30 toneladas de carga, entre engradados de cerveja, cimento, areia, pedra e tijolos. Há suspeita de que a embarcação navegava com sobrecarga. Alguns sobreviventes comentaram que a maioria dos passageiros dormia na hora do choque, que aconteceu a cerca de 50 metros da margem do rio.

Segundo Odilon Picanço, em menos de cinco minutos o barco afundou. Shirley, de 37 anos, mulher de Odilon, conseguiu chegar até a margem do rio, mas morreu de enfarte ao saber que a filha de 4 anos havia sido arrastada pela correnteza.

Os bombeiros acham improvável que haja mais sobreviventes, além de considerar difícil o resgate de cadáveres que possivelmente estejam no barco afundado.

- Violência
- Urbana

1996

Dpol. Lubanca

O GLOBO
Data 24/11/96
Caderno RIO Pág. 15

Tiroteio e morte no coração do Centro da cidade



CURIOSOS OBSERVAM o corpo do assaltante Wagner de Souza na Av. Rio Branco, junto à moto usada pelos ladrões: uma rajada de metralhadora o derrubou

O GLOBO
Data 14/11/96
Caderno RIO Pág. 15

Policial civil que estava de folga e tentou impedir fuga de ladrões foi assassinado. Um assaltante foi morto e outro preso

Hilka Telles

• O coração da cidade sofreu um colapso ontem de manhã, quando um assalto seguido de tiroteio deixou em pânico quem estava no triângulo formado pela Rua São José, Avenida Nilo Peçanha e Avenida Rio Branco, no Centro. Em meio a gritos e correria, pedestres se jogaram ao chão para fugir das balas, motoristas largaram seus carros no meio da rua e comerciantes fecharam suas lojas às pressas. Um policial civil e um ladrão morreram e um assaltante foi preso.

O tumulto começou às 10h20m, quando Joelson Gomes dos Santos, de 28 anos, funcionário da casa de câmbio Stream Tour, na Rua São José, deixou a loja com R$ 100 mil numa bolsa, acompanhado de um policial civil que lhe dava segúrança e não quis se identificar. Logo dois bandidos numa motocicleta Honda CB-450 vermelha, placa LI-310, o renderam pondo uma pistola em sua cabeça e roubaram a bolsa.

Assaltantes tiveram a cobertura de outros 2 bandidos em moto

Mais dois criminosos em outra moto davam cobertura à dupla. Ao arrancarem, os assaltantes atiraram na direção das vítimas, sem contudo acertá-las.

Nesse momento, um outro policial civil, Ozires Matos Silva, da 22ª DP (Penha), que estava de folga e passava pelo local, ao ver o que acontecia sacou sua arma. Ele, no entanto, nem apertou o gatilho: foi baleado no pescoço pelo ladrão identificado como Wagner de Souza, de 31 anos. O policial chegou com vida ao Hospital Souza Aguiar, mas não resistiu ao ferimento e morreu.

O pânico foi grande. O segurança do casa de câmbio começou a atirar na direção dos bandidos e PMs também entraram na perseguição. Os ladrões revidavam e os pedestres se jogavam no chão, uns por cima dos outros, para evitar balas perdidas. Normalmente já bastante lento, o trânsito naquele trecho ficou caótico.

Prédios da área ficaram com marcas do tiroteio

O assaltante que pilotava a CB-450, Carlos Augusto Rodrigues de Araújo, de 26 anos, chegou à Rio Branco, mas nesse momento os PMs deram uma rajada de metralhadora e Wagner, que estava na garupa, foi baleado na cabeça e caiu no asfalto. Nervoso, Carlos deixou a moto morrer e foi preso. Wagner morreu mais tarde no Souza Aguiar. Os outros dois bandidos conseguiram fugir.

As marcas da violência ficaram pelas paredes e em pelo menos duas vidraças de prédios: o 90 da Rua São José e o Edifício Avenida Central, na Rio Branco.

— Os bandidos estavam preparados para qualquer coisa, davam tiros para todos os lados, procurando exatamente criar pânico e evitar que os PMs chegassem até eles — contou o guarda municipal Hélio José.

A polícia não disse quanto, mas apenas parte dos R$ 100 mil roubados foi recuperada, além de serem apreendidos dois telefones celulares e uma pistola. ■

Vol. Urbana

O DIA
Data 30/04/96
Caderno POLÍCIA Pág 10

Mãe pede morte para o assassino de Copacabana

"Minha neta não fala desde sexta-feira. Não pergunta pelos pais, não comenta sobre a praia. S. está chocada: viu a mãe morrer ao seu lado. E perdeu parte do intestino. Sabe o que eu acho? Os assassinos não deviam ir para a prisão, não! Devia ser: matou, morreu. Eles não vão ficar muito tempo na cadeia. E Kátia morreu bestamente. Foi à praia se divertir com a filha e perdeu a vida".

O desabafo é de Marli Munhoz, 52 anos, mãe de Kátia, 32, que morreu na sexta-feira, vítima de bala perdida na praia de Copacabana, ao tentar proteger a filha de seis anos de um tiroteio. S. continua no hospital.

CEDIM

O DIA
Data 30/07/96
Caderno POLÍCIA Pag 10

Na pista da arma do crime

Polícia quer saber se tiro que matou Kátia em Copacabana partiu de revólver apreendido



Na investigação da morte de Kátia, suspeito será reconhecido por menor

O DIA
Data 30/07/96
Caderno POLÍCIA Pág. 10

Elaine Gaglianone

Descobrir a origem do revólver Magnum calibre 357, localizado próximo ao Morro da Babilônia, no Leme. Saber se foi dele que partiu o tiro que matou a dona-de-casa Kátia Munhoz Liardo, 32 anos, e feriu sua filha S., 6, na tarde de sexta-feira, na praia de Copacabana. E ainda confirmar o depoimento prestado ontem por Moisés Alves, 25, que teve seus documentos encontrados junto da arma por policiais do 19º BPM (Copacabana). Estes são os próximos passos da investigação sobre a morte de Kátia, desenvolvida pela 12ª DP (Copacabana).

Moisés negou ontem que tivesse participado da confusão na praia, mas pode ser submetido a reconhecimento pelo estudante G.M.J., 17, pivô da briga de gangues rivais. O estudante afirmou, em depoimento, que Gilberto Batista dos Santos, o **Chinês**, estava acompanhado de Cristiano da Conceição, o Kiki, e dois rapazes — identificados como Moisés e Cosme —, quando houve a primeira discussão, antes dos tiros. Segundo Moisés contou ontem na delegacia, sua pochete com os documentos foi roubada naquele dia por um arrastão na praia do Leme. O resultado do exame cadavérico de Kátia ainda não ficou pronto.

Na tarde de sexta, Kátia e S. participavam de churrasco com grupo de amigos na praia de Copacabana quando foram atingidas por tiros disparados durante briga de duas gangues rivais — a de Chinês, do Morro Chapéu Mangueira, e a de G.. **Kiki** e Gilberto Batista foram os únicos detidos como suspeitos. Chinês acabou sendo indiciado por um homicídio consumado e uma tentativa.

Família vai pedir indenização

A família de Kátia Munhoz Liardo vai entrar na Justiça contra o estado, pedindo indenização pela morte da dona-de-casa na praia de Copacabana. Hoje à noite, com velas e rosas brancas nas mãos, parentes e amigos de Kátia fazem manifestação pela paz no calçadão de Copacabana, altura da Rua República do Peru, onde houve o tiroteio.

"Vamos entrar na Justiça o mais rápido possível. Não podemos deixar essa violência passar em branco", criticou Sandra Munhoz, de 35 anos, irmã de Kátia. Sexta-feira será celebrada, também nas areias de Copacabana, pelo padre da Igreja Nossa Senhora da Ressurreição, missa de sétimo dia pela morte de Kátia. Ela freqüentava a igreja desde que morava em Copacabana.

O DIA
Data 30 / 07 / 96
Caderno POLÍCIA Pág 10

'DEVIA SER: MATOU, MORREU'

Marli Munhoz*

■ Continuação da primeira página



"Desde sexta-feira durmo no hospital. Não tive coragem de voltar pra casa. Pra quê? Pra ver o quarto da Kátia, sem ela? Só me seguro por causa da minha netinha.

Minha neta será uma pessoa problemática para o resto da vida. Primeiro, fisicamente, porque perdeu parte do intestino. Ela não está comendo e nem sabemos o que vai poder comer daqui prá frente. Segundo, porque a mãe morreu pertinho dela. Isso ela nunca vai esquecer. Não sei ainda o que vai ser de nós".

(S. continuará internada no Hospital Miguel Couto, Leblon, até o próximo fim-de-semana, pelo menos. Baleada na virilha, perdeu 30 centímetros de intestino grosso e há quatro dias só se alimenta de soro. Hoje, começará a tomar chás e sucos.)

"Sabe o que eu acho? Eu acho que os assassinos não deviam ir para a prisão, não! Devia ser: matou, morreu. Mesmo porque eles não vão ficar muito tempo na cadeia. Kátia morreu bestamente. Foi à praia se divertir com a filha e perdeu a vida. Era uma diversão inocente. Nada a trará de volta."

* Marli Munhoz, mãe de Kátia, é dona-de-casa e deu este depoimento em pé no corredor da Enfermaria de Pediatria do hospital, para onde a neta foi transferida ontem. O pai de S. já foi localizado na Itália, onde Kátia morou por 10 anos. Mas a menina continuará vivendo com a avó, em Sepetiba.

Briga de gangues provoca tragédia

Tudo começou com uma tola discussão. No início da tarde de sexta-feira, **Chinês**, **Kiki**, e mais dois rapazes estavam correndo na praia de Copacabana e implicaram com um grupo que jogava futebol na altura da Rua República do Peru. O estudante G.M.J., 17, revidou a provocação e **Chinês** partiu para a briga. Acabou levando soco no rosto e prometeu voltar para mandar G. "para o inferno".

Cerca de meia hora depois, **Chinês** reaparecia acompanhado de 20 rapazes. Gritando, eles fizeram pelo menos sete disparos. Assustados, os jogadores correram na direção do grupo de Kátia Munhoz Liardo, que fazia churrasco a poucos metros. Kátia foi baleada na axila direita e morreu na hora. Ela se abaixou para proteger com o corpo a filha S., atingida na virilha esquerda.

Vol Vibanc

O DIA
Data 24 / 04 / 96
Caderno POLÍCIA Pág 9

Tragédia na areia de Copa



Um dos envolvidos no tiroteio na praia abandonou uma Magnun 357 com todos os cartuchos disparados

Mãe tenta proteger filha de uma briga de gangue na praia e acaba morta por um tiro. Menina ficou ferida

O DIA
Data 24/04/96
Caderno POLÍCIA Pág. 9



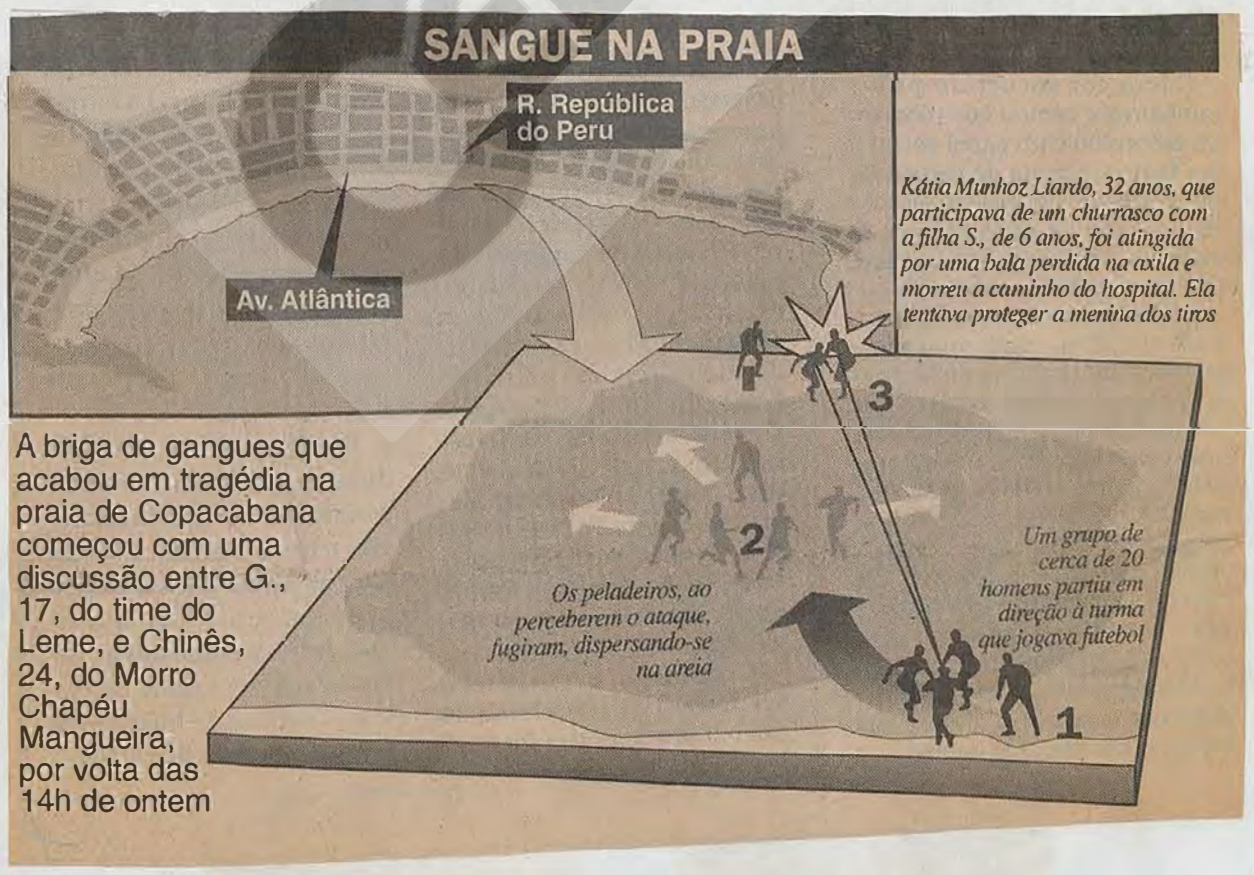
Uma briga de gangues acabou em tragédia, no início da tarde de ontem, na Praia de Copacabana. Kátia Liardo, 32 anos, morreu ao tentar proteger a filha S., 6, dos tiros disparados entre jogadores dos times de futebol Embalo, do morro Chapéu Mangueira, e Radar, do Leme. Elas estavam em frente à Rua República do Peru, quando começou a confusão envolvendo Gilberto Batista dos Santos Gomes, o **Chinês**, 24 anos, do Chapéu Mangueira, e G.M.J., 17, morador de Ipanema, que jogava no Radar.

Segundo o bombeiro Frederico Carlos Cruz, 36, amigo de Kátia, Gilberto chegou à praia, pouco antes das 14h, implicando com o menor que jogava bola no meio de uma turma de aproximadamente 40 garotos. Os dois brigaram e **Chinês** teria garantido que voltaria para "mandá-lo ao inferno". Meia hora depois, 20 rapazes chegaram gritando e fizeram pelo menos sete disparos contra os jogadores. Kátia foi baleada na axila direita. S. recebeu um tiro na virilha esquerda e a bala acabou atingindo seu intestino.

Policiais do 19º BPM (Copacabana) chegaram logo em seguida, mas apenas capturaram **Chinês**, que se jogou no mar, e Cristiano de Souza Conceição, o **Kiki**, 22 anos. Em depoimento ao delegado Henrique Faro, da 12ª DP (Copacabana), eles negaram que qualquer ajuda tenha sido pedida no morro. Segundo **Chinês**, os amigos souberam da briga e foram à praia.

Num condomínio do Leme, próximo ao Morro da Babilônia, vizinho ao Chapéu Mangueira, os policiais apreenderam uma pistola Magnum 357, com todos os seis cartuchos deflagrados. "Um grupo veio correndo da praia, pulou o muro, se livrou da arma e subiu a Babilônia", contou o sargento Giovani. Junto da pistola foram encontrados documentos de Moisés Alves Mesquita, 25 anos, suspeito de ter participado do tiroteio.

Chinês e Cristiano foram detidos na 12ª DP para averiguações. "Como não houve flagrante, ainda precisamos de alguns depoimentos para prendê-los e abrir inquérito", disse o delegado Faro.



A briga de gangues que acabou em tragédia na praia de Copacabana começou com uma discussão entre G., 17, do time do Leme, e Chinês, 24, do Morro Chapéu Mangueira, por volta das 14h de ontem

(3) O DIA
Data 27/04/96
Caderno POLÍCIA Pág 9

Kátia morou 10 anos em Roma

Kátia Munhoz Liardo era uma mulher bonita, de longos cabelos encaracolados castanhos, apaixonada por Copacabana. Ela nasceu e cresceu no bairro, onde também trabalhou como vendedora de uma loja de roupas femininas até conhecer um italiano e mudar-se para Roma, onde viveu durante 10 anos. A filha S., de 6 anos, nasceu na Itália. Há cinco anos, Kátia separou-se do marido e voltou para o Rio, onde morava num condomínio no Recreio dos Bandeirantes.

"Ela sempre trazia a filha para passear na praia de Copacabana porque adorava o lugar e tinha muitos amigos", contou a amiga Heloísa Rosa da Silva, 40 anos, que participava de churrasco com Kátia e outras colegas no trecho da praia em frente à Rua República do Peru quando houve o tiroteio. Kátia tentou proteger S. com o próprio corpo, das balas perdidas, e acabou levando o tiro fatal. Socorrida por PMs, morreu antes de chegar ao Hospital Miguel Couto, no Leblon.

S. foi submetida a uma cirurgia de três horas, em que 30 centímetros do intestino foram retirados. Ela não corre risco de vida, segundo o chefe de equipe, Fernando Matos. O atual namorado de Kátia, que se identificou apenas como Flávio, esteve no hospital no início da noite de ontem, muito nervoso, para saber sobre o estado da menina.

IPANEMA, 1989

Morrer na praia deixou de ser jargão do esporte para virar preocupação de banhista. O temor das balas perdidas sob o sol e o céu azul começou a partir de um domingo quente em novembro de 1989, quando a engenheira Ângela Lopes Machado, 36 anos, levou um tiro no peito, disparado por um pivete de 14 anos.

Ângela, que morava em Vila Isabel, levou à praia a filha Ana Beatriz, então com 3 anos. Eram 11h, e o Posto Nove, em Ipanema, estava repleto. C., um garoto do Morro dos Macacos, com três mortes no currículo e muita disposição para assaltar, andava pela areia à procura de uma vítima. Mas cruzou com um rival, e descarregou sobre ele as balas de seu revólver calibre 32, que levava no short.

O pânico começou. Banhistas corriam para a rua, seguranças do Hotel Caesar Park corriam para a areia, perseguindo o garoto. Ângela ficou caída no chão, com um tiro no peito. Morreu logo depois no Hospital Miguel Couto, para onde foi levada.

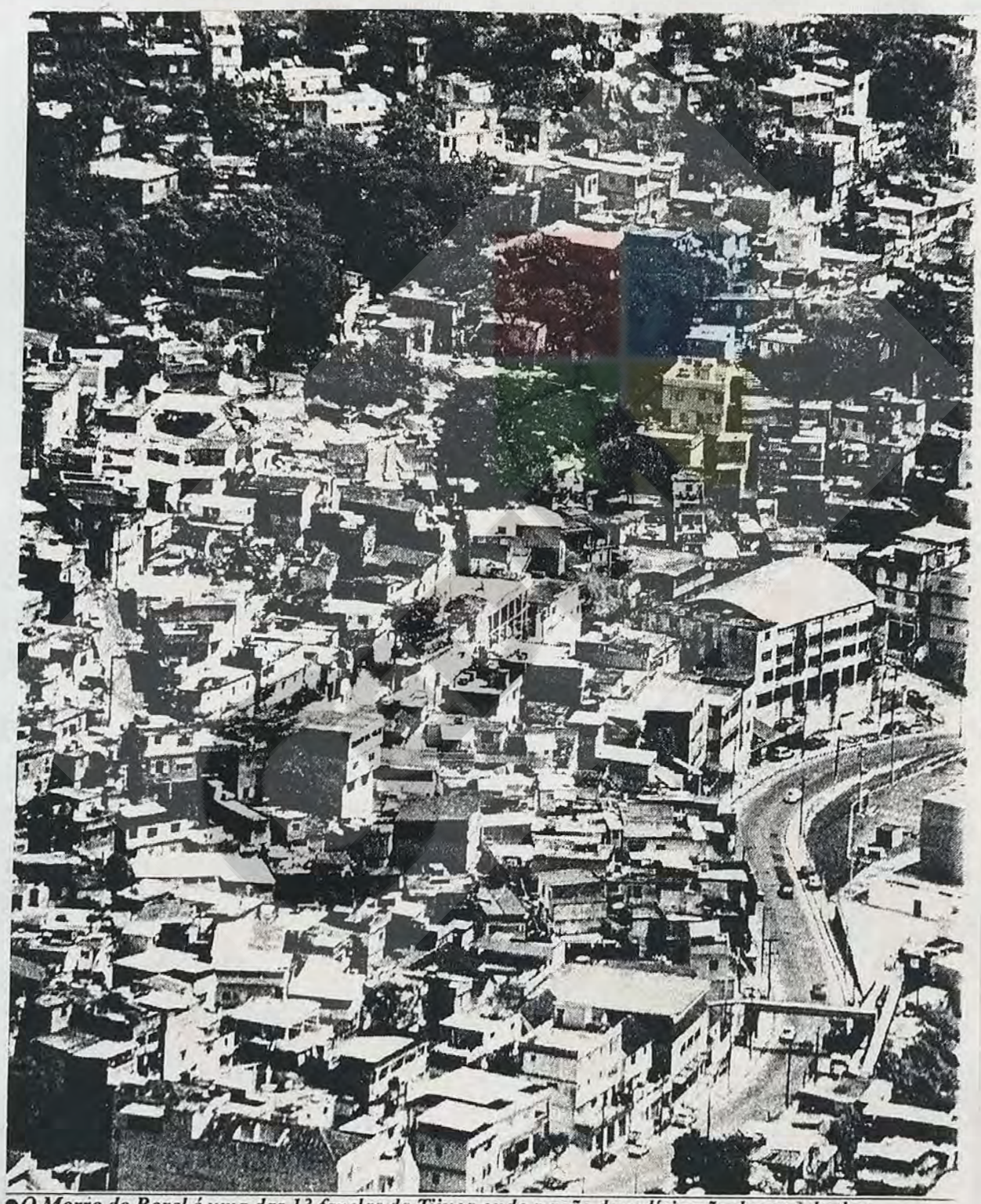
Os seguranças não estavam muito seguros de que aquele menino franzino que conseguiram capturar causara tamanho pânico, mas os banhistas não tiveram dúvida: reconheceram o pivete e tentaram linchá-lo. Foram impedidos por uma dupla de PMs.

Na 14ª DP, no Leblon, C. disse que atirou no inimigo porque ele também estava armado. Testemunhas desmentiram o garoto, e a causa do tumulto jamais foi esclarecida. Ana Beatriz, que ficou orfã, entendeu porém o que se passou:
"Mamãe morreu. Um menino atirou na mamãe."

Ved. Vihaue

O DIA
Data 26/04/96
Caderno 2º Cad Pág. 10

Derrubado pelos tiros



O Morro do Borel é uma das 13 favelas da Tijuca onde a ação da polícia não deu resultados

O DIA
Data 06/04/96
Caderno Polícia Pág. 10

Os constantes tiroteios nos morros da Tijuca atingiram em cheio o diretor da Metropol III, Aluísio Russo. Insatisfeito com a atuação do delegado — "ele tem se mostrado inoperante" —, o chefe de Polícia Civil, Hélio Luz, decidiu transferir Russo para a Superintendência de Polícia Judiciária (SPJ), dirigida pelo delegado Paulo Maiato. Na Metropol, ele será substituído pelo delegado Antônio Agra Lopes.

"Tenho recebido constantes reclamações dos moradores da Usina e da Tijuca", disse Hélio Luz, acrescentando que Russo, nos quase três meses que esteve à frente da Metropol III, não conseguiu manter essas áreas "sob controle". Embora reconheça que o policiamento ostensivo é atribuição da Polícia Militar, Luz argumentou que a Polícia Civil é responsável pelas investigações que antecedem as incursões. "No Borel está havendo problema há muito tempo. Sei que há carros da Metropol III subindo o morro. Por que isso não tem apresentado resultados?", questionou Luz.

As críticas feitas pelo chefe de Polícia Civil ao delegado ao delegado que foi tirado da direção da Metropol não se resumem apenas aos tiroteios nos morros que estão infernizando a vida dos moradores da Tijuca. "Em todas as delegacias que ele coordenava já ocorreram fugas de presos", afirmou Hélio Luz, referindo-se às 19ª, 20ª, 25ª e 26ª DPs (Tijuca, Grajaú, Engenho Novo e Todos os Santos). As transferências de Aluísio Russo para a Superintendência de Polícia Judiciária e a de Antônio Agra Lopes para a direção da Metropol III serão publicadas hoje no Boletim Interno da Polícia Civil.

Jud. / Urbano

O DIA
Data 25/07/96
Caderno POLÍCIA Pág. 13

A legião dos sem-carro



A pesquisadora Sheila Arcanjo já ouviu cerca de 250 motoristas no posto do Detran, no Aterro do Flamengo

O DIA
Data 25/07/96
Caderno POLÍCIA Pág. 13

Pesquisa revela que metade dos donos de veículos do Rio já foi roubada

Mirtes Guimarães

Dados iniciais da pesquisa do Sindicato das Empresas de Seguro revelam que de cada 10 proprietários de carros no Rio de Janeiro cinco já tiveram seus veículos furtados ou roubados. Sheila Arcanjo, responsável pelas entrevistas com 250 motoristas no posto de reemplacamento do Detran no Aterro, explicou que a pesquisa servirá para que as seguradoras tenham dados mais próximos da realidade sobre o número de pessoas que tiveram seus carros roubados ou furtados. E os resultados dos cinco primeiros dias são animadores para as seguradoras.

Afinal, se o número de furtos e roubos está na faixa de 50%, o de pessoas que têm o carro no seguro chega a 80%. Ou seja, as seguradoras ainda lucram com os 30% restantes. Mas os responsáveis pela segurança pública ficam mal na pesquisa. Todos que declararam ter seguro disseram que tomaram a decisão por medo da violência. Em segundo plano, fica o temor de **barbeiros** do trânsito. Outro dado que depõe contra os órgãos de segurança: quase todos os entrevistados disseram que nunca tiveram, dentro do perímetro urbano do Rio, seus carros e documentos vistoriados em blitzes.

Agora, o Detran quer corrigir estas falhas antes de reemplacar os veículos. Cada carro é minuciosamente vistoriado. Do chassis aos faróis, passando pelos pneus, lanternagem e extintor de incêndio, o veículo é checado por um funcionário que não perdoa aquele amassadinho na lateral nem aquela mancha denunciando reparos na pintura.

NÃO ENTRE NUMA ROUBADA

1— Procure a Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos Automotores Terrestres (DRFVAT), na Rua Célio Nascimento, em Benfica, para verificar a placa e o chassis. Mas isso não basta. Como a documentação pode ser falsificada por quadrilhas especializadas, torna-se necessária perícia completa na DRFVAT. O que não é fácil. Segundo policial da DRFVAT, os peritos estão sempre sobrecarregados e só com pagamento de propina — entre R$ 100 e R$ 200 — se consegue o serviço.

2— Peça o nada-consta no posto do Detran da Avenida Francisco Bicalho. O serviço, gratuito, só é feito na presença do dono do carro ou de quem tiver procuração dele nas mãos. Se o veículo for roubado, o Detran não poderá emitir qualquer documento porque o cadastro estará bloqueado.

3— No mesmo posto do Detran, é possível fazer vistoria parcial do carro, na qual o chassis é verificado. Para mais esclarecimentos, o candidato à compra de um carro pode ligar para o Disque-Detran (532-7272), de segunda a sexta-feira, entre 7h e 17h.

(3) O DIA
Data 25/07/96
Caderno POLÍCIA Pág. 13

Ainda falta muito para investigar

As investigações sobre a máfia do Detran, que **esquentou** e vendeu 2.380 carros roubados nos últimos quatro anos, não terminaram. De acordo com a assessoria de Comunicação do órgão, existem, no Rio, 2,4 milhões de veículos e apenas os postos de Nova Iguaçu e Rio das Ostras, fechado há dois meses, foram investigados.

Os carros roubados foram legalizados por uma quadrilha de policiais civis que tinha acesso ao sistema de cadastramento do Detran. Nos computadores, os registros de roubo eram apagados e o reemplacamento feito em cidades do interior.

No casos dos veículos segurados, os atuais **donos** terão que entrar em entendimento com as seguradoras. As empresas exigem a devolução dos carros, pelos quais pagaram o prêmio após o registro de ocorrência do roubo.

■ **QUADRILHA** - Ao mesmo tempo em que o Detran chama para prestar esclarecimentos 2.380 motoristas que há quatro anos usam carros roubados, a Corregedoria Geral de Polícia Civil destacou três delegados para trabalhar nos dois inquéritos que apuram o possível envolvimento de 88 policiais nos casos. Segundo o corregedor Manoel Vidal Leite Ribeiro, independentemente dos depoimentos, a Polícia tem elementos suficientes para indiciar cinco policiais civis que participaram do esquema que **esquentava** documentos de carros roubados acessando os computadores do Proderj.

Vidal explicou que, ao contrário do convite feito pelo Detran, no caso da Corregedoria de Polícia Civil os motoristas terão que atender às intimações para depor, sob pena de processo por desobediência. Acrescentou que os 88 policiais civis apontados como suspeitos em investigação paralela feita pelo gabinete militar do Palácio Guanabara, com apoio do Detran, também serão investigados pelos três delegados da Corregedoria.

Medo da violência carioca

Paulo César da Silva, 58 anos, morador em Laranjeiras, já teve dois carros roubados. Na segunda vez, em Botafogo, os ladrões apontaram um revólver para sua cabeça e o retiraram do veículo. Na família de Paulo César houve vários casos de roubos e furtos. Por isso, ele não titubeou ao responder à pesquisadora Sheila sobre a razão de ter feito seguro para o seu Monza e para o carro dos filhos: medo da violência no Rio.

Mas esse temor atinge também aqueles que, sortudos, nunca passaram por essa experiência. Marcus Vinicius Lopes de Mello, 34 anos, mora em Copacabana e fez um seguro para o seu Gol. Como a maioria, o temor de perder seu carro para os ladrões está em primeiro lugar. Depois, vem o medo de sofrer um acidente causado por **barbeiro** de plantão.

Vrd. entrada

O GLOBO (1)
Data 26/06/96
Caderno ___ Pág. ___

Jovem é estuprada e morta



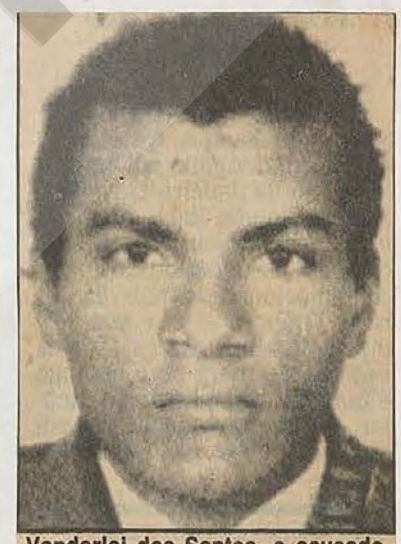
A adolescente Dinys Alcântara dos Santos, de 14 anos, foi estuprada e morta ontem em Piratininga, Niterói. Ela foi enforcada com seu próprio vestido, e seu corpo, nu, deixado numa vala próxima à ciclovia do bairro. Acusado do crime, Vanderlei Antônio dos Santos, de 32 anos, foi espancado por cerca de cem pessoas com pedras, socos e pontapés. Um morador intercedeu e Santos foi levado para a delegacia e, de lá, para o hospital, onde, por causa de uma hemorragia interna, foi operado no abdome.

A jovem foi atacada juntamente com seu namorado, Wilbert Pacheco David, de 16 anos, quando os dois voltavam de uma festa de aniversário, às 4h30m. Segundo David, Santos estava armado com um revólver e os obrigou a tirar a roupa. Depois, mandou Dinys subir na Belina WR 2507, placa do Rio, e foi embora. David alertou então seu pai, João Batista Barbosa, que, com 15 vizinhos, começou a procurar a adolescente. Duas horas depois, o grupo encontrou Santos, a 300 metros do lugar onde o casal foi atacado, jogando fora as roupas de David. Mesmo pressionado, o acusado negou o crime. A busca só terminou às 8h, quando corpo da adolescente foi achado. Ao lado, sua calcinha e uma camisinha usada.

Santos começou então a ser espancado. A Belina que usava teve todos os vidros quebrados. O acusado foi levado para a 81ª DP (Itaipu) e, mesmo lá, continuou a apanhar dos moradores, até ser conduzido por policiais para o Hospital Antônio Pedro, no Centro de Niterói, onde chegou inconsciente. Pensando que Santos estivesse no posto de saúde de Piratininga, alguns moradores ameaçaram invadir o prédio. Ferido gravemente, o acusado foi operado e a previsão é de que ficaria internado por pelo menos 12 horas.

A 81ª DP começará a investigar o caso hoje, quando os policiais vão procurar a arma que Santos estaria usando, mas não foi encontrada com ele. Também vão verificar os antecedentes criminais do acusado. Segundo um morador de Piratininga, Santos estava com o carro estacionado em frente a uma casa do bairro às 4h de ontem e tem sido visto na área há algum tempo.

Este é o sexto estupro seguido de assassinato na região desde dezembro de 93. Em todos os casos, as vítimas apareceram nuas e estranguladas com as próprias roupas.



Vanderlei dos Santos, o acusado

O GLOBO
Data 26/06/96
Caderno ____ Pág. ____



A Belina usada pelo acusado do crime, quase linchado por moradores que também depredaram o seu carro

Na Ilha, mais quatro reconhecem pedreiro

Mais quatro mulheres reconheceram ontem na 37ª DP (Ilha do Governador) o ajudante de pedreiro Manoel Isidio da Silva, de 24 anos, como o estuprador que atacava universitárias e funcionárias no campus da UFRJ, no Fundão. Ele foi preso na sexta-feira à noite, acusado de mais de 30 estupros. O delegado Vilmar Carneiro disse que hoje as vítimas prestarão depoimento oficialmente. Ele aguarda os laudos de corpo de delito das duas vítimas que registraram queixa para pedir ainda hoje a prisão preventiva de Manoel.

Baixada/ Viol. Urbana

JORNAL HOJE ②
Data 26/05/96
Caderno ____ Pág. 3

PM morre em assalto no mercado Novo Mundo

Fotos: Jorge H. Dias



Gilson Veloso, atingido na cabeça

Seis homens assaltaram ontem pela manhã, o Supermercado Novo Mundo, na Rua Ministro Lafayete de Andrade, no Bairro do Marco II, em Nova Iguaçu. Segundo testemunhas, os assaltantes armados de revólveres e pistolas já chegaram atirando. O cabo Gilson Veloso Duarte, 38 anos, lotado no 23º BPM (Leblon), que passava pelo local a paisana, foi ferido com vários tiros. Ele ainda chegou a ser levado para a Associação de Caridade Hospital Iguaçu, onde morreu.

Na hora do assalto, ocorrido por volta das 9 horas, o supermercado encontrava-se lotado. Segundo testemunhas, o policial teria reagido ao ver os assaltantes, que chegaram em três carros, descritos como um Monza branco, um Kadett cinza e um Verona vinho. Houve então uma troca de tiros. Já ferido, o cabo tentou se esconder no banheiro da Pizzaria Master em frente ao supermercado. Um dos bandidos o perseguiu e o atingiu com vários tiros que atravessaram a porta do banheiro.

A dona-de-casa M.J, contou que já havia feito suas compras e estava na calçada quando decidiu voltar para comprar alface. "Estava entrando no supermercado quando ouvi os tiros atrás de mim. Corri e me escondi atrás do freezer da kibon. Para mim o assalto era na padaria em frente", relatou. Ela disse que logo após entrou no local e comprou a verdura. "Quando cheguei no caixa para pagar, eu vi os seis homens, todos armados. Me escondi perto de uma das caixas e ouvi quando um deles disse que havia derrubado um dentro do banheiro", contou.

Os assaltantes fugiram em direção a Estrada da Palhada. Não foi informado o valor do montante roubado no mercado, que foi fechado. O caso foi registrado pela 52ª DP (Nova Iguaçu), onde policiais suspeitam que dois dos veículos usados no assalto, foram roubados recentemente.



Após o assalto, o supermercado fechou as portas, mas a confusão permaneceu do lado de fora

Bairrada Vice. Urbana

JORNAL HOJE
Data 25/05/96
Caderno ____ Pág. 3

Assassino de Joca é polêmica em B. Roxo

Nilber Bittencourt

O debate está aberto: **Ratinho** é ou não é assassino do prefeito de Belford Roxo, Jorge Júlio Costa dos Santos, morto em 20 de junho, do ano passado? Em Belford Roxo, a palavra do suspeito valeu mais do que o reconhecimento do prefeito de São João de Meriti, Adilmar Arcênio, acompanhante de Joca, no dia de sua morte.

Mica reconheceu anteontem, Marcelo Bastos Fernandes, o **Ratinho**, 19 anos, entre três outros traficantes na 6ª DP (Cidade Nova). O marginal confessou sua participação em outros três assassinatos e vários assaltos, mas negou seu envolvimento na morte de Joca.

O anúncio da prisão de **Ratinho** e, principalmente, sua identificação trouxe de volta uma antiga suspeita à população belforroxense: a morte de Joca foi crime político ou latrocínio? As dúvidas existem e prometem demorar muito tempo para cair no esquecimento da população.

O prefeito Mair Rosa foi o primeiro a questionar e ontem foi a vez de alguns parlamentares. O vereador José Pereira, o Zé Padeirinho, não acredita, nem mesmo, que **Ratinho** tenha puxado o gatilho 11 vezes contra Joca. "Aquele garoto admitiu todos os crimes, porque negaria apenas o do Joca?", desconfiou.

Outro que engrossa as coluna dos desconfiados, é o vereador Valcler Vieira. Para ele, o prefeito foi assassinado por motivos políticos e estão tentando imputar a autoria a um "bandidinho" qualquer. "O assassino, ou melhor, os assassinos estão aí andando pelas ruas. Esse tal de **Ratinho** é um bandido malandro, se fosse roubar, ele teria levado cordão, pulseira de ouro, dinheiro e, principalmente, a pistola 45mm do Joca", expôs Valcler.

Todo mundo fala e opina, menos a viúva _ candidata à Prefeitura de Belford Roxo nas próximas eleições _ Maria Lúcia dos Santos. De acordo com seus assessores e coordenadores de campanha, a viúva não vai se pronunciar sobre o assunto. "Ela ainda esta muito abalada com isso tudo", desconversam.

O também vereador Luis Eduardo de Almeida, aliado político de Maria Lúcia, explica que "não interessa politicamente para a candidata, ficar achando nada". Entretanto, um assessor próximo não conseguiu se segurar e admitiu que Maria Lúcia também não acredita na versão de latrocínio. "Logo após a morte do Joca ela foi a primeira a questionar o depoimento do Mica e até hoje a opinião dela não mudou", confessou, pedindo para não ser identificado.

JORNAL HOJE (3)
Data 25/05/96
Caderno ____ Pág. (3)



Marcelo Bastos Fernandes, o Ratinho, foi apontado por Adilmar Arcênio como o autor do assassinato do prefeito de Belford Roxo

Vid. Jabaquara

JORNAL HOJE
Data 24/05/96
Caderno ____ Pág. 1

Este homem matou Joca



Ratinho é gerente da boca-de-fumo do Morro do Zinco, Estácio, e foi identificado pelo prefeito Adilmar Arsênio, o Mica

JORNAL HOJE (2)
Data 24/05/96
Caderno ____ Pág. 1

"Ele é o assassino", garantiu ontem, o prefeito de São João de Meriti, Adilmar Arsênio dos Santos, o Mica, ao ser colocado frente à frente com Marcelo Bastos Fernandes, o **Ratinho**. O traficante é o principal suspeito do assassinato do prefeito de Belford Roxo, Jorge Júlio Costa dos Santos, o Joca, no dia 20 de junho, de 1994. Foi automático, bastou apresentá-lo, entre outros três traficantes, que Mica, responsável também pela confecção do retrato falado do criminoso, o apontou. O reconhecimento aconteceu na tarde de ontem, na 6ª DP (Cidade Nova) e durou menos de 10 segundos. Mica era o acompanhante de Joca na noite do assassinato, os dois se dirigiam ao Palácio da Guanabara onde teriam uma audiência com o governador Marcello Alencar. **Ratinho** foi preso na manhã de ontem, em uma operação policial no Morro do Zinco, Estácio, e negou o crime. **Página 3**



JORNAL HOJE (3)
Data 24/05/96
Caderno ____ Pág. 3

Prefeito reconhece matador de Joca

Adriana Cruz

"Ele é o assassino". Foi o que garantiu ontem o prefeito de São João de Meriti, Adilmar Arsênio dos Santos, o Mica, principal testemunha do assassinato, ao apontar para Marcelo Bastos Fernandes, 19 anos, conhecido como o **Ratinho**, entre mais três traficantes, ontem a tarde na 6ª DP (Cidade Nova). Mesmo reconhecido, o acusado negou ter assassinado o prefeito de Belford Roxo, Jorge Julio Costa dos Santos, o Joca, com onze tiros, na saída do túnel Santa Barbara, em Laranjeiras, no dia 20 de junho do ano passado. Marcelo de Souza Fontineli, o **Jóquei** , outro acusado de participar do crime também já foi preso pela polícia.

De acordo com Mica, **Ratinho** _ gerente do movimento do tráfico de drogas do morro do Zinco no Estácio _ abordou o carro do prefeito de Belford Roxo anunciando o assalto. Ao abrir a porta, Joca teria sido atingido pelo primeiro disparo feito pelo bandido. "Saí correndo. Mas vi que ele o (Ratinho) deu vários tiros. Ele ainda deu a volta para continuar atirando e contava com a cobertura de outro. Não tenho a menor dúvida de que ele é o assassino", acusou o prefeito de São João de Meriti.

Na mira da quadrilha que age assaltando no Centro e responsável pela noite de terror na última sexta-feira, na Avenida Paulo de Frontin, no Estácio, que resultou na morte do engenheiro da Light, Anizio José Pires de Carvalho, a polícia acabou chegando a **Ratinho**. Numa operação que contou com trinta policiais entre civis e militares, ele foi preso no final da manhã de ontem, numa casa no morro do Zinco. Sem esboçar reação, **Ratinho** foi levado para a 6ª DP.

A espera do reconhecimento do prefeito de São João de Meriti, o acusado alegou que não conhecia a Baixada Fluminense. Ele negou que teria sido procurado para executar o prefeito de Belford Roxo, o que poderia caracterizar um crime político. "Confesso que não sou flor que se cheire. Mas estou sendo usado como bucha. Isso é isca. Não matei esse tal prefeito que estão falando ai não", defendeu-se **Ratinho**.

Ao sair do gabinete do delegado, José Mário da Silva Peixoto, para o reconhecimento, Mica não perdeu um só segundo para acusar o traficante. Tranqüilo, ele garantiu sem titubear que "finalmente prenderam o assassino". O prefeito também discorda da possibilidade de um assassinato político. "Tenho certeza que se fosse político, teria sido o primeiro a ser executado, como forma de queimar o arquivo", calculou o prefeito.

O suspeito de assassinar o prefeito de Belford Roxo, também é acusado do assassinato do diretor do Banco Central José Carlos Madeira Serrano, em julho de 94, em conjunto com Leandro Marques Ferreira, o **Meleca**. Na última sexta-feira, o gerente do tráfico do Zinco matou o comparsa, **Meleca**. **Ratinho** é identificado pelos policiais também como braço direito de **Elso do Bode** do Comando Vermelho. Na Justiça da Infância e da Juventude, o traficante tem oito processos. "Ele chegou a ficar preso no Batalhão de Choque, mas quando foi transferido para a Instituição João Luis Alves, na Ilha do Governador, em abril, fugiu em 48 horas", completou o promotor Márcio Mothé.

JORNAL HOJE
Data 24/05/96
Caderno ____ Pág. 3



Marcelo Bastos Fernandes, ao centro, foi reconhecido pelo prefeito de Meriti como o homem que deu 11 tiros em Jorge Júlio Costa dos Santos

JORNAL HOJE (5)
Data 24/05/96
Caderno ____ Pág. 3

Prefeito foi assassinado com 11 tiros dentro de seu carro

Ana Cristina Rocha

Jorge Júlio Costa dos Santos, o **Joca**, 48 anos, foi assassinado com 11 tiros, no dia 20 de junho, do ano passado, na saída do túnel Santa Bárbara, nas Laranjeiras. Joca dirigia um Tempra de sua propriedade e estava acompanhado do prefeito de São João de Meriti, Adilmar Arcênio, o **Mica**. Os dois estavam a caminho de uma audiência, com o governador Marcello Alencar, quando tentariam negociar o afastamento do deputado federal, Nelson Bornier da Secretaria Estadual de Desenvolvimento da Baixada.

O assassinato do prefeito Joca, naquela época, serviu de especulação e chegou a ser considerado pela polícia, como crime político. Mas seu companheiro, o prefeito de Meriti, principal testemunha do crime, foi o primeiro a descartar a possibilidade de envolvimento político e chegou a afirmar que seria capaz de reconhecer o criminoso.

Numa série de depoimentos, inclusive à Imprensa, Adilmar Arcênio, afirmou ter visto o rosto do assassino e contou que no primeiro disparo, deixou o carro de Joca correndo em direção do carro de seu segurança, conhecido como Aderbal, que seguia logo atrás do Tempra em que viajavam.

Um tempo depois, através de investigações determinadas pelo governador, a polícia dava um novo perfil para o crime e apontava o traficante Ratinho do Morro do Estácio como assassino.

Joca, foi o primeiro prefeito eleito em Belford Roxo. Ele venceu ainda no primeiro turno das eleições de 1992, conquistando quase todos os 350 mil habitantes daquela região.

Apesar do temperamento violento e de ter sido apontado como integrante de um grupo de extermínio que agia na Baixada, Joca transformou Belford Roxo, considerada como uma das mais violentas da região, na "Cidade do Amor", lema de seu governo.

Seu sonho, era o crescimento da cidade, que ele queria ver como modelo na Baixada. Antes de chegar ao poder, Joca trabalhou como carroceiro, engraxate, vendedor de balas em trens, trocador de ônibus e caminhoneiro. Vaidoso, não hesitou em colocar as iniciais de seu nome, cravadas em ouro, nos dentes.

Arquivo



Jorge Júlio Costa dos Santos, o Joca, foi assassinado no dia 20 de junho, na saída do túnel Santa Bárbara

JORNAL HOJE 6
Data 24/05/96
Caderno ..... Pag. 3

Traficantes são presos

O novo comando do tráfico de drogas do morro do Zinco, no Estácio, sofre a primeira baixa. Na mira da quadrilha que aterrorizou a Avenida Paulo de Frontin, na última sexta-feira, a polícia prendeu Cristiano Vieira de Carvalho, o **Mijão**, José Raimundo, o **Careca**, Luis Carlos Delgado, o **Vareta** e acabou chegando a Marcelo Bastos Fernandes, o **Ratinho**, acusado de ter assassinado o prefeito de Belford Roxo, Jorge Julio Costa dos Santos, o Joca, ontem pela manhã.

De acordo com os policiais, os traficantes são da gangue do dono do movimento do morro do Zinco **Elso do Bonde**. Na guerra do pó, ele teria sentenciado a morte Maria José Soares de Oliveira e Vany Pereira e mais oito do grupo do seu rival conhecido apenas como **Mangueira**.

Na última sexta-feira, a quadrilha começou o ataque aterrorizando a Avenida Paulo de Frontin. Na tentativa de roubar um Kadett e com o cadáver de Vany Pereira, eles assassinaram o engenheiro da Light Anizio José Pires de Carvalho, atingiram no braço e no pescoço o comerciante Sérgio Guedes da Silva. A caça dos marginais, a policia prendeu na segunda-feira o **Careca**, que levou aos outros comparsas e a **Ratinho**.

Com apenas um metro e meio e quarenta quilos, o acusado de ter assassinado Joca é bastante temido. Ao confessar a carreira no mundo do crime, **Ratinho** só nega a acusação do assassinato do prefeito de Belford Roxo. Com as mãos levadas ao rosto para conter as lágrimas Jorge Luis Pereira Fernandes, pai do traficante, garante que o filho é inocente. "Vim na delegacia para dar um beijo nele. Ele não é culpado", amenizou Jorge Luis.

Belford Roxo fica agitado

Nilber Bittencourt

Com a prisão de **Ratinho**, suspeito do assassinato do prefeito Jorge Julio Costa dos Santos, o Joca, o município de Belford Roxo ficou movimentado no final da tarde de ontem. Ainda sem saber ao certo sobre a veracidade da informação, políticos, amigos e familiares colocaram as **barbas de molho**. O único a se pronunciar foi o prefeito Mair Rosa. O sucessor de Joca, que nos primeiros dias prestou depoimento e chegou a ser considerado suspeito (como ele mesmo revelou ontem), disse que acredita que Marcelo Bastos Fernandes seja o assassino, mas não "engole" a história de assalto.

Mair Rosa deixou claro que a morte "de seu antigo desafeto", aconteceu em circunstância estranhas, mesmo assim felicita a ação da Polícia Civil. "Pelo menos agora sabemos que alguém responderá pelo crime", festejou Mair, que antes da morte de seu antecessor, entrou com uma acusação na 54º DP (Belford Roxo) de tentativa de homicídio. Mair, na época presidente da Câmara de Vereadores, afirmou que seu carro fora alvo de vários disparos e que o mandante seria o inimigo político, o prefeito Joca. As acusações não foram confirmadas e o processo acabou arquivado.

A viúva, Maria Lucia Santos, candidata ao cargo de prefeito nas próximas eleições "carregando" o nome do falecido estrategicamente para conseguir votos, não quis dar declarações. "Estamos muitos abalados e amanhã, talvez, daremos um coletiva", desdenhou a candidata. A viúva de Joca é líder nas pesquisas de opinião com 51% das intenções de votos no município.

Os vereadores também esperam a confirmação oficial da prisão de **Ratinho** e não querem se pronunciar a respeito.

Vid. Urbano

O GLOBO
Data 12/05/96
Caderno RIO Pág. 33

O território da diversão a um passo da violência

Nas casas noturnas do Rio, um esbarrão na pista de dança ou um flerte podem acabar em briga

Ronaldo Braga

• O exemplo deveria vir de cima, mas... Na quarta-feira passada, à 1h30m, do lado de fora da boate Sweet Home, na Lagoa, o dono da casa noturna, Carlinhos Docelar, podia ser visto abrindo a braguilha e ameaçando mostrar a genitália para algumas pessoas na portaria. Do lado de dentro, cerca de 50 pessoas, quase todas embriagadas, dançavam ao som dos Rolling Stones. Um rapaz, acompanhado de uma mulher, esbarrou sem querer num outro que estava na pista com mais cinco amigos. Por pouco um simples esbarrão não causou uma briga. Provavelmente a vítima seria quem estava acompanhado da mulher. Um forte empurrão foi a resposta para o pedido de desculpas. A única solução foi uma saída estratégica em direção ao banheiro. Também não era para menos: seriam seis contra um.

— Se o dono da própria boate não se impõe, por que os freqüentadores devem manter a linha? São vários os motivos que causam as brigas nas boates da cidade — desabafou o estudante de engenharia Paulo Marcos, de 28 anos, que, acompanhado de sua namorada, Valéria, viu quando o dono da boate fez o seu espetáculo particular.

Gerentes, seguranças e garçons de quatro conhecidas boates da Zona Sul (Sweet Home, El Turf, Ritmo e Resumo da Ópera) têm opiniões idênticas sobre o problema da violência nas casas noturnas. Cerca de 80% das brigas nas boates acontecem quando um homem assedia uma mulher acompanhada. Outros causadores de confusões são os grupos de jovens freqüentadores de academias e lutadores: parecem ir às boates só para causar tumulto.

— Detectamos logo na entrada quais são os grupos que de uma hora para outra podem causar confusão. A nossa equipe de seguranças fica alerta e, qualquer problema, colocamos o baguncei-ro para fora — explicou Jailson, chefe da segurança do El Turf.

Uma das medidas adotadas pela casa noturna para coibir a violência e evitar que pessoas entrem armadas dentro da boate foi a revista, feita na entrada, com detectores de metais. No El Turf, segundo patricinhas e maurlcinhos que freqüentam o local, algo que pode causar briga é a localização dos banheiros. Caso um cliente esteja sentado do lado direito da boate e queira ir ao banheiro, terá que atravessar toda a pista (com dezenas de pessoas dançando). Para não cruzar a pista, a alternativa é dar uma volta inteira em torno do balcão principal e das mesas, mas poucos fazem isso.

— Um simples esbarrão no salão pode significar uma briga. Foi o que aconteceu em março passado quando o estudante Rafael Guimarães foi agredido por um grupo de rapazes — disse o arquiteto João Cláudio de Castro, de 32 anos.

Para a estudante Márcia de Paiva, de 23 anos, que estava na madrugada de quarta-feira com dois amigos no El Turf, o maior problema são os jovens arruaceiros:

— Parecem pessoas recalcadas — disse. — Mas também há mulheres que são responsáveis pelos tumultos.

Por causa das paqueras, em menos de uma hora, cinco casais acabaram discutindo na boate naquela noite. ■

Vid. Urbana

JORNAL HOJE
Data 9/5/96
Caderno ..... Pág. 2



O corpo queimado de uma mulher não identificada e com várias mutilações está abandonado desde o último sábado, no local conhecido como Morro do Solidão _ a poucos metros da Rodovia Presidente Dutra _ na altura de Comendador Soares. Moradores garantem que já foram feitos comunicados as autoridades sobre o corpo, que se encontra em adiantado estado de decomposição. O local conhecido como ponto de desova, é considerado perigoso até mesmo por patrulheiros rodoviários federais.

vcd. Vabar

O DIA
Data 18 / 04 / 96
Caderno ____ Pág. 14

▸ Casal assassinado em Belford Roxo

Anderson da Silva Pinto, 23 anos, e Mônica Correia da Silva, 22 anos, foram assassinados a tiros de revólver calibre 38 e 45 na cabeça, quando dormiam, ontem de madrugada, numa casa em Belford Roxo. O crime ocorreu na Rua Chapolim, lote 27, quadra 30, no bairro Jardim Gláucia. Anderson trabalhava como gráfico na Rio Listas e sua mulher cuidava da casa e dos filhos, um de 3 meses, poupados pelos criminosos. As outras duas famílias da casa garantiram não ter ouvido os tiros.

CEDIM

Vol. Urbana

O DIA
Data 18/04/96
Caderno ___ Pág. 15

Sinal vermelho para a vida

Desenhista é assassinada por ladrões ao volante do carro. Ela foi a terceira pessoa morta num sinal fechado nos últimos 12 dias

Sinal vermelho é sinônimo de perigo. Em menos de 12 dias, três pessoas foram assassinadas, no Rio, em sinais luminosos de cruzamentos. Ontem, às 20h40, a desenhista da Globosat Salicema Maria Nagem (foto), 43 anos, foi morta quando parou seu Voyage cinza, placa MS-4299, no sinal vermelho na esquina das ruas Vinte e Quatro de Maio e Souto Carvalho, no Engenho Novo. Três assaltantes cercaram o carro e um deles quebrou o vidro – que estava fechado – com uma coronhada de revólver. Salicema teria tentado arrancar com o carro e levou um tiro no peito.



A testemunha do crime foi a única filha da desenhista, Sabrina Nagem Jardim, 19 anos, estudante de Informática. Sentada no carro, ao lado da mãe, a moça gritou por socorro. Um bombeiro que passava pelo local colocou Salicema no banco traseiro do Voyage, assumiu o volante e levou mãe e filha para o Hospital Salgado Filho. O tiro atingiu o coração e os pulmões de Salicema e ela não resistiu.

O corpo foi enterrado ontem à tarde no jazigo da família, no Cemitério de Inhaúma. O primo da desenhista, Sinésio Neves de Souza, contou que ela era uma pessoa tranqüila e dificilmente reagiria a um assalto. Ele acredita que, quando um dos bandidos quebrou o vidro do carro, ela se assustou e, sem querer, pisou no acelerador.

A família contou que Sabrina passara na Globosat – onde Salicema trabalhava desde 1991 –, na Rua Itapiru, no Rio Comprido, para ir para casa com a mãe, em Maria da Graça. As duas viviam sozinhas desde que Sabrina tinha 4 anos, quando Salicema separou-se do marido.

O delegado da 25ª DP (Engenho Novo), Jairo Campos vai tentar fazer com a ajuda de Sabrina, o retrato falado dos bandidos. Ontem a moça estava muito abalada.

(19) O DIA
Data 18/04/96
Caderno ___ Pág. 15

A morte à espera na esquina

Dia 5, a técnica em comunicações da Embratel Heloísa Fernandes, que completava 38 anos, parou seu Santana Quantum no sinal da Rua do Bispo com a Avenida Paulo de Frontim, no Rio Comprido, a 100 metros do prédio onde morava. No carro estavam os dois filhos de Heloísa, uma moça de 15 anos e um menino de 3. A família voltava de uma festa no Tijuca Tênis Clube, às 23h, quando dois assaltantes cercaram o carro. Heloísa teria tentado tirar o cinto de segurança e os criminosos, achando que ela estivesse reagindo, a mataram com um tiro na cabeça.

O capitão da Polícia Militar Francisco Alcides de Jesus Barros, de 28 anos, lotado no Palácio Guanabara e que fazia parte da segurança do governador Marcello Alencar, também foi assassinado quando parou seu carro em um sinal vermelho, no dia 14, às 19h15, na esquina das ruas Gaspar e Itamaraty, em Cascadura. O oficial estava acompanhado da mulher, Maria Magali Rodrigues, 26 anos, grávida de seis meses, quando o Gol do casal foi cercado por homens armados com fuzis AK-47. Francisco entregou o carro, mas os bandidos resolveram levantar sua camisa e viram que ele levava uma pistola na cintura. Ele pediu para não ser morto e, quando deu as costas para os bandidos, foi baleado.

Vod. Urbano

O GLOBO
Data 22/03 96
Caderno ____ Pág. 16

Segurança erra ao atirar e mata porteiro

Mendigo era o alvo, mas bala perdida atinge homem que passava na hora, na Praça General Osório

Renato Homem

• O paraibano José Elias Alves, de 41 anos, abandonou sua terra e veio para o Rio de Janeiro trazendo na bagagem muita disposição para trabalhar e mais um punhado de esperança de viver e dar à sua família uma vida mais digna. Ontem de manhã ele saiu do edifício Marambaia, na Rua Francisco Otaviano 185, onde trabalhava há nove anos, a fim de pôr no Correio correspondências do condomínio e tirar a segunda via de sua carteira de identidade, um dos símbolos do exercício de cidadania. José Elias sequer teve tempo de exibir o seu novo documento: ao passar pela Praça General Osório, em Ipanema, de volta ao trabalho, foi morto com um tiro no peito por um policial, identificado apenas como Ubirajara, que aproveitava o dia de folga para fazer a segurança de uma loja de roupas infantis.

Levado para o Inamps de Ipanema, o porteiro não resistiu, morrendo instantes depois, vítima de anemia profunda, com o pulmão esquerdo perfurado. O segurança fugiu sem prestar socorro à vítima.

José Elias era casado e tinha uma filha de 13 anos. Sobre o segurança, sabe-se apenas que trabalha na loja A Bonita há dois anos e que costumava tirar serviço em dias alternados, revezando com um amigo, também policial.

As primeiras investigações da polícia revelaram que o porteiro foi atingido por uma bala perdida durante uma briga entre o segurança e um mendigo, identificado apenas pelo apelido de Paulista.

O mendigo teria se recusado a sair das imediações da loja, tradicional em Ipanema e fundada há 43 anos. De acordo com uma testemunha, o segurança fez um único disparo após o mendigo ter apanhado uma picareta para golpeá-lo.

A funcionária Priscila Marques de Almeida, neta de um dos sócios da loja, localizada na Rua dos Jangadeiros 6-A, confirmou ao GLOBO que Ubirajara — mais conhecido como Bira — de fato trabalhava na loja como segurança há cerca de dois anos.

Priscila afirmou que a loja sofrera vários assaltos e furtos, sobretudo de madrugada, até a contratação dos seguranças, que ganham um salário de R$ 450. Priscila informou ainda desconher que o funcionário andasse armado.

— Nós não sabíamos que ele trabalhava armado. Ele é um ótimo funcionário. Costuma brincar com as crianças que passam por aqui e sempre se mostrou muito gentil com as clientes. A função dele era abrir e fechar a porta para as clientes — contou ela.

José Elias costumava freqüentar, quando estava de folga, um bar na Rua Gomes Carneiro, esquina com a Rua Prudente de Morais. Ontem pela manhã, um grupo de porteiros — ainda sem saber que ele havia morrido — tomava cerveja no bar e lamentava o azar do colega baleado.

Todos foram unânimes em elogiar o porteiro, frisando que ele só podia ter sido atingido por uma bala perdida porque não tinha inimigos. Com medo de sofrer represálias, nenhum deles quis acusar o segurança da loja, que fica a menos de dez metros do bar.

O caso foi registrado pelo delegado de plantão na 13ª DP (Posto Seis), Ernesto Iabrude. A polícia deverá chamar os proprietários da loja, a fim de apurar o nome completo do segurança, além de saber se ele pertence à Polícia Civil ou à Militar. ■

Viol. Urbana

O GLOBO
Data 16/03/96
Caderno ____ Pág. 18

Homem que denunciou policiais é morto

glob 1311 16-03-96 D.H Violência

Crime aconteceu em Itaipu. Vítima registrara queixa por ser alvo de extorsão

• O analista de sistemas Áfonso Henrique Melo Frazão, de 42 anos, foi assassinado ontem ao parar seu carro num sinal na Avenida Central, em Itaipu, Niterói. Ele levou 11 tiros de um homem que estava na garupa de uma motocicleta a poucos metros do Escort JR 6714, em que Frazão estava com sua mulher, Míriam Cristina Freitas Ferreira. A mulher não ficou ferida.

O crime aconteceu em frente a um centro comercial e a polícia ainda não tem pistas sobre os assassinos, mas já descarta a possibilidade de assalto.

Segundo uma comerciante, a vítima tinha uma loja no pequeno shopping em frente ao local do crime e acabara de deixar os filhos na escola. A comerciante afirmou ainda que Frazão vinha sendo achacado por policiais e, apesar de ter sido ameaçado de morte, resolvera dar queixa contra eles.

Um dos policiais da 81ª DP (Itaipu), onde o caso foi registrado, confirmou que o motivo mais provável é vingança:

— Foi coisa de profissional. Com tanto tiro a moça nem ficou ferida.

Vigilantes reagem e evitam assalto a carro-forte

Quatro vigilantes da Transpev armados com revólveres e escopetas frustraram, ontem pela manhã, um assalto a um carro-forte da empresa, destacado para fazer a entrega de dinheiro na agência da Caixa Econômica Federal da Rua Conde de Bonfim 604, na Tijuca. Os bandidos, com fuzis AR-15, fugiram, sem levar nada, num Corsa vermelho. O ataque ocorreu às 8h35m, quando o carro-forte estacionava em frente à CEF. Os ladrões atiraram no veículo, mas os vigilantes reagiram. ■

Vcd. Urbano

JORNAL DO BRASIL
Data: 04 / 03 / 96
Caderno ____ Pág. 12



Inconformados com a violência, parentes das vítimas acompanharam ontem a remoção dos corpos na Rua do Riachuelo, palco do massacre

A constante guerra entre as 'galeras'

MEMÓRIA

Apesar da recente proliferação de bailes e programas funk, os casos de violência envolvendo *galeras* na saída de clubes no subúrbio são freqüentes há mais de cinco anos. Até o início de 1994, mais de 50 jovens — a maioria menor de idade — foram assassinados em clubes ou quando saíam de bailes. Entre as vítimas, havia meninos de 11 e de 13 anos de idade, baleados por grupos que que desapareceram em seguida. No mesmo período, centenas de adolescentes foram feridos ou ameaçados de morte.

Como os assassinos não deixam pistas, a polícia nem sempre identifica os culpados. Na maioria dos casos, porém, a violência é atribuída a brigas entre gangues rivais, motivadas por desavenças pessoais, ou pela reprodução dos conflitos entre grupos de traficantes. A razão pode ser simples. Em janeiro de 94, o funkeiro André dos Santos, de 23 anos, foi baleado nas costas quando saía de um baile em Austin, Nova Iguaçu, onde outro homem morreu. André conseguiu sobreviver e afirmou, na época, que tinha sido vítima de uma *galera* rival.

Na Pavuna, de onde vinham os dois ônibus de funkeiros atacados na madrugada de ontem, a briga entre gangues também já deixou dezenas de mortos. Em novembro de 94, dois homens armados com fuzis AR-15 atiraram contra 50 funkeiros na saída do Clube Pavunense, matando o menino William Souza, de 16 anos, com tiros na coluna e deixando três feridos.

Um dos casos mais violentos envolvendo funkeiros aconteceu em janeiro do ano passado, na saída de um baile no Sindicato dos Trabalhados da Indústria do Fumo, na Tijuca. Integrantes de uma gangue do Morro do Borel invadiram um ônibus da linha 415, onde estavam jovens do Morro da Formiga. No caminho, espancaram e fuzilaram dois rapazes, de 19 e 20 anos. Menos de 15 dias depois, na saída do mesmo baile, o vendedor de balas Carlos Garcia da Silva foi morto a tiros por dois homens que estavam em um kadett, não identificado pela polícia.

Viol. Urbana

JORNAL DO BRASIL
Data: 04 / 03 / 96
Caderno ____ Pág. 12

Funkeiros fuzilados no Centro

Briga de gangues acaba em ataque a dois ônibus que vesti causando a morte de três e ferimentos em 10

A violência dos bailes funk produziu novas vítimas na madrugada de ontem. Três pessoas foram assassinadas e 10 saíram feridas de um ataque a dois ônibus que voltavam de um baile na Pavuna. Os veículos foram atingidos por 14 tiros de pistola 9 mm quando saíam do Túnel Martim de Sá, no Centro. Segundo testemunhas, o autor dos tiros era um homem branco, jovem e magro, com cerca de 20 anos, que estava na garupa de uma moto vermelha e branca pilotada por um negro. Amigos e parentes das vítimas acreditam que o crime tenha sido motivado por uma desavença entre as *galeras* rivais da Cruz Vermelha (Centro) e da Ladeira do Barroso (Zona Portuária).

Os ônibus, que pertencem à

briga entre essas turmas já vem de outros bailes", afirmou.

Onze pessoas foram levadas para o hospital Souza Aguiar: Larry Gonçalves de Andrade, que morreu no fim da tarde; Anderson Pires da Silva, 13, que levou um tiro na cabeça e está em estado grave; Hélio da Silva Almeida Júnior, 20, internado com dois tiros (um no pescoço e outro no tórax); um homem identificado apenas como André, 35 (um tiro no maxilar); uma jovem identificada como Adriana, 20, (um tiro de raspão no braço); Murilo Augusto da Silva, 14 (dois tiros nas pernas e dois tiros nos braços); Maximiliano Carvalho de Souza, 17 (tiros no tórax e nas duas pernas); Roseli Marques Martins, 18 (tiro de raspão no ombro); Carlos

Ampliação não saiu do papel

MEMÓRIA

Não é só a nova elevatória da Zona Oeste que vem causando polêmica entre o governo atual e o passado. Toda a obra de ampliação do Sistema Guandu, planejada para resolver os problemas de abastecimento da região, a obra de pouco vale. Em seu primeiro mês no Palácio Guanabara, Marcello Alencar anunciou a liberação de R$ 15 milhões para a complementação da ampliação do sistema. Na...

Para o atual governo, portanto, a obra de pouco vale. Em seu primeiro mês no Palácio Guanabara, Marcello Alencar anunciou a liberação de R$ 15 milhões para a complementação da ampliação do sistema. Na época, a previsão da Cedae era um aumento de 346 milhões de litros por dia, beneficiando mais de um milhão de pessoas. A meta, no entanto, ficou só no papel: como não foram realizadas obras de ampliação da estação de tratamento, até hoje não há água potável para ser distribuída pelo novo sistema.

cariam o fornecimento de água para essas regiões. Na época, a

Vol. Urbano

JORNAL DO BRASIL
Data: 01 / 03 / 96
Caderno ____ Pág. 04

SP tem 14 assaltos a bancos

SÃO PAULO — A Grande São Paulo teve ontem uma onda de assaltos a banco. Foram 14. O de maior valor ocorreu numa agência da Nossa Caixa Nosso Banco, na Zona Sul da capital, de onde foram levados R$ 105 mil. Antes da abertura da agência, um ladrão convenceu o vigia a permitir sua entrada. O guarda acabou dominado e um grupo de sete assaltantes tomou a agência.

De uma agência do Banco Mercantil de São Paulo, ladrões levaram R$ 50 mil. No bairro do Santo Amaro, foram roubados R$ 7 mil de uma agência do Bradesco. Houve assaltos a agências do Unibanco, Itaú e Banespa, além do roubo de um carro- forte no Centro da cidade.

Nem todos os assaltos deram certo. Duas tentativas fracassaram. A polícia iniciou em fevereiro, sem sucesso, uma ofensiva para deter os assaltos.

Viol Urbana

O GLOBO
Data 14/01/96
Caderno ____ Pág. 34



MARIA DE OLIVEIRA e Antonio Careli: esperança de ter o filho de volta acabou quando seqüestradora revelou ter visto o rapaz ferido em uma das celas da DAS

Careli, Raimundo, Ronaldo: mortos por engano na esteira da violência

fpbo 34 // 14-01-95 D.H. notícia

Com a falta de segurança, crescem casos de gente que morre sem saber por quê

Amelia Gonzalez

• *O cearense Raimundo Antônio Moura da Silva tinha o hábito de usar uma jaqueta marrom escuro. Usava bigode, ostentava um cordão de ouro no pescoço e adorava pulseiras. Tinha um jeitão sisudo, que gostava de cultivar por pura vaidade. Sério e batalhador, acabou ganhando o cargo de caixa de um restaurante na Zona Sul. Por ser vaidoso, perdeu a vida tragicamente. Raimundo não sabia que policiais civis também usam jaquetas de cor escura. Confundido, foi metralhado por traficantes ao chegar em casa, no Conjunto Esperan-*

resolvem exterminar também as testemunhas?

Famílias, com medo, somem sem deixar rastro

Foi pensando assim que a mulher de Alexandre Barbosa, outro caso de morte por engano (era irmão do traficante Alex, do Morro do Turano e foi morto por bandidos que não encontraram o comparsa), Andréa Luiza de Souza Silva, ainda enxugando as lágrimas, pegou emprestado com o sogro R$ 150 para pagar o frete do caminhão alugado para a sua mudança tão logo amanheceu o primeiro dia como viúva. Carregando

que éramos trabalhadores e eles nos deixaram ir. Depois, covardemente, metralharam nosso carro por trás. Raimundo foi atingido no peito e morreu. Eu levei três tiros e tive que ficar parado um ano — conta.

O medo faz calar, fugir, esquecer. A intenção é não deixar rastro, como animais numa caçada. Não foi possível, por isso, encontrar a família do gráfico Carlos Alberto da Silva que, aos 42 anos, foi morto por policiais que o confundiram com um traficante. O crime aconteceu na Penha Circular, em setembro de 1991. Carlos voltava do trabalho na compa-

— Não posso falar tudo o que penso, não posso declarar aquilo que vejo. Ou fico quieto e analiso este problema apenas sob o ângulo social, ou abandono a presidência da Faferj e a luta. Você sabe que preciso ter livre acesso às favelas e sabe também que são territórios minados — diz ele, confirmando o que já virou mandamento em locais onde a violência impera: o silêncio é a única maneira de sobrevivência.

Ele dá o que considera a solução ideal para acabar com a violência no estado:

— Todo mundo tinha que andar armado. Pode acreditar, isso

gar em casa, no Conjunto Esperança, na Vila do João, na madrugada de sábado para domingo do dia 27 de setembro de 1992. Raimundo morreu por engano.

Ronaldo Mattos Ferreira, de 32 anos, era um fanático torcedor do Corinthians. Foi convencido por dez amigos a assistir ao jogo entre Santos e Botafogo, no Rio, dia 14 de dezembro. Ele não queria, mas acabou aceitando. Os 11 amigos vieram para o Rio num Vectra e num Cherokee. Na volta, uma história dramática: tentaram pegar a Linha Vermelha, erraram o caminho e se perderam. Foram parar no Complexo da Maré, em Manguinhos e, confundidos com policiais, tiveram seus carros metralhados pelos traficantes. Ronaldo foi o único que morreu. Por engano.

Não são balas perdidas, não foram acidentes fatais. Essas duas mortes, apenas exemplos que engrossam uma estatística ainda inexistente, refletem uma modalidade estarrecedora de violência na cidade: a morte por engano. Nos registros policiais ganham um tom hoje rotineiro, de homicídio.

Mas, a reboque destas fatalidades, ficam as mães, mulheres, maridos, filhos, estupefatos e, muitas vezes, sem tempo até para sentir a dor da perda. É preciso, antes, fugir. Os tentáculos dos inimigos não têm limites. E se eles ro dia como viúva. Carregando móveis, eletrodomésticos, e o filho de um ano e meio, sumiu sem deixar rastro. Hoje, ninguém no Turano sabe dela.

O mesmo fez a mulher de Raimundo. Com as três filhas, foi embora do condomínio onde moravam no dia seguinte ao assassinato. Agora ela está no Ceará, recebendo por mês uma dose de solidariedade: os amigos de Raimundo, garçons que estavam com ele no dia do assassinato, se juntaram aos outros funcionários do restaurante e mandam uma parte da comissão que recebem para ajudá-la:

— Foi um jeito que encontramos para ajudá-la. Você já pensou o que é ficar inteiramente sozinha, sem família por perto, cuidando de três filhas pequenas?

Quem diz isso é de um dos companheiros de Raimundo. O medo, apesar de já terem se passado três anos, faz com que ele peça o anonimato.

— Era madrugada de sábado para domingo. Voltávamos para casa, meu primo estava no volante, Raimundo no banco do carona. Éramos quatro. Fomos deixar em casa um dos nossos colegas e, no meio do caminho, quatro homens pularam na frente do carro. Perguntaram onde a gente ia, nós respondemos. Meu primo mostrou a carteira de trabalho, disse voltava do trabalho na companhia de uma amiga, Neusa de Souza Mendes, que também foi atingida fatalmente pelos disparos. Os corpos foram achados no dia seguinte, mas as famílias se calaram. Na 27ª DP (Vicente de Carvalho), o registro: dois traficantes mortos. No depoimento de Tibúrcio Manoel de Barros, dono da Reser Artes Gráficas, no Riachuelo, onde Carlos trabalhava, porém, a história de uma crueldade: o rapaz era um trabalhador honesto, assim como sua amiga. Nada tinham a ver com o tráfico. Estavam, apenas, no lugar errado, na hora errada.

Tibúrcio mandou publicar um registro de falecimento nos jornais e deu o apoio necessário à família de Carlos à época do crime. Hoje, porém, prefere se calar e não quer mais ouvir falar sobre o assunto.

— Ele mandou dizer que já fez o que pôde pela família, mas não quer voltar ao assunto — disse um funcionário ao repórter do GLOBO que foi à gráfica tentar um contato com a família.

A rotina de sumiço das famílias que passam por este tipo de situação é velha conhecida do presidente da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio (Faferj), João Passos. É a lei do silêncio deixando um rastro para a impunidade.

dar armado. Pode acreditar, isso ia acabar com a violência.

A revolta parece já ter dado lugar à tristeza na família Careli. O rumoroso caso do trabalhador da Fiocruz Jorge Antonio Careli, que desapareceu na noite do dia 10 de agosto de 1993 da Favela de Varginha, em Manguinhos, deu uma reviravolta quando Lindalva dos Prazeres, presa como seqüestradora, declarou ter visto Careli ferido em dependências da DAS. A partir daí, a mineira Maria de Oliveira, 68 anos, perdeu a esperança de ver de novo o filho brincalhão que lhe trazia tanta alegria:

— Foi por engano, sim — diz ela, fechando os olhos para não encarar a própria tristeza. — Os policiais entraram na favela e ele foi confundido por seqüestrador.

Hoje, além de ter ingressado na luta pela paz na cidade — participou, com a família, da caminhada realizada pelo movimento Viva Rio — ela cultiva outro hábito. Gosta de acompanhar, passo a passo, pelos jornais, todas as histórias de seqüestros:

— Fico feliz quando alguém que sumiu aparece. Torço pelas famílias e choro sempre. Acho às vezes que pode ser inveja. Não podia ter acontecido a mesma coisa com o meu filho? — diz, sem esconder a ponta de esperança de acordar um dia e descobrir que o engano não foi fatal. ■



CEDIM